ROLLO

1215

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1215

(P.G.)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 12 de Mayo de 1993.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1991.

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. 9107421 Fs. 01/01; REF. A.: Partido de la Reedificación del Orden Nacional (PRONA)

OPERARIO/S: Sdo. 1ra GISSEL POSE.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: Personal del Dpto. II/D.G.I.D.

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del Dpto. II/D.G.I.D.

CONTROL: Personal del Dpto. II/D.G.I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez

MINISTERIO DE DEFENSA

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel.

Walter A. Mosa.

Documentos correspondientes al

AÑO 1991

Departamento II / D.G.I.D.=

Partido de la Reedificación del Orden Nal (PRONA)
ZH
30-6
10046
11164
11304

no concurrirá a la elección, el año próximo de ninguna intendencia

Enéas veio dizer que é candidato

O Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) não vai concorrer a nenhuma prefeitura na eleição do ano que vem. Desde já, os filiados do Prona têm em meta a campanha para a sucessão do presidente Fernando Collor de Mello. A confirmação foi feita ontem em Porto Alegre pelo médico Enéas Carneiro, derrotado na eleição de 90 e que já se lançou novamente como candidato à Presidência da República.

Enéas foi recebido com um almoço no Restaurante Paladar. No final de semana, ainda visita as cidades de Pelotas, Farroupilha e Novo Hamburgo. "O atual modelo eleitoral discrimina as prefeituras, tirando os poderes dos prefeitos", disse Enéas, justificando a ausência do partido nas eleições para as prefeituras. A única exceção é no Macapá, onde o partido ficou em terceiro na última eleição e poderá concorrer ao Executivo municipal.

Sobre o atual momento político e econômico brasileiro, o candidato do Prona disse ser o pior possível. "Nada diferente do que denunciamos na campanha", afirmou, "o País vive um caos visível para qualquer pessoa não comprometida com a situação".

A idéia do Prona de ocupar a Presidência da República sem antes passar pelas prefeituras ou governos estaduais, explicou Enéas, serve para evitar que alguma administração mal sucedidada conduzida pelo partido prejudique a caminhada dos pronistas em busca do Palácio do Planalto. "Estamos convencidos que as mudanças precisam acontecer de cima para baixo, a partir da Presidência", avisou Enéas.

01 . 01 9107421

Izquierda busca sustentación en sus bases.
Zh
30-6
10046
11164
11304

Esquerda busca sustentação nas bases

A concepção de que o partido deve ser sustentado pelos filiados predomina entre agremiações da esquerda. A contribuição recolhida pelos que ocupam cargos por indicação partidária costuma ser maior, embora respeitadas condições individuais. E, mesmo raros, existem casos em que o partido paga ao militante, integralizando o que ele recebia antes de ocupar a função de confiança.

Os deputados estaduais do PT, em condições normais, contribuem com 30% de seus salários, mas em situações difíceis o desconto aumenta. Foi o que ocorreu de janeiro a abril, quando deram 50% dos vencimentos para o partido. Também os vereadores contribuem com 30%, esclarece o tesoureiro da Executiva Regional, Delmar Steffen.

TABELA — Para os ocupantes de cargos de confiança, a contribuição oscila de acordo os salários. A tabela é a seguinte: até cinco pisos nacionais, 2%; de cinco a dez pisos nacionais, 5% menos (redutor) 0,15 piso; de dez a 15 pisos nacionais, 20% menos 1,5 piso; de 15 a 20 pisos nacionais, 30% menos 2 pisos; de 20 a 25 pisos nacionais, 40% menos 3,5 pisos; mais de 25 pisos nacionais, 50% menos 5,5 pisos.

A contribuição é decidida em âmbito regional, mas de acordo com o nível nacional. Os diretórios municipais têm suas próprias contribuições e repassam 30% ao Diretório Regional que, por sua vez, transfere 15% do que arrecada ao Diretório Nacional.

CAMPANHA — Outra fonte de recursos na qual o PT está investindo é o Carnê do PT. O objetivo é que todo o filiado contribua com 1% de seu salário. E, para fazer frente a situações extraordinárias, como o congresso nacional marcado para novembro, o partido lançou a campanha *Doe um dia do seu salário para o PT*, que visa buscar recursos junto ao eleitor petista através de conta bancária.

Steffen explica que a contribuição dos filiados se torna importante por uma questão política. "O petista deve compreender a importância de sustentar o seu partido a fim de que o PT possa manter sua linha popular e independente", diz o tesoureiro.

Comunistas vivem uma nova realidade

Em 1946, quando o PCB elegeu bancadas federais, estaduais e municipais em curto período de legalidade, os militantes que já eram funcionários do partido, ao ocuparem cargos de confiança, continuavam ganhando os salários que recebiam antes, acrescidos de verba de representação. O restante era recolhido ao partido, relata o jornalista João Aveline, tesoureiro da Executiva Regional.

Na época, os salários dos parlamentares eram sacados através de procuração pelo tesoureiro. Eles só ficavam com o rendimento que tinham antes de chegar ao cargo, em seus empregos anteriores, mais a verba de representação. Posteriormente, o partido alterou o critério, adotando percentuais que variavam de 40% a 50%, com exceções, para não reduzir o padrão de vida anterior.

Hoje cada estado tem autonomia para definir o esquema de finanças. No Rio Grande do Sul, a contribuição é de 20% para parlamentares, assessores e ocupantes de funções do Executivo designados pelo partido.

PC do B — O desconto para os que ocupam cargos de confiança é uma questão nova para o PC do B, que, pela primeira vez na sua história recente, chega a uma posição no Executivo através da coligação com o PDT e o PSDB, relata Mauro Gaglietti Freitas, tesoureiro da Executiva Regional. Assim, não existe uma tabela.

A contribuição é fixada de acordo com o que recebia o militante antes de ocupar a função partidária. Esse valor é acrescido de uma verba de representação quando necessária. O partido ainda avalia o critério profissional, as condições para o exercício da função, o aspecto político, competência e necessidades. E há casos, raros, de militantes que tiveram seus ganhos reduzidos para ocupar uma função do partido, que acaba repondo a diferença.

EXIGÊNCIAS — Como são baixos os salários do órgão que ficou sob a direção do PC do B, a Fundasul — Cr$ 80 mil a Cr$ 90 mil —, não é possível exigir uma contribuição maior, comenta o tesoureiro. Assim os ocupantes de cargos de confiança descontam de 5% a 20% para o Diretório Regional, a partir de um estudo caso a caso, de acordo com as necessidades e disponibilidades individuais. No gabinete da deputada Jussara Cony, na Assembléia Legislativa, os descontos variam de 20% a 40%. E a deputada chega a deixar quase metade do que ganha para o partido.

O PC do B tem como princípio que a sua sustentação financeira deve partir dos filiados. Freitas explica: "Se fosse vinculado a monopólios ou grandes grupos financeiros que o sustentassem, o partido serviria aos seus interesses".

Gob. Paralelo lanza plan alternativo en Octubre

2/1

1-7

10046
11164
11304

Governo *paralelo* lança plan

O governo paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT) vai divulgar no dia 16 de outubro um Plano de Segurança Alimentar para o País. E durante o Congresso Nacional do partido, em novembro, apresentará um projeto alternativo para o Brasil. A confirmação foi feita ontem em Porto Alegre pelo presidente nacional da legenda, Luís Inácio Lula da Silva. Como um dos fundadores do PT e principal líder do partido no momento, Lula foi a presença mais importante do Seminário Preparatório do 1° Congresso, que aconteceu te o final de semana.

— O PT é, hoje, o único p politico existente no Brasil, c trutura e disciplina — af "além disso, não há dúvidas c 11 anos de existência contribu a mudança da cara política c empurrando com força a a lenta e gradual do ex-presiden sel". Uma avaliação sociológ atuação dos trabalhadores n ca, explicou Lula, seria ma

ando a foi ou da tário, e que

Renan Kurtz

Gratificação"

Há funcionários do Executi- o que são convidados a ocupar argo de chefia, o que amplia onsideravelmente sua respon- abilidade e regime de trabalho.

01 . 01

9107423

DOCUMENTO

TITULO Ex diputado Jose A. Da Fonseca fundador del PSB murió a los 69 años.

PROCEDENCIA Z. Hoje 15002P

FECHA 1-7-91

VINCULACION Brasil.

10046

11164

11304

S

CARGO

FUNDADOR DO PSB MORRE EM SÃO PAULO

Foi enterrado às 11 horas de ontem, no Cemitério da Consolação, em São Paulo, o ex-deputado José Antônio da Fonseca Roge Ferreira, que morreu no Unicor, aos 69 anos, vítima de septicemia (infecção generalizada). Roge foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual foi presidente e onde iniciou sua vida política em 1950. Elegeu-se deputado federal em 1954 mantendo-se na Câmara até 1964, quando foi cassado. Em 1982, voltou à política, candidatando-se a governador pelo PDT, tendo sido derrotado. (AG)

9107424

01.01

DOCUMENTO
TÍTULO Lula defiende la alianza entre Brizola y Collor.
J.B. 15/07/91
Brasil.
10046
11164
11304
11302

Lula defende a aliança entre Brizola e Collor

PORTO ALEGRE — O presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, encerrou ontem o seminário preparatório ao congresso nacional do partido, que será realizado em novembro, comparando a administração do presidente do PMDB Orestes Quércia à do ex-governador Paulo Maluf (PDS) em São Paulo, e justificando a aliança entre o presidente Fernando Collor e o governador do Rio Leonel Brizola, do PDT, como " apenas uma conversa administrativa".

"O Brizola tem o direito de conversar com quem pode liberar dinheiro para as obras necessárias. E o Collor tem interesse em prestigiar o Rio porque o estado será *out-door* do Brasil para o mundo durante o encontro mundial de ecologia em 1992", afirmou Lula.

Já o tratamento dispensado ao ex-governador Orestes Quércia foi diferente. O presidente do PT o atacou, comparando o governo Quércia ao de Paulo Maluf (PDS). "Não existe diferença nenhuma entre eles. No trato da máquina pública, os dois se comportam da mesma forma", declarou.

Lula anunciou que, até o final desse ano, o PT estará apresentando à sociedade propostas alternativas de política econômica e um projeto para a Amazônia. "O próximo presidente vai encontrar um país mais empobrecido, com grande massa de desempregados e de subnutrido. O estrago que Collor fez é maior que um terremoto", avaliou.

O presidente do PT afirmou que seu partido está preocupado no momento com as eleições municipais de 1992 "porque elas serão estratégicas para o próximo pleito à presidência da República". Mesmo assim, não se furtou de avaliar a estratégia do presidente nacional do PMDB para se lançar candidato à presidente. Lula afirmou que Orestes Quércia "não é uma figura política boa para quem deseja ser sério no Brasil. Ele é tido como um governante que afundou São Paulo em dívidas e não conseguirá falsear sua imagem como Collor conseguiu quando se lançou em campanha".

A prefeita de São Paulo, Luisa Erundina (PT), também esteve em Porto Alegre no sábado, participando do mesmo seminário, mas retornou à noite sem esperar a chegada de Lula. O presidente do PT descartou a possibilidade de Erundina já ter candidato para sua sucessão. "Será o mesmo do partido", afirmou.

01 . 01

9107425

Nº DOCUMENTO
TITULO PMDB REALIZA ENCUESTA SOBRE EL GOB DE BRIZOLA
PROCEDENCIA ZH 150029
FL Nº DE PROCEDENCIA 2-6-91
VINCULADOS 10046
11164
11304

PMDB FAZ PESQUISA NO RIO DE JANEIRO

O PMDB inicia nesta segunda-feira uma série de pesquisas de opinião para avaliar os governos Leonel Brizola e Marcello Alencar, a penetração do presidente nacional do partido, Orestes Quércia, no Rio, e o potencial de seus candidatos nas eleições municipais. Segundo o deputado César Maia, que encomendou individualmente pesquisa semelhante no mês passado, Quércia teria hoje 15% dos votos na capital fluminense. A pesquisa vai ajudar o PMDB a observar o desenvolvimento do presidente do partido no estado e a escolher o nome do candidato do PMDB à Prefeitura do Rio. O fato de Brizola ter tido menos de 50% dos votos dos cariocas no ano passado reforça asesperanças de de César Maia de que as eleições de 1992 sejam decididas somente no segundo turno. Chegar lá, segundo ele, já é suficiente para o PMDB fluminense

ZH 26 MAI 91

01.01

9107426

BRIZOLA DESPIDE 2.652 FUNCIONARIOS
JB 150023
7-6-91
10046
11164
11303

Brizola demite

Estado economizará Cr$ 40 milhões por mês com redução da f

O governador Leonel Brizola assinou, ontem à noite, decreto anulando 6.018 contratações irregulares de funcionários efetuadas no governo Moreira Franco. A partir de hoje, 2.652 servidores admitidos sem concurso público estão sumariamente demitidos e seus nomes serão retirados da folha de pagamento do estado, o que representa para os cofres públicos uma economia de Cr$ 40 milhões por mês. A anulação de outras 3.366 contratações sem concurso serão publicadas nos próximos dias, no Diário Oficial. Baseado em levantamento sobre o empreguismo no governo passado, que constatou 19.502 casos de irregularidades na política de administração de pessoal, o decreto do governador prevê a anulação de todos os atos inconstitucionais detectados e a exclusão de servidores com vantagens abusivas.

O levantamento feito por todas as secretarias, Procuradoria do estado e órgãos da administração direta e indireta, incluindo autarquias, fundações e empresas públicas, foi supervisionado pelo secretário de Administração, Carlos Roberto de Siqueira Castro. Ele revelou ontem que o estado vai economizar Cr$ 337.027.977 por mês, o que representa Cr$ 2,02 bilhões até dezembro com a anulação de atos que previam o pagamento para funcionários não concursados, incorporações de vantagens, acumulações de cargos, enquadramentos de contratações pela CLT no quadro permanente, concedendo estabilidade e gratificação por tempo de serviço e transformações de empregos em cargos públicos.

"Vamos acabar com a orgia administrativa generalizada que herdamos do governo passado. Concluímos que houve uma espécie de crime do colarinho branco na política de pessoal", afirmou Siqueira Castro. Com esta devassa na política de administração de pessoal, feita a mando do governador, o Rio cumpre a Constituição federal, que determina que os gastos com pessoal não ultrapassem 65% da receita do estado. Quando assumiu o governo, Brizola encontrou 97% da receita corrente comprometida com o pagamento de cerca de 380 mil servidores da administração direta e indireta. A expectativa do secretário de Administração é que este número cairá bastante com o decreto assinado ontem. Só com a retirada de 6.018 servidores da folha de pagamento, o estado deverá economizar Cr$ 71.909.576 por mês.

O maior número de admissões declaradas nulas nesta primeira fase acontecerá na Fundação Leão XIII, onde 679 servidores foram admitidos sem concurso no governo passado, em total descumprimento à Constituição federal. Na Companhia de Transportes Coletivos (CTC), 405 servidores não receberão mais pelos cofres do estado e na Companhia de Eletricidade do Estado do Rio, 327.

O levantamento feito pela secretaria mostrou que, além das 6.018 admissões sem concurso, há na administração direta e indireta do estado 12.980 casos de contratação pela CLT, 12 transformações de emprego em cargos públicos, 65 pagamentos de incorporações de vantagens já suspensos e mais 180 sendo examinados, 44 exonerações de pessoas que acumulavam cargos e mais 203 exonerações em processamento. Um total de 19.502 irregularidades.

Brizola fala pelo telefone sem fio durante despacho com o secretário estadual d

Governador despacha nos jardins

Heloisa Tolipan

O governador Leonel Brizola estava ontem especialmente inspirado. E fez o que todo carioca gostaria de fazer em um dia de céu azul e calor de 33 graus: passar o tempo ao ar livre. Só que trabalhando. Em meio às palmeiras imperiais e o gramado verde, Brizola se rendeu ao prazer e levou sua mesa de trabalho para o bucólico jardim do Palácio Guanabara, onde despachou com secretários de estado e até recebeu a visita de três índios Xavantes, do Mato Grosso do Sul. Tudo isso, sem abrir mão de um telefone sem fio para se comunicar com assessores, além de água e cafezinho servidos por um garçom elegantemente vestido. Foi uma forma não intencional e muito natural de comemorar a Semana do Meio Ambiente.

"Olhei pela janela do meu gabinete de trabalho e vi esta sombra toda, todo este verde... Parece que este ambiente estava me chamando neste belo dia. Por isso resolvi despachar daqui", disse Brizola, no momento em que deixava o seu gabinete, na ala principal do prédio, para o jardim do palácio, deixando confusos seguranças e funcionários. Desde às 6h o governador estava no Palácio Guanabara atendendo aos secretários.

A decisão de transferir os encontros para os jardins foi tomada por volta das 12h, depois de interromper por poucos minutos as reuniões para almoçar no seu gabinete. Com as mangas da camisa azul arregaçadas, o paletó colocado informalmente sobre uma cadeira e deixando à mostra as botas marrons, o governador sentou perto de uma palmeira imperial na parte mais alta do terreno do palácio, que já foi residência da Princesa Isabel e seu marido, o Conde d'Eu.

Entre bonitas aléias que contornam o gramado, vasos ornamentais em perfeita harmonia com o estilo clássico do palácio, Brizola recebeu até às 16h30, os secretários de Planejamento, Fernando Lopes, de Economia e Finanças, Cibilis Viana, de Meio Ambiente, Roberto D'Ávila, de Obras, Bocayuva Cunha, de Administração, Carlos Roberto de Siqueira Castro, entre outros. Quando o sol começou a se pôr, o governador terminou o encontro com os secretários no seu gabinete. Antes, porém recebeu três índios Xavantes, o cacique Simão, e os índios José e Paulo. Um dos índios tentou fazer com que colocasse um cocar na cabeça, mas ele disse que pertencia ao índio. Os xavantes foram pedir ajuda ao estado para obter cobertores e alimentos para sua tribo.

Com o paletó sobre os ombros, Brizola criticou os que brincavam de que estavam fazendo um "despacho soft ecológico" com a frase: "Eu estou é trabalhando duro!".

01.01

Nº. DOCUMENTO
TITULO Disputas regionales dividen gobernadores del Nordeste
PROCEDENCIA DB 158028
FECHA DE PRODUCCION 9-6-91
VINCULACIONES 10046
11164
11303

Disputas regionais dividem governadores do Nordeste

Terezinha Nunes

RECIFE — O bloco monolítico dos governadores do Nordeste, que levou a região a lutar unida pela implantação da Sudene, em 1959, e desaguar coesa nos braços do candidato a presidente Tancredo Neves, em 1984, está rachando. Os nove governadores regionais eleitos em 1990 estão perdendo a capacidade de sentar à mesma mesa. Eclipsados pelas lideranças das três estrelas da atual safra — os governadores da Bahia, de Pernambuco e do Ceará —, eles só conseguem se reunir de março para cá em campo neutro — Brasília. Esta semana os sintomas de racha oficializaram-se num grito de alerta do governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB).

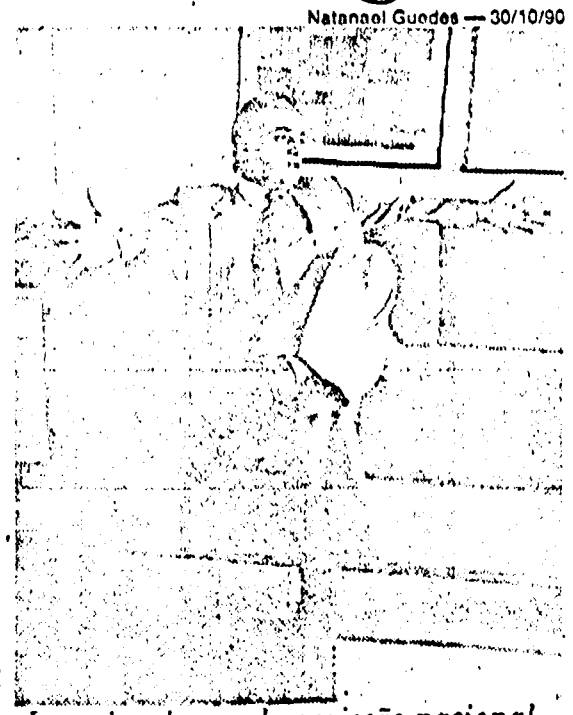
A pretexto de reclamar da decisão do governador de Pernambuco, Joaquim Francisco (PFL) de criar incentivos estaduais para atrair empresas do Sul, Ciro disse que tal medida pode criar uma guerra fiscal entre os estados e advertiu: "A força política do Nordeste está atomizada. Cada um de nós está sendo estimulado a uma política paroquial." Para os estados vêm disputando nos bastidores projetos semelhantes, como refinarias, ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação) e montadora de automóveis, e explicou que ou se chega a um consenso ou a região não vai a lugar nenhum. Deu um exemplo: "Pernambuco tem apenas 2% do PIB nacional, o Ceará tem 1,7%. Isoladamente, não vamos representar nada."

A resposta a Ciro foi imediata. "O governador do Ceará disse isso porque é paulista", rebateu um assessor de Joaquim ao saber das críticas. O próprio governador, apesar de ter conversado longamente com Ciro por telefone, e de ter sido informado de que a imprensa pernambucana exagerara algumas declarações, acabou respondendo a seu colega de forma satírica: "É preciso ter laços telúricos paa investir em uma terra sem qualquer benefício", ironizou Joaquim, defendendo seus incentivos. E deu uma estocada: "Estou numa posição realista, e não declarando guerra."

Gildo Lima — 18/6/90

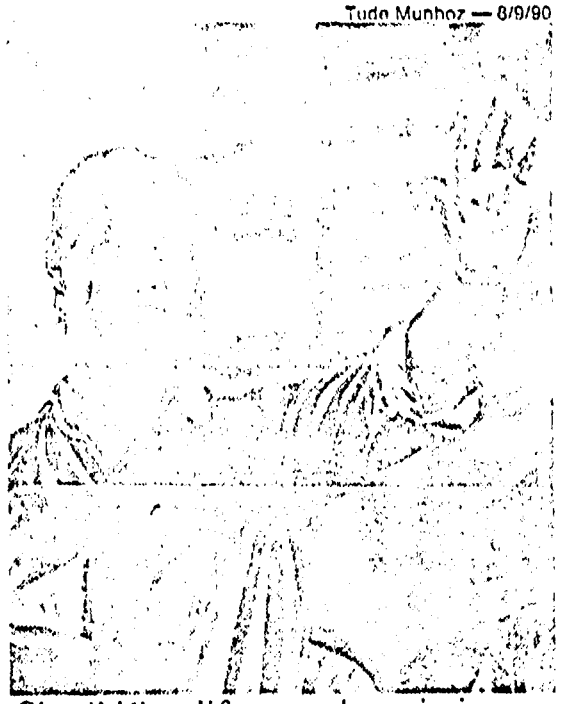
Antônio Carlos: decano da política

Natanael Guedes — 30/10/90



Joaquim: busca de projeção nacional

Tude Munhoz — 8/9/90



Ciro: idéias diferentes da maioria

Disputa — As denúncias de Ciro e o primeiro atrito público entre dois dos nove governadores do Nordeste é apenas a oficialização de algo que já vinha acontecendo nos bastidores desde o dia 15 de março e que um governador de um estado pequeno define como "uma disputa de lideranças dentro da região". Ele mostra que na hora em que foram eleitos no Nordeste um decano da política brasileira, como o governador Antônio Carlos Magalhães (PFL), um governador jovem — tem apenas 33 anos —, como Ciro Gomes, do Ceará, com idéias contrárias à maioria de seus colegas, e que Pernambuco elegeu Joaquim Francisco Cavalcanti, com envergadura para se projetar nacionalmente, a desunião viria mais cedo ou mais tarde.

Entre os governadores ela chegou cedo. Nenhuma tentativa de reunir o grupo dentro do próprio Nordeste — foram feitas várias — deu certo. Na última reunião na região, realizada no Recife em 6 de abril, nem mesmo a sua coincidência com a posse do novo superintendente da Sudene, Elionaldo Magalhães, conseguiu colocar todo mundo em uma mesma mesa. Ciro Gomes e Edison Lobão (PFL), do Maranhão, não apareceram. O governador de Alagoas, Geraldo Bulhões (PSC), compareceu mas revelou depois a um amigo que teve receio de que o governador Joaquim Francisco aproveitasse a ocasião para se projetar: "Fui todo prevenido", revelou a este amigo, adiantando, porém, que não comprovou suas suspeitas: "Joaquim foi muito discreto."

Liderança — Este receio que o governador do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia (PFL), acredita que vai acabar — "Estamos nos entendendo no essencial, no macro, e não vamos nos perder no micro" — está, por enquanto, causando celeuma. Até mesmo em Brasília, o único lugar em que os governadores estão conseguindo formar bloco reivindicativo, a última reunião regional foi realizada dia 23 de maio, no escritório do Rio Grande do Norte, para evitar que, levando-a para escritórios como os da Bahia, Ceará e Pernambuco, houvesse amuos. Joaquim Francisco chegou a combinar isso com José Agripino. Os dois combinaram também que José Agripino coordenaria a reunião. O resultado de tanta precaução é que Agripino, que representa um estado pequeno em relação aos três maiores, acabou assumindo uma liderança inusitada: É hoje quem melhor se relaciona com os colegas, sem gerar problemas com ninguém.

Agripino tem sido também o anteparo entre as estrelas. Após a reunião realizada no escritório do Rio Grande do Norte, ele foi escolhido para acompanhar Antônio Carlos Magalhães e Joaquim Francisco na visita ao presidente Collor para dar um resumo do que havia sido discutido e informar ao presidente sobre as reivindicações regionais. O governador de Sergipe, José Alves (PFL), afirma que o Nordeste precisa estar coeso para se fortalecer e advoga uma trégua: "O importante é não criarmos áreas de atrito."

01 . 01 9107428

Nº DOCUM
TITUL: BID da sinal verde a Brizolo para programa de despoluição de Guanabara
P
FECHA DE
VINCULACI 10046
11164
11412
11303

BID dá sinal verde a Brizola para programas de despoluição da Guanaba

Araujo Netto
correspondente

ROMA — "O anúncio de um empréstimo de US$ 500 milhões (mais de Cr$ 145 bilhões) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o projeto de despoluição da Baía de Guanabara bem que justificaria outra animada *barqueata* de nossos ecologistas, como a que fizeram até a Ilha de Paquetá, no sábado passado" — comentou com bom humor Roberto D'Ávila, secretário para Meio Ambiente e Projetos Especiais do governo do Rio que ontem, em Roma, foi informado pelo governador Leonel Brizola da aprovação de um projeto apresentado ao instituto de crédito sediado em Washington e presidido pelo uruguaio Enrique Iglesias. Ao empréstimo do BID caberá uma contrapartida dos governos municipal, estadual e federal de US$ 200 milhões (Cr$ 145 bilhões).

D'Ávila revelou que a boa notícia do BID foi transmitida por um telefonema de Washington ao governador Brizola pelo professor Paulo Renato, ex-reitor da Unicamp, hoje o segundo homem do banco formado por 44 países americanos. No dia 27 deste mês Brizola viajará a Washington para encontrar o presidente Iglesias, seu amigo pessoal de longa data, e com ele acertar definitivamente todos os detalhes do financiamento. "O que hoje já sabemos é que até abril do próximo ano o projeto do governo do Rio de Janeiro para a despoluição da Guanabara deverá estar inteiramente pronto. Para que todos os prazos e exigências do BID sejam atendidos, de 24 a 28 deste mês a Secretaria de Meio Ambiente mandará a Washington o técnico Manoel Sanches, que é também diretor de seus projetos especiais" - disse ainda o secretário Roberto D'Ávila.

O financiamento de no mínimo US$ 500 milhões foi autorizado depois da visita feita por uma missão do BID, há cerca de 20 dias. Em sua próxima viagem à capital americana e em contato direto com o presidente e outros diretores do BID, Brizola pleiteará um aumento da quantia autorizada. Principalmente porque confia muito na força de um argumento fundamental, já conhecido e aceito pela missão que o próprio banco interamericano mandou ao Rio: o fato de que para despoluir a Baía de Guanabara é necessário que se cumpra todo um programa de saneamento da Baixada Fluminense, compreendendo São Gonçalo, Niterói, Nilópolis e Nova Iguaçu.

O cálculo para o custo dessa obra de despoluição e saneamento, que só poderia se completar dentro de oito ou dez anos, sobe a mais de US$ 1 bilhão. O BID poderia ser o seu maior, mas não o único financiador. "Já há uma promessa do governo federal — recordou Roberto D'Ávila — no *Projeto Rio-Ambiente-Rio* de participar com uma boa soma de dinheiro para se alcançar o mesmo objetivo."

Nas primeiras horas da manhã de hoje, em Roma, Roberto D'Ávila se encontrará como o governador Leonel Brizola, procedente de Nova Iorque, no Aeroporto Internacional Leonardo da Vinci — de onde os dois prosseguirão viagem para Istambul, a fim de participar de uma reunião da direção da Internacional Socialista. Depois de amanhã, dia 12, Brizola e D'Ávila estarão em Paris para jantar com o explorador, cientista e comandante Jacques Cousteau e para um almoço (dia 13) no Palácio do Elysée, com os colaboradores do presidente da república francesa, que precederá um encontro com o próprio François Mitterrand, agendado para 18h do mesmo dia.

De Paris, depois de outro almoço importante — com um grupo de grandes empresários franceses —, Brizola e D'Ávila vijarão para Frankfurt, na Alemanha, onde serão recebidos pelo ministro do Meio Ambiente alemão, Klaus Topffers. "Com Topffers — disse D'Ávila — esperamos concluir a conversa bem iniciada e bastante adiantada sobre o projeto de urbanização das favelas da Rocinha e do Vidigal, de construção de uma área de infra-estrutura (com Cieps, campos esportivos e locais de lazer) que facilitará a integração daquelas comunidades na cidade do Rio de Janeiro."

União de forças cria meios para a recuperação

A poluição da Baía de Guanabara deixou, nos últimos meses, de ser motivo de lamentação dos cariocas para virar problema de interesse nacional, capaz de mobilizar diferentes segmentos sociais. O governo federal prometeu liberar verba de US$ 1 bilhão (quase Cr$ 300 bilhões), foi criado um movimento comunitário em defesa da baía — o *Baía Viva* — e se constatou, cientificamente, que há salvação: basta fechar as torneiras da poluição.

O compromisso político de despoluir a Baía de Guanabara ganha maior importância com a proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em junho do ano que vem. Até lá, entretanto, deverá ter sido iniciada pequena parcela das inúmeras obras e medidas necessárias à recuperação. Políticos e cientistas concordam em que, para isso, serão necessários não só maiores recursos do que o prometido até agora, mas também um prazo de aproximadamente dez anos.

Em 50 anos o acelerado crescimento urbano e industrial foi capaz de formar um quadro de destruição dentro e ao redor da Baía. Foram modificações bem mais significativas e prejudiciais do que as ocorridas nos seis mil anos anteriores. Embora conserve parte da beleza que há cem anos encantava viajantes estrangeiros, a baía tornou-se uma imensa área degradada. Cercada por seis mil indústrias, muitas delas responsáveis por despejos de produtos tóxicos, ela recebe diariamente 500 toneladas de esgoto doméstico. Ainda assim, é meio de vida para cerca de seis mil pescadores.

De promessas e poluição a baía está cheia. A degradação começou a ser motivo de preocupação na década de 60, mas só 20 anos depois a despoluição virou compromisso político. Durante o governo Moreira Franco, a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema) mapeou em 350 páginas os problemas e soluções. As ações do projeto, chamado de *Recuperação gradual do ecossistema da Baía de Guanabara*, concentraram-se num esforço para o controle de indústrias poluidoras. Os resultados foram tímidos: pouco mais de 20 das 47 empresas apontadas como responsáveis pela maior parte da poluição industrial adotaram sistemas de controle.

Pesca predatória, despejos de lixo, de óleo, aterros e desmatamentos são outras agressões. O governo prevê a construção de estações de tratamento de esgoto e de usinas de lixo, entre outras obras prioritárias, além de programas de educação ambiental. O que sempre faltou parece que começa a chegar: dinheiro e vontade política.

Comissão va coordenar us dos recursos

A idéia é atacar todas as ca poluição simultaneamente, afirm tem o diretor de projetos espec Secretaria de Meio Ambiente, Sanches, que presidirá a comis gerenciamento de projetos para da Baía de Guanabara. Hoje o nhã, por decreto do governador Brizola, será criada a comissão gência do BID — que funcionar interlocutora para coordenar a ção dos recursos na despoluiç baía.

Manuel Sanches disse que a são terá um representante da pr do Rio, cidade que concentra metade das nove milhões de afetadas pela poluição da Baía nabara. Participará da comiss doro Buarque de Holanda, co dor do Grupo Executi Recuperação de Obras de Em (Geroe), criado para gerenciar sos de US$ 1 bilhão anunc governo federal para a despo baía.

Segundo Sanches, a comis prazo de um ano para definir ção das verbas do BID. "Ao tratar uma coisa de cada vez, mos diversas questões, como e tamento, poluição industrial e de lixo", disse ele, explicando negociação entre Brizola e iniciada antes mesmo de o tomar posse.

ITRADO
RUZADO

01 . 01 9107429

Nº. DOCUMENTO
TITULO BRIZOLA SE REUNE CON PTE MITTERRAND
PROCEDENCIA =H 150028
FL. H. DE PROCEDENCIA 13-6-91
VINCULO JUNTO 10046
11164
11303
65963
5

13/6 24

BRIZOLA SE REÚNE COM MITTERRAND

O governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), se encontrará hoje com o presidente francês, François Mitterrand, em audiência privada no Palácio do Eliseu. Brizola deverá renovar o convite a Mitterrand para visitar o Rio durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 92. O governador chegou ontem a Paris e participou de um jantar com o oceanólogo Jacques Cousteau, com quem conversou sobre o projeto de despoluição da Baía da Guanabara. Deverá ser confirmado um encontro com a presidente da Fundação France Liberté, a primeira-dama da França, Danielle Mitterrand, interessada em participar de um projeto de urbanização da favela da Rocinha, no Rio.(AE)

Leonel Brizola

01 . 01 9107430

Nº DOCUMENTO
TITULO Estados del Sur se unen para solucionar problema de deuda
PROCEDENCIA J.B. 150028
FECHA 13-6-91
VINCULO Brasil
10046
11164
11303

Estados do Sul se unem para rolar débitos

CURITIBA — Os governadores do Paraná, Roberto Requião, Santa Catarina, Vilson Kleinubing, e do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, vão solicitar uma audiência conjunta ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, para pedir um interlocutor do governo que trate das dívidas dos três estados. A decisão foi tomada ontem, em reunião do Codesul (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul), nesta capital. Os três governadores reforçaram também a decisão, tomada na reunião anterior, em Santa Maria, de formar um bloco parlamentar do Sul, para defender na Comissão de Orçamento do Congresso os pleitos de verbas para a região.

Segundo o governador Alceu Collares, que presidiu a reunião, os três estados estão sendo prejudicados na distribuição dos recursos orçamentários "há muitos anos". Ele pediu um levantamento sobre a participação do Sul no PIB nacional e uma relação deste volume com o que retorna à região. "Sabemos que é muito menos do que enviamos, mas não quantificamos ainda", disse. No seu estado, contou, já há um entendimento com parlamentares de outros partidos para atuar em conjunto na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na elaboração do orçamento da União. Em Santa Catarina, segundo o governador Vilson Kleinubing, também já está acertada a formação da frente. O Paraná ainda não se articulou neste sentido.

01 . 01

9107431

Gobernadores propoem federalizar el BRDE
ZH
13-6
10046
11164
11303
(Bco Regional de Desarrollo del Extremo Sur.)

Governadores propõem federalizar BRDE e combater crime organizado

□Preocupação maior é o roubo de bancos, furto de veículos, tráfico de drogas e seqüestros. Já o destino do BRDE está nas mãos do presidente

ALEXANDRE BACH
Enviado Especial/ZH

Federalizar o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul (BRDE) e atuar em conjunto no combate ao crime organizado foram as duas principais propostas anunciadas ontem à tarde, em Curitiba, pelos governadores Alceu Collares (PDT-RS), Vilson Kleinübing (PDS-SC) e Roberto Requião (PMDB-PR) após a reunião do Conselho de Desenvolvimento do Sul (Codesul). Uma das propostas entra em ação imediatamente. A outra precisa do aval de Brasília.

Na presença do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, os três governadores assinaram um protocolo de atuação conjunta no setor da segurança pública. "A nossa principal preocupação é atuar no combate a roubos de bancos, furtos de veículos, tráfico de drogas e seqüestros", explicou Tuma. Na próxima terça-feira, os três secretários de segurança da Região Sul, junto com os três superintendentes estaduais da Polícia Federal, se reúnem em Florianópolis para tratar da aplicação prática do protocolo.

Divulgação/ZH

Assinatura: *estados prevêem a interligação de operações policiais*

O projeto assinado por Collares, Kleinübing e Requião prevê a interligação dos setores de inteligência e de operações das polícias, buscando uma unidade de procedimentos e eficácia das ações. Será criado um sistema interestadual de barreiras policiais e um cadastro via informática, único. O cadastro terá as informações de veículos furtados, mandados de prisões expedidos e antecedentes criminais de uma determinada pessoa a partir do número da Carteira de Identidade.

DÍVIDAS — A questão do BRDE dependerá de decisão do presidente Fernando Collor. Ontem, os governadores anunciaram que pedirão a prorrogação da administração especial no banco pelo Banco Central até março do próximo ano. Em seguida, vão se reunir com Collor e propor que o Governo Federal assuma o controle acionário da instituição através da quitação parcial das dívidas dos estados, num total de Cr$ 36 bilhões (Cr$ 12 bilhões por estado).

Quando houve a intervenção no BRDE, as dívidas que os estados tinham com o banco passaram a ter como credora a União. Assim, hoje quem deve ao Governo Federal são os estados e não o banco. O valor de Cr$ 12 bilhões por estado tem por patamar a dívida do Paraná, que seria paga totalmente. O Rio Grande do Sul teria abatido o mesmo valor de sua dívida (atualmente em Cr$ 51,5 bilhões), e o mesmo aconteceria com Santa Catarina (Cr$ 43,5 bilhões).

Ontem ficou acertado também que, se esta proposta não vingar, os estados vão partir para a cisão do banco (e não liquidação). Com a cisão, o patrimônio do banco é dividido por estado, versado e, em seguida, pode ser incorporado pelos governos estaduais em processo semelhante à liquidação, mas mais rápido.

Sobre as dívidas, os governadores resolveram pedir ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, uma revisão dos critérios adotados nas negociações feitas com a equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. "Queremos uma maior flexibilidade e uma melhor compreensão por parte do Governo Federal", disse Alceu Collares, "senão os estados perderão suas capacidades de investimentos".

01 01

9107432

Nº DOC
TIPO La deuda de los Estados.
P J. DO BRASIL
FECHA 21-6-91
VINCULACI 10046
11161
311314
11303

ENT

A dívida dos estados

Estados	Valor
Distrito Federal	21.028.613.693,19
Alagoas	10.131.502.641,30
Amazonas	3.080.463.991,92
Bahia	50.911.112.063,14
Ceará	9.079.656.610,42
Mato Grosso do Sul	189.202.173.685,01
Espírito Santo	7.352.724.412,28
Goiás	16.303.960.716,70
Maranhão	8.553.544.498,55
Mato Grosso	17.585.935.924,56
Minas Gerais	362.838.164.979,97
Pará	21.670.075.649,24
Paraíba	13.720.938.377,56
Paraná	80.484.141.381,26
Pernambuco	42.714.506.013,74
Piauí	3.573.136.010,38
Rio de Janeiro	1.038.734.637.529,26
Rio Grande do Norte	18.503.421.388,61
Rio Grande do Sul	101.360.091.196,78
Santa Catarina	26.481.104.499,86
São Paulo	516.129.610.102,82
Sergipe	1.965.272.486,40
Acre	275.938.567,96
Rondônia	670.353.407,89
Total	2.562.351.079.808,80

ENTRADO
CRUZADO

01.01 0107433

DOCU
BRIZOLA DENUNCIA SALARIOS DE HASTA Cr$ 9 MILHONES EN LAS EMPRESAS ESTATALES.
JB 150028
22-6-91
10046
11305
11161
11312

Brizola ataca os 'marajás'

Governador denuncia salários de até Cr$ 9 milhões nas empresas estaduais

Dpois de assinar a demissão de mais de 3 mil funcionários contratados irregularmente, o governador Leonel Brizola abre fogo agora contra os *marajás* do serviço público. Ontem, em pleno calcadão da Avenida Atlântica, ao ser abordado por grevistas da Feema na porta de seu edifício, Brizola foi categórico: "o governo está contra a parede por ter de pagar os salários dos marajás nos verdadeiros antros da sem vergonhice que são a Cedae, a Cerj e a Ceg". Segundo o governador, existem nestas empresas funcionários recebendo salários superiores a US$ 30 mil (cerca de Cr$ 9 milhões ao câmbio paralelo)

Brizola não perdoou, sequer, o Poder Judiciário. "A Justiça está dando liminar para que o governo pague aos *marajás* no dia certo, sem atraso. Só os grandes *marajás* entram com ações judiciais. Alguns juízes tem boa vontade com eles e já deram liminar para pagar toda essa gente. Esses *marajás* estão ameaçando até prender o secretário de Finanças, Cibilis Viana, se não pagar a todos no dia certo", afirmou o governador. "Prefiro que essa gente não trabalhe para o governo, prefiro que fiquem em casa, eu mando pagar em casa", acrescentou.

Cerca de 200 servidores da Feema, em greve há 22 dias, participaram da manifestação em frente ao prédio onde mora o governador, na Avenida Atlântica, 3.210, em Copacabana. O protesto, chamado de *Boa-noite, governador, bom-dia, governador*, começou às 19h30 de quinta-feira e se estendeu por toda a madrugada e a manhã de ontem. Embora reconhecendo as dificuldades salariais dos grevista — "Vocês não são marajás, é verdade" — Brizola não poupou críticas à manifestação, ameaçando inclusive processá-los com base na quebra da lei do silêncio. O governador reclamou que os grevistas não deixaram ninguém dormir na vizinhança, citando o caso de uma vizinha, uma senhora adoentada.

A presidente da Associação de Servidores da Feema, Mônica Rodrigues, explicou que a manifestação foi decidida na quinta-feira, numa assembléia-celebração depois de reunião no Palácio Guanabara, com a participação do secretário estadual de Meio-Ambiente, Roberto D'Ávila, e do presidente da Feema, Adir Ben Kauss.

01 . 01 91 07434

Nº DOCUMENTO
TITULO: GOB FEDERAL BLOQUEARA LAS CUENTAS DE LOS ESTADOS, EN RAZON DEL NO PAGO DE INTERESES QUE VENCIERON.
PROCEDENCIA: ZH 150029
FECHA DE PRODUCCION: 25-6-81
VINCULACIONES: 10046
11164
11302
11161
11312

Governador não comenta. E Cabral viaja

Arquivo/ZH

Cabral: *viagem a Brasília para tratar da dívida e do ICMS*

O governador Alceu Collares manifestou surpresa, ontem à noite, diante da notícia de que o Governo Federal bloquearia as contas do Estado, em razão do não pagamento dos juros que venceram ontem. "Não tomei conhecimento, por isso não posso falar", disse ele, ao receber a informação. Mas no Palácio Piratini corria a versão de que o secretário da Fazenda, Orion Cabral, viajara a Brasília para negociar com as autoridades federais, antecipando-se ao que fará o próprio governador, que viaja para lá amanhã à noite. Cabral havia sido convocado, antes de saber do bloqueio, para a reunião de hoje do Confaz (Conselho de Política Fazendária), e agora tem um novo tema em pauta.

Ontem, Collares estava mais preocupado em gravar uma mensagem publicitária que irá ao ar hoje, na televisão, sobre os 100 dias do seu governo. Ele recebeu a informação de que as contas do Estado estariam novamente ameaçadas de bloqueio pouco antes de iniciar a gravação. A decisão do Estado de não pagar, por falta de caixa, os Cr$ 16 bilhões da dívida externa havia sido anunciada dia 5 de junho.

ROLAGEM — O Senado Federal deve aprovar até o final desta semana a rolagem de parte de estoque de títulos representativos da dívida mobiliária do Rio Grande do Sul, conforme os termos do Memorando de Entendimentos firmado em abril deste ano entre o Governo do Estado e o ex-presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Será autorizada a emissão e colocação no mercado de Letras Financeiras do Tesouro (LFT/RS), correspondentes ao giro de 84% das 102.040.128 LFT/RS vencíveis no segundo semestre deste ano.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Pedro Simon (PMDB/RS), apresenta quinta-feira seu relatório favorável à rolagem da dívida. Ele espera que a matéria siga no mesmo dia para o plenário. Simon teme que o acúmulo de projetos de lei que devem ser apreciados pela Casa nesta última semana de trabalho antes do recesso atrapalhe a decisão da rolagem. Ele lembra que a emissão precisa ser aprovada agora porque os títulos vencem em 1° de agosto, quando os senadores estão ainda retornando do recesso. Além do pedido de rolagem da dívida do Rio Grande do Sul, o Senado Federal deve apreciar ainda nesta semana propostas de rolagem dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. (Brasília/ZH)

Nº. DOCUMENTO
TITULO MUNICIPIOS Y EMPRESAS ESTATALES TIENEN HASTA EL 28 DE JUNIO PARA PAGAR LOS INTERESES DE LA DEUDA AL B.C.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PRODUCCION 26-6-91
VINCULADOS 10046
11164
11302
11161
11312

Estatais têm até sexta para pagar juros ao BC

BRASÍLIA — O governo vai esperar até sexta-feira para aplicar sanções contra estados, municípios e empresas estatais que não recolheram na segunda-feira a parcela de juros atrasados da dívida externa, informou ontem o secretário da Fazenda Nacional, Luis Fernando Wellisch. Segundo ele, a prorrogação foi dada em função da greve no Banco do Brasil que, conforme Wellisch, dificultou o pagamento das parcelas, apesar do esquema de emergência montado a pedido do Tesouro. A parcela devida corresponde a US$ 900 milhões, 11,25% do total de US$ 8,5 bilhões dos juros vencidos da dívida brasileira.

Wellisch disse que, dos US$ 900 milhões, US$ 720 milhões já estão depositados no Banco Central. Pelo Decreto 2.169, estados, municípios e estatais que não repassarem o dinheiro poderão ter suas contas bancárias bloqueadas. O ministro da Infra-Estrutura, João Santana, foi ontem ao secretário Wellisch discutir o pagamento que cabe à Eletrobrás e explicou que a empresa ainda não tinha depositado o que deve por culpa das companhias estaduais de energia. "A Eletrobrás tem a receber cerca de US$ 1 bilhão, especialmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul", explicou Santana. Ele acusou o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia de desviar os pagamentos devidos à Eletrobrás para obras como cadeias e estradas.

Em todo o país, a dívida das concessionárias estaduais chega a Cr$ 50 bilhões. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) — que pagou no prazo sua parcela dos juros — conseguiu um acordo com as nove concessionárias do Nordeste, reduzindo a 4% o índice de inadimplência. As duas últimas empresas devedoras, as de Alagoas e do Piauí, aceitaram pagar seu débito em parcelas após processos na Justiça.

01.01

91074362

DOCUMENTO
TITULO BRIZOLA MANTIVO ENCUENTRO CON SECRETARIO gral de LAS NN-UU, Javier Pérez de Cuéllar
FECHA 21 15 0029
26-6-91
10046
11164
11303
11305
5

Brizola denuncia difamações

O governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, conversou ontem em Nova Iorque (EUA) com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, a respeito da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que acontece em 1992 no Rio de Janeiro. Brizola acredita que as denúncias sobre a violência no Rio constituem uma campanha de propaganda contra o Brasil, acionada por uma disputa pelo mercado turístico mundial.

Brizola afirmou: "No Rio existe com efeito uma situação de violência, mas não é diferente da que afeta outras grandes cidades do mundo, como o Bronx de Nova Iorque". O governador fluminense acredita que a violência não ameaça "nem remotamente" a Conferência ou os fluxos turísticos que chegam à cidade. Para a Rio-92 já está sendo montado um esquema de segurança.

Brizola reconheceu que ainda existe um elevado número de assassinatos de delinqüentes cometidos por grupos de extermínio. Ele classifica esta situação como "uma desonra" e "uma seqüela da ditadura que governou o Brasil".

Depois de Perez de Cuellar, o governador tinha agendada em Washington uma reunião com Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo era obter a participação da instituição financeira em um grande plano de descontaminação da Baía de Guanabara.(AFP)

Nº. DOCUMENTO
TITULO BRIZOLA ADOPTA EL ESTILO DEL GOB COLLOR
PROCEDENCIA ZH 15DOA 8
FECHA DE PRODUCCION 28-6-91
VINCULACIONES 10046
11164
11303
11302

Brizola adere ao estilo do Governo Collor

☐ A palavra soft entrou no dicionário do governador do Rio. Ao voltar dos Estados Unidos, ele recebeu a visita do Estado Maior e da ESG

O governador Leonel Brizola (PDT-RJ) também vem adotando um estilo *soft*, a exemplo do presidente Fernando Collor, de quem se aproximou nos últimos dois meses. Ontem, ao voltar dos Estados Unidos, Brizola recebeu no Palácio Guanabara a visita do Estado Maior e da corporação da Escola Superior de Guerra (ESG), organismo responsável no passado pela formulação da política de segurança nacional, a mesma que o levou a se exilar do Brasil por 15 anos, de 1964 a 1979.

O comandante da ESG, tenente-brigadeiro da Aeronáutica Pedro Ivo Seixas, e o líder pedetista deixaram de lado o que chamaram de "incompreensões do passado" e durante toda a manhã debateram os planos para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Estado. Seixas não quis fazer comentários sobre a importância política da visita: "Da parte da ESG, não há nenhuma conotação política nesta visita, nosso interesse é apenas acadêmico", disse o comandante.

Brizola nem parecia "o sapo que se engole e se expele na hora certa", conforme o definiu, em sua primeira gestão no Governo do Rio (1982-86), o então comandante da ESG, general Euclydes Figueiredo. "Nossas relações sempre foram de amor e ódio", disse Brizola. "Tivemos períodos difíceis, mas isso passou, e a hora é de cooperação. Nossas preocupações são comuns, embora com enfoques diferentes".

O GRANDE — No afã de elogiar Collor, Brizola até o comparou ao conquistador Alexandre, o Grande, nascido em 356 a.C. Ao lado do seu secretariado e do prefeito Marcello Alencar (PDT), o governador justificou a aproximação com o presidente: "Como Alexandre, Collor sacou de sua espada e cortou o nó que amarrava a Linha Vermelha", disse, assegurando ainda que, se não fosse a determinação do presidente, a Linha Vermelha (via expressa de tráfego na Zona Norte) não sairia do papel.

A criação de uma diretoria paritária, indicada pelos governos Federal e Estadual, será solicitada a Collor para administrar a Light. É o primeiro passo para a estadualização, disse Brizola. Ele vai pedir também que o Governo Federal libere o Estado de uma dívida de US$ 2 bilhões (cerca de Cr$ 620 bilhões ao câmbio comercial), permitindo que esses recursos sejam aplicados em projetos de desenvolvimento do Rio.(AE)

01 . 01
0107438

Brizola y Escuela Superior de Guerra hacen las paces — JB BRASIL 28-6-91

10046
11164
11303
11163
11328

Brizola e ESG fazem as pazes

Governador recebe estagiários e põe pedra no passado

Luciana Nunes Leal

Para os militares, e especialmente a Escola Superior de Guerra (ESG), Leonel Brizola passou muitos anos como sinônimo de tudo que há de pior na política nacional. Mas, ontem pela manhã, essa imagem foi — pelo menos temporariamente — apagada durante a surpreendente e amigável visita que 100 alunos e oficiais da ESG fizeram ao Palácio Guanabara. Recebidos com toda atenção e cordialidade, os estagiários — civis e militares — conheceram o palácio, ouviram durante uma hora palestra do governador, fizeram perguntas e encerraram o encontro com um coquetel de vinho branco e canapés.

Brizola saudou o encontro como "o início de um período de compreensão". O comandante da ESG, tenente-brigadeiro Pedro Ivo Seixas, garantiu, no entanto, que a visita não teve conotação política. Das 9h ao meio-dia, os participantes do encontro trocaram idéias e fizeram até elogios mútuos — embora moderados. Quando foi procurado pelos militares, que queriam marcar um encontro para discussão de suas metas de governo, Brizola sugeriu que fizessem uma visita o palácio e, como anfitrião, escolheu o jardim de inverno para receber os convidados.

Acostumados a palestras restritas aos participantes, com circuito interno de televisão, os alunos da ESG se reuniram pela primeira vez ao ar livre. Na hora das perguntas, falaram da estadualização da Light, despoluição da Baía de Guanabara e do descrédito da população nos partidos políticos. Uma salva de palmas dos alunos para Brizola encerrou a cerimônia.

Brizola lembrou, durante o intervalo, do período em que seu relacionamento com a ESG e o regime militar era o pior possível. "Temos relações de amor e de ódio. Mas esse encontro não deixa de ser uma reaproximação. No passado, vivíamos um clima de incompreensão, mas as incompreensões estão desaparecendo", disse o governador.

Sapo — Brizola também lembrou das declarações do general Euclydes Figueiredo, ex-comandante da ESG, de que sua eleição para o governo do Rio, em 1982, era "como um sapo que a gente engole, digere e, na hora certa, expele". "Aquela era uma outra época. As declarações do general não contribuíram para que o ambiente melhorasse. Se ele tivesse usado termos diferentes, esse encontro de hoje poderia ter acontecido antes. Mas o tempo vai colocando sempre a face verdadeira das pessoas e instituições. De nossa parte, esse encontro é saudado como acontecimento fecundo", declarou.

Enquanto Brizola relembrava os tempos de ódio, os estagiários da ESG tomavam água e café no jardim do palácio. E o tenente-brigadeiro Pedro Ivo Seixas fugia das perguntas, dizendo apenas que o encontro era "exclusivamente profissional" e fazia parte de um programa de reuniões com os governadores de todos os estados. Brizola elogiou a iniciativa da ESG e prometeu enviar respostas por escrito às perguntas que não teve tempo de responder, além de informações técnicas sobre projetos que pretende colocar em prática. Escolhido para falar em nome dos estagiários, o engenheiro Roberto Carlos Monteiro agradeceu à acolhida e disse ter ficado emocionado. Elogiou a "profundidade das respostas", antes de entregar a Brizola uma placa que registrava o encontro.

A última vez em que estagiários e oficiais da ESG estiveram no Palácio Guanabara foi em 1980, a convite do então governador Chagas Freitas. Quando Brizola assumiu o governo estadual, em 1983, o general Euclydes Figueiredo tinha no governador um de seus alvos favoritos. Chegou a declarar, em 1985, que a eleição de Brizola para presidente da República seria "uma desgraça". No mesmo ano, comentou-se que o general tinha vetado a presença do governador a uma solenidade na ESG da qual o presidente José Sarney participaria.

Brizola lembrou em sua palestra o incentivo que tem recebido do governo federal e falou da participação decisiva do presidente Collor na construção da Linha Vermelha. "Se o presidente não estivesse decidido, a obra não teria saído", reconheceu. Citou as obras inacabadas do metrô como um dos grandes problemas do Rio que pretende resolver, embora ainda não saiba como, e elogiou a "boa vontade federal" em discutir a dívida do estado. Durante o coquetel, Brizola cumprimentou todos os participantes do encontro, sempre com um sorriso simpático e cordial, ao lado do comandante da ESG, gaúcho como ele. Terminadas as despedidas, os estagiários e oficiais voltaram para suas funções, nos quatro ônibus da Viação Sampaio alugados para levá-los ao Palácio.

Memória de 64 começa a ser apagada

Aziz Filho

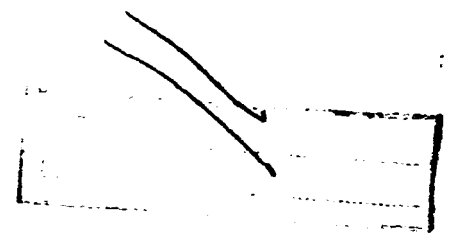
O governador Leonel Brizola não fez nenhum discurso defendendo "a liberdade de não morrer de fome", como o de Jarbas Passarinho em junho de 1976, nem um minicomício para os formandos da ESG, como Lula fez, em junho de 1987, na sede da escola que alimentou com teorias o regime militar de 1964. Talvez por isso o encontro de ontem no Palácio Guanabara ainda não possa ser registrado como o episódio derradeiro de uma história de preconceitos que, nos meios militares, marcou o trabalhista gaúcho desde o início dos anos 60.

Na eleição presidencial, Brizola mandou uma série de recados à direção da ESG, insinuando que se sentia injustiçado por nunca ter recebido um convite para visitar a "Sorbonne brasileira". Durante os quatro anos em que governou o Rio pela primeira vez (1983/87), ele só se encontrou com oficiais da escola uma vez, em dezembro de 85, quando acompanhou o então presidente Sarney em uma cerimônia de formatura realizada no auditório do Hotel Nacional.

Quatro meses antes daquele primeiro encontro, quando faltava apenas a eleição direta para presidente para consolidar o regime democrático, o então comandante da ESG, general Euclydes Figueiredo, dissera que, por estar ligado a socialistas estrangeiros, a eleição de Brizola à Presidência seria "uma desgraça para o país". Foi o mesmo Euclydes que, em 82, logo após a eleição de Brizola, comparara o pedetista a "sapo que a gente engole, digere e, na hora certa, expele".

O sapo de Euclydes foi degustado ontem, acompanhado de vinho branco e canapés. Se tivesse falado sobre política, certamente o governador usaria a moderação que vem marcando seus pronunciamentos atuais, ao invés de dizer, como em 1980, recém-chegado do exílio, que "se fosse em outro país, os responsáveis por 64 estariam presos". Mesmo continuando sem visitar a ESG, Brizola tem agora uma frustração a menos em sua trajetória: foi reconhecido e ouvido por alunos de uma instituição da elite militar. Um de seus interlocutores na Força Aérea, o capitão Sérgio *Macaco*, cassado em 1969, acha que a visita dos oficiais foi mais um passo para a tranqüilidade democrática, mas nada de espetacular. "Há dez anos, teria sido um fato grandioso", diz.

Nº DOCU
TITULO Estados decidem hacer propuesta única respecto a deudas.
P. ZERO HORA
FECHA DE 29-6-91.
VINCULACIONES 10046
11164
11303
11161
11314



DÍVIDA

Estados decidem fazer proposta única

□ Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e RS se reúnem para propor sugestão de federalização da dívida mobiliária. Juntos, eles devem Cr$ 2,7 trilhões

Os quatro estados que mais devem armaram uma estratégia conjunta para tentar convencer o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a ser mais tolerante na renegociação das dívidas estaduais. Depois de 24 horas do governador gaúcho, Alceu Collares, ter se encontrado com o ministro da Economia, o secretário da Fazenda, Orion Cabral reuniu-se no gabinete do secretário de Finanças do Rio de Janeiro, Cibilis Vianna, com os secretários da Fazenda dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, e o secretário da Fazenda da cidade de São Paulo, para organizar uma proposta de federalização da dívida, ou seja, a troca de títulos estaduais por títulos federais.

Esta ofensiva em bloco, dos quatro estados que são apontados como os principais devedores, terá grande poder de pressão, pois, somados, estes estados representam 65% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, e o total da dívida mobiliária alcança a cifra de Cr$ 2,7 trilhões.

A proposta de federalização foi mais uma vez exposta pelo secretário gaúcho, Orion Cabral, e recebeu a concordância e a adesão de todos os presentes, como sendo a melhor forma de assegurar recursos do estado, para investimentos no próprio estado. A fórmula de centralização elimina grande parte da carga fazendária que os estados tem para rolar a dívida.

Além da adesão de todos os secretários à proposta de Orion, ficou definido na reunião, que os secretários irão contactar com assessores do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, para que sejam recebidos em audiência, na próxima semana.

ENTRADA
CRUZADO

Nº DOCU
TITULO Estados pedem nova ajuda a Min de Economia
PERIOD JORNAL DO BRASIL
FECHA C 29-6-91
VINCULACIO 10046
11164
11302
11303

Estados pedem novo socorro a Marcílio

Os secretários de Fazenda do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que se reuniram ontem no Rio, pretendem pedir novo socorro financeiro ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em audiência a ser marcada para os primeiros dias da próxima semana. Eles querem que o prazo para a rolagem da dívida interna seja dilatado. Segundo o secretário de Fazenda do Rio, Cibilis Viana, o prazo para a troca dos títulos federais (LBCs) por letras estaduais começa a vencer no dia 8 de julho, mas o mercado não está preparado para absorver estes títulos e exigiria encargos financeiros elevados.

Desde setembro de 1990, há dificuldades de colocação de títulos dos estados no mercado, por conta das intervenções em bancos estaduais e boatos de insolvência. Por isto, a troca das LBCs por letras estaduais teria de ser feita com taxas bem acima das oferecidas pelos títulos federais. "Se as LBCs têm 14% de taxas de juros, a letras do estado chegariam a 18%. Isto nos criará dificuldades", comentou Cibilis, que recebeu, ontem, em seu gabinete no Rio, os secretários estaduais de Fazenda de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de São Paulo. O secretário de Fazenda da prefeitura paulista também compareceu.

Cibilis disse que os títulos estaduais lançados com remuneração de 18% ao mês representariam para os quatro estados — Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — uma despesa de US$ 320 milhões. "Tenho certeza de que Marcílio, um homem ciente do interesse público, vai compreender como é dramática a situação dos estados. Não é justo para com o contribuinte tirar recursos do erário estadual para favorecer especuladores", comentou. O pedido de audiência com o ministro Marcílio foi enviado ontem, por fac—simile, do gabinete de Cibilis.

"Da outra vez, quando os estados enfrentavam dificuldades, as negociações foram isoladas. Agora, nos reunimos para mostrar ao ministro a repercussão financeira negativa que esta situação poderá trazer, se não pudermos alongar o prazo", ressaltou o secretário de Fazenda do Rio. Ele não disse qual prorrogação de prazo seria necessária aos estados. O encontro de secretários durou cerca de duas horas e meia.

A preocupação de Cibilis com o desastre financeiro que a troca imediata das letras federais por títulos estaduais traria para os estados repousa em outro argumento. É que grande parte dos recursos bloqueados pelo Plano Collor são de bancos estaduais e a partir de setembro, quando for iniciada a devolução dos cruzados novos confiscados, as instituições estaduais terão de lançar títulos no mercado. Hoje, é certo, na opinião de Cibilis, que os papéis estaduais ainda não têm credibilidade para competirem com taxas de mercado. Por isto, são obrigados a oferecer remuneração mais alta, onerando o caixa estadual.

Frederico Rozário — 2/4/91

Cibilis: prazo dilatado

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107441

Nº DOCUMENTO
TITULO: Primeiras damas de Los Estados, Rosane Collor se reunem
PROCEDENCIA: JM 150023
DATA DO DOCUMENTO: 29-6-91
VÍDEO: 10046
11164

Primeiras-damas se reúnem no Alvorada

Neuza Brizola foi a mais informal no almoço de Rosane

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor poderá assistir ao desfile das escolas de samba do Rio no carnaval ao lado do governador Leonel Brizola (PDT), no Sambódromo, se os insistentes apelos de Neuza Brizola forem atendidos por Rosane Collor. O convite foi feito ontem durante almoço oferecido pela primeira-dama do país às primeiras-damas dos estados. Muito expansiva, Neuza amenizou, com piadas e histórias engraçadas da política, o ambiente marcado pelo natural formalismo de pessoas que se conhecem pouco.

Rosane Collor aproveitou a abertura oficial, anteontem, da Festa dos Estados, que arrecada fundos para obras sociais, e reuniu ontem no Palácio da Alvorada quase todas as primeiras-damas estaduais. Estiveram ausentes apenas as mulheres dos governadores do Amazonas, Maria Emília Martins Mes[illegible] do Pará, [illegible]. Como o governador de Minas, Hélio Garcia, é divorciado, o estado foi representado por Maria Coeli Porto, mulher do vice-governador, Arlindo Porto. Rosane Collor apresentou um vídeo de sete minutos e meio sobre as realizações da LBA e convocou todas a se engajarem no programa de voluntárias da entidade, o Pronav.

As primeiras-damas estaduais esperaram alguns minutos por Rosane Collor, que chegou vestindo um *tailleur* azul-turquesa, fazendo quarteto com o *tailleur* verde-bandeira de sua irmã, Rosania Malta, o rosa-choque da cunhada, Leda Coimbra, e o da amiga Joyce Cardoso, mulher do empresário Eduardo Cardoso, amarelo-ovo.

Rosane iniciou os cumprimentos por Nice Lobão, do Maranhão, e, depois de saudar as demais, levou-as para a área externa do palácio, onde posaram para fotos. Imitando o *namoro* dos maridos, Neuza Brizola e Rosane ficaram lado a lado. A primeira-dama do Rio aproveitou para elogiar o Palácio da Alvorada. "Está lindo", comentou, fazendo ressalvas apenas ao clima seco da cidade. "Mas eu tenho bom humor", respondeu Rosane. "Sempre levei tudo na esportiva." Em seguida, Neuza deu chance às colegas para as fotografias. Enquanto isso, Ika Fleury, primeira-dama de São Paulo, mantinha-se a pequena distância, acompanhando tudo com sorrisos.

O vídeo da LBA apresentado em seguida teve as cores originais alteradas devido a sistemas de gravação diferentes. O losango amarelo da bandeira brasileira, por exemplo, estava rosa, e o círculo apareceu em azul-marinho. Rosane assistiu ao vídeo ao lado da mãe, Rosita, e da irmã, Rosania. Neuza ficou ao lado de Ika.

À hora do almoço, no entanto, como determinou o cerimonial, Rosane sentou-se entre as primeiras-damas do Maranhão e da Bahia, obedecendo ao critério de precedência — primeiros estados a serem criados. Sentada logo à frente da primeira-dama, entre Leda Coimbra e Rosania Malta, Neuza contou casos políticos, lembrando dificuldades de campanhas.

Acomodadas em uma grande mesa, as primeiras-damas foram servidas de musse de salmão e rosbife ao molho de cogumelos, acompanhados dos vinhos Chateau Chandon e Velho do Museu, e champagne Möet & Chandon. Na sobremesa, crepe de damasco com calda de amêndoas. Pouco à vontade no primeiro encontro, as mulheres dos governadores não se excederam na quantidade. "Todas evitaram comer muito, demonstrando que são finas", observou depois uma das primeiras-damas presentes. Preocupada com o avião, que decolava às 14h30, Ika Fleury foi a primeira a deixar o almoço, despendindo-se sem provar a sobremesa. Até as 16h, todas já haviam deixado o palácio.

Rosane Collor disse que o bom entrosamento entre as primeiras-damas estaduais e a primeira-dama do país pode facilitar o trabalho dos maridos — o presidente e os governadores. Animada com o almoço, a primeira-dama do Maranhão, Nice Lobão, disse que relataria imediatamente o encontro ao marido, Edison Lobão. "Acredito que essa aproximação tem influência no trabalho político de nossos maridos", comentou Nice Lobão.

01.01

9107442

Nº DOCUMENTO
TITULO Collares visita Argentina —
PAG ZERO HORA!
DATA 2-6-91.
VINCULADO 10046
10196
11302
10033

Collares vai à Argentina amanhã

Amanhã, o governador Alceu Collares deverá visitar a cidade argentina de Santo Tomé, na Província de Corrientes, a fim de se encontrar com o seu colega Ricardo Guillermo Laconte. Eles irão tratar de novas alternativas para a construção da ponte internacional, ligando São Borja a Santo Tomé, numa extensão de 1.200 metros, cuja concorrência foi divulgada ainda em abril, mas nenhuma empresa se ofereceu para executar a obra em função das especificações técnicas exigidas.

Collares não descarta a possibilidade do Rio Grande do Sul e o governo da Província de Corrientes bancarem o projeto, com investimentos de parte a parte, se os entendimentos em nível nacional dos dois países não chegarem a uma conclusão.

Apesar disso, espera que o encontro que teve em Brasília com o ministro Francisco Resek, acompanhando uma delegação gaúcha liderada pelo presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, obtenha bons resultados. Adiantou que houveconcordância em diminuir as exigências do projeto, sem comprometer a segurança da obra. E a visita que fará amanhã ao governador de Corrientes, em companhia do deputado Ibsen Pinheiro, tem também a finalidade de informá-lo sobre os contatos feitos com as autoridades brasileiras, sugerindo que seja feito o mesmo do lado argentino.

SEM PREJUÍZOS — O governador não concorda que esteja prejudicando a área da Cultura ao retirar de lá 70 professores, dos quase 270 que estão lotados na Secretaria. Lembra que discutiu este assunto diretamente com os funcionários e diretores, na Casa da Cultura Mário Quintana.

Na sua opinião, os professores lotados na Secretaria de Cultura fizeram concurso para atender crianças, estando, portanto, em desvio de função: "Não posso conviver com isso, e qualquer lei, mesmo aprovada pela Assembléia, que dê cobertura a este tipo de desvio de função, a considero inconstitucional".

Collares pretende preencher os cargos com os agentes culturais e critica aqueles que o acusam de estar colocando no lugar dos professores correligionários do PDT: "Debate neste sentido significa falta de argumentos e de seriedade. Não podemos distorcer os argumentos".

ENTRADO
CRUZADO

9107443

2220 HORA /
2-6-91 /
10046
10196
10302

Ameaça de crise entre os poderes

□Pequenos desajustes no relacionamento entre os poderes estão criando um ambiente que pode levar a uma crise. Oposicionistas acham que é inexperiência

J.C. TERLERA
Editoria Política/ZH

Os primeiros 75 dias do Governo Collares não provocaram impasses graves no relacionamento entre Executivo e Legislativo, mas também não podem ser considerados produtivos em termos de construção de um entrosamento harmonioso, que é a expectativa de ambos os poderes. Na verdade, uma série de pequenos desajustes acabaram contribuindo para criar um ambiente de ameaça de crise e que ainda pode ser desfeito desde que o diálogo seja construído de forma mais objetiva.

Alguns parlamentares oposicionistas ainda acreditam que o descompasso seja obra da inexperiência dos que governam e da série de desafios que o governador enfrentou ao longo deste período. Estes fatores podem ter lhe desviado a atenção, como a de seus principais assessores, da importância de preservar o equilíbrio com o Legislativo.

Os mesmos parlamentares lembram que, dos 55 deputados, 41 integram as oposições e que Alceu Collares, além de outros, tem pela frente o desafio de conviver com a mais forte (numericamente) oposição que todos os governadores já enfrentaram. Nunca alguém governou o Estado com um respaldo parlamentar tão reduzido. Porém, Collares é político, foi parlamentar federal depois de ter sido vereador e foi prefeito antes de ser governador. Como tal, sabe perfeitamente que, sem respaldo do Legislativo, pouco poderá fazer.

MINORIA — É exatamente esta a opinião da maioria dos deputados oposicionistas e que se contrapõe a de outros, que entendem ser o governador um homem decidido e que tentará fazer valer suas posições mesmo que atropelando o Legislativo. A corrente que assim pensa é minoritária nas oposições e até pode tentar vender esta idéia numa tentativa de desestabilizar o Governo, o que, convenhamos, não é uma estratégia que interesse ao Rio Grande. Pelo contrário.

Comentário é de que "Governo ignora Parlamento"

Os comentários envolvendo o comportamento do governador em relação ao Poder Legislativo começaram em coincidência com a sua posse. Para ser mais preciso, começaram no instante em que ele descia as escadas da tribuna depois de ter lido seu discurso de prestação de compromisso.

Collares fez um longo discurso, onde, além de uma profissão de fé nos destinos do Rio Grande, falou dos seus projetos, da sua carreira e dos seus propósitos. Em momento algum referiu-se ao Parlamento. Nenhuma citação ou referência foi feita envolvendo a existência do Poder Legislativo, totalmente ignorado no pronunciamento feito ante os membros do próprio Poder e que recebiam seu compromisso.

Ainda não havia passado o efeito do discurso — muito comentado —, e eis que o governador lança sua primeira medida de impacto, tendo como alvo os "marajás". Por ordem de serviço, cortou os salários de funcionários enquadrados naquela situação. O Governo que ele havia substituído havia estabelecido o teto via lei e, como tal, devidamente autorizada pelo Legislativo.

MOTIVO — Houve um forte debate envolvendo aspectos jurídicos da questão, existindo deputados que entendiam ser correta a formulação do teto via ordem de serviço. Porém, nem estes deputados entenderam o motivo que levou Collares a tomar a decisão, até porque um projeto daquela natureza seria facilmente aprovado pelo Legislativo e não daria margem a nenhuma polêmica de ordem legal.

Os outros dois poderes acabaram fixando seus tetos de acordo com o que dispõe a Constituição (como foi o caso do Executivo, usado pelo governador), e o assunto foi armazenado na pasta dos descompassos, onde ainda está para ser arrolado junto a outros que se sucederam e que servem na avaliação geral agora feita pelos líderes no Legislativo.

Conselhos e projetão criaram embaraços

A criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento e dos conselhos regionais, bem como o *projetão* que visa recuperar a economia gaúcha, também acabaram criando embaraços no relacionamento entre os dois poderes. O governador convocou uma solenidade para dar como instalado o Conselho Estadual, o reuniu pela primeira vez, marcou dia para a próxima reunião — onde já serão tomadas decisões —, mas não enviou nenhuma mensagem à Assembléia que, constitucionalmente, precisa votar a lei da criação de tais organismos.

O impasse acabou gerando outro. Preocupados com a seqüência de desajustes, os líderes reuniram-se e decidiram não aceitar a concessão de nenhum incentivo fiscal a quem quer que seja sem que ele antes seja convertido em projeto de lei e deliberado pela Assembléia, dentro de um prazo que o Legislativo definirá e obedecendo a critérios que ele essa-

É claro que o governador quer submeter os projetos ao Legislativo, mas também é óbvio que há urgência na tomada de algumas medidas, sujeitas a serem engavetadas na Assembléia. Diante disso, o que falta é um diálogo de entendimento entre os dois poderes, até porque o Estado não pode ficar à mercê de tais desajustes.

BOM SENSO — Tanto é assim que o governador já anunciou a intenção de adotar medidas provisórias para assuntos urgentes. Foi ele revelar esta sua disposição, e o Legislativo antecipadamente já anunciou que rejeitaria a proposta. Constitucionalmente, qualquer benefício fiscal ou qualquer novo órgão que o Executivo pretenda criar ou transformar precisa de prévia aprovação legislativa. O Legislativo não abrirá mão desta prerrogativa. Mas, para usar seu direito, igualmente deve praticar seu dever de não retardar

Transferência do Deprc é outro problema

Os problemas transcenderam ao campo político e alcançaram também a área administrativa. Lá igualmente ocorreram ruídos na comunicação entre os dois poderes ao longo dos primeiros dois meses e meio do novo Governo.

Em razão de um compromisso eleitoral, Alceu Collares quer transferir a sede do Deprc de Porto Alegre para Rio Grande, uma reivindicação da qual o PDT daquele município não abre mão. O governador já recebeu a sinalização: se realmente deseja resgatar este compromisso, terá que fazer a transferência por simples ato administrativo, pois através de lei não conseguirá. A Assembléia rejeita a transferência.

Collares já marcou a data de 21 de junho para assinar o ato da transferência, enquanto a Assembléia só espera a assinatura do documento para tentar sua anulação junto ao Judiciário, alegando que a Constituição veda a cisão de órgãos públicos sem prévia consulta ao Legislativo.

da, estará criado outro impasse entre os dois poderes e que não será evitado, a menos que ocorra uma negociação ou que o Executivo tome a providência via projeto de lei e consiga reverter o atual quadro, francamente contrário à medida.

SEM ENTENDIMENTO — Ainda no campo administrativo, o presidente da Assembléia, Cézar Schirmer, rejeitou (e devolveu) ofício encaminhado pelo Executivo (mas não assinado pelo governador) solicitando a devolução de todos os 52 professores atualmente cedidos ao Legislativo.

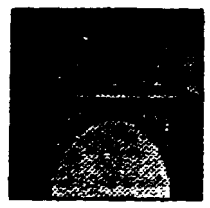
A Assembléia não é contra a devolução, mas entende que o pedido, como foi dirigido a um chefe de Poder, deve ser assinado por outro (o governador, chefe do Executivo) e não por secretário de Estado. Assim, ambos discutiriam a fórmula para atender ao desejo do Governo de ver os professores devolvidos, compatibilizando-o com o do Legislativo, que precisa reciclar-se diante da perda

ENTRADA
CRUZADO

NO. DOCUMENTO
TITULO: PUENTE SAN BORJA - STO TONE _ GOBERNADORES PIDEN NUEVO DOCUMENTO
FECHA: ZH 150029
4-6-91
10046
10196
11399

PONTE SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

Governadores pedem novo edital até outubro



□No encontro entre Alceu Collares e seu colega Ricardo Leconte, da Província de Corrientes, ficou ratificado o interesse pela obra. Mas a burocracia do Governo Federal pode dificultar a sua construção

EUTHALIA XAVIER
Enviada a São Borja

Os governadores do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, e da província argentina de Corrientes, Ricardo Guillermo Leconte, assinaram ontem, em São Borja, uma declaração que reitera o interesse bilateral para a construção da ponte internacional que ligará a cidade gaúcha a Santo Tomé. A resolução propõe o levantamento das modificações necessárias às normas técnicas do projeto no primeiro edital — que não encontrou interesse por parte da iniciativa privada — e a elaboração de uma nova licitação até o mês de outubro deste ano. A ponte internacional é parte do projeto de integração que constitui o Mercosul — iniciado pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsin e reiterado pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. A obra servirá à aceleração do processo econômico entre os dois países.

A ponte conta ainda com um complicador — esse exatamente à imagem e semelhança do passado recente dos países integrantes do mercosul: a burocracia. A Comissão Mista Argentina-Brasil é subordinada ao governo Federal, que deve licenciar seu funcionamento e convocação. Como não cumpriu a primeira etapa de seu trabalho (a licitação), a Comissão Mista Argentina (Comab) corre o risco inclusive de extinção. Não é o interesse de nenhum dos envolvidos, mas será mais uma etapa do processo para a realização da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé.

CONSTRUÇÃO — O primeiro edital para a licitação — aberta dia 4 de abril — não encontrou empresas interessadas na concessão de exploração da ponte. O valor total do investimento seria um dos obstáculos. A estimativa desse valor varia em até 100%: enquanto o secretário dos transportes do Rio Grande do Sul, Matheus Schmidt, lida com uma cifra de US$ 60 milhões, o representante argentino da Comab, Angel Galmarini, calcula esse valor esm US$ 30 milhões.

O fato é que quantos sejam os milhões necessários, eles estão em uma relação desproporcional à rentabildade de retorno à iniciativa privada. As propostas expostas pelos representantes do Comab e pelo prefeito de São Borja, José Pereira Alvarez (PDS) aos dois governadores reunidos ontem, busca a simplificação do projeto inicial (que prevê ferrovia, rodovia, aduanas e acessos, entre outros itens) para o seu barateamento, observando a manutenção da funcionalidade e da segurança da ponte.

Em estudo ainda — até a próxima reunião da Comab (possivelmente antes do final do mês de junho) — estará a fixação do prazo de exploração ao consórcio que construir a ponte, para um período de 40 anos. Durante esse tempo o consórcio se ressarciria do investimento inicial pela cobrança do pedágio na ponte internacional.

Lair Gonçalves

Obra: *Collares e Leconte (E) descartam utilização de recursos federais*

EXTINÇÃO — Outro item técnico encarecedor, no projeto inicial, é a altura da construção — que nenhum dos membros do Comab soube precisar — mas que seria excessiva pela alta de navegabilidade do Rio Uruguai naquele trecho. O governador Collares - que esteve acompanhado do presidente da Assembléia Legisliva, Cézar Schirmer, sugeriu a construção por etapas da obra, diminuindo o investimento imediato. Os dois governadores se comprometeram, através de um documento firmado em São Borja, a custear a construção dos acessos à ponte internacional em seus países, visando também o barateamento da construção.

A possibilidade dos governos federais e estaduais dos dois países terem de bancar a obra é consid[illegible] prematura tanto por Colla[illegible] mo por Leconte. Disse o go[illegible] dor de Corrientes: "Do lado [illegible] tino não existe esta possibili[illegible] acredito que seria uma inf[illegible] de nossa parte considera[illegible] possibilidade de construção [illegible] cursos públicos, existindo [illegible] alternativa da construção p[illegible] ciativa privada".

4 JUN 91 ZH

01 02 9107445

Balcão de negócios para o Cone Sul

A integração dos países do Cone Sul deixou de ser uma intenção política e já começa a desenhar os primeiros passos comerciais. Dentro desta filosofia, o I Intercâmbio Comercial do Cone Sul — que acontece hoje, e nos próximos dias 6 e 7 de junho, em Joinville, Florianópolis, Caxias do Sul e Porto Alegre —, pretende transformar-se no balcão de negócios da iniciativa privada argentina com os mercados vizinhos. A perspectiva inicial é gerar negócios equivalentes a US$ 70 a 100 milhões (aproximadamente Cr$ 20 bilhões a Cr$ 28,6 bilhões pelo dólar comercial no fechamento de ontem).

O I Intercâmbio Comercial do Cone Sul, que promete trazer uma comitiva de 80 empresários argentinos — até o momento, as inscrições registram a presença de 35 indústrias da Argentina —, é uma iniciativa do Consórcio Arbex, que é formado pelas empresas gaúchas Making Fomento Internacional, Ribalta Serviços de Marketing e Centro de Propaganda. "Os negócios podem significar muito mais do que a simples compra e venda, mas sim associações e *joint ventures*, para uma futura competição no mercado internacional", confirmou o diretor da Making, Newton Quites.

De olho na criação de *joint ventures* e acordos binacionais, visando agilizar o relacionamento Brasil/Argentina e a exportação de produtos para terceiros mercados, já acertaram a presença no I Intercâmbio Comercial do Cone Sul as argentinas Aceros Bragado, Silmat e Pistones Sylicum (setor metal-mecânico), Ilca Saic, Luis Casale e Francavilla (setor têxtil), Cooperativa da Região da Córdoba, Indústria de Alimentos da Argentina e Sancor Lacteos (setor alimentício). Do lado gaúcho — que começa a mostrar receptividade ao processo de integração —, 40 empresas confirmaram participação.

"O encontro entre empresários gaúchos e argentinos é o início de um estreitamento comercial, motivado pela abertura irrestrita de mercado e da desgravação progressiva e automática até 31 de dezembro de 1994, quando todos os itens comercializados entre os dois países desfrutarão da alíquota zero", explicou Quites, que aposta no desejo argentino de fechar novos negócios no I Intercâmbio Comercial, que será realizado no Centro de Convenções da Fiergs. Nos últimos anos, o comércio entre os dois países mostra uma evolução, e deve fechar 1991 com negociações na ordem de US$ 3,0 milhões (Cr$ 865 milhões pelo dólar comercial no fechamento de sexta-feira).

RGS: Assembleia Legislativa quer opiniões sobre emancipações.
ZH
13-6
RGS 10/96

ENT: 00
CRUZ 00

AL quer opinião sobre emancipações

A Assembléia Legislativa discute na próxima semana, no dia 19, as conseqüências das emancipações de cerca de cem distritos do Estado. O presidente da Casa, Cézar Schirmer (PMDB), quer um posicionamento antecipado dos 55 deputados sobre os reflexos que terão esses novos municípios, caso aprovados pela Assembléia, no processo de desenvolvimento do Estado. Entre as preocupações estão os encargos que vão trazer para o Governo Estadual em relação à infra-estrutura básica: escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, quartéis da Brigada Militar e obras de saneamento e de novas estradas.

O prazo para a Assembléia aprovar as autorizações dos plebiscitos termina dia 15 de agosto. Até lá, todos os projetos deverão estar sancionados pelo governador e publicados no Diário Oficial.

01 01

3107446

Collares negocia el fin del bloqueo con Mtro Ecomo nio.

ZERO HORA!

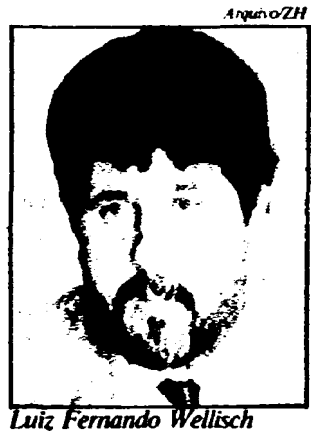
12-6-91!

10046
10196
11164
11302

ENTRADO
CRUZADO

Collares negocia o fim do bloqueio com Marcílio

Arquivo/ZH



Luiz Fernando Wellisch

O governador Alceu Collares tratou ontem — diretamente com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira — do bloqueio das contas da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) pela União. A expectativa de integrantes do Governo é que surja uma "solução imediata" para o caso, possivelmente hoje, com o anúncio da suspensão do bloqueio dos Cr$ 300 milhões depositados no Banrisul e Caixa Econômica Estadual. O Governo não teme novos bloqueios, pois as negociações com a União estão em andamento. Isto apesar da anunciada falta de meios para quitar os Cr$ 16 bilhões devidos ao Governo Federal, relativos aos juros da dívida externa gaúcha.

Em todo o caso, o bloqueio nas contas da CRM não foi uma surpresa, afirmou uma alta fonte da administração de Collares. "O caso já era nosso conhecido e até previsto. Um desfecho natural que podia ser previsto. Não houve surpresas".

Mas a questão da dívida global do Estado continua sendo tratada pelo Governo, que entende possível o pagamento, após novas renegociações dos prazos e desembolsos previstos nos atuais contratos. Ontem, foi encaminhado um documento ao secretário do Tesouro Nacional, Luís Fernando Wellisch, com as posições do Estado e suas possibilidades, inclusive com dados da receita estimada e do comportamento previsto das despesas. A Secretaria da Fazenda deve fechar ainda esta semana a arrecadação do mês de maio e, até ontem, a previsão era de uma receita própria líquida de Cr$ 55,10 bilhões, que em abril totalizou Cr$ 52,37 bilhões.

ENTRADO
CRUZADO

9107447

Nº. DOCUMENTO
TITULO FACCIONI QUIERE SEDE DEL MERCOSUR EN PORTO ALEGRE
RECEBIDO 24 150028
11-6-91
10046
11164
11399
10196

ENTRADA
CRUZ DO

Faccioni quer a sede do Mercosul em Porto Alegre

O líder do PDS na Câmara Federal, Victor Faccioni (PDS/RS), defendeu ontem, em Porto Alegre, que a cidade seja a sede administrativa do Mercado Comum do Cone Sul, o mesmo papel que é exercido por Bruxelas, a capital da Bélgica, no Mercado Comum Europeu. O deputado também pretende apresentar emenda que federaliza e internacionaliza o BRDE, para que o banco de desenvolvimento possa reabrir e se transformar em agente financeiro de todos os países que atuarem através do Mercosul.

— São Paulo já doou a sede para o futuro parlamento latino-americano e não podemos perder mais tempo — disse o deputado. Faccioni pediu ao líder partidário do PDS na Assembléia, Guilherme Villela, para apresentar a proposta ao governador Alceu Collares (PDT), ao presidente da Assembléia Legislativa, Cézar Schirmer (PMDB) e aos dirigentes da Fiergs e da Federasul.

O deputado diz o objetivo é formar uma frente, onde se inclui a bancada federal do PDS e os representantes de todos os demais partidos do Rio Grande do Sul, para viabilizar o projeto de integração das economias do Cone Sul. O líder do PDS integra a comissão criada pelos presidentes dos dois países para acompanhar as negociações.

CARVÃO — O deputado Victor Faccioni, que é presidente da Frente Regional do Carvão, tem projeto que inclui os municípios produtores de carvão nos benefícios da *Lei do Royaltie*, semelhante aos níveis que ganham os municípios produtores de petróleo e minerais preciosos. O deputado também deseja alterar a participação do carvão na geração de energia, aumentando dos atuais 2% para 6%. "O carvão representa em média 20% da energia gerada e consumida na Europa, chegando a 49% em alguns locais da União Soviética e dos Estados Unidos", argumentou.

01 01

9107446

Nº DOCUM
TITULO Problemas operacionais no porto de RGS
PROCEDE ZERO HORA
FECHA DE 13-6-91
VINCULACIO 10046
10196
ENTRADO

Equipamentos do superporto estão sucateados

□Terminal de contêineres vem batendo recordes na movimentação de cargas, enquanto outras áreas sofrem com deficiências dos equipamentos

O porto rio-grandino apresenta graves problemas operacionais. Sem investimentos e com muitos equipamentos sucateados, ele chegou a ser chamado de "Rei da Sucata", em alusão à telenovela apresentada no ano passado pela Rede Globo. O título foi contestado pelo DEPRC, mas preocupou os rio-grandinos pela imagem negativa que trazia à cidade. Dos 31 guindastes existentes, para embarque e desembarque de mercadorias nos navios, apenas quatro estão em condições de funcionamento.

Além dos prejuízos na movimentação de cargas, as deficiências operacionais trazem riscos de vida aos trabalhadores. O presidente do Sindicato dos Motoristas de Guindastes, João Carlos Teixeira, revela estar comprometida a integridade física de quem opera os equipamentos, sem reformas desde 1974. Os guindastes foram adquiridos de 1967 a 1970, só podendo operar cargas soltas, devido à sua ineficiência.

No início do ano, houve um protesto dos importadores de arroz, quando um navio com três mil toneladas do produto teve que esperar tempo além do previsto, porque o porto tinha apenas uma caçamba — equipamento ligado ao guindaste para retirar granéis do fundo dos porões das embarcações. Os responsáves pelo desembarque da carga tiveram prejuízos de US$ 7 mil.

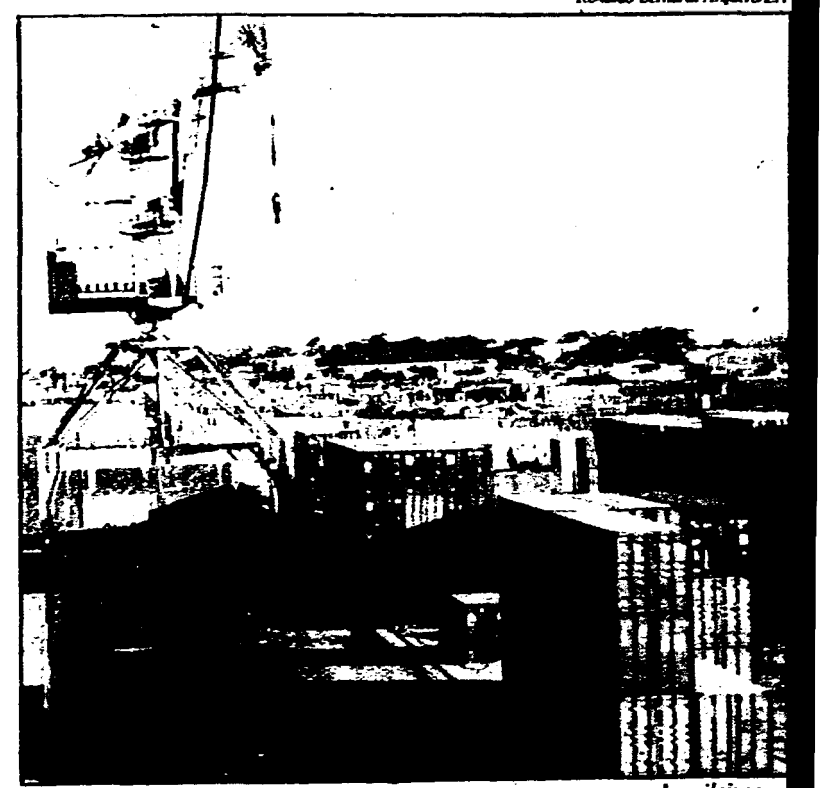
Os estivadores também protestaram, e o presidente do Sindicato da categoria, Jurandy dos Santos, declarou na época que o fato prejudicava os trabalhadores, porque seu volume de trabalho depende da produtividade do porto. "Além dos prejuízos financeiros, ficamos sujeitos às críticas dos setores interessados na privatização do porto", disse.

LACUNA — Nos últimos quatro anos, a compra de equipamentos para o porto ficou longe das necessidades. Os dados fornecidos pela administração dão conta da aquisição de duas empilhadeiras, uma pá-carregadeira para movimentação de cereais no Terminal Trigo e Soja (TTS), uma caçamba automática, recuperação de dez empilhadeiras e dois guindastes e automação do sistema de balanças no TTS.

O presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de Rio Grande, Vilmar Rivoire, explica não estarem sendo mais embarcadas cargas como carne e frango por falta de condições operacionais. Uma das lacunas para esta operação é a inexistência de local refrigerado para depósito dos produtos perecíveis, já que o entreposto geralmente fica abarrotado de carne.

Estas operações passaram a ser feitas por exportadores, via outros portos menores. O terminal de carnes de Rio Grande foi transformado em Terminal de Contêineres (Tecon). Mesmo reconhecendo o excelente desempenho do Tecon, que vem batendo recordes de movimentação de cargas, os usuários desejam um empreendimento desse porte para aumentar ainda mais o movimento.

Ronaldo Bernardi/Arquivo/ZH



Destaque: *terminal de contêineres bate recordes entre portos brasileiros*

ENTRADO
CRUZADO

01 01

9107449

Nº DOCUMENTO
TITULO Pauta da Assembleia Legislativa do RGS se reúne com embaixadores europeus
PROCEDÊNCIA ZH
DATA 15-6
VALOR 10046
10196
11302

ENTRADO
CRUZADO

Schirmer tem encontro com embaixadores

O presidente da Assembléia Legislativa, Cézar Schirmer (PMDB), viaja amanhã à noite a Brasília para manter contatos com embaixadas européias. Schirmer pretende contar com as experiências dos países europeus para organizar no Rio Grande do Sul o primeiro fórum de debates sobre a integração do Cone Sul.

O deputado vai solicitar indicações de políticos e técnicos que tiveram participação decisiva no processo de organização do Mercado Comum Europeu. Na segunda e terça-feira, tem audiências com os embaixadores da França, Alemanha, Portugal e Espanha; com o primeiro secretário da Embaixada da Itália; e com o chefe da delegação da Comissão das Comunidades Européias.

Schirmer deverá ainda participar do encontro de presidentes das assembléias legislativas com o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-BA), organizado pela União Parlamentar Interestadual (UPI). O retorno do presidente do Legislativo gaúcho ao Estado está previsto para terça-feira à noite.

01 . 01

9107450

Nº DOCUMENTO
TITULO Intercambio: Sur brasileiro - Nordeste Argentino
PROCEDENCIA Z. Hora 150029
FECHA DE P... 16-6-91
VINCULACIÓN Brasil.
10046
10196
10033

ENTRADO
CRUZADO

... INVISÍVEL

... bem sucedido. Mas mal se conhecem

... que há produtos que ... sua qualidade e ... O objetivo deve ser ... tecnologia de processos e de ... Ações propostas: ... e variedades ... aproveitamento ... estudar modalidades de transfe- ... conhecimentos e analisar ... e de comercia- ... criem condições efe- ... ver sua transferência. ... problema apontado é a ... de capitais nas duas regiões. A saída poderia ser a promoção de experiências de desenvolvimento conjuntas. Há problemas também de abastecimento de energia elétrica, carência de telecomunicações e dificuldades de vinculação física. Nem o conhecimento sobre a cultura regional está sistematizado.

O Intal concluiu que regiões tão próximas e com grandes possibilidades de ações econômicas conjuntas parecem, na verdade, separadas por milhares de quilômetros. Ou por um muro invisível, o dos longos anos de rivalidades.

PARTES POCO LEGIBLES

01.01 9107451

Nº DOCUMENTO
TITULO Collares anuncia plan para garantizar elección de Brizola a Pte
PROCEDENCIA Jornal do Brasil 15/06/91
FECHA DE PRODUCCION 16-6-91
VIA: Brasil
10046
10186
11302

CRUZADO

Collares anuncia plano para garantir eleição de Brizola a presidente

José Mitchell

PORTO ALEGRE — A constatação "inarredável e fatal" de que os finalistas da eleição presidencial de 1994 — caso vença o presidencialismo no plebiscito de 1993 — serão Leonel Brizola (PDT) e Orestes Quércia (PMDB) levou os brizolistas a montarem uma estratégia para que os governos controlados pelo partido (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo) realizem "grandes administrações, para se diferenciarem dos demais estados." A bandeira pedetista será o conjunto dessas administrações e seus governadores "modernos, dinâmicos e íntegros". Ao revelar a estratégia, o governador gaúcho Alceu Collares disse que, depois do desgaste de Luis Inácio Lula da Silva (PT), não só na campanha de 1989, mas por sua desistência da atividade parlamentar, as esquerdas terão em Brizola "o instrumento capaz de representar um pensamento que defende profundas mudanças econômico-sociais no país".

Collares garante que a questão da sucessão presidencial nada tem a ver com o bom relacionamento administrativo de Collor e Brizola, que defende como decorrência do mandato popular que ambos obtiveram nas urnas e do necessário entendimento entre governadores e o presidente. Para Collares, "só um pacto social a nível nacional, como ocorreu na Espanha, poderá permitir um plano nacional que reduza a miséria, faça a distribuição da renda, gere empregos e a paz social". Apontou como "exemplo a ser seguido a nível nacional" o pacto regional que será firmado dia 17, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento, na sede da Federação das Indústrias (Fiergs). Partidos, empresários e sindicatos vão unir-se na busca de uma solução para a crise da economia gaúcha.

O governador fez um apelo ao presidente Fernando Collor para que trate o equacionamento da dívida dos quatro maiores estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), que alcança a Cr$ 2 trilhões 300 bilhões, com a "mesma compreensão e flexibilidade que as autoridades federais buscam, no exterior, nas suas negociações da dívida externa brasileira". Ressaltou que o PDT aplaude a política do presidente Fernando Collor na negocição com os bancos credores, mas quer o mesmo tratamento da União em relação aos estados.

Porto Alegre — Mauro Mattos

Collares: esquerda terá Brizola no pleito

01 . 01

9107452

Nº DOCUMENTO
TITULO PT anuncia oposição forte
PROCEDENCIA Zero Hora 15/06/91
FECHA DE [illegible] 16-6-91
VINCULADA Brasil
10046
10196
11307

PT anuncia oposição forte a Collares

□O partido tomou posição durante encontro do seu Diretório Regional. E vai divulgar carta aberta à população, criticando ações do governador

O Partido dos Trabalhadores (PT) passará a fazer uma oposição mais contundente e aguda ao Governo Collares. Esta a decisão tomada ontem durante a reunião do Diretório Regional. Terça ou quarta-feira, será divulgada uma carta aberta à população e que também será enviada ao Piratini, detalhando o novo posicionamento de crítica a Alceu Collares "por ter-se distanciado de suas propostas de campanha, passando a se aproximar mais das propostas de governo do presidente Collor".

A direção petista explica que o partido em nenhum momento esteve aliado ao PDT de Collares, tendo apenas recomendado à sua militância que votasse nele no segundo turno "para evitar a vitória da direita".

A reunião na sede do partido serviu ainda para um exame da conjuntura nacional e da estratégia a ser adotada na campanha eleitoral de 1992. Foi, por exemplo, decidido realizar uma campanha conjunta do partido com a Central Única dos Trabalhadores e o movimento sindical, com o objetivo de aprovar as propostas do partido no Congresso Nacional, nas leis de interesse dos trabalhadores, especialmente as que tratam dos reajustes salariais, do salário mínimo, a do inquilinato e o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência.

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Insatisfacción con distribución de asignación de recursos
FONTE ZERO HORA
FECHA 16-6-91
VÍNCULO 10046
10196
ENTRADO
CRUZADO

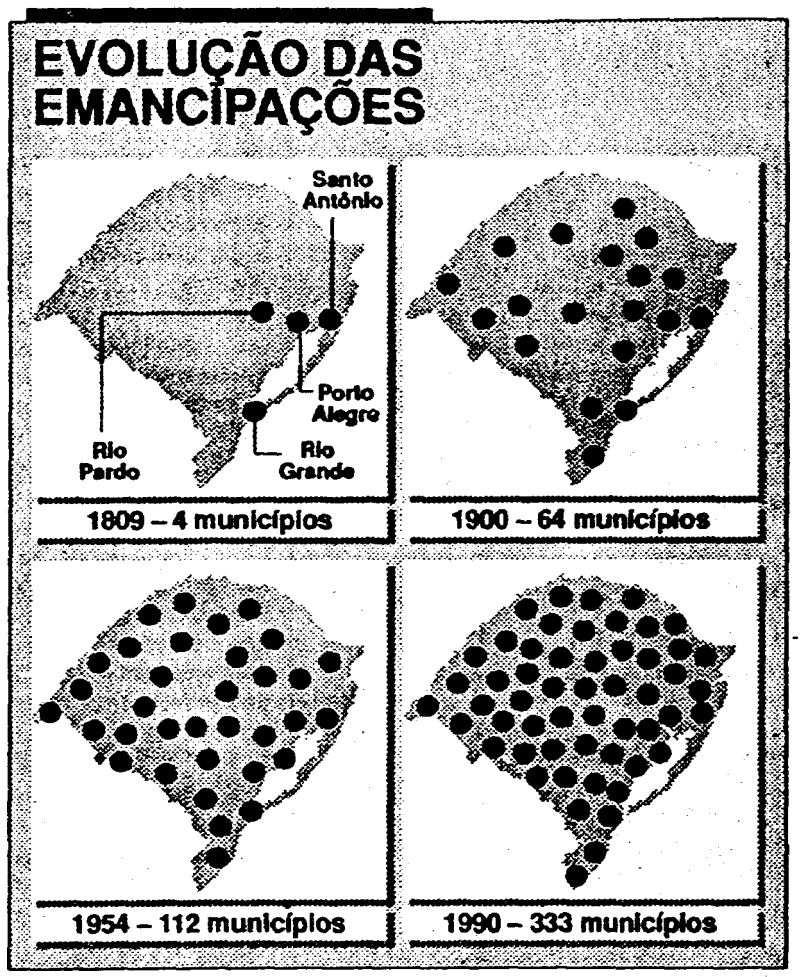
Insatisfação com a distribuição de verbas deflagra emancipações

□Cansados de esperar por recursos, os distritos do Interior não vêem outra saída a não ser reunir a comunidade e recorrer à separação do município-mãe

CRISTINA GUTKOSKI
Editoria Política/ZH

A história recente das emancipações gaúchas — leia-se os últimos 30 anos — é marcada por três leis, meia dúzia de pequenas modificações e muita insatisfação. Se a consulta plebiscitária, em vigor desde 1960, perguntasse aos moradores "vocês estão felizes com o trabalho da administração municipal?", a resposta certamente seria "não". Cansados, na maioria dos casos, de implorarem por uma distribuição mais eqüitativa dos recursos do município, os bairros e distritos desistem do diálogo, contabilizam os bens que possuem, os impostos que arrecadam e recorrem à separação.

Este número de insatisfeitos vem aumentando: de 1959 até hoje foram emancipados 215 dos 333 municípios do Estado. De agosto do ano passado até a última sexta-feira, a Assembléia Legislativa somou mais 107 pedidos de realização de plebiscitos. "Muitos não estão recebendo do município-mãe a devida atenção; os recursos ficam concentrados nas sedes, sem olhar muito para os distritos do interior", observa o ex-deputado Hélio Muskopf, presidente da Comissão de Assuntos Municipais na época em que foi apresentada à Assembléia Constituinte uma emenda popular que atribuía aos estados a competência de legislarem sobre a criação de municípios. Era acompanhada de 37 mil assinaturas e foi uma contribuição do Rio Grande do Sul para a Constituição Federal.



DITADURA — Aprovada a emenda, a Assembléia tratou de criar a sua lei complementar, com os respectivos requisitos para que pudessem ser requeridas as emancipações. Sancionada pelo governador Synval Guazzelli, a Lei 9.070 foi publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 1990. Vetado, nesta ocasião, o artigo 2º recebeu novo texto um mês depois. É ele que estabelece as condições para as localidades que hoje decidem se separar: população de cinco mil habitantes, ou mais; mínimo de 1.800 eleitores; mínimo de 150 casas ou prédios em núcleo urbano já constituído e condições reais de desenvolvimento.

Antes desta lei, vigorava a Lei Complementar baixada pelo Ato Institucional nº 3, em 9 de novembro de 1967. Os 15 anos seguintes foram um período de completo vácuo na história das emancipações gaúchas. Em 1965, o Estado contava com 232 municípios. Este número só foi pular para 233 em 1981. Durante os governos militares, nenhuma localidade se arriscou a solicitar realização de plebiscito ou sequer sonhar com a separação, mesmo que o tratamento recebido pelas administrações municipais não fosse dos mais satisfatórios.

Arthur da Costa e Silva era o presidente na época. A lei sancionada pelo general trazia como exigências pré-emancipatórias uma população superior a dezmil habitantes (o dobro do mínimo atual); centro urbano com mais de 200 prédios; arrecadação de cinco milésimos da receita estadual de impostos e eleitorado não inferior a 10% da população. Novos requisitos foram acrescentados em 1975 e 1977, pelo general Ernesto Geisel, e em 1980 e 1984, pelo general João Figueiredo.

SURTOS — "A intenção era centralizar a economia nas mãos do Governo Federal", diz Hélio Muskopf. A um número reduzido de municípios, corresponde um número reduzido de pessoas com poder decisório. Quando o processo de abertura política foi deflagrado, os plebiscitos e declarações de independência começaram a ressurgir, ainda que timidamente.

Em 1981, Teutônia separa-se de Estrela, rompendo uma abstinência de emancipações que já se prolongava por 14 anos no Estado. No ano seguinte, 11 localidades tomam coragem e dizem "sim" na consulta plebiscitária. Um novo surto emancipatório, parecido com o de 1959 e 1965, aconteceria em 1987: o Estado ganha 29 novos municípios e, um ano depois, mais 60. As exigências ainda eram as baixadas pelo AI-3, mas havia o detalhe de uma nova Carga Magna a caminho. Hélio Muskopf garante que nenhum destes municípios se arrependeu.

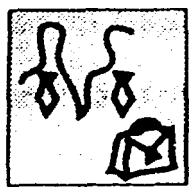
ENTRADO
CRUZADO

01.01 8107454

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Folha de pagamento consome 77,45% da receita
FONTE ZERO HORA
FECHA 19-6-91
VINCULAÇÃO 10046
10196
11302

ENTRADO
CRUZ DO

Folha consome 77,45% da receita



□Governo do Estado afirma que está cauteloso sobre novo reajuste para os servidores. Comprometimento da receita só não é superior devido aos atrasos no pagamento dos salários da categoria

O Governo está "cauteloso" em relação a qualquer novo reajuste para os servidores. Este foi o alerta dado ontem pelo secretário da Fazenda, Orion Cabral, um dia depois do governador Alceu Collares afirmar que o Rio Grande do Sul corre o risco de gastar Cr$ 1 trilhão em 91 somente com o pagamento do funcionalismo. Pelos seus cálculos (já incluído o índice de 191% dado ao magistério), a folha comprometerá este ano 77,45% da receita própria líquida do Estado (excluído o repasse de 25% aos municípios) e hoje atingiria, em termos anuais, a Cr$ 530 bilhões.

Entretanto, este valor não computa qualquer novo reajuste, o 13º salário e nem as férias do funcionalismo gaúcho. Incluindo os inativos, o número global de servidores da administração direta é de 181.971. Em maio, a folha consumiu 77% da receita do Tesouro gaúcho. A média até abril do comprometimento ficou em 67%. Em março, chegou a ser revelado que este percentual seria de 41,7% da arrecadação, quando na verdade, chegava a 74%.

A diferença está ligada à falta de pontualidade no pagamento do funcionalismo, atrasado há vários meses. Com isto, o desembolso tem sido menor todos os meses, pois é repassado para o mês seguinte, quando há a quitação dos salários devidos. Em janeiro, a folha comprometeu 75% da arrecadação, fevereiro baixou para 64% e em abril ficou em 61%.

CAUTELA — No momento, o orçamento ainda é de Cr$ 816,68 bilhões, mas Cabral acredita que chegará a Cr$ 1 trilhão. No mês passado, a receita bruta do ICMS atingiu a Cr$ 55,54 bilhões, enquanto a de abril ficou em Cr$ 51,32 bilhões. Além dos 77,45% com a folha, o Executivo prevê destinar 15,28% para investimentos e dividir o restante de sua receita na manutenção da máquina pública e nos compromissos relacionados com a dívida neste ano. O endividamento da administração direta e indireta com vencimento até o ano 2.010 totalizava Cr$ 1,325 trilhão, conforme os dados de 30 de abril.

Zuel / Arte ZH

QUANTO PESA O SALÁRIO
Participação da Folha de Pagamento na Receita Própria Líquida do Estado - Ano 1991

Janeiro	75%
Fevereiro	64%
Março	74%
Abril	61%
Maio	77%
Previsão 1991	77,45%

Fonte: Secretaria da Fazenda

Ao se referir à possibilidade de gastar toda a sua receita com o funcionalismo, o governador, explicou Cabral, "certamente estava se referindo à conjugação de dois fatores que deprimem a arrecadação: a quebra da safra agrícola e o processo recessivo do País". A situação atual, lamentou, exigiria uma arrecadação bem maior. No momento, a receita global do ano está 3,55% inferior às previsões da Secretaria, ou seja, cerca de Cr$ 2,5 bilhões.

ENTUSIASMO — Cabral está confiante que o País retome o caminho do desenvolvimento. Para ele, o processo recessivo não deverá permanecer, o que pode ser constatado "pela movimentação que já está ocorrendo" em alguns setores. A própria Secretaria tem sido procurada por muitos empresários interessados em informações sobre as isenções de ICMS que constam do projeto do Governo, o que evidencia a possibilidade de retorno dos investimentos na área privada.

Além disso, destacou que o governador Alceu Collares não está de "braços cruzados" aguardando que a "casa caia", mas propondo um plano de desenvolvimento para o Estado. "No momento, a estrada está ruim, mas cautela não significa desesperança e eu estou entusiasmado com estes planos".

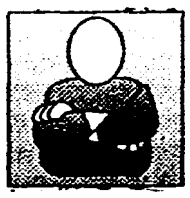
ENTRADO
CRUZ DO

01 01 9107455

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Funcionários fazem caminhada e pedem apoio a Collares
PROCE ZERO HORA /
FECH 21.6.91 /
VINCUL 10046
10196
11165
11413

ENTRADO
CRUZADO

Grevistas fazem passeata e pedem apoio a Collares



□O protesto reuniu funcionários de instituições federais, que ainda não conseguiram propostas do Governo Federal. Foi também uma forma de denunciar a recessão

Uma passeata reuniu ontem à tarde, no centro de Porto Alegre, os funcionários da Previdência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas, Fundação Universidade do Rio Grande, Banco do Brasil e mais os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Todas estas instituições e órgãos estão em greve, reivindicando melhorias salariais do Governo Federal.

A passeata saiu da frente da Prefeitura de Porto Alegre, seguiu pela Borges de Medeiros e depois Rua da Praia. Dali, os funcionários federais subiram até o Palácio Piratini. Eles querem a intervenção do governador Alceu Collares junto ao Congresso Nacional para a solução do impasse. Durante a caminhada, cerca de 800 servidores cantaram músicas alusivas à recessão e à política econômica adotada pelo Governo Federal. Faixas e cartazes apresentavam as reivindicações de cada categoria. Os funcionários das universidades, além de reposição salarial, pedem uma melhor educação e os servidores de estatais são contra a privatização.

A maioria dos servidores está há uma semana em greve. Os funcionários do Banco do Brasil realizaram ontem uma paralisação de 24 horas dentro da campanha salarial de emergência. Eles estão tentando negociar com a direção há mais de dois meses. Os funcionários do IBGE tiveram uma reunião ontem pela manhã com a direção do órgão, mas a questão salarial não ficou resolvida.

ENTRADO
CRUZADO

01.02 9107456

Nº DOCUMENTO
TÍTULO
PPC ZERO HORA
FE. H 7-6-91
VINCUL.

Greve dos docentes da UFRGS é parcial

☐Associação da categoria diz que a adesão está entre 50% e 70%. Das 27 unidades da universidade, apenas 11 delas estão com cerca de 70% dos professores parados

A greve dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é apenas parcial. Ontem, segundo dia de paralisação, a Associação dos Docentes (Adufrgs) divulgou os índices de adesão ao movimento: entre 50% e 70%. Das 27 unidades, 11 delas estão com aproximadamente 70% dos professores parados e entre elas estão o Instituto de Artes, as faculdades de Arquitetura, Biblioteconomia e Comunicação Social, Economia, Educação, Enfermagem, Educação Física, Filosofia e Ciências Humanas, Letras, Matemática e o Projeto Prelúdio. A paralisação é abaixo de 30% nas faculdades de Medicina, Direito, Farmácia e Informática.

Hoje, às 15h, no auditório do Instituto de Biociências, os professores se reúnem em assembléia geral para avaliar o movimento e fazer um relato da mobilização em todo o País. Segundo a Adufrgs, 16 universidades federais em todo Brasil estão com os professores de braços cruzados. A categoria reivindica 150% de reposição salarial e é contra a Medida Provisória 296, que tramita no Congresso Nacional, e não concede aos professores e servidores das universidades qualquer percentual de aumento. A MP 296 contempla com reajustes variados de 20% a 30% de servidores federais civis e militares, discriminando varios órgãos.

"O momento é de fortalecimento da greve", avaliou, ontem, o presidente da Adufrgs, Sérgio Nicolaiewsky. Ele considera "positivas" as declarações do ministro da Educação, Carlos Alberto Chiarelli, que anunciou, na quarta-feira, reajustes salariais entre 32% e 40% aos servidores das universidades federais. Entretanto, disse que isto significa apenas a arrancada para as negociações, já que estes índices estão muito longe daquele reivindicado pela categoria. Nicolaiewsky espera que a MP 296 seja declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pedido encaminhado pela bancada do PSB no Congresso Nacional.

BAIXO MOVIMENTO — O campus do Vale da UFRGS registrou, ontem, baixo movimento, tanto de professores, como de alunos. A sala 207, dos professores do curso de Letras, estava vazia à tarde e poucos alunos assistiram às aulas. A estudante de Filosofia Cláudia Mañica Sotano, ao invés de ter quatro períodos de aulas, assistiu apenas a dois de Lógica. Faltaram duas aulas de Filosofia da Arte.

No curso de Farmácia, os alunos tiveram aulas normais, informou a aluna Adriana Klein, do sétimo semestre. Ela contou que os professores decidiram deixar todas as turmas no mesmo nível de conteúdos e paralisar totalmente a partir de segunda-feira. "Eles explicaram que, na retomada das aulas, nenhuma turma estará com conteúdos atrasados".

Os professores do Colégio Aplicação fizeram assembléia na noite de quarta-feira e decidiram paralisar totalmente as aulas do 2º grau e o 1º grau terá um calendário especial. Na segunda-feira, os professores fazem nova reunião para decidir se continuam no mesmo esquema de paralisação.

SERVIDORES — Numa assembléia que durou aproximadamente três horas, os servidores da UFRGS decidiram entrar em estado de greve, sem paralisar suas atividades, mas com reuniões diárias nas unidades. Eles reivindicam 420% de reposição salarial, nos últimos 12 meses, e o presidente da Associação dos Servidores, Luiz Otávio Aquino, avaliou que a baixa mobilização é uma consequência das represálias, como corte no ponto, na greve do ano passado, quando foram descontados 19 dias.

Mais de 400 servidores lotaram o auditório da Faculdade de Arquitetura para acompanhar a assembléia geral — são um total de 4 mil. Agora, eles esperam uma resposta as suas reivindicações até a próxima quarta-feira, às 13h, quando voltam a se reunir. Desta vez, acredita Luiz Otávio Aquino, com mais condições de acompanhar o movimento dos professores, se não houver progressos nas negociações.

O reitor da UFRGS, Tuiskon Dick, não se pronunciou sobre a greve dos professores e a decisão da assembléia dos servidores. A assessoria de Imprensa informou apenas que existe "uma expectativa favorável com relação às reivindicações das duas categorias, devido as últimas declarações do ministro Chiarelli".

Arquivo/ZH

Sérgio Nicolaiewsky

Servidores vão esperar retirada da Medida 296

As diretorias de 24 associações e sindicatos de servidores federais decidiram, ontem, esperar o encaminhamento que terá a Medida Provisória 296 no Congresso Nacional, até a próxima quarta-feira, às 9h, quando voltam a se reunir. "O encaminhamento do indicativo de greve vai depender da retirada desta medida do Congresso e a apresentação de outra que contemple todos os servidores com o mesmo índice de reajuste", disse o presidente do Sindicato dos Servidores Federais no Estado, Cláudio Piovesano.

Ele defende que os deputados federais rejeitem a MP 296 e adotem o projeto da Comissão de Serviço Público do Congresso Nacional, que estipula uma tabela de conversão com um índice único de 60% de reposição salarial para todos os servidores — civis e militares. No Rio Grande do Sul, são 38 mil servidores federais e a MP 296 deixa sem qualquer reajuste funcionários do Ibama, Incra, Banco Central, Sudene, Polícia Federal, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Economia e universidades.

Participaram da reunião representantes da Receita e Polícia Federal, Previdência Social, Sunab, Delegacia Regional do Ministério da Educação, procuradores das autarquias federais, funcionários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Legião Brasileira de Assistência (LBA).

CRUZ

02.02 9107456

Nº DOCUM.
TITUL. Secretários preocupados em demissão voluntária
PAG. ZERO HORA
FECH. 22-6-91
VINCUL. 10046
10196
11302
ENTRADA
CRUZADO

Secretários não acreditam na demissão voluntária do servidor

□ Mesmo com indenização, titulares do primeiro escalão não detectam tendência demissionária. E torcem para manter os funcionários no quadro

DIOGO OLIVIER
Editoria Política/ZH

Se depender de alguns secretários do Governo Alceu Collares, o projeto de incentivo às demissões elaborado pela Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa não vai encontrar nenhum funcionário disposto a deixar o serviço público. A justificativa é a carência de pessoal manifestada pelo titulares do primeiro escalão da administração estadual.

O secretário substituto da Fazenda, Ibanez Cassel, avisa que não existe intenção de incentivar demissões na sua área porque está faltando gente para dar conta do volume de trabalho. O titular da Fazenda, Orion Cabral, está em Brasília resolvendo o futuro do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE).

Já o secretário de Minas e Energia, Nilo Quaresma, observa que os cerca de 18 mil funcionários das três empresas que compõem a sua pasta — Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM) — pertencem à administração indireta e estão fora do âmbito do projeto. "Os funcionários diretos aqui da Secretaria são muito poucos", explica.

DESCRENTE — O titular da Justiça, Geraldo Gama, lembra que em muitas funções de sua pasta existe o adicional de periculosidade. Esta particularidade e a carência de pessoal são os dois motivos que Gama encontra para não acreditar em demissões voluntárias na sua área. "Estamos sempre precisando de novos agentes. Não identifico nenhuma tendência entre o pessoal daqui em se demitir", prevê o secretário da Justiça, em que pese a indenização acenada por Collares para os demissionários.

A procuradora titular da assessoria legislativa da Procuradoria Geral do Estado, Sandra Lazzari, lembra que a única ressalva que foi feita ao projeto é a distinção entre estatutários e celetistas devido aos regimes jurídicos diferentes de um e outro. Foi Sandra quem assinou o parecer ao projeto enviado pela Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa à Procuradoria para uma análise jurídica. "As alterações foram apenas técnicas. Nada quanto ao conteúdo", lembra a procuradora.

O secretário de Segurança Pública, Adão Eliseu, também não acredita em demissões voluntárias no seu setor.

Deputados fazem reservas à proposta

A proposta de indenizar as demissões voluntárias do funcionalismo estadual foi recebida com reservas na Assembléia Legislativa. O líder do PT, Flávio Koutzii, classifica a forma como o assunto está sendo encaminhado como "uma política de mau caráter e chantagista". Julga que quem acena com indenização na hora do desespero, depois de jogar os salários para baixo, "não faz reforma administrativa, faz exclusão compulsória". Mendes Ribeiro filho (PMDB) recomenda cautela para que não se abra a porta da rua para funcionários que tiveram os seus estudos de especialização e treinamento, alguns no exterior, custeados pelo Estado.

O representante do PSB, Beto Albuquerque, denuncia a tentativa do governador Alceu Collares de utilizar a tática das demissões voluntárias para depois alterar o quadro de carreira dos servidores. "Essa proposta já figura no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias que está na Assembléia, onde aparece no seu emaranhado de artigos um dispositivo que golpeia os servidores nos quadros de carreira das diversas categorias".

Luiz Gonçalves/ZH

Koutzii: *para o deputado, indenizar é excluir compulsoriamente*

CRISE — O líder do Governo, João Luís Vargas, afirma que conta com o apoio de todas as bancadas para a iniciativa do Governo. "É a forma de se obter o equilíbrio na estrutura pública, através das demissões voluntárias".

Vargas comprova que nos últimos anos os quadros de inativos exigiram dez vezes mais gastos que os ativos. Para ele, as indenizações representariam um gasto único, que livraria o Estado de enfrentar uma situação incontrolável antes do término desta década.

Bancada aceita federalizar a dívida estadual

O apoio das bancadas gaúchas às propostas do governador Alceu Collares — de federalização da dívida dos estados e de transformação do Banco Regional de Desenvolvimento Extremo Sul (BRDE) em entidade de fomento da Região Sul — deve ser formalizado na semana que vem em reunião na Capital Federal. A data está ainda sendo definida com Collares, que viaja a Brasília na quarta-feira para outros compromissos. O coordenador da reunião, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), acredita que os deputados federais e senadores também apoiarão a idéia do deputado Victor Faccioni (PDS-RS) de tornar Porto Alegre capital administrativa do Mercosul. O encontro está sendo acertado entre Rigotto e Collares. O peemedebista já obteve respaldo dos coordenadores partidários da bancada gaúcha.(Brasília/ZH)

ENTRADA
CRUZADO

Dúvidas quanto ao pedido de trégua de Collares

A declaração do governador Alceu Collares — de que nunca teria pedido trégua à Assembléia Legislativa — foi recebida com ironia e indignação pelas lideranças parlamentares. O presidente da Casa, Cézar Schirmer (PMDB), diz se tratar de "uma expressão sem sentido, que só existe em casos de guerra, e, se não houve guerra, não há trégua". O deputado pondera que, "da mesma forma que o Legislativo não pretende ensinar o Governo a administrar o Estado, o Executivo deve saber que não pode dizer aos deputados como agir no cumprimento das suas funções a não ser aos seus próprios parlamentares".

O deputado Germano Bonow (PFL) tem a mesma opinião. "O governador sabe que a Assembléia nunca esteve em guerra com ninguém para agora fazer trégua". Bonow vê o Legislativo como poder desarmado, com a missão de zelar pela cumprimento da Constituição. Mendes Ribeiro Filho (PMDB) fuzilou: "Não dá para levar a sério quem pediu trégua com faixas colocadas na frente do Palácio Piratini". Francisco Turra (PDS) acha que quem está em trégua é a administração estadual. "Foi o próprio Governo que se impôs uma trégua de trabalho e ainda não fez nada de concreto, o povo é quem merece uma trégua dos maus governos".

O líder do PT, Flávio Koutzii, ressalva que seu partido fez desde a posse do Governo Collares "uma oposição séria e responsável; quem deu trégua foi o PMDB". Usou de ironia ao interpretar como "um ato de ingratidão" a atitude de Collares de negar ter pedido trégua. "O Governo acabou ganhando o que não pediu de partidos políticos mais realistas do que o rei, o que deixou alguns bastante magoados".

TRANSIÇÃO — Para Mendes Ribeiro Filho (PMDB), a trégua política ao Governo Collares marca um momento de transição da vida democrática. Ele assegurou que o PMDB não deixou de fiscalizar o Governo como partido de oposição — "já que para nós interessa é o que a sociedade nos pede, e o povo quer que Collares, como qualquer outro governante, faça o melhor pelo Rio Grande". Ribeiro reforça que o seu partido "quer ter a sobriedade e a serenidade de quem não teve os mesmos dias de paz quando no Governo".

Nº DOCUMENTO
TITULO ESTUDIANTES PROTESTAN CONTRA PRIVATIZACION DE LA EDUCACIÓN Y BAJO SALARIO (RGS.
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA 22-6-91
VINCULO ... 10046
10196
11165
11316
11413

ENTRADO
CRUZ 65

Estudantes protestam nas ruas contra sucateamento do ensino

☐ Durante todo o dia, alunos de escolas da rede pública fizeram várias manifestações reclamando contra o arrocho salarial e privatização da educação

Dale Hofer/ZH

Praça: *Movimento estudantil volta a se manifestar nas ruas*

Os alunos da rede estadual de ensino de Porto Alegre e Região Metropolitana encheram as ruas da Capital, na tarde de ontem, com um protesto contra o arrocho salarial dos professores, sucateamento do ensino público e a privatização das escolas gratuitas. As manifestações iniciaram pela manhã, continuaram à tarde, e só terminaram à noite com o fechamento dos cursos noturnos das escolas Protásio Alves, Júlio de Castilhos e Emílio Massot. A passeata noturna contou com a participação dos professores.

Muito barulho e a interrupção do trânsito das avenidas João Pessoa e Ipiranga, por vários minutos, foi o saldo da passeata que reuniu cerca de 300 estudantes das escolas estaduais Protásio Alves, Júlio de Castilhos e Coronel Afonso Emílio Massot, na parte da manhã. Com faixas, cartazes e palavras de ordem eles protestaram também contra a falta de segurança nas escolas.

"Nós queremos mostrar a nossa indignação pela maneira como o ensino vem sendo tratado tanto pelo Governo Estadual como Federal", afirmou o presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Protásio Alves, Leandro Lucas. Ele acrescentou que na sua escola estão faltando seis professores, além de policiais de plantão, como ocorria no ano passado. "No último sábado, uma garota foi abordada por um assaltante armado de canivete dentro do banheiro da escola", revelou.

O soldado Naderson, do 1º Batalhão da Brigada Militar, que acompanhou a passeata, disse que na parte da manhã não foram registrados incidentes. "Nós estamos atentos porque qualquer parada no trânsito, na hora de almoço, deixa os motoristas muito nervosos", afirmou. Os alunos voltaram a se reunir na parte da tarde e seguiram em passeata para um protesto em frente ao Palácio Piratini.

ATO PÚBLICO — A mobilização dos alunos da rede estadual, à tarde, reuniu mais de mil alunos numa passeata. Eles saíram do Instituto de Educação Flores da Cunha, na Avenida Oswaldo Aranha, às 16h, em direção a Praça da Matriz, onde ficaram até às 19h. O barulho das sinetas dos professores foi substituído por discursos inflamados a favor da melhoria do ensino público. "Queremos a modernização das escolas e professores bem pagos nas salas de aula. Um ensino digno, que nos tire da mão de cursinhos", disse o presidente do Grêmio Estudantil do Instituto de Educação, Jairo Winck Júnior.

Não houve incidente com a Brigada Militar, que fez um cordão de isolamento na Rua Duque de Caxias. Algumas *bombinhas* (buscapés estourados em festas de São João) foram usadas para fazer fumaça, mas não houve tumulto. O governador Alceu Collares não estava no Palácio Piratini durante à tarde, mas avaliou o protesto como "um direito democrático".

Participaram da manifestação alunos das escolas Júlio de Castilhos, Anne Franck, Protásio Alves, Rio Branco, Parobé, Emílio Massot, Inácio Montanha, Medianeira, Flores da Cunha e representações de estabelecimentos da Região Metropolitana. O protesto dos alunos não teve a participação da União Municipal Escolas de Porto Alegre (Umespal), bastante criticada, e surgiu da movimentação dos grêmios estudantis.

01 01

B1 07458

Nº. DOCUMENTO
TITULO Simon quer apoio de Collares para ampliação do Pólo Gaúcho
PO ZERO HORA
FE 22-6-91
VA 10046
10196
11302

ENTRADO

Simon quer apoio de Collares para ampliação do Pólo gaúcho

□A intenção do senador é prorrogar por cinco anos a privatização da Copesul. Neste prazo a empresa seria duplicada com o capital privado

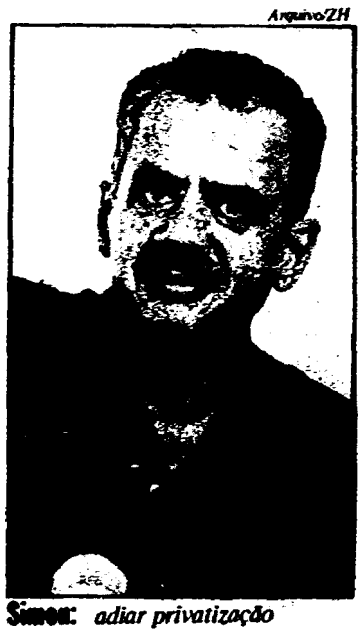
O senador Pedro Simon (PMDB) quer garantir a duplicação do Pólo Petroquímico para depois privatizar a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul). Durante este fim de semana, ele pretende entrar em contato com o governador Alceu Collares para pedir seu apoio nesta campanha. O capital para a duplicação, estimado em US$ 1 bilhão, viria da iniciativa privada, com preferência para os atuais acionistas. Não está fechada a possibilidade da entrada de novos sócios. É o que ele chama de privatização com duplicação.

A proposta de Simon é duplicar a Central de Matérias-primas (Copesul), ampliar a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), além da construção de novas unidades, como MVC-PVC. Depois de cinco anos, com as obras finalizadas, a Copesul seria, então, privatizada. O Senador teme que a iniciativa privada pagando os mesmos US$ 1 bilhão para comprar a parte da União das ações, não terá capital para a duplicação e o Estado sairá perdendo.

ESQUECIDO — A duplicação do Pólo gaúcho foi garantida no final do Governo Sarney, apesar dos protestos do governo de Moreira Franco, do Rio de Janeiro. Com Fernando Collor na presidência, o assunto foi esquecido. A prioridade passou a ser a privatização. Ou seja, no lugar de colocar dinheiro, a União quer tirar a sua parte. A Copesul passou a figurar na lista das privatizáveis.

Atualmente, a produção da Copesul é de 1,784 milhão de toneladas/ano de petroquímicos básicos. Desta produção, 62,5% vai para as próprias empresas de segunda geração do Pólo, 21% é exportado e 16,5% para outros estados. Ela emprega 1.600 trabalhadores de forma direta. A estatal Petroquisa detém 67,22% das ações da Copesul. O restanta está nas mão do BNDESpar (30,72%); Petroquímica Triunfo (0,63%); Petroflex (0,32%); Poliolefinas (0,66%); Polisul (0,24%); PPH (0,15%) e White Martins (0,06%).

Arquivo/ZH



Simon: *adiar privatização*

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107459

Nº DOCUMENTO
TITULO: Primera Dama visitó RGS - firmó convenios para la implantación del Proyecto "Mi Gente"
PROCEDENCIA: ZH 150019
FECHA DE ENTRADA: 22-6-91
VINCULO CLIENTES: 10046
10196
11165
11316

ENTRADA
CRUZ DE

A VISITA DA PRIMEIRA DAMA

Estado recebe recursos de Cr$ 1,4 bilhão

□ Rosane Collor assinou convênios para a implantação do Projeto Minha Gente e inaugurou creches. Chiarelli a acompanhou na visita

ROSANE TREMEA
Editoria Local/ZH

A visita da presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Rosane Collor de Mello, rendeu ao Rio Grande do Sul verbas no valor de Cr$ 1,4 bilhão. Os recursos serão aplicados na implantação do Projeto "Minha Gente", com convênios entre a LBA, o Ministério da Educação e as prefeituras municipais de Canoas e Erechim, onde serão aplicados Cr$ 160 milhões na construção de dois Centros Integrados de Assistência à Criança (CIAC), os primeiros do Brasil.

A maior parte das verbas — Cr$ 914 milhões — será distribuída a 91 entidades públicas e privadas para implantação de cursos de pré-qualificação profissional de crianças e adolescentes que cursam o 1º grau e instalação de microunidades de produção. Também foram renovados convênios entre a superintendência estadual da LBA e prefeituras municipais para a reconstrução e manutenção de creches, além de um protocolo de intenções de ações conjuntas com o Serviço Social da Indústria (SESI).

Rosane Collor chegou ao Aeroporto Salgado Filho às 15h, vinda de Brasília num avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Ela estava acompanhada pelo ministro da Educação, Carlos Chiarelli, que participou da assinatura dos convênios. No aeroporto, foi recebida pelo governador Alceu Collares, pela secretária da Educação, Neuza Canabarro, e pela superintendente regional da LBA, Heloísa Mabilde.

CRECHES — A visita durou três horas e iniciou com a inauguração da creche Menino Jesus, no conjunto habitacional Cohab-Cavalhada, um dos mais pobres de Porto Alegre. A comitiva e o aparato policial chamaram a atenção dos moradores, que formaram uma multidão em frente ao pequeno prédio. A construção da creche iniciou em 1985 e até o ano passado as obras ainda não tinham sido concluídas. Em 1990, a comunidade decidiu ocupar a creche mesmo inacabada e o prédio só pôde ser terminado por meio de um convênio feito entre a LBA e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul, em outubro passado.

Depois dos discursos da superintendente da LBA, do presidente do Sindicato da Construção, Gianfranco Cimenti, e da secretária de Educação, Rosane Collor leu um discurso em que agradeceu a participação dos empresários na reconstrução de 23 creches no Estado. A primeira delas, a Menino Jesus, vai atender a 50 meninos e meninas. As crianças, vestidas com camisetas do projeto "Minha Gente", acompanharam a presidente da LBA na visita ao interior da creche, que tem duas salas, cozinha e banheiro. A decoração não dispensou balões, laços verde e amarelos e bonecas em cada uma das camas.

Em nome dos companheiros, um menino de dois anos entregou flores para Rosane Collor. Ela retribuiu o gesto pegando a criança no colo e beijando-a. Do lado de fora, a primeira-dama quebrou o protocolo duas vezes. Abraçou uma criança de seis meses e atravessou a rua para cumprimentar as pessoas que ensaiaram um tímido coro gritando seu nome.

Fernando Gomes/ZH

Rosane: *quebra de protocolo, ao pegar o menino no colo*

Convênios: *verbas destinadas a programas para crianças*

CONVÊNIOS — No salão Itapema do Centro de Convenções do Plaza São Rafael, a mãe do presidente Fernando Collor, Leda Collor, se integrou à comitiva e fez parte da mesa para a assinatura dos convênios. Os prefeitos de Canoas, Hugo Lagranha, e de Erechim, Elói Zanella, foram os primeiros a assinar os documentos para a implantação dos dois complexos que o próprio presidente Fernando Collor deve inaugurar em outubro, conforme anunciou o ministro Carlos Chiarelli.

"Esse é o testemunho do que podem fazer juntos o poder público e a iniciativa privada", disse o ministro, já que a construção desses dois complexos terá a participação da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), da Sultepa e do Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas. "É um projeto que vai integrar a família carente", complementou no discurso a presidente da LBA. O governador Alceu Collares falou sobre a importância do programa para o Estado e destacou que essas ações devem contribuir para que cada vez mais diminuam as funções da LBA no País. "Isso será sinal de que conseguimos erradicar a miséria".

"Esse projeto vai ajudar a diminuir a mortalidade infantil", observou Rosane Collor, falando à Imprensa sobre a importância da implantação do "Minha Gente" no Rio Grande do Sul. O ministro da Educação também ressaltou que, pela primeira vez, estão sendo realizados projetos integrados de assistência social e educação.

Quando saía do Centro de Convenções, Rosane Collor deu autógrafos aos irmãos Rodrigo e Graciliano Rodrigues, que aguardavam a primeira-dama de caderninho na mão. O autógrafo e a dedicatória ainda foram carimbados com o batom cor-de-rosa que ela usava, contrastando com o *tailleur* verde. Na frente do Plaza, mais uma vez quebrou o protocolo para cumprimentar as pessoas que a aguardavam. Quando chegou ao aeroporto, ainda acompanhada pelo governador e pela primeira-dama gaúcha, Rosane Collor atendeu também o pedido de autógrafo do motorista que conduziu o ônibus da LBA usado durante a visita. O embarque, como estava programado, aconteceu exatamente às 18h.

91 07460

01 . 01

Nº. DOCUMENTO
TITULO Collares não abre a ceder frente a pressões feitas pelo corporativismo
PRO... ZERO HORA
FECH 23-6-91
VINCUL... 10946
10196
11302

ENTRADO
CRUZ...

Collares não abre mão de exercer sua autoridade

□ Governador assegura que vai usar plenamente os poderes recebidos dos eleitores gaúchos, sem ceder às pressões feitas pelo corporativismo

CARLOS ADAMATTI

Editoria Política/ZH

Não transigir nem contemporizar quando está em jogo a implantação de uma reforma administrativa eficaz no Estado. Esta a regra anunciada ontem pelo governador Alceu Collares no programa *Os Gaúchos e o Governador*, da Rádio Gaúcha, apresentado pelo jornalista Rogério Mendelski. O governador resumiu numa frase a intenção de concretizar a reforma, mesmo que tenha pela frente dificuldades impostas por movimentos corporativistas: "O poder castiga quem, detendo-o, não o exerce na sua plenitude".

Collares acredita que só pode decidir quem tem autoridade legitimada pelo povo. Garantiu que pretende exercer a autoridade recebida legitimamente das urnas "em plenitude, corrigindo desvios, sem acomodação de interesses, nem que estes tenham origem partidária". Na sua opinião, "se o governador condescender neste ponto, fazendo vistas largas aos vícios da administração pública, ele perde a sustentação moral e ética para governar".

RESTRIÇÕES — O governador disse estar encontrando muitas resistências por parte de corporações. Citou o exemplo de professores cedidos em diferentes órgãos do Estado e fora, que estão voltando à SEC por determinação sua. Collares destaca que isto não significa ultrapassar os limites do poder que o povo lhe conferiu.

Ele afirmou que pretende exercer seu mandato com muita humildade, mas de forma determinada, "dignificando a função pública, pois, com a acomodação, a credibilidade cai, e o povo passa a não mais confiar". Prova disso é o elevado número de votos brancos e nulos, demonstrando que a população não acredita mais nos partidos, nos políticos e nas próprias instituições como deveria — "fora delas, entretanto, há a ditadura, que não é boa nem para quem está em cima e nem para quem está embaixo".

Sobre os primeiros cem dias de governo, que se completam na próxima terça-feira, Collares disse que, a par de medidas enérgicas, está promovendo uma pregação sobre a necessidade de mudanças na função pública, que encontra eco entre os próprios servidores. Referiu-se especialmente à manifestação dos servidores da Fazenda através de suas entidades de classe, que afirmaram ter confiança em sua administração e prometeram colaborar "para fazer um governo barato e enriquecer o povo".

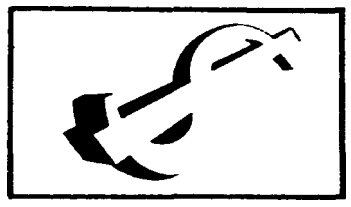
EXTINÇÃO — Collares prometeu enxugar a máquina do Estado sem demitir ninguém. Lembrou que, num primeiro passo, economizou cerca de 20% da folha não contratando mais de 13 mil pessoas, entre professores e funcionários de escola, conforme recomendara o Governo anterior. A reforma administrativa está sendo feita com muita força. O governdor citou o fechamento de 12 delegacias de educação, possibilitando que aproximadamente 1.500 professores retornassem às salas de aula. Além disso, vai fechar as agências deficitárias da Caixa Econômica Estadual e do Banrisul.

Nos próximos dias será encaminhado à Assembléia projeto de lei extinguindo a Secretaria da Segurança Pública. Collares afirma não ter medo de que seu partido perca a credibilidade entre a população.

ENTRADO
CRUZ...

01 01 9107461

DOCUM
TÍTULO
FONTE ZERO HORA
DATA 23-6-91
PÁG. 10046
10196
11161



A arrecadaçã
e a despesa c
já supera o li
Mas os servic

Uma pedra no sapato do governador Collares

MARIA ISABEL HAMMES
Editoria de Economia/ZH

Bem mais cedo do que imaginava, o governador Alceu Collares voltou a ter dores de cabeça com o funcionalismo. Enquanto não deslancha a reforma administrativa, em estudo na Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, o Governo se preocupa com a crescente participação dos gastos com pessoal na receita do Tesouro — 77% atualmente. Isto aliado à queda na arrecadação, de Cr$ 3,5 bilhões neste ano, em relação às previsões da Secretaria da Fazenda. A tal ponto que, na última semana, o governador advertiu:

— Se o Governo não tomar medidas fortes, corre o risco de gastar toda a receita prevista para o ano, de Cr$ 1 trilhão, só com a folha de pagamento.

Collares denunciou pressões contra sua proposta de mexer na máquina pública e prometeu não esperar sentado que toda a receita de impostos do Estado acabe comprometida com os 181.971 servidores. Aliás, o secretário da Fazenda, Orion Hunter Cabral, garantiu: "O governador não está de braços cruzados. Ele tem programas visando à retomada do desenvolvimento gaúcho."

FOLHA DE PAGAMENTO — Sem computar o 13° salário, férias ou qualquer novo reajuste, o que deve ocorrer ainda em 91, o pagamento totaliza, hoje, Cr$ 530 bilhões. Em maio, a folha fechou em Cr$ 46,32 bilhões. Sua participação apenas em dois meses ficou abaixo do limite constitucional: em abril, quando fechou em 61% da receita própria líquida (arrecadação excluído o repasse de 25% aos municípios gaúchos) e em fevereiro, com 64%.

Em janeiro, a participação ficou em 75%, em março baixou um ponto percentual e, em maio, atingiu 77%, pouco acima da previsão da Fazenda para 1991. Os técnicos entendem que, na conjuntura atual, não há muitas chances de fugir do índice atualmente previsto: 77,45%.

Collares não abdica de seu plano de investimentos, com prioridade para a área educacional, mas, a cada dia que passa, embora garanta que não administrará só para pagar a folha, fica mais difícil. Na Secretaria da Fazenda ainda se trabalha com a estimativa de destinar 15,28% da receita do Tesouro a investimentos públicos, além dos 77% para a folha, deixando menos de 8% para manutenção da máquina pública e os compromissos com a dívida.

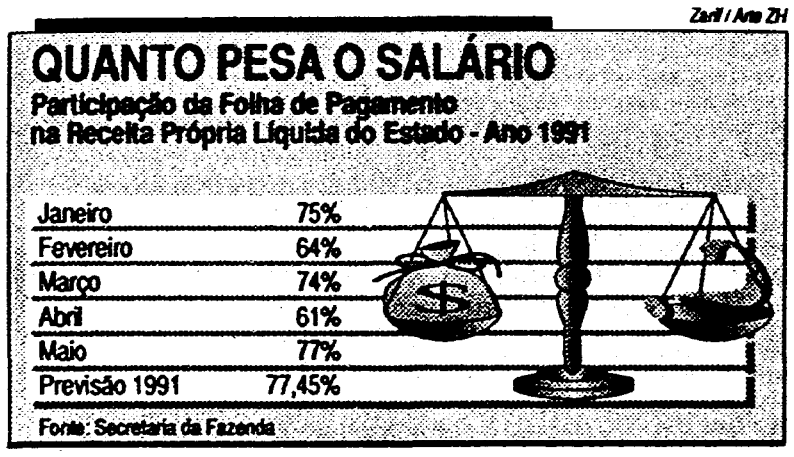
DÍVIDA — O endividamento da administração direta e indireta do Estado — Cr$ 1,325 trilhão, com vencimento até o ano 2010 — é outro problema. O acordo de rolagem da dívida mobiliária não foi tão bom como parecia. Os custos diários voltaram a subir. Pouco antes de ser assinado, na metade de abril, chegaram a Cr$ 274 milhões num único dia, foram diminuindo até Cr$ 20 milhões no final daquele mês, mas voltaram a crescer, atingindo Cr$ 69,16 milhões no último dia 12, por exemplo.

Além disso, a receita está em queda. De janeiro ao último dia 17, a redução chegou a 5,16% em relação às previsões da Fazenda que, neste mês, pretende alcançar uma receita líquida de Cr$ 59,09 bilhões. Em maio, por exemplo, a queda foi de 12,76% em relação ao mesmo mês do ano passado. Mas a comparação nesse caso fica prejudicada porque maio de 90 foi atípico, pois era o prazo final para o pagamento de tributos com cruzados novos bloqueados pelo Banco Central. Já comparado com abril, maio registrou um crescimento de apenas 1,59%.

Há várias explicações para a redução da receita, desde a quebra nas safras agrícolas em função da estiagem até a retenção dos estoques de grãos pelos produtores rurais, à espera de preços mais adequados e as otimistas previsões do próprio trabalho da fiscalização do ICMS. O resultado financeiro das operações contra os sonegadores não têm sido tão expressivos como o Governo esperava, pois o total vem caindo de março para cá. Em março, as autuações totalizaram 5.856 com Cr$ 9,4 bilhões; em abril, 6.990 com Cr$ 8,9 bilhões; em maio, 6.853 com Cr$ 5,7 bilhões. Cabral acredita que diminuíram as irregularidades praticadas pelos contribuintes gaúchos.

ENTRADO
CRUZADO

01 02 91 07462



Despesa é superestimada, garante um economista

A advertência de que o Estado corre o risco de comprometer toda a sua receita, prevista em Cr$ 1 trilhão para este ano, com o pagamento dos servidores e de que já estaria consumindo 77% da receita própria líquida provocou muita polêmica. De um lado, o economista Alfredo Meneghetti, da Fundação de Economia e Estatística (FEE), garantiu que a despesa com pessoal é superestimada. De outro, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais (Semapi) contestou os números do Governo. O Semapi entende que o comprometimento com a folha dos servidores é bem menor do que o Executivo apregoa.

Meneghetti diz que tudo não passa de uma "questão de interpretação e de utilização dos números que convêm a cada momento". Em um momento, a folha de pagamento é responsável pela crise do Estado e, em outro, o Governo anuncia que conseguiu reduzir a participação com estes gastos na despesa. Em média, garantiu, a folha historicamente nunca consumiu mais do que 65% das receitas correntes (soma de toda a arrecadação, subtraídas as operações de crédito), ficando em 55%, por exemplo, no período de janeiro a outubro de 90, o que representava 57,55% da receita própria líquida.

INEFICIÊNCIA — O economista da FEE acredita que não faltarão recursos para os investimentos públicos se o Governo seguir o dispositivo constitucional que fixa o gasto do funcionalismo em 65% das receitas correntes. Até porque houve uma redução significativa no valor real dos salários. Entre 87 e 89, a média dos vencimentos pagos pelo Estado caiu de 5,6 para 4,19 salários mínimos, enquanto a despesa média com pessoal, que na década de 70 representava 4,58% do PIB gaúcho, cresceu menos de 1% na década de 80, atingindo 5,34% do PIB.

Para Meneghetti, o problema de caixa do Estado não vem dos salários dos servidores, mas da ineficiência do Governo para arrecadar. Nas décadas de 70 e 80, a receita cresceu menos do que o PIB. Nas duas últimas décadas, o PIB cresceu 198,42%, enquanto o aumento da receita ficou em 163,11%.

Com base nos dados da Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE), o Semapi chegou à conclusão de que o comprometimento da receita própria líquida foi de 50,39% de janeiro a abril, enquanto o Governo apontava para este período um índice de 67%. O economista Bolívar Tarragó Neto, da FEE, ressalta que os gastos com pessoal caíram de 74,6% em 90 para o acumulado até abril de pouco mais de 50%, índice que baixa para 45,54% nos quatro primeiros meses do ano, levando em conta as receitas correntes.

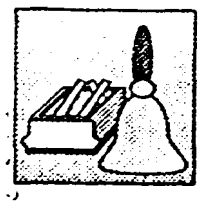
ENTRADO
CRUZ 00

02 02

9107462

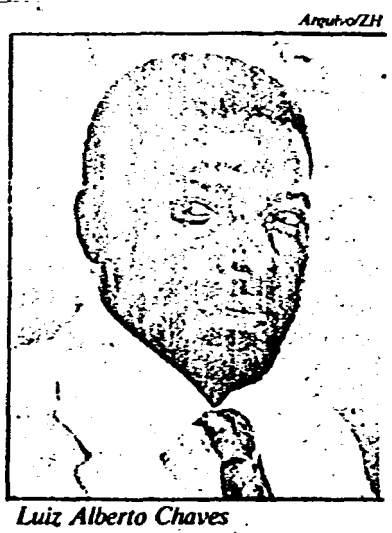
Nº DOCUMENTO
TITULO Continua busca de acordo
PRO ZERO HORA
FEC 24-6-91
VINCULO 10046
10196
11413
ENTRADO
CRUZADO

Continua busca do acordo



□Magistério e Governo voltam a se reunir hoje em mais uma tentativa para definir a política salarial e o dissídio de maio. O prazo de 30 dias terminou ontem sem nenhum avanço

Arquivo/ZH



Luiz Alberto Chaves

O Governo e a direção do Centro dos Professores do Estado (Cpers-Sindicato) voltam a se reunir, a partir das 18h de hoje, na Secretaria de Educação (SEC), em mais uma tentativa para resolver a política salarial e o dissídio coletivo de maio. O prazo de 30 dias para definir a política salarial terminou ontem. As negociações foram quase diárias, mas não houve acordo.

Na última reunião, realizada sexta-feira, o Governo insistiu em limitar os reajustes dos vencimentos a 65% do total da arrecadação. Os professores estrilaram, porque essa limitação só permitiria novos reajustes em março ou maio de 1992. "Significaria o maior arrocho da história do Rio Grande do Sul sobre o funcionalismo", ressaltou ontem o vice-presidente do Cpers-Sindicato, Eliezer Pacheco. "Essas propostas salariais são uma ficção".

Apesar do impasse, o secretário de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, Luiz Alberto Chaves, acredita no entendimento. "O Governo tem apresentado propostas", disse Chaves, ontem. "Estamos oferecendo a nossa contribuição. Esperamos que amanhã se consiga um acordo". Chaves será um dos negociadores pelo Governo, ao lado da secretária da Educação, Neuza Canabarro, e algum representante da Secretaria da Fazenda.

GREVE — Na reunião de hoje, os técnicos da Fazenda devem se manifestar sobre os estudos do Cpers-Sindicato, que deseja vencimentos equivalentes ao número de professores. Eliezer Pacheco disse que o magistério soma 55% de todo o funcionalismo, mas recebe apenas 30% da folha de pagamento. Outra expectativa dos professores é quanto à pauta de 55 reivindicações referentes ao dissídio de maio. Até sexta-feira, o Governo não havia respondido às reivindicações.

Eliezer Pacheco disse que aposta num entendimento, mas não descarta a possibilidade de greve, se continuar o impasse. No dia 29, o Conselho Geral do Cpers-Sindicato se reúne e convoca assembléia geral para analisar a situação. A última greve do magistério, encerrada a 20 de maio, durou 73 dias. "Apostamos na negociação", disse o vice-presidente. "Evidentemente que a greve não está descartada. Notamos pouco interesse do Governo em chegar a um entendimento".

Outro entrave é a disposição do governador Alceu Collares em descontar 19 dias parados e punir os professores grevistas que assinaram presença. A Assembléia Legislativa do Estado havia apresentado emendas ao projeto de reajuste do magistério, proibindo punições. Collares vetou essas emendas. Durante a semana, os deputados estaduais devem analisar os vetos. Se os vetos forem derrubados, o governador entrará com recurso judicial.

ENTRADO
CRUZADO

01.04 9107463

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROC. ZERO HORA
FECH 22-6-91
VINCUL.

Collares apela ao magistério para que aceite a proposta

□Governador apareceu de surpresa na reunião de negociação, enfatizou as dificuldades financeiras e disse que servidores ficam um tempo sem reajuste

O governador Alceu Collares apelou ao magistério, na noite de ontem, para que assimile a difícil situação financeira do Estado e aceite a proposta de reajuste salarial elaborada pela equipe técnica da Secretaria da Fazenda. Collares apareceu de surpresa na reunião entre a direção do Centro dos Professores do Estado (Cpers-Sindicato) e representantes do Governo, na Secretaria da Educação, para reafirmar que não tem como retirar o limitador de 65% do total da arrecadação do Estado para pagamento do funcionalismo e admitiu que os servidores ficarão algum tempo — não definiu o prazo — sem reajustes.

A presença do governador na reunião não significou boas notícias para os representantes dos professores. "Qualquer proposta que mantenha o limitador, sempre significará o congelamento dos salários", disse Eliezer Pacheco, vice-presidente do Cpers-Sindicato. Pelas projeções dos técnicos da Secretaria da Fazenda, mantendo-se o limitador de 65%, os professores só terão reajustes em março do próximo ano. Pela análise do Cpers-Sindicato, este reajuste virá somente em maio de 1992.

"Isso é inaceitável. Um absurdo", avaliou Eliezer Pacheco. Dentro da dança dos números dos técnicos da Fazenda e do Cpers-Sindicato, o limitador é um entrave para o avanço das negociações. Isso porque hoje o Estado gasta 74% do total da arrecadação com a folha de pagamento. Se passar a gastar apenas 65%, não adianta professores e demais servidores esperarem o incremento do recolhimento de impostos. Primeiro, o total de gastos com a folha deverá baixar até 65% e isso, em miúdos, conforme os técnicos dos dois lados, significa reajuste somente no próximo ano. Ou seja, congelamento de salários.

CRÍTICAS — Eliezer Pacheco destacou que a categoria acredita na negociação, mas não deixou de fazer críticas à equipe de Collares: "Parece que o Governo caminha na direção contrária e se afasta do entendimento". Conforme um estudo apresentado pelo Cpers-Sindicato, é possível ao Governo oferecer uma política salarial com reajustes ainda neste ano, sem prejudicar os investimentos. Eliezer Pacheco disse que a greve não está descartada como forma de luta por melhores salários, já que o conselho geral da entidade se reúne no próximo dia 29 para avaliar a proposta do Governo.

O prazo dado pela assembléia do magistério, quando suspendeu a greve por 30 dias para dar lugar às negociações, termina amanhã. Mas o Cpers-Sindicato e o Governo voltam a se reunir na próxima segunda-feira, às 18h na Secretaria de Educação, num dos últimos contatos que podem levar a um consenso.

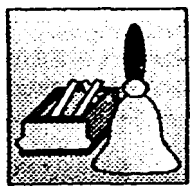
As punições são mais algumas pedras que atrapalham a negociação. Ontem, o governador reafirmou o desconto de 19 dias parados na folha de junho, correspondentes aos dias de greve em maio. Esta folha segue o cronograma normal de pagamento e aproximadamente 30 mil professores grevistas serão atingidos pela medida, mesmo que o governador insista no cumprimento dos 200 dias letivos. O Cpers-Sindicato já alertou que esta punição poderá atrapalhar as negociações para recuperação das aulas. "Dia não pago, é dia não trabalhado", disse Maria Augusta Feldman, presidente do Cpers-Sindicato.

ENTRADO
CRUZADO

9107463

DOCUMENTO
FOLHA
FONTE ZERO HORA
DATA 12-6-91
CLASSIFICAÇÃO

Governo e Cpers voltam a tentar acordo



□Uma maratona de negociações entre o magistério e o Cpers está programada para este fim de semana, para acertar fórmula da política salarial. Mudar plano de carreira ainda é problema

Magistério e Governo vão fazer uma maratona de negociações na sexta-feira e no sábado para tentar um acordo sobre a política salarial. Ontem houve reunião de negociação, sem maiores avanços. O magistério apresentou suas razões para não aceitar a proposta do Governo. O principal problema é o condicionamento da política salarial à alteração do plano de carreira. A secretária da Educação, Neuza Canabarro, disse estranhar que o magistério não queira mexer no plano mas aceite mudar outros itens de seu interesse.

A proposta do Governo apresentada na última reunião de negociação previa um piso salarial de Cr$ 56.412,00 para os professores a partir de outubro, extinção do nível 4 — que só tem 23 professores —, reajustes bimestrais com o limite de gastos de 65% da receita com a folha de pessoal e redução de 100% para 75% entre o básico do nível mais alto e o básico do nível mais baixo do plano de carreira do magistério.

Ontem a direção do Cpers-Sindicato apresentou uma análise desta proposta, rejeitando-a. Os professores dizem que a proposta do Governo não reflete o pensamento do governador Alceu Collares de "dar mais para quem ganha menos e menos para quem ganha mais" porque o nível que receberá o maior reajuste não é o nível 1, mas o nível 3. Outro exemplo é o nível 6, que receberá aumento maior que o nível 5.

Além disso, a proposta do Governo, conforme o documento entregue pelo Cpers, frustra expectativas criadas na mesa de negociações anteriormente. A negociação, diz o Cpers, acertou que a vigência da política salarial seria a partir de setembro; o Governo propõe novembro. Além disso, o indexador acertado na negociação era o ICMS, tendo como regra um terço do incremento nominal do ICMS no bimestre anterior. A proposta do Governo prevê a variação percentual da Receita Corrente Líquida Nominal do bimestre anterior como regra de cálculo do reajuste.

E a negociação não previa um fator limitador do reajuste, enquanto a proposta do Governo diz que o limite será o comprometimento máximo de 65% da receita com as despesas de pessoal, incluindo-se uma reserva para pagamento do 13º salário. O Cpers simulou uma expectativa otimista e outra pessimista em relação à receita do Estado até o fim do ano, e concluiu que com esta proposta de política salarial o reajuste em novembro e janeiro seria zero ou muito próximo disto.

INCOERÊNCIA — A secretária Neuza Canabarro declarou ontem ao final da reunião que acha "incoerente" a postura do Cpers. Nas questões funcionais, aceitam mexer nos itens que lhes interessam, como reduzir para 50% o número de horas em sala de aula ou determinar para todos os professores um regime de trabalho de 40 horas. A secretária não tinha ontem uma posição sobre a possibilidade de o Governo alterar a proposta de política salarial. Ela acredita que, no "mutirão" de negociações que será realizado na sexta e no sábado, Governo e magistério poderão chegar a um acordo.

Maria Augusta Feldman avaliou ao final da reunião que o Governo quebrou seu compromisso, ao acoplar a política salarial à alteração do plano de carreira. Ela espera que na próxima audiência o Governo apresente outra proposta. "Limitar os gastos com a folha em 65% neste momento é inaceitável, pois significa que não teremos mais reajuste este ano", disse ela.

Magistério começa discussão na Justiça

O Cpers-Sindicato entrou ontem no Foro Cível com uma ação ordinária contra o Governo do Estado pedindo a diferença salarial para 1.894 professores que receberam menos de um salário mínimo nos meses de fevereiro e março. Agora a ação será distribuída para uma das varas da Fazenda Pública e o Estado tem 60 dias para apresentar sua defesa.

Hoje ou amanhã o advogado Vital Moacir da Silveira, que representa o Cpers, entra com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça contra o Governo do Estado contra o atraso de pagamentos. O mandado pede o pagamento imediato para os professores que não receberam os salários de maio, com acréscimo de 15% referente a junho. Além disso, pede que até o julgamento do mérito do mandado os pagamentos do magistério saiam até o último dia útil do mês, conforme prevê a Constituição Estadual.

Hoje o Tribunal de Justiça deve julgar quatro processos que pedem o pagamento das diferenças salariais com correção monetária para professores que deveriam ter recebido promoções e alterações de nível em 1986 e 1987 e que só alcançaram estas promoções e alterações no final de 1990 ou em 1991. Cada processo contém entre cem e 500 professores, que podem receber em média Cr$ 1,5 milhão pelo pagamento desta diferença.

O advogado Vital da Silveira diz que há 22 processos semelhantes, alguns já julgados, outros não. Estes processos envolvem 7.500 professores, que no total deverão receber — se o Tribunal assim julgar — Cr$ 10,5 bilhões. Cada professor deve receber, em média, 30 salários.

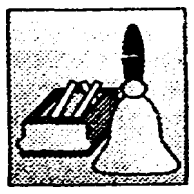
91 07463

ENTRADA
CRUZADO

03.

Nº DE CUM...
TITULO
PUBL... ZERO HORA
FECH... 12-6-91
VINCUL...

Governo e Cpers voltam a tentar acordo



□Uma maratona de negociações entre o magistério e o Cpers está programada para este fim de semana, para acertar fórmula da política salarial. Mudar plano de carreira ainda é problema

Magistério e Governo vão fazer uma maratona de negociações na sexta-feira e no sábado para tentar um acordo sobre a política salarial. Ontem houve reunião de negociação, sem maiores avanços. O magistério apresentou suas razões para não aceitar a proposta do Governo. O principal problema é o condicionamento da política salarial à alteração do plano de carreira. A secretária da Educação, Neuza Canabarro, disse estranhar que o magistério não queira mexer no plano mas aceite mudar outros itens de seu interesse.

A proposta do Governo apresentada na última reunião de negociação previa um piso salarial de Cr$ 56.412,00 para os professores a partir de outubro, extinção do nível 4 — que só tem 23 professores —, reajustes bimestrais com o limite de gastos de 65% da receita com a folha de pessoal e redução de 100% para 75% entre o básico do nível mais alto e o básico do nível mais baixo do plano de carreira do magistério.

Ontem a direção do Cpers-Sindicato apresentou uma análise desta proposta, rejeitando-a. Os professores dizem que a proposta do Governo não reflete o pensamento do governador Alceu Collares de "dar mais para quem ganha menos e menos para quem ganha mais" porque o nível que receberá o maior reajuste não é o nível 1, mas o nível 3. Outro exemplo é o nível 6, que receberá aumento maior que o nível 5.

Além disso, a proposta do Governo, conforme o documento entregue pelo Cpers, frustra expectativas criadas na mesa de negociações anteriormente. A negociação, diz o Cpers, acertou que a vigência da política salarial seria a partir de setembro; o Governo propõe novembro. Além disso, o indexador acertado na negociação era o ICMS, tendo como regra um terço do incremento nominal do ICMS no bimestre anterior. A proposta do Governo prevê a variação percentual da Receita Corrente Líquida Nominal do bimestre anterior como regra de cálculo do reajuste.

E a negociação não previa um fator limitador do reajuste, enquanto a proposta do Governo diz que o limite será o comprometimento máximo de 65% da receita com as despesas de pessoal, incluindo-se uma reserva para pagamento do 13º salário. O Cpers simulou uma expectativa otimista e outra pessimista em relação à receita do Estado até o fim do ano, e concluiu que com esta proposta de política salarial o reajuste em novembro e janeiro seria zero ou muito próximo disto.

INCOERÊNCIA — A secretária Neuza Canabarro declarou ontem ao final da reunião que acha "incoerente" a postura do Cpers. Nas questões funcionais, aceitam mexer nos itens que lhes interessam, como reduzir para 50% o número de horas em sala de aula ou determinar para todos os professores um regime de trabalho de 40 horas. A secretária não tinha ontem uma posição sobre a possibilidade de o Governo alterar a proposta de política salarial. Ela acredita que, no "mutirão" de negociações que será realizado na sexta e no sábado, Governo e magistério poderão chegar a um acordo.

Maria Augusta Feldman avaliou ao final da reunião que o Governo quebrou seu compromisso, ao acoplar a política salarial à alteração do plano de carreira. Ela espera que na próxima audiência o Governo apresente outra proposta. "Limitar os gastos com a folha em 65% neste momento é inaceitável, pois significa que não teremos mais reajuste este ano", disse ela.

Magistério começa discussão na Justiça

O Cpers-Sindicato entrou ontem no Foro Cível com uma ação ordinária contra o Governo do Estado pedindo a diferença salarial para 1.894 professores que receberam menos de um salário mínimo nos meses de fevereiro e março. Agora a ação será distribuída para uma das varas da Fazenda Pública e o Estado tem 60 dias para apresentar sua defesa.

Hoje ou amanhã o advogado Vital Moacir da Silveira, que representa o Cpers, entra com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça contra o Governo do Estado contra o atraso de pagamentos. O mandado pede o pagamento imediato para os professores que não receberam os salários de maio, com acréscimo de 15% referente a junho. Além disso, pede que até o julgamento do mérito do mandado os pagamentos do magistério saiam até o último dia útil do mês, conforme prevê a Constituição Estadual.

Hoje o Tribunal de Justiça deve julgar quatro processos que pedem o pagamento das diferenças salariais com correção monetária para professores que deveriam ter recebido promoções e alterações de nível em 1986 e 1987 e que só alcançaram estas promoções e alterações no final de 1990 ou em 1991. Cada processo contém entre cem e 500 professores, que podem receber em média Cr$ 1,5 milhão pelo pagamento desta diferença.

O advogado Vital da Silveira diz que há 22 processos semelhantes, alguns já julgados, outros não. Estes processos envolvem 7.500 professores, que no total deverão receber — se o Tribunal assim julgar — Cr$ 10,5 bilhões. Cada professor deve receber, em média, 30 salários.

91 07463

ENTRADA
CRUZADO

03

Nº DOCU
TÍTU
PA ZERO HORA
FECH 7-6-91
VINCUL

Plano do governo não agrada Cpers

☐Proposta define piso salarial em novembro e fixa reajustes bimestrais com base na receita. Magistério diz que é um golpe no plano de carreira

O Governo Estadual apresentou ontem uma proposta de política salarial para o magistério que prevê reajustes de dois em dois meses, nos meses ímpares, a partir de 1° de novembro de 1991. Estipula que a partir de 1° de outubro deste ano o piso do magistério para 20 horas passe para Cr$ 56.412,00. Os reajustes serão fixados com base no incremento da receita líquida nominal dos dois últimos meses, desde que não ultrapasse o teto constitucional de 65% da receita gastos com pessoal, incluindo a reserva técnica mensal para o pagamento do 13° salário.

Além disso, será extinto o nível 4 do plano de carreira do magistério, pois ele abriga somente 23 professores hoje. A diferença entre os níveis do plano de carreira será de 15%. Entre os básicos de quem ganha mais e quem ganha menos haverá uma diferença de 75% (hoje esta diferença é de 100%). O projeto, conforme a secretária de Educação, Neuza Canabarro, foi colocado na mesa de negociações e está em discussão, podendo até ser rejeitado pelos professores.

UM GOLPE — O magistério considerou a proposta "um golpe" na negociação que vinha sendo feita. Maria Augusta Feldman, presidente do Cpers-Sindicato, disse que a proposta contém itens que não foram discutidos na mesa de negociações e omite outros que já estavam acertados, como o estabelecimento de um terço do incremento do ICMS para o magistério. Além disso, os professores dizem que já estava certo que a política salarial teria vigência a partir de setembro, e a proposta do Governo fala em novembro.

A secretária da Educação disse ontem à tarde que o pagamento de um terço está assegurado, apesar de não constar do projeto, e que o reajuste se dá só a partir de novembro porque até setembro o magistério ainda terá reajustes referentes ao projeto de lei que prevê um índice total de 191,61%. Depois, os índices de incremento do ICMS de setembro e outubro serão dados em novembro.

MUDA O PLANO — A principal crítica do Cpers-Sindicato, no entanto, é que a proposta traz como condição para o estabelecimento de uma política salarial a alteração de coeficientes do plano de carreira. Maria Augusta diz que o ofício do Governo, que foi apreciado pela assembléia geral do magistério, que pôs fim à greve, apenas propunha a discussão, em 30 dias, da política salarial, sem condicionar a política à alteração do plano de carreira:

— A cada vez que se aproxima uma possibilidade de entendimento, o governador atropela as negociações, muda critérios e retrocede, mostrando sua intenção, que não é a do entendimento e da busca de uma solução, diz a presidente do Cpers-Sindicato.

Na própria reunião da comissão paritária de ontem, quando foi apresentada a proposta, o magistério respondeu que não aceita condicionar a política salarial às alterações do plano de carreira. Mesmo assim, na reunião de hoje do conselho geral do Cpers, que começa às 8h30min, a proposta será apresentada, no relato das negociações. Hoje, o magistério decide também os rumos do movimento.

DEFASAGEM SALARIAL — A proposta do Governo traz embutido um reajuste salarial. O projeto de lei que dá 191,61% em quatro parcelas — 110% em abril, 15% em junho, 15% em agosto e 5% em setembro — resultará num salário básico para o nível 1 de Cr$ 46.349,37. Com a proposta de política salarial do Governo, este salário passará para Cr$ 56.412,00 em outubro, ou 21,7% a mais. Quem ganha mais, receberá reajustes menores. Um professor de nível 6 classe F (que passará para nível 5 porque o nível 4 será extinto) ganharia com o reajuste de 191,61% um total de Cr$ 139.050,00. Com a proposta do Governo, passará para Cr$ 148.082,00 — um reajuste de 6,5%. Estes valores todos são para contratos de 20 horas.

Pedro Schuch, tesoureiro do Cpers-Sindicato, lembra que a defasagem salarial dos professores já está em 22,33%, mesmo com o reajuste de 191,61%. Esse índice é relativo às perdas de maio de 1990 a abril de 1991 que não foram cobertas pelos 191%. Se a inflação ficar em 10% ao mês nos próximos quatro meses, os professores chegarão a outubro com 97,01% de defasagem salarial, e então receberão aumentos de 6,5 a 21,7%. A proposta do Governo fixa os valores dos vencimentos de outubro agora, sem prever um acompanhamento da inflação, se ela houver.

Divulgação ZH

Proposta: *magistério não aceita mudar plano de carreira*

Reprodução ZH

A PROPOSTA DO GOVERNADOR

1. Os reajustes para o magistério serão de dois em dois meses.
2. O limite do reajuste será o teto constitucional de 65% da receita para a despesa com pessoal.
3. O primeiro reajuste será em novembro de 1991, com base no incremento do ICMS de setembro e outubro.
4. O nível 4 do magistério desaparece, pois só tem 23 professores.
5. A diferença entre os níveis será de 15%. A diferença entre os níveis 1 e 5 portanto fica em 75% (hoje a diferença é de 100%).
6. O vencimento básico do nível 1 classe A passa a ser de Cr$ 56.412,00 em 1º de outubro de 1991.

SALÁRIO

	Quem ganha menos	Quem ganha mais
Com o reajuste de 191,61%	46.349,00	139.050,00
Com o novo projeto do Governo	56.412,00	148.082,00
Diferença	+21,7%	+6,5%

9107463

04.04

Nº. DOCUM.
TITULO PMDB define estratégia para fiscalizar el Ejecutivo
PERIO ZERO HORA
FECHA 26-6-91
VINCULADO 10046
10186
11304
11302

ENTRADA
CRUZ

PMDB define estratégia para fiscalizar ação do Executivo

Os peemedebistas vão cutucar o Governo Collares distribuindo alfinetadas por diversos canais de atuação: parlamento, Executiva Regional, ex-integrantes da administração Simon/Guazelli e diretórios municipais. Cerca de 30 representantes destes segmentos do partido reuniram-se ontem à noite no Hotel Everest para começar a traçar uma estratégia de oposição. O presidente do diretório regional, André Forster, diz que a idéia é formar uma conduta homogênea no PMDB, uma oposição sedimentada que evite críticas esparsas e personalizadas à administração estadual do PDT.

A Assembléia, portanto, não vai centralizar toda a fiscalização. Mas é na tribuna que as posições do partido vão ser gradativamente mostradas e sacramentadas, segundo o líder da bancada Mendes Ribeiro Filho. "O PMDB nunca deixou de enfrentar o Governo, se a posição for contrária ao interesse do Rio Grande, será combatida", garante Ribeiro Filho. De antemão, ele lembra a sua contrariedade com o tratamento dado ao magistério e à implantação de conselhos regionais de desenvolvimento.

FATAL — Convidado para a reunião pelo ex-secretário de Cultura, Carlos Appel, o historiador Décio Freitas espera que não haja necessidade de fazer oposição. Mas avisa: "Inevitavelmente há necessidade de críticas, que não fazem mal a ninguém". Membro do Conselho de Desenvolvimento Cultural (Codec) na época em que Pedro Simon era governador, Décio Freitas faz quase um apelo para que a cultura seja encarada pelo atual Governo numa perspectiva suprapartidária. "A partidarização aí é fatal", atesta.

ENTRADA
CRUZ

01.01 9107464

DOCUMENTO
TIPO 100 dias Alceu Collares
PAG ZERO HORA
FECH 26-6-91
VINCUL 10046
10196
19 N.302

ENTRADA
ENTRADA
CPEZ

100 DIAS DE GOVERNO

Collares faz cobranças, avalia realizações e comemora a data

□ "Temos a imagem de um governo forte, que sabe o que quer", destaca o governador. Desafia que se mostre outro Executivo com número maior de obras. Os deputados fazem críticas

Loir Gonçalves/ZH

Balanço: *governador considera desempenho da administração positivo*

O dia de ontem foi de cobranças, entrevistas, análises e festa no Palácio Piratini. Nesta ordem. Pela manhã, o governador Alceu Collares reuniu seu secretariado para avaliar os primeiros cem dias de administração do PDT. A portas fechadas, cobrou da equipe empenho e determinação para cumprir as metas do plano de governo. À tarde, durante uma hora, numa entrevista coletiva para os jornalistas, fez um balanço das primeiras realizações do Governo: "Positivo. Temos a imagem de um governo forte, que sabe o que quer".

Empolgado, desafiou qualquer pessoa a mostrar um governo estadual que tenha realizado um conjunto de obras maior do que o gaúcho. "Mesmo com as dificuldades financeiras, vamos manter os investimentos", garantiu.

PREOCUPANTE — Parte da entrevista foi tomada pela análise da situação financeira do Estado. Collares disse que a dívida atual de Cr$ 1,3 trilhão preocupa. Hoje, o governador gaúcho estará em Brasília e tentará com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, novas condições para o pagamento da dívida estadual.

Collares destacou dois pontos como os mais importantes dentro dos cem primeiros dias de sua administração. O primeiro foi a retomada de todas as obras pelo Governo Estadual, com prioridade para 41. O outro foi a reforma administrativa que está sendo implantada pelo Governo. Ontem, Collares confirmou três medidas administrativas já anunciadas.

CEDIDOS — O governador enviou para a Assembléia Legislativa o projeto de lei extinguindo a Secretaria da Segurança Pública. Através de decretos, extinguiu também 12 delegacias de educação.

Collares confirmou a ordem de serviço determinando que todos os funcionários do Executivo se apresentem em seus órgãos de origem em 180 dias a contar da publicação do documento no Diário Oficial. "Hoje não sabemos o número de funcionários cedidos", disse. O chefe da Casa Civil, Mathias Nagelstein, revelou ontem, no jantar de confraternização do Governo, que a ordem de serviço será publicada no Diário Oficial de amanhã.

Depois de encontro com os jornalistas, o governador viajou até São Paulo para gravar uma entrevista no programa *Jô Soares Onze e Meia*, do SBT. Após o retorno para Porto Alegre, foi para o Regimento Bento Gonçalves, onde aconteceu jantar comemorativo à passagem do centésimo dia de governo que reuniu todo o Secretariado.

Críticas dos deputados estaduais

□ **Beto Albuquerque (PSB)** — Critica o Governo pelo que considera "lance de efeito na opinião pública", quando "na verdade administra com arrogância e sem diálogo". Cobra resultados concretos do plano de governo, "que na época foi feito por 700 técnicos e que até agora não apareceu".

□ **Flávio Koutzii (PT)** — Censura o governador por "descuido diplomático". "Collares disse no Paraná *mandei chumbo grosso nos índios*, confirmando a idéia da sua lógica de debilitar o sindicato (Cpers) e o magistério como classe funcional, como o mais organizado movimento de funcionários do Estado". Associa Collares a Collor: "Com o cuidado de não fazer demagogia, existem coisas que efetivamente nos chamam a atenção, como o caso ataque ao magistério feito por Collares, enquanto Collor tenta quebrar a universidade pública e gratuita". Lembra que os funcionários federais "tiveram a maior repressão salarial, e aqui no Estado a política salarial de Collares repete a mesma linha durissima destinada a expurgar e quebrar a coluna vertebral dos servidores".

□ **Francisco Turra (PDS)** — Cobra do governador o cumprimento à lei e que não mais atropele a Constituição que jurou cumprir. "Estamos todos atônitos, preocupados e apreensivos com estas medidas indefensáveis do Executivo". Entre os exemplos, cita a criação dos conselhos regionais de desenvolvimento de fato e não de direito, sem respetiar o artigo 165 da Constituição.

□ **Luís Carlos Festugatto (PFL)** — Acha pequena a lista das realizações do Governo. Considera inconciliável o que Governo diz e o que pretende fazer. "Ou o governador não pretende fazer o que diz, já que alega não ter recursos, ou tem mais verbas do que admite para essas obras".

□ **Mendes Ribeiro Filho (PMDB)** — Diz ter conseguido pinçar dos 40 pontos publicados ontem nos jornais "cinco ou seis que estão sendo concretizados pelo Governo. Os restantes estão meramente na intenção de fazer". "Não temos como analisar uma plataforma maravilhosa, já que a pedra de toque do desenvolvimento do Estado na gestão Collares, os conselhos regionais de desenvolvimento, até agora, segundo o próprio governador, não passam de um grupo de assessoramento".

Projeto sobre demissões vai à Assembléia na semana que vem

O projeto de estímulo às demissões dos servidores públicos estaduais não foi concluído. Só será enviado para a Assembléia Legislativa na próxima semana, informou o governador Alceu Collares. Disse ainda que assinará no próximo dia 1°, em Rio Grande, ato administrativo determinando a transferência do Departamento Estatual de Portos, Rios e Canais (Deprc) de Porto Alegre para Rio Grande.

Começa a tramitar hoje, na Assembléia Legislativa, o projeto que extingue a Secretaria de Segurança Pública. Na justificativa encaminhada aos deputados, o Governo considerou que a pasta "congrega meramente funções burocráticas, servindo simplesmente de caminho entre as gestões pertinentes à Brigada Militar e à Polícia Civil em seu relacionamento com os demais órgãos e a chefia máxima do Estado".

Sobre o assunto, Collares afirmou: "Não são as articulações políticas que vão provar que o projeto é bom. Quando o bem é comum, ele é aprovado". Reconheceu que a matéria é polêmica e poderá encontrar dificuldades para ser aprovada.

O projeto prevê que as funções da Secretaria da Segurança serão transferidas à Brigada Militar e à Polícia Civil. A Secretaria e o Conselho Superior de Segurança Pública desaparecem. Os órgãos colegiados presididos pelo secretário de Estado da Segurança Pública, bem como as indicações que lhes incubiam, passam à atribuição do chefe da Casa Civil. A BM e a PC passam a responder diretamente ao governador.

DELEGACIAS — A extinção das delegacias de educação acontece através de atos administrativos. A 1ª DE (com sede em Porto Alegre) ficará extinta no prazo de 90 dias a contar da data da publicação do documento no Diário Oficial.

As demais DEs extintas foram a 22ª (com sede em Lagoa Vermelha), 26ª (Santiago), 29ª (Alegrete), 30ª (Três de Maio), 31ª (Cerro Largo), 33ª (Frederico Westphalen), 34ª (Camaquã), 37ª (Novo Hamburgo), 38ª (Taquara), 40ª (Guaporé) e 41ª (Sarandi). Em Novo Hamburgo, Guaporé e Sarandi o processo acontecerá em 30 dias. Nas demais cidades, 90 dias.

ENTRADA
CRUZADO

01 03

9107465

ZERO HORA / 26-6-91 /

100 DIAS DE GOVERNO

Na prestação de contas, ações e muitos projetos ainda sob estudo

□ Relatório das secretarias e empresas públicas estaduais enviado ao Palácio Piratini revela o que foi feito nos primeiros cem dias e o que ainda está sendo elaborado pelos técnicos

Cem dias após a posse no Palácio Piratini, em 15 de março, o Governo Alceu Collares prestou contas das suas atividades. Muitas das ações, no entanto, ainda não saíram do papel ou estão em andamento, sem estarem concluídas. Outras foram criadas durante o Governo Simon-Guazzelli, mas aparecem junto a projetos da atual administração. Todas as secretarias fizeram um relatório de suas atividades nos primeiros três meses de Governo e enviaram os dados ao Palácio Piratini a pedido do governador.

REALIZADO — Mesmo que várias obras citadas ainda estejam em fase de discussão, outras já viraram realidade. Na área econômica, algumas promessas de campanha foram implementadas. Exemplos disso são o rigor no combate à sonegação, a implantação do caixa único, a cobrança de créditos tributários e a isenção de ICMS para bens de capital. Também foi cumprida a meta estabelecida na reforma administrativa, que previa a extinção de 400 cargos de confiança na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a isenção de ICMS referente a bens de capital e fechamento de 18 agências da Caixa Econômica Estadual em localidades onde havia sede também do Banrisul, sendo uma delas deficitária.

O Plano Plurianual de Investimentos do Estado foi entregue à Assembléia dentro do prazo pela Secretaria do Planejamento. Na área de Ciência e Tecnologia, 1.200 bolsas de iniciação científica foram distribuídas. O Conselho Estadual de Desenvolvimento já se reuniu, e três dos 12 conselhos regionais prometidos por Collares estão instalados. Na área da educação, dez mil professores cedidos que estavam em outras funções voltaram às salas de aulas. O projeto Barreiras, unindo as polícias dos três estados do Sul e que visa a uma maior fiscalização alfandegária, também está em atividade.

NÃO FEITO — Várias ações e iniciativas apontadas como "contas prestadas" dos cem primeiros dias de Governo ainda não existem na prática. Na área da educação — a grande bandeira da campanha de Collares — o aproveitamento integral do espaço escolar no ano inteiro dificilmente terá condições operacionais de ser implantado em 1991, e nenhum dos 81 CIEPs rurais previstos para este ano está construído. A proposta de dignificação dos salários do magistério anunciada ontem é discutível, pois o impasse sobre o reajuste salarial dos professores continua mesmo com o fim da greve.

A reforma administrativa não foi implementada. Também não se tem notícia de nenhum condomínio rural no Estado. Ainda na questão agrária — umas das maiores dores de cabeça de Collares até aqui — não houve assentamentos. Foram, na realidade, compradas três fazendas, num total de 5 mil hectares, mas todas com recursos federais. Colonos e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ainda discutem critérios para assentamentos.

Os módulos de segurança junto a bairros e vilas e o aumento do policiamento ostensivo nas ruas ainda são um desejo da Secretaria de Segurança Pública. O déficit da Brigada Militar é de 8 mil soldados, e o da Polícia Civil é de 7 mil. A linha telefônica Disque-Mercosul, para dar informações sobre o Mercado Comum do Cone Sul, ainda não existe.

PROJETOS — Há ainda as propostas que estão na fase de projetos e aquelas que foram herdadas do Governo anterior. O Plano de Melhorias Sociais (Pimes), por exemplo, foi criado durante a administração Pedro Simon, e o Fundopem já existia.

O sistema de informatização da Ciência e Tecnologia ainda é um trabalho em fase inicial de implantação, assim como o Museu de Ciência e Tecnologia. O projeto Rio Guaíba, apesar de elaborado pelo Governo Simon, foi totalmente remodelado pela Secretaria do Planejamento.

Loir Gonçalves/ZH

Reunião: *Collares, secretários e integrantes da equipe de Governo debatem*

Eliseu não sabe se permanece no cargo

Criada pela administração Leonel Brizola em 10 de dezembro de 1958, a Secretaria de Segurança Pública tem agora sua existência condicionada à aprovação ou não do projeto prevendo sua extinção, enviado ontem pelo governador Alceu Collares à Assembléia Legislativa. Contrário à medida, mas preso aos compromissos de lealdade ao governador e ao partido, o atual e possível último titular da pasta, Adão Eliseu, aparentava dúvidas, no final da manhã de ontem — quando saiu da reunião do Secretariado em que Collares assinou o projeto para exinguir o órgão — em permanecer ou se demitir do cargo.

O secretário disse que acha "importante a existência da Secretaria de Segurança, como acontece em todos os estados da Federação, onde, ao invés de ser extinta, é robustecida". Mas afirma: "Nada farei para que não seja extinta. Mas a função está esvaziada, e sou um homem que gosta de desafios. Vou continuar cumprindo minha missão. Estou com projetos aí, como o de um convênio entre o Estado, prefeituras e Conseprs para aquisição de viaturas. Ela continuará funcionando em toda a sua plenitude até que o Legislativo decida".

AUTONOMIA — Eliseu ressalta que a Brigada Militar já tinha autonomia administrativa há mais de 30 anos. Diz que sugeriu ao governador que também a Polícia Civil a tivesse. "A SSP tem missões bem mais amplas que assinar papéis, promoções de funcionários, encaminhamento de processos". O secretário entende que sua pasta deve fazer a política de segurança pública do Governo. Ele admite que, se efetivada a extinção, o governador acabará por se tornar pessoalmente o secretário de Segurança.

Cresce apoio à mudança do Deprc para Rio Grande

Todos os segmentos ligados direta ou indiretamente ao Porto de Rio Grande estão aguardando com expectativa a assinatura do decreto por parte do governador Alceu Collares transferindo a direção geral do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (Deprc) para a cidade. O presidente da Câmara do Comércio, Sinésio Cerqueira Neto, lembra que as administrações centrais dos órgãos ficam localizados nos principais portos brasileiros, citando como exemplo o Porto de Santos, que sedia a Codesp. Ele salienta que a intenção é de também mudar os estatutos do Deprc, que estão ultrapassados.

O presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de Rio Grande (Sindanave), Vilmar Ivoire, observa que o poder deve estar próximo à unidade que gera os maiores recursos do Deprc. Conforme Ivoire, o diretor-geral estando em Rio Grande poderá constatar mais de perto os problemas do porto.

Os trabalhadores da orla portuária mostram-se amplamente favoráveis à mudança. O secretário do Sindicato dos Estivadores, Liones Mendes, explica que a entidade é pioneira na luta pela transferência. "Com o diretor-geral próximo, os trabalhadores terão condições de mostrar as dificuldades encontradas na operacionalização do porto", diz ele. O presidente do Sindicato dos Portuários, Ewerton Vasconcelos de Oliveira, relata que a categoria ainda não se posicionou porque não foi consultada a respeito.(Central do Interior/ZH)

ENTRADA CRUZ

Nº DOCUMENTO
TIPO
PAI ZERO HORA!
FEC. H 26-6-91!
VINCULAÇÃO

100 DIAS DE GOVERNO

"Atual fase é a mais dura e difícil", garante governador

☐Collares reconhece que tem esbarrado em interesses estruturados ao longo do tempo, mas promete mudanças durante o seu governo. Ele negou também estar governando à margem da Assembléia

O governador Alceu Collares, que pretende marcar sua gestão por etapas, considera a atual fase de alterações na máquina administrativa como a "mais dura e difícil". A disposição de "enxugar e modernizar" a administração pública tem esbarrado em "interesses estruturados ao longo de 50, 30 e até mesmo dez anos, fruto de equívocos praticados". Mas reconheceu também acertos.

No processo de "grandes mudanças e alterações" que pretende desencadear, citou cobrar bem os impostos, combater o sonegador que "se apossa do ICMS pago pelo consumidor", assim como a inadimplência e a dívida fiscal de Cr$ 120 bilhões. Três fatores que, afirma, chegam a representar 40% da receita.

Ao fazer uma análise, ainda antes da reunião com o secretariado na manhã de ontem, comentou a trégua pedida à população, mas refutou a crítica de estar governando à margem do Legislativo. "A implentação dos conselhos regionais de desenvolvimento não depende de aprovação da Assembléia no aspecto ora desenvolvido. Podemos tê-los como órgãos de assessoramento a decisões de competência do governador, como atos de administração. Quando depender de projetos, aí sim irá para a Assembléia, como a sua institucionalização", garantiu.

ENTRADO
CRUZ

03 03 9107465

Nº. DOCUMENTO
TITULO EL GOB. DESCONTARA DIAS DE HUELGA DE SALARIOS DE LOS MAESTROS - RGS.
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 29-6-91
VINCULACIONES B 10046
RGS 10196
11413

ENTRADO
CRUZADO

Governo desconta dias de greve. Magistério reage

☐Muitas queixas chegaram ao Cpers, alegando que até professores em licença e aposentados foram tratados como grevistas e tiveram contracheques reduzidos

O telefone tocou sem parar ontem na sede do Cpers-Sindicato: professores que estavam em licença, que não fizeram greve ou mesmo aposentados descobriram que haviam sido colocados no barco dos grevistas, que tiveram 17 dias do mês de junho descontados de seu salário por determinação do governador Alceu Collares. A reação foi de indignação.

"Trabalhamos e queremos o nosso dinheiro", apelou Lorena Abrahão, diretora da Escola Estadual de 1º Grau Olegário Mariano, na Floresta, que teve descontado um terço de seu salário. Dos 78 professores, apenas 32 aderiram à greve, mas todos viram encolhidos os contracheques de junho, como foi o caso da professora Maria Teresa Pinto, que não participou da greve. Ela deveria ter recebido Cr$ 88 mil, mas só Cr$ 34.447,00 foram depositados em sua conta. Outra professora, que não faltou desde o início do ano letivo, ganhou pouco mais de Cr$ 5 mil. "Nos sentimos enganadas e decepcionadas", desabafou a diretora, ao lembrar que que haviam confiado na palavra do governador.

"PIADA" — A professora de História Denise Dutra Corrêa da Silva, da Escola de 1º e 2º Graus Santos Dumont, na Assunção, até que gostaria de ter permanecido em greve, mas não pôde: no dia 4 de maio, após ganhar uma filha, ela entrou em licença-gestante. Ontem, ao conferir seu saldo no banco, Denise descobriu que o Estado depositara Cr$ 11 mil em sua conta, Cr$ 21 mil a menos do que o devido. Ela reclamou à Secretaria da Fazenda e recebeu a informação de que realmente houve um engano — todos os professores da escola, que teve adesão de 100% na greve, haviam sido descontados. Agora, Denise deverá receber o restante em folha suplementar entre 15 e 18 de julho. "Chega a ser uma piada essa desorganização", protestou.

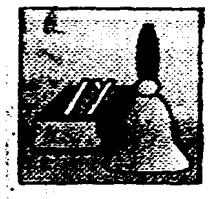
Já o contracheque da professora aposentada Neusa Maria Carvalho Azambuja da Silva deveria exibir Cr$ 101 mil, mas só vieram Cr$ 40.795,30. Ela estava em licença de saúde permanente e desde abril se encontrava em aposentadoria por invalidez. O Cpers-Sindicato recomenda que casos semelhantes sejam encaminhados ao Departamento Jurídico da entidade, que tratará da comprovação da impossibilidade de terem aderido à greve.

01.01 9107466

Nº. DOCUM.
TITULO: Collares vai à Justiça para não pagar dias de greve
PAG: ZERO HORA
FECH: 29-6-91
VINCU: 10046
10196
11902

ENTRADO
CRUZADO

Collares irá à Justiça para não pagar



Assembléia Legislativa derrubou os vetos do governador ao projeto de reajuste do magistério. Dias de greve não podem ser descontados, mas ainda haverá discussão judicial

A derrubada de quatro vetos do governador Alceu Collares a emendas ao projeto de política salarial do magistério, entre as quais a que descontava 17 dias parados durante a greve, abriu uma nova frente nas relações do Governo com os professores. Em Brasília, Collares anunciou que recorrerá à Justiça na próxima segunda-feira, para não ter de depositar o salário integral de junho, enquanto a presidente do Cpers-Sindicato, Maria Augusta Feldman, anunciou que a entidade vai esperar a promulgação da lei para garantir "a viabilização do pagamento". A partir das 8h30min de hoje, o Conselho Geral do Cpers se reúne para marcar a data de uma nova assembléia geral da categoria, que pode até retomar a greve.

O veto à emenda principal — abono às faltas do período da greve condicionado ao cumprimento do ano letivo de 200 dias — acabou derrotado por 37 votos a 11. A bancada do PDT acompanhou a decisão do governador, com exceção de Valdir Fraga, que se manteve em plenário sem acionar o painel de votações. Os demais vetos foram derrubados por maioria, com voto contrário da bancada do PDT: reajuste emergencial, correção salarial retroativa a março e definição de uma política no prazo de 30 dias, já vencido.

O presidente Cézar Schirmer (PMDB) disse que "a Assembléia fez a sua parte" e que, se o Executivo pensa diferente sobre o assunto, o caminho natural para resolver o impasse é recorrer ao Judiciário. O líder da bancada do PDT, Carlos Araújo, confirmou a decisão de argüir a inconstitucionalidade da decisão, que deverá ocorrer na próxima semana, como um ato de rotina da Procuradoria Geral do Estado.

INCIDENTES — A sessão de ontem de manhã na Assembléia foi marcada por incidentes. O tumulto, assistido das galerias pela direção do Cpers-Sindicato, iniciou no momento em que Marcos Rolim (PT) falava contra a bancada do PDT. O deputado Tapir Rocha, que estava sentado ao lado da tribuna, protestou com apartes anti-regimentais. Começou falando baixo, mas logo elevou a voz até abafar o discurso do orador.

O presidente Cézar Schirmer acionou a campanhia, surpreso com o linguajar, pouco usual no meio parlamentar. Os seguranças foram chamados, mas Tapir resistiu e não saiu do plenário nem com a interferência dos colegas do PDT. Por medida de segurança, Schirmer suspendeu a sessão por cinco minutos e solicitou a presença do deputado no seu gabinete. Tapir não foi. Preferiu explicar-se após o retorno do presidente ao plenário. "Não ofendi ninguém, apenas defendi uma questão de economia interna da bancada do PDT", afirmou.

A votação na Assembléia criou uma situação insólita. Cerca de 30 mil professores começaram a descobrir ontem, dia do pagamento para quem recebe menos de Cr$ 110 mil, que seus contracheques foram reduzidos até pela metade. Como a questão terá desdobramentos na Justiça, nem a Secretaria da Fazenda e nem a Casa Civil do Governo do Estado se arriscavam ontem, sem a presença do governador e da secretária da Educação, Neuza Canabarro, a fazer alguma projeção sobre quando, como e se os descontados seriam ressarcidos.

REVOLTA — O desconto dos dias parados, apesar da derrubada dos vetos, produziu uma onda de revolta. Em Santo Ângelo, por exemplo, a diretora do núcleo do Cpers, Vera Silveira, está convencida de que houve "uma represália", porque a greve não foi considerada abusiva ou ilegal. Nas agências bancárias, houve cenas de indignação, como o de uma professora com 24 anos de serviço e 44 horas semanais que teve o vencimento cortado em Cr$ 126 mil.

A derrubada dos vetos já era esperada e Collares não escondeu seu desagrado ao comentar em Brasília que a Assembléia não tem competência para anistiar professores faltosos. Além disso, Collares disse que "só a Justiça poderá julgar a falta dos professores que cometeram crime de falsidade ideológica". Ele acusa especialmente os diretores de estabelecimentos de ensino de darem o ponto para grevistas como se tivessem trabalhado. "Isso é um atestado de fraude", definiu o governador.

Já a secretária estadual da Educação, que acompanhou o marido e governador a Brasília, comentou que o veto já era esperado e confirmou que Collares tomará "as medidas necessárias". Segundo Neuza Canabarro, "o bom professor é aquele que luta pelo aluno para que ele não perca um dia de aula".

AUTORIDADE — A presidente do Cpers-Sindicato, Maria Augusta Feldman, ainda diz esperar que o governador "tenha bom senso de acatar uma decisão democrática do Poder Legislativo", não remetendo o caso para o Judiciário. Mas ela se mostrou irritada com a nova ameaça de Collares e afirmou que o governador vem preferindo escolher o caminho do confronto no lugar da negociação. "O governador está muito preocupado em manter a autoridade, mas a sociedade espera que ele tenha autoridade aliada ao bom senso e à habilidade política".

Rosaldo Bernardi/ZH

ENTRADO
CRUZADO

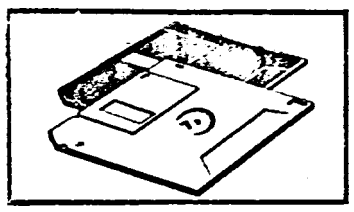
01 . 01 . 9107467

Grupo gaúcho abre empresa em Miami

ZERO HORA / 20-6-91 /

10046
10196
11399
11403

ENTRADA
CRUZ D



Certo de sua qualificação para disputar o mercado externo e confiando que os incentivos à exportação lhe darão vantagens na competição, o Grupo BK inicia nova etapa

Grupo gaúcho abre empresa em Miami

GLADIS BERLATO
Editoria de Economia/ZH

Depois de rápido ensaio no mercado externo com a venda de pequenos lotes no Marrocos e Uruguai, há três anos, o Grupo BK decidiu abrir as portas à exportação. Para isto, criou, no mês passado, em Miami, a Prisma Foreign Trade Corporation que atuará como montadora de sistemas de energia. Os *no-breaks* e estabilizadores fabricados em Porto Alegre vão desmontados para Miami e lá agregam as baterias para a venda final. A intenção do BK é, posteriormente, se tornar uma importadora de componentes eletrônicos para o mercado brasileiro e distribuidora de produtos estrangeiros.

Convicto de que a empresa que fundou há 13 anos tem qualidade para competir no exterior, o presidente Almir Carlos Kling garante que, com os incentivos para a exportação, o preço de seus produtos fica entre 15% e 20% abaixo dos praticados pelos similares norte-americanos. Antecipa, também, que os sistemas de energia americanos são projetados para ter uma autonomia de até 15 minutos, em caso de queda da rede de energia, ao passo que os da BK chegam a 35 minutos em potência plena.

PROJETOS — A abertura do mercado pela BK começará pela linha de *no-breaks* Porquê-Plus que, por seu pequeno porte, não inviabilizam os negócios em razão do custo do frete. Inicialmente, a empresa produzirá um total de 500 unidades mensais, até setembro, a serem comercializados tanto no Brasil como no exterior. Seus planos são de atingir uma produção de 2 mil unidades/mês até o final deste ano.

Com 500 mil equipamentos instalados para 50 mil clientes, a BK — que fabrica uma linha de 25 modelos básicos de estabilizadores de tensão e 15 modelos também básicos de *no-breaks* — tem um projeto de investimento de US$ 4 milhões para o próximo ano. Kling diz que vai utilizar a área de 120 mil metros quadrados de que dispõe em Sorocaba (São Paulo) para centralizar suas duas unidades que funcionam em prédios alugados e instalar a sede administrativa do Grupo. Além disto, prevê a abertura de mais duas fábricas (metalurgia e montagem de circuitos eletrônicos).

Com uma *holding* (BK Administração, Participações e Comércio Ltda., o grupo é formado pela BK Controles Eletrônicos, BK Transformadores, BK Eletrônica do Nordeste e BK-Logitec Informática. Seu faturamento, em '90, foi de US$ 21,8 milhões, devendo atingir US$ 25,6 milhões este ano.

Valdir Friolin/ZH

Kling: *rumo ao mercado dos EUA*

01 . 01 9107468

GOB. DECIDE INVERTIR EN NUEVAS ALTERNATIVAS ENERGETICAS.
ZH
15-6
10046
10.196

Governo decide investir em novas alternativas energéticas

□Plano Plurianual prevê recursos de Cr$ 16 bilhões em quatro anos. As opções são a biomassa, a energia solar, eólica e centrais hidrelétricas e térmicas

O Governo gaúcho vai priorizar a descentralização do modelo energético a partir da integração de fontes alternativas na matriz do Estado. O Plano Plurianual prevê a alocação de Cr$ 16 bilhões no quadriênio 92-95 com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), do Tesouro gaúcho e de outras entidades internacionais. Entre as alternativas energéticas, estão a biomassa, solar, eólica, projetos das pequenas centrais hidrelétricas e térmicas.

Ontem, pouco antes de participar de uma reunião para discutir a energia da biomassa (a partir de resíduos agrícolas), encontro preparatório ao I Seminário Estadual de Fontes Novas e Renováveis de Energia que se realizará em novembro, o supervisor da Comissão de Estadual de Energia, Mário Ederich, disse que esta é uma das razões do esvaziamento econômico gaúcho. Atualmente, 57% da energia elétrica e 100% de combustíveis consumidos aqui são importados, desviando, assim, recursos para outros estados.

Embora a agricultura e a indústria tenham respondido aos apelos para a melhoria da produção, a maioria dos insumos energéticos "vai sangrando a economia gaúcha", advertiu Ederich. Adiantou que, se isso não for sustado, ficará inviabilizado o processo de desenvolvimento. A idéia, então, é produzir energia no próprio Estado, evitando que um expressivo volume de recursos seja drenado para outros centros de poder.

ARROZ — Cerca de 38% da matriz energética gaúcha são de recursos hídricos, 42% de petróleo, 25% da lenha e 6% do carvão. Pelos estudos da Comissão, acredita Ederich, as fontes alternativas poderiam representar 10% dessa matriz a médio prazo, isto é: cinco anos ou mais.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) precisaria investir US$ 80 milhões, "recursos que não possui", para atender, por exemplo, às demandas dos municípios de Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Tavares e Mostardas. Isso poderia ser feito a partir da energia eólica, combinada com os recursos da biomassa e da solar. A idéia do Governo é atender estas regiões, com a participação das próprias comunidades, projetos que vão surgir dos grupos de trabalho e do próprio seminário. No dia 21, será discutida a energia solar, no dia 28 as pequenas centrais hidrelétricas e no dia cinco de julho as pequenas centrais térmicas. Um exemplo: a previsão é que a produção de casca de arroz este ano chegue a 750.088 toneladas, das quais 487.557 toneladas não serão aproveitadas, pois a maioria dos engenhos utiliza energia elétrica em seus equipamentos. Estas 487.557 toneladas não aproveitadas poderiam gerar uma potência de 14.299 quilowatts.

01 . 01

9107469

Nº DOCUMENTO
TITULO TODA ELA DIRECTORIA DE EMBRAER COLOCO LOS CARGOS A DISPOSICION
PROCEDENCIA 24 150029
FECHA DE CREACION 26-6-91
VINCULADOS 10046
11164
11312
11163
500980

INFORMO MEIO DE AERONAUTICA.

ENTRADO
CRUZ DO

Ministério da Aeronáutica aceita demissões na Embraer

O Ministério da Aeronáutica informou ontem, oficialmente, que toda a diretoria da Embraer, inclusive seu presidente, João Cunha, colocou seus cargos a disposição, sendo imediatamente atendidos pelo ministro Sócrates Monteiro. A demissão de Cunha já era esperada e desejada pelos militares e pela equipe econômica, desde a gestão da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.

João Cunha foi indicado para compor a equipe da ex-ministra, no início do governo, pelo empresário Sérgio Nascimento, que foi chefe de gabinete de Zélia, levado ao cargo pelo também empresário e caixa da campanha do presidente Fernando Collor, Paulo César Farias. O tráfico de influência no gabinete e as estreitas relações de Nascimento com empresários privados provocaram sua demissão, no ano passado, no momento em que a imprensa noticiou que ele alugara uma casa no elegante bairro Lago Sul, em Brasília, por um preço superior a seus vencimentos.

Sem padrinho, João Cunha perdeu o cargo de secretário-adjunto de Economia, sob forte pressão de equipe de Zélia. Cunha ficou "encostado" numa sala do Ministério, sem função, até que o Palácio o nomeou presidente da Embraer. No Ministério da Economia, como secretário-adjunto, Cunha negociava a volta do Brasil para a Organização Internacional do Café (OIC), tema polêmico que não contava com consenso técnico, e a criação de um banco de comércio exterior para atender as empresas exportadoras e importadoras brasileiras. Entre elas, a de seu amigo Nascimento.(AG)

01 01

9107470

Nº DOCUMENTO .....
TITULO AYUDA DEL GOB. SALVA a Embraer.
PROCEDENCIA ZH 150028
DATA 18-6-91
VOLUME 10046
11164
11312
11163
500980

ENTRADO .....
CRUZADO .....

18/6 ZH

AJUDA DO GOVERNO SALVA A EMBRAER

O Governo Federal vai socorrer a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que tem uma dívida de US$ 600 milhões (cerca de Cr$ 178,8 bilhões, pelo câmbio comercial) - US$ 400 milhões com bancos, e US$ 200 milhões com fornecedores. A ajuda, através do Banco do Brasil, será feita parceladamente, informou, em São José dos Campos, o diretor financeiro da estatal, José de Sousa Santos. A ajuda precisa passar pelo Senado, o que deverá ocorrer após o recesso parlamentar de julho.

Integração Brasil - Argentina
ZH
16-6
10046
11164
11358
12781
10033

Nasce um país chamado Mercosul

José Doval/ZH

Buenos Aires: *Praça 9 de Julho, na capital que testemunhou importantes iniciativas para criar o Mercosul*

Quatro vezes maior que a Comunidade Européia

A marcha do Mercosul está apenas começando. Mas Brasil e Argentina, os dois maiores países do continente, já exibem uma certa experiência. Com seus 11,2 milhões de quilômetros quadrados, os dois países formam uma nação com área quatro vezes superior à Comunidade Econômica Européia (2,7 milhões de km2) e maior até mesmo que os Estados Unidos (9,3 milhões de km2).

A ampla vantagem territorial, suficiente para abrigar 31 Alemanhas unificadas, 37 Itálias ou 20 Franças, não se traduz, entretanto, no Produto Interno Bruto. O PIB conjunto de Brasil e Argentina é cerca de 10 vezes menor do que o dos países da Comunidade Européia. Em 1988, os 12 países da CEE produziram um total de US$ 4,3 trilhões, enquanto os dois parceiros latino-americanos não foram além de US$ 426,3 bilhões.

Com um PIB atual em torno de US$ 560 bilhões, Brasil e Argentina só são capazes de produzir a metade da Alemanha unificada. Perdemos também para a França (cerca de US$ 900 bilhões em 1988), para a Itália (US$ 800 bilhões), e para a Grã-Bretanha (US$ 750 bilhões). Comparar com os Estados Unidos (quase US$ 5 trilhões) ou com o Japão (US$ 2,5 trilhões), nem pensar. De consolo, resta apresentar um PIB superior ao conjunto de Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Portugal e Grécia.

COMPETITIVIDADE — A integração econômica deverá estimular a competitividade interna, alterar as estruturas de custos e a relação cambial, além de exigir uma certa normalização em economias ultimamente muito instáveis. Na balança do câmbio, cotado em dólar, o momento atual favorece os argentinos. É certo que novos ajustes virão. E seja qual for o resultado final, é importante saber que já foi dada a partida para as mutações econômicas que estão por vir.

E torcer para que as palavras da professora alemã Ruth Zimmerling, estejam corretas: "A integração é um instrumento que contribui para a criação de condições básicas necessárias para eliminar a vulnerabilidade política e econômica."

REPÓRTER VARIG

A época de Brasil e Argentina com trilhos de trens de bitolas largas e estreitas promete entrar para o museu, assim como devem ser banidos para algum castelo medieval os fantasmas de que a invasão argentina iniciaria pelo Estado do Paraná. A preocupação atual é integrar, somar esforços, e não dividir ou criar barreiras ao "inimigo" em potencial.

Palavra de ordem do mundo contemporâneo, a integração das economias parece ser um caminho com sentido único. Os países da Europa largaram na frente e, certamente, influenciaram as novas uniões. O processo de integração europeu começou quase imediatamente depois da II Guerra Mundial e terá seu momento culminante em 1993, quando aquela região se tornará o maior mercado livre do mundo, com 320 milhões de consumidores. Este longo tempo, aliás, tornou-se um aliado precioso ao contribuir para a formação de uma base integracionista bastante sólida.

PROTOCOLOS — Brasil e Argentina começaram a ensaiar os primeiros passos de mãos dadas em 1986, timidamente, com a assinatura do Protocolo número 1 (bens de capital). Até agora, foram assinados 24 protocolos e alguns resultados práticos já são visíveis. O comércio bilateral, por exemplo, foi incrementado. A Argentina vendeu US$ 1,238 bilhão ao Brasil, em 1989, e US$ 1,392 bilhão, em 1990. E o Brasil exportou para o vizinho US$ 722,1 milhões, em 1989, e US$ 639,4 milhões, no ano passado.

Nos dois primeiros meses de 1991, o Brasil vendeu US$ 156,1 milhões e comprou US$ 210,7 milhões. Matéria-prima para a indústria farmacêutica e siderúrgica, a hematita lidera a pauta de exportações brasileira. Pelo lado argentino, a preponderância é dos produtos primários.

Outra conseqüência da irresistível tendência integracionista foi a assinatura do acordo, no dia 26 de março deste ano, em Assunção, de constituição do Mercosul (Mercado Comum do Sul). A iniciativa pioneira na América do Sul de Brasil e Argentina ganhou, então, as adesões do Uruguai e do Paraguai. Por enquanto, são quatro países e uma data como meta: no dia 1° de janeiro de 1995 as quatro economias deverão estar integradas e o comércio de produtos entre elas se dará sem barreiras alfandegárias. Isto é, alíquota zero.

Rekern/Arte ZH

QUEM É QUEM

Dados de 1990

	BRASIL	ARGENTINA
Produto Interno Bruto	US$ 486 bilhões	US$ 74 bilhões
PIB per capita	US$ 3.240	US$ 2.291
Exportações	US$ 32,323 bilhões	US$ 11,9 bilhões
Importações	US$ 18,533 bilhões	US$ 4,0 bilhões
Dívida Externa	US$ 110 bilhões	US$ 58 bilhões
Reservas líquidas	US$ 8,5 bilhões	US$ 3,2 bilhões
Inflação em1990	1.763,41%	1.343%
Principais exportações	Soja, cacau, carne bovina, minérios, suco de laranja, frangos, mat. transporte	Carne, cereais, lã
Situação econômica	Recessão	Recessão
População	150 milhões	32,3 milhões
População economicamente ativa	65 milhões	16 milhões
Extensão territorial	8,5 milhões km²	2,7 milhões km²

Fonte: organismos oficiais e privados dos dois países.

9107472

Integração traz alívio à indústria

Rekern/Arte ZH

O PERFIL DA INDÚSTRIA

Setor	Ociosidade	PIB Industrial	Exportações
Alimentos, bebidas e tabaco	25,9%	US$ 4,3 bilhões	37%
Têxtil	9,7%	US$ 745 milhões	35%
Madeiras e móveis	1,2%	US$ 67 milhões	45 a 70%
Papel e celulose	5,2%	US$ 116 milhões	30%
Química e petroquímica	18,7%	US$ 1,4 bilhão	25%
Vidros e minerais não metálicos	4,2%	US$ 21,2 milhões	35%
Indústria básica ferro/aço	8,8%	US$ 1,1 bilhão	25%
Metalúrgica e elétrica	19,4%	US$ 1,4 bilhão	47%
Outras indústrias	6,9%	US$ 4,2 milhões	–

Fonte: UIA – União Industrial Argentina

Crise. Esta palavra descreve bem o que tem sido o dia-a-dia das indústrias argentinas nos últimos tempos. O elevado índice de ociosidade encontrado em praticamente todos os segmentos reflete a profundidade do drama. Tomando-se como base 100 o ano de 1980, o PIB total do País chegou ao terceiro trimestre de 1990 com um índice de 87. As indústrias de transformação recuaram para o índice 72. A participação desse setor no PIB total está em torno de 20%.

Enquanto o Produto Interno Bruto do País caiu 4,6%, em 1989, o PIB da indústria de transformação encolheu mais ainda: 7,7%. A queda, em 1988, do PIB industrial foi de 6,8%. No primeiro semestre de 1990, -9,2%. Esta tem sido a tônica do subdesenvolvolvimento industrial argentino. Os valores estatísticos apurados sobre a atividade industrial são, de qualquer modo, os mais baixos das últimas décadas.

EXPORTAÇÃO — Por outro lado, as exportações da Argentina têm evoluído nos últimos anos (de US$ 9,1 bilhões, em 1988, para US$ 11,9 bilhões, em 1990) e a contribuição das indústrias de transformação apresenta um peso relativo maior. Como, por exemplo, quando as exportações do setor secundário passaram, de US$ 6,7 bilhões, em 1988, para US$ 7,4 bilhões, em 1989, registrando uma elevação de 11,6%. No mesmo período, as vendas externas do País subiram apenas 4,7% e a agroindústria apresentou um incremento de 1,9%.

A indústria de alimentos, bebidas e fumo é a mais representativa, com um peso de 25,9% no PIB industrial. Em segundo lugar, aparece a de produtos metálicos, máquinas, material de transporte e aparelhos elétricos, com 19,4%. O comportamento do principal segmento industrial tem sido distinto, pois as indústrias de bebidas experimentam uma redução maior (da ordem de 8,5%, de 1988 para 1989) e as exportações compensam, em boa parte, a queda das vendas no mercado interno.

As exportações dos produtos lácteos cresceram, por exemplo, quase 80% de 1988 para 1989 em conseqüência da maior saída para o mercado brasileiro. O início da integração econômica entre os dois países, portanto, está produzindo um certo alívio a determinados setores industriais argentinos.

Agricultura puxará a reativação das fábricas

"Não se pode deixar as empresas argentinas de máquinas agrícolas quebrarem. Há que se ter salvaguardas no momento", pondera Dorrego, revelando o grau de preocupação latente. Ele espera, contudo, que o equilíbrio na relação com o Brasil "surja naturalmente". Assim como está otimista quanto ao futuro a longo prazo: "A integração econômica dos dois países abre a possibilidade de complementação. Creio que isso poderá ocorrer com matérias-primas, mão-de-obra e tecnologia, barateando os custos e elevando a competitividade dos produtos comuns no mercado internacional".

Potencial de mercado é o que não falta, a começar pelos locais. Dorrego revela que o atraso dos produtores primários de seu país na renovação da frota de maquinário chega a 15 ou 16 anos. Esse dado sugere que assim que houver condições favoráveis à agricultura na Argentina, a reativação do setor industrial "será imediata". No momento, está havendo um início de recuperação, graças ao aumento da área plantada de soja, girassol e sorgo, e à abertura de linha de crédito específica para o produtor rural.

A expectativa de Dorrego é que a demanda local registre um incremento de 30% a 40%, se as circunstâncias continuarem favoráveis. O setor de máquinas agrícolas da Argentina é formado por cerca de 160 indústrias, que estão concentradas em três províncias: Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba. Elas estão com nível de ociosidade de 40% e empregam 15 mil pessoas. O setor movimenta ao redor de US$ 350 milhões/ano em seus negócios. A produção anual de colheitadeiras está entre 700 a 800 unidades; semeadeiras, de 5 mil a 7 mil; enfardadoras, 3 mil.

IMPORTAÇÕES — As exportações são pequenas e não regulares (o câmbio atual, aliás, não está favorecendo, segundo Dorrego). As vendas externas, ultimamente, se restringiram a poucos discos de arado, enfardadeiras, colheitadeiras e semeadeiras colocadas nos Estados Unidos. O volume de importações "é significativo", na avaliação de Dorrego, e registra a entrada de colheitadeiras e pulverizadores do Brasil.

Mesmo apostando que a integração tem tudo para ser positiva para os dois lados, Dorrego faz uma advertência: "O êxito do processo de integração depende, em grande parte, da estabilidade econômica de Brasil e Argentina. Se for possível programar operações importantes com certo grau de segurança, a integração, evidentemente, será exitosa".

ZH/Arte ZH

QUANTO CUSTA UMA MÁQUINA AGRÍCOLA
Em US$

País	Colheitadeira	Semeadeira	Enfardadora
Brasil	45.940	7.500	8.900
Argentina	85.000	13.000	11.000

Obs: Preços médios

Fontes: Câmara Argentina de Fabricantes de Máquinas Agrícolas, Maxion S.A. e Menegaz.

Fabricantes de máquinas estão preocupados

Os fabricantes argentinos de máquinas agrícolas estão "tremendamente preocupados" com a menor competitividade de seus produtos diante dos similares brasileiros. A diferença de preços no produto final é, em média, de 30% a 40%, declara o gerente da Câmara Argentina de Fabricantes de Máquinas Agrícolas, engenheiro Manuel Dorrego. Apesar desse grave problema, este setor não só apóia o processo de integração, como o julga "promissor".

Autor de um estudo sobre as diferenças nos preços dos insumos entre Brasil e Argentina, verificadas no setor de máquinas agrícolas, Dorrego pode afirmar que os motores e chapas são, em alguns casos, de 30% a 40% mais caros em seu país. O custo da mão-de-obra dos operários é 70% superior na Argentina, assim como o da eletricidade (50% mais). Esses valores obedecem à lei da relatividade. Isto é, as variáveis na economia argentina ou brasileira modificam-se sempre devido à instabilidade dos seus programas de estabilização.

Apesar dessa ressalva, o Brasil vem apresentando, nesse segmento específico, uma vantagem comparativa acentuada. O que faz o respectivo setor industrial argentino apoiar a integração? Dorrego explica que os argentinos só desejam uma coisa: "Queremos ter insumos baratos para poder competir. Queremos poder importar motores, por exemplo, do Brasil, e incorporá-los às nossas máquinas. Uma diferença no preço final de 10% não nos assusta e nem traz inconvenientes".

TECNOLOGIA — A tecnologia de produção é considerada similar pelos argentinos, que garantem poder oferecer um produto de qualidade idêntica ao nacional. O setor de bens de capital largou na frente no processo de integração dos dois países. Faz parte do Protocolo número 1, de 1986, e o grau de liberdade alfandegária já é grande. Dorrego fala em "liberdade quase total", pois 60% a 70% das máquinas agrícolas produzidas por Brasil e Argentina estão praticamente com alíquota zero.

Nos cerca de 30% de produtos restantes, a alíquota de imposto de importação oscila entre 10% a 15%. Até o final de 1994, tudo estará reduzido a zero. As colheitadeiras, por exemplo, estão com alíquota zero. O resultado foi que as indústrias brasileiras conseguiram colocar 300 unidades nos últimos dois anos no mercado argentino, deslocando os fabricantes locais. Uma colheitadeira argentina está custando de US$ 80 mil a US$ 90 mil. As semeadeiras, de US$ 12 mil a US$ 14 mil. E as enfardadoras, US$ 11 mil.

91 07472

Afinidades com o Rio Grande

"A Argentina tem que se integrar mais com o Rio Grande do Sul e com Santa Catarina, devido à menor distância, o grau de industrialização comum e à maior afinidade de critérios e conceitos de seus empresários". Esta é a visão do empresário argentino José Censabella, diretor da maior laminadora do país, a Sipar Laminación de Aceros S.A., de Rosário.

Mesmo com esta perspectiva de desenvolvimento do processo de integração entre os dois países, Censabella admite que industriais de ambos os lados nutrem temores e desconfianças que são agravados quando há uma clara vantagem comparativa.

Apesar desses duros obstáculos à integração, Censabella acredita que eles podem ser "facilmente superados". Basta que os dois governos escutem os industriais e os setores políticos atuem com equilíbrio. Aí, "a integração será benéfica para os dois países". A propósito, o industrial revela que os argentinos apostam que o governo brasileiro trata melhor a categoria do que o governo do seu país.

A desconfiança dos industriais argentinos começa, segundo Censabella, pela fixação de prazos nas negociações por parte dos dois governos. "Os políticos não contemplam os problemas reais do setor industrial", protesta. No caso específico da Argentina, ele diz que "nunca se fica três meses com as mesmas condições de trabalho". As chamadas assimetrias econômicas são, entretanto, a grande ameaça.

A Sipar enfrenta esse problema. No balanço das tarifas públicas, da taxa de juros e da relação cambial, o Brasil leva vantagem no setor siderúrgico. "O câmbio é muito volátil no Brasil e na Argentina e tem o poder de transformar um industrial em eficiente ou ineficiente", observa Censabella. Ele defende uma "paridade adequada" para se solucionar esta questão. Mesmo em posição desconfortável em relação ao setor siderúrgico braileiro, Censabella insiste que a integração pode acontecer de "forma não traumática".

MELHOR — O pragmatismo deve imperar: "Há produtos que a Argentina pode fazer melhor do que o Brasil, assim como há produtos que o Brasil pode fazer melhor. O que é necessário é conceder um tempo para que os industriais se adaptem". É por isso que Censabella se alinha entre os que consideram curto o prazo de 1995 para a queda de todas as barreiras alfandegárias entre os países do Mercosul.

O tempo "adequado" à adaptação dos industriais não exclui que fechem suas fábricas todos aqueles que não conseguirem, após determinado período, acompanhar o rumo dos novos tempos. Censabella explica: "Com condições simétricas, sei que haverá produtos que terei de deixar de fabricar, como sei que farei outros para exportar para o Brasil. Este é o desafio da integração".

Eliminadas as "distorções" entre os países, o custo do frete funcionaria como um "elemento de proteção natural" aos industriais de cada região. Censabella não julga promissora a união de esforços no setor siderúrgico dos dois países para a conquista de terceiros mercados. Mas pondera que é possível a realização de investimentos binacionais:

A Sipar é totalmente argentina. Foi fundada em 1959 e se dedica à laminação e trefilação de ferros e aços que vende no mercado local e internacional. Com capacidade para produzir 100 mil toneladas por ano de laminados, está operando com 70 mil toneladas/ano. Cerca de 40% da tonelagem é transformada em produtos de maior valor agregado, como trefilados em barras, arames crus e recozidos, malhas soldadas, cravo, descascamento e retificação de aços e tratamentos térmicos.

A fábrica com 23 mil metros quadrados de área construída emprega 380 funcionários, utiliza tecnologia italiana e é tida como moderna. O faturamento anual da Sipar está estimado entre US$ 32 milhões a US$ 35 milhões. 15% das receitas provém das exportações. A Sipar já vendeu provas de produtos para empresas brasileiras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Rosário: *centro industrial, comercial e agropecuário de grande afinidade com o Sul do Brasil*

Rosário, um centro que produz quase tudo

A 310 quilômetros de Buenos Aires, Rosário é o segundo centro industrial, comercial e agropecuário da Argentina (em primeiro lugar está a província de Buenos Aires). Há cerca de 20 mil estabelecimentos industriais na cidade, com destaque para o pólo metal-mecânico, petroquímica, celulose e papel, e óleos vegetais. A Bolsa de Cereais mais importante do país também está localizada em Rosário.

"De 8 milhões a 10 milhões de toneladas/ano de cereais, aproximadamente, são registradas na Bolsa", contabiliza o diretor de informações e estudos econômicos, Rogelio T. Ponton. A soja lidera a produção nacional de grãos e 40% provêm da província de Santa Fé (11% do PIB da Argentina), que abriga Rosário, que possui as maiores fábricas de azeite do país: 75% do esmagamento da soja é feito em Santa Fé.

Rosário desponta em terceiro lugar no *ranking* nacional na produção de trigo, milho e girassol. Ponton acrescenta que 60% da produção física de grãos e subprodutos do país são escoados pelos portos de Rosário (só particulares, há 12 portos).

Uma série de empresários de Rosário mantém negócios com o Brasil, como a Montenegro HNOS S.A.. José Alberto Mangas, membro do conselho de direção de uma das duas câmaras de exportadores de Rosário, considera a verdadeira integração "vender de província a província", tanto que está organizando uma comitiva de pequenos e médios empresários para uma missão comercial a três estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A razão da visita, que não tem data marcada para acontecer, é a similaridade das culturas. Rosário tem uma população de 1,3 milhão de habitantes e está distante, por via rodoviária, cerca de 1.500km de Porto Alegre.

19107472

Só iniciativa privada salva gasoduto

O governo argentino não quer gastar um centavo com a obra. E o Brasil não concorda com o preço pedido pelo gás

O governo argentino não vai colocar um centavo sequer na construção do gasoduto da integração com o Brasil. Esta disposição já foi comunicada ao governo brasileiro. São necessários pelo menos US$ 150 milhões para construir a ligação em território argentino até a fronteira brasileira. Se a iniciativa privada considerar rentável o empreendimento, é bem provável que a obra saia, finalmente, do papel. Se não houver interesse, o gasoduto morrerá no projeto. O gasoduto faz parte do protocolo número 8, assinado em 1986.

O assessor do diretor nacional de combustíveis da Subsecretaria de Combustíveis do Governo da Argentina, Federico Gandia, fez estas revelações à **Zero Hora**, enquanto reafirmou que o Brasil continua manifestando interesse em levar o projeto do gasoduto adiante. Na fase de privatizações e enxugamento da máquina pública em que o país vizinho atravessa, o governo Menem está-se retirando até mesmo dos projetos futuros.

Dentro dessa linha, Gandia resguarda-se de falar até mesmo em novas definições. "Qualquer decisão passará pelos investidores", declara. A questão do preço a ser cobrado na venda do gás natural ao Brasil é um ponto de discórdia entre os dois países. Segundo Gandia, o governo argentino pleiteia receber US$ 2/milhão/BTU, mas o brasileiro resiste em ir além de US$ 1,20/milhão/BTU. Para a Argentina, a proposta do Brasil é totalmente recusável: "Com aquele preço não se paga nem os custos para transportar o gás até a fronteira brasileira", acentua o funcinário.

ESTUDOS — A Argentina estuda pelo menos três alternativas de fornecimento de gás natural ao Brasil. O projeto mais viável, agora, de acordo com Gandia, é o chamado Mesopotâmico, que contempla a saída do gasoduto pela localidade de Aldea Brasileña, província de Entre Rios, passando pelas cidades de Nogoyá e Concepción del Uruguay até chegar em Paso de los Libres, na fronteira com a cidade brasileira de Uruguaiana. O trecho de extensão do gasoduto a ser construído na Argentina está calculado em 598 quilômetros. Em território brasileiro, o gasoduto deve percorrer cerca de 570 quilômetros para chegar em Porto Alegre.

F.Gonda/Arte ZH

Gandia disse que está-se trabalhando com a hipótese do consumo brasileiro chegar ao máximo em 2 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural. No início das operações, o fornecimento seria de 500 mil metros cúbicos/dia. Nas outras duas hipóteses, o traçado do gasoduto em terras argentinas é bem maior e, naturalmente, com custos de implantação na mesma proporção.

O gás seria proveniente da província de Salta, ao norte do país, próximo à cidade de Campo Durán. Dali, seguiria para Ibarreta, na província de Formosa, e passaria próximo a Roque S. Peña, Resistência, Corrientes, Posadas e, finalmente, Paso de los Libres. Distância total: 1.480 quilômetros. Os investimentos necessários vão além de US$ 500 milhões.

Na terceira alternativa, a mais longa, de 1.496 quilômetros, o traçado é semelhante ao anterior, começando em Campo Durán e passando por Ibarreta, Formosa, Resistência, Corrientes, Posadas e Paso de los Libres. O custo desse gasoduto está estimado em quase US$ 1 milhão.

Grandes reservas. Mas Argentina ainda importa

A Argentina tem planos para se converter num forte exportador de gás natural. Há estudos para fornecer o produto também ao Chile, ao Paraguai e ao Uruguai. As reservas comprovadas do país permitem um uso de 25 a 35 anos, na "hipótese mínima oficial", mantendo-se os atuais volumes de produção. As reservas oficiais comprovadas estão em 693 bilhões de metros cúbicos.

Um acordo efetuado com a Bolívia torna a Argentina importadora de gás. O volume está ao redor de 6,1 milhão de metros cúbicos/dia e representa cerca de de 12% da demanda do país. Técnicos argentinos consideram que a comercialização do gás natural requer investimentos elevados a nível de transporte e distribuição, o que determina que somente algumas regiões do país tenham acesso em condições vantajosas ao produto.

A experiência no mercado internacional de gás natural indica que os contratos bilaterais são, geralmente, efetuados por um período prolongado, ao redor de 20 anos. Os contratos contemplam cláusulas de fornecimento mínimo e pagamento em qualquer caso. Concedem-se algumas flexibilidades para a demanda de volumes adicionais e o preço do gás é indexado, de acordo com a evolução do preço do combustível substituído.

Projeções recentes do Banco Mundial sinalizam preços internacionais mais elevados para o petróleo no futuro imediato. Estimava-se para 1995 um preço de US$ 22/barril em termos nominais, o que, a nível real, rondaria os US$ 17/barril, a preços de 1989. De 1985 a 1988, os preços internacionais do gás registraram queda. Na Comunidade Econômica Européia, a queda foi de US$ 3,77 para US$ 2,34/milhão BTU. Em termos nominais, os preços de 1989 foram os mais baixos em quase uma década.

BOLÍVIA — O Brasil também possui um acordo com a Bolívia para o consumo de gás natural. Há estimativa de que a implementação desse acordo geraria um ingresso para a Bolívia de US$ 280 milhões, valor um pouco mais elevado do que aquele país obtém com a Argentina. Esse projeto implica no consumo de aproximadamente 3,5 milhões de metros cúbicos/dia de gás e representa cerca de 60% do que a Argentina importa hoje.

A dimensão das duas operações é significativa: num prazo de 10 anos, os dois acordos internacionais podem consumir ao redor de 23% das reservas comprovadas da Bolívia e 73% da sua produção diária de gás. Nas tratativas com os bolivianos, está implícito que os brasileiros estão dispostos a pagar um preço de US$ 2 por milhão/BTU.

Confira as vantagens de cada um

Os turistas brasileiros que costumam ir a Buenos Aires sabem que os preços dos produtos daqui e de lá estão numa constante "montanha russa". Ora o Brasil é bom para que os argentinos façam compras. Ora é a Argentina que atrai multidões de compradores. Em 1989, época da hiperinflação no país vizinho, um turista com um punhadinho de dólares no bolso se divertia bastante.

O momento é completamente diverso. Depois que a Argentina tocou no fundo do poço, os preços dos seus produtos sofreram uma valorização forte em dólares. Isto é, de 1989 para cá houve um fenômeno que pode ser chamado de "australização". Agora, poucos dólares não levam a lugar nenhum.

Por essas peculiaridades, a comparação de preços entre os dois países sempre é interessante. Mas é bom lembrar que os salários mínimos são diferentes (lá é quase o dobro) e que um operário especializado ganha ao redor de US$ 700 (Cr$ 237 mil) na Argentina.

F.Gonda/Arte ZH

BALANÇA DOS PREÇOS
Em US$

PRODUTO	BRASIL	ARGENTINA
TV a cores 14 polegadas	504,00	659,00
CD Panasonic	335,00	380,00
Walkman Sony AM/FM	66,55	149,90
Fita para vídeo	9,50	13,20
Disco CD	17,00	19,50
Entrada de cinema	1,36	3,60
Jaqueta de couro	136,50	130,00
Sobretudo de lã	170,00	299,00
Calçado masculino	51,00	60,00
Tênis Nike	119,00	80,00
Calça jeans	34,00	40,00
Copo de suco de laranja	0,81	2,40
Cerveja	0,85	2,80
Coca-cola	0,34	1,60
Iogurte	0,34	1,30
Big-Mac	2,55	2,80
Litro de gasolina	0,50	0,69
Salário mínimo	US$ 78,67	US$ 160,00

Obs: os preços referem-se à média nos dois mercados. Para efeito de cálculo, considerou-se o dólar comercial (Cr$ 293,00), no caso brasileiro.

04 . 04

9107472

Creación de la Cámara de Comercio e Industria Brasil - Magrebe (paises del Norte de Africa). formada x 5

ZH
12-6
10046
11161
11408
10022

Brasil e África ganham sua câmara de comércio

Exportadores gaúchos e catarinenses dispõem de um mercado de 65 milhões de consumidores, que compra desde frangos congelados até produtos de alta tecnologia. É o mercado formado por cinco países do norte da África — Líbia, Argélia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia — e que desde ontem passaram a integrar a recém criada Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Magrebe.

Essa designação vem da palavra árabe "sol poente" que identifica os países do norte da África, com exceção do Egito. A criação da nova Câmara teve o apoio oficial do Ministério das Relações Exteriores e o objetivo, de acordo com o seu presidente José Carlos Gonçalves, é a prospecção de um grande e promissor mercado, com a possibilidade de ampliação do comércio bilateral e também a criação de *joint ventures*, em vários setores, incluindo alimentação.

ASSOCIAÇÕES — Grandes empresas como a Sadia, Perdigão e Mendes Júnior, que já possuem tradição de exportação para esses mercados, integram a Câmara que pretende, já neste mês, realizar encontros com empresários brasileiros, interessados em exportar para aqueles países ou mesmo fazer associações para produzir lá e exportar para o Mercado Comum Europeu.

O presidente da Câmara, um *expert* em comércio internacional acha que esta é uma hora oportuna, "pois o Brasil concentrou toda a sua ação comercial, até agora, no Iraque". Com a Guerra do Golfo não existe mais a oportunidade de grandes avanços, no comércio e a diversificação para os mercados do norte da África, sem qualquer preocupação política (armamentos) pode representar um grande avanço para os exportadores brasileiros. Os encontros que a Câmara realizará em Brasília terá a participação de empresários interessados e os embaixadores de cada país, explicando as potencialidades e o interesse específico, na área de comércio e produção, em cada país. (Brasília/ZH)

01 01 9107473

Nº DOCUMENTO
TITULO Pedro Malan es el nuevo negociador de la deuda externa
PROC ZH
15-6
10046
11164
11302
11314
5

ENTRADA
CFCE

Malan é o novo negociador da dívida externa

O economista Pedro Malan será, a partir da próxima semana, o negociador oficial da dívida externa brasileira. O convite, que atende à solicitação do Itamaraty de liberar o atual negociador, o embaixador Jório Dauster, para exercer outras funções na diplomacia brasileira, foi feito pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

O embaixador Jório Dauster permanecerá na função até a conclusão do acordo em torno dos juros atrasados da dívida com os bancos credores internacionais. De acordo com nota divulgada pela Coordenadoria de Comunicação Social do Ministério da Economia, Jório Dauster, que participou de todo o processo de renegociação dos juros atrasados com os bancos, continuará fazendo parte do grupo negociador da dívida. Dauster vai participar das futuras negociações junto ao Clube de Paris, entidade que reúne os governos com os quais o Brasil tem débitos a pagar.

IRREGULARIDADES — O diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo, disse que considera normal o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre os gastos do Governo Federal no ano passado. O relatório, elaborado pelo ministro Homero Santos, diz que, em 1990, o Poder Executivo gastou, sem a realização de licitação pública, Cr$ 1,2 trilhão em contratações e alienações.

De acordo com Roberto Figueiredo, o decreto 2.300 autoriza compras, sem licitação, de valores abaixo de Cr$ 100 mil. A legislação permite aquisições de produtos e serviços prestados por um único fornecedor. Conforme o diretor do Tesouro, se há irregularidades nas compras, elas devem ser apuradas junto aos ordenadores (são cerca de 3 mil em todo o setor público) dos órgãos e empresas públicas.

A conclusão do levantamento dos gastos públicos, efetuados no ano passado, só será conhecida na próxima terça-feira, quando o TCU apreciará as contas do Governo. (ABR)

DOCUMENTO
TÍTULO Mtro de Agricultura acelera la reforma agraria
PROCEDENCIA Zero Hora 150029
FECHA DE PRODUÇÃO 19-6-91
VÍNCULO CPI Brasil.
10046
11164
11302
11402

ENTRADA
SAÍDA

Cabrera acelera reforma agrária

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária deverá assentar, até a próxima semana, 9.635 famílias de trabalhadores rurais em 1,7 milhão de hectares de terras desapropriadas. O anúncio foi feito ontem pelo ministro Antônio Cabrera, em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as origens, causas e conseqüências da violência no campo.

De acordo com o ministro, nesta etapa, 58 propriedades serão desapropriadas em 13 estados. Mais de Cr$ 10 bilhões serão utilizados com a emissão de novos Títulos da Dívida Agrária (TDA). O Ministério da Agricultura ainda não definiu quais as propriedades que serão compradas.

Em resposta a questões de parlamentares da CPI, Cabrera admitiu que, no ano passado, não foram desapropriadas áreas para assentamentos. As cem mil famílias assentadas, segundo o ministro, estão em terras desapropriadas pelos governos passados — cerca de 4 mil hectares.

Até o final deste ano, o Incra deverá ter um saldo de 26.389 hectares de desapropriações para o assentamento de 19.516 famílias. Antônio Cabrera fez questão de deixar claro que o Incra não pretende assentar famílias em terras invadidas. "Se não, estaríamos estimulando a violência no campo".

Cabrera se referiu ao assentamento ocorrido no Rio Grande do Sul, de famílias que haviam invadido a Fazenda São Pedro, em Bagé. "Aquilo foi uma exceção, não pretendemos comprar terras", disse Cabrera. "A nossa meta é desapropriar para assentar". **(Brasília/ZH)**

01.01 9107475

Nº DOCUMENTO
TITULO Collor diminuye insatisfacción nordestina.
PROCEDENCIA Zero Hora 150099
FECHA DE PUBLICAÇÃO 14-6-91
VINCULAÇÃO Brasil
10046
11164
11302
11303

Collor diminui insatisfação nordestina

□ Presidente reuniu ontem oito governadores em solenidade no Nordeste. Objetivo foi diminuir os ciúmes do governador Leonel Brizola, do Rio

O afago que o presidente Fernando Collor fez ontem aos oito governadores nordestinos ao inaugurar mais uma etapa da construção da hidrelétrica de Xingó minimizou a crise de ciúmes iniciada desde a aproximação com o governador Leonel Brizola (PDT-RJ). Mas não foi suficiente para acabar com os focos de insatisfação existentes.

Deixando claro que o presidente não pode desprezar o apoio que tem garantido a seu governo, os oito governadores do Nordeste, encabeçados por Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), foram a Xingó lembrar que o apoio continua, mas querem uma definição sobre a rolagem da dívida interna de seus estados. As negociações foram paralisadas com a troca do comando da equipe econômica.

Antônio Carlos Magalhães, um dos porta-vozes dos governadores que integram a Sudene, enfatizou que Collor pode e deve cooptar os adversários, mas não pode desprezar os aliados. Na próxima reunião da Sudene, marcada para 28 de junho, eles esperam que o presidente esteja presente para dar uma definição sobre a rolagem de suas dívidas e a liberação dos orçamentos.

FRIEZA — Ao contrário dos demais governadores, que seguiram direto para Xingó desde que o presidente Fernando Collor chegou a Paulo Afonso (BA), o governador baiano se integrou à sua comitiva e só o deixou quando este embarcou rumo a Brasília. Depois de cumprimentar Antônio Carlos Magalhães no aeroporto de Paulo Afonso, Collor passou quase despercebido pelo governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), que se colocara no último lugar da fila de cumprimentos.

Ciro participou da solenidade em Xingó junto aos demais governadores nordestinos e disse que a continuação das obras da hidrelétrica é uma "coisa mágica" para o Nordeste e isso só justificaria uma confraternização ao lado do presidente. Numa postura mais conciliadora em relação ao Governo Federal, Ciro disse que não se julga discriminado em relação à aproximação Collor-Brizola.

DESCONTENTES — Apesar de alguns desmentidos, os governadores João Alves (SE) e Edison Lobão (MA) confirmaram a existência de focos de insatisfação dentro do PFL desde a aproximação de Collor com o governador Leonel Brizola. Alves disse que, em política, deve-se dar atenção a todos, mas atenção especial aos aliados, viabilizando a reciprocidade de apoio. Lobão emendou que os governadores estão sendo cobrados por suas bancadas, que reclamam da falta de atenção do presidente.

Collor, considerando que o estremecimento com as bases pefelistas do Nordeste foi normalizado com sua visita a Xingó e o anúncio de verbas para a conclusão da obra mais importante da região, voltou a pedir o apoio dos governadores para continuar governando. (AG)

Nº DOCUMENTO
TITULO Viaje de Collor a EEUU coincide con la caída de las exportaciones brasileñas para EEUU.
PROCEDENCIA Zero Hora 150029
FECHA DE PRODUCCION 15-6-91
VINCULACION Brasil
10046
11161
11409
11399
65890

ENTRADA
SALIDA

Presença americana

Viagem do presidente Fernando Collor a Washington coincide com uma queda nas exportações brasileiras para os Estados Unidos.

De US$ 9,3 bilhões [illegible] vendas externas do Brasil para seu maior parceiro [illegible] somaram US$ 8 bilhões no ano passado. O Rio Grande do Sul contribui com boa parcela [illegible] negócios, [illegible] máquinas e aparelhos mecânicos, com 11,9%, e [illegible] calçados, com 11%.

Investimentos norte-americanos no Brasil somam US$ 17,4 bilhões.

Zero Hora [illegible]

01.01 9107477.

Nº DOCUMENTO
TITULO J. Dauster no abandonará las negociaciones cuando P. Malán asuma el cargo de negociador oficial
PROCEDENCIA J.B. 150098
FECHA DE [illegible] 15-6-91
VINCULO [illegible] Brasil
10046
11164
11302
11314

5

ENTRADO

Dauster fica no Clube de Paris

O embaixador Jório Dauster não vai abandonar as negociações da dívida externa quando o economista Pedro Malan assumir o papel de negociador oficial junto aos bancos credores. A pedido do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, Dauster atuará a partir de setembro como negociador da dívida de US$ 20 bilhões com o Clube de Paris, que congrega as agências oficiais de crédito, quando assumirá a função de embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia.

O embaixador negou que seu afastamento do cargo tenha sido motivado por divergências com a nova equipe econômica. Dauster garante que seu relacionamento com Marcílio Marques Moreira sempre foi o melhor possível. "Somos amigos há 30 anos e sempre discutimos a questão da dívida. Não foram poucas as vezes em que fiquei hospedado na casa do ministro, em Washington", garantiu Dauster, que atribui sua saída à vontade de retornar ao Itamarati, de onde está afastado há seis anos.

A indicação de Pedro Malan para o cargo foi elogiada. "É uma escolha extraordinária. Ele tem uma reputação acadêmica intocável e é meu amigo pessoal", afirmou. O embaixador adiantou, porém, que Malan não deverá atuar sozinho, pois a intenção de Marcílio é montar um grupo de negociação, que atuará também junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Tão logo o Senado aprove o acordo para o reescalonamento dos US$ 9 bilhões em juros atrasados, Dauster e Malan vão iniciar um giro para tentar obter a aceitação dos 600 bancos credores aos termos da renegociação. O Brasil precisa obter o apoio de pelo menos 95% dos credores para que o acordo seja implementado e liberadas as parcelas dos juros em atraso. A primeira etapa da viagem será o Japão, que participa com o Banco de Tóquio e o Mitsubishi.

Segundo Dauster, sua substituição não implicará em mudanças na estratégia de negociação da dívida, baseada na capacidade de pagamento do país. "O Brasil não tem condição de abandonar esta linha de negociação", avaliou o embaixador. Sua expectativa é que Marcílio acerte nos Estados Unidos a volta da missão do FMI ao Brasil para negociar um empréstimo ao governo.

01.01

9107478

DOCUMENTO
TÍTULO MTD Economia tem pressa em concluir acordo com credores.
PROCEDÊNCIA J.B. 15.06.28
FECHA DE DOCUMENTO 15-6-91
VINCULO CIA Brasil
10046
11164
11302
11392

ENTRADO

Marcílio tem pressa em concluir acordo com credores

BRASÍLIA — Ao contrário da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem pressa em fazer um acordo com os bancos estrangeiros. Ontem, ele afirmou que tem "senso de urgência" para chegar a um acordo. "Neste momento, o tempo não está a nosso favor", disse. Na avaliação de Marcílio, vem aumentando a competição no mundo para receber investimentos quando começa uma retomada do crescimento da economia mundial.

Além disso, o ministro pretende conseguir dos banqueiros desembolsos menores nos próximos cinco anos, período em que há grande concentração de pagamentos da dívida brasileira. Ele garantiu que a troca de negociador da dívida externa (Jório Dauster por Pedro Malan) não significa alguma mudança básica na renegociação.

O ministro informou que o presidente Collor terá um encontro com os presidentes das "oito ou 10" maiores empresas de cada setor, na próxima semana, durante sua viagem aos Estados Unidos. Estão confirmados encontros dirigentes da IBM, Texaco, Alcoa, Xerox, ITT, Cargill, Coca-Cola e Monsanto. Nesse encontro, Collor fará uma exposição das medidas que vem tomando para liberalizar a economia brasileira e garantirá esforços para que o Congresso não dificulte o fim da reserva de mercado na informática e a volta das patentes para medicamentos.

O objetivo do encontro com os empresários é sinalizar que o Brasil quer voltar a receber investimentos estrangeiros. Collor não se encontrará com banqueiros privados. O presidente terá um café da manhã com o secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, e o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan. Segundo o ministro da Economia, oficialmente o governo americano não pode pedir aos banqueiros que facilitem a renegociação com o Brasil, mas os EUA detêm poder no Banco Mundial, FMI e BID, organismos importantes na retomada de relações com a comunidade financeira internacional. "O presidente Bush pode induzi-los a uma postura mais favorável ou não em relação aos países envididados."

Megablocos — Collor se encontrará com o presidente George Bush na terça-feira e, entre outros assuntos, discutirá a formação dos megablocos de comércio que se formam no mundo (Europa, Japão-Ásia, EUA-Canadá) e a situação da América Latina na nova divisão. Assinará ainda um acordo inicial sobre o Mercosul — Mercado do Cone Sul, que no futuro terá a presença dos EUA. Segundo Marcílio, o presidente Collor deverá conversar com Bush sobre a necessidade de mão dupla na liberalização do comércio entre os dois países e cobrará esforços para que as sobretaxas impostas ao suco de laranja e ao álcool exportados pelo Brasil sejam eliminadas. "Não queremos benefícios especiais, mas também não é justo que existam encargos para o Brasil nesse comércio", disse.

Sem fixar prazos para terminar a renegociação global da dívida com os banqueiros privados, Marcílio informou que o novo negociador oficial da dívida externa, economista Pedro Malan, começará, logo depois que o Senado aprovar o acordo de pagamento da dívida atrasada, a conversar com banqueiros e com o FMI simultaneamente. Revelou ainda que, desta vez, o Brasil irá explorar ao máximo as facilidades previstas no Plano Brady, que prevê troca da dívida por bônus com garantia do Banco Mundial, do BID e do FMI e incentivos fiscais para os bancos norte-americanos que aderirem ao plano. O país que aceitar o plano consegue um pequeno perdão em suas dívidas.

As facilidades do Plano Brady foram recusadas pelo ex-ministro Bresser Pereira. Ontem, Marcílio disse que a idéia daquela época, de trocar os atuais papéis da dívida por outros parecidos, realmente não tinha chances de aceitação. "Banqueiro só troca um papel por outro que tenha no mínimo algumas garantias, mesmo que o valor seja menor", afirmou. O ministro lembrou o acordo feito pelo México, há cerca de dois anos, dentro do Plano Brady.

Jamil Bittar — 17/5/

Marcílio não acredita que a troca do negociador da dívida prejudique as conversas

01.01 - 9107479

Nº. DOCUMENTO
TITULO GOVERNO ANUNCIA MEDIDAS AGRICOLAS
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PRODUCCION 29-6-91
VINCULO CODIGO 10046
11164
11302
11402

Collor anuncia pacote agrícola

□Dia 10, o presidente vai oficializar o cronograma de liberação dos recursos de Cr$ 1 trilhão para o custeio da próxima safra. E, ainda, preços mínimos

O presidente Fernando Collor vai anunciar no próximo dia 10, em Presidente Prudente, no interior de São Paulo, um pacote agrícola que inclui o cronograma de liberação dos recursos da próxima safra, os novos Valores Básicos de Custeio (VBC), os novos preços mínimos.

Na mesma oportunidade, o ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, anunciará a criação da Secretaria Nacional de Política Agrária, cujo secretário será o economista Celso Matsuda. A nova secretaria vai cuidar do planejamento estratégico do ministério e da produção de informações agrícola, desde mercado até previsão e planos de safras.

O presidente da República escolheu aquela cidade por ser pólo de uma região de grande densidade eleitoral, onde então o candidato Fernando Collor obteve os votos de 75% do eleitorado. Como foi o próprio presidente quem anunciou a destinação de um crédito de Cr$ 1 trilhão para o custeio da próxima safra, ele próprio se encarregará de anunciar o cronograma de sua distribuição.

Arquivo/ZH

Estratégia: *Cabrera cria Secretaria de Política Agrária*

FINSOCIAL RURAL — Na ocasião, conforme revelou ontem o ministro Antonio Cabrera ao governador Alceu Collares, deverá também ser anunciada a criação de um Finsocial Rural, que poderá viabilizar inclusive a implantação de programas de habitação rural. Esse programa fora anteriormente vetado no texto da Lei Agrícola, porque entendeu o Governo que essa prioridade deveria ser dirigida aos trabalhadores rurais e não a pequenos e médios agricultores. Assessores do ministro Cabrera, como o novo secretário Celso Matsuda, passaram a semana discutindo com seus colegas do Ministério da Economia, uma fórmula consensual que atenda também os microprodutores.

Desses encontros de nível técnico, e das reuniões políticas do ministro Cabrera com parlamentares durante toda a semana (a bancada rural no Congresso tem mais de 250 deputados) nasceu a convicção dos assessores mais próximos de Cabrera de que, pelo menos, 11 vetos do presidente Collor à Lei Agrícola não devem passar na Câmara.

Entre os artigos vetados e que, agora, deverão ser confirmados, está o que institui a conversão do financiamento principal em valor de equivalência em produto, para aqueles produtos abrangidos pela política de preços mínimos e de preços administrados. É fazer com que a produção pague o crédito bancário.

Outro, é o que reintroduz as regras de intervenção estatal no mercado e define quando o Governo deve importar, desovar estoques, etc. Deverá também ser reimplantada a "margem de flutuação", ou seja, o Governo interfere cada vez que, no prazo de uma semana, o preço de um produto flutue muito acima ou abaixo da margem determinada. A intervenção pode ser via redução da alíquota de importação, via redução do crédito comercial ou via desova dos estoques estratégicos. (Brasília/ZH)

Novidade: aumento dos remédios sai via abono

Os preços dos remédios estarão mais caros a partir da próxima semana, cumprindo acordo feito ontem na câmara setorial, no Ministério da Economia. O reajuste será concedido em forma de abono em cruzeiros variando de Cr$ 50,00 a Cr$ 1.250,00 e deverá ser publicado no Diário Oficial da terça-feira. Para remédios que custam até Cr$ 500,00 o abono será o mínimo, de Cr$ 50,00, significando um acréscimo ao preço de 10%; de Cr$ 501,00 a Cr$ 1.000,00, o abono será de Cr$ 100,00; de Cr$ 1.001,00 a Cr$ 2.000,00, abono de Cr$ 150,00; de Cr$ 2.001,00 a Cr$ 5.000,00, abono de Cr$ 300,00; de Cr$ 5.000,00 a Cr$ 10.000,00, abono de Cr$ 600,00, e acima de Cr$ 10.001,00, abono máximo de Cr$ 1.250,00.

De acordo com a Assessoria de Imprensa da Secretaria Nacional de Economia, os representantes do setor farmacêutico reivindicaram na reunião um reajuste de 30%, que foi rechaçado pela secretária Dorothéa Werneck. Ela argumentou que o setor era "delicado" e não podia ter, por parte do Governo, um tratamento igual ao dos brinquedos ou dos calçados, que foram liberados do controle. Os remédios, de acordo com a secretária, têm uma demanda principalmente os de uso contínuo, que não pode deixar de adquirir o produto mesmo com preços altos. Mesmo assim, os remédios já tiveram dois aumentos desde que Dorothéa começou a coordenar as câmaras, um de 8% no dia 28 de maio e o atual. (Brasília/ZH)

01.01 · 9107480

MTRO DE AERONAUTICA CONFIRMO A OZIRES SILVA PARA LA PRESIDENCIA DE EMBRAER
ZH 150029
29-6-91
10046
11164
113202
113312
500980
5

ENTRADA
SAIDA

Aeronáutica confirma o nome de Ozires

□Ele voltará a assumir a presidência da Embraer, que enfrenta sua maior crise financeira. Em Alagoas, BC suspende intervenção no Produban

O Ministério da Aeronáutica confirmou ontem, em nota oficial, o nome do ex-ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, para a presidência da Embraer. Ozires foi um dos fundadores da empresa e volta ao cargo que ocupou por 16 anos, cinco anos depois de deixá-lo para assumir a direção da Petrobrás. De acordo com a nota, o nome do engenheiro aeronáutico e coronel aviador da reserva surgiu durante reunião do alto comando da aeronáutica, realizada na quarta-feira passada.

Desde sua criação em 1970, a Embraer teve apenas três presidentes. Ozires passou o cargo em 1986 ao seu vice Ozilio Silva, que o transmitiu ao economista João Cunha, então assessor da ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, no ano passado.

A escolha de Ozires Silva é vista com otimismo pela aeronáutica. Profundo conhecedor dos problemas da empresa, que hoje enfrenta sua maior crise financeira, ele foi responsável pela credibilidade adquirida pelos aviões brasileiros no exterior.

PRODUBAN — Depois de dois anos e sete meses de intervenção, o Banco Central (BC) vai devolver o Banco do Estado de Alagoas (Produban) ao Governo estadual. Para completar o período de transição, o Produban ainda ficará dois meses em regime de administração compartilhada entre o BC e o Estado de Alagoas, conforme informou ontem odiretor de fiscalização do BC, Nelson Carvalho.

O período de intervençãoo deveria terminar domingo, mas o BC decidiu prorrogá-lo até o dia 4 de setembro. Esse prazo permitirá ao Governo de Alagoas escolher os nomes para a diretoria do Produban e enviar uma mensagem à Assembléia Legislativa para que o Poder Legislativo estadual atue como co-responsável na administração do banco.

O Produban quebrou em novembro de 1988 porque os usineiros nordestinos, os principais devedores da instituição, não pagavam suas dívidas. Após exaustivas negociações, os usineiros receberam condições especiais para pagar, em dez anos, a sua dívida de US$ 76,5 milhões.(AG/ABR)

01.01 9107481

Nº. DOCUMENTO
TITULO 60B NO TIENE COMO REDUCIR SALARIOS DE LOS FUNCIONARIOS PUB.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE DOCUMENTO 29-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11436
11302

Governo não tem como reduzir salários de servidores

BRASÍLIA — O governo não poderá reduzir os salários do funcionalismo público civil e militar em julho, apesar de o Congresso Nacional ter derrubado a Medida Provisória 296 que concedeu aumentos para os meses de maio e junho, segundo assessores do próprio governo. Os salários são irredutíveis, de acordo com o inciso VI do artigo 7º da Constituição, e, caso o Tesouro Nacional cumpra o que o Congresso decidiu ontem por decreto legislativo, qualquer servidor que entrar na Justiça ganhará o direito de manter seu salário no mesmo nível de junho.

Só ontem o próprio governo percebeu que a decisão do Congresso, que derrubou a 296, foi inócua e o aumento que está saindo nos contracheques deste mês não podem ser reduzidos a partir de agora. Isso só ocorreria, se houvesse um acordo coletivo entre funcionários e governo, o que é inteiramente improvável. Outra hipótese seria a de considerar os aumentos de 23% a 29% concedidos em maio e junho como antecipações a serem descontadas no futuro. No entanto, a medida provisória não fala em antecipação e nem os contracheques estão sendo distribuídos com tal advertência.

Sem pressa — O governo saboreava ontem o desgaste das oposições e dos parlamentares governistas que votaram contra a manutenção do aumento salarial do funcionalismo. Por isso, não havia nos ministérios da Economia e da Justiça a menor pressa em editar uma nova legislação sobre o assunto. Somente após o recesso parlamentar, em agosto, o presidente Collor pretende encaminhar uma solução ao Congresso.

Os ministérios da Economia e da Justiça já acreditam que o governo possa cumprir o que chegou a prometer aos líderes políticos na terça-feira, antes que as oposições começassem a exigir mais. Pouco antes do confronto que derrubou a 296, o governo concordou em dar aumento próximo de 30% aos professores universitários e técnicos em educação. São cerca de 400 mil funcionários públicos excluídos do aumento, sendo 150 mil professores universitários e técnicos em educação.

A idéia reinante ontem era a de enviar ao Congresso proposta de aumento para as categorias não beneficiadas pela MP 296, com efeito retroativo, mas não havia certeza sobre a partir de quando os "excluídos" seriam beneficiados. Este é um ponto que o Ministério da Justiça quer usar nas novas negociações com o Congresso, depois do recesso. Também não está afastada a possibilidade de um aumento linear para todo o funcionalismo, o que tornaria mais aceitável a proposta governamental. Durante as negociações para a votação da MP 296, o governo chegou a propor um aumento linear em agosto, retroativo a julho.

Apesar da cautela do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, de não fazer provocações diretas às oposições, na Secretaria de Administração a derrubada da MP 296 era vista também como uma grande derrota das lideranças dos funcionários públicos, que articularam manifestações na Esplanada dos Ministérios nos dias que antecederam a votação do Congresso Nacional. Os líderes dos servidores insistiram na derrubada da lei salarial, por considerar que ela deve aumentos diferenciados aos funcionários públicos. No entanto, depois de tudo, eles não podem dizer nas assembléias que saíram vitoriosos, nem negar o desgaste político.

Brasília — Gilberto Alves

Passarinho disse que Collor não vê saída legal para dar novo aumento a servidor

9107482

01.01

TITULO: IMPORTACION DE TRIGO CREA TIRANTEZ CON ARGENTINO
ZH 150029
1-6-91
10046
11161
11402
10033

Importação de trigo cria impasse com argentinos

□Ministro da Agricultura de Menem esteve ontem com Cabrera. A queixa é contra a compra de grãos dos Estados Unidos com preços subsidiados

Arquivo/ZH

Cabrera: *comissão mista vai investigar as denúncias*

Os ministros da Agricultura do Brasil e Argentina não conseguiram, ontem, chegar a um denominador comum sobre a compra de trigo. "É um assunto explosivo na Argentina", disse o ministro argentino, Marcelo Regúnaga, recusando-se a comentar o resultado da reunião de duas horas e meia, com as autoridades brasileiras, no Ministério da Agricultura.

Também o ministro Antonio Cabrera não quis falar nada sobre a reunião, divulgando apenas uma lacônica nota de dez linhas explicando que ficou decidida a criação de uma Comissão mista para analisar detalhadamente as denúncias do que consideram "importações desleais" dos Estados Unidos. Depois da reunião no Ministério da Agricultura, da qual participou também a Secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, o ministro argentino, Marcelo Regúnaga, e seu vice Juan Schiaretti, foram ao Ministério da Economia para nova reunião.

PROTESTO — Os argentinos, até pensando no Mercosul, estão protestando junto ao governo brasileiro a compra de 700 toneladas de trigo dos Estados Unidos, a preços subsidiados. Os tradicionais fornecedores de trigo ao Brasil são a Argentina e Canadá. E, exatamente quando as autoridades dos quatro países — Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai — trabalham pela integração econômica, o Brasil quer abrir mão de seu parceiro argentino para comprar dos Estados Unidos.

A nota conjunta diz que ficou acertada a criação desta "Comissão Permanente de Consulta sobre abastecimento de alimentos para atender as necessidades de ambos os países de contar com suficiente oferta de produtos a preços competitivos e aplicar uma política comum visando a compensar os efeitos negativos das práticas comerciais desleais de terceiros países".

Participaram da reunião, além dos ministros e da Secretária Nacional de Economia, o presidente da Junta Nacional de grãos da Argentina, Guilherme More de la Serma. O diretor do Programa de Integração com o Brasil, Guilherme Hunt e pelo Brasil, o diretor do DAP, Celsius Lodder e a chefe do Departamento de produtos nde base do Itamarati, Maria Celina Rodrigues. (Brasília/ZH)

1 JUN 91 ZH

01.01

9107483

Nº DOCUMENTO
TITULO ALMIRANTE DA FONSECA DEIXA PETROBRAS
2H 150029
5-6-91
10046
11161
11312

Almirante Maximiano deixa Petrobrás

Ao conceder, ontem, a sua última entrevista coletiva como diretor da Petrobrás, o almirante Maximiano da Fonseca justificou o seu afastamento do cargo, que ocupava há seis anos e dois meses, como problema de Governo. Ele — que respondia pelas diretorias industrial e de transportes e a presidência da Petrobrás Distribuidora — considera mera especulação atribuir sua saída ao fato de ter se recusado a assinar, em outubro do ano passado, contrato com a Vasp, considerado lesivo à BR Distribuidora, pelo ex-presidente da estatal, Luis Octavio da Motta Veiga. Maximiano ficará no cargo até a volta do presidente Fernando Collor do exterior.

— Não quero saber as razões. O Governo é que tem que justificar os motivos —, disse ele, não demonstrando, porém, nenhuma mágoa pela decisão tomada pelo ministro da Infra-Estrutura, João Santana.

Maximiano da Fonseca revelou que já tinha sido avisado do seu afastamento, antes mesmo do encontro mantido com Santana, na última sexta-feira (31), quando o ministro formalizou a decisão.

CONSELHEIRO — O ministro Santana pediu ao almirante para continuar, agora como conselheiro da Petrobrás. Maximiano da Fonseca terminou aceitando o convite, depois que o próprio presidente Fernando Collor ligou para sua casa reforçando-o, na noite de sexta-feira. De acordo com Maximiano, no novo cargo ele terá gabinete no 22° andar do edifício-sede da Petrobrás, secretária e toda mordomiazinha, com exceção do carro, direito adquirido apenas pelos diretores.

O término de sua gestão estava previsto para março de 1993. Agora, ele será ocupado por um ex-funcionário da própria Petrobrás, Ernesto Weber, que pediu demissão da estatal há 15 anos por divergências com o então presidente da empresa, Shigeaki Ueki.(AE)

05 06 91 2H

01 01 9107484

Nº. DOCUMENTO
TITULO PETROBRAS PREVE LA FALTA DE ALCOHOL PARA LO QUE RESTA DEL AÑO.
PROCEDENCIA 24 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 26-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11404

ENTRADO

Petrobrás prevê falta de álcool ainda em 91

O País viverá este ano outro desabastecimento de álcool. A previsão foi feita pelo presidente da Petrobrás, Alfeu Valença, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, onde falou sobre o álcool carburante na matriz energética, e a política da empresa na compra e estocagem do produto. Segundo Valença, a perspectiva para a safra 91/92, já iniciada, é de que a produção de álcool permanecerá inferior à demanda, com níveis em 12 milhões de metros cúbicos, o que corresponde ao consumo anual no país.

Valença disse que para se manter o abastecimento na entressafra, o uso da mistura metanol-etanol-gasolina deve continuar ao longo de 1991, com a conseqüente importação de metanol. Revelou que a empresa já está sondando no mercado internacional a compra do produto.

Para amenizar a falta de álcool, Valença sugere a manutenção da participação do álcool na matriz de consumo de carburantes, do setor de transporte rodoviário, ao nível atual de 22,5%, e a prática de preços e tarifas reais para obtenção de maiores ganhos de eficiência e de produtividade. (ABR)

01.01

9107485

Nº ...
TITULO: DEUDA EXTERNA TENDRA CONVERCION DE U$S 100. MILLONES EN PROYECTOS ECOLOGICOS.
PERIO... JB 150028
FECHA ... 25-6-91
... 10046
11161
11314

ENTRADO ...
CRUZ DO ...

Dívida terá conversão só até US$ 100 milhões

BRASÍLIA — O governo decidiu limitar em US$ 100 milhões ao ano a conversão de dívida externa para aplicação em projetos de interesse ecológico. O dinheiro entrará no país com desconto ainda a ser definido e se destinará a um fundo administrado pelo governo federal. Esse fundo escolherá os projetos que receberão financiamentos. O limite ficou decidido em encontro ontem, no final da tarde, entre o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o secretário de Administração, Carlos Garcia, também secretário-executivo da Rio-92.

A decisão de limitar em níveis baixos a conversão da dívida se deve à necessidade de evitar pressão inflacionária, pois o Banco Central seria obrigado a injetar no mercado, em cruzeiros, o equivalente à conversão. No governo Sarney, a conversão era limitada em US$ 150 milhões ao mês. Agora, desce para US$ 100 milhões ao ano.

Pela manhã, na reunião setorial sobre a Rio-92, que inaugurou o salão oval do Palácio do Planalto, o ministro Marcílio havia sugerido que, antes de determinar o limite em dólares para a conversão da dívida, o governo deveria avaliar a experiência em um projeto-piloto. O presidente Collor encomendou então estudo sobre critérios, prazos, limites e mecanismos para a conversão, que será apresentado, no máximo, na próxima reunião setorial da Rio-92, em duas semanas. O presidente decidiu promover duas reuniões mensais da Rio-92, às segundas-feiras.

Incentivos — Collor decidiu na reunião editar, talvez ainda hoje, novo decreto para definir com clareza a determinação do governo de limitar os incentivos fiscais a projetos agropecuários na Amazônia. A decisão se deve à críticas feitas durante a reunião pelo secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger. Decreto recente da Secretaria de Desenvolvimento Regional criando incentivos foi muito criticado pelos ecologistas americanos na semana passada, porque poderia estimular o desmatamento na Região Amazônica.

A presidente do Ibama, Tânia Munhoz, foi encarregada de preparar, em 30 dias, anteprojeto consolidando toda a legislação ambiental existente no país. Collor considera a Rio-92 o momento adequado para que se discuta qual o modelo de desenvolvimento que interessa ao mundo.

O secretário Carlos Garcia apresentou documento listando as providências necessárias para a realização da Rio-92, incluindo um adiantamento de US$ 2 milhões, em março próximo, para cobrir as despesas com a transferência da sede da conferência para o Rio de Janeiro.

☐ O presidente Fernando Collor vai proibir novos incentivos fiscais para projetos agropecuários em áreas de floresta tropical úmida na Amazônia Legal. O presidente Fernando Collor recebe hoje minuta de decreto proibindo incentivos para projetos que tenham em seu cronograma planos de desmatamento da floresta nativa. Com isso, Collor acata solicitação do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, que ontem criticou esses incentivos na reunião setorial da Rio-92.

JB 25/6

01.01

9107486

Nº. DOCUMENTO
TITULO EMPRESARIOS DE MALASIA VISITAN BRASIL PARA INCREMENTAR LAS RELACIONES ECONOMICAS.
PROCEDENCIA JB 1500028
FECHA DE PROCEDENCIA 26-6-91
VINCULACIONES 10046
11164
11399
11409
10124

ENTRADA

Os negócios com a Ásia

● *Empresários da Malásia procuram parcerias com o Brasil*

A primeira grande delegação comercial da Malásia a visitar o Brasil deu início ontem a uma série de contatos com empresários e autoridades do governo brasileiro para incrementar as relações econômicas entre os dois países. O palco para a investida malaia foi a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde cinco ministros de estado e representantes de mais de 60 empresas da Malásia passaram algumas horas em conversações com empresários brasileiros interessados não só em comerciar, mas também em formar *joint-ventures* (associações).

O grupo é liderado pelo próprio primeiro-ministro Mahathir Bin Mohamad, que fez um discurso citando números do comércio exterior de seu país, que tem 330 mil quilômetros quadrados — o tamanho do Estado do Maranhão — e uma população de 17 milhões de pessoas: US$ 29 bilhões tanto na exportação quanto na importação, em 1990. O Brasil, por sua vez, também no ano passado, exportou US$ 31 bilhões e importou US$ 20 bilhões.

"Estou encantado em verificar que as relações comerciais entre nossos países mostraram encorajadora melhora nos últimos anos. O Brasil é o nosso maior parceiro comercial na América do Sul", comentou Mohamad, citando que o comércio bilateral entre os dois países passou de US$ 78 milhões, em 1985, para US$ 328 milhões no ano passado.

Intercâmbio — Mas de acordo com os dados do governo brasileiro — mais precisamente da Coordenadoria de Intercâmbio Comercial —, as exportações do Brasil para a Malásia cresceram 25% de 1989 para 1990, passando de US$ 175 milhões para US$ 219 milhões. Produtos metalúrgicos e minérios são os principais itens, embarcados por empresas como a Açominas e a Vale do Rio Doce. As importações, que se concentram principalmente em borracha e seus derivados (onde a produção malaia é a maior do mundo), aumentaram de US$ 20 milhões para US$ 30 milhões, no mesmo período. Estão entre os compradores brasileiros empresas como a Pirelli e a Johnson & Johnson.

Ano	Exp.	Imp.
1981	17	6
1982	19	5
1983	26	30
1984	43	86
1985	35	35
1986	39	22
1987	58	33
1988	110	47
1989	175	21
1990 (*)	210	30

(*) Janeiro/novembro; fonte: CTIC

O que torna o quadro mais promissor para as empresas brasileiras, em se tratando do mercado malaio, é o crescimento da economia do país nos últimos anos, com uma taxa média de 8% ao ano. O governo local está estimulando a entrada de companhias estrangeiras, inclusive com incentivos fiscais, e eliminando as barreiras à importação. "A demanda de investimentos continua expandindo-se à taxas fenomenais", diz um documento preparado pelo Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria, com um perfil daquele país asiático, distribuído ontem na Associação Comercial.

Hoje e amanhã a missão comercial malaia estará fazendo contatos com empresários em São Paulo. A maratona de contatos na América do Sul começou dia 17 e vai até 5 de julho. A comitiva estava na Venezuela, antes de vir para o Brasil, e nos próximos dias embarca para a Argentina.

01.01 9107487

Nº. DOCU

TITULO: Se concretó la compra de trigo de Brasil a los EEUU.

PERIODICO: CLARIN

FECHA DE: 6-6-91

VINCULACION: 10046
11161
11402
65890

ENTRADO
CRUZADO

Se concretó la compra de Brasil a Estados Unidos

Brasil concretó, finalmente, trigo subsidiado a los Estados Unidos. La operación llevará la firma de Collor, [illegible] la Argentina [illegible] de [illegible] la [illegible] la operación; que se realizó, sin duda, de una compra privada. Aseguró que cualquier compra en esas condiciones merecería la aplicación de un gravamen equivalente al monto del subsidio.

Carlos [illegible] Menem [illegible] Collor [illegible] trigo argentino anotó una baja moderada, de 4,75 dólares por tonelada. El presidente de la Bolsa de Cereales, José Sáez Gaona estimó una pérdida de 12 millones de dólares por este brusco descenso. Es que [illegible] podían comercializar 3 millones de toneladas de trigo.

Este anuncio se produce después de una [illegible] y agitado en el que Buenos Aires desplegó [illegible] y diplomático para evitar la [illegible].

Pero Cavallo [illegible] secretario Alfeld Gonzalez [illegible] de Brasil [illegible] trigo [illegible] Brasilia [illegible] subsidio [illegible].

Por [illegible] Estados, vocero del [illegible] del Brasil [illegible] a la agencia Reuter que [illegible] no gravará con una tasa compensatoria cualquier importación privada de trigo.

Si Brasil aplica un impuesto equivalente al subsidio, la importación pierde todo interés: el trigo [illegible] se estaría más caro que el de la pampa húmeda. Puesto en el puerto de Santos el trigo estadounidense con rebaja sale 120 dólares, 15 menos que el cereal local en el mismo lugar. Pero si el arancel que se le aplica es equivalente al subsidio, es el trigo de Washington el que sale 15 dólares más caro. Una fuente de la Embajada norteamericana se preguntaba ayer si Brasilia, que ha [illegible] oportunidades con subsidios, [illegible] alto.

Para Buenos Aires el [illegible] Brasil se abastece en trigo [illegible] Paraguay y [illegible] importa trigo [illegible].

ENTRADO
CRUZADO

PARTES POCO LEGIBLES.

01.02 9107488

Nº DE CU
TIPO
PROCEDE
FECHA DE
VINCULACIÓN

Cotia, [illegible] Pollo y la número uno en [illegible] alimentación con [illegible], además el [illegible] Brasil con [illegible] países [illegible] imprescindible [illegible] esta operación con la trader estadounidense Alliance Grain.

◆ Feliz del CEPP

En la Junta de Granos, que fue por un manojo de nervios, se enteraron de la venta por el fax que reciben puntualmente todas las mañanas del Departamento de Agricultura estadounidense que les informa de sus ventas a precio de regalo. Allí, intercalada entre otras 5 operaciones (una domésticas de 26.000 toneladas de maíz a Guatemala, otra venta de [illegible] a Argelia, una de muestra a Egipto y [illegible] Venezuela) estaba la operación. Dijo Guillermo Moore de la Serna: "Lo que se juega aquí es un camino mucho más largo, el de la integración con Brasil".

Una fuente de la Embajada argentina en Washington, se enteró, en cambio, por intermedio de Paul Dickerson, el gerente de la Commodity Credit Corporation (CCC), que implementó el subsidio. "La venta se iba a concretar porque Argentina no tiene suficiente trigo para abastecer al Brasil". Este subsidio representa para Washington unos 4 millones de dólares.

El experto Marcelo Avogadro pronostica que, si entra el trigo estadounidense, pronto lloverán en Brasilia ofertas de trigo francés con subsidios: "El mercado argentino, que actúa de manera poco inteligente, deberá aprender que al Brasil hay que venderle con financiación".

Con un [illegible] dos millones de toneladas [illegible] es el primer cliente [illegible] y las [illegible] hicieron trucos [illegible] 4 millones de toneladas este [illegible] 2,5 millones. [illegible] Buenos Aires, [illegible] desde [illegible] Uruguay.

[illegible] productores [illegible] Chile, [illegible] comunicó [illegible] Embajada [illegible] contribuyó a una buena relación con Washington".

Alieto Guadagni, subsecretario de Relaciones Económicas Internacionales y Guillermo Moore de la Serna, presidente del directorio de la Junta Nacional de Granos, encabezaron la ofensiva para frenar la nueva operación con trigo subsidiado.

¿Cómo funciona el EEP?

Para que Cotia y la norteamericana Alliance Grain anuncien su negocio hubo una serie de pasos previos:

- **La determinación política de Washington de incluir a Brasil en la lista de los países beneficiados con sus subsidios.**
- **Una presentación conjunta de la importadora brasileña y del exportador norteamericano sobre el monto de la rebaja y la aprobación posterior del Departamento de Agricultura estadounidense.**

Pero faltan aún otros pasos:

- **Que el Ministerio de Economía [illegible] Santa a partir del próximo [illegible].**
- **Que el gobierno norteamericano entregue el famoso bono por el que Alliance recibe en mercadería, en este caso trigo, el subsidio de [illegible] dólares por tonelada [illegible].**

Esta operación se concreta a través del EEP (Export Enhancement Program) [illegible] en Washington [illegible] el programa de [illegible] a las exportaciones [illegible] 1985 [illegible] subsidió [illegible] Washington [illegible] 1986 [illegible] 1987 [illegible] 1988 [illegible] 1989 [illegible] 1990 [illegible] 1991 [illegible] 1992 [illegible] 1993 [illegible] 1994 [illegible] 1995 [illegible] 1996 [illegible] 1997 [illegible] 1998 [illegible] 1999 [illegible] 2000 [illegible] 2001 [illegible] 2002 [illegible] 2003 [illegible] 2004 [illegible] 2005 [illegible]

Nº DOCU
TEMA: Malestar en Argentina por la compra brasileña a los EEUU de trigo subsidiado
PAGINA: LA NACION
FECHA DE: 6-6-91
VINCULACION: 10046
11161
11402
65890
10023

Malestar por la compra brasileña a los EE. UU. de trigo subsidiado

Los precios del trigo retrocedieron ayer un 4,42 por ciento en el mercado a término local, luego de anunciar el Departamento de Agricultura de los Estados Unidos la venta de 131.000 toneladas del cereal a Cotia Commercio ExportaÇao e ImportaÇao con un subsidio de 29,91 dólares por tonelada.

La noticia provocó desazón y malestar en fuentes gubernamentales y privadas locales, pero la tranquilidad retornó en alguna medida cuando anoche se conoció un despacho de Reuter, datado en Brasilia, según el cual un vocero del Ministerio de Economía brasileño señaló que el gobierno de ese país "impondrá aranceles compensatorios a cualquier compra de trigo subsidiado".

Con posterioridad a esa información, el vicecanciller argentino, Juan Carlos Olima, expresó su confianza y su certeza de que la transacción no va a realizarse o, en todo caso, se aplicará el mecanismo compensador del subsidio a través de aranceles, como prevé la legislación brasileña.

También el vocero de la Cancillería, embajador Jorge Telerman, expresó conceptos coincidentes e indicó la convicción de que " privará una definición de tipo político por parte del gobierno del Brasil".

Telerman fundó esa apreciación en las conversaciones e, inclusive, declaraciones formuladas por el presidente Collor, el canciller Francisco Rezek y la comisión bilateral que se reunió este fin de semana en Brasil, "donde los funcionarios brasileños confirmaron que su país privilegiará el Mercosur antes que cualquier operación de tipo comercial".

En la reunión bilateral realizada el sábado último en Brasilia, las autoridades brasileñas dieron seguridades a sus pares argentinos de que su país dispone de mecanismos de aranceles compensatorios que pueden aplicarse en casos de importaciones a precios subvencionados.

La venta provocó preocupación en la Junta Nacional de Granos.

"Si el Brasil compra el total que le ofreció los Estados Unidos, la Argentina quedará, con un saldo exportable de aproximadamente 900.000 toneladas sin colocación cierta, lo que se agrava porque ya comenzó la cosecha norteamericana de trigo en los Estados sureños y ello contribuye a deprimir los precios internacionales", se comentó en el organismo.

La operación no sorprendió al mercado cerealero local, donde los exportadores daban por seguro que Brasil terminaría comprando trigo norteamericano.

Como se dijo, la baja promedio de todas las posiciones del mercado a término resultó de 4,42 por ciento, con un margen para el límite de declinación del 5 por ciento.

"La baja grande del mercado se produjo en mayo, al anunciarse la oferta", señaló un operador.

Recordó que entonces se tocaron los límites de declinación autorizados y añadió que los precios encontraron un piso, que ahora vuelve a moverse.

También los aceites

En los medios de la exportación local la noticia sobre la venta de trigo al Brasil no provocó sorpresa. Inclusive, en algunos casos se duda de que la operación pueda ser desbaratada.

En esos medios se expresó preocupación, asimismo, por el reciente anuncio de los Estados Unidos de exportar a precios subsidiados volúmenes significativos de aceites vegetales a mercados que son habituales compradores de la Argentina.

Localmente se considera que la guerra de los subsidios es más grave en el caso de los aceites que en el del trigo. "Los subsidios son muy dañinos porque afectan toda la estructura de precios del sector oleaginoso argentino", dijo un vocero de una empresa exportadora local.

Reacciones privadas

Diversas entidades del sector agropecuario y comercial expresaron ayer su preocupación por la venta de trigo norteamericano al Brasil.

La Sociedad Rural Argentina sostuvo que si bien el volumen de la compra no es todavía determinante para afectar nuestras colocaciones ni los compromisos firmados, es necesario destacar "que este tipo de operaciones no se condice con la iniciativa impulsada por Brasil, Uruguay, Paraguay y la Argentina, tendiente a consolidar el Mercosur".

Ratificó, además, la necesidad de que los gobiernos de esos países concreten una estrategia antidumping que asegure una integración sólida y duradera, y que evite los daños que ese tipo de operaciones ocasiona al comercio internacional.

Por su parte, José Ramón Sáez García, presidente de la Bolsa de Cereales de Buenos Aires, opinó que más allá de la trascendencia económica de la operación cuestionada está la política, "pues pone un serio interrogante sobre el futuro del Mercosur".

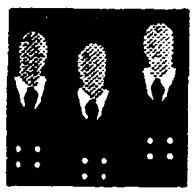
No obstante, destacó que la Argentina no tiene trigo suficiente para satisfacer todas las necesidades del Brasil ni capacidad financiera para fiarle a ese país.

Sáez García consideró que la operación conocida ayer confirma dos cosas: que Estados Unidos no es un socio confiable para la Argentina en el tema de la guerra de los subsidios, y que en materia de comercio internacional no hay lealtades absolutas.

01.01 9107489

DOCU
Economia e inflação retomam crescimento.
ZERO HORA
FECHA DE 5-6-91
VINCULACIONES 10046
1116 1
ENTRADO
CRUZADO

Economia e inflação retomam crescimento



□Previsão é do Conselho de Economia da Fiergs. Setores que devem melhorar o desempenho são bens de consumo e eletro-eletrônicos. Volta dos negócios vai provocar a alta do índice inflacionário

Há sinais visíveis de recuperação dos níveis de atividade produtiva na economia brasileira: aumento da produção industrial, ligeira recuperação da massa salarial, bom desempenho das exportações e relativo aquecimento nas vendas de bens de consumo durável. O panorama de curto prazo indica uma ligeira retomada dos negócios nos segmentos industriais gaúchos, especialmente na produção de bens de consumo e eletro-eletrônicos. A avaliação foi feita ontem pelo Conselho de Economia da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), que se reuniu para analisar as perspectivas conjunturais da economia nacional a curto e médio prazo.

O Conselho acredita que o Governo Federal deve apresentar novas mudanças para interromper a escalada inflacionária, pois a estabilização da taxa vai continuar sendo um sonho. O momento, na visão dos integrantes do organismo, é de adaptação e devem surgir alternativas para reverter a expectativa de inflação no segundo semestre do ano, sem com isso apelar para "medidas drásticas".

— Os reflexos são visíveis nas taxas de desemprego da indústria, que começam a estabilizar-se, revelou o presidente do Conselho, Roger Ian Wright.

NETERODOXIA — Esta retomada da economia, que deverá ser acelerada em junho com a necessidade do comércio lojista repor seus estoques, produzirá um efeito inflacionário no segundo semestre. "A volta do crescimento permitirá uma pequena folga para que o setor empresarial reponha as margens de lucros, o que deve reaquecer a inflação e forçar o Governo à intervir para interromper o ciclo", confirmou. No Rio Grande do Sul, o único segmento que ainda permanece na estagnação é a agro-indústria, que acumula os prejuízos da quebra da safra e falta de linhas de crédito.

O Conselho de Economia sugere duas medidas que não são heterodoxas, e à primeira vista não alimentam o ciclo. "Uma desestatização maior na economia, seguida de liberdade cambial e menores taxas de [illegible]ção, que seria decorrência da necessidade de gerar saldos comerciais [illegible]des e elevar a taxa de câmbio acima da variação da Taxa Referencial", citou o presidente do Conselho de Economia. Depois, o Governo Federal poderia — admitiu Wright — promover uma ampla reforma fiscal para aumentar a sua arrecadação, com a simplificação dos impostos e redução das isenções.

Zero Hora ZH

PREVISÕES PARA O SEGUNDO SEMESTRE

1. A inflação aumenta, porque as empresas tentarão recuperar suas margens de lucro.
2. A atividade industrial reaquece gradualmente, principalmente nos setores de bens de consumo e eletro-eletrônicos.
3. O Governo deve impor novas mudanças na economia. Mas as medidas não serão drásticas.

ENTRADO
CRUZADO
01 . 01
91 07490

Nº DOCUM 9107491
TITULO Inversiones en Brasil - aumento en las Bolsas de Valores 67% en mayo.
PROCED A FINANCIERO
FECHA DE 4-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11403
CRUZADO

La apertura a inversiones extranjeras y la confianza en Marcilio provocó una escalada de 22% en una semana

Siguen subiendo las Bolsas en el Brasil: 67% en mayo

Brasilia (Noga Noticias) — La decisión de **Collor de Mello** de autorizar la entrada de capital extranjero en las Bolsas de valores de Brasil provocó una verdadera euforia en el mercado de acciones: las **Bolsas de Rio y San Pablo, subieron, en mayo 64,25 y 67,30% respectivamente y sendos 16,30 y 22,40 en sólo una semana.**

Las Bolsas ratificaron con estas extraordinarias alzas su confianza en que los contactos y la habilidad del nuevo ministro de Economía, **Marcilio Marques Moreira** prosperarán con **una mas beneficiosa renegociación de la deuda con la banca acreedora.** Esto se añadió a la positiva entrada del capital extranjero al país, que en los cuatro primeros meses de 1991 **sumó 3560 millones de dólares.**

Según datos del Banco Central, del monto informado **1660 millones de dólares se recibieron a través de operaciones de cambio.**

Asimismo, el hecho de que las tasas de interés hayan aumentado casi **9% en el mes,** y otro tanto **el oro,** seguido por el **dólar con 7,07%** ha demostrado que no sólo México y Chile se han transformado en destinos favoritos de los inversores estadounidenses.

• Previsión

Antes de la apertura de las Bolsas al capital extranjero, éstas venían negociando un promedio diario de **uS$ 15 a uS$ 20 millones.** Existe una previsión de que en cuatro meses los inversores extranjeros colocarán, aproximadamente **uS$ 150 millones en las Bolsas brasileñas. En un año, esa cantidad podría llegar a uS$ 500 millones.**

Por eso, los analistas económicos consideran que no es exagerado prever que las Bolsas se comportarán en los meses venideros como las **campeonas de la rentabilidad entre los distintos tipos de inversiones.**

A una semana de haber reglamentado la entrada de los inversores institucionales extranjeros al mercado bursátil brasileño, las autoridades económicas del país intentan **reunir el próximo viernes un grupo de 12 instituciones financieras brasileñas que administrarán fondos de pensión en el exterior para arreglar los detalles sobre la operacionalización de la apertura de las Bolsas.**

En efecto, el valor del mercado de acciones negociadas

Marcilio Marques Moreira

en las Bolsas brasileñas es de aproximadamente **uS$ 25.000 millones, poco más de la mitad de los uS$ 44.000 millones** que valían poco antes del **plan Collor,** y su bajo precio podrá de hecho atraer a los inversores externos en busca de rentabilidad. Comparado con algunos países, el mercado de capitales en Brasil es bastante mezquino frente al Producto Bruto Interno (PBI). **En Gran Bretaña,** esa relación corresponde a aproximadamente **65%, en Japón a más de 50%, en los Estados Unidos, a más de 40%.** Mostrando un estado económico similar al chileno en este plano, **en Brasil,** el mercado de capitales está **próximo a 5%,** según datos de la Corporación Financiera Internacional. Y **son precisamente estas acciones baratas** el actual "boccato de cardenale" de los inversores extranjeros.

• Mecanismos

De todos modos, en los últimos cinco meses el capital foráneo se ha introducido en el país por múltiples intersticios: **mecanismos variados,** como préstamos de empresas transnacionales a sus filiales locales, inversiones directas, financiación de **importaciones** y colocación de **"commercial papers".**

La nota llamativa fue que casi todo el capital se destinó **al sector privado.** Mientras que en **todo 1990** habían ingresado al país **687 millones de dólares,** entre enero y abril de 1991 ya entraron **uS$ 430 millones.**

9107491
ENTRADO
CRUZADO
01 . 01

Nº DOCUM.
TEMA: Deuda brasileña recupera valor.
PAGINA: EL PAIS
FECHA DE: 4-6-91
VINCULACI: 10046
11161
11314

ENTRADO
CRUZADO

DEUDA BRASILEÑA RECUPERA VALOR

LONDRES, 3 (Reuter).— La cotización de la deuda brasileña superó por primera vez en 15 meses el 30 por ciento de su valor nominal, debido al optimismo generado por el lanzamiento la semana pasada de su ambicioso programa de privatizaciones.

"Las privatizaciones brasileñas estaban demoradas desde hacía bastante tiempo", dijo un operador de un banco de inversiones norteamericano. "Pero ahora que están en marcha, seguramente crearán demanda".

Brasil venderá este año casi el 86 por ciento de Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais SA (Usiminas), a la que fijó un precio de unos 1.500 millones de dólares.

Los títulos brasileños se cotizaban hoy a alrededor del 30,5 por ciento de su valor nominal —el nivel más alto desde marzo del año pasado— frente al 29,12 de la semana anterior.

El gobierno brasileño espera recaudar antes del año próximo unos 13.000 millones de dólares con la venta de bienes estatales, aspecto crucial de su plan para reducir la intervención del estado y pasar a una economía de mercado más abierta.

"Mucha gente creía que el 30% iba a ser una marca difícil de alcanzar para Brasil", dijo un comerciante.

"Pero resultó que superamos el límite con toda comodidad".

Los operadores esperaban la aparición de algunas ventas importantes en el nivel del 30 por ciento pero la oferta emergente fue más que absorbida por una demanda renovada.

"Todavía hay muchos problemas con Brasil, pero las cosas decididamente comienzan a verse mejor", comentó un operador del Merchant Bank del Reino Unido.

"Tarde o temprano habrá un arreglo sobre la deuda con el banco y si pueden lograr cierta estabilidad, la situación puede mejorar".

Brasil adeuda unos 60.000 millones de dólares a la banca comercial y este año llegó a un acuerdo sobre el manejo de unos 8.500 millones de dólares de intereses atrasados. Pagará 2.500 millones de dólares este año y el resto en bonos a 10 años.

ENTRADO
CRUZADO

Nº DOCUMENTO
TITULO Recaudación de Impuesto sobre Circulación de Mercaderías y Servicios llegó a Cr$ 5500 millones.
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE 13-6-91
VINCULACIONES 10096
11161
11320

ENTRADO
CRUZADO

Arrecadação de ICMS ficou em Cr$ 55,54 bi

□Esta cifra representa aumento de somente 1,56% sobre o mês de abril. Fazenda diz que previsão feita para junho não é otimista

MARIA ISABEL HAMMES

Editoria de Economia/ZH

A receita bruta do ICMS do Estado (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) foi de Cr$ 55,54 bilhões em maio. Na comparação com o mesmo período de 90, representou uma queda de 12,74% e um aumento real de apenas 1,56% em relação a abril, quando a arrecadação totalizou Cr$ 51,32 bilhões. De janeiro a maio, a receita foi de Cr$ 212,65 bilhões. A arrecadação líquida do ICMS de maio — descontada a parcela de 25% dos municípios — ficou em Cr$ 41,66 bilhões. E os primeiros números de junho "não são nada positivos. Eles não nos permitem ser otimistas", anunciou ontem o secretário substituto da Fazenda, Ibanês Cassel.

Os problemas que levaram a arrecadação de maio a crescer muito pouco em relação à de abril são os mesmos apontados para a falta de otimismo da Fazenda com a receita deste mês: frustração da safra agrícola com a quebra expresiva das culturas de verão, especialmente neste caso da lavoura de soja, cujas exportações já teriam iniciado neste período. Uma outra razão, apontada por Cassel, é o lento ritmo verificado até o momento da comercialização da safra de arroz gaúcha.

CRUZADOS NOVOS — A diferença grande constatada entre a receita de maio deste ano — na qual as transferências da União chegaram a Cr$ 9,6 bilhões, dos quais Cr$ 7 bilhões líquidos —, com a do mesmo período de 90, foi explicada, no entanto, por um outro motivo. Maio do ano passado foi um mês totalmente atípico porque foi quando ocorreu a maior incidência de pagamento de impostos com os cruzados novos retidos pelo Banco Central.

Com as operações especiais nas áreas de fiscalização e cobrança da dívida por parte dos sonegadores e inadimplentes, a Fazenda evitou uma queda ainda maior na receita de maio, assegurou o secretário substituto. Aliás, acrescentou que novas operações serão desencadeadas a partir de agora, além das normais já em andamento como forma de aumentar ainda mais o caixa do Teosuro gaúcho.

O custo da rolagem diária da dívida mobiliária do Estado também foi abordado por Cassel, preocupado com as constantes elevações do desembolso diário que o Tesouro está sendo obrigado a arcar. A dívida mobiliária passou de Cr$ 143 bilhões em 15 de março para Cr$ 190 bilhões atualmente. De 15 de março até o final de maio, o Estado já desembolsou Cr$ 7,2 bilhões para rolar sua dívida mobiliária.

INJUSTA — No dia da posse do novo Governo, o desembolso foi de Cr$ 177 milhões, recursos que tiveram seus valores aumentados diariamente até 17 de abril, véspera da assinatura do acordo de rolagem, quando chegou a Cr$ 274 milhões. A partir daí, o custo foi caindo até ficar em Cr$ 20 milhões no final de abril, voltando a crescer em maio para até Cr$ 99 milhões/dia. Ontem, por exemplo, o Estado desembolsou Cr$ 69,16 milhões para rolar sua dívida mobiliária.

A Fazenda está insatisfeita com esses altos custos, pois impedem um aumento nos investimentos na área social. É uma transferência "injusta" de recursos da população mais pobre para o sistema financeiro, acredita ele, para quem o esforço será feito todo no sentido de reduzi-la. Depois de reconhecer que os efeitos do acordo da rolagem não foram "tão bons" quanto o Governo imaginava, afirmou que a expectativa da Secretaria da Fazenda ainda é "zerar" estes custos, embora esta situação seja uma decorrência da política monetária adotada pelo Governo federal.

"O nosso objetivo é mostrar que o Estado vem sendo bem administrado e que, por isso, não precisa deste custo adicional". Por isso, o governador Collares e o secretário Orion Cabral tem mantido contatos freqüentes com a União, embora o ritmo das negociações não tenha evoluído no ritmo desejado pelo Governo gaúcho.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107493

Nº DOCU
TIPO Misión empresarial muestra potencialidad del Uruguay.
P ZERO HORA
FE.H.L 15-6-91.
VINCULACIÓN 10046
11161
12781
10020

ENTRADA
CRUZADO

INTERCÂMBIO

Missão empresarial mostra potencialidade do Uruguai

O Uruguai se adianta ao Mercosul e vem a Porto Alegre através da 2ª Missão Comercial Uruguaia da Câmara de Indústrias com apoio do Consulado, que traz uma segunda mostra da produção de 19 empresas daquele País. O objetivo do projeto iniciado em outubro do ano passado, é fomentar negócios aproveitando interesses e disponibilidades dos empresários privados e do governo dos dois países. Conforme afirmou o gerente da Câmara, Julio Martinez Reyes, o Uruguai quer mostrar que é um país industrializado e exportador de outros produtos, além dos tradicionais lã, arroz e carne.

Como resultado da 1ª Missão, estão sendo estudadas *joint ventures* entre empresas dos setores de laticínios, metalurgia, produção de arroz e hotelaria — onde o Brasil conta com a vantagem de possuir *know-how* em hotéis cinco estrelas. O cônsul geral do Uruguai, Jorge Ciasullo, previu para dentro de um ano o fechamento dessas parcerias no segmento que movimenta US$ 300 milhões por ano, o correspondente a 10% do total do comércio exterior daquele País.

FEIRA — De 18 a 21 de junho, a entidade promove mostra da produção de indústrias uruguaias no salão de exposições do Banco República Oriental do Uruguai, pela manhã e à tarde. Participam empresas de produtos agropecuários, de decoração, eletrodomésticos, autopeças, materiais de construção e artigos de vestuário. A exposição funciona como um pretexto para aproximação de empresários de diversos setores, interessados em comprar, vender ou formar *joint ventures* com aquele País.

Apesar do potencial de compra do Rio Grande do Sul, o gerente da Câmara, Julio Martinez Reyes, disse que os três estados da Região Sul juntos importam 41% enquanto que somente São Paulo compra 46% do total vendido pelo Uruguai ao Brasil, seu principal parceiro comercial.

ENTRADA
CRUZADO

01.01

9107494

Nº DOCUMENTO
TITULO Comercio entre Argentina y Brasil
PERIODICO CLARIN
FECHA 12-6-91
VINCULACION 10046
11161
11409
10033

ENTRADO
CRUZADO

Comercio con el Brasil

El comercio entre la Argentina y el Brasil **aumentó el 40% los primeros 4 meses de este año.** Pero esa alza obedeció a las **importaciones argentinas de productos brasileños**, que alcanzaron entre enero y abril **322,2 millones de dólares.** Esto representa el **50 por ciento más de compras** locales que las efectuadas en el mismo período de **1990.**

Los datos fueron suministrados en **Brasilia** por la **Embajada argentina** en ese país. Las **importaciones brasileñas** aumentaron el **6,2%** en relación con el primer cuatrimestre de 1990, con un total de **881 millones de dólares. La diferencia entre las importaciones de uno y otro país** sigue, todavía, **beneficiando a la Argentina**, que tiene en este intercambio un **superávit de 58,8 millones de dólares.**

El agregado comercial de la Embajada argentina, **Alfredo Alcorta**, citado por la agencia internacional de noticias DPA, dijo que este mejor desempeño del comercio mutuo **"se debe a la política de integración económica"**. En 1994 se eliminarán todas las barreras arancelarias a las importaciones mutuas y entrará en vigencia el mercado común entre los dos países.

Según Alcorta, el éxito de la integración depende de que exista **"una coordinación macroeconómica, con la adopción de una legislación concomitante y que las empresas de ambos países alcancen un grado de eficiencia y competitividad más elevado".**

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107495

Nº DOCUMENTO
TÍTULO PETROBRAS: Emisión de bonos y debentures captarán U$S 300 millones.
P... DO BRASIL
FECHA 14-6-91
VINCULAÇÃO 10046
11161
11312

ENTRADA
CRUZADO

Petrobrás se capitaliza

● *Emissão de bônus e debêntures captará US$ 300 milhões*

A Petrobrás iniciou um grande projeto de capitalização via mercado financeiro. A assembléia geral extraordinária, reunida ontem, aprovou a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações pela estatal, além do lançamento de bônus no mercado externo. O lançamento de debêntures ainda depende de aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas possibilitará a captação de US$ 200 milhões — cada debênture valerá US$ 1 mil — pela empresa. E os bônus, colocados no euromercado a partir de agosto, proporcionarão US$ 100 milhões aos cofres da companhia.

O diretor-financeiro da estatal, Carlos Thadeu, adiantou que a empresa pretende levantar mais US$ 150 milhões a US$ 200 milhões com a securitização dos contratos de venda de combustível. A estratégia é alterar, no menor prazo possível, o perfil da dívida da empresa, que segundo o executivo está muito concentrada no curto prazo. A Petrobrás deve US$ 1,6 bilhão a credores externos e US$ 300 milhões no mercado interno. Apesar disso, o balancete das atividades da empresa no primeiro trimestre deste ano registrou faturamento bruto de US$ 3,2 bilhões e um lucro líquido de US$ 320 milhões.

Êxito — As possibilidades de sucesso dessas operações são bastante positivas, segundo estimativa de Thadeu. Ao lembrar que a empresa já tinha tentado uma emissão de debêntures em 1989, o diretor-financeiro da estatal garantiu que hoje a situação é muito diferente, em função de uma grande demanda reprimida por bons papéis. Frisou também que os resultados financeiros da empresa também estão favoráveis, o que facilitará a aproximação dos investidores. Em relação às debêntures, informou que ainda está estudando as condições de repactuação e resgate dos papéis, mas sua idéia é tentar o maior prazo possível, em condições mais favoráveis para a empresa. Sobre o lançamento dos bônus, esclareceu que, embora esteja previsto para o euromercado, haverá participação de instituições norte-americanas, bancos de investimentos e pessoas físicas.

A assembléia decidiu ainda pela alteração dos estatutos, além de aceitar a indicação do ex-diretor de Transportes Maximiano da Fonseca para integrar o Conselho Diretor.

ENTRADA
CRUZADO

01.01 9107496

Aumento Salarial de militares;
30%

D. FINANCIERO
10-6-91

10046
11163
11332
11161
11436

ENTRADO
CRUZ DO

Cede Collor: aumentó 30% a militares

Collor de Mello

Río de Janeiro (UPI) — El gobierno brasileño dispuso ayer un incremento salarial para militares y un sector de los empleados públicos, después que los ministros de las Fuerzas Armadas expresaran sus temores de insubordinación en los cuarteles por las bajas remuneraciones.

También el gobierno elevó 9,5 por ciento el precio de los combustibles. El litro de nafta y alcohol fueron elevados de 137 y 102 cruzeiros (equivalente a 0,45 y 0,40 centavos de dólar) a 152 y 113 cruzeiros, o 0,49 y 0,44 centavos, según un comunicado del Departamento Nacional de Combustibles.

El presidente Fernando Collor de Mello promulgó un "decreto provisional" publicado en el diario oficial, que establece los aumentos salariales de hasta 30 por ciento para los 350.000 militares y alrededor de 45 por ciento para 1,8 millón de empleados públicos.

Sin embargo, el decreto mantiene sin alteraciones los salarios de casi 60 por ciento de los empleados públicos entre los que se encuentran la policía, inspectores de impuestos y trabajadores de empresas públicas.

Con la medida, Collor rompió una abstinencia de 113 días de promulgar decretos provisionales, debido a que el Poder Ejecutivo no llegó a un acuerdo con los miembros del Congreso para la aprobación de un proyecto de ley sobre salarios para los empleados públicos, según fuentes gubernamentales.

Este fue el primer incremento salarial que recibieron los militares y empleados públicos desde enero, debido a la política económica adoptada por Collor de contener los gastos públicos y la demanda como forma de combatir la inflación.

Los incrementos salariales a militares y un sector de los empleados públicos ocurren una semana después que los ministros Carlos Tinoco, del Ejército; Mario Flores, de la Marina; y Sócrates Monteiro, de Aeronáutica, expresaran públicamente sus temores de insubordinaciones en los cuarteles por las bajas remuneraciones.

01.01 91074971

Nº DOCUMENTO
TITULO La guerra aerea llegó a Brasil
PUBL. D. FINANCIERO
FECHA 10-6-91
VINCULADO 10046
11411

ENTRADO
CRUZADO

La guerra aérea llegó a Brasil

***Rio de Janeiro** (DPA) — Siguiendo la moda mundial de una "**guerra del aire**" entre las principales compañías aéreas, las empresas de aviación de **Brasil** también se están enfrentando en una batalla sin cuartel.*

*La "guerra" comercial entre las tres mayores compañías brasileñas de aviación —**Varig, Transbrasil y VASP**— se intensificará en las próximas semanas según analistas ante el fracaso de un intento de las dos primeras de calificar oficialmente de "**dumping**" a la agresiva ofensiva sobre el mercado lanzada últimamente por **VASP**, una antigua empresa estatal, **privatizada el año pasado**.*

*Varig y Transbrasil acusaban a la empresa **de reducir artificialmente los precios de sus tarifas** (y de aumentar innecesariamente la frecuencia de sus vuelos como una forma de "**competencia desleal**" supuestamente destinada a provocar la quiebra de la competencia.*

*Sin embargo, la denuncia fue considerada "**improcedente**" por el Departamento de Aviación Civil (DAC), que atribuyó la denuncia al hecho de que los empresarios brasileños estarían "**desacostumbrados**" al sistema de libre mercado.*

*Desde octubre último, cuando pasó a las manos de un consorcio liderado por el empresario **Wagner Canhedo** e integrado por los propios empleados, la VASP aumentó su participación en el mercado de pasajeros de **28 a 37 por ciento** y de **cargas de 19 a 30 por ciento**.*

Este enfrentamiento de las compañías brasileñas no es nuevo, ya que algo similar está ocurriendo en todas partes del mundo, donde las empresas se disputan una franja mayor del reducido mercado, en un evidente esfuerzo por salir de una crisis que, casi sin excepciones, llevó a la industria aérea a una crisis económica sin precedentes.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

9107498

Nº. DOCUMENTO
TITULO COLLOR VISITA REPRESA HIDROELETRICA DE XINGÓ
PROCEDENCIA 2H 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 14-6-91
VINCULACIONES 10046
11164
11302
11304

ENTRADA
CRUZ

Collor visita hidrelétrica de Xingó

□As obras de Xingó, paralisadas desde 89, foram retomadas. Quando estiver concluída, em 94, a hidrelétrica irá abastecer todo Nordeste

O presidente Fernando Collor acionou, ontem, o dispositivo para a explosão de uma barragem que vai permitir o desvio do Rio São Francisco para a construção de mais uma etapa das obras da hidrelétrica de Xingó, na divisa dos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. Empenhado pessoalmente na retomada das obras de Xingó, paralisadas desde novembro de 1989 por falta de recursos, o presidente chegou a enfrentar a resistência da então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, mas ontem comemorou, junto com os oito governadores da região, a conclusao de 50% da obra que, considera, será a mais importante de seu governo para a região:

— Xingó só está sendo possível graças ao amplo entendimento político. Todos nós, nordestinos, estamos envolvidos nesse projeto, que será minha maior obra para o Nordeste, matriz de desenvolvimento para o nosso povo — disse Collor.

Xingó vai garantir o abastecimento de energia a todos os Estados nordestinos até o final do século e deverá ser inaugurada em 1994. Ao inaugurar mais uma etapa da obra, Collor anunciou também que estão assegurados os US$ 2,2 bilhões que serão investidos até sua conclusão.

PROMESSA — O presidente Fernando Collor aproveitou, ontem, sua viagem a Xingó para assistir ao pagamento de uma promessa no distrito de Piaú, município alagoano de Piranhas, a 265 quilômetros de Maceió. A promessa foi feita por dona Martha Balbina da Conceição, viúva de 94 anos, lúcida, muito conhecida na região pela sua religiosidade. Antiga eleitora do pai do presidente, o ex-senador Arnon de Mello, já falecido, ela fez uma promessa no segundo turno para Collor ganhar a eleição:

— Eu achei que ele podia perder por causa da zoada que o outro candidato (Lula) fazia. Por isso, pedi ao Senhor do Bonfim a vitoria dele, prometendo que se ele ganhasse mandaria celebrar uma missa em ação de graças na igreja aqui de Piaú — contou dona Martha. (AG)

9107499

Nº. DOCUM.
TITULO Mto Economia confirma liberalização de recursos para la zafra de inverno.
PROCED. ZERO HORA
FECHA DE 29-6-91
VINCULACIO. 10046
11164
11302
11402

ENTRADO
CRUZADO

Marcílio confirma liberação de recursos para safra de inverno

O Ministério da Economia vai liberar no início da próxima semana recursos para o plantio da safra agrícola de inverno. A notícia foi transmitida pelo ministro Marcílio Marques Moreira ao deputado Odacir Klein e integrantes da Comissão de Representação Externa da Câmara, a quem recebeu em audiência. De acordo com Odacir Klein, a comissão não revelou a quantia a ser anunciada pelo Governo.

Até a próxima quinta-feira, o ministro deverá apresentar também aos deputados uma solução para o problema das cooperativas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina que financiaram o plantio da safra de verão, sem créditos oficiais, e não tiveram retorno em consequência da seca que prejudicou a colheita. Odacir Klein alertou que, se não houver liberação de recursos para as cooperativas, mais da metade das cerca de 150 existentes nos três estados ficará insolvente.

Junto com o deputado Odacir Klein, estiveram com o ministro os deputados Carlos Cardinal (PDT/RS), Arno Magarinos (PFL/RS), Dejandir Dal Pasquale (PMDB/SC), Pedro Tonelli (PT/PR) e Ivânio Guerra (PRN/PR). (Brasília/ZH)

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107500

Nº DOCUMENTO
TITULO M. de Infra estrutura estudia el uso del gas en la Amazonas
P J. DO BRASIL
FECHA 3-6-91
VINCULO 10046
11164
11404
11302

ENTRADO
CRUZADO

Infra-Estrutura estuda uso de gás no Amazonas

MANAUS — O Ministério da Infra-Estrutura formou grupo de trabalho para estudar, nos próximos 45 dias, o aproveitamento do gás existente nas regiões de Urucu e Juruá, no Solimões, para a geração de energia elétrica na capital e no interior. O Amazonas vive hoje a mais dramática crise de energia desde o início do século, quando o estado se transformou no primeiro a ter luz elétrica por obra dos altos lucros com a borracha nativa. São cada vez mais constantes as interrupções no fornecimento de energia em pleno dia na capital e no interior, revoltando as populações dos municípios que, nas últimas semanas, resolveram descarregar sua revolta nas autoridades locais.

A principal dessas reações ocorreu no fim de semana na cidade amazonense de Humaitá, no Rio Madeira, a poucos quilômetros de Porto Velho (RO). Depois de dois dias sem energia elétrica por falta de combustível, os moradores promoveram quebra-quebra na casa do prefeito da cidade, queimando veículos de sua propriedade e uma antena parabólica. Os vereadores saíram em fuga temendo linchamento.

A revolta é fruto do abastecimento deficiente prestado aos municípios amazonenses há muitos anos, sempre atendidos por equipamentos termelétricos obsoletos e atingidos por racionamento, reconhece o próprio governo amazonense. Rico em gás natural e óleo vegetal, o Amazonas dá-se ao luxo de não explorar suas reservas de Urucu e Juruá e atirar ao lixo cerca de 600 toneladas de dendê por mês, que não encontram comprador nem processamento energético, conforme denúncia da Universidade do Amazonas.

Para tornar a crise mais delicada, o Amazonas tem dívida com a Petrobrás de quase US$ 1 bilhão, com a compra, nos últimos anos, de óleo combustível para suas usinas e que em grande parte foi desviado por ex-diretores e funcionários da Companhia de Energia do Amazonas (Ceam), de acordo com investigações da polícia em inquérito aberto em Manaus sobre o assunto.

Nada apavorou mais políticos e governantes amazonenses, no decorrer da crise aguda que se arrasta desde o ano passado, que a proposta de desativar a Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã, lançada pelo secretário da Ciência e Tecnologia da presidência da República, José Goldemberg. "Isso seria o caos e o Amazonas regrediria ao porto de lenha que era antes da Zona Franca de Manaus", prevê o assistente da Eletronorte em Manaus, coronel Douly Boucinhas.

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107501

P: A. FINANCIERO
FECHA 10.6.91
VIN.U 10046 - 11392
11.161

Quedan pocos del control estatal

Tras el fracaso del congelamiento, ahora carnes, conservas y servicios quedan fuera del control estatal

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

Respondiendo a las expectativas que despertó su nombramiento, Marcilio Marques Moreira puso en marcha en el Brasil el proceso de descongelamiento de los precios, tras el evidente fracaso de la medida que no abatió la inflación y despertó oleadas de críticas. En un primer paso hacia un descongelamiento total, el gobierno brasileño decidió liberar el precio de las carnes, conservas, productos higiénicos y de limpieza, y servicios. Otros 70 productos permanecerán, por ahora, con control del Estado, pero economistas descuentan que sus precios se liberarán gradualmente. En Perú, en tanto, Alberto Fujimori festeja el primer año de su triunfo electoral con las primeras privatizaciones. Expertos del Banco Mundial ya llegaron a Lima para asesorar la venta de Aeroperú y otras empresas.

Collor abre el "freezer" y comienza a liberar precios

Escribe
Ricardo Gognini

Río de Janeiro (Noga Noticias) — Cuando los empresarios brasileños se alegraron por la llegada al Ministerio de Economía de **Marcilio Marques Moreira**, parece que no se equivocaron. El pasado fin de semana, en su primera medida drástica destinada a sepultar la herencia de **Zélia Cardoso**, el nuevo ministro **decidió reducir el criticado congelamiento de precios, liberando algunos productos de primera necesidad y los servicios.**

Aunque algunos productos básicos continuarán bajo el control estatal, economistas brasileños señalaron que la decisión de aliviar en parte el control era **una señal importante** de que Marcilio Marques está decidido a levantar **completamente y en un lapso relativamente breve la polémica injerencia estatal en los precios.**

• Subas

Según señaló el responsable de precios del Ministerio de Economía, **Celsius Lodder**, la nueva política establece que los productos y bienes estarán ahora bajo un régimen de precios **"controlados"**, **"vigilados"** y **"liberados"**. Los precios controlados sólo serán reajustados por Economía y los vigilados podrán subir **una vez por mes** dentro de un plan de tres meses acordado con los empresarios, enfatizó Lodder.

Bajo control estatal seguirán productos como **el arroz, fideos, pollo, automóviles y galletitas**, mientras que entre los liberados por el gobierno se encuentran **la carne, productos de higiene y limpieza, conservas y servicios.**

A los precios controlados, además, el gobierno decidió incrementarlos entre **5 y 9,5%**, intentando contentar en parte a los críticos empresarios por el desfase frente a la pertinaz inflación.

• Abusos

Aunque Lodder amenazó que si se producen **"abusos"** con los nuevos precios liberados **"el gobierno podría retomar el control"**, los economistas sostienen que difícilmente **Marcilio Marques**, un economista **profundamente liberal y con excelentes contactos en el campo internacional**, acepte volver con una medida que, **ásperamente**. Por el contrario, enfatizan, las carpetas que actualmente circulan en Economía **tendrían ya previsto un cronograma para acelerar la liberación de precios**, cuyos efectos fueron, previsiblemente, completamente negativos para la economía brasileña.

• Inflación

A pesar del congelamiento de precios, la inflación que **Fernando Collor de Mello** prometió matar **"con un solo tiro"**, sigue viva y coleando y aún lejos de ser abatida. En los primeros **cinco meses del año**, los precios subieron **casi 85 por ciento** pese al control oficial. La inflación de abril fue **7,7 por ciento** y la de mayo fue cercana a **6 por ciento** según índices oficiales, aunque estudios privados la ubican bastante más cerca de **10 por ciento**. En **1990** (Collor asumió en marzo), el costo de vida llegó a **1791 por ciento**.

Adoptado a fines de enero como un instrumento para frenar la creciente inflación, el congelamiento fue **masivamente criticado** desde su inicio por los **empresarios y economistas**. Sin embargo, en los últimos meses, los ciudadanos comunes sumaron sus quejas por la medida, ya que el control estaba originando **un obvio desabastecimiento**. Pero, además, la prensa brasileña está revelando diariamente denuncias de consumidores que tienen que pagar **fuertes sobreprecios** para adquirir algún producto, algo que resulta habitual en las economías con precios congelados. Numerosos productos, alimentos fundamentalmente, escasean en los supermercados brasileños, **provocando colas y especulación.**

Con este contexto, no sorprendió a los analistas que **Marcilio Marques Moreira** decidiese que su primer medida importante fuese atenuar el congelamiento, algo que reiteradamente y con críticas sin límites, reclamaban los empresarios brasileños que aducen que la medida **les está ocasionando cuantiosas pérdidas y está atentando contra la producción.**

Respondiendo a las críticas, el nuevo equipo económico decidió entonces abandonar definitivamente el camino trazado por Zélia Cardoso y comenzar a descongelar gradualmente los precios. La negociación con los acreedores externos, además, también recorrerá un camino distinto, se ase-

9107502

Nº DOCUMENTO
TITULO Principal gremio empresarial de Brasil califica como malo plan antiinflacionario
FUENTE LA MAÑANA
FECHA 29-5-91
VINCULACI 10046
11161
11300

ENTRADO
CRUZADO

Brasil: califican malo plan antiinflacionario

EL principal gremio empresarial de Brasil calificó de "desastre" el resultado del programa antiinflacionario del Gobierno del Presidente Fernando Collor de Mello, que ha provocado la mayor caída del Producto Interno Bruto (PIB) en la historia del país.

El empresario Einar Kok, Director de la Federación de Industrias del Estado de San Pablo (FIESP), indicó que la drástica caída del PBI durante el primer año de la administración Collor refleja que *"la política económica del Gobierno es desastrosa para el país"*.

El estatal Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) divulgó el fin de semana pasado que, entre marzo de 1990 y marzo de 1991, el PIB cayó el 6,87 por ciento, que representa, a la vez, una renta per cápita un 12 por ciento inferior a la de 1985.

Desde la llegada de Collor de Mello al poder, en marzo de 1990, el sector industrial de San Pablo, centro económico brasileño, ha registrado una reducción del 13 por ciento, y ha despedido a más de un millón de obreros, que se suman a otros cinco millones desempleados en el resto del país.

"Las empresas no tienen más oportunidades de acumular ganancias para invertir en la racionalización y reducción de costos", señaló Kok, quien teme, por el contrario, que una revitalización de la actividad económica en estos momentos dispare el índice inflacionario.

El periódico "Folha de San Pablo" explicó en un editorial que "la realidad de los números de la producción contrasta de forma escandalosa con el discurso triunfalista que marcó la campaña presidencial, y que viene contaminando la actual gestión".

La recesión, en contrapartida, no ha generado una estabilización duradera en la economía brasileña, ya que el registro de tasas mensuales de inflación por debajo del 10 por ciento fue causado por un control artificial de precios, agregó.

"La política económica trajo una tremenda desilusión en el área productiva", dijo Carlos Uchoa Fagundes, responsable de empleos de la FIESP, quien indicó que el número de trabajadores actual -de menos de dos millones- en el sector industrial de San Pablo es similar al de 1980. "Este Gobierno implantó la política de trabajar menos, mientras que sólo el trabajo puede sacar al país de la crisis", añadió.

Las tasas de crecimiento en Brasil comenzaron a caer a partir de 1981, cuando se produjo una gran recesión, y los economistas calculan que desde entonces hasta la fecha, Brasil perdió más de 500.000 millones de dólares por el mal funcionamiento económico. ■

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107503

Nº. DOCUMENTO
TITULO TRANSBRASIL VA OPERAR LA LINEA PORTO ALEGRE-MOSCU
PROCEDENCIA ZH 15002 8
FECHA DE PROCEDENCIA 18-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11411

ENTRADO
CRUZADO

Transbrasil vai operar a linha Porto Alegre-Moscou

ZH 18/6/91

A Transbrasil começa a oferecer no ano que vem uma linha Porto Alegre-Moscou. Negociações neste sentido estão sendo feitas pela empresa brasileira com a Aeroflot, empresa estatal soviética. A linha inicia em Porto Alegre, passa por São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza até Londres — com opções para Frankfurt ou Viena, antes de Moscou.

A partir de 7 de agosto deste ano, a Transbrasil coloca o vôo regular inaugurado pelo presidente Collor em sua viagem aos Estados Unidos. Serão quatro vôos semanais de Brasília para Nova Iorque e Washington.

O presidente da Transbrasil, Omar Fontana, disse que com fontes próprias a empresa não poderia fazer nem 10% do que está fazendo a Vasp. Ele fez duas referências à decisão de Collor para a aviação comercial: a abertura para o mercado internacional, além da Varig, e a tarifa flexível.

Fontana condenou novamente a superposição de linhas não só no mercado interno mas também no mercado internacional. Segundo ele, a Transbrasil opera a linha Rio—Orlando há oito anos, tendo transportado durante esse período mais de 240 mil passageiros. A empresa promete para breve sua informatização, o que poderá permitir ao cliente receber seu cartão de embarque em sua residência. (Da enviada especial/ZH)

01 01 9107504

NR. DOCUMENTO
TITULO EXPORTACION BRASILEÑA PARA LOS EEUU CAEN 33%.
PROCEDENCIA JB 150623
FECHA DE PROCEDENCIA 23-6-91
VINCULACIONES 10246
11161
11409
65390

ENTRADO
FECHA

Exportação brasileira para os EUA cai 33%

Pratini de Moraes

Já foram melhores os tempos para os exportadores brasileiros com clientes no rico mercado norte-americano. Os números da balança comercial indicam que, em maio, as vendas brasileiras para a terra de *Tio Sam* simplesmente despencaram: uma queda de exatamente um terço, na comparação com o mesmo mês de 1990. Foram tímidos US$ 508 milhões, a metade do que se via nos bons tempos do comércio Brasil-EUA. O resultado é que, entre principais mercados dos artigos *made in Brasil*, os Estados Unidos são os únicos que exibem queda nas encomendas nos cinco primeiros meses do ano. Mais precisamente US$ 2,7 bilhões, 12% a menos que entre janeiro e maio do ano passado.

A situação foi analisada agora pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "O importante, mesmo, é o fato de os Estados Unidos serem o principal comprador de produtos manufaturados brasileiros, que representam vendas de maior valor agregado", explica o presidente da entidade, Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Em bom português: o Brasil está perdendo exatamente o mercado para onde vende os seus produtos de maior valor.

A AEB, diz Pratini, tirou três conclusões para o que vem acontecendo. A primeira é de que a recessão da economia norte-americana reduziu automaticamente o mercado de lá. Depois, o Brasil começou a perder, para a China, boa parte da preferência nas encomendas dos importadores de calçados dos EUA — e o produto chegou a ser o item principal de nossas exportações para os Estados Unidos. Para completar, uma pura e simples perda de competitividade das exportações brasileiras em geral, no que diz respeito aos manufaturados.

Tributação — E a competitividade não está diminuindo apenas por causa de defasagens cambiais. "O Brasil está exportando imposto", comenta. Para completar, dois problemas ligados à infra-estrutura portuária. Primeiro, elevados custos nas operações; segundo, as greves. Para completar, entra o México. Vizinhos dos Estados Unidos, os exportadores mexicanos estão oferecendo forte concorrência com os brasileiros em produtos como autopeças, eletroeletrônicos e suco de laranja concentrado.

"Nossa opinião é de que o Brasil precisa superar as dificuldades e restaurar a competitividade dos manufaturados, porque os EUA representam o maior mercado do mundo", argumenta Pratini. "Isto passa por uma política cambial realista, e estamos nesse caminho. E também inclui um reexame da tributação das exportações. É preciso acabar com os impostos em cascata sobre as exportações, como o PIS e o Finsocial. E tem a questão portuária. Não é razoável que se fique pleiteando taxa de câmbio para compensar custos que podem ser reduzidos por ali", completa.

Contenciosos — Mas a verdade é que existem problemas também no outro lado do relacionamento Brasil-Estados Unidos no que diz respeito ao comércio. Ainda são cobradas taxas superiores a US$ 100 milhões anuais sobre os calçados brasileiros que entram no mercado norte-americano. O motivo: a acusação de que, em 1980 e 1981, o Brasil exportou o produto a preços subsidiados. O assunto está no foro mundial para questões de comércio, o Gatt, mas sem solução. E também existe a taxação sobre o suco de laranja — dependendo do preço, pode levar a uma tarifa adicional de 45%. "O maior item da receita da alfândega norte-americana é o imposto sobre suco de laranja brasileiro", conta Pratini.

Outro problema tem o nome de Export Incentive Program. Através dele, os EUA vendem produtos fortemente subsidiados. É o caso de derivados de soja e também do frango, exportados para Oriente Médio e Ásia, concorrendo — com boa vantagem, por conta do subsídio — com os produtos brasileiros.

E o último atrito veio agora, exatamente alguns dias antes de o presidente Fernando Collor embarcar para os EUA. As autoridades norte-americanas de comércio anunciaram uma tarifa antidumping de 91% a 97% sobre as exportações brasileiras de silício metálico. "Foi um erro de cálculo elementar dos técnicos norte-americanos", diz Pratini. O motivo: os EUA não consideraram a inflação sobre os custos de produção.

Nº DO DOCUMENTO
TITULO PERDIDA DE SALARIO REAL.
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 6-6-91
VINCULADOS 10046
11161
11636
11320

Trabalhador perde salário no Governo Collor

06 JUN ZH

□De março de 90 a março de 91, queda foi de 12,3%, resultado da política de aperto, segundo dados do IBGE. Em Porto Alegre a baixa foi de 14,6%. A maior ficou com Salvador: 28,3%

O trabalhador brasileiro estava ganhando em março deste ano menos 12,3%, em relação ao mesmo mês de 1990, quando o presidente Fernando Collor de Mello tomou posse, resultado da política econômica recessiva que o Governo vem adotando para controlar a inflação. A queda no rendimento médio real, dentro deste período de um ano, vai dos 28,3%, registrados na região metropolitana de Salvador aos 8,9%, de Recife. Estes resultados constam na pesquisa mensal divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto ao salário do trabalhador fluminense, a perda do poder de compra atingiu 18,28%, no mesmo período, sendo que em São Paulo, foi de 8,7%. Uma das explicações da diferença entre os resultados do Rio e São Paulo está na grande concentração de funcionarios públicos federais na capital fluminense - afinal, esta é uma das categorias mais atingidas pela política de contenção salarial do governo.

Zard / Arte ZH

O PODER DE COMPRA EM BAIXA

Rendimento médio dos salários de mar/91 em relação a mar/90

REGIÃO	%
Rio de Janeiro	-18,3
São Paulo	-8,7
Porto Alegre	-14,6
Salvador	-28,3
Recife	-8,9
Belo Horizonte	-11,9
Brasil	-12,3

Em março passado, o rendimento médio das pessoas ocupadas era de cr$ 71.766,23, que pela metodologia do IBGE, inclui empregados com e sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores. Os empregados com carteira assinada ganhavam em media cr$ 71.626,01, e os empregadores, cr$ 192.910,39. No Rio, a média das pessoas ocupadas ficava em cr$ 60.288,42, sendo que os empregados com carteira ganhavam cr$ 60.449,26, e os empregadores, cr$ 162.338,38. Em São Paulo, estes valores eram respectivamente de cr$ 86.182,80, Cr$ 83.848,80, e cr$ 215.252,62. (AG)

01.01 9107506

Nº. DOCUMENTO
TITULO TESORO NAL MANTIENE SUPERAVIT DESDE HACE 14 MESES.
FONTE ZH 150029
FOLHA DO PLENARIO 6-6-91
VINCULADOS 10046
11161
11320

ENTRADO
CRUZ DO

Tesouro Nacional mantém superávit há 14 meses

O Governo fechou suas contas, no mês de maio, com um superávit fiscal de Cr$ 11 bilhões, alcançando o 14º saldo positivo a partir de março do ano passado. Em maio, as receitas somaram Cr$ 1,314 trilhão e as despesas foram de Cr$ 1,303 trilhão. Com isso, o Tesouro Nacional acumula um superávit de Cr$ 335,7 bilhões.

De acordo com o diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Guimarães, o Governo agora não pode mais ser acusado de estar "promovendo" superávits falsos à custa da retenção dos saldos do Fundo de Assistência aos Trabalhadores (FATT) já que, desde maio, todos os recursos desta rubrica começaram a ser repassados integralmente ao Ministério do Trabalho.

Em maio, foram repassados para o FATT (que congrega os programas de seguro-desemprego, abonos salariais e mais 40% para os investimentos na área social feitos pelo BNDES), Cr$ 248 bilhões. Destes recursos, Cr$ 103 bilhões representavam o fluxo de caixa do mês, destinado a atender a demanda do FATT, e Cr$ 145 bilhões estavam retidos pelo Tesouro, que os aplicava em conta do Banco Central. Roberto Guimarães calcula que o Ministério do Trabalho gastará este mês cerca de Cr$ 40 bilhões para atender os programas do FATT e terá que aplicar o restante do dinheiro também no Banco Central. Os recursos só poderão ser gastos se o Congresso Nacional aprovar novos programas na área de assistência ao trabalhador para absorvê-los.

Em maio, as receitas tributárias da União foram de Cr$ 1,299 trilhão, superando em 39% as receitas de abril, o que significou um aumento real de aproximadamente 27%, por conta principalmente de pagamento de impostos feitos no final de abril mas que só entraram no início do mês passado no caixa do Tesouro. Já as liberações de "restos a pagar" (recursos de custeio para os ministérios) tiveram um aumento real de 71% em relação ao mesmo período do ano passado o que demonstra, conforme Roberto Figueiredo, que o Tesouro não está postergando a liberação de dinheiro para fazer fluxo de caixa. Entre os programas contemplados por liberações em maio estiveram a merenda escolar (Cr$ 35 bilhões), programas do Ministério da Saúde (Cr$ 29 bilhões), bolsas de estudo (Cr$ 10,2 bilhões) e Proagro (Cr$ 10 bilhões). (Brasília/ZH)

01 . 01

9107507

Nº DOCUMENTO
TITULO: ALCANZAN LOS U$S 4.000 MILLONES FRAUDES A INPS
PROCEDENCIA: LM 150015
FECHA: 17-6-91
PAGINAS: 10046
11163
11324

ENTRADA

ALCANZAN LOS U$S 4.000 MILLONES FRAUDES AL INPS

RIO DE JANEIRO.- El Instituto Nacional de Seguridad Social de Brasil (INPS) pagó en febrero pasado a un albañil 6.776 millones de cruzeros (unos 20 millones de dólares) como indemnización por un accidente de trabajo. Un fraude millonario al Estado, informó ayer la prensa local.

La justicia brasileña y la comisión parlamentaria investigan las irregularidades en el INPS y afirman que los fraudes alcanzan los mil millones de dólares y que unas 100.000 personas están involucradas.

El director general del INPS, [illegible] segundo millones las [illegible]

[illegible] Santos, y a la abogada Jorgina de Freitas, [illegible] acusados en el juicio criminal por el fraude.

[illegible] que Escossia, que huyó de la [illegible], enseñó a sus cómplices el método para [illegible] Instituto.

[illegible] esta forma, la abogada Freitas presentó una [illegible] de indemnización en nombre del albañil, [illegible] dos Santos, en el juzgado civil del municipio [illegible] los suburbios de Río de [illegible]

[illegible] N. Almeida es quien determina el pago de [illegible] establecidas por [illegible] dos [illegible] más de diez mil [illegible] que cumplir la orden [illegible] la posición en cuanto a [illegible]

[illegible]

PARTES ILEGIBLES

01.01

9107508

DOCUMENTO
TÍTULO Evolução do Índice de Desempenho Industrial
ZERO HORA
DATA 21-6-91
ARQUIVO 10046
11165
11322

ENTRADO
CRUZADO

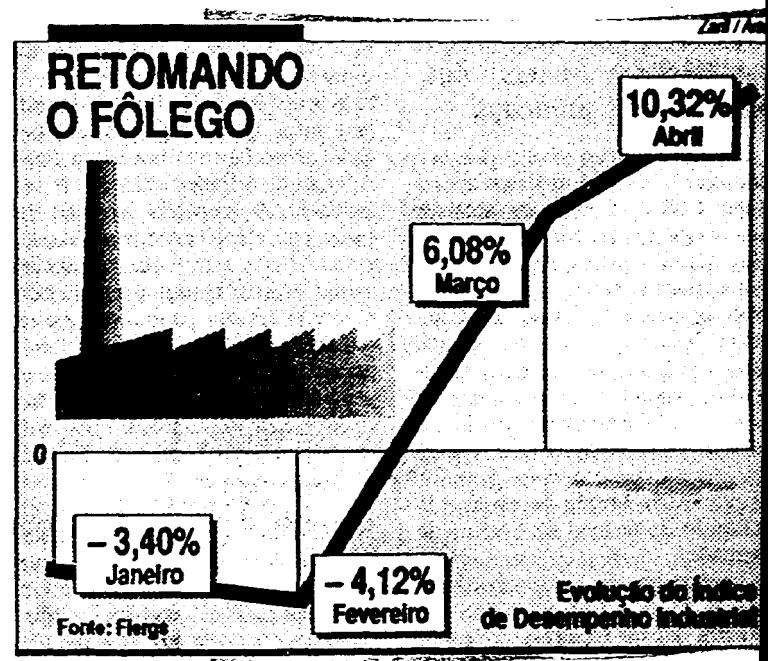
É só uma flutuação, diz Fraquelli

O economista Antônio Carlos Fraquelli, da Fundação de Economia e Estatística (FEE), adverte para a necessidade de entender esse reaquecimento da economia sem perder de vista o cenário recessivo. Ou seja: os indicadores revelam sinais de melhora, uma flutuação apenas. Fraquelli define o momento como de "calmaria aparente", com sobrevida estimada para mais 60 ou 90 dias apenas. Depois disso, pondera o economista, novas medidas deverão voltar a tratar do déficit público e mesmo dos investimentos. Estes sim, na opinião de Fraquelli, essenciais para a efetiva retomada do crescimento econômico.

— Existia grande capacidade ociosa na oferta. O congelamento de preços viabilizou o aumento da demanda — explica Fraquelli. Ele calcula que os reajustes permitidos pelas câmaras setoriais empurrarão as taxas inflacionárias para cima. Mas, acredita, a explosão não voltará. E justifica: as próprias câmaras continuarão represando as altas e o poder de compra servirá como inibidor de uma superdemanda.

CONFIANÇA — O empresariado está mais confiante e a partir do início do descongelamento (relaxamento no controle dos preços) voltou a expandir a produção, avalia o coordenador do curso de pós-graduação de Economia da UFRGS, Nali de Jesus de Souza. Outro motivo, cita ele, foi a abertura das bolsas ao capital estrangeiro, dando maior confiança ao empresariado de uma forma geral. — Por fim, uma vez dito que a economia já atingira o fundo do poço — conforme palavras do ministro Marcílio Marques Moreira — a sociedade passou a entender que a recessão não se agravaria mais.

O economista acredita que a inflação não deverá explodir, registrando uma alta média em maio da ordem de 10%. Também Nali de Souza define como crucial a volta dos investimentos. — Vivemos um momento de transição, onde a curva do desempenho econômico pára de cair e tende a crescer.



ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107509

Nº DOCUMENTO
TITULO Várias empresas gaúchas estudam abertura de firmas em zonas francas de Colônia e Nova Palmira (Uruguay)
P ZERO HORA
FECH 15-6-91
VINCUL 10046
10196

ENTRADO
CRUZADO

Uruguai

Várias empresas gaúchas estão estudando a abertura de firmas nas zonas francas de Colônia e Nova Palmira, no Uruguai. Através delas, podem importar bens do Brasil e reexportá-los para outros países, sem que os produtos precisem entrar em território uruguaio. Tudo movimentação de papéis. Também podem importar de outros países, internar o produto no Uruguai e depois trazê-lo ao Brasil de maneira facilitada.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

910754

Nº DOCU
TITULO Cruzados: nueva disputa en el Supremo Tribunal Federal.
PROCEDE ZERO HORA.
FECHA DE 24-6-91.
VINCULACIONES 10016
11161
11392

ENTRADA
CRUZADO

Cruzados: nova disputa no Supremo

☐Ação do PSB, que pede a inconstitucionalidade do bloqueio feito em março de 90 será julgada dia 27. Mas a decisão favorável não garante a liberação

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará na próxima quinta-feira a liminar da ação direta de inconstitucionalidade contra o bloqueio de cruzados novos, movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Será a primeira ação de desbloqueio do dinheiro retido pelo Plano Collor em março de 90, a ser julgada pelo plenário do STF. O relator do processo, ministro Celso de Mello, decidiu partilhar a decisão com seus colegas. Se a liminar for concedida e a lei 8.024 considerada inconstitucional, o Executivo poderá se ver constrangido a liberar, de uma só vez, os Cr$ 7,8 trilhões que estão no Banco Central.

Outra ação, movida pela Procuradoria Geral da República, jogará o governo mais uma vez na berlinda. Esta semana, o procurador da República, Aristides Junqueira, pode ingressar com uma ação contra a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária sobre imposto de renda a pagar.

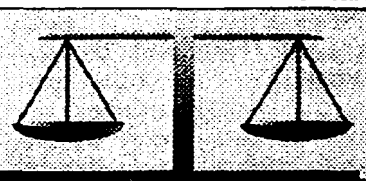
Por exercer o papel de defensor da Constituição, o pedido do PSB tem prioridade de julgamento sobre os vários recursos extraordinários impetrados pelo Banco Central, em nome do Tesouro, contra as decisões de liberação concedidas pelos tribunais regionais. Especialistas em legislação explicam que, mesmo com a hipótese de uma decisão favorável do STF à liminar do PSB, o Executivo não é obrigado a determinar o desbloqueio. Isso poderia ocorrer por uma questão de respeito à autonomia do poder Judiciário. Seria, no entender de juristas do próprio governo, uma decisão "cavalheiresca" do presidente Fernando Collor.

CONSTITUIÇÃO — A hipótese da liminar contra o bloqueio ser acatada significará que o STF considera estar a decisão do governo Collor - a edição da medida provisória 168, transformada na lei 8.024 pelo Congresso - ferindo a Constituição. O caminho seguinte, na avaliação dos juristas, seria o Supremo encaminhar um ofício ao Senado, solicitando que uma resolução da Casa anule a eficácia da lei. A 8.024/90 se tornaria, então, inócua.

Esse procedimento é que poderia levar o Executivo a autorizar a liberação do dinheiro, antes do desbloqueio em 12 parcelas previsto a partir de setembro, em respeito à autonomia dos três poderes, asseguram os especialistas. O Supremo já julgou uma liminar que pedia a liberação do dinheiro bloqueado. Em abril, o presidente do STF, ministro Sydney Sanches, negou a liminar da paulista Vera Lucia Redondo. O mérito do julgamento, entretanto, ainda não foi apreciado pelo plenário do Tribunal. Para o julgamento da liminar solicitada pelo PSB, na próxima quinta-feira, o ministro-relator do processo ainda não pediu uma explanação sobre a medida ao departamento jurídico do Banco Central. (ABR/ZH)

ZH/Arte ZH

SUPREMO DERROTA GOVERNO



JUNHO 90
Vetada a reedição de Medida Provisória 190, que suspendia aumentos salariais concedidos pela Justiça Federal

JUNHO 90
Suspensa a redução dos salários dos funcionários públicos em disponibilidade

MAIO 91
Vetado o reajuste da casa própria

JUNHO 91
Vetada a nomeação de Antonio Reboredo para a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho.
Suspensa a Taxa de Conservação Rodoviária.
Suspensa a correção de 270% do Imposto de Renda.

Junqueira permanece no cargo

O presidente Fernando Collor disse ontem ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, que deseja mantê-lo no cargo porque a atuação independente do Ministério Público é fator de segurança para os atos do Governo. Numa conversa presenciada pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que levou Junqueira ao encontro de Collor no Palácio da Alvorada, o presidente disse também que inicia-se uma fase experimental no relacionamento entre Governo e Ministério Público.

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não existem mais cargos diferenciados de procuradores, como eram os da Justiça Militar e Trabalhista, quem tem o poder de nomear qualquer representante do Ministério Público junto ao Judiciário é Aristides Junqueira.

DEVER — O procurador-geral disse a Collor que seu propósito no momento era ter mais tranqüilidade. Junqueira observou que o Ministério Público está marcado pela independência dos procuradores e ele não tem poder de correição sobre isso.

O atual mandato de Junqueira à frente da Procuradoria se encerra nessa sexta-feira, e Collor não deseja que o cargo fique vago por um só dia. Hoje ele encaminha ao Senado a proposta de recondução do procurador.

Ceasa teve um bom movimento

O primeiro domingo de funcionamento da comercialização de hortigranjeiros na Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A (Ceasa), ontem, registrou um movimento excelente, na avaliação da direção da empresa. Foram mais de dois mil compradores, até as 18 horas, de acordo com a estatística parcial da direção. A média do período de entressafra fica aquém de dois mil compradores ao dia, informa o gerente de operações Paulo Regla. Há 16 anos que o horário de venda de frutas e verduras se mantinha o mesmo, com início às 4 horas da manhã e final às 11h30min, sem vendas dominicais. A Associação dos Produtores da Ceasa, no entanto, está contra o novo horário — das 16 às 22 horas — e diz que os resultados não serão positivos.

A direção da Ceasa diz que a compra da mercadoria colhida no domingo até a noite do mesmo dia trará agilidade na entrega e melhor qualidade no produto. A Associação dos Produtores discorda, diz seu relações públicas, Mario Simkler, porque "*mesmo que os compradores compareçam no mesmo dia, a mercadoria só vai ser vendida no dia seguinte*". A maioria dos produtores reprova principalmente o modo como foi conduzida a questão pela direção da Ceasa: sem consulta aos produtores, alega a Associação.

ENTRADA
CRUZADO

01 . 02

9107511

Nº. DOCU
TITULO
PROCEDE
FECHA DE
VINCULACION

INDICADORES

BTN/Fev.....Cr$ 126,8621(*)
UPF/RS (Fev).....Cr$ 782,73(**)
URM/P.Alegre/jun.....Cr$ 4.368,22
CUB/jun.....Cr$ 75.125,35
MVR/Maior Valor Referência/Nac. — (últ. valor).....Cr$ 2.266,17
MVR/Regional.....Cr$ 2.107,02
Salário Mínimo/mai..Cr$ 17.000,00 + Cr$ 3.000,00 abono fixo + Cr$ 3.131,00 abono móvel
Poupança dia24/6.....9,73%
Poupança dia25/6.....9,77%
Poupança dia26/6.....10,26%
Poupança dia27/6.....10,76%
Poupança dia28/6.....10,81%
Poupança dia29/6.....9,94%
Poupança dia30/6.....9,94%
Poupança dia01/7.....9,94%
Dólar comercial (venda/sexta-feira): 303,80
Dólar paralelo (venda/sexta-feira): 338,00
Taxa Referencial Diária (TRD) — segunda-feira: 0,451235%
TRD acum./mês: 7,4475%
Tablita — fator de deflação segunda-feira: 1,8714
(*)Extinta, mas utilizada para a conversão de contratos.(**)Congelada.(***)

ENT
CRUZADO

9107511

Nº DOCU
TITULO Déficit en las cuentas en el sector público -
P
ZERO HORA
FECHA D 24-6-91
VINCULACI 10046
11161
11311

ENTRADO
CRUZADO

Déficit pode somar 1,7% do PIB

O Ministério da Economia trabalha com a perspectiva de déficit nas contas do setor público este ano. Antes de se afastar do governo, o ex-secretário de política econômica, Antônio Kandir, projetou em seus estudos um déficit de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), contra um superávit de 1,2% do PIB apurado no ano passado. Os assessores do ministro Marcílio Marques Moreira estão revendo as estimativas dos gastos públicos e acreditam que a situação só será revertida se a retomada do crescimento econômico, iniciada há três meses, for permanente a ponto de garantir até o final deste ano uma arrecadação adicional de receita tributária.

E quem vem coordenando a complicada situação financeira do governo federal é o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente. O esgotamento das contas públicas tem sido sua principal arma contra pressões de políticos em busca de recursos.

CAIXA-PRETA — O cenário de déficit nas contas é reforçado pela certeza de que, este ano, o Tesouro Nacional, na melhor das hipóteses, registrará um equilíbrio entre despesa e receita. De outro lado, não se tem nenhuma garantia de que governadores e prefeitos estão prontos a iniciar um programa de ajuste nos seus gastos. Mais do que isto, o comportamento das despesas das empresas estatais e da previdência social são ainda "uma caixa-preta" para a nova equipe econômica.

Só existe uma única possibilidade de cobertura do déficit potencial: A continuidade do aumento de receita. A dúvida, agora, é se este ganho persistirá nos próximos meses ou não.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107512

Macedo dice que el PBI caerá menos en el próximo trimestre.

JORNAL DO BRASIL

3-6-91

1.0046
1.1161
1.1311

Macedo acha que PIB cairá menos no próximo trimestre

Leopoldo Silva — 17/5/91

Macedo: GAC se precipitou

SÃO PAULO — O secretário de Polícia Econômica, Roberto Macedo, também presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), afirmou ontem que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) dos meses de abril, maio e junho vai revelar uma pequena recuperação na atividade econômica, ou seja, uma queda inferior aos 6,87% apurados na medição do trimestre anterior. Macedo discorda das conclusões do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) do Ipea, publicadas ontem pelo JORNAL DO BRASIL. Segundo o estudo do GAC, a atividade industrial entraria no mês de junho com uma queda acumulada de 10% em relação aos 12 meses anteriores. "Esses dados não devem ser desdobrados em previsões", acredita. "Aprendi com a minha avó que não se deve tirar o bolo do forno antes da hora, para evitar que ele fique batumado (solado)."

"Não podemos negar as quedas passadas", diz o secretário. "Mas temos de considerar que todas as projeções do GAC, que não fala em nome do Ipea, são para o período que se encerra em junho de 1991, ou seja, neste mês." Roberto Macedo não se arrisca a fazer estimativas sobre as próximas contas do PIB, referentes a abril, maio e junho, mas está certo de que a queda será inferior à do trimestre anterior.

"Todo o nosso esforço, neste momento, consiste em sair suavemente do congelamento", explica. "Se isso não justifica celebrações, pelo menos permite concluir que a medicação adotada pela nova equipe econômica está tendo seus efeitos." O que Macedo chama de *medicação* é principalmente uma administração cuidadosa do descongelamento — "para evitar o liberou geral", diz — aliada a uma adequada política monetária e fiscal.

A proposta de política salarial, que também vem sendo discutida e que o governo deverá apresentar ao Congresso, é igualmente prioritária, mas neste momento disputa espaço com o descongelamento, segundo Roberto Macedo, que é o interlocutor do governo nas negociações com parlamentares. "Nesses dias, enfrentamos a questão do desbloqueamento de cruzados novos e as mudanças no Imposto de Renda", diz Macedo, numa tentativa de classificar as prioridades de caráter urgente que se apresentam à mesa da nova equipe econômica. Nada, no entanto, absorve maior atenção do secretário que a passagem *soft* da fase de congelamento de preços para o descongelamento. "Nós estamos administrando com todo o cuidado", diz. "Que é difícil, não tenho nenhuma dúvida."

9107513

Nº. DOCU
TIPO D 50 mil funcionarios em situación de disponibilidad siguen recibiendo salario integral.
PÁGINA ZERO HORA
FECHA D 11-6-91
VINCULACI 10046
11164
11302
11322

ENTRADA
CRUZADO

Disponíveis têm salário integral

□O novo secretário da Administração, Carlos Garcia, declarou que sua meta é a reforma patrimonial da União, uma promessa de Collor

IVONE BELEM
Brasília/ZH

O novo secretário da Administração Federal, diplomata Carlos Moreira Garcia, 47 anos, informou ontem, em Brasília, que os 50 mil funcionários públicos em disponibilidade continuarão recebendo salário integral. Minutos após receber o cargo do ministro da Infra-Estrutura, João Santana, Garcia afirmou que o seu desafio será a reforma patrimonial da União.

A SAF está apenas cumprindo uma determinação judicial, justificou o novosecretário. É que o funcionalismo público obteve liminar, junto ao Supremo Tribunal Federal, que garante o pagamento dos salários de forma integral. Carlos Garcia lembrou que a proposta do Governo é pagar os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço dos funcionários.

AG/Zh

Posse: *Garcia fala ao lado de Santana e Coimbra (E)*

— Outra bandeira da campanha presidencial que o presidente Fernando Collor agora entrega à SAF é a da reforma patrimonial, disse o novo secretário. O Governo Federal iniciou as providências para a desativação dos imóveis não-operacionais. Segundo o secretário, "este é um campo para ação pronta e corajosa".

Compareceram à posse de Carlos Garcia três embaixadores: os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o das Relações Exteriores, Francisco Rezek, além de Marcos Coimbra, a quem o novo titular da SAF fez uma homenagem especial.

ENTRADA
CRUZADO

01 . 01

9107514

Nº DOCU
TITULO BB tiene prejuicio de Cr$ 57000 millones.
P DEST J. DO BRASIL
FECHA DE 11-6-91
VINCULACI 10046
11161
11403
11392

CRUZ

BB tem prejuízo de Cr$ 57,2 bilhões

Rossana Alves e Odail Figueiredo

BRASÍLIA — As mudanças na economia determinadas pelo Plano Collor II provocaram uma forte queda na rentabilidade do sistema financeiro e não pouparam sequer a maior instituição do país, o Banco do Brasil. Nos primeiros quatro meses deste ano, o BB apresentou um prejuízo de nada menos do que Cr$ 57,2 bilhões, segundo dados em poder do Banco Central. O secretário-executivo do Ministério da Economia, Luís Antônio Gonçalves, que até o início de maio respondia pela diretoria financeira do BB, acredita, no entanto, que a situação será revertida nos próximos meses. "O Banco está bem provisionado e tem condições de se ajustar rapidamente", diz Gonçalves.

O BB teve boa parte de seu prejuízo determinado pelos critérios estabelecidos pelo Banco Central para a correção da contabilidade dos bancos. Com o fim da BTN fiscal, que corrigia os balanços das instituições financeiras, o BC determinou que o patrimônio líquido e os ativos dos bancos passassem a ser corrigidos pelo INPC, a partir de fevereiro. Essa correção foi muito maior do que a Taxa Referencial de Juros (TR) que passou a reajustar o saldo dos empréstimos. Em fevereiro, por exemplo, o INPC ficou em 20,2%, enquanto a TR não superou 7%.

Várias causas — Entretanto, uma grande fatia dos resultados negativos apresentados no balanço do BB se deve à piora efetiva de seu desempenho. A queda nas taxas de juros ocorrida depois do Plano Collor II reduziu substancialmente as receitas das operações de crédito, enquanto que as despesas não caíram na mesma proporção. Em fevereiro, além disso, o Banco teve que conceder um aumento salarial de 56% aos seus funcionários. Em março e abril, o BB enfrentou o problema da defasagem da taxa cambial, cuja variação ficou abaixo da TR, o que diminuiu o retorno das operações de comércio exterior.

Além disso, com o fim do *overnight* e a criação dos *fundões*, o BB foi obrigado a reduzir pela metade as aplicações em títulos públicos — operações que sempre tiveram rentabilidade garantida e proporcionaram grandes lucros, no passado, a todo o sistema financeiro. Em contrapartida, teve de aumentar em quase 20% as operações de crédito ao setor produtivo que representam um risco muito maior. Ao redirecionar suas aplicações, o BB voltou a enfrentar um problema que o aflige já há muito tempo: o alto nível de inadimplência de seus clientes.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107515

Nº
TITU Brasília bloqueia prestamos de Estados.
PSC ZERO HORA
FECHA 7-6-91.
VINCULACI 10046
10196

Brasília bloqueia verbas

□Secretário da Fazenda Nacional disse ontem que esta será a decisão do Governo. Estado não quer pagar dívida de Cr$ 16 bi que vence no mês de junho

O Governo Federal poderá ordenar o bloqueio das cotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) destinados ao Rio Grande do Sul caso o Governo gaúcho não pague os juros referentes a sua dívida externa. De acordo com o Secretário da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Wellisch, se o pagamento não for feito o assunto será analisado em nível técnico e os "procedimentos necessários" serão tomados.

O procedimento, neste caso, é a retenção pelo Tesouro das cotas do FPE. O Governo gaúcho teria que pagar, até o dia 30 de junho, Cr$ 16 bilhões referentes à dívida externa contraída com aval da União e, conforme decisão anunciada pelo Secretário Orion Cabral, o desembolso dos recursos não será feito.

Wellisch: *até ontem, aguardando o comunicado oficial de Colla*

JUROS — Na expli técnicos da Secretaria d da Nacional, os Cr$ 1 devidos pelo governo g

choqu

□Militares coma mas apesar da res das liberdades, co prosseguem. Nov começou as consu formar o seu gabi

Novos confrontos e de segurança e manifes manos ocorreram na noite na Argélia, com dois mortos e 14 ferid gumas horas após o pr dli Benjedid ter impost sítio para conter violen ções. A rádio estatal, ci cia noticiosa nacional A que os conflitos se re cidade de Souk Ahres, do país.

Sem fornecer porme

Argen

ENTRADA
CRUZADA

01 . 01 9107516

Nº DOCUM.
TITULO Importaciones de granos costará US$ 1.600 millones.
PROCEDE J. do BRASIL
FECHA DE 6-6-91
VINCULACION 10046
11161
11402
11403

ENTRADO
CRUZ DO

Importações de grãos custarão US$ 1,6 bilhão

BRASÍLIA — O Brasil vai gastar este ano cerca de US$ 1,6 bilhão com a importação de arroz, feijão, milho, soja e trigo. A má notícia foi levada ontem ao Senado pelo ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, em depoimento de mais de quatro horas. Cabrera explicou que as importações se devem em parte à quebra da safra agrícola este ano, provocada pela seca. Em vez dos 65 milhões de toneladas de grãos que estavam previstas, foram colhidas apenas 56 milhões. Outro motivo de queda da produção, admitido pelo ministro, foi a escassez do crédito rural no ano passado.

Cabrera explicou que se em 1990 o governo tivesse destinado o total de recursos necessários ao crescimento da produção agrícola, em lugar dos US$ 1,8 bilhão liberados, o país importaria, este ano, a metade do que importará. Ou seja, parte do que não foi investido na produção de alimentos acabará sendo gasto com as importações.

Pressionado pelos senadores, que não querem assistir novamente este ano à falta de financiamentos para o setor, o ministro garantiu que serão liberados Cr$ 1,07 trilhão em financiamentos para a produção rural, a partir do final do próximo mês. Um quarto desses recursos será destinado aos pequenos produtores.

Durante seu depoimento, Cabrera respondeu pacientemente a dezenas de perguntas e mostrou que veste a camisa dos que defendem os interesses do setor agropecuário. Ao responder a uma pergunta do senador Oziel Carneiro (PDS-PA), sobre a necessidade de novos incentivos à agricultura, o ministro foi enfático ao afirmar que se os produtor agrícolas continuarem tabelados, os subsídios à agricultura terão de voltar.

ENTRADO
CRUZ DO

01 01 9107517

Nº DOCU
TITULO Arroceros Compran Tierras para concretar exportaciones.
PROCEDE EL PAIS
FECHA DE 4-6-91
VINCULACION 10046
11161
11402
10020

ENTRADO
CRUZ DO

* Arroceros Compran Tierras Para Concretar Exportaciones

* La Federación Rural Niega el Exodo; son Sólo Arroceros

Fuertes productores arroceros del Brasil han comenzado a comprar tierras en departamentos fronterizos de nuestro país como forma de escapar a las restricciones que en materia de exportación del producto se registran en aquella nación.

Dirigentes agropecuarios brasileños anunciaron un creciente éxodo de hacendados hacia Uruguay, sin diferenciar sectores adjudicando el fenómeno a la estabilidad de la política económica nacional y al bajo precio de la tierra.

La información fechada en Río de Janeiro indica que el Presidente de la Federación de Agricultura de Río Grande, Hugo Giudice Paz, advirtió que el flujo se incrementará en los próximos meses si el gobierno de Collor de Mello no toma medidas para proteger a los productores.

Como causas del fenómeno citó "una economía estable inflación baja, tierras fértiles y baratas".

FUERTE PRESION ARROCERA

Pese al anuncio fuentes de la Federación Rural de nuestro país afirmaron que no existe un éxodo generalizado de productores, aunque sí una fuerte presión de compra de tierras en el sector arrocero.

El Dr. Antonio J. Escanellas indicó a EL PAIS que productores del país vecino se vienen instalando en Artigas y Treinta y Tres, especialmente en la zona de Tomás Gomensoro.

Desestimó un fenómeno masivo por cuanto "la presión fiscal es mucho más fuerte en Uruguay que en Brasil", agregando que sí pueden estar comprando tierras como mera especulación financiera.

Datos adicionales indican que Erico Ribeiro, uno de los más importantes arroceros del Brasil, ya ha comenzado a invertir en Uruguay.

Se señala que mientras en el vecino país, el valor de la hectárea alcanza los U$S 1.500 a U$S 2.000, en Uruguay tierras de igual calidad se adquieren por U$S 600.

Por otra parte, legisladores del Movimiento Nacional de Rocha afirmaron que tanto el sector como el gobierno estudian futuras medidas para impedir la adquisición de tierras por extranjeros cuando la finalidad sea la especulación y no la producción.

ENTRADO
CRUZ DO

01 . 01 9107518

Nº DOCU
TITULO BNDES pagará Cr$ 1.800 millones en privatizaciones.
P
FECHA DE J. DO BRASIL 5-6-91
VINCULACIÓN 10046 11161 11312

ENTRADO
CRUZADO

BNDES pagará Cr$ 1,8 bilhão na privatização

BRASÍLIA — O governo vai gastar quase Cr$ 1,8 bilhão, ou exatos Cr$ 1.790.155.551,00, na contratação de empresas de consultoria independentes para a avaliação econômico-financeira e de montagem de execução do Programa Nacional de Desestatização. Além das empresas de consultoria, serão contratadas outras que prestam serviço de auditoria para acompanhamento do processo de privatização. Será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o responsável pelas contratações.

Somente para avaliação econômico-financeira e execução do programa junto às estatais Usiminas e Usimec — as primeiras a serem privatizadas —, o BNDES desembolsou Cr$ 218.417.943,00, faltando ainda a contratação dos serviços de auditoria e o pagamento de serviços complementares ou acessórios aos trabalhos de consultoria, calculados por homem/hora. O Tribunal de Contas da União (TCU), por sugestão do ministro Luciano Brandão, decidiu acompanhar "passo a passo" o programa de privatização do governo, inclusive as licitações para a escolha das empresas de consultoria e de auditoria.

O ministro explicou que o TCU não vai esperar a conclusão das operações de privatização de cada empresa para examinar o programa. "Vamos acompanhar o processo de privatização à medida que for sendo desenvolvido. Já instruímos as inspetorias gerais e regionais para que requisitem, ao seu tempo, os elementos necessários para que o Tribunal de Contas da União tome conhecimento de cada fase da operação de privatização para uma avaliação do desenvolvimento do programa", explicou Luciano Brandão. Das estatais a serem privatizadas, será com a Copesul, Triunfo, Polisul e PPH que o BNDES gastará mais na contratação de empresas de consultoria: Cr$ 394,3 milhões.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107519

DOCUMENTO
TIPO
FECHA
VINCULACION
JB 150018
1-7-91
10046
11161
11408

Importaciones brasileñas estimadas para 1991

Importações brasileiras *

Ano	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Trigo	Cevada	Total
1981	209	6	902	-	4.000	119	5.236
1982	203	4	10	1.250	4.105	102	5.674
1983	465	4	213	34	3.990	168	4.874
1984	91	60	253	154	4.818	146	5.522
1985	500	15	262	378	3.464	177	4.796
1986	2.074	95	2.423	340	2.018	130	7.080
1987	235	35	871	450	2.500	99	4.190
1988	190	10	15	62	940	218	1.435
1989	200	25	154	63	1.624	156	2.222
1990	270	40	800	0	2.100	150	3.360
1991	1.200	100	1.500	500	4.000	300	7.600

Fonte: CFP/CNA [illegible] da Sociedade Rural Brasileira) * 1.000/tonel[illegible]

01 . 01

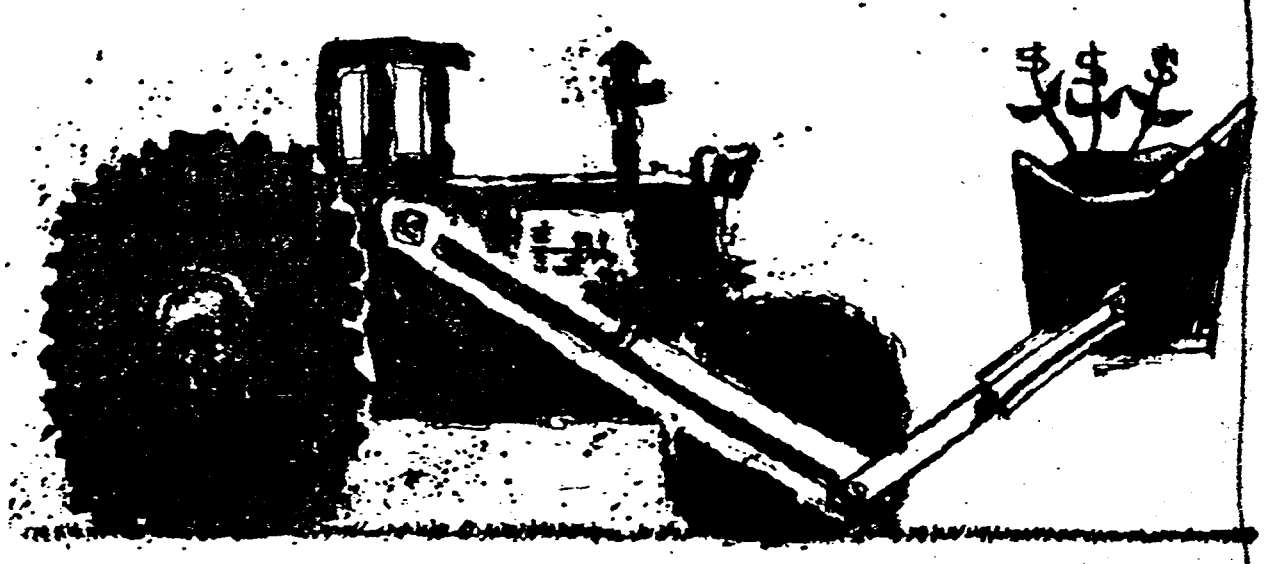
9107520

DOCUMENTO
USO Estimulos para la Agricultura
FOLHA DE S.PAULO JB 150028
DATA DE ENTRADA 1-7-91
INCLUSÕES 10066
11161
11405

Estímulos para agricultura

● *Setor vai ter Cr$ 1 trilhão para elevar produção a 63 milhões de toneladas*

Odail Figueiredo



BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor escolheu a cidade paulista de Presidente Prudente para anunciar, no próximo dia 10, um pacote de medidas de estímulo ao setor agrícola. Entre outras decisões, Collor informará que os bancos colocarão à disposição dos agricultores, entre agosto e janeiro, cerca de Cr$ 1 trilhão para financiar o plantio da próxima safra. Ele deve também dizer que os produtores rurais não precisarão mais recolher 2% do valor de sua produção para o Finsocial e que os tratores e colheitadeiras deixarão de pagar 10% do IPI.

O objetivo do governo, segundo o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, é elevar para pelo menos 63 milhões de toneladas a produção, que depois de dois anos de colheitas frustradas, estacionou em 56 milhões de toneladas. Para estimular os agricultores, Collor vai dar ainda duas outras boas notícias: será criada uma taxa compensatória sobre as importações de produtos agrícolas para anular subsídios estrangeiros e estabelecida uma regra para a venda dos estoques oficiais, para que nenhum agricultor seja apanhado de surpresa.

Do total de recursos previstos, outros Cr$ 163,9 bilhões virão das cadernetas de poupança rural (Banco do Brasil e bancos estaduais), e mais Cr$ 322,3 bilhões das aplicações obrigatórias do sistema bancário, inclusive o BB. Estima-se, além disso, que os bancos emprestarão Cr$ 250 bilhões na faixa livre, a juros de mercado. O governo espera que isso seja suficiente para evitar que, no próximo ano, o país seja novamente obrigado a importar alimentos. Neste ano, entre arroz, soja, milho e trigo, as importações deverão totalizar 6,3 milhões de toneladas, com um gasto de cerca de US$ 1,5 bilhão.

Apesar da disposição oficial de estimular o plantio, o presidente da da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, avalia que o volume de recursos previsto para o custeio da safra não será suficiente. Em relação aos Cr$ 309 bilhões liberados para a safra anterior, o aumento será de apenas 220%, contra uma inflação de 337% ocorrida nos últimos 12 meses, segundo o Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas.

"Não há realmente nenhuma fartura de dinheiro, mas é isso o que o governo pode dar nesse momento; o importante é que o dinheiro vai sair no momento certo", resume o secretário de Política Agrícola, Celso Matsuda. No ano passado, devido à disposição da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello de controlar a todo custo a inflação, a maior parte dos recursos para o financiamento da safra acabou sendo liberada somente a partir de outubro, quando muitos agricultores já tinham desistido de plantar. Por conta disso, o aproveitamento dos recursos disponíveis não chegou a 70% do total.

Antônio Cabrera

Manobra dos bancos — "Se o o dinheiro for bem distribuído, será suficiente", endossa o senador José Eduardo Vieira (PTB-PR), produtor rural e dono do Bamerindus. Neste momento ele faz coro com seus colegas da Febraban para reivindicar do governo uma mudança nas regras de aplicação do crédito rural. De acordo com a Circular 1.973 do BC, 60% dos recursos que os bancos são obrigados a destinar à agricultura (25% de seus depósitos à vista) devem ser concedidos a micro e pequenos produtores, com juros limitados a 9% ao ano além da variação da TRD.

Para os bancos, essa norma vai gerar um excesso de recursos para pequenos produtores e escassez para os médios e grandes, que respondem por 80% da produção nacional de grãos. O problema se agravou porque os limites nos quais são classificados os pequenos produtores foram congelados com o Plano Collor II — equivale a uma receita bruta anual de Cr$ 3,2 milhões. O ministro, no entanto, enxerga na proposta dos bancos uma manobra para que eles possam emprestar mais dinheiro a taxas de mercado. "Aceitamos alterar os limites, mas vamos exigir que 60% dos recursos continuem sendo aplicados à taxa de 9%".

Para o ministro, o mais importante nas regras que estarão sendo definidas pelo governo nos próximos dias é que elas deverão dar diretrizes claras aos agricultores. Cabrera promete que, para os produtos da cesta básica haverá um aumento substancial tanto dos Valores Básicos de Custeio, com base nos quais são calculados os financiamentos, quanto dos preços mínimos pelos quais o governo se compromete a comprar a produção, caso as cotações do mercado não sejam compensadoras.

Flutuação — De acordo com as regras que serão anunciadas pelo presidente Fernando Collor, além do preço mínimo, cada produto terá um preço máximo estabelecido periodicamente e poderá flutuar livremente entre esses dois extremos. Quando os preços ultrapassarem o valor máximo, o governo cortará os créditos de comercialização do produto para forçar a desova dos estoques. Se isso não der resultado, serão reduzidas as alíquotas de importação. Só depois disso é que os estoques oficiais serão vendidos no mercado através de leilão.

Segundo Cabrera, apesar de estar prevista na lei agrícola aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado, essa regra nunca foi regulamentada pelo governo por causa da oposição da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Agora, para financiar a safra que começa a ser plantada em agosto, o Tesouro Nacional dará uma contribuição de Cr$ 263,7 bilhões, quase quatro vezes mais do que os Cr$ 69,4 bilhões liberados em 1990. "Resolvi em 40 dias com o Marcílio o que não consegui em um ano e meio com a Zélia", diz o ministro da Agricultura.

01 01 9107521

Nº DOCUMENTO
TITULO Brasil comienza a pagar los intereses de la deuda.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DO DOCUMENTO 1-7-91
VINCULO CLINEO 10046
11161
11314

Brasil começa a pagar hoje juros da dívida

BRASÍLIA — O Banco Central paga hoje aos bancos privados internacionais US$ 886 milhões. Essa é a primeira parcela do total de US$ 8,4 bilhões de juros em atraso, dos quais o governo brasileiro pagará US$ 2 bilhões este ano. Outro US$ 1,1 bilhão será pago em seis parcelas até dezembro, como determina o acordo firmado entre o governo e o Comitê Assessor para a negociação da dívida externa. E o restante será pago através da emissão de bônus. Na última sexta-feira, os funcionários da área externa do Banco Central trabalharam intensamente para expedir 550 ordens de pagamento aos bancos credores. A data oficial para a emissão foi o último sábado, dez dias após a aprovação dos termos do acordo pelo Senado Federal. Mas o crédito nas contas dos credores somente ocorrerá hoje, primeiro dia útil após o vencimento.

Os negociadores da dívida externa, Pedro Malan e o embaixador Jório Dauster, iniciam hoje uma via-sacra de convencimento pelos principais centros financeiros do mundo, incluindo Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt e Nova Iorque, com o objetivo de conquistar adesões ao acordo para o pagamento dos juros em atraso. Somente depois de encerrada essa etapa o governo brasileiro iniciará a negociação do principal da dívida, de US$ 52 bilhões, ao mesmo tempo em que retomará as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sem números — Um assessor próximo ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmou, no último sábado, que a próxima missão do FMI somente chegará a Brasília no final deste mês, permitindo que a equipe econômica tenha tempo suficiente para levantar dados e fazer prognósticos sobre o comportamento da economia nos próximos meses. Uma das peças necessárias a essa análise é o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso Nacional na última sexta-feira, fixando os parâmetros do Orçamento da União para o próximo ano. As emendas feitas por parlamentares à versão final da LDO aprovada pelo Congresso abre as portas do Tesouro Nacional para novos gastos não previstos anteriormente pela equipe econômica, e não está descartada a possibilidade de vetos por parte do presidente Fernando Collor.

Outra preocupação da equipe econômica concentra-se na área da receita com impostos e nos gastos da União. Até o momento, os assessores de Marcílio ainda não conseguiram dimensionar se as contas públicas realmente fecharão o ano com déficit ou se será possível manter o frágil equilíbrio conseguido até agora. O desempenho das contas públicas, segundo a mesma fonte, vai depender, em parte, da política de reajustes do funcionalismo público que será negociada entre o Executivo e o Congresso Nacional para ser aprovada em agosto. Diante dessas indefinições, o Ministério da Economia já se prepara para enfrentar uma difícil negociação com o FMI.

01 01

9107522

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Dorothea diz no al descongelamento geral.
PÁGINA ZERO HORA
FECHA 22-6-91
VINCULAÇÃO 10046
11161
11392

ENTRADO
CRUZADO

Dorothéa diz não ao descongelamento geral

A secretária nacional de Economia, Dorothéa Werneck, descartou o descongelamento geral dos preços no País. Ela insistiu em que o fim do congelamento será gradual e ocorrerá de forma ordenada, num processo que começa a partir das negociações nas câmaras setoriais, em parceria com o setor privado. "A meta de liberação de todos os preços é de médio a longo prazo, especialmente em relação aos produtos da cesta básica", afirmou.

Dorothéa afirmou também que não há data prevista para o reajuste dos combustíveis, e que não recebeu proposta do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), para aumento de preços. "É uma notícia plantada para me incompatibilizar com o DNC", disse Dorothéa comentando a informação, de que o

Dorothéa: *controle continua*

Ministério da Economia estuda um aumento de 9,5% para os combustíveis, a partir da próxima semana.

Acrescentou que está em discussão, mas não há nenhuma decisão tomada, o pedido de comerciantes dos setores de bares, lanchonetes, hotéis e motéis para que seus preços sejam liberados. Dorothéa informou que haverá, na próxima semana, uma reunião de técnicos do Ministério da Economia com representantes da indústria farmacêutica para discutir o reajuste dos remédios.

De acordo com a secretária, as câmaras setoriais estão constatando uma novidade: cada vez menos a questão principal é preço, e sim uma programação a longo prazo. Dorothéa acha que essa mudança de atitude pode ajudar na saída ordenada do congelamento, que será feita sempre através das câmaras setoriais. Já foram realizadas 16, cerca de metade das previstas.

Comentando a pretensão dos panificadores de terem os preços dos pães liberados, Dorothéa disse que a liberação é um objetivo que todos os empresários buscam, mas somente alcançarão a médio e longo prazos. (AG)

ENTRADO
CRUZADO

01 01 01 07523

Nº DOCUMENTO

TITULO Brasil aspira ingresar en el Plan Brady.

P EL PAIS

FECHA 17-6-91

VINCULADO 10046

11161

11314

ENTRADO

CRUZADO

[illegible] Plan Brady

[illegible] Plan Brady, uno de cuyos objetivos básicos es contribuir a la reducción del capital de la deuda de los países en desarrollo.

Durante, en diplomático de carrera, fue sustituido el jueves en ese cargo por Pedro Malan, actual director de la representación brasileña ante el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

"Tendremos un modelo brasileño para reducir el capital de la deuda y buscaremos reducir los desembolsos de sus encargos durante los próximos tres o cinco años", dijo hoy Marcos Moreira.

Agregó que Brasil requiere de un "alivio" en sus compromisos financieros externos y explicó la conveniencia de reducir desembolsos en su servicio durante los próximos tres a cinco años.

Marcos Moreira se refirió al viaje que el presidente [illegible] realizará el lunes a los Estados Unidos y [illegible] que [illegible] su cláusula y [illegible] en sus conversaciones con su colega George Bush, autoridades de su gobierno y representantes del sector [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

ENTRADO

CRUZADO

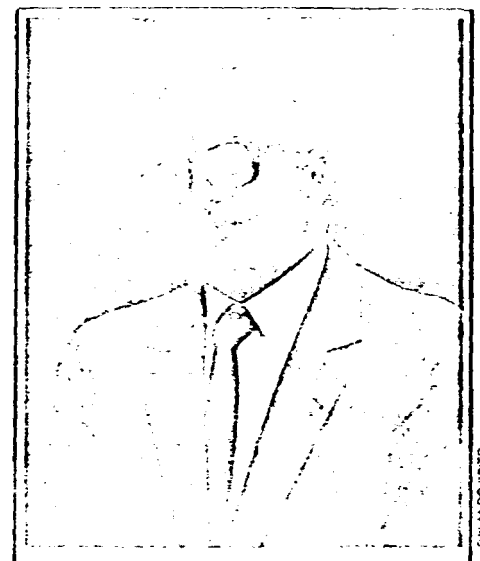
01 . 01

9107524

O Estado de pires na mão

MAILSON DA NÓBREGA

Um princípio fundamental das finanças públicas é não vincular a receita de impostos a qualquer despesa. O orçamento deve ser flexível para adaptar-se permanentemente à evolução das receitas e às eventuais dificuldades de financiamento do déficit, bem como para permitir que a sociedade possa determinar ao longo do tempo a prioridade do gasto público. A Constituição de 1988 adota esse princípio, mas introduz ressalvas que ao lado de outros dispositivos resultam no oposto, provocando uma rigidez que torna quase impossível o equilíbrio orçamentário, dificulta a ampliação do gasto social e impede o uso da política fiscal como instrumento de combate à inflação.



ORLANDO BRITO

"A Constituição é um dos obstáculos ao sucesso dos planos econômicos"

Há duas vinculações constitucionais: a entrega aos Estados e municípios de 47% da arrecadação do imposto de renda e de 57% do imposto sobre produto industrializado, IPI, e a aplicação de 18% de todos os impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Assim, de cada cruzeiro arrecadado de imposto de renda restam livres apenas 35 centavos — no caso do IPI, 25 centavos. O custo da arrecadação fica por conta do governo federal. Como o servidor público concursado é estável após dois anos de efetivo exercício, parte da arrecadação fica comprometida de modo incontornável com gastos de pessoal (64% dos impostos ou 45% da receita total), a não ser que se arroche o salário, medida injusta e ineficiente. O serviço da dívida pública é outra despesa incomprimível, pois não pagá-la é destruir o crédito do governo.

Conclui-se daí que as despesas obrigatórias do orçamento fiscal (sem a Previdência Social) são superiores à receita de impostos. Mesmo se tomando em conta todos os tributos (imposto e outras receitas), mais de 80% estão inteiramente vinculados. Uma causa básica dessa verdadeira destruição do processo orçamentário brasileiro foi a crescente transferência de recursos da União para os Estados e municípios através de sucessivas reformas constitucionais (1979, 1983, 1986 e 1988), com duas agravantes: não houve transferência correspondente de encargos e se concentrou a partilha nos impostos, que representavam 80% da receita do governo federal. A justificativa para isso foi a penúria financeira dos Estados e municípios e a necessidade de eliminar a situação do "pires na mão", que os fazia reféns dos desígnios políticos do presidente e da burocracia, diminuindo sua autonomia e enfraquecendo a federação. A prática veio demonstrar, contudo, que a União se inviabilizou financeiramente, enquanto os Estados e municípios permaneceram amargando as mesmas dificuldades de antes. Basta ver a recente romaria de governadores a Brasília em busca de recursos.

Na verdade, esse problema era comum às três esferas de governo. Decorria da queda da receita real e da profunda crise fiscal que levou à falência o setor público. Ao desconhecer esse fato, os constituintes agravaram a situação e nos distanciaram da estabilidade da moeda. O indesejável uso político do poder financeiro da União poderia ser resolvido via melhoria do processo orçamentário e evitando-se o empobrecimento da União. O atual equilíbrio fiscal é temporário, pois se baseia em artifícios (calotes, confiscos, atrasos e adiamentos de gastos essenciais do Estado). O Sistema Tributário Nacional, STM, está desestruturando-se, pois a União tende a buscar receitas não partilháveis, isto é, fora do imposto de renda e do IPI. Multiplicam-se tributos e contribuições e se aumentam o imposto sobre operações financeiras, IOF, e o Finsocial, infernizando a vida do contribuinte. O imposto de renda e o IPI já caíram para 60% da arrecadação.

Caminha-se, assim, para a iniqüidade fiscal, com o aumento dos impostos indiretos, e para a perda de funcionalidade do STM, com a crescente importância do Finsocial, que incide em cascata e cujo volume de arrecadação já o aproxima do IPI. Diante do imbróglio em que nos metemos, a simplificação tributária vira sonho, o peso das obrigações fiscais aumenta, o estímulo à sonegação cresce, o ambiente para o investimento se turva e o país continua empobrecendo. A Constituição tem inegáveis aspectos positivos, especialmente na área social e na dos direitos e das garantias individuais, mas o cumprimento de suas promessas depende em grande parte do crescimento econômico e da vitória contra a inflação. Há vários pontos em que ela é um obstáculo a esses objetivos, mas nada é tão grave quanto a rigidez orçamentária. Se não desatarmos esse nó, nenhum plano econômico será viável. Mesmo que se possa atenuar esse quadro com a transferência de alguns encargos da União e a redução da sonegação, é hora de ampla e serena discussão sobre o assunto, ainda que não exista o ambiente político para mudanças. É preciso pelo menos formar uma consciência em torno de tão séria questão, que se não resolvida pode deixar nos a todos de pires na mão.

Mailson da Nóbrega é consultor econômico

Nº. DOCUMENTO
TITULO EDITORIAL - MAILSON DA NOBREGA - (CONSULTOR ECONOMICO)
PROCEDENCIA V. 1500 40
FECHA DE PROCEDENCIA 5-6-91.
VINCULACIONES 10246
11164
9107525
ENTRADO
CRUZADO
21.01.92

Nº DOCUMENTO
TITULO PEDRO MALAN VIAJARA A JAPON - EUROPA Y EEUU PARA EXPLICAR LOS ACUERDOS DE LA DEUDA.
PROCEDENCIA ZA 150029
FECHA DE PRODUCCION 25-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11314

ENTRADO
CRUZADO

Negociador da dívida faz novo giro

O novo negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, embarca na próxima sexta-feira para o Japão, Europa e Estados Unidos. Vai explicar o acordo sobre os juros em atraso, aos bancos que ainda não assinaram o protocolo. Malan viaja acompanhado do embaixador Jório Dauster (ainda dividindo a função com ele), do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Arminio Fraga, e do chefe do Departamento da Dívida Externa do BC, Sergio Rufoni. Eles farão uma maratona de 12 dias que inclui Paris, Frankfurt, Londres e Nova Iorque.

Aprovado o acordo de pagamento de US$ 9 bilhões de juros devidos aos credores internacionais privados pelo Senado, o País precisa agora da concordância de 95% de cerca de 600 bancos credores. O acordo foi acertado por Dauster com o Comitê Assessor dos Bancos, que reúne cerca de 20 maiores credores da dívida brasileira. O trabalho de exposição dos termos do acordo (*road show*) é que será feito pelos negociadores brasileiros, nos países de maior concentração dos bancos credores. (ABR)

01 01

9107526

Nº DOCUMENTO

TITULO La inflación ya está bajo control según Ministro de Economía y Financieros.

FECHA DE 13-6-91.

VINCULACIÓN 10046
11161
11300

ENTRADO
CRUZADO

Río de Janeiro (UPI) — El [illegible] Fernando Collor de Mello, [illegible] Marcílio Marques Moreira, [illegible] de la inflación [illegible] de junio será "muy moderada y, de [illegible], explosiva".

[illegible] del gobierno para [illegible] de la economía. "Creo [illegible] que la inflación [illegible] 1991, [illegible] 5,76 y 2,03 por ciento, [illegible] [illegible] 1.

[illegible] Argentina

"Las [illegible] de precios y salarios [illegible] de la [illegible]

Gastos pesan negativo

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107527

Nº DOCUM
TITULO Inflación en mayo es de 5,81% según Fipe
PROCEDENC ZERO HORA
FECHA DE 5-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11300

ENTRADO
CRUZ DO

Prévia da Fipe tem inflação de 5,81%

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo, apurou na terceira quadrissemana de maio uma inflação de 5,81%. Isso significa uma queda em relação aos 6,03% da semana anterior, índice anunciado como o mais baixo desde setembro de 87. A redução é explicada pelo comportamento do item alimentação no domicílio, que baixou de 4,21% na pesquisa passada para 3,09%. Nesse item, os hortifrutigranjeiros, cuja demanda caiu por causa do *efeito cólera*, saíram de uma alta de 2,31% para uma redução de 2,68% na última coleta de dados. Com o resultado da terceira semana, fica reforçada a previsão do presidente da FIPE, André Franco Montoro Filho, de que o índice ficará abaixo de 6% este mês.

A exceção do item educação, que saltou de 7,47% na pesquisa passada para 20,55%, reflexo direto dos reajustes nas mensalidades escolares, todos os grupos que compõem o índice do custo de vida da FIPE apresentaram pequena variação. As despesas pessoais passaram de 2,45% para 2,62%. A alimentação fora do domicílio subiu de 9,35% para 9,67%. Registrou-se, contudo, queda em grupos importantes, como habitação (7,83% na semana passada para 7,14%.

Outras pequenas variações a FIPE apurou no item vestuário, de 28,55% para 29,28%, e no de saúde, que nesta pesquisa evoluiu 7,02% contra os 6,68% da semana anterior. O índice de 5,81% é relativo ao período de 24 de abril a 23 de maio, em comparação aos 30 dias imediatamente anteriores. (AG)

ENTRADO
CRUZ DO

01.01 9107528

Banco do Brasil paga dívida de usineiros alagoanos -

J DO BRASIL -
22-6-91.
10046
11161
11403

Banco do Brasil paga dívida de usineiros alagoanos

Fotos de Leopoldo Silva

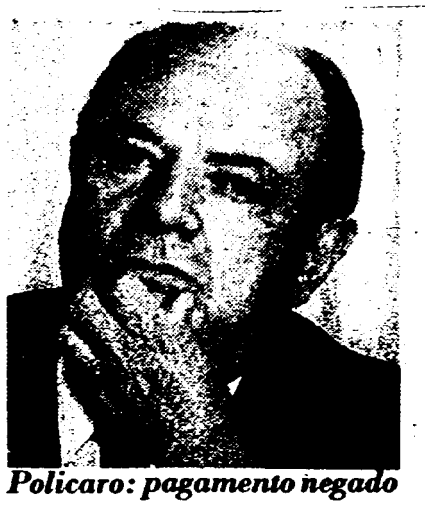
Brasília — Gilberto Alves

Eli Teixeira

BRASÍLIA — O Banco do Brasil pagou, na segunda-feira passada, uma dívida de US$ 85,9 milhões ao Midland Bank, de Londres, mesmo com uma ordem de seu presidente, Lafaiete Coutinho Torres, para que a operação fosse suspensa. "Fui traído", disse ontem o presidente do BB. E perguntava: "A quem interessava o pagamento desta dívida?" O débito pertencia à Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas (Coopalag) e tinha aval do Tesouro Nacional. O BB honrou o pagamento por ser o agente financeiro do Tesouro em outros países. No mercado financeiro, a operação recebeu o nome de *Tate & Lyle*, referência à origem do contrato, que foi um financiamento à venda de açúcar do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool à firma inglesa Tate & Lyle International.

Lafaite Torres disse que só tomou conhecimento da operação no dia 14, quase um mês depois de assumir a presidência do BB, mesmo assim por rumores que circulavam no mercado financeiro. A suspensão do pagamento foi determinada imediatamente ao diretor interino da Área Internacional do Banco do Brasil, Getúlio da Silva Pessoa, mas ele alegou que era tarde demais: no dia anterior, 13, o Banco do Brasil havia assinado com o Midland Bank e outros associados, em Londres, documento em que se comprometia a pagar a dívida três dias depois que Lafaiete tomou conhecimento do assunto. Getúlio da Silva Pessoa foi afastado do cargo imediatamente.

Desobediência — Para Lafaiete Torres, o pagamento da dívida não interessava sequer à cooperativa de usineiros de Alagoas. Para ele, o Brasil saiu perdendo cerca de US$ 56 milhões com a Operação Tate & Lyle, porque em outubro do ano passado a cooperativa e o Midland Bank quase fecharam uma renegociação da dívida, pela qual o banco inglês só receberia cerca de US$ 30 milhões. Apesar do desconto, no entanto, o ex-presidente do BB Alberto Policaro recusou-se a entrar no negócio, que significaria a transferência do aval da União para o Banco do Brasil. Agora, o Tesouro Nacional vai cobrar a dívida de US$ 85,9 milhões da cooperativa. "Não há muita margem de negociação com os usineiros", reconhece Lafaiete.



Policaro: pagamento negado

Lafaiete: dias de insônia

Amigo da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, Alberto Policaro não contava com a simpatia do chamado grupo alagoano do Palácio do Planalto e chegou a alegar que a renegociação tinha riscos, na forma em que estava proposta, e poderia representar prejuízo para o BB. Isso por causa da delicada situação financeira das usinas associadas à Coopalag, que tradicionalmente não vinham honrando compromissos assumidos com o BB. Lafaiete Torres pediu auditoria sobre o caso, encerrada anteontem. Os auditores Adilson Rodrigues de Carvalho e José Antônio Cabral Sinoti concluíram que, embora não tenha sido detectada evidência de má-fé ou favorecimento pessoal dos funcionários do BB envolvidos, "ficou plenamente caracterizado o descumprimento, por parte do diretor Getúlio da Silva Pessoa, de expressa ordem superior."

Febril — A auditoria, embora feita em tempo recorde, não entra no mérito se a Operação Tate & Lyle era ou não prejudicial ao Brasil, e só culpa o ex-diretor interino da Área Internacional por não ter dado resposta urgente ao presidente Lafaiete Torres. Getúlio, em sua defesa, diz que acabou esquecendo-se de dar a resposta por estar "assoberbado", trabalhando até "altas horas da noite, febril e afônico".

"Meu Deus, qualquer banco do mundo só paga uma dívida de US$ 85 milhões depois de consultas diárias a seu presidente", desabafou ontem Lafaite Torres. "Desde sexta-feira nem durmo direito por causa da operação." Lafaiete acha que deveria ter sido informado assim que assumiu o cargo, um mês antes, sobre a operação que vinha sendo acertada. "Pegaria a papelada e levaria para o ministro Marcílio Marques Moreira e perguntaria o que fazer. Com certeza ele iria depois ao presidente Collor." Para ele, faltou "jogo de cintura", pois com certeza o BB teria conseguido do Tesouro o mesmo aval da União, sem prejuízo, durante a renegociação que quase acabou no desconto.

No auge da crise, entre a descoberta da operação e antes do final da auditoria, Lafaite Torres telefonou para o gerente do Banco do Brasil em Nova Iorque, Renato Malheiros Franco, perguntando por que ele não suspendia o pagamento. Renato explicou que, depois de assinado o Assignment and Release Agreement (nome do acordo acertado no dia 13), uma negativa de pagamentos teria conseqüências imprevisíveis para o Brasil no cenário financeiro internacional. Mas na hora da conversa entre os dois o pagamento já fora realizado pelo BB de Londres.

01 . 02

9107529

Operação começou em outubro de 90

A Operação Tate & Lyle começou em outubro do ano passado e se arrastou desde então entre as dificuldades dos usineiros alagoanos em pagar suas dívidas, terminando com o pagamento pelo BB.

■ **Outubro de 90** — É solicitado ao Banco do Brasil empréstimo de US$ 15,8 milhões à Coopalag, para que a cooperativa e uma ex-cooperada honrassem dívidas vencidas com o Midland Bank. No dia 22 de abril passado, o ex-presidente Alberto Policaro considera o pedido dos usineiros "prejudicado, tendo em vista o desinteresse formalmente manifestado pelos credores".

■ **Abril de 91** — Como os usineiros não receberam o crédito do BB para pagar o Midland Bank, os ingleses consideraram que os usineiros tinham rompido o contrato e passaram a exigir o pagamento total da dívida (inclusive a última parcela, que só venceria em junho de 94). Os atrasados, mais as parcelas a vencer, sem multas, somavam US$ 71,8 milhões. O Midland ameaça entrar na Justiça para receber. O BB é o avalista, por ordem do Tesouro Nacional.

■ **Final de abril 91** — Terminam as negociações com o Midland Bank para que o BB pague toda a dívida dos alagoanos. Participam da operação o BB de Nova Iorque e o BB de Grand Cayman. O BB pagaria dia 17 de junho US$ 85,9 milhões, recebendo imediatamente um crédito dos ingleses de US$ 47,8 milhões. Esse crédito equivale à dívida não vencida dos usineiros. O BB pagará seis parcelas de US$ 7,97 milhões a cada semestre, a partir de dezembro.

■ **13 de junho** — O BB assina a recompra da dívida com o Midland.

■ **14 de junho** — Lafaiete fica sabendo da operação e pede sua suspensão pelo chefe de gabinete, José Bezerra Rodrigues. O diretor interino da Área internacional responde dizendo que era impossível voltar atrás.

■ **17 de junho** — O BB paga US$ 85,9 milhões e recebe crédito de US$ 47,8 milhões.

■ **20 de junho** — Auditoria pedida por Lafaiete acusa o diretor Getúlio da Silva Pessoa de não ter cumprido a ordem de não pagar a dívida. O diretor é afastado do cargo. (*E.T.*)

☐ *O presidente Fernando Collor voltou ontem a Brasília, após quatro dias de viagem aos Estados Unidos, otimista com a aprovação, pelo Senado Federal, do protocolo do acordo sobre os juros atrasados da dívida externa. "Isso agora nos permite iniciar a segunda fase de negociação da dívida, nos contatos que manteremos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os credores privados e o Clube de Paris", disse. Collor adiantou que os ajustes a serem efetuados na economia para a adesão do Brasil ao Plano Brady significam um aprofundamento das reformas que iniciou. "Precisamos manter absoluta austeridade na política monetária e fiscal", afirmou. Collor desembarcou na Base Aérea às 8h55. Às 10h25, pela primeira vez desde a posse, deu entrevista na entrada do Palácio do Planalto, antes de subir para seu gabinete.*

02 . 02 9107529

Empresas ficam 15 anos para saldar dívida com FGTS

J. do Brasil 22-6-91

10046
1116
1116

Empresas terão 15 anos para saldar débito com FGTS

Brasília — 1

Reinaldo Silva

BRASÍLIA— A partir de segunda-feira, repartições públicas e empresas que não recolheram o FGTS de seus funcionários poderão solicitar à Caixa Econômica Federal (CEF) o parcelamento do débito em até 15 anos. O parcelamento em condições facilitadas só será concedido aos devedores que apresentarem o pedido nos próximos 90 dias. A medida, aprovada ontem pelo Conselho Curador do FGTS, tem o objetivo de garantir o recolhimento, principalmente por parte do setor público, o maior sonegador das contribuições do fundo. "Dos 5 mil municípios brasileiro, 60% estão em dívida com o FGTS", garante o presidente da Caixa, Álvaro Mendonça.

A aprovação do parcelamento da dívida ocorreu depois de forte polêmica entre os representantes do governo e dos trabalhadores no conselho. A Caixa Econômica propunha o refinanciamento dos débitos em 20 anos, argumentando que seria melhor dilatar o prazo para permitir o pagamento da dívida, especialmente das prefeituras. Os trabalhadores, por sua vez, reivindicavam um prazo máximo de 10 anos, considerando os 20 anos propostos pelo governo como um prêmio aos sonegadores. "Prevaleceu a saída de consenso para permitir a quitação das dívidas", afirma Douglas Braga, representante da CUT no Conselho Curador.

Fiscalização — A direção da Caixa garante que não tem condições de calcular o volume dos débitos, pois não cabe a ela a fiscalização do recolhimento do FGTS. Mas o ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, que preside o Conselho Curador, estima que quase 50% das empresas e órgãos públicos estejam no rol dos devedores. "O volume de sonegação é muito alto, pois o poder público não tem condições de fiscalizar todo mundo", defende-se Magri, cujo ministério é responsável pelo controle do recolhimento.

Na reunião de ontem, Magri propôs que os sindicatos de trabalhadores passem a atuar junto com o ministério na fiscalização do pagamento do FGTS. A idéia é permitir que os sindicatos tenham acesso às listagens de recolhimento da contribuição de cada empresa junto aos bancos, para conferir se houve ou não o pagamento. Constatada a irregularidade, poderiam acionar a fiscalização do Ministério do Trabalho ou até mesmo entrar com um ação na Justiça cobrando o recolhimento. "A parceria com os representantes dos trabalhadores, que são os grandes credores do FGTS, vai facilitar a fiscalização", garante Magri.

A proposta foi aceita pelos representantes dos trabalhadores no conselho, mas eles reivindicam também o acesso direto às informações das próprias empresas, sem necessidade de autorização judicial. Na verdade, esta prerrogativa já era prevista na legislação que regia o FGTS até março do ano passado, mas a mudança da lei suprimiu o artigo. "O acesso direto às informações das empresas é fundamental para se obter uma fiscalização efetiva", argumenta Douglas Braga.

Diante das divergências, somente na próxima reunião do conselho, prevista para julho, deverá ser aprovada a resolução que permite a participação dos sindicatos na fiscalização. Na avaliação dos trabalhadores, este será o primeiro passo para reverter o alto nível de sonegação das contribuições no país.

Mendonça (E) e Margarida: explicações sobre o FGTS

Caixa rebate acusações

A ministra da Ação Social, Margarida Procópio, e o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Álvaro Mendonça, rebateram ontem as acusações feitas pelos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, Douglas Braga e Lourenço do Prado, sobre desvio e beneficiamento político na distribuição de recursos do Fundo. Ambos garantem que o governo cumpriu estritamente as resoluções do conselho que prevêem a partilha do dinheiro para financiamentos a estados e municípios, e não usaram as disponibilidades do Fundo para cobrir déficit de caixa da CEF no ano passado.

O relatório preparado pelos trabalhadores acusa o governo de não cumprir as resoluções 9 e 25 do conselho, onde foram fixados os percentuais que caberiam aos governos e prefeituras no ano passado, dentro do cronograma de financiamentos da Caixa com recursos do FGTS. Segundo o relatório, o governo vem beneficiando os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na distribuição dos financiamentos, em detrimento do Sul e Sudeste, responsáveis por 85% da arrecadação líquida do FGTS no ano passado, que totalizou Cr$ 511 bilhões.

Segundo Álvaro Mendonça, os valores fixados nas resoluções representam apenas o teto a que cada estado tem direito dentro do volume total de financiamentos da Caixa. Ocorre, porém, que nenhum governo estadual, à exceção do Acre, firmou contratos com a CEF no volume total previsto nas resoluções, por dois motivos. O primeiro é que a legislação proíbe a Caixa de fazer novos empréstimos a órgãos públicos que estejam inadimplentes perante a instituição. O segundo é a resolução 58 do Senado, que fixa os limites de endividamento do setor público federal, estadual e municipal.

Os trabalhadores também acusaram o governo de não ter aplicado Cr$ 215 bilhões no ano passado e remunerar estes recursos com juros de apenas 3,4% acima da correção monetária. Segundo o relatório, a Caixa teria usado o dinheiro para cobrir um déficit na sua contabilidade. Álvaro Mendonça argumenta que a CEF não aplicou o dinheiro, pois parte dele já estava comprometido com contratos de financiamento e outra fatia guardada para fazer frente a saques de trabalhadores desempregados ou para compra e abatimento de prestações da casa própria. Além disso, afirma que a legislação não obriga a instituição a remunerar essa disponibilidade de caixa, mas, ainda assim, a CEF aplicou os juros e a correção monetária para impedir uma desvalorização do dinheiro do trabalhador. "A Caixa não tem furo nas suas contas, desafio qualquer um a provar o contrário", enfatizou Mendonça.

01.02 9107530

Senado tentará aprovar ajuda para estados

BRASÍLIA — As lideranças dos partidos no Senado vão aproveitar esta semana, a última antes do recesso parlamentar de julho, para tentar aprovar todos os pedidos de empréstimos e rolagem de dívidas dos estados, principalmente junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil. Entre as votações urgentes já definidas pelos líderes, que se reuniram ontem para elaborar a pauta, está um projeto que prevê a liberação de US$ 50 milhões para o governo do Rio de Janeiro, numa operação de crédito externo. Há também projetos de empréstimos para Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraíba, a maioria deles envolvendo a emissão de títulos para rolagem da dívida pública.

"Nesta política de aperto fiscal, o governo está negando pão e água para os estados e municípios", avaliou o líder do PMDB, senador Humberto Lucena (PB). Levantamento feito por sua assessoria dá conta de que são 16 os processos de rolagem de dívida dos estados pendentes no Ministério da Economia, aguardando decisão do presidente Fernando Collor. "Como 70% deles são de estados governados pelo PFL, há uma indicação clara de que o critério não tem sido político", analisou o senador Humberto Lucena, lembrando que o PFL apóia o governo.

Apesar da constatação de que os governadores do PMDB não têm sofrido discriminação de Collor, o partido está preparado para a eventualidade de mudança na atitude do Palácio do Planalto. "Se isso ocorrer, vamos utilizar nossa força e ninguém poderá nos censurar", advertiu o líder Humberto Lucena, admitindo que a represália dos pemedebistas seria a obstrução dos projetos de interesse do governo.

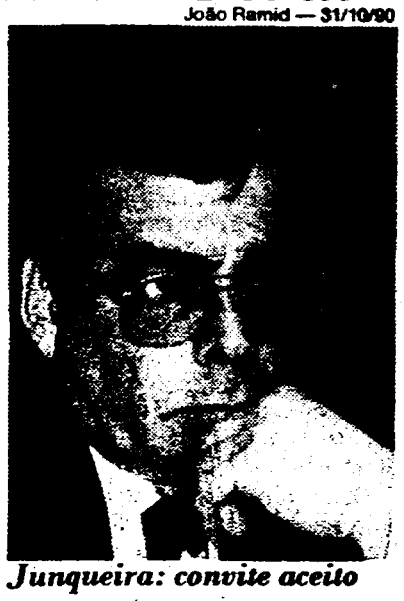
Junqueira aceita ficar na Procuradoria Geral

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor convidou o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, a permanecer no cargo. O mandato de Aristides termina no próximo dia 28. O intermediário do convite foi o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que localizou Aristides em Nova Iorque. Segundo o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, Collor decidiu reconduzir Aristides Junqueira ao cargo "levando em consideração o trabalho correto que desenvolveu à frente da Procuradoria Geral da República". Aristides Junqueira aceitou o convite, mas seu nome ainda terá que ser submetido ao Senado.

Logo que chegou ao Palácio do Planalto, às 10h25, depois da viagem de quatro dias aos Estados Unidos, o presidente Collor reuniu-se com o ministro Passarinho. No despacho, Collor determinou que seu ministro localizasse o procurador-geral da República e fizesse o convite. Passarinho voltou a seu gabinete e tentou diversas vezes, ainda na parte da manhã, falar com Aristides Junqueira. Mas somente no final da tarde conseguiu localizar o procurador-geral da República e fazer o convite.

Aristides Junqueira foi escolhido para o cargo de procurador-geral da República ainda no governo Sarney, em substituição a José Paulo Sepúlveda Pertence, inaugurando a determinação constitucional de mandato de dois anos, com direito à recondução. Ele vinha resistindo à idéia de um novo mandato, alegando que era favorável à rotatividade no cargo. O próprio Passarinho, em entrevista há 15 dias, descartou a recondução

João Ramid — 31/10/90



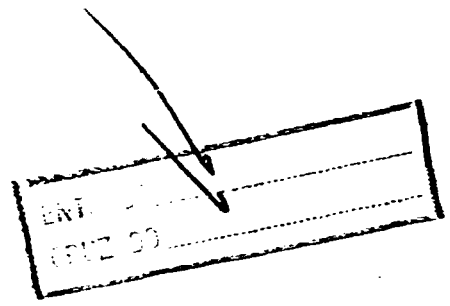
Junqueira: convite aceito

de Junqueira, argumentando que o procurador-geral da República já havia rejeitado a hipótese. A decisão do presidente Fernando Collor de reconduzir Junqueira ao cargo já havia sido tomada antes da viagem à Suécia e Noruega, há três semanas.

A sucessão de Junqueira já havia iniciado uma disputa entre os 330 procuradores da República espalhados pelo país. Os favoritos eram o consultor-geral do Ministério da Justiça, Inocêncio Mártires Coelho, os subprocuradores Miguel Frauzino Pereira, José Arnaldo da Fonseca e Moacir Machado da Silva — este último, apontado em alguns noticiários como o candidato da Associação Nacional dos Procuradores da República.

02 02 9107530

Nº DOCUMENTO
TITULO: Ocasiona Renegociación de la Deuda -
P: EL PAIS
FECHA: 26-6-91
VINCULO: 10046
11161
11314



Ocasionará Renegociación de la Deuda Externa Brasileña

BRASILIA, 25 (AP). — Brasil iniciará en la segunda semana de julio la renegociación de su deuda externa con los bancos privados, se informó hoy.

El Ministro de Economía, Marcilio Marques Moreira viajará a Washington en esa fecha para mantener contactos preliminares sobre la deuda.

La Oficina de Prensa del Ministerio informó que Marques Moreira se reunirá con representantes del Fondo Monetario Internacional, del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo.

Esos contactos son considerados el primer paso hacia la renegociación con los bancos privados de unos 60.000 millones de dólares correspondientes a deuda pública de corto y mediano plazo.

El gobierno brasileño resolvió adherir al plan Brady, de reducción de la deuda, para lo cual necesita garantías de organismos como el FMI.

Simultáneamente, con el fondo se negociará un acuerdo provisorio de 2.000 millones de dólares.

Brasil, que debe 123.000 millones de dólares, llegó a un acuerdo recientemente con el Comité de Bancos para el pago de 9.500 millones de intereses atrasados de esa deuda.

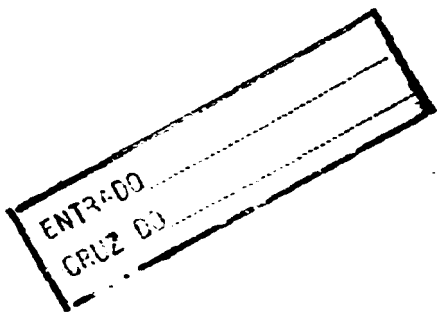
La primera cuota de 900 millones será cancelada el 1º de julio, y otros 1.100 millones de dólares en efectivo se pagarán antes de fin de año.

Según el Ministerio de Economía, esos pagos no afectarán las reservas internacionales del país, estimadas la semana pasada en US$ 9 200 millones.

El resto de los intereses atrasados durante la moratoria que se extendió de junio de 1989 a diciembre de 1990 — 6.500 millones— será convertido en bonos a diez años de plazo y con tres de gracia.

El Ministerio informó que antes de la llegada del ministro a Washington, una misión negociadora recorrerá los principales centros financieros de Estados Unidos, Europa y Japón en busca de la adhesión de todos los acreedores al acuerdo.

Partes pertinentes



01.01

9107531

Nº DOCUM.
TIPO: Empresas voltam a investir
P.
FEC.
VIN.

Empresas voltam a investir

• *Consultores constatam maior interesse por produtividade e modernização*

Sérgio Costa

Já estão chegando às consultorias os sinais de que as empresas começam a planejar a retomada dos investimentos, depois de passarem os últimos meses com planos guardados na gaveta. Ao mesmo tempo em que cresceu a utilização de programas de recuperação, os consultores estão se vendo às voltas com um volume de projetos que não viam acontecer desde a decretação do Plano Collor I, em março do ano passado. E mais: preparando-se para novas estratégias, as companhias estão partindo para a reorganização e reciclagem do pessoal que sobrou depois do enxugamento de quadros que promoveram nos últimos meses.

"As empresas já estão sentindo um pouco de oxigênio no ar", avalia João Moura, diretor da Coopers & Lybrand. E Moura aponta uma motivação especial: as companhias já se convenceram de que as profundas mudanças que começaram a agitar a economia brasileira nos últimos meses, como a abertura à concorrência dos importados, são para valer. "Com o Plano Collor II e a mudança de equipe econômica, ficou claro que as mudanças estruturais que se pretende fazer são irreversíveis", completa.

É bom frisar que essa retomada não está se voltando para planos de expansão, mas sim para produtividade e modernização. No caso da Coopers & Lybrand, ano passado, quando as empresas colocaram de lado o que representasse gastar um bom dinheiro, cinco especialistas de alto nível foram distribuídos por escritórios nos Estados Unidos e Europa para não perderem o emprego por conta da ociosidade no serviço. Agora estão sendo chamados de volta, para se juntarem a outros consultores já envolvidos em projetos que significam investimentos em torno de US$ 3 milhões, cada.

Saúde financeira — A Coopers & Lybrand também está às voltas com uma demanda sem precentes de solicitação de trabalhos em organização de pessoal. É que as empresas estão tratando de reorganizar o que sobrou, depois da tempestade de demissões. Mas as companhias também estão procurando outros tipos de tratamento de saúde para se lançarem a novas empreitadas. A Arthur Andersen, depois do segundo Plano Collor, relançou o seu Programa de Apoio e Recuperação de Empresas. Hoje, menos de quatro meses depois, pelo menos 20% das consultas se concretizam em novos clientes. E gerando novos serviços: um dos problemas mais encontrados, a gerência financeira, vai ser motivo do lançamento do Programa de Apoio à Gestão Financeira, Profin, um programa desenvolvido pela FSA Sistemas.

"Quando a inflação está baixa, as deficiências aparecem", explica Carlos Azevedo, sócio-diretor da Arthur Andersen para auditoria e assessoria empresarial. No serviço de recuperação, que envolve empresas de porte médio (faturamento anual entre US$ 50 milhões a US$ 80 milhões), um dos problemas mais encontrados diz respeito à deficiências na informação. "É quando a empresa não sabe a margem de lucro do seu produto", exemplifica. "Uma herança dos últimos 20 anos de cultura inflacionária", completa.

Marcelo Theobald

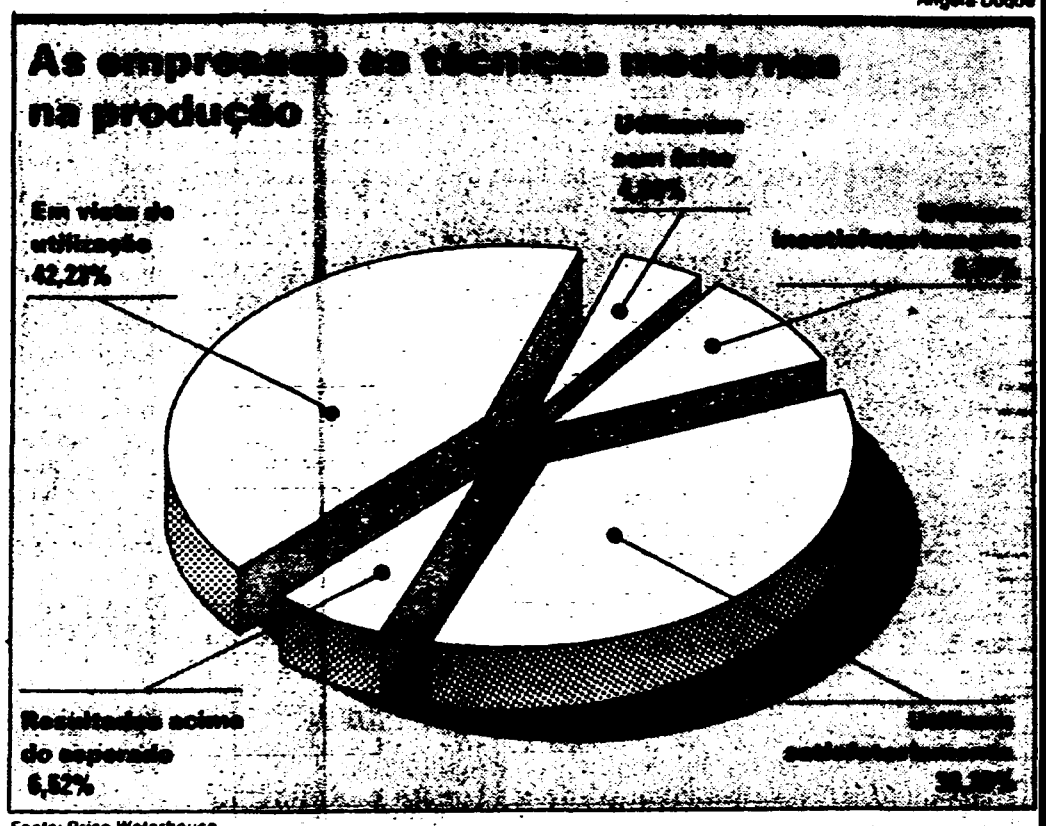
Azevedo: cultura inflacionária

Administrar mudanças — Com as empresas se preparando para novos horizontes, acontece até de as consultorias trazerem para o Brasil algumas novidades no que diz respeito à administração. A KPMG Peat Marwick Dreyfuss, por exemplo, passou a oferecer aos clientes uma metodologia utilizada tanto na IBM norte-americana quanto pelo governo soviético depois da *perestroyka*, a *Managing Organizational Change*, que no Brasil foi traduzida, sugestivamente, para *administração de mudanças*. Como diz o nome, para empresas afetadas por novidades que não se limitam a planos econômicos, mas incluem também a orientação diante de novas decisões.

O detalhe é que, enquanto este programa tem como um dos pontos-chave o treinamento de pessoal, a KPMG está registrando exatamente uma mudança importante no seu serviço de *outplacement*, ou recolocação de executivos. Isaias Feigenson, sócio da consultoria para a área de recursos humanos, revela que as recolocações caíram da média mensal de 20, em março e abril, para 12, a partir de maio. Também diminuiu o tempo necessário para encontrar um novo emprego para os executivos: chegou a 150 dias, e agora começa a ficar em torno de 90 dias.

"As empresas concluíram os processos de enxugamento", diz Feigenson. E paralelamente começa a se registrar uma procura acentuada pelos executivos de recursos humanos. "As grandes estruturas de RH estão sendo unificadas", explica. É que as empresas estão procurando profissionais bem preparados para futuras negociações salariais, nos próximos meses. E também, claro, com capacidade para trabalharem bem as mudanças organizacionais que as companhias estão colocando em prática.

Angela Duque



Fonte: Price Waterhouse

Meta é modernizar produção

Uma pesquisa feita pela Price Waterhouse com as 500 maiores empresas do país mostrou o quanto a produtividade está atraindo as grandes companhias. É que os grupos que ainda não estão utilizando técnicas modernas na produção, como o *just-in-time*, exatamente 42% do total das empresas, responderam que se encontram em vistas de introduzirem os mecanismos tão comuns em companhias japonesas, norte-americanas e européias.

"As empresas, como em 1990, continuam sem pensar em novos investimentos para expansão. Em setembro do ano passado, já tínhamos detectado que as aplicações de recursos em novas linhas de produção cairia para a metade, este ano. Mas existe uma grande capacidade ociosa do parque industrial brasileiro, hoje. E as empresas precisam tornar mais produtivo esse parque", avalia Célio Lora, diretor da Price.

Qualidade — O levantamento da Price mapeou o cenário das empresas ainda para este primeiro semestre. Das que se disseram em vistas de recorrer à técnicas administrativas mais modernas, 80% citaram a Manufatura Integrada por Computador (CIM, em inglês), 77% falaram do *just-in-time* junto ao fornecedor e 70% apontaram a Manutenção Produtiva Total (TPM). Outras 55% incluíram o Controle Total de Qualidade (TQC) em seus planos.

Célio Lora diz que 38,2% das 500 maiores empresas do país já utilizam satisfatoriamente as técnicas modernas. Mas apenas 6,5% admitiram que os resultados ficaram acima do esperado. Por outro lado, 8,4% das companhias garantiram que utilizam as técnicas, mas insatisfatoriamente. E 4,6% do total admitiram a utilização sem êxito — onde os Círculos de Controle da Qualidade (CCQ), com 21,2% das respostas, aparece com maior freqüência.

Virada — Os números confirmam uma avaliação de Lora: estão de volta três instrumentos tradicionais dos anos 60. Um deles é o investimento em técnicas aplicadas à produção. Os outros dois: oferta de financiamento para compras, e redução de estoques ou negociação de financiamento junto aos fornecedores. Uma virada de estratégia, diante do que se viu nos anos da escalada da inflação. "A partir do momento em que a inflação começou a dar sinais de estar sob controle, diminuiu a necessidade de aplicar recursos em ativos para *hedge* (proteção)", assinala.

Um outro quadro desenhado pela pesquisa foi quanto às dificuldades para implementar um programa de produtividade. O clima motivacional no ambiente de trabalho foi citado por 49% das empresas, e 40,3% delas apontaram o nível de qualificação dos fornecedores. Para completar, 32% falaram da ausência de treinamento com funcionários.

Célio Lora

9107532

Nº. DE CUPOM 10
TITULO Dólar paralelo continúa com pouca demanda.
PÁG 2E20 HORA
FEITA 24-6-91
VIRGULA 10044
11161
11403

ENTRADO
CRUZ DO

Dólar paralelo com baixa remuneração

Os especialistas em mercado de câmbio asseguram que a demanda pela moeda continua fraca, apesar das cotações do mercado do paralelo terem variado mais que as do comercial e do câmbio turismo ao longo da semana que passou. O paralelo, registrou, na semana, alta de 2,58%, contra 2,29% do câmbio turismo e 2,44% do administrado (dos exportadores e importadores). Os doleiros procuraram acompanhar a alta registrada no flutuante e, segundo alguns especialistas, já tentam se antecipar à liberação dos cruzados novos. De qualquer maneira, o ágio (diferença entre o dólar paralelo e o comercial), que fechou a semana em 11,1% ainda está abaixo do registrado em maio: 11,8%. Pelo menos até agora, a alta do black no mês (5,50%) é inferior à variação da Taxa Referencial (6,96% até sexta-feira).

ENTRADO
CRUZ DO

01 01

91 07533

Nº DOCUM
TITULO: Inestabilidad en los negocios con oro.
FONTE: ZERO HORA
FECHA: 24-6-91
VINCULAÇÃO: 10046
11161
11403

ENTRADO
CRUZADO

Instabilidade nos negócios com ouro

A demanda interna pelo metal continua fraca. Apesar disso, os especialistas detectaram uma tendência altista no encerramento da semana que não pode ser completamente decifrada, já que no mercado internacional, as cotações chegaram a cair de US$ 370,40 a onça-troy (31,1 gramas) na quinta-feira para US$ 368,01 na sexta (em Nova Iorque). Para alguns, a puxada brasileira deveu-se às operações de arbitragem. Os investidores compraram dólares no câmbio flutuante para aproveitar os bons preços do metal no mercado externo. Com isso, as cotações do dólar flutuante subiram. É que as operações de compra e venda de ouro são feitas no mercado flutuante.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107534

Nº DOCUMENTO
TITULO Importaciones europeas quedan en el stock estratégico del Gobierno.
PERIÓDICO ZERO HORA
FECHA 22-6-91
VINCULO 10046
11161
11412

ENTRADO
CRUZADO

~~Importações européias ficam~~ nos estoques estratégicos do Governo

As 100 mil toneladas de carne bovina importadas da Comunidade Econômica Européia (CEE) irão para o estoque estratégico do Governo e só estarão à disposição do consumidor, caso o preço praticado no mercado ultrapasse o preço de intervenção. A informação é do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (CNA), João Mauro Boschero, que fechou o contrato de compra com a CEE. "Os preços atuais nem sequer atingiram os preços de intervenção", afirmou Boschero.

Dentro de 15 dias, o Governo divulgará os preços de intervenção para os produtos agropecuários. Conforme o presidente da CNA, os pecuaristas temiam que a carne fosse jogada diretamente no mercado, assim que fosse importada. Isso, de acordo com os pecuaristas, seria predatório para os preços internos.

Boschero disse que, mesmo com a entrada da entressafra (de julho a dezembro), não há perspectiva de o produto ser liberado agora para consumo, a menos que ocorra alguma emergência. Ele garantiu que o Governo não pensa em novas importações do produto e ressaltou que a intenção é manter o estoque da carne bovina em torno de 100 mil toneladas, o que bastará para inibir qualquer especulação. O presidente da CNA confirmou que as 100 mil toneladas de carne custaram US$ 122,4 milhões, que serão pagos em 181 dias.

Arquivo/ZH

Estratégia: *carne européia vai segurar os preços, garante Boschero*

Até o próximo dia 15, chegarão os dois primeiros lotes de carne: 5 mil toneladas da Alemanha e 4,7 mil toneladas da Irlanda. Os dois navios saíram ontem dos respectivos países rumo ao Brasil. No final de julho, serão internadas mais 14.400 mil toneladas. O último lote entrará no País em setembro. A meta é internalizar 25 mil toneladas por mês. (ABR)

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107535

Nº. DOCUMENTO
TITULO Alemania y Japón aumentan la exportación brasileña
POR ZERO HORA
FECHA 22-6-91
VINCULACION 10046
11161
11403

ENTRADO
CRUZADO

ALEMANHA E JAPÃO COMPRANDO MAIS

As exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 12,19% de janeiro a maio deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Mesmo assim, os EUA continuam sendo o maior mercado para os produtos brasileiros. Do total de US$ 13,7 bilhões que o Brasil exportou de janeiro a maio, US$ 2,6 bilhões resultaram de exportações para os EUA. As exportações para o Japão apresentaram um crescimento de 34,98%, em comparação com os primeiros cinco meses de 90. Elas atingiram US$ [illegible] bilhão e 195 milhões, contra US$ 686 milhões, no ano passado. O terceiro maior mercado para os produtos brasileiros é a Alemanha, que importou, neste mesmo período, US$ 951,6 milhões, um crescimento de 40,88%.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107536

DOCUMENTO
FOLHA Mayo fue el peor mes para el comercio en 1991
ZERO HORA
18-6-91
10046
11161
11407

ENTRADO
CRUZADO

Maio foi o pior mês para o comércio em 91

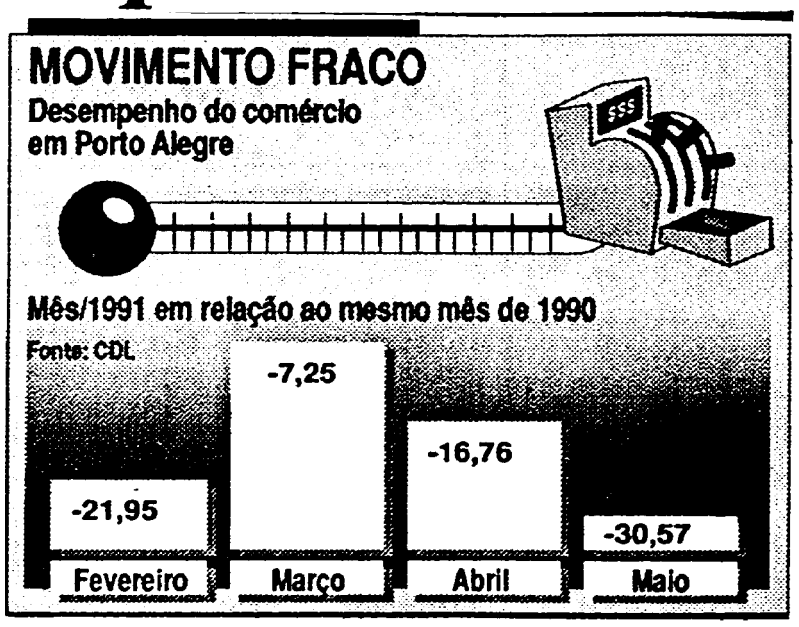
□No confronto com o mesmo período do ano passado, a queda nas vendas na capital foi de 30,57%. CDL previa um melhor desempenho

A bolha de consumo do ano passado foi maior e levou mais tempo para estourar. A constatação pode ser feita através dos números do Termômetro de Vendas do Clube de Diretores Lojistas (CDL) de Porto Alegre que apontou queda nas vendas de maio de 30,57% na comparação com o mesmo mês de 1990. Esta é a pior performance do comércio neste ano. Ganha até mesmo do mês de janeiro quando a redução foi de 28,48%. A taxa baixa para 20,91% negativos nos cinco primeiros meses deste ano relativamente ao acumulado do ano passado e indica um tímido crescimento, de 8,93%, se tomarmos o mês de abril como parâmetro.

Do total das vendas, 58,17% foram fechadas a prazo, pela falta de poder aquisitivo do consumidor, analisou ontem o presidente do CDL, Marivaldo Tumelero. Ele disse que depois desse resultado, que não confirmou sua tese de crescimento entre 10 e 15% em relação a abril, teme fazer previsões, pois o dado oficial da entidade é uma média obtida a partir do resultado de setores e empresas com desempenhos muito diferentes. Nos meses de maio e junho do ano passado, a liberação dos Cr$ 50 mil bloqueados pelo Plano Collor colocados no bolso do poupador (o correspondente a cerca de Cr$ 300 mil, hoje) aqueceu as vendas do comércio. As compras deste ano não recuperaram aquele resultado.

Arquivo ZH

Tumelero: *previsão frustrada*



FRIO — Conforme o diretor da Casa Lú, Abraham Lerrer, o clima pesa mais do que a falta de recursos para o setor de vestuário. Assim, as vendas oscilam de acordo com os termômetros. A meia-estação sugere apenas a compra de malhas e blazers, as vedetes do momento, salientou o empresário. Em maio, o setor chegou a crescer 18,85% sobre abril. Na Casa Lú, o resultado foi o esperado na comparação mais temida: em relação a maio de 90. O crescimento de 290% sobre os valores faturados no ano passado batem com a projeção de resultados da empresa. Porém, em junho, Lerrer não acredita que o desempenho se repita.

A estratégia é manter artigos em ofertas na loja. Com pouco dinheiro, os clientes estão muito "especuladores". E com razão, afirmou Lerrer, porque as diferenças de preço entre uma loja e outra são grandes. Somente uma promoção de artigos de langerie da marca Valisère resultou na venda de mais de cinco mil peças, em maio. Em dez dias, foi preciso pedir reposição de mais cinco mil nos vários modelos em oferta. Outras negociações com fabricantes são responsáveis por desempenho acima da média. Se eles conseguirem atrair osconsumidores na mesma proporção de maio, o empresário diz que já estará satisfeito.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107537

DOCUMENTO
TITULO Brasil desperdició 41000 millones de dólares en 1990 por mal uso de máquinas
PROCEDENCIA LA MARCA
FECHA 24-6-91
VINCULACION 10046
1116

ENTRADO
CRUZADO

Negligencia es la causante, según un estudio

Desperdició Brasil U$S 41.000: en 1990

Afirman que el malgasto de alimentos se practica impunemente

Brasil desperdició 41.000 millones de dólares en 1990 por mal uso de máquinas, fallos en almacenamiento de alimentos o desaprovechamiento de materias primas, según una reciente investigación.

BRASILIA.- El estudio, que se publicará bajo el título de "La olla sin fondo", fue hecho por el economista Joao Batista Rezende, de la Fundación Joao Pinheiro, y las técnicas Renata Farhat Borges y Aparecida Kimie Sakotoni, de la editora Columbus Cultural.

Los investigadores afirman que 16.000 millones de dólares ahora desperdiciados pueden transformarse en recursos para la población sin acceso a bienes, servicios y, sobre todo, a la alimentación básica para sobrevivir.

Además, la reducción del desperdicio y la mejora de la productividad generarían recursos de 200.000 millones de dólares, dice el texto.

El sector primario es el que presenta un mayor desaprovechamiento, equivalente a unos 9.400 millones de dólares.

Respecto a la agricultura, es en las haciendas donde se registra mayor desperdicio.

Grandes cantidades de alimentos son abandonados en los campos, debido a las exigencias y oscilaciones del mercado y, además, toneladas de grano se pierden por fallos en las máquinas cosechadoras.

Rezende afirmó que el desperdicio de alimentos en Brasil es practicado impunemente hasta en las épocas de crisis y es como un parásito que se instaló en la mentalidad nacional, según la cual está mal visto ahorrar o reaprovechar alimentos.

Las sobras del almuerzo son considerados restos y tiradas a la basura, señaló.

El presidente del Instituto de Ingeniería de Sao Paulo, Mazahiko Tisaka, indicó que combatir el desperdicio en todos los sectores y evitar gastos innecesarios son medidas que se necesitan con urgencia para crear inversión en áreas prioritarias y mejorar la productividad en todos los campos de la economía.

Tisaka agregó que, de todo el material que entra en las obras de construcción civil, el 20 por ciento se transforma en escombro.

Este, a su vez, tiene que ser transportado fuera de la ciudad por funcionarios municipales, lo que provoca pérdidas de capital, mano de obra y material equivalentes a millones de cruceiros que van a la basura, destacó el especialista. ■

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

9107538

Nº DOCUMENTO
TITULO SUFRAMA dará US$ 1600 milhões para empresas.
PAGE J DO BRASIL
FECH 18-6-91
VINCUL 10046
11164

CRUZ

Suframa dará US$ 1,6 bilhão para empresas

BRASÍLIA — O Conselho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) se reúne na próxima sexta-feira para distribuir entre as empresas da região US$ 1,6 bilhão em cotas de importação até agosto. A expectativa da Suframa é que a partir de setembro a Zona Franca esteja liberada do sistema de cotas, sem limites de importação.

A extinção do sistema de cotas será discutida na próxima reunião da Comissão para Avaliação da Zona Franca, formada pelo Ministério da Economia, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República. O secretário Egberto Batista afirmou, após reunião ontem à tarde, que são "parecidíssimas" as propostas da SDR e do Ministério "no sentido de eliminar o sistema de cotas globais". A disputa pelo controle da Zona Franca foi um dos motivos que levaram à demissão da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.

A comissão já decidiu, segundo Egberto Batista, consolidar a Zona Franca como "área livre de importação e exportação". E o caminho para fazer da Zona Franca "um corredor de exportação", para o secretário, são as "medidas de competitividade" para colocar os produtos brasileiros no mercado internacional em boas condições.

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107539

Nº
TITULO PRIVATIZACION DE USIMINAS
P
J. DO BRASIL
FECHA
20-6-91
VINCULACI
10044
11166
11312
ENT
CRUZ

A privatização da Usiminas

● *Funcionários e militantes da CUT protestam contra venda da estatal*

IPATINGA, MG — Militantes da CUT hostilizaram, ontem, nesta cidade do Vale do Aço, um grupo de executivos que vieram para falar sobre a privatização da siderúrgica Usiminas, na terceira audiência pública marcada com este objetivo. Diante de um público pequeno — apenas cem dos 12 mil funcionários da estatal compareceram —, os sindicalistas fizeram um barulhento ato de protesto, com uma enorme bandeira da entidade e gritando palavras de ordem.

"O que será desta empresa se for privatizada? Haverá redução do quadro de funcionários e prejuízos", disse o funcionário licenciado e vereador petista por Ipatinga, José Gomes da Costa. "Privatização não. Podem voltar e falar com o Collor que nós mandamos ele vender a Casa da Dinda. Aqui não", gritou o mecânico Célio Valadares da Silva. "Queremos protestar contra o grande número de mortos e de contaminados por doenças profissionais e por muita gente estar passando fome", disparou o mecânico de locomotiva Cemário Jesus Campos de Souza.

Por três horas e meia, a platéia assistiu com apatia a um audiovisual apresentado pelo presidente da empresa, Rinaldo Campos Soares, e ouviu longas explicações técnicas do representante do BNDES, Licínio Velasco, diretor do banco, e o diretor da Cosemp, Davi Moreira (empresa que presta consultoria no Programa Nacional de Desestatização). O silêncio do auditório só foi quebrado pelo ato público de cinco minutos, ensaiado por militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que diziam representar 22 entidades da região, além da Prefeitura Municipal de Ipatinga, dirigida pelo petista Chico Ferramenta.

Ipatinga, MG — Waldemar Sabino

No auditório vazio, o protesto durante a audiência

O ex-deputado Virgílio Guimarães questionou as razões da privatização. "A privatização é uma decisão tomada pelo governo", respondeu Licínio Velasco, acrescentando que "o Brasil é um país carente" e que gostaria de ver o Partido dos Trabalhadores enfrentar a votação da dotação orçamentária pelo Congresso, desviando recursos de setores essenciais da população para a siderurgia.

Ausência — Virgílio criticou a ausência do presidente do BNDES, Eduardo Modiano. "Não vi consistência nesta audiência, que visa puramente cumprir um edital. Modiano veio três vezes a Minas e não pisou aqui em Ipatinga, o que demonstra desprezo pela comunidade local, sem vê-la como potencial compradora", afirmou o ex-parlamentar petista.

O diretor da Cosemp avaliou que a audiência cumpriu seus objetivos "de abrir a oportunidade de discussão", admitindo que, por força do cronograma, não haveria como rever pontos do processo de privatização. "Em mais de 45 países onde houve privatização, as discussões de preço e de metodologia de venda foram constantes", lembrou Moreira, assinalando que numa empresa como Usiminas "o conjunto de interesses é muito grande e acaba atraindo outros, como o político e o fisiológico".

ENTRADA
CRUZADO
01.01 910540

Nº
TÍTULO Alemanes invierten en Bahía.
P. J 20 BRASIL
FECHA 21-6-91
VINCULACI 10046
11161
11463
90935

ENTRADO
CRUZADO

Alemães investem na Bahia

● *Projeto de US$ 1 milhão formará mão-de-obra especializada*

SALVADOR — A Câmara de Comércio Brasil-Alemanha de Salvador quer incentivar médias e pequenas empresas dos dois países a se instalarem na região de Cruz das Almas, a 142 quilômetros de Salvador, hoje produtora de fumo e frutas cítricas. O primeiro passo será a criação de um Centro de Formação Profissional, para gerar mão-de-obra qualificada em mecânica, eletricidade, serralheria e maquinário agrícola. Para instalar o projeto serão necessários 2,3 milhões de marcos (pouco mais de US$ 1 milhão). O dinheiro será fornecido por instituições alemãs, órgãos de ajuda para desenvolvimento da Comunidade Econômica Européia e das empresas que quiserem se instalar na região. A GTZ, uma sociedade de cooperação técnica do governo alemão, já autorizou recursos da ordem de 400 mil marcos. A previsão é de que as empresas comecem a funcionar a partir de 1995, quando estará formada a primeira turma de profissionais.

A diretora da Câmara do Comércio Brasil-Alemanha, em Salvador, Gisela Suerdieck, trabalha há dois anos no projeto e acredita que a região tem diversos atrativos para as empresas. O Pólo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu estão próximos de Cruz das Almas, além do bom estado de conservação da BR-101, que permite chegar em 90 minutos a Salvador. Gisela Suerdieck disse que diversas empresas alemãs estão interessadas em investir na região, desde que encontrem mão-de-obra especializada. Os cursos de especialização vão obedecer a um modelo alemão e prevêem formação completa em três anos para turmas de até 30 alunos. "A minha idéia é dinamizar a região. Sei que o projeto é ousado, mas vou arriscar", disse Gisela, que vai mostrar o plano ao governador Antonio Carlos Magalhães.

Especialização — A Alemanha é o segundo maior investidor de capital de risco no Brasil, com um total de US$ 5 bilhões, concentrados na região Sul do país. "A especialização de mão-de-obra em Cruz das Almas vai atrair investimentos para o Nordeste", disse o presidente do Conselho Integrado da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha de São Paulo, Herman Heinemann Wever, que também preside a Siemens do Brasil. Ele informou que há 18 meses as empresas alemãs deixaram de investir no Brasil, diante da instabilidade econômica do país.

A Siemens previa investir US$ 46 milhões neste ano. Porém, com a retomada do processo inflacionário e as constantes mudanças de rumo da política econômica do Brasil, a empresa decidiu manter o mesmo total de investimentos do ano passado, US$ 36 milhões. O setor de componentes eletrônicos, disse Hermann Heinemann, foi o que promoveu mais cortes de investimentos e demitiu, nos últimos oito meses, 800 empregados que correspondem a 30% da mão-de-obra do setor. Ele acredita que, em 1992, as empresas estrangeiras voltem a investir, com a perspectiva de controle da inflação e crescimento das vendas.

ENTRADO
CRUZADO

Nº DOC
TITULO 21 AJUSTE DE 1981-84
FONTE J. DO BRASIL
FECHA 20-6-91
VINCULAÇÃO 10014
11161
11372

ENTRADO
CRUZ DO

O ajuste de 1981-84

Antônio Delfim Netto *

Com freqüência ouvimos que o "erro fundamental" da política econômica do início dos anos 80 foi a aceleração do crescimento, como se a taxa de 1979 (6,8%) fosse estatisticamente muito diferente da taxa de 1980 (9,2%). Omite-se o fato de que o que houve foi uma excelente produção agrícola (+4,7% em 1979 e +9,5% em 1980), devido a um financiamento adequado.

Uma das grande tolices sempre repetidas é a de que tal crescimento criou uma desconfiança no sistema financeiro internacional, que restringiu seus financiamentos. Ignora-se o fato de que o aumento das importações (que teria sido causado pela maior taxa de crescimento) foi devido muito mais a fatores externos. Os preços do petróleo importado quase triplicaram em 1979 e 1980, aumentando o dispêndio total de 6,4 para 9,8 bilhões de dólares.

As importações totais passaram de 13,7 bilhões de dólares em 1978 para 18,1 bilhões em 1979 e 23 bilhões em 1980. Metade do acréscimo entre 1978 e 1979 e 70% do acréscimo entre 1979 e 1980 foi devido ao aumento dos peços do petróleo. Outra coisa que não se registra é que houve no período um substancial esforço exportador. As exportações passaram de 12,7 bilhões de dólares em 1978 para 15,2 em 1979 e 20,1 bilhões em 1980. O aumento entre 1978 e 1980 foi devido não só à expansão das exportações agrícolas (devido às safras financiadas com inteligência), que passaram de 7,6 bilhões de dólares em 1978 para 10,8 bilhões em 1980, como também das exportações industriais, que passaram de 5,1 bilhões de dólares em 1978 para 9,3 bilhões em 1980.

Até setembro de 1982 não existiam grandes dificuldades de financiamento como às vezes se afirma. Elas surgiram instantaneamente quando o México declarou a suspensão dos pagamentos.

O problema externo cresceu dramaticamente com a recessão americana (em 1982 os EUA registraram a maior recessão depois de 1929) resultado da política monetária restritiva que elevou a taxa de juros real a níveis nunca antes conhecidos, produzindo simultâneamente: 1) uma redução da demanda das nossas exportações; 2) uma queda substancial das nossas relações de troca e 3) uma elevação do custo do estoque da dívida externa.

Que a acumulação da dívida (no Brasil aplicada em investimento) e a crise foram fatos em boa parte determinados externamente é comprovado pela circunstância de que todos os países em vias de desenvolvimento registraram o mesmo fenômeno. Aliás, a dívida brasileira com relação ao PIB era a menor de todos esses países.

O que não se pode ignorar é que a política de ajustes *produziu o principal resultado que dela se esperava*. Em 1984 o equilíbrio externo estava refeito e o desequilíbrio interno corrigido. Mesmo os críticos passionais tiveram que reconhecer que "o ajustamento externo da economia brasileira, conduzido no período 1981-84, foi bem sucedido, no estrito senso de geração de vultosos superávits comerciais e do reequilíbrio da conta corrente do balanço de pagamento em período relativamente curto".

É claro que os problemas internos eram muitos e que equívocos foram cometidos. Na verdade, só erra quem faz, não quem escreve quando o futuro já se transformou em passado.

O que não se tem feito, entretanto, é chamar a atenção para o fato de que as medidas internas, como as do Decreto-Lei 2.045 sobre os salários, nunca puderam ser implementadas pela simples e boa razão de que o Governo foi incapaz de convencer a sociedade (e o Congresso) de que elas eram necessárias. Com o encurtamento do prazo de correção salarial (de anual para semestral), a única saída era a correção do salário real pela média anterior, mas o Decreto-Lei foi rejeitado, prolongando o período de ajuste.

* Deputado federal (PDS-SP), ex-ministro do Planejamento

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107542

Nº DOC:
TIPO: PLAN DE CUSTEOS para la Previdencia
P: J. DO BRASIL
FECHA: 20-6-91
VINCULACIÓN: 10046
11165
11327

LMI
CRUZ

Plano dificulta as fraudes

Os novos direitos dos aposentados vão exigir, pelo menos, Cr$ 60 bilhões mensais para o pagamento dos benefícios — sem contar os atrasados. O Plano de Custeio foi elaborado, principalmente, para cobrir esses gastos e dificultar as fraudes contra a Previdência. Abaixo, os principais pontos:

■ **União** — Quem mais desvia dinheiro da Previdência é o governo. Ficou acertado que essa sangria será reduzida gradativamente. Apenas para o pagamento dos aposentados da União este ano, o governo sacou 74% dos Cr$ 1,6 trilhão, dos cofres da Previdência. Esse percentual vai ser reduzido aos poucos, até chegar a 10%, em 1995.

■ **Gastos** — O governo desvia dinheiro dos cofres da Previdência para custear a administração e pagar o pessoal de outros ministérios e autarquias. A partir de 1993, apenas INSS, Inamps, Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA) e LBA terão esse direito. No ano passado, o governo chegou a destinar recursos para demarcação de terras indígenas com dinheiro do segurado.

■ **Teto** — Ninguém poderá receber mais do que o valor equivalente a dez salários mínimos — nem contribuir sobre um valor superior a esse. A Constituição, porém, prevê a instalação da previdência complementar e facultativa. Pela lei aprovada, o governo terá 180 dias para implantar o novo sistema. Quem quiser se aposentar com mais do que o teto terá que optar por esse sistema ou qualquer previdência privada.

■ **Conselho** — Talvez uma das inovações mais importantes. O Conselho Nacional de Seguridade Social terá poderes deliberativos, como propor auditorias, aprovar convênios com a rede bancária e a recomposição dos benefícios. Será composto por trabalhadores, empresários e aposentados, além de representantes do governo. Haverá também conselhos municipais.

■ **Fraudes** — Para dificultar as fraudes, benefícios superiores a dez valores-teto (hoje, Cr$ 1,7 milhão) têm que ser autorizados pelo procurador-geral da Previdência. Acima de 30 (hoje, Cr$ 5,1 milhões) têm que ser autorizados pelo presidente do INSS (antigo INPS).

■ **Cadastramento** — O Cadastro Nacional do Trabalhador, uma das recomendações da CPI da Previdência, deverá indicar quem e quantos são os trabalhadores contribuintes e beneficiados.

■ **Cartório** — Multas severas serão impostas como punição aos cartórios de registo civil que não comunicarem à Previdência os óbitos ocorridos no país.

■ **Acidente** — Duas medidas saneadoras. Primeiro, obrigar o contribuinte acidentado a procurar inicialmente a Previdência, antes de recorrer à Justiça. Segundo, promover revisão de todos os benefícios por acidente de trabalho.

■ **Invalidez** — Serão obrigatórios exames médicos periódicos para os aposentados por invalidez.

■ **Ouvidor** — Será criado o cargo de ouvidor-geral da Previdência, eleito pelo Congresso, para ouvir reclamações e denúncias.

■ **Censo** — Em dois anos, no máximo, a Previdência realizará um recadastramento geral de todos os benefícios existentes.

■ **Procuração** — Um dos veios para as fraudes, terão validade por seis meses, após a sanção da lei.

ENTRADO
CRUZ-DO

01 . 01 9107543

DOCUM
J. DO BRASIL
16-6-89
10046
1116
1131
EH
INCULACI

Brasil não abre mão de só pagar aos credores o que po

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — Quando o assunto é dívida externa, o economista Pedro Malan adora contar uma piada, coisa que ele faz quase sem conseguir conter o sorriso. "Um inglês, dirigindo na Irlanda, parou para perguntar a um irlandês como ele poderia chegar a Dublin", começa Malan. "O irlandês virou-se e disse: se eu estivesse indo a Dublin, eu não começaria a andar deste ponto." A piada não tem a mínima graça mas, no caso, o que importa não são os risos, mas sua moral.

Ela serve para ilustrar a atitude com que Malan, sob instrução direta de seu chefe, o ministro Marcílio Marques Moreira, pretende lidar com a questão da dívida externa. "Nós não vamos esquecer como chegamos onde estamos, mas não vamos perder tempo discutindo se é aqui que deveríamos estar", diz o economista. Em outras palavras, Marcílio e Malan não pretendem lutar contra o passado. Mas não vão deixar de incorporá-lo em suas negociações com os credores privados.

Principalmente o passado mais recente, da experiência da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello e seu negociador, o embaixador Jório Dauster. Deles, os novos condutores do *front* externo da economia brasileira pretendem manter acesa uma tese que provocou enorme polêmica nos círculos financeiros internacionais no ano passado: a de que o Brasil quer um acordo com os bancos que ele possa cumprir, o que portanto remete à tese de que o país tem limites na sua capacidade de pagamentos.

Malan — "Malan não, o ministro Marcílio. Sigo a orientação dele", insiste sempre o economista — quer, de todo modo, dar um caráter mais pragmático a este conceito. "Que, no fim das contas, é um velho problema reconhecido pelos economistas desde a década de 20, quando se começou a estudar a capacidade da Alemanha de pagar reparações de guerra", lembra ele.

Restrição — "Isto é uma coisa que fica da equipe anterior. O reconhecimento de que o pagamento da dívida não é um problema meramente de superávit comercial, mas de superávit fiscal", afirma Malan. "O Edmar Bacha (economista da PUC-RJ) cunhou uma excelente frase que define a necessidade deste tipo de postura: ele diz que a capacidade do país (leia-se setor privado) de gerar um superávit comercial superestima a capacidade do país (leia-se setor público) de gerar um superávit fiscal para fazer face às obrigações da dívida externa. Ninguém pode se esquecer desta restrição no caso da negociação da dívida brasileira."

Christina Bocayuva — 5/1/89

Malan: experiência de 4 anos de trabalho ajuda a negociar

O novo negociador brasileiro insiste, porém, que quer utilizar esta idéia em suas conversas com os bancos, depurada do significado de confrontação que ela vinha assumindo. "Na renegociação da dívida da Costa Rica, este tipo de constrangimento acabou sendo reconhecido, inclusive pelas instituições multilaterais", lembra. "Eu não quero lutar para definir um número exato do que podemos ou não pagar, mas definir acima de tudo um espectro de possibilidades, a partir do qual possamos discutir com os banqueiros."

Malan, elegante, se recusa a fazer qualquer crítica à antiga equipe econômica brasileira neste sentido. Mas pessoas próximas a ele afirmam que o economista não pretende repetir o que enxerga como um deslize do governo anterior. Zélia mandou Dauster sentar-se à mesa com os bancos tendo nas mãos números de pagamento não apenas já definidos, mas projetados para prazo muito longo, algo que praticamente limitava a margem de manobra dos banqueiros numa discussão.

Um funcionário de instituição financeira baseado na capital americana, e que há muito acompanha as agruras do Brasil na área da dívida externa, garante que Marcílio e sua equipe estão começando a definir um curso de ação que vai buscar, ao mesmo tempo, retirar desta tese o seu ar de confrontação, mas dar-lhe uma escora política mais firme. "No princípio, a idéia era a de tentar definir estes números junto com os técnicos do Fundo e do Banco Mundial, para dar a eles uma base institucional", conta.

Discordâncias — Mas Dauster lembrou ao ministro Marcílio e a Malan que isto pode funcionar como uma faca de dois gumes, revela este funcionário. De fato, se começarem discordâncias entre técnicos do Fundo e o governo brasileiro, isto em geral acaba vazando para os banqueiros e tumultuando as negociações. "Portanto, eu acredito que o Malan vai tentar chegar a uma convergência informal sobre os números da economia brasileira com o pessoal do Fundo Monetário", diz.

O novo negociador está numa posição privilegiada para executar este plano. Depois de quatro anos de trabalho em instituições multilaterais, primeiro como diretor do Banco Mundial e desde o ano passado como diretor do BID, Malan conhece como ninguém os labirintos das instituições multilaterais e sabe qual a melhor maneira de tentar fazê-las trabalhar a seu favor. Instado a falar sobre isso, o economista evita qualquer comentário. Insiste apenas em dizer que o limite da capacidade de pagamento não vai se centrar sobre números específicos e tampouco englobar projeções de muito longo prazo.

"Plano Brady não é camisa de força"

Para o economista Pedro Malan, existem outras maneiras de se aliviar o peso que os pagamentos da dívida podem colocar sobre um país. O Plano Brady, de redução da dívida, por exemplo, é um caminho que o Brasil pretende explorar. "O Plano Brady não é uma camisa de força. Mas o reconhecimento, ainda que tardio, por parte dos governos desenvolvidos, de que existe uma necessidade de redução no estoque da dívida e seu serviço. E, dentro dele, há vários instrumentos que podem ser empregados neste sentido", diz, sem revelar quais.

O ministro Marcílio, em entrevista ao *The Washington Post*, na edição de sexta-feira, não falou também nos instrumentos de redução, mas tocou em objetivos que o Brasil tentaria alcançar dentro do plano Brady — como o corte em 60% dos juros a serem pagos nos primeiros três anos e de 50% no quarto e quinto anos. Malan diz que estes números estão em estudos e lembra, como aliás o fez o ministro, que nos anos subseqüentes o Brasil talvez possa até a pagar mais.

Uma fonte financeira da capital americana diz que a entrevista de Marcílio ao *Post*, assim como as declarações que Malan começará a fazer à imprensa, têm o intuito não apenas de começar a testar as águas da negociação futura com os banqueiros, mas também a de adotar uma postura que, antes de ser chamada de flexível, deve ser definida acima de tudo como esperta. "Os dois acompanharam muito a experiência da equipe anterior, pela qual têm admiração. E estão empenhados em refinar muitas de suas táticas e posições", afirma a fonte.

Definições — Marcílio e seu negociador, por exemplo, com estas pequenas mensagens, que inclusive começarão em breve a passar pessoalmente aos banqueiros, querem sobretudo definir os objetivos gerais brasileiros, para evitar grandes surpresas entre seus interlocutores, que possam descambar no futuro para polêmicas inúteis. É como a busca da definição de certos parâmetros. "Ambos não querem reduzir a questão da dívida a um mero problema de superávit comercial. Eles também querem deixar claro que no Brasil, embora 90% da dívida sejam do setor público, quem gera o dinheiro é o setor privado. Portanto, os banqueiros não podem encarar o país como o México ou a Venezuela", diz a mesma fonte.

No momento, a questão principal na área da dívida externa é finalizar o acordo sobre os atrasados. Se o Senado aprová-lo, ele precisará ainda ser apresentado aos bancos que, apesar de estarem representados, não têm assento no comitê que negocia sua dívida com o Brasil. Este processo dura até o fim do próximo mês. A partir daí, começa a negociação oficial sobre o reescalonamento da dívida. O que não quer dizer que Malan só vai começar a tratar dela a partir de então. Antes pelo contrário.

Ele vai participar de algumas reuniões com banqueiros sobre o acordo dos atrasados e começará a conversar com eles sobre as discussões futuras. Malan também estará fazendo o mesmo tipo de trabalho junto às instituições multilaterais, numa tentativa de testar o caminho e evitar coisas que possam causar problemas de comunicação no futuro com a chamada comunidade financeira internacional. A negociação da dívida será feita paralelamente à negociação sobre um acordo com o Fundo Monetário, garante o economista.

Prazos — Quanto aos prazos para a conclusão de um acordo, Malan prefere evitar tocar neles. "É um erro fixar uma data", ensina. "Ela só serve para criar falsas expectativas. Mas não há razão para que não se rápido em direção a um acord ve ultimamente um grande acú experiências em relação à ne da dívida, tanto do lado de como do lado de bancos. O não tem mais que ser tão dem

Malan sabe que terá pel uma tarefa hercúlea, que de fatores que não estão diretam seu controle. A economia br um deles, talvez o mais im "Toda a negociação tem uma nante macroeconômica fund a estabilização da economia que discute com os bancos" "Mas eu tenho a mais absol fiança na nossa capacidade d zar nossa desordem e de forn crática. Já estamos dando pr e, se eu não acreditasse no n na sua equipe, não teria acei go."

O economista lembra ain negociações são dificultadas conjuntura econômica mundi sa. "É óbvio que seria mais f ciar numa conjuntura mundi tivéssemos um comércio em em que houvesse menos dem recursos e o pool de capital fosse maior, e em que os ba vessem em melhor situação ra", diz Malan. "Mas isto ta deve desanimar ninguém". mesmo lembra, há razões para otimismo.

"Os bancos não empre dinheiro para equilibrar pagamentos e contas de um afirma. "Mas eu acho que país da importância do Bras cos continuam dispostos a linhas de crédito para o com rior, ou em projetos específic xo do investimento internac está paralisado e este ambi bém ajuda a renegociação da

91075

Nº DOCU
TITU Salario Mínimo vale Cr$ 23.131.68.
P
FE
VINCU
12-6-91
10:48
1.1161
1.1436

ENT
CRUZ

Novo mínimo é de Cr$ 23.131,68

□Empregadores terão que complementar salário até dia 15. Falta Cr$ 3.131,68 para quem ganha o piso. Salário será o mesmo para os meses de junho e julho

O salário mínimo de maio, incluindo os abonos previstos na lei 8.178, foi fixado ontem em Cr$ 23.131,68. Os trabalhadores terão direito a receber até o dia 15 deste mês a diferença de Cr$ 3.131,68, que corresponte ao abono móvel de Cr$ 3.131,68.

O abono foi calculado sobre a variação de uma cesta básica que em março custava Cr$ 29.600,00. O valor da cesta cresceu para Cr$ 32.731,68, indicando a diferença de Cr$ 3.131,68 (correspondente a uma variação percentual de 10,58%).

A portaria determinou que a diferença do abono variável deve ser pago pelas empresas aos trabalhadores até 15 de junho. Os outros Cr$ 20 mil já foram pagos até o quinto dia útil deste mês, como determina a legislação salarial em vigor. O mesmo salário será pago em junho e julho.

O índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi divulgado ontem através de portaria assinada pelo ministro Marcílio Marques Moreira. Para quem ganha salário mínimo, entretanto, o ganho adicional é de 18,42%, segundo o secretário nacional de Política Econômica, Roberto Macedo.

CASCATA — Sobre os salários acima de um mínimo o abono incidirá em forma de "cascata". Pela Lei nº 8.178, o abono não poderá ser inferior a 10% do salário de março até a parcela de Cr$ 170.000,00. Quem ganha, por exemplo, Cr$ 130.000,00 receberá um abono de Cr$ 13.000,00, que corresponde a 10% de seu salário. Mas quem ganha Cr$ 200.000,00 receberá só Cr$ 17.000,00, que representa 10% da parcela-limite de Cr$ 170.000,00.

Em junho e julho, o valor do salário mínimo será novamente de Cr$ 23.131,68, pois a variação da cesta básica só voltará a ser medida em agosto. Naquele mês, ela corresponderá à variação entre março e agosto e, para os demais salários, até a parcela de Cr$ 170.000,00, o abono será de 21%, o que significará um abono máximo de Cr$ 35.700,00.

A portaria fixou ainda abonos de Cr$ 100,00 para os trabalhadores diaristas, de Cr$ 13,64 para os que cobram por hora e de Cr$ 116,67 por dia de trabalho ao mês para os serviços avulsos. (Brasília/ZH)

Arquivo ZH

Roberto Macedo

COMO FICA O SALÁRIO

Em Cr$

Vencimento	Abono fixo	Abono movel	Total
17 mil	3.000,00	3.131,68	23.131,68
30 mil	3.000,00	3.131,68	36.131,68
55 mil	3.000,00	3.131,68	61.131,68
100 mil	3.000,00	7.000,00	110.000,00
170 mil	3.000,00	14.000,00	187.000,00
250 mil	3.000,00	14.000,00	267.000,00
580 mil	3.000,00	14.000,00	597.000,00
Aposentadorias e pensões			
51 mil	não tem	5.395,80	56.395,80
21 mil	não tem	2.221,80	23.221,80
16 mil	não tem	1.798,60	17.798,60
15 mil	não tem	3.131,68	18.131,68

O abono móvel varia de Cr$ 3.131,68 a Cr$ 17 mil

O abono móvel relativo à cesta básica deverá vigorar até julho deste ano. Temporário e não incorporado ao salário, ele foi calculado a partir de uma cesta básica cujo valor foi fixado para março em Cr$ 29.600,00, e varia de acordo com o vencimento de cada trabalhador. A lei determina que a soma de abonos (fixo de Cr$ 3.000,00, mais o móvel) não pode ser inferior a 10% do salário para aqueles que ganham até Cr$ 170 mil. Mas esta regra não vale para os salários superiores a Cr$ 170 mil. Independentemente da variação da cesta básica, quem ganha mais de 10 salários mínimos vai receber um abono de Cr$ 17 mil, correspondente a 10% de Cr$ 170 mil.

O IBGE apurou uma variação de 10,58% para a cesta básica em abril e maio. Ela passa de Cr$ 29.600,00 para Cr$ 32.731,68. A diferença de Cr$ 3.131,68 deverá ser acrescida aos salários de março. Então, um trabalhador que em março recebeu Cr$ 30.000,00 deve receber agora Cr$ 36.131,68, que corresponde a soma do salário: Cr$ 30 mil, do abono fixo de Cr$ 3 mil mais o abono móvel da cesta básica de Cr$ 3.131,68.

Pela política salarial, um trabalhador que ganha Cr$ 100 mil vai receber um abono total de Cr$ 10 mil e não de Cr$ 6.131,68, porque a lei diz que a soma dos abonos não pode ser inferior a 10% do salário, até a faixa de Cr$ 170 mil. Assim, quem recebe Cr$ 200 mil, por exemplo, receberá os Cr$ 3 mil do fixo, mais o móvel, de Cr$ 14 mil.

O valor do abono vale para os salários de maio, junho e julho, ou seja, o valor apurado agora será o mesmo até o mês que vem. Em agosto, o IBGE vai divulgar um novo Índice de Reajuste do Salário Mínimo, que será aplicado aos salários de março. Aí a sistemática sofrerá algumas mudanças e a soma do abono fixo de Cr$ 3 mil mais o abono móvel (da cesta básica) não poderá ser inferior a 21% dos salários de até Cr$ 170 mil. Os salários acima desta faixa não poderão ter abono superior a 21% de Cr$ 170 mil, ou seja Cr$ 35.700,00. Mas atenção: os abonos da cesta básica, inclusive em agosto, recaem sempre sobre os salários de março deste ano.

APOSENTADO — Para aposentados e pensionistas da Previdência a situação é diferente. As pensões e as aposentadorias, que tiveram um reajuste de 6,94% em março, seguindo a variação do salário mínimo, não recebem o abono fixo de Cr$ 3 mil. Elas ganham, até agosto, somente o abono relativo à variação da cesta básica, através de regras diferentes das que estão previstas para os salários.

Assim, em maio, junho e julho, os aposentados e pensionistas que recebem da Previdência Social mais de Cr$ 17 mil vão receber de abono um valor equivalente à variação percentual da cesta básica. Como o IBGE verificou um reajuste de 10,58% na cesta básica no período de março a maio, o aposentado que ganhou em março Cr$ 21 mil receberá um abono de Cr$ 2.221,80, equivalente a 10,58% da sua aposentadoria.

O mesmo cálculo não vale para benefícios inferiores a Cr$ 17 mil. Quem ganha menos que isto receberá a título de abono a variação em cruzeiros da cesta básica, desde que a soma do benefício mais o abono não seja maior que a soma de Cr$ 17 mil mais a variação percentual da cesta básica. Ou seja: com a variação de 10,58% da cesta básica, um pensionista que recebe menos de Cr$ 17 mil não perceberá nos próximos três meses mais de Cr$ 18.798,60.

ENTRADO
CRUZADO

01.02

Salário mínimo em queda livre

● *Dos mil réis aos cruzeiros, defasagem acumulada chega a 222%*

Lia Carneiro

SÃO PAULO — Quem se assustou com o valor do novo salário mínimo — Cr$ 20 mil mais um abono de Cr$ 3.131,68 para os meses de maio, junho e julho —, ainda não viu nada. Por exemplo: em julho de 1940, quando foi pago o primeiro salário mínimo do país, com valores diferenciados para cada região, o trabalhador paulistano recebeu a quantia de 220 mil réis. Em maio de 1991, para valer exatamente o mesmo piso de 41 anos atrás, o novo salário mínimo teria de saltar para Cr$ 74.467,47. Trocando réis por cruzeiros, os miúdos Cr$ 23.131,68 precisariam de um aumento de 222%. Ou seja, o mínimo no Brasil é mínimo mesmo.

"Saudosismo neste caso é muita crueldade", ironiza o coordenador do Índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), José Maurício Soares. "Até 1965, a série histórica mostra que o patamar do salário mínimo não se afastou muito do original", lembra Soares. "Depois, é queda livre." De acordo com os números do Dieese, enquanto o maior salário mínimo do país foi pago em janeiro de 1959 (Cr$ 107.292,74), o menor está fresco na memória: Cr$ 16.414,06 em dezembro do ano passado. Como o 13º salário existe desde 1962, a média anual de 1990 é pior do que parece. "Considerando-se julho de 1940 igual a 100, o resultado do ano passado é 29,09, mesmo com um salário a mais", alerta Soares.

Amortecedores — Ao anunciar o novo salário mínimo, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, afirmou que o aumento não provocaria explosão de demanda até porque ele mesmo reconhece que o atual valor ainda está muito baixo. E realmente é difícil esconder a crueldade dos números. A qualificação dos 15.405.931 trabalhadores que, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, do IBGE, ganhavam até um salário mínimo em 1989 (40% dessa amostra recebia até 0,5 salário mínimo) é constrangedora. No país onde os carros foram comparados a carroças, o trabalho de um salário mínimo vale um jogo de quatro amortecedores para fusquinha (dois dianteiros e dois traseiros custam exatos Cr$ 23 mil, conforme anúncio da D.Paschoal) ou 1,36% do do carro mais barato (Cr$ 1.697.152,93, preço de tabela do Uno Mille).

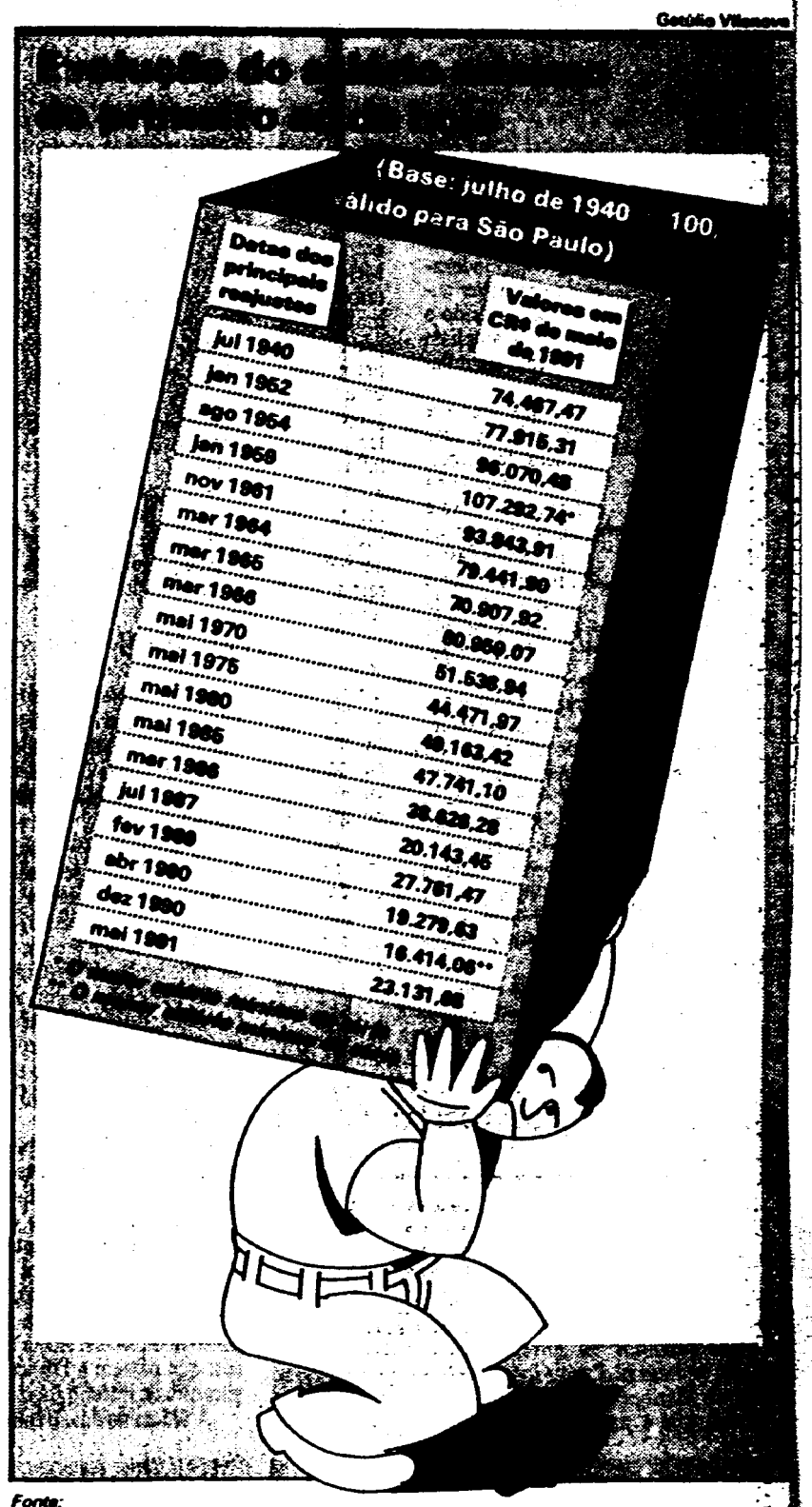
Como o que sobra é suficiente apenas para uma passagem de ônibus (Cr$ 120 em São Paulo), não há riscos de explosão de demanda, nem de um surto de depressão — o troco não paga nem 1% de um hora de terapia. Mas cumprir o que diz a Constituição — um salário mínimo deve ser o suficiente para as despesas do trabalhador e de sua família, incluindo gastos com alimentação, saúde, educação, transportes, habitação, vestuário, higiene, lazer e previdência — está cada vez mais impossível.

Em maio, para que um paulistano com renda entre um e três salários mínimos se alimentasse dentro dos padrões de calorias mínimas necessárias, precisaria desembolsar Cr$ 15.313,43 só nas compras de supermercado. Pelos dados do Dieese, como as despesas com alimentação representam 35,98% do orçamento de uma família com quatro pessoas (um casal e mais duas crianças menores que, juntas, comem o equivalente a um adulto), nessa faixa de renda de um a três mínimos, só com comida os gastos iriam para Cr$ 45.940,29. "Para pagar todas as despesas do mês da família, nossa estimativa é de um salário de Cr$ 127.683", afirma Soares, ressaltando que o atual mínimo teria que aumentar 452%.

Sem consumo — A prova da insignificância desses Cr$ 23.131,68 está nos preços de bens e serviços, que os 15 milhões de brasileiros não podem nem sonhar em consumir. Por exemplo, um jantar a dois no restaurante Fasano (em média Cr$ 22 mil), um dos melhores de São Paulo. Não dá para comprar coisas simples, como um relógio Technos Skydiver que custa Cr$ 22 mil no Ponto Frio, um aspirador Electrolux por Cr$ 57.900 na Casa Centro, um aquecedor Quartzo Arno a Cr$ 39.900 na Besni e uma bicleta Monark Brisa, em cinco prestações de Cr$ 11.790 na Arapuã.

Um programa comum de classe média também é proibido: se o chefe de família resolver levar a esposa e as crianças a um cinema de shopping center, desembolsa Cr$ 4 mil com as entradas. Outros quatro saquinhos de pipoca, no mínimo, mais Cr$ 1.600. Descontando um mínimo de Cr$ 2 mil para o álcool do carro, se o passeio incluir umas comprinhas, como um ursinho de pelúcia (Cr$ 3.500 no Eldorado) para a filha, um perfume Larven para o filho (Cr$ 2.300 no Mappin) e um CD nacional (em média, Cr$ 4 mil), restam apenas Cr$ 5.731,68. No final, um lanche rápido (quatro sanduíches, batatas fritas e refrigerantes), sem esquecer os 10% do serviço, termina com a festa.

Gesílio Vilanova



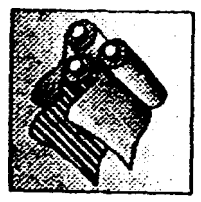
Fonte: Dieese

ENTRADO
CRUZADO

02 . 02 9107546

Nº DOCU
TÍTULO Industria confirma tendencia de recuperacion en todo el País.
P ZERO HORA
FECHA 27-6-91
VINCULACIÓN 10046
11161
11401

Indústria confirma tendência de recuperação em todo o País



□ Resultados regionais referentes a abril dão ao Rio Grande do Sul o quarto lugar, com produção 16% superior à do mês de março. Estado acompanhou a média nacional

A Fundação Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem, no Rio, os resultados regionais da indústria referentes a abril, que colocam o Rio Grande do Sul em quarto lugar no País, com uma produção, naquele mês, 16% superior à de março. Na comparação abril/março, os resultados nacionais foram os mais elevados dos últimos dez anos — desde o início da série histórica, em 1981 — para oito dos locais pesquisados, à exceção apenas de Pernambuco (-16,8%), única taxa negativa, e Minas Gerais (4,4%).

A taxa mais alta foi a da Bahia (40,7%), que compensou a queda da indústria pernambucana, sustentando os 5,5% do Nordeste. A segunda maior taxa foi do Paraná (19,4%), bem acima da média da Região Sul (16,2%), ao contrário de Santa Catarina (11%).

A indústria gaúcha acompanhou a média, crescendo 16,%, de março a abril. Já São Paulo (17,2%), ficou com a terceira colocação entre os locais pesquisados pelo IBGE; o Rio (7,3%), com a sexta, e Minas (4,4%), com o sétimo melhor resultado na comparação com o mês anterior. As taxas mensais (abril 1991/abril 1990) indicam resultados positivos em todos os locais pesquisados, bastante influenciados pela baixa base de comparação (abril de 1990).

BOM DESEMPENHO — Deve ser ressaltado, no entanto, que os indicadores para períodos mais abrangentes apresentam significativa melhora. No acumulado janeiro-abril, Pernambuco (4,2%) foi o destaque positivo, com 13,6%, e São Paulo registrou o pior resultado (-7,7%). Os outros resultados no acumulado janeiro-abril foram: Bahia (-6,6%), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (-4,8%), Minas Gerais (-3,5%), Santa Catarina (-1,6%) e Paraná (1,6%).

Quanto ao indicador dos últimos 12 meses, o bom desempenho da indústria regional interrompeu a curva descendente que se verificava em quase todos os locais pesquisados, mesmo sem ter apresentado ainda qualquer resultado positivo: São Paulo (-11,5%), Rio de Janeiro (-11%), Rio Grande do Sul (-10,7%), Pernambuco (-9,3%), Santa Catarina (-8,8%), Minas Gerais (-3,7%), Bahia (-3,4%) e Paraná (-2,3%).

No Rio Grande do Sul os destaques na formação da taxa mensal ficaram por conta da metalurgia (84,5%), produtos alimentares (37,4%), e fumo (55,5%), sendo que a mecânica registrou retração de 33,6%. No acumulado (-4,8% contra -12,9% em janeiro/março), e no indicador dos últimos 12 meses (-10,7% em abril contra -14,1% em março), houve nítida recuperação, desacelerando o ritmo de queda.

A indústria catarinense mostrou seu melhor desempenho desde 1982, liderando na taxa mensal (28,1%) mecânica (51,2%), produtos alimentares (23,3%) e metalurgia (78,6%). O acumulado passou de -10% em janeiro/março para -1,6% em janeiro/abril, e o indicador dos últimos 12 meses avançou 3,1 pontos percentuais entre março e abril, destacando-se fumo, matérias plásticas e metalurgia.

Zaril / Arte ZH

O DESEMPENHO DE CADA UM

Bahia	40,7%
Paraná	19,4%
São Paulo	17,2%
Rio Grande do Sul	16%
Santa Catarina	11%
Rio de Janeiro	7,3%
Minas Gerais	4,4%
Pernambuco	– 16,7%

* Março na comparação com abril

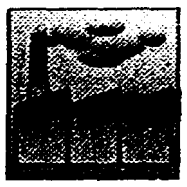
Fonte: IBGE

ENTRADA
CRUZADO

9107547

DOCUM
Brasil produziu menos calçados em 1990.
ZERO HORA
HA 29-6-91
CULACI 10046
11121
11401
ENT
CRUZ

Brasil produziu menos calçados em 90



☐Estudo indica que a indústria do setor registrou uma queda de 18% no volume de sapatos colocados no mercado. O documento diz ainda que tendência é de maior participação da Região Sudeste

MÁRCIA MARTINS

Editoria de Economia/ZH

A instabilidade econômica trouxe seus reflexos para a indústria brasileira de calçados. Em 1990, o setor registrou uma queda de 18% na sua produção, fechando o período com a fabricação de 502 milhões de pares de calçados. Para o Rio Grande do Sul, os indicativos de mercado são ainda piores, conforme dados do *Brazilian Footwear 91*, uma radiografia setorial que está sendo editada em português/inglês, com uma tiragem inicial de 1.500 exemplares. A tendência é de que aumente a participação da Região Sudeste, que responde com 46% do total nacional. A Região Sul aparece na segunda posição, com de 33% da produção nacional de calçados.

Apesar da retração nas exportações e do reduzido consumo no mercado interno, o setor faturou US$ 6,1 bilhões em 1990. O estudo, que contém um levantamento estatístico da produção e exportação de calçados no Brasil, é uma iniciativa da Associação Brasileira dos Agentes de Exportação de Calçados e Afins (Abaex), e será lançado, para o mercado nacional, no dia 10 de julho, durante a 23ª Francal.

EUROPA — No ano passado, a indústria calçadista — que é composta de 1.500 médias e grandes empresas, 2.500 pequenas e microempresas, e é responsável por 263 mil empregos diretos —, arrecadou US$ 1,1 bilhão com as vendas no mercado externo e contabilizou uma receita de US$ 5,0 bilhões no consumo doméstico. "A queda nas exportações foi resultado da grande defasagem cambial que o setor enfrentou em 1990 e da entrada da China Comunista na produção de calçados populares, onde o Brasil perdeu aproximadamente 35 milhões de pares", comentou o presidente da Abaex, Kiko da Silva.

O presidente da Couromoda, Francisco Santos, destacou que as exportações ainda não desbravaram o mercado consumidor que existe na Europa. "Sem dúvida, é o maior mercado da década, com um consumo anual de mais de 1,3 bilhão de pares de calçados/ano e com importações extra-comunitárias superiores a 500 milhões de pares", confirmou. Neste contexto, o Brasil ainda tem uma participação muito pequena, com aproximadamente 25 milhões de pares de exportações para a Comunidade Econômica Européia (CEE), o que corresponde a uma fatia de 5% das importações extra-comunitárias.

Depois do lançamento do *Brazilian Footwear* 91 no mercado nacional, é a vez de apresentar o retrato do setor calçadista nacional nos principais mercados importadores. Assim, a Couromoda planeja a entrada do levantamento estatístico na *National Shoe Fair*, que ocorre em Chicago, nos Estados Unidos, no dia 28 de julho, no estande oficial do Brasil. No dia 22 de setembro, o estudo chega ao mercado europeu, durante a Semana Internacional do Couro, em Paris. "A idéia é informar aos grandes compradores das reais possibilidades que temos como fornecedor de produtos de qualidade", assegurou Francisco Santos.

O PESO DO SAPATO

Perfil da indústria de calçados no Brasil em 1990

Produção	502 milhões de pares
Faturamento	US$ 6,1 bilhões
Empresas	4 mil
Empregados	263 mil

Fonte: Abaex

No mercado interno, o destaque da indústria calçadista brasileira em 1990 fica com a Região Sudeste que, gradativamente, começa a engordar sua participação no total produzido no Brasil. Santos lembrou que a Região é impulsionada pela presença maciça do interior de São Paulo, como Birigui, que já é um grande pólo de fabricação de calçados infantis, e Jaú, acompanhados das indústrias mineiras, que assumem 10% da produção do Sudeste. A tendência que a Região Sul mostra no *Brazilian Footwear*, é uma acomodação do setor calçadista, que continua concentrando suas forças nas vendas externas.

Em 1990, os 500 mil empregados espalhados nas 500 indústrias do Rio Grande do Sul produziram 196 milhões de pares, o que gerou um faturamento de US$ 2,1 bilhões. "As dificuldades que o setor gaúcho viveu, no ano passado, são facilmente comprovadas pela saúde financeira das indústrias. Até hoje, 52 empresas gaúchas, ou 10% do total instalado no Estado, encontram-se em concordata", admitiu Kiko da Silva. As previsões para 1991 são otimistas e indicam uma retomada no mercado externo, fechando o período com incremento na receita e queda no volume exportado, e o reaquecimento do consumo no mercado interno no segundo semestre.

ENTRADO
CRUZADO
01 01
9107548

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Saldo final de Imposto a la Renta será 73% menor.
PAÍS J. DO BRASIL
FECHA 16-6-91
VINCULACIÓN 10046
11161

ENTRADO
CRUZ

Saldo final do IR será 73% menor sem correção

Regina Perez

O valor a pagar ou a restituir na declaração do Imposto de Renda terá uma queda de 73% com o fim da correção de 270% decidida pela Receita Federal, depois que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a cobrança do índice. Os grandes perdedores com o fim da correção, são os contribuintes que têm mais de uma fonte de renda e que pagaram o mensalão em dia ou mesmo aqueles que recolheram o imposto atrasado através de um Darf, para escapar da correção de 270%.

O alerta é do especialista em assuntos tributários, Ilan Gorin, da Gorin Auditoria e Contabilidade, defensor da tese de que a Receita deve ressarcir quem já pagou o mensalão porque os que não pagaram acabaram premiados com o fim da correção. Ilan Gorin, considerando que a Receita manterá a decisão de acabar com qualquer correção, também alerta que o princípio da média harmônica, que resultou no índice de 270%, só foi considerado inconstitucional pelo STF para o imposto do ano passado. O imposto desse ano, que será declarado ano que vem, estará sujeito à correção por essa mesma fórmula, embora seja necessária algum tipo de regulamentação para substituir o extinto BTN.

Efetivamente, aqueles que tinham imposto a pagar, agora terão que fazer um desembolso 73% menor do seria necessário com a correção de 270%. Em contrapartida, aqueles que têm direito à restituição, receberão 73% a menos do que receberiam pela norma anterior.

Segundo cálculos de Ilan Gorin, se mantida a correção de 270%, quem havia, por exemplo, apurado um saldo a pagar de Cr$ 100 mil teria uma despesa total de Cr$ 535 mil — equivalente à correção pelo fator de 3,7 além da TRD acumulada até amanhã (dia 17) de 45%. Agora, esse contribuinte pagará apenas Cr$ 145 mil, incluindo a correção pela TRD. A cobrança da TRD sobre o saldo, porém, está suspensa para o Rio de Janeiro, onde vigora liminar da 30ª Vara Federal. No Rio, esse contribuinte paga apenas os Cr$ 100 mil apurados na declaração. Os mesmos valores são válidos para quem apurou uma restituição de Cr$ 100 mil.

Decisão prejudica 4,2 milhões

Nelia Marquez

BRASÍLIA — Os assalariados, as pessoas que pagaram o mensalão no ano passado e os 4,2 milhões de contribuintes que terão direito à devolução do Imposto de Renda serão os grandes prejudicados com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional a cobrança de qualquer correção sobre os saldos a pagar e a restituir na declaração deste ano (ano base 1990). O STF derrubou apenas o parágrafo único do Artigo 11 da Lei 8.134, que definiu a correção. O restante da lei, entretanto, continuará em vigor.

Com a decisão, a Receita Federal irá fixar em zero a correção dos saldos. Em conseqüência, quem recebe salário e quem pagou o mensalão ano passado acabará tendo, proporcionalmente, uma carga tributária bem maior do que as pessoas que deixaram para acertar suas contas com o fisco este ano.

Novo prazo — Somente esta semana, após ser comunicado oficialmente da decisão do Supremo, o diretor do Departamento da Receita Federal, Carlos Marcial, irá definir o novo prazo para a entrega das declarações.

A Receita irá adotar dois procedimentos diferentes para tratar os quase um milhão de contribuintes que já entregaram a declaração de renda e pagaram o imposto. Aqueles que pagaram o saldo em cota única terão seu imposto recalculado pela própria Receita. A diferença será paga em até 90 dias após o término do prazo de entrega das declarações. Quem pagou apenas a primeira prestação deverá recalcular seu imposto e abater a diferença paga a mais nas prestações seguintes.

Quem ganha

■ Quem tem imposto a pagar. Com o fim da correção dos saldos, este contribuinte pagará o seu imposto com valores apurados no ano passado. Estes contribuintes ainda poderão pagar o seu débito em seis prestações corrigidas pela TRD (Taxa Referencial de Juros Diária) desde 1º de fevereiro. Neste caso estão 1,75 milhão de contribuintes.

■ A Receita Federal, que terá que pagar uma restituição bem menor a 4,2 milhões de contribuintes. De Cr$ 15 bilhões, o diretor da Receita disse que as devoluções baixarão para Cr$ 4 bilhões.

Quem perde

■ Os assalariados com apenas uma única fonte de renda, que praticamente já pagaram todo o seu imposto descontado sobre o salário recebido no ano passado. Proporcionalmente, a carga tributária destes contribuintes será bem maior do que a daqueles que deixaram para fazer o ajuste na declaração deste ano.

■ Quem teve mais de uma fonte de renda no ano passado e antecipou todo o imposto através do mensalão. O imposto será bem maior do que para os contribuintes que deixaram o ajuste para este ano.

■ A Receita Federal, que deixará de arrecadar Cr$ 55 bilhões a partir da declaração de renda. A estimativa inicial era de que a Receita obteria Cr$ 200 bilhões.

■ Quem tem direito a restituição, que não receberá a correção de 270%. A Receita estima que 4,2 milhões terão um saldo de imposto a restituir que já está corroído pela inflação.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107549

DOCUMENTO
ÍTEM Balança Comercial: tiene el 2º mayor saldo en el año: US$ 1300 millones.
ZERO HORA
DATA 19-6-91
CÓDIGO 100416
11161
11408

ENTRADO
CRUZADO

Balança tem segundo maior saldo do ano: US$ 1,3 bilhão

O saldo da balança comercial no mês de maio foi de US$ 1,3 bilhão, o segundo maior do ano. O resultado, considerado "positivo" pela diretora do Departamento de Comércio Exterior (Decex), Heloisa Camargos, deve-se principalmente ao aumento das exportações em conseqüência da queda da atividade econômica no mercado interno. Em comparação a maio do ano passado, entretanto, o superávit registra uma queda de 21%, mas quando a comparação é feita em relação ao período janeiro/maio de 90 e janeiro/maio deste ano há um crescimento no volume de exportações e de importações de 32%.

As exportações alcançaram em maio US$ 2,9 bilhões e, desde janeiro, somam US$ 13,7 bilhões, um resultado superior em 12% ao mesmo período do ano passado, representando um recorde histórico em valores exportado nos primeiros cinco meses do ano. Este resultado deve-se principalmente ao desempenho dos produtos semimanufaturados, cujas vendas aumentaram 41,31% em relação ao ano passado. Houve aumento também nas exportações de produtos básicos (9,14%), café (38,6%) e carne bovina, que teve um crescimento de 112%, com a receita de exportação no setor passando de US$ 9 milhões para US$ 19,2 [illegible]lhões.

Em maio, as importações che[illegible]ram a US$ 1,5 bilhão, um va[illegible] 2,77% maior do que o do me[illegible] período do ano passado. Mesmo c[illegible] a política liberalizante das impo[illegible]ções tendo sido implementada [illegible] últimos meses do ano passado, m[illegible]tas empresas importaram já no in[illegible] de 1990 para realizar estoques. ([illegible]sília/ZH)

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107550

Nº DOCUMENTO
TITULO INVERSIONES SE REDUJERON MUCHO DESDE 1987 CON LOS PAISES ESCANDINAVOS
FECHA JB 15 DOR 28
5-6-91
10046
11161
11403
65942
10127
ENTRADA

Investimentos se reduziram muito desde 87

Maria José Lessa

A visita do presidente Collor à Escandinávia está acontecendo no exato momento em que os investimentos de empresas suecas, norueguesas e dinamarquesas no Brasil se encontram nos níveis mais baixos da história. É o que indica um levantamento do Banco Central: entre janeiro em setembro do ano passado, os investimentos e reinvestimentos dessas companhias somaram apenas US$ 23 milhões. Em 1987, o número era bem diferente: US$ 111 milhões.

Para as empresas escandinavas que se instalaram no Brasil, esse quadro tem pelo menos uma explicação. As indas e vindas da economia do país vem colocando em marcha lenta os projetos em andamento e deixando na gaveta aqueles que estavam para sair do papel. " Falta confiança nos acionistas para investirem a longo prazo no mercado brasileiro", diz Clemis Satoshi Miki, diretor de marketing da Aga Industrial, empresa sueca fabricante de gases industriais.

O grupo é um dos que trilha o desconfortável caminho de ter, de tempos em tempos, que explicar para a matriz que mais uma vez foi anunciado um novo plano econômico. Talvez esse tipo de problema explique porque o investimento sueco no Brasil ano passado se limitou a tímidos US$ 861 mil. Isso porque as empresas reinvestiram US$ 1 milhão de capital que já estavam no país. Em 1990, a saída de capitais suecos superou os investimentos novos em US$ 186 mil.

A verdade é que, no que diz respeito ao Brasil, a queda nos investimentos se estende até mesmo às empresas escandinavas que trabalham mais no curto prazo, onde a instabilidade da economia brasileira não afetaria tanto a rotina."Os noruegueses são diferentes dos suecos e pensam em um retorno mais imediato em seus negócios", comenta Kare Mikkelsen, gerente regional da Det Norske Veritas, subsidiária de um dos maiores grupos da Noruega, atuando no mercado de classificação de navios. Mesmo assim, os investimentos noruegueses caíram de US$ 24 milhões em 1988 para US$ 923 mil entre janeiro e setembro de 1990.

"Vivemos nos ajustando aos diversos planos", ressalta Manoel Horácio Francisco da Silva, diretor geral da Ficap (Fios e Cabos Plásticos do Brasil), controlada pela Ericsson sueca. Ele ressalta que apesar de tantas mudanças o mercado brasileiro ainda é atrativo para os investimentos estrangeiros, principalmente para os grupos que, acostumados a lidar com diversas economias, acabam se adaptando.

Mikkelsen: retorno mais imediato para os negócios

Barreiras — Criada em 1946 e controlada por brasileiros, a Ficap foi adquirida pela Ericsson em 1968. Em 1986, ante a algumas barreiras encontradas como empresa multinacional, o grupo sueco acabou passando seu controle acionário para a Paraibuna de Metais. "Imaginávamos que como companhia nacional seria mais vantajoso trabalhar neste mercado, principalmente com relação a produtos da área de telecomunicações", explica, Silva. No entanto, em 1990, com mais uma reviravolta na economia, os ares liberalizantes do novo governo entusiasmaram os suecos que recompraram o controle da Ficap.

Contudo, tanto a Ficap quanto a maioria das empresas escandinavas acabaram encontrando nichos no mercado brasileiro para amenizar esse vai e vem da economia. A Det Norske Veritas, especializada em classificar navios internacionalmente, assiste ao brutal esvaziamento da indústria naval brasileira, mas sem desanimar. "Acreditamos que haverá um reaquecimento e o Brasil voltará a contratar navios", prevê Mikkelsen. Enquanto isso não acontece, a empresa busca novas frentes para atuar neste segmento, bastante disputado por empresas estrangeiras.

"As estatísticas indicam que entre 70% e 80 % dos acidentes com navios acontecem por falha humana, então decidimos também classificar as embarcações operacionalmente, ou seja, saber se o armador está operando o navio dentro dos padrões." Já a Aga, que concorre com a White Martins, líder do segmento de gases industriais, optou por direcionar suas atividades para projetos voltados ao meio ambiente, um asssunto muito em pauta na Suécia e em todo mundo. Neste sentido, vem lançando no mercado nacional vários produtos e sistemas que amenizam a poluição industrial. A empresa foi a primeira a trazer para o Brasil o projeto de substituição de cloro por oxigênio nas fábricas de celulose.

Um grande inibidor dos investimentos das empresas escandinavas no Brasil é a concorrência com outros países, principalmente europeus. A Aga, instalada no Brasil há 76 anos, levou muitos anos para fazer um grande investimento, preferindo se voltar para outros mercados. Somente em 1985 é que foi decidido a realização de um projeto que envolveu recursos de US$ 100 milhões, aplicados na construção de fábricas e diversas outras atividades que foram concluídos no ano passado.

Empresas suecas, norueguesas e dinamarquesas colocaram US$ 764 milhões na economia brasileira, até setembro do ano passado, dos US$ 36 bilhões que os estrangeiros aplicaram no país, segundo o BC. O destaque fica para a Suécia, que investiu US$ 641 milhões até hoje, contra US$ 74 milhões da Noruega e outros US$ 49 milhões da Dinamarca.

Mas, a segunda metade dos anos 80 marcou o declínio dos investimentos escandinavos, no Brasil. Em 1987, os investimentos e reinvestimentos suecos somaram US$ 93 milhões, pelas contas do BC. Caíram para US$ 40 milhões em 1988, US$ 4 milhões em 1989 e ficaram nos US$ 861 mil entre janeiro e setembro do ano passado. Em 1990, por sinal, aconteceu pela primeira vez de a Noruega, mesmo com apenas US$ 923 mil,

Scania lidera em caminhões

Quando se instalou no Brasil, em 1957, a Scania, montadora do grupo sueco Saab-Scania — 13ª entre as 30 maiores dos países nórdicos — produzia apenas motores no bairro do Ipiranga, região Sul de São Paulo. Hoje, além de motores para caminhões pesados, ônibus e os destinados à indústria marítima, a filial brasileira responde por 40% das vendas de caminhões pesados e 15% da venda de ônibus, sendo, respectivamente, líder e vice-líder na fabricação desses produtos no mercado interno. Com faturamento de US$ 500 milhões no ano passado, resultado que espera repetir até o final deste ano, o Brasil representa a maior base da Scania fora da Suécia — posição que mantém há seis anos consecutivos — e uma das principais indústrias automotivas instaladas em São Bernardo do Campo, onde emprega 3.500 funcionários.

Há 14 anos no Brasil, a sueca Volvo já mostrou ter fôlego semelhante. Instalada em Curitiba, é a empresa mais rentável e a segunda em produtividade no Paraná, segundo a publicação *Melhores e Maiores*, da revista *Exame*, que a listou entre as 100 maiores empresas do país e a sétima do setor automobilístico. Com a venda de 3.850 caminhões e 1.083 ônibus, a Volvo do Brasil faturou US$ 355 milhões em 1990. Com investimentos de US$ 134 milhões, ameaça encostar na Scania.

Murilo Menon

01 06 9107551

Suécia, maior presença

superar a Suécia como principal investidor escandinavo no Brasil.

É dos suecos a liderança dos investimentos, no Brasil, dirigidos à indústria. Até hoje eles somam US$ 544 milhões — 85% do que a Suécia aplicou de capital de risco na economia brasileira —, onde estão US$ 165 milhões para a indústria automobilística e outros US$ 131 milhões para a metalúrgica.

Quase todo o investimento norueguês, de US$ 74 milhões, foi no setor de serviços (US$ 68 milhões). Consultoria, representação e administração receberam US$ 54 milhões. Já as companhias dinamarquesas dividiram praticamente na metade, entre indústria e serviços, os US$ 49 milhões de capital que aplicaram aqui, até setembro de 1990.

SAS voa desde 1946 no Brasil

Dois meses depois de ser fundada, em agosto de 1946, a Scandinavian Airlines System (SAS) inaugurava sua rota para a América Latina e pousava em solo brasileiro. Em seu primeiro ano de atividade, a empresa transportou 21 mil passageiros e 300 toneladas de carga. Hoje, às vésperas de completar 45 anos de existência, a SAS mantém três vôos semanais, sem escala, entre São Paulo e Copenhagem, a capital sueca, e suas aeronaves levantam vôo com 80% dos lugares ocupados.

Suas operações no mundo transportaram, até o ano passado, 200 milhões de passageiros, número que representa quase 10 vezes a população da Escandinávia. A companhia tem 700 vôos diários para 83 cidades em 36 países da Europa, Oriente Médio, Extremo Oriente, América do Sul e América do Norte. Até agosto passado, os vôos saíam do Rio de Janeiro, quando o centro de operações foi transferido para a capital paulista. "São Paulo concentra uma grande quantidade de companhias escandinavas e é o centro sul-americano dos negócios", diz Jorge Delacroix, diretor de Relações Públicas da empresa. No Brasil, estão instaladas 104 empresas com capital sueco. Destas, 75 têm sede ou filial na capital paulista.

Café domina intercâmbio

Nos negócios com o Brasil, não é só de bacalhau que vive a Noruega. É o mesmo vale quando se fala nos caminhões da Suécia e no chocolate da Dinamarca. Os números mais detalhados do comércio exterior brasileiro com os países escandinavos só não surpreendem quanto ao principal produto de nossas exportações: o café, é claro, que em 1990 significou vendas de US$ 100 milhões para lá.

Do bacalhau da Noruega, o Brasil importou US$ 25 milhões no ano passado, pelas contas da Coordenação de Intercâmbio Comercial, do Departamento de Comércio Exterior. Os números dizem respeito aos negócios entre janeiro e novembro. Mas no mesmo período os noruegueses venderam US$ 38 milhões de outros peixes, secos. Sem falar em US$ 2 milhões de catodos de níquel. No total, as importações brasileiras de artigos noruegueses somaram US$ 76 milhões em 1990 até novembro. Para o Brasil, isto significa um pequeno déficit na balança comercial: exportou US$ 74 milhões — US$ 26 milhões de café em grão e US$ 10 milhões de soja.

A Dinamarca fechou bons negócios vendendo leite integral, em pó, sem açúcar: quase US$ 2 milhões, dos US$ 30 milhões que as empresas brasileiras compraram daquele país. As exportações para lá: US$ 75 milhões, sendo US$ 27 milhões em café. O Brasil importou US$ 215 milhões da Suécia e exportou US$ 157 milhões, com US$ 52 milhões de café e US$ 15 milhões de motores a explosão.

9107551

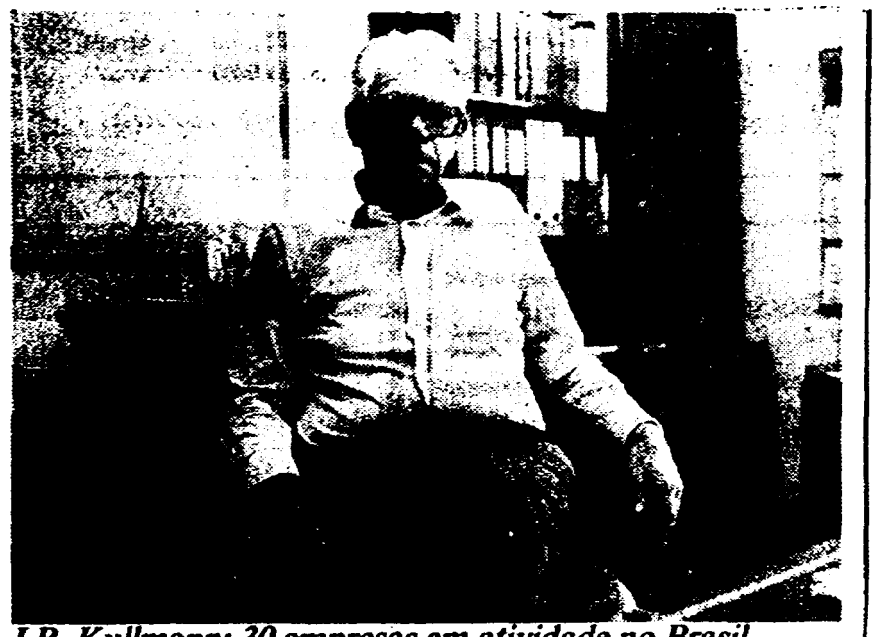
Ericsson quer mais telefonia

SÃO PAULO — Responsável por 50% da telefonia pública brasileira, a Ericsson do Brasil é uma subsidiária da LM Ericsson, segunda maior empresa dos países nórdicos e 36ª da Europa, tendo por parâmetro o capital de cada uma. Aqui, por exigência da legislação brasileira na área de telecomunicações, os suecos cedem tecnologia e têm por sócios os grupos Monteiro Aranha e Bradesco. Além disso, por opção, 30% de seu capital são negociáveis em bolsas de valores. No ano passado, a filial brasileira, com sede administrativa em São Paulo, faturou cerca de US$ 450 milhões. Às fábricas de São José dos Campos, Manaus e da região do ABC paulista, a Ericsson acrescentou a Fonemat, produtora de componentes telefônicos que complementam a produção de Manaus.

No país, a empresa emprega cinco mil funcionários e investe anualmente cerca de US$ 15 milhões, destinados basicamente ao desenvolvimento de novos produtos. Entre eles, equipamentos que interligam centrais telefônicas e telefonia móvel, um setor das telecomunicações que começa a engatinhar no Brasil, mas que os suecos esperam que se desenvolva com a mesma potencialidade, porém com ritmo mais acelerado do que a telefonia pública. "Infelizmente, estamos trabalhando com 50% de nossa capacidade instalada", diz Sérgio Lopes, diretor comercial da empresa que opera há 67 anos no Brasil. "O potencial do mercado brasileiro é extraordinário porque as necessidades brasileiras na área de telecomunicações são enormes."

Sem investimentos — Usando o telefone, os brasileiros sabem no dia-a-dia o que significa isso. Enquanto na Europa existem aproximadamente 50 telefones para cada 100 pessoas, essa mesma proporção cai para seis aparelhos em cada grupo de 100 habitantes no Brasil. "O difícil é transferir esse potencial em realidade", diz ele. É que investimentos nessa área dependem dos cofres públicos, que andam trancados a sete chaves.

Até por isso, a Ericsson do Brasil tem-se limitado à reinversão de lucros e não tem sido contemplada com novos investimentos por parte da matriz. De acordo com Lopes, México, Espanha e Itália têm crescido muito na área de telecomunicações nos últimos anos e, por esse motivo, merecido mais atenção da Suécia. A demanda nesses países, de certa forma, tem ajudado a compensar a marcha lenta do mercado brasileiro. Entre os endereços para os quais foram despachadas exportações da Ericsson do Brasil, que somaram US$ 40 milhões no ano passado, estão, além daqueles três países, Uruguai, Argentina e Equador. "As subsidiárias não têm dado conta das encomendas e o Brasil tem complementado sua produção", conta Lopes.



J.B. Kullmann: 30 empresas em atividade no Brasil

Dinamarqueses confiam

SÃO PAULO — Acordar Dinamarca, sem dúvida, seria um efeito Orloff muito bem recebido pelo Brasil. Afinal, apesar de os dinamarqueses acumularem dívida externa de US$ 65 bilhões, o que significa um débito de US$ 13 mil por habitante (eles são pouco mais de 5 milhões), e conviverem com um desagradável estoque de 280 mil desempregados, a inflação local é zero, a mão-de-obra é paga com a principal matéria-prima do país, os desempregados estão recebendo seguro-desemprego em casa e a conta dos juros da dívida está em dia. Enfim, um país um pouco maior do que o estado de Sergipe e que acumula quase 1/3 do PIB brasileiro por ano (US$ 104 bilhões).

Com tudo isso, para os padrões escandinavos e dos membros da Comunidade Econômica Européia (CEE), a Dinamarca não é um bom exemplo. Entre os escandinavos, a renda *per capita* na Dinamarca, de US$ 20.400, só supera a da Islândia, de US$ 16.700, e, enquanto a CEE espera um crescimento médio de 3,25% ao ano para seus associados, a expectativa para a economia dinamarquesa é de apenas 1,75%.

Sem mais espaço ou condições de crescer gerando empregos, a investida dos dinamarqueses pelo resto do mundo era esperada. "Todas as empresas que estão investindo fora do país têm investimentos no Brasil", afirma o cônsul da Dinamarca no Brasil, J.B. Kullmann, que calcula investimento superior a US$ 90 milhões distribuídos entre as 30 empresas dinamarquesas com atividades no Brasil. "O problema é que, com as dificuldades da economia brasileira, esse fluxo de capitais deverá migrar para o mercado de 320 milhões de pessoas da CEE", acredita Kullman, lembrando que a Dinamarca foi o primeiro país escandinavo a entrar para a CEE — a Suécia anunciou a intenção de formalizar seu pedido de entrada há duas semanas e a Finlândia deve ser a próxima, já que ontem o governo vinculou a moeda local, a marca, ao euro da CEE.

Mercado promissor — Apesar da recessão e da instabilidade da economia, as subsidiárias das empresas dinamarquesas não pensam em fechar suas portas no Brasil. "Mesmo com as crises, o mercado brasileiro da avicultura sempre cresceu e promete ainda muito mais", avalia o presidente do Grupo Este Asiático Comércio e Indústria Ltda, Per E.L. Olsen, líder do mercado nacional de embalagens de papelão (polpa moldada) para ovos e frutas, com produção anual de 400 milhões de unidades. Nos 34 países em que atua, o Grupo Este Asiático tem um faturamento anual de US$ 3 bilhões, com negócios nas áreas de embalagens, navegação, madeira, lã e distribuição de máquinas gráficas. Mas Olsen garante que o faturamento no Brasil não atinge 1% do faturamento mundial.

O último grupo dinamarquês dessa safra de investidores que ainda colocavam o Brasil na cabeça da lista dos negócios foi a Lego, que desembarcou em Manaus em 1986, e de onde não tem planos de sair, segundo o gerente de marketing, Ricardo Alberto Ávila. Como o quarto maior produtor mundial de brinquedos, a Lego mostra, desde 1954, que apesar do Papai Noel ser finlandês, quem faz a alegria das crianças são os dinamarqueses: das consagradas fábulas de Hans Christian Andersen a um mercado estimado em 300 milhões de crianças que gastam 5 bilhões de horas por ano brincando com os tijolinhos mágicos.

"Queremos exportar para a América Latina", garante Ávila, lembrando que a Lego não veio ao Brasil apenas para brigar no mercado interno, de 54 milhões de crianças. Depois de atingir um crescimento de vendas de 20% em 1989, a retração da economia reduziu esta marca para 13% em 1990. Como o mercado de brinquedos diminuiu em 20% no ano passado, a Lego faz as contas e garante que sua fatia aumentou em 41% — em 1989 ela tinha 4% do mercado nacional.

91075514

Brasil atrai interesse dos escandinavos

SÃO PAULO — Eles têm fama de ricos e são ricos mesmo. Juntos, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega formam um mercado de 22,9 milhões de consumidores, gente que, observada da América Latina, parece ter chegado muito perto do paraíso capitalista. Eles ganham muito, gastam muito, desfrutam uma vida com tranqüilidade política e bem-estar social. Saúde e educação, por exemplo, não são problemas que passam pela cabeça quase sempre loura de um escandinavo. Somam um Produto Interno Bruto de US$ 508 bilhões (o do Brasil é de US$ 336 bilhões), o que significa uma renda *per capita* de US$ 22,2 mil, superando em US$ 7,4 mil a renda média da Comunidade Econômica Européia, de US$ 14,8 mil. Formam a Europa do Norte, ou Escandinávia, dona de uma economia tão vigorosa quanto desconhecida no Brasil. O contrário, surpreendentemente, também parece indiscutível: nossa economia titubeante, há 100 anos, contados a partir do início da imigração, em 1890, desperta o interesse desses países e de suas empresas multinacionais. Razão principal do interesse: o Brasil tem o que eles não têm — extensão territorial e 150 milhões de pessoas.

Isso possibilita à Suécia, por exemplo, apresentar São Paulo como a *sua* terceira cidade industrial, depois de Estocolmo, capital do país, e Gotemburgo, e faz com que empresas escandinavas participem ativamente da vida dos brasileiros: dos fósforos da Fiat Lux aos caminhões da Scania, da embalagem *tetrapak* do leite longa vida aos anzóis da Kruel, empresa da Noruega que garante abastecer 70% do mercado brasileiro de anzóis. A Indústria Kruel de Artefatos de Pesca, subsidiária do grupo Mustad, maior fabricante mundial de anzóis, está no Brasil — direta ou indiretamente (através de exportações) — há mais de 100 anos. "A palavra chave no Brasil é paciência", diz seu diretor executivo, Helge Pedersen, referindo-se à instabilidade econômica do país. Aqui, crianças da classe média para cima brincam com os fantásticos bloquinhos da Lego, mas poucos sabem que essa Lego é, primeiro, dinamarquesa, e, segundo, a quarta maior fabricante de brinquedos do mundo. De suas cinco fábricas, uma está no Brasil (as outras estão na Dinamarca, Estados Unidos, Suíça e Coréia do Sul).

Investimentos — Nas contas dos investimentos realizados no país, as relações comerciais entre Brasil e países escandinavos não têm, evidentemente, porte que se compare ao do intercâmbio comercial mantido com Estados Unidos e Alemanha, por exemplo. Mas são intensas. Somando tudo o que os suecos já investiram no país, o resultado fica em torno de US$ 600 milhões, de acordo com os dados do Banco Central, movimentados por uma centena de empresas que empregam 43 mil brasileiros e vendem mais de US$ 3 bilhões por ano. Tomando apenas o final dos anos 80 como parâmetro, percebe-se que os noruegueses, por sua vez, investiram US$ 45 milhões nos mais diversos setores apenas através do processo de conversão de dívida externa brasileira. "O interesse pelo Brasil na Noruega é muito grande", afirma o empresário Tom Mário Ringseth, representante do Den Nosrske Bank no Brasil, o maior banco privado da Noruega.

Entre os cinco países que compõem a Escandinávia, apenas a Islândia *mereceria* o desconhecimento que a região, como um todo, enfrenta no Brasil. Os negócios brasileiros dessa ilha de apenas 240 mil habitantes são insignificantes, embora a Islândia seja o maior exportador de bacalhau do mundo. Da mesma forma que os empresários brasileiros demoram a perceber o potencial de negócios da Escandinávia — e, muitos deles, correm ao Atlas para saber por onde anda o presidente Fernando Collor —, os islandeses ainda estranham algumas coisas desse Brasil que prefere o bacalhau português. Por exemplo, o pagamento de suas compras num prazo de 180 dias.

Perfil dos países escandinavos

Suécia

- Sistema de governo: monarquia parlamentar
- Área: 449.964 km2
- População: 8,3 milhões de habitantes
- Expectativa de vida: 77 anos
- Renda per capita: US$ 22,8 mil
- PIB: US$ 190 bilhões
- Crescimento do PIB/1991: -0,3% (previsão)

Finlândia

- Sistema de governo: república presidencialista
- Área: 337.009 Km2
- População: cinco milhões de habitantes
- Expectativa de vida: 75 anos
- Renda per capita: US$ 23,2 mil
- PIB: US$ 116 bilhões
- Crescimento do PIB/1991: 0,5% (previsão)

Dinamarca

- Sistema de governo: monarquia parlamentar
- Área: 43.092 Km2
- População: 5,1 milhões de habitantes
- Expectativa de vida: 75 anos
- Renda per capita: US$ 20,4 mil
- PIB: US$ 104 bilhões
- Crescimento do PIB/1991: 1% (previsão)

Noruega

- Sistema de governo: monarquia parlamentar
- Área: 323.877 Km2
- População: 4,2 milhões de habitantes
- Expectativa de vida: 77 anos
- Renda per capita: US$ 22,1 mil
- PIB: US$ 93 bilhões
- Crescimento do PIB/1991: 2,5% (previsão)

Islândia

- Sistema de governo: presidencialismo
- Área: 103.000 Km2
- População: 254 mil habitantes
- Expectativa de vida: 78 anos
- Renda per capita: US$ 16,7 mil
- PIB: US$ 5 bilhões
- Crescimento do PIB/1991: 1% (previsão)

9107551

São Paulo é a 3ª cidade sueca

Tatiana Petit

Quando faz um balanço dos resultados de sua economia, o governo sueco necessariamente volta os olhos para São Paulo. A capital paulista é a terceira cidade economicamente mais importante para aquele país, depois da capital, Estocolmo, e de Gotemburgo. Isso porque das 104 empresas suecas instaladas no Brasil, gerando 43 mil empregos, 75 têm sede ou filial funcionando na capital paulista. Considerando-se o número de empregos, São Paulo já foi a segunda cidade mais importante para os suecos, mas perdeu o título para Gotemburgo, ao longo da década de 80. "Nossa população e indústria voltaram a crescer", diz o diretor executivo da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, Lars Nyh, referindo-se à Suécia.

Na verdade, essa explicação é pouco convincente. A instabilidade da economia brasileira teve grande responsabilidade nesse processo, e a economia sueca está em recessão. No ano passado, 63% dos investimentos suecos feitos na América Latina destinaram-se ao México. Ao Brasil coube a magra fatia de 4% dos recursos aplicados. "Esperamos que, durante a visita, o presidente Fernando Collor apresente medidas que inspirem maior confiança em nossos empresários", disse Nyh, que foi a Estocolmo acompanhando o presidente brasileiro.

Reflorestamento — O Banco Central brasileiro registra o ingresso de US$ 600 milhões em investimentos suecos. À origem sueca estão associados, por exemplo, os nomes Scania e Volvo, no setor automotivo, ou Ericsson, em telecomunicações. Mas a presença sueca no dia-a-dia do brasileiro vai muito além. Ela está nos fósforos Fiat Lux, nos isqueiros Cricket, nos eletrodomésticos Eletrolux, ou nas roupas Smuggler. Da lista, porém, chama a atenção o número de empresas relacionadas a atividades diversas, no setor de papel e celulose. "O Brasil tem boa tecnologia na produção de papel e celulose, mas não se pode dizer o mesmo em termos de reflorestamento", explica Nyh.

Atentos às perspectivas de negócios nessa área, empresários suecos estão recebendo, nestes dias em que Collor estará na Suécia, um levantamento feito pela Câmara sobre as máquinas usadas em reflorestamento e *sugestões* sobre como fazer crescer as vendas desses produtos. "Em futuro próximo, empresas que não têm a mesma tecnologia da Aracruz (maior fabricante mundial de papel e celulose) precisarão de muitas florestas", diz Nyh. "Pode faltar matéria-prima, se os recursos não forem usados de forma inteligente."

Brasileiras — O interesse dos suecos em relação ao Brasil não se restringe ao que suas companhias têm para vender. Neste momento, a Câmara procura empresas brasileiras dispostas a investir na Suécia. Nesse trabalho, os argumentos apresentados não são apenas a renda per capita de US$ 22.800 de seus 8,3 milhões de habitantes. "Muitos imaginam que a facilidade do idioma auxilia investimentos brasileiros em Portugal", afirma Nyh. "Mas estamos abertos às indústrias têxtil, de calçados e de equipamentos que queiram investir em nosso país. Os brasileiros precisam considerar o mercado consumidor de 30 milhões de pessoas que vivem nos países nórdicos."

Não deixa de ser curioso que uma das nações tecnologicamente mais desenvolvidas no mundo esteja interessada em fazer parceria com brasileiros, justamente em setores em que a indústria nacional está reconhecidamente ultrapassada. Segundo Nyh, apesar do atraso, a indústria brasileira tem boa qualidade em toalhas e lençóis, para citar apenas o caso têxtil. Esses produtos, segundo ele, podem ser fabricados de forma muito mais eficiente e com custos menores, se o processo de fabricação for modernizado — tarefa em que os suecos estão dispostos a colaborar, seja com transferência de tecnologia ou formação de *joint-ventures*.

Nyh sublinha que tais associações não precisam necessariamente ocorrer na Suécia. A produtora de embalagens Tetrapack, por exemplo, uniu-se a uma empresa brasileira especializada no acondicionamento de suco de frutas, na União Soviética. "O comércio bilateral não é a única possibilidade", afirma. Nestes dias de visita aos países escandinavos, o presidente Collor ouvirá de seus empresários o que Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca e Islândia têm a oferecer como bloco econômico — outro que vem se somar aos já existentes e que se consolidam, como tendência, nas relações econômicas internacionais. Tal cenário contribui, com certeza, para que as Câmaras de Comércio da Suécia e Dinamarca, ao lado do consulado da Noruega e da embaixada da Finlândia, estejam desenvolvendo um trabalho de colaboração.

Finlândia perdeu espaço no mercado

Por conta da manutenção de saborosas taxas de crescimento econômico até o final do anos 80 e pela característica de exportarem praticamente tudo que produzem, as empresas finlandesas, na sua maioria, relutaram muito para construir novas bases em países estrangeiros. Elas só começaram a abandonar seu famoso espetáculo do Sol da Meia Noite na década passada, depois que a capacidade de crescimento do mercado interno perdeu a vitalidade e a economia mundial mergulhou no processo recessivo. Para quem já foi chamada de Japão Escandinavo, pela sua vocação ao consenso (neutralidade política), homogenidade racial e crescimento econômico, a Finlândia agora se assusta com taxas anuais de inflação na casa dos 5%.

E para um país que só não exporta sua invenção mais famosa, a sauna finlandesa, a sobrevivência da economia exportadora está ameaçada por uma ironia perversa: com a maior renda *per capita* dos países escandinavos (US$ 23,2 mil), os produtos finlandeses estão perdendo competitividade internacional, justamente porque a mão-de-obra finlandesa é uma das mais caras do mundo.

"Os momentos de glória das nossas indústrias de base florestal e metalúrgica já passaram", lamenta o presidente da Valmet do Brasil, Harri Hassel, ressaltando que esses dois setores respondem por mais de 80% das exportações finlandesas. Dona de 30% do mercado nacional de tratores, com 1.600 funcionários e um faturamento anual de US$ 180 milhões, a Valmet é o maior grupo finlandês com atividades no Brasil. A produção de tratores, hoje em torno de oito mil a 10 mil por ano, começou em 1960, mas a Valmet já atuava no Brasil trocando tratores e navios finlandeses por grãos de café.

Problemas — Apesar do mercado nacional de tratores estar encolhendo, a Valmet conseguiu manter sua participação e não têm planos de fechar as portas. Hassel acredita que, um dia, o Brasil ainda terá uma política agrícola. "Nosso maior problema hoje é a falta de horizonte para tomarmos as decisões", explica.

As dificuldades que Hassel cita são confirmadas pelas pesquisas de empresas de consultoria. Apesar de não gostarem de admitir publicamente, os principais executivos das multinacionais no Brasil gastam 40% de seu tempo para explicar as oscilações da economia brasileira à matriz. "Depois de 10 anos de Brasil, nosso sócio finlandês abdicou do direito de perguntar e de entender o que se passa aqui", conta o diretor-presidente da Jaakko Pöyry Engenharia Ltda., Reinaldo Conrad. A Jaakko tem 2.500 funcionários, faz projetos industriais, gerencia obras, forma e treina mão-de-obra e fatura US$ 100 milhões por ano.

De 1974 a 1978, a empresa era o braço brasileiro da finlandesa Jaakko, que fatura US$ 250 milhões por ano e também tem 2.500 funcionários. Hoje, 60% do capital da empresa estão nas mãos dos diretores brasileiros e os outros 40% ficaram com os finlandeses. Com atividades nos setores florestal, químico, petroquímico, siderúrgico, energético, metalúrgico e de mineração, Conrad e seus sócios finlandeses estão otimistas em relação à economia brasileira. "Quando processos importantes como privatização, desregulamentação e o início de novos ciclos de investimentos setoriais estiverem maduros, teremos um *boom* na economia brasileira." Para ele, os primeiros sinais começarão em maio de 1992.

"A empresa só investe quando tem certeza de um retorno mínimo, como os juros cobrados pelo banco que a financia", exemplifica o presidente da Outokumpu Processo, Engenharia e Comércio, Veikko Sariola. O grupo finlandês Outokumpu é um dos maiores na área de mineração de cobre, tem fábricas em 25 países e fatura US$ 2,5 bilhões por ano. No Brasil, a Outokumpu começou em 1975 com projetos de tecnologia para a Caraíba Metais e depois com uma fábrica de equipamentos para a mineração. "Fechamos a fábrica em 1986 porque o mercado não era suficiente."

Islândia domina bacalhau

Vivendo basicamente da exportação de peixes salgados, as empresas da pequena ilha da Islândia, com 240 mil habitantes, não têm filiais no resto do mundo e vendem seus produtos aos escritórios de importação. Para os islandeses, o mercado brasileiro nunca foi muito lucrativo porque, além de consumir uma pequena quantidade de bacalhau, não há interesse em outros produtos da Islândia, como carne de carneiro e tecnologia pesqueira. O próprio marketing islandês no Brasil não é forte: das 15 mil toneladas de bacalhau que o Brasil importa por ano, movimentando em torno de US$ 60 milhões, a maior parte vem da Noruega.

Sempre às voltas com a defesa de suas águas (ingleses e franceses disputaram o bacalhau da Islândia em mais de 10 guerras), os islandeses, na verdade, parecem não ter sido muito felizes na divulgação de seu principal produto. A Islândia é o maior exportador de bacalhau do mundo, mas enquanto a Noruega leva a fama, Portugal acabou assumindo o prato. Hoje os islandeses enfrentam um outro tipo de inimigo, e sua ação predatória horroriza ecologistas e defensores do mundo animal. A pesca da ilha atrai muitas focas e os estoques de peixes nas praias são sempre saqueados e devorados. As focas, aliás, acabaram se transformando no bode expiatório do país, tanto que os islandeses costumam responsabilizá-las por todos os males. O nome de Brigitte Bardot é proibido na ilha e o governo, além de incentivar, paga pelo abate das focas, alimentando a indústria de casacos de visons.

O problema dos islandeses com o mercado brasileiro é a forma de pagamento das exportações. Entre vender à vista aos países europeus vizinhos e esperar 180 dias para receber dos brasileiros, os islandeses nunca precisaram pensar duas vezes para ficar com a primeira opção. Nos últimos três anos, porém, as exportações islandesas de bacalhau para o Brasil cresceram mais de três vezes. O aumento das vendas é resultado de uma maior aceitação do bacalhau tipo saith (boa qualidade e mais seco) pelos consumidores do interior do país. A única empresa que importa dos islandeses é a Representações Hallevik Ltda., sediada no Rio de Janeiro desde 1912. O proprietário é o norueguês Kaare Ringseth, que acumula o cargo de cônsul honorário da Islândia no Brasil.

Norueguês recomenda paciência

Lia Carneiro

SÃO PAULO — Os noruegueses descobriram o Brasil nos anos 40, quando a indústria nacional ainda engatinhava e a economia estava mais do que aberta às importações — 48% das receitas da Noruega são obtidas através do comércio exterior. Especializados nas atividades marítimas, pesca e industrialização de metais, os noruegueses mostram que, apesar de toda instabilidade econômica, continuam cada vez mais interessados em realizar negócios no Brasil e na América Latina. Prova desse interesse aconteceu no início desta semana, quando empresários noruegueses organizaram um seminário de três dias sobre o Brasil e as possibilidades de negócios. "O interesse pelo Brasil na Noruega é muito grande", garante o empresário Tom Mário Ringseth, representante do Den Nosrske Bank no Brasil, o maior banco privado da Noruega.

Tom Mário é brasileiro, filho do norueguês Kaare Ringseth, cônsul honorário da Finlândia no Brasil e dono da representações Hollevik Ltda, uma tradicional importadora carioca de bacalhau norueguês e islandês. Nas contas de Tom Mário, depois da Suécia, o país escandinavo que mais investe no Brasil é a Noruega. "No final dos anos 80, os noruegueses investiram US$ 45 milhões em diversos setores através do processo de conversão da dívida externa brasileira", conta ele.

Investimentos — Das 35 empresas que atuam no Brasil, segundo dados da embaixada norueguesa, a maior é a Lorentzen, cujo faturamento foi de US$ 305 milhões em 1989. Atua nos setores de navegação industrial, fabricação de ferro-ligas (o grupo Lorentzen é parceiro de outro grupo norugués, o Elken) e um complexo de papel e celulose — a Lorentzen é dona de 1/3 da Aracruz Celulose, juntamente com Banco Safra e Souza Cruz. "Nossos investimentos somam US$ 180 milhões", informa o diretor financeiro do grupo, Fernando Octávio Martins Alves.

Com cerca de 10 mil funcionários, o Lorentzen hoje é 100% nacional — no exterior, seus negócios estão agrupados em famílias diferentes. O presidente do grupo, Erling S. Lorentzen, gosta de frisar que se considera brasileiro, e que os laços da Lorentzen com a Noruega são apenas familiares: sua esposa Raghild é princesa da Noruega. Enquanto Erling esbanja jogo de cintura para enfrentar as oscilações da economia brasileira, seu parceiro na fabricação de ferro-ligas, a Elken Brasil S/A Holding Company, há mais de 20 anos no país, ainda está em franco processo de adaptação. "Nos últimos cinco anos, foi muito difícil para os noruegueses da matriz compreenderem o que se passa no Brasil", explica o diretor financeiro da Elken, Leonardo Musmanno.

Obstáculos — Além de uma pequena *holding* em desenvolvimento, com 18 funcionários e atividades comerciais e administrativas, o grupo opera com unidades industriais em Diadema, no ABC paulista, e em Vitória, no Espírito Santo, reunindo 250 funcionários. Com faturamento mundial de US$ 1,3 bilhão, a Elken não esconde que seu braço brasileiro é pequeno — os investimentos até agora somam US$ 8 milhões. "O maior problema no Brasil são os choques repentinos", justifica Anton Bruinsma, vice-presidente do conselho da Eletroila S/A, empresa norueguesa que fabrica silício metálico em Montes Claros, em Minas Gerais.

Com cinco anos de Brasil, 350 funcionários e um investimento de US$ 30 milhões, a Eletroila também sofre por ter que fazer alterações bruscas no seu planejamento. Segundo Bruinsma, quando a Eletroila chegou aqui, o preço da eletricidade era de US$ 16 por mil quilowatts; depois do Plano Cruzado saltou para US$ 55 e hoje está em US$ 30. "Com a eletricidade custando US$ 20, a matriz dá o sinal verde para aumentar o investimento. Quando o preço salta para mais de US$ 50, a ordem é sair. Hoje a ordem é ficar quieto, sem sair nem investir mais", explica Bruinsma. A Eletroila fatura US$ 22 milhões e exporta 20 mil toneladas anuais de silício metálico para Japão e Europa.

Além dos adaptados, dos aprendizes e dos que estão em compasso de espera, o Brasil também conta com empresários noruegueses pacientes e confiantes. Trata-se da Indústria Kruel de Artefatos de Pesca, subsidiária do Grupo Mustad, maior fabricante mundial de anzóis. "Vendemos nossos anzóis ao Brasil há mais de 100 anos", conta o diretor executivo da Kruel, Helge Pedersen, que garante ser dono de 70% do mercado nacional, e, num estilo superbrasileiro, resume a produção da Mustad em "vários bilhões de anzóis". Na verdade, até a compra da Kruel em 1988, empresa sediada em Porto Alegre, os anzóis da Mustad eram importados. Apesar dos efeitos da recessão, que também diminuiram a pesca e a venda de equipamentos, a Kruel manteve o quadro de 100 funcionários, continua produzindo 250 tipos de anzóis e investe US$ 150 mil por ano. "A palavra chave no Brasil é paciência", ensina Pedersen.

Erling Lorentzen

No Brasil, tempo de construção

Quando o presidente Fernando Collor for recebido pela família real norueguesa pelo menos um rosto não lhe será estranho: Erling Lorentzen, casado com a princesa Ragnhild — a irmã do rei Harald V, que assumiu o trono em janeiro deste ano, após a morte do pai, o rei Olav — e comandante, no Brasil, de um grupo com faturamento de US$ 350 milhões anuais e com negócios que incluem celulose (através da Aracruz), navegação (Norsul) e química (Carboindustrial).

Lorentzen, de 68 anos, desembarcou no Brasil em 1951. Dois anos depois, fechava o primeiro grande negócio: adquiriu, junto à Esso, o controle da Gasbrás. O país não era exatamente desconhecido, para a família: o avô, Hans, radicou-se no Brasil na segunda metade do século passado, fundando uma companhia de navegação em Pelotas, no Rio Grande do Sul. E o pai viveu parte da infância em território brasileiro, entrando depois também no ramo de navegação, trabalhando em uma linha entre Brasil e Estados Unidos.

Quando fala dos seus negócios no Brasil — algo muito raro, principalmente em público — o discreto Erling Lorentzen costuma recordar-se da juventude, passada em plena II Guerra Mundial, quando a Noruega foi ocupada pelo exército alemão durante cerca de cinco anos. Na época, comandou ações de sabotagem da resistência norueguesa contra as tropas nazistas.

"Neste país, criei meus filhos e fiz toda a minha vida de trabalho. Aqui amadureci o entendimento que tanto doeu na minha juventude nos campos de luta: é tão fácil destruir e tão difícil construir. Essa era a minha preocupação, naqueles tempos, ao ver o campo, as cidades, as fábricas de minha terra destruídos em minutos pelos efeitos da guerra que todos hoje procuramos esquecer", disse Lorentzen, no dia 27 de maio deste ano, quando foi inaugurada a duplicação da fábrica da Aracruz Celulose — da qual é presidente do Conselho de Administração — diante de convidados como o próprio presidente Fernando Collor. (*Janice Menezes*)

91 07551

Mtro de Economia fija limite de los reservas.
JB
12-6
10046
11161
11403
11314

ENT
CRUZ

Ministro fixa limite de reservas

(B)

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, revelou ontem no plenário do Senado que as reservas internacionais brasileiras não podem ficar abaixo de US$ 6,8 bilhões. Este é o valor mínimo a que ele chegou com base na resolução do Senado que estabelece reservas suficientes para importações de quatro meses, tendo por base a média dos 12 meses anteriores.

Marcílio informou que nas últimas três semanas as reservas tiveram um crescimento de aproximadamente US$ 1 bilhão. O último número do Banco Central, de março, mostrava reservas de US$ 7,4 bilhões, mas ontem ele admitiu que elas somam "um pouco mais" de US$ 8,5 bilhões. O ministro revelou ainda, ao fazer seu primeiro debate com senadores, que de novembro até maio último houve uma entrada de capitais estrangeiros no Brasil de quase US$ 3 bilhões, fato que não ocorria há anos. Ele descartou a volta das conversões de dívida externa em investimentos no Brasil, exceto dentro do programa de privatização.

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) insistiu em saber sobre a capacidade de pagamento da dívida externa. Marcílio explicou que, para se chegar ao número, deve-se levar em conta muitas variáveis econômicas e admitiu que ele mesmo não teria condições de dar detalhes sobre o assunto.

Ao final, depois de discordar do ministro quanto ao acordo para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa, que o Senado está analisando, o senador Maurício Corrêa perguntou de sopetão: "O senhor sabe qual é o valor da dívida externa do Brasil?" "A dívida é de US$ 123 bilhões", respondeu secamente o ministro. Marcílio foi questionado sobre os pagamentos que o Brasil tem feito a advogados que trabalham na renegociação da dívida externa, o que é proibido por uma resolução do Senado. Ele explicou que, na interpretação do Ministério da Economia, só não se pode pagar serviços de advogados quando eles trabalham para os banqueiros. Quando eles trabalham de forma global na renegociação, Marcílio não vê motivos para não pagar a parte que compete ao Brasil.

01.01

9107552

Nº. DOCUMENTO
TITULO Staria Asuntos Estrategicos, tenia conocimiento de los abusos del ex Pte de FUNAI
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DO DOCUMENTO 24-6-91
VÍDEOS 10046
11163
11337
19164

ENTRADO
CPDZ

Funai: SAE sabia dos abusos de Cantídio

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sucessora do Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha conhecimento desde fevereiro das denúncias de abuso sexual contra o então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, 64 anos, contra mulheres das tribos.

A acusação foi encaminhada ao coordenador da SAE, Pedro Paulo Leoni Ramos, pelo cacique Megaron, da nação caiapó, coordenador do Parque Nacional do Xingu. Na ocasião, Leoni confidenciou a um amigo que a demissão de Guerreiro era uma questão de dias e estaria relacionada ao surgimento de uma ocasião oportuna. A demissão se consumou na última sexta-feira.

Com a permanência de Guerreiro na presidência da Funai até o mês de maio, o cacique Megaron decidiu remeter cópia da denúncia ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho, no último dia 14.

Um dos assessores do segundo escalão do Ministério da Justiça presenciou a conversa entre Passarinho e o general. De acordo com o testemunho deste assessor, Agenor Homem de Carvalho teria recomendado que o ministro esquecesse a carta e mantivesse Guerreiro e Megaron em seus cargos, para evitar um possível escândalo, de proporção, até, internacional.

Enquanto o ministro da Justiça decidia como agir, a carta do cacique Megaron foi publicada na Imprensa no dia 16, forçando uma atitude do Governo. Ao mesmo tempo, em sua recente visita aos Estados Unidos, o presidente Collor ouviu dos congressistas norte-americanos, em Washington, críticas à morosidade na demarcação das terras indígenas. Com a publicidade dada à carta e o episódio no Congresso norte-americano, surgiu o momento oportuno aguardado pela SAE para a demissão do presidente da Funai.

01.01 9107553

DOCUMENTO
TÍTULO Pte del FUNAI es despedido
PROCEDENCIA Z. Hora 550029
FECHA 22-6-91
VIA Brasil.
10046
11164

ENTRADA
CRUZ DO

...o parlamentar demitido

...stra
...o do
...ceira"
...istema
...rasil

...onceição
...cena na
...ses Gui-
...arlamen-
...ileira de
...nto em
... engaja-
...do Col-
...onceição
...ada por
...são. No
...e, a eco-
...ação do
...nentaris-
...jual não

mentarismo é evitar o regime caudilhista, que é uma praga. Com a queda do apoio popular que está havendo, se esse caudilho notório se agarrar ao parlamentarismo como muleta, estamos fritos. Espero que ele e o senhor não subam no mesmo palanque. Senão, 70% do povo vota contra".

Ulysses chamou o presidente de "Pedro II com outro nome". Criticou a forma como são escolhidos os ministros pelo Governo e a própria maneira de se portar do presidente no exterior.

INGLÊS — O ex-presidente do PMDB entende que o ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, não deveria continuar integrando o Executivo Federal. Além disso, manifestou seu inconformismo com o discurso em inglês feito por Collor em sua visita aos Estados Unidos. "O ...

...ssarinho
...io
...e foi
...leres
...stuprar
...te índia

...o
...undação Nacio-
...Cantídio Guer-
...i demitido, on-
...a Justiça, Jarbas
...ne o ministro, ele
... decretado pelo
...rcação de terras
...Cantídio, pesam
...lações indígenas
...rado uma índia,
...nuas no Rio
...nhado nu num
rio do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso.

Mas o presidente que assume interinamente a Funai, Edivio Battistelli, "também deve ir junto", segundo o administrador do Parque do Xingu, cacique Megaron Txucarramae. "Ele é da equipe de Cantídio, tem que sair também", disse o cacique. Segundo a coordenadora do Movimento de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Sul, Helena de Freitas, da nação kaigangue, Battistelli tentou desarticular o Movimento no Estado, na Reserva Guarita, de Tenente Portela. Reticente, Megaron disse:

— Eu não posso dizer muito. Os índios do Sul é quem vão denunciar o que ele fez.

O ministro da Justiça não quis entrar no mérito das atitudes consideradas abusivas de Cantídio:

— Esta questão deve ser vista com muito cuidado, disse Passarinho.

A filha do cacique que Cantídio teria estuprado negou o fato, diante do presidente da Funai, contou o ministro. De acordo com Passarinho, Cantídio foi demitido porque não havia demarcado as terras ianomamis:

— Fizemos um decreto em 19 de abril, com um prazo de 180 dias, para a demarcação. Dois meses depois, nada foi feito.

IANOMAMI — Outro desconforto que o Governo teria sentido é com relação a 40 pistas de garimpos encontradas na região dos índios ianomami, com a conivência de Cantídio. O superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, já recebeu ordens para retirar os garimpeiros invasores, prometeu Passarinho.

Quanto à indicação de um novo presidente, Passarinho não garantiu que terá a participação dos índios. Battistelli fica interinamente até que o Governo encontre um substituto confiável. À desconfiança de Megaron, Battistelli defende-se dizendo que vai lutar pela transferência da direção do Parque do Xingu de Brasília para o Mato Grosso:

— A direção do Xingu gasta cinco vezes mais do que as outras, com 2.500 índios, disse.

Só este ano foram gastos Cr$ 1 milhão em cada um dos 38 vôos fretados para transportar índios com suspeita de doenças.

DA AERONÁUTICA — Cantídio Guimarães, um suboficial da reserva da Aeronáutica, foi superintendente da Funai no Mato Grosso do Sul até 16 de agosto do ano passado. O então ministro da Justiça Bernardo Cabral fez questão de dizer que a escolha do seu nome era "uma vontade pessoal" do presidente Fernando Collor. Ele autorizou a empresa de minérios Taboca S/A a utilizar uma estrada ilegal construída na Reserva Waimiry Atroari, a 100 km ao Norte de Manaus.

Além de vir praticando atos condenáveis pelos indígenas, Cantídio expulsou da sede da Funai a advogada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nishley Lima de Melo.

01.01 9107554

Pte da FUNAI es demitido
Z. Hora 15.00.29
22-6-91
Brasil
10016
11164

Presidente da Funai é demitido

Homenagem: *Passarinho recebe cocar dos líderes indígenas*

□Ministro Passarinho afastou Cantídio Guimarães. Ele foi acusado por líderes indígenas de estuprar uma adolescente índia

IVONE BELEM
Brasília/ZH

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, foi demitido, ontem, pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Conforme o ministro, ele transgrediu o prazo decretado pelo Governo para demarcação de terras ianomamis. Contra Cantídio, pesam ainda acusações das nações indígenas de que ele teria estuprado uma índia, fotografado índias nuas no Rio Grande do Sul, e se banhado nu num rio do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso.

Mas o presidente que assume interinamente a Funai, Edívio Battistelli, "também deve ir junto", segundo o administrador do Parque do Xingu, cacique Megaron Txucarramae. "Ele é da equipe de Cantídio, tem que sair também", disse o cacique. Segundo a coordenadora do Movimento de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Sul, Helena de Freitas, da nação kaigangue, Battistelli tentou desarticular o Movimento no Estado, na Reserva Guarita, de Tenente Portela. Reticente, Megaron disse:

— Eu não posso dizer muito. Os índios do Sul é quem vão denunciar o que ele fez.

O ministro da Justiça não quis entrar no mérito das atitudes consideradas abusivas de Cantídio:

— Esta questão deve ser vista com muito cuidado, disse Passarinho.

A filha do cacique que Cantídio teria estuprado negou o fato, diante do presidente da Funai, contou o ministro. De acordo com Passarinho, Cantídio foi demitido porque não havia demarcado as terras ianomamis:

— Fizemos um decreto em 19 de abril, com um prazo de 180 dias, para a demarcação. Dois meses depois, nada foi feito.

IANOMAMI — Outro desconforto que o Governo teria sentido é com relação a 40 pistas de garimpos encontradas na região dos índios ianomami, com a conivência de Cantídio. O superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, já recebeu ordens para retirar os garimpeiros invasores, prometeu Passarinho.

Quanto à indicação de um novo presidente, Passarinho não garantiu que terá a participação dos índios. Battistelli fica interinamente até que o Governo encontre um substituto confiável. À desconfiança de Megaron, Battistelli defende-se dizendo que vai lutar pela transferência da direção do Parque do Xingu de Brasília para o Mato Grosso:

— A direção do Xingu gasta cinco vezes mais do que as outras, com 2.500 índios, disse.

Só este ano foram gastos Cr$ 1 milhão em cada um dos 38 vôos fretados para transportar índios com suspeita de doenças.

DA AERONÁUTICA — Cantídio Guimarães, um suboficial da reserva da Aeronáutica, foi superintendente da Funai no Mato Grosso do Sul até 16 de agosto do ano passado. O então ministro da Justiça Bernardo Cabral fez questão de dizer que a escolha do seu nome era "uma vontade pessoal" do presidente Fernando Collor. Ele autorizou a empresa de minérios Taboca S/A a utilizar uma estrada ilegal construída na Reserva Waimiry Atroari, a 100 km ao Norte de Manaus.

Além de vir praticando atos condenáveis pelos indígenas, Cantídio expulsou da sede da Funai a advogada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Nishley Lima de Melo.

01.01 91 7554

Nº. DOCUMENTO
TITULO Staria Asuntos Estrategicos, tenia conocimiento de los abusos del ex Pte de FUNAI
REFERENCIA ZH 150029
FECHA DE ENTRADA 24-6-91
VINCULADOS 10046
11163
11337
19164

ENTRADO
CRUZ

Funai: SAE sabia dos abusos de Cantídio

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sucessora do Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha conhecimento desde fevereiro das denúncias de abuso sexual contra o então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, 64 anos, contra mulheres das tribos.

A acusação foi encaminhada ao coordenador da SAE, Pedro Paulo Leoni Ramos, pelo cacique Megaron, da nação caiapó, coordenador do Parque Nacional do Xingu. Na ocasião, Leoni confidenciou a um amigo que a demissão de Guerreiro era uma questão de dias e estaria relacionada ao surgimento de uma ocasião oportuna. A demissão se consumou na última sexta-feira.

Com a permanência de Guerreiro na presidência da Funai até o mês de maio, o cacique Megaron decidiu remeter cópia da denúncia ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho, no último dia 14.

Um dos assessores do segundo escalão do Ministério da Justiça presenciou a conversa entre Passarinho e o general. De acordo com o testemunho deste assessor, Agenor Homem de Carvalho teria recomendado que o ministro esquecesse a carta e mantivesse Guerreiro e Megaron em seus cargos, para evitar um possível escândalo, de proporção, até, internacional.

Enquanto o ministro da Justiça decidia como agir, a carta do cacique Megaron foi publicada na Imprensa no dia 16, forçando uma atitude do Governo. Ao mesmo tempo, em sua recente visita aos Estados Unidos, o presidente Collor ouviu dos congressistas norte-americanos, em Washington, críticas à morosidade na demarcação das terras indígenas. Com a publicidade dada à carta e o episódio no Congresso norte-americano, surgiu o momento oportuno aguardado pela SAE para a demissão do presidente da Funai.

PROCESSO — O ex-presidente da Funai, que nega as acusações, anunciou que processará o cacique Megaron por calúnia, difamação e danos morais, com base no Estatuto do Índio, que ainda está em vigor. Se o novo já tivesse sido aprovado pelo Congresso, isto seria impossível. O assessor jurídico do CIMI, Paulo Machado Guimarães, disse ontem que Megaron é um funcionário da Funai e, por esta razão, as denúncias que fez deveriam ter sido imediatamente investigadas através de sindicância. Como funcionário da Funai, explicou o advogado, Megaron terá oportunidade, na Justiça, de provar suas denúncias, o que pode ser feito através do testemunho das índias que alegam ter sido sexualmente molestadas pelo ex-presidente da Funai. (AE)

01.01 9107553

Pte da FUNAI os
Z Hora 5ª 29
22-6-91
Brasil
10012
1116 4

demitido

Presidente da Funai é demitido

AE/ZH

Homenagem: *Passarinho recebe cocar dos líderes indígenas*

□Ministro Passarinho afastou Cantídio Guimarães. Ele foi acusado por líderes indígenas de estuprar uma adolescente índia

IVONE BELEM

Brasília/ZH

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, foi demitido, ontem, pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Conforme o ministro, ele transgrediu o prazo decretado pelo Governo para demarcação de terras ianomamis. Contra Cantídio, pesam ainda acusações das nações indígenas de que ele teria estuprado uma índia, fotografado índias nuas no Rio Grande do Sul, e se banhado nu num rio do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso.

Mas o presidente que assume interinamente a Funai, Edívio Battistelli, "também deve ir junto", segundo o administrador do Parque do Xingu, cacique Megaron Txucarramae. "Ele é da equipe de Cantídio, tem que sair também", disse o cacique. Segundo a coordenadora do Movimento de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Sul, Helena de Freitas, da nação kaigangue, Battistelli tentou desarticular o Movimento no Estado, na Reserva Guarita, de Tenente Portela. Reticente, Megaron disse:

— Eu não posso dizer muito. Os índios do Sul é quem vão denunciar o que ele fez.

O ministro da Justiça não quis entrar no mérito das atitudes consideradas abusivas de Cantídio:

— Esta questão deve ser vista com muito cuidado, disse Passarinho.

A filha do cacique que Cantídio teria estuprado negou o fato, diante do presidente da Funai, contou o ministro. De acordo com Passarinho, Cantídio foi demitido porque não havia demarcado as terras ianomamis:

— Fizemos um decreto em 19 de abril, com um prazo de 180 dias, para a demarcação. Dois meses depois, nada foi feito.

IANOMAMI — Outro desconforto que o Governo teria sentido é com relação a 40 pistas de garimpos encontradas na região dos índios ianomami, com a conivência de Cantídio. O superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, já recebeu ordens para retirar os garimpeiros invasores, prometeu Passarinho.

Quanto à indicação de um novo presidente, Passarinho não garantiu que terá a participação dos índios. Battistelli fica interinamente até que o Governo encontre um substituto confiável. À desconfiança de Megaron, Battistelli defende-se dizendo que vai lutar pela transferência da direção do Parque do Xingu de Brasília para o Mato Grosso:

— A direção do Xingu gasta cinco vezes mais do que as outras, com 2.500 índios, disse.

Só este ano foram gastos Cr$ 1 milhão em cada um dos 38 vôos fretados para transportar índios com suspeita de doenças.

DA AERONÁUTICA — Cantídio Guimarães, um suboficial da reserva da Aeronáutica, foi superintendente da Funai no Mato Grosso do Sul até 16 de agosto do ano passado. O então ministro da Justiça Bernardo Cabral fez questão de dizer que a escolha do seu nome era "uma vontade pessoal" do presidente Fernando Collor. Ele autorizou a empresa de minérios Taboca S/A a utilizar uma estrada ilegal construída na Reserva Waimiry Atroari, a 100 km ao Norte de Manaus.

Além de vir praticando atos condenáveis pelos indígenas, Cantídio expulsou da sede da Funai a advogada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Nishley Lima de Melo.

01.01 91 1554

DOCUMENTO
TÍTULO Colonos acampam em Altamira em defesa da Transamazônica
PROCEDÊNCIA J. B. 15.0.90
FEITO EM 3-6-91
VIA Brasil.
10046
11165
12

UDR e PT se unem por colonos

Colonos acampam em Altamira em defesa da Transamazônica

Celia Chaim

SÃO PAULO — Uma versão muito menos divertida — mas igualmente brasileiríssima — da caravana *Rolidei*, do filme *Bye bye Brasil* desembarcou sábado na mesma Altamira, no Pará, que o cineasta Cacá Diegues escolheu como cenário principal de seu filme, anos atrás. Dois mil colonos procedentes de uma dezena de cidadezinhas que se espalham por um trecho de 1.000 quilômetros da rodovia Transamazônica — de Repartimento, no extremo Leste, a Rurópolis, no extremo Oeste — montaram acampamento em três pontos de Altamira, ao lado da sede do Incra e em duas escolas, para chamar a atenção para o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica.

Eles representam 470 mil moradores das cidades que se formaram de 1970 para cá ao longo de um trecho dos mais depauperados da que seria a mais espetacular estrada do país. E não chegaram a Altamira, distante 700 quilômetros da capital, empurrados por um ou outro grupo político. É um raríssimo movimento suprapartidário, que ontem ganhou a adesão de três prefeitos importantes para a região — Armindo Bernardim (PMDB), de Altamira, Antônio Lazarini (PMDB), de Uruará, e Francisco Aguiar (PTB), de Medicilândia — e que promete para amanhã a chegada de mais oito mil colonos.

De representantes do PT a financiadores ligados à União Democrática Ruralista (UDR) local, todos apóiam os colonos na invasão pacífica de Altamira em favor da recuperação do projeto de colonização. O Sindicato Rural de Altamira, que reúne os fazendeiros locais e acomoda a UDR, tem contribuído com dinheiro para a manutenção dos colonos no acampamento, depois de *passar o pires* entre seus associados. O PT, por sua vez, está enviando Luís Eduardo Greenhalg, vice-prefeito de São Paulo, numa espécie de missão especial.

"Eles tomaram a cidade no sábado não para protestar contra o abandono, mas para sensibilizar as autoridades para o problema", conta Raimunda Faleiro, da comissão de organização do movimento. A semana, segundo ela, será de muita agitação na pacata Altamira, cidade que passou de 15 mil para 115 mil habitantes em 21 anos de Transamazônica. Da agenda do movimento constam dois encontros com representantes do governo federal, quarta e quinta-feira.

Movidos pelos mais diveros interesses, os adeptos do movimento têm extensa pauta de reivindicações: querem mais médicos, por exemplo. No trecho de 1.000 quilômetros de Repartimento a Rurópolis, 470 mil pessoas são atendidas por apenas nove clínicos e um único dentista. Água encanada, só no centro de Altamira. A recuperação do projeto de colonização exigiria reconstrução do principal trecho deteriorado e a abertura de 1.840 quilômetros de estradas vicinais, hoje simples picadas na floresta. Mais 2.860 quilômetros de estradas vicinais já construídas teriam de ser refeitos, porque estão intransitáveis.

01.01

9107555

Nº DOCUMENTO
TÍTULO: Min Saúde libera Cr$ 7.000 milhões para prevenir cólera
PROCEDÊNCIA: ZH 150023
DATA: 22-6-91
VÍNCULO: 10046
11164
11302
11301

ENT.
CRIZ

Ministro libera Cr$ 7 bi para prevenção da cólera

ZH 22/6/91

O ministro da Saúde, Alceni Guerra, anunciou que os estados poderão dispor de Cr$ 7 bilhões para a prevenção da cólera. Os recursos serão distribuídos de acordo com critérios de população e saneamento básico. Assim, o Rio Grande do Sul receberá Cr$ 440 milhões, enquanto Santa Catarina ficará com Cr$ 184 milhões, e o Paraná com Cr$ 400 milhões, totalizando Cr$ 1 bilhão e 24 milhões para a Região Sul. A maior parcela — Cr$ 832 milhões — irá para São Paulo.

Segundo o secretário nacional de Vigilância Sanitá ia, Baldur Shubert, os recursos anunciados ontem só serão liberados após apresentação de um plano de aplicação por parte dos estados. Mas o ministro Alceni Guerra esclareceu que o Ministério da Saúde não vai interferir no plano de aplicação que deverá ser elaborado pelas comissões estaduais em colaboração com as comissões municipais.

Baldur Shubert explicou que para repartir os recursos destinados ao combate à cólera, foram observados os seguintes critérios: população, população sem água tratada, população sem sistema de esgoto e existência ou não de fronteiras com áreas de risco. Cada item pesou 20% sendo que o aspecto "população sem água tratada" valeu 40%. O último critério foi preponderante, afirma Shubert, dizendo que a água é o principal vetor de transmissão do vibrião colérico.

Apesar do critério de proximidade de fronteira ser um aspecto importante salientado pelos assessores do Ministério da Saúde, a Região Norte vai receber menos que a Região Nordeste. Vai Cr$ 1 bilhão 488 milhões para Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá e Cr$ 2 bilhões 122 milhões para o Nordeste, que tem nove estados, mas não tem fronteira com o Peru e a Colômbia, onde a cólera continua crescendo. (Brasília/ZH)

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Paralisações continuam prejudicando os serviços públicos
PÁGINA ZERO HORA
FECHA 24-6-91
VINCULACIÓN 10046
10196
A
ENTRADA
CRUZADO

Paralisações continuam atingindo serviços públicos

□ Várias categorias estão paradas, deixando os contribuintes sem qualquer proteção. Ontem à noite, Banco do Brasil decidiu manter greve

O inverno que começou na última sexta-feira encontrou seis categorias de servidores públicos no Rio Grande do Sul pedindo para serem menos "descamisadas". Os movimentos atingem a população em várias áreas, que vão desde assistência médica até cálculo de indicadores econômicos, passando por contas bancárias, educação e cuidado de menores. As negociações estão demoradas, mas há muitos encontros previstos para esta semana.

Das seis categorias em greve, cinco são ligadas ao Governo Federal. A maioria dos movimentos foi deflagrada em função da Medida Provisória 296, editada em 30 de maio. Através desta medida, alguns segmentos do funcionalismo federal receberam reajustes entre 20 e 30%, enquanto outros ficaram com os salários inalterados.

A paralisação dos previdenciários já fechou dez dos 11 postos de atendimento em Porto Alegre, e mantém somente o serviço de urgência do Hospital Presidente Vargas. No Interior, a paralisação é parcial em algumas cidades. A negociação dos previdenciários está sendo feita em Brasília e prossegue durante esta semana.

Zani/Arte ZH

QUADRO DAS GREVES
No Rio Grande do Sul

	Dias de Greve no Estado	Total categ.	Reajuste pedido	Oferta do Governo
B. do Brasil	4	11.449	330% de reajuste	Empréstimos equiv. a dois salários
Previdência	11	10.000	355% de reajuste	Reajuste de 30%
UFRGS	19	6.500	Reajuste de 140% Correção distorções do Plano de Carreira	Nenhum reajuste
IBGE	11	432	351% de reajuste	Nenhum reajuste
IBAMA	14	240	320% de reajuste condições de trabalho	8%
FEBEM	14	1.600	158% de reajuste	71,92% de reajuste e adicional de penosidade

SEM AULA — A greve dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) está deixando mais de 15 mil alunos sem aulas no Estado. Amanhã, representantes da categoria terão uma audiência no Ministério da Educação e na quarta-feira os grevistas fazem uma assembléia geral no Instituto da Biociências.

Os funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão esperançosos com a reunião de amanhã, na presidência do órgão. A greve deixou todo o Estado sem fiscalização ambiental em nível federal.

A direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também deverá negociar durante esta semana com os funcionários. A paralisação prejudica o cálculo de indicadores econômicos e a tabulação de dados.

Já a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), que dos órgãos envolvidos em greve é o único a pertencer ao Estado, deverá reiniciar a negociação com os funcionários na quarta-feira. Hoje e amanhã, os grevistas fazem atos de protesto. A paralisação prejudica o atendimento a cerca de 4 mil menores no Estado.

CRESCENDO — Os funcionários do Banco do Brasil no Estado decidiram, na noite de ontem, em assembléia geral, continuar a greve deflagrada na quarta-feira. No sábado, em São Paulo, no encontro da categoria, 353 dos 360 delegados sindicais votaram pela manutenção da greve. Os funcionários do BB querem 330% de reajuste, referentes à defasagem salarial acumulada de setembro de 1989 até maio deste ano.

O diretor do Sindicato dos Bancários, Flávio Ruberti, disse que o movimento está crescendo, em todo o País. No Estado, estão paralisadas as agências de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Hoje, os funcionários de Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Santa Maria resolvem se aderem à greve. Os grevistas também querem resgatar a função social do banco, de fomento e apoio a pequenos e médios agricultores. Hoje, às 14h, haverá uma audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

ENTRADA
CRUZADO
01.01
9107557

Nº. DOCUMENTO
TITULO GOB. DIO PRESUPUESTO PARA LA RESERVA IANOMAMI
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PRODUCCION 29-6-91
VINCULACIONES 10046
11164
11302
11472

CNI
CRUZ

Collor manda soltar verba

O presidente Fernando Collor reuniu ontem, no Palácio do Planalto, sete ministros, três secretários nacionais e outros técnicos governamentais, e determinou ao Ministério da Economia desbloquear recursos para demarcação da reserva ianomâmi. Determinou, também, à Polícia Federal, a retomada imediata da Operação Selva Livre, para expulsão dos garimpeiros que retornaram à reserva.

O valor exato do desbloqueio será definido na próxima semana entre os ministros da Justiça, Jarbas Passarinho, e da Economia, Marcílio Marques Moreira. Passarinho vai tentar a liberação de Cr$ 600 milhões, a preços de fevereiro, e mais US$ 550 mil de um empréstimo da ONU para a demarcação.

Cerca de 5 mil dos 30 mil garimpeiros que haviam sido expulsos da reserva ianomâmi na primeira fase da Operação Selva Livre, entre janeiro e agosto do ano passado, retornaram à área, informou o secretário da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que participou da reunião no Planalto. Das 61 pistas de pouso clandestinas usadas pelos garimpeiros destruídas a dinamite durante a Operação Selva Livre, cinco foram reconstruídas e voltarão a ser inutilizadas.

Collor determinou, na reunião, a revisão do projeto educacional do governo para os índios e a participação da Secretaria do Meio-Ambiente (Sema) no programa agrícola para a população indígena, executado pelo Ministério da Agricultura, que prevê a auto-sustentação. Decidiu-se, também, discutir operação semelhante em conjunto com o governo da Venezuela, pois há um grande contingente de índios venezuela nos próximos à reserva.

Cartoons de Henomirim — Samuel Vieira

01.01

9107558

Nº. DOCUMENTO
TITULO: INTENDENTES AGUARDAN PROYECTO DE LBA
PROCEDENCIA: JB 150028
FECHA DE PRODUCCION: 5-6-91
VINCULADOS: 10046
11164
11303

ENTRADA
CRUZ

Prefeitos aguardam projeto da LBA

Idéia de Rosane que inspirou Ciacs não saiu do papel

BRASÍLIA — Lançado no ano passado pela primeira-dama Rosane Collor, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Projeto Minha Gente, que inspirou o programa dos Centros Integrados de Assistência às Crianças (Ciac) — versão federal dos Cieps do Rio de Janeiro —, ainda não saiu do papel. Nos locais onde foi anunciado inicialmente, só ficaram lembranças da solenidade de lançamento da pedra fundamental. É o caso dos municípios de Lauro Freitas e Camaçari, na Bahia, e de Novo Horizonte, em São Paulo.

O projeto já foi lançados em 35 municípios brasileiros, cujas prefeituras — que se encarregaram de ceder os terrenos — até hoje aguardam a construção do complexo com uma creche para crianças até seis anos, uma escola de primeiro grau, uma micro-unidade produtiva para as mães aumentarem a renda familiar, um centro para idosos, uma área de lazer, além de um posto de saúde para toda a família. No município de Lauro Freitas, por exemplo, o terreno destinado ao projeto, depois do lançamento da pedra fundamental no último dia 18 de dezembro, está em completo abandono.

Esperança — Mesmo passados seis meses, as autoridades locais não perdem a esperança de ver construída a obra. O secretário de Obras de Lauro de Freitas, engenheiro Ailton Lustosa, explicou que a pedra fundamental foi lançada para arrecadação de verbas para a obra. "A prefeitura deu o terreno e fez o levantamento topográfico, para facilitar a construção. O pessoal de Brasília (sede da LBA) está ligando pedindo dados e isso é sinal de que o projeto está andando", afirmou o secretário, acrescentando que a manutenção do complexo deve ficar com a LBA e a prefeitura, mas a coisa ainda não está fechada. Em Camaçari, o outro município baiano em que a primeira-dama lançou o projeto, até a pedra fundamental desapareceu e o mato tomou conta do local.

Em Novo Horizonte (SP), primeiro município onde foi lançado o projeto, em 14 de agosto do ano passado, a situação não é diferente. O terreno de 7.000m², no bairro do Cardoso, foi doado pela prefeitura e até hoje a obra não começou. O prefeito Same Calil Nicolau acha que a falta de documentação atrasou o início da obra, que, segundo ele, "está para sair". Esperançoso, Nicolau explica que o projeto vai beneficiar seis bairros carentes. "A construção será por conta da LBA que vai alocar recursos. O projeto é muito bom. A manutenção será dada pela LBA. A prefeitura dará uma mão e no que eu puder ajudar eu ajudo", afirmou. No entanto, ele não sabe como será a manutenção do complexo, mas acredita que a LBA nomeará funcionários para administrá-lo.

Embrião dos Ciacs — O Projeto Minha Gente, segundo informou a presidente da LBA, Rosane Collor, visa a redução da taxa de mortalidade infantil, aumento do consumo de alimentos básicos entre a população de baixa renda e a universalização do ensino de 1º grau.

A idéia serviu de embrião para o programa dos Ciacs lançado pelo presidente Fernando Collor no mês passado, em solenidade no Palácio do Planalto. Pelo projeto, os terrenos são doados pelas prefeituras, governos estaduais, entidades privadas ou pessoas físicas. As obras devem ser feitas pela contratação direta da empresa ou instituição doadora com empresas construtoras de sua escolha. No caso de a empresa doadora ser a construtora, ela mesma deve tocar a obra, sob a supervisão técnica da LBA.

Os beneficiários do projeto são famílias pertencentes às camadas de baixa renda, que recebem entre 0 a 2,5 salários mínimos, em especial crianças e idosos. Pelo projeto, serão beneficiados na primeira etapa de implantação 300 mil pessoas. Até hoje, foram lançadas 35 pedras fundamentais em 17 estados e no Distrito Federal.

Greve em BB chega al fim
JB
1-7
10546
11165
11413

ENTR 00
CFIZ

Greve no BB chega ao fim

• *Mas funcionários da Caixa Econômica decidem continuar a paralisação*

Os funcionários do Banco do Brasil em todo o país decidiram suspender a greve a partir de hoje. A decisão foi tomada durante o Encontro Nacional dos Bancários realizado neste fim de semana, em Brasília. No Rio a assembléia contou com a participação de 2.500 pessoas, e a volta ao trabalho foi aprovada por ampla maioria. Com a presença de 3.000 funcionários, a assembléia do BB em São Paulo também decidiu pelo fim do movimento hoje, quando os 28 mil bancários voltarão ao trabalho.

Mas não é um fim definitivo para a greve. "Foi um recuo organizado para a preparação do movimento que se dará em setembro, na nossa data-base", diz Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo e integrante da executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Deflagrado há 11 dias, o movimento foi considerado abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho, na última quinta-feira, e desde então começou a se esvaziar. O presidente do BB, Lafayete Torres, ameaçou os grevistas com penas que iam da advertência à demissão. Além da decisão do TST, para o retorno ao trabalho, na última sexta-feira, os funcionários do BB em vários estados do país **quebraram** a greve e voltaram a trabalhar. Mantiveram-se no movimento os dois maiores centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e Bahia.

Amanhã, os funcionários do BB do Rio realizam um ato de repúdio à decisão do TST de considerar a greve abusiva. E na quarta-feira uma nova assembléia deverá acontecer em São Paulo, para avaliar a repercussão desse recuo. A reivindicação era de 333% de reposição salarial, mesmo percentual solicitado pelos funcionários da Caixa Econômica Federal. Tanto o BB quanto a CEF ofereceram um empréstimo de dois salários brutos, nos meses de junho e julho, a serem descontados em quatro parcelas, a partir de setembro, corrigidas pela TRD mais 12% ao ano. Mas a proposta foi recusada pelos grevistas, que depois de fazerem os cálculos, concluíram que o pagamento da dívida comprometeria cerca de 50% de seus salários.

CEF — Em assembléia realizada ontem à noite os funcionários da Caixa Econômica Federal de Brasília, Rio, São Paulo e Florianópolis decidiram manter a paralisação, iniciada quinta-feira passada. O Tribunal Superior do Trabalho julga amanhã o pedido de abusividade da greve feito pela direção da CEF. Na audiência de conciliação realizada sexta-feira passada, no TST, a direção da CEF não fez qualquer contra-proposta às reivindicações dos grevistas.

01.01 9107560

Indios quieren la dirección de FUNAI
ZH
1-7
10046
11165
11772

ENT
CPI

Índios querem direção da Funai

□Caciques gaúchos estão pressionando para que líder caingangue assuma administração regional do órgão, sediada em Passo Fundo

Os sete mil índios do Rio Grande do Sul não querem mais saber de brancos administrando a Fundação Nacional do Índio (Funai), pelo menos aqui no Estado. Em reunião realizada na semana passada, na sede da Funai em Passo Fundo, os caciques das nove reservas indígenas do Rio Grande do Sul indicaram o nome do índio caingangue Neri Kãme-Si Ribeiro para ocupar o cargo de administrador regional do órgão, com sede no município, em substituição a Lorinaldo Veloso, que se aposentou.

A decisão dos indígenas acontece no momento em que a Fundação Nacional do Índio passa por uma fase de transição: um novo estatuto do índio está em discussão e uma nova estrutura administrativa deve ser implantada. A indicação do índio caingangue foi discutida na última sexta-feira em Curitiba (PR) pelo superintendente da Funai para o Sul do País, Henrique João Trontczynski, e pelos presidentes de Conselhos de Caciques do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, embora o tema do encontro fosse analisar o novo estatuto do índio e sugerir alterações ao Ministério da Justiça.

A definição do novo administrador da delegacia da Funai no Rio Grande do Sul deve ocorrer a partir desta semana, através da decisão do superintendente Trontczynski. O cacique Samuel Claudino, presidente do Conselho de Caciques Indígenas do Rio Grande do Sul, avisa que as lideranças indígenas não vão mais aceitar pessoas estranhas aos interesses dos índios assumindo cargos de chefia dentro da Funai. Disse que os índios desejam um administrador que trabalhe em favor das comunidades indígenas, devendo ser um "homem de decisão", que conheça os problemas das comunidades indígenas. Por isso, Claudino defende um índio para administrar o órgão, "pois conhece e sofre na pele os problemas enfrentados pelos seus irmãos". Diz que os índios não admitem mais que se faça política dentro do trabalho indígena.

AUTONOMIA — A escolha de um caingangue para o cargo é classificada pelos caciques como histórica. O administrador substituto da Funai João Alberto Ferrarezi, funcionário do órgão, antecipa não ter interesse em permanecer no cargo, acreditando que a indicação dos índios será confirmada. Kãme-Si Ribeiro, é bacharel em Ciências Sociais e atual chefe do posto da Reserva da Guarita.

Mozart Dietrich, integrante do Conselho de Missões Indígenas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (Comin), considera "inédita" no País a indicação de um índio para ocupar o cargo de delegado da Funai. Até o momento, o cargo máximo alcançado por um índio foi o de chefe de posto, como ocorreu com Kãme-Si Ribeiro, responsável pelo posto da Guarita, conta o membro do Comin.

Dietrich explica que a luta por autonomia junto à Funai é uma forma de os índios conseguirem ver respeitada sua característica de um povo com uma organização social própria, uma cultura, costumes e língua peculiares. Ao mesmo tempo, significará que os índios têm uma área territorial própria, formando uma nação dentro do território brasileiro, o que não é bem visto por alguns setores, avalia Dietrich. Para ele, o chefe do posto da Guarita é um líder natural, muito bem visto pela comunidade, e que vem fazendo um trabalho que busca a união entre os diversos grupos indígenas.

Antônio Pacheco/Arquivo/ZH

Identidade: *reservas lutam por representante que conheça seus problemas*

9107561

DOCUMENTO
TÍTULO Indios estão mais desnutridos que pobres do Nordeste
OCORRÊNCIA JB
30-6
10046
11165
11414
CATALOGO
CRUZ

Índios estão mais desnutridos que pobres do Nordeste

Sérgio Adeodato

Os índios brasileiros que vivem na Amazônia estão duas vezes mais anêmicos e desnutridos do que os habitantes das áreas mais pobres do Nordeste. A conclusão é do pesquisador Ricardo Santos, do Núcleo de Doenças Endêmicas da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), que avaliou as condições de saúde dos 1.700 índios que vivem no Parque Aripuanã, na fronteira de Rondônia com Mato Grosso. Enquanto no Nordeste o índice de mortalidade infantil é de 142 crianças em cada mil, entre os índios estudados esse número sobe para 250 em cada mil, quase o dobro.

Esse quadro de inanição está sendo provocado, ao longo dos anos, pela mudança do padrão alimentar dos índios da região, que abandonaram a agricultura tradicional e os alimentos mais ricos em proteína, como o pescado e as frutas, substituindo-os por alimentos enlatados e à base de amido, como latas de sardinha e macarrão, comprados nas cidades próximas à aldeia. Quando falta dinheiro, normalmente conseguido com a venda do café plantado na mata, os índios não podem comer. O problema se agrava porque a deficiência de ferro normalmente ocorre paralelamente a outros problemas de saúde, como diarréia, malária e doenças respiratórias, que debilitam ainda mais o organismo.

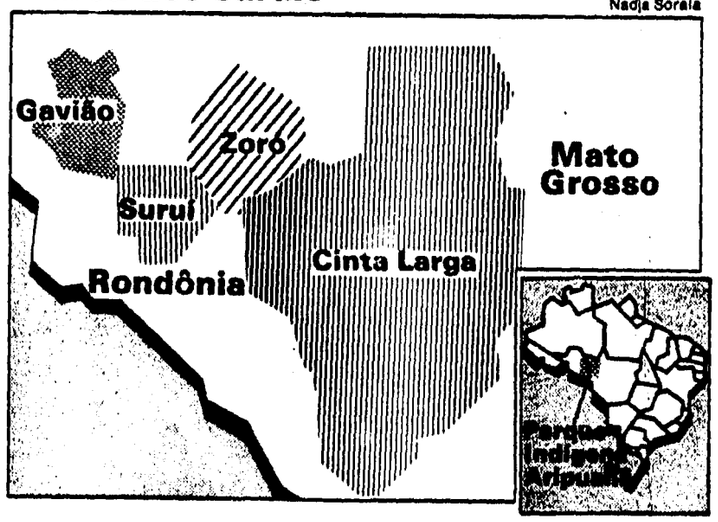
O mito do índio brasileiro saudável e robusto está cada vez mais longe da realidade: a pesquisa da Ensp avaliou 280 índios de até 11 anos e constatou que 60% estavam anêmicos. Na tribo surui, a mais aculturada entre as quatro tribos que habitam o Parque Aripuanã, o índice de anêmicos aumenta para 78%. Através da medição do peso e da altura, Ricardo Santos verificou que 55% dos índios estavam desnutridos, ou seja, com altura e peso muito pequenos para a idade. No Nordeste, o índice está entre 20% e 30%.

"Essa realidade é parecida com a das favelas do Rio de Janeiro, mas entre os índios há um agravante: o isolamento geográfico e lingüístico dificultam o acesso a serviços de saúde", explica o sanitarista Carlos Coimbra, também pesquisador da Ensp. "A desnutrição não está afetando somente os índios, mas também as populações ribeirinhas da Amazônia. Esses dados cruéis que estamos obtendo ultrapassam as fronteiras do Parque Aripuanã", adverte Coimbra. A cólera, que ameaça atingir os índios ticunas que vivem perto de Tabatinga, às margens do Rio Solimões, no Amazonas, e se espalhar por outras tribos, poderá tornar essa situação ainda mais preocupante.

As alterações da dieta alimentar dos índios brasileiros começa a causar problemas de obesidade nas aldeias. Índios demasiadamente gordos correm o risco de contrair doenças como hipertensão, diabete e problemas cardiovasculares — males muito comuns entre os índios americanos. "Na aldeia Pima, no Sudoeste dos Estados Unidos, 50% dos índios sofrem de diabete", informa Carlos Coimbra, alertando que a tendência é ocorrer o mesmo com os índios brasileiros. Dados obtidos pelos cientistas da Ensp, dizem que pelo menos 5% dos índios suruís são obesos.

A área dos suruís

Nadja Sorela



A obesidade também é problema nas aldeias indígenas

Exame dos dentes revela doenças

Para descobrir como era a saúde indígena antes do contato com o homem branco, os pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública estudaram cerca de mil dentes dos índios do Parque Aripuanã. Através da análise dos defeitos de formação do esmalte dentário é possível descobrir se o índio teve problemas de saúde no passado. Quase 100% dos índios avaliados apresentaram defeitos no esmalte dentário — esse número é superior ao dobro do verificado em comunidades pobres do México —, mostrando que as doenças infecciosas já atingiam as populações indígenas há pelo menos 40 anos, antes mesmo dos movimentos migratórios que levaram o homem branco à fronteira das aldeias.

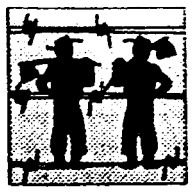
Pelo menos 30% dos índios do Parque Aripuanã já tiveram tuberculose, problema agravado pela desnutrição e pela ausência de serviços de saúde. "Sem tratamento, o índio doente espalha o germe da tuberculose nas aldeias", explica Carlos Coimbra. No momento, as doenças infecciosas são as mais freqüentes entre os índios da Amazônia.

O pesquisador descobriu que 45,6% dos índios suruís que vivem no parque estavam infectados pelo fungo que causa uma doença pulmonar chamada de paracoccidiodomicose, que é mortal se não for tratada. O fungo vive no solo e é contraído pelo índio através da inspiração da poeira quando trabalha com a enxada nas plantações de café. Entre os índios da tribo gavião, que também está instalada no parque e que não planta café, somente 6,9% estavam infectados. "A mudança do tipo de cultura agrícola pelos índios está espalhando essa doença pela Amazônia", conclui Carlos Coimbra.

01.01
9107562

Nº DOCUMENTO
TITULO MOV. SIN TIERRA - INCRA COMPRÓ TIERRAS DESTINADAS PARA NAS DE 400 COLONOS.
PROCEDENCIA ZH 150029.
DATA 22-6-91
10546
11165
12771
11164
11302
10196

Incra compra terras e assenta mais 400 colonos



□Presidente do Instituto assinou no Palácio escritura da fazenda de 1.576 hectares de Livramento. Outros 1.507 hectares adquiridos em Encruzilhada beneficiarão agricultores da Annoni

Foi assinada ontem, em Porto Alegre, a escritura de compra de 1.576 hectares em Santana do Livramento pelo governador do Estado, Alceu Collares (PDT), e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), João Mendonça de Amorim Filho. Nestas terras, deverão ser assentados 400 colonos dos 3 mil que estão acampados diante da Fazenda São Pedro, em Bagé. Também foi anunciada a compra de 1.507 hectares em Encruzilhada do Sul. Nesta área deverão ser assentados 150 colonos dos 350 que estão acampados há seis anos na Fazenda Annoni, em Sarandi. A assinatura foi no Palácio Piratini.

Até agora, o Governo Federal já negociou 4.500 hectares para assentamento no Estado, no valor de Cr$ 1,2 bilhão. Ontem, também ficou acertado que o assentamento de colonos de Bagé na Fazenda Remanso, em Canguçu, deverá começar em 15 dias. Esta terra foi comprada há mais de 30 dias, e o assentamento ainda não começou por questões burocráticas. Mendonça também resolveu o impasse que existiu entre os sem-terra e o Incra na questão de quem tem direito a ser assentado. Pelos critérios do Incra, solteiro só ganha terra depois que os casados com filho forem contemplados. Os sem-terra organizaram grupos com casados e solteiros para serem assentados. Ficou acertado que estes grupos serão assentados e formarão cooperativas. E que a propriedade da terra será da cooperativa e não individual.

Fernando Gomes/ZH

Terras: *Collares, ao lado de Amorim, assina a escritura*

PIONEIRISMO — Há muitos anos os assentados gaúchos estão organizados em cooperativas. Já existe funcionando a Central de Cooperativas dos Assentados, que foi muito elogiada pelo governador Collares. A partir de agora, todos os assentamentos serão organizados pela Central, que tem a sede na Fazenda do Holandês, em Sarandi. O governador disse que estas compras de terra feitas pelo Governo Federal no Rio Grande do Sul estão ajudando a aliviar a tensão no campo, provocada por uma estrutura agrária anacrônica. O presidente do Incra também lembrou que existem 60 milhões de famintos no Brasil. "É preciso resgatar esta dívida", discursou.

Os representantes dos acampados da Annoni estiveram na assinatura da escritura. O colono Ari Oliveira disse que não conhecia a área em Encruzilhada do Sul, que está sendo negociada para assentá-los. "Só vamos falar no assunto depois de ver a área", afirmou. Os representantes dos colonos de Bagé se encontraram com o Mendonça na sede do Incra. O camponês Ênio Bohnenberger comunicou ao presidente do Incra que há pressa dos colonos em ocupar a Remanso, porque as árvores frutíferas que existem lá precisam ser podadas, caso contrário irão ser prejudicadas. Mendonça voltou ontem para o centro do País. Bohnenberger foi para Bagé, onde acontece hoje uma assembléia entre os acampados para discutir a situação.

Incra define esta manhã a compra de terras

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vai finalmente formalizar hoje a compra de área de 1.600 hectares, no município de Santana do Livramento, para o assentamento de perto de 100 famílias de sem-terra. A assinatura do termo de aquisição da propriedade, cujo local exato ainda é mantido em segredo, já tinha sido adiada por duas vezes essa semana — de quarta-feira passou para a quinta e depois para hoje. A cerimônia formal está marcada para as 10h, na sede da superintendência regional do Incra, em Porto Alegre, com a presença do diretor de administração e finanças do órgão, Alberto José de Mello, que veio especialmente de Brasília. Também participarão o secretário da Agricultura, Aldo Pinto, os proprietários da fazenda e os sem-terra.

Essa é a segunda área que o Incra compra no Estado para a instalação de assentamentos. No final de maio, foram adquiridos mais de 1.500 hectares, em Canguçu. O atraso na compra dessa segunda área foi creditada à invasão da sede nacional do Incra, em Brasília, por sem-terra do Mato Grosso. Os colonos gaúchos já estavam irritados com a demora. "O que está acontecendo?", perguntou ontem Claudemir Bitencourt, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ele disse que se o anúncio de novas áreas se estender além de hoje o grupo de 730 famílias acampadas em Bagé, à beira da estrada, poderá adotar novas ações. No início de abril, essas famílias invadiram a Fazenda São Pedro e só saíram depois de mais de 50 dias de ocupação.

9107563

Invasores expulsos por 500 PMs

□Episódio foi em Osasco, na Grande São Paulo. O momento crítico foi quando um barraco pegou fogo.Cenas de histeria, prisões e muita violência

Foram necessários 500 policiais militares da tropa de choque, dois tanques lança bombas modelo "Centurion" e mais de 40 cães para a retirada das 800 famílias de um terreno público de 387 mil metros quadrados do município de Osasco (Grande São Paulo). Depois de esperarem cerca de cinco horas pela saída das famílias — prazo limite dado pela Secretaria de Segurança para a Prefeitura ter a reintegração de posse -, os policiais, armados de metralhadoras, bombas e cacetetes, invadiram a área ocupada e retiraram à força centenas de invasores. Uma mulher grávida, Marilena de Souza, 35 anos, foi atingida na barriga por um cacetete e desmaiou.

O confronto aconteceu por volta de 16h30min, quando um barraco incendiado provocou uma histeria coletiva: centenas de pessoas choravam, gritavam e eram empurradas pela Polícia para saírem dos barracos. Alguns invasores jogaram pedras nos policiais, que revidaram com tiros para cima. Vinte pessoas foram presas, entre elas um vereador do PDT em Osasco, Ludeval de Santos Oliveira, e a professora Solange Aparecida Leite, acusados pela Polícia de provocarem "agitação" e portarem dois coquetéis molotov. Os policiais encontraram dentro de um dos barracos outros três coquetéis molotov.

À FORÇA — A reintegração do terreno foi decidida pelo juiz Norberto Carride Júnior, da Segunda Vara Cível de Osasco, que autorizou, em caso de resistência dos invasores, a desocupação coercitiva, o que inclui, entre outras medidas, prisões e uso de armas. No início da tarde, o deputado estadual João Paulo Cunha (PT) solicitou ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, Pedro Franco, que a desocupação fosse adiada por algumas horas — até os invasores deixarem espontaneamente a área. Foi o secretário Franco quem intermediou as negociações entre os invasores e o prefeito de Osasco, Francisco Rossi, que se negou a receber representantes dos invasores.

O secretário deverá receber hoje representantes do Movimento Nova Vida por Terra e Moradia, que coordenaram a invasão, para discutir a possibilidade de acomodar as famílias em outro terreno. O movimento, segundo Jaime Barros, 28 anos, integrante da comissão de moradores, nasceu no Jardim Teresa, em Osasco, há um ano. Atualmente, é ligado à Igreja Católica e ao PT e cadastra mais de 1,2 mil famílias de habitantes daquela cidade. Dessas, 827 invadiram a área desocupada ontem e batizada como Vila da Conquista.

Barros calcula que entre os 3,5 mil moradores dos barracos, 2,2 mil eram crianças. Mais de 60% estão desempregados e todos são moradores antigos de Osasco. (AG-AE)

Agência Folhas/ZH

Em Osasco: *tropa de choque entra em ação contra invasores*

Produtores de Livramento querem sem-terra longe

A possibilidade de assentamento de colonos sem-terra em Santana do Livramento está preocupando os produtores do Município que, ontem, entregaram uma carta aberta ao prefeito em exercício, Elifas Simas (PDT), e fizeram uma passeata pela cidade. Na carta, eles criticam a forma como está sendo conduzida a reforma agrária pelo Governo Federal.

O documento, intitulado *Carta de Livramento*, afirma que "as invasões de terra, prática de cárcere privado, lesões corporais, torturas, destruição de benfeitorias, roubo de animais, entre outros, foram fatos incontestáveis ocorridos na vizinha cidade de Bagé, em flagrante desrespeito à lei". Acrescentam que essas fatos terão que acabar "antes que haja derramamento de sangue".

Os produtores alegam, ainda, que "o dinheiro público está sendo dilapidado em assentamentos que carecem de planejamento, meios e objetivos, com investimentos vultosos, de retorno mais que duvidoso". Pediram também que, na possibilidade de aquisição de terras em Livramento para assentamento de colonos, sejam priorizados os habitantes da cidade que, "reconhecidamente, são aptos à produção de alimentos".

Simas disse à comissão que a Prefeitura de Livramento não foi consultada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com relação ao assentamento dos sem-terra no Município. O prefeito disse esperar que os colonos sejam assentados em Livramento somente se possuírem toda a infra-estrutura para desenvolver seu trabalho.

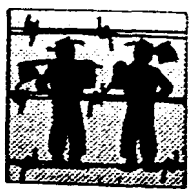
TENSÃO — Em Bagé, aumentou consideravelmente o clima de tensão entre os colonos acampados na frente da Fazenda São Pedro, no distrito de Tupi Silveira, após o último temporal e a queda da temperatura. De acordo com Milton da Silva, um dos líderes dos acampados, cerca de 70% das 500 barracas cobertas com plástico foram destruídas, aumentando as dificuldades dos colonos, como a falta de alimentação, assistência médica e infra-estrutura.

REUNIÃO — A liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Estado se reúne, hoje pela manhã, com o presidente do Incra, João Amorim, na superintendência regional, quando serão tratados assuntos como o assentamento dos colonos que estão em Bagé e ainda a compra de uma área de terra no município de Livramento. Após o encontro com os sem-terra, o presidente do Incra terá uma audiência com o governador do Estado, Alceu Collares, no Palácio Piratini.

02

9107563

Incra e sem-terra não se entendem



□As divergências se referem aos critérios na seleção das famílias que serão assentadas e na indefinição sobre a compra da Fazenda Remanso, em Canguçu

As negociações entre as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os responsáveis pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para assentar os 3 mil camponeses que estão acampados diante da Fazenda São Pedro, em Bagé, chegaram a um impasse, ontem, por causa de dois problemas: os critérios na seleção das famílias que serão assentadas e a não liberação da Fazenda Remanso, em Canguçu, para assentamento.

O impasse faz voltar a crescer a tensão na região de Bagé. Em abril, estes camponeses ocuparam a São Pedro. Na ocasião, fizeram 20 reféns e o colono Neuroni Machado foi morto com um tiro na cabeça. Os camponeses saíram sem resistência da São Pedro depois de uma longa negociação. "Agora tudo poderá voltar à estaca zero", disse irritado o camponês Gilberto Portes. Ele, mais o deputado estadual Antônio Marangon (PT) e três colonos avistaram-se durante meia hora com o superintendente adjunto do Incra no Estado, Luiz Fernando Alfama. Foi uma conversa rápida e tensa.

ÁREAS — Até ontem era dado como certo que o Incra tinha duas áreas para assentar os camponeses: a Remanso, com 1.557 hectares, e uma outra gleba em Santana do Livramento, de 1.600 hectares. Na reunião, Alfama comunicou que a Remanso ainda não estava liberada porque o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com quem os proprietários da fazenda têm uma dívida, não estava aceitando os Cr$ 44 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) como pagamento.

"Acreditamos que este problema será resolvido logo", informou Alfama. "Para nós este negócio já estava acertado e estranhamos que a área ainda não esteja pronta para assentamento", protestou a componesa Irene Ostroski. Alfama diz que o assentamento deverá começar pela área de Santana do Livramento e não pela Remanso, como tinha sido anunciado na semana passada. "A área de Livramento deverá estar liberada até o final desta semana e o assentamento acontecerá imediatamente", prometeu.

CRITÉRIOS — Alfama explicou que o critério para a escolha é do Estatuto da Terra, uma legislação feita há 30 anos, que foi tornada sem efeito pela nova Constituição Federal. Ela ainda é usada pelo Incra porque as leis que irão regulamentar a questão agrária ainda não foram feitas. Segundo os critérios do Estatuto da Terra, as famílias têm prioridade para serem assentadas. Se sobrar terra, entram os solteiros. A escolha é feita por sorteio.

Os critérios do MST são diferentes. Eles repartiram o acampamento de Bagé em sete grupos. Estes grupos são formados de pessoas que têm afinidades políticas e de métodos de produção. Não é feito o sorteio de uma família, mas do grupo. "Isto nos dá certeza de que o assentamento irá dar certo economicamente", afirmou o colono Portes.

Ontem, os colonos levaram para Alfama uma lista de 87 pessoas para serem assentadas na Remanso. "Eu não posso aceitar esta lista, porque têm solteiros", afirmou Alfama. O deputado Marangon argumentou que se não fossem seguidos os critérios de sorteio dos colonos, estaria sendo comprometido o sucesso do futuro assentamento. No final da reunião Alfama não abriu mão da sua posição a respeito dos critérios para o sorteio. E os sem-terra também não. Os representantes dos colonos viajam hoje ou amanhã para Bagé para decidir o que farão. Alfama disse que espera bom senso dos camponeses.

Paulo Franken/ZH

Negociação: *Alfama cumprimenta colonos sem-terra*

Bagé faz campanha para ajudar os colonos

Os colonos acampados no distrito de Tupi Silveira, em Bagé, realizam uma assembléia nas próximas horas para definir novas formas de pressão para que as autoridades adquiram terras para assentar as 730 famílias. A dramática situação vivida pelos colonos e a proximidade do inverno estão sensibilizando pessoas da comunidade de Bagé, que realizam campanhas através das emissoras de rádio e dos jornais locais, para conseguir agasalhos e gêneros alimentícios para os acampados. Os colonos estão procurando também o auxílio da Prefeitura. **(Central do Interior/ZH)**

03 03

9107563

Mtro Aeronautica dice que el control de la Amazonia exige US$ 600 millones.

J. do BRASIL, 6-6-91

10046
11164
11302
11163
500980

ENTRADO
CRUZ

Sócrates diz que o controle da Amazônia exige US$ 600 milhões

BRASÍLIA — O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, afirmou ontem à Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados que o Brasil precisa de US$ 600 milhões para o controle de todas as atividades irregulares na Amazônia, como a produção de drogas e a destruição da floresta por garimpos ilegais. O brigadeiro reconheceu que a capacidade de defesa da Força Aérea é muito pequena, embora a vontade de seus oficiais seja grande. "Somos um guarda, com cassetete, apito e um revólver não muito moderno", afirmou. "Quanto à questão dos salários condenados, minha posição hoje é semelhante à do torcedor que vive em expectativa."

Sobre o lançamento do primeiro satélite brasileiro de comunicação, o ministro afirmou que os Estados Unidos e a União Soviética apresentaram propostas que estão sendo avaliadas pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antônio Luís Rocha Veloso, presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae), entidade que aconselha o presidente Collor a vencedor da concorrência.

Segundo o brigadeiro, a proposta soviética, apresentada pela empresa Graphicomm, prevê a troca de tecnologia, pois o satélite seria colocado em órbita em foguetes da Base de Alcântara [illegible], impulsionado por foguetes [illegible] soviéticos. Os custos [illegible] US$ 25 milhões. Já na proposta [illegible] o atraso em 12 meses o tempo [illegible] para o lançamento do satélite, [illegible] a troca de tecnologia, porque o satélite seria lançado do Cabo Canaveral, nos Estados Unidos, com custos de US$ [illegible] milhões. Depois de cinco horas de depoimento, o ministro conseguiu apoio unânime dos parlamentares. "Ter unanimidade é merecedor seu [illegible] especialmente por ter tratado de temas tão estratégicos como Amazônia e segurança nacional", afirmou o presidente da Comissão de Defesa Nacional da Câmara, deputado Maurício Campos (PL-MG).

O brigadeiro Sócrates Monteiro afirmou que a Amazônia é hoje para o governo prioridade número um, já que 90% das atividades econômicas da região são ilegais. De acordo com o ministro, na região existem empresas de fachada que mascaram o tráfico de drogas, o contrabando de metais preciosos e a contaminação de rios por mercúrio para a extração de ouro. "Estas atividades causam enormes prejuízos aos cofres nacionais, quer pela evasão de riquezas ou pela sonegação de impostos", afirmou.

O ministro relatou aos 31 deputados da comissão que o governo precisa de US$ 600 milhões para a criação do Sistema de Vigilância do Tráfego (Sivam), que seria responsável pela monitoração do fluxo de vôos na Amazônia. De acordo com o brigadeiro, existem hoje na região 1.600 pistas clandestinas, que teriam 90% de suas atividades reduzidas, se o Sivam fosse instalado em nove cidades estratégicas. A vigilância seria realizada por radares leves em nove aeroportos no Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia e Pará.

01.01

9107564

Nº. DOCU
TITULO: Collor define conversão de la deuda en proyectos ambientales
PAG: ZERO HORA
FECHA D: 24-6-91
VINCULACI: 10046
11161
11314

ENT
CRUZ

Collor define hoje conversão da dívida em projetos ambientais

□Presidente e ministro da Economia devem fixar o montante a ser convertido. Camiseta usada na corrida dominical pedia ciência voltada para a natureza

ABR/ZH

Entrevista: *Collor conversou com os jornalistas no pátio da Casa da Dinda*

O presidente Fernando Collor anunciou que pretende definir hoje à tarde, com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o montante da dívida externa que será convertido em projetos de proteção ambiental, proposta de países como França e Estados Unidos. Collor realizou sua corrida dominical demonstrando que continua adepto do estilo *soft*. Distribuiu sorrisos, autógrafos e abraços, dirigiu um ônibus da Mercedes Benz e recebeu jornalistas nos jardins da Casa da Dinda.

A camiseta de ontem tinha a inscrição *Science for nature, science for peace* (ciência pela natureza, ciência pela paz), referência à necessidade de tecnologias não-poluentes. O presidente explicou que durante a reunião setorial de hoje no Palácio do Planalto, sobre meio ambiente, pretende tomar conhecimento dos preparativos para a realização da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Na viagem a Washington, Collor já havia anunciado a decisão de converter parte da dívida em projetos ambientais. "Vamos fazer este fundo de modo a alavancar recursos externos para colaborar com os esforços que o Brasil vem realizando internamente para preservar o meio ambiente", declarou.

Collor chamou a atenção para o que denominou "uma transformação geopolítica do mundo", ou seja, uma fase de competitividade dos países pelos recursos internacionais, cada vez mais escassos. Por isso o Brasil tem que se preocupar em estar dentro do radar do sistema financeiro internacional, disse Collor, com a economia preparada para se tornar mais atrativa e captar a aplicação destes recursos.

ÍNDIOS — Não faltarão recursos para a demarcação do território ianomami, garantiu o presidente. Dentro de quatro meses, uma comissão deve definir a demarcação das terras e, até que isto seja feito, a região deve ser respeitada como terra dos índios. A demissão, na sexta-feira, do presidente da Funai, Cantídio Guimarães, mereceu um comentário lacônico de Collor: "O que importa é se as pessoas estão cumprindo as determinações que eu dei ou não. No momento em que não estão cumprindo, mando embora".

Cantídio foi acusado de não ter tomado as providências para iniciar o processo de demarcação da terra dos índios, conforme decreto presidencial publicado em abril, que estabelecia 180 dias para o trabalho. Contra ele pesaram também acusações de manter relações sexuais com índias.

Collor correu ontem durante 28 minutos no bosque de eucaliptos perto da Casa da Dinda, num percurso de cinco quilômetros, acompanhado do deputado Paulo Octávio (PRN-DF) e do diretor de desenvolvimento da Mercedes Benz, Ferdinand Panik. Pouco antes da corrida, o presidente convidou crianças que estavam na frente da casa para um passeio de oito quilômetros num ônibus movido a gás natural desenvolvido pela Mercedes Benz. O veículo não emite fumaça nem compostos de enxofre.(AE)

ENT
CRUZADO

01.01

9107565

Gob. otorgó presupuesto para demarcar areas indígenas
ZH 150029
29-6-91
10596
11161
11302

Governo libera verba para demarcar áreas indígenas

□O caso dos ianomami volta a preocupar o presidente Collor. E foi anunciado o nome do novo presidente da Fundação do Índio

MÔNICA GUGLIANO
Brasília/ZH

O sertanista Sidney Ferreira Possuelo é o novo presidente da Funai. Ele foi convidado para ocupar o cargo, após a demissão de Cantídio Guerreiro, na quarta-feira, pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Ainda não foi marcada a data em que tomará posse. Possuelo foi apresentado, ontem, pelo ministro Passarinho, logo depois do encerramento da reunião setorial para tratar da problemática indígena realizada pela manhã no Palácio do Planalto.

— É um peso danado, afirmou o sertanista — que dedicou boa parte dos seus 50 anos a combater a política implementada pela Funai, acrescentando que chegou o momento de transformar a entidade numa coisa séria ou acabar com ela.

Durante a reunião foi decidido que o governo liberará recursos para a demarcação de terras dos ianomami, pois o presidente Fernando Collor recomendou que o assunto seja prioritário.

— É preciso articular isso numa ação fulminante, disse o ministro Passarinho. Também ficou acertado que a Polícia Federal voltará a realizar a Operação Selva Livre, dinamitando as pistas dos garimpeiros. De acordo com relatório apresentado ontem pelo superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, a Operação Selva Livre já resultou em 46 inquéritos, com 16 pessoas indiciadas, foram aprendidas 21 aeronaves, 40 aparelhos de comunicação, seis veículos e foram destruídas 61 pistas.

GARIMPEIROS — O Ministério da Justiça estima que sejam necessários Cr$ 680 milhões apenas para a saída dos garimpeiros, mas Passarinho reiterou que houve um compromisso para acabar com o contingenciamento de recursos. Na reunião também se tratou do novo Estatuto do Índio, pois o Governo Federal pretende mandar ao Congresso em agosto um projeto de lei sobre o assunto, problemas de saúde, como a malária, e de educação.

— O presidente Collor mandou rever os programas de educação e não se mostrou satisfeito com a diretriz adotada até agora, revelou Passarinho.

No Planalto: *Passarinho com novo presidente da Funai, Sidney Possuelo*

Quem é o novo presidente da Funai

Sidney Ferreira Possuelo, o novo presidente da Funai, é chamado pelos indígenas como "bebaty", nome que recebeu em batismo kaiapó, por sua dedicação. "Aquele que pertence a família nobre ou tradicional" é a tradução livre de sua denominação índia. Sertanista com 26 anos de indigenismo, ele tem 50 anos de idade.

Possuelo já dirigiu o Parque Indígena do Xingu, e a Funai no Maranhão e na Ilha do Bananal. Em suas atividades, contactou nove grupos indígenas, inclusive o povo surui, localizado entre Rondônia e Mato Grosso, como membro da equipe do sertanista Francisco Meirelles.

Também auxiliou os irmãos Villas-Boas no processo de aproximação aos krenharore e sua remoção de Peixoto de Azevedo (MT) para o Parque do Xingu.

Na carreira do novo presidente da Fundação Nacional do Índio fazem parte ainda contatos com os índios maiá, do Alto Solimões (AM), guajá (MA), arara (PA) e parakanã (PA-MA).

Citado pelo bispo do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, Possuelo também teve sua atuação reconhecida internacionalmente, através de um documentário especial veiculado na Europa: "Sidney Possuelo, uma vida para os índios". (Brasília/ZH)

Nº DOCUMENTO
TITULO En 15 meses del Gobierno, 1ª vez que Collor es protegido por un Batallón de Choque.
PROCEDENCIA ZH 15002,9
FECHA DE DOCUMENTO 29-6-91
VINCULACIONES 10046
11164
11302
11414

ENT
CONT

Batalhão de Choque protege Collor na descida da rampa

□Manifestação de alunos, professores e funcionários da UnB fez Batalhão de Choque da PM ser convocado pela primeira vez nos 15 meses do atual Governo

O presidente Fernando Collor desceu a rampa do Palácio do Planalto ontem protegido pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar. Tal segurança — é a primeira vez que a tropa de choque é convocada em 15 meses de governo — serviu para impedir que cerca de 700 manifestantes se aproximassem do presidente.

Collor foi vaiado durante toda a cerimônia por alunos e professores da Universidade de Brasília, que pediam mais recursos para as universidades e melhores salários para os professores. Cerca de 120 agricultores sem-terra de Alta Floresta (MT), que foram a Brasília cobrar a reforma agrária prometida pelo presidente há cerca de dois meses e ainda não cumprida também participaram do protesto.

O presidente gritava, com os punhos cerrados, "tudo pelo Brasil". Voltou-se para o lado dos taxistas que festejavam a sanção da lei de isenção do IPI e que estavam lá para homenageá-lo, bateu no peito, e gritou "fé".

DE PRETO — A cerimônia da rampa estava marcada para as 18h, logo depois da solenidade em que o presidente sancionou o projeto de lei de isenção do IPI e financiamento pela Caixa Econômica Federal da aquisição de automóveis destinados a taxistas. Pouco antes das 17h, os manifestantes da UnB começaram a chegar ao Palácio do Planalto.

Quando os seguranças da Presidência perceberam a movimentação daquelas pessoas vestidas de preto, com balões de gás também pretos nas mãos e cantando a marcha fúnebre, foram abordá-las. Um dos estudantes disse que se tratava de uma manifestação pacífica. Um dos seguranças respondeu que, neste caso, poderiam ficar ali, desde que prometessem ficar calados durante a execução do Hino Nacional. A promessa não foi cumprida.(Brasília/ZH-AE)

01 . 01

9107567

• DOCUMENTO
TEMA Plan de Salud sube 16,5%
FONTE JORNAL DO BRASIL
DATA 13-6-91
VINCULAÇÃO 10046
11161

CRUZADO

Plano de saúde sobe 16,5%

● *Governo também autoriza reajustes para hospitais, leite e energia*

BRASÍLIA — As empresas que oferecem planos e seguros de saúde já podem reajustar seus preços em 16,5% este mês, retroativamente ao último dia primeiro. A Portaria 474, assinada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, autoriza novo reajuste de 7,3% em julho, acumulando um aumento de 25% em dois meses sobre o preço atualmente pago pelo associado.

Os preços de diárias e taxas hospitalares pagos pelas empresas de seguro aos hospitais e casas de saúde foram reajustados em 30%, também retroativos ao último dia primeiro. Os preços dos atos de procedimentos médicos (consultas, cirurgias e partos) constantes da lista de referência da Associação Médica Brasileira, igualmente com reajuste de 30%, serão publicados em lista do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP) do Ministério da Economia.

A assessoria da secretária Nacional de Economia, Dorothéa Werneck, informou que os planos de saúde que aumentarem 11,81% este mês poderão reajustar seus preços em mais 11,81% em julho. As associações nacionais das empresas de planos de saúde têm 15 dias úteis — contados a partir de ontem — para apresentarem ao DAP os índices de custos do setor que, após aprovados, passarão a corrigir os preços dos contratos.

Além de reajustar em 9,8% o preço da celulose para fabricação de cartão, papel cartão e serviços de indústria gráfica em papel cartão, o Ministério da Economia liberou os preços da celulose e dos papéis de imprimir e escrever, da cartolina, artefatos de papel, papéis importados e serviços gráficos em geral (exceto impressão de cartão).

Telefone — As tarifas telefônicas estarão mais caras a partir de hoje, em média, 8%, segundo portaria do Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a ser publicada hoje no "Diário Oficial". De acordo com a portaria, a ficha para telefone público passa a Cr$ 5 e o pulso excedente a que o consumidor tem direito(equivalente a 90 pulsos) custará Cr$ 4,99. As chamadas telefônicas interestaduais e locais, com duração superior a quatro minutos, terão um acréscimo de 10%. Este acréscimo não é válido para os horários chamados de "tarifação reduzida", após as 22h, quando o tráfego telefônico é menor.

Leite — O leite tipo C aumenta, amanhã, 11% em média na região Centro-Sul e 16% no Norte/Nordeste. Na região metropolitana do Rio, o litro do leite C passa a custar Cr$ 137 e no interior fluminense, Cr$ 133, preços idênticos aos de Belo Horizonte e do interior de Minas Gerais. Na Grande São Paulo, o litro do leite C aumenta para Cr$ 126, enquanto os paulistas do interior pagarão Cr$ 122. No Distrito Federal, o preço passa para Cr$ 133.

O Ministério da Economia também autorizou reajuste de 20% para o litro de leite B que, no entanto, ficará sujeito à limitação da margem de lucro para venda ao consumidor. O leite tipo A e os leites esterilizados terão seus preços liberados. Também ficam liberados os preços dos iogurtes, manteigas, doces de leite, leites condensados, sobremesas lácteas (pudins) e os queijos, com exceção dos tipos mozarela, prato e minas frescal. Alguns leites em pó também serão liberados. A única dúvida é quanto ao leite em pó para uso infantil que, por ser monopólio da Nestlé, precisa ficar pelo menos com preços monitorados, ou seja, com controle parcial por parte do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP). O aumento divulgado ontem foi o segundo em 21 dias, acumulando um reajuste de 29,87% para o leite C desde a posse do ministro Marcílio Marques Moreira.

A tarifa de fornecimento de energia elétrica domiciliar está 9,5% mais cara, desde ontem. A energia elétrica para consumo industrial teve reajuste de 7,5%, que também entrou em vigor ontem.

Quanto custam os liberados

Produto	PREÇO TABELADO (Cr$)	PREÇO LIBERADO P.Mond. (Cr$)	Sandas (Cr$)	P.Açúcar (Cr$)	Superbom (Cr$)
Contra-filé kg	665	880	950	990	990
Picanha kg	1.045	1.200	-	-	1.299
Carré kg	880	880	950	-	[illegible]
Lombinho kg	900	900	900	990	[illegible]
Costela kg	900	900	950	-	[illegible]
Peito frango kg	520	-	-	520	520
Feij.preto (t.1)	-	295	310	350	349,50
		(Supremo)	(Gibi)	(Supremo)	(Combrasil)
Farinha láctea	-	-	-	399	[illegible]
Papel hig. Neve	-	-	310	-	[illegible]

Obs: Preços coletados ontem pelo JORNAL DO BRASIL no Paes Mendonça do Largo do Machado, Sandas de Botafogo, Pão de Açúcar de Leblon e Superbom no Tijuca

Carne liberada sobe até 50%

Os preços dos cortes de carne bovina, liberados pelo governo há apenas cinco dias, aumentaram até 50% nos supermercados do Rio. Nos açougues, os reajustes foram menores, uma vez que já vinham cobrando ágio. O contrafilé, por exemplo, que estava tabelado a Cr$ 665, era encontrado ontem por até Cr$ 990. Outros itens retirados da lista da Sunab, como farinha láctea, carne suína e cortes de frango, continuam com os mesmos preços em alguns supermercados, mas em outros não são encontrados nas prateleiras, uma vez que a reposição de estoques ainda está sendo negociada com os fornecedores.

Mesmo fora da tabela, o feijão preto tipo 2 continua desaparecido e os consumidores encontram apenas o tipo 1, vendido entre Cr$ 295 e Cr$ 349,50. Como durante o congelamento o preço deste produto continuou subindo — devido inclusive à escassez do tipo 2 —, a expectativa é de que não haja reajustes nos próximos dias, em função da liberação. Aylton Fornari, diretor da Assej (Associação dos Supermercados do Estado do Rio), lembra que os supermercados estão comprando feijão chileno, o que contribuirá para a estabilidade dos preços do produto.

A liberação dos preços dos cortes nobres de carne bovina (filé mignon, contrafilé e picanha) não resolveu o problema de abastecimento dos demais tipos de cortes. Nos açougues, alcatra e chã, por exemplo, continuam a ser vendidos com até 50% de ágio sobre o preço tabelado. Nos supermercados, a tabela é obedecida, mas a oferta dos produtos é reduzida — principalmente de carne de segunda. Os varejistas alegam que as cotações, no atacado, superaram os valores fixados pela Sunab para o varejo.

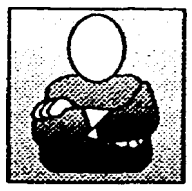
ENTRADA
CRUZADO

01 . 01 9107568

DOCUMENTO
TÍTULO Fim de greve no BB.
PÁG. ZERO HORA
FECH. 28-6-91.
VINCUL. 10096
11165
11413

ENT.
CRUZ.

Fim da greve no Banco do Brasil



□Funcionários decidiram acatar a determinação do Tribunal Superior do Trabalho e anunciaram a suspensão do movimento. Os dias parados serão descontados

Os funcionários do Banco do Brasil acataram as determinações do Tribunal Superior do Trabalho e decidiram suspender a greve. A volta ao trabalho foi aprovada pela quase totalidade dos 600 participantes da assembléia, realizada ontem à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos, num clima de frustração e revolta. Para o dirigente sindical, Flávio Ruperti, a categoria adotou uma atitude realista, considerando que não restava outra alternativa depois da manifestação do TST, que considerou a greve abusiva.

E os seis ministros do TST, reunidos ontem, concordaram, por unanimidade, com o parecer do ministro relator do processo, Antonio Amaral, que julgou insuficientes os motivos para a decretação da paralisação, que já dura dez dias. A justificativa é de que a lei não foi cumprida, pois não houve negociação prévia entre o banco e os funcionários e a greve não foi comunicada dentro do prazo legal de 72 horas. O TST determinou ainda o desconto dos dias parados e o retorno imediato ao trabalho.

INTERPRETAÇÃO — Em Porto Alegre, cerca de 17 agências não funcionaram ontem. Na agência central, localizada na Rua Uruguai, próximo à Prefeitura, as grades foram baixadas e um grande grupo de funcionários se concentrou em frente ao banco. "É constrangedor dizer que a greve dos trabalhadores é abusiva, mas os bancários não souberam interpretar a vigência da norma coletiva", lamentou o ministro Guimarães Falcão. De acordo com a legislação, não pode haver paralisação durante a vigência do acordo coletivo, a não ser que surja algum fato novo.

A decisão do TST era clara desde o início da sessão, pois pouco depois do julgamento do dissídio, o advogado dos bancários, José Torres, pediu a retirada da principal cláusula da pauta, que previa a equiparação salarial entre o Banco do Brasil e Banco Central. Este episódio irritou os ministros do Tribunal, que citaram o fato durante seus votos. O TST não julgou ainda as 14 cláusulas econômicas reivindicadas pelos funcionários do Banco do Brasil porque o pedido foi feito fora da data-base da categoria, que é 1° de setembro.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01 9107569

Nº. DOCUMENTO
TITULO Documento de la CUT sobre la huelga gral de los días 22 y 23 de mayo que entregado en la Asamblea (Ros).
PTOS ZERO HORA
FECHA 28-6-91
VINCULACIÓN
10046
11165
5100254

ENTRADO
CRUZADO

Dossiê da CUT na Assembléia

Um dossiê com tudo o que foi publicado pela Imprensa gaúcha sobre a greve geral dos dias 22 e 23 de maio, uma fita em vídeo com imagens de agressões aos grevistas e uma espécie de projétil de gás lacrimogêneo usado pela Brigada Militar durante o movimento. Munido com essas "armas", o secretário de política sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Miguel Rossetto, levou à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa a preocupação da entidade sindical com a participação da Brigada Militar em episódios como esse.

"É um somatório de fatos que não foram devidamente registrados", diz Rossetto, lembrando a invasão da Fazenda Santa Elmira e os conflitos com os colonos na Praça da Matriz. Para o dirigente sindical, a Brigada Militar tem sido usada muitas vezes como "braço armado" de grupos e empresas. Auxiliado pela deputada Jussara Cony (PC do B), ele lembrou os confrontos que ocorreram durante a greve geral, principalmente em frente às empresas de ônibus, onde os grevistas faziam piquetes, e na esquina da Avenida Salgado Filho com Borges de Medeiros.

O comandante de Policiamento da Capital, coronel José Roberto Rodrigues, garante que a Brigada Militar só tentou manter a ordem durante a greve geral. "Assim como a livre manifestação, é preciso garantir o direito de ir e vir", argumenta. Rodrigues afirma que os soldados usaram gás lacrimogêneo nos piquetes junto às empresas de transporte porque os motoristas queriam trabalhar e havia gente nas paradas de ônibus que queriam chegar aos locais de trabalho. "Só usamos o gás para evitar o confronto", diz o coronel. Para ele, não houve contradição entre a determinação do governador e a atuação da Brigada. "Não intervimos na manifestação, que foi livre, mas tínhamos que manter a ordem", reitera.

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107570

Nº. DOCU
TIPO
PA
FECH
VINCU

Empleados de la CUT en Rio realizan huelga para exigir estabilidad.

DO BRASIL.
29-6-91.
10046
11165
11413
A

ENTR
CRUZ

Empregados da CUT no Rio fazem greve para exigir estabilidade

A garantia de estabilidade no emprego, uma das principais reivindicações da CUT durante a Assembléia Nacional Constituinte, acaba de colocar a central do outro lado do ringue das lutas sindicais. A Executiva da CUT-Rio resiste em dar a garantia a seus 20 funcionários, que iniciaram na quarta-feira uma greve inédita na história da entidade, fundada em agosto de 1983.

Por tempo indeterminado, a greve ganhou 100% de adesões. Entre 34 itens, a pauta de reivindicações inclui reajuste de 175%, o mesmo índice pedido pelos sindicatos filiados à central. Ontem à tarde, em reunião com a comissão de greve, que durou uma hora e meia, a diretoria ofereceu 100% de aumento. A contraproposta foi aceita, desde que a CUT se comprometa a negociar mais tarde os 75% da diferença.

Além da estabilidade e da discussão posterior das perdas, os trabalhadores exigem ter controle sobre os concursos de admissão de novos funcionários. Segundo a comissão de greve, esse item, uma das bandeiras da CUT no serviço público, é essencial para a democratização das relações trabalhistas no coração do movimento sindical.

O secretário-geral da CUT-Rio, Everton Carvalho, justifica a resistência à estabilidade com argumentos que não diferem muito dos usados pelos lobistas dos patrões na Constituinte. Segundo o sindicalista, "a CUT não pode assumir uma postura paternalista". E acrescenta: "Administramos um patrimônio dos trabalhadores e eles vão nos cobrar se ficarmos pagando alguém incompetente ou que não trabalha."

Há três dias, as paredes do saguão da sede regional da CUT foram cobertas com palavras de ordem pedindo estabilidade e reajuste, escritas em papel higiênico. Alguns cartazes cobrem uma vitrine de livros sobre sindicalismo, entre os quais *Exploração, opressão e violência nas fábricas de brinquedos e instrumentos musicais.*

Uma das diferenças entre os grevistas de fábricas comuns e os da fábrica de sindicalistas é que os últimos têm se mostrado mais disciplinados. Só os integrantes do comitê de greve podem falar sobre o movimento e, mesmo assim, sem se identificar. "Sou administrador da CUT no Rio, mas não posso falar nada não", disse um senhor aparentando 50 anos. Os funcionários, ao contrário do que acontece em outras greves, pedem que a sua não seja noticiada "para não arranhar a imagem da CUT".

A folha de pagamentos da CUT, segundo Everton Carvalho, consumiu em junho Cr$ 2,1 milhões, o que representa 40% da receita da central. O último reajuste concedido aos funcionários foi em fevereiro, de 83,9%. O salário médio, segundo Everton, é de Cr$ 70 mil, sendo o menor de Cr$ 42 mil e o maior de Cr$ 170 mil.

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107571

Nº. DOCUMENTO
TITULO Luis A. Medeiros resiste la presion a pesar del secuestro de su hijo
PROCEDENCIA REC 15.00.90
FECHA DE PROCEDENCIA 26-6-91
VINCULACIONES 10046
11165

Medeiros resiste à pressão

Sindicalista não aceita que medo altere sua vida

São Paulo — Luiz Luppi

Medeiros: mais segurança

SÃO PAULO — A pressão doméstica é grande, mas o sindicalista Luiz Antônio Medeiros resiste. Apesar dos argumentos de sua mulher, Iara, que insiste em mudar de endereço e trocar o número do telefone, ele não pretende alterar seu estilo de vida por causa do seqüestro de que foi vítima seu enteado, Juliano Romeu Dianezzi, no dia 16 de abril. Medeiros concordou em reforçar a segurança — pessoal e da família —, mas promete manter o mesmo ritmo de trabalho.

"Segurei isso durante sete meses, desde quando comecei a receber ameaças, em dezembro, mas agora não adianta mais, porque meus filhos já estão expostos", afirma o sindicalista, referindo-se à divulgação do episódio do seqüestro de Juliano, de 14 anos, e às ameaças contra a filha menor, Carolina, de 2 anos e 3 meses. "Avisei minha mulher de que seria impossível guardar segredo a vida toda, por mais que eu recomendasse discrição no sindicato e na minha assessoria", acrescenta.

A insistência de Iara pela mudança vem aumentando desde domingo, quando o **JORNAL DO BRASIL** publicou uma reportagem sobre o seqüestro de Juliano e os telefonemas anônimos com ameaças a toda a família, além de um ataque à cadela *Nimba*, que apareceu no quintal com um ferimento a estilete na cabeça. "Agora que saiu uma fotografia do Juliano na imprensa, a situação fica mais difícil", reconhece Medeiros, que não se queixa da divulgação, mas lamenta a invasão de sua privacidade.

O presidente da Força Sindical aceitou a proteção especial da PM, que destacou policiais à paisana para acompanhá-lo em São Paulo, enquanto a Polícia Civil investiga o seqüestro de Juliano e as ameaças que vêm sendo feitas à família. "Não pedi a ajuda à Polícia Federal, porque meu dever era recorrer ao governo estadual", disse Medeiros. Comunicou as ameaças ao secretário de Segurança, Antônio Mariz de Oliveira, no governo Quércia, e levou o seqüestro ao conhecimento de Pedro Franco de Campos, atual secretário no governo de Fleury Filho.

Medeiros insiste em não acusar ninguém, ainda que tivesse suspeitas e hipóteses, "porque quem deve fazer isso é a polícia". Garante que não partiu dele o envolvimento no episódio do nome de Aluízio Azevedo, ex-assessor especial do ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, e ex-funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. "Não acuso ninguém, muito menos o Aluízio, mas faço questão de esclarecer que não somos amigos íntimos, como ele declarou ao **JORNAL DO BRASIL**." Azevedo foi demitido do sindicato dos metalúrgicos antes da posse do presidente Collor.

"Não acuso também a CUT nem o PT", acrescenta, confirmando ter dito ao presidente Collor que não suspeitaria desses seus adversários, apesar das divergências que os separam. "É verdade, no entanto, que a CUT conhece minha casa em detalhes, até o quarto de minha filha", ressalva. "Não quero, porém, ligar esse fato ao episódio das ameaças que venho sofrendo", afirma.

01 04 9107572

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA ZH
24-6-91

Medeiros e família estão sob proteção

□O líder sindical Luís Antônio de Medeiros vem sofrendo ameaças. A Polícia Civil de SP protege o sindicalista e todos seus familiares

IVONE BELEM
Brasília/ZH

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, disse, ontem, que só espera um contato do presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, para acionar a Polícia Federal na segurança da família do líder sindical. Há dez dias, o enteado de Medeiros, Juliano Romeu Dainezzi, 14 anos, só vai à escola acompanhado. É que o menino voltou a receber ameaças, depois de um seqüestro que durou 15 horas, no dia 16 de abril.

A Delegacia de Comunicação Comunitária e o Grupo Anti-Seqüestro da Polícia Civil de São Paulo vêm investigando o caso em caráter sigiloso. Mas o ministro da Justiça só ficou sabendo do caso através de jornalistas, que o procuraram para saber da atuação da Polícia Federal. "Eu já pus a PF à disposição de Medeiros, mas ainda não tive nenhum contato dele", afirmou ontem o ministro. A PF ainda não iniciou as investigações.

AG/ZH

Em São Paulo: *Medeiros com a filha Carolina, de dois anos*

RAPTO — Juliano Romeu Dainezzi, filho do primeiro casamento da mulher de Medeiros, Iara, foi abordado por um homem, às 6h45min do dia 16 de abril, no interior de um ônibus, no bairro do Brooklin, em São Paulo. O homem o obrigou a descer do ônibus e a embarcar num automóvel Gol branco. Depois de rodar com mais dois homens até às 9h30min, pela cidade, e ter seus braços machucados, Juliano foi solto nas proximidades do Viaduto Vereador José Diniz, no mesmo bairro. Os homens partiram com uma ameaça: a próxima vítima seria a filha do casal Medeiros, Carolina, de dois anos.

Há sete meses, a cadela de Medeiros, Nimba, já havia sido ferida por alguém aramado de estilete. Telefonemas anônimos com ameaças foram recebidos pela família e a vizinhança chegou a ver estranhos rondando o quarteirão onde mora Luís Antônio de Medeiros.

A família evita falar, para não atrapalhar as investigações da Polícia. O caso, apurado em caráter sigiloso, obrigou Medeiros e sua família a serem submetidos a uma estreita e sigilosa proteção da Polícia Civil de São Paulo. Medeiros não quer fazer acusações, porém está certo de que não são ameaças do PT ou da CUT, seus arquiinimigos.

PREOCUPAÇÃO — A família Medeiros já voltava ao clima de tranqüilidade, até o último dia 14, quando jornalistas telefonaram ao líder sindical para confirmar o seqüestro de Juliano. É que os jornais Folha de São Paulo e O Globo, com redações em São Paulo, receberam telefonemas anônimos comunicando que Juliano havia sido novamente seqüestrado. Era um trote: o menino estava em casa.

O delegado da Polícia Civil que investiga o caso, Délio Montressolli, acha "desnecessária" a intervenção da Polícia Federal:

— O nosso grupo anti-seqüestro está mais bem aparelhado. Além disso, ele, Medeiros, é um homem de projeção nacional e internacional. É possível que tenha muitos inimigos com razões fortes para tentar ações mais radicais. O caso, sem dúvida, é muito delicado, concluiu o delegado Montressolli.

A família, preocupada em não expor as duas crianças, evita falar do assunto:

— Foi apenas um caso normal de assalto. Levaram o relógio do menino e nada mais aconteceu, desconversa Iara Romeu de Medeiros, preocupada com a possibilidade da divulgação impedir que a Polícia Civil paulista ponha a mão nos culpados.

Medeiros resiste a comentários, mas fez um breve desabafo:

— Eu fui preso pela ditadura, mas os militares nunca incomodaram minha família.

Sindicalista culpa adversários

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, atribui a adversários políticos o rapto sofrido por seu enteado Juliano Romeu Dianezzi, em abril, e as ameaças anônimas que vem recebendo há meses:

— O objetivo é me amedrontar, porque se quisessem já teriam me seqüestrado. Não quero acusar ninguém, mas isso não é coisa de bandido — disse Medeiros, em entrevista em sua casa, no bairro do Brooklin (Zona Sul de São Paulo).

Medeiros, que também é presidente da Força Sindical, começou a ser ameaçado há sete meses. No fim do ano passado, sua cadela Nimba foi ferida por estilete, no quintal de casa. Ele deu queixa à Polícia e acreditou se tratar de tentativa de roubo. Em março deste ano, porém, parentes de Medeiros começaram a receber ameaças de morte através de telefonemas anônimos.

Um garoto que vive na casa em frente, na Rua Professor Henrique Neves Lefèvre, observou que um Opala marrom rondava a casa do sindicalista.

Na manhã do dia 16 de abril, Juliano, 14 anos, foi raptado quando ia de ônibus para o colégio. Ele foi abordado por um homem negro dentro do ônibus no caminho para a escola e ainda próximo à sua casa. O homem ordenou que descesse e, com mais dois homens, o obrigou a entrar em um Gol branco:

— Os três eram negros e aparentavam ter mais de 20 anos. Eles rodaram 20 ou 30 minutos comigo e perguntaram onde estava o Medeiros. Eu respondi que estava no Sindicato, então eles não falaram mais nada. (AG)

02

91 07572

Grupo ameaça Medeiros e rapta seu filho

São Paulo — Fotos de Arionaldo Santos

Dora Kramer

SÃO PAULO — Às 6h30 da manhã do dia 16 de abril passado, Juliano Romeu Dianezzi, 14 anos, saiu de casa no bairro paulista do Brooklin em direção ao ponto de ônibus, sem perceber que era seguido. Quinze minutos depois, tomou a condução que o levaria à escola no centro da cidade. Um homem subiu atrás de Juliano e, duas paradas adiante, pegou o garoto pelo braço e ordenou: "Desça comigo." Empurrado para dentro de um Gol branco, que aguardava estacionado junto ao meio-fio, ele viveu quase três horas de terror, na companhia de três seqüestradores. Rodaram com o menino pela cidade toda, machucaram seus braços e, às 9h30, o libertaram nas proximidades do Viaduto Vereador José Diniz, também no Brooklin, com uma advertência: "Nós sabemos que você é filho do Medeiros. Avise ao canalha que a próxima será a Carolina."

A ameaça era dirigida a uma menina de 2 anos e 3 meses, filha de Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O seqüestro de Juliano, enteado de Medeiros, filho do primeiro casamento de sua mulher, Iara, foi o lance mais ousado de um processo de intimidação que começou há sete meses — com ameaças de morte, vigílias e rondas ostensivas de desconhecidos à sua casa, um ataque à cadela *Nimba*, recados cifrados usando a linguagem das cartomantes e telefonemas grosseiros com avisos mórbidos a toda a família. Dois inquéritos já foram abertos pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

O caso, apurado em caráter sigiloso, está nas mãos da Delegacia de Comunicação Comunitária, encarregada de apurar conflitos sociais, e do Grupo Anti-Seqüestro da Polícia Civil. Medeiros e sua família estão sob estreita e secreta vigilância da polícia, dia e noite. Ele só anda acompanhado por dois agentes que chama de "anjos da guarda" e os aparelhos de telefone de sua casa, do sindicato e da casa de seu sogro, Geraldo Romeu, estão sob escuta telefônica autorizada pelo Departamento de Informações da Polícia Judiciária. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, só soube do que está acontecendo na sexta-feira à tarde e, ainda assim, por informações extra-oficiais.

Refeito do susto inicial, o ministro comentou: "Assim que Medeiros me comunicar isso oficialmente, vou determinar que a Polícia Federal entre nas investigações, pois é um caso típico de sua jurisdição." O delegado que preside os inquéritos há dois meses, Délio Montressolli, acha desnecessária a intervenção: "O nosso grupo anti-seqüestro está mais bem aparelhado." Délio decretou sigilo nas investigações, segundo ele a pedido da família (que atribui a decisão à polícia) e devido à importância de Medeiros. "Ele é um homem de projeção nacional e internacional, é possível que tenha muitos inimigos com razões fortes para tentar ações mais radicais. O caso, sem dúvida, é muito delicado", considera o delegado.

A família, preocupada em não expor as duas crianças, recusa-se a falar do assunto. "Foi apenas um caso normal de assalto, levaram o relógio do menino e nada mais aconteceu", desconversa Iara Romeu de Medeiros, preocupada com a possibilidade de a divulgação impedir que a polícia ponha a mão nos culpados. Medeiros inicialmente resiste a comentários e aconselha quem o procura a buscar informações na polícia, mas faz um breve desabafo: "Eu fui preso pela ditadura, mas os militares nunca incomodaram minha família." Ele evita fazer acusações mas, de imediato rejeita — e fez chegar essa informação ao presidente Fernando Collor, de quem é interlocutor freqüente — qualquer participação do PT ou da CUT, seus arquiinimigos, nos atentados. "Eles não usam esses métodos", defende Medeiros.

Inimigos políticos — O sindicalista e o delegado não revelam suas desconfianças. Embora poucas pessoas saibam da história — o presidente da República, o ministro da Justiça, o governador de São Paulo, o secretário de Segurança Pública, três delegados da Polícia Civil e os agentes que participam das investigações —, no meio policial há quem confirme que as investigações estão voltadas para os muitos inimigos políticos de Medeiros. Entre o grupo de inimigos estaria o grupo MR-8, que teve três militantes expulsos por Medeiros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Diante da hipótese de que o ex-assessor especial do ministro Antônio Magri, Aluízio Azevedo, conhecido inimigo do líder sindical, tenha sido ouvido no inquérito, o delegado Délio res-

03

9107572

ponde com uma evasiva: "Não posso confirmar essa informação."

Decididos a romper o silêncio, certos de que o sigilo na verdade protege os agressores, amigos da família relatam um drama que começou em dezembro do ano passado. Numa quarta-feira de manhã, a família foi acordada pelos ganidos angustiados da cadela *Nimba*. Encontraram o animal no quintal da casa com um profundo ferimento na cabeça, feito com um estilete. Perto dela, um cesto utilizado para carregar bebês, com uma carta de baralho dentro. Era um oito de ouros, que, a família soube depois, significa que algo supreendente está para acontecer, na linguagem das cartomantes. Foi dada queixa à polícia, que registrou o caso como tentativa de furto.

Pouco mais de dois meses se passaram, sem novidades, até que, em março, começaram os telefonemas. "Avise ao f.d.p. do Medeiros que ele é um homem morto", comunicou uma voz masculina, rouca e gutural, ao sogro de Medeiros, Geraldo Romeu, que mora distante da filha, no bairro do Paraíso. "Ele não vai escapar, não adianta nem comunicar à polícia", insistiu a mesma voz, dias depois, em telefonemas para a casa de Décio Cardoso, o *Faixa*, secretário particular de Medeiros, e para a sede do sindicato. As mensagens amedrontadoras começaram a se repetir com freqüência e chegaram à casa do sindicalista, que pessoalmente nunca atendeu a nenhum desses telefonemas. No início de abril, a empregada Cleusa ficou trêmula ao ouvir uma nova ameaça: "Diga à Iara que vamos pegá-la."

Os autores das intimidações partiram para ações mais ousadas no dia 13 de abril, um sábado. Iara e Medeiros estavam viajando. Em Piracicaba (SP), Iara insistiu com Medeiros para que desviasse o jatinho que o levaria no domingo à região do Bico do Papagaio (PA) e passasse na cidade do interior paulista, para um rápido encontro de 15 minutos com 2.500 trabalhadores. De Piracicaba o sindicalista seguiu viagem e sua mulher voltou para casa no domingo. Assim que chegou, a vizinha da casa em frente avisou que desde o dia anterior um grupo de três rapazes louros, bem-vestidos e com físico de halterofilistas estavam rondando sua residência num Opala marrom claro. Relatou que eles faziam questão de serem notados, dirigindo gracejos às empregadas da rua, brincando ostensivamente com as crianças da vizinhaça. Na noite desse mesmo dia, Iara notou a presença do carro outra vez e chamou sua atenção o fato de todos os ocupantes estarem de óculos escuros.

Dois dias depois, Juliano era seqüestrado. Imediatamente a polícia foi mobilizada, o garoto mudou-se para a casa do pai, no bairro do Paraíso, e a família se instalou no apart-hotel Saint-Germain, nos Jardins. A residência dos Medeiros foi ocupada pela polícia, que aguardou sem sucesso uma manifestação do grupo. Passado um mês, no final de maio, voltaram todos para a casa que, então, ficou sendo ostensiva e constantemente vigiada por um carro policial. Essa vigília foi suspensa há alguns dias porque optou-se pela vigilância secreta, a fim de não afugentar os autores dos atentados. Desde então, agentes secretos rondam o bairro, esperam Medeiros nos aeroportos e estão sempre próximos ao Sindicato dos Metalúrgicos. "Nem Medeiros sabe onde estão nossos homens", revela o delegado Délio.

Pista concreta — Até o último dia 14, tudo parecia sereno. Os telefonemas pararam, os estranhos sumiram da vizinhaça, mas a polícia também não foi capaz de fornecer à família uma única pista concreta para o esclarecimento do caso. Há nove dias, no entanto, o processo de intimidação recomeçou, desta vez de uma forma mais sofisticada. Dois telefonemas anônimos para as redações dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, em São Paulo, comunicaram que Juliano Romeu Dianezzi havia sido seqüestrado. Imediatamente os jornalistas telefonaram para o sindicato atrás da confirmação. Falaram com Luís Fernando Benedito, consultor de Medeiros, que negou a informação, mas alertou o sindicalista.

O presidente da Força Sindical saiu correndo para a casa dos sogros, onde estava Iara. "Onde está o Juliano?", perguntou ele, tentando aparentar tranqüilidade. Ninguém sabia e Medeiros insistiu, querendo saber se alguém havia visto o garoto durante o dia. Diante da indisfarçável preocupação do marido, Iara pressionou-se e acabou contanto o que se passava. Junto com o irmão, Kiko, ela saiu em disparada para a casa do pai de seu filho, a duas quadras de distância. Aliviada, descobriu que Juliano estava a salvo no quarto e tudo não passara de um blefe com intuito de criar pânico na família. De certa forma, conseguiram. Agora o menino só vai para a escola acompanhado e a pequena Carolina está sob estreita vigilância dos pais e avós.

O delegado Délio Montressolli não dá pistas sobre o rumo nem o prazo final das investigações. Embora resista em liberar informações oficiais, alegando que não pode quebrar o sigilo dos inquéritos, Délio acredita que a divulgação do caso possa acabar ajudando a polícia. "As pessoas que sabem de algo sempre saem da sombra quando a opinião pública toma conhecimento." A disposição do ministro Jarbas Passarinho em acionar a Polícia Federal, manifestada na sexta-feira à tarde, pode dar alguma segurança a mais aos Medeiros. Eles não comentam a atuação da polícia, mas seus amigos comemoram essa possibilidade sem esconder a irritação pela falta de qualquer pista, após dois meses desde a abertura dos inquéritos.

DOCUMENTO
TITULO Collor firmó decreto liquidando la Fundación Nal Educación de Jóvenes y Adultos.
PROCEDENCIA Z. Hora 150029
FECHA 22-6-91
VINCULACIÓN Brasil
10046
11164
11303
11316

ENTRADA
CENTRO

Decreto passa para o MEC a Fundação Educar

O presidente Fernando Collor assinou ontem decreto liquidando a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar) e transferindo seu patrimônio para o Ministério da Educação (MEC). A extinção foi anunciada pelo secretário da Administração Federal, Carlos Garcia, explicando que foi o primeiro órgão público a ter sua liquidação concretizada.

As funções da Fundação também ficaram com o MEC. Na área de recursos humanos, de um quadro total de 1.994 servidores, 393 foram devolvidos à origem, 334 foram demitidos, 512 foram redistribuídos e 755 foram colocados em disponibilidade. **(Sucursal Brasília—RBS)**

01.01 9107573

Nº DOCUMENTO
TITULO MEC FORMO ALIANZA C/ FUERZA SINDICAL PARA ALFABETIZAR.
ZH 150028
23-6-91
10046
11165
11316
ENTRADO
CRUZADO

MEC se alia à Força Sindical para alfabetizar

O Ministério da Educação assinou na sexta-feira um convênio com a Força Sindical, que reúne 830 sindicatos de trabalhadores, com mais de 4 milhões de filiados, no valor de Cr$ 500 milhões. O convênio, assinado na sede da central sindical, em São Paulo, é destinado à ampliação do programa nacional de alfabetização e dá liberdade a cada sindicato filiado em buscar alternativas próprias de alfabetização em suas cidades.

O ministro Carlos Chiarelli informou que os sindicatos poderão buscar orientação pedagógica de instituições privadas ou públicas de ensino, fundações e universidades. Acrescentou que o Governo Federal poderá ainda destinar verbas para material didático, pagamento de monitores ou professores e até para uma refeição ao trabalhadors que quiser se alfabetizar. Alguns cursos poderão ser ministrados no próprio canteiro de obras, evitando despesas com transportes para o trabalhador.

Essa linha de crédito poderá ser ampliada se a central sindical apresentar projetos técnicos que demonstrem a necessidade de uma maior abrangência do programa. Chiarelli informou que o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros, numa primeira etapa, dará prioridade aos municípios mais pobres do Norte e Nordeste. O Ministério da Educação fornecerá, antes de viabilizar cada curso, a orientação final técnico-pedagógica para simplificar o entendimento do curso ao trabalhador analfabeto.

01.01 91075744

Nº DOCUMENTO
TITULO CNBB divulga programa del papa en el país.
F ZERO HORA
FECH 28-6-91
VINCUL 10046
11165
11021

ENTRADO
CRUZ DO

CNBB divulga programação do Papa no País

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou, ontem, o programa da viagem do papa João Paulo II ao Brasil — prevista para o mês de outubro. "Trata-se de um roteiro prático", disse dom Luciano de Almeida, presidente da CNBB, explicando que a visita começa em Natal, sede do Congresso Eucarístico, einclui capitais que não foram visitadas por João Paulo II durante sua primeira visita ao Brasil.

ROTEIRO: 12 de outubro — sábado — Natal — Cerimonial de boas vindas. **13 de outubro** — domingo — Natal — Santa Missa e encerramento do Congresso Eucarístico — Oração do Angelus. **14 de outubro** — segunda — São Luís — Santa Missa. **15 de outubro** — terça — Brasília — Encontro com o corpo diplomático — Santa Missa. Goiânia — Celebração da Palavra — Encontro com os Seminaristas. **16 de outubro** — quarta — Cuiabá — Santa Missa — Encontro com os povos indígenas — Encontro com os jovens. **17 de outubro** — quinta — Campo Grande — Encontro com hansenianos — Santa Missa — Encontro com os leigos. **18 de outubro** — sexta — Florianópolis — Santa Missa com beatificação — Encontro Ecumênico — Encontro com as religiosas. **19 de outubro** — sábado — Vitória — Santa Missa — Visita a uma favela. Maceió — Celebração da Palavra. **20 de outubro** — domingo — Salvador — Encontro com as crianças — Encontro com o mundo das culturas — Oração do Angelus — Santa Missa. **21 de outubro** — segunda — Salvador — Cerimonial de despedida. (Brasília/ZH)

ENTRADO
CRUZ DO

01.01 9107575

Nº DOCUMENTO
TIPO DEFENSA DE LOS NIÑOS -
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PRODUCCIÓN 21-6-91
VINCULO CLAVES 10046
11165
11245
11413

ENTRADO
FECHA

Em defesa da criança

Apenas nos últimos três anos foram mortos no Brasil 4.611 menores, o que representa um pavoroso acréscimo de 75,32% na prática desse crime que a legislação deveria tipificar como hediondo. É este também o País em que a desnutrição crônica ameaça a vida de 25 milhões de crianças e onde sete milhões são deficientes físicos e mentais, vítimas de maus-tratos, mutilados no trabalho precoce ou pela violência das ruas. Este quadro perverso empresta excepcional importância a iniciativas como o Fórum da Criança e da Cidadania, que se realiza em Porto Alegre, para debate da terrível chaga social. É de se esperar que encontros dessa natureza contribuam para despertar na sociedade uma mentalidade de fortalecimento dos vínculos familiares e, na falta destes, da necessidade de valorizar o instituto da adoção, como forma de minorar um drama de desamparo e de desrespeito à vida, de que tivemos, ainda nos últimos dias, dramáticos exemplos na Capital e na Região Metropolitana.

01 01 9107576

Nº. DOCUMENTO 910757
TITULO ECOLOGIA - SITUACION AMBIENTAL DEL BRASIL.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 24-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
11295

ENTRADA
CRUZ B.

● *O relatório oficial que será discutido a partir do dia 18 revela um diagnóstico sombrio*

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O Brasil que o mundo vai conhecer na II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em junho do ano que vem, apresentará um diagnóstico sombrio sobre sua situação ambiental. Na presença de 70 chefes de governo, 20 mil participantes de 160 países e três mil jornalistas do mundo inteiro, o Brasil fará uma espécie de *mea culpa*: revelará ao mundo que, em menos de um século, destruiu 415 mil quilômetros quadrados de suas florestas tropicais (mais do que Itália, Espanha, Áustria e Portugal somados), que conta com pouco mais de 8% de sua Mata Atlântica e que, somente nos últimos 50 anos, poluiu dezenas de seus rios com mais de 1.200 toneladas de mercúrio.

Os problemas ambientais podem ser encontrados em todos os Estados. Apesar da dimensão continental do país, as 122 unidades de conservação (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, florestas nacionais, reservas extrativistas e áreas de preservação ambiental) ocupam apenas 3,7% do território. Outros países, como a Costa Rica, destinam mais de 20% a áreas de preservação ambiental.

"O maior problema enfrentado nessas unidades de conservação é a regularização fundiária", diz o diretor de Ecossistemas do Ibama, Celso Schenkel. Para tanto, o Brasil teria que investir US$ 1,8 bilhão, dinheiro de que não dispõe. Até o primeiro parque nacional criado no País, o de Itatiaia, ainda precisa regularizar 18 mil dos seus 30 mil hectares. No Cerrado brasileiro, onde existem 11 parques nacionais, três estações ecológicas e duas florestas nacionais, com 1.366.900 hectares no total, pouco mais de um terço ainda precisa ser adquirido pelo poder público.

Apenas metade dos parques nacionais e 23% das reservas biológicas brasileiros possuem plano de manejo. A fiscalização é precária: a média é de um funcionário do Ibama para fiscalizar 23.500 hectares. O Parque Nacional das Emas, com 120 mil hectares, tem dois fiscais e no Pantanal Mato-Grossense, uma das pérolas ambientais do país, não há nenhum. "As medidas de proteção ambiental no Brasil ainda são incipientes e precisam ser intensificadas", reconhece Tânia Munhoz, presidente do Ibama.

O relatório que a Comissão Interministerial do Meio Ambiente (Cima), coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, levará a Genebra no próximo dia 8 de agosto, traz uma radiografia da situação ambiental brasileira. Elaborado por 63 especialistas do Brasil inteiro num trabalho coordenado por Roberto Guimarães, funcionário da Organização das Nações Unidas, convocado pelo governo brasileiro, o relatório preliminar será oficialmente submetido à sociedade civil no dia 18 de julho, quando haverá uma audiência pública em Brasília e a formação de uma rede de TV executiva, via Embratel, unindo todas as capitais do País.

De bom, mesmo, o relatório destaca uma diminuição dos desmatamentos na Amazônia, com base em imagens do satélite Landsat, monitorado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os mapas do Inpe mostram que foram desmatados 19 mil quilômetros quadrados em 1989 e 14 mil quilômetros quadrados em 1990. "A continuarem as taxas de desmatamento registradas na década de 80, a maioria das florestas tropicais amazônicas terá desaparecido em menos de 150 anos", revela o relatório.

Convivendo com parques industriais desenvolvidos e poluidores como o de Cubatão, em São Paulo, e Camaçari, na Bahia, e Carajás, no sul do Pará, o Brasil já enfrenta também problemas de desertificação. Em três municípios do Rio Grande do Sul — Alegrete, São Francisco de Assis e Itaqui — cerca de 3.600 hectares onde outrora existia floresta nativa estão desertificados. No extremo norte do País, rios como o Tapajós, Tocantins, Mucajai, Teles Pires, Madeira, Iriri, Fresco, Xingu, Gurupi e Araguaia estão poluídos por toneladas de mercúrio. "Temos no Tapajós uma bomba de efeito retardado que precisamos desativar", diz o geólogo Elmer Salomão, diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

A redução do desmatamento na Amazônia, em 1990, é o ponto mais positivo do relatório. Na lista dos negativos, incluem-se os riscos de desertificação, já avançada no Rio Grande do Sul. No extremo norte, os principais rios estão poluídos por toneladas de mercúrio, e o Tapajós representa a pior ameaça, sendo contaminado desde 1958 pelos garimpeiros. Cerca de 40 % dos manguezais da região costeira foram destruídos; no Pantanal mato-grossense não há um único fiscal para agir contra os contrabandistas de pele. E a Baía de Guanabara, na cidade-sede da Rio-92, recebe diariamente 400 toneladas de esgoto sem tratamento

910757
101 03

Lutzenberger: um solitário no poder

Quinze meses depois de assumir o cargo, para o qual foi indicado pelo prestígio de que desfruta no país e no exterior, o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, encontra-se isolado dentro do governo. Revelando inapetência pelo poder e verdadeira aversão pelas tarefas administrativas e burocráticas, Lutzenberger vem gradativamente perdendo espaço para outros integrantes do governo, como o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, e não conseguiu ainda conferir uma diretriz clara à política ambiental do governo Collor.

Há pouco menos de 15 dias, por exemplo, Collor sancionou duas leis complementares que reformulam os conselhos das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Zona Franca de Manaus (Suframa). Embora os dois órgãos atuem numa área sob constante fiscalização da opinião pública internacional, entre seus 37 conselheiros não foi nomeado nenhum representante da área do meio ambiente. "Não foi um simples cochilo do Lutzenberger, pois os textos das duas leis foram longamente discutidos no Congresso antes de ir à sanção do presidente", afirma o diretor de uma importante secretaria de governo. "Foi falta de interesse mesmo."

Para o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o único avanço aconteceu no campo do discurso internacional, graças ao prestígio de Lutzenberger que, em suas constantes viagens ao exterior, vende uma imagem renovada do país em termos ambientais. "Mas internamente não há motivos para comemorar", diz Feldman. "O governo Collor tem sido uma enorme decepção na área ambiental", critica o deputado.

Segundo Feldmann, a volta dos incentivos fiscais para projetos implantados na Amazônia, a retenção de verbas do Banco Mundial para o Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e os problemas internos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que não se consolidou como instituição responsável pela política ambiental do governo, são pontos que deixam em evidência a fragilidade do governo.

Ele não imprimiu sua marca

"Ainda há muito por fazer", reconhece a socióloga Tânia Munhoz, presidente do Ibama. "Mas é importante ressaltar que obtivemos vitórias com a diminuição dos desmatamentos e queimadas na Amazônia e conseguimos melhorar a imagem ecológica do país no exterior", acrescenta. "Não se fez absolutamente nada", contesta o antecessor de Munhoz no cargo, o jornalista Fernando César Mesquita, atual secretário do Meio Ambiente do governo do Maranhão. Segundo Mesquita, as queimadas persistem, os manguezais estão sendo destruídos em toda a região costeira do país e há falhas em todos os pontos. "O governo Collor não fez nada em termos de educação ambiental, o que é extremanente grave", diz ele.

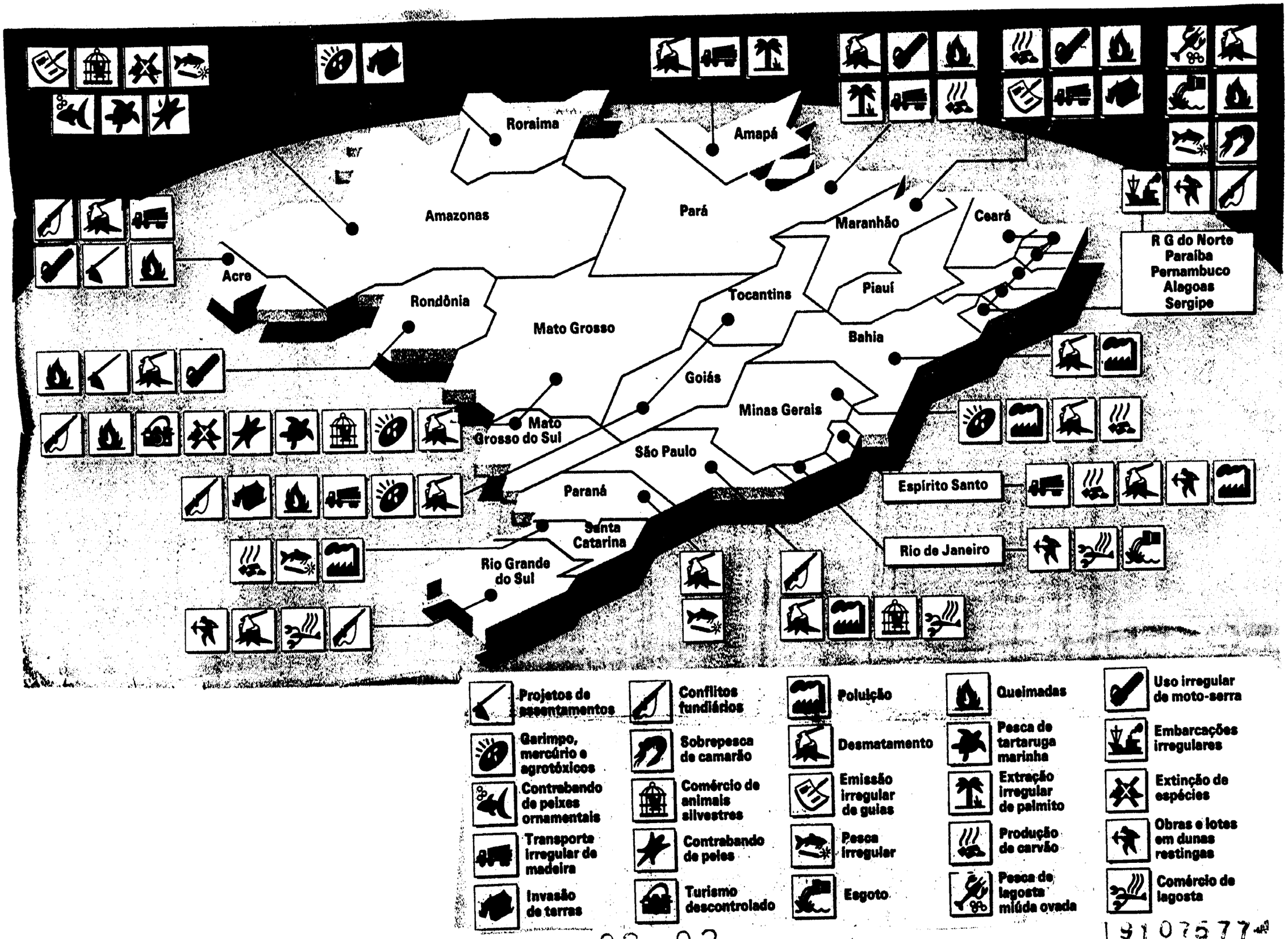
Mesquita critica também a equipe da ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que restringiu a liberação de recursos para o Ibama e bloqueou totalmente o dinheiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente, que se destina a financiar projetos de preservação ambiental. Para muitos integrantes do governo, no entanto, a falta de vocação política de Lutzenberger é o principal obstáculo da política ambiental. "Aqui nós lutamos para recuperar cada centavo bloqueado no orçamento", afirma um alto funcionário de uma secretaria de governo. "Já o professor Lutzenberger nunca foi capaz de brigar por suas verbas."

O secretário do Meio Ambiente vem colecionando derrotas também no confronto com outras áreas do governo. Há poucas semanas, declarou à imprensa que o presidente Collor não iria, em hipótese nenhuma, restaurar os incentivos fiscais para projetos na região amazônica. A lei que restabeleceu os incentivos, no entanto, já havia sido assinada em janeiro por Collor e regulamentada em abril pela ex-ministra Zélia.

No início deste mês, preocupados com um possível estímulo a atividades predatórias da Amazônia, os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente tentaram subordinar a aprovação de projetos econômicos na região ao parecer favorável das autoridades ambientais dos estados envolvidos no problema. O secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, responsável pela Sudam, não gostou da idéia. No último dia 12, saiu o resultado do confronto. Uma portaria assinada por Egberto determina que os projetos devem ter a aprovação prévia da Comissão de Zoneamento Ecológico-Econômico, controlada pelo Secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos. *(Ronaldo Brasiliense e Odail Figueiredo).*

02

9107577



03 03

91075774

Nº. DOCUMENTO
TITULO GOBIERNO GASTA TODOS LOS AÑOS APROX U$S 4.000 MILLONES EN EL COMBATE AL HAMBRE
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 23-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
11325
11302

ENTRADO
CRUZ

Governo desperdiça verbas e falha no combate à fome

Cleber Praxedes e Ricardo Leopoldo

BRASÍLIA — O governo gasta todos os anos aproximadamente US$ 4 bilhões para atacar um dos mais crônicos problemas da nação: a fome. Nos últimos cinco anos, apesar da aplicação dessa verba em quatro programas voltados para seu combate, o número de crianças desnutridas no país entre 0 a 5 anos vem crescendo, por culpa do agravamento da má distribuição de renda nacional. Hoje, já são 10 milhões de crianças mal alimentadas. Desses quatro programas populares do governo, muitos são desconhecidos do público mais carente, como o Programa de Alimentação do Trabalhador, coordenado hoje pelo ministro Antônio Rogério Magri.

Outros programas, como o de Suplementação Alimentar, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), órgão do Ministério da Saúde, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dirigido pela Fundação de Assistência ao Estudante, do Ministério da Educação, tornaram-se conhecidos recentemente por denúncias de irregularidades nos processos de licitação, que chegaram até mesmo à destituição de seus presidentes. Essas anormalidades administrativas foram constatadas há 10 dias por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com um relatório elaborado pelos auditores Marcos Valério de Araújo, José Aparecido Nunes e Íris Messias, os ex-presidentes da FAE Maurício Barros Toscano e Agostinho Celso Giusti compraram, há dois anos, NCz$ 258 milhões em alimentos formulados.

Márcia Cibilis

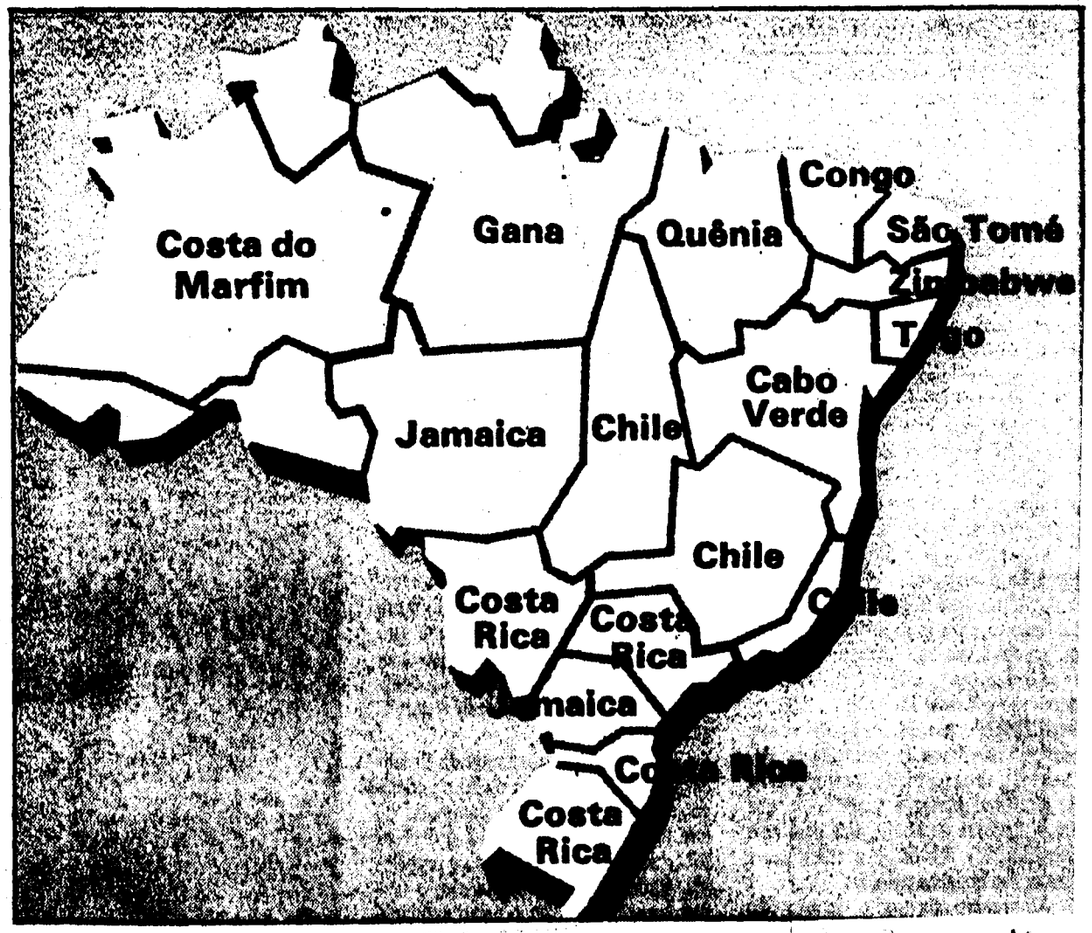
Responsável por uma verba anual equivalente à construção de 5 mil Ciacs, o governo vem conquistando uma unanimidade junto aos principais especialistas de nutrição do país: os resultados dos programas nacionais contra a carestia — público-alvo de aproximadamente 45 milhões de pessoas — são modestos e o índice de calorias ingeridas por beneficiário não atinge os valores mínimos de nutrição estabelecidos pelas Nações Unidas. "Está havendo um problema político grave, pois verbas existem, mas a comida não aparece na mesa do público mais carente", aponta a deputada Márcia Cibilis Viana (PDT-RJ), relatora da CPI da Fome na Câmara.

As causas — Na falta de um planejamento agrícola mais amplo, que inclua inclusive a produção e distribuição de alimentos básicos aos cidadãos mais carentes, o país vive, ano após ano, à mercê de dificuldades apontadas como drásticas pela Organização Mundial de Saúde. Para o professor José Eduardo de Oliveira, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e consultor da OMS, o governo, apesar de ter recursos, mantém aproximadamente 10 milhões de crianças desnutridas, metade do público infantil vacinado pelo Ministério da Saúde contra a poliomielite na semana passada.

O professor José Eduardo de Oliveira, médico que estuda nutrição há 35 anos, entende que o governo peca hoje por não estabelecer programas nacionais integrados com as 4 mil prefeituras brasileiras, para que a produção e distribuição de alimentos a populações carentes seja mais eficiente. É essa falta de aproximação entre governo federal e municípios, de acordo com o professor Oliveira, que causou a quebra na safra agrícola deste ano, proporcionando um prejuízo global ao país de US$ 1,5 bilhão com a importação de carne, trigo e milho.

O professor avalia que os aproximados US$ 4 bilhões que estão à disposição do governo para a execução de seus quatro programas de suplementação alimentar são muito expressivos. "Precisamos é de uma política global que vise desde o planejamento da produção de gêneros básicos, como arroz, feijão e leite, até a criação de projetos que levem estes alimentos às regiões mais afastadas do país", analisa Oliveira, único cientista brasileiro que está trabalhando na organização da Nutri-92, conferência internacional de nutrição que a ONU realizará em Roma no ano que vem.

O professor Oliveira avalia que o PNAE erra por conceder refeições insuficientes aos seus 29,7 milhões de estudantes beneficiados. De acordo com o PNAE, dirigido pela Fundação de Assistência ao Estudante, os estudantes atendidos pelo programa, da pré-escola ao 2º grau, recebem merenda escolar somente durante os 200 dias de aula. "Embora o aluno não freqüente as salas de aula nos outros 160 dias, ele também precisa alimentar-se quando não está na escola. Não adianta alimentá-lo só por uns tempos", critica.



Os programas alimentares

Com uma população aproximada de 80 milhões de pessoas desnutridas, o Brasil conta com quatro programas de suplementação alimentar para atenuar a fome de pelo menos 45 milhões de brasileiros. Distribuidos em todas as regiões do país, desde o rico interior paulista até o sertão do Ceará, estes programas custam US$ 4 bilhões, verba suficiente para a construção de 5 mil Ciacs. São estas as principais atividades do governo para tentar elevar o consumo diário de calorias pelas populações mais carentes, aumentando este índice de 1 mil para 2,800 calorias, padrão internacional estabelecido pela Organização das Nações Unidas, ONU:

☐ **Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE** - Coordenado pela Fundação de Assistência ao Estudante, FAE, o PNAE atenderá neste ano 29,7 milhões de estudantes, que cursam da pré-escola ao segundo grau. Maior programa de suplementação alimentar do país, o PNAE supre apenas 15% das necessidades nutricionais dos alunos. Eles são alimentados com 350 calorias e 9 gramas de proteínas - um sétimo das necesidades diárias - para quatro horas de ensino. Para 1991, os recursos são da ordem de Cr$ 264 bilhões.

☐ **Programa de Suplementação Alimentar, PSA** - Criado pelo governo Collor, o PSA é dirigido pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Inan, orgão vinculado ao Ministério da Saúde. Com um orçamento para este ano de Cr$ 42 bilhões, o PSA atenderá 6,6 milhões de pessoas - 4,9 milhões crianças com idade até 36 meses e 1,7 milhão de gestantes e nutrizes. O Programa repassa cestas básicas com arroz, feijão, leite, carne, além de alimentos formulados para crianças em fase de desmame. Em 1991, serão distribuidas 121 mil toneladas de alimentos, sendo que pelo menos 18 mil toneladas serão de alimentos lácteos formulados.

☐ **Programa de Apoio Nutricional, PAN** - Promovido pela Legião Brasileira de Assistência, ligada ao Ministério da Ação Social, o PAN também foi criado pelo governo Collor, desmembrando em três programas o antigo Programa Nacional do Leite, criado durante o governo Sarney pelo ex-ministro do Planejamento, Aluizio Teixeira. Este ano o PAN terá uma verba total de Cr$ 74 bilhões, e atenderá 4 milhões de pessoas.

☐ **Programa de Alimentação do Trabalhador, PAT** - Criado em 1976, é o mais antigo programa assistencial em atividade. Atende hoje 6,5 milhões de trabalhadores, de 35 mil empresas, com vencimentos não são superiores a 5 salários mínimos, Cr$ 115 mil. O PAT concede aos trabalhadores três tipos de auxílio alimentação: alimentação gratuita em refeitórios de grandes empresas; refeições servidas por terceiros (quentinhas) e a distribuição de tickets-restaurante.

Médico defende feijão e arroz

Defensor do dueto "feijão e arroz" na dieta básica do brasileiro, devido à rica combinação de nutrientes, o professor José Eduardo Oliveira acredita que o governo não deve utilizar alimentos formulados — feitos à base de farinha — como pratos principais, como adotam parcialmente a FAE e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan). O médico paulista considera a alimentação composta de produtos *in natura* a mais indicada, pois conserva em sua fórmula vitaminas e sais minerais que nem sempre são mantidos pelos alimentos industrializados.

A deputada pedetista Márcia Cibillis acredita que os US$ 173 milhões que o Inan e FAE gastarão, em 1991, com a aquisição de alimentos formulados poderiam ser canalizados para a compra do dobro da tonelagem de gêneros *in natura*. "Esta discussão que choca o alimento comum com o produto formulado é estéril", comenta Artur Peralta, consultor jurídico da Nutrimental, a maior indústria nacional de alimentos formulados. Responsável por um faturamento de US$ 100 milhões para este ano, dos quais 50% virão de programas federais de suplementação alimentar, a Nutrimental entende que o produto formulado não é tão caro como acusa a deputada Márcia Cibillis. "O gasto com transporte, armazenamento e preparo é muito menor", argumenta.

☐ *Os índices nacionais de inanição e nanismo são significativos para a avaliação do atual quadro de carência do país. A deficiência alimentar atinge 45% da população nacional. Baseado em dados da PNSN, Carlos Augusto Monteiro mostra que até mesmo os índices alcançados em estados avançados, como São Paulo e Rio, estão bem acima da proporção máxima internacional, de 2,3 pessoas com inanição para cada 100. O trabalho revela, ainda, que Santa Catarina, embora com o menor volume de cidadãos nanicos — altura máxima de 1,64 metros para homens e 1,52 para mulheres — tem índice duas vezes maior do que o estabelecido pelos padrões internacionais. Já os estados do Maranhão e Piauí, apresentam valores pelo menos 14,5 vezes maiores do que os limites, sendo comparados, respectivamente, ao Quênia e Congo. Um mapa elaborado a partir de artigo do geógrafo Pedro Vasconcelos, da Universidade Federal da Bahia, mostra que o Brasil assemelha-se a muitos países do Terceiro Mundo, no que se refere à baixa estatura da crianças. Rio Grande do Sul e São Paulo assemelham-se à Costa Rica, Goiás e Rio de Janeiro, parecem-se com o Chile; Mato Grosso e Paraná com a Jamaica. Os índices dos três países são considerados bons — 7 anos de expectativa de vida e 2% de mortalidade infantil. Os estados do Norte e Nordeste, no entanto, encontram paralelo em países muito pobres: Pará em Gana, Amazonas na Costa do Marfim, Pernambuco em Zimbabwe e Alagoas em Togo*

Desnutrição de criança é o maior problema

De cada mil crianças que nascem no Brasil, apenas 87 conseguem completar o primeiro aniversário. Com sete anos de idade, existem pelo menos cinco milhões de crianças desnutridas no país. São nada menos que 11 milhões de meninos vivendo nas ruas. Daqueles que chegam aos bancos escolares, 14 milhões de crianças são portadores do bócio endêmico, causado pela falta de iodo no organismo. As estatísticas de um país mergulhado na pobreza possui mais números dramáticos: um quinto dos jovens, na faixa etária entre os 20 e 25 anos, são considerados nanicos e aproximadamente 30 milhões de adolescentes apresentam grave carência alimentar.

Estas informações sobre a qualidade de vida no Brasil foram constatadas pelo Estudo Nacional de Despesas familiares, produzido pelo IBGE. Mil pesquisadores pesaram a alimentação média de 55 mil famílias, abrangendo cientificamente todos os níveis de renda. Um dos fatos mais contundentes levantados na pesquisa foi o de uma família do interior paulista, cuja fome por carne era tão grande, que eram obrigados a comer carne de ratos.

Em 1985, outra pesquisa realizada com 16.600 estudantes dos Cieps localizados no Grande Rio, comparou os meninos, segundo padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, com crianças americanas, de classe média. O trabalho mostrou que 34% dos alunos estavam 6 centímetros mais baixos que os americanos, e 27,5% eram nove quilos mais magros. O relatório revelou que a ocorrência de desnutrição entre as crianças fluminenses era três vezes maior que os padrões admitidos pela OMS, gerando uma popu lação marcada pela baixa estatura.

Devido ao consumo de metade do m nimo diário de calorias - a OMS estabelec 2.400 calorias e consumo de 53 gramas d proteínas como padrão internacional - Brasil possui hoje 80 milhões de habitante com deficit energético. Em termos quanti tativos o cidadão brasileiro come atual mente 30% menos do que em 1960. Neste 31 anos, houve uma queda no consum diário de feijão per capita, caindo de 15 para 26 gramas. A ingestão de leite n dieta do brasileiro também sofreu um queda também significativa, onde o con sumo, por pessoa, não chega a meio cop por dia. As forças armadas constataran recentemente que a metade da população masculina de 18 anos sofre de deficiência físicas provenientes da subalimentação.

02.02

Nº. DOCUMENTO
TITULO DOC. DE LA ESC. SUP. DE GUERRA SOBRE NIÑOS DE LA CALLE CAUSA POLEMICA.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 19-6-91
VINCULACIONES 10046
11163
11328

ENTRADA

Documento da ESG sobre

Antonio Carlos Prado

SÃO PAULO — Sob o título de *Paz*, começou a circular nos quartéis e em algumas instituições civis de São Paulo um panfleto, não-assinado, que trata as crianças abandonadas como futura "horda de bandidos" e alerta para o fato de que os "poderes constituídos Executivo, Legislativo ou Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de neutralizá-los e, mesmo, destruí-los, para ser mantida a lei e a ordem". Os anônimos autores do panfleto informam que o texto é extraído do documento *1990-2000, a década vital por um Brasil moderno e democrático*, produzido pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 1989, e divulgado de "forma restrita", conforme a nota explicativa do próprio documento da ESG, assinada pelo seu então diretor, general Oswaldo Muniz Oliva.

Militares da ESG acreditam que o panfleto foi feito por um grupo que se esconde sob o título de *Paz* e que nada tem a ver com a instituição. Com a circulação do texto, acabou sendo revelado, no entanto, um documento que a própria Escola Superior de Guerra, hoje dirigida pelo tenente-brigadeiro Pedro Ivo Seixas, diz não representar seu pensamento oficial. O documento prevê um futuro assustador e conclui que "convém impedir que tal cenário se concretize", sugerindo que as Forças Armadas "poderão desde logo cooperar com as autoridades e a sociedade para a solução deste problema" (os menores de rua).

Apesar de ter sido elaborado por membros permanentes e estagiários da ESG, sob a orientação do general Oliva, não mais que 150 exemplares do documento foram distribuídos, segundo o coronel da reserva Pedro Schimer, ex-assistente de Oliva no comando da ESG e diretor do jornal *Ombro a Ombro*, considerado de extrema-direita. "Na ocasião, o documento representou o pensamento oficial da ESG e é muito estranho que, hoje, alguém da própria ESG diga que não mais representa", contesta Schimer. "O documento foi oficialmente elaborado e eu mesmo coordenei sua distribuição", afirma.

Um assessor do atual diretor da ESG afirma, no entanto, que esse documento não foi distribuído pelos trâmites normais — ou seja, não teria sido enviado ao Estado Maior das Forças Armadas para que então se desse sua distribuição. "É o pensamento acadêmico de um grupo da Escola Superior de Guerra e não o pensamento da instituição", diz esse assessor, que prefere não se identificar. "O documento não tem de produzir mais efeitos."

Autoritarismo — Na questão do menor abandonado, tratada no capítulo *Subsídios para uma política militar* (o mesmo que inclui, entre outras questões, os itens *Do preço da paz, Da segurança pública* e *Os cinturões de pobreza)*, o documento da ESG afirma que se por suposição o universo de menores abandonados for hoje de 200 mil menores, "temos que no início do próximo século haverá um contingente de marginais, malfeitores e, mesmo, de assassinos de efetivo semelhante ao atual do Exército. O que os orientará, nesse quadro prospectivo dos menores de rua transmutados em adultos bandidos, será a falta de respeito ao direito alheio e, mesmo, à vida".

Segundo o coronel da reserva Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, o perfil dos autores desse documento da ESG é antidemocrático. "Não me importa se são pessoas de direita ou não, o que me interessa é saber se são democratas", diz Cavagnari. "Mas afirmo que a direita que redigiu esse documento é autoritária." Cavagnari vê um erro de análise na questão dos menores, já que, no Brasil, os menores infratores não chegam à idade adulta prevista pelo documento.

Segundo o coronel Schimer, o documento chegou a ser entregue, no dia 2 de junho de 1989, ao então candidato a presidente Fernando Collor, pelo general Oliva, num encontro realizado em sua residência. "Era a receita para que o confeiteiro-mor fizesse o bolo", afirma Schimer. "O presidente Collor tomou conhecimento do documento em minha casa, numa reunião com o general Oliva, assim como a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello e sua equipe fizeram algumas reuniões em minha residência", conta o ex-assessor de Oliva na ESG, informando que essas reuniões aconteceram antes que Zélia assumisse o Ministério da Economia. "A formação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, por exemplo, está prevista nesse documento."

Reprodução

Este segundo problema, que poder trazer ameaças à paz social, é o do menor abandonado. Sem pais, com pais que deles se desinteressaram ou que não têm quem deles cuidem enquanto trabalham, na verdade vivem ou sobrevivem nas ruas. Aos poucos, vai se criando entre eles e os marginais adultos que os exploram, um código moral próprio, cuja síntese é: o crime compensa.

É difícil avaliar-se quantos são. As estimativas vão desde muitos milhares a até milhão, ou milhões. Se, apenas para conjecturar, supusermos que, hoje, este universo já seja de uns 200.000 menores (que é um número modesto em face da amplidão das estimativas) temos que no início do próximo século haverá um contingente de marginais, malfeitores e, mesmo, de assassinos de efetivo semelhante ao atual do Exército. O que os orientará,

Aí então, quando às Polícias faltarem condições para enfrentar tal situação, o que é razoável imaginar que ocorrerá fatalmente, os poderes constituídos Executivo, Legislativo ou Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas, para que

Escrito em 89, o documento previa formação de "hordas de bandidos"

01 02 - 9107579

menino de rua causa polêmica

Brasília — Leopoldo Silva

CPI recebe dossiê com 411 mortes de crianças

BRASÍLIA — O coordenador do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Mário Volpi, entregou ontem à CPI da Câmara dos Deputados que investiga o extermínio de crianças um dossiê com 411 assassinatos de meninos e adolescentes, de janeiro a maio desse ano. O estado do Rio de Janeiro, segundo o documento, lidera as estatísticas, com 181 assassinatos de crianças até agora. Em segudo lugar, aparece Pernambuco, com 81 casos, Bahia, com 34, e Espírito Santo, com 27. A média de assassinatos de meninos de rua este ano em todo o país, segundo Volpi, é de três por dia. O coordenador pediu aos deputados apoio para a implantação imediata de todos os dispositivos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, como a criação dos conselhos comunitários de segurança.

Volpi solicitou ainda aos parlamentares a aplicação de medidas que exijam a abertura de inquérito sobre os crimes e o fim dos julgamentos militares para policiais envolvidos na morte de crianças. Segundo ele, esses policiais devem ser julgados pela Justiça Civil. A aplicação de tais medidas medidas, de acordo com Volpi, visam a dar um basta à impunidade dos assassinos.

Pesquisa realizada por Miriam Mesquita, do Núcleo de Estudos sobre Violência no Estado de São Paulo, da USP, entre setembro de 1990 e maio deste ano, revela o assassinato de 99 meninos e meninas de rua no estado. O estudo, também apresentado ontem na CPI, mostra que 64,5% das mortes de crianças foram praticadas por pessoas estranhas à polícia, que permaneceram impunes. Do total de assassinatos, 66,7% foram causados por arma de fogo e o restante por objetos contundentes, como facas e vidros. A maioria dos extermínios, segundo a pesquisa, ocorre na faixa de 15 a 17 anos. As meninas têm, em sua maioria, entre 11 a 14 anos, sendo que, geralmente, são violentadas sexualmente antes de serem mortas.

Empresas — CPI da Câmara que investiga o assassinato de crianças encaminhou ontem ofício a três empresas de vigilância privada do Rio de Janeiro — SOS Serviços Gerais Ltda, Vigilância Jeas e Associação de Guarda Noturno —, todas do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, requisitando certificados de aprovação dos vigilantes em cursos autorizados de formação. A CPI pede ainda que as empresas comprovem que seus profissionais não têm antecedentes criminais, além de uma cópia da autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, listas de controle de armamento e munição. Finalmente, solicita também cópias de exames de saúde física, mental de todos os vigilantes. Os dados devem ser atualizados até 1º de junho.

O ofício foi encaminhado pela CPI depois que as empresas foram acusadas pela promotora de Justiça de Duque de Caxias, Tânia Moreira, de manterem em seus quadros integrantes de grupos de extermínio. Em outro ofício, a comissão solicitou ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um levantamento completo da situação das três empresas. A CPI indaga também se o Ministério da Justiça mantém convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro para autorização de funcionamento das empresas e quando foi a data da última inspeção em cada uma delas. Para fazer essas exigências, os parlamentares se basearam na legislação, que permite a cassação do registro de funcionamento das empresas de vigilância que não cumprirem essas determinações.

02 - 02

9107579

Nº. DOCUMENTO
TITULO IBGE PREVE QUE LA POBLACIÓN SERA SUPERIOR A 150 MILLONES.
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 21-6-91
VINCULACIONES 10046
11105
11325

ENTRADA
CRUZADO

IBGE prevê que população seja maior que 150 milhões

O décimo censo populacional do Brasil — o último antes do ano 2000 — começará a 1° de setembro e terá os primeiros resultados já em dezembro. O presidente nacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Augusto Guimarães, disse ontem, em Porto Alegre, que a expectativa do recenseamento é encontrar entre 150 a 155 milhões de brasileiros, em aproximadamente 35 milhões de domicílios. As estimativas apontam para exatamente 153.321.579 pessoas — 76.449.139 homens e 76.872.440 mulheres. Em 1980, no último recenseamento geral, havia 119 milhões.

Eduardo Guimarães veio ao Estado para preparar o censo. Ele anunciou que estão sendo contratados 165 mil recenseadores e 22 mil supervisores. No Estado, serão 13 mil recenseadores. Devem ser gastos cerca de Cr$ 55 bilhões em todo o trabalho. Em dezembro deste ano, o IBGE espera divulgar o total da população. O resultado final do censo (com dados sobre estrutura familiar, raça, movimentos migratórios, escolaridade, força de trabalho, mercado informal, natalidade, mortalidade e situação habitacional) sairá no segundo semestre de 1993.

O primeiro censo foi realizado em 1872, quando o Brasil tinha 9,9 milhões de habitantes. Desde então, o IBGE tentou recontar a população a cada dez anos. O décimo recenseamento geral deveria ter acontecido no ano passado, mas foi adiado devido à reforma administrativa do Governo Collor. Eduardo Guimarães disse que o ideal é fazer um recenseamento geral a cada década. E recontar a população de cinco em cinco anos.

CONVÊNIOS — Os recenseadores do IBGE levarão dois formulários. No primeiro, farão oito perguntas ao morador e 11 sobre o domicílio. O segundo questionário é por amostragem. Nos municípios com mais de 15 mil habitantes, será apresentado a cada dez famílias. São 27 perguntas sobre o domicílio e 61 sobre os moradores. "Será muito completo", disse Eduardo Guimarães. "A novidade serão as questões sobre o mercado informal de trabalho, que se tem pouca informação". Outra inovação é o censo sobre os deficientes físicos.

O presidente do IBGE considerou que houve uma queda na taxa de natalidade, entre 1980 e 1991. Na década de 1970, a taxa de nascimentos era de 2,48%. Agora, caiu para 2%. O Censo 91 servirá para identificar as áreas mais carentes em obras de saúde, educação, habitação, transporte, energia, industrialização. Também será analisado o perfil da mão-de-obra.

Eduardo Guimarães também veio ao Estado para pedir o apoio da Federação das Associações dos Municípios (Famurs) ao recenseamento. E assinou convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Passo Fundo, de Pelotas, Rio Grande e Fundação de Economia e Estatística (FEE) para instalação de computadores com acesso ao banco de dados do IBGE.

01 9107580

INFORMANTE
TEMA: DECISION DE CERRAR "SIERRA PELADA" CAUSA CONMOCIÓN ENTRE 5 MIL GARIMPEIROS
PROCEDENCIA: JB 150023
FECHA DE PROCEDENCIA: 19-6-91
VINCULACIONES: 10646
11165
12722

ENTRADO
CRUZADO

Decisão de fechar Serra Pelada revolta cinco mil garimpeiros

BRASÍLIA — É iminente a deflagração de conflitos no garimpo de Serra Pelada, no Sul do Pará. A decisão do governo federal de fixar o término da garimpagem no dia 11 de fevereiro de 1992 e de iniciar estudos para o tombamento da cava do garimpo como patrimônio histórico e cultural do país provocou revolta entre os mais de 5 mil garimpeiros que ainda atuam em Serra Pelada. O clima na região é tenso, com a ameaça de depredações. "Estou tentando segurar o pessoal", afirmou o ex-deputado e ex-agente do SNI Sebastião Curió, presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp). "Todos esperam que o governo reveja sua decisão", completou.

Pelos termos do decreto presidencial, assinado pelos ministros da Justiça, Jarbas Passarinho, e da Infra-Estrutura, João Santana, os garimpeiros de Serra Pelada poderão continuar trabalhando apenas nos rejeitos da cava principal, hoje completamente inundada. A garimpagem manual nos rejeitos, porém, é anti-econômica, não garantindo qualquer retorno financeiro. "Acho que o governo tomou uma decisão acertada, providenciando o tombamento do garimpo, que é um marco histórico no segundo ciclo do ouro brasileiro", disse o diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), geólogo Elmer Salomão Prata.

Sebastião Curió, que chegou a apresentar ao DNPM um detalhado projeto para a implantação de uma lavra mecanizada no garimpo de Serra Pelada, para o aproveitamento do ouro existente nas milhares de toneladas de rejeito da cava principal, ainda acredita que o decreto presidencial será revisto. "A construtora Andrade Gutierrez já nos procurou para propor a mecanização de Serra Pelada e o grupo suiço-alemão Gitac também mostrou interesse em investir numa lavra mecanizada", revelou Curió.

Para Sebastião Curió, o Brasil — com uma dívida externa de US$ 120 bilhões — não se pode dar ao luxo de tombar como patrimônio histórico uma mina de ouro. "Nem as minas do Rei Salomão foram tombadas", ironizou Curió. "Além do mais, estudos técnicos da própria Companhia Vale do Rio Doce indicam que na cava principal de Serra Pelada existem potencialmente mais de 400 toneladas de ouro", acrescentou. Curió lembrou que quando o ex-presidente João Figueiredo quis fechar o garimpo, milhares de garimpeiros interditaram a rodovia Belém-Brasília.

01.01

91075814

Nº DE DOCUMENTO
TITULO: LA VIOLENCIA MATA CADA DIA A 4 NIÑOS EN BRASIL.
PROCEDENCIA: L. NACION / 50025
FECHA DE PROCEDENCIA: 6-6-91
VINCULACIONES: 10046
11165
11325
11414

ENTRADO
CRUZADO

La violencia mata cada día a cuatro niños en el Brasil

SAN PABLO, 5 (DPA). – La violencia contra niños y adolescentes en Brasil [illegible] la muerte de [illegible] niños a lo largo de los últimos tres años, lo que equivale a un ritmo de 42 niños por día, según informe de la Policía Federal, cuyo tenor fue revelado hoy por el diario O Estado de Sao Paulo.

El documento indica que, [illegible] de sufrir la violencia física, niños pobres brasileños [illegible] tan [illegible] el riesgo de transformarse en "mercadería de exportación" para los traficantes de [illegible] para Brasil por parte de [illegible]

[illegible] extranjeros no superan los 1.000 anuales.

El informe policial, apuntado como el más completo documento acerca de la situación de los menores pobres brasileños, divulgado hasta hoy revela que los niños y adolescentes son víctimas de un "genocidio", ante "la total indiferencia de la sociedad".

[illegible]

PARTES ILEGIBLES

01.01

9107582

Nº. DOCUMENTO
TITULO REFORMA AGRARIA EN LA CAMPAÑA
PROCEDENCIA ZH 050029
FECHA DE PROCEDENCIA 1-6-91
VINCULACIONES 10046
10296
11402
ENTRADO
CRUZADO

Herval promove uma revolução no campo

□Prefeitura começa a tentar resolver a questão agrária com projeto a partir do município

CARLOS WAGNER

Enviado Especial/ZH

É quase uma revolução. A cidade de Herval, de 15 mil habitantes, situada a 390 quilômetros ao sul de Porto Alegre e a 12 da fronteira com o Uruguai, está colocando em prática o programa Caravana Rural, que tem como objetivo iniciar um inédito projeto de reforma agrária municipal e levar benefícios aos proprietários rurais. Mais de 60% da população vive no campo e a maioria são ex-tropeiros e peões de fazendas que tiveram os seus ofícios campeiros substituídos pelos caminhões boiadeiros e por novas técnicas de criação de gado.

A Caravana Rural tem a ambição de resgatar a enorme dívida que os gaúchos têm com os tropeiros que alargaram as fronteiras e semearam as centenas de cidades no território gaúcho. Cidades, como Cruz Alta, nasceram de antigas pousadas de tropeiros. "A vida está feia para o nosso lado", lamentou-se Luiz Carlos Rodrigues Santos, 68 anos, o *Bica*, um dos raros tropeiros ainda em atividade na região.

Herval é uma cidade antiga, tem 160 anos. Os casarões espalhados pelas suas ruas lembram o Rio Grande do Sul descrito nos livros de Érico Veríssimo, como no *O Tempo e o Vento*. Há um outro lado triste na cidade: está situada na região mais pobre do Estado. "A principal causa de morte aqui é a hidatidose, doença que passa dos animais para o homem, e o Mal de Chagas", afirmou o médico nicaragüense Ivan Guevara, secretário municipal da Saúde.

O médico Guevara não está exagerando. Historicamente a miséria tem sido uma companheira inseparável nos ranchos da população rural. Segundo o vice-prefeito Hélio Ladi Marques (PDT), a miséria é resultado do tipo de ocupação da terra que aconteceu aqui. Existem 2.800 imóveis rurais, sendo que 60% têm até 50 hectares, o restante são fazendas com a média de 3 mil hectares, onde é praticada a pecuária, a principal fonte de renda do Município. A cidade também ostenta o título de maior produtora de sementes de cebola do País. Atividade criada pelo padre Libório Poersch há muitos anos, que não muda o perfil econômico da região, porque gera poucos empregos.

BOMBA-RELÓGIO — Mesmo para quem tem posses a vida não é fácil no interior de Herval. As distâncias são enormes e os recursos escassos. "E o preço do boi não anda lá estas coisas", reclama a fazendeira Viviane Ávila Albuquerque, 27 anos. Ela e o marido Carlos têm uma grande propriedade no distrito de Arroio Mau, onde estava ontem a Caravana Rural.

"Todo este contexto torna o Município uma espécie de bomba-relógio que precisa ser desativada", analisou o prefeito Marco Aurélio Gonçalves da Silva (PDT). O prefeito sabe o que está dizendo. A cidade é pequena, todos se conhecem e sabem o que está acontecendo. Ele é conhecido pelo seu apelido de guri: *Camarão*. Um aviso foi dado em abril, quando aconteceu a ocupação da Fazenda São Pedro, em Bagé, por 3 mil camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A São Pedro fica a 20 quilômetros do distrito de Arroio Mau, região de grandes latifúndios. Houve um enorme corre-corre entre os fazendeiros.

Herval tem todas as condições para que aconteça o mesmo que houve em Bagé. A Caravana Rural é apontada como um modo de solucionar o problema antes que ele aconteça, acredita o prefeito Marco Aurélio. Ela constitui-se de representantes dos bancos, órgãos municipais, estaduais e federais que acampam por três dis em um distrito. Levam todas as máquinas da Prefeitura. Lá solucionam os problemas de estradas, saúde e burocráticos da comunidade. E o mais importante: uma equipe cadastra os sem-terra da região.

A primeira parada da Caravana foi no distrito de Arroio Mau, a próxima deverá ser no distrito de Cerro Chato. No final de dois meses de caravana os assessores do prefeito esperam já ter nas mãos um quadro exato dos problemas da cidade. Com base nestas informações eles começarão a tocar o projeto de reforma agrária municipal e fazer uma reformulação no sistema de ensino.

SEM-TERRA — As informações a respeito da questão agrária deverão confirmar um quadro que o prefeito vem olhando há tempos com muita preocupação. Entre os 15 mil habitantes há mais de 3 mil sem-terra, que em outras épocas migrariam para os grandes centros à procura de empregos. A recessão acabou com esta migração. "Agora nós temos que resolver o problema aqui mesmo", fala com firmeza Marco Aurélio.

Há mais um problema: o sem-terra de Herval é ex-tropeiro e peão de fazenda, pessoas que só sabem lidar com gado, não têm tradição na agricultura. "Plantar é coisa para gringo e mulher", comentou com forte sotaque castelhano o domador Albino Mendes, 62 anos. "Nós temos que mudar esta mentalidade. Hoje se colocarmos este homem em uma terra ele fica lá e não planta um pé de couve para o seu sustento", afirma o prefeito.

Para o prefeito Marco Aurélio, o problema precisa ser resolvido pelas autoridades municipais. Ele afirma que a reforma agrária só acontecerá no País se for feita pelos prefeitos. "Se cada um resolver o seu problema com os seus sem-terra, certamente estaremos caminhando um bom pedaço para resolver este problema crônico", diz ele.

A sua intenção, depois de ter em mãos o levantamento do número dos sem-terra, é começar a negociar com os fazendeiros da cidade para conseguir áreas. Como será feito isto, ele prefere não falar agora para não prejudicar as futuras negociações. Mas deu uma pista. Na próxima reunião da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), pretende propor que todas as cidades gaúchas formem um fundo para compra de terra para assentar agricultores. Os cuidados que ele está tomando para tratar deste problema não são exagerados. A questão agrária é muito delicada nesta região. Ainda ontem a União Democrática Ruralista (UDR) e outras entidades do setor publicaram uma matéria paga nos jornais de Pelotas alertando para o perigo do problema e avisando às pessoas que têm idéias reformistas que está alerta.

01.02
9107583

Uma região pobre e cheia de problemas

O assunto do momento na fronteira sul é a Caravana Rural da Prefeitura de Herval, uma cidade entre Bagé e Pelotas difícil de chegar por causa das péssimas estradas. A localização geográfica do Município é apontada como uma das causas da sua pobreza. Tradicionalmente, esta cidade vinha se caracterizando como exportadora de mão-de-obra para os grandes centros. A falta de empregos nos grandes centros acabou com isto. Hoje o pessoal fica em Herval passando o tempo em longas conversas nos bolichos da campanha. Eles estão vendo com bons olhos a Caravana Rural. Mas alguns preferem esperar para ver no que irá dar.

A Caravana Rural ontem estava no distrito de Arroio Mau. "Vamos ver se esta coisa não é só fogo de palha", fala com desconfiança Luiz Carlos Rodrigues Santos, o *Bica*, um tropeiro que ontem estava conduzindo gado acompanhado de Edgar Machado, 18 anos, que está iniciando no ofício. *Bica* andou durante toda a sua vida pelas estradas. "Dormindo nos pelegos, comendo churrasco e vendo este céu lindo de Deus", descreve, mostrando alegria. De uns tempos para cá as coisas andam ruins. As tropas escassearam. O motivo do desaparecimento das tropas passou na sua frente: um caminhão boiadeiro vermelho que estava puxando gado para a cidade. Na sua opinião, tropeiro vai sempre existir porque os caminhões não podem entrar em todos os lugares. O seu sonho é um dia ter um rebanho de gado e campo para criá-los. Um sonho difícil.

CONCEITO DIFERENTE — O companheiro de *Bica*, o jovem tropeiro Machado, está começando no ofício, e fala com entusiasmo. Cresceu ouvindo histórias de tropeiros ao redor do fogo de chão. Acha difícil se adaptar a "tal agricultura". Entre os peões e os tropeiros, o conceito de reforma agrária é diferente do usual, onde o agricultor ganha 25 hectares. Esta quantidade de terra é considerada "canto de campo", descreveu João Souza, 50 anos, um ex-alambrador que hoje vive como "trabalhador avulso". A idéia de reforma agrária é ganhar grandes extensões de terra onde possa ser criado o gado solto no campo. "Claro que isto é impossível. Nós queremos agricultores que produzam, por exemplo, verduras que compramos de São Paulo", afirmou o prefeito Marco Aurélio Gonçalves da Silva.

Entre os fazendeiros, a questão da reforma agrária que o prefeito disse que irá fazer é vista com reservas. Ninguém ainda está tomando uma posição firme, porque não há nada de concreto. O futuro político do PDT na cidade está ligado ao destino da Caravana Rural. Tem o lado assistencialista que agrada a todos. "Estamos contentes com a administracão do prefeito", informou a fazendeira Viviane Ávila Albuquerque, 27 anos. Ela está com dificuldade com um estrada de acesso à fazenda. Viu com bons olhos a chegada da Caravana Rural a sua região.

ESTRADAS RUINS — As estradas são um problema sério neste canto do Estado. O terreno é fofo e qualquer chuva mais forte destrói tudo, lembrou o secretário municipal de Obras, Sarlen Costa. São 1.700 quilômetros de estradas municipais. Santa Helena Soares precisa caminhar para pegar o ônibus, sempre que pretende vir a cidade. "Isto é muito brabo", reclamou ao prefeito Marco Aurélio. "Também precisamos de luz", alertou ao prefeito Maria Soares, 64 anos. Os médicos da Caravana Rural também estão trabalhando duro. Várias pessoas, inclusive do município vizinho de Bagé, vieram procurar atendimento. "É sempre bom ver como andam as coisas por dentro do corpo", falou Nereu Ribeiro Gonçalves, um homem de 38 anos, com aparência que lembra o típico fazendeiro da região, proprietário de dois hectares de terra.

No final do dia, Izolina da Costa, 75 anos, estava tomando mate com suas companheiras — Zeferina Borba Caraballo, 79 anos, e Ione Cardoso Xavier, 46 anos —, em frente do bolicho, de propriedade de um parente. Elas comentavam que nunca tinham visto tamanha movimentação de gente por ali. "Uma vez, na Revolução de 23, teve um mundaréu de gente por aqui. Mas nunca mais aconteceu. Espero que desta vez seja coisa boa para o povo".

02.02

Juiz nega liminar de interdição do Lar Renascer

O juiz Benedito Felipe Rauen Filho, da 1ª Vara da Fazenda Pública, negou a liminar que pedia a interdição do Lar Renascer, onde 62 pessoas estão internadas em condições precárias de saúde e higiene. O juiz argumentou sua decisão no fato de que não existia nenhuma notícia de que tenha sido buscada uma solução direta junto ao Estado, que também foi indicado como réu junto com a proprietária do Lar, Estela Dalva Claro.

Outro argumento é o de que nem todas as pessoas que moram no asilo, localizado na Lomba do Pinheiro, são doentes mentais e se fosse determinada sua remoção, sem o consentimento das mesmas, estaria ferindo o direito constitucional de ir e vir. A sugestão de que os doentes fossem removidos para a Colônia de Itapuã também não foi considerada adequada pelo juiz, já que o local abriga doentes mentais e ainda porque a transferência de um número grande de pessoas poderia provocar problemas àquela instituição. "Se estaria a despir um santo para vestir outro", argumenta o juiz no despacho.

Benedito Felipe Rauen solicitou ainda que os secretários da Saúde e Meio Ambiente e do Trabalho, Ação Social e Comunitária estudem uma solução extrajudicial ágil para o problema. O juiz só deferiu a liminar para o efeito de multa ao Estado e à proprietária se, ao final do processo, a ação for julgada procedente. Nesse caso, a partir da decisão judicial, o Estado teria de pagar uma multa de Cr$ 1 milhão por dia e Estela Dalva Claro, Cr$ 500 mil.

SOLUÇÃO — "A decisão foi sábia", avaliou o coordenador das Promotorias Cíveis, Anizio Pires Gavião Filho, responsável pela ação judicial. "É preciso também que fique claro que não queremos punir ninguém; nossa preocupação é com as pessoas que estão no Lar em péssimas condições", diz. O promotor defende uma solução rápida para o problema.

A comissão formada pelas secretarias do Trabalho, Ação Social e Comunitária, da Saúde e Meio Ambiente, LBA, Santa Casa, Conselho de Apoio às Ações Comunitárias (CAAC) — coordenada pela primeira-dama do Estado — e Conselho Estadual do Idoso está estudando a transferência dos internos do Lar Renascer, talvez já na próxima segunda-feira, para um prédio da Brigada Militar, na Avenida Aparício Borges. Dos idosos, quatro foram retirados do Lar por familiares e um, com problemas graves de saúde, transferido para a Santa Casa. A secretária-geral do Conselho Estadual do Idoso, Jussara Rauth da Costa, disse que ainda está sendo discutida com outros órgãos a remoção dos doentes para locais adequados já que, apesar do Lar Renascer ser considerado de idosos, há todo tipo de pessoas internadas lá, entre elas crianças e doentes mentais.

910583

Nº. DOCUMENTO
TITULO PROFESORES SE ENFRENTAN CON LA POLICIA MILITAR
JB 15002.0
6-6-91
10046
11165
11419

ENTRADO
CRUZ DO

Professores têm confronto com PM

Grevistas ocupam prédio cercado e são reprimidos

BELO HORIZONTE — Professores da rede estadual de ensino, em greve há 31 dias, invadiram ontem o prédio da Secretaria de Estado da Educação, na Praça da Liberdade, na área central da cidade, durante um confronto com a Polícia Militar, que distribuiu golpes de cassetete para conter os manifestantes. A invasão foi decidida em assembléia após reunião com o secretário da Educação, Walfrido dos Mares Guia. Um dos grevistas, o professor Nilson Francisco Cardoso, saiu ferido, com corte profundo na cabeça e muito sangramento. À noite, uma comissão de dirigentes da CUT e do sindicato dos professores conseguiu acordo com o secretário. Os manifestantes aceitaram desocupar a Secretaria e Mares Guia concordou em recebê-los amanhã.

A invasão aconteceu por volta das 16h30. Antes dos professores decidirem pela manifestação, o prédio da secretaria já tinha sido tomado por policiais militares, que trancaram as portas do prédio. Mesmo assim, cerca de dois mil professores, que antes haviam se reunido em assembléia em frente à secretaria, forçaram a invasão e acabaram entrando pelas janelas do prédio, e por um portão lateral.

Na tentativa de entrar pelo portão lateral, os professores acabaram se chocando com os policiais. Os grevistas, além de arrombarem o portão, empurraram um Fiat que estava estacionado obstruindo a passagem. Foi quando começou o tumulto entre professores e policiais.

A presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores do Ensino (Sindiute), Rosaura Magalhães, afirmou que os grevistas permanecerão acampados na Secretaria até que o governo reinicie as negociações com o sindicato. Segundo ela, o secretário, na reunião de ontem pela manhã, não apresentou nenhuma proposta para a categoria. Rosaura diz ainda que Mares Guia, antes do início da greve, tinha proposto um aumento de 15% nos salários, o que significaria um acréscimo na folha de pagamento em torno de Cr$ 3 bilhões. Mas essa proposta não foi oficializada e também não foi aceita pelos professores.

A greve, afirma Rosaura Magalhães, atinge 95% das escolas de Belo Horizonte, em prejuízo de cerca de 250 mil alunos. Em todo o estado a média de paralisação, de acordo com o Sindicato, é de 80%. Em Minas são 200 mil os trabalhadores da rede estadual de ensino e cerca de três milhões de estudantes. A categoria reivindica o piso mínimo do Dieese, de Cr$ 126 mil, para professor primário. O atual piso é de Cr$ 30 mil. A tabela do funcionalismo da educação é baseada neste piso.

9107584

TITULO: OAB SUSPENDE ABOGADOS ENVUELTOS EN FRAUDE DEL INSS.
PROCE: JB 150028
7-6-91
10046
11165
11327
11324

ENTRADO
CRIZ

OAB suspende advogados envolvidos em fraude no INSS

Após reunião que durou duas horas, o conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro (OAB-RJ), decidiu suspender preventivamente 19 advogados que estão sendo processados por envolvimento nas fraudes contra o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) em São João de Meriti (Baixada Fluminense). Eles não poderão exercer a advocacia até demonstrarem ao conselho da Ordem que as acusações são improcedentes.

Os advogados suspensos estão respondendo também a processo disciplinar na OAB-RJ e, se continuarem exercendo a profissão, podem ser presos por crime de falsidade ideológica. O presidente da OAB-RJ, Sérgio Zveiter, explicou que o conselho não julgou o mérito das denúncias, mas "aplicou uma medida cautelar, ante os fortes indícios de irregularidades e a incontinência escandalosa dos fatos". A punição foi baseada em relatório da Corregedoria-Geral da Justiça do estado. Zveiter lembrou que "alguns advogados estão foragidos, tiveram oportunidade de se defender, mas não procuraram a assistência da Ordem".

Acrescentou que, de agora em diante, todos os advogados citados pela imprensa por envolvimento em fraudes serão chamados para se explicar. Os advogados suspensos ontem são: Astor Cardoso Pontes de Miranda, Jorge Raimundo Martins, Alberto da Rocha Moreira, Gilberto Anchieta, Fábio Cândido de Souza, Antonio Hélio de Oliveira, Paulo Fernando Baptista, Carlos Alberto Oliveira Pereira, Wilna Rosângela Fernandes Duarte, Wilson Luiz dos Santos, Jorgina Maria de Freitas Fernandes, Francisco Antonio de Freitas Neto, Maria Tereza Calmon, Ilson Escóssia da Veiga, Cézar Madeira, Ronaldo da Silveira Bravo, Dalvênio Torres da Mota, Elio Ribeiro de Souza e Marcílio Gomes da Silva — os dois últimos procuradores do INSS.

Fotos de Oleum Rufino

01 . 01

9107585

Nº DOCUMENTO
TITULO SONIA PIMENTA FUE ELECTA PTE DE LA FED. DE ASOCIACIONES DE LOS HABITANTES DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 10-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
11325

ENTRADO
CLASIFICADO

Famerj elege primeira mulher presidente

Adriana Lorete

Sônia Pimenta diz que não atrelará Famerj ao PDT

Sônia dividirá diretoria com 2º colocado

A líder comunitária de Niterói (Grande Rio) Sônia Rejane Pimenta é a primeira mulher eleita presidente da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro). Com 618 votos dos 1.263 delegados que compareceram à eleição, a chapa 4, encabeçada por Sônia, deve ocupar ainda 60% dos 21 cargos da diretoria. Este ano, a federação alterou seu estatuto, tornando a eleição proporcional. Isso significa que as chapas com mais de 30% dos votos têm direito a compor a diretoria. Assim, a chapa 3, que teve 413 votos, deve indicar o vice-presidente e os 40% dos cargos restantes.

A divisão proporcional da diretoria foi discutida em uma reunião que teve início logo após a eleição, em que votaram representantes das 321 associações de moradores que formam a Famerj. Houve 17 votos para a chapa 1, 61 para a chapa 2, 69 brancos e 84 nulos. Antes mesmo da eleição, o cabeça da chapa 2, Celso Felizola, retirou-se do pleito, alegando que a adoção do critério de proporcionalidade tinha objetivo de camuflar a subordinação da Famerj ao PDT, caso a chapa de Sônia ganhasse. "O PDT quer é descaracterizar que a chapa 4 é toda ligada ao partido, o que significa um atrelamento direto da Famerj ao governo do estado e do município", afirmou Felizola.

A presidente da federação das associações de moradores de Nova Iguaçu, Dilcéia Narhon, assumiu o lugar de Celso na chapa 2, mas também denunciou os critérios para a adoção da proporcionalidade. "Esta exigência de 30% dos votos para ter direito a fazer parte da diretoria é um golpe. Trata-se um acordo da chapa 4, só formada com componentes do PDT, com a chapa 3, majoritariamente ligada ao PT, com a intenção clara de deixar algus setores de fora da diretoria", afirmou.

Feliz com a perspectiva de ser "a primeira presidenta da Famerj", Sônia Pimenta negou as acusações de que a vitória de sua chapa significaria um atrelamento da federação ao PDT. "Isso não tem nada a ver. Sou eleitora do partido, isso é a coisa mais comum no Rio de Janeiro, e sou funcionária da prefeitura de Niterói (o prefeito Jorge Roberto da Silveira é filiado ao PDT), mas isso é trabalho. No mais, sou independente. Se o movimento tiver que fazer oposição ao governo estadual nós vamos para a rua", garantiu.

Os prioridades de Sônia são unificar as lutas da associações de moradores por melhores condições de transporte e habitação e descentralizar o poder da Famerj. "Quero que a Famerj volte a ser o que era antigamente, quando cuidava dos problemas do dia-a-dia", afirmou Sônia.

Ameaças — Uma faixa preta com a inscrição "Pela vida e segurança de nossos líderes comunitários" deu o tom de preocupação ao 5º Congresso da Famerj. No último mês, vários deles foram ameaçados de morte e o presidente da associação de moradores do Morro Dona Marta, José Custódio, efetivamente assassinado. "A vida dessas pessoas deve ser segurada. Mas a Famerj não aceita que as ameaças intimidem as associações, que devem continuar a ser um espaço importante para os moradores", comentou o atual presidente da entidade, Sérgio Bonato.

9107586

01.01

Nº DOCUMENTO
TITULO PATRICIA DE ANGELIS FUE ELECTA PTE DE LA UNIÓN NAL de ESTUDIANTES (UNE).
PROCEDENCIA ZH 150023
FECHA DE PRECEDENCIA 5-6-91
VINCULADOS 10046
11165
11316
11324
5

CRUZADO

Eleição na UNE

A atual presidente do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Patrícia de Angelis, foi eleita a nova presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). A eleição ocorreu no dia 2 de junho durante o Congresso da entidade, que reuniu 2.600 delegados, na Unicamp, Campinas. Patrícia de Angelis, que é estudante do curso de Ciências Sociais, concorreu pela chapa "Em tempo de Collera". Ela disputou com a chapa "Para fazer acontecer", liderada por Vitor Salazar.

ZH 16/06/91

01.01

9107587

Nº. DOCUMENTO
TITULO Rio COMIENZA A TRABAJAR PARA LA CONFERENCIA MUNDIAL DE MEDIO AMBIENTE Rio 92.
ZH 150029
1-6-91
10246
11165
11295

MEIO AMBIENTE

Rio começa a discutir a grande conferência

□Os ecologistas debatem, com dificuldade, os estatutos e temas do fórum que reúne centenas de entidades não-governamentais

MARCELO RECH
Enviado Especial/ZH

Os documentos que tratam de uma possível reviravolta na condução da política de desenvolvimento do Planeta, que terão a assinatura na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento marcada para junho de 1992 no Rio de Janeiro, já estão quase prontos. Na Europa e Estados Unidos, representantes de governos estão discutindo temas como florestas tropicais visando aos acordos que serão firmados no próximo ano no Rio. No Brasil, porém, o Fórum de Organizações Não-Governamentais, preparatório para a conferência, ainda não conseguiu sequer descobrir a melhor fórmula para encaminhar a análise dos temas que estão sendo delineados nas reuniões internacionais.

Ontem à tarde, na abertura do 5º Encontro Nacional do Fórum, boa parte do tempo foi consumida no debate sobre como deveria ocorrer o processo de aprovação da ata do último encontro, realizado em abril em São Paulo. O que pode ser uma prévia de problemas que as entidades independentes de governos terão pela frente durante a Rio-92. O início do encontro se perdeu também pelas discussões sobre a proposição da mesa. "Nós podíamos estar analisando o conteúdo dos documentos", desabafou Francisco Iglesias, representante da Secretaria de Entidades Ambientalistas do Nordeste, que aglutina 80 grupos ecológicos e civis e que vem participando de reuniões preparatórias no exterior. "Essa discussão sobre encaminhamentos é uma tarefa estressante", disse ele, até ontem integrante da coordenação nacional do Fórum.

AG/ZH

Ecologia: *ambientalistas preparam a conferência*

ADESÃO — Enquanto os temas que afetam o Brasil, como desenvolvimento sustentado e mudanças climáticas, são definidos no exterior ou pelo governo brasileiro, a alteração da coordenação do Fórum e de seus estatutos está entre os principais itens da agenda que será discutida até o próximo domingo à noite no Rio de Janeiro. As dificuldades de entendimento entre os ecologistas são atribuídas especialmente ao crescimento vertiginoso do Fórum.

Em dois encontros anteriores, ele era composto por apenas 165 entidades. Na reunião anterior já eram 595. E a expectativa é de que até domingo mais de 700 entidades estarão agrupadas no Fórum. Segundo o gaúcho Carlos Aveline, presidente da União Protetora ao Ambiente Natural de São Leopoldo e um dos membros da coordenação, o mérito do Fórum está justamente na possibilidade de envolver a maior parcela possível da população e mesclar organizações ecológicas com as do chamado movimento social, como entidades de mulheres e associações de classe.

Realizado no sambódromo, na Avenida Marquês do Sapucaí, o local mais provável para a conferência paralela às organizações não-governamentais (ONGs) na Rio-92, a abertura do Fórum serviu para antecipar outras dificuldades que as entidades independentes poderão encontrar quando começar o encontro: a abertura da reunião de ontem foi muito prejudicada pela poluição sonora produzida pelo tráfego nas avenidas vizinhas. De qualquer forma, as incógnitas sobre a conferência paralela em julho de 1992 começam pelo próprio local onde as ONGs pretendem se reunir.

ATRASO — Ontem de manhã, representantes de algumas das mais importantes organizações ambientalistas do mundo e do Brasil tiveram um debate no Hotel Rio Internacional com a área oficial e a única conclusão a que se chegou foi a de que o cronograma das ONGs está atrasado. Houve muitas reclamações de lado a lado. O diretor executivo do Centro para o Nosso Futuro Comum, Warren Lindner, com base na Suíça, se declarou "deprimido" pelo fato de ainda não ter sido definido um local para o encontro paralelo — além do sambódromo está em vista o autódromo de Jacarepaguá, a apenas meio quilômetro do Riocentro, onde será a Conferência Oficial das Nações Unidas.

Os representantes do Governo não aceitaram as críticas. O ministro do Itamaraty, Carlos Garcia, secretário-geral do grupo de trabalho que organiza a conferência pelo lado brasileiro, disse que o Governo não pode dar início às tarefas de apoio, enquanto as ONGs não informarem quantas pessoas pretendem trazer para o Rio de Janeiro. O prefeito Marcello Alencar chegou a revelar que nos documentos que tem recebido das ONGs os números de participantes flutuam de 10 mil a 40 mil. "Temos muitas alternativas, mas elas dependem da dimensão da conferência, que vocês pretendem promover", disse o prefeito. A discussão não avançou muito. Os ambientalistas rebatem que na verdade depende do local e das condições de infra-estrutura o número de ecologistas que virão.

01.01 910588

Nº. DOCUMENTO
TITULO BRASIL POSEE EL 3,7% DE SU EXTENSION TERRITORIAL PROTEGIDA EN EL AREA AMBIENTAL
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 5-6-91
VINCULACIONES 10041
11165
11295

ENTRADO
CRUZADO

Brasil protege apenas 3,7% de seu território

BRASÍLIA — O Brasil possui atualmente apenas 3,7% de sua extensão territorial de área ambiental protegida. O índice é considerado pequeno, se comparado com países em desenvolvimento, como a Indonésia (16%), a Venezuela (11%) e a Costa Rica (8%). Essas são algumas das informações do relatório preliminar sobre a política ambiental brasileira entregue pela Secretaria Especial de Meio Ambiente à Comissão Interministerial de Meio Ambiente.

O grupo de 63 cientistas brasileiros, especializados em meio ambiente, preparou esse relatório preliminar, que será discutido no dia 18 de junho, em audiência pública. A questão será debatida em rede nacional, através da Embratel, e o relatório final será levado pelo governo brasileiro a Genebra no dia 8 de agosto, na reunião preparatória para a Conferência de Meio Ambiente de 92. O relatório preliminar tem 500 páginas e cinco capítulos. O relatório final, um livro que terá o número de páginas reduzido à metade, terá uma tiragem de 20 mil exemplares.

Média baixa — O índice brasileiro de 3,7% de área protegida, segundo o relatório preliminar, representa 31.294.911 hectares, ou seja: 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas federais, 21 estações ecológicas, 38 florestas nacionais, 14 áreas de proteção ambiental e quatro reservas extrativistas. A média da América Latina, excluindo o Brasil, é de 4%. A extensão total das áreas naturais protegidas no mundo já equivale à metade da superfície do Brasil.

Na questão do desmatamento, o relatório afirma que houve um decréscimo entre os anos 1989 e 1990. Segundo dados do satélite Landsat, em 1989 a área desmatada chegou a 19 mil km², enquanto no ano passado a área foi de 14 mil km². Mesmo assim, de acordo com o relatório, se a Amazônia continuar a ser desmatada, a maioria das florestas da região terá desaparecido em menos de 150 anos.

O saneamento também é tratado no relatório. Segundo os cientistas, o acesso aos serviços adequados de saneamento se dá de maneira muito desigual entre as regiões do país e entre os grupos sociais. No Brasil, apenas 40% das famílias têm acesso ao saneamento, sendo que na Região Nordeste esse percentual cai para 15%. Ainda segundo o relatório, 2.282.000 domicílios têm situação inadequada de abastecimento de água, sendo que 87% no Nordeste (1.992.000 domicílios).

5 JUN 91 JB

01 . 01 9107589

Nº. DOCUMENTO
TITULO MINO DE SALUD AFIRMO QUE LOS NIÑOS DESNUTRIDOS LLEGAN A 6 MILLONES.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 12-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
11325

ENTRADA
CRUZ

(psicosocial - Salud)

Alceni diz que crianças desnutridas são 6 milhõe

BRASÍLIA — O país tem atualmente uma legião de seis milhões de crianças desnutridas, sendo que 833 mil estão em situação moderada ou grave. A informação foi dada ontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a fome, na Câmara dos Deputados, pelo ministro da Saúde, Alceni Guerra. Ele anunciou que vai modificar o programa de assistência infantil para dar prioridade a crianças de 0 a 5 anos com desnutrição moderada e grave.

A desnutrição, como frisou Alceni Guerra, é a causa primária de mais de 50% da mortalidade infantil do país. "O Brasil registra por ano 220 mil óbitos de crianças de 0 a 5 anos e a desnutrição quase sempre está associada a uma outra doença", disse o ministro da Saúde. Alceni Guerra afirmou que a solução para a queda da mortalidade infantil está na cobertura vacinal elevada, suplementação alimentar, estímulo à amamentação materna e combate a doenças diarréicas, por exemplo.

"Em 1990 escolhemos 60 prioridades dentro do Ministério da Saúde e uma das primeiras ações é a redução da taxa de mortalidade infantil no país", afirmou Alceni Guerra, informando que no momento a mortalidade é de 64 por 1.000 e que pretende reduzi-la para 40 por 1.000. O ministro da Saúde lembrou os dados da pesquisa feita pelo Inep, que revela os índices de desnutrição entre crianças brasileiras de 0 a 5 anos, entre 1974 e 1989.

Em 1974 o país registrou um índice de 21,6%, enquanto em 89 havia 9,6% de crianças desnutridas no país. O índice de crianças desnutridas de situação moderada e grave era de 13,6% em 1974 e de 5,1% em 89. O índice de desnutrição geral é maior na região Nordeste. Em 74 esta região registrou um índice de 56% e de 46% em 89. As outras regiões registraram os seguintes índices: Sul e Sudeste, 36,6% em 74 e 20,6% em 89; Norte e Centro-Oeste, 49,5% em 74 e 31,3% em 89.

Nos casos de desnutrição moderada ou grave, também o Nordeste é o campeão dos índices. Em 74 o Nordeste registrava 21,2% e em 89, 9,6%. O Sul e o Sudeste registraram em 74 um índice de 8,2% e em 89, 2,4%. O Norte e o Centro-Oeste registraram índices de 14,5% em 74 e 9% em 89. "No ano que vem vamos direcionar ações para faixas que estão catalogadas como moderada e grave, que representa 833 mil crianças entre 0 e 5 anos", garantiu o ministro Alceni, sem revelar cifras.

Alceni Guerra lembrou que 60% das causas de mortalidade infantil no mundo acontecem por falta de educação para a saúde. "No ano passado gastamos US$ 1 milhão em educação para a saúde e pretentemos investir esse ano US$ 10 milhões ou até o dobro, se algumas endemias forem controladas", afirmou ele.

O programa de suplementação alimentar do Ministério da Saúde atende atualmente 4,8 milhões de crianças e 1,7 milhão de gestantes. Segundo Alceni, a comissão constituída para apurar a denúncia de uso de crianças pobres das creches Dois Candangos e Bezerra de Menezes como cobaias em testes de aceitação de alimentos formulados ainda não apresentou resultados concretos.

Brasília — Aldori Silva

Alceni anunciou à CPI que dará prioridade a 833 mil crianças em estado mais grave

Rio ganha maior verba do Pró-Saúde

Mesmo ausente ontem, no lançamento do Programa de Reorganização e Modernização da Rede Assistencial de Saúde (Pró-Saúde), o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, acabou voltando a centralizar os comentários durante a cerimônia no Palácio do Planalto, que contou com a presença de dez governadores e outros quatro representantes. O presidente Fernando Collor assinou convênios para a construção e reforma de hospitais e centros de saúde em 14 estados totalizando Cr$ 37,6 bilhões. Apenas o Rio de Janeiro recebeu Cr$ 10,2 bilhões, inclusive para a compra de outros dois tomógrafos computadorizados, quantia pouco menor que os Cr$ 10,6 bilhões recebidos pelos sete estados nordestinos beneficiados: Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Piauí, Paraíba e Sergipe.

"Estamos apenas iniciando o resgate do crime cometido contra o estado no passado, que teve seus hospitais sucateados", avaliou o cirurgião plástico Pedro Valente, secretário de Saúde do Rio de Janeiro. Ele representou Brizola, que participa em Istambul, na Turquia, de uma reunião da Internacional Socialista.

"Nós somos atendidos no que merecemos", afirmou o governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, beneficiado com uma recursos de Cr$ 1,2 bilhão. "Acho besteira fazer encontros contra quem quer que seja", disse, evitando criticar Leonel Brizola.

"Não posso negar que a gente gostaria de receber mais", admitiu, por sua vez, o governador Geraldo Bulhões, de Alagoas. "Mas devia ficar contente porque tem muito nordestino no Rio", completou. "Como eu sou cearense, homem da caatinga, estamos todos em casa", devolveu Pedro Valente, muito sorridente, sempre acompanhado de Ronaldo Ruiz Gazola, secretário de Saúde do município do Rio.

O governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, estado beneficiado com Cr$ 5,6 bilhões, também faltou, enviando como representante o secretário de Saúde, Otto Alencar. Também mandaram representantes os governadores do Ceará e de Roraima.

9107590

01.01

TITULO TRABALHAR FINANCIA ESCOLA SINDICAL MILIONARIA QUE NO USA
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 16-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
500854
ENTRADO
CRUZ DO

Trabalhador financia escola bilionária que não usa

Brasília — Fotos de Gilberto Alves

Ricardo Miranda Filho e Cléber Praxedes

BRASÍLIA — Mesmo sem saber, oito milhões de trabalhadores do setor industrial brasileiro tiveram uma parte de seus salários usada nos últimos oito anos para financiar a construção de uma obra bilionária, para formar líderes sindicais em salas de aula, mas que tem abrigado principalmente algumas dezenas de porcos, vacas leiteiras e galinhas. Com a justificativa de criar a primeira universidade do trabalhador no país e formar uma elite sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) construiu com recursos da contribuição sindical, descontados anualmente dos trabalhadores, o Centro de Treinamento Educacional (CTE), avaliado em mais de Cr$ 5 bilhões — um oásis sindical num país onde a maioria dos trabalhadores ainda luta por um salário digno.

Poucos sabem da existência do centro, inaugurado no dia 30 de novembro do ano passado, embora funcione num terreno de mais de 500 mil metros quadrados e a apenas 40 quilômetros da capital federal, na cidade goiana de Luziânia. Mas, ao contrário das universidades brasileiras, faltam alunos e sobram recursos. Após quase sete meses de inaugurados, os quatro prédios que formam o centro, somando uma área construída de 20 mil metros quadrados, continuam praticamente abandonados. Depois da festa de inauguração, um coquetel que reuniu mil pessoas, o centro realizou um único curso, em janeiro. Durante quinze dias, 50 sindicalistas de diversos estados fizeram um curso intensivo sobre um tema que todos conhecem muito bem, mesmo sem entrar numa sala de aula: atualidade brasileira. Ao final, num animado churrasco, foram distribuídos diplomas.

Elefante branco — O centro só esteve lotado durante a festa de inauguração. Entre os convidados estavam a mãe do presidente Fernando Collor, dona Leda. O ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri, devolveu o convite e nem mandou representante. "Ele nos deu o prazer de não comparecer", ironiza o secretário-geral CNTI, Olyntho Cândido de Oliveira. Desde que visitou o centro pela primeira vez, há quase cinco anos, Magri, então subsecretário de educação da confederação, vem criticado a opção preferencial do centro pelo luxo. Para Magri, o centro é "um elefante branco" construído com dinheiro do trabalhador, sem que ele nunca tivesse sido consultado sobre isso. "O ministro nunca acreditou em coisa do trabalhador e agora quebrou a cara", rebate Olyntho.

Apenas este ano, a confederação vai receber Cr$ 500 milhões do imposto sindical, uma fonte de recursos que vai ser gradativamente eliminada até janeiro de 1993. A maior parte do dinheiro vai ser gasta na manutenção do estabelecimento e em outras obras no local, inclusive a construção de um ginásio de esportes coberto. "O nível dos trabalhadores brasileiros é muito baixo e estamos tentando elevá-lo", argumenta Olyntho Cândido de Oliveira, atual secretário-geral da confederação, que não concorda que tenham sido feitos gastos excessivos na obra. "Não gastamos um centavo de dinheiro público, só dinheiro de contribuição sindical", diz o sindicalista.

Os prédios do centro têm 20 quartos, quatro quadras poliesportivas, duas quadras de tênis e um campo oficial de futebol profissional, com arquibancadas para mais de cem lugares. Por algum motivo, os poucos sindicalistas que já conheceram o centro preferiram a bola de futebol às raquetes de tênis. A área de lazer possui ainda uma churrasqueira, bares, saunas a vapor e um salão de jogos, com quatro mesas de sinuca e tênis de mesa, além de tabuleiros de xadrez. "Não nos arrependemos de um centavo gasto", garante Geraldo Ramthun, secretário de Finanças da confederação.

"Acredito que não se deve deixar o trabalhador numa sala de aula apertada e quente passando necessidade", avalia o economista Cássio Calveti, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), de Brasília. "Mas não sei se seriam realmente necessários luxos como saunas e quadras de tenis", completa Calveti, um dos professores no curso de janeiro.

Encontros de casais — Mas, se depender de cursos, a capacidade ociosa do auditório, construído para comportar mais de 200 alunos, nunca será preenchida. "Eles ficam vazios porque pedagogicamente é inviável ensinar para uma turma de trabalhadores com mais de 50 alunos", admite Olyntho. Na falta de sindicalistas para ensinar, a confederação tem alugado seu centro para encontros de casais evangélicos e festas de casamentos. Para um grupo de cem pessoas, a entidade cobra de cada um a diária de Cr$ 8 mil. "Se o centro for usado apenas para cursos ele vai se tornar ocioso", justifica Olyntho. Para manter esse complexo são gastos mensalmente cerca de Cr$ 2,5 milhões. Em janeiro, quando houve o primeiro e único curso, os gastos foram Cr$ 5 milhões.

Na última segunda-feira, os corredores e quartos vazios foram ocupados por 500 trabalhadores paulistas que acompanhavam a caravana de Luiz Antônio Medeiros, presidente da Força Sindical, até a capital. Pela primeira vez, depois da inauguração, a cozinha, com capacidade para 1.500 refeições, voltou a ser usada. Os sindicalistas dormiram, comeram e se foram. Nenhum deles quis saber de curso.

Um dos blocos construídos funciona como um hotel três estrelas, com capacidade para 240 pessoas em seus 60 quartos com suíte. No centro médico, ao lado do hotel, funciona uma sala de fisioterapia, com aparelhos de ginástica e musculação, uma sala de repouso e outra para curativos. As macas espalhadas pelos corredores ainda esperam o primeiro paciente.

"É tudo terra dos operários", acredita Elson Antônio Pimenta, encarregado da área rural do complexo, apontando para os limites da propriedade, que inclui ainda um pomar com laranjas e mangas. O centro comprou até equipamentos agrícolas e um trator. O terreno possui ainda uma pocilga, um estábulo e um lago artificial para criação de peixes — um fauna variada que soma dois mil peixes, uma centena de pintinhos, quarenta e cinco porcos e cinco vacas leiteiras. Mais acostumado a ver bezerros e galinhas do que sindicalistas, no centro construído com seu dinheiro, Elson garante que aqueles que foram até o local ficaram muito orgulhosos de saber que,

Cursos serão para minoria

Para ensinar como um sindicalista deve se comportar numa mesa de negociações durante um acordo salarial e garantir que ele nunca esqueça como calcular suas perdas salariais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria está tentando criar uma pedagogia do trabalhador, que pretende espalhar nos próximos anos através dos cursos de seu Centro de Treinamento Educacional. Embora pretenda formar 2.500 líderes sindicais por ano, o centro só atendeu nos seus sete primeiros meses de vida uma turma de 50 alunos, em janeiro, quando foram dadas aulas sobre temas diversos como política econômica, negociação salarial e jornalismo sindical.

Mesmo se formasse 2.500 sindicalistas todos os anos, como pretende, a confederação, que reúne oito milhões de trabalhadores em todo o país, precisaria de pelo menos três mil anos para formar todos eles. O secretário-geral da entidade, Olyntho Cândido de Oliveira, admite que apenas uma minoria de trabalhadores vai poder freqüentar o curso. "Uma minoria em tese, porque quem aprender vai levar os conhecimentos para suas bases", afirma. "Vamos selecionar sempre aqueles dirigentes sindicais que se destacaram para participar do curso", explica.

Mas os próprios professores, que de 14 a 25 de janeiro desse ano se revezaram durante 15 dias nas únicas aulas ministradas até hoje para meia centena de sindicalistas, questionam os resultados de seu trabalho. "Não diria que foram aulas", corrige o economista Cássio Calveti, supervisor técnico do Diesse, que fez duas palestras sobre economia. Os sindicalistas tiveram algumas horas para aprender matemática financeira, como o cálculo de reajustes e das perdas salariais. "Todos foram muito aplicados, mas não sei bem qual o objetivo do curso", admite. Pelas duas aulas, o conferencista recebeu em janeiro Cr$ 50 mil. "As aulas sobre economia deviam ser mais completas, porque nem todos têm facilidade para cálculos", argumenta uma das alunas, Francisca Elói de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário da Paraíba.

As aulas sobre política, a cargo do professor de sociologia política da Universidade de Brasília (UnB), Benício Schmidt, incluíram um cardápio de assuntos tão variados como as transformações dos partidos políticos latino-americanos e a redemocratização do país. "O centro foi um grande investimento", opina Antônio Alves Fogaça, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Couro de Portão, no Rio Grande do Sul, outro aluno.

A aula sobre sindicalismo foi dada pelo advogado e professor da Sociedade Brasileira de Cultura, Walter Antônio de Souza. "Não se ensina sindicalismo nas escolas porque isso não interessa aos empresários", acredita Souza, que ensinou aos alunos que o movimento sindical visa somente o bem do trabalhador e que os partidos políticos existem apenas para tomar o poder. Além desses conceitos pouco originais, o professor atribuiu o atual marasmo do movimento sindical à falta de preparo dos sindicalistas. "Tem muito sindicalista que não transmite seus conhecimentos para as bases, com medo de perder o poder", concordou Gilberto Tavares da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul.

Patrimônios incluem hotéis

O salário do trabalhador brasileiro montou nas últimas décadas patrimônios milionários que incluem construções luxuosas, hotéis com piscinas e quadras de tênis e imóveis nas principais capitais do país. Todas essas despesas financiadas com o imposto sindical, extinto há nove meses pelo governo, saía do bolso do trabalhador para os cofres de sete mil sindicatos, trezentas federações e vinte confederações de trabalhadores em todo o país.

"Enquanto os sindicatos de esquerda financiavam greves e compravam espaço em horários nobres na televisão, nós aumentávamos nosso patrimônio", argumenta o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Olyntho Cândido de Oliveira. Além do Centro de Treinamento Educacional (CTE), em Luziânia (GO), a entidade possui uma sede de três andares — um prédio de cinco mil metros quadrados, com um auditório de mais de 400 lugares com sistema de tradução simultânea em quatro idiomas. A confederação, que representa oito milhões de trabalhadores, possui Sul e Goiás. A prosperidade da entidade permitiu ainda a construção, no Centro da capital federal, de um prédio de 60 apartamentos, que se somaram a outros 43 apartamentos espalhados por áreas nobres da cidade. Um deles serve de moradia ao sindicalista José Calixto Ramos, presidente da entidade.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), representando 13 milhões de trabalhadores, formou outro patrimônio invejável no Centro de Brasília. A sede da entidade, um palácio de 6,5 mil metros quadrados, formado por arcos e cercado por um lago artificial repleto de carpas, foi incluída no roteiro turístico da capital. Um dos três blocos que compõem a sede inclui um hotel com 40 quartos, todos com ar-condicionado e televisão colorida. Mas a sede possui ainda piscina, campo de futebol, quadra de basquete, duas saunas e churrasqueira, além de dois auditórios para 500 lugares, com tradução simultânea em cinco idiomas. A entidade é também dona de dois andares de um prédio no Centro da

Nº DOCUMENTO
TITULO LIDERES DEL MOV. S. TIERRA ASISTEN A CURSOS DE TECNICAS DE GUERRILLA EN CUBA.
PROCEDENCIA EL PAIS 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 15-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
12771
65671
S

PAIS-CD

Campesinos adiestrados

BRASILIA.- El director de la Policía Federal de Brasil, Romeu Tuma, afirmó que los líderes de los campesinos sin tierra habrían asistido a cursos de técnicas de guerrilla en Cuba para perfeccionar los métodos de invasión de haciendas.

Tuma hizo estas declaraciones ayer en Brasilia ante la comisión especial del Congreso que investiga la violencia en el campo, y dijo que se basa después de que la Policía Federal confiscó algunas cartas en la ciudad de Macapá, estado de Pará, las cuales entregó a la comisión.

El director de la Policía Federal señaló que tras confiscarse esa correspondencia, siete personas fueron detenidas el día 15 de junio pasado, y agregó que la guerrilla está de regreso al país.

La Diputada Socorro Gomes, del Partido Comunista de Brasil (PC do B), aseguró que las cartas aprehendidas por la Policía Federal es material que no merece confianza, ya que, dijo, no tenían ningún tipo de identificación y fúe impreso mecánicamente.

El campesino Antonio Damazio de Souza denunció ante la comisión parlamentaria que hace algunos meses atrás fue contratado para trabajar en una hacienda en la isla de Bananal, estado de Tocantins, donde fue sometido a régimen de trabajo esclavo.

Tras algunas semanas en la hacienda, Damazio de Souza logró huir, dirigiéndose a Brasilia para denunciar lo ocurrido.

Por su parte, el Diputado Valdir Ganzer, del socialista Partido de los Trabajadores (PT), afirmó que hace un mes fueron localizados varios cuerpos de campesinos mutilados con motosierras en la región del Bico do Papagaio, fronteras de los estados de Pará, Tocantins y Mato Grosso, donde son frecuentes los conflictos entre campesinos y hacendados.

Ganzer indicó que a pesar de que esos hechos fueron comunicados a la secretaria de Seguridad Pública de Pará, ningún agente de la policía acudió al local.

Según informaciones de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), de la Iglesia Católica, entre 1964 y 1990, al menos 1.650 campesinos fallecieron de muerte violenta en conflictos rurales en todo el país. ■

01 01 3107592

Nº. DOCUMENTO
TITULO INDIOS IANOMAMIS - SON INVADIDOS POR GARIMPEIROS Y DISCUTEN NUEVO ESTATUTO.
PROCEDENCIA Rec 150090
FECHA DE RECEPCION 21-6-91
VINCULACIONES 10096
11165
12772

ENTRADO
CRUZADA

Garimpeiros voltam a invadir reservas dos ianomâmis

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — Mais de cinco mil garimpeiros voltaram a invadir as reservas dos índios ianomâmis em Roraima, recuperando em poucas semanas dezenas de pistas clandestinas destruídas com explosivos na Operação Selva Livre. Já foram gastos mais de Cr$ 1 bilhão na operação, sem resultados práticos. A nova invasão ocorre no momento em que equipes da Fundação Nacional de Saúde procuram a todo custo evitar novos surtos de malária entre os índios, como o que foi registrado na área Auaris, na Serra Parima, há dois meses, quando mais de 150 índios ficaram doentes numa aldeia onde atua a Missão Evangélica da Amazônia (Meva).

O cacique Davi Kopenawa Ianomâmi, principal líder dos ianomâmis de Roraima, ganhador do Prêmio Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990, fez um sobrevôo sobre as 19 áreas demarcadas como reservas para os ianomâmis, acompanhado do sertanista Sebastião Amâncio, da Funai, e de um delegado da Polícia Federal. Ele ficou assustado com a intensidade da mais recente invasão garimpeira. "No Rio Couto Magalhães, observamos vários pontos de garimpo em funcionamento e várias pistas em atividade", relatou Davi Kopenawa. Há também duas pistas funcionando nas nascentes do Rio Catrimani, próximo às comunidades Herou-Thery, Wakahosibi-u-thery e Ilopelep-thery.

"A invasão ocorre em todas as reservas ianomâmis", endossou o bispo italiano Aldo Mogiano, da Diocese de Boa Vista. "Nossos missionários já confirmaram a presença de garimpeiros nas áreas Homouxe, Catrimâni, Paapiú e Couto Magalhães", emendou. Somente no Alto Catrimâni, a Funai e a Polícia Federal estimam, com base em informações das missões religiosas, que há cerca de três mil garimpeiros. "No Alto Catrimâni vi quatro aviões pousados em pistas diferentes e seguimos pelo ar dois aviões para anotar seu prefixo", contou Davi Kopenawa.

Na região do Urariquera, segundo constataram Davi Kopenawa e Sebastião Amâncio, há pelo menos 60 balsas nas proximidades do posto indígena Waicás, atualmente sem funcionários da Funai porque os garimpeiros estão forçando a tomada da região que fica próxima às áreas habitadas pelos índios maiongongue, vizinhos dos ianomâmis. "Verificamos ainda duas pistas na região do Botomata com rastros recentes de aeronaves", completou Davi Kopenawa.

Nova operação — O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, estava ontem em Boa Vista tomando providências para evitar que a nova invasão seja consolidada, com graves repercussões internacionais. A *Operação Selva Livre*, que envolveu Exército, Aeronáutica, Polícia Federal, Funai e Ibama desde abril de 1990, previa a destruição de mais de 100 pistas clandestinas construídas irregularmente nas áreas dos ianomâmis e a retirada de todos os garimpeiros. Mais de 40 pistas foram destruídas com dinamite. Destas, pelo menos 20 já foram recuperadas.

"É como aquela brincadeira de criança, de esconde-esconde", compara o bispo Aldo Mogiano. "A polícia chega, os garimpeiros se escondem na mata; a polícia vai embora, os garimpeiros voltam para recuperar as pistas destruídas", acrescenta. Dom Aldo Mogiano acredita que o respaldo que vem sendo dado pelo governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, aos garimpeiros que atuam na região, facilita a nova invasão. O governador Ottomar Pinto vem pagando do próprio bolso as fianças dos garimpeiros presos pela Polícia Federal. "Após o atual período de chuvas, essa invasão tende a se consolidar", lamenta o bispo.

91075 93

01 - 02

Índios são contra o arrendamento da terra

☐Líderes indígenas vão a comissão da Câmara para discutir o novo Estatuto. Pedida demissão do presidente da Funai por molestar as jovens

AGZH

Na Câmara: *Raoni com Feldmann*

Os índios querem proibir o arrendamento de suas terras e discutir uma nova forma de proteção jurídica para as comunidades, que não seja a tutela. Essas propostas foram apresentadas, ontem, por 113 líderes indígenas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias da Câmara dos Deputados, para o anteprojeto de lei da revisão do Estatuto do Índio elaborado pelo Governo. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), garantiu que o Estatuto será votado no início do segundo semestre.

Convocado a depor, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guimarães, enviou um bilhete ao presidente da Comissão, deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), alegando que tivera de viajar para a área ianomami. Feldman lamentou a ausência de Cantídio e a considerou um desrespeito ao Parlamento. O índio txucarramae Megaron, atual presidente do parque indígena do Xingu, enviou esta semana a segunda carta ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acusando Cantídio de molestar as índias adolescentes do parque e de nunca ter dado apoio aos graves problemas de saúde da comunidade.

O representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia, Orlando Baré, sugeriu a extinção da Funai e a criação de uma Secretaria Nacional do Índio:

— A Funai não demarcou um palmo de terra, afirmou Baré.

Segundo a proposta indígena, fica proibida a construção de barragens nas proximidades ou dentro das áreas indígenas, e os minérios só poderão ser explorados com a concordância das comunidades indígenas. (AE)

02 . 02 9107593

Nº. DOCUMENTO
TITULO POLICIA FEDERAS SOSPECHA DE FRAUDE CONTRA INCRA
PROCEDÊNCIA JB 150018
DATA 4-6-91
VOLUMES 10046
11164
2

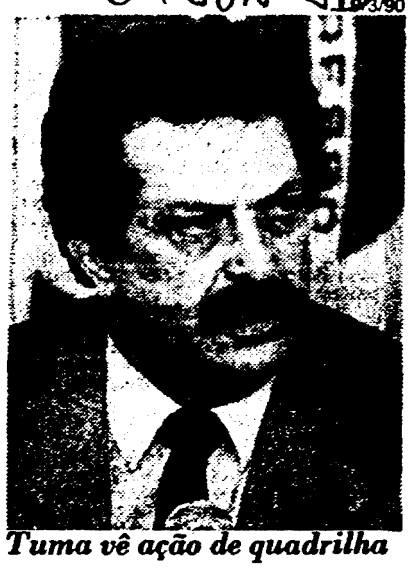
ENTRADA
CRUZ

PF suspeita de fraude contra o Incra

04 JUN JB 3/90

BRASÍLIA — A Polícia Federal está investigando a falsificação de dois certificados de dívida agrária, no valor global de Cr$ 150 milhões, descobertos ontem no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os certificados falsos foram apresentados ao Incra por Luiz Carlos Martins, dono de uma revendedora de automóveis em Curitiba, a pedido, segundo ele, de Nadim Abrão Andraus, proprietário da Andraus Engenharia, também de Curitiba, que queria certificar-se de sua validade, ou não, antes de comprá-los.

O diretor-geral do DPF, Romeu Tuma, suspeita da existência de uma quadrilha de falsificadores, mas disse que o golpe não tem como prosperar porque "todos os certificados têm que ser apresentados ao Incra para serem resgatados", informou. A falsificação, grosseira, foi descoberta imediatamente pelo diretor de administração e finanças do Incra, José Rodrigues da Silva, que prestou depoimento ontem na Superintendência de Polícia Federal do Distrito Federal. Ele informou que os certificados verdadeiros têm uma rugosidade nas bordas, o que não acontecia com os apresentados por Luiz Carlos Martins, que também foi ouvido pelo DPF. Além do mais, as assinaturas, do ex-presidente e do ex-diretor de administração, estavam erradas. Ao invés de José Reinaldo Vieira da Silva e de Ruberval Nunes, escreveram José Reginaldo e Rubirval Nunes.



Tuma vê ação de quadrilha

Luiz Carlos Martins contou que Nadim Abraão foi procurado semana passada por uma pessoa conhecida como Caobi, que lhe oferecera os certificados, dizendo que os adquirira de um fazendeiro de Santa Catarina, com um cheque pré-datado de Cr$ 15 milhões. Queria passá-los à frente, porque não tinha dinheiro para cobrir o cheque. Segundo o delegado Romeu Tuma, todos vão ser ouvidos.

Os títulos, de números 073059 e 073061, já estavam na mira do Incra. Na semana passada, o Instituto Nacional de Reforma Agrária recebeu pedidos de informações de três empresas, uma do Rio de Janeiro e duas de Curitiba, sobre os mesmos certificados.

O governo começa a resgatar, em junho, cerca de 10 mil títulos da dívida agrária, no valor de Cr$ 39 bilhões, mais juros de Cr$ 12 bilhões. Até o final do ano, de acordo com o Instituto Nacional de Reforma Agrária, vencerão cerca de Cr$ 4 milhões de títulos da dívida agrária

01 01

910594

TITULO FUNCIONARIOS DE IBAMA EN HUELGA NACIONAL
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA 14-6-91
PAGINA 10046
11165
11413

Negociação do Ibama será feita em Brasília

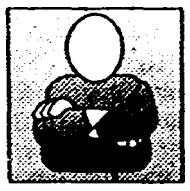
Os funcionários do Ibama estão no seu quarto dia de greve nacional. As negociações, conforme o presidente da Associação dos Servidores do Ibama no Estado, José Mário Viruê, estão difíceis. A partir de segunda-feira, representantes dos funcionários de todos os estados brasileiros deverão estar em Brasília para negociar com a presidência do órgão.

A principal reivindicação dos funcionários é a melhoria das condições de trabalho. Viruê denuncia que o Ibama está sem material, sem recursos, sem veículos, com péssimas condições de fiscalização. Outra reivindicação é um reajuste salarial de 50%. Há 242 funcionários do Ibama no Estado, e pela avaliação da Associação, quase 90% deles estão parados.

ECOLOGISTAS — Hoje às 13h30min haverá uma reunião de ecologistas no Ibama, para discutir a instalação de um conselho consultivo no órgão. Carlos Aveline, presidente da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), denuncia que "o sucateamento do Ibama é total e geral" e que "seus funcionários precisam tirar dinheiro do bolso se quiserem ter gasolina nas viaturas que deveriam fazer fiscalização em todo o Estado". Ele diz que a fauna e os ecossistemas gaúchos estão inteiramente abandonados e, por isso, pede a presença dos ecologistas na reunião, que acontece na Rua Miguel Teixeira 126.

Nº DOCUMENTO
TITULO CRECE LA HUELGA DEL BANCO DO BRASIL
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA 16-6-91
VIÑETAS 10046
11165
11413
ENTRADA
CRUZ DO

Cresce a greve do Banco do Brasil



□Movimento está fortalecido principalmente nas capitais do País. Bancários insistem na reposição de 331%; a empresa oferece apenas um empréstimo

A greve dos 117 mil funcionários do Banco do Brasil está se ampliando, principalmente nas capitais do País, e não há perspectiva de negociação. Em Porto Alegre, ontem, as 20 agências foram paralisadas e duas — Centro e Praça da Alfândega — fecharam completamente. Os bancários reivindicam 331% de reajuste (defasagem de setembro de 1989 a maio deste ano) e que o Banco do Brasil reassuma o seu papel social, de financiador dos pequenos e médios agricultores.

O diretor do Sindicato dos Bancários, Flávio Ruberti, avaliou que a greve obteve adesão de 80%, nas 5 mil agências de todo o País. Das capitais do Brasil, apenas as de Tocantins, Mato Grosso do Sul e Curitiba estão trabalhando. No Rio Grande do Sul, onde há 284 agências e 11.449 funcionários, a greve foi deflagrada em Porto Alegre e algumas cidades da Região Metropolitana. No Interior, o funcionamento é normal. O atendimento ao público está comprometido, mas o centro de compensação de cheques e títulos continua operando, por decisão dos próprios grevistas. O Banco do Brasil coordena a troca de cheques e títulos com os demais bancos.

Sávio Aruda/ZH

A greve foi deflagrada na quarta-feira, para durar apenas 24 horas. No entanto, os bancários consideraram ofensiva a contraproposta do presidente nacional do Banco do Brasil, Lafayete Coutinho. Pela contraproposta, os bancários receberiam dois empréstimos, correspondentes a um vencimento mensal, a 21 de junho e 22 de julho. Esse empréstimo seria pago em quatro vezes, a partir de setembro, corrigido pela Taxa de Referência (TR). Os grevistas responderam que não querem contrair mais dívidas, mas ganhar um reajuste.

ASSEMBLÉIA — Amanhã, em São Paulo, delegados dos bancários se reunirão para avaliar o movimento. A tendência é de que a greve continue, por tempo indeterminado. A decisão final, porém, será das assembléias regionais. Em Porto Alegre, a assembléia será amanhã, às 18h, no Sindicato dos Metalúrgicos, à Rua Francisco Trein 116. Os funcionários de Santa Maria e Caxias do Sul farão assembléia na segunda-feira.

A Superintendência do Banco do Brasil no Estado também fez a sua avaliação da greve. O chefe de Gabinete da Superintendência, Guido Fischer, admitiu que as 20 agências de Porto Alegre foram afetadas. Duas fecharam e 18 funcionaram precariamente. As contas que venceram durante a greve poderão ser pagas depois. Os rendimentos das aplicações financeiras serão integrais. A posição da Superintendência é de aguardar as negociações em nível na-

01.01 91 7596

Nº. DOCUMENTO
TITULO IBGE EN HUELGA
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE REFERENCIA 15-6-91
VINCULACIONES 10046
11165
11443

ENTRADA
ENTRADO

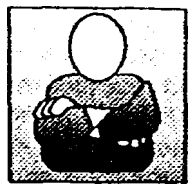
IBGE TAMBÉM ENTRA EM GREVE

Os funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entraram em greve na manhã de ontem, conforme decisão da assembléia da categoria realizada na noite anterior. Na Capital, a adesão foi de 50%, mas esse índice deve ultrapassar os 80% na segunda-feira, na opinião do diretor do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisas, Estatística e Geografia. A greve segue a posição dos servidores federais. Hoje à tarde, em Brasília, haverá uma plenária de todos os setores federais, na Universidade Federal de Brasília. A categoria reivindica 351%.

Nº. DOCUMENTO 91 ...
TITULO FUNCIONARIOS DE PREVISION SOCIAL ENTRARON EN HUELGA
PROCED. ZH 150029
12-6-91
10046
11165
11413

ENTRADO
CRUZ ...

Previdenciários entram em greve



□A partir de amanhã postos de saúde de Porto Alegre, Hospital Presidente Vargas e locais de atendimento do INSS não deverão funcionar. Servidores reivindicam aumento

Amanhã os postos de Saúde de Porto Alegre (inclusive os quatro postões), além do Hospital Presidente Vargas e os 17 pontos de atendimento do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que pagam os benefícios aos aposentados e pensionistas, não funcionarão. É que os servidores da Previdência Social decidiram, após assembléias regionais, referendadas em assembléia geral da categoria ontem à noite, cruzar os braços por tempo indeterminado em busca de uma reposição salarial de 355%, rejeitando aos aumentos concedidos pelo Governo Federal através da Medida Provisória 296, que libera índices de reajuste entre 20 e 30%.

Esta é a sétima paralisação dos previdenciários desde 1985. Neste período apenas duas greves, a de 1986 e a de março deste ano, são consideradas pela categoria como derrotas. Conforme Lucrécia Bernardi, secretária-geral do Sindicato dos Previdenciários (Sindiprev), a MP 296 é inconstitucional e imoral por conceder reajustes diferenciados ao funcionalismo público federal. A sindicalista ressalta que os índices governamentais não repõem as perdas inflacionárias dos últimos dois meses. Os grevistas manterão em funcionamento apenas os setores de emergência dos postos de Saúde, mas pretendem interromper a atividade dos 10 mil previdenciários no Estado.

DISPONIBILIDADE — Outra reivindicação do Sindiprev é a reversão dos funcionários em disponibilidade que recebem integralmente os salários, mas não podem comparecer ao trabalho como conseqüência da reforma administrativa do Governo Federal implantada no ano passado. A sindicalista calcula em 50 mil o número de servidores recebendo sem trabalho no País. "Enquanto isso boa parte da população não tem atendimento por falta de médicos, atendentes e pessoal administrativo", relata ela.

A Previdência já está paralisada em todo o País desde o último dia 5. Os previdenciários do Rio Grande do Sul adiaram o início do movimento porque a categoria, segundo seus dirigentes, não estava suficientemente preparada para a greve. A categoria faz uma assembléia geral de avaliação amanhã, às 14h, no Sindiprev.

Docentes pedem apoio aos deputados

O sexto dia de paralisação dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi marcado por intensa mobilização dos grevistas. À tarde, houve um encontro com parlamentares na Assembléia Legislativa. O comando de greve da UFRGS explicou à Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia as propostas de mudanças na política para o 3º grau e a falta de condições das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Cesar Vasconcellos, do comando de greve, explicou que uma universidade não pode apenas se limitar às salas de aula. "Uma universidade tem o compromisso social da pesquisa, da criação, fomentação de saber", conta ele. A defesa da universidade pública e gratuita foi o tema da reunião com os deputados. E o resultado foi um telex dos parlamentares gaúchos, encabeçada pelo deputado Othomar Vivian ao Ministério da Educação (MEC) e representações do Governo Federal pedindo solução imediata para o problema.

Amanhã, às 15h, os professores se reúnem no auditório da Faculdade de Biociências no Campus Central. A assembléia será para avaliar os resultados do encontro entre docentes e o ministro Carlos Chiarelli, ocorrido ontem à noite. Os docentes da UFRGS já conseguiram uma paralisação média de 70% em quase todos os departamentos da universidade.

SANTA MARIA — Os professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) decidiram entrar em greve por tempo determinado até a próxima segunda-feira, em apoio ao movimento nacional liderado pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes). A decisão foi tomada em assembléia geral.

Febem ratifica a paralisação

Os funcionários da Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (Febem) ratificaram ontem a posição das assembléias anteriores e continuam a greve iniciada pela manhã, sem atender aos serviços essenciais. A nova assembléia foi realizada à tarde na sede da Febem, na Avenida Padre Cacique, e os funcionários fizeram uma passeata no pátio da instituição, exigindo suas reivindicações em coro. A fuga de 14 crianças e adolescentes do Instituto Central de Menores, ocorrida às 2h, não foi conseqüência da paralisação, deflagrada às 7h.

Com a greve, que atingiu entre 85% a 90% do pessoal em Porto Alegre, segundo a diretoria da Associação dos Funcionários, a categoria reivindica 40% de adicional de penosidade a todos os funcionários, percentual recebido apenas por uma minoria que trabalha com crianças infratoras e excepcionais. Além disso, exige o cumprimento das cláusulas do dissídio, entre elas a falta de pagamento de multa por atraso nos salários. Até agora, cada servidor deixou de receber quase dois salários relativos a atrasos, de acordo com Afonso Martha, presidente da Associação dos Funcionários da Febem (Afufe).

Os trabalhadores querem ainda um plano de saúde, a modificação no estatuto da Febem para a escolha do diretor representante, conforme dita a Constituição Estadual, e o vale-refeição em dia, que significa mais um salário para muitos servidores. Como reposição salarial, os funcionários da Febem querem 158%, relativos às perdas de novembro a maio, reivindicação que está sendo tratada através do Semapi, sindicato que engloba outras fundações. O salário mais baixo na instituição é o dos serventes, lavadeiras e contínuos, que recebem Cr$ 22 mil brutos. O salário médio bruto é de Cr$ 65 mil.

O diretor administrativo da Febem, Júlio Galperin, admite que a paralisação atingiu entre 70% a 80% dos funcionários, mas a instituição está conseguindo manter os serviços, remanejando pessoal para os complexos que requerem maior atendimento e contando com a ajuda da Brigada Militar. Os locais de maior carência são os que atendem a crianças excepcionais e excepcionais vegetativas e às crianças de zero a sete anos.

Valdir Friolin/ZH

Manifestação: *funcionários da Febem reivindicam aumento*

Guarda florestal suspende trabalho

91075 98

O resultado prático do primeiro dia de greve dos funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Rio Grande do Sul foi a suspensão ontem dos serviços do Grupamento Florestal da Brigada Militar que fiscaliza a caça e a depredação das reservas ecológicas no Estado. A paralisação dos servidores que denunciam a falta de recursos no órgão federal é apenas a ponta da crise que envolve o instituto há 15 dias, sem verbas para controlar a caça no Estado. Há cerca de 8 mil caçadores atuando livremente no Estado, uma verdadeira ameaça às espécies em extinção.

Benjamin Barbiaro, da Ação Ecológica Contra a Caça, diz que a maior gravidade do movimento está em não repassar as diárias, os veículos e o combustível aos 69 homens do Grupamento Florestal da Brigada. "Estes são os homens que realmente fiscalizam a caça no Estado", garante ele. Ontem mesmo Barbiaro enviou telex à presidente do Ibama, Tânia Munhoz, em Brasília pedindo a suspensão da caça no Rio Grande do Sul até que as coisas se normalizem. "Sem fiscalização não é possível que se permita a caça. Pode ser que haja abuso, inclusive com caçadores não credenciados", avisa o ecologista.

01 . 01

91075 98

Nº. DOCUMENTO
TITULO HUELGA DE PUERTOS
JB 15/06/88
14-6-91
10046
11165
11413

DA PERDIDAS POR Cr$ 1.200 MILHÕES

ENTRADO
CRUZADO

Greve no porto dá prejuízo de Cr$ 1,2 bilhão

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu ontem, durante reunião de conciliação, marcar para a próxima segunda-feira o julgamento da legalidade da greve dos 4.500 portuários do Rio, que já dura oito dias. A paralisação total das atividades dos cinco portos (Rio, Sepetiba, Niterói, Angra dos Reis e Arraial do Cabo) contabiliza até agora para a Companhia Docas do Rio de Janeiro um prejuízo de cerca de Cr$ 1,2 bilhao. A greve também passou a prejudicar a Companhia Siderúrgica Nacional que, segundo o presidente Roberto Lima Neto, perde US$ 2,5 milhões no faturamento diário, por não escoar sua produção.

Desde a última sexta-feira, representantes do Sindicato dos Portuários do Rio e da Docas estão em negociações. Os portuários não aceitaram os reajustes de 15% em junho e abono de 15% em julho, oferecidos pela companhia, e insistem no índice de 121% mais 15% de produtividade. O presidente da Docas, Celso Almeida Parisi, que tentou durante a semana renegociar o índice na Secretaria Nacional de Transportes, em Brasília, não teve sucesso. "A companhia está respeitando os limites impostos pela política salarial imposta pelo governo. Tive esperança de um fato novo, mas não haverá outra proposta", disse.

Travou — Segundo o diretor de Comunicação Social do sindicato, Marcos Antônio dos Santos, a Docas chegou a acenar com um índice de reajuste de 80%. "Na verdade é o valor da perda salarial de janeiro a 1º de junho (data base) que eles iriam arredondar. A companhia tem condições de atender as reivindicações dos portuários, mas o governo travou as negociações", afirmou Santos. Parisi, no entanto, disse que a Docas nunca ofereceu nada a mais do que a atual proposta porque "tem que andar afinada com a política do governo". De acordo com ele, mesmo em discussão no TRT, o índice proposto pela Docas, não teria alterações significativas com risco, inclusive, de redução.

No Rio, cinco navios estão atracados — dois frigorificados com carregamento de peixe, dois com produtos siderúrgicos e outro com tubos de aço, os três para exportação — além de mais oito ao largo. Entre esses últimos está o navio Libranave I, com carregamento de 25.000 toneladas de trigo. No porto de Sepetiba, um navio com 17,5 toneladas de carvão para a Companhia Siderúrgica Nacional ficou parcialmente descarregado e outro está ao largo, carregado com 18 mil toneladas de alumina para a Vale Sul.

01 . 01

9107599

Nº. DOCUMENTO
TITULO PASSARINHO DENUNCIA QUE MISIONES RELIGIOSAS SON AMENAZA PARA LA AMAZONIA.
FONTE JB 150028
DATA DO DOCUMENTO 26-6-91
VOLUMES 10046
11165
11020

ENTRADO
CRUZ

Passarinho denuncia que missões religiosas são ameaça à Amazônia

BRASÍLIA — A entrada de missões religiosas na Amazônia a pretexto de preservar a população indígena foi denunciada ontem pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, como um dos fatores que o levam a pensar na ameaça de internacionalização da Amazônia. "Já foi localizado um padre que, ao invés da Bíblia, carregava um magnetômetro (instrumento que serve para detectar depósitos de metais)", relatou. Em depoimento à CPI da Internacionalização da Amazônia, na Câmara dos Deputados, Passarinho afirmou que não sabe ainda identificar quais serão as estratégias usadas na região pelos que querem internacionalizar a região, mas comentou que os discursos ecológicos e de proteção ao índio, originários de outros países, podem significar "um biombo que visa a planetarização da Amazônia".

Ao depor na CPI, Passarinho observou que a soberania do país começa a preocupá-lo, e classificou como simbólica a conversão da dívida externa brasileira em projetos de proteção ao meio ambiente. Ressalvou que, para garantir a soberania do Brasil nesta negociação, é preciso manter o centro das decisões no país. "É possível negociar a dívida externa, desde que o negociador não fique com o centro das decisões, que deve permanecer aqui." O ministro da Justiça lembrou que, diante do montante da dívida brasileira — mais de US$ 100 bilhões —, a conversão em projetos de proteção ao meio ambiente vai atingir uma pequena parcela dos dólares.

Documento — O ministro mencionou a participação de missões religiosas na Amazônia ao falar sobre o documento do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, que trata a Amazônia como um patrimônio mundial, ignorando a posse do território pelo Brasil, Colômbia e Venezuela. O documento também cita, como deveres dos missionários, preservar as nações indígenas e evitar seu fracionamento, definir marcas, unir e defender a soberania das áreas indígenas. "Aplicar estes princípios nos Estados Unidos seria muito interessante", comentou Passarinho.

No discurso de preservação da floresta amazônica, o ministro localizou uma "espécie de histeria mundial, que pretende colocar o Brasil no banco dos réus por ecocídio". A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada no Rio de Janeiro, não vai deter-se apenas nos problemas do meio ambiente no Brasil, mas vai discutir o problema de uma forma global, esclareceu o ministro.

Brasília — Aldori Silva

Passarinho: "Querem pôr o Brasil no banco dos réus"

01.01

91 07600

Nº. DOCUMENTO
TITULO Sria de Asuntos Estratégicos anuncia la división en áreas amazónicas.
JB 150628
7-6-91
10046
11165
11295
5

Leoni anuncia zoneamento da área amazônica

ENTRADO
CRUZADO

BRASÍLIA — Visando melhorar o aproveitamento econômico de seus cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia terá até junho do ano que vem o seu primeiro zoneamento econômico ecológico, dirigido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a SAE. A informação foi divulgada ontem pelo Secretário Pedro Paulo Leoni Ramos, logo após depoimento de três horas prestado à Comissão de Defesa Nacional da Câmara. Leoni Ramos negou que o presidente Fernando Collor fechará um acordo militar com o governo dos Estados Unidos, no próximo dia 18, quando se encontrará em Washington com o presidente George Bush.

De acordo com o secretário de assuntos estratégicos, o governo Collor, através da SAE, vem desenvolvendo estudos técnicos integrados com os governos estaduais e prefeituras, a fim de obter o mapeamento global da região. Segundo Leoni Ramos, possivelmente antes da abertura da Conferência Eco-92, que será realizada no Rio a partir de 1º de junho, o governo terá um diagnóstico ambiental da área, que se caracteriza pela maior concentração de florestas tropicais do planeta.

Apesar de não detalhar as frentes que o levantamento ecológico da Amazônia irá abordar, o secretário deixou implícito que o zoneamento pretende trazer informações que levem o desenvolvimento auto-sustentado dos amazonenses. "Projetos como o Calha Norte (ocupação da Amazônia promovida pelas Forças Armadas) ficarão inseridos em um projeto maior", comentou.

Mesmo afirmando que o Brasil não formalizará um acordo militar com o governo americano, Pedro Paulo Leoni Ramos não descartou a hipótese de que diálogos sobre o tema serão realizados a curto prazo com assessores do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Richard Cheney. "Não considero sem sentido ou improdutivo abordar este tema em aspecto conceitual", disse à Comissão de Defesa Nacional. "No entanto, qualquer acordo que venha a ser definido, não poderá tolher a nossa capacidade de desenvolvimento e criação de tecnologia científica".

Os 31 membros da Comissão de Defesa Nacional ouviram também o pronunciamento de Domingos Adherbal Olivieri, presidente da Associação Brasileira das Industrias de Materiais de Defesa, Abimde. Ele afirmou que há 18 meses não são solicitadas encomendas de armamentos ao setor.

01.01

3107601

JB 150028
20-6-91
10046
11165
11295
Ipia - Países ricos ajudam -
ENT-
CRIZ

Países ricos vão socorrer Amazônia

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — O secretário de Meio Ambiente, José Lutzemberger, anunciou ontem que, finalmente, o país vai começar a fazer investimentos de grande porte na ecologia. Para isso, vai utilizar-se de dinheiro oferecido pelos países industrializados, de empréstimos já liberados por instituições multilaterais como BID e Banco Mundial, e a formalização de projetos de proteção ambiental financiados por operações de conversão de dívida.

"Só a Alemanha já nos ofereceu 250 milhões de marcos (cerca de US$ 150 milhões) para aplicação em projetos agrícolas que prevêem o manejo racional da floresta amazônica", revelou Lutzemberger, dizendo que agora, com a troca do ministro da Economia, a situação e a ação de sua secretaria vão melhorar muito. Neste quadro, cerca de US$ 120 milhões para a proteção da Amazônia que estavam retidos no Banco Mundial e no BID, por falta de contrapartida do governo brasileiro, deverão também ser liberados.

"Os países industrializados estão nos oferecendo muito dinheiro para a preservação da natureza. Tudo o que precisamos para pegá-los é apresentar nossos projetos", contou o secretário. "A política da Zélia era ruim para o meio ambiente. Ela trancava tudo. Ela achava que estes investimentos tinham um efeito inflacionário. Esta situação se inverteu com a mudança do ministro da Economia", explicou Lutzemberger. "Antes era um desastre. Não tínhamos dinheiro para nada, em plena seca na Amazônia. Tínhamos que combater incêndio sem dinheiro."

Lutzemberger fez estas declarações a um pequeno grupo de jornalistas brasileiros que o aguardava na porta da Secretaria de Meio Ambiente americana, onde foi se encontrar com seu titular, William Reilly. Em 20 minutos de conversa, o secretário, em geral arredio a repórteres, abriu seu coração. Revelou que de fato os americanos se preocupam com a existência de subsídios para projetos industriais e agropecuáreios na Amazônia, com a questão dos direitos humanos no campo e com a demarcação das terras indígenas.

"Mas veja bem. Não é um pito ou uma pressão contra nós. É uma preocupação, como eu me preocupo, no caso dos Estados Unidos, com a devastação de suas florestas no Oregon ou no Alasca. Não há mais recriminação mútua, mas um espírito de colaboração." As palavras de Lutzemberger coincidem com as explicações de membros do governo americano e do Congresso sobre a questão da ecologia no Brasil.

Marcha lenta — Se manifestam preocupação com subsídios e direitos humanos e reclamam do que vêem como uma marcha lenta do Brasil em ocupar a Amazônia de modo ecologicamente responsável, os americanos elogiam a determinação com que o governo coibe os desmatamentos na região. Collor e Lutzemberger não apenas têm conseguido convencer seus interlocutores americanos de que estão comprometidos com a preservação da natureza, como os têm encantado com a explicação do que pretendem fazer em relação à natureza, agora que o dinheiro começa a fluir.

Na noite de terça-feira, por exemplo, William Reilly, secretário do Meio Ambiente dos Estados Unidos, usou a palavra preocupação para falar dos subsídios na Amazônia, mas expressou confiança em Collor e Lutzemberger para lidar com a questão. "O Brasil é um país de imensos recursos naturais e portanto a questão da natureza nos preocupa. Mas o presidente brasileiro e seu secretário de Meio Ambiente estão no caminho certo", disse o deputado republicano Bill Archer, um dos treze que, ontem, tomaram café da manhã com Collor.

"Collor tem um duro trabalho pela frente na área do meio ambiente. Está seguindo seu caminho direito e merece de nós compreensão para qualquer problema que venha a ter nesta área. Sua tarefa é enorme", ecoou o democrata Tom Foley, presidente da Câmara. A posição do governo americano e do Congresso é justamente a de dar ao Brasil o benefício da dúvida nesta área, e o apoio à preservação do ambiente, sem contudo deixar de manifestar interesse em questões mais específicas.

Paixão de Lutzemberger impressiona americanos

No encontro do presidente Fernando Collor com seu colega George Bush na Casa Branca, o secretário José Lutzemberger, um homem articulado e que fala com paixão quando o assunto é ecologia, deixou os americanos apaixonados com sua exposição de cinco minutos sobre a questão ecológica. Lutzemberger não fugiu às críticas que a política ecológica do governo Collor vem recebendo, mas deixou claro que existem prioridades que, aos poucos, consertarão a situação. "Nosso objetivo é preservar o que dá para preservar. Impedir que ocorram mais desmatamentos", disse ontem Lutzemberger. "Minha posição e a do presidente é a de que não precisamos derrubar mais nenhum hectare", afirmou.

"O que já foi derrubado soma 400 mil km², uma área igual à da Espanha. É aí que temos de trabalhar. Esta é a prioridade", disse, em resposta às críticas de ecologistas privados americanos de que não está prestando atenção ao desenvolvimento de agricultura alternativa, com manejo racional e preservação da floresta nas áreas ainda intactas. "Vamos fazer reflorestamentos ecológicos e ensinar aos agricultores uma cultura sustentável, que não cause danos à natureza. Isto já vai ser um trabalho para três ou quatro gerações."

Lutzemberger disse ainda que mesmo a manutenção da cobertura da área da Amazônia ainda não afetada pelo corte de árvores é uma tarefa ingrata e difícil. "As pressões em favor do desmatamento são imensas e violentas. Os interesses são enormes. É claro que não vamos conseguir manter a Amazônia 100% intacta. Mas estou convencido de que vamos salvar pelos menos 80% dela." O secretário informou que o desmatamento da região está em franca queda. Em 1990, foram desmatados 13 mil km². "Quando recebermos as fotos de satélite para ver o desmatamento deste ano, tenho certeza de que não vai ultrapassar os 8 mil km²."

O secretário admitiu que os subsídios a projetos agropecuários na Amazônia é uma questão grave, mas não totalmente fora de controle. E prometeu lutar contra seu uso. "Em princípio, sou contra subsídios, porque promovem a ineficiência e a concentração de poder", disse. Sobre a demarcação de terras indígenas, ele disse que, embora não seja assunto

Françoise Imbroisi — 7/3/91

Lutzemberger: realismo

ligado a sua área, é importante na preservação da natureza.

Eco-92 — Mas Lutzemberger parece preocupado, acima de tudo, com a Eco-92, no Rio. "É a mais importante reunião da humanidade. O diálogo que estou tendo agora com meus parceiros de outros países é no sentido de criar uma agenda de discussões profundas. Não adianta nos reunirmos se for para trocar acusações", afirmou. "Temos que lutar para saber a razão dos estragos que causamos na natureza e nos perguntar o que entendemos por desenvolvimento. Esta é a discussão fundamental."

O secretário acha que o Brasil sofreu muito com o modelo desenvolvimentista, que marginalizou as populações mais pobres, concentrou a renda e empurrou para a Amazônia legiões de desposuídos, ao invés de fazer reforma agrária em outras regiões. "A maioria dos que estão derrubando a Amazônia o fazem por falta de opção. Foram empurrados para lá, para uma armadilha. Acabaram com o índio, com o seringueiro, e iam acabando com a floresta, em projetos agrícolas fracassados", disse. "Hoje não podemos tirar esta gente de lá. Precisamos ensiná-los a fazer uma agricultura mais sadia, que não agrida a natureza." E para isso, afirmou, o dinheiro estrangeiro é muito bem-vindo. "Até poderíamos tocar estas coisas sozinhos, mas seria muito devagar." (*M.F.B.*)

Entidades criticam subsídios

José Lutzemberger saiu de uma reunião com representantes das entidades ecológicas não-governamentais dos Estados Unidos com ar desalentado. "Como a vida é difícil", balbuciava ele. Vigoroso defensor da harmonia, como contraponto à recriminação, para resolver os problemas que afligem à natureza no mundo, o secretário de Meio Ambiente passara uma hora trancado com ecologistas locais, sem conseguir convencê-los de suas boas intenções.

Os ambientalistas estavam firmes na crença de que o Brasil voltou a adotar subsídios que poderão provocar uma retomada dos desmatamentos na Amazônia. E não se tranqüilizaram com as afirmações do secretário brasileiro de que fiscalizaria de perto sua aplicação. "O Ibama, a Funai e o Incra não têm condições de garantir a fiscalização dos projetos subsidiados", disse Barbara Brumble, do World Wildlife Fund.

"Eu não entendo como um governo que se diz favorável à ecologia pode aprová-los", insistia Larry Williams, do Sierra Club. Os ecologistas se mostravam estupefatos com o fato de que Collor assinou legislação neste sentido, aprovada pelo Congresso. O porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto, insistia ontem em que os subsídios beneficiariam apenas projetos industriais na Zona Franca de Manaus. "Eles não serão utilizados para desmatamento", afirmou.

Sua versão contradizia a letra da lei lida pelos ecologistas, e com teor confirmado por funcionários do próprio governo brasileiro. Lembrado deste fato, Cláudio Humberto insistiu: "Isto é desinformação." Não para os ambientalistas, que afirmam que o próprio Departamento do Tesouro tem se mostrado relutante em discutir empréstimos para o Brasil na área do meio ambbiente por conta do que chamam de política não muito clara do Brasil nesta questão. "Se o Brasil não tomar uma decisão clara sobre subsídios, ele não vai conseguir dinheiro dos países industrializados, a não ser da Alemanha", disse Williams. Os ecologistas acham que o Brasil se beneficiaria se adotasse posição contra os subsídios e demarcasse as terras dos ianomâmis antes da reunião de cúpula dos países industrializados em Londres, no mês que vem. (*M.F.B.*)

Nº. DOCUMENTO
TITULO IGLESIA NORDESTINA DECIDE ACTUAR CON ENFASIS SOCIAL
PROC JB 150028
DATA 6-6-91
VL 10046
11165
11020
S

ENTRADO
CRUZADO

Igreja nordestina vira à esquerda

Regional da CNBB decide atuar com ênfase no social

RECIFE — Dois meses depois que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — abandonou a ênfase que vinha dando aos problemas sociais e adotou uma linha pastoral mais espiritualista, a Igreja Católica nordestina tomou o caminho inverso. Há dois anos administrada pelo arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, de linha conservadora, a Regional Nordeste II, da CNBB, encerrou sua assembléia extraordinária em Pernambuco decidida a continuar prestigiando as Comunidades Eclesiais de Base — Cebs — e unificando, sob a denominação de *Mundo do Trabalho*, o que considera suas principais pastorais: a rural e a operária.

"Não se pode fazer o espiritual sem levar em conta o social, sobretudo em uma região como o Nordeste, onde os problemas sociais afloram com todo vigor", disse ontem o novo presidente da Regional Nordeste II, o bispo Dom Marcelo Carvalheira. De linha progressista, eleito para o cargo com 22 dos 24 votos dos bispos que compõem a Regional, ele explicou que a linha espiritual não será esquecida, tanto que todas as pastorais espirituais permanecem, mas concluiu: "A Bíblia nos ensinou a analisar a realidade do mundo e da sociedade iluminados pelo espírito de Deus."

Com a guinada para a esquerda na Regional Nordeste II, a pastoral *Mundo do Trabalho* foi entregue ao bispo D. Tiago Postma, do município de Garanhuns, em Pernambuco, cuja diocese era a que mais trabalhava em 1989 pela eleição a presidente da República do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Vários padres da diocese chegaram a exibir bottons do PT em suas roupas durante a campanha.

Moderadores — Para mudar de linha a Regional, contou com o trabalho diuturno e moderado de alguns *bombeiros* na igreja nordestina, como o bispo dom Francisco Austrategésylo, da diocese pernambucana de Afogados da Ingazeira, 57 anos, 30 de bispado. Nos dois dias de reunião da Regional, no município pernambucano de Caruaru, a 125 quilômetros do Recife, d. Francisco aliou-se a dom Marcelo para conseguir que todas as questões fossem decididas por consenso. A vitória foi geral, inclusive com relação à questão mais polêmica: a da permanência da sede da Regional do Recife.

Embora tenha aceito a ascensão de dom Marcelo à presidência da Regional, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Cardoso, havia escrito a todos os bispos, informando que não aceitaria a continuidade da sede da Reginal no Recife. Argumentava que isso serviria para acirrar os ânimos em sua arquidiocese, que anda em conflitos, desde que dom Cardoso começou a afastar do seu comando as pessoas ligadas ao arcebispo dom Hélder Câmara. D. Cardoso chegou a ameaçar com transferência da sede da arquidiocese do Recife para Olinda, se a Regional ficasse na capital pernambucana.

O arcebispo defendeu esta mesma posição em Caruaru, mas durante duas horas foi convencido pelos demais bispos a desistir. Eles alegavam que Recife é o centro dos estados do Nordeste e, por isso, seria mais fácil o deslocamento dos bispos de todos os estados em dias de reunião. D. José acabou concordando: "Reconsidero minha posição diante destes motivos", afirmou, sendo aplaudido e arrancando lágrimas do próprio dom Marcelo e de outros bispos presentes.

Dom Marcelo comemorava ontem o acordo, enquanto começava a procurar uma casa no Recife que possa abrigar a sede da Regional. "Desde o começo evitei eleições sobre este problema e primei pelo consenso, porque se tivesse havido eleição teríamos vencidos e vencedores e mais problemas para administrar. Com a união, todos saíram vencedores", explicou.

Na mesma linha de moderação, para evitar conflitos, o bispo progressista dom Tiago Postma, que comandará a principal e mais polêmica pastoral, defendeu a ligação da Igreja aos operários urbanos, "assim como já trabalhamos com o homem do campo no Nordeste", mas evitou passar daí. Afirmou que para definir os reais caminhos da pastoral que comandará ouvirá todos os bispos da Regional sem esquecer nenhum. Tanta precaução levou o bispo de Palmares, em Pernambuco, d. Acácio Rodrigues, um moderado, a respirar aliviado no fim dos trabalhos. "Foi obra do Espírito Santo", afirmou.

01

9107603

Nº. DOCUM.
TITULO GARIMPEIROS REVIVEN EL SUEÑO DE LAS ESMERALDAS
JB 150018
9-6-91
10046
11165
12772

CRUZ

sonho das esmeraldas

Garimpeiros revivem em Socotó o

Marcia Gomes

SALVADOR — Se o caçador de esmeraldas Fernão Dias Paes tivesse procurado pedras preciosas na Bahia, certamente não morreria sem realizar seu maior sonho. Trezentos anos depois que o bandeirante Fernão Dias deixou São Paulo e foi para Minas Gerais em busca de riqueza, um outro caçador, conhecido como Manilinho, encontrou por acaso, em 1983, uma jazida de esmeraldas na Serra de Jacobina, onde hoje é o garimpo de Socotó, no município de Campo Formoso, a 400 quilômetros de Salvador. Ali trabalham cinco mil garimpeiros entre homens, mulheres, crianças e velhos. Os homens garimpam em buracos de até 80 metros de profundidade. Entre 1989 e 1990, Socotó produziu oficialmente 784 quilos de esmeraldas puras no valor de US$ 5 milhões, conforme dados da Cooperativa de Mineração do Centro Norte Baiano (Coopenorte). "Mas isso só representa 20% da produção real", assegura o geólogo Osmar Martins dos Santos, presidente da Coopenorte. A produção clandestina, que em dois anos chegou a 3,13 toneladas, acaba contrabandeada e vai para a Índia, Europa e Japão.

O caminho das pedras começa no garimpo e termina nas lapidações de Copacabana, no Rio. O comércio se inicia no garimpo, onde existe uma verdadeira bolsa de pedras. Ali, uma esmeralda pura pode custar até Cr$ 120 mil. Se encontrar um garimpeiro em aperto financeiro, leva por Cr$ 50 mil. Em seguida, esse comprador cruza os 20 quilômetros de estrada de terra até Campo Formoso para repassar seu lote de pedras. Na cidade, todos os dias os compradores se reúnem na chamada Feira dos Ratos, onde uma mesa colocada na praça é o ponto de avaliação e venda das pedras. Cinco grandes compradores arrematam os lotes e se encarregam transportá-los até o centro de exportação de pedras preciosas, no coração de Copacabana. Lá ficam os chamados corretores de esmeraldas. Um deles é Oscar Ledo, que segundo os garimpeiros ficou rico exportando esmeraldas para a Índia. Ledo recebe à vista e em dólar dos seus compradores e paga aos garimpeiros num prazo de de 20 a 30 dias.

Esse não é o único caminho por que transitam as esmeraldas brasileiras. A Feira dos Ratos é freqüentada também por italianos, alemães, japoneses e franceses. Na semana passada, o húngaro Geza Cgera comprou do lapidador Milton Fernandes da Rocha três quilates de esmeraldas por US$ 120. Segundo os garimpeiros, Cgera é engenheiro do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), em Fortaleza. "A mercadoria que vendo pode custar três vezes mais na Europa e América", garante Milton Fernandes, que já foi fornecedor de joalherias famosas como a H.Stern e Amsterdã Sauer.

A comercialização das esmeraldas não tem nenhum controle por parte do governo. O único agente de tributos do estado, Eduardo Vieira dos Santos, afirma que a sonegação chega a 80% da produção de esmeraldas de Socotó. O valor das notas fiscais fornecidas por Santos aos vendedores de pedras em Campo Formoso é fictício.

Garimpeiros e comerciantes alegam que a sonegação é uma defesa contra a excessiva alíquota do imposto, que subiu de 1% para 17% em 1988. A Constituição acabou com o Imposto Único sobre Mineração e o incorporou ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Assim, o comerciante de pedras paga 17% sobre o valor da mercadoria que vai transportar dentro da Bahia e 12% nos outros estados.

O prefeito de Campo Formoso, Salomão Galvão de Carvalho, desconhece a produção do garimpo de Socotó, mas sabe que a Feira dos Ratos, instalada a poucos quarteirões da prefeitura, movimenta diariamente muitos milhões de cruzeiros e milhares dólares. "É mais fácil saber onde Deus mora do que saber quanto o garimpo de Socoto produz", argumenta. O ICMS arrecadado no município de Campo Formoso é de aproximadamente Cr$ 150 milhões por mês. Desse total, 30% vêm da fábrica de cimento Cisafra, 40% da Ferbasa e da Comisa e os 30% restante são arrecadado no comércio em geral e na agropecuária. As pedras preciosas não aparecem no levantamento.

De acordo com o levantamento realizado pelo Cooperativa de Mineração do Centro Oeste (Coopenorte),no município de Campo Formoso vivem 12 mil garimpeiros: seis mil trabalham na extração do cristal de rocha, dois mil com as ametistas e cinco mil estão no garimpo de Socoto atrás das esmeraldas. Em 1989, os garimperios produziram 450 quilos de gemas de esmeraldas arrecadando US$ 2,7 milhões e em 1990 conseguiram 530 quilos por US$ 3,6 milhões. Estes dados correspondem apenas a 20% da produção de Socotó. Os restantes 80% significam 3,13 toneladas. O presidente da Coopenorte, o geólogo Osmar Martins dos Santos, informou que de acordo com os estudos geológicos o garimpo de Socotó ainda tem um grande volume de esmeraldas encravadas nas rochas a mais de 150 metros de profundidade.

Campo Formoso, BA — Débora Paes

Mulheres e crianças ficam com as sobras do garimpo

Sorte de 'quinjila' está no cascalho

"A sorte é cega, onde bate ela pega". Com esse ditado na ponta da língua, Raimunda Maria de Jesus, 21 anos, sonha um dia encontrar sua esmeralda e voltar para uma fazenda em Pouso Alegre, interior da Bahia. Há três anos, Raimunda chegou com o marido José Pereira da Silva e duas filhas pequenas ao garimpo de Socotó para ganhar dinheiro. "Eu queria ter uma televisão para assistir ao jornal e ver a novela. Até hoje eu só assisti à Rainha da Sucata. Se ela conseguiu ficar rica vendendo sucata eu também posso ficar fazendo *quinjila*. Serei a Rainha da *Quinjila*", diz Raimunda. Sentada sobre um monte de cascalho, ela faz parte do exército dos *quinjilas* — como são chamados os que procuram esmeraldas no rejeito dos garimpos. Na maioria são mulheres e filhos de garimpeiros, que tentam encontrar alguma pedra que tenha escapado do rigoroso controle dos donos dos cortes. Quebram com um martelo cada lasca rejeitada.

Empenhadas neste trabalho também estão as irmãs Silvandira Dias da Silva, 13 anos, e Magnólia Dias da Silva, 16 anos, grávida de cinco meses. "Este é o meu segundo filho. O primeiro morreu com um ano de desidratação. Às vezes sinto uma dor na barriga, mas não posso parar de trabalhar", conta Magnólia. Além do filho, Magnólia carrega vários sacos de cinco quilos de pedra para um monte de cascalho (montoeira) e começa a quebrar com o seu martelo uma a uma. "Eu nunca achei uma esmeralda boa, aqui só tem bagulho", aponta desolada para um pequeno saquinho onde guarda sua produção.

"Estou cansada. Eu quinjilei o dia todo", diz Silvandira parando por alguns instantes o seu trabalho. Todos os dias ela acorda cedo para ir a escola rural de Socotó, mas este ano quase não freqüentou as aulas. "Eu só sei fazer o meu nome, mas um dia eu ainda vou achar uma pedra e quero ir embora para São Paulo como a minha irmã.", planeja Silvandira. Josenir, José, Maria, Roberto e muitas outros filhos anônimos do garimpo vivem da *quinjila* desde os primeiros anos de vida. O sonho é só um: encontrar uma esmeralda boa. Poucos pensam nas atrações da cidade grande onde não passariam de mais um grupo de meninos e meninos de rua.

01 . 01 9107604

Nº. DOCUMENTO
TITULO OBISPO FUNDADOR DE LA IGLESIA UNIVERSAL DEL REINO DE DIOS, NO OBTUVO CONCESION DE LA TV _
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 11-6-91
VINCULACIONES 10046
11161
11411

ENTRADO
CRUZADO

Bispo de seita não ganha a concessão de TV

O bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, não poderá obter a concessão da TV Record de São Paulo — pela qual pagou cerca de US$ 45 milhões (Cr$ 13,1 bilhões, ao câmbio comercial de ontem) — enquanto pesarem sobre ele dúvidas éticas, investigações ou inquéritos. Essas restrições integram o Código Brasileiro de Telecomunicação e o regulamento dos serviços de radiodifusão, as duas bíblias das telecomunicações do País. Segundo os técnicos da área de comunicações e os consultores jurídicos do Ministério da Infra-Estrutura, apesar de o presidente Fernando Collor ter sido apoiado pelo bispo durante a campanha presidencial, ele não deverá autorizar a concessão.

O presidente é o único autorizado a assinar a transferência da concessão ao bispo Macedo. O artigo 90, do capítulo I (título X) do regulamento dos serviços de radiodifusão, diz textualmente: "Nenhuma transferência, direta ou indireta de concessão ou permissão, poderá se efetivar sem prévia autorização do Governo Federal, sendo nula, de pleno direito, qualquer transferência efetivada sem observância desse requisito".

O bispo se enquadra nesses casos. A Polícia Federal de São Paulo está investigando o uso de US$ 1 milhão (Cr$ 289 milhões) do narcotráfico colombiano na compra da emissora e irregularidades no Imposto de Renda. A suspeita levou o secretário nacional das Comunicações, Joel Marciano Rauber, a determinar a instauração de inquérito administrativo sobre a venda da TV Record. (AE)

01.01 9107605

Pte de FUNAI os despedido

J. DO BRASIL

22-6-91

10040

11164

5

ENTRADA
ENTRADA
CRUZ 93

Presidente da Funai é demitido

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, demitiu ontem o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, por não ter providenciado no prazo de 60 dias estudo para a demarcação das terras dos índios ianomâmis, em Ror[illegible]. O presidente Collor tinha dado a Cantídio um prazo total de 180 dias para a demarcação e não gostou da falta de iniciativa nos primeiros dois meses, por isso, determinou a sua demissão. Em seu lugar [illegible] terinamente, o atual superintendente da Fundação, Edivio Battistelli, que já recebeu críticas dos índios por sua atuação como representante da Funai na Região Sul.

Cantídio alegou "absoluta falta de dinheiro" para realizar as demarcações. "Eu não aguento mais discurso sem recurso", chegou a desabafar [illegible] um assessor. Passarinho, no entanto, diz não ter recebido nenhum tipo de pedido de novas liberações de recursos para que as áreas fossem demarcadas. A Funai pediu para a delimitação de 102 áreas indígenas no país, esse ano, 15,7 bilhões de cruzeiros. O Congresso aprovou 586 milhões de cruzeiros e o Ministério da Economia liberou apenas 117 milhões de cruzeiros, correspondentes apenas a 0,54% do total necessário.

Cantídio foi demitido, ao meio-dia, num telefonema do chefe de gabinete do Ministério da Justiça, Antonio Pojo. "Ning[illegible] disse porque eu não sirvo mais para a Funai", desabafou. "O ministro deve estar muito ocupado com seus [illegible] mais importantes do que isso", queixou-se. O ex-presidente da Funai reclama que foi demitido sem [illegible] de defesa. "Pesou ainda n[illegible] [illegible], o desconforto do governo em saber que as pistas de pouso para os garimpeiros voltaram a funcionar. Existem hoje cerca de cinco mil pessoas dentro da área dos ianomâmi", afirmou Passarinho. "Dei ordem ao Tuma para retirar todos os garimpeiros invasores. Caberá a ele dizer o que precisa de recursos para a operação".

Sobre as denúncias do Cacique Megaron Txucarramãe, diretor do Parque Xingu, de que Cantídio teria tirado fotos das índias nuas e até "abusado sexualmente" de uma delas, Passarinho disse que não é possível fazer nenhuma avaliação rápida sobre o assunto, já que, recentemente, um cacique fez a mesma acusação contra um membro da Funai e depois voltou para desmentir. "Eu quero provas dessas acusações", desafiou o ex-presidente. "Nunca me passou pela cabeça cometer um desatino dessa gravidade. Eu não sou louco".

Explosão de pistas recomeça

Por ordem do presidente Fernando Collor, a Polícia Federal deverá prender imediatamente os garimpeiros que voltaram a invadir a reserva dos índios ianomâmis, em Roraima. Com o apoio das Forças Armadas, a Polícia Federal vai controlar os principais pontos de chegada de garimpeiros à Roraima. O chefe geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, anunciou a deflagração pela segunda vez da Operação Selva Livre, com a explosão de 20 pistas clandestinas que foram eliminadas em janeiro e reconstruídas recentemente pelos garimpeiros. O tráfego de aviões no estado também será controlado, assim como a comercialização de querosene aéreo nas principais áreas de pouso em Roraima.

O presidente Fernando Collor recebeu em Washington sete senadores do Partido Democrata, que demonstraram preocupação pela nova invasão dos 9,4 milhões de hectares do território ianomâmi. Ao chegar a Brasília ontem de manhã, Collor determinou ao delegado Romeu Tuma que a Operação Selva Livre seja retomada imediatamente, para a realização de "uma limpeza geral" [illegible] áreas ocupadas. De acordo com o delegado Tuma, os garimpeiros estão estabelecidos numa região próxima à nascente do Rio Couto Magalhães até o médio Uraricoera. "A presença dos garimpeiros é tão grande que eles têm na área aproximadamente 200 balsas para transporte nos rios", afirmou Tuma.

A Polícia Federal tem na região apenas 25 homens, que, segundo Tuma, contam com o apoio de equipamentos do Ministério da Aeronáutica: três helicópteros Superpuma e dois aviões de tamanho médio. Mas problemas de manutenção constantes não permitem que os equipamentos sejam utilizados pelos agentes federais.

Segundo o delegado Romeu Tuma, a Funai vai liberar segunda-feira recursos para a reativação da operação, que, em [illegible] fase, utilizará 200 homens, entre agentes da Polícia Federal e soldados da Aeronáutica e do Exército. O diretor da Polícia Federal disse que o aeroporto de Roraima já está sendo controlado e que a venda de combustível aéreo [illegible] a ser [illegible] [illegible].

PARTES POCO LEGIBLES

01.01

9107606

Nº. DOCUMENTO
TITULO CNBB define Temas pastorais.
PAL ZERO HORA!
FEIT 28-6-91!
VIAS 10046
11165
11020
5

ENTRADA
CRUZ DO

CNBB define temas de pastorais

A pena de morte, o homem e a seca do Nordeste, a moral e os meios de comunicação social fizeram parte dos temas tratados pelos 24 bispos reunidos em Brasília, durante três dias, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para a reunião ordinária do conselho permanente. Conforme o presidente da CNBB, dom Luciano de Almeida, o objetivo da reunião foi a definição de uma pastoral de evangelização da Igreja para os próximos quatro anos.

Para dom Luciano, não há mudança nem separação na linha da Igreja entre o social e o espiritual. Ele acredita que são os meios de comunicação que tendem a exagerar a importância do enfoque social na Igreja. "O social é a conseqüência de uma deficiência ética que fere os princípios de Deus e do homem", disse o presidente da CNBB.

O objetivo geral da pastoral, segundo dom Luciano de Almeida e dom Serafim Fernandes de Araújo, é "evangelizar com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária".

Quanto à pena de morte, a CNBB se mostrou mais uma vez contrária ao princípio de discutir juridicamente e teologicamente a questão. "A posição da Igreja é de valorização da vida", afirmou dom Luciano, dizendo que o trabalho da CNBB neste sentido é com as comunidades de base e não com o Congresso.

Dom Luciano e dom Serafim revelam também que a visita realizada na quarta-feira ao presidente Collor faz parte de um contato de rotina cada vez que há mudança de diretoria na CNBB. A visita do Papa ao Brasil e a questão do menor abandonado foram os principais assuntos tratados entre eles, afirmou o presidente da CNBB. **(Brasília/ZH)**

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107607

BB y CEF deciden hoy si retomar la huelga.

ZERO HORA.

30-6-91.

10046

11165

11413

ENTRADO

CRUZADO

Banco do Brasil e CEF decidem hoje se irão retomar as greves

□ Os funcionários dos dois bancos federais realizaram paralisações na semana passada. Eles reivindicam reposição das perdas salariais

Os funcionários do Banco do Brasil(BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF) realizam assembléias no início da noite de hoje e decidem pela retomada, ou não, da greve das duas categorias. Os bancários do BB reúnem-se no Sindicato dos Metalúrgicos, às 19h30min, uma hora e meia após a reunião dos delegados sindicais e vão discutir sua posição conforme orientação do encontro nacional ocorrido em Brasília, ontem.

O pessoal da CEF realiza assembléia às 19h, na Sociedade Caminho do Meio, Rua São Manoel 556, e também vai analisar as orientações da reunião do comando nacional, de acordo com Flávio Ruberti, da diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

Os funcionários da CEF realizaram uma paralisação de 24 horas no dia 27 e reivindicam 333% de reposição salarial, equivalente às perdas de setembro de 1989 a maio deste ano. Os bancários do BB permaneceram em greve durante oito dias, em Porto Alegre, mas retornaram ao trabalho sexta-feira, depois que o Tribunal Superior do Trabalho considerou a greve abusiva. Os bancários do BB exigem 331% de reposição, perdas acumuladas no mesmo período do pessoal da CEF.

SERVIDORES — Foi acertada para amanhã, às 11h30min, na Secretaria da Fazenda, a primeira reunião da Federação das Associações de Servidores Públicos do Estado (Fessergs) e o Conselho de Política Salarial para o início das negociações visando à concessão do aumento ao funcionalismo.

Sábado, o presidente da entidade, Paulo Olympio, disse que a pauta de reivindicações dos funcionários tem 15 itens, entre os quais a reposição das perdas salariais — estimadas em 181,59% —, a fixação de uma política salarial definitiva para todas as categorias, a definição da data-base para os dissídios do funcionalismo e a agilização da implantação do regime jurídico único. O Conselho de Política Salarial deverá apresentar, em 15 dias, uma contraproposta aos funcionários.

01.01 9107608

ENQUESTA: CONGRESO TIENE TENDENCIA PARLAMENTARISTA
24 150029
23-6-91
10046
11165
11323
11164

ENTRADA
CRUZ

Parlamentarismo é a palavra da moda na política. O sistema de gabinete, que reforça o Poder Legislativo a partir da figura do primeiro-ministro, um parlamentar que governa ao lado do presidente, é defendido por lideranças políticas de todos os partidos. Do PRN do presidente Fernando Collor — ele mesmo é parlamentarista — ao PT de Luís Inácio Lula da Silva — que também já admitiu sua preferência pelo parlamentarismo —, este sistema de governo obtém adesões.

Pesquisa do Instituto DataFolha junto a 469 dos 584 deputados e senadores comprovou a larga vantagem do presidencialismo sobre o parlamentarismo: 68% contra 26%. O entusiasmo pelo parlamentarismo é tanto que 65% defendem sua implantação também nos estados, contra 28% que são contra.

Mas o que é parlamentarismo? Muita gente não sabe, e autoridades políticas e jurídicas alertam para a necessidade de uma grande campanha de esclarecimento. Caso contrário, no plebiscito marcado para 1993, a população poderá optar por algo que nem sabe como funciona. Também é necessário informar sobre as diversas possibilidades do parlamentarismo, que pode prever ou não a dissolução do Congresso e ter o presidente eleito por via direta ou indireta. A onda parlamentarista trouxe junto os sistemas eleitorais — voto distrital, distrital misto e proporcional. Outras coisas a serem explicadas.

E o presidencialismo? Quem critica este sistema tendo o Brasil como modelo não é necessariamente parlamentarista. O presidencialismo brasileiro apresenta muitas disfunções em relação ao modelo clássico. Os Estados Unidos têm sistema presidencial bem diferente do Brasil. Lá não se verifica o enfraquecimento do Congresso e a hipertrofia do Executivo que existe aqui.

DATAFOLHA/ZH

Congresso é parlamentarista

□Dos 469 entrevistados, 68% apóiam o sistema de gabinete. Antecipação da revisão constitucional divide os parlamentares: 48% a favor e 48% contra

O DataFolha, em associação com o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) realizou pesquisa junto aos membros do Congresso Nacional nos dias 4, 5 e 6 de junho sobre vários temas relacionados à política brasileira. Os atuais membros do Congresso estão divididos quanto à antecipação da revisão constitucional prevista para outubro de 1993: 48% mostram-se favoráveis à antecipação, enquanto outros 48% são contrários.

Foram entrevistados 469 dos 584 congressistas (80% de cada câmara), distribuídos de forma equilibrada segundo os partidos e regiões pelos quais foram eleitos. Além das opiniões sobre política brasileira, a pesquisa investigou também o posicionamento de deputados e senadores a respeito da adoção da pena de morte, dos cassinos e do jogo do bicho no Brasil.

PARLAMENTARISTAS — A maioria absoluta dos congressistas — 68% — defende o parlamentarismo como o sistema de governo mais adequado para o Brasil, contra 26% que preferem o presidencialismo. No caso de prevalecer o parlamentarismo, a grande maioria — 82% — prefere o sistema misto com eleição direta do presidente, e apenas 12% optam pelo parlamentarismo puro, com eleição presidencial indireta. É majoritária também a taxa dos congressistas que defendem adoção do parlamentarismo também em nível estadual — 65%, contra 28% que são contra.

Outra pergunta feita aos congressistas foi se deve ou não ser prevista a possibilidade de dissolução da Câmara e realização de novas eleições nos casos de impasse: 76% mostraram-se favoráveis a essa alternativa parlamentarista, e 18% foram contra.

Colocados diante da hipótese da implantação do sistema parlamentarista já nesta legislatura, com o primeiro-ministro tendo que sair do Congresso, a maioria relativa — 40% — não soube indicar um nome para assumir o cargo, e 14% não quiseram se pronunciar a respeito. Dos nomes mencionados, o mais freqüente foi o do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), com 7%; seguido pelos senadores Marco Maciel (PFL-PE), com 4%; Mário Covas (PSDB-SP), com 3%; e deputado Waldir Pires (PDT-BA), com 2%.

No caso de prevalecer o presidencialismo, 59% dos entrevistados afirmam que a utilização das medidas provisórias deve ser restringida. Outros 26% afirmam que deve ser abolida; e 13% defendem que deve ficar como está.

REELEIÇÃO — A maioria absoluta do Congresso — 54% — posiciona-se contra a reeleição do atual presidente da República; 24% são favoráveis à reeleição, mas só a partir do próximo mandato, e 18% a defendem já para o presidente Collor. A maioria — 58% — é favorável à realização de um plebiscito para que os eleitores decidam sobre o direito de reeleição dos presidentes, enquanto 40% mostram-se contrários a essa consulta à população.

O sistema eleitoral preferido pelos parlamentares é o que institui o voto distrital misto, que teve 67% de apoio; 24% defendem o atual sistema proporcional; e 8% preferem o voto distrital puro (8%).

Quanto à forma de governo pode-se considerar insignificante a taxa dos que defendem a volta à monarquia — 2%. A grande maioria dos atuais congressistas — 97% — apóia a continuação da república como a melhor forma de governo no Brasil.

■ **Você é a favor ou contra a antecipação da revisão constitucional prevista para outubro de 93?**

Em %

Categorias	Total	PMDB	PFL	PSDB	PDT	PDS	PTB	PRN	PT	PDC	*Outros
A favor	48	39	47	73	18	53	51	69	35	65	46
Contra	48	59	43	20	79	42	43	26	61	26	54
Outras respostas	4	2	10	7	3	6	6	6	3	9	–
Número de entrevistados	469	109	68	45	39	36	35	35	31	23	48

*Incluídos os sem partido

■ **Qual o sistema de governo que você prefere para o Brasil?**

Em %

Categorias	Total	PMDB	PFL	PSDB	PDT	PDS	PTB	PRN	PT	PDC	*Outros
Presidencialismo	26	25	40	–	38	25	43	40	23	9	17
Parlamentarismo	68	70	56	98	49	64	51	51	71	87	83
Outras respostas	6	6	4	2	13	11	6	9	6	4	–
Número de entrevistados	469	109	68	45	39	36	35	35	31	23	48

*Incluídos os sem partido

A pesquisa

O trabalho é uma realização do DataFolha, sob a direção do sociólogo Antônio Manuel Teixeira Mendes, tendo como auxiliares de planejamento e análise os sociólogos Gustavo Venturi e Mauro Francisco Paulino. A supervisão dos trabalhos de campo ficou a cargo de Francilaine Munhoz de Moraes em Brasília e Sávio Décio Nascimento em São Paulo, e o processamento de dados, da estatística Renata Nunes César.

Parlamentarismo, sistema que deve ser explicado

DIOGO OLIVIER
Editoria Política/ZH

O parlamentarismo é a palavra da moda no meio político. Três ex-candidatos à Presidência da República agora falam nas vantagens do sistema de gabinete. Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB) e o atual presidente Fernando Collor — antes presidencialistas convictos — preferiram não bater de frente com a febre parlamentarista que assola o País. Ulysses chegou até a se classificar de *mascate do parlamentarismo* e saiu em peregrinação pelo Brasil defendendo o sistema com unhas e dentes.

Mas o que é esse parlamentarismo de que tanto se fala? O que vai mudar na nossa vida se o plebiscito marcado para 10 de outubro de 93 aprová-lo? Os parlamentarismos existentes na Inglaterra, França, Itália e Alemanha são iguais? E o que é voto distrital e voto proporcional? Autoridades políticas e jurídicas concordam que é preciso iniciar um debate mais profundo o mais rápido possível. Sob pena de ser aprovado um regime sem que a população conheça suas variações e diferenças em relação ao presidencialismo.

TRADICIONAL — No Rio Grande do Sul, a tradição parlamentarista é forte. Assentada na figura de Raul Pilla, o grande líder do extinto Partido Libertador, a Assembléia Legislativa gaúcha chegou a aprovar, em 1947, o regime de gabinete. Pouco depois, veio o carimbo de inconstitucional do Supremo.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Gilberto Niederauer Correa, relembra Pilla para se declarar um parlamentarista clássico, à moda dos ingleses. Preocupado com a possibilidade do povo assinar um cheque em branco no plebiscito de 93, Niederauer teme que a tradição presidencialista e autoritária do Brasil inviabilize o parlamentarismo no Brasil. Ele adverte: "Se caírem dois gabinetes num espaço de tempo curto, como ocorreu na Itália, já vai começar o fantasma do golpe militar outra vez".

Niederauer está organizando, em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Câmara dos Deputados um seminário internacional para discutir a reforma eleitoral nos anos 90. O seminário vai de 15 à 18 de julho no Salão de Atos da UFRGS.

9107609

Continua na página

101 03

As diversas formas de contar votos

As eleições podem ser distritais, distritais mistas ou proporcionais. Defensores do sistema de gabinete no País preferem o sistema distrital misto

Além de sistemas de governo diferentes, existem diversas modalidades de eleições. O voto pode ser distrital, distrital misto ou proporcional.

Na representação proporcional em vigor no Brasil, a região eleitoral é o estado. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, os 31 deputados federais estão distribuídos proporcionalmente ao eleitorado de cada um dos partidos.

Num sistema distrital, cada partido apresentaria uma lista, com um candidato por distrito. O Estado seria dividido também em 31 distritos. "Neste sistema, as pequenas siglas se inviabilizam, as médias são sub-representadas, e as grandes, sobre-representadas", afirma Eduardo Machado Carrion, professor de direito constitucional e de política da UFRGS e Unisinos.

Uma vez determinado o quociente eleitoral — divisão do número de votos obtidos pelo de cadeiras a preencher — cada lista terá tantos candidatos eleitos quanto aqueles que conseguirem atingir o quociente eleitoral. "Na França, em 1958, o PC fez 3.882 votos e elegeu dez deputados, enquanto seu adversário obteve 196 cadeiras com apenas 3.064 votos", revela estudo de Carrion exemplificando os males do sistema.

MISTO — Outra forma de representação parlamentar é o distrital misto. O eleitor tem direito a dois votos: um no candidato distrital e outro escolhido dentre uma lista apresentada pelo partido. O número de cadeiras obtidas pelas siglas deve ser igual ao que o partido obteria se só valesse a votação proporcional nas listas. Grande parte dos adeptos do parlamentarismo são defensores desta forma de votação para o caso brasileiro.(Diogo Olivier/ZH)

Rekem/Arte ZH

Caso prevaleça o parlamentarismo, na sua opinião o sistema deve ou não ser estendido aos estados?

Em %

Categorias	Total	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Deputados	Senadores
A favor	65	62	64	74	66	58	65	63
Contra	28	28	31	18	31	32	28	29
Outras respostas	7	10	5	8	3	9	7	8
Nº de entrevistados	469	142	141	74	58	53	403	65

DATAFOLHA

Caso prevaleça o parlamentarismo, qual a forma que você prefere?

Em %

Categorias	Total
Puro, com eleição indireta do presidente	12
Misto, com eleição direta do presidente	82
Outras respostas	6
Número de entrevistados	469

Quanto ao sistema eleitoral, você é a favor:

Em %

Categorias	Total
Atual sistema proporcional	24
Distrital puro	8
Distrital misto	67
Outras respostas	1
Número de entrevistados	469

Resultados de pesquisas apontam para a mudança

GONZALO PEREIRA

Editor de Política/ZH

A implantação do parlamentarismo no Brasil é inevitável. Pelo menos é isso o que se pode concluir analisando as mais recentes pesquisas DataFolha/ZH sobre o assunto. Em maio, entrevistados manifestaram sua preferência entre os sistemas de governo. O parlamentarismo foi vencedor. Em Porto Alegre, a capital mais parlamentarista do País, 64% dos entrevistados se manifestaram favoráveis à implantação do sistema de gabinete.

Agora, entrevistados 469 deputados federais e senadores, a tendência observada é a mesma. A diferença fica na intensidade da preferência. Superando a média verificada entre seus eleitores, 68% dos representantes populares desejam a implantação do parlamentarismo, contra apenas 26% de adeptos do presidencialismo. A inevitabilidade da mudança do sistema de governo fica clara. Quando eleitores e eleitos querem a mesma coisa — fato que deveria ser mais habitual —, dificilmente esta aspiração não se faz realidade, nem que para isso o tempo seja necessário.

PERGUNTAS — As poucas dúvidas que ainda restam sobre a certeza de que caminhamos em direção a um novo sistema de governo podem ser sintetizadas em breves perguntas. O povo sabe o que é parlamentarismo? Escolherá o parlamentarismo? Respondendo à primeira questão, as pesquisas mostram que o grau de esclarecimento cresce, embora ainda esteja longe do satisfatório.

O problema já é avaliado por parlamentaristas e presidencialistas. Os primeiros preparam campanhas de esclarecimento e apostam numa ampla discussão. O contraponto presidencialista vem na análise de que o desconhecimento pode até ser um aliado. "Ninguém vota no que não conhece", dizem. As respostas parlamentaristas afirmam que "qualquer um prefere o novo, mesmo desconhecendo-o".

PREFERÊNCIA — Em relação à opção por parlamentarismo ou presidencialismo, esta parece ser bem mais clara do que as dúvidas que envolvem a questão anterior: o parlamentarismo é realmente preferência nacional. As pesquisas mostram bem. Os defensores do presidencialismo, entretanto, apostam numa reversão de expectativa. Alguns chegam a utilizar a velha e mal-sucedida contestação simplista dos resultados das pesquisas, hábito que os fatos — antecipados por estes trabalhos científicos — têm se encarregado de destruir.

O que ninguém pode negar é que o parlamentarismo ganha espaço, enquanto o presidencialismo é, cada vez mais, associado a problemas políticos crônicos. Além disso, o público conhecido como "formador de opinião" está constituído em sua maioria por parlamentaristas. A conseqüência é facilmente previsível: a tendência é de ampliação desta opinião. Com tudo isso, parece claro que — como dizem as pesquisas — se o plebiscito fosse realizado hoje, o parlamentarismo venceria.

9107609

Mayoría de los Diputados a favor del parlamentarismo

El Presidente de Brasil, Fernando Collor de Mello.

RIO DE JANEIRO.- El 68 por ciento de los miembros del Congreso brasileño es partidario de reformar la Constitución y de proponer el sistema parlamentario en el plebiscito convocado para 1993, según un informe de la consultora "Data Folha" divulgado ayer.

El mantenimiento del actual presidencialismo es apoyado por el 26 por ciento de los parlamentarios y sólo el 2 por ciento quiere la restauración de la monarquía, idea que defienden dos herederos de la corona de Braganza, que en el plebiscito promoverán el fin de la República.

La implantación del parlamentarismo está apoyada por el Presidente brasileño, Fernando Collor de Mello, y líderes de una decena de partidos, que el mes pasado comenzaron a realizar actividades conjuntas para dar a conocer este asunto a la opinión pública.

Por el contrario, dos candidatos potenciales a la sucesión de Collor, el líder socialdemócrata y gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, y Orestes Quercia, Presidente del Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), defienden la continuación del sistema presidencialista.

No obstante, la mayoría de los legisladores del Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Brizola y el PMDB, están entre los principales impulsores del movimiento parlamentarista.

03 03 9107609

Almirante W das Neves Siqueira preside el Club Naval.

ZERO HORA
1-6-91

10046
11163
11329

S

ENTRADO
CRUZ DO

SIQUEIRA PRESIDE O CLUBE NAVAL

O almirante Wandyr das Neves Siqueira foi eleito presidente do Clube Naval, com sede no Rio, após uma disputada campanha. Siqueira teve o apoio do general Nilton Cerqueira, presidente do Clube Militar.O novo presidente do Clube Naval pretende transformar a entidade em um fórum de discussão política e de luta por melhorias salariais dos militares. Promete, assim, cobrar do Governo Federal a isonomia salarial dos militares com os funcionários do Superior Tribunal Militar. (AE)

01.01

9107610

I. Franco Vicente conferencia reitera a 126 oficiais da ESG.

ZERO HORA
4-6-91.

10046
11164
11302
11163
13065

ENTRADA
CUZ DO

ITAMAR RECEBE 126 ESTAGIÁRIOS DA ESG

ABR/ZH

Itamar Fran

O presidente em exercício, Itamar Franco, disse a 126 estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) que o visitaram no Palácio do Planalto que o melhor caminho para a organização da vida social e política reside na observância dos princípios do liberalismo, complementados por um conteúdo social que preserve o livre mercado e garanta o bem-estar da sociedade. "Liberalismo e democracia parecem ser, assim, os valores chave desta nova etapa da história", afirmou. Os estagiários estavam acompanhados pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), Antônio Luís Rocha Veneu.(Brasília/ZH)

9107611

Ugeirm está en contra de la creación de la Fuerza Policial.

ZERO HORA
5-6-91.

10046
10196
11338

ENTRADA
12 00

Ugeirm contra criação da Força Policial

A Ugeirm — União Gaúcha dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Estado —, existente há 11 anos e que representa 90% dos policiais civis, decidiu, ontem, em reunião extraordinária, não apoiar a formação da associação denominada "Força Policial", que se propõe a congregar policiais civis e militares. "Estranhamos que uma entidade, que se diz representante de 70 mil servidores, tenha sido formada numa assembléia com 80 participantes", criticou o presidente da Ugeirm, Benjamin Boézzio. "A legislação vigente facilita a formação de qualquer entidade ou associação de grupos. No entanto, representatividade é conquista através de muito trabalho e não com reuniões casuísticas", acrescentou Boézzio.

Em nota oficial, a Ugeirm reafirmou que a entidade, juntamente com outras asssociações de classe da Polícia Civil, está mobilizada e trabalhando para a desmilitarização e a unificação das polícias estaduais, "por entender que somente assim teremos uma Polícia eficaz e a serviço do cidadão". Para o presidente da Ugeirm, "a preocupação maior é com o bem-estar dos servidores policiais que, bem remunerados e com dignas condições de trabalho, poderão oferecer o que há de melhor em segurança ao contribuinte".

01.01

9107612

ORDEM DE BATALHA.

ZERO HORA

5-6-91.

10046

11163

11328

S

ENTRADO

CRUZADO

INTEGRAÇÃO — A guarnição de Porto Alegre foi visitada na última segunda-feira, por três oficiais do exército argentino, que mantém estreita integração com o exército brasileiro. O comandante da Brigada de Cavalaria Blindada I, general Dom Enrique Guido Sztyrle, acompanhado pelo coronel Fernando Enrique Bartrons e o tenente-coronel Eduardo Hector Bernardou, foi recebido pelo Comandante Militar do Sul, general-de-exército Rubens Bayma Denys, e demais oficiais generais da guarnição. À tarde, acompanhados pelo general-de-brigada Décio Ângelo Fonini, comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, os oficiais argentinos iniciaram roteiro de viagem que prevê visita às cidades de Dom Pedrito, São Gabriel, Livramento e Bagé, onde estão localizadas respectivamente as unidades e o quartel-general daquela Brigada.

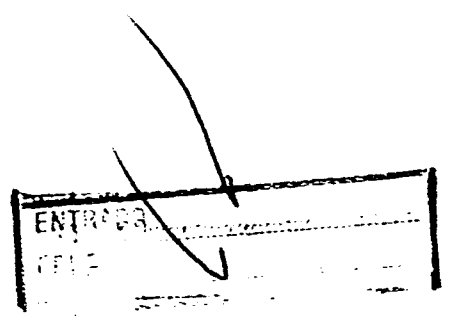
RIACHUELO — O 5º Distrito Naval e a Liga da Defesa nacional convidam os militares da ativa e da reserva e a população em geral para a solenidade em homenagem ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, que será realizada neste domingo, dia 9, às 9h30min, no Parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre. A cerimônia, será presidida pelo comandante do 5º Distrito Naval, vice-almirante Mauro César Rodrigues Pereira, e contará com a presença de autoridades civis e militares, banda do Corpo de Fuzileiros Navais destacado na cidade de Rio Grande e o Grupo Escoteiros do Mar. Integrado às comemorações da Batalha Naval do Riachuelo, estará em Porto Alegre o navio de transporte da Marinha, Custódio de Melo.

01 . 01

9107613

Diputado J. Fagundes (Cel retirado)
ZERO HORA
5-6-91 / hace advertencia al Gob por los salarios militares

10046
11164
11302
11165
11328



CORONEL CITA MARX E FAZ ADVERTÊNCIA

O deputado e coronel reformado do Exército, João Fagundes (PMDB-RR), citou ontem na Câmara o teórico do marxismo, Karl Marx, ao advertir o Governo para as possíveis conseqüências da remuneração dos militares, que ele considera muito baixa. Como dizia Marx, os proletários não têm pátria, e será difícil exigir de uma tropa descontente a dedicação integral a uma causa na qual ela já não mais acredita, advertiu. O deputado achou o reajuste entre 20% e 30% concedido aos militares ridículo e assegurou que não mudará em nada o clima existente na tropa. É certo que todos estão apertados em seus salários, mas quando a insatisfação é armada, torna-se mais agressiva à estabilidade das instituições, proliferam as cassandras, aparecem as vivandeiras dos quartéis, alertou Fagundes. (AE)

01.01 9107614

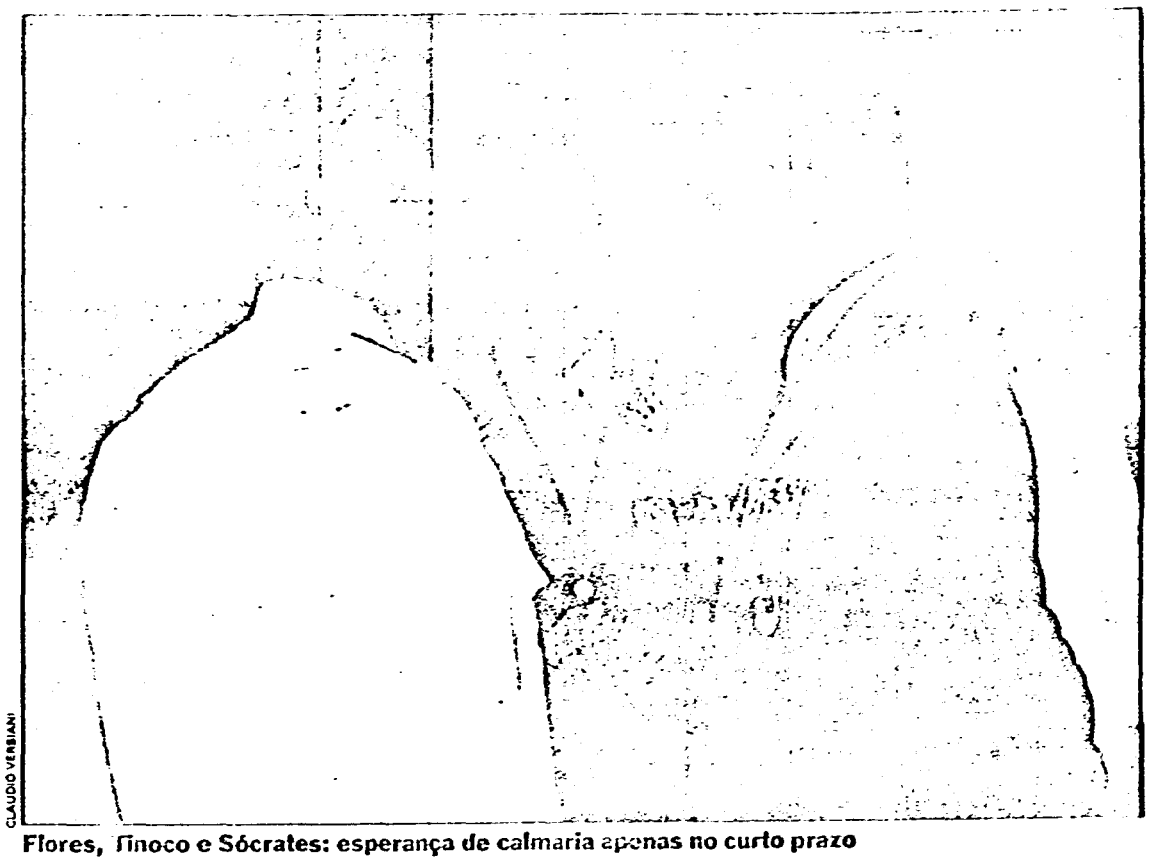
O barulho dos soldos

O governo dá aumento de 20% a 30% às Forças Armadas, mas não impede o processo de cutização dos clubes militares

Nos últimos quarenta anos, três presidentes eleitos pelo voto direto tiveram problemas com o soldo militar. O primeiro deles, Getúlio Vargas, se suicidou em 1954. O segundo, João Goulart, foi deposto em 1964. O terceiro é o presidente Fernando Collor. Os Urutu estão de motor desligado nos quartéis e não se tem notícia daquele movimento que o marechal Castello Branco definia como "vivandeiras alvoroçadas que vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar". A única vivandeira em atividade é o ex-ministro Armando Falcão. Ele escreve na imprensa artigos bajulatórios das Forças Armadas, mas ninguém os lê, a não ser os que os encomendaram. Mesmo assim, o soldo é um problema. "Essa é a pior crise salarial da história das Forças Armadas", disse um ministro militar a VEJA, na semana passada. "Estamos numa situação idêntica à de 1954 e de 1964."

Na última quarta-feira, o governo enviou ao Congresso a Medida Provisória nº 296, reajustando o salário de seus 630 000 servidores públicos, civis e fardados. Para os civis, funcionaram cálculos complicados. Alguns servidores foram deixados à míngua, porque já haviam recebido reajustes em outras oportunidades. Outros ganharam aumentos polpudos, capazes de dobrar seus vencimentos. Os 317 000 militares receberam em média um reforço de 25%. "Não é o ideal, mas é uma medida que irá tranqüilizar a situação a curto prazo", comentou com um assessor o general Carlos Tinoco, ministro do Exército.

CUT DE PIJAMA — No governo Sarney os soldos militares provocaram uma revolução de opereta bufa na cidade de Apucarana, no interior do Paraná, onde o capitão Walther de Almeida, do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, invadiu a sede da prefeitura com cinqüenta homens armados de fuzis e metralhadoras. No governo Collor, a onda é a ação sindical. Não se trata de entidades como os sindicatos de cabos, soldados e sargentos do pré-64, mas de um movimento que colocou de pernas para o ar tradicionais clubes onde oficiais da reserva se reuniam para jogar biriba e



CLAUDIO VERNIANI

Flores, Tinoco e Sócrates: esperança de calmaria apenas no curto prazo

Os salários na ponta do lápis

Militares			Civis		
Cabo	120 000	143 000	Copeiro	até 85 700	até 85 700
Sargento	206 000	234 000	Datilógrafo	até 126 000	até 126 000
Tenente	318 000	339 000	Técnico de orçamento	até 240 000	até 240 000
Capitão	379 000	402 000	Chefe de departamento	até 415 000	até 415 000
Major	430 000	458 000	Assessor de direção	até 450 000	até 450 000
Coronel	549 000	554 000	Diretor de departamento	até 700 000	até 700 000
Coronel do Exército	809 000	924 000	Secretário nacional	até 1 000 000	até 1 000 000

Ativa — Aposentadoria ou reserva

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Salarios acorde a Medida Provisoria Nº 296
PROCEDENCIA 150040
DATA DE PROCESSAMENTO 5/6/91
VINCULAÇÕES 10046
11163
13065
11456
ENTRADO
CRUZ

01 02 91 07615

tomar uísque. Hoje os clubes militares são quase os braços empijamados da CUT. O general da reserva Nilton Cerqueira levou a última eleição para a presidência do Clube Militar pedindo aumento de soldos, salários e pensões. Na semana passada, com a mesma bandeira, o vice-almirante Wandyr das Neves Siqueira ganhou o pleito para a presidência do Clube Naval com 1 715 votos num universo de 3 071 eleitores, ou 56% das preferências.

Foi a mais concorrida eleição em 107 anos de história do Clube Naval. O ex-ministro Henrique Sabóia, candidato apoiado pelo almirante Mário Flores, ministro da Marinha, teve 605 votos e ficou em último lugar. O outro concorrente, o almirante Paulo Bonoso Duarte Pinto, acabou em segundo, com 751. Mesmo se pudessem somar suas votações numa única candidatura, os almirantes Sabóia e Duarte Pinto não teriam sido capazes de derrotar Neves Siqueira , candidato de patente inferior. Qual a bandeira do vitorioso, que criou a chapa Renovar para Lutar? "Foi o bolso que decidiu essas eleições", afirma o eleito. No fim do ano, haverá eleições no Clube da Aeronáutica. Desde já o general Cerqueira e o vice-almirante Neves Siqueira estão mobilizados para lançar uma chapa sob a liderança do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, demitido do posto de ministro do Estado Maior das Forças Armadas no governo Sarney porque queria manter a ciranda da URP no vencimento dos funcionários públicos. "Se ele ouvir nossos apelos fatalmente será eleito", afirma Neves Siqueira. "E, aí, as três Armas poderão se unir nas reivindicações."

Como ensinam as cartilhas de Direito Trabalhista, a discussão em torno de salários de qualquer tipo de funcionário envolve um emaranhado de números e argumentos em que se abrigam simultaneamente informações verdadeiras, mal-entendidos, meias verdades e puros disparates. Mas sempre se sabe quando se está ganhando mal e o padrão de vida baixou. E os militares brasileiros ganham mal. Ao contrário do que se poderia imaginar, o drama dos soldos é bem mais grave nas patentes mais altas do que nos escalões inferiores. Os vencimentos de um general-de-exército, por exemplo, que atingiu o ponto máximo de sua carreira após quarenta anos de serviço, desde a semana passada estão fixados em 809 000 cruzeiros, enquanto executivos com um posto equivalente entre os funcionários públicos civis faturam 20% a mais.

Aposentadoria — Nos outros escalões, a situação é um pouco melhor. Um cabo tem de garantir o fim do mês com um soldo de 123 000 cruzeiros e um sargento receberá um contracheque de 214 000. Mesmo um tenente, que tem curso superior, irá faturar 328 000 cruzeiros. São quantias modestas, que não permitem a nenhum pai de família sonhar com qualquer extravagância. A realidade, no entanto, é que nesses escalões, que reúnem mais da metade dos militares de carreira, ganha-se melhor do que em seus equivalentes civis. Um copeiro da administração federal, que tem uma atividade considerada comparável à de um cabo, recebe 85 000 cruzeiros mensais desde a semana passada. O datilógrafo, num posto análogo ao de sargento, fica em 126 000 e o técnico de orçamento, patente civil semelhante à de um tenente, recebe 240 000 cruzeiros.

MARCO A. CAVALCANTI

Siqueira: o bolso decidiu

Na ponta do lápis, essas categorias militares têm em média um vencimento 30% maior que o de seus pares civis. Também ganham mais que seus semelhantes do setor privado e só são derrotados, com larga vantagem, quando seus contracheques são confrontados na escala dos empregados da Câmara de Deputados, paraíso de mordomias, onde um motorista chega a embolsar até 350 000 cruzeiros por mês *(veja quadro nesta página)*. Outra vantagem é na hora da aposentadoria. Quando passa para a reserva, o militar, de qualquer patente, ganha uma promoção automática e tem direito à aposentadoria integral. Os funcionários públicos têm a aposentadoria integral, mas não a promoção. E os assalariados do setor privado estão submetidos a uma situação curiosa. Quem ganha pouco aposenta-se com 70% de seus vencimentos. Quem ganha muito pode parar de trabalhar com um contracheque de 1 milhão de cruzeiros e, no fim do mês, o INSS só irá lhe pagar 170 000 cruzeiros de aposentadoria.

Funcionários públicos fardados, os militares têm sido chamados a pagar uma conta de arrocho nos vencimentos idêntica à que o governo submete os paisanos. As reivindicações dos clubes militares são iguais às dos sindicatos de servidores liderados pela CUT — ambos querem, para início de conversa, que o governo pague os 84% que sumiram no Collor I. Também se assiste nas Forças Armadas a um tipo de debandada freqüente em outras repartições do governo. Da mesma forma que uma parte dos bons médicos e professores da rede pública preferiu abandonar seus empregos no governo para trabalhar em consultórios e escolas privadas, um contingente cada vez maior de pilotos formados pela Aeronáutica, por exemplo, se dispõe a trocar a farda por um emprego na aviação civil.

Bicos — Além dos problemas de natureza civil na questão do soldo, há um outro que é de exclusiva responsabilidade dos chefes das Forças Armadas. O oficial que serve em Brasília, e desempenha tarefas burocráticas junto ao Comando Militar do Planalto, ganha mais e vive melhor do que os deslocados para postos de fronteira. Reside em apartamentos funcionais e conta com a garantia de um bom serviço médico para a família. Diversos militares que servem nos gabinetes de Brasília e só têm contato com arma de fogo nas sessões de treinamento ainda dispõem de gratificações que jogam seus salários para cima. Note-se, no entanto, que a última vez que os militares da capital federal foram chamados a cumprir uma missão típica de sua função ocorreu sob o governo de João Figueiredo, quando se decretou o estado de emergência na votação da emenda das diretas já. No Rio de Janeiro, igualmente, há um excesso de

Os funcionários do Poder Legislativo ganham [illegible] do que os do Executivo, os militares e os da iniciativa privada e poderão ainda ter reajuste [illegible] junho

[illegible]			[illegible]		
Motorista	até 350 000	até 350 000	Motorista	74 000	51 000
Técnico contábil	até 350 000	até 350 000	Auxiliar contábil	79 000	55 300
Técnico legislativo	até 700 000	até 700 000	Chefe de compras	350 000	170 000
Diretor financeiro	até 600 000	até 600 000	Gerente administrativo	492 000	170 000
Diretor de coordenação	até 900 000	até 900 000	Gerente de produção	673 000	170 000
Diretor de suprimento	até 1 200 000	até 1 200 000	Professor universitário	1 011 000	170 000
Diretor-geral da Câmara	até 1 570 000	até 1 570 000	Diretor de marketing	1 424 000	170 000

[illegible]

02.02

9107615

Mtro Aeronautica critica salario de los militares.

ZERO HORA
6-6-91

10046
11163
300980
11456
5

ENTRADA

SÓCRATES CRITICA SALÁRIO DE MILITAR

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, disse ontem, em Brasília, em audiência pública na Comissão de Defesa Nacional da Câmara, que os salários pagos pela União aos militares os obriga, em alguns casos, a buscar outras atividades fora do quartel. Segundo o ministro, "os militares desejam, o mais cedo possível, que a Nação lhes conceda salários compatíveis com suas funções". "O nível salarial hoje que a Nação oferece ao servidor militar faz com que muitos tenham que buscar atividades complementares, nem sempre apoiadas em lei, mas na lei da vida", disse o ministro Sócrates. Ele não quis comentar sobre o andamento da medida provisoria 296, nem sobre o percentual de 20% dado aos militares. O ministro preferiu usar metáforas: "Eu não sou jogador, mas um simples torcedor. Torcedor que deseja que as Forças Armadas recebam um salário razoável". (AG)

01.01

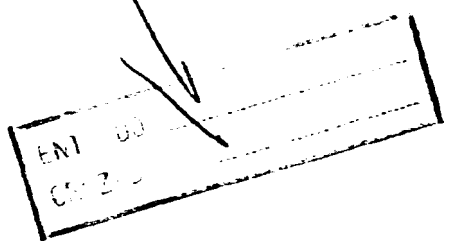
9107616

Insatisfação em los cuartels

J. do Brasil

7-6-91

10046
11163
13065
11334
11335



Comandante não quer protesto de militares

RECIFE — [illegible] uma grande [illegible] das Forças Armadas [illegible] Nordeste, general [illegible] Urutaty Neto, [illegible] o Exército, Edmilson Barbosa [illegible] que convocou o jornal [illegible] da região. [illegible] Cr$ 2,7 mil depois de [illegible] de carreira, o oficial disse que "[illegible] nos quartéis [illegible] militares hoje estão [illegible] ".

Para o general Urutaty [illegible] "[illegible] vism [illegible] recentemente [illegible] Nordeste [illegible] 27 [illegible] concedido recentemente pelo governo federal aos militares um [illegible] para a recuperação dos vencimentos. "[illegible] que o país enfrenta [illegible] Nós, militares, [illegible] e esperamos que gradativamente [illegible] nossa situação melhore", afirmou o general.

O tenente Edmilson Barbosa Leite [illegible], porém, que os militares estão [illegible] de sua paciência. Disse que prova disso foi sua decisão de procurar os jornais para o desabafo, que [illegible] custar a honra punição disciplinar. "Fiz isso porque não agüentava mais", explicou.

Divorciado da mulher e com [illegible] Leite destinou a eles que [illegible] vencimento líquido — Cr$ [illegible] — no pagamento da pensão [illegible]. Apesar do reajuste de 20% [illegible] receber somente este mês com [illegible] Cr$ 140 mil.

Doc. pouco legível

01.01

9107617

Nº DOCUMENTO
TITULO SECRETOS DE LA INDUSTRIA BELICA.
PROCEDENCIA JB 150028
FECHA DE PRODUCCION 9-6-91
VINCULACIONES 10046
11163
11401
M
CRUZADO

Livro revela segredos da indústria bélica

Luiz Orlando Carneiro e Cleber Praxedes

BRASÍLIA — Por pressão do Departamento de Estado norte-americano, o governo brasileiro decidiu, em fevereiro de 1988, rejeitar uma proposta de compra de armas pela Líbia no valor de US$ 1 bilhão, embora as exportações de armamentos na época tivessem alcançado seu nível mais baixo desde a década de 70. De nada adiantaram os argumentos do então embaixador do Brasil em Washington e hoje ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao secretário-assistente de Estado, John Whitehead, de que a economia brasileira estava em estado tão precário que o país não poderia recusar tal proposta. Também a explicação do então ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, de que as armas eram apenas defensivas, não convenceu, pois o governo americano não concordou com a venda, alegando a conexão existente entre a Líbia de Kadafi e os terroristas.

Esse fato, desconhecido até agora, será divulgado no fim deste ano com a publicação do livro do professor de Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Segurança Nacional da Academia Naval, na Califórnia, Scott D. Tollefson. Entre outros fatos, Tollefson relata o envio pelo Brasil de três carregamentos de concentrado de urânio para auxiliar o desenvolvimento da tecnologia nuclear iraquiana e a venda, também àquele país, durante a guerra com o Irã, de 66 Astros-II, lançadores múltiplos de foguetes; 1.026 tanques EE-9 Cascavel; 500 EE-11 Urutu, 500 EE-3 Jararaca, 640 foguetes SS-60 e 80 aviões Tucano (EMB-312).

No trabalho, que Tollefson levou quatro anos para concluir e que resultou numa tese de doutorado apresentada à Universidade John Hopkins, o professor analisa as exportações de armas em fase da política externa. "O governo tem utilizado as exportações de armamentos menos como meio de influenciar o comportamento dos países com o Brasil e sim como modo de incrementar a autonomia brasileira em face de outros fornecedores no cenário internacional", comenta Tollefson. Para ele, "a principal preocupação do Brasil em vender armas tem sido econômica, sem procurar influir na política interna dos países". "Mas em um caso, por motivo de segurança nacional, aconteceu. Foi no Suriname", diz Tollefson.

O processo de decisão da venda de armas do Brasil foi nos últimos anos extremamente centralizado e concentrado entre poucas elites: os militares (atores principais), o Itamarati e os empresários. Ficou constatado que o Brasil aumentou sua autonomia frente aos Estados Unidos, seu tradicional fornecedor de armas e tecnologias, mas no caso do programas de mísseis o país tem sido extremamente vulnerável às pressões norte-americanas, por causa do regime de controle da tecnologia desses armamentos.

Líbia — Apesar dos vários embargos impostos pelo governo americano na década de 70 e início de 80, o governo brasileiro tentou reativar seu mercado de venda de armamentos para a Líbia em 1987. O Conselho de Segurança Nacional aprovou no final daquele ano um pedido da Engesa para hospedar uma delegação líbia que estava interessada em comprar armamentos brasileiros. Doze oficiais líbios chegaram a Brasília em janeiro de 1988 e, conforme relato do professor Scott Tollefson, foram muito bem recebidos pelos ministros militares da época.

Na oportunidade, os líbios ofereceram um contrato de compra de 250 EE-T1 (tanques Osório), com canhões de 120 milímetros fabricados pela Engesa ao preço de US$ 500 milhões, e manifestaram interesse em financiar, num futuro próximo, o Projeto Osório, que consistia na fabricação de tanques. A Líbia também encomendou tanques Urutu, Cascavel e Jararaca, sem esquecer, além de aviões Tucano e Bandeirante, mísseis e duas versões dos sistemas de lançamento dos foguetes múltiplos Astros II.

No encontro com as autoridades militares brasileiras e diplomatas, os oficiais líbios queriam do Brasil ajuda para instalação de suas fábricas de armamentos, plantas petroquímicas, têxteis e eletrônicas. Fontes militares calcularam em US$ 1,5 bilhão a proposta feita pela Líbia. Uma parte desse pagamento seria feita em petróleo. O governo brasileiro não contava, no entanto, com a pressão do governo norte-americano, que pediu uma explicação no dia 22 de janeiro de 1988 por intermédio do secretário-assistente de Estado, John Whitehead. As justificativas brasileiras não convenceram o governo americano e, com isso, a estratégia norte-americana de "dividir e conquistar" mostrou-se efetiva: em fevereiro de 1988 o governo brasileiro decidiu rejeitar a proposta da Líbia. O Brasil não só perdeu US$ 1 bilhão em venda de armas, como também ficou sem condições de desenvolver o projeto de produção de tanques Osório, da Engesa, para a Líbia.

> **"A relação especial que o Brasil cultivou com o Iraque incluía a transferência de tecnologia nuclear e a aproximação comercial"**

Iraque — As negociações com outro país do Oriente Médio, o Iraque, também consideradas de grande potencial para o Brasil, tiveram um fim melancólico, conforme constatou o professor Tollefson. Nas décadas de 70 e 80 o Brasil começou uma relação muito especial com o Iraque, baseada em necessidades mútuas. "Nenhum país era mais importante para a indústria de armas do Brasil do que o Iraque." Mas a invasão do Kwait, pelo presidente Sadam Hussein, em 2 de agosto de 1990, alterou dramaticamente o contexto dos laços Brasil-Iraque. As relações entre os dois países podem ser divididas em quatro períodos: 1º) do choque de petróleo de 1973 até a eclosão da guerra com o Irã em 1980; 2º) durante a guerra Irã-Iraque (1980 a 1988) o relacionamento foi ampliado e o país tornou-se o principal mercado de armamentos para o Brasil; 3º) do fim da guerra Irã-Iraque até a invasão do Kwait, o Iraque parou de comprar armamentos brasileiros, mas continuou a procurar cooperação em projetos de mísseis; 4º) desde a invasão do Kwait, o Brasil tem sido forçado a redefinir suas relações com o Iraque, tendo em vista a condenação pela ONU das ações de Saddam Hussein.

O Brasil, segundo Tollefson — que manteve contatos com autoridades militares, diplomáticas e da área econômica —, foi um dos 30 países que forneceram armas ao Iraque durante a guerra com o Irã. Estima-se que o Brasil tenha vendido entre 1980 e 1990 algo em torno de US$ 2 bilhões a US$ 3 bilhões em armas para o Iraque.

Piva — A polêmica presença do brigadeiro da reserva Hugo de Oliveira Piva no Iraque também é analisada no trabalho do professor. Segundo Tollefson, as alegações de uma conexão Brasil-Iraque, sob o codinome *Piranha*, não eram novidades. O projeto Piranha foi cancelado pelo Brasil em agosto de 1988, por causa da falta de recursos. A empresa brasileira Órbita, que estava encarregada do projeto, foi forçada a despedir 80 pessoas, incluindo engenheiros especialistas em mísseis, que tinham sido treinados no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos, São Paulo. Alguns desses engenheiros foram então contratados pelo brigadeiro Piva, que tinha formado uma empresa de consultoria chamada HOP (iniciais do seu nome). Piva começou a agir como intermediário contratando engenheiros para o Iraque. Em Bagdá, eles viviam em apartamentos confortáveis e ganhavam US$ 6.500 por mês, muito mais do que ganhavam no Brasil.

"Os engenheiros brasileiros podem ter sido envolvidos em projetos adicionais. Vários relatórios dão a entender que os brasileiros estavam adaptando os mísseis Scud soviéticos para carregar artefatos nucleares a distâncias mais longas", explica o professor. Ele acrescenta que a "relação especial que o Brasil cultivou com o Iraque não foi baseada apenas numa venda convencional maciça de armamentos". "Incluía a transferência de tecnologia nuclear e de mísseis e o estreitamento de laços comerciais. Tratava-se de um casamento de conveniência, baseado em necessidades mútuas. Com a invasão do Kuwait por Hussein ficou claro que o contexto internacional desse relacionamento especial mudou. O Brasil não podia mais cooperar com o Iraque tendo em vista a condenação internacional", constata Tollefson.

O Brasil, conforme concluiu o professor de Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Segurança Nacional da Academia Naval, fechou ou temporariamente suspendeu seu relacionamento especial com o Iraque porque percebeu que os custos dessa relação superavam os benefícios. Mas esse relacionamento poderá ser reativado. "O Brasil é um país muito sensível e vulnerável ao aumento dos preços de petróleo e é possível que queira voltar a ter boas relações com o Iraque quando o conflito for totalmente resolvido. Uma volta ao status quo anterior é, entretanto, improvável. Os Estados Unidos provavelmente exercerão uma crescente pressão em cima dos laços entre o Brasil e o Iraque, especialmente na área dos mísseis balísticos", prevê Tollefson.

01 03
9107618

Exportações incluem pelo menos 42 países

De acordo com o trabalho do professor Scott D. Tollefson, o Brasil tem vendido armas a pelo menos 42 países, em todas as regiões do mundo. O maior mercado regional é o Oriente Médio, para o qual o Brasil tem vendido aproximadamente 50% dos seus armamentos desde 1977. No Oriente Médio, o Iraque foi o maior mercado do Brasil de 1980 a 1988. Desde 1988 o Iraque deixou de pagar as encomendas de armamentos brasileiros e a Arábia Saudita vem surgindo como melhor mercado potencial para o Brasil nessa área.

De 1977 a 1983, 30% das exportações de armas do Brasil eram destinadas à Líbia, enquanto para o Iraque a percentagem chegava a 40%. De 1976 a 1985, apenas a União Soviética, França e Itália superavam o Brasil em termos de exportação de armas para a Líbia.

Em 1973, a Líbia fez a primeira e mais importante compra de armas brasileiras, quando encomendou 300 EE-9 (Cascavel) e 100 Urutu EE-11, fabricados pela Engesa. Esta venda representou a entrada para valer do Brasil na produção de armas. Em 21 de julho de 1977, a Líbia testou os armamentos em atritos de fronteiras com o Egito, que se defendeu com tanques soviéticos BTR 60P e BTR 40. Os veículos produzidos no Brasil tiveram uma performance admirável, destruíram blindados soviéticos e danificaram cinco de outras procedências forçando o Egito a uma retirada. Esse sucesso levou outro país da região, o Iraque, a encomendar 200 Cascavel, em julho de 1978.

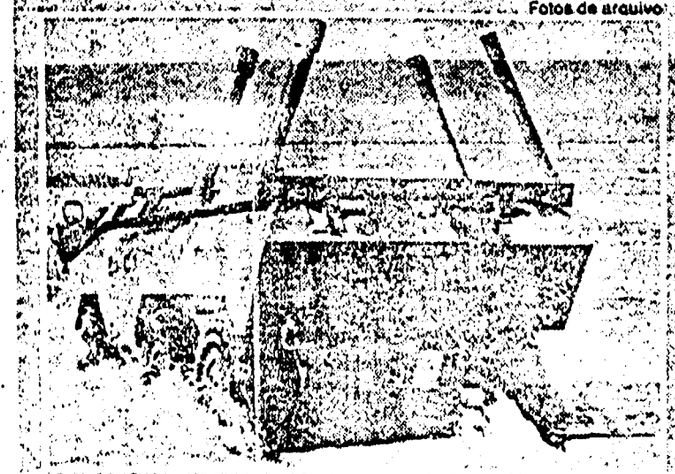
Segundo o professor Tollefson, o único país em que o Brasil teve interesse em interferir politicamente através da venda de armas foi o Suriname. A venda visava reduzir, ou eliminar, a presença cubana no Suriname. O então ditador Desiré (Desi) Bouterse sempre negou, entretanto, que o Brasil tivesse tido alguma influência em seu regime. Mas os fatos o desmentem: em 1983, Bouterse expulsou o embaixador cubano, Oscar Osvaldo Cardenas, além de aproximadamente 100 diplomatas e assessores, permitindo apenas que permanecessem no país um diplomata e três funcionários administrativos.

Em 1986, o Brasil já havia garantido ao Suriname US$ 70 milhões em linhas de crédito, que foram utilizadas na compra de carros anfíbios e dez tanques, além de pequenas armas, munições e uniformes. Mas, no fim de 1986, o Brasil recusou-se a renovar uma linha de crédito de US$ 20 milhões para o Suriname.

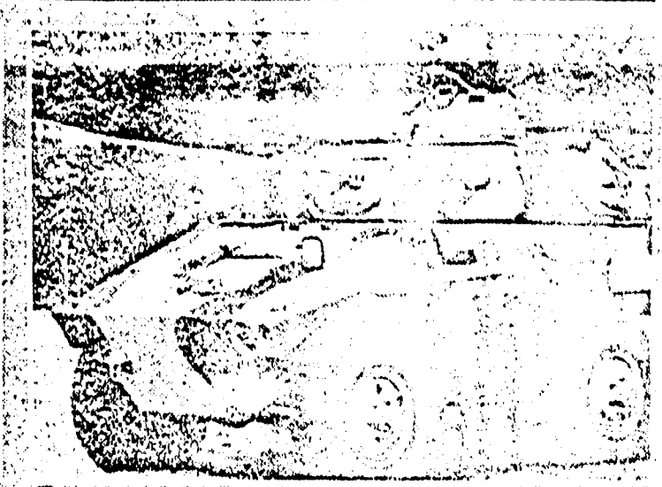
Desesperado com o crescimento do movimento guerrilheiro, Bouterse visitou Brasília em setembro de 1987 e pediu seis tanques Cascavel e 15 Urutus. Foi recebido friamente por parte das autoridades brasileiras, incluindo o ex-presidente Sarney, mas assinou contrato para compra de uniformes, rações, tanques e aviões Tucano.

Tanques e lançadores no pacote

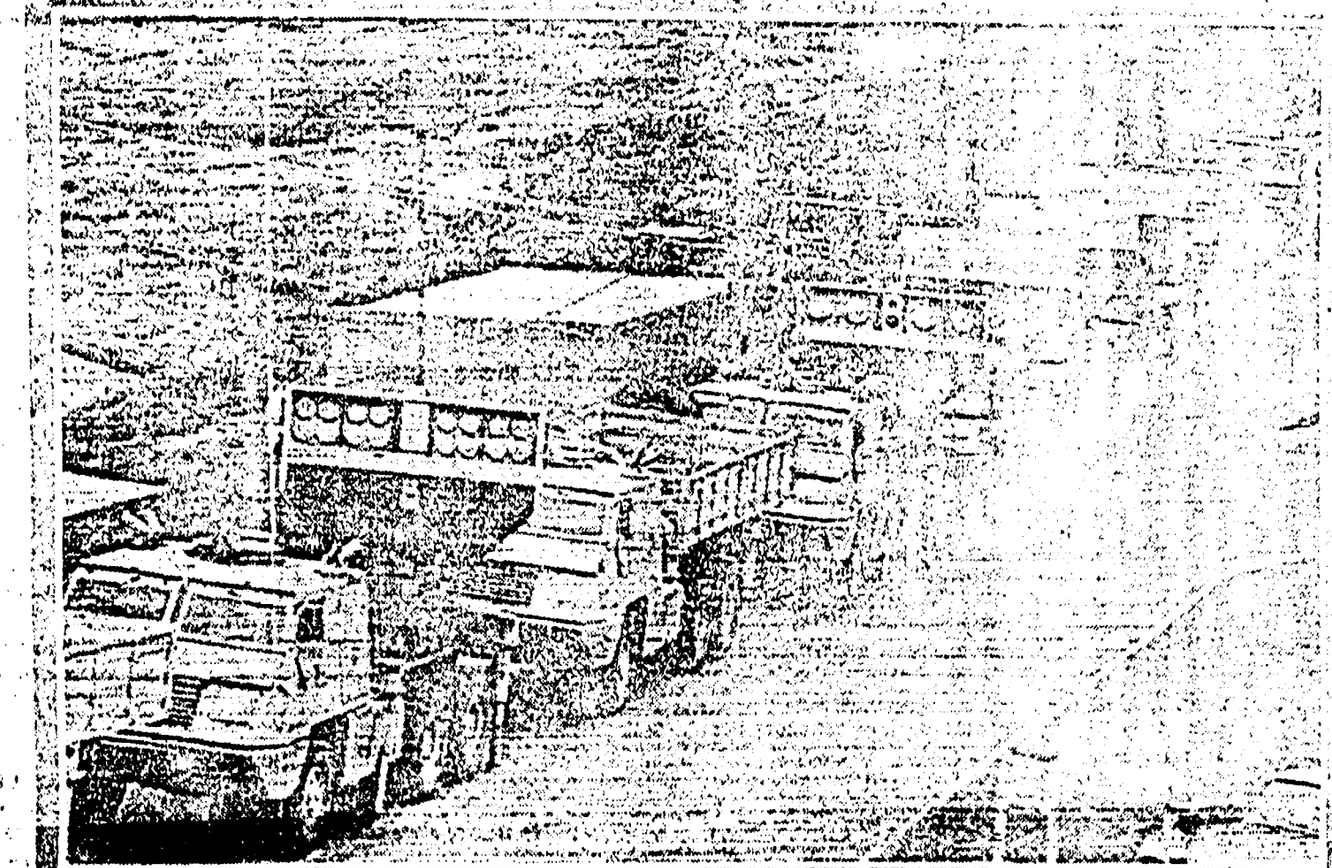
Fotos de arquivo



Quinhentos Urutus foram vendidos ao Iraque



Em 73, a Líbia encomendou 300 carros Cascavel



Na tentativa de reatar relações com a Líbia, o governo recebeu encomendas de Astros II

Setor é dominado por Itamarati e militares

As vendas de armas brasileiras para o exterior passam sempre por três setores — o militar, o Itamarati e o empresarial. Isso significou uma intensificação das relações entre os militares e o Itamarati. No entanto, apesar dessa coincidência de interesses, os dois setores têm tido algumas vezes atritos em relação a vendas de armas específicas. Os militares, que dependem da indústria doméstica para obter a maioria de suas armas, têm muito mais a perder do que o Itamarati na limitação das vendas. Já o Itamarati, mais preocupado com as ramificações políticas, sempre foi mais cauteloso do que os militares e empresários.

De acordo com Tollefson, nos contatos mantidos com as autoridades brasileiras e nas pesquisas realizadas em publicações, ficou evidente que o Itamarati e os produtores de armas concordam, em tese, quanto à política de venda de armamentos do Brasil. Os dois, entretanto, têm papéis diferentes e algumas vezes antagônicos no processo dessas vendas. A indústria de armas geralmente quer vender para qualquer país, mas o Itamarati, algumas vezes, rejeita uma ou outra venda, com base em considerações políticas. Os produtores de armas freqüentemente reclamam de sinais contraditórios que recebem do Itamarati, que ao mesmo tempo que prega o aumento de exportações, proíbe vendas politicamente sensíveis.

Como exemplos de tais reclamações o professor aponta: a Engesa tem constantemente criticado a proibição de venda de armas para a Líbia; o proprietário da Companhia Brasileira de Válvulas (CBV), que produz canhões, criticou os vetos do Itamarati a vendas para a África do Sul e Irã; a Embraer e a Engesa aborreceram-se em 1980 quando o Itamarati esfriou as relações com o Chile e impediu a venda de armas para o regime de Augusto Pinochet; e Whitaker Ribeiro, então presidente da Engesa, criticou os vetos às vendas da empresa para Bangladesh e Argentina.

Entre as três elites envolvidas no processo, os militares e os produtores de armas são as mais íntimas. A aliança militar-industrial, entretanto, tem tido problemas. O Exército, por exemplo, geralmente apoia a Engesa, enquanto a Força Aérea só pensa na Embraer. A disputa mais séria e persistente envolveu a Avibrás e o ministro da Aeronáutica, segundo um dirigente da Avibrás: "Se me perguntarem se há problemas entre a Avibrás e a Engesa, e a Avibrás e a FAB, eu só posso responder que eles existem, e que são muitos".

A revolta da Avibrás tornou-se crítica em 1986, com a criação da empresa Órbita. A Avibrás considerou-se excluída pela Engesa e pela FAB de participação nos programas espaciais e de mísseis do Brasil (Engesa e Embraer, cada uma tinha 40% de ações da Órbita).

910718

Bomba era o objetivo do acordo com Iraque

A fabricação de uma bomba atômica era o objetivo final do Brasil com o acordo nuclear de dez anos, assinado em 1979, com o Iraque. O governo brasileiro, através do Serviço Nacional de Informações (SNI), imaginava que o Iraque controlava a tecnologia avançada em algumas faces do ciclo nuclear, mas se decepcionou. Pelo acordo, o Brasil comprometia-se a dar assistência técnica a prospecção, produção e refino de urânio, além da assessoria na construção de um reator nuclear e do treinamento de técnicos iraquianos no Brasil. O país também se comprometera fornecer urânio natural e de baixo enriquecimento.

A cooperação entre os dois países somente tornou-se pública em 1981 quando Israel bombardeou a usina nuclear do Iraque, descobrindo-se que o Brasil tinha fornecido àquele país dióxido de urânio. Nos contatos com as autoridades brasileiras e estrangeiras, o professor Scott D. Tollefson apurou que "mais tarde revelou-se que os laços nucleares do Brasil com o Iraque incluíam contas secretas do Brasil na França, que eram controladas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI)". Além disso, empresas privadas brasileiras, sob contrato com o Iraque, ajudaram a explorar depósitos de urânio na Somália.

O embarque de urânio processado no Brasil era coordenado pelo SNI, pelo Conselho de Segurança Nacional e pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Os três embarques realizados continham cerca de 100 toneladas de urânio concentrado e foram tornados públicos pelo jornal *The Guardian*, de Londres. Mais tarde, em 1983, o Brasil suspendeu as remessas.

Preocupação maior é com míssil balístico

Os programas brasileiros de mísseis e de energia nuclear, conforme constatou o professor Tollefson, incomodam os Estados Unidos. No entanto, a questão do uso de mísseis com ogivas químicas ou biológicas não tem sido mencionada pelos norte-americanos como problema fundamental em suas relações com o Brasil. Mas o míssil brasileiro de média distância em mãos dos líbios ou dos iraquianos é preocupação constante.

Outra preocupação das autoridades norte-americanas é que o Brasil poderia atingir qualquer ponto da América do Sul com seus mísseis balísticos. Artefatos desse tipo poderiam aumentar a corrida armamentista e gerar instabilidade na América do Sul, constatou o pesquisador. Há ainda a questão de o Brasil conseguir, na virada do século, atingir plena capacidade nuclear. Segundo Tollefson, o Brasil tem modesta infra-estrutura industrial na área militar e muitas empresas poderiam ser mobilizadas para produzir mísseis balísticos.

As duas maiores companhias envolvidas na produção de mísseis são a Avibrás e a Órbita. Os Astros II, da Avibrás, são os mais famosos e lucrativos entre os artefatos brasileiros. Eles podem lançar foguetes de diferentes calibres: SS-30 até 30 quilômetros; SS-40 até 35 quilômetros; e SS-60 até 60 quilômetros. Consta que a Avibrás vendeu 66 sistemas de artilharia Astros II para o Iraque, e um número não especificado para a Arábia Saudita, Bahrain e Qatar. As vendas totais dos Astros II entre 1982 e 1987 devem ter atingido US$ 2 bilhões.

Tollefson cita o especialista W. Seth Carus (*Trends and implications of missile proliferation*), que diz: "O desenvolvimento dos foguetes Astros II pela Avibrás parece ter encorajado a companhia a tentar chegar a sistemas de maior alcance." A Avibrás desenvolve no momento vários mísseis balísticos. O SS-150, com alcance de 150 quilômetros, projetado para operar em 1987, só chegará lá em 1995. O SS-300, talvez o mais importante míssil balístico em desenvolvimento no Brasil, baseia-se no foguete Sonda IV, de combustível sólido, com sistema inercial de direção muito sofisticado. Terá alcance de 300 quilômetros e carregará ogiva de uma tonelada. O SS-300 poderia ser adquirido pelo Exército brasileiro, mas seu maior mercado deve ser o Oriente Médio: a Líbia e o Iraque já manifestaram interesse em sua compra.

Sensacionalismo — Um protótipo do SS-300 já foi construído, mas não será operacional até o fim desta década. Em termos sensacionalistas, conforme informou o professor, há informações de um SS-1000 com alcance de 1.200 quilômetros. Se for desenvolvido e mais tarde vendido, analisou, tal míssil nas mãos de líbios ou iraquianos podem trazer implicações sérias para Israel e Estados Unidos. Além do mais, o SS-1000 poderia atingir qualquer alvo na América do Sul, disparado do Brasil. Sua construção, embora não haja informação oficial, não se realizaria antes do ano 2000. "Em suma, a Avibrás tem se concentrado em dois caminhos no que se refere à produção de mísseis. O caminho mais curto é o SS-150, inspirado no Astros II; o mais longo é o SS-1000.

Os programas da Avibrás, no entanto, sofreram impacto em janeiro de 1990, quando a companhia se tornou insolvente. O quadro de empregados caiu de 6 mil para 900, e a companhia teve prejuízo de US$ 90 milhões de foguetes não vendidos, sobretudo em conseqüência do fim da Guerra do Golfo. A insolvência da Avibrás mostrou a vulnerabilidade da indústria de armas do Brasil e de seu potencial programa de mísseis balísticos.

Em meados da década de 80, as Forças Armadas brasileiras ficaram frustradas com os atrasos no desenvolvimento dos programas de mísseis. Militares e industriais, reunidos em junho de 1986, chegaram à conclusão de que era necessária uma estandartização da produção de mísseis. Como resultado disso, uma nova empresa, a Órbita Sistemas Aeroespaciais, foi criada em fevereiro de 1987, para coordenar o programa brasileiro de mísseis. A empresa é controlada pela Engesa (40%), pela Embraer (40%), a Engenharia de Sistemas de Controle de Automação (11%), ex-IMBEL (5%), e Participação e Consultoria (4%).

Série — A Órbita herdou o projeto MB/EE-150 da Engemissil, subsidiária da Engesa. Tendo em vista os problemas financeiros da Órbita, o projeto não chegou a se desenvolver. O projeto MB/EE-150 (150 quilômetros de alcance) seria apenas o primeiro de uma série de mísseis, incluindo MB/EE-350 e MB/EE-600 e o MB/EE-1000 — todos eles baseados na série Sonda de foguetes experimentais.

A Órbita, de acordo com o professor, está também desenvolvendo dois novos mísseis, o MSS-I Leo, míssil antitanque, filhote do Oto Melara italiano, e o MSA-1, míssil antitanque de alcance mais curto do que o Leo. A empresa estava modernizando o míssil água-ar tipo Seacat, comprado da Inglaterra na década de 70, mas o corte de verbas prejudicou o projeto. O terceiro míssil, um ar-ar, o Mol, teve corte de recursos em 88 e foi suspenso em agosto de 1989. Concebido no fim da década de 70, o CTA era responsável pelo projeto até 86, quando passou para a Engesa. Destinado a equipar o F5E da FAB e o AMX, o ex-ministro da Aeronáutica Moreira Lima decidiu que seria mais barato comprar Sidewinders (EUA) e Exocets franceses, por US$ 100 mil cada. O governo gastara mais de US$ 50 milhões no projeto, e precisaria de mais US$ 70 milhões para completá-lo. "A Órbita hoje está defunta", concluiu Tollefson.

Dois generais tiveram influência decisiva

Dois generais brasileiros se destacaram no processo de suspensão das vendas de armamentos brasileiros para a Líbia: o então chefe do Departamento de Material Bélico do Exército, general José Albuquerque, e o ex-Secretário do Conselho de Segurança Nacional, Danilo Venturini. Enquanto José Albuquerque se declarava contra o comércio de armas com a Líbia, o general Danilo Venturini invocava a decisão política do governo brasileiro para a suspensão.

José Albuquerque era um dos generais contrários à venda de armamentos para um país que, além de estar ligado ao terrorismo, repassava as armas para o Irã. A Engesa admitiu que seus blindados eram transferidos para o Irã pela Líbia, logo depois que a publicação *Jane's Defense* divulgou que o Brasil estava vendendo clandestinamente armas para o Irã. De acordo com os engenheiros da Engesa, isso foi confirmado com os números de séries de alguns blindados no Irã, capturados em batalha e que eram originários da Líbia.

Quanto à decisão política defendida pelo general Venturini, ficou evidente que o Brasil teria que escolher entre dois clientes: Iraque ou Líbia, concluindo que era mais vantajoso fornecer armas para o Iraque do que para a Líbia. De acordo com o general, a suspensão de venda de armas para a Líbia foi, primordialmente, uma decisão de política comercial: o Brasil não queria perturbar seus negócios com o Iraque. Naquela época o Brasil estava negociando com o Iraque contratos da ordem de US$ 2 bilhões. Por outro lado, ficou constatado, conforme concluiu a pesquisa do professor Tollefson, que a capacidade de pagamento da Líbia era limitada por causa do declínio de sua balança comercial.

9107618

Polícia Civil ganha autonomia
ZERO HORA
8-6-91
10046
10196
11338

Polícia Civil ganha autonomia

8 JUN ZH

□Decreto assinado ontem deixa a organização subordinada diretamente ao governador do Estado. Secretaria da Segurança deverá ser extinta

JOÃO CARLOS RODRIGUES
Editoria de Polícia/ZH

Mozart dos Santos/ZH

Anúncio: *governador Collares fala sobre a autonomia administrativa concedida à Polícia Civil*

A Polícia Civil gaúcha é a primeira do País a ganhar a autonomia administrativa. Decreto nesse sentido foi assinado, no final de tarde de ontem, pelo governador Alceu Collares, em solenidade realizada no Auditório Cícero do Amaral Viana, no segundo andar do Palácio da Polícia. Com isso, a Polícia Civil, a exemplo da Brigada Militar — a corporação já era autônoma —, passa a ser subordinada diretamente ao governador, e não mais à Secretaria da Segurança Pública. A SSP, por sua vez, será extinta nos próximos meses, anunciou Collares, confirmando a promessa que fizera durante a campanha eleitoral para o Governo do Estado.

Em rápido pronunciamento, diante de um público que lotou o auditório, Collares justificou o ato de autonomia. O governador declarou que estava iniciando um profundo processo de reforma administrativa, que visa à descentralização do poder e ao enxugamento da máquina pública. "Dessa forma, também vamos resgatar o valor da função pública, pagando melhores salários", declarou. Adiantou, também, que outras secretarias e fundações estaduais poderão ser extintas. "No meu governo, vamos recuperar a dignidade do serviço público", acrescentou o governador.

SIGNIFICADO — Collares ressaltou o significado histórico do decreto, com 16 artigos. "Estamos dando à Polícia uma autonomia que ela deveria ter ganho quando foi criada", lembrou. A manifestação arrancou aplausos do público e dos participantes da mesa. Entre eles, o chefe da Casa Civil, Mathias Nagelstein; o procurador-geral do Estado, Gabriel Fadel; o deputado federal Wilson Müller Rodrigues (PDT); o secretário da Segurança Pública, Adão Eliseu Carvalho, o chefe de Polícia, Newton Müller; e o comandante da BM, Antônio Carlos Maciel.

Na saída, Adão Eliseu comentou a confirmação da extinção da SSP. "Se é a vontade do governador, vou acompanhá-lo", assegurou, recordando que defendeu a o fim do órgão quando coordenou a comissão de segurança pública da campanha de Collares. "O governador entende que a secretaria, com a autonomia da Polícia e da Brigada, perde o seu papel", revelou. Eliseu ponderou que se Collares decidiu o contrário, a secretaria pode dar uma importante contribuição na elaboração da política de segurança pública do Estado.

ATRIBUIÇÕES — Com a autonomia, todas as atribuições administrativas de competência do secretário da Segurança Pública passam automaticamente para o chefe de Polícia, que despachará diretamente com o governador. "Os atos administrativos, desde a designação de funções gratificadas até a aquisição de recursos materiais, passam a ser estabelecidos pelo chefe de Polícia", explicou Newton Müller. "Isso foi obtido graças à sensibilidade do governador, que reconheceu a necessidade de uma polícia judiciária dinâmica", destacou Newton Müller.

O chefe de Polícia antecipou que deverá fazer algumas mudanças na organização. Porém, não quis dar maiores detalhes sobre elas. Garantiu apenas que a Academia de Polícia deverá ser um dos órgãos de maior atividade na instituição, seja através dos cursos de formação de novos policiais como nos de aperfeiçoamento. A tendência é de que sejam abertos concursos para o ingresso de novos agentes na Polícia, que tem uma defasagem de cerca de 3 mil homens em relação a 1975, quando foi feito o último estudo sobre recursos humanos.

O deputado Wilson Müller também se manifestou sobre a autonomia administrativa dada à Polícia Civil. "Essa é uma conquista tão antiga quanto à própria Polícia", observou o parlamentar, que também é delegado. "Se contribuí para a autonomia, na condição de deputado do Governo, considero que praticamente já cumpri meu mandato em relação à Polícia", afirmou o deputado.

01.01 9107619

Ministros Militares discutem crisis
JORNAL DO BRASIL
13-6-91
10046
11169
11164
11302
13065

Ministros militares discutem crise

BRASÍLIA — Dos baixos soldos pagos aos soldados até as perspectivas do encontro dos presidentes Fernando Collor e George Bush, passando pela crise econômica brasileira, os ministros do Exército, da Aeronaútica e da Marinha e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas conversaram, durante jantar na noite de terça-feira, com lideranças da Câmara dos Deputados. Embora os militares tenham ouvido muito e falado pouco, os lideres dos partidos de esquerda saíram animados: os ministros militares podem ser poderosos aliados contra a Lei de Informática do governo e o processo de privatização das empresas estatais.

"Na Constituinte, tivemos neles bons aliados nos temas nacionalistas", lembrou o deputado Vivaldo Barbosa (RJ), líder do PDT. Minutos antes, o ministro da Marinha, almirante Mário César Flores, tinha dado um sinal evidente de que a aproximação pode se repetir. "Mais uma vez, salvei o Lloyd", comentou, referindo-se à liberação de US$ 14 milhões para o cumprimento de um contrato da estatal que esteve à beira da privatização, mas foi poupada.

Assim como Vivaldo Barbosa, o vice-líder do PT, Aloisio Mercadante (SP), ponderou que a proposta do governo para o setor de informática não agradou setores da oposição no Congresso Nacional. O líder do PSDB, deputado José Serra (SP), engrossou as críticas, mas os ministros militares não se empolgaram em expor o que pensam detalhadamente. Falaram genericamente, mas se mostraram apreensivos, segundo os deputados, com o fim da reserva de mercado na informática.

"Diálogo" — Desde 1988, quando foram freqüentes as reuniões de trabalho entre militares e parlamentares, não houve outro encontro do Legislativo com os ministros das Forças Armadas. "Isso é importante para a democracia, porque quando há crises graves, costumam fechar o Congresso. Agora, nós abrimos o diálogo", disse Mercadante. Oferecido pelo deputado Paes Landim (PFL-PI), um interlocutor permanente dos militares, o jantar reuniu políticos de vários partidos (PFL, PMDB, PDT, PSDB, PDS e PT), que foram apresentados ao general Carlos Tinoco (Exército), ao brigadeiro Sócrates Monteiro de Carvalho (Aeronaútica), Mário Flores (Marinha) e o general Luís Antônio Veneu (Emfa).

De quebra, Landim convidou o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente, responsável pela elaboração do orçamento da União, sinal evidente da preocupação dos ministros militares com a falta de dinheiro. Eles chegaram a comparar o quanto o Chile e a Argentina destinam em seus orçamentos para as Forças Armadas. Mas, em nenhum momento, as ponderações transformaram-se em pedidos ou lamúrias. Tanto que quando um deputado elogiou a assessoria militar que trabalha pelos interesses das Forças Armadas no Congresso, o almirante Flores emendou: "Mas a gente não ganha uma."

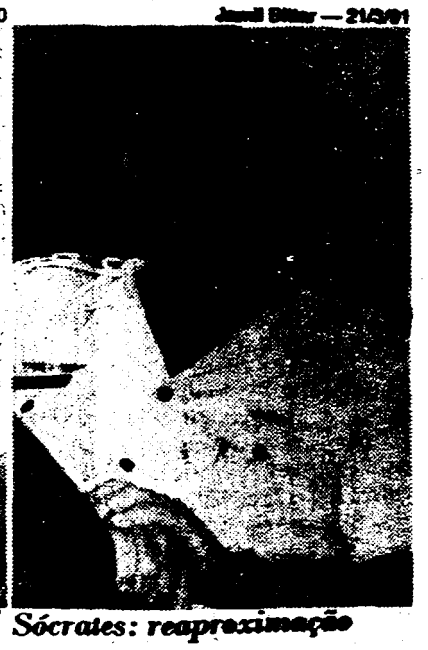
Gilberto Alves — 4/3/91

Tinoco falou pouco durante a reunião com deputados

João Ramid — 30/10/90

Flores: 'Não ganhamos uma'

Jamil Bittar — 21/3/91



Sócrates: reaproximação

Camarinha critica aumento

O ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) e virtual candidato à presidência do Clube da Aeronáutica, em dezembro deste ano, brigadeiro Paulo Roberto de Almeida Camarinha, afirmou na cerimônia de comemoração do aniversário do Correio Aéreo Nacional (CAN) que o reajuste de 23% concedido pelo governo aos militares "foi um brincadeira". Por ter reclamado dos salários, Camarinha foi demitido, em 1988, do cargo de chefe do Emfa pelo então presidente José Sarney. Os presidentes do Clube Militar, general Nilton Cerqueira, e do Clube naval, almirante Wandir Siqueira, lideram o movimento de oficiais da reserva insatisfeitos com a remuneração das Forças Armadas e trabalham a candidatura de Camarinha para a presidência do Clube da Aeronáutica.

O diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), brigadeiro Sérgio Durgher, da ativa, afirmou que a situação dos militares é grave por falta de dinheiro e, brincando, disse: "Não vou dizer que estou ganhando pouco porque vocês não acreditariam". Em tom sério, acrescentou que "a situação é tão grave que os soldados já não conseguem sequer comer". Ele afirmou que pedirá à Varig e Transbrasil que ajudem a Aeronáutica, que diz estar sem dinheiro, na distribuição de contracheques dos pensionistas e inativos, como fez a Vasp no pagamento do mês de maio.

Junto aos contracheques enviados pela Vasp, a companhia aérea inseriu a seguinte mensagem: "Os inativos e pensionistas estão recebendo seus contracheques em suas residências por uma cortesia da Viação Aérea de São Paulo — Vasp. "Foi ótimo. Não falta verba para nós?", indagou o brigadeiro Durgher, acrescentando que não considera propaganda o que a Vasp fez. "Propaganda para uma gente pobre, um público miserável?", questionou o diretor do DAC.

107620
101.01

Nº DOCUMENTO
TITULO Monarquistas criticam atuação dos militares
PROCEDENCIA Zero Hora 150029
FEIT DE P... 24-6-91
VINCUL CI... Brasil
10046
11164
11304

Monarquista critica a atuação dos militares

Os 120 formandos deste ano da Escola Superior de Guerra (ESG) ouviram ontem, no salão de palestras da Fortaleza São João, no Rio, que os militares foram os principais culpados pelas mazelas políticas brasileiras deste século. A crítica, feita pelo deputado monarquista Cunha Bueno (PDS-SP), não foi dirigida aos líderes do movimento de 1964, mas aos militares que, em 1889, susbstituíram o sistema monárquico pelo republicano.

Durante as quatro horas da palestra que dividiu com o deputado Paes Landim (PMDB-PI), Cunha Bueno fez uma regressão histórica ao Império para sustentar que a implantação do sistema presidencialista não se deu por escolha popular. O principal argumento usado para provar que a república é inviável no Brasil foi que apenas um presidente eleito nos últimos 63 anos completou seu mandato: Juscelino Kubitschek.

Cunha Bueno, que se recusou a apontar seu candidato a rei ou imperador, distribuiu entre os formandos cópias de documentos que, no seu entender, justificam a necessidade do plebiscito. Um deles foi o primeiro decreto da República, de 15 de novembro de 1989, que definiu o novo regime como provisório.(AG)

01.01

9107621

Brasil não tem acordo militar com Cuba

18.6.91

Brasil não tem acordo militar com Cuba

ABR/ZH

Na Blair House: *Collor com deputados norte-americanos*

□Deputados dos EUA ficaram surpresos quando ouviram do presidente Collor que "em nenhum momento houve acordo militar com Cuba". Eles ficaram aliviados, após o café da manhã

ANA AMÉLIA LEMOS

Enviada especial/ZH

Os deputados norte-americanos que participaram, ontem, do café da manhã com o presidente Fernando Collor, na Blair House, ficaram surpresos quando ouviram a notícia de que "em nenhum momento, o Governo brasileiro tentou fazer acordo militar com Cuba para desenvolvimento de projetos na área de armamentos". Os senadores, com base em informações publicadas na Imprensa e de outras fontes, escreveram cartas ao presidente brasileiro, abordando o tema, com grande dose de preocupação.

Eles ficaram aliviados quando Collor garantiu que, apesar das boas relações que o Brasil mantém com Cuba, nunca houve iniciativas nesse sentido. Outro tema de interesse dos parlamentares foi relativo a armamentos. Ficaram surpresos quando o presidente informou que de todo o armamento adquirido pelo Iraque, somente 0,3% foi vendido pelo Brasil, "mas fizemos isso na 'carona' das vendas feitas pelos países desenvolvidos", frisou o presidente, numa referência indireta à posição dos Estados Unidos como o maior fornecedor de armas à região do Golfo Pérsico.

CONSTRANGIMENTO — Mas o presidente admitiu o constrangimento criado pela atuação do brasileiro Hugo Piva, ao assessorar o governo de Saddam Hussein na área de armamentos. Para evitar que isso volte a ocorrer e comprometa a posição pacifista, defendida pelo Governo, o presidente disse ter preparado lei, enviada ao Congresso Nacional, que prevê punição, inclusive com a cadeia para o servidor público que usar informações especiais para beneficiar terceiros países.

Assim como fizeram os senadores, na véspera, os deputados tiveram grande interesse na questão ecológica. Segundo relato de um dos presentes ao café da manhã, o presidente Fernando Collor fez um apelo para que os Estados Unidos tenham participação efetiva na Rio 92:

— Não só discutam, mas tenham propostas elevadas para oferecer, não se limitando a combater as causas e os efeitos da falta de proteção ambiental, disse o presidente.

Missão comercial dos EUA virá em agosto

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Robert Mosbache, virá ao Brasil, em agosto, chefiando missão integrada por representantes do Governo e da iniciativa privada. A visita pretende aprofundar o exame das possibilidades de ampliação do comércio e novos investimentos, conforme informação do ministro João Santana, da Infra-Estrutura, que ontem teve reunião de quase uma hora com o secretário Mosbacher, que é o responsável pelo setor onde está o contencioso com o Brasil. Segundo o ministro Santana, "em nenhum momento se falou sobre as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos às exportações brasileiras de calçados, suco de laranja e uma lista de outros produtos". Nos contatos mantidos com o secretário de Comércio e com a embaixadora Carla Hills, do USTR — agência do Governo norte-americano que aplica as sobretaxas—, João Santana percebeu grande interesse pela lei de informática e a lei de patentes industriais, ambas tramitando no Congresso Nacional. Há muito interesse deles em saber a profundidade as medidas adotadas pelo Governo, em relação à abertura ao mercado internacional. Quando o ministro brasileiro estimou que a lei de informática poderá ser apreciada pelo Congresso, no segundo semestre, Mosbacher gostou da notícia.

Uma das decisões festejadas pelas autoridades do comércio norte-americano foi a decretação, pelo Governo Collor, do fim do monopólio para equipamentos de telecomunicações. Aliás, na concorrência pública feita pela Telebrás, para a construção da subestação, no Rio de Janeiro (investimento de US$ 10 milhões) a vendedora foi uma empresa norte-americana, que já está pensando em se instalar no Brasil. O ministro João Santana disse que ouviu dos dirigentes da empresa, no Brasil, essa informação. (Da enviada especial/ZH)

01.01 9107622

Nº. DOCUMENTO
TITULO Polícia Militar em debate, unificação e desmilitarização.
P ZERO HORA
FE 18.6.91
VIN 10046
10196
11332

ENTRADO
CRUZ

Em debate, a unificação e desmilitarização das PMs

A unificação e desmilitarização das polícias militares, previstas para a revisão constitucional de 1993, e o Plano Nacional de Segurança Pública, apresentado recentemente pelo Ministério da Justiça. Esses são os temas que os 27 comandantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros brasileiros vão discutir, de amanhã até sexta-feira, no Clube Farrapos, em Porto Alegre. Os mesmos assuntos foram debatidos no IV Congresso Nacional de Subtenentes e Sargentos das PMs, realizado no final da semana passada, em Cidreira.

Ao meio-dia de ontem, os sargentos e subtenentes lançaram a Carta de Cidreira, na sede da Associação dos Sargentos e Subtenentes, no bairro Partenon. Eles defendem a unificação das polícias, com a conseqüente desmilitarização e o fim da subordinação das PMs à Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), pertencente ao Exército. Querem, porém, que a polícia única, com um segmento civil e outro fardado, seja hierarquizada e tenha um regulamento disciplinar voltado à profissão do policial e capaz de coibir transgressões funcionais.

SEGURANÇA — Os sargentos e subtentes acham que é preciso fazer uma grande reformulação nas polícias estaduais para que prestem um melhor serviço de segurança pública. Na Carta de Cidreira, declaram que as polícias civis não gozam de conceito exemplar junto à sociedade, pela precariedade do seu funcionamento na atuação de polícia judiciária. Por isso, apregoam uma polícia hierarquizada, a partir das PMs, que deveriam receber mais recursos, ter um plano de carreira e ficar subordinadas apenas aos governadores.

As posições defendidas na Carta de Cidreira não devem ser ratificadas no encontro do comandantes das PMs. Embora não admita que a reunião dos coronéis vise a fortalecer as polícias militares, o comandante da BM, coronel Antônio Carlos Maciel Rodrigues, adianta que o Rio Grande do Sul será contrário à unificação. "Temos que ver a quem interessa isso", ressaltou Maciel, acrescentando que, hoje, não há um consenso nacional sobre a questão.

PMs do Brasil reunidas no Farrapos

□Encontro inicia hoje e irá até sexta-feira. Comandantes de PMs e dos Corpos de Bombeiros vão discutir a unificação e a desmilitarização

Com a presença do governador Alceu Collares, será aberto, às 9h de hoje, no Clube Farrapos, no Jardim do Salso, o Encontro dos Comandantes de Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros do Brasil. Durante a promoção, que se encerra na sexta-feira, 27 coronéis vão discutir a unificação e a desmilitarização das PMs, o Plano Nacional de Segurança Pública, recentemente apresentado à Nação pelo Ministério da Justiça, e outras questões relacionadas com a revisão constitucional de 1993.

Gerardo Joner/ZH

Comandante: *Coronel Maciel Rodrigues é contra a polícia única*

Após o discurso de Collares, os comandantes das PMs e dos Corpos de Bombeiros vão expor o seu pensamento sobre o temário do encontro. Na quinta-feira, eles serão divididos em grupos de trabalho para analisar as questões propostas. E na sexta-feira, pela manhã, haverá a divulgação do posicionamento das PMs frente à revisão constitucional. Para o encerramento, está previsto um pronunciamento do comandante da Brigada Militar, coronel Antônio Carlos Maciel Rodrigues.

O comandante da BM já antecipou que é contra a proposta de polícia única, que já está sendo discutida no Congresso Nacional. "Temos que ver a quem interessa isso", observou Maciel. Ressaltou, ainda, que hoje não há um consenso nacional sobre o assunto — um dos mais discutidos, atualmente, no âmbito das polícias, sejam militares ou civis.

ENTRADO
CRUZADO

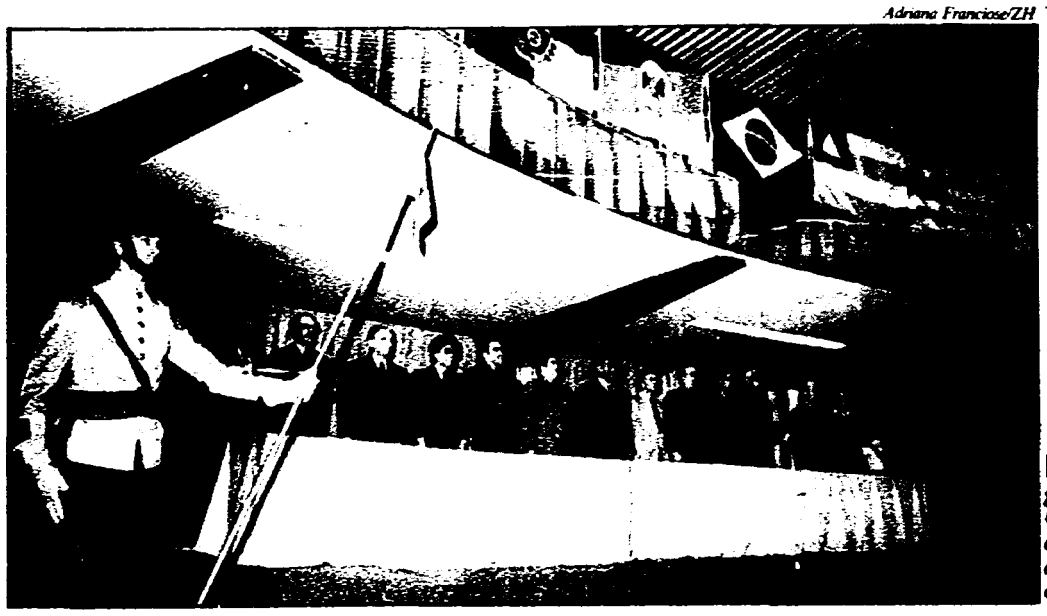
01 . 02 9107623

Comandantes contrários à unificação

□O encontro nacional se estende até amanhã. Os 35 coronéis que participam do encontro também discordam da desmilitarização das PMs.

JOÃO CARLOS RODRIGUES
Editoria de Polícia/ZH

Adriano Franciose/ZH



Primeiro dia: *governador Collares fez o discurso de abertura do encontro*

Os comandantes das PMs brasileiras são contrários à unificação com as polícias civis. Essa foi a posição unânime dos 35 coronéis que participaram, ontem, do primeiro dia do Encontro Nacional de Comandantes das PMs e dos Corpos de Bombeiros, realizado no Clube Farrapos, no Jardim do Salso. Com encerramento previsto para amanhã, a reunião contou com a presença do governador Alceu Collares, que fez o discurso de abertura, no qual alertou os militares para a responsabilidade de elaborar propostas à revisão constitucional, prevista para 1993. Collares observou que a rivalidade entre as PMs e as polícias civis existe e precisa ser debatida civilizadamente.

Além de rechaçar a unificação, os comandantes discordam da desmilitarização das PMs. Eles entendem que as polícias militares, algumas delas com mais de 150 anos de existência, gozam de um bom conceito junto à sociedade por terem disciplina e hierarquia — princípios eminentemente militares. No entanto, defendem uma reavaliação da estrutura das PMs e reivindicam maiores investimentos em recursos materiais para essas corporações. Pretendem, também, fazer com que a comunidade, para a qual desejam abrir os quartéis visando a possibilitar o conhecimento sobre a organização e a atuação das PMs, participe do debate sobre a polícia única desmilitarizada.

REVISÃO — Na hipótese de que a proposta de polícia única seja aprovada pelo Congresso Nacional, durante a revisão de 93, alguns comandantes já têm uma definição sobre a estrutura das futuras instituições policiais estaduais. "Se a sociedade optar pela unificação, essa polícia deve ser militar", declarou o comandante da Brigada Militar, coronel Antônio Carlos Maciel Rodrigues. Assinalou, entretanto, que prefere a manutenção do *status quo*, porque o sistema de segurança pública prevista pela Constituição de 88, com uma polícia ostensiva e outra judiciária, em nível estadual, ainda não foi testado em sua plenitude, devido à falta de lei complementar.

Os coronéis também querem que as PMs continuem ligadas às IGPMs (Inspetorias Gerais das Polícias Militares) do Exército. "Não vejo motivos para não termos relação com as IGPMs, até mesmo porque temos a atribuição da fazer a defesa interna", explicou, referindo-se à condição de força auxiliar e de reserva, conforme dispositivo constitucional, das polícias militares. "As IGPMs devem ser mantidas para que haja controle e fiscalização dos efetivos policiais", acrescentou o coronel Euro Magalhães, comandante da PM de Minas Gerais. "Elas garantem a hierarquia e a disciplina, que dão credibilidade às PMs", completou o comandante da PM do Paraná, Arcanjo Capriotti.

PLANASP — Outra questão discutida pelo coronéis foi o Plano Nacional de Segurança Pública-Planasp apresentado pelo Ministério da Justiça. Os comandantes concordam com a proposta de formação de um banco único de dados com as informações das polícias de todos os estados. "A informatização em nível nacional é boa", disse o subcomandante da PM de São Paulo, Paulo Machado, ressaltanto que é preciso, antes, resolver os problemas sociais da Nação, o que implicará na melhora do serviço de segurança pública. Defende, porém, a exemplo do comandante da PM de Pernambuco, José Lins Falcão, o acesso de todas as polícias a esse bando de dados.

02 . 02

9107623

ORDEN BATALLA
ZERO HORA
20-6-91
10046
11163
13065
5 M

ENTRADO
CRUZ DO

MILITAR

General encerra visita ao Sul

Diretor de Motomecanização do Exército, general de Brigada Elnio Ferreira de Vasconcellos, encerra hoje visita de três dias ao Comando Militar do Sul. O general Vasconcellos visitou inicialmente o comando da 5ª Região Militar, o Parque Regional de Manutenção/5 e a fábrica Volvo, em Curitiba. A programação prosseguiu com visitas aos comandos do CMS e da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, deslocando-se ontem à tarde para Caxias do Sul, onde conheceu a empresa Agrale. Hoje, depois de visitar o 3º Batalhão de Suprimento, em Canoas, e a fábrica Ferramentas Gerais, o Diretor de Motomecanização do Exército retorna à Brasília. O objetivo dessas visitas é conhecer a potencialidade das empresas que trabalham com motomecanização para servirem como eventuais fornecedores do Exército.

01.01 9107624

Nº. DOCUMENTO
TITULO SALARIOS: EXERCITO HACE RECLAMAZION.
PR ZERO HORA
FECH 22-6-91
VINCUL 10046
11163
11328
11456
S

ENTRADO

SALÁRIO: EXÉRCITO FAZ RECLAMAÇÃO

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, defendeu, em editorial publicado no Noticiário do Exército intitulado "Exame de Consciência", mais recursos para as Forças Armadas e melhores salários para os militares. O general Tinoco disse reconhecer que o Brasil passa por uma conjuntura difícil, que está a exigir sacrifícios de toda a sociedade para que possa ser ultrapassada. Mas advertiu que é preciso que os sacrifícios sejam de todos, indistintamente, não devendo haver setores privilegiados, pois isso, além de gerar descontentamentos, dificulta a união de toda a sociedade em torno do objetivo comum, que é o de ultrapassar a fase adversa. (AE)

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

9107625

Ejercito hace nuevo ataque a Colombianos en la frontera.

JB DO BRASIL, 22-6-91

10046
11163
11323
65592

CRUZADO

Exército faz novo ataque a COLOMBIANOS NA FRONTEIRA.

Renaldo Brasiliense

BRASÍLIA — Soldados do Exército brasileiro que montam guarda na região do Rio Traíra, na fronteira do Brasil com a Colômbia, metralharam uma lancha militar com soldados colombianos, há 15 dias. Aos primeiros disparos, os soldados colombianos atiraram-se na água. "Felizmente não houve mortos nem feridos", revelou ontem o deputado federal João Fagundes (PMDB-RR), que integrou uma comitiva de parlamentares, na semana passada, em visita a obras do Projeto Calha Norte a convite do Ministério do Exército. Os soldados colombianos foram resgatados e, ao comprovarem suas identidades, liberados pelo Exército brasileiro.

Em fevereiro, o Rio Traíra foi palco do mais grave conflito fronteiriço dos últimos anos, quando supostos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) mataram três soldados e feriram nove em uma emboscada ao pelotão do Exército que montava guarda no antigo acampamento da mineradora Paranapanema. Tropas de elite do Comando Militar da Amazônia (CMA) mataram, posteriormente, sete supostos guerrilheiros.

"A situação nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e Venezuela é tensa", alerta o deputado João Fagundes. Ele afirma que a prisão de 15 garimpeiros pelo Exército venezuelano, na pista Novo Horizonte, localizada na faixa de fronteira entre os dois países, criou um clima de revolta entre os milhares de garimpeiros de Roraima. Os presos foram levados para Porto Ayacucho, na Venezuela, onde aguardam julgamento.

Acordo — Segundo o deputado João Fagundes, o general Antenor Santa Cruz de Abreu, comandante militar da Amazônia, revelou informalmente aos parlamentares que visitaram as obras do Calha Norte que havia um acordo verbal entre os militares brasileiros e venezuelanos para que todas as prisões efetuadas na região de fronteira fossem relaxadas. "Os venezuelanos presos em território brasileiro seriam entregues ao Exército venezuelano e vice-versa", contou João Fagundes. "Os venezuelanos não respeitaram o acordo", denunciou.

O general Antenor Santa Cruz não quis comentar o novo incidente no Rio Traíra, mas esclareceu que nem ele nem o general Thaumaturgo Sotero Vaz, chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia, solicitaram à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) o veto ao ingresso de novas empresas mineradoras no Rio Traíra. "Não temos nada a ver com isso", sintetizou o general, que também não quis falar sobre a exumação dos corpos do sete supostos guerrilheiros da Farc, mortos pelo Exército brasileiro, solicitada pelo governo colombiano.

partes pouco legíveis

A falta de verões e as fortes chuvas que caem sobre Roraima forçaram a paralisação dos trabalhos de demarcação na fronteira do Brasil com a Venezuela. Parlamentares da Assembléia Legislativa de Roraima entregaram um dossiê à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e ao Ministério das Relações Exteriores no qual solicitam o embargo aos trabalhos de demarcação enquanto os garimpeiros brasileiros não forem libertados. "A prisão dos garimpeiros foi ilícita, já que há dúvidas sobre os marcos de fronteira naquela área", protestou o deputado.

"As Forças Armadas brasileiras não têm recursos para povoar aquela vasta região de fronteira", garantiu João Fagundes, que defende a criação de reservas garimpeiras na faixa de fronteira entre os dois países para garantir a integridade do território nacional.

Tensão na Fronteira

Nadja Sorala

PARTES POUCO LEGÍVEIS

9107626

Gobierno explica prisión de agente secreto

ZERO HORA
27-6-91

10046
11163
11338

ENTRADA
CRUZ

Governo explica prisão de agente secreto no Pará

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência distribuiu, ontem, nota à Imprensa explicando a prisão de um funcionário no Sul do Pará. O agente Edgar Lang Filho, segundo a SAE, estava realizando "in loco" pesquisas sobre possíveis invasões de áreas indígenas por garimpeiros e sobre a situação de violência na região. As pesquisas se destinam a fornecer subsídios ao ministério da Justiça, não são secretas, e o servidor não foi preso pela Polícia do Estado.

DENÚNCIA — A Procuradoria Geral da República anunciou, ontem, o que poderá ser a primeira prisão de um agente secreto da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Segundo denúncia encaminhada à Procuradoria, um cabo da Polícia Militar prendeu em Rio Maria, no Pará, o agente da SAE Edgar Lang Filho, que estava investigando o próprio Governo.

De acordo com o Comitê Pró-Rio Maria, vinculado à Comissão Pastoral da Terra, Lang buscava informações sobre a atuação da Polícia Federal e do Poder Judiciário na região. A denúncia põe em dúvida a afirmação do secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, de que a SAE abandonara a prática da bisbilhotagem, típica do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI).

O padre Henrique des Roziers, que testemunhou a prisão do agente da SAE, foi à Procuradoria Geral da República fazer um relato do fato. Segundo o procurador Eugênio Aragão, Lang será chamado a prestar esclarecimentos sobre suas atividades em Rio Maria. O procurador quer saber por que um agente da SAE estava no interior do Pará realizando um trabalho idêntico ao que caracterizava a atuação do antigo SNI. (Brasília/ZH-AG)

01.02 9107627

J. DO BRASIL.
27-6-91.

Agente do SNI continua em ação

Secretaria manda ao Sul do Pará suspeito no Caso Baumgarten

BRASÍLIA — O agente Edgar Lange Filho, surpreendido pela polícia em Rio Maria, no Sul do Pará, onde atuava a mando da Secretaria de Assuntos Estretégicos (SAE), é um velho conhecido dos policiais que investigaram o assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten: funcionário do antigo SNI, Lange mantinha ligações com o general Newton Cruz, ao lado de quem foi fotografado num comício do PDS em Nova Iguaçu (RJ), em 1982, o que serviu para que acabasse acusado de ser um dos prováveis participantes do assassinato de Baumgarten. Segundo nota da Presidência da República, o agente estava no Pará fazendo "pesquisas sobre possíveis invasões de área indígenas por garimpeiros e sobre a situação da violência na região".

O secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, afirmou ontem desconhecer o passado de Lange. "Apesar", declarou, "de termos renovado em 60% os quadros originários do ex-SNI, ainda temos muitos funcionários vindos do órgão. O fato de ele ser um ex-funcionário do ex-SNI, entretanto, não o condena. Não podemos ser preconceituosos. Até que provem em contrário, ele é um servidor sem condenação judicial."

As ligações de Lange Filho com o caso Baumgarten foram reveladas pela revista *Veja*, na edição de 5 de junho de 1985, quando o agente cursava o quinto ano de Direito na Universidade de Brasília (UnB). Logo depois da publicação da foto feita no comício, militares apontaram Lange como envolvido no assassinato. Newton Cruz chegou a alegar que não o conhecia, mas o próprio Lange tratou de desmentir essa afirmação à revista: "Eu estava lá em operação de informações", disse. "Não posso dizer mais nada. Se quiser saber mais, procure o gabinete do ministro do SNI. Só conheço o caso Baumgarten pela imprensa."

Esta semana, quando a presença de Lange em Rio Maria chegou ao conhecimento das autoridades de Brasília, no primeiro momento o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leone, disse que o agente estava em Rio Maria a serviço da comissão que investiga a violência no campo e que é comandada pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Passarinho comentou que, ao contrário da informação que circulara, o Ministério da Justiça não mantém convênios com a SAE, mas apenas "uma colaboração normal entre dois órgãos do governo", e que, ao tomar conhecimento do fato, telefonara a Leone, que lhe confirmara estar o agente de fato a serviço da SAE. E a Presidência divulgou nota oficial da SAE, negando que Lange tenha sido preso, e explicando sua missão na área.

02.02

9107627

Ejército reconoce que Luiz C. Prestes fue un estratega militar

J DO BRASIL. 29-6-91

10046
11163
11328

ENTRADO
CRUZ DO

Prestes e o Exército

"O Exército está se refinando ao reconhecer que meu pai foi um dos maiores estrategistas militares do Brasil". Com estas palavras, Luiz Carlos Prestes Filho defendeu ontem a portaria do Ministério do Exército que anistiou e promoveu a coronel o líder comunista Luiz Carlos Prestes, seu pai. A promoção tem efeito retroativo a 15 de abril de 1943. Ao contrário de seu irmã mais velho, Anita Prestes, que considera a portaria um "desrespeito à memória do pai", Luiz Carlos Prestes Filho elogia a atitude do Exército. "Com a anistia, eles estão assumindo a própria incompetência, ao expulsar e perseguir um estrategista que conseguiu derrotar todos os generais através da movimentação da Coluna Prestes, de 1924 a 1927, que nunca perdeu uma batalha", diz Prestes Filho. "Compartilho do mesmo espírito de minha mãe, Maria Ribeiro, e de meus oito irmãos, que aplaudem a portaria que anistiou meu pai", conta Prestes Filho. "Os militares estão reconhecendo que meu pai deveria ser considerado o Patrono do Exército", acrescenta.

01 . 01

9107628

Unificação da Polícia, sem consenso

ZERO HORA

30-6-91

10046
11163
11338

ENT-
CRUZ

Polícia única civil. Sem consenso

☐Enquanto tramita no Congresso Nacional emenda constitucional propondo autonomia às policiais estaduais, as opiniões se dividem

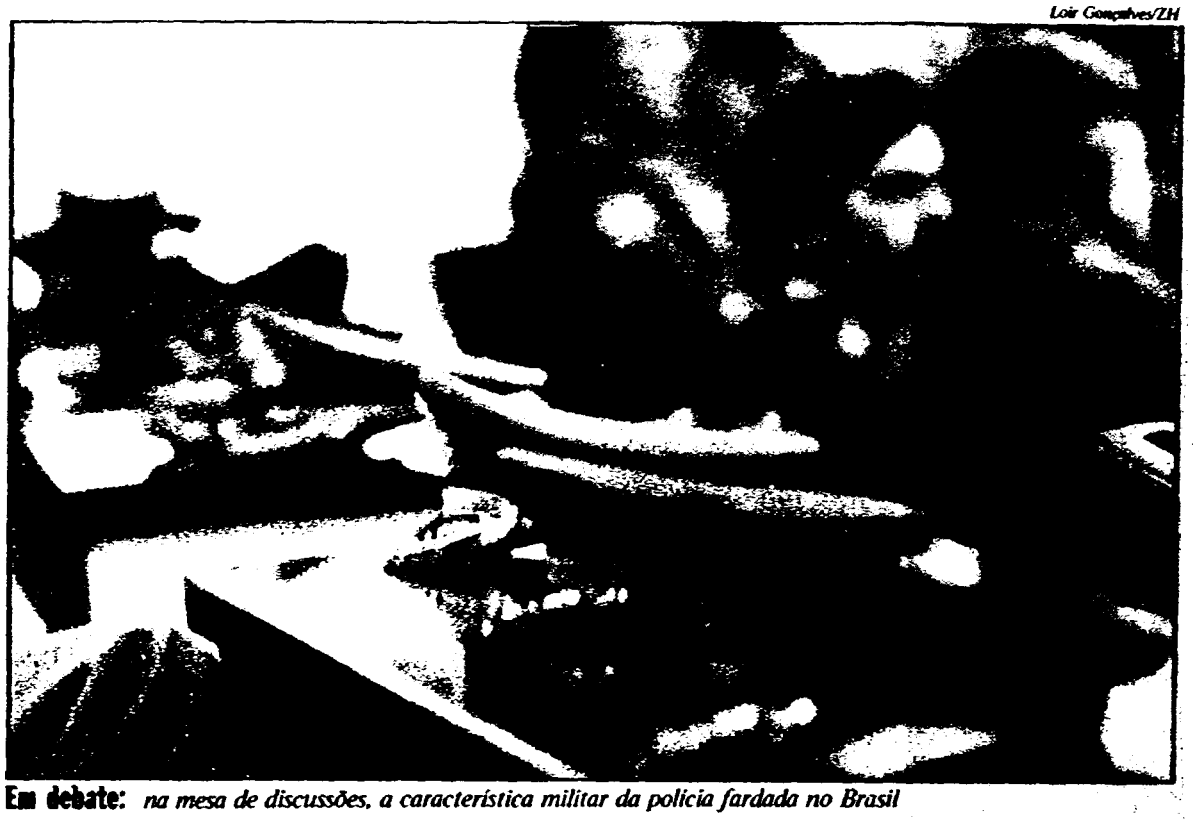
JOÃO CARLOS RODRIGUES
Editoria de Polícia/ZH

A unificação das policiais estaduais, desmilitarizadas, sem vínculos com o Exército e com um segmento uniformizado e outro à paisana, pode estar próxima de ser alcançada. Afinal, já está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal proposta de emenda constitucional, de autoria dos deputados Raul Pont (PT/RS) e Hélio Bicudo (PT/SP), que dá autonomia aos estados para organizar as suas policias. O projeto dos dois parlamentares tem provocado amplo debate sobre a questão. Tanto que em menos de um ano já foram realizados três encontros nacionais — um de policiais civis e dois de PMs —, no Rio Grande do Sul, para discutir o assunto.

Nos três encontros de policiais ficou claro que não há consenso sobre a questão. No ano passado, os policiais civis, reunidos em Santa Maria, defenderam a policia única civil, argumentando ela é necessária para melhorar a qualidade da prestação do serviço de segurança pública. Há duas semanas, os sargentes e subtentes PMs brasileiros realizaram um congresso em Cidreira, onde concluíram que a sociedade precisa de uma policia unificada, porém hierarquizada e disciplinada. Posição diferente têm os comandantes das PMs, que promoveram um encontro de 19 a 21 deste mês, em Porto Alegre. Eles querem a manutenção das PMs e das policias civis.

STATUS QUO — Os comandantes das policias militares brasileiras justificam a manutenção do *status quo* alegando que o atual sistema de segurança pública, instituido através da Constituição de 88, ainda não foi testado. O texto constitucional, argumentam, define de modo claro as atribuições dos órgãos envolvidos na segurança pública. No entanto, essas instituições têm encontrado dificuldades para executá-las devido à inobservância da lei, o que se reflete sobre a sociedade. Por isso, os coronéis reivindicam a regulamentação, através de lei complementar, do parágrafo sétimo do Artigo 144 da Constituição, para disciplinar o funcionamento das policias.

Loir Gonçalves/ZH



Em debate: *na mesa de discussões, a característica militar da policia fardada no Brasil*

Paulo Franken/ZH

Arquivo/ZH

Na rua: *uma policia fardada e outra à paisana no combate ao crime*

Os coronéis fizeram essa sugestão por entender que as policias militares e civis atuam, às vezes, uma na faixa da outra. "É preciso esclarecer a opinião pública que compete às policias civis o trabalho judiciário e a apuração das infrações penais, enquanto que as PMs têm a tarefa de fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública", diz o documento dos comandantes. Eles propõem, ainda, a criação dos Juizados Especiais para o julgamento de delitos de menor potencial ofensivo. Essa proposta tem como grande defensor o desembargador paulista e tenente PM da reserva Álvaro Lazzarini, que também é a favor do fim do inquérito policial.

POLÍCIA ÚNICA — O deputado federal Wilson Müller Rodrigues (PDT/RS) discorda da posição dos comandantes das PMS. "Quando mais atrasado um país é, maior é a força das policias militares", assinala. Contudo, observa Müller, as principais policias do mundo são civis, com um segmento uniformizado, responsável pelo policiamento ostensivo, e outro à paisana, que faz o serviço judiciário, assessorado por órgãos técnicos que realizam pericias e elaboram laudos. "O avanço da sociedade brasileira exige uma policia única civil", acrescenta. O parlamentar também defende a desvinculação das PMs do Exército, algo que os coronéis são contrários:

— As Forças Armadas têm, hoje, atribuições constitucionais tão importantes, referentes à soberania nacional, como a questão da Amazônia, que não devem se importar com a atividade policial, tarefa eminentemente civil. Portanto, não há motivo para as PMs continuarem subordinada ao Exército. Até mesmo porque a prestação do serviço de segurança pública é uma atividade voltada exclusivamente à garantia do cidadão, que nada tem a ver com segurança nacional.

O parlamentar salienta, ainda, que os estados têm dificuldades para manter as PMs. "A exaustão da máquina estatal torna difícil a manutenção de complexos administrativos pesados como os das PMs, que empregam grande parte do efetivo na sua própria estrutura interna. A legislação federal, embora a Brigada Militar sirva de exemplo ao País, não pode ter uma visão apenas do Rio Grande do Sul. A sociedade exige mais agilidade dos órgãos públicos. E a tropa, treinada para enfrentar o inimigo e não para tratar com o cidadão, não quer mais ser uma espécie de empregada dos quartéis. Deseja, isto sim, ser policial a serviço da sociedade", comenta Müller.

01 . 02 9107629

Os deputados petistas Raul Pont (RS) e Hélio Bicudo (SP) querem unificar as policiais civil e militar no Estado e desmilitarizar a Brigada Militar. Uma proposta de emenda constitucional está sendo apresentada na Câmara, com a intenção de conferir maior competência às instituições policiais do Estado.

Os autores da proposta argumentam que, com a militarização das polícias estaduais, durante o regime militar que começou em 1964, significativa parcela do efetivo ficou distribuída em atividades do comando e administrativas. Com a unificação, num segundo momento, a polícia se tornaria regionalizada. "Aproximando-se mais daqueles para os quais existe: o povo", defendem.

Conforme um dispositivo constitucional, as polícias militares são subordinadas ao Exército, através da Inspetoria Geral de PMs. O dispositivo veda alterações de efetivo e de armamentos das PMs, sem a consulta prévia ao Exército. "Até agora, esta idéia tem sido rejeitada pelos comandantes de PMs e bem aceita por soldados, cabos e sargentos", disse Raul Pont.

Para introduzir na sociedade um novo conceito de segurança, os deputados também propõem a independência da Polícia Federal do Ministério da Justiça. Eles alegam que há crimes de competência da PF que não podem ser atendidos, porque os policiais acabam extrapolando as suas atribuições. Ao tornar a PF independente, eles esperam nortear as tarefas do órgão. (Ivone Belém-Brasília/ZH)

02 . 02

91 07 29

Nº. DOCUMENTO
TITULO BRASIL LUCHA POR ALTA TECNOLOGIA
ZN 150028
10-6-91
10046
11166
ENTRADA
LOCZ

Brasil luta pela alta tecnologia

□ Em sua próxima viagem aos Estados Unidos, no dia 18, o presidente Collor tem por objetivo a transferência de alta tecnologia ao País

A transferência de alta tecnologia ao Brasil deve ser um dos principais resultados da viagem do presidente Fernando Collor aos Estados Unidos, a partir do próximo dia 18. A expectativa foi manifestada, ontem, por um alto funcionário do Governo brasileiro, que participa das negociações para a solução de contenciosos bilaterais existentes até a posse do atual Governo.

O terreno foi aparado, houve grandes avanços no entendimento com os EUA e certamente haverá grandes desdobramentos da visita do presidente a Washington, na avaliação do funcionário. Um dos principais argumentos para sustentar a expectativa brasileira em relação à alta tecnologia é o conjunto de medidas que o Brasil tem tomado desde a posse do atual Governo.

TRANSFERÊNCIA — Exemplo mais recente foi a criação de uma comissão intergovernamental para cuidar especialmente da questão de transferência de alta tecnologia. O Brasil quer dar todas as garantias aos EUA e a outros parceiros detentores de alta tecnologia de que ela será usada somente para fins pacíficos e com regras claras para a transferência a terceiros países.

A comissão já está entrando em contato com entidades como o Cocom — organismo sediado em Londres para supervisionar a transferência de tecnologia sensível que possa ter utilização militar, e com o MCTR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis) sediado em Washington. O objetivo não é de adesão, mas a obtenção de informações sobre o funcionamento desses organismos, de modo a possibilitar ao Brasil contornar as exigências impostas para a capacitação tecnológica do País.

SUSPEITAS — Além da comissão, o Brasil tem adotado outras medidas para dirimir suspeitas antes existentes, conforme afirmou um credenciado diplomata brasileiro. É o caso dos acordos de salvaguardas nucleares assinados com a Argentina e a garantia de que os programas dos dois países, nesta área, têm objetivos exclusivamente pacíficos. O Governo também mandou ao Congresso projetos que reformulam a política de propriedade intelectual e a lei de informática, e eliminou restrições à entrada de produtos estrangeiros, entre outras coisas.

O resultado é que os EUA já suspenderam as sanções contra exportações brasileiras de papel e celulose, suspenderam a ameaça de aplicar sanções comerciais por causa da lei de informática brasileira e ainda autorizaram a venda de um supercomputador ao Brasil. Todos esses assuntos farão parte da agenda do presidente Fernando Collor com o presidente George Bush, com quem se encontrará pela quarta vez. As mudanças no País, inclusive na área econômica, com medidas para atrair o capital estrangeiro, serão abordadas pelo presidente brasileiro em contatos que vai manter com empresários, senadores e deputados norte-americanos, e também nos cinco discursos que deverá fazer na capital norte-americana.

AFP/ZH

Bush: *recepcionando Collor dia 18*

CONVITE — Outro assunto previsto é a política brasileira para o meio ambiente. Collor, aliás, a exemplo do que fez semana passada com o presidente soviético Mikhail Gorbachev, vai convidar também o presidente Bush a vir ao País em junho de 92, para a 2ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (ABR)

9107631

Nº. DOCU
TITU Brasil cuenta con 120 robots en las industrias
P J. DO BRASIL
FECHA 14-6-91
VINCULACI 10046
11166

ENTRADO
CRUZ DO

nas indústrias

São Paulo — J.C. Brasil

Brasil já conta com 120 robôs

Stela Lachtermacher

SÃO PAULO — Quando se pensa em robôs, a imagem que vem à mente é a de figuras semi-humanas, com pernas, braços, cabeça, e dotadas de poderes infinitos, entre eles a capacidade de raciocínio. Totalmente diferentes destas imagens construídas em filmes como *Perdidos no espaço*, os robôs existentes são, na realidade, braços mecânicos cujos movimentos são programados através de computadores. Mas mesmo sem o charme de seus parentes de ficção, os robôs industriais são ferramentas sofisticadas, destinadas a ocupar crescente espaço nas fábricas.

No Brasil há cerca de 120 robôs instalados, todos com tecnologia estrangeira. Até as mudanças recentes na Lei da Reserva de Mercado, a parte eletrônica dos robôs era, obrigatoriamente, feita no país. Hoje, os robôs podem ser importados livremente.

O maior usuário no país é a indústria automobilística. Nas linhas de montagem estão 90% dos robôs em funcionamento por aqui. Os outros 10% estão em indústrias diretamente ligadas ao setor, como fabricantes de autopeças, a exemplo da Jacto e da Brasprensas, da Plásticos Heller, que faz painéis de carros, e a Caterpillar, fabricante de tratores. Fora deste setor apenas a Philips figura como usuária.

Padronização — O número de robôs em linhas de produção no Brasil ainda é incipiente se comparado ao de países como o Japão, onde eles chegam quase a 180 mil. Na opinião do vice-presidente da Sobracon — Sociedade Brasileira de Comando Numérico e Automatização Industrial, Roberto Camanho, a robótica deve ter um desenvolvimento maior no país dentro de uns 10 anos. Segundo Camanho, que dirige uma empresa especializada em automação da manufatura, antes da implantação de robôs as empresas terão que viver um ciclo de mudanças estruturais e adaptações, para se preparar para receber estas novas tecnologias.

Robôs no mundo
(1988)

País	Quantidade
Japão	176.000
EUA	36.000
Alemanha Ocidental	17.700
Itália	8.200
França	8.000
Inglaterra	5.000
Suécia	3.000
Espanha	1.400
Bélgica	1.300
Austrália	1.200
China	600
Holanda	600
Suíça	600
Finlândia	500
Noruega	500
Áustria	500
Singapura	400
Dinamarca	300
Brasil	**120**

Para Roberto Camanho, o robô em si é um meio e não um fim. Isto porque ele não trabalha sozinho, devendo sempre estar ligado a outras máquinas, como equipamentos de solda ou de pintura, por exemplo. "O investimento maior não é no robô, mas no sistema completo de automação onde ele é um dos componentes", afirma. O preço de um robô no mercado internacional é estimado hoje em US$ 250 mil. Camanho aponta três pontos básicos que ainda impedem o maior uso de robôs no país: a falta de economia de escala, que viabilizaria o investimento; as dificuldades em termos de homogeneização na qualidade do produto para se aplicar a robotização; e a questão principal, que é a falta de cultura.

Vendas — Na opinião de Adriano Piraino, do Departamento de Marketing da D.F. Vasconcelos, que fabrica robôs com tecnologia da sueca Asea Brown Boveri, as recentes mudanças na legislação, como a retirada dos robôs da lista de produtos sob reserva de mercado e o Plano de Competitividade Industrial, poderão provocar um reaquecimento nas vendas ainda este ano. A DF não registrou nenhuma venda desde janeiro. Entre as vantagens que o uso de robôs propicia, Piraino destaca a qualidade, já que uma vez programado, o equipamento fará sempre exatamente a mesma coisa, na mesma posição e com o mesmo padrão de qualidade. Outro ponto levantado por ele é o fato do robô tirar o ser humano de ambientes insalubres. Este é o caso da Philips, onde o robô utilizado na fabricação de cinescópios fica num posto de trabalho em frente à fornos onde as temperaturas são extremamente altas.

A compra de um robô é um processo que leva em média seis meses. Tem início com a solicitação por parte do cliente. A partir daí é feito um estudo para se verificar quanto tempo o robô levaria para executar a tarefa solicitada, além do levantamento das saídas que as máquinas deverão ter para passar as informações para o robô cumprir sua função. A etapa seguinte é a escolha do modelo.

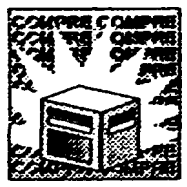
ENTRADO
CRUZ DO

9107632

Nº DOCUMENTO
TITULO IKRO ACTUARA EN BIOTECNOLOGIA.
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 15-6-91
VINCULACIONES 10046
11166

ENTRADO
CRUZADO

Ikro atuará em biotecnologia



□Empresa operava com desenvolvimento tecnológico nas áreas de eletrônica e de autopeças. Com investimento que somou US$ 250 mil lançará químicos de origem biológica, próprios para a área de saúde

GLADIS BERLATO
Editoria de Economia/ZH

A IKRO S.A., voltada ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de eletrônica e de autopeças, passa a atuar na biotecnologia. A empresa lança no próximo mês, sua primeira linha de produtos básicos, fruto do desenvolvimento conjunto com a equipe do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os reagentes para imuno-diagnósticos exigiram investimentos de US$ 250 mil nos últimos cinco anos. A previsão é que este novo ramo respondam por uma receita da ordem de US$ 100 mil nos próximos 12 meses.

O diretor responsável pela área de biotecnologia da IKRO, Hélio Marodin, explica que a empresa conseguiu entrar no seleto clube. Não são mais de 20 empresas que dividem um mercado potencial de US$ 650 milhões. No mundo todo, este valor chega aos US$ 60 bilhões.

A primeira linha de produtos básicos é constituída de químicos de origem biológica, obtidos da estimulação do sistema imunológico natural de animais (camundongos, carneiros e coelhos), e de seres humanos. Os produtos, em forma de soros e imunoglobinas, foram testados por laboratórios e hospitais — daPontifícia Universidade Católica (PUC) e Hospital de Clínicas — e já estão disponíveis à comercialização para estas mesmas instituições e para centros de pesquisa.

IMPORTAÇÕES — O diretor Fernando Krolikowski adianta que o ingresso da IKRO neste ramo é estratégico para o próprio País porque um dos objetivos é atender o mercado nacional, substituindo as importações, cujo abastecimento é altamente irregular. Ele explica que, também, o alto preço dos importados restringe o seu uso, pois chega ao Brasil seis vezes mais caro que o preço internacional. A meta de substituir os produtos importados se viabiliza, garante ele, pela existência em abundância da principal matéria-prima que é a microbiologia animal e humana, totalmente disponível.

Krolikowski e Marodin adiantam que esta primeira linha básica de produtos servirá de alavanca para novos produtos, em intervalos pequenos de tempo que poderão ser de seis meses. Com o conhecimento adquirido, a IKRO parte para produtos mais sofisticados como os anticorpos monoclonais, outro imunorreagente com maior grau de revelação, capaz de detalhar o tipo de leucemia que o paciente tem, e não só, que ele é portador da doença. A empresa também trabalha no desenvolvimento de um *kit* diagnóstico da Doença de Chagas (o Rio Grande do Sul é o segundo maior Estado em contaminação) e na encefalina.

01.01

9107633

DOCUMENTO
TITULO 1er SATELITE BRASILEÑO ESTA LISTO PARA ENTRAR EN ORBITA
PROCEDENCIA EL PAIS 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 17-6-91
VINCULACIONES 10046
11166

ENTRADO
CRUZ-DO

Listo Para Colocar en Orbita el Primer Satélite Brasileño

RIO DE JANEIRO, 30 jun. (EFE).— El primer satélite brasileño está listo en el Instituto Nacional de Investigaciones Espaciales (INPE), y sólo se espera la decisión presidencial para ser colocado en órbita, se informó hoy, domingo.

El Satélite de Colecta de Datos (SCD1) se desarrolló a partir de 1981 cuando fue creada la Misión Espacial Completa Brasileña (MECB), con una previsión de gastos de mil millones de dólares, y podrá ser colocado en órbita a corto plazo por empresas de Estados Unidos, Unión Soviética o China.

A través de la MCEB se inició el programa espacial brasileño, destinado a incentivar la tecnología espacial y contruir un lanzador de satélites, así como dos tipos de satélites experimentales para la órbita terrestre baja, y colocar en órbita otros cuatro hasta 1993.

Por la falta de recursos la MCEB tuvo que disminuir su ritmo de producción en varias ocasiones, lo que afectó a la conclusión del SCD1 y, sobre todo, del Vehículo Lanzador de Satélites (VLS), el cual deberá estar listo en 1994 o 1995.

El VLS tendrá 19 metros de altura, pesará 50 toneladas y será de un costo aproximado de 830 millones de dólares.

Junto a la falta de recursos afectaron al proyecto las dificultades puestas por los países industrializados para exportar a Brasil material que pueda ser incorporado al VLS, como sensores inerciales y materiales para alta temperatura.

Los países industrializados temen que si Brasil recibe esos materiales, podrá construir misiles del proyecto del VLS, quien recordó que sólo se recibió el 25 por ciento de los recursos solicitados al Gobierno.

De los 270 millones de dólares que el INPE debería recibir, sólo 125 millones han sido liberados por el Gobierno, aunque esa cantidad permitió, con dos años de atraso, la construcción del SCD1 y el SCD2, este último aún en fase de montaje.

La tarea de estos satélites experimentales será recoger datos ambientales enviados desde 500 estaciones terrestres a todo Brasil, los cuales serán trasmitidos a una estación receptora que procesará las informaciones.

El SCD1 y SCD2 son satélites de prisma octogonal con 70 centímetros de altura y un metro de diámetro en la base, con peso de 115 kilogramos cada uno, y operarán a un altitud de 750 kilómetros con 25 grados de inclinación en relación al ecuador.

Además de estos primeros satélites, el INPE iniciará próximamente la construcción de otros dos idénticos entre sí, los Satélites de Sensor Remoto uno y dos (SSR1 y SSR2), los cuales podrán fotografiar regiones terrestres de hasta 732 kilómetros de extensión con cámaras con dispositivo de carga acoplado (CCD).

El SSR1 y SSR2 deberán estar listos en 1995, para lo cual el INPE ya ha firmado contratos con tres empresas brasileñas para la construcción de algunos componentes electrónicos, las cámaras CCD, y decodificadores, por un valor de 13 millones de dólares.

Nº DOCUMENTO
TITULO SOVIÉTICOS OFRECEN TECNOLOGÍA PARA IMPLANTACION DEL MERCOSUR
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 19-6-91
VINCULACIONES 10046
11166
10175

ENTRADA
CRUZ DO

Soviéticos oferecem tecnologia para implantação do Mercosul

A União Soviética está interessada em participar da integração do Mercosul, através da sua tradicional tecnologia de implantação de ferrovias. A informação é de Alexandre Dmitrenko, adido comercial, que ontem esteve na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) acompanhando o cônsul geral soviético, Yuri Tchiguintsev, que iniciou, pelo Extremo Sul do Brasil, uma série de visitas a todas as capitais brasileiras. Com isso, ele tenta a integração não apenas comercial, mas também cultural.

Na visita que a delegação fez ao governador do Estado, os soviéticos mostraram interesse em cooperar na exploração do carvão gaúcho, além de ofertar a sua tecnologia para a construção de ferrovias.

Embora tenha interesse em entrar com tecnologia ou ofertar produtos de alguns setores no mercado brasileiro, a delegação soviética, integrada também pelo consul Alexandre Jébit, do Rio de Janeiro, não está apenas tentando encontrar compradores ou vendedores.

NEGÓCIOS — Uma indústria soviética, especializada em equipamentos para Medicina, procura uma empresa brasileira interessada em fazer a montagem e comercialização do produto no País. Em contrapartida, está aceitando couro ou tecidos, pois pretende diversificar seus negócios entrando no ramo de confecção e calçados. Outra empresa, especializada em instrumentos musicais, também procura parceiro para troca de experiências. Uma empresa gaúcha, que por enquanto quer ficar no anonimato, já se candidatou.

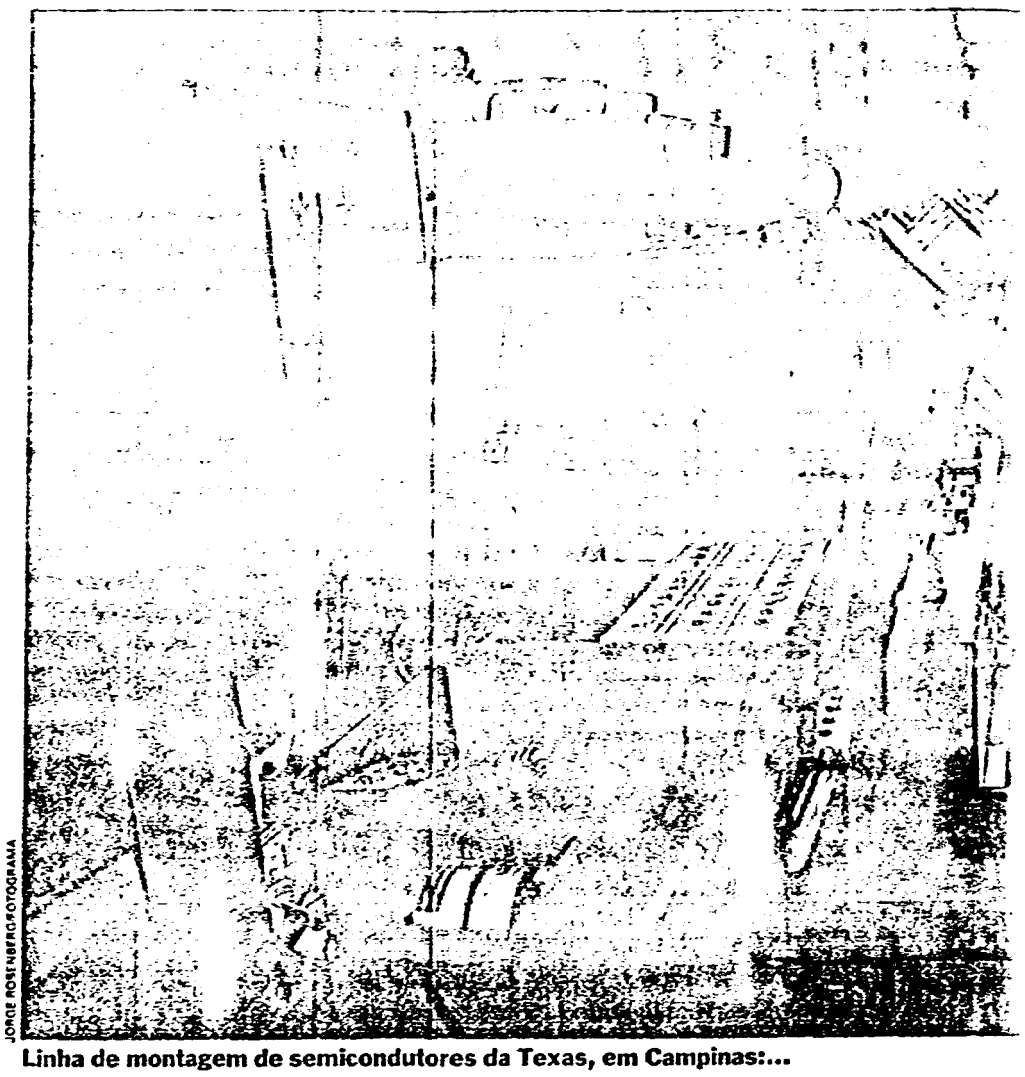
01.01 9107636

Nocaute tecnológico

Durante dezesseis anos a reserva de mercado produziu computadores ultrapassados, mas agora o Congresso pode acabar com essa deformação

Quando o governo decidiu há dezesseis anos que iria reservar o mercado brasileiro de computadores para as empresas nacionais, barrando a instalação no país de companhias estrangeiras, imaginava-se que o Brasil se tornaria uma nação autônoma nesse campo, talvez uma potência mundial da informática. Era um sonho e seu principal defeito é que ainda não acabou. No Congresso, discutia-se na semana passada a possibilidade de ampliar a reserva para dentro do próximo milênio, através de artifícios que apenas lhe mudam o nome. A briga é feia e reúne facções curiosas — os parlamentares soft, que pregam a abertura da informática brasileira ao resto do mundo, e os parlamentares roxos, que defendem privilégios para a indústria nacional e privações para as estrangeiras. As discussões deverão se prolongar até o final do mês, quando na Câmara deverá ser votada a nova Lei de Informática. Detalhe: nessa batalha, o Planalto não joga no time roxo.

Na bolha de isolamento tecnológico em que foi mantido pela reserva de mercado, o Brasil tornou-se a maior carroça tecnológica entre os países de industrialização recente. Metade dos 800 000 computadores instalados no país são modelos obsoletos que já saíram de linha em centros mais adiantados e a indústria brasileira não consegue exportar seus computadores nem para a África. Na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, há 200 000 computadores a mais do que no Brasil inteiro e todo o faturamento da indústria nacional, 7 bilhões de dólares, representa o que a americana IBM gasta só em pesquisa. "A informática brasileira é pior do que o país em que ela foi gerada", diz William Cline, consultor em computadores da Economics International, um escritório de Washington.



JORGE ROSENBERG/FOTOGRAMA

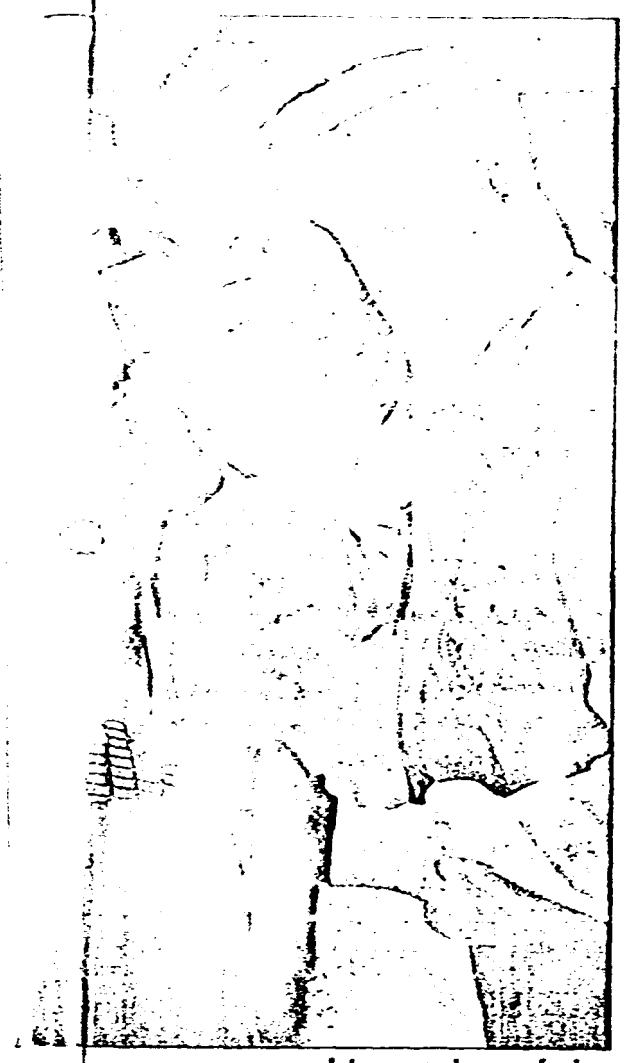
Linha de montagem de semicondutores da Texas, em Campinas:...

Fora do Mapa — Se o problema atingisse apenas as indústrias de computadores, as perdas teriam sido relativamente suaves. O que acontece porém, num mundo cada vez mais dependente da informática, é que o veneno da carência se infiltra em cada poro da vida nacional. Hoje, só uma em cada dez grandes empresas brasileiras apresenta padrão internacional de competitividade e apenas quatro em cada cem hospitais estão equipados com computadores no atendimento aos pacientes, enquanto o mundo civilizado já instalou a informática em praticamente todos os hospitais. Nas escolas, com um índice de 0,5% das salas de aula equipadas com micros, a situação beira o vexame, da mesma forma que não se vê a presença ágil da eletrônica nas caixas registradoras dos supermercados, nas partes vitais dos automóveis, na avaliação de amostras nos laboratórios científicos.

"O isolamento tecnológico foi fatal para a economia brasileira", diz o deputado Roberto Campos, do PDS do Rio, que tem feito do combate à reserva de mercado uma de suas bandeiras políticas. "Se prolongarmos esse isolamento ainda mais", diz Campos, "corremos o risco de ser riscados do mapa".

Nº DOCUMENTO 91 07637
TITULO RESERVA DE MERCADO EN LA PRODUCCION COMPUTADORES
PROCEDENCIA V. 150040
FECHA DE PROCEDENCIA 19-6-91
VINCULACIONES 10046
1116 6
ENTRADA
01 06
91 07637

[illegible] — Para tirar o país da lenha, o governo mandou para o Congresso um texto legal que simplesmente punha um ponto final na reserva de mercado, lançando as indústrias nacionais de computadores na [illegible] da competição internacional. Em [illegible] a esse projeto, o PMDB apresentou um texto que mantinha a reserva, [illegible] sem esta denominação, despejando incentivos em cascata sobre a indústria nacional e exigindo das estrangeiras aqui instaladas que exportassem 50% de sua produção e investissem 8% do faturamento em pesquisa. Ambas as exigências são des-



...data marcada para fechar

cabeladas. No embate, surgiu uma terceira posição que não declara extinta a reserva de mercado em nenhum de seus artigos, jorra incentivos tributários sobre as companhias nacionais e está numa posição intermediária entre o escancaramento do mercado e o projeto xiita do PMDB, de autoria do deputado catarinense Luiz Henrique.

"Esse projeto não acaba claramente com a reserva, exige que as associações com empresas estrangeiras sejam aprovadas por burocratas de Brasília e o futuro da informatização do país continue sendo direcionado pelo Estado", diz o advogado paulista Georges Charles Fischer, o maior especialista brasileiro em causas relacionadas à indústria de computadores. Enquanto os deputados faziam discursos em Brasília, na semana passada, a empresa americana Texas Instruments anunciava sua intenção de desativar uma fábrica de componentes eletrônicos em Campinas, no interior de São Paulo. A Texas é uma das dez maiores empresas do ramo em todo o mundo, mas no Brasil foi obrigada pela legislação a restringir sua produção de tal forma que o

O reflexo do atraso

Quase duas décadas de proteção à indústria brasileira de computadores tiveram pouco resultado na informatização do país. Abaixo, uma comparação que mostra como o Brasil está atrasado em relação aos países do Primeiro Mundo

	BRASIL	JAPÃO	ALEMANHA**	FRANÇA	EUA
Automação na indústria automobilística*	[illegible]	38%	30%	30%	31%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Salas de aula (1º e 2º graus) com computadores [illegible] ensino	[illegible]	[illegible]	100%	[illegible]	98%

* Medida pela p[illegible]ntagem de movimentos no processo produtivo feitos com auxílio da automação — robôs ou o[illegible]s equipamentos automáticos ** Dados relativos a 1990. Alemanha Ocidental

Fontes: S[illegible]su Massachusetts Institute of Technology/ Bureau of the Census. Federação das Indústrias da Alemanha. Club Informatique de France. Ministério da Indústria e Tecnologia do Japão

negócio tornou-se inviável. "A política brasileira de informática impediu a modernização e o crescimento da Texas no Brasil. Nossos produtos ficaram mais caros e defasados tecnologicamente em relação aos importados", diz Luís Corvini, diretor da empresa, que demitirá 200 de seus 500 funcionários.

O centro do problema é um só: excesso de controle do governo sobre os produtos estrangeiros, para que eles não concorram com os equipamentos nacionais. Em 1986, a Texas foi impedida pelo governo brasileiro de dobrar sua produção em Campinas e no ano seguinte de lançar uma linha mais moderna de componentes. Motivo? Bem, é que havia uma empresa brasileira disposta a produzir o mesmo tipo de equipamento — e, claro, era preciso impedir a concorrência da multinacional, do contrário a brasileira sucumbiria. A brasileira, uma companhia chamada Transit, nunca decolou, mesmo com toda a proteção que lhe forneceu o governo — e os americanos da Texas decidiram abrir uma fábrica na Argentina. "Vamos continuar presentes no Brasil, mas produzindo apenas relés e termostatos", diz Corvini. Relés e termostatos são produtos tecnologicamente obsoletos fabricados pela indústria de eletricidade há quase um século.

SEGURANÇA NACIONAL — Qualquer país do mundo — incluindo-se aí a União Soviética, que depois de quase um século de isolamento planeja uma radical abertura econômica — quer manter em seu território a todo custo indústrias de alta tecnologia, seja qual for o passaporte de seus acionistas majoritários. O Brasil as expulsou ao longo dos últimos dez anos. A saga da Texas é apenas uma de muitas histórias em que se descobre um outro memorável feito da política tecnológica brasileira — o de ter conseguido causar tanto dano sem provocar uma gritaria. Ao contrário, afugentar fábricas parecia dentro da ordem natural das coisas. A NCR viu-se desestimulada a modernizar sua linha de caixas registradoras. Sua filial brasileira é a única que ainda fabrica o modelo eletromecânico, sem os modernos componentes de computadores. A Hewlett Packard foi convidada pelo governo a empacotar seus planos de produzir pequenos computadores científicos no país e foi montar sua fábrica no México. A Motorola recebeu uma intimação por ofício para desativar suas atividades de industrialização de componentes semicondutores — e, num caso mais antigo, de 1976, a IBM foi proibida de fabricar no Brasil o modelo 32 de seu computador que acabou sendo produzido no Japão com o nome de IBM 36 e tornou-se um sucesso mundial de vendas da empresa. Nesses casos todos, o Brasil mandou embora fábricas que queriam ficar aqui, numa reação quase inexplicável à luz do bom senso.

Seria injusto dizer que não havia uma boa justificativa para a reserva de mercado.

02 9107637

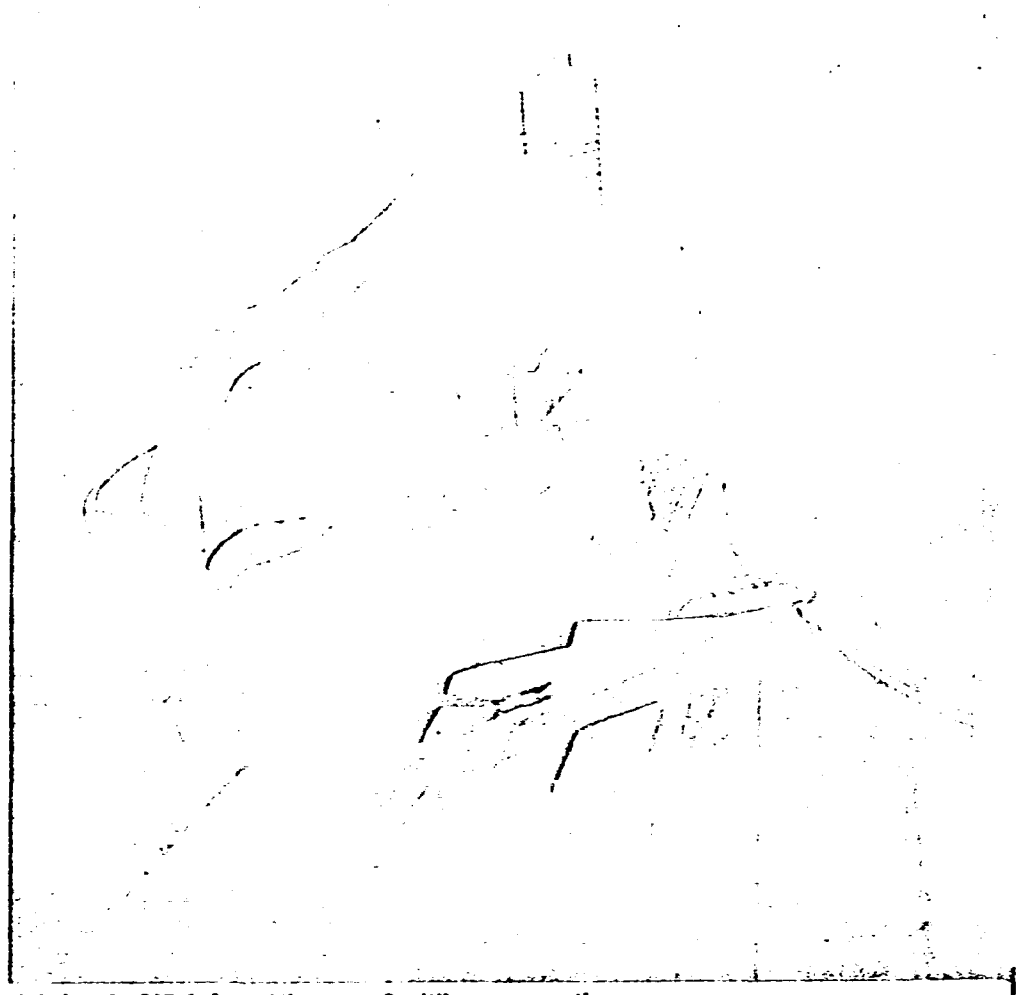
Flagram-se três razões principais nessa bandeira verde-amarela que uniu militares de direita com a esquerda xiita e um exército de empresários. A turma da reserva, por razões de segurança nacional, queria ter a capacidade de fazer computadores inteiros para ser auto-suficiente nesse campo. Por razões de ideologia, era vital cortar as asas das multinacionais, sobretudo americanas. Falava-se numa "cultura brasileira de informática" com o mesmo tom empregado nos anos 60 para explicar o florescimento do Cinema Novo. Os empresários envolvidos queriam, naturalmente, fazer negócios sem risco. Uma década e meia depois, tem-se um país que, como comprador, responde por apenas 1% do mercado mundial de informática e que, como exportador, é um zero estatístico. Não vende para ninguém.

MÃO DE FERRO — Da maneira como foi feita, a reserva é uma invenção nacional que imperou numa década, a de 80, em que todos os países, com exceção da Índia, estavam liberando seus mercados em troca da convivência com a tecnologia boa e barata. A reserva japonesa acabou em 1958, a francesa em 1977. Mesmo os chamados Tigres Asiáticos, freqüentemente citados como protecionistas, fizeram reservas muito tímidas se comparadas com a brasileira. A Coréia, por exemplo, fez reserva apenas de algumas peças dos computadores e orientou sua produção totalmente para o mercado externo. Ou seja, jamais recusou a competição. A Índia, cujo modelo é o que mais se assemelha ao brasileiro, investiu firmemente numa especialização — os programas de computador — e hoje exporta anualmente cerca de 100 milhões de dólares. "Só o Brasil tentou controlar tudo com mão de ferro, desde a fabricação do componente até a comercialização", diz Celso Cordeiro, engenheiro eletrônico de 34 anos, dono da Flux Informática, empresa que fabrica programas de computador em São Paulo e dirige a Associação Brasileira de Empresas de Software. "Por isso, aqui o desastre foi maior."

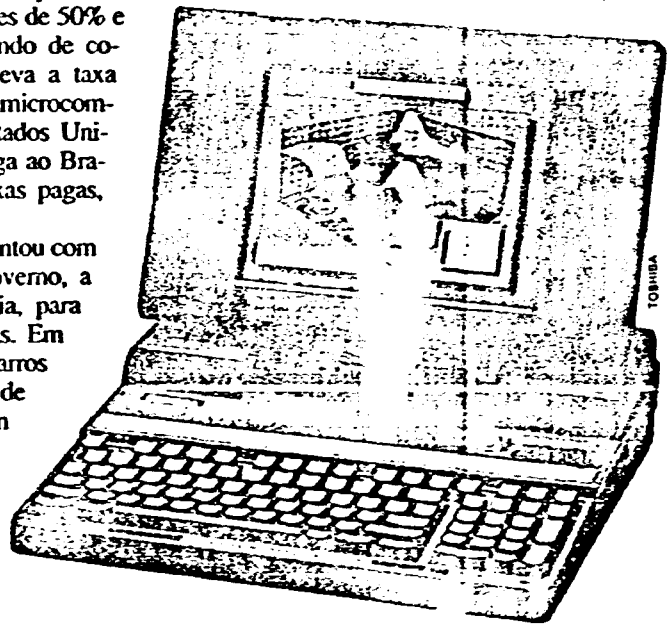
No mundo, os países capitalistas dividiram a produção de peças que fazem o computador de tal maneira que uma máquina como o PS/2, da IBM, por exemplo, tenha componentes de uma dúzia de diferentes bandeiras. Nesse universo não existe nacionalismo — compra-se de quem une eficiência com preços baixos. Nem a superpotência tecnológica alemã tem hoje a pretensão de fabricar os superchips da próxima geração de computadores — entregou a tocha para os EUA o Japão. Por quase duas décadas o Brasil acreditou que poderia estar na linha de frente nessa corrida fazendo tudo sozinho.

Na América Latina, o caso do Brasil é único. Os argentinos não têm qualquer reserva e taxam em 25% os microcomputadores importados. O Chile também não reserva seu mercado apenas às indústrias locais e tem a mais baixa tarifa de importação do continente — 3,5%. O Brasil, além de criar todas as dificuldades possíveis para a instalação das companhias estrangeiras, reservando o campo livre para as nacionais, ergueu um muro aduaneiro com imposto de importação de computadores de 50% e um sistema único no mundo de cobranças de tarifas, que eleva a taxa para mais de 100%. Um microcomputador comprado nos Estados Unidos por 1 000 dólares chega ao Brasil, depois de todas as taxas pagas, por 2 400 dólares.

A reserva de mercado contou com um precioso aliado no governo, a velha e cansada burocracia, para piorar ainda mais as coisas. Em 1986, a montadora de carros Fiat equipou sua linha de montagem, em Betim, com robôs que fazem a pintura e a solda dos modelos da linha Uno, com uma sensação de alívio. Os robôs eram idênticos aos usados em fábricas da Fiat na Europa, mas o procedimento foi muito mais complicado. Lá, basta decidir a compra e entender-se com o fornecedor. Aqui, a Fiat teve de esperar anos até que o governo analisasse e aprovasse seu pedido. "Não havia proibição de importar esse equipa-



Fábrica da SID Informática, em Curitiba: preparativos em...



Laptop Toshiba: ainda longe do mercado brasileiro

03

9107637

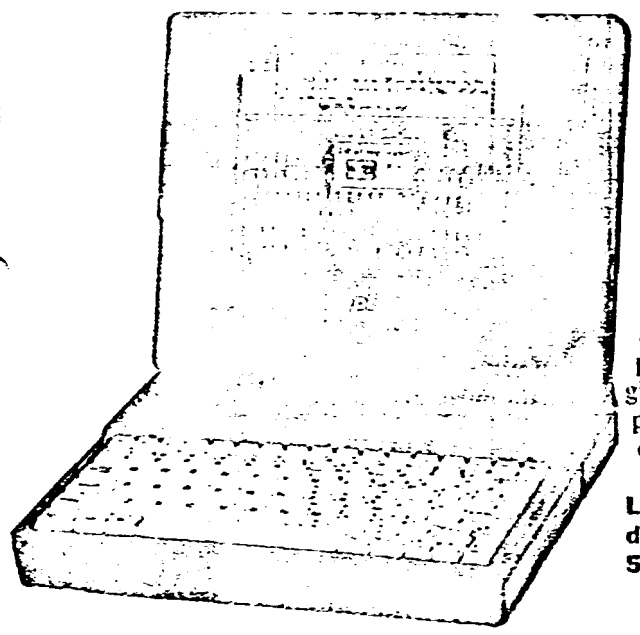
...and intent on a association com a IBM

mento, mas as exigências burocráticas eram muito maiores e os custos muito mais elevados do que para os competidores estrangeiros", diz o engenheiro Silvano Valentino, presidente da Fiat do Brasil.

Custo Elevado — Costuma-se, entre os empresários brasileiros da área da informática, empilhar os grandes números do setor, segundo os quais, com 60 000 empregados, ele movimenta 7 bilhões de dólares e cresce a uma taxa mais elevada do que o PIB desde 1975. São números impressionantes, mas é necessário confrontá-los com outras informações, a começar por uma estimativa de quanto o Brasil deixou de ganhar por não ter atraído indústrias estrangeiras de computação para seu território. É difícil fixar um número para isso, mas há uma indicação no fato de que as indústrias brasileiras não conseguem exportar nada.

É mais fácil calcular o quanto se paga no país para que um grupo de 200 indústrias faça computadores muito mais caros do que no exterior — porque, afinal, quem recebe a conta é o consumidor. A indústria brasileira de informática gera anualmente cerca de 7 bilhões de dólares e seus produtos são, em média, 2,8 vezes mais caros do que os similares estrangeiros. Quando se divide 7 bilhões por 2,8, que é o diferencial que se paga em excesso, a riqueza real produzida pela indústria de informática fica reduzida a 2,5 bilhões de dólares por ano — e conseqüentemente sobram 4,5 bilhões de dólares de prejuízo. "É uma soma muito grande, que acaba sendo paga diretamente pelos usuários e de modo indireto por toda a sociedade, para quem invariavelmente os prejuízos são repassados", diz Cline.

Esperava-se, no alvorecer da indústria nacional, que o sacrifício no preço mais caro compensasse no fim das contas através da criação de uma sólida indústria nacional, eficiente e lucrativa, com técnicos de padrão elevado. Era para isso que se fazia a reserva. A indústria, como se sabe, não é eficiente e apenas lucra porque não compete com a produção internacional. Os técnicos de primeira linha também não surgiram. "Quase duas décadas de protecionismo não melhoraram em nada as universidades e centros de pesquisa do país — e o trabalho de investigação científica conduzido pela indústria nacional é nulo", diz Celso Cordeiro, da [illegible].



Laptop Microtec com discos e tela importados: 5 500 dólares

[illegible] — Seria ingênuo imaginar que o capitalista americano ou japonês investe em tecnologia porque tem qualidades de chefe que faltam ao brasileiro. Acontece que, em seus universos, o desenvolvimento dos produtos em alta velocidade é uma coisa obrigatória diante da ameaça da concorrência. Esse ambiente nunca existiu no Brasil, ao menos com a carga de excitação que se observa em outros países. Para que investir em desenvolvimento de produtos, se ninguém em volta se preocupa com isso? No Brasil, a indústria da informática, que deve ser um processo produtivo como qualquer outro, transformou-se para muitos industriais num reles comércio regulado pela burocracia amiga de Brasília e ajudado pelos vôos internacionais.

É enorme o número de peças importadas que equipam os computadores ditos nacionais — a maioria tem placas inteiras compradas prontas nos Estados Unidos e Taiwan e apenas soldadas no Brasil. "O mais perverso é que quanto mais moderno o computador mais componentes importados ele tem", diz Cordeiro. Um bom exemplo são os laptops, os computadores portáteis que cabem numa maleta de executivo. Eles fazem furor no mercado mundial por sua comodidade e crescente capacidade de memória. Prevê-se que até 1995 sejam responsáveis por 25% do faturamento mundial da indústria de computadores.

Para fabricar laptops, o Brasil teve que autorizar as empresas brasileiras a importar suas peças-chave, mas não conseguiu convencê-las a cobrar preços internacionais. A Avalon, que acaba de lançar seu laptop 2100 no mercado, importou até mesmo a carcaça de plástico do computador. Cobra por sua máquina o equivalente a cerca de 5 000 dólares, três vezes mais do que a Toshiba pede por um similar fora do Brasil. Na semana passada, o presidente Fernando Collor ganhou um Toshiba T1000, da empresa paulista Invest News, que vai ficar instalado em seu gabinete no Palácio do Planalto. A empresa fornece dados econômicos atualizados diariamente que só podem ser recebidos por computadores ligados à rede telefônica.

Seria proveitoso para os deputados que vão votar o novo projeto de informática que eles examinassem a trajetória das empresas genuinamente brasileiras que receberam durante anos financiamentos e subsídios do governo. Um exemplo é a Scopus, de São Paulo, uma empresa privada que obteve 60 milhões de dólares do governo em empréstimos de longo prazo e juros baixos, mas

04

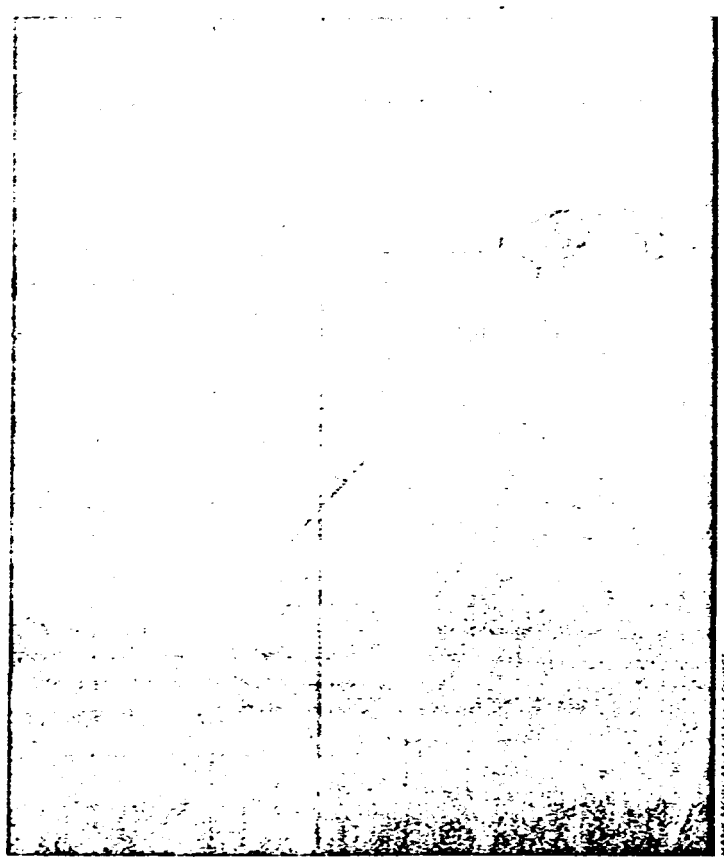
91-07637

nunca se viabilizou. Tentou de novos três vezes e acabou comprada pelo Bradesco — que não esconde de ninguém que já procura um grupo interessado para passá-la adiante. Durante anos, a Scopus foi a menina dos olhos dos ideólogos da reserva.

Outro exemplo é o da estatal Cobra, um caso ainda mais constrangedor. Durante quase duas décadas a Cobra consumiu 200 milhões de dólares repassados a ela pelo BNDES a título de incentivo à tecnologia. Teria sido mais proveitoso queimar esse dinheiro público num forno siderúrgico. Nascida da cabeça dos militares da Marinha que convenceram o então presidente Emílio Garrastazu Medici de que o Brasil deveria e podia conquistar sua independência tecnológica em informática, a Cobra foi sempre uma voraz consumidora de recursos públicos. Em 1986, a Cobra lançou-se na sua maior proeza, a produção de um sistema operacional genuinamente brasileiro para seus computadores. No jargão da informática, sistema operacional é o termo utilizado para definir o coração lógico da máquina, as centenas de milhares de instruções codificadas que fazem o computador funcionar. Gastou 30 milhões de dólares e acabou se rendendo: seu sistema virou peça de museu e ela acabou comprando um similar americano no ano passado por 250 000 dólares. "Queremos ser uma empresa competitiva e lucrativa", diz Guilherme Ramos de Oliveira, 51 anos, seu atual presidente. Sairia muito mais barato para os brasileiros se a Cobra tivesse tido essa idéia há vinte anos.

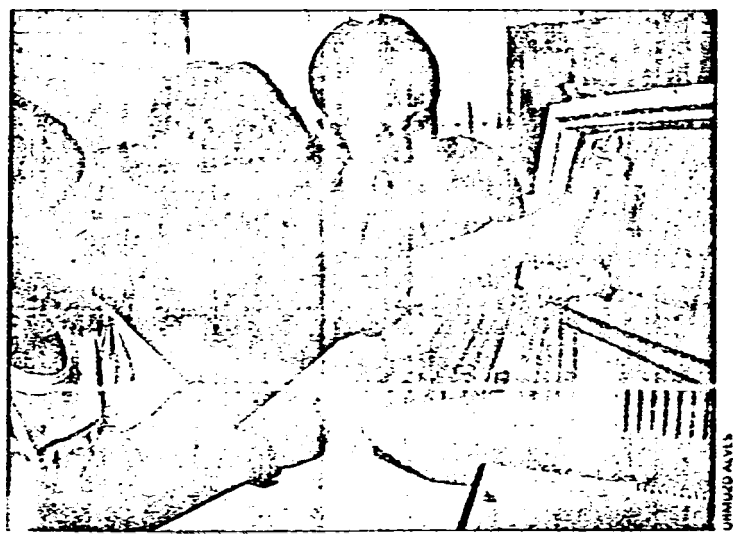
Gestapo — A reserva e o labirinto de portarias e resoluções que gerou mudaram muito ao longo dos anos. Ela começou em 1975 e atingiu seu ponto máximo com a Secretaria Especial de Informática (SEI), uma espécie de polícia política da eletrônica, criada em 1979. "A SEI funcionava como a Gestapo nazista. Ela estava acima de tudo e prestava contas apenas ao presidente da República", diz Celso Cordeiro. "Eles fizeram seu terror particular contra as empresas." Collor foi o primeiro presidente a colocar-lhe limites. Ele extinguiu a SEI, mandou para o Congresso o projeto de lei que extingue a reserva e liberou algumas importações de bens de informática a partir de julho deste ano.

Muitos se queixam da reserva, mas a voz menos ouvida é justamente a do usuário dos produtos brasileiros, as grandes vítimas da falta de competição. A Esso Brasileira, terceira maior distribuidora de derivados de petróleo no país, foi obrigada a desenvolver curiosos mecanismos para se defender dos seus fornecedores nacionais de computadores. Para se livrar da precariedade das máquinas, por exemplo, montou uma eficientíssima equipe técnica. A preocupação foi tão grande com esse detalhe que ela acabou reunindo um grupo de profissionais considerado, hoje, como um dos melhores entre as 120 subsidiárias que o grupo Exxon tem espalhadas pelo mundo. Para controlar os centros de computação que mantém nas cidades do Rio de Janeiro e de Curitiba, interligados a uma rede de 800 terminais e 400 microcomputadores, a Esso emprega no Brasil 120 técnicos. Desses, quinze engenheiros vieram de universidades do porte do IME e do ITA. "Só com o pessoal desse nível conseguimos compensar as dificuldades que encontramos por aqui", diz José Geraldo Costa Carvalho, 37 anos, diretor de informática da Esso. No exterior, a Esso não precisa de tantos gênios da informática em seus escritórios por uma razão simples: as máquinas não dão crepe com facilidade, como acontece no Brasil.



HANS MOHLAN/SCIENCE SOURCE

Computador gráfico colorido: ainda raro no país



UNIVAO ALVES

Aulas com computador: só em 0,5% das escolas brasileiras

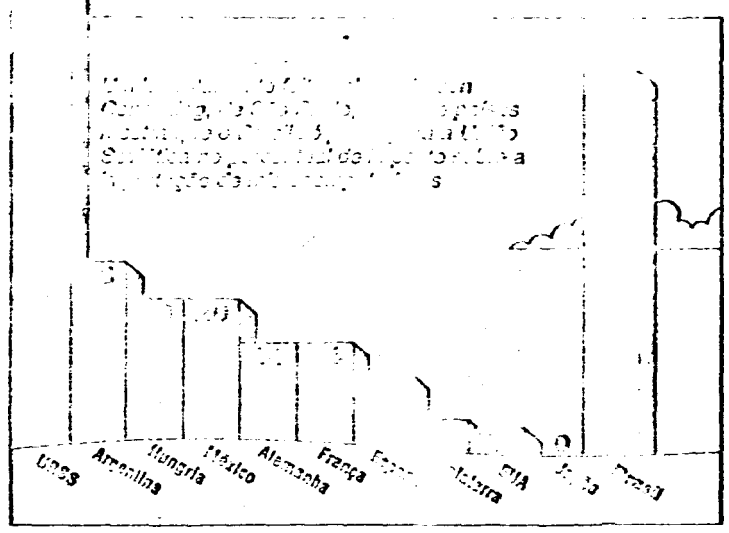
Trabant — Muitos dos fabricantes de microcomputadores estão eles próprios otimistas com o fim da reserva de mercado, que se transformou para muitos numa gaiola de ouro. Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú, disse a amigos que dificilmente faria de novo a Itautec, a empresa de computadores que controla e que é a quinta colocada no ranking da indústria nacional de computadores e que se deu muito bem no negócio da automação bancária. Mas a própria reserva acabou prejudicando a Itautec. Os fabricantes nacionais enfrentam sérios problemas de fornecimento de peças, impostos elevados que chegam a 41% em alguns modelos e a feroz concorrência com o contrabando. De acordo com estimativas, o contrabando de peças pelos fabricantes e de produtos prontos pelos usuários está lambendo a cifra de 1 bilhão de dólares por ano.

Com a possibilidade de queda da reserva, prevista para o ano que vem, as empresas interessadas em comprar equipamentos eletrônicos estão cautelosas. Ninguém quer empatar dinheiro agora num equipamento nacional, de qualidade inferior, quando sabe que no ano que vem terá acesso a uma tecnologia muito mais moderna. A indústria sabe da existência de projetos avaliados em

05

9107637.1

280 milhões de dólares que estão adormecidos desde o ano passado, aguardando a abertura das fronteiras. "Ninguém conseguiria convencer um alemão-oriental a comprar um Trabant antes da unificação, quando ele sabia que pouco tempo depois poderia ter um Mercedes Benz", diz Nelson de Sampaio Bastos, da Villares. A partir do ano que vem a Villares, uma empresa cujo braço informático cresceu à sombra da reserva de mercado de informática, deve passar a comercializar estações de trabalho computadorizadas — equipamentos que gerenciam uma linha de produção de uma empresa — fabricadas nos Estados Unidos pela IBM.



Porta trancada — Nos últimos tempos, uma série de parcerias com empresas estrangeiras passou a ser anunciada no Brasil. A DEC americana está estudando uma joint venture com a Elebra, e a HP, também dos Estados Unidos, quer se associar à Edisa para fazer supermicros. A Villares é uma das nove empresas brasileiras com que a IBM vem negociando parcerias. "É claro que as empresas estrangeiras estão procurando parceiros entre as melhores do mercado nacional", diz Carlos Eduardo Corrêa da Fonseca, o superintendente da Itautec, que está fechando com a IBM um contrato para fabricação de computadores de porte médio. A verdade é que, associadas às empresas nacionais — que já contam com um parque industrial instalado, mão-de-obra treinada e uma rede de revendedores e de assistência técnica espalhada pelo país —, as companhias de informática estrangeiras têm mais chance de ampliar suas atividades no Brasil.

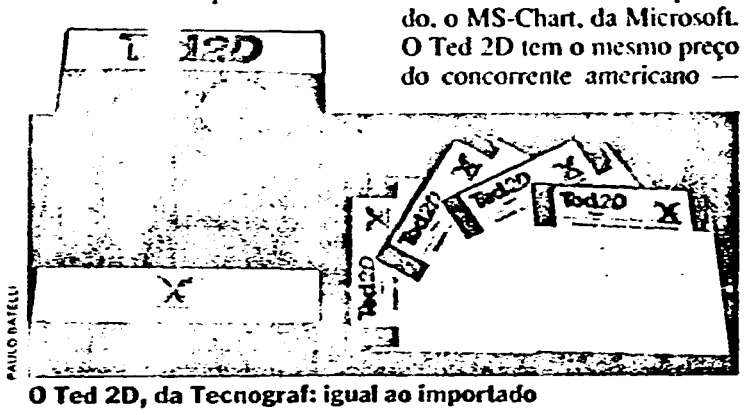
O que ainda não se sabe é que tipo de casamento vão poder celebrar. Um dos casos mais comentados nesse campo foi a parceria da SID Informática com a IBM para produzir o micro PS/2, um sucesso de vendas no mundo inteiro. No dia 9 de janeiro, o presidente Fernando Collor de Mello anunciou a associação das duas empresas e recomendou que ela fosse aprovada, mas os planos estão congelados até que o Congresso resolva como ficará a legislação brasileira de informática. "Quem havia se preparado para a abertura está mais receoso ainda do que os que apostavam que a porta permaneceria trancada", diz Antônio Carlos do Rego Gil, presidente da SID Informática.

Os pais da reserva sempre acham que fizeram a coisa certa e que a administração seguinte desvirtuou seus propósitos. "Talvez tenhamos dado um passo maior que nossas pernas, deveria ter havido maior flexibilidade", diz o coronel Edson Dytz, que foi presidente da SEI durante o governo do general Figueiredo. Dytz hoje é dono de uma loja de computadores em Brasília. "O governo Sarney deveria ter promovido a abertura para a tecnologia estrangeira. Poderíamos ter feito boas parcerias com os coreanos e os fabricantes de Taiwan", afirma Dytz. A verdade é que nenhum planejamento poderia salvar o parque brasileiro de computadores do atraso pela simples razão de que a tecnologia só progride quando há competição.

Sem proteção e melhor

As empresas nacionais de programas não são protegidas por medidas governamentais e há anos competem de igual para igual com produtos estrangeiros. A reserva as atrapalhou ao impedir a expansão do parque de computadores no país e, conseqüentemente, achatar a demanda por programas. "O Brasil tem condições de ter dez vezes mais computadores do que possui", diz Antônio de Pádua Camargo, diretor da Convergente, de São Paulo. Apenas 15% do faturamento anual de cerca de 1 bilhão de dólares que o setor de programas de computador gera no país é de responsabilidade de empresas nacionais — mas a participação delas no mercado vem crescendo ano a ano. "Para se fazer bons programas, tudo que se precisa são bons cérebros", afirma Paulo Feldmann, da regional paulista da Sucesu.

Um dos exemplos de sucesso mercadológico nesse setor é o Ted 2D, produzido pela empresa paulista Tecnograf. O Ted 2D é um programa que permite desenhar fluxogramas. Mais de 4 000 cópias já foram vendidas para clientes como a Autolatina, o Banespa e o grupo Ultra. Ele disputa em pé de igualdade o mercado com seu concorrente importado, o MS-Chart, da Microsoft. O Ted 2D tem o mesmo preço do concorrente americano — cerca de 80 000 cruzeiros. Algumas empresas de programas nacionais já exportam. É o caso da paulista TGR, que produz o Scua, um programa de segurança que registra todas as operações feitas pelo microcomputador. A empresa americana Florida Power and Light, responsável pelo fornecimento de energia na Flórida, é uma das 100 clientes americanas da TGR satisfeitas com o produto. O Scua foi considerado o melhor programa do gênero numa comparação com treze similares de todo o mundo feita no mês passado pela Inforum Technology Center, empresa americana especializada em análises comparativas na área de informática.



PAULO BATELLI

O Ted 2D, da Tecnograf: igual ao importado

06 06 91.07637

Nº. DOCUMENTO
TITULO EMBRAER PRESENTÓ EL CAZA ITALO BRASILEÑO AMX - CBA 123
PROCEDENCIA VB 150028
FECHA DE PRODUCCION 23-6-91
VINCULACIONES 100466
1111 6C

ENTRADO
CPCE

Embraer apresentou o CBA-123

Participação do Brasil este ano foi mais modesta

Desde 1977, quando a Embraer participou pela primeira vez de uma exposição aeronáutica, os brasileiros estavam acostumados a ver produtos nacionais em grande destaque. Este ano as coisas foram diferentes. A crise financeira da Embraer limitou a presença da empresa a uma entrevista coletiva e a alguns vôos do CBA-123.

Durante a entrevista, o novo diretor-comercial, Juarez Vanderley, procurou revelar os planos de recuperação da empresa. Alguns jornalistas estrangeiros reclamaram da qualidade do inglês de Vanderley, que nem sempre conseguia se exprimir de forma conveniente.

O importante é que foi explicado que a companhia receberá Cr$ 600 milhões, como ajuda do governo. Estes recursos deverão sanear a situação presente, mas os novos projetos ainda precisarão de verbas adicionais.

O diretor-técnico, Guido Pessotti, conseguiu expor de forma precisa sua área. Anunciou o Brasília ER e o Tucano H. Além disso, declarou que o CBA-123 deverá ser produzido inicialmente em versões especiais (calibração e executiva) para a Força Aérea Brasileira (20 unidades) e Força Aérea Argentina (oito aparelhos).

O jato EMB-145, que ficou mais pesado, poderá ser lançado dentro de poucos meses e o preço é agora de US$ 12,5 milhões. As entregas seriam iniciadas 30 meses depois do lançamento oficial do avião. A imagem final, mesmo com problemas de idioma, foi positiva. Foi mostrado que a Embraer ainda está viva e vai continuar a lutar pelos mercados do mundo.

A participação brasileira ocorreu também através de projetos conjuntos. O Tucano foi apresentado pela Shorts, nas cores da Força Aérea do Kuwait. A venda foi feita antes da guerra e as entregas deverão começar brevemente. O AMX foi apresentado pela empresa multinacional AMX International, em versões de um e de dois lugares.

A réplica do 14 Bis passou o show ignorada pelo público. A localização da réplica dificultava a sua visão e não havia indicações e cartazes grandes que facilitassem sua identificação. As tentativas de voar foram infrutíferas devido aos fortes ventos e as publicações técnicas não se referiram à presença do 14 Bis, devido à falta de promoção bem feita.

A Avibrás esteve mais uma vez em Le Bourget, mostrando seus sistemas de defesa.

9107639

Nº DOCUMENTO
TITULO Retorno de Ozires Silva a EMBRAER.
JB 150028
1-7-91
10046
11164
Ozires Silva
S

ENTRADO
CRUZ 00

Novos tempos para a Embraer

O anúncio do retorno de Ozires Silva à direção da Embraer deverá corresponder a um novo e decisivo capítulo no plano de recuperação da empresa. Ozires foi o primeiro dirigente e tem total conhecimento dos seus problemas técnicos, de produção, de mercado e adminsitrativos.

Sua volta terá que ser acompanhada de grande apoio financeiro por parte das autoridades econômicas para que a Embraer possa sair de suas extremas dificuldades e retomar o caminho do sucesso. Vale lembrar que a diretoria anterior dimensionava em US$ 600 milhões os recursos necessários apenas para aplainar os problemas anteriores.

A retomada de projetos, como o jato EMB-145 e o turboélice CBA-123, se faz necessária para manter as fatias de mercado da empresa. Mas, para tal, serão necessários aportes adicionais de recursos, inclusive de novos sócios de risco nos programas. Uma das áreas de atrito a serem enfrentadas é a trabalhista. Sua total solução só será possível também com a regularização da capacidade financeira da empresa e com a cooperação dos funcionários.

O novo desafio de Ozires Silva vai se desenrolar num cenário em que o mercado externo está em recessão, a imagem da empresa está desgastada e existem dificuldades de crédito para clientes. Como se isso não bastasse, o carro-chefe da empresa, o Brasília, enfrenta dois novos concorrentes num mercado já cheio de competidores. O Tucano tem perspectivas boas, mas necessita de recursos para desenvolver versões que possam se manter competitivas nos próximos anos. O AMX enfrenta os cortes de orçamentos militares em todo o mundo, que limitam seu mercado.

A tarefa de recuperação da Embraer tem que ser encarada como um programa nacional, em que se incluem o desenvolvimento de tecnologia de ponta, obtenção de divisas, criação de empregos técnicos e até a imagem do país no exterior. Dentro desse raciocínio, o apoio à retomada das atividades da empresa deve ser encarada de forma ampla e com a cooperação de todos os setores que vierem a ser envolvidos.

01 01

9107640

Nº DOCUMENTO
TITULO: Paro médico en Ecuador
FECHA: La Hermosa (150015)
25-6-91
Ecuador (65833)
Sucesos (1165)
C. Usabales (11413)

Se extiende paro médico en Ecuador

L.M. 25/6/91

QUITO.- El paro que los médicos y trabajadores de los hospitales estatales de Ecuador mantienen desde hace dos semanas en varias ciudades se extendió ayer a Guayaquil y será nacional desde el 1 de julio próximo, informó la Federación Médica Ecuatoriana (FME).

Los huelguistas, entre los que hasta ahora sólo se contaban trabajadores de la Sanidad pública, emprendieron esta medida de fuerza en Quito y otras ciudades el pasado 10 de junio y ayer se sumaron a ella sus colegas de Guayaquil, la más populosa ciudad ecuatoriana, ubicada a 442 kilómetros al suroeste de la capital.

A causa de la huelga se mantienen suspendidas todas las consultas externas y las operaciones programadas, excepto los servicios de emergencia, lo que ha obligado a cientos de enfermos a recurrir a los centros asistenciales privados en busca de atención médica. ■

ENTRADA
CRUZ

01-01

9107641

DOCUMENTO
TITULO Cautela ante nuevas reglas de juego para el capital extranjero en Ecuador
PROCEDENCIA El País (150007)
FECHA 10-6-91
VIA ECUADOR (65838)
F EE (11161)
POL. EE (11392)

CAUTELA ANTE NUEVAS REGLAS DE JUEGO PARA EL CAPITAL EXTRANJERO EN ECUADOR

El P. 10/6/91

QUITO, 31 (REUTER).— Empresarios e inversores recibieron con cautela las nuevas normas de Ecuador para el capital extranjero, al tiempo que reclamaron reformas legales complementarias y un trato sin discriminaciones. La nueva legislación implicará un tratamiento más liberal para el capital extranjero que por primera vez podrá invertir en el sector público, aunque el gobierno se apresuró a negar que busque iniciar así un proceso de privatización.

"Este no es un gobierno que impulse o esté en la moda de la privatización. No creemos en la privatización como una norma general aunque es posible canalizar ciertos casos", dijo hoy a los periodistas el ministro de Finanzas, Pablo Better.

Actualmente, el debate en Ecuador está centrado en cuál es el mejor camino para recortar los gastos y mejorar la eficiencia de los servicios que prestan las 163 empresas en manos del Estado.

El presidente Rodrigo Borja recortó a principios de mayo el 15% del gasto gubernamental y ordenó para fines de junio la elaboración de "una propuesta de simplificación orgánica de la estructura del sector público". Analistas independientes dijeron que la legislación sancionada para regular la inversión extranjera en Ecuador podría encuadrarse en un proceso amplio o sectorizado de privatización, pero subrayaron que para ello, son imprescindibles las normas complementarias.

Borja, que aprobó recientemente la incorporación de Ecuador desde 1992 al mercado andino de libre comercio, envió al Congreso un proyecto para reformar la legislación del trabajo y encarar en forma inmediata un proceso de reactivación industrial.

José Rumazo, de la Cámara Ecuatoriano-Americana, saludó la nueva legislación sobre inversión extranjera y reclamó normas complementarias además de la necesaria estabilidad económica, social, económica y laboral.

"En el campo legal las reformas están bien pero, por ejemplo, debe existir un trato igual en el pago de los impuestos puesto que hasta el momento los inversores extranjeros pagan un 11% de impuestos más que los ecuatorianos", dijo Rumazo a los periodistas.

El líder de la pequeña industria, Harry Eiser, comentó también favorablemente el nuevo marco legal para el capital extranjero pero dijo que sin una reforma interna estructural los países vecinos no perderán su atractivo para los capitalistas.

"Ecuador debe emprender profundas reformas que mejoren en conjunto sus condiciones respecto de otros países tornándolo atractivo a la inversión extranjera", declaró.

Los empresarios consultados dijeron que las medidas complementarias que se necesitan tienen que ver con la desaparición de trabas burocráticas, fomento de las exportaciones y estímulo de la productividad y calidad. El líder empresarial de Guayaquil Ernesto Noboa dijo que el capital extranjero servirá para ampliar e innovar la industria local "y ya no vendrá en calidad de acreencias sino como socio decidido a compartir los riesgos de ganar o perder".

"La participación económica extranjera no afectará a los sectores productivos ecuatorianos sino que, al contrario, abre la posibilidad de generar fuentes de trabajo y de ampliar riqueza", dijo el líder industrial de Quito Roberto Peña.

ENTRADA
CRUZADO

01.01

9107642

DOCUMENTO
TITULO Cautela ante nuevas reglas de juego para el capital extranjero en Ecuador
PROCEDENCIA EL PAIS (150002)
FECHA 10-6-91
VIA ECUADOR (65238)
F EE (11161)
POL EE (11392)

CAUTELA ANTE NUEVAS REGLAS DE JUEGO PARA EL CAPITAL EXTRANJERO EN ECUADOR

El P. 10/6/91

QUITO, 31 (REUTER).— Empresarios e inversores recibieron con cautela las nuevas normas de Ecuador para el capital extranjero, al tiempo que reclamaron reformas legales complementarias y un trato sin discriminaciones. La nueva legislación implicará un tratamiento más liberal para el capital extranjero que por primera vez podrá invertir en el sector público, aunque el gobierno se apresuró a negar que busque iniciar así un proceso de privatización.

"Este no es un gobierno que impulse o esté en la moda de la privatización. No creemos en la privatización como una norma general aunque es posible canalizar ciertos casos", dijo hoy a los periodistas el ministro de Finanzas, Pablo Better.

Actualmente, el debate en Ecuador está centrado en cuál es el mejor camino para recortar los gastos y mejorar la eficiencia de los servicios que prestan las 163 empresas en manos del Estado.

El presidente Rodrigo Borja recortó a principios de mayo el 15% del gasto gubernamental y ordenó para fines de junio la elaboración de "una propuesta de simplificación orgánica de la estructura del sector público". Analistas independientes dijeron que la legislación sancionada para regular la inversión extranjera en Ecuador podría encuadrarse en un proceso amplio o sectorizado de privatización, pero subrayaron que para ello, son imprescindibles las normas complementarias.

Borja, que aprobó recientemente la incorporación de Ecuador desde 1992 al mercado andino de libre comercio, envió al Congreso un proyecto para reformar la legislación del trabajo y encarar en forma inmediata un proceso de reactivación industrial.

José Rumazo, de la Cámara Ecuatoriano-Americana, saludó la nueva legislación sobre inversión extranjera y reclamó normas complementarias además de la necesaria estabilidad económica, social, económica y laboral.

"En el campo legal las reformas están bien pero, por ejemplo, debe existir un trato igual en el pago de los impuestos puesto que hasta el momento los inversores extranjeros pagan un 11% de impuestos más que los ecuatorianos", dijo Rumazo a los periodistas.

El líder de la pequeña industria, Harry Eiser, comentó también favorablemente el nuevo marco legal para el capital extranjero pero dijo que sin una reforma interna estructural los países vecinos no perderán su atractivo para los capitalistas.

"Ecuador debe emprender profundas reformas que mejoren en conjunto sus condiciones respecto de otros países tornándolo atractivo a la inversión extranjera", declaró.

Los empresarios consultados dijeron que las medidas complementarias que se necesitan tienen que ver con la desaparición de trabas burocráticas, fomento de las exportaciones y estímulo de la productividad y calidad. El líder empresarial de Guayaquil Ernesto Noboa dijo que el capital extranjero servirá para ampliar e innovar la industria local "y ya no vendrá en calidad de acreencias sino como socio decidido a compartir los riesgos de ganar o perder".

"La participación económica extranjera no afectará a los sectores productivos ecuatorianos sino que, al contrario, abre la posibilidad de generar fuentes de trabajo y de ampliar riqueza", dijo el líder industrial de Quito Roberto Peña.

ENTRADO
CRUZADO

01.01

9107642

DOCUMENTO
TITULO Cuba tiene hambre y perdió las esperanzas.
PROC La Nac' (150025)
FECHA 27/6/91
CUBA (65671
T POC (11164
PP.PP. (11304)

La Nac' 27/6/91

Cuba tiene hambre y perdió las esperanzas

Para la Fundación Nacional Cubano-Americana, que reune al mayor grupo de cubanos fuera de su patria, "Castro es un jubilado de la historia".

Jorge L. Más Canosa, cabeza de la entidad, con un grupo de destacados dirigentes realiza una gira mundial que se podría calificar como de proselitismo en favor de la democracia y del sistema de economía de mercado para Cuba, "en la antesala de grandes acontecimientos: el fin de Castro".

En compañía del secretario de Informaciones del Estado, Hugo Anzorregui, comió con el Presidente en Olivos y hoy viaja a Chile.

Agradeció a Menem el voto en Ginebra en favor de la vigilancia de los derechos humanos en Cuba y compartió coincidencias.

Pruebas al canto de Más Canosa en favor de la economía libre: "Fíjese que un millón de cubanos en Florida producen tres veces más que once millones de cubanos en la cárcel de Castro y no es por el material humano, que es el mismo".

Expone con entusiasmo los lineamientos del plan de reconstrucción que comenzó a elaborarse hace dos años. Entre otros puntos señala que se prevé: privatizaciones a través de licitaciones; transformación de los proletarios en propietarios; buena administración. No caer –asevera– en el error de los países de Europa oriental que pidieron ayuda a los Estados Unidos. "No podemos dejar de depender de la URSS para depender de los EE. UU.", afirma.

En lo político, el plan elaborado contempla un gobierno transitorio y elecciones en un año. Abolición del Ejército; transformación de la burocracia comunista, pero nada de tribunales de venganza, "porque no se va a regresar para matar".

–¿Está próxima la caída de Castro?

–No se puede dar fechas, pero la situación es insostenible. Hay hambre generalizada y ya no hay más esperanzas.

–¿Cómo se produciría?.

–Un día Fidel Castro será puesto en un avión y enviado a Corea del Norte o a Libia...en este momento se me ocurre que podría ser el mes próximo cuando vaya a la cumbre iberoamericana de Guadalajara y no lo dejen regresar a La Habana.

–¿Descuenta un final a la rumana?

–No, por su obcecación a aceptar la realidad.

ENTS
CRUZ

01.01 9107643

Juzgan a dos médicos que querían matar a Castro.
CLARIN (150024)
26-6-91
CU 3D (056-1)
Tam (1163)
Sulu. (1140)

PLANEARON UN ATENTADO CON EXPLOSIVOS

Clarín 26/6/91

Juzgan a dos médicos que querían matar a Castro

LA HABANA, 25 (Reuter). — Cuba inició hoy el **juicio contra dos médicos acusados de conspiración para hacer volar con dinamita al presidente Fidel Castro y de actos de "propaganda enemiga".**

Junto con los doctores Pablo Bientz Saab, de 42 años, y Julián Arana Rosainz, de 35, también fueron acusados de actos de "propaganda enemiga" los médicos Armando Pintado e Iliana Alfaro.

En los hallazgos preliminares leídos a la Corte provincial de La Habana, el fiscal del Estado acusó al neurocirujano Bientz Saab de ser la mente maestra, detrás de una conspiración para asesinar al líder cubano de 64 años.

Tras describir el hecho como un potencial acto de "terrorismo", el fiscal pidió a la Corte dieciocho años de cárcel para Bientz Saab y diez para Arana, quien es neurólogo. **Ambos fueron arrestados en octubre y ha permanecido desde entonces bajo custodia.**

Los otros médicos acusados de actos de "propaganda enemiga", Pintado y Alfaro, enfrentaban sentencias a dos años de prisión, susceptibles de suspensión.

Al rendir testimonio, Arana dijo a la Corte que Bientz Saab se le había acercado en setiembre de 1990 con la idea de asesinar a Castro "para salvar al país".

Bientz Saab sugirió hacer volar al presidente con dinamita durante una visita que realizaría al Instituto de Neurología, agregó.

Según la Fiscalía, los conspiradores también discutieron cómo obtener explosivos y armas, tales como rifles con miras telescópicas.

Arana, quien dijo que había sido tratado bien durante su permanencia en custodia, afirmó que nunca pensó llevar adelante la idea del asesinato, de la cual culpó completamente a Bientz Saab.

"Estoy extremadamente arrepentido por todo esto", aseguró a la Corte.

Tras los alegatos de la Fiscalía y la evidencia dada por Arana, quedó en claro que los servicios de inteligencia cubanos habían estado al tanto de la conspiración casi desde el principio.

Arana, un miembro del Partido Comunista Cubano y ex militante de la Juventud Comunista, trabajó becado en Canadá entre 1987 y 1988.

La Corte le preguntó si algún individuo o grupo hostil al gobierno comunista de Cuba se le había acercado durante su estancia allá. "Nunca", contestó.

Un diplomático de la embajada canadiense asistió a la audiencia, que fue abierta al público.

Sin embargo, el presidente de la Corte prohibió a los asistentes tomar notas y los funcionarios de la Corte confiscaron una grabadora.

No quedó claro de inmediato cuánto duraría el juicio.

Fidel Castro durante uno de los extensos discursos que dirige a la ciudadanía cubana. Cuatro médicos —dos de ellos acusados de desarrollar propaganda contra el régimen— están presos desde octubre. Los restantes son acusados de intento de homicidio.

CNT
CRUZ

Nº. DOCUMENTO
TITULO CUBA se va de Angola
PROCEDE La Prensa (150026)
FECHA 10-6-91
VINCULADO CUBA (65671)
F. MIL. (11163)
Egetuvo (11301)

Cuba se va de Angola

LP 10/6/91

Con un acto celebrado recientemente en La Habana, Cuba puso fin a casi dieciséis años de presencia militar en Angola. En el trascurso de dicha ceremonia, el ministro de las Fuerzas Armadas cubanas, anunció que la "Operación Carlota" había concluido con éxito.

También informó que el número total de personal militar que estuvo en Angola ascendió a unos 380 mil hombres, de quienes más de 2.000 perdieron la vida y que Cuba había enviado al mencionado país africano "casi 50.000 civiles". Es decir, técnicos, profesores, ideólogos y asesores.

Naturalmente, el funcionario consideró la intervención cubana como una "victoria heroica", por cuanto habría servido para preservar la independencia angoleña, "lograr la de Namibia" y destruir "el mito de la invencibilidad del ejército sudafricano". En este sentido, estimó que "sin la epopeya de Angola, Cuba no sería tan fuerte como lo es hoy". Nada dijo, por supuesto, del penoso nivel de vida de los pueblos cubano y angoleño.

También omitió aludir a las crecientes presiones de Moscú, cansada de costear aventuras lejanas, que estuvo soportando La Habana para retirarse de Angola, donde gracias a la mediación norteamericana y soviética, las partes en conflicto –el gobierno comunista y los rebeldes de la UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola)– están próximas a lograr un acuerdo.

A pesar de las pomposas declaraciones del ministro, lo cierto es que Cuba tuvo que ceder ante los deseos del Kremlin de replegarse de esa región. También influyó en la decisión cubana el estado de su economía, que ya no permite pregonar con el fusil la palabra de Lenin, Marx y el "Che" Guevara.

Fidel Castro deberá hacer frente a un aluvión de soldados que, en cuanto arriben a las playas cubanas, se encontrarán con la insatisfacción y la población –afligida por la escasez de bienes básicos–, la desocupación y el ambiente de intrigas y sospecha, característico de los regímenes de signo comunista.

ENT.
CRUZ

01 . 01 9107645

Nº DOCUMENTO
TITULO Retirada Soviéticos ayuda militar a CUBA.
PERSONA 6 Mañana (150815)
FECHA 7-6-91
VINCULADO CUBA (65671)
T. POL. (11164)
2 Dest. (11399)

Retirada soviética ayuda militar a Cuba

MOSCU.- La Unión Soviética está dispuesta a "reducir la ayuda militar con Cuba" si Estados Unidos garantiza la seguridad y soberanía de ese país caribeño, así como una no injerencia en los asuntos internos cubanos, informó hoy la agencia "Interfax".

Sin embargo, "no se puede hablar ni siquiera del cese total de la asistencia militar soviética a Cuba", manifestó un funcionario del ministerio de Asuntos Exteriores de la URSS.

La fuente, que la agencia de noticias independiente "*Interfax*" no identifica, añadió que "no hay motivos jurídicos ni económicos para interrumpir la colaboración en la esfera militar" entre la URSS y Cuba, aunque reconoció que Estados Unidos pone ésta como una de las condiciones para apoyar las reformas soviéticas.

El Presidente soviético, Mijail Gorbachov, aspira a que los países industrializados de occidente, especialmente Estados Unidos, apoyen financieramente a la URSS para que esta pueda transformar su economía centralizada en una de mercado y poder así salir de la crisis aguda que afecta al país.

El Gobierno norteamericano, aunque apoya las reformas económicas en la URSS, duda sobre una ayuda masiva como la que requiere Moscú debido, entre otras consideraciones, a los lazos que unen al Kremlin con el régimen de Fidel Castro.

6 Mañana 7/6/91

ENTRADO
CRUZ

01.01 9107646

Advierten sobre usinas nucleares cubanas
La Prensa
31-5-91
CUBA
F. Tecnológico (11166)

L. Prensa 31/5/91

Advierten sobre usinas nucleares cubanas

Washington (ANSA) – Una serie de presuntos defectos en la construcción de usinas nucleares en Cuba puede llevar "a otro Chernobyl" en el Caribe, según un científico cubano que desertó a Canadá.

"Los defectos en las tuberías (de enfriamiento) pueden causar filtraciones radioactivas y desintegraciones...otro Chernobyl", opinó el ingeniero nuclear Vladimir Cervera a la cadena de televisión NBC.

Cervera, graduado del Instituto de Energía de Moscú y quien estaba a cargo del control de calidad de los reactores, afirmó que el 60 por ciento de los materiales enviados por los soviéticos son defectuosos y que 15 por ciento de la construcción ya aprobada tiene defectos.

ENTRADA
DISTRIBUIDO

9107647

01 01

Cruento enfrentamiento con rebeldes.
La Prensa 150026
27-6-91
Perú 66817
I MIL (1163)
SUD (1170)

Perú: cruento enfrentamiento con rebeldes

Lima (ANSA) – Decenas de presuntos subversivos murieron durante un enfrentamiento armado con una patrulla militar, en un apartado paraje del distrito de Crespo Castillo, departamento de Huanuco, según informes difundidos en esta capital.

Entre 67 y 70 –según las fuentes– presuntos sediciosos murieron en el cruento enfrentamiento, registrado a unos 530 kilómetros al noreste de aquí, en la región andina selvática de la provincia de Leoncio Prado.

La zona se encuentra a escasos kilómetros de Santa Rosa de Shapajilla, donde hace sólo dos semanas murieron treinta presuntos sediciosos, en circunstancias similares.

El diario "El Comercio", que en su edición de la fecha recoge declaraciones del coronel Augusto Salaverry Pereyra, jefe del comando político militar de Huanuco, señala que este calificó el operativo de Crespo Castillo como el más duro golpe a la subversión en los últimos años.

L.P. 27/6/91

CRUC

01 . 01 9107648

Nº DOCUMENTO
TITULO Arrestan a Jefes Policiales
PAGINA La Prensa (150096)
FECHA 26-6-91
VIA DE INGRESO Perú 66817
F. M.I.L. (11163)
Sidvi (11140)

Arrestan en Perú a jefes policiales

26/6/91

Lima (UP)- El gobierno peruano separó de sus cargos a cuatro altos jefes de la policía y ordenó el arresto de cinco agentes, en una rápida reacción frente a denuncias periodísticas del asesinato de un estudiante de medicina y dos adolescentes en operaciones antisubversivas.

La decisión anunciada por el ministro del Interior, general del Ejército Víctor Nalca Villanueva, generó reacciones favorables entre dirigentes políticos y legisladores, que condenaron los excesos policiales en la lucha contrainsurgente.

Nalca, tras señalar que será "muy drástico", contra aquellos que no respeten los derechos humanos, anunció la separación de sus cargos de un general de la policía, dos coroneles y un comandante, y ordenó al arresto de cinco agentes que participaron en la operación.

La policía arrestó al estudiante de medicina, Carlos Rodríguez Ibáñez, de 27 años, y a los hermanos Rafael y Ramiro Gómez, de 14 y 16 años, respectivamente, mientras se dirigían hacia un gimnasio. Más de una hora después, los cadáveres de los tres ingresaron sin ser identificados a un hospital con indicios de haber sido asesinados.

EL ... CH ...

01 01 9107649

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Plan para matar a 100 militares
La Nación 150095
26-6-91
Perú 66817
EMU (11163)
Subv. (11170)

Perú: plan para matar a 100 militares

L.N 26/6

LIMA, 25 (ANSA). – La detención de tres importantes dirigentes subversivos permitió a la policía antiterrorista de Perú detectar un plan para asesinar a cien militares en diversos puntos del país, dijeron fuentes de inteligencia.

Entre los documentos hallados en poder de los arrestados figuran nombres, planos y "regiajes", que en el argot senderista significa seguimiento de las víctimas hasta acabar con sus vidas.

Entre los detenidos figura Yovanka Parave, Tito Valle Travesaños y el ex catedrático universitario Víctor Zavala Cataño, que aparecen junto con el máximo líder de Sendero Luminoso Abimael Guzmán Reynoso, en el video que la policía incautó en uno de los refugios clandestinos de la organización terrorista.

También se informó que otros 112 subversivos de Sendero Luminoso fueron arrestados en los últimos días.

Policías detenidos

LIMA, 25 (ANSA). – El asesinato de tres estudiantes que fueron arrestados por la policía en presencia de periodistas, y cuyos cadáveres aparecieron en la morgue de Lima, provocó el arresto de cinco agentes policiales y la destitución de cinco altos jefes de esa fuerza de seguridad.

El ministro del Interior, general Víctor Malca, ordenó anoche la separación de sus cargos de un general, un coronel y dos tenientes coroneles de la policía nacional del vecino puerto del Callao, donde el viernes se produjo el asesinato de los tres jóvenes.

Denuncia

El padre de una de las víctimas denunció la noche del domingo que su hijo fue arrestado cuando caminaba por una calle céntrica del Callao, en momentos que se realizaba un operativo antiterrorista.

ENTRADA
CRUZ DO

01 . 01 9107650

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Golpe contra Sendero Luminoso: detienen a 3 importantes cabecillas
FECHA: Clarín (150024)
FE: 25-6-91
VI. UL: Perú 66817.
FMIC (11163)
SeSu (11140)

5 de junio de 1991 ★ CLARIN

EL PRESIDENTE PERUANO ENTREGO ARMAS A LAS RONDAS CAMPESINAS

Golpe contra Sendero Luminoso: detienen a 3 importantes cabecillas

LIMA, 24 (AFP, EFE, Reuter y ANSA). — Tres dirigentes del grupo guerrillero peruano **Sendero Luminoso**, estrechos colaboradores de su máximo líder, **Abimael Guzmán**, fueron capturados el domingo por la policía, según anunció el propio presidente peruano, **Alberto Fujimori**, durante un discurso en la localidad andina de **Chaquicocha**.

Fujimori no dijo de quiénes se trataba, pero indicó que los tres son cabecillas senderistas que participaron en una reunión con Guzmán, filmada en un video incautado al grupo y que el propio mandatario ordenó pasar por la televisión estatal en enero de este año.

En Chaquicocha, el primer mandatario peruano habló ante unos 4 mil campesinos a quienes entregó 500 fusiles de retrocarga para que sean usados por las milicias civiles, conocidas como **rondas campesinas**, para su lucha contra los grupos senderistas.

La prensa limeña informó hoy que los detenidos son **Yovanka Pardavé Trujillo, Tito Valle Travesaño y Víctor García Castaño**, a quienes señaló como integrantes del "comité central" senderista. El presidente Fujimori no dio nombres, aunque señaló que se trataba de tres importantes dirigentes de la organización. Por su parte, la policía sostuvo que **"los nombres mencionados en la prensa son pura especulación, porque se sigue con las investigaciones"**. La detención se produjo el domingo en una casa del barrio limeño de **San Martín de Porres**, en el norte de la ciudad.

Agencia Reuter

Alberto Fujimori, presidente del Perú, en momentos de entregar las armas a las rondas campesinas.

♦ **Los tres**

Antes de pasar a la clandestinidad, hace varios años, Valle Travesaño fue presidente de la Asociación de Abogados Democráticos, que defendía a los acusados por terrorismo, una entidad que era considerada por las autoridades como el brazo legal de Sendero Luminoso. A Pardavé Trujillo se la señala como la persona más allegada a Abimael Guzmán, en tanto que García Castaño es profesor universitario y folclorista.

De confirmarse la identidad del trío y su pertenencia a los niveles más altos de la organización, se trataría del golpe más duro que haya sufrido Sendero en mucho tiempo. La detención cierra una semana de gran violencia en el enfrentamiento de las autoridades gubernamentales con el grupo, en la que este sufrió por lo menos 80 bajas.

El anuncio de Fujimori, pese a su importancia, no logró disimular la trascendencia del acto que lo llevó a Chaquicocha, 50 kilómetros al noroeste de Huancayo. Allí, el mandatario entregó a los "ronderos" armas y vehículos para enfrentar a los senderistas. Y lo hizo con un gran despliegue al hacerse acompañar por los embajadores de los **Estados Unidos, Holanda y Suiza**, por cinco corresponsales extranjeros, el fiscal de la Nación, el presidente de la Suprema Corte de Justicia, el titular de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, el primer ministro Carlos Torres y los titulares de Defensa, general Jorge Torres, de Interior, general Víctor Malca, de Educación, Oscar de la Fuente, y de Transportes, Jaime Yoshiyama.

El presidente justificó esta entrega de armas a los campesinos peruanos afirmando que **"se trata de un sistema de autodefensa, porque están en juego sus vidas. Por eso es una medida lógica y sensata"**. Al referirse a las campañas que se hacen en el extranjero a favor de Sendero, criticó a **"aquellos jóvenes bien vestidos y alimentados que envían dinero a los terroristas para serenar sus conciencias. No saben que están matando campesinos"**.

El ministro de Defensa, a su vez, dijo que se seguirá entregando armas a los "ronderos" porque **"las fuerzas armadas no dan abasto para cubrir toda la región donde actúa Sendero. Habrá armas y más entrenamiento para los pobladores"**, sostuvo. Quienes se oponen a esta medida, que forma parte de un plan gubernamental de combate contra el terrorismo, sostienen que se está alentando la posibilidad de una guerra civil. Recuerdan que en 1983 una ronda campesina asesinó a golpes a 8 periodistas peruanos en un crimen que conmocionó al país y al mundo.

ENTRADA
CRUZADO

9107651

01 . 01

Nº DOCUMENTO
TITULO Fujimori entrega armas a campesinos para que enfrenten a los terroristas.
FECHA DEL DOCUMENTO El País 450907
25-6-91
Perú 6de817
FMR (11165)
SuSu (11170)

EL PAIS — Martes 25 de Junio de 1991

Milicias de Autodefensa Contra Sendero Luminoso

FUJIMORI ENTREGA ARMAS A CAMPESINOS PARA QUE ENFRENTEN A LOS TERRORISTAS

LIMA, 24 jun. (REUTER, ANSA y EFE).— El presidente Alberto Fujimori ha comenzado a distribuir armas entre los campesinos peruanos para que estos formen milicias de autodefensa contra Sendero Luminoso.

La derrota de la subversión y el terrorismo vaticinó el Presidente al destacar que el propio pueblo peruano es el protagonista de la lucha antiterrorista y que muchas de las medidas adoptadas por su gobierno "han cobrado cuerpo en una nueva estrategia".

"Yo no voy a dejar que las incursiones terroristas sigan cobrando víctimas entre los campesinos que quieren defenderse", dijo Fujimori al entregar más de un centenar de escopetas Winchester a diez batallones de ronderos (milicias campesinas) en la comarca andina de Chaquicocha, en la provincia de la Concepción, en el centro de Perú.

"Esto lo debieran saber todas aquellas personas que en el exterior promueven una Camboya en Perú de la manera más irresponsable", dijo el presidente en un discurso a casi 4.000 metros de altura en la plaza de armas, donde hace un año Sendero Luminoso mató a una decena de funcionarios.

Sendero Luminoso ha sido comparado con el Khmer Rojo, debido a su radicalizado antioccidentalismo y sanguinario accionar.

Sobre el presunto apoyo externo a Sendero Luminoso, Fujimori dijo que "esos jóvenes, bien vestidos y bien comidos en los Estados Unidos o en Europa, quieren contentar sus conciencias entregando su apoyo en dólares o en marcos o en francos para la causa de la revolución en Perú. No saben que este dinero se convierte en sangre de campesinos inocentes que ellos nunca conocerán".

"Yo les digo a esos jóvenes en el exterior, si tanto les interesa Perú vengan a conocerlo aquí," agregó Fujimori. "No dejen que les vendan una revolución en el Tercer Mundo como quien les vende una baratija exótica", subrayó.

Sendero Luminoso ha matado a millares de campesinos como parte de su insurgencia que en once años ha cobrado cerca 23.000 muertos.

Fue la primera vez que Fujimori entrega personalmente armas a rondas campesinas desde que asumió el poder el 28 de julio pasado. Observaron la ceremonia, miembros del gabinete de Fujimori, los embajadores de Estados Unidos, Suiza, Holanda, parlamentarios, así también un grupo de periodistas locales y extranjeros.

"Entregarles armas a los ronderos que son de uso civil para la autodefensa es una medida lógica y sensata", dijo Fujimori.

"¿Significa esto aplicarle una autoridad, reemplazar a las fuerzas del orden propiciar una guerra civil?, se preguntó. "Todo eso es tremendismo absurdo y oportunismo".

"La violencia y la guerra existen en zonas de emergencia sólo que tenemos en este caso a gente armada por el lado del terrorismo y a gente desarmada por el lado de las comunidades campesinas".

IMPORTANTES CAPTURAS

Tres importantes dirigentes del comité central del Movimiento subversivo Sendero Luminoso fueron capturados por la policía en Lima, confirmó el propio presidente peruano, Alberto Fujimori.

El mandatario dijo que el arresto de los subversivos se produjo como consecuencia de las acciones de inteligencia que aplicó su gobierno después de capturar a varios dirigentes de Sendero Luminoso a quienes se les había incautado documentos y videos grabadores en los que aparecen varios líderes del grupo.

Yovanka Pardave, Tito Valle Travesano y Víctor Zavala Castaños, los tres senderistas capturados, fueron detenidos el viernes por la policía antiterrorista en una casa refugio en el populoso distrito limeño de San Martín de Porras.

Fujimori hizo el anuncio durante una ceremonia realizada en la localidad de Chaquicocha, en la sierra central andina de Perú, donde entregó armas a cerca de 400 campesinos que se han organizado en rondas de autodefensa contra la subversión.

ENTRADA
CRUZADO

01 . 01

9107652

FUJIMORI armó a campesinos.
A F. (150027)
25-6-91
PERU (66817)
FMIL (11163)
SUSU (11140)

Polémica medida crea milicias para e dólar cayó más de 2% de

Grave: Fujimori IS CONVULS OSIBLE SUB

Buenos Aires, martes 25 de junio de 1991, Ambito Financiero

Lima (Reuter) — El presidente Alberto Fujimori ha comenzado a distribuir armas entre los campesinos peruanos para que éstos formen milicias de autodefensa contra Sendero Luminoso, pero algunos diplomáticos señalaron que la medida es un arma de doble filo.

"Yo no voy a dejar que las incursiones terroristas sigan cobrando víctimas entre los campesinos que quieren defenderse", dijo Fujimori el domingo al entregar más de un centenar de escopetas Winchester a diez batallones de ronderos (milicias campesinas) en la comarca andina de Chaquicocha, en la provincia de La Concepción, en el centro de Perú.

"Esto lo debieran saber todas aquellas personas que en el exterior promueven una Camboya en Perú de la manera más irresponsable", dijo el presidente en un discurso a casi 4000 metros de altura en la Plaza de Armas, donde hace un año Sendero Luminoso mató a una decena de funcionarios.

Sendero Luminoso ha sido comparado con el Kmer Rojo debido a su radicalismo antioccidentalismo y sanguinario accionar.

Sobre el presunto apoyo externo a Sendero Luminoso, Fujimori dijo que "esos jóvenes, bien vestidos y bien comidos en los Estados Unidos o en Europa, quieren contentar sus conciencias entregando su apoyo en dólares o en marcos o en francos para la causa de la revolución en Perú. No saben que este dinero se convierte en sangre de campesinos inocentes que ellos nunca conocerán".

"Yo les digo a esos jóvenes en el exterior, si tanto les interesa Perú vengan a conocerlo aquí", agregó Fujimori. "No dejen que les vendan una revolución en el Tercer Mundo como quien les vende una baratija exótica", subrayó.

Sendero Luminoso ha ma-

tado a millares de campesinos como parte de su insurgencia que en once años ha cobrado casi 23.000 muertos.

Fue la primera vez que Fujimori entrega personalmente armas a rondas campesinas desde que asumió el poder el 28 de julio pasado. Observaron la ceremonia, miembros del gabinete de Fujimori, los

embajado
dos, Suiz
mentarios,
un grupo e dijera el nivel al cual salles y extrajan al mercado.

"Entreg El apoyo que tanto el go-
ronderos gobierno de Japón como de Ale-
para la autonomía dieron a sus respectivas
dida lógica monedas, no sólo marcó un
Fujimori. iso" para las tasas de inte-

"¿Signifi, sino que sembró la duda
futuros incrementos en los

vel las órden
putadas pote
buscando va
los de octubr
vertir la tend

Por su pa
2,17% cont
1,8230 mar
martes pasad

ENTRADA
CRUZ

01 . 01 9107653

FUJIMORI armó a campesinos.
A F. (150027)
25-6-91
PERU (66817)
F. MIL (11163)
SUD. (11140)

Polémica medida crea milicias para enfrentar al terrorismo de Sendero Luminoso

Grave: Fujimori armó a campesinos

Buenos Aires, martes 25 de junio de 1991, Ambito Financiero

Lima (Reuter) — El presidente Alberto Fujimori ha comenzado a distribuir armas entre los campesinos peruanos para que éstos formen milicias de autodefensa contra Sendero Luminoso, pero algunos diplomáticos señalaron que la medida es un arma de doble filo.

"Yo no voy a dejar que las incursiones terroristas sigan cobrando víctimas entre los campesinos que quieren defenderse", dijo Fujimori el domingo al entregar más de un centenar de escopetas Winchester a diez batallones de ronderos (milicias campesinas) en la comarca andina de Chaquicocha, en la provincia de La Concepción, en el centro de Perú.

"Esto lo debieran saber todas aquellas personas que en el exterior promueven una Camboya en Perú de la manera más irresponsable", dijo el presidente en un discurso a casi 4000 metros de altura en la Plaza de Armas, donde hace un año Sendero Luminoso mató a una decena de funcionarios.

Sendero Luminoso ha sido comparado con el Kmer Rojo debido a su radicalismo antioccidentalismo y sanguinario accionar.

Sobre el presunto apoyo externo a Sendero Luminoso, Fujimori dijo que "esos jóvenes, bien vestidos y bien comidos en los Estados Unidos o en Europa, quieren contentar sus conciencias entregando su apoyo en dólares o en marcos o en francos para la causa de la revolución en Perú. No saben que este dinero se convierte en sangre de campesinos inocentes que ellos nunca conocerán".

"Yo les digo a esos jóvenes en el exterior, si tanto les interesa Perú vengan a conocerlo aquí", agregó Fujimori. "No dejen que les vendan una revolución en el Tercer Mundo como quien les vende una baratija exótica", subrayó.

Sendero Luminoso ha matado a millares de campesinos como parte de su insurgencia que en once años ha cobrado casi 23.000 muertos.

Fue la primera vez que Fujimori entrega personalmente armas a rondas campesinas desde que asumió el poder el 28 de julio pasado. Observaron la ceremonia, miembros del gabinete de Fujimori, los embajadores de Estados Unidos, Suiza, Holanda, parlamentarios, así como también un grupo de periodistas locales y extranjeros.

"Entregarles armas a los ronderos que son de uso civil para la autodefensa es una medida lógica y sensata", dijo Fujimori.

"¿Significa esto aplicarle una autoridad, reemplazar a las fuerzas del orden, propiciar una guerra civil?, se preguntó.

• Oportunismo

"Todo eso es tremendismo absurdo y oportunismo".

"La violencia y la guerra existen en zonas de emergencia, sólo que tenemos en este caso a gente armada por el lado del terrorismo y a gente desarmada por el lado de las comunidades campesinas", dijo Fujimori.

Sin embargo, diplomáticos consultados por "Reuter" dijeron que "es una jugada muy peligrosa de Fujimori y un arma de doble filo".

01 . 01

9107653

Nº. DOCUMENTO
TITULO Fujimori reorganiza el agro peruano.
PROCEDENCIA L. Prensa 150026
FECHA 25-6-91
VIA Perú 66817
Fee. (11161)
S. Agropecuario (11402)

El fracaso del "modelo" socialista

L.P 25/6/91

Fujimori reorganiza el agro peruano

Por Emilio J. Cárdenas

El presidente Fujimori no sólo pasará a la historia como una sorpresa electoral. También por el innegable coraje de sus propuestas.

Su decisión de enfrentar el desastre que afecta al agro peruano con las trasformaciones imprescindibles, así lo demuestra. Con la reciente sanción de dos decretos supremos, el presidente del Perú se lanza a procurar cambiar un estado de cosas lamentable.

La reforma agraria dispuesta en 1969 por el gobierno del general Velasco causó al Perú daños que, hoy se advierte, resultaron irreparables. Destruyó la confianza. En nombre de la equidad, sembró la injusticia. Y, por años, aniquiló la posibilidad de que el Perú pudiera mostrar un "clima de inversión" atractivo. Pero, además (y como si todo eso fuera poco), arrasó con el agro peruano mismo. Así lo demuestran hoy las cifras.

La producción agropecuaria tradicional del Perú: algodón, azúcar y arroz, en algo más de dos décadas de increíble decadencia, ha caído a la mitad. Hoy el Perú importa lo que ayer producía. Sus exportaciones de esos productos, es obvio, han disminuido notablemente. Y ni siquiera los presuntos "beneficios sociales" están a la vista, desde que los más pobres continúan abandonando la tierra. para radicar su miseria en las ciudades.

La reforma agraria peruana, en esencia, consistió en quitarle la tierra a algunos (sin pagarles, claro está, lo que en justicia, correspondía), y repartirla entre otros. Como si con eso sólo, el milagro de la abundancia pudiera aparecer. Midas, por cierto, no llegó al agro peruano. Ni cerca.

El comienzo de un cambio

Conforme a los decretos supremos sancionados ahora, la tierra podrá, una vez más, trasferirse libremente y aun aquellos que no son agricultores (estrictamente hablando) podrán ser propietarios de la tierra agrícola. No más cadenas que, para más de uno, supusieron una esclavitud disimulada. En cambio, una mayor normalidad. El mejor de los estímulos. Algo así como comenzar a enterrar una utopía.

Otras restricciones insólitas también han sido eliminadas: 1º) las sociedades con responsabilidad limitada podrán ser propietarias de la tierra; 2º) el "máximo" de tierra que cada propietario puede poseer ha sido elevado de 150 hectáreas a 1.000 (la poda no es aquí suficiente, es el propio "máximo", el que debió haber desaparecido); y 3º) la tierra, además, podrá utilizarse para constituir hipotecas en favor de terceros que estén dispuestos a financiar la actividad agropecuaria (esto es necesario al haberse eliminado los subsidios, disfrazados de préstamos promocionales que, con cuentagotas, eran canalizados a través del Banco Agrario).

Todo esto en un año en que el Perú (y su sector rural, en particular) reciben un nuevo azote: el de la sequía, cuya consecuencia inmediata ha sido la de reducir, en casi 100.000 hectáreas, el área sembrada. Habrá menos maíz, algodón y arroz. Pero también menos trigo y cebada. Sólo la siembra del sorgo aumentó. Preocupante.

Sobre los hombros de los agricultores peruanos, otro problema: el "inti" está sobrevaluado. Esto (cuando no) abarata los productos de importación, mientras aumentan los costos de los agricultores domésticos. Por ello, los productos esenciales: arroz, azúcar, leche en polvo, maíz y trigo, tienen protección arancelaria.

Pese a todo, con Fujimori renace la ilusión, con la vuelta paulatina a la normalidad. Aunque éstos sean sólo los primeros pasos. El Perú, con casi 8 millones de hectáreas cultivables, sólo trabaja hoy unos 2,7 millones de hectáreas. Manifestación por demás elocuente de un desastre que el presidente procura resolver.

A modo de reflexión

Quienes recordamos con tristeza la "era" de Velasco, con la arrogancia de sus actores (con mucho bronce y bastante poca inteligencia), deseamos lo mejor para el Perú. Después de dos décadas de depresión y miseria, un manto de agotamiento es perceptible. El fracaso de este "modelo" socialista, una vez más, es inocultable. Por eso, con Gonzalo Fernández de la Mora, creemos que "el igualitarismo ni siquiera es una utopía soñada; es una pesadilla imposible". El Perú lo sabe bien. "Lo que sí cabe es satisfacer transitoria y localmente la envidia igualitaria, al precio de la involución cultural y económica". El Perú lo sufrió. Está claro.

Es que, como también apunta ese autor: "La envidia igualitaria es el sentimiento social resentimiento por excelencia. Y es una irónica falsificación semántica que se autodenominen "progresistas" las corrientes políticas que estimulan tal flaqueza de la especie humana. la deletérea envidia igualitaria dicta las páginas oscuras de la historia: la jerárquica emulación creadora escribe las de esplendor".

En verdad, la búsqueda de igualación debiera, en todo caso, tener como objetivo, otro horizonte. Cada nación debe procurar ser, a la vez, la mejor para sus pobres y sus ricos. Para todos. Para ello, sin caer en arbitrariedades, debe estimular un nivel de vida aceptable para todos, por la única vía disponible, la de la creación de riqueza.

El Perú, alguna vez a la cabeza de la civilización de América, es un triste testimonio de cómo la distribución, sin creación, termina en el colapso, cuando de riqueza se trata.

01 . 01

9107654

Otra fuerte suba de nafta en Perú.
A.F. 150027
24-6-91
Perú 66817
F Econ. (11161)
Pol. Ec. (11392)

Otra fuerte suba de nafta en Perú: 18%

A.F. 24/6/91

*Lima (Reuter, UPI, DPA) — El gobierno peruano aumentó ayer **18 por ciento** el precio de los combustibles en busca de **mayores recursos**, apenas 20 días después del último reajuste y haciendo temer un rebrote inflacionario.*

*El incremento ocurrió en un contexto social donde miles de trabajadores públicos realizan **una huelga ininterrumpida** desde hace tres meses, demandando un incremento urgente para sus exiguos salarios. El gobierno justificó el impuesto a fin de fortalecer el Tesoro y zanjar la crisis de los trabajadores de la salud y docentes. También se alegó la necesidad de engrosar las arcas de la **Compañía Estatal Petroleros del Perú (Petroperú).***

*El nuevo precio del galón (de cuatro litros) de nafta de **84 octanos** —la de mayor consumo en el país— es de **1,90 dólar y la de 95 octanos, de 2,40 dólares**, considerando un tipo de cambio promedio de **0,835** millón de intis por unidad monetaria estadounidense.*

*El querosén, utilizado por millones de peruanos pobres para cocinar, también ascendió **18** por ciento a **0,72 intis millón (0,86 centavos de dólar) por galón desde 0,61 intis (0,73 centavos de dólar).***

*El ministro de Economía, **Carlos Boloña**, dijo el mes pasado ante el Congreso que los precios de los combustibles se modificarían mensualmente en proporción al ritmo de la inflación, que en mayo se ubicó en **7,6 por ciento.***

*Algunos expertos económicos temen que la inflación rebrote por el arrastre sobre los precios del aumento de la nafta y creen que podrían llegar a **12 por ciento en junio.***

*Hasta julio de **1990**, último mes del ex presidente **Alan García**, cuatro litros de nafta costaban **cinco veces menos que un litro de agua gaseosa**, debido a la política de subsidios aplicada por su gobierno. El "sinceramiento de precios" aplicado por Fujimori dentro del contexto de una política económica liberal y las urgencias de la caja fiscal elevaron el precio de la nafta **en 52 veces.***

*Cuatro nuevos incrementos de precios sufrieron los combustibles este año con el aumento de ayer, que pone su precio en **casi 70 veces más que hace 11 meses.***

*Este aumento puso en la mira de los analistas financieros una nueva tendencia de los agentes económicos hacia **la dolarización, con una caída de los ahorros en intis y el auge del mercado callejero de la compra y venta de dólares.***

*En mayo, la devaluación monetaria alcanzó **50 por ciento** tras cinco meses de relativa estabilización.*

01 01 9107655

DOCUMENTO
TITULO Sobresaltada Lima por el terrorismo.
PROCEDE La Nación 150015
FECHA 23-6-91
VINCULACION Perú 66817
F. MIL (11163)
Subv. (11170)

Más de un centenar de personas muertas en los últimos cinco días

La N. 23/6/91

Sobresaltada Lima por el terrorismo

Se registró una escalada de atentados y de la agresión rebelde

Más de un centenar de personas muertas en los últimos cinco días dejaron constancia de una semana particularmente violenta en Perú, en la que el terrorismo mantuvo a Lima sobresaltada, pero sufrió fuertes bajas en otras zonas del país.

LIMA.- La cifra de fallecidos, desde que el lunes fue asesinado en esta capital el administrador de una fábrica textil, fue al menos de 115, entre los que se encuentran terroristas, campesinos, ejecutivos de empresas y miembros de las fuerzas de seguridad, según fuentes policiales y militares.

Lima registró el viernes una escalada de atentados, durante la que murieron cinco personas, entre ellas tres presuntos activistas del grupo maoísta Sendero Luminoso, que se enfrentaron a una patrulla de la policía en el puerto limeño del Callao.

Las otras dos víctimas mortales fueron un funcionario de la estatal Corporación Peruana de Aeropuertos y Aviación Comercial (CORPAC), Víctor Ruiz, a quien le estalló, en las manos, una carta bomba enviada por terroristas a su domicilio en el distrito de Lince, y Segundo Gómez, conductor civil de un autobús de la Marina de Guerra.

Este instituto castrense informó en un comunicado oficial de que otras seis personas, entre ellas tres infantes de Marina, resultaron heridas, al estallar un coche bomba al paso del autobús que trasladaba su personal, a la altura de la barriada Mi Perú, en el sector norte de la periferia limeña.

La agresión terrorista a la capital peruana se inició el lunes pasado, cuando fue asesinado a tiros por un "comando de aniquilamiento" senderista el ejecutivo de la empresa de tejidos "La Unión", David Díaz, y cuando atentados perpetrados por miembros de la banda maoísta derribaron unas diez torres de alta tensión del tendido eléctrico.

"Día de la heroicidad"

El desencadenamiento de la violencia se atribuyó a la intención de Sendero Luminoso de "conmemorar" el 18 y 19 de junio, que en su "calendario rojo" llama "día de la heroicidad", fechas en las que se cumplió el quinto aniversario de la matanza de 250 presos acusados de terrorismo, que se amotinaron en tres cárceles de Lima.

El Mayor del Ejército Arturo Portocarrero fue acribillado por los maoístas en Lima y otras tres personas en Barranca, 190 kilómetros al norte de esta capital el 18, y al día siguiente, los terroristas mataron a un soldado y dos civiles en Punta Arenas, departamento selvático de San Martín.

Sendero Luminoso sufrió un revés en el distrito limeño de Villa María del Triunfo, el miércoles, al ser abatidos siete de sus miembros por fuerzas combinadas del Ejército y la policía, cuando se disponían a atacar con armas de fuego y explosivos la comisaría del barrio de San Gabriel.

Durante los mismos días, en zonas de los departamentos selváticos de Sarí Martín y Ucayali, los senderistas encajaron las más severas derrotas de los últimos tiempos en sus enfrentamientos con las fuerzas de seguridad, al caer abatidos más de medio centenar y al menos 30 de sus miembros, respectivamente, en dichos lugares.

Informaciones procedentes de Ayacucho, indicaron que los senderistas asesinaron a quince miembros de la milicias civiles llamadas "rondas campesinas", que se oponen a los grupos subversivos, en diversos poblados del departamento, y que dos terroristas murieron.

01.01 9107656

DOCUMENTO
TITULO Polémicos impuestos en Perú.
PROCEDE A.F. (150027)
FECHA 21-6-91
VIA Perú 66814
T. Economía (11161)
Pol. Ec (11392)

Polémicos impuestos en Perú

Lima (DPA, UPI, Reuter) — Dos nuevos impuestos, al patrimonio personal y a las acciones, permitirán al Estado peruano recaudar de una sola vez entre **70** y **83 millones de dólares**, que irían a robustecer el tesoro público para poder aumentar los salarios de los sectores en conflicto desde hace más de tres meses: **los empleados de salud, educación, la policía y los militares.**

Con la adopción de los nuevos gravámenes se confirmó la relegación de la controvertida propuesta del "**impuesto de solidaridad**" que se pensaba aplicar a todos los salarios que pasaran de **200 millones de intis** (unos 235).

El gravamen al patrimonio personal será de **1,5%**. A.F. 21-6-91

ENTRADO
CRUZADO

01.01 9107657

DOCUMENTO
TITULO La Iglesia media entre Fujimori y el senderismo.
PROCEDENCIA La Nación 15a025
FECHA DE PROCEDENCIA 21-6-91
VINCULACIONES Perú 66817
F. MIL (11163)
SnSU (11170)
~~Terrorismo~~ (11165)
Iglesia (11020)

La Iglesia media entre Fujimori y el senderismo

L. N. 21-6-91

BONN, 20 (DPA).– La Iglesia católica del Perú ha iniciado sondeos en Alemania y en Suecia en busca de apoyo para promover un diálogo de paz entre el gobierno de Alberto Fujimori y los grupos guerrilleros Sendero Luminoso y Túpac Amaru.

Pese a que Sendero Luminoso, por la lógica de su propia organización, no estaría dispuesto a un diálogo, la Iglesia peruana posee información según la cual muchos integrantes decepcionados de ese movimiento terrorista desean abandonarlo.

La iniciativa responde a una decisión adoptada por la conferencia episcopal del Perú el 24 de mayo último para buscar una solución pacífica a esa lucha interna y fratricida que desde hace diez años impide al pueblo peruano salir adelante, pese a su insistencia, en la vía democrática.

Tres días antes había sido asesinada por senderistas la religiosa australiana Irene McCormack y otras cuatro personas de Huanahuasi, a 120 kilómetros al este de Lima.

Fuertes enfrentamientos

LIMA, 20 (ANSA).– Siete subversivos muertos, varios heridos y cerca de un centenar de detenidos fue el saldo de los enfrentamientos ocurridos ayer entre policías y militares con elementos subversivos, al cumplirse el quinto aniversario de la matanza de 300 reclusos acusados de subversión en dos cárceles de Lima.

Sendero Luminoso recordó en la víspera el autoproclamado "día de la heroicidad", en memoria de las víctimas de esa matanza, que hasta hoy no ha sido esclarecida.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

9107658

Nº DOCUMENTO
TITULO Continúa la violencia en Perú: 9 muertos.
PROCEDENCIA A.F. 150094
FECHA 20-6-91
VINCULACIÓN Perú 66817
IMC (11163)
SJU (11140)

Sigue la violencia en Perú: 9 muertos

A.F. 20-6-91

Lima (Reuter, UPI, DPA) — La **ola de violencia** que está sacudiendo nuevamente a Perú se cobró ayer **por lo menos otras nueve víctimas**, la mayoría asesinadas por el grupo guerrillero **Sendero Luminoso** al cumplirse el **quinto aniversario** de la muerte de 300 de sus seguidores en cárceles peruanas.

Ocho campesinos y un dirigente sindical fueron las víctimas de ayer, informaron las autoridades. Un comunicado oficial consignó además que una patrulla del Ejército abatió ayer **a un número no precisado de guerrilleros maoístas** durante un enfrentamiento en la selva amazónica.

En tanto, efectivos policiales apoyados por un helicóptero artillado detuvieron a unas **200 personas** cerca del penal de **Lurigancho**, uno de los tres donde fuerzas de seguridad mataron a unos 300 reclusos **el 19 de junio de 1986**.

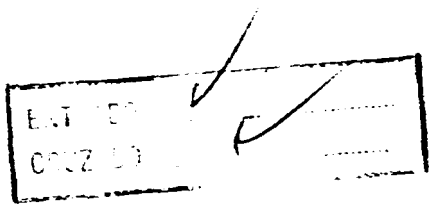
El aniversario, además, fue utilizado para acrecentar las críticas sobre el desprestigiado **Alan García**.

El **canal de televisión oficial** mostró ayer imágenes de archivo donde aparecía el ex presidente diciendo que **"la barbarie no se combate con la barbarie"** en medio de las humeantes ruinas de los pabellones de reos senderistas.

García prometió entonces una profunda investigación y castigo a los responsables de la matanza, diciendo **"o se van ellos o me voy yo"**.

Sin embargo, García fue absuelto por el Congreso sobre su responsabilidad política en la matanza de los presos y sólo **dos oficiales de policía** fueron condenados por un tribunal militar. Decenas más fueron sobreseídos.

Alberto Fujimori



01 . 01

8107659

DOCUMENTO
TITULO Nuevo estallido de violencia en el Perú
PERIODICO La Nación 150025
FECHA 19-6-91
VIA UBICACIÓN Perú 66817
FMIL (11163)
SUSU (11170)

Nuevo estallido de violencia en el Perú

L.N. 19/6/91

LIMA, 18 (AP). – Guerrilleros izquierdistas abatieron a balazos a un oficial del ejército peruano, lanzaron una granada contra el Ministerio de Economía y sabotearon el servicio eléctrico ocasionando un apagón parcial en Lima.

Una fuente castrense anunció que un mayor del ejército, Oswaldo Arturo Portocarrero, fue abatido a balazos por dos rebeldes que lo sorprendieron cuando se disponía a subir a su automvil.

Indicó que el atentado ocurrió esta mañana en inmediaciones de la residencia del oficial.

En otro episodio de violencia, según la policía, los guerrilleros lanzaron una granada contra el edificio del Ministerio de Economía. El artefacto estalló en el séptimo piso y causó daños materiales, pero ninguna víctima.

El despacho del ministro de Economía y Finanzas, Carlos Boloña Behr, se encuentra en el noveno piso del edificio y no sufrió daños.

Entretanto, un apagón parcial afectaba desde anoche diferentes sectores de Lima y del vecino puerto El Callao, ciudades donde vive un tercio de los 21 millones de peruanos.

Una vocero de la empresa estatal de electricidad Electroperú dijo que el apagón fue ocasionado por sabotajes en las torres del tendido de alta tensión.

Los atentados coincidieron con una huelga indefinida de unos 350.000 empleados públicos, enfermeras, médicos de la seguridad social y mineros, declarada desde hace varias semanas en demanda de aumentos salariales.

La inflación peruana llegó al 2001 por ciento en los últimos doce meses.

El gobierno ha dicho reiteradamente que no puede otorgar aumentos inmediatamente porque carece de recursos. Sin embargo, el ministro de Economía y representantes del Congreso continúan buscando fórmulas para lograr fondos.

La policía dijo que por el momento se desconoce qué grupo subversivo perpetró los atentados de las últimas horas. En el país actúan el grupo maoísta Sendero Luminoso y el procastrista Movimiento Revolucionario Túpac Amaru.

La serie de atentados coincidió con el quinto aniversario de la muerte de 250 presos, la mayoría de ellos guerrilleros de Sendero Luminoso, que se habían amotinado el 18 y 19 de junio de 1986 en tres cárceles limeñas.

01 . 01 9107660

MENTO
Evitan fuga de senderistas
NCIA La Mañana 150015
E P 17-6-91
ACION Perú 66817
FMIL (11163)
SUBV. (11140)

Recluidos en una cárcel limeña

La M. 17691

Evitan fuga de senderistas

En las celdas almacenaban armamentos

LIMA.- La Policía peruana frustró una fuga masiva de miembros del grupo terrorista Sendero Luminoso, recluidos en la cárcel limeña de "Canto Grande", de la que en julio de 1990 escapó medio centenar de militantes de otra organización subversiva, se informó ayer en la capital peruana.

La fracasada evasión de senderistas fue detectada el sábado por los servicios de información de la Policía Nacional, que también descubrieron en las celdas de los terroristas artefactos explosivos, bombas incendiarias y diversos tipos de armas hechas artesanalmente por los presos, informó la prensa local.

La fuga estaba preparada para llevarse a cabo los días 18 y 19 de junio, que en el denominado "calendario rojo" del grupo maoísta Sendero Luminoso se señala como "día de la heroicidad", en recuerdo de los 200 senderistas que murieron en 1986 tras una represión de las fuerzas de seguridad para acabar con los motines de los acusados por terrorismo en tres penales limeños. ■

ENTRADO
CRU

01 . 01 9107661

DOCUMENTO
TÍTULO Perú: Atentados en 20 bancos
PROCEDENCIA L.T. 150027
FECHA 14-6-91
UBICACIÓN Perú 66817
FMIL (1163)
SASJ (1140)

Perú: atentados en 20 bancos

*Lima (Reuter) — Presuntos guerrilleros procubanos del **Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA)** realizaron simultáneamente atentados con bombas **contra más de 20 sucursales bancarias de Perú**, causando considerables daños pero no víctimas, dijo ayer la policía.*

*Agregó que las principales filiales afectadas en la ola de atentados perpetrada el miércoles en la noche, pertenecían al **Banco Popular, Banco Hipotecario y Banco Latino.***

Un vocero dijo que la Policía sospecha que los autores de los atentados pertenecen al MRTA por el tipo de explosivo, polvo de aluminio, que suele utilizar ese grupo guerrillero.

*Lima suele ser frecuentemente escenario de ataques a bancos y algunos funcionarios han conjeturado que los atentados podrían estar vinculados a los **"cupos" o "impuestos revolucionarios"** impuestos por grupos guerrilleros a empresas peruanas.*

L.T. 14-6-91

ENTRADO
CPIT

01 . 01

9107662

Nº DOCUMENTO
TITULO Atentados en Perú
PROC La Nación 150025
FE 14-6-91
VI Perú 66817
F MIL (11163)
Sub (11140)

Atentados en Perú

L.N. 14-6-91

LIMA, 13 (ANSA).- Decenas de bancos e instituciones financieras sufrieron atentados con explosivos anoche por parte de presuntos guerrilleros en varios lugares de Lima y en localidades vecinas.

Los atentados causaron heridas a cuatro transeúntes y cuantiosos daños materiales.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

9107663

DOCUMENTO 91 1664
TITULO Generalidades, guerrilha, sit. social
PROCEDENC Zero Hora 15.06.89
FECH. 13-6-91
VIA: UL. Perú 66817
FMIL (1163)
SSUSI (1140)
ESocial (1165)

Protesto: *trabalhadores e policiais em constante confronto*

A terra dos *Filhos do Sol* em convulsão

□ Os descendentes dos incas enfrentam uma das das piores crises da história: desemprego greves, guerrilha, cólera e miséria

NILSON MARIANO

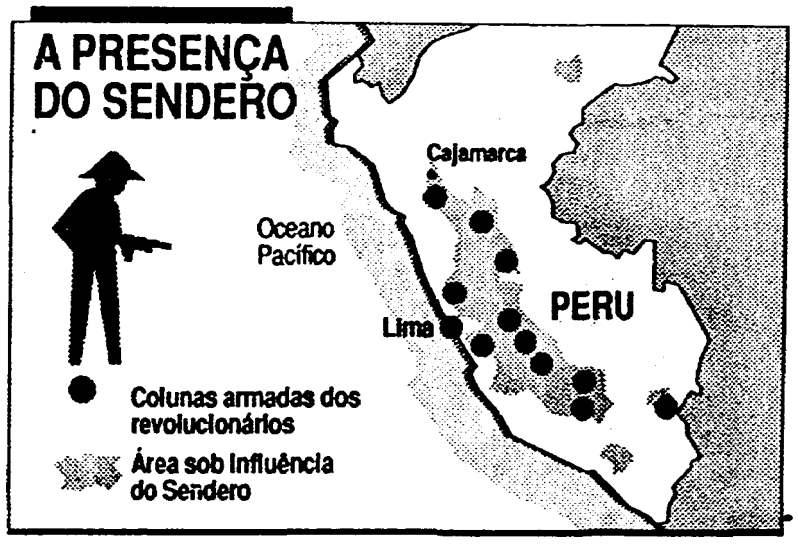
Enviado Especial/ZH

A terra dos *Filhos do Sol* está convulsionada. Antiga e próspera capital do império espanhol na América do Sul, o Peru vem sendo abalado por uma das piores crises da história — os trabalhadores entraram em greve, porque não suportam o arrocho salarial e o desemprego; os guerrilheiros do Sendero Luminoso continuam atacando; os traficantes de coca agem livremente; já existem 203.628 casos de cólera e a miséria aflige 85% dos 22 milhões de peruanos.

Algumas regiões nos 1.285.216 quilômetros quadrados do Peru, que se libertou da coroa espanhola em 1824, são paradisíacas. Do século XI a 1532, as tribos indígenas dos Andes, chamadas genericamente de incas, organizaram uma das civilizações mais florescentes do Planeta. Considerados os *Filhos do Sol*, como os maias e astecas, eles foram aniquilados pelos espanhóis de Francisco Pizarro. Mas o Peru continuou se desenvolvendo. No início do século, Lima era uma das capitais mais aristocráticas da América. Agora, o País está sendo assaltado pela pobreza e as conturbações políticas.

Pressionado, o presidente Alberto Fujimori, eleito pelo Movimento Independente Câmbio 90, colocou alguns tanques nas ruas, reforçou o policiamento e deflagrou um programa econômico mais recessivo que o do Brasil. Em Lima, há soldados armados de metralhadores e tanques de guerra de prontidão. Dentro do Palácio do Governo, o presidente Fujimori, um nissei evangelista e engenheiro-agrônomo, parece imperturbável. Ele se recusa a negociar com grevistas e políticos de oposição. E ataca duramente os guerrilheiros e narcotraficantes.

Fujimori, eleito num segundo turno com 56,3% dos votos, em junho do ano passado, está convicto de que as suas medidas econômicas salvarão o Peru. O "Fujichoque", como é conhecido o programa econômico, aumentou as tarifas e a gasolina de 300% a 3.100%, congelou salários, retomou o pagamento dos serviços da dívida externa (estimada em US$ 20 bilhões de dólares) e está tentando abrir o Peru ao estrangeiro. A esperança de Fujimori é que os Estados Unidos e o Japão liberem um empréstimo emergencial de US$ 750 milhões de dólares.



Guerrilha não dá trégua

Misteriosa, ousada e violenta, a guerrilha do Sendero Luminoso não dá tréguas aos governantes do Peru. Agindo desde 1980, desafiando os governos de Fernando Belaúnde Terry, Alan Garcia e agora de Alberto Fujimori, os 5 mil senderistas já possuem 12 colunas guerrilheiras, espalhadas em um terço do território. Com menos vigor, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) também tenta derrubar o Governo, que mobilizou mais de 2 mil soldados de elite para desmantelar as guerrilhas.

O Tupac Amaru (nome de um imperador inca que pretendeu resistir aos espanhóis, no século XVI) parece ter sentido mais a ofensiva do exército. No início do mês, tropas de elite capturaram mais de 20 guerrilheiros desse grupo, inclusive Rosa Cruz Padilha, a ex mulher do líder Victor Polay, que foi preso em fevereiro de 1989. Com as prisões, feitas em Lima, na Rua Santa Marta, o Ministério do Interior acredita ter liquidado a cúpula do Tupac Amaru, que age preferencialmente nos centros urbanos. Também foram detidos os instrutores de guerrilhas e coordenadores de operações.

Talvez as autoridades peruanas tenham razão. No sábado passado, o Tupac Amaru libertou nove policiais que haviam sido seqüestrados a 9 de maio, em Rioja, na região amazônica. Isto foi interpretado como mais um sinal de fraqueza dos guerrilheiros. O comandante do Exército peruano, tenente-general Adolfo Cubas Escobedo, garantiu que a libertação ocorreu "sem que o Governo tenha concordado com alguma das condições do grupo sedicioso". Na verdade, o Tupac Amaru resolveu aceitar a intermediação da Igreja e entregou os policiais ao bispo de Moyobamba, Venâncio Orbe, sãos e salvos. Quando chegaram em Lima, os policiais disseram que "foram bem tratados, mas estavam com o moral baixo".

LUMINOSO — Mas o Sendero Luminoso (Caminho Luminoso) permanece inabalável. Formado em 1970, combinando a ideologia do chinês Mao Tsé-tung com os preceitos do filósofo peruano José Carlos Mariátegui, fundador do Partido Comunista, em 1928, os senderistas promovem ações espetaculares. Seguidamente, eles explodem as estações geradores de energia elétrica, deixando as cidades no escuro. Então, do alto das montanhas, projetam as luzes da foice e do martelo, símbolo do comunismo. Optando pela luta armada em 1980, os senderistas travaram combates que causaram 19 mil mortes, até maio do ano passado.

Não há como negar que o Sendero — o último grande grupo operando na América Latina — infunde terror. Os tanques e os soldados armados com metralhadoras não estão nas ruas de Lima apenas para controlar pacíficos professores e funcionários do Ministério da Saúde em greve. Muitos deputados e senadores também temem os guerrilheiros. O número dos seus telefones residenciais são mantidos em segredo. Nas livrarias e bancas de revistas não há publicações sobre o Sendero. "É proibido", justificou um livreiro estabelecido em Miraflores, o bairro moderno de Lima.

O Sendero está baseado principalmente em Ayacucho — uma região desolada, a 583 quilômetros de Lima, que significa "Rincão dos Mortos" em língua quéchua. O líder supremo é Abimael Guzmán, 57 anos, o *Comandante Gonzalo*, que está incógnito desde 1977. Professor universitário carismático, orador fogoso e leitor de pensadores idealistas como Heidegger e Jaspers, Guzmán é polêmico e instigante. O seu aniversário, a 4 de dezembro, é festejado com algum atentado. Os senderistas gostam de agradar o seu líder, que cortou um "s" do nome de batismo — Abismael, herdado do pai — para ser Abimael, como era chamado um dos "cavaleiros do apocalipse".

TRÁFICO — Atuando entre os camponeses — pobres, sem assistência e vivendo como no século passado —, os senderistas querem derrubar o Governo a qualquer custo. Eles declararam guerra a Fujimori, a quem chamam de "fiel servidor do atual governo fascista e genocida". Na selva, quase na fronteira com o Brasil, fizeram aliança com os traficantes de coca. O Peru já produz 40% da folha de coca. Os outros 60% provêm da Colômbia, Equador e Bolívia. Em troca da proteção contra o Exército, os guerrilheiros recebem armas e dólares dos narcotraficantes.

Os senderistas também são acusados de radicalismo e intransigência. Às vezes, eles condenam supostos colaboradores do Governo em julgamentos sumários. Os nomes são publicados em muros, antes das execuções. Os mais extremados também incitam os camponeses contra os estrangeiros. "Aqueles que chegam pelo céu, são amigos", conclamou um guerrilheiro, após descer de helicóptero numa comunidade. "Aqueles que chegam a pé, vocês devem matar, arrancar-lhes os olhos, cortar-lhes a língua, para dar de comer aos cães".

01 02
9107664

Fujimori aposta na recuperação do País

O presidente Alberto Fujimori acredita que as medidas econômicas adotadas em agosto do ano passado vão recuperar o Peru. Após 11 meses de governo, o presidente admite que a população ainda enfrenta alguns sacrifícios e a inflação não foi controlada, mas espera retomar o crescimento brevemente. A esperança de Fujimori é que os Estados Unidos e o Japão liberem imediatamente uma ajuda de US$ 750 milhões de dólares. O Peru já começou a pagar US$ 60 milhões mensais dos serviços da dívida externa, que ultrapassou os US$ 20 bilhões.

No dia 8, Fujimori concedeu uma entrevista a **Zero Hora** e outros jornais do Brasil, no Palácio do Governo, em Lima. Os jornalistas visitaram as principais cidades peruanas a convite do Fundo de Promoção Turística do Peru (Foptur). Na entrevista, o presidente não minimizou os problemas do País, que passa por grave crise econômica e política. Os principais trechos da entrevista:

ZH — Quais os efeitos da cólera sobre o Peru?

Fujimori: Os efeitos da cólera têm sido realmente catastróficos. De 200 a 250 mil pessoas foram afetadas. E há um número apreciável de 1.500 vítimas. No aspecto econômico, foi muito grave para o País, que vive uma situação de extrema dificuldade. A paralisação das exportações de pescado e de agro-alimentos gerou prejuízos de US$ 200 milhões de dólares. A perda na atividade turística foi de 80% de pessoas, o que significou um menor ingresso de divisas. Mas as notícias têm sido injustas, inexatas. Não há uma endemia generalizada no Peru.

ZH — A televisão noticia que seis pessoas são mortas por motivos políticos em Lima, diariamente. O que o seu governo está fazendo a respeito?

Fujimori: Bem, eu não qualificaria de violência política. Há uma violência alarmante nos últimos 12 anos, mas não tem havido incremento. Nós estamos combatendo essa violência com os serviços de inteligência, que estão sendo reorganizados. Como outros problemas, requer paciência. Uma solução imediata seria ilusória. A estratégia é identificar e golpear a cúpula dos grupos subversivos.

ZH — Os sindicalistas reclamam que o senhor investe mais no Exército, deixando a saúde e educação com poucos recursos?

Fujimori: Não temos a cifra quanto à aplicação em saúde e educação. Nós duplicamos de 4% a 8% do PIB. Mas, para atendermos todas as necessidades sociais, se precisaria 12%. Isto significa um déficit muito grande. No setor de educação, nós recebemos um déficit de 31.500 salas de aula. Quer dizer, um déficit para 12 milhões e 500 mil crianças.

ZH — O povo elegeu o senhor com a expectativa de conseguir ajuda internacional. Nesse momento difícil, com a cólera, quanto o Peru recebeu de ajuda?

Fujimori: Na primeira etapa, nós estamos buscando a reinserção do Peru na comunidade econômica financeira. Os Estados Unidos e o Japão já manifestaram intenção de aportes de US$ 350 milhões de dólares e US$ 400 milhões de dólares, em créditos muito especiais.

ZH — Quando viriam esses recursos?

Fujimori: O Peru tinha um atraso com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial e comunidade financeira internacional de US$ 2,1 bilhões de dólares. Temos uma dívida muito maior, mas os atrasos são esses. Para pagar, precisamos encontrar mecanismos com o FMI. Com US$ 1,3 bilhão, podemos regularizar essa situação. Os US$ 1,3 bilhão que o Peru deve desembolsar, imediatamente, nós não temos. Precisamos encontrar esse dinheiro com os países amigos. Cobertos esses atrasos, o BIRD vai desembolsar os créditos para aplicar em desenvolvimento.

ZH — O Peru tem atividades subversivas, o estigma de um país pobre do Terceiro Mundo, o narcotráfico e agora a cólera. Isto espanta os mercados dos Estados Unidos e Europa. O que fazer para mudar essa imagem?

Fujimori: A imagem do Peru está muito deteriorada. Quando se fala do Peru, se fala das sete pragas do Egito. Se não houver essa mudança de imagem, o meu País dificilmente conseguirá o crédito de US$ 750 milhões de dólares.

ZH — E as greves dos trabalhadores?

Fujimori: O setor público não tem remuneração digna pelo trabalho que realiza. Mas o Estado também não tem como pagar mais.

ZH — O senhor acredita que o Peru poderá retomar o desenvolvimento?

Fujimori: É um problema de toda a América Latina, não só nosso. Temos conseguido certos resultados, mas não definitivos. E não estamos satisfeitos. Baixar a taxa de inflação de 50% para 10% por mês, não é significativo. Mas há um processo de estabilidade, equilíbrio.

Trabalhadores lutam e apanham para recuperar o poder aquisitivo

Uma cena violenta chocou os moradores de Lima, na sexta-feira passada: quando um grupo de professores grevistas protestou contra os baixos salários, durante a solenidade de juramento à bandeira do Peru, na Praça Bolognezi, os soldados investiram com cassetetes e os tanques do Exército dispararam jatos de água. O secretário geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Peru (Sutep), José Ramos Bosmediano, foi preso e espancado. Uma professora, já humilhada pelo salário de apenas 40 mil intis (US$ 50 dólares ou Cr$ 16 mil), voou impelida por um canhonaço de água fria, estatelando-se na calçada. Perto, o presidente Alberto Fujimori declarava que "civis e militares devem unir esforços na luta anti-subversiva".

Os conflitos entre grevistas e soldados aumentaram nas últimas semanas. Numa entrevista concedida a **Zero Hora**, na sede da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), à Praça de Maio 4, no centro de Lima, o sindicalista Luciano Trejo disse que os peruanos estão sendo sacrificados pelo "Fujichoque". Estão em greve as enfermeiras e os funcionários do Ministério da Saúde, os professores públicos, os mineiros e operários da construção civil. E não há perspectivas de solução, embora a Igreja esteja disposta a intermediar negociações.

O secretário de Defesa da CGTP, Luciano Trejo, disse que os trabalhadores já estavam apanhando no governo de Alan Garcia, da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), quando a inflação chegou a 5.000% ao ano, os salários perderam metade do poder aquisitivo e o Produto Interno Bruto (PIB) murchou em 15%. Agora, dos 22 milhões de peruanos, apenas 4 milhões têm pleno emprego. Trejo estimou que, nos 11 meses de governo Fujimori, os salários foram arrochados em 47% e o desemprego aumentou em mais 17%. Perderam o emprego, com o "Fujichoque", de 300 a 400 mil trabalhadores.

UPI/ZH

Greves: *plano econômico de Fujimori reduziu salários*

PENÚRIA — Maior das cinco centrais sindicais do Peru, representando 70% dos trabalhadores, a CGTP calcula que o salário mínimo deveria ser de 640 mil intis (US$ 800 dólares). Esses US$ 800 dólares compõem a *canasta* peruana, que engloba os custos com alimentação, educação, habitação, transporte, saúde e lazer. Atualmente, o salário mínimo vale 35 mil intis (US$ 44 dólares). Um litro de leite custa 500 intis (menos de um dólar).

Trejo alertou que essa penúria não deixou outra saída aos trabalhadores. As 4.991 enfermeiras, responsáveis diretas pelo atendimento aos pacientes de cólera, estão em greve desde 20 de março. A secretária geral do Sindicato Nacional das Enfermeiras do Ministério da Saúde, Nelly Juscamaita Cervantes, disse que a categoria recebe apenas US$ 20 dólares e está reivindicando US$ 300 dólares (Cr$ 96 mil) mensais. Elas estão mantendo plantões e atendendo aos "coléricos", em respeito à população.

Os professores também tiveram de parar. No dia 5, eles fizeram uma grande passeata pelas ruas de Cuzco, a capital turística do Peru, a 1.102 quilômetros de Lima. *Muerte a los amarillos!* — gritavam os grevistas, bastante irritados com os professores que seguiam trabalhando. Um grevista, Aurélio Miranda, contou que os professores recebem US$ 50, 55 e 60 dólares, dependendo do nível. Disse que estavam exigindo US$ 200 dólares (Cr$ 64 mil), mas o Governo oferecia apenas US$ 13 dólares de reajuste.

AMBULANTES — A maioria dos trabalhadores do Peru está se tornando vendedor ambulante para sobreviver. No centro de Lima, ficou difícil caminhar entre as tendas de frutas, verduras e objetos contrabandeados. Os camelôs vendem de tudo — desde lâmpadas, cigarros e ferramentas trazidas do Brasil, isqueiros e pomadas do Chile até brinquedos e pequenas bugigangas do Paraguai. Mesmo cidades mais afastadas, como Arequipa, ao Sul, estão tomadas pelos ambulantes.

Nos departamentos turísticos, há multidões de vendedores. Em Cuzco, que concentra 95% dos turistas, eles oferecem roupas de lã de alpaca ou ilhama, artesanato dos incas, brincos, pulseiras, estatuetas e adornos. Chegam a esperar pelos compradores nas portas dos hotéis e restaurantes, até altas horas. No início do mês, a vendedora Angustina implorou a um grupo de jornalistas que visitava Cuzco a convite do Fundo de Promoção Turística do Peru (Foptur): "Por favor, digam que aqui não há cólera". Desde o final de janeiro, com a cólera se alastrando pelo Peru, o movimento de turistas caiu em 80%.

A classe média peruana também está padecendo com a crise. Um morador de Lima, que recebe 200 mil intis (US$ 250 dólares) mensais de pensão e possui uma loja de material de pesca, precisa utilizar o seu fusca ano 1969 como táxi nos finais de semana para completar o orçamento familiar. Ele paga a mensalidade de 150 mil intis de uma filha que estuda na Universidade de Lima e mais 60 mil intis do colégio de outros dois filhos.

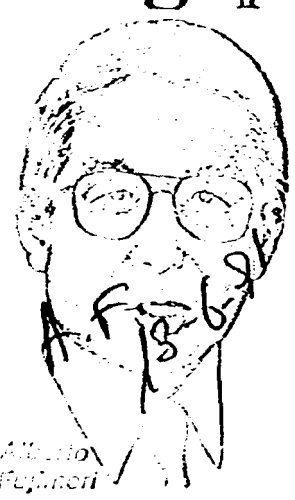
Mesmo atordoados, os peruanos continuam hospitaleiros e solidários. No dia 5, dois moradores de Cuzco, ambos com mais de 50 anos, impediram que um turista fosse assaltado na rua. Eles alertaram o turista e o conduziram até próximo ao hotel. O mais velho deles levou uma pedrada nas costas, de algum dos assaltantes, mas não desistiu do salvamento.

02 . 02

9107664

DOCUMENTO Aeroperú sería comprada por "Singapore Airlines".
A. Financiero. 150027
13-6-91
Perú 66817
F. Economía. (1161)
Empr. estatales (1132)

Aeroperú sería comprada por Singapore Airlines



Lima (DPA, Reuter, UPI, CGD Informes) — Después de haber logrado un espectacular éxito en la pri- [illegible] vista de [illegible] empresas- [illegible], el martes, Perú parece ha- [illegible] despejado [illegible] Alberto [illegible] Fujimori "[illegible] alcalde" tituló en la tapa ayer el diario "Expreso", al confirmar la oferta efectuada por empresarios de Hong Kong y Taiwán [illegible] Aeroperú, [illegible] de inversiones en hotelería y otros.

Los [illegible] se reunieron ayer con el presidente Alberto Fujimori y le hicieron saber su interés en la aerolínea, una de las próximas empresas a ser privatizadas por el gobierno, aunque no se mencionaron cifras. Fuentes gubernamentales revelaron ayer que de concretarse el negocio, la Singapore Air Lines, una de las mayores empresas aéreas del mundo, asumiría la asistencia técnica y administrativa.

Simultáneamente, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) podría considerar la posibilidad de otorgar a Perú préstamos por 1100 millones de dólares.

Por su parte, una misión de nueve empresarios asiáticos, encabezada por San Wong, dijo que ofrecían al gobierno peruano líneas de crédito de libre disponibilidad a cuatro años de plazo.

El presidente de Aeroperú, Alberto Socio, confirmó [illegible] se mos- [illegible] de [illegible] [illegible] de dólares.

"Es una oferta interesante la idea de un mercado asiático pero también estamos conversando con otras empresas", dijo Socio respecto de otra oferta que incluiría asistencia técnica y administrativa de Singapore Air Lines, según dijeron los empresarios.

El interés del grupo empresarial reside también en su intención de incrementar la flota de Aeroperú para las rutas transoceánicas con el Asia, manifestaron.

Aeroperú ha estado también en conversaciones con la aerolínea alemana Lufthansa, la suiza Swissair y la mexicana Aeroméxico, dijeron fuentes de la empresa.

Partes Perú Legislaciones

ENTRADA
CRUZ

01 01

9107665

Nº. DOCUMENTO
TITULO Polémico impuesto a sueldos en Perú
PROCEDENCIA A.F. 150027
FECHA 11-6-91
VINCULO Perú 66817
F. Ee. C11161
Pol. Ee C11392

Un año del triunfo de Fujimori

Polémico impuesto a sueldos en Perú

A.F. 11/6/91

Lima (UPI, DPA, Reuter, CGD Informes) — El presidente Alberto Fujimori celebró ayer simbólicamente un año de su triunfo electoral ante el novelista Mario Vargas Llosa poniendo en marcha un proceso de privatizaciones que pone término a **más de dos décadas de estatismo.**

El Estado puso a la venta un paquete de **17.100 acciones de Edgewiese Leasing,** una empresa líder en el mercado de arrendamiento financiero, que representa **15 por ciento** de su capital con derecho a integrar el directorio y el comité ejecutivo.

Esta empresa con un capital representado por **114.000 acciones** con un valor nominal de **17,54 dólares** por acción y un patrimonio de poco más de **2,9 millones de dólares** es la primera de un paquete de 23 que serán privatizadas por el gobierno en la etapa inicial del proceso.

Mientras unos **300.000 trabajadores estatales** continúan con las masivas paralizaciones en busca de incrementos salariales el gobierno ha elaborado un proyecto de ley **para financiar el déficit presupuestario** que introduce un gravamen de hasta **25 por ciento** sobre los sueldos de trabajadores del sector público y privado.

Varios economistas han vaticinado que el impuesto de solidaridad propuesto por el ministro de Economía, **Carlos Boloña,** para pagar además aumentos salariales de gremios en huelga podría resultar **un bumerán para el gobierno.**

En cuatro escalas que abarcarían desde **5 hasta 25%** el impuesto se aplicaría sobre los excedentes de los sueldos que superen el equivalente a **250 dólares,** explicó **Boloña.**

Pero pese a la ola de críticas que enfrentó este fin de semana, **Fujimori** cumplió ayer **un año de su triunfo con un significativo nivel de aceptación entre los peruanos.** Según la revista especializada "1-2 de Cambio", **46 por ciento** de los peruanos aprueba la gestión del gobierno de **Fujimori,** mientras que **50 por ciento** la desaprueba. Para **Imasen,** otra empresa encuestadora, el nivel de aceptación del mandatario en junio es de **33 por ciento,** igual que hace cuatro meses.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 01

9107666

Nº. DOCUMENTO
TITULO Se profundiza el Fujishock con las primeras privatizaciones.
PROCEDE A.F. 150027
FECHA 10-6-91
VISTO Perú 66817
+ Eroos (11161)
Pol-Ee (11392)

Perú: Se profundiza el Fujishock con las primeras privatizaciones

A.R. 10-6-91

Lima (DPA, UPI, Reuter) — Cumpliendo con la promesa efectuada al asumir la presidencia del Perú y anunciar el llamado **"Fujishock"**, el presidente **Alberto Fujimori** desató una ola de privatizaciones en el país, que incluiría a empresas como **AeroPerú, Hierro-Perú, Centromin, Minero Perú,** la refinación de petróleo, la generación de energía eléctrica, entre otras.

Así lo expresó ayer el matutino limeño "Expreso", agregando que el sector energía y minas elaboraron **un plan de privatización en base a sondeos establecidos con inversionistas peruanos y extranjeros.**

En tanto, se confirmó que expertos del **Banco Mundial** arribaron ayer a **Lima** para asesorar al gobierno en el proceso de privatización de **AéroPerú** mediante la asociación con **otras líneas aéreas,** o por **inyección de capital privado.**

El presidente de la empresa, **Alberto Saccio** informó que la medida intenta poner fin a las ingentes pérdidas de AeroPerú que durante los dos últimos años, sumaron entre **12 y 20 millones de dólares.**

Aunque el comienzo de las privatizaciones no fue confirmado ni desmentido por el gobierno, el anuncio dado ayer por **Fujimori** sobre la formación del grupo de apoyo a **Perú,** encabezado por **Estados Unidos y Japón** que aportarían prima facie **750 millones de dólares** al país fue interpretada por los analistas políticos locales como una aseveración de la información difundida por el "Expreso".

En efecto, **Washington y Tokio** se comprometieron a reunir con la participación de otros países de **Europa y América 1300 millones de dólares para Perú en 1991 y 1992,** a cambio de que **Fujimori** pusiera en marcha **el plan de privatizaciones en forma inminente,** como parte del programa económico negociado con el Fondo Monetario Internacional.

"El viernes pasado hubo una reunión convocada por Estados Unidos y Japón para constituir formalmente el grupo de apoyo para Perú. Contamos con 400 millones de dólares de Japón y 350 de Estados Unidos, en condiciones de amortización muy blandas", declaró el mandatario en una entrevista al matutino peruano "El Comercio".

• Etapas

La contrapartida del acuerdo, **la ola de privatizaciones,** se desarrollará en dos etapas.

La primera, constaría en **asociarse con el capital privado** vendiéndole un porcentaje aún no determinado de acciones, comprometiendo al capital privado a **modernizar y elevar la productividad de la empresa,** estando la gerencia en manos privadas.

La segunda etapa sería la **venta de las acciones restantes,** una vez que su valor en el mercado se haya incrementado.

"Expreso" dice que la primera privatización sería de **Hierro-Perú,** puntualizando que actualmente, de nueve minas en poder de la empresa estatal, sólo opera una y su maquinaria es prácticamente chatarra. Su capacidad actual de producción es **de cinco millones de toneladas anuales, pero se espera que la participación privada la aumente a 10 y 12 millones.**

En relación con el tema petrolero, se informó que la exploración quedaría en manos privadas íntegramente y se buscaría modernizar el sistema de refinación, incluyendo la posibilidad de construir **una nueva unidad** con los últimos adelantos tecnológicos.

La versión publicada puntualiza además, que la energía eléctrica no se vendería en las centrales hidroeléctricas existentes sino que se **construirían nuevas con el aporte privado.**

Los fondos provenientes del grupo de apoyo, —en el que participarán Alemania, Francia, Gran Bretaña, Canadá, Suiza, Italia, España, México, Chile y unos 40 millones del Grupo Andino— permitirán, además, que Perú pueda cumplir con el pago de los nuevos vencimientos que viene efectuando desde hace 10 meses al FMI, el Banco Mundial y el Banco Intermaericano de Desarrollo y cancelar atrasos acumulados de 2150 millones de dólares a esos organismos.

Fujimori señaló que una vez completados los aportes de los países miembros del **Grupo de Apoyo,** vendrán las reuniones con el **Club de París. "Tenemos una deuda abultada de siete mil millones de dólares, de los cuales, para el período 91-92 hay vencida una suma de dos mil millones de dólares",** expresó.

ENTRADO
CRUZADO

01 : 01 9107667

Nº DOCUMENTO 9107668
Entrevista al Presidente Alberto Fujimori.
Cambio 16 (150041)
FECHA DE PROCEDENCIA 10-6-91
VINCULACIONES Perú 66814
F. Pol (11164)
Ed. Nal (11302)

C3 Cambio 16
10/6/91

ENTREVISTA

«La política tradicional ha llevado a Perú al desastre actual»

Alberto Fujimori sorprendió al mundo entero en junio de 1990 al alcanzar la presidencia de Perú frente al favorito Mario Vargas Llosa. Más de un año después, este dirigente de origen japonés opina que su país aún sufre los efectos de una política «populista y demagógica». Su esfuerzo se concentra en combatir el terrorismo y el narcotráfico, y sanear la economía

CARLOS ALCELAY, enviado especial, Perú

EL palacio presidencial está justo en el centro de Lima: un imponente edificio que se levanta entre los muchos vestigios de la presencia española que guarda la ciudad. La tranquilidad de sus salones barrocos, con aire colonial, contrasta con el estricto control de seguridad que existe en sus aledaños. La amenaza del terrorismo de Sendero Luminoso ha convertido la residencia en un fortín donde se respira la atmósfera inquieta del miedo a la guerra subversiva. El presidente Fujimori recibió a esta revista en su pequeño despacho situado en una de las alas interiores. Cortés y afable, con un peculiar acento japonés, traslucе serenidad y una cierta timidez.

—Señor presidente, ¿cómo es posible que Perú, al igual que prácticamente todo el continente latinoamericano, haya llegado a tal extremo de decadencia económica y social?

—Es el producto de la política populista y demagógica aplicada en las últimas tres décadas. No ha habido planes a medio plazo; se intentaban resolver las dificultades coyunturales, pero sin ninguna previsión.

—Sin embargo, otros países que han seguido una política de ajuste muy dura de acuerdo con las instituciones financieras internacionales —como es el caso de Argentina— padecen una crisis igualmente grave.

—Sí, pero se ha acentuado más en los países donde la política ha sido más demagógica. Aquí está claro que ha habido una utilización muy poco racional de los recursos y unos compromisos contraídos que han provocado la deuda externa y no han sido rentables. El carecer de una política a medio plazo ha supuesto la falta de crecimiento del sector agrícola, un aumento desmesurado de la población, escasez de inversiones productivas y un permanente déficit fiscal.

—¿Y cuáles son las soluciones?

—En primer lugar resolver los problemas inmediatos más urgentes para que Perú pueda sobrevivir. Después hay que sentar las bases para lograr un desarrollo sostenido. Todavía estamos en una etapa inicial, corrigiendo las distorsiones económicas que impiden el crecimiento. Es decir, deuda, terrorismo, narcotráfico y parámetros financieros como la inflación.

—A usted le acusan de haber mentido en la campaña electoral al negar la necesidad del profundo ajuste por el que ahora está pasando Perú, y de haber adoptado el programa económico de su rival, Mario Vargas Llosa.

—Yo dije tres cosas: que había que reducir drásticamente la inflación, restablecer la economía de mercado y reinsertar a Perú en el sistema económico internacional. Esto, dentro de un programa técnico y realista, nos conduce a la actual política, que tiene claras diferencias con la de mi rival. Si se hubiera aplicado el *shock* económico de Vargas Llosa la situación ahora sería mucho peor, con despidos masivos, etcétera. Hemos aplicado una serie de medidas intermedias entre un ajuste gradual y un golpe brutal a la economía. Los resultados indican que vamos por el buen camino: la inflación se está controlando y el cambio con el dólar parece equilibrado.

—Su elección fue acogida en todo el mundo como un fenómeno social: el del desencanto hacia la política tradicional. ¿Cree que es un hecho pasajero o realmente los políticos no profesionales pueden mejorar la acción de gobierno?

—Este es un fenómeno interesante que va a tener repercusión, por lo menos, en América Latina. Para muchos, estos primeros meses de gobierno han sido una sorpresa. Hemos adoptado medidas que, con los esquemas políticos tradicionales, nunca se llevaron a la práctica. Por ejemplo, desde 1935 existía la Comisión Controladora del Trabajo Marítimo. Los últimos gobiernos sabían perfectamente que no funcionaba y que hacía que los puertos peruanos fueran los más caros. Nosotros simplemente la suprimimos. Igual que llevar el orden a las universidades, algunas infiltradas por la subversión. Simplemente hay que actuar con decisión y sin tener en cuenta intereses electorales.

—La fuerza de Sendero Luminoso sigue siendo importante y la posibilidad de que abandonen las armas pa-

> «Es necesario reducir la oferta de droga, pero yo creo que es todavía más importante liquidar de una vez la demanda»

01 . 03
9107668 Nº 1 020 10 6 91

DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
VINCULACIÓN

> LAS críticas a mi campaña para que se consuma pescado provenían de intereses de ciertas industrias. Los análisis no indican que esté infectado

rece muy remota. ¿Qué diferencia a este grupo terrorista de los otros de Hispanoamérica?

—En otros movimientos guerrilleros hay un mínimo nivel de respeto a los derechos humanos. Sendero sencillamente los ignora. Sus crímenes demuestran que es un grupo fanático, demencial y que se mueve, por razones que no nos explicamos, por el narcotráfico. Nos llevará bastante tiempo eliminarlos.

—¿Entonces, la única solución es la militar?

—La parte estratégica y militar es muy importante. Sin embargo, también es fundamental lograr un desarrollo paralelo del país. Pero no cabe duda de que los servicios de inteligencia tienen un papel esencial.

—Perú no sólo es el mayor productor del mundo de hoja de coca, sino que los cárteles colombianos de la droga comienzan a trasladar aquí su infraestructura. ¿Cómo puede hacer frente su país al narcotráfico?

—Solos no vamos a poder. Este es un problema que compete a todo el mundo. Por eso hemos negociado un convenio antidroga con los Estados Unidos en el que, aunque se reconoce que es necesario disminuir la oferta, aún es más importante liquidar la demanda.

—Un convenio que está recibiendo fuertes críticas.

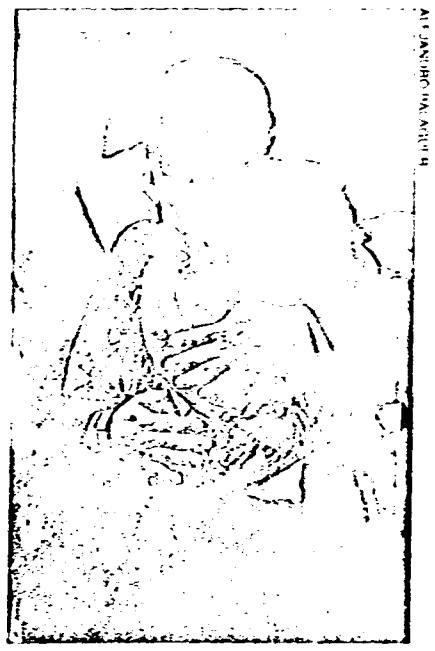
—No hay razones para cuestionar el acuerdo. Si se hace es por desconocimiento o por intereses partidistas de la izquierda. La crítica no viene de los *cocaleros*, que son los interesados y los que, poco a poco, deberán cambiar sus cultivos. Además, las Naciones Unidas han asegurado que el convenio tendrá garantías por an-

02 9107668

bas partes: por un lado, ayuda económica para la sustitución de la coca por otros productos y, por otro, la colaboración entre ambos países en la lucha directa contra el narcotráfico.

—¿Cómo ha afectado la epidemia de cólera a la economía peruana?

—Terriblemente, e injustamente. En un principio, se dijo que el pescado de nuestras costas estaba contaminado. La industria pesquera prácticamente se colapsó. Sin embargo, hay flotas de otros países que han seguido faenando en aguas peruanas; por ejemplo las de la Unión Soviética o Corea del Sur. El sector ha perdido por lo menos 200 millones de dólares (más de 20.000 millones de pesetas). El paro también ha aumentado y el 80 por ciento del turismo se ha perdido. En total se calcula que nos costará unos mil millones de dólares. Y no hay que olvidar que el Producto Interior Bruto de nuestro país se sitúa entre 25.000 y 30.000 millones de dólares (entre 2,5 y 3 billones de pesetas).



—Entonces, ¿no es cierto que su campaña publicitaria aconsejando el consumo de pescado provocó la extensión de la enfermedad?

—Aquellas acusaciones eran injustificadas y malintencionadas. Probablemente existían extraños intereses de por medio, porque esa situación ha favorecido a otro tipo de industrias, extranjeras y nacionales. En realidad, no hay un sólo análisis que diga que el pescado está infectado. Es decir, el cólera se ha convertido en un problema político, como otros muchos que aquejan a Perú.

—Después de un distanciamiento durante la etapa del ex presidente Alan García, ¿cuáles son las actuales relaciones entre Perú y España?

—Creo que están mejorando. Ya hemos mantenido conversaciones bilaterales muy francas sobre los problemas pendientes. El principal es una serie de créditos que España otorgó a mi país hace unos seis años para favorecer mercados y construir centros penitenciarios y que luego no se definieron.

—¿Qué opinión en Perú de la leyenda negra por la conquista española?

—En el caso peruano ha habido una simbiosis entre ambos países. El nacimiento de una identidad nacional construida a través de estos 500 años ha disipado todo resentimiento.

—¿Cómo se prepara su país para la celebración del V Centenario?

—Tenemos unos recursos limitados, pero participamos activamente. Por supuesto, estaremos en la Exposición Universal y en todas las celebraciones que se organicen.

—Después de seis meses de gobierno, ¿cuál ha sido su mayor logro?

—No puedo hablar de ningún logro específico porque estamos en el periodo de correcciones necesario antes de conseguir mayores metas. En realidad, el éxito puede ser todo el conjunto de nuestra política, que ha sido bien comprendida por la población. Lo más importante es que hemos estabilizado la economía, hemos bajado la inflación y creo que ya estamos en el camino del desarrollo.

—¿Y su mayor decepción?

—No me siento decepcionado. Al contrario, me siento estimulado por lo que ya se ha obtenido y por el apoyo popular que recibo. Quizá la decepción haya sido la conducta de la política tradicional: discutir sin una orientación precisa, emplear argumentos que son manipulados, falacias... Pero sabía lo que me esperaba. Tan sólo he constatado algunos hechos. Los mismos que nos llevaron al desastre en que nos encontramos. Son gajes del oficio político que, estoy seguro, irán desapareciendo.

—¿Cuál será el Perú del año 2000?

—Un país con más justicia social y económica. Con un sector agrícola participando activamente en la reconstrucción que emprendemos. No va a haber pueblos marginados, olvidados. El analfabetismo estará eliminado. Y habrá mayor bienestar. Los peruanos deben tener esperanza. ■

Nº 1 020 10-6-91

03.03 9107668

TIPO DE DOCUMENTO
TITULO Fujimori confirmó el apoyo económico de EE.UU y Japón.
PROCEDENCIA La Prensa 150026
FECHA 10-6-91
VIA Serie 66817
F. econom. (11161)
Rel con org. de Cod. (11412)

Fujimori confirmó el apoyo económico de EE.UU. y Japón

LP 10-6-91

Lima (UP, EFE y Reuter) — Mientras presuntos integrantes de "Sendero Luminoso" asesinaban a otras siete personas este fin de semana en el departamento centroandino de Junín, el presidente Alberto Fujimori confirmaba la formación del grupo de apoyo a Perú, encabezado por Estados Unidos y Japón. En conjunto aportarán 750 millones de dólares y con la participación de otros países de Europa y América reunirá 1.300 millones de dólares para 1991 y 1992.

Fujimori señaló que con la participación de Alemania, Francia, Gran Bretaña, Canadá Suiza, Italia, España, México, Chile y unos 40 millones del Grupo Andino, se completará la suma necesaria para equilibrar la balanza de pagos en el bienio, como parte del programa económico negociado con el Fondo Monetario Internacional.

"El aislamiento que vivió Perú como consecuencia de la ruptura del diálogo con la comunidad financiera internacional costó la posibilidad de ayuda externa en lo inmediato de créditos que puedan poner en marcha proyectos valiosos", según el mandatario. A doce meses de haber asumido la presidencia, Perú aún lucha para superar una crisis económica agudizada por el gobierno anterior, aunque el proceso de reinserción en la comunidad financiera internacional significa un gran paso, opinan economistas.

El gobierno de Fujimori redujo una hiperinflación anual de 7.000 por ciento a tasas de un solo dígito por cuatro meses consecutivos desde febrero.

En tanto, la fiscal provincial Imelda Tumialan, informó que en ese departamento se registraron en el último mes de mayo 60 casos de desapariciones, denunciadas por familiares, la mayoría de los cuales culpan de los hechos a miembros de la policía, el Ejército y desconocidos.

Sólo algunos de ellos aparecen posteriormente asesinados y muy pocos reaparecen con vida declarando haber sido mantenidos presos en cuarteles, añadió Tumialan, fiscal de defensa de los derechos humanos.

Recordó que por tercer año consecutivo, Perú registra el mayor número de desapariciones forzadas según cifras de una comisión especial de las Naciones Unidas.

ENTRADA
CRUZADO

01 . 01 9107669

DOCUMENTO
TITULO Senderistas mataron a 18 personas.
PUBLICACION La Mañana 150015
FECHA 6-6-91
VIDEO Perú 66817
F 4:1 (11103)
SUB. (11140)

La mayoría de los muertos eran de las rondas campesinas

Mataron senderistas a 18 personas

La Mañana 6/6/91

La Policía detuvo a 90 miembros del MRTA incluidos dos de sus líderes

LIMA.- La organización armada peruana Sendero Luminoso asesinó a dieciocho personas en las últimas horas, durante las cuales la Policía detuvo a noventa miembros del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), incluidos dos de sus líderes, confirmaron las autoridades.

Además, tres "senderistas" fueron detenidos en el departamento de San Martín, informó ayer la Policía Nacional.

Quince de las víctimas de Sendero Luminoso eran integrantes de las rondas campesinas, milicias civiles que luchan contra ese grupo subversivo maoísta en regiones rurales de Perú.

Una columna "senderista" fuertemente armada atacó el pasado lunes el pequeño poblado de Alto Chavini, en la provincia selvática de Satipo, y mató a diez milicianos campesinos tras someterlos a "juicio popular".

Otros cinco "ronderos" fueron torturados y asesinados ese mismo día en el pueblo de Ulcumayo.

Entre tanto, policías de la Dirección Contra el Terrorismo (DIRCOTE) detuvieron en Lima a cerca noventa personas presuntamente relacionadas con el MRTA, entre ellas dos de sus jefes, Rosa Luz Padilla Baca y Alberto Gálvez Olaechea, confirmó el Ministro del Interior, General Víctor Malca.

Ambos huyeron con el jefe militar de la organización, Víctor Polay Campos, de la prisión blindeña de Canto Grande en julio de 1990 a través de un túnel bajo los muros de la prisión, junto con otros 44 guerrilleros.

Luz Padilla fue capturada el sábado pasado en una casa del barrio de Pueblo Libre, en la que se encontró gran cantidad de armas, municiones, bombas de mano y uniformes.

Esa incautación de armas es la tercera en importancia de las hechas contra el MRTA, señaló la DIRCOTE.

01 . 01 9107670

Nº. DOCUMENTO
TITULO Huelga de médicos en Perú
PROCEDENCIA L. Nación 150095
FECHA 5-6-91
MATERIA Perú 66817
F. Serrano (1165)
C. Lozano (11413)

L.N. 5/6/91

Mientras el cólera sigue causando estragos

Huelga de médicos en Perú

LIMA, 4 (AP).– Los médicos del Instituto Peruano de Seguridad Social (IPSS) iniciaron hoy una huelga nacional por un lapso indefinido, demandando un aumento salarial que compense la inflación que en lo que va del año llegó a 2891%.

Este paro se suma al que realizan desde hace 78 días los 75.000 trabajadores del Ministerio de Salud, entre ellos 5000 enfermeras, y desde hace 28 días los 280.000 maestros estatales, quienes también reclaman incrementos en sus remuneraciones.

El presidente de la Asociación Médica del IPSS, Oscar Adrianzén, dijo en una entrevista radial que el paro era acatado por los 4500 integrantes de esa institución, que rechazan un aumento del 60% desde el primer día de este mes, y piden en cambio un incremento salarial del 400%.

Luis Pflucker, vocero del IPSS, dijo que en el hospital Edgardo Rebagliati, uno de los más importantes de Lima, el paro era parcial y que la mayoría de los médicos asistía a una asamblea donde se trataba el aumento ofrecido por el IPSS.

Añadió que el aumento del 60%, anunciado por el presidente del IPSS, "supera la inflación de los cinco primeros meses del año, que llegó a 58,2%".

Adrianzén dijo que "el anunciado aumento del 60% es insignificante y no cubre las expectativas de los profesionales" que mensualmente ganan el equivalente de unos 200 dólares.

En un aviso divulgado por la prensa limeña, el IPSS aseguró también que mientras dure la huelga, en los hospitales de la seguridad social se mantendrán "los servicios de emergencia y cuidados intensivos".

El IPSS tiene 167 establecimientos en territorio nacional, entre hospitales y policlínicas.

En Brasil

BRASILIA, 4 (Reuter).– Millares de funcionarios públicos de Brasil iniciaron hoy una huelga por tiempo indeterminado, anticipándose así a una medida similar a nivel nacional decretada por la federación sindical del sector a partir del miércoles.

El movimiento es la primera respuesta de ese sector a un reajuste salarial promedio del 25% concedido el jueves a los empleados públicos, civiles y militares, por el gobierno del presidente Fernando Collor de Mello.

El anuncio tampoco satisfizo las demandas de las fuerzas armadas brasileñas. "El reajuste está por debajo de lo necesario", comentó un alto oficial del ejército, refiriéndose a las expectativas salariales de 320.000 jefes, oficiales y efectivos de las tres fuerzas.

Voceros de la Confederación Nacional de Servidores Públicos Federales de Brasil, que representa a 620.000 empleados civiles, dijeron que el organismo convocó a una huelga indefinida a partir del miércoles.

Agregaron que la medida, sin embargo, deberá ser sometida a la decisión de asambleas laborales en cada uno de los 26 Estados y de este Distrito Federal del Brasil.

ENTRADA
COD.

01 . 01 9107671

Nº DOCUMENTO
TITULO Terroristas de Sendero Luminoso abatidos por el Ejército
PROCEDENCIA La Nación 150095
FECHA 1-6-91
VINCULACIÓN Perú 66817
FMIL (11163)
Sendero (11140)

Sendero Luminoso

LN 1/6/91

LIMA, 31 (AFP).– Seis terroristas de Sendero Luminoso fueron abatidos por una patrulla del ejército, en la misma región oriental peruana donde otra incursión subversiva causó cinco muertes el mismo día, informaron autoridades policiales al reportar otro asesinato que elevó a doce el total de víctimas.

Los guerrilleros fueron sorprendidos cuando se aprestaban a someter a juicio popular a las autoridades del poblado oriental de Pacayhua, tras ocuparlo luego de un enfrentamiento con las rondas campesinas.

ENTRADA
CRUZADO

01 - 01

9107672

DOCUMENTO
TITULO Violencia en Perú durante paro armado.
PROCEDE La Mañana 15ec15
FECHA 30-5-91
VISTO Perú 66817
F. MIL (11163)
Subv (11140)

Serie de atentados de Sendero Luminoso

Violencia en Perú durante paro armado

Policía retiró banderas rojas con diseños comunistas

El movimiento maoísta "Sendero Luminoso" intentó forzar ayer a la población de Lima a acatar un "paro armado", y llevó a cabo una serie de atentados, pese a las extremas medidas de seguridad desplegadas por las fuerzas del orden.

LIMA.- Una camioneta privada de transporte de pasajeros aparece totalmente destruida por la explosión de varias cargas de dinamita colocadas en su interior. (Foto Reuter vía satélite).

LIMA.- El "paro armado" se realizó en momentos que el gobierno del Presidente Alberto Fujimori enfrenta una ola de huelgas y paros de los trabajadores de la salud, enfermeras, y el magisterio, que reclaman aumentos de salarios.

Una restricción casi total del transporte público en el centro de la ciudad y en los sectores norte y sur, obligó ayer a miles de personas a movilizarse en camiones, bicicletas y pequeños vehículos a motor, para acudir a sus centros de trabajo, donde se decretó -por parte del Ministerio de Trabajo- una tolerancia de dos horas en el ingreso de los trabajadores.

Un patrullaje intenso de vehículos policiales, camiones y carros militares, apoyados por helicópteros policiales, se registró en la jornada.

Por su parte, grupos subversivos distribuyeron panfletos en las zonas industriales de Lima, llamando al "paro armado" contra las políticas antisubversiva y económica del gobierno del Presidente Fujimori.

Las acciones de violencia provocaron la muerte de un oficial de la Policía y otros dos subalternos gravemente heridos, como consecuencia de un ataque terrorista con explosivos al vehículo policial que los movilizaba por la zona oeste de la ciudad, cercana al Aeropuerto Internacional "Jorge Chávez".

Los heridos fueron conducidos al Hospital de la Policía Nacional, mientras contingentes policiales iniciaron un operativo de "rastreo", durante el cual se detuvo a varios sospechosos de ser miembros de Sendero Luminoso (o partido comunista del Perú).

Entretanto, una camioneta privada de transporte masivo resultó destruida por la explosión de varias cargas de dinamita, colocadas en su interior por elementos subversivos, en el kilómetro 16 de la Avenida Tupac Amaru, en el populoso distrito de Comas.

La Policía nacional retiró banderas rojas con diseños de la hoz y el martillo, que elementos subversivos habían colocado en postes en distritos periféricos de Lima, donde se cree que se refugian los integrantes de células terroristas.

En varios sectores de esta capital se restringió el servicio eléctrico, debido a las fallas en las torres de alta tensión del centro andino, que fueron atacadas el martes por subversivos.

Algunos distritos también están incomunicados telefónicamente, debido a problemas técnicos con las centrales que funcionan con energía eléctrica.

ENTRADA
ORDEN

01 - 01 9107673

Nº. DOCUMENTO
TITULO Atentado en Lima
PROCEDENCIA La Nación 150015
FECHA DE P... 29-5-91
VINCULACIONES Perú 66817
E.MIL (11163)
Sr.Sv. (11470)

Atentado en Lima

La Nación 29/5/91

LIMA.- Una bomba estalló ayer en los retretes del Ministerio de Transportes y Comunicaciones cercanos al despacho del Ministro del sector, Jaime Yoshiyama, pero sólo causó daños materiales.

El artefacto explotó diez minutos después de la entrada de los trabajadores al Ministerio, a las 8:00 hora local, y la entidad fue evacuada mientras la Policía buscaba otros posibles explosivos que no se hallaron.

Otra bomba estalló el lunes en los servicios de la Superintendencia Nacional de Contribuciones en el segundo piso del Ministerio de Economía y Finanzas, en el centro de Lima.

Los trabajadores de la Superintendencia, que están en huelga en protesta por la reorganización de ese sector, negaron cualquier responsabilidad en el atentado.

Por otra parte, un grupo al parecer de la banda maoísta Sendero Luminoso ocupó el lunes una emisora en el barrio limeño de La Victoria, y en un breve mensaje convocó a un "paro armado" -huelga bajo amenaza de muerte- para hoy.

Ante esta amenaza, el director general de la Policía Nacional, General Adolfo Cuba, dijo que se han adoptado las máximas medidas de seguridad para hoy, de forma que "la ciudadanía puede estar tranquila y no debe temer la provocación de los grupos extremistas", explicó.

ENTRADO
GRUZ

01 . 01 9107674

Nº DOCUMENTO
TITULO El cólera en México.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 26/6/91
VINCULACIÓN México 16131
T. Sueiro (11165)
S. Rubiera (13101)

El cólera en México

Clarín 26-6-91

ACABA de aparecer el primer brote de cólera en México, en una comunidad rural serrana situada a un centenar de kilómetros de la capital.

La extensión de la epidemia, que se inició en el Perú para expandirse luego hacia Ecuador y Colombia, con la aparición posterior de casos en el Brasil y ahora en México, muestra a las claras que este mal, que en épocas pasadas se constituyó en una amenaza masiva para la humanidad, no sabe de fronteras geográficas para su desarrollo. Sí, en cambio, es evidente que prende con fuerza y cobra numerosas víctimas en comunidades donde la calidad de vida se contrapone con los adelantos existentes en los países avanzados.

La Secretaría de Salud mexicana dio a conocer el domingo que 17 personas en total estaban infectadas por el vibrión, de las cuales 5 debieron ser hospitalizadas y sometidas a tratamiento. Consecuentemente el área ha sido cercada y se ha ordenado intensificar las medidas de control y de prevención.

Un aspecto significativo de la reacción oficial ante el hecho, que no hace sino confirmar la calificación del cólera como "enfermedad de la pobreza", es que se solicita "la participación comunitaria para ayudar a construir letrinas destinadas a la eliminación sanitaria de las excretas". Ello revela a las claras que el medio rural donde se produjo el brote carece de los recursos más elementales que condicionan un género de vida acorde con la higiene y la defensa de la salud.

Por el momento esta suerte de "ruleta rusa" que implica la dispersión del mal por áreas de América latina viene excluyéndonos, ya que no hay información de que se hayan detectado casos en territorio argentino.

Las autoridades sanitarias por su parte y los medios de comunicación por la suya, han contribuido a crear en la población un cierto nivel de conciencia colectiva en torno de las precauciones que es preciso tomar cotidianamente para protegerse de la amenaza, pero no cabe duda de que el riesgo subsiste y de que es necesario no bajar los brazos y persistir en los cuidados.

El riesgo latente reside, más allá de los recaudos referidos, en que el 40 por ciento de los pobladores del país carecen de sistemas cloacales y de servicios de agua potable. Consiste asimismo en la crisis hospitalaria que nos afecta desde hace lustros; en la extensión de la desnutrición y en el crecimiento de los sectores sumergidos en la pobreza y, por ende, en condiciones de vida reñidas con toda posibilidad de escudarse frente a la infección.

Toda forma de alarma resulta inoperante frente a la realidad de un estancamiento en el orden nacional que nos ha desposeído de los servicios sanitarios y de salud imprescindibles, que ha sumergido en las carencias a sectores extensos de la población y que, en las actuales circunstancias, no encuentra la manera de enfrentar, sin dilaciones, la reparación de tantos y tan graves males.

Son rescatables y dignas de encomio la conciencia y la solidaridad del ciudadano argentino que, ante la advertencia, mantiene una actitud precavida en lo cotidiano apelando a los recursos de que dispone. Pero es de desear que el Gobierno, desde las instituciones que hacen al caso, aborde con tenacidad y claro sentido práctico todas y cada una de las medidas urgentes de reparación de fallas y carencias que constituyen huecos por los que pudiera colarse la epidemia.

ENTRADA
SALIDA

01 01 . 9107675

Nº. DOCUMENTO
TITULO Cólera: medidas preventivas en México
PROCEDENCIA L. Prensa 150026
FECHA 26/6/91
VINCULACIÓN México 20131
F. Sierra (11165)
S. Pulido (13101)

Cólera: medidas preventivas en México

México (EFE) — Las autoridades de la ciudad de México, donde habitan 20 millones de personas, pusieron en marcha un plan contra epidemias para evitar que el cólera entre en la capital, informaron fuentes oficiales.

El plan consiste en el control permanente de las aguas servidas, la intensificación de acciones de potabilización de agua y extremar los cuidados en el trasporte y distribución de agua mediante camiones-tanque.

Por otra parte, las autoridades sanitarias de Costa Rica adoptaron estrictas medidas de control en terminales aéreas y puertos marítimos, tras conocerse la aparición de un brote de cólera en territorio mexicano.

El Ministerio de Salud ordenó intensificar el tratamiento de los desechos sólidos de los aviones y barcos que lleguen a territorio de Costa Rica provenientes de México y otros países donde exista la epidemia.

Exitosa reprivatización de otro banco mexicano.
D.F. (1500279)
25-6-91
MEXICO
F. Ee. (11161)
S Finance (11407)

Exitosa reprivatización de otro banco mexicano

D.F. 25/6/91

México (UPI, DPA) — Carlos Salinas de Gortari, decidido a sanear el sistema bancario mexicano, sigue reprivatizando entidades. Ayer le tocó el turno a la Banca Cremi, la tercera institución en ser vendida, por la que se pagó 741.000 millones de pesos (247 millones de dólares), es decir, 3,4 veces su valor contable.

Banca Cremi es la tercera institución bancaria en ser reprivatizada durante este mes, y fue adquirida por un grupo financiero de 400 inversores del estado de Jalisco, al oriente del país, cuya capital es Guadalajara.

Hasta el momento, y reflejando el alto interés de los inversores por adquirir los bancos estatizados en 1982 y que Salinas decidió devolver a la actividad privada, todas las operaciones se realizaron por montos mucho mayores a los esperados por el gobierno. El primer banco en ser vendido fue BanPaís en 396.000 millones de pesos (132 millones de dólares), 3,2 veces su valor nominal, y el Multibanco Mercantil por 606.000 millones de pesos (202 millones de dólares), esto es 2,66 veces su valor.

La venta ayer de Banca Cremi fue la mayor realizada hasta el momento por el gobierno. El grupo que la

Salinas de Gortari

adquirió, encabezado por el empresario Hugo Villa Manzo, recibió 66,7% de las acciones del banco. La propuesta ganadora fue superior en 66 millones de dólares a su rival más cercana.

Las otras ofertas importantes que se recibieron son de 523.000 millones de pesos (181 millones de dólares), otra de 516.000 millones de pesos (172 millones de dólares) y una tercera de 498.000 millones de pesos (66 millones de dólares), destacó el gobierno.

El organismo no dio a conocer los nombres de los inversionistas, pero según el diario de finanzas de la capital, "El Financiero", se afirma que también buscaban la compra las casas de Bolsa Multivalores e Inverlat, así como el del inversionista Aurelio López Rocha.

El diario informó que los nuevos propietarios intentarán llevarse la sede del banco de ciudad de México a Guadalajara. La institución se convertirá en el centro de un grupo financiero que ofrezca todos los servicios de finanzas, informó el periódico.

El gobierno mexicano promueve la creación de grandes grupos financieros alrededor de los bancos, para poder ofrecer de este modo servicios financieros completos y hacerlos lo suficientemente fuertes para competir a nivel internacional.

Banca Cremi, que fuera nacionalizada en 1982, ha sido asociada tradicionalmente con la minería, especialmente en la extracción de metales preciosos. Este banco elaboró los primeros certificados en plata en 1937, con valor de 100 onzas troy de este metal cada uno. El banco cuenta con 129 sucursales y en 1989 sus depósitos sumaron un total de un billón 866.000 millones de pesos (622 millones de dólares).

Las ganancias del banco disminuyeron en 1989, pero comenzaron a mejorar después de que se comenzó a modernizar la institución, al instalar una red computarizada en 1990.

ENTRADA
SALIDA

01 01 9107677

Nº DOCUMENTO
TITULO Guatemala y El Salvador : Conversaciones de paz.
PROCEDE: El País 150007
FECHA: 24-6-91
VALORACION: México 10131
Guatemala 66097
El Salvador 10070
F-MIL (11163)
Sindu. (11140)

Guatemala y Salvador: Conversaciones de Paz

MEXICO DF., 23 (EFE). — Las delegaciones del gobierno y de la guerrilla de Guatemala y El Salvador concluyeron en México sus negociaciones de paz, sin alcanzar acuerdos concretos.

Entre el pasado día 17 y ayer, sábado, se reunieron en Cuernavaca, a 85 kilómetros al suroeste de la ciudad de México y capital del estado de Morelos, representantes del gobierno de Guatemala, que encabeza el presidente Jorge Serrano, y de la agrupación guerrillera Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG).

Las partes analizaron la situación de los derechos humanos, la democracia y la identidad y derechos de los pueblos indígenas en ese país centroamericano.

El obispo guatemalteco Rodolfo Quezada, presidente de la Comisión Nacional de Reconciliación, actuó como mediador en el encuentro, al que el español Francesc Vendrell asistió como observador, en representación del secretario general de Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuéllar.

En Querétaro, a 211 kilómetros al norte de la capital mexicana, entre el pasado día 16 y el sábado se reunieron representantes del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) y del régimen que encabeza el presidente salvadoreño, Alfredo Cristiani.

Ambas delegaciones discutieron sobre las Fuerzas Armadas y el alto al fuego, en unas conversaciones en las que actuó como mediador el peruano Alvaro de Soto, representante especial para América Central de Pérez de Cuéllar.

24-6-91

01 01 . 9107678

Nº DOCUMENTO
TITULO México es hoy el ejemplo para Brasil
PROCEDE Jornal do Brasil (150028)
FECHA 18-6-91
VINCULAR MEXICO (10131)
F. Ee. (11161)
Pol. Ee. (11392)
S. Fuerte (11403)

JB 18/6

NACIONAL

México hoje é exemplo para Brasil

Nilton Horita

SÃO PAULO — O México, com população de 85 milhões de habitantes e um PIB de US$ 230 bilhões, é hoje o país da moda entre banqueiros, empresários e economistas. Tem uma economia aberta, recebe dinheiro de investimento em abundância do exterior (cerca de US$ 10 bilhões no ano passado) e mantém uma inflação anual inferior a 15%. O sucesso alcançado pelo México, depois de um período de grandes dificuldades econômicas a partir de 1982, quando anunciou ao mundo que não tinha mais condições de pagar as suas dívidas junto aos banqueiros internacionais, serve de exemplo ao Brasil. E mostra, também, que o discurso e os objetivos programáticos do governo do presidente Fernando Collor seguem quase que exatamente a mesma receita aplicada pelas autoridades mexicanas. Ou seja, é mesmo possível que, se os obstáculos forem vencidos pelo governo, o Brasil não é a Argentina amanhã, mas o México.

A distância entre os dois países, porém, ainda é imensa. Recentemente, por exemplo, a Telemexico realizou um lançamento de papéis no exterior que captou a cifra de US$ 15 bilhões. A Telebrás, a equivalente brasileira da Telemexico, realizou também um lançamento, mas de modestos US$ 500 milhões. "Existe algo intrínseco nessa enorme diferença de volumes", afirma Antônio Boralli, presidente do Citibank no Brasil. "Afinal, a Telebrás é várias vezes maior que a Telemexico."

Estudo realizado pela ONU revela a estratégia administrativa desenvolvida pelo governo mexicano para retirar o país do atoleiro de 1982 para os dias de hoje. A partir de uma pesquisa entre multinacionais instaladas no México e análise das decisões de governo, o estudo concluiu, entre outras coisas, que o capital privado, principalmente estrangeiro, recebeu o papel de ator principal na montagem dos planos de recuperação da economia mexicana. O passado recente mexicano também é semelhante em muitas coisas ao do Brasil. O processo de industrialização, por exemplo, seguiu duas etapas: primeiro seguindo a estratégia de substituir, para depois exportar manufaturados.

Fase inicial — Na primeira fase da industrialização mexicana, a economia era protegida e conseguia taxas de crescimento de 6% ao ano, em média. Depois da crise financeira de 1982, aprofundou-se o esgotamento das linhas internacionais de crédito para continuar financiando esse modelo econômico. "Em 1982, o governo mexicano decidiu estabelecer uma estratégia de recuperação baseado em três pontos: perseguição da estabilização econômica; ampliação da capacidade de poupança e atração de capital estrangeiro para investimento; e modernização econômica", afirma o estudo da ONU.

O México adotou ao longo dos anos políticas de austeridade monetária rígida, liberalização do comércio internacional, ampla reforma fiscal, privatização, desregulamentação e incentivo ao capital externo, modernização do sistema financeiro, eficiência dos serviços públicos e eliminação das pendências da dívida externa. Na avaliação de Boralli, do Citibank, falta ao Brasil desempenhar esforços para alcançar sucesso em concluir a renegociação das dívidas interna e externa, aplicar uma reforma tributária, adotar política agrícola, controle de gastos públicos e orçamentários e reforma constitucional.

9107679
01 01

México inicia privatización de Banca Nacionalizada el 82
El País 150007
15-6-91
México (10131)
F-Ee (11161)
S. Financ. (11403)

México Inicia Privatización de Banca Nacionalizada el 82

82 P. 15-6-91

MEXICO DF, 10 (REUTER).— El gobierno mexicano inició la privatización de la banca, nacionalizada en 1982, al vender el Multibanco Mercantil de México a un grupo financiero local, informó hoy la secretaría de Hacienda.

La institución, la decimocuarta de los 15 bancos que cotizan en la Bolsa de Valores mexicana, fue traspasada al grupo Probursa por un equivalente de casi 203 millones de dólares, precisó el ministerio en un comunicado.

"El banco a este precio es un banco caro, pero sumado al grupo financiero puede generar utilidades adicionales", declaró en rueda de prensa el presidente de Probursa, José Madariaga.

Multibanco Mercantil y Probursa tienen en conjunto un capital contable de 203 millones de dólares que en los últimos 12 meses rindieron una utilidad de casi 50 millones, según datos proporcionados por el empresario.

Madariaga señaló que desea incorporar a "alguna institución extranjera" después de que tome posesión del banco, lo que se llevará a cabo dentro de poco más de un mes, cuando se salde el pago de la operación.

El presidente de México, Carlos Salinas, anunció el 2 de mayo de 1990 la privatización de la banca como parte de su política de pasar a ese sector la mayoría de las empresas estatales iniciada en diciembre de 1988, cuando asumió su mandato.

De acuerdo con los planes gubernamentales, el Estado se desprenderá de las acciones de las 18 instituciones financieras que operan en el país, las que serán vendidas a grupos en los que predomine el capital privado mexicano.

La secretaría de Hacienda señaló que cuatro grupos hicieron ofertas para comprar el 77,19 por ciento del paquete accionario de Multibanco Mercantil que estaba en manos del Estado.

Al explicar la adjudicación a Probursa, el ministerio indicó que los 202,7 millones de dólares ofrecidos representaban 2,66 veces el capital contable del banco vendido, proporción mayor que la que estaban dispuestos a pagar los restantes grupos.

Los nuevos dueños de la institución creada en 1934 trabajan desde hace 18 años en el sector y aglutinan a más de 3.000 inversores en todo el país, agregó el comunicado.

Según el mecanismo establecido por el gobierno para privatizar la banca, las instituciones tendrán "el carácter de sociedades anónimas, con una estructura de capital que asegure que los mexicanos detenten el control de los bancos", subrayó el texto.

En setiembre de 1982, el ex presidente José López Portillo nacionalizó la banca. Ocho años después, cuando Salinas dispuso la privatización, el Estado tenía en sus manos como mínimo un 66 por ciento de las acciones bancarias, dado que hasta el 34 por ciento de éstas comenzó a cotizarse en la bolsa en 1987.

Las privatizaciones impulsadas por Salinas, que abarcan a prácticamente todos los sectores con excepción del petrolero, se inscribe en una política de liberalización de la economía, en la que el Estado actuaba como rector hasta que inició su mandato.

Paralelamente a la venta de las empresas estatales, el mandatario inició una apertura comercial, derogando o reduciendo los aranceles a las importaciones, que permitirá el miércoles el inicio de las negociaciones para la firma de un tratado de libre comercio con los Estados Unidos y Canadá.

ENTRADA
SALIDA

9107680

01 01

Nº DOCUMENTO
TITULO México: fuertes ganancias con audaces privatizaciones
Nº Financiero 150029
FE 13/6/91
VI México 10131
F. Ee (11161)
C. Fuente (11403)

Las acciones de Telmex se

Aprove
serio M
gocios
pio de
millone
tras la
el gobie

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

México: fuer
con audaces p

México (Reuter, UPI, DPA) — El audaz programa mexicano de privatizaciones está obteniendo réditos mucho más altos de los previstos por el presidente Salinas de Gortari. Esta semana logró **inesperadas y fuertes ganancias** con la venta de la empresa telefónica Telmex y del primero de los 18 bancos estatales, señalaron funcionarios del gobierno al anunciar **la reprivatización de una segunda entidad bancaria.**

El mejor ejemplo de que los inversores literalmente están arrancando de las manos del gobierno las empresas a la venta la dio la privatización de Telmex. **Inicialmente valuada en 1400 millones de dólares, esta semana terminó la venta de sus acciones, que fueron colocadas por una cifra cercana a los 4020 millones de dólares,** lo que según funcionarios habla a las claras del interés que están despertando las empresas mexicanas entre los inversores.

• Ingresos

Las empresas vendidas hasta el momento, excluida Telmex, le significaron al país ingresos **por 3300 millones de dólares** reveló ayer **Jacques Rogosinski,** jefe de la Unidad de Desincorporación de la Secretaría de Finanzas.

En tanto, se informó ayer también que tras la exitosa primera reprivatización bancaria, en los próximos días saldrá a

Buenos Aires, jueves 13 de junio de 1991, Ambito Financiero Pág. 16

La cooperativa presentará al Club d

El Hogar Obrer
depósitos con

*La Cooperativa El Hogar Obrero propuso un **plan de devolución de los depósitos** a sus ahorristas, cuyos fondos están bloqueados desde la primera semana de febrero.*

*La propuesta, que está siendo presentada mediante formularios que se distribuyen en los locales de la empresa, determina una **división por franjas de los ahorristas de acuerdo con los montos de las imposiciones e incluye un menú de opciones que van desde el reintegro de efectivo hasta la entrega de bonos patrimoniales de las distintas firmas del holding.***

*Por otra parte, L habrá una reunión cos, en la que la co tará un **programa miento.***

La propuesta de d rristas incluye:

- ***Hasta 1 millón d** gro de los depósito días después del de curso.*
- ***Hasta 2 millones:** después del desisti*

Lo acusa de presente y futura debilid

Ahora Marg
se pelea con

Londres — En noviembre de 1990, los conservadores británicos coleaban detrás de los laboristas en 8/9 por ciento.

Cuando a mediados de noviembre la ventaja llegó a dos dígitos, fue inmediatamente

da externa mexicana en 1982, los bancos costaban **1000 millones de dólares,** agregó.

Rogosinski aseguró que el programa de privatización se ha llevada a cabo **sin altos costos políticos para el gobierno,** a pesar de las frecuentes e inevitables pérdidas de empleos.

Añadió que no hay cifras disponibles sobre cuántos puestos de trabajo ha costado el programa de privatización hasta el momento, pero aseguró que los despidos masivos se **han mantenido en el mínimo posible.**

"El costo político ya se acabó. El costo ocurrió cuando **Aeroméxico** (una aerolínea mexicana) quebró y de un día para el otro salieron a la calle **12.000 personas**".

"Afortunadamente, de las (70) empresas que nos quedan, la gran mayoría ya no tiene posibilidades de que vayan a quebrar", agregó.

Algunos despidos han sido inevitables. Por ejemplo, 493 empleados de una fábrica de acero estatal fueron despedidos luego de que fue clausurada por crear costosos problemas de contaminación.

"Hicimos nuestros cálculos y dijimos: ¿Sabés qué?, esta planta no es económicamente factible. **Es una tontería meterle dinero. Mejor vamos a cerrarla. ¿Por qué?, porque a la larga se va a tener que cerrar, ya sea por nosotros o por los nuevos (dueños)" dijo Rogosinski.**

"Creo que 493 personas pueden ser recontratadas en algún lugar", añadió.

Rogosinski y otro alto funcionario del Ministerio de Finanzas, quien habló con perio-

01 01

9107681

TITULO México: fuertes ganancias con audaces privatizaciones
PRO... Δ Financiero 150024
FE... 23/6/91
VI... México 10131
F. Ee. (11161)
c. Financ. (11403)

Las acciones de Telmex se vendieron en 4020 millones de dólares, más del doble de su valor

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

Aprovechando la euforia de los inversores por llevar sus capitales al serio México, Carlos Salinas de Gortari está haciendo excelentes negocios con la privatización de las empresas estatales. El mejor ejemplo de esto es la venta de la telefónica Telmex que, valuada en 1700 millones de dólares, llegó finalmente a valer 4020 millones de dólares tras la colocación de sus acciones, que terminó esta semana. Para el gobierno, el mensaje es claro: los inversores están dispuestos a pagar a precio de oro las empresas aztecas. Y por eso se acelera también la venta de los bancos. Primero fue hace dos días la venta del Multibanco Mercantil, por el que se pagó más de dos veces su valor contable. Ahora se anunció que en pocos días más saldrá a la venta otra entidad de las nacionalizadas hace casi una década. En el resto de América latina, en tanto, siguen las privatizaciones. Coincidentemente, Venezuela y Perú ultiman los detalles para vender sus aerolíneas.

México: fuertes ganancias con audaces privatizaciones

México (Reuter, UPI, DPA) — El audaz programa mexicano de privatizaciones está obteniendo réditos mucho más altos de los previstos por el presidente Salinas de Gortari. Esta semana logró **inesperadas y fuertes ganancias** con la venta de la empresa telefónica Telmex y del primero de los 18 bancos estatales, señalaron funcionarios del gobierno al anunciar **la reprivatización de una segunda entidad bancaria.**

El mejor ejemplo de que los inversores literalmente están arrancando de las manos del gobierno las empresas a la venta la dio la privatización de Telmex. **Inicialmente valuada en 1400 millones de dólares, esta semana terminó la venta de sus acciones, que fueron colocadas por una cifra cercana a los 4020 millones de dólares,** lo que según funcionarios habla a las claras del interés que están despertando las empresas mexicanas entre los inversores.

• Ingresos

Las empresas vendidas hasta el momento, excluida Telmex, le significaron al país ingresos **por 3300 millones de dólares** reveló ayer **Jacques Rogosinski,** jefe de la Unidad de Desincorporación de la Secretaría de Finanzas.

En tanto, se informó ayer también que tras la exitosa primera reprivatización bancaria, en los próximos días saldrá a la venta pública **el banco Banpaís,** otra de las entidades nacionalizadas hace casi una década.

Multibanco Mercantil de México, que esta semana se convirtió en el primer banco mexicano en privatizarse tras la estatización del sistema,en 1982 se vendió por **202,7 millones de dólares, 2,66 veces su valor en libros,** según la Secretaría de Finanzas.

Un funcionario del mismo ministerio dijo que el gobierno espera que los bancos alcanzarán un precio **de más de 10.000 millones de dólares** al concluir su privatización el próximo año.

Cuando los bancos fueron estatizados en el momento culminante de la crisis de la deuda externa mexicana en 1982, los bancos costaban **1000 millones de dólares,** agregó.

Rogosinski aseguró que el programa de privatización se ha llevada a cabo **sin altos costos políticos para el gobierno,** a pesar de las frecuentes e inevitables pérdidas de empleos.

Añadió que no hay cifras disponibles sobre cuántos puestos de trabajo ha costado el programa de privatización hasta el momento, pero aseguró que los despidos masivos **se han mantenido en el mínimo posible.**

"El costo político ya se acabó. El costo ocurrió cuando **Aeroméxico** (una aerolínea mexicana) quebró y de un día para el otro salieron a la calle **12.000 personas**".

"Afortunadamente, de las (70) empresas que nos quedan, la gran mayoría ya no tiene posibilidades de que vayan a quebrar", agregó.

Algunos despidos han sido inevitables. Por ejemplo, 493 empleados de una fábrica de acero estatal fueron despedidos luego de que fue clausurada por crear costosos problemas de contaminación.

"Hicimos nuestros cálculos y dijimos: ¿Sabés qué?, esta planta no es económicamente factible. **Es una tontería meterle dinero. Mejor vamos a cerrarla. ¿Por qué?, porque a la larga se va a tener que cerrar, ya sea por nosotros o por los nuevos (dueños)" dijo Rogosinski.**

"Creo que 493 personas pueden ser recontratadas en algún lugar", añadió.

Rogosinski y otro alto funcionario del Ministerio de Finanzas, quien habló con periodistas con la condición de no

bancos y **de unas 140 empresas estatales privatizadas durante la actual administración.**

Las compañías estatales más difíciles de vender han sido **los ingenios de azúcar,** muchos de los cuales operaban con números en rojo.

En lugar de dejar cesante a una fuerza de trabajo voluminosa y a menudo improductiva, los ingenios **fueron vendidos a un precio bajo** y sus nuevos dueños quedaron libres para buscar hacerlos más rentables, dijo Rogosinski.

Algunos de ellos se han visto forzados a entrar en nuevos proyectos, como el procesamiento de la melaza o la producción de tomate, para recontratar a los ex trabajadores de los ingenios.

01 01

9107681

Nº DOCUMENTO
TITULO Comienzan a negociar el Pacto de América del Norte.
PERIODICO A. Financiero 350027
FECHA 12-6-91
VINCULACION México 10131
F Ee (11161)
Com Ext. (11408)

Hoy comienzan a negociar el Pacto de América del Norte

A.F. 12/6/91

México (Reuter) — México comenzará hoy a negociar un tratado de libre comercio con los Estados Unidos y Canadá, un controvertido proceso en el que el país latinoamericano se **divorciará del Sur del continente**, según analistas y diplomáticos de la región.

Las conversaciones, que se iniciarán en Toronto con la asistencia de los ministros de Comercio **de las tres naciones**, han sido consideradas **como el primer paso hacia la creación de una zona libre de aranceles en todo el continente**, propuesta por el presidente norteamericano **George Bush en su Iniciativa para las Américas.**

Sin embargo, analistas y diplomáticos, entre ellos algunos que defienden el tratado, aseguraron que vincular el eventual acuerdo trilateral con América latina **tiene más vinculación con la retórica integracionista que con la realidad.**

"México se está integrando hacia el Norte, no hacia el Sur", dijo a "Reuter"un diplomático latinoamericano que pidió no ser identificado.

"Y conste que no es una crítica. Aunque a nosotros no nos reporte beneficios, **sin duda a México le conviene**", añadió.

Para **Jorge Castañeda**, uno de los más reconocidos especialistas en las relaciones de México con los Estados Unidos, la concreción del tratado **no debe despertar mayores expectativas en el resto de América latina.**

• Zona libre

"Formalmente, el tratado de libre comercio se inscribe en la Iniciativa para las Américas, que supuestamente crearía una zona de libre comercio **desde Alaska a la Patagonia**", dijo a "Reuter". "Pero lo real es que el tratado implicará **la formalización de la separación de México del resto de Latinoamérica**".

El presidente de México, **Carlos Salinas**, quien allanó el camino hacia el tratado eliminando o reduciendo abruptamente los aranceles que gravaban el comercio exterior, dijo que una de las cinco metas centrales era **"asegurar el acceso de nuestros productos a otros mercados"**.

Salinas de Gortari

Los otros cuatro objetivos enumerados recientemente por el mandatario fueron los siguientes: **atraer mayores inversiones, lograr más competitividad frente a otros bloques comerciales, como el europeo, disponer de una mejor tecnología y evitar que el intercambio sea frenado por medidas arbitrarias.**

Por su parte, Bush esgrimió cifras. En materia de empleo, aseguró que desde 1986, cuando tímidamente se inició la apertura de México, el incremento de las exportaciones hacia ese país **se tradujo en 264.000 nuevos puestos de trabajo** en los Estados Unidos.

Entre 1986 y 1990, añadió, las exportaciones de su país a México crecieron **casi 130 por ciento, al pasar de 12.400 a 28.400 millones de dólares.**

01 01

9107682

Nº DOCUMENTO
TITULO: Comienza la negociación de libre comercio entre México, Canadá y EE.UU.
PERIODICO: La Nación 150025
FECHA: 11-6-91
VISITAS: Canadá 65456.
México 10131
EE.UU. 65890
F. Ee. (11161)
Com Ext (11409)

Desde mañana, en Toronto

LN 11/6/91

Comienza la negociación de libre comercio entre México, Canadá y EE. UU.

OTTAWA, 10 (Reuter). – Negociaciones formales para crear una vasta zona de libre comercio en América del Norte comenzarán el miércoles en Canadá y los analistas predicen que será una batalla prolongada y difícil.

Representantes comerciales de los Estados Unidos, Canadá y México se congregarán en torno de una mesa triangular en un hotel del centro de Toronto para poner en marcha discusiones tendientes a reducir barreras al comercio entre 360 millones de consumidores.

Ya han comenzado estudios previos y conversaciones preparatorias y las discusiones de Toronto deben decidir cómo se organizarán las conversaciones ulteriores, indicaron los funcionarios.

Junto con los principales negociadores encargados de forjar un pacto, la representante comercial norteamericana Carla Hills, el ministro de Comercio de Canadá, Michael Wilson, y el ministro de Comercio de México, Jaime Serra Puche, asistirán a la primera sesión.

Los Estados Unidos y Canadá ya tienen un acuerdo de libre comercio, puesto en práctica el 1º de enero de 1989, que anulará todos los aranceles aduaneros sobre bienes y servicios entre las dos naciones a partir de 1998.

El presidente estadounidense, George Bush, recientemente obtuvo del Congreso la aprobación "fast track" (vía rápida) para una ampliación de dos años de la autoridad negociadora con el fin de posibilitar conversaciones comerciales adicionales.

Las conversaciones entre los tres países de América del Norte debían concluir en diciembre, según los cálculos iniciales, pero ahora los analistas estiman que podrían durar dos años, mientras crece la presión en favor de un pacto en momentos en que los Estados Unidos se encaminan a un año electoral.

Habrá que tomar en cuenta preocupaciones planteadas por grupos sindicales norteamericanos acerca de la posible pérdida de empleos en su país, y por los ecologistas, junto con el deseo del gobierno de Bush de contener la inmigración ilegal y apoyar la reforma económica emprendida en México.

"Existe la sensación de que los mexicanos han encarado correctas políticas reformistas y los Estados Unidos quieren que tengan éxito en esa empresa", destacó Robert Dunn, economista de la Universidad de Georgetown, en Washington.

Representantes comerciales norteamericanos han dicho que todo, desde el petróleo mexicano hasta las instituciones culturales de Canadá, como la radio y la televisión, está sobre la mesa para ser discutido.

Los negociadores buscarán ampliar las facultades para participar en licitaciones gubernamentales de obras públicas en cualesquiera de los tres países, indicaron analistas.

Podrían ser modificadas las reglas sobre origen que especifican qué proporción de un producto debe ser armada en un determinado país.

Carla Hills

Canadá y México exportan autos o autopartes a los Estados Unidos y quieren proteger ese mercado, agregaron los analistas.

Los negociadores mexicanos querrán eliminar barreras en el vasto mercado estadounidense y establecer comisiones bilaterales para solucionar diferendos, como las creadas en el acuerdo canadiense-estadounidense.

El gobierno canadiense también quiere proteger el acceso al mercado de los Estados Unidos y ha hecho caso omiso de las críticas en el sentido de que el acuerdo comercial ha incrementado el desempleo.

01 01 . 9107683

Nº DOCUMENTO
TITULO: Inflación controlada: 1%
FUENTE: Sol. Financ. (150027)
FECHA: 11-6-91
VIÑETAS: MEXICO (10131)
Ec. (11161)
Inflac' (11300)

Inflación controlada: 1%

11/6/91

*Ciudad de México (UPI, DPA, Reuter) — El gobierno de **Carlos Salinas de Gortari** anunció ayer que por segundo mes consecutivo México tuvo una inflación de **1 por ciento** en mayo.*

*Con esto, el índice acumulado en los primeros cinco meses del año es de **8 por ciento**, más de la mitad del índice previsto por las autoridades gubernamentales para todo el año, **14 por ciento**.*

• Mínimo

*El **Banco de México** señaló que el índice de mayo, similar al registrado en abril, es **el más bajo desde octubre de 1987**. Por su parte, la revista especializada "Expansion" estimó que al ritmo actual la inflación podría cerrar el año en **19 por ciento**, tasa que es igualmente inferior en casi **11 puntos** porcentuales a la de 1990, **29,9 por ciento**. Sin embargo, esta tasa es superior a la meta del gobierno de **Salinas**, y analistas aseguran que **difícilmente logre sus propósitos sobre todo porque nuevos flujos de inversión creados por el creciente interés mundial por México** están creando presiones inflacionarias.*

ENTRADA
CRUZ

01 01

9107684

Nº DOCUMENTO
TITULO México: Comenzó a reprivatizar sus bancos
FECHA A. Financiero (150027)
FE 11-6-91
VI. México (10131)
F. Ee. (11161)
S. Financiero (11403)

tió en Ginebra

Vendido el Multibanco Mercantil en u$s 203 millones

A.F. 11/6/91

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

En una nueva muestra de que está dispuesto a llevar hasta el fin la liberalización de la economía mexicana, Carlos Salinas de Gortari inició ayer la reprivatización de los bancos nacionalizados en 1982. El primer banco vendido fue el Multibanco Comercial, por el que se pagaron 203 millones de dólares. Según anunció el gobierno, los 18 bancos en su poder pasarán a manos privadas, incluido el Banco Nacional de México, el principal del país y el segundo de América latina.

Un serio México ayer empezó a reprivatizar sus bancos

México (Reuter, DPA) — Poniendo fin a casi una década con bancos estatizados, el presidente mexicano, **Carlos Salinas de Gortari**, volvió ayer a dar muestras de la seriedad de su programa de liberalización económica al iniciar la reprivatización de las entidades con la venta **por 203 millones de dólares del Multibanco Mercantil de México.**

La entidad, la decimocuarta de las 15 que cotizan en la Bolsa de Valores mexicana, fue vendida al grupo Probursa que pagó por el banco **2,66 veces el capital contable de la institución privatizada.**

El **Multibanco Mercantil** formó parte del primer paquete puesto en venta por Salinas el pasado **12 de abril**, junto a otras dos entidades que aún no han sido adjudicadas. Dos semanas después se anunció la venta también de otras cuatro entidades, **incluido el Banco Nacional de México, el más grande del país y el segundo de América latina.**

En cuanto a la adjudicación ayer del Multibanco Mercantil, el presidente de Probursa **(integrado por 3000 accionistas), José Madariaga,** enfatizó que "el banco a este precio es un banco caro, pero sumado al grupo financiero puede generar **utilidades adicionales**". En los últimos 12 meses sus utilidades superaron los **u$s 50 millones.**

El presidente, **Carlos Salinas**, anunció el 2 de mayo de 1990 la privatización de la banca como parte de su política de pasar a ese sector **la mayoría de las empresas estatales iniciada en diciembre de 1988**, cuando asumió su mandato.

• **Planes**

De acuerdo a los planes gubernamentales, el Estado se desprenderá de las acciones de las **18 instituciones financieras** que operan en el país, las que serán vendidas a grupos en los que predomine el capital privado mexicano.

La Secretaría de Hacienda señaló que cuatro grupos hicieron ofertas para comprar **77,19 por ciento** del paquete

Salinas de Gortari

accionario de **Multibanco Mercantil** que estaba en manos del **Estado.**

Al explicar la adjudicación a **Probursa**, el ministerio indicó que los **202,7 millones de dólares** ofrecidos representaban **2,66** veces el capital contable del banco vendido, proporción **mayor que la que estaban dispuestos a pagar los restantes grupos.**

Según el mecanismo establecido por el gobierno para privatizar la banca, las instituciones tendrán "**el carácter de sociedades anónimas, con una estructura de capital que asegure que los mexicanos detenten el control de los bancos**", subrayó el texto.

En setiembre de 1982, el ex presidente **José López Portillo** nacionalizó la banca. Ocho años después, cuando **Salinas** dispuso la privatización, el Estado tenía en sus manos como mínimo **66 por ciento** de las acciones bancarias, dado que hasta **34 por ciento** de estas comenzó a cotizarse en la Bolsa en 1987.

Las privatizaciones impulsadas por **Salinas**, que abarcan prácticamente todos los sectores con excepción del petrolero, se inscriben en **una política de liberalización de la economía**, en la que el Estado actuaba como rector hasta que inició su mandato.

Paralelamente a la venta de las empresas estatales, el mandatario inició una apertura comercial, derogando o reduciendo los aranceles a las importaciones, que permitirá el miércoles el inicio de las negociaciones para la firma de un tratado de libre comercio con los **Estados Unidos y Canadá**.

ENTRADA

01 01 9107685

Del Pacto Andino al Mercosur
150007
300591
11905

Últimos Avances en la Política Aérea Regional (F-2) 300591

DEL PACTO ANDINO AL MERCOSUR

Los Ministros de Transporte, Comunicaciones y Obras Públicas de los países integrantes del Pacto Andino han presentado a la Reunión del V Consejo Presidencial Andino, efectuada en Caracas durante los días 17 y 18 de mayo, una propuesta de "Cielos abiertos", destinada a trastocar completamente las relaciones aeronáuticas de los países integrantes del Acuerdo de Cartagena.

Luego de una revisión de los sistemas operativos, facilidades y política del transporte aéreo en la Subregión, los Ministros en cuestión decidieron la adopción de un sistema de liberalización de los derechos de tráfico aéreo en la Subregión, en forma de eliminar todas las restricciones existentes en sus políticas para las operaciones de sus empresas de transporte aéreo.

Esta iniciativa calificada por muchos como revolucionaria, representa un paso trascendental en la política aérea latinoamericana, que se [illegible] en la Declaración de Buenos Aires, en la cual los Presidentes de los países del Pacto Andino [illegible] lo cual se espera fortalecerá el desarrollo de la industria del transporte aerocomercial y beneficie a los usuarios, al permitir un mayor número de vuelos con tarifas más reducidas. Se estima que esta nueva política abatirá los costos del transporte aéreo en un 15%, equivalente a un ahorro de 150 millones de dólares para la región andina.

Este importante avance en la integración aeronáutica latinoamericana, cuyo proceso, que fue precedido [illegible] en forma muy cuidadosa por dichos [illegible] en todos sus aspectos e instrumentos. En base a esta Declaración, calificada como un paso histórico en la integración aeronáutica y económica de América Latina, los Presidentes de los cinco países del Pacto Andino o Acuerdo de Cartagena se aprestan ahora a dar un paso decisivo en la integración política y económica latinoamericana, adoptando dicha posición de "cielos abiertos", reconociendo el trabajo de casi 20 años de [illegible] de los cinco países [illegible] por integrar la Subregión y la [illegible].

Tal como se [illegible] en la página de [illegible], la cual tendría entonces un sentido [illegible], las naciones andinas tienden en lo tendían con esta política a implantarse no bien se utilicen algunos detalles técnicos, lo que permitirá a cualquier empresa de cualquier país del Pacto Andino, Colombia y Venezuela prestar servicios, correo y carga directos a los pueblos de cualquier país de la Subregión. Se trata, éste, seguramente, de la [illegible] integración [illegible] por la Comunidad del Acuerdo de Cartagena, antes del 1º Cielos Presidencial Andino [illegible].

La Reunión de los Ministros de Transporte [illegible] considerar [illegible] de los países [illegible] de la Región lo cual no obstó [illegible] el tráfico con [illegible] y países intermedios. Fue así como se aprobó la decisión Nº 297, en base al documento "Integración del Transporte Aéreo de la Subregión Andina", presentado por la Junta. Se prevé para 19[illegible] la plena aplicación del Acuerdo, incluyendo el tráfico con terceros países, aún cuando las naciones menos desarrolladas del Pacto Andino, como Ecuador y Bolivia, con empresas de aeronavegación menos poderosas, ven con preocupación la gran competencia que les pueden presentar las compañías más desarrolladas de Colombia y Venezuela y la posibilidad de un aumento de la competencia de parte de las aerolíneas de otros países.

Por lo tanto, Perú, Colombia, Bolivia, Venezuela y Ecuador, se [illegible] en una nueva política aeronáutica internacional, al [illegible] un Pacto Subregional [illegible] de 20 años [illegible] la posibilidad de aumentar [illegible] las rutas [illegible], el [illegible] y el tráfico turístico.

El tráfico [illegible] con terceros [illegible] en estado de formación de los [illegible] un plazo [illegible] 10 [illegible] del Pacto se elaboren los estudios del [illegible] los convenios que mejor les convengan.

Es muy difícil estimar, desde ahora, las consecuencias de esta nueva política, implantada por los países del Pacto Andino, máxime a que recién se está implementando, pero estimamos que puede ocasionar beneficiosos resultados para dichos países siempre que vaya acompañada de útiles medidas complementarias y una leal aplicación de sus principios.

En otro orden, los expertos en transporte aéreo reunidos en el Simposio de Derecho Aeronáutico realizado recientemente en Montevideo, manifestaron su extrañeza ante la circunstancia de que en el Tratado del MERCOSUR no se incluyera, entre los organismos destinados a participar en la coordinación de las políticas macroeconómicas y sectoriales, la creación del Subgrupo del Transporte Aéreo, en la forma como se hiciera respecto del transporte terrestre y marítimo. El punto preocupó a todos los especialistas, al punto de haberse sugerido, en dicho considerando, la posibilidad de que el Proyecto de Código Aeronáutico Latinoamericano pudiera contribuir a armonizar las legislaciones de los Estados firmantes del Tratado, en el área del transporte aéreo, a fin de ayudar al fortalecimiento del proceso de integración, en la forma indicada por el artículo 1 del mismo.

Los estudios efectuados y experiencia llevan, a nuestro juicio, a la necesidad de una integración subregional en el transporte aéreo comercial, a efectuarse a corto plazo y de ser posible aprovechando los instrumentos del MERCOSUR, conciliando por un lado los intereses de las empresas [illegible] de aeronavegación con el mercado [illegible] comunicaciones aéreas [illegible] por las empresas extracontinentales [illegible] dentro de nuestra Subregión [illegible] el [illegible] al [illegible] de [illegible].

[illegible]

partes [illegible]

ENT
CRUZ

01 01 · 9107686

Nº
TITULO: P. Andino: acuerdo para una moneda Comun
FUENTE: La Nación 150015
FECHA: 05/91
VINCULO: 11205

Pacto Andino: acuerdo para una moneda común

LOS Ministros de Planificación Económica y Finanzas y los Presidentes de los bancos centrales de cinco países andinos acordaron, en una reunión en Caracas, usar, en el primer semestre de 1991, una moneda común para pagos entre entidades empresariales y financieras de la región.

Se afirmó en la inauguración de la cita que el uso de la moneda común, el peso andino, se producirá en paralelo con la promoción de los mecanismos de financiación y de pagos actuales y la ampliación de la red de intermediarios financieros de los créditos.

Los cinco países andinos (Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela) han avanzado en el establecimiento de una Política Agrícola Común (PAC) y en la definición de un Arancel Externo Común (AEC), lo que significa una unión aduanera que abrirá el camino para el Mercado Común Andino a partir de 1995.

El calendario de los cinco países andinos para su integración establece la configuración plena de una Zona de Libre Comercio entre 1991 y 1993, para lo que a partir de enero próximo eliminarán por completo los aranceles a todos los productos que intercambian. En la "cumbre" presidencial andina de La Paz, celebrada el 29 y 30 de noviembre de 1990, se acordó una reducción del 50 por ciento para los aranceles de los productos intercambiados en la región. ■

01 01 9107687

Nº DOCUMENTO
TITULO Heredo Comun del P. Andino
150026
140591
11205

Lanzarán en 1992 el mercado común del Pacto Andino

140591

Caracas (Reuter y EFE) — Los mandatarios de los cinco países del Pacto Andino se reunirán esta semana en Caracas para decidir lanzar en 1992 el primer mercado común en el actual proceso de integración de América latina.

La "cumbre" de los presidentes de Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela, que comenzará el viernes y concluirá al día siguiente, es precedida por una serie de reuniones a nivel técnico.

La elección directa y universal para los miembros del Parlamento Andino, la fijación de un arancel externo común, la negociación conjunta de la subregión para participar en la "iniciativa para las Américas" y la puesta en marcha a partir de 1992 del mercado común andino, serán los temas centrales de la agenda de los cinco mandatarios.

Paralelamente se celebrarán reuniones de los ministros de Trasporte de los países del área y de funcionarios del Acuerdo de Cartagena (JUNAC), órgano ejecutivo del Pacto Andino, sobre el Tribunal de Justicia y el Parlamento Andino y de los ministros de Relaciones Exteriores.

01 01 9107688

Mineros chilenos anunciaron una huelga a partir del 1/jul.
CLASIN (15.024)
28-6-91
CHILE (65709)
T. Sueldos (11165)
C. Sociales (11413)

Los mineros chilenos anunciaron una huelga a partir del 1º de julio

Miles de mineros chilenos anunciaron ayer que desde el 1º de julio irán a la huelga si el gobierno no satisface sus reclamos salariales. La suspensión de los trabajos en la mina de cobre de Chuquicamata, la más grande del mundo, causaría una pérdida diaria de 2,5 millones de dólares. Sería la primera huelga en ese yacimiento en los últimos dieciocho años.

SANTIAGO, Chile, 27 (AP Y AFP0. — El gobierno del presidente **Patricio Aylwin enfrenta el mayor desafío laboral de su gestión** de quince meses al aprobar siete mil trabajadores del yacimiento cuprífero de Chuquicamata, el más grande del país, una huelga legal que **implicaría una pérdida diaria de 2,5 millones de dólares.**

El 90 por ciento de los siete mil trabajadores que participaron en la votación, rechazaron una propuesta de la **Corporación del Cobre (Codelco)**, empresa propietaria de los cuatro grandes yacimientos estatales cupríferos del país. De no reanudarse antes las negociaciones y llegar a un acuerdo, la huelga deberá iniciarse el 1º de julio.

Desde que Aylwin asumió el gobierno en marzo de 1990 este es el principal desafío laboral que enfrenta por las consecuencias económicas que provocaría una paralización y por la cantidad de trabajadores involucrados.

La huelga, en demostración de rechazo a un plan salarial de la empresa que es la principal generadora de divisas de este país, sería la primera en ese yacimiento en los últimos dieciocho años.

La decisión de huelga fue precedida por convocatorias previas de dirigentes sindicales que en su mayoría militan en los partidos de la coalición gobernante, y con ella se hizo caso omiso del llamado de Aylwin para alcanzar un acuerdo satisfactorio entre ambas partes.

El mineral de Chuquicamata, a 1.600 kilómetros al norte de esta capital, es el que **produce el 60 por ciento de los ingresos de los cuatro yacimientos estatales.** Sus ejecutivos señalaron que por una huelga el país dejaría de percibir 2,5 millones de dólares diarios, aunque ese efecto probablemente se vería paliado por un aumento en el precio del cobre en los mercados internacionales.

Chuquicamata, enclavado en el desierto de Atacama, tiene unos 10 mil trabajadores. Por su gravitación, durante el pasado régimen militar le estuvo prohibida la huelga, derecho que se le restituyó al restablecerse la democracia.

Los trabajadores solicitan un reajuste real del 10 por ciento más una serie de mejoras de sus salarios, considerados los mejores del país.

La empresa rechazó aumentar los salarios en ese porcentaje y ofreció otorgar un aumento según el costo de la vida, más otros beneficios, como un bono por término de conflicto equivalente a casi 1.000 dólares por trabajador.

Según la empresa, acceder a todas las demandas laborales implicaría un mayor gasto de 190 millones de dólares. Los beneficios que otorgaría, en cambio, implican solo 13 millones de dólares.

Los mineros del cobre forman fila para votar, en el yacimiento de Chuquicamata —el más grande del mundo—, la primera huelga en dieciocho años. Es el primer movimiento de fuerza contra el gobierno del presidente Patricio Aylwin.

Además de las demandas económicas, los dirigentes mineros se han quejado de la actitud que han tenido con ellos los ejecutivos de la empresa estatal.

El gobierno, sin embargo, ha respaldado a los ejecutivos y ha señalado que se mantendrá al margen del conflicto laboral.

El presidente de la Confederación de Trabajadores del Cobre, **Darwin Bustamante**, organización que agrupa a unos 22.000 mineros de los yacimientos estatales, dijo esta mañana que la aprobación de la huelga es **"una clara demostración de la mala forma en que se han llevado las relaciones laborales"**

El sindicalista, que además es trabajador de Chuquicamata, dijo que no desean llegar a la huelga y que esperan reanudar las negociaciones.

Por su parte, la empresa también confía en evitar la huelga y en reanudar las conversaciones, según señaló Mario Livingstone, gerente de Codelco.

Las consecuencias de la negociación con Chuquicamata también repercutirán en las que pronto se iniciarán en los otros tres yacimientos estatales.

El cobre es la principal riqueza del país y aporta casi el 50 por ciento de todos los ingresos.

01-01 9107689

DOCUMENTO

TITULO Se efectuarán pruebas en vuelo del cohete "Rayo"

PROCEDENCIA A Firme. (150021)

FECHA DE DOCUMENTO 26-6-91

VINCULACIONES CHILE E (65709)

F. Ml (1163)

nacional (1331)

Chile: "No tenemos plan armamentista"

A 26/6/91

Santiago de Chile (DPA) — El Ejército chileno confirmó ayer que en los próximos meses efectuará en el norte del país pruebas en vuelo del cohete **"Rayo"**, al tiempo que rechazó versiones procedentes de Gran Bretaña que aseveraron que el arma habría sido ya probada en la Guerra del Golfo Pérsico.

El cohete se encuentra **"en su primera fase inicial, terminándose"** y no está previsto todavía, **"cuándo empezaría a comercializarse", dijo el presidente del Consejo Superior de FAMAE (Fábrica de Materiales del Ejército), General Fernando Hormazábal.**

Versiones procedentes del Reino Unido, divulgadas en un programa televisivo de la "BBC" (British Broadcasting Corporation), dijo que **una firma británica está ayudando a Chile y Egipto a desarrollar sistemas de armamentos usados en la guerra del Golfo Pérsico.**

La información aseguró que **la Royal Ordnance, una subsidiaria de la firma British Aerospace, está trabajando con Chile en la producción de una versión menos costosa del Sistema de Lanzamiento Múltiple de Cohetes (MLRS).**

El cohete **"Rayo" es un arma de tipo convencional "que no tiene nada de particular", indicó el general Hormazábal, que rechazó también especulaciones sobre una supuesta política armamentista en que estaría embarcado Chile.**

"Chile jamás ha estado inserto en una política de ese tipo", porque "para ello debe existir una voluntad política que lo afirme, una doctrina institucional que la respalde y, fundamentalmente, deben existir presupuestos que la financien. Ninguna de las tres condiciones se han dado", subrayó el militar.

En el programa de la "BBC" se sostuvo además que en una reciente visita que efectuó a Gran Bretaña, el jefe del Ejército de Chile, general Augusto Pinochet, **autorizó la segunda etapa del proyecto "Rayo", un arma que puede superar los 40 kilómetros, utilizando munición convencional o de racimo, según añadió el informe.**

La "BBC" informó, asimismo, que **FAMAE puede construir hasta 10 cohetes por día**, agregando que **"sin la colaboración de la empresa británica el sistema no habría sido posible".**

ENTRADA ✓

CRUCE ✓

01 01

9107690

Nº. DOCUMENTO
TITULO Chile logró en 1990 un fuerte superávit fiscal
PROCEDENCIA D. Fuente (150027)
FECHA DE RECEPCION 26/6/91
VINCULACIONES CHILE (65709)
T. Economicos (11161)
Evol de los varios ee. (11320)

Chile logró en 1990 un fuerte superávit fiscal

A.F. 26/6

Santiago (UPI) *— El tesorero general,* ***Humberto Vega,*** *dijo que la operación fiscal en Chile arrojó en 1990* ***un superávit equivalente a unos 280 millones de dólares.***

Vega, un economista ***socialista,*** *afirmó que* ***"el fisco se apretó el cinturón,*** *pero esto* ***no afectó a los más pobres"*** *(unos cinco millones de chilenos, según cifras oficiales), pues el gasto social se aumentó en* ***6,6 por ciento*** *durante el primer año del gobierno del presidente* ***Patricio Aylwin.***

El funcionario agregó que este ahorro fiscal se logró en medio ***de un severo ajuste económico,*** *para evitar un* ***grave rebrote*** *de la inflación, la que superó* ***27 por ciento en 1990.***

Vega dijo que la política fiscal durante el año pasado se orientó a "compatibilizar los problemas coyunturales que emergieron en el curso del año con la mantención de los equilibrios macroeconómicos, el esfuerzo social compartido para erradicar progresivamente la pobreza, avanzar hacia la justicia social ***y hacia la integración de la economía chilena en la economía mundial".***

Pese a la subestimación del rendimiento ***de algunos impuestos,*** *al ajuste antiinflacionario y al alza coyuntural que tuvo el* ***petróleo*** *durante el año pasado, el* ***"manejo prudente del gasto público"*** *permitió aumentar el presupuesto de los ministerios* ***del área social,*** *indicó el tesorero.*

Igualmente, según las cifras entregadas por Vega, el presupuesto del Ministerio de Obras Públicas recibió un suplemento de ***10,4 por ciento.***

En tanto, el Banco Central informó que el ***superávit comercial chileno*** *en el mes de mayo fue de* ***196,9 millones de dólares,*** *y que el superávit de los últimos 12 meses llega a* ***1.087,5 millones de dólares.***

• Reservas

Las reservas internacionales netas del Banco Central llegan a los ***5845 millones de dólares.***

Según las estadísticas que maneja el banco, que actualmente ***actúa en forma autónoma,*** *las importaciones se han mantenido* ***estables*** *desde el año pasado y solamente se ha registrado un* ***leve aumento*** *en las compras de bienes de consumo en el extranjero.*

Sin embargo, la medición se hizo antes que a mediados de mes el Ministerio de Hacienda y el Banco Central acordaran ***una rebaja de los aranceles de 15 a 11 por ciento,*** *para ir adecuando al país a los tratados de libre comercio que se discuten actualmente con México, Venezuela y en un más largo plazo con* ***Estados Unidos.***

ENTRADA
SALIDA

9107691

01-01

Nº DOCUMENTO .....
TITULO Chile controla mejor su deuda
PROCEDENCIA El País (150007)
FECHA DE ... 26-6-91
VINCULACIÓN CHILE (65709)
Economía (11161)
D. Externa (11314)

CHILE CONTROLA MEJOR SU DEUDA

El País 26-6-91

PARIS, 25 (EFE).— Chile controla mejor su deuda exterior que los principales acreedores latinoamericanos, indica un informe sobre "Innovación financiera y deuda del Tercer Mundo" publicado por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE).

En 1982, la deuda de Chile era en gran parte la del sector privado, pero en 1988 la situación había cambiado el débito público se ha convertido en el más importante.

"El gobierno ha garantizado una gran parte de la deuda del sector privado, presionado por los bancos acreedores", subraya el documento.

Chile ha logrado con éxito reducir los márgenes de los tipos de interés sobre su deuda y ha aplazado los vencimientos gracias a la renegociación.

"En cuanto a la recompra y a las reconversiones de deuda, Chile redujo a 4.200 millones de dólares su deuda comercial exterior entre diciembre de 1984 y junio de 1988 y una gran parte de estas reducciones, en torno a 3.200 millones de dólares, se efectuaron en la deuda del sector privado", señalan los autores del estudio.

En cuanto a su evolución futura, la disminución de la deuda puede ser más complicada por dos motivos. En primer lugar, está ahora concentrada en el sector público y las recompras, en particular las reconversiones, se han vuelto más difíciles.

En segundo lugar, la deuda del sector privado ha disminuido mientras que las divisas extranjeras necesarias para dichas recompras son más escasas y los haberes indispensables para la conversión podrían estar menos disponibles.

"Aunque Chile no haya resuelto todos sus problemas, controla su deuda exterior mejor que otros acreedores latinoamericanos", concluyen.

01 01

9107692

24-6-91
CHILE (65709)
F POL (11164)
POL nal (11302)

Los dirigentes dan signos de madurez difíciles de encontrar en la región

También hay que imitar de Chile el respeto político

AF. 24/6/91

Escribe
Martín Krause
Economista

Si hasta ahora se mencionó a Chile como un ejemplo de buen desempeño económico en América latina, no es exagerar extenderlo al ámbito político. Una de las razones para ello sería la responsable aceptación de los beneficios de la economía de mercado, por parte del gobierno demócrata-cristiano de **Patricio Aylwin**, quien llegara al poder aliado con la izquierda. Pero no sólo eso; el comportamiento de la dirigencia política chilena está dando signos de madurez dignos de un país desarrollado y que muchas veces suelen faltar por estos lares.

Otro ejemplo de ello es la aceptación del gobierno chileno de la presencia de **Pinochet** al mando del Ejército, pero sobre todo la aceptación de las reglas de juego institucionales que dejara el régimen pinochetista, si bien ahora intentará una necesaria reforma constitucional para la cual cuenta con el apoyo de por lo menos uno de los partidos de centro-derecha.

• Despartidizando

El ejemplo del comportamiento político de la clase dirigente chilena puede verse muy claramente en las discusiones actuales sobre el régimen municipal y la posibilidad de próximas elecciones. Según el sistema actual, los intendentes no son nombrados por elección directa sino que "entidades intermedias" como juntas vecinales y otras proponen candidatos entre los que se eligen, no despolitizando pero sí "despartidizando" a la selección.

Con buen criterio, tanto el gobierno como Renovación Nacional y la UDI, los dos partidos de oposición de centro-derecha, quieren reformar el sistema para ir a elecciones de concejales e intendentes pero, claro, estando los intereses políticos futuros en juego, las posiciones no son las mismas.

Pocos dudan de que la democracia cristiana será la gran ganadora de tales elecciones en caso de realizarse. Paradójicamente, ese éxito puede traerle problemas futuros. Y es que podría llegar a conflictuarse su relación con los partidos de izquierda a los que quiere seguir teniendo de aliados en las presidenciales del '93. La DC quiere presentar candidatos propios y si tanto el Partido Socialista como el PPD de **Lagos**, obtienen magros resultados tal vez se cuestionen esa política de ser furgón de cola. Es más, uno de los dos puede quedar en el camino. Si le va mal al PPD, puede significar el final de éste absorbiéndose en el socialismo. **Y si le va mal al PS podría significar el cambio de la actual conducción renovadora y "moderada" por el ala dura que buscaría una alianza de la izquierda con el PC.**

En la derecha, si bien RN y UDI irán juntos a las elecciones, estará en juego quién será el candidato presidencial y aquí no sólo hay debate entre ellos sino que lo hacen bajo la sombra de la creciente popularidad del Fujimori chileno, **Frafrá Errázuriz**, quien comanda el obviamente centrista Partido de Centro-Centro, por si a alguien le quedaron dudas.

• Negociaciones

En este marco, comenzaron las negociaciones entre el gobierno y la oposición para lograr un consenso de forma tal de reformar el sistema, consenso que es además impuesto por los estrictos requerimientos de la actual Constitución para poder reformarla. Así, si no se logra el acuerdo de la oposición es imposible obtener las mayorías requeridas y lo notable es el respeto y cumplimiento por parte de la coalición gobernante de ésas normas. Renovación Nacional no está dispuesta a tratar la reforma electoral si no incluye además leyes que definan la autonomía financiera de los municipios. Su acertado criterio es que de nada sirve elegir intendentes si después éstos no manejan ningún recurso y terminan siendo absolutamente dependientes del poder político central.

El gobierno de **Aylwin** ha debido ceder en este aspecto y es así como ha enviado al Congreso un paquete de leyes que incluyen estas cuestiones.

• Cuentas

Por último, está en cuestión el método para la elección de los intendentes, y aquí todos hacen sus cuentas. Con elecciones directas los partidos deben postularse separadamente y no en pactos. De ser así, del total de 325 comunas, la Concertación se llevaría unas 150, la oposición unas 100 y 75 serían muy peleadas. Pero con listas separadas, tanto la DC como el PS y el PPD corren grave riesgo de desaparecer ante una oposición que sí decidiría no competir entre sí y votar al candidato del otro. Si se proyectan las elecciones del '88 y la DC obtiene 30%, la izquierda 25% y PC 5%, la oposición de centro-derecha obtendría 40% y ganaría.

Para solucionar el problema, a la DC se le ocurrió proponer la "ley de lemas", que en Chile se describe como que el alcalde se elegiría por elección indirecta y sería **"el concejal más votado, de la lista más votada, del pacto más votado"**. Así contentos, el PS y el PPD tardaron en reaccionar y darse cuenta de que terminarían dando todos sus votos a la DC. En el centro-derecha ese sistema tampoco les molesta porque suma a una alianza que ya existe pero se han puesto fuertes en el número de concejales que proponen sea de seis.

Siendo un número par y especulando con que obtengan 42% de los votos, los concejales serían 3 de la Concertación y 3 de la oposición, aumentando el poder de negociación de ésta. En cambio con siete concejales necesitarían 45%, ya más dificultoso. La Concertación también terminó aceptando esta fórmula.

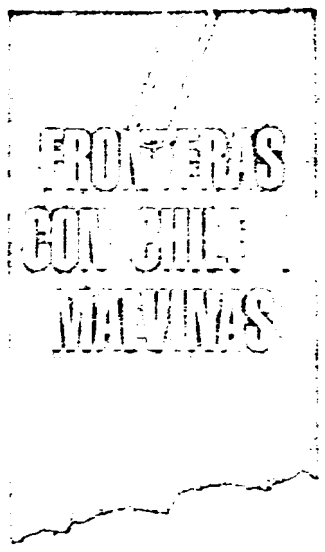
Y este tire y afloje, Concertación y acuerdo, es lo que en Chile se ha dado en llamar **"democracia de los acuerdos"**, y que le da al país vecino, con una de las democracias más recientemente repuestas, una imagen de civilidad y madurez política que, por lo menos, emparejan sus logros en materia económica. O será que, como siempre se ha pensado, la libertad económica lleva a la libertad política, y la madurez económica lleva también a la madurez política.

ENTRADO
CRUZADO
9107693

A Fuerte (150027)
21-6-81
F. Pol (1164)
Del. Tucu. (11 399) - Chile

La visita de Aylwin aspira, con la mediación suiza, terminar con una loca geografía que une y divide

Nadie sabe cuál es la frontera con Chile



Escribe
Jorge Pedro Barceló

Es posible que al cumplirse 50 años del acuerdo de Mainar, Argentina y Chile resuelvan casi todos los conflictos limítrofes que aún mantienen. Fue en 1941 cuando ambos países suscribieron el Protocolo para la Reposición y Renovación de Hitos.

El bilván final lo darán los cancilleres Guido Di Tella, por Argentina, y Enrique Silva Cimma, por Chile, cuando se reúnan en Buenos Aires el 25 y 26 de julio próximos. Serán los presidentes Carlos Menem y Patricio Aylwin quienes tendrán a su cargo suscribir los acuerdos definitivos.

Sin embargo, subsisten problemas puntuales. Los temas pendientes, y acerca de los cuales se analiza con reservas someterlos a un laudo arbitral por parte de Suiza, pueden resumirse en 3 cuestiones:

a) Bigotes: denominados también "corredores de corrección". El problema consiste en que el hito que debía ser colocado sobre la divisoria no fue ubicado sobre la misma. Para subsanar este problema, es necesario efectuar una corrección en la graficación del recorrido de la traza limítrofe saliendo de la divisoria hasta tocar el hito y de éste volver a la divisoria.

b) Laguna del Desierto: consiste en un problema de demarcación que surge de la materialización en el terreno de la línea descripta por el árbitro y graficada en un mapa confeccionado por el mismo. En la época del arbitraje de 1902 el terreno resultaba inaccesible (ahora sólo se puede llegar en primavera y verano a lomo de mula) y la zona se encuentra en blanco en el mapa. No obstante en la presentación chilena el árbitro se manifiesta que la fuente del río de La Vuelta (Laguna del Desierto) pertenece a la cuenca atlántica, por cuanto este río desemboca en el lago Viedma, éste por el río La Leona desagua en el lago Argentino y por el río Santa Cruz en el Océano Atlántico.

c) Hielos Continentales: este sector se encuentra comprendido entre el paralelo de 49°12' y el paralelo de 50°50' latitud sur. Ambos países están de acuerdo acerca del recorrido de la traza del límite. Habida cuenta de las dificultades existentes en el terreno para acceder al mismo y comprobar sus particularidades, así como también para la confección de la cartografía, se están llevando a cabo tareas de reconocimiento tendientes a precisar con detalle los diferentes accidentes geográficos que permitan materializar la traza del límite de acuerdo a lo acordado por los peritos en la reunión de Santiago de Chile en 1898.

• Teoría

Ocurre que cuando se firmaron los acuerdos de 1902, quedó pendiente una polémica: ¿por dónde pasa la línea divisoria entre ambos países? Mientras Argentina sostuvo la teoría de las altas cumbres

puntos de mayor altura), Chile —país de la "loca geografía", según Benjamín Subercaseaux se mantuvo en la teoría de la divisoria de aguas. Todas las que desaguan en el Pacífico son chilenas y argentinas las que desembocan en el Atlántico. Donde ambas hipótesis de trabajo coincidieron, quedó zanjado el problema.

Por ello resultó significativo que anteayer un jefe naval chileno resolviera el patrullaje del lago fronterizo Pirihueico. Este es el nombre con que

Patricio Aylwin

se continúa en Chile el conocido lago Lácar en uno de cuyos extremos se alza San Martín de los Andes.

El Pirihueico desagua en el Pacífico.

En 1941 para implementar el protocolo aprobado, el límite entre ambos países fue dividido en 16 secciones. En ellas están comprendidos los 24 puntos del conflicto actual. Las siguientes son las cuestiones pendientes de demarcación.

Secciones I y II: definir el lugar de erección de un hito en la orilla norte del canal de Beagle.

Secciones III y IV: en el sector que comprende la parte norte de la III y la parte sur de la IV se encuentra la zona de los glaciares (en conflicto) en la que los países se pusieron de acuerdo acerca del recorrido del límite durante las conferencias de peritos realizadas en Santiago de Chile en el año 1898.

Sección III: en el sector comprendido entre el punto

longitud 72°57', próximo al extremo oeste de la sierra Baguales y el inicio de la sección IV, definida en el número 18 del informe del Tribunal Arbitral de 1902 y analizada en detalle en el número 22 del mismo informe.

Sección IV: sección comprendida desde el hito 62 hasta el término de la III región, definida en el número 18 del informe arbitral de 1902 y analizada en detalle en el párrafo final del número 22 del citado informe.

Sección V: Cerro W y Cerro Tres Hermanos Sur.

Sección VIII: definir el recorrido de la traza del límite en las proximidades de los siguientes puntos: Cerro Cap Cerro Volcánico; Cerro Pan tojo; Cerro Campana.

Sección IX: ídem que el anterior en: Cerro Paimún; Cerro Rahue.

Sección X: definir el recorrido de la traza del límite en las proximidades del Volcán Co pahue.

Sección XI: ídem que anterior en Cerro Mora.

Sección XII: ídem que anteriores en Cerro Tupungato o Bravard; Cerro Las Po lleras; sector al oeste del Ventisquero del río Plomo entre las latitudes 32°57' y 33°01'

Sección XV: ídem que anteriores en Cerro Dos Hermanas (cumbre norte); Cerro de los Patos o Tres Quebradas; Cerro Puntiagudo y Lamas; sector que corresponde al Pas San Francisco-Cerro Tres Cruces.

Sección XVI; ídem que anteriores en Cerro Agua de la Falda; Cerro Bayo; Cumbre

Cont. en pág.

Tratados de límites firmados con Chile

- Tratado del 23 de julio de 1881.
- Protocolo adicional y aclaratorio del anterior, firmado el 1 de mayo de 1893.
- Tratado de paz y amistad del 18 de octubre de 1984.

Laudos arbitrales

Las cuestiones surgidas de la interpretación y aplicación del Tratado de Límites de 1881 fueron resueltas por arbitraje.

- Laudo Buchanan de 1899 sobre la puna de Atacama.
- Laudo de Eduardo VII, del 20 de noviembre de 1902, sobre la región del paso San Francisco, la cuenca del lago Lácar, la región que se extiende en las proximidades del lago Nahuel Huapi a las del lago Viedma.
- Laudo de Isabel II sobre el caso del río Encuentro en 1966.
- Laudo de Isabel II de 1977 sobre el canal de Beagle (declarado nulo por Argentina en enero de 1978).
- Laudo del papa Juan Pablo II sobre el Beagle en 1984.

91 07694

¿Cuál es la frontera con Chile?

Viene de pág. 13

Sur de la Corrida de Cori; Cerro Negro o Volcán.

• **Laguna del Desierto**

Este es uno de los puntos que terminaría en un laudo arbitral. No obstante el difícil acceso a esa región desde Chile, a partir de 1957 hubo esporádicos reconocimientos aéreos y patrullajes de carabineros chilenos que facilitaron la ocupación de la margen norte de la laguna por civiles.

Ante estos hechos la provincia de Santa Cruz y la Gendarmería Nacional adoptaron medidas para regularizar la situación de los pobladores y evitar nueva violación de los carabineros.

Sin embargo, **en octubre de 1965 una patrulla chilena ocupó parte de la Laguna del Desierto** y siguió su avance hacia el sur hasta Puesto Arbilla y Laguna Cóndor, a 20 kilómetros al sur de la laguna.

Ante la protesta argentina **las autoridades chilenas asumieron el compromiso formal de ordenar el inmediato repliegue de los carabineros** para facilitar la ocupación pacífica de la zona por tropas de Gendarmería. Sin embargo **esto no ocurrió y los efectivos chilenos izaron banderas en propiedades argentinas.**

El 4 de noviembre el gobierno argentino informó al embajador de Chile en Buenos Aires que al día siguiente fuerzas de Gendarmería Nacional iniciarían el avance para ocupar la zona. **El 6 se inició el desplazamiento de Gendarmería y se produjo un enfrentamiento donde murió el carabinero Merino Correa.**

A mediados de enero de 1981 fueron sorprendidos y detenidos por Gendarmería Nacional 4 civiles pertenecientes al Instituto Geográfico Militar chileno que efectuaban tareas topográficas en las cercanías de la laguna Cóndor, en territorio argentino. **Fueron procesados por el juez federal de Río Gallegos.**

En enero de 1989, el gobierno de Chile formuló una [illegible] testa por la construcción [illegible] refugio del Instituto Nac[illegible] del Hielo Continental Pa[illegible] nico en las proximidades [illegible] río Diablo.

En abril de 1991, Arge[illegible] presentó una protesta con[illegible] tivo de los reiterados [illegible] vuelos de reconocimiento [illegible] zona realizados por aeron[illegible] chilenas sin previa aut[illegible] ción de la autoridad argen[illegible]

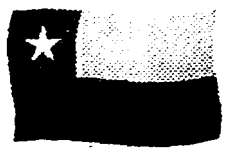
02-02

9107694

TITULO Situación económica de CHILE
PROCEDE Jornal do Brasil (150028)
FECHA 19-6-81
VINCULAÇÃO CHILE (65709)
F. Ec. (11161)
POL Ec. (11392)

CHILE

As duas faces do milagre



□O Chile é apontado hoje como ilha de prosperidade rodeada de economias em crise. Mas esse status também tem o seu preço

RICARDO STEFANELLI
Enviado especial/ZH

Comparada à de seus vizinhos de América Latina, a economia do Chile vai bem, mas os chilenos não. Nada menos do que 5,5 milhões de pessoas (44%) estão radicalmente à margem da propalada prosperidade do País, sem a garantia mínima de alimentação, moradia e vestuário — e sua população total é de apenas 12,9 milhões, menos que a Grande São Paulo. Outros 5 milhões vivem de forma idêntica e de cinto apertado como a classe média brasileira — a diferença é que no Brasil os habitantes vão tão mal como a economia do País. "Não somos uma ilha de prosperidade como muita gente pensa", avisa Mário Marcel, encarregado das finanças sociais e considerado o braço direito do ministro da Fazenda, Alejandro Foxley. "Nosso desenvolvimento foi doloroso, rendeu frutos, mas ainda está longe de muita gente", reconheceu ele a **Zero Hora**, na semana passada.

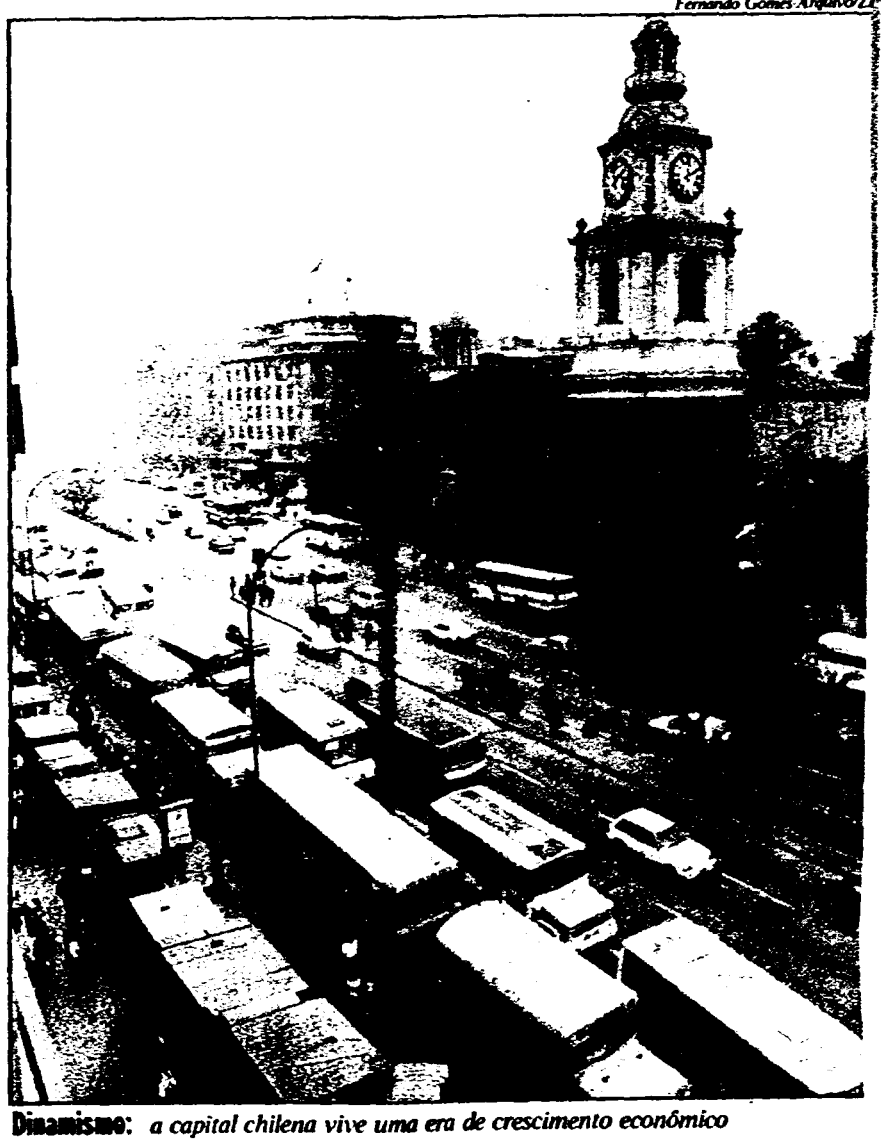
Um quarto da população chilena é considerada em estado de "extrema pobreza" pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Dos 4 milhões de trabalhadores, 800 mil deles (20%) ganham o salário mínimo de 33 mil pesos (97 dólares) e vivem da mesma péssima e conhecida forma que os brasileiros que percebem salário mínimo. A grande massa dos assalariados ganha entre 33 mil e 80 mil pesos mensais — o que é quase equivalente dizer que ganhariam entre Cr$ 33 a 80 mil no Brasil (lá 1 dólar vale 340 pesos; aqui vale Cr$ 320 no paralelo): no Chile do liberalismo econômico os preços de consumo são altos, o ensino é caro, a saúde é paga, o vestuário está em segundo plano e o lazer desapareceu.

LIVRE MERCADO — É possível imaginar que a economia do Chile se explica desde o aeroporto de Santiago, no pé da Cordilheira dos Andes: ali não há *free shop* na ala internacional, local onde os costumam comprar produtos im-

país de origem. Não há motivos para sua existência porque no Chile do livre mercado é possível comprar produtos de qualquer nacionalidade, em qualquer loja, sem pagar muito mais por isso. Porém, para entender a exata situação de seus 12 milhões de habitantes há que se penetrar um pouco mais, percorrer gabinetes e fábricas, feiras e supermercados, conhecer os bairros ricos e desvendar a periferia pobre.

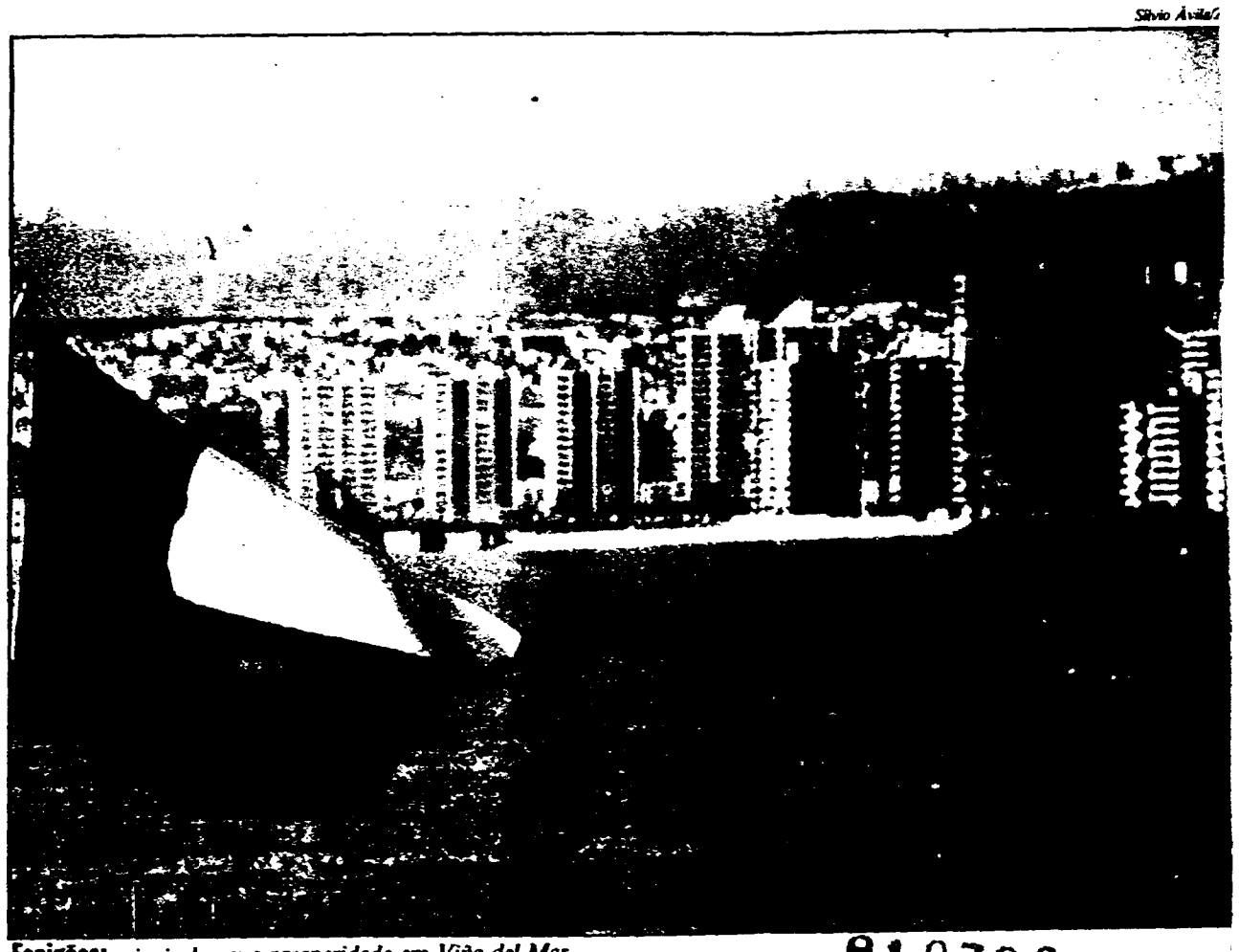
Não é verdade dizer que o Chile está tão mal das pernas como os subdesenvolvidos sul-americanos, pois sua economia se destaca em meio ao caos de seus vizinhos. Sua inflação, por exemplo, é a menor da América Latina. Mas é hipócrita a história desse sucesso que não revelar os altíssimos custos sociais do seu modelo econômico. A inflação é baixa para os parâmetros latino-americanos (27% em 90), a dívida externa também (US$ 16 bilhões), mas poucos usufruem disso.

Fernando Gomes Arquivo/ZH



Dinamismo: *a capital chilena vive uma era de crescimento econômico*

Sílvio Ávila/Z



Fenições: *sinais da nova prosperidade em Viña del Mar*

0107695

OS NÚMEROS DO PAÍS

Superfície	756.626 km²
População	12,961 milhões de habitantes
Produto Interno Bruto	US$ 25,5 bilhões
Dívida externa	US$ 16,2 bilhões
Déficit fiscal	US$ 71,3 bilhões
Exportações	US$ 8,1 bilhões
Importações	US$ 6,5 bilhões
Inflação	27,3%
Desemprego	5,7%
Valorização real do salário	5,0%
Poupança privada externa	US$ 242,8 milhões
Poupança interna	US$ 1,1 bilhão

Fonte: Ministério da Fazenda do Chile e Cepal, dados de 1990.

Trombadinhas e pedintes. E já surgem greves

Os verbos da moda no Chile dos anos 80 e 90 eram *importar* e *exportar*, mas um outro vocabulário começa a surgir. Dois anos após o término do Governo Militar, pipocam greves. Tradicionalmente conformados, extremamente religiosos, os chilenos começam a reclamar que não há como pagar aluguel, roupas e se alimentar. Incertos com a estabilidade do regime político (o general Augusto Pinochet ainda é o chefe das Forças Armadas e goza de certa simpatia popular), os chilenos buscam desesperados um meio termo de reivindicar sem prejudicar.

Ao lado de lustrosos carros japoneses de US$ 60 mil desfila uma frota impressionante de veículos com 20 ou 30 anos de idade; nas ruas percebe-se a presença de muitos pedintes; há gangues de trombadinhas lá também e uma grande massa de jovens da classe média reclama de exclusão social com o processo de privatização do ensino superior. "Há violência juvenil, alcoolismo e drogas causados por esse elitismo", acusa Oswaldo Rosales, assessor da Secretaria Executiva da Cepal, o *expert* em Chile dentro desse órgão nas Nações Unidas.

No liberalismo chileno, qualquer cidadão comum pode se transformar do dia para a noite em taxista: basta pintar seu carro de preto e amarelo e solicitar uma licença, sem burocracia. Mas, fruto do desemprego (taxa de 6%) e arrochos salariais, milhares de chilenos estão fazendo a mesma coisa, superpovoando e anarquizando o trânsito nas maiores cidades (há um táxi para cada 160 habitantes, enquanto Porto Alegre tem um para cada 250), aumentando a ociosidade do setor e, em alguns casos, reduzindo a níveis assustadores a taxa de lucro — jogando por terra um fundamento da livre iniciativa. "Falta muito para fazermos do Chile um bom país para os chilenos", admite o ministro da Fazenda, Alejandro Foxley.

Zarif / Arte ZH

A RENDA DA POPULAÇÃO

Evolução acumulada do PIB per capita de 61 a 90

País	Variação
Chile	9,2%
Brasil	–5,5%
Argentina	–24,3%
México	–8,4%
Venezuela	–19,9%

Fonte: Cepal

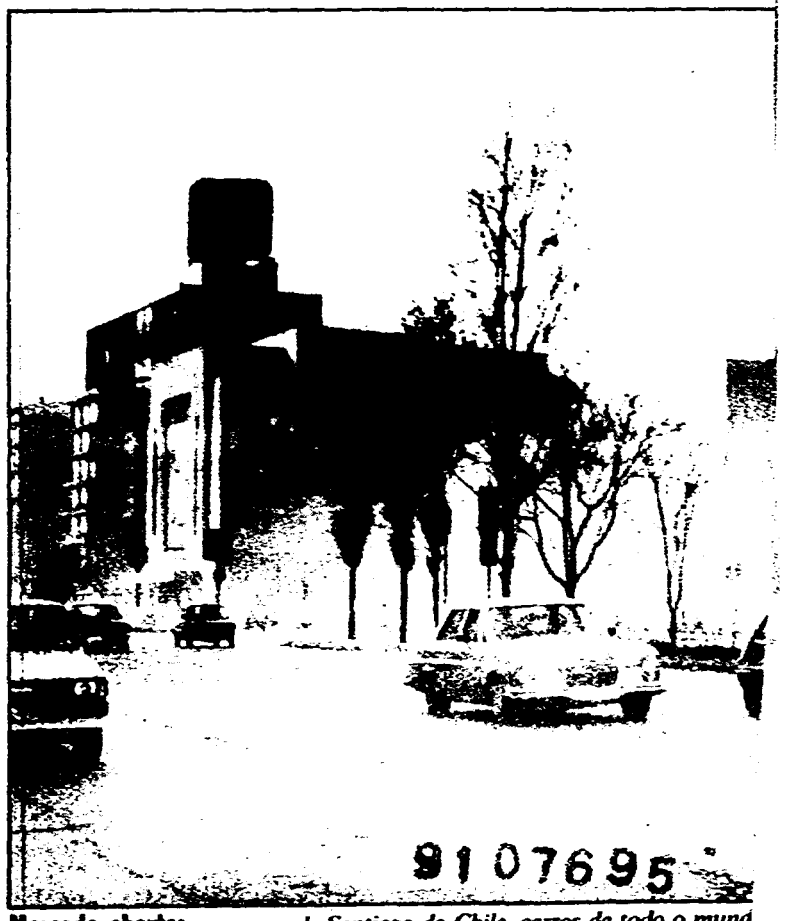
Zarif / Arte ZH

O CRESCIMENTO AQUI E LÁ

Evolução do PIB (%)

Ano	Chile	Brasil
1985	2,1	8,26
1986	5,5	7,86
1987	4,9	3,50
1988	7,6	0,20
1989	9,3	3,60
1990	2,0	–4,60

Fonte: Cepal e IBGE



Mercado aberto: *nas ruas de Santiago do Chile, carros de todo o mund*

C2 -

Equilíbrio fiscal, superávit comercial e inflação baixa

É inegável que a situação econômica do Chile é a mais sólida da América Latina. Há um equilíbrio fiscal nas suas contas (propiciado pela boa cotação do cobre, o principal produto de exportação do País e único na mão governamental), uma abertura comercial sem precedentes (importações de US$ 6,7 bilhões), nível de exportações que continua a crescer (US$ 3,8 bilhões em 85 e US$ 8,1 bilhões no ano passado), cotação recorde nos títulos da dívida externa (87 centavos de dólar), recuperação dos níveis de investimento (5% ao ano), baixa inflação anual (27% em 90 e previsão de 20% este ano) e uma impressionante acumulação de reservas internacionais. Isso não quer dizer que o Chile encontrou a solução de problemas estrutrurais, a ponto de exportar também seu modelo econômico.

Os problemas graves são basicamente três. Um deles é a situação distributiva que o governo de Patrício Aylwin herdou. A outra foi a expansão forçada da economia nos últimos meses do governo militar, a fim de favorecer amigos empresários e colegas de poder, que provocou uma alta de inflação no ano passado, desemprego, arrochos salariais e um crescimento menor da economia em 1990. E a terceira é a taxa de poupança do País, que continua baixa, ao redor de 24%. É a mais alta desde 1982, mas muito aquém das necessidades de uma nação que se projeta para crescer 5% ao ano a partir de agora.

QUEBRADEIRA GERAL — É preciso avisar que os próprios militarem sabem que o sucesso da economia chilena teve início quando foram convocados profissionais civis para abrir a economia de um país politicamente fechado. Uma das primeiras medidas foi criar um braço no Ministério das Relações Exteriores que se encarregasse de promover e estimular as exportações — até então apoiadas apenas sobre o cobre e um pouco de pescado. "Foi uma tarefa desafiante e apaixonante", lembra hoje Guillermo Garrido, chefe do Departamento de Feiras Internacionais da Direção Geral de Relações Econômicas (Prochile). "Tínhamos o trabalho pastoral de provar que vender para o exterior não era pecado."

Não demorou muito para que Governo, técnicos e empresários se dessem conta que o parque fabril chileno era frágil e antiquado. Veio então a segunda fase, liberação das importações. As taxas alfandegárias caíram de 100% em média para uma tarifa única de 15%, vigente hoje. Muitas empresas locais quebraram; as 12 montadoras de automóveis que existiam no País fecharam as portas. Dirigentes empresariais tentaram impedir a abertura dos portos, mas o governo militar não lhe deu ouvidos.

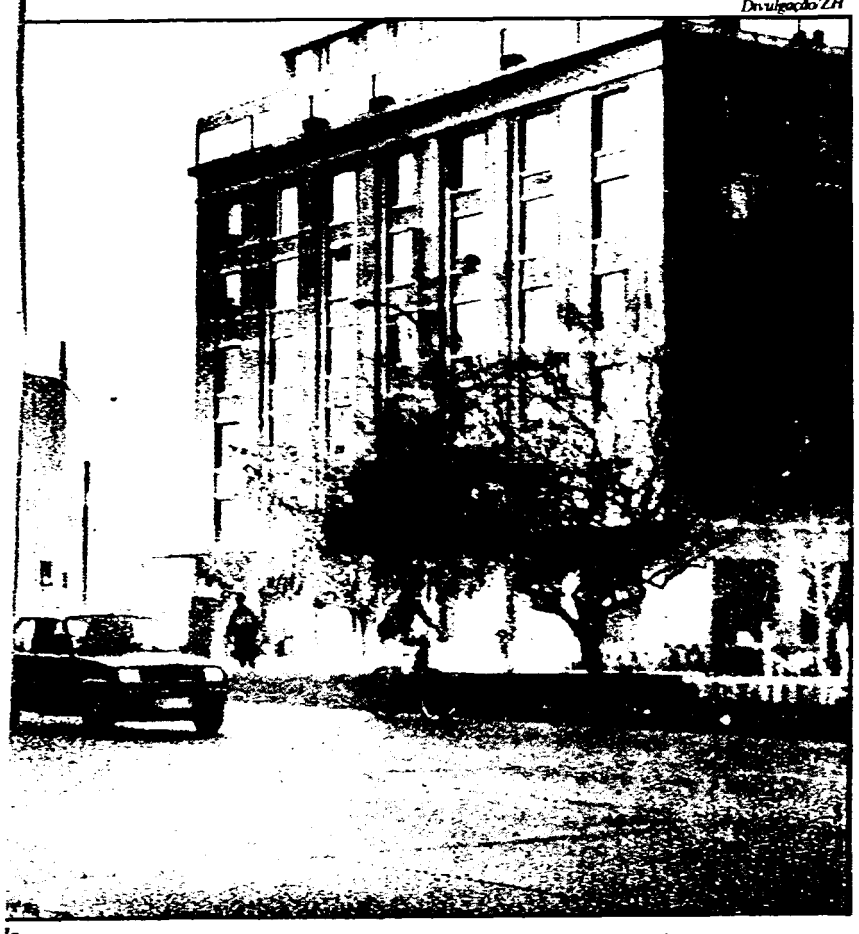
Em cinco anos era visível o desenvolvimento tecnológico. Ficaram no mercado apenas os mais competentes. Até hoje as importações chilenas (6,7 bilhões de dólares) se caracterizam mais por bens de capital e matérias primas industriais e muito pouco por bens de consumo (apenas 800 mil dólares). Em 1974 havia 500 exportadores e hoje 4.800 empresários negociam com o Exterior.

Uma ousada classe empresarial

A reformulação mais forte se deu na mentalidade da classe industrial. "Não falavam idiomas e não tinham sequer o hábito de viajar a turismo para fora do País", descreve Garrido. Mas em duas oportunidades quase a casa foi abaixo. Uma delas foi em 82, quando uma crise generalizada nos países em desenvolvimento jogou o Chile na maior onda de desemprego de sua história e quebrou milhares de empresas.

Mas a mais preocupante, que quase gerou uma geração de derrotados, se registrou ao final da década de 70, com a subida ao poder de empresários que ficaram conhecidos como os "cuescos Cabreras". "Cuescos", em espanhol, quer dizer caroço (Cabrera é um sobrenome comum naquele país) e pretendia adjetivar uma classe dirigente que se considerava o "centro do mundo". Eram quase todos engenheiros comerciais saídos das melhores universidades e que tinham como regra número um desprezar os empresários mais antigos. Ficaram três anos à frente das empresas, tempo suficiente para cometer horrores comerciais. Viajavam em primeira classe, se hospedavam nos hotéis mais caros do mundo, gastavam fortunas em reuniões-almoço e invariavelmente faziam péssimas transações comerciais.

Divulgação/ZH



O LADO BOM — Hoje há uma mescla. Os dirigentes na linha de frente têm entre 30 e 40 anos — e por trás deles há sempre um conselho consultivo com pessoas mais experientes. São jovens ousados que forçam o Governo a se mexer para não assistir de braços cruzados ao desenvolvimento do País. "Estamos buscando novos papéis", admite Mário Marcel, braço direito do Ministro da Fazenda, Alejandro Foxley. O caminho é a exportação de serviços com mão de obra capacitada. Os chilenos começam agora a buscar uma fatia no milionário mercado das grandes obras (estradas, hidrelétricas, extração de minério, etc).

O lado bom desse período muita gente conhece. Os investidores estrangeiros sentem cheiro de confiabilidade no Chile e, nos últimos cinco anos, as aplicações estrangeiras cresceram mais de 10 vezes. Nesse mesmo período a produção industrial subiu 24% (a do Brasil não chegou a 2%). Só no ano passado o Chile recebeu US$ 1,53 bilhões em investimentos estrangeiros (o dobro do Brasil, que tem uma economia 14 vezes maior).

Enquanto o Brasil assistia em 1990 à inflação chegar a 1.795%, o Chile se preocupava com 30% (em 91 deve ser 20%), o que fez o Governo reduzir propositadamente o PIB para 2%. Este ano, porém, projeta um crescimento de 5% e avisa que chegará ao "clube dos desenvolvidos" nos próximos 10 anos. Mas se a economia do Chile caminha a passos largos, dos chilenos não se pode dizer o mesmo.

Amanhã: o custo social desse modelo econômico

91076 95
03-03

DOCUMENTO
TITULO: CHILE: notable disminución del terrorismo.
PROCEDE: La Prensa (150026)
FECHA: 18-6-91
VIÑETAS: CHILE (65709)
F. MIL (11163)
SUSV. (11140)

Chile: notable disminución del terrorismo

Santiago (UP) — El terrorismo, a pesar del asesinato de un influyente senador conservador en abril, ha disminuido drásticamente en Chile. Un general de la policía subrayó que durante este año han detonado 36 bombas en todo el país, contra 279 atentados dinamiteros consumados durante el mismo período de 1990.

Este año la policía ha desactivado cinco artefactos explosivos contra 52 del año pasado y las llamadas sobre bombas falsas descendieron de 1.454 a 187, informó el jefe de una unidad especial antiterrorista, mayor Manuel Canon.

Por su parte, el general Luis Brown reveló que en las instalaciones de los carabineros han sido entrenados oficiales de unidades antiterroristas de diferentes estados de Brasil. La próxima semana, los carabineros serán anfitriones de una reunión de jefes policiales de nueve países de la región. Actualmente la institución está reorganizando a la policía guatemalteca y ayudando a reformular los planes de enseñanza de la policía nacional del Ecuador.

L.P. 18-6-91

ENTRADO
CRUZADO

01 01 9107696

Nº DOCUMENTO
TITULO Chile busca contrarrestar exceso de dólares
PROC. S.F. (150027)
FE 17-6-91
VI CHILE (65709)
F. EE (11165)
Pa. EE (11392)

Chile busca contrarrestar exceso de dólares

17 de junio de 1991, Ambito Financiero Pág.

Santiago (CGD Informes) — Buscando contrarrestar la sobre oferta de dólares que ha generado la confianza en el ajuste económico, el gobierno del **Patricio Aylwin** enviará hoy al Parlamento **un conjunto de medidas que incluyen una rebaja en los aranceles de 15 a 11 por ciento.**

Para compensar la rebaja de los aranceles (la segunda fuente de ingresos para el gobierno después del impuesto a las ganancias) el gobierno anunció **un aumento del impuesto específico al combustible** y la extensión del impuesto a las estampillas a los créditos externos a corto plazo.

A su vez, el **Banco Central** anunció un conjunto de medidas orientadas a **mantener la posición competitiva de los exportadores** y desestimular los movimientos de capital de corto plazo.

~~Ellas consisten en una baja de 2 por ciento~~ en el valor del dólar acuerdo (que rige para las operaciones de importación y exportación) un encaje de **20 por ciento** a los créditos externos y de corto plazo.

El ministro de Hacienda, **Alejandro Foxley** precisó que las medidas **no se tratan de un paquete antiinflacionario,** sino que tienden a mantener el equilibrio macroeconómico y favorecer las perspectivas de crecimiento de la economía, de la inversión y de las exportaciones. Destacó que las iniciativas se adoptan en **un contexto de franca expansión de la economía** que muestra para abril un crecimiento de **4,6 por ciento.**

Durante su reciente visita a la **Argentina, Foxley** había manifestado en que el éxito del plan económico había provocado superávit sistemáticos en la balanza de pagos, con la consiguiente acumulación de reservas. **"En el último tiempo la economía chilena también enfrenta una masiva entrada de capitales de corto plazo que ha presionado artificialmente a la baja del tipo de cambio"**, sostuvo.

El ministro de Economía, **Carlos Ominami** señaló en tanto, que las medidas **serán complementadas con un programa de promoción de inversiones,** que incluye la flexibilización de las normas sobre inversión de los fondos previsionales dentro del país y la canalización de recursos del BID para proyectos a largo plazo.

El presidente del **Banco Central, Roberto Zahler** explicó que tras de las medidas apuntan a **lograr un dólar un poco más elevado.** La rebaja de aranceles impactará sobre la demanda de divisas para importaciones, las que además, deben incrementarse por el mayor crecimiento económico aseguró, agrega que la menor entrada de capitales de corto plazo **será el resultado del impuesto a las estampillas y el encaje,** agregó.

ENTRADO
CRUZ SO

DOCUMENTO
TITULO Se endureció negociación laboral en minas de cobre.
PROCEDENCIA La Nación (15015)
FECHA 15-6-91
VINCULACIÓN CHILCE. (65709)
T. Sindical
C. Laborales (11413)

Se endureció la negociación laboral en minas de cobre

La Nación 15-6-91

SANTIAGO DE CHILE.- La negociación colectiva que afecta a 26.000 empleados de la estatal Corporación del Cobre (Codelco), dueña de las principales minas de cobre de Chile, se endureció ayer después que la empresa calificara de "presiones indebidas" algunas medidas adoptadas por los trabajadores.

La situación más tensa se vive en Chuquicamata, la mina de cobre más grande del mundo, a 1.600 kilómetros al norte de Santiago de Chile, donde los sindicatos decidieron atrasar media hora el comienzo de los turnos, en protesta por lo que consideran una magra oferta de la empresa en el proceso de negociación.

Los mineros piden un aumento real del 9,5 por ciento y el reajuste proporcional de diversos bonos incorporados a sus remuneraciones, mientras que la empresa ofrece aumentos equivalentes a la inflación, sin mejoras reales.

La mina de Chuquicamata, en la que trabajan 10.000 mineros, produce 680.000 toneladas de cobre al año, de una producción total de Codelco de 1.100.000 toneladas en sus cuatro yacimientos, mientras que la producción global de Chile, uno de los cuatro mayores productores de cobre del mundo, es de 1.600.000 toneladas. ■

ENTRADO
CRUZADO

01-01 9107698

Nº DOCUMENTO
TITULO Chile y México firman acuerdo
PROCEDENC El País
FECHA 14-6-91
VIA CHILE (65709)
MEXICO (10131)
T. EE. (11161)
COM EXT. (11409)

Chile y México Firman Acuerdo

14-6 El P. 11

SANTIAGO DE CHILE, 13 (EFE).— El acuerdo de libre comercio que negocian Chile y México se firmará el próximo quince de julio, anunció el miércoles el ministro chileno de Hacienda, Alejandro Foxley.

El ministro también dijo que un tratado similar con EE.UU. podría suscribirse a finales de este año o a comienzos de 1992 durante una charla que pronunció el miércoles en una reunión del "Rotary Club de Santiago".

El jefe del equipo económico del gobierno de Patricio Aylwin añadió que las negociaciones con México se han desarrollado con rapidez, como se había previsto, y que hay progresos en las conversaciones con el gobierno estadounidense, al igual que las que se celebran con Venezuela.

Foxley afirmó que la economía chilena tiene una imagen favorable en América Latina al haber sorteado con éxito los obstáculos de la transición a la democracia, proceso que en otros países ha creado crisis e hiperinflación.

Chile ha demostrado que la democracia no es sinónimo de populismo e inflación alta, dijo Foxley, y llamó a todos los sectores "a hacer otro esfuerzo" para consolidar el proceso de desarrollo de la nación.

ENTRADO
CRUZ-DA

01-01 9107699

Nº DOCUMENTO
TITULO Exhortación a la guerrilla para que depongan las armas.
PROCEDENCIA CLARIN (150024)
FECHA 13-6-91
VIA CHILE (65709)
FMIL (11163)
SuSu (11140)

Exhortación a la guerrilla

SANTIAGO, Chile, 12 (ANSA). — El presidente de los obispos católicos chilenos, **Carlos González**, junto a dirigentes de otros sectores, pidió hoy a los grupos subversivos que se integren a la vida política legal y depongan las armas.

González difundió una denominada **iniciativa de paz** junto con el presidente de la comisión chilena de derechos humanos, **Jaime Castillo**, y el del **Partido Socialista, Jorge Arrate**.

La iniciativa sigue al anuncio formulado hace dos semanas por la fracción política del **Frente Patriótico Manuel Rodríguez** (FPMR), que anunció su voluntad de dejar las armas.

Tras ese anuncio hubo una serie de contactos entre González, Castillo y Arrate con dirigentes y militantes del FPMR, para concretar la iniciativa.

"Chile tiene una oportunidad histórica: puede reconstruir una sociedad que sea capaz de convivir en sus diferencias ofreciendo a cada ser humano un espacio digno para luchar por sus ideales", se afirma en la "iniciativa".

El obispo González y los dirigentes Castillo (demócrata cristiano) y Arrate se comprometieron a luchar para que los subversivos que entreguen las armas tengan **"un camino de integración"** en la democracia, si se comprometen a **"respetar sus reglas pacíficas"**.

ENTRADA
CRUCE

01 01 9107700

Nº DOCUMENTO
TITULO Cte en Jefe de F. Aerea Matthei se retira
PROCEDE Clarin (150024)
FECHA 13/6/91
VIA CHILE (65709)
F. MIL. (11163)
F. Aerea (500980)

Matthei se retira

Clarin 13/6/91

SANTIAGO, Chile, 12 (ANSA). — El comandante en jefe de la fuerza aérea de Chile, general **Fernando Matthei, anunció su retiro definitivo de la institución**, aunque no dijo cuándo lo hará.

"Es la hora de partir y existen muy buenos generales para sustituirme en el cargo", declaró ayer Matthei a periodistas locales.

El comandante de la aviación dijo también que **no se dedicará a la política**, en la cual ya actúa su hija, **Evelyn**, diputada por el opositor partido Renovación Nacional.

Matthei, quien había asumido su cargo en 1978 en remplazo del general **Gustavo Leigh** (exonerado por el general **Augusto Pinochet** por manifestarse partidario de suavizar el entonces régimen militar), señaló **"yo estoy bien, la institución está bien y la transición del país está bien"**.

Matthei había dicho antes que se retiraría cuando asumiera el presidente **Patricio Aylwin**, en marzo de 1990; pero, se dijo después, que a petición del propio mandatario continuó en el cargo.

ENTRADA
CRUZADA

9107701

01 01

Nº DOCUMENTO
TITULO Reforma constitucional
PROCEDE Clarín (150024)
FECHA 13-6-91
VIA CHILE (65709)
F. POL. (11164)
gob. nal. (11302)
PP. PP. (11304)

CHILE

Clarín 13/6/91

Reforma constitucional

En junio de 1992 los chilenos podrían celebrar las primeras elecciones municipales libres en casi 20 años, tras el acuerdo alcanzado ayer entre el gobierno y la oposición para reformar la actual Constitución. La fecha, sin embargo, puede resultar un nuevo motivo de confrontación entre las fuerzas que respaldan al presidente Patricio Aylwin y los partidos derechistas.

SANTIAGO, Chile (AP). — El gobierno y la oposición chilenos alcanzaron un acuerdo para destrabar la tramitación de las **reformas constitucionales para posibilitar la elección de autoridades municipales por voto popular**, lo que el año próximo permitirá remplazar a los actuales alcaldes y concejales designados por el pasado régimen militar.

La coalición gobernante Concertación por la Democracia quiere fijar para poco antes de mediados del año próximo las **primeras elecciones populares de alcaldes y concejales en casi veinte años**. En la actualidad, 310 de los 325 jefes de administraciones municipales de todo el país están en sus cargos designados por el régimen que presidió el general **Augusto Pinochet**.

El acuerdo se logró después de que el gobierno aceptara la **postergación de los plazos** inicialmente propuestos: el calendario previsto por el Poder Ejecutivo, con apoyo de los 16 partidos de la coalición que lo respalda, establecía para el próximo **9 de julio** el despacho del Senado sobre **regionalización y constitución de los municipios**.

El ministro del Interior, **Enrique Krauss**, quien encabezó las negociaciones con la oposición, accedió finalmente a que la tramitación de las reformas se **postergara en un mes**.

Al mismo tiempo el gobierno acogió la demanda de la oposición derechista, encarnada por **Renovación Nacional** (RN) y la **Unión Demócrata Independiente** (UDI), en el sentido de **apurar la tramitación legislativa de los proyectos de leyes complementarias a las reformas constitucionales**.

La oposición derechista se negaba a aprobar las reformas a la Constitución de 1980, promulgada en pleno régimen castrense, mientras el gobierno del presidente **Patricio Aylwin** no otorgara las concesiones antes mencionadas.

La elección por voto popular de las autoridades municipales estaba contemplada en la plataforma de gobierno de la coalición que llevó a Aylwin al poder, y los partidos derechistas habían aceptado, en ocasión de las campañas proselitistas de 1989, la necesidad de modificar la carta fundamental para posibilitar ese tipo de comicios.

Agencia Reuter

El presidente chileno, Patricio Aylwin, con el ministro del Interior, Enrique Krauss. Acuerdo para reformar la carta política.

Sin embargo, tanto Renovación Nacional como la Unión Demócrata Independiente habían interpuesto diversos obstáculos, amparadas en que, **con el apoyo de los ocho senadores que el régimen de Pinochet dejó designados**, ambos partidos controlan la Cámara alta del Parlamento.

Una vez alcanzado el acuerdo con la oposición, el ministro Krauss aseguró que **el calendario que prevé elecciones municipales para junio de 1992 no será alterado**. Sin embargo el senador derechista **Sergio Díez**, quien fue embajador de su país ante las Naciones Unidas durante el régimen castrense de Pinochet, sostuvo que la fecha de las elecciones está **aún sin determinar**.

La fijación de esa fecha será un nuevo punto de confrontación entre el gobierno y la oposición, según admitieron los senadores **Ricardo Núñez y Jaime Gazmuri**, ambos de la coalición de gobierno.

Sectores allegados al gobierno han amenazado incluso con **desistir en sus intentos de reformas constitucionales** y, en cambio, recurrir al mismo mecanismo de designaciones utilizado en el pasado por el régimen militar: de esa manera, en el curso del año próximo y durante 1993 iría nombrando a políticos adherentes al frente de los gobiernos municipales.

ENTRADO
CRUZADO

9107702

01 01

DOCUMENTO

TITULO Reforma de Constitución en CHILE

PROCEDENCIA La Nac (150025)

FECHA 11-6-91

VIA F. Rol. (11164)
Gob Nal. (11302)
Chile

Reformas en Chile

SANTIAGO, Chile, 10 (AP).– El gobierno intenta que se reforme la Constitución para que puedan ser elegidos alcaldes y concejales.

En este momento 310 de los 325 alcaldes del país han sido designados durante el gobierno de Augusto Pinochet. Los 15 restantes los nombró el presidente Patricio Aylwin.

ENTRADO
CRUZADO

9107703

01 01

Nº DOCUMENTO
TITULO Fue ocupada la embajada uruguaya en CHILE
PROC. la Mañana (150015)
FE. 7-6-91
VI. CHILE (65709)
F. Liesse (1165)
DD. HH. (1245)

Manifestación por presos políticos

La Mañana 7/6/91

Fue ocupada la embajada, en Chile

Gros: desalojo fue pacífico

La embajada uruguaya en Santiago de Chile fue ocupada ayer en la mañana durante proximadamente una hora por manifestantes que reclamaban por la existencia de presos políticos en aquel país. La delegación diplomática tomó nota del reclamo, aunque evitó pronunciarse al respecto. Al cabo de una hora, los ocupantes fueron desalojados por la guardia de carabineros chilena, sin que se produjeran hechos de violencia.

EL canciller uruguayo Gros Espiell, que se encuentra en Chile asistiendo a la Asamblea de la OEA, explicó la situación vivida a la prensa local y corresponsales uruguayos presentes en esa ciudad: "No sabemos de qué filiación política eran, pero entraron en la embajada con pancartas sobre la existencia de presos políticos en Chile a las 9, hora local (10 de Uruguay)" explicó desde el país trasandino el canciller uruguayo Héctor Gros Espiell.

"Aproximadamente una hora después fueron desalojados por los carabineros en forma absolutamente pacífica, sin ningún tipo de incidentes".

Los ocupantes habían ingresado al jardín de la embajada nacional, reclamando por la situación de quienes aún permanecen presos, desde el gobierno militar del general Augusto Pinochet: "Ellos explicaron que habían tomado esa medida para denunciar sobre la existencia de presos políticos en Chile" señaló el canciller uruguayo. De acuerdo a lo declarado por el jerarca uruguayo, los ocupantes no entregaron ninguna nota a la delegación diplomática, y ésta no realizó apreciación alguna sobre la situación que se le planteaba: "Nos limitamos a tomar nota de la cuestión", dijo Gros.

"No creo que sean familiares de presos -afirmó el ministro Gros-; ellos ya habían manifestado hace dos o tres días frente a la Asamblea de la OEA respecto a esta situación que consideran anómala, pero sobre la cual la embajada uruguaya no tiene por qué pronunciarse". Gros explicó la situación de los detenidos chilenos, señalando que "no se ha ejercido el indulto porque éste corresponde después de las condenas, y no de los procedimientos". ■

ENTRADO
CRUZ

01 01 9107704

DOCUMENTO
Suba en CHILE de la Inflación 2,5% en mayo
D Financ (150027)
6/6/91
CHILE (65709)
F Ee (11161)
Inflac' (11300)

El alza de alimentos, especialmente la carne, impactó negativamente en el índice. Acumula 6,2% en el año

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

Menos en Bolivia y Paraguay, mayo fue un mal mes para las economías latinoamericanas, que en su mayoría tuvieron índices de inflación superiores a lo esperado. Chile, el ajuste modelo, fue el caso más sorprendente, ya que el mes pasado el costo de vida trepó a 2,5%, un nivel marcadamente elevado para una economía estabilizada como la chilena. El gobierno, de todas maneras, insiste en que va a conseguir su meta anual de 18%, ya que en lo que del año acumula 6,2%. Brasil, por su parte, tuvo una derrota frazada de victoria, ya que consiguió que en mayo la suba de pr cios cayese a 5,8% de un 7% anterior, aunque con congelamie to de precios. Paraguay, en cambio, tuvo apenas 0,8% de infl ción, su segundo mes consecutivo por debajo de uno por cient

Sorpresiva suba en Chile de la inflación: 2,5% en mayo

Santiago (Reuter, UPI, DPA, CGD Informes) — No es un revés para el ajuste, pero sí una seria señal de alerta. En mayo, según se anunció ayer oficialmente, Chile tuvo una inflación de **2,5%**, una marcada suba con respecto al costo de vida del mes de abril, cuando se había ubicado en **1,8 por ciento**.

Impulsado por **un fuerte repunte de los alimentos**, especialmente de la carne, el costo de vida **superó incluso las expectativas oficiales**, que ubicaban al índice en algo menos de **2%**. Los alimentos fueron los productos que reflejaron la mayor alza del mes con una suba promedio de **4,3%**, lo que incidió en **1,4 puntos** de los 2,5 que tuvo el índice, reveló ayer la subdirectora del Instituto Nacional de Estadísticas, **Thelma Gálvez**.

Dentro de los alimentos, los que más subieron fueron las carnes, con **16,5%**. Según economistas, el consumo de carnes aumentó en forma vertiginosa **a raíz del brote epidémico de cólera** que registra 42 casos en el país y que obligó a cambiar **los hábitos alimentarios de los chilenos**. La funcionaria, de todas maneras, enfatizó que esto era relativo ya que las carnes vienen subiendo en forma marcada en los últimos meses.

Aunque entre algunos economistas el índice de mayo despertó temores **a un nuevo rebrote de la inflación, Thelma Gálvez** enfatizó que el acumulado en los cinco primeros meses del año **fue de 6,2% frente a 8,8% del año último**.

La meta gubernamental de **18% anual**, contra **27,3%** del año último, requiere de índices mensuales **no superiores a 1,5%**, lo que en fuentes gubernamentales se considera **aún posible de conseguir**. En enero y febrero, la tasa fue **menor a uno por ciento**, en marzo el índice fue de **1,2%** y **1,8%** en abril.

• Polémicas

La suba de los precios en mayo a **2,5%** (**1,5%** había logrado **Patricio Aylwin** en el mismo mes del año pasado) despertó también polémicas

Patricio Aylwin

entre los economistas quienes discuten si éste **es un fenómeno pasajero o estructural**.

El economista de la organización **Programa de Economía del Trabajo (PET), Christian Larraín**, indicó que "si bien el IPC de mayo es un poco alto, **no me parece que haya evidencias para afirmar que exista un rebrote inflacionario**".

Otro economista, **Alejandro Fernández**, de la firma de consultores **Géminis**, sostiene por el contrario que hay "**desequilibrios**" en la economía chilena que se traducen en una tendencia al alza de la inflación. "**Si tenemos suerte, la cifra final del año será 20%**", advirtió.

Por su parte, el consultor de la empresa internacional **Links, Claudio Reyes**, dijo que hay un aumento de precios desatado por **el crecimiento del circulante** durante los tres primeros meses del año, tras el ajuste que aplicó en 1990 el autónomo **Banco Central**. En tanto, el Boletín Oficial de la **Cámara de Comercio de Santiago** dijo que el "**sobreajuste**" del año pasado provocó una disminución de la producción y una "**drástica baja**" en las importaciones, lo que redujo la oferta y provocó las alzas de precio.

Thelma Gálvez, sin embargo, recalcó al anunciar el índice de mayo que la economía chilena está dando **claros síntomas de reactivación**, revelando que la producción industrial de abril de 1991 creció **6,9%** en comparación con igual mes del año anterior, "**tras seis meses de índices negativos comparativos**".

01 01 510770 5

DOCUMENTO
Suba en CHILE de la Inflación 2,5% en mayo
D Financ (150027)
6/6/91
CHILE (65709)
F Ee (11161)
Inflac' (11300)

Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991, Ambito Financiero Pág. 11

El alza de alimentos, especialmente la carne, impactó negativamente en el índice. Acumula 6,2% en el año

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

Menos en Bolivia y Paraguay, mayo fue un mal mes para las economías latinoamericanas, que en su mayoría tuvieron índices de inflación superiores a lo esperado. Chile, el ajuste modelo, fue el caso más sorprendente, ya que el mes pasado el costo de vida trepó a 2,5%, un nivel marcadamente elevado para una economía estabilizada como la chilena. El gobierno, de todas maneras, insiste en que va a conseguir su meta anual de 18%, ya que en lo que v del año acumula 6,2%. Brasil, por su parte, tuvo una derrota di frazada de victoria, ya que consiguió que en mayo la suba de pr cios cayese a 5,8% de un 7% anterior, aunque con congelamie to de precios. Paraguay, en cambio, tuvo apenas 0,8% de infl ción, su segundo mes consecutivo por debajo de uno por cient

Sorpresiva suba en Chile de la inflación: 2,5% en mayo

Santiago (Reuter, UPI, DPA, CGD Informes) — No es un revés para el ajuste, pero sí una seria señal de alerta. En mayo, según se anunció ayer oficialmente, Chile tuvo una inflación de **2,5%**, una marcada suba con respecto al costo de vida del mes de abril, cuando se había ubicado en **1,8 por ciento**.

Impulsado por **un fuerte repunte de los alimentos**, especialmente de la carne, el costo de vida **superó incluso las expectativas oficiales**, que ubicaban al índice en algo menos de **2%**. Los alimentos fueron los productos que reflejaron la mayor alza del mes con una suba promedio de **4,3%**, lo que incidió en **1,4 puntos** de los 2,5 que tuvo el índice, reveló ayer la subdirectora del Instituto Nacional de Estadísticas, **Thelma Gálvez**.

Dentro de los alimentos, los que más subieron fueron las carnes, con **16,5%**. Según economistas, el consumo de carnes aumentó en forma vertiginosa **a raíz del brote epidémico de cólera** que registra 42 casos en el país y que obligó a cambiar **los hábitos alimentarios de los chilenos**. La funcionaria, de todas maneras, enfatizó que esto era relativo ya que las carnes vienen subiendo en forma marcada en los últimos meses.

Aunque entre algunos economistas el índice de mayo despertó temores **a un nuevo rebrote de la inflación, Thelma Gálvez** enfatizó que el acumulado en los cinco primeros meses del año **fue de 6,2% frente a 8,8% del año último**.

La meta gubernamental de **18% anual**, contra **27,3%** del año último, requiere de índices mensuales **no superiores a 1,5%**, lo que en fuentes gubernamentales se considera **aún posible de conseguir**. En enero y febrero, la tasa fue **menor a uno por ciento**, en marzo el índice fue de **1,2%** y **1,8%** en abril.

• Polémicas

La suba de los precios en mayo a **2,5%** (**1,5%** había logrado **Patricio Aylwin** en el mismo mes del año pasado) despertó también polémicas

Patricio Aylwin

entre los economistas quienes discuten si éste **es un fenómeno pasajero o estructural**.

El economista de la organización **Programa de Economía del Trabajo (PET), Christian Larraín**, indicó que "si bien el IPC de mayo es un poco alto, **no me parece que haya evidencias para afirmar que exista un rebrote inflacionario**".

Otro economista, **Alejandro Fernández**, de la firma de consultores **Géminis**, sostiene por el contrario que hay "**desequilibrios**" en la economía chilena que se traducen en una tendencia al alza de la inflación. "**Si tenemos suerte, la cifra final del año será 20%**", advirtió.

Por su parte, el consultor de la empresa internacional **Links, Claudio Reyes**, dijo que hay un aumento de precios desatado por el **crecimiento del circulante** durante los tres primeros meses del año, tras el ajuste que aplicó en 1990 el autónomo **Banco Central**. En tanto, el Boletín Oficial de la **Cámara de Comercio de Santiago** dijo que el "**sobreajuste**" del año pasado provocó una disminución de la producción y una "**drástica baja**" en las importaciones, lo que redujo la oferta y provocó las alzas de precio.

Thelma Gálvez, sin embargo, recalcó al anunciar el índice de mayo que la economía chilena está dando **claros síntomas de reactivación**, revelando que la producción industrial de abril de 1991 creció **6,9%** en comparación con igual mes del año anterior, "**tras seis meses de índices negativos comparativos**".

01 01 91 07 05

Nº DOCUMENTO
TITULO Una fracción de la guerrilla chilena pasa a la legalidad.
PROC. Clarín (156024)
FE 01-6-91
VI CHILE (65709)
F. MIL (11163)
Sud. (11140)

Una fracción de la guerrilla chilena pasa a la legalidad

SANTIAGO, 31 (AP, AFP, UPI y Reuter). — Una de las dos fracciones del grupo guerrillero chileno **Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR)**, que en 1986 atentó contra el general **Augusto Pinochet**, anunció hoy **el fin de sus acciones armadas y su incorporación a la vida política legal.**

El gobierno del presidente **Patricio Aylwin** consideró **"positiva"** esta decisión, pero el ministro del Interior, **Enrique Krauss**, advirtió que algunos líderes de la organización guerrillera —entre otros el dirigente que formuló el anuncio— **"van a tener que enfrentar situaciones procesales pendientes" en los tribunales de Justicia.**

La otra fracción del movimiento, denominada **FPMR Autónomo**, que no ha renunciado a la vía armada, asesinó el pasado 1º de abril al senador derechista **Jaime Guzmán**.

En una rueda de prensa ofrecida hoy en una peña folclórica del centro de la ciudad a través de un sistema de video, uno de los máximos dirigentes del denominado **FPMR Histórico, Alfredo Malbrich**, presentó a los cinco líderes del grupo ultraizquierdista que pasó a llamarse **Movimiento Patriótico Manuel Rodríguez.**

Los integrantes del nuevo movimiento **consideraron que el abandono de la lucha armada y su integración en la vida política les permitirá alcanzar "el pleno imperio de la soberanía popular".**

El dirigente Alfredo Malbrich se encuentra prófugo de la Justicia desde que en enero de 1990, seis semanas antes del fin del régimen militar, se escapó junto a otros 43 presos de una cárcel de Santiago, en donde enfrentaban cargos por subversión contra el gobierno del general Augusto Pinochet.

El FPMR se adjudicó atentados contra el tendido eléctrico y ataques a unidades policiales y militares. Pero su acción **más audaz fue una emboscada con cohetes y metralletas contra la comitiva de Pinochet en setiembre de 1986, en un frustrado intento por asesinarlo.** Cinco escoltas del general murieron defendiéndolo.

Refiriéndose a sus acciones armadas, la declaración leída hoy por los dirigentes del FPMR Histórico señalaba que durante el gobierno anterior **"nuestros combatientes dejaron a oscuras las ciudades en las jornadas de protesta, castigaron los cuarteles de los criminales y atacaron un día al tirano para que todos supieran que no era el dios intocable que decía ser".**

El frustrado intento de asesinato de Pinochet y el hallazgo previo de un cuantioso arsenal de fusiles M-16 y cohetes provocaron en 1987 la división del grupo clandestino en dos fracciones. Una de un centenar de combatientes el FPMR Histórico permaneció junto al Partido Comunista y apoyó su decisión de participar en los comicios electorales. La otra, el FPMR Autónomo, integrada por unos 2.000 guerrilleros, asumió una posición intransigente.

♦ Aylwin vs Pinochet

La decisión del FPMR Histórico de abandonar las armas coincide con una aguda polémica entre el presidente Patricio Aylwin y el actual jefe militar Augusto Pinochet, quien acaba de realizar una controvertida y accidentada gira por el exterior.

Aylwin afirmó hoy durante una entrevista televisiva que su relación con Pinochet "tiene alguna peculiaridad porque el general no se olvida de lo que fue y entonces se le traslucen en algunas actitudes que se salen de su ámbito y tiene este protagonismo".

Aylwin consideró que el protagonismo de Pinochet "no es conveniente para un buen funcionamiento de las relaciones entre el gobierno y las instituciones armadas".

ENTRADO
CRUZADO

F01-01 9107706

Confirman en su cargo al Ministro de Defensa.
Clarín (150024)
3-4-91
CHILE (65709)
T. POL (11164)
Gob Nal (11302)

Confirman en su cargo al ministro de Defensa

SANTIAGO, Chile, 2 (UPI). — Mientras el presidente **Patricio Aylwin** renovó su confianza en el gabinete y en el Ministerio de Defensa, el ministro del Interior anunció que reforzará la lucha contra la delincuencia y el terrorismo.

Según medios periodísticos conservadores, las horas del ministro de Defensa, **Patricio Rojas**, estaban contadas luego de que el miércoles el ejército y la marina de guerra rechazaron el informe oficial sobre violaciones a los derechos humanos durante el pasado régimen militar.

El vocero oficial, **Enrique Correa**, leyó una declaración "por instrucciones precisas" de Aylwin en la que se precisa que **"todos los ministros gozan de su confianza, y por tanto no contempla introducir modificaciones en el gabinete".**

Rojas, desde el comienzo de su gestión, tuvo roces con el comandante en jefe del ejército, el ex gobernante, **general Augusto Pinochet.**

En una ceremonia preparada especialmente, Pinochet leyó el miércoles un documento donde expresó el rechazo de la institución a las acusaciones y testimonios de violaciones a los derechos humanos durante su gobierno.

Por su parte, el ministro **del Interior, Enrique Krauss, dijo que España, Italia y Alemania ofrecieron otorgar una ayuda mínima de 20 millones de dólares para apoyar a las fuerzas policiales frente al desafío de la delincuencia, considerada aquí como uno de los efectos negativos del tránsito a la democracia.**

Krauss viajó por los tres países mencionados exponiendo los problemas que enfrenta el gobierno. El senador democristiano Eduardo Frei dijo que la policía de investigaciones tiene un déficit de más de 500 detectives en este momento.

El nuevo gobierno aumentó en 1.000 plazas la dotación de la policía uniformada, pero aún se estima que se necesitan unos 16.000 carabineros más para hacer frente a las necesidades de protección de la población.

Krauss dijo por otro lado que está en estudio una declaración pública del ex líder y ex senador comunista **Luis Corvalán**, quien aconsejó **"a los jóvenes que tienen armas... que las guarden, por si las moscas".**

El presidente del partido conservador Renovación Nacional, Andrés Allamand, sostuvo que Corvalán debía "ser enviado a la cárcel... por si las moscas".

partes posibles

ENT
CRUZ

01 01 9107707

Nº. DOCUMENTO
TITULO Gobierno - CNGSB acuerdan diálogo de paz
PROCEDENCIA la Nación (150015)
FECHA DE P C C ... 26/6/91
VINCULACIONES VENEZUELA (67390)
F. MIL (11163)
SUSU (11140)
65592

Colombia: acuerdan diálogo de paz

L.M. 26/6/91

CARACAS.- El Gobierno de Colombia y la Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNGSB) acordaron ayer crear una comisión internacional de verificación de un acuerdo de alto el fuego y la designación de "un testigo" del diálogo de paz que se reanudará en Venezuela el próximo día 5.

Las partes negociadoras designarán de mutuo acuerdo la composición de esta comisión y "convendrán el momento en que comenzará a actuar", según un comunicado difundido ayer en Venezuela.

El Gobierno colombiano y la CNGSB señalaron que iniciarán un proceso de consultas con Gobiernos, organizaciones internacionales, organismos no gubernamentales y personalidades de todo el mundo para designar la citada comisión.

La segunda etapa del diálogo de paz entre el Gobierno y la CNGSB, que se inició el jueves en Venezuela, concluyó hoy sin un acuerdo de alto el fuego por la "persistencia de significativas diferencias" sobre este punto, considerado el más importante en la agenda de negociaciones suscrita el pasado 6 de junio.

El comunicado conjunto emitido por las partes negociadoras precisa que el punto central de discusión sobre el alto el fuego fue el de la delimitación de las llamadas áreas de distensión, en donde se concentrarían los guerrilleros de llegarse a un acuerdo sobre la cuestión.

Las partes negociadoras decidieron, que, una vez que haya un acuerdo sobre el alto el fuego, se crearán comisiones regionales no gubernamentales en cada área de distensión integradas por representantes de la iglesia, organizaciones gremiales y sociales y por personalidades representativas de esas regiones.

CARACAS.- Los "comandantes" de la CNGSB, Andrés Paris (c.) y Lucía González (der.) captados en momentos de dirigirse a negociar. (Foto Reuter vía satélite).

El Gobierno colombiano y la CNGSB establecerán una Comisión Nacional de Evaluación y Seguimiento del alto el fuego y de asesoría al proceso, integrada por personalidades colombianas seleccionadas de común acuerdo.

"Tanto el Gobierno como la CNGSB crearán sus propios mecanismos para asegurar que las conductas que se definan para la aplicación del cese el fuego tengan cabal cumplimiento", señala la declaración. ■

ENT
CH

01 01 9107708

DOCUMENTO
TITULO VENEZUELA afronta una crisis cívico-militar.
PERIODICO La Nación - 150025 -
FECHA 24-6-91
VENEZUELA (07390)
F. MIL - 11163 -
Ejército - 11390 -
F. POL - 11164 -
PP. PP. - 11304 -

Venezuela afronta una crisis cívico-militar

CARACAS, 23 (AP).– "Peñaloza, afortunadamente, ya no es el comandante general del ejército", dijo hoy el ministro de Defensa, Héctor Jurado Toro, en referencia al último discurso del general Carlos Julio Peñaloza Zambrano como comandante del ejército, en el que criticó duramente al poder civil.

Peñaloza pasó a retiro el jueves, luego de cumplir su ciclo al frente del ejército, cediendo el mando al general Pedro Remigio Rangel Rojas. En su discurso de despedida, Peñaloza advirtió que "la corrupción amenaza con destruir en forma lenta, pero sin pausa, nuestras bases y nuestra libertad".

El militar dijo que "si no se inicia pronto un renacimiento de la moral, en Venezuela pueda pasar cualquier cosa". Mientras Peñaloza decía estas palabras, Jurado Toro y Rangel Rojas guardaban un incómodo silencio.

"La corrupción está entre nosotros y nos amenaza a todos, llegando incluso a ser un peligro para la propia seguridad del Estado. La misma avanza y debemos detenerla. Si no lo hacemos a tiempo, ella destruirá el país", continuó el militar.

Concluyó su discurso refiriéndose a la "responsabilidad ética" de los militares cuando deben enfrentar dilemas "entre el deber de la obediencia y la voz de la conciencia".

Un día después, el ministro Jurado Toro aseguró que las polémicas declaraciones de Peñaloza "son algo que estudiaremos después".

Denuncias

El discurso del militar, a través de contundentes palabras dichas por cualquier militar venezolano en los últimos años, fue doblemente molesto para el poder civil porque fue pronunciado en un momento en el que el gobierno de Carlos Andrés Pérez se siente acosado por una serie de denuncias contra altos funcionarios públicos civiles y militares, acusados de corrupción y vínculos con el tráfico de drogas.

Hace un mes, parlamentarios del opositor Movimiento al Socialismo (MAS) suscitaron una polémica nacional sobre la corrupción, al denunciar que las Fuerzas Armadas estaban a punto de entregar un contrato irregular para repotenciar seis fragatas misilísticas por una suma millonaria en dólares.

Mientras se ventilaba públicamente el caso de las fragatas, la Guardia Nacional apresó a un narcotraficante con 621 kilogramos de cocaína en Zulia. El delincuente tenía en su poder un lujoso automóvil europeo con título de propiedad a nombre del jefe de la Dirección de Inteligencia Militar (DIM), general Hermijo Fuenmayor.

El jefe de inteligencia militar explicó que había vendido el automóvil cinco años antes. Se defendió diciendo que las reiteradas denuncias sobre corrupción entre militares formaban parte de "una estrategia para destruir a las fuerzas armadas".

Sólo dos días después, el presidente Pérez adelantó el pase a retiro de Fuenmayor. Explicó Pérez que el ex director de la DIM "cometió un grave error al hacer declaraciones políticas sin autorización. Por esa razón lo mandé amonestar. Y como él pasa a retiro este mes, ordené que se apresure su sustitución".

LN 24-6-91

01.01

9107709

DOCUMENTO

TITULO VENEZUELA: Escándalo con militares

PROCEDENCIA A. Firmas (130027)

FECHA DEL DOCUMENTO 17/6/91

VIA UNIDAD VENEZUELA (67390)

F-MIL (11163)

FEDA (13065)

Venezuela: escándalo con militares

A.R. 17/6/91

Caracas (DPA) — El temor de que el narcotráfico haya penetrado en **los más altos niveles del poder político en Venezuela** creció con la detención de un ex viceministro del Interior y gobernador de **Caracas**, sospechoso de dirigir una banda de jóvenes que vendía cocaína a **Estados Unidos, Canadá** y **Europa**.

Adolfo Ramírez Torres, viceministro del Interior y gobernador de Caracas durante el gobierno del ex presidente **Jaime Lusinchi** (1984-1989) fue arrestado en la víspera después de ser **acusado públicamente por dirigir a un grupo de jóvenes que actuaban como "mulas" para transportar cocaína al exterior.**

La detención de **Ramírez Torres** se produce apenas dos días después de que el presidente **Carlos Andrés Pérez** ordenara la **destitución del jefe de Inteligencia Militar**, quien también fue implicado en el negocio de la droga.

Los escándalos han enfrentado a oficiales de la cúpula militar venezolana y el mismo comandante general del Ejército, general **Carlos Julio Peñaloza** denunció en el Congreso supuestas irregularidades en una empresa que ha licitado el reacondicionamiento de equipos militares, cargando sobreprecios de hasta **15 millones de dólares**, y en el cual figura entre su directiva **el jefe de seguridad del presidente.**

• Sin paralelo

Las denuncias contra los altos jefes militares no tienen paralelo en más de tres décadas de gobierno democrático en Venezuela.

Los servicios de seguridad venezolanos y la Agencia Norteamericana para la Lucha contra las Drogas (DEA) han advertido reiteradamente que **Venezuela se ha convertido en uno de los principales puentes de apoyo del narcotráfico hacia los mercados consumidores.**

Según afirman, **la falta de controles en el aeropuerto internacional Simón Bolívar y la legislación bancaria venezolana facilitan el tráfico de la cocaína hacia el exterior y el lavado de dólares en el país.**

"Venezuela está tomada por la mafia de la droga", dijo a la prensa el senador opositor, Pompeyo Márquez. **"La dirección política y militar ya no está en paz de frenar la invasión del narcotráfico que ha penetrado por tierra, mar y aire"**, agregó.

01.01 9107710

DOCUMENTO
TITULO Venezuela "VIASA" se vende en setiembre.
PROCEDENCIA D. Finanzas (150027)
FECHA 13-6-91
VINCULO VENEZUELA
Fco. (11161)
Empr. Estatales (11312)

Venezuela: Viasa se vende en setiembre

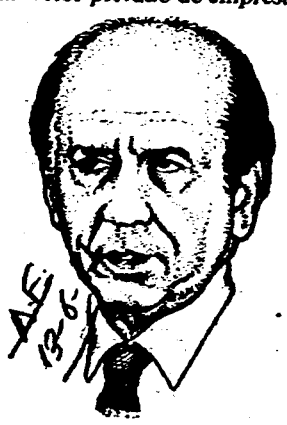
Caracas** (Reuter) — El gobierno de Venezuela, empeñado en un severo **plan de reducción del déficit estatal**, concluirá en setiembre la privatización **de 80% del paquete accionario de la compañía aerocomercial VIASA.

*"El programa diseñado para **VIASA** contempla la distribución accionaria en tres grandes bloques: **60%** se licitarán públicamente entre inversionistas extranjeros y capital privado; **20%** para los trabajadores y **20% que se reservará el Estado**", dijo esta semana un comunicado de la empresa.*

El documento no informa sobre el precio base que ha fijado el gobierno para el paquete accionario puesto en venta.

*La privatización de VIASA, que en 1990 perdió 2392 millones de bolívares **(unos 43 millones de dólares)**, forma parte de un audaz plan de traspaso al sector privado de empresas estatales que puso en marcha el presidente de Venezuela, **Carlos Andrés Pérez**, ni bien asumió el poder en febrero de 1989.*

*El plan de privatizaciones, que intenta reducir un déficit presupuestario proyectado en unos **2150 millones de dólares en 1991**, según economistas privados, incluye asimismo **la venta de la compañía telefónica CANTV, centrales azucareras, hoteles y entidades bancarias oficiales.***



Carlos A. Pérez

*El presidente de VIASA, **Eduardo Quintero**, dijo que entre las empresas internacionales de aviación que están interesadas en la participación accionaria de VIASA figuran la **holandesa KLM, la británica British Airways, la española Iberia, la suiza Swissair, y la estadounidense Northwest.***

*La italiana **Alitalia** hizo saber ayer en Roma que no está interesada en la empresa aérea venezolana.*

VIASA** opera con una flota de nueve máquinas y alrededor de **3500 empleados.

01 01 9107711

Nº DOCUMENTO
TITULO Objetan el poder de Gaviria
PROCEDENCIA J.L. Nación 150095
FECHA 12-6-91
VIA
Venezuela 67390
F. Pol. 11364
F. Mil. 11363
Subro. 11340
65592

L.N. 12/6/91

Objetan el poder de Gaviria

La guerrilla, contra la fecha de los comicios parlamentarios

CARACAS, 11 (Reuter). – La guerrilla colombiana declaró hoy que se opone a que el adelanto de las elecciones parlamentarias sea para el 6 de octubre y no antes, ya que eso dejaría un vacío que el presidente César Gaviria llenaría con una "excesiva concentración de poderes"

Según el acuerdo firmado la semana pasada con la Asamblea Constituyente, que trabaja para reformar la Constitución nacional, Gaviria gobernará por decreto y auxiliado por una comisión nombrada por la Asamblea hasta el 2 de julio del año próximo, cuando se instalará el nuevo Congreso.

Pero la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB), que desde hace una semana mantiene negociaciones de paz en Caracas con el gobierno, dijo en un comunicado que ese acuerdo "entraña una excesiva concentración de poderes en la cabeza del presidente".

La guerrilla expresó que las elecciones parlamentarias deberán ser convocadas para una fecha posterior a la acordada.

Cese del fuego

CARACAS, 11 (AFP). – La guerrilla colombiana aceptó la idea del gobierno para delimitar zonas de cese del fuego, pero rechazó que esto implique la desmovilización de sus frentes.

Ayer, el gobierno del presidente Gaviria propuso que los guerrilleros se concentrasen en áreas rurales de "zonas de disuasión" para hacer efectivo el cese del fuego.

La Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB), rechazó "ir a esos corrales, como conejos" según el rebelde Francisco Galán.

La base de la propuesta guerrillera es el cese bilateral del fuego a partir del 1º de julio próximo, por tiempo definido según un acuerdo mutuo.

A lo anterior, la CGSB propone otros cinco puntos que complementarían el alto el fuego:

- Prorrogar el plazo del cese, si las partes lo convienen.
- Suspensión de acciones que afecten a la población civil, tales como ataques a la infraestructura económica, retenciones, bombardeos, ametrallamientos, retenes militares y otras similares.
- Creación de un tribunal de alto nivel que, con plenas garantías, a partir del 1º de julio, investigue secuestros, desapariciones y ejecuciones extrajudiciales.
- Mecanismos de supervisión nacional e internacional que garanticen los acuerdos.
- Reanudación, a partir del 1º de julio, de las conversaciones, según la agenda de Caracas acordada el pasado 6 de junio.

01 01 9107712

Nº DOCUMENTO
TITULO Intercambio propuestas de paz con la guerrilla colombiana
PROCEDE La Prensa 150026
FECHA 11-6-91
VINCULO Venezuela 67390
F. Mil. 11363
Subserv. 11340.
65582

Intercambia propuestas de paz el gobierno con la guerrilla colombiana

L.P. 11/6/91

Caracas (Reuter) — El gobierno y la guerrilla de Colombia intercambiaron propuestas con un objetivo común —imponer un cese del fuego en el país— pero con pocos elementos de coincidencia.

La iniciativa oficial prevé un cese de hostilidades de los grupos izquierdistas a partir de la creación de "zonas de distensión" para la concentración de los insurgentes, mientras que los guerrilleros desean un cese del fuego bilateral, sin precondiciones.

Según el documento que fue presentado en el séptimo día de negociaciones de paz en Caracas entre el gobierno y la "Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar" (CGSB), esa propuesta oficial es más confiable que un cese de fuego en la cual todas las partes deben quedarse donde se encuentran actualmente, como pretenden los guerrilleros.

Andrés París, un comandante de las "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia" (FARC), que participa en las negociaciones de paz afirmó que la guerrilla está dispuesta a firmar ya un acuerdo de cese del fuego, pero sin precondiciones.

París también se quejó de que el gobierno está intentando imponer como condición a la participación de la guerrilla en la Asamblea Constituyente, la firma de un acuerdo de cese del fuego.

La Asamblea Constituyente, que debe terminar sus trabajos para el 5 de julio, la semana pasada llegó a un acuerdo con el gobierno para disolver el Congreso y convocar a nuevas elecciones parlamentarias.

Sobre esta situación y la presión que el gobierno está ejerciendo a la guerrilla, París expresó sin dar detalles: "No sé si el país aguantaría la inestabilidad sin Congreso, sin constituyentes y con un acrecentamiento de la lucha armada".

Sobre las diferencias aparentemente irreconciliables entre las propuestas, París estimó que "obviamente aparecen las distancias entre ambas propuestas, y el objeto de las conversaciones son para allanar una propuesta conjunta".

El gobierno del presidente César Gaviria exige que la guerrilla se retire a zonas rurales bien definidas dentro de áreas donde tradicionalmente tienen presencia.

DOCUMENTO
TITULO Gobierno y guerrilla de Colombia firman un pacto histórico
PROCEDE El País 150007
FECHA 8-6-91
VIA Venezuela 67390
F. Hil. 55163
Subsr. 55140
65592

EPP. 8-6-91

Colombia: Gobierno y Guerrilla Firman un Pacto Histórico

CARACAS, 7 (AP). — El gobierno colombiano y la guerrilla de la Coordinadora Simón Bolívar firmaron un compromiso histórico que los colocó en el camino hacia un cese de fuego y la paz para poner fin a más de 30 años de violencia política en ese país.

Once comandantes de las fuerzas armadas revolucionarias de Colombia (FARC), del Ejército de Liberación Nacional (ELN) y del Ejército Popular de Liberación (EPL) suscribieron junto a seis delegados del Gobierno una solemne declaración que los compromete a 10 acciones para la paz.

El primer tema de la declaración los compromete a estudiar la posibilidad de convenir... una fórmula de cese de fuego y a las hostilidades. El logro de este objetivo tendría un efecto dominó sobre los demás, desembocando en una eliminación de la violencia política que acosa a la sociedad colombiana.

El éxito que podamos alcanzar en este punto nos va a facilitar el desarrollo de los demás, dijo el asesor presidencial para la paz de Colombia, Jesús Antonio Bejarano.

Los dos bandos tratarían de avanzar hacia un cese al fuego que ponga en evidencia la seriedad del proceso iniciado aquí y que asegure la materialización de acciones en torno a los otros temas. Alcanzados esos objetivos, darían por concluida la ronda de negociaciones en Caracas.

El primero en firmar fue el comandante Alfonso Cano, de las FARC, cuya fuerza de 5.000 hombres es la columna vertebral de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, bajo la cual se agrupan los tres frentes guerrilleros. En total las fuerzas que operan bajo la coordinadora suman 7.000 a 8.000 hombres en armas.

Soy optimista en torno a este proceso, dijo el comandante Francisco Galán, del ELN, cuyos atentados en los últimos tres años han puesto en jaque a la floreciente industria petrolera colombiana.

Este no es el registro de un temario, es el diseño de un proceso. Nosotros vemos el primer punto como un compromiso dentro de todo el proceso, dijo.

Ninguno de los bandos se atrevió a precisar los puntos a discutir. Los voceros tanto del gobierno como de la guerrillera declinaron comentar sobre los alcances de uno de los temas más críticos del documento: los recursos naturales, especialmente el petróleo, cuya nacionalización ha sido señalada como un objetivo primordial del ELN.

La declaración cerró un primer capítulo en las negociaciones a puertas cerradas que empezaron el lunes en esta capital, tras varios intentos fracasados para realizarlas en territorio colombiano.

La firma tuvo como testigos y observadores a 10 delegados de otras agrupaciones políticas, de la Asamblea Constituyente y de la Cámara de Representantes.

01 01 . 9107714

DOCUMENTO
TITULO Acuerdo entre CNG y gobierno colombiano.
PROCEDENCIA La Mañana 150015
FECHA 7-6-91
VIA Venezuela 67390
F. Hil. 55163
Subar. 55540.
65552

Consenso sobre agenda preliminar de las conversaciones

La Mañana 7/6/91

Acuerdo entre CNG y Gobierno colombiano

CARACAS.- El Gobierno colombiano y la Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNG) anunciaron ayer un acuerdo sobre la agenda preliminar de las conversaciones de paz que celebran en Venezuela desde el lunes pasado.

El consejero presidencial colombiano para la paz, Jesús Bejarano, dijo que el alto al fuego, el futuro de los grupos guerrilleros y los aspectos de la política económica y social en Colombia son los puntos principales en la agenda de las negociaciones.

Mauricio Vargas, consejero de la Presidencia de Colombia, aseguró que las negociaciones "avanzan satisfactoriamente", pero declinó comentar cuáles han sido los asuntos analizados por los negociadores del Gobierno colombiano y la CNG.

Portavoces del Gobierno y la Guerrilla coincidieron en señalar que esta primera etapa que se celebra en Venezuela servirá para definir los problemas que analizarán los negociadores, fijar un mecanismo para el desarrollo del diálogo y, de ser posible, establecer un calendario preliminar para este proceso de negociación.

01 01 . 9107715

DOCUMENTO
TITULO Observadores en diálogo por paz.
PROCEDENCIA La Nación 150015
FECHA DE PUBLICACION 5-6-91
VINCULACION Venezuela 67390
F. Mil. 11163
Subsr. 11140
65592

Observadores en diálogo por paz

Serán congresistas y constituyentes

La Nación 5/6/91

CARACAS.- El gobierno de Colombia aceptó ayer la presencia de observadores del Parlamento y la Asamblea Constituyente del país en el diálogo de paz que mantiene en Venezuela con la Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNGSB).

Portavoces de la delegación gubernamental colombiana indicaron que los delegados del Congreso y de la Asamblea Constituyente de Colombia han sido incorporados como "observadores activos", pero sin formar parte de las negociaciones.

La delegación del gobierno del Presidente colombiano, César Gaviria, cedió ante las protestas de la CNGSB y de los delegados del Parlamento y de la Asamblea Constituyente, que amenazaron con regresar a Colombia si no se les admitía en la mesa de negociaciones.

El diálogo entre el gobierno y la guerrilla colombiana se efectúa en el Instituto de Estudios Avanzados (IDEA), 40 kilómetros al Sur de Caracas, bajo estrictas medidas de seguridad aplicadas por personal venezolano.

El cese al fuego ha sido señalado como un punto central de la agenda que discuten los representantes del gobierno y de la guerrilla.

01 01 . 9107716

Nº DOCUMENTO
TITULO Diálogo de paz en Venezuela.
PROCEDENCIA L. Mañana 9150015
FECHA 4-6-91
MATERIA Venezuela 67390
F. Militar (11163)
Señor (11340)
65592

Gobierno y guerrilla colombiana

Diálogo de paz en Venezuela

La Mañana 4/6/91

CARACAS.- Representantes del Gobierno colombiano y de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSM) afirmaron que el alto el fuego será parte central en la agenda de negociaciones del diálogo de paz que ayer iniciaron en Venezuela.

El Ministro colombiano del Interior, Humberto de la Calle, señaló en rueda de prensa que "el cese de hostilidades es uno de los elementos vitales del proceso de paz", pero que "debe ser acompañado con otras condiciones para la pacificación del país.

De la Calle indicó que el cese de fuego debe ser un "proceso serio, verificable", unido a una negociación en otros aspectos que conduzca "a la paz total en Colombia".

Las negociaciones entre el Gobierno y la guerrilla colombiana se efectúan en el Instituto de Estudios Avanzados (IDEA), 40 kilómetros al sur de Caracas, bajo estrictas medidas de seguridad.

La guerrilla debe suspender las actividades de sabotaje a obras públicas, a instalaciones petroleras, los secuestros contra la población civil y la extorsión, añadió el delegado gubernamental.

El Ministro dijo que el Gobierno del presidente colombiano, César Gaviria, aceptó iniciar el diálogo con la CGSM sin ningún tipo de condicionamiento y que tiene una posición "flexible" para negociar con esta agrupación guerrillera.

No hay limitaciones en los temas que serán incorporados a la agenda de conversaciones con la CGSM, ni tampoco límites sobre el tiempo en que debe desarrollarse el diálogo, precisó.

Sobre la incorporación de la CGSM a la vida política y civil de Colombia, aseguró que ese será otro de los aspectos centrales de las conversaciones y que el Gobierno colombiano "está dispuesto a discutir su participación en la Asamblea Constituyente".

Postura de la CGSM

Francisco Galán, portavoz de la CGSM, declaró a los periodistas que su organización está dispuesta a negociar "un alto el fuego bilateral con el Gobierno", si en las conversaciones de Caracas se demuestra que hay voluntad política de hacer cambios en la estructura económico-social del país.

"Nunca más haremos un alto el fuego unilateral -advirtió Galán-, eso no es rentable, pues hay que entender que en Colombia nos encontramos en una guerra y la finalización de hostilidades tiene que comprometer a las dos partes beligerantes".

La CGSM está integrada por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), que tienen filas del Gobierno colombiano cuentan con unos 5.000 y 1.000 hombres, respectivamente.

Galán, considerado un dirigente con el mismo nivel de mando que el máximo líder del ELN, el ex sacerdote español Manuel Pérez, advirtió que el "proceso de diálogo será largo y complejo".

CARACAS.- El Ministro del Interior colombiano, Humberto de la Calle, habla durante la presentación de la reunión para alcanzar un acuerdo de paz entre el Gobierno del Presidente César Gaviria y la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar. Junto al Ministro aparecen los dirigentes rebeldes Antonio Cano, Francisco Galán e Iván Marquez. (Foto: Reuter vía satélite).

partes pacífico

01 01 . 9107717

Nº DOCUMENTO
TITULO Colombia: el gobierno ofrece cese del fuego.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 4-6-91
VINCULACIÓN Venezuela 67390
F. Hil. 33363
Subv. 33340
65592

LAS NEGOCIACIONES CON LA GUERRILLA clarín 4-6-91

Colombia: el gobierno ofrece cese del fuego

CARACAS, 3 (ANSA). — El gobierno del presidente **César Gaviria** propuso hoy a la **guerrilla** colombiana un cese del fuego sobre la base de "zonas precisas y delimitadas" para el asentamiento de los excombatientes, y hasta ofreció respetar la influencia política que los grupos rebeldes tuvieran en esos territorios.

La postura fue presentada hoy, en la apertura del diálogo que el gobierno y los rebeldes colombianos iniciaron en la capital de Venezuela, en un renovado esfuerzo para la pacificación.

Fuentes guerrilleras comentaron que la delegación de los rebeldes planteó la necesidad de "cambios estructurales" en la organización social, política y económica de Colombia, y denunciaron además "la excesiva militarización" del país, aunque anunciaron que pedirán la participación de las fuerzas armadas en el diálogo.

En reuniones de prensa ofrecidas por separado antes de iniciarse las conversaciones, ambas partes habían coincidido en que el proceso iniciado hoy en Caracas es "complejo" y "llevará tiempo", pero al mismo tiempo mostraron optimismo ante la posibilidad de lograr la definitiva pacificación política de Colombia.

Representantes del gobierno, encabezados por el ministro de Gobierno (Interior) Humberto de La Calle, y once jefes rebeldes de distintas agrupaciones integradas a la Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNGSB), se reunieron este lunes por primera vez para tratar de poner fin a tres décadas de violencia política.

Agencia AP

El comandante guerrillero Alfonso Cano (centro) se dirige al recinto donde se efectúo la reunión con el gobierno colombiano.

Las dos delegaciones dialogaron hoy con el presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez, antes de iniciar las tratativas.

El gobierno de Gaviria propuso a la guerrilla considerar distintas maneras de "reinserción económica y social", que vayan más allá de las convenidas en procesos anteriores con otras agrupaciones alzadas en armas.

Entre esas proposiciones se incluye la alternativa de estudiar fórmulas para el cese de hostilidades que incorporen la creación de "zonas precisas y delimitadas y acuerdos específicos sobre la conducta de la guerrilla, acompañados de mecanismos de verificación factibles y viables a escala regional y nacional".

Entre las formas de "reinserción" que resulten más completas que anteriores acuerdos con la guerrilla, el gobierno ofreció asentamientos regionales de excombatientes en forma permanente, conservando las formas originales de asentamiento civil y respetando la eventual influencia política que pudieran haber logrado los ex guerrilleros en esos sectores, revelaron fuentes allegadas al diálogo.

La delegación oficial destacó su interés por encontrar salidas viables, y evitar las experiencias que en el pasado condujeron a fallidos intentos de casi todas las búsquedas de pacificación en Colombia.

01 01 9107718

Nº. DOCUMENTO
TITULO Masiva fuga terrorista en El Salvador
Δ Financiero 15000 24
20-6-91
El Salvador 50070
FMLN 11103
Sólo 11170

Masiva fuga terrorista en El Salvador

San Salvador (Reuter) — Más de **130 presos** escaparon de una cárcel de **San Salvador** durante un ataque realizado por guerrilleros izquierdistas la noche del lunes, dijo ayer el ministro de Justicia **René Hernández.**

Hernández dijo en conferencia de prensa que **15 personas murieron y que 132 prisioneros huyeron** durante el combate entre miembros del **Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)** y tropas gubernamentales que custodiaban la prisión de Mariona, 10 kilómetros al norte de San Salvador.

Añadió que el combate duró **tres horas** y que los rebeldes "abrieron un boquete en el lado sur de la prisión."

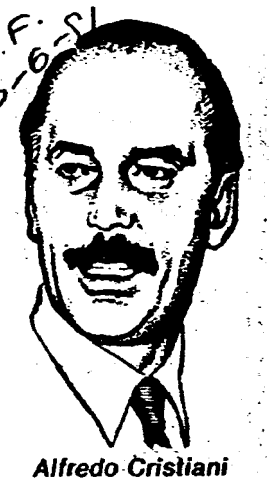
Nueve prisioneros murieron durante el combate, indicó Hernández.

La prisión ha sido atacada al menos **seis veces** durante los 11 años que dura ya la guerra civil en El Salvador.

El ataque se realizó mientras representantes del gobierno y la guerrilla sostenían **su tercer día de conversaciones de paz** en la ciudad mexicana de **Queretaro,** en un esfuerzo auspiciado por las Naciones Unidas para terminar esta guerra que ha cobrado **al menos 75.000 vidas, casi todas de civiles.**

Paralelamente, una organización que se autodenominó **Frente Anticomunista Salvadoreño,** amenazó con matar a familiares de **líderes guerrilleros y de organizaciones políticas populares.**

Δ.F. 20-6-91



Alfredo Cristiani

Nº DOCUMENTO
TITULO: Liberación de presos.
PERIODICO: La Nación 150025
FECHA: 19-6-91
VINCULACION: El Salvador 10020
F MIC 1163
Suelto 1140

Liberación de presos

LN. 19-6-91

SAN SALVADOR, 18 (AFP).- La guerrilla salvadoreña logró liberar 32 presos políticos de la principal cárcel de máxima seguridad del país, en el Norte de San Salvador, en un audaz operativo efectuado en horas de la noche, con el apoyo de los internos.

También casi un centenar de presos comunes aprovecharon la situación para huir del penal Mariona, mientras diez personas murieron en el enfrentamiento que tuvo lugar entre guerrilleros y custodios, según los informes suministrados por el ministro de Justicia, René Hernández.

01 01 . 9107720

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Recrudece la lucha en El Salvador
FECHA: L. Prensa 150096
FUENTE: 19-6-91
VIA: El Salvador 10070
F. MK 11163
Sold. 1140

Recrudece la lucha en El Salvador L.P. 19/6/91

San Salvador (UP) – Las acciones violentas en diferentes puntos de El Salvador se vieron incrementadas con un saldo de 24 muertos y heridos civiles, incluyendo una menor, militares y guerrilleros, informó el Ejército.

Mientras tanto, en México delegados del gobierno de Alfredo Cristiani y del "Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional" (FMLN) sostienen conversaciones de paz y declararon que podrían lograr acuerdos sobre las Fuerzas Armadas y un alto al fuego.

Guerrilleros urbanos conocidos como comandos "Modesto Ramírez" se responsabilizaron en llamadas a medios de comunicación de una operación denominada "fuera cuarteles de la ciudad" y el ataque contra la cárcel "La Esperanza", con un saldo de un guerrillero y un soldado muerto, así como cinco efectivos y tres vigilantes heridos".

31077214

01 01

Nº DOCUMENTO
TITULO: CRISTIANI culpa a F. Castro de problemas con la guerrilla en su país.
PERIODICO: La Mañana (15015)
FECHA: 16-6-91
VIÑETAS: El Salvador (10070)
CUBA (65671)
FMLN (11163)
SUDA (11140)

De ser la "raíz del problema" de la guerrilla en su país

La Mañana 16-6-91

Culpa Cristiani a Fidel Castro

WASHINGTON.- El Presidente de El Salvador, Alfredo Cristiani, culpó ayer al gobernante cubano, Fidel Castro, de ser "la raíz del problema" de la guerrilla en su país y en otras naciones latinoamericanas.

"Castro es prácticamente la raíz del problema... él fue el que empezó a exportar todas estas revoluciones marxistas por todo el continente, al menos en Centro y Sudamérica, y sigue apoyándolas, aunque menos, debido al fracaso de su propio sistema", declaró Cristiani.

En una entrevista concedida al programa Evans y Novak de la cadena de televisión CNN, el presidente salvadoreño indicó, sin embargo, que no es a Estados Unidos, sino a la Unión Soviética a quien le corresponde hacer algo a este respecto, "ya que tiene más elementos para presionar a Cuba".

Cristiani acusó a Cuba de ser responsable del envío de misiles Sam-16 -de fabricación soviética- a la guerrilla del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), con la que su Gobierno mantiene negociaciones para intentar poner fin a la guerra civil que sufre su país desde hace once años.

El gobernante dijo que estas armas fueron introducidas en su país a través de Nicaragua, presuntamente con la colaboración del Ejército de ese país que, dijo, sigue estando controlado por los sandinistas "y no responde necesariamente (órdenes) del Gobierno" de la Presidenta nicaragüense, Violeta Chamorro.

"Nicaragua afronta un gran problema... no creo que la señora Chamorro quiera ayudar al FMLN o incluso permitir que dicha ayuda mortal pase por su país hacia El Salvador", agregó.

Respecto a las conversaciones de paz con la guerrilla, que está previsto se reanuden hoy en México, Cristiani declaró que han avanzado mucho, "lo suficiente como para decir que tendremos acuerdo de paz este año", indicó.

Sin embargo, los dirigentes rebeldes participantes en dichas reuniones han declarado que no esperan que estas conversaciones den como fruto un alto el fuego, menos en unos meses.

En su entrevista, Cristiani calificó de "inaceptable" las pretensiones del FMLN de que el Ejército salvadoreño sea abolido, pero dijo que está dispuesto a discutir su reestructuración y la reducción de sus fuerzas en cuanto finalice la guerra.

ENT
GIRO

01 01 . 9107722

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Informe de la guerrilla salvadoreña
DESCRIP: L. Prensa 150026
FECHA: 10-6-91
VIÑETA: El Salvador 10070
FMLN 11163
Subv. 11140

Informe de la guerrilla salvadoreña

L.P. 10/6/91

San Salvador (UP) – Los guerrilleros salvadoreños informaron que causaron un centenar de bajas al Ejército y que capturaron abundante material bélico en intensos combates librados durante la última semana en todo el país.

El "Frente Farabundo Martí Para la Liberación Nacional" (FMLN) indicó en su radioemisora rebelde "Venceremos", que causó 101 bajas al ejército entre muertos y heridos, en combates librados en 13 de los 14 departamentos que conforman El Salvador.

Durante el recuento, los rebeldes no informaron acerca de sus propias bajas en los enfrentamientos ocurridos en la última semana.

Por su parte, las Fuerzas Armadas señalaron que en los últimos siete días, murieron 20 guerrilleros y 16 resultaron heridos, mientras que en las filas del ejército cuatro perdieron la vida y siete sufrieron lesiones, a raíz de los choques armados.

01 01 . 3107723

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Guerra eterna en El Salvador
PROCEDE: La Nación 150015
FECHA: 7-6-91
VINCULACIÓN: El Salvador 50070
FMLN 11163
EnSO 11170

Guerra eterna en El Salvador

SAN SALVADOR.- El estancamiento en las negociaciones entre la guerrilla y el Gobierno, y el problema de la tierra, agudizaron la crisis política de El Salvador, y los observadores temen que ello provoque un agravamiento de la guerra, que dura ya 11 años y provocó unos 75 mil muertos.

El Gobierno y el ejército responsabilizan al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) del desacuerdo, evidenciado sobre todo en la última reunión celebrada la semana pasada en Caracas, Venezuela, y los rebeldes consideran que la culpa es del Gobierno.

"Hemos llegado al momento de las decisiones finales", dijo ayer el jefe de la delegación gubernamental, Oscar Santamaría, para quien el FMLN ya no tiene alternativas, porque la única salida que tiene el conflicto es política.

Según Santamaría, en la medida que se está cerca de esa salida política, la guerrilla tendrá que despojarse de un estatus que se supone ha conseguido como una dirigencia guerrillera y pasar a una política, donde las acciones son diferentes.

Los rebeldes opinan que el Gobierno no tiene disposición real a producir cambios en la estructura de las Fuerzas Armadas y en modificar el papel que cumplen en el país.

El proceso está en uno de sus más difíciles momentos. El miércoles, tanto el FMLN como el propio Presidente Alfredo Cristiani se amenazaron abiertamente con más guerra y dijeron no temerse uno al otro.

El FMLN dijo por la noche que si altos jefes del ejército y del Gobierno "siguen tocando los tambores de la guerra, será necesaria una contraofensiva militar".

"Las operaciones (del ejército) de gran envergadura en zonas bajo control rebelde buscan cambiar la correlación de fuerzas en la mesa de negociaciones", expresó la guerrilla, a través de su "Radio Venceremos".

Señaló que a las operaciones militares se sumó en los últimos días el desalojo de campesinos que ocupaban haciendas en el occidente del país, lo que "no es un gesto de paz".

Ocupación de tierras

Ese conflicto por la propiedad de la tierra ha llevado a que unos 30 campesinos se declaren en huelga de hambre y permanezcan en la Iglesia de "El Rosario", en el centro de San Salvador.

La ocupación de tierras llevó también a una confrontación de los Diputados de la Asamblea Legislativa. Por un lado, los gubernamentales del Partido Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), sus allegados de Conciliación Nacional (PCN) y uno del Auténtico Cristiano (MAC), desaprueban estas acciones, que consideran fuera de la ley.

Por el otro, los legisladores socialdemócratas, socialcristianos, un marxista y los democristianos apoyan la ocupación de haciendas abandonadas.

Un vocero de la Federación de Cooperativas de Producción Agropecuaria aseguró que los campesinos han agotado las instancias legales que el mismo gobierno recomienda para la adquisición de tierras.

Dijo que la Financiera Nacional de Tierras Agrícolas (FINATA), sólo quiere comprar las propiedades, solamente ofrece bonos y no dinero en efectivo, lo que no es aceptable por quienes pretenden vender haciendas y fincas.

El vocero aseguró que el [illegible] de Tierras sólo sirve para [illegible] la política agrícola del Gobierno, que busca [illegible] dadas, incluidas las cooperativas. Ofrecen [illegible] individuales por 30 mil colones (2.500 dólares), pero no en forma colectiva.

El panorama general de El Salvador es de una agudización de la confrontación, que podría degenerar en los próximos días en amplias acciones militares, coinciden los comentaristas.

La Nación 7-6-91

01 01 · 9107724

Nº DOCUMENTO
TITULO Gobierno - Guerrilla salvadoreña tras diálogo sin avance
El País 150007
3-6-91
El Salvador 10070
FMLN 11163
Susu 11140

Gobierno - Guerrilla Salvadoreña Tras Diálogo sin Avance

El País 3/6/91

CARACAS, 2 (EFE).— La guerrilla y el gobierno de El Salvador finalizaron hoy las conversaciones que durante nueve días han llevado a cabo en Venezuela, sin lograr avances importantes en las negociaciones de paz, dijeron a EFE portavoces del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN).

Los delegados del gobierno del Presidente salvadoreño Alfredo Cristiani y del FMLN dieron por concluida esta etapa del diálogo sin ponerse de acuerdo en el tema de las Fuerzas Armadas.

Ambas partes intercambiaron en Caracas acusaciones de intransigencia y de retrasar las conversaciones para acordar un alto al fuego en un diálogo que fue calificado de poco productivo por fuentes de la guerrilla.

El Presidente venezolano, Carlos Andres Pérez se reunió hoy con los negociadores, tanto de la guerrilla como del gobierno salvadoreño, en un hotel de la población de Caraballeda, 40 kilómetros al norte de Caracas, donde se llevó a cabo el diálogo entre las partes en conflicto.

Portavoces del FMLN indicaron que, a pesar de la falta de un acuerdo, los negociadores decidieron reanudar el diálogo

01 01 . 9107725 .

Nº DOCUMENTO .....
TITULO: Acusaciones entre Gobierno y FMLN
La Mañana 15 a 15
2-6-91
El Salvador 10070
F. MIL (1103)
Cuso. (1140)

Acusaciones entre Gobierno y FMLN

La Mañana 2/6/91

CARACAS.- Los representantes del Gobierno salvadoreño y del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) intercambiaron acusaciones de obstaculizar el diálogo y retrasar un acuerdo de paz.

El subjefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas salvadoreñas, coronel Mauricio Ernesto Vargas, acusó de intransigencia e inflexibilidad al FMLN en este diálogo, continuación de las conversaciones celebradas en México entre el 4 y el 27 de abril pasado.

"El Gobierno salvadoreño ha venido a Caracas a firmar el cese del enfrentamiento armado, a concertarlo, y nos hemos encontrado con el retroceso, la inflexibilidad y la falta de voluntad política del FMLN", dijo Vargas.

El diálogo entre el Gobierno y la guerrilla se celebra en un hotel de Caraballeda, a 30 kilómetros al norte de Caracas, bajo estrictas medidas de seguridad a cargo de funcionarios venezolanos.

Estas declaraciones de Vargas responden a las afirmaciones efectuadas el viernes pasado por el "comandante" Shafick Handal del FMLN, quien aseguró que el Gobierno salvadoreño, presidido por Alfredo Cristiani, actúa para retrasar un acuerdo de paz.

Handal señaló que el gabinete presentó cuarenta enmiendas al documento sobre Fuerzas Armadas discutido en la reunión de México y que la representación oficial intenta hacer borrar todo el párrafo correspondiente a la impunidad de los jefes militares acusados de violaciones a los derechos humanos.

Afirmó que en el análisis de la violencia en El Salvador deben considerarse los elementos que originaron la guerra, que dura ya once años y ha costado la vida a unas 70.000 personas.

Handal intenta cargar toda la responsabilidad de la crisis a las Fuerzas Armadas, sin reconocer que la "espiral de violencia" se inició con "la primera alzada comunista del año 1932".

El subjefe del Estado Mayor Conjunto salvadoreño indicó que Handal es miembro del Partido Comunista y que conoce esa realidad.

"Las Fuerzas Armadas están apoyando la negociación y al Gobierno por una obligación legal y moral", dijo Vargas, quien destacó que esa institución "no es distante y ajena a los sufrimientos, sentimientos y aflicciones del pueblo".

Añadió que el FMLN pretende juzgar y descalificar a las Fuerzas Armadas y olvidarse de su responsabilidad en los acontecimientos que han precipitado la quiebra del orden legal.

01 01 . 9107726

El cura que comenzó a ESCOBAR media ante la guerrilla.
Clarín (50029)
27-6-91
Colombia (65592)
F. MIL (11163)
SUD (11170)

Colombia: el cura que convenció a Escobar media ante la guerrilla

Clarín 27/6/91

BOGOTA, 26 (EFE). — El jefe de la guerrilla colombiana Ejército de Liberación Nacional (ELN), el ex sacerdote español **Manuel Pérez**, aceptó hoy la invitación a una reunión por la paz que le hizo la semana pasada el religioso **Rafael García Herreros**.

La aceptación fue expresada por Pérez en una carta abierta enviada a García Herreros, de 84 años, cuya mediación facilitó el día 19 **la rendición del narcotraficante Pablo Escobar**, jefe del Cartel de Medellín.

Tras la entrega de Escobar a los jueces, García Herreros anunció que estaba interesado en reunirse con Pérez para lograr la pacificación del país.

El jefe del ELN, que en 1989 fue excomulgado por la Iglesia Católica por el asesinato del obispo de la región de Arauca, monseñor **Jesús Emilio Monsalve**, manifestó que aceptaba la reunión de paz con García Herreros.

El ELN y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) integran la **Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNGSB)**, que ayer finalizó en Caracas la segunda ronda de negociaciones de paz con representantes del gobierno de Bogotá.

Manuel Pérez, natural de Alfamén (Zaragoza, España), le pidió a García Herreros que retire su afirmación de que el es un **"apóstata"**, antes de la **"conversión que ambos necesitamos"**.

Asimismo le solicitó aclarar que el ELN no fue el autor de la matanza de una familia campesina el año pasado en la región colombiana de los llanos orientales, como afirmó Rafael García Herreros en su programa televisivo **El minuto de Dios**.

"Me anima un deseo sincero de intercambio al dirigirme a usted y dirigirle esta nota en términos muy respetuosos, siguiendo la palabra del Evangelio que dice que si en el momento de la ofrenda tienes algo en contra de tu hermano, ve primero y reconcíliate con él", expresó Pérez.

Añadió que **"le pido (a García Herreros) que ambos tengamos la apertura de corazón para que la conversión pueda llegar a cualquiera de los dos —que la necesitamos—, para que lógicamente ambos nos sintamos motivados a la misma transformación y que esta sea motivada por la fe"**.

ENTRADO
CRUZADO

No. DOCUMENTO
TITULO Liberan parlamentarios secuestrados por el ELN.
PROCEDENCIA La República (150015)
FECHA DE [illegible] 25-6-91
VINCULACIÓN COLOMBIA - (65592)
FARC (11103)
SALUD (11140)

Jefe del ELN dejó un mensaje L.M. 25/6/91

Liberan a parlamentarios

BOGOTA.- Los parlamentarios colombianos Rafael Serrano y Mariano Porras, secuestrados el miércoles por el Ejército de Liberación Nacional (ELN), fueron liberados con un mensaje del jefe de ese movimiento, el ex sacerdote español Manuel Pérez.

Los representantes en la Cámara afirmaron ayer que estuvieron en poder de una columna del ELN, y que no pudieron dialogar personalmente con Pérez debido a las intensas operaciones militares, aunque sí lo hicieron por radioteléfono.

Serrano, Presidente del Colegio Nacional de Periodistas, afirmó que para Pérez hay actitudes contradictorias del Gobierno "porque mientras en Caracas se negocia y se habla de paz, aquí se hace la guerra".

Añadió que "hay operativos en marcha, como nosotros comprobamos, en el departamento de Antioquia, muy intensos, y de otra parte la retención de personas interesadas en el estudio del tema de la paz como Carlos Arturo Beltrán, Edgar Ruiz y otros tomados en el asalto en el seminario de Facatativa".

El parlamentario se refirió a un allanamiento efectuado hace diez días en una casa pastoral de la localidad de Facatativa, cerca de Bogotá y en el que, según un parte militar, fueron retenidos varios insurgentes del ELN.

ENTRADO
CRUZ

01 01 • 9107728

DOCUMENTO

TITULO Capital de Colombia se llamará Santa Fe de Bogotá.

PROCEDE La Nación (150025)

FECHA 24-6-91

VIGENCIA COLOMBIA (165592)

F. POL (11164)

Santa Fe de Bogotá

BOGOTA, 23 (ANSA). – La Asamblea Constituyente acordó que la capital volverá a llamarse, desde el 5 de julio, Santa Fe de Bogotá, denominación que tuvo cuando fue fundada.

También se estableció que la ciudad se organizará como distrito capital y continuará siendo capital de Colombia y del departamento de Cundinamarca.

L. N. 24-6-91

Pasados pasados Digitados

ENTRADA

CRUZADO

01 01 • 9107729

DOCUMENTO
TITULO Una concesión a la guerrilla.
FECHA Clarín 15-06-91
FECHA 23-6-91
VIA Colombia 65592
F. Tel. 11164

Una concesión a la guerrilla

Clarín 23/6/91

BOGOTA (AP). — La **Asamblea Nacional Constituyente** otorgó anoche una participación en el próximo Congreso a la **Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar**, en un nuevo esfuerzo por impulsar el proceso de pacificación con los grupos alzados en armas.

Las elecciones legislativas fueron convocadas por la Asamblea Constituyente para el 27 de octubre próximo, después de disolver el Congreso actual, que tenía mandato hasta el 19 de julio de 1994, en una histórica decisión encaminada a poner en vigencia de inmediato transformaciones profundas en el Poder Legislativo.

La Asamblea facultó al presidente César Gaviria Trujillo para que permita **una participación directa de la guerrilla en las elecciones y le otorgue cupos en el Senado y en la Cámara de Representantes.**

La participación de la Coordinadora Guerrillera en el próximo Congreso está sujeta a la culminación con éxito de las negociaciones que actualmente se desarrollan en Caracas para la desmovilización de la guerrilla.

La fórmula fue consultada previamente con la Coordinadora Guerrillera, informó Jaime Fajardo, miembro de la Asamblea en representación del **Ejército Popular de Liberación (EPL)**, guerrilla que se disolvió y ahora es un partido político legal.

La Coordinadora Guerrillera ha manifestado reiteradamente su deseo de participar en la política nacional, pero el dilatado proceso de las negociaciones de paz impidió que pudiera ingresar en la asamblea nacional constituyente que termina sus deliberaciones el 4 de julio.

El gobierno colombiano rechazó una solicitud de la Coordinadora Guerrillera para que **Manuel Marulanda ("Tirofijo")**, jefe máximo de las **Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)**, hiciera una presentación de sus tesis políticas en la Constituyente, debido a que las negociaciones no han logrado siquiera un acuerdo para el cese del fuego.

ENT
GRUP

01 01 9107730

Nº DOCUMENTO
TITULO Guerrilla da a conocer lista de secuestrados
PROCEDENCIA El Heraldo (150015)
FECHA DE ENTRADA 22-6-91
VIOLENCIA Colombia (65592)
F. MIL (11163)
SINDU. (11190)

Da a conocer guerrilla lista de secuestrados

Le H. 22-6-91

BOGOTA.- La Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNGSB) dio a conocer ayer una lista de 34 nombres de personas secuestradas por la guerrilla colombiana, entre ellas un alcalde, el director de un hospital municipal, veinte policías y tres soldados.

La revelación la hizo uno de los comandantes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), Alfonso Cano, en respuesta a una campaña de la cadena radial Caracol que recogió los nombres de más de 130 personas secuestradas por distintos grupos o desparecidas, según sus familiares.

Alfonso Cano leyó la lista a través de las emisoras de la cadena de radio desde Caracas, en donde asiste a las negociaciones entre los delegados del Gobierno colombiano y la CNGSB, que integran las FARC y el Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Diálogo suspendido

En tanto, las profundas discrepancias entre el Gobierno colombiano y la CNGSB en los mecanismos para acordar un cese el fuego, dejó prácticamente suspendido el diálogo pro paz.

El consejero presidencial para la paz, Jesús Bejarano, dijo en rueda de prensa, que "las diferencias bastante grandes" entre el gobierno y la guerrilla en la delimitación de las llamadas zonas de distensión les obligó a postergar la discusión de este asunto y que las conversaciones están estancadas.

El gobierno propuso a la CNGSB que agrupe sus fuerzas en zonas geográficas previamente delimitadas por las autoridades como condición para acordar un cese el fuego.

Los rebeldes están decididos a firmar un "cese el fuego bilateral" pero sin retirar a sus efectivos de los 100 frentes que tienen en todo el territorio colombiano. ■

ENTRADO
CALC D

01 01 . 9107731

Frustran plan para matar a NAVARRO WOLF
(6 columnas) (15cm19)
17-6-91
Colombia (65512)
F. MIL (1163)
SUSO (1140)

Hallan sofisticado arsenal en hotel de Bogotá

Frustran plan para matar a Navarro Wolf

La Nación
17-6-91

El atentado se iba a realizar el jueves de noche

Un presunto plan para atentar contra uno de los tres Presidentes de la Asamblea Nacional Constituyente de Colombia -presumiblemente Antonio Navarro Wolf-, fue frustrado el jueves pasado por la Policía en Bogotá.

BOGOTA.- Fuentes no oficiales dijeron ayer que el blanco del plan terrorista descubierto el viernes sería Antonio Navarro Wolf, según publicó ayer el diario El Espectador.

El viernes, la Sección de la Policía Judicial e Investigación informó que tras una operación policial en un hotel del centro de Bogotá fueron incautadas sofisticadas armas, sin que se registraran detenciones.

Entonces se informó sobre la posibilidad de que se estuviera preparando un plan para atentar contra un "importante constituyente", y fuentes no oficiales dijeron hoy que se podía tratar de Navarro Wolf.

Las autoridades buscan a dos hombres procedentes del departamento de Antioquia que, al parecer, fueron contratados para atentar contra Navarro Wolf o los otros dos Presidentes de la Asamblea Constituyente, Alvaro Gómez y Horacio Serpa, según El Espectador.

Navarro Wolf es el dirigente político más amenazado del país, ya que procede del extinto grupo guerrillero Movimiento 19 de Abril (M-19) que firmó la paz el año pasado con el Gobierno, y se ha constituido en un líder con posibilidad de ganar unas elecciones presidenciales.

La frustrada acción criminal sería ejecutada el jueves por la noche.

Los organismos de espionaje detectaron la presencia de varios sospechosos y, tras quince días de seguimiento, localizaron un hotel del centro de Bogotá donde éstos se hospedaban, pero durante la operación no los encontraron.

Sofisticado armamento

Sin embargo, en el lugar, los funcionarios hallaron un sofisticado armamento que sería utilizado en la acción terrorista.

Entre las armas se encontró un modelo de granada israelí, desconocido en Colombia, con un poder de destrucción diez veces superior al de las granadas convencionales.

Además, un fusil Galil, equipado con un bípode, silenciador, mira telescópica y un proveedor para disparar cincuenta proyectiles en un segundo.

También se halló una subametralladora Uzi, 150 cartuchos para Galil, 200 cartuchos blindados del calibre 9 milímetros, dos matrículas para automóviles diplomáticos y otra de uso oficial.

La jefa de prensa de la Constituyente, María Cristina Arena, confirmó ayer la amenaza de un atentado contra uno de sus miembros, y admitió que se pusieron en marcha nuevos y severos controles alrededor del Centro de Convenciones "Gonzalo Jiménez de Quezada" en donde delibera la Asamblea.

Altos mandos militares y de la Policía, así como jefes de los cuerpos de seguridad del Estado, se reunieron el sábado con los Presidentes de la Asamblea para darles instrucciones sobre la adopción de nuevas medidas de seguridad.

Navarro Wolf ha denunciado reiteradamente que existen fuerzas de derecha que quieren matarle, como le sucedió hace más de un año al entonces jefe del M-19, Carlos Pizarro, asesinado en el interior de un avión durante un viaje entre Bogotá y Barranquilla. ■

ENTRADO
CRUZ

01 01 9107732

DOCUMENTO
TITULO Elecciones en Colombia serán el 27/xt.
PROCEDENCIA La Nación (150025)
FECHA DOC. 16-6-91
VINCULADO COLOMBIA (65592)
FRX (11164)
PPP (11304)

Acordaron la fecha de elecciones en Colombia

BOGOTA, 15 (Reuter).– Las elecciones legislativas en Colombia se realizarán el 27 de octubre, según lo acordaron líderes políticos y autoridades electorales, informó el diario El Tiempo, que agregó que los legisladores que forman parte de una Asamblea que hace reformas a la Constitución de Colombia, junto con el Consejo Nacional Electoral, acordaron la fecha durante una reunión mantenida ayer.

No obstante, la Asamblea Constituyente debe aprobar su decisión antes de que tenga efecto. Tres partidos políticos acordaron la semana anterior disolver el Congreso y llamar a nuevas elecciones nacionales dos años y medio antes de lo previsto, porque la nueva Constitución, que deberá estar terminada en julio, cambiará la estructura de la Legislatura.

Aprueban el divorcio

BOGOTA, 15 (Reuter).– Una Asamblea que está haciendo reformas a la Constitución de Colombia, votó en favor de que se permita el divorcio en matrimonios católicos, a pesar de graves presiones de las autoridades de la Iglesia, y prohibió el aborto.

En este país, la Iglesia ha rechazado oficialmente la propuesta, pero el gobierno ha dicho que legalizará la situación de miles de parejas separadas.

L. Nac. 16-6-91

ENTRADA
CRUZ

01 01

91 07733

DOCUMENTO

TITULO Reforma de la Constitución

PROCEDENCIA La Nación (150025)

FECHA DE PRODUCCIÓN 16/6/91

VINCULADOS COLOMBIA (65592)
F. POC (11104)
PPP (11304)

01-02

9107734

La semana internacional

Colombia, 1991: ¿igual que Francia, 1789?

Hace algo más de dos siglos, el 8 de agosto de 1788, el rey Luis XVI convocó a un cuerpo que sólo tenía en Francia un papel decorativo: los Estados Generales. El 17 de junio de 1789, los Estados Generales decidieron asumir la representación de la nación francesa y pasaron a llamarse Asamblea Nacional. Si bien identificamos a la Revolución Francesa con imágenes coloridas como la toma de la Bastilla o trágicas como la guillotina, ella consistió, en rigor, en aquel trasvasamiento del poder de un rey que mandaba en nombre de Dios a una asamblea que se puso a mandar en nombre de la nación.

La historia que viven los colombianos en 1991 presenta rasgos semejantes a la historia de los franceses en 1789. El poder establecido en Colombia es, desde 1958, un condominio político entre los partidos Liberal y Conservador. Hacia fines de 1990, los liberales y los conservadores que dominan el Congreso decidieron llamar a elecciones de constituyentes para reformar la Constitución a comienzos de este año. Pero esas elecciones no dieron el triunfo a los partidos dominantes, como había ocurrido en las elecciones presidenciales del 27 de mayo de 1990, cuando resultó elegido el actual presidente liberal César Gaviria –joven y talentoso, una suerte de Salinas de Gortari colombiano–, sino a sus dos nuevos rivales: a la izquierda, el tristemente famoso grupo guerrillero M-19, ahora convertido a la convivencia democrática en torno de su jefe, Antonio Navarro Wolf; a la derecha, los conservadores disidentes que integran el Movimiento de Salvación Nacional (MSN) detrás del liderazgo de Alvaro Gómez Hurtado.

> Una y otra vez, los patricios enfrentan el problema de los plebeyos, que golpean a las puertas

Así nació, bajo el signo de la contradicción política, la Asamblea Nacional Constituyente (ANC), cuyo parecido con la Asamblea Nacional francesa de 1789 no se reduce al nombre sino que se extiende más allá, al comportamiento revolucionario. En 1789, los Estados generales decidieron extender sus poderes hasta transformarse en Asamblea Nacional "constituyente", poseedora del poder soberano del que habría de emanar la nueva Constitución de 1791. En 1991, la ANC, cuyo mandato era sólo "reformar" –no "dictar"– la Constitución vigente, resolvió declararse soberana, como aquella de 1789, y cuestionó, a partir de ahí, la legitimidad del Congreso que la había convocado. Al igual que Luis XVI en 1789, César Gaviria se plegó a las exigencias de la asamblea revolucionaria. Aquél dejó de lado el *derecho divino de los reyes* y se resignó a ser no ya un rey absoluto sino sólo un rey *constitucional*.

Este se resignó, por su parte, a disolver el Congreso. El 6 de octubre próximo, los colombianos elegirán un nuevo Congreso que entrará en funciones el 2 de febrero de 1992. Mientras tanto, Gaviria gobernará mediante decretos y decretos-leyes con la atenta e incómoda mirada de un consejo nombrado por la ANC, que ya está terminando de redactar la nueva Constitución.

Digerir: he ahí la cuestión

Hay un momento delicado en la vida de las naciones, cuando aquellos que se sienten excluidos del sistema de poder empiezan a reclamar su derecho de admisión. Una y otra vez, los patricios se encuentran con el problema de los plebeyos que golpean a las puertas. Según sepan resolver ese problema o no, así será la historia política de la nación: evolutiva o revolucionaria.

El conde de Mirabeau y el presidente Gaviria

Evolutiva: durante el siglo XIX, los partidos conservador y liberal que dominaban la política inglesa supieron darles entrada gradual en el sistema a los que golpeaban afuera, mediante la progresiva extensión del sufragio, de tal modo que los recién llegados eran en cada etapa ampliatoria menos numerosos que los que ya eran miembros del club. Los Estados Unidos vivieron un proceso semejante y por eso llaman *minorías* a las sucesivas oleadas de irlandeses, judíos, italianos, negros, puertorriqueños, orientales o mexicanos que se fueron incorporando sin desbordar, en ningún caso, la tradición blanca, anglosajona y protestante *(WASP: White, Anglo-Saxon, Protestan)* que sirvió de base a la nación.

Revolucionaria: durante el siglo XX, nuestros conservadores no consiguieron integrar pacíficamente las nuevas clases medias de signo radical que, después de tres revoluciones frustradas en 1890, 1893 y 1905 participaron del ensayo de la ley electoral Sáenz de 1912 y ganaron el poder hasta que, en 1930, el presidente Yrigoyen fue desalojado por un golpe militar de signo conservador. Ni los conservadores ni los radicales supieron tampoco cómo integrar las masas populares que se anunciaron con el peronismo a partir de la jornada del 17 de octubre de 1945. Como escribió una vez Ortega y Gasset la Argentina padeció por largo tiempo de "histórica indigestión".

Hoy, la Argentina está políticamente integrada; para lograrlo, pagó el alto precio de una serie de golpes y contragolpes que al fin detuvieron su progreso económico. Francia también lo está, pero a partir de 1789 vivió su propia serie de revoluciones y contrarrevoluciones. Sin embargo, el talento componedor de Mirabeau procuró evitarle esa ordalía mediante la Constitución moderada de 1791. Después, sólo después, a partir de su fracaso, vendrían la República de 1792, la ejecución de Luis XVI en 1793, el fanatismo de Robespierre, las guerras de Napoleón. ¿Es César Gaviria el Mirabeau colombiano de 1991? ¿Tendrá, como él, el negro destino de lo que pudo ser?

Si bien era formalmente una democracia, Colombia sólo albergaba en los hechos la representación de un patriciado dividido, según la tradición del siglo XIX, entre conservadores y liberales. Al margen de esta estructura tradicional de disputas políticas que entre nosotros correspondió a la pugna entre un Saavedra y un Moreno en 1810 y a la guerra civil entre federales y unitarios, la falta de avenidas de acceso al poder dejó en la sierra colombiana expresiones que, de una manera o de la otra, y mezclándose con bandas armadas del más diverso signo, terminaron por abrir el amplio abanico de la violencia, más allá del encono ancestral entre conservadores y liberales.

En 1958, los liberales y los conservadores se reconciliaron. Pero afuera quedaron expresiones de violencia como el M-19 y lo que ahora se llama la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB), que agrupa los 8000 hombres bajo armas del FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), el ELN (Ejército de Liberación Nacional, guevarista) y el EPL (Ejército Popular de Liberación, maoísta). Finalmente, no deben excluirse los llamados "Extraditables" de Pablo Escobar Gaviria: la formidable fuerza de choque de los narcotraficantes.

Nuevo Mirabeau, César Gaviria negocia con todas ellas. Al M-19, que domina la ANC, le ha entregado nada menos que el Congreso que había sido elegido junto con él en 1990, a la espera de que el nuevo Congreso que se elija el 6 de octubre resuma mejor las nuevas tendencias electorales, en las que el M-19 –por cierto, más moderado que antes– gravita cada día más. Con la CGSB negocia un alto el fuego, detrás de la esperanza de que ella se sume cuanto antes al proceso de convivencia democrática en el que tan bien parece irle al M-19. A Pablo Escobar le ofrece la no extradición de los acusados por narcotráfico a las temidas cárceles de los Estados Unidos y la construcción de una cárcel de lujo para él en Envigado, donde podría vivir en un encierro dorado a cambio del desmantelamiento del aparato paramilitar del narcotráfico.

Por décadas, hubo dos Colombias. Una, brillante y formal, nos-

> ¿Es César Gaviria el Mirabeau colombiano de 1991?

traba un proceso de estabilidad política y desarrollo económico inigualado en América latina. La otra, sombría y sigilosa, amenazaba con índices de inseguridad y corrupción desconocidos en la región. También había dos Francias en 1789: la Corte y las masas. A través de un proceso de negociaciones simultáneas, el presidente Gaviria aspira a hacer de las dos Colombias una, aun a costa de ceder porciones substanciales del poder a la otra Colombia, hasta ayer ilegal. Lo intentó Mirabeau en 1789 sin poder encauzar, al fin, el torrente revolucionario. La empresa de Gaviria no es menos dramática, aunque no sacuda, pese a ello, la notable indiferencia internacional.

Mariano Grondona

02 02
ENTRADA
CRUZ

Nº DOCUMENTO
TITULO FARC dinamitaron oleoducto al norte de Colombia
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA DE DOCUMENTO 15-6-91
VINCULACIÓN COLOMBIA
FMIL (11163)
CNSU (11140)

Dinamitaron rebeldes del FARC oleoducto al norte de Colombia

La Mañana 15-6-91

BOGOTA.- Guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) perpetraron ayer un atentado con dinamita contra un oleoducto en el departamento de Santander (norte del país), informaron fuentes militares.

El comando de las Fuerzas Militares informó en Bogotá que guerrilleros del frente número 23 de las FARC "colocaron una poderosa carga de dinamita" en el oleoducto Sebastopol-Galán, localizado en la zona media del río Magdalena.

El atentado se produjo durante la pasada madrugada en el kilómetro 185, cerca al municipio de Opón (Santander), a 400 kilómetros al norte de Bogotá.

Obreros de la estatal Empresa Colombiana de Petróleos (ECOPETROL), que se encargaron de la reparación de la tubería, dijeron que todavía se desconoce el monto de las pérdidas ocasionadas en el oleoducto, que transporta crudos pesados a la cercana refinería de Barrancabermeja.

Suspenden diálogo

Las FARC y el Ejército de Liberación Nacional (ELN) forman la Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolivar (CNGSB), que desde el pasado día 3 realiza gestiones de paz en la capital venezolana con representantes del Gobierno de Colombia.

Ayer, ambas partes acordaron suspender por cinco días las negociaciones.

Winston Quimbay, portavoz de la delegación del Gobierno colombiano, que encabeza el consejero presidencial para la paz, Jesús Bejarano, regresará a Colombia, mientras que los representantes de la CNGSB permanecerán en Venezuela.

La suspensión de las conversaciones permitirá a cada una de las partes perfeccionar, por separado, las propuestas que han presentado en este diálogo, agregó.

El Gobierno y la CNGSB han mantenido conversaciones en Venezuela durante doce días y han acordado una agenda preliminar de negociaciones, en la que el alto el fuego es considerado la primera prioridad.

El asunto de la delimitación de áreas de distensión donde permanecerá la guerrilla, en caso de acordarse un alto el fuego, ha sido el asunto central de las discusiones.

La falta de un acuerdo en este punto debido a la complejidad de la cuestión obligó a las dos partes a decidirse por una suspensión del diálogo, que les permita precisar sus posiciones en este punto, considerado crucial para un acuerdo de alto el fuego. ■

ENTRADO
CRUZ

01 01 . 9107735

DOCUMENTO Gaviria sorteó una oposición parlamentaria
PROCEDENCIA La Nación (AS0025)
FECHA DE RECEPCION 15-6-91
VINCULACIONES COLOMBIA (65592)
F.P.X. (11164)
P.P.P. (11304)

Gaviria sorteó una oposición parlamentaria

LN 15-6-91

BOGOTA, 14 (UPI). – Un grupo minoritario de legisladores que incitó a la rebelión fue derrotado por una amplia mayoría de senadores y diputados que decidieron respaldar al presidente colombiano, César Gaviria, a su revocatoria del mandato parlamentario y el llamado a elecciones para fines de octubre.

El bloque de legisladores, encabezado por los senadores Aurelio Iragorri, Edmundo López y Carlos Holguín lanzó críticas a la Asamblea Nacional Constituyente por plantear la revocatoria del mandato del Congreso elegido en marzo de 1990 para un periodo de cuatro años.

Los legisladores opositores a la revocatoria trataron de responsabilizar a Gaviria de la situación, lo que podría acarrear, inclusive, la realización de nuevas elecciones, pero otro grupo asumió la defensa del mandatario.

En un momento del debate, el grupo "rebelde" hizo un llamado a sus compañeros para que desconocieran la nueva Constitución que prepara la Asamblea y uno de ellos, el senador Holguín, afirmó sin mayores detalles que "correrá sangre" si revocan el mandato del Congreso.

Iragorri y López, liberales, y Holguín, conservador, enemigos de la revocatoría del mandato de cuatro años, formaron una trilogía que fue derrotada al darse a conocer una declaración firmada por más de 60 legisladores que respaldan nuevas elecciones.

El grupo de 60 legisladores decidió apoyar cualquier decisión que se adopte en la Asamblea sobre el tema del Congreso.

ENTRADA

01 01 . 9107736

DOCUMENTO
TITULO Preparativos para próximas elecciones
PROCEDENCIA La Mañana (150015)
FECHA DE DOCUMENTO 11-6-91
VINCULACIÓN Colombia (105592)
I POL (11164)
PP PP (11304)

El arma de la urna

La Mañana 11-6-91

Las dos organizaciones políticas promotoras de la disolución del Congreso nacional colombiano iniciaron ayer formalmente, sus campañas electorales, mientras el Gobierno se prepara a enfrentar una "avalancha" de renuncias de gobernadores y embajadores que buscan habilitarse para los comicios legislativos de octubre.

El Movimiento 19 de Abril (M-19), que hasta hace un año fuera un grupo guerrillero, y el Movimiento de Salvación nacional (MSN), del excandidato presidencial Alvaro Gómez Hurtado, comenzaron formalmente sus campañas políticas para buscar, en las próximas elecciones, una mayor representación en el nuevo congreso que debe instalarse el próximo 2 de febrero.

Estos dos partidos impulsaron desde la Asamblea Nacional Constituyente (ANC) la revocación del actual Poder Legislativo.

Pese a que aún no ha sido sometido a votación de la ANC, el acuerdo político para la disolución del Congreso, éste ya se da como un hecho pr contar con el apoyo del Presidente César Gaviria Trujillo y los jefes de los grupos políticos mayoritarios.

Los 74 miembros de la ANC no podrán aspirar a conformar el próximo Congreso, como tampoco los actuales ministros ni los funcionarios que no renuncien antes del próximo viernes. Hasta ahora renunciaron sólo un gobernador y un embajador.

Se calcula que un total de 10 gobernadores y 10 embajadores, que fueron elegidos para el Congreso en proceso de disolución, renunciarán para participar en los próximos comicios. Entre los posibles embajadores dimitentes están los de Colombia en México, en Panamá, en Guatemala, en Chile, en Brasil, en Suecia, en Francia, España, Naciones Unidas y Alemania.

Entretanto el MSN abrió con actos públicos la campaña proselitista orientada a obtener una mejor representación en el próximo Congreso, en el que actualmente tiene cinco miembros. El varias veces excandidato presidencial Conservador, Gómez Hurtado anuoció que acompañará a los candidatos al Congreso en las giras que realicen por todo el país.

Por su parte, el M-19 comenzó también sus actividades proselitistas con el apoyo de la Alianza Nacional Popular (ANAPO), fundada por el extinto dictador, General Gustavo Rojas Pinilla, y que dio origen al ex movimiento guerrillero.

El M-19 cuenta con 19 miembros en la ANC y sólo un miembro en el Congreso Nacional, por lo cual busca mejorar su participación en las dos Cámaras.

Todos los preparativos para los próximos comicios continúan pese a que varios grupos minoritarios en la ANC anunciaron que no votarán por la disolución del Congreso pues no se los tuvo en cuenta en el acuerdo y quedaron inhabilitados para el próximo Congreso. Sin embargo, esa actitud no modificaría la situación.

Pero la polémica sobre la conveniencia o no de la disolución del actual Congreso continúa. El influyente diario "El Tiempo" sostuvo que aunque no está muy de acuerdo con esa determinación, "no había alternativa".

"No nos llena de alegría el acuerdo a que se llegó para revocar el mandato del Congreso y convocar elecciones el próximo seis de octubre. Pero dadas las circunstancias y las realidades políticas, era imposible conseguir algo mejor", dijo.

También advirtió que Colombia vive en estos momentos ua situación de "incertidumbre" por las interrogantes que aparecen sobre el desarrollo de la próxima campaña que demandará una alta inversión no sólo para el Gobierno sino para los políticos, que posiblemente no podrán llegar a zonas donde actualmente el control lo ejercen los guerrilleros.

También expresa su preocupación, al igual que el diario "El Espectador", por el otorgamiento de amplios poderes durante casi ocho meses al Presidente César Gaviria trujillo. "... Aunque es un demócrata integral, no es bueno, por principio ni por procedente, darle a nadie póderes de emperador", dijo. ■

DOCUMENTO
TITULO Nuevos escollos en negociaciones de paz
PROCEDENCIA La Nación (150025)
FECHA 11-6-91
VINCULADO COLOMBIA (65592)
FMLN (11163)
FMLN (11140)

Colombia: nuevos escollos en las negociaciones de paz

LN 11/6/91

CARACAS, 10 (AFP). – La subversión colombiana adelantó hoy que rechaza ceder en las negociaciones para un cese del fuego, si el gobierno [illegible] esa condición para permitir que el comandante rebelde Manuel Marulanda Vélez "Tirofijo" hable ante la Asamblea Nacional Constituyente.

La Asamblea que debe sancionar la nueva Constitución colombiana [illegible] de julio pretende invitar a Marulanda para que exponga la visión de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB), pero con el requisito previo de que el gobierno cali [illegible] el proceso de paz que avanza en Caracas.

La capital venezolana es escenario, desde el 3 de junio último, de un diálogo entre el gobierno del presidente [illegible] César Gaviria y la CGSB, que [illegible] unos 6000 hombres en armas repartidos entre los comunistas FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), el guevarista ELN (Ejército de Liberación Nacional) y el [illegible] Popular [illegible].

[illegible] en la agenda de [illegible], el segundo, es la [illegible] de la Coordinadora en [illegible].

Campañas

BOGOTA, 10 (UNSA). – Los dos organismos políticos promotores de la disolución del congreso nacional colombiano iniciaron hoy, formalmente, sus campañas electorales, mientras el gobierno se prepara a enfrentar una "avalancha" de renuncias de gobernadores y embajadores que buscan habilitarse para los comicios legislativos de octubre.

El movimiento 19 de Abril (M-19), que hasta hace un año fue un grupo guerrillero, y el Movimiento de Salvación Nacional (Misn), del ex candidato presidencial Alvaro Gómez Hurtado, comenzaron hoy formalmente sus campañas políticas para buscar en las próximas elecciones una mayor representación en el nuevo congreso que debe instalarse el próximo 2 de febrero.

Esos dos partidos impulsaron desde la Asamblea Nacional Constituyente (ANC) la revocatoria del actual poder legislativo.

No obstante que [illegible] ha sido sometido a votación de la ANC el proyecto político para la disolución del congreso, éste ya se da como un hecho por contar con el apoyo del presidente César Gaviria Trujillo y los jefes de los grupos políticos mayoritarios.

[illegible] miembros de la ANC no podrán [illegible] a conformar el próximo congreso, como tampoco los actuales ministros y los funcionarios que no renuncien antes del próximo viernes. Hasta ahora renunciaron sólo un gobernador y un embajador.

Se calcula que un total de 10 gobernadores y 10 embajadores, que fueron elegidos para el congreso en proceso de disolución, renunciarán para participar en los próximos comicios.

Un cabo de la Guardia Nacional venezolana regala una Biblia al consorcio para la paz en Colombia, Jesús Bejarano, para que lo ilumine durante las negociaciones (AP)

Todos los preparativos continúan pese a que varios grupos minoritarios en la ANC [illegible] aron que no votarán por [illegible] del congreso pues no se [illegible] en cuenta en el acuerdo y que [illegible] inhabilitados para el próximo congreso. Sin embargo esa actitud no modificaría la situación.

Partes ilegibles

ENTRADA
CRUZ DE [illegible]

01 01 9107738

DOCUMENTO

TITULO 15 zonas de libre comercio.

PROCEDENCIA El País 150007

FECHA DE [illegible] 10-6-91

VIA DE [illegible] Colombia 65592

F. Económico 11161

Comercio Ext. 11409

Colombia: 15 Zonas de Libre Comercio

El P. 10/6/91

BOGOTA, 7 (AP).— El gobierno colombiano creó 15 zonas de libre comercio en igual número de municipios ubicados en zonas de la frontera con Panamá, Venezuela y Ecuador, informó el Ministerio de Hacienda.

En las zonas fronterizas habrá libertad de importación de mercancías y maquinaria para establecer industrias con destino a la exportación. Los bienes importados estarán exentos de impuestos, pero si hacen tránsito a otras áreas por fuera de la zona de libre comercio deberán pagar los gravámenes normales.

Las zonas de libre comercio también disfrutarán de libertad para transacciones en moneda extranjera.

Tres municipios Maicao, Uribia y Manaure, están en la península de la Guajira, fronteriza con Venezuela. Once están en la zona de Uraba, limítrofe con Panamá y Uno, el puerto de Tumaco, cerca de la frontera con el Ecuador.

Simultáneamente el gobierno encomendó a la junta monetaria el establecimiento de una legislación especial para convertir a la isla caribeña de San Andrés en un centro financiero internacional, parecido a Panamá.

El régimen cambiario permitirá la libre posesión y negociación de divisas extranjeras, el objetivo es atraer capitales extranjeros a Colombia y especialmente la repatriciación de capitales de los colombianos depositados en el exterior que se estiman entre 8.000 y 10.000 millones de dólares.

ENTR[illegible]
CRUZ [illegible]

01 01

9107739

DOCUMENTO
TITULO Colombia disuelve el Congreso
PROCEDE El País (150007)
FECHA 9-JUN-91
VINCULADO COLOMBIA (65592)
FARC (11164)
EPL (11307)

COLOMBIA DISUELVE EL CONGRESO Y CONVOCA A NUEVAS ELECCIONES

BOGOTA, 8 (REUTER y AP). — Colombia dispuso disolver el Congreso Nacional y convocó a elecciones parlamentarias para octubre, en lo que representa un éxito para los partidos minoritarios que presionan por una apertura del sistema político.

El presidente César Gaviria firmó un acuerdo político con el titular del gobernante Partido Liberal y los tres presidentes de la Asamblea Constituyente, encargada de redactar una nueva Constitución nacional.

Gaviria negoció el pacto entre las principales fuerzas del país para calmar una incipiente tormenta política surgida por la creciente rivalidad entre el Congreso, dominado por tradicionales partidos Liberal y Conservador, y la Asamblea, que había amenazado con ordenar por su cuenta la revocatoria del Congreso Nacional.

El anuncio fue formulado por el Palacio Presidencial en un comunicado en el cual se reveló el texto del acuerdo suscripto por el presidente Gaviria Trujillo, El expresidente Alfonso López Michelsen, jefe del Partido Liberal de Gobierno y los tres presidentes de la Asamblea Nacional Constituyente, Alvaro Gómez Hurtado, conservador; Antonio Navarro Wolf, ex jefe guerrillero y líder de la Alianza Democrática M-19 y Horacio Serpa Uribe, liberal.

La disolución del Congreso es una consecuencia de profundas reformas introducidas por la Asmblea Constituyente al Poder Logislativo.

No era posible esperar hasta 1994 cuando termina el período del actual Congreso para poner en vigencia las reformas, dijo Serpa Uribe, al explicar los alcances del acuerdo.

El acuerdo del gobierno y las tres principales fuerzas políticas del país señala que la convocatoria a nuevas elecciones es indispensable además para adoptar mecanismos que faciliten la transición al nuevo orden constitucional dentro de una orientación acorde con las ideas que inspiraron la reforma constitucional.

La Asamblea Nacional Constituyente aprobará una enmienda constitucional de carácter transitorio para convocar a las elecciones legislativas el 6 de octubre o en una fecha posterior. El Congreso actual quedará disuelto inmediatamente la Asamblea apruebe la enmienda constitucional.

El nuevo Congreso entrará en funciones el 2 de febrero de 1992 y entre tanto funcionará como Poder Legislativo una comisión de 18 miembros elegidos por la Asamblea Nacional Constituyente el próximo 2 de julio.

El acuerdo puso fin a un conflicto de poderes sin precedentes durante el cual miembros del Congreso, cuya disolución se acordó hoy, amenazaron con enjuiciar al presidente Gaviria Trujillo por tolerar la disolución de cámaras legislativas legalmente elegidas y solicitaron el auxilio de las fuerzas armadas para defender su derecho a permanecer en sus escaños hasta el 19 de julio de 1994.

Muchos anunciaron que de todas maneras estarán en el Capitolio el 20 de julio próximo para cumplir con el mandato recibido del pueblo y reanudar su gestión legislativa y dijeron que el gobierno tendrá que desalojarlos por la fuerza.

Otros congresistas manifestaron que aceptan el acuerdo y que iniciarán de inmediato la campaña para lograr escaños en el nuevo Poder Legislativo que aunque conserva su fisonomía bicameral, tienen un severo régimen de inhabilidades y restricciones cuyo objetivo es impedir que los legisladores desarrollen otras tareas que no le son propias en el gobierno o la diplomacia y erradicar la corrupción y el despilfarro de los dineros públicos.

Este acuerdo provocará cambios dramáticos en la vida política de Colombia, dijo el senador conservador Roberto Gerlein, uno de los más radicales enemigos de la disolución del Congreso.

Vaticinó que el Partido Liberal será el gran damnificado porque en las nuevas elecciones perderá gran parte de su electorado a manos del M-19. El Partido Liberal controla el 60 por ciento de los escaños del Congreso actualmente.

Gerlein agregó que igual suerte correrá el Partido Conservador que en las últimas elecciones ha venido perdiendo adeptos.

El presidente de Colombia César Gaviria Trujillo anunc disolución del Congreso Nacional y el llamado a comi parlamentarios anticipados como consecuencia, del p librado ayer con las principales fuerzas políticas del país

ENTRADO
CRUZADO

01 - 01

9107740.

Nº DOCUMENTO
TEMA: Aumentan 60% las quiebras en EE.UU.
FECHA: A F (150027)
FIRMA: 28-6-91
VIA: EE UU (65830)
F. EE. (11161)
POL EE (11332)
T. Industrial (11401)

Aumentan 60% las quiebras en EE.UU.

AF. 28-6-91

Nueva York (DPA) *— Las quiebras comerciales en EE.UU., como consecuencia de la recesión económica, llegaron a* ***7787 en el mes de mayo,*** *con un aumento de* ***60 por ciento*** *sobre la cifra de* ***5128*** *para ese mismo mes del año pasado, de acuerdo con un trabajo de la corporación* ***Dun y Bradstreet*** *dada a conocer ayer.*

Las quiebras ocurrieron ***en todos los sectores de la industria,*** *dice el informe, señalando que las pérdidas económicas aumentaron* ***161 por ciento,*** *yendo de* ***6600 millones de dólares*** *en mayo de 1990 a* ***12.240 millones de dólares*** *este año.*

Este informe sigue a otro dado a conocer el miércoles por el Departamento de Comercio diciendo que la recesión durante el primer trimestre de este año ***había sido peor de lo previsto.***

El índice anual del Producto Bruto Nacional bajó ***2,8*** *en lugar de* ***2,6*** *que se había calculado. Esto, y la caída de los* ***beneficios empresariales,*** *son los últimos índices que dan cuenta* ***de la magnitud de la recesión económica en los EE.UU.*** *comenzada en julio de 1990.*

ENTRADA
SALIDA

01 01 9107741

Brady confirmó trato preferencial a CHILE
ΔF (150027)
28-6-91
EE.UU. (65890)
F. Ee. (11161)
Com Ext. (11409)

El secretario del Tesoro de los EE.UU. confirmó ayer que Chile será el próximo en la lista después de México para el acuerdo de Libre Comercio y felicitó al ministro de Hacienda, Alejandro Foxley, en el primer aniversario de la Iniciativa para las Américas.

Brady confirmó trato preferencial a Chile

***Washington** (Reuter, UPI, DPA) — El secretario del Tesoro estadounidense **Nicholas Brady** dijo ayer que **Chile** tiene asegurado el segundo lugar en la firma de un tratado de libre comercio con los **Estados Unidos**, después de México, y una reducción de su deuda en **u$s 16 millones de los 470**.*

*El primer aniversario de la **Iniciativa para las Américas** fue así celebrado con elogios al modelo chileno y haciendo de éste un ejemplo para el resto **del Cono Sur**, que también aspira a acceder a una reducción.*

***"El Tratado de Libre Comercio con México es prioritario en este momento para nosotros, pero los progresos que estamos haciendo me dan un fuerte aliento para decir que el acuerdo con Chile le seguirá inmediatamente después"** —afirmó—. Brady hizo esas declaraciones en el **Banco Interamericano de Desarrollo** (BID), donde asistió a la firma de un préstamo de **150 millones de dólares**, el primero destinado a apoyar el cambio del régimen de inversiones en el marco de la Iniciativa para las Américas.*

***"Los progresos que ha hecho Chile en materia de apertura de su régimen y de avance hacia el libre mercado, darán un gran impetú a la firma de este acuerdo"** —aseguró—.*

01 01 9107742

THURGOOD MARSHALL, anunció su retiro.
D F. (150027)
28-6-91
EE UU (65890)
T. Rol (11164)
Gral mil (11302)

EE.UU.: la Corte se quedó sin liberales

Washington (Reuter) — El liberal **Thurgood Marshall**, miembro de la Suprema Corte de Justicia de los Estados Unidos, anunció ayer su retiro, lo que representa una posibilidad para que el presidente **George Bush nombre a un conservador en su lugar.**

Su renuncia, que se hará efectiva cuando el Senado controlado por demócratas confirme a su sucesor, da a Bush una posibilidad encubierta **de inclinar al mayor tribunal hacia la derecha en temas tales como el aborto, los derechos civiles, la pena de muerte o los poderes de policía.**

El sucesor de Marshall podría tener el voto **decisivo** para revertir la resolución de la Corte de 1973 según la cual las mujeres **tienen el derecho constitucional a un aborto legal.**

Marshall, el único negro que llegó a la Corte, **cobró notoriedad como abogado especialista en derechos civiles** y luego como miembro de la Corte redactó una serie de importantes fallos.

En este período la Corte estuvo controlada **por una mayoría conservadora de seis miembros** —la mayor parte de los cuales fueron designados durante la presidencia de **Ronald Reagan**—, entre los que se cuenta **David Souter**, nombrado el año pasado por Bush.

Marshall, el único liberal que quedaba en el cuerpo, recibió en este período el apoyo de los moderados **Harry Balckmun** y **John Paul Stevens**.

Bush designó el verano pasado a **Souter** como miembro de la Corte en reemplazo del liberal **William Brennan**, que también se retiró por motivos de salud.

El voto de Souter fue **decisivo** en una serie de cuestiones importantes en este período, incluida la decisión de restringir **el bailar desnudo o dar a la Policía nuevos poderes.**

Ambito Financiero, Buenos Aires, viernes 28 de junio de 1991

01 0 9107743

Nº DOCUMENTO
TITULO Washington rebaja la deuda a Chile.
FECHA DEL DOCUMENTO Clarín 150094
FECHA DE RECEPCION 27-6-91
VIA DE RECEPCION EE UU. 65890
F. EE. (11161)
D. EXT. (11314)
CHILE (65209)

Washington rebaja la deuda a Chile

Clarín 27/6

WASHINGTON, 26 (UPI). — Los Estados Unidos firmarán mañana con Chile un **acuerdo de reducción de la deuda**, en medio de los actos por el primer aniversario de la Iniciativa para las Américas del presidente **George Bush**.

Al anunciar su iniciativa el 27 de junio de 1990, Bush propuso el establecimiento de una zona de comercio libre desde Alaska a Tierra del Fuego y convocó a los otros países ricos a contribuir para un fondo de 1.500 millones de dólares en cinco años a fin de crear oportunidades de inversión en América latina y el Caribe.

La iniciativa incluyó un mecanismo de **reducción de la deuda externa por el cual aquellos países que hayan avanzado más en las reformas económicas y califiquen dentro del llamado Plan Brady de ajuste estructural serían elegibles para que su deuda con los Estados Unidos se recorte.**

El ministro de Hacienda de Chile, **Alejandro Foxley**, es esperado mañana en Washington para firmar con el secretario del Tesoro, **Nicholas Brady**, un acuerdo que rebaja el 40 por ciento (45 millones de dólares) la deuda oficial. El acuerdo cubre menos del 10 por ciento de la deuda oficial chilena con los Estados Unidos, que es de 470 millones de dólares.

La deuda externa de Chile es de **17.000 millones**, de los cuales 15.000 millones se adeudan a acreedores privados. El acuerdo a firmarse mañana ahorrará a Chile unos 18 millones de dólares, el 1 por ciento anual de servicio de la deuda externa.

Foxley también firmará con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) un acuerdo que la institución ha publicitado como "el primero de su clase en el marco de la Iniciativa para las Américas"

El acuerdo provee un préstamo sectorial de 150 millones de dólares destinado a apoyar los cambios en el sistema de inversiones de Chile.

01 01 9107744

Nº DOCUMENTO
TITULO Exigen a Bush que haga renunciar al polémico Sununu.
PROCEDE D.F. 150097
FECHA 24-6-91
VIA EE.UU. 65890
F.POL. (11164)
Salud (11302)

Exigen a Bush que haga renunciar al polémico "viajante" Sununu

DF 24/6/91

Nueva York (Reuter, UPI, DPA) — Un artículo aparecido en la revista "Newsweek" señala que el presidente George Bush, está furioso con John Sununu, secretario general de la Casa Blanca y que prominentes asesores gubernamentales en franca rebelión, han solicitado al primer mandatario norteamericano que destituya al "funcionario de la discordia" de inmediato.

Sin embargo, Bush confirmó ayer que Sununu proseguirá en su cargo, pese a las polémicas por los viajes que realizó, usando aviones y automóviles del gobierno, más aeronaves privadas.

La revista refirió que se ha especulado que Sununu podría intercambiar su cargo con el presidente del Comité Nacional Republicano, Clayton Yeutter.

• Indignación

Según la revista, Bush y su consejero C. Boyden Gray se indignaron por un aparente conflicto de intereses surgido en el arreglo de un viaje del 11 de junio a Chicago —sede de un encuentro de gobernadores republicanos— realizado en un avión particular financiado por empresarios.

John Sununu

Este episodio sucede a varias controversias anteriores en materia de transportes, que tienen a Sununu por eje y que han incluido el uso, por parte de él, de aviones y automóviles pagados con dineros públicos.

El incidente de Chicago llevó al gobierno a imponer nuevas restricciones al secretario general de la presidencia, quien ahora ha de presentar por anticipado sus planes de viaje.

De acuerdo con las nuevas normas, Sununu, ex gobernador de Nueva Hampshire, debe plantear sus necesidades de transporte a la dirección de administración de la Casa Blanca, que se ocupará en satisfacerlas, siempre y cuando no haya objeciones por parte de los abogados de la presidencia.

• Contratistas

Uno de quienes contribuyeron a pagar por el alquiler del avión à Chicago es Howard Bender, contratista del gobierno y ex director del difunto Banco Nacional Mellon, cuyo colapso suscitó una serie de investigaciones federales, dijo "Newsweek".

Sununu ya había reducido el uso de aeronaves del gobierno para los viajes partidarios; pero sus problemas aumentaron la semana pasada por críticas contra su decisión de usar un automóvil y un conductor del gobierno para asistir a una reciente subasta de una extraña estampilla en Nueva York.

• Autocrítica

En declaraciones ofrecidas el sábado, después de que se sumaron otras críticas contra la forma en que realiza sus viajes, Sununu dijo lamentar "la apariencia de deshonestidad" y admitió que, "obviamente, se cometieron algunos errores".

Bush, quien hizo de la ética en el gobierno su objetivo central durante la campaña de 1988 y a principios de su mandato, se ha mostrado moderado con Sununu en público, aunque según informes, no ha ocultado en privado su molestia por la conducta del jefe de personal.

Al respecto, la Casa Blanca indicó durante el fin de semana que, en caso de que no desaparezcan los conflictos con los viajes de Sununu, el funcionario sólo podrá trasladarse si utiliza aviones comerciales.

9107745

Nº DOCUMENTO
TITULO: Designan nuevo Jefe del Comando General.
PROCEDE: La Nación 150095
FECHA: 21-6-91
VIA: EE.UU. 65890
TMIL (1163)
TFDD (13065)

Fichar

El Oso, a retiro

WASHINGTON, 20 (AP).– El general Joseph P. Hoar, perteneciente al cuerpo de los Marines, fue designado por el presidente George Bush para suceder al general Norman Schwarzkopf como jefe del Comando General, cuando éste se retire, informó el Pentágono. La Nación 21-6-91

01 01

9107746

Nº DOCUMENTO
TITULO Iniciativa Bush: primer prestamo.
PROCEDENCIA El País 150004
FECHA 20-6-91
VINCULADO EE.UU. 65890
T. EE. (11161)
Rel. con ayd de Credito (11412)
CHILE (65709)

~~INICIATIVA BUSH,~~ PRIMER PRESTAMO

WASHINGTON, 19 (EFE).— El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) anunció hoy, miércoles, en Washington, la concesión a Chile de un préstamo sectorial por 150 millones de dólares para apoyar la reforma del régimen de inversiones del país sudamericano.

Este préstamo constituye el primero que se concede en el marco de la Iniciativa para las Américas, y del primer préstamo sectorial del BID otorgado sin cofinanciamiento del Banco Mundial: en 1990, el BID aprobó 1.310 millones de dólares en créditos sectoriales que debían ser, sin embargo, cofinanciados por el BM.

El crédito a Chile, que será desembolsado en tres tramos, de 30, 50 y 70 millones de dólares, fue otorgado del capital ordinario del Banco a una tasa variable de interés, que es actualmente de un 7,69% anual, con un período de amortización de 20 años, de los que cinco son de gracia.

Según fuentes financieras consultadas por EFE, pese a su denominación de "sectorial", se trata de un tipo de crédito nuevo, destinado a apoyar una reforma total del régimen chileno de inversiones y facilitar, entre otras, las "joint ventures" entre empresas del Estado y compañías privadas en sectores tan importantes como el cobre.

Los autores de la reforma chilena se han propuesto aumentar la capacidad del sistema financiero de respaldar inversiones privadas, facilitar la participación del sector privado en proyectos de infraestructura y la del capital privado en empresas estatales e incrementar la eficiencia de los servicios de telecomunicaciones, electricidad y transporte de compañías privadas.

~~El P. 20-6-91~~

9107747

Nº DOCU
TIPO Más optimismo en EE.UU.: 0,3 % de inflación en mayo.
FECHA A.F. 150027
17-6-91
EE.UU. 65890
T.Ee (1161)
D.Ofce' (11300)

La tasa anualizada es de 2,7%, mucho menor al 6,1 del año pasado

Más optimismo en EE.UU.: 0,3% de inflación en mayo

Washington (Reuter, Euroecon) — Mientras sigue creciendo el optimismo sobre el inminente fin de la recesión en los Estados Unidos, el Departamento de Trabajo norteamericano anunció el viernes que los precios minoristas aumentaron un leve **0,3 por ciento** en mayo.

Pese a que el índice fue levemente superior al del mes anterior, economistas se mostraron alentados por el anuncio y consideraron que **la inflación está bajo control y no es una amenaza para las posibilidades de recuperación de la economía tras 11 meses de recesión.**

La **Bolsa de Nueva York** reaccionó positivamente al informe y empujó al índice Dow Jones hacia arriba y lo hizo cerrar nuevamente por encima de los 3000 puntos.

El gobierno estadounidense publicó también otros informes que indican aparentemente que la recuperación económica se está acercando.

La Junta de la Reserva Federal, que supervisa al banco central estadounidense, que dirige Alan Greenspan, dijo que la producción de las minas, fábricas y servicios públicos aumentó 0,5 en mayo y que el porcentaje de capacidad empleada en las fábricas fue levemente mayor que en abril.

Por su parte el Departamento de Comercio dijo en otro informe que las existencias en depósitos disminuyeron y las ventas aumentaron en ese mismo mes, lo que indica que los particulares y las empresas han comenzado a aumentar sus gastos y que las fábricas deberán incrementar su producción para reponer inventarios.

El informe dice que las existencias cayeron 0,5 por ciento en abril, luego de disminuir 1,0 por ciento en marzo según cifras revisadas. Las ventas aumentaron 1,2 por ciento el último mes, mientras que el anterior había disminuido 0,9 por ciento según cómputos definitivos.

• Gasolina

El informe sobre Indice de Precios al Consumidor del Departamento de Trabajo reveló que un alza en el costo de la gasolina contribuyó a hacer aumentar **0,3 por ciento** al promedio de precios en mayo, frente a un incremento de **0,2 por ciento** en abril.

Pero la inflación de los precios minoristas en los últimos meses se muestra moderada y el índice se incrementó a **2,7 por ciento anual**, muy por debajo de **6,1 por ciento de 1990.**

Tras restarle los volátiles componentes de energía y alimentación, la tasa de inflación dura fue de **0,2 por ciento** en mayo; es decir **la misma cifra que en abril**, informó el Departamento.

A.F. 17-6-91

Alan Greenspan

partes poco agitadas

9107748

Nº DOCUMENTO
TITULO: Un ajuste que puede agravar la recesión.
PROCEDE: Clarín 150094
FECHA: 17-6-91
VIA: EE.UU. 65890
F. FC. (1161)
Pol. Ec. (1139)

En los Estados Unidos también desconfían de las recetas liberales para mejorar la marcha de la economía

Clarín 17/6/91

Un ajuste que puede agravar la recesión

El gobierno de los Estados Unidos se esmera en frenar la recesión: reduce servicios, recorta personal y suspende a trabajadores para ajustar el presupuesto. El autor de esta nota sostiene que estas medidas solo agravarán el problema porque, entre otras cosas, el consumo seguirá cayendo. Para revertir la situación, propone establecer créditos a corto plazo y crear un fondo especial destinado a proveer subsidios y préstamos a bajo interés.

Por John Kenneth Galbraith

CAMBRIDGE, EE.UU. — No podemos menos que maravillarnos cuando encontramos una cuestión que motiva gran preocupación general y sobre la cual, como ocurre ahora, existe amplia unidad en cuanto a la respuesta. **Esa cuestión es la recesión y qué hacer al respecto.** El acuerdo verdaderamente absoluto en todos los niveles de gobierno se refiere a medidas destinadas a empeorarla.

En todas partes del país, los gobiernos locales ajustan sus presupuestos, recortan servicios, reducen personal, suspenden trabajadores o proyectan hacerlo. Las personas directamente afectadas, no necesito decirlo, ven rápidamente reducidos sus gastos...y el consiguiente aporte a la economía. Muchos que corren riesgo de desempleo se sienten impulsados a atrincherarse. También quienes reciben pensiones y otros pagos actualmente recortados

El efecto depresivo se extiende a las personas a las cuales todos aquellos antes les compraban bienes y servicios, y a sus empleados.

El presidente **George Bush** y numerosos voceros oficiales y voluntarios han advertido que la recesión será escasa y breve. En el tercer o cuarto trimestre o en algún otro momento levemente posterior se producirá la recuperación automática. Las mayores ventas domiciliarias y la pequeña mejoría de las ventas minoristas anunciadas recientemente marcan la tendencia. Quienes hablan así deben ser escuchados con circunspección. **Se dividen entre los que no saben y los que no saben que no saben.**

Igualmente sospechosos son quienes hablan con confianza de la magia de la acción monetaria, la maravilla terapéutica de una modesta reducción de las tasas de interés. Sobre todo eso hay advertencias del pasado. En los primeros meses de la Gran Depresión se hicieron tantas predicciones optimistas que **Simeon Fess**, presidente del comité nacional republicano, llegó a sospechar la existencia de un complot excepcionalmente malicioso para desacreditar al gobierno de **Herbert Hoover.**

Mejor y más seguro es que todos los niveles del gobierno den marcha atrás y se unan para mejorar las cosas. Aceptando la convicción conservadora de que las recesiones se terminan pronto, establezcamos préstamos a corto plazo para sostener los servicios y así cubrir la disminución de ingresos inducida por la recesión. Si la recuperación automática no es ficticia, este punto se vuelve aún más importante.

Si existen barreras constitucionales para endeudarse, que se tomen medidas para eliminarlas temporariamente. Es más: que el gobierno federal, con sus recursos fiscales mucho mayores, cree un fondo especial, una empresa financiera de reconstrucción de último momento, con poder de endeudamiento proporcional al rescate otorgado al sector de ahorro y préstamo. Esa empresa proveería subsidios y préstamos a bajo interés a los estados y localidades en los próximos meses. Así se detendrían o invertirían los efectos deflacionarios (y los costos humanos) del actual curso de los acontecimientos.

La empresa financiera debería invertir en la reparación y mejoramiento de carreteras y puentes, infraestructura de transporte urbano, aéreo y otras afines. Actualmente se busca con las menores tasas de interés alentar la inversión privada: ¿por qué no avanzar con la tan necesaria inversión pública?

Como concesión al conservadorismo fiscal, tal vez deberíamos establecer un aumento de impuestos a los sectores de ingresos más altos para cubrir los intereses y amortización del endeudamiento de la empresa. El efecto expansivo del gran gasto inmediato compensaría ampliamente el pequeño efecto restrictivo del impuesto a más largo plazo.

Lo importante es sacar a todos los niveles del gobierno de su actual rumbo deflacionario. Se supone que ellos son los custodios del bienestar público. Actualmente, están unidos para perjudicarlo.

John Kenneth Galbraith es profesor emérito de Economía de la Universidad de Harvard. Traducción de Josefina Tapia. **(c) Clarín y The New York Times, 1991.**

01 01 9107749

Negociaciones de libre comercio entre los EE.UU. y México.
La Prensa 15/06/6
17-6-91
EE.UU. 65890
México 20131
F. Ee. (11161)
Com. Ext. (11409)

El mercado común norteamericano

L. P. 17/6/91

Negociaciones de libre comercio entre los Estados Unidos y México

Por Thomas R. Donahue

Nueva York – La "American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations" (la AFL-CIO) tiene dos grandes inquietudes con respecto a las negociaciones para un acuerdo de libre comercio con México. Se considera que los trabajadores norteamericanos pagarán por ello con sus empleos.

Quienes defienden el acuerdo dicen que frenaría el flujo de inmigración ilegal desde México, lo cual no tiene mucho sentido. Un acuerdo de libre comercio crearía más empleos al sur de la frontera, los cuales pagarían menos de un dólar la hora. Sin embargo, para los mexicanos pobres que ganan sueldos tan bajo, el incentivo para ingresar a los Estados Unidos –donde podrían ganar varias veces esa suma– seguirá siendo fuerte.

Algunos comentaristas sugieren que un mercado común norteamericano sería una extensión natural de nuestro acuerdo de libre comercio con Canadá. Se escucha hablar de un mercado que se extienda desde Yukón hasta Yucatán. Es poéticamente impresionante, pero prácticamente deprimente.

La diferencia entre nuestra economía y la de México es diez veces mayor que la que existe con Canadá. En 1989 el PBI per cápita en Canadá era el 90 por ciento de aquél de los Estados Unidos –pero el PBI per cápita de México fue sólo el 9 por ciento del nuestro.

Manzanas y naranjas

También se habla de que un acuerdo de libre comercio entre Estados Unidos y México, o una zona de libre comercio norteamericano, "simplemente habría de seguir la corriente" del mercado único de la Comunidad Europea en 1992. Nuevamente, se están comparando manzanas y naranjas.

Los europeos están buscando establecer una carta social para proteger a los trabajadores en un mercado único en 1992. La carta habrá de incluir derechos de negociaciones colectivas, entrenamiento vocacional, protección a la salud y seguridad y un sueldo mínimo.

Los gobiernos tanto de los Estados Unidos como de México se resisten a tratar tales derechos en los acuerdos entre los dos países. También se ha informado que los mexicanos han retirado los asuntos ambientales de la agenda.

Existe aún otra gran diferencia entre el proyecto europeo y el de los Estados Unidos y México: la Comunidad Europea tiene un gran programa de asistencia –el Fondo de Desarrollo Regional Europeo– que habrá de gastar al menos 68 mil millones de dólares en los próximos cuatro años para achicar las diferencias entre las zonas más ricas, como ser Alemania, y las más pobres, como ser Portugal. Aquí no existen tales planes.

Es interesante notar que mientras los europeos comprenden la necesidad de achicar las diferencias entre las zonas más ricas y las más pobres, de hecho habrán de comenzar con diferencias menores de las nuestras. En la Comunidad Europea Portugal y Grecia son los miembros más pobres. Estas dos naciones –cuyo PBI per cápita es de apenas entre el 20 al 25 por ciento del promedio –cuentan con sólo 20 millones de los 350 millones de personas incluidas en la comunidad.

Desigualdad, falta de equidad y poco práctico

En un mercado común norteamericano, los mexicanos contarían con 85 millones de los 360 millones de habitantes de la zona –casi el 25 por ciento– siendo el PBI per cápita mexicano menor al 10 por ciento promedio.

Es por ello que nos inquieta la creación de un mercado común norteamericano: no sería equitativo, destruiría empleos estadounidenses, explotaría a los trabajadores mexicanos y sería muy poco práctico.

Como hemos mencionado, nuestra segunda inquietud se refiere a la alarmante estrategia del gobierno de los Estados Unidos, para obtener la aprobación del acuerdo. El principio imperante parece ser "cuanto menos debate, mejor; lo mejor de todo sería que no hubiera ningún debate".

Es interesante comparar esto con la evolución del mercado único en Europa. El proceso oficial comenzó hace 33 años, discutido al menos 10 años antes con los Tratados de Roma de 1958, y hubo bastante debate parlamentario y tira y afloja en cada nación miembro a cada paso. Al comenzar el mercado único en 1992 será tanto mejor gracias al proceso democrático.

Si deseamos emular a la Comunidad Europea deberíamos empezar como lo hicieron ellos con la creación de un Parlamento norteamericano para discutir las cuestiones de la fusión de tres economías, la no aparición de conflictos en nuestras leyes y estructuras y, eventualmente, un pasaporte en común.

Enfoque totalmente opuesto

Todo ello es parte del enfoque europeo. Aquí la estrategia del gobierno de los Estados Unidos es completamente diferente. Desde el comienzo ha tratado de excluir toda discusión del acuerdo con México y ha maniobrado para excluir al Congreso. Seguramente un trastocamiento económico merece más consideración y examen y debates más extensos en el Congreso de los Estados Unidos y la nación que un simple voto por sí o por no puede brindar.

Es increíble que el gobierno de los Estados Unidos haya solicitado carta blanca, para negociar un mercado común norteamericano –un concepto sin precedentes en nuestra historia, y que habría de crear la zona de libre comercio más grande del mundo, con 360 millones de consumidores en una economía de 6 trillones de dólares, todo lo cual se supone habrá de lograrse en seis meses.

Paradoja

Es de esperar que los Estados Unidos hagan lo posible por mejorar las relaciones con México y elevar las condiciones de vida mexicanas.

Ello implica la elaboración de un plan de alivio de la deuda externa, mayor asistencia humanitaria, mayor cooperación en cuestiones ambientales, programas para detener la fuga de capitales de México y ayuda externa extranjera creciente, junto con asistencia para el desarrollo.

Todos estos son programas que todos los estadounidenses apoyarían a través de sus impuestos. Por otra parte, los planes del gobierno de los Estados Unidos de proveer asistencia para el desarrollo de México exportando empleos estadounidenses habría de dejar a los trabajadores norteamericanos sin empleo y a los trabajadores de México explotados.

9107750

Nº DOCUMENTO
TITULO F-22 : 95 000 mill. de dólares.
PROCEDE L. Nacion 150095
FECHA 15-6-91
VIA EE.UU. 65890
T. Mil. (11163)
Moderna (11331)

F-22: 95.000 millones de dólares

L. Nac'
15-6-91

Por Leslie H. Gelb

WASHINGTON (The New York Times). – La disyuntiva de adquirir 650 nuevos aviones de combate por un valor total de 95.000 millones de dólares es la madre de todas las decisiones del Pentágono, el contrato militar más importante y significativo de la historia reciente. El instinto se pronuncia por el sí. El F-22 ha de mantener la necesaria superioridad aérea de los Estados Unidos en cualquier guerra convencional en el futuro.

Pero el programa implica un mayor compromiso con la vieja doctrina en política de defensa. Preconiza el gasto de un importe récord por avión táctico para librar una guerra contra el equivalente de la Unión Soviética..., sin mencionar los programas internos que pudieran requerir ese dinero. Por otra parte, los Estados Unidos tienen ya superioridad aérea sobre sus competidores soviético, francés y británico.

Y en todo caso esas naciones probablemente desarrollarán nuevos y mejores aviones de combate si nos dormimos sobre los laureles. No podemos correr ese riesgo.

Alrededor de esta decisión, la administración Bush y el Congreso tienen que actuar sin pérdida de tiempo, deliberadamente. No pueden considerar la cuestión del F-22 con abstracción del resto del presupuesto de Defensa y al margen de las prioridades internas.

El F-22 es un aparato formidable. Estará dotado de equipo electrónico Star Trek, tendrá una velocidad Mach 2 y será casi imprevisible para el radar. Está concebido para reemplazar al F-15, que ya es superior a los de la competencia extranjera.

Por bueno que sea el F-22 tendremos que considerar, sin embargo, si podemos costearlo juntamente con los otros aviones previstos por la fuerza aérea y la marina, sin contravenir la necesidad nacional de reducir los gastos militares en la década en curso. El eficaz secretario de la fuerza aérea norteamericana, Don Rice, dice que podemos. Pero los expertos del Congreso opinan de otro modo. Sostienen que los gastos del Pentágono aumentarán nuevamente para 1995 si el F-22 y los demás aparatos actualmente en la mesa de los proyectistas fueran aprobados.

El primer candidato a la cancelación sería el bombardero B-2 Stealth (furtivo). Ya contamos con medios más que suficientes para alcanzar países con armas nucleares, y ésa es su única misión verdadera. Y otro tanto hay que decir con referencia al costosísimo C-17 de carga, cuando podemos construir más C-5. La fuerza aérea debería expedirse asimismo acerca de si tiene que renovar totalmente el caza-bombardero F-16 del mismo modo que el F-22.

La peor alternativa es, generalmente, la de adquirir menos, por ejemplo 300 F-22 en lugar de los 650. Cuanto menos aparatos se construyan, más costará cada uno. Así, 300 F-22 podrían elevar el precio de cada aparato quizás en un 50 % y la factura total estaría alrededor de los 95.000 millones de dólares previstos en un principio.

Pero si el contratista tuviera que optar entre ningún F-22 o rebajar el precio unitario en un pedido más limitado, el eje negocios-Pentágono tendría que arbitrar una respuesta imaginativa.

Acuerdo internacional

De todas maneras, 650 F-22 parecen una cifra muy alta, excepto para una guerra total con la Unión Soviética. Los Estados Unidos estarían en condiciones de mantener la superioridad en el aire contra cualquier otro hipotético enemigo con 300 o menos de esos aviones de combate de primera línea combinados con los existentes –pero mejorados– F-15 y F-16, por lo menos hasta entrar en el próximo siglo.

Empero, otra alternativa sería explorar juntamente con Moscú, Londres y París las posibilidades de prohibir la producción de nuevos aviones de combate durante una década.

El acuerdo permitiría la modernización de los aviones de combate existentes así como el desarrollo de nuevos modelos. Pero las partes deberían abstenerse de construir cadenas de montaje para la producción de otros aviones de combate.

Industria aeronáutica

Nuestros competidores no recibirán favorablemente la proposición. Los encerraría en la inferioridad. También destruiría las perspectivas de su valiosa y bien protegida industria de la fabricación de aviones de combate.

Pero Moscú, Londres y París deben hacer frente también a dificultades de presupuesto. Para sus industrias, relativamente ineficaces, competir con los nuevos F-22 demandaría un precio desproporcionadamente alto. Ese precio es el que precisamente los llevaría a concertar una prohibición temporal de la producción. Las probabilidades no son las mejores, pero vale la pena intentarlo con seriedad.

(c) LA NACION

(Traducción de Jorge Ortiz Baqili)

C1-C1

9107751

DOCUMENTO
TÍTULO El túnel recesivo
FECHA L. Mañana 150015
FECHA 13-6-91
VIDEOTECA EE.UU. 65890
T. EE. (1161)
Rol EE. (11392)

El túnel recesivo 13/6/91 La Mañana

En los EE.UU. el desempleo disminuyó en abril y las familias norteamericanas volvieron a sentir confianza en su país. Los stocks de la industria son limitados, los tipos de interés bajan y Wall Street está mejor. El coloso del norte cuenta con todos los elementos de una recuperación económica. Sin embargo, el consumo sigue siendo limitado, y las ventas de viviendas y de automóviles no alcanzan para reactivar dichos sectores. Entonces, ¿qué pasa?

Por varios motivos, la situación que se está viviendo en los EE.UU. no tiene precedentes. El marasmo actual se debe, en gran parte, al endeudamiento excesivo de las empresas, de las familias y del Estado. Por lo tanto, estos tres actores de la vida económica no pueden seguir pidiendo préstamos y los bancos, por su parte, tienen más reticencias para conceder préstamos.

Esta recesión de la economía norteamericana también fue inusual. Por lo general, cuando acaba un ciclo de prosperidad en Norteamérica, la recesión posterior es brutal. Esta vez no ha sido así. La producción nacional de los EE.UU. bajó durante el último trimestre del año pasado (-1,8% en ritmo anual) y el primer trimestre de este año (-2,8%). Oficialmente, con dos trimestres consecutivos de regresión, el país está en recesión. En realidad, la ruptura data de mucho antes y se remonta al segundo trimestre de 1989. En esa fecha, el crecimiento norteamericano, que superaba el 3% anual, se redujo a la mitad.

Por lo tanto, la desaceleración fue progresiva, contrariamente a lo que sucedió durante la última recesión: +2% en 1981, -2,6% en 1982. La recuperación también podría ser progresiva. Pero, ¿cuándo se producirá? Desde el final de la segunda guerra mundial, los EE.UU. han vivido seis recesiones cuya duración varió entre tres y cuatro trimestres, es decir, unos diez meses. Pero las dos últimas -las de 1974/1975 y 1981/1982- fueron un poco más largas: alrededor de doce meses. Si la recesión actual tuviera características similares a las dos precedentes, la recuperación no empezará antes de finales de este año.

En la medida en que hacen falta unos diez meses para que los efectos benéficos de un nuevo despegue se sientan en el desempleo y en el poder adquisitivo, el timing será perfecto para Bush. Las elecciones presidenciales se celebrarán en noviembre de 1992. Es lícito imaginar que la administración hará todo lo posible para llegar a esa fecha en buenas condiciones...

ENTRADA

01-01

9107752

Nº DOCUMENTO
TITULO: Primer superávit comercial de EE.UU. en casi una década.
PROCEDENCIA: A.F. 150094
FECHA: 12-6-91
VIA: EE.UU. 65890
F. Ee (11161)
Com. Ext (11408)

Con ayuda de los aliados, tuvo un excedente de u$s 10.200 millones

Primer superávit comercial de EE.UU. en casi una década

A.F. 12/6/91

Washington (UPI, DPA) *— La balanza comercial de* ***Estados Unidos*** *registró un superávit de* ***10.200 millones de dólares*** *durante el primer trimestre de 1991,* ***la primera vez en casi nueve años*** *que la nación ha tenido un excedente comercial, informó ayer el Departamento de Comercio que dirige* ***Robert Mosbacher.***

El superávit se debió en, gran medida, a ***las contribuciones por 22.700 millones de dólares*** *de los aliados de* ***Estados Unidos*** *en la Guerra del Golfo Pérsico, dijo un vocero del Departamento de Comercio. Una disminución del déficit sobre bienes, servicios e ingresos también ayudó a balancear los libros.*

La última vez que ***Estados Unidos*** *tuvo un superávit comercial en su balanza de cuenta corriente —una medida amplia de los bienes, servicios e inversiones— fue durante el segundo trimestre de 1982, cuando el excedente llegó a un total de* ***3.610 millones de dólares.***

Durante el cuarto trimestre de 1990, la nación experimentó ***un déficit revisado de 23.400 millones de dólares.*** *Pero el déficit global del año pasado, de* ***92.100 millones de dólares,*** *fue el más bajo desde el máximo de* ***162.300 millones*** *registrado en 1987.*

Robert Mosbacher

Los economistas se mostraron cautelosos en cuanto a las cifras del primer trimestre debido a ***las distorsiones por las contribuciones a causa de la Guerra del Golfo.***

• Tropiezos

Sin embargo, durante varios meses dijeron que el balance experimentaría un superávit gracias a ***los tropiezos de la demanda de bienes de consumo,*** *en tanto que el país reduce sus importaciones a causa de la recesión.*

El déficit del balance comercial de mercancías, que es sólo un componente de la balanza comercial global, se ubicó en ***18.400 millones de dólares,*** *muy por debajo del déficit de* ***27.700 millones de dólares*** *que se registró en el cuarto trimestre de 1990.*

El cambio en el comercio de mercancías ocurrió al tiempo que ***disminuyeron las importaciones de productos petroleros y no petroleros,*** *en lo que significó una reducción de las importaciones totales de más de* ***siete por ciento*** *para bajar a* ***119.300 millones de dólares*** *de* ***128.300 millones de dólares*** *en el cuarto trimestre.*

En el sector de servicios, el déficit bajó ligeramente a ***7000 millones,*** *en gran medida a causa de una disminución de los viajes, las tarifas de los pasajes y otros conceptos por transporte.*

Entretanto el balance de las inversiones se redujo a ***1500 millones*** *en el primer trimestre, mientras que la nación registró un superávit de* ***4700 millones de dólares*** *en comparación con un excedente de* ***6100 millones*** *en el cuarto trimestre.*

Ese cambio ocurrió debido a que se experimentaron ***disminuciones en las cobranzas a sectores privados y gubernamentales*** *en el cuarto trimestre, después de que Estados Unidos condonó la deuda externa de Egipto por* ***7100 millones de dólares.***

01-01

9107753

Nº DOCUMENTO
TITULO Paradójica inquietud ante la recuperación económica.
PROCEDENCIA L.N.J. 150025
FECHA 11.6.91
VINCULACIÓN EE.UU. 65890
F.Ee. (11161)
Ra. Ee. (11392)

Paradójica inquietud ante la recuperación económica

NUEVA YORK (AP). – La palabra de moda con "r" en los Estados Unidos es "recuperación", pero no parece alentar mucho más el ánimo que su temible predecesora, la "recesión".

Al tiempo que los indicadores económicos sugieren una mejoría, surgen ahora preocupaciones –créase o no– de que las cosas puedan estar mejorando demasiado rápido.

[illegible] de la Reserva Federal, Alan Greenspan, y las cifras más recientes sobre empleo se combinaron la semana pasada para transformar el tenor de la [illegible]

[illegible] recientes indicadores económicos eran "claramente alentadores". Indicó que la "[illegible]" se produciría [illegible] "pero [illegible]

Reacción de los mercados

Los inversores en acciones y bonos, a quienes no siempre favorece lo que es positivo para el resto de los protagonistas económicos, reaccionaron con depresión ante el cauteloso optimismo de Greenspan. Les gustaría que las cosas siguieran como están por un tiempo más con el fin de que la Junta siguiera [illegible] a bajar más las tasas. Los [illegible] Greenspan son un indicio de que las posibilidades de un ablandamiento del crédito pueden [illegible]

[illegible] lo cual [illegible] las tasas de interés dadas arriba en vez de bajarlas.

Los vocales de [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

9107754

01-01

DOCUMENTO
TITULO La deuda externa de EE.UU. sólo sumaría U$S 281.000 mill.
PROCEDE L.N. 150025
FECHA 11-6-91
VINCULO EE UU. 65890

T. Eco. 11361
D. est. 11314

La deuda externa de EE. UU. sólo sumaría U$S 281.000 millones

L.N. 11-6-91

Aunque es el país más endeudado, se redujeron las estimaciones oficiales

L.N. 11/6/91

Deuda externa de los EE. UU.

(en miles de millones de U$S)

Año	[illegible]	Según cálculo de activos tangibles	[illegible]
1982	[illegible]	+ 363,9	[illegible]
1983	[illegible]	+ 284,8	[illegible]
1984	[illegible]	+ 163,9	[illegible]
1985	[illegible]	+ 64,2	[illegible]
1986	[illegible]	- 74,1	[illegible]
1987	[illegible]	- 141,5	[illegible]
1988	- 531,0	- 323,8	- 160,9
1989	- 663,7	- 463,9	- 281,4

Fuente: EFE, según datos del Departamento de Comercio de los EE. UU.

WASHINGTON, 10 (EFE). – Los Estados Unidos continúa siendo el país más endeudado del mundo, aunque su balance no es hoy tan negativo como se pensaba, según los nuevos cálculos del Departamento de Comercio.

De acuerdo con contabilidades anteriores, el déficit de la deuda externa norteamericana era de 663.750 millones de dólares a finales de 1989; sin embargo, las nuevas valoraciones publicadas el domingo indican que su deuda es mucho menor.

Un comunicado oficial señala que al finalizar ese año, los números rojos fueron de 463.900 millones de dólares o incluso menores, de unos 281.440 millones, si se utiliza uno de los nuevos métodos de cálculo.

A pesar de que los nuevos métodos mejoran la situación económica internacional de los EE. UU., su balance, comparado con el resto de las naciones del mundo, sigue siendo el más negativo.

"No estamos tan mal como la semana pasada", dijo Edward Graham, funcionario del Instituto para la Economía Internacional, al dar a conocer los nuevos datos en Washington.

La deuda de los EE. UU., de más de 663.700 millones de dólares, según el metodo anterior de cálculo, se debía a la diferencia de propiedades, corporaciones, acciones y bonos en el exterior, por valor de 1,4 billón de dólares, mientras que los activos extranjeros en este país eran de 2,1 billones de dólares.

Estas cifras estaban basadas en el costo original de la propiedad que, según algunos economistas, subvaluaban las inversiones norteamericanas en el exterior realizadas en su mayoría en los años '50 y '60.

Aunque el valor de la mayoría de las propiedades se ha incrementado desde entonces, la apreciación no se reflejaba en el tradicional método de cálculo.

Los economistas del Departamento de Comercio, en trabajos realizados durante el pasado año, emplearon dos nuevos métodos para calcular el valor de las inversiones estadounidenses en el exterior y el de otras naciones en los EE. UU.

Uno de los nuevos métodos calcula el costo de los activos estadounidenses a precios de hoy y fija su valor en 1,7 billón de dólares, mientras que los activos extranjeros en los EE. UU. se cifran en 2,1 billones, con lo que el déficit es aproximadamente un tercio menor al que se había anotado anteriormente.

El segundo método tiene en cuenta además el valor de los activos intangibles, como créditos financieros y los precios basados en las bolsas extranjeras, con lo que se reduce la diferencia a 281.400 millones de dólares.

Según el primero de estos dos métodos, los EE. UU. no fueron país deudor hasta 1986 y de acuerdo con el segundo, comenzó a serlo en 1987.

El cuadro adjunto muestra la diferencia entre los activos estadounidenses en el exterior frente a las inversiones extranjeras en este país desde 1982 a 1989, según los distintos métodos de valoración.

01-01

9107755

Compare por próximas elecciones
La Nación (150015)
10-6-91
EE UU (65840)
E Rol (51164)
PP. PP (611304)

Los Demócratas, desmoralizados

Por fin un Demócrata se tiró al agua y se lanzó a la larga aventura que puede conducirlo a la Presidencia de los EE.UU. en 1992. Se trata de Paul Tsongas, liberal, ex Senador de Massachusetts, y cuyas posibilidades de ganar son prácticamente nulas.

Las elecciones todavía están muy lejos -dieciocho meses- pero la campaña empieza con mucho atraso. En el mismo momento, hace cuatro años, los candidatos llevaban varios meses recorriendo los estados de Iowa y New Hampshire, lugar de las primeras "primarias".

Si esta vez los candidatos parecen mucho menos apurados es porque, por una parte, todo el mundo coincide en que la última campaña fue demasiado larga. Y por otra, la naturaleza de las próximas elecciones también está frenando a los candidatos: esta vez el Presidente actual se puede volver a presentar, mientras que en 1988 Reagan ya no podía hacerlo y George Bush parecía un personaje bastante insignificante.

En cambio, el George Bush de hoy es un formidable adversario, que cuenta con todas las ventajas que proporciona la Casa Blanca y se vale del prestigio adquirido en Panamá e Iraq. Aunque su popularidad ya no es exactamente la misma que durante la guerra del Golfo -más del 90%- sobre todo porque "Saddam Hussein-Hitler" sigue donde estaba, porque la "posguerra" está siendo difícil de manejar y porque el "nuevo orden mundial" se está perdiendo en las arenas del desierto.

Pero aunque los laureles han perdido un poco de frescura, sería difícil imaginar a un candidato que atacara a Bush por ese lado sin provocar una indignación general. Sus defectos están en otro lado: la economía languidece, los problemas sociales persisten o se agravan, el sistema de salud es cada vez más inadaptado, y sus compatriotas están obsesionados con la decadencia norteamericana.

Todo esto permitiría una saludable confrontación política, sobre todo porque hace unos meses Bush manejó con mucha torpeza e indecisión las negociaciones sobre el presupuesto y aumentó los impuestos, contrariamente a lo que había prometido durante su campaña.

Sin embargo, consciente del peligro que significaría dejar demasiado vacío el "frente interior", la administración Republicana se está recobrando; Bush acabó consiguiendo una reducción de los tipos de interés y recientemente tomó una iniciativa en materia de educación.

Pero incluso en el frente "interior", la mayor fuerza de Bush es la debilidad de sus adversarios. Algunos de los candidatos posibles no podrán presentarse porque, tal como Bill Bradley, ex estrella mundial del partido Demócrata, votaron contra la guerra del Golfo. Otros "viejos" candidatos parecen tener pocas posibilidades. Mario Cuomo, Gobernador de Nueva York, comprometió sus probabilidades de ser elegido con el aumento masivo de los impuestos. Las ambiciones de Charles Robb, yerno de Lyndon Johnson, se evaporaron cuando la cadena NBC reveló sus supuestas relaciones con una ex maniquí. Queda el Senador Al Gore, que votó "bien", es decir, a favor de la guerra del Golfo y que, a ojos de la Casa Blanca, sería el único adversario verosímil.

Y puede que una vez más, Jesse Jackson vuelva a presentarse. Pero su figura se ha desgastado y además, ni siquiera está seguro de ser el único candidato negro. Douglas Wilder, Gobernador de Virginia, menos lírico y más pragmático, también podría presentarse. Evidentemente, no se han cerrado las listas, pero la dificultad para el partido Demócrata no es tanto la falta de un candidato "de choque", sino la debilidad del partido mismo, la inconsistencia de sus posturas políticas y, según algunos de sus militantes, la falta de coraje político.

Incluso sobre un tema tan "simple" como el del control de la venta de armas de fuego, algunos dirigentes del partido dudan en comprometerse... En esas condiciones, ¿cómo abordar problemas mucho más difíciles como la reforma del sistema de salud, la educación o la situación cada vez más desesperada en la que se encuentra una gran proporción de la población negra de las grandes ciudades?

Sus candidatos son débiles, el partido está dividido y se enfrenta a un Presidente en majestad. Los Demócratas están desmoralizados. Sin embargo, tendrán que salir a combatir, aunque vuelvan a perder las elecciones. Pero las tendrán que perder honorablemente para no comprometer sus posibilidades de ganar en... 1996. ■

91 07756

01-01

Nº DOCUMENTO
TITULO Informe especial: la economía norteamericana y mundial de los años 90
PROC. L.N. 250025
FE. 9-6-91
VI. EE.UU. 65890
F. Economía (11161)
POL. EE. (11332)

Informe especial: la economía norteamericana y mundial de los

Coincidencias contra

Por Germán Sopeña (*)

(Especial para LA NACION)

CHICAGO. – Según el gusto de cada uno, los Estados Unidos pueden ser considerados como el país del ratón Mickey, de los blue jeans, de las hamburgesas o de las tarjetas de crédito. Pero nada es más correcto que caracterizarlo también como el país de los economistas. En ningún otro país del mundo los economistas parecen tan numerosos, prestigiosos, conocidos e influyentes a partir de sus análisis de la realidad desde la óptica económica.

¿Y qué dicen hoy esos economistas enrolados en distintas escuelas?

Sorprendentemente, se diría que casi todos opinan lo mismo sobre los grandes aspectos centrales de la economía norteamericana o mundial. Las diferencias de otros tiempos entre keynesianos y neoclásicos parecen diluidas hasta el límite de suponer que se ha generado un consenso sobre las ventajas de la economía de mercado libre, los riesgos de jugar con el fuego de los déficit fiscales o la preocupación sobre la productividad.

Básicamente, la gran mayoría coincide en torno de los siguientes temas centrales:

- Los años 90 serán considerablemente distintos de los 80 porque hay que pagar el precio de un endeudamiento generalizado de la economía norteamericana, liderado por el desequilibrio fiscal con el cual se financió el gran crecimiento de la época Reagan.
- No cabe esperar un gran movimiento inversor en ningún lugar del mundo. A la gran aspiradora de dólares que es el déficit fiscal norteamericano hay que sumar las necesidades de financiamiento de Alemania para convertir a la ex Alemania del Este y, por primera vez en décadas, una situación incómoda de los grandes bancos japoneses. Para colmo, tras la Guerra del Golfo y el estancamiento de varios años de los precios del petróleo, ni siquiera los países de la OPEP son hoy grandes proveedores de fondos al mercado internacional de la inversión.
- Es imprescindible, tanto para países desarrollados como en desarrollo, profundizar los mecanismos de la economía de libre mercado.
- En gran medida, la necesidad de libre mercado exige mayores desregulaciones, aun en países más desregulados, como los EE.UU.
- En general, las necesidades de mayores equilibrios fiscales no podrán ser atendidas con mayores impuestos, sino que precisarán recortes de gasto público y mejores asignaciones de recursos.
- En general, no habrá grandes variaciones en la relación entre las principales monedas del mundo. Si bien las necesidades de financiamiento del déficit norteamericano continuarán atrayendo capitales a los Estados Unidos –y provocando, por lo tanto, una presión hacia la baja del dólar–, los acuerdos multilaterales y otras necesidades de financiamiento en los restantes polos económicos del mundo harán prevalecer las relaciones de equilibrio actuales.

James Tobin

James Buchanan

La economía según dos Premio Nobel. Aunque ubicados en orígenes distintos, tanto James Tobin (arriba) de la Universidad de Yale, más neokeynesiano, como James Buchanan, de la Universidad George Mason, más ortodoxo, coinciden en sus críticas a un elevado déficit, tanto público cuanto privado, que resta fondos para inversión

Expectativas racionales

Visto desde Chicago, corazón del enfoque académico dominante en los Estados Unidos, puede sostenerse que los tiempos han cambiado sustancialmente: si una vez se acuñó la frase (atribuida a Richard Nixon) "hoy somos todos keynesianos", hoy habría que reformularla y reconocer que "somos todos partidarios del mercado libre".

Así lo entiende, por ejemplo, Robert Lucas, profesor en la Universidad de Chicago y padre reconocido de la ya célebre escuela de las "rational expectations" (expectativas racionales, o sea, la teoría que sostiene que todos los agentes económicos se comportan de manera racional, por lo cual el mercado impone finalmente su ley porque la sociedad se anticipa a cualquier intervención artificial) que desde hace varios años se consolida como la síntesis más avanzada del pensamiento económico.

"En cierto modo –dice Lucas a LA NACION– somos víctimas del propio éxito, porque ya casi no hay debate. Yo diría que hoy nosotros (los economistas de su escuela, también denominados «econo-

9107757

años 90

L.N 9/6/91

la droga del déficit

mistas de los lagos», por su ubicación geográfica en la región de Chicago y Minneapolis) vemos un período de bajo crecimiento de la economía norteamericana en el largo plazo, aunque el problema del déficit, que es importante, no afectará profundamente la tendencia central al crecimiento ni provocará una presión inflacionaria".

También se inclina por una opinión parecida, en la Universidad de Yale, corazón neokeynesiano, el premio Nobel James Tobin. En una paradójica inversión de argumentos, sin embargo, Tobin se muestra más preocupado por el nivel del déficit. Y explica ante LA NACION en su despacho: "Aunque la magnitud del déficit fiscal es aún manejable, el problema es que la promesa de no aumentar impuestos hace imposible cumplir con la voluntad de volver al equilibrio entre gastos e ingresos".

–¿Cuál es el problema principal que produce el déficit fiscal?

–Es simple: la necesidad de financiamiento del gobierno absorbe fondos que serían necesarios para la inversión. Con menos inversión hay menos avance tecnológico y esto se refleja luego en menor avance de la productividad. El efecto más preocupante de los últimos años es haber olvidado la importancia de la productividad como fuente del crecimiento. Y, por lo tanto, por primera vez en varias décadas las nuevas generaciones norteamericanas no tendrán un standard de vida tan alto como el de sus padres.

Más ortodoxo, otro premio Nobel en Economía, James Buchanan (líder de la escuela del "public choice", o opción pública), también coincide con el neokeynesiano Tobin en que "no ahorramos lo suficiente y por lo tanto no invertimos lo que se necesita. Esto es la causa de la actual recesión, que no es sólo un simple ajuste tras varios años de expansión". Pero Buchanan prefiere ubicar su análisis en términos algo más filosóficos. Para el profesor de la Universidad George Mason, Virginia, "el problema central es perder de vista algunos de los valores éticos del trabajo, el ahorro y la inversión como base de una sociedad libre".

Desde una posición que en los Estados Unidos es marginal, pero que en Europa sería considerada simplemente clásica, el pope de la escuela austríaca, Murray Rothbard, sostiene ante LA NACION, en la Universidad de Nevada, que "la recesión actual es el precio de un boom artificial creado por economistas que se decían defensores del mercado libre y terminaron utilizando el recurso keynesiano del déficit". Su crítica es implacable, [illegible] "Milton Friedman es un [illegible], o sea que, evidentemente, cree que el gobierno puede intervenir en el [illegible] por medio de la regulación de [illegible]".

Pero aunque Rothbard sea un marginal, su crítica a la droga del déficit tiene un auditorio vasto y una amplia gama de coincidencias. Tras favorecer el crecimiento norteamericano durante los 80, ahora parece el momento de pagar la factura de lo que se consumió a crédito.

(c) LA NACION

(*) La investigación de esta nota fue realizada por medio de una beca otorgada por la institución Eisenhower Fellowships, de Filadelfia, Estados Unidos.

Henry Kaufman: confianza futura

NUEVA YORK. – ¿Dónde va Wall Street? ¿Cómo se orientan los mercados mundiales?

En gran medida, hacia donde Henry Kaufman estima que van.

La comparación no es exagerada. Las opiniones y el consejo profesional del famoso analista financiero de Nueva York gozan de un amplio reconocimiento basado en muchos años de estimaciones particularmente exactas sobre la evolución de los mercados.

Bautizado una vez como "el gurú de Wall Street", Kaufman asume la difícil tarea de hacer honor distinguido a tal categorización.

Durante los primeros años de su carrera de economista profesional lo hizo como investigador de la Reserva Federal de Nueva York; más tarde, durante 28 años, como principal analista de Salomon Brothers; por última, desde 1988, como titular de su propia consultoría, Henry Kaufman & Co., en pleno centro de Nueva York.

En su oficina de la Quinta Avenida recibió a LA NACION para expresar su opinión sobre la evolución de la economía norteamericana y de los mercados mundiales.

– Las opiniones de los economistas, aunque coincidentes sobre las causas, difieren sobre la dimensión del período recesivo en la economía norteamericana. ¿Cuál es su análisis como consultor privado?

– La discusión sobre si la recesión termina a mediados de este año o continúa por algunos meses más no es el tema central. Creo que el tema crítico en qué es lo que viene después de una desaceleración de la economía. Pienso que, en el mejor de los casos, lo máximo que podemos esperar es una moderada expansión en el ritmo de los negocios durante el primer año o los primeros dos años desde el momento en que se reanude efectivamente el crecimiento económico.

– ¿A qué atribuye esa perspectiva [illegible]?

– Varias razones. Primero, de todo, tenemos el peso de una enorme herencia de los años 80 bajo la forma de una sobreoferta de inversiones inmobiliarias, de instituciones bancarias con severos debilidades y, en todo el sector empresario en general, un alto grado de endeudamiento. Para agravar la situación, tanto el gobierno federal como los de los Estados o las municipalidades tienen los críticos problemas de necesidad financiera que se producen en épocas de recesión, cuando cae la recaudación impositiva. Como es lógico querrán recurrir a más impuestos, con su correspondiente impacto sobre la actividad en general.

– Se diría que usted prevé una década del 90 muy distinta respecto de lo que se vivió durante la del 80...

– Sí. Vamos a ver una década definitivamente distinta a la 80. Durante la década pasada, los Estados Unidos fueron la locomotora de la economía mundial. Cuando el gobierno del Reagan [illegible] [illegible] [illegible] a territorios [illegible] el gran cambio de [illegible] a otro.

– En un momento para olvidar, ¿cómo se explican los últimos récords de Wall Street, donde el índice superó los 3000 puntos?

– Varias cosas han sucedido. El resultado de la Guerra del Golfo tuvo su innegable impacto. En segundo lugar, las expectativas [illegible] más [illegible] bles que las de fines de 1989. En tercer lugar, la Reserva Federal norteamericana llevó a cabo una política monetaria más blanda, inyectando reservas en el sistema financiero y alejando así temores de una crisis aguda en el sistema bancario. (c) LA NACION

02-02

9107757

Nº DOCUMENTO
TITULO: Washington ratificó que sus prioridades son México y Chile.
PROC: AFI 150027
FECHA: 5-6-91
VIA: EE. UU. 65890
México 10131
Chile 65709
F. Ee. (11161)
Com Ext (11409)
F. Pol (11164)
R. Ind. (11599)

Lawrence Eagleburger fue a Santiago para negociar. Reunión Di Tella-Aylwin

A.F. 5-6-91

Washington ratificó que sus prioridades son México y Chile

***Lawrence Eagleburger**, secretario de Estado adjunto de los EE.UU. (o sea segundo de **James Baker**), dijo que México y Chile son los países prioritarios para el presidente **George Bush** en la firma de tratados de libre comercio.*

***Eagleburger**, conocido por su obesidad y un bastón con empuñadura de plata en forma de cabeza de águila que hace honor a su apellido que literalmente es "**hamburguesa de águila**", ofreció una conferencia de prensa en el marco de la OEA que se realiza en Santiago de Chile.*

*Explicó que ya llegó a Santiago una misión especial norteamericana que discutirá con el gobierno de **Patricio Aylwin** los términos del libre comercio de Chile con los Estados Unidos, Canadá y México, quienes están intentando articular un mercado común norteamericano. Debe recordarse que Chile inició a su vez un proyecto de libre comercio con Venezuela y con México. **Esto explica por qué aún no es prioritaria para el vecino país la iniciativa conocida como Mercosur y que intenta acelerar la Argentina con Brasil, Uruguay y Paraguay.***

*Dispuesto a provocar adhesiones entre los chilenos, **Eagleburger** se despachó con una frase cargada de demagogia: "**Todos somos americanos porque somos libres y todos somos chilenos porque Chile es libre ahora**" (lo cual también pareció una crítica a la dictadura que lideró el general **Augusto Pinochet** entre 1973 y 1990).*

• Promesa

***Eagleburger negó que los Estados Unidos hagan de gendarmes de la región ni del nuevo orden internacional.** También prometió que Bush no dejará la agenda latinoamericana en un cajón debido a la problemática de Europa del Este. Además pidió a la OEA que asuma un liderazgo en el combate al tráfico de drogas, la conservación del medio ambiente, las reformas económicas y la consolidación de la democracia en la región.*

*Para ejemplificar que **Bush no abandonó a América latina** explicó que el presidente estadounidense realizó ya cinco giras por el subcontinente en sus dos años y medio de mandato.*

Patricio Aylwin y Guido Di Tella juntos: felicitaciones al canciller por desestimar al cohete Rayo como peligroso.

Eagleburger avanzó en la necesidad de un nuevo sistema de seguridad hemisférico o sea las reformas militares que está reclamando Washington al comprender que los nacionalismos de frontera impiden las integraciones comerciales en bloque que se consideran prioritarias, según lo esbozado en la Iniciativa para las Américas que propuso Bush.

• Zona de paz

"Los países americanos tienen en estos momentos la oportunidad de transformar al continente y a sus islas adyacentes (obviamente habló de Malvinas y de Cuba) en una zona de paz, donde quede cancelada toda posibilidad de que se emprenda una carrera armamentista, especialmente en lo que respecta a las armas nucleares", fue el pensamiento de Eagleburger.

*Precisamente anteayer el funcionario de la administración **Bush** había expresado su agrado a **Guido Di Tella** por la cancelación del programa misilístico argentino-alemán Cóndor II.*

***Respecto a la prioridad** que otorga a Chile en el Es-*

bre comercio que está pla-
ficando Washington con
estrategia económica y pol
tica continental para el Sig
XXI, tanto la Argentina co
mo Brasil vuelven a sufr
una postergación pese a l
intentos casi denodados q
Carlos Menem y Fernan
Collor de Mello hacen p
mostrarse pro-norteamerica
nos. Hasta ahora Washin
ton les exige profundizar s
ajustes y mayor prolijidad e
sus instrumentaciones.

***Guido Di Tella** visitó ay*
al presidente chileno Patric
Aylwin, quien le agradec
las declaraciones desestimu
do una carrera armamenti
ta de las FF.AA. de Chi
Aylwin, quien mantiene u
velada pugna con el gen
Augusto Pinochet Ug
por el control de la agen
política trasandina, tambi
dijo compartir las conque
de Di Tella acerca de que
desarrollo regional asegura
procesos de integración e
mercado y diplomática.

01-01

31 07 58

DOCUMENTO
TITULO Los servicios norteamericanos de inteligencia
PROCEDE L. Nación 150025
FECHA 4-6-91
VINCULO EE.UU. 65890
F. MIL (11163)
ORG. DE Ind (11337)

Los servicios norteamericanos de inteligencia

L.N 4/6/91

¿Todavía es necesaria la CIA?

Por Daniel P. Moynihan (*)

WASHINGTON (The New York Times). – La designación de Robert M. Gates –un funcionario de carrera y en algún tiempo del directorio de la CIA– a la cabeza de la agencia llega en un momento en que es posible, por primera vez desde el comienzo de la guerra fría, preguntarse si necesitamos la agencia tal como se ahora.

Por mi parte, creo que no, y he sometido a consideración un proyecto de ley destinado a transferir al Departamento de Estado la responsabilidad de nuestras actividades de inteligencia.

A mi modo de ver, no habría que hacer probablemente una reestructuración mayor. Pero aun así, existe un problema. Durante un cuarto de siglo, la CIA se ha equivocado repetidamente en las principales cuestiones políticas y económicas, encomendadas a su análisis. Esto no ya es desmedro de los hombres y mujeres dedicados y capaces de nuestras oficinas de inteligencia. Simplemente que el [illegible] ha convertido en algo [illegible]. En medida creciente, esta [illegible] de lo que concierne a los aspectos técnicos militares, nuestro sistema de inteligencia se ha revelado incapaz de conocimiento. No los analistas, sino el sistema.

Dean Acheson lo comprendió

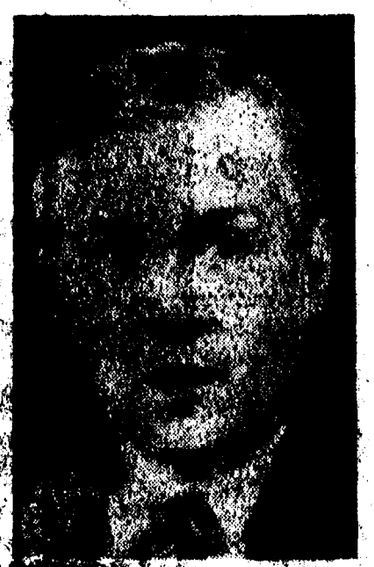
Dean Acheson lo vio venir. En su libro "Presente en la creación", escribe sobre el establecimiento de la agencia por Ley de Seguridad Nacional de 1947: "Tuve los más graves presentimientos acerca de esta organización y advertí al presidente que, tal como había sido instituida, ni él ni el Consejo de Seguridad Nacional ni nadie estarían en posición de conocer qué estaba haciendo, ni controlarla".

Atiéndase bien. Nadie estaría en posición de "saber qué hacía". ¿Por qué? Porque lo que hace es secreto.

Es más: durante 30 años, los servicios de inteligencia sistemáticamente informaron al [illegible] a los sucesivos presidentes con [illegible] a la magnitud y crecimiento de la economía soviética. La Unión Soviética fue descripta como una sociedad industrial en progreso, con una tasa de crecimiento más acelerada que la de los Estados Unidos. Dependiendo de si se mantenía la tasa de crecimiento, a superarnos con el tiempo, y entretanto capaz de sostener un esfuerzo militar interno y sus aventuras externas.

En términos generales, se pensaba que la economía soviética era tres veces más grande de lo que resultó ser. Esa era la concepción generalmente aceptada entre los economistas. Pero ahí residía el problema. Se esperaba que la CIA estuviera mejor informada.

En un foro de 1979 de Newsweek sobre la década de 1970, predijo que en esos años asistiríamos a la desintegración de la Unión Soviética con sus temibles consecuencias. El caso fue [illegible] al seno del Senate Select Committee on Intelligence. (No era [illegible] presidente, Chic Hafry Goldwater, como presidente, y Carl [illegible] vicepresidente. Entre ellos [illegible] del mundo. [illegible]



[illegible] con los [illegible]

cia un glorioso futuro.

Un error detrás de otro. Pero, ¿es que hay alguna manera de corregirlo? Muy posiblemente, si no por alguna otra razón, por el hecho de que Bob Gates tiene que *saber* precisamente hasta qué punto se había equivocado la agencia. Puede preguntarse si no habrá crecido desmesuradamente. Ahora cuenta con unos 20.000 empleados, aproximadamente. (En 1947, el slogan era "¡Más grande que el Estado para 1948!")

Obsesión del secreto

Muy especialmente, él se encuentra en condiciones de ver y comprender cómo y por qué fracasó el monopolio de los servicios de inteligencia. (Las agencias de inteligencia discuten entre ellas, pero la obsesión del secreto excluye a los outsiders.)

Robert Gates puede inclusive reclutar a alguien en la Casa Blanca para que discurra sobre las virtudes de la competencia y de un libre mercado de las ideas. Por supuesto que vamos a necesitar una contínua capacidad de los servicios de inteligencia, pero con el [illegible] so del Pacto de Varsovia [illegible] ciertamente hablar con Ri[illegible] Darman acerca de las virtud[illegible] achicarse.

Todo ello puede. Ya lo ver[illegible] Por el momento, sin embar[illegible] agencia parece más que [illegible] preocupada por inventarse n[illegible] tareas. Espionaje económico. [illegible] nazas al medio ambiente. L[illegible] de dinero. En general, tod[illegible] vendría a ser como una espe[illegible] programa de jubilación pa[illegible] personal de guerreros de la [illegible] fría que ya no se necesita[illegible] mente.

Podemos hacerlo mejor. [illegible] pro que el Departamento [illegible] tado se pronuncie abiertam[illegible] asuma sus propias respon[illegible] dades con sus propios medi[illegible] señor Gates podría ganare[illegible] medalla. Estoy en favor de [illegible] le dé la oportunidad. © LA [illegible]

(Traducción de Jorge Orti[illegible])

* Daniel Patrick Moynihan, [illegible] por Nueva York, es miembro [illegible] Comisión de Relaciones Ex[illegible] del Senado.

01 01
9107759

DOCUMENTO
TÍTULO Los economistas creen que EE.UU. se está recuperando.
PROCEDENCIA A.F. 350097
FECHA DE ... 3-6-91
ARTICULACIÓN EE.UU. 65890
F. Ee. (11161)
Pol. Ee (11392)

A.F. 3/6/91

Los economistas creen que EE.UU. se está recuperando

Washington (Reuter) — La recesión en **Estados Unidos** parece estar llegando a su fin pero es probable que la recuperación sea apenas modesta, cuando mucho, y no dará motivo para celebraciones excesivas, según economistas norteamericanos.

Alan Greenspan

"No estamos saliendo de la recesión como despedidos por un resorte, estamos saliendo a duras penas de ella", comentó **Donald Ratajczak**, director de Pronósticos Económicos de la **Universidad del Estado de Georgia.**

"El fin está próximo pero vamos a tardar un poco en reconocerlo", agregó, coincidiendo con lo expresado por **Alan Greenspan** director del "Fed".

Si bien los economistas no se muestran dispuestos a declarar en forma rotunda que la recesión quedó superada, se acumulan las evidencias de **que la retracción podría haber tocado fondo después de 11 meses de declinación de la producción.**

El principal barómetro gubernamental sobre el futuro de la actividad económica, el **Índice de Indicadores Principales, subió en abril** por tercer mes consecutivo, **en 0,6 por ciento** después de un incremento corregido de **0,7 por ciento** en marzo y **1,2 por ciento** en febrero.

El gobierno también informó que las órdenes de compra por mercancías recibidas por las fábricas crecieron **1,8 por ciento** en abril, el primer incremento en ese rubro desde hace seis meses.

Otras cifras hacen pensar también en que **lo peor ha quedado atrás.**

01 01

9107760

DOCUMENTO
TITULO Primera reunión entre EE.UU, Canadá y México por comercio
PROCEDE El País (150007)
FECHA 31-5-91
VIA EE.UU. (65890)
F. EE. (11161)
Com Ext. (11409)
CANADA (05456)
MEXICO (10131)

Primera Reunión Entre EE.UU., Canadá y México por Comercio

WASHINGTON, 30 (ANSA). — Estados Unidos, Canadá y México pondrán en marcha la negociación de un Tratado de Libre Comercio (TLC) tripartito, en una reunión a nivel ministerial que se celebrará en la segunda semana de junio en una ciudad canadiense, se informó hoy.

"El primer tema en la agenda es diseñar un plan de acción", reveló esta tarde Carla Hills, representante de Comercio Exterior norteamericana al anunciar la primera sesión formal.

Hills y los secretarios de Comercio de México y Canadá, Jaime Serra Puche y Michael Wilson, respectivamente, se proponen sentar en esa cita los parámetros de discusión y los procedimientos para avanzar en las negociaciones. La reunión se hará en una ciudad canadiense aún no definida y Hills anticipó que a lo largo de los próximos meses mantendrá frecuentes encuentros con Serra Puche y Wilson para evaluar la marcha de las discusiones.

Hills, principal responsable de las negociaciones del TLC y del GATT, consideró realista arribar a un borrador de acuerdo "en algún momento del año próximo".

Originalmente, la administración consideraba posible tener un esquema preliminar negociado para fines de este año pero Hills admitió que el largo debate en el Congreso sobre el fast-track demoró el proceso.

La semana pasada, tras meses de intensas y polémicas discusiones, los legisladores extendieron por dos años la autoridad fast-track del Ejecutivo que garantiza que el Congreso votará "a todo o nada", es decir sin enmiendas, los acuerdos comerciales internacionales que le sean enviados para su ratificación.

Hills reiteró hoy a la prensa que, paralelamente a las negociaciones con los otros dos países, discutirá intensamente aspectos del TLC con miembros del Congreso.

La posibilidad de que el TLC genere masiva fuga de empleos norteamericanos a México y el potencial daño ecológico en la frontera, asociado a la actividad económica generada por el pacto, alimentaron focos de oposición.

"Trataremos (al Congreso) un buen acuerdo", anticipó Hills, quien enfatizó que los tres países obtendrán beneficio económico emergente de la liberalización comercial.

El P. 31-5-91

01 01 91077614

PARAGUAY: otra vez pierde oficialismo.
A Financiero (150024)
26/6/91
PARAGUAY (66723)
F. POL (11164)
PP PP. (11504)

Paraguay: otra vez pierde oficialismo

AF. 26/6/91

Asunción (Reuter) — El Partido Colorado de Paraguay, en el poder desde 1947, fue derrotado en los comicios municipales complementarios del domingo, según cómputos extraoficiales difundidos ayer.

La oposición logró 57 por ciento de los votos frente a 43 por ciento de los colorados, según la organización privada independiente Saka y la radioemisora independiente "Ñanduti". Se espera que la junta electoral central dé a conocer en forma inminente el escrutinio oficial.

Los comicios completan los celebrados en todo el país el 26 de mayo, cuando no pudieron realizarse en algunos distritos por impugnaciones pendientes y problemas de padrones.

"El pueblo paraguayo nos está pasando la factura porque el Partido Colorado le sostuvo en el poder al ex dictador Alfredo Stroessner por más de 30 años", dijo a periodistas el senador oficialista Julio Elizeche en un reconocimiento de la derrota.

Stroessner, quien tomó el poder en un golpe en 1954, fue derrocado en 1989 en otro golpe militar encabezado por su consuegro, el general Andrés Rodríguez, quien a su vez tres meses después triunfó ampliamente en elecciones presidenciales con el apoyo del Partido Colorado. En esos comicios los colorados obtuvieron 76 por ciento de los votos y los opositores sumaron 24 por ciento.

La gran sorpresa fue el triunfo en mayo como alcalde de Asunción de Carlos Filizzola médico centroizquierdista de 31 años que se presentó como candidato independiente frente a los tradicionalistas partidos colorado y liberal.

01-01

9107762

Nº. DOCUMENTO
TITULO Ahora también Paraguay comienza a privatizar
FECHA A. Financiero 15-06-91
FECHA 14-6-91
VINCULACIÓN Paraguay 66723
F Económico (11161)
S Financiero (11403)

Rodríguez prepara una ley para masivas ventas estatales

Ahora también Paraguay comienza a privatizar

A.F. 18-6-91

Asunción (Reuter, UPI) — Siguiendo el camino de sus vecinos, el gobierno paraguayo iniciará en breve una masiva privatización de las empresas estatales, aseguraron ayer fuentes oficiales.

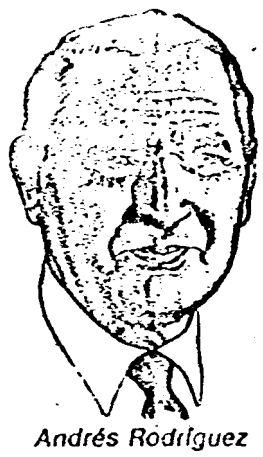
Según revelaron, el presidente, Andrés Rodríguez, enviará en el próximo mes al Congreso un proyecto de ley general de privatizaciones, en las que se incluye la venta de casi todas las grandes compañías en manos del Estado como la de teléfonos, la de aviación y los ferrocarriles.

"La redacción del proyecto de ley está prácticamente lista, falta la aprobación del equipo económico del gobierno y en las primeras semanas de julio se pondrá a consideración del Congreso", dijo ayer Martín Burt, subsecretario del Ministerio de Industria y Comercio.

Agregó que "ésta será una ley marco a fin de facilitar la privatización de las empresas estatales deficitarias".

La mayor organización empresarial privada del país, la Federación de la Producción, la Industria y el Comercio (Feprinco), urgió al gobierno hace una semana a avanzar en materia de privatizaciones.

"Las empresas deficitarias deben ser vendidas al mejor postor; hay que eliminar por lo menos una de las causales de la inflación que soporta el país, pero con urgencia", dijo Feprinco en la nota enviada al Ministerio de Industria y Comercio.



Andrés Rodríguez

Hasta ahora no se ha privatizado una sola empresa estatal, a pesar de las reiteradas promesas del gobierno de que dará ese paso, agregó.

Las empresas públicas tienen una deuda externa de 747 millones de dólares a marzo de este año, de los cuales 389 corresponden a atrasos, dijeron fuentes del Banco Central.

La deuda interna de las empresas públicas asciende a 160 millones de dólares, habiendo vencido 90% de ese monto, agregaron las fuentes.

El total de la deuda externa paraguaya asciende a 1600 millones de dólares.

• Empresas

Antonio Zuccolillo, consejero en asuntos económicos del presidente, Andrés Rodríguez, dijo ayer que las empresas estatales que el gobierno desea privatizar son la Industria Nacional del Cemento (INC), Aceros del Paraguay (ACEPAR), Administración Paraguaya de Alcoholes (APAL), Administración Nacional de Telecomunicaciones (ANTELCO), Líneas Aéreas Paraguayas (LAP) y el Ferrocarril.

01.01

9107763

Nº DOCUMENTO
TITULO Coinciden en reformar Constitución paraguaya.
PROCEDENCIA La Mañana 150015
FECHA 11-6-91
VIA Paraguay 66793
+ Sal (1164)
Gob. Vol (1302)

La Mañana Martes 11/6/91

Asamblea Nacional inicia mañana debate

Coinciden en reformar Constitución paraguaya

Apoyo de Junta de Gobierno "colorada"

En vísperas de la formación de la Asamblea Nacional de Paraguay, que deberá decidir acerca de la reforma de la Constitución Nacional, las organizaciones políticas, el Ejecutivo y la prensa de este país han coincidido en la necesidad de redactar una nueva Carta Magna.

ASUNCION.- La reunión de la Asamblea Nacional, integrada por 72 Diputados, 36 Senadores y 22 consejeros de Estado, es el paso previo para las elecciones constituyentes, que deberán ser convocadas dentro de los seis meses posteriores.

Los analistas políticos esperan que la Convención Nacional Constituyente, que tiene que redactar la nueva Constitución o las enmiendas aprobadas por la Asamblea Nacional, se forme a principios de 1992, probablemente en enero.

En las últimas semanas, la prensa paraguaya abrió un amplio debate acerca de la resolución que pueden tomar los "asambleistas", ya que se temía que los sectores más conservadores del gubernamental Partido Colorado -Asociación Nacional Republicana, ANR- apoyen una reforma parcial de la Constitución.

Finalmente, la Junta de Gobierno "colorada" recomendó a sus parlamentarios que apoyen una reforma total, en coincidencia con la postura que defienden los partidos de la oposición, diversas organizaciones sociales e incluso el Poder Ejecutivo.

Los especialistas consideran que el "permiso" para la redacción de una nueva Constitución es el camino más seguro para eliminar el "autoritarismo", impuesto en algunos casos y permitido en otros por la Carta actual, promulgada en 1967.

La clave debe ser "hacer una Constitución para la República y no para un hombre", porque "la que está vigente fue redactada a imagen y semejanza de (el ex Presidente General Alfredo) Stroessner", según Manuel Benítez Florentín, Presidente del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), la primera fuerza de oposición. ■

01.01 9107764

Elecciones municipales en PARAGUAY
El País (150007)
10-6-91
PARAGUAY (66723
+ POL (11164)
PP. PP (11304)

NUEVA IMAGEN DEL PARAGUAY

Paraguay no es inmune al cambio, se habituaron a decir los analistas opositores tras el derrocamiento de Alfredo Stroessner, en febrero de 1989. La prueba llegó el 26 de mayo, cuando los ciudadanos votaron en las primeras elecciones municipales realmente libres.

Pero el cambio no se presentó como habían predicho algunos partidos opositores, cuyos dirigentes creían que contando con tiempo para organizarse podían derrotar a los colorados, en el gobierno.

En Asunción, el mayor distrito electoral, la victoria correspondió a Carlos Alberto Filizzola Pallares, un médico de 31 años que representó al movimiento independiente Asunción para Todos, con el respaldo de la Central Única de Trabajadores.

Filizzola atrajo 35,3% de los votos, en comparación con 27,82% para el colorado Juan Carlos Morales. El Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el principal de la oposición, se ubicó tercero con 19,85%, y el Partido Revolucionario Febrerista (PRF) cuarto con 11%.

En otros sitios los resultados fueron dispares. El PLRA ganó el segundo distrito en importancia, Fernando de la Mora, cerca de Asunción y se atribuyó la victoria en otras 14 municipalidades, entre ellas Pedro Juan Caballero.

Los colorados retuvieron algunos de sus baluartes en el interior, como Concepción y Encarnación, aunque sin registrar las enormes ventajas que solían atribuirse durante los años del régimen de Stroessner.

Los analistas se concentrarán en develar el significado del triunfo de Filizzola, no sólo porque quiebra "el molde" del predominio de los colorados, sino porque su base de poder es un movimiento sindical normalmente calificado de "débil".

Filizzola, un militante desde sus días de estudiante, se abrió paso en el movimiento obrero hasta su posición actual de cosecretario general de la CUT. Estuvo en prisión varias veces durante el régimen de Stroessner... y también durante el gobierno actual, que lo hizo arrestar en octubre de 1989, mientras apoyaba un paro en una fábrica de propiedad extranjera, y nuevamente en 1990, cuando trataba de unirse a los huelguistas de Yacyretá-Apipé.

Aunque sus antecedentes son básicamente los de un dirigente sindical urbano, Filizzola también fue arrestado varias veces por apoyar ocupaciones de tierras por campesinos, una actitud que le dio conocimiento directo de uno de los problemas más descuidados por los políticos de las ciudades, y probablemente el más delicado que deberá enfrentar el Gobierno durante algún tiempo. Los colorados y los partidos opositores deberán tomar nota. (DE "INFORME LATINOAMERICANO")

EL PAIS 10-6-91

01.01

9107765

Nº DOCUMENTO
TITULO Paraguay: 2 meses por debajo de 1%
PROCEDENCIA A. Financiero (150027)
FECHA 6-6-91
VINCULACIÓN Paraguay 66723
= Ed. J. (1116)
Uruguay (11300)

Paraguay: dos meses por debajo de 1%

NYB Finance 6/6/91

Andrés Rodríguez

Asunción** (UPI, CGD Informes) — El gobierno de **Andrés Rodríguez** logró reducir un nuevo triunfo en materia inflacionaria en mayo, cuando el índice **fue menor a 1% por segundo mes consecutivo.

*El **Banco Central** informó ayer que en el mes que acaba de finalizar los precios se incrementaron en tan sólo **0,8 por ciento**, con lo cual acumula **6,3%** en lo que va del año.*

***"Se está tratando de llegar a un promedio anual de 20 por ciento, o sea 20 puntos menos que en 1990"**, dijo un funcionario de la entidad. Sin embargo, reveló que el equipo económico aún se muestra optimista en secreto ante la posibilidad de lograr un índice anual de **15 por ciento**, especialmente después del excelente resultado de los últimos dos meses.*

*En enero, la inflación fue de **2,1 por ciento**, en febrero **1,8 por ciento**, en marzo **1,9** en abril **0,4 por ciento**.*

El leve encarecimiento en el índice de mayo correspondió al sector de alquileres, mientras que los alimentos, vestidos y gastos varios registraron bajos niveles.

***Paraguay** negocia en estos momentos un plan de ajuste económico con el **Fondo Monetario Internacional**, y el gobierno del general **Rodríguez** espera firmar una carta de intención antes de agosto. Durante el régimen del ex dictador **Alfredo Stroessner**, quien gobernó el país entre 1954 y 1989, el gobierno paraguayo prefirió **eludir todo contacto con el Fondo Monetario Internacional** y realizó sus negociaciones financieras a través de organismos bilaterales.*

01-01 9107766

Nº DOCUMENTO
TITULO Comisión paraguaya a la Organización Internacional del Trabajo luego de 31 años
PAGINA Clarín 15-00-24
FECHA 4-6-91
VINCULO Paraguay 66723
F. Stroessner (1165)
Sindicato (500854)

COMISION PARAGUAYA A LA ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO LUEGO DE 31 AÑOS

"Nueva cultura sindical"

Clarín EN ASUNCION

ASUNCION, 3 (Enviado especial). — Tras una semana de dilaciones, una delegación paraguaya integrada por representantes del gobierno, empresarios y trabajadores, partió esta mañana rumbo a **Ginebra**, donde participará de la 78ª reunión de la **Organización Internacional del Trabajo** (OIT). **Luego de 31 años de ausencia —todo sucede aquí después de décadas— Paraguay tendrá de este modo un lugar entre las naciones que componen ese foro.**

La OIT expulsó de su seno al Paraguay en 1958, un año trágico para la historia de este país, cuando el entonces presidente, general **Alfredo Stroessner**, trazó las primeras líneas gruesas de su régimen dictatorial. Cuatro años después del golpe de Estado que lo llevó al poder (1954), y en un breve lapso, ordenó una sangrienta represión contra obreros y estudiantes, intervino la central de trabajadores y disolvió la **Cámara de Representantes**.

Desde entonces, y ya en un país a oscuras, la aún hoy stronista **Confederación Paraguaya de Trabajadores** (CPT) se convirtió en otro generoso y eficaz instrumento de control y poder. A cambio de sus servicios, sus dirigentes gozaban de privilegios tan sabrosos como sus remuneraciones en el seguro social y en el Ministerio de Trabajo, que todavía perduran.

La creación, a mediados de los años 60, de la **Central Nacional de Trabajadores** (CNT), **de orientación democristiana y bajo el imprescindible amparo de la Iglesia Católica**, que siempre mantuvo relaciones conflictivas con Stroessner, no logró romper la hegemonía de la CPT: el terror mandaba y pasar inadvertido era el mejor salvoconducto para la supervivencia.

La sede de la calle coronel Bogado de la **Central Unitaria de Trabajadores** (CUT) prueba que su creación es reciente. En sus paredes altas y blancas se descubre que nació marginalmente, en 1985, con el nombre de Movimiento Intersindical de Trabajadores y que desde ese momento **encabezó la resistencia a una legislación laboral retrógrada**. En esa casa, que alberga a la organización obrera y campesina mayoritaria en el Paraguay, se corporizó la candidatura del médico **Carlos Filizzola** a la Intendencia de Asunción.

Representantes de las tres centrales, **José Manuel Abreu**, por los empresarios, y el ministro de Justicia y Trabajo, **Hugo Estigarribia**, serán recibidos el miércoles en Ginebra en la apertura de la conferencia de la OIT y habrán dado un paso más en la consolidación de la democracia paraguaya.

♦ Todo por hacer

En declaraciones a la prensa, el titular de la cartera de Trabajo lamentó que su país debiera concurrir a la reunión de la OIT con un código de legislación laboral **"que no concuerda en sus horizontes con las exigencias actuales en la materia"**.

La definición del ministro apunta al hecho de que la legislación del Paraguay **privilegia la sindicalización por empresas. La ley 200 del año 1970 descarta cualquier tipo de sindicalización por gremios y la Constitución prohíbe, junto con ello, el derecho de huelga a los empleados del sector público, unos 200.000 trabajadores.**

Sobre un universo de 1.300.000 paraguayos activos, sólo 400.000 gozan de un seguro social. El 80% de ellos, incluyendo los empleados públicos, no pueden disfrutar de las ventajas de uno de los salarios mínimos más altos de Latinoamérica: alrededor de 200 dólares.

Víctor Báez Mosqueira, presidente de la CUT, explica que el principal desafío que **enfrentan los trabajadores es el de crear una nueva cultura sindical en el Paraguay**. A su entender, la apertura democrática ha permitido recuperar la credibilidad sindical, ahogada por años de prebendas y corrupción. "Pero es largo el camino por andar", dice.

"Nuestras metas son las sindicalización del sector público y la adecuación de los convenios de trabajo a los convenios internacionales. Aquí prácticamente debemos empezar de cero, ya que tenemos un nivel de organización primario. La legislación laboral, por ejemplo, no puede compararse en lo más mínimo con la que existe en la Argentina, que es muy avanzada", afirma.

Báez Mosqueira, bancario, voz áspera de fumador exagerado y aspecto intelectual, asegura que desde el golpe de Estado que acabó con Stroessner más de un millar de activistas y dirigentes han sido despedidos y que una buena porción de los 200 sindicatos que despertaron murieron al nacer. **"El año pasado el Paraguay tuvo un promedio de una huelga por semana, en su mayoría motivadas por la falta de reconocimiento al derecho de organización"**, subraya.

La CUT se define como una central **"clasista, combativa, independiente y democrática"**, cualidades que no necesariamente la hacen del agrado de todos. El gobierno del presidente **Andrés Rodríguez** no la ha reconocido como máxima representante de los trabajadores para la reunión en Suiza, y en cambio optó por la organización democristiana. Los hombres de la CUT, como los de la CPT, participarán allí en carácter de **"delegados técnicos de los trabajadores"**.

Walter Curia

Copyright Clarín 1991

01.01

9107767

Elección de FILIZZOLA como Intendente.
La Mañana (150015)
4-6-91
PDRA GUST (66723)
FRA (11164)
PP. PP. (11304)

Cambios en guaraní

La elección del marxista Carlos Filizzola como Intendente de Asunción producirá cambios a nivel del gabinete ministerial del Presidente Rodríguez.

Pese a los intentos de desmentir oficialmente la información, parece clara la necesidad de flexibilizar la imagen gubernamental, que se traducirá, en principio, en modificaciones a nivel de las carteras de Defensa, Interior y Educación, luego del relevo producido en el Ministerio de Industria y Comercio.

Si bien Filizzola no cuenta con un aparato poderoso que lo respalde -la CUT, por ejemplo, es apenas local-, la adhesión personal que concita es importante.

Las FF.AA., mientras tanto, observan de cerca -aunque sin implicarse directamente- el proceso de cambio en el escenario nacional. Actuando cada vez más corporativamente, en lugar de alinearse directamente al Partido Colorado -y como intento de escapar a la descomposición que lo afecta-, han decidido respetar la democratización, siempre y cuando no se les afecten los privilegios propios. Hasta ahora, las FF.AA. son consideradas "buenas socias" de la naciente democracia paraguaya.

La Iglesia, por su parte, vuelve a sus funciones específicas, abandonando la militancia antistroessnista, para abocarse a la tarea pastoral, ante el avance creciente del protestantismo. ■

La Mañana 4/6/91

01.01 9107768

Nº. DOCUMENTO
TITULO El protagonismo del empresariado.
Clarín 150024
3-6-91
Paraguay 66723
F Economía (11161)

El protagonismo del empresariado

Clarín 3/6/91

Clarín EN ASUNCION

Uno de los problemas más graves que debe afrontar la economía paraguaya es el alto índice de informalidad (el cuentapropismo o las empresas no registradas oficialmente), que alcanza al 75 por ciento de la actividad. Según varias opiniones coincidentes, el Paraguay adolece de una estructura sólida para llevar adelante una adecuada política de crecimiento.

ASUNCION, 2 (Enviado especial). — A diferencia de sus vecinos, cuarenta años ininterrumpidos de estancamiento en la vida política del país **han gravitado más en la vida económica del Paraguay** que los trastornos provocados por su endeudamiento externo.

Según opiniones coincidentes, el eje de la problemática económica paraguaya es la **falta de una estructura sólida** en la que pueda apoyarse una ansiada política de crecimiento. Prueba de ello es que el régimen del general **Alfredo Stroessner**, al que todos los sectores tienen hoy facturas para pasar, no privilegió al sector empresarial en su rígido mecanismo de poder, hecho que impidió la creación de un volumen importante de empresas.

Por lo mismo, aún es difícil hablar en el Paraguay de indicadores económicos, a pesar de que existe una indiscutible voluntad de sinceramiento, producto de la apertura política.

De acuerdo con estimaciones, en las que coinciden empresarios y trabajadores, el **nivel de informalidad en la economía es de aproximadamente el setenta y cinco por ciento, y el desempleo alcanza al veinticinco por ciento de la población total, de 4.400.000 habitantes.**

Sobre un total de aproximadamente 40.000 empresas, **apenas 4.000 están registradas oficialmente y solo 70 emplean más de 50 trabajadores.**

"Aquí no hay nada hecho. No tenemos ni 3.000.000 de hectáreas cultivadas, lo que representa el uno por ciento del territorio nacional. La actividad empresarial es casi familiar: el noventa y ocho por ciento de las empresas son medianas y pequeñas. Pero acaso esa evidente falta de desarrollo, resultado de 40 años de la historia perdidos, sea hoy un privilegio que tiene el Paraguay. No tenemos la obligación de desandar un camino mal trazado o cambiar el rumbo; directamente nosotros debemos iniciar una política de desarrollo porque no ha existido", explica **José Manuel Abreu**, miembro de la junta ejecutiva de la **Unión Industrial Paraguaya.**

El empresariado paraguayo recuperó el protagonismo en la dinámica económica a partir de la asunción del presidente **Andrés Rodríguez**, a quien se reconoce una especial habilidad para el arbitrio de los intereses sectoriales. El sector industrial, del que precisamente el mandatario forma parte —es un secreto a voces que Rodríguez es propietario de una de las cervecerías más importantes de Asunción—, ha tomado el rumbo de la economía ocupando puestos claves en el Ministerio de Hacienda y en la cartera de Industria y Comercio.

No obstante, el gobierno paraguayo impulsó una política antiinflacionaria que ha reducido aun más la actividad económica, pero que logró ubicar al Paraguay en el nivel de inflación más bajo de Latinoamérica.

Los empresarios se declaran conscientes de la contradicción. "Un objetivo de crecimiento económico del 8 por ciento no es utópico en el Paraguay. Pero esto requiere que el Estado **reduzca sensiblemente su participación en la economía.** El Estado paraguayo gasta más de mil cien millones de dolares por año y nos parece una brutalidad el derroche en ese sector."

El norte económico del actual modelo paraguayo se ajusta a los planes que gobiernan al resto de los países sudamericanos: **privatización de empresas públicas, apertura de los mercados extranjeros, fomento a las inversiones e integración regional.**

Rodríguez ha iniciado un acercamiento a los mercados que permanecieron cerrados al Paraguay durante décadas, por propia decisión, y confía en la colocación de los productos primarios (algodón, soja, carne) y algunas manufacturas como los textiles, en Polonia, Hungría y Checoslovaquia.

La firma del **Tratado de Asunción por la Argentina, el Brasil, el Uruguay y el Paraguay**, que dio vida al Mercado Común del Sur (Mercosur), es considerada aquí como el elemento imprescindible para lograr las expectativas de desarrollo.

La integración con la Argentina y el Brasil y la apertura de la hidrovía Paraná-Paraguay redundará en beneficios para la economía guaraní. "Tenemos ventajas comparativas con los otros integrantes del Mercosur, porque en realidad lo único que hacemos es aumentar nuestra clientela de venta, porque la de compra está integrada desde siempre."

El gobierno paraguayo presentará en julio próximo un programa macroeconómico, del que se conoció un anticipo en octubre último, que intentará dar estímulo a las inversiones extranjeras —no existen leyes de protección y promoción en un país donde la energía sobra y es barata— y someterse a las exigencias del Fondo Monetario Internacional (estabilidad monetaria, reforma tributaria, financiamiento a los sectores productivos) para la refinanciación de la deuda externa.

Pero el Paraguay debe sortear un paso previo en sus tratativas con la banca comercial, que no reconoce la ilegitimidad de préstamos otorgados en otras épocas, y que fueron a engrosar cuentas bancarias de muchos funcionarios del gobierno de Stroessner.

Walter Curia

Copyright Clarín 1991

01.01 9107769

DOCUMENTO
TITULO Reportaje a Carlos Filizzola, Alcalde electo de Asunción
Clarín 150094
2-6-91
Paraguay 66723
F. POL. (011154)
Sol. Del (11302)

EXCLUSIVO: REPORTAJE A CARLOS FILIZZOLA, ALCALDE ELECTO DE ASUNCION

"Se terminó la dictadura en el Paraguay"

Gentileza diario ABC de Asunción

El alcalde electo de Asunción, Carlos Filizzola, durante la entrevista exclusiva concedida a **Clarín**. Filizzola, médico de 31 años, cree que la democracia es un hecho irreversible a partir de los recientes comicios en los que se impuso.

ASUNCION, 1° (Enviado especial). — "Basta analizar una frase pronunciada por el conocido agitador metido a médico para llegar a la profundidad desnuda de las verdaderas intenciones ideológicas de quienes están embarcados en la tarea de subvertir el orden que ampara la paz de la república". La definición, extraída de una edición del diario **Patria**, vocero de la junta de gobierno del Partido Colorado, de noviembre de 1986, resulta hoy una verdadera tarjeta de identidad de **Carlos Filizzola**, intendente electo de Asunción.

Eran los tiempos oscuros del Paraguay, cuando Filizzola —31 años, soltero— llevaba una activa militancia gremial en el hospital de Clínicas de Asunción. Ex presidente del Centro de Estudiantes de la Facultad de Medicina y miembro fundador de la mesa directiva de la CUT, el dirigente **"independiente y progresista"**, según su propia definición, ha sido protagonista de un hecho histórico: quebrar la hegemonía en décadas del partido del gobierno en las primeras elecciones municipales directas del Paraguay.

En una casa amplia y blanca del centro de Asunción, rodeado de artistas e intelectuales, recibió a **Clarín**.

—La trascendencia de su triunfo en las municipales del domingo supera largamente los límites de Asunción. ¿Cuál es precisamente ese límite de alcance, considerando que ha roto por primera vez en décadas el falso bipartidismo en Paraguay y la misma hegemonía del Partido Colorado?

—Nosotros somos muy conscientes de lo que esto representa para la política paraguaya. Como usted dice, esto tiene una trascendencia muy grande, teniendo en cuenta que estas fueron las primeras elecciones libres que se realizan después de mucho tiempo, con un nuevo padrón. Los padrones en la época de Stroessner eran totalmente fraudulentos, fueron los mismos que se utilizaron para la elección del presidente Rodríguez. Así que es una elección totalmente nueva, porque además de que es la primera vez en la historia del Paraguay que se elige un intendente municipal, también por vez primera aparecen en nuestra legislación las figuras de candidatos independientes. Sumado todo eso a la gran madurez cívica que ha demostrado la ciudadanía, es un hecho absolutamente histórico, porque a algo más de dos años del fin de la dictadura la gente ha votado a conciencia: no ha primado el fanatismo partidario ni el prebendarismo ni el miedo, que fueron una constante en este país. Nosotros hemos recibido votos de todos los partidos, lo que indica que nuestro pueblo esta vez ha elegido y ha apostado al camino seguro de la democracia; ya no va a volver atrás.

—Su movimiento ha recibido votos de todos los sectores. Pero no es menos cierto que para muchos de esos sectores su elección significa una amenaza a sus privilegios históricos.

—Sí, es verdad. Yo creo que esto es un toque de atención para los partidos políticos. Es también un voto en contra de la dirigencia tradicional partida-

01.02 9107770

ria, fundamentalmente del Partido Colorado, cuyos antiguos votantes han elegido mayoritariamente a Asunción para todos. Los jóvenes, mayoría en el Paraguay, han dado muestra clara de una voluntad de cambio, de terminar con esos privilegios y han elegido gente que no ha estado contaminada por la dictadura stroessnista.

—Fuerzas armadas, Partido Colorado y gobierno han sido parte de un mismo todo en el Paraguay. ¿Cuál cree que es la lectura que hace el sector castrense de su elección?

—Yo veo muy auspicioso que a dos días de la elección municipal tanto el gobierno cuanto las fuerzas armadas han dicho públicamente que van a respetar el veredicto de las urnas y que van a apoyar a quienes hayan resultado electos en estos comicios.

—En medios políticos se decía ayer que está próxima una reestructuración del gabinete nacional y se indicaban cambios en la cúpula del ejército. ¿Cómo vincula estas versiones con el triunfo independiente?

—Evidentemente, este fenómeno que ocurrió el domingo en Paraguay ha producido una suerte de actitud autocrítica y reflexión en ciertos sectores. Creo que esa actitud puede ser muy positiva, en el sentido de que se pueden replantear muchos temas dentro de los partidos, las fuerzas armadas y el gobierno. Yo le diría que incluso esto puede impulsar que los sectores democráticos, que existen en todas estas fuerzas, vayan ganando espacio. Lo que ha sucedido en Asunción replantea sin dudas toda la política nacional: estoy seguro que los sectores más autoritarios y retardatarios, que considero que ya son minorías, van a ir siendo desplazados.

—Sin embargo, según esas versiones, los movimientos esperados parecen destinados a fortalecer los intereses de esos últimos sectores.

—Sin duda que existen en casi todos los sectores del Paraguay segmentos que todavía apuestan a un sistema autoritario. Pero yo soy muy optimista y estoy convencido de que las fuerzas democráticas, que estuvieron durante tanto tiempo relegadas, son mayoritarias, incluso en las fuerzas armadas. Creo que los sectores a los que hace referencia se han visto muy perjudicados con los resultados del domingo: al punto que se verán aún más hundidos en los distintos planos de la vida nacional.

—Ya se ha comenzado a hablar de su postulación a la presidencia. Eso parece un claro indicador del desprestigio de la dirigencia tradicional.

—Es claro también que aquí necesitamos un recambio. Hombres nuevos. No podemos seguir con hombres remendados, emparchados. Eso ya lo quiere la ciudadanía. Pero ahora se han empezado a ver otros dirigentes que pueden conducir un proceso democrático porque la juventud ha tomado protagonismo. Por eso creo que en este proceso que se afianzará con las presidenciales de 1993 pueden surgir nuevas alternativas. En nuestro caso particular estamos recién iniciando el gobierno municipal, lo cual es prioridad para nosotros. No puedo hacer futurología para 1993 y, en mi caso —que no podría postularme por razones de edad, la Constitución así lo determina—, menos para 1998.

—Algunos trascendidos han vinculado al Movimiento Asunción para Todos a una alternativa independiente recién formada, encabezada por el empresario Guillermo Caballero Vázquez, para la próxima elección presidencial.

—Esa es una alternativa que ha estado flotando, pero nosotros no tenemos ninguna vinculación con ese proyecto; en realidad no estamos vinculados a ningún proyecto que aspire a llegar a la presidencia. El Movimiento Asunción para Todos está formado por individualidades de diferentes sectores, es un movimiento amplio, pluralista y participativo, que integra gente afiliada a diferentes partidos políticos, trabajadores, profesionales, amas de casa, intelectuales, artistas.

Walter Curia

02

9107770

Nº DOCUMENTO
TITULO Cambios en el gobierno paraguayo tras victoria electoral opositora.
Clarín 150024
1-6-91
Paraguay 66723
Fol 1/11/641

Clarín EN ASUNCION: EL GENERAL ANDRES RODRIGUEZ REESTRUCTURARA SU GABINETE

Cambios en el gobierno paragua tras la victoria electoral opositor

ASUNCION, 31 (Enviado especial). — El presidente **Andrés Rodríguez** dispondrá en breve una **reestructuración de su gabinete de gobierno, una decisión de alcances políticos aún imprecisos, pero estrechamente vinculada a los resultados de la elección municipal de la semana pasada**, que dieron la victoria en **Asunción** a un movimiento independiente de centroizquierda, trascendió hoy en medios políticos de la capital del **Paraguay**.

Los comicios del último domingo, que consagraron al médico **Carlos Filizzola**, de 31 años, como primer intendente electo en la historia de Asunción, impactaron con fuerza en el cuerpo político del Paraguay, un país en el que todavía sobrevive la sombra —y acaso algo más que ello— de la dictadura del general **Alfredo Stroessner**, transcurridos algo más de dos años de su derrocamiento, en la tórrida madrugada del 3 de febrero de 1989.

La oficina de prensa de la presidencia de la república desmintió esta mañana que el gobierno hubiese definido una reorganización ministerial, pero fuentes seguras dijeron más tarde a **Clarín** que **la reestructuración del gabinete ya ha sido diseñada por los más cercanos asesores políticos del general Rodríguez**.

Esos cambios, enroques "cortos y largos" en Defensa, Interior y Educación y por lo menos dos alejamientos, incluirían según esa misma versión la creación de un nuevo cuerpo de ejército, la comandancia operativa de esa fuerza, del que se haría cargo el actual comandante del Primer Cuerpo, general **Humberto Garcete**.

La decisión tendría como propósito la unificación del **Partido Colorado**, dividido en mil pedazos y particularmente sensibilizado con la pérdida de Asunción y otros distritos electorales claves, estos últimos a manos del **Partido Liberal Radical Auténtico** (PLRA) de **Domingo Laino**.

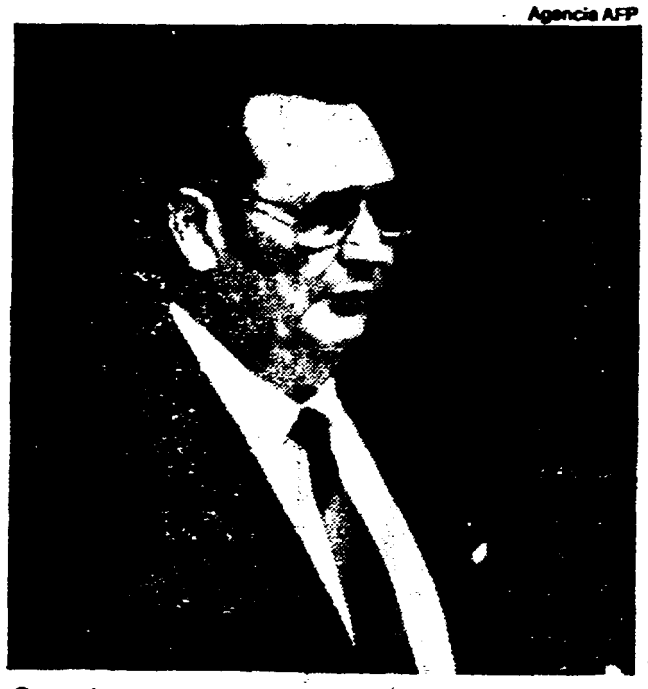
El Partido Colorado ha gobernado al Paraguay como sinónimo de Estado desde 1947; a partir de 1954 lo ha comandado a través de los siete períodos ininterrumpidos, en un esquema democrático superficial, casi unipartidario, de Stroessner; y lo está democratizando desde el triunfo de Rodríguez, líder del golpe militar y hasta ese entonces incondicional comandante de la División Blindada del Ejército, en las elecciones de mayo de 1990.

Pasados los años del poder omnímodo, la agrupación ha dado un lugar —en realidad apenas un rincón— a los sectores internos llamados "contestatarios" opositores a Stroessner desde mediados de la década del 80 y que sufrieron, al igual que todo el arco político opositor, persecución y exilio.

La lucha por el control partidario —poder que se practica desde una Junta de Gobierno de treinta y cinco miembros— se ha desnudado desde el revés del domingo: pese a imponerse el coloradismo en la mayoría de los municipios del interior del país, decenas de jóvenes del **Movimiento Popular Colorado** (MOPOCO) virtualmente asaltaron la sesión de ayer de la junta de gobierno partidaria exigiéndole elecciones directas y todas sus cabezas.

Los ministerios de Defensa, Interior y Educación resultaron la "variable de ajuste" producida en el gobierno del general Andrés Rodríguez tras la victoria electoral opositora del domingo último, cuando un político independiente logró imponerse como nuevo alcalde de Asunción. Entre las especulaciones que ocupan el espacio político de esta capital figura en primer lugar un severo debate en el seno de las fuerzas armadas ante la derrota comicial.

Agencia AFP



General Andrés Rodríguez: golpe de timón en el gabinete para capear la derrota electoral.

♦ Qué busca Rodríguez

La movida del presidente paraguayo intenta afianzar su propio poder en la estructura partidaria. La modificación ministerial tendría su verdadera [illegible] Ministerio del Interior, donde Rodríguez [illegible] gel Roberto [illegible], dirigente del tradicionalis[illegible] dor, actual titular de Educación y hombre [illegible] te.

En medios periodísticos se decía hoy que [illegible] en Asunción no preocupa demasiado [illegible] comandante en jefe del Ejército. Sus [illegible] su corriente había ya perdido la intendencia [illegible] ción interna.

Los reacomodamientos en el gobierno [illegible] realidad ayer, con el nombramiento de [illegible] vicepresidente de la Unión Industrial Pa[illegible] secretario de Industria y Comercio.

Con todo, la política económica para[illegible] giada, no existe la figura del ministro de [illegible] parece tema de debate. Aunque resistida [illegible] más ortodoxos del coloradismo, su perfil [illegible] el mismo que le imprimió Hugo Zacchello, [illegible] tro de Industria de Rodríguez y hoy su pala[illegible] privatizaciones, integración regional a través [illegible] sur (Mercado Común Latinoamericano, una [illegible] aún no ha comenzado a andar, pero que [illegible] tativas en Asunción) y apertura a los merca[illegible] ros, incluidos los del desaparecido bloque [illegible] peo.

Paralelamente, el tema militar es el que [illegible] gastes ha creado. Las fuentes a las que [illegible] acceso abrieron más de una hipótesis sobre [illegible] ras intenciones de los cambios.

En el frente castrense paraguayo prevale[illegible] ducta de sobrio hermetismo y no pocos sostie[illegible] ese sector el que aún detenta el poder real de[illegible] ese marco, se especula que los probables [illegible] estarían dirigidos a preservar los privilegios [illegible] durante el régimen stroessnista.

Otra versión sostiene en cambio que el [illegible] rra, que con el coloradismo fue el binomio [illegible] paraguayo, solo busca adecuarse a los nuevos [illegible] Ejército lejos estaría de considerar los resul[illegible] comicios como una amenaza a su integridad [illegible] lectura, Rodríguez es el mejor representante [illegible] servar esos intereses.

El debate sobre el futuro político del Pa[illegible] mido en los últimos meses, ha reverdecido [illegible] ción de Filizzola, una personalidad atípica en [illegible] cia política de este país, caracterizada por un [illegible] ritario en todos sus niveles. Para muchos [illegible] haber dado comienzo la verdadera transición [illegible] guay hacia la democracia plena.

Walt[illegible]

Copyright [illegible]

01.01 9107771

Nº DOCUMENTO
TITULO Acuerdo para democratizar el sistema político.
PROCEDENCIA Clarín 150c24
FECHA 13-6-91
VIA Paraguay 66723
+ POD. J (11164)
Gob Nal (11302)
P.P. (11304)

Paraguay: acuerdo para democratizar el sistema político

Clarín 13/6/91

ASUNCION, 12 (AFP y Reuter). — La Asamblea Nacional paraguaya decidió hoy la reforma total de la Constitución, como paso previo para la convocatoria a elecciones presidenciales que tendrán lugar en 1993. Tras cuatro horas de deliberaciones, los 123 asambleístas se comprometieron a "terminar con el viejo Paraguay de la corrupción, el olvido y el atraso" y a desmontar la estructura totalitaria pergeñada por el ex presidente Alfredo Stroessner, quien gobernó con mano dura al Paraguay desde 1954 a 1989, cuando fue derrocado, mediante un golpe de estado, por el actual presidente, general Andrés Rodríguez.

La Asamblea, integrada por parlamentarios, representantes del sector privado y ministros, funcionó al solo efecto de decidir si la Constitución en vigencia debe ser objeto de una reforma total o parcial. El presidente Rodríguez deberá ahora convocar a elecciones, para noviembre, con el objeto de constituir la Asamblea Nacional Constituyente que elaborará la nueva Carta Magna.

La actual Constitución data de 1967 y estuvo basada en una anterior, de 1940, y establece las relaciones presidenciales por tiempo indefinido y no contempla la figura del vicepresidente. Antes de la votación, el influyente senador oficialista Waldino Ramón Lovera dijo que "esta Constitución fue hecha a la medida del dictador Stroessner para gobernar indefinidamente el país bajo el signo del totalitarismo".

Rodríguez contará con un plazo de 180 días para convocar a elecciones constituyentes; se prevé que las deliberaciones de la Asamblea Nacional surgida de los comicios comenzarán en enero de 1992 y que, en un término aproximado de tres meses comenzará a regir en Paraguay la primera carta magna elaborada dentro de un espectro de ideas pluralistas.

político, los partidos de oposición ya anunciaron que plantearán reducir al máximo la influencia del Poder Ejecutivo sobre los otros poderes. Sostienen que deberá desaparecer el Consejo de Estado, organismo creado por Stroessner para aprobar "decretos-leyes" en tiempos de feria parlamentaria. Otro de los temas que serán planteados será el de modificar las escasas atribuciones de los [illegible]

01.01

9107772

Nº DOCUM: 91 07 73
TITULO: ¿Es Aristide un nuevo Moisés?
FECH: La Prensa (15.0006)
24-6-91
HAITI (66123)
T.30C (1104)
COLNOL (1.300)

Haití

L. P. 24-6-91

¿Es Aristide un nuevo Moisés?

Por Douglas W. Payne

Nueva York – En marzo de 1983 el papa Juan Pablo II dijo a miles de haitianos que lo vitoreaban, que él y el mundo conocían a Haití: "Las divisiones, la injusticia, la degradación de la calidad de vida, la pobreza, el hambre y el miedo que sufre la mayoría". Proclamó: "Aquí debe haber cambios".

El pueblo haitiano tomó en serio las palabras de Juan Pablo II, echando finalmente del país a Jean Claude "Baby Doc" Duvalier durante una rebelión nacional en 1986. Seguramente Juan Pablo II nunca imaginó que invertirían sus esperanzas de cambios en el sacerdote Jean-Bertrand Aristide, un carismático propulsor de la teología de la liberación y crítico abierto del Vaticano.

Hasta octubre pasado, cuando Aristide asombró a la elite política haitiana al anunciar su candidatura, ni siquiera sus seguidores tenían idea de que el hombre que llaman "el profeta" podría ser presidente. Un mes antes apenas había declarado: "Revolución, no elecciones", reafirmando su postura de que la democracia sería imposible hasta que los militares –que habían sido dejados a cargo por Baby Doc– fueran removidos y se ejerciera justicia. Sin embargo, su decisión de postularse a último momento encendió un movimiento de masas que culminó con una arrolladora victoria el 16 de diciembre de 1990, y el presidente Aristide se hizo cargo del poder en febrero de este año con uno de los más fuertes mandatos populares que pudiera tener un líder electo en el mundo.

Algunos de los opositores de Aristide en Haití lo han retratado como un demagogo de izquierda, o peor, una reencarnación de François "Papa Doc" Duvalier. Otros críticos cuestionan su falta de experiencia política y administrativa. Pero Aristide desconcierta a sus detractores. Desde que asumió el poder ha demostrado una inesperada perspicacia política y diplomática, así como también un enfoque conciliatorio para aliviar las agudas divisiones de la sociedad haitiana. "Un profeta habla en nombre de las masas", dijo poco antes de hacerse cargo del gobierno. "Un presidente habla por toda la población".

Probable razón del cambio

Lo que pareció motivar a Aristide a postularse fue la reaparición de Roger Lafontant, comandante de los Tontons Macoute bajo el ex dictador Papa Doc y ministro del Interior bajo la dictadura del hijo de Papa Doc que regresó repentinamente al país desde el exilio. A pesar del clamor popular para que fuera arrestado, los militares no lo apresaron. Para Aristide, Lafontant representaba un desafío, en especial en lo espiritual. "Vivamos o muramos de pie, antes que vivir postrados", dijo al declarar su candidatura. El pueblo haitiano no ha votado una ideología: abrazaron a Aristide porque simbolizaba el fin de décadas de terror y corrupción. Pero también existen grandes expectativas de que su gobierno mejore las desesperantes condiciones de vida.

Aristide aún no ha presentado un programa económico detallado. En su asunción del mando prometió la reforma agraria, pero respetando la propiedad privada. También prometió limpiar los totalmente ineficientes monopolios estatales, plenos de corrupción y que drenan la economía. En general, ha postulado los temas de la auto-ayuda y la acción colectiva. Cualquiera sea el programa que presente, tendrá que ser aprobado por el Parlamento bicameral que también fue elegido en diciembre.

Las relaciones internacionales

Los Estados Unidos, Francia y otros países desarrollados han brindado apoyo concreto al proceso electoral, y a pesar de su aprensión sobre Aristide, aceptaron los resultados y ofrecieron ayuda económica inmediata. Aristide, por su parte, aceptó cortésmente la asistencia internacional, prometiendo buenas relaciones mientras que los otros países no intenten influir en la política de su gobierno.

Durante los disturbios que se desencadenaron en respuesta al intento de golpe por parte de Lafontant, la muchedumbre atacó las oficinas de la Conferencia de Obispos Católicos y la residencia del nuncio papal. Aunque los haitianos siguen resentidos por la expulsión de Aristide de la orden de los salesianos, el objetivo efectivo de estos ataques fue el arzobispo Ligonde. No se sabe si Ligonde estaba coaligado con Lafontant, pero de seguro sus palabras lo habían alentado. Durante los disturbios, Aristide dijo por la radio: "Es legítimo atrapar a legítimos Macoutes hoy, así mañana no te destruyen a tí". Pidió únicamente que la gente utilizara "vigilancia sin venganza".

Conciliatoria declaración de los obispos

Sin embargo, luego de conversaciones entre Aristide y la jerarquía eclesiástica, la Conferencia de Obispos –a excepción de Ligonde que había huido al exilio– emitió una declaración sorprendentemente conciliatoria. Los obispos dijeron que los ataques a la propiedad de la Iglesia debían ser condenados, pero también felicitaron a la gente por defender la democracia. "La gente se movió para apoyar y defender la elección que habían realizado. Agradecemos a Dios y felicitamos al pueblo haitiano por su coraje y convicción".

Luego que Aristide prestara juramento, se celebró una misa en la catedral céntrica. Campesinas y jóvenes de los barrios bajos urbanos compartieron el altar con los obispos y dirigieron a la congregación en cantos folclóricos mientras chiquillos pobres ocupaban los alféizares de las altas ventanas. En su homilía, el obispo Leonard Petion Laroche, presidente de la Conferencia de Obispos, trató sobre el tema de la salvación y la ley. Aristide, dijo, ahora enfrentaba el enorme desafío de salvar al pueblo haitiano del miedo, la indignidad y la injusticia, un desafío que no habría de enfrentar solo. Podía contar con la cooperación de la Iglesia y de todos aquellos que creían en el objetivo de un estado de legalidad. La elección, dijo, había fortalecido la Constitución, y expresó la confianza de que Aristide la abrazaría en garantía de los derechos de todo el pueblo de Haití. Finalmente, rogó por que Aristide tuviera en el corazón los mismos sentimientos que Dios otorgó a Moisés, quien rescató a su pueblo de la esclavitud y le dio leyes.

No dejarse tentar por el poder

La tarea de Aristide es digna de Moisés. Hasta ahora ha demostrado ser capaz, pero como advirtiera el obispo Laroche, hay muchos peligros por delante y aún hay muchos en Haití que desean sabotear la democracia. Además, entre sus seguidores, hay quienes se impacientan por la justicia que les ha prometido. Aristide mismo deberá resistir la tentación de excederse en sus poderes constitucionales para cumplir con sus promesas –tentación a la que muchos líderes carismáticos han sucumbido en el pasado.

Para derrotar el ciclo de violencia, Aristide debe establecer el imperio de la ley. Esto implica la construcción de un sistema judicial independiente y sano, poner a la policía y al sistema penal bajo su autoridad directa y escuchar los reclamos de miles de víctimas y de sus familiares. Tomará tiempo crear un sistema legal operativo, y tiempo para ganar la confianza del pueblo haitiano.

01-01
91 07 73

Nº. DOCUMENTO
TITULO Indisciplina de militares en dif. puntos de Haití
FECHA Le Matin (15001s)
FECH 21-6-91
VI. [illegible] HAITI (66123)
FMM (11163)
Ejército (13128)

Escollos militares Le Matin 21/6/91

La indisciplina de militares en diferentes puntos de Haití puso de relieve, en los últimos días, las dificultades a que se enfrenta el Presidente de aquel país Jean Baptiste Aristide.

Centrados en reclamos por mejoras salariales, dos unidades de la capital haitiana se amotinaron, y pocas horas después los efectivos de la guarnición Petón-Ville demandaron la transferencia del Capitán Edrick Leandre, acusado de maltratar a un soldado, y miembros del servicio de transportes del ejército emprendieron una acción similar exigiendo el traslado del Capitán Phillipe Carrernard.

Desde el golpe militar de Avril, el 17 de setiembre de 1988, la disciplina militar no pudo ser reestablecida, y la relación entre el poder militar y la sociedad civil pasó a ser centro de preocupación de Aristide. ■

01 01 • 9107774

Menem visita BOLIVIA
La Nación (150025)
27-6-91
BOLIVIA (10043)
+ Polit (11164)
Rel Int. (11399)

Menem en Bolivia, más protocolo que política

Por Diego Pérez Andrade

La Nac' 27/6/91

(Enviado especial de LA NACION)

LA PAZ.– Amenaza con ser más protocolar que política la visita oficial de dos días del presidente Carlos Menem. La agenda de conversaciones con su colega Jaime Paz Zamora no prevé cuestiones económicas relevantes ni proyectos conjuntos de realización a corto plazo.

Las fuentes de la embajada argentina aquí y del gobierno boliviano consultadas por LA NACION coincidieron en asegurar que el controvertido asunto de la compra argentina de gas boliviano no va a ser resuelto en este encuentro de los presidentes, el quinto desde que asumieron sus cargos.

Paz Zamora recibió ayer a Menem a las 17.15, en el aeropuerto de El Alto, y lo acompañó luego a su alojamiento en el lujoso hotel La Paz, administrado originalmente por la cadena Sheraton y ahora en manos del Estado (y que funciona bien).

Interés boliviano

Si para los argentinos la visita presidencial no parece revestir interés particular, sí lo tiene para los bolivianos.

Su gobierno quiere que el nuestro renueve el convenio de provisión de gas que vencerá en abril de 1992. Bolivia nos vende anualmente unos 215 millones de metros cúbicos de gas, por 140 millones de dólares. Este ingreso es vital, como que representa el 40 por ciento del presupuesto estatal.

Pero, a la vez, resulta sumamente gravoso para los argentinos, a quienes el metro cúbico de gas producido en el país cuesta 1,20 dólar. A los bolivianos se les paga 2,50 dólares.

El convenio próximo por caducar fué acordado en 1971 por el presidente Lanusse, cuando el pensamiento geoestratégico en boga aconsejaba surtirnos de recursos naturales afuera y preservar los nuestros intactos y bajo tierra.

Hoy la historia es muy otra. La Argentina desreguló, o está en vías de desregular, la explotación gasífera, y planteará a Bolivia que sí, que seguirá comprando, pero únicamente si bajan los precios y se preparan para tratar, en poco tiempo más, con las empresas privadas que se hagan cargo del negocio.

De todas formas, las negociaciones seguirán por sus carriles normales y "esperamos que todo esté solucionado para enero de 1992", dijo una fuente de la delegación argentina.

Otra de las ideas que se manejan es la probable conformación de un *trading* binacional (estatal del lado boliviano, privado del nuestro), que se encargaría de producir gas en forma conjunta y de venderlo a terceros países, entre ellos Brasil, Uruguay y Chile.

Un panorama estable

Bolivia transita por su quinto año de estabilidad económica, tras la decisión del ex presidente Víctor Paz Estenssoro, en septiembre del 85, de instrumentar un severo plan de ajuste, que redujo drásticamente el gasto público. No se privatizó, pero sí se achicó mucho la plantilla burocrática.

Paz Zamora continuó en la misma huella y hoy, con un seis por ciento anual, este país exhibe, orgulloso, la tasa inflacionaria más baja de América latina.

No puede decirse que los bolivianos vivan bien, sin embargo. Cerca de la mitad de la población –de ocho millones– es analfabeta y corre en estos días serios riesgos de sufrir los estragos del cólera. También de Perú, se teme aquí, pueden estar llegando terroristas prófugos de Sendero Luminoso.

El sueldo de un obrero es de 70 dólares, mientras que el salario básico es de 30. Los diarios y la televisión (sólo en La Paz hay seis canales) se ocupan de la inminente partida de los asesores norteamericanos, que vuelven a los EE. UU. luego de haber entrenado a las fuerzas de elite del ejército local en tácticas antinarcóticos.

Este parece ser el gran problema, hoy. En una semana más llegará a la capital una gigantesca marcha de los productores cocaleros de Cochabamba, Santa Cruz y El Beni, en protesta por la decisión del gobierno de militarizar esas zonas y destruir por completo los plantíos de coca.

La visita de Menem, en este marco, no ha alterado el ritmo de vida habitual de los paceños. Pero también es cierto que apenas comenzó.

01 01 . 9107775

Nº DOCUMENTO
TITULO: BOLIVIA: Banzer podría ser futuro Presidente.
FUENTE: A F. 150027
FECHA: 24-6-91
VIÑETAS: BOLIVIA (10043)
FPOL (11164)
GOB NAL (11302)

El ex mandatario de facto es candidato del AP

A.F. 24-6-91

Bolivia: Banzer podría ser futuro presidente

La Paz (UPI, DPA, Reuter) — El ex presidente boliviano **Hugo Banzer Suárez** fue nombrado ayer candidato del gobernante **Acuerdo Patriótico** (AP), a la presidencia de la república para el período **1993/97**, en medio de un prematuro inicio de la campaña para las próximas elecciones generales.

"No queda duda de que en 1993 la candidatura presidencial por el AP es de Banzer, se trata de una definición troncal", dijo Oscar Fid, jefe del Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR, de tendencia socialdemócrata) al término de una reunión del consejo político de esa coalición.

La confirmación de la candidatura de **Banzer**, quien gobernó **de facto entre 1971 y 1978**, se produjo una semana después de que el presidente **Jaime Paz Zamora** anunciara su propósito de **respaldar esa postulación.**

El AP está conformado por la derechista **Acción Democrática Nacionalista, de Banzer, el MIR, de Paz Zamora y el minoritario Partido Demócrata Cristiano** (PDC, de centroderecha).

Sus líderes decidieron escoger a **Banzer "buscando preservar la unidad del país con miras al Siglo XXI"**, según dijeron.

Hugo Banzer

En agosto de **1989**, el ex mandatario de facto apoyó la elección parlamentaria del actual presidente, **Jaime Paz Zamora**, máximo dirigente del **MIR**, quien obtuvo el tercer lugar en **los comicios generales celebrados en mayo de ese año.**

• Sorpresa

La Constitución boliviana estipula que el Parlamento debe designar al presidente de la República si ninguno de los candidatos logra la mitad más uno de los votos en las elecciones directas.

El pacto entre el **MIR y la ADN** sorprendió a muchos observadores políticos que recordaban que **Banzer** persiguió y encarceló a **Paz Zamora durante su régimen militar.** Incluso, el actual mandatario estuvo exiliado en **Perú y Venezuela** durante buena parte del gobierno del general.

Recientemente, **Paz Zamora** declaró que **"Banzer ha cambiado"** y recalcó que es menester **"mirar hacia el futuro y no hacia el pasado"**.

En las últimas semanas, la coalición gobernante ha enfrentado problemas internos. Un diputado del **MIR** dejó sus filas, aduciendo que su partido perdió **"identidad" y que se volvió corrupto.** Otro de **ADN** declinó ser embajador.

La coalición, sin embargo, ha mantenido la política de economía de mercado, iniciada por el ex presidente **Víctor Paz Estenssoro**, lo que le permitió consolidarse y ahora está empeñada en profundizar el **proceso con la privatización de empresas públicas y otras medidas de carácter estructural.**

El anuncio de la postulación de **Banzer, por quinta vez desde 1979**, ocurrió de manera imprevista.

Los periodistas fueron convocados a un hotel para darles a conocer el documento oficial que anuncia que ADN, MIR y PDC irán juntos a las elecciones edilicias.

CRUZADO

01 01

9107776

Nº DOCUMENTO
TITULO: Ejército boliviano liberó los caminos y rutas anunciado x sindicatos campesinos.
DESCRIPTORES: A. Brancaccio (150027)
FECHA DOCUMENTO: 18-6-91
MATERIA: BOLIVIA (10043)
T. Sindical (11165)
C. Laborales (11413)

El Ejército liberó ayer los caminos y rutas de Bolivia

A.F. 18/6/91

La Paz (Reuter, UPI) — El Ejército boliviano intervino ayer enérgicamente **para impedir el bloqueo de caminos y rutas anunciado** por los sindicalistas campesinos para protestar por la militarización de la lucha antidrogas.

Según reconoció el dirigente sindical **Erwin Carvallo** la intervención del Ejército y la policía **"hizo fracasar el bloqueo"**. El gobierno, por su parte, señaló que la medida de los campesinos fue un **"fracaso"**. **"Hay normalidad absoluta en todos el país. Todos los caminos del país están libres"**, enfatizó el subsecretario del Interior, **Antonio Oviedo.**

Carvallo dijo que "hubo esporádicos bloqueos, especialmente en el Chapare", la principal región productora de coca, cuyos productores de esa materia prima de la cocaína anunciaron su decisión de luchar **contra la inminente militarización de la lucha contra el narcotráfico.**

El rechazo gubernamental a la demanda para que el Ejército no ingrese a zonas cocaleras para combatir al narcotráfico fue uno de los principales motivos por el que la Confederación de Campesinos dispuso el bloqueo de caminos a partir de ayer.

Cerca de **500 productores de coca** intervienen en los bloqueos de la carretera que pasa por el Chapare, uniendo las ciudades de Cochabamba y Santa Cruz, dijo un dirigente de los cocaleros, quien admitió que se había obstruido **un solo punto del camino**.

La **Central Obrera Boliviana** (COB) que anunció una **"lucha tenaz"** contra el gobierno para apoyar a los campesinos, fracasó también en su convocatoria a los trabajadores a obstruir **calles y avenidas** en las principales ciudades del país.

01 01 9107777

Nº DOCUMENTO
TITULO Bolivia inicia un drástico plan de privatizaciones
FUENTE Clarín (1 col 24)
FECHA 16/6/91
VINCULADO BOLETUTA (10043)
F. EE (1161)
R. FINANZAS (21403)

Presidente Jaime Paz Zamora: tras los pasos de su antecesor Víctor Paz Estenssoro.

SESENTA EMPRESAS ESTATALES EN VENTA O LIQUIDACION

Bolivia inicia un drástico plan de privatizaciones

LA PAZ 15 (Reuter). — El gobierno boliviano dispuso la **venta o liquidación de 60 corporaciones estatales de desarrollo y la suscripción de contratos para mejorar el rendimiento de otras 12 empresas públicas, en el marco de su política de privatizaciones.**

La decisión contenida en un decreto promulgado la noche del viernes por el Poder Ejecutivo, que se ejecutará en los próximos dos años, tiende a asegurar **"el crecimiento económico y la generación de empleo sobre la base de una economía sana y estable".**

El texto indica que los objetivos para los que fueron creadas muchas de las empresas actualmente en poder del Estado "no se han cumplido, conduciendo esto a resultados económico-financieros negativos, cuyos efectos han repercutido en el resto de la sociedad".

Señala asimismo que 12 empresas que continuarán en poder del Estado, entre las que figuran la petrolera YPFB, la minera Comibol y la firma de comunicaciones (ENTel), tendrán mayor autonomía operativa pero deberán suscribir contratos de cumplimiento de metas con el gobierno, que "necesariamente se reflejarán en una mejora de su rendimiento".

Mediante esos contratos el gobierno **"podrá desregular los mercados en que operan esas empresas públicas,** posibilitando así la libre competencia".

Para la venta, liquidación, **transformación o disolución** de 60 empresas de las corporaciones regionales de desarrollo, se creará una comisión de evaluación encargada de proporcionar asistencia técnica y sugerir la estrategia a seguir.

Entre ellas se encuentran **hilanderías, fábricas de cemento, de alimentos balanceados, de aceites, de vidrios, de cerámica, plantas industrializadoras de leche, frigoríficos, empresas ganaderas, ingenios azucareros y hasta hoteles.**

"Las empresas sin viabilidad operacional serán disueltas, mediante la liquidación de sus activos, en subasta pública", agrega el decreto. Establece también los procedimientos que se deberán seguir para la privatización, disolución y liquidación de las compañías públicas.

El proceso de privatización "busca aumentar la competitividad y eficiencia de la economía" y alcanzar **una serie de objetivos entre los que se destacan la reducción del déficit fiscal del sector público, promover la inversión y atraer recursos financieros, desarrollar el mercado de capitales y democratizar la propiedad de los medios de producción.**

01 01 . 5107778

Dispuesto Paz Zamora a apoyar a Banzer.
La Herrera 150015
15-6-91
Bolivia 10043
F-POL (11164)
GOS val (11302)

Dispuesto Paz Zamora a apoyar a Banzer

La Herrera 15-6-91

LA PAZ.- El Presidente de Bolivia, el socialdemócrata Jaime Paz Zamora, se mostró ayer dispuesto a apoyar como su sucesor al ex Presidente Hugo Bánzer, su principal aliado político.

Paz Zamora, líder del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), gobierna en coalición desde agosto de 1989 con la Acción Democrática Nacionalista (ADN, derecha) que encabeza Bánzer, gobernante de facto de Bolivia entre 1971 y 1978.

En unas declaraciones exclusivas a la agencia EFE, el mandatario pronosticó que la actual coalición gubernamental llegará al próximo siglo, aunque "no de la misma forma".

Preguntado sobre si estaría dispuesto a apoyar la candidatura presidencial del General (r) Bánzer para las elecciones de 1993, el mandatario respondió: "Si la presenta, claro que sí".

Bánzer y Paz Zamora fueron enemigos políticos durante la presidencia del militar, pero el líder del MIR ha confesado en varias ocasiones que le ha sorprendido la transformación política de su actual principal aliado político.

En 1973, bajo el Gobierno de Bánzer, Paz Zamora fue detenido durante un año y luego se exilió hasta 1977.

01 01 . 9107779

DOCUMENTO
TITULO Mineros en Bolivia convocaron a una huelga indefinida.
PROCEDENCIA La Mañana 150095
FECHA DE PUBLICACION 13-6-91
DESCRIPTORES Bolivia 10413
T. Sueldos. (11165)
Salarios (11413)

Mineros en Bolivia convocaron a una huelga indefinida

LA PAZ.- Los mineros de las empresas estatales de Bolivia convocaron a una huelga indefinida a partir de hoy por demandas salariales y que precederá al bloqueo de carreteras anunciado por los campesinos para el lunes.

Según un comunicado divulgado ayer por la Federación de Trabajadores Mineros, los huelguistas reclaman al Estado el incremento de los salarios más bajos, la reducción de los sueldos de los ejecutivos y un suplemento para los obreros que se encuentran en el interior de las minas.

Milton Gómez dirigente de la Federación dijo a la emisora local Radio Panamericana que "la remuneración debe darse a la gente que está en la producción".

José Zambrana, presidente en ejercicio de la Corporación Minera Boliviana (COMIBOL), que agrupa a todas las explotaciones del Estado, afirmó que en marzo pasado el Gobierno aprobó un incremento del 25 por ciento para los salarios más bajos del sector y un 15 por ciento para los más altos.

"Los trabajadores mineros no tienen ninguna intención de resolver el problema mediante el diálogo", agregó Zambrana, quien dijo que la dirección de COMIBOL no conversará con los trabajadores mientras no se suspenda la medida de presión.

La minería estatal boliviana, que emplea a unos siete mil trabajadores, produce el 34 por ciento del estaño y el 22 por ciento del zinc, los dos metales que generan mayores recursos para Bolivia.

Los minerales extraídos en 1990 de los yacimientos de la COMIBOL representaron para el Estado unos ingresos por exportación de 48,2 millones de dólares, el 12 por ciento de todas las ventas exteriores de ese sector, el principal pilar de la economía boliviana.

Bloqueo de caminos

El comunicado dado a conocer en Huanuni, en el sur del país, donde se encuentra la mina subterránea de estaño más grande del mundo, asegura que, además de la huelga indefinida, los trabajadores del sector bloquearán los caminos que dan acceso a los yacimientos mineros.

Para el lunes próximo, cuatro días después de que empiecen la protesta de los mineros, la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CTSUCB) ha convocado el bloqueo de todos los caminos y carreteras del Estado.

Los campesinos protestan por la próxima participación de tropas del Ejército en la lucha contra el narcotráfico, ya que creen que ocasionará violencia en los cultivos de hoja de coca.

También piden territorios para cultivo, la exención de impuestos a los campesinos, la preservación del espacio natural y la revisión del decreto de los latifundios que no están siendo explotados, entre otras demandas.

El Gobierno de La Paz anunció ayer que la Policía detendrá y [illegible] a todos los que pretendan cumplir con el bloqueo de caminos programado para el lunes.

ENTRADA
CRUZ

01 01 . 9107780

Nº. DOCUMENTO
TITULO Venta de gas boliviano a Argentina
PROCEDE L. Mañana 150015
FECHA 12-6-91
VINCULADO Bolivia 10043
F. Ex. (11161)
Com Ext (11409)
F. PDL (11164)
Pr Ext. (11399)

Influye liberalización económica

Cambios en venta de gas boliviano a Argentina

La Mañana 12-6-91

Unico mercado de exportación

LA PAZ.- La liberalización de la economía argentina ha cambiado las condiciones de venta de gas boliviano a Argentina, que habrán de ser negociadas de nuevo antes de que termine el convenio vigente, en 1992.

El Ministro boliviano de Relaciones Exteriores, Carlos Iturralde, aseguró ayer a la prensa local que "las condiciones para llevar adelante las negociaciones" entre Argentina y Bolivia "han cambiado fundamentalmente".

El Ministro boliviano de Energía, Angel Zannier, resaltó por su parte "los cambios económicos y jurídicos que se están produciendo en Argentina", que varían las condiciones de negociación entre los dos países.

Bolivia vende a su vecino país un promedio de 215 millones de pies cúbicos de gas natural por día en el marco de un contrato de compra-venta suscrito el 11 de mayo de 1972, y que tiene una duración de 20 años.

Además, en diciembre de 1989 el Presidente argentino, Carlos Menem, y su colega boliviano, Jaime Paz Zamora, suscribieron un protocolo de integración energética que preveía ampliar por 10 años la provisión boliviana de gas a Argentina.

"La ejecución del protocolo de integración energética tendrá que tener una nueva modalidad", dijo Zannier, quien el pasado fin de semana viajó junto a Iturralde a Argentina para negociarlo.

"Los dos gobiernos tienen la mejor voluntad política y económica para poder hacer realidad este protocolo", añadió el Canciller, optimista, como Iturralde, ante una satisfactoria culminación de las negociaciones.

La economía boliviana tiene como principal fuente de ingresos la venta interior y exterior de los hidrocarburos. Actualmente, el único mercado de exportación del gas natural es el argentino.

"Argentina sigue necesitando el gas boliviano, que representa entre el 12 y el 15 por ciento del consumo total energético de ese país", enfatizó Zannier.

"Si el gas natural boliviano que en la actualidad consume Argentina no puede ser comercializado por los dos países hacia terceros mercados, Argentina asume el compromiso de comprar ese gas por un lapso de diez años", señaló Zannier al expresar su convencimiento de que el protocolo entrará en ejecución en 1992.

Argentina comenzó un proceso de privatización de sus empresas estatales, entre ellas Gas del Estado, interlocutor durante 20 años de la firma estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, y eliminará subsidios al consumo interno de carburantes con la denominada "desregulación de precios". ■

01 01 9107781

Nº DOCUMENTO .....
TITULO Canje de gas natural por una salida al mar.
PROC. La Mañana
FECHA 11-6-91
VIA BOLIVIA (10043)
CHILE (65709)
F. PODN. (11161)
Com Ext. (11409)
F. POL (11164)
Rel Fund. (11399)

Canje de gas natural por una salida al mar

La M. 11-6-91

LA PAZ.- Bolivia estudia la posibilidad de plantear a Chile el canje de gas natural por una salida al océano Pacífico, informó ayer el presidente de la comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Diputados boliviana, Juan Pereira Fiorilo.

"Chile necesita de energía para desarrollar sus nuevos yacimientos cupríferos en el norte. Bolivia puede darles energía eléctrica y gas natural a cambio de una franja territorial" en la costa del Pacífico, explicó Pereira.

La propuesta será analizada próximamente por la Cámara de Diputados y presentada también en la reunión que celebrarán en La Paz en julio próximo los parlamentarios de Bolivia y Chile para debatir la complementación económica y la reivindicación marítima.

Bolivia pretende diversificar y asegurar sus mercados de gas natural, dado que su único contrato de compraventa de gas, con Argentina, expira en abril de 1992.

Los gobiernos de Bolivia y Chile han efectuado en secreto negociaciones para firmar un acuerdo comercial y de integración energética dentro de unas tres semanas, según fuentes gubernamentales.

La discreción gubernamental en estas conversaciones se justifica por el marcado recelo de algunos sectores ciudadanos, que no desean ningún vínculo con Chile mientras no se resuelva favorablemente la demanda de una salida marítima.

Chile rechaza los planteamientos bolivianos de negociar con prioridad al respecto, aun cuando se muestra abierto a concretar acuerdos comerciales para complementar las economías de ambos países.

Bolivia perdió 120.000 kilómetros cuadrados de territorio con litoral en guerra con Chile en 1879. ■

01 01 . 9107782

DOCUMENTO

ULO Bolivia - Argentina, negocian seguir acuerdo por Gas.

OCEDENCIA El País

CHA DE P 07/06/91

ICULACIONES Bolivia (10043)
Argentina (10038)
T Pol. (11164)
Rel Ext (11399)
FEE. (11161)
Com Ext. (11409)

El P. 7/6/91

Bolivia-Argentina Negocian Seguir Acuerdo por Gas

LA PAZ, 6 (EFE).— Una delegación oficial de Bolivia viajó hoy a Argentina para definir los precios y volúmenes del gas que el gobierno de Buenos Aires se comprometió a comprar durante los próximos diez años, por una ampliación del "tratado binacional de complementación energética".

Los ministros de la Presidencia de Bolivia, Gustavo Fernández, y de Hidrocarburos, Angel Zannier, se trasladaron a Buenos Aires, adonde llegará el viernes el canciller Carlos Iturralde, para poner en marcha el acuerdo binacional, aparentemente amenazado por los proyectos de privatización argentinos.

Bolivia y Argentina firmaron un contrato de compra-venta de gas natural en abril de 1972, por un plazo de 20 años, que se cumple el próximo año, pero en 1989, el gobierno argentino se comprometió a comprar gas boliviano durante diez años más.

Sin embargo, el tratado podría perder validez ante la política de liberalización de los precios de carburantes y de privatizaciones del gobierno argentino.

"Todo parece indicar que, antes de la finalización del contrato de compra-venta en 1992, el interlocutor argentino, Gas del Estado, haya desaparecido o esté en proceso de extinción", declaró el ex ministro boliviano de Hidrocarburos Carlos Miranda Pacheco.

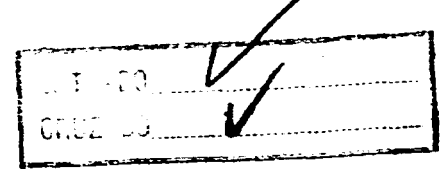
El actual ministro de la Presidencia, aseguró, por su parte, que la compra argentina de gas natural boliviano "está asegurada" y sólo "queda definir las modalidades del nuevo contrato y el precio".

La política argentina de "desregulación" dejará la comercialización de los hidrocarburos a las fuerzas de la oferta y la demanda, por lo que el precio tenderá a bajar.

Esa rebaja de precios de exportación del gas de Bolivia incidirá negativamente en los ingresos de este país, afectado ya por el descenso de los precios de los minerales en el mercado internacional.

Las exportaciones de gas a Argentina representan para Bolivia 226,9 millones de dólares al año (según cifras de 1990), de los 827 millones de dólares que recibe este país en divisas.

Los otros 226,9 millones de dólares corresponden a las ventas de minerales, según datos del Banco Central de Bolivia.



01 01 . 9107783

DOCUMENTO
Bolivia tuvo apenas 0,7% de inflación en mayo.
A.F. (150027)
5-6-91
BOLIVIA (10043)
F EE. (11161)
Inflación (11300)

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

A. Fuera 5/6/91

El ajuste boliviano sigue sorprendiendo por sus buenos resultados económicos. Según se informó ayer, la inflación en mayo fue de sólo 0,7 por ciento, el cuarto mes consecutivo en que el costo de vida es menor a uno por ciento, algo inédito para la región. Para todo el año, el gobierno de Jaime Paz Zamora estima ahora una inflación en torno de 15 por ciento, una meta que, según todos los índices, podría alcanzar sin inconvenientes.

Bien Bolivia: tuvo apenas 0,7% de inflación en mayo

*La Paz (Reuter, CGD Informes) — Confirmando el éxito de su ajuste, Bolivia tuvo apenas **0,7%** de inflación en mayo, **el cuarto mes consecutivo donde el costo de vida es menor a 1 por ciento.***

*Según informó ayer el Instituto Nacional de Estadísticas, el índice acumulado en los últimos 12 meses se situó en torno a **24,9%**, un nivel que las autoridades pretenden reducir drásticamente hacia fines de año algo que, según los últimos indicadores, se encuentran cerca de lograr.*

*En lo que va del año, el costo de vida ya subió **8,17 por ciento**, pero la mayor parte de este índice corresponde **al mes de enero**. Con las cifras de mayo, el gobierno de **Jaime Paz Zamora** consiguió algo casi inédito en la región: cuatro meses seguidos de una inflación que no supera uno por ciento.*

*La tasa acumulada, de todas maneras, se mantiene relativamente alta a causa del fuerte aumento de precios registrado en enero **(5,84%)** como consecuencia de una marcada suba en los precios del carburante.*

*Según las previsiones del gobierno, la inflación boliviana para todo este año **no tendría que superar 15 por ciento**. Según el ministro de Finanzas, **David Blanco**, éste será **un índice alcanzable**, ya que la inflación actualmente **se mantiene bajo control**, y, al no tener previstas nuevas alzas de carburantes, la meta anual podrá cumplirse.*

*Por otra parte, Bolivia firmará hoy un importante acuerdo con un consorcio petrolero internacional **para exploración y explotación de petróleo y gas** en una región tropical al norte de **La Paz**.*

*El contrato por un período de **30 años** será firmado por la estatal **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)** y el consorcio integrado por las empresas estadounidenses **Texaco** y **Mobil Oil**, la holandesa **Shell** y la local **Bolivia Andina**.*

*El acuerdo establece que el consorcio tendrá en los primeros seis años **57%** de una producción de hasta **50.000 barriles** diarios y con **50%** si la producción es mayor.*

01 01 . 9107784

Obstáculos para las reformas en China Continental.
Inside China Mainland (150290)
01/06/91
B. P. China (100151)
Fac. Pol (11604)
Fac. S.S. (11161)
Inside China Mainland (150290)

91C7785

01-33

INSIDE CHINA MAINLAND

Vol. 13 No. 6 Issue No. 150 ISSN 0250-961X

June 1991 INSTITUTE OF CURRENT CHINA STUDIES P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, R.O.C.

MENTAL OBSTACLES TO MAINLAND REFORM

(Chongqing, The Quest Bimonthly [探索], No. 1, Feb. 15, 1991, pp. 41–42, excerpts)

A Brief Analysis of the Social Psychology of "Returning to the Old System"

The Third Plenum of the leventh Central Committee transformed the realization of the Party's work focus into a landmark in contemporary mainland Chinese history. In the future, the trickling stream of opening-up and reform will become a rushing torrent. Opening-up and reform will once again bring mainland Chinese society into the midst of dramatic change. Because of this, whether in theory or practice, socialist reconstruction will create eye-opening changes. Undoubtedly, our accomplishments in reform have been great. Once it seemed that the star of hope for successful reform was twinkling within our reach. But as our reform deepened, we ran into difficulties, even severe challenges. The concern with the direction of reform became a problem that enveloped public thought.

It is within this kind of unique historical environment that the social psychology of "returning to the old system" is spreading. In comparison to a similar phenomenon from the past, it has a general character, but even more, a personal character. Let's take a look at this newly-emerging social psychology.

Nostalgia for Old System

1. The economic arena. Many people can't endure the pressure of upwardly-spiraling commodity prices, so they feel the previous system of stability in low wages and low consumer prices was better. Other people, seeing the confusion of fluidity and the unfair distribution which appears in society, are nostalgic for the large and publicly-owned collectives and equal distribution, and feel that therein lies socialism's superiority. Those people who see the economic model of the special economic zones giving priority to foreign capital feel it is revisionist, and insist that socialist public-ownership be given priority.

2. The political arena. The separation of Party and government has given some people a sense of loss of power, and the feeling that the Party has been weakened. They believe that the old model of the conjunction of Party and government, with the Party guiding the government, and holding the state-centralized power, is the only way to truly strengthen the Party's leadership. Since some enterprises have been using the contract system and leasing, a few people feel that the position of the working class as master has disappeared. For a while, it appeared that psychological balance had been lost, that there was a contradiction between the worker-boss relationship and the very nature of socialism. Also, because of the turmoil of spring and summer of 1989, and the "victory without war" strategy used by the capitalist West against the socialist nations, which clearly points to a new direction in the class struggle, some people believe that the doctrine of ruthless class struggle is correct.

3. In the area of thought and culture. In the past few years corruption has appeared in the Party, and a few ugly social phenomena which were stamped out earlier have returned. This has perplexed some people, who consider these things to be brought on by reform. They have publicized the elitist political essay "River Elegy," a work which completely refutes traditional culture as worthless. But other people are now moving to the other pole whereby they appreciate traditional culture without distinction.

Below, we will attempt a brief analysis of the reasons for the formation of this social psychology of "returning to the old system."

Defeatist Psychology

First, building mainland China's particular type of socialism is a task

A Chinese–English Lexicon of Chinese Communist Terminology

The official language of the Chinese mainland is as changeable as the policies propagated by its communist rulers. To assist those in scholarly, journalistic, and diplomatic circles, or anyone with a keen interest in the secretive and volatile world of Chinese Communist politics, the *Insititute of Current China Studies* has compiled an exhustive listing of the specialized terminology that in essence defines mainland Chinese political activites.

The Lexicon has the following features:

* A total of 1100 side-by-side Chinese-English entries
* Detailed explanations of the historical and political backgrounds of each term
* Entries arranged alphabetically according to mainland Chinese "pinyin" phonetic romanization system; index arranged by Chinese character stroke number
* Full coverage of people and events from the earliest years of the Chinese Communist regime to the present

Price (by airmail, postage included)
Hardcover edition: US$35.00
Paperback edition: US$25.00

of unprecedented proportions, which has involved borrowing from historical experience, as well as absorbing similar lessons from abroad. Of course, in this kind of completely new exploration, shortcomings and frustrations will appear. However, in the view of some people, these shortcomings and frustrations prove that reform is not progressing well, and they advocate walking down another path.

Secondly, "feeling our way ahead" in reform lends reform theory emotional overtones, and shows that reform is not yet mature. As a result we get a situation in which "practice cries out for theory." Furthermore, the reform system is difficult to bring to completion, some concrete reform measures will impede each other, and, from a macroscopic angle, reform seems to be disorderly. Not knowing what course to take, some people develop a "return to the old system" mentality.

Myopic View of Personal Advantage

Third, reform, in essence, involves the redistribution of power and advantage. The issue of the loss and gain of rights should be considered from the angle of the future of the Party, the people, and the entire nation. But some people cannot see this point, and feel that local and personal advantages should be given precedence.

Fourth, the social psychology of "returning to the old system" and the Chinese people's unidirectional way of thinking are related. In Chinese revolutionary history, the idea of "if it's not right, it's left; if it's not left, it's right; use the left to oppose the right,„ is very common. This unidirectional way of thinking is due to the very long rule of feudalism and the feudal rulers obscurantism, as well as Chinese society's lack of a democratic tradition. So, as reform suffers a setback, it is very easy to slip into the mistaken psychology of "returning to the old system."

TOP-LEVEL MANEUVERING IN THE CCP

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], Apr. 10, 1991, p. 14)

A Behind The Scenes Look at Upper Echelon Personnel Changes

This session of the National People's Congress produced long- awaited changes in the upper echelons of the mainland Chinese State Council, with Zou Jiahua and Zhu Rongji being named vice- premiers and Qian Qichen being made a state councillor. Most believe the movers behind these modifications were Deng Xiaoping and Jiang Zemin, and that they came at the expense of Li Peng and Chen Yun. This is primarily because Zou and Zhu are not members of the hard-line camp, especially Zhu, the "Gorbachev of mainland China", who is a man noted for his progressive ideology. Under the far-left's ideological offensive launched after the massacre of June 4, 1989, hopes for reform centered in the north on Li Ruihuan and in the south on Zhu Rongji. Now that the reformer of the south has made his home in the northern capital, taking his place in the halls of the State Council, Shanghai will be governed from afar, but the forces of reform will be buttressed by the presence of Zhu in Beijing. Barring any last minute surprises, Zou and Zhu will most certainly make it through to the Political Bureau or possibly attain full membership in the Standing Committee during the 14th CCP Congress. From today on, Li Peng's cabinet might find things a little tougher, given the competition in his own power base, the State Council.

Pre-plenum goings-on

With the addition of two vice-premiers and one state councillor, the composition of the top of the State Council has changed once more, almost certainly foreshadowing a new round of power struggles and suggesting that what we are seeing today is but a taste of things to come. The conditions surrounding these transformations, however, are the most interesting aspect of recent developments. The on and off leaking of internal "secrets" once again serves to illustrate the tests of strength going on between Deng Xiaoping and Chen Yun, the two giants of the CCP.

According to sources, before last year's 7th Plenum of the 13th CCP Central Committee, Deng Xiaoping had already discussed with a number of elders within the Party the idea of increasing the number of vice-premierships. He did so with two motives in mind. The first centered on Deng's longstanding dissatisfaction with the performance of Premier Li Peng. Since Li is a close associate of Chen Yun's, he has been resistant to full implementation of Deng's reforms. The September 1990 rough draft of the Eighth Five-Year Plan, and the Ten-Year Program, co-authored by Li and Yao Yilin, bore the heavy imprint of Chen's "Birdcage Economic Theory," a move which further increased Deng's dissatisfaction. From this point on, Deng was determined to rapidly modify the composition of the State Council. By tipping the balance in favor of reform, he could realize his hope of "strengthening the momentum of reform." If he were not to do so, all his work might well be for naught.

Deng Xiaoping's second motive was cloaked under the disguise of practicality. Standing Vice-Premier Yao Yilin, has been seriously ill recently, and has been unable to attend to duties. The State Council hence needed personnel to complete a backlog of work. With this reason as cover, Deng moved to alter the make up of the State Council, and establish a base to remove Li Peng from the Premier's post. Sources also claim that Zou Jiahua and Zhu Rongji are both in Deng's favor, and their elevation was reportedly met with enthusiasm by Jiang Zemin. Zou replaced Yao Yilin in 1989 as State Planning Commission Chairman, and his promotion to Vice-Premier was equally smooth sailing.

During the spring of 1990, Deng and Yang Shangkun passed the Chinese Lunar new year holiday in the warmer clime of Shanghai, observing and speaking with Zhu Rongji on a number of occasions, and eventually expressing hope that he might be relocated to the central government. By then, the moment was not yet right, and Deng was only

able to express his intentions to Zhu; the final decision was to come after more thorough consideration.

Impatient Deng

All evidence suggests that Deng was up to something before last year's 7th Plenum, and this was obvious only to the two men concerned. Reports point out that when Chen yun and Li Peng caught wind of such plans, Li Peng moved to delay and block attempts by Deng to stage a shake-up of the State Council by delaying discussion until the next meeting of the Standing Committee of the National People's Congress. Confident of success, Li expressed to foreign dignitaries at the current session of the National People's Congress that top-level changes in the State Council would not be forthcoming this session.

Deng, however, was in no mood for waiting. With the support of Yang Shangkun and Li Xiannian, he declared that changes in the State Council must be completed before the close of the current session of the National People's Congress. The only answer is wait and see.

Accordingly, spokesmen for the Communist government suddenly changed their tune just prior to the opening of the NPC, and claimed that upper echelon changes were indeed to take place.

Chen Yun Has Reservations

Deng's choice of Zou and Zhu was apparently displeasing to Chen Yun — this according to an indirect reading of events in the most recent edition of the "Mirror Monthly." According to sources, during this year's Chinese New Year, Chen, resting in Hangzhou at the time, was visited by a group of military, Party and government officials from around Zhejiang Province. In a speech to these leaders, Chen alluded to critical criticism of the Party leadership of Hu Yaobang and Zhao Ziyang. In a thinly- veiled attack on the Deng Xiaoping's inability to name a successor, he claimed that these two men had "through their work brought great loss to the Party and the people."

One must recall, that at the time that Chen was issuing such stinging criticism, Deng was with Li Xiannian and Yang Shangkun in Shanghai looking over Zhu Rongji, making final preparation for the coming session of the National People's Congress.

Chen Yun was not unaware of Deng's intentions, of course, and talked openly to those in the Party, military and government about the "lessons" that should be learned from Deng's past errors in selection. His meaning is clear: there are those who are not so secure with the selections of Deng Xiaoping. With a bit of hindsight, he recalled that at the time of the 7th Plenum, comrade Deng had recommended Zhao Ziyang for the post of Party General-Secretary, and although he never objected, Chen Yun did have his reservations.

These reservations were held all during the struggles that went on from the 7th Plenum in 1987 until Zhao's ouster from power following the Tiananmen Incident.

Now Deng is successful again in his efforts to remold the State Council, what will be Chen Yun's reaction, and what reservations will he have this time. How will upper echelon power struggles manifest themselves?

A CRITICAL LOOK AT VICE-PREMIER APPOINTEES

(Hong Kong, The Open Monthly 〔開放月刊〕, Apr., 1991, p. 3)

Dissolve the Chinese People's Political Consultative Conference

The annual March meetings in Beijing of the National People's Congress (NPC) and the Chinese People's Political Consultative Conference (CPPCC) both opened and closed according to schedule, with the only item of note being the elevation of both Zhu Rongji of Shanghai, and central government official Zou Jiahua to Vice- Premier positions. In the past this job has been viewed as one of the more powerful in the mainland Chinese system of government, and before the Cultural Revolution, there were upwards of twenty Vice-Premiers. Without exception, this is a jewel in the crown for any mainland Chinese politician. Not long ago, the number of Vice-Premiers was reduced to three — Yao Yilin, Tian Jiyun and Wu Xueqian. Not only are Yao and Wu well advanced in age, but Yao has been seriously ill as of late. This made increasing the number of Vice-Premiers imperative, but the selection of Zou and Zhu holds still greater significance: both are first generation, CCP-groomed technocrats. Although Yao and Wu are both university graduates, their education was limited to the liberal arts, while Zou and Zhu, on the other hand, are true cadres of the technical mold. While Zhu and Li Peng are the same age, so are Zou and Jiang Zemin, and altogether these four men hold some of the highest posts with the mainland Chinese government. The Age of Technocratic Rule has suddenly been thrust upon us.

In a deeper sense these promotions reflect on the state of the Deng Xiaoping's authority. Though Zhu and Zou come from the economic schools of free market and central planning respectively, more importantly, both are unstained by the events of June 4, 1989. This signals continued moves towards openness, at mending internal and external fences, and quite possibly replacing Li Peng in his job as Premier.

Technocrat Flunkies

Is the sudden elevation of these two men cause for hope for change in the political climate of mainland China? Optimism at this stage is premature, not only because the sunset of "old-man politics" in the CCP is not yet upon us, but because more careful consideration must be given to the quality and character of this group of technocrats. All are in their prime, and have the common background of Soviet education. Their collective weak point is not the backwardness of that 1950's Soviet-style education, but rather that they all lack a capacity for independent thought and action; they seem rather like a bunch of "yes" men.

Call it the universal curse of the technocrat, but in mainland China the affliction is that much more acute. Li Peng is a shining example: as troops stormed Tiananmen Square in June 1989, his reputation sank about

9107785

as low as humanly possible. Everyone knows the order to crush the student protests was not his alone, but there he stood, acting as front-man, and he took his political lumps for it. Li Ruihuan and Zhu Rongji opposed the democracy movement, only they did things a little smarter, that's all. Many call Li Peng a true dolt for his actions in the spring of 1989. He simply illustrates (through a bad example) that the key to political success lies in the word "acumen."

Both Jiang Zemin and Zhu Rongji have been jockeying for some sort of supremacy in the mainland Chinese government, but it is evident that neither has the character to lead such a complex nation into the 21st century. Recently, a politician commented that this group of Soviet-trained leaders is simply a bunch of second-rate politicians, devoid of the charisma and demeanor one might have encountered in early revolutionaries. Charismatic leadership is often the product of revolution or turmoil. Is this the type of leadership destined for mainland China in this time of peace?

A Step Ahead?

In the East as well as the West, technocratic government is indubitably the trend of modern nations, as well as the mark of a mature society. This type of leadership rests not on the brilliance of one man, but on the strength of system, the rule of law. In light of this, a closer examination of changes taking place within the systems of mainland Chinese society would provide greater insight.

Three years ago, at the time of the opening of the 7th NPC, I wrote a dispatch series calling for the disbanding of the CPPCC. Today, that disbanding is needed more than ever. Everyone knows, and even the Communists fail to deny it, that the NPC is little but a rubber-stamp parliament. The CPPCC goes one step beyond: it is a true political nothing.

In the period after seizing power on the mainland, the Communists promised that after a constitution was drawn up and implemented, the CPPCC would be replaced by the NPC. By the time the 1954 constitution was ready, the CPPCC had already assumed representative structural authority and its own historical position. By the time the NPC was in place, the CCP had come to realize the CPPCC's value in United Front purpose, and preserved the institution under the title of "Multi-party Unity National Affairs Conference." The members of the CPPCC, however, are all determined by the Unitied Front Work Department of the Central Committee, with Hong Kong's representative chosen by the New China News Agency. Not only is the CPPCC completely free from the contamination of public opinion, it has also astutely managed to shirk its multi-party nomenclature. Anyone stubborn enough, or foolish enough, to make waves usually finds himself buried in a numbing crush of meeting summaries and procedural motions.

CPPCC a Political "0"

Because of this, I long ago pointed out that the CPPCC had about as useful as a deaf man's ears. Its bogus claim of multi-party representation not only is a mean attempt to fool the people, but also hinders the NPC, a representative institution grounded in the law, from implementing real democratization. During the Cultural Revolution, the CPPCC was lambasted as a "cozy nest of class enemies," a body completely void of existential value. Today, this old man's club, this shop of idle nonsense with its thousands of employees, is little but a drain on the nation's coffers.

Looking at the current turmoil in the Soviet Union's parliament, and in light of the continued warming across the Taiwan Strait, progressive forces in the CCP and democracy activists throughout mainland China should devote their energies towards eliminating the CPPCC. It could prove to be one large step towards a more open political arena.❀

FILM DEBATE HIGHLIGHTS IDEOLOGICAL TYRANNY

(Hong Kong, Paishing Semimonthly [百姓半月刊], Apr. 16, 1991, p. 17)

The "Ju Dou" Controversy and the Politics of Old Men

The mainland Chinese film "Ju Dou," directed by the prominent Zhang Yimou and starring Gong Li, displays the dark side of a humanity-destroying feudalism. Because of this it touched a nerve with apologists like Wang Zhen, ultimately leading to an international controversy that reveals the conservative and backwards politics of old men and their imperviousness to reason. At the same time it confirmed that mainland China has taken a sharp ideological turn to the left, retreating further backwards, making a fool of itself at every turn, and becoming an international laughingstock.

Well-known Hollywood director and film maker Steven Spielberg and C. Kennedy, the president of his film company Amblin Entertainment, co-signed a piece in the March 25 New York Times, commenting that an Oscar nomination is a great motivation for film-makers, but unfortunately, has brought incomparable trouble to film artists in mainland China.

Open Door, Closed Mind

One could hardly expect mainland Chinese Minister of Radio and Television Ai Zhisheng, son of famous popular philosopher Ai Siqi, to make a statement so counter to the times as his comment, "Only Chinese have the right to decide on the merits of Chinese movies." At a time when mainland China eagerly endeavors to join the international community, it seems he's forgotten the international and popular nature of motion picture art. He says, "Some mainland Chinese films that win awards abroad are mocked at home. Without question, China is the best judge of Chinese movies."

The "China" Ai Zhisheng is speaking of is obviously not the Chinese people, but rather a few old Chinese people in the Communist leadership. This is especially true of the ignorant and brutal Wang Zhen, who has shown himself to be extremely domineering when it comes

as low as humanly possible. Everyone knows the order to crush the student protests was not his alone, but there he stood, acting as front-man, and he took his political lumps for it. Li Ruihuan and Zhu Rongji opposed the democracy movement, only they did things a little smarter, that's all. Many call Li Peng a true dolt for his actions in the spring of 1989. He simply illustrates (through a bad example) that the key to political success lies in the word "acumen."

Both Jiang Zemin and Zhu Rongji have been jockeying for some sort of supremacy in the mainland Chinese government, but it is evident that neither has the character to lead such a complex nation into the 21st century. Recently, a politician commented that this group of Soviet-trained leaders is simply a bunch of second-rate politicians, devoid of the charisma and demeanor one might have encountered in early revolutionaries. Charismatic leadership is often the product of revolution or turmoil. Is this the type of leadership destined for mainland China in this time of peace?

A Step Ahead?

In the East as well as the West, technocratic government is indubitably the trend of modern nations, as well as the mark of a mature society. This type of leadership rests not on the brilliance of one man, but on the strength of system, the rule of law. In light of this, a closer examination of changes taking place within the systems of mainland Chinese society would provide greater insight.

Three years ago, at the time of the opening of the 7th NPC, I wrote a dispatch series calling for the disbanding of the CPPCC. Today, that disbanding is needed more than ever. Everyone knows, and even the Communists fail to deny it, that the NPC is little but a rubber-stamp parliament. The CPPCC goes one step beyond: it is a true political nothing.

In the period after seizing power on the mainland, the Communists promised that after a constitution was drawn up and implemented, the CPPCC would be replaced by the NPC. By the time the 1954 constitution was ready, the CPPCC had already assumed representative structural authority and its own historical position. By the time the NPC was in place, the CCP had come to realize the CPPCC's value in United Front purpose, and preserved the institution under the title of "Multi-party Unity National Affairs Conference." The members of the CPPCC, however, are all determined by the Unitied Front Work Department of the Central Committee, with Hong Kong's representative chosen by the New China News Agency. Not only is the CPPCC completely free from the contamination of public opinion, it has also astutely managed to shirk its multi-party nomenclature. Anyone stubborn enough, or foolish enough, to make waves usually finds himself buried in a numbing crush of meeting summaries and procedural motions.

CPPCC a Political "0"

Because of this, I long ago pointed out that the CPPCC had about as useful as a deaf man's ears. Its bogus claim of multi-party representation not only is a mean attempt to fool the people, but also hinders the NPC, a representative institution grounded in the law, from implementing real democratization. During the Cultural Revolution, the CPPCC was lambasted as a "cozy nest of class enemies," a body completely void of existential value. Today, this old man's club, this shop of idle nonsense with its thousands of employees, is little but a drain on the nation's coffers.

Looking at the current turmoil in the Soviet Union's parliament, and in light of the continued warming across the Taiwan Strait, progressive forces in the CCP and democracy activists throughout mainland China should devote their energies towards eliminating the CPPCC. It could prove to be one large step towards a more open political arena. ❀

FILM DEBATE HIGHLIGHTS IDEOLOGICAL TYRANNY

(Hong Kong, Paishing Semimonthly 〔百姓半月刊〕, Apr. 16, 1991, p. 17)

The "Ju Dou" Controversy and the Politics of Old Men

The mainland Chinese film "Ju Dou," directed by the prominent Zhang Yimou and starring Gong Li, displays the dark side of a humanity-destroying feudalism. Because of this it touched a nerve with apologists like Wang Zhen, ultimately leading to an international controversy that reveals the conservative and backwards politics of old men and their imperviousness to reason. At the same time it confirmed that mainland China has taken a sharp ideological turn to the left, retreating further backwards, making a fool of itself at every turn, and becoming an international laughingstock.

Well-known Hollywood director and film maker Steven Spielberg and C. Kennedy, the president of his film company Amblin Entertainment, co-signed a piece in the March 25 New York Times, commenting that an Oscar nomination is a great motivation for film-makers, but unfortunately, has brought incomparable trouble to film artists in mainland China.

Open Door, Closed Mind

One could hardly expect mainland Chinese Minister of Radio and Television Ai Zhisheng, son of famous popular philosopher Ai Siqi, to make a statement so counter to the times as his comment, "Only Chinese have the right to decide on the merits of Chinese movies." At a time when mainland China eagerly endeavors to join the international community, it seems he's forgotten the international and popular nature of motion picture art. He says, "Some mainland Chinese films that win awards abroad are mocked at home. Without question, China is the best judge of Chinese movies."

The "China" Ai Zhisheng is speaking of is obviously not the Chinese people, but rather a few old Chinese people in the Communist leadership. This is especially true of the ignorant and brutal Wang Zhen, who has shown himself to be extremely domineering when it comes

to literature and the arts, "eliminating" fine pictures at the drop of a hat. Most of his information is provided by his beloved goddaughter, Ke Yan, and her husband He Jingzhi. This ultra-leftist couple see all anti-feudal, anti-dictatorship literature and art as affronts to their old godfather. Whenever a movie comes out, they make a timely report to old man Wang, who makes a timely statement of his views and issues a timely order. This is exactly the how works such as "River Elegy" and "Ju Dou" were snuffed out. Mention the name Wang Zhen around the respectable figures in Beijing artistic circles and they all nod their heads. Among talk circulating through the hallways during the last Chinese People's Political Consultative Conference, the mention of "Ju Dou" led someone to say that it was none other than Old Wang who flew off the handle again.

A Question of Image

It would be fair to say that Wang Zhen, Ke Yan, and He Jingzhi's ideology is not the exclusive domain of just the three of them, but rather is commonly held by all ultra-leftists. That the ultra-leftists can get their way in mainland China is connected with Chinese society's customary emphasis on "image"; in other words, it has its social basis. "Ju Dou" shows the fierce conflict between an individual who rebels against accepted orthodoxy and an oppressive society where gossip is a custom so terrifying as to create intense conflict and a tragic conclusion. Analyzing this film from the angle of "sex," the suppression of sex is no longer just physical, but has become part of the spiritual power of the rulers. The rulers' frequent practice of donning hypocritical masks of morality to suppress the populace is but one of their means for consolidating their feudal rule.

Along with the opening-up of mainland China, the shadow of feudal society has slowly lifted away. The people have been gradually recognizing and lashing out at its grave destruction of humanity, while furthermore moving to discard the dregs of their civilization and culture. This should be a good thing, and is exactly why such films as "Old Well," "Red Sorghum," and "The Yellow Earth" not only gained international acceptance, but some actually won important awards, and why they were well-received by the vast majority of domestic viewers as well.

Guarding the Shackles

Still, there is a problem between the rulers and the ruled here. As far as the ruled are concerned, the sooner the shackles are smashed, the better, regardless of whether those bonds are feudal or Fascist. However, as the power and position of the rulers relies on such things to prop them up, they not only persist in stubbornly protecting them, they come up with a neat little slogan, such as, "No cultural nihilism."

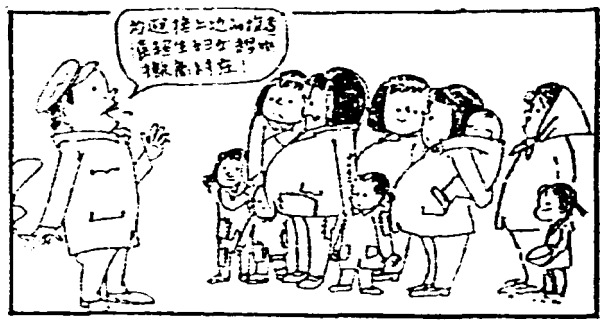
Prior to the June Fourth Tiananmen incident, a conspicuous struggle existed between two kinds of forces in the Chinese mainland. There were the force breaking through feudal barriers, and the force protecting these barriers;the force promoting character liberation, and the force suppressing character liberation; the force propagating humanism, and the force distorting this humanism. Finally, after a long period of literature and art in shackles, came opening-up and reform. The air of spring came in, bringing new hope with it. After June 4th the climate changed abruptly. A reversal took place, with leftist tyrants holding sway and rogues wielding power. It can be said that a film such as "Ju Dou" was a work that slipped through "loopholes" as it rode the remnant shock waves dating back to before June 4th. Or perhaps it could be considered a "masterpiece on the edge." Everyone has seen clearly that the contradictions and chaos exhibited by the "three no's" — where related Chinese authorities sent "Ju Dou" to competition and garnered a nomination while its screening was prohibited domestically, the press forbidden to give it any positive boosts, and Zhang Yimou barred from travel to the USA to attend the awards ceremony — is a representation of the advanced force and even burgeoning of the two mainland undercurrents of reform and anti-reform, opening-up and closing.

Pointing Fingers

Even though "Ju Dou" lost in the Oscar running to the Swiss film "Journey of Hope," the intractables among the Chinese Communists still have it in mind to punish the officials who provided the picture to the Hollywood Academy of Motion Picture Arts and Sciences. According to a March 31 wire report from Beijing in the Washington Post, an informed source in Chinese Communist film stated that Communist authorities had already ordered that the main figures involved in getting the banned film "Ju Dou" nominated to compete for the Best Foreign Language Film award, admit their mistakes in selecting "Ju Dou" and attracting the world's attention. Sources say that higher officials in the Chinese Communist Bureau of Film Industry Management and heads from the China Film Import and Export Corporation have already received a directive asking them to write down their "self- criticisms." CCP theorists (who more accurately should be called the leftist arm of the conservative faction) charge that films like "Ju Dou" "propagate historical and national nihilism." They claim that attacks on China's past are in reality subtle assaults on the present system.

A highly-placed source in mainland Chinese film circles says the real reason the government dislikes "Ju Dou" is that the film shows how an over-the-hill local tyrant uses physical punishment, violence and mental abuse to rule over his family. Chinese Communist authorities obviously fear that viewers will see this film as a metaphor for the methods elderly Communist rulers use to control society, as well as sympathize with the rebellious behavior of Ju Dou and her lover in the dye factory after the old man's paralyzation.

Those are the facts. The "Ju Dou" controversy, vividly and pointedly reflects how obstinate and feeble the politics of these old men are.❀



▲迁移部署

Deployment Before Battle

A cadre addresses a group of peasant women and children: "In preparation for the upcoming upper-level inspection, all women who have exceeded family planning limitations are to withdraw from the village posthaste."
(Selected from Workers' Daily, Jan. 23, 1991, p. 4)

9/07785

Back-door Scholarships

(Hong Kong, Wen Wei Pao [文滙報], Apr. 20, 1991, p.6, excerpts)

Abusing Pubic Funds for Private Expenses

A cadre in the Foreign Economic Committee of a certain city in northern Jiangsu Province recently encountered a rather troublesome problem: his son had failed to pass the university entrance examinations, and for the time being was unable to find suitable employment. At the same time the Northern Jiangsu External Trade College's adult education class was accepting students. The only problem was that the tuition, RMB 3000, was by no means a small sum for this cadre. Luckily, the cadre was in a position of some authority, and well-connected. An idea came to mind: why not find an enterprise to "help out" with the cost of tuition? He discreetly contacted a trusted friend, who just happened to be a district supervisor, and he in turn introduced the cadre to the manager of an eel farm. The manager agreed without hesitation to draw up a contract putting the son of the cadre on the eel farm's payroll for the upcoming semester.

Free Ride for Cadres' Kids

This practice of paying the tuition for cadres' children with public funds has cropped up time and again throughout mainland China. According to figures by Taizhou City officials in Jiangsu Province, who earlier in the year attacked this problem of raiding the public coffers for personal expenses, there were 146 cases of cadres shifting the burden of family expenses onto the state or to collective enterprises. Of the 91 students recently recruited by the Nanjing Aviation Academy, a large number were having their tuition picked up by the public.

This type of graft manifests itself in numerous forms, the most common being to simply attach the expense to a subordinate or related work unit's expense sheet. Other times the act is more of a reciprocal nature — you help my son, and I'll take care of your daughter. Everyone makes out fine, no one is the wiser for it, and you are looked up to as educational benefactor, though you are spending the public funds to do so.

Pushing the Limits

A vice-mayor in a certain county-level city took this practice to even greater heights. After managing to finagle RMB 5800 from two business associates to finance his daughter's education, he socked RMB 3800 away in the bank to earn interest. This type of corruption is just another example of abusing power for personal gain, in this case for the benefit of the sons and daughters of cadres. Not only does this tarnish the image of the cadre corps, but makes a mockery of our profession's pursuit of knowledge.

PERVERTING THE SPIRIT OF MAY FOURTH

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], May 8, 1991, p. 22)

Mr. Democracy and Mr. Science in the May Fourth Spirit

For all their great to-do on the 72nd anniversary of "May Fourth," the Chinese Communists have remarkably enough said not a word about Mr. Democracy and Mr. Science, which seems to suggest that the great May Fourth thinkers never touched upon these two topics.

The People's Daily pulled a fast one in its call for youth to carry forward the "May Fourth" spirit of patriotism. A classic example of dropping the wool over the eyes of the people, those ink-slingers deliberately flung out the idea of "patriotism" to mislead the ignorant into thinking that this was all that the "spirit of May Fourth" was about, while leaving those in the know too uncomfortable to quibble over details.

It would be just as well to forget about the "spirit of May Fourth" altogether instead of purposefully pulling democracy and science out of the picture, since extracting these two key ideas essentially drains the spirit of its meaning.

Naturally the "spirit of May Fourth" includes patriotic values. If they weren't looking to save the nation and the people from poverty, weakness and backwardness, the great minds of that era wouldn't have immersed themselves body and soul into a movement determined to oust the old and bring in the new. Patriotism can stand on its own and does not have to be transformed into a slogan. Also, as patriotism is an abstract concept, the key question is how to be patriotic, which leads to the ideas of democracy and science. These are the only two concepts which can promote modernization, and only by achieving modernization can patriotism be practically implemented.

But the Chinese Communist brand of "patriotism" and the patriotism recognized around the world are very different. Not long ago the word was that patriotism must embrace socialism, which turned around means that not embracing socialism (i.e. the current Chinese Communist regime) constitutes a lack of patriotism. But at the time of the May Fourth Movement the Chinese Communists were as yet nonexistent, and so the patriotic values in the spirit of May Fourth naturally had nothing to do with embracing socialism.

Love for one's country is a virtue, a norm which goes beyond any system or dogma. The Chinese

07

9107785

Communists' have polluted this virtue by turning it into another "–ism" — their own brand of "patriotism."

Love for one's country, like the feelings we have for our relatives, friends and those we love, cannot be transmuted into an "–ism."

Beijing's Human Rights Argument

(Hong Kong, Ming Pao Daily News (明報), Editorial, May 14, 1991)

While American congressmen and people in other countries are criticizing Beijing for its human rights record, some (mainland) Chinese leaders argue that the essential human right is to have a full stomach.

This sounds plausible. If you asked a starving Ethiopian to choose between food and the freedom of speech, he would choose food without the slightest hesitation.

Guan Zhong, a statesman in ancient China, pointed out, "One cannot begin to talk about honour without having adequate food and clothing." Franklin Delano Roosevelt, a modern American statesman, first advocated "the four freedoms" in 1941: freedom of speech and expression, freedom to worship God, freedom from want and freedom from fear. All these have something in common with Beijing's official position.

However, it should be noted that Roosevelt, by listing "freedom from want" as the third essential human freedom, did not mean to say that "one must have freedom from want before one can fight for other human rights." Similarly, by regarding "having adequate food and clothing" as a pre-condition of "beginning to talk about honour", Cuan Zhong meant to refer to the existence of such a state of mind. He did not mean to say, "Rulers may wantonly insult their people and are not obligated to guaranted them other rights unless and until they are adequately fed and clothed."

We do not believe that the Chinese authorities would hold such views. However, their omission to clarify their position is liable to lead to misunderstandings. As a matter of fact, Chinese leaders, being neither muddle-headed nor forgetful, must have realized that, while Chapter Two of their Constitution, "the Fundamental Rights and Duties of Citizens", expressly provides that Chinese citizens enjoy freedom of speech, of the press, of assembly, of association, of procession and of demonstration and have other rights and specifically states that Chinese citizens' freedom of person is inviolable, the Chinese Constitution contains no provision whatsoever which mentions the "basic human right to have a full stomach".

Beijing leaders must also have realized that China, as a member of the United Nations and signatory to the 1948 Universal Declaration of Human Rights, has accepted the declaration as "the common standard all nations and people strive to achieve". The Declaration, with its 30 Articles, provides for the right to ilve and enjoy personal freedom and safety; freedom from slavery and torture; freedom of thought, conscience and religion; and freedom of speech and expression, of assembly and of association. It also mentions the right to social security, though it is not meant to be over and above other human rights.

Chinese leaders must have realized that, as China has never proposed to amend the Universal Declaration of Human Rights, it follows that the Declaration's concept of human rights is applicable to China. As China is entitled to use it to evaluate the human rights record of another country, so may other countries use it to evaluate China's. Supposing South Africa's white officials argued that, as far as black South Africans are concerned, the essential human right is to have a full stomach and this right is more important than freedom from racial discrimination, Chinese leaders would certainly be entitled to refute them. If they then accused the Chinese government of meddling in South Africa's internal affairs, Chinese leaders would surely point out justly and forcefully that human rights know no border and that, though China has no right to use military means to intervene in the South African government's violation of human rights, it is perfectly entitled to condemn South Africa for its injustice and even apply economic sanctions against it.

Therefore, we should affirm that Chinese leaders, by arguing that "the essential human right is to have a full stomach", only stress the importance of "the right to social security" mentioned in the Universal Declaration of Human Rights. They certainly do not mean to ignore or slight any of the other universally recognized human rights, nor have they any intenion of ignoring any of the fundamental rights listed in Chapter Two of the Chinese Constitution.

内 耗

Internal Struggles

The caption "internal struggles" refers to those wasteful, time-consuming interpersonal conflicts that plague the Chinese Communist bureaucracy. The cartoonist here likens these intra-organizational struggles to the hands on a clock that have twisted themselves into an immobile knot. In a further sardonic note, the cartoonist has given the clock the brand name "Progress."

(Selected from "Humor and Satire" of the People's Daily, No. 283, Apr. 5, 1991)

9/07785

A SHORT HISTORY OF MAINLAND DEBT

(Shanghai, Finance and Economy Studies Monthly 〔財經研究〕, published by Shanghai Finance Economy Univ., Jan. 3, 1991, pp. 24—25, excerpts)

The State of Mainland China's National Debt

1. Mainland China's national debt in the 1950's. In 1950 mainland China incurred its first internal debt. At the time the nation had just concluded a long revolutionary war and had inherited the shambles left by the KMT. The economy was in dire straits, and government finance was under tremendous pressure. Therefore in order to fill the gap between income and expenditures, the government took out a 148 million "cent" commodity-price-indexed public victory debt. Starting in 1953 the nation entered a period of large-scale planned economic construction. In order to collect even more capital for funding construction, it floated public debts for national economic construction each year from 1954 to 1958 which reached a total of RMB 3.596 billion. In the 1950's mainland China, in addition to taking out public debts, also borrowed money from foreign countries, most of which came from the USSR and affiliated countries. After the 1950's, mainland China no longer borrowed money from abroad; all of the debts from the 1950's were cleared by the end of 1968.

Recent Adjustments

2. Recent internal debt. After the Third Plenum of the Eleventh CCP Central Committee, the government affirmed its program of reform and opening-up, and the focus of the nation's efforts started to turn to the construction of modern socialism. During the process of reform of the economic system that started in 1979, the government adopted a series of major policy measures, adjusting the distribution relations between the government, collectives, and individuals, expanding regional and enterprise autonomy, increasing workers' and farmers' income, and reducing the ratio of government treasury income to national income. As a result, the treasury was in the red every year. It was under these conditions that the government decided to float RMB 4-5 billion worth of treasury bonds in 1981. Afterwards, there still existed a constant gap which the treasury could not fill, so in order to raise more capital, the government floated several billion RMB of treasury bonds every year. In the past two years, in addition to offering treasury bonds, mainland China has also issued "essential construction bonds," "economic construction bonds," "financial bonds," "indexed-linked bonds," etc.

Opening Up to Debt

3. Recent foreign debt. In the long period stretching through the 1960's and 1970's, mainland China did not borrow any money from foreign countries. After the Ten Years' Turmoil was over, closed xenophobia was replaced by openness to the outside and procedures for going into debt to abroad were utilized constantly. According to figures announced on October 6, 1989 by the State General Administration of Foreign Exchange Control SGAFEC, foreign debts occurred in the years 1985 to 1988 were respectively US$15.8 billion, US$21.5 billion, US$30.2 billion, and US$40.0 billion. We can see from these numbers the accelerating pace of increase in recent years in debt to the outside under the policy of opening up to the outside. In early 1990 mainland China will face peak repayments of principle and interest on foreign loans.

Concentrate and Divide

The current national policy for foreign debt management is "concentrate leadership, divide responsibility." The set-up and division of labor of foreign debt management departments is as follows: the State Planning Commission is responsible for determining annual, mid-term, and long-term foreign debt plans; the People's Bank of China administers international Monetary fund, the loan of Asian Development Bank and the African Development Bank, taking out loans from foreign commercial banks, and examination and approval of bond issues floated abroad; economics and commerce departments are responsible for government loans; the Ministry of Finance is in charge of World Bank loans, and the SGAFEC manages and monitors relevant government functions toward foreign loans. The goal of this administrative structure is to adapt to the peculiarities of each department and strengthen each department's functions under concentrated leadership. However in actual operations, because of the lack of a vigorous controlling body to effect unified leadership, each department and region goes its own way. The government does not have the means necessary to put macrocosmic control of foreign debt management into effect. Thus the improvement of the foreign debt management system is one of the most important tasks facing the nation in the area of foreign debt.

Weak Decision-making

4. National debt supervision. National debt supervision is an important procedure in ensuring the normal movement of national debt economic activity. Implementation of effective national debt supervision can make national debt activities move along rational tracks, and can fully bring into play the positive effects of national debt activities on the nation's economy. But looking at the current debt supervision situation, we can see a few weak links. One is the weakness of policy decision-making. Debt policy decisions are a central element of debt activities, determining the scope, scale, and direction of debt activities. The rational making of debt policy decisions is thus of utmost importance. An effective procedure to ensure the accuracy of these decisions and avoid errors is to engage in decision supervision; yet, the nation's current national debt policy decision supervision system is still unable to be truly put in effect. Secondly, there is a lack of supervision standards. The implementation of supervision requires definite standards. The Set-up of perfect supervision standards is a must for a sound supervisory system. These can come in a variety of forms, such as economic standards, administrative rules, etc. Of all mainland China's debt activities, a system of su-

91027785

pervision standards has yet to be erected. For instance, in ascertaining the scope and structure of internal debt, we still have no ideal set of standards for judging what the most reasonable debt condition is. And, in managing foreign debt, mainland China to this day has yet to formulate an effective legal system for using and administering its foreign debt. It is thus under this situation of "no guidelines to abide by" that implementation of perfect debt supervision has also run into such difficulty.

MAINLAND'S MOUNTAIN OF DEBT

(Xiamen, Xiamen University Academic Journal Quarterly, 〔厦門大學學報〕, No. 1, 1991, pp. 25–26, excerpts)

Currently Emerging Financial Difficulties

The achievements of the past ten years of reform are obvious to all. Although these achievements have been inextricably linked with the financial support and backing of the government, we must keep sober heads and recognize that government financial conditions are in a state of grave difficulty.

Steady Deficit Spending

1. A gap between receipts and expenditures has led to large deficits.

Financial administration centered on expanding regional and enterprise financial autonomy along with economic reform has broken the system of unified revenue collection, but unified expenditure has remained largely intact. Financial expenditures are still completely centralized and, moreover, have exhibited rigid growth. The low growth of revenues — or even negative growth — forms quite a contrast with the rigid growth of expenditures. Given this, expenditures far in excess of revenues are impossible to avoid.

In the ten years from 1979 to 1988, with the exception of 1985, there has been a deficit virtually every year, adding up to a grand total of RMB 64.8 billion.

An Acute Dilemma

2. The leaning of expenditures toward a consumption pattern has influenced the stamina of economic development and the opening of financial resources:

The policy of "storing wealth in enterprise" has allowed enterprises to retain a larger percentage of their profits. This is a path worthy of consideration — if it can bring a corresponding strengthening in enterprises' reproduction activities mechanisms, especially as regards uncovering latent transformational ability. But because reform still lacks depth, enterprises' self-restraint abilities are poor, microcosmic operating mechanisms still cannot be strengthened, and economic efficiency is low. This leads to the acute dilemma of limited revenues and unlimited demands for increased expenditures; and for a number of reasons, the financial expenditures Leans to consumptive expenditures. In 1989, for example, administrative expenditures, defense expenditures, cultural, educational, and health expenditures, and price subsidies and wage adjustments took up about 85% of the national budget. The rest was used on essential energy and transportation construction and on other inputs. Under these circumstances, economic development lacks stamina, and the ability of financial administration to open up financial resources as well as the ability to exercise macrocosmic economic control is negatively affected.

Crushed by Subsidies

3. The burden of subsidies exceeds the ability of government finances to support them.

In some areas, the necessity of expenditures on subsidies was once of no reason to argue with. But the percentage of expenditures occupied by subsidies is now so high and is increasing so fast that it has become a tremendous financial burden. In the ten years from 1979 to 1988, revenues increased 1.2-fold while total subsidies increased 4.3-fold. In 1979 price subsidies amounted to RMB 7.9 billion, a figure which had increased to RMB 31.68 billion by 1988, while loss subsidies for national enterprises rose from RMB 9.0 billion in 1979 to RMB 44.6 billion in 1988. In 1989 these two types of subsidies totaled RMB 100 billion, corresponding to 35% of total revenues; if other types of subsidies are also figured in, the total runs to 40% of revenues, far exceeding the nation's support capability.

Central Budgeting Suffers

4. Two falling ratios and the scattering of national financial resources.

The reform of the financial and economic system has broken through the "centralized authority" system of distributing financial resources. However, one tendency may conceal another: the current problem is that the nation's allocation policy has excessively expanded local and enterprise financial resources, leading to a sharp increase in extra-budgetary capital. In 1989, extra-budgetary capital reached RMB 236 billion.

The ratio of budgetary revenues to total national income showed a huge drop. It dropped to 19.3% in 1988, 12.6% less than 1979's figure of 31.9%. Calculating according to 1988's national income figure of RMB 1.1507 trillion, it dropped 12.6 percentage points. This meant a loss of budgetary revenues to the tune of RMB 145 billion. The ratio of central budgetary revenue to total budgetary revenue for all levels also dropped. From the 1980 level of 66% it had already dropped to 47% by 1988. Following the continuance of the financial responsibility system, and local financial difficulties that constantly grow worse, it is possible that this ratio will continue to decrease. The slide of the relative size of the central budget and the insufficiency of financial resources cannot but affect essential national construction and the dynamics of macrocosmic economic regulation. This will not only impede the adjustment of the production structure and the rational lay-out of production, but will also harm efforts to elevate economic efficiency and nurture financial resources.

Mountain of Debt

5. The imminent peak in debt re-

9107785

payment and the emergence of debt difficulties. Going into debt is a nation's way of spending money in advance, of eating next year's food. In practice, it is the allocation in advance of money that will be collected from the people in the future. From 1979 to 1988 the total amount of funds borrowed by the government was RMB 111.5 billion. Subtracting 34.1 billion that has been paid back, that leaves RMB 77.4 billion of internal and external debt that still has to be paid back. Adding in interest, the amount reaches a total of over RMB 100 billion. In 1990 the nation will enter the peak period of debt repayment, requiring RMB 30–40 billion annually for payment of interest and repayment of principle. In recent years the government has budgeted revenue increases of RMB 20 billion a year. Even if these increases go entirely to paying off debt, they will still not be enough to completely cover the debt payments that ought to be made each year. The nation is thus forced into the unhappy predicament of taking out new loans to pay off old ones.❀

MAJOR ISSUES IN THE ADVANCEMENT OF REFORM

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], Apr. 3, 1991, p. 28)

Mainland's Reforms Face Difficulties on Two General Fronts

(An analysis by Chen Yizi, former director of the State Council's Economic System Reform Institute, and current executive chairman of the Princeton Contemporary China Research Center.)

Reforms taken over the course of the past decade in mainland China have lead many, both in and out of the country, to express great hope for the mainland's future. The massacre of June 4, 1989, however, lead many to abandon that hope. There are still many who look at mainland China's future with lasting optimism, while a greater number express a deep sense of pessimism. How, then, are we to treat the problems that exist in the mainland Chinese political and economic arenas, and from what vantage point do we view these problems? These questions of semantics are ones to which my colleagues and I are applying great research effort. It is my opinion that the current situation in mainland China can be summarized by two main points. The first is that a decade of reform, notably in the economy, has made it difficult for any leader after seized power to have his reforms reversed. This is a cause for optimism. Secondly, there exists at the same time a plethora of problems yet to be addressed, notably in the political sphere, and these problems have made it difficult for anyone who has controlled power to make drastic reforms to the system in a brief space of time. This is cause for a certain degree of pessimism.

Five Factors Keep Reform on Track

As I noted above, reforms in the economy have made it difficult for any leader and his policies to be completely turned around. An examination of the following five major factors is in order.

1. Initial reforms to the agricultural sector have been notably successful, especially after the break-up of the commune system: this has rocked the planned economy to its foundations. Since 1978, the farming population of mainland China has prospered under the fixed quota production system, breaking the communes' collective labor processing allotment system (which in reality was more like an equitable slave labor distribution system). Excess agricultural production has been freed from outside control, and this has spurred a steep rise in production activeness. Real wealth since 1978 has increased markedly, with annual net income rising 2.6 times. Under economic reforms, 100 million excess farm laborers have flowed into non-agricultural sectors of the economy. 80 million of whom are now employed in village industries. No longer can the government use artificially low prices and extraeconomic exploitation to take advantage of the peasantry. Some say that destruction of the commune system was the destruction of the base of support for the Chinese Communist Party. This could well be true. At the very least, moves towards high-speed development of heavy industry in a Stalinist mold (on the back of the peasant class) has been made impossible.

2. Development of a more diverse economy has effectively broken the state monopoly. Growth in collective enterprises, village industries, cooperative businesses, individual enterprises and foreign investment have all put mainland China on a course away from centralization, and towards some degree of competition, even forcing reforms and their associated increases in productivity at state-run enterprises. Currently, the share of production controlled by state enterprises has fallen from a 1976 high of 60% to 40%. It is obvious that attempts to move non-state-run enterprises back towards nationalization are unthinkable.

3. Distribution of power to local authorities and enterprises has to a great extent weakened the hand of the central government in planning control and exercising central authority. For example, fully 70% of the authority for the planned distribution of capital now falls outside the domain of Beijing. That same number applies to resource management, while revenue control at the central level has plunged from a 70% stake to 30%. This decrease in power and control at the central level has been a big boost to local governments and enterprises developments. Moves to re-impose past central authority, definitely not in the interests of regional governments and enterprises, would most certainly be met with substantial resistance.

4. The formation of special and open coastal economic zones has reversed the long-term isolation of mainland China. Opening these areas has not only fostered closer in-

9107785

tegration with the international economy and society, but has made reform and opening-up into mutually supportive strategic forces. No person or persons can turn the clock back on this development.

5. New ways of thinking and life have permeated mainland Chinese society, influencing and molding the attitudes of the people towards their own ways of thinking and life. The people want more free choice, and better material possessions. Getting the masses to accept the poverty and coercion of the past would be a monumental task to say the least. Although we all have complaints about abuses that have cropped up under reform, the thought of returning to the system of old is not only unthinkable, but terrifying. The above five factors, then, would make it virtually impossible for any leader to turn the clock back on reforms already instituted.

Five Factors Slowing the Pace

I also mentioned that after ten years of reform, there are still a host of problems that have yet to be addressed, most falling into the category of political reform, and that drastic, rapid political reform is close to impossible. The following five factors explain why.

1. The problem of free properties has yet to be resolved, particularly the problem of giving land to the peasants. This lack of resolution has accounted for minimal long-term investment by farmers, and minimal movement towards the development of labor, capital and resource pools, all of which could go a long way towards increasing the economy of scale in the farming sector. A similar problem surfaces in state-run enterprises, where no one takes responsibility for capital appreciation. The problem is unavoidable, and must be solved, yet will remain unsolved in the foreseeable future.

2. The work unit — that all-encompassing, all-smothering aspect of city life for most mainland Chinese — has passed through ten years of reform virtually unscathed. The work unit remains a self-contained political, social and economic microcosm, embodying systems of employment, health care, insurance, housing, record- keeping, retirement, even food and clothing — a cradle-to-grave decision-making machine. If there are no changes to the work unit system, there can be no providing the most fundamental freedoms to its members.

3. There are no independent social organizations in mainland China, since every individual and organization must be attached to a work unit or so-called upper-level department. In light of this, the needs and interests of the people at varying levels in society are unable to be collectively and freely expressed. This situation likewise hinders the formation of a more pluralistic society having competing political entities.

4. The problems of separation of Party and government, and government and business are problems in urgent need of solution. At the same time they are problems which directly effect the political structure of the country, as well as the individual power bases for many within the Party and government. This type of state monopoly of decision-making powers is in no way suited for an increasingly complex and modern economic entity such as mainland China and will not facilitate future moves towards modernization.

5. It is a universally known fact that the generation of formerly fervent peasant revolutionaries have, after long years in the cozy towers of officialdom, lost touch with the people, and possess neither the insight nor the foresight to lead the nation through reform. Although the days on the political stage for these men are numbered, their continued existence is a major obstacle to reform and social progress. In the near term, the outlook for real change remains gloomy.

Reform One Step at a Time

When we look at the first five arguments, it becomes clear that there is no turning back on the road to reform in mainland China. Looking at the second five, however, it is also evident that the forces of reform will not be able to thrust mainland China forward very far or very fast in the near future. We can positively state, however, that the peoples' demands for more freedom and a better life, as well as international pressure, will continue to push mainland China down the path towards greater reform. Social transformations will demand solutions to existing problems, and so regional leaders and businesses. If these problems remain unaddressed, dissatisfaction and unrest are sure to be on the rise.❀

CASH FLOW IMBALANCES IN ENTERPRISES

(Datong, The Economic Problems Monthly [经济问题], No. 2, 1991, excerpts)

Where Exactly Is Liquid Capital Flowing To

Capital is the lifeblood of any enterprise. Currently, a tight monetary policy presents daunting problems for enterprises in the regular implementation of production development and management activities. On one hand banks have injected large volumes of loan capital into the system, but on the other hand businesses have become increasingly vocal in their demands. In light of this situation, we have used twelve state-run industries and enterprises in Taiyuan City as our case study, and examined and researched the relevant factors surrounding their capital structure and resource flow.

Loans Down the Drain

Of the twelve state-run industries and enterprises, there were four involved in light industry, three in textiles, two in machinery, and one each in electronics, coal, and construction materials. By the end of June 1990, the twelve businesses had accumulated resource flow in the neighborhood of RMB 326.28 million, an increase over the previous fiscal year of 9.09%, while overall loan debt ballooned to RMB 232.16 million, an increase over the previous period of 41.23%. Under the pressure of increased liquid capital occupation and debt, the production value, sales volume, and profits of enterprises dropped 4.91%, 18.45%, and 124.48%

9107785

respectively. Under the above conditions, with the production value, sales volume and profit of these enterprises exhibiting net negative growth, why is it that loan demand has outstripped production growth at such a dizzying pace? Where exactly is all this liquid capital flowing to?

Looking at the surface of the problem, we find that:

1. Capital occupation structures are not rational, and there is serious inventory bloating. As of July 1, 1990, the twelve state-run industries and enterprises had inventory capital occupation in finished products equivalent to RMB 156.22 million, or 65.18% of normed current funds, an increase of 91.16% over the previous annum. Seriously overstocked inventories tie up needed capital and directly influence the continued normal production of any business. The Shanxi Wireless Electrical Factory, as of July 1, 1990, had inventories valued in excess of RMB 100.21 million, equal to 78.79% of normed current funds, an increase of 290% over the previous year.

2. The debt burden is becoming increasingly heavy, with the due anticipated loan payment burden rising markedly. As of July 1, 1990, due anticipated loans totalled RMB 49.7 million, fully 57.38% of non-normed current funds, up 94.83% over the last year. A good example is the Taiyuan No. 1 Wool Factory, where on July 1, 1990, due anticipated payment loans totalled RMB 28.25 million, an increase of 360% since July 1, 1989.

3. Industrial losses take a heavy toll on liquid capital. As of July 1, 1990, the twelve state-run industries and enterprises had accumulated losses of RMB 6.77 million. The Shanxi Machinery Factory alone has accumulated losses in the first half of 1990 of RMB 4.4 million.

4. Revenue cannot be used to back-up over-expenditure of special-use funds. Over-expenditure of special-use funds squeezes out regular production funds. For example, the Taiyuan No. 1 Wool Factory, which had an RMB 2.23 million deficit at the beginning of the year, between January and June and withdrew RMB 780,000 and had an over-expenditure of RMB 820,000, putting the definit at RMB 3.2 million at the end June.

Vanishing RMB

Looking at resource flow on a deeper level, problems in the production and management chain contribute largely to loss and loss potential, effectively causing large volumes of liquid capital to be wasted. According to investigations of the twelve state-run industries and enterprises completed at the end of June 1990, the twelve businesses had net loss/loss potential totalling RMB 30.09 million, fully 9.22% of liquid assets; include accumulated losses, and the figure climbs to 11.26%. In other words, more than one RMB in ten vanishes before the product even gets to market. Of loss/loss potential, reserve loss accounts for 6.66%, finished products for 53.56% and management for 32.41%. An examination of the Zhongyuan Glass Factory shows that is the period ending July 1, 1990, loss/loss potential had climbed to RMB 4.40 million, or 41.87% of overall resource flow: 7.8% from production, 25.69% from finished products, and 8.18% from management.

From the above conditions, we can clearly see the problems surrounding capital utilization and the reasons for such a shortage. What exactly, then, are the factors behind this surface stagnation, and deeper level capital hemorrhaging?

Soft Markets, Slow Turnaround

The overheated economy of recent years brought with it certain anomalies in production structure, and current tight fiscal policies have made market hysteresis all the more prominent. At the same time that businesses have felt the effects of increased capitalization, returns from sales have fallen off, inventories have swelled and due anticipated loan payments have increased. Results of investigations of the twelve state-run industries and enterprises revealed that overall average resource flow occupation jumped 54.3%, while sales volume in RMB fell 17.11% over the same period. Resource turnaround slowed greatly, with the overall capital turnaround period jumping 271 days; normed current funds turnaround increased by 153 days. This is most obvious in bulging inventories and ballooning loan payments. Finished product capital occupation and anticipated due loan payments registered increases of 97.92% and 94.82%, respectively.

Incompetent Management Has Made Numerous Unwise Decisions

It can be said that at this time in mainland China, management in many enterprises has fallen far behind the rapidly changing marketplaces in which they must compete, continuing to turn out products destined only for the warehouse or to be sold at a loss. The twelve state-run industries and enterprises, as of July 1, 1990, lost RMB 4.31 million on underpriced sales, RMB 465,800 in scrapped inventory, RMB 236,200 in storage costs, and RMB 3.401 million in uncollected accounts. For example, the Zhongyuan Glass Factory began turning out mold-extracted drinking glasses in 1990, 7.54 million of them, at a cost of RMB 3.58 million. The entire lot was inventoried, and finally sold for the reduced price of RMB 1.09 million. And then there is the Taiyuan Number One Wool Factory which, because of poor decisions up and down the management chain, ended up with RMB 2.61 million in uncollected accounts, or 9.24% of extended credit.

Bipolar Pricing Brings Cost Inversion

In recent years a number of production resources have become subject to market pricing. At the same time, government policies aimed at keeping consumer prices low have lead to the so-called "bipolar pricing phenomena": high production costs and low market prices. According to estimates, in the year ending July 1, 1990, the twelve state-run industries and enterprises lost RMB 9.59 million due to cost inversion. The Shanxi Wireless Electrical Factory had bipolar pricing phenomena losses totalling RMB 2.12 million. Increases in resource prices necessarily lead to greater capital occupation, and that ran as high as 20% in our twelve state-run industries and enterprises.

Skills Need Upgrading

Skills are not keeping up with technology and production structures are not rational. Of the 35 products manufactured by the twelve state-run industries and enterprises, fully 80% would be considered moderate to poor market performers. This is directly related to failures to actively develop skills in these businesses. Since 1979, when programs were initiated to upgrade production and improve skills, RMB 28.41 million has been allocated for technical training. In the first five years the total was RMB 20.53 million, while in the second five years the number had fallen to RMB 7.88 million. This reflects the attitude industry had during the heated economy of recent years, that increasing capacity and

sales were all important, and that skill upgrading could be put on the back burner. Now the fruits of such thinking — low competitive ability and blindness to market trends — have come back to haunt these businesses. The Taiyuan No. 1 Wool Factory, following two periods of technical training before 1985, experienced a boom in sales. In recent years, with a lax attitude towards technical training, 80% of products remain unsold.

APPROACHING THE PROBLEM OF BIG ENTERPRISE

(Hong Kong, Wei Wen Po 〔文匯報〕, Apr. 7, 1991, p. 2, excerpts)

Large and Intermediate-size Enterprises: Problems and Prospects

A great many large and intermediate-size state-run enterprises in mainland China are suffering losses, putting an immensely heavy burden on government finances. This problem has plagued the mainland Chinese economy for years now.

Widespread Losses

The subject of enlivening large and intermediate-size state-run enterprises was a focal point of the discussion groups at the National People's Congress (NPC) this year. The representatives most concerned with this problem were the local officials managing economic work, economists, and the enterprises' leadership itself. In a brief report of the discussion groups organized by the NPC Secretariat, comments regarding these enterprises were most prominent.

There is no agreement on the number of enterprises suffering losses, although it is generally considered to be about one-third. Two figures announced by the Ministry of Finance at this session of the NPC clearly indicate the severity of this problem: losses by enterprise last year more than doubled; state subsidies to these enterprises reached RMB 57.85 billion, which represents 17% of that year's national income.

As early as 1984 the CCP Central Committee proposed that the vitality of state-run enterprises, and especially the large and intermediate-size enterprises, be increased. However, according to some incomplete statistics presented by an economist at the NPC, only about 10% of enterprises have been invigorated to some extent, and 20% of enterprises are facing grave hardships.

Anxiety Mixed with Hope

Even though these enterprises only number about 10,000, amounting to less than 1% of all state-run enterprises, their actual profits are two-thirds of the national total. Because of this, they are the major lifeline of the mainland Chinese economy.

Almost every session of the NPC in recent years has faced the problem of state-run enterprises. However, the depth and breadth of the discussion this year was unprecedented. Hope and anxiety intertwined, and the ideas presented provided many options for the government's policy-making.

The almost unanimous view of the representatives at the NPC was that the problems currently faced by enterprise — such as capital shortages, excessive financial burdens, product overstocking, benefits reduction, etc, have not been brought on by state management or public ownership, but are problems of the system and of the economic mechanism. The prospects for enlivening enterprise lie in reform, and the heart of reform lies in expanding the independence and initiative of enterprise. In this way enterprise will truly become self-run, as independent commodity-producers and managers become responsible for their own profits and losses.

Clashing Opinions

"为您服务"——企业马拉松赛途中

"At your service"—Along the route of the enterprise marathon Marathon runners, representing mainland companies and factories, are beset with fees, fines and other demands for funds as they struggle to complete a grueling marathon. The banners, from top to bottom, read: soft drinks–RMB 100; sweat wiping–RMB 100; press photography–RMB 2000; stimulant testing–RMB 5000; fine for rule violation–RMB 10,000; please support the sponsorship fund.

This cartoon is a blackly humorous reference to the "three excesses"(excessive fining, excessive fee collection, and excessive apportionment) plaguing the advancement of mainland enterprise.
(Selected from "Humor & Satire" of the People's Daily, No. 284, Apr. 20, 1991)

9107785

The representatives came up with a lot of different ideas on just how to reform. Li Yining, an economics professor at Beijing University noted that the important point of economic reform is to allow enterprise to proceed as quickly as possible with investment choices and production-management style choices according to their own perceived advantage. Further, they should be able to make after-tax distribution of net profits as they wish, and assume their own responsibility for investment and operational risks. He stated that this type of enterprise is an independent participant in market activity.

An economist from Shanghai, Zhang Zhongli, while admitting that the problem of enterprise independence must be solved, also held that the independence of the enterprises should not be without limit. He therefore stated that as reforms deepen, the exact form and substance of the independence of various types of enterprises must be sought out and determined. He said that as reforms take hold in state-run enterprises, ownership by the whole people and the realization of a pluralistic mechanism in the enterprises should be upheld. This mechanism would include contractual undertaking of work, a stock system and a capital management responsibility system.

Stock Controversy

Zhou Guanwu, the Chairman of the Beijing Iron and Steel Works Factory Committee feels that the implementation of a contractual system and the expansion of enterprise independence will invigorate their activities. But, he is not in favor of a share- holding system in enterprise, since share-holding could possibly become a step toward the privatization of these enterprises.

However, Li Yining along with another economist and Beijing University professor, Dong Fureng, are in favor of the institution of share-holding in the state-run enterprises.

Professor Dong believes that some possibilities in future reforms are share-holding, leasing, and sales to the collective or to private individuals by the smaller enterprises. He stated that it is not necessary to worry that share-holding will lead to capitalism, since the public corporate entity can become the main body of enterprise shares, thus, the publicly-owned unit will be the major holder of shares. But he believes that to put this kind of reform into practice requires sufficient preparation, especially in the setting up of standards.

Professor Dong also feels that due to the unsound nature of the contractors' short-term behavior and this behavior's effect on the system, the contractual system for enterprise has suffered some serious negative results.

Explore During Practice

Li Yining believes that the contractual system as well as the gradual transition toward share-holding in the publicly-owned base must continue to be perfected. Right now it is possible to intersect the development of share-holding with capital management, and to encourage an equivalent exchange on a portion of shares. At the same time, he feels that a pilot project could be expanded to include sales of enterprise-held stocks to private individuals in society-at-large.

CONVINCING REASONS FOR AGRICULTURAL PRICE REFORM

(Beijing, Agricultural Economy Problems Monthly [農業經濟問題], Jan. 23, 1991, pp. 22–23, excerpts)

Farm Products Pricing Policy and Agriculture's Comparative Benefit

Agricultural pricing policy has always been a knotty problem in economic reform. Even though the agricultural product unified assignment and purchase system which had been in effect since 1953 was terminated in 1985 and replaced with the "two-track system" of fixed state purchasing and market purchasing of major agricultural products, the price-forming mechanisms of agricultural products, and particularly of staples, have yet to experience any fundamental changes. With the policy of "relaxation here, tightening there" and with the comparative benefit of industry in economic development, the inequity of the agricultural products price structure is made all the more apparent. In recent years there have been many odd phenomena that have cropped up in agriculture that cannot be explained by ordinary economic theory. On one hand, many areas complain of "difficulty in selling," while on the other hand, these same products cannot meet demand as their market value continuously increases. Also, on one hand city residents rattle on endlessly about getting more food subsidies, while on the other hand a large quantity of low-priced food supplies to the cities are sold in the form of "economizing surpluses" to peddlers, through whom it flows back to the countryside. These occurrences have a significant connection to the inequity of the agricultural pricing system and the purchasing and sale system.

Today the main problems existing in agricultural pricing policies manifest themselves in the following areas:

Fixed–Market Price Imbalances

1. The fixed purchasing prices for major agricultural products fall far below the corresponding collective market price. From this it is possible to make several basic conclusions: 1) Several major grain types have a fixed purchasing price that is less than market value — calculating according to average levels from the first half of 1990, this shortfall ranges from 30 to 114%; 2) since the 1985 implementation of the "two-track system," the gap between the list price and market price of grain not only failed to shrink, but registered a conspicuous expansion (with the exception of rice); 3) shortfalls in the types of products that can be used inter-

15

9107785

changeably for food and animal feed or industrial fermentation (such as corn, sorghum, and dried yams) are the largest. Another atypical phenomenon is that upon inspection of monthly changes in grain prices over the years, it was discovered that grain prices continued to increase even directly after their harvest seasons. This runs counter to the conclusions economic theory and conventional principles would draw regarding the seasonal fluctuations of agricultural prices, indicating that the government's pricing policy and purchase/sale system have seriously distorted the normal rules of movement of agricultural product prices.

Regional Price Inequities

2. There is little apparent difference in prices among regions (fixed purchase prices). Because of regional disparities in production rate standards and levels of expertise, prices for the same products should in theory differ by an amount corresponding to transportation costs. However, the fixed purchasing policy currently in effect has yet to fully take this fact into account. The result is to impede the flow of agricultural products among provinces. Artificial regional inaccessibility further aggravate regional market disparity, which is detrimental to the formation of a unified national market.

Uneven Agricultural Growth

3. Comparative pricing among agricultural products is irrational. The "two-track system" has ruined comparative price relationships among agricultural products, causing a drop in the relative benefit of major crops such as grain, cotton, oil, and sugar. This has produced a new internal advantage structure that is deleterious to continued stable growth in agriculture, which has blocked adjustment and improvement of agriculture's internal structure. A pattern can be seen in the growth of the value of products from various areas of agriculture that occurred from 1984 to 1989. In this period the total value of agricultural products increased by an annual rate of 3.9%. For horticulture, forestry, animal husbandry, fishing, and subsidiary products, the annual increases were 1.2%, 0.6%, 8.7%, 15.1%, and 14.8% respectively. It is clear that growth in agriculture during those years depended primarily on the extraordinarily high growth of the latter three; horticulture and forestry were stuck in a position of comparative stagnation. For the sake of comparison it should be pointed out that growth in these five areas was much more balanced before 1984.

4. There is an imbalance in the comparative value of inputs and outputs. In recent years the retail price of industrial products has increased at an annual rate of about 20%, while the fixed value of agricultural products has been adjusted upwards at a far slower rate. This harms peasants' production initiative.

5. There is a serious inversion of agricultural buying and selling values. This 1) reduces the possibility of government financial support of agricultural, and 2) increases consumption and waste. Thus, the supply/demand paradoxes of agriculture (most importantly, grain) become more prominent by the day.

Reform Direly Needed

Agriculture product pricing policy has reached the point where reform is absolutely imperative. We have been discussing agricultural price reform for many years now, but have always been too cautious and indecisive to take any substantive steps. Bad old practices die hard, but die they'd better. We need to stimulate the enthusiasm of producers, yet on the other hand we must consider the short-term welfare of consumers. The dilemma that agricultural pricing policy is in is a fact that any serious policy-maker must be sure to face up to. There have been a large number of proposals for reform in this area, each with its advantages and disadvantages. We believe that at the very least the academic world should initiate comprehensive and broad-based research and debate on this subject and perform a serious empirical comparison of the consequences of each proposal.

❀ ❀ ❀

ANCIENT IDEAS FOR A MODERN WORLD

(Beijing, The Outlook Weekly 〔瞭望週刊〕, Overseas Ed., No. 12, Mar. 25, 1991, pp. 35–36, excerpts)

Confucian Culture and Its Modernization

The "International Academic Conference on Confucian Culture and Its Modernization" convened at the end of January in Haikou, Hainan. This international academic conference, sponsored jointly by the mainland's Hainan University and Taiwan's Tamkang University, drew attention from scholars both in China and abroad, receiving nearly a hundred papers and synopses from mainland China, the United States, the USSR, South Korea, Singapore, Taiwan, and Hong Kong.

"Confucian Culture" is a collective reference to the cultural phenomena that the evolution and flow of Confucian doctrine has produced over the ages. In the history of Chinese culture it occupies an important place indeed. The most central of the doctrines established by Confucius are "follow the examples of Yao 〔堯〕 and Shun 〔舜〕, of Wen 〔文〕 and Wu 〔武〕" and to uphold "rites and music" and "virtue and morality." He believed in "just and benevolent government," and stressed the moral and ethical teachings of loyalty, filial piety, honesty, and uprightness. From the time of Emperor Wu's exclusive support of Confucianism in Han Dynasty, scholars of different eras educed a variety of different Confucian doctrines from the teachings of Confucius to fit the needs of their times, contributing to the richness and complexity of Confucian culture.

During the one-week conference, sixty scholars from China and abroad emphasized the need to enter into serious study and discussion of the following topics: "The influence of Confucian culture on today's society,"

9107785

"The position and function of Confucianism in the course of modernization," "Confucian culture and East Asian civilization," and "Confucian culture as an internal mechanism in today's transformations."

Practical Confucianism

According to the "Confucius Foundation of China" Secretary-General Feng Zengquan's introduction, ever since the October, 1976 end of the Cultural Revolution, mainland scholars have turned from simple denial to a reexamination and criticism of Confucian culture from a different perspective, having already published about 2000 monographs and papers on the topic. He said they had established a number of specialized research organizations such as the "Confucius Foundation of China," the "Chinese Cultural Academy of Classical Learning," and the "China Confucius Institute." Meanwhile, the USA, Japan, South Korea, and Singapore have aimed their focus at Chinese Confucian culture. The study of Confucian culture is gradually becoming a new wave of international academic endeavor.

Hainan University professor Zhou Weimin summed up the effects of Confucian culture on modern society as follows: Firstly, as the Chinese people, bearing thousands of years of traditional culture on their shoulders, make strides toward modernization, the questions of how to change the old and bring in the new and how to adapt to societal development are forcing scholars to think about the main current in traditional Chinese culture — Confucian culture. Secondly, scholars hope to be able to resolve some of the disequilibriums and limitations in modern civilization that have accompanied modernization. This is because Confucian culture's ideal of humanism is to establish and maintain a stable, orderly social structure. It pursues the perfection of individual character and collective consciousness; it is an advocacy of moral ideals. This suits it well to remedying some of the imbalances that inevitably arise in a modernized society but that can't be solved from within the society.

Confucian Culture in Modernization

Conference attendees believed that all schools of Confucian thought are socially conscious and are without a doubt the products of history, but that Confucian culture has become a sort of long-term accumulation of the sediment of national cultural psychology, a value orientation, a method of thought, and a model of behavior which still has vitality today and which has profound effects in all realms. It is also something that needs correct guidance in order to be integrated into the construction of modern civilization.

Professor Xiao Shafu of Wuhan University demonstrated the simultaneous existence of an enormous number of Confucian traditions and their inter-related rise and decline from the direction of the cultural history of the Book of Changes and the Doctrine of the Mean. He explained how stores of ancient traditions are the germ of the culture of the future, and how they have an important enlightening effect on modernization efforts. Mr. Liu Yanglie of Southwest Teachers' College delivered an academic report on "Confucian Suffering Consciousness and the Modern Intellectual," which elucidated the positive impact the propagation of the Confucian tradition of suffering has had on modernization construction.

Four Little Confucian Dragons

A number of scholars here and abroad have drawn on the success of Japan and the four East Asian little dragons to demonstrate the possibility of alloying Confucian culture with modernization. They have also pointed out that in the course of modernization, we must firmly recognize the status of Confucian culture as well as the enormous and unmistakably evident role that it has played in the areas of morals, ethics, and spiritual activity. Scholars believe that the preservation of Confucian traditions is a stabilizing force in society, and that it has an important function in preserving a congenial society that respects work and in fashioning a stable investment environment to promote societal development.

Professor Li Jinquan of Zhongshan University raised the point that as we throw off the yoke of tradition, we must not throw away any valuable vestiges of traditional culture. We should not forget Confucianism's belief in improving others by improving yourself, in making yourself into an example for others to follow, in putting morals above personal profit, and in happiness following forethought, as well as in the traditional values of respect for the old and love for the young. These precepts should all be emphasized and developed in the course of modernization.

Singapore: Confucian Utopia

Professor Lin Xudian (Lin Hsu-tien) of Singapore's National University talked about his beliefs about Confucian culture from the point of view of self-experience. He said that even though Confucian culture is not the main motive force in promoting modernization, it still serves indispensable harmonizing and ameliorative functions in interpersonal relationships. Lin believes that Singapore's promotion of Confucian education in recent years has not only helped eliminate a variety of social maladies, but that it has also served as a basis of culture in Singapore, and that it has brought amity and serenity to society.

But how can Confucian culture be altered to fit the present age? Professors Gong Pengcheng (Kung P'eng-ch'eng) and Li Ziyi (Li Tzu-i) of Taiwan's Tamkang University brought forth their own view on this subject: Confucian culture must, through a variety of means, be geared to the general public in order that the power of knowledge may be shared by all. Only in this way may we raise the level of the public and promote societal progress.

Common Bond

This academic conference convened jointly by Taiwan and mainland scholars lasted one week. Despite the fact that scholars from the two sides of the Taiwan Strait have been separated for forty years, and have formed differing academic concepts, everybody was still able to "express all their opinions and celebrate their similarities," to speak without inhibition, and to accommodate each other through a frank interchange of opinions. Attendees from both sides of the Strait all believed strongly in at least one thing: that they should all join hands in uncovering and carrying forth the fine traditional culture of China, holding fast to the most ancient of cultural roots while letting ancient culture exercise the positive function it should in the course of Chinese modernization.

IN DEFENSE OF TRADITIONAL CHINESE CULTURE

(Beijing, Academic Journal of the Graduate School of the Chinese Social Sciences Academy 〔中国社会科学院研究生院学报〕, No. 2, 1991, pp. 3–4, excerpts)

On Fostering China's Outstanding Traditions

Confucianism emphasizes "human relationships," and "human relationships" have thus become an important characteristic of Chinese culture. Some say that Chinese culture is the "moral" kind, but such views are too generalized and inappropriate, as ancient Chinese philosophy, aside from stressing human relationships, also stresses the relationship between humans and nature (or the realm between heaven and man) and the relationship between humans and society (or between the multitude and the individual). Still, emphasis on human relationships is surely one of the traits of Chinese culture. Some people feel that Chinese culture's emphasis on human relationships has erased the independent character, even going so far as to say, "In a traditional culture where the overall design cancels out principle value, and where the independent character is eliminated, real people cannot develop and grow." This raises a serious question: if Chinese culture has eliminated independent character, can this culture still be considered a culture? If in traditional culture real people cannot develop and grow, then do the Chinese people still count as part of the human race? In fact, holding that Chinese culture exterminates independent character is akin to a complete denial of the value of Chinese culture as culture. This question must be debated.

Human relationships in traditional culture deserve a concrete historical analysis.

Evolution of the Self

The concept of human relationships throughout Chinese history has gone through an evolutionary process. Confucius talked about "ruler, ruler, subject, subject – father, father, son, son." Mencius defined human relationships as "a blood relation between father and son, a relationship of duty between ruler and subject, one of difference between husband and wife, one of hierarchy between elder and younger, and one of trust between friends." As for the father to son relationship, Mencius believed that children may have different opinions from parents and may remonstrate with them. On the relationship between ruler and subject, although Confucius supported sovereign power, he advocated "using the 'dao' to serve one's ruler, but if he should not accept your attempts push him not," believing that subjects should not serve their rulers unconditionally. He said that if a monarch were to utter, "I am not happy as monarch, but do as I say," it would mean the state was in peril. This quite clearly opposes monarchical tyranny. Mencius suggested the idea that "it is the people that are precious, the monarch is secondary," establishing the relationship between ruler and subject as relative. As for the relationship between husband and wife, Mencius believed that "obedience is the right way for a man's concubine or wife," which it can be said repudiates the independent standing of women. Nonetheless, the "Shuo Wen" 〔說文〕 lists the explanation, "Wife, woman and man are equals," which still concedes the dignity of women. Han Dynasty Confucianism heralds three guiding principles, illustrating the inclinations to be unequivocally obeyed by subjects toward rulers, sons toward fathers, and wives toward husbands; Song Dynasty Confucianism says that "parents are never wrong," "rulers are never incorrect," which even further stresses the submission of a son toward father and subject to the ruler. This fits right in with the strengthening of authoritarianism. The belief that "parents are never wrong" deprives offspring of their independence before their parents, but independent character remains when it comes to the parents of others; "rulers are never incorrect" deprives the ruled of their independence before their rulers, yet the ruled are still able to maintain a certain degree of independent character among the general populace. Here, all sorts of complicated circumstances are taken in.

The ruler–subject relationship encompasses the correlation between class antagonism and distinction of rank. However, the father–son relationship is different as fathers and sons belong to the same social standing. The same holds true for husband and wife. Even though father and son, husband and wife are unequal, still theirs is not an oppressive class relationship. Parents must admit that their children are also of the same status, the husband has no choice but to recognize that the wife is of the same status as well, both of which mean recognizing the human character of the other party.

The above analysis shows us that the Confucian concept of human relations, especially as concerns Han Dynasty Confucianism's three guiding principles, tends to deny independent character in relations between ruler and subject, father and son, and wife and husband, but does not deny the mutual, reciprocal independent character in the relation of people to society and among people.

Independence Affirmed

Confucianism also has sayings like "people can all be like (mythical Chinese rulers) Yao and Shun," meaning that everyone may possess a noble character or that everyone may reach equality of character, which is an affirmation of the independent character. Of the five relationships, those between elder and younger and between friends are essentially equal relationships, going a step further in confirming the independent character of the other party.

Human relationships are social relationships, and the five relationships speak of five kinds of social relationships. Any individual can only exist within a social context, it is impossible for one to possess an individual character completely divested from social relationships. The independent character and social relationships are complementary. Within a certain range, "three guiding principle" thinking has diluted the independent character of subject, son, and wife before the ruler, the father and the husband, yet it does not deny the relative independence between one individual and another in society. Over all, stress on human relationships in traditional society never destroyed the independent

9107785

human character of people. The idea that Chinese culture has demolished the independent human character is an absurdity completely divorced from the facts.

Stress On Human Dignity

Confucianism stresses human relationships, while at the same time emphasizing the dignity of human character. Confucians praised Bo Yi 〔伯夷〕 and Shu Qi 〔叔齊〕, saying, "They never lost their will, nor allowed themselves to be humiliated." Mencius went a step further in describing the virtue of a great man in that the "rich must not submit to excess, the indigent must maintain an unswerving will; do not succumb to force." All of this underscores the dignity of human character. Confucius said, "The flesh may be sacrificed for honor," and Mencius said, "Life may be given up for justice," which in part means that to preserve personal dignity, one must by all means not suffer humiliation. It should be recognized that even in ancient times China had already realized the self- awareness of the "real person." We should come to clearly comprehend the distinguished tradition regarding personal dignity in Chinese culture.

In China, the "ruler–subject" relationship was eliminated after the Xinhai Revolution 〔辛亥革命〕 (in 1911); however, life in every day society still contains the superior to subordinate relationship between leadership and the masses. In the new society, leaders and the masses should respect the independent character of one another. Father and son, husband and wife, elder and younger, friend and friend, all continue to exist in the new society, but their respective relationships have undergone enormous changes. Most importantly, the personal dignity of the other should always be accorded respect.❀

OLD WINE IN NEW BOTTLES

(Hong Kong, Ta Kung Pao 〔大公報〕, Apr. 2, 1991, p. 16)

Chinese Cultural Tradition Works Its Way into the Corporate Culture Management Model

The corporate culture management model is the product of research and comparison work performed by European and American scholars and experts who studied the successful Japanese corporate experience. The results of this effort show the close interrelation between corporate culture theory and Japanese culture. However, the heart of Japanese corporate culture management theory is Chinese traditional culture. The relationship between the corporate culture management model and Chinese traditional culture is manifested in four areas.

Confucian "Familial Tolerance"

The most prominent characteristic of the Confucian tradition is the spread of the concept of family ethics into all aspects of political, cultural, and social life. Along with the spread of Chinese culture, family tradition also influenced all East Asian societies. The Confucian concept of the dutiful son and younger brother became the standard of human conduct. The most prominent feature of Japanese corporate culture is familial tolerance. Japan's corporations have put the family concept to work in a different way, extending moral tolerance to those who participate in the corporation itself. Furthermore, the Confucian concepts of the spirit of continuous self–exertion, the idea of seeking self– perfection and moral accomplishment, the traditional notion of compassion whereby others should be treated courteously and great virtue brings rewards, and other value beliefs, as well as correct behavior, have penetrated deeply into the very heart of the corporate culture model.

Weakness to Overcome Strength

Laozi's concept of "weakness" is a softness that makes all creatures feel as if they are self–sustaining and self–evolving rather than powerful masters of their fates. This is the domain of "inaction" 〔無爲〕. It is this state of being towards which a few successful American and Japanese corporations are now striving. These corporations are allowing the concepts of "softness," "suppleness," and "fluidity," to percolate down into the corporate organizational structure and management operations. In short, it doesn't matter if we're talking about the "softness" of the organizational structure, the "suppleness" of the operations, or the "fluidity" of internal management, these activities ultimately express the ability of the corporations to adapt to an environment of change.

Know Your Enemy, Know Yourself

Sunzi's "Art of War 〔孫子兵法〕" has many practical applications to contemporary corporate management. Key ideas in this philosophy are, "Love your soldiers and care for them as infants," "Know your enemy and know yourself to be ever–victorious," and "Overcome hardness with softness, be flexible." The Japanese economic world has combined the "Art of War" with current American economic management methods to form the drive wheels of the vibrant Japanese economy. It is easy to see that the Japanese have paid great attention to these two aspects.

The Management of Inaction

Chinese–style management should use the Book of Changes as its foundation. Management of this type flows through stages of integration, positioning, adaptation, innovation, and reintegration — a ceaselessly evolving holistic process. The holistic system encompasses heaven, earth, man, and time, organized into a universal system. Within the holistic system, each factor has a relative, or opposing position, which allows the system to maintain balance. Adaptation exerts a balancing, regulatory effect on the motion of the system's internal relations, and innovation, which acts through adaptation, raises the system to a new level, creating new values in the process. It would be an achievement of no small significance if the Chinese people could, by working through integration, positioning, adaptation, innovation, and reintegration, apply the methods and wisdom

of the Book of Changes to management, policy-decision, and reform. Japan and the USA have already begun making headway in this area of research.

In a word, traditional Chinese culture has penetrated deeply into the underlying structure of the corporate culture management model. This new model has given us a fresh perspective into the corporate view of human organization. We have finally discovered the real face of human organization. "Flexible" management with man at the center is far superior to "rational" management centered around "things." This is surely a revolutionary change in human management theory. Compared to scientific management theory and behavioral science, the cultural model is a newer, higher quality, and more vital one. In the current world economy, the brutal rule of survival of the fittest has been eliminating corporations at an ever-increasing rate. It follows that a cultural tradition capable of keeping a corporation alive in a competitive environment would hold a very important place. We can use our age-old cultural heritage to help improve and reform our dated management system, creating thereby a corporate culture that reflects our national character as we participate in global competition.

LESSONS FROM THE PAST, GUIDANCE FOR THE PRESENT

(Tianjin, The Social Science Monthly 〔社會科學〕, No. 1, 1991)

Traditional Historiography's Value for Today

1. How Should We Understand Traditional Chinese Historiography?

The view popular a few years ago that "the crisis in historiography is actually the crisis of traditional historiography" represents a one-sided, absolutist appraisal.

Enduring Vitality

Traditional Chinese historiography has always emphasized the concepts of "good and evil" and "right and wrong," and advocated "punishing evil and urging to good," "adopting what is right and abandoning what is wrong." Above even these, however, it emphasized summing up and expounding on the reasons behind the rise and fall of governments, and behind successful versus failed rule. It emphasized observation of the past in order to know the future; it emphasized ethical principles; it emphasized the function of "man" and "human designs" in determining the progression of history. The practice of traditional Chinese historiography stressed the combined attributes of "morals," "talent," "learning," and "discrimination." From these it derived its enduring vitality.

Key Features of Chinese Historiography

2. Traditional Historiography Comprises a Wealth of Material and an Outstanding Historical Tradition

The following are three major areas in which traditional historiography especially shines: 1) Enterprising spirit — in early-Qin period historiography one finds thought which took into account the tendencies of the day, as well as a shift from extreme pronouncements to reasonable observations which informed the development of historiography from Qin-Han times on. Records of dynastic "heydays" and "resurgences," and of the successes and failures of reformers and the morals and lessons of their experiences have been preserved down to the present day by the great historical works of the past. The historical theories of past ages are likewise universally imbued with a spirit of innovation and enterprise. 2) A Sense of National Cohesion — also traceable to early-Qin historiography. The "Zuo Zhuan" 〔左傳〕 depicted the struggles and mutual assimilation of various peoples, as well as the status of different peoples under Spring and Autumn-period hegemonism. The "Book of History" 〔史記〕 and the "History of the Han Dynasty" ("Han Shu") 〔漢書〕 paint a magnificent panorama of a unified feudal nation. Meanwhile, folk histories and local annals provide an especially sharp reflection of the sense of the underlying cohesiveness of this multinational country. Subsequent historians widely followed the examples of such prototypes, producing many colorful narrations and theses, all infused with this "family of man" consciousness. Not only does traditional historiography reflect the historical processes by which a common psychology and "sense of cohesion" formed among the Chinese people, it has furthermore played its own role in stimulating that process. 3) The wisdom of history — traditional Chinese historiography emphasized highly a summing up of the activities and ideas of one's predecessors for the enlightenment of one's contemporaries and posterity. During the Spring and Autumn Period (770-476 BC) people strongly believed in the importance of an education in history for developing wisdom. An emphasis on historical education and on gleaning wisdom from history is one of the characteristics of traditional Chinese intellectual culture. Gong Zizhen's words, "One desirous of knowing great truths must first apply himself to the study of history," epitomize this historical tradition. The flames of historical wisdom accumulated in traditional Chinese historiography by no means serve only to cast light on the past, but also to illuminate the present and the future — this is the practical value of historiography. From knowledge of history, to the drawing of its object lessons, and finally, to a consciousness of historical choice — this is the developmental progression of the accumulation and use of historical wisdom as reflected in traditional historiography.

Applying Tradition to Today

3. Traditional Historiography's Place in Modern Construction

An unprecedented, great, histor-

8107785

ical "enterprising spirit" is called for in modern construction. This is in part a necessary response to external challenges and impetus, but, even more importantly, it is a product of our own conscious volition. This volition is possessed with a profound historical consciousness. It constitutes a modern development in the Chinese people's tradition of constantly striving after self-improvement. Modern construction demands a strengthening of the cohesiveness and self-assuredness of the Chinese people, elevating these attributes into an ideology of intense self-awareness. The Chinese's cohesiveness and self-assuredness is the deep and enduring historical wellspring of our patriotism. Modern construction likewise calls for individuals with state-of-the-art know-how and great wisdom, as well as a contemporary consciousness. The contemporary consciousness of the Chinese should, however, belong to the Chinese; not only is this in line with world-historical trends, it also conforms to the characteristics of Chinese history. On the path to the modernization of China, therefore, the value of the rich historical wisdom accumulated in traditional historiography is not to be underestimated.❀

MARKING THE PASSAGE OF A CHAMPION OF FREE PRESS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], Apr. 17, 1991, p. 2)

Wang Ruowang Mourns Qin Benli

I heard today that Qin Benli had finally left this world. An early pioneer in mainland China's fight for freedom of the press has finally fallen! What is even more painfully sad is that he fell before seeing this freedom of the press realized.

A world-renowned newspaperman, Qin was concerned about the entire world. He became a Party cadre in the 1940's, and was a self-taught and celebrated economist. In his illustrious life, he received two international awards: the first, in 1950, was the Stalin Award for his work, "The History of American Economic Aggression in China;" and the second, in 1990, was an honorary medal awarded by the United States' National Press Association.

Awarded by the Outside World and Forced to Suffer in his Own World

There are two types of people in the intellectual world who specialize in opposing doctrinairism and things unscientific, and who tend to propagate rebellious thinking: astrophysicists and economic researchers. Comrade Qin Benli respected the objective laws of economics, and stuck firmly to his own views in the face of the blind directives from the upper levels. As such he could scarce avoid the prejudice and attacks of the ruling elite. (The fact that foreign countries gave him awards while his own country gave him nothing but hardship might have something to do with relative value systems.) Other economists, such as Shen Zhiyuan, Sun Yehfang, Qian Jiaju, Yu Guangyuan, etc, suffered grievously throughout their lives. Unfortunately, both Sun and Shen died prematurely due to political persecution, and now Qin Benli has followed in their footsteps.

The difference between Qin and the elder generation is that as he was about on the point of retiring, he and some close friends began the distinguished "World Economic Herald," bringing together the lives of both newsmen and economists. He spent a full ten years working diligently and conscientiously on this newspaper to make it truly representative of all the people and of all viewpoints, as well as to contribute to reform and liberalization. As a representative of all popular views, the newspaper had a wide readership both domestic and foreign. This most surely is a prominent contribution! Why is it that a written call for democracy, though against the wishes of the ruling class, would bring down death, the closing of the paper, the dispersal of the newsmen, and the imprisonment of the editor and reporters (a total of four people were locked up for more than a year). The chief editor, a highly-placed Party member, committed a grave miscarriage of justice by failing to see the facts clearly, and thereby initiated one of the most unfortunate literary persecutions in history. May we ask what constitutional provisions this sort of punishment fulfills? And what Party constitutional provisions?

Even more perplexing and irritating is that as Qin Benli was facing death, the Shanghai Municipal disciplinary delegates did not go to console him, but at his sickbed announced his Party discipline and punishment — he would remain under Party observation for two years. Could it be that the carrying out of discipline is this unfeeling, that they could reopen the wound of a critically ill man who has contributed so greatly to Party and country? This is the equivalent of the executioner's orders of old. And could it be that the protection of Party membership is more important than the protection of life itself?

Apparently, the Fourth Meeting of the Seventh National People's Congress had just announced that they were bringing to a close the leftover business related to the June Fourth Incident. And in order to complete this mission, they hurriedly reached a conclusion on the Qin Benli affair, and made known that it had been dealt with completely.

This kind of announcement from the National People's Congress serves to pacify popular feeling, and to ameliorate the NPC's image. The news from Shanghai of the unusual handling of this affair lets outsiders know that, even though it is difficult to interfere with internal Party affairs, the Party itself, with a heart of stone, is completely unfeeling toward its own loyal comrades. It seems Qin Benli has sinned, and even in death receives no forgiveness. Must I say more? This certainly does not bring calm to the hearts of the many elderly Party and military comrades. Human feelings are not

pacified; people are still disappointed and angry. The Party originally wanted to improve a somewhat unfavorable image, with the result that they seem to have simply added another stain to their already dirty visage.

Wait 23 Months More Before Resting in Peace

Even though this great man is dead and cannot be brought back to life, the Party leadership, if it feels any regret, can still rectify and remedy this situation. The way of rectification is through the winning of popular feeling by announcing the revoking of Qin Benli's Party discipline and punishment, by holding an official mourning, by restoring the publication of the "World Economic Herald" with all of the former staff, and allowing the newspaper to become one truly run by the people. If this is done, the Party will then fulfill its announced completion of all June Fourth-related affairs. But, the Shanghai Party disciplinarians aren't working in this manner.

Oh, how I cry for this incorruptibly true comrade, so concerned for nation and people, whom we have lost.

Oh, how I cry, at the same time, for my Party, which doesn't realize its own repeated error. According to usual practice, the final phrase of the memorial speech should be, "Comrade Qin Benli, rest in peace!" But we can't use this ready-made concluding phrase, since he has been expelled from his membership in the world and is still shackled by a two-year term of discipline and punishment, as he goes to visit Marx. It is only with tearful eyes that I can say, "Comrade Qin Benli, wait another year and eleven months, and then rest in peace!"

Note from the Editor:

On April 15 of this year, the veteran CCP member and editor of the Shanghai World Economic Herald Qin Benli succumbed to illness at the age of 73, thus concluding a life of much hardship. The Chinese Communist media has kept still on this event, and the Shanghai authorities have "urged" Qin's family and friends not to put out obituaries, erect a mourning hall or hold any funeral services. Even so, the media of the free world have expressed their deep respects and are actively reporting on the passage of this fighter for freedom of the press.

Qin established the World Economic Herald in 1980. Considered by those outside of mainland China to be "the most liberal of mainland's newspapers," the Herald has put out 442 issues over a period of ten years. Aside from publishing a great number of pieces promiting freedom of the press and stressing democratization of politices, the Herald also expanded its scope of discussion to the issue of "global citizenship," concluding that unless Communist China carries out thoroughgoing regforms, it will have its "global bitizenship" revoked. The opinions expressed in the Herald were accorded great weight and were highly influential, which is the primary reason behind the Chinese communists' attempts to stifle the spread of information regarding his death.

Born in Zhejiang Province in 1919, Qin Benli joined the CCP in 1938. He graduated during the War of Resistance from the Law Department of Beiping's Chaoyang College, after it had been moved to Sichuan.

THE DEGRADATION OF MAINLAND EDUCATION

(Hong Kong, The Tide Monthly [潮流月刊], Apr. 15, 1991, pp. 15-17, excerpts)

The Failure of Politically-controlled Education

The Three Main Characteristics of Forty Years of Education in Mainland China

From the standpoint of the cultivation of intellectuals, the Chinese Communists' development of education over the past forty years can be summed up with the following three characteristics:

The first is the confusing class nature and economic basis of the intellectuals. The intellectuals nurtured by the Chinese Communists have lost the traditional Chinese "scholar gentry" social status with its economic guarantees. Further, the new society does not allow them to initiate their own positioning and class advantages.

The second is the constant uneasiness felt by the Chinese Communists toward the intellectuals, and the repeated efforts to use political ideology to push the intellectuals into the worker class. Once Mao Zedong Thought and Marxism-Leninism are bankrupt, intellectuals will be relatively free to head off in their own directions. But the problem in the end is what will then become the guiding ideology? Furthermore, with so much attention being paid to economic efficiency in the past ten years of reform, the intellectuals are feeling especially great pressure.

The third is that in the process of reconstructing the country, the Chinese Communists' promotion of cadres is not related to their knowledge. Although this kind of discrepancy is a unique phenomenon inevitably encountered in the reconstruction process, it is also linked to the Chinese Communists' anti-intellectual tendencies. Because of this, intellectuals feel a sort of participatory frustration.

Finally, since intellectuals' romantic idealism centers around ardent patriotism, a particularly strong "ideology of hardship" has been created.

Education Non-productive

According to Marxist theory, education in any society is an upper-level activity which the different classes perform to reflect their class interests. So education is no more than a reflection of production relations, and is unproductive in and of itself. One could call it an "upper-level structure." The 1969 National People's Congress political report stated that "the upper-level structure" includes education.

Intellectuals are those persons from various classes who are engaged in who have received education. The traditional scholar gentry officials and the intellectuals who had been educated under the Nationalist government belonged to the feudal or petty bourgeois class.

9107785

With the changes brought on after 1949, they began to more appropriately reflect the consciousness of the proletariat, or the working class.

Reform Among Old Intellectuals

Looking at the issue using generational methods of research, in the 38-year period from the 1911 Revolution until 1949, those who had received the traditional scholar gentry education were gradually receding in importance. By 1978, or about thirty years after 1949, the traditionally-educated had been gradually brought back into the government's forces. Also, the leadership in the thirty years following 1949 had come out of the training in Yan'an. By about 1978 or so, they had already become a minority leadership class. In the 1979 Cihai Chinese dictionary, "intellectual" was defined as, "A group who had, for the most part, become a part of the working class." Furthermore, those intellectuals trained since 1949 have now stepped into prominence, thus turning a new page.

On the whole, the new generation of intellectuals who have participated in the preceding ten years of reform have encountered a great many major problems. The most imposing problem is that of the caliber of personnel. This problem is an accurate reflection of the lessening quality of education in the last thirty years.

As the old intellectuals have been reincorporated, and with the lingering suspicion of their training and knowledge, education offers little more than Mao Zedong Thought and Marxism-Leninism. With all the attention paid to technology and technical education, the incompleteness of the training has lead to an unbalanced development, with some important aspects of this problem becoming very prominent.

Aside from Maoist Thought and Marxism-Leninism, there has been no area of learning which has met with theoretical approval, so those undergoing training lack the ability to deal with change and continue their learning. It is generally assumed that the Great Cultural Revolution was responsible for the loss of a generation of human talent; however, devastation of human talent did not only occur during the period of the Great Cultural Revolution.

Patriotism Through Productive Forces

Another problem on the road to reform that must be addressed by the leadership is the re-evaluation of the definition of the nature of education and "intellectual." This is the reason why the first publication of "Educational Research" in 1978 discussed these problems. Generally, after a long discussion, most people felt that education has productive characteristics, and is not just an "upper-level structure." This acknowledgement could help in affirming the position of the intellectuals. Nonetheless, everyone knows that in reality the effort put into this reaffirmation collapsed within a few years, and now, although there is no movement toward a recovery of the old definition, intellectuals and education are actually now moving down the old road with the hope that Maoist Thought and Marxist-Leninism will once again guide education.

Undeniably, a lot of people, including the intellectuals, truly feel that the past ten years of reform have created a lot of muddled thinking, with the result that starting in 1988, and especially after 1989, they hoped to return to the road of Maoist Thought. But by and large common agreement on the direction ideology should take is lacking. This is why in 1985 and 1986 there suddenly arose a patriotic trend of thought in educational circles.

Faith Through Patriotism

Originally, patriotism was the progressive thinking of the 1950's promoted by Zhou Enlai to attract the old intellectuals. But there are a few historians even today, like Zhou Gucheng and Bai Shouyi, who are advocating this brand of patriotism. Their principal reason for this is that they feel Maoist Thought and Marxism-Leninism can no longer continue to command the faith of the people. This deficit of authority must be filled, so why not use patriotism?

There is very little distance between patriotism and the "culture craze." Patriotism implies a love of culture; so, culture can be discussed more freely and approached from different angles, which will certainly lend it some depth. The result of this was the discussion on the subject of culture.

Basically, this entire situation completely reflects the bankruptcy of the authoritarian education espoused by the centralized leadership. This problem still exists, even after the June 4th Incident.

Advantages of Old Exam System

Although the relationship between the intellectuals and the political regime was ambiguous prior to 1949, the examination system for intellectuals was still in use. Therefore people of knowledge and talent could still be selected, without relying so much on loyalties and family backgrounds. After the examination system was discarded, the government had no reliable means for selecting civil officials; added to this is the fact that the definition of "intellectual" had changed drastically, creating anti-intellectual tendencies. A great deal of suspicion toward the old intellectuals occurred during power struggles within the regime, to the point that their knowledge was denied, and such ideas as the uselessness of knowledge, reliance on the Party, cadres, weapons, and even underworld gangs to govern the country, burst forth. The destruction of education accelerated as a result of this.

Since the abandonment of examination system more than eighty years ago in 1905, this kind of abnormal phenomenon has continued. But the world is progressing by leaps and bounds, and if mainland China's education cannot keep up with the times, it will be eliminated by natural selection. This is the gravest difficulty facing education now.

Yearning

Four schoolchildren wait dry-mouthed for drops of water, labeled "quality children's reading material," to fall from the heavens. The title of the cartoon in the upper-right corner, "yearning," is the title of a tremendously popular mainland television series, and also reflects the feelings of the thirsty children.

(Selected from "Humor and Satire" of the Peopl's Daily, No. 283, Apr. 5, 1991)

STEMMING THE BRAIN DRAIN

(Hong Kong, Ta Kung Pao [大公報], Apr. 2, 1991, p. 3, excerpts)

A Worrisome Personnel Drain

In a meeting of the CPPCC, the Assistant Director of the CPPCC Commission on Science and Technology, Hou Xianglin, gave a long speech on the problem of the brain drain, evoking the broad concern of all the committee members.

Never to Return

Hou Xianglin said that the problem of personnel outflow was not only that there is no effective means to check it, but that it is getting worse. He went even farther to say that the main problem is students who go abroad to study and never come back. He said that since 1978 the nation had sent over 90,000 people abroad to study, but that as of the present only 40,000 had returned. The high proportion of people who do not return and the gradual upward trend of this proportion is especially serious for people who go to the USA. A certain graduate school of the Chinese Academy of Sciences sent 236 people abroad from 1979 to 1990 to go to school and engage in advanced study; of these, only 103 returned. Graduate students who have a degree of scholastic achievement are even less likely to return home from abroad; in some key schools, practically all the doctorate students have gone abroad and very few have returned, leading the teachers who, with great hardship, guided and fostered their education to be extremely disappointed. Of the 915 graduate school students who were sent to the USA to study over the last few years after being selected through the Sino-American joint physics entrance exam — all of whom were among the cream of the crop in physics — it is said that fewer than fifty have returned. Some people finish their studies and return to mainland China only to be unable to deal with the work and living conditions they find here; so, they decide they have no choice but to leave again. Even more serious is that today it is not just students who are draining out of the country, the outflow has now reached the ranks of middle-aged, mainstay technical personnel. In recent years, top-notch mainstay technicians at scientific research units have been falling over each other trying to find an opportunity to go abroad, from whence they very likely will never return. Consequently, many research labs and discussion sections suffer a serious lack of essential personnel. This not only effects the quality of current scientific research, but also damages the education and development of the research corps of the future.

Talent Lying Wasted

Hou Xianglin said that there are many comrades who have an insufficient recognition of the seriousness of the problem of personnel drain. Such comrades frequently make the following comments: For one thing, they say there are already too many Chinese — it doesn't matter if a few of them leave. Secondly, they believe that under backward economic conditions, personnel outflow is inevitable; when the economy improves they will naturally come back. This is how it happened in Taiwan. Having scientists and technicians working abroad in foreign companies is just a way of storing them away. Finally, they say it is impossible to make very much of one's talent in mainland China. They can achieve much more if they are allowed to go abroad, where they can win honor for the Chinese motherland. These arguments appear true, but in fact they are false. Firstly, while mainland China's population is indeed huge, mainstay technicians are very scarce. The current "go abroad fad" is not so much a question of emigration as it is a drain of scientists and technicians. Secondly, the country needs qualified people in its economic construction: the purpose in sending people abroad to engage in advanced study is to train them to be able to serve the nation in its construction; their return after graduation provides timely and much-needed help. If they wait for economic construction to be completed before they return, it will be too late — it will be like bringing coal to Newcastle. If we want the former type of person rather than the latter, we must explicitly guide public opinion. Finally, we have many units that like to "sequester" their personnel. The inability of people to find opportunities to develop their talents is a major problem in our work. But here we have the further problem of how one judges whether talent is being made the most of, and of who it is we are serving. Fame and advantage should not be the criteria for judging the development of talent, or at least not the only criteria. There are many reasons for the personnel drain. Talented scientific/technical personnel believe the lack of opportunity to make the most of their talents is a major factor behind personnel drain. They see the academic and vocational achievements of scientists and technicians who go abroad to work, achievements which often far outshine their careers in mainland China. This motivates them to consider going abroad themselves. We believe that the reasons why talent is not given the opportunity to develop fully are as follows:

Science Debased

1. Because there is insufficient recognition of the importance of science and technology, there is no emphasis laid on the utilization and development of talents in these areas. It is impossible to transfer them to suitable posts, and no one has created the conditions necessary to make the most of their talents. In recent years it has even been difficult for M.A.'s and Ph.D.'s to find jobs.

Self-supported Research

2. Because of low investment in science, there haven't been enough funds to ensure the continued conducting of scientists' and technicians' work. They are required to find financial support for their research themselves, and to pay administrative and management fees to their unit (the so-called "head fee"). Moreover, this "head fee" grows higher every year. For example, in a certain machine tool unit the "head fee" paid by each member rose from RMB 5000 in 1985 to RMB 14,000 in 1989, forcing researchers to waste tremendous effort rushing about dealing with money.

3. An insufficiency of funds has made it very difficult for scientific re-

9107785

search units to replace instruments and equipment. For example, the Chinese Academy of Sciences had less then RMB 100 million last year for replacement of instruments and equipment for the entire academy. This has led to a decline in the quality levels of the equipment in many units.

4. Because of an inferior administrative system for research units as well as a weak service concept in society and a lack of societal support for research conditions, scientific researchers must spend huge amounts of time to overcome poor research conditions. This has a major impact on their work efficiency.

Low Compensation

5. Scientific and technical workers have received pay and benefits increases over the past several years. However, their compensation is still comparatively low. This is especially true of ill-paid base-level research workers, who have particular difficulty in finding a place to live. This situation is a major factor influencing their work enthusiasm.

6. Equalitarianism, seniority, and precedence all still flourish in hiring and appraisal, position titles, and position duties. More often than not, this results in people being kept down so that they cannot come into their own. The fundamental measure that must be implemented in order to stem the personnel drain is the creation of an attractive, secure work environment.❀

PLA UNITS STRETCH THE LIMITS OF TIME

(Beijing, Liberation Army Daily 〔解放軍報〕, Mar., 19, 1991, p. 2)

How Can One Year Have 376 Days?

One year has 365 days. That is indisputable. However, in some army units the time required to complete both political and military training adds up to far more than 365 days per year. According to upper-level regulations in a certain unit, in the period of one year, some army units are required to complete 126 days of military training, 72 days of political education, 18 days of science education and civic awareness training, 15 days of compulsory labor to help build local economies, 26 days attending Party organization meetings, and 26 days repairing and maintaining military equipment. When all of this is added to their other responsibilities, their total duties require members of these units to work 376 days in a year.

Orders in Chaos

This is, to say the least, a bit peculiar. We must rely on a couple of things to help us understand how such a mistake can be made. First, orders are handed down to units from many different departments. Because these departments are not always coordinated with one another, the orders they hand down are often conflicting or mutually incompatible. Then there is the question of the source and the importance of orders. If you, as an officer, assign a unit to 15 days of work, then I, as an officer, must assign them to at least the same amount of time of work, otherwise my orders will seem less important.

The second thing we must look at in order to understand the 376-day year is the lack of planning and continuity in the implementation of duties. Some units work haphazardly, doing a little bit of this and a little bit of that, but never finishing any one job satisfactorily. These units concentrate on one job for one small segment of time while neglecting to look at their overall duties and the total time and energy available to them. As a result the entire work schedule becomes skewed.

The problems that arise from this artificial 376-day year are easy to see:

Too Many Masters

— Soldiers on the bottom rung of the ladder have to work hurriedly and often inefficiently. Plans are made and changed over and over again, and soldiers are often at a loss as to what to do. Sometimes on the same day, headquarters will send down a plan for military training, and the political department will notify them that they must take part in political education. Another order also comes down for the unit to engage in sideline production. There is no way out for the unit. If it does one thing, it cannot do another.

Breeding Deception

— This type of situation engenders an atmosphere of instability and unreliability within the unit. The number of days in a year is a definite and non-negotiable number. When the number of days required for military training, education, and work exceeds 365, a unit simply cannot fulfill all of its duties. Therefore many will submit inaccurate reports to their superiors. Although they only had time for half an hour of education, they report that they have completed half a day. When they have only finished half of their courses, they report that they have finished 85%.

Perpetual Overtime

— The 376-day year puts a heavy burden on regular soldiers. When a unit is not able to complete its appointed tasks and lessons within the official time given it, the soldiers must complete the tasks in their free time. Last August, one unit had seven or eight military and political courses that they were going to be tested on. The review questions were compiled in a huge stack of papers that included over 300 topics. In order to complete the review, soldiers gave up all of their free time. Many did not even have time to write a letter home.

Double-time Education

— Often military and political education requirements compete with each other for soldiers' time, creating an unworkable situation. If military training is not impinging on political education time, then political education is impinging on military training. Crowding around the east wall in order to mend the west wall has never been a satisfactory method of wall mending.

Realize that one is lost is the first step in finding one's way back. Only by understanding the reasons

behind the 376-day year and by understanding the problems that are created by it can the higher-ups in military and political organizations begin to make improvements.

RUNNING AMOK WITH PUBLIC FUNDS

(Beijing, Liberation Army Daily [解放軍報], Mar. 18, 1991, p. 3, excerpts)

Taking a Careful Look at Diversion of Public Funds

A certain military procuratorate found that 50% of the economic crime cases they handled last year involved the diversion of public funds. The amounts of money, number of instances and lengths of time these cases covered were all quite shocking. In its investigation of the dozen or so units under its supervision, the procuratorate found 82% of units were guilty of diverting public funds. The most common situation was that in which the funds were purportedly taken as loans, but were in reality embezzled. One unit of less than 100 members over the last few years registered personal expenses, for all sorts of items, in excess of RMB 100,000. Some of these funds are used by individuals over the long term, some are borrowed and left unreturned after being to be lent others for business purposes, some are used for gambling, speculation or other illegal activities, and some of are simply embezzled away, never to be recovered. The problem has seriously affected efficiency in the use of expenses, thereby creating economic losses and a general malaise both inside and outside of the military.

Ignorance of the Law

Why is the diversion of public finds such a widespread and serious problem in some units?

A weak conception of the law. The people involved do not have a clear understanding of what diversion of funds amounts to. They think that as long as they're not putting the money in their own pocket, everything is just fine since they will eventually return the funds. As a result people feel no qualms about diverting funds, and some even feel wronged when accused of crimes and brought before the procuratorate. An assistant surnamed Shen in a certain department diverted public funds nine times to the tune of RMB 6.65 million. In one of these instances Shen made off with the massive sum of RMB 2 million, of which nearly RMB 1 million may never be recovered at all. Upon being found out, Shen insisted on relinquishing his position in order to atone for these unrecoverable funds, surprising the judicial personnel by asking if they "could suspend the verdict or lighten it up."

Systemic Disorder

A chaotic financial management system. A look at the fund diversion cases handled in the past reveals that illegal elements took advantage of the chaotic state of the financial management system to perpetrate their crimes. Some units lack the necessary set of systems for expense budgeting and management, while some may have set up systems but have not put them into practice. In some units the cashier and accountant are one and the same person, which leaves financial management totally unregulated. Some units don't include budgeting for outside expenses in their unified management, with the result that expenses are kept hidden and expense management goes out of kilter. A military charge d'affaires cadre surnamed Bao, while in charge of production operations for his unit, obtained RMB 1.8 million in production funds with the permission of just one of his superiors. The management, income and expenditures, and expense reports for this sum were then controlled in full by Bao alone, leading to brazen diversion of funds on Bao's part and serious losses in production.

Hiding the Dirt

Weak efforts to investigate fund diversion. Some leaders lack a concept of the law, thinking that all is well as long as the money is returned. Some units, upon discovering internal cases of fund diversion, are afraid of destroying their reputation and their positions by letting others' see the real dirt — the problems with their financial management. They don't report the cases at all hoping to minimize potential repercussions, or they may even cover over leads being followed by judicial organs, delaying the investigation as much as they possibly can, thus preventing the guilty parties from being brought to light and punished in a timely manner.

Diversion of public funds poses a great danger to the construction of our armed forces, and therefore must be given the utmost attention by the leaders and departments concerned. They must take practical and effective measures to stop these practices in order to eliminate the threat of economic malfeasances and protect against the abuse of state and collective property.

Major Events in April

Apr. 1: Premier Li Peng told visiting Soviet Foreign Minister Alexander Bessmertnykh there was great potential for economic cooperation between the two communist countries. Li also said he believed difficulties in the Soviet Union were only temporary and Beijing hoped stability would soon return, according to the Xinhua News Agency.

– Energy Resources Minister Huang Yicheng told a press confer-

9107785

ence that the giant Three Gorges hydroelectric scheme would not be included in the Eighth Five-year Plan (1991-95), Xinhua said.

– Shanghai mayor Zhu Rongji leaves for a tour of six European countries that will focus on commercial and economic relations. AFP quoted Beijing diplomatic sources as saying.

Apr. 2: Mainland China has sentenced at least 715 people for participating in the 1989 prodemocracy movement, and more dissidents remain to be tried, AFP quoted Zhu Mingsan, vice president of the Supreme People's Court as saying.

– The mainland Chinese government submitted to the legislature a draft law that would impose uniform tax rates on foreign and joint venture companies, according to the Xinhua News Agency.

– Vice Foreign Minister Liu Huaqiu held talks in Seoul with South Korean Foreign Minister Lee Sang Ock but the mainland Chinese side refused to see it as a bilateral contact, Xinhua quoted Liu as saying.

Apr. 3: The visiting Soviet Foreign Minister Alexander Bessmertnykh said in Beijing that progress had been made on discussions with the Chinese over their mutual border, according to Xinhua.

– Mainland Chinese courts handled nearly 460,000 criminal cases last year, 17% more than in the previous year and the highest number since 1984, AFP quoted Supreme People's Court president Ren Jianxin as saying.

– Yang Feng, a noted mainland Chinese dissident and a puppeteer who has performed around the world, has been granted political asylum and released from federal lockup after being detained two months by US Immigration and Naturalization Service, AP said.

– The Ministry of Justice has confiscated the licenses of Lawyers Jig Swan and Gao Xiaofeng and punished another lawyer, Sun Oakum, in retaliation for their defence of prominent mainland Chinese dissidents, the South China Morning Post quoted friends of the defendants as saying.

– Chef Yongcai, director of the Ministry of Foreign Economic Relations and Trade, said mainland China "is taking steps to broaden economic cooperation with the Soviet Union," according to a report of the China Daily.

Apr. 4: The State Council has cut its budget deficit forecast for 1991 by RMB one billion (US190 million) because of the NPC's concern at the state of the economy, the Xinhua said.

– Tomur Dawamat, governor of Xinjiang Province, claimed that foreign forces are stirring up separatist trouble among ethnic and religious groups there, according to a Reuters' report from Beijing.

– Foreign Minister Qian Qichen held talks with British Foreign Secretary Douglas Hurd in Beijing, Xinhua said

In an annual session of the 7th NPC, the Vice-Chairman of the CCP's Central Advisory Commission, Bo Yibo, has accused the United States of scheming to perpetuate "peaceful evolution" tactics to turn mainland China into a capitalist society, according to Xinhua.

Apr. 5: Japanese Foreign Minister Taro Nakayama arrived in Beijing for a three-day visit to mainland China, and would separately hold talks with Premier Li Peng and Foreign Minister Qian Qichen, Xinhua noted.

– Reuters quoted an anonymous Beijing official as reporting that several hundred troops were called into Gonzhou County in eastern Tibet late last month to quash a day-long protest staged by Tibetan nationalists against Communist Chinese rule.

– Mainland China's film industry has been ordered to undergo political study in the latest backlash to a controversial movie, "Judou," that angered communist ideologues but won an Oscar nomination from Hollywood, Reuters reported from Beijing.

Apr. 6: CCP Secretary-General Jiang Zemin has called on cadres to adopt a "cautious and low-key" posture in diplomacy, saying that only when mainland China's economy has been taken care of can its global status be boosted, according to a report of the South China Morning Post.

– Reuters reported that, according to a Tibetan radio broadcast, nine people have been arrested for looting an arsenal in the Tibetan capital of Lhasa and killing army guards.

– The China Daily quoted officials from the State Administration for Industry and Commerce as saying that mainland China is likely to face increasingly tough challenges from persistent smuggling waves as the open-door policy further expands.

Apr. 7: Shen Rongjun, Vice Director of the Research and Development Arms Commission of the National Defense Ministry, said mainland China needs to develop a comprehensive military machine to keep up with the "fast changing" nature of modern warfare, Xinhua reported.

–Beijing plans to lobby the US Congress hard to preserve its most-favored-nation trade status, and a high level delegation will travel to Washington in May to present mainland China's side in trade disputes, the China Daily reported.

– Authorities in Guangdong Province have revealed that among newborn infants in the province, about 20,000 suffer severe degrees of mental retardation. The reasons cited include hereditary factors, pregnancy problems, bad nutrition and diseases after birth, according to agencies.

Apr. 8: The National People's Congress rubber stamped the appointments of two new vice premiers. Zou Jiahua, Minister of State Planning Commission, and Zhu Rongji, the mayor of Shanghai City, were both named vice premiers of the State Council, Xinhua noted.

– The official China Culture News has accused Zhao Ziyang, the former CCP's Secretary-General disgraced after the 1989 democracy movement, of betraying socialism and seeking to introduce Western democratic values.

– CCP Secretary-General Jiang Zemin addressed a seminar on family planning sponsored by the CCP Central Committee and the State Council. Jiang reiterated the importance and urgency of the task of curbing the country's population growth. Jiang said that the large population and its continued fast growth have been a heavy burden on mainland China, Xinhua reported.

Apr. 9: Premier Li Peng vowed in a Beijing news conference to remain in power for another year and said mainland Chinese would crush any "rebellion" against them with the same force used to quell the 1989 Tiananmen Square protests, according to agencies.

– Peruvian President Alberto Fujimori arrived in Beijing for a four-day visit aimed at boosting Sino-Peruvian political, economic and technological ties, Xinhua noted.

– A spokesman of Japanese Foreign Ministry said Tokyo's relations with Beijing had still not been fully normalized despite Japanese Foreign Minister Taro Nakayama's visit to the mainland China last week, Reuters reported.

– Mainland China opened a non-official trade office in Seoul empowered to issue visas, AFP reported.

Apr. 10: The Chinese Communist government has launched a scathing attack on three books, "The Uygur People", "A Brief History of the Xiongnu", and "Ancient Uygur Literature," published in its Muslimdominated region of Xinjiang. The books

9107785

were denounced for trying to break up the country and create an independent central Asian state, according to a report by Reuters from Beijing.

– A 108-member mainland Chinese expedition has returned to the port city of Qingdao after 130 days of research in Antarctica, Xinhua noted.

– Premier Li Peng warned Washington that relations would be seriously damaged if it suspended mainland China's most-favored nation trade status, Xinhua reported.

– Mainland China has used Israeli know-how to produce its new PL-8H air defense system. The new system includes a missile with "an uncanny resemblance" to Israel's Python 3 air-to-air missile, London's Jane's Defense Weekly reported in its latest edition.

Apr. 11: Mainland China's most populous province of Sichuan had over 54 times more cases of venereal disease last year compared with 1984, the official Health News said.

– Nearly all the babies born at Kaoyang Village in Fujian Province in the past 40 years have been girls. Experts quoted by the China News Service said an environmental factor could be causing the high female birth ratio but further study was necessary.

– Arman Kurban, chief prosecutor of Akto County in Xinjiang Province, and two other high-ranking police officers have been publicly commended and rewarded with first citations from the mainland Chinese Supreme People's Procuratorate for their part in rounding up "criminals" involved in the "armed counter-revolutionary rebellion" of April 6, last year, according to the Xinjiang Daily.

Apr. 12: Mainland China has started selling off RMB 20 billion (US3.84 billion) worth of stockpiled consumer goods at discounts of up to 30% to boost retail sales, the China Daily reported.

–Pro-democracy activists jailed during the Tiananmen Square protest in 1989 are being used as prison labor to churn out goods for export to the United States, Germany and Japan, Business Week reported.

– Beijing established a committee to oversee the control of public security. The aim of the committee was to "consolidate the stable situation in Beijing." Similar committees would be formed in counties and districts under the city, Xinhua quoted the committee Chairman Li Qiyan as reporting.

Apr. 13: The official Tibet Daily admitted that some 144 Tibetan people had been arrested in Lhasa in preparation for the 40th anniversary of Chinese Communist troops occupying Tibet. The newspaper said the "criminals or delinquents" were arrested between Mar. 17 and Apr. 4, with many of them accused of stealing weapons from military depots.

– Divorce cases dominated Beijing courts last year, the China News Service reported. Of 1,675 civil cases tried last year, about 30% involved divorce.

Apr. 14: Former US President Jimmy Carter urged mainland Chinese leaders to release jailed dissidents and not to reject international criticism of mainland China's human rights abuses as interference in its internal affairs. Carter has held talks with CCP Secretary-General Jiang Zemin and Premier Li Peng since his arrival last weekend, AP reported from Beijing.

– Mainland China will ban a new film by director Zhang Yimou whose last work, "Judou", Beijing tried to withdraw from consideration for an Oscar. Mainland Chinese Film Bureau chief Deng Qinxian screened the new work, "Red Lantern," last week and did not approve it, Reuters quoted Beijing film sources as reporting.

– The People's Daily carried an article claiming that each day mainland Chinese consume 740,000 tons of grain, 47,000 tons of pork, 17,000 tons of vegetable oil, 16,000 tons of sugar and 18,700 tons of eggs.

Apr. 15: The State Council has appointed Xu Dunxin Vice-Foreign Minister. Xu was Assistant to the Foreign Minister prior to the appointment, Xinhua noted.

Apr. 16: A strong earthquake near Datong City of Shanxi Province last month damaged a landmark Buddhist pagoda. The 67-meter (221- foot) pagoda, built in 1056, is the tallest and oldest wooden tower in mainland China, Xinhua reported.

– The Chinese Communist Party disclosed that it expelled 72,000 members in 1989-1990 and punished 256,000 others during a campaign to weed out liberal and corrupt members. The purge was believed to be one of the biggest in recent years for the CCP, the People's Daily said.

Apr. 17: Million of tons of grain from mainland China's 1990 bumper harvest remains unsold, leaving farmers short of cash for summer crops, the China Daily reported.

– Bubonic plague, the scourge of the Middle Ages, is making a comeback in mainland China, mainland Chinese health officials warned in a report published by the People's Daily.

– Scientists of the Chinese Academy of Agricultural Sciences claimed a bio-engineering breakthrough after producing a calf from one half of a test-tube fertilized egg. The male calf was born on April 4 at the Beijing-based institute, Xinhua said.

– Premier Li Peng met a Mongolian military delegation led by defense minister Shagalyn Jadambaa in Beijing, the Central People's Broadcast Station said.

Apr. 18: US Ambassador James Lilley was summoned to the Foreign Ministry for a meeting with Vice-Foreign Minister Liu Huaqiu. Liu strongly protested US President George Bush's meeting with the Dalai Lama, calling it "gross interference" in mainland China's internal affairs, according to Xinhua.

– Employees at mainland Chinese government ministries and organizations are now undergoing one of the biggest ideological tests in years. They must take home a lengthy examination in which they are required to explain why socialism is superior to capitalism and why eastern Europe went capitalist, Reuters said.

– Mainland China's Air Force is developing a new military aircraft and missiles to boost its defence capabilities and it hopes to expand exports, the China Daily quoted Aerospace Industry Minister Lin Zongtang as reporting.

Apr. 19: Mainland China faces renewed inflation in the latter half of the year unless the government controls capital spending and takes caution in implementing a new business tax, the China Daily quoted Chinese economists as warning.

– The Australian Senate passed a motion condemning mainland China's human rights record, and called on the Canberra Government to convey its "serious concern" to Beijing, AP reported.

– Mainland China has pledged to increase its share in the international tobacco market. Targets have recently been set for overseas tobacco and cigarette sales up to 1995 in order to take advantage of the favorable overseas conditions, the China Daily quoted the National Tobacco Import and Export Corporation as saying.

Apr. 20: US intelligence agencies have determined that mainland China is helping Algeria build a nuclear reactor that may eventually produce fuel for nuclear weapons, the Washington Post reported.

– Hundreds of Vietnamese women are being lured into mainland

9107785

China by networks specializing in trafficking women, AFP said.

– Delegations of military and diplomatic experts from mainland China and the Soviet Union have concluded meeting in Moscow to work out details to enforce an agreement between the two governments on arms reduction on their border regions, Xinhua said.

– Studying German has become a new fad in Shanghai, where thousands of mainland Chinese are trying to learn the language from textbooks at home. Education experts attribute the craze to attention focused on the reunification last year of East and West Germany, the China Daily reported.

Apr. 21: Mainland China's grain crops this year are once again under threat from locusts and three to four billion rats, the China Daily reported.

– Beijing's water shortage will become more severe in the next decade, Xinhua quoted government experts as reporting. The experts put the shortfall of water supply at about 600 million cubic meters to 700 million cubic meters a year when the annual total of rainfall is below average, according to reports of the official news agency.

– Vice–Premier and Minister in charge of the State Planning Commission, Zou Jiahua, met in Beijing with Soviet Government transport delegation led by vice–chairman of the State Planning Committee A. N. Bevzenko, Xinhua noted.

– Weeks of unusually hot weather in Guangdong Province are causing drought and putting many of the region's crops at risk, the Guangzhou–based Yangcheng Evening News reported.

Apr. 22: A group of college students who were active in the 1989 pro-democracy movement made a public statement saying that they are continuing quiet resistance to government repression. They also chided Western nations for courting mainland China's support during the Gulf War, UPI reported from Beijing.

– State President Yang Shangkun met Fijian President Penaia Ganilau in Beijing, Xinhua noted.

Apr. 23: The US administration asked the Senate to approve an international accord banning forced labor amid charges that mainland China was using prisoners to manufacture export goods.

– Mainland Chinese Foreign Minister Qian Qichen met his Australian counterpart Gareth Evans in Beijing, Xinhua noted. –About a sixth of mainland China's population will be out of work within the next decade, the China News Service quoted Minister of Labor Ruan Chongwu as warning.

Apr. 24: The People's Daily accused the United States of leading hostile foreign forces in an attempt to undermine communism in mainland China. The CCP organ said, "International and overseas hostile forces are represented mainly by the anti–communist hostile forces of the American monopoly capitalist class."

– The Communist Chinese government has formally protested the start of Tibetan–language programming on the Voice of America (VOA), AP quoted a VOA official as saying.

– The Hong Kong Journalists' Association is concerned that mainland China has stepped up surveillance of Hong Kong reporters and is keeping files on them, the association's annual report quoted by Reuters said.

Apr. 25: Tunisian President Zine El–Abidine Ben Ali arrived in Beijing for a five–day visit to mainland China, Xinhua noted.

– Mainland China has intensified its fight against narcotics trafficking from the Golden Triangle as international smugglers expand their operations, the China daily said.

Apr. 26: Family Planning Minister Peng Peiyun, quoted by the China Daily, warned that mainland China was entering a period of high fertility. By 1995, 322 million women were expected to be between the child-bearing ages of 15 and 49.

– More than one million college students, half of all in mainland China, will be sent to factories and farms during summer vacation this year to enhance their "sentiment with workers and peasants," according to Xinhua.

– Members of the Asian Development Bank (ADB) were split over whether to resume loans to mainland China. Japan and India called for an end to the freeze on loans to Beijing, but the US objected to their proposal at the 24th ADB Board of Governors annual meeting in Vancouver, AFP reported.

– Mainland China plans to loan a pair of giant pandas to Spain for the opening of the 1992 Summer Olympics in Barcelona, the China Daily said.

Apr. 27: A spokesman of the Ministry of Foreign Economic Relations and Trade said, "The United States decision to cite mainland China as a country with unfair trade practices is unacceptable and will harm economic relations." The spokesman was reacting to US Trade Representative Caria Hills' announcement that mainland China has been listed as a country with "egregious" trade practices and liable for sanctions after a six–month investigation, AFP reported from Beijing.

– Mainland China has decided to raise the prices of state– rationed food grain and oil for urban residents, Xinhua quoted a document issued by the State Council as saying.

Apr. 28: Communist Chinese courts in Tibet's capital, Lhasa, will try to push through pending criminal cases by May 23 to "welcome" the 20th anniversary of mainland Chinese troops entering the region, according to the Tibet Daily.

– Food prices in mainland China are to soar after the State Council officially announced price raises for staple foods from May 1. The price of flour will rise by 54% and vegetable oil by 108%. Prices of goods made from these products, including cakes, noodles and soap, will also go up, according to Xinhua.

Apr. 29: Greedy officials at Dungchuang village in Henan Province forced farmers to plant tobacco and sent out a vigilante squad to fine or beat those who did not comply, the Peasants' Daily said.

Apr. 30: French Foreign Minister Roland Dumas said he has asked mainland China to grant an amnesty to dissidents jailed for taking part in the 1989 democracy movement, AFP reported from Beijing.

– The State Council has appointed Jia Qinlin as new governor of Fujian Province. Jia will replace Wang Zhaoguo who last year became director of the State Council's Taiwan Affairs Offices, Xinhua said.

Profile

Huang Ju

黃 菊

Born in 1938 in Jiashan County(嘉善縣) in Zhejiang Province, Huang Ju was elected Mayor of Shanghai by the 4th Meeting of the 9th Shanghai Municipal People's Congress on April 24. Below is a summary of his career:

1963: Graduated from Qinghua University, Department of Electrical Engineering.

1966: Entered the Chinese Communist Party.

1963 – 1967: Technician in the Shanghai Man-made Board Machinery Factory.

1967 – 1980: Assistant Factory Director and Engineer in the China Metallurgical Factory.

1982 – 1983: Assistant Director of the Shanghai No. 1 Electromechanical Bureau.

1983, March: Standing Committee Member of the Shanghai Municipal Committee.

1984: Secretary to the 4th Shanghai Municipal Committee, Party Committee Secretary to the Industrial Work Committee of the Shanghai Municipal Committee, Vice-Chairman of the Leadership Group on Enterprise Rectification of the Shanghai Municipal Committee; December — Vice-Chairman of the Leadership Group for Economic System Reform of the Shanghai Municipal Committee.

1985: Deputy Secretary of the 4th Shanghai Municipal Committee; July — President of the Shanghai 1st Secretarial Association.

1986, March: Deputy Secretary of 5th Shanghai Municipal Committee; October — Deputy Mayor of the Shanghai People's Government.

1987, August: Directing Member of the Shanghai Production Safety Work Committee; November — Alternate Member of the 13th Central Committee.

1988, April: Deputy Mayor of the Shanghai People's Government; May — First Deputy Director of the Shanghai Foreign Investment Work Committee; August — Vice Director of the Shanghai Current Construction Arrangement Leadership Group.

1989, November: Directing Member of the Shanghai Labor and Wages Committee.

1990, June: Director of the "Pudong Development and Planning Leadership Group."

A "third echelon" cadre carefully cultivated by the Chinese Communist Central Committee, Huang Ju has excellent connections with the former Shanghai mayor Zhu Rongji (recently appointed State Council Vice-Premier). Due to his long-term official work in Shanghai handling routine affairs and planning as well as financial and foreign trade work, Huang has become an influential figure in the drafting of Shanghai's financial and trade policies. Huang's future career seems quite promising, in particular because he has attracted the favor of Jiang Zemin for his work in early-stage planning and introduction of foreign capital for the "New Pudong Area Development Program" initiated by the Chinese Communists last June.

Chinese Communist Terms

Ten Major Economic Zones
[十大經濟區]

According to an article in this year's late April issue of mainland China's "Northwest Information Report," the State Planning Commission of the Chinese Communist State Council has recently made preparations to divide mainland's thirty provinces, municipalities and autonomous regions into the "Ten Major Economic Zones." The division will be made as follows:

1. Northeast Economic Zone. Covering Heilongjiang, Jilin, Liaoning and eastern Inner Mongolia, this zone will be the mainland's largest base for heavy industry as well as an important base for agricultural, forestry and livestock production.

2.Northern China Bohai Gulf Economic Zone. Covering Beijing, Tianjin, Hebei and Shandong, development in this zone will focus on intellectual and technology intensive industry, and will also be built up into an important base for oceanic fishing, marine aquatics and cotton production.

3. Yangtze Delta Economic Zone. Encompassing Shanghai, Jiangsu and Zhejiang, development in this zone will focus on high technology production clusters and advanced technology, precision enterprises. It will be built into the largest economic core zone and, as a base for opening-up to the outside, will become a center for human resources development, financial markets and the information industry.

4. Southern Coastal Economic Zone. Including Guangdong, Guangxi, Fujian and Hainan, this zone is to become a base for the export economy.

5. Yellow River Middle Reaches Economic Zone. Including Shanxi, Shaanxi, Henan and central and western Inner Mongolia, this region is slated for accelerated development of coal and mineral resources and is to be built up into the largest zone of energy resources and integrated heavy chemical industry development.

6. Yangtze Middle Reaches Economic Zone. Covering Hunan, Hubei, Jiangxi and Anhui, this zone is to be built into a riverside corridor for high-volume transport and high-water-use industries as well as a key agricultural production base.

7. Yellow River Upper Reaches

8107785

Economic Zone. Encompassing Gansu, Qinghai and Ningxia, this zone is to be made into a source for hydropower and a production base for raw materials, foodstuffs and animal feeds.

8. Yangtze Upper Reaches Economic Zone. Including Sichuan, Guizhou and Yunnan, this zone, aside from being built into an industrial base centered around high-energy-consumption heavy chemical industry, is to stress economic development of agriculture and forestry.

9. Xinjiang Economic Zone. Development in this zone is to be centered around the development of agricultural and livestock resources. Industrial bases to be built up include the agriculture, livestock and processing industries along with an oil and petrochemical industry.

10. Tibet Special Economic Zone. This zone is to receive "state" support for accelerated development and construction in order to gradually build up a modern economic system.

The Spirit of Jiao Yulu
[焦裕禄精神]

Whereas last year the Chinese Communists revived the call for the people to "study Lei Feng," this year at the end of March the Chinese Communists propaganda departments are launching a new movement to study "the spirit of Yulu."

Jiao Yulu was a Chinese Communist county committee secretary in the 1960's who, because of his wholehearted devotion to serving the people and his selfless spirit of sacrifice, enjoyed the support of the local populace. The Chinese Communists, in order to spread this propaganda far and wide, instructed Emei Movie Studios to film a movie named "Jiao Yulu." On February 26 of this year, member and alternate member of the Standing Committee of the Political Bureau of the CCP Central Committee Li Ruihuan and Ding Guangen attended a grand ceremonial first showing of the film in the Great Hall of the People. Afterwards all provincial, municipal and regional administrative units held related activities. Prior to this, in early February, periodicals, television and radio stations all over the mainland presented frequent reports on the opening of this film, and movie theater units hung great red banners in the streets and in public areas.

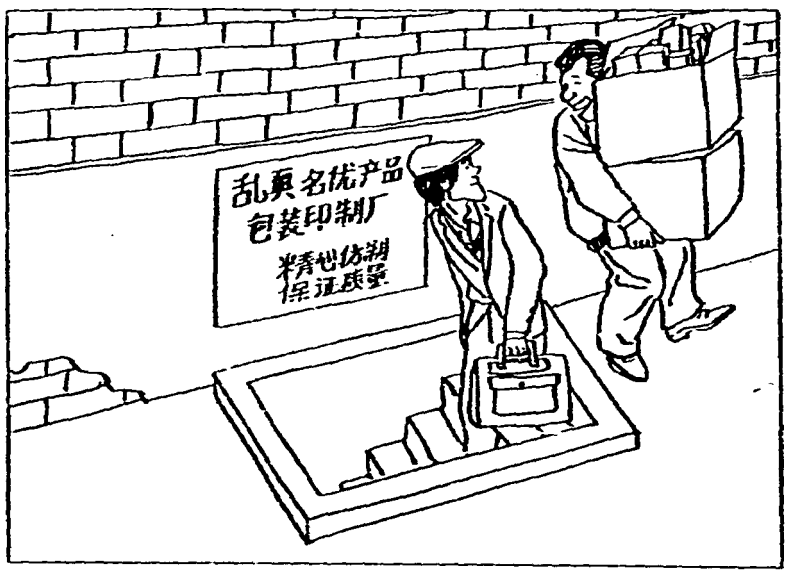
The appearance of "Jiao Yulu," a movie which effectively demands that cadres strengthen their service to and ties with the people, reflects the Chinese Communist authorities' concern with Party/mass relations. Their overriding goal is to further stabilize the political and social situation in the aftermath of the June 4th Incident and to fully implement the spirit of the Seventh Plenum of the 13th CCP Central Committee. The film also holds substantial educational content for those leadership cadres whose politics are foggy, shaky and lacking in principles, who are enamored with the pursuit of wealth and fame, preoccupied with their own interests, who struggle after privilege, rank and power, speak in empty verbiage, neglect their work, and have a superficial work style.

Studying Lei Feng or the "spirit of Jiao Yulu" are essentially the same in that both are Chinese Communist attempts at peddling the concepts of moral awareness, frugality, hard work and sacrifice to get cadres and the people to serve the Chinese Communist regime. However, the ulterior motive is to stabilize the political situation, consolidate public order and arouse the people to contribute to economic construction.

Project 3-86
[八六三計劃]

The "Project 3-86" is a Chinese Communist program for high-tech development. The name of this program was derived in the following manner: Older scientists in the Chinese mainland felt the Chinese Communist regime was facing a challenge from the proposition by many advanced nations of high-tech development programs for the post-1980's period. On March 3, 1986 (3-86) a group of older mainland scientists including Wang Dayan, Wang Ganchang, Yang Jia and Chen Fangyun jointly penned a proposal pointing out the importance of the development of high technology, which they submitted to Deng Xiaoping. Deng lent his approval to this proposal, and a group of 200 scientists wrote up an "Outline for a High Technology Research and Development Program."

Items of research in the "Project 3-86" were divided into the areas of biotechnology, information technology, automation technology, energy technology and new materials. The Chinese Communists have revealed that in the five years since its institution, the program has come up with 400 different research achievements, of which 52 are up to technological standards for the mid and late 1980's.



——老弟，这里产品质量信得过！

Two customers meet outside of an "undergound" factory called "Phony Brand-name Goods Packaging and Printing Factory" which boasts "Finest Fake Manufacturing, Quality Guaranteed." The customer loaded down with purchases says to the fellow descending the stairs, "Friend, this place makes quality you can trust!"

This cartoon is a wry, indirect comment on how the inferior quality of state-produced mainland products drives the inhabitants of mainland China to buy illegally-produced items, despite the fact that these goods are plainly counterfeit.

(Selected from "Humor and Satire" of the People's Daily, No. 283, Apr. 5, 1991)

Editor's Note

The Chinese Communists held their National People's Congress and the Chinese People's Political Consultative Conference (CPPCC) in the spring of this year. Taking a look at these two meetings, it appears in general that in the realm of politics the Chinese Communists will hold firmly to the system of "multi-party cooperation under the leadership of the Chinese Communist Party," which refers to the dictatorship of the CCP. In the economic sphere they will uphold the economic structure that has the system of public ownership at its center, combines various economic elements, and which unites a planned commodity economy with market regulation. In the area of ideology, they will continue to "construct socialist spiritual culture that is lead by Marxism-Leninism and Mao Zedong Thought." In sum, the Chinese Communists are still clinging stubbornly to the Four Cardinal Principles in politics, economics and culture.

Any clear-thinking individual well knows the near impossibility of reforming an economic system without first erecting the necessary conditions of political democracy and ideological freedom. Nevertheless the Chinese Communists insist on going against reason in carrying out economic reforms under their systems of political dictatorship and ideological restraint.

Internally the Chinese Communists are embroiled in a heated struggle over economic stability versus reform, with the reformers in favor of "quick reform" standing in opposition to those advocating "stable progress." The NPC decision to promote Zou Jiahua and Zhu Rongji to the joint posts of Vice-Premier of the State Council, and to uplift Qian Qishen to the position of member of the State Council is seen by most as a victory by the reformist camp. The prevailing opinion is that in the face of so many political and ideological obstacles, even a slight acceleration in economic reform is something of an achievement.

Marx in his "Communist Manifesto" noted: "The communist revolution is none other than making the most thorough break with the ownership relations inherited from the past.... In the process of its development, it must make the most thorough break with all the concepts handed down from the past." The Chinese Communists have pursued this dogma since the establishment of their party. They have spared no efforts in their destruction of Chinese traditional culture, and have denigrated Confucianism, the very core of Chinese traditional culture, to the outer limits of their capabilities. To note just a few examples of this, in the Cultural Revolution they zealously advocated "destroying the old, constructing the new," and loudly cried, "Down with the stiff corpse of Confucius, thoroughly uproot ultra-reactionary Confucian thought."

However, the Chinese Communist propaganda apparatus has of late made a surprising turnaround with great verbal gestures on the issues of "Confucian thought," "Chinese culture" and "traditional historiography." Although they may be sticking to their old claims of "critical inheritance," their emphasis as regards traditional Chinese statecraft tends towards the positive — very different from the all-out blackballing they used in the past. Their reason for doing so is that Marxist-Leninist culture cannot stand the test of social practicality, and so they have to readjust their posture by taking a new approach towards Chinese culture, before they fall prey to a society in crisis. ICM has for your reference selected and translated a number of articles on this topic.

Inside China Mainland Vol. XII: The 12nd year of INSIDE CHINA MAINLAND. The twelve issues January–December, brought together and bound in a single volume. It joins the previous volumes in offering coverage of important issues regarding Communist China in a convenient format. An invaluable asset to any research library and of absorbing interest to all who are closely concerned with current events on the Chinese mainland.

Because this is a limited edition, we urge all interested readers not to delay but to order a copy (or several) as soon as possible. We will meet all orders in the order in which they are received. Why not take advantage of this excellent opportunity immediately? Hardback, US$18.00, postage included.

INSIDE CHINA MAINLAND

Published by
Institute of Current China Studies
P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, ROC

行政院新聞局出版事業登記證局版台誌字第 1990 號
中華郵政台字第 4220 號執照登記爲第一類新聞紙類

Manager: *A. R. Hsu*

Editor: *T. L. Wang*

Subscription Rates
(By Airmail, Postage included)

Area	Per year	Per copy
America	US$15.00	1.50
Europe	US$15.00	1.50
Asia	US$12.00	1.20
Other Areas	US$15.00	1.50

8107785

WHAT'S INSIDE

POLITICAL TREND

Mental Obstacles to Mainland Reform: A Brief Analysis of the Social Psychology of "Returning to the Old System" ····· 1
Top-level Maneuvering in the CCP: A Behind the Scenes Look at Upper Echolon Personnel Change ····· 2
A Critical Look at Vice-premier Appointees: Dissolve the Chinese People's Political Consultative Conference ····· 3
Film Debate Highlights Ideological Tyranny: The "Ju Dou" Controversy and the Politics of Old Man ····· 4
Back-door Scholarships: Abusing Public Funds for Private Expenses ····· 6
Perverting the Spirit of May Fourth: Mr. Democracy and Mr. Science in the May Fourth Spirit ····· 6
Beijing's Human Rights Argument ····· 7

ECONOMIC PROBLEM

A Short History of Mainland Debt: The State of Mainland China's National Debt ····· 8
Mainland's Mountain of Debt: Currently Emerging Financial Difficulties ····· 9
Major Issues in the Advancement of Reform: Mainland's Reforms Face Difficulties on Two General Fronts ····· 10
Cash Flow Imbalances in Mainland Enterprises: Where Exactly Is Liquid Capital Flowing to ····· 11
Approaching the Problem of Big Enterprise: Large and Intermediate-size Enterprises--Problems and Prospects ····· 13
Convincing Reasons for Agricultural Price Reform: Farm Products Pricing Policy and Agriculture's Comparative Benefit ····· 14

CULTURAL MESSAGE

Ancient Ideas for A Modern World: Confucian Culture and Its Modernization ····· 15
In Defense of Traditional Chinese Culture: On Fostering China's Outstanding Traditions ····· 17
Old Wine in New Bottles: Chinese Cultural Tradition Works Its Way into the Corporate Culture Management Model ····· 18
Lessons from the Past, Guidance for the Present: Traditional Historiography's Value for Today ····· 19
Marking the Passage of A Champion of Free Press: Wang Ruowang Mourns Qin Benli ····· 20

EDUCATIONAL ASPECTS

The Degradation of Mainland Education: The Failure of Political-controlled Education ····· 21
Stemming the Brain Drain: A Worrisome Personal Drain ····· 23

MILITARY STATE

PLA Units Stretch the Limits of Time: How Can One Year Have 376 Days? ····· 24
Running Amok with Public Funds: Taking a Careful Look at Diversion of Public Funds ····· 25

REGULAR FEATURES

Major Events in April ····· 25
Profile: Huang Ju(黃菊) ····· 29
Chinese Communist Terms: Ten Major Economic Zones (十大經濟區); The Spirit of Jiao Yulu (焦裕祿精神); Project 3-86 (八六三計畫) ····· 29

EDITOR'S NOTE ····· 31

The articles published herein are all first hand material dealing with behind-the-scenes developments or the present situation on the China mainland. These materials have made their way through various channels to Taipei, Hong Kong, Tokyo or other regions in the vicinity of the China mainland. They are published here in English translation for the benefit of all interested persons. Readers are welcome to quote from these articles. Please cite ***INSIDE CHINA MAINLAND*** *as the source of your quotations. Also let us know you have used our material and, if convenient, send us a clipping.*

UNESCO has placed INSIDE CHINA MAINLAND on the World List of Social Science Periodicals. 002333

Denuncian el hallazgo de cementerios clandestinos de la época sandinista.
Clarín (150824)
27/10/91
NICARAGUA (66603)
T MIL (11163)
Sandi. (11170)

NICARAGUA: INQUIETANTE REVELACION DEL DIARIO FRANCES "LE MONDE" Clarín 27/6/91

Denuncian el hallazgo de cementerios clandestinos de la época sandinista

La existencia de cementerios clandestinos en Nicaragua, consecuencia de matanzas cometidas por el sandinismo cuando estaba en el poder, fue denunciada ayer por Bertrand La Grange, corresponsal para Centroamérica del diario francés "Le Monde", en una extensa nota de tapa que aquí se reproduce. El periodista asistió a la exhumación de cadáveres y entrevistó a sobrevivientes.

PARIS, 26 (Por **Bertrand La Grange**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — **Fabio Vargas** jamás habría osado abrir las tumbas donde se encuentran enterrados sus padres y otros seis integrantes de su familia —dos de ellos niños—, ejecutados por tropas sandinistas en julio de 1985. **"Estábamos aterrorizados"**, dice frente a una bolsa de plástico donde se hallan los restos de su padre, a quien reconoció por los restos de ropa pegados al esqueleto.

La escena transcurre ante un idílico decorado de montañas, al norte de Nicaragua, a pocos kilómetros del pequeño poblado de **San José de Bocay**, donde una guerra fratricida enfrentó durante largos años a guerrilleros de la Revolución Sandinista, apoyados por la URSS y Cuba, y los rebeldes **contras**, sostenidos por los Estados Unidos. Era uno de los tantos "osarios sandinistas", **cementerios clandestinos consecuencia de matanzas cometidas por el Frente Sandinista para la Liberación Nacional (FSLN)**.

La derrota electoral del Frente, el 25 de febrero de 1990, produjo que pobladores de las antiguas zonas de guerra comenzaran a hablar. Fue a través de ellos que las organizaciones humanitarias, impedidas por el sandinismo de visitar las zonas de guerra, lograron invalorables testimonios. Hoy es posible medir mejor —a través de ellos— la amplitud de la represión a familias de campesinos que se negaban a aceptar las órdenes colectivistas del sandinismo.

Organizaciones como **Amnesty International** y **Americas Watch** sostuvieron durante años que los casos de torturas y de ejecuciones atribuidas a las fuerzas sandinistas eran actos aislados y no una política oficial deliberada. Pero a partir de 1989, pocos meses antes de la derrota electoral sandinista, las dos organizaciones empezaron a publicar informes cada vez más severos que explicaban violaciones al derecho a la vida y casos de desapariciones.

Entonces comienza a hacerse claro el tratamiento a los indios **miskitos**. A partir de 1982 el **Ejército Popular Sandinista** (EPS) destruyó sistemáticamente sus poblados para obligarlos a evacuar las zonas de conflicto en la frontera con **Honduras**.

Una docena de cementerios clandestinos se abrieron después de la primera exhumación, el 20 de junio de 1990, en la falda del monte **Mokoron**, cercano a la ciudad de **Wiwili**.

Marcia Vargas también denuncia: **"Los sandinistas llegaron de noche. Primero mataron a las dos hermanas Gutiérrez lanzando granadas en su casa. Después tirotearon la de mis padres, donde estaban mi hermana de 14 años y mis dos sobrinos de 6 y 8. Los asesinaron sin siquiera hablar. Al otro día volvieron para obligarnos a enterrar los cuerpos en la casa"**.

La mayoría de las fosas comunes se encuentran dentro o cerca de ex bases militares sandinistas, afirma el director de la Asociación Nicaragüense de Derechos Humanos, **Mateo Guerrero**. En un cementerio clandestino de **Bluefields** fueron exhumados, en abril último, 41 esqueletos. Había palas y uniformes, por lo que varias de las víctimas habrían sido fusiladas mientras cavaban sus tumbas. En **Murras**, departamento de **Segovia**, hallaron restos de 14 personas. Habían sido tomadas prisioneras por el EPS en abril del '82, cuando salían de una ceremonia religiosa.

El ministro adjunto de la Presidencia, **Antonio Ibarra**, no se opone a que todo esto salga a la luz: **"Sería una excelente ocasión para medir la responsabilidad de la izquierda europea y los movimientos cristianos que sólo se interesaban en los crímenes de Pinochet. Todos silenciaron los múltiples delitos sandinistas, como si la tortura de izquierda fuese más aceptable que la de derecha"**.

La gente comienza a testimoniar. Ahora se sabe que algunos crímenes atribuidos a los antisandinistas habrían sido cometidos por las fuerzas de **Seguridad del Estado**, a cargo del comandante **Tomás Borge**. Tal el caso de un atentado que mató a 24 pasajeros civiles de un micro, el 4 de febrero del '88, para desacreditar a los rebeldes ante el Congreso norteamericano. La masacre ayudó a que **Washington** cortara la asistencia militar a los **contras**.

Soldados del ejército sandinista patrullan San José de Bocay, al norte de Managua, donde grupos "contras" rearmados saquearon días atrás varios comercios de esa población.

ENTRADO ✓
SALIDO ✓

Nº DOCUMENTO
TITULO Luchará la UNO para recuperar "mansiones"
PERIÓDICO La Mañana 150015
FECHA 22-6-91
VIÑETA Nicaragua 66603
F. POCI (11104)
PPPP. (11304)

Luchará la UNO para recuperar "mansiones"

L.M. 22-6-91

MANAGUA.- La coalición en el poder de Nicaragua, la Unión Nacional Opositora (UNO), anunció ayer que luchará unida para que sean devueltas al Estado las "mansiones" confiscadas que se repartieron los sandinistas.

Después de varias reuniones, los dirigentes de los catorce partidos que integran la UNO declararon que lucharán contra los abusos de los funcionarios sandinistas que "usurparon" mansiones y grandes extensiones de terreno durante el anterior gobierno.

Según el Presidente del Partido Liberal Independiente (PLI), Wilfredo Navarro, cuyo domicilio fue blanco de un atentado el martes, "son más de 1.500 mansiones" las que se distribuyeron los sandinistas en todo el país.

Asimismo, el Vicepresidente de la República, Virgilio Godoy, que el jueves regresó de Venezuela, dijo que los sandinistas temen que la UNO no deje vivo "el corazón de la piñata (regalo)".

"Esto es el reparto de mansiones de lujo y fincas latifundistas en favor de tal o cual comandante o de tal o cual funcionario del partido (sandinista), que es un saqueo superior a los 600 millones de dólares", aseguró Godoy.

"Uno de los comandantes (que no identificó) estaba indignado porque al final de cuentas sólo le habían quedado cinco mansiones", reveló Godoy.

Al mismo tiempo, la coalición gubernamental rechazó las afirmaciones de los "comandantes" del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) de que los partidos agrupados en la UNO pretenden legislar para despojar a los campesinos de sus tierras y a los poseedores de pequeñas viviendas.

La coalición gobernante también rechazó la "actitud complaciente" de la policía ante la ola de atentados contra residencias de diputados y alcaldes afines al Gobierno, así como sedes de los partidos, en distintos lugares de Nicaragua, perpetrados entre el martes y jueves. ■

01 01 . 9107787

Nº DOCUMENTO
TITULO El poder no cede ante el sandinismo.
PROC DE Clarín (150029)
FE 21-6-91
VI Nicaragua 66603
FSLN (11164)
PPCP (11304)

El poder no cede ante el sandinismo

Clarín 21/6/91

MANAGUA, 20 (EFE y Reuter). — El presidente de la Asamblea Nacional, Alfredo César, sostuvo hoy que la ola de atentados y amenazas de insurrección de los últimos días no influirán en la decisión de los diputados oficialistas de derogar las leyes confiscatorias que permitieron el reparto de miles de propiedades públicas y privadas entre los sandinistas.

La bancada sandinista, de 39 diputados, abandonó "indefinidamente" la Asamblea Nacional cuando comenzó el estudio del proyecto derogatorio. La coalición gubernamental de 14 partidos dispone de todos modos de una cómoda mayoría —51 legisladores— como para sacar adelante el proyecto, aún cuando los sandinistas optaran por volver a ocupar sus escaños.

La crisis planteada tuvo esta noche una primera repercusión en los Estados Unidos, cuyo gobierno manifestó su disgusto por los disturbios, de los que responsabilizó a los líderes sandinistas. El portavoz del Departamento de Estado, Richard Boucher, manifestó que a Washington le parece "irónico" que un partido como el sandinista, "que llegó al poder diciendo que quería ayudar a los pobres, tome las calles para proteger las mansiones confiscadas por sus líderes". Se estima en 1.500 las propiedades adquiridas a bajo precio por los dirigentes sandinistas y sus allegados.

01 01 9107788

Nº DOCUMENTO
TITULO: Juzgarían a Daniel Ortega por instigar a la violencia
FECHA: Clarín 350024
FE: 21-6-91
VI: Nicaragua 66603
FMLN (1163)
Sandi (1140)

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 21 de junio de 1991

NICARAGUA: PRESIONAN A CHAMORRO PARA QUE REPRIMA

Juzgarían a Daniel Ortega por instigar a la violencia

La coalición de gobierno en Nicaragua reprochó a la presidenta Violeta Chamorro haber actuado con negligencia ante la ola de violencia desencadenada por el sandinismo. Permanecen ocupadas las intendencias de Managua y de varias ciudades del interior. El ex presidente Daniel Ortega podría ser acusado judicialmente por "apología del delito", ya que se le imputa una participación directa en los graves hechos terroristas ocurridos en el país.

Daniel Ortega: el líder sandinista aparece como instigador de la ola de violencia que agita al país.

MANAGUA, 20 (AFP, AP y Reuter). — La coalición oficialista **Unión Nacional Opositora** (UNO) podría acusar ante los tribunales de Justicia al ex presidente y líder sandinista, **Daniel Ortega**, por **alentar la ola terrorista que a partir del martes se extendió por todo el país.** El Partido Liberal Independiente (PLI), uno de los 14 que integran la coalición, **acusó por su parte a la presidenta Violeta Barrios de Chamorro de "evidente negligencia" para frenar la grave ola de violencia.**

Daniel Ortega intentó justificar los atentados y ocupaciones que se produjeron en Managua y varias ciudades del interior, definiéndolos como "una reacción contra los intentos de la coalición oficialista por derogar leyes que beneficiaron a miles de personas". **Ortega llamó al pueblo a luchar contra la derogación "con la misma decisión con que nos lanzamos al asalto de los cuarteles somocistas en la ofensiva final de julio de 1979".**

En una reunión con el cuerpo diplomático acreditado en Managua, el líder sandinista aclaró que el **conflicto no está planteado con la presidenta Violeta Barrios de Chamorro, sino con los sectores "revanchistas" del oficialismo que quieren derrocar al gobierno.** Entre los supuestos conjurados citó a **Alfredo César**, presidente de la Asamblea Nacional.

Poco después de esa reunión, **Daniel Ortega fue convocado sucesivamente por Carlos Hurtado, ministro de Gobernación, y por Antonio Lacayo, influyente ministro de la Presidencia y brazo derecho de la presidente Chamorro,** quien regresó precipitadamente de Washington ante la magnitud de la crisis. Estas presiones persiguieron el propósito de evitar enfrentamientos con los 50 ocupantes de Radio Corporación, que finalmente accedieron a abandonar las **lujosas mansiones de la capital.**

La evidencia de que la crisis es compleja y profunda la dio el **Partido Liberal Independiente** (PLI), del vicepresidente Virgilio Godoy, quien **exigió a Violeta Chamorro que restablezca el orden haciendo cumplir las leyes y la Constitución.** En rueda de prensa Wilfredo Navarro, presidente del partido —uno de los 14 que integran la UNO— acusó por otra parte a la policía por "evidente connivencia" con los activistas que ocuparon varias alcaldías y plantas emisoras.

El propio Navarro acusó a Daniel Ortega como responsable del clima de "agitación y caos" que vive el país por haber hecho "apología del delito". Más tarde, dirigentes del Comité Político de la UNO señalaron que la coalición está estudiando la posibilidad de acusarlo criminalmente. **"Lo llevaremos ante los tribunales de Justicia"**, subrayó Roberto Urroz, miembro del **Movimiento Democrático Nicaragüense** (MDN).

La evolución de los hechos está mostrando al gobierno **atrapado en una crisis cuya solución parece fuera de su alcance.** El gobierno de Violeta Chamorro busca afanosamente **mediar entre la Asamblea Nacional, dominada por la coalición que la llevó al poder, y los sandinistas, decididos a defender a toda costa las leyes 85 y 86, sobre propiedad urbana y rural.**

La UNO, por su parte, ha estructurado por primera vez una estrategia conjunta, lo cual en cierto modo **aísla al gobierno de Chamorro, acusado sistemáticamente por Virgilio Godoy de cogobernar con el Frente Sandinista.** Esta situación supone un grave riesgo político para el gobierno, que **podría estar convirtiéndose en prisionero de sus propios aliados.**

♦ Desalojan alcaldías

Hoy también fueron desocupadas las alcaldías de Nandaime, León y Estelí, pero permanecen en manos de militantes sandinistas las de Managua, Masaya, Nindirí y Ciudad Sandino. En Masaya los activistas sandinistas, reunidos en el llamado Frente de Lucha Popular (FLP), negocian con el alcalde Sebastián Putoy la entrega de los títulos de propiedad a unas cinco mil personas beneficiadas por el anterior gobierno. **El FLP es coordinado por el ex canciller Miguel D'Escoto, a quien se acusa de haber adquirido en solo 13.000 dólares una de las más lu-**

9107789

Nº DOCUMENTO
TITULO Chamorro intenta procesar a Daniel Ortega
PROCEDENCIA La Nación 150025
FECHA 21-6-91
VIA Nicaragua 66603
F MAL (1163)
Sudo (1140)

L. N. 21/6/91

Chamorro intenta procesar a Ortega

MANAGUA, 20 (AP).– La coalición gubernamental Unión Nacional Opositora (UNO) amenazó con acusar ante los tribunales de justicia al ex presidente Daniel Ortega por alentar la violencia.

Mientras tanto, la emisora independiente Radio Corporación y por lo menos una alcaldía fueron devueltas por grupos sandinistas que las habían ocupado por la fuerza el martes último.

"La UNO está llegando a la conclusión de acusar criminalmente a Daniel Ortega y llevarlo ante los tribunales", dijo Roberto Urroz, diputado de la coalición.

Urroz agregó que la UNO planteará una serie de demandas a la presidenta Violenta Barrios de Chamorro respecto del comportamiento de la policía que, aparentemente, actuó en contubernio con los sandinistas.

Nicaragua se vio envuelto en una ola de terrorismo la noche del martes, luego de que la Asamblea Nacional, dominada por la UNO, decidió derogar varias leyes sandinistas sobre la propiedad.

La emisora Radio Corporación fue entregada anoche al jefe de la policía, René Vivas, quien se negó a informar si habían sido detenidos los autores del hecho.

Esta mañana fue devuelta la alcaldía de Nandaime y hoy será entregada la de Masaya.

Ortega exhortó ayer a "los miles de nicaragüenses beneficiados por esas leyes" a la insurrección contra los intentos de derogarlas.

Empero, horas después, Ortega condenó los actos terroristas en una reunión con el cuerpo diplomático acreditado aquí, al que manifestó su voluntad de diálogo.

Por la noche, abrió negociaciones con el gobierno, que aparentemente permitieron la devolución de la radio y las alcaldías.

Por su parte, el director de Radio Corporación dijo que en la toma de la emisora participaron conocidos periodistas sandinistas y que la policía "colaboró con los intrusos".

Otras emisoras, como Radio Darío, de la ciudad de León; Radio San Cristóbal, de Chinandega, y Radio Insurrección, de Matagalpa, continuaban ocupadas, lo mismo que las alcaldías de Managua, Nindirí y Granada.

Disgusto norteamericano

WASHINGTON, 20 (EFE).– El gobierno de los Estados Unidos manifestó su disgusto por los disturbios ocurridos el miércoles en Managua, de los que responsabilizó al sandinismo.

El vocero del Departamento de Estado, Richard Boucher, dijo que "nos parece irónico que un partido que llegó al poder diciendo que quería ayudar a los pobres tome las calles para proteger las mansiones confiscadas por sus líderes", declaró Boucher.

01 01 9107790

Nº DOCU
TITULO: Atentado a ex diputado José TORRES OLEGARIO.
PROCED: A. Exterior. (15do27)
FECHA: 21-6-91
VIA: NICARAGUA (66603)
T. MIC (11163)
SUSU. (11140)

Nicaragua: se extiende la ola de violencia con más atentados

Violeta Chamorro

Managua (Reuter) — La ola de atentados desatada en **Nicaragua** por una controversia sobre la propiedad se extendió a la norteña provincia de **Jinotega**, donde desconocidos lanzaron ayer una granada contra la residencia de un ex diputado conservador, dijo la Policía.

Un funcionario policial de Jinotega, 175 kilómetros al norte de **Managua**, dijo que el atentado en la madrugada contra la residencia del ex diputado **José Torres Olegario** causó destrozos en el garaje y ventanillas de un vehículo, pero no víctimas.

"Con suerte, Olegario y su familia salieron ilesos del atentado", dijo el funcionario, que no quiso identificarse.

El atentado contra el ex diputado del **Partido Conservador Demócrata** (PCD) durante el pasado gobierno sandinista fue el más reciente en una ola de violencia que estremeció a **Nicaragua** desde el martes.

Los atentados se produjeron luego de que un partido de la gobernante **Unión Nacional Opositora** (UNO) presentó al Parlamento un proyecto de ley que restituiría a sus dueños propiedades confiscadas por los sandinistas.

D.F. 21/6/91

01 01 9107791

DOCUMENTO
TITULO Nicaragua: Se agravan choques con sandinistas
FUENTE D.F. 150027
FECHA 20-6-91
VIÑETA Nicaragua 66603
FMLN (11.63)
Estado (11.40)

Nicaragua: se agravan choques con sandinistas

Managua *(Reuter, UPI) — Una nueva ola de violencia sacudió ayer al país después que se agravó el enfrentamiento entre el gobierno de Violeta Chamorro y los sandinistas nicaragüenses.*

Desconocidos lanzaron bombas contra residencias de políticos y partidos de la coalición gubernamental protestando por el proyecto presentado ante el Parlamento para ***restituir a sus dueños propiedades expropiadas por la anterior administración sandinista.***

En tanto, el ex presidente sandinista, ***Daniel Ortega,*** *llamó ayer a* ***defender los logros de la revolución*** *poco antes de que al menos cuatro bombas estallaran en las residencias de dos políticos y en dos sedes partidarias oficialistas.*

También fue atacada la planta transmisora de la radio prosandinista "Radio Ya", aseguraron ayer voceros de la emisora. Grupo de simpatizantes sandinistas, en tanto, continuaban ocupando la Alcaldía de Managua y la conservadora "Radio Corporación".

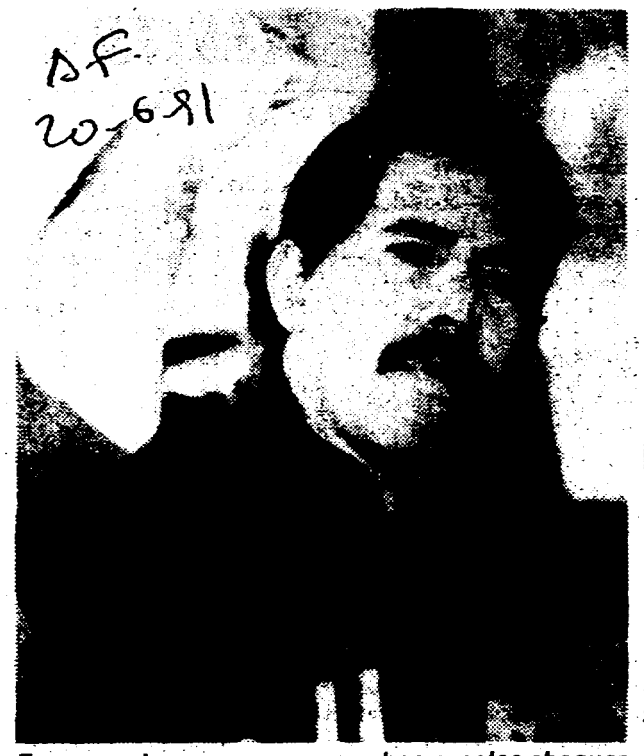
Los ataques se produjeron luego que un partido de la coalición ***Unión Nacional Opositora*** *(UNO) del gobierno presentara un proyecto para* ***derogar dos leyes que repartieron residencias y tierras*** *confiscadas en los últimos dos meses de gobierno sandinista.*

La iniciativa determinó que el bloque del ***Frente Sandinista de Liberación Nacional*** *(FSLN), en el poder durante una década hasta la asunción de la presidenta* ***Violeta Chamorro*** *el año pasado, se retirara del Parlamento por tiempo indefinido.*

José Castillo Osejo, *presidente del* ***Partido Nacional Conservador*** *(PNC), denunció que cerca de la medianoche* ***"escuchamos una poderosa bomba, que afortunadamente estalló contra el muro trasero de mi residencia, sin causar daños".***

"Esta es la respuesta del Frente Sandinista, después de que nuestro partido introdujo una ley en la Asamblea Nacional para que se deroguen dos leyes que permitieron que los altos jerarcas del sandinismo se apropiaran de mansiones y haciendas en todo el país", *agregó en declaraciones a una radio local.*

Por su parte, el presidente del ***Partido Liberal Independiente*** *(PLI),* ***Wilfredo Navarro,*** *también denunció que su residencia y la sede de su partido fueron atacadas con bombas.*



D.F. 20-6-91

En momentos en que se agravaban ayer los choques entre el gobierno y simpatizantes sandinistas, el ex presidente Daniel Ortega hizo un llamado para defender los logros de la revolución.

9107792

Nº DOCUMENTO
TEMA: Acusan al sandinismo por la ola de atentados
FUENTE: clarín (150024)
FECHA: 20-6-91
VIÑETAS: NICARAGUA (66603)
FMIL (11163)
SANDN. (11140)

SE ACENTUA LA CRISIS EN NICARAGUA

clarín 20-6-91

Acusan al sandinismo por la ola de atentados

MANAGUA, 19 (AFP, EFE, ANSA y Reuter). — La efervescencia política que vive Nicaragua alcanzó hoy un tono dramático tras una impresionante ola de 22 atentados contra locales pertenecientes a partidos de la coalición de gobierno y viviendas de políticos que apoyan la derogación de dos leyes confiscatorias sandinistas. Las acciones terroristas, que provocaron daños materiales de magnitud y graves quemaduras a una persona, fueron atribuidas por el gobierno a grupos del aparato sandinista.

Los atentados acentuaron la tensión provocada el martes por decenas de militantes sandinistas, que ocuparon las instalaciones de Radio Corporación y las alcaldías de Managua y Masaya. Hoy se anunció oficialmente que también fueron tomadas las alcaldías de las ciudades de León y Estelí, las de tres poblaciones próximas a la capital (Niquirí, Nandaime y Ciudad Sandino) y las instalaciones de Radio Darío, la más importante de León.

La oleada terrorista se produjo tras una breve sesión de la Asamblea Nacional boicoteada por los 39 legisladores sandinistas —en la cual se decidió por unanimidad que el proyecto derogatorio pase a la Comisión de Justicia. Este dispone [illegible] será aprobado en forma definitiva.

El proyecto, presentado por el Partido Nacional Conservador, prevé la derogación de las leyes 85 y 86 de marzo de 1990, que permitieron cancelar las hipotecas de miles de pequeños propietarios y distribuir terrenos en todo el país. El actual gobierno prometió legalizar esta situación, entregando los correspondientes títulos de propiedad a esos beneficiarios.

El gobierno de Violeta Barrios de Chamorro estima que las leyes confiscatorias significaron para el Estado una pérdida de 700 millones de dólares, pero la suma exacta nunca podrá conocerse ya que los registros del Banco Central correspondientes a febrero-abril de 1990 fueron destruidos por el anterior gobierno. El oficialismo pone como ejemplo de la "gran piñata" sandinista la compra por parte del ex presidente Daniel Ortega de la lujosa finca donde ahora vive: está valuada en 900.000 dólares, pero fue adquirida en apenas 2.500.

El propio Daniel Ortega arremetió hoy contra los sectores del gobierno que impulsan la derogación de las dos leyes y advirtió sobre el peligro de que estalle en el país una nueva guerra civil. Afirmó asimismo que los "sectores revanchistas" de la gobernante Unión Nacional Opositora (UNO) han provocado "la más grave crisis política e institucional desde que asumió Chamorro en abril de 1990".

01 01 9107793

Nº DOCUMENTO
TITULO Alzamiento sandinista contra Violeta B. de Chamorro.
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 19-6-91
VIA Nicaragua 66603
F.MIC(CL1163)
2mSU.(CL1170)

NICARAGUA: TOMARON LA INTENDENCIA DE MANAGUA Y UNA RADIO INDEPENDIENTE

Alzamiento sandinista contra Chamorro

En una actitud de abierto desafío al gobierno, el sandinismo lanzó sus militantes a las calles para oponerse a la derogación de dos leyes confiscatorias. Un proyecto que reintegra a sus anteriores dueños las propiedades injustamente expropiadas fue aprobado en primera instancia por la Asamblea Nacional, boicoteada por la bancada sandinista de 39 legisladores. Se acusa a los principales dirigentes del anterior gobierno de haber adquirido a precios irrisorios unas 1.500 propiedades confiscadas.

MANAGUA, 18 AFP, EFE y Reuter). — Decenas [illegible] militantes sandinistas armados, con pañuelos en la [illegible] al estilo de los antiguos guerrilleros, ocuparon [illegible] las alcaldías de esta capital y de Masaya y la [illegible] emisora de Radio Corporación, luego de que el [illegible] Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) re[illegible] "indefinidamente" a sus 39 diputados de la [illegible]mblea Nacional y anunciara el comienzo de "pro[illegible] masivas" contra el gobierno de Violeta Barrios [illegible] Chamorro.

El nuevo conflicto se superpone al planteado por [illegible] de "contras" que reclaman la entrega de tie[illegible] y que ocuparon la población de San José de Bo[illegible].

La más grave crisis política desde la asunción del actual gobierno estalló cuando el oficialismo anunció [illegible] decisión de dar curso a un proyecto sobre deroga[illegible] de dos leyes que permitieron la confiscación de [illegible]dades urbanas y rurales. El proyecto fue pre[illegible]tado por el Partido Nacional Conservador, uno de [illegible] que integran la coalición de gobierno, y se refie[illegible]ativamente a las fincas y predios injustamente [illegible]cados.

La decisión sandinista de retirarse de la Asamblea [illegible]onal de 92 miembros fue anunciada por el líder de [illegible]nada y ex vicepresidente, Sergio Ramírez, quien [illegible] los "sectores ultraderechistas" de la oficialista [illegible] Nacional Opositora (UNO) de impulsar la dero[illegible] de las dos leyes. "Terminó nuestro papel en la [illegible]a Nacional. Ahora nos toca encabezar al pue[illegible] las calles", enfatizó.

Las leyes 85 y 86 fueron aprobadas en los dos [illegible] meses del gobierno sandinista, en el lapso que [illegible] entre su derrota electoral —febrero de 1990— y [illegible]ción de Chamorro. Los sandinistas alegan que [illegible] leyes favorecieron a más de cien mil personas, [illegible] la UNO —que no lo niega— sostiene que también [illegible]ron que la cúpula del FSLN y sus allegados [illegible]eraran de cuantiosos bienes, tanto privados [illegible] estatales.

La denuncia más común es que las leyes confisca[illegible]torias permitieron que fueran adquiridas grandes mansiones a muy bajo precio por los más importantes dirigentes sandinistas, entre ellos Daniel Ortega y el ex canciller Miguel D'Escoto. Irónicamente, el oficialismo define estas adquisiciones como "la gran piñata" de los antiguos guerrilleros.

El ex presidente Daniel Ortega, quien se encuentra en el centro del conflicto, señaló ayer, al concluir un congreso partidario, que la derogación de ambas leyes pondría "en peligro" la estabilidad del país, facilitaría "el retorno del somocismo" y desencadenaría una crisis "de efectos incomensurables". Ortega vive actualmente en una finca del oeste de la ciudad cuyo [illegible] propietario, Jaime Morales Carazo, ha pedido [illegible] restituya ya que [illegible] injustamente confiscada. [illegible] ex presidente se niega a hacerlo, con el argum[illegible] que la residencia "es un símbolo de la transfer[illegible] propiedad creada por la revolución".

En un intento por aliviar la crisis el gobier[illegible] dió trasladar el problema al ámbito de la Conc[illegible] Nacional, especialmente creada para el caso. [illegible]mente se decidió pasar el proyecto del Partid[illegible]nal Conservador a una comisión especial, pero [illegible] oficialismo optó por incluirlo en el orden del [illegible] sesión de hoy.

Esta virtual ruptura de las negociaciones [illegible] gobierno y el sandinismo generó un clima de c[illegible]tensión. Tras la ocupación de las alcaldías de M[illegible] y Masaya y de Radio Corporación —cuyo pro[illegible] José Castillo, es a su vez presidente del Partid[illegible]nal Conservador— centenares de campe[illegible] con machetes bloquearon en el sur del país u[illegible] de la carretera Panamericana y militantes san[illegible] ocuparon otras dos alcaldías en la periferia de [illegible]tal. También se informó que había sido ocu[illegible] alcaldía de Granada, pero ello [illegible]ue confirm[illegible] todos los casos la policía se abstuvo de interve[illegible]

Poco antes del mediodía, varios centenare[illegible]nifestantes, convocados por los sindicatos san[illegible] avanzaron hacia el viejo casco de la capital, [illegible]mente destruido por el terremoto de 1972, con [illegible]sito de rodear el edificio de la Asamblea Nacio[illegible] de inmediato, sin embargo, los activistas se re[illegible] sin que se produjeran incidentes.

El cuerpo inició sus deliberaciones con 90 [illegible] de atraso y con la asistencia de 48 diputados, [illegible]tas. Alfredo César, presidente de la Asamblea [illegible]ció luego que varios legisladores fueron o[illegible] "amenazas públicas". Tras la aprobación g[illegible] proyecto el propio César subrayó que el texto [illegible] siendo estudiado por lo menos durante las tr[illegible]mas semanas.

Agencia AP

Un grupo de sandinistas ocupa Radio Corporación, en Managua. Los hechos de ayer configuran una virtual ruptura con el gobierno de Violeta Chamorro.

poco legible
01-01

9107794

DOCUMENTO
TITULO Temen nuevos ataques de los "contras".
PROC
FE
VI
Clarín 150094
26-6-91
Nicaragua 66603
FMLN (11163)
ELSO (11140)

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo [illegible]

TOQUE DE QUEDA EN SAN JOSE DE BOCAY

Nicaragua: temen nuevos ataques de los "contras"

SAN JOSE DE BOCAY, Nicaragua, 15 (AFP). — La tensión y la zozobra aumentaron en San José de Bocay, ante el peligro de un ataque de **antiguos contras rearmados** a este poblado situado a 200 km al norte de Managua, donde las autoridades impusieron **el toque de queda**.

Aunque los 5.000 habitantes de esta localidad rural continúan su ritmo normal, el ambiente es tenso, por temores de que sea aquí **donde se rompa nuevamente el fuego contra la precaria paz iniciada hace un año.**

Nadie, a excepción de unos 30 soldados ubicados en el pueblo, tiene autorización para circular después de las nueve de la noche, hora en que se corta el fluido eléctrico.

La disposición entró en vigencia el viernes, tras los ataques lanzados a principios de la semana y durante tres noches consecutivas por los ex guerrilleros **contras**, llamados ahora **recontras**, que incursionaron con violencia en el poblado y asaltaron varias bodegas de alimentos.

Esta es la primera acción militar de importancia perpetrada por los rebeldes, desde que hace un año terminaron formalmente la guerra que habían librado durante casi una década contra los sandinistas, quienes fueron derrotados en las urnas electorales por la actual presidenta, **Violeta Chamorro.**

El grupo de veinte "recontras" que incursionaron en San José de Bocay son parte de **un creciente movimiento de ex rebeldes que deambulan por las montañas del país rearmados y uniformados, con la aparente intención de combatir.**

Un alto funcionario gubernamental los llamó hace dos meses "salteadores de caminos", pero recientemente el ministro de Gobernación, Carlos Hurtado, admitió que constituyen un problema **"potencialmente serio".**

Hasta ahora no han presentado combate al ejército y este al parecer no tiene orden de atacarlos.

En San José de Bocay hubo disparos, pero no se registró ninguna víctima. A pesar de eso, los lugareños temen que de un momento a otro el ejército responda a las acciones de los insurgentes.

guerra que duró casi una década, la mayoría de los pobladores cierra sus puertas antes de las nueve y las mujeres se recogen con sus hijos en espera de lo peor.

Durante el día, los rumores corren de boca en boca; algunos creen que los "recontras" están ansiosos de reanudar el conflicto armado con el ejército, integrado por sandinistas.

Observadores locales señalan que si la presidenta Chamorro —jefa suprema de las fuerzas armadas— ordena atacarlos, **las consecuencias serían impredecibles, pero si no se lo hace, el movimiento tomará fuerza**, lo que igualmente sería peligroso para la precaria paz del país.

Recientemente el ministro de la Presidencia, Antonio Lacayo, dijo que el gobierno atenderá los problemas sociales de los desmovilizados y "no les dará respuesta militar".

Sin embargo, en San José de Bocay, donde aún está vivo el recuerdo de la

Otros aseguran que los ex rebeldes no quieren volver al combate, pero están descontentos con el gobierno, al que acusan de no cumplir las promesas que les hizo.

ORIG. 01

01 01 • 91 07795

DOCUMENTO .....
TÍTULO "Recontras" protagonizaron serie de incidentes.
PROCEDENCIA Clarín (150024)
FECHA 14-6-91
TEMA NICARAGUA (66603)
+ MIL (11163)
Subv. (11140)

Clarín - 14-6-91

Protagonizan los "contras" un nuevo desafío

Un grupo de ex guerrilleros nicaragüenses, conocidos como "recontras", protagonizó una serie de incidentes en [illegible] que merecían mayor atención por parte del gobierno y el cumplimiento de la [illegible] de los acuerdos de paz, que marcaron la desmovilización de los rebeldes antisandinistas. Asaltaron un banco y robaron y destruyeron tiendas y bodegas de una comisión de la OEA. No hubo víctimas, pero se teme un rebrote de la guerra.

MANAGUA, 13 (AP, ANSA y Reuter).— Cincuenta ex guerrilleros "contras" protagonizaron ayer [illegible] en Nicaragua y [illegible] de Honduras, [illegible] lunes de una [illegible]

[illegible] Ministerio de Defensa [illegible] detalló cada [illegible] sucesos y anunció que el ejército regular [illegible] acuartelado "en previsión de hechos similares o agravados".

[illegible] inestabilidad

[illegible] agrupados en [illegible], bautizados como "recontras", surgieron [illegible] y exigen, entre otras cosas, tierras y una mayor atención por parte del gobierno de Violeta Chamorro.

[illegible] semanas sumaron a sus demandas la desaparición del jefe del ejército, general Humberto Ortega —hermano del ex presidente sandinista Daniel Ortega— y el retiro de [illegible] las zonas donde opera el grupo, al norte del país. Voceros de los "recontras" comunicaron a medios de prensa que han sido reiteradamente amenazados por el ejército regular y la policía, instituciones "dominadas por los sandinistas", ante lo cual decidieron alzarse en armas.

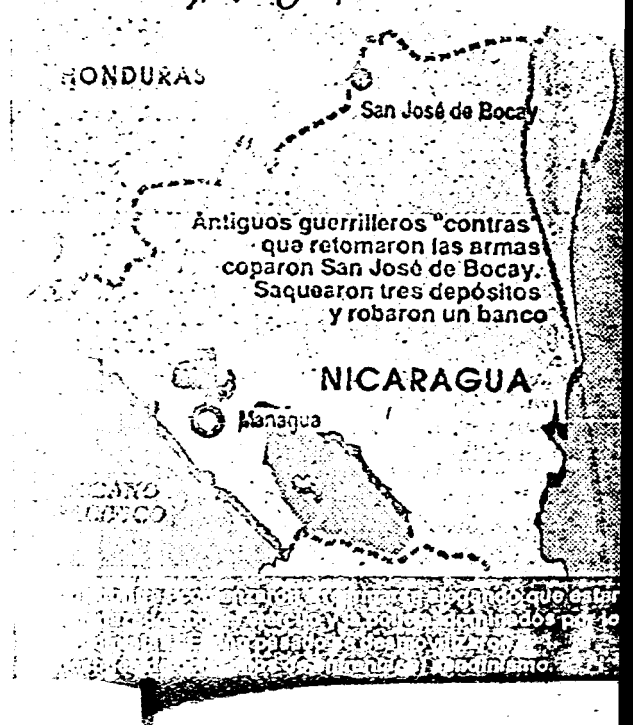
El jefe del ejército, general Humberto Ortega, y el secretario de la Presidencia, Antonio [illegible], alegan que estos grupos son alentados y manipulados políticamente por el vicepresidente Virgilio Godoy y el alcalde de Managua, Arnoldo Alemán.

Godoy, en declaraciones a la prensa, rechazó esas afirmaciones y dijo que por su gravedad "ponen en peligro" su vida y la de sus familiares y su integridad física de sus asesores.

Ortega dijo que los grupos alzados en armas están integrados por [illegible] mil guerrilleros, pero fuentes [illegible] consideraron su número en no más de [illegible] efectivos.

Unos [illegible] "contras" se desmovilizaron hace [illegible] exactamente un año, el [illegible] de junio de [illegible] poniendo fin a enfrentamientos que casi duraban [illegible] con el ejército [illegible] que cobraron [illegible] víctimas y [illegible] millones económicos.

Otro grupo armado, liderado por un ex jefe de los "contras", conocido como Chico Pinos, protagonizó [illegible] asalto al banco del pueblo [illegible] del cual se llevaron [illegible] córdobas (unos [illegible] dólares).



ENTRADO ✓
OCT 2 91 ✓

01 01 · 9107796

DOCUMENTO
NICARAGUA. Recontras se adueñan de pueblo.
S. Finance. (150027)
14-6-91
NICARAGUA (66603)
MIL (11163)
Sandi (11140)

Nicaragua: recontras se adueñan de pueblo

Managua (DPA, UPI, Reuter) — Ex rebeldes "contras" de Nicaragua, autodenominados "los recontras" se instalaron usando la fuerza de las armas en el poblado San José de Bocay, unos 350 km al norte de Managua, a una semana del recrudecimiento de las tensiones entre éstos y los sandinistas.

Los informes señalan que los "recontras" llegaron al pueblo y sometieron a sus pobladores para demandar al gobierno el cumplimiento de la promesa de entrega de tierra, haciendo de Bocay un "pueblo tomado". Allí saquearon, además, la bodega de la Organización de los Estados Americanos, un centro de abastecimiento rural y depósitos de la municipalidad.

Según las peticiones de los rebeldes, el gobierno nicaragüense no sólo debería darles terrenos fértiles para trabajar, financiar sus cultivos y proveerles vivienda, sino también dar seguridad a sus polos de desarrollo agrícola y retirar las fuerzas policiales de esos lugares.

• Registros

En el lugar conocido como Bocaycito, los "recontras" mantienen tomados trechos de rutas y efectúan registros de vehículos. Otro grupo de rearmados atacó las oficinas del Banco Nacional de Desarrollo en Quilali y quemó ranchos de cooperativas campesinas, llevándose dinero en efectivo.

El ministro de gobierno Carlos Hurtado, precisó al respecto que se ha integrado una comisión con la Comisión Internacional de Apoyo y Verificación de la OEA, para hacer desistir a los forajidos de sus propósitos.

Como se recordará, fue la muerte de un jefe policial sandinista el jueves pasado lo que hizo recrudecer los conflictos entre ambos bandos.

A.F. 14/6/91

FECHADO
ORDE DO

01 01 9107797

DOCUMENTO Denuncian en Nicaragua plan para asesinar a CHAMORRO.
FUENTE Clarín (150024)
FECHA 12-6-91
TEMAS NICARAGUA (66603)
FMLN (11103)
EMSO (11140)

EL COMPLOT TAMBIEN AFECTA AL MINISTRO DE DEFENSA

Clarín 12/6/91

Denuncian en Nicaragua un plan para asesinar a Chamorro

MANAGUA, 11 (Reuter y AFP). — El ministro de Gobernación (Interior) de Nicaragua, **Carlos Hurtado, denunció hoy un complot para asesinar a la presidenta Violeta Chamorro** y a altos funcionarios de su gobierno.

"Agentes de inteligencia descubrieron un complot para asesinar al ministro de la presidencia (Antonio Lacayo), a mi persona y a la misma presidenta", dijo Hurtado en conferencia de prensa.

Lacayo ya había denunciado el sábado un supuesto complot para asesinar a altos funcionarios del gobierno de Chamorro, aunque no había mencionado que la presidenta fuera también un posible blanco.

Hurtado dijo que también **"hay señales de que (el complot) es contra el general (Humberto) Ortega"**, controvertido jefe del ejército cuya renuncia reclaman antisandinistas de línea dura y ex rebeldes "contras" que volvieron a tomar las armas.

Agregó que el plan fue descubierto el 3 de mayo y **"el caso lo tomamos con toda seriedad, por lo que continuamos realizando las investigaciones"**.

Lacayo, yerno de la presidenta y su principal asesor, había denunciado el sábado que **"los organismos de inteligencia del gobierno han captado algunas señales que indican que hay gente interesada en deshacerse de algunos funcionarios, entre los cuales estoy yo"**.

Sin embargo, Lacayo y Hurtado se abstuvieron de informar quiénes serían los responsables del denunciado complot.

Lacayo ha sido criticado repetidamente por sectores conservadores, que lo acusan de apoyar la política gubernamental de reconciliación con el opositor **Frente Sandinista de Liberación Nacional** (FSLN), en el poder hasta la asunción de Chamorro en abril de 1990.

El vicepresidente **Virgilio Godoy**, un fuerte crítico de Lacayo, también declaró el martes que miembros del gobierno han tratado de eliminarlo políticamente.

"Ellos (miembros del gobierno) han tratado de eliminarme políticamente y si pudieran físicamente lo harían, pero eso sería demasiado evidente", dijo Godoy.

Al ser preguntado si una concreción de los atentados podría desatar otra guerra civil en Nicaragua, Hurtado dijo que **"no creo que esto pueda desatar una guerra, porque el pueblo nicaragüense ya está cansado de eso y más bien se quiere dedicar a producir para el país"**.

Sobre el rearme en el norte y nordeste de Nicaragua de ex miembros de la **resistencia nicaragüense**, conocidos como "contras", Hurtado dijo que se trataba de "un movimiento político... pero ese fenómeno no se va a concretar".

"Sabemos que un grupo muy pequeño ha desenfundado algunas armas que no entregaron durante el desarme del año pasado y que se trata de un movimiento político... Pero ese fenómeno no se va a concretar", dijo Hurtado.

Los "contras" combatieron durante ocho años, con apoyo estadounidense, al pasado gobierno sandinista de Nicaragua y depusieron sus armas mediante acuerdos con Chamorro, que incluyeron la entrega de tierras y asistencia para su reinserción en la vida civil.

Pero grupos de ex rebeldes se rearmaron en las últimas semanas, exigiendo el cumplimiento de los convenios y la destitución de Ortega, hermano del ex presidente **Daniel Ortega** mantenido al frente del ejército por la presidenta Chamorro.

Aunque Hurtado no especificó quién estaba detrás de ese movimiento político armado, aseguró que los alzados son entre 200 y 400 hombres.

El general Ortega dijo la semana pasada ante una comisión de la Asamblea Legislativa que se trataba de unos 1.100 ex contras los que han vuelto a tomar las armas, pero aclaró que unos 500 que operan en la costa atlántica **"son asaltantes"**.

Hurtado dijo que está prevista una reunión con jefes "contras", el gobierno y miembros de la Comisión Internacional de Apoyo y Verificación (CIAV) de la Organización de los Estados Americanos, conocida como CIAV-OEA, para tratar de satisfacer las demandas de los alzados. Una fuente gubernamental dijo que el encuentro podría ser el jueves.

01 01 9107798

Nº DOCUMENTO
TITULO Amenaza de nueva guerra en NICARAGUA.
PROCEDENCIA clarin (150024)
FECHA 10-6-91
VINCULOS NICARAGUA (66603)
FMLN (11165)
SANDINISTAS

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 10 de junio de 1991 ★ CLARIN

LOS "CONTRAS" ADVIRTIERON AL GOBIERNO DE VIOLETA CHAMORRO QUE DEBE DESMOVILIZAR AL EJERCITO SANDINISTA

Amenaza de nueva guerra en Nicaragua

La muerte de un jefe policial sandinista, ocurrida el jueves pasado, originó una nueva tensión en Nicaragua al ser acusados varios ex "contras" de ser responsables de su asesinato. Los rebeldes antisandinistas amenazaron en las últimas horas con retomar las armas si el gobierno de Violeta Chamorro no logra la desmovilización de las fuerzas sandinistas.

MANAGUA 9 (Reuter y EFE). — Ex rebeldes "contras", que retomaron las armas y se autoproclamaron como una nueva fuerza guerrillera en las montañas del norte de Nicaragua, aseguran que **puede haber otra guerra en el país si la presidenta Violeta Chamorro no desmoviliza al ejército popular sandinista.**

"Vamos a ser hombres rebeldes", dijo Francisco Valdivia, líder de unos 200 hombres armados que se llaman a sí mismos **recontras.**

"O cumple el gobierno o se declara la guerra", agregó.

Los ex contras rearmados dieron aparentemente sus primeros pasos bélicos el jueves, cuando un jefe policíaco sandinista y su secretaria de 19 años, fueron muertos a tiros en una carretera de la norteña provincia de Jinotega.

La policía arrestó a cinco ex "contras" por el asesinato del capitán Luis Meza y de su secretaria.

La muerte de Meza es el primer acto serio de violencia vinculado con los recontras desde que estos comenzaron a formar sus bandas en abril.

Diplomáticos y autoridades locales han expresado temor de que el asesinato de Meza genere represalias del ejército o la policía sandinista, **lo que podría causar una escalada de violencia,** un año después de terminada la guerra entre "contras" y sandinistas, que duró ocho años.

"Este asesinato da lugar a una represalia y eso es lo que temíamos", dijo **Santiago Murray, ciudadano argentino que encabeza una misión de la Organización de Estados Americanos (OEA), encargada de asistir a los "contras" desmovilizados.**

Cerca de 20.000 "contras", que durante ocho años intentaron infructuosamente derrocar al anterior gobierno sandinista con financiamiento de los Estados Unidos, depusieron sus armas en junio de 1990 tras la victoria electoral de Chamorro.

El gobierno de Chamorro ha entregado miles de hectáreas de tierra y otorgado apoyos agrícolas a la mayoría de los ex contras quienes —también mayoritariamente—, no se han rearmado.

Pero decenas de contras rearmados en las deforestadas montañas de La Pita Abajo, aseguran que ellos **no piden tierra ni ayuda económica sino la eliminación del ejército y la policía nicaragüenses,** bajo el control de los opositores sandinistas.

Explican que **Chamorro** prometió a los contras eliminar estas fuerzas antes de la desmovilización de los rebeldes derechistas.

Los "recontras" dicen que decidieron retomar las armas tras los asesinatos de sus antiguos camaradas —incluido el ex jefe rebelde **Enrique Bermúdez**— y por verse ellos mismos amenazados luego de desmovilizarse el año pasado.

"Luchamos por una democracia", dijo **"Noel"**, un recontra que peleó ocho años con los rebeldes derechistas.

"Pero Nicaragua todavía no es democrática, no ha desaparecido el régimen sandinista", agregó.

Los recontras en La Pita Abajo mostraron un arsenal de rifles y lanzagranadas belgas, soviéticos, estadounidenses y alemanes.

Valdivia, o comandante **Dimas,** dijo que las armas fueron desenterradas de un lugar secreto y que los "recontras" **tienen suficiente poder de fuego como para pelear una guerra de dos años.**

♦ Sofisticado armamento

Añadió que los rebeldes tienen sofisticados misiles tierra-aire y que pueden llamar a las armas a 10.000 ex "contras" si la guerra estalla.

El jefe del Ejército Popular Sandinista, general **Humberto Ortega,** hermano mayor del presidente **Daniel Ortega,** afirmó la semana pasada que esperaba lograr una "solución pacífica" con los aproximadamente 1.000 "recontras".

Un día antes del asesinato de **Meza, Valdivia** se reunió en La Pita Abajo con ex líderes de la contra que ya se integraron a la vida civil y quienes, junto con **Murray,** están tratando de mediar entre los recontras y el gobierno de **Chamorro.**

Luis Fley, quien encabezó la delegación de los ex "contras" desmovilizados que se entrevistó con **Valdivia,** dijo que el gobierno debe tomar en serio a los "recontras" y buscar rápido una solución antes de que la situación se vuelva más explosiva.

01 01
9107799

~~La URSS a la deriva~~ Desintegración amenaza la continuidad de la "perestroika"

VISION (1SEE44)
10/4/91
URSS (W175)
Rep. Sov. (11555)
Tze. Pol (11164)

Desde el 2 de abril la nueva política de precios erosiona al poder central. Los radicales nacionalistas, como Boris Yeltsin, tampoco tendrían base para la libertad de mercado

La URSS a la deriva

La desintegración amenaza la continuidad de la perestroika

Por Luis Vidal Rucabado

La perestroika, interpretada como una revolución antes que un proceso evolutivo, desencadenó una cantidad enorme de problemas. Descubrió la inesperada y sorprendente profundidad de las contradicciones que sufre la sociedad soviética. Los observadores externos, sean de corriente izquierdista o derechista, afirman, con sobradas razones, que ni siquiera sospechaban una situación tan compleja y crítica en la otrora potencia desafiante y expansionista.

Toda la apariencia de estabilidad se derrumbó y la Unión Soviética exhibe, como si fuera una remota época rusa prerrevolucionaria, pobreza, impotencia y atraso. El corte operado, un hecho que cambió irreversiblemente el curso de su historia, no es comprendido en sus últimas consecuencias fuera de la URSS. No es una exageración sostener que en su actual forcejeo con los problemas nacionales, económicos, políticos y sociales, el equipo de Mijail Gorbachov está luchando por la supervivencia de un estado cuyas raíces, forjadas en la idea socialista de la práctica social, cuajaron entre los escombros del mundo que sostenían a comienzos de este siglo las principales monarquías europeas.

Una prueba liminar como la consulta popular del 15 de marzo último, para establecer qué esperanza de vida tendría una nueva asociación de naciones en reemplazo de la exhausta Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), resaltó aún más la volatilidad del proceso. Que no sólo atañe a las clases dirigentes soviéticas.

Presa de su habitual reduccionismo cuando resulta impotente para captar una realidad compleja, la prensa estadounidense presenta esta etapa en la URSS, que interesa sobremanera al *establishment* estadounidense, si no con superficialidad en los consabidos términos maniqueos. Para ella los resultados del referéndum son "un éxito relativo de Gorbachov" o "una victoria del presidente de la gigantesca Federación Rusa, Boris Yeltsin, quien trata de crear un movimiento de masas para contrarrestar el férreo control comunista sobre el poder". Las expresiones oficiales no escaparon a esa confusión.

Las tendencias políticas del futuro, empero, son menos predecibles en la medida que el número de actores internacionales crece exponencialmente. Así como los clásicos imperios del siglo XIX dieron vida a una multiplicidad de naciones-estado, son también las naciones-estado de la actualidad las que tambalean al influjo de fuerzas centrífugas.

No puede eludirse la impresión de que el mundo moderno está ingresando a un periodo de neofeudalismo. Hasta hace poco, el imperio soviético, dirigido por un inmenso aparato de controles, estuvo aislado de este proceso disruptivo. Seis años atrás, sin embargo, su liderazgo entendió que por esa estabilidad estaba pagando un alto precio, en forma de estancamiento económico y apatía pública, que dejaría al país como una potencia de segundo orden.

ESTADO DE *RIGOR MORTIS*

Los líderes entendieron que debían producir cambios pero carecían de programa. Según Gaidar Aliev, ex miembro del Politburó del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS), Gorbachov fue elegido porque parecía más enérgico que sus competidores y esperándose de él el uso de esa energía para impulsar la causa comunista. Es evidente que el liderazgo soviético, incluido Gorbachov, subestimó la inmensidad de la tarea confrontando a cualquiera adherido al *statu quo* y a la determinación de los beneficiarios de la resistencia al cambio. Pron-

01-03

9107800

D-1

to aprendió que había heredado una estructura decrépita, ninguna de cuyas partes podía ser reparada sin dañar a las otras y al todo.

Cautelosas correcciones generaron reformas, éstas condujeron a cambios fundamentales que significaron el rechazo del legado marxista-leninista. El resultado de estos cambios incrementales fue la exposición de la inconsistente estabilidad soviética. Era una rigidez artificial impuesta desde arriba y desprovista de apoyos internos. Lo que fue creado por la fuerza sólo podía ser sostenido por la fuerza. El precio que se pagó fue el *rigor mortis* nacional.

La justificación de las reformas hizo inevitable esclarecer ante la ciudadanía el estado del país que empeoraba conforme avanzaban los cambios. Todos los factores ocasionaron un hundimiento del pueblo en una suerte de depresión colectiva. Tatiana Zaslavskaia, directora del mayor instituto soviético de encuestas, observa en la población ansiedad y pesimismo extremos. "Hace un año un 62 por ciento respondió negativamente si confiaba en el futuro. En septiembre de 1990 sólo 1,5 por ciento mantenía su confianza", comentó en *Komsomolskaia Pravda* el 30 de octubre último.

Mientras las manifestaciones más visibles de la crisis soviética parecen ser económicas, la raíz de los problemas es política. Declarado propietario de los recursos productivos del país, el gobierno soviético asume la responsabilidad de las carencias económicas. Sondeos hechos en julio y publicados el 29 de noviembre de 1990 en *Izvestia* mostraron que el número de ciudadanos que confiaba en el PCUS declinó al 14 por ciento. Es una proporción inferior a la que expresó completa confianza en el ejército (34 por ciento) e incluso en la KGB (24 por ciento). Entre el 80 y 90 por ciento rechazó el socialismo. La minoría que permanece favorable al régimen está formada por viejos ciudadanos que temen la pérdida de los controles económicos que les asegurarán, en la tercera edad, beneficios sociales.

Gorbachov podría incurrir en la salida restauradora

La crisis política tiene dos aspectos principales. Un conflicto vertical entre conservadores y demócratas afecta al PCUS. Entre el gobierno central y los gobiernos de las 15 repúblicas constituyentes de la Unión Soviética se desarrolla un conflicto horizontal.

EN PREVISION DEL COLAPSO

Gorbachov intentó, al inicio, instrumentar las reformas mediante el aparato partidario. Así como otras instituciones dirigentes del país, incluidas las fuerzas armadas, el Partido está dividido en dos líneas generacionales. Para poca fortuna de Gorbachov, la corriente democrática, que representa una tercera parte de la fuerza del Partido, está concentrada entre los miembros jóvenes que retienen puestos subordinados. Los viejos comunistas en los escalones de la *nomenklatura* son rígidos conservadores. Frustrado por estas resistencias, Gorbachov decidió invocar el apoyo popular que él suele reconocer favorable al cambio. Tomó el inmenso riesgo de trasladar el centro de gravedad de la toma de las decisiones políticas desde el Partido al Estado. Introdujo una institución nueva, el Congreso de Diputados del Pueblo, muchos de cuyos miembros fueron elegidos de modo popular.

Además inyectó algo de vida en las moribundas repúblicas soviéticas. Al mismo tiempo, Gorbachov emasculó al Partido privándolo de su *status* monopólico como única organización política legítima del país, reduciendo el Politburó a la impotencia y vaciando de sus cuantiosos ingresos al aparato. Fue una verdadera revolución que subvirtió al sistema del partido único implantado con la constitución soviética en 1918.

Estos cambios fueron laboriosos en extremo y la reforma de la vieja singladura tuvo consecuencias similares a las de la abdicación del zar en marzo de 1917 por su impacto administrativo. Entonces la burocracia imperial fue disuelta. Ahora se asistió a la discapacitación de la burocracia comunista. El zarismo y el comunismo tienen algo en común. Proveyeron los únicos ligamentos administrativos conectando el vasto imperio. En ambos casos la estructura se desplomó a falta de sostenes por debajo.

Gorbachov, al igual que Alexander Kerensky, hace desesperados esfuerzos para prevenir el colapso gubernamental, que sus propias medidas provocan, introduciendo nuevas instituciones que ejecuten la continuidad. Nada indica que los remedios estén deteniendo el proceso de desintegración. Reina la confusión como lo demuestran las torpezas para abordar con sensatez el reguero de huelgas mineras desde el Báltico hasta el Mar del Japón.

Desde su instalación en 1922, la Unión Soviética fue algo muy diferente a lo que se propuso ser. En vez de una federación de naciones libres e iguales resultó un estado unitario gobernado desde Moscú por el Partido, bajo dominio ruso, mediante su burocracia, ejército y policía de seguridad. Las aspiraciones nacionales de las minorías, que desde los primeros momentos del control bolchevique forman la mayoría de la población, fueron manipuladas usando instituciones débiles y rituales carentes de significación. Las genuinas expresiones nacionales fueron silenciadas y suprimidas. Detrás de la fachada de fraternidad ardía la animosidad y apenas se redujo la autoridad central los resentimientos salieron a luz.

CONSULTA TARDIA

La pasión nacionalista no explica por sí sola el fenómeno del etnonacionalismo. Lo enervan factores económicos y políticos. La incapacidad del gobierno

El revulsivo etnonacionalista abarca 120 nacionalidades en 53 unidades territoriales

02

9107800

central para satisfacer necesidades de los consumidores y la fractura del sistema de distribución económica compelen a cada región a tomar esas iniciativas.

Según Richard Pipes, profesor de historia en la Universidad de Harvard, autor de *The Russian Revolution* y director (1981-1982) de Europa Oriental y Asuntos Soviéticos en el Consejo Nacional de Seguridad de Estados Unidos, "existen fuertes evidencias de que Gorbachov no apreció adecuadamente la intensidad y la complejidad del problema de las nacionalidades en su país. Está dispuesto a concederles algunas verdaderas participaciones y medios para elevar su intervención en la toma de decisiones. Pero descalifica como extremistas a las tendencias separatistas".

"El separatismo de la Federación Rusa —siguió describiendo en *Foreign Affairs*, vol. 70, Nº 1, 1991— es desafiante de manera muy especial para Gorbachov. Con el fin de contenerlo, trata, un día, de bloquear a Boris Yeltsin y, al siguiente, procura acuerdos con él. En ninguno de los casos con éxito. Gorbachov demoró demasiado su promesa de reemplazar la constitución seudo-federalista por otra fundada en la igualdad republicana".

Ninguna de las últimas elecciones estadounidenses, en virtud del espíritu abandónico de la mayoría del electorado, encierra las virtudes democráticas que nadie, incluida la prensa de la izquierda remanente, le reconoce al plebiscito en la URSS. No es menos cierto que fue erosionado por su extemporaneidad. La necesidad de abrir el camino a la nueva constitución alcanzó un grado imperativo desde que el PCUS fue privado de su rol hegemónico. Como resultado de la demora el separatismo se intensificó. La propuesta de un nuevo tratado de unión de las repúblicas difundida en noviembre de 1990 pudo haber satisfecho a los protagonistas hace tres años. Algunas de ellas, incluida la Federación Rusa, ahora la rechazan. El proceso de desintegración llegó a un punto en que parece imposible que el nuevo tratado, no importa cómo se establezca, satisfaga a las repúblicas más nacionalistas. Mientras insisten en la separación, profundizan su rechazo a integrar la nueva federación.

En la complejidad de la cuestión nacional se inscribe la idea, lanzada por Yeltsin y su grupo, de que las Islas Kuriles sean devueltas al Japón y la retención

Los huelguistas mineros también exigen soluciones políticas

por la Federación Rusa, desde finales de 1990, del 85 por ciento de los ingresos que incorporaban las autoridades centrales. Ninguna de las repúblicas disidentes acepta la precedencia de la legislación soviética sobre sus propias leyes.

LOS OSOS BREZHNEVIANOS

El *establishment* del PCUS, junto con la fuerzas armadas y la KGB, son golpeados con fiereza por estas fuerzas centrífugas que trasladan la autoridad desde el centro a las repúblicas, cada una de ellas con su propia administración, fuerzas armadas y policía de seguridad. La lucha por la preservación de la unión es la batalla por la sobrevivencia de la *nomenklatura*. Es la última línea de defensa del combatido aparato del viejo régimen víctima del coma profundo desde la restauración stalinista dirigida por Leonid Brezhnev.

Con todo su liberalismo, Gorbachov, el atractivo Gorby de los taxistas neoyorquinos y gran parte de la intelectualidad occidental, es todavía el jefe de tal *establishment*. Muchos analistas están convencidos de que el presidente soviético tiene claro el abandono de la perestroika y su entrega a los brazos de sus oponentes conservadores si se trata de preservar la unión y salvar la preeminencia del gobierno central.

Su principal asesor militar, el mariscal Sergei Akhromeev, declaró, en *Sovetskaia Rossia* el 14 de noviembre de 1990, que las fuerzas armadas no aguardarán ni sólo mirarán la desintegración de la URSS. Desde entonces son frecuentes pronunciamientos similares de otros altos oficiales. Para algunos observadores estadounidenses —Pipes, por ejemplo— identifican en estas advertencias un indicio de que Gorbachov está preparado para una guerra civil en dirección a controlar las rebeliones de las repúblicas. Una guerra que el gobierno central no puede ganar. A largo plazo no existen fuerzas apropiadas para esa tarea y tampoco relaciones duraderas con las tropas no rusas.

LOS RIESGOS DE LA LIBERTAD

La naturaleza aborrece el vacío y la política rechaza la anarquía. La actual situación en la URSS no puede durar porque no satisface a nadie. A menos que un progresivo decaimiento del gobierno complete el colapso de la vida organizada y convierta al país en un gigantesco Líbano, dos alternativas parecen posibles. Una gradual evolución de cada república soviética hacia la autosuficiencia o una reacción en forma de golpe de las fuerzas armadas que, en el último momento, restaure la unión y reinstituya la autoridad central.

Los sondeos indican que casi dos tercios de la población de la URSS respalda la democracia y el libre mercado. En primera aproximación significarían un buen augurio para el futuro. Explica asimismo por qué Gorbachov no temió las elecciones presidenciales y parlamentarias libres. Pero, desafortunadamente, las fuerzas democráticas están divididas y mal organizadas. Consisten en partidos difusos agrupados alrededor de personalidades fuertes. Los intentos de constituir grandes agrupamientos fallaron por la carencia de liderazgos efectivos y el temor al surgimiento de la disciplina dejada por la regimentación de tipo bolchevique.

Los políticos democráticos ganaron el control de unas 50 ciudades pero deben enfrentar muchísimos problemas urgentes como para preocuparse por asuntos nacionales. La excitación política de hace dos años, a raíz de las elecciones para el Congreso de Diputados del Pueblo, se desvaneció porque las nuevas instituciones no mejoraron las condiciones de vida. El pueblo está desencantado con la democracia. Quizás porque no asume que es mucho más difícil crearla que instalar una dictadura.

En el campo económico las cosas no van mejor. En junio de 1990, dos tercios de la población soviética expresó su preferencia por la economía de mercado. Desagregados los datos otorgan poco lugar para el optimismo. Parece que por economía libre los encuestados entendieron un sistema de vastas promesas pero no sus sombras de inequidad social y desempleo. ■

03-03

9107800

GAMSAJURDIA GANA LAS ELECCIONES EN GEORGIA (U.R.S.S.)
EL PAIS (150009)
31-5-91
U.R.S.S (20175)
Soc. Pol (11164)
Rep. Sov. (11555)

APLASTANTE DERROTA

En las elecciones que tuvieron lugar en la patria de Stalin, Georgia, el Partido Comunista sólo obtuvo el 1,6% de los votos. Las elecciones fueron ganadas por abrumadora mayoría por el líder nacionalista, Zviad Gamsajurdia, quien estuvo encarcelado varias veces por actividad antisoviética antes de 1965. Otras fuerzas nacionalistas obtuvieron una buena votación y se estima que no será difícil formar una coalición de los distintos grupos nacionalistas.

Pero lo particularmente destacable de la elección fue la derrota aplastante del Partido Comunista a pesar de que se había declarado independiente del PCUS. Cabe hacerse la pregunta a cuánto habría descendido el porcentaje si el Partido georgiano se hubiera mantenido fiel a Moscú.

ENTRADA V.R.
SALIDA V.R.

01-01

9107801

Atentado Terrorista en la U.R.S.S.
LA PRENSA (150026)
91.06.01.
U.R.S.S. (10175)
Fac. Fil. (11163)
Acc. Sub. (11418)
Terrorismo Mundial (11212)

Atentado terrorista en la URSS

Moscú (Reuter) – Un atentado terrorista causó la explosión que mató a 12 personas en un tren en el extremo sur de la Unión Soviética, declaró un funcionario del Ministerio de Ferrocarriles.

Siete personas resultaron heridas a causa de la explosión que destrozó el último vagón del tren que se dirigía desde Moscú a Bakú, capital de la república de Azerbaidján en la noche del jueves.

"Dado que era un tren de pasajeros, no hay carguero con explosivos u otro elemento peligroso, no hay dudas de que fue un ataque terrorista", indicó el funcionario.

El Ministerio del Interior dijo que 12 personas murieron en el episodio ocurrido en Dagestán, sobre la costa del Mar Caspio. Expertos del gobierno estaban investigando y no fue proporcionada información adicional.

V.R.
V.R.

01-01

9107802

Coinciden EE.UU y URSS sobre fuerzas convencionales en Europa.
la Prensa (15C026)
3/0/4
URSS (10175)
Fac. Pol (11104)
Europa (10184)

Coinciden EE.UU. y la URSS sobre Fuerzas Convencionales en Europa

Lisboa (Reuter, UP, ANSA y EFE) – El secretario de Estado James Baker y el ministro soviético Alexander Bessmertnikh anunciaron ayer que los EE.UU. y la URSS han resuelto sus diferencias sobre el tratado de Fuerzas Convencionales en Europa (CFE), abriendo las puertas a una nueva conferencia –"cumbre".

Los ministros no precisaron la fecha de ésta pero indicaron que se realizará "tan pronto sea posible".

"Tenemos un acuerdo de principio que resolverá nuestras diferencias sobre el tratado CFE, en lo que concierne a los Estados Unidos y la Unión Soviética", expresó Baker.

Antes de que se realice la conferencia, ambas partes aspiran a completar las negociaciones sobre el tratado START para destruir los arsenales nucleares estratégicos, que languidecía a la espera de un acuerdo sobre las armas convencionales en Europa.

Baker y Bessmertnikh señalaron que ordenarán a sus jefes de delegación que concluyan rápidamente el tratado nuclear.

El tratado sobre fuerzas convencionales fue firmado en París, en noviembre de 1990, por 22 jefes de estado, pero no fue nunca formalmente puesto en vigencia, debido al litigio entre los Estados Unidos y la Unión Soviética acerca de su aplicación.

El CFE es el tratado de desarme más vasto jamás concertado y tendría por efecto eliminar la enorme superioridad soviética sobre Occidente en materia de tanques, cañones y trasportes blindados de tropas, en el teatro europeo.

Los representantes de la línea dura soviética exigían que algunas de sus fuerzas quedaran excluidas del programa de desmantelamiento establecido por el tratado.

La mayoría de las diferencias fue eliminada en los últimos meses y sólo quedó un desacuerdo acerca de las fuerzas de infantería de marina para resolver por Baker, y Bessmertnikh.

VR.
VR.

01-01

9107803

La U.R.S.S. necesitaría unos 250 mil millones de dólares de ayuda.
La República (150023)
91-06-02.
URSS. (10175)
Fac. ec. (11161)
Rel. Yut (11899)

Solicitud de Primakov al FMI según "The Washington Post"

La Unión Soviética necesitaría unos 250 mil millones de dólares de ayuda

La suma representa cuatro veces lo que EEUU empleó para reconstruir Europa tras la Segunda Guerra Mundial

El enviado del presidente soviético Mijaíl Gorbachov, Eugueni Primakov, dijo esta semana a los responsables del Fondo Monetario Internacional (FMI) que la URSS podría necesitar una ayuda occidental de treinta mil a cincuenta mil millones de dólares anuales durante cinco años para sus reformas económicas, informa el Washington Post de ayer. El diario cita a responsables del FMI, quienes precisaron que la URSS no ha presentado una petición oficial de ayuda.

Washington (ANSA-AFP)

Esta suma enorme, subrayan, representa cuatro veces lo que Estados Unidos gastó para reconstruir Europa al concluir la Segunda Guerra Mundial.

Primakov, acompañado por el economista Grigori Yavlinski y por el vice-primer ministro soviético Vladimir Chtcherbakov, se entrevistó el viernes durante cuarenta minutos con el presidente George Bush en la Casa Blanca.

El monto de la ayuda occidental a la URSS no fue mencionado durante el encuentro.

A la salida de la visita de la delegación soviética a la Casa Blanca, el presidente Bush afirmó que tenía una opinión "más positiva" sobre las reformas económicas soviéticas.

Entre tanto, el diario local Times dijo ayer -citando a funcionarios británicos- que la presencia del presidente soviético Mijaíl Gorbachov en la próxima cumbre de los siete mayores países industrializados a realizarse próximamente en Londres, "es casi inevitable".

El ambiente político internacional aumentó su presión sobre el primer ministro John Major quien, junto al presidente norteamericano George Bush, demostró mayores reticencias a la participación del dirigente soviético.

Mientras tanto, la invitación que el presidente del BERD (el Banco Europeo para la Reconstrucción y el Desarrollo) Jacques Attali extendió días atrás a Mijaíl Gorbachov para un encuentro en Londres en coincidencia con la cumbre del G7, parecería forzar la aceptación de los "dos grandes", más aún después que Francia, Italia y Alemania apoyaran públicamente la presencia del Presidente de la Unión Soviética en la cumbre.

Por su parte, la embajada soviética en Londres declaró que considerará "con la máxima atención" la invitación para Gorbachov.

Fuentes del Fondo Monetario Internacional (FMI) en Washington, dijeron que Gorbachov solicitó una ingente ayuda para sostener el plan de reformas previstos por el Kremlin.

Justamente, la cuestión de la ayuda financiera es la que llevó a Estados Unidos y Gran Bretaña a frenar el entusiasmo de los otros países, ante el temor de que Gorbachov pueda aprovechar la ocasión para forzar una decisión de occidente sobre este delicado punto.

El premier soviético, Euguoni Primakov, habría solicitado la abultada cifra al FMI, aunque no en forma oficial aún, de acuerdo al diario estadounidense. (Telefoto de AFP).

Por el otro lado, la falta de una invitación a Gorbachov a participar de la cumbre si éste se decide a aceptar el encuentro con el presidente del BERD y permanece en Londres mientras dure la reunión máxima del G7, sería considerado como una ofensa personal, señalaron fuentes políticas británicas.

La idea de la presencia de Mijaíl Gorbachov en la cumbre de este año, había sido propuesta por primera vez por Margaret Thatcher durante el encuentro del G7 del año pasado, en Houston, Estados Unidos.

De extenderse la invitación al Presidente soviético, queda por ver bajo qué título participará en la cumbre. Una de las posibilidades es garantizar a la Unión Soviética el estatus de "nación más favorecida", aboliendo las restricciones comerciales hasta ahora vigentes y la concesión de un crédito agrícola por parte de Estados Unidos, por mil millones de dólares.

01-01

9107804

Nixon: Ayuda a la U.R.S.S. Condicionada a Cambios.
El País. (150004)
91-06-03.
URSS (1017)
Fac. Ej. (11161)
Rel Int (11399)

Nixon: ~~Ayuda a la URSS~~ Condicionada a Cambios

WASHINGTON, 2 (EFE).— El ex presidente estadounidense Richard Nixon propuso condicionar la ayuda económica a la URSS a la firma de acuerdos de desarme y la celebración de elecciones democráticas en ese país, en un artículo que publica hoy el diario "The Washington Post".

En el escrito, Nixon añade que los únicos cambios emprendidos por el presidente soviético, Mijail Gorbachov, los ha hecho mediante la fuerte presión.

"En lugar de promover la reforma política y económica, la ayuda occidental prematura aliviaría la creciente presión sobre Gorbachov para que lleve a la "perestroika" al total desmantelamiento del sistema comunista", añade.

La Unión Soviética ha solicitado una ayuda de 250.000 millones de dólares en un periodo de cinco a seis años para llevar adelante sus reformas, dijeron la semana pasada en Washington fuentes del Fondo Monetario Internacional (FMI).

El presidente estadounidense, George Bush, expresó que está impresionado por el programa de reformas que prevé el Gobierno soviético y que le fue presentado la semana pasada por Evgeni Primakov, asesor político y económico de Gorbachov.

Nixon propone tres condiciones para que Occidente canalice su ayuda a la URSS.

La primera, resolver de forma satisfactoria las disputas sobre los acuerdos de reducción de Fuerzas convencionales en Europa (CFE) y de armas nucleares estratégicas (START), la aceptación de un pacto para solucionar el problema de Afganistán, y la suspensión de la ayuda a sus "clientes" en el Tercer Mundo como Cuba.

Estas mismas condiciones fueron sugeridas por un alto funcionario gubernamental durante el viaje en avión del secretario de Estado norteamericano, James Baker, a Lisboa, donde se reunió el sábado con el ministro de Asuntos Exteriores soviético, Alexander Bessmertnij.

Ambos llegaron a un "principio de acuerdo" para solventar los obstáculos para la ratificación del acuerdo CFE.

La segunda condición que cita Nixon es la adopción de "radicales reformas" hacia una economía de mercado que hasta ahora son sólo "promesas verbales".

"Occidente no puede salvar a la Unión Soviética. Solamente los soviéticos pueden salvarse a sí mismos", asegura el ex presidente, y añade que las autoridades de la URSS deben "encarar el hecho" de que el sistema soviético está en bancarrota.

La tercera condición es que se celebren elecciones democráticas en la URSS, lo que significa que "el Gobierno (del primer ministro) Valentín Pavlov debe irse".

"Unicamente un gobierno democráticamente elegido tendrá la suficiente credibilidad para tomar pasos duros y firmes", afirma el ex presidente

V.R.

01-01

9107805

910806
Yeltsin busca el apoyo de los militares
Clarín (100824)
91-06-03.
URSS. (1055)
Rep. S. (1556)
Tac. Rel. (1164)
Ejército (1138)

DURA BATALLA POR LA PRESIDENCIA DE LA FEDERACION RUSA

Yeltsin busca el apoyo

Boris Yeltsin dialoga con el general Vladimir Grachev: Yeltsin busca el apoyo de los militares en la Federación Rusa.

Prácticamente sobre el cierre de la campaña para las elecciones presidenciales en la Federación Rusa, Boris Yeltsin parece haberse ubicado en los umbrales de una victoria apabullante. A ello no es ajeno el hecho de que en los últimos días se haya esforzado por consolidar sus nuevas relaciones con el ejército, que

TULA, 2 (Por **Michael Dobbs**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — *Mirado con desconfianza* durante mucho tiempo por el alto mando militar soviético, que lo veía como una figura peligrosamente extremista cuyas tendencias ponían en peligro la cohesión de las fuerzas armadas, **Boris Yeltsin** ha decidido "cortejar" al círculo castrense, durante la campaña que realiza por la presidencia de su república, la **Federación Rusa**.

De hecho, Yeltsin ha elegido a un veterano de la guerra de **Afganistán**, el coronel **Alexander Rutskoi**, como compañero de fórmula. Su frenética campaña proselitista de diez días, que lo llevará desde el puerto ártico de **Murmansk** a los centros industriales de los **Urales**, incluye de hecho **varias visitas a bases militares y reuniones con soldados**.

Durante su reciente paso por la ciudad de **Tula**, el popular líder de la Federación Rusa prometió a sus *anfitriones militares* **500 viviendas y una participación en los derechos de autor que cobrará por su autobiografía**.

Los cambios de Gorbachov

MOSCU, 2 (por **Alison Mitchell**, de **Newsday**, especial para **Clarín**). — Luego de inclinarse durante meses por la represión y por un comunismo más ortodoxo, el presidente soviético **Mijail Gorbachov** ha vuelto a acercarse a los liberales de su país y a los líderes de Occidente, en un **nuevo cambio de conducta** que sus compatriotas han calificado "**de segundo deshielo**".

Este cambio de tono —a tiempo para evitar una disonancia molesta durante el discurso que pronunciará este miércoles, en Oslo, con motivo de la entrega de los premios **Nobel de la Paz**— se vio confirmado la semana pasada por tres hechos puntuales:

—**Margaret Thatcher**, la ex primera ministra británica, expresó su **apoyo al pedido de Gorbachov para asistir a la cumbre económica que realizará el mes próximo el Grupo de los Siete (G-7)**. Al visitar la Universidad estatal de **Moscú**, la ex premier volvió a referirse ante los estudiantes a los logros alcanzados por Gorbachov. "**Les ruego que no subestimen los enormes avances que se han hecho en la Unión Soviética en el campo político**", expresó en esa oportunidad.

—El primer ministro soviético, **Valentin Pavlov**, el mismo que hace poco acusó a los bancos de Occidente de complotar para derrocar a Gorbachov, arruinando la economía soviética, **apoyó un nuevo proyecto de ley del Parlamento de la URSS, que concede derechos de propiedad a empresas extranjeras**.

—El presidente de la Federación Rusa, **Boris Yeltsin**, el crítico más firme de Gorbachov, se refirió a una reciente reunión con el primer mandatario de su país en términos desusados: "**No intercambiamos ni una sola palabra desagradable. Fue asombroso!**"

El acercamiento de Gorbachov a los liberales de Yeltsin, así como sus pedidos a Occidente, tienen lugar luego de un turbulento período de represiones militares en la zona del **Báltico** y de crecientes huelgas y enfrentamientos políticos. En abril pasado, todo el espectro político soviético pedía **la renuncia de Gorbachov**.

♦ Acuerdo sin precedentes

De todos modos, en su momento más vulnerable, Gorbachov llegó a un **acuerdo sin precedente con los líderes de nueve repúblicas soviéticas**. En una declaración conjunta, las repúblicas le dieron su consentimiento para un **nuevo Tratado de la Unión**, cuyo objetivo es mantener unida a la dividida nación. Los presidentes de estas repúblicas, con un nivel de credibilidad popular del que carece Gorbachov, **también prometieron poner fin a las huelgas que se venían registrando en las industrias más importantes**.

Gorbachov hizo, en realidad, varias concesiones en favor de las repúblicas sobre el punto del **reparto del poder**. Acordó asimismo elaborar una **nueva Constitución**, a lo que seguirán nuevas elecciones para el Congreso nacional y los **primeros comicios populares** para elegir presidente.

Algunas personalidades políticas consideran que este acuerdo nació luego de que Gorbachov y Yeltsin tomaran conciencia de haber llegado a un **peligroso estancamiento** que alcanzó su pico en marzo pasado, cuando 100.000 manifestantes pro-Yeltsin se enfrentaron en Moscú con 50.000 efectivos desplegados por el Estado.

La determinación de la multitud de desafiar a Gorbachov puso de manifiesto también que los métodos comunistas tradicionales de **represión e intimidación** ya no funcionan.

El otro factor que originó ese acercamiento entre Yeltsin y Gorbachov fue la acelerada desintegración de la economía soviética, que según se espera se contraerá este año en un 15 por ciento.

"**Durante marzo y abril, el país estuvo al borde del caos social y ello fue lo que agudizó el instinto de conservación. Lo que más nos preocupa es la constante declinación de la economía, que nunca sufrió una caída de este tipo**", declaró Gorbachov la semana pasada en Alma-Ata.

Empero, no todos los temas entre Gorbachov y las repúblicas han sido resueltos. Yeltsin manifestó este sábado ante un grupo de simpatizantes que todavía se sigue discutiendo si será el gobierno central o las repúblicas el que tenga la facultad de imponer impuestos.

Yeltsin expresó asimismo su deseo de que Rusia —y no el gobierno central— sea quien controle buena parte de sus recursos de oro y petróleo y quien tenga jurisdicción sobre los predios militares del territorio de la Federación.

Una de las figuras claves que ha vuelto a emerger en estas circunstancias es **Grigory Yavlinsky**, uno de los jóvenes economistas liberales que Gorbachov desplazó el año pasado, cuando desestimó un plan para imponer una rápida transición hacia la economía de mercado, en un lapso de 500 días.

V.B.
V.B.

C1-C2

9107806

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 3 de junio de 1991

militar

ha dejado de considerarlo el enemigo a vencer. En un momento en el que en todo el país se entretejen alianzas y reacomodamientos, el presidente Mijail Gorbachov se aproximó otra vez a los liberales y volvió a modificar el tono de su discurso. En la base de este generalizado deshielo se encuentra la crisis económica.

"Todos vamos a votar por usted, Boris Nikolaievich. Puede contar con nosotros", le gritó la esposa de un paracaidistas durante su visita aquí.

En realidad, el cuidado que está poniendo Yeltsin en cultivar sus contactos con los militares es comprensible. La campaña presidencial de la Federación Rusa está ingresando en la recta final y Yeltsin parece ser invencible. Es el único candidato de un total de seis capaz de movilizar a grandes multitudes, dondequiera que vaya. De todos modos sabe que la revolución anticomunista que ha llegado a personificar podría detenerse con una dura represión militar.

Esta "pesadilla" estuvo a punto de hacerse realidad, en enero pasado, cuando el Comité de Salvación Nacional —apoyado por los militares— dijo haber tomado el control en la república báltica de Lituania.

Los hechos ocurridos en Lituania ofrecieron una clara demostración de los estragos que puede causar un solo regimiento de paracaidistas. Si el intento golpista fracasó no fue por la resistencia popular, sino básicamente a raíz del rechazo del presidente Mijail Gorbachov a autorizar el uso de la fuerza.

♦ La estrategia de Yeltsin

La estrategia de Yeltsin para evitar futuros intentos golpistas como el lituano —y para reivindicarse frente a los militares— consiste en una mezcla de adulación y persuasión.

Durante su visita a la División Aerotransportada de Tula, unos 160 kilómetros al sur de Moscú, Yeltsin subrayó que está totalmente a favor de un ejército profesional, bien equipado. Paralelamente, pidió el desmantelamiento de las células del Partido Comunista en las fuerzas armadas y demás cuerpos de seguridad del Estado, como la KGB. Hasta el momento la estrategia parece surtir buenos efectos, al menos, entre los oficiales jóvenes.

"La mayoría de nosotros apoyamos a Yeltsin. Es democrático y directo. Logra que las cosas se hagan", apuntó el mayor Alexander Kravchenko. "Estoy de acuerdo con él y con la necesidad de contar con un ejército profesional. Ya tuvimos suficiente con el modelo chino. Precisamos el tipo de ejército que los norteamericanos mostraron en el golfo Pérsico."

Cuando Yeltsin fue electo presidente del Parlamento ruso, en mayo del año pasado, pidió un "mandato de confianza" de dos años, durante el cual se dedicaría a sanear la economía. Ese período ya se ha esfumado, casi, pero el nivel de vida del ciudadano común ruso ha caído. Milagrosamente, la popularidad de Yeltsin sigue siendo muy alta.

"Tuvimos 73 años de dictadura comunista y es hora de un cambio. Yeltsin es el único candidato en esta elección capaz de sacarnos de este marasmo. Si es electo presidente, Rusia tendrá una posibilidad de volver a ser lo que era", opinó Saysivan Anovtsev, director de un instituto agrícola.

Cómo piensa hacer Yeltsin para lograr dicha proeza sigue siendo una incógnita. Mientras recorre su república —devastada desde el punto de vista económico—, reparte promesas por doquier: aumento de salarios, impuestos más bajos, mayor número de viviendas y reducción del horario de trabajo.

Se conocen pocos detalles, empero, sobre cómo se financiarán todos estos programas, más allá de la promesa de reducir el tamaño del aparato burocrático estatal.

02-02

9107806

Se venderán acciones de las empresas Rusas.
LA NACION (150025)
91-06-03.
U.R.S.S. (10115)
Fac. Ec. (11161)
Pol. Ec. (11392)

[illegible] de las empresas [illegible]

MOSCU, 2 (Reuter).- El gobierno de la Federación Rusa concretó un [illegible] para privatizar los [illegible] estatales, que [illegible] la entrega de cupones a los ciudadanos para que adquieran acciones de esas compañías.

Mikhail Maki, vicepriner ministro y autor del programa, sostuvo en una entrevista publicada hoy que el gobierno se propone vender por lo menos el 20 por ciento de los bienes de propiedad del Estado antes de que concluya 1992.

El objetivo final es privatizar el 70 por ciento de los bienes [illegible] de Rusia, la mayor de las [illegible] Maki a la [illegible] del [illegible] Rusia.

El programa [illegible] cupones [illegible] cuyo valor [illegible] distribuirán [illegible] oficial.

El [illegible] cada [illegible] de los cupones, aunque los [illegible] y los [illegible] tendrán [illegible] civil.

Durante un período de [illegible] durante el cual el valor en [illegible] de las empresas será calculado por [illegible] expertos calificados, acciones por un valor de [illegible] del 20 por ciento del total [illegible] en el mercado de [illegible] para [illegible] y [illegible].

Una tercera [illegible] valor para [illegible] calificados.

El [illegible] de [illegible]

pertes pero [illegible]

V3
VR

04-04

9107807

Crecimiento de la inflación pone en peligro las reformas.
la Nación (150015)
6/6/91
URS.S. (10175)
Ecc. Ec. (11161)
Inflación (11300)

Crece desequilibrio entre ingresos y gastos

Inflación galopante pone en peligro las reformas

D-1

Gobierno soviético tiene dos caminos a seguir

MOSCU.- La reforma de precios en la URSS, puesta en práctica el pasado mes de abril, aumentó la inflación, que se calcula alcanzará el cien por ciento para fin de año, lo que, según expertos independientes, pone en peligro los cambios económicos soviéticos.

El periódico independiente Kommersant señaló ayer que especialistas del banco estatal de la URSS creen que el desequilibrio entre los ingresos y los gastos de la población sigue creciendo y en el mes de mayo la diferencia ha sido, como mínimo, de 11.000 millones de rublos (19.470 millones de dólares).

De este modo, a partir de la reforma de precios en abril y mayo, los ritmos de inflación, calculados según los gastos reales de consumo, fueron de un diez por ciento.

La reforma de precios, que devaluó el rublo en 2,6 - 2,7 veces, no logró estabilizar el giro financiero y, al contrario, lo desestabilizó aún más, afirma el periódico.

Ello se debió a que como resultado del brusco salto de precios, el intercambio comercial, incluso teniendo en cuenta los nuevos precios, fue de 49.200 millones de rublos (87.080 millones de dólares a cambio oficial), lo que supone 3.000 millones de rublos más (5.310 millones de dólares) que en el último mes de marzo, precedente a la reforma.

Disminuyen compras

Estas cifras significan que el volumen de compras de la población disminuyó en un 50 - 60 por ciento en comparación con el período anterior a la subida de precios, motivo por el que las mercancías sin vender ascendieron a 10.000 millones de rublos (17.700 millones de dólares).

Como consecuencia de la reducción absoluta de las compras, en abril los ingresos de la población superaron sus gastos en 9.000 millones de rublos (15.930 millones de dólares), cifra sin precedentes en la URSS, por lo que el dinero que se paga a la población sólo parcialmente vuelve a las arcas del Estado.

En el mismo mes la masa monetaria en manos de la población aumentó en 4.800 millones de rublos (8.496 millones de dólares), otra marca absoluta en la historia de la URSS, pues de enero a marzo se logró reducirla en 3.400 millones de rublos (6.018 millones de dólares).

Esta reducción se logró con la imprevista retirada de circulación de los billetes de 50 y 100 rublos (88 y 177 dólares respectivamente) dispuesta por el Gobierno que dejó a la población sin gran parte de los ahorros que tenía.

Medidas a tomar

Para paliar la situación, los expertos señalan que el Gobierno soviético sólo tiene dos vías posibles: o con duras medidas administrativas coordina la capacidad adquisitiva de la población a las posibilidades de oferta de la economía, cuya producción continúa decayendo, o adopta la vía de "inflación abierta", con lo que la principal fuente del presupuesto estatal sería la emisión de dinero.

De seguir el primer esquema, habría un "brusco aumento de la confrontación social" y "una escalada del conflicto entre las repúblicas y el poder central", lo que impediría unos resultados positivos, agrega el diario.

La segunda, más probable, parece la escogida por el Kremlin con las decisiones del Gabinete de ministros y del Parlamento de la URSS sobre las compensaciones sociales por la reforma de precios.

Los expertos indican que, según la experiencia mundial, la transición posterior de la "inflación abierta" sólo será posible con la convertibilidad interna del rublo, con la libre venta de divisas a precios de mercado libre, y con una participación activa en la economía de capitales extranjeros, que debería cubrir no menos del 200 por ciento de la producción nacional.

No obstante, advierten de los peligros que supone semejante política, ya que si los ritmos de liberalización de la economía no corresponden a los índices de inflación, ésta volverá a adquirir una forma oculta, los inversores extranjeros no recibirán garantías reales de sus ganancias y la moneda nacional quedará totalmente destruida. ■

VR.
VR.

01-01

9107808

Se elimina el Termino "Socialista" de la nueva denominación del Estado Soviético -
LA PRENSA (150026)
91-06-04
URSS. (1075)
Rep.S. (11555)
Fac. Pol (11164)

El Estado soviético renuncia para siempre al término "socialista"

Moscú (EFE y Reuter) — Las nueve repúblicas de la URSS dispuestas a firmar el Tratado de la Unión acordaron ayer definitivamente eliminar el término "socialista" de la nueva denominación del Estado soviético, que se llamará "Unión de Repúblicas Soviéticas Soberanas".

En la reunión celebrada ayer en la casa de campo de "Novo Ogariovo" entre el presidente soviético, Mikhail Gorbachev, y los líderes republicanos, continuaron los debates sobre la conformación del nuevo Tratado de la Unión, después de los avances logrados la semana pasada en una reunión similar.

Gueorgui Shajnazarov, consejero de Gorbachev, informó que finalmente se lograron superar las reticencias de algunos participantes, que abogaban por mantener el calificativo de "socialista" para la URSS.

Las nueve repúblicas que participan en los trabajos de elaboración del Tratado de la Unión son la Federación Rusa, Ucrania, Bielorrusia, Kazajstán, Uzbekistán, Kuirguizia, Tajikistán, Azerbaiján y Turkmenia, las mismas que suscribieron la "Declaración de los 10", el pasado mes de abril.

En tanto, la fiscalía de la Unión Soviética justificó ayer el uso de tropas en la cruenta recuperación de un centro de radio y televisión de Lituania e hizo responsable del incidente a los dirigentes separatistas de esa república.

El organismo, en un informe preliminar, sostuvo que no hubo pruebas de que las fuerzas soviéticas fueran culpables de la muerte de uno solo de los 13 civiles que cayeron el 13 de enero en Vilna.

Mientras, en Wáshington, el presidente George Bush prorrogó ayer por un año las medidas que dejan sin efecto restricciones al comercio soviético hacia los Estados Unidos, lo que probablemente derive en el otorgamiento de la categoría comercial de "nación más favorecida" y de créditos adicionales para la compra de cereales.

V.R.
V.R.

01-01

9107809

, 1. ensayo a Cuba.

EE.UU decidió apoyar económicamente a la UR
EL PAIS (100007)
91-06-04
URSS (10175)
Tec. Tec. (11161)
Relaciones (11099)

EE.UU. DECIDIDO A APOYAR ECONOMICAMENTE A LA URSS SI ESTA NO SUBVENCIONA A CUBA

WASHINGTON y LISBOA, 3 (Nota sobre fuentes de EFE, REUTER y SISTEMA DELPHI SISCOTEL).— En Washington y en Lisboa el Secretario de Estado norteamericano James Baker II habló recientemente con delegados soviéticos sobre la factible ayuda económica de los EE.UU.

Como trasunto del apoyo del presidente Bush, Baker ha dejado en claro que las condiciones de dicho respaldo estarían sujetas a un drástico plan soviético para ir mejorando su economía y como corolario del mismo retacear paulatinamente la ayuda a Cuba, desde el momento que al cambiar de sistema económica la URSS no podría estar auxiliando a quienes persisten en una política económica diferente e irrecuperable.

El secretario de Estado norteamericano **James Baker** advirtió a las autoridades soviéticas que para recibir ayuda económica no es suficiente poner en marcha un satisfactorio plan de reformas económicas sino que **deberán también recortar los gastos aplicados a defensa, reducir la ayuda a Cuba y flexibilizar su posición con respecto a las aspiraciones independentistas de las repúblicas Bálticas,** según informó un alto funcionario del gobierno norteamericano citado por **The Washington Post.**

Según fuentes del **Fondo Monetario Internacional** la delegación soviética, liderada por **Evgeny Primakov** y que se encuentra desde comienzos de semana en Washington gestionando ayuda económica de Occidente, **solicitó a las organizaciones internacionales de crédito un préstamo de 250.000 millones de dólares en los próximos cinco años.**

Un alto funcionario norteamericano que pidió guardar el anonimato declaró el jueves pasado —a bordo del avión que lo llevaba como parte de la delegación de Baker a Lisboa— que la Casa Blanca considera **insuficientes algunas medidas del nuevo plan de reformas económicas soviético.**

Sin embargo, agregó el funcionario, aunque la Unión Soviética presente un plan que satisfaga el criterio económico norteamericano, **existen objeciones políticas por parte de Washington.** "El porcentaje de su producto bruto nacional (PBN) que se asigna a defensa, la ayuda a Cuba y la política con respecto a las repúblicas Bálticas son los puntos fundamentales para los Estados Unidos", aclaró.

En varias oportunidades, entre las que se incluye la reunión del Grupo de los Siete (más importantes países industrializados) del año pasado en Houston, la administración Bush condicionó la concesión de créditos para la URSS a la supresión de la ayuda económica soviética a Cuba.

Los Estados Unidos exhortaron hoy, además, a otros países proveedores de alta tecnología a no colaborar con el programa de energía nuclear cubano **"hasta que Cuba firme un compromiso internacional de no proliferación", según informó el vocero del Departamento de Estado, Richard Boucher.**

A pocas semanas de la próxima cumbre económica del Grupo de los Siete que se llevará a cabo en Londres, Baker advirtió a las autoridades soviéticas que Moscú **debe responder positivamente a las exigencias políticas norteamericanas, además de comprometerse a adoptar medidas concretas para llevar a la URSS hacia una economía de mercado si desean disponer de ayuda económica.**

Luego de varias reuniones, en Washington, con la delegación soviética liderada por Primakov, la administración se mantiene escéptica con respecto a los cambios económicos en la URSS. Según los especialistas, el plan de Primakov revela que Moscú sigue pensando en términos de centralización y utiliza meramente la terminología de la economía de mercado.

La administración Bush sabe que su posición es más dura que la de sus aliados europeos en cuanto a otorgar préstamos a la URSS. Según la fuente citada, este fundamental punto en la agenda de la próxima cumbre podría dividir a los países del Grupo de los Siete.

El presidente francés, **François Mitterrand,** y el canciller alemán **Helmut Kohl** coincidieron el jueves en que el líder soviético **Mijail Gorbachov** debe ser invitado a la cumbre de los países industrializados, como él mismo lo solicitó.

Sin embargo, los líderes europeos se abstuvieron de hacer cualquier tipo de referencia a la promesa de una sustancial ayuda económica de la URSS hasta conocer los proyectos de reforma económica.

01-01

ENT VR
CRUZ VR

9107810

El Papa destaca eufórico renacimiento de lo religioso en la U.R.S.S.
EL PAIS. (150807)
91-06-04
URSS (10125)
Fe S.S. (11166)
Iglesia (11020)

Aclamado por Católicos Ucranianos

EL PAPA DESTACA EUFORICO RENACIMIENTO DE LA FE RELIGIOSA EN UNION SOVIETICA

LUBACZOW, Polonia, 3 (REUTER).— El Papa Juan Pablo II, aclamado por segundo día consecutivo por miles de católicos soviéticos que viajaron especialmente al este de Polonia, declaró hoy que cree que está en marcha un renacimiento de la fe religiosa en la Unión Soviética.

El Papa nacido en Polonia se mostró eufórico en la reunión con católicos ucranianos en esta localidad fronteriza sudoriental, a la que consideró aparentemente como un preanuncio de una visita trascendental que espera realizar a la Unión Soviética.

Hablando en una Misa al aire libre a la que asistieron 100.000 personas, pronosticó un brillante futuro para la cristiandad en la Unión Soviética luego de la anterior represión comunista.

"Está comenzando una época en la que el Este, el cercano y el lejano, escuchará las palabras de Cristo y seguirá esas palabras", manifestó a los fieles, entre quienes se contaban miles de ucranianos que enarbolaban carteles que identificaban las localidades de las que provenían.

"En esta tierra y más al este brillará nuevamente el sol y habrá menos nubes y menos tormentas violentas y padecimientos causados por la naturaleza y el hombre", agregó en una alocución improvisada.

Para el Papa, quien siempre aprovechó las oportunidades propicias para denunciar al comunismo, un viaje a la Unión Soviética sería la más dulce de las victorias después de la desaparición del régimen comunista en Europa Oriental.

El Sumo Pontífice habló bajo una enorme cruz que miraba hacia la frontera distante 13 kilómetros hacia el este, flanqueado por obispos ucranianos encabezados por Marian Jaworski, el arzobispo católico de Lvov, capital de la Ucrania occidental.

Previamente el Papa había exhortado a los polacos a no crear un estado sin Dios ni una sociedad dominada por la fiebre de consumo.

Advirtió a sus compatriotas que deben evitar incurrir en "una copia fácil y mecánica de los patrones de vida occidentales" y dijo que la abrumadora mayoría católica de Polonia demanda un sitio para los valores cristianos en el estado y la sociedad post-comunistas.

Algunos políticos y periodistas han protestado contra una influencia que consideran excesiva de la Iglesia en la política desde la caída del comunismo y advirtieron que ello podría traer aparejada una reacción anticlerical. Pero el Papa señaló que se necesita un elemento de espiritualidad en la vida pública.

"La demanda de que la dimensión de lo sagrado no debe entrar de ningún modo en la vida social y en el estado es una exigencia de que la vida del estado y de la sociedad sea una vida sin Dios", destacó.

Dirigiéndose a los ucranianos que ocupaban las primeras filas del auditorio, señaló: "¿Cómo puede uno no abrazar con amor y corazón abierto a todos los que vienen del otro lado de la frontera política?".

Sacerdotes y periodistas polacos revelaron que muchos de los 15.000 ucranianos que eran esperados en la Misa vieron su paso cerrado por guardias soviéticos en el puesto fronterizo abierto especialmente para la ocasión.

El Papa indicó que no sabe cuándo podrá visitar la Unión Soviética pero expresó satisfacción al comprobar que la comunidad católica ucraniana pudo sobrevivir a décadas de persecución comunista.

El miercoles se entrevistará con más católicos soviéticos cuando salude a unos 25.000 bielorrusos y lituanos en Bialistok y Lomza, en el noreste de Polonia.

Según un portavoz parlamentario que habló en Vilna, el presidente Vytautas Landsbergis estará entre los lituanos que acudirán a Lomza a saludar al Papa.

El Papa Juan Pablo II saluda a ciudadanos ukranianos después de reunirse con el Cardenal de esa región en Przemils (Polonia), en la frontera con la URSS. (Laserfoto Reuter)

V.B.
V.B.

01-01

9107811

Nuevo Nombre para la U.R.S.S: Union de Repubblicas Soverenas Soviéticas.
EL DAIS. (15000)
91-06-04
U.R.S.S. (10175)
Fac. Pol (11164)

De Socialistas a Soberanas

MOSCU. 3 (AP).— El Presidente Mijail S. Gorbachov y los dirigentes de nueve de las repúblicas que firmarán su proyecto de Tratado de la Unión acordaron cambiar el nombre del país a Unión de Repúblicas Soberanas Soviéticas, pero continuaron comprometidos a los ideales socialistas, informó la Agencia oficial TASS.

V.R.
VR.

01-01

9107812

El Parlamento se Solidariza con Armenios de Azerbaijan.
EL PAIS (100007)
91-06-04.
URSS (10175)
Rep. Sov (11555)
Fac. Pol (11164)
Fac. Sico-Soc (11165)
Conf. Soc. (11414)

El Parlamento se Solidariza con Armenios de Azerbaidján

Por unanimidad, la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Representantes aprobó ayer una declaración de rechazo de los hechos que atentan contra la libertad del pueblo armenio que habita en la República Socialista de Azerbaidján. Seguramente la declaración será puesta a la consideración del plenario de la Cámara de Representantes en la presente jornada.

El proyecto de Declaración dice así:

"La Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Diputados propone al Cuerpo la siguiente declaración:

En ocasión de haberse producido nuevos actos represivos contra el pueblo armenio que habita la República Socialista de Azerbaidján, en la región de Nagorno Carabaj, la Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay declara:

1) Su rechazo a estos actos que atentan contra la libre decisión del pueblo armenio, violan derechos fundamentales y derivan en muertes y destrucción.

2) Ellos, además, constituyen un ataque a las legítimas aspiraciones del pueblo armenio de integrarse al territorio que consideran parte de su Nación, por lazos de historia, tradición, cultura y lengua.

3) La larga lucha de la Nación Armenia por conservar su condición de tal, tras largos enfrentamientos, merece nuestro pleno apoyo y solidaridad".

V.B.
V.B.

04-04

9107813

do URSS dejará de llamarse "Socialista".
LA República. (150023)
91-06-04
U.R.S.S. (10175)
Fac. Pol (11164)

Unión de Repúblicas Soberanas Soviéticas

La URSS dejará de llamarse socialista

Moscú (ANSA-UPI)

El Buena voluntad y comprensión recíproca prevalecieron ayer en la reunión del presidente Mijail Gorbachov con dirigentes de las nueve repúblicas favorables a la firma de un nuevo tratado de la Unión, según fuentes oficiales.

El consejero presidencial Georgi Shakhnazarov, al término de la reunión efectuada en Novo-Ogarevo, suburbio de Moscú, dijo que la reunión fue útil y productiva. En primer lugar, ya se llegó a un acuerdo sobre el nombre definitivo que tendrá el Estado, "Unión de las Repúblicas Soviéticas Soberanas", que deja inalterada la sigla "URSS", pero que no significa la renuncia a los ideales y principios del socialismo. Sin embargo, quedan por resolver muchas cuestiones. Hoy, dijo Shakhnazarov, se examinó el preámbulo del nuevo tratado de la unión y la primera parte del documento relativa a los principios generales básicos de la federación: respeto de los derechos humanos, órganos de gobierno, posibilidades de desarrollo de todas las formas de propiedad.

No se hicieron grandes cambios al documento publicado meses atrás. "Se enriquece, se precisa, se mejora", afirmó el consejero de Gorbachov.

En la reunión de ayer participaron, además de Gorbachov, el presidente ruso, Boris Yeltsin, y los principales dirigentes de Ucrania, Bielorusia, Uzbekistán, Kazakstán, Kirguizistán, Tagiskistán, Turmenistán, Azerbaiyán, repúblicas favorables a la firma del tratado. Estaban también presentes representantes de las repúblicas autónomas. Lituania, Letonia, Estonia, Georgia, Armenia no tienen la intención de firmar el nuevo documento y no participan en estas labores preparatorias. El nuevo tratado federal sustituirá el de 1922, que echó las bases de la Unión de las Repúblicas Socialistas Soviéticas.

AYUDA CONDICIONADA

El vicepresidente estadounidense Dan Quayle y el canciller alemán Helmut Kohl señalaron ayer que la ayuda a la Unión Soviética debe estar relacionada directamente con un programa de reformas económicas de Moscú.

Sin embargo, aparentemente la posición de Quayle fue mucho más dura en lo referente al respaldo económico a la Unión Soviética.

"Nuestra política debe ser calibrada, calculada con base en la manera sobre cómo podemos hacer para proporcionar incentivos a la Unión Soviética en sus reformas", señaló Quayle en una conferencia de prensa conjunta, luego de su reunión con Kohl. "No hay una determinada cantidad de ayuda que pueda ser inyectada a la Unión Soviética que le beneficie hasta que emprenda algunas reformas fundamentales", explicó.

"Una reforma fundamental sería que (Moscú) avanzara hacia una democratización, es decir hacia la privatización, hacia mercados más abiertos y hacia una economía de libre comercio más amplia", dijo Quayle, quien llegó esta mañana a Alemania para comenzar una gira de cinco días en Europa.

Doc poco legible

VR.
VR.

01-01

9107814

Nuevo Nombre para la URSS: UNION DE REPUBLICAS SOVIETICAS SOBERANAS.-
LA MAÑANA. (150015)
91-06-04.
URSS (150010175)
Fac Pol (11164)
Rep. Sov (11555)

La URSS dejará de llamarse "socialista"

D-1

MOSCU.- Las nueve repúblicas de la URSS dispuestas a firmar el Tratado de la Unión acordaron ayer definitivamente eliminar el término "socialista" de la nueva denominación del Estado soviético, que se llamará Unión de Repúblicas Soviéticas Soberanas.

En la reunión celebrada ayer en la casa de campo de Novo Ogariovo entre el Presidente soviético, Mijail Gorbachov, y los líderes republicanos continuaron los debates sobre el articulado del nuevo Tratado de la Unión, después de los avances logrados la semana pasada en una reunión similar.

Georgui Shajnazarov, consejero de Gorbachov, informó de que finalmente se lograron superar las reticencias de algunos participantes, que abogaban por mantener el calificativo de "socialista" para la URSS.

Las nueve repúblicas que participan en los trabajos de elaboración del Tratado de la Unión son la Federación Rusa, Ucrania, Bielorrusia, Kazajstan, Uzbekistan, Kirguizia, Tayikistan, Azerbaiyan y Turkmenia, las mismas que suscribieron la "Declaración de los 10" el pasado mes de abril.

Según la agencia Tass, ayer se analizaron los primeros artículos del Tratado, que contempla principios generales, por lo que se esperan nuevas reuniones de grupos de trabajo de las nueve repúblicas hasta completar todo el articulado. ■

V.B.
V.B.

01-01

9107815

Apoyo del Papa al Nacionalismo Lituano.
Clarín (150024)
6/6/91
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Fac. Pol (11164)
Vaticano (10182)

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991

CRITICAN AL PO

"TEN

Apoyo

LOMZA, Polonia, 5 (AP, Reuter y AFP). — El papa **Juan Pablo II** brindó hoy un respaldo cauteloso a las **"justas aspiraciones nacionales"** de Lituania y dijo a miles de peregrinos de esa república báltica que **"el Papa está con vosotros"**.

Al promediar un recorrido de nueve días por Polonia, el pontífice fue saludado por millares de peregrinos procedentes de **Bielorrusia, Lituania, Rusia y Ucrania** en la ciudad capital de la provincia de **Bialystok**, y en **Lomza** ubicada a 130 kilómetros de la frontera soviética.

El Papa, que tiene intención de visitar la Unión Soviética el año próximo, no empleó la palabra **"independencia"** en su diálogo con los lituanos, pero **los invitó a "esperar y perseverar en la unidad de la fe"** y a seguir a sus pastores que **"sostienen vuestras justas aspiraciones nacionales y refuerzan la conciencia de vuestra identidad"**.

Juan Pablo II anunció hoy también la reorganización de los obispados del este de Polonia, adoptando la administración eclesiástica a la realidad política en la frontera polaco soviética en **su primer reconocimiento formal de los límites establecidos por la URSS en la posguerra**.

El vicepresidente lituano, **Ceslovas Stankevicius**, y dos ministros de la república separatista se reunieron con el Sumo Pontífice en privado para analizar la situación de su país.

"En sus conversaciones con nosotros el Santo Padre subrayó el hecho de que todos los países tienen derecho a la autodeterminación, especialmente aquellos que han perdido su independencia", dijo Stankevicius a los periodistas.

Stankevicius acudió en representación del presidente **Vytautas Landsbergis**, quien canceló planes para asistir al encuentro ante el agravamiento de las tensiones en la república báltica donde **soldados soviéticos ocuparon el martes durante varias horas los accesos a la sede del gobierno y al Parlamento en Vilna**.

Numerosas organizaciones judías europeas y la prensa izquierdista polaca hicieron conocer hoy su rechazo a las declaraciones efectuadas el martes por el Papa en la céntrica ciudad de **Radom**, cuando **comparó la práctica del aborto con el holocausto nazi que mató a seis millones de judíos**.

"Las víctimas del nazismo no merecen que su memoria sea mal utilizada en aras de un objetivo político actual", declaró el presidente del Consejo Central de Judíos en Alemania, **Heinz Galinski**, en un comunicado de protesta difundido en Berlín.

En un artículo del diario izquierdista de la juventud polaca **Sztandar Mlodych**, el comentarista **Marek Rudzinski**, afirmó que **"crear una analogía entre quienes se oponen a las enseñanzas eclesiásticas sobre un tema concreto y los asesinos en masa desborda los límites admisibles de un debate, y es ofensivo para millones de personas"**.

La Iglesia polaca ha abogado enérgicamente para derogar una liberal legislación comunista que autoriza el aborto virtualmente con una solicitud, y quiere imponer una prohibición total. **Se estima que unos 600.000 abortos se realizan en este país todos los años.**

V.B.
V.B.

01-01

9107816

Apoyo de Papa aspiraciones Lituanas.
La Tercera (150015)
6/6/91
U.R.S.S. (10125)
Rep. Sov. (11555)
Fra. Pol (11164)
Vaticano (10192)

Iglesia "consolida vuestra conciencia e identidad"

Apoya el Papa aspiraciones lituanas

Pronuncia mensaje en Lomza

Juan Pablo II expresó ayer su apoyo a las "justas aspiraciones nacionales" de los lituanos en un encuentro celebrado ayer en la catedral de Lomza.

LOMZA, Polonia.- Desde un sillón barroco dorado, tapizado en color celeste, junto al cual lucían, juntas, las banderas nacionales lituana, polaca y vaticana, el Papa habló ayer ante miles de personas -entre las que se encontraba un importante grupo de lituanos- que se congregaron frente y en los alrededores de la catedral de Lomza.

Tras recordar la fidelidad de Lituania a la fe católica, el Pontífice polaco manifestó que la Iglesia "sostiene vuestras justas aspiraciones nacionales y consolida vuestra conciencia y vuestra identidad".

Más adelante, y en lituano exclamó: "Lituania, oigo tu voz, la voz de una nación viva sobre el Báltico y dispersa por todos los continentes, y respondo a esta voz desde aquí, mientras estoy tan cercano, esperando que el encuentro de Lomza con los lituanos acelere el día en que, sobre el itinerario peregrino del Papa, se encuentre Lituania".

Finalmente hizo una velada alusión a estones y letones: "que la Madre de la Misericordia siga como refugio y apoyo espiritual no sólo de lituanos sino también de los pueblos vecinos".

Antes del acto religioso, Juan Pablo II recibió durante quince minutos a una delegación lituana que debió haber presidido el Presidente polaco, Vitautas Landgerbis, pero que encabezó el Vicepresidente del Parlamento, al decidir el primero permanecer en Vilna por la gravedad de la situación interna.

Mensaje de cardenal lituano

En la ceremonia realizada en la catedral, también hizo uso de la palabra el cardenal Vincentas Sladkevicius, arzobispo de Kaunas.

"No nos sentimos aquí como extranjeros, sino entre los nuestros y sabemos que comprendes los apuros y tristezas en medio de los que vivimos", afirmó en medio de lágrimas y aplausos incontenidos.

"Tenemos la esperanza de que ya el año próximo, tus benditos pasos pisarán la tierra lituana, y hoy en nombre de la nación lituana declaró: Santo Padre te amamos con todo el corazón, esperamos tu llegada y que nos visites como a hijos tuyos", aunque reconoció las dificultades que se presentan actualmente para ello, aunque confía que durarán poco tiempo.

El cardenal lituano habló [illegible] cercanía geográfica, cultural [illegible] ligiosa de su nación y de la [illegible] gracias a lo cual Lituania [illegible] millones de habitantes, de [illegible] 80 por ciento católicos) [illegible] salvarse del protestantismo [illegible] y sacro y de la ortodoxia rusa.

"Confiamos en que la [illegible] polaca, en esta prueba de [illegible] tad, demostrará su apoyo [illegible] en el camino hacia la independencia", añadió.

LOMZA.- Una mujer, vistiendo el traje tradicional lituano, besa la mano de Juan Pablo II, durante la visita realizada ayer por el Pontífice a esta localidad. (Foto Reuter vía satélite).

VR.

01-01

9107817

Nuevo embajador norteamericano en la U.R.S.S.
CLARIN (1520 24)
6/6/91
URSS (10175)
EE.UU (65890)
Fac. Pol (1164)
Relaciones I. (1398)

CLARIN

Robert Strauss, quien ayer fue designado nuevo embajador estadounidense en la Unión Soviética.

Nuevo embajador en Moscú

WASHINGTON, 5 (Por **Susan Page**, de **Newsday**, **John E. Yang**, de **The Washington Post**, y **Le Monde**). — El presidente **George Bush** designó a **Robert Strauss** embajador norteamericano ante la Unión Soviética, enviando a Moscú un símbolo del Partido Demócrata con fuertes vínculos con el empresariado estadounidense, en momentos en que el presidente soviético, **Mijail Gorbachov**, reclama ayuda a Occidente para implantar en su país la economía de mercado.

Strauss, quien remplazará a Jack Matlock, un diplomático de carrera y experto en asuntos soviéticos, tiene poca experiencia en relación a la Unión Soviética. Pero el nuevo embajador es un demócrata del ala liberal del partido, con fuertes influencias en Washington, y una relación cercana con el presidente Bush y el secretario de Estado James Baker, ambos tejanos como él.

Strauss fue además consejero del ex presidente James Carter, y en 1979 fue enviado especial a Oriente Medio durante cinco meses.

La designación de Strauss, cuya experiencia diplomática es limitada, es otro indicio de que Bush ve a las relaciones con la Unión Soviética como cada vez más dominadas por consideraciones político-económicas, por encima del problema del control armamentista y la confrontación de la Guerra Fría.

Bush, quien realizó el sorprendente anuncio en el Jardín de las Rosas de la Casa Blanca, en una conferencia de prensa conjunta con Baker y Strauss, describió a éste último como "un viejo amigo y un diplomático de experiencia".

"Yo sé que es el hombre indicado para representar a los Estados Unidos en este momento fantástico de cambio en la Unión Soviética", dijo el presidente.

"Francamente, no puedo imaginar a nadie más talentoso o calificado para brindarnos lo que necesitamos de esta representación: contactos con altos funcionarios, un buen conocimiento de Estados Unidos y una garantía de que dos barcos —dos barcos importantes— no se cruzarán en la noche por falta de entendimiento", agregó Bush.

V.R.
VR

01-01

9107818

Gorbachov afirmó que la "perestroika" depende de la ayuda de Occidente.
CLARIN (170724)
01.06.90.
U.R.S.S. (10175)
Fac. Ec. (11181)
Rel. Int. (11899)
Fac. Pol. (11106)

DRAMATICO PEDIDO DEL LIDER SOVIETICO EN OSLO

Gorbachov afirmó que la "perestroika" depende de la ayuda de Occidente

El presidente soviético Mijail Gorbachov aseguró ayer, al recibir el Premio Nobel de la Paz de 1990, que la "perestroika" es tan importante para el mundo como para la Unión Soviética. El mandatario subrayó la importancia de este proceso para asegurar una paz mundial duradera y la necesidad de la ayuda económica de Occidente para su consecución.

OSLO y PARIS, 5 (Reuter, AP, EFE y UPI). — El presidente soviético **Mijail Gorbachov** enfatizó hoy, durante su discurso de aceptación del Premio Nobel de la Paz 1990, en Oslo, la importancia de lograr un **rápido acuerdo de ayuda económica de los países occidentales a la Unión Soviética como forma de impulsar las reformas emprendidas en ese país y, de esta manera, asegurar una paz mundial duradera.**

"El mundo tiene necesidad de la "perestroika" tanto como la Unión Soviética. Ahora que este proceso llegó a su fase crítica, la Unión Soviética tiene el derecho de aguardar un apoyo a gran escala para garantizar su éxito", dijo Gorbachov al recibir el premio otorgado por su contribución al fin de la guerra fría y al proceso de democratización en los países del Este europeo seis meses después de lo planificado. El líder del Kremlin no pudo viajar a Oslo el pasado 10 de diciembre por los problemas internos que afectaban a la URSS en ese momento.

Al tiempo que reconoció las dudas de muchos dirigentes occidentales, Gorbachov aclaró que "es evidente que si triunfa la «perestroika» habrá una oportunidad real de construir un nuevo orden mundial. Pero si fracasa, se desperdiciará la oportunidad de iniciar una nueva historia pacífica, al menos en un futuro cercano".

El presidente soviético —si bien dio por sentado que la URSS debe efectivizar las medidas concretas que "nos permitan abrirnos a la economía mundial y pasar a ser parte integrante de ella"— subrayó que "no es menos importante **cierta sincronización de nuestras acciones con las del Grupo de los Siete y la Comunidad Europea** para alcanzar ese fin. En otras palabras, pensamos en una **fase fundamentalmente nueva en nuestra cooperación internacional**".

♦ Cumbre del Grupo de los Siete

Aunque el presidente soviético será probablemente invitado a la reunión cumbre de las potencias occidentales (Grupo de los Siete) el próximo 2 de julio en Londres, **no recibiría los miles de millones de dólares solicitados a las organizaciones de crédito internacional si Washington impone su criterio, revelaron importantes funcionarios norteamericanos que asisten a conversaciones económicas en París.**

Las fuentes mencionadas desmintieron que la invitación de Gorbachov pueda significar miles de millones de dólares en préstamos occidentales. Según los diplomáticos, **lo máximo que la URSS puede esperar es una promesa de más créditos comerciales de algunos gobiernos y el ofrecimiento de miembro asociado del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial.**

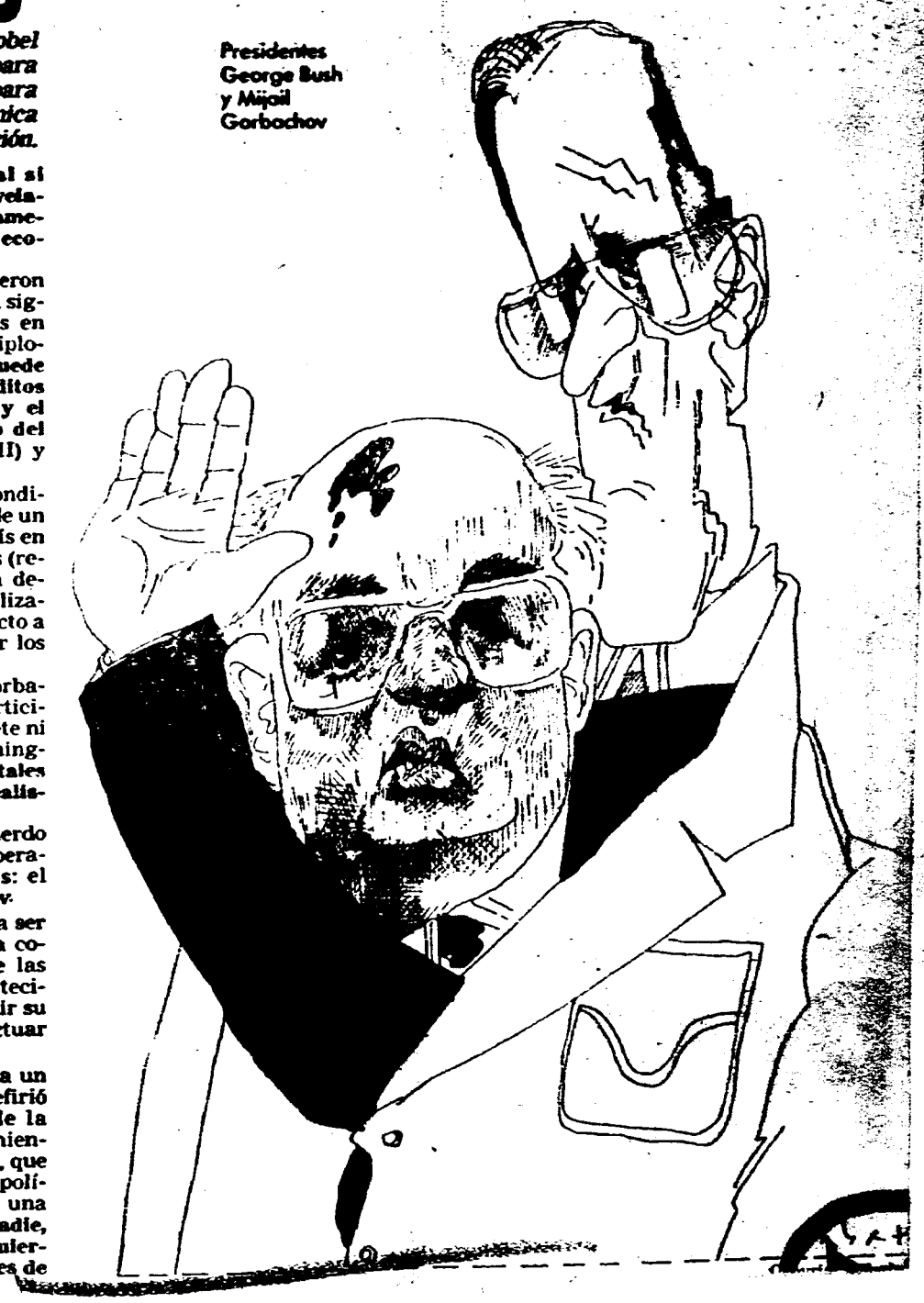
Washington impone a la URSS condiciones económicas (la efectivización de un plan de reformas que encamine al país en una economía de mercado) y políticas (reducción del presupuesto destinado a defensa, fin de la ayuda a Cuba y flexibilización en la política de Moscú con respecto a las repúblicas Bálticas) para otorgar los préstamos y créditos solicitados.

En el discurso de hoy, si bien Gorbachov no se refirió a su pedido de participar de la cumbre del Grupo de los Siete ni a las condiciones impuesta por Washington, **advirtió a los dirigentes occidentales que no establezcan condiciones no realistas para ayudar a la Unión Soviética.**

"Si no logramos llegar a un acuerdo relativo a una nueva etapa de cooperación, deberemos buscar otras vías: el tiempo las exige", enfatizó Gorbachov.

"Nos aproximamos a lo que podría ser llamado un punto crucial: cuando la comunidad internacional, y por sobre las potencias que influyen sobre los acontecimientos mundiales, tendrá que decidir su posición ante la Unión Soviética y actuar conforme a ella", dijo el presidente.

Al pronunciar su discurso frente a un numeroso auditorio, Gorbachov se refirió también a la situación interna de la URSS. "Debemos seguir el rumbo mientras atendemos los problemas diarios, que literalmente están desgarrando esta política de la «perestroika», para evitar una explosión social y política. **Nada ni nadie, ni las presiones de derecha o de izquierda, harán que abandone las posiciones de la «perestroika»**", aseguró.



Presidentes George Bush y Mijail Gorbachov

V.R.
VR
01-01

9107819

El P.C.U.S. reclama mayores poderes.
CLARIN. (150024)
91.06.06
U.R.S.S (10175)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)
Part. Pol. (11304)

El PCUS reclama mayores poderes

MOSCU, 5 (EFE).— El Politburó del Partido Comunista de la URSS (PCUS) advirtió sobre el peligro de desmantelamiento del sistema de poder de los soviets, abogó porque mantengan sus funciones de control de la gestión del presidente y del gabinete, y exigió una mayor influencia comunista en las estructuras de poder.

La resolución del Politburó, publicada hoy por el diario Pravda, órgano del PCUS, expresa su apoyo a "la política que se aplica en el país para crear un sistema íntegro de poder estatal que compagine las estructuras existentes de democracia soviética con la institución de poder presidencial".

Esta declaración se produce en momentos en que el presidente de la URSS, Mijail Gorbachov, y los líderes de las repúblicas lograron avanzar en la preparación del nuevo tratado de la Unión.

Según los acuerdos logrados en Novo-Ogarivo, casa de campo próxima a Moscú donde se celebran las negociaciones, la firma del tratado de la Unión será seguida por elecciones parlamentarias y presidenciales, con lo que el Partido Comunista podría perder su actual protagonismo.

Ante la perspectiva de que el presidente de la URSS sea elegido por sufragio universal y no por los diputados del Congreso, como ahora, con lo que sería mucho más independiente del PCUS, la resolución del Politburó destaca que "los órganos representativos deben conservar suficientes poderes para controlar la actividad tanto del gabinete de ministros como del presidente de la URSS".

V.R.
V.R.

01-01

9107820

Bush acepto invitar a Gorbachov a la cumbre de Grupo de los 7.
CLARIN (180024)
91-06-06
U.R.S.S. (10175)
G-7. (19766)
Fac. Pol (11164)
Rel Int (11399)

Bush aceptó invitar a Gorbachov a la cumbre del Grupo de los Siete

WASHINGTON, 5 (AFP, ANSA, por **Anne Devroys**, de **The Washington Post**, y por **James Gerstenzang** y **Doyle McManus**, de **The Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — El presidente norteamericano **George Bush dio su acuerdo a la presencia del presidente soviético Mijail Gorbachov en la cumbre de los siete países más industrializados** (Grupo de los Siete), que tendrá lugar del 15 al 17 de julio en Londres, indicaron hoy funcionarios norteamericanos.

La aceptación de Bush, que durante mucho tiempo fue reticente al respecto, **elimina el último obstáculo** que impedía la invitación del presidente soviético, lo que significará una novedad en la historia de las cumbres de los Siete.

Aunque es poco probable que el líder del Kremlin participe en los tres días de deliberaciones oficiales de la cumbre, fuentes de la administración norteamericana revelaron que **podría dialogar con los participantes en una sesión especial**, a realizarse una vez terminadas las reuniones formales el 17 de julio.

La cumbre de Londres reunirá a los **Estados Unidos, Japón, Alemania, Francia, Italia, Gran Bretaña y Canadá** para sus discusiones anuales, que este año versarán en particular sobre los medios para ayudar a las reformas en la Unión Soviética. La Comunidad Económica Europea también está presente en las cumbres anuales del Grupo de los Siete.

Esta reunión se realizará **inmediatamente después de la cumbre soviético-norteamericana de Moscú**, que los dos países esperan realizar a fines de junio o principios de julio, para firmar un acuerdo de reducción de armas estratégicas (**START**). El vocero de la Casa Blanca, **Marlin Fitzwater**, recalcó hoy que las fechas todavía no fueron fijadas.

En una conversación telefónica que mantuvo anoche con el primer ministro británico **John Major**, anfitrión de la cumbre, Bush no formuló "ninguna objeción" a la presencia de Gorbachov en la misma, precisaron las fuentes.

Queda por decidirse la forma de participación de Gorbachov, que manifestó claramente el deseo de ser invitado a la cumbre, agregaron las fuentes.

♦ **Japón escéptico**

Aunque en Washington la invitación ya se da por descontada, el premier nipón **Toshiki Kaifu volvió a advertir hoy que la presencia de Gorbachov podría resultar "inútil"** porque por el momento falta un acuerdo sobre cómo, en qué condiciones y con cuáles préstamos será socorrida la "superpotencia enferma".

La idea de la presencia eventual de Gorbachov en Londres, que en principio dividió a los Siete, fue aceptada finalmente por la mayoría a medida que la URSS se esforzaba por demostrar la justeza de sus esfuerzos de reforma.

Inicialmente, los Estados Unidos y Gran Bretaña se opusían, pero Francia, Alemania e Italia, y después Canadá, se declararon favorables. Japón, por su parte, no manifestaba una oposición firme, pero albergaba dudas al respecto.

En declaraciones recientes, tanto **Bush** como distintos funcionarios norteamericanos expresaron su **preocupación por la posibilidad de que la presencia del líder soviético en la cumbre pudiera suscitar expectativas de una mayor ayuda económica occidental a Moscú** que la que el gobierno norteamericano está dispuesto a conceder.

V.3
V.3.

01-01

91078214

F.M.I. controlará empleo eficiente de créditos occidentales a MOSCU.
El País (150004)
7/6/91
O.R.G.S. (1017K)
Fac. Ec. (1161)
Rel. con. Org. Crédi. (11412)

FMI Controlará Empleo de Créditos Otorgados a URSS

DÜSSELDORF (RFA), 6 (EFE).— El Fondo Monetario Internacional (FMI) supervisará en el futuro el empleo eficiente de los créditos occidentales en la Unión Soviética, informa el semanario económico "Wirtschaftswoche" en su edición del viernes.

"Nosotros mismos estamos interesados por un control razonable", declaró al semanario el consejero económico soviético Vladen Martinov. Martinov, director del Instituto de Economía Mundial y Relaciones Internacionales de Moscú, admitió que en su país hay fuertes resistencias contra el FMI, al que muchos consideran como la "punta de lanza del imperialismo estadounidense".

El consejero económico señaló, no obstante, que en los entornos del presidente soviético, Mijail Gorbachov, se ha impuesto el convencimiento de que "el FMI nos puede ser de gran ayuda".

En sus declaraciones a "Wirtschaftswoche", Martinov expresó la esperanza de que por ese camino se incremente la solvencia de la URSS a los ojos de Occidente, y comunicó que Gorbachov se esfuerza actualmente por negociar nuevos plazos para la amortización de la deuda exterior de la URSS.

VR.
VR.

01-01

9107822

Los desequilibrios de la economía soviética

ELMAIN (KOOZK)

8-6-91

U.R.S.S. (10175)

Fac. económicas (1161)

LOS DESEQUILIBRIOS DE LA ECONOMIA SOVIETICA

No [illegible] mucho [illegible] por los estímulos a los productores [illegible] sistema [illegible] funcionó mucho mejor.

[illegible] el mercado de precios. [illegible] todos los precios de los bienes [illegible] mismo y en un único [illegible] mientras aumentaron [illegible] a las agroindustrias, a las industrias, a los transportistas y a los proveedores de mercados del exterior.

La diferencia entre los nuevos precios pagados por el Estado a los productores y a los trabajadores [illegible] sus ingresos determinados por precios congelados [illegible] que les convertía en [illegible] la emisión fue [illegible] veces superior a la de [illegible] el volumen de producción menor y el déficit estatal [illegible] 14 % del PNB.

Hace ya varios años [illegible] economistas soviéticos [illegible] estos problemas y propusieron [illegible] progresivamente los [illegible] importaciones y competencia [illegible] reducir la brecha entre [illegible] monedas circulante y de cambio [illegible] disponibles. La [illegible] resistió la reforma [illegible] por temor a la protesta [illegible] negó a importar por temor a [illegible] desabastecerse.

Cuando los problemas [illegible] varon comenzó a [illegible] hasta con una brusca [illegible] de precios y [illegible] en [illegible] [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

VR
VR

01-01

9107823

Clarín (150024)
9/6/91
U.R.S.S. (10175)
Fac. Psi (11164)
Geo. Nac. (11302)

VR.
VR

9/6/c

EL MUNDO

El rival de Gorbachov

Los pobladores de Sverdlovsk, en el corazón mismo de los Urales, suelen contar una anécdota que condensa lo que tal vez sea el rasgo de carácter más sobresaliente de su coterráneo Boris Yeltsin: *su empecinamiento.*

Cuentan (seguros de que la intensidad de una experiencia antigua que regresa se convierte en rasgo inalterable de personalidad) que el día de su bautismo, Yeltsin debió pelearle a la muerte. Durante la ceremonia, el viejo sacerdote del pueblo, bastante borracho, lo soltó —por distracción o torpeza— dentro de la pila con agua bautismal y se "olvidó" de sacarlo. Su madre, desesperada, lo rescató, quebrando sin pudor el orden del ritual. El sacerdote entonces, obligado a salvar su investidura, dijo sonriente y como fascinado ante una revelación: **"Bueno, si pudo sobrevivir a semejante prueba es porque es un duro: llámenlo Boris".**

Muchos años después, este hombre, que es en la actualidad el más controvertido y popular político de la Unión Soviética (si se exceptúa al presidente Mijail Gorbachov), sigue peleando duro. Político temerario e hiperactivo, ególatra y provocador, Boris Yeltsin es hoy el candidato preferido para las elecciones del próximo miércoles en las que se elegirá, por primera vez en la Unión Soviética, el presidente de la República Rusa por sufragio universal.

Este no rival de Gorbachov —de quien alguna vez fue el protegido—, Yeltsin sabe que si triunfa el próximo 12 de junio su poder será casi equivalente al del líder del Kremlin: tal es **la riqueza del territorio que presidirá.**

Rusia, la más vasta y poblada república soviética, produce el 70 por ciento del carbón que consume la URSS, el 91 por ciento del petróleo crudo, el 75 por ciento del gas y casi el 60 por ciento del acero. Sobre su superficie (el doble en kilómetros cuadrados que la de los Estados Unidos) está asentada la mayoría de las bases misilísticas soviéticas y su aporte al presupuesto nacional era tanto como el de todas las otras 14 repúblicas soviéticas juntas. Era, porque los 142.000 millones de rublos que Rusia aportaba al gobierno central se redujeron, por obra de Yeltsin, a solo 23.000 millones a comienzos de este año.

Hoy, al borde de los 60, el vigoroso montañés de 1,90 metro de altura, brazos potentes y robustos, frente ancha y pelo canoso, pelea además, por el poder de decidir sobre el destino de las riquezas naturales de su república, poniendo en jaque al equilibrio económico de la URSS.

Boris Yeltsin, polémico y duro para pelear.

♦ Adiós al comunismo

Quedaron lejos aquellos días en que el joven comunista de provincia llegaba a Moscú lleno de ambiciones políticas: hoy, es el más decidido defensor de la economía de mercado para la URSS y cultiva un estilo occidental de hacer política.

Proveniente de una familia humilde de agricultores, Yeltsin fue de joven buen deportista (jugaba en el equipo de voley de Sverdlovsk) y un excelente alumno. Ganó su acceso a la Universidad de Ingeniería en un país en que los estudios superiores solo están abiertos a los alumnos más meritorios.

En 1952, abrió un paréntesis en sus estudios universitarios para viajar por todo el país sin dinero, durmiendo donde lo encontraba la noche y escondiéndose en los vagones de carga de los trenes, una decisión poco usual entre los jóvenes soviéticos. Poco después retomó los estudios y se recibió de ingeniero. Trabajó en el Departamento de Construcción de su ciudad natal y escaló posiciones hasta conquistar la dirección del organismo. De 1968 a 1975 ocupó el primer peldaño en la escalera partidaria en su ciudad.

Llegó a Moscú durante la época de Kruschev, pero fue con Gorbachov que su carrera de ascenso se tornó vertiginosa. El actual presidente soviético lo nombró secretario del Partido Comunista de Moscú: para motorizar la "perestroika" y garantizar la "glasnost". Nadie imaginaba entonces que comenzaba la gran batalla de Yeltsin contra el aparato del partido.

Dueño de una franqueza y de una retórica por momentos salvaje (y aprovechando astutamente la apertura promovida por Gorbachov), sus acusaciones cayeron como dardos envenenados, en 1986, sobre el entonces "número dos" de la URSS, Yegor Ligachov (lo que le costó a Yeltsin su liderazgo en el PC ruso). Posteriormente, **Ryzhkov (defensor de un plan de reformas económicas** más lentas y graduales) y contra el mismo **presidente a quien acusó hace pocos meses de mentiroso.**

Capitalizando la fama política cosechada con sus duelos verbales y sus propuestas ultrarreformistas, Yeltsin advirtió, además, dos hechos fundamentales: primero, que, al menos en Occidente, **un político tiene mucho de actor.** Segundo: el poder de la imagen sobre el electorado. Es conocida **su debilidad por ser fotografiado por** los corresponsales extranjeros en ropa deportiva o en la típica foto de álbum familiar, rodeado de su mujer, sus dos hijas y sus tres nietos. Otro gesto desusado entre los soviéticos: Yeltsin gusta pasearse por las calles de Moscú repartiendo sus fotos a quien se las pida.

♦ El inventor de historias

No menos famosa es en Rusia la inclinación de Yeltsin por contar historias (que nunca pudo probar) sobre atentados de la KGB contra su vida. La más notable sucedió en una fría noche otoñal de 1989 en la que el **fornido político apareció en la seccional policial de un** barrio moscovita de casas de fin de semana completamente empapado y asegurando haber sido víctima de un atentado.

Según quedó registrado, Yeltsin **denunció que un** grupo de sujetos le habían cubierto la cabeza con una bolsa y **lo habían arrojado al río Moscú para matarlo.** Pocos días después, durante una sesión del Soviet Supremo (en la que estuvo infrecuentemente parco) Yeltsin debió reconocer en público (la sesión fue televisada) que **la denuncia era fraguada** al comprobar la policía que todos lo detalles dados por el político eran falsos.

Al pedirle explicaciones de por qué estaba esa noche en semejantes condiciones, Yeltsin ensayó una confusa contraacusación a la dirigencia soviética por querer difamarlo para concluir con un incómodo: **"Después de todo se trata de mi vida privada".**

Los pobladores de Sverdlovsk habrán visto tal vez en la caída al río Moscú una nueva marca de un destino que insiste pero, a pocas semanas del viaje a Nueva York (donde Yeltsin se había presentado en público con varias copas de más), la mayoría de los soviéticos **prefirieron acordar que el "accidente" tuvo solo que ver con otra pasión del dirigente: la bebida.**

Sin embargo, estas anécdotas "negativas" no perjudicaron la imagen pública del candidato que para muchos (cerca del 51 por ciento de la población, según las encuestas) es el salvador de Rusia, y, para otros la imagen misma del **derrumbe de la república.** El 12 de junio comenzará un nuevo round.

Primeras elecciones Presidenciales en Georgia.
LA PRENSA (150028)
91-06-09.
U.R.S.S. (10175)
Rep. Sov. (11555)
Tex. Pol (11164)

Presidente nacionalista en Georgia

Con una elevada participación de votantes, se celebraron las primeras elecciones presidenciales de su historia en la República de Georgia. Como era previsible, resultó triunfador con abrumadora mayoría Zviad Gamsakhurdia, líder que representa el sector nacionalista, que aboga por la independencia de la Unión Soviética.

El resultado de estos comicios no sólo es de gran importancia para el Kremlin, sino también para los propios habitantes de Georgia, en cuyos límites habitan ossetas, abjazianos, armenios y azeríes. En Abkhazia no se celebraron elecciones. En dicha región autónoma, pocos meses atrás se registraron graves choques entre georgianos y abkhazianos. Similares incidentes ocurrieron en Osetia del Sur.

Gamsakhurdia se ha mostrado favorable a homogeneizar la población georgiana, lo que ha llevado a sus oponentes a calificarlo de xenófobo y autoritario. Pero lo cierto es que han sido las minorías abkhaza, osseta y azerí las que han dificultado la transición de Georgia hacia la independencia. Es difícil, en este caso, llamar a la reconciliación a los distintos pueblos que habitan este país, cuando su historia está abonada por antiguos litigios territoriales, religiosos y étnicos. No hay signos que indiquen la existencia de cierta tolerancia étnica en Georgia. Por el contrario, todo parecería conducir a un resurgimiento de las rivalidades raciales, en momentos en que el imperio soviético se está desmembrando velozmente.

Como el resultado de los comicios lo demuestra, la mayoría de los georgianos ha mostrado simpatía hacia Gamsakhurdia, quien, según indicaba la generalidad de las encuestas, resultaría electo por amplia mayoría. Su propuesta presenta, no obstante, algunos puntos oscuros. ¿Qué alternativa plantea, por ejemplo, para que Georgia goce de cierta autonomía económica sin depender de Moscú? Más importante aun, ¿de qué medios se valdría para satisfacer las necesidades defensivas de Georgia? No basta, en este sentido, con contar con el aval de la mayoría de la población.

Para que el nuevo gobierno georgiano alcance sus metas, no es suficiente con solicitar ayuda internacional, sobre todo cuando el presidente Gamsakhurdia no ha despejado las sospechas sobre sus presuntas tendencias autoritarias. Asimismo, por más que las justas causas de estas naciones ocupadas por el ejército soviético despierten simpatía, el presidente Mikhail Gorbachev aún es respaldado por las naciones occidentales y especialmente por los Estados Unidos. Por ello, cabría temer que cualquier acción que contrariara al Kremlin será evitada por Wáshington. Georgia debería afianzar su camino hacia la independencia con sentido común y un adecuado criterio de oportunidad.

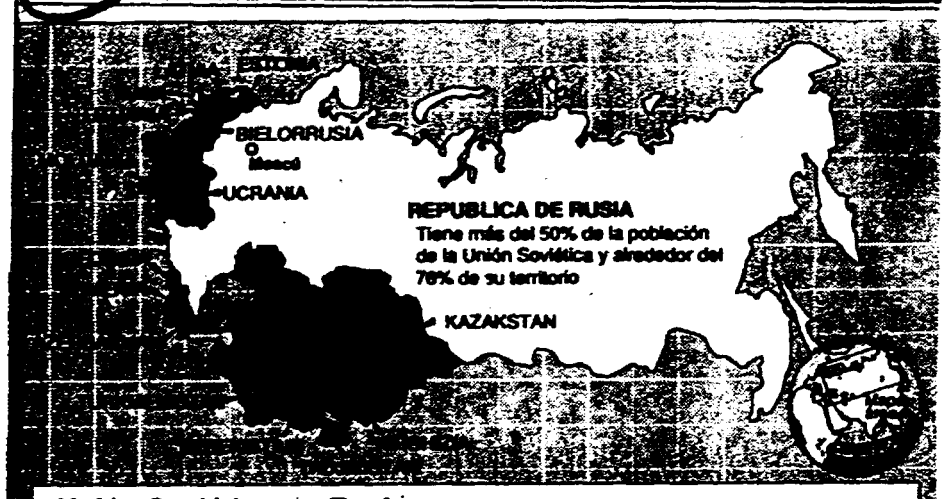
V.R.
V.R.

01-01

9107825

Informe Gráfico: Repúblicas que componen la U.R.S.S.
EL País (150007)
91-06-10.
URSS. (10175)
Rep. Sov. (11555)
Fac. Pol (11164)

INFORME GRAFICO



Unión Soviética vs. Rusia

La Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) es una unión federal de 287 millones de personas que viven en 15 repúblicas. La población tiene más de 100 grupos étnicos.

Niveles de gobierno

E.U.	URSS	Estado de la reforma
Federal	Soviético	Otrora reformista, ahora regresando a posiciones conservadoras
Estados (50)	Repúblicas (15)	En su mayoría dominadas por reformadores que quieren independizarse de Moscú
Ciudades	Ciudades	Mayor apoyo a la reforma en las grandes ciudades que en los pequeños núcleos urbanos

Mikhail Gorbachev es presidente de la URSS, cuyo gobierno se ocupa de la defensa, la política exterior y la economía.
Boris Yeltsin es presidente de la República de Rusia, su gobierno aplica la política social y económica.

Soviético: Todo ciudadano de la Unión Soviética (URSS)
Ruso: Miembro del mayor grupo étnico soviético. Entre otros grupos se encuentran los letones, ucranianos, lituanos y georgianos.

V.R.
V.R

01-01

9107826

Nº DOCUMENTO

Comicios en la Federación Rusa.
EL PAIS. (150807)
91-06-10.
URSS (10175)
Rep S. (11555)
Fed. Rs. (11164)

Semana Crucial Para Yeltsin y Rizkov en los Comicios Rusos

MOSCU, 9 (ANSA).— Los cien millones de electores de la Federación Rusa, la mayor de las repúblicas de la Unión Soviética, están convocados esta semana a las urnas para elegir de modo directo, por vez primera en la historia, al presidente de la república.

Por otro lado, la ciudadanía de Moscú elegirá por vez primera de modo directo a su alcalde, lo mismo hará la población de Leningrado, que, además, se pronunciará en referéndum para establecer si la ciudad ha de recuperar su viejo nombre de San Petersburgo.

Seis candidatos aspiran a la presidencia de la Federación Rusa: Boris Yeltsin, actual presidente, elegido por el Congreso de los Diputados del Pueblo de la República, Nikolai Rizkov, ex jefe del gobierno de la Unión, Vadim Bakatin, ex ministro soviético del Interior, Amangueldy Tuleev, del Soviet Regional de Kemerovo (Siberia), el general Albert Makachov, jefe de la región militar de Los Urales, y Vladimir Yirinovski, líder del partido Liberaldemócrata.

De todos modos, el duelo verdadero entre estos candidatos es llevado a cabo por Yeltsin, de 60 años, y Rizkov, de 61. Todos consideran a Yeltsin como favorito, pero sus adversarios sostienen que su victoria sería poco lucida si, en el primer turno, no obtuviese el 50 por ciento más uno de los votos, o bien si superase esta cifra por poco.

Yeltsin (quien anunció que dimitirá de todo cargo y se dedicará a la floricultura en caso de derrota) se presenta como antagonista de los comunistas y, con el apoyo de "Rusia democrática" (la mayor coalición opositora) pide el voto para introducir en la Federación Rusa la plena economía de mercado y superar por siempre la era socialista.

El Partido Comunista de la Federación escogió a Rizkov como candidato oficial a la presidencia de la Federación considerando que, dada su notoriedad como ex jefe del gobierno de la Unión, puede atraer un número de votos elevado que limite considerablemente o contenga la victoria de Yeltsin.

V.R.
V.R.

0.1-0.1

9107827

Desempleo amenaza a millones de soviéticos.
La Mañana (150015)
10/6/91
URSS (10135)
Fac. S.S. (11165)
Def. Lab. (11413)
Niveles de Ocupación (11399)

7

Desempleo amenaza a millones de soviéticos

(D-1)

GINEBRA.- Cerca de 28 millones de funcionarios del sector público en la Unión Soviética, crónicamente subempleados, pueden quedar en el paro próximamente, si no son reciclados en otras actividades más productivas.

Así lo puso de manifiesto la Organización Internacional del Trabajo (OIT) en el informe publicado ayer "En busca de la flexibilidad: El nuevo mercado soviético del trabajo", en el que han intervenido políticos de la Unión Soviética, críticos nacionales, y observadores extranjeros.

La OIT señala que las cifras oficiales, según las cuales el número de parados es de entre tres a seis millones, son "indicativas de la falta de una información fidedigna".

La organización insta a las autoridades soviéticas a que implanten un sistema de cobertura social mucho más amplio y que concedan mayor importancia a las políticas de empleo, así como al establecimiento de una red extendida de servicios de empleo, a lo que la OIT ya está contribuyendo en el país.

Uno de los coautores del libro, el Viceprimer Ministro Vladimir Scherbakov, que pide que se amplíe la descentralización, reconoce la necesidad básica de relacionar los sueldos con la producción en un mayor grado que el actual.

El editor del libro, que tiene como contexto la nueva ley de empleo de la URSS, Guy Standing, insta al pago de beneficios "no condicionales" para estimular el mercado del trabajo, con el fin de evitar la alta inseguridad de ingresos que podría ocurrir.

Asimismo, recomienda que dichos beneficios se acompañen de medidas dirigidas al desarrollo de la democracia económica, ya que ésta estimularía la productividad y la motivación laboral, y coadyuvaría a remediar el actual estancamiento económico y el "alarmante" crecimiento de las desigualdades y la exclusión social.

"Estas reformas sólo se pueden efectuar si existe el compromiso de una profunda y amplia privatización, que permitiría aumentar los ingresos del Estado y lanzar eficazmente la democracia económica".

Papel de los sindicatos

El cambio del papel de los sindicatos, que durante el régimen comunista constituían una parte de la estructura dirigente, en vez de desempeñar un papel negociador defensor de los derechos de los trabajadores, es otro de los aspectos analizados en este estudio de la OIT.

Según la organización, "los sindicatos han tenido que adaptarse a las nuevas leyes sindicales y a las negociaciones colectivas, y sus preocupaciones se diferencian en detalle".

"Especialmente, porque sus preocupaciones están relacionadas con el rápido aumento de las diferencias salariales y el miedo existente a la inseguridad económica y social para los trabajadores expuestos a las fuerzas del mercado", indica la OIT.

Este informe también se pronuncia sobre las nuevas unidades registradas como empresas privadas, sistema que a principios de año ya contaba con más de seis millones de empleados, deberían considerarse como tales, aunque "es un hecho crucial que el sector no estatal haya crecido considerablemente".

La OIT lamenta a la carencia de información estadística fidedigna sobre el nacimiento del pluralismo, las cifras oficiales veces impredecibles de algunos comentaristas sobre los cambios efectuados en el mercado del trabajo.

"A menos que las reformas aumenten la productividad y la movilidad laboral considerablemente, el proceso de transición habrá nacido muerto", concluye la OIT.

VB
VR

01-01

9107828

Yeltsin propone fomentar inversiones.
EL PAIS (150007)
91 06 10.
URSS (10175)
Fac. Ec (11161)
Pol. Ec (11352)

No desea pedir ayuda a Occidente

Yeltsin propone fomentar inversiones

D-1

Se creó Comunidad Económica de los Urales

MOSCU.- El líder radical ruso, Boris Yeltsin, afirmó ayer que, a diferencia del líder soviético, Mijaíl Gorbachov, no quiere pedir ayuda económica a Occidente, sino crear las condiciones en Rusia que fomenten el interés de los inversores extranjeros.

Yeltsin continúa su campaña electoral para la Presidencia de la Federación Rusa, con una gira por la República que ayer le llevó a su ciudad natal de Sverdlovsk.

Boris Yeltsin.

Allí conversó con sus paisanos en el ambiente populista que caracteriza sus encuentros con la población y firmó con las autoridades de las regiones que integran la zona un documento por el se crea la Comunidad Económica de los Urales.

El líder ruso señaló que el objetivo de esta decisión, así como la ley de inversiones que estudia el Parlamento Ruso, es "despertar la iniciativa de las empresas para que no haya que pedir ayuda del extranjero, sino que se creen las condiciones para fomentar el interés de socios extranjeros", en una rueda de prensa ofrecida tras la firma.

La nueva normativa formaliza las aspiraciones de mayor independencia económica de las regiones de Sverdlovsk, Kurgan, Orenburgo, Perm y Cheliabinsk, para la utilización de su potencial técnico, productivo y científico.

Los miembros de la asociación tienen derecho a fijar independientemente ventajas impositivas adicionales, durante los años 1991 a 1993, para sus empresas, y, hasta la adopción de las leyes rusas correspondientes, podrán determinar también la cantidad del pago por la utilización de los recursos naturales de la zona.

La Federación Rusa permitirá a las empresas de la zona que vendan libremente el 15 por ciento de su producción, y a la asociación, sin el consentimiento de la dirección republicana, se le concede el derecho a realizar operaciones de trueque, de importación y exportación, así como permitir a las empresas bajo su jurisdicción que establezcan filiales en el extranjero.

El Gobierno ruso contribuye con 100 millones de rublos -160 millones de dólares al cambio oficial- como capital inicial de esta organización, que se creará el 1 de agosto.

Yeltsin también habló sobre sus planes futuros, que incluyen una visita a Estados Unidos, así como responder a una invitación por parte del Presidente surcoreano, Roh Tae-woo, para que visite ese país. ■

VR.
VR.

C-1-01

9107829

Oposición de Alemania y G. Bretaña. a otorgar asistencia económica a Gorbachov.
Clarín (100021)
10/6/91
U.R.S.S. (10175)
Fac. Pol (11164)
Rel. Int. (11398)
Fac. Ec. (11161)

VR
VR

OPOSICION DE ALEMANIA Y GRAN BRETAÑA A OTORGAR ASISTENCIA ECONOMICA A C...

Europa no promete ayuda a la URSS

BONN y BRUSELAS, 9 (Reuter, UPI y ANSA). — El ministro de Relaciones Exteriores alemán, **Hans Dietrich Genscher**, y su colega británico, **Douglas Hurd**, estimaron hoy que durante la cumbre de los siete países industrializados del mes próximo **no se otorgará ayuda económica suplementaria a la URSS.**

Durante las conversaciones mantenidas en Alemania, Genscher y Hurd acordaron que, en la reunión del Grupo de los 7, probablemente se discutirá con Mijail Gorbachov el proceso de reformas en la Unión Soviética.

"Nadie espera que de este encuentro surja una promesa de ayuda a la URSS", dijo Hurd, aceptando al mismo tiempo como "probable" la presencia de Gorbachov en la cumbre del desarrollo. En un principio, los británicos, junto con los EE.UU., eran poco propensos a invitar al presidente soviético a la reunión, sosteniendo que su presencia no contribuiría a decidir una ayuda masiva a su nación. Sin embargo, las posiciones originales se fueron modificando hasta aceptarse como posible la participación del jefe del Kremlin.

Otro de los temas tratados por los dos cancilleres fue el de la futura unidad monetaria europea, cuestión de fundamental importancia para ambas naciones y que también fue analizada en la cumbre que los jefes de Estado de Gran Bretaña y Alemania, John Major y Helmut Kohl, sostuvieron hoy en la residencia veraniega del sucesor de Margaret Thatcher.

Los encuentros dan lugar a claros indicios de un **eventual pacto anglogermano** para postergar importantes decisiones de la Comunidad Económica Europea sobre la creación de una moneda única, actitud esta originada por distintos motivos.

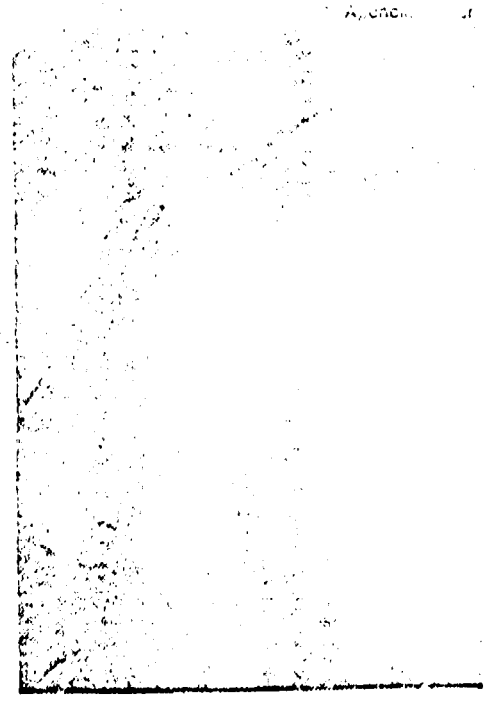
Kohl argumenta que las tratativas monetarias tienen que postergarse debido a que no están tan avanzadas las negociaciones separadas sobre la unión política de la comunidad. El líder alemán insiste que ambas conversaciones deben desarrollarse a la par.

Las razones de Major nacen de la situación interna de su país, donde habrá elecciones ... mediados de 1992. El primer ministro considera útil una asociación con Alemania para reforzar la presencia inglesa en la CE, pues considera que el aislamiento al que se vio sometida la señora Thatcher en este organismo, **fue uno de los motivos que la obligaron a abandonar su cargo.**

♦ Cuestiones pendientes

De todas formas, pese a las lucubraciones políticas que puedan hacerse, los ministros de economía europeos aún tienen pendientes de acuerdo varias cuestiones, entre ellas la fijación de tasas mínimas de impuestos al valor agregado y al consumo después de 1992.

Además, intentarán presionar a los EE.UU. y al Japón para que concedan mayor ayuda a Europa Oriental, ya que —explican— estos dos "grandes" han aportado poco o nada a los préstamos occidentales destinados a sostener el proceso de reforma económica de las naciones poscomunistas.



Aparecen ... y el primer ministro británico, John Major, durante la reunión en Londres.

01-01

9107830

Pedido de apoyo soviético.
Clarín (150024)
10/6/91
U.R.S.S. (10175)
Ecc. Pol (11164)
Ecc. Ec. (1116)

PARTES POCO LEGIBLES

[illegible]

La liberalización política permitió la manifestación, en algunos casos explosiva, de tensiones acumuladas por mucho tiempo que, entre otros fenómenos, contribuyeron a la desorganización de la economía. La exacerbación del autonomismo y el aflojamiento del control sobre las unidades económicas incluidas en la planificación condujeron a caídas en la producción y el desabastecimiento.

En esos años las diferentes facciones del partido gobernante y las autoridades de las repúblicas se sumaron a una intensa lucha de disputa sobre las prerrogativas y el rumbo que debían tomar las reformas y sobre quién debía ejercer la responsabilidad de la conducción nacional. Gorbachov, [illegible] y el sector más [illegible] y por [illegible] y [illegible] y [illegible] y

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Debate entre los candidatos a la Presidencia de la Federación Rusa
EL PAIS (15667)
11-06-91
UR233 (10175)
Fcx. Pol. (11164)
Rep. Sov. (11555)

Boris Yeltsin Favorito Para la Presidencia Rusa Protagonizó Debate por TV sin Presentarse

MOSCU, 10 (EFE) — Boris Yeltsin, favorito en las elecciones del miércoles para la Presidencia de Rusia, fue el protagonista del primer debate televisivo entre los candidatos a ese puesto, a pesar de encontrarse ausente.

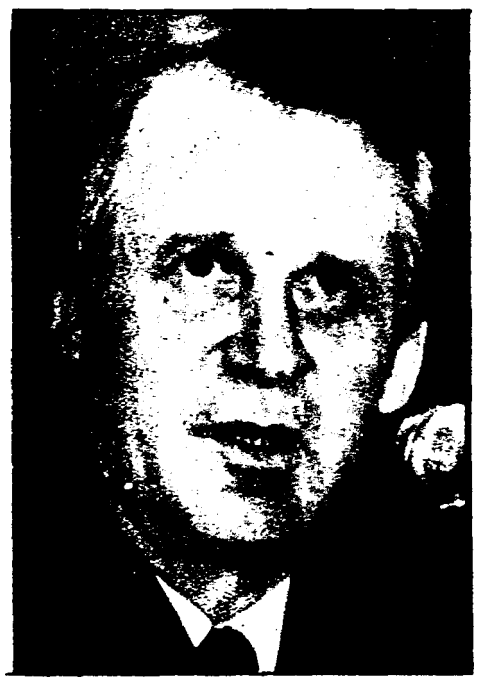
Aunque el líder radical ruso había anunciado que no podría asistir al debate, por encontrarse en una gira electoral, la presencia de su mesa vacía, incluso con un vaso de agua, en medio de los otros cinco candidatos, dio pie a todo tipo de comentarios por parte de sus rivales, que llegaron a acusarlo de "traición a sus electores".

Yeltsin, que tampoco asistió al mitin-manifestación que hoy organizó el movimiento reformista "Rusia Democrática" en Moscú, se encuentra en la ciudad de Samara, en la Rusia central, donde pasa las últimas horas previas a las elecciones, en busca del voto rural, tradicional feudo del Partido Comunista.

El ex primer ministro soviético, Nikolai Rizhkov, y el ex ministro del Interior, Vadim Bakatin, los candidatos que seguramente ocuparán el segundo y tercer puestos, según las encuestas, tuvieron las intervenciones más explicativas y moderadas del debate televisivo.

En cambio, los otros tres aspirantes, el general Albert Makashov (que se presentó vestido de uniforme), Vladimir Zhirinovski, líder del Partido Liberal Democrático, Aman Tuleyev, destacaron por su populismo exacerbado y ausencia de programa político creíble.

El general Makashov, conocido como el "Tejero Soviético" por sus llamamientos golpistas, se mostró en todo momento agresivo con los otros participantes y con el ausente Yeltsin, y atacó furiosamente cualquier intento de transformación económica hacia un sistema de libre mercado.



Nikolai Ryzkhov (izq.), candidato del conservador Partido Comunista Ruso, y Boris Yeltsin líder reformista, favorito en las elecciones presidenciales de la Federación Rusa mañana. (Laserfoto Reuter).

Entre ataques a la naciente "burguesía soviética", encarnada, a su entender, por los cooperativistas y los pioneros de la libre empresa, Makashov prometió que, si llega a presidente, cerrará todas las empresas semilibres, que, en su opinión, son impopulares.

"Mejor perder honestamente que ganar sin honradez", fue el principal mensaje del liberal-centrista Bakatin, quien abogó por una política de consenso social, al tiempo que mostraba su conocimiento de la legalidad y los procesos políticos en la URSS, adquirido durante su etapa como titular de la cartera de Interior.

En estas elecciones, Bakatin, a quien los sondeos no le dan más del siete por ciento de los votos, representa a los sectores más liberales del PCUS.

El ex primer ministro Rizhkov repitió sus opiniones contra una "terapia de choque" para reformar la economía soviética e intentó presentarse como un estadista moderado, aunque destacó, como es habitual en él, por ser el candidato menos elocuente de todos.

Su polo opuesto fue Zhirinovski, a quien las fuerzas progresistas acusan de ser un "submarino" del KGB (Comité de Seguridad del Estado), que lanzó un discurso nacionalista y rusofilo, al borde del racismo contra el resto de las repúblicas soviéticas.

Su programa, que defendió acaloradamente, incluye la eliminación de la división territorial por nacionalidades y la creación artificial, dentro de la Federación Rusa, de comarcas dirigidas por gobernadores desde el poder central.

Junto al general Makashov, Zhirinovski, canadidato del Partido Liberal Democrático, tuvo las palabras más duras contra Yeltsin, a quien acusó de traición reiterada: "Hace un año traicionó al Partido Comunista y ahora al electorado ruso", dijo.

V.R.
VR.

01-01

9107832

Multitudinario acto en apoyo a Yeltsin -
LA MAÑANA (KT0024)
91-06-11
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Fac. Pol. (11164)

Rusia Democrática cerró campaña electoral

Multitudinario acto en apoyo a Yeltsin

Intervinieron Popov y Kasparov, entre otros

Decenas de miles de personas participaron ayer en el acto más multitudinario que se ha organizado durante la campaña electoral a la Presidencia rusa en Moscú, en apoyo de Boris Yeltsin y el candidato a la reelección para la Alcaldía de la capital soviética, Gavril Popov.

MOSCU.- Sin la presencia del líder ruso, que se encuentra en la ciudad de Samara haciendo campaña en la zona rural de la Federación Rusa, el movimiento Rusia Democrática concluyó la campaña para las elecciones que se realizarán mañana con un llamamiento a los moscovitas a que "depositen su confianza en nosotros", según dijo a los congregados Gavril Popov.

Populares figuras de la política anticomunista de la URSS intervinieron en el mitin, como el campeón del mundo de ajedrez, Gary Kasparov, quien aseguró que "Yeltsin es el único que puede seguir adelante con nuestro movimiento democrático".

"Las fuerzas democráticas no pueden permitirse el lujo de perder esta oportunidad de elegir a su Presidente", dijo a los concentrados Kasparov, que, asediado por la multitud, firmó constantemente autógrafos a sus admiradores.

El Ministro de Información de Rusia, Mijail Poltaranin, uno de los colaboradores de Yeltsin, expresó su convencimiento de que el líder ruso ganará en la primera vuelta de las elecciones y que "conseguirá entre el 53 y el 54 por ciento de los votos".

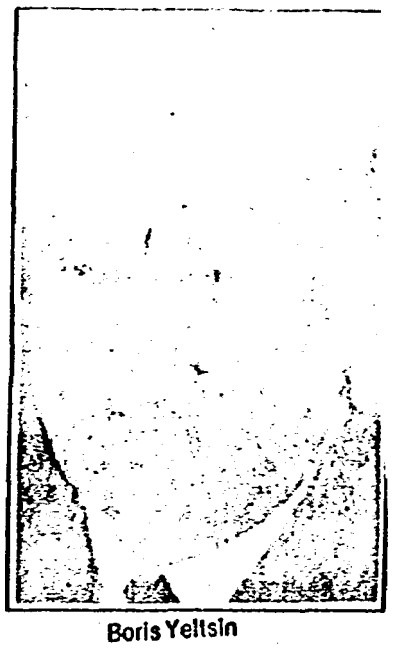
Poltaranin señaló que Rusia democrática intentará situar observadores en todas las mesas electorales para evitar un posible fraude, pero admitió que será muy difícil, ya que en el inmenso territorio ruso hay más de 98.000 centros de votación.

"Puntos negros" para Yeltsin

Los "puntos negros" para Yeltsin, en opinión de su estrecho colaborador, son la república autónoma de Tatarstan, que desea independizarse de la Federación Rusa, y las regiones de Oriol y Smolensk, donde el Partido Comunista es extremadamente fuerte.

"Mostraremos a los comunistas que su reinado llega a su fin. Ya es hora de tener un Presidente normal", dijo, por su parte, el periodista Alexander Politkovski, presentador del programa progresista Vzgliad, prohibido por la dirección de la televisión soviética.

Yuri Kariakin, dirigente de la organización antiestalinista Memorial, señaló en el acto que Yeltsin cuenta con dos apoyos: "La debilidad intelectual del PCUS, que se ha demostrado con la elección de Nikolai Rizhkov como candidato, y el sentido común de ustedes, los electores".



Boris Yeltsin

El actual Alcalde de Moscú y candidato a este puesto, Gavril Popov, clausuró el mitin con un mensaje de esperanza al electorado moscovita y se mostró seguro de que "sabremos dar respuesta oportuna a la confianza depositada en nosotros". ■

VR
VR

01-01

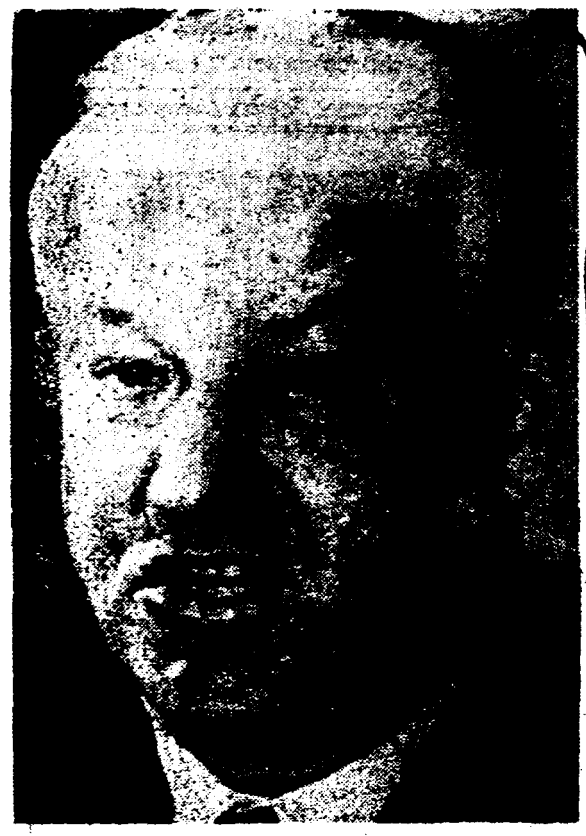
9107833

91 07834
Comicios en Rusia, camino a una unión de Repúblicas Soviéticas.
LA PRENSA (15070)
91-06-11.
URSS (10175)
Rep. S (11555)
Tec. Pol (11169)

Comicios en Rusia, camino a una unión de estados soberanos

(Reuter)

Nikolai Ryzhkov, ex ministro del presidente Gorbachev, aparece en los sondeos previos como el candidato más votado, detrás de Yeltsin. Representa la cautela frente a la impetuosidad del favorito



(Reuter)

Boris Yeltsin, favorito para los comicios presidenciales en la Federación Rusa y un caso único en la política soviética de las últimas décadas; símbolo popular contra el régimen comunista

Moscú (EFE) – La institución de la presidencia ejecutiva en Rusia abre camino a la creación en la URSS de una nueva estructura política, basada en la democracia, la soberanía de las repúblicas y en la elección de los dirigentes del poder estatal y local por sufragio universal.

A pesar de que Rusia es ya la tercera república de la URSS en la que el máximo dirigente se elegirá por sufragio universal, pues la precedieron la centroasiática Turkmenia y la transcaucásica Georgia, la importancia de la mayor, más rica y poblada de las repúblicas soviéticas llevará, sin duda, a que este sistema se convierta en norma en toda la URSS.

Los resultados del referéndum del pasado 17 de marzo, en el que la abrumadora mayoría de los 150 millones de habitantes de Rusia se pronunció por la institución por sufragio universal de la presidencia de la república, influyeron, sin duda, en el cambio de posiciones del presidente soviético Mikhail Gorbachev.

El apoyo popular a esta innovación política forzó a Gorbachev a aceptar la descentralización de la URSS, establecida en el proyecto de tratado de la unión, documento que constituirá el marco jurídico de la nueva federación soviética.

La aparición de un jefe de estado en Rusia significa el primer paso hacia la conversión de la URSS en una unión de estado soberanos, según el proyecto de tratado.

Boris Yeltsin, actual presidente del Parlamento ruso y candidato favorito para las elecciones presidenciales del próximo 12 de junio –junto a otros políticos soviéticos, cuyas fotografías se publican– declaró en una entrevista a la televisión de Rusia que el nuevo tratado podría ser firmado en los próximos meses y que la nueva Constitución lo será en el plazo de medio año.

Además, la firma de ese tratado y la aprobación de la nueva Constitución serán seguidas de elecciones de los nuevos organismos de poder, incluidas las del presidente soviético y del nuevo Parlamento federal.

De esta modo, las elecciones presidenciales rusas empujan a Gorbachev a someterse a la prueba del sufragio universal que hasta ahora evitó, pues a todos sus cargos fue elegido por un reducido círculo de personas como el Comité Central del PCUS o el Congreso de Diputados de la URSS, lo que debilita sensiblemente su legitimidad.

En esta reforma política desaparecerá el Congreso de Diputados de la URSS, macroparlamento creado por Gorbachev hace dos años al iniciar los cambios en el sistema político soviético, para ser sustituido por un nuevo Soviet Supremo que se diferenciará sustancialmente del actual.

El nuevo Parlamento también estará integrado por dos cámaras: el Soviet de la Unión, cuyos miembros serán elegidos por circunscripciones con igual número de electores, y el Soviet de nacionalidades, que reunirá a los representantes de los parlamentos de las repúblicas que integran la unión.

A pesar de que ambas cámaras, según la ley, tendrán igualdad de derechos, será el Soviet de nacionalidades al que adoptará las leyes referentes a la estructura y gestión de los organismos federales, analizará las relaciones entre las repúblicas, ratificará las actas internacionales que firma la URSS y aprobará la composición del gobierno federal.

Así, las repúblicas adquirirán un protagonismo real en la política interior y exterior de la URSS y se evitará la confrontación entre los parlamentos de las repúblicas y de la Unión, que en el último año ha llevado a la URSS al borde del desmembramiento.

Las elecciones presidenciales en Rusia abren camino a la reforma de todo el sistema de poder local ejecutivo en Rusia, y ya mañana los habitantes de Moscú y Leningrado, las dos principales ciudades de Rusia y de la URSS, elegirán directamente, por primera vez, también sus respectivos alcaldes.

Aman Tuleyev (Reuter)

Vladimir Zhirinovsky (Reuter)

Vadim Baker (Reuter)

Albert Makashov (Reuter)

01-01

91 07834

Soyuz opuesto al tratado de la Unión.-
LA MAÑANA. (150015)
91-06-11.
U.R.S.S (10175)
Fac. Pol (11164)
Rep. S (11555)

"Supondrá la liquidación de Unión Soviética"

Soyuz opuesto a tratado

MOSCU.- El grupo parlamentario conservador Soyuz criticó ayer el proyecto de Tratado de la Unión elaborado por nueve repúblicas soviéticas porque, en su opinión, "supondrá la liquidación de la URSS como un Estado federal único".

Yuri Blojin, representante de este grupo, que tiene gran influencia en el Soviet Supremo (Parlamento) de la URSS por ser el más numeroso y cuenta entre sus miembros con muchos militares, leyó ayer, en la sesión parlamentaria, una declaración en la que se pide que el proyecto final de tratado sea sometido a votación por el legislativo soviético.

El proyecto de Tratado de la Unión fue concluido en las últimas reuniones celebradas en la "dacha" de Novo Ogariovo por los representantes de las nueve repúblicas que están dispuestas a suscribirlo, junto con el Presidente soviético, Mijail Gorbachov.

A continuación fue enviado a los parlamentos de las repúblicas -excepto las bálticas, Georgia, Moldavia y Armenia- para que den su aprobación, tal y como decidieron los participantes en las reuniones.

Soyuz considera que "existe la amenaza de que el Tratado de la Unión sea firmado sin tener en cuenta al Soviet Supremo de la URSS ni al Congreso de Diputados".

Los diputados de Soyuz también exigieron ayer que el Tratado sea firmado por todas las repúblicas, incluidas las autónomas que integran la Federación Rusa, así como por representantes de la población de aquellas re[illegible] han decidido independizarse de la URSS.

La firma final deberá hacerse en un Congreso de Diputados de la URSS, según Soyuz.

Con esta exigencia, los parlamentarios de Soyuz pretenden influir en el contenido final del documento, que en su actual formulación prevé un gran recorte de las competencias centrales, la disolución del "macroparlamento" de la URSS y la reestructuración de todo el poder legislativo. ■

partes pero legibles

V.R.
V.R.

C.I. C1

9107835

G-7 Ofrecen asistencia a cambio de reformas.
CLARIN. (150024)
91-06-11.
URSS (10175)
Fac Pol (11164)
Relaciones (11398)
Fac. Ec. (11161)
G-7. (12766)

01-01

9107836

"LOS 7" OFRECERAN ASISTENCIA A CAMBIO DE REFORMAS

Londres invita a Gorbachov cuando culmine la cumbre

El canciller británico, Douglas Hurd, dijo ayer que lo único que Gorbachov puede esperar de la cumbre de los siete países más industrializados es un nuevo procedimiento para evaluar las necesidades de ayuda de la URSS. Hurd afirmó, asimismo, que el líder del Kremlin será invitado a visitar Londres una vez que haya finalizado la reunión del Grupo de los Siete.

LONDRES 10 (AP y Reuter). — El gobierno británico invitará al presidente soviético **Mijail Gorbachov** a venir a Londres, luego que finalice la reunión cumbre que celebrarán el mes próximo las siete principales naciones industrializadas, dijo hoy el secretario de Relaciones Exteriores británico **Douglas Hurd**.

Una vez que haya concluido formalmente la reunión cumbre, por desarrollarse entre el 15 y el 17 de julio, Gorbachov será invitado a encuentros con el presidente norteamericano **George Bush**, con el primer ministro británico **John Major**, el canciller alemán, **Helmut Kohl**, y otros dirigentes del Grupo de los Siete, se indicó.

"No va a venir como un suplicante y no espera recibir un cheque (bajo la mesa). No es esa la naturaleza del encuentro", dijo Hurd.

El anuncio de Hurd, que dijo que la invitación a Gorbachov será enviada en breve, se produjo tras semanas de gestiones entre las siete naciones luego que Gorbachov sugirió públicamente que se le formulara tal invitación, diciendo que su país necesita ayuda urgentemente.

La oficina de Major envió el jueves pasado mensajes a **los Estados Unidos, Japón, Canadá, Francia, Alemania e Italia**, proponiendo que Gorbachov venga a Londres luego que finalice la reunión cumbre.

"Aún estamos esperando que lleguen algunas de las respuestas, pero sabemos que todos están en favor de tal invitación, de modo que (en breve) se enviará una invitación, aún se están elaborando los detalles exactos", dijo Major.

Inicialmente, **los Estados Unidos y el Japón se oponían** a que Gorbachov fuera invitado, pero Washington cambió de actitud luego que recientemente se solucionaran algunas diferencias entre ambas superpotencias, respecto de un tratado sobre armas convencionales.

Por su parte, el Japón accedió con la condición de que Gorbachov no asistiera a la reunión cumbre.

Cuando la semana pasada Gorbachov estuvo en Noruega para aceptar el Premio Nobel de la Paz, sugirió en su discurso que todo su programa de reforma económica estaría en **peligro en caso de que Occidente no respondiera favorablemente a sus pedidos.**

Hurd comentó que lo máximo que Gorbachov puede esperar del encuentro cumbre aquí es que surja un nuevo procedimiento para evaluar las necesidades soviéticas de ayuda. Asimismo, dijo que la asistencia se verá condicionada a la puesta en práctica de reformas.

Gorbachov obtendrá de la invitación "la oportunidad de explicar ante una audiencia muy influyente e informada cómo ve el futuro de la Unión Soviética y cuáles son sus planes, y cómo ve que encajen con la economía mundial", expresó Hurd.

"Pero de eso puede sur- [illegible] giz [illegible] dente [illegible] evaluar [illegible] el futuro de la [illegible] viética. La [illegible] nica es [illegible] y todos estamos [illegible] do a brindarla", agregó.

Duras condiciones

WASHINGTON, 10 (Por **Doyle McManus**, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — Altas fuentes norteamericanas revelaron hoy que frente a la insistente presión del mandatario soviético **Mijail Gorbachov**, la administración **Bush** ha aceptado la idea de que Occidente ayude a la **Unión Soviética** a apuntalar su arruinada economía, si bien está tratando de asegurarse de que **ninguna nación le ofrezca asistencia financiera sustancial sin imponer duras condiciones a cambio.**

Valiéndose de su buena imagen pública —que fue siempre su mejor aliado en materia de política exterior—, Gorbachov **logró convencer a muchos gobiernos de que la recuperación de la economía soviética demandará una cuota importante de ayuda de Occidente.**

Tanto el presidente Bush como sus asesores aceptaron a regañadientes la idea, y tratan ahora que el mandatario soviético pruebe que sus promesas para aplicar una vasta reforma en su país **son reales**, a diferencia de propuestas anteriores que resultaron ser —según los términos de un funcionario— **"débiles medidas tomadas a medias".**

"La 'perestroika' podría convertirse en la revolución más importante de este siglo. Y todos nosotros estamos sumamente comprometidos con su éxito", expresó el secretario de Estado **James Baker** ante los cancilleres de la **OTAN** (Organización del Tratado del Atlántico Norte), durante la reunión anual que se celebró en **Copenhague**.

"Pero antes de que cualquier nación [illegible] ayuda financiera a Moscú, [illegible] dirse a iniciar un nuevo [illegible] ayudarse a ellos mismos", [illegible] tunidad.

Todo el equipo que acompaña a [illegible] pado de expresar su mayor [illegible] reforma de Gorbachov, y [illegible] deseo de ayudarlo. Bush ya [illegible] conceder a la URSS el estatus [illegible] más favorecida", y es muy probable que [illegible] ofrezca 1.500 millones de dólares [illegible] durante la próxima reunión "cumbre", [illegible] están lejos de satisfacer el pedido que [illegible]

De todos modos, varios funcionarios [illegible] nos no pudieron ocultar su enojo por el hecho [illegible] líder soviético priorizó este tema dentro de la [illegible] internacional, antes de tener listas sus propuestas [illegible] reforma; por colocar sobre el tapete a los [illegible] dos y a otros países de Occidente; y por hacerlo [illegible] do en forma lisa y llana que si sus pedidos son [illegible] dos, la nueva URSS podría volver a convertirse [illegible] superpotencia nuclear resentida y antagónica.

Sin embargo, la preocupación más inmediata de Washington no es lo que sucede en Moscú, sino en Londres, donde se inaugurará el 15 de julio la reunión económica anual de las siete naciones más industrializadas del mundo.

A pesar de la oposición norteamericana, Gorbachov se las ingenió para ser invitado a esa reunión, pero no como participante. El líder soviético [illegible] rá simplemente a hacer una presentación [illegible] sus planes económicos ante los siete países [illegible] dos Unidos, Japón, Alemania, Francia, [illegible] Bretaña y Canadá.

♦ Rígidas condiciones

Bush, Baker y otros funcionarios [illegible] rechazaron varias veces la idea de la [illegible] tencia financiera directa a la [illegible] que la medida sería sumamente [illegible] local. (Demócratas y republicanos [illegible] esta posibilidad.)

De todos modos, Gorbachov [illegible] gran parte de su pedido a [illegible] internacionales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial y el Banco para la Reconstrucción y el Desarrollo. Estados Unidos podrían encontrarse en [illegible] a aliados que desean ayudar a Gorbachov [illegible] que son suministrados por Washington.

Un alto funcionario de la administración —que pidió mantener su nombre en el anonimato— reveló que cada vez es mayor el consenso entre aliados europeos de los Estados Unidos [illegible] esa ayuda.

Es por ello que Baker y sus colaboradores han estado tratando de convencer a los aliados de que exijan rígidas condiciones económicas antes de estar dispuestos a dar alguna ayuda.

Fuentes norteamericanas sostienen que si se brinda ayuda a Gorbachov, sin exigir que implemente sus revolucionarias reformas, [illegible] ría demasiado el accionar del líder soviético [illegible] mitiría posponer medidas sumamente [illegible] el punto de vista político, como la [illegible] granjas estatales en manos privadas o la [illegible] control de precios.

Mijail Gorbachov: EE.UU. ofrecería ayuda económica bajo condiciones muy estrictas.

V.R.
V.R.

02-02

9107836

Tratan de implicar a YELTSIN en escándalo financiero.
El Pais (150007.
12/6/91
URSS (10115)
Foc. Pol. (11164)
Gob. Nac (11302)
Rep S. (11555)
Rec. Ec. (11161)

Tratan de Implicar a Yeltsin en un Escándalo Financiero

MOSCU, 11 (AP).— Las fuerzas dogmáticas que se oponen a la elección de Boris Yeltsin como Presidente de Rusia trataron hoy de implicarlo, en la víspera de las elecciones, en un escándalo financiero que estalló hace 5 meses.

Mientras tanto, Yeltsin, considerado favorito, obtuvo el respaldo del patriarca de la Iglesia Ortodoxa rusa, que instó a los fieles a votar por el hombre que puede salvar a Rusia.

Que Dios le dé la victoria en las elecciones, Boris Nikolayevich, le dijo a Yeltsin el patriarca Alexi II. El líder parlamentario ruso prometió devolverle a la Iglesia todas las propiedades y templos que le fueron ilegalmente arrebatados durante siete décadas de regimen comunista.

La televisión rusa informó que el ex ministro de Relaciones Exteriores Eduard Shevardnadze declaró que una victoria de Yeltsin sería un paso en la dirección correcta.

Los diarios del Partido Comunista emprendieron hoy un esfuerzo final por manchar la imagen de Yeltsin, tratando de implicarlo en un escándalo de 140.000 millones de rublos y vincularlo con un presunto miembro de la mafia italiana.

El diario dogmático Sovietskaya Rossiya (Rusia Soviética), implica en un artículo de primera plana a Yeltsin en una controversia que estalló hace cuatro meses acerca de una compañía comercial británica, Dove Trading International, el entonces viceprimer ministro de la República rusa Gennady Filshin, le dio a Dove permiso para vender siete millones y medio de dólares en bienes importados y luego invertir el anticipado beneficio de 140.000 millones de rublos en empresas y bienes raíces rusos.

El trato fue declarado ilegal por el Banco del Estado soviético, los medios de difusión dogmáticos dicen que eso es un ejemplo de la venta de la República por parte del gobierno de Yeltsin.

Filshin renunció arguyendo que el Servicio Secreto KGB estaba tratando de desacreditarlos a él y a Yeltsin.

Todo lo que puedo decir es que esta publicación es mentira y el artículo tiene el propósito de desacreditar la candidatura presidencial de Yeltsin, declaró el vocero de su campaña Yuri Skoprinov, es una sucia maniobra electoral, añadió.

Antecedentes: El Parlamento de la Federación Rusa creó en abril una Presidencia fuerte, como parte de su reforma para aumentar sus facultades frente al Gobierno Central. La Federación Rusa es la mayor de las 15 repúblicas que conforman la Unión Soviética.

Candidatos: Boris Yeltsin, de 60 años, es el principal candidato. Sus principales rivales son el ex Primer Ministro Nikolai Ryzhkov y el ex Ministro soviético del Interior Vadim Bakatin, que cuentan con el respaldo del Partido Comunista. Otros candidatos menores son Vladimir Zhirinovksy, el General Albert makashov y Aman Tuleyev.

También se presentan a la reelección los alcaldes reformistas de Moscú, Gabriel Popov, y Leningrado, Anatoly Sobchak.

Electores habilitados: Alrededor de 105 millones.

Centros electorales: Los centros abren de las 07:00 a las 22:00 hora local. Los resultados preliminares se conocerán el jueves.

Otras cuestiones: Los electores de Leningrado deberán pronunciarse sobre el plan de rebautizar la ciudad San Petersburgo. El Partido Comunista se opone al cambio de nombre porque el nombre actual alude al fundador del Estado soviético, Vladimir Lenin.

9107837

01-01

Elecciones en Rusia: Yeltsin gana la primera vuelta,
El PAIS. (150007)
91.06.12.
U.R.S.S. (10175)
Fac. Pol. (11164)
Rep. Sov. (11555)

ELECCIONES PRESIDENCIALES EN RUSIA: BORIS YELTSIN GANA LA PRIMERA VUELTA

MOSCU, 12 (Nota fuente de EFE).— Boris Yeltsin surgió esta noche como el virtual ganador de la primera vuelta de las elecciones de la Federación Rusa (una de las 15 Repúblicas de la Unión Soviética, pero la más importante), según encuestas recogidas una vez que se iban cerrando los circuitos electorales en la amplia región.

Pasadas las 17 GMT ya había votado en Rusia más del 60 por ciento, lo que habilita para validar la elección de los 105 millones habilitados.

Los resultados oficiales se conocerán dentro de cinco días, pero las proyecciones dieron al anochecer un claro ganador: Boris Yeltsin.

Boris Yeltsin ha obtenido una clara victoria en las principales ciudades de Siberia y Extremo Oriente, según datos provisionales no oficiales recibidos en la sede electoral de este candidato en Moscú, lo que confirma la tendencia de voto en su favor advertida tras los primeros resultados.

En la ciudad de Chita, una de las más importantes de Siberia oriental, donde la participación fue del 70 por ciento, Yeltsin consiguió el 59 por ciento de los votos, mientras que Nikolai Rizhkov logró el 18 por ciento.

En Blagoveshensh, Yeltin logró el 57 por ciento, frente a Rizhkov, que consiguió el 18 por ciento. En Tomsk y en Vladivostok, el actual presidente del parlamento de la Federación Rusa alcanzó el 69 por ciento, mientras que el ex primer ministro soviético superó ligeramente el 11 por ciento.

En Arseneyv, Najota y Ussurisk, Yeltsin tiene entre el 60 y el 70%, mientras que en Yakuts (capital de la región de Yakutia), feudo tradicional del Partido Comunista, logró el 56 por ciento.

En Jabarovsk alcanzó el 63,9 y en Neriungri el 67,2, en tanto el índice más alto lo logró en la ciudad de Anadir, en el litoral pacífico, con el 84 por ciento.

De confirmarse una victoria por más del 50 por ciento de los votos, Yeltsin sería elegido automáticamente y no tendría que acudir a una segunda vuelta.

Los resultados en Siberia son especialmente significativos, ya que se trata de una de las zonas hasta ahora más reacias a las reformas y donde los comunistas controlan casi todos los resortes del poder, aunque es necesario tener en cuenta que Siberia es una de las regiones menos pobladas de la URSS.

Precisamente por ello, Yeltsin desarrolló su campaña en la "Rusia profunda", y recorrió numerosas localidades que nunca hasta ese momento habían sido visitadas por los dirigentes.

En la Academia Militar de Leningrado "Frunze", Rizhkov obtuvo el 25 por ciento, mientras que Yeltsin se quedó con el 24 por ciento.

Vladimir Zhirinovski, aspirante del Partido Liberal Democrático, logró allí el 13 por ciento.

En cambio, en la Academia "Dzerzhinski", Yeltsin ganó. Zhirinovski se colocó en segundo lugar y Rizhkov en tercero. En ambas escuelas militares, Anatoli Sobchak resultó ganador para el cargo de alcalde de Leningrado, pero los partidarios de cambiar el nombre de la ciudad y los detractores de esta idea están prácticamente empatados.

En Moscú, la única mesa electoral con resultados definitivos es la de Yeltsin, donde ganó por el 54,4 de los votos mientras, Rizhkov obtuvo el 25,9.

En esta misma mesa y para las elecciones municipales, el reformista Gavril Popov logró el 49,1 por ciento y su principal rival, Valeri Saikin, el 32,0 por ciento.

Las primeras elecciones a la presidencia de Rusia transcurrieron sin incidentes remarcables y con una participación global que se sitúa alrededor del 70 por ciento, que en Moscú fue entre el 60 y el 70.

Según dijo a EFE Vladimir Afanassiev, presidente de la comisión electoral en Moscú, la principal violación de la ley ha sido la publicación en el diario "Sovietskaya Rossia" (órgano del ultraconservador Partido Comunista de Rusia) de una serie de cartas de los lectores contra Yeltsin.

Afanassiev añadió que el resto de denuncias son quejas por pequeños problemas burocráticos, como la falta de sellos en las papeletas, que "van a ser estudiados".

VR
VR

01-01

9107838

Situación económica aún no mejoró en la U.R.S.S.
de la Mañana (150015
91-06-12.
U.R.S.S. (10175)
Fac. Ec. (11161)

Situación económica aún no mejoró

MOSCU.- La situación económica en la URSS comienza a estabilizarse, afirmó ayer el Primer Ministro, Valentín Pavlov, al tiempo que informó al Parlamento que las importaciones se redujeron un 45 por ciento y el comercio exterior cayó un 32,3 por ciento en los primeros cinco meses de 1991.

Pavlov, en una intervención ante el Soviet Supremo, dijo que la situación económica soviética "todavía no ha mejorado, pero la caída de la producción se ha frenado", informó la Agencia Tass.

El Primer Ministro, al evaluar el programa económico del Poder Ejecutivo, sostuvo que las previsiones de que "el volumen de nuestra producción caería el 50 por ciento se han mostrado erróneas".

El Gobierno -agregó- tiene la economía "bajo su control y refuerza su dominio sobre ella, pese a que todavía existen dificultades".

El Primer Ministro señaló que la posibilidad de estabilizar la producción y el mercado en dos o tres meses o perder su control dependerá de la situación política en el país.

Pero Pavlov se mostró optimista porque, según dijo, "prácticamente todas las Repúblicas apoyan el programa anticrisis" y el clima político en el país "ha empezado a mejorar".

No obstante, el jefe del Gobierno dijo que el comercio exterior soviético es un desastre, porque los créditos prometidos llegan gota a gota y "hemos estado luchando para mantenernos a flote, cortando las importaciones en un 45 por ciento".

El comercio exterior de la URSS -añadió- ha caído un 32,3 por ciento en los primeros cinco meses de este año y para poder cumplir con el abastecimiento doméstico "hemos tenido que recortar las exportaciones de petróleo un 49 por ciento y de sus derivados un 54 por ciento, así como la madera aserrada un 45 por ciento y los metales no ferrosos un 61 por ciento".

"Si no hubiésemos hecho esto, la producción habría caído un 50 por ciento", explicó el Primer Ministro.

Sector agrícola

La situación en el sector agrícola no es alarmante como la quieren pintar los que hablan de hambre y quieren desencadenar el pánico, añadió.

La cosecha de grano, dijo, se espera sea que esté entre 205 y 206 millones de toneladas -bastante menor que los 237 millones del año pasado- para lo que se han sembrado entre 110 y 111 millones de hectáreas de tierra.

El Presidente soviético, Mijail Gorbachov, para impulsar el desarrollo económico del campo, salió ayer en apoyo del complejo agroindustrial con un decreto que exime, a partir del primero de julio, a ese sector de los pagos extrapresupuestarios que debía realizar para el fondo de estabilización de la economía.

La exención será un estímulo social para el sector agrícola, ya que el impuesto para el fondo de estabilización se restaba del dinero destinado al seguro social. ■

V.R
V.R.

01-01

9107839

Ja Federación Ruso elige a su Pte. mediante sufragio universal.
CLARIN. (150024)
91-06-12.
URSS. (10115)
Fac Pol (11164)
Rep Sov. (11555)

Buenos Aires, miércoles 12 de junio de 1991 ★ CLARIN

LA AGENCIA OFICIAL TASS

Por primera elige a su

Seis candidatos se postulan para las elecciones presidenciales que se realizarán hoy en la Federación Rusa. Todas las encuestas pronostican un amplio triunfo del actual presidente de la principal república soviética, el líder reformista Boris Yeltsin, pero si no logra la mayoría absoluta habrá una nueva vuelta electoral. Los sondeos previos ubican en segundo lugar al ex primer ministro Nikolai Ryzhkov. Los resultados no se conocerán hasta el próximo lunes.

MOSCU, 11 (EFE, ANSA, UPI y por **Sylvie Kaufmann**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — Un total de 104 millones de votantes tendrán mañana miércoles la oportunidad de elegir al **primer presidente democráticamente electo en la historia de la Federación Rusa**, la más importante de las quince repúblicas que integran la URSS.

Aunque todas las estimaciones prenuncian un amplio triunfo del actual presidente de la Federación, **Boris Yeltsin**, el líder opositor soviético deberá lograr la mitad más uno de los votos o en caso contrario habrá una segunda vuelta electoral entre los dos candidatos más votados.

El breve período preparatorio de las elecciones, fijadas 20 días antes de la celebración ha generado críticas por parte de los tres candidatos menos conocidos de los seis que aspiran a la presidencia.

Vladimir Zhirinovski (Partido Liberal Demócrata, pro occidental), el general **Albert Makashov** (Frente Unido de los Trabajadores de Rusia, stalinista) y **Amman Tuleyev** (actual jefe del gobierno regional en la conflictiva región minera de Kemerovo) solicitaron aplazar los comicios hasta el próximo noviembre por cuanto en su

V.R.
V.R.

01-02

9107840

D-1

PREVE UN AMPLIO TRIUNFO DE BORIS YELTSIN

vez en la historia, la Federación Rusa presidente mediante sufragio directo

opinión, **"la prisa con que se convocaron las elecciones favorece únicamente a Boris Yeltsin"**.

El **segundo candidato** con más **posibilidades**, el ex primer ministro soviético **Nikolai Ryzhkov** —que responde a la ortodoxia del Partido Comunista ruso y opositor al programa de "rápidas" reformas encarado por el presidente Mijail Gorbachov— auguró hoy una **"prensa y pesada resaca"** en caso de que Boris Yeltsin triunfe en los comicios presidenciales.

El apoyo que obtenga el economista liberal centrista **Vadim Bakatin**, aunque es poco conocido por los electores, despejará la incógnita sobre el apoyo ciudadano a la corriente centrista del presidente de la URSS, **Mijail Gorbachov** dentro del PCUS.

♦ Fin de campaña

Boris Yeltsin culminó hoy su campaña proselitista con un mitin en una región clave productora de madera, carbón y petróleo, mientras era fuertemente criticado por la prensa estatal desde Moscú.

Yeltsin fue rodeado por unos 20.000 partidarios en la Plaza Jubileo, en Syktyvkar, capital de la región autónoma Komi, en la última escala de una gira de dos semanas por el vasto territorio de la Federación Rusa.

Incluso los trabajadores de la sede del Partido Comunista, ubicada frente a la plaza dominada por una estatua de Vladimir Lenin, se asomaron a las ventanas para escuchar al candidato, quien prometió **renovar a Rusia y obtener mayor autonomía del gobierno comunista central de Mijail Gorbachov**.

El diario del Partido Comunista, **Pravda**, acusó hoy a Yeltsin de ser responsable de los enormes males económicos de la Federación Rusa.

El diario elogió a **Nikolai Ryzhkov**, candidato del PCUS, como el más indicado para **"poner nuestra nave llamada Rusia"**, en la senda de la reforma.

Las encuestas de opinión divulgadas por la agencia oficial **TASS**, colocan a Yeltsin a la cabeza de los candidatos, aunque con variado apoyo, **entre el 39 y el 52 por ciento de los votos**.

Lo sigue Ryzhkov con entre el 14 y 25 por ciento. El ex ministro del Interior, **Vadim Bakatin**, marcha tercero en el grupo de seis candidatos.

TASS destacó que las relaciones entre Yeltsin y Mijail Gorbachov mejoraron tras la firma, el 23 de abril, del **Acuerdo de los diez**, un documento que sienta las bases para el **"nuevo Tratado de la Unión"** y que fue firmado por Gorbachov y nueve presidentes de repúblicas soviéticas.

Hasta ahora, el presidente de la **República Socialista Federativa Soviética Rusa (RSFSR)** era designado por la Asamblea de la República (Parlamento). Con este sistema, Yeltsin accedió a la presidencia el 29 de mayo de 1990.

El pasado 17 de marzo los rusos se pronunciaron en un referéndum a favor de la creación del cargo de presidente en esta vasta república, que tiene once husos horarios y cubre dos tercios del territorio de la URSS.

También mañana los votantes de **Moscú** y **Leningrado** deberán elegir alcalde. En la última ciudad la población deberá decidir si esa ciudad mantiene el nombre que recuerda al fundador del Estado soviético o recupera el antiguo de **San Petersburgo**.

El Partido Comunista de Leningrado lanzó una dura campaña para evitar el cambio de nombre afirmando que de aprobarse unicamente generará una espiral de violencia. El PC llamó al pueblo a no escuchar a quienes quieren enterrar [illegible]

Los resultados oficiales de las primeras elecciones presidenciales directas en la historia de Rusia serán dados a conocer a partir del 17 de junio, aunque se espera que ya en la madrugada del miércoles al jueves se conozcan cifras preliminares.

02-02

9107840

Los candidatos a la Presidencia de Rusia y sus propuestas -
LA NACION - (150025)
91-06-12.
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Fed. Rsl. (11164)

Los candidatos y sus propuestas

Boris Yeltsin	Actual presidente ruso elegido por el Congreso de los Diputados. Reformista populista	Esgrime su reciente entendimiento con Gorbachov como el punto de partida para acelerar la perestroika
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Vadim Bakatin	Ex ministro del Interior de la URSS	Se presenta a sí mismo como un moderado que se sitúa entre la "izquierda" de Yeltsin y la "derecha" de Ryzhkov
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Albert Makashov	Militar	Busca devolver un protagonismo político a las fuerzas armadas y sovietizar la economía "para que sean los trabajadores quienes controlen las fábricas"
[illegible]	[illegible]	[illegible]

V.R.
V.R.

01-01

9107841

6 candidatos a la Presidencia de la URSS
Clarín (150624)
91-06-12
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Foc. Pol (11164)

RADIO CUBA.

- D ciones

REFORMISTAS Y ORTODOXOS

Copyright Clarín 1991

Seis candidatos en pugna

Boris Yeltsin

Boris Yeltsin, de 60 años, es el gran rival del presidente soviético **Mijail Gorbachov** y el candidato preferido en estas elecciones.

Su figura encarna para los electores la oposición al Partido Comunista de la URSS, la rápida instauración de una economía de mercado en la Federación Rusa y la defensa de la soberanía de las repúblicas.

Es presidente de la Federación Rusa desde mayo de 1990. Hace aproximadamente dos meses logró revertir una sesión extraordinaria del Parlamento (convocada por la oposición antirreformista para sancionarlo con un voto de no confianza) y obtuvo plenos poderes para "sacar a Rusia de la crisis".

Sus permanentes enfrentramientos con el presidente soviético parecen estar en período de tregua desde la firma de un proyecto para un futuro Tratado de la Unión que regulará la relación entre el centro y las repúblicas.

Eligió como vicepresidente al coronel del ejército **Alexander Rutskoi**, miembro del Partido Comunista de tendencia reformadora.

Nikolai Ryzkov

Respaldado por el Partido Comunista de Rusia —donde predomina la línea antirreformista— **Nikolai Ryzkov**, de 61 años, indicó que presentaba su candidatura a pedido "de representantes de las grandes empresas industriales", aludiendo al poderosísimo complejo militar-industrial del cual surgió.

Ex primer ministro soviético —renunció a ese cargo en enero de este año, luego de un infarto y en momentos en que ocupaba los puestos más bajos en las encuestas de popularidad y su dimisión era reclamada por los sectores reformistas— es en la actualidad miembro del Soviet Supremo de la URSS.

Asesor del presidente soviético **Mijail Gorbachov** desde 1985 fue uno de los principales propulsores de la "perestroika". Durante la campaña electoral mostró reticencia por la adopción de la economía de mercado para la Federación Rusa.

Lo acompaña en la fórmula como vicepresidente el enérgico general **Boris Gromov**, viceministro del Interior.

Vladimir Zhirinovsky

Vladimir Zhirinovsky se describe a sí mismo como un político de centro que combina la defensa a los ideales del nacionalismo ruso con un decidido apoyo a la economía de mercado y el multipartidismo para la Federación Rusa. Tiene 45 años, es abogado y políglota (habla turco, francés, alemán e inglés).

Líder de un minúsculo partido fundado el año pasado, el **Partido Liberal Demócrata** (17.000 afiliados), es el candidato con menos posibilidades de triunfo (0,5 por ciento, según las encuestas).

Los puntos sobresalientes sobre los que basó su campaña electoral son la privatización (vender las industrias y las propiedades que pertenecen al Estado a sus ocupantes), una drástica reducción del precio de la vodka y el cese del sistema de licencias que sólo autoriza la venta de esta bebida durante la tarde.

Lo acompaña en la fórmula **Andrei Zavidiya**, miembro del Partido Comunista que dirige una compañía manufacturera.

Aman Tuleyev

Comunista de Siberia, **Aman-Geldy Tuleyev** es conocido como el "candidato sorpresa" por ser el menos conocido de los seis postulantes a la presidencia de la Federación Rusa.

Este ingeniero de ferrocarriles de 47 años y rasgos definidamente asiáticos es en la actualidad miembro del Parlamento de la República Rusa donde representa a la región de Kemerovo (centro minero ubicado en la zona occidental de Siberia).

Su candidatura fue presentada por la dirección local de ferrocarriles de Kemerovo y por los trabajadores de algunas minas siberianas. Sin embargo, los dirigentes gremiales que representan a los mineros de esa región (y que protagonizaron un importante movimiento huelguístico en los primeros meses de este año, que paralizó la industria soviética) no indicaron si apoyaban a Tuleyev en estas elecciones.

Su candidato a la vicepresidencia es otro diputado de Kuzbass, director de una fábrica: **Viktor Becharov**.

Albert Makashov

"Contra la histeria anticomunista, antiestatal y antiejército. A favor de un ejército soviético suficientemente poderoso" se pronuncia el general **Albert Makashov**, representante de los sectores más duramente opositor a las reformas en la Unión Soviética.

Partidario de los métodos enérgicos para preservar los "antiguos valores y tradiciones comunistas", según sostuvo durante su campaña, este militar de 52 años es jefe del distrito militar Volga-Urales y su candidatura fue propuesta por el estado mayor de su región.

Su carrera como político comenzó en junio del año pasado en el congreso del Partido Comunista de Rusia, donde dijo representar "a los 800.000 comunistas del ejército que están dispuestos a luchar para defender a Rusia y a la Unión Soviética" y se opuso abiertamente a todo tipo de privatización o de apertura a capitales extranjeros en la República Rusa.

Como candidato de fórmula eligió a un economista miembro del Comité Central del PCUS y dirigente del ultraconservador Frente Unido de los Trabajadores **Alexei Sergueiev**.

Vadim Bakatin

A pesar de que se autoproclama como "independiente", **Vadim Bakatin** miembro del recientemente creado Consejo de Seguridad, es considerado el candidato del Kremlin.

Se desempeñó en el importante cargo de ministro del Interior —designado por el presidente soviético Mijail Gorbachov, en 1988— hasta diciembre del año pasado. Su alejamiento se debió a las fuertes presiones de los sectores vinculado al aparato partidario que lo acusaban de "falta de firmeza" para resolver los conflictos nacionales que emergían en las repúblicas bálticas.

Es considerado un reformista moderado, defensor de la transición de una economía centralizada a una de mercado en forma gradual. Sin haberse apartado de la línea partidaria es bien vista por la oposición reformista por su política conciliadora en el marco de la "perestroika".

Las encuestas de opinión pública le otorgan a este político de 53 años el 1[illegible] por ciento de los votos.

Como vicepresidente escogió a Ramazan Abdulatipov, miembro del Presidium del Soviet Supremo de Rusia que se alejó de Boris Yeltsin en marzo pasado.

T. L.

Nikolai Ryzhkov

Boris Yeltsin

Aman Tuleyev

Vladimir Zhirinovsky

Vadim Bakatin

Albert Makashov

V.3.
V.3.

01-01

9107842

Boris Yeltsin y Nikolai Ryzkov -
Ambito Financiero. (15002)
91-06-18
URSS (10175)
Tac Pol (11164)
Gob. Nac (11302)
Hep. Sov. (11555)

BORIS YELTSIN

Para algunos es el más franco abanderado soviético de la democracia política y el liberalismo económico, la única salvación para la "perestroika". Para otros, simplemente un payaso.

Lo cierto es que el pintoresco ex jefe del Partido Comunista en Moscú y ex "mimado de Gorbachov", Boris Yeltsin, se perfila como el claro vencedor de los comicios de hoy y el rival más peligroso del actual líder soviético.

Reformista radical, entró en abierto conflicto con el poder establecido poco después de haberse convertido en jefe del PC en Moscú. Como miembro del Congreso de los diputados populares de Rusia, Yeltsin fue elegido en mayo de 1990 presidente del Parlamento de esta república, pero dos meses después abandonó el partido nuevamente en protesta por el monopolio comunista en el poder.

Su propuesta económica es simple: libertad de mercados, capitalismo y privatizaciones, así como un completo acercamiento a Occidente. Por eso acusa a Gorbachov de "traicionar la «perestroika»" al moderar los cambios, algo que él promovió antes.

NIKOLAI RYZHKOV

Aunque la mayoría de las encuestas lo ubican en un lejano segundo lugar, con entre 14 y 28 por ciento de los votos, el ex primer ministro soviético, Nikolai Ryzhkov, conocido adalid del comunismo podría encontrar fuerte apoyo de los conservadores más duros y posiblemente trabajadores industriales temerosos al espectro del desempleo masivo.

Nikolai Ryzhkov

Con 61 años, Ryzhkov asegura estar totalmente recuperado del infarto que sufrió a finales del '90. Cuenta con el apoyo del Partido Comunista de Rusia y los jefes de las empresas estatales debido a que en su programa económico preconiza un reformismo cauteloso, con un "tránsito regulado" hacia la economía de mercado. Después de haber sido elegido secretario general del Comité General en 1982, fue convocado en 1985 por Gorbachov para ocupar el cargo de primer ministro, en el que fracasó al agravarse la crisis económica en la URSS y retrasarse indefinidamente la aplicación de medidas reformistas.

V.R.
V.R.

01-01

9107843

Dos militares candidatos a la Vicepresidencia de la Federación Ruso.
La Mañana (150015)
12/6/91
U.R.S.S. (10175)
Pop. Sov. (11555)
Fac. Pol (11164)

Dos militares los más populares

MOSCU.- Entre los seis candidatos a Vicepresidente de la Federación Rusa, un general y un coronel son los que disputan en popularidad y acaparan la atención del electorado ruso: el General Boris Gromov y el Coronel Alexander Rutskoi, compañeros de candidatura del ex Primer Ministro Nikolai Ryzhkov y del Presidente del Parlamento ruso, Boris Yeltsin, respectivamente.

Afganistán, de trágico recuerdo para las Fuerzas Armadas y para toda la sociedad, une a ambos: Gromov, ex comandante de los efectivos allí desplazados, organizó la retirada, mientras que el piloto de aviación Rutskoi sólo pudo regresar después de ser canjeado por un espía, tras haber sido capturado por los muyaidín.

Rutskoi

Rabochaya Tribuna, órgano del Comité Central del PCUS, publicó un perfil de Rutskoi, de quien destaca las palabras que pronunció ante el Congreso de los comunistas rusos hace un año: "La gente está harta de socialismo y capitalismo y lo único que quiere es vivir humanamente. Soy comunista y no quiero abandonar el partido", repitió en el mismo foro.

El militar, en el Congreso de los Diputados de Rusia de marzo pasado, encabezó una rebelión entre las filas comunistas al salir en apoyo de la candidatura de Yeltsin y formar la agrupación Comunistas por la Democracia.

En una sociedad profundamente militarizada, Rutskoi dirige su mensaje a los mandos medios y bajos de las Fuerzas Armadas soviéticas, que sufren en propia carne unas pésimas condiciones de vida y la falta de viviendas para los oficiales retirados de Europa del este.

La decisión de Yeltsin de escoger para la Vicepresidencia a un militar y comunista levantó una fuerte polémica en los sectores más radicales de Rusia Democrática, el movimiento que agrupa a la partidos y organizaciones opuestos al PCUS y donde se encuentra la mayor fuente de apoyo al aspirante favorito.

En cambio, Gromov, Viceministro del Interior desde el pasado mes de noviembre y autor de una clara militarización de este departamento, tiene como principal misión captar los votos del generalato y convencer a los dirigentes del complejo militar industrial de que no va a permitir una pérdida de su influencia en las decisiones económicas que tome el Gobierno ruso.

En otro comentario, Rabochaya Tribuna asegura que Gromov es el candidato que necesita el "débil" Rizhkov, a quien sus detractores han bautizado como el mote de "bolchevique llorón", por su carácter apocado y sus constantes intervenciones a la defensiva cuando era jefe del Gobierno soviético.

De entre los otros cuatro candidatos, sólo Ramazan Abdulatipov, Presidente de la Cámara de las Nacionalidades del Soviet Supremo ruso y compañero de candidatura del ex Ministro del Interior Vadim Bakatin, es mínimamente conocido entre el electorado soviético.

Abdulatipov es uno de los llamados "seis conjurados" que hace tres meses intentaron, desde puestos de dirección del Parlamento ruso, presentar una moción de censura contra Yeltsin, en una sucia maniobra que resultó frustrada, precisamente, por Rutskoi.

El General ultraconservador Albert Makashov, el único candidato militar a presidente, lleva como vicepresidente al economista también ultraconservador Alexei Sergueyev, quien anoche hizo una ardiente defensa de la necesidad de "sovietizar" la economía, para que sean los "trabajadores los que controlen las fábricas".

Los otros dos aspirantes a vicepresidente, Andrei Zavidia y Viktor Bocharov, se presentan acompañando al líder del Partido Liberal Democrático, Vladimir Zhirinovski, y a Amangeldy Tuleyev, respectivamente, en los puestos de cola en las encuestas de popularidad. ■

V.R.
V.R.

01-01

9107844

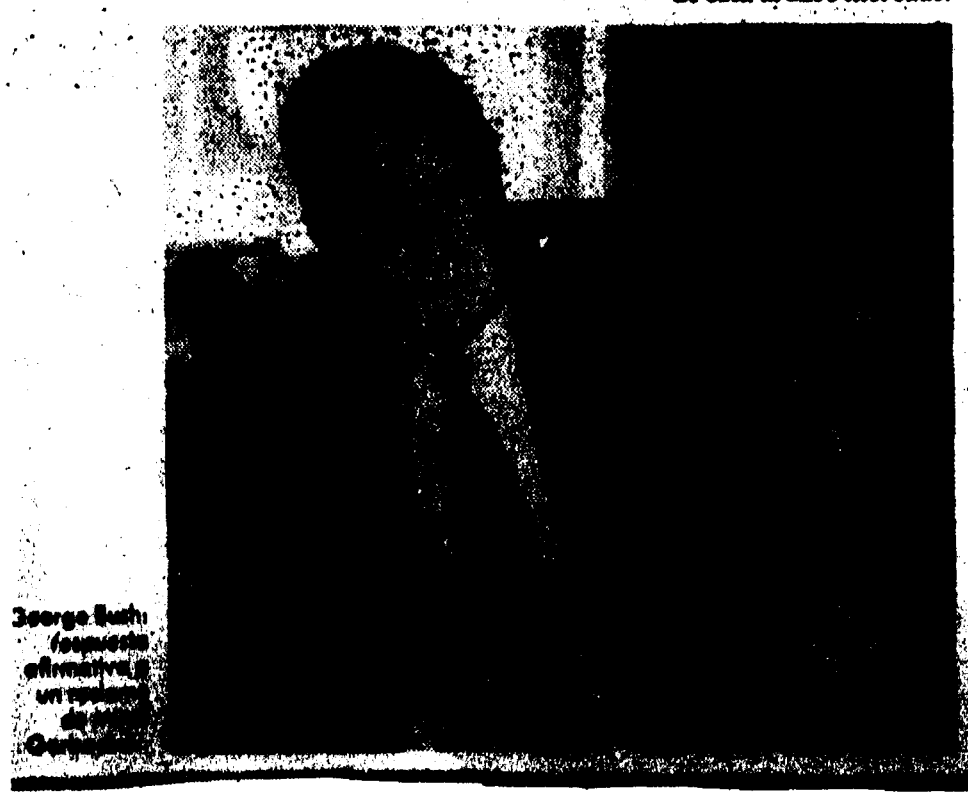
1.500 millones de dólares de los EE. UU. para la U.RSS. para compra productos Agrícolas.
CLARÍN. (150024)
91-06-12.
URSS (10175)
Fac. Ec. (11161)
Rel. Gtz. (11399)

VR
VR

MIL QUINIENTOS MILLONES DE DOLARES PARA COMPRAR PRODUCTOS AGRICOLAS

EE.UU. otorgó un crédito a la URSS

Con la expresa garantía de que los alimentos adquiridos en los Estados Unidos serán distribuidos en forma equitativa entre todas las repúblicas soviéticas —incluidas las bálticas—, la Casa Blanca accedió a un dramático pedido de ayuda del presidente Mijail Gorbachov. El crédito se otorga en momentos en que el Kremlin reclama de Occidente ayuda masiva para apuntalar su economía y el paso de esta al libre mercado.



George Bush respondió afirmativamente a un pedido de Gorbachov

WASHINGTON, 11 (Reuter). — El presidente norteamericano George Bush aprobó hoy un préstamo de 1.500 millones de dólares para la compra de productos agrícolas norteamericanos por la Unión Soviética solicitado por Mijail Gorbachov, dijo la Casa Blanca.

El vocero Martin Fitzwater manifestó que Bush informó a Gorbachov sobre la decisión y anunció que el préstamo será desembolsado en tres cuotas durante los próximos nueve meses. "Esperamos que esta ayuda contribuya a estabilizar la situación alimentaria en ese país", subrayó el portavoz.

Fitzwater indicó que la decisión había sido adoptada luego que los Estados Unidos recibieron garantías de que los alimentos serán "distribuidos equitativamente" entre las repúblicas soviéticas, incluyendo las bálticas.

En cuanto a la inquietud generada por la posibilidad de que la Unión Soviética pudiera no ser merecedora de créditos, el funcionario destacó que Moscú nunca dejó de pagar los préstamos agrícolas. "Al tomar esta decisión, el presidente tuvo en cuenta los antecedentes del gobierno soviético en lo que respecta al cumplimiento de sus obligaciones oficiales", agregó

Esta resolución de la Casa Blanca consolida la posición de Gorbachov, quien está tratando de reformar la quebrantada economía soviética.

Se aguarda que el mandatario soviético se encuentre presente en Londres durante la cumbre de los siete países más industrializados (G-7), que tendrá lugar en julio.

Moscú viene ejerciendo presiones sobre Occidente para que le otorgue un paquete de asistencia destinado a apuntalar su economía.

Washington no se mostró entusiasmado con la idea de proporcionar ayuda masiva a la Unión Soviética, y altos funcionarios del gobierno estadounidense opinan que este país necesita ayuda técnica sobre la distribución de alimentos y otros problemas para introducir una economía de mercado.

Fitzwater expresó que el secretario de Agricultura, Ed Madigan, se reuniría de inmediato con funcionarios soviéticos para elaborar los detalles del acuerdo en virtud del cual las compras soviéticas de productos agrícolas norteamericanos por más de 1.500 millones de dólares serán garantizadas por el gobierno de Bush.

Los préstamos se otorgarán en tres cuotas: la primera de ellas, de 600 millones de dólares, vencerá en junio; la segunda, de 500 millones, en octubre, y la tercera, de 400 millones, en febrero de 1992.

La decisión del presidente fue adoptada luego que una delegación norteamericana se reunió en Moscú con altos funcionarios para discutir las necesidades soviéticas y los problemas de distribución de alimentos.

"El mandatario también expresó al presidente Gorbachov su permanente interés en colaborar con los esfuerzos de largo plazo por mejorar la distribución de alimentos en la Unión Soviética, primordialmente a través de la introducción de medidas de mercado", sostuvo Fitzwater.

01-01

9107845

Elecciones en Rusia; paso hacia un nuevo federalismo.

CLARIN (MEDIO)
12/6/91

U.R.S.S (10175)
Rep. Sov. (11555)
Pcc. Pol (11164)

Paso concreto hacia un nuevo federalismo

La elección directa de un presidente para la Federación Rusa es el primer paso concreto hacia la consolidación del nuevo Estado federal soviético impulsado por el presidente Mijail Gorbachov, con el marco jurídico del nuevo Tratado de la Unión —pronto a aprobarse— que recorta el poder del gobierno central y fortalece la soberanía de las repúblicas.

El hecho de que la Federación Rusa cobre de esta manera una ominosa autonomía encierra una paradoja sólo aparente, ya que **Gorbachov se vio forzado a trazar este camino por poderosas circunstancias.** El auge separatista que se apoderó de una república soviética tras otra no pareció dejarle opción: o intentaba dar cabida al impulso independentista, o se enfrentaba a una eventual desintegración.

La iniciativa tomó fuerza con la firma del **Acuerdo de los Diez**, en abril pasado, por parte del **líder del Kremlin y los presidentes de nueve repúblicas.** En esa ocasión se aprobó el proyecto del nuevo Tratado de la Unión, que debe ser ahora ratificado por los parlamentos de las repúblicas participantes.

La firma final se llevará a cabo en el próximo Congreso de Diputados del Pueblo (máxima instancia legislativa de la URSS). Se estima que tanto el nuevo Tratado como las reformas a la Constitución, también impulsadas por Gorbachov, podrían aprobarse en los próximos meses.

Las repúblicas que se negaron a adherir al nuevo Tratado son **Georgia, Moldavia, Armenia y las tres bálticas (Letonia, Lituania y Estonia).**

Otras, como la **Federación Rusa**, presentaron condiciones para su adhesión. **El presidente del Parlamento ruso —y virtual presidente de la Federación—, Boris Yeltsin, acusó a Gorbachov de "forzar la firma del Tratado"**, y subrayó que Rusia **"no sacrificará sus intereses"** en aras de la pronta firma del proyecto.

Yeltsin exigió además que las repúblicas participasen en la redacción del documento.

Por otro lado, el grupo parlamentario conservador **Soyuz** se opuso también al nuevo tratado por considerar que **"supondrá la liquidación de la URSS como un Estado federal único"**. El numeroso grupo ortodoxo, que cuenta con muchos militares entre sus miembros, tiene peso en el Soviet Supremo de la URSS (Parlamento permanente).

Durante una sesión parlamentaria, **Yuri Blojin**, un vocero de Soyuz, subrayó que **"existe la amenaza de que el Tratado de la Unión sea firmado sin tener en cuenta al Soviet Supremo de la URSS ni al Congreso de Diputados"**.

La aprobación del Parlamento soviético ha sido una de las principales cuestiones en debate, ya que la mayoría de las repúblicas condicionan sus adhesión al Tratado al hecho de que se les reconozca una importante autonomía frente al ejecutivo central.

♦ ¿Qué dice el nuevo Tratado?

El nuevo Tratado reglamenta la relaciones de las repúblicas entre sí y con el ejecutivo central, **estableciendo nuevos órganos a nivel nacional que garantizan un mayor poder de decisión a las repúblicas.**

En su parte más polémica, el documento prevé la disolución del macroparlamento —el Congreso de Diputados de la URSS— y lo remplaza con un **nuevo Parlamento bicameral.**

El nuevo Parlamento estará dividido en un **Soviet de la Unión**, cuyos miembros serán elegidos por circunscripciones con igual número de electores, y un **Soviet de Nacionalidades**, que albergará a representantes de los parlamentos de todas las repúblicas.

Esta última cámara decidirá cuestiones relativas a la estructura y gestión de los órganos federales, las relaciones entre las repúblicas y la ratificación de acuerdos internacionales. Se incrementará así significativamente los poderes de las repúblicas.

Agencia AFP

El presidente Mijail Gorbachov en momentos de emitir su voto. En la foto de abajo se observa a un niño con una pancarta de Boris Yeltsin, quien es amplio favorito para obtener la presidencia de la Federación Rusa.

Según predican sus autores, en el nuevo tratado se **englobará a unos 290 millones de personas de diferentes etnias, religiones y lenguas en una unidad** que respetará la soberanía de cada república.

El **ejecutivo central mantendrá ciertas atribuciones consideradas indispensables** para la continuidad del Estado, tal como la promulgación y protección de la Constitución única, la garantía de la soberanía e integridad territorial del país, la organización de la defensa y el ejército únicos, y la aplicación de una política externa única y coordinada.

Una vez firmado el nuevo tratado y aprobada la reforma de la Constitución, se llamará a **elecciones generales para presidente soviético y Parlamento federal.** Esta será una nueva instancia para el gigante soviético, acostrumbrado a elegir sus autoridades por métodos menos democráticos.

Fabiana Fondevila

Copyright Clarín 1991

VR
VR

01-01

9107846

Leningrado vuelve a llamarse San Petersburgo.
CLARIN (1000)
13/4/91
URSS (1017)
FOC PE (1164)

Leningrado: un símbolo

LENINGRADO, 12 (Por Elizabeth Shogren, de Los Angeles Times, especial para Clarín). — En vísperas del referéndum en el que se decide si la histórica ciudad de Leningrado vuelve a llamarse San Petersburgo, varios miles de personas se reunieron este lunes para manifestar su apoyo por la denominación actual y por el líder bolchevique por el que lleva su nombre.

"Defenderemos las acciones y el nombre de Vladimir Ilyich Lenin. Votaremos por Leningrado. Esta ciudad será eterna", advirtió **Yuri Lysenko**, representante del grupo **Veteranos del Trabajo.**

Con afiches en los que podía leerse: **"Lenin está con nosotros, inmortal y grandioso"** o **"Camaradas: no dejen que le cambien el nombre a Leningrado"**, una multitud aprobó ruidosamente las palabras de Lysenko.

La disputa sobre si se restituye o no el nombre histórico de esta ciudad se ha convertido en una de las batallas más simbólicas de la Unión Soviética, en la que se enfrentan las fuerzas que presionan por una nueva sociedad democrática y las que siguen siendo fieles a los ideales de la revolución de 1917 y al sistema económico creado por los bolcheviques luego de que estos derrocaron a la monarquía rusa.

En un referéndum que no reviste carácter de obligatorio, los votantes decidirán hoy si la ciudad debe denominarse **Leningrado o San Petersburgo** pero las opiniones de los 4,5 millones de habitantes están divididas.

Por un lado está el **Partido Comunista**, que se opone firmemente al cambio de nombre, al igual que muchos veteranos de la **Segunda Guerra Mundial** y la mayoría de los ciudadanos de más de 60 años.

Apoyan el cambio los miembros liberales del consejo de la ciudad, la **Iglesia Ortodoxa Rusa** y la mayoría de los estudiantes y jóvenes.

"No estamos luchando sólo por eso. Se trata también del clima político, cultural y político de nuestra ciudad. Modificar el nombre implica también dar a entender que nunca más permitiremos que un régimen comunista se instale aquí. Sería como un regreso a nuestras tradiciones culturales e históricas", afirmó **Vitaly Skoibeda**, el integrante del consejo municipal que fue quien encabezó la campaña para resucitar el nombre de San Petersburgo.

"Para nosotros el nombre del apóstol Pedro es infinitamente más importante que el sobrenombre de una persona que destruyó la base histórica de nuestras vidas", declaró el reverendo **Sergei Perikrestov**, un sacerdote ortodoxo ruso.

Si bien varias otras ciudades soviéticas ya han recuperado sus nombres históricos originales, el presidente **Mijail Gorbachov** señaló la semana pasada que modificar el de Leningrado sería ir **"demasiado lejos"**.

"Esa ciudad lleva el nombre de un gran hombre. Lenin ha pasado a la historia como uno de los grandes pensadores, políticos y estadistas del siglo XX...", comentó Gorbachov hace poco, en una declaración que apareció publicada en el **Pravda.**

Gorbachov también se hizo eco del principal argumento que esgrimen los líderes del PC de Leningrado: **"Al escuchar la palabra Leningrado evocamos episodios trágicos y heroicos de la vida de las personas, su lucha contra el fascismo y su victoria en la gran guerra".**

Sin embargo, **Anatoly Sobchak**, el titular del consejo municipal de Leningrado, sostiene que devolverle a la ciudad su nombre original sería **perfectamente "natural".**

"Nadie pretende desmantelar los monumentos a Lenin. Su nombre quedará en calles y avenidas. Empero, una ciudad, al igual que una persona, debe usar el nombre que le dieron al nacer", opinó Sobchak.

V.R.
V.R.

01-01

9107847

Afirman que 20.000 soviéticos emigrarán.
LO MERAMA (150015)
14/6/91
U.R.S.S. (10175)
Fed. S.S. (91165)
Dep. Soc. (11414)

Afirman que 20.000 soviéticos emigrarán

D-1

GINEBRA.- El Ministro de Trabajo y Asuntos Sociales de la URSS, Paulman Valery Fedoroviych, afirmó ayer que 15.000 trabajadores soviéticos calificados emigrarán este año a Alemania y otros 5.000 a Bélgica, con un contrato regulado por el Estado.

Fedoroviych, que participa en los debates de la 78 Conferencia Internacional del Trabajo, reunida en Ginebra hasta el próximo día 26, señaló en una rueda de prensa que la Unión Soviética ha establecido acuerdos preliminares con Alemania y Bélgica para cubrir, con especialistas, puestos de trabajo vacantes en sendos países.

Explicó que los ciudadanos soviéticos que emigren al extranjero deberán regresar tras un período de dos o tres años a la URSS, con el fin de que otros trabajadores tengan la posibilidad de salir al exterior, proceso que debe efectuarse ordenadamente y bajo el control del Estado a fin de evitar la emigración ilegal.

Según el Ministro soviético, el nuevo sistema de emigraciones impulsará también que trabajadores extranjeros sean empleados en la Unión Soviética, para lo que el Ministerio de Trabajo ya ha iniciado conversaciones con varios países asiáticos, entre ellos Mongolia, China y Vietnam.

Añadió que la Unión Soviética está en contacto con todos los Gobiernos europeos para lograr acuerdos contractuales laborales, que permitan a los ciudadanos soviéticos practicar sus profesiones especializadas en el exterior.

Valery subrayó que el Ministerio de Trabajo de su país calcula que actualmente existen entre 1,5 y 2 millones de desempleados en la Unión Soviética, aunque dicha cifra se conocerá con mayor precisión el próximo primero de julio, fecha en la que serán actualizadas las estadísticas.

U.R.S.S.

0.1-0.1

9107848

Boris Yeltsin; político poco convencional.
CLARIN. (450024)
91.06.14.
URSS (10175)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)
Rep. S. (11555)

Un político muy poco convencional

MOSCU, 13 (Por **Sylvie Kauffmann** y **Michel Tatu**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — La imagen muestra a **Boris Yeltsin** tal como es él. Camisa blanca y corbata bordó, sentado sobre el tronco de un árbol, en medio de un soleado claro de un bosque de abedules. Es un paisaje netamente **ruso**. A los fines de un film sobre su persona, **Boris Nikolaevitch** responde a las preguntas de estos cronistas con su voz en **off**.

La cronista le recuerda que a la gente de su signo (acuario) no le agrada que la presionan. **"Díganselo a Gorbachov"**, responde Yeltsin con un rictus en su rostro que denota una mezcla de ironía y de venganza.

En el cine en donde se proyecta esta película, **Boris o los caprichos del destino**, los espectadores están **fascinados**. Mueren de risa al ver las imágenes de archivo en las que aparece **Leonid Brezhnev** condecorando a un sinnúmero de seniles figuras. Y ríen aún más al ver a las figuras del séquito brezhneviano, entre los que figura **Mijail Gorbachov**. Aparece también la madre de Boris sacando agua de un pozo en su jardín. **"(El ex primer ministro) Nikolai Ryzhkov tiene nueve sirvientes en su dacha"**, se escandaliza una espectadora.

Acto seguido, Yeltsin aparenta querer ir caminando hasta el ómnibus, pasando por alto el lote de **Volgas** negros que aguardan a sus colegas. La audiencia, fascinada, cree haber encontrado al nuevo salvador de la **Federación Rusa**.

Las pinceladas de esta película son bastante generales, pero nos encontramos en la **Unión Soviética**, con un grado casi cero de cultura democrática. De todos modos, el presidente ruso mostró durante su campaña su enorme superioridad sobre el resto de los políticos comunistas clásicos: un gran sentido de la comunicación y de la espontaneidad.

Siempre bien vestido, al estilo occidental, Yeltsin usa saco cuando las circunstancias lo permiten. Sabe, además, hablarle a la multitud sin aburrirla ni darle sermones. Y sabe también mostrarse cálido y humano. Sus gestos, en todo caso, aportan cierto aire de frescura a un pueblo acotumbrado a los rostros grises e impávidos de los miembros del **Politburó**. Su expresión de disgusto, de cólera o —simplemente— de niño malhumorado puede llegar a preocupar a algunos, pero su sonrisa —sumamente cálida— surte un efecto comunicativo inmediato.

Este ex miembro del **"apparatchik"** fue bautizado, y a partir de ahora se exhibe voluntariamente en compañía de los representantes eclesiásticos.

"Cuando voy a la Iglesia", le confesó Yeltsin a **Izvestia**, **"prendo siempre una vela, y las cuatro horas de misa no nos resultan pesadas ni a mi esposa ni a mí. Cuando salgo me siento mucho mejor"**. Sus gustos literarios son simples: **Pushkin** y **Chejov**. Tiene dos hijas, una ingeniera y la otra matemática, y varios nietos.

Yeltsin nunca muestra a su esposa **Naina**, oriunda de su mismo cantón de **Talitsa**, en los **Urales**, con la que está casado desde hace cuarenta años y que según él mismo confiesa pasa tres o cuatro horas por día haciendo las compras, como cualquier otra moscovita.

Muchas veces se lo interrogó sobre la cuestión de los privilegios. De hecho, fue por este tema que comenzó a hacerse popular. Apenas fue nombrado titular del partido en **Moscú** —hacia fines de 1985— solía tomar el subterráneo y hacer cola como todo el mundo en el famoso comercio **Eliseev**, de la calle **Gorki**, antes de expulsar por corrupción a su director.

Entre los "puntos débiles" que le sindican algunos críticos figuran **la orden que impartió (pero por instrucción del Politburó brezhneviano) de destruir en Sverdlovsk la casa Ipatiev, aquella en donde fue asesinado en 1918 el zar Nicolás II, junto con toda su familia**. O la audiencia que concedió en mayo de 1987 a representantes de la asociación chauvinista **Pamiat**, que acababa de realizar una manifestación en Moscú.

En síntesis, Boris Yeltsin pertenece a una nueva raza de políticos del poscomunismo que Occidente tiene dificultades en asimilar. Diplomáticos e intelectuales extranjeros dicen, y dirán, sobre su persona que es tan primario y populista como el polaco **Lech Walesa**.

Si algo tiene de Walesa es el don para comunicarse con un pueblo desorientado. Facultad que Gorbachov nunca tuvo —a pesar de todos sus esfuerzos— y que es más que necesaria a la hora de los grandes sacrificios.

V.R.
V.R.

C.1-C.1

9107849

Triunfo de los Reformistas en las decisiones Rusas. ; Periódico Financiero. (150027
91-06-14
(pág/cuerpo) 11555 - 11164

Una ola reformista arrasó con el comunismo en Rusia, la principal república soviética, donde ayer se confirmó que el popular Boris Yeltsin será el primer presidente democrático en la historia del país. Pero el triunfo reformista fue aun más profundo, ya que los liberales consiguieron imponer sus alcaldes en las más importantes ciudades de la URSS, Moscú y Leningrado. Y en esta última, además, se produjo el mayor rechazo

Aplastante triunfo de las elecciones rusas:

Moscú (Reuter, UPI, DPA) — **La Cortina de Hierro** también cayó ayer en la Unión Soviética empujada por una ola de reformismo que le arrebató al comunismo **el manejo de la Federación Rusa**, la principal república soviética, eligiendo como su primer presidente **al carismático Boris Yeltsin.**

Según cómputos finales extraoficiales, Boris Yeltsin logró imponerse a sus rivales **con alrededor de 60% de los votos.** Pero éste no fue el único triunfo de quienes pretenden despegarse del comunismo. Las dos principales ciudades de la URSS, **Moscú y Leningrado**, quedaron en manos de alcaldes reformistas e incluso esta última, todo un símbolo para los ortodoxos por ser **la "patria chica" de Lenin**, recuperará su antiguo nombre de **San Petersburgo.**

El portavoz de la comisión electoral rusa, **Alexander Popov**, confirmó a última hora que Yeltsin había logrado alrededor de **60%** de los votos en los comicios del miércoles, **por lo que no hará falta una temida segunda vuelta.**

• Rechazo

Según analistas occidentales, para el futuro de la Unión Soviética es también de suma importancia el que aliados de Yeltsin hayan sido elegidos alcaldes de las ciudades más importantes. Pero lo que sorprendió más **fue el aplastante rechazo al Partido Comunista** de los votantes en la restauración del nombre de San Petersburgo, a Leningrado.

Seguidores del presidente ruso Boris Yeltsin celebran su victoria en la Plaza Pushkin de Moscú.

Los resultados de las elecciones del miércoles, donde votaron 105 millones de personas, representan de esta manera una arrolladora victoria para **Rusia Democrática**, la agrupación liberal que emergió hace un año y constituye el único movimiento efectivo de oposición al Partido Comunista. Esto, además, representa un cambio importantísimo **en el tablero político de la URSS**, donde el PC tendrá que competir casi de igual a igual con un partido político que está en condiciones, como lo acaba de demostrar, **de asestarle derrotas casi humillantes.**

Yeltsin, de 60 años, ex integrante de la elite del Partido Comunista, o **"aparatchik"**, necesitaba cosechar **50%** de los votos para concretar un triunfo sobre su principal rival, **Nikolai Ryzhkov**, representante del ala conservadora del comunismo, **que recibió menos de 15% de los votos.**

Esto significó un gran paso **en el proceso de democratización** emprendido en 1985 por el presidente soviético, **Mijail Gorbachov**, quien puso formalmente término al monopolio de poder que ejercía el Partido Comunista.

• Segundo plano

Yeltsin, un curtido **ex obrero de la construcción**, buscó respaldo popular para robustecer su postura frente a **Gorbachov**, acelerando el ritmo de la radical reforma económica y la devolución de facultades tanto a su propia como a las demás repúblicas soviéticas.

Yeltsin se mantuvo ayer en segundo plano, luego de una intensa campaña proselitista en la que recorrió su gigantesca república. Pero una vocera de su cuartel general político **declaró la victoria de la agrupación** unas 12 horas después de que se cerraran las urnas.

Rusia Democrática había difundido previamente resultados extraoficiales de cerca de **60 ciudades** de todos los confines de esta gigantesca república, desde el mar de Bering hasta el Báltico.

Yeltsin triunfó en virtualmente todas ellas, cosechando por lo general **entre 60 y 70 por ciento de los sufragios.**

V.R.
V.R.

de los votantes al Partido Comunista: por amplia mayoría decidieron restaurarle a la ciudad su nombre original de San Petersburgo. Por su magnitud, y por ser esta ciudad la "patria chica" de Lenin, este triunfo sorprendió incluso a los más radicalizados. Para los analistas, la victoria de Yeltsin (obtuvo 60% de los votos contra apenas 15% de su rival comunista), es casi el adiós definitivo para el marxismo en la Unión Soviética.

los reformistas en Yeltsin presidente

Pero sus resultados fueron menos halagüeños en el campo, donde la influencia comunista es más poderosa.

De todas maneras, el triunfo del popular radical, que prometió acelerar el paso hacia el capitalismo **con privatizaciones y seriedad económica**, significa mucho más que un presidente reformista, ya que en sus manos **tendrá la clave del futuro de la Unión Soviética.** La Federación Rusa, la república más grande de la URSS, se extiende desde el Pacífico hasta el Báltico y produce más de las tres cuartas partes **de gas, petróleo, carbón, acero y oro del país.**

• Pasos

Por eso los próximos pasos de **Yeltsin** resultan fundamentales para el futuro de la Unión. No habrá planes de Gorbachov que se puedan cumplir si el nuevo presidente ruso no quiere, incluidos el crucial tratado para evitar la disgregación del país.

El nacionalismo, además, **acelerará ahora sus pretensiones de obtener autonomía del Kremlin** y si, tal como se prevé, **Yeltsin** apoya a los secesionistas, **el futuro político de la URSS se complicará aun más.**

02-02

9107850

Gorbachov va a la cumbre del G-7.
Ambito Financiero. (150027)
91-06-14.
URSS (10175)
Ecc Pol (11164)
Relaciones. (11339)
G-7. (112766)

V.R.
V.R.

PARTES POCO LEGIBLES

01-01

9107851

Leningrado se llamará nuevamente San Petersburgo.
Cuerpo Principal. (150027)
91-08-14.
URSS (10175)
Fac. Pol (11164)

Leningrado será otra vez San Petersburgo

***Leningrado** (Reuter, UPI, DPA) — Los ciudadanos de **Leningrado**, cuna de la **Revolución de Octubre de 1917**, asestaron ayer un duro revés a la ortodoxia comunista al pronunciarse claramente **en favor de que se restablezca su nombre original de San Petersburgo**.*

*Con los resultados de un referendo ya conocidos en veinte de los 22 distritos, funcionarios electorales informaron ayer que **55 por ciento** de los votantes optó por **prescindir del tributo al líder revolucionario Vladimir Lenin** y volver a la designación prerrevolucionaria. **Cuarenta y tres por ciento** sufragó en favor de preservar **Leningrado**, el nombre adoptado en 1924 y vinculado en las mentes de muchas personas maduras y ancianas con el sitio que durante 900 días mantuvieron las tropas alemanas durante la **Segunda Guerra Mundial**.*

*La votación del miércoles constituyó la culminación de una enconada campaña entre los poderosos radicales que controlan el concejo de la ciudad y quieren que **se reponga el nombre antiguo** y los comunistas que temen que abandonar la designación de **Leningrado** implique **martillar otro clavo en el féretro del comunismo**.*

*Los leningradenses consultados en las calles se mostraron profundamente divididos después del referendo, celebrado junto con elecciones para designar presidente de **Rusia**, ganadas por el radical **Boris Yeltsin**.*

*"**La política no importa en este caso. Lo que interesa es la historia y hemos recuperado de nuevo el nombre de nuestra ciudad**", manifestó **Yegor Rostovstev**, un físico de 47 años, frente a una cervecería de **Leningrado**.*

*El resultado sorprendió **incluso a los partidarios del cambio de nombre**, que fue puesto a votación por el concejo municipal dominado por elementos radicales democráticos.*

*Encuestas de opinión realizadas en la semana final de la campaña proselitista habían asignado **una ligera ventaja a los partidarios de mantener el nombre de Leningrado**.*

***San Petersburgo**, construida en una zona de pantanos sobre el **Golfo de Finlandia** en 1703 por el prooccidental zar **Pedro El Grande**, fue el corazón cultural y la capital de **Rusia** durante dos siglos. En 1914, dejó de lado su nombre de origen alemán en medio de una ola de sentimientos antigermanos y **adoptó la designación de Petrogrado**.*

*Ocupa un sitial preferencial en los corazones comunistas por haber sido la ciudad donde fue **lanzada la revolución bolchevique de 1917**.*

*Las autoridades comunistas rebautizaron la ciudad como **Lenin**, el líder revolucionario muerto en 1924.*

J.R.
V.R.

01-01

9107852

9107853

Yeltsin ganó por amplio margen la presidencia de la Federacion Rusa.

CISDEN. (100024)
91-06-14.
URSS (10175)
Rep. Sov (11555)
Fde. Rf (11164)

01-02

9107853

OBTUVO MAS DEL CINCUENTA POR CIENTO DE

Yeltsin ganó la presidencia

Boris Yeltsin se reunirá el jueves 20, en Washington, con el presidente George Bush. El anuncio se hizo en la capital norteamericana apenas se conoció que el líder reformista radical logró una abrumadora victoria electoral para convertirse en presidente de la Federación Rusa sin necesidad de acudir a una segunda ronda. La línea Yeltsin ganó las alcaldías de Leningrado y Moscú y el referendo para cambiarle el nombre a la primera de esas ciudades.

MOSCU, 13 (Reuter, AP, EFE, AFP y ANSA). **Boris Yeltsin** ganó la presidencia de la **Federación Rusa** al haber obtenido alrededor del **60 por ciento** de los votos emitidos ayer, durante la primera elección presidencial directa en la más poderosa de las repúblicas soviéticas.

Escrutado el 25 por ciento de los aproximadamente 70 millones de sufragios (sobre 105 millones de electores habilitados), el líder reformista radical no solo supera holgadamente la mitad más uno del apoyo mínimo necesario, sino que, además, logró que otros dos hombres que responden a su línea política ganaran las alcaldías de las dos ciudades más grandes del país y de la Federación, **Moscú y Leningrado**. Se trata, respectivamente, de **Gavril Popov y Anatoly Sobchak**. Una sorpresa todavía mayor produjo el resultado del referendo paralelo que se llevó a cabo en **Leningrado**, que preguntó a sus habitantes si deseaban que la ciudad volviera a llamarse **San Petersburgo**. La respuesta mayoritaria fue, aquí también, sí, redondeando una arrolladora victoria para **Rusia Democrática**, único movimiento efectivo de oposición al **Partido Comunista**.

Hoy, el vocero de la **Casa Blanca** informó que el virtual nuevo presidente de Rusia se reunirá el próximo jueves, en **Washington**, con el presidente norteamericano **George Bush**. El portavoz **Marlin Fitzwater** dijo que Bush deseaba discutir con Yeltsin **"su nueva posición y el futuro de la república, así como cualquier otro tema del que desee hablar"**.

Alrededor del mediodía en la Unión Soviética, el presidente de la Comisión Electoral, **Vassily Kazakov**, declaró que **"de acuerdo con los resultados preliminares Yeltsin tenía una ventaja muy amplia sobre todos sus rivales, ganando más de la mitad de los votos"**. Horas después, el vocero de la Comisión, **Alexander Popov**, declaró que el dirigente había ganado alrededor del 60 por ciento de los sufragios emitidos y agregó: **"Ahora podemos asegurar que no habrá segunda ronda"**.

De todas maneras, el cuartel electoral del vencedor había anunciado varias horas antes que consideraba ganada la elección. El padre **Gleb Yakunin**, dirigente de Rusia Democrática, dijo que el primer acto de Yeltsin como presidente será prohibir la presencia de células del Partido Comunista en las fábricas y oficinas gubernamentales de toda Rusia. Por su parte, **Gavril Popov** sostuvo que **"Rusia ha entrado a la civilización"**.

Yeltsin se impuso por amplio márgen fundamentalmente en las ciudades. De ellas llegaron los primeros cómputos. Se demorarán algo más los emitidos en zonas rurales, donde se cree que el apoyo al político reformista será menor y que incluso en algunas zonas perderá, aunque por muy poco.

Según las cifras más actualizadas, Yeltsin obtuvo alrededor del 60 por ciento de los votos contra un 15 por ciento de su rival más fuerte, el [illegible] Ryzkhov. En su ciudad natal, Sverdlovsk, el [illegible] obtuvo el 90 por ciento de apoyo. Cuatro [illegible] por ciento en **Moscú**, el 68 en **Leningrado**, el 80 en la región de **Ulianovsk**, el 75 en **Kursk** y **Saratov**, 81 en las flotas navales del **Pacífico y del Indico** y las dos terceras partes en las flotas pesqueras soviéticas.

Yeltsin también ganó en **Siberia** aunque con un consenso menor. No obstante, se señala que en muchos de los lugares donde estuvo claramente debajo del 50 por ciento, tampoco fue superado por sus rivales. Una de las poquísimas ciudades donde fue vencido —Kyzyl, capital de la república autónoma de **Tuva**, cerca de Mongolia—, Ryzkhov logró 42 por ciento contra el 38 del líder reformista.

La mayor sorpresa de esta elección fue el desempeño del candidato del **Partido Liberal Democrático**. De confirmarse las actuales tendencias, **Vladimir Zhirinovski** se colocaría en tercer lugar en el total general, con el 10 por ciento de los sufragios.

En cuanto al viaje que Yeltsin realizará a los **Estados Unidos**, será una muestra de su independencia respecto del poder central. No obstante, Washington se cuidó muy bien de separar claramente la figura del vencedor de la del presidente de la URSS. Fitzwater dijo que **"por supuesto que (Gorbachov) lidera la URSS y todas sus repúblicas y Yeltsin es ahora el presidente electo de la Federación Rusa. Así que su relación está bien establecida en ese sistema, por eso no queremos entrar en ningún tipo de comparación"**.

V.R.
V.R.

02-02

9107853

DOCUMENTO
SIUR Confirmo Moscú que aún mantiene armas nucleares en Alemania.
PRO LA PRENSA
FE 91-06-14.
N URSS (10175)
Alemania (20232)
Fac. Mil. (11163)
Ejército (11331)

Confirmó Moscú que aún mantiene en Alemania armas nucleares

Bonn (UP) – El ministro de Relaciones Exteriores soviético, Alexander Bessmertnykh, confirmó por primera vez que el Ejército Rojo aún posee armas nucleares en Alemania, pero aseguró que éstas serán eliminadas de acuerdo con los planes de retirada de las fuerzas soviéticas.

"Notificaremos al gobierno alemán en el momento que se haya completado el retiro", puntualizó Bessmertnykh en una conferencia de prensa conjunta con su colega alemán, Hans-Dietrich Genscher.

"Hay un cierto número de armas nucleares en la ex República Democrática Alemana y serán desmanteladas de acuerdo al plan", indicó Bessmertnyj, al final de dos días de consultas con Genscher.

Asimismo, destacó que la retirada de las armas nucleares está prevista, pero no especificó cuándo se completaría.

No ofreció detalles sobre el tipo de armas involucradas, ni hizo comentarios sobre los recientes informes de prensa no confirmados en cuanto a que el Ejército soviético aún tiene arsenales de armas químicas en Alemania oriental.

En conformidad con los tratados que allanaron el camino para la unificación alemana el año pasado, la Unión Soviética asegura que se retirará de Alemania oriental dentro de cuatro años.

Bessmertnykh y Genscher también estuvieron de acuerdo en que la situación económica en la Unión Soviética es de crucial importancia para toda Europa, pero evitaron las preguntas sobre los niveles de ayuda financiera que Moscú busca de Occidente.

Genscher se negó a hacer especulaciones en cuanto si el grupo de las siete naciones más industrializadas haría compromisos sustanciales con la Unión Soviética en la reunión que realizará a mediados de julio en Londres.

V.R.
VR

01-01

9107854

Yavlinsky presento a los EE.UU el plan de reformas del Kremlin
EL PAIS (150007)
91-06-14
URSS (10175)
Fac Ec (11161)
Relaciones Int. (11399)
Pol Ec. (11398)

[redacted]

WASHINGTON, 13 (REUTER) — En una nueva ofensiva de la Unión Soviética para obtener asistencia de Occidente, el economista radical Grigory Yavlinsky se reunió con altos funcionarios de la Casa Blanca para presentarles una versión revisada del plan de reformas del Kremlin.

VR.

01-01

9107855

Gorbachov fue invitado a la cumbre del Grupo de los 7.
EL PAIS. (152007)
91-06-14
URSS. (10175)
Esc. Pol (11164)
Rel. Int (11899)
G-7 (12766)

Gorbachov invitado por los "7"

LONDRES, 13 (AP). — Gran Bretaña invitó hoy al presidente soviético Mijail S. Gorbachov a que se reúna en esta capital con los líderes de las siete principales naciones industrializadas después de su conferencia cumbre el mes próximo.

El Primer Ministro británico John Major dijo ante la Cámara de los Comunes que se había formulado tal invitación luego de sostener consultas con los otros miembros del llamado Grupo de los Siete.

Major indicó que también ha invitado a Gorbachov a permanecer en esta capital luego que haya finalizado el encuentro.

Major se reunió ayer con el presidente del Soviet Supremo, Anatoly Lukyanov, de quien dijo que trajo consigo un mensaje del presidente Gorbachov, reafirmando su compromiso con la reforma política y económica.

Me complace poder decirle a la Cámara que tras consultar con los líderes de los otros países del Grupo de los Siete, hoy he invitado al presidente Gorbachov a Londres para conversar con el Grupo de los Siete inmediatamente luego de la reunión Cimera en Londres. También lo he invitado a quedarse tras el fin de (ese encuentro), para mantener conversaciones bilaterales, añadió.

V.R.
VR

01-01

9107856

Leningrado pasaría a llamarse San Petersburgo -
EL PAIS (150001)
91-06-14
URSS (10175)
Foc. Pol (11164)

Nueva Derrota Roja: Leningrado Debe Llamarse San Petersburgo

MOSCU, 13 (ANSA).— Los leningradenses eligieron eliminar el nombre de Lenin de su ciudad y se pronunciaron para que vuelva a llamarse como antes de 1914 —en honor al Zar— San Petersburgo.

Indiferentes al criterio de la autoridad de Moscú —para la cual sólo el Congreso de los Diputados del Pueblo o el Parlamento de la URSS pueden cambiar el nombre de la ciudad— e incluso del llamado del Parlamento soviético para que no borren el recuerdo de Lenin, los electores acogieron, por gran mayoría, la propuesta del Concejo Comunal de dar a la ciudad su viejo nombre.

Según los últimos cálculos, el 55 por ciento de los electores se alineó a "Rusia Democrática" que apoyada por la Iglesia Ortodoxa Rusa, invitó a la ciudadanía a pronunciarse por el nombre de San Petersburgo en el referéndum consultivo.

Se perfila así una nueva derrota de la historia revolucionaria de la URSS y parece delinearse, también, un nuevo conflicto con las autoridades centrales soviéticas que, aún habiendo consentido el referéndum, no parecen tener intenciones de reconocer sus resultados.

Y no sólo porque —como dijo hace una semana el Parlamento en su llamado— "el nombre de Lenin es inseparable de la historia del país" o porque los disparos del acorazado "Aurora" —que marcaron el comienzo de la revolución de octubre— partieron justamente de esa ciudad, sino porque Leningrado, con su medio millón de muertos durante el largo asedio nazi, es el símbolo de la resistencia soviética durante la Segunda Guerra Mundial.

De todas las elecciones que los habitantes de Leningrado hicieron ayer (se votó también para presidente de la Federación Rusa y por alcalde municipal), aquella sobre la restitución del viejo nombre de la ciudad fue, indudablemente, la más ligada a sus sentimientos.

Había quienes, como una anciana mujer entrevistada por la televisión rusa que perdió sus hijos durante el asedio nazi, juzgan Leningrado un nombre "sagrado" al igual que muchos veteranos que recuerdan todavía aquellos 900 días— y otros, como una mujer con 90 años a cuestas, que vieron a su ciudad convertirse primero en Petrogrado (1914) y después, a la muerte de Lenin (1924), en Leningrado.

Fundada por el Zar Pedro el Grande en 1703, en la desembocadura del río Neva, sobre el Báltico, para "abrir" Rusia al Occidente, Leningrado, con sus cinco millones de habitantes, es actualmente la segunda ciudad de la Unión Soviética, pero es la más majestuosa, desde el punto de vista artístico.

Si antes o después —como consecuencia del referéndum— Leningrado cambia de nombre y adopta el de San Petersburgo, será quizá el signo más evidente, e indudablemente el de mayor impacto a nivel emotivo, de los radicales cambios que vive la Unión Soviética.

Será casi un "renegar" del propio nacimiento de la Unión Soviética, borrando el recuerdo del fundador del actual Estado, Vladimir Ilich Lenin, tal como ocurrió ya, de hecho, con numerosas calles y avenidas dedicadas a él en varias ciudades soviéticas.

V.h.
V.R.

01-01

9107857

Pueblo ruso da la espalda a la ideología que predicó Lenin.
EL PAIS. (150007)
91-06-14
URSS (10175)
Fa. Pol (11164)

"La Gente lo Sabe: La Revolución que Lanzamos en 1917 fue un Gran Fracaso"

El reformista Popov Alcalde ganador en Moscú tras los comicios realizados el miércoles. Es de la línea reformista de Yeltsin. (Imagen VP-SATELLITE)

MOSCU, 13 (REUTER).— El pueblo ruso volvió la espalda a la ideología que predicó Lenin y volcó su confianza en la dirigencia comprometida a encaminar a la república nuevamente en el rumbo de la historia del mundo.

Mientras los cómputos de los comicios de la víspera comenzaban a afluir desde los puntos más extremos de la gigantesca Federación Rusa, pocas dudas quedaban de que los votantes habían rechazado el credo marxista y la herencia del fornido revolucionario aclamado desde hace décadas como genial liberador.

"Lo que esto muestra es que la revolución que lanzamos en 1917 fue un gran fracaso y que la gente lo sabe", resumió Sergei Khrushchov, hijo de uno de los herederos de Vladimir Lenin, quien rigió el Kremlin entre 1953 y 1964.

"Mi padre lideró el piquete de obreros que tomó el Palacio de Invierno (en Petrogrado en 1917)", dijo Valery Balajnin, un veterano periodista de Moscú y sobreviviente de la lucha épica con la Alemania nazi en la Segunda Guerra mundial. "Hoy vemos que todo fue mal."

En encuestas realizadas en toda la Federación Rusa, políticos que el año pasado abandonaron el Partido Comunista, que Lenin ayudó a fundar en 1903, se impusieron en compulsas abiertas para algunos de los puestos claves del gobierno.

Los resultados extraoficiales mostraron que Boris Yeltsin, el otrora jefe del partido en Moscú que defiende un programa político y económico de mercado libre, se apresta a convertirse en el primer presidente electo de Rusia.

Jefes radicalizados del consejo, que ahora rechazan el marxismo, se impusieron en la lid por los primeros cargos en disputa desde que llegaron los bolcheviques al poder, como el de alcalde ejecutivo de la capital soviética y de Leningrado.

Más significativo aún en un país donde el simbolismo sigue siendo fuerte, alrededor del 55 por ciento de los votantes de la ciudad de Leningrado —llamada así tras la muerte del caudillo revolucionario en 1924— se pronunciaron en las urnas en favor de rechazar su herencia.

A pesar de la estridente campaña del Partido Comunista y de una apelación del mismísimo presidente Mijail Gorbachov, las cifras provisionales mostraron que una sólida mayoría respaldó la propuesta del consejo para restaurar a la ciudad su nombre original, de la época de los zares, San Petersburgo.

"No pienso que sea el antiguo nombre lo que la gente quiere tan fervientemente. Ellos quieren mostrar que rechazan el sendero por el que Lenin y sus herederos encaminaron a la ciudad y al país", dijo un diplomático extranjero en la ciudad.

Largamente conocida como "cuna de la revolución", la ciudad fue escenario de los dramáticos acontecimientos de 1917 cuando liberales y socialistas moderados derrocaron a la monarquía zarista y luego fueron expulsados a su turno por los bolcheviques.

Fundada en 1703 como una "ventana a Occidente" por el zar Pedro el Grande, quien quería sumar a Rusia al mundo moderno, fue capital nacional hasta 1918 cuando Lenin trasladó su gobierno a Moscú.

La votación pareció confirmar las afirmaciones de los radicales que obtuvieron el control de muchas ciudades y pueblos de la Federación Rusa en los comicios del año pasado de que la crisis económica soviética había fortalecido el rechazo popular a las autoridades comunistas.

Los seguidores de Yeltsin habían temido un "síndrome albano", que los funcionarios comunistas que todavía retienen el poder en las zonas rurales pudieran hacer que los campesinos votaran en masa por el candidato del Partido Comunista, el ex primer ministro Nikolai Ryzhkov.

A principios de este año, en las primeras elecciones libres en cinco décadas, el triunfo abrumador de los comunistas en las aldeas compensó la victoria en las ciudades por parte de la oposición.

Pero según resultados provisionales de funcionarios electorales, el margen obtenido por Yeltsin fue tan grande que no se necesita una segunda vuelta, un claro indicio de que el sexagenario siberiano había obtenido suficiente respaldo del campesinado ruso.

VR
VR

01-01

9107858

Nº DOCUMENTO
TITULO Alcaldes progresistas en Moscu y Leningrado.
LA VANGUARDIA (159015
91-06-14.
URSS (10175)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac (11309)

Popov y Sobchak superaron la mayoría absoluta

Alcaldes progresistas en Moscú y Leningrado

Políticos populares por su talento innovador y reformista

Moscú y Leningrado han confirmado a sus Alcaldes progresistas, Gavril Popov y Anatoli Sobchak, respectivamente, al frente de los Gobiernos municipales de las dos principales ciudades de Rusia y la Unión Soviética. Popov y Sobchak han superado con creces la mayoría absoluta en las primeras elecciones por sufragio universal a ambas Alcaldías, y han dejado atrás a sus adversarios que tenían el apoyo del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS).

MOSCU.- Según datos provisionales difundidos por la agencia Tass, Popov, de 55 años, logró el 65,11 por ciento de los votos, Valeri Saikin (candidato del PCUS) el 16,3 y los otros tres aspirantes con menos del 5 por ciento cada uno, mientras que en Leningrado Sobchak, de 52 años, obtuvo el 65,5 por ciento y su adversario, Yuri Sevenard el 26 por ciento.

La victoria revalida la línea de actuación trazada por estos dos Alcaldes, que llegaron al poder hace sólo un año y se convirtieron en dos de los políticos más populares tanto dentro como fuera de la URSS, por su talante innovador y reformista, al imprimir un nuevo estilo de Gobierno municipal.

Vía libre

Popov y Sobchak tienen ahora las manos libres y el respaldo popular para emprender importantes reformas en el sistema de Gobierno local, basado actualmente en un gran consejo municipal con varios cientos de consejales que se enzarzan en paralizantes debates y peligrosas indecisiones.

La elección directa de los Alcaldes constituye el primer paso para el reforzamiento de los poderes de la máxima autoridad municipal, de manera que uno de los puntos de sus programas electorales era precisamente la reorganización del Gobierno de la ciudad y la creación de "un ejecutivo fuerte" con capacidad de decisión propia.

En el entreverado sistema de Gobierno municipal, el consejo funciona a modo de legislativo y un comité ejecutivo se encarga de poner en pie sus decisiones.

En el año que han estado al frente de los ayuntamientos y a pesar que fueron elegidos por la mayoría de los miembros del consejo municipal, tanto Popov como Sobchak se han visto prisioneros en varias ocasiones de la indisciplina de voto tradicional que impera en las Alcaldías y han afrontado revueltas internas que les han hecho perder votaciones cruciales.

En el momento de votar, Sobchak reiteró ayer que el consejo municipal debe ser un órgano representativo y "de ninguna manera debe mezclarse con el ejecutivo", ya que en su opinión, sin libertad de movimiento no se puede aplicar ningún programa de reforma de la ciudad.

Los dos Alcaldes no han resultado afectados por el cansacio y la irritación que reina entre moscovitas y leningradenses por el deterioro galopante de la calidad de vida en ambas ciudades, que no han podido aislarse de la crisis que sacude a todo el país.

V.R.
V.G.

01-01

9107859

Boris Yeltsin se reunirá con George Bush.
EL PAÍS. (150007)
91-06-14.
U.R.S.S (10175)
EE.UU (65890)
Fec Pol (11164)
Kiel Ist (11299)

Yeltsin con Bush

WASHINGTON, 13 (AP). — La Casa Blanca dijo hoy que Boris Yeltsin, elegido por sufragio popular presidente de la Federación Rusa, se reunirá el próximo jueves con el presidente George Bush en la Casa Blanca.

El vocero presidencial Marlin Fitzwater dijo que la elección es un buen síntoma en el sentido de reforma y democracia. Las elecciones son siempre un símbolo, un hito del proceso democrático. Esta es la primera elección en Rusia y nos agrada verla.

Agregó que Bush desea discutir con Yeltsin su nueva posición y el futuro de la República, así como cualquier otro tema del que desee hablar.

V.R.
V.R.

01-01

9107860

los Rusos dan la espalda al Comunismo.
CLARIN (150094)
15/6/91
URSS (1017)
Foc. Pol. (1164)

LOS RUSOS DAN LA ESPALDA AL COMUNISMO

Un no rotundo

El triunfo de **Boris Yeltsin** en la contienda por el cargo de primer presidente electo de la Federación Rusa es un **hito histórico con dos vertientes: por un lado, potentiza el hastío y el rechazo de un pueblo hacia el credo marxista con el que convive desde hace siete décadas, y por el otro, erige un nuevo gigante dentro del espectro soviético.**

El hijo de la reforma gorbachoviana concreta así un temido desafío al ideólogo del cambio —el presidente **Mijail Gorbachov**—, hoy forzado a elegir entre privilegiar la modernización o luchar por la integridad territorial de su país.

Al ganar la elección del miércoles, el sexagenario líder del Partido Rusia Democrática no solo **toma las riendas de la república más extensa y rica de la Unión Soviética**, sino que **se convierte en la contracara pública y oficial de un régimen que se desmorona paulatinamente.**

Entre las reformas propiciadas por Yeltsin, las más importantes incluyen **la privatización de las empresas del Estado, la instauración de la propiedad privada de la tierra**, y el establecimiento de otras condiciones que sienten **las bases** para una **economía de libre mercado.**

Los severos ataques que hasta hoy lanzaba Yeltsin contra las políticas del gobierno soviético tenían el sesgo inconfundible del que habla desde la oposición. De aquí en más, **la postura ultra-reformista de Yeltsin se convierte en verdadera alternativa: no en vano se habla de un "gobierno paralelo".**

El presidente **Gorbachov** es el primero en saberlo, y en reconocer la importancia de mantener buenos vínculos con su antiguo rival. Tras la votación del miércoles, el líder del Kremlin se comprometió a trabajar en estrecha coordinación con Yeltsin. **"La Unión tiene necesidad de Rusia, como Rusia de la Unión"**, afirmó.

Si concreta un viaje a Washington programado para la semana que viene, Yeltsin podría ser recibido con todo protocolo por su par norteamericano George Bush en la Casa Blanca, privilegio que le fue denegado en su último viaje. El cambio de actitud del mandatario norteamericano es un claro reflejo de la trascendencia —tanto formal como política— del cargo al que Yeltsin acaba de acceder.

Mientras tanto, **las reacciones de la gente** en las calles de Moscú **confluían** en un punto: la primera elección por sufragio popular del presidente de la Federación Rusa es, sin duda, un hecho conmocionante. Pero, a los ojos del pueblo ruso, **es igualmente importante asegurarse de que el camino emprendido signifique un verdadero cambio.**

Un testimonio recogido por el diario **Los Angeles Times** un día antes de la votación resume esta inquietud."Solo Yeltsin puede asegurar la transformación de Rusia. Si Yeltsin gana, gana la democracia. Una vez que esta democracia esté asegurada, si no estamos satisfechos con Yeltsin, lo remplazaremos con otro demócrata", dijo **Natalia Shiryeva**, de 45 años.

Por otro lado, también **hay rusos temerosos** del sinceramiento de la economía que seguramente impondrá el nuevo presidente, y que podría acarrear un empobrecimiento y desempleo masivos.

Lo que nadie discute es que hoy se abre un nuevo capítulo para el pueblo ruso. **Cabe preguntarse cuál es el desafío mayor: el que Yeltsin representa para Gorbachov, o el que significa para la Federación Rusa empezar a escribir su propia historia.**

Fabiana Fondevila

Copyright Clarín 1991

V.A.
V.A.

01-01

9107861

El Pte. de la Federación Rusa promete cambios políticos y económicos radicales.
CLARIN. (150024)
91-06-15.
URSS (10135)
Rep. Sov. (11555)
Tele Pol. (11162)
Rev. Ec. (11161)

EL PRESIDENTE DE LA FEDERACION RUSA PROMETE CAMBIOS POLITICOS Y ECONOMICOS RADICALES

Yeltsin: "Se acabó el comunismo"

Tras obtener —según los cómputos provisorios— más del 60 por ciento de los votos en las elecciones presidenciales de la Federación Rusa, el líder reformista Boris Yeltsin se mostró ayer partidario de mantener el actual "nivel de cooperación" con el presidente soviético, Mijail Gorbachov, aunque consideró que el sistema comunista "se desploma". El presidente norteamericano, George Bush, elogió el desarrollo de las elecciones, pero espera mayores reformas del gobierno soviético antes de enviar ayuda económica masiva.

MOSCU, 14 (ANSA, AFP, AP). — Como primer presidente de la Federación Rusa electo por voto popular, Boris Yeltsin afirmó hoy que el sistema comunista "se desploma y no hay manera de salvarlo".

Yeltsin consideró que su principal prioridad como presidente será impulsar reformas radicales políticas y económicas y estimó que el actual "nivel de cooperación" con el presidente soviético, Mijail Gorbachov, "no debe cambiar".

La prensa conservadora soviética no ocultó su decepción por el amplio triunfo de Yeltsin, con más del 60 por ciento de los votos. El diario Pravda, órgano del Partido Comunista, opinó hoy que esa mayoría de votos fue "apenas suficiente".

Los últimos cómputos en las elecciones presidenciales rusas, dados a conocer hoy, otorgan un 60,34 por ciento al presidente Boris Yeltsin, seguido del ex ministro Nikolai Ryzhkov con 16,09 por ciento, Vladimir Zhirinovsky con 7,27 por ciento, Amangheldy Tuleyev con 5,63, Albert Makashov con 3,58 y Vadim Bakatin con 3,28 por ciento de los votos.

Las cifras corresponden a 40 de las 88 circunscripciones de la República Rusa. Los resultados oficiales serán conocidos dentro de una semana, pero el lunes o el martes ya se difundirán cómputos prácticamente definitivos.

La televisión rusa anunció hoy que Yeltsin prestará juramento durante el congreso extraordinario de diputados de Rusia, que comenzará a sesionar a partir del 20 de julio, aunque no dio mayores precisiones sobre la fecha de asunción.

♦ Declaraciones de Yeltsin

Yeltsin se hallaba de buen ánimo al presentarse hoy en el edificio del Parlamento ruso, donde brindó con champaña en una recepción ofrecida en honor de varios legisladores ucranianos visitantes.

"Me parece que incluso... los comunistas honestos han [illegible] comprender que el sistema se desploma y que no hay manera de salvarlo", dijo a la prensa después de la recepción.

En [illegible] comunicado público tras las elecciones, el presidente de la Federación Rusa señaló que confiaba en poder [illegible] con su gestión el regreso de Rusia a Europa y [illegible] con Estados Unidos durante su viaje [illegible] entrante a Washington (ver recuadro).

Yeltsin dijo que habló hoy por teléfono con el presidente Gorbachov, quien lo felicitó por los resultados de las elecciones del miércoles. Por su parte, el líder reformista ruso expresó su confianza en mantener "relaciones equilibradas y de trabajo con el presidente de la URSS", fundamentadas en "la comprensión de ciertos problemas y el establecimiento de compromisos en los temas sobre los cuales tenemos opiniones diferentes".

♦ Reacción conservadora

Los principales líderes occidentales, el presidente norteamericano, George Bush, el premier británico, John Major, la primera ministra francesa, Edith Cresson, y el canciller alemán, Helmut Kohl, enviaron mensajes de felicitación al líder ruso.

La prensa soviética tuvo en cambio reacciones encontradas. El diario Pravda señaló que "cuarenta millones de votos son pocos para una república de 148 millones de habitantes". Pero el progresista Moskovsky Komsomolets hizo referencia también a los triunfos reformistas en las alcaldías de Moscú y de Leningrado, cubriendo un tercio de su primera plana con un titular que rezaba: "Yeltsin, sí. Popov, sí. Sobchak, sí...

El diario reformista Rabochiaia Tribuna expresó por otra parte su preocupación por "el indudable éxito de Vladimir Zhirinovsky, hasta poco tiempo atrás un absoluto desconocido, pero que logró convencer a un elector de cada diez para votar por él".

V.R.
V.B.

01-01

9107862

9107863
Situación en la U.R.S.S.
URSS (LOIDS)
URSS (LOIDS)
Fac. Pb
Fac. Tex

"Nada puede salvar ya al comunismo"

MOSCU, 14 (AP).- Boris Yeltsin dijo hoy que nada puede salvar ya el sistema comunista, y que su máxima prioridad como primer presidente electo por voto popular en Rusia es acelerar el ritmo de las reformas políticas y económicas.

Yeltsin se hallaba de buen ánimo al presentarse hoy en el edificio del Parlamento ruso, donde brindó con champaña en una recepción ofrecida en honor de varios legisladores ucranios visitantes.

"Me parece que inclusive los comunistas honestos han comenzado a comprender que el sistema se desploma y que no hay manera de salvarlo", dijo a la prensa.

En su primer comentario público después de su rotunda victoria electoral, Yeltsin dijo que confiaba en la posibilidad de su gestión, el regreso de Rusia a Europa y en iniciar un diálogo con los Estados Unidos durante su viaje de la semana entrante a Washington.

Su visión de una Federación Rusa con haciendas familiares, negocios privados y estrechos lazos con el mundo exterior representaría la liquidación final del sistema comunista, que se basa en el control Estatal.

Yeltsin dijo que hoy habló por teléfono con el presidente Mikhail Gorbachov, quien lo felicitó por los resultados de las elecciones del miércoles. Añadió que ambos conversaron acerca de su futura cooperación.

Su asesor de Relaciones Exteriores, Andrei Kozyrev, anticipó que Yeltsin iría la próxima semana a los Estados Unidos para asegurar al presidente Bush y otras personalidades su compromiso con la estabilidad de la Unión Soviética.

Las cifras preliminares de las elecciones indican que Yeltsin obtuvo el 60 por ciento de los votos frente a cinco rivales. Sus aliados políticos Gavrill Popov y Anatoly Sochak fueron confirmados por los votantes en sus cargos de alcaldes de Moscú y de Leningrado, respectivamente.

Yeltsin, en su oficina de Moscú, con un regalo: rosas rojas (AP)

Desafío al Kremlin

En otro orden, los reformistas celebraron sus victorias sobre los comunistas y uno de ellos anunció que planean forjar un movimiento político capaz de desafiar al Kremlin.

"Rusia ha entrado en la civilización... este es un paso gigantesco, histórico" dijo Popov después que los resultados mostraron que obtuvo el 65 por ciento de los sufragios para mantenerse como alcalde de Moscú.

Por su parte, Gleb Yakunin, uno de los dirigentes de Rusia Democrática –coalición que llevó a Yeltsin a la victoria– anunció que el primer acto de gobierno del nuevo presidente sería prohibir las células del Partido Comunista en fábricas y oficinas gubernamentales en toda la Federación Rusa.

"El hecho de que varios grupos se unieron en torno de un programa constructivo tiene mucho significado para el destino del país y para la formación de un poderoso partido que podría llegar a ser una alternativa frente al comunismo", afirmó Popov.

Un liberalismo de aplicación traumática

Por Paola Messana

MOSCU, 14 (AFP). – El líder reformista ruso Boris Yeltsin, flamante presidente electo de la mayor y más rica república de la URSS, postula un liberalismo económico mal definido cuya aplicación será traumática y dará lugar a conflictos con el poder central soviético, según varios observadores.

Liberalización y privatización son los dos conceptos básicos del programa económico de Yeltsin y la autonomía rusa es su objetivo político esencial.

Pero, el paso a la práctica implicará una "terapia de choque" difícilmente compatible con sus promesas electorales a todos los sectores del país, desde los campesinos hasta los militares, y dolorosa para la inmensa mayoría de los 145 millones de rusos.

El líder reformista prometió que "las primeras mejoras del nivel de vida serán patentes a finales de 1992" y, paralelamente al paso a la economía de mercado y a la autonomía política, se comprometió a desarrollar los servicios sociales y aumentar los salarios y jubilaciones. Pero, como señalaba el semanario progresista Noticias de Moscú, "no dijo de dónde sacará el dinero".

Para los próximos meses se espera una oleada de privatizaciones en la industria, según modalidades no precisadas aún. Pero el primer campo de batalla con el poder soviético será, según los analistas, el de la agricultura.

En un país mayoritariamente opuesto a la propiedad privada el Soviet Supremo ruso, presidido por el mismo Yeltsin hasta el último miércoles, adoptó una ley que la autoriza, mientras que el Soviet Supremo de la URSS no parece dispuesto a dar el mismo paso.

El presidente electo siempre incluyó la reforma agraria entre sus objetivos prioritarios, pero sin defender expresamente la "propiedad privada" del suelo.

Por otra parte, sus tesis liberales deben conducir a la apertura de Rusia a los capitales extranjeros y a la creación de "zonas económicas libres" en varias regiones del país: un primer acuerdo en tal sentido se firmó el 7 de este mes en la ciudad de Nijni-Novgorod, 200 km al sudeste de Leningrado.

Según Yeltsin, los problemas de competencia con el poder central serán resueltos en el holgado marco del nuevo Tratado de la Unión, concluido en abril por el presidente soviético, Mikhail Gorbachov, Yeltsin y los presidentes del Soviet Supremo de otras 8 de las 15 repúblicas de la URSS.

Ahora bien, en la práctica será muy difícil deslindar prerrogativas de ambos gobiernos y ambos Parlamentos y el peso de Rusia en el conjunto de la URSS será todavía mayor cuando obtengan la independencia las seis repúblicas separatistas de Estonia, Letonia, Lituania, Moldavia, Georgia y Armenia.

Por último, subsisten fuertes discrepancias entre ambos poderes en cuestiones tan importantes como la jurisdicción –soviética o rusa– de ciertos sectores industriales básicos y la del presupuesto del Estado.

Desde que tuvo asegurada la elección, Yeltsin anunció que tiene listos los primeros ucases (decretos) presidenciales, pero no reveló su contenido.

En espera de que asuma el poder, la agencia oficial TASS escribía hoy que "la presidencia rusa ya es una realidad con la que hay que contar y así lo entendió no solamente el vicepresidente sino también el Kremlin".

Bush condiciona la ayuda a la Unión Soviética

WASHINGTON, 14 (UPI). – El presidente George Bush dijo hoy que la URSS debe presentar un programa de reformas económicas detallado antes de que los EE. UU. o cualquier otro país ofrezca un paquete *multimillonario* de ayuda.

Los reporteros preguntaron a Bush su opinión sobre la invitación al presidente Mikhail Gorbachov para hablar ante el Grupo de los Siete en Londres, luego que concluya su cumbre económica entre el 15 y el 17 de julio.

"Creo que necesitamos un paquete de reformas, pienso que todas las partes reconocen que la mejor forma para ayudar a la URSS es que sea reformada y luego veremos lo que ocurre", respondió.

El presidente dijo que está satisfecho de poder ofrecer a los soviéticos U$S 1500 millones en créditos para la adquisición de cereales.

"Hay otros temas en los que estamos avanzando", añadió, aludiendo aparentemente a los planes de ofrecer la categoría comercial de nación más favorecida, con menores aranceles, a la URSS.

"Sin embargo, en términos de este paquete completo de ayuda -megamillonaria-, pienso que tenemos mucho que discutir en lo que respecta a la reforma, y ellos lo saben, esto no llegó tan de sorpresa para el señor (Yevgeny) Primakov, ni ciertamente para el señor Gorbachov". Primakov encabezó recientemente una delegación soviética en Washington para conversar sobre la ayuda a Moscú.

El presidente elogió las elecciones "libres y justas" del miércoles en la República de Rusia, donde el reformista Boris Yeltsin obtuvo la presidencia, y subrayó que los comicios son un signo de reformas.

"Pienso que esto es bueno para todos en la Unión Soviética, incluyendo para el hombre que inició las reformas, el presidente Gorbachov", afirmó.

OT-01
9107863

Los ortodoxos buscan minimizar su derrota.
LA PRENSA. (1500 26)
91-06-15.
URSS (10175)
Fac. Pol (11164)
Rep S (11555)

Los ortodoxos buscan minimizar su derrota

Moscú (Reuter) – Los diarios conservadores de la Unión Soviética pusieron paños fríos ayer sobre la elección de Boris Yeltsin a la presidencia de la Federación Rusa mientras los cómputos ratificaban el amplio apoyo que el dirigente reformista obtuvo en la gigantesca república.

El diario "Pravda", órgano del partido Comunista que respaldó al rival ortodoxo de Yetsin con una campaña que culminó en un tono de histeria, opinó que la victoria del líder populista se desdibujó ante lo que definió como una mayoría de votos "apenas suficiente".

Por su parte, el "Sovietskaya rossiya", asegura que un gran número de irregularidades empañó los comicios, los primeros a través del sufragio universal en la historia rusa. El periódico acusó la semana pasada a Yeltsin de tener vinculaciones con la mafia.

"Las elecciones que deben ser apuntaladas por una garantía del estado de que la opinión de cualquier ciudadano será tenida en consideración sin distorsiones o ajustes", agregó el periódico, órgano de los sectores ortodoxos del partido Comunista ruso.

Sin embargo, los responsables de verificar el comicio aseveraron a la prensa que no hubo graves violaciones de los procedimientos electorales que puedan conducir a una modificación del resultado final.

El "Rabochaya Tribuna" opinó que la elección de Yeltsin apuntalada por las victorias de sus más estrechos aliados para conducir los gobiernos de las ciudades de Moscú y Leningrado no sirvió para disipar la desilución de los ciudadanos con esos dirigentes.

Los cáusticos comentarios no lograron sin embargo desmentir el enorme apoyo que obtuvieron Yeltsin y su promesa de radicalizados cambios económicos y políticos –inclusive en la zona rural, donde se pensaba que la influencia del comunismo se mantenía más o menos incólume.

Los guarismos

Los cómputos preliminares demostraron que Yeltsin obtuvo alrededor del 60 por ciento de los sufragios en los comicios del miércoles. Su rival más cercano, el ex primer ministro Nikolai Ryzhkov que cuenta con el apoyo del comunismo de viejo cuño cosechó apenas del 10 por ciento.

Tal como se esperaba, Yeltsin consiguió una victoria apabullante en los grandes centros urbanos, contabilizando casi el 72 por ciento en Moscú y el 90 por ciento en su ciudad natal, Sverdlvosk, en los montes Urales. Más del 70 por ciento del electorado concurrió a las urnas en esta enorme república que se extiende a lo largo de 11 husos horarios y tiene 147 millones de habitantes.

El éxito de Yeltsin sobre sus rivales conservadores del comunismo fortalecerán su autoridad en las conversaciones con el presidente Mikhail Gorbachev sobre la trasferencia de poderes del gobierno central a las repúblicas soviéticas.

Los Estados Unidos manifestaron su complacencia por el resultado de la consulta popular, en un implícito reconocimiento internacional que eludió durante mucho tiempo a Yeltsin, el ex jefe del partido Comunista de Moscú que ahora propicia un programa de libertad política y economía de mercado.

El partido Comunista ya había sufrido sendos reveses ante las victorias de los reformistas Gavriil Popov y Anatoly Sobchak que fueron electos para cubrir los recién creados cargos de alcaldes de Moscú y Leningrado. Desde que accedieron a la jefatura del gobierno comunal, ambos fueron acusados por el comunismo ortodoxo de provocar una caída en el nivel de vida de sus conciudadanos.

Sin embargo, la derrota más espectacular se produjo en Leningrado, donde en el marco de un plebiscito simultáneo con la elección general los residentes resolvieron devolver a la ciudad su antigua denominación de San Petersburgo.

VR.
VR.

01-01

9107864

9107865

Pedido de ayuda soviético.

clarín (15/6/91)

16/6/91

URSS (10175)

Foc. Ex (11161)

Fcc. Pd (11164)

Pedido de ayuda soviético

CUANDO Mijail Gorbachov llegó al poder en la Unión Soviética, hace seis años, la economía de su país se encontraba en el estancamiento y perdía posiciones ostensiblemente frente a las más avanzadas del mundo occidental, también con problemas pero embarcadas en un acelerado proceso de reconversión industrial y progreso técnico. El sueño khrusheviano de alcanzar y sobrepasar a los Estados Unidos se alejaba ostensiblemente.

El nuevo gobierno formuló un programa de cambios graduales destinados a dinamizar la economía eliminando algunas trabas burocráticas, dando más lugar a la iniciativa individual y aumentando los vínculos con Occidente, siguiendo el camino ya emprendido por otras economías del bloque socialista. Sin embargo, los planes de cambio gradual y controlado fueron desarticulados por los acontecimientos.

La liberalización política permitió la manifestación, en algunos casos explosiva, de tensiones acumuladas por mucho tiempo que, entre otros fenómenos, contribuyeron a la desorganización de la economía. La exacerbación del autonomismo y el aflojamiento del control sobre las unidades económicas incluidas en la planificación condujeron a caídas en la producción y el desabastecimiento.

En esos años las diferentes fracciones del partido gobernante y las autoridades de las naciones se sumieron en una interminable disputa sobre las características y el ritmo que deberían tener los cambios y acerca de quién debe cargar con la responsabilidad de la crisis actual. Gorbachov, buscando el camino de la negociación y el arbitrio entre las fuerzas en pugna, es cuestionado por conservadores y por ultrarreformistas y en ocasiones se ha temido por su continuidad en el cargo.

La crisis económica se ha convertido, a su vez, en un acicate para el descontento de trabajadores y nacionalidades, provocando huelgas interminables en sectores clave, como el minero, y estimulando las tendencias secesionistas.

El gobierno se encuentra entonces ante un dilema de hierro: necesita hacer una reforma que reordene y dinamice la economía, pero los costos de esa reforma son enormes.

Ante este cuadro, el gobierno soviético ha puesto énfasis en sus gestiones en Occidente, en busca de recursos para financiar su reforma, y ha llegado a comprometerse ante organismos internacionales a realizar modificaciones estructurales de importancia a cambio de asistencia crediticia.

A mediados de mayo Mijail Gorbachov envió una carta al Grupo de los 7, formado por los siete mayores países industriales de Occidente, por la cual acepta la participación directa del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional en la formulación de la política económica soviética. Días después, uno de los principales asesores del presidente soviético presentó en la Universidad de Harvard un plan de reformas que incluye privatizaciones, liberalización de precios y apertura al exterior. Mijail Gorbachov ha solicitado también asistir a la reunión del G-7 en julio para solicitar formalmente una ayuda a los países industrializados de Occidente.

Los gobernantes de estos países han discutido intensamente qué posición tomar ante las solicitudes soviéticas. En los últimos días el presidente George Bush afirmó que no tiene objeciones a que el mandatario soviético asista a la cumbre económica, pero el secretario de Estado, James Baker, se manifestó renuente a proporcionar una ayuda sustantiva a la URSS y condicionó cualquier aporte a la profundización de las reformas. Los países europeos, más preocupados por las repercusiones económicas y sociales de la crisis soviética, adoptaron una postura más benevolente y el Japón objeta la participación soviética en el G-7 en virtud de la disputa territorial que mantiene con el país.

El pedido de un crédito condicionado a Occidente por parte de la URSS era una situación impensable hasta hace muy poco y marca la urgencia de las autoridades por encontrar paliativos a su crisis.

La evolución futura de la economía y la situación social soviéticas son difíciles de estimar y, en general, cabe esperar que la cooperación internacional permita evitar un colapso de consecuencias imprevisibles para la URSS y el resto del mundo.

Pero también debe observarse con preocupación la posibilidad de que la demanda soviética de fondos acentúe la corriente de financiamiento y de inversiones hacia el Este europeo, lo que ya obra en detrimento de los países subdesarrollados.

En este sentido, la realidad soviética puede convertirse en un nuevo factor adverso para los países menores, en el ya difícil escenario económico internacional.

VR
VR

01-01

9107865

Yeltsin dijo que pronto habrá elecciones en
LA NACION. (150025) la U.R.S.S.
91-06-16.
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Soc. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)

Yeltsin dijo que pronto habrá elecciones en la URSS

MOSCU, 15 (AP).- Con planes para un gobierno reformista, el presidente electo, Boris Yeltsin, se ha comprometido a realizar cambios sostenidos en la gigantesca república, y afirmó que las elecciones para la presidencia soviética se producirán pronto.

Pero Yeltsin, el primer presidente ruso elegido popularmente, anunció que no habrá mejoras considerables en la economía antes de fines del año próximo.

"Tendremos que ser pacientes durante todo este tiempo", dijo Yeltsin en su primer comentario público desde su elección.

"La victoria ha sido muy convincente –señaló–. Estoy satisfecho, pero preocupado sobre las responsabilidades que dependerán de mí para el destino de Rusia y el renacimiento de Rusia", añadió.

Yeltsin indicó que el presidente soviético, Mikhail Gorbachov, le telefoneó hoy para felicitarlo por su elección. Los dos hombres, que fueron rivales en torno del ritmo de las reformas a nivel de la Unión Soviética, han acallado sus posiciones después que el mandatario soviético aceptó hacer concesiones, entre ellas la transferencia del control de las minas de carbón a Rusia.

Pero ayer, Yeltsin expresó escepticismo, sobre la forma en que Gorbachov maneja la reforma económica; agregó que el titular del Kremlin "no siempre era duro para imponer estas reformas. Hay algunos movimientos de izquierda y de derecha de su parte".

Yeltsin añadió que pensaba que habrá elecciones directas para la presidencia soviética después que se adopte una nueva Constitución.

Georgia es la única república con un presidente elegido por el voto popular.

Anatoly Lukyanov, presidente del Soviet Supremo, negó en una conferencia en Londres que la victoria de Yeltsin constituía un rechazo ya sea por el Partido Comunista soviético, o por el sistema comunista mismo.

"El concepto de perestroika es la reconstrucción de la sociedad que ha hecho una elección socialista", dijo Lukyanov, muy allegado a Gorbachov.

Se conocieron, por otra parte, los resultados definitivos y oficiales de 67 de los 88 distritos electorales de Rusia que comprenden el 75,1 por ciento de los ciudadanos (105 millones). Yeltsin obtuvo el 57,48 por ciento y Nikolai Ryzhkov, su principal contrincante logró sólo el 17,43 por ciento.

Los demás candidatos obtuvieron: Vladimir Zhirinovski, 7,85 por ciento; Aman Tuleev, 6,12; Albert Makashov, 3,6 y Vadim Bakatin, 3,52 por ciento. El 22 se conocerán los resultados completos.

Decisión de Gorbachov

MOSCU, 15 (AFP).- El presidente soviético, Mikhail Gorbachov, afirmó su intención de mantener la cooperación con Boris Yeltsin reconociendo su elección como presidente de Federación Rusa, aunque señalando que había estado lejos de conseguir el sufragio de todos los electores.

También subrayó que por estimar que la "armonía" era indispensable en el momento actual, decidió continuar con la cooperación. Tras ello, agregó que las recientes elecciones en la Federación Rusa constituyeron "una señal, pues mostraron que la gente quiere ir hacia un acuerdo para salir de la crisis y llegar, progresivamente, a una vida normal".

01-01

9107866

Proceso de Privatización de la Propiedad.
El PAIS (10007)
17-06-91
U.R.S.S (10175)
Fac. Económico (11161)
Pol. Económico (11392)

Fin al Principal Tabú del Comunismo

MOSCU, 16 (EFE).— La decisión del presidente soviético Mijail Gorbachov, de impulsar un amplio proceso de privatización de la propiedad pone fin al principal tabú del comunismo y podría marcar el comienzo del desmantelamiento del ineficaz sistema económico de la URSS.

Después de varios intentos frustrados de revitalizar el decadente sistema de la economía basada en la "propiedad social" y cuya principal palanca era la planificación central, Gorbachov promovió el año pasado un plan económico de paso a la economía de mercado que fue aprobado por el Parlamento soviético.

Sin embargo, dicho programa no despeja uno de los puntos neurálgicos de la reforma económica: la privatización de la omnipresente propiedad estatal.

Pese a insistir de manera reiterada en que todas las reformas se llevan a cabo en el marco de "la opción socialista hecha por el pueblo en 1917", Gorbachov se ha inclinado, tras prolongadas vacilaciones, por emprender un proceso que, en opinión de los observadores, acabará con los rasgos clásicos del sistema comunista.

En una entrevista difundida el sábado por la televisión central soviética, el presidente de la URSS afirmó que se logró "un gran avance" en la conferencia sobre la desestabilización y privatización de la propiedad, celebrada el mismo día en el Kremlin, y en la que participaron economistas y representantes de gobierno de las repúblicas.

"Es imposible cambiar el mecanismo económico ineficaz sin reformar las relaciones de propiedad", dijo Gorbachov, que se pronunció por la sustitución de la "propiedad estatal total" por "nuevas formas", así como por la creación de una "economía mixta".

Al mismo tiempo, remarcó que para las reformas tengan éxito se requiere la concordia entre "las repúblicas y un ejecutivo central eficaz".

En la reunión se acordó la creación de un grupo de trabajo, integrado por representantes de las repúblicas, del Gobierno y el Parlamento de la URSS, para elaborar un programa concreto de privatización de la propiedad.

Por otra parte, ya se encuentran en los parlamentos de la URSS y de la Federación Rusa los respectivos proyectos de ley de privatización, a cuyo debate deberán abocarse próximamente ambas cámaras.

La conferencia sobre la privatización de la propiedad se celebró a poco más de un mes del viaje de Gorbachov a Londres, donde el "número uno" del Kremlin se reunirá con los dirigentes de los siete países más industrializados (G-7), para, como él mismo ha señalado, "hallar formas de colaboración más concretas" entre la URSS y el G-7.

V.R.
V.R.

01-01

9107867

Gorbachov y Yeltsin estudian "Plan de Rescate" para la economía soviética.
EL PAIS. (150807)
91-06-17.
U.K.S.S. (10175)
Foe. Ec (11161)
Pol. Ec. (11392)

Acercados por la Crisis Económica

GORBACHOV Y YELTSIN EN EL PLAN RESCATE

MOSCU, 16 (ANSA). — Coyunturalmente acercados por la más severa crisis económica desde la última Guerra Mundial, los presidentes soviético Mijail Gorbachov y de la Federación Rusa Boris Yeltsin estudiaron hoy el "Plan de Rescate", ideado por norteamericanos y soviéticos para librar al país de la debacle, sin olvidar sus propios objetivos ni su enconada rivalidad.

El plan, que preparó un equipo dirigido por el estadounidense Jeffrey Sachs y el soviético Grigory Yavlinsky, prevé préstamos de 30.000 millones de dólares anuales durante 5 años, orientados principalmente al desarrollo de las nacientes empresas privadas y las repúblicas dentro de la nueva economía del país.

El dinero será aportado, por mitades, por el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM) y el Banco Europeo de Reconstrucción y Desarrollo (BERD) por un lado, y miembros del "Grupo de los 24" países más industrializados por el otro.

La Unión Soviética dedicará sólo una pequeña parte de este aliud monetario a recomponer la estructura financiera centralista del país, y dedicará la mayor parte a estimular iniciativas privadas y desarrollar las repúblicas federadas.

Los dirigentes más importantes de la Unión Soviética de estos días se enfrascaron en el plan pensando en citas clave que cada uno tendrá pronto con Occidente: Yeltsin en Washington el jueves 20, con el presidente norteamericano George Bush, Gorbachov en Londres en julio próximo, con los líderes del "Grupo de los 7" países más industrializados del mundo (Estados Unidos, Alemania, Gran Bretaña, Francia, Italia, Canadá y Japón).

Yeltsin intentará lograr de la administracióan norteamericana una relación más estrecha con la Federación Rusa (RSFSR) y sus 150 millones de habitantes, esparcidos sobre un territorio que abarca casi el doble de la superficie de Estados Unidos.

Gorbachov buscará en Londres el imprescindible apoyo económico de Occidente, que seguramente le demandará ratificar su compromiso de que el Soviet Supremo convocará a elecciones libres en toda la Unión Soviética el próximo año, y cumpla así el pacto firmado con Yeltsin.

El líder ruso explicará su programa de radicales reformas políticas a los principales factores de poder de Estados Unidos y hablará como "garante" de la voluntad de los rusos de lograr estabilidad en la convulsionada Unión Soviética y de no agudizar las tensiones entre el gobierno central y los de las repúblicas.

El canciller ruso Andrei Kozyrev aclaró hoy que "la visita de Yeltsin a Estados Unidos no es para competir con el Presidente soviético y su política exterior, colaborar en la consolidación de las relaciones" bilaterales, en un evidente esfuerzo por bajar el perfil del enfrentamiento entre ambos y desechar interpretaciones sobre un "desafío" de su jefe a la imagen internacional de Gorbachov.

"Estados Unidos —dijo Yeltsin— es la más fuerte e importante potencia del mundo", con la cual "Rusia debe dialogar y mantener relaciones económicas y culturales".

Pero si el apoyo económico y financiero de Occidente es de importancia capital para el éxito de las reformas que Gorbachov piensa aplicar en la Unión Soviética, tanto, o más aún, lo es para la Rusia de Yeltsin, rica en materias primas y recursos naturales y firmemente decidida a abrirse hacia el mercado libre y las inversiones extranjeras.

Occidente, al parecer decidido a colaborar con la Unión Soviética de Gorbachov difícilmente deje pasar la oportunidad que le ofrecerá la cumbre de Londres para ayudar al "padre de la perestroika" a resolver la crisis económica de la URSS.

El año último en Houston, "los Siete" perdieron una buena ocasión de ayudarlo y la cita de Londres es un hito decisivo para poner remedio a aquella indecisión. El propio. Sachs advirtió recientemente en Nueva York: "Ayudando a la Unión Soviética, Occidente no pierde nada o casi nada. Por el contrario, gana, y gana mucho".

01-01

ENTRADA V.R.
VR

9107868

Ofensiva conservadora en U.R.S.S.
LA MAÑANA (150015)
91-05-18
U.R.S.S. (10175)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Pavlov pide poderes especiales para Gabinete

Ofensiva conservadora en URSS

Culpan a Gorbachov del descalabro del sistema socialista

Tras la aplastante derrota sufrida en las elecciones presidenciales de Rusia, los sectores conservadores comienzan a enseñar las garras y contran sus ataques en el Presidente soviético, Mijail Gorbachov, a quien culpan del descalabro del sistema socialista.

MOSCU. - A juzgar por los debates parlamentarios de la mañana de ayer sobre la situación que vive la URSS, la estrategia de los conservadores, mayoritarios en la Cámara, es hacer chocar a Gorbachov con el Parlamento y el Jefe del Gobierno soviético, Valentin Pavlov.

El propio Primer Ministro hizo alusión ayer a sus diferencias con el "número uno" del Kremlin, y nada menos que en relación a la colaboración de la URSS con Occidente.

Mientras Gorbachov insiste en la necesidad de "hallar nuevas formas concretas" de colaboración con los siete países más industrializados del mundo (G-7) y logra ser invitado a Londres para exponer las necesidades del país, su Primer Ministro muestra "escepticismo" respecto a la ayuda occidental.

Gorbachov califica de "positivo" el plan de integración de la Unión Soviética a la economía mundial elaborado por el economista radical ruso Grigori Yavlinski' y especialistas de la Universidad de Harvard (EE.UU.), al tiempo que Pavlov afirma en el Parlamento que "los señores de Harvard desconocen la realidad de la URSS" y, por tanto, no se puede tener un programa común.

Primer Ministro pide poderes adicionales

Por si esto fuera poco, Pavlov dijo ayer que, "en condiciones de crisis, el Gobierno debe tener la posibilidad de actuar sin demora para solucionar los problemas urgentes sin la conformidad del Presidente, del Parlamento, de los poderes locales e, incluso, de las empresas", en una demanda abierta de poderes adicionales para el Gabinete.

Pavlov indicó que estos poderes son especialmente necesarios para garantizar la cosecha, la preparación del programa económico, la normalización de las finanzas y la lucha contra la inflación.

Además, solicitó que se le concedan derechos de iniciativa legislativa, que la ley soviética no da al Gobierno, y la adopción de "decisiones provisionales en la dirección de la economía", que ahora no son competencia del Ejecutivo, sino del Presidente soviético.

A cambio, prometió que en tales casos "informará sin demora al Presidente o al Parlamento".

Pavlov abogó por unificar el banco estatal y el sistema fiscal y supeditarlos "al Presidente o al Primer Ministro".

En la sesión, marcada por los duros ataques contra Gorbachov y su política lanzados por los sectores conservadores, dominantes en el actual Legislativo, la mayoría de los oradores se mostró a favor de conceder a Pavlov los poderes que pide.

El desplazamiento del centro de poder del Kremlin a Novo-Ogoriovo, casa de campo que se ha convertido en cuartel general de los "Nueve más uno" (las nueve repúblicas que firmarán el Tratado de la Unión y Gorbachov) es, a ojos vista, el factor más irritante para los conservadores, poco acostumbrados a compartir el poder.

Ataque sin precedentes

El Presidente de la Comisión de Finanzas y Presupuesto de la Cámara, Nikolai Kucherenko, lanzó ayer un ataque sin precedentes al Consejo de la Federación, organismo creado por Gorbachov y que reúne, formalmente, a los máximos dirigentes de las quince repúblicas soviéticas.

"Tenemos que exigir al Consejo de la Federación que ponga fin al caos económico que él mismo creó y, para ello, no es necesario esperar hasta la firma del Tratado de la Unión", indicó Kucherenko.

El Coronel y dirigente del grupo unionista ultraconservador Soyuz, Victor Alksnis, consideró "anticonstitucional" ese documento, ya que, aseguró, cont resultados del referéndum sobre la preservacion de la integridad de la URSS.

Alksnis se refería a que el tratado define a la URSS como un estado federado de repúblicas soviéticas soberanas, omite el calificativo "socialista" en la denominación oficial del país y permite la voluntad de su firma.

"La política de estos últimos seis años ha terminado en un fracaso total", subrayó el militar y agregó: "No se puede seguir culpando de la crisis que vive el país a las represiones de Stalin, al voluntarismo de Jruschov o al inmovilismo de Brezhnev: los responsables de la situación actual tienen nombres y apellidos".

También hizo un llamamiento a los parlamentarios a asumir una "posición propia" y a respaldar al Gabinete de Ministros de Pavlov, en aras de los intereses supremos de la URSS.

Gorbachov se ve enfrentado ahora a la curiosa alianza del Parlamento y el Gobierno federales, dos estructuras extremadamente burocratizadas y que están condenadas a muerte por la reforma del sistema político soviético, prevista en el proyecto del Tratado de la Unión.

● Este documento establece que en un plazo de seis meses, tras la aprobación de la nueva Constitución, se convocará a elecciones generales, tanto legislativas como presidenciales.

La abrumadora victoria del líder radical Boris Yeltsin en los primeros comicios presidenciales directos en la historia de Rusia ha incrementado el nerviosismo de los conservadores, que, por primera vez desde el inicio de las reformas, sienten cómo el poder se les escapa de las manos. ■

V.B
V.B.

01-01

9107869

Críticas a la ayuda económica para la U.R.S.S.
DA MAÑANA (15001S)
91-06-18.
U.R.S.S. (10175)
Fac. Ge. (11161)
Rel. Int. (11399)

URSS: crítica a ayuda

D-1

EL plan de ayuda occidental masiva a la URSS, que según algunas fuentes requeriría inyecciones económicas de entre 20.000 y 35.000 millones de dólares a lo largo de cinco años, está suscitando fuertes críticas, sobre todo en círculos conservadores estadounidenses.

El plan, elaborado por un equipo de economistas de ambos países, fue discutido ya en Moscú por el experto soviético Grigory Yavlinsky con el Presidente Mijaíl Gorbachov y el presidente de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, está previsto que sea presentado en Washington al Presidente estadounidense, George Bush.

Algunos expertos, como Frank Gaffney, ex funcionario del Pentágono durante la presidencia de Ronald Reagan, se preguntan por qué Occidente se empeña en ayudar al Gobierno central soviético, que sigue apoyando a la Cuba de Fidel Castro y apuntando con sus misiles a Estados Unidos.

Las críticas no se limitan, sin embargo, a derechistas como Gaffney, que silencia el hecho de que también EEUU tiene armas nucleares apuntando a la URSS, sino que algunos legisladores demócratas y liberales, como el Senador Bill Bradley, comparten algunas de las inquietudes de los conservadores. ■

V.R.
V.3.

01-01

91 07870

Baker llama a dar ayuda a la URSS y a Europa Oriental -
CLARIN (150024)
19-08-91
URSS. (10145)
Europa Oriental (11169)
Fac. Económico (11161)
Relaciones Int (11358)

Baker llama a dar ayuda a la URSS y Europa oriental

BERLIN, 18 (Reuter). — El secretario de Estado norteamericano **James Baker** invitó a los países occidentales **a brindar asistencia a Europa Oriental y a la Unión Soviética antes que las tensiones étnicas amenacen la estabilidad.**

En un discurso político que pronunció en la víspera de una importante conferencia de los ministros de Relaciones Exteriores de Oriente y Occidente, **Baker** también delineó algunos de los incentivos que está considerando Washington para alentar reformas económicas más radicalizadas en la Unión Soviética.

El funcionario mencionó una **"asociación especial"** de la **Unión Soviética con el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, distribución de alimentos y proyectos energéticos así como asistencia para la reconversión de obsoletas industrias militares al uso civil.**

Ante el derrumbe del comunismo las presiones étnicas han resurgido como una fuerza poderosa en Europa, que amenaza con generar nuevas divisiones entre los países y dentro de Estados multinacionales, como Yugoslavia y la Unión Soviética, dijo **Baker.**

"Esas fuerzas proyectan sombras sobre las nuevas democracias", agregó. **"Debemos ofrecer una inspiración, inclusive un objetivo, a esos pueblos que están redescubriendo nuevos valores sobre los cuales puedan construir sociedades pluralistas, democráticas y con mercado libre".**

Un encumbrado colaborador de **Baker**, que dialogó con los periodistas antes del discurso del secretario de Estado, mencionó una carrera contra el tiempo para crear estructuras de integración entre Este y Oeste para desactivar la tendencia hacia la desintegración en Europa del Este.

El secretario de Estado sugirió que los vínculos económicos, políticos y de seguridad que unen y enriquecen a los Estados Unidos, Canadá y Europa Occidental, podrían hacerse extensivos a la Unión Soviética.

Entre esos lazos se cuentan la OTAN, la Comunidad Europea (CE) y la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE), cuyos ministros de Relaciones Exteriores se reunirán hoy y mañana.

VR.

01-01

9107871-

Yeltsin inició su giro por los Estados Unidos -
CLARIN (150004)
19-06-91
U.R.S.S. (10175)
Foc. Pol (11164)
Relac. Int (11399)
EE.UU (65890)

Yeltsin inició su gira por Estados Unidos

WASHINGTON, 18 (Reuter, EFE, AP, AFP y **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — El presidente electo de **Rusia, Boris Yeltsin**, llegó hoy a los **Estados Unidos** para iniciar, por invitación del Congreso norteamericano, una visita de cuatro días que incluirá una entrevista con el presidente **George Bush** pasado mañana jueves.

La Casa Blanca intentará ofrecerle la más cordial bienvenida, pero evitando que cualquier gesto pueda interpretarse como un desaire para el presidente soviético **Mijail Gorbachov**. De hecho, Yeltsin, quien llegó en un avión de Aeroflot a la **Base Andrews**, cercana a Washington, fue recibido como **presidente del Parlamento ruso**, un detalle que permitirá al gobierno norteamericano deslindar claramente los niveles entre el visitante y Gorbachov. Yeltsin asumirá la presidencia de la **Federación Rusa** el próximo 20 de julio.

Fuentes allegadas al reformista radical anticiparon que le dirá a Bush que solo un cambio drástico puede fomentar una estabilidad duradera en la URSS. A su llegada y contra lo que esperaba la prensa, Yeltsin evitó decir nada que pudiera transformar su visita en el viaje de "un presidente paralelo". Al contrario, dijo: **"Deseamos desarrollar contactos con líderes políticos y de negocios y establecer lazos directos ruso-estadounidenses, en el marco de las relaciones entre los Estados Unidos y la Unión Soviética"**.

Antes de partir de **Moscú** el líder ruso declaró que informaría a Bush de la cambiante situación en su país y que le recomendaría que no ponga todas sus esperanzas en un solo hombre, en referencia a Gorbachov. Según la agencia Tass, Yeltsin sostuvo que **"el presidente Bush debe tener un panorama realista de lo que ocurre en la URSS. Rusia se está independizando inclusive en política exterior"**.

Yeltsin se entrevistará también con el vicepresidente **Dan Quayle**, con el secretario de Comercio, **Robert Mosbacher**, y con el jefe del Pentágono, **Richard Cheney**, ya que el 70 por ciento de las tropas soviéticas están destacadas en territorio ruso.

Antes de viajar, el triunfante en las recientes elecciones en la mayor de las repúblicas soviéticas estuvo reunido con el presidente Gorbachov, a quien comentó los objetivos de su viaje.

El **Kremlin** no dejó pasar la ocasión de comentar el viaje afirmando que **"no hay competencia"** entre un presidente y otro y que la visita de Yeltsin era **"un hecho positivo por cuanto los contactos de las repúblicas con socios extranjeros resulta un proceso útil"**.

El año pasado Yeltsin visitó los EE.UU. y recibió un trato distante, al punto que Bush lo saludó "presentándose" a una reunión que el visitante mantenía con un funcionario de segundo rango. En aquella ocasión, el diario **Pravda** acusó a Yeltsin de malgastar dinero en emborracharse durante su recorrida por el país. Más tarde, el medio oficial soviético se retractó al admitir que no había pruebas de ello.

V.R.
VR

01-01

9107872

Yeltsin Presidente de la Federacion Rusa

CLARIN (600221)
19/6/91
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Fac. Pol (11164)

Yeltsin presidente

BORIS Yeltsin se impuso inequívocamente como primer presidente elegido por sufragio universal directo en la historia de Rusia. Ello quiere decir que lo acompaña la voluntad mayoritaria de sus conciudadanos en pos de objetivos compartidos. Algunos de ellos son básicos para la evolución futura de la segunda superpotencia mundial, la Unión Soviética, y entre ellos, precisamente, es donde existen coincidencias indudables con la "perestroika" emprendida por Mijail Gorbachov en el último lustro.

No debe considerarse así el triunfo de Yeltsin como una derrota del presidente soviético, a pesar de las diferencias que mantienen y de que este último haya apoyado oficiosamente a otro candidato. La primera de las quince repúblicas de la URSS, por territorio, población y potencial económico, es también el núcleo formador de la vasta conjunción de pueblos que forman el Estado heredado de los zares y convertido en escenario de la primera experiencia socialista del mundo.

Tal conjunción se había logrado por la fuerza en la época imperial y en gran medida fue continuada por la fuerza, en desmedro de las aspiraciones nacionales de muchos de los protagonistas. Esto ha hecho ahora eclosión, al amparo de la nueva política de apertura y reformas, y no solo han optado por asumir su soberanía y pretender diferentes grados de autonomía y aun de independencia las repúblicas menores.

Con la conducción de Yeltsin, un dirigente comunista pasado con armas y bagajes al campo de la reforma más extrema, Rusia, corazón del imperio, antepuso también su perfil nacional. La puja puede parecer total entre Gorbachov y Yeltsin, pero ambos están cumpliendo, en definitiva, papeles posibles y necesarios en la perspectiva del cambio.

Gorbachov representa a los dirigentes que desde el núcleo central del poder soviético comprendieron en la última década, tras el deceso de Brezhnev y sus efímeros sucesores, que el inmovilismo era imposible y los meros cambios de fachada insuficientes. El coloso estaba enfermo y exigía intervenciones drásticas. No solamente su economía estaba estancada o retrocedía, quitándole sustento al sector que por tiempo pareció a la par o aún en ventaja con Occidente, el militar. También se extendía el descontento de la población con modalidades tal vez más corrosivas que la protesta abierta. La apatía y la indiferencia se habían instalado como corrosivos de alto poder en todos los engranajes sociales de la superpotencia.

Para evitar el colapso se imponían las innovaciones a fondo. Desde el centro del poder, como dijimos, Gorbachov inició un camino orientado a resolver los dilemas más agudos, preservando las estructuras fundamentales del sistema instaurado en 1917 por los revolucionarios bolcheviques. Una vez comenzados los cambios, se comprobó que tales estructuras se veían seriamente afectadas y que nadie podía apostar a su supervivencia.

Yeltsin pertenece a los que, conscientes de esa situación, optaron por ponerse del otro lado de la barrera, sin demasiadas explicaciones doctrinarias. Si la realidad demostraba que el sistema llamado "comunismo", sea lo que fuere en la práctica, era insostenible, había que dejar de ser comunista y ponerse al frente de quienes reclamaban cambios más radicales. Así se reciclaron gran cantidad de dirigentes medios y cuadros partidarios, aportando su experiencia de conducción o de administración para una nueva política alternativa.

Ellos constituían una incógnita interna y externa, pues era arriesgado determinar su grado de representatividad, coherencia y eficiencia. Los resortes fundamentales del viejo Estado continuaban, por otra parte, en los sectores del aparato que optaron por las reformas y aun en quienes se resistían a aplicarlas en profundidad. Mijail Gorbachov era y es, todavía, la necesaria mediación entre lo nuevo y lo viejo, porque representa una continuidad aceptable para quienes controlan las armas y los organismos de seguridad del Estado.

Era, también, y en gran parte por esas mismas razones, el interlocutor válido para Occidente. Yeltsin tuvo que pasar por las ordalías de la elección directa para convertirse realmente en otro interlocutor aceptable y creíble. Por ello será recibido ahora por el presidente de los Estados Unidos, mientras Gorbachov se prepara a ser huésped del Grupo de los Siete.

Cada uno tiene un papel asignado en esta etapa de los cambios internos en la URSS y en la trama del nuevo tejido internacional. Ahora Yeltsin se suma con credenciales claras al diálogo con los dirigentes occidentales, en nombre de la Federación Rusa, con casi 150 millones de habitantes. Gorbachov, que representa a los 290 millones de soviéticos, deberá pasar en no más de dos años por la prueba decisiva de los comicios directos.

Mientras tanto se propone renovar el tratado de la Unión, con seis repúblicas que ya han proclamado su soberanía y reclaman la separación. Rusia, con Yeltsin a su frente, no adoptará esa última vía. Por el contrario, negociará con el gobierno central soviético los alcances y modalidades de la reforma que unos y otros propician, en el marco de la nueva distensión y, por ende, en diálogo con Occidente.

VR 01-01 9107873

Visita de YELTSIN a WASHINGTON.
EL PAIS (150004)
20/6/91
CIRSS (10175)
Fac Pol (11164)
EE.UU (65890)
Relac. Int. (11399)

EL PAIS — Jueves 20 de Junio de 1991

Caluroso Recibimiento en EE.UU.

YELTSIN PROMETIO EN WASHINGTON QUE NO ABANDONARA LA DEMOCRACIA Y CAPITALISMO

WASHINGTON, 19 (EFe).— El presidente de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, prometió hoy miércoles en Washington que su república no se apartará del camino de la democracia y la economía de mercado.

En un almuerzo ofrecido en su honor por el Congreso de Estados Unidos, Yeltsin dijo que su elección la pasada semana es una demostración de que el pueblo ruso desea la democracia y un sistema económico capitalista.

Las elecciones "demuestran que el pueblo de Rusia está listo para la democracia, que está listo para la reforma. Se ha decantado en favor de la economía de mercado", aseguró.

"Rusia no abandonará el camino que ha escogido", aseveró Yeltsin, que se encuentra de visita en EE.UU. para promocionar las reformas actualmente en curso en su república y la apertura de sus mercados en las inversiones extranjeras.

Sus anfitriones del Congreso le recibieron calurosamente y calificaron su elección como un hecho histórico, además de prometer ayuda limitada a la reforma de la economía rusa.

"Estados Unidos puede ofrecer estímulos y ayuda limitada", afirmó el líder de la mayoría demócrata en el Senado, George Mitchell.

Yeltsin, que recibió en el Congreso una acogida similar a la ofrecida en otras ocasiones a los jefes de Estado, visitó hoy varios de los principales monumentos de Washington.

En las escaleras del monumento al presidente Abraham Lincoln fue aclamado por la multitud y firmó autógrafos a varios turistas.

En su primera reunión en el Congreso, celebrada hoy, demócratas y republicanos le aseguraron que desean establecer más contactos directos con las repúblicas soviéticas en lugar de con el Gobierno del presidente de la URSS, Mijail Gorbachov, a lo que Yeltsin respondió que él también busca ese estrechamiento de relaciones.

El líder de la minoría republicana en el Senado, Robert Dole, le pidió a Yeltsin que deje claro al presidente norteamericano, George Bush, con quien se entrevista mañana jueves en la Casa Blanca, la intención de los legisladores de mantener contactos directos con las repúblicas, a lo que el líder populista ruso respondió: "A eso precisamente he venido aquí".

Yeltsin confía en convencer tanto al Gobierno como al Congreso y a los dirigentes empresariales norteamericanos de que la República rusa que preside ha emprendido un camino sin retorno hacia la democracia, la libertad de mercado y la apertura a las inversiones extranjeras.

El martes último Yeltsin confesó a la cadena de televisión norteamericana ABC que no simpatiza demasiado con Gorbachov, aunque destacó que "hay algunas cosas de él que me gustan".

El líder ruso criticó la que calificó de "inconsistencia" de Gorbachov, que a diferencia de él, no ha sido elegido por sufragio directo.

"Es inconsistente... puede cambiar de decisión cuando está presionado por otras fuerzas. Y eso no es bueno", manifestó el presidente de Rusia.

Sin embargo, en una recepción que se celebró el martes en la embajada de la URSS, Yeltsin elogio a Gorbachov al señalar que si el pueblo de Rusia le pudo elegir directamente, era sobre todo gracias al movimiento pro democracia (perestroika) lanzado por el Presidente soviético en 1985.

"Gorbachov no me Agrada Porque es Inconsistente y Vacilante"

WASHINGTON, 19 (AP).— Boris Yeltsin, en su primera visita a Estados Unidos desde que fue elegido Presidente de la República de Rusia, afirmó que no le agrada mucho el presidente soviético Mijail Gorbachov por que el jerarca del Kremlin es inconsistente y cede ante las presiones.

Las críticas de Yeltsin contra su [illegible] estado y rival político [illegible] lugar horas después de que [illegible]alizara ayer a Gorbachov [illegible] hacer posible su victoria [illegible] las primeras elecciones [illegible]gnolales democráticas [illegible]usia.

"En gran [illegible] no me agrada, afirmó Yeltsin en una entrevista dada al periodista Ted Koppel de la cadena de televisión ABC, es inconsistente, tiene fortaleza durante algún tiempo, y luego presionado por otras fuerzas, puede cambiar de decisión, eso no es bueno.

Yeltsin, que habló por medio de un intérprete, criticó a Gorbachov por sus decisiones a medias, cambios de posición, por ir primero a la derecha, y luego a la izquierda, quizás sean éstas las principales cualidades suyas que no me gustan.

Sin embargo, tras ser advertido que la continuada represión militar en el Báltico y el abandono de las reformas que inició darán pié a exigencias de que dimita, Gorbachov se volvió a aliar recientemente con los reformistas, dijo Yeltsin.

Desde entonces, diría que nuestras relaciones son equilibradas... pragmáticas, dijo el político ruso, no hay en esto ninguna animosidad personal.

Gorbachov encumbró a Yeltsin a los rangos más elevados del Partido Comunista soviético y luego lo despidió hace tres años tras lamentar el político ruso que el mandatario soviético avanzaba con mucha lentitud por el sendero de la reforma.

El primer mensaje al iniciar su visita de cuatro días por Estados Unidos fue declarar que Rusia está abierta a la inversión y a los tratos comerciales con Occidente.

No hemos venido con un sombrero en la mano, afirmó Yeltsin, vinimos para asegurarles que trabajemos para lograr un futuro mejor, que construiremos con nuestras propias manos.

01-01

9107874

Yeltsin promete profundizar la economía de mercado.
LA PRENSA. (150026)
91-06-20.
U.R.S.S. (10115)
Fac. Pol. (11164)
Fac. Ec. (11167)
Pol Ec. (11392)

Yeltsin promete profundizar la economía de mercado

Wáshington (EFE) – El presidente de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, prometió ayer en Wáshington que su república profundizaría el camino de la democracia y la economía de mercado.

En un almuerzo ofrecido en su honor por el Congreso de Estados Unidos, Yeltsin afirmó que su elección la pasada semana es una demostración de que el pueblo ruso desea la democracia y un sistema económico capitalista.

Las elecciones "demuestran que el pueblo de Rusia está listo para la democracia, que está listo para la reforma. Se ha decantado en favor de la economía de mercado", aseguró.

"Rusia no abandonará el camino que ha escogido", aseveró Yeltsin, que se encuentra de visita en EE.UU. para promocionar las reformas actualmente en curso en su república y la apertura de sus mercados a las inversiones extranjeras.

Sus anfitriones del Congreso le recibieron calurosamente y calificaron su elección como un hecho histórico, además de prometer ayuda, pero limitada, a la reforma de la economía rusa.

"Estados Unidos puede ofrecer estímulos y ayuda limitada", afirmó el líder de la mayoría demócrata en el Senado George Mitchell.

Yeltsin, que recibió en el Congreso una acogida similar a la ofrecida en otras ocasiones a los jefes de Estado, visitó también varios de los principales monumentos de Wáshington.

En las escaleras del monumento al presidente Abraham Lincoln fue aclamado por una multitud y firmó autógrafos a varios turistas.

01-01

9107875

PAVLOV: difícil enemigo para Gorbachov.
EL PAIS. (150807)
91-06-21.
URSS (10178)
Fac. Pol (11164)
GOB. Nc. (11302)

Pavlov Difícil Enemigo Para Gorbachov que hoy Afronta Crucial Jornada

MOSCU, 20 (EFE).– El presidente soviético, Mijail Gorbachov, afrontará mañana, viernes, una sesión crucial del Soviet Supremo de la URSS, que debe decidir la concesión de poderes especiales al primer ministro, Valentín Pavlov, principal carta de los conservadores en su lucha por mantener el poder.

Después de la aplastante derrota del ex primer ministro soviético Nikolai Rizhkov en las recientes elecciones presidenciales de Rusia, los sectores conservadores han levantado con gran rapidez, la figura de Pavlov como alternativa a Gorbachov.

Además, el primer ministro de la URSS cuenta con el respaldo de tres personas claves en la maquinaria estatal soviética: el ministro de Defensa, mariscal Dmitri Yazov; el titular de la cartera de Interior, Boris Pugo, y el presidente del Comité de Seguridad del Estado (KGB), Víctor Kriuchkov.

La terna Yazov, Pugo y Kriuchov intervino en dos sesiones a puerta cerrada del Parlamento soviético, en las que, según dijeron a EFE diputados progresistas, expuso, en un lenguaje propio de épocas pasadas, el "catastrófico panorama que vive el país", lo que se interpreta como un abierto respaldo a las pretensiones del primer ministro.

En su intervención ante los legisladores el lunes pasado, el propio Pavlov admitió que no había consultado con Gorbachov su petición de poderes adicionales, lo que dio pie a los sectores progresistas para denunciar un "contubernio" entre el Gobierno y el Parlamento con el fin de dar un "golpe de estado institucional".

El presidente del Comité de Supervisión Constitucional del Parlamento, Serguei Alekeyev, mostró su "alarma" por la petición formulada por el primer ministro soviético, ya que, explicó, "puede provocar problemas entre las instituciones de poder estatal y se contradice con el propósito de crear un Estado de Derecho".

En una entrevista difundida anoche por la televisión soviética, Alekeyev advirtió de que, de concederse las atribuciones que pide Pavlov, se crearán "tres centros legislativos", lo que redundará en una "guerra de leyes" en la cúspide del poder estatal.

Sin embargo, Pavlov fue categórico en afirmar que su intención es obtener parte de las atribuciones que el Parlamento dio a Gorbachov en diciembre pasado, cuando, a través de una enmienda constitucional, le autorizó a dictar decretos con fuerza de ley.

El "número uno" del Kremlin, entre tanto, guarda hermético silencio sobre las facultades solicitadas por su primer ministro, y su portavoz, Vitali Ignatenko, se limitó a señalar que "el presidente se inclina por no dramatizar la situación".

01-01

9107876

Gorbachov logró mantener intactos sus poderes.
CLARIN (150024)
91-06-22.
URSS (10175)
Pol. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)

EL PARLAMENTO NO DARA MAS FACULTADES AL PREMIER PAVLOV

Gorbachov logró mantener intactos todos sus poderes

El presidente de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, continuó ayer sus gestiones en los Estados Unidos para atraer inversiones a la mayor república soviética. El Soviet Supremo consideró innecesario pronunciarse sobre el pedido conservador de una ampliación de poderes para el primer ministro Valentín Pavlov, eliminando esa potencial amenaza al presidente Mijail Gorbachov. El líder del Kremlin dijo no temerle a los adversarios del cambio y aseguró que no existe un conflicto entre él y su primer ministro.

MOSCU y NUEVA YORK, 21 (AFP, AP, UPI y Reuter).— El presidente soviético **Mijail Gorbachov logró un primer éxito hoy en el debate del Sóviet Supremo (Parlamento) sobre los poderes especiales pedidos por los conservadores para el primer ministro Valentín Pavlov,** cuando los diputados estimaron innecesario pronunciarse sobre el tema.

En un emotivo discurso, Gorbachov señaló que los adversarios de la transformación buscan destruir el consenso social recién surgido, al cabo de meses de turbulencias políticas.

"Yo no les temo y la sociedad rechazará a quienes pretenden agravar la situación", dijo el presidente a los periodistas, luego de hacer su discurso ante el Sóviet Supremo.

Permanecían silenciosos, a su lado, el ministro de Defensa, **Dmitry Yazov**, el jefe de la KGB (policía secreta), **Vladimir Kryuchkov**, y el ministro del Interior, **Boris Pugo**, los cuales pertenecen a la línea dura del Partido Comunista.

En sus declaraciones al Sóviet Supremo, el líder del Kremlin negó que él y Pavlov se encontraran enfrentados en torno al rumbo futuro de las reformas económicas en la Unión Soviética. **"No hay crisis en mis relaciones con Valentin Pavlov y espero que no la haya"**, afirmó.

En la sesión de hoy, el Sóviet Supremo consideró que **no sería preciso votar una resolución que ponga el expediente que registra el reclamo de Pavlov en manos de Gorbachov.**

La resolución delegaba "al examen del presidente la cuestión de la ampliación de poderes del gabinete" y hacía una concesión a las demandas de Pavlov al no inscribir la cuestión en el orden del día de la próxima sesión del Congreso de los Diputados (Parlamento ampliado).

Este cuerpo legislativo no puede presentar directamente un proyecto de ley al Parlamento sin pasar por el filtro de las comisiones de ese organismo.

Gorbachov también minimizó los informes de que los diputados conservadores **Viktor Alksnis y Yuri Blokhin** están reuniendo firmas para obligarlo a renunciar.

"Las amenazas de que me van a hacer renunciar no me atemorizan. No presto atención a la recolección de peticiones con 500 firmas que piden mi renuncia", manifestó Gorbachov. "Continuaré haciendo lo necesario", agregó.

♦ Yeltsin busca inversiones

Boris Yeltsin, el primer presidente de Rusia elegido popularmente, visitó hoy **Nueva York** a fin de crear una atmósfera propicia para atraer inversiones a la mayor república de la URSS.

La agenda de Yeltsin incluía una visita al banco de la **Reserva Federal de Nueva York**, cerca de Wall Street. Este banco, que se ocupa de las **transacciones de reserva de divisas extranjeras del gobierno**, organizó la visita de Yeltsin a su instalación de comercio de divisas.

El mes pasado, en Moscú, se abrió la primera instalación oficial para comercio de divisas extranjeras, haciendo del rublo por primera vez una moneda convertible para ciertas transacciones.

Yeltsin también tiene programado reunirse en el banco con unos 20 dirigentes empresariales, a quienes exhortará a que inviertan en Rusia.

Según **Brent Scowcroft**, consejero de la Casa Blanca para Asuntos de Seguridad, Yeltsin recalcó durante su visita de dos días a Washington que **"coopera estrechamente" con Mijail Gorbachov** desde que este se orientó nuevamente hacia las reformas.

V.R.
V.R.

01-01

9107877

Ataque soviético a un puesto fronterizo en LITUANIA
LA NACION (150025)
23-6-91
URSS. (10175)
Fac. Mil. (11163)
Rep. Sov (11555)

Ataque soviético en Lituania

MOSCU, 22 (AFP0. – El control fronterizo de Salociai, en la frontera ente Lituania y Letonia, fue atacado anoche por un comando de las fuerzas especiales del Ministerio del Interior soviético (OMON), informó el servicio de prensa del Consejo Supremo de Lituania.

Cuatro hombres, tres de ellos en uniforme, incendiaron el local del que habían expulsado a los aduaneros, precisó el texto del comunicado.

En el documento se lamenta "el silencio de Occidente" sobre la acción de los fuerzas de choque del régimen soviético en los países bálticos.

Horas antes del ataque en Salociai, cuatro funcionarios de las OMON se habían presentado en el puesto de control, profiriendo amenazas contra los funcionarios aduaneros. Por la noche reiteraron las amenazas en otro oficina de control del límite.

Desde el inicio de junio, una docena de controles fronterizos de Estonia, Letonia y Lituania, las tres naciones bálticas, fueron atacados por tropas de choque del Ministerio soviético.

Boris Pugo, ministro del Interior del Kremlin, reconoció hace poco que hombres dependientes de su cartera habían participado en ese tipo de acciones, pero denunció, al mismo tiempo, haberles dado órdenes de ataque.

V.R.
VR.

01-01

91078 78

Economía de mercado de componente social -
La Nación (150025)
23/6/91
URSS (10175)
Foc. Ec (11161)
Foc Sic Soc (11165)

Economía de mercado de componente social

CRANS-MONTANA (Suiza), 22 (EFE). – El vicepriner ministro y ministro de Trabajo de la Unión Soviética, Vladimir Sherbakov, afirmó en el foro de Crans-Montana que su gobierno defiende la creación del sistema de economía de mercado de componente social.

Subrayó que su país rechaza la implantación de un régimen económico de mercado "puro y duro" fundado en el ejemplo de los Estados Unidos.

"Mi gobierno se decanta –prosiguió– por el sistema económico aplicado en Europa, que presta una notable atención a los aspectos sociales incluidos en la reforma y en la plataforma económica."

Se refirió a que el ejemplo europeo ha dado buenos frutos en países políticamente estables, tales como Suiza, Alemania y Suecia, ya que la población representa un problema de máxima envergadura.

"Confrontada con el -infantilismo social- de una sociedad que ha recibido todo del Estado durante más de 70 años, no es posible que abordemos esta cuestión como lo hace Estados Unidos", explicó Sherbakov.

El ministro soviético destacó que "el acceso a la propiedad privada será más difícil en la medida en que ésta no podrá en ningún caso ser totalmente gratuita".

Hasta 1992, el gobierno soviético prevé privatizar cerca del 75 por ciento de las pequeñas y medianas empresas, y casi el 20 por ciento de las grandes compañías, informó el titular del Ministerio de Trabajo de la URSS.

Sherbakov dijo también que esta opción será presentada por el presidente de su país, Mikhail Gorbachov, en la próxima reunión del Grupo de los Siete (G-7), que se celebrará en Londres, "puesto que sólo la financiación extranjera puede garantizar el éxito de esos proyectos. No se trata de pedir caridad, sino de poner en práctica un programa de cooperación multilateral", concluyó.

Dos empresas

TOKIO, 22 (UPI).– Dos grandes compañías comerciales japonesas anunciaron su intención de invertir cerca de 250 millones de dólares en la Unión Soviética.

Las dos firmas niponas que invertirán en un banco soviético son Marubeni Corp. y C. Itoh Co., indicó la televisión de Tokio.

V.R.
V.R.

01-01

9107879

La URSS se quedaría sin ayuda financiera de G-7.

CLARIN (11002A)
24-06-91
URSS (10175)
Fac. Ec. (11161)
Fac. PS (11164)
Rel Int (11398)
G-7 (12766)

La URSS se quedaría sin ayuda financiera

Londres (Reuter, UPI, DPA) — Como un baldazo de agua fría para las aspiraciones soviéticas de recibir ayuda occidental, el Grupo de los Siete exigió ayer ***que Moscú primero profundice las reformas económicas para, recién ahí, comenzar a hablar de créditos.***

Aunque aún falta la cumbre presidencial del mes que viene a cuya clausura concurrirá ***Mijail Gorbachov****, el mensaje de los ministros de Finanzas a sus gobiernos es claro:* ***no habrá ayuda a la Unión Soviética mientras no demuestre signos evidentes de estar haciendo cosas con seriedad.*** *Con esta decisión, a la que difícilmente los presidentes del G-7 dejen de lado, la idea de una* ***masiva inyección de fondos*** *para la alicaída economía soviética* ***parece descartada al menos en el corto plazo.***

Los ministros enfatizaron ayer que la URSS ***necesita una reforma económica sostenida****, considerando a ésta* ***una condición previa indispensable*** *para el otorgamiento de cualquier paquete de créditos importante, ya sea occidental o japonés.*

De todas maneras, ***Mijail Gorbachov*** *no se dará por vencido, e intentará convencer a los jefes de Estado durante la cumbre que se realizará* ***entre el 15 y el 17 de julio****, donde el tema de la ayuda soviética será el punto central de la agenda de la importante reunión.*

Según analistas, la decisión de ayer no hizo más que reforzar un mensaje que se filtró de los gobiernos norteamericano y japonés: ***no habrá un desembolso importante para Moscú*** *sin reformas.*

*Sin embargo, los ministros de Finanzas evitaron dar un rotundo portazo asegurando apenas que "****se analizaron la situación económica en la Unión Soviética y la necesidad de reformas económicas sostenidas****", sin poner en su comunicado final ningún tipo de condicionamiento.*

Pero, fuera de las definiciones conjuntas, los funcionarios dejaron en claro que la URSS, al menos por ahora, no recibirá nada. El ministro de Finanzas canadiense, ***Don Mazankowski*** *dijo que "****la ayuda a la Unión Soviética tendrá que estar condicionada a un programa claro de reforma****".*

Tras la reunión, el más claro fue el secretario del Tesoro estadounidense, ***Nicholas Brady****, quien enfatizó que los ministros de Finanzas* ***no se habían desviado de la visión occidental de que la Unión Soviética no debía recibir aún la masiva ayuda occidental. "Aquí no hablamos de grandes sumas de dinero"****, dijo en la conferencia de prensa.*

En tanto, una reunión de empresarios de primer nivel en Colorado, concluyeron ayer que la URSS no recibirá asistencia en el futuro cercano ***debido a la lentitud con la que aplica las reformas políticas y económicas.***

Alrededor de ***70 empresarios y políticos de 15 países*** *que participaron de la* ***Conferencia Mundial del Instituto Norteamericano de Empresas*** *coincidieron en que la Unión Soviética* ***no constituirá un lugar atractivo para hacer inversiones hasta que reduzca los gastos de defensa y reforme la economía.***

Los comentarios de los asistentes al encuentro coincidieron con la reunión en Londres ***de los siete ministros de Finanzas y jefes de los bancos centrales*** *de siete países industrializados, para discutir el tema de la asistencia a la Unión Soviética y el dólar desbocado.*

C. J. Silas*, presidente de la* ***Phillips Petroleum Co.****, afirmó que "****sólo dando dinero (a la Unión Soviética) no necesariamente se contribuirá a las soluciones a largo plazo****".*

V.R.
V.R.

01-01

9107880

Reforma economica que Gorbachov presentará en el G-7.
El PAIS (150007)
24-06-91
URSS (10175)
Fac. Ec (11161)
Pol Ec. (11392)
Fac. Pol (11164)
Relac. Jul- (11399)
G-7. (12766)

La Reforma Económica de URSS o el "Gran Pacto"

MOSCU, 23 (Reuter) — "La Ventana de Oportunidad" es como Grigory Yavlinsky prefiere llamar al plan de reforma económica soviética que elaboró con académicos de la Universidad norteamericana de Harvard y que el presidente Mijail Gorbachov presentará a la reunión cumbre de las siete principales naciones industrializadas en julio en Londres.

Otros lo llaman "El Gran Pacto" o simplemente "El Plan Yavlisnky", por el economista ruso de 39 años que lo delineó originalmente.

Cualquiera sea su denominación, el plan es el meollo del intento más ambicioso realizado hasta el presente por canalizar el poderío del Occidente capitalista a fin de convertir un sistema estancado, centralmente planificado durante siete decenios, en una economía de mercado.

El concepto rector es que responde a los intereses de Occidente hacer de la transformación un proceso lo más indoloro y rápido que sea posible.

Ese será el argumento fundamental que esgrimirá Gorbachov cuando pida "cooperación" a la reunión cumbre del "G-7".

El "Plan Yavlinsky", redactado con el auspicio de Gorbachov y mostrado anticipadamente a los siete dirigentes de las mayores potencias industriales del mundo, será el elemento esencial de su planteo.

Tiene mucho en común con un estudio de la economía soviética encomendado por el G-7 y realizado en diciembre pasado por el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE).

Yavlinsky señala que el programa —103 páginas en la versión en idioma ruso— será publicado en los próximos días. Pero unos pocos detalles de sus lineamientos ya han circulado, en gran medida tras conferencias de prensa celebradas en Moscú y Harvard.

El plan abarca seis años y medio en dos etapas, 1991-93 y 1994-97. La primera fase, en la que se procurará sentar las bases de la infraestructura de una economía de mercado, incluye:

—Convertibilidad interna del rublo.

—Liberación de la mayoría de los precios. Yavlinsky declaró en una entrevista periodística que alimentos básicos como pan y aceite de cocina deben tener precios bajos subsidiados.

—Imposición de una estricta disciplina financiera y fiscal.

—Privatización, comenzando por empresas estatales pequeñas.

—Conversión de muchas fábricas de armas a producción civil.

—Eliminación de monopolios estatales.

La segunda etapa involucraría un cambio estructural intenso, ampliación de la producción de bienes de consumo y servicios, privatización del mercado de viviendas e inversiones en gran escala en los sectores que producen para la exportación, lo que conducirá a la plena integración con el sistema comercial occidental.

Incluso antes de su publicación oficial, el plan ha desatado oposición en algunos sectores de la Unión Soviética.

Los comunistas ortodoxos no desean que haya injerencia occidental, resisten lo que describen como inequidades intrínsecas de la economía de mercado y muchos burócratas del Partido Comunista temen perder sus empleos y privilegios.

El primer ministro Valentin Pavlov y su segundo en el gabinete rechazaron el plan en el Parlamento la semana pasada, propiciando en cambio un programa anticrisis redactado por el gobierno.

El secretario de Estado norteamericano James Baker ha sugerido una serie de propuestas menos ambiciosas que no requerirían cuantiosa financiación por parte de Occidente. Pero partidarios del Plan Yavlinsky señalan que ese esquema no avanza lo suficiente para salvar a la economía soviética del colapso total.

V.R.
V.R.

C1-01

9107881

Jefe de la KGB denuncia "complot" de occidente –
CLARIN
24-08-91
URSS. (10175)
Fac. Pol (11104)
Relac. Int. (11899)
Fac. Mil (11163)
Org. Interl. General (11337)

El jefe de la KGB denuncia "complot" de Occidente

MOSCU, 23 (AP y por **David Remnick**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — El jefe de la **KGB** (policía secreta soviética), **Vladimir Kryuchkov**, denunció durante una sesión a puertas cerradas del Parlamento de la **URSS** que los servicios de inteligencia de **Occidente** están elaborando planes **"que incluyen hasta la ocupación de nuestro país con el pretexto de controlar la capacidad nuclear de Moscú"**.

Estas declaraciones de Kryuchkov, que fueron grabadas clandestinamente durante la sesión del martes y reproducidas el sábado en el programa de televisión de **Leningrado "600 segundos"**, estuvieron cargadas de advertencias sobre peligros y conspiraciones en contra de la URSS. El jefe de la KGB llegó a declarar delante de los legisladores: **"Nuestra patria está al borde de una catástrofe"**.

Kryuchkov sostuvo además **que espías norteamericanos están saboteando la economía soviética, y que Occidente está dictando las reformas económicas a ser implantadas en este país.**

"Los principales países occidentales, incluyendo a los EE.UU., siguen muy de cerca los acontecimientos en la URSS, pero con el prisma de sus propios intereses".

"Como consecuencia, existen condiciones insistentes y muy específicas, por no decir ultimátums, que la Unión Soviética debe acatar hoy, a cambio de vagas promesas de una actitud favorable hacia la ayuda económica de mañana", continuó afirmando Kryuchkov.

Entre estas condiciones —**según el jefe de la** KGB— figura la de poner en práctica reformas fundamentales en el país, **"pero no en la forma que nosotros las vislumbramos, sino como algo meditado al otro lado del océano".**

♦ Gastos de defensa

Añadió que Occidente demanda también **"la reducción por parte de la URSS de los gastos de defensa por debajo de límites tolerables, así como la disminución de las relaciones con naciones que mantienen lazos amistosos con nosotros, y concesiones a Occidente en la llamada cuestión del Báltico, y otras".**

Kryuchkov aseguró que según un informe del organismo que preside, que data de **1977**, la **Agencia Central de Inteligencia (CIA) ha estado reclutando desde hace tiempo espías soviéticos y tratando de infiltrarlos en posiciones de responsabilidad para la economía nacional.**

"La jefatura de la inteligencia norteamericana está planeando, independientemente de su costo, la búsqueda de individuos capaces —desde el punto de vista personal y profesional— de ocupar posiciones de liderazgo en el aparato administrativo y de llevar a cabo tareas trazadas por el enemigo".

Vladimir Kryushkov, jefe de la KGB, quien el sábado denunció un vasto "complot" de Occidente.

Recordó por otro lado que la URSS había sido víctima ya de una catástrofe, en **1941**, cuando ignoró las advertencias sobre una invasión de la **Alemania** nazi. (Su comparación con las intenciones de los servicios de inteligencia extranjeros pretendió —aparentemente— asustar a los legisladores para que adopten una línea más conservadora).

El viernes, el presidente soviético **Mijail Gorbachov** frustró un intento de su primer ministro **Valentin Pavlov** para recibir plenos poderes presidenciales. Tanto el jefe de la KGB como el ministro de Defensa **Dimitri Yazov** y el del Interior **Boris Pugo** parecían estar del lado de Pavlov en su oposición al tipo de reformas políticas y económicas que propicia Occidente.

Al término de la reunión cumbre del llamado **Grupo de los Siete** (G-7) —que tendrá lugar en **Londres** el **17 de julio**— Gorbachov piensa pedir la cooperación financiera de las naciones más industrializadas del mundo.

Sin embargo, Kryuchkov dijo contar con **"información confiable"** que da cuenta que las expectativas que existen, en el sentido de que Occidente le otorgaría a la URSS **decenas o cientos de miles de millones de dólares** en créditos, son **"ilusiones, meros cuentos de hadas"**.

Y añadió para concluir que **"los EE.UU. y otros países de Occidente consideran que el derrumbe de la URSS es un hecho ya, y están conspirando para sacar partido de la situación".**

C1-C1

91'07882

GORBACHOV y la cumbre de los 7
La Nación (150015)
24/6/91
URSS (10135)
Fac. Pol (11164)
Relaciones (11399)
G-7 (12766)
Fac. económico (11161)

Los viejos argumentos de Gorbachov

(D-1)

Gorbachov necesita plata. No es ninguna novedad. Pero actualmente el Presidente soviético no pierde ninguna oportunidad de repetirlo a los dirigentes occidentales. El 5 de junio, cuando recibió el Premio Nobel de la Paz, en Oslo, cotejó el éxito de la perestroika y la estabilidad mundial. Es muy probable que el mes que viene participe en Londres en la cumbre de los Siete Grandes. Allí, volverá a exponer sus exigencias. Los Jefes de Estado de los G7, incómodos, acabaron aceptando recibirlo. Y seguramente se verán obligados a hacer algunas concesiones. Pero ni estos últimos ni Gorbachov podrán sacar un verdadero provecho del encuentro.

Alexandre Besmertnij, Ministro de Relaciones Exteriores de la URSS, afirma que no se trata de reclamar dinero, sino de hacer participar a los países occidentales en *"la grandiosa experiencia de la transición de la economía soviética hacia otros sistemas"*. Sin embargo, la creciente amenaza de una cesación de pagos de la URSS hace inevitables los pedidos financieros. Una crisis en los pagos de Moscú tendría consecuencias graves en las cuentas de los bancos europeos, terminaría de desanimar a los inversores e impondría un problema adicional a la ex Europa socialista. Y los países occidentales lo saben.

Desde la última reunión de los G7 hace un año, en Houston, el debate sobre la ayuda a la URSS no ha avanzado casi nada. La crisis económica y financiera del coloso del Este se ha agravado considerablemente y su desintegración política ha seguido avanzando. En cuanto a los países industrializados, su coyuntura se ha deteriorado mucho.

Los Siete Grandes se limitan a examinar los sucesivos planes de reforma de la URSS; los últimos fueron elaborados con la ayuda de especialistas de la Universidad de Harvard. Todos saben que los proyectos no tendrán ningún valor mientras la URSS no haya encontrado un consenso político. ¿Para qué proponer, por ejemplo, una plan de privatizaciones, cuando la mayoría del Partido Comunista sigue oponiéndose a la propiedad privada?

A los Siete les era fácil invitar a Gorbachov a su reunión cumbre. Pero, ¿qué interés puede presentar la invitación cuando se sabe que ninguno de ellos quiere o puede suministrarle una ayuda financiera sustancial?

Mijaíl Gorbachov afirmó que si los G7 y la Comunidad Europea se niegan a colaborar con su país, la URSS tendrá que buscar otros medios para alcanzar sus objetivos. Esos medios, dan ganas de contestarle, sólo los podrá encontrar en su propio país. Y, entonces, la cooperación económica llegará naturalmente. Pero el tiempo no alcanza para poder poner esos mecanismos en funcionamiento. Por lo tanto, es muy posible que Gorbachov repita en Londres el discurso de Oslo y que vuelva a exponer los argumentos que ya ha utilizado sin éxito.

V.R.
VR
01-01

9107883

Nº. DOC.
TIPO: Privatizaciones provocan gran recelo entre los soviéticos.
DE: CLARIN (150024)
25-06-91
URSS (20175)
Soc. Ec. (11161)
Pol. Ec. (11392)
Soc. Sico. Soc. (11165)

LEY DE PROPIEDAD PRIVADA EN LA URSS

Las privatizaciones provocan gran recelo entre los soviéticos

VOLGOGRADO, 24 (Por **Robert Toth**, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — La ciudadanía soviética en general se muestra aprensiva y hasta indignada frente a la idea de **privatizaciones** impulsada por el presidente Mijail Gorbachov en su país. Unica forma, según los economistas reformistas, al margen de la obtención de préstamos masivos del extranjero, para que los países del este y centro europeo inicien su recuperación económica.

"Mi padre y mi abuelo dieron su sangre por esta tierra, en defensa de esta heroica ciudad. No entiendo por qué razón me obligan ahora a comprar un terreno", asegura **Lidia**, una pensionada de 55 años.

Nikolai, por su parte, ex titular de la cátedra de Filosofía en la escuela local del **Partido Comunista**, opina: **"Nuestra sociedad no está preparada para este cambio".**

Al igual que muchos de sus compatriotas, Nikolai preferiría una tercera alternativa, algún modelo político entre el socialismo y el capitalismo. **"¿Por qué no adoptamos el sistema de la propiedad común en lugar del de la propiedad privada o del de la estatal?".**

Ningún otro de los temas que se debaten en la **Unión Soviética** ha despertado tanta polémica como el de las privatizaciones, ya que el concepto de **propiedad privada** y de **libre empresa** violan todo lo que le enseñó el comunismo a la ciudadanía durante siete décadas —y no sólo a nivel ideológico sino a nivel práctico y hasta psicológico—.

Las dudas y temores de la ciudadanía soviética, que lucha por tratar de comprender qué significarán exactamente las privatizaciones, **han quedado fuertemente en evidencia en estos últimos tiempos.**

Sondeos de opinión realizados —el mes pasado— con residentes de otras seis ciudades de la zona europea de la URSS pusieron en evidencia temores similares. La mayoría **teme que un sistema capitalista se traduzca en menor seguridad de sus fuentes de trabajo y en mayores horas de trabajo.**

Muchos soviéticos se sintieron **desconcertados** al descubrir que algunos comerciantes que compran a precios muy bajos y venden caro —los viejos representantes del "mercado negro"— **están ahora desempeñando tareas que resultan vitales para la creación de un mercado libre.**

Concretamente, **Viktoria**, una mujer de **Leningrado**, lamenta por ejemplo que una nueva fábrica venda vestidos a **150 rublos**, cuando los comercios estatales ofrecen modelos similares a sólo **15 rublos.**

Viktoria admite de todos modos que los comercios del Estado tienen muy poca mercadería por lo general, y que los vestidos que venden las nuevas fábricas son mejores, además de que nadie la obliga a comprar en los lugares más caros.

"De todos modos, no es justo. Especulan y se aprovechan de la gente. No deberían permitirles que cobren la ropa tan cara" agrega.

♦ "No estamos preparados"

Un sociólogo de **Moscú** aporta su explicación sobre el fenómeno de las privatizaciones. **"No estamos preparados para este tipo de cosas. Y les voy a dar un ejemplo muy simple. Ustedes, en Occidente, les dan a sus hijos una pequeña mensualidad para ir acostumbrándolos a manejar un presupuesto. Esa costumbre es completamente inusual aquí. Los padres cuidamos de nuestros hijos, y el Estado —a su vez— cuida de nosotros".**

Muchos soviéticos se sienten **desorientados** por los abruptos cambios que está sufriendo su país. **Katrina**, —de 50 años— profesora de literatura en **Lugansk**, siente que la URSS la traicionó.

Las relaciones personales se han resentido como resultado. Hay quejas porque los soviéticos se muestran **mucho más rudos, agresivos y descortesos que antes.**

La idea de volver a la propiedad privada **atemoriza a muchos**. Aun aquellos que reconocen que este sistema **será** el que impere en el futuro dicen no animarse a correr el riesgo. **"No pienso abrir mi propia oficina. Desde el punto de vista psicológico, todavía no estoy listo"**, confiesa **Alexander**, un abogado de **Kiev** de 27 años.

Un estudiante de ingeniería apunta por su parte que si llegara a ganar un millón de rublos **"la gente me trataría como si fuera un ladrón".**

♦ Optimistas a largo plazo

Si bien la mayoría de los soviéticos entrevistados se mostraron **pesimistas** sobre las perspectivas a corto plazo para su país, sí se **mostraron optimistas sobre su futuro de aquí a cinco o diez años.**

"En estos momentos, no se puede hablar en serio de privatizaciones", opina **Alexander** —de 60 años— **"No estamos en condiciones de comprar nada que cueste mucho dinero. Hoy solo los especuladores, los funcionarios corruptos del PCUS o los criminales mafiosos podrían hacerlo".**

V.R.
V.R.

01-01

9107884

URSS se adhiere al Consejo de Cooperación Aduanera (CCA)
de Luxiana (150015)
25-06-11.
URSS (WAR)
Fac. Ec (11101)
Consejo exterior (1140R)
Fac. Pol (11164)

URSS adhiere a Aduana

LA Unión Soviética se convirtió oficialmente ayer en el miembro 110 del Consejo de Cooperación Aduanera (CCA), informó dicha organización intergubernamental en un comunicado. El CCA inauguró en su sede de Bruselas la sesión anual correspondiente a 1991, a la que asiste por primera vez, en representación de la URSS, el Director General de las Aduanas soviéticas, Vladimir Boyarov.

El Consejo de Cooperación Aduanera es una organización intergubernamental fundada hace 40 años que se ocupa de la racionalización, modernización y armonización de los regímenes aduaneros nacionales. El objetivo de las recomendaciones del CCA es "favorecer la liberalización del comercio y aumentar la eficacia de los controles fronterizos", precisa el comunicado.

La URSS, que lleva a cabo actualmente una reorganización completa de su administración aduanera, se ha comprometido, en particular, según fuentes del Consejo, a cooperar con los demás socios europeos en la lucha contra el tráfico de drogas. ■

ENTRADA VR.
SALIDA VR.

01-01

8107885

Nº.

TIT.

Aranceles desabastecen mercado interno en la URSS.
La Mañana (150015)
25-06-91
URSS (10135)
Fac. Ec. (11161)
Pol Ec. (11399)
Sc. Comercial (11407)
Comercio Exterior (11408)

Aranceles desabastecen mercado en URSS

LA inminente subida de los impuestos para la importación de artículos a la URSS por ciudadanos particulares ha levantado un torrente de críticas a nivel popular y de expertos, que opinan que sólo agravará el desabastecimiento en el mercado interno del país.

La reforma en los aranceles aduaneros, decretada hace una semana por el Comité de Aduanas y el Ministerio de Finanzas de la URSS, entrará en vigor el próximo 1º de julio, y supondrá subidas de las tarifas actuales de entre 3 y 10 veces y de hasta 20 veces en algunos artículos.

El semanario 'Komersant', órgano de la Unión de Cooperativas de la URSS, afirma, citando la opinión de expertos, que la medida contradice la práctica mundial de liberalizar las importaciones a un país cuando el mercado de consumo interno está vacío, como es el caso de la URSS, y cita el ejemplo de Polonia en 1989.

Señala que en el propio servicio de aduanas les comunicaron que la medida persigue el objetivo de cortar la introducción masiva en el país por canales particulares de mercancías que luego se venden en el mercado nacional.

En los últimos tiempos han proliferado en el país las llamadas 'tiendas comerciales', que se surten de estos artículos importados y donde los soviéticos encuentran bienes hace mucho desaparecidos del mercado estatal, como electrodomésticos, equipos electrónicos o ropa y calzado de mejor calidad que la nacional, aunque a precios muy elevados. ■

V.R.
V.R.

01-01

9107886

DOCUMENTO

TITULO: Occidente no se apresuró a proporcionar ayuda a la U.R.S.S.

PROCEDENCIA: EL PAIS (150007)

FECHA DE PUBLICACION: 91-06-25

RELACIONADO: U.R.S.S. (10115)
Foc. Ec. (11161)
Rel. Int. (11393)

Occidente Presiona

LONDRES, 23 (REUTER). — Occidente comunicó a la Unión Soviética que no debe esperar asistencia masiva para reflotar su economía e insistió en que el presdiente Mijail Gorbachov instrumente sus reformas.

Los ministros de economía de las siete democracias industriales más ricas del mundo subrayaron que Occidente no se apresurará a proporcionar ayuda y añadieron que primero deben ponerse en vigor los cambios y políticas económicos propiciados por el Kremlin.

Los jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de los Siete (G-7) se reunirán en Londres dentro de tres semanas y luego se encontrarán con Gorbachov.

"No hablamos sobre grandes sumas de dinero", indicó el secretario del Tesoro estadounidense, Nicholas Brady, después de seis horas de conversaciones durante las que también se abordaron el tema del dólar y el de las tasas de interés.

Los ministros de Economía del G-7, grupo integrado por los Estados Unidos, Japón, Alemania, Gran Bretaña, Francia, Canadá.

V.R.

01-01

9107887

Los Servicios Secretos (KGB) lideran la ofensiva conservadora.
CLARIN (150024)
27-06-91
URSS (10175)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)
Org. Int. (11337)

LOS SERVICIOS SECRETOS LIDERAN LA OFENSIVA CONSERVADORA

La KGB contra Gorbachov

MOSCU, 26 (Por David Remick, de The Washington Post, especial para Clarín). — Mijail Gorbachov llegó a la cima de la conducción soviética, seis años atrás, con el padrinazgo de la KGB, como el campeón de la "renovación" del socialismo del Estado. Pero ahora, con la ideología en ruinas, el titular de la inteligencia soviética es el político más poderoso que se opone a las reformas que Gorbachov ha abrazado recientemente.

La visión que tiene del mundo el jefe de la KGB, **Vladimir Kryuchkov**, no difiere demasiado de la de **Yuri Andropov**, el ex espía maestro que al convertirse en líder del **Kremlin** sacó a Gorbachov de las provincias y lo llevó a **Moscú**. Andropov creía entonces —como parece creer Kryuchkov ahora— que una inyección de **tecnología, eficiencia, incentivos y disciplina podía salvar de la ruina a la economía.**

Durante cuatro o más años, Gorbachov siguió una línea similar. Sus primeras iniciativas económicas se basaron mayormente en el modelo de la **Nueva Política de Lenin**, un breve periodo de reformas limitadas —a comienzos de la década del 20— que fue finalmente **eliminado por José Stalin.**

Para 1988, millones de ciudadanos soviéticos consideraban al sistema de economía centralizada como un **fracaso** —si no antes—. Pero en el **Kremlin**, la mera mención de una economía de **libre mercado** —y mucho más la búsqueda de una asistencia y cooperación masiva en el Occidente capitalista— seguía siendo un tema tabú. Las cooperativas —una forma híbrida de pequeñas empresas que incorporan conceptos socialistas y de libre empresa— eran "la idea del momento".

♦ Al estilo Harvard

Gorbachov habla ahora libremente de construir una economía de mercado, con bolsas de valores e intercambios de mercaderías, y le pidió recientemente al economista de 38 años **Grigory Yavlinsky** que elabore un plan para recibir ayuda de Occidente. Yavlinsky preparó un programa escalonado de seis años, y no con la ayuda de los eruditos del **Instituto de Marxismo-Leninismo** sino con los de la **Universidad de Harvard** —corazón intelectual del Occidente burgués—.

Gorbachov le indicó la semana pasada al presidente de la **Comunidad Europea, Jacques Delors**, que solo los "patriotas empedernidos" ven en el actual proceso hacia la libre empresa "el camino hacia la perdición, y un retroceso hacia una esclavitud capitalista".

Kryuchkov, el elegido por Gorbachov para dirigir la KGB en 1988, es un "patriota empedernido" por excelencia, y muy poderoso además. Y ahora que Gorbachov parece estar inclinándose por forjar una alianza con reformistas como el presidente ruso **Boris Yeltsin** y el líder de **Kazajstán, Nursultan Nazarbayev**, las quejas de Kryuchkov contra la "capitulación" ante Occidente han adquirido un tono estridente y hasta desesperado.

El sábado a la noche, Kryuchkov probó un moderno instrumento de la presión política: la televisión. **Alexander Nevzorov**, un duro periodista con conexiones con la KGB, pasó en vivo por la TV de **Leningrado** una grabación de un discurso de Kryuchkov pronunciado el martes pasado durante una sesión privada de la Legislatura.

Pese a que expresó públicamente su apoyo por Gorbachov, Kryuchkov dejó bien en claro ante los legisladores que, en su opinión, los nuevos planes de reforma económica y la transformación hacia un libre mercado equivalían básicamente a **una capitulación ante Occidente.**

El jefe de la KGB aseguró asimismo que su organización había tenido acceso a documentos de la inteligencia norteamericana que muestran cómo los EE.UU. planean **infiltrarse en el aparato económico y político de la URSS.**

JR.
VR.

01-01

9107888

Elecciones presidenciales en Azerbaijan en Setiembre.
La Vanguardia (150015)
27-06-91.
URSS. (10175)
Rep. S. (11555)
Fac. Pol. (11164)

Parlamento aprobó la convocatoria

Elecciones presidenciales en Azerbaiyán en setiembre

MOSCU.- El parlamento de Azerbaiyán aprobó ayer la convocatoria de elecciones presidenciales directas en esa república para el próximo 8 de setiembre, informó la agencia Tass.

La institución de la presidencia por sufragio universal fue incluida en el orden del día del Soviet Supremo a petición del actual Presidente azerbaiyano, Ayaz Mutyalivov, que fue nombrado el año pasado por el Parlamento y "desea participar en la lucha electoral para ser elegido por la voluntad popular".

Según el proyecto de ley para las elecciones, el presidente será elegido para un mandato de cinco años y podrán presentarse a los comicios candidatos promovidos por cualquier partido o movimiento político, siempre que consigan 20.000 firmas de apoyo.

La última república soviética que ha decidido convocar elecciones presidenciales por sufragio universal es Armenia, cuyo parlamento señaló el martes la fecha del 16 de octubre para los comicios.

Hasta ahora, han sido elegidos en comicios directos y multipartidistas los Presidentes de Rusia, Boris Yeltsin, y de Georgia, Zviad Gamsajurdia, mientras el de la república centroasiática de Turkmenistan, Saparmurad Niyazov, fue el único candidato en elecciones celebradas el año pasado.

V.R.
V.R.
Pedir periódicos

01-01

9107889

DOCUMENTO
TITULO URSS pidió la admisión como observadora en la OEA.
EL PAIS (150007)
27-08-91
URSS (1017)
O.E.A (500889)
Soc. Pol (1164)

OBSERVADORES EN OEA

Gestión Profundiza el Aislamiento de Cuba en el Sistema Latinoamericano

WASHINGTON, 25 (AP).— La Unión Soviética ha pedido la admisión como observadora en la Organización de los Estados Americanos (OEA). Dando mayor relieve a la exclusión de Cuba del principal foro continental desde hace casi 20 años.

El portavoz de la OEA, Miguel Frankfell, dijo que la solicitud fue hecha a través de una nota dirigida al presidente del Consejo Permamente, William Douglas, de Barbados.

La nota de un párrafo firmada por el embajador designado V. Komplektov dice que tengo instrucciones de presentar la solicitud formal de que se conceda a la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas la condición de observador permanente en la O.E.A.

Douglas refirió la cuestión, como es de costumbre. A la comisión de asuntos jurídicos, sin cuyo dictamen el Consejo no puede avanzar.

La asamblea especial de Punta del Este de 1962 declaró incompatible la declarada adhesión del régimen cubano del presidente Fidel Castro a la ideología marxista leninista e impidió desde entonces su participación en las actividades de la OEA.

A pesar de las reformas promovidas por el gobierno soviético recientemente. La Unión Soviética no ha repudiado formalmente su sistema marxista leninista.

Una reunión de consulta reunida en Quito en 1975 dejó a cada miembros de la OEA reanudar libremente sus relaciones con La Habana, con lo cual se invalidó la resolución adicional de una asamblea de 1967 que solicitaba el aislamiento de Cuba como medida adicional de presión sobre ese país.

El ex canciller colombiano Julio Londono Paredes, que preside la comisión jurídica, anticipó que habrá muchas consultas antes de resolverse el caso.

Se trata de una medida muy especial dentro de una situación muy especial, dijo.

La URSS desea elevar formalmente sus vínculos con la OEA pues desde hace años tenía un primer secretario acreditado a su embajada en Washington, que actuaba como informante de su gobierno, como observador podría asistir a sesiones aún privadas y en los casos pertinentes dirgirse directamente al consejo formado por los 35 países del continente.

Al presente la OEA tiene 27 observadores, entre ellos Francia, España, Italia, Portugal, El Vaticano, Japón y las comunidades europeas, pero no Gran Bretaña. Londres trató de dar ese paso aún antes del conflicto sobre las Islas Malvinas. Pero ante las indicaciones de que la Argentina lo vetaría, dio un paso atrás y nunca reactivó la cuestión desde entonces.

V.R.
V.R.

01-01

9107890

Nº. DOCU... 9107891
Fue ocupado la Central Telefonico de Vilna.
de Mañana (150015)
27-06-91
URSS. (10175)
Rep. S. (11555)
Fac. M.L. (11163)

Tropas soviéticas concretaron operativo

Fue ocupada la central telefónica de Vilna

Duró tres horas; capital aislada del mundo

Tropas soviéticas ocuparon ayer durante tres horas la central telefónica de Vilna, la capital lituana, e interrumpieron las comunicaciones de la república báltica con el resto del mundo, informó ayer la agencia Elta. La tensión entre Lituania y el gobierno central soviético recrudece a poco más de dos semanas del previsto encuentro del Presidente Mijail Gorbachov con los líderes de los siete países más industrializados del mundo.

MOSCU, (ANSA).- Los Omon (fuerzas especiales del Ministerio del Interior soviético) que coparon la central en busca de armas, según adujo oficialmente Moscú, interrumpieron también durante varias horas las transmisiones de la radio lituana.

La ocupación de la central telefónica de Vilna dejó a Lituania completamente aislada, en una operación calificada por el Presidente Vitautas Landsbergis como "un desafío a todo el mundo".

Hace seis meses, la torre de la televisión de Vilna fue ocupada por "boinas negras" de las unidades especiales del ejército soviético, y en la operación murieron 14 personas y más de 100 resultaron heridas.

La primera noticia de la ocupación de la central telefónica fue dada por el representante lituano en Moscú, en las primeras horas de la tarde, y el Ministerio del Interior confirmó la operación, aunque precisó que no habia muertos ni heridos.

La acción, aclaró un vocero del Ministerio, fue cumplida en aplicación de un decreto presidencial de julio del año pasado, sobre el secuestro de armas que posee ilegalmente la población.

El mismo vocero dijo que los "boinas negras" secuestraron en la central telefónica 17 fusiles, una pistola y unos 20 artefactos explosivos, y que después "abandonaron pacíficamente el edificio".

Acciones pasadas

Por la noche, el Vicepresidente del Parlamento lituano, Ceslovas Stankiavicius, lanzó un llamado a la población para reforzar la vigilancia de las centrales telefónicas y telegráficas en toda Lituania.

Radio Riga, de Letonia, citada por la agencia báltica Baltfax, aseguró también que una unidad de "boinas negras" ocupó ayer un puesto aduanero de la estación ferroviaria central de esa república báltica.

Las acciones de los "boinas negras", el 13 de enero, en la torre de la televisión de Vilna, y una semana después en Riga, en la sede del Ministerio del Interior letón, con 18 muertos en total, provocaron fuertes disensos en la Unión Soviética.

El Presidente Gorbachov fue acusado por numerosos políticos, incluido el presidente ruso, Boris Yeltsin, de usar la "mano pesada", pero el líder del Kremlin sostuvo siempre que se había encontrado ante hechos consumados.

La reprobación nacional e internacional habían determinado una "pausa" en la actividad de los "boinas negras", que recién reaparecieron en mayo atacando puestos aduaneros impuestos por las repúblicas bálticas como señal tangible de su independencia, proclamada el año pasado.

Las últimas acciones de los "boinas negras" se iniciaron después de la muerte, el 19 de mayo, de un agente de la policía bielorrusa, bajo el fuego de un gendarme lituano.

Al otro día, un gendarme lituano cayó bajo el fuego de un bielorruso. El 23 de mayo com... los ataques a los puestos aduaneros lituanos y letones, que se repitieron el 25 de mayo y el 14 y el 17 de este mes.

Fue calificada de provocación la maniobra

MOSCU.- El Vicepresidente del Parlamento de Lituania, Ceslovas Stankiavichus, calificó ayer de "provocación" el asalto a la sede de la Telefónica de la capital de la república, Vilna, y convocó a los diputados urgentemente a la Cámara.

Stankiavichus, que sustituye al Presidente del Parlamento, Vitautas Landsbergis, en viaje por Alemania, pidió a la población que "no sucumba al pánico" en un mensaje a través de la televisión de la república.

El legislador recomendó también a los lituanos que "permanezcan atentos a las informaciones de la radio y, en caso de romperse de nuevo las comunicaciones, se dirijan a los ayuntamientos para seguir el desarrollo de los acontecimientos".

La república recupero las comunicaciones tras varias horas de total aislamiento, provocado por el asalto de las tropas especiales del Ministerio del Interior de la URSS (OMON) contra la central de teléfonos de la capital, que duró unas tres horas.

Fuentes del Ministerio del Interior y los mismos asaltantes justificaron la operación asegurando que fueron a capturar armas supuestamente escondidas allí, y en cumplimiento de una orden de la Fiscalía de la república que sigue fiel al Kremlin.

La representación lituana en Moscú negó que los OMON hayan encontrado armas en el edificio durante la operación, que sembró el pánico en toda la república porque recordó otra similar contra la televisión que, en enero pasado, causó catorce muertos.

01-01

9107891

Nº. DOCUMENTO
TITULO: El Soviet aprobó ley de Privatizaciones.
CLARIN (150024)
29-06-91.
URSS (20175)
Fac. Er. (11161)
Pol Er. (11392)
Fac Pol (11164)

GARANTIA DE REFORMAS DE GORBACHOV PARA EL GRUPO DE LOS SIETE

El Soviet aprobó la ley de privatizaciones

MOSCU, 22 (EFE, Reuter, ANSA). — El Soviet Supremo de la URSS aprobó hoy la ley de privatización de la propiedad, documento que el presidente soviético, Mijail Gorbachov, desea exhibir en Londres, en su reunión con los líderes de los siete países más industrializados, como prueba de las reformas económicas.

Por 261 votos a favor, 56 en contra y 27 abstenciones el Parlamento soviético aprobó, "en términos generales", el controvertido proyecto de ley, que ha desatado una acalorada polémica y la resistencia de los sectores comunistas ortodoxos, que ven en esta norma la "capitulación ante Occidente".

Durante las primeras dos horas de debates esta mañana, el Parlamento, que había comenzado el estudio del proyecto artículo por artículo, logró aprobar únicamente el preámbulo del documento, en vista de lo cual el presidente de la Cámara, Anatoli Lukianov, sometió a votación el texto en "términos generales".

Dicho procedimiento permite a los diputados introducir todo tipo de enmiendas a los proyectos de ley al punto que, en algunas ocasiones, sus contenidos quedan totalmente desvirtuados.

Los legisladores insistieron en discutir por separado y, al margen del texto aprobado, tres artículos claves, sin los cuales, según dijeron varios diputados progresistas, la ley de privatización "carece de todo sentido".

♦ Difícil tramitación

Las reticencias del Parlamento se centraron en los artículos 10, 11 y 19, que son los que precisan la "organización del trabajo de desestatización y privatización", sus "formas" y la "utilización de los recursos financieros provenientes de los procesos de desestabilización y privatización de la propiedad", respectivamente.

Además, el proyecto de resolución sobre la entrada en vigor del documento señala que la "magnitud y los plazos de la desestatalización y privatización de la propiedad se decidirán de conformidad con la situación política y económica del país".

La ley de privatización, que de hecho es debatida por el Parlamento desde el pasado mes de abril, tendrá, en opinión de los conservadores, un tortuoso trámite legislativo debido a la oposición de los sectores comunistas más conservadores.

Los comunistas arguyen que el fin del monopolio de la propiedad estatal no necesariamente debe traducirse en un "proceso de privatización masiva".

Según el primer secretario de la organización moscovita del Partido Comunista de la URSS y miembro de su Politburó, Yuri Prokofiev, tal curso de los acontecimientos conduciría a la concentración de la propiedad en manos de inversionistas extranjeros.

♦ Propiedad colectiva

"Las colectividades laborales deberán tener prioridad en la adquisición de sus empresas", afirmó Prokofiev en una reciente entrevista concedida al diario Moskovskaya Pravda, en una repetición de la tesis comunista de la necesidad de que la propiedad estatal se transforme principalmente en propiedad colectiva, y no privada.

El proyecto de ley no aborda el problema de la propiedad privada de la tierra, que deberá ser resuelto mediante un referéndum nacional, propuesto por Gorbachov inicialmente para el pasado mes de febrero y que luego, fue aplazado de manera indefinida.

V.R.
VR

01-01

9107892

DOCUMENTO
TITULO Eslovenia Organiza sus propias fuerza Armadas
PROCEDENCIA LA NACION. (ITCUZ-5)
FECHA DE PUBLICACION 91-06-03.
VINCULACION Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10403)
Fac. Mil. (11103)
Fuerzas Armadas (13005)

Eslovenia organiza sus propias fuerzas armadas en Yugoslavia

BELGRADO, 2 (DPA). – Eslovenia tomó hoy juramento a su primer relevo de soldados, y fue, tras Croacia, la segunda república yugoslava que ha empezado a organizar sus propias fuerzas armadas.

El ministro de Defensa, Jancez Jansa, ha declarado que Ljubljana "es capaz de poner a 200.000 hombres en armas" y que, en caso de una agresión por parte del ejército federal yugoslavo, el "Estado esloveno sería capaz de defenderse con una guerra civil generalizada".

El ejército yugoslavo está dirigido en su mayoría por oficiales serbios (Serbia está contra las aspiraciones de independencia eslovenas y croatas).

En Croacia volvieron a producirse hoy incidentes armados con representantes de la minoría serbia. Tras un fuerte tiroteo, el ejército yugoslavo penetró con blindados en el pueblo de Cakovci, al noroeste de Belgrado, aislando la localidad del resto del mundo. Al parecer, tres serbios resultaron heridos en esos incidentes. Desde otras localidades con minoría serbia han llegado informaciones de atentados con bombas, incendios, tiroteos y secuestros.

V.R.
VR

01.01

9107893

Nº DOCUMENTO

TITULO Gobernantes comunistas de Serbia acusan a los EE.UU.

PROCEDENCIA LA NACION (115025)

FECHA 91-06-06.

VINCULADOS Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10183)
Fed. RSF (11164)
Gob. Jul (11469)
EE.UU. (65980)

Virulento ataque

BELGRADO, 5 (UPI). – Los gobernantes comunistas de Serbia dieron hoy un virulento ataque contra los Estados Unidos, al pedir una acción del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas contra Washington por su presunto respaldo a planes para derrocar el régimen de la república y exigir que el embajador norteamericano sea retirado.

"El honor del pueblo serbio obliga a esta asamblea a pedir a los Estados Unidos que retiren a Warren Zimmermann de su servicio como embajador en Yugoslavia", dijo uno de los principales dirigentes del partido socialista de Serbia, Batric Jovanovic.

V.R
VR

01..01

9107894

Surgió acuerdo en Yugoslavia para evitar guerra civil.
El País (150007)
7/6/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10193)
Fac. Pol. (11164)

Yugoslavia: Al Borde del Abismo Surgió el Acuerdo Para Evitar Guerra Civil

SARAJEVO, 6 (ANSA).— En una dramática reunión "al borde del abismo", los presidentes de las seis repúblicas yugoslavas aceptaron esta noche como "plataforma de discusión" una propuesta para transformar a Yugoslavia en una "Asociación de repúblicas-estado soberanas", y evitar así una sangrienta guerra civil.

Hizo el anuncio el Presidente de la República de Bosnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, que con un homólogo de Macedonia presentó la propuesta a los presidentes de las otras cuatro repúblicas: Serbia, Montenegro, Eslovenia y Croacia.

El encuentro, último de una serie de seis reuniones presidenciales iniciadas en marzo para buscar una fórmula que evite una guerra civil que a muchos parece inevitable, se realizó en una antigua villa situada a unos quince kilómetros de esta capital de Bosnia-Erzegovina.

La iniciativa tiene en cuenta las posiciones enfrentadas por Serbia, la mayor de las repúblicas, favorable a un fuerte gobierno central, y de Croacia y Eslovenia, que quieren la independencia.

Los seis presidentes acordaron, ante todo, que "es necesario encontrar un compromiso pacífico para buscar una salida a la crisis sin precedentes que enfrenta la federación yugoslava", afirmó hoy la Agencia Tanjug.

Comandos del ejército, perros con policías y soldados con vehículos blindados adoptaron medidas de seguridad en torno a la villa Stojcevac, donde tras seis horas seguían reunidos esa noche los presidentes de las repúblicas yugoslavas.

Eslovenia decidió hace tres meses que el 26 de este mes procederá a la secesión lisa y llana si no se logra un acuerdo que cambie la estructura institucional del país. Croacia la seguirá de inmediato.

Eslovenia y Croacia son las dos repúblicas más occidentales y prósperas de Yugoslavia, que han elegido en sus respectivas capitales —Lubiana y Zagreb—, a gobiernos no comunistas.

Bosnia-Erzegovina y Macedonia sintonizan con la posición de Eslovenia y Croacia, pero mantienen posiciones más moderadas y operan actualmente como mediadoras en el conflicto.

Serbia, en cambio, con el apoyo de Montenegro sostiene el modelo centralizado comunista. Las fuerzas armadas, integradas por serbios en un 70 por ciento, apoyan también el sistema creado por el mariscal Tito, y advirtieron que sofocaban cualquier intento de secesión.

En los choques étnicos de los últimos meses han muerto unas treinta personas.

Las repúblicas enfrentadas contrabandean armas para afrontarse eventualmente por la fuerza.

En Croacia, de cuatro millones y medio de habitantes, residen unos 600 mil serbios, que han proclamado autónoma la región de Kajina, y anuncian su propósito de anexarla a la "gran Serbia".

La decisión anunciada por el presidente de Bosnia-Herzegovina hizo disminuir un poco la creciente tensión que se vive en Yugoslavia, mientras la economía se desliza hacia la bancarrota.

Pero muchos observadores se mostraron escépticos esta noche con respecto al futuro, pues el medio a que se produzcan hechos irreparables que lleven a la guerra civil está contrabalanceado con la gravedad de las contraposiciones políticas y los odios étnicos entre las casi veinte nacionalidades presentes en Yugoslavia, que hablan lenguas diferentes y que se dividen en el plano religioso entre ortodoxos, católicos y musulmanes.

De acuerdo al principio constitucional de rotación, el 15 de mayo debía asumir la presidencia de turno de Yugoslavia el Croato Stipe Mesic, que sería el primer no comunista en llegar al cargo de Jefe del Estado desde la revolución comunista protagonizada por el mariscal Tito durante la segunda guerra mundial.

VR
VR

01.01

9107895

Geo. Yugoslavia movilizó tropas para evitar desintegración del país
Clarín (1991-07-26)
1/6/91
Yugoslavia (674-7)
Rep. Yugoslavia (674-7)
Tac. Belgrado (674-7)
Tac. Pol (674-7)

SIETE MUERTOS EN ENFRENTAMIENTOS ENTRE SERBIOS Y CROATAS

El gobierno yugoslavo movilizó tropas para impedir la desintegración del país

Violentos enfrentamientos entre civiles serbios y policías croatas dejaron un saldo de siete muertos y decenas de heridos. El ejército federal yugoslavo fue movilizado hacia diversas regiones de Croacia y Eslovenia, especialmente a las zonas fronterizas con Italia, Austria y Hungría, donde ayer se vivió una atmósfera de gran tensión. A pesar de que el gobierno central de Belgrado declaró nulas las declaraciones de independencia y del rechazo internacional a sus iniciativas, las dos repúblicas rebeldes mantienen sus posturas separatistas.

BELGRADO, 26 (AFP, AP, Reuter, EFE y UPI). — El gobierno federal yugoslavo movilizó hoy fuerzas del ejército apoyadas por tanques, blindados y aviones hacia los territorios de Eslovenia y Croacia, las dos repúblicas que se proclamaron independientes del poder central de Belgrado, en una atmósfera de tensión por el posible desencadenamiento de una temida guerra civil.

Tras una serie de violentos enfrentamientos entre civiles serbios y policías croatas que dejaron siete muertos y varios heridos el poder central resolvió el envío de tropas a la ciudad de Glina, en Croacia, en tanto que aviones militares sobrevolaban la ciudad de Liubljana, la capital eslovena, después que el gobierno federal de Belgrado desconoció las declaraciones independentistas de esas dos repúblicas rebeldes.

El poder central que encabeza el primer ministro Ante Markovic anunció este miércoles que había autorizado a la policía federal a asumir el mando de los pasos limítrofes internacionales de Eslovenia, que tiene fronteras con Italia y Austria, y a impedir que esa república tome el control de los puestos que la comunican con Croacia, según indicó la agencia oficial Tanjug.

El territorio esloveno fue escenario de los mayores picos de tensión: mientras Liubljana presenciaba el amenazante sobrevuelo de los aviones militares, tropas del ejército federal con asiento en esa república fueron puestas en el más alto estado de alerta.

El ministro federal de Información, Jelco Kacin, dijo que varias unidades elevaron su grado de alistamiento para eventuales combates, y anunció que el ejército estaba utilizando helicópteros para el traslado de oficiales hacia zonas limítrofes de Eslovenia con Austria e Italia.

Unos diez tanques pesados del ejército federal fueron detenidos por unidades de la policía eslovena cuando se dirigían al puesto de Krvavi Potok (frontera italiana), y obligados a retornar a su base, dentro del territorio de Eslovenia, de acuerdo con datos brindados por el Ministerio de Informaciones de esa república rebelde.

La misma fuente reveló a la agencia France Presse que durante la madrugada del miércoles se registraron incidentes menores en varios puestos fronterizos, donde soldados del ejército yugoslavo trataron de impedir la colocación de carteles con la inscripción "República de Eslovenia" a las fuerzas de defensa territorial de esa república, consideradas el embrión de sus eventuales futuras fuerzas armadas.

Pobladores eslovenos bloquearon carreteras con camiones y excavadoras atravesadas para impedir el paso de unidades blindadas del ejército federal.

El aeropuerto internacional de Brnik, en las cercanías de Liubljana, fue cerrado al tráfico por las autoridades federales, encargadas de la seguridad de la navegación aérea civil, por "problemas técnicos", según la explicación oficial.

♦ Choques interétnicos

Al menos siete personas murieron como consecuencia de los enfrentamientos producidos entre pobladores serbios y croatas en dos localidades dentro del territorio de Croacia, se supo por funcionarios del gobierno de esa república.

Los más fuertes incidentes de violencia, ocurridos entre la noche del martes y la madrugada de hoy, se registraron en el poblado de Glina, unos 45 kilómetros al sur de Zagreb, la capital croata, donde civiles serbios se enfrentaron a tiros a la policía croata y dejaron un saldo de seis muertos.

La localidad, de población mayoritariamente serbia, decidió unirse al territorio de Krajina, un enclave de esa etnia dentro del territorio de Croacia que se ha proclamado como región autónoma, en abierta rebelión contra el gobierno independentista de Zagreb.

También la aldea de Bosnjia, en la frontera entre Croacia y Serbia, fue escenario de los choques entre civiles serbios y policías de Croacia: allí el saldo resultó de un muerto y cuatro heridos.

Las tensiones interétnicas, que han cobrado decenas de víctimas en los últimos meses, aparecen como un elemento de permanente amenaza que se superpone a la ya crítica situación política. El gobierno central de Belgrado, que además es la capital de Serbia (la más poderosa de las repúblicas yugoslavas), inmediatamente después de rechazar las declaraciones de independencia de Croacia y Eslovenia, anunció que había emitido "órdenes para asegurar el funcionamiento normal del Estado yugoslavo y para proteger sus fronteras externas e internas".

La decisión de movilizar al ejército federal plantea la posibilidad latente de enfrentamientos mayores, toda vez que las autoridades de las repúblicas rebeldes asumen como un paso a los hechos algunas de sus encendidas declaraciones: el primer ministro esloveno, Lojze Peterle, dijo que "si se emplea la fuerza contra Eslovenia, Eslovenia responderá".

D-7

Una puerta abierta

No habían transcurrido 24 horas desde que Croacia y Eslovenia proclamaran sus respectivas independencias cuando el gobierno federal de Belgrado formuló una previsible advertencia: está decidido a aplastar por la fuerza la doble "disociación". Esta circunstancia, sumada a la reacción negativa de los Estados Unidos y la Comunidad Europea, coloca en una situación muy incómoda a los líderes de ambas repúblicas y les obliga a escoger entre un puñado de opciones que en todos los casos parecen serles desfavorables.

Tanto el esloveno Milan Kucan, un precursor del comunismo reformista, como el croata Franjo Tudjman, un ex guerrillero y general del ejército titoísta, demostraron en los últimos meses que quieren evitar a toda costa una ruptura definitiva con Belgrado. Las declaraciones de independencia no deben entenderse entonces como un acto de insensatez —punto de vista serbio— sino más bien como un ultimátum a Belgrado para que acepte discutir un nuevo modelo de país.

El nacimiento de una Tercera Yugoslavia no debería extrañar. El país independiente que los serbios, croatas y eslovenos crearon en 1918 tuvo en sus 73 años de historia algunos colapsos sangrientos, pese a lo cual ha logrado sobrevivir. El reino original desapareció con la Segunda Guerra Mundial y tras la primera declaración croata de independencia bajo la ocupación nazi —y la consiguiente lucha civil— surgió en 1945 un Estado reformado como federación comunista.

La exaltación nacionalista de los últimos años extendió un certificado de defunción al principio titoísta de la igualdad republicana. El fantasma del hegemonismo serbio —una de las causas del derrumbe del reino de 1918— fue agitado en un primer momento por croatas y eslovenos y alimentado luego por el gobierno de Slobodan Milosevic con una serie de medidas tan irritativas como imprudentes: pulverizó prácticamente la ya escasa autonomía de las provincias serbias de Vojvodina y Kosovo —cuyos dos millones de habitantes son de origen albanés— y modificó la Constitución titoísta para fortalecer el poder central.

♦ Concesiones recíprocas

A partir de esta situación, lo que aparentemente se ha alcanzado es un punto de no retorno. Pero la necesidad de superar la crisis aproximaría a las partes a partir de concesiones recíprocas —que por ahora apenas se insinúan— como paso previo para encarar luego la ardua tarea de refundar la federación sobre nuevas bases. Para Serbia, la unidad es esencial a los efectos de su propia supervivencia. Para Croacia y Eslovenia la situación es todavía más compleja: al actualizar el viejo término "balcanización", que se creía en desuso, sus gobiernos fijaron indirectamente la inviabilidad política y económica de minúsculos estados, casi fuera de época y rechazados por la comunidad internacional. Esos gobiernos deben elegir ahora entre el endurecimiento, que puede ser nefasto, o las negociaciones, que inevitablemente se parecerán a una claudicación.

El escaso entusiasmo que se vivió en Liubljana y Zagreb tras la doble declaración parece reflejar una preocupación popular por el futuro, que otros datos confirman. Una encuesta efectuada en la capital eslovena, por ejemplo, indica que apenas el 46% de la población respalda el paso crucial dado por el gobierno local, cuando casi el 90% había apoyado las consultas anteriores sobre soberanía y autodeterminación. En el futuro inmediato, el curso de los hechos estará determinado poderosamente por esta nueva realidad.

Carlos Arroyo

Copyright Clarín, 1991

V.Ra
V.Ra
01.01

9107896

DOCUMENTO
Yugoslavia formaría una Asociación de Estados
LA NACION. (150035)
91-06-07.
Yugoslavia (67477)
Rep. Yugos. (10193)
Fac. Por (11164)

Yugoslavia formaría una asociación de Estados

SARAJEVO, 6 (ANSA). - En una dramática reunión "al borde del abismo", los presidentes de las seis repúblicas yugoslavas aceptaron esta noche como "plataforma de discusión" una propuesta para transformar a Yugoslavia en una "asociación de repúblicas-Estado soberanas" y evitar así una sangrienta guerra civil.

Hizo el anuncio el presidente de la república de Bosnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, que con su homólogo de Macedonia presentó la propuesta a los presidentes de las otras cuatro repúblicas: Serbia, Montenegro, Eslovenia y Croacia.

El encuentro, el último de una serie de seis reuniones presidenciales iniciadas en marzo para buscar una fórmula que evite una guerra civil que a muchos parece inevitable, se realizó en una antigua villa situada a unos quince kilómetros de esta capital de Bosnia-Herzegovina.

La iniciativa tiene en cuenta las posiciones enfrentadas de Serbia, la mayor de las repúblicas, favorable a un fuerte gobierno central, y de Croacia y Eslovenia, que quieren la independencia.

Los seis presidentes acordaron, ante todo, que "es necesario encontrar un compromiso pacífico para buscar una salida a la crisis sin precedentes que enfrenta la federación yugoslava", afirmó hoy la agencia Tanjug.

Eslovenia decidió hace tres meses que el 26 de este mes procederá a la secesión lisa y llana si no se logra un acuerdo que cambie la estructura institucional del país. Croacia la seguirá de inmediato.

Eslovenia y Croacia son las dos repúblicas más occidentales y prósperas de Yugoslavia, que han elegido a gobiernos no comunistas en sus respectivas capitales, Siubliana y Zagreb.

Bosnia-Herzegovina y Macedonia están más cerca de la postura de Eslovenia y de Croacia, pero mantienen posiciones moderadas y operan actualmente como mediadoras en el conflicto.

Serbia, en cambio, con el apoyo de Montenegro, sostiene el modelo centralizado comunista. Las fuerzas armadas, integradas por serbios en un 70 por ciento, apoyan también el sistema creado por el mariscal Tito y advirtieron que sofocarán cualquier intento de secesión.

En los choques étnicos de los últimos meses han muerto unas treinta personas.

En Croacia, de cuatro millones y medio de habitantes, residen unos 600 mil serbios, que han proclamado autónoma la región de Kajina y anuncian su propósito de anexarla a la "Gran Serbia".

V.B.
VB

9107897

01-01

PROCEDE: Clarín (150024)
FECHA: 8/6/91
VINCULACIÓN: Yugoslavia (67477) Rep. Yug. (10193) Fac. Pet. (11164)

Yugoslavia

como país?

[illegible] que integran Yugoslavia [illegible] de una parte de [illegible] para que la confederación siga siendo compartido. Por supuesto que tal [illegible] incluye la posibilidad de [illegible] que hasta [illegible] independencia.

[illegible] Croacia [illegible] Eslovenia [illegible] Bosnia, cuyo producto por habitante alcanza casi el nivel europeo (más de 5000 dólares por año), pasando por la Croacia y la Serbia, se llega hasta el Montenegro, donde ese producto alcanza una tercera parte, y luego hasta la provincia autónoma de Kosovo, donde apenas llega a 800 dólares [illegible].

[illegible] Yugoslavia [illegible] Eslovenia y Croacia [illegible] Bosnia) y los inmigrantes [illegible] a través de Yugoslavia [illegible] que separa el desarrollo (aunque sea relativo) del [illegible] desarrollo. [illegible] Croacia [illegible] 1918, y [illegible] Bosnia, cuyo producto por habitante alcanza casi el nivel europeo (más de 5000 dólares por año), pasando por la Croacia y la Serbia, se llega hasta el Montenegro, donde ese producto alcanza una tercera parte, y luego hasta la provincia autónoma de Kosovo, donde apenas llega a 800 dólares [illegible].

[illegible] Yugoslavia [illegible] 1918 y 1941, un reino que albergaba a serbios, croatas y eslovenos, [illegible] Bosnia [illegible] Croacia y Esloven

INDICE
PROCEDENCIA
FECHA
NUMERO

(por) [illegible]?

[illegible] desde los países extremos, pero una nota de racionalidad [illegible] que la reforma [illegible] de [illegible] (aunque la crisis en ese aspecto es grave). [illegible] de organización del Estado y de la sociedad. En tal sentido, a su juicio, "el conflicto federación-confederación ... no durará por largo tiempo, pues los problemas económicos y sociales no lo permitirán". Y planteó la pregunta más certera: cómo se alcanza la transformación [illegible] cada uno, por su lado? La respuesta [illegible] los conflictos [illegible].

[illegible] y sería posible compararlo con el perfil [illegible] de los conflictos [illegible] en el país que ellos ocupa si mirásemos de los ojos del sur (aunque no te los sean clave). Pero también cabe referirse a otro aspecto más general: el hecho que, en nuestro tiempo, mientras por un lado se marcha hacia la integración política de diversos países, para lograr espacios económicos ampliados donde desenvolver economías a gran escala, por el otro lado se verifica la tendencia a la desintegración de otros estados que abarcan diferentes nacionalidades o etnias. Este último fenómeno va desde la URSS, con la [illegible] de separatismo de varias repúblicas periféricas y la tendencia de todas [illegible] respecto de la federación [illegible] de países en el Africa. [illegible] de Etiopía [illegible] y el [illegible] respecto de [illegible].

En tal sentido, Yugoslavia es materia de [illegible] el hecho de no haber logrado su desarrollo (el primer ministro, Ante Markovic, admite que los [illegible] sirvieron [illegible] "real subdesarrollo") representa un evi[illegible] de [illegible] que [illegible] a las [illegible] [illegible] constituido [illegible] que [illegible] al [illegible] gobierno y [illegible] el [illegible] y [illegible] [illegible] Croacia [illegible] que su avance [illegible] en la [illegible] de la crisis general [illegible] [illegible] La idea de que estas repúblicas deben valorizar los vínculos con la Europa desarrollada y no con sus actuales asociadas. Por eso aspiran a entrar a la CEE no como la entidad "Yugoslavia", sino en forma separada. Lo mismo comienza a plantearse en el Quebec con respecto a la integración con los Estados Unidos en forma [illegible] y [illegible] parte de un [illegible] "Canadá".

[illegible]

[illegible]

02.02

9107898

Violencia en Yugoslavia.
La Nación (REU25)
11/6/91
Yugoslavia (6741)
Rep. Yug. (10193)
Fac. ~~Ejército~~ Militar (11163)
Acciones Subversivas. (11418)
Fac. Pol. (11164)

Violencia en Yugoslavia

BELGRADO, 10 (AP). – Un policía croata fue muerto a balazos en una emboscada y un serbio murió al estallarle una bomba que iba a colocar en Croacia, lo que acentuó la tensión existente en Yugoslavia a pesar de los indicios de acuerdo entre los principales dirigentes políticos.

Mientras tanto, en el importante puerto croata de Split fue arrojada una bomba contra el muro de un cuartel. Fueron destruidas numerosas ventanas y una puerta pero no hubo heridos.

Los últimos hechos de violencia se produjeron después que los presidentes de las seis repúblicas de Yugoslavia acordaron la semana última en Sarajevo considerar planes específicos para el futuro de Yugoslavia.

Advertencia

Las repúblicas occidentales de Croacia y Eslovenia advirtieron que encararían la secesión si Yugoslavia no tomara la forma de una federación de repúblicas soberanas.

Serbia, la mayor de las repúblicas, donde el Partido Socialista, nuevo nombre del Partido Comunista, retiene el poder, insistió en que Yugoslavia debía continuar siendo una federación centralizada con su capital en Belgrado, que es también capital de Serbia.

VR.
VR.

01.01

9107899

DOCUMENTO
TITULO Exigen nuevas elecciones en Serbia.
PROCEDENCIA EL PAIS (150003)
FECHA DE DOCUMENTO 91-06-10
VINCULACION Yugoslavia (67477)
Rep. Yug (10193)
Exc. Pol (111041)

La Oposición Anti Comunista

AL GRITO DE "BANDIDOS ROJOS" SE EXIGE EN BELGRADO NUEVAS ELECCIONES SERBIAS

BELGRADO, Yugoslavia (Fuentes AP, EFE, ANSA y REUTER).— Al grito de bandidos rojos, millares de manifestantes anticomunistas se congregaron hoy en el centro de Belgrado para exigir nuevas elecciones en Serbia, la mayor de las seis repúblicas yugoslavas.

La manifestación, organizada por la Oposición Democrática Serbia Unida, tenía como objetivo desplazar el régimen bolchevique serbio, según dijeron en sus discursos los líderes de la oposición.

Unas 20.000 personas entonaron lemas exigiendo la salida del gobernante partido socialista serbio, el ex partido comunista, que ganó por amplia mayoría las elecciones multipartidarias efectuadas en diciembre.

Los líderes de la oposición dijeron que las políticas de los socialistas en el gobierno han llevado a Serbia al borde de la pobreza y supuestamente la han convertido en el estado más aislado en el mundo.

Las autoridades, contra cuya incompetencia y despotismo protestamos hoy, sólo producen enemigos de Serbia, ni una sola Democracia en el mundo desea conversar con este régimen, dijo Vuk Draskovic, líder de la oposición, a la receptiva multitud.

La policía y algunas unidades militares fueron puestas hoy en estado de alerta en la capital yugoslava después que las autoridades denunciaron la manifestación como un fraude contra el pueblo serbio.

El 9 de marzo, una masiva demostración opositora en Belgrado dejó dos muertos y veinteiras de heridos. Los tanques del ejército salieron a las calles por primera vez desde la Segunda Guerra Mundial.

En su discurso de hoy, Draskovic hizo [illegible] la formación de una [illegible] serbia, supuestamente para proteger a los serbios que viven en otras repúblicas yugoslavas.

Serbia está en conflicto con su vecina Croacia por la situación de 600.000 serbios en Croacia y por el futuro de Yugoslavia. Serbia desea que Yugoslavia se mantenga como una federación centralizada, mientras Croacia y Eslovenia propugnan una confederación de Estados independientes, y amenazan separarse para fines de mes si no es así.

Las crecientes tensiones políticas y étnicas han llevado a Yugoslavia al borde de la guerra civil.

Varios manifestantes denunciaron al presidente comunista serbio Slobodan Milosevic por sus políticas de línea dura. También exigieron la renuncia del gobierno de la República al que culparon de las catastróficas políticas económicas.

La multitud respondió: bandidos rojos y slobo Saddam, comparando a Milosevic con el presidente de Irak Saddam Hussein.

El movimiento dirigido por Draskovic, el Partido Liberal, Nueva Democracia y el Partido de las Comunidades Agrícolas que ahora componen la "Unión de la Oposición Democrática Serbia", además de pedir la renuncia del gobierno serbio, exigieron que se retiren de los lugares públicos, plazas y oficinas imágenes y estatuas del Mariscal Tito, que se borre de la bandera nacional serbia la estrella de cinco puntas, por ser un símbolo comunista y que se devuelva la ciudadanía a los miembros de la familia real.

El acusado número uno de la manifestación, Milosevic, invitado por la oposición al mitin a fin de que en éste se explique el sentido de su política, no se presentó a la cita.

Por último, cabe señalar que varios partidos de la oposición se negaron a sumarse a la manifestación promovida por el "MRS" al que reprochan su nacionalismo radical.

Los manifestantes, atraídos en gran parte por el buen tiempo, gritaban en contra del presidente de la República, el comunista Slodoban Milosevic, y pedían la caída del Gobierno a la vez que apoyaron eurórica mente la propuesta de Draskovic de crear una Guardia Nacional serbia.

El mitin, que empezó con el himno tradicional serbio todavía no oficializado por las autoridades "Dios Danos Justicia", finalizó también con una de las tradicionales canciones serbias después de lo que se dispersaron los manifestantes sin que se registraran incidentes.

VB.
VB.

01 - 01

9107900

DOCUMENTO
TITULO Atentado en cuartel militar de Split.
PROCEDENCIA LA MAÑANA (MEDIOS)
FECHA 91-06-11.
VIA
Yugoslavia (67477)
Fac. Milton (11163)
Acuerdos (114183)

Se registró en el puerto de Split

Atentan con explosivos contra una guarnición en ciudad yugoslava

D-1

Se le relaciona con campaña antimilitar

BELGRADO.- Un atentado con explosivos tuvo lugar ayer en un cuartel militar de Split, ciudad portuaria de la República yugoslava de Croacia, sin ocasionar víctimas, pero sí daños materiales.

El incidente se produjo cuando una persona no identificada arrojó el artefacto sobre el muro de la Comandancia de la guarnición de la Marina de Guerra yugoslava.

De momento nadie ha reclamado la autoría del atentado, aunque los observadores lo relacionan con la campaña antimilitar iniciada en esta ciudad con las manifestaciones del pasado 6 de mayo, cuando un soldado yugoslavo perdió la vida.

Dentro de esta escalada de violencia, el domingo un policía resultó muerto a tiros en Croacia, y en otro altercado, un hombre falleció al estallarle la bomba que, al parecer, deseaba utilizar en una nueva acción de violencia.

El 6 de junio, la policía militar detuvo a cuatro ciudadanos de Split sospechosos de haber agredido el día de las manifestaciones a uno de los soldados que estaban de guardia en un vehículo acorazado del Ejército yugoslavo situado frente al edificio del Comando Naval.

La investigación y el juicio contra los cuatro sospechosos se llevará a cabo en Sarajevo, capital de la vecina república de Bosnia-Hercegovina, por decisión del Tribunal militar de Split.

El Gobierno croata, que recientemente fundó su propia Guardia Nacional contradiciendo la legislación yugoslava vigente, condenó junto con las autoridades de Split la detención de los cuatro ciudadanos y exigió explicaciones de las autoridades militares. ■

01.01

9107901

DOCUMENTO
TITULO Eslovenia Reclama un Reconocimiento mundial.
PROCEDENCIA LA MAÑANA (150015)
FECHA 91-06-11.
VINCULACION Yugoslavia (67477)
Rep. Yug (10193).
Fed. RFP (11164)

De naciones y organismos internacionales

Eslovenia reclama un reconocimiento mundial

D-1

Como un estado independiente

La república yugoslava de Eslovenia pedirá próximamente a los Estados Unidos, la Unión Soviética y otros países, así como a la Comunidad Europea (CE), la EFTA, la OCDE y la ONU ser reconocida como estado independiente.

VIENA.- Así lo afirmó el Ministro de Asuntos Exteriores esloveno, Dimitrij Rupel, en una entrevista para el número más reciente de la revista austriaca Profil.

Rupel anunció una declaración de independencia hasta el 26 de junio, aunque no quiso precisar la fecha, y comunicó que visitará en total 25 países, en su mayoría europeos, para pedirles que reconozcan la independencia eslovena.

El Ministro señaló que su país espera de la vecina Austria más comprensión que de otros estados y cree que pronto se abrirá una Embajada eslovena en Viena.

Expresó sus dudas sobre el propósito de la CE de prestar ayuda económica, ya que políticos de los "Doce" han puesto como condición que Yugoslavia persista y les acusó de ejercer presión en las repúblicas yugoslavas.

Según Rupel, hay una contradicción entre la reivindicación de que Yugoslavia siga unida y que sea democrática, ya que en Serbia no se entiende lo mismo por democracia que en Eslovenia.

Eslovenia está dispuesta a convertir a Yugoslavia en una unión de repúblicas soberanas, según el modelo de la CE, pero todos los estados miembro tendrán que decidirse por la democracia y una economía libre, lo que por el momento no sucede, subrayó el ministro.

Eslovenia también podría sobrevivir sin ayuda internacional, opinó Rupel, pero en ese caso no podría realizar reformas rápidas.

Lo que necesitamos, consideró el Ministro, no son regalos sino créditos por valor de unos 1.000 millones de dólares, créditos a los que su país demostrará ser digno. ■

YR

01-01

9107902

Baker Respaldo la Unidad de Yugoslavia.
Clarin (150024)
25/6/91
Yugoslavia (67477)
Fac. Pol (11169)
Rel. Int (113099)
Ex. US (165890)

Baker respaldó la unidad de Yugoslavia

D-1

BELGRADO, 21 (Reuter).- El secretario de Estado norteamericano, James Baker, dio un firme respaldo a la unidad de Yugoslavia y adelantó que Washington no reconocerá la independencia que Eslovenia se propone proclamar la semana próxima.

Durante sus reuniones con autoridades yugoslavas, Baker dijo que la preservación de la Federación Yugoslava sería la mejor manera de asegurar la vigencia de los derechos humanos y la obtención de asistencia económica por parte de la comunidad internacional.

Baker, a la pregunta de si Estados Unidos país reconocería la independencia de Eslovenia, repuso: "No lo haremos. Desaconsejamos acciones unilaterales que no se adopten a través del diálogo y negociaciones".

"Pensamos que es muy importante que esto se alcance a través del diálogo y negociaciones, que haya ausencia de violencia o derramamiento de sangre o fuerza. Pensamos que las posibilidades del diálogo no han sido agotadas", acotó.

Añadió que esa posición es respaldada por la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa, que consideró a Yugoslavia un "caso piloto" de los cambios con estabilidad que deben producirse en el continente.

Extrema importancia

Todos los participantes en esa asamblea "piensan que es de extrema importancia y necesidad que los principios de respeto por los derechos humanos, la democracia, la unidad e integridad territorial de Yugoslavia sean respetados".

Croacia, al igual que Eslovenia, se propone proclamar su independencia el miércoles. Las dos repúblicas son las más ricas de Yugoslavia y las más afines con Occidente.

El premier Markovic fue preguntado si la visita de Baker y la declaración europea en favor de la unidad yugoslava tendrán influencia para restañar las divisiones políticas que sufre su país.

"Si hablan sobre una solución democrática para nuestras dificultades, indudablemente así será", respondió a los hombres de prensa.

Al recibir a Baker, Markovic le dijo: "llegó en el momento adecuado para hacer la recomendación correcta". Baker y sus colegas de la Conferencia instaron esta semana a un diálogo que permita solucionar pacíficamente la crisis yugoslava.

Sin embargo, Croacia y Eslovenia no dieron muestras de haber modificado su intención de alcanzar la independencia.

VR
VR

01.01

9107903

BELGRADO se apodera de 10 aviones eslovenos
LA NACION (150025)
23-6-91
Yugoslavia (67477)
Rep Yug. (10193)
Fed. Nacional. (11163)

Belgrado se incautó de aviones eslovenos

LIUBLIANA, 22 (DPA). – Ante el anuncio de la inminente separación de Eslovenia de Yugoslavia, el ejército federal se apoderó de diez aviones que se hallaban en ese Estado y los trasladó a un lugar desconocido.

Según el diario Delo, de Liubliana, helicópteros trasladaron ayer a pilotos al aeropuerto de Brnik. Estos abórdaron los aviones y salieron con dirección desconocida.

El ejército yugoslavo había puesto a disposición de Eslovenia esos aparatos, construidos hace 25 años, para la defensa territorial. Un vocero esloveno calificó el "secuestro" de los aparatos como una [illegible]

Eslovenia es [illegible] vía el miércoles [illegible] la independencia.

VR.
VR.

10-10

9107904

Reunion de los Gobernantes de Eslovenia y Croacia.
Clarin (150024).
23/6/91
Yugoslavia (674177)
Rep. Yug. (101823)
Fac. Pol (11164)

Ruptura en Yugoslavia

BELGRADO, 22 (Reuter).— Los gobernantes de las rebeldes repúblicas de **Croacia** y **Eslovenia** se reunieron hoy en **Zagreb** para ultimar **planes hacia su secesión de Yugoslavia**, pese a las redobladas presiones internacionales para que sea preservada la unidad del país.

El presidente croata, **Franjo Tudjan**, y el de Eslovenia, **Milan Kucan**, afirmaron el viernes que proseguirán con sus planes de independencia, a pesar de la advertencia formulada durante su reciente visita al país por el secretario de Estado norteamericano, **James Baker**, de que **Washington no respaldará esa secesión.**

Baker partió rumbo a **Tirana** luego de mantener conversaciones con los gobernantes yugoslavos y declaró que veía las cosas con más pesimismo.

"Estamos preocupados por la posibilidad de que se repita la historia", dijo, refiriéndose al sangriento pasado de este volátil país balcánico que desencadenó la Primera Guerra Mundial.

La Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa, cuyos 35 países sesionaron esta semana en Berlín, también expuso su fuerte respaldo para una Yugoslavia unificada.

El eje de la disputa tiene que ver con el esquema al que se ceñirá el futuro de la actual federación. Eslovenia y Croacia adoptaron medidas para escindirse para fines de este mes, a menos que Yugoslavia se transforme en una alianza de estados soberanos.

Ambas repúblicas se abstuvieron de utilizar el término secesión, optando por desvinculación. La mayor de las repúblicas, **Serbia**, y su aliado mucho más pequeño, **Montenegro**, se pronunciaron en favor de una federación con un gobierno centralizado.

V.R.
VR.

01-01

9107905

Los políticos artífices de la Independencia de Croacia y Eslovenia.
Clarín (15E024)
25/6/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10183)
Fac. Político (11164)

Nombres para la secesión

0.1

BELGRADO, 24 (AFP). — Un ex general comunista croata y dos políticos eslovenos —un precursor del comunismo reformista y un primer ministro democristiano— **son los artífices de la independencia que las dos repúblicas se disponen a proclamar el miércoles.**

Se trata del presidente de Croacia, **Franjo Tudjman**— un ex general comunista convertido, desde hace mucho tiempo, al nacionalismo—, del de Eslovenia, **Milan Kucan**, precursor del comunismo reformista, y del primer ministro democristiano **Lojze Peterle**.

Un año después de haber tomado el poder apoyado por una verdadera avalancha nacionalista y anticomunista, Tudjman, **ex general del mariscal Tito**, consolidó en Croacia, a su imagen y semejanza, un régimen autoritario, partidario de las marchas y ceremonias militares.

Guerrillero a los 19 años, general e historiador, el presidente Tudjman, de 69 años, purgó dos condenas por nacionalismo en la Yugoslavia de Joseph Broz "Tito", tras el aplastamiento de la "primavera croata" en 1971.

Nombrado presidente del Parlamento, en el que su partido se adjudicó el 75 % de las bancas, Tudjman orientó rápidamente el sistema parlamentario hacia un régimen presidencial.

Sus detractores le reprochan **haber instaurado un régimen personal en el cual el Parlamento no es más que una decoración**. Por otra parte la legislatura ni siquiera fue consultada acerca de la iniciativa de organizar un referendo sobre la independencia.

Contrariamente a Croacia, donde la voluntad independentista quedó abiertamente expresada al final de la era comunista, Eslovenia se encaminó desde hace varios años hacia la autonomía, principalmente gracias a los esfuerzos de su actual presidente, **Milan Kucan**, de 50 años, uno de los precursores del comunismo reformista en Europa del Este.

Los años durante los cuales Kucan dirigió el Partido Comunista esloveno permanecerán **como los de la "primavera" de Eslovenia**, un período marcado por las ideas liberales.

Figura trágica, Kucan fracasó sin embargo en su proyecto de modernizar a Yugoslavia y asistió —sin jamás hacer un gesto ni tomar distancias— al repliegue voluntario de Eslovenia y su retorno al tradicionalismo.

V.R.
V.R.

9107906

01-01

Baker anunció que EE.UU no reconoce independencia de croatas y eslovenos.
La Nación (150025)
25/6/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10193)
Fed. Yug. (11164)
Relaciones Yug. (11399)
EE.UU. (658.90)

Balde de agua helada para croatas y eslovenos

Las declaraciones de James Baker, el viernes en Belgrado, cayeron como un balde de agua helada sobre el entusiasmo con que el pueblo esloveno (y el croata, por su parte), se apresta a tomar una decisión sobre su independencia.

El secretario de Estado norteamericano advirtió desde ya que los Estados Unidos no reconocerán esa independencia y añadió: "Desaconsejamos acciones unilaterales que no se adopten a través del diálogo y de negociaciones". Lo mismo dijo para Croacia, y la Comunidad Europea lo acompañó.

Los eslovenos son la más occidental de las naciones eslavas y limitan al norte con Austria y al oeste con Italia, que han gravitado pesadamente sobre ellos a lo largo de los siglos.

Es cierto que los eslovenos pueden presentar pocos antecedentes históricos de independencia. Pero pueden, en cambio, decir con rara precisión cuándo llegaron a su tierra: el 2 de abril de 568. Su primer Estado –y hasta ahora, el único– fue Carantania. Su último soberano, Borut, reconoció en 743 la soberanía de Baviera, vasallo poderoso del Imperio Franco.

Penoso dominio

El cristianismo lo difundieron su hijo y su sobrino, bautizados en 745 y Eslovenia, la primera nación eslava cristiana. Fueron El dominio extranjero (ya entonces) les resultó muy penoso y juntos (ya entonces) con los croatas, se alzaron por su independencia en 822.

Perdieron la lucha y como resultado de ello su nobleza desapareció. Durante mil años Eslovenia fue un país de campesinos con señores feudales alemanes.

Fueron los franceses los que despertaron el sentimiento nacional. Las "provincias ilíricas" del Imperio de Napoleón, duraron sólo cuatro años, de 1809 a 1813 y han sido llamadas "estado ridículo", que unió retazos: Trieste, Eslovenia, Dalmacia. Pero si hoy existe la "cuestión eslovena", como serio problema político, es por la semilla que sembró aquella creación efímera. En esos años, surgió una burguesía y con la libertad de los siervos en 1847 aparecieron obreros y artesanos.

La independencia

Al caer Austria–Hungría, Eslovenia se proclamó independiente, el 29 de octubre de 1918. Pero ya el 1º de diciembre era incorporada a la futura Yugoslavia, y no a disgusto pues la idea de unir en un solo Estado a las naciones eslavas del Sur era ampliamente aceptada en ese momento. Sin embargo, cuando se vio que, para Belgrado, Yugoslavia equivalía a "Gran Serbia", la opinión cambió y ya en 1932 se difundió una Declaración Nacionalista de Autonomía.

Los años siguientes no fueron felices para el país, tironeado y dividido entre Alemania e Italia y perseguido por ambos. Nuevamente, al terminar la Segunda Guerra, el 3 de mayo de 1945, los partidos eslovenos proclamaron un Estado en "todo el territorio que habitan los eslovenos", pero como parte "del reino democrático y federal de Yugoslavia".

Su moderación no les sirvió de nada y fueron incorporados como república confederada a la Yugoslavia de Tito. Como en otros países los primeros años del comunismo fueron atroces y luego la vida se normalizó. Pero, muerto el viejo dictador, sus sucesores quisieron imponer una política de imperialismo serbio (oficialmente llamada "yugoslavización"). La reacción fue tremenda. Se unieron la Iglesia (Eslovenia es totalmente católica), el Partido Comunista de Eslovenia, todas las organizaciones nacionales, la emigración. Y finalmente el jefe comunista disidente, Milan Kucan, fue elegido presidente.

Faltan pocas horas para que Eslovenia tome una decisión. En las elecciones los partidos democráticos, agrupados en el movimiento Demos, lograron 49 bancas mientras que las diversas fracciones de los ex comunistas reúnen 38. El problema es que para decidir la independencia se necesitan dos tercios de votos (en votos ciudadanos Demos tuvo el 55 por ciento y los ex PC, 45 por ciento).

Cifras elocuentes

Una encuesta de diciembre último estableció que el 77 por ciento de los eslovenos cree muy probable la desintegración de Yugoslavia; el cien por ciento está contra la intervención del ejército para impedirlo y el 88 por ciento cree que la vida será mejor después de la desintegración.

¿Baker y la Comunidad habrán pensado en consultar a los interesados?

N. Binayán Carmona

YR

01-01

9107907

Yugoslavia: inevitable division - Zero Hora (150029)
26/6/91
Yugoslavia (6.7477)
Rep. Iug. (10193)
Fac. Pol (11164)

Iugoslávia chega à inevitável divisão

RAUL RUBENICH
Editor Internacional/ZH

Prosperidade econômica e respeitabilidade política não conhecidas pelos regimes comunistas do Leste europeu (a primeira, decorrente de uma mistura de socialismo e capitalismo; a segunda, de se tratar do mesmo país que lutou contra os nazistas na II Guerra e não quis se ajoelhar inteiramente, depois dela, aos ditames stalinistas) foram dois dos fatores que mantiveram a Iugoslávia até hoje unida. Apesar de ser verdadeiramente uma colcha de retalhos étnicos e religiosos. Outro fator, claro, foi o marechal Josip Broz Tito, o homem que, até morrer em 1980, conseguiu manter a fachada da unidade.

Dez anos depois disso, no entanto, falava-se abertamente em Belgrado, a capital da federação, que o mapa europeu do início do próximo século iria mostrar apenas sete países: um enorme, chamado Europa, e outros seis pequenos no território da atual Iugoslávia. Dennison Rusinow, um professor de História da Universidade de Pittsburgh, nos EUA, que viveu 30 anos na Iugoslávia, relata, na última edição da publicação especializada *Foreign Policy*, que até mesmo antes disto muitos iugoslavos diziam a estrangeiros que seu país "é um engano de 70 anos que está finalmente em vias de ser corrigido".

A decisão dos Parlamentos da Eslovênia e da Croácia, ontem, parece dar inteira razão a estes argumentos, mostrando que o país surgido dos escombros do Império Austro-Húngaro, já quase que irremediavelmente cindido em 1941, e reorganizado por Tito, busca tantos caminhos para o futuro quantas são as suas inúmeras nacionalidades e etnias.

PODER DA LIGA — Num indício anterior da inevitabilidade da divisão, a Liga dos Comunistas da Iugoslávia — lembrava Robin Alison Remington, também especialista em questões iugoslavas, em ensaio na edição de dezembro de 1990 de *Current History* — renunciou, no seu 14° e "profeticamente chamado de extraordinário" Congresso, em janeiro de 1990, a 45 anos de monopólio do poder. A declaração final do Congresso admitiu que "a primeira condição de nossa reforma social é acabar com qualquer monopólio político, mesmo o da LCI". Isso porque "numa sociedade democrática, ninguém pode ser o expoente da verdade política exclusiva".

A delegação da LCI da Eslovênia — uma das repúblicas que ontem se proclamaram independentes — achou muito pouco, e abandonou o congresso. A confusão se generalizou e a reunião foi oficialmente suspensa. A LCI já estava em crise geral, uma vez que, nas eleições regionais realizadas em meados desse mesmo ano, inúmeros candidatos de oposição, sem partido, haviam batido os indicados pelos comunistas.

Apesar de terem os comunistas continuado no governo depois da morte de Tito, o país, ao contrário de tantos outros só não concordavam com o marechal em economia, tentava, desde 1983, cumprir as metas traçadas pelo Fundo Monetário Internacional (o FMI, o mesmo aquele ao qual a União Soviética tenta hoje por todos os meios aderir) para lidar, entre outros pontos de sua crise interna, com os efeitos de uma uma dívida externa de US$ 20 bilhões.

TUDO DIVIDIDO — Ao cabo de tantas complicações, são, evidentemente, muitos os motivos que podem levar a Iugoslávia a uma guerra civil. Principalmente étnicos, como mostram as reclamações intermináveis tanto da Croácia, agora "independente", quanto da Sérvia, a mais poderosa das repúblicas, sobre a Bósnia-Herzegovina. É, esta última, uma imensa confusão de 1,3 milhão de sérvios, 758 mil croatas, e 1,6 milhão de muçulmanos servo-croatas. Os croatas dizem que estes últimos são croatas islamizados; os sérvios, porém, garantem que são sérvios islamizados. Enquanto as duas partes discutem sobre seus "direitos" à Bósnia, há grupos desta república de três denominações diferentes jurando que, antes de se submeter a qualquer uma das partes, vão mesmo é se separar de tudo, seja ou não a Iugoslávia destruída como federação.

Outro exemplo das confusões é a província autônoma de Kosovo, dentro da Sérvia, e que tem uma população cada vez maior de albaneses. Estes aumentam suas exigências, inclusive o status de república. De repente, vão pensar, talvez depois de massacrar os sérvios e montenegrinos da região, em independência — se ainda existir um poder central, em Belgrado ou outra capital iugoslava qualquer, a ser desafiado.

YR.

01 - 01

9107908

Croácia 7 Eslovênia independentes.
2ª ed. Hora (150029)
26/6/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Jug. (10193)
Fac. Pol. (11164)

Croácia e Eslovênia independentes

□ Duas das repúblicas que formam a Iugoslávia deram, ontem, um passo destinado a, no mínimo, criar muita confusão. E Belgrado já está agindo

As repúblicas da Croácia e da Eslovênia se declararam ontem independentes da Iugoslávia, apesar das advertências das nações ocidentais e do governo de Belgrado de que a secessão poderia conduzir a uma guerra civil no país balcânico etnicamente dividido. O Parlamento federal considerou a decisão "inconstitucional" e reagiu pedindo a intervenção do Exército e do governo. Este convocou todos os órgãos federais, incluindo as Forças Armadas e a polícia, instruindo-os "a se prevenirem contra o retalhamento da Iugoslávia e a mudança de suas fronteiras".

Em Zagreb, a Assembléia croata aprovou um pacote de quatro decretos invalidando a Constituição Federal na república. O presidente do Legislativo, Zarko Domljan, disse que a Croácia é agora "um estado soberano e independente". Em Liubliana, a Assembléia eslovena aprovou decretos de independência virtualmente idênticos, que também eliminam a estrela vermelha comunista da bandeira da república e de seu brasão.

REIVINDICAÇÕES — Em Zagreb, Domljan declarou que a Croácia e a Eslovênia deveriam "formar uma aliança de dois estados independentes e soberanos" e com todos os demais estados iugoslavos que respeitassem a independência, soberania e integridade territorial uns dos outros. As duas repúblicas anunciaram também que pleiteariam o reconhecimento internacional.

Eslovênia e Croácia pretendem retirar seus deputados da Câmara Federal, mas querem manter os representantes na Câmara das Repúblicas e Provincias do Parlamento iugoslavo. A Câmara Federal trata principalmente de questões de âmbito nacional, enquanto a outra casa trata sobretudo de questões internas das repúblicas.

A Eslovênia (2 milhões de habitantes) e a Croácia (4,5 milhões) querem que a federação iugoslava de seis repúblicas se converta numa associação de estados independentes, nos moldes do Mercado Comum Europeu, a fim de escapar a uma temida dominação da Sérvia, a maior república, com 8,5 milhões de habitantes.

O presidente croata Franjo Tudjman citou como exemplo da violação permanente da soberania da república da Croácia a manobra da Sérvia para impedir que Stjepan Mesic, representante da Croácia, tomasse posse na chefia rotativa do colegiado presidencial de oito membros.

CONSEQÜÊNCIAS — As conseqüências práticas das declarações de independência, uma vez passada a euforia, serão sentidas a curto prazo, já que são muitos os problemas a resolver. Ao contrário da Eslovênia, etnicamente homogênea e sem problemas de fronteiras com outras repúblicas, o governo de Zagreb não controla os enclaves sérvios em seu território, onde reina a anarquia.

A expedição de passaportes, moeda, sistema bancário, política exterior e, a mais importante, as Forças Armadas iugoslavas, seguem funcionando como em uma instituição federal. Ainda que a Croácia tenha delimitado seu território através de placas indicativas nas estradas e a Eslovênia tenha construído oito postos fronteiriços com a Croácia, a fronteira mais importante, entre a Croácia e a Sérvia, não está demarcada, já que ali, nos últimos meses, a violência tomou conta.

REAÇÕES — Os Estados Unidos lamentaram ontem as declarações de independência da Croácia e Eslovênia. Washington já advertira as repúblicas iugoslavas, em várias ocasiões, sobre os riscos que acarretariam esses atos legais. O secretário de Estado, James Baker, visitou Belgrado na sexta-feira passada para tentar dissuadir a Croácia e a Eslovênia de proclamarem unilateralmente uma independência que os Estados Unidos não reconheceriam.

Baker expressou seu temor de que as proclamações conduzam a uma repetição da "trágica história dos Balcãs". (UPI-Reuter-AFP)

Rekern/Arte ZH

VR

01 - 01

9107909

9107910
Eslovenia y Croacia han declarado su Independencia
EL PAIS (189007)
26-06-91
Yugoslavia (67422)
Rep. Yug. (10193)
Fed. Pol (1116 2)

V.R.
VR.

El Parlamento Federal Instó a la Intervención del Ejercito

FIN DE UN PAIS: ESLOVENIA Y CROACIA HAN DECLARADO SU INDEPENDENCIA DE YUGOSLAVIA

ZAGREB, Yugoslavia, 25 (REUTER, AP, EFE y ANSA).— Croacia y Eslovenia proclamaron su independencia y se escindieron de Yugoslavia, lo que configura el fin de la federación balcánica al cabo de 72 atributados años.

Pero el parlamento federal instó a la intervención del ejército yugoslavo para que impida cualquier alteración de fronteras en tanto que el gobierno yugoslavo, enfrentado a un desmembramiento de país, convocó a una inmediata sesión de emergencia.

Los parlamentos de las dos repúblicas secesionistas, en medio de ovaciones y aplausos, aprobaron por mayoría abrumadora las leyes que las "desvinculan" de Yugoslavia, derogan las leyes federales y gradualmente rompe vínculos con las demás repúblicas.

"Desde este día, la república de Croacia se proclama como estado independiente y soberano", declaró el presidente croata Franjo Tudjman emocionado hasta las lágrimas, ante el parlamento croata en la capital de la república, Zagreb.

Los diputados saltaron de su butacas para aplaudir, y luego cantaron el himno nacional.

En Eslovenia, 187 diputados votaron en el parlamento en favor de la independencia y sólo uno se pronunció en contra, doce legisladores se abstuvieron.

Eslovenia y Croacia, las más prósperas y occidentales de las repúblicas yugoslavas, abolieron las leyes federales para asumir el control dentro de sus territorios que ejercían las autoridades centrales en Belgrado.

Ambos países fijarán sus propias fronteras dentro de los límites actualmente vigentes y procederán, paso a paso, a cortar vínculos con el resto del país. Pero no tienen reconocimiento internacional de ningún otro país, y carecen de pasaportes, monedas o embajadas en el exterior.

El presidente esloveno Milan Kucan, llorando de alegría, calificó la proclama de paso histórico y decisivo, y el líder parlamentario France Bucar declaró que con ella culminan años de esfuerzos por la independencia para el pueblo esloveno.

"Con orgullo y justificación histórica, Eslovenia se incorpora a la comunidad internacional como un estado democrático", dijo en un emotivo discurso saludado con atronadoras ovaciones.

Mientras tanto el parlamento federal, sesionando en la capital yugoslava de Belgrado, acordó que se autorice la intervención del ejército para impedir que Yugoslavia sea "reformulada".

"El gobierno y todas las demás instituciones yugoslavas, incluyendo órganos de seguridad y el Ejército del Pueblo de Yugoslavia, tienen el deber de adoptar todas las medidas necesarias para impedir la reformulación de Yugoslavia, así como cualquier alteración de sus fronteras", dijo la resolución parlamentaria difundida por Tanjug.

El parlamento carece de facultades para ordenar la intervención del ejército, pero la declaración reveló las preocupaciones que causaron las medidas entre las autoridades centrales. Unicamente la presidencia colegiada —paralizada por enconadas disputas en torno a la reorganización futura de Yugoslavia— puede ordenar la participación del ejército.

Croacia y Eslovenia crearon unidades de defensa, en el marco de sus planes por crear ejércitos propios.

El gobierno yugoslavo se abocaba a una sesión a puertas cerradas, pero no se disponía de inmediato de más detalles.

Preguntado si temía que se recurriera a la fuerza para impedir los pasos de Croacia, Tudjman dijo a la prensa: "El gobierno federal carece de atribuciones para usar la fuerza, y si las tuviera yo dudo que apele a ellas".

Atacando a la encarnizadamente antagónica república de Serbia, la más grande de Yugoslavia, Tudjman declaró: "Ya no podemos seguir viviendo en común con un estado dedicado a continuas y abiertas agresiones, odios patológicos y mala disposición".

Croacia y Eslovenia declararon que están dispuestos a negociar una nueva confrontación de Yugoslavia con las demás repúblicas, pero muchos diplomáticos occidentales sostienen que el estado ha cesado de existir, tal como se le conoció hasta ahora.

■ El Tono de las Declaraciones

El tono de las respectivas declaraciones es diverso. Eslovenia no deja lugar a dudas sobre su afán de escapar a toda costa de la unión con Serbia, impuesta por las potencias vencedoras tras la primera guerra mundial. El fracaso de las dos Yugoslavias, la de 1918 y la restablecida tras la segunda guerra mundial en 1945, es para Eslovenia una experiencia definitiva que no está dispuesta a repetir.

Su objetivo es la vuelta a la Europa Occidental de la que siempre formó parte con especial vínculo respecto a Austria donde se integró a principios del siglo 14, pero sin olvidar sus lazos con Italia.

El caso de Croacia es distinto. Desde hace, y concretamente desde la huida masiva de serbios por el terror turco en 1690 cuenta con importantes núcleos de población serbia en su territorio. El presidente Franjo Tudjman, se esfuerza por dejar abierta una puerta para la negociación hacia una tercera Yugoslavia, donde Serbia reconozca la condición democrática y los derechos humanos, y renuncie a una hegemonía política y económicamente desastrosa.

■ Espera Reacción

Eslovenia espera que el Gobiémo Federal reaccione contra la proclamación de la independencia de esta república, calificada ya por Belgrado de "acto unilateral", declaró el viceprimer ministro esloveno, Matjaz Ocvirk.

"Podemos esperar contramedidas de parte del Gobierno en Belgrado, aunque si llega a hacer uso de la fuerza probaría a Occidente en que medida está dispuesta a defender los derechos humanos y de qué forma desea conservar la integridad del país", dijo Ocvirk.

Con la proclamación, hoy, de la independencia de Eslovenia y Croacia, Yugoslavia deja de existir y por tanto el Gobierno federal en Belgrado no puede conservar los derechos que ha tenido de la Asamblea eslovena, France Bucar.

Tras seis meses de preparativos, la república noroccidental yugoslava de Eslovenia proclamó hoy su independencia y anunció que pediría el reconocimiento in[illegible] las Naciones Unidas y el Consejo de [illegible]

701-01

9107910

TIPO DE DOCUMENTO
TÍTULO Antecedentes da Guerra na Iugoslávia -
PROCEDÊNCIA Jornal do Brasil (15/6/92)
FECHAMENTO 01-06-92.
VINCULAÇÕES Iugoslávia (6477)
Rep. Iugoslavia (10193)
Fac. Rep. (11164)

Unidade a preço alto desde 1918

Foi só em 1918 que a Iugoslávia — a terra dos eslavos do sul, na etimologia — tornou-se uma unidade política. Até então, a dispersão era a regra entre as conflituadas nacionalidades que hoje constituem o país. Mas uma dispersão em que a Sérvia sempre ocupou posição dominante. Já no século 14, quando os turcos otomanos chegam à península dos Bálcãs, é o reino da Sérvia que ali encontram como potência dominante. Quando o Império Otomano começa a recuar na Europa balcânica, no século 18, são também os sérvios os primeiros a afirmarem politicamente sua nacionalidade.

Ao longo desses séculos, os croatas e eslovenos permaneciam na esfera da Áustria-Hungria. Esta vinculação a realidades políticas, culturais e religiosas diferentes — islamizadas no caso dos sérvios, mais européias no dos croatas e eslovenos — agravaria na era moderna os conflitos de interesse.

No fim do século 19, a Sérvia conquistou sua independência à Turquia. Entre 1912 e 1914, sérvios e croatas aliaram-se em insurreições contra o Império Austro-Húngaro. Com o desmoronamento deste império ao fim da Primeira Guerra Mundial, tornou-se viável a causa da união dos eslavos do sul. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos foi formado em 1918.

O contraditório mosaico das nacionalidades não demoraria a agravar as dificuldades. Revela-se o antagonismo maior entre eslovenos e croatas, de um lado, sérvios do outro. Política e numericamente mais fortes, os sérvios são também a etnia mais disseminada.

A Segunda Guerra Mundial começou para a Iugoslávia quando tropas alemãs e italianas a invadiram em abril de 1941, obrigando a família real — de uma dinastia sérvia — a fugir. A resistência ao ocupante se dividiu entre uma guerrilha pró-monarquia (os chetniks*), operando sobretudo na Sérvia, e a dos partisans do PC iugoslavo, comandado por Josip Broz, o Tito, e recrutando seus homens na Bósnia, na Croácia, na Eslovênia e em Montenegro.*

A rivalidade entre as guerrilhas levou à guerra civil, que deu a vitória aos partisans. A 29 de novembro de 1945 foi proclamada a república, e no ano seguinte a nova Constituição criou uma federação de seis repúblicas socialistas. A morte de Tito em 1980, a supressão do cargo de presidente da República e o surgimento de uma presidência colegiada e rotativa abriram novamente caminho para os confrontos étnicos e políticos internos.

VR.
VR

01-01

9107911

EE.UU no reconoce Separación; Europa respeta pero rechaza legitimarla.
EL PAIS (150007)
26-06-91.
Yugoslavia (67417)
Rep. Yug. (10193)
Fco. PBL (11164)
Rel. Int. (11399)
EE. UU (65890)
Europa (10184)

EE.UU. no Reconocerá la Separación; Europa Respeta Pero Rechaza Legitimarla

WASHINGTON, (Madrid), (EFE).— Estados Unidos no reconocerá las declaraciones de independencia de las repúblicas yugoslavas de Croacia y Eslovenia, informó un portavoz del Departamento de Estado.

La posición del gobierno norteamericano al respecto no ha cambiado desde el pasado viernes cuando el secretario de Estado, James Baker, rechazó, en su visita a Yugoslavia, la posibilidad de la secesión.

Baker dijo entonces que el mantenimiento de la unidad de Yugoslavia es la mejor forma de asegurar la protección de los derechos humanos y del respaldo económico internacional.

Preguntado sobre si EE.UU. reconocería la independencia de Eslovenia, Baker respondió que no, y añadió que aconsejaba que no se adoptasen acciones que no fueran tomadas a través del diálogo y la negociación.

La portavoz del Departamento de Estado, Margaret Tutwiler, dijo que no tenía nada más que añadir a las palabras de Baker del pasado viernes, después de que Croacia y Eslovenia se declararon independientes.

EUROPA: NO HAY RECONOCIMIENTO OFICIAL

Las declaraciones de independencia de Croacia y Eslovenia de la Federación yugoslava encontraron un rechazo a su reconocimiento oficial en la mayoría de los países europeos.

Aunque acepta su derecho a la autodeterminación, el continente europeo en general no ha visto con buenos ojos la creación de nuevos Estados.

El Gobierno de Francia, por medio de su ministro de Asuntos Exteriores, Roland Dumas, mostró la esperanza de que la evolución de los acontecimientos en Yugoslavia no lleve al "estallido" de esa Federación.

"Respetamos la voluntad de los pueblos, pero tenemos la esperanza de que no se produzcan enfrentamientos, dijo Dumas ante la comisión de Asuntos Exteriores del Parlamento.

Francia "ha hecho saber en el plano bilateral y en el seno de los "Doce" su desaprobación del giro que toman los acontecimientos en Yugoslavia", pero, "en todo caso, estamos dispuestos a respetar en última instancia la voluntad de los propios pueblos", recalcó.

La opinión austriaca respecto al desarrollo político de Yugoslavia permanece invariable, añadió Vranitzky, quien indicó que la posición del Gobierno de Viena es "equidistante" en lo que se refiere a las relaciones con Belgrado y los gobiernos de las repúblicas separatistas.

El jefe del Gobierno austriaco declaró que aún sin reconocimiento de esa independencia, continuará la colaboración bilateral.

El vicecanciller austriaco, Josef Riegler, dijo que su país "respeta y saluda" la independencia de Eslovenia y Croacia y añadió que el Gobierno de Viena apoya el diálogo y el proceso de negociación entre las repúblicas yugoslavas.

Suiza considera que la "disociación" de Eslovenia respecto a Yugoslavia es más una posición de negociación interna sobre las relaciones futuras entre las diversas Repúblicas que un asunto concerniente a la comunidad internacional, manifestó hoy un portavoz del departamento federal helvético de Asuntos Exteriores.

La actitud de Eslovenia y Croacia "se inscribe en el ámbito de las relaciones futuras internas entre las Repúblicas" yugoslavas, especificó.

Los jefes de la diplomacia de los "Doce" aseguraron en un comunicado que se mantienen unánime en su decisión de preferir el diálogo con un único Estado Federal Yugoslavo, sin que ello signifique la supresión de los derechos del hombre y de la democracia.

V.B.
VB

9107912

01-01

Aviones militares yugoslavos sobrevuelan la capital eslovena. (150015)
17/6/91

Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10193)
Fac. Pol. (11164)
Sit. Just. (11324)
Fac. D.C. (11163)

Aviones militares yugoslavos sobrevuelan capital eslovena

D-1

BELGRADO. El Gobierno de Eslovenia, el martes, proclamó su independencia de Yugoslavia, y estaba ayer en la capital eslovena, Ljubliana, mientras aviones militares sobrevuelan la ciudad.

Está cerrado el aeropuerto de Ljubljana, "Brnik" según se supone debido a que las autoridades de Belgrado retiraron a los controladores aéreos bajo su control.

El Ministro del Interior esloveno, Igor Bavcar, afirmó ayer que los aviones del Ejército no llevan armamento y pedó que que se hubieran registrado incidentes en los pasos fronterizos eslovenos con Italia, Austria y Hungría.

"No hubo conflictos -dijo Bavcar- solo enfrentamientos verbales entre patrullas del Ejército yugoslavo y los aduaneros eslovenos que intentaban sustituir las señales fronterizas en las que se anuncia la entrada a Yugoslavia por otras de entrada en Eslovenia".

Igor Bavcar conversó ayer telefónicamente con el Ministro del Interior federal yugoslavo, Petar Gracanin, y transmitió que Eslovenia no hará uso de la fuerza, pero "si las Fuerzas Armadas dan el primer paso, nosotros responderemos".

Desde la noche pasada, la policía eslovena y la Defensa Territorial, futuro Ejército autónomo esloveno, están en estado de alerta.

El Ministro esloveno acusó a las autoridades federales de estar preparando una "unidad especial de la policía federal" aunque no comentó su posible uso, y anunció la publicación de un documento con el que probará que el Ejército yugoslavo "simpatiza" con los separatistas serbios de la vecina Croacia.

9107913

01-01

Washington advirtió graves consecuencias por la secesión de Eslovenia y Croacia.
La Nación (150015)
27/6/91
Yugoslavia (6727)
Ext. Pol. (11164)
Sist. Int. (11334)
ECUI (65820)

Advirtió Washington trágicas consecuencias

(D-1)

WASHINGTON.- Estados Unidos advirtió ayer que la secesión de Croacia y Eslovenia, aprobada el martes por los Parlamentos de ambas repúblicas, puede tener "consecuencias trágicas" para Yugoslavia y toda Europa.

El Ejecutivo estadounidense aboga por la integridad territorial de Yugoslavia, pero se opone al uso de la fuerza para mantener la unidad, puntualizó el portavoz presidencial, Marlin Fitzwater.

"Nos oponemos al uso de la fuerza, pero nos gustaría que se mantuviese la unidad", dijo Fitzwater, quien subrayó que la Administración estadounidense "no estimulará ni recompensará la secesión".

"La inestabilidad y la desmembración de Yugoslavia podrían tener trágicas consecuencias no sólo en ese país, sino en toda Europa", declaró el funcionario en rueda de prensa.

Fitzwater dijo que Estados Unidos consultará con la Comunidad Europea acerca del modo de promover el diálogo en Yugoslavia y evitar la violencia.

"Estados Unidos aún cree que hay oportunidades para llegar a un compromiso en Yugoslavia aceptable para las seis repúblicas", agregó el portavoz. ■

V.R.

01-01

9107914

Caótica situación se vive en Yugoslavia
La Nación (150015)
27/6/91
Yugoslavia (67437)
Rep. Yug. (10193)
Tac. fol (11164)
St. Yu. (11334)

En el primer día de "disociación" se produjeron choques con 4 muertos

Caótica situación se vive en Yugoslavia

Observadores coinciden en que la situación podría desembocar en una cruenta guerra civil

Las primeras 24 horas de la "disociación" de Eslovenia y Croacia de la Federación Yugosalva provocaron ayer cuatro muertos, y un clima de tensión que, para observadores, podría desembocar en una guerra civil.

BELGRADO.- La caótica situación interna de Yugoslavia, según la prensa soviética, refleja un proceso de desintegración anunciado y predecible

En los enfrentamientos ocurridos ayer entre la minoría serbia que habita en la región yugoslava croata de Krajina y los secesionistas croatas se produjeron cuatro muertos y 13 heridos.

Los serbios organizaron hace meses un movimiento de resistencia a las autoridades croatas de Krajina y unas fuerzas paramilitares ilegales, con uniforme y jerarquía de mandos, que los croatas califican de "terroristas".

Las zonas de Croacia habitadas por serbios son los lugares donde hay más peligro potencial de guerra civil y ya en el mes de mayo, antes de que Croacia proclamara ayer su soberanía, se produjeron una veintena de muertos.

Fuentes del Ministerio croata del Interior aseguran que un grupo de serbios armados asaltó la comisaría autonómica croata del pueblo de Glina y en el tiroteo resultante se produjeron las víctimas, de las que al menos una es un civil.

Seis de los heridos son policías autonómicos croatas, uno de ellos está muy grave.

La situación estaba en calma a última hora de la tarde y la policía autonómica croata controla la zona de Glina, desde Kostajnica hasta Dvor na Uni, cerca de los conflictos de la república yugoslava de Bosnia, de mayoría musulmana.

El ejército intervino y consiguió que se calmaran los enfrentamientos tras la aparición de los blindados.

Acusaciones

Milan Babich, Presidente serbio de la zona rebelde croata de Krajina, culpó a las fuerzas policiales croatas de haber atacado este bastión serbio poco después de proclamar la soberanía de Croacia.

El político reiteró que las zonas habitadas por serbios no secundarán la proclamación de soberanía de Croacia y seguirán en Yugoslavia.

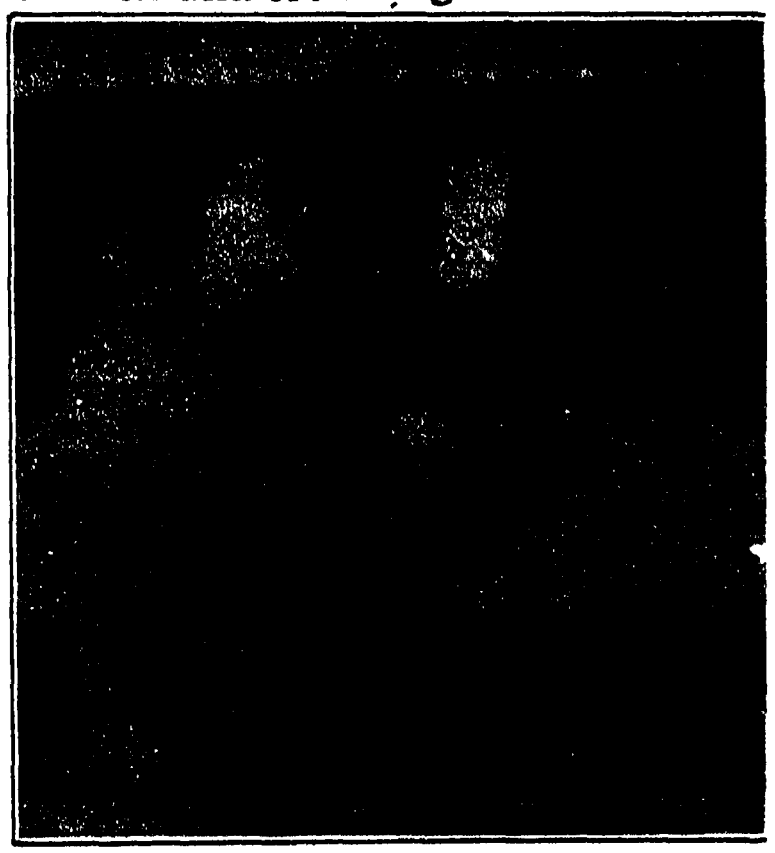
Babich manifestó que espera que el ejército federal defienda a la población de Krajina contra las amenazas del "ejército croata", constituido por unas 9.000 personas mal pertrechadas y carentes de armamento pesado.

Expresó su esperanza en que Serbia, la mayor de las seis repúblicas yugoslavas, proclame la anexión de Krajina a dicha república.

El Presidente de la Asamblea de Serbia, Alexandar Bakocevich, negó que Serbia vaya a anexarse a Krajina.

"Serbia apoya a los serbios de Krajina -dijo Bakocevic- en su deseo de seguir viviendo en Yugoslavia con los pueblos que no se separen de ella, pero respetamos el Estado de derecho".

Los observadores interpretan esto como una confirmación de que, hasta que no se desintegre el estado de derecho yugoslavo reconocido internacionalmente, Krajina seguirá siendo parte de Croacia, pero que Serbia se apropiaría de las zonas croatas habitadas por serbios si se consuma en secesión la proclamada soberanía croata. ■



Un policía de Eslovenia, armado con un fusil, monta guardia. (Foto Reuter vía satélite).

01-01

9107915

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Inquietud en todo el mundo por la situación en Yugoslavia -
CLARIN (150094)
28-06-91.
Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (70193)
Fed. Pol (11160)

Inquietud en todo el mundo

WASHINGTON, MOSCU y LONDRES, 27 (EFE, AFP, Reuter, ANSA y AP). — La grave situación que vive Yugoslavia tuvo amplia repercusión en algunos de los principales países del mundo.

ESTADOS UNIDOS: Hoy volvió a declararse "muy preocupado" por los acontecimientos. El vocero presidencial Marlin Fitzwater leyó una declaración oficial en la que, reforzando lo dicho el miércoles por el presidente Bush, afirma que Yugoslavia debe seguir siendo una "nación unida" y añade que no pueden ser avaladas "acciones unilaterales" como las de Eslovenia y Croacia, pero que también se opone enérgicamente al uso de la fuerza o la intimidación por parte de las autoridades centrales de Belgrado.

UNION SOVIETICA: El vocero de la cancillería soviética, Vitali Churkin, dijo en rueda de prensa que "compartimos la preocupación de los países europeos por los procesos de desintegración que tienen lugar en Yugoslavia, que pueden afectar la estabilidad de la región y de Europa". La URSS reiteró su apoyo al desarrollo democrático y la solución pacífica de la crisis yugoslava, así como su apoyo a la integridad territorial de esa república.

ALEMANIA: El canciller Helmut Kohl anunció en Bonn que mañana, en el comienzo de la cumbre de la Comunidad Europea, que se desarrollará en Luxemburgo, propondrá que la CE "una todas sus fuerzas" para evitar actos de violencia e incluso una guerra civil en Yugoslavia.

GRAN BRETAÑA: Mark Lennox-Boyd, subsecretario del Foreign Office, dijo ante la Cámara de los Comunes que el objetivo británico es usar todos los medios para exhortar a las repúblicas yugoslavas a que resuelvan sus diferencias por la negociación, ya que la situación "está en un nivel de peligro muy alto".

ITALIA: El canciller Gianni de Michelis instruyó a su embajador en Belgrado para que este transmita a las autoridades federales yugoslavas "la preocupación más profunda" de Italia por el intenso movimiento de tropas a lo largo de la frontera común.

COMUNIDAD EUROPEA: El canciller francés Roland Dumas anunció que mañana viernes, en Luxemburgo, tratará que la cumbre de la Comunidad logre que 13 de las 35 naciones que componen la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación Europea (CSCE) pidan la realización de un debate de emergencia sobre el caso yugoslavo.

V1
V2

01-01

9107916

Se divide el Ejército Yugoslavo.
CLARIN (150024)
28-EB-91.
Yugoslavia (67477)
Fac. Militar (11163)
Ejército (11328)

El ejército, también dividido

Yugoslavia tiene un total de 700 mil hombres en armas contando las reservas y las organizaciones paramilitares. Pero sus fuerzas armadas profesionales las integran casi 190 mil hombres, de los cuales 100 mil son conscriptos que hacen 12 meses de servicio fundamentalmente en el ejército (93 mil). Aquella cantidad total la completan 500 mil reservistas y 15 efectivos de la Guardia Fronteriza.

Algunas precisiones parecen imprescindibles: 1) Las fuerzas armadas yugoslavas están bien equipadas, aunque con un armamento poco moderno que, no obstante, alcanzaría sobradamente para sostener una larga guerra civil. 2) Ejército, aeronáutica y marina fueron organizadas contra amenazas externas y nadie conoce su eficacia, confiabilidad y flexibilidad en una situación de conflicto interno. 3) El Ejército incluye en sus filas divisiones étnicas que podrían dividirlo en dos y hasta en tres partes. Seis de los 12 mil oficiales y suboficiales son **croatas**, 4 mil son **serbios** y el resto se reparte entre las otras minorías. 4) Unidas, las fuerzas con que cuentan **Eslovenia** y **Croacia**, «no son mucho», según el especialista **Paul Berver**, del semanario británico **Jane's Defense Weekly**. Eslovenia tiene una fuerza mal entrenada de 10 mil hombres armados con fusiles y algunos cohetes antitanque. La república puede convocar a 68 mil reservistas, pero solo tiene armas para 40 mil. 5) En el país existe una impredecible fuerza: la existencia de 3 millones de guerrilleros de diversas creencias que podrían salir a combatir —sin que esté claro de antemano de qué lado— si se produce un desplome del aparato del orden.

El ejército: dos divisiones de infantería, 29 brigadas blindadas, mecanizadas, de tropas de montaña y artillería y una brigada aerotransportada. Los blindados son 1.635: 750 tanques T-54 y 55; unos 290 modernos M-84 (versión nacional) y soviéticos T-74 y T-72, más 45 de los ya superados M-47 norteamericanos. También cuenta con 250 viejos T-34 y 300 M-4; 400 vehículos armados para transporte de tropas; 500 vehículos blindados para igual función; 2.100 piezas de artillería con misiles tierra-tierra

La aeronáutica: son 32 mil efectivos de los cuales 4 mil son conscriptos. Posee 420 aviones de combate y 190 helicópteros armados. Los cazas son 112 MIG-21, 18 MIG-21U y 16 de los modernos MIG-16. Los aviones de fabricación nacional son Jastreb, Super Galeb y Orao, armados con misiles aire-aire soviéticos Atoll y Aphid y los misiles aire-superficie norteamericanos Maverick, Kerry y Kyle.

La marina: hay 10 mil efectivos con 4.400 conscriptos. Dos brigadas de «marines» totalizan 900 efectivos. Entre las principales unidades hay 5 submarinos, 4 fragatas y 50 unidades livianas.

Las nacionalidades dentro de las fuerzas armadas repiten la problemática que hoy enfrenta a Yugoslavia a la posibilidad de un choque fratricida. Desde el punto de vista serbio, la ventaja radica en que la mayoría de la oficialidad del ejército pertenece a esa etnia.

No son pocas las dudas respecto de la cohesión de los mandos de la defensa. En Yugoslavia los puestos se otorgan de acuerdo con una rigurosa distribución étnica. Si el ministro de Defensa es croata, el vice debe ser esloveno. Si el Jefe del Estado Mayor es serbio, su mando está equilibrado por los comandantes de las cuatro regiones militares, que deben ser, respectivamente, esloveno, macedonio, serbio y montenegrino.

VR
VR

01 - 01

9107917

DOCUMENTO 9107918
Ultimatum del Ejército Yugoslavo a Eslovenia.
Clarín (150024)
30/6/91
Yugoslavia. (67477)
Rep. Jug (10183)
Fac. M.E. (11163)
Fac. Pol (11164)

FRACASO UNA REUNION PARA DESIGNAR JEFE DE ESTADO Y EL PAIS SIGUE ACEFALO

Ultimátum del ejército yugoslavo a Eslovenia

VR
VR

01 - 02

9107918

30/6/91

A pesar de la vigencia del cese del fuego, ocho personas murieron ayer en escaramuzas en Croacia y Eslovenia. A la fragilidad de esta tregua se suma la situación de acefalía, que no pudo ser superada ayer por la ausencia de Eslovenia en la reunión en la que debería haber sido electo el nuevo presidente. El ejército yugoslavo amenazó con lanzar "acciones militares decisivas" contra Eslovenia.

Agencia Reuter

BELGRADO y LIUBLIANA, 29 (AFP, Reuter, EFE y Carol J. Williams, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — **El ejército yugoslavo, resuelto a defender a ultranza la unidad de la federación, lanzó hoy un ultimátum a Eslovenia**, amenazándola con ejecutar **"acciones militares decisivas"** si esa república secesionista no acata de inmediato el cese del fuego acordado ayer.

Después de dos días de graves enfrentamientos con más de 100 muertos, el gobierno federal de Yugoslavia y el de la rebelde república de Eslovenia acordaron un cese de las hostilidades a partir de las nueve de la noche hora local. **Sin embargo, la esperanza de encontrar una solución pacífica a la crisis se diluyó hoy cuando, a las reiteradas violaciones del cese del fuego en Eslovenia, se sumó la afirmación del presidente esloveno de que su república nunca se integrará a la federación.**

La anunciada reunión de la presidencia colegiada yugoslava en la que se esperaba elegir un nuevo jefe de Estado para la federación (en situación de acefalía desde hace un mes y medio) **debió ser postergada por la ausencia del representante esloveno que se negó a asistir.**

Este nuevo impedimento para regularizar la situación institucional de Yugoslavia se produce cuando, bajo presión de los cancilleres de la **Comunidad Europea (CE)** que se encuentran desde ayer en **Belgrado, Serbia anunció hoy que levantaría el bloqueo** que mantenía desde el pasado 15 de mayo. La república comunista de **Serbia bloqueó la elección** del representante croata **Stepan Mesic**, a quien le correspondía —según el sistema de rotación de la presidencia colectiva— asumir el Ejecutivo y el de comandante en jefe de las fuerzas armadas yugoslavas.

♦ Ultimátum

El general Marko Megovanovic lanzó hoy una "última advertencia" a los líderes eslovenos por televisión, en nombre del estado mayor del comando supremo de las fuerzas armadas yugoslavas. "Si los líderes de la república de Eslovenia no cumplen con este pedido, el comando en jefe dispondrá medidas acordes con la situación del país, incluyendo colocar al ejército popular de Yugoslavia **en estado de preparación para el combate, ordenar la correspondiente movilización y emprender acciones militares decisivas", dijo.**

Eslovenia, por su parte, acusó a las tropas yugoslavas de violar el cese del fuego. "El ejército no respeta la tregua. Todavía trata de capturar algunos puestos fronterizos", indicó **Jelko Kacin**, ministro de Información esloveno.

Entretanto, el presidente de Eslovenia, Milan Kucan, dijo en conferencia de prensa que su república no aceptaría integrarse a la federación a pesar del compromiso negociado en Zagreb con la misión de la Comunidad Europea integrada por los cancilleres **Jacques Poos** de Luxemburgo, **Hans Van Den Broek**, de Holanda y **Gianni de Michelis**, de Italia.

Según el acuerdo, las fuerzas yugoslavas deben volver a sus cuarteles; Eslovenia y Croacia suspenden por 3 meses las medidas destinadas a instrumentar su independencia (declarada el martes) y Serbia debe deponer su negativa a que Mesic asuma la presidencia rotativa.

"No veo por cuál medio democrático podría Eslovenia formar parte de Yugoslavia. Sólo si es anexada", dijo Kucan a la prensa. "Nada ha cambiado después de las conversaciones de Zagreb", agregó.

Según Kucan, el acuerdo con el que había llegado con el presidente croata y la misión de la CE no incluía la decisión de cancelar su campaña independentista. "Los 90 días no se refieren a una postergación de lo que ya ha sido decidido por el Estado esloveno", aseguró.

Vasil Tupurkovski (alto funcionario de la república de Macedonia que facilitó los contactos entre los cancilleres europeos y los del gobierno federal yugoslavo, y representantes de Serbia, Croacia y Eslovenia) declaró que la CE dictará mañana sanciones contra Yugoslavia, dado que los dirigentes de las mencionadas repúblicas no están cumpliendo con los acuerdos pactados ayer.

Sólo Serbia anunció que levantaría el veto interpuesto a Mesic para que asumiera la presidencia de la federación si Eslovenia cumple también con su parte del acuerdo.

"Si Croacia y Eslovenia suspenden su decisión de proclamar la independencia, cesan de existir las razones por las cuales nos negamos a votar por Mesic", señaló el representante de Serbia en las negociaciones.

Todas las partes involucradas en la crisis parecen tener interpretaciones diferentes acerca del plan de paz elaborado ayer junto con los cancilleres de la CE.

Eslovenia afirma haber expresado a los cancilleres que ya no puede echarse atrás en la cuestión de la independencia, ahora que han muerto eslovenos luchando con las fuerzas federales.

"No hay retirada para Eslovenia", dijo el canciller Dmitrij Rupel en la conferencia de prensa en que acompañaba al presidente Kucan. Cuando periodistas locales comentaron que muchos lectores llamaban preguntando por qué había cedido en la reunión con los cancilleres de la CE el presidente dijo: "¿Por qué me llama traidor el pueblo? ¿Por las malas interpretaciones de lo ocurrido en Zagreb?".

Eslovenia debe someter el acuerdo de paz firmado por mediación de los ministros europeos a la aprobación de su Parlamento para obtener una respuesta final.

Un soldado yugoslavo monta guardia en el centro de la ciudad eslovena de Liubliana, donde se registraron algunos choques pese a la vigencia del cese del fuego.

9107918

Enfrentamientos en la frontera de Eslovenia y e Italia.-
Clarín (150024).
30/6/91
Yugoslavia (67477)
Fac. Sico Soc. (11165)
Coy. Soide (11414)
Fac. Pol. (11164)
Italia (10108)

8 muertos pese al cese del fuego

LIUBLIANA y ZAGREB, 29 (AP, AFP y Reuter). — Pese al acuerdo de un cese del fuego, que entró en vigencia en la noche de ayer, **dos nuevos enfrentamientos en la frontera de Eslovenia con Italia causaron cuatro muertos**, informó hoy un portavoz del Ministerio de Información esloveno. Antes de la medianoche del viernes, el mismo vocero **había dado cuenta de una docena de violaciones a la tregua, de menor importancia que las de hoy.**

En el sur de Croacia, policías serbios y croatas tuvieron un grave enfrentamiento, en cuyo marco **también hubo cuatro muertos y varios heridos.** Este incidente tuvo lugar en Gracac, una localidad del enclave serbio de Krajina, en territorio croata, **acaso el principal foco de conflicto étnico en el área.**

En uno de los incidentes en la frontera italiana, participaron blindados del ejército yugoslavo. El suceso tuvo lugar **en el puesto aduanero de Rozna Dolina, posición que había sido reconquistada en la noche del viernes por las fuerzas territoriales eslovenas.** A las 9.30 de hoy, virtualmente a doce horas de la firma del acuerdo de cese del fuego, una formación de blindados yugoslavos intentó apoderarse del puesto, derivando **en un enfrentamiento que provocó tres muertos en el** ejército regular yugoslavo.

A la misma hora, en el puesto aduanero de Skosia, cerca de Trieste, tropas yugoslavas apoyadas con blindados intentaron apoderarse de esa posición defendida por milicianos eslovenos y policías. Durante un intercambio de disparos **que se prolongó por una hora, fue muerto un oficial yugoslavo.** También hoy se registraron incidentes menores en los alrededores del aeropuerto de Brnik, a 20 kilómetros de Liubliana, y en las adyacencias de la base militar de Vanica, a 10 kilómetros de la capital eslovena.

La radio eslovena, en sus boletines difundidos en toda la jornada, insistió en que sus efectivos **habían respetado el acuerdo del cese del fuego y que las violaciones habían partido del ejército yugoslavo.**

VR
VR

01-01

9107919

Conferencia Episcopal Yugoslava a Apoyo a la Independencia de Croacia y Eslovenia.
Clarín (150024)
30/6/91
Yugoslavia (67477)
Rec. Sico Said (11165)
Iglesia (11020)

Posición del clero

PARIS y CIUDAD DEL VATICANO, 29 (ANSA y EFE). — **La Conferencia Episcopal yugoslava declaró, hoy, su apoyo a la declaración de independencia decidida por los parlamentos de Croacia y Eslovenia**, en el entendimiento de que "reflejan la voluntad popular". El comunicado de los obispos yugoslavos, que se reunieron en Zagreb, fue difundido en París y **lanza una advertencia a las fuerzas democráticas de todo el mundo para que "no apoyen la violencia que intenta sofocar una democracia naciente".**

El papa **Juan Pablo II**, a su vez, envió hoy un mensaje de solidaridad a los pueblos de Eslovenia y Croacia, señalando que "no se puede ahogar con el uso de la fuerza los derechos y las **aspiraciones legítimas de los pueblos**". El mensaje fue efectuado ante miles de peregrinos, reunidos en la Plaza San Pedro.

V.3.
VR.

01-01

9107920

los objetivos de Eslovenia.
Clarín (150024)
30/6/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Yug. (10193)
Fac. Pol. (11164)

Quiénes son y qué quieren los eslovenos

LIUBLIANA, 29 (por **Blaine Harden**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — Eslovenia, una antigua república que tiene el orgullo de poseer el mayor promedio de lectura de libros per cápita de toda Europa, ha emergido tras dos días de una guerra de barricadas contra una fuerza ostensiblemente superior **como un belicoso Estado rebelde que no se dará por vencido.**

Utilizando granadas de mano antitanques recientemente adquiridas en Singapur, la Fuerza de Defensa Territorial de Eslovenia transformó en negra chatarra metalizada a más de una docena de blindados federales.

Los jóvenes milicianos derribaron por lo menos dos helicópteros con misiles recién comprados. También sembraron minas antitanques en las miles de barricadas levantadas a lo largo y ancho de su territorio.

Los efectos de esta resistencia, **que combina armamento de alta tecnología con la organización esmerada de la defensa civil**, ha provocado una restricción muy aguda en la capacidad de movilización del ejército federal por los caminos de esta pequeña república de dos millones de habitantes.

Las fuerzas federales, que recibieron de las autoridades centrales la expresa orden de controlar todos los puestos fronterizos, irrumpieron violentamente el pasado jueves en tierra eslovena, dos días después que estos proclamaran el nacimiento de un **Estado soberano e independiente.**

Aunque el ejército de Belgrado manifiesta que tiene el control de los puestos fronterizos de la zona en cuestión, lo cierto es que **para alcanzar ese objetivo debieron pagar un precio que no esperaban.**

Eslovenia, que es por lejos la región más rica y desarrollada de Yugoslavia, **ciertamente no ha ganado la guerra.** Ninguna nación extranjera ha reconocido su independencia, lo que significa convertirse en un Estado cerrado al resto del mundo. Muchos negocios han bajado sus cortinas y la población permanece en sus hogares por temor a los ataques aéreos yugoslavos.

En parte por su valor y en parte por la actitud de extrema dureza por parte del gobierno central, **esta ignota región del noroeste yugoslavo se ha ganado la simpatía de varias naciones europeas**, que han denunciado con celeridad el uso de la fuerza del ejército federal. En este sentido, Eslovenia ha avanzado.

"Esto no es un juego para nosotros. Las fuerzas yugoslavas están equivocadas en su idea sobre la calidad de nuestra gente. Luchamos porque aquí es donde vivimos", expresó Jelko Kacin, el ministro de Información e integrante del comité de apoyo del Ministerio de Defensa esloveno. **"La posibilidad de volver a ser nación solo se da una vez cada cien años. Esta es nuestra chance para la libertad"**, confesó Kacin.

VR
VR

9107921

01-01

Huelga general en ALBANIA
LA MAÑANA (150015)
20-5-91
Albanic (65054)
Fac. S-S. (11165)
Coy. Lou. (11413)

Fracasaron intentos de cesar huelga en Albania

D-1

VIENA.- Los esfuerzos por poner fin a la huelga general iniciada el jueves pasado en Albania han fracasado hasta ahora, indicaron fuentes sindicales albanesas.

Un portavoz de la Unión de Sindicatos (independiente) informó ayer que el jefe de sindicatos Gizin Shima y el Presidente albanés Ramiz Alia se reunieron el sábado pero no llegaron a ningún acuerdo y "el paro continuará".

La agencia albanesa ATA, por su parte, indicó que las conversaciones entre los Sindicatos, el Gobierno y representantes del Parlamento duraron siete horas y no concluyeron hasta ayer por la mañana, pero no se dieron a conocer detalles.

El Presidente Alia exhortó el sábado a los obreros en huelga, un total de 300.000, a terminar las protestas para que no empeore más aún la situación económica del país.

La Unión de Sindicatos pide para la mayoría de los trabajadores aumentos salariales de entre el 50 y 100 por ciento, así como una investigación minuciosa sobre los choques sangrientos del pasado dos de abril en Shkoder, donde murieron cuatro representantes del Partido Democrático, en la oposición. ■

VR
VR

01-01

9107922

Huelga en Albania amenaza desestabilizar al régimen
La República (150023)
91-05-22.
Albania (65054)
Fac. S. Social. (11165)
Emp. Laredes. (11413)

Huelga en Albania amenaza desestabilizar al régimen

por R. T. [illegible]

El [illegible] huelga general en Albania [illegible] su séptimo día, tras dos [illegible] frustrados del presidente, Ramiz Alia, por acabar con unos [illegible] que amenazan con poner en [illegible] el modelo económico del régimen [illegible] Europa y con la desestabilización de su régimen político.

La huelga, que afecta al sector [illegible] de la construcción, como lo [illegible] el puerto y la [illegible] del país, [illegible]

Como [illegible] Alia [illegible] del Partido del Trabajo [illegible] 147, que [illegible]

[illegible] y del [illegible] que [illegible] a dar [illegible] a sí [illegible]

[illegible] de libertad [illegible] para exigir concesiones políticas y consolidar el poder. La situación del país es tal, que para el régimen [illegible] difícil conceder las [illegible]

Las protestas se concentran en las zonas [illegible] e industriales, que ya votaron masivamente en contra del Partido del Trabajo y en favor del Partido Democrático.

El [illegible] Alia [illegible] a la [illegible] del voto [illegible] y de [illegible] del [illegible] Tirana, [illegible] y otras ciudades del norte del país, el Partido del Trabajo [illegible] ya como otro apoyo [illegible] por la confianza de los medios comunistas [illegible] del régimen [illegible]

Según habitantes de la capital albanesa consultados por teléfono desde Belgrado, la situación en Tirana ayer era calma, pero la posición de los huelguistas se afirma. En la mayor parte del país la huelga no se percibe, ya que, como dijo una fuente, "no hay diferencia entre huelga y no huelga cuando se lleva tanto tiempo sin que nadie trabaje".

En [illegible] fábricas, como la Textil [illegible] de Tirana, el ambiente [illegible] es tal que un paro podría [illegible] inevitable. Durante la huelga, convocada tras las elecciones, algunos de los pocos obreros presentes en las grandes naves reconocían que estaban "trabajando en cosas particulares".

Aunque el origen de la huelga [illegible] por la [illegible] del [illegible] contra el [illegible] del Partido del Trabajo, [illegible] el [illegible]

Doc. poco legible

Y.B.
V.R.

01-01

9107923

Huelgas en Albania.
Gta Hispana (150015)
20/5/91
Albania (65054)
Fac. S. Social (11165)
Conflictos Lab (11413)

Huelga en Albania entró ayer en su segunda semana

BELGRADO.- La huelga general en Albania, en la que participan unos 350.000 trabajadores, entró ayer en su segunda semana mientras que unos 200 Mineros continúan su huelga de hambre iniciada el domingo en el fondo de la mina de Valias, informó la agencia de noticias yugoslava TANJUG.

Los mineros de Valia, mina situada en las proximidades de Tirana, iniciaron el domingo, a 200 metros bajo tierra, su huelga de hambre.

La principal reivindicación de los obreros albaneses, en huelga desde el pasado día 16, es el aumento en un 50 por ciento de sus salarios y ha sido organizada por la Unión de Sindicatos Independientes, organización sindical no estatal.

La televisión albanesa había anunciado ayer que esta petición había sido cumplida, pero, según TANJUG, los sindicatos independientes albaneses no aceptan que esté condicionada a la liberalización de los precios en el país, aplicable a partir del 1° de julio próximo.

Los precios de los productos básicos en Albania están protegidos por el Estado por lo que su liberalización puede traer consigo una drástica caída del poder adquisitivo de los albaneses.

El líder sindical Valer Xheka negó acusaciones de que la huelga tenga caracter político, aunque admitió que los partidos de la oposición están interesados en sus incidencias.

La huelga ha paralizado completamente el país, sobre todo el transporte, que ha interrumpido todas las exportaciones de este país balcánico. ■

V.R.
V.R.

01-01

9107924

Renuncio en Albania el Gobierno de Ramiz Alia.
Clarín (150024)
3/6/91
Albania (65054)
Fac Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Renunciaría en Albania el gobierno de Ramiz Alia

VIENA, 2 (Reuter). — El gobierno comunista albanés renunciará para dar paso a un gobierno interino integrado por diversos partidos, que se encargará de convocar a nuevas elecciones, informaron hoy fuentes de la oposición en **Tirana**.

Las fuentes indicaron que **Kastriot Islami**, presidente del Parlamento dominado por los comunistas, señaló que la decisión fue tomada tras una reunión de los principales partidos políticos de **Albania**.

El actual gobierno se formó en abril, después de que los comunistas triunfaron en los primeros comicios con partidos múltiples en casi 50 años. No obstante, **ha debido enfrentar crecientes demandas opositoras para que renuncie en favor de un gobierno de unidad nacional.**

"Islami anunció, luego de un prolongado debate el sábado por la noche, que los partidos políticos del Parlamento acordaron, en principio, que el gobierno dimita y se forme un gobierno interino", sostuvo **Dylber Vrioni**, importante miembro del opositor **Partido Democrático**. "El nuevo gobierno también preparará nuevas elecciones", agregó.

Vrioni indicó que la composición del nuevo gobierno será decidida después de negociaciones entre los partidos.

La agencia noticiosa oficial **ATA** no confirmó la información de la oposición, que fue difundida **en el decimoctavo día de una huelga general por parte de unos 350.000 trabajadores, entre ellos 100 mineros que realizan huelga de hambre a 120 metros de profundidad desde hace nueve días en demanda de mejores condiciones.**

Fuentes diplomáticas consultadas en Tirana indicaron que la decisión de aceptar un gobierno de transición parecería ser una victoria para los sectores moderados del gobernante **Partido Comunista**.

"Había una gran presión por parte de los sectores duros de la conducción en favor de una solución drástica, incluyendo el uso de la fuerza para romper la huelga", comentó un diplomático.

El ejército albano controla una manifestación anticomunista en las calles de Tirana.

En estos momentos, sin embargo, los comunistas aún parecen dudar acerca de la convocatoria a nuevos comicios con la esperanza de que cualquier nuevo gobierno pueda ser controlado por el Parlamento dominado por los comunistas.

Fuentes sindicales manifestaron mientras tanto que huelgas de hambre en respaldo de los trabajadores de la mina de **Valias**, cerca de la capital, se realizan en la fábrica de vidrio de Tirana, en minas de **Korca, Pogradec** y **Push-Arrez** y en la aldea septentrional de **Blinisht**, donde 40 granjeros ayunan.

Fuentes del Partido Democrático indicaron que la salud de los mineros que hacen huelga de hambre en Valias se deteriora rápidamente y algunos se aproximan a la muerte.

Alrededor del 70 por ciento de la fuerza laboral de Albania apoya una demanda de 17 puntos presentada por las centrales obreras para mejorar las condiciones laborales sociales. Las reivindicaciones incluyen una investigación sobre las muertes de cuatro activistas opositores durante manifestaciones anticomunistas en la ciudad septentrional de **Shkoder**, en abril.

VB
VB.

01-01

9107925

Gobierno Comunista Albanés presentó su renuncia.
A Financiero (150027)
S/o/9.
Albania (65054)
Forc. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Albania se despidió del comunismo

Tirana (Reuter, UPI, DPA) — Costó casi medio siglo pero finalmente lo consiguieron: ayer, tras 47 años de mando ininterrumpido, el gobierno comunista de Albania presentó su renuncia y será reemplazado por un gabinete de unidad, donde están representados todos los partidos políticos.

Tras ejercer su cargo durante un mes, el último premier comunista del empobrecido país, Fatos Nano, anunció en una sesión parlamentaria que se renunciaba al gobierno, mientras se cumplían [illegible] una masiva huelga general.

La renuncia de Nano se inscribe en el marco de un acuerdo concertado entre el comunismo, cuatro partidos opositores y los sindicatos independientes, con el propósito de restablecer la paz social y política de este pequeño estado balcánico, el más pobre de toda Europa.

Puso fin, asimismo, a 47 años de ininterrumpido régimen unipartidario comunista en Albania, que lentamente comienza a emerger de su sofocante stalinismo y autoimpuesto aislamiento internacional.

"Esta es una verdadera victoria para nuestro partido, para todas las fuerzas democráticas y para el pueblo albano", declaró Sali Berisha, líder del principal partido opositor, el Partido Democrático.

Fuentes políticas señalaron que la huelga general y una paralela huelga de hambre que desde hace 11 días cumplen 100 mineros que se atrincheraron en socavones de la mina carbonífera de Valias, al norte de Tirana, se prolongará por lo menos hasta que entre en funciones el nuevo gobierno.

La huelga, en respaldo a reivindicaciones por drásticas mejorías en condiciones de vida y aumentos salariales de hasta 100 por ciento, redujo a Albania a una virtual paralización.

La agencia noticiosa estatal "ATA" dijo que los sindicatos aceptaron una prohibición a las huelgas mientras esté en el poder el nuevo gobierno, y a que se suspenda la huelga de hambre una vez que se haya fijado fecha de elecciones.

AF 5/6

VR

01-01

9107926

DOCUMENTO
TITULO Campesinos Albaneses Toman tierras y ganado.
PROCEDENCIA EL PAIS. (180007)
FECHA 91-06-10-
VINCULACION Albania (65054)
Hac. Sico. Sec (11165)
Coy Soc. (11414)
Coy Lab. (11413)

Campesinos albaneses toman tierras y ganado

TIRANA.- La huelga general que afecta a Albania desde el pasado 16 de mayo podría ser desconvocada en las próximas horas, aunque las acciones de algunos grupos de campesinos, que ocupan tierras y se apropian del ganado, dan un cariz anárquico a la situación, según advierte el diario Rilindija Demokratike.

La citada publicación, organo oficial del Partido Democrático, que tiene 75 de los 250 diputados del Parlamento dominado por los comunistas tras las elecciones del 31 de marzo, apela en tonos dramáticos a los campesinos para que dejen de apropiarse del ganado y los bienes de las cooperativas.

En el artículo se afirma de que se han destruido 125 de las 1.069 cooperativas existentes en este país y están seriamente dañadas y paralizadas otras doscientas, mientras el hambre avanza en las ciudades.

El diario promete a los campesinos que la ley de privatización del campo será promulgada pronto y pide paciencia a los antiguos propietarios de la tierra nacionalizada, "porque ésta les será devuelta".

Según el Primer Ministro saliente, Fatos Nano, el hambre ha llegado a Albania, cuya economía no sabe como hacer frente a las demandas salariales de subida del 50 por ciento que exigen los huelguistas del país más pobre de Europa.

En otro orden, el Partido del Trabajo (PPSH), que ya renunció al marxismo-leninismo, puede ahora cambiar ese nombre por el de Partido Socialista de Albania durante su X Congreso, que comenzará hoy, informó el Secretario de su comité central, Spiro Dede.

"Personalmente, estoy a favor de que se llame Socialista y ya el marxismo leninismo no es la base oficial del PPSH", precisó el dirigente.

Nexhmije Hoxha, viuda de Enver Hoxha -quien dirigió Albania con poder absoluto de 1945 a 1985-, participará en las sesiones como miembro del comité central saliente, pero no forma parte de los 1.400 delegados del partido, que cuenta con 160.000 miembros.

El Partido Comunista de Albania, posteriormente PPSH, fue fundado por Hoxha el 8 de noviembre de 1941 y puede dividirse antes de su quincuagésimo aniversario, opinan los observadores.

Aunque cerca del 75 por ciento de los miembros del comité central y muchos delegados son "estalinistas camuflados", según el diario de oposición Rilindija Demokratiqne, hay un fuerte grupo de presión socialista y pro europeo.

Esta reunión será la primera en la que no habrá delegados del Ejército ni de la Sicurimi (policía), que se despolitizaron por decreto de la Asamblea pluripartidista la pasada semana. ■

VR
VR

01-01

9107927

Crean Gob. de Salvación Nacional en Albania.
La Nación (150015)
11/6/91
Albania (65054)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Nuevo Gobierno de salvación nacional crean en Albania

D-1

TIRANA.- El Primer Ministro albanés, Ylli Bufi, anunció ayer por televisión la formación del nuevo Gobierno de Salvación nacional de 23 Ministros, once de ellos del comunista Partido del Trabajo (PPSH), ocho del Partido Democrático (PD) y el resto de tres partidos sin representación parlamentaria.

Bufi, que fue nombrado el 5 de junio en sustitución de Fatos Nano, confirmó que el nuevo Viceprimer Ministro y Ministro de Economía será el economista Gramosz Pashko, del Partido Democrático, principal fuerza de oposición, mientras que el comunista Zyhdi Pepa actuará también como Viceprimer Ministro.

Asimismo, la cartera de Defensa será ocupada por Periki Teta, del PD, mientras que los comunistas Bayram Uzeiri y Muhamet Kapllani se harán cargo de los Ministerios de Seguridad Pública y de Asuntos Exteriores, respectivamente.

En el Gobierno están también representados el Partido Republicano, con dos Ministros, y los socialdemócratas con uno, y el Partido Agrario, asimismo con una Cartera.

El nuevo Gobierno será propuesto hoy ante el Parlamento.

Presidente albanés, Ramiz Alia.

Altercados en congreso del Partido del Trabajo

En otro orden, Dritero Agolli, Presidente de la Asociación de Escritores, fue abucheado por la mayoría de los delegados al X Congreso del PSSH, cuando criticó al líder estalinista Enver Hoxha, fallecido en 1985.

"Enver, Partido estamos alerta", gritaron la mayoría de los 1.400 delegados presentes en la sala, mientras que un reducido grupo aplaudía a Agolli.

"En Albania -dijo Agolli- hubo tres cultos, el del Partido, el de Hoxha y el de la Policía secreta Sicurimi. El Partido del Trabajo no tiene fuerza para cambiar, no puede responder a las exigencias del tiempo".

A los enfurecidos delegados "enveristas" que le interpelaron en un pleno desorden, Agolli les respondió "esto no es un tribunal, ustedes no me juzgarán". ■

VB
VB

01-01

9107928

Fin del Comunismo en Albania
LA NACIÓN (150025)
12/6/91
Albania's (65054)
Tot. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Fin del comunismo en Albania

TIRANA, 12 (AP). – Albania tiene desde hoy su primer gobierno no comunista desde 1944, cuando un gabinete formado por comunistas y varios partidos de la oposición obtuvo la aprobación del presidente Ramiz Alia.

La mitad de los 24 miembros del gabinete son comunistas, entre ellos el primer ministro y antiguo ex ministro de la Industria Alimenticia Ylli Bufi.

Sin embargo, tras el acuerdo logrado a raíz de una huelga general que obligó a dimitir al anterior gobierno comunista, la otra mitad de las carteras ministeriales son ocupadas por partidos de la oposición.

Según el Gobierno, los nuevos ministros deben renunciar a toda filiación y actividad política mientras sirvan en el gabinete, que tendrá poder hasta las elecciones del próximo mayo.

Gramoz Pashko, uno de los dirigentes del opositor Partido Democrático, pasó a ser viceprimer ministro y se hizo cargo de la economía albanesa, en virtual bancarrota, al ocupar además la cartera de Economía.

Su tarea principal consistirá en atraer la necesitada ayuda extranjera e inversiones para evitar un generalizado descontento social.

Pashko afirmó que el país tiene solamente pan para una semana, visitó varios países occidentales en los últimos meses y podría acelerar el envío de ayuda extranjera.

Decenas de miles de albaneses huyeron de su empobrecido y atrasado país en los últimos meses.

La crisis yugoslava

SPLIT, Yugoslavia, 12 (AP). – Los líderes de las tres repúblicas de Yugoslavia más afectadas por conflictos de carácter étnico que amenazan con desencadenar una guerra civil se reunieron hoy en un esfuerzo por allanar las diferencias con miras a una futura organización del país.

No se dio a conocer la agenda a tratarse, pero se esperaba que los presidentes de Croacia, Serbia y Bosnia-Hercegovina analizarían formas de resolver problemas entre las comunidades que han llevado a estallidos de violencia.

VR
VR

01-01

9107929

Forman en Albania un gobierno de Coalición.
La Nación (130025)
10/6/91
Albania (65054)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Forman en Albania un gobierno de coalición

TIRANA, 11 (EFE). – Fuentes políticas albanas han anunciado hoy la designación del nuevo gobierno de salvación nacional, de coalición entre comunistas y oposición liberal, en el que el economista Gramszoz Pashko, del opositor Partido Democrático, será viceprimer ministro de Economía.

Dichas fuentes aseguran que un segundo viceprimer ministro será comunista y un secretario general del gobierno procederá del Partido Republicano.

Los nombres del nuevo gobierno se anunciarán en breve y se asegura que las carteras del Interior y Defensa irán a parar a un comunista, pero la de Defensa a la oposición.

Los comunistas tendrán 11 ministros, el Partido Demócrata 8, el Partido Republicano 2, los socialdemócratas 1, otro escaño irá al Partido Agrario.

Aproximadamente, la oposición podría tener en torno del 45 por ciento de las carteras, y el resto los comunistas, que ganaron una mayoría parlamentaria de dos tercios el pasado 31 de marzo.

Los comunistas obtuvieron dos tercios de los escaños, pero perdieron las grandes ciudades y, tras 26 días de huelga general, está surgiendo el hambre y actos de rapiña en todo el país.

De la oposición, sólo el Partido Democrático y el de la minoría griega "Omonia" consiguieron puestos en el Parlamento, el primero 75 y el segundo cinco escaños.

Según Pashko, no queda harina más que para siete días de pan, y la población ha asaltado ya en Tirana camiones con ayuda británica a los niños, que estaban descargando en una iglesia católica de Tirana.

V.R.

01-01

9107930

Albania: Economista elegido Pte. del Partido Socialista-
lo Mañana (150015)
14/6/91

Albania (65054)
Fac. Pol. (11164)
Partidos Políticos. (11304)

Albania: economista líder del socialismo

TIRANA.- El economista Fatos Nano fue elegido Presidente del Partido Socialista de Albania (PSA) durante el X Congreso que concluyó ayer y en el que se abandonó el anterior nombre de Partido del Trabajo que adoptó durante decenios de estalinismo.

Un triunvirato formado por Spiro Dede, antes encargado de ideología, Ismail Lleshi y Servet Polumbi dirigirá un Comité Directivo de quince miembros que estará por encima del Comité Central, de 81 integrantes.

Fatos Nano, de 39 años, y con un decenio de militancia comunista, pertenece al aristocrático clan albanés de los Shuterici de Gjirokastra, ciudad del sur de Albania donde nació Enver Hoxha, habla perfectamente francés, inglés e italiano.

Fue economista del combinado siderúrgico de Elbasan, e investigador del Instituto de Estudios del Marxismoleninismo, donde fue uno de los renovadores preferidos de su directora, Nexhmija Hoxha, hoy viuda de Enver.

Nano estudió las reformas económicas de China y la URSS y la doctrina que expuso recientemente era muy similar a la "autogestión" obrera, ya oficialmente desechada en Yugoslavia por ineficaz.

El nuevo Presidente del PSA defiende ahora la coexistencia entre el sector privado naciente y la propiedad estatal, con plena vigencia de las leyes del mercado.

Una huelga general de 27 días de duración acabó con el Gobierno monocolor comunista que presidió hasta la semana pasada y en el nuevo de coalición de comunistas y opositores ocupa el cargo de Ministro de Relaciones Económicas con el exterior.

"Tenemos que ser realistas, referirnos al pasado para no olvidar a Enver Hoxha", dijo ayer Nano a la prensa y añadió: "Hay gente que pertenece al pasado de nuestro país, quien no tiene pasado se queda sin futuro y de las intervenciones de los delegados se ve que todo está cambiando".

Advirtió que el socialismo "no se ha inventado estos años" y que en los tres días de este Congreso cambió la mentalidad de los delegados, muchos de ellos llegados de alejadas provincias sometidas al culto a la personalidad de Hoxha durante decenios.

"El socialismo es una alternativa específica de Europa -afirmó Nano- y la afrontamos sin prejuicios".

Respecto a los 50.000 albaneses que han abandonado el país desde agosto de 1990, Nano expresó su esperanza de que comprendan la nueva situación de Albania y regresen.

Por otra parte, una de las decisiones del X Congreso que causó sensación fue el nombramiento del Presidente de la Asociación de Escritores, Dritero Agolli, para el Comité de Dirección.

VR
VR

01-01

9107931

Derriban estatua de Lenin en Albania.
La Nación (150025)
22/4/91
Albania (65054)
Fac. Sicosocial (11165)
Conflictos Sociales. (11414)

Último momento

VIENA, 21 (AP). Tirana, la capital albanesa, quedó esta madrugada sin su último monumento público al comunismo, cuando obreros derribaron y retiraron una estatua de Lenin, en medio de las ovaciones de miles de personas.

Horas antes, Albania fue simbólicamente readmitida en la comunidad mundial, de la que se apartó durante varias décadas de rígido estalinismo.

Los gobernantes europeos y norteamericanos aprobaron ayer la admisión de Albania como trigésimo quinto miembro de la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa. Se anticipa que el secretario de Estado James Baker, hará mañana una visita a Tirana.

VR
VR.

01-01

9107932

Visita de JAMES BAKER a ALBANIA
LA NACION (150025)
23-6-91
Albania (65054)
EE.UU (65890)
Fol. Pol (11164)
Rel. Jul (11399)

Baker recomendó a Albania una política de shock

"He venido a decirles cómo funciona la libertad"

TIRANA, 22 (UPI). – El secretario de Estado norteamericano, James Baker, elogió el ingreso de Albania al mundo libre mientras 150.000 personas le brindaban una entusiasta acogida.

"He venido aquí para decirles cómo funciona la libertad. Bienvenidos, bienvenidos al mundo libre", dijo Baker a la mayor multitud reunida para recibir a un funcionario extranjero.

Baker recomendó que se siga una "terapia de shock", con medidas drásticas de saneamiento, para salir de la crisis, y pasar a la economía de mercado.

El primer ministro, Ylli Bufi; el presidente del Parlamento, Kastriot Islami; el canciller, Mahamet Kapllani; y miembros del gobierno que este mes reemplazó a las autoridades stalinistas luego de 46 años, estaban al lado de Baker mientras la multitud gritaba "Dios bendiga a los Estados Unidos".

Baker, el funcionario norteamericano de más alto nivel que visitó Albania, y, su esposa, levantaron sus brazos haciendo la "V" de la victoria mientras recibían una calurosa ovación de miles de simpatizantes del Partido Demócrata, el principal grupo opositor cuyos miembros están ahora incluidos en el gobierno.

Bufi anunció que Baker fue declarado "ciudadano honorario" de Tirana y le agradeció el respaldo que "dio al pueblo albanés para que se sumara a la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa".

Baker, ante una entusiasta multitud (AP)

Haciendo referencia al anterior gobernante Enver Hoxha, que murió en 1985, Bufi criticó a la política "del régimen stalinista albanés seguida por muchos años, la que aisló a Albania del mundo".

"Al fin son ustedes libres, libres para decir lo que desean y para elegir sus propios dirigentes. Al fin podrán adorar a quien ustedes quieran", dijo Baker a la multitud y luego visitó la mezquita Ethem Baj, en ocasión de la festividad musulmana de Kurban Bahram.

"Albania escogió sumarse a las filas de las naciones libres que están construyendo una Europa integrada. Estamos con ustedes y ustedes están con nosotros", agregó.

Unas 20.000 personas, con banderas albanesas y norteamericanas lo esperaron en el aeropuerto.

V.R.
VR

01-01

9107933

La República (150023)
09-06-91
Italia (10108)
Fac. Pol (11164)
Partidos P. (11304)

el acuerdo político

postergó el acuerdo con los ex comunistas y dejó en suspenso una eventual crisis de gobierno

El Congreso de los socialistas italianos culminó sin modificar el cuadro político

El liderazgo de Craxi emerge intacto, pero por primera vez se oyeron voces críticas entre los 1.150 delegados

46 congreso extraordinario del Partido Socialista italiano (PSI), que concluyó este domingo en el puerto de Bari, postergó el acuerdo con los ex comunistas y también dejó en spenso una eventual crisis de gobierno. El PSI, tras dos días, debates en la reunión, que fue inaugurada el jueves y ausurada el domingo por el secretario general, Bettino Craxi, jó inmutable el cuadro político aunque no se descarta una isis, que daría lugar a elecciones parlamentarias anticipadas año antes de su fecha de realización en junio de 1992.

Craxi advirtió al jefe del Ejecuti- Giulio Andreotti, y a su partido, la mocracia Cristiana (DC), que apoya- l presidente de la República, Fran- co Cossiga, en caso de una crisis tiucional por las divergencias exis- tes entre esta fuerza de mayoría rela- y el jefe de Estado.

En un tono que el diario Corriere lla Sera calificó este lunes de "ulti- tum", Craxi se preguntó si Andreotti DC están dispuestos ha asumir la ponsabilidad de una crisis institucio- y por lo tanto una ruptura de la de gobierno que integran, ade- s de la DC y el PSI, los liberales (PLI) os socialdemócratas (PSDI).

El parlamento discutirá hoy martes documento de 84 páginas que contie- las propuestas de reforma constitu- Cossiga, en las cuales plantea establecimiento de un sistema presi- ncial, con la elección directa del jefe Estado.

La DC, partido al cual renunció ssiga al asumir la presidencia de la pública hace seis años, es contrario presidencial y a la elección ecta del jefe del Estado, lo cual es oyado por los socialistas.

En Italia existe un régimen parla- ntario formado por la Cámara de putados (630) y el Senado (320), que sesión conjunta eligen al presidente la República por un período de siete os, que no tiene facultades de gobier-

Craxi criticó al secretario general del rtido Democrático de la Izquierda DS), Achille Occhetto, pero indicó e la unidad socialista es el objetivo incipal del PSI.

A la exigencia de Occhetto de que el SI hiciera una autocrítica por los diez os de gobierno con la DC, Craxi res- ndió citando algunas declaraciones rmuladas en el pasado por el PDS, rtido que nació del desaparecido rtido Comunista Italiano (PCI) en ero pasado.

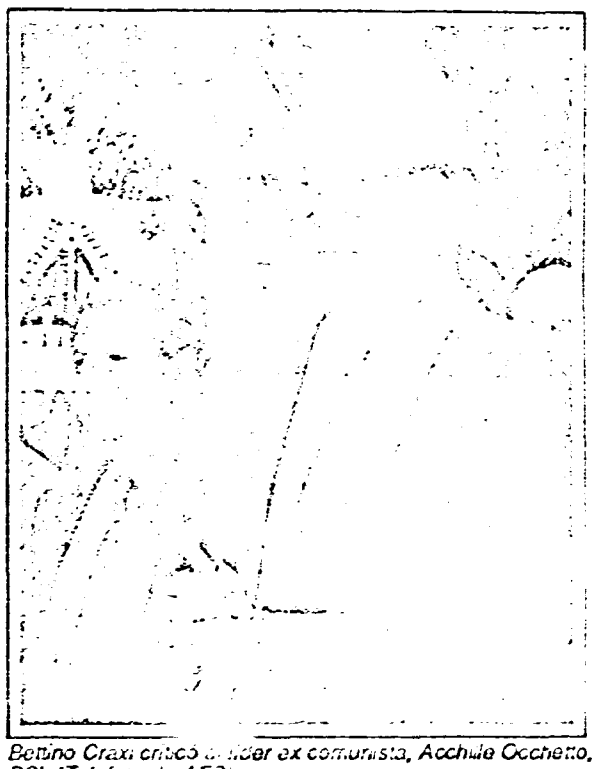
Craxi recordó algunas de las afirma- ones que hizo Occhetto en su joven- d, claramente antirreformistas y anti- cial demócratas, como "el pueblo liano no ha sido jamás, ni es y no será formista", con lo cual el líder del PSI ncluyó que no "es nuestro partido el e se debe hacer una autocrítica".

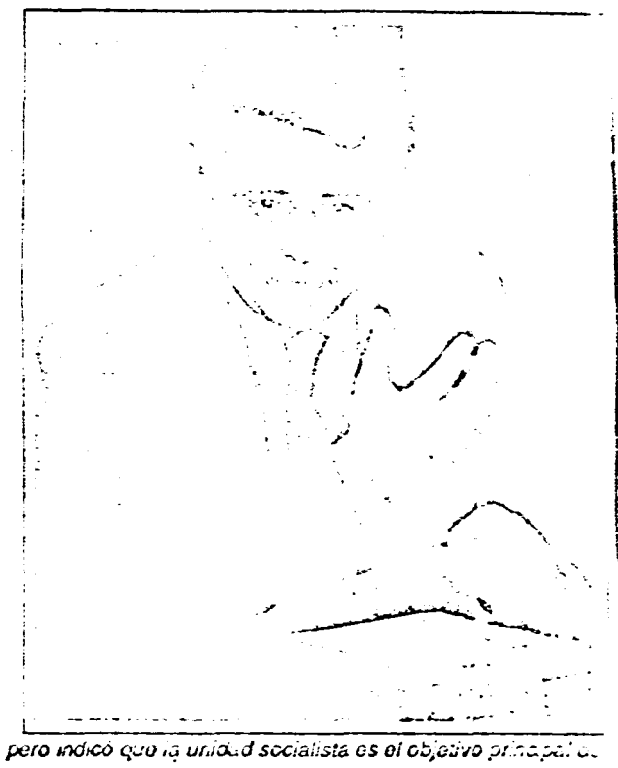
El PDS pidió el ingreso a la Interna- onal Socialista (IS) y en vista de que enta con el apoyo de los socialistas lianos se prevé que será aceptado el óximo año.

El congreso del PSI concluyó sin otaciones, no sólo sobre los órganos rigentes -como estaba establecido por tarse de una reunión de carácter ex- aordinario- sino también sobre un ocumento político sometido a la apro- ación de sus 1.150 delegados.

De esta manera, según El Corriere ella Sera, se evitó que las divergen- as fueran sancionadas de modo so- mne.

Por primera vez desde que Craxi umió la dirección del partido hace 15 ños, en un congreso socialista surgie- on voces críticas a su gestión.





Bettino Craxi criticó al líder ex comunista, Acchile Occhetto, pero indicó que la unidad socialista es el objetivo principal del PSI. (Telefoto de AFP).

partido, exigió a sus dirigentes el retiro del PSI del gobierno y el inicio de una discusión para la unidad de la izquierda con el PDS.

Se estima, sin embargo, que el liderazgo del "almirante" Craxi, como lo llamó la prensa porque los delegados al congreso se alojaron en tres grandes naves arrendadas por este partido que estuvieron ancladas en el puerto de Bari, se mantuvo intacto.

Craxi mantuvo el timón de este partido, hecho que por lo demás nadie ponía en discusión.

El PSI, con 14 por ciento de los votos, constituye el tercer partido político en Italia, después de la DC (con 33) y el PDS, cuya fuerza electoral por ahora es difícil de precisar porque no ha participado en ningún comicio nacional.

El PCI, al desaparecer y dar origen al PDS, tenía el 26 por ciento de los votos, pero estaba experimentando una baja electoral permanente.

En Sicilia, en unas elecciones regionales efectuadas el 16 de junio en que participaron unos cuatro millones de electores (menos del diez por ciento de los 46 millones que forman el cuerpo electoral) el PDS bajó en esa isla del sur del país del 22.6 al 9.9 por ciento.

En esos comicios, aunque el PSI experimentó una leve baja del 14.1 al 13.1 por ciento, se transformó, al menos en Sicilia, en la primera fuerza de la izquierda italiana y en la segunda del país.

Pero se deben esperar los comicios parlamentarios para saber si esa posición corresponderá a nivel nacional.

01-01

910793

Economía Italiana debe resolver 3 puntos para estar a tono con la C.E.
El País (SECCIÓN)
3/6/91
Italia (10108)
Fac. Ec (11161)
C.E.E. (12640)

La Economía Italiana Debe Resolver Tres Temas Para Estar a Tono con C.E.

ROMA, 31 (ANSA).— Darle más rigor a las cuentas públicas, reajustar el costo del trabajo y mejorar los servicios, son los tres puntos principales que la economía italiana debe resolver si no quiere perder el tren de la Comunidad Europea, afirmó Carlo Azeglio Ciampi.

Ciampi presentó el informe anual del instituto, estudio que constituye la radiografía más importante sobre la economía peninsular, a causa del prestigio y la autonomía que la "Banca D'Italia" mantiene frente al poder político. El informe de este año, fruto del trabajo de 250 economistas, presenta una mezcla de serenidad y preocupación.

En el estilo austero y duro, típico del Banco Central, Ciampi dijo a los 1.600 invitados presentes que los resultados de la economía italiana "no responden a las expectativas".

Italia —añadió— se encuentra frente a una contradicción, porque es capaz de impulsar con fuerza su desarrollo económico, pero sigue arrastrando algunos puntos débiles: una inflación de casi el 7% anual —prácticamente el doble del promedio de la CEE— una finanza pública muy desordenada y el mal funcionamiento de los servicios, que son muy caros y al mismo tiempo ineficientes.

01-01

9107935

Italia en estado de emergencia para hacer frente a la mafia.-
Clarín (150029)
3/6/91
Italia (10106)
Fac. Pel (11164)
Fac. Silva-Souza (11165)
Conf. Sociales (11414)

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 3 de junio de 1991

Italia en emergencia para hacer frente al poder de la mafia

ROMA, 2 (EFE y AFP). — El ministro italiano del Interior, **Vincenzo Scotti**, puso hoy al país "en emergencia para combatir a la mafia", y nombró tres superprefectos con poderes extraordinarios para afrontar este problema en las regiones de Lombardía, Calabria y Véneto.

El superprefecto se encargará de coordinar las actividades de todas las autoridades provinciales de seguridad pública (policía, carabineros y guardia de finanzas) de la región que le corresponde.

"Se trata de una operación que se extenderá a otras regiones italianas, ya que la criminalidad no conoce fronteras", afirmó Scotti.

El presidente Francesco Cossiga, en un emotivo discurso, instó —la semana pasada— a todos los políticos a enfrentar el poder de la mafia.

Los nuevos nombramientos suceden a dos decretos-ley aprobados por el gobierno la semana pasada para reforzar las plantillas de jueces en los distritos más afectados por la actuación de la mafia y disolver los gobiernos municipales sospechosos de conexiones con el crimen organizado.

"Todo el país está en emergencia para combatir la criminalidad", señaló Scotti en la localidad septentrional de Vicenza, de la región del Véneto, al término de una reunión policial para estudiar el problema.

Añadió que uno de los objetivos de las fuerzas policiales en las regiones septentrionales de Lombardía y Véneto, dos de las más prósperas del país, es la lucha contra el blanqueo de dinero procedente de otras zonas del país y del narcotráfico.

En Lombardía, cuya capital es la rica ciudad de Milán, las organizaciones mafiosas todavía están fuera del tejido social e institucional, pero la policía califica la situación de **"alarmante"**, ya que el índice de criminalidad en 1990 fue superior a la media nacional.

El presidente italiano, Francesco Cossiga, quien instó la semana pasada a todos los políticos a hacer frente a la mafia.

Las organizaciones mafiosas italianas ("cosa nostra" siciliana, "camorra" napolitana y "n'dranghetta" calabresa) han causado en lo que va del año decenas de muertes, sobre todo debido a las luchas entre las **"familias"** que las componen por el control del tráfico de drogas.

Solamente en la provincia siciliana del Catanese, el número de muertos relacionados con la actividad mafiosa se acerca a 70 en lo que va del año. Alrededor de 420 familias conviven en las tres organizaciones mafiosas, con un "ejército" de 15.000 sicarios armados.

Tres personas fueron asesinadas en las últimas 24 horas en localidades de las regiones meridionales italianas de Calabria y Sicilia presuntamente por sicarios mafiosos, informó la policía.

VR
VR

01-01

91079361

Nº DOCUMENTO
TITULO Niños y Adolescentes Italianos se incorporan a las organizaciones mafiosas.
PROCEDENCIA CLARIN (11/10/91)
FECHA 91-06-06.
VINCULACIONES Italia (11/08)
Fac. Sico-Social. (11/05)
Conflicto Social. (11/14)

Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991

EL DRAMATICO FENOMENO SOCIAL EN ITALIA

"NIÑOS TRABAJANDO PARA LA MAFIA"

ROMA, 5 (AP, EFE, ANSA, AFP). — Aunque hasta ahora los niños y adolescentes no están [illegible] del crimen organizado, el [illegible] número de menores que cae en las [illegible] ha alarmado en Italia. Los [illegible] han convertido en la fuente [illegible] al asesinato, según explican los [illegible] organizaciones encargadas de la lucha contra el delito.

[illegible] gobierno italiano, empeñado en una lucha [illegible] contra las tres mafias que asolan [illegible] —la Cosa Nostra, la Camorra y la [illegible]— [illegible] ante impotente al espectáculo [illegible] niños cuyo comportamiento [illegible] al de los más sanguinarios [illegible] mafiosos.

Según los clanes mafiosos empezaron a [illegible] adolescentes como asesinos a sueldo, [illegible] los denomina "niños asesinos".

[illegible] Sciarrone, ultimado a balazos [illegible] cerca de la ciudad de Acerra, al este de Nápoles, tenía 14 años. Su matador, solo 16.

"La alegría [illegible] propia", fue la justificación que esgrimió el muchacho, según informó la policía. Las autoridades no identificaron al matador pero revelaron que vivía solo en Acerra.

"Me [illegible] juraron que me mataría si no me permitía trabajar con nosotros y compartir [illegible] revolver Smith y [illegible]

[illegible] policía que desarrolla la Operación Remolino, [illegible] de la Mafia, [illegible] una pequeña red [illegible] que fue detenido, [illegible] cuatro comerciantes para obligar [illegible] a pagar por fuerzas [illegible] permitiéndole que [illegible]

[illegible] gran parte de [illegible] de fuentes de [illegible] directamente a los [illegible] que alcanza al [illegible] del sur italiano, [illegible] que terminan [illegible] perspectivas de encontrar [illegible] empleo.

[illegible] en términos [illegible] a encuentrarse [illegible] fuentes.

En [illegible] los adolescentes [illegible] para incorporarse a los [illegible] que cuentan [illegible] a veces, lo que [illegible] y confidentes (policía [illegible]

"[illegible] que tomó [illegible] una comunidad [illegible] Acerra "[illegible] y la [illegible] sin servicios [illegible] niños [illegible] consumo [illegible] "[illegible] y [illegible] delitos, [illegible] largo río [illegible] en Cilento".

[illegible] "[illegible]"

El [illegible] en Palermo, [illegible] de Roma, y en Nápoles. Pero [illegible] Cilento [illegible] indicaban los [illegible] pagos de 250 dólares [illegible] mensuales [illegible]

[illegible] para los [illegible] los jóvenes un [illegible] de [illegible] dólares.

[illegible] define [illegible] jóvenes en [illegible] drogas, [illegible] en el [illegible] de un [illegible]

ENTRADA
Grupo [illegible]
01-01

[illegible] pesos pesos [illegible]

9107937

Nº DOCUMENTO
TITULO Referendum sobre reforma electoral
PROCEDENCIA CLARIN (180024)
FECHA DE P 91-06-09
VINCULACIONES Yadic (10108)
Esc. Pol (11164)
Sec. Nac (11302)

[illegible]

[illegible]

ROMA, 8 (ANSA y Reuter). — Alrededor de 47 millones de italianos han sido convocados para un referéndum, que tendrá lugar mañana y el lunes, destinado a modificar un cuestionado mecanismo electoral y cuyos resultados, en caso de que la ciudadanía apruebe los cambios propuestos, podría afectar a la mafia.

La compulsa, apoyada fervientemente por la mayoritaria democracia cristiana decidirá la suerte de un amplio plan concebido para desterrar el fraude electoral y proscribir la influencia del crimen organizado en la política italiana.

Los socialistas liderados por Bettino Craxi, los principales socios de la DC [illegible] gobierno encabezado por Giulio Andreotti, invitaron a la ciudadanía a expresarse por un "no", al tiempo que calificaron al referéndum —y a su propuesta— como "anticonstitucional, injusto y antisocial". En el [illegible] de la campaña, durante la cual se enfrentaron ácidamente los dos partidos que dominan la política del país, los socialistas solicitaron que "se boicotee el referéndum por inútil e irrelevante".

De acuerdo con las leyes italianas, la compulsa podría llegar a ser declarada nula en el caso de que sufrague menos de la mitad de los habilitados en el padrón. Esto ya tiene un antecedente: en junio de 1990, solo el 43 % de los sufragantes se presentaron a las urnas en una consulta sobre prohibición de la caza y del uso de pesticidas en la agricultura, que habían promovido los ecologistas.

Si la mayoría del electorado vota por el [illegible] sólo una la preferencia por un candidato que el ciudadano podrá indicar cuando vote en las futuras elecciones. [illegible] caso de que prevalezca el "no" — [illegible] hipótesis de que la abstención [illegible] — se mantenga [illegible] sistema, que permite hasta cuatro preferencias en la [illegible] boleta.

El plan del "sí", propuesto y auspiciado por el parlamentario democristiano Mario Segni, hijo de un ex presidente de la república, sostiene que las nuevas fórmulas impedirán maniobras de caudillos [illegible], que controlan, por intimidación, una [illegible] clientela política.

En una medida que apunta directamente a la mafia, el plan del "sí" propone que los votantes escriban el apellido del candidato elegido en su boleta, en lugar del número que le fue establecido.

De esta manera, se afirma, se evitarán formas de intimidación en los bastiones del crimen organizado, en el sur del país, donde el actual procedimiento permite a la mafia estar al tanto de la marcha de cada elección. Las secretarias de la empresa se dicen que, incluso, los números pueden ser falsificados con trazos de un lápiz y que ello [illegible] muchas de las últimas elecciones en aldeas y pueblos del sur.

El comité promotor de las reformas electorales dirigió ayer ante el presidente Francesco Cossiga —democristiano— que grupos mafiosos del sur, perfectamente individualizados, atemorizan a los empadronados para que mañana y pasado se abstengan de concurrir, para permitir la nulidad del referéndum. También pidieron la intervención gubernamental frente a lo que calificaron como "un sabotaje a la [illegible]", ya que miles de agentes designados para ejercer controles en las secciones electorales no se presentarían para posibilitar el funcionamiento de las mesas.

El voto en un referéndum, según la actual Ley Electoral, es voluntario y, consecuentemente, la no presentación no importa penalización alguna.

Hay una generalizada opinión, traslucida en encuestas llevadas a cabo por la prensa italiana, en que el "sí" logrará una aplastante mayoría, con [illegible], al parecer, la única posibilidad de invalidar la propuesta de Segni es la no concurrencia.

Las secciones electorales funcionarán entre las 7 y las 22 de mañana y entre las 7 y 14 del lunes.

Casi todas las fuerzas políticas de oposición apoyan la propuesta de la DC, que además cuenta con el apoyo de dos de los cinco socios en la alianza de gobierno, los socialdemócratas y los republicanos.

Por su parte, [illegible] elaborado que por [illegible] en una [illegible], al dejar en libertad de voto [illegible] 12 millones de electores de [illegible] más conspicuos dirigentes anunciaron que adhieren al "sí", pero otros dirigentes se pronunciaron por no concurrir a las urnas.

El líder del posmarxista Partido Democrático de la Izquierda, Achille Occhetto, al apoyar al "sí", dijo que "será una reforma concreta de saneamiento del actual sistema electoral".

Cerrando la campaña, el autor de la propuesta, Mario Segni, se dirigió con ironía al electorado y dijo que "si ustedes realmente han perdido toda esperanza de reformar el actual sistema, entonces aprovechen este domingo para ir a la playa".

[illegible] democ[illegible] propuest[illegible] influ[illegible] la pol[illegible] por [illegible] "no", [illegible] por el [illegible] socialistas, [illegible] de la DC en la coa[illegible] de gobierno, definió la [illegible] como "[illegible] y sectaria". Si [illegible] a contar la [illegible] del 75 por ciento del electorado, la consulta será nula.

01-01

VR
VR

9107938

Italia: Cambios en el sistema electoral.
La Nación (150025)
91-06-09.
Italia (10108)
Fac. Pol. (11104)
Gob. Nac. (11302)

Italia: deciden cambios en el sistema electoral

ROMA, 8 (ANSA). – Alrededor de 47 millones de italianos deben votar mañana y pasado mañana un referéndum destinado a cambiar un delicado mecanismo electoral que divide profundamente a los partidos políticos.

Si la mayoría vota "sí", se reducirá a sólo una la preferencia por un candidato que el ciudadano puede indicar cuando vota en las elecciones. Si prevalece el "no" se mantendrá el actual sistema, que permite indicar entre una y cuatro preferencias.

Los partidarios del "sí", liderados por el diputado democristiano Mario Segni, sostienen que una victoria que abrogue el mecanismo vigente impedirá los embrollos y maniobras de caudillos y politiqueros que controlan inmensas clientelas políticas.

"Será una reforma concreta de saneamiento del sistema", afirmó el jefe opositor Achille Occhetto, líder del poscomunista Partido Democrático de la Izquierda.

Quienes apoyan el "sí" afirman que el sistema de preferencia única abolirá un instrumento de control mafioso del electorado vigente en el sur de Italia, ya que gracias a las combinaciones de los números y nombres de candidatos se establece cómo votan numerosos ciudadanos, intimidando su libre albedrío.

Casi todas las fuerzas de la oposición apoyan el "sí", pero también dos de los cinco partidos de la alianza de gobierno: republicanos y socialdemócratas.

La Democracia Cristiana (DC), el partido que controla el poder en Italia desde finales de la Segunda Guerra Mundial, dejó en libertad de votar a sus 12 millones de electores. De esta forma, el partido católico evitó una crisis interna, pues muchos de sus dirigentes anunciaron que votarán "sí" y otros que no concurrirán a las urnas.

La DC eludió también un grave enfrentamiento con su principal aliado en el gobierno, el Partido Socialista, cuyo líder, Bettino Craxi, invitó a la ciudadanía a proclamar un 'no reforzado' absteniéndose de votar, gracias a que el sufragio es voluntario.

El referendum "es inútil y dañino", afirmó anoche el vicesecretario socialista Giulio Di Donato al hablar por televisión en el programa de cierre de la campaña. Agregó que el sistema de preferencia única servirá sólo para favorecer a las oligarquías partidarias y no eliminará las maniobras clientelares y mafiosas.

Los socialistas de Craxi apuestan a que la abstención supere el 50 por ciento más uno de los votantes. En este caso el referendum sería declarado nulo, como pasó en junio de 1990, cuando sólo el 43 por ciento de los sufragantes se presentaron a las urnas en la consulta sobre prohibición de la caza y de los pesticidas en la agricultura, que habían promovido los grupos verdes ecologistas.

Los observadores estiman que si vota la mayoría de los 47.200.000 italianos convocados a las urnas, el "sí" obtendrá una mayoría aplastante.

El comité promotor del "sí" denunció hoy ante el presidente de la república que grupos mafiosos en el sur atemorizan a los votantes para obligarlos a no concurrir a las urnas. También pidieron la intervención del jefe del Estado, Francesco Cossiga, ante lo que calificaron como "sabotaje a la democracia", pues miles de autoridades de las secciones electorales no se presentarían mañana a hacer funcionar las mesas comiciales.

Cualquiera sea el resultado, estiman los observadores del mundo político, el revulsivo del referendum podría contribuir a acortar la vida del séptimo gobierno presidido por el primer ministro democristiano Giulio Andreotti. Se habla abiertamente de elecciones generales para octubre o noviembre próximos.

VR
VR

01-01

9107939

DOCUMENTO
TITULO Referendum en Italia sobre sistema de votacion.
PROCEDENCIA EL PAIS (15000A)
FECHA 91-06-10.
VINCULACIONES Italia (10108)
Tec. PER (11164)
Pub. Lac (11202)

DE VOTANTES REFERENDUM

EL PAIS — Lunes 10 de Junio de 1991

Polémica Consulta Electoral en dos Días

ITALIA: CON BUEN PORCENTAJE SE CUMPLIO EL PRIMER DIA DEL

ROMA, 9 (Fuentes EFE y AP).— Los colegios electorales italianos cerraron sus puertas a las 20:00 de hoy, primer día para participar en el referéndum sobre la reducción de las preferencias en las delegaciones a la Cámara de Diputados.

Los colegios volverán a abrirse mañana, lunes, desde las 5:00 hasta las 12:00, para que los electores que no lo hayan hecho hoy puedan ejercer su derecho al voto.

La primera jornada de este referéndum transcurrió con total normalidad y entre quienes votaron en la jornada dominical figura el primer ministro, el democristiano Giulio Andreotti.

La abstención es el principal enemigo de los promotores de este referéndum, ya que si la participación no alcanza el 50,1 por ciento del electorado los resultados de la consulta no tendrán validez.

El índice de participación en la primera jornada de votaciones del referéndum sobre la reducción de las preferencias en las elecciones a la Cámara de Diputados alcanzó el 45,7 por ciento, informó el Ministerio del Interior.

Este índice de participación hace prever que en la jornada del lunes se supere el quórum mínimo necesario para que el referéndum tenga validez, fijado en el 50,1 por ciento del electorado.

Como es habitual en todos los referendos y elecciones que se celebran en Italia, los colegios también abrirán mañana, lunes, hasta las 12:00.

El triunfo del "Sí" en el referéndum que se celebra hoy y mañana conllevará la reducción de las preferencias electorales, ya que hasta ahora los electores pueden marcar los nombres de tres o cuatro candidatos de un mismo partido político en las papeletas de votación.

La pregunta que se somete a referéndum, que ocupa 15 líneas, propone también la obligatoriedad de escribir el nombre completo del candidato elegido sobre las papeletas de votación, ya que hasta hoy es suficiente con marcar el número que ocupa en las listas abiertas que presentan los partidos.

Las posiciones de las fuerzas políticas sobre la consulta son muy distintas e, incluso, los cuatro partidos que forman la coalición de Gobierno (democristianos, socialistas, socialdemócratas y liberales) se han expresado en total desacuerdo.

Los democristianos han dejado libertad de voto a sus electores, los socialistas han propugnado la abstención, los socialdemócratas se han decantado por el "No" y los liberales han pedido el "Sí", mientras que el principal partido de la oposición, el Partido Democrático de la Izquierda (PDS), ex comunista, se ha movilizado en favor de la reducción de las preferencias.

El objetivo de esta reducción, según los promotores del referéndum, es "moralizar" la política italiana, puesto que consideran que al poder designar un solo candidato será más difícil que los grupos de presión políticos, económicoso incluso de la mafia puedan "seguir dirigiendo el voto".

Mantienen, además, que la victoria del "Sí" será un primer paso, "tímido pero significativo", hacia la reforma de las instituciones italianas, empezando por el sistema electoral.

El referéndum, que reavivó pasiones políticas y dividió la coalición gubernamental, plantea la posibilidad de reducir los denominados votos de preferencia que pueden emitir los ciudadanos en las elecciones parlamentarias de cuatro a uno.

Los partidarios de la reforma dicen que reduciría los casos de venta de votos, considerados un particular problema en el sur de Italia, donde las poderosas familias de la delincuencia organizada sacan buen partido del canje de favores por votos.

Según el sistema actual, cada elector tiene derecho a un voto por un partido político y cuatro de preferencia por candidatos de ese partido, el caudal de votos determina el número de bancas que obtiene cada partido, las que se distribuyen entre los candidatos más votados dentro del partido.

Los críticos sostienen que el sistema les facilita a los caudillos políticos localizar la forma en que votan los individuos, ya que el escrutinio de las boletas de votación se efectúa en cada mesa electoral.

El referéndum sobre los votos de preferencia afecta un mecanismo que permite un grave fenómeno: la violación del secreto del voto. La manipulación del voto, dijo Mario Segni, un demócrata cristiano que es el principal promotor del referéndum.

Los principales adversarios son los socialistas, que constituyen el segundo entre los partidos de la coalición gubernamental.

VR
VR

01-01

9107940

DOCUMENTO
TITULO Italianos aprobaron reforma electoral.
PROCEDENCIA CLARIN (150024)
FECHA 91-06-11.
MODULO Política (10108)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Italia, por el "sí"

ROMA, 10 (AN[illegible] y Reuter). — Con un porcentaje de asistencia considerado histórico, los italianos aprobaron por abrumadora mayoría una enmienda del sistema electoral destinada a "purificar las costumbres" políticas, según el resultado de la consulta popular celebrada entre el domingo y hoy.

Escrutado el 80 por ciento de los votos, el 95,6 por ciento de los electores se pronunció en favor de la medida y el 4,5 por ciento en contra. Se calcula que al menos el 60 por ciento de los 47 millones de ciudadanos en condiciones de votar se hizo presente en las urnas.

La reforma, que apunta a limitar el fraude electoral, reduce el número de votos que se pueden emitir en las elecciones parlamentarias.

JR
VR

01-01

9107941

Nº DOCUMENTO
TITULO: Bombas terroristas en Italia contra intereses españoles
PROCEDENCIA: EL PAIS (13/6/91)
FECHA DE ENTRADA: 12-06-91
VINCULACIONES: Italia (10108)
España (10072)
Fac. Mil. (11163)
Acciones ... (11418)

ıco Policías Heridos en Milán

OTRA VEZ BOMBAS CONTRA OBJETIVOS

TERRORISTAS EN ITALIA DE EMPRESAS ESPAÑOLAS

MILAN, Italia, 11 (EFE).— El atentado con explosivos perpetrado hoy en Milán contra las oficinas de la compañía aérea española causó heridas leves a cinco policías y provocó cuantiosos daños materiales.

El artefacto explotó a las 03:20 hora local (01:20 GMT) junto a la puerta de las oficinas de una empresa española en la planta baja de un edificio de siete pisos situado en el número 8 de la céntrica calle Albricci y la ETA y Falange Armada reivindican el hecho.

Tres policías, que patrullaban por la zona aproximadamente media hora antes de que se produjera la explosión, descubrieron una bolsa sospechosa atada con un cable de acero a una de las verjas metálicas del exterior de las oficinas.

Los policías informaron del hecho a la central y pocos minutos después se personó en el lugar un equipo radiopatrulla de los carabineros (policía militarizada italiana).

Antes de que los artificieros llegaran a las oficinas de Iberia, el artefacto explosionó y como consecuencia resultaron heridos levemente los tres policías y un carabinero.

Los heridos, que presentan cortes superficiales causados por la masiva rotura de cristales y molestias en el sistema auditivo, fueron trasladados a un centro hospitalario milanés.

Alvaro Ureña, delegado para Italia, que se trasladó desde Roma a Milán a primeras horas de la mañana, dijo a EFE que, a raíz del atentado que sufrieron las oficinas de la compañía en la capital italiana el pasado 29 de mayo, coches patrulla de la policía italiana pasaban frente a la delegación milanesa durante la noche, aproximadamente cada diez minutos.

La patrulla policial que descubrió el artefacto pasó minutos antes frente a las oficinas sin detectar nada anormal, lo que hace suponer que los autores del atentado conocían los movimientos de la policía y que colocaron el explosivo en el intervalo que se producía entre una y otra ronda.

El artefacto, según las primeras averiguaciones, era de elevada potencia y, al igual que los utilizados en los atentados contra la Cancillería española y las oficinas de Iberia y del Banco de Bilbao-Vizcaya en Roma, estaba compuesto por pólvora negra y disponía de un temporizador.

Alvaro Ureña señaló que los daños materiales provocados en la oficina de Milán eran de menor cuantía que los que sufrieron en Roma hace dos semanas, ya que la sucursal milanesa disponía de cristales blindados que "suavizaron" los efectos de los explosivos.

La planta baja del inmueble, donde tiene los s[illegible] de venta de billetes, resultó pese a todo seriamente dañ[illegible] pero la explosión no causó daños en la estructura del ed[illegible]

El atentado destruyó los cristales blindados y exteriores, el mobiliario, la decoración y varios term[illegible] ordenadores de las oficinas de Iberia, que tienen una [illegible] de unos 150 metros cuadrados.

La onda expansiva también destrozó los cristales [illegible] totalidad de los edificios situados en un radio de alrede[illegible] de [illegible] centenar de metros, en los que se encuentran las oficinas de otras compañías aéreas internacionales.

La compañía dispone de otras dependencias en la quinta planta de este edificio, donde se encuentran los servicios comerciales y de reservas de la compañía, así como el núcleo principal del equipo informático.

Pedro [illegible]

VR
VR.

01-01

9107942

Nº DOCUMENTO
TITULO Disolverían el Parlamento Italiano.
PROCEDENC CLARIN. (150024)
FECH. 91-06-12.
VINCULACIONES Italia (101095)
Fac. PD (111104)
Gob. Nac (113002)

EL PRESIDENTE COSSIGA CONVOCARIA A ELECCIONES ANTICIPADAS

Disolverían el Parlamento italiano

ROMA, 11 (Reuter). — Italia avizoró hoy la posibilidad de una anticipación de los comicios generales después que el presidente Francesco Cossiga dio a entender que la reforma electoral aprobada por referendo quizá lo obligue a disolver el Parlamento.

Más del 95 por ciento de los ciudadanos que concurrieron a las urnas el domingo y el lunes adoptó una modificación del arduo sistema electoral destinada a purificar el sufragio y a vencer los hábitos fraudulentos suscitados por aquel.

Los dirigentes políticos coincidieron en que el tan vasto como inesperado número de participantes —68,5 por ciento de los 47 millones de ciudadanos habilitados— demostró la ansiedad con la cual Italia deseaba esta reforma.

La consulta popular se manifestó en contra de un dispositivo que alentó el comercio de votos, especialmente en las zonas del sur donde señorea la mafia, porque muchos ciudadanos temían inclinarse en favor de candidatos ajenos a la "Onorata Società", por temor a sus represalias.

Al sugerir que podría disolver el Parlamento, Cossiga dijo el lunes en una entrevista televisiva: "El electorado rechazó el sistema por cuya intermedia fue elegida la actual Cámara de Diputados, y esto no puede negarse".

Añadió que debatirá las implicaciones del referendo con los presidentes de la Cámara de Diputados y el Senado, así como con el primer ministro Giulio Andreotti, quien gobierna a la cabeza de una alianza de los partidos democratas de centro —el suyo—, Republicano, Liberal y Socialista Democrático.

Desde los ofi[illegible] comunistas, [illegible] a la [illegible] cen contra él presiones intensas para que desista de buscar la reelección.

Para disgusto de muchos de sus ex colegas de la Democracia Cristiana, Cossiga respalda la iniciativa del socialismo en favor del establecimiento de un régimen presidencialista a la francesa.

Ya que ningún partido es lo suficientemente fuerte como para gobernar solo, Italia es regida por coaliciones dispares y, en consecuencia, fugaces.

Cossiga dijo que los resultados del referendo demuestran que los italianos quieren tener la oportunidad de decidir acerca de grandes cambios institucionales, entre ellos, la creación de una presidencia fuerte, capaz de modernizar a los partidos.

Bettino Craxi, el gran perdedor

[illegible] por más del 50 por ciento de los ciudadanos que participaron del referéndum desarrollado en todo el país, entre el domingo y el lunes. Craxi había llamado a los electores a que no participaran del plebiscito, [illegible] en el caso de que sufragaran menos del 50 por ciento de los empadronados y, obvio, había exhortado al "sí" a las modificaciones, destinadas a purificar, en parte, [illegible] mejores municipales), en definitiva la única instancia a la que acceden los votantes.

Las reformas significan, a la vez, un golpe a la influencia de organizaciones mafiosas en los comicios, especialmente en el sur italiano, donde los votantes temían represalias de parte de los "capos mafiosos" en el caso que los candidatos de esas organizaciones no figuraran entre los cuatro susceptibles de ser seleccionados en la "preferencia".

El particular sistema electoral en vigencia en Italia parte de la entrega a cada votante —en su respectiva mesa— de una boleta única, firmada por las autoridades, en la que figuran los partidos políticos, identificados con sus emblemas, y una cuadrícula para consignar los preferidos dentro de la agrupación votada, que se marcaban con el número en el que revistaban en cada listado. Los que propiciaron el "sí" insistieron también en que de aquí en más se deberá marcar esa única preferencia con el nombre y apellido del candidato, eliminando los números que, aseguraron, permitían manejos fraudulentos de adulteración.

VR 01-01

9107943

Italia expulsa a refugiados Albaneses.
Clarín (150624)
15/6/91
Italia (40108)
Albania (65054)
Fac. Silo Social (11165)
Conflictos Sociales (11414)
Fac. Pol (11164)

Italia expulsa albaneses

ROMA, 14 (EFE). — Los primeros 41 refugiados albaneses abandonaron hoy Italia, en el primer paso del gobierno italiano para expulsar a los 680 fugitivos procedentes del país balcánico llegados en los últimos días.

Estas 41 personas están acusadas, además, de ser las autoras de los incidentes ocurridos el 6 de este mes en el campamento San Marco, de Bari (sudeste italiano), donde cinco albaneses resultaron heridos y varias tiendas de campaña quemadas cuando un grupo de ellos pretendió amotinarse para exigir al gobierno italiano un subsidio y mejores condiciones de vida.

Los 680 refugiados se encuentran a bordo de naves turcas, soviéticas, griegas, albanesas e italianas que llegaron esta semana en sucesivas etapas a los puertos de Trieste, Venecia, Ravena, Ancona y Otranto.

Los albaneses atravesaban el canal de Otranto que separa su país de Italia en todo tipo de embarcaciones, incluidas frágiles balsas, huyendo de la gravísima crisis económica de su país.

Una vez arribados a los puertos orientales italianos, las autoridades de Roma prohibieron su desembarco, lo que originó las violentas protestas de los comandantes de las naves y de los propios refugiados.

VR
JR

10.10

9107944

Comicios regionales en Italia.
Clarín (130024)
16/6/91
Italia (10108)
Fac. Pol (11164)
Gob. Prov. (11303)

CLARIN Buenos Aires, domingo 16 de junio de 1991

COMICIOS REGIONALES CONSIDERADOS UN "TEST" PARA EL GOBIERNO ITALIANO

Los sicilianos van hoy a las urnas

La clase política italiana y, particularmente, el dominante Partido Demócrata Cristiano, afrontarán hoy su segundo "test" en una semana, a través de elecciones regionales que tendrán lugar en Sicilia, **cuna y centro motor de la mafia**, hasta ahora un irreductible bastión de la democracia cristiana. Será, sin duda, **un muestreo incuestionable**, si se tiene en cuenta que votarán 4.200.000 ciudadanos, el diez por ciento del padrón nacional italiano.

La elección en Sicilia, **asolada por la mafia y el desempleo**, que afecta al 22 por ciento de la población activa de la isla, será la primera en la que quedó prohibida la candidatura de toda persona sospechosa de pertenecer a la honorable sociedad. Pero se trata de una cobertura superficial: a nadie escapa que la mafia está infiltrada en todos los sectores de la economía de la región y tiene **un contacto estrecho con el mundo de la política.**

Esta región autónoma está gobernada por una coalición entre el PDC y el Partido Socialista, deteriorada en los últimos tiempos como consecuencia de los desencuentros en el gobierno central entre las dos fuerzas políticas mayoritarias, **que han llevado al borde de la desestabilización** al gobierno italiano, presidido por Giulio Andreotti.

La importancia de la consulta excede el marco regional: aun cuando los resultados reflejan condiciones y situaciones propias de Sicilia, se coincide en que tendrán **un impacto decisivo en la política italiana.**

Por ahora, parecería no estar en juego el dominio, en la región, del PDC, en el poder desde hace cuarenta años y que logró **el 38 por ciento de los votos** en las últimas elecciones regionales, en 1986. Hay, sí, expectativas sobre la medida en que influyó en el electorado la cada vez más ríspida relación entre el presidente Francesco Cossiga y el primer ministro Andreotti —ambos democristianos— y por las diferencias intestinas en esa formación en los métodos para combatir a la delincuencia organizada, **precisamente una problemática central en la geografía en que se desarrollará hoy la consulta.**

Se anticipa que son varios los que alientan la esperanza de capturar los votos obtenidos en 1986 por los comunistas (en segundo lugar entonces, con 19,8 por ciento), **en virtual desbande** tras la fractura a nivel nacional: se presentarán ahora bajo dos denominaciones, la de **Partido Democrático de Izquierda**, que pretende unificar los otros de ese signo, y la de **Refundación Comunista**, a la que adhieren los ortodoxos que han mantenido lealtad al viejo PCI.

Pero la máxima incógnita pasa por el "debut" de una flamante formación local, **Rete** (Red), orientada por Leoluca Orlando, carismático ex alcalde de Palermo, expulsado el año pasado del PDC. Orlando, que luchó durante **los cinco años de su gestión comunal contra la mafia**, parece haber dado una dimensión emotiva a los comicios: el candidato de Rete ha basado su propuesta en la **honradez y la transparencia de esa gestión** y en una serie de medidas tendientes a erradicar —o disminuir— la influencia de la mafia en la política local.

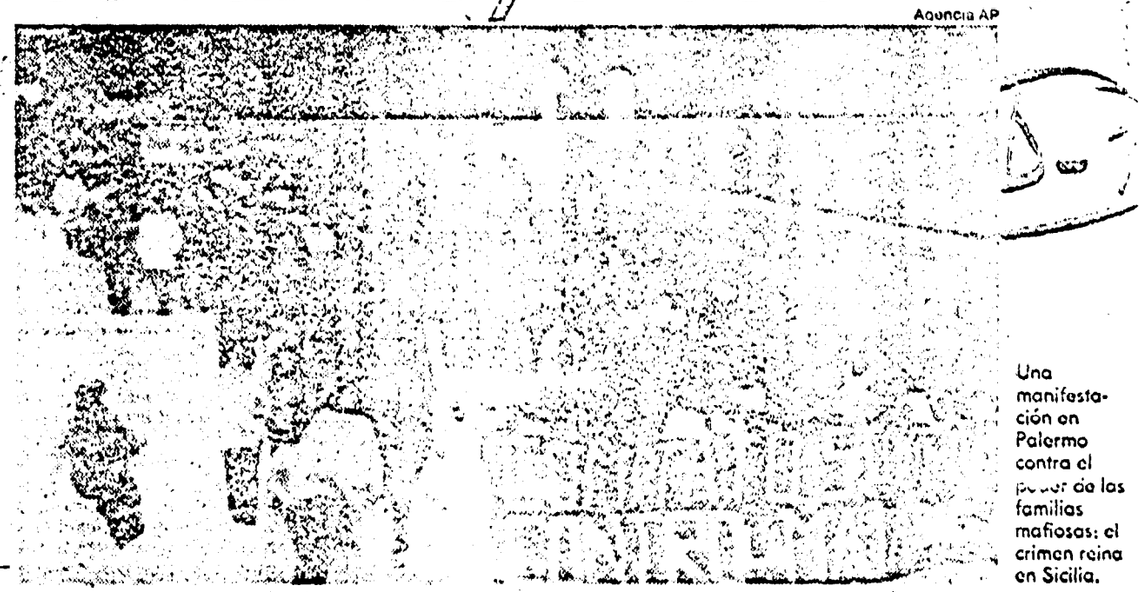
Las figuras de Rete son predominantemente parientes o amigos de víctimas de la organización mafiosa y contaría con el apoyo, no explicitado, de ciertos sectores del clero. Si Orlando lograra un piso del ocho por ciento se convertiría, acaso, en una nueva propuesta a nivel nacional.

Hace una semana, el referéndum promovido por otro democristiano "desencantado", Mario Segni, para reformar el sistema electoral vigente y morigerar la influencia mafiosa en la vida política italiana, fue clamorosamente **sostenido por el electorado italiano** y marcó, de paso, el máximo punto de crisis de la coalición de gobierno. Finalmente, como lo afirma Cossiga, los italianos han dado una tácita reprobación a todo el gobierno. El "test" de hoy podría derivar en la **disolución del Parlamento** y en elecciones generales anticipadas.

Jorge Göttling

Copyright Clarín

Agencia AP



Una manifestación en Palermo contra el poder de las familias mafiosas: el crimen reina en Sicilia.

01-01

9107945

Volumen de operaciones de la mafia estimado en 45.000 millones de dólares.
Clarín (150024)
16/6/91
Yfelia (10108)
Ec. Sim.- Social (11167)
Conflictos Sociales (11414)

El poder de los clanes mafiosos

ROMA, 16 (AFP). — La mafia italiana tiene un volumen de operaciones estimado en unos 45 mil millones de dólares. Según un informe publicado por un semanario especializado, la nueva escala de ganancias tiene ahora al frente a la familia del napolitano **Carmine Alfieri**, 48 años, sin paradero conocido, con un total de operaciones por más de **1.200 millones de dólares.**

La información del semanario **Il Mondo** señala que la organización de don Carmine, bautizada **"Nueva Alianza"**, sustituyó a la desaparecida **"Nueva Camorra Organizada"** de **Raffaele Cutolo**, desmantelada a comienzos de los años 80.

Desde su cuartel general en **Nola**, cerca de Nápoles, don Carmine logró reunir en la clandestinidad cerca de 70 clanes de la camorra que participan de su vasto imperio vinculado con la industria de la construcción, la droga, la extorsión, el tráfico de armas y hasta las apuestas clandestinas de la lotería.

En la lista de las cincuenta primeras familias mafiosas —establecida por el semanario a partir de datos sobre secuestros e informes de organismos anti-mafia—, figura en el segundo lugar **Lorenzo Nuvoletta**, 60 años, detenido por múltiples actividades delictivas, como operaciones con la fruta y las verduras, la droga, los caballos de carrera y la construcción, por un monto algo inferior a **1.000 millones de dólares.**

Nuvoletta fue uno de los primeros mafiosos en invertir dinero de la droga o de la extorsión en actividades económicas aparentemente honorables: **"un mafioso contratista"**, según un coronel de los carabineros.

Luego sigue en la lista el mítico **Toto Rina**, apodado "il corto" (el pequeño), conocido asesino de 60 años, prófugo desde hace 25 años, activo en la droga y la extorsión, con **800 millones de dólares.**

El "Papa" de la mafia siciliana **Michele Greco**, 60 años, detenido, sólo ocupa el octavo puesto de la clasificación entre los famosos de la mafia con **500 millones de dólares.**

VR
VR

01-01

9107946

DOCUMENTO
TITULO Fue proclamada la República del Norte de Italia -
PROCEDENCIA EL PAIS - (189007)
FECHA 91-06-17
VIÑETA Italia (10108)
Fac. POL (11164)

La República del Norte de Italia fue Proclamada

MILAN (Italia), 16 (EFE).— El senador italiano Umberto Bossi reunió hoy, domingo, en la localidad de Pontida a sus huestes de la "Liga Lombarda" y proclamó la "República del Norte", en un acto calificado por sus rivales de "estrafalario" y "bufonada".

Bossi, secretario general de la "Liga", orador de verbo atropellado y agresivo, de 50 años, convocó a sus "cruzados" en un campo del pequeño ayuntamiento de Pontida, provincia septentrional lombarda de Bergamo, para arremeter contra Roma y tomar juramento a sus seguidores de fidelidad a la "República del Norte".

A mitad de camino entre Lecco y Bergamo, unos 10.000 "liguistas", sobre todo de Lombardía, Veneto y Piamonte, dieron un voto afirmativo a un proyecto político que, folclórico o no, roza la legalidad constitucional al poner en duda la unidad de Italia.

El comentario del primer ministro, el democristiano Giulio Andreotti, ha sido tajante: "ya he tenido una república del norte en el curso de mi vida (la fascista de Saló) y he tenido bastante".

El partido Republicano ha invitado a la magistratura a intervenir.

A las 14:00 GMT, los militantes autonomistas, hombres y mujeres, votaron a mano alzada unánimente la propuesta de la "Liga" para la fundación de la "República del Norte", en el mismo ayuntamiento donde se constituyó el 7 de abril de 1167 la primera "Liga Lomberda".

Los "liguistas" toman como símbolo de "diversidad" el "Juramento de Pontida", realizado en la abadía cluniacense del mismo nombre por los lombardos en esa fecha contra el emperador Federico I de Suecia, conocido como "Barbarroja".

Su héroe, representado en el símbolo del movimiento, es Alberto de Giussano, comandante de la "Compañía de la Muerte" que decidió la derrota del emperador del Sacro Imperio Romano en la batalla de Legnamo (1176).

Bossi, que encabeza desde su fundación en 1985 un movimiento que pasó de 13.000 votos ese año a un millón en las administrativas de 1990, moderó hoy su tono agresivo, temeroso de las repercusiones judiciales, y situó la "nueva" República en "las conciencias" de los "liguistas" para que allá se convierta en "un bien".

01-01

9107947

DOCUMENTO
TITULO Elecciones en Sicilia.
PROCEDENCIA EL PAIS (150007)
FECHA DE PRENSA 91-06-17.
VINCULACIÓN Italia (10108)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Las Elecciones en Sicilia son Claves y Terminarán hoy

ROMA, 16 (REUTER). — Las elecciones de hoy en Sicilia, cuyos resultados se conocerán el lunes a partir de las 08:30 GMT, permitirán formarse una idea aproximada de cuál es el punto de vista del pueblo italiano sobre las tensiones en la coalición gobernante de Roma, opinaron analistas.

Funcionarios electorales dijeron que la concurrencia a las urnas fue menor que en los comicios de 1986 y agregaron que la consulta se desarrolló sin incidentes

"Los ciudadanos quizá hayan votado a favor o en contra de la mafia, pero los resultados se proyectarán a escala nacional y serán cuidadosamente estudiados", expresó un diplomático.

"La suerte del gobierno en cierta medida depende del resultado de las elecciones en Sicilia", sostuvo el diario Il Giornale.

En el gabinete de coalición formado hace dos meses por el primer ministro Giulio Andreotti hay profundo desacuerdo sobre temas tales como las reformas constitucionales y las medidas de austeridad económica.

La alianza de gobierno sufrió un revés la semana anterior cuando en un referendo la ciudadanía italiana se pronunció a favor de cambios en el sistema electoral.

La atención de los estudiosos de las tendencias electorales se concentró en el desempeño de una nueva agrupación, la "Rete", que se presentó con una dura plataforma contra la mafia y bajo la dirección del ex alcalde de Palermo Leoluca Orlando.

Este dirigente en numerosas ocasiones se enfrentó con su antiguo partido, la democracia cristina, por la forma en que éste desarrollaba la campaña contra los mafiosos.

Finalmente, Orlando fue destituido el año pasado y, más tarde, fundó la Rete, en cuyo programa se pone el acento en la honestidad y la apertura.

"Estas elecciones van a ser como otro referendo", expresó el ex jefe comunal de Palermo la semana pasada. "Constituirán una decisión entre el viejo estilo político y un nuevo enfoque de ésta".

VR
VR

01-01.

9107948

Manifestación en Córcega
La Nouvelle (150015)
17/6/91
Italia (10108)
Fcc. Sup. Sourd (11165)
Cop. Sourde. ~~(11165~~ (11414)

Marcha sin incidentes en Córcega

Manifestación nacionalista

D-1

AJACCIO, Córcega.- Alrededor de 5.000 personas participaron en una manifestación celebrada el sábado en Ajaccio, en la isla de Córcega, para denunciar el rechazo del Tribunal Constitucional francés a la noción de "pueblo corso", informó ayer la policía.

Organizada por tres movimientos nacionalistas de la isla -Acconcolta Nacionalista, Unión del Pueblo Corso (UPC) y Accolta Nacionalista Corsa (ANC)- la manifestación no fue secundada por el otro grupo rival, el Movimiento para la Autodeterminación (MPA), que rechazó su participación por estimar que la finalidad era demasiado reducida, señalaron algunos observadores políticos.

La marcha se desarrolló sin incidentes y, durante el recorrido, los participantes reclamaron mayor autonomía y un reconocimiento de su identidad cultural.

Al final, los participantes entonaron el himno de Córcega y el del Frente de Liberación Nacional de Córcega (FLNC). ■

VR
VR.

01-01

9107949

Democracia Cristiana triunfo en Sicilia.
EL PAIS (18001)
18-06-91
Yelsa (20208)
Fac. Pol (11164)
Gob Prov. (11303)

Sicilia: Triunfó la DC, Descolló el Partido Anti-Mafia y Revés del ex PCI

ROMA, 17 (EFE y REUTER). — La Democracia Cristiana y la "Rete" (red), partido antimafia, del ex alcalde democristiano de Palermo Leoluca Orlando se configuran como los grandes vencedores de las elecciones regionales de Sicilia, que han supuesto una estrepitosa caída del ex Partido Comunista, el cual ha sido sobrepasado por el Partido Socialista.

Los demócrata cristianos afianzaron su dominio de la política regional al reunir un 42,3 por ciento de los sufragios frente al 38,8 por ciento que habían obtenido el año pasado.

En términos numéricos el gran perdedor fue el Partido Democrático de Izquierda (PDI), integrado por ex comunistas que modificaron el nombre y la línea política de su agrupación en febrero.

El PDI consiguió el 11,4 por ciento de los votos, siete menos que su caudal de 1986.

No obstante, los socialistas, que esperaban captar el voto de los comunistas descontentos, sólo lograron el 15,2, algo menos de un punto por encima de lo que alcanzaron en 1986.

El grueso de los votos de los comunistas desalentados con su partido fue a parar a La Rete.

Los socialistas todavía estaban tratando de recuperarse del revés que sufrieron la semana pasada en el referendo sobre la reforma del régimen electoral, cuando la mayor parte de los italianos ignoraron su llamado a la abstención.

El nuevo partido antimafia tuvo un descollante desempeño en las elecciones locales.

En la consulta el bastión del crimen organizado, obtuvo el 7,3 por ciento de los sufragios. Con el apoyo de sectores de la Iglesia Católica, la Rete lanzó una violenta campaña encabezada por Leoluca Orlando, de 44 años, ex alcalde de Palermo expulsado el año pasado de la DC.

Otro de los "grandes derrotados" ha sido el ultraderechista Movimiento Social Italiano (MSI-DN), hasta ahora cuarta fuerza política y que ha perdido el 4,5 por ciento de los votos (ha logrado el 4,8).

El secretario general del MSI-DN, Pino Rauti, anunció al Corriere "las dimisiones, presentadas", sobre las cuales [illegible] el [illegible] (Grupo Parlamentario).

Cuando estorbo faltaba con 48 [illegible] diversos han sepultado [illegible] los 90 escaños del palacio palermitano de los Normandos, sede del gobierno regional siciliano. La isla es una de las cinco regiones de Italia con estatuto de autonomía.

Los máximos dirigentes políticos italianos participaron en la campaña [illegible] Bettino Craxi [illegible] para una elección anticipada, que debe ser convocada para el verano de 1992.

UR
UR

01-01

9107950

Sicilia: ganó la democracia cristiana
(150024)
18/6/91
Clarín (1018)
Fec. Pol. (1110C)
Sob. Pronunciate. (1125E)

RETROCESO DEL EX PC Y DEL SOCIALISMO EN LAS ELECCIONES REGIONALES DEL SUR DE ITALIA

Sicilia: ganó la Democracia Cristiana

RESULTADOS DEFINITIVOS

La **Democracia Cristiana** ganó las elecciones regionales de **Sicilia**, celebradas el domingo, con un 42,3 por ciento de votos, con una participación del 74,4 por ciento (78,8 por ciento en 1986), informó ayer el Ministerio del Interior.

Estos son los datos definitivos una vez escrutados los votos depositados en los 7.670 colegios:

PARTIDO	PORCENTAJES DE 1991	ESCAÑOS	PORCENTAJES DE 1986	ESCAÑOS
DC	42,3	39	38,8	36
PSI	13,1	13	14,4	14
PDS	9,9	11	15,4	19
La Rete	7,3	5	—	—
PSDI	5,3	6	4,3	4
MSI-DN	4,8	5	9,2	8
Otros	14,8	11	—	—

DC: Democracia Cristiana. **PDS:** Partido Democrático de la Izquierda. **PSI:** Partido Socialista. **Rete:** La Red. **PSDI:** Partido Socialdemócrata. **MSI-DN:** Movimiento Social Italiano-Derecha Nacional.

El Partido Democrático de la Izquierda, ex PC, y el socialismo de Bettino Craxi aparecen como los principales derrotados en las elecciones regionales de Sicilia, donde la Democracia Cristiana obtuvo un holgado triunfo. La "Rete" una nueva agrupación que enfrenta a la mafia, surgió como otro gran triunfador de los comicios.

ROMA (Reuter, AFP y UPI). — **Los dominantes democratacristianos de Sicilia y un nuevo partido que propone repudiar a la mafia emergieron fortalecidos de** elecciones locales en Sicilia, **en las que el caudal de sufragios de los comunistas declinó ostensiblemente.**

Los máximos dirigentes políticos **italianos** participaron en la campaña proselitista **para los comicios sicilianos**, considerados como un **ensayo final para una elección** general que debe ser convocada **para el verano de** 1992.

Aparte de los comunistas y los neofascistas, los principales perdedores parecieron ser los socialistas, encabezados por el ex primer ministro Bettino Craxi. Los socialistas creían que iban a **beneficiarse por la división** del ex Partido Comunista pero, **en realidad, los socialistas perdieron terreno en Sicilia.**

Aparentemente los **sufragios comunistas se volcaron** en favor de la **"Rete" (la Red)**, un nuevo **partido decididamente** contrario a la mafia y **fuertemente respaldado** por la jerarquía de la Iglesia Católica.

Los socialistas, que aún no han podido **resarcirse de** la humillación de una derrota en el **referendo celebrado** el 9 y el 10 de junio, en el que la **amplia mayoría de los** italianos hicieron caso omiso del **pedido de Craxi de** abstenerse, contaban con **una victoria en Sicilia para** lanzar su campaña con miras a la elección **general.**

Los democratacristianos del **primer ministro Giulio Andreotti**, constantemente **amenazados por sus aliados** socialistas en el **gobierno de coalición, vieron su proporción de votos subir al 43 por ciento, desde el 39 por ciento** a que llegaron en los últimos comicios, **celebrados en** 1986.

Pero la sorpresa real la dio el ex **alcalde democratacristiano de Palermo, Leoluca Orlando, quien unió a la** Rete de la nada para lograr el **ocho por ciento de los** votos.

En Palermo, capital de Sicilia, el nuevo **mandatario** "limpio" de Orlando— con la **anuencia de los jesuitas y** otros eclesiásticos— **consiguió un cuarto de los sufragios** en una ciudad que se ha convertido **en símbolo del terror** de la mafia y de la corrupción política.

"*Esto confirma* que los sicilianos **están decididos a** cambiar y a promover **una nueva forma de política**", declaró Orlando.

Fue la segunda vez que los **italianos se pronunciaron** en las urnas contra el desgobierno **del aparato político**, cuyas divisiones provocaron la caída de 50 **gobiernos** desde la *Segunda Guerra Mundial*.

En el referendo, los italianos votaron **abrumadoramente** en favor de una reforma electoral **tendiente a** *impedir el manipuleo de votos* **por parte de la mafia. Los** comicios sicilianos se realizaron con **las reglas antiguas.**

El nuevo **Partido Democrático de la Izquierda (PDS)**, nueva denominación adoptada por **los comunistas**, vio descender su caudal electoral **del 19,4 por ciento** al 11 por ciento. Un Partido Comunista **disidente que se** presentó enfrentando al PDS **consiguió solo el 3,5 por** ciento de los sufragios.

91079 51

Nº DOCUMENTO
TITULO Derrota Izquierdista en Sicilia.
PROCEDENCIA LA PRENSA. (15CO026)
FECHA 91-06-20.
VIA Italia (10108)
Soc. Pol. (11164)
Partidos Pol (11304)
Gob. Prom. (11303)

Derrota izquierdista en Sicilia

Hemos dicho en pasadas oportunidades que Italia ofrece un cambiante marco político, resolviendo con imaginación sus crisis de gobierno, pero preservando siempre la integridad de sus instituciones republicanas. Desde que este régimen se instauró, hace ya más de cuatro décadas, se sucedieron cincuenta gabinetes ministeriales, con predominio demócrata cristiano, partido que sin ser absolutamente mayoritario constituyó históricamente en ese lapso la primera minoría.

Esta circunstancia atenúa cualquier intento de trasformación brusca del sistema, aunque cambie la dirigencia gubernativa. Para soslayar hace dos decenios las pretensiones del entonces poderoso partido Comunista, conducido por el moderado y ya fallecido Enrico Berlinger, de un compromiso con la democracia cristiana, que permitiera su acceso al poder, se arbitró una coalición de cinco partidos de la que quedaba excluida el primero, con lo que durante un tiempo prolongado se aventó esa amenaza.

Hace muy poco, un referéndum arrojó un categórico resultado en favor de una reforma de fondo a la legislación electoral vigente, tendiente, según se dijo, a evitar las corruptelas y fraudes en los comicios. Las modificaciones contaban con el apoyo decidido de las agrupaciones de izquierda, y con la repulsa de la democracia cristiana, más inclinada que aquéllos a mantener el esquema legal vigente. En cambio, pocos días atrás, las elecciones regionales realizadas en Sicilia parecieron rectificar ese insinuado rumbo, al consagrar con más del 42 por ciento de los votos a los candidatos de la democracia cristiana, regida hoy por hoy por dirigentes de su ala conservadora, como el primer ministro Giulio Andreotti, lo que indicaría un ligero freno a los avances reformistas en materia política.

Podría decirse, a la luz de estas cifras, que la República italiana, sin ser un régimen que se encuentre estancado, tampoco será fácil presa de más o menos errátiles aventuras reformistas. Más bien exhibe un carácter suavemente pendular, que de un prudente centro se desliza hacia un ponderado centroizquierda, y viceversa.

Esta capacidad de rectificación y de maniobra de la opinión pública italiana es acaso la clave de la estabilidad proverbial de sus instituciones.

VR

01-01

9107952

DOCUMENTO
TITULO Cambios en Italia. el sistema electoral Italiano.
PROCEDENCIA Clarín (150024.)
FECHA DE PUBLICACION 23/6/91
VINCULADOS Italia (10108)
Fac. Pol (11164)

Desafíos para Italia

EL referéndum que modificó el sistema electoral y las elecciones regionales en Sicilia fueron dos signos más del proceso de evolución que Italia está afrontando.

Para la voluntad o la concepción de algunos, este debe detenerse en metas que no modificarán sustancialmente las estructuras y los sistemas de equilibrio vigentes en el escenario político italiano. Para otros, se ha llegado al término de la etapa iniciada en la posguerra y se imponen transformaciones profundas.

El camino emprendido luego de la caída del fascismo llevó a Italia a ser contada hoy entre las primeras cinco o seis potencias industriales de Occidente. Fue una ruta no siempre libre de obstáculos, que culminó en los dos "booms" económicos de los años 60 y de los 80, con crisis previas o intermedias en algunos períodos de relativa inercia. De todas maneras, el producto bruto interno y el nivel de vida de la población fueron creciendo sin bruscas caídas y superando largamente la situación inicial y la de preguerra.

Para concretar esa hazaña Italia tuvo la base formidable de la creatividad social acumulada durante siglos y la no menos encomiable capacidad de negociación política que había distinguido a muchas formaciones estatales de la península en aquellas mismas épocas.

Allí también nacieron formas de producción y de organización de la economía que son hoy parte "natural" de las sociedades dinámicas del presente. Si los sucesivos gobiernos pudieron orientar progresivamente el desarrollo italiano, la presencia de tales condiciones fue factor primordial, pero también jugaron los factores internacionales que se entrelazaron con el papel de Europa occidental durante la "guerra fría" entre las superpotencias, canalizando ayudas importantes del exterior.

El sistema político italiano hospedó al partido comunista más grande de Occidente, pero ese partido no solamente pudo coexistir en general sin grandes fricciones con los partidos democráticos sino que fue precursor del eurocomunismo y de otros fenómenos de apertura que prenunciaban la "perestroika". En este último año precisamente modificó su denominación por la de Partido Democrático de la Izquierda, sancionando simbólicamente su ruptura de larga data con el stalinismo y el pro sovietismo.

La Democracia Cristiana fue el partido central del equilibrio instaurado. Por su acción permanente de fuerza nucleadora de las coaliciones de gobierno sufrió los desgastes inevitables y la inercia de ciertos compromisos. Los socialistas, cuya anterior colaboración con los comunistas había llevado al achicamiento por redundancia, recobraron fuerzas en los últimos lustros y con la conducción de Bettino Craxi se lanzaron a la misión de ser la fuerza polarizadora de la izquierda, por redundancia, esta vez, de los reformados comunistas. Junto a estos grandes partidos actúan y aportan su parte los republicanos, los liberales y los socialdemócratas, socios casi permanentes de las coaliciones de gobierno.

Fuera de ellas, el Movimiento Social Italiano recoge todavía a los nostálgicos del fascismo, en una versión cada vez más moderada e institucional, mientras demócratas proletarios, radicales y ecologistas cubren la franja de la crítica de izquierda más acentuada. Se trata de un mosaico complejo, muy difícil de comprender fuera de la península, pero que, en definitiva, fue estable hasta estos tiempos de cambio.

Italia, sin embargo, se había constituido definitivamente como Estado nacional en los primeros lustros de la segunda mitad del siglo pasado. Las regiones constituyentes habían formado parte, por más de mil años, de unidades estatales diversas, y también generaron culturas diversificadas.

Esta pluralidad no pudo todavía ser sólidamente cohesionada, a partir de la diferencia fundamental entre el norte industrializado y el sur no industrializado. Por ello, a las puertas de la consolidación de la Comunidad Económica Europea, Italia se presenta con los síntomas de transformación que en las elecciones se evidencian por la aparición de movimientos regionalistas o listas independientes, o la introducción de reformas electorales que tienden a disminuir la influencia de la mafia, una de las principales rémoras del atraso meridional.

El presidente Francesco Cossiga coincide con los socialistas y otros grupos políticos, incluidas franjas de la democracia cristiana, en que Italia no puede concurrir a la cita europea sin nuevas formas institucionales que remplacen la negociación permanente de antaño por formas más resolutivas y continuas de gestión de los asuntos del Estado. Por ello se propugna la reforma constitucional hacia sistemas más presidencialistas.

La segunda temática, la industrialización del sur, no es menos candente, pero sí más compleja y ardua. Parece improbable, de todos modos, que se alcancen soluciones duraderas en el primer aspecto si no se logra avanzar en el segundo. Ese es el desafío ineludible de Italia, que genera síntomas y malestares como los antes descriptos.

1 001-01

91007353

Investigan soborno electoral en Sicilia.
CLARIN (150024)
25/6/91
Italia (10198)
Fac Pol (11164
Congreso Soc (11414,

Investigan soborno electoral en Sicilia

Varios dirigentes políticos estarían involucrados en Italia. Amenazan a Cossiga

ROMA, 24 (AFP y EFE). — Unas cuarenta personas, entre ellas **seis políticos**, fueron detenidas por la policía italiana como parte de una investigación sobre la compra y venta de votos en las recientes elecciones de **Sicilia**, que habría sido organizada por la **mafia**.

Para obtener votos, la mafia de **Catania** ofrecía, por 7 de ellos, 400 mil liras en gasolina (unos 350 dólares) y por uno, un abono al teatro. Otros "premios" consistían en la entrega de una cocina ultramoderna o un "servicio" a cargo de una prostituta conocida como **Gianna**.

Entre los sospechosos se halla **Alfio Pulvirenti**, diputado saliente de la Asamblea Regional y candidato en las elecciones del 16 de junio; es vicepresidente de la comisión **antimafia** del Parlamento siciliano. Abogado de 50 años y personalidad del **Partido Republicano**, fue el primer elegido en la lista de su partido con **más de 10 mil votos de ventaja**.

Giovanni Rapisardi, 37 años, médico, consejero municipal democristiano, disputaba también un cargo en la Asamblea al amparo de las banderas: "profesionalidad, competencia, moralidad".

Antonino La Porta, 54 años, ex alcalde democristiano de un suburbio de **Catania**, acaba de ser reelegido primero en la lista de la DC. A estos personajes hay que agregar al comandante de bomberos de **Catania, Andrea Vicari**, quien también estaría implicado en el gran soborno electoral.

La operación de escucha telefónica dio como resultado el descubrimiento de que la venta de votos la llevaba a cabo el "capo" **Giuseppe Pulvirenti**, hermano de Alfio y prófugo de la justicia desde hace años, pero que continúa controlando a su "familia". La otra cabeza visible del mecanismo fraudulento parece ser **Lidia Brundo**, de 43 años, amiga de **Angelo Pulvirenti**, otro hermano del "padrino". La mujer centralizaba las operaciones a través del teléfono de su salón de belleza.

Mediante la intervención del teléfono de la Brundo, los investigadores habrían confirmado la existencia de un "mercado electoral" en el que Lidia se encargaba del regateo, prometiendo la intervención de "Zio Angelo" (Tío Angelo) a cambio de dinero o trueques de toda especie.

El ex alcalde republicano de **Palermo**, Enzo Bianco, solicitó que la investigación se extienda a esa ciudad en tanto la oposición reclama la anulación de las elecciones, una posibilidad remota, ya que la ley regional no prevé tal anulación. Las recientes normas antimafia para asegurar la transparencia de los candidatos a elecciones están reservadas a las elecciones municipales y provinciales.

♦ Advertencia para Cossiga

El presidente de Italia, **Francesco Cossiga**, habló a los jueces de Catania para expresarles su apoyo en momentos en que la televisión estatal italiana informaba que el mandatario fue amenazado de muerte a través de llamadas telefónicas anónimas el 21 de junio. Según la RAI (Radiotelevisión Italiana), un desconocido, hablando con marcado acento alemán, advirtió a la policía primero y poco después al comando general de carabineros (policía militarizada), que **"haremos un atentado contra el presidente Cossiga"**.

En enero, el grupo terrorista **Falange Armada** lanzó una amenaza similar y en abril un **Movimiento Revolucionario** hizo parecidas advertencias en una llamada a la agencia italiana ANSA. Hace aproximadamente un mes, el presidente italiano aprovechó una ceremonia oficial para acusar a la clase política de su país de "superficialidad" frente a la lucha contra la mafia, a la que consideró uno de los "dramas" de Italia. En los últimos tiempos han sido reforzadas las medidas de seguridad en torno al mandatario y a otras personas susceptibles de transformarse en objetivos de acciones terroristas.

Francesco Cossiga, presidente de Italia, quien ayer recibió amenazas de muerte. En Sicilia se investiga un soborno electoral.

01-01

9107954

Pte. Italiano desata la guerra contra la mafia.
EL PAIS (150007)
31-05-91
Italia (10108)
Fax S.S. (11165)
Conf. S.S. (11414)
Fax PR (11164)

EL PAIS — Viernes 31 de Mayo de 1991

"Sacudida" de Francesco Cossiga

EL PRESIDENTE DE ITALIA DESATO LA GUERRA CONTRA LOS CLANES MAFIOSOS

ROMA, 30 (REUTER).— El presidente **Francesco Cossiga** sacudió hoy a Italia al definir como **"una guerra"** la situación que vive el sur del país en **manos de los clanes mafiosos.** El Mandatario aprovechó la ceremonia de asunción de un jefe policial para acusar a los políticos italianos de actuar con frivolidad ante la sangrienta realidad que viven **Nápoles, Sicilia y Calabria.** Pidió medidas extraordinarias que amplíen los poderes de la policía, tal como se hizo para enfrentar al terrorismo en la década de los 70, y dijo que esas tres regiones son **"el Ulster italiano".**

Jamás un presidente italiano fue tan franco con respecto a la incapacidad de uno de los más importantes países industrializados del mundo para arrebatar el control que ejercen en la práctica diversas sociedades secretas —llámense **Cosa Nostra, N'Drangheta** o **Camorra**— en el sur de su territorio.

"Para nosotros es inútil hablar sobre unidad europea cuando **en tres regiones de Italia los asesinatos de mujeres y niños, los secuestros y las muertes de policías son acontecimientos cotidianos,** y luego todo termina (diluyéndose) en un debate parlamentario", denunció Cossiga.

Cuatro años después de que 338 delincuentes sicilianos fueron convictos en el más notorio proceso judicial contra la mafia, la ofensiva del Estado italiano contra el crimen organizado está nuevamente en retroceso.

Los vericuetos de la burocracia o las equivocaciones condujeron a una **excarcelación prematura** de algunas de las grandes figuras del crimen organizado, y a un desmembramiento de un importante grupo de magistrados que actuaba en la primera línea de fuego de la guerra contra la mafia en la ciudad de Palermo.

Las críticas de Cossiga contra los políticos conmocionaron a un país que en gran medida parecía inoculado contra la violencia gestada por las organizaciones mafiosas.

El Mandatario tocó las fibras más íntimas de algunos políticos al acusarlos concretamente de **actuar con frivolidad mientras la mafia incendia el tejido social del sur italiano.**

Pero muchos italianos e italianas asintieron cuando Cossiga reclamó la adopción de medidas especiales para hacer frente a una situación sin precedentes.

"Por el momento, ésta es una guerra", afirmó.

Cossiga definió la situación en la región meridional como "el Ulster" italiano y puntualizó que Roma debía tener el coraje de aplicar allí leyes especiales, como Gran Bretaña lo hace en Irlanda del Norte para enfrentar la violencia del Ejército Republicano Irlandés (IRA) que se alzó en armas para terminar con la administración de Londres sobre esa provincia.

Pidió medidas extraordinarias que amplíen los poderes de la policía para luchar contra la mafia, de la misma forma en que esa repartición fue facultada para enfrentar el terrorismo en la década de 1970.

Los 50 gobiernos italianos que se sucedieron desde la finalización de la II Guerra Mundial han hecho de la erradicación de la mafia una de sus máximas prioridades.

La mafia ya existía cuando el ejército de **Giuseppe Garibaldi** llegó a Sicilia en 1860 con el propósito de forjar la unificación de Italia. Colaboró activamente en el desembarco de las fuerzas aliadas en 1943, y desde entonces jamás parpadeó siquiera ante las más enérgicas ofensivas organizadas desde Roma para lograr su destrucción.

Sin embargo, sus acciones no eran entonces tan sangrientas y brutales como en la actualidad.

VR

01-01

9107955

DOCUMENTO

TITULO: En 1992 KUWAIT tendrá elecciones Legislativas.

FECHA: LA NACION (150025).

F: 91-00-03.

V: KUWAIT (10015)

FAC. POL (11164)

GOB. NAC (11302)

En 1992 Kuwait tendrá elecciones legislativas

KUWAIT, 2 (AP). - El emir de Kuwait anunció hoy, por decreto, la realización de elecciones parlamentarias en octubre de 1992 y convocó para el mes próximo al Consejo Nacional de 75 miembros, que se estableció el año último tras haber sido disuelto el Parlamento en 1986.

La medida produjo una inmediata reacción de [illegible] de estos partidos opositores, que [illegible] en una entrevista [illegible] que el consejo consultivo [illegible] nacional.

"Los [illegible] que no quieren [illegible] cada [illegible] [illegible] Kuwait.

La [illegible] que [illegible] que [illegible] del Gobierno [illegible] ocupación iraquí.

El decreto del [illegible] Ahmed al Sabah [illegible] que el [illegible] tendrá derecho a organizar las elecciones parlamentarias.

El Gobierno [illegible] que [illegible] salir de la [illegible] de la [illegible] que [illegible] le [illegible] [illegible]

Los [illegible] que [illegible] [illegible] que [illegible] [illegible] [illegible]

Crece descontento en Kuwait y temen Golpe.
FECHA DE RECORTE LA NACION (190025)
PUBLICACION 91-06-10.
KUWAIT (1015)
FAC POL (11164)
FAC M.L. (11163)
SIT. INTERNA. (11334)

Crece el descontento en Kuwait y temen un golpe

WASHINGTON, 10 (EFE). – La frustración de los militares y la negligencia del gobierno de Kuwait en la reconstrucción del país podrían provocar un golpe de Estado en el emirato árabe recién liberado, destacaron hoy analistas y observadores políticos norteamericanos.

Las versiones coinciden con la advertencia formulada el pasado fin de semana por los Estados Unidos a las autoridades kuwaities sobre la celebración de juicios justos contra los acusados de haber colaborado con las fuerzas iraquíes de ocupación.

La Casa Blanca ha informado que está atenta a las informaciones sobre violaciones de los derechos humanos en el emirato, liberado el 28 de febrero por los EE. UU. y sus aliados.

En su número de esta semana, la revista U.S. News & World Report informa sobre el "profundo" descontento entre numerosos militares kuwaities de los diversos mandos de la marina, fuerza aérea y ejército, a cuyos jefes consideran desacreditados porque huyeron cuando Irak invadió el emirato el 2 de agosto de 1990.

Diplomáticos occidentales citados por U. S. News declararon que todavía no existe en Kuwait una amenaza de insurrección, pero previnieron que podrían ocurrir disturbios a gran escala porque la prometida democratización está estancada y en ese caso habría militares del lado de la oposición.

Estas fuentes añadieron que existe un enojo creciente en todos los sectores sociales.

U. S. News enfatizó que un grupo de militares autodenominado Movimiento 2 de Agosto –fecha de la invasión de Kuwait por Irak– presiona para conseguir reformas en el régimen y hace pocas semanas enviaron una carta al emir Al Sabah en la que pidieron la sustitución de los ministros de Defensa y del Interior, que ahora sirven en otros cargos.

También exigieron una investigación de las actuaciones de esos dos funcionarios durante la invasión de agosto, pero el emir no respondió.

Despidos y expulsiones

En una entrevista con el medio de prensa norteamericano que resalta el descontento general en Kuwait, el subjefe del estado mayor de las fuerzas armadas kuwaities, general Jaber al-Khalid al Sabah, dijo que los 3000 palestinos antiguamente empleados por el ejército no han sido llamados de nuevo.

Agregó que muchos trabajadores extranjeros fueron despedidos y que los beduinos con ancestros iraquíes serían expulsados del país a menos que profesaran lealtad al emirato.

"Nuestro ejército está en desorden", dijo un coronel de la fuerza aérea no identificado, y añadió que se necesitan cambios en el liderazgo y en la dirección de la institución.

La revista subraya que centenares de soldados kuwaities abandonan el ejército en desacuerdo con la situación y alarmados porque los jefes militares toleran la tortura, la violación de mujeres y otros delitos cometidos por los uniformados y la policía, especialmente contra los palestinos.

VR
VR

01/01

9107957

Kuwait construirá extenso muro en la frontera con Irak.)
EL PAIS (150007)
23-08-91
KUWAIT (10115)
Tec. Rep (11164)
Cap. Int (11400)
Irak (10094)

Ministro del Interior Anunció Medida Defensiva

KUWAIT CONSTRUIRA EXTENSO MURO EN FRONTERA CON IRAK

KUWAIT, 22. (EFE) — El ministro kuwaití del interior, jeque El Hamud al Sabah, dijo hoy, en la capital del emirato, que su país construirá un muro de 280 kilómetros de longitud a todo lo largo de su frontera con Irak.

En unas declaraciones que publica el periódico kuwaití "Al Fajr al Yedid" (El Alba nueva) el ministro afirmó que "aunque (el presidente de Irak) Saddam Hussein fracasó en su intento de apoderarse de Kuwait, tramará otros complots para lograrlo".

El gobierno kuwaití, señaló el ministro, "ha detenido a numerosos traficantes que intentaban entrar armas en Kuwait desde Irak" y anunció que en breve se expondrán esas armas en una exhibición que se llamará "Las armas de los invasores".

La exposición abrirá sus puertas el próximo 2 de agosto, con motivo del aniversario de la invasión iraquí de Kuwait.

En la muestra, también se expondrán las armas y piezas de artillería abandonadas por los iraquíes al retirarse de Kuwait.

Mientras tanto en conmemoración de una fiesta musulmana, los kuwaitíes sacrificaron hoy una oveja iraquí llamada Saddam, con los vellones teñidos de negro por el humo de los pozos petroleros incendiados en la Guerra del Golfo.

"Esta se llama Saddam y va primera", comentó Abdullah Salman mientras hacía cola en la puerta del matadero de la ciudad de Kuwait con cuatro ovejas iraquíes a las que les iban a cortar la cabeza en celebración de la Fiesta de los Sacrificios.

A pesar del intenso odio de los kuwaitíes hacia casi todo lo relacionado con Irak, después de siete meses de ocupación y guerra, las ovejas ennegrecidas de Bagdad que fueron trasladadas a través de los campos minados fronterizos tienen mucha demanda.

"Estos son los mejores animales de todos", comentó Salman.

"Es más, como son iraquíes, estoy contento de matarlos", agregó.

Después de matarlas para la fiesta que conmemora el final del peregrinaje musulmán a la Meca, la carne de las ovejas se distribuye entre las familias, los amigos y los pobres.

Muchas ovejas cambiaron de dueño entre los beduinos iraquíes y los comerciantes kuwaitíes en el sur de Irak, mientras el área estaba controlada por tropas norteamericanas después de finalizada la guerra del Golfo en febrero.

La zona controlada por Estados Unidos fue ahora reemplazada por un colchón patrullado por 1.400 observadores de las Naciones Unidas y finalizó el comercio de ovejas, prohibido oficialmente por el bloqueo comercial

Todavía había montones de animales en el principal mercado de Kuwait, con los vellones teñidos de negro después de semanas de vivir en medio de la contaminación de cientos de pozos petroleros kuwaitíes incendiados por los iraquíes antes de abandonar el emirato.

Unas 5.000 ovejas fueron sacrificadas, y los sonrientes compradores, que pagaban hasta el equivalente a 200 dólares por cada animal, caminaban por las calles arrastrando bolsas de plástico anaranjadas llenas de carne fresca.

La fecha dio a muchos kuwaitíes la primera oportunidad de celebrar uno de los principales festivales desde la guerra.

Una fiesta menor en abril, para conmemorar el final del ayuno del Ramadán pasó casi desapercibida. Muchos kuwaitíes estaban aún en el exterior donde se habían refugiado durante la ocupación iraquí.

VR
VR

9107958

01/01

Expulsan a los palestinos de Kuwait.
Clarín (190024)
21/6/91
Kuwait (10115)
Fac. Pol (11164)
OLP (50868)

Expulsan a los palestinos de Kuwait

KUWAIT, 23 (Reuter). – Kuwait está expulsando a los palestinos sistemática y despiadadamente en castigo por el apoyo que la OLP otorgó a Irak en la guerra del Golfo Pérsico.

"Nos tratan como si fuéramos una plaga", comentó un funcionario de la embajada palestina. "Es como si fuéramos Saddam Hussein, como si hubiéramos invadido Kuwait, como si fuéramos el corazón del problema".

La comunidad palestina, compuesta por hábiles trabajadores y profesionales como médicos, maestros e ingenieros, se redujo a 150.000 de las 400.000 personas con que contaba antes de la invasión de agosto.

VR
VR

01/01

9107959

Emir de Kuwait conmuto pena de muerte a palestinos e iraquíes.
La Nación (150015)
27/6/91
Lausit. (10215)
Coop Frac-Lausit. (11536)
Fac. Pol. (11164)

Emir de Kuwait conmutó pena de muerte

Acto de piedad para invasores iraquíes

Cadena perpetua informada a Pérez de Cuéllar

NACIONES UNIDAS.- El Emir de Kuwait Salah Al-Sabah conmutó las sentencias a muerte de palestinos y otros acusados de colaboración con los invasores iraquíes del emirato por cadena perpetua, comunicó ayer al Secretario General, Javier Pérez de Cuéllar, al Embajador kuwaití Mohammad Abulhasan.

La portavoz de la ONU, Nadia Younes, dijo que el embajador de Kuwait informó al Secretario General, Javier Pérez de Cuéllar, que el Emir había actuado en respuesta a su petición de clemencia y a las de otros dirigentes internacionales.

En respuesta a una pregunta sobre a cuántos de los condenados a muerte se les había conmutado la pena capital, la portavoz dijo que "a dos".

VR
VR.

01/01

9107960

Baja la Popularidad de Mayor.
La República (170023)
91-06-04.
G. Bretaña (10020)
Fac. Pol. (11164)
Gdo. Nac. (11302)

"Se mantiene por nada, es gris y me ha decepcionado totalmente", dicen que dijo Thatcher

La popularidad del premier británico John Major viene en abrupto descenso

* Los laboristas de Neil Kinnock están a la cabeza de las encuestas, mientras Margaret Thatcher toma distancia del gobierno

El apoyo británico al primer ministro John Major luego de seis meses en el cargo descendió a menos del 50 por ciento en las encuestas de opinión, e incluso hay versiones, según las cuales la llamada Dama de Hierro, Margaret Thatcher, tomaría distancia crítica en privado sobre la dirigencia de su sucesor.

Londres (UPI)
por Jack Reed

■"Se mantiene por nada", habría dicho Thatcher según fue citada al referirse a Major en un informe del diario Sunday Telegraph. Un colaborador cercano a la señora Thatcher también la citó diciendo que cuando la Dama de Hierro se refirió a su sucesor dijo "es gris, me ha decepcionado totalmente".

Pero un vocero de Thatcher, quien fue obligada desilusionadamente a renunciar en noviembre en una decisión que le provocó un sentimiento de traición y amargura, negó como "completamente sin sentido" el informe del Telegraph de que estuviera hablando con sus amigos de la presunta incompetencia de Major.

"La señora Thatcher lo eligió fue y sigue siendo el mejor candidato", dijo un vocero.

Pese a su renuncia, la señora Thatcher mantiene un papel fundamental en la escena política británica, manteniendo un perfil considerable entre los derechistas o conservadores Tory mantiene un escaño en el Parlamento y aún no ha anunciado publicamente si pretende buscar un nuevo período en las elecciones generales para mediados de 1992.

Sus colaboradores más cercanos han dicho que en privado han pedido a Thatcher que no busque un escaño en la Cámara de los Comunes nuevamente a fin de permitirse hablar en público sobre las políticas conservadoras que propugna, en tanto sus opiniones no sean consideradas como un intento por socavar a su sucesor.

En sus viajes al extranjero, la señora Thatcher ha hablado fuertemente en contra de una sola divisa europea y los temores de que una Alemania unida domine la agenda política europea. Ambos son dos asuntos en los que Major ha sido cuidadoso mientras intenta aumentar el papel de la dirigencia británica en los temas europeos.

Al mismo tiempo, dirigentes del Partido Conservador han considerado informes de comentarios privados de la señora Thatcher como negativos para las perspectivas electorales de los propios Tory, frente a una popularidad en ascenso del Partido Laborista que ha denunciado el manejo de Major de la crisis económica y los asuntos educativos y de salud.

Una nueva encuesta de la firma Investigación Internacional de Mercado y Opinión solicitada por el Sunday Times dio al Partido Laborista una ventaja de seis puntos sobre los tories, la mayor ventaja desde que la señora Thatcher renunció. La encuesta entre 1.955 participantes, dio un 43 por ciento a los laboristas, conservadores con 37 por ciento y los liberales demócratas 16 por ciento.

Lo peor para Major fueron los síntomas de crecientes dudas populares sobre su capacidad de dirigir. Un 49 por ciento estuvo satisfecho con su estilo, un descenso respecto del 59 por ciento hace un mes. Algunos de los inconformes pasaron del 26 al 36 por ciento. Durante la guerra del Golfo Pérsico, 61 por ciento estuvo conforme con Major mientras que sólo 15 por ciento discrepó. Major aún retiene una popularidad personal más alta en comparación con el líder laborista Neil Kinnock.

VR
VR

01-01

9107961

Gran Bretaña acusó a Libia por actividad terrorista.
La República (150023)
91-06-10.
G. Bretaña (10080)
Libia (66333)
Fac. Pol (11164)
Conf. Int. (11400)
Terrorismo Mundial (11213)

Canciller Hurd rechazó debate televisivo propuesto por su similar libio.

Gran Bretaña reiteró acusación a Libia por actividad terrorista

*** Muammar Gadafi propuso entregar información sobre la ayuda clandestina al IRA si Londres normaliza relaciones diplomáticas**

El gobierno británico reiteró ayer por la noche su acusación a Libia sobre actividades, con una escueta réplica a una declaración del ministro de Exteriores de Trípoli, Ibrahim Mohammed Bishari. El canciller libio había definido como "inaceptables e ilógicas" alguanas opiniones de su colega británico Douglas Hurd, sobre la supuesta conexión entre Libia y el terrorismo internacional.

Londres (ANSA, UPI, AFP)

"No está privado de lógica -replicó el portavoz del Foreign Office- recordar a los libios que apoyaron a terroristas del IRA en el caso del incidente de la nave Eksund".

"Esa nave fue interceptada por la guardia costera francesa, y se le detectó un cargamento de armas que, se afirmó, procedía de Libia y estaba destinado a guerrilleros del IRA.

HURD RECHAZA DEBATE TELEVISIVO

Gran Bretaña rechazó ayer el desafío lanzado por Libia al canciller Douglas Hurd para un debate televisivo sobre el terrorismo.

"Está fuera de discusión -dijo un vocero del ministerio británico de Exteriores- que el ministro Hurd se mida en la televisión con los representantes de un país con el cual ni siquiera tenemos relaciones diplomáticas".

El desafío había sido lanzado por el canciller libio Ibrahim Bashari luego de que Hurd había acusado el sábado al gobierno de Trípoli de apoyar el terrorismo internacional.

Beirut

El ministro de Relaciones Exteriores libio, Ibrahim Bishari, retó ayer a su colega británico, Douglas Hurd, a un debate por televisión y negó los alegatos de que Trípoli fomenta el terrorismo internacional.

Las palabras de Bishari fueron transmitidas por un despacho de la agencia noticiosa libia JANA registrado en Beirut y constituyeron una respuesta a una declaración de Hurd, quien acusó a Libia de continuar patrocinando el terrorismo y ayudar al proscrito ejército republicano irlandés.

"Me pregunto a que se debe esta loca campaña. Si los británicos tienen dudas, porque no nos sentamos a hablar juntos sin imponer condiciones por anticipado y con respeto mutuo". dijo Bishari.

El diplomático indicó que estaría dispuesto a ir a un debate directo con Hurd por televisión para hablar sobre las diferencias bilaterales, en particular sobre los alegatos británicos de que el gobierno de Muammar Gadafi apoya el terrorismo.

Canciller británico Douglas Hurd.

"Invito al secretario de Relaciones Exteriores a un debate por televisión sobre el terrorismo", señaló.

Las diferencias entre Londres y Trípoli volvieron a surgir hace unso días, cuando un legislador conservador británico llevó un cheque por 500.000 dólares emitido por Libia para contribuir al fondo policial británico.

El legislador Teddy Taylor explicó que había solicitado la suma a Libia para que mostrara su pesar por el asesinato de una policía británica hace siete años. El gobierno británico señaló que la mujer murió tras un tiroteo iniciado desde la embajada libia en Londres.

"Cuando la federación de la policía libia supo de la visita de Taylor y que él quería hablar de ese tema, se mostró preocupada y decidió, por motivos humanitarios, realizar esa contribución al fondo de las familias de la policía británica", señaló JANA.

La agencia libia negó los alegatos de que el cheque constituía una indemnización por el asesinato de la policía.

"Durante las conversaciones no se habló en ningún momento de indemnización porque en caso de haber sido tratado, la parte libia podría fácilmente haber solicitado a la parte británica indemnización por la muerte de ciudadanos muertos en el bombar (estadounidense) a Tripoli y Beng en el cual Gran Bretaña participó di tamente", dijo JANA.

LIBIA ENTREGARIA INFORMACIÓN A LONDRES

El coronel Muammar Gadafi pro so a Gran Bretaña entregarle infor ción sobre la ayuda aportada por Li al clandestino Ejército Republic Irlandés (IRA), después que se rea den las relaciones diplomáticas e los dos países, revelaron fuentes po cas citadas ayer por el diario The server.

Este ofrecimiento forma parte de abanico de proposiciones transmiti al gobierno británico por intermedio un diputado conservador, Teddy T lor, que estuvo en visita privada Trípoli, agrega la fuente.

Según el diario, que cita sin n brarlas a fuentes británicas de alto go, Libia estaría dispuesta a inform Londres sobre las entregas de ar hechas a la organización nacional irlandesa, a cambio de "relaciones normales" con Gran Bretaña.

Gadafi estaría igualmente dispu a crear una comisión investigad conjunta sobre la muerta de Ivo Fletcher, una mujer policía muer balazos en abril de 1984 frente embajada libia, incidente que ocasi la ruptura de relaciones entre am naciones.

The Observer cita igualmente a Treiki, embajador libio ante la O que afirma que su país rompió todo con el IRA desde "hace más que pocos meses".

"El gobierno británico puede seguro de que no habrá ninguna entrega de armas al IRA:, indic embajador citado por el diario.

Según la policía de Irlanda del te, el IRA habría recibido varias to das de armas, municiones y explos Sentex entre 1985 y 1987, por vía tima, provenientes de Libia.

El Foreing Office excluyó toda nudación de relaciones mientras demuestre que Libia ha renuncia financiar al terrorismo internac incluido el IRA.

VR

01-01

9107962

Aumenta el desempleo en G. Bretaña.
A Financiero (150029)
14/6/91
G. Pretzac (10080)
Fac. S. Soc. (11165)
Conf. Lavanzles (11413)
Fac. Pol. (11164

Se complica Major por un fuerte aumento en el desempleo inglés

Londres (Reuter, UPI) — La recesión provocó un abrupto incremento del nivel de desempleo en Gran Bretaña que en mayo alcanzó a casi 2,25 millones, constituyendo un nuevo elemento de presión para que el gobierno conservador reduzca las tasas de interés en su intento por recuperar la economía.

Según las cifras oficiales, el nivel de desempleo, después de ajustarlo a las variaciones estacionales, aumentó en 70.600 llegando a 2.244.200 o 7,9 por ciento de la fuerza laboral.

Los informes sobre el decimocuarto mes consecutivo de incremento del nivel de desempleo coincidieron con un estudio de la Confederación de Industria Británica (CBI) que dio limitadas esperanzas de recuperación para las ventas minoristas, por lo menos antes de fin de año.

"El riesgo de desempleo y no las altas tasas de interés, es ahora el factor principal que afecta la confianza del consumidor", comentó el organismo.

La gente tiende a ahorrar en lugar de salir de compras si teme perder sus empleos, sostuvieron analistas financieros.

Esto constituye la última preocupación del gobierno conservador, que se ubica detrás de los laboristas en las encuestas de opinión y que debe llamar a elecciones antes de mediados del año entrante.

John Major

La recesión comenzó después de que el gobierno impuso una reducción del crédito para contener la inflación. El nivel inflacionario está ahora disminuyendo y las tasas de interés comenzaron a bajar, pero aún persiste el impacto de la reducción en los créditos.

Este es el período de más alto nivel de desempleo desde junio de 1983, cuando gobernaba Margaret Thatcher.

Pero el secretario de Trabajo, Michael Howard, comentó que el incremento de mayo es el menor que se produce en un período de un mes desde enero, y agregó que esto "sugiere que la tasa de aumento del desempleo pudo haber disminuido".

Tony Blair, experto en trabajo dentro del Partido Laborista, comentó que las cifras de desocupación revelaron la "asombrosa profundidad, extensión y naturaleza de la recesión británica, un cóctel único de fracaso".

VR
VR

01-01

91 07963

G. Bretzel (10080)
Sup. Lavanzle (11413)
Foc. Sozo. Sec. 4 (11165)

¡Caen las ganancias pero suben sueldos

Escribe
Nicholas Moore
— De la agencia Reuter

Londres — Sólo los británicos podían tratar el tema con tanto aplomo. Aunque a los asalariados de una economía afectada por la recesión se les advirtió que debían limitar sus reclamos salariales bajo pena de perder sus empleos, los principales directivos de las empresas parecen embarcados en una política que apunta a alcanzar la cúspide de la escala salarial.

Pocos de ellos redujeron sus remuneraciones mientras caen los dividendos de las empresas que dirigen y crece el desempleo.

Pero el que se vio catapultado a los principales titulares de la prensa, entre otros, fue Nick Newmarch, el más alto ejecutivo del enorme grupo Prudential de seguros.

Las ganancias brutas de Prudential, la mayor compañía de seguros de Gran Bretaña, cayeron el año pasado 37 por ciento. Sin embargo, las remuneraciones de Newmarch aumentaron 43 por ciento.

"Mi primer año como ejecutivo jefe fue difícil", admitió Newmarch en el informe anual del grupo.

Margaret Thatcher

"Pero para mí también resultó gratificante", agregó.

El gobierno conservador del primer ministro John Major dio un respingo. Los conservadores deben convocar a elecciones en un plazo no mayor de un año y sus adversarios del Partido Laborista, que cuenta con la adhesión de las organizaciones sindicales, apenas pueden contener su alegría ante la evolución de los acontecimientos.

Cuando aún no se había secado la tinta de los diarios que informaban sobre la ola de indignación que provocó el caso Newmarch, se supo que la retribución del gobernador del Banco de Inglaterra se incrementó 17 por ciento en 1990.

Desde ese cargo, Robin Leigh-Pemberton es el guardián de la libra esterlina y ocupa la vanguardia de quienes desde el sector oficial pontifican sobre la necesidad de que los salarios se mantengan por debajo del nivel de la inflación. Aunque ahora en declinación, la tasa inflacionaria dio un brinco el año pasado. Alcanzó un máximo de poco menos de 11 por ciento y actualmente se ubica en siete.

Leigh-Pemberton, un terrateniente, recibe un salario de 270.000 dólares por año, superado de lejos por su colega Alan Greenspan, titular del Banco Central de EE.UU.

Los aumentos para los directivos de otras áreas fueron justificados utilizando el popular dicho británico: "Si pagas con maníes, obtienes monos".

Los dirigentes británicos consideran imprescindible que los directivos con talento no emigren. El mejor pago de ellos, Roland "Tiny" Rowland, del conglomerado Lonrho, tiene un salario de 2,6 millones de dólares por año, mientras que los astros de las grandes corporaciones estadounidenses reciben remuneraciones que superan los 40 millones.

El salario de Newmarch era de unos 925.000 dólares por año.

• Incrementos

El aumento que se le asignó quedó empequeñecido ante el que obtuvo Ian MacLaurin, presidente de la cadena alimentaria Tesco, quien triplicó sus ingresos. Sin embargo, el balance de esa corporación mostró un importante incremento en sus dividendos.

La oleada de incrementos salariales entre quienes ocupan las cúpulas empresariales hizo que la muy leída columna Lombard del "Financial Times" se interrogara —bajo el título "Barbas en remojo"— qué dirección tomará la sociedad capitalista occidental si los salarios de los ejecutivos siguieran subiendo.

"¿Qué podría pensarse de una sociedad en la cual los más altos exponentes de las profesiones (encargados de cuidar a esa misma sociedad, como los de la medicina) no pudieran siquiera vivir en las mismas áreas de los ejecutivos de empresa?", fue el interrogante de Lombard.

En un comentario más reciente, el diario londinense "Evening Standard" puntualizó que durante la gestión de Margaret Thatcher los conservadores cortaron las sobretasas a los salarios más elevados para "desalentar a los directivos de las compañías a asignarse salarios con tantos dígitos como un número de teléfono".

"Si los capitanes y los mandarines de las empresas no limitan su codicia, la consecuente envidia que provocan ayudará a elegir un gobierno laborista", advirtió el "Standard". Los laboristas anunciaron que en caso de acceder al gobierno se proponen incrementar los impuestos que gravan los salarios elevados.

DOCUMENTO
TITULO Major: Postura firme ante ideas antieuropeistas de Tatcher.
PROCEDENCIA LA NACION. (15000 25)
FECHA DE 91-06-15.
VINCULACIÓN G. Bretaña (10080)
Fac. Dol (11164)
Gob. Nac (11302.

Major rompe con su pasado thatcheriano

Major

LONDRES, 14 (ANSA). – El premier británico, John Major, por primera vez desde que está al frente del gobierno, asumió una postura de firmeza ante las ideas antieuropeístas de la ex primera ministra Margaret Thatcher y sectores conservadores.

Con un discurso decidido, Major puso fin a las críticas sobre Europa y a las acusaciones de blandura, y dio a entender a los conservadores que no permitirá la marginación de Gran Bretaña de la Unión Europea.

La ex "Dama de Hierro" dijo ayer que Gran Bretaña "puede muy bien producir sus plantas sin ir a buscarlas a Europa", mientras su ex consejero económico, Alan Walters, fue más explícito al dar a Major el consejo de reducir las tasas de interés, eliminar la libra esterlina del Sistema Monetario Europeo (SME), y "esperar que suceda lo mejor".

El "grupo de Bruges", asociación presidida por Thatcher, había pedido a Major que pusiera el veto a la iniciativa de la moneda única europea.

Major, por su parte, dijo hoy que tiene intenciones de realizar un debate con los europeos para llegar a un acuerdo que todos los Estados miembros "puedan sostener".

Ese acuerdo desembocará en el futuro en la adopción de la moneda única. Sin embargo, la apertura de Major no significa que Gran Bretaña esté dispuesta a aceptar, por el momento, una moneda única.

"Sostengo –dijo el premier– la idea de una moneda común que todos los europeos puedan utilizar si lo desean, pero estoy completamente en desacuerdo con la imposición de la moneda única."

Esta decisión, sostuvo, puede ser fruto solamente de una "separada y explícita" decisión del gobierno y del Parlamento británicos.

"Quiero conducir al país a la finalización de las negociaciones europeas previstas para este año", concluyó Major, en lo que los observadores interpretaron como una definitiva suspensión de las elecciones previstas para septiembre y octubre.

VR

01-01

9107965

16/6/91

G. Bretaña (11000)
Fac. Pol. (11164)
Gob. Nac. (113202)

John Major

La propia Margaret Thatcher, quien lo catapultó a los primeros planos de la política británica convirtiéndolo en su sucesor, no ahorra críticas al juzgar la gestión de John Major al frente del 10 de Downing Street: considera que carece de talento y que cede ante las presiones de unificación europea. La gran preocupación de los conservadores son las futuras elecciones, en las cuales se da casi por seguro que caerán ante sus tradicionales adversarios laboristas. Este es el tema que determinó que no haya comicios anticipados.

LONDRES, 15 (Por Glenn Frankel, de The Washington Post, especial para Clarín). — Seis meses después de haber asumido sus funciones y de recibir porcentajes ostensiblemente favorables en los sondeos de opinión, el primer ministro británico, John Major, afronta graves dificultades políticas. Su Partido Conservador se halla profundamente dividido y, aunque sea en privado, algunos legisladores "tories" ya vaticinan su derrota en las próximas elecciones. "Es algo inevitable", aseguran.

En estas últimas semanas, el gobierno de Major ha sufrido varios reveses en diversos temas que van desde el futuro del encomiado Servicio Nacional de Salud al control de los perros rabiosos y la errática posición de Gran Bretaña en la cuestión de la unidad monetaria y política de Europa.

Paralelamente, la economía británica se halla sumida en una profunda recesión. Si bien la inflación y las tasas de interés están bajando, la desocupación aumenta, en especial en los distritos dominados por los "tories" (conservadores).

Por otro lado, la falta de liderazgo e "instinto" político que se registra a nivel de gobierno ha llevado a muchos a cuestionar la habilidad de Major y de su equipo de asesores. Las críticas recaen en particular sobre el nuevo presidente del partido, Chris Patten.

Como resultado, Major y sus colaboradores han anunciado que las próximas elecciones generales, que pensaban celebrar este mes, podrían ser postergadas hasta la próxima primavera (boreal). Ello da a entender que el gobierno, consciente de su escasa popularidad, no está dispuesto en estos momentos a enfrentar el riesgo de una votación.

Las encuestas de opinión muestran a los conservadores 8 puntos por detrás del Partido Laborista. De todos modos, los "tories" más veteranos aseguran que su verdadera preocupación es la sensación de "deriva" y falta de conducción que muestra el partido, en contraste con el laborismo, que parece estar más unido y mejor "armado" —desde el punto de vista político— que en cualquier otro momento de la pasada década.

"Nosotros no tenemos ni equipo ni consignas. No existe además un verdadero sentido de conducción. Major recibió la recomendación de distanciarse del pasado, pero no propuso nada a cambio", observó un ex ministro de gabinete.

♦ No ex[illegible]
cort

Con respecto al problema de la economía, esta misma fuente sostuvo: "Cuando se ha estado doce años en el poder, las cortadas no existen. No se puede culpar al laborismo, a los sindicatos o a los malditos extranjeros" (sic).

Por su parte, la ex primera ministra Margaret

01-02

VR
VR

LOS CONSERVADORES BRITANICOS

en apuros

Thatcher agravó los problemas de su sucesor (elegido por ella misma) con agudas críticas, tanto públicas como privadas. Sus seguidores han estado amenazando con la posibilidad de que se produzca una abierta ruptura sobre el tema de la unión europea, punto en el que Major defiende un enfoque **mucho más conciliador**.

La propia Thatcher habría confesado a uno de sus aliados políticos que su ex "protegido" no aboga por nada. ¿Por qué? **"Porque no es nada. Es insulso. No tiene ideas. Me ha desilusionado profundamente".**

La oficina de Margaret Thatcher desmintió de inmediato estas declaraciones, publicadas en el **Sunday Telegraph**, que funciona como vocero de los "tories". En realidad, son pocos los que dudan sobre la veracidad de tales afirmaciones. Major, en público, no dijo nada al respecto, pero mantuvo una reunión de 90 minutos con la ex premier que la prensa calificó luego como **"perfectamente amistosa"**.

John Major

♦ "Un equipo de segunda"

Algunas amistades sostienen que, en forma privada, la Thatcher se refiere al gabinete de Major como **"el equipo de segunda"**, comentario que muchos "tories" parecen compartir. Miembros de gabinete como Patten, el ministro de Hacienda **Norman Lamont** y el de Salud **William Waldegrave** eran considerados jóvenes políticos atractivos, sumamente competentes y promisorios. Pero ahora todos parecen haber contraído **"fiebre aftosa"**, como se ironiza en algunos medios británicos.

Frente a los magros resultados obtenidos en las elecciones locales del mes pasado, Patten respondió con enojo: **"En una democracia, todos tienen derecho a ser representados, hasta los tontos".**

Lamont, por su parte, expresó ante el Parlamento que el incremento de la recesión y el desempleo eran **"un precio que vale la pena pagar"** para poder derrotar la inflación. (Comentario que no cayó muy bien entre los desocupados y los gerentes de empresas en decadencia.)

Pero buena parte de la culpa por toda esta situación es atribuida a Major —de 48 años—, que solo contaba con tres años de experiencia en el gabinete cuando fue llamado a ocupar el cargo de primer ministro. Muchos legisladores "tories" opinan que carece del carisma y agudeza política como para conducir al partido.

02-02

9107966

Tatcher posible candidata a ocupar la Secretaria Gral. de la O.N.U.

El País (190607)
18/6

O.N.U. (12573)
Gran Bretaña. (100800)
Fac. Pol (11164)

■ THATCHER CANDIDATA

La ex primera ministra británica Margaret Thatcher es una posible candidata a ocupar la Secretaría General de la Organización de Naciones Unidas (ONU), indicó el vespertino londinense "Evening Standard".

El periódico se basa en recientes declaraciones efectuadas en Los Angeles (EE.UU.) por el embajador estadounidense ante la ONU, Thomas Pickering, quien manifestó que la organización internacional necesita una persona con gran capacidad para el liderazgo y la administración, cualidades que reúne Thatcher.

"Naciones Unidas necesitan una reforma interna y el nuevo secretario general debe ser capaz de cumplir con esto, y se precisa a alguien cuyo nombre sea conocido", dijo Pickering. (EFE — Londres).

VR
VR

01-01

9107967

Mas recesión en G. Bretaña
A Financiero (150027).
27/6/91
G. Bretaña (10080)
Fac. Económico. (11161)
Comercio Exterior (11409)

Londres (UPI, DPA) — La economía británica registró una contracción **por tercer trimestre consecutivo** en los tres primeros meses de este año, anunció ayer el gobierno, al confirmar el informe pesimista de un **influyente grupo empresarial** sobre la ausencia de una señal de recuperación en el sector industrial.

La Oficina Central de Estadística también anunció que el **déficit comercial** en mayo **se agravó levemente** en comparación con el mes anterior y sugirió que la recesión **aún se profundiza**, aunque a un ritmo menor que en los meses previos.

El déficit comercial aumentó aun más a **1450 millones de dólares, 160 millones de dólares más que en abril**, informó la oficina.

En los últimos tres meses, las exportaciones permanecieron **virtualmente estacionarias**, mientras que las importaciones aumentaron **0,5 por ciento**, según la oficina.

Los analistas señalaron que los datos de ayer muestran **un creciente déficit de la cuenta corriente, un mayor déficit en la Balanza Comercial y un Producto Bruto Nacional descendente en el primer trimestre**, todo indicando una **deterioración persistente en la economía**, que probablemente no mejorará **antes del final de 1991**.

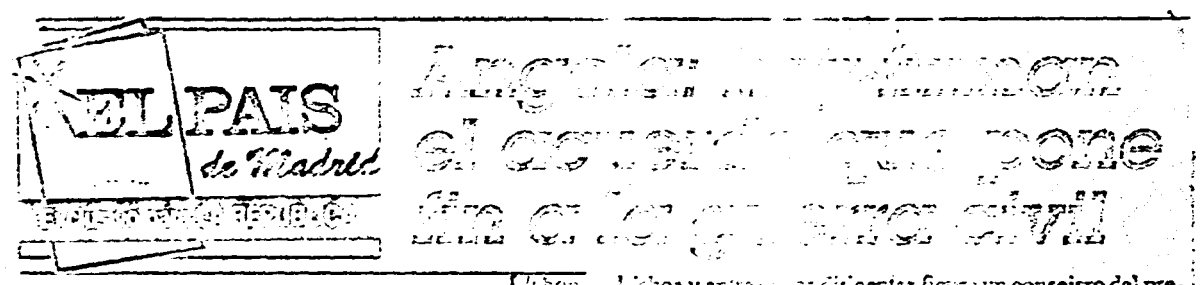
La Confederación de la Industria Británica, una agrupación empresarial importante, dijo en su análisis de la industria de junio, que los pedidos **siguen debilitándose** y que las expectativas de aumentos de precios en el mercado interno están **en su punto más bajo en 24 años**, en una fuerte crítica al premier **John Major**.

VR
VR

01-01

9107968

Angola: Firman acuerdo que pone fin a la guerra civil.
La República. (150023)
91-05-31.
Angola. (10028)
Fec. Pol (11164)



Angola firma hoy el acuerdo que pone fin a la guerra civil

Lisboa,
por Nicole Guardiola

Todas las iglesias de la capital portuguesa tocarán esta tarde a las ocho (hora peninsular española), para anunciar la buena noticia del fin de la guerra civil en la que fue, hasta 1975 'la joya de la corona' del imperio colonial portugués en Africa.

El júbilo por el alto el fuego quedó ensombrecido ayer por dos atentados ocurridos en el centro de Angola en los que 28 personas perdieron la vida. Una bomba en un mercado de Huambo mató a ocho personas, mientras otras 20 perdieron la vida al estallar una mina bajo la camioneta en que viajaban, a 30 quilómetros de Huambo.

El éxito político y diplomático del primer ministro portugués, Aníbal Cavaco Silva, y de su joven secretario de Estado para la Cooperación, Durão Barroso, es interpretado por la oposición portuguesa como si fuese solo una mera confirmación de la vocación histórica de Portugal como mediador entre Europa y Africa. También se minimiza el papel que tuvieron en todo el proceso de paz Estados Unidos y la Unión Soviética 'garantes' de los pactos y que estarán representados en la ceremonia por los respectivos jefes de sus diplomacias, James Baker y Alexander Bermertnij.

Con la firma de los acuerdos de Estoril, el 8 de mayo, por el presidente de la República de Angola, José Eduardo dos Santos, y por el líder de la Unita, Jonas Savimbi, la tregua, en vigor desde el 15 de mayo se convierte en alto el fuego definitivo. Por primera vez, la Unita reconoce solemnemente como jefe de Estado y Gobierno legítimo a los actuales titulares del poder instalado en Luanda en noviembre de 1975. La asociación de Quadros Angolenos, con sede en Lisboa y entre sus dirigentes figura un consejero del presidente [illegible], y el Ayuntamiento de Lisboa, presidido por el secretario general del Partido Socialista, Jorge Sampaio, han invitado a los lisboetas a una gran fiesta por la paz en Angola, que se realizará el viernes por la noche, en la céntrica plaza del Comercio.

Una fiesta donde los simpatizantes de Unita serán mayoría. José Eduardo dos Santos, Savimbi, Baker, Besmertnij y el secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuéllar, serán los invitados del presidente portugués, Mario Soares, en una cena organizada por la Presidencia de la República. Por su parte, en la capital de Angola, Luanda, la llegada de la paz será celebrada con una gran fiesta popular.

Hace 16 años Agostinho Neto y Jonas Savimbi, en calidad de jefes [illegible] de los Movimientos de Liberación (MPLA y Unita respectivamente), junto con el FNLA de Holden Roberto firmaron en Alvor (Portugal) con el Gobierno de Lisboa los acuerdos para la independencia de Angola en enero de 1975.

El pacto firmado por Agostinho Neto y Savimbi no impidió el [illegible] de la guerra civil angoleña. En junio de 1975, Unita [illegible] de la capital. Savimbi y sus fuerzas se [illegible] Huambo, en la altiplanicie central mayoritaria [illegible] por miembros de la etnia de los ovimbundos, [illegible] Savimbi. La independencia de la República Popular de Angola fue proclamada unilateralmente por el MPLA en Luanda en noviembre de 1975, mientras Savimbi [illegible] a reconocer el nuevo poder y hacía de Huambo [illegible] de su efímera República Democrática de Angola, [illegible] del mapa por la ofensiva del [illegible] del MPLA, reforzado con la llegada de [illegible] cubanas.

Partes poco legibles

VR
VR

01/01

9107969

Cronología de los principales acontecimientos en Angola.
La República (150023)
91-06-01.
Angola (10028)
Fac. Pol. (11164)

Un viaje de 17 años y 30 mil muertos

De la independencia a los acuerdos de Estoril

París (AFP)

El Angola, desgarrado por más de 15 años de guerra civil, debería recobrar la paz con la firma, el viernes, de un acuerdo de cese el fuego y la promesa de un régimen democrático.

He aquí la cronología de los principales acontecimientos desde la independencia hasta los acuerdos de Estoril:

- 1975:

- 11 de noviembre: independencia de Angola, en guerra civil entre el Movimiento Popular de Liberación de Angola (MPLA pro soviético) del presidente Agostinho Neto, la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (Unita) de Jonas Savimbi y el Frente Nacional de Liberación de Angola (FNLA) de Holden Roberto, ambos apoyados por Estados Unidos y Zaire.

A partir de octubre, Sudáfrica envió tropas al sur de Angola para apoyar a la Unit contra el MPLA, este último auxiliado por un contingente armado cubano, que estará presente masivamente en noviembre.

- 1976:

- Tras las derrotas del FNLA y de la Unita, los sudafricanos se repliegan oficialmente en Namibia, vecino país administado por Petroria.

- 1979:

- 20 de setiembre: con la muerte del presidente Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos le sucede al frente de la República y del MPLA.

- De 1981 a 1984: incursiones militares sudafricanas en el sur de Angola contra los guerrilleros independentistas namibios.

- 1984:

- 16 de febrero: acuerdo de Lusaka (Zambia) entre Luanda y Pretoria para el retiro de las fuerzas sudafricanas que comenzará en 1985 para concluir en 1988.

- 1988:

- 8 de agosto: acuerdo entre Sudáfrica, Cuba y Angola para un cese el fuego en Angola y Namibia, así como el retiro de las tropas sudafricanas.

- 22 de diciembre: Tratado de Nueva York (Sudáfrica, Cuba, Angola) abriendo la vía a la independencia namibia y acuerdo entre cubanos y angoleños para la partida de los 50.000 soldados cubanos.

- 1989:

- 22 de junio: en Gbadolite (Zaire), acuerdo de cese el fuego entre Luanda y la Unita. Apretón de manos entre el presidente Dos Santos y el líder rebelde José Savimbi. Luego polémica en cuanto a la interpretación del acuerdo.

- 1990:

- 21 de marzo: independencia de Namibia.

- 24 de abril: en Portugal, primer encuentro gobierno-Unita. Le seguirán seis series de negociaciones interangoleñas.

- 8 de diciembre: el MPLA aprueba un proceso democrático para la instauración del multipartidismo y la revisión de la Constitución.

- 13 de diciembre: acuerdo de Washington entre el MPLA y la Unita -en presencia de Estados Unidos, la URSS y Portugal- para un cese el fuego, el multipartidismo y elecciones libres.

- 1991:

- 18 de marzo: la Unita que decidió transformarse en movimiento político, solicitará un acuerdo de cese el fuego al gobierno y en 1992, elecciones libres.

- 22 de marzo: según el ejército regular-Fapla, 167 operaciones de la Unita causaron -desde enero de 1991- "más de 600 muertos y 12.000 heridos". La Unita contabilizaría al mismo tiempo 700 muertos.

- 26-30 de marzo: aprobación de leyes instaurando el multipartidismo y la garantía de las libertades públicas.

- 1 de abril: proyecto de creación de un ejército nacional reagrupando a los 150.000 soldados de las Fapla y los casi 50.000 hombres de la Unita.

Comienzo de una ofensiva de envergadura de la Unita por parte de 3500 guerrilleros en el este: numerosas víctimas.

- 3 de abril: el secretario general de la ONU desearía reunir 104 millones de dólares de ayuda para los 2 millones de angoleños víctimas del hambre y de la guerra.

- 28 de abril: el MPLA establece las bases de su política en el sistema multipartito.

- 1 de mayo: bajo la égida de Portugal, con los observadores de la ONU, Estados Unidos y la URSS, se celebra el acuerdo de Estoril para el fin de las hostilidades 15 días más tarde, la firma de un próximo cese el fuego y elecciones libres en 1992.

- 3 de mayo: acogida fría y prudente del acuerdo de paz en Luanda donde se apiñan dos millones de personas. El presidente Dos Santos reconoció que Angola -que tiene hoy 40.000 amputados por explosiones de minas- "estaba hoy más devastado que en 1975".

- 25 de mayo: partida de los últimos cubanos.

9107970

01/01

VR
VR

Fac. DPE (11164)

Baker y Bessmertnij presentes en la ceremonia

La paz en Angola: un espacio para la reconciliación civil

- *Savimbi, líder de Unita, y el presidente Dos Santos firmaron ayer el acuerdo que abre el camino a la vida democrática*
- *EEUU proseguirá su apoyo no militar a la Unión Nacional*

La firma de los acuerdos de paz en Angola, entre el presidente José Eduardo Dos Santos y el líder de Unita, Jonas Savimbi, puso ayer fin a 17 años de guerra civil, que dejaron más de 30.000 muertos, y abrió el camino a la vida democrática en ese país. La guerra anticolonialista en Angola, que enfrentó al ejército portugués contra tres frentes rebeldes, MPLA, Unita y FNLA, comenzó en 1961 y concluyó con la caída del dictador Caetano, en 1974.

Lisboa (ANSA, AFP)

■ La independencia fue proclamada unilateralmente por el MPLA ("Partido del Trabajo", del Movimiento por la Liberación de Angola, aún en el poder), mientras por su parte los partidos armados de oposición declaraban las hostilidades contra el gobierno de Luanda.

La guerra civil duró desde entonces hasta este mes de mayo, y provocó más de 30 mil muertos y 100 mil mutilados, en tanto el país se hundió en la ruina y el caos.

Las luchas tuvieron lugar entre la Unita (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola), movimiento de inspiración occidental, anticomunista y apoyada por Estados Unidos, y el régimen de Luanda, liderado por el MPLA, marxista-leninista apoyado por la URSS y Cuba.

La intervención de las tropas cubanas en Angola (1975) en apoyo del régimen comunista incrementó las rivaldiades con la Unita, y fueron necesarios los cambios en el este europeo para que el nuevo orden mundial influyera, también, sobre la vida política de la República africana.

El retiro de las tropas cubanas y las reformas en la Unión Soviética empujaron al régimen angoleño a la negociación de paz cuyos garantes serán ahora la misma potencia soviética y Estados Unidos.

En la ceremonia participaron el secretario de Estado norteamericano, James Baker, y el soviético, Alexander Besmertnij.

El acuerdo de Estoril (Lisboa), sellado el 1 de mayo y que fue confirmado en las últimas horas de ayer, es más que un acuerdo político entre partidos antagonistas. Se trata de un verdadero instrumento vital de reconciliación civil en el país, después de 30 años de sangrienta guerra.

Estados Unidos continuará apoyando a la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (Unita), con exclusión de toda ayuda militar, afirmó ayer en Lisboa el jefe del movimiento rebelde angoleño Jonas Savimbi, tras una entrevista de treinta minutos con el secretario de Estado norteamericano James Baker.

Savimbi rehusó dar detalles sobre la futura ayuda norteamericana a su movimiento limitándose en declarar a la prensa: "Ello es únicamente de interés para la Unita y Estados Unidos".

VR

01/01

9107971

La Paz en Angola.
La República (180023)
91-06-01.
Angola (100280)
Fac. Pol (11164)

Baker y Bessmertnij presentes en la ceremonia

La paz en Angola: un espacio para la reconciliación civil

- *Savimbi, líder de Unita, y el presidente Dos Santos firmaron ayer el acuerdo que abre el camino a la vida democrática*
- *EEUU proseguirá su apoyo no militar a la Unión Nacional*

La firma de los acuerdos de paz en Angola, entre el presidente José Eduardo Dos Santos y el líder de Unita, Jonas Savimbi, puso ayer fin a 17 años de guerra civil, que dejaron más de 30.000 muertos, y abrió el camino a la vida democrática en ese país. La guerra anticolonialista en Angola, que enfrentó al ejército portugués contra tres frentes rebeldes, MPLA, Unita y FNLA, comenzó en 1961 y concluyó con la caída del dictador Caetano, en 1974.

Lisboa (ANSA, AFP)

■ La independencia fue proclamada unilateralmente por el MPLA ("Partido del Trabajo", del Movimiento por la Liberación de Angola, aún en el poder), mientras por su parte los partidos armados de oposición declaraban las hostilidades contra el gobierno de Luanda.

La guerra civil duró desde entonces hasta este mes de mayo, y provocó más de 30 mil muertos y 100 mil mutilados, en tanto el país se hundió en la ruina y el caos.

Las luchas tuvieron lugar entre la Unita (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola), movimiento de inspiración occidental, anticomunista y apoyada por Estados Unidos, y el régimen de Luanda, liderado por el MPLA, marxista-leninista apoyado por la URSS y Cuba.

La intervención de las tropas cubanas en Angola (1975) en apoyo del régimen comunista incrementó las rivaldiades con la Unita, y fueron necesarios los cambios en el este europeo para que el nuevo orden mundial influyera, también, sobre la vida política de la República africana.

El retiro de las tropas cubanas y las reformas en la Unión Soviética empujaron al régimen angoleño a la negociación de paz cuyos garantes serán ahora la misma potencia soviética y Estados Unidos.

En la ceremonia participaron el secretario de Estado norteamericano, James Baker, y el soviético, Alexander Besmertnij.

El acuerdo de Estoril (Lisboa), sellado el 1 de mayo y que fue confirmado en las últimas horas de ayer, es más que un acuerdo político entre partidos antagonistas. Se trata de un verdadero instrumento vital de reconciliación civil en el país, después de 30 años de sangrienta guerra.

Estados Unidos continuará apoyando a la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (Unita), con exclusión de toda ayuda militar, afirmó ayer en Lisboa el jefe del movimiento rebelde angoleño Jonas Savimbi, tras una entrevista de treinta minutos con el secretario de Estado norteamericano James Baker.

Savimbi rehusó dar detalles sobre la futura ayuda norteamericana a su movimiento limitándose en declarar a la prensa: "Ello es únicamente de interés para la Unita y Estados Unidos".

VR
VR

01/01

9107971

Nº DOCUMENTO
TITULO Angola: Reunion entre el Gobi y el U.N.I.T.A.
PERIODICO LA MAÑANA. (150015)
FECHA 91-06-19
VIDEOTECA Angola (10038)
Jose Poe (11164)

Comisión conjunta Gobierno-UNITA

Primera reunión en Angola

LUANDA. - La desconfianza entre la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA) y el Gobierno de Luanda empezó a desaparecer ayer por la tarde, cuando sus delegados se reunieron para debatir las normas de funcionamiento de la comisión conjunta de verificación y fiscalización de los acuerdos de paz.

Esta comisión, encargada de los asuntos politicomilitares contenidos en dichos acuerdos, firmados el 31 de mayo en Lisboa por el Presidente angoleño, José Eduardo dos Santos, y el líder de UNITA, Jonas Savimbi, trató en su primera reunión de la creación de equipos de trabajo que estudiarán y propondrán la aprobación de las bases jurídicas de las reglas por las que se regirá.

La delegación gubernamental estuvo encabezada en esta primera sesión por el Ministro angoleño de Administración Territorial, Lope de Nascimento, y la de UNITA por Elías Salupeto Pena.

Al abrir la reunión, Lope de Nascimento dijo que todo el pueblo angoleño ansía que los acuerdos se cumplan con el mayor espíritu de fraternidad, unidad y reconciliación y que "las armas callen defitivamente". ■

ENTRA VR VR

01/01

9107972

Acuerdo de paz en ANGOLA; Fin de 30 años de guerra.
EL PAIS (150002)
31-6-91
Angola (10028)
Fac. Pol (11164)

Fin a 30 Años de la Guerra en Angola: Firman Acuerdo de Paz

LISBOA, 30 (EFE).— Alto el fuego supervisado por la ONU, elecciones libres, pluripartidismo y ejército único son los pilares que sustentan los acuerdos de paz en Angola, que el viernes se firman en Lisboa y que ponen fin a 30 años de guerra en ese país del Africa austral.

El presidente angoleño, José Eduardo dos Santos, y el líder de la Unión Nacional para la Liberación Total de Angola (Unita), Jonás Savimbi, suscribirán, en una solemne ceremonia, los cuatro documentos surgidos de las negociaciones que terminaron el pasado mes en Portugal.

En 1961 comenzó en Angola la lucha armada de las fuerzas nacionalistas para obtener la independencia, lograda tras el cambio de régimen en Portugal con la Revolución de los Claveles, el 25 de abril de 1974.

Pero, tras pocos meses de paz comenzó nuevamente la lucha en el ex territorio portugués, esta vez entre el Movimiento Popular para la Liberación de Angola (MPLA), Unita y el Frente Nacional para la Liberación de Angola (FNLA).

La presencia de este último grupo se fue desvaneciendo y la guerra civil tuvo como protagonistas al Gobierno instaurado por el MPLA, sostenido militarmente por Cuba, y a Unita, que tuvo apoyo de Sudáfrica y Estados Unidos.

Los documentos que firmarán Dos Santos y Savimbi son el "Acuerdo de principios políticos para la instauración de la paz en Angola", el "Documento de Washington", el "Acuerdo de alto el fuego" y el "Protocolo de Estoril".

Este último documento lleva el nombre de esa localidad turística lusa, a 30 kilómetros al noroeste de Lisboa, donde terminaron las seis rondas de conversaciones entre el Gobierno de Luanda y Unita.

Las negociaciones —promovidas por la mediación de Portugal y la posterior presencia de Estados Unidos y la Unión Soviética como observadores— habían comenzado el 24 de abril de 1990 en Evora, sur de Portugal.

Según los siete principios fundamentales de los acuerdos, Unita reconoce al Estado angoleño y al presidente José Eduardo dos Santos y, a su vez, se le reconoce su derecho de actuar como partido dentro de la nueva estructura política pluralista.

Las elecciones libres, verificadas internacionalmente, se celebrarán entre setiembre y octubre de 1992 y, además, se garantiza el respeto a los derechos humanos y las libertades fundamentales, incluida la de libre asociación.

Entre el alto el fuego, inmediato a la firma de los acuerdos, y los comicios del año próximo se crearán las Fuerzas Armadas nacionales, en la que se integrarán sectores de los dos bandos en pugna y que serán neutrales en el proceso electoral.

El Ejército tendrá 40.000 miembros, la Fuerza Aérea 6.000 y la Marina de guerra 4.000, y las tres armas se constituirán con la asistencia de Portugal, Francia y el Reino Unido, según anunciaron el Gobierno y Unita.

También se contempla la liberación de todos los prisioneros civiles y militares por causa de la guerra, cuya verificación será responsabilidad de la Cruz Roja internacional.

Asimismo, se constituirá una comisión mixta de verificación y fiscalización, integrada por representantes del Gobierno angoleño y Unita, con la presencia de observadores de Portugal, Estados Unidos y la Unión Soviética, además de la ONU.

A la firma de los documentos, alternados en Estoril el pasado 1º de mayo, asistirán altas autoridades lusas, los responsables de la diplomacia estadounidense, James Baker, y de la soviética, Alexander Bessmertnii, y el secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuéllar.

Tras la solemne ceremonia en el lujoso palacio de la Nacional, sede de la cancillería lusa, terminan 30 años de conflicto armado en Angola, 16 de ellos de guerra civil.

El enfrentamiento tras la independencia ha dejado 200.000 muertos y sumió económicamente a uno de los países más ricos en recursos naturales del continente africano.

01/01

9107973

Masivo Huelga de Transporte en París.
La República (150023)
91-06-01
Francia (65963)
Fce. S.S. (11165)
Cay. Lau (11413)

Exigen mejoras salari

Masiva hu

El movimiento hu una situación con

Un gigantesco desorden en el tráfico callejero y monstruosos embotellamientos de automóviles y camiones en las autopistas de acceso a la capital francesa, dificultaron ayer el desplazamiento de los parisinos hacia sus trabajos a raíz de una masiva huelga de los transportes públicos y de manifestaciones de todo tipo.

París (AFP)

■ Sorprendidos por la amplitud del movimiento de fuerza de los transportes públicos, miles de habitantes de los suburbios intentaron llegar al centro de la capital en su automóvil particular, provocando decenas de quilómetros de embotellamientos sobre las autopistas que conducen a París.

El "auto-stop" o una enérgica marcha fueron los remedios empleados por los parisinos para llegar a sus trabajos.

Después que la dirección de los transportes parisinos anunció ayer que un tren subterráneo de cada dos funcionaría normalmente, los usuarios tuvieron la desagradable sorpresa de enterarse por la radio y la televisión que once de las trece líneas del tren metropolitano estaban fuera de servicio y las dos restantes sólo funcionaban con extrema lentitud.

No era cuestión de volcarse a los autobuses, alcanzados también por una parálisis casi total.

Los habitantes de los suburbios de París fueron como de costumbre los más afectados por esta huelga; la línea principal de la Red Expreso Regional (RER) que transporta casi un millón de pasajeros por día de este a oeste, estaba cerrada.

El desorden se agravó en el transcurso del día a causa de las manifestaciones organizadas en distintos puntos de la capital, por los choferes de autobuses en huelga, pero también ex asalariados de los astilleros navales de La Ciotat, cerca de Marsella (sur), por funcionarios que responden a las consignas de la central sindical CGT (allegada al Partido Comunista), y delegaciones de distintas empresas...

Los sindicatos de transportes parisinos lanzaron este movimiento -uno de los más duros de estos años- en demanda de mejoras salariales y el mantenimiento del régimen específico de jubilación de los trabajadores del transporte parisino, pero también para reivindicar una mejora de las condiciones de seguridad.

Esta huelga se registra en un período de fiebre social con varios otros conflictos en curso o previstos, particularmente en el transporte aéreo con un paro de veinticuatro horas el 6 de junio en el grupo Air France, la Aduana el 11 de junio y un movimiento de larga duración en ciertas profesiones médicas.

Los ferroviarios amenazan nuevamente paralizar el tráfico francés, tras el movimiento de fuerza de gran envergadura de la semana pasada.

El gobierno socialista sólo dispone de un escaso margen de maniobra para satisfacer esta ola de reivindicaciones salariales. Enfrentada a una marcada desaceleración de la actividad económica del país, la primera ministra Edith Cresson, designada hace quince días, reiteró su voluntad de proseguir la política rigurosa de su predecesor, Michel Rocard, en materia de lucha contra la inflación y de control del déficit de los organismos públicos.

VR
VR

01-01

9107974

Masiva Huelga de Transporte en París.
La República (150023)
91-06-01
Francia (65963)
Fce. S.S. (11165)
Cay. Lau (11413)

Exigen mejoras salariales y el mantenimiento de un régimen específico en sus jubilaciones

Masiva huelga del transporte caotizó a París

El movimiento huelguístico, uno de los más duros de los últimos años, se anuda a una situación conflictiva generalizada que debe afrontar el nuevo gobierno francés

Un gigantesco desorden en el tráfico callejero y monstruosos embotellamientos de automóviles y camiones en las autopistas de acceso a la capital francesa, dificultaron ayer el desplazamiento de los parisinos hacia sus trabajos a raíz de una masiva huelga de los transportes públicos y de manifestaciones de todo tipo.

París (AFP)

■ Sorprendidos por la amplitud del movimiento de fuerza de los transportes públicos, miles de habitantes de los suburbios intentaron llegar al centro de la capital en su automóvil particular, provocando decenas de quilómetros de embotellamientos sobre las autopistas que conducen a París.

El "auto-stop" o una enérgica marcha fueron los remedios empleados por los parisinos para llegar a sus trabajos.

Después que la dirección de los transportes parisinos anunció ayer que un tren subterráneo de cada dos funcionaría normalmente, los usuarios tuvieron la desagradable sorpresa de enterarse por la radio y la televisión que once de las trece líneas del tren metropolitano estaban fuera de servicio y las dos restantes sólo funcionaban con extrema lentitud.

No era cuestión de volcarse a los autobuses, alcanzados también por una parálisis casi total.

Los habitantes de los suburbios de París fueron como de costumbre los más afectados por esta huelga; la línea principal de la Red Expreso Regional (RER) que transporta casi un millón de pasajeros por día de este a oeste, estaba cerrada.

El desorden se agravó en el transcurso del día a causa de las manifestaciones organizadas en distintos puntos de la capital, por los choferes de autobuses en huelga, pero también ex asalariados de los astilleros navales de La Ciotat, cerca de Marsella (sur), por funcionarios que responden a las consignas de la central sindical CGT (allegada al Partido Comunista), y delegaciones de distintas empresas...

Los sindicatos de transportes parisinos lanzaron este movimiento -uno de los más duros de estos años- en demanda de mejoras salariales y el mantenimiento del régimen específico de jubilación de los trabajadores del transporte parisino, pero también para reivindicar una mejora de las condiciones de seguridad.

Esta huelga se registra en un período de fiebre social con varios otros conflictos en curso o previstos, particularmente en el transporte aéreo con un paro de veinticuatro horas el 6 de junio en el grupo Air France, la Aduana el 11 de junio y un movimiento de larga duración en ciertas profesiones médicas.

Los ferroviarios amenazan nuevamente paralizar el tráfico francés, tras el movimiento de fuerza de gran envergadura de la semana pasada.

El gobierno socialista sólo dispone de un escaso margen de maniobra para satisfacer esta ola de reivindicaciones salariales. Enfrentada a una marcada desaceleración de la actividad económica del país, la primera ministra Edith Cresson, designada hace quince días, reiteró su voluntad de proseguir la política rigurosa de su predecesor, Michel Rocard, en materia de lucha contra la inflación y de control del déficit de los organismos públicos.

VR
VR

01-01

9107974

Mitterrand excluye a Francia de una Fuerza Multinacional del Atlántico.
El PAIS (150207)
31-05-91
Francis (65963)
Fce. Pol. (11164)

Mitterrand Excluye a Francia de una Fuerza Multinacional del Atlántico

PARIS, 30 (ANSA y AP).– El presidente francés François Mitterrand excluyó en los términos más absolutos que su país pueda participar en una nueva fuerza multinacional de pronta intervención bajo el comando integrado de la OTAN, de acuerdo con una declaración en Lille, donde arribó al término de un periódico encuentro en la cumbre franco-alemana.

Mitterrand declaró que Francia no está dispuesta a integrarse a esa fuerza del mismo modo que "no quiso aceptar el mando unificado de la Alianza Atlántica", añadió que alimentaba reservas respecto de esa estrategia política que se va delineando en ámbito atlántico, y que no tardará en exponerla públicamente.

Asimismo François Mitterrand anunció que presentará un plan de desarme francés que complementaría una propuesta norteamericana para controlar el suministro de armas al Medio Oriente.

Mitterrand se manifestó escéptico sobre un plan de la organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN). Para crear una fuerza de acción rápida y dijo que Francia, que no pertenece al ala militar de la OTAN no va a tomar parte.

Tengo mis reservas sobre la estrategia política, dijo al señalar que manifestará sus puntos de vista.

Mitterrand ofreció una conferencia de prensa conjunta con el canciller alemán Helmut Kohl al concluir la 57ma. reunión franco-alemana.

Kohl dijo que mientras que existan diferencias con Francia sobre el establecimiento de un sistema de defensa común europeo, no concibe a Europa unificada sin un concepto de defensa.

Kohl agregó que es necesario reflexionar sobre cómo puede evolucionar la OTAN y como los 12 (integrantes) pueden solucionar sus problemas sobre seguridad y qué papel se le debe dar a la Unión Europea Occidental.

Tanto Francia como Alemania prevén una política de defensa común para la comunidad europea, pero aún no llegan a un acuerdo sobre cómo estructurarla para que no pase en conflicto con la OTAN.

La Unión Europea Occidental. El único mecanismo de defensa existente en Europa, es ampliamente considerado como el marco para una estructura común de defensa europea.

Por otra parte, tanto Mitterrand como Kohl dijeron que están a favor de que se invite al presidente soviético Mikhail Gorbachov a la cumbre del grupo de los 7 en julio próximo.

Mitterrand señaló que Gorbachov debe de asistir [illegible] sólo para consultas [illegible] temas que le son cercanos [illegible] respecto, para no [illegible] la inclinación [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

VR
VR

9107975

01-01

Violencia en barrios marginales de París por problemas raciales y de pobreza.
CLARIN (15002)
91-06-10
Francia (6593)
Fac. S. Soc (11145)
Conf. Sociales (11414)

PREOCUPACION EN FRANCIA POR LOS PROBLEMAS RACIALES Y DE POBREZA

(0-7)

Resurge la violencia en los barrios marginales de París: dos muertos

Una mujer policía y un joven de origen argelino murieron ayer en los alrededores de París en un nuevo episodio de la violencia que se está registrando en forma creciente en los suburbios de las grandes ciudades francesas. Cuatro muertes ocurridas en los últimos dos meses han puesto sobre el tapete el problema de los inmigrantes y sus condiciones de vida, claramente inferiores a las de los franceses.

PARIS, 9 (DPA, AFP, AP y EFE). — Por cuarta vez en los dos últimos meses, un choque entre policías y jóvenes habitantes de un barrio periférico de **París** produjo muertes: **en este caso, la de una una mujer policía y la de un muchacho de origen argelino.**

Esta madrugada, en la localidad de **Mantes-La-Jolie**, donde hace dos semanas murió un joven marroquí, la policía intervino para detener una carrera callejera con autos robados. Uno de los automóviles, al ver que un móvil policial le cerraba el paso, enfiló hacia él para atropellarlo. Sus integrantes intentaron abandonarlo antes del impacto, pero la agente **Marie-Christine Baillet**, de 32 años, recibió un golpe que la hirió mortalmente.

Uno de los otros dos agentes, al ver que otro auto enfilaba hacia ellos, sacó su pistola y disparó alcanzando en la cabeza a **Youssef Khalf**, de 23 años, quien murió en el acto. La agente policial falleció horas después de ser internada. Tal el relato de los hechos que consta en el informe de los agentes que participaron en ellos.

El 27 de mayo pasado, en uno de los durísimos enfrentamientos producidos en la misma localidad durante todo un fin de semana falleció un chico marroquí de 18 años, **Aissa Ihich**. Sus padres acusaron a la policía de ser la responsable de su deceso. Aissa había sido detenido en la comisaría de la zona. Afectado de asma, pidió que le acercaran un medicamento, pero le fue negado. El joven murió de un paro cardíaco. Según una versión publicada por el diario francés **Le Monde**, Aissa fue objeto de castigos por parte de quienes lo detuvieron.

La muerte de Ihich produjo de inmediato un amplio debate social y político en Francia acerca de la calidad de vida de los extranjeros, en especial africanos. En su mayoría habitan algunos de los 400 barrios denominados "explosivos", ubicados a la vera de las principales ciudades francesas, todos ellos afectados por el desempleo, la delincuencia, la droga y la falta de comodidades habitacionales.

Actualmente, una llamada "ley antigueto", contempla mezclar de una mejor forma todas las categorías de ciudadanos y está siendo estudiada por el Parlamento galo.

El ministro del Interior, **Philippe Marchand**, calificó la muerte de la agente como **"una acción reprensible"** y sostuvo que el conductor **"intentó atropellarla deliberadamente, a riesgo de matarla"**. El ministro reconoció la preocupación del gobierno por el problema que constituyen esos barrios, pero agregó: **"Sin embargo, pienso primero en la gente"**. Informó también que el gabinete se reunirá el miércoles para analizar la situación y predijo que **"habrá más problemas a mediados de año"**, sin aclarar las razones de esa afirmación.

♦ Muchos viven mal

El **Instituto Nacional de Estadística y de Estudios Económicos** (INSEE), órgano oficial del gobierno francés, ha comprobado que los extranjeros que viven en Francia tienen, en general, **un nivel de vida inferior** al de los franceses y son claramente más golpeados por el desempleo.

El número de extranjeros —3.700.000— se mantiene estable desde 1982. El dato contradice los argumentos de la extrema derecha, que asegura que la llegada de inmigrantes crece sin pausa. El INSEE subraya que la composición interna de la población extranjera en el país ha variado ostensiblemente. Las nacionalidades europeas (italianos, españoles y portugueses, en especial) perdieron a un tercio de sus efectivos, mientras que las de los norafricanos han crecido. Se señala en estos estudios que los extranjeros provenientes de las zonas más alejadas (Turquía, sudeste asiático y Africa negra) han aumentado en un 50 por ciento.

Los inmigrantes se concentran en las grandes aglomeraciones urbanas, especialmente en la región de París. La media de las familias inmigrantes es de [illegible] miembros, frente a los 2,6 de un hog[illegible] francés. La superpoblación que se pro[illegible]ce lleva a que cada extranjero dispon[illegible] de una media de 20 metros cuadrados [illegible] vivienda contra los 33,5 que ocupa un [illegible] francés. Un 56 por ciento de los franceses son propietarios de su vivienda principal, caso en el que se encuentran sólo el 22 por ciento de los inmigrantes.

Los jóvenes y la mano de obra magrebina y africana resultaron especialmente afectados por el incremento del desempleo. En los últimos 10 años, pasó del 9 al 17 por ciento.

La policía francesa detiene a un manifestante durante un enfrentamiento en los suburbios de París. La marginalidad y el racismo aparecen como ejes de los disturbios que en los últimos meses preocupan a las autoridades de Francia.

VR
VR

01-01

9107977

DOCUMENTO
TITULO Mitterrand ordenó severas medidas para sofocar la violencia suburbana.
PROCEDENCIA CLARIN (650024)
FECHA 91-06-11
VINCULACIÓN Francia (61963)
Soc. Sico-S (11165)
Cuy Soc. (11414)

DOS BATALLONES FUERTEMENTE ARMADOS FUERON ENVIADOS A LAS AFUERAS DE PARIS

Mitterrand ordenó severas medidas para sofocar la violencia suburbana

Otros dos batallones fuertemente armados de la policía antidisturbios se agregaron ayer a los cuatro ya existentes en los suburbios parisienses donde el pasado fin de semana se registraron choques entre la policía y jóvenes inmigrantes de origen árabe. El presidente Mitterrand dio orden al ministro del Interior para que sofoque la violencia ante el temor de que recrudezcan los enfrentamientos raciales.

PARIS, 10 (Reuter y UPI). — El presidente francés François Mitterrand ordenó al ministerio del Interior la adopción de severas medidas para sofocar la violencia suburbana en Francia luego que ayer se produjeran las muertes de una policía y un joven inmigrante árabe en un nuevo episodio de violencia con un peligroso contenido racial.

De inmediato, dos batallones fuertemente armados de la policía antidisturbios fueron enviados a las afueras de París llevando a seis la cantidad de grupos especiales de la policía que custodian barrios periféricos de la capital francesa. La decisión se tomó horas después de que el mandatario hiciera públicas sus órdenes al ministro del Interior, Philippe Marchand, para que inicie una ofensiva tendiente a evitar nuevos episodios.

"Nada puede justificar —dijo Mitterrand— la violencia cotidiana insensata y deben impartirse las órdenes más severas para combatirla. Debe ser erradicada en aquellas áreas más problemáticas, donde los ciudadanos son sus primeras víctimas", sostuvo.

Ayer, un grupo de jóvenes, manejando presuntamente autos robados, reaccionó ante la presencia de la policía embistiendo a un móvil que integraban tres uniformados, uno de ellos mujer. Esta fue alcanzada por el impacto y murió poco después en un hospital. Uno de los policías disparó sobre uno de los coches y mató a Youssef Khalf, un argelino de 23 años.

límite para la intervención es su propia seguridad". El funcionario utilizó la frase "Francia sin Bronx", aludiendo al violento suburbio neoyorquino.

Los sindicatos de policías han venido reclamando al gobierno socialista directivas más claras sobre cómo actuar en los 400 barrios conflictivos existentes en Francia, habitados mayoritariamente por inmigrantes y donde el desempleo es alto. Una reciente encuesta reveló que en el país, de 56 millones de habitantes, viven 1,4 millones de argelinos, tunecinos y marroquíes y que entre sus hijos y nietos nacidos en Francia la tasa de desempleo es casi el doble más alta que el promedio para toda la nación (9,4 por ciento).

El gobierno creó recientemente un ministerio para combatir la decadencia urbana y aprobó una legislación para construir centros de recreación social en suburbios pobres con fondos provenientes de impuestos aplicados a distritos ricos.

Hoy, el ministro Marchand prometió "firmeza con justicia", afirmando que no habrá redadas ni toques de queda, al contrario, dijo, de lo afirmado por algunos medios de comunicación. El ministro indicó que la gran mayoría de los inmigrantes era respetuosa de la ley. "Hay en Val Fourre (parte de Mantes-La-Jolie, suburbio donde se han producido los últimos desórdenes) entre diez y doce mil jóvenes, pero sólo alrededor de cien causan problemas".

Agencia AP

La policía antidisturbios enfrenta a manifestantes en los suburbios de París. El presidente Mitterrand ordenó severas medidas para poner fin a los enfrentamientos.

VB
VB

9107978

Mitterrand contra la violencia racial en barrios marginales.
Clarín (1500241)
12/6/91
Francia. (65983)
Fde. S. Soc. (11165)
Coy. Soc. (11414)
Fde. PR. (11164)

Mitterrand, contra la violencia racial en los barrios marginales

CHARLEVILLE-MEZIERES, Francia, 11 (AFP, Reuter y EFE). — El presidente francés, **François Mitterrand**, aprovechó hoy su estancia en uno de los 400 "barrios difíciles" del país para enviar un **mensaje de advertencia contra la agitación social en las periferias, que cobró la vida de tres jóvenes árabes, un senegalés y una mujer policía en poco más de dos meses.**

"La paz pública debe ser garantizada en las periferias, al igual que en todas partes", afirmó Mitterrand, y agregó que es necesario evitar el desarrollo de **"la segregación racial en los barrios populares"**.

El jefe de Estado francés visitó el barrio **de Manchester (en Charleville-Mezieres**, al norte de **París), uno de** los poblados catalogados entre los más difíciles de Francia, y evocó **"la trágica letanía de desórdenes y crímenes"** que se producen en los suburbios, donde residen, según la definición del propio Mitterrand, **"poblaciones prácticamente privadas de orientaciones, de empleo, de futuro"**.

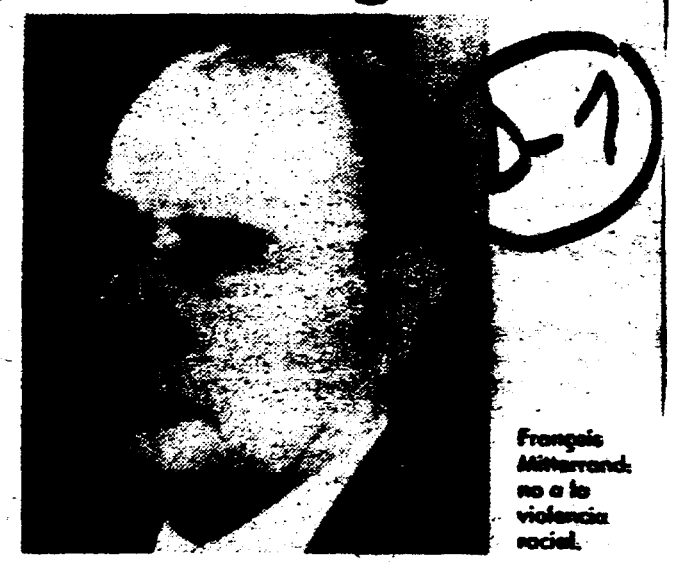
A la par que el presidente francés reiteraba los mensajes de firmeza ante los desórdenes —ayer ordenó severas medidas para sofocar la violencia suburbana—, **miles de personas, entre ellas una gran mayoría de policías vestidos de civil, manifestaron en Mantes-la-Jolie, periferia de París, tras la muerte de una agente en esta ciudad durante el fin de semana.**

Los manifestantes, entre 5.000 y 7.000 según la agencia France Presse, desfilaron en silencio detrás de una corona y una bandera en la que se leía: **"Policía de Mantes: Marie-Christine pagó con su vida por tu seguridad"**.

Marie Christine Baillet, de 32 años, murió el domingo en un hospital tras haber sufrido graves heridas al ser atropellada por un automóvil que huía del contrôl policial. **El conductor del auto, que era robado, Youssef Khaif, un argelino de 23 años, murió por los disparos de otro policía.** Khaif era diseñador gráfico, pero se encontraba desocupado en el momento de su muerte.

Varios dirigentes de la oposición conservadora se hallaban presentes en la manifestación, que marchó desde la plaza de Sainte-Anne, en el centro de la ciudad, hasta el edificio de la municipalidad, donde guardó un minuto de silencio antes de su desconcentración.

El ministro del Interior francés, **Philippe Marchand**, envió ayer a las afueras de París, tras las directivas del presidente francés, dos batallones fuertemente armados de la policía antidisturbios, llevando a seis la cantidad de grupos especiales de la policía que custodian barrios periféricos de la capital francesa.



François Mitterrand: no a la violencia racial.

En un diálogo con la prensa, Marchand informó ayer que la orden impartida a la policía es que **"el único límite para la intervención es su propia seguridad"**.

En sus declaraciones de hoy, Mitterrand rindió homenaje a la policía "acercándole el reconocimiento y el respaldo de la población". La autoridad del Estado —dijo— **"debe ejercerse permanentemente en todas partes, sin «zonas prohibidas»"**, para lo cual se dieron **"las instrucciones más firmes"**.

"La autoridad —insistió el presidente francés— **deberá ejercerse respetando el derecho"** y sin que **"la colectividad de jóvenes, sea cual fuere su origen, se sienta víctima de una sospecha permanente."**

"La educación inicial, la formación profesional y la orientación urbana son las tres prioridades con que el gobierno pretende enfrentar las dificultades".

Desde hace meses, los suburbios franceses son continuamente escenario de violentos incidentes. Hace dos semanas, en la misma Mantes-la-Jolie, un joven francés de origen árabe de 18 años perdió [illegible] tras su detención durante violentos [illegible]

VR
VR

9107979

01-01

Critican apoyo del comunismo a Cresson.
CLARIN (150024)
19/6/91
Francia (65963)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11202)

Critican el apoyo del comunismo a Cresson

Los sectores conservadores acusaron ayer a la primera ministra Edith Cresson de depender de los comunistas para lograr el apoyo parlamentario a su gobierno de minoría. El gobierno socialista logró sortear su primera moción de censura gracias al apoyo que los comunistas le otorgaron a la premier. La oposición quiso censurar una ley de austeridad económica destinada a ahorrarle al gobierno unos 2.600 millones de dólares.

PARIS, 18 (UPI y EFE). — **Medios conservadores criticaron hoy a la primera ministra francesa** Edith Cresson, **luego que su gobierno socialista superó ayer su primer voto de censura en el Parlamento gracias al apoyo del Partido Comunista.**

La moción de censura recibió solo 265 votos de los diputados en la **Asamblea Nacional**, la Cámara baja del Parlamento francés; **la medida requería 289 votos para ser exitosa.**

El apoyo al gobierno de **26 diputados del Partido Comunista hizo que la moción fracasara.** Sin embargo, la oposición conservadora señaló que se trató **de un "ejercicio útil" el perturbar al gabinete**, que asumió hace un mes, y **demostrar la unidad de la oposición.**

Los conservadores expresaron su rechazo a la primera ministra, de 57 años, quien es la primera mujer que ocupa ese cargo en Francia, y **señalaron que al igual que su predecesor, Michel Rocard**, estaba **obligada a depender de los comunistas** para obtener el apoyo para su gobierno de minoría.

"El doble juego de los comunistas permitió pronosticar el resultado con cierta certeza", dijo el analista **Charles Rebois** en un artículo publicado en el diario conservador **Le Figaro**. **"Pero el renunciar** (a la censura) **habría significado rechazar la oportunidad de poner en evidencia la incoherencia de la acción del gobierno."**

"La **confabulación entre el gobierno socialista y el último partido stalinista europeo se hace evidente.** Se ha comprobado que para permanecer en su cargo, la primera ministra no tiene más posibilidades que depender del agonizante Partido Comunista", dijo Rebois.

La oposición quiso censurar una **ley de austeridad económica** destinada a ahorrarle al gobierno 16.000 millones de francos (2,6 mil millones de dólares).

Desde que asumió su cargo a solicitud del presidente Francois Mitterrand, la señora Cresson no ha tenido muchas oportunidades de mostrar una posición más izquierdista que la del moderado Rocard, tal y como se esperaba.

♦ "Buen pie"

La primera ministra francesa explicó hoy las medidas de urgencia tomadas por el gobierno ante la necesidad de "sanear" la economía para **"partir con buen pie".**

En declaraciones a la emisora **Europe-1**, Cresson reconoció que **"la política de rigor es desgraciadamente necesaria"** y, así, **"cuando se produzca la reactivación dentro de unos meses, estaremos en condiciones de competitividad con relación a nuestros grandes contrincantes".**

Para permitir a las empresas que estén listas en el momento de la reactivación, la jefa del gobierno galo anunció que va a presentar, en setiembre, diversas medidas a favor de las pequeñas y medianas empresas para facilitar sus **"inversiones, investigación y desarrollo".**

VR
VR

01-01

9107980

CRESSON favorece alianzas industriales para proteger el mercado.
LA MAÑANA (150015)
20-5-91
Francia (65903)
Fac. Economico (11161)

Abogó Cresson en favor de alianzas industriales para proteger mercado

D-1

PARIS.- La Primera Ministra francesa, Edith Cresson, abogó ayer en favor de la constitución de alianzas industriales en el interior de Europa para lograr productos competitivos y proteger el mercado europeo.

En una larga entrevista concedida a la primera cadena de televisión francesa, Cresson, quien asumió la jefatura del Gobierno el pasado jueves, precisó que las alianzas deben producirse sobre todo en los sectores de tecnologías avanzadas, como la electrónica, la informática o el automóvil.

La jefa del Gobierno insistió, además, en que Francia tiene que fortalecer su industria y advirtió contra el peligro de una dependencia gala de la producción japonesa en algunos sectores, lo que impediría el desarrollo de la industria nacional.

La necesidad de corregir la balanza comercial francesa, deficitaria en los tres últimos años, fue también un argumento utilizado para justificar el refuerzo de la producción industrial.

Con respecto a Alemania, Cresson aseguró que ante la construcción europea es necesario que Francia se haga fuerte y afronte la unión fronteriza con un nivel de igualdad económica con respecto a los alemanes.

"Estoy a favor de la construcción europea", dijo la primera ministra, que considera que se conseguirá más fácilmente si Alemania tienen la impresión de necesitarnos.

La proximidad del mercado único y la necesidad de crear una economía fuerte fue una de las razones que han llevado a la decisión de colocar los Ministerios de Comercio y Artesanía, Comercio Exterior, Industria y Presupuesto bajo la autoridad del ministro de Economía y Finanzas, Pierre Beregovoy.

Nuevo Gobierno

Respecto al nuevo Gobierno, nombrado el pasado jueves, declaró que los cambios ministeriales en Francia tienen como fin una mejor coordinación de la acción gubernamental.

La jefa del Gobierno recordó que en los anteriores ejercicios, las decisiones del ministerio de Industria dependían del visto bueno del de Finanzas, lo que producía un bloqueo.

"Se trata de establecer una coordinación en lugar de relaciones de dependencia o sumisión", agregó la Primera Ministra, quien calificó este sistema de "método de trabajo nuevo que puede dar un impulso a la acción gubernamental".

Recordó que el crecimiento económico en Francia fue del 3,5 por ciento en 1990 y que con este porcentaje sólo se ha conseguido estabilizar el desempleo mientras que en Estados Unidos con un crecimiento del 2,5 por ciento iguales resultados.

Según Cresson, los empleos se crean a partir de la industria y de los servicios ligados a este sector, por lo que consideró necesario también una reflexión sobre la acción del Gobierno contra el desempleo.

Acerca de la fiscalidad, Cresson se declaró hostil a los impuestos indirectos, que penalizan a todos, y más favorable a los directos, que son proporcionales al nivel de rentas.

VR
VR

01-01

9107981

Repercuciones de la designación de Edith Cresson como Primera Ministra.
La República (150023)
21-06-91
Francia (65963)
Soc. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

EL PAIS de Madrid

Exclusivo para LA REPUBLICA

La crudeza de Edith Cresson provoca tormentas dentro y fuera de Francia

París, por Javier Valenzuela

A las cinco semanas de su designación como primera ministra de Francia, Edith Cresson ha despertado muchas más tormentas en el interior y exterior de su país que su predecesor, Michel Rocard, en sus tres años en el puesto.

Cresson habla con una crudeza insólita en un dirigente político occidental. Los japoneses, afirma la primera ministra, aspiran a "joder" económicamente a los norteamericanos y europeos; un 25 por 100 de los ingleses, proclama, son homosexuales; los medios bursátiles franceses, dice, le importan "un comino".

La primera mujer que ocupa la jefatura del gobierno francés suele aparecer en público con las mangas recogidas hasta los codos.

Esa actitud arremangada simboliza su voluntad de ir directamente al grano. El día de su toma de posesión, Cresson concedió una larga entrevista a la cadena televisiva Antenne2 en la que expresó su voluntad de promover una política proteccionista europea frente a la "agresividad" y la "competencia desleal" de los industriales y comerciantes del país del Sol Naciente.

Cresson dijo en voz alta lo que piensa mucha gente en Estados Unidos y Europa, pero la franqueza de los comentarios de la denominada "castellana de la fortaleza europea" ha despertado la indignación de los japoneses. El pasado 29 de mayo, el embajador francés en Tokio fue convocado al Ministerio de Asuntos Exteriores japonés para recibir una protesta formal; el político conservador Shintaro Ishitara dice que Cresson es "sólo una mujer de edad madura un tanto histérica"; los caricaturistas del diario Asahi la representan como una borracha.

Estos días, grupos nacionalistas japoneses se manifiestan frente a la sede de la representación diplomática gala en Tokio, y algunos de ellos han llegado a asaltar una sala de exposiciones de Peugeot. Esos manifestantes afirman que Cresson llama a los japoneses "enanos amarillos" y "hormigas", calificativos que no consta que haya empleado la primera ministra francesa.

Cresson, en cambio, compara el panfleto nacionalista de Ken Ishihara "El Japón que dice no" al "Mein Kampf" de Hitler. Ese texto, dice, prueba la "voluntad nipona de dominar el mundo". Los portavoces del Hotel Matignon explican que Cresson está en realidad fascinada por la eficacia de los japoneses.

Si Cresson comenzó disparando su artillería pesada contra los japoneses, pronto algunos medios franceses comprendieron que tampoco estaban a salvo de la crudeza de su lenguaje. A los tres días de su nombramiento, tras haber calmado los espíritus de los medios financieros y bursátiles con la confirmación de Pierre Beregovoy como ministro de Economía y Finanzas, Cresson lanzó una frasecita que estremeció a esos mismos medios. "La bolsa", dijo "me importa un comino".

La oposición de derechas tampoco ha escapado a sus puyazos. Tras recibir algunos asaltos más bien poco elegantes por su condición de mujer, Cresson disparó: "Los hombres no son irremplazables en ninguna parte, salvo en la vida privada". Al diputado "giscardiano" François d'Aubert, que la había comparado con Madame de Pompadour, la primera ministra respondió: "Yo soy, en efecto, la favorita, pero de mis electores".

El último escándalo provocado por la franqueza de Cresson ha sido el desencadenado por la publicación en el diario inglés The Observer de una entrevista concedida por Cresson hace cuatro años. Cresson dijo entonces: "Los anglosajones no se interesan por las mujeres", y también: "uno de cada cuatro ingleses es homosexual".

En medio del coro de críticas a Cresson, el publicista Jacques Seguela, el hombre que preparó las victoriosas campañas presidenciales de Mitterrand, defiende a capa y espada a la primera ministra. En su opinión, Cresson habla y actúa con "el pragmatismo característico de las mujeres". El problema, dice el publicista, es que "los medios de comunicación son machos y machistas" y no aciertan a digerir "las palabras de una mujer, los valores de una mujer, el físico de una mujer". (Copyright 19 El País News Service Inc. All rights reserved).

VR
VR

01-01

9107982

Conflictos diplomáticos entre Francia y Japón por las declaraciones de Cresson.
EL PAIS (150907)
24/06/91
Francia (65963)
Japón (66224)
Fce. Pol (11164)
Conflictos Int. (11400)

Las Críticas de la "Premier" Edith Cresson

FRANCIA Y JAPON: EL CLIMA DIPLOMATICO ENRARECIDO OBLIGA A MEDIDA POLICIAL

TOKIO, 23 (AP). — Las explosivas críticas de la premier francesa Edith Cresson hacia Japón han enrarecido el clima diplomático entre los dos países, además de obligar a la policía de Tokio a disponer medidas de seguridad alrededor de la Embajada de Francia en la capital nipona debido a indignadas manifestaciones de grupos de derecha japoneses frente al edificio.

La señora Cresson, flamante primera ministra, se ha referido a las tácticas comerciales y financieras de Tokio de la manera menos diplomática imaginable, tal cual ha sido su costumbre. Caracterizó a Japón como "el enemigo" y declaró que ese país se ha lanzado "a la conquista económica del resto del mundo", además de acusarlo de "practicar un proteccionismo despiadado" contra los productos extranjeros.

Los órganos de prensa japoneses comentan que Cresson se estaría proponiendo crear un frente común con los Estados Unidos y la Comunidad Europea contra el ex imperio del Sol Naciente. Esta posición coincide con un reciente informe de la Central de Inteligencia de los EE.UU. (CIA), titulado "Japón 2000", en el que se afirma sin ambages que ese país es "una sociedad (...) a la que no le interesan los asuntos geopolíticos o ideológicos sino crear condiciones para su propio crecimiento económico" y advierte que a mediados del próximo siglo (Japón) "dominará el mundo a través de su proeza económica, a menos que Occidente lo desafíe una vez más."

Uno de los principales políticos japoneses, Kiichi Mizayawa, instó al Gobierno a presentar una fuerte queja contra Francia. La Cancillería nipona llamó previamente al embajador francés, Loic Hennekinne, para explicarle que los comentarios de madame Cresson son "inapropiados" y "pueden afectar las amistosas relaciones entre ambos países".

Esta actitud es la repetición de la que la Cancillería japonesa tuvo el 29 de mayo pasado, cuando citó una vez más al diplomático francés para advertirle que la premier debía moderar sus críticas. Era esta la primera protesta que formulaba Japón desde 1945 a un país occidental avanzado.

Curiosamente, sin embargo, la diplomacia japonesa hizo saber que no presentaría una protesta formal. Ayer grupos nacionalistas corearon consignas antifrancesas frente a la legación de París. La polémica se produce en momentos delicados para la relación entre Japón y la Comunidad Económica Europea. En años recientes el superávit comercial japonés con la CEE ha ido en aumento y los 12 países de la Comunidad se sumaron a los Estados Unidos en la exigencia de que el Gobierno japonés produzca una mayor apertura de sus mercados.

El canciller Taizo Watanabe dijo que su gobierno quiere evitar el deterioro de las relaciones con la CEE: "Si este tipo de comentarios lo hacen ciudadanos comunes, no nos preocupa, pero si lo hacen quienes ocupan elevados cargos de gobierno les recordamos de inmediato la necesidad y la importancia de la cooperación, sustuvo.

Los japoneses no ignoran que, desde que la actual premier ocupaba el asiento reservado a Francia en la CEE, pidió al resto de sus miembros que, como París, limitaran al máximo la entrada de autos japoneses al mercado europeo.

VR
VR

9107983

TITULO Relaciones de Francia con países latinoamericanos.
PROCEDENCIA LA MAÑANA. (150015)
FECHA 91-05-28.
VIÑETAS Francia (65963)
Rel. Pol (11164)
Relaciones Int (11399)

La opción de Francia

28/5 MAÑANA

Después de haberse consagrado durante seis meses casi exclusivamente a la crisis del Golfo, Roland Dumas, el Ministro de Relaciones Exteriores francés decidió que la diplomacia de su país debía demostrar que sigue interesándose por los países situados al oeste, y visitó tres estados latinoamericanos en cuatro días.

De ese viaje al galope volvió con una confirmación, una apuesta y una preocupación.

El viaje confirmó que Francia eligió a cuatro países latinoamericanos, con los que incrementará sus relaciones. Se trata de México, Venezuela, Brasil y Chile.

México porque su evolución actual, contraria a su anterior postura internacional, lo está acercando cada vez más a los vecinos del norte. Está a punto de asociarse a una zona de libre intercambio, que cubrirá desde Quebec hasta Yucatán. Y este cambio de postura mexicana coincide con un cambio de actitud gala: en Francia, desde la crisis del Golfo, el imperialismo cultural norteamericano ya no encarna al mal absoluto.

Venezuela porque, al igual que México, es un productor de petróleo que no está en Oriente Medio y, también, porque las posturas políticas de Carlos Andrés Pérez son parecidas a las francesas. Por ejemplo, Pérez acaba de presentar un proyecto al que Francia ya dio su visto bueno: la celebración de una conferencia de países productores y consumidores de petróleo, para regularizar un mercado fragilizado por la crisis del Golfo y que la OPEP no consigue estabilizar.

Brasil porque, independientemente de los obstáculos con que tropieza el plan de Collor, el tamaño del país, que tiene fronteras con todos los otros Estados de Sudamérica, excepto Chile, y sus 145 millones de habitantes, lo convierten en una plaza en la que es indispensable estar presente. Esto ya lo comprendieron algunas empresas francesas, como Michelin y Saint Gobain.

Y Chile porque Francia, que es un país que tradicionalmente defiende los Derechos Humanos, no puede ser indiferente a la resurrección de la democracia, después de diecisiete años de una dictadura que tenía todos los inconvenientes imaginables y una sola ventaja: convirtió la economía chilena en una de las más sanas de Latinoamérica. Probablemente, antes de fin de año, el Presidente francés viajará a Santiago, para confirmar solemnemente la buena disposición francesa.

La apuesta es arriesgada. Se trata de la supervivencia del régimen nicaragüense.

Al revés de Chile, el país sale de una dictadura procomunista, y el conservador Gobierno actual vive una delicada cohabitación con los sandinistas. La terrible miseria reinante complica aún más la situación. *"Nicaragua"*, declaró Roland Dumas, *"cumplió volviendo a la democracia. Ahora, la comunidad internacional tiene que cumplir su obligación de desarrollo"*. Pero el Ministro de Relaciones Exteriores no puede menos que reconocer que la situación que enfrenta Violeta Chamorro es muy preocupante. Desde un punto de vista económico: de cada cinco nicaragüenses, tres viven por debajo del umbral de pobreza y dos están subalimentados. Y la situación política no es mejor. El plan de reconciliación de la Presidenta dejó en manos de Daniel Ortega, su antiguo adversario, el mando del Ejército, de la Policía y de una milicia de tipo cubano. La situación es tal que, para su guardia personal, Violeta Chamorro tuvo que contratar personal... venezolano.

La preocupación, Roland Dumas la comparte con Carlos Andrés Pérez. Se trata del futuro de Haití.

El riesgo de una revancha de los partidarios de la dictadura de Duvalier es tan grande que los EE.UU., que no habían visto con buenos ojos la elección del padre Aristides, ya le habrían elegido un sucesor. Es una posibilidad que le desagrada tanto al Gobierno venezolano como al francés. Pero que se haya producido un acercamiento con los EE.UU. no significa que se vaya a aceptar el chiismo de su potencial imperial.

V.B.

01-01

9107984

Fin del Marxismo en Congo.
La Prensa (150026)
13/6/91
Congo. (65605)
Fee. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)

El Congo, otro adiós al marxismo

Brazzaville (ANSA) — La república Popular del Congo dejó de existir formalmente y este ex estado marxista será en el futuro una democracia semi-presidencial.

Lo anunció, después de tres meses de intensos y difíciles trabajos, la conferencia nacional que, aparentemente, logró la reconciliación en el país.

El ex estado marxista con partido único se convierte ahora en una democracia semi-presidencial con un primer ministro, cargo para el cual se designó a Andre Milongo, 56 años, un tecnócrata que hizo carrera como funcionario del Banco Mundial y muy estimado en los ambientes políticos locales.

Según el acta fundamental (documento constitucional que regirá los destinos del país durante la etapa de transición), el presidente Denis Sassou Nguesso, ex marxista, queda despojado de todas las prerrogativas vinculadas a su cargo, o sea, deja de ser el jefe de las Fuerzas Armadas y ya no podrá designar a los miembros del gobierno ni al consejo de ministros.

01/01

VR
VR

9107985

DOCUMENTO
TITULO: Congo dejó de ser un Estado Marxista.
PROCEDENCIA: LA MAÑANA (150015)
FECHA DE PUBL.: 91-06-13
MATERIAS: Congo (65005)
Sec. Pol (11164)
Gobs. Sec. (11302)

Congo dejó de ser un Estado marxista

D-1

BRAZZAVILLE.- La República del Congo ha dejado de ser un estado marxista con partido único para convertirse en una democracia semipresidencial, con un Primer Ministro a cargo del Gobierno.

Para este puesto, la Conferencia Nacional, máximo órgano legislativo, designó a André Milongo, un tecnócrata que hizo carrera como funcionario del Banco Mundial, muy estimado en los ambientes políticos locales.

Según el Acta Fundamental -documento constitucional que regirá los destinos del país durante la etapa de transición- el Presidente Denis Sassou Nguesso, ex marxista, queda despojado de todas la prerrogativas vinculadas a su cargo. De acuerdo a esto, el Mandatario deja de ser Jefe de las Fuerzas Armadas y no podrá designar a los miembros del Gobierno, ni al Consejo de Ministros.

01-01

VR
VR

9107986

Fin formal del "APARTHEID"..
Clarín (150024)
8/6/91
Judaico. (10162)
Fac. Pol (11164)
Fac. Sico Soc. (11165)
Coy. Soc (11414)

SUDAFRICA: INMINENTE DEROGACION DE LA ULTIMA LEY RACISTA

Fin formal para el "apartheid"

CIUDAD DEL CABO, 7 (AFP, DPA y por **Jerelyn Eddings**, de **The Baltimore Sun**, especial para **Clarín**). — Probablemente en la próxima semana, pero con toda seguridad antes de fin de mes, las tres cámaras segregadas del Parlamento de Sudáfrica derogarán la última ley racista y el sistema del "apartheid", institucionalizado en 1948, llegará formalmente a su fin. La derogación de la ley que clasifica a la población según el color de su piel seguirá así a la abolición en la madrugada del miércoles de dos de los tres últimos fundamentos jurídicos del sistema: las normas relativas a la propiedad de la tierra y a las zonas de residencia de la población.

Si bien la derogación de la legislación racista es de una enorme importancia política, no tendrá en cambio una consecuencia espectacular en la vida cotidiana.

Las dos leyes derogadas, al promediar la semana, eran dos importantes soportes del "apartheid". Una de ellas, la Land Acts, de 1913 (parcialmente modificada en 1936), reservaba el 87 por ciento del territorio a la población blanca y obligaba a los negros a concentrarse en diez bantustanes ("homelands"), territorios segregados autónomos creados como entidades ficticias en distintas zonas del país. La otra era conocida como Group Areas Act: databa de 1950 y fijaba estrictas reglas sobre los lugares donde las personas podían vivir, tener sus negocios y trabajar.

Agencia AFP

Protestas en Soweto por la represión policial en los poblados negros de Sudáfrica. La abolición de las leyes racistas no garantiza inmediatos cambios.

La única ley racista todavía vigente es el verdadero pilar del "apartheid". Se trata de la Population Registration Act, de 1950, sobre clasificación racial de la población, que encasilla a los sudafricanos desde su nacimiento en función del color de su piel.

"Desde ahora, cualquier negro podrá comprar o arrendar una propiedad, en cualquier parte del país, con los mismos derechos que un blanco", destacó en primera página el diario de Johannesburgo The Sowetan con el título "Esta tierra es vuestra tierra". El diario está escrito por negros para negros y circula profusamente en el enorme gueto de Soweto, del que toma su nombre. Soweto (sigla formada con las dos primeras letras de South West Town) se encuentra cerca de Johannesburgo y tiene una población estimada en tres millones de personas.

De todos modos, en su editorial, el diario subraya en forma realista: "El hecho de que las leyes segregacionistas dejen de existir no significa que habrá rápidamente una distribución más justa de la tierra y que las posibilidades sociales y políticas serán idénticas para todos los sudafricanos".

Este punto de vista negro es compartido virtualmente por todos los habitantes del país, sean blancos (cinco millones) o de "color" (25 millones). "No creo que se produzca un cambio espectacular en la fisonomía de las ciudades blancas", aseguró a la agencia France Presse un vendedor inmobiliario de la ciudad de Germiston. Hay razones de peso para que ello ocurra: los blancos obstaculizarán el acceso de los negros a las ciudades y a los trabajos que hasta ahora han hegemonizado y la población de "color" deberá vencer sus propios prejuicios y su temor ante las represalias y el vacío social antes de dar un efectivo paso hacia la integración.

La derogación de las dos leyes racistas fue consecuencia de una propuesta del presidente Frederik de Klerk y fue decidida en votaciones separadas de las tres cámaras (blanca, india y mestiza) del Parlamento todavía segregado.

La poderosa Cámara Blanca, controlada por el Partido Nacional de Klerk, aprobó la derogación por 112 votos a favor y 30 en contra. La discusión fue dramática, ya que los representantes de la derecha ultrarracista declararon que preferían morir antes de ceder tierras a los negros. En la Cámara India, por el contrario, la iniciativa presidencial fue aprobada por unanimidad, pero en la mestiza el Partido Laborista decidió abstenerse.

El presidente de Klerk había anunciado el 1º de febrero pasado que las tres últimas leyes del "apartheid" desaparecerían antes del fin de la actual sesión parlamentaria.

VR
VR

01-01

9107987

DOCUMENTO: 107989
TITULO: Abolido la Clasificación de Razas -
PROCEDENCIA: El PAIS (152907)
FECHA: 18/6/91
VINCULACIÓN: Sudafricano (10162)
Fac. Pol (11164)
Fac. S-S (11165)
Dep. Soc. (11414)

PAIS 18/6

CAYO EL ULTIMO PILAR DEL "APARTHEID": ABOLIDA LA CLASIFICACION DE LAS RAZAS

CIUDAD DEL CABO, 17 jun. (REUTER).— El parlamento de Sudáfrica, dominado por los blancos, votó hoy por amplia mayoría la abolición de la clasificación racial que constituía el cimiento legal del apartheid desde 1950.

Un vocero anunció que el presidente F.W. de Klerk promulgará en los próximos días la anulación del Acta de Registro Poblacional que determinaba la forzada inscripción de cada persona nacida en Sudáfrica en uno de los cuatro principales grupos raciales.

Los legisladores blancos aprobaron la iniciativa por 89 votos contra 38. Los miembros de las cámaras de mestizos e indios, que funcionan por separado, respaldaron la medida por unanimidad.

El desmantelamiento oficial de la discriminación es la clave del proclamado objetivo del presidente que desea instalar en su país una democracia plena en la que los negros tendrían derecho a voto y accederían al poder por primera vez en los 339 años en que los colonos europeos están radicados en Ciudad del Cabo.

La oposición a la abolición sólo fue manifestada por el Partido Conservador (PC), una organización que preconiza la supremacía blanca y exige la reimplantación del apartheid.

"El gobierno está creando un clima de animadversión hacia los blancos. El gobierno está preparando el ambiente para el desorden, los conflictos y la incertidumbre", advirtió Daan van der Merwe, portavoz de esa agrupación, ante el parlamento.

Once de los legisladores blancos que se encontraban en el recinto no participaron en la votación.

No quedó en claro si se abstuvieron o si su falta de pronunciamiento se debió a un desperfecto en el sistema electrónico de votación.

El pronunciamiento de los legisladores deja vigente al Registro Poblacional, que hasta hoy precisaba el grupo racial en que debería actuar cada sudafricano desde su nacimiento, hasta la promulgación de una nueva constitución.

Los niños que nazcan antes que cobre vigencia la abolición, del Registro Poblacional, alrededor de fin de mes, ya no serán clasificados.

No obstante, subsisten los remanentes de la discriminación racial, incluyendo la no concesión del derecho de voto a los negros, la asignación de jubilaciones y pensiones más bajas a los miembros de esa comunidad y el funcionamiento de escuelas exclusivas para blancos.

"La última ley de apartheid es la constitución de Sudáfrica. Solo cuando sea cambiada, Sudáfrica quedará finalmente libre del apartheid", dijo Jannie Momberg, portavoz del Partido Democrático.

La eliminación de las actas incluidas en los denominados "cuatro pilares" del apartheid es el elemento central de las condiciones establecidas por algunos países occidentales para levantar la veda a las inversiones y las sanciones comerciales.

Esas actas son: Areas de Grupo, que legislaba sobre el lugar de residencia de las personas; de Tierras, que dividían al país entre razas; Esparcimientos Separados, que segregaba las instituciones públicas, como parques y baños.

La abolición de éste permitirá también allanar el camino para el retorno de Sudáfrica a los escenarios deportivos, internacionales, incluyendo su participación en los Juegos Olímpicos, por primera vez desde 1960.

EE.UU. Aclama la Eliminación Racial

WASHINGTON, 17 (REUTER).— Estados Unidos aclamó hoy como histórica la eliminación por parte de Sudáfrica del último pilar legal del segregacionismo, pero recordó que el gobierno blanco todavía no había cumplido todas las condiciones para el levantamiento de las sanciones norteamericanas. "Este es un momento histórico para Sudáfrica. Con la eliminación del Acta de Registro Poblacional se puso fin a un importante pilar del apartheid", dijo el vocero del Departamento de Estado Richard Boucher.

"Al anular el Acta de Registro Poblacional y a principios de mes el Acta de Areas de Grupo... el gobierno sudafricano ha cumplido cuatro de los cinco requisitos para levantar las sanciones impuestas por el Acta Anti-Apartheid de 1986", dijo.

La restante condición es la liberación de todos los presos políticos, que ya es materia de disputa entre el gobierno sudafricano y el Congreso Nacional, principal grupo opositor negro.

Boucher destacó que el gobierno había liberado a más de un millar de presos hasta [illegible] dijo que Washington coincide [illegible] que el proceso [illegible] "La [illegible] norteamericana en Sudáfrica [illegible] hechos de [illegible] para [illegible] el reclamo [illegible] presos de conciencia han [illegible]", dijo.

[illegible] prohibió la [illegible] estadounidenses en [illegible] y [illegible]

LA DISCRIMINACION DESDE AYER A HOY

CIUDAD DEL CABO, 17 (ANSA).— Estos son los principales datos de la historia precedente y posterior a la introducción de la Ley de Apartheid, abolida hoy por el Parlamento sudafricano.

1910: Nace la Unión Sudafricana, pese previo a la independencia de Gran Bretaña.

1913: [illegible] el primer "Land Act".

1950: [illegible] "Population Registration Act", sostén ideológico y práctico del Apartheid, que impone el registro de los nacimientos según el color de la piel.

[illegible] el "Group Areas Act", que [illegible] —a favor de los blancos— la presencia de [illegible] grupos étnicos en áreas [illegible]

[illegible] los "Pass Laws" que [illegible] la movilidad diaria de los trabajadores [illegible] zonas reservadas a los [illegible]

[illegible] Presidente F. W. de [illegible] partidos [illegible] Nelson Mandela, después de 27 años de prisión.

Abril-Junio 1990: El Gobierno y el Consejo Nacional Africano (CNA) —movimiento liderado por Nelson Mandela— firman el "acuerdo de Groote Schuur", aliviando el estado de emergencia nacional, salvo en la región de Natal, donde continúa la violencia entre el CNA y el Partido zulú Inhkata, de Mangosuthu Buthelezi.

Julio-Setiembre 1990: Se firma en Pretoria el segundo acuerdo entre el CNA y el gobierno, por el cual los primeros abandonan la lucha armada y se abocan a las negociaciones constitucionales. Los choques entre el CNA e Inhkata se extienden al Witwatersrand, la zona industrial de la periferia de Johannesburgo.

Enero-Marzo 1991: de Klerk promete abolir todas las restantes leyes del Apartheid antes de fines de junio. El gobierno prepara una reforma de la tierra, pero descarta la restitución de tierras a los negros si continúan los enfrentamientos interétnicos. El CNA acusa al gobierno de maniobrar a favor del Inkhata.

Abril-Junio 1991: El CNA interrumpe las pre negociaciones constitucionales [illegible] El Parlamento abole las [illegible]

01-01

9107989

EXCLUSIVO: REPORTAJE AL LIDER SUDAFRICANO NELSON MANDELA

"El voto para todos"

Agencia AP

Nelson Mandela, líder del Congreso Nacional Africano, quien pidió el mantenimiento de las sanciones económicas contra Sudáfrica hasta la abolición definitiva del "apartheid" y exigió el voto universal.

JOHANESBURGO, Sudáfrica, 17 (Especial para **Clarín**, por **Marilyn Berlin Shell**, de **New Perspectives Quaterly**). — **Nelson Mandela es presidente asistente del Congreso Nacional Africano, organización contra el apartheid más prominente de este país. Tres días después que se desmantelara el último pilar jurídico del sistema, la ley de registro de la población, abogó por la continuidad de las sanciones económicas internacionales en la entrevista cuyos tramos principales se consignan a continuación.**

La Comunidad Económica Europea quiere levantar las sanciones contra Sudáfrica y hasta la Organización para la Unidad Africana considera asumir la misma posición. ¿Cuál es la posición del Congreso Nacional Africano frente a esas sanciones?

Nuestra posición es clara y constante. El objetivo más importante de las sanciones es asegurar que todos los sudafricanos, negros y blancos, tengan el derecho de determinar su propio destino. Todos deben poder votar y enviar a quien deseen al Parlamento. El otro objetivo de las sanciones es la erradicación total del apartheid. No se ha alcanzado ninguno de esos objetivos. Por esto, nuestra posición es que las sanciones deben mantenerse.

¿Usted aboga, entonces, por continuar todas las sanciones al comercio y a la inversión hasta que el apartheid sea completamente eliminado?

Correcto. Hay, por supuesto, una calificación. Las sanciones deberían levantarse solo cuando se haya aceptado una nueva Constitución democrática. Comprendemos, sin embargo, que no es fácil redactar una Constitución aceptable para todos los sudafricanos y podría no ser justo esperar hasta ese momento. Podría suceder que pidamos el levantamiento de las sanciones actuando de buena fe al escuchar una declaración del gobierno comprometiéndose a elaborar una Constitución de esas características. Pero esto depende de la confianza mutua entre el gobierno y el Congreso Nacional Africano, algo que no existe todavía.

¿Qué efecto tendrá la reciente abolición de los pilares legales del apartheid (las leyes de áreas de grupo, de tierras, de registro de la población) en quienes hasta ahora habían sido económicamente marginados?

Ver estas leyes abolidas es una victoria para el movimiento de liberación. Y es algo por lo que debemos felicitar al gobierno. Pero esa eliminación no otorga a los desposeídos la posibilidad de aprovechar la nueva situación. Por el momento los negros no tienen esa capacidad porque el gobierno no les ha dado capital.

Además, están quienes han sido desarraigados de sus tierras y creemos que se debe permitir que esa gente regrese. Y está la cuestión fundamental de la justa distribución de la tierra que, hoy, en un 87 por ciento es propiedad de la minoría blanca.

Los críticos dicen que una redistribución de la propiedad como propone el CNA fracasó ya en el resto de Africa y en Europa del Este. ¿Cómo responde a esto?

No pedimos la propiedad común de las tierras. Pedimos propiedad individual. Creo que el error se crea porque la gente piensa que cuando pedimos una distribución justa pensamos en la propiedad común, tal como ocurrió en los países socialistas. Simplemente decimos que cada individuo debe recibir un trozo de tierra que pueda considerar suyo.

¿Cuál es el mayor impedimento para renovar las pláticas con el gobierno?

En este momento está la cuestión de la violencia. Hemos perdido cerca de diez mil personas desde setiembre de 1984.

¿Dónde acaba su disposición a negociar con el gobierno la resolución del conflicto?

El CNA es el arquitecto de las negociaciones y queremos que tengan éxito. Estamos preocupados también por el impacto de las sanciones sobre nuestra economía. No queremos heredar una economía en ruina... Pero deben eliminarse todos los obstáculos.

Los exiliados deben ser indemnizados y los juicios políticos deben acabar.

¿Cuándo cree poder ver un gobierno popularmente electo en Sudáfrica?

Todo lo que puedo decir es que esto debe ocurrir tan pronto como sea posible.

¿Espera ser el primer presidente democráticamente electo de Sudáfrica?

Sería una gran presunción de mi parte decirlo. Corresponde a nuestro pueblo decidir. Dejemos el asunto en sus manos.

01-01

9107990

Parlamento sudafricano abolió último pilar legal del "apartheid"
La República (180023)
18-06-91
Sudáfrica (10262)
Fac PR (11164)
Fac S. Social (11165)
Conf. Sociales (11414)

CNA: "Aunque la noticia es positiva, aún queda mucho por hacer"

El Parlamento sudafricano abolió último pilar legal del apartheid

* *Todavía continúa en vigor la Constitución de 1983 que restringe el voto sólo a la minoría blanca*

Ciudad de El Cabo (ANSA)

El Parlamento tricameral sudafricano abolió ayer la fundamentación del apartheid derogando la famosa "Population Registration Act", la ley que desde 1950 constituye el sostén ideológico de la segregación racial mediante la división de la ciudadanía en base a su color de piel.

La votación, en horas de la tarde, tuvo el éxito esperado, ya que se pronunciaron a favor de la abolición 89 legisladores de la Cámara blanca - 38 votaron en contra- mientras que las Cámaras mestiza e india aprobaron la derogación por unanimidad.

La única excepción a este consenso era la extrema derecha segregacionista, representada por el Partido Conservador.

El portavoz de la agrupación dijo que la abolición del "Population Registration Act" equivale a una "traición a los sudafricanos blancos".

Después de la votación, el presidente F.W. De Klerk pronunciará un "discurso sobre el estado de la nación", en el cual hablará sobre los progresos registrados por su gobierno en la edificación de la "nueva Sudáfrica".

Antes de la votación de ayer, el Parlamento había derogado la "Separate Amenities Act" -que prohibía a los sudafricanos negros el ingreso a los lugares recreativos- y las "Group Areas Act" y "Land Act", que legislaban la segregación territorial, asignando a la mayoría negra sólo un 13 por ciento de la tierra.

Hasta ahora todavía continúa en vigor la Constitución de 1983, que prevé el derecho a voto sólo para los 5 millones de habitantes blancos, excluyendo a los 30 millones de negros, mestizos e indios. Las negociaciones preconstitucionales entre el gobierno y el Congreso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela, fueron interrumpidas por parte del movimiento antiapartheid el mes pasado.

El CNA decidió suspender las tratativas por una nueva carta magna al acusar al gobierno de no hacer suficientes esfuerzos para poner fin a los enfrentamientos interétnicos. Según las previsiones, las negociaciones no se reanudarán antes del próximo otoño (boreal).

EL CNA, PRUDENTE

Ciudad de El Cabo(ANSA)

Aunque el Congreso Nacional Africano (CNA) aún no emitió declaraciones oficiales sobre la abolición de las normas del apartheid, uno de sus dirigentes afirmó que "aunque la noticia es positiva, aún queda mucho por hacer".

El vocero del CNA agregó que "hasta que no lleguemos a un cambio verdadero del ejército del poder en este país, nada habrá cambiado".

JR
VR

01-01

9107991

de Sociedad Sudafricana luego de las reformas antisegregacionistas.
El País (50007)
18/6/91
Sudafrica (10162)
Fac Sico-Soc (11165)
Coup. Soc (11414)
Mar Lib (L.A.)

Lo que Cambia y lo que aún se Mantiene

CIUDAD DEL CABO, 17 (ANSA).— Perfil de la sociedad sudafricana después del las reformas antisegregacionistas iniciadas por el presidente Frederik de Klerk en febrero de 1990 y que culminaron con la abolición de la "Population Registration Act", última ley del Apartheid.

■ LO QUE CAMBIO

Los recién nacidos no serán clasificados con base en su pertenencia a una raza. El viejo registro seguirá en vigor provisoramente hasta la vigencia de la nueva constitución, probablemente en 1994.

Barrios, hospitales, transportes públicos, parques, playas, piscinas y otros lugares ya no tendrán espacios segregados.

Las escuelas públicas pueden mezclar razas, pero sólo si el 72 por ciento de los padres de un instituto acepta el ingreso de todo tipo de alumnos.

Los negros, que antes podían poseer bienes inmuebles sólo en el 13 por ciento del territorio nacional, podrán ahora gozar ilimitamente del derecho a la propiedad.

Los movimientos negros de oposición, incluso el Congreso Nacional Africano (CNA) y el Partido Comunista Sudafricano quedaron legalizados.

Varios miles de prisioneros políticos fueron liberados según el CNA permanecen igualmente encarcelados otros varios miles, pese a que el gobierno los considera simplemente criminales comunes.

■ LO QUE PERMANECE

Con base en la constitución aún en vigor, los 25 millones de negros no pueden votar y tampoco estar representados en el Parlamento.

Los cinco millones de mestizos e indígenas tienen "Cámaras Etnicas" separadas y privadas de poder real. Para el Parlamento que cuenta votan solamente los cinco millones de blancos.

De Klerk se comprometió a negociar una nueva constitución que sancione el sufragio universal, pero el CNA interrumpió las tratativas acusando al gobierno de no hacer lo suficiente para poner fin a la violencia entre facciones rivales negras.

El servicio militar es obligatorio sólo para los blancos.

Los jubilados blancos perciben pensiones gubernamentales más altas que las reservadas a negros.

Las enormes diferencias económicas entre blancos y negros hacen que en muchos sectores de la sociedad la segregación de hecho no sea todavía abolida.

El gobernante de Sudáfrica, Frederic De Klerk considerado por la opinión mundial como el artífice de las nuevas leyes que eliminan el "Apartheid" en su país. (AP)

V.2
VR

01-01

9107992

DOCUMENTO

TITULO Regresó a Sudáfrica arzobispo disidente Pte del movimiento anti apartheid.

PROCEDENCIA LA PRENSA (150028)

FECHA 91-06-24.

MATERIA Sudáfrica (10102)

Panorama mundial

Sudáfrica: regresa arzobispo disidente

Johannesburgo (UP) – El célebre arzobispo retirado Trevor Huddlestone, fundador y presidente del movimiento contra el apartheid, regresó por primera vez desde 1956 a Sudáfrica, donde recibió una cálida bienvenida de los dirigentes del Congreso Nacional Africano en el aeropuerto Jan Smuts de Johannesburgo.

Huddlestone había prometido no regresar al país donde vivió 13 años sirviendo como sacerdote anglicano en las comunidades negras hasta que el sistema de segregación racial fuera abolido.

Sin embargo, a pesar de que esta semana el gobierno reformista del presidente Frederik de Klerk aprobó eliminar las últimas leyes que sostienen el sistema segregacionista, Huddlestone indicó que no considera que la segregación racial haya muerto de verdad.

Habrá "llegado la hora de las celebraciones cuando tome el poder un gobierno elegido democráticamente por todos los habitantes de Sudáfrica", señaló en una conferencia de prensa luego de su llegada.

VR
VR

01-01

9107993

Acuerdo para acabar con la violencia en Sudáfrica
La Nación (15005)
24/6/91
Sudáfrica (10102)
Fax RU (11164)
Fax S. Soviet (11165)
Conflictos Sociales (11414)

Alcanzan acuerdo en Sudáfrica

JOHANESBURGO.- Un importante acuerdo, capaz de poner las bases para acabar con la violencia entre los grupos negros rivales, fue alcanzado el viernes entre el Gobierno y los dos principales grupos de oposición: el Congreso Nacional Africano (CNA) y el movimiento zulú conservador Inkata.

Por primera vez reunidos desde que el Presidente Frederik De Klerk iniciara el proceso de democratización, las tres fuerzas políticas acordaron trabajar unidas para acabar con la violencia que afecta a los suburbios negros de las principales ciudades de Sudáfrica.

En un comunicado emitido al final de una reunión de ocho horas de duración y que estuvo patrocinada por los líderes religiosos sudafricanos, las partes decidieron establecer un "comité preparatorio" del que formarán parte representantes gubernamentales, del CNA y de Inkata, y que tendrá la función de elaborar propuestas tendentes "a acabar con la violencia y restablecer la paz".

Los observadores consideran que este acuerdo es un primer paso para que el CNA e Inkata, cuyos militantes han protagonizado violentos enfrentamientos en los citados "ghettos" negros a fin de hacer valer su supremacía, puedan limar sus diferencias por medios pacíficos.

Desde hace un año alrededor de 2.000 personas han perdido la vida en los choques que enfrentan a militantes del CNA y de Inkata quienes, armados con lanzas y hachas tribales, se muestran extremadamente crueles con el adversario. ■

01-01

9107994

9107995

23 muertos en enfrentamientos entre grupos negros en Sudáfrica.

Clarín (150024)

25/6/91

Sudáfrica (10262)

Frac. Siabozi (11165)

Conf. Sowetos (11419)

Sudáfrica: 23 muertos al enfrentarse grupos negros

JOHANNESBURGO, 24 (AFP, Reuter, AP y ANSA). — Una serie de enfrentamientos [illegible] ocurridos durante el fin de semana dejó un saldo de 23 muertos y un número indeterminado de heridos en la región oriental de Sudáfrica, en un rebrote de la violencia entre pobladores negros que compromete seriamente el proceso de pacificación.

La matanza provocó inmediatamente el aplazamiento de las conversaciones de paz en la provincia de Natal, que estaban previstas para celebrarse este lunes entre el movimiento más [illegible] (nacionalista) y el Congreso Nacional Africano (CNA, nacionalista).

Representantes del CNA de Natal, que a nivel nacional lidera Nelson Mandela, afirmaron hoy que por lo menos 16 de las víctimas fatales pertenecían a ese movimiento, y que testigos de los ataques aseguraron que [illegible] policía [illegible] los atacantes del partido Inkatha.

[illegible] de Natal, los enfrentamientos [illegible] con la [illegible] una conferencia [illegible] a los grupos negros, que el [illegible] tanto que los [illegible] la [illegible]

[illegible] uno [illegible] ocurrido en el gueto de Tayloniar [illegible] Richmond, también en Natal, [illegible] negros [illegible] tanto que los [illegible]

9107995

estaba planteado para tratar cuestiones atinentes a la educación, no impidió la continuidad de las gestiones que paralelamente llevan adelante el gobierno y el CNA [illegible] tranjar el diferendo aún existente en torno de los [illegible] políticos.

El gobierno de Pretoria afirma que liberó a todas las [illegible] por cuestiones políticas, pero el movi[illegible] liderado por Mandela asegura que todavía exis[illegible] prisioneros políticos.

[illegible] que la liberación de esos detenidos está [illegible] levantamiento de las sanciones económicas contra Sudáfrica. Washington

Pte sudafricano sancionó la derogación de leyes segregacionistas.
La Nación (170015)
28/6/91
Sudafrica (10162)
Fac. Pol (11164)
Gob Nac (11302)
Fac. Sico Social (11165)
Cuf. Soc (11414)

Sancionan derogación de leyes segregacionistas

PRETORIA.- El Presidente de Sudáfrica, Frederik De Klerk, sancionó ayer la derogación de las leyes segregacionistas recientemente aprobadas por el Parlamento tricameral, entre las que figuran las de residencia separada, clasificación racial de la población y propiedad de la tierra.

La mayor parte de las leyes sobre las que se sustentaba el sistema de discriminación racial (apartheid) fue introducida en el ordenamiento jurídico sudafricano después de que el Partido Nacional accediera al poder en 1948.

La única excepción era la ley sobre propiedad de la tierra, que fue promulgada en 1913 y adjudicaba sólo el 15 por ciento de las tierras cultivables a los negros, mientras que el resto se otorgaba a los blancos.

De Klerk, que prometió el pasado febrero desmantelar el apartheid antes de que concluyera el mes de junio, coincidiendo con el final del actual periodo legislativo, sancionó la derogación de esas leyes en una ceremonia celebrada en el complejo denominado "Unión Buildings", sede del ejecutivo sudafricano.

Sin embargo, algunos críticos subrayaron que aún quedan leyes que amparan la discriminación racial, como la Constitución de 1983, que sólo concede el derecho al voto a los blancos, mestizos y personas de origen asiático, ya que los negros, que representan el 75 por ciento de la población, carecen de ese derecho.

Frederik De Klerk

Otras leyes aun vigentes dividen a Sudáfrica en "territorios" ("homelands"), algunos de los cuales son "independientes" (sólo reconocidos por Pretoria) y otros "autónomos".

De Klerk sancionó también ayer otras dos leyes, una que crea una comisión de investigación sobre la violencia política y la intimidación y otra que reduce el periodo durante el cual una persona puede permanecer detenida sin ser sometida a juicio. ■

01-01

9107997

Partido Comunista Sudafricano abandona concepto de monopartidismo.
LA MAÑANA (15015)
31-5-91
Sudafrica (10162)
Fac. Pol (11164)
Partidos Pol (113044)

Abandonan concepto de monopartidismo

CIUDAD DEL CABO.- El Secretario general del Partido Comunista de Sudáfrica (SACP), Joe Slovo, afirmó ayer que su organización ha abandonado "claramente y sin ambigüedad" el concepto monopartidista.

Slovo hizo esta declaración en Stellenbosch, en una reunión con miembros de las "Juventudes de Sudáfrica", a quienes dijo que el pluralismo político es válido ahora y durante el periodo de transición, "que esperamos facilite un futuro socialista en el país".

Según Slovo, "tradicionalmente se ha pensado que la tiranía del monopartidismo era monopolio del mundo socialista, pero no hay que olvidar que casi todos los países europeos han conocido este tipo de sistema político".

Para Slovo, lo que necesita Sudáfrica ahora es una nueva cultura política que acepte el debate y donde las críticas y desacuerdos "no lleven a la eliminación física".

"En el contexto sudafricano, el SACP tiene mejores credenciales que cualquier otra organización recién convertida para crear una Sudáfrica democrática", declaró Slovo, quien afirmó que durante la transición debe tenerse en cuenta que el monopartidismo "no conduce a la democracia".

Tras afirmar que en la mayoría de los países donde hubo un régimen comunista éste actuó como único partido, Slovo afirmó que los partidos de oposición son un "ingrediente importante" para la democracia verdadera. ■

01-01

9107998

El fundamentalismo en busca del poder
La Nación (150095)
6/5/91
Argenc (0032)
Exc. PR (11164)
Exc. S.S (11165)
Reó. Gs (11212)

El fundamentalismo en busca del poder

La crisis que se extiende por la República Democrática y Popular de Argelia, que ahora llevó a decretar el estado de sitio, a la renuncia del gobierno y al aplazo de las elecciones dispuestas para el 27 de este mes, tiene raíces cuya gestación puede situarse a partir de la independencia del país, en 1952.

En estos días, acantonados detrás de barricadas que se extendieron por la capital, participando en manifestaciones, o en protestas enardecidas, miles de miembros del Frente Islámico de Salvación (FIS) demandaron la celebración de elecciones presidenciales anticipadas y la proclamación de un Estado islámico.

Los reclamos del FIS, principal fuerza política de inspiración religiosa en Argelia, comenzaron a expresarse en marzo de 1989, apenas días después de la adopción de la carta Magna argelina que autorizó, por presiones populares, el pluralismo en la más extensa nación del Magreb. En su corta existencia, el FIS tiene un importante triunfo en su haber: fue el vencedor indiscutido de las elecciones de junio del año anterior, primera consulta ciudadana pluralista registrada desde la proclamación de la independencia.

La historia da cuenta de que, en menos de un siglo, a partir del VII, en el que los conquistadores árabes lo introdujeron, el Islam fue adoptado por la mayoría, lo que llevó a la arabización del Magreb.

Tan es así, que el FIS aboga por la instalación de un Estado islámico que sea una "alternativa total y global para los grandes problemas ideológicos, políticos, económicos y sociales". Para que ello se cumpla, los fundamentalistas que adhieren a esa doctrina deben, primero, apoderarse del poder, y de momento, participar en fragmentos de ese poder.

Las calles de Argel fueron, desde siempre, las tribunas del FIS (unos 3 millones de adherentes, sobre una población de unos 25 millones de personas). El 20 de abril de 1990 organizó una multitudinaria manifestación para demandar la disolución de la Asamblea Nacional Popular (Parlamento, cuyos integrantes son miembros del gobernante Frente de Liberación Nacional). En los últimos días de mayo último, tras haber lanzado la consigna de una huelga general ilimitada, hizo que unas 100.000 personas desfilaran en Argel.

Como contrapartida, se encuentra el Frente de Liberación Nacional, por años el único partido legalizadoque, creado el 1° de noviembre de 1954, tuvo como fundamentos doctrinarios el socialismo, la no alineación y el panarabismo.

El FLN se mantiene en el poder, pero con dificultades. Sucede que la dinámica contestataria del FIS no le ha dado tregua al régimen del presidente Chadli Benjedid que, para mantenerse ha debido ceder casi demanda tras demanda.

Pero los recientes incidentes han marcado una ruptura que será difícil de superar. Al menos, así lo señalan los hechos. El recrudecimiento de la violencia en Argelia ha causado ciertos temores en Túnez y en Damasco, países del Magreb que se oponen, rotúndamente, a la legalización de los sectores políticos fundamentalistas dispuesta por Chadli Benjedid.

Los actuales sucesos argelinos siponen un traslado de la crisis del Medio Oriente al Mediterráneo, hipótesis que conllevaría a ampliar la situación de crisis. Ya una reunión de los cinco países del Magreb que está prevista para el 8 y el 9 de este mes, podría ser postergada. Uno de los temas por tratar está referido a la instauración de un mercado libre en la Comunidad Europea al que esas cinco naciones anhelan vincularse.

Otro tema está relacionado con los fundamentalistas islámicos. Para ellos no existe una nación árabe, sino una nación islámica que se extiende casi interminablemente y que podría convertirse en un polo de poder inpensado.

El FIS ha jaqueado a Chadli Benjedid. Ahora demanda un diálogo con la administración. Su fuerza se expresa a través del control de 10.000 mezquitas en Argelia, lo que le facilita el manejo de áreas económicas y políticas, un hecho que debe ser tomado en cuenta.

Fernando D'Amen

VR
VA

01-01

9107999

Estado de sitio en Argelia
to Mañana (150015)
91-06-05.
Angelz (10032)
Fac. PSR (11164)
Sit Gen (11332)

Último momento

Estado de sitio en Argelia

ARGELIA.- El Presidente argelino, Chadli Benyedid, decretó ayer el estado de sitio en todo el territorio nacional y aplazó las elecciones legislativas previstas para el próximo 27 de junio, según un comunicado de la Presidencia de la República.

El comunicado, leído en la televisión, anuncia también la dimisión del Gobierno del Primer Ministro, Mulud Hamruch.

La decisión del Presidente argelino se produjo tras los sangrientos incidentes que marcaron el undécimo día de movilizaciones del Frente Islámico de Salvación (FIS).

El FIS anunció hace once días el comienzo de una "huelga indefinida", que ha ido acompañada de continuas manifestaciones en protesta por las reformas electorales introducidas por el régimen y que en opinión de los integristas reducen las posibilidades de victoria de esta formación en las próximas elecciones, después de haberse proclamado vencedores en los pasados comicios municipales.

El FIS desconvocó el martes las movilizaciones para evitar que continuaran los incidentes, que se produjeron después que el Ministerio del Interior endureciera las medidas de represión de las manifestaciones integristas.

VR
VR

01-01

9108000

Argelia: Choques con Musulmanes.-
Clarín (150024)
5/6/91
Argelia (10032)
Fed. Sico Soc (11105)
Rev. Islámica (11212)

Argelia: choques con musulmanes

ARGEL, 4 (AP). — La policía disparó hoy contra manifestantes, en el undécimo día de protestas de decenas de miles de musulmanes fundamentalistas, dejando por lo menos 5 muertos.

El tiroteo se produjo a menos de 24 horas después que el gobierno emitió la orden de dispersar a los simpatizantes del Frente de Salvación Islámica (FIS), que protestaban desde hace 11 días, exigiendo la renuncia del presidente argelino Chadli Bendjedid.

La policía, con cascos protectores y escudos, lanzó gas lacrimógeno a fin de suspender la manifestación de hoy, y a continuación disparó contra ciertos individuos, a quienes, al parecer, consideraba una amenaza.

Todos las muertes, entre ellas la de un joven de 14 años, ocurrieron cerca de la plaza Primero de Mayo, que la policía había desocupado de manifestantes musulmanes fundamentalistas durante la noche.

En una marcha de 20.000 manifestantes, cerca de la plaza, coreaban "Chadli asesino" cuando la policía disparó contra dos personas que huían a 500 metros de la plaza.

ENTRADA VIR
SALIDA VR

01-01

9108001

Nº DOCUMENTO
TITULO Caótica situación Político en Argelia.
PROCEDENCIA CLARIN (130024)
FECHA DE [illegible] 91-06-06.
VINCULACIONES Argelia (10032)
Fal Pol (11164)

RENUNCIO EL GOBIERNO Y EL PRESIDENTE BENJEDID ASUMIO EL PODER ABSOLUTO

Caótica situación política en Argelia

Ante los disturbios que conmocionan al país desde hace doce días, el presidente argelino Chadli Benjedid declaró en la noche del miércoles el estado de sitio en toda la república e impuso el toque de queda en la capital. En un intento por conciliar posiciones con la oposición fundamentalista, el presidente nombró nuevo premier a Sidi Ahmed Gozali, quien se desempeñó como ministro durante el gobierno del primer presidente argelino, Ahmed Ben Bella.

Argelia, 6 (Reuter, EFE, ANSA y AFP). — Tras reiteradas consultas con la oposición, el presidente argelino Chadli Benjedid nombró jefe de gobierno [illegible] Ahmed Gozali, [illegible] que se desempeñó como ministro del gobierno anterior por [illegible] detener la violencia desatada por los fundamentalistas [illegible], que [illegible] paralizado [illegible] hace doce días con una huelga general.

En la medianoche del miércoles el gobierno declaró además el estado de sitio en toda la república y el toque de queda en Argel y las regiones del interior.

El opositor Frente Islámico de Salvación (FIS) —amplio vencedor en las elecciones municipales realizadas en 1990— convocó el 25 de mayo un paro por demoras [illegible] con el FLN de [illegible] contra las [illegible] elecciones, obtener la renuncia del primer ministro Benjedid y realizar el 27 de junio las elecciones presidenciales junto a [illegible].

Los últimos días el FIS sumó una nueva exigencia, que se ha convertido en la consigna de las frecuentes manifestaciones realizadas en todo el país: la creación de un Estado islámico.

El presidente autorizó el miércoles la intervención del ejército, aceptó la renuncia del gobierno y postergó los primeros comicios parlamentarios pluralistas.

La residencia presidencial, sobre las colinas de la capital, el palacio de gobierno, los centros de la radio y la televisión del Estado fueron rodeados hoy por tanques y soldados armados con ametralladoras Kalashnikof y con misiles a sus espaldas.

La mayor parte de los bancos, oficinas públicas y comercios permanecieron cerrados. La Casa de la Prensa, donde tienen las redacciones casi todos los diarios, fue evacuada, después de dos días de ocupación y de saqueos por parte de los fundamentalistas.

En un comunicado publicado en Argel, el presidente del FIS, Abassi Madani, lanzó hoy por la tarde un llamado para que prosiga la huelga general ilimitada pero que cesen las manifestaciones y enfrentamientos [illegible] el ejército y la policía hasta nueva orden.

Chadli Benjedid, que gobierna Argelia desde 1979, pertenece al Frente de Liberación Nacional (FLN), ex partido único nacido de la guerra contra Francia, que se halla en el poder desde que Argelia alcanzó la independencia en 1962.

La "revolución de octubre" de [illegible] que según informes no oficiales dejó [illegible] muertos, fue una explosión de [illegible] contra la miseria económica, la [illegible] vivienda y el desempleo juvenil y significó el comienzo del fin para el régimen de partido único en Argelia.

Argelia fue el primer país del norte de Africa que legalizó partidos [illegible] movimientos fundamentalistas [illegible].

En un comunicado dado a conocer hoy, el oficialista FLN informa que una "conspiración integrista" contra Argelia estaba en curso, y que todo había partido de una reunión celebrada en Jartum, capital de Sudán, con el objetivo de establecer por medio de la violencia una república islámica en el país.

El nuevo primer ministro Sidi Ahmed Gozali, de 55 años, fue subsecretario de Obras Públicas durante el mandato del primer presidente argelino, Ahmed Ben Bella, en 1964.

Doc. poco legible.

ENTRADA VR
CRUZ VR

01-01

9108002

Situation en Argentine
CLARIN (1/10/91)
91-06-08.
Argentine (100-1)
Fac Pol (111 (4))

01-01

3108003.

DOCUMENTO
TITULO: Fue elegido nuevo jefe de Gob. en Argelia
FECHA: 31-06-06.
FE. INGRESO:
VIA:
Argelia (10053)
Lect. Pol (11104)
Bib. Nac (11302)

Benyedid decretó estado de sitio y aplazó comicios

Nombrado nuevo jefe de Gobierno en Argelia

Podrían suspenderse asambleas provinciales y municipales

Tras decretar el martes, el Estado de sitio y el aplazamiento de las elecciones legislativas, el Presidente de Argelia, Chadli Benyedid, nombró ayer como Jefe del Gobierno al Ministro de Relaciones Exteriores, Sid Ahmed Gozali.

ARGEL.- Según un decreto presidencial difundido ayer por la televisión nacional, el Estado de sitio decretado el martes por el Presidente argelino, Chadli Benyedid, estará en vigor durante cuatro meses.

El decreto, de 13 artículos, confiere amplias prerrogativas al Alto Mando de las Fuerzas Armadas en lo que se refiere a los asuntos internos del país y establece medidas para suspender las actividades de todo partido cuyos dirigentes o militantes lleven a cabo actos contrarios a la legalidad vigente.

Asimismo, pueden ser suspendidas o disueltas las asambleas provinciales y municipales (en su gran mayoría en manos del movimiento integrista Frente Islámico de Salvación, FIS) si se comprueba una actitud "de obstrucción u oposición duraderas".

Igualmente, se pueden someter a la jurisdicción militar aquellos "crímenes o delitos graves cometidos contra la seguridad del Estado".

El decreto expresa a la autoridad militar para adoptar medidas de internamiento en prisión o arresto domiciliario contra "toda persona mayor de edad, cuya actividad se tenga por peligrosa para el orden público"; del mismo modo, las fuerzas armadas están en disposición de llevar a cabo investigaciones y registros a cualquier hora y en cualquier lugar, incluso en las residencias particulares.

Suspensión de reuniones

El estamento militar puede proceder a la suspensión de las publicaciones, reuniones y las convocatorias públicas cuando estime que pueden "provocar o iniciar al desorden o la inseguridad".

Del mismo modo el decreto autoriza al Ejército a "restringir o prohibir la circulación o el agrupamiento de personas en las vías y lugares públicos", así como a controlar los desplazamientos de los ciudadanos por todo el territorio nacional y establecer "zonas reguladas de realojamiento para los no residentes".

Las autoridades militares tienen igualmente el derecho de prohibir a cualquier persona el desempeño de sus actividades cuando éstas se consideren "perjudiciales", especialmente para el funcionamiento de los servicios públicos.

Los militares tienen también la capacidad de prohibir la convocatoria de huelgas que puedan "dificultar el restablecimiento del orden público o el normal funcionamiento" de los servicios esenciales para la comunidad.

Asimismo se instituye en cada departamento un "Comité de salvaguarda del orden público", presidido por un militar y en el que estarán integrados el prefecto ("wali" o gobernador civil), el comisario de Policía, el jefe de grupo de la Gendarmería o el comandante del sector militar, además de algunas personalidades civiles.

Cada comité se encargará de adoptar las medidas de excepción que se estimen necesarias para el restablecimiento del orden público, el funcionamiento de los servicios esenciales y la seguridad de bienes y personas.

En el decreto de la Presidencia argelina se subraya que el Estado de sitio será revocado "cuando la situación (de normalidad) haya quedado restablecida".

Nuevo jefe del Gobierno

Por otra parte, la televisión argelina interrumpió ayer su programación para anunciar el nombramiento de Sid Ahmed Gozali como nuevo Jefe del Gobierno.

El Presidente Benyedid aceptó el martes la dimisión del antiguo Primer Ministro, Mulud Hamruch, que se presentaba como candidato del gubernamental Frente de Liberación Nacional (FLN) en los comicios legislativos previstos para el próximo día 27, que fueron aplazados tras la instauración del Estado de sitio.

La decisión de nombrar a Gozali jefe de Gobierno fue precedida de intensas consultas entre Benyedid y los diversos partidos políticos argelinos, especialmente el movimiento integrista Frente Islámico de Salvación (FIS), organizador de la "huelga general ilimitada" que desde el 25 de mayo ha mantenido semiparalizado el país.

Benyedid se reunió con el líder del FIS, Abasi Madani, encuentro del que se informó en las mezquitas, cuyos imanes invitaron a los fieles a volver a sus casas una vez que finalizara el "Salat el i' cha", la última oración de la jornada. ■

Instaurado toque de queda

ARGEL.- La autoridad militar designada por el Presidente argelino Chadli Benyedid, para restablecer el Estado de sitio decretado a mediados de hoy, decidió implantar el toque de queda a partir del jueves en Argel y las regiones adyacentes.

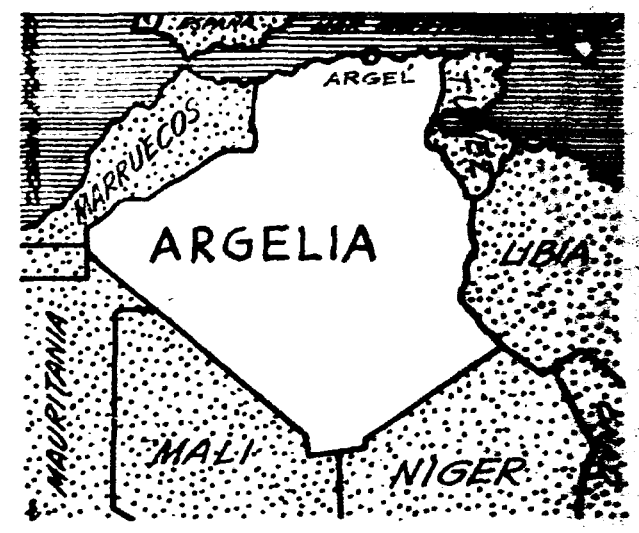
Uno de los tres comunicados publicados simultáneamente por la autoridad militar, cuyo comandante se desconoce, establece el toque de queda en las regiones de Argel, Blida, Boumerdes y Tipasa, el cual estará en vigor entre las 23.00 y las 05.00, locales.

El ejército y la policía argelinas garantizaron ayer una tensa tranquilidad en su país tras las manifestaciones islámicas del martes y la [illegible] de ayer en Argel, que dejaron 13 muertos, según fuentes oficiales, y más de un centenar de heridos.

La "huelga general ilimitada", convocada por el integrista Frente Islámico de Salvación (FIS) en protesta por las reformas electorales introducidas por el Gobierno, degeneró en una serie de enfrentamientos entre manifestantes y fuerzas del orden, que también causaron con su carga de muertos (un capitán de la Gendarmería, policía militarizada).

El Frente de Liberación Nacional (FLN), en el poder desde 1962 y partido único del país hasta 1989, afirmó ayer que una "conjura integrista" contra Argelia estaba en curso, y que todo había partido de una reunión de islamistas celebrada en Jartum, capital del Sudán, con el objetivo de establecer por medio de la violencia una república islámica en el país.

Por su parte Hocin Ait Ahmed, líder del socialdemócrata Frente de Fuerzas Socialistas (FFS), partido al que las encuestas daban tercero de haberse celebrado los aplazados comicios parlamentarios del próximo 27 de junio, pidió ayer un Gobierno de transición en el que participen todas las fuerzas democráticas del país. ■



Situó en primer término el Islam

Una nación que mantuvo la opción socialista

Benyedid preside desde hace 12 años la República

LA República de Argelia, proclamada el 3 de julio de 1962, presidida desde el 7 de febrero de 1979 por el coronel Chadli Benyedid, quien ocupa también el cargo de Secretario General del Frente de Liberación Nacional (FLN), fundado en 1954.

El 16 de enero de 1986, el 98,37 por ciento de la población votó a favor de una nueva versión de la Carta Nacional, que, además de fijar la expansión del sector privado, sitúa en primer término al Islam, [illegible] opción socialista, aunque de forma menos rígida, y suprime toda referencia a la ideología tercermundista.

Argelia es miembro del Movimiento de Países No Alineados y de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), ha participado en las Conversaciones Norte-Sur con las naciones industrializadas.

Los principales objetivos de la política interior de Benyedid son eliminar la corrupción administrativa, aumentar los beneficios de las empresas estatales y la producción de alimentos, así como preparar el país para cuando se agote el petróleo.

Las directrivas básicas de la política exterior de Argelia son el alineamiento y la reactivación de las relaciones con América, en el contexto de independencia económica; la mantención de las relaciones con la URSS, a pesar de la cooperación militar; el apoyo a los gobiernos radicales y la aproximación a Yugoslavia, India y China.

El vacío de relaciones con Estados Unidos, debido a la [illegible] acuerdos sobre el gas natural, se compensó con un acercamiento al Gobierno socialista francés.

El país tiene una extensión de 2.381.741 kilómetros cuadrados, la parte correspondiente al desierto del Sáhara, y una población de [illegible] millones de habitantes, de los que la mitad tiene menos de 19 años, hablan árabe, bereber o francés.

La economía se basa principalmente en las exportaciones de petróleo, gas natural y productos refinados, que supusieron unos ingresos de [illegible] millones de dólares en 1985.

En las últimas elecciones presidenciales (22/XII/1988), la participación alcanzó el 89,07 por ciento de los 13.060.720 personas [illegible]. Presidente Benyedid fue reelecto con 10.603.067 votos a [illegible] por ciento del censo).

El 24 de febrero de 1989, los electores argelinos aprobaron el [illegible] de revisión constitucional, lo que supone el fin del sistema [illegible] la tendencia al pluripartidismo.

Las elecciones comunales y regionales del 12 de junio de [illegible] primeras multipartidistas celebradas, fueron ganadas por el [illegible] líder es Abassi Madani, con un índice del 55 por ciento.

Desde entonces, los municipios y las provincias están en [illegible] integristas islámicos, mientras que la mayoría parlamentaria y [illegible] continúan en poder del FLN.

VR. 01-01 9108004

DOCUMENTO
TITULO Nuevo Primer Ministro Argelino, Ahmed Ghozali.
PROCEDENCIA EL PAIS (170007)
FECHA 91-06-07.
VIA Argelia (10032)
Tec. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)

En Argelia hay Tibia Normalidad

ARGEL, 6 (EFE).— Una tímida normalidad se registró hoy, jueves, en Argelia 24 horas después de ser impuesto el estado de sitio en todo el país, por el que el presidente Chadli Benyedid entregó poderes excepcionales a las fuerzas de seguridad, al mismo tiempo Ahmed Ghozali fue encargado de formar gobierno.

Desde hoy, además, rigé el toque de queda en la capital, Argel, y sus alrededores desde las 23 a las 03 hora local (22 a 02 GMT), lo que unido al estado de sitio crea una situación en el país que no se producía desde hace menos de tres años.

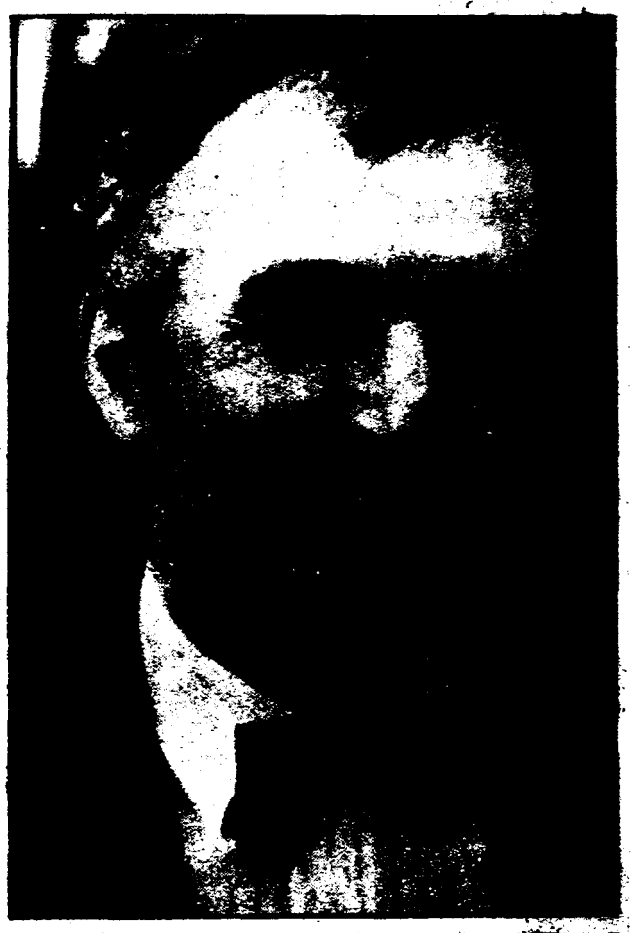
Estas medidas fueron impuestas por el presidente Benyedid como consecuencia de los violentos incidentes registrados durante los últimos tres días, en los que varias personas murieron y decenas fueron heridas en los enfrentamientos entre fuerzas policiales y partidarios del Frente Islámico de Salvación (FIS), integrista.

El nuevo primer ministro argelino, Ahmed Ghozali, fue encargado hoy por Benyedid para que forme un nuevo gobierno en sustitución del de Mulud Hamruch, tras haber sido éste cesado el miércoles.

A Ghozali le corresponde ahora continuar con la política aperturista de Hamruch, quien en sus casi tres años de mandato legalizó los partidos políticos, promulgó nuevas leyes electorales y convocó las primeras elecciones municipales democráticas, así como dar una nueva fecha para los comicios legislativos, que se iban a celebrar el próximo día 27 pero que fueron suspendidos.

El nuevo primer ministro recibió el encargo presidencial de celebrar "largas consultas con los partidos políticos" antes de formar su Gobierno, lo que ocurre por primera vez en la historia de este país.

Ghozali, de 54 años, ocupaba hasta ahora la cartera de Asuntos Exteriores y era un cercano colaborador del reformista Hamruch bajo quien éste le nombró para el cargo en 1989, al mismo tiempo que es un profundo conocedor de la política comunitaria europea debido a su paso por la Embajada de su país en Bruselas.



Nota gráfica captada recientemente de Sidi Ahmed Ghozali, nuevo Primer Ministro designado en Argelia el miércoles. (Laserfoto de Reuter)

VR
VR

01-01

91080

Anunciaron elecciones en Argelia.
La Nación. (150025)
91-06-08.
Argelia (10039)
Fae. PSL (11164)
Gob. Nac (11302)

Anunciaron elecciones en Argelia

D. 1

ARGEL, 7 (Reuter). El nuevo primer ministro, Sid Ahmed Ghozali, anunció hoy que este año habrá, separadamente, elecciones parlamentarias y presidenciales.

Previamente, los fundamentalistas musulmanes habían impartido instrucciones a sus adeptos para que cesen la huelga, declarando que se arribó a un acuerdo para efectuar las elecciones dentro de seis meses.

Ghozali les señaló que la principal tarea de su gobierno será restablecer la paz civil y preparar las condiciones para las dos jornadas electorales.

La huelga de los religiosos degeneró en estallidos de violencia que provocaron la caída del gobierno anterior, siendo despachadas tropas y tanques a diversas ciudades y pueblos para implantar el estado de sitio.

La autoridades indicaron que murieron policías y manifestantes, pero no proporcionaron cifras. Fuentes diplomáticas occidentales estimaron a los muertos entre 40 y 50.

El Frente Islámico de Salvación (FIS) desencadenó la huelga general el 25 de mayo, para protestar contra la legislación electoral que estima discriminatoria, y para demandar que las elecciones presidenciales coincidan con las parlamentarias convocadas para el 27 de junio.

Esas elecciones fueron anuladas el miércoles, cuando el presidente, Chadli Benjedid, decretó el estado de sitio.

El jefe del FIS, Abassi Madani, manifestó ante 50.000 partidarios durante las oraciones de hoy en el bastión religioso de Bad El-Qued, que se concertó un pacto con el gobernante Frente de Liberación Nacional (FLN), que lo desmintió poco después.

Ali Belhadj, fogoso colaborador de Madani, anunció ante la multitud que las elecciones se realizarán dentro de seis meses.

Su rostro estaba bañado en lágrimas cuando declaró que esto constituye "una victoria para todos los musulmanes de Argelia".

Los exhortó a cesar la huelga y a reintegrarse al trabajo el sábado, primer día laborable en la semana musulmana.

Los comicios para un Parlamento de 542 bancas dentro del programa de reformas de Chadli, iban a ser los primeros comicios multipartidarios de Argelia, país que estuvo regido por el FLN desde que recuperó su independencia en 1962.

VR
VB

01-01

91 06006.

Argelia: Nuevo gobierno para enfrentar el Islamismo.
Clarín (15024)
19/6/91
Argelia (10039)
Fnc. Pol (11464)
Gob. Nac (11302)
Rel. Ms (11212)

Argelia: nuevo gobierno para enfrentar el islamismo

ARGEL, 18 (ANSA, Reuter, y por Georges Marion, de Le Monde, especial para Clarín). — Después de dos semanas de estado de sitio y toque de queda, el nuevo jefe de gobierno argelino, Sid Ahmed Ghozali, anunció hoy la formación de un gabinete caracterizado por la presencia de personalidades independientes, técnicos y dos mujeres.

El principal partido de oposición, el Frente Islámico de Salvación (FIS), dio horas después una prudente bienvenida al nuevo gobierno. En una conferencia de prensa, Abassi Madani, máximo dirigente de la organización, consideró que "el país se dirige hacia un entendimiento político, con la formación de un gobierno políticamente neutro".

El nuevo gabinete tendrá como tarea principal la preparación de las primeras elecciones generales pluralistas que se realizarán probablemente en octubre, cuando finalicen las medidas de emergencia.

El Frente Nacional de Liberación (FNL) que gobierna Argelia desde su independencia en 1962, había convocado originariamente a elecciones para el próximo 27. La oposición integrista islámica denunció a comienzos de mes que las leyes electorales favorecían al partido gobernante y promovió una ola de protestas que provocó 18 muertos y cientos de heridos.

El presidente Chadli Benjedid destituyó entonces el pasado 4 al primer ministro Maloud Hamrouche, encargó a Ghozali la formación de un nuevo gobierno y ordenó la intervención del ejército para impedir nuevos choques entre policías y manifestantes fundamentalistas.

En el gobierno anunciado hoy, Ghozali incluyó a seis de los 29 miembros del gabinete anterior, y no figura ningún representante del FIS, principal promotor de los desórdenes desatados hace dos semanas.

Entre los ministros que fueron confirmados en sus cargos se encuentra el encargado de Defensa, general de división Khaled Nezzar. Los observadores señalan esta decisión como un respaldo a la actitud del ejército en la represión de la ola de protestas.

Dos mujeres integran el gabinete, Nafisa Laliam, ministra de Salud y de ideas opuestas al integrismo, y la jueza Leila Asiawi, en el Ministerio de Juventud y Deportes.

Según las ideas integristas islámicas es haram (pecado) que una mujer ocupe el cargo de jueza, y consideran que la tarea femenina específica está en el hogar y no en la función pública.

Ghozali eliminó de su nuevo gabinete a todos los responsables de las reformas económicas que llevaron en los últimos años a Argelia de un sistema fuertemente centralizado a una economía de mercado, a través de una transición que sacudió al sistema social del país y que fue otro de los desencadenantes de la reciente ola de protestas.

01-01

9108007

Argelia: Extreman el control de los Islámicos.
Clarín (150021)
27/6/91
Argelia (10032)
Fac. Sio Soc. (11165)
Cay. Soc (11419)
Fac. Pol (11164)
Rev. Islámico (11212)

Argelia: extreman el control de los bastiones islámicos

Una fracción del principal partido opositor argelino, el integrista Frente Islámico de Salvación (FIS), se separó ayer de la agrupación en desacuerdo con la política de enfrentamientos con el gobierno. Soldados y tanques patrullan los bastiones islámicos de la capital donde los combates entre efectivos del ejército y la oposición dejaron el martes 7 muertos y 34 heridos. El ejército sería partidario de limitar el accionar del FIS.

ARGEL, 26 (Reuter, AFP, EFE y por **Georges Marion de Le Monde**, especial para **Clarín**). — **Tropas de infantería respaldadas por tanques patrullaban hoy los bastiones islámicos radicalizados en la capital argelina**, tras los violentos combates registrados ayer entre policías y sectores fundamentalistas que dejaron **por lo menos 7 muertos y 34 heridos.**

Durante la noche se escucharon esporádicos tableteos de armas de fuego, principalmente desde el suburbio de **Bal El Oued**, donde elementos fundamentalistas desataron el martes su más audaz desafío contra el estado de sitio implantado el pasado 5 de junio luego de los primeros estallidos de violencia.

Los hechos de violencia provocaron la primera división pública operada en el **Frente Islámico de Salvación (FIS)**, que según fuentes diplomáticas redundará en un debilitamiento del principal grupo opositor del país.

Militantes del FIS protagonizaron protestas contra la legislación electoral, complementándolas luego con demandas por la implantación inmediata de un estado islámico y consiguientes choques con las fuerzas de seguridad.

El martes de noche, **Fakir Bachir** y otros dos integrantes del consejo político del FIS se presentaron en la televisión, descalificaron al líder **Abassi Madani**, y exhortaron a pacificar las calles y emprender conversaciones con el gobierno.

"Alerta. Madani es un peligro para el Islam, para los musulmanes y para la nación. Este peligro amenaza al FIS", declaró Bachir.

El izquierdista Frente de **Liberación Nacional (FLN)** gobierna Argelia desde su independencia hace 27 años. En 1989 fue introducido el pluralismo político en el país, se decretó el paso hacia una economía de mercado y la convocatoria a elecciones libres.

El integrista **Frente Islámico de Salvación** consideró que las leyes electorales lo desfavorecían y exigió la anulación de los comicios legislativos convocados originariamente para el 27 de junio.

La serie de manifestaciones desencadenadas a comienzos de este mes llevaron al presidente **Chadli Benjedid** a aplazar las elecciones, imponer el estado de sitio y designar un nuevo gobierno conducido por **Sid Ahmed Ghozali**.

El nuevo gabinete está formado por reconocidos especialistas de cada materia sin vinculaciones políticas. El FIS dio una tibia bienvenida al nuevo gobierno cuya única misión era preparar las próximas elecciones.

Los últimos hechos de violencia comenzaron el pasado martes por la mañana cuando la policía procedió a retirar emblemas islámicos de los municipios controlados por el FIS y remplazarlos con símbolos de la república.

El FIS, que propugna la creación de un estado islámico ganó el control de **más de la mitad de los concejos municipales locales argelinos en las elecciones efectuadas el año pasado**, y era considerado amplio favorito para triunfar en las elecciones generales que debían realizarse este jueves.

Los combates desatados el martes entre soldados y manifestantes adquirieron particular virulencia en los barrios más populares de la capital, **Bachdjarrah y Bab El Oued**.

Los analistas políticos consideran que el ejército ve acrecentar día a día su determinación a limitar el accionar del FIS, que según su opinión, aprovecha hábilmente los privilegios de la democracia para preparar la insurrección.

El jefe del gobierno, Sid Ahmed Ghozali, efectuó anoche una reunión de gabinete para evaluar la situación creada por los **"grupos organizados"** que **"atentaron contra la seguridad de los ciudadanos y el orden público"**.

VR.

01-01

91 00008.

TIPO DOCU
TITULO Desenfrenada Agitación de Islamicos.
FECHA La Nueva (150015)
27/6/91
Argelia (10032).
Fac. Sig Soc (11165)
Rev. Islamica (11212)

Argel es un polvorín: 8 muertos en 24 horas

Desenfrenada agitación de islámicos

El Ejército argelino reforzó ayer sus posiciones en los barrios integristas de Argel, para tratar de recuperar el control de la capital ante el nuevo brote de violencia que en las últimas 24 horas provocó ocho muertos y 46 heridos.

ARGEL.- Desde la imposición del Estado de Sitio, el 5 de junio pasado, la agitación islámica causó 27 muertos y un centenar de heridos, a la vez que suscitó una creciente división en el seno del frente Islámico de Salvación (FIS) entre su Presidente, Abassi Madani, y sus principales exponentes.

Los disturbios estuvieron originados por la negativa de los islamistas a reponer en las alcaldías bajo su mando la divisa de la República argelina ("Por el pueblo y para el pueblo").

Los incidentes, según la autoridad militar, se produjeron por "numerosas transgresiones del toque de queda, organización de algaradas y levantamiento de barricadas" y los barrios populares de Bab el Ued, Kuba, Husein Dey, Ued Uchaiah y la plaza del Primero de Mayo, en el centro de Argel, fueron sus principales escenarios.

Los enfrentamientos tuvieron lugar tras levantarse durante tres días el toque de queda vigente en cinco de las provincias del país, con motivo de la celebración del "Aid el Ada" (Fiesta del sacrificio).

El Ejército vuelve a controlar con gran profusión de vehículos acorazados, mientras una persona falleció en Borch el Kifan, a veinte kilómetros al Este de Argel, en la madrugada del lunes al martes, y otros siete cadáveres ingresaron en el hospital "Maillot" del barrio Bab el Ued (Oeste de la capital) el martes, se indica en el comunicado.

VR
VR

01-01

9108009

Peligro de "Jueno Santa" en Argelia.
CLARIN (150024)
91-06-29.
Argelia. (10032).
Soc. Pol (11164)
Sit. Int (11334)
Rev. Islamico (11212)

CLARIN

EL PRESIDENTE CHADLI BENJEDID RENUNCIO AL LIDERAZGO DEL FLN

Peligro de "guerra santa" en Argelia

ARGEL, 28 (EFE, ANSA y AP). — El presidente del fundamentalista Frente Islámico de Salvación (FIS), Abas Madani, amenazó hoy con llamar a la "jihad" (guerra santa) si el gobierno no levanta el estado de sitio vigente desde el 5 de junio e inicia de inmediato negociaciones para poner fin a la actual situación de enfrentamiento interno.

En el mismo momento en que Madani efectuaba tales afirmaciones, el presidente Chadli Benjedid anunció que renunciaba a su cargo de líder del Frente de Liberación Nacional (FLN), que ha gobernado como partido único desde que el país obtuvo su independencia de Francia.

Benjedid anunció su decisión al comité central de su partido en una carta en la que especifica que continuará la militancia en la base de la agrupación. La decisión de Benjedid se produjo quince días antes de la formación del nuevo gobierno multipartidario anunciado por el premier Ahmed Ghozali.

Al hablar ante miles de seguidores ante la mezquita del barrio popular de Kula, en la zona alta de Argel, Madani subrayó mientras tanto que no ha llamado todavía a tomar las armas, "a pesar de las provocaciones y detenciones de militantes practicadas por el gobierno".

Madani acusó al jefe de gobierno, Ahmed Ghozali, de haber "renegado" de los presuntos acuerdos concluidos con el FIS, y al ejército de "estar más implicado que nunca en la política", y responsabilizó al poder por los muertos originados en los disturbios.

Antes, según Madani, "hemos negociado sin poner condiciones", pero esta vez "no negociaremos más que cuando se levante el estado de sitio", con el objeto de exigir que se dé una fecha para anular las medidas de excepción porque "no era posible dialogar bajo las bayonetas de las tropas".

El ejército debe volver a sus cuarteles, estimó Madani, y si no lo hace, el FIS "tendrá derecho a proclamar la "jihad" (guerra santa), afirmó, mientras que los más extremistas en la multitud lanzaban gritos de "Ala u Akbar" (Dios es el más grande), y un helicóptero militar sobrevolaba la concentración.

Advirtió que para reclamar que se levante el estado de sitio "saldremos, hombres y mujeres, cada noche en todas las ciudades" tras entrar en vigor el toque de queda, instaurado entre las 23 y las 3.30 en las provincias de Argel, Blida, Bumerdes y Tipaza, y una hora antes en El Ued, sudeste del país.

En tanto, en todos los barrios de la capital se produjeron anoche desórdenes y violencias organizadas por los fundamentalistas, quienes se reunieron en la plaza Primero de Mayo, donde corearon consignas contra Benjedid. En otros barrios, durante toda la noche, los habitantes golpearon ollas y cucharones contras los enrejados.

Los militares respondieron con la movilización de tanques, que por decenas circularon en torno a Argel, y bloquearon los accesos a las carreteras para impedir la entrada al centro de los manifestantes provenientes de la provincia.

Las autoridades militares encargadas de controlar el estado de sitio y el toque de queda, que rige en la ciudad desde el 5 de junio, reiteraron severísimas advertencias a la población y en especial a los integristas y a los imames.

ENTRADO VR
CRUZ VR

01-01

9108010

Iglesia intensificará su lucha contra el antisemitismo.
La Nación (150025)
10/6/91
Vaticano (10192)
Fax. Sico Said (11165)

La Iglesia intensificará su lucha contra el antisemitismo

VARSOVIA, 9 (AP). – Juan Pablo II aseguró hoy a los líderes de la comunidad judía en Polonia que la Iglesia católica intensificará su batalla contra el antisemitismo, pero no respondió a sus pedidos de que el Vaticano establezca relaciones formales con Israel.

El Pontífice dijo que las relaciones judío-católicas en Polonia fueron envenenadas por el "mal en nuestra historia común" y exhortó a ambas partes a "rescatar y renovar lo bueno".

"Lamentablemente, tanto lo bueno como lo malo que ocurrió entre nosotros fue aplastado por el genocidio, incomparable en su severidad, del que la nación judía fue víctima."

La reunión de media hora fue uno de los hechos más significativos de la gira papal de nueve días, debido a las constantes tensiones en las relaciones entre católicos y judíos, y a nuevas protestas por las declaraciones que formuló el Papa la semana pasada, equiparando el aborto a la muerte de seis millones de judíos en el Holocausto. De tres millones y medio de judíos que había en Polonia antes de la guerra sólo quedan algunos millares.

Al recibir al Papa, Michal Friedman, uno de los seis miembros de la delegación judía, planteó la cuestión de Auschwitz, el campamento de concentración nazi en el que murió un millón y medio de judíos, en uno de cuyos edificios se establecieron monjas católicas provocando la ira de los judíos en el mundo. El año último, el Vaticano les ordenó abandonarlo, si bien todavía se encuentran en el lugar.

Reunión cordial

"Polonia no es sólo un cementerio judío. Nuestra vida está aquí; aquí se hallan las raíces de un gran número de judíos de todo el mundo. Creemos que es preocupación mutua que Auschwitz sea un lugar de rememoración y no de conflicto", dijo Friedman.

El dirigente judío también pidió que las relaciones entre el Vaticano e Israel "se normalicen plenamente".

La reunión, que tuvo un clima cordial, se efectuó en la embajada del Vaticano.

"Al menos se puede decir que el crimen sin precedente de matar a toda una nación conmovió a la Europa cristiana y la movilizó para corregir los males que se hicieron contra los judíos y que a menudo quedaron grabados en las costumbres y modos de pensar", les expresó Juan Pablo II. "Después de un intervalo de 2000 años, los judíos finalmente adquirieron su Estado."

Un vocero de la delegación judía, Konstanty Gebert, informó a los periodistas que el Pontífice les manifestó que el renacimiento de Israel después de 2000 años era "un acto de justicia histórica".

Pero atribuyó al Papa haberles dicho que la situación en Medio Oriente "no es favorable todavía" a un cambio en la posición del Vaticano respecto de sus relaciones con Israel, si bien manifestó alguna "esperanza" en el proceso de paz anterior a la guerra del Golfo. El Vaticano ha declarado que la carencia de un Estado palestino, la ocupación israelí de territorios árabes y la necesidad de un estatuto internacional para proteger los lugares católicos sagrados en Jerusalén, son obstáculos para el establecimiento de relaciones plenas.

V.R
VR

01 - 01

9108011

El Papa designa 22 Cardenales (3 de AMERICA LATINA)
EL PAIS (150001)
30-5-91
Vaticano (10.92)

EL PAIS — Jueves 30 de Mayo de 1991

Novedades Para los Católicos

EL PAPA NOMBRO 22 NUEVOS CARDENALES Y TRES DE ELLOS SON DE AMERICA LATINA

CIUDAD DEL VATICANO, 29 (EFE y AP).— Con el anuncio de nombramientos de tres nuevos prelados latinoamericanos como purpurados, se eleva a 25 el número total de cardenales de Latinoamérica.

Juan Pablo II procederá el próximo 28 de junio a entregar el capelo cardenalicio al Arzobispo de Buenos Aires, Antonio Quarracino, al de Guadalajara, Juan Jesús Posadas Ocampo, y al de Santo Domingo, Nicolás de Jesús López Rodríguez.

Hasta ahora, los cardenales iberoamericanos eran 18 electores y 4 no electores (con más de 80 años).

Los 21 cardenales electores latinoamericanos representan el 17,5 por ciento del total de cardenales electores (120), pero sus países de origen suman el 43,1 por ciento del total de católicos del mundo, una desproporción nada desdeñable.

Antonio Quarracino recibió el premio a sus numerosos años dedicados a la presidencia del Celma, en una época nada fácil de transición.

Con el nombramiento del Arzobispo de Santo Domingo, la República Dominicana, cuna del cristianismo en dicho continente, está presente en el colegio cardenalicio, en vísperas de las celebraciones del V Centenario del inicio de la evangelización del "Nuevo Mundo".

Tras estos nombramientos, son once los países latinoamericanos presentes en el Colegio de Cardenales: Argentina, Chile, Venezuela, Colombia, Ecuador, República Dominicana, México, Brasil, Nicaragua, Puerto Rico y Perú. Esperan eventuales consistorios las iglesias de Paraguay, Uruguay, Cuba, Panamá, El Salvador, Guatemala, Honduras y Costa Rica, aparte de Las Antillas, Haití y Las Guayanas.

Los nuevos cardenales son:

1. Arzobispo Angelo Sodano de Italia, Secretario del Vaticano.
2. Arzobispo Alexandru Todea de la Arquidiócesis de Fagaras y Alba Julia, Rumania.
3. Arzobispo Pio Laghi de Italia, Prefecto de la Congregación para la Educación Católica.
4. Arzobispo Edward Cassidy de Australia, Presidente del Consejo Pontificio para la Promoción de la Unidad Cristiana.
5. Arzobispo Robert Coffy de Marsella, Francia.
6. Arzobispo Frederik Etsou-Nzabi-Bamungwabi de Kinshasa, Zaire.
7. Arzobispo Nicolás de Jesús López Rodríguez de Santo Domingo, República Dominicana.
8. Arzobispo José Sánchez de las Filipinas, Secretario de la Congregación para la Evangelización de los Pueblos.
9. Monseñor Virgilio Noe, Jefe del Ceremonial Litúrgico en la Basílica de San Pedro.
10. Arzobispo Antonio Quarracino de Buenos Aires, Argentina.
11. Arzobispo Roberto Angelini de Italia, Presidente del Consejo Pontificio para la Labor Pastoral de los Trabajadores.
12. Arzobispo Roger Michael Mahony de Los Angeles, Estados Unidos.
13. Arzobispo Juan Jesús Posadas Ocampo de Guadalajara, México.
14. Arzobispo Anthony Joseph Bevilacqua de Filadelfia, Estados Unidos.
15. Arzobispo Giovanni Saldarini de Turín, Italia.
16. Arzobispo Cahal Brendan Daly de Armagh, Irlanda del Norte.
17. Monseñor Camillo Ruini, Vicario Papal de Roma.
18. Obispo Jan Chryzostom Korec de Nitra, Checoslovaquia.
19. Obispo Henri Schwery de Sion, Suiza.
20. Obispo Georg Maximilian Sterzinsky de Berlín.
21. Monseñor Guido del Mestri, Italiano nacido en Yugoslavia, retirado Nuncio Apostólico.
22. Rev. P. Paolo Dezza de Italia, Académico Jesuita.

Además, el Papa identificó al cardenal que nombró in pectore o en secreto en 1979: es irsta del Obispo Ignatius Gong Pinmei de Shangai, China.

01-01

9108012

Paz en Camboya.
La Nación (1T6015.
22/6/91
Camboya (10112) (Kampuchea).
Fac. Pol. (11164)

Paz en Camboya

BANGKOK, 23 (AFP). – El gobierno y las tres guerrillas de Camboya pusieron fin a 12 años de guerra civil, anunció este domingo en Bangkok el príncipe Norodom Sihanuk.

"Ya no hay guerra en Camboya, al menos sobre el papel", manifestó visiblemente emocionado, el ex rey, a quien acompañaban el primer ministro Hun Sen y los jefes del Khmer Rojo y la guerrilla nacionalista. Todos acordaron un alto el fuego incondicional a partir de mañana.

Culminaron así [illegible] de agitadas reuniones y mañana podrá empezar en Pattaya la reunión del Supremo Consejo Nacional, con representantes de las tres guerrillas y del gobierno y con sede en Pnomh Penh. Se invitó a todos los países a reabrir sus embajadas en la capital camboyana.

Queda por discutir el control del alto el fuego y el freno al suministro de armas.

"Es asombroso", dijo un diplomático después de escuchar a Sihanuk.

VR
VR.

01-01

9108013

Nº. DOC

Kampuchea: Acuerdo de Pacificación.
El PAIS (150004)
29-06-91.
Kampuchea (10112).
Tac POL (11164)

Camboya: Acuerdo de Pacificación Informó el Príncipe Sihanouk

BANGKOK, 23 (ANSA).— El príncipe camboyano Norodom Sihanouk sorprendió hoy al mundo al anunciar la pacificación de su país, tras 12 años de guerra civil, en base a una iniciativa suya que establece una división territorial y política en que cada parte retendrá, al menos transitoriamente, el territorio que controla.

Sihanouk, que lidera una fracción beligerante, dijo que sus dos enconados enemigos, el gobierno de Phnom Penh apoyado por Vietnam y los Khmer Rojos respaldados por China, aceptan un cese el fuego incondicional e ilimitado desde mañana, cuando empezará a funcionar en Tailandia el Consejo Nacional Supermo de Camboya, un órgano de transición que agrupa a todas las partes en lucha.

El plan de paz prevé que el Consejo Nacional Supremo (CNS), formado por doce miembros de las cuatro fracciones en lucha (el gobierno, los Khmers Rojos comunistas y las partes no comunistas del príncipe Sihanouk y del ex premier conservador Son Sann), representará a Camboya ante las Naciones Unidas.

El plan establece que comunistas y no comunistas retendrán las zonas que ocupan y que "los dos gobiernos (el de Phnom Penh y el de la Resistencia) continuarán funcionando, cada uno en su propia zona, con sus administraciones y sus banderas, sus himnos nacionales, constituciones y leyes".

El CNS será la representación oficial de Camboya ante la ONU donde ahora no está presente, y se reunirá mañana en Pattaya, a 100 kilómetros de Bangkok, para establecer sus funciones y elegir sus autoridades.

El jefe del gobierno camboyano Hun Sen, al aprobar el plan de Sihanouk casi totalmente, había señalado que faltaba resolver cómo integrar la presidencia y la vicepresidencia del CSN.

De todas formas, se aceptó que el príncipe convocara a las reuniones del Consejo, T. Sihanouk lo hizo para mañana mismo en Pattaya, lo cual —según se anunció— fue aceptado por todos.

El plan de Sihanouk preveía en principio una "presidencia colegiada" del CNS con él como secretario general, pero Hun Sen insistió en que el príncipe se limitara a la convocatoria, sin que ello significara preeminencia respecto de los demás, y reservó para sí el cargo de secretario general adjunto.

El príncipe, pese a su controvertida alianza con los Khmers Rojos, había anunciado hace un mes que su deber era "ser un puente" entre sus aliados de la coalición rebelde y el gobierno de Phnom Penh y su mediación no ha podido ser más exitosa, dicen sus observadores.

VR
VR

01-01

9108014

No. FOL
TITULO Despues de 12 años, acordaron fin de la guerra civil en Camboya.
La República (190023)
24-06-91.
Camboya (10112)
Fac. Pol (111641

Después de 12 años, acuerdo y fin de la guerra civil en Camboya

Bangkok (AFP)

El gobierno y los tres movimientos rebeldes de Camboya pusieron fin a 12 años de guerra civil, anunció en Bangkok el príncipe Norodom Sihanuk.

"Ya no hay guerra en Camboya, al menos sobre el papel", dijo el ex jefe de Estado, a quien acompañaban el primer ministro Hun Sen y los jefes de los camboyanos rojos (maoístas) y la facción nacionalista de la guerrilla, agregando que todas las partes habían acordado un alto el fuego incondicional a partir de hoy.

Con la declaración del príncipe, visiblemente emocionado, culminaron 24 de horas de agitadas reuniones de las cuatro facciones en Bangkok y hoy podrá empezar en Pattaya la prevista reunión del Consejo Supremo Nacional (SNC).

El ex monarca, de 68 años, afirmó que el SNC, constituido por miembros de los tres grupos guerrilleros y del gobierno, tendrá sede en Pnom Penh y representará a Camboya internacionalmente.

Asimismo, invitó a todos los países a realizar sus embajadas en la capital camboyana.

A [illegible] que algunos problemas quedaban por resolver, el príncipe afirmó que sólo se trataba de detalles.

Las partes claves aún por discutir serán el control del alto el fuego y el freno al suministro internacional de armas a las guerrillas y al gobierno de Pnom Penh.

El príncipe afirmó también que el plan elaborado por los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU (conocido como el Perm Five) serviría de instrumento de trabajo.

"El plan Perm Five es bueno, aunque en el terreno es difícil ponerlo en práctica. Iremos paso a paso hasta llegar a un arreglo claro de nuestras diferencias", agregó.

"Es simplemente asombroso", comentó un diplomático cercano a las negociaciones después de escuchar a Sihanuk.

A pesar del alto el fuego, la desconfianza que subsiste entre las partes se evidenció en las complejas discusiones de última hora sobre a presidencia de la SNC, problema que había bloqueado hasta ahora el proceso de paz de Camboya.

En un comunicado anterior a su declaración a la prensa, el príncipe Sihanuk propuso una presidencia colegiada para despejar el camino, obstaculizado por las diferencias entre las posiciones del gobierno de Pnom Pen y los Kmers Rojos.

El príncipe propuso asumir el puesto de secretario general del SNC y el primer ministro Hun Sen reclamó a su vez el cargo de secretario general adjunto.

La posición de Hun Sen es conforme a una fórmula convenida hace algunas semanas con el príncipe Sihamuk, según la cual el príncipe sería presidente del SNC y Hun Sen vicepresidente, acuerdo inmediatamente rechazado por los Kmers Rojos.

Según el portavoz del príncipe, Hun Sen acepta, sin embargo, que se mantenga para las futuras reuniones del SNC el mismo mecanismo que permitió poner de acuerdo a todas las facciones para la reunión de Pattaya, con 12 miembros representantes, del lunes al miércoles próximo. Dicha reunión fue convocada por el príncipe Sihanuk, las facciones enfrentadas estuvieron de acuerdo en que el ex soberano ocupará la presidencia.

La continuación de esta fórmula debería, en principio, ser aceptada por los Kmers Rojos.

Estos reclaman, por otro lado, la aplicación integral y sin modificaciones del plan de paz de la ONU, viendo en dicho plan un instrumento para desmantelar el gobierno de Pnom Penh.

Por idénticas razones, Pnom Penh pide hacer modificaciones sustanciales al plan de paz, que el gobierno provisorio [illegible] utilizar, por su parte, para neutralizar a los Kmers Rojos.

Khisu Samphan, líder de los Kmers Rojos, aseguró que cumpliría el alto el fuego anunciado por el príncipe Sihanuk.

VR
VR

01-01

9108015

Amenaza de Pekín a Taiwan.
La Nación (1890125)
91-06-08
Rep. Pop. China (10151)
Taiwan (202230)
Fac. Pol (11104)
Conf. Int (11400)

Amenaza de Pekín a Taipei

PEKIN, 7 (DPA). – El gobierno de China criticó hoy con dureza las aspiraciones nacionales de la República Insular de Taiwán, a la que amenazó con intervenir militarmente.

"Estamos en favor de que la reunificación de la patria se produzca por medios pacíficos, pero no pretendemos descartar la violencia de las armas", comunicó el PC chino en Taiwán.

"Taiwán es parte inseparable del territorio chino" y "nunca habrá independencia de Taiwán", proclamó.

Al mismo tiempo se pronunció contra las propuestas de unificación formuladas por Taipei: "Estamos en contra de dos Chinas".

China está en favor de "una reunificación pacífica bajo el principio un país-dos sistemas", sostiene el comunicado, en el que se acepta que Taiwán conserve su sistema capitalista, su ejército, con un "alto grado de autonomía". Pekín pidió a Taipei que se celebren negociaciones entre el PC y delegados del partido gubernamental de Taiwán, Kuomintang, sobre la reunificación gradual y pacífica.

Tanto Taipei como Pekín reivindican el gobierno legítimo de toda China.

UR
VR

01/01

9108016

Fracaso de las empresas estatales en China.

PROCEDENCIA LA MAÑANA (150015)

FECHA 91-06-10

VIÑETA Rep. Pop. China Co. (10151)
Fac. Económico (11101)
Empresas Estatales (11312)

Fracaso de las empresas en China

D-1

BEIJING.- Poco más de diez años de reformas económicas en China han demostrado que las empresas estatales, regidas por una férrea planificación central, son conglomerados ineficaces que necesitan cada vez mayores inversiones para producir cada vez menos.

Mientras que en 1979 la producción de las 100.000 empresas estatales de importancia que existen en el país representaba el 76 por ciento del total, el año pasado esta cifra se redujo a poco más del 50 por ciento.

El resto lo produjeron las compañías semiprivadas y con capital extranjero que, con extraordinario éxito, han aflorado en la economía china en la última década.

Las empresas estatales producen poco, requieren una inyección de créditos calculada en 5.000 millones de dólares al mes y están sujetas a un sistema de taxación anticuado y privilegiado, por el que devuelven al erario público cantidades prácticamente insignificantes.

Desde la aplicación del Primer Plan Quinquenal en China, a principios de 1950, copiado de los soviéticos, la producción ha dependido básicamente de 10.000 empresas grandes y medianas estatales que, consideradas "la columna vertebral" de la economía, cuentan con el 63,9 por ciento de los activos de todas las compañías del país.

Su utilidad es cuestionada en los últimos años, sobre todo desde que, a raíz del estancamiento de la economía china en 1990, quedó demostrado que las responsables del 70 por ciento del crecimiento económico eran las empresas semiprivadas y con capital extranjero, y que el 31 por ciento de las estatales produce pérdidas.

Demandan cambios

Para remediar esta situación, nuevas voces exigen desde hace pocos meses su transformación de acuerdo con líneas casi capitalistas, a lo que se opone la cúpula ortodoxa, encabezada por el primer ministro, Li Peng, y el patriarca Chen Yun, artífice de la economía en los años posteriores a 1949.

En una reunión a puertas cerradas, celebrada recientemente en Shanghai, el nuevo alcalde de la ciudad, Huang Ju, se mostró partidario de aplicar la fórmula: "una fábrica, dos sistemas", copiada de la que los políticos chinos emplean para referirse a la futura gestión de China en Hong Kong y Makao: "un país, dos sistemas" (el socialista y el capitalista).

A nadie escapa que esta idea, para cuya defensa en la reunión Huang Ju contó con la ayuda de Li Ruihuan, uno de los miembros más aperturistas del poderoso buró político del Partido Comunista, está inspirada en Deng Xiaoping, el máximo responsable de todos los asuntos del país desde el año 1978.

Según este sistema, el capital de las empresas estatales debe ser transformado en acciones destinadas en su mayor parte al Estado y a las compañías colectivas rurales y, en un menor porcentaje, a particulares y firmas extranjeras.

Esto significa que las empresas utilizarían en su gestión métodos capitalistas, al lado de los tradicionales de corte socialista.

Aunque este sistema choca con el defendido por los dirigentes conservadores, partidarios de inyectar más dinero en las empresas para hacer en ellas una transformación tecnológica, lo cierto es que cada vez adquiere más fuerza la opinión de que al final vencerá la opción mixta.

JR
VR

01/01

9108017

China dispuesta a reducir sus relaciones políticas y económicas con EE.UU.
Clarín (150024)
17/6/91
Rep. Pop. China. Com. (10151)
EE.UU (65890)
Fac. Pol (11164)
Relaciones Int (11899)
Fac. Económico (11101)

PEKIN NO QUIERE PERDER SU STATUS DE NACION MAS FAVORECIDA

China advierte a EE.UU.

PEKIN, 16 (Por **Don Oberdorfer** y **Lena H. Sun**, de **The Washington Post**, especial para **Clarín**). — Importantes funcionarios chinos revelaron ayer que China está dispuesta a reducir drásticamente sus relaciones económicas y políticas con los Estados Unidos si el Congreso norteamericano le retira su status comercial de Nación Más Favorecida (NMF) o decide renovárselo bajo condiciones inaceptables para Pekín.

Tanto Yuan Mu, el principal vocero del Consejo Estatal de China y cercano confidente del premier Li Peng, como el vicecanciller Liu Huaqiu expresaron que las relaciones sino-norteamericanas se encuentran "en una encrucijada". En una entrevista de dos horas de duración, ambos funcionarios advirtieron respecto a polémicos temas que discuten en estos momentos con Washington, como los derechos humanos, la cooperación económica y la proliferación de armamentos.

"Esperamos poder mantener el status de nación más favorecida. Pero si nos fijan condiciones no las aceptaremos", adelantó Liu.

Agregó que la reacción de China a la legislación norteamericana —incluyendo la imposición de medidas de represalia— dependerá de la naturaleza y gravedad de las condiciones que se impongan. Esto, si bien refleja una oposición a las probables condiciones, parece dar a entender que podría haber una aceptación tácita de las restricciones que no sean particularmente molestas.

Liu lanzó la advertencia basándose en estimaciones norteamericanas que vaticinan que la pérdida del estatus de Nación Más Favorecida le costaría a China cerca de tres cuartos de sus exportaciones a los EE.UU. (20.000 millones de dólares este año) a causa del marcado aumento arancelario. Ello le ocasionaría asimismo una tremenda pérdida de fuentes de trabajo.

Funcionarios estadounidenses pronosticaron que, en caso de limitarse el comercio bilateral, China tendría enormes dificultades para vender en otros mercados muchos de los productos que integran el grueso de sus exportaciones a los EE.UU., como vestimenta, calzado y juguetes. Los EE.UU. se han convertido de hecho en un elemento esencial de la economía de este país. El año pasado, los EE.UU. fueron el principal socio comercial de China, llegando a desplazar a Japón.

Oposición en el Congreso

El status de Nación Más Favorecida hace que el país elegido deba pagar menos aranceles de exportación. El presidente George Bush recomendó al Congreso pero se ignora por el momento qué es lo que ocurrirá.

Algunos miembros del Congreso han sugerido concederle a China el NMF, pero bajo ciertas condiciones, relacionadas con el tema de los derechos humanos y apertura democrática. La administración Bush es presionada por los congresistas demócratas y republicanos para avenirse a estos términos.

Durante la mencionada entrevista, Yuan, conocido en su país como el defensor de la línea dura, hizo una larga lista con las medidas de conciliación que China ha tomado —o está tomando— para satisfacer recientes pedidos norteamericanos.

Por su parte, Liu, que será el principal negociador chino en materia de proliferación de misiles cuando se reúna hoy con el subsecretario de Estado norteamericano Reginald Bartholomew, negó informaciones que dan cuenta de que Pekín le vendió misiles balísticos a Siria.

Confirmó, de todos modos, la venta a Pakistán de misiles de corto alcance —tema que preocupa sobremanera a Washington— y nada dijo sobre la posibilidad de que Pekín esté pensando en cancelar o modificar ese acuerdo.

Liu, que tiene a su cargo el área americana, advirtió que "si se nos revoca el status de NMF, o si los EE.UU. imponen condiciones, ello afectará sobremanera las relaciones entre ambos países".

Aseguró asimismo que si ello ocurriera se registraría "una disminución sin precedentes" en el área comercial, un "duro golpe" para los cerca de 1.300 joint-ventures chino-norteamericanos que existen, "graves restricciones" para todos los intercambios y contactos entre ambas naciones, y una "importante regresión en las relaciones políticas entre ambos países".

Liu calificó al status de NMF como "la piedra angular de nuestras relaciones comerciales y económicas", y aclaró que el gobierno de Pekín considera sumamente importante tener un acceso irrestricto a su mayor mercado internacional.

Para protegerse frente a la posible pérdida del mercado estadounidense, China ha estado fortaleciendo sus relaciones con Japón y países europeos.

Si bien las relaciones de Pekín con otras naciones se restablecieron desde la regresión de 1989, China sigue teniendo importantes intereses a nivel mundial y un trascendente papel por su condición de miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

En una señal de renovada actividad diplomática, Yuan confirmó que el premier Li viajará a comienzos del mes entrante a Egipto, Arabia Saudita, Kuwait, Jordania, Siria e Irán.

Aclaró por otra parte que durante esa gira, China "no obstaculizará en forma alguna" los esfuerzos norteamericanos para resolver la cuestión de la paz en Oriente Medio.

9108018

ENTRADA VB
CRUZ VB

01/01

OTAN estrecha sus vínculos con la U.R.S.S.
(150034)
7/6/9
O.T.A.N. (12634)

7/6 c

La OTAN estrecha sus vínculos con la URSS

COPENHAGUE, 6 (Reuter y AFP). — Ministros de Relaciones Exteriores de la OTAN decidieron hoy establecer **vínculos políticos y militares más estrechos con la Unión Soviética y sus ex satélites de Europa oriental**, diciendo que su democracia y prosperidad son vitales para la seguridad occidental.

Al iniciar una reunión de dos días, los 16 ministros emitieron una declaración que enuncia cinco campos en los que podrían intensificarse los intercambios con sus ex enemigos del **Pacto de Varsovia**.

"Nuestra seguridad está indisolublemente unida a la de los demás estados de Europa. La consolidación y preservación de sociedades democráticas y su libertad frente a cualquier forma de coerción e intimidación deben ser, en consecuencia, motivo de preocupación directa y concreta para nosotros", señaló el documento.

Los ministros también expresaron beneplácito por un acuerdo **entre los Estados Unidos y la Unión Soviética** concretado el último fin de semana, que dilucida una disputa que había bloqueado el cumplimiento de un tratado firmado sobre reducción drástica de arsenales convencionales en Europa.

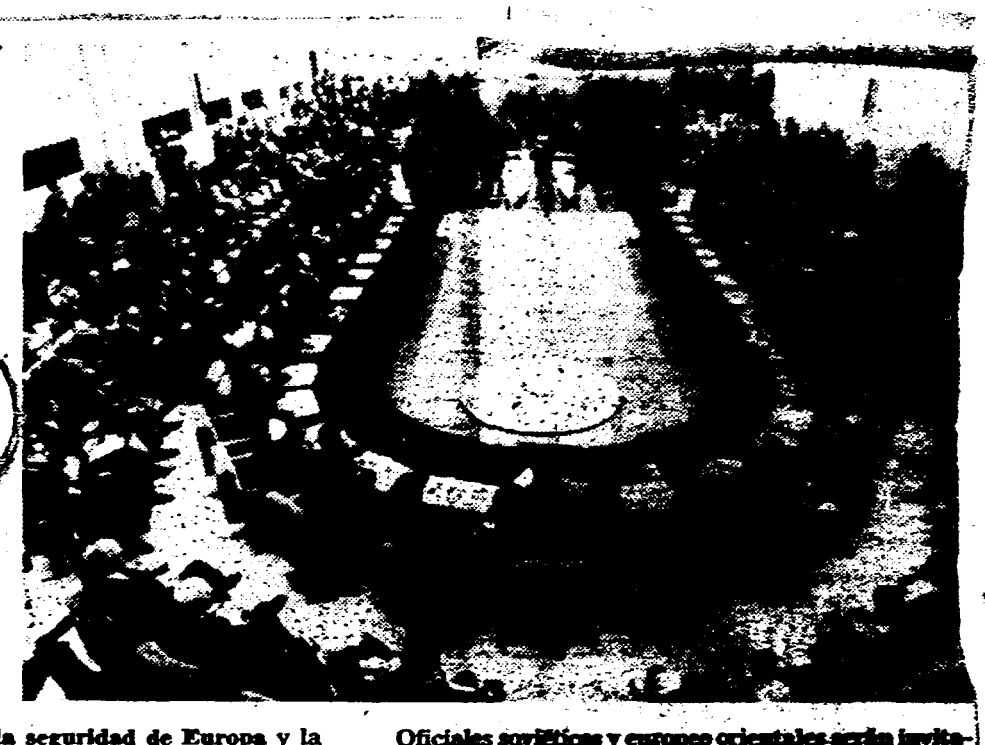
En Moscú, el ministerio soviético de Relaciones Exteriores indicó que el secretario de Estado **James Baker**, quien se halla en Copenhague para asistir a las deliberaciones de la OTAN, se entrevistará **el viernes en Ginebra con el ministro soviético de Relaciones Exteriores, Alexander Bessmertnij**.

Las dos superpotencias están próximas a la fijación de una fecha para su próxima reunión cumbre.

La cuestión principal ahora en Copenhague es conformar nuevos vínculos de posguerra fría con la Unión Soviética y Europa oriental.

La semana pasada, ministros de Defensa de la OTAN aprobaron la reforma **más drástica** de sus fuerzas militares en la historia de la alianza, incluyendo la creación de nuevas unidades de **"reacción rápida"**.

El comunicado refleja el deseo norteamericano de asegurar que la OTAN siga siendo la institución **más importante encargada de la seguridad de Europa** y la opinión de Washington de que los estados del ex bloque comunista europeo oriental deben ser mantenidos a cierta distancia.



La OTAN sesiona en Copenhague: un acercamiento al Este es considerado vital para los intereses de Occidente.

Algunos estados del ex Pacto de Varsovia han expresado informalmente interés **en incorporarse a la OTAN**.

Los ministros enviaron una clara señal a Moscú de que la alianza no trata de ninguna manera de sacar partido del colapso del Pacto de Varsovia.

"No buscaremos ni una ventaja unilateral a raíz del cambio de la situación en Europa ni amenazaremos los legítimos intereses de ningún Estado. No pretendemos de ningún modo aislar a ningún país", aseveró el documento.

Los campos en que el comunicado propicia intensificar la cooperación incluyen más reuniones para intercambiar información **sobre política de seguridad y estrategia**, más reuniones de comandantes militares importantes de la OTAN con colegas soviéticos y europeo orientales y más intercambios científicos y ambientales.

Oficiales soviéticos y europeo orientales serán invitados a seguir cursos especiales de familiarización en la OTAN.

Funcionarios indicaron que una polémica potencial con Francia, que no acepta el liderazgo estadounidense en la OTAN y abandonó su estructura militar integrada en 1966, fue evitada poniendo énfasis en la importancia de la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE) de la que participan todas y cada una de las naciones, como foro para la integración europea.

Francia está en favor de la CSCE y no de la OTAN como el principal vehículo para establecer nuevas relaciones a través de la ex Cortina de Hierro.

Ministros de Relaciones Exteriores de la CSCE se reunirán este mes en Berlín.

El funcionario norteamericano dijo que la declaración tiene por objeto demostrar a los ex adversarios de la Guerra Fría que no serán olvidados. "No están perdidos, no están en un vacío, no los ignoramos", agregó.

01 . 01

9108019

OTAN se acerca a Moscú y a Europa del Este –
A Financiero (150027)
7/6/91
OTAN (12637)
URSS (10175)
EUROPA DEL ESTE (11169).
FAC. POL (11164)

La OTAN se acerca a Moscú y Europa oriental

7/6

*Copenhague (Reuter) — Ministros de Relaciones Exteriores de la OTAN decidieron ayer forjar **lazos más estrechos con la Unión Soviética y Europa oriental**, pero los Estados Unidos destacaron que las reformas económicas de Moscú deben basarse primordialmente en la **autoayuda** antes que en la asistencia occidental.*

James Baker

*Al iniciar una reunión de dos días, los 16 ministros emitieron una declaración que enunció **cinco campos** en los que intensificarán los intercambios con sus ex enemigos **del Pacto de Varsovia**.*

*"Nuestra seguridad está indisolublemente unida a la de todos los otros estados de Europa. La consolidación y preservación de las sociedades democráticas y su libertad respecto de cualquier forma de coerción o intimidación son, por lo tanto, **de interés y preocupación primordiales para nosotros**", señaló el comunicado.*

*El secretario de Estado norteamericano, **James Baker**, declaró que la OTAN quiere acercarse a la Unión Soviética y a las nacientes democracias de Europa oriental **"para demostrar la genuina preocupación de la OTAN por sus legítimos intereses de seguridad"**.*

Pero puso en claro que no sería realista hablar de una masiva ayuda occidental para apuntalar la deteriorada economía soviética y actuar como fuerza impulsora de su transformación en una sociedad con sistema de mercado.

*"Los soviéticos deben encontrar la voluntad de allanar el camino a un nuevo futuro. **Deben comenzar por ayudarse a sí mismos**", sobrayó.*

"Francamente no creo que podamos catalizar la reforma soviética apelando a una gran explosión. Necesitamos reconocer que estos cambios se harán sentir en un plazo largo", agregó.

En el primer lugar de la agenda preparada para la reunión de Copenhague está cómo conformar nuevos vínculos con Moscú y sus ex satélites, superada la Guerra Fría.

*La semana pasada, los ministros de Defensa de la OTAN aprobaron **la reestructuración más radical de las fuerzas militares***

VR
VR

01 . 01

9108020

Nº DOCUMENTO
TITULO OTAN propone asociación de seguridad con la U.R.S.S.
de la mañana (150015)
91-06-07.
O.T.DAN. (12637)

Apunta la OTAN a consolidar la estabilidad europea

Proponen asociación de seguridad con la URSS

D-1

Apoyaron acuerdo de principio sobre desarme

Los Cancilleres de los 16 países de la OTAN, la alianza militar occidental, ofrecieron ayer una "asociación de seguridad" con la Unión Soviética para consolidar la estabilidad en Europa, pero el Secretario de Estado James Baker, dijo que la URSS debe "ayudarse a sí misma" en el plano económico y que su país está dipuesto a socorrerla sólo "paso a paso".

COPENHAGUE.- Baker agregó en su discurso ante el plenario de la OTAN, que Moscú perderá toda posibilidad de ayuda por parte de Estados Unidos si se produce una ruptura entre el Gobierno central y los Estados Bálticos.

En una declaración, los Cancilleres de la OTAN afirmaron que "no queremos aislar a ningún país ni ver una nueva división del continente, tampoco obtener ventajas unilaterales".

"Nuestra seguridad está inseparablemente ligada a la de los otros países de Europa y nuestro objetivo es lograr una Europa unida y libre", agrega la declaración sobre el desarrollo de las Relaciones con los países de Europa Central y Oriental.

La declaración de los 16 Cancilleres propone que la "asociación de seguridad" en Europa se logre a través de varias iniciativas, como los encuentros frecuentes para intercambiar informaciones y discusiones sobre temas militares y de seguridad, mayores contactos entre altos oficiales de la OTAN y la URSS, participación de expertos de los países del Este en progaramas científicos y de protección del ambiente de los países de la OTAN y más estrechos contactos entre los parlamentarios de la Europa del Este y la Asamblea del Atlántico Norte, que agrupa a los legisladores de las Naciones Miembros de la Alianza.

En cuanto a los países bálticos (Letonia, Estonia y Lituania), que han iniciado claramente su voluntad de independizarse de la URSS, que los anexó en 1940, la declaración auspicia "una solución pacífica de los contenciosos políticos y económicos".

Respaldo

Los países miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) respaldaron ayer el acuerdo de principio al que han llegado Estados Unidos y la Unión Soviética que limpia el camino para poner en práctica el Tratado sobre desarme convencional en Europa (CFE).

Los miembros del Consejo del Atlántico Norte recibieron "con profunda satisfacción" el compromiso de Lisboa, después que el Secretario de Estado norteamericano, James Baker, les explicara con detalle su contenido.

Baker y su colega soviético, Alexánder Besmértnij, resolvieron el pasado primero de junio, durante una entrevista celebrada en la capital portuguesa, las divergencias que impedían desde hace meses la puesta en práctica del primer tratado de desarme no nuclear en Europa.

James Baker

"Esperamos que las conversaciones actuales (en Viena) conduzcan pronto a la conclusión entre las 22 partes, de un acuerdo vinculante que preserve la integridad del Tratado, tal y como fue negociado y firmado", declaró Baker. ■

VR
VR

01 . 01

9108021

O.T.A.N proyecta una nueva estructura.
Clarín
3/6/91
OTAN (12637)

La OTAN proyecta una nueva estructura

D-1

COPENHAGUE, 7 (Reuter). — La **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** acordó hoy **desarrollar una nueva estructura de defensa y seguridad para el período de la posguerra fría, que incluye la transferencia de una cuota de poder a organizaciones como la Comunidad Europea,** siempre que no signifique debilitar a la alianza.

Los 16 ministros de Relaciones Exteriores de la OTAN acordaron al cabo de una reunión de dos días en **Copenhague,** realizar una cumbre de la alianza en Roma, en noviembre. En esa ocasión se buscará la aprobación de un programa de acción en el campo político y militar para el futuro de la organización.

Los funcionarios, empeñados en fortalecer a la conferencia de 34 naciones sobre **Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE),** detallaron las labores principales de la OTAN.

Asimismo, coincidieron en que los miembros europeos de la OTAN tienen libertad de hacer oir su punto de vista en temas de defensa, **independientemente de los Estados Unidos, el miembro más poderoso de la alianza.**

Los ministros acordaron el jueves incrementar contactos militares y políticos con sus anteriores enemigos durante la guerra fría y abrieron nuevas perspectivas para el control de armamentos.

Los ministros señalaron que la OTAN seguirá siendo el principal foro para salvaguardar la seguridad de Occidente y, por primera vez, dieron la bienvenida explícita a los intentos de la Comunidad Europea por lograr una mayor integración política que podría incluir cierta participación en la defensa.

VB.
VR

01 . 01

9108022

OTAN acepta que Europa desarrolle su propia defensa.
La República (1508023)
91-06-10
OTAN (12637)
Europa (10184)

EL PAIS de Madrid
EXPRESIÓN DE LA REPUBLICA

La OTAN acepta que Europa desarrolle su propia defensa

(1 de 1)

Copenhague, por nuestro enviado especial Félix Moreira

La OTAN acepta que los países de la CE puedan desarrollar una identidad de defensa, pero siempre subordinada a los compromisos asumidos por todos los aliados, según el acuerdo alcanzado el miércoles por los ministros de Asuntos Exteriores de la Alianza Atlántica en Copenhague. Los miembros de la Comunidad no podrán formar el pilar europeo dentro de la OTAN, sino que también estarán integrados en él Noruega, Islandia y Turquía. Estados Unidos da luz verde al proyecto comunitario, pero "hay que asegurarse de que es conforme a los principios fundamentales y no se separa de la Alianza", afirmó el secretario de Estado, James Baker.

La reunión de dos días del Consejo Atlántico, celebrada en Copenhague, sirvió para preparar la cumbre aliada que se celebrará los próximos 7 y 8 de noviembre en Roma, y a la que podría asistir como invitado Mijaíl Gorbachov. En la reunión se definirá la nueva OTAN, adaptada "al fin de la división de Europa". La Alianza Atlántica se erige en el principal garante de la paz europea y ofrece a la URSS y los demás países del este reforzar las relaciones y la cooperación.

Según Baker, "la seguridad es indivisible y se aplica a todos los estados de la CSCE". "La 'perestroika'", añadió, "es una revolución económica y política", y por eso "vamos a ayudar a la URSS a cambiar totalmente de modelo".

El secretario general de la Alianza, Manfred Worner insistió en que el nuevo diseño de garantías para los países del este no significará ampliar la OTAN ni adoptar el principio de intervención fuera de zona. Se trata, explicó el ministro español de Asuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez, de "darles la seguridad que tendrían si fueran miembros de la Alianza, que no pueden serlo".

En lo que respecta a los propios aliados, estos asumieron ayer una declaración sobre "las funciones esenciales de seguridad de la OTAN en la nueva Europa" que puede tranquilizar a Estados Unidos. Las garantías exigidas por los norteamericanos se plasman en cuatro tareas esenciales de la Alianza Atlántica.

- Impedir la intimidación o el recurso a la fuerza contra un Estado europeo, "sea cual sea su origen".
- Continuar siendo el foro esencial de consultas en todo lo que se refiere a los compromisos de seguridad y defensa entre los aliados.
- Ejercer la disuasión contra toda amenaza y la defensa en caso de agresión.
- Preservar el equilibrio estratégico en Europa.

La OTAN "encarna la asociación transatlántica que establece un lazo permanente entre la seguridad de América del Norte y la seguridad de Europa". En ese contexto, "la identidad europea de seguridad y defensa mostrará que los europeos están dispuestos a asumir una parte mayor de responsabilidad y ayudará a reforzar la solidaridad transatlántica".

Pero el proyecto de la CE no tendrá vida propia dentro de la Alianza. Será una política separada que "les corresponde decidir a los europeos", según Worner. No se podrá esgrimir una solidaridad aliada mayor entre España y Alemania que entre nuestro país y Turquía.

En esta batalla por encontrar un nuevo para una parte esencial de lo que será la futura unión política de la CE se puede decir que pierde Francia y ganan Estados Unidos, el Reino Unido y Holanda. El ministro francés Roland Dumas se mostró satisfecho porque "por primera vez un comunicado aliado da cuenta de la empresa europea conducida por los doce".

Francisco Fernández Ordóñez insistió en que se trata de dos procesos complementarios, si bien "España no concibe la defensa europea sin la Alianza; entre otras cosas, porque la defensa europea aún no existe y la OTAn sí". Se refirió al código ético asumido para que el debate entre los aliados no perturbe el comunitario. Ese acuerdo significa que hasta ahora sí existían obstáculos. El alemán Hans Dietrich Genscher dejó entrever que la identidad de defensa de la CE se impondrá de hecho dentro de la OTAN, aunque tendrá que existir coordinación con Turquía, Noruega e Islandia. El Reino Unido y Holanda han frenado el proceso comunitario con la excusa de no debilitar a la OTAN. Ahora no tendrán más remedio que definirse sobre la esencia del proyecto. Francia, fuera de la estructura militar aliada, corre el peligro de quedar marginada no de la [illegible] europeo de defensa, pero sí de su [illegible] en estructura de fuerzas, que [illegible] la organización militar de la OTAN.

01-01

9108023

de Prensa (150020)
91-06-01
turquía (10173)
conflicto Irak-Kuwait (11536).
Fac. PGR (11164)

9108024

as expectativas de Ozal

Turquía y la Guerra del Golfo

Por Sami Kohen

Nueva York – ¿Hasta qué punto se han cumplido las expectativas de Turquía con respecto a su política en el Golfo Pérsico? Según el presidente Turgut Ozal, mucho; según sus críticos, muy poco. Un punto de vista más equilibrado es el de observadores imparciales que consideran que –después de todo– Turquía ha ganado más de lo que ha perdido.

Ozal estaba convencido que Saddam perdería la partida: por lo tanto sería más prudente estar del lado de los ganadores desde el comienzo. Por ello, Ozal rápidamente cerró sus fronteras con Irak y clausuró el oleoducto que va desde Kirkuk hasta el puerto turco de Iskenderun.

Oportunidad para Turquía

Así pues, cuando Ozal decidió tomar una postura clara contra Saddam y a favor de los Estados Unidos y los aliados, todas estas consideraciones fueron tomadas en cuenta. Por otra parte, él predijo que la crisis del Golfo habría de ofrecer una oportunidad dorada para Turquía, que podría obtener ventajas de la nueva situación.

En realidad, Ozal deseaba ir más lejos, suplementando la imposición de sanciones con el envío de tropas turcas al Golfo, para que se unieran a las fuerzas multinacionales. Ello requería la autorización del Parlamento, que no pudo obtener precisamente debido a oposición no sólo de otros, sino aun de su propio partido de la Patria (conservador) y particularmente de los líderes militares. Ozal ha declarado recientemente que todavía lamenta no haber podido hacer esto, dado que hubiera brindado una buena experiencia a los militares y obtenido más crédito para Turquía, tal como ocurriera durante la Guerra de Corea.

De todas maneras, Ozal encontró la oportunidad de llevar la contribución militar de Turquía a la causa aliada en una etapa posterior, cuando las operaciones militares comenzaron en el Golfo. Otorgó autorización a los Estados Unidos para el uso de la base aérea de Incirklik en el sur de Turquía, desde donde salían misiones de bombardeo a Irak; también envió unas 180.000 tropas turcas a las fronteras con Irak, de ese modo forzando a Saddam a desplazar 9 divisiones iraquíes en el norte.

Estas fueron contribuciones valiosas, sin participar formalmente en la guerra. Pero presentaba riesgos. Los críticos de Ozal estaban preocupados, pero Ozal mismo no lo estaba. Estaba convencido de que Irak no se animaría a hacer nada contra Turquía, y tenía razón. Por otra parte, luego de la guerra, 250.000 refugiados kurdos entraron en Turquía y medio millón más se encuentra en las fronteras buscando asilo.

Aunque la política de Ozal resultó controvertida dentro del país, fue bien recibida y apreciada en el extranjero, en especial en los Estados Unidos. El líder turco tuvo frecuentes conversaciones telefónicas con el presidente Bush. Luego de unas 40 llamadas telefónicas, establecieron una relación de trabajo íntima, además de simpatía personal.

El viaje de Ozal a los Estados Unidos le otorgó una oportunidad para demostrar el grado de esta simpatía y amistad. El presidente Bush lo probó invitando a Ozal a Camp David para un día de conversaciones.

Las expectativas de Ozal

—En lo político, el desarrollo de lazos entre los Estados Unidos y Turquía. La eliminación de determinados obstáculos en las relaciones estadounidenses-turcas, como ser la cuestión de Chipre; las actividades de los grupos griegos y armenios en el Congreso norteamericano... Mayor comprensión por parte de los europeos, lo cual podría llevar a la aceptación de Turquía como miembro pleno de la CE... Un papel más activo de Turquía en el Medio Oriente, lo cual permitiría a Ankara influir en asuntos regionales.

–En lo militar, apoyo de los Estados Unidos y los aliados para la modernisación de sus Fuerzas Armadas, o sea, más asistencia en nuevas armas y equipamiento...

—En lo económico, asistencia sustancial de los aliados y amigos para compensar las pérdidas en ingresos debido a la crisis del Golfo Pérsico. Más intercambio comercial con los Estados Unidos.

Políticamente, no parece haber dudas de que las relaciones estadounidenses-turcas han entrado –en palabras de Ozal– en "una nueva era". La atmósfera no podría ser mejor– y, de hecho, no ha sido mejor por tres décadas. Ozal ha estado hablando de una "cooperación estratégica" entre ambos países, semejante a la existente entre los Estados Unidos y Gran Bretaña e Israel. Estas pueden ser ideas para el futuro, pero lazos más estrechos ya se ven en la realidad.

La política del Golfo de Turquía ha tenido poco impacto en las actitudes de los europeos, en particular de la CE. Por ello, Ozal prefiere desarrollar lazos con Occidente a través de los Estados Unidos. De allí sus ideas de la "cooperación estratégica" y "zona de libre comercio con los Estados Unidos.

Intereses respecto al Medio Oriente

En cuanto al Medio Oriente, numerosos observadores han atribuido a Ozal el deseo –si no la intención– de tomar Mosul y Kirkuk durante la crisis del Golfo, lo cual él ha negado oficialmente, pero que tal vez se le puede haber ocurrido en algún momento. Ahora Turquía enfrenta una nueva situación peligrosa en Irak, con los kurdos en el norte y los shiitas proiraníes en el sur: ambos hostiles a Turquía. Desde ya, Ozal desea ver caer a Saddam, pero también desea un Irak estable y unificado.

Gracias a la situación en el Golfo, Turquía ha podido obtener algo de asistencia militar y económica adicional de los Estados Unidos y los otros aliados. Ozal parece contento con las armas modernas que fueron enviadas a Turquía durante la guerra. "Esta ha sido una de nuestras mejores ganancias", dice. Pero no se puede decir lo mismo del apoyo económico. Las pérdidas de Turquía en la crisis del Golfo alcanzan los 7 mil millones de dólares. Hasta ahora sólo ha recibido 1,3 mil millones de dólares, más que nada en créditos. Fueron prometidos unos 4 mil millones adicionales. Pero Turquía necesita urgentemente un mínimo de mil millones que Ozal ha pedido al presidente Bush le ayude a obtener (tal vez mediante bancos comerciales) tan pronto como sea posible. De otro modo, los efectos negativos de la Guerra del Golfo sobre la economía de Turquía se harán sentir aún más –lo cual daría ímpetu nuevo a las críticas contra el gobierno de Ozal.

Es irónico que la popularidad de Ozal dentro del país esté en juego justo cuando es mayor en el extranjero.

0D\01

VR
VR.

Renuncia 1er Ministro y Gabinete de Turquía.
La Nación (150025)
17/6/91
Turquía (1073)
Inc. Pol. (11164)
Gob. Nac (11302)

Renuncia en Turquía

ANKARA, 16 (EFE).– El primer ministro Yildirim Akbulut y su gabinete presentaron su renuncia al presidente Turgut Ozal, durante el Congreso del Partido de la Madre Patria.

En esa asamblea Mesut Yilmaz, jefe del ala liberal, fue elegido presidente de la agrupación por 631 votos contra 523 de Akbulut, por lo que se espera su designación como premier.

ENT VR
SAL VR

01-01

9108025

TIPO DE DOCUMENTO

TITULO Forman el Gabinete turco -

PROCEDENCIA LA PRENSA (150028)

FECHA 91-06-24

VINCULADO Toraqeic (10173)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac (11202)

Forman el gabinete turco

Ankara (EFE) – El nuevo primer ministro turco, Mesut Yilmaz, anunció la composición de su gabinete, compuesto por 29 ministros, todos miembros del Partido de la Madre Patria (PMP, en el poder) y en su mayoría de tendencia liberal.

La lista del gobierno, presentada por Vilmaz durante una conferencia de prensa, incluye un viceprimer ministro, Ekrem Pakdemirli, encargado de coordinar los ministerios de Economía, Finanzas, Presupuesto y Planificación.

Entre los catorce ministros de Estado nombrados figura una sola mujer, Imren Aykut, ex-ministra del Trabajo y Seguridad Social en el anterior gobierno de Yildirim Akbulut, que será encargada de la prensa y de asuntos femeninos.

UR
VR

01-01

9108026

DOCUMENTO
FUENTE Mercados Financieros Europeos Miran a EE.UU.
PROC. EL PAIS (150001).
FECHA 91-06-04.
VIÑETA Europa (10184)
Fax. Economía (11161)

Los Mercados Financieros Europeos

Europa va adquiriendo lentamente la costumbre norteamericana de invertir en el mercado privado.

Si quiere saber qué futuro le espera a los mercados financieros europeos, en general lo mejor es guiarse por el presente de los Estados Unidos. Inventos estadounidenses como los swaps, los documentos comerciales y los valores respaldados por activos ya han remodelado el terreno financiero europeo. Si este patrón se mantiene, Europa tendrá en pocos años mercados florecientes para las colocaciones privadas.

Detrás de este tipo de colocaciones existe una sencilla premisa: cuanto más exigentes se vuelvan inversores y emisores respecto a la concepción de sus valores, menos querrán manejar los títulos standard disponibles en los mercados públicos. En lugar de ello, los emisores colocan sus títulos en forma privada en pequeños grupos de fondos de pensiones, compañías de seguros y otras instituciones. Esta lógica ha creado un mercado gigante en los Estados Unidos. Europa ya tiene mercados privados de valores, como el *Schuldscheine* alemán, pero la mayoría son muy simples. Como sucede tan a menudo en las finanzas, el próximo paso consistirá en complicar las cosas.

No obstante, difundir la idea en Europa no significará el mero transplante de una invención norteamericana. Las empresas estadounidenses emiten títulos en forma privada principalmente para evadir las pesadas reglas de declaración establecidas por la Securities and Exchange Commission. Los reguladores europeos son por lo general menos detallistas, de modo que las compañías tienen menos motivos para escapar a la declaración emitiendo en forma privada. Los valores privados son también más difíciles de vender en Europa porque los inversores son allí menos arriesgados que sus primos norteamericanos.

A pesar de estas desventajas, el diminuto mercado europeo de colocaciones privadas está creciendo rápidamente, a juzgar por el brillo de prosperidad que emana de los bancos del ramo. Goldman Sachs dice que en los últimos tiempos sus negocios de colocación privada en Europa se han venido duplicando año a año. Uno de los especialistas en colocaciones privadas de Goldman se está mudando de Nueva York a Londres para hacerse cargo de los negocios del banco en Europa.

Varias tendencias han dado impulso a los mercados de colocaciones privadas en Europa:

* Las instituciones europeas se han vuelto más desconfiadas de los mercados públicos y menos recelosas de los privados. Anteriormente creían que las inversiones realizadas en emisiones grandes, comerciadas públicamente, mantendrían la liquidez de sus carteras aun en un mercado a la baja. Esa ilusión fue destruida por la compra con endeudamiento de RJR Nabisco, que convirtió en basura los certificados de primera clase de la compañía. Actualmente, los inversores ponen menos confianza en la liquidez y más en su propio criterio respecto a los riesgos y al retorno potencial de los valores. Y los bancos hacen que hoy en día los valores privados tengan casi tanta liquidez como los públicos.

* Los reguladores han sufrido una transformación similar. En varios países europeos están dando a las compañías de seguros y a las otras instituciones un margen mayor para invertir en colocaciones privadas hechas a la medida.

* El sistema tributario europeo, una mezcla de peculiares sistemas nacionales y tratados que se entrecruzan, es un gran inspirador de la colocación privada. Los bancos afanosamente conciben valores de colocación privada que explotan los muchos vacíos tributarios existentes.

INVERSIONES HECHAS A LA MEDIDA

La mayoría de las colocaciones privadas europeas pertenecen a una de dos categorías: a la de los valores pensados para atraer a un pequeño grupo de inversores, o a la de aquellos que están hechos a la medida de un emisor en especial. Dado que compradores y vendedores rara vez quieren el mismo título valor, el banco intermediario busca generalmente en su bolsa de swaps y opciones para hacer que una de las partes del negocio se vuelva algo más convencional.

Los programas de documentos a mediano plazo (medium-term note - MTN) constituyen el vehículo de la mayoría de las colocaciones privadas orientadas hacia el inversor. Estos negocios se inician generalmente cuando el banco convence a un inversor de apostar a alguna opción, por ejemplo al mercado petrolero. El banco concibe luego algún título valor para dar al inversor la inversión solicitada. Para hallar un emisor, recurre a su reserva de documentos a mediano plazo (MTN) que son programas preestablecidos de acuerdo con los cuales las empresas pueden emitir distintos títulos valores. El banco vende la emisión al inversor (cobrando generosos honorarios por sus servicios). Dado que el emisor no tiene ningún deseo de hacer una apuesta al petróleo que se oponga a la del inversor, el banco compensará los pagos del emisor "atados" al petróleo en obligaciones con intereses convencionales.

Después de la Guerra del Golfo, Goldman Sachs convino una de esas transacciones entre SEK, la agencia sueca de créditos a las exportaciones, e inversores que buscaban hacer dinero vendiendo opciones petroleras, que entonces se vendían a precios elevados a causa de la volatilidad del mercado del petróleo. Goldman presentó una "transacción aislada vinculada al petróleo" —un valor de alta rentabilidad con un precio de amortización vinculado al precio del petróleo. SEK se avino a emitir títulos valores que pagaban el 10.4%, 2.4 puntos porcentuales por encima de la tasa del mercado. Goldman swapeó esa obligación a una tasa de mercado del 8%. Los inversores gozan de una alta rentabilidad, pero aceptan que disminuya su pago sobre los valores si los precios del petróleo caen por debajo de los U$S 15.

Otras colocaciones privadas han sido proyectadas pensando más que nada en el emisor, a menudo para explotar vacíos impositivos. Por ejemplo, docenas de compañías francesas descubrieron que podían obtener dinero que actuaba como capital, pero que gozaba de la exención tributaria otorgada a las deudas, a través de los "paquetes de valores perpetuos que se restructuran instantáneamente". A través de J.P. Morgan, que fue quien inventó esa técnica, las empresas emitieron títulos de deuda perpetua, utilizando parte de los fondos para comprar un bono de cupón cero emitido por un prestatario triple A. Dentro, de digamos 15 años, cuando el cupón cero llegue a su vencimiento, el emisor de deuda francés utilizará el dinero para pagar el capital. Es por eso que las autoridades tratan a los paquetes de valores perpetuos que se restructuran instantáneamente como títulos de deuda. El saldo que queda de la deuda (deducido el costo del cupón cero), al no ser amortizable, se comporta como capital o casi-capital en el balance del emisor.

Los bancos esperan que estrategias como éstas incitarán a la creación de un mercado de colocaciones privadas que iguale al norteamericano. Eso no va a ocurrir enseguida. Las instituciones japonesas, que solían ser las mayores consumidoras de títulos europeos colocados en forma privada, han comprado mucho menos desde el crac de la bolsa de valores de Tokio ocurrido el año pasado. Se estima que las compañías de seguros holandesas son los más audaces inversores europeos en colocaciones privadas, pero ahora están actuando con cautela. Aegon, una importante aseguradora holandesa, dice que menos del 1% de su cartera de 55.000 millones de guildens (U$S 28.000 millones) se invierte en colocaciones privadas estructuradas. Dice esa aseguradora que los bancos de inversión les hacen ofrecimientos, pero "su meta final no es la misma que la nuestra". Los bancos quieren vender, pero Aegon no está segura de querer comprar.

01 - 01

Extraído de The Economist
derechos exclusivos para
Indicadores de Mercado de EL PAIS

Miran a EE.UU.

VR
VR.

9108027...

Fue acordado la reducción de armas en Europa.
Nación (150025)
2/6/91
Europa (10184)
URSS (10175)
EE.UU (65890)
Tec. Pol (11164)
Tec. Mil (11163)

Se allana el camino hacia la cumbre

Fue acordada la reducción de armas en Europa

Por Rolando Rivière

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

LISBOA. – Al término de tres horas de conversaciones en la embajada de los Estados Unidos en esta ciudad, el secretario de Estado norteamericano, James Baker, y el canciller soviético, Alexander Bessmertnikh, confirmaron haber alcanzado un principio de acuerdo para la reducción de armas convencionales en Europa.

Baker señaló que el arreglo es una "solución plenamente satisfactoria para los Estados Unidos", que salvaguarda la aplicación plena del tratado y "respeta los límites superiores de fuerzas para todos los tipos de armas" allí estipulados.

El tratado acerca del desarme convencional firmado en París en noviembre último sufría de una parálisis agravada por la crisis en el Golfo Pérsico que, además, postergó la cita entre Bush y Gorbachov, prevista para febrero.

Reanudado idilio

El reanudado idilio entre ambas potencias, a la sombra de la paz en Angola ha sido recibido con satisfacción por las cancillerías europeas, y alivia en parte la situación nada cómoda del presidente soviético, acosado por el derrumbe de su imperio.

Los Estados Unidos vinculaban una nueva conferencia cumbre Bush-Gorbachov con la firma del tratado Start (reducción de armas estratégicas), pero todo indica que la apertura del camino hacia el desarme convencional ha modificado su actitud.

Bush asistirá el mes próximo a la reunión de los siete países más industrializados del planeta que se realizará en Londres y ahora es más que probable que Gorbachov asista como invitado del presidente del Banco Europeo para la Cooperación y el Desarrollo. ¿Encuentro previo informal al que pueden celebrar luego en Moscú? Los datos apuntan en esa dirección.

Lo único que falta

El anuncio hecho por Baker y Bessmertnikh supone que, lo único que falta, es la ratificación de los aliados de ambas naciones para que el Tratado sobre Desarme Convencional en Europa entre en funcionamiento. Algo descontado, ya que en París lo firmaron los dieciséis países de la alianza atlántica y los seis del ahora inexistente Pacto de Varsovia.

El tratado establece que cada uno de los bloques (término actualmente excesivo en el caso soviético) disponga de 20.000 tanques, igual número de piezas de artillería, 30.000 vehículos blindados de transporte, 6800 aviones de combate y 2000 helicópteros de ataque.

Como en estos casos siempre se trata de buscar la propia táctica, los soviéticos se apresuraron a pasar personal militar de tierra a la Marina, y la NATO acaba de tomar la iniciativa para crear una fuerza de acción rápida que hizo rezongar a Moscú.

En el primer caso se trata de cuatro regimientos de infantes de marina, con 120 blindados, 224 piezas de artillería y 753 vehículos acorazados.

Baker y Bessmertnikh, luego de firmar el acuerdo

Dulce influencia

Sin embargo, las diferencias han sido dejadas a un lado, quizá por la dulce influencia de la capital lusitana, lo cual significa al mismo tiempo un avance para las conversaciones en Ginebra acerca de la reducción de armas estratégicas.

Tanto Baker como Bessmertnikh hablaron por separado con el ministro sirio de Relaciones Exteriores, Faruk Al Shara. James Baker le entregó un mensaje de Bush para el presidente Hafez Al Assad. No debe olvidarse que Siria fue pieza clave en el conflicto del Golfo Pérsico.

Siria no coincide con Israel sobre como deben participar las Naciones Unidas en la eventual conferencia de paz árabe–israelí.

Tel Aviv ve a la conferencia como una simple ceremonia inaugural para posteriores diálogos bilaterales mientras que Damasco quiere que sea más amplia.

Lo alcanzado en Lisboa influirá en la dificilarticulación de un plan de paz para Medio Oriente. Algo que importa a Europa casi tanto como el desarme convencional.

Beneplácito de Bush

WEST POINT, Nueva York, 1º (Reuter). – El presidente George Bush afirmó que el acuerdo con la URSS acerca de la reducción de armas convencionales en Europa es un paso importante hacia una cumbre con su par soviético, Mikhail Gorbachov, y una contribución a la paz mundial.

"Los Estados Unidos y la Unión Soviética resolvimos nuestras diferencias pocas horas atrás, sobre el acuerdo de armas convencionales en Europa (CFE), un paso importante para una cumbre de superpotencias", sostuvo Bush en un discurso ante los egresados de la academia militar de West Point.

El secretario de Estado norteamericano, James Baker, y el ministro de Relaciones Exteriores soviético, Alexander Bessmertnikh, se reunieron en Lisboa, donde aclararon los obstáculos que quedaban para lograr un acuerdo de reducción de armas convencionales en Europa.

El acuerdo es el más extenso en materia de desarme no nuclear que se haya negociado, y significará la eliminación de una gran ventaja que mantenía la URSS frente a Occidente en tanques, artillería y transportes blindados de tropas.

El presidente norteamericano no mencionó una fecha, pero él y Gorbachov habían dicho que se reunirían en Moscú a fines de junio. Ambos mandatarios habían planeado reunirse en febrero, pero el encuentro se canceló por la Guerra del Golfo.

Baker y Bessmertnikh manifestaron [illegible]

01-01

9108028

Major y Mitterrand buscan la Unidad el continente.
LA PRENSA (150026).
25/6/91
Europa (20184)
Soc. Pol (11164)

Major y Mitterrand buscan la unidad del continente

Dunkerque, Francia (EFE) — El presidente francés, François Mitterrand, y el primer ministro británico, John Major, manifestaron su deseo de que la "cumbre" de la Comunidad Europea (CE) prevista para final de semana dé un nuevo impulso a la unión europea.

Según indicaron Mitterrand y Major en conferencia de prensa conjunta, el Consejo Europeo debería hacer un primer balance sobre las conferencias para la unión política y la unión económica y monetaria de europa y analizar los puntos pendientes de solución.

La construcción europea fue el principal tema de conversación en las reuniones celebradas ayer en Dunkerque (noroeste de Francia) dentro de la XV "cumbre" franco-británica, cuando queda menos de una semana para el Consejo de la CE en Luxemburgo.

"Tenemos la intención común de llegar a un acuerdo en las dos conferencias intergubernamentales" que deberán concluir sus trabajos antes de la cumbre de jefes de Estado y de gobierno de Maastricht (Países Bajos) que debería adoptar, a finales de diciembre, un nuevo tratado europeo, señaló Major.

Major y Mitterrand subrayaron que los países miembros de la CE deberán decidir antes de finales de año entre una moneda común o una moneda única y si se pronuncian o no por el principio de una Europa federal, que rechazan en principio los británicos.

Para ambos políticos continúa "abierta" la discusión sobre el status de la nueva Europa, para la que Francia desea un sistema "federal", mientras que Gran Bretaña, considerando que esta fórmula comportaría una "centralización", prefiere el concepto de "unión de pueblos europeos".

Mitterrand indicó que la noción de "federalismo" no es más que una "hipótesis" de trabajo y que el debate no ha quedado aún zanjado, aunque reiteró que "nuestras preferencias van hacia una estructura más firme del tipo federal, por ejemplo".

Tampoco ha quedado zanjado el debate sobre la futura moneda europea, que Francia desea sea "única", mientras que Gran Bretaña se muestra a favor de una moneda "común".

Las divergencias también se mantuvieron en cuanto a la futura defensa europea, que para Major debería estar basada en la Alianza Atlántica, a la vez que consideró "deseable e inevitable que Europa misma aporte una mayor contribución a la defensa de su territorio".

Mitterrand precisó que el conflicto sobre la defensa común se sitúa no entre Francia y Gran Bretaña, sino entre "Francia y aquellos que han decidido, en el marco del mando integrado de la OTAN, del que Francia no forma parte, un cierto número de iniciativas recientes" en las que Francia "no puede participar", con referencia a la creación de una Fuerza de Reacción Rápida.

Por otra parte, Mitterrand y Major se mostraron de acuerdo en la necesidad de "dar garantías a la población kurda y el mantenimiento de medidas de vigilancia" para que "el pasado no se repita".

La "cumbre" comenzó con una reunión a solas entre Mitterrand y John Major, ampliada después a la jefa del gobierno francés, Edith Cresson.

V.2
VR

01 - 01

9108029

Atentados Terroristas en Europa.
Clarín (189024)
27/6/91
Europa (10184)
~~Atentados Terroristas~~
Terrorismo Mundial (11213)

VR
VL

Atentados en Europa

Los atentados terroristas cometidos los últimos meses en países europeos, relacionados en particular con el separatismo vasco, merecen, como siempre, una condena ética. A este juicio permanente de los más dispares sectores sociales o ideológicos del mundo contemporáneo corresponde añadir, con mayor vigor que en el pasado, la descalificación política más absoluta.

El hecho de que tales atentados emerjan en el contexto signado por las transformaciones de la relación entre las superpotencias y los profundos cambios que se están operando en la Unión Soviética y sus ex aliados reafirma, en efecto, el carácter específicamente provocador y estéril de este tipo de recurso a la violencia, desgajado de los verdaderos frentes de tensión positiva y de cambio de los pueblos. Esta circunstancia termina por reforzar la condena moral y así pueden tenerse a los exabruptos sangrientos del terrorismo por actos demenciales, con un solo resultado político: empañar y complicar las cuestiones que interesan a los pueblos europeos.

La constitución de la Europa moderna ha dejado, sin duda, cuestiones pendientes que merecen reconsideraciones y negociaciones constructivas. La nueva distensión y la inminencia de la consolidación de la Comunidad Económica Europea son factores propicios para que esos temas se aborden y se resuelvan con mayores perspectivas de satisfacción para las partes que antaño.

Es contra este horizonte donde los nuevos atentados recortan su perfil perverso. En muchos de ellos se producen víctimas entre la población, indiscriminadamente. Otros buscan agredir en forma directa a fuerzas militares o de seguridad. En otros, por último, se dañan propiedades y sedes de muy indirecta relación con el gobierno que se pretende jaquear, tales como los edificios de empresas oficiales y privadas españolas que fueron afectados por bombas en ciudades de Italia.

La mayor parte de los últimos atentados fueron reivindicados por la ETA (Patria Vasca y Libertad), la organización que desde hace lustros enfrenta a las instituciones de España para lograr, según enuncia, la independencia de las provincias vascas y su constitución como Estado independiente. En los tramos finales del régimen franquista, su accionar se recubría en parte con los sentimientos autonomistas de los habitantes de la región, duramente reprimidos por el gobierno central. Con el advenimiento de la democracia, el pueblo vasco fue alcanzando gradualmente los deseados niveles de autonomía, que conforman en grandes líneas los anhelos de una relevante proporción del pueblo vasco.

Algunos sectores reclaman todavía por mayores márgenes de autogobierno, pero los vascos que en definitiva admiten compartir las propuestas independentistas de la ETA son una evidente minoría. Aun dentro de ella, hay predominio de quienes optan por vías más acordes con la convivencia democrática.

La ETA representa, pues, una causa perdida de antemano. Golpear a mansalva objetivos civiles o militares, sin relación con las aspiraciones mayoritarias de los vascos, es ya de por sí un crimen político sin atenuantes. Más repudiable todavía lo es a la luz de las consecuencias que ese comportamiento puede suscitar para la defensa legítima de causas atendibles, retrasando y enturbiando su trámite.

Mientras las grandes cuestiones pendientes en una Europa que vive el fortalecimiento de las instituciones democráticas en toda su extensión se encaran con renovada esperanza, los crímenes atribuidos de los etarras [illegible] suscitan un rechazo [illegible]do. La inutilidad intrínseca a la actividad terrorista, que nunca logró por cierto cambiar el rumbo de las políticas de un Estado nacional y al incrementar, en cambio, la represión, se reviste ahora de aspectos humanamente más rechazantes que nunca.

¿Será la respuesta desesperada de grupos que por mucho tiempo se especializaron en el terror y no encuentran salida personal? ¿Hay presencia y juego de intereses que no osan mostrarse al descubierto? La respuesta a estos interrogantes es menos importante que persistir en la perversidad estéril del camino que se insiste en seguir.

Los hechos similares que reivindica el IRA (Ejército Revolucionario Irlandés) y los atentados de corte racista o xenófobo que de tanto en tanto se producen en otros países del continente europeo se inscriben en esa misma lógica de la irresponsabilidad criminal. La nueva realidad política mundial, como dijimos, los torna cada vez más atroces y alejados de las inquietudes y necesidades de sus pueblos en esta hora de cambios trascendentes.

DOCUMENTO
TITULO Gigantesco superavit Comercial en Abril en Japon; Aumentó inflación
PERIODICO EL PAIS
FECHA 91-06-03.
VINCULACIONES Japon (66234)
Tema Economico (11161)
Comercio Ext (11409)
Inflacion (11300)

Gigantesco Superávit Comercial en Abril en Japón; Aumentó Inflación

TOKIO, 31 (ANSA-EFE).— Los temores de Europa frente al creciente desequilibrio en sus relaciones comerciales con Japón quedaron confirmados, tras conocerse el superávit en abril de la cuenta corriente del país asiático, que se cuadriplicó respecto del mismo mes del año pasado.

El Ministerio nipón de Finanzas afirmó que el superávit superó los 7.700 millones de dólares, contra los 1.960 millones registrados en abril de 1990.

El saldo de la cuenta corriente se acumuló sobre todo por la baja en las importaciones del petróleo (—56%), la disminución de los turistas japoneses en el exterior y el fortalecimiento del yen respecto al dólar, añadió el Ministerio.

La cuenta corriente de la balanza de pagos se refiere a las relaciones comerciales de bienes y servicios de un país.

El Ministerio también afirmó que el superávit de la balanza comercial aumentó 106%, alcanzando los 8.200 millones de dólares.

Las presiones que Japón ejerce en sectores económicos claves de Europa, como el automóvil, la informática y la electrónica, levantan desde hace meses un coro de quejas entre los industriales del viejo continente.

El presidente de la Comisión Ejecutiva de la CEE, Jacques Delors, afirmó la semana pasada en Tokio que la apertura de los mercados japoneses está muy lejos de los niveles necesarios para equilibrar las relaciones económicas con Europa.

IPC SUBIO 0,5% EN ABRIL

El índice de precios al consumo (IPC) de Japón durante el mes de abril subió un 0,5% sobre el mes anterior, informó el Gobierno.

En comparación con igual mes de 1990, el IPC registró una subida del 3,7%, señalaron.

En la capital Tokio, exponente de la marcha económica del país, el IPC en mayo subió un 0,3% sobre abril y un 3,0% sobre igual período de 1990.

Fuentes del Gobierno señalaron que los precios habían tenido una "caída significativa", que se dirigían en la "dirección correcta" y que se podía calcular que el índice anual se situará por debajo del 3% dentro de unos meses.

VR
VR.

9108031

TO

Indicadores Económicos de los Países más desarrollados.

El País (150807)

4/6/91

Japón (66224)

Alemania (20232)

Italia (10108)

Francia (65963)

Fac. Económico (11161)

INDICADORES ECONOMICOS DE PAISES DESARROLLADOS

La información que se incluye en los cuadros adjuntos corresponde a la publicación THE ECONOMIST del 24/05/91.

Las variaciones de mayor relevancia en relación a la información presentada el 27/05/91 en esta página (The Economist del 11/05/91), así como otros aspectos de interés, se comentan a continuación:

* **ESTADOS UNIDOS**

—La tasa de desempleo disminuyó del 6,8% de marzo al 6,6% en abril.

—La producción aumentó en abril un 0,1%, el primer aumento en siete meses, pero la producción resultó un 3,3% inferior a la de abril de 1990.

—El aumento de los precios al consumo en el año móvil al 30/04/91 se mantuvo en el 4,9% que registrara al 31/03/91.

—El aumento de los precios mayoristas disminuyó del 3,9% al 31/03/91 al 3,2% al 30/04/91.

* **JAPON**

—Los precios al consumo aumentaron un 4% en el año móvil al 31/03/91; al 28/02/91 el aumento había sido del 3,9%.

—El superávit comercial de los últimos doce meses al 31/03/91 aumentó a U$S 70.000 millones; al 28/02/91 había sido de U$S 67.600 millones.

El excedente comercial al 31/03/91 fue igual al de un año atrás.

* **ALEMANIA**

—La tasa de desempleo aumentó del 6,1% en marzo al 6,2% en abril.

—Los precios al consumo aumentaron un 2,8% en el año móvil al 30/04/91; al 31/03/91 el aumento había sido el 2,5%.

—El balance en cuenta corriente fue deficitario en marzo por tercer mes consecutivo, disminuyendo su saldo superavitario de U$S 30.000 millones en el año móvil al 28/02/91 a U$S 21.000 millones al 31/03/91.

Un año atrás este superávit había sido de U$S 59.000 millones.

—El superávit comercial de los últimos doce meses al 31/03/91 disminuyó a U$S 46.800 millones; al 28/02/91 había sido de U$S 53.000 millones.

* **ITALIA**

—El PBI aumentó en 1990 apenas un 1,1%, lo que representó el menor crecimiento en 7 años.

—Los precios al consumo aumentaron un 6,7% en el año móvil al 30/04/91; al 31/03/91 el aumento había sido el 6,6%.

—El déficit comercial del año móvil cerrado al 31/03/91 se redujo a U$S 10.000 millones; al 28/02/91 había sido de U$S 12.200 millones.

—La tasa de desempleo aumentó del 9,6% en febrero al 9,7% en marzo.

* **FRANCIA**

—La tasa de desempleo aumentó del 9,2% en febrero al 9,3% en marzo. Un año atrás se ubicaba en el 8,9%.

* **CANADA**

—La tasa de desempleo disminuyó del 10,5% en marzo al 10,2% en abril.

VR
VR

9108032

01-01

La Mañana (15022)
91-06-04
Japón (06224)
Fac. Esc. (1116)

Socióloga nipona se encuentra en Montevideo

Revelaciones sobre la la intimidad del modelo económico que aplica Japón

Mujeres excluidas del mercado laboral entre los 24 y 40 años

Helena Sumiko Hirata explica para los lectores de LA MAÑANA facetas no conocidas del modelo económico japonés, obreros que trabajan 72 horas semanales pero no perciben el salario acorde. Mujeres marginadas del mercado de empleo durante 15 años y las posibilidades de trasladar dicho sistema al Brasil fueron develadas por esta socióloga del trabajo.

La investigadora de un importante centro científico francés y docente de la Universidad de San Pablo, que se encuentra en Montevideo invitada por el grupo de estudios de la condición de la mujer (GRECMU) y la Universidad de la República, anoche brindó una conferencia en el Paraninfo Universitario.

"Mi trabajo es sobre las nuevas formas de relaciones industriales y condiciones de trabajo y en particular, el modelo económico japonés actualmente considerado muy competitivo como alternativa al modelo "Taylorista - fordista", se presenta Helena Sumiko Hirata, investigadora y socióloga del trabajo".

"El modelo japonés está basado en obreros calificados y en una división del trabajo entre operarios directamente vinculados a la producción, y los empresarios, ya sean o no técnicos, explica la investigadora del Centro National de la Recherche Socientifique (Centro Nacional de Investigación Científica), París y profesora visitante en la Universidad de San Pablo".

"Es un modelo industrial opuesto al "Fordista - Taylorista" y que exige obreros responsables, polivalentes, al tiempo que asigna gran importancia a la inteligencia del trabajador, a la capacidad de propuestas que este tiene, a las soluciones que encara ante los problemas surgidos en su área laboral".

No se exporta

Hirata señala que el modelo japonés emplea diversas técnicas y explicita una de ellas: se trata de los "círculos de control de calidad" que son integrados por pequeños grupos de obreros encargados de evaluar dos o tres veces al mes, la calidad del trabajo a distintos niveles de la cadena de producción".

"Este modelo tiene aspectos positivos y negativos, pero lo más importante para mí, es que no puede ser transferido a otros países como Brasil o Uruguay, sin sufrir grandes modificaciones que, además, deben ser distintas para cada caso. Es un modelo interaccionado con el tipo de sociedad y cultura japoneses que hacen posible su aplicación" puntualiza la socióloga especializada en el trabajo.

Hélena Hirata hace hincapié en que la "estructura familiar, las relaciones entre hombres y mujeres en Japón, son muy diferentes a las nuestras y básicas para que ese modelo funcione en dicho país".

Preeminencia del grupo

"Se basa en la preeminencia del grupo por sobre el individuo. En la sociedad japonesa, la individualidad es mal vista, lo que se estimula es una eficacia de grupo. El grupo humano es la unidad básica de la sociedad. En esto se difiere de la experiencia de sociedades industriales que pasaron por otra evolución industrial, como puede ser la francesa por ejemplo".

"La propia familia se organiza de otra manera y los matrimonios se hacen por arreglo o conveniencia y no por amor" dice Hirata, madre de un niño de cinco años.

"Las parejas se forman a partir de una presentación que efectúa el Jefe de personal de la empresa, un pariente de uno de los novios o el adontólogo... así se realizan el 40% de los casamientos en Japón", revela la socióloga.

Divorcio

"A la mujer japonesa le importa, por encima de todo, atender a sus hijos aunque eso la separe de su esposo. Esto permite que las empresas utilicen el recurso de la movilidad interna con su personal masculino y el obrero se desplace, sin su familia, a trabajar en distintos puntos del país. Algo que en Brasil sería causal de divorcio, en Japón es normal".

"Otro aspecto que consolida el modelo -prosigue Hirata- es el sistema de empleo vitalicio en las empresas o el hecho de que las mujeres no trabajen después de casarse, lo cual dificulta el divorcio desde el punto de vista de la sobrevivencia económica de la mujer", anota Hirata quien se define como feminista.

"La vida normal del obrero japonés supone un gran número de horas extras trabajadas sin remuneración, un promedio de 42 horas semanales oficiales pero hasta 30 horas suplementarias no pagas en su totalidad en el caso del obrero y sencillamente no remuneradas a partir de los jefes de sección".

"Tenemos una productivad de la empresa altísima, pero no se calculan estas horas extras pagadas a los obreros exclusivamente a partir de cierto número de horas" reafirma la entrevista".

Sin huelgas

Por otra parte, el sindicato es de cada empresa y no existe una central única o una confederación u organización intercategorial. En realidad, el sindicato propende a un mayor trabajo de los obreros para que haga alta productividad y logren bonos más elevados".

"Este bono es una parte móvil del salario muy importante ya que existe el salario fijo y bonos por productividad en dos oportunidades al año, que pueden significar hasta seis meses de salarios" explica Helena Sumiko Hirata

Helena Sumiko Hirata

huelgas -puntualiza- pues la productividad disminuiría. El sindicato prupugna la mayor cantidad de trabajo. El obrero japonés tiene cinco días de licencia por año. Oficialmente tiene una semana de vacaciones por año, después del primer año de trabajo en la empresa y un día más por año de antigüedad en la empresa hasta los 15 años, en que no se obtienen más días de vacaciones. Pero en realidad son cinco días de licencia y el resto para cuando está enfermo o sobreviene un acontecimiento necesariamente especial".

Las vacaciones son para los niños acompañados de sus madres. Las mujeres no trabajan mientras los hijos son pequeños y vuelven al trabajo con "medio tiempo", después promedialmente de los 40 años.

En el tramo de la vida más activo, entre los 24 y 40 años, las mujeres permanecen fuera del mercado laboral".

La docente enfatiza que: "Las mujeres perciben salarios muy inferiores al hombre y no tiene el sistema de productividad del obrero. Desde los 18 a los 24 años, las mujeres alquilan una pieza en el dormitorio industrial colectivo perteneciente a la empresa en que trabajan. Allí reciben educación, clases de cocina, costura, ikebana, artes domésticas y trabajan horas al final en la empresa".

El ciclo prosigue -consigna Helena Harita- con el casamiento que las hace salir con medio tiempo oficial, pero en los hechos con ocho horas de trabajo. Carece de sindicato, seguridad social, vacaciones y de todos los derechos de asalariados. Percibe 1.600 a 1.700 yen lo que equivale a menos que lo cobrado por las baby - sister para cuidar niños. No existen guaderías públicas, por otra parte, recuerda la socióloga.

Diferencias entre Japón y Brasil

Para la investigadora que analiza actualmente los modelos de trabajo japonés y brasileño, se hace muy difícil comparar la dinámica laboral de ambos países. "El modelo japonés dispone del alto nivel de escolaridad ciudadana: 100% la lucha el primario ; 94% el secundario y 40% la Universidad; mientras que en Brasil, el 67% no cursó la escuela elemental".

"Si una empresa brasileña, como el CEP (Central Estadístico de Procesos) quiere aplicar el modelo japonés, debe instrumentar recursos de formación básica entre sus trabajadores (aritmética, idioma portugués, alfabetización general para adultos)".

También la distribución de ingresos, muy homogénea en Japón y en Brasil la mayor concentración de ingresos que cualquier país del mundo, hace difícil el traslado del modelo. Por otra parte, la estabilidad laboral y el índice de desocupación que, sólo en San Pablo, llega a más de un millón de desempleados", cuando en Japón es del 2%.

Finalmente, "una diferencia importante es la existencia de sindicatos fuertes en Brasil así como de una central de trabajadores (CUT) que se opone a la traslación del modelo japonés".

01 - 01

9108033

DOCUMENTO
TITULO CIA: Japón busca dominar el mundo a través de su proeza económica.
Ambiente (150027).
11/6/91
Japón. (66224)
Fac. Pol (1164)
Futuro (11348) Fac. Ec. (1161)

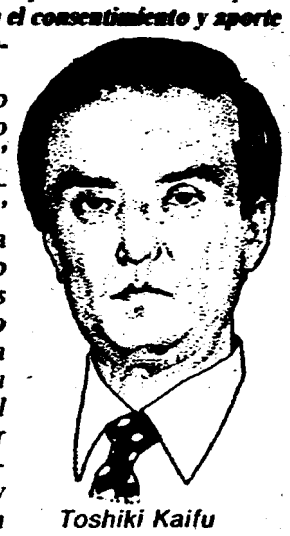
CIA: "Nipones buscan dominar todo el mundo"

Escribe
Paul F. Horvitz
Del
Herald Tribune
para Ambito Financiero

*Washington — Un informe franco y provocativo, preparado por la **Agencia Central de Inteligencia** (CIA), advierte que **Japón** es fundamentalmente una sociedad amoral que dominará el mundo a través de su proeza económica al menos que **Occidente** lo desafíe una vez más.*

*Si el sistema de valores de **Japón** prospera —concluye el estudio— **éste bien podría suplantar a los valores occidentales y socavar la seguridad económica de los Estados Unidos y Europa antes de mediados del próximo siglo.***

*El informe también ve la probabilidad de una alianza **soviético-japonesa** que podría dar a **Japón** una protección contra **"un casi seguro contragolpe norteamericano"**. Sugiere que al menos que el déficit presupuestario de los **Estados Unidos** sea controlado, **Washington** puede perder su habilidad para **ir a la guerra sin el consentimiento y aporte financiero de Japón.***


Toshiki Kaifu

*El documento original, titulado **"Japón 2000"** llama a los japoneses "racistas" por su tendencia a discriminar o sospechar de los extranjeros y **"no democráticos"** a causa de que su política nacional está guiada por una diminuta élite burocrática y política. También describe al liderazgo corporativo y político japonés como **altamente especializado en manipular la opinión pública** tanto en **Japón** como en los **Estados Unidos.***

• Discusiones

El informe, encargado por la CIA pero no clasificado como secreto, es el resultado de discusiones recientes entre ocho prominentes catedráticos, líderes empresarios y expertos en seguridad.

*Se trata de **Jeffrey E. Garten**, ex director en **Nueva York** y **Tokio** del **Banco de Inversiones Shearson Lehman Brothers; Chalmers Johnson**, un especialista en Asia de la **Universidad de California** en San Diego, **Frank J. Pipp**, ex presidente del grupo **Xerox Corp, Robert C. Mc Farlane**, asesor de seguridad nacional durante la presidencia de **Ronald Reagan; Roy Amara**, un ingeniero que es el más antiguo investigador del **Instituto para el Futuro**, en **Menlo Park, California; Kent E. Calder**, director del programa de relaciones Estados Unidos-Japón en la **Universidad de Princeton**; y **M. Richard Rose**, ex subsecretario de Defensa, oficial de Cuerpo de Marina de los **Estados Unidos**, y presidente del **Instituto de Tecnología Rochester.***

*El documento cita la **"vigorosa perseverancia y habilidad para trabajar en conjunto"** de los **japoneses**, pero encuentra a **Japón** centrado solamente en el acrecentamiento de su gran riqueza económica y poder, **"impedido por cualquier sentido de responsabilidad para el liderazgo del mundo o el bienestar global".***

• Inexpugnable

*"**La misión japonesa** —dice— **es acumular la suficiente riqueza como para satisfacer las demandas locales y crear una posición sobresaliente en lo económico que resulte inexpugnable: ser un Japón más rico y crear un mundo en el cual sea posible y seguro continuar haciendo dinero.** Los asuntos geopolíticos e ideológicos no interesan a los japoneses: **ellos simplemente están interesados en crear climas para su propio crecimiento económico.***

*El informe fue escrito por **Andrew J. Dougherty**, asistente del presidente del Instituto Rochester de Tecnología, en **Rochester, Nueva York**, bajo un contrato de **la CIA** con su subsidiaria **RIT Research Corp.***

*Dougherty es un ex coronel de la fuerza aérea, que fue director de investigaciones del **Departamento de Defensa de la Universidad de Defensa Nacional.***

*La existencia del informe, revelada hace casi dos semanas en **Rochester**, resultó tan controvertida en su campo que los administradores de la **Universidad** decidieron el jueves investigar la conexión del Instituto con la CIA.*

Dougherty**, de 61 años, se retiró el jueves. En una entrevista antes de su retiro, dijo que el informe que él estaba haciendo público, había tenido nueve originales. También dijo que **Mc Farlane**, después de haber visto uno de los primeros originales, pidió que su nombre fuera quitado del documento por temor a que **"éste creara un terrible alboroto internacional".

"Estamos realmente en camino al choque con Japón** —dijo Dougherty—. **Pero lo podemos evitar si nos comprendemos unos a otros."

*La CIA emitió un documento el jueves defendiendo su necesidad de expertos ajenos a la institución para escribir tales informes, diciendo: **"Estamos particularmente interesados en las ideas que desafían lo convencional o lo ortodoxo".***

*Un vocero de la CIA dijo que el informe probablemente circularía entre la inteligencia estadounidense pero con la advertencia de que **no se trata de un documento de la CIA.***

VG
VH
01-01

9108034

CRISIS EN LA BOLSA DE TOKIO.
CLARIN (1502 24)
25/6/91
Japón (66224)
Ec. Ec (1116)

D-1

DESCONFIANZA EN EL MERCADO DE VALORES ANTE EL ESCANDALO

Crisis en la Bolsa de Tokio: denuncian corrupción y asociación con la mafia

Pocas horas después de la renuncia del titular de Nomura Securities, el presidente de Nikko Securities, tercera casa de títulos japoneses, Takuya Iwazaki, anunció su dimisión por los escándalos bursátiles revelados por la prensa de Tokio. Los cargos son los mismos en ambos casos: relaciones con el hampa de Japón e indemnizaciones a algunos de sus mejores clientes por pérdidas en la Bolsa.

El presidente de Nomura Securities, Hideo Sakamake (derecha), conversa con el periodismo durante una conferencia de prensa a la que asistió el renunciante titular de la firma, Yoshihisa Tabuchi.

TOKIO, 24 (ANSA y Reuter). — El mundo de las finanzas japonesas se encuentra hoy bajo shock, tras la renuncia de **Yoshihisa Tabuchi**, presidente de Nomura, el mayor banco de inversiones del mundo, **por los contactos con la mafia nipona (Yakuza) y otras operaciones ilegales reveladas por la prensa local.**

Por las mismas razones, horas más tarde renunció también **Takuya Iwasaki**, presidente de Nikko, una de las grandes sociedades bursátiles niponas.

Las dimisiones de dos de los más influyentes personajes de las finanzas japonesas repercutieron de inmediato en la Bolsa de Tokio, cuyo índice **Nikkei** de títulos líderes cerró con una pérdida del 2 %.

Las renuncias fueron provocadas por las revelaciones publicadas en los últimos días por la prensa sobre la investigación realizada por las autoridades fiscales a raíz de las relaciones entre **Nomura, Nikko y Susumu Ishii, jefe de Inagawakai,** uno de las más **poderosas bandas mafiosas niponas.**

En 1989, Nomura y Nikko concedieron un préstamo a Ishii de 320 millones de dólares, recibiendo como garantía acciones de los ferrocarriles Tokuo, controlados por el poderoso "boss" de la mafia, afirmó el diario **Asahi**.

En los meses posteriores a la operación, Nomura y Nikko impulsaron la compra y la venta de las acciones de los ferrocarriles en la Bolsa, inflando artificialmente las cotizaciones.

Los dos casos de hoy se añaden a los recientes escándalos en los que quedaron involucrados los mayores bancos de inversiones japoneses, por operaciones que favorecieron a algunos clientes importantes para cubrir imponentes pérdidas bursátiles.

Nomura es el mayor banco de inversiones del Japón y del mundo, con ganancias que en 1990 fueron de unos 1.650 millones de dólares.

En el ojo del ciclón de las autoridades fiscales terminaron también otras dos grandes sociedades bursátiles, **Daiwa** y **Yamaichi**, y numerosas empresas menores.

El nombre de **Ishii** apareció en la prensa internacional **hace un par de semanas en relación con algunas maniobras financieras realizadas por Prescott Bush, el hermano del presidente norteamericano.**

Desde hace un tiempo el **"boss" Ishii** lucha por defender su supremacía en el territorio de Tokio contra la banda **Yamaguchicumi.**

El choque entre mafias se añade a episodios escandalosos iniciados con el **lunes negro de octubre de 1987,** como la recompra a precios inflados de acciones en pérdida para permitir que grandes sociedades pudieran recuperar inversiones equivocadas.

La prensa local destaca que las dimisiones de hoy eran inevitables, a causa de la "falta de ética" que domina al sector financiero japonés desde hace un tiempo. Los escándalos están a la orden del día y fueron puestos al descubierto por el crac de octubre de 1987 y por las fuertes caídas bursátiles de estos últimos meses.

Según parece, las maniobras especulativas para levantar el precio de las acciones son tan habituales que algunos directivos bursátiles recibieron la tácita autorización para actuar de este modo por algunos funcionarios del Ministerio de Finanzas.

El pago por unos 35 millones de dólares que **Nomura habría ofrecido** el año pasado a un ente gubernamental que administra un fondo de jubilaciones probaría la "normalidad" de las maniobras.

Fuentes financieras afirman que esta conducta de **Nomura** y de otras sociedades **no solo sería normal sino también poco riesgosa, ya que es permitida por la ley, pese a que es absolutamente contraria a las recomendaciones de las autoridades económicas y de las normas bursátiles.**

Las maniobras especulativas son tan regulares que incluso son denunciadas por las sociedades que las practican como un gasto más junto a otras salidas en las listas de las empresas.

Sobre estos gastos el Estado aplica un impuesto del 40 por ciento y permite no identifcar el nombre del desafortunado pero poderoso cliente.

01 - 01

9108035

Japón tras el mercado Vietnamita.
La República (150023)
16-06-91.
Viet-Nam (10177)
Japón (66824)
Fac. Económico (11161)

Diplomacia y negocios en el Pacífico

Japón tras el mercado vietnamita

El premier nipón visitó Hanoi en busca de resolver la situación camboyana pero también en procura de mano de obra barata y un mercado desabastecido

El gobierno japonés declaró que la visita de su ministro del Exterior, Taro Nakayama, a Vietnam esta semana, la primera de este nivel desde 1972, fue una misión de paz, pero analistas locales consideran que tuvo la intención de abrir el camino a intereses nipones en ese país.

Tokio (Especial de IPS)
por Robin Elshan

El Nakayama fue a Vietnam para pedir con urgencia a Hanoi que presione al gobierno de Phnom Penh, que ayudó a instalar, a resolver la guerra civil camboyana que dura ya 12 años.

Detrás del cálido interés de Tokio por poner fin a la guerra hay un deseo aún más cálido de servir sus propios intereses; están en juego concesiones petroleras de valor excepcional frente a la costa de Vietnam.

Vietnam, tambaleándose por la pérdida de la ayuda soiética y necesitado de moneda dura para pagar sus importaciones, está entregando derechos a compañías extranjeras para que hagan perforaciones en considerables yacimientos de petróleo de alta calidad situados en sus aguas territoriales.

Se estima que esos yacimientos pueden rendir de 300 a 500 mil barriles diarios de petróleo durante los próximos 15 años.

Pero las compañías japonesas todavía no presentan ofertas y, al igual que las norteamericanas, corren peligro de perder la ocasión de participar si Washington no elimina pronto la congelación del comercio y las inversiones con Vietnam, medida también apoyada por Tokio.

Washington estableció el embargo al finalizar la guerra de Vietnam y lo extendió después que Vietnam invadió a su vecina Camboya a fines de 1978. El término de la sanción está condicionado al arreglo pacífico de la guerra civil camboyana.

Esa meta apareció más cercana en los últimos meses, lo que desató una carrera entre las principales compañías japonesas por establecer oficinas y hacer contactos en Vietnam.

Aunque Tokio no prohibió el comercio con Vietnam, las grandes compañías japonesas se abstuvieron de hacerlo por años, por temor a enemistarse con su gobierno o el de los Estados Unidos.

Todo eso está cambiando ahora rápidamente. Vietnam necesita dinero con urgencia y su prisa por vender concesiones sobre su más atractivo recurso puede tentar a compañías petroleras japonesas de romper filas y adelantarse al posible acuerdo en Camboya.

Ya una empresa japonesa, la Corporación de Desarrollo Petrolero Sajalin obtuvo una concesión y está perforando pozos costa afuera, junto a firmas de otros diez países.

El presidente de la Mitsubishi se reunió con el primer ministro de Vietnam en abril y expresó la intención de su firma de postular a derechos de perforación. Otra firma de propiedad japonesa, la Arabian Oil Co., y otras cuatro grandes empresas japonesas, se disponen también a entrar a la lucha.

Pero el petróleo no es lo único que excita el interés por Vietnam en Japón. Hanoi introdujo reformas de libre mercado en 1986 que culminaron dos años después en una ley que permite operar en el país a subsidiarias de propiedad total de corporaciones extranjeras.

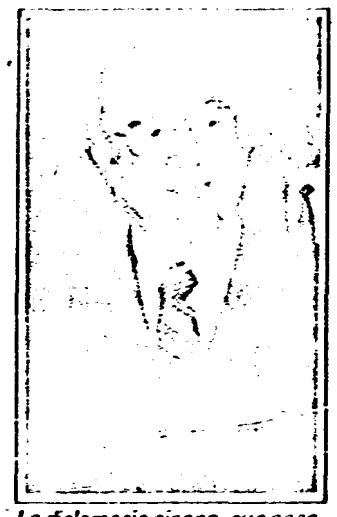
Más dos mil miembros de cámaras de comercio japonesas visitaron Vietnam en 1990, casi el doble que en el año anterior y cinco veces más que el número de empresarios franceses, británicos o singapurianos. Este año se esperan por lo menos 15 mil, según informó hace poco la agencia noticiosa vietnamita.

La Asociación Comercial Japón-Vietnam, que representa a las firmas japonesas ya establecidas, tiene ya 80 compañías miembros, incluyendo muchas de las más grandes y conocidas del Japón, según Mitsuo Twasawa, funcionario de la Asociación.

Las grandes empresas comerciales -Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, Nissho Twai y Nochemen- tienen oficinas en Vietnam y están reuniendo información sobre oportunidades de inversión.

Los grandes industriales japoneses también están analizando las posibilidades, atraídos por la mano de obra barata y la reputación vietnamita de laboriosidad, según Twasawa. JVC y Sanyo ya abrieron plantas de montaje de radio y televisión.

Japón, que importa todo el petróleo que consume y está más ansioso que nunca de diversificar sus fuentes, estima que sus compañías petroleras no pueden perder la oportunidad que ofrece Vietnam.



La diplomacia nipona, que encabeza el canciller Taro Nakayama (foto) explora las posibilidades del vecino Vietnam. (Telefoto de AFP).

VR
VR

01-01

9108036

Nº DOCUMENTO
TITULO Viet-Nam: Comunistas Reafirman cambios económicos pero rechazan pluralismo.
PROCEDENC EL PAIS (150007)
FECHA 91-06-25.
VINCULACIONES Viet. Nam (10177)
Frac. Pol (11104)
Gob. Nac (11302)
Fac. Ec. (1116).

Vietnam: Comunistas Reafirman Cambios Económicos Pero Rechazan el Pluralismo

BANGKOK, Tailandia, 24 (AP).— El Partido Comunista de Vietnam reafirmó sus reformas económicas pero rechazó el pluralismo político hoy al iniciar su Congreso Nacional, informó la radio oficial Voz de Vietnam.

El Secretario General del Partido, Nguyen Van Linh, de 75 años y de quien se dice que ha estado enfermo en años recientes, debe presentar su renuncia al cargo durante el Congreso de cuatro días que se celebra en Hanoi. Dijeron diplomáticos, se espera que lo reemplace Do Muoi, de 74 años, tercero en jerarquía en el Politburó.

Agregaron que se espera ocurran otros cambios mayores en el Politburó de 12 miembros, que encabeza Linh, y en el Comité Central, de 124 miembros.

El discurso de Linh al séptimo Congreso Nacional fue transmitido por la radioemisora, escuchada en Bangkok.

En su discurso, Linh admitió que el socialismo estaba bajo intensas críticas sin precedentes, venidas de muchas direcciones; está apesantamente era en referencia a las revoluciones democráticas surgidas en Europa Oriental, países que eran aliados de Vietnam.

Junto con la renovación económica, trataremos de renovar paso a paso el sistema político, dijo Linh sin entrar en detalles. Sin embargo, agregó que una renovación política apresurada tendrá como resultado la inestabilidad política que a su vez causará dificultades y obstáctulos en el proceso renovador.

En la posición en que se encuentra nuestro país, no es objetivamente necesario establecer un mecanismo político de pluralismo y multipartidismo, dijo.

Afirmó que los resultados iniciales demostraban lo correcto de las reformas impuestas por el Sexto Congreso. A fines de 1986, Linh fue ascendido a Jefe del Partido y otros pragmáticos económicos fueron instalados en posiciones claves en ese Congreso.

En los años venideros, dijo, Vietnam afrontará numerosas odiseas cuando el pueblo exija mejores condiciones de vida y el fin de la crisis socioeconómica. Exhortó al pueblo a que ponga en alto su patriotismo y a que preserve la creatividad.

El objetivo del Congreso es fijar las políticas económicas de gobierno y normas para sus relaciones externas de los próximos cinco años. Los comunistas gobiernan desde abril de 1975.

Las reformas de 1986 incluyen una mayor participación del sector comercial. La descentralización de la política económica y la disolución del desastrozo sistema de agricultura colectiva. La producción de arroz, desde entonces, ha incrementado sustancialmente, aunque las reformas tuvieron resultados mixtos en otros sectores.

Las únicas delegaciones extranjeras invitadas al Congreso fueron las de la Unión Soviética, Cuba y los vecinos vietnamitas en Indochina —Campuchea y Laos, antes de la crisis en el mundo socialista. Casi 40 delegaciones exteriores fueron invitadas al Congreso previo.

ENTRADO VR
CRIS VR.

01-01

9108037

DOCUMENTO
TEMA C.E.E. Levanta el secreto bancario.
A. Financiero (150027)
12/6/91
C.E.E. (12640)

La CEE también levanta el secreto bancario

coles 12 de junio de 1991, Ambito Financiero

Luxemburgo (Euroecon) — El Consejo de **Ministros de Economía de la Comunidad Europea** aprobó ayer **en Luxemburgo** la directiva **por la cual a partir del 1 de enero de 1993** las entidades de crédito de cualquier país integrante de la Unidad Europea, deberán identificar a todos los clientes habituales que mantienen con ellas una relación comercial, así como a todos los clientes ocasionales que realicen **negocios por un mínimo de 15.000 ecus, aproximadamente 20.000 dólares.**

Con la medida se intenta prevenir el blanqueo de capitales **procedentes de la droga y el crimen organizado**, por lo que se deja margen para que cada estado miembro pueda reducir **la cifra aprobada si lo considera conveniente para obstaculizar todavía más el lavado de narcodólares.**

De este modo se pretende que las instituciones financieras se **conviertan en verdaderos agentes activos de la lucha contra el dinero del narcotráfico.** A tal fin, se exige a las aseguradoras que **identifiquen a sus clientes, salvo que las primas anuales no sobrepasen los mil ecus, o si se trata de una prima única, que no exceda los 2.500 ecus.**

A los **bancos** y a las **cajas** se las conmina a **comunicar** a las autoridades **toda actividad sospechosa** que pueda efectuar un cliente, de la cual sea posible presumir el objetivo de blanqueo de dinero procedente de actividades delictivas.

En este marco, la función de los estados miembros de la **Comunidad Europea**, consiste en **vigilar celosamente** que las instituciones financieras no lleven a cabo ninguna transacción sospechosa. En caso de incumplimiento de esta disposición, **están autorizados a sancionar a las entidades transgresoras.**

La directiva comunitaria había sido concertada políticamente en **diciembre**, en el marco de las **iniciativas estipuladas** en los **convenios de la ONU y el Consejo de Europa**, para luchar contra el blanqueo de capitales procedente de actividades ilícitas, fundamentalmente el **tráfico de estupefacientes, el terrorismo y el crimen organizado.**

• Ampliación

Aunque inicialmente el objetivo de la norma era frenar el blanqueo procedente del tráfico de narcóticos, se contempla la posibilidad de que los miembros de la **Comunidad** amplíen la directiva, incluyendo también todas aquellas maniobras de blanqueo que justifiquen una actitud represiva.

La medida siguió a la adoptada por **Suiza** hace dos meses, cuando el tradicional **país del secreto bancario optó por exigir nombre y apellido y lugar de procedencia para las cuentas de sus clientes.**

En la reunión celebrada en **Luxemburgo** también se acordó crear en primer término un órgano especial para decisiones de política monetaria y recién después de que exista una **moneda común europea**, plantear la creación de un banco central europeo.

"Este debería establecerse recién cuando esté en condiciones de asumir las competencias respectivas", opinaron los ministros.

ENTRADA VR
CRUZ VR

01-01

9108038

Subsidios Agrícolas de C.E.E..
El País (150007)
28-06-91.
C.E.E. (12640)

Subsidios Agrícolas de CEE Cuestan U$S 176.000:

Los gobiernos de los países ricos subsidiaron a sus agricultores a través de mecanismos diversos (pagos en efectivo, precios sostén, préstamos a tasas rebajadas) por un equivalente a los U$S 176.000 millones en 1990, lo que representó el 44% de la producción agrícola.

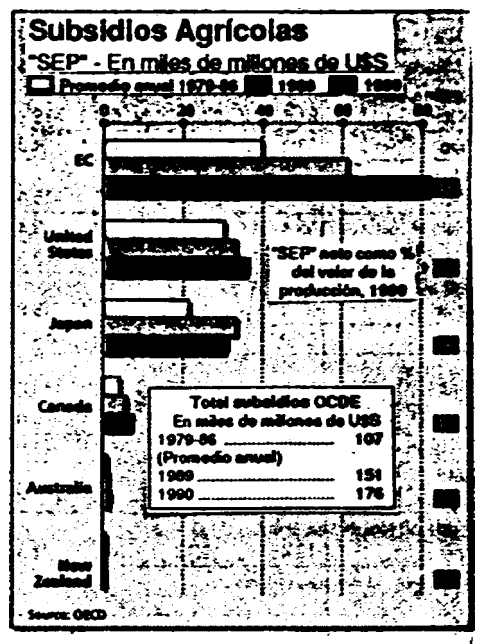
Este total, conocido como "subsidio equivalente al productor" (SEP), fue un 17% superior al monto de 1989. Aunque el SEP de la Comunidad Económica Europea fue por mucho el de mayor volumen, en términos de porcentaje de la producción representó el 48%, porcentaje inferior al de Japón donde la relación ascendió al 68%.

Como contrapartida los consumidores debieron absorber una proporción creciente de los subsidios agrícolas, en especial en Europa.

El "subsidio equivalente del consumidor", es decir, el impuesto implícito pago por los consumidores como resultado de precios artificiales ascendió en 1990 a los U$S 133.000 millones, cifra superior en un 18% a la de 1989.

La caída de los precios en los mercados de productos alimenticios en 1990 aumentó el monto de los subsidios, e hizo más patente la necesidad de cambios. En efecto la diferencia entre los precios locales y los de los mercados internacionales continuará creciendo en la medida que los productores se vean beneficiados con aumentar su producción sin prestar atención a la evolución de la demanda.

Fuente: The Economist



VR
VA

01-01

9108039

ESPAÑA se lanza a la conquista del MAGHREB

CAMBIO 16 (150241)
1/4/91
España (10072)
Africa (10022)
Fac. Pol (11164)
Relaciones Int (11388)
Fac. Economicas (11161)

ECONOMIA

España se lanza a la conquista del Magreb

El Gobierno español se ha lanzado a una costosa carrera para aumentar su influencia en los países del norte de Africa. A pesar de la importante deuda que estas naciones mantienen con España, la Administración planea aumentar sus ayudas

CRUZ SIERRA/INMACULADA SANCHEZ

«PERDONARNOS parte de la deuda? No, espero que España nos la perdone toda. Sería lo mejor para todos». Así opina el encargado de negocios de la embajada de Egipto en Madrid, Mohamed Ashour. El país del Nilo ocupa el primer lugar en el *ranking* de países árabes deudores de España. Egipto debe al Estado español unos 150.000 millones de pesetas, de los que 27.500 millones, impagados, han vencido ya y se encuentran en refinanciación.

El Gobierno español, junto con los demás miembros del club de París (formado por países acreedores de las naciones árabes), no está muy dispuesto a perdonar el 100 por ciento de la deuda, a pesar de las presiones en ese sentido de Estados Unidos, pero ha comprendido que al menos una cantidad situada entre el 30 y el 70 por ciento de la deuda deberá ser olvidada. Después del reciente viaje a El Cairo del ministro español de Asuntos Exteriores, Fernández Ordóñez, fuentes diplomáticas estimaban en unos 50.000 millones de pesetas la deuda a perdonar a los egipcios.

Este es sólo un detalle de la nueva actitud del Estado español hacia los países del norte de Africa, entre los que el Gobierno de González ha repartido y prometido importantes ayudas en forma de créditos baratos. Asuntos Exteriores sabe que ahora hay una oportunidad de oro de coger una posición privilegiada en el Magreb. La actitud española no es aislada: la Comisión Europea acaba de abrir una línea de crédito por valor de más de medio billón de pesetas (4.400 millones de ecus) para el desarrollo de la zona.

Y España se dispone en estos momentos a conceder por su cuenta nuevos e importantes préstamos a los países árabes de Africa del norte y a renegociar en condiciones ventajosas los numerosos impagados de Egipto, Marruecos, Argelia, Libia, Irak, Jordania y Túnez. Entre todos estos países adeudan a España casi 400.000 millones de pesetas, una deuda similar a la de toda Latinoamérica.

Buena parte de los créditos concedidos por España a sus vecinos árabes lo son en las condiciones internacionales fijadas en los llamados Fondos de Ayuda al Desarrollo (FAD): tipos de interés que van del 1,5 por ciento al 5,5, como máximo, y unos plazos de amortización de 20 años, con diez

González con Benyedid, líder argelino.

(En millones de pesetas)

EGIPTO	150.000
MARRUECOS	98.000
ARGELIA	87.000
IRAK	42.000
JORDANIA	10.000
TUNEZ	8.600
LIBIA	2.000
Total	397.600

Fuente: Ministerio de Asuntos Exteriores

La CE y España buscan salidas a la situación

01-03

VR

9108040 1

de carencia. Es decir, casi regalados.

Marruecos, por ejemplo, obtuvo de España en 1988 una línea de crédito por un total de 125.000 millones de pesetas, ligados a la adquisición de bienes de equipo españoles. De esa cantidad, 45.000 millones eran en créditos FAD y el resto normal. El Gobierno de Rabat los ha ido utilizando de forma mixta, mezclando las condiciones FAD con las otras. Parte de esos créditos son empleados en la adquisición de armamento militar a la industria española de defensa.

Pero el mayor problema entre los deudores del sur del Mediterráneo lo representa Egipto, país que debe a España 150.000 millones de pesetas. Esta deuda está originada, en su mayor parte, por el desafortunadamente llamado en su momento «contrato del siglo», producto de la venta de una importantísima partida de armamento español al Ejército egipcio. El impago de este contrato, que roza ahora los 30.0000 millones de pesetas, fue soportado por la Compañía Española de Seguro y Crédito a la Exportación (CESCE), que abonó a CASA y Bazán los impagados egipcios. El mayor accionista de CESCE es, claro está, el Estado español, verdadero perjudicado por la morosidad de los herederos de los faraones.

LUIS BURGOS

Mubarak, presidente egipcio, quiere que España perdone la importante deuda de su país.

VICTOR STEINBERG

ica de Jordania. En la foto, Serra, el Rey y Hussein.

EN LA RUINA. El objetivo final de los egipcios es obtener la condonación de toda su deuda. Y no le faltan razones para esta pretensión porque el país de las pirámides está en la ruina. La superpoblación y la guerra del Golfo han hundido definitivamente las esperanzas a medio plazo de que la economía egipcia salga a flote.

Argelia también tiene una deuda importante con España, 86.000 millones de pesetas, aunque por el momento ha conseguido un excelente ritmo de pagos y los impagados apenas llegan a los 1.200 millones. Argel obtuvo en 1989 un crédito de España por valor de 380 millones de dólares (unos 38.000 millones de pesetas), de los que 125 lo fueron en condiciones favorables estilo FAD.

Poco a poco, España se ha abierto paso en Argelia, de quien ya es el segundo cliente y proveedor, igual que en Marruecos. Sin embargo, las relaciones comerciales hispano-argelinas ya han superado en volumen a las hispano-marroquíes. En su reciente gira por el Magreb, Fernández Ordoñez confirmó a los argelinos el pleno apoyo económico español a su país, al que España se encuentra fuertemente vinculado por el supercontrato de compra de gas argelino.

El último gran deudor árabe de España es Irak, que suspendió, el fatídico mes de agosto pasado, el pago de los 42.000 millones de pesetas que debe a Madrid. Dentro de poco tiempo, según se afirma en el Palacio de Santa Cruz, sede de Asuntos Exteriores, habrá que hacer algo con la economía y la reconstrucción del país mesopotámico, con el que España mantuvo en otros tiempos fluidas relaciones comerciales.

LOS empresarios españoles no tienen confianza en los árabes, como demuestra el hecho de que sólo hayan gastado en esos países un 1 por ciento del total de inversiones

Aunque se intenta desvincular estos préstamos de los apoyos políticos —«las posiciones políticas no se compran con dinero», asegura un portavoz de la embajada de Marruecos en Madrid—, los créditos han sido concedidos en su mayor parte de Estado a Estado, de Gobierno a Gobierno. Sin embargo, los empresarios españoles no tienen esa misma confianza en los países árabes, como lo demuestra el hecho de que las inversiones españolas en toda la zona apenas representan un 1 por ciento de todo lo que invierten en el extranjero, según los datos revelados por la patronal española CEOE.

El país que está ganándose poco a

02

9108040

España ha perdido sus fluidas relaciones comerciales con Irak y el cobro de 42.000 millones de pesetas. Gadafi también da problemas.

poco la confianza de los inversores españoles es Marruecos. Es el único que supera en estos momentos los mil millones de pesetas de inversión española, alcanzando en 1990 la ya importante cantidad de 4.269 millones. Hasta hace poco, estas inversiones eran realizadas casi exclusivamente por la industria pesquera, pero en la actualidad, empresas hosteleras y pequeñas fábricas manufactureras con marcas españolas comienzan a verse en Tánger, Tetuán y Larache. El desarrollo turístico marroquí, una de las claves del futuro desarrollo de la economía del país vecino, está tutelado prácticamente por España.

La última inversión española en llegar a Marruecos, una empresa que fabrica tela para pantalones vaqueros, y cuya colocación en bolsa fue realizada por Asesores Bursátiles, ha conseguido unas excelentes ventajas fiscales de la Hacienda de Rabat, gracias a las cuales está practicamente exenta de impuestos de por vida.

Si a esto se le añaden los reducidísimos costes laborales de los vecinos del sur, se entiende que la presencia inversora española en Marruecos haya crecido en un 2.000 por ciento en apenas cuatro años. Incluso los más reacios a salir de sus fronteras, los bancos, ya han hecho sus pinitos en el país de Hassan. El BBV y el Exterior han comprado importantes paquetes de acciones de bancos públicos y privados marroquíes.

Los demás países de la zona, como Mauritania, Libia o Túnez, apenas mantienen relaciones con España. Así y todo, Mauritania, con dos millones de habitantes, tiene importantes relaciones comerciales con las islas Canarias y el Gobierno español está muy interesado en el mantenimiento de un Estado mauritano independiente, lejos de veleidades expansionistas de sus vecinos del Norte.

GANAR POSICIONES. Libia tiene abierto un contencioso con cuatro empresas españolas (Agromán, Cisa, War y Ferrovial) que fueron despojadas de sus oficinas y sus bienes en Trípoli y se quedaron con importantes cantidades de dinero sin cobrar tras las sanciones internacionales impuestas al régimen de Gadafi en 1986 por su apoyo al terrorismo. Además, las relaciones comerciales están desequilibradas en contra de España en relación de diez a uno.

LIBIA y Túnez son las asignaturas pendientes de Asuntos Exteriores, aunque se reconoce que estos dos países pertenecen al área de influencia de Italia

Libia y Túnez son las dos grandes asignaturas pendientes del Ministerio de Asuntos Exteriores en la zona, aunque tal y como reconocen en el ministerio español, esos dos países pertenecen al área de influencia de Italia, así como Argelia y Marruecos lo son de Francia y España. Madrid, sobre todo, ha perseguido ganar posiciones en ambos estados en los últimos años a costa de la cuota francesa de influencia.

A corto plazo, la diplomacia española, en aras del viejo tópico de «los tradicionales lazos de amistad que unen al mundo árabe y España», presta su atención a la reconstrucción de Kuwait y, próximamante, a la de Irak. Pero después, su gran misión será la intensificación de las relaciones políticas y económicas con los países del Magreb (ahora mismo, el Magreb, la Comunidad Europea y Latinoamérica, conforman los tres grandes ejes de orientación de la política exterior española).

La estabilidad de estos países interesa al Gobierno español. El panorama actual de ver a Marruecos arruinado Argelia en quiebra o a Egipto al borde del precipicio, y todos ellos con serios problemas de alimentación y con crecimiento desbocado de la población, preocupa en los despachos de la diplomacia española y en Moncloa. Al coste que sea preciso, a España le interesa poner orden en su frontera sur. ■

03-03

9108040

DOCUMENTO
FUENTE: Ejército en España estudia el servicio militar obligatorio.
PROCEDENCIA: LA PRENSA (ESPAÑA)
FECHA: 91-06-03.
VINCULACIÓN: ESPAÑA (ESO72)
Ser Militar (11163)

El servicio militar obligatorio

Por Adriana B. Placente

Madrid – La guerra del Golfo Pérsico desató en España una polémica enérgica sobre un tema latente a la espera de una solución: el cambio en la reglamentación del servicio militar obligatorio o "mili", como se lo conoce comúnmente. Importantes ciudades de este país se vieron invadidas por grupos de manifestantes que coreaban al unísono significativos eslógans contrarios a la guerra, a la OTAN, e invitando a los jóvenes soldados a desertar de las filas. Cánticos como "ningún soldado al Golfo" o "la solución es la deserción", "la OTAN mata, la mili remata" muestran la inquietud de un importante sector de la sociedad, que ve canalizada su disconformidad a través de organizaciones que reclaman la supresión del servicio militar obligatorio y la modificación de la actual ley de objeción de conciencia.

El ordenamiento jurídico español vigente contempla como alternativa, para aquellos jóvenes que por razones religiosas o ideológicas se niegan a cumplir con el servicio militar, la prestación de un servicio social sustitutorio regulado por la citada ley.

En la última etapa del gobierno de Franco aparecen los primeros objetores: Los Testigos de Jehová. Al no existir un texto legal que los contemplara, fueron encarcelados; y ante la reiterada negativa a incorporarse a las filas de las FFAA, permanecieron varios años en prisión. La amnistía de 1977 libera a 9.220 objetores de conciencia, pero su tratamiento legal comienza recién en el año 1982. Finalmente, el 26 de diciembre de 1984 se promulgan dos leyes, que establecen la objeción de conciencia y su régimen penal, respectivamente. La última de ellas no incluye a los llamados objetores sobrevenidos, aquellos que optan por la prestación social sustitutoria luego de haberse incorporado a las filas. Mientras que sí contempla, dentro de los desertores, a los objetores de conciencia que se niegan a cumplir con las tareas sociales encomendadas, por lo que son penalizados con sanciones iguales o más rigurosas que las previstas para los que desertan del servicio militar. Se los conoce con el nombre de "insumisos", aunque dicho término no figura en la ley.

Pedido de un ejército profesional

Aun hoy subsiste la discusión sobre si debe considerarse a la objeción de conciencia como un derecho fundamental o no. En principio, el régimen español, seguido el modelo latino, considerado menos progresista que el escandinavo o el alemán, o otorgándole tal rango. Este ha sido uno de los puntos controvertidos que preocupan a los movimientos "antimili" como el Movimiento de Objeción de Conciencia (MOC), la Asociación de Objetores de Conciencia y el Defensor del Soldado. Estas organizaciones enuncian por errónea la interpretación que se hace del instituto al no concebirlo como un derecho fundamental, sino como una nueva exención del servicio militar. Por eso reclaman su revisión y modificación. A estos grupos de interés se suman los partidos políticos opositores que, con la importante excepción del partido Popular (PP), que comparte la postura del Ejecutivo, piden el inmediato tratamiento de una ley que reglamente un ejército profesional.

Durante la guerra del Golfo, Izquierda Unida (sucesor del antiguo partido Comunista) encabezó una posición muy combativa. Su incitación a los soldados a desertar, ante la posible participación directa en el conflicto, fue duramente criticada por el anterior ministro de Defensa, Narcís Serra (hoy vicepresidente del gobierno en reemplazo de Alfonso Guerra). Pero una rápida y sutil rectificación, argumentando una "mala interpretación" evitó que los responsables del partido respondieran ante la Justicia. Actitudes poco serias como ésta sobreexcitaron los ánimos de la población, y aun más los de los soldados y sus familiares, creando un ambiente de incertidumbre y preocupación.

La deserción: un serio problema

Las guerras suelen propiciar el nacimiento de grupos que se proclaman antibelicistas y pacifistas, que aprovechan la sensibilidad popular para propagar sus ideologías encubiertas. Como resultado, 23.000 nuevos objetores de conciencia (lo que ubica a España en el primer lugar, por su número, en la Comunidad Europea), 200 insumisos más al servicio militar y 6 desertores, desde el estallido de la crisis del Golfo.

En una encuesta reciente, realizada por un instituto madrileño, el 64 por ciento de los españoles se inclinan por unas FFAA formadas en su totalidad por profesionales o voluntarios, porcentaje que se eleva a 77,6 por ciento cuando las preguntas son dirigidas a jóvenes entre 18 y 24 años. Sólo un 12,4 por ciento se mostró partidario de que el Ejército español fuera mixto, compuesto por militares profesionales y personal reclutado. Por su parte, el Ministerio de Defensa, en un informe sobre "la adecuación de las FFAA españolas a las necesidades del año 2000", sostiene la imposibilidad, a mediano plazo, de la profesionalización de las fuerzas. Más allá de cuestiones económicas y políticas, el problema es la caída del índice de natalidad, por lo que se puede prever que en 10 años no haya un número suficiente de jóvenes, ni para cubrir las necesidades de un servicio militar como el actual.

Debido a la importancia del debate parlamentario sobre el futuro modelo de las FFAA, el gobierno ha anunciado su postergación, para evitar que coincida con las inminentes elecciones regionales. Pero las posiciones extremas sostenidas por los partidarios de la profesionalización de las FFAA, por un lado, y la reducción de la permanencia de los soldados en la "mili", por otro, ha alterado el juego de las alianzas en el Parlamento.

Para combatir la idea de que el Ejército profesional responde a una concepción progresista de la defensa, Felipe González explicó que "un ejército profesional no tiene que ser más competente, y por más que pudiera parecer lo contrario, puede reproducir desigualdades sociales y territoriales". Por lo que el PSOE propone, en su programa electoral, reducir la "mili" a 9 meses, que es el período mínimo necesario que los expertos aconsejan para evitar perjuicios en la operatividad de las unidades. El partido Popular (PP), segunda fuerza política de España, apoya la postura del gobierno, pero pide una mejora en las prestaciones y remuneración a los soldados, para que deje de ser meramente simbólica.

Aunque con matices, el Centro Democrático y Social (CDS), Izquierda Unida y hasta los autonomistas catalanes y vascos se ubican en el extremo opuesto de la postura gubernamental.

Período de transición como paso previo

Desde un criterio moderado, como el expuesto por el CDS, que considera viable un período de transición como paso previo a la profesionalización; hasta los impacientes dirigentes de IU, que proponen un boicot al servicio militar en los Ayuntamientos donde consiga el triunfo luego de las elecciones de mayo, el espectro es variado. Pero el objetivo es el mismo: unas FFAA profesionales, en coincidencia con las aspiraciones de la opinión pública mayoritaria.

VR
01-01

9108041

Nº DOCUMENTO
TITULO: Guardia Civil abate a dos Terroristas de la E.T.A.
PROCEDENCIA: El País (15000 7)
FECHA: 31-08-91
España. (10072)
Fol. Tl. (11163)
Subversión. (11140)

El Atentado en Cataluña Costó 9 Muertos y 50 Heridos

LA GUARDIA CIVIL ABATE A DOS TERRORISTAS ETARRAS

VICH, (España), 30 (AP y EFE).— La Guardia Civil mató hoy en un tiroteo a dos etarras e hirió a otro al parecer responsables del atentado contra una casa-cuartel de esa institución paramilitar perpetrado el día anterior y que mató a nueve personas, cinco de ellas niños, e hirió a 50 más, anunció el ministro del Interior José Luis Corcuera.

Corcuera dijo que el segundo etarra, Félix Erezuma, ingresó cadáver en el hospital clínico de Barcelona, dijo un vocero del hospital.

Otra redada antiterrorista. La policía detuvo hoy a otros cuatro etarras sospechosos y confiscó con alijo de armas y explosivos ligado a la ETA, indicó Corcuera.

La Guardia Civil mató a tiros a Juan Carlos Monteagudo, presunto cabecilla del Comando Barcelona de la ETA y detuvo a otros dos sospechosos, dijo Corcuera en una conferencia de prensa en este pueblo catalán.

El Ministerio del Interior dijo que el Comando Barcelona fue el responsable del atentado perpetrado ayer con un vehículo cargado de explosivos contra la casa-cuartel de la Guardia Civil en Vich, una aldea situada a 50 kilómetros al norte de Barcelona.

Indicó que ambos sospechosos murieron en el registro perpetrado a las 5 P.M. (1500 GMT) en un apartamento en Llissa de Munt, una aldea situada a 35 kilómetros al norte de Barcelona.

El segundo allanamiento tuvo lugar al mismo tiempo, pero en Sabadell, a 25 kilómetros al norte de Barcelona. Fueron decomisados 100 kilogramos de amonal, un explosivo industrial de alta potencia usado con frecuencia por la ETA y varias metralletas y pistolas, dijo Corcuera.

Agregó que continúa la investigación y podría producirse nuevas detenciones.

Los allanamientos ocurrieron 22 horas después que el atentado de Vich matara a dos guardias y siete civiles familiares de los agentes.

Corcuera dijo que la operación significó el fin del Comando Barcelona.

Señaló que la ayuda del público fue decisiva para localizar a esta unidad de la ETA.

En lo que va del año, han muerto 17 personas a causa de la violencia política en España. Al parecer todas ellas fueron víctimas de la ETA, que propugna la independencia de las tres provincias norteñas vascas españolas.

Cinco de las víctimas del atentado de ayer en Vich, eran hijos de los 14 guardias civiles que residen en el cuartel, además la esposa y la suegra de uno de ellos.

Eduardo Cortés, portavoz del gobierno provincial dijo que un total de 50 personas resultaron heridas por la explosión y que 15 continuaban hospitalizadas.

Un agente de la policía de Vich también falleció ayer al ser atropellado por una de las ambulancias que se dirigía a toda velocidad al cuartel para socorrer a las víctimas.

Mientras tanto, un oficial de la guardia civil resultó hoy herido de gravedad en Basauri, pueblo norteño de la región vasca, al estallar una bomba cuando éste abría la puerta de su automóvil.

El alcalde de Vich Pere Girbau instó a los residentes de este pueblo septentrional a que guarden cinco minutos de silencio mañana al mediodía en memoria de las víctimas del atentado.

El Jefe de la Guardia Civil Luis Roldán afirmó estar convencido que el atentado era obra de la ETA.

Indicó que el automóvil cargado con 70 kilogramos de explosivos plásticos fue dirigido por control remoto por una calle que descendía hacia el cuartel y estalló al chocar contra la puerta trasera del edificio.

Es el segundo atentado que ocurre en una sede olímpica.

La ETA se ha responsabilizado por el asesinato de más de 700 personas, en su mayoría miembros de la Guardia Civil, ejército y policías, desde que comenzó su campaña de violencia en 1968. La organización terrorista vasca ETA ha asesinado en ataques a 18 niños y menores de edad, la mayoría de ellos hijos de guardias civiles (policía rural y de fronteras) y de agentes del Cuerpo Nacional de Policía, según datos facilitados a EFE por el Ministerio del Interior.

01-01

9108042

TEMA: Segundo atentado del Terrorismo Vasco en una semana.
PROCEDENCIA: CLARIN (1SE0321)
FECHA: 91-06-06.
VOLUMEN: España (1E0072)
Fac. Militar (11103)
Acc. Subai (11418)

SEGUNDO ATENTADO DEL TERRORISMO VASCO EN UNA SEMANA

La ETA asesinó en Madrid a un teniente de la fuerza aérea

El Partido Nacionalista Vasco condenó enérgicamente el atentado que ayer cobró la vida de un militar y ocasionó heridas a cuatro adolescentes cerca de Madrid. La policía atribuyó a la ETA este nuevo hecho de violencia, que se produce a solo una semana del sangriento ataque contra el cuartel policial de Vic, que ocasionó nueve muertos y unos cuarenta heridos.

Una bomba destruyó totalmente el automóvil del teniente Enrique Aguilar Prieto. En el atentado resultaron heridas cuatro adolescentes que se dirigían a una escuela cercana al lugar.

MADRID, 5 (AFP, ANSA y EFE). — **Un teniente de la aviación española murió y cuatro adolescentes resultaron heridas** en un atentado con explosivos cometido en un suburbio de Madrid que la policía atribuyó a la organización separatista vasca **ETA**.

El hecho se produjo a solo una semana del sangriento ataque perpetrado contra la **casa-cuartel de la guardia civil en Vic, Cataluña**, por el que se responsabilizó al **Comando Barcelona** de la ETA, y que dejó un saldo de **nueve muertos y unos cuarenta heridos**.

El **teniente del ejército del aire Enrique Aguilar Prieto**, de 52 años, murió instantáneamente tras la explosión de una bomba colocada en su automóvil, en la zona de **Aluche**, un suburbio madrileño donde se concentran varios cuarteles y cuyo vecindario está mayoritariamente integrado por militares.

Cuatro muchachas que casualmente pasaban por el lugar en el momento de la explosión, cuyas edades oscilan entre los 14 y los 17 años, resultaron heridas. Las adolescentes se dirigían a la escuela, y una de ellas resultó con una fractura expuesta en una pierna.

Un parte del Ministerio del Interior señaló que la bomba estaba colocada bajo el automóvil de Aguilar Prieto, y que estalló cuando el militar lo puso en marcha. Testigos presenciales del hecho aseguraron en cambio que dos personas a bordo de un vehículo lanzaron el artefacto contra el oficial.

Las fuerzas de seguridad montaron inmediatamente un dispositivo de los llamados "tipo jaula", con establecimiento de controles en varios puntos de la ciudad de Madrid y su periferia, pero sin resultados.

La condena contra el asesinato del oficial de aviación resultó casi unánime en todo el espectro político español: solo la agrupación vasca **Herri Batasuna**, ligada a ETA, se abstuvo de hacer comentarios.

El portavoz del **Partido Nacionalista Vasco (PNV)** en el Parlamento español, **Iñaki Anasagasti**, afirmó que la **ETA** "tiene los días contados", y que ataques como el de esta mañana en Aluche o el de la semana pasada en Vic constituyen "los últimos estertores de agonía de una bestia".

♦ Comando Barcelona

El atentado se produjo ocho días después del sangriento ataque contra el cuartel y vivienda de la guardia civil en la localidad catalana de Vic, a unos 50 kilómetros de Barcelona, que ocasionó la muerte de nueve personas, entre ellas cuatro niños y adolescentes.

El municipio de Vic es uno de los elegidos como subsede de los Juegos Olímpicos que el año próximo se desarrollarán en Barcelona, por lo que el ataque dinamitero contra el cuartel fue leído entre los analistas como una avanzada de futuros actos terroristas de ETA para boicotear el evento dep[illegible]

Al día siguiente [illegible] que contra la cas[illegible] Vic la policía [illegible] desmantelar al [illegible] mando Barcelona [illegible] lo que se consid[illegible] mayores golpes [illegible] organización [illegible] su fundación, en [illegible]

Como derivación [illegible] procedimientos p[illegible] dos apenas se p[illegible] do en Vic, fuerzas [illegible] calizaron en una [illegible] Llinà d'Amunt [illegible] tros al norte de [illegible] de los principales [illegible] de la célula barcel[illegible] Juan Carlos [illegible] Ix Ereguna ca[illegible] por los uniformados [illegible] tenso tiroteo.

01-01

9108043

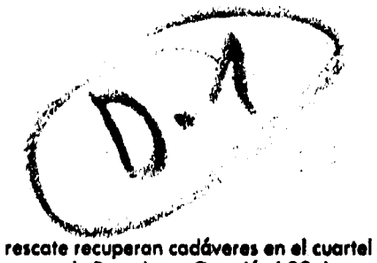
DOCUMENTO
TITULO La ETA amenaza con más atentados.
PROCEDENCIA CLARIN (150024)
FECHA 07-06-91.
VINCULACIONES España (10075)
Fac. Militar (11163)
Subversión (11140)

LA ORGANIZACION TERRORISTA VASCA REIVINDICO LOS ATAQUES EN BARCELONA Y EN ROMA

D.1

Amenaza la ETA con más atentados

La policía española detuvo ayer cerca de Bilbao a cuatro presuntos guerrilleros separatistas vascos, en el marco de la ofensiva lanzada desde Madrid para contrarrestar la oleada de ataques terroristas. La ETA reivindicó la autoría de varios atentados, entre ellos el que la semana pasada cobró la vida de nueve personas tras el estallido de una bomba en el cuartel-vivienda de la guardia civil en la localidad catalana de Vic. La organización separatista reclamó negociaciones con el gobierno y amenazó con intensificar la escalada de violencia.



Cuadrillas de rescate recuperan cadáveres en el cuartel de la Guardia Civil, cerca de Barcelona. Ocurrió el 29 de mayo y hubo nueve víctimas. La ETA cometió otro atentado una semana después.

BILBAO, España, 6 (AFP, AP, ANSA y DPA). — La organización separatista vasca **ETA** reivindicó hoy la autoría de varios **atentados terroristas**, entre ellos el que la semana pasada mató a nueve **personas en Cataluña, y amenazó con continuar esa oleada de violencia a menos que el gobierno se avenga a "negociar" sobre sus reclamos independentistas.**

Cuatro presuntos miembros de la ETA fueron detenidos por la policía en la localidad bilbaína de **Baracaldo**, después de un tiroteo en el que no se produjeron víctimas, y en el marco de la ofensiva lanzada por las autoridades para tratar de contener la andanada de ataques de esa organización.

En una declaración publicada por el diario vasco radical **Egin** la ETA se adjudicó la responsabilidad del atentado dinamitero contra el cuartel y vivienda de la guardia civil en **Vic**, a unos 50 kilómetros de Barcelona, perpetrado el miércoles de la semana pasada y que dejó un saldo **de nueve muertos y unos cuarenta heridos**. Entre las víctimas fatales se incluyeron **cuatro niñas y adolescentes.**

El comunicado menciona **doce atentados**, entre ellos los cometidos el pasado 28 de mayo en **Roma**, que causaron cuantiosos daños materiales en la **embajada española** y en las oficinas de la aerolínea **Iberia** y del **Banco Bilbao Vizcaya.**

La organización insiste en varios pasajes de la nota con sus amenazas de **aumentar sus ataques en 1992**, un año clave para España tanto por la realización de los **Juegos Olímpicos, en Barcelona**, como por la **Feria Mundial Expo '92, en Sevilla.**

En respuesta a quienes sostienen que los atentados representan un agónico esfuerzo de la guerrilla separatista vasca, la nota señala que "se equivocan quienes creen que la estrategia de ETA está diseñada o supeditada de cara a los acontecimientos político-económicos del 92/93. Nuestra estrategia es transparente y tiene unos objetivos bien definidos y claros: **el reconocimiento por parte del Estado (español) de los derechos políticos y sociales que se le han arrebatado a nuestro pueblo por la violencia y la fuerza de las armas**".

Agrega entonces que esa es la razón para "forzar un proceso negociador que aborde sin complejos y con honestidad compartida la solución definitiva al contencioso".

El comunicado arremete contra el gobierno central de Madrid y su decisión de erradicar la violencia terrorista sin diálogo de ningún tipo con los rebeldes: "Todo parece indicar que en la armadura fáctica del Estado continúa prevaleciendo la voluntad de **negarse a encarar el conflicto entre Euskadi (el País Vasco) y el Estado (español) en su auténtica dimensión política, a través de la negociación**".

En la declaración, la ETA afirma que "**su actividad no está supeditada a la fecha del 92**", y asegura en cambio que "**en caso de que el gobierno español siga negándose a afrontar un proceso negociador" la organización tampoco "va a sentirse cohibida por la puesta en vigor del Acta Unica Europea ni las consecuencias político-económicas que de ello se deriven**".

En lenguaje directamente amenazador, la declaración añade: "**Confiemos en que no nos veamos obligados a tener que demostrarlo**".

Pero el gobierno madrileño aparece muy decidido en su voluntad de no negociar con la ETA, y el presidente **Felipe González** ratificó ayer, durante su visita a Japón, que **la seguridad estará perfectamente garantizada durante los Juegos Olímpicos** del año próximo en Barcelona.

El ministro del Interior, **José Luis Corcuera**, se reunió anoche con su homólogo francés, **Phillipe Marchand**, con quien se trataron una serie de **esfuerzos conjuntos para intensificar las investigaciones en torno de las actividades de ETA**, tanto en el territorio español como al norte de los Pirineos.

VR
VR.

01-01

91 08044

Nº DOCUMENTO
TITULO Felipe González: No negociaremos con ETA.
PERIODICO CLARIN (1500 D4)
FECHA 91-08-08.
VINCULACIÓN España (10072)
Fc. Militar (11163)
Subversión (1140.

Felipe González: "No se negocia con la ETA"

MADRID, 7 (ANSA y AFP). — El jefe del gobierno español, Felipe González, ratificó con firmeza su determinación de no negociar con la organización separatista vasca ETA, que ayer reivindicó los últimos 16 atentados terroristas, incluyendo el del 28 de mayo en Roma y el del 29 de mayo contra el cuartel de la guardia civil en Vic (Cataluña), en el que murieron nueve personas.

La organización terrorista amenazó ayer con continuar la oleada de violencia a menos que el gobierno español acepte entrar en negociaciones con sus representantes.

En declaraciones a la prensa en Tokio, donde se halla de visita oficial, González excluyó "toda hipótesis de negociación" y advirtió a sus militantes que "conocerán la cárcel del siglo XXI", subrayando de esta manera el hecho de que cumplirán sus condenas hasta el último año.

Descartó así también toda posibilidad de facilitar la reinserción social de quienes abandonen las armas.

González afirmó que "los que amparan a estos delincuentes, asesinos de niños, esos que se llaman políticos, son más responsables que los asesinos", en alusión a la coalición Herri Batasuna, brazo político de la ETA.

Con el desmantelamiento del Comando Barcelona se logró erradicar una de las más serias amenazas que pesaban sobre los Juegos Olímpicos que tendrán lugar el año próximo en la capital catalana.

La ETA insistió por su parte en la necesidad de mantener negociaciones directas con el gobierno central para hallar una solución política al denominado "problema de la independencia y de la soberanía del País Vasco".

En un comunicado divulgado ayer por el diario vasco radical "Egin", sin embargo, la ETA admitió haber fracasado en su intento por obligar al gobierno a mantener negociaciones, amenazándolo con la concreción de atentados terroristas durante las olimpiadas de Barcelona y la Feria Mundial Expo '92 de Sevilla, previstos para el año próximo.

Los últimos dos atentados de la ETA se produjeron con pocas horas de diferencia. En el del 28 de mayo fueron atacados en Roma los edificios de la embajada española, la compañía de aviación Iberia y el Banco de Bilbao y Vizcaya, con tres poderosas bombas.

Al día siguiente estalló un coche bomba contra el cuartel y vivienda de la Guardia Civil de Vic, un poblado ubicado a unos 50 kilómetros de Barcelona. Según informes de la policía, murieron nueve personas —entre ellas tres niños— y otras cuarenta resultaron heridas.

La onda expansiva alcanzó 300 metros a la redonda, provocando daños a unos 50 edificios.

♦ Arrestos

Dos personas, sospechosas de pertenecer a la ETA, fueron arrestadas anoche en la provincia vasca de Guipúzcoa, informaron fuentes policiales.

Se trata, por un lado, de Bittore Hierbe, de 33 años, consejero municipal de la ciudad de Elgueta (Guipúzcoa), elegido por la coalición Herri Batasuna. El arresto se produjo en Elgueta.

La policía arrestó también en la pequeña ciudad de Leso (Guipúzcoa) a María del Carmen Calera Herrero, de 41 años.

Otras cuatro personas, sospechosas también de estar vinculadas a la ETA, fueron detenidas en la provincia de Guipúzcoa en los últimos días.

VR
VR

01-01

9108045

DOCUMENTO
TITULO Ataque con bomba en Bolonia contra intereses Españoles
PROCEDENCIA CLARIN (150024)
FECHA 91-06-12.
VINCULACION España (100072)
Medio (100108)
Tema Terrorismo (111630)
Subtema (111640)
Acciones Subv. (114118)

UN LLAMADO TELEFONICO REIVINDICO LOS ATENTADOS A NOMBRE DE LA ETA

Ataques con bombas contra intereses españoles en Italia: cuatro heridos

MILAN, 11 (Reuter, AP, AFP, ANSA y EFE). — Por segunda vez en dos semanas edificios españoles fueron blanco de atentados en ciudades de **Italia**. Hoy a la madrugada, una bomba estalló en la sede de la compañía aérea **Iberia** en Milán, en tanto que otro artefacto explosivo fue hecho estallar en el **Colegio Español** de la ciudad de Bolonia.

El ataque en Milán produjo heridas leves a dos policías, un carabinero (policía militarizada) y un comisario además de destrozos en la edificación. En Bolonia no hubo heridos, pero la potencia de la explosión causó graves daños en el colegio.

Por la mañana y con una diferencia de apenas media hora, la agencia oficial italiana de noticias, ANSA recibió dos llamadas, una en **Florencia** y otra en **Roma**. En ambas, un hombre dijo que la organización separatista vasca ETA, en colaboración con un grupo italiano de ultraderecha de escasos antecedentes —**Falange Armada**— fue la autora de los dos ataques. La voz advirtió que los atentados continuarán.

"La ETA (Patria Vasca y Libertad) y el grupo italiano Falange Armada han hecho una advertencia. Nos adjudicamos la responsabilidad por los ataques en Milán y en Bolonia. Los ataques continuarán", dijo el hombre hablando con marcada dificultad el italiano.

La primera bomba explotó frente a las oficinas de Iberia minutos antes de las 3. Una patrulla policial observó una bolsa de arpillera colgada de una de las ventanas de las oficinas. Apenas hubo tiempo para cerrar la calle antes que estallara rompiendo los vidrios de los edificios en cien metros a la redonda.

La bomba colocada en Milán contra la oficina de la aerolínea estatal española Iberia destrozó el frente del edificio. En Bolonia, otro explosivo causó graves daños al Colegio Español. En Milán quedaron cuatro policías heridos.

Menos de una hora después, una segunda bomba explotó en el Colegio Español de Bolonia. La potencia del artefacto destrozó la puerta de madera de la universidad privada, dañó el vestíbulo e hizo trizas una imponente escalera de madera que da acceso a la biblioteca.

El Colegio Español fue fundado en 1364 por el cardenal **Gil Alvaro de Albornoz**. A esa hora de la madrugada se hallaban en el lugar 26 personas, algunas de ellas alumnos. La bomba fue colocada en el portón de la llamada **Casa de Cervantes**, donde se encuentra la biblioteca pública, que alberga códices y manuscritos de incalculable valor.

♦ **Dudas**

Pese a los dos llamados telefónicos, la policía italiana prefirió dudar de que efectivamente haya sido la ETA la autora de los atentados fundamentando [illegible] serio otorgar credibilidad a cualquier [illegible] de llamado. Diplomáticos [illegible] obstante, se inclinaron por creer que [illegible] tivamente fue el grupo vasco el [illegible] ole.

Un vocero del **Ministerio del Interior** de **España** en **Madrid** dijo que no tiene información que vinculara a la ETA con los atentados de hoy. Fuentes [illegible] la organización separatista en el [illegible] Vasco se muestran escépticos en [illegible] la conexión del grupo con la Falange [illegible] mada. Afirmaron que ETA es [illegible] que difícilmente tenga vínculos [illegible] organización de ultraderecha.

El pasado 28 de mayo, tres bombas fueron colocadas en edificios pertenecientes a intereses españoles en [illegible] de del Banco de Bilbao y [illegible] oficinas de Iberia y la Embajada [illegible] ante la Santa Sede sufrieron [illegible] trozos, aunque no se produjeron [illegible] En esa ocasión también hubo una llamada telefónica, idéntica a las de hoy, [illegible] que una voz masculina adjudicó [illegible] y a la Falange Armada la [illegible] los ataques.

No obstante y hasta hoy, la [illegible] liana no hizo ningún comentario [illegible] a la autoría de esos atentados [illegible] que la investigación continúa.

Poco más de un día [illegible] episodios, una bomba de [illegible] plotó en la ciudad española [illegible] colocada en un cuartel de la Guardia Civil y más a 5 [illegible] subsede de los Juegos [illegible] realizarán en 1992 en [illegible]

01 - 01

VP
R

9108046

DOCUMENTO
TITULO Se inicio en España Juicio a Policias acusados de Atacar a la E.T.A.
PROCEDENCIA EL PAIS (500007)
FECHA DE PUBLICACION 91-06-12
VINCULACIONES España (10072)
Fcc. Militar (11163)
Subversion (11140)

Se Inició en España un Juicio Contra Policías Acusados de Atacar a la ETA

MADRID, 11 (Nota fuentes AP y EFE).— Uno de los juicios más polémicos desde la vuelta del país a la democracia en 1977 comenzó hoy con las acusaciones formuladas contra dos policías de operar una pandilla terrorista que dio muerte a 23 sospechosos de pertenecer a grupos separatistas vascos en el sur de Francia, de 1983 a 1987.

El llamado "caso Amedo" ha suscitado interrogantes acerca de si el gobierno del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) financió y lanzó una guerra sucia contra los separatistas vascos y sus simpatizantes en el suroeste de Francia a mediados de la década pasada.

Los socialistas del Primer Ministro Felipe González han gobernado a España desde 1982.

Un Tribunal Nacional de Justicia de tres jueces inició el juicio contra el subjefe de la Policía de Bilbao, José Amedo, y su asistente Michel Domínguez, que fueron encarcelados sin fianza en julio de 1988.

Ambos individuos fueron encausados en octubre de 1988 por acusaciones de organizar una pandilla terrorista, un cargo de homicidio, seis de intento de homicidio, utilización de falsa indentidad e intimidación de un testigo.

El fiscal jefe, Eladio Escusol, procura penas de cárcel hasta de 60 años para cada uno de los dos funcionarios por dos ataques específicos, realizados en febrero de 1986 y julio de 1987 en el sur de Francia.

El encausamiento de octubre de 1988, el juez de Instrucción Baltazar Garzón acusó a Amedo y Domínguez de utilizar sus posiciones en organizaciones de inteligencia terrorista para organizar el llamado Grupo Antiterrorista de Liberación (GAL) en 1983.

El GAL se atribuyó la responsabilidad de 29 tiroteos y atentados dinamiteros desatados desde 1983 hasta 1987 contra miembros y simpatizantes del grupo separatista vasco ETA exiliados en el sur de Francia.

González y sus ministros han descartado todo conocimiento del grupo GAL pero han respaldado con firmeza la defensa de los dos oficiales de Defensa basada en su largo historial de trabajo contra el terrorismo.

Desde 1986, la ETA ha dado muerte a casi 700 personas en España, en una campaña de violencia destinada a lograr la independencia del país vasco español.

Salvo uno, los ataques reivindicados por el GAL ocurrieron en el sur de Francia y dejaron un saldo de 23 muertos, en su mayoría vascos españoles, pero también algunos franceses inocentes. Docenas más resultaron lesionados.

• El juez Garzón acusó a Amedo y Domínguez de utilizar fondos secretos del Ministerio del Interior para crear el GAL contratando a pistoleros del hampa francesa y portuguesa para librar los ataques contra los etarras del sur de Francia.

Pero Garzón suspendió una investigación acerca de la posible participación de los superiores de Amedo cuando el ministro del Interior, José Barrionuevo, prohibió a los oficiales y funcionarios responder a preguntas sobre los fondos secretos facilitados a Amedo.

Barrionuevo justificó su acción —muy criticada— con el argumento de que hablar acerca de los fondos ponía en peligro la seguridad del Estado.

La mayoría del PSOE en el Parlamento impidió la aprobación de una propuesta de conservadores y comunistas para que se abriese una investigación en el caso Amedo con el argumento de que era una cuestión que debía aclararse en los tribunales.

Cuando esta mañana el presidente de la sala, José Antonio Jiménez Alfaro, declaró abierta la sesión, indicó que el tribunal no permitirá muestras de apobación o desaprobación durante la vista, y añadió que serían expulsadas todas las personas que entorpezcan el acto.

A las puertas de la Audiencia Nacional, ciudadanos que se erigieron en acción popular contra los GAL exhibieron una pancarta que rezaba: "No están todos, Gobierno responsable".

El subcomisario Amedo y el inspector Domínguez son los únicos procesados en los dos sumarios abiertos en 1988 y 1989 por el juez Baltasar Garzón.

Trescientos periodistas se han acreditado para informar del juicio, pero sólo un reducido grupo, por problemas de espacio, tendrá acceso directo a la sala acorazada.

El resto tendrá que seguirlo desde otra sala en la que se han instalado pantallas de televisión de las que las televisiones públicas y privadas podrán grabar imágenes de este juicio, que será el máximo exponente de lo que se ha calificado de "guerra sucia" contra la organización terrorista ETA.

VR
VR.

9108047

01-01

Atentado de la ETA cerca de Bilbao.
Clarín (100024)
14/6/91
Ej. Español (100072)
Fac. Militar (11163)
Acciones. Subversivas (11418)

Buenos Aires, viernes 14 de junio de 1991 ★ CLARIN

EL TERRORISMO VASCO ATACO ESTA VEZ CERCA DE BILBAO

Un nuevo golpe de la ETA: asesinan a un guardia civil

La escalada de violencia desatada en toda España por la organización separatista vasca ETA cobró ayer una nueva víctima fatal cuando un guardia civil fue acribillado cerca de Bilbao. El día anterior dos expertos en explosivos habían muerto cuando trataban de desactivar una bomba colocada por terroristas etarras en una empresa madrileña.

Agencia Reuter

El cadáver de uno de los dos policías que murieron en Madrid al explotar una bomba es retirado por sus compañeros. Ayer, el terrorismo vasco asesinó a otro guardia civil.

BILBAO, España, 13 (EFE, AFP y Reuter). — **Un guardia civil fue asesinado a tiros** esta tarde por un comando de la organización separatista vasca **ETA**, en un hecho alevoso perpetrado en una localidad cercana a Bilbao.

El atentado se suma a la escalada de violencia que la organización extremista etarra ha desatado en los últimos meses en toda España, y que **el día anterior había cobrado la vida de dos policías expertos en explosivos** que trataban de desactivar una bomba colocada en las oficinas de una empresa privada en Madrid.

El agente **Ricardo Couso Ríos**, de 38 años de edad, oriundo de Galicia y destinado al servicio de la Guardia Civil en el País Vasco, fue cruelmente atacado a tiros dentro de su automóvil, estacionado frente a una escuela de la localidad de **Trápaga**, en la provincia vasca de **Vizcaya**, cuando aguardaba la salida de una de sus hijas.

Testigos del hecho, en su mayoría padres de otros alumnos del Colegio de las Hermanas Franciscanas de Montpellier, comentaron que un automóvil blanco con tres personas a bordo se estacionó al lado del vehículo de Couso Ríos: sin mediar palabra, un hombre bajó del mismo y disparó a quemarropa contra el policía.

Un médico que se acercó al lugar apenas los atacantes huyeron comprobó que el policía había muerto en forma instantánea. El cuerpo de la víctima fue inmediatamente trasladado a un hospital, donde se le practicó una autopsia. De acuerdo con los relatos de los testigos, el atacante habría efectuado **cinco disparos**.

Poco antes del ataque una radioemisora local había recibido una llamada telefónica donde un anónimo interlocutor, hablando en nombre de la ETA, advirtió que un taxista había quedado encadenado a un árbol, después de haber sido víctima del robo de su automóvil, a solo cinco kilómetros del lugar donde fue asesinado el policía.

Policías que investigan el atentado comentaron que la institución tiene fundadas sospechas de que el autor material del homicidio puede ser **Juan María Ormazábal Ibargueu**, apodado "Turko", presunto integrante de la ETA.

Aunque la hipótesis aún no se había confirmado, las suposiciones policiales parecían bastante ciertas, puesto que están apoyadas en las descripciones del atacante realizadas por varios testigos. Los investigadores tendrían además algunos otros indicios que apuntarían directamente a Ormazábal como el autor de los disparos que pusieron fin a la vida del agente Couso Ríos.

El homicidio se encuadra en la escalada de violencia desatada por los separatistas etarras en los últimos meses en toda España, y que el día anterior cobró la vida de dos policías, expertos en explosivos, que trataban de desactivar una bomba colocada en la empresa de transportes Servitrans.

Empleados de esa firma habían alertado a las autoridades sobre el envío de un paquete sospechoso, donde estaba ampliada la dirección de la empresa Construcciones Abertis, asociada en los trabajos de una autopista proyectada para unir el País Vasco con Navarra.

En nombre de consideraciones ecologistas la ETA se opone a la construcción de esa autopista, y ya ha perpetrado varios atentados contra empresas que intervienen en las obras. La explosión del miércoles, además de las dos víctimas fatales, dejó un saldo de seis heridos, cuatro policías y dos civiles, de distinta consideración.

VA
VR.

01-01

9108048

ETA intenta presionar al Gob español para que acepte c
Clarín (M0024)
15/6/91
Español (M0072)
Fac. Pol. (11164). Fas. SS (11165)
Subversivo (11140)
Grupos Subv. (11339)

VR
VR

EL BRAZO POLITICO DEL TERRORISMO VASCO CONFIA EN UNA MEDIACION DE MITTE

La ETA intenta presionar al gob español para que acepte nego

El brazo político de la organización separatista vasca ETA, Herri Batasuna, pidió al gobierno español una tregua para dar pie a negociaciones basadas en el derecho a la autodeterminación del pueblo vasco. El anuncio, formulado en París en rueda de prensa, pareció encadenado a la reciente ola de atentados, considerados por observadores como "un elemento de presión" para el gobierno de Madrid. Intentan lograr la mediación de François Mitterrand.

PARIS, 14 (AFP). — La coalición separatista vasca Herri Batasuna (HB), brazo político del grupo separatista ETA, invitó hoy al gobierno español a negociar "una paz honrosa", para lo cual pidió la mediación del presidente francés, François Mitterrand. En rueda de prensa llevada a cabo en París, dos altos dirigentes de la HB, el senador José Luis Alvarez Esparantza ("Txillardegi") y la diputada Itziar Aizpurúa, explicaron que Mitterrand era el dirigente político europeo "más indicado para llevar a cabo exitosamente una mediación" con el gobierno de Madrid, dada su relación personal con Felipe González y también por la experiencia francesa en materia de descolonización.

Ambos, como representantes de la coalición independentista vasca, precisaron que la ETA "está dispuesta a una tregua", a condición de que las autoridades españolas "hagan un gesto recíproco y simultáneo".

La organización separatista vasca ETA (País Vasco y Libertad) se ha declarado responsable de una serie de atentados terroristas en los últimos 13 años, que provocaron más de 600 muertos. En uno de los últimos atentados en territorio español, el pasado 29 de mayo, en Vich (Cataluña), murieron nueve personas, entre ellas cuatro niños y dos mujeres. Medios políticos europeos coincidían hoy en que la aceleración de la violencia terrorista en las últimas semanas estaría directamente emparentada —como un factor de presión sobre el gobierno español— con la solicitud de una tregua, definida por los representantes de HB como "la paz de los bravos".

Fuentes cercanas a la

Los últimos

Estos son algunos de los ate
organización separatista vasca
mando:

- 28 de mayo: explotan bo
cios pertenecientes a intereses
blancos seleccionados por la
atentado, fueron la sede del Ba
las oficinas de Iberia y la sede
aún la Banda Sede. No hubo víc
- 29 de mayo: una bomba
detona en la ciudad de Vic (C
cuartel alojamiento de la Gu
nueve personas, entre ellas cu
de los Juegos Olímpicos que se
el próximo año.
- 30 de mayo: la Guardia C
lona, a dos jefes del Ejército C
ETA, responsable del atentado
liderado, en 1987, un atentado
ciudad, que arrojó 21 muertos.
- 5 de junio: un teniente de
adolescentes resultan gravem
una bomba en un auto estacio
drileño.
- 11 de junio: bomba en la
en el Colegio Español de Bele

ETA señalaron que, hace
un tiempo, dirigentes del
gobierno español viajaron
a la República Dominica
na, en misión ultrasecreta,
para entrevistarse con un
importante dirigente de la
organización separatista
—que no fue identifica-
do— ignorándose los re-
sultados de esos contactos.

Alvarez Esparantza explicó en la rueda de prensa que el mantenimiento de la violencia en el País Vasco español "no era solo un asunto de algunos sedientos de sangre", sino la consecuencia del rechazo del gobierno de Madrid a reconocer "el derecho a la autodeterminación, en un Estado multinacional". El senador, cuyo nombre de guerra es Txillardegi, se preguntó cuál es la razón por la cual la autodeterminación es considerada "un derecho inalienable" cuando está referida, por ejem-

9

ETA intenta presionar al Gob español para que acepte
Clown (M0024)
15/6/91
Español (M0072)
Fac. Pol. (11164). Fdo. SS (11165)
Subversión (11140)
Grupos Subv. (11339)

VR
VR

EL BRAZO POLITICO DEL TERRORISMO VASCO CONFIA EN UNA MEDIACION DE MITT

La ETA intenta presionar al gob español para que acepte nego

El brazo político de la organización separatista vasca ETA, Herri Batasuna, pidió al gobierno español una tregua para dar pie a negociaciones basadas en el derecho a la autodeterminación del pueblo vasco. El anuncio, formulado en París en rueda de prensa, pareció encadenado a la reciente ola de atentados, considerados por observadores como "un elemento de presión" para el gobierno de Madrid. Intentan lograr la mediación de François Mitterrand.

PARIS, 14 (AFP). — La coalición separatista vasca Herri Batasuna (HB), brazo político del grupo separatista ETA, invitó hoy al gobierno español a negociar "una paz honrosa", para lo cual pidió la mediación del presidente francés, François Mitterrand. En rueda de prensa llevada a cabo en París, dos altos dirigentes de la HB, el senador José Luis Alvarez Esparantza ("Txillardegi") y la diputada Maiar Aizpurúa, explicaron que Mitterrand era el dirigente político europeo "más indicado para llevar a cabo exitosamente una mediación" con el gobierno de Madrid, dada su relación personal con Felipe González y también por la experiencia francesa en materia de descolonización.

Ambos, como representantes de la coalición independentista vasca, precisaron que la ETA "está dispuesta a una tregua", a condición de que las autoridades españolas "hagan un gesto recíproco y simultáneo".

La organización separatista vasca ETA (País Vasco y Libertad) se ha declarado responsable de una serie de atentados terroristas en los últimos 13 años, que provocaron más de 600 muertos. En uno de los últimos atentados en territorio español, el pasado 29 de mayo, en Vich (Cataluña), murieron nueve personas, entre ellas cuatro niños y dos mujeres. Medios políticos europeos coincidían hoy en que la aceleración de la violencia terrorista en las últimas semanas estaría directamente emparentada —como un factor de presión sobre el gobierno español— con la solicitud de una tregua, definida por los representantes de HB como "la paz de los bravos".

Fuentes cercanas a la

Los últimos

Estos son algunos de los at organización separatista vas mando:

● 28 de mayo: explotan cios pertenecientes a interes blancos seleccionados por l atentado, fueron la sede del las oficinas de Herria y la sed aalle la Banda Sede. No hubo v

● 29 de mayo: una bomb defensa en la ciudad de Vic cuartel alojamiento de la G nueve personas, entre ellas c de los Juegos Olímpicos que el próximo año.

● 30 de mayo: la Guardia lona, a dos jefes del Herrib ETA, responsable del atent liderado, en 1987, un atentado ciudad, que arrojó 21 muertos

● 5 de junio: un terrorista adolescente resultó gra una bomba en un auto estac drileño.

● 11 de junio: bomba en l en el Colegio Español de Bal

ETA señalaron que, hace un tiempo, diputados del gobierno español viajaron a la Hospitalet Bonifaciana, en misión ultrasecreta, para entrevistarse con un importante dirigente de la organización separatista —que no fue identificado— ignorándose los resultados de esos contactos.

Alvarez Esparantza explicó en la rueda de prensa que el mantenimiento de la violencia en el País Vasco español "no era solo un asunto de algunos sedientos de sangre", sino la consecuencia del rechazo del gobierno de Madrid a reconocer "el derecho a la autodeterminación, en un Estado multinacional". El senador, cuyo nombre de guerra es Txillardegi, se preguntó cuál es la razón por la cual la autodeterminación es considerada "un derecho inalienable" cuando está referida, por ejem-

01-01

El P.S.O.E. perdió el Gobierno de Sevilla.
Clarín (150024).
18/6/91
Expansión (110072)
Mad. Pol (11164)
Gob. Pzo (113003)
Partidos Pol (113004)

El PSOE perdió el gobierno de Sevilla

MADRID, 17 (EFE). — El Partido Socialista Obrero Español (PSOE) perdió el gobierno municipal de Sevilla, una estratégica alcaldía que pasó a manos de una alianza conformada por el Partido Andalucista (PA) y el conservador Partido Popular (PP).

La pérdida del gobierno de la ciudad natal de Felipe González significa un duro revés para los socialistas: allí se celebrará el año próximo la Feria Mundial Expo '92, conmemorativa del V Centenario del Descubrimiento de América, por lo que Sevilla se convertirá en el "escaparate" desde donde España se mostrará al mundo.

A pesar de haber sido el más votado, el candidato del PSOE, Luis Yáñez, quedó desplazado por el acuerdo entre el PA y el PP, que puso al andalucista Alejandro Rojas Marcos como nuevo alcalde.

La ceremonia de asunción de Rojas Marcos estuvo plagada de incidentes, generados a partir de las protestas de los concejales electos del PSOE y de sus simpatizantes, para quienes el desplazamiento de Yáñez significó una "burla a la voluntad popular".

La misma situación se repitió en otras dos capitales de provincia: Santander y San Sebastián. En la ciudad cántabra el candidato socialista Juan José Sota, quien fue el más votado, quedó desplazado de la alcaldía por un acuerdo entre el PP y el líder regionalista Juan Hormaechea, lo que dejó al "popular" Manuel Huerta Castillo al frente del gobierno.

En San Sebastián un pacto entre el Partido Nacionalista Vasco (PNV), el Partido Socialista de Euskadi (PSE, aliado del PSOE) y el PP colocó al socialista Odón Elorza como nuevo alcalde.

VR
VR.

01-01

9108050

Irregularidades en la financiación de las campañas electorales de 1989.
Clarín (150024)
23/6/91
España (10072)
Fal. Pol. (11164)
Partido Pol. (11304)

ESPAÑA

Escándalo financiero en el PSOE

La crisis interna que aqueja al socialismo español se acentúa con la polémica desatada a raíz de una investigación sobre el origen de fondos para campañas proselitistas. El escándalo sólo favorece a las corrientes opuestas a Felipe González.

Después de varios intentos de "distraer" la atención hacia otras cuestiones, el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) tuvo que afrontar esta semana como un hecho cierto e incontrastable las denuncias sobre **irregularidades en la financiación de las campañas para las tres elecciones realizadas en 1989**, una cuestión que amenaza seriamente su credibilidad y que, por lo tanto, podría redundarle en una importante merma del caudal de adhesiones.

El presidente del gobierno, **Felipe González**, dejó en evidencia el viernes último su preocupación personal por el "affaire", cuando les reclamó a los hombres de su partido una actitud definidamente "aguerrida" frente al embate de críticas, durante la reunión que el jueves pasado celebró la Comisión Ejecutiva Federal del PSOE.

Sectores del propio gobierno reclaman con insistencia la renuncia del responsable de las finanzas partidarias, el diputado **Guillermo Galeote**, y de su segundo en esa función, **Carlos Navarro**, también integrante de la Cámara baja española, cuyo nombre aparece directamente vinculado a las maniobras denunciadas.

De acuerdo con las presentaciones realizadas por **Carlos van Schowen**, un ciudadano chileno residente en España, que se desempeñó como contador de dos empresas de consultoría estrechamente ligadas a las campañas del PSOE, el partido gobernante habría recibido alrededor de un millón y medio de dólares en forma de donaciones no declaradas, una usanza estrictamente prohibida por las leyes electoral y de financiación de las fuerzas políticas, y también por el Código Penal.

Las cuentas correspondientes a 1989 de las consultoras **Filesa y Time Export** registran durante ese año, cuando se realizaron elecciones legislativas generales para el Parlamento Europeo y para el gobierno autonómico de Galicia, erogaciones por alrededor de 1.500 millones de pesetas que, repartidas en distintas facturas de pagos realizados a otras compañías (publicitarias, impresoras, realizadoras de videos, entre otras), no serían otra cosa que **sumas que el PSOE habría recibido como contribuciones encubiertas para sus campañas proselitistas.**

En su artículo para el diario madrileño **El País** del domingo pasado, el periodista **Javier Pradera** se preguntaba si esas empresas estarían "**liquidando comisiones de cohecho, pagadas para conseguir una resolución favorable de la administración en un asunto determinado**", en una muestra muy clara sobre la magnitud del escándalo.

De la timidez inicial de las denuncias, a las que el PSOE intentó tratar como una cuestión descabellada y sin asidero real, las dos últimas semanas hicieron una gran caja de resonancia, que los recientes acuerdos políticos para la conformación de los gobiernos municipales y autonómicos —con su secuela de batallas en casos como Sevilla o la región autónoma de Cantabria— apenas lograron acallar.

El titular de la Fiscalía General del Estado, **Leopoldo Torres**, manifestó ya su decisión de disponer una **auditoría especial sobre la actividad financiera del PSOE**, lo que representaría un hecho sin precedentes.

A la hora de evaluar consecuencias del "affaire", los socialistas tienen otra cuenta abierta: el conflicto interno, que con el crescendo del escándalo empezó a reavivar cuestiones pendientes.

Entre los integrantes del llamado "aparato" del PSOE circula, a gritos, un insistente rumor sobre el íntimo regocijo que el ministro de Economía, **Carlos Solchaga**, estaría experimentando por los "trapitos al sol", que podrían redundar en un fortalecimiento obtenido a expensas del descrédito ajeno. La línea "posmoderna" del eficientismo y la tecnocracia, de acuerdo con ese enfoque, podría ganar una nueva batalla, aunque esta vez bajo un riesgoso paraguas.

Norberto Zeppa

Copyright Clarín 1991

VR

01-01

9108051

Nº DOCUMENTO
TITULO El F.M.I. Sugiere al Gob. español Salarios inferiores a Productividad..
FUENTE EL PAIS (150000-7)
FECHA 24-06-91.
PAIS España (10072)
VIA Fac Ec. (11161)

El FMI Sugiere al Gobierno Español Salarios Inferiores a Productividad

MADRID, 21 (EFE).— El Fondo Monetario Internacional considera que España debe mantener una política monetaria y fiscal restrictiva, anima a su gobierno a continuar los ajustes en la economía, aún sin pacto de competitividad, y le recomienda un crecimiento de los salarios inferior al de la productividad.

Estas son las conclusiones fundamentales, a las que hoy tuvo acceso EFE, de la misión enviada por el Fondo Monetario Internacional (FMI) a España y que se incluirán en el informe anual de este organismo.

La misión opina que se alcance o no el denominado Pacto Social de Progreso propuesto por el gobierno español a las fuerzas políticas, sindicales y empresariales, debe seguir adelante con los necesarios ajustes en la política fiscal y en las políticas estructurales y no dejar que éstas se detengan.

Para ello, el FMI "apoya decididamente" el mantenimiento de unas políticas monetaria y fiscal muy restrictivas, necesarias incluso si se desarrolla una política de rentas, para contener la inflación y el déficit financiero del Estado, que puede situarse en un 2,5 o un 3 por ciento del PIB en 1991.

El FMI afirma que la política de rentas podría apoyar el tono restrictivo de las políticas monetaria y fiscal, y señala que "una nueva política de rentas, en el marco del pacto de competitividad, podría tener éxito si reforzase la desaceleración de los salarios nominales, más aún si consiguiese un crecimiento de los salarios reales significativamente menor al de la productividad".

Los expertos advierten de la importancia de que los otros componentes del pacto no tengan consecuencias económicas adversas que anulen los beneficios de la contención de los salarios, y cita entre estos efectos la reducción en la flexibilidad del mercado de trabajo, la disminución del crecimiento de la productividad en las empresas y los costes fiscales que podrían derivarse de una reducción de impuestos o de mayores gastos.

La misión reconoce que se ha avanzado mucho desde mediados de la década de los años ochenta, que la renta per cápita ha aumentado y el empleo y la inversión han crecido más rápidamente que la media comunitaria, pero, por el contrario, la inflación se mantiene elevada y la balanza por cuenta corriente deficitaria.

En su opinión, las imperfecciones del mercado y las rigideces de la economía impiden el descenso de la inflación, y la solución debe abordarse por el lado de la oferta, con políticas estructurales que mejoren la competencia y refuercen la desaceleración en los precios de los bienes no comerciables y los servicios, así como con una mayor restricción de la demanda.

El Fondo Monetario Internacional expresa su apoyo a la política desarrollada por el gobierno de dar prioridad al objetivo de convergencia en las tasas de inflación, manteniendo para ello una orientación muy restrictiva de la política monetaria, lo que conlleva que el tipo de cambio de la peseta tienda a ser fuerte.

En sus conclusiones, la misión que visitó España señala que hasta que los salarios y otros costes internos se ajusten, y a menos que la productividad se incremente sustancialmente, la competitividad y la rentabilidad continuarán reduciéndose en el sector de bienes exportables y en el de los que compiten con las importaciones.

El FMI añade que la fortaleza de la peseta es sostenible en tanto en cuanto se mantenga la confianza de los mercados financieros, pero advierte que esta situación no se mantendrá si no se produce la convergencia de la inflación.

Los expertos se pronuncian también sobre la conveniencia de una posible variación de la banda de fluctuación de la peseta en el SME (Sistema Monetario Europeo), al señalar que no es el momento de que España estreche este margen, pero reconocen que esta decisión podría tener interés si va dentro de un paquete más amplio de medidas restrictivas.

ENT. VR
VR.

01-01

9108052

Manifestación en Madrid contra la ETA.
La Mañana (15015)
24/6/91
España (20072).
Fuerzas Sico Soc. (11165)
Grupos Subversivos. (11418).

Más de cuatro mil madrileños salieron a las calles

Manifestación contra la ETA

Terroristas atentaron con un coche bomba

Más de cuatro mil madrileños se manifestaron por las calles del barrio periférico de San Blas contra la banda terrorista ETA, después del atentado, perpetrado con un cochebomba frente a una comisaría de policía situada en este barrio de Madrid.

MADRID.- La manifestación fue convocada por asociaciones de vecinos del barrio madrileño donde ocurrió el atentado que dejó un saldo de cinco policías heridos y ocasionó destrozos en casas, coches, tiendas y en un gran centro comercial.

Fuentes policiales añadieron que el vehículo cargado con 40 ó 50 kilos de material explosivo fue dirigido en dirección a la comisaría aprovechando una ligera pendiente, método utilizado por ETA y que, recientemente, fue empleado contra la casa cuartel de la Guardia Civil (policía rural) en la localidad barcelonesa de Vich (noroeste español), donde fallecieron nueve personas.

El cochebomba, chocó en su trayecto con una moto estacionada, activándose el mecanismo explosivo, sin llegar a impactar con la fachada del centro policial, lo que hubiera ocasionado una "tragedia".

La explosión causó heridas de diversa consideración a cinco policías. Uno de ellos fue intervenido quirúrgicamente de las heridas sufridas en la rodilla y fémur de la pierna derecha y salvó su vida gracias al chaleco antibalas que llevaba puesto.

Cuando se produjo el atentado, a las 07.40 hora local, los gritos de uno de los policías, "al suelo, al suelo", tras observar las maniobras extrañas del automóvil que iba directamente contra la comisaría, alertaron a sus compañeros y evitaron que se produjeran víctimas mortales.

El vehículo, cargado con los explosivos, al ser desviado por la motocicleta aparcada en las inmediaciones, chocó finalmente con una galería comercial colindante con el centro policial, cuya fachada frontal sufrió daños de consideración.

Una veintena de coches estacionados en las proximidades y unas ochenta viviendas sufrieron también daños a causa de la explosión. ■

VB.

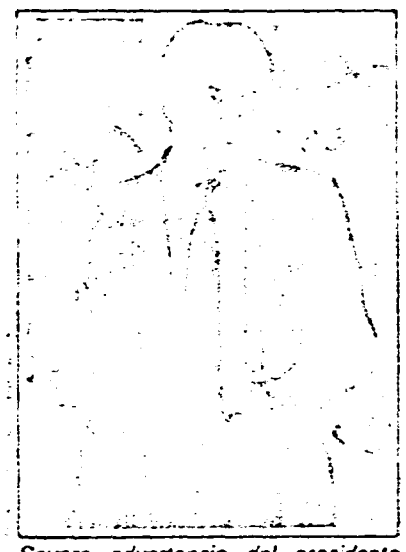
01-01

9108053

Nº DOCUMENTO
TITULO Nueva etapa del PSOE. provocaro la caída de varios di-
FECHA rigentes.-
de República (189023)
26-06-91.
España (10072)
Fac. Pol (11164)
Partidos Pol. (11304)

VR
VR

Felipe González: Nueva etapa del PSOE provocará caída de muchos dirigentes



Severa advertencia del presidente Felipe González a sus correligionarios del PSOE. (Telefoto de AFP)

EL PAIS de Madrid
Publicación de LA REPUBLICA

Madrid, por Anabel Díez

El presidente del gobierno y secretario general del PSOE, Felipe González, dijo el 24 de junio en Sevilla que su partido ha abierto una nueva etapa tras la reunión de la ejecutiva federal del pasado jueves que debe estar dedicada a "despejar incertidumbres". González, advirtió, en la recepción ofrecida por el rey con motivo de su onomástico, que el PSOE "debe quebrar su natural tendencia a cerrarse" y que ese esfuerzo provocará que "muchos dirigentes caigan en el camino".

El presidente del gobierno admitió que él mismo puede ser uno de los afectados por ese período de renovación. González aseguró que desconoce la existencia de una operación destinada a reemplazarle en la dirección del partido, aunque añadió que, de existir, sería absolutamente legítima, informa Pablo Ordaz desde Sevilla.

El presidente del Grupo Parlamentario del PSOE, Eduardo Martín Toval, manifestó ayer a raíz de las declaraciones del presidente que "Felipe González [illegible] imprescindible para el proyecto socialista en tanto que proyecto histórico de cambio", aunque matizó que "para el momento presente es el gran líder del PSOE y debe seguir durante mucho tiempo". Las palabras del secretario general del PSOE, Felipe González, han reavivado los recelos en el seno de la ejecutiva socialista donde se han acogido con extrañeza las llamadas a la renovación efectuadas por González en Sevilla.

Un dirigente socialista puso en duda que González pudiera referirse a "la renovación de personas toda vez que la dirección fue elegida hace sólo seis meses con el 100 por cien de los votos", para añadir que la única solución para cambios radicales sería un congreso extraordinario que calificó inmediatamente de "locura".

El presidente del Grupo Socialista, Eduardo Martín Toval, alineado con el sector más duro del 'aparato' del partido, afirmó ayer que el proyecto socialista "en un sentido histórico está por encima de los fulanismos". De ahí que no considere que Felipe González "sea imprescindible".

El discurso de la renovación es una constante en Felipe González desde antes del trigésimo segundo congreso celebrado el pasado diciembre y según miembros de la dirección lo repite en cada ejecutiva a modo de obsesión en el sentido de, según propias palabras de González, estar alerta para "no morir de éxito" y que concluye con la llamada a recuperar la sintonía con la sociedad.

Algunos miembros de la ejecutiva se resistían ayer a intepretar aviesamente las declaraciones de González e insistían en que el secretario general no pensaba en ellos al hablar de tal renovación sino "en todos los cuadros y dirigentes del partido".

Estos interlocutores señalaron que en la reunión del pasado jueves "la satisfacción fue general al ver el dinamismo de González por lo que de estimulante tenía". Estos reconocieron que la tensión se había vivido días antes, cuando sí hubo controversia respecto a qué solución se daba a Carlos Navarro y Guillermo Galeote, (encargados de sectores financieros del partido) pero que en la reunión de la ejecutiva el asunto estaba ya trillado.

Otros responsables del PSOE, también miembros de la ejecutiva, se preguntaron si es que Felipe González lo que está pensando es en un congreso extraordinario para decir a continuación que sólo se entendería "si se produjera una hecatombe que incluso llevaría emparejada la dimisión del secretario general".

Estos interlocutores apuntaron a que Felipe González siempre tiene la puerta abierta para prescindir de algún miembro de la ejecutiva y sustituirlo por otro "porque no se discutiría la medida".

Sin embargo, José Barrionuevo, ex ministro y considerado miembro de unos de los clanes que hay dentro del socialismo, expresó ayer a Europa Press que las declaraciones de Felipe González son "muy positivas, naturales y muy razonables".

El ex ministro reiteró que las declaraciones de González constatan una realidad: "Que en la evolución de los partidos y según va habiendo determinados acontecimientos, se van produciendo cambios en las personas.

Que el secretario general del PSOE lo recuerde es un buen elemento".

El ex ministro acogió, también, con alborozo las palabras de González en el sentido de abrir el partido.

Matilde Fernández, ministra de Asuntos Sociales, manifestó ayer que "quien pretenda separa a Felipe González de la secretaría general lo tiene muy duro y más vale que desista".

9108054

01-01

Canciller israelí Levy en España
Lo. Moreno (Madrid)
17/6/91

Espacio (11:00)
Fax. 18 (11:04)
Polígrafa Int. (11:39)
Ascod (11:57)

Para Levy, la paz es más rentable

MADRID.- El Ministro israelí de Exteriores, David Levy, dijo ayer que la paz es más rentable que el enfrentamiento y expresó la preocupación de Israel por el rearme sirio durante una entrevista con el Presidente del gobierno español, Felipe González.

En su segundo día de estancia oficial en España, Levy fue recibido por el Rey Juan Carlos en la ciudad andaluza de Granada (Sur del país) y se entrevistó después, en Madrid, con González.

Durante la entrevista se acordó que el Presidente del Gobierno español realizará su primera visita oficial a Israel probablemente el próximo otoño, informaron fuentes oficiales.

González aceptó de buen grado la invitación de Levy, que seguirá ahora los cauces diplomáticos habituales para la fijación de fechas, y fue informado también de la invitación cursada al Rey Juan Carlos, que, según fuentes oficiales, está "en estudio".

La invitación para que el monarca español visite oficialmente Israel fue hecha por el Presidente israelí, Chaim Herzog, en un mensaje transmitido ayer Levy al Rey Juan Carlos durante la audiencia en Granada.

González y Levy conversaron durante una hora en una reunión a la que también asistieron el Ministro español de Asuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez, los respectivos embajadores y asesores en cuestiones internacionales. ■

VR
VR

01-01

9108055

Pro-comunistas respaldarán al P.S.O.E.
LA MAÑANA (150015)
31-5-91
España (10072)
Tal. Pol (11104)
Entidades Pol (11504)
Gob. Nac. (11303)

Apoyo para que gobierne municipios y regiones

Respaldarán procomunistas al PSOE

No compartirán funciones de Gobierno y actuarán en la oposición

La coalición Izquierda Unida (IU), que en España agrupa a comunistas y a socialistas escindidos del gubernamental Partido Socialista Obrero Español (PSOE), apoyará a éste para que Gobierne en municipios y regiones, pero sin compartir el poder.

MADRID.- El coordinador general de IU, Julio Anguita, afirmó ayer que ese había sido el acuerdo de la presidencia federal de la coalición izquierdista, aunque deberá ser ratificado por sus organizaciones territoriales.

Las elecciones municipales y regionales celebradas el pasado domingo en España se caracterizaron, a diferencia de las autónomas, por la ausencia de mayorías absolutas en la mayor parte de los ayuntamientos y comunidades autónomas.

El PSOE que lidera el Presidente del Gobierno, Felipe González, contó con el apoyo de los comunistas para llegar al poder municipal en las elecciones de 1979, las primeras en ese ámbito tras la dictadura del general Francisco Franco, mediante un pacto global por el que compartieron los gobiernos locales.

Para la próxima legislatura, según Anguita, el apoyo de IU se reducirá al voto para la elección de alcalde o presidente regional, pero no compartirán funciones de Gobierno, y [illegible] delito.

El grupo de IU [illegible] ciudad española [illegible] para que [illegible] municipales [illegible] diputados [illegible] más de la [illegible] 1982.

9108056

01-01

ISRAEL Y EL DIALOGO CON LOS PALESTINOS, SEGÚN EMBAJADOR ISRAELI EN ESPAÑA
CAMBIO 16 (15EEGI)
14/4/91
Yehoud (10107)
conflicto Palestino - Israeli (11554)

ENTREVISTA

SHLOMO BEN AMI

"Es posible una confederación de jordanos, palestinos e israelíes"

El embajador de Israel en España habla, en esta entrevista concedida en exclusiva a CAMBIO16, del necesario dialogo de paz con los países árabes y los líderes palestinos elegidos en unos comicios. Shlomo Ben Ami afirma que difícilmente Israel aceptaría un estado soberano en Cisjordania y Gaza, y que la represión en los territorios ocupados es lamentable

JUAN CARLOS ALGAÑARAZ/Fotos: ÀLEX PUYOL

SEÑOR embajador, ¿cómo se puede conseguir la paz en los territorios ocupados?

—La paz se puede lograr, en mi opinión, sólo como resultado de procesos internos que se den en ambas sociedades. Yo respeto mucho lo que pueda pensar la CE o los Estados Unidos, pero va a ser muy difícil que venga impuesta desde fuera. En cualquier caso, la solución tiene dos partes: la primera es resolver nuestros problemas con los países árabes, la otra es el tema palestino. Respecto a los estados árabes, el proceso parece ser más sencillo; tenemos el precedente del acuerdo alcanzado con Egipto, por cierto, sin conferencia internacional de paz de por medio. Lo mismo podemos hacer con Arabia Saudí o los países del Magreb. ¿Por qué tenemos que estar en conflicto, por ejemplo, con Argelia? Eso sí, la premisa indispensable es que reconozcan al Estado de Israel, algo que aún no han hecho. Y, simultáneamente, hay que avanzar en la cuestión de los territorios ocupados, celebrando negociaciones con los palestinos para llegar a un final de la ocupación militar y con un esfuerzo económico de la comunidad internacional. Lo que el canciller alemán Helmut Khol ha llamado un Plan Marshall para Oriente Medio.

—Quizás la solución también debe pasar por la flexibilización de la postura israelí.

—Cuando se pide a Israel que no sea intransigente, se olvida un dato objetivo: mi país está inmerso en una guerra permanente. Cuando no se disparan misiles Scud, hay atentados terroristas o propaganda antijudía o resoluciones de la ONU o boicot internacional o no se nos acepta en los foros internacionales. Eso es lo que tiene que acabar. Si quieren que Israel sea generoso con el problema palestino, se debería crear un clima propicio para que el país no se sienta solo y rodeado de enemigos.

—¿Hasta qué punto el país está dividido por lo que ocurre en Cisjordania y Gaza?

—La división es profunda en el seno de la sociedad, porque los israelíes se dan cuenta de que la situación es insostenible. En principio, por motivos históricos, a todos nos gustaría, incluso al más moderado, que Cisjordania y Gaza —antes Judea y Samaria— formaran parte del Estado de Israel. Es nuestro sueño. Y cada día hay que luchar contra ese deseo diciéndose: sí, es verdad, me gustaría que esos territorios fueran nuestros, porque tenemos derechos históricos sobre ellos. Pero no puede ser porque ahí existe otro pueblo, y esa es una realidad, no sólo física, sino también moral. Por supuesto, un palestino diría que ellos también tienen derechos históricos sobre la tierra. Aquí está la tragedia, que cada una de las causas es justa.

—También existen otros problemas territoriales que deben resolverse. Ustedes aún ocupan los Altos del Golán.

—Hemos dicho más de una vez que estamos dispuestos a sentarnos con los sirios para hablar del Golán, de eso no cabe duda. Pero nadie en Israel puede hoy decir que la paz con Siria pasará por una retirada completa de aquel territorio.

—¿Y qué va a pasar con la franja de seguridad —otra ocupación— que su país conserva en el sur del Líbano?

—Israel no tiene ningún contencioso con el Líbano. Mi país se retiraría de la franja de seguridad si se crearan las condiciones de seguridad necesarias. El problema del Líbano es que es una sociedad invertebrada. Curiosamente en el Golán no se ha disparado un tiro desde 1974. ¿Por qué? Porque hay una dirección fuerte en Damasco que gobierna Siria.

—¿Aceptaría Israel un Líbano ocupado por Siria?

—Le devuelvo la pregunta: ¿lo aceptaría la comunidad internacional? Sin duda, la solución ideal sería la creación de un Estado libanés totalmente independiente, que domine sus fronteras con un ejército eficaz, lo que no es fácil. Siempre nos han preguntado si condicionábamos nuestra retirada de la franja de seguridad a la retirada de Siria. Y nosotros siempre hemos contestado que no. Su retirada no la imponemos como condición porque, probablemente, si las tropas

> **"DESEAMOS llegar a un acuerdo con Siria sobre los Altos del Golán, pero nadie en Israel puede decir que se va a devolver el territorio"**

VF
VR
01-03

9108057

de Damasco se fueran, el caos persistiría. Y eso es lo que realmente crea inseguridad a Israel. Con Siria podemos llegar a un acuerdo respecto al Golán, pero, ¿con quién llegas a un acuerdo en el Líbano? Además, en el norte de Israel existen personas que han estado sometidas a constantes bombardeos procedentes de territorio libanés, y eso hay que solucionarlo antes que nada.

—Retomando la cuestión principal, ¿alguna vez Israel aceptará un Estado palestino independiente?

—A veces pienso que el día que encontremos la solución al problema diremos: Dios mío, era tan simple. Un Estado palestino en Gaza y Cisjordania, soberano, con ejército, con posibilidad de dar acceso en su territorio a un ejército árabe, está fuera de discusión. Pero no solamente para el actual Gobierno, sino para el más histérico de la izquierda en Israel. Es decir, esa solución no puede ser asumida por la sociedad israelí, por lo menos en esta generación. La paz en sí misma es muy importante, pero también lo son otras cosas. Permita que le haga una comparación. Los estados bálticos, Lituania, Estonia y Letonia, fueron independientes. Ahora existe un consenso total en la comunidad internacional para no apoyar sus reivindicaciones y dejar hacer a Gorbachov, ya que así se favorece la estabilidad de la *perestroika* y la paz mundial. Bueno, nuestro argumento es que aquí hay una situación en la que ni ha existido una estatalidad anterior en los territorios ocupados, ni su creación hoy sería una receta para la paz y la estabilidad. Por lo tanto, el camino que habrá que seguir es intentar crear en Gaza y Cisjordania una entidad palestina que, en una primera fase, pueda obtener una autonomía. El Ejército israelí se retiraría, no a las fronteras de 1967, pero sí a puntos estratégicos, sin intervenir en la vida de los palestinos. Después de tres años de autonomía se negociaría con ellos el estatus final de los territorios. En esos tres años se podría crear un clima de confianza mutua. Y al mismo tiempo, invertir en el Plan Marshall para Oriente Medio y negociar para alcanzar la paz con los países árabes.

—¿Qué derechos tendría esa entidad palestina?

—Tendría todos, menos ejército y representación exterior. Incluso podría tener moneda propia, pero es posible que no les interese ya que su relación económica con Israel va a ser muy importante.

—¿Cuál sería el estatus final después de los tres años de autonomía?

—Ya dije antes que un Estado palestino completamente independiente no sería asumible. Pero a lo mejor sí lo sería que esa entidad estuviera desmilitarizada y, quizá, relacionada con Jordania en una confederación. No olvidemos que Jordania es un país donde la mayoría de sus habitantes son palestinos. Por lo tanto, que el Estado jordano sea soberano y que tenga una relación confederada con una zona autónoma, formada por Gaza y Cisjordania, no sería una idea disparatada. Probablemente los palestinos quieren otra cosa, pero me parece que esa sería la solución que mayor consenso podría conseguir hoy en Israel. Tampoco sería disparatado una confederación de tres: jordano-palestina-israelí.

> **LAS elecciones darían paso a una autonomía palestina, que tendría todos los derechos menos poseer ejército y tener política exterior**

—¿Cómo juzga las relaciones de su país con la Comunidad Europea?

—Israel es el único país mediterráneo que tiene un acuerdo comercial recíproco con la CE. Nosotros le vendemos a Europa productos por un total de 3.000 millones de dólares al año (unos 300.000 millones de pesetas), y ellos nos venden 7.000 millones. ¿Por qué nos compran tan poco? Porque en Europa no existe una legislación contra el boicot a que nos someten los países árabes. Además se producen situaciones extrañas. La Comunidad Europea aprobó una ayuda de 500 millones de ecus (alrededor de 65.000 millones de pesetas) para, según dicen, ayudar a los países castigados por la crisis del Golfo. Siria se ha beneficiado, Egipto también, como Jordania, cuyo papel en la guerra ha sido muy ambiguo. Israel no ha recibido ni un solo ecu. Acaso quieran influir así en la postura política de mi país.

—Pero la CE sí ha dado dinero a Israel.

—No. La Comunidad Europea ha dado dinero a los palestinos y ha propuesto un crédito a Israel acompañado de condiciones políticas que difícilmente podríamos aceptar. Todos los demás han recibido regalos. Estados Unidos ha perdonado a Egipto los 7.000 millones de dólares que le adeudaba. Lo mismo han hecho los países del Golfo. Egipto se ha beneficiado tanto política como económicamente de la guerra. Igual ha sucedido con Siria. A Israel, en cambio, le han concedido préstamos. Y no digo esto porque Israel exija o quiera algo, sino por el clima de confianza que debe intentarse crear en la zona si se desea que mi país no se sienta tan aislado.

—O sea, lo que necesita Israel, entre otras cosas, es comprensión.

—Sí. La sociedad israelí es muy complicada y tiene una sensibilidad muy acentuada. Por un lado, está reprimiendo a los palestinos en los territorios ocupados y, al mismo tiempo, desea que la ataquen menos y la quieran más. Pero si no te aprecian mucho, al menos pretendes que no magnifiquen o dramaticen la represión que estás realizando. Pero lo hacen, y eso, a mí, que me siento profundamente identificado con España, me duele mucho. Habría que encontrar otros mecanismos para no reprimir de la forma en que se está haciendo. Pero las palizas que hemos recibido de la opinión pública mundial y de la prensa internacional no tienen parangón con situaciones comparables. Por ejemplo, las estadísticas más generosas dicen que en los tres años de Intifada han muerto 800 palestinos. Lo que parece omitirse es que los propios palestinos han sido responsables de 200 de esas muertes. Y si nosotros somos responsables del resto, hay que pensar que se han producido en tres años de enfrentamientos, no en un día, como sucedió, por ejemplo, en Argelia. De Lituania y otras repúblicas soviéticas han llegado imágenes de tanques en la calle; por el contrario nunca habrá podido ver tanques en los territorios ocupados. Israel ha intentado esa cosa rara de reprimir, pero minimizar la situación. Yo no digo que haya que aplaudirnos, pero comentarios

91080574

como los de algunos periodistas que nos han llamado nazis, después de que seis millones de judíos perdieran la vida en cámaras de gas, me parece irresponsable.

—Pero algo podrá hacer Israel para contribuir a una solución a la crisis en Oriente Medio.

—Quizá lo más importante es hacer posibles las elecciones en los territorios ocupados para que los palestinos elijan a sus representantes y estos puedan negociar la autonomía. Es decir, que se lleve adelante el Plan Shamir. Que Israel se retire de los centros urbanos durante los comicios, que haya observadores internacionales y todo lo necesario. Si, después, los elegidos resultan ser del grupo Hamas —extremistas—, fundamentalistas o miembros de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), tendremos que negociar con ellos. Por eso me sorprende que los palestinos no aprovechen la oportunidad. Israel se ha podido meter en una trampa: es posible que no tengamos que negociar con gente de la OLP, ya que estarían legitimados por las urnas. Personalmente, no creo que la idea de las elecciones sea tan buena, pero ahí está.

—Quizá sea la oportunidad para algunos líderes palestinos de Gaza y Cisjordania.

—Quizá, pero hay que distinguir entre lo que esos líderes supuestamente moderados dicen en público y lo que dicen en privado. Elías Freij, alcalde de Belén, realizó unas declaraciones de flexibilidad hacia Israel. Tuvo que negar lo dicho porque Arafat le amenazó. Existe una dictadura del miedo en su organización.

—Tras la guerra del Golfo, ¿la OLP, en la medida en que se ha quedado con pocos amigos, ha perdido cierta fuerza de moderación?

—La moderación debe tener un reflejo político. Francamente, creo que los palestinos quieren un Estado independiente, así que la OLP no es más extremista que los demás porque todos desean lo mismo. Nuestro problema con la OLP es que representa un concepto de totalidad que Israel no está dispuesto a digerir. Ellos representan a los palestinos de Jordania, de Kuwait o de Israel. Pero a nosotros no nos incumbe el futuro del pueblo palestino, sólo el del que vive en los territorios ocupados. Existe un concepto importante, que es el del mandato que las Naciones Unidas dan a una potencia para que administre y prepare un territorio para la independencia. Israel no está en Cisjordania y Gaza por un mandato, sino por la ocupación militar. Por lo tanto, no tiene la obligación histórica de crear un Estado en aquella zona, pero sí la de negociar, según las resoluciones de la ONU, el fin de la ocupación. Son dos cosas distintas. Además, lo curioso es que Yaser Arafat declaró en Argel un Estado palestino inexistente, se llama presidente y ahora dice a Israel: vamos a negociar, pero sobre unos hechos para él consumados. Mientras que, y ahí existe una clara diferencia, los palestinos moderados están dispuestos a entrar en una fase previa que puede desembocar en un estado soberano, pero no necesariamente. El Movimiento Nacional Palestino es uno de los movimientos menos inteligentes de la historia. Siempre llega tarde y mal.

—¿A pesar de haber imitado en algunas cosas al movimiento sionista?

—Sí. Ellos han intentado copiar al movimiento sionista, pero sólo en la retórica. Sin embargo, han fallado en lo fundamental: la sutileza y la astucia que hizo que el sionismo lograse en cada momento lo que era posible conseguir. ¿Qué es lo que promete hoy Shamir? Algo que está lejos del sueño palestino. Pero lo que nosotros obtuvimos en 1947 también lo estaba del nuestro. A pesar de ello lo cogimos. Así que los palestinos lo que tienen que hacer ahora es entrar en ese hueco que se les abre e intentar agrandarlo, y no empeñarse en lograr un estado ya.

—¿Cree que los palestinos seguirán buscando el apoyo de Occidente?

—Los palestinos han cometido un error al considerar a Israel como una vanguardia de Occidente. Por eso piensan que si Occidente le retuerce el brazo a Israel, lograrán sus objetivos. Y por eso desean más el diálogo con los Estados Unidos que con Israel. Si Washington retirara la ayuda económica a mi país, no ocurriría ninguna catástrofe. Estamos hablando de 1.200 millones de dólares al año (unos 120.000 millones de pesetas). Es posible que fuéramos capaces de recaudarlo del pueblo judío. Lo que está claro es que con las presiones internacionales Arafat no se va a salir con la suya. ■

03-03

9108057

Conflicto árabe-israelí.
La Semana (150015)
91-06-04
Israel. (10107)
Fac. Pol. (11164)
Conf. P-Israelí. (11554)
O.L.P. (500868)

• Elección de libertad

(D-7)

A consecuencia de la intifada, se ha producido en israelíes y palestinos un cambio cognoscitivo, tal vez principal acontecimiento de los últimos años. Actualmente, nueve de cada diez israelíes, ya sean halcones o palomas, dicen que como los palestinos no se van a ir "así nomás", es necesario resolver el conflicto árabe-israelí. Nueve de cada diez palestinos también dicen que los israelíes no se van a ir "así nomás".

Como los acontecimientos finalmente han eliminado los bloqueos cognoscitivos que obstaculizan los esfuerzos tendientes a la negociación, no podremos permanecer en una impasse mutua durante mucho tiempo. El primer paso hacia las conversaciones entre árabes e israelíes es una elección directa en los territorios ocupados. Se plantea en consecuencia la necesidad de dar a los palestinos, de manera rápida y eficiente, la oportunidad de decidir quién los representará. La elección debe realizarse pronto y bajo supervisión internacional.

De este modo, a la larga, sabremos quién representa realmente a los palestinos. Si los palestinos siguen queriendo a la Organización para la Liberación Palestina, entonces que sea la O.L.P., aunque hayan vivado los misiles Scud y nos hayan aterrorizado a nosotros y a nuestros hijos. Una vez que se haya elegido a los líderes palestinos, sería muy sensato que el gobierno israelí, así como los demás gobiernos, hablaran seriamente con los nuevos dirigentes.

Si la OLP llega a ser elegida, le facilitaría las cosas al gobierno israelí que se cambiara el nombre. Podría llamarse "Gobierno Palestino en el Exilio", o "Consejo Revolucionario Palestino", o lo que fuere. El cambio de nombre es importante, especialmente después de la *gaffe* de la OLP al apoyar a Saddam Hussein.

Luego podría llegarse a un acuerdo basándose en los siguientes principios: autodeterminación para los palestinos a cambio de que los palestinos y demás árabes estuvieran dispuestos a cumplir con todas las disposiciones de seguridad legítimas de Israel, como la desmilitarización efectiva de la margen Occidental y Gaza, y un acuerdo de que el arreglo entre Israel y los palestinos sería parte de un tratado amplio de "paz a cambio de seguridad" entre Israel y todos sus vecinos árabes.

En cuanto al movimiento pacifista de Israel, ha llegado el momento de que se dirija ante todo a la opinión pública israelí. Debe concentrar esfuerzos para tratar de cambiar la manera de pensar de los 100.000 votantes israelíes que pueden modificar el equilibrio de poder entre halcones y palomas. Crece en sus filas la conciencia de que tienen que hablar de justicia e injuria y más de las necesidades e intereses reales de Israel.

En este esfuerzo, debe usar como argumento una de las lecciones claves de la guerra del Golfo. Ahora sabe que los misiles balísticos pueden llegar a Tel Aviv no sólo desde Iraq sino también desde Irán. Eso nos hace comprender que los territorios ocupados no serán tan significativos para la seguridad de Israel en las guerras del siglo XXI.

VR
VR.

01-01

9108058

Shamir acepta negociar la soberanía de los territorios.
(CLARIN (150024))
6/6/91
ISRAEL (10107)
CONF. PAL. ISRAELI (11554)
FAL. POL. (11164)

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991

Shamir, en un giro inesperado, acepta negociar la soberanía de los territorios

El canciller israelí David Levy dijo en París que en unas semanas podrían comenzar conversaciones regionales de paz, afirmación que la Casa Blanca puso en duda primero y horas después calificó de alentadora. El premier Yitzhak Shamir sostuvo en Tel Aviv que la soberanía de su país en los territorios ocupados será tema de negociación. Tercer ataque judío al sur del Líbano en dos días.

David Levy, canciller israelí: en dos semanas podría realizarse una reunión regional de paz.

PARIS, WASHINGTON y JERUSALEN, 5 (Reuter, AP y EFE). — El primer ministro **Yitzhak Shamir** dijo hoy **que la dominación israelí en los territorios ocupados de la margen occidental y la franja de Gaza es negociable**, pese a que en el pasado insistió en que esas tierras son parte integral de **Israel**.

En frases transmitidas por **Radio Israel** durante un discurso que dirigió a maestros de **Tel Aviv**, Shamir sostuvo que **"hemos acordado que la soberanía sobre Judea, Samaria y Gaza será tema de negociaciones a pesar de nuestra convicción más profunda de que esas regiones son parte orgánica de Israel"**.

El 8 de mayo pasado, hablando ante el **Congreso Judío Mundial**, Shamir había admitido por primera vez que **los asentamientos judíos en los territorios ocupados «serán objeto de negociación» en el marco de un plan de paz**.

Funcionarios israelíes han dicho que los árabes pueden plantear cualquier demanda en futuras conversaciones, pero resulta fuera de lo común que Shamir admita la disposición de su gobierno a contemplar una retirada de los territorios ocupados durante la guerra de 1967. En el discurso de hoy, el premier rechazó de plano las demandas árabes de que la ONU participe en las negociaciones de paz.

Este rechazo pareció casi una respuesta anticipada a la carta que le envió hace unos días el presidente **George Bush**. En ella, el mandatario le sugirió a Israel que ceda en dos cuestiones fundamentales: las demandas árabes de que la ONU participe en las conversaciones de paz como **"observador silencioso"** y la posibilidad de que la conferencia internacional sea convocada más de una vez si uno de sus participantes lo demanda. Israel ha rechazado siempre estos detalles de procedimiento por entender que de ellos dependerá el resultado de las negociaciones.

♦ Levy y EE.UU.

Mientras tanto, en **París**, el canciller israelí **David Levy**, respondiendo a una pregunta en un reportaje para **Radio Francia Internacional** expresó como posible que en un plazo de entre dos semanas y un mes puedan comenzar conversaciones regionales de paz para Oriente Medio.

El ministro se mostró confiado en que todas las partes hayan entendido que hay que aprovechar esta ocasión histórica y sostuvo que **"quizá dentro de dos, tres o cuatro semanas, no puedo decirlo, pero indudablemente pronto"**, podría celebrarse una conferencia si Israel responde favorablemente a la iniciativa del presidente Bush.

Apenas conocidas las afirmaciones de Levy, la **Casa Blanca** reaccionó relativizándolas. El portavoz **Marlin Fitzwater** dijo desconocer que exista un acuerdo para celebrar una conferencia de paz en los tiempos indicados por Levy: **"Los Estados Unidos coinciden con el ministro israelí pero si se trata de tiempo y calendario. Sin embargo, si hablamos de que todo el mundo está de acuerdo en iniciar conversaciones y de que existe consenso al respecto, es otra cuestión y debo decir que no contamos con evidencias, en estos momentos, para apoyar lo dicho por Levy"**.

Sin embargo, horas después, el mismo Fitzwater, tras aclarar que tales declaraciones habían sido estudiadas en detalle, las calificó de **"alentadoras"** y dijo que **"si el ministro cree que (la conferencia) puede celebrarse en cuestión de semanas, es un signo muy alentador y sería posible"**.

El canciller Levy visitó París para reunirse con la **"troika"** de la **Comunidad Europea**, que integran Holanda, Italia y Luxemburgo. Con ellos acordó hoy que la CE participará en una conferencia de paz para Oriente Medio aclarando que **"no tendrá voz ni voto ni podrá interferir en las negociaciones de paz que se celebren entre árabes e israelíes"**. Poco después, tras entrevistarse con el presidente **Francois Mitterrand**, Levy dijo que la participación de la CE no se situará al mismo nivel que la de los Estados Unidos y la Unión Soviética, sin detallar cuál será, a su juicio, el papel que cumplirá.

Hoy, por tercera vez en 48 horas y a 12 de que el Estado judío lanzara su mayor ataque contra el Líbano en 9 años, la aviación israelí atacó bases guerrilleras en el sur libanés. La policía dijo que 3 guerrilleros murieron y 9 resultaron heridos tras el raid contra bases palestinas en las laderas orientales de la ciudad portuaria de Sidón.

El gobierno libanés dijo haber protestado ante el Consejo de Seguridad de la ONU, mientras lo que desafió a las Estados Unidos a que adopte una posición clara frente a la agresión. El ministro de Defensa Moshe Arens afirmó hoy ante periodistas que Israel seguirá atacando a la guerrilla palestina en el Líbano para «proteger a nuestra población civil de los terroristas».

VR
VR.

9108059

la intifada en la hora de la autocrítica.
La República (150020)
91-06-10.
Foro P (10207)
Conf P-5. (11554)
O.L.P. (500868)

La intifada en la hora de la autocrítica

(D-1)

Jerusalén (AFP)
por Majda El Baatsch

■ Los principales dirigentes palestinos de los territorios ocupados estiman hoy que deben proceder a una reevaluación de la intifada desencadenada en diciembre de 1987, a fin de devolver al levantamiento su carácter nacional y popular. Interrogado por la AFP, Faisal Huseini, director del Centro de Estudios Arabes de Jerusalén este y simpatizante del Fatan (principal componente de la Organización de Liberación Palestina) afirmó que hace ya año y medio él había advertido el peligro de la militarización de los grupos de choque. "Debemos utilizar la ayuda europea para transformar nuestras instituciones en otros tantos bastiones de la intifada", dijo.

Para Huseini: "Los comités populares son la columna vertebral de la intifada; por eso deben ser entidades funcionales (...) indispensables en el plano de la vida cotidiana". También la responsable de la Unión de Asociaciones de Mujeres Palestinas, Zamira Kamal, movimiento afín al FDLP (Frente Democrático para la Liberación de Palestina, otra componente de la OLP), estima que "para sacar a la intifada del callejón sin salida, es preciso proceder a una reevaluación". Esta dirigente está convencida de que el papel cada vez mayor de los "grupos de choque" perjudicó el carácter popular del levantamiento. "En su inicio, la intifada fue un arrollador movimiento popular que permitía a cada uno expresarse. Al asumir el papel de héroes, los miembros de los grupos de choque transformaron al resto de los palestinos en espectadores", afirmó. El fenómeno, según Zamira Kamal, apareció cuando el movimiento palestino empezaba a sufrir los efectos negativos en el plano económico y social de tres años y medio de revuelta. "Junto con esos efectos -añade- apareció una depresión psicológica debida a la marginación internacional de la OLP tras la guerra del Golfo y a la multiplicación de implantaciones judías en los territorios ocupados".

Una tercera opinión favorable a la reevaluación del movimiento palestino es la de Riad el Malmi: profesor de la Universidad Bir Zeit (Cisjordania) y afín al FPLP (Frente Popular de Liberación de Palestina, tercera componente de la OLP).

"La intifada -estimó- debe reunir al conjunto de las componentes de la OLP, en lugar de expresar los particularismos políticos de pequeños grupos. Debemos hacer rápidamente nuestra autocrítica y establecer un proyecto político coherente que nos permita seguir la lucha contra la ocupación".

VR
VR

01-01

9108060

DOCUMENTO judíos etíopes a Israel.
FECHA EL PAIS. (150007)
91-06-19
TEMA Israel (0127)
FOL. Sico-Soc. (1116)

CUENTOS DE HADAS DEL SIGLO XX

En el fárrago de informaciones sensacionales, la noticia del puente aéreo que llevó a Israel en un sólo día a 14.500 judíos falashas de Etiopía, pasó desapercibida. Pero en realidad se trata de una noticia distinta: de un verdadero cuento de hadas del siglo XX, una historia increíble y fascinante, que culmina con un operativo de ejemplar precisión militar que hace recordar hazañas como la de Entebbe en 1976.

El origen de la historia se pierde en la leyenda. ¿Son los judíos negros de Etiopía realmente descendientes del Menelik, hijo del rey Salomón y de la reina de Saba? ¿O tienen origen hamítico como creen la mayoría de los historiadores? Difícilmente pueda darse alguna vez una respuesta terminante a estas interrogantes. De lo que no cabe duda es que son un grupo de origen antiquísimo que durante siglos constituyó una minoría separada que logró mantenerse durante largos períodos como pequeña nación autónoma pero a menudo tuvo choques sangrientos con la mayoría predominantemente cristiana. Durante el reinado del "Negus" Susenios (1607-1632), los judíos etíopes perdieron definitivamente su independencia. El rey judío Gideón y su esposa Judith, murieron en una masacre luego de que el "Negus" quebrara su promesa de dejar volver a los "falashas" a sus aldeas y respetar sus costumbres. En los siglos subsiguientes llevaron la vida de una minoría tolerada, de ciudadanos de segunda clase, radicados sobre todo en las provincias norteñas de Etiopía al norte del lago Tana.

El mundo exterior supo durante mucho tiempo de la existencia de los judíos etíopes. El legendario viajero judío del siglo XII, Benjamín de Tudela, se refiere a ellos en sus crónicas de viaje, pero la curiosidad por su existencia recién se desarrolló a mediados del siglo XIX. Distintos estudiosos como los hermanos franceses D'Abbadie o el misionero protestante suizo Samuel Gobat dejaron interesantes testimonios. Pero el primer estudio sistemático fue realizado por el orientalista judío francés, Jacques Halevy, en 1867, que fue seguido por su discípulo, Jacques Faitlovich, que visitó Etiopía por primera vez en 1904. Faitlovich creó un Comité "Pro-Falasha" e hizo mucho por ayudar a los judíos etíopes a mejorar su nivel de vida y a entablar lazos con los judíos del mundo. A comienzos de la década del 50 la Agencia Judía envió maestros a Etiopía y abrió un seminario para futuros docentes en Asmara. Pero durante mucho tiempo, las autoridades religiosas del entonces nuevo estado de Israel se negaron a reconocer a los "falashas" como judíos. Debido a esta actitud, el gobierno no se atrevió a concebir un plan de emigración en gran escala. Tan solo en 1974, el rabino principal, Ovadia Iosef, decidió el reconocimiento de los judíos etíopes. Pero se había perdido un tiempo precioso. En 1974 hubo una revuelta militar que derrocó al emperador Haile Selassie, que había mantenido buenas relaciones con Israel. El nuevo régimen militar adoptó una actitud hostil que empeoró en 1977, cuando Mengistu Haile Mariam se convirtió en el hombre fuerte.

Mengistu siguió la línea soviética oficial y se plegó en todo a la actitud anti-israelí adoptada por el bloque comunista. Sin embargo, a lo largo de los años siempre hubo contactos secretos y en 1984 el dictador etíope aceptó la salida de judíos, vía Sudán, siempre que la operación se realizara en el mayor secreto. Por esta vía, en lo que se conoció como operación Moises, viajaron a Israel 8.000 judíos etíopes. Pero la imprudente declaración de un jerarca de la Agencia Judía a un órgano de muy escasa difusión, pero recogida rápidamente por la prensa mundial, indujo al gobierno de Addis Abbeba a cancelar la emigración. En los años siguientes hubo distintos contactos oficiales y extraoficiales y los etíopes aceptaron una emigración limitada de 100 personas por mes. Cuando la Unión Soviética decide dejar de apoyar al dictador etíope y su situación militar empeora, Mengistu cada vez más veía en Israel un eventual abastecedor de armas. Uno de sus asesores, su medio hermano, Kase Kabra, que habla hebreo y estudió en la Universidad Hebrea de Jerusalén, fue uno de los principales negociadores con Israel. Tiene la ilusión de que Israel podrá ocupar el lugar dejado por la URSS. Con esa esperanza, Etiopía restablece las relaciones diplomáticas, en octubre de 1989. El Primer Ministro de Israel, Itzjak Shamir, nombró a Uri Luvrani, de 64 años, uno de los mejores "trouble-shooters" (o especialistas en situaciones críticas) de Israel a hacerse cargo de las negociaciones con Etiopía. Luvrani, en conversaciones con los diplomáticos del Ministerio de Relaciones Exteriores israelí llega a la consolidación de una nueva línea; convencer a Etiopía de que Israel tiene algo mejor que ofrecerles que armas: su mediación para un acercamiento con los Estados Unidos.

El gobierno norteamericano acepta mejorar su actitud hacia Addis Abbeba bajo la condición de que Jerusalén no entregue armas al sitiado gobierno militar. Israel recupera su Embajada en la capital etíope, a la cual se dirigen como un refugio miles de judíos.

Debido a la situación inestable en el país y el recrudecimiento de la guerra civil, se teme la posibilidad de un asalto a la Embajada.

Una delegación militar israelí visita la ciudad. Sus conclusiones: no es posible una operación estilo Entebbe. Debe llegarse a un entendimiento con el régimen militar. Uri Luvrani, que dirige con habilidad de virtuoso tanto la operación diplomática como los preparativos logísticos para la partida en masa, está a punto de concluir un acuerdo con Mengistu, cuando éste huye. Finalmente se logra que su sucesor, Tefaye Gabre Kidane apruebe lo acordado. El precio no fue módico: 35 millones de dólares. Hasta que las autoridades de Addis Abbeba no tuvieron seguridad de que el dinero fue depositado en su cuenta en Nueva York, no dejaron salir ningún avión. Los norteamericanos prestan una ayuda decisiva logrando que los rebeldes no interfieran en la operación y avisando a los países árabes de la zona. Finalmente en el lapso de 35 horas, 40 aviones hacen el recorrido de 2.600 kilómetros de Etiopía a Israel.

La brecha cultural entre los judíos de origen europeo de Israel y los judíos negros de Etiopía que salen de la Edad Media (o quizás de un período histórico aún más distante), es considerablemente mayor que la que separa, por ejemplo, a los iraquíes sunnitas y los iraquíes kurdos. Pero los judíos etíopes son recibidos con una cálida solidaridad y la acción de salvataje es considerada por toda la sociedad israelí como una gran causa nacional. La "Operación Salomón" es una de esas insólitas historias reales que tienen un final feliz, al igual que los cuentos de hadas.

SERGIO DERVAUX

VR
VR

9108061

Gestion del canciller Levy en EE.UU.
CLARIN (150024)
14/10/91
ISRAEL (10107)
EE.UU (65890)
FAC. POL (11164)
REAC. INT (11388)

Gestión de Levy en Washington

WASHINGTON, 13 (Reuter y AFP). — El ministro israelí de Relaciones Exteriores David Levy explicó hoy al secretario de Estado norteamericano James Baker por qué Israel rechaza propuestas estadounidenses para convocar una conferencia de paz para el Oriente Medio pero insistió en que el proceso no está "atascado".

"Podemos declarar que el proceso no está atascado", dijo Levy a los periodistas al cabo de una entrevista de dos horas con Baker.

Pero no dio evidencias concretas de progreso en la búsqueda de la paz que los Estados Unidos promueven decididamente desde la guerra del golfo Pérsico contra Irak terminada a fines de febrero.

Levy llegó a Washington para explicar la decisión adoptada por su gobierno la semana pasada de rechazar propuestas norteamericanas que habrían permitido a las Naciones Unidas enviar un observador a la proyectada conferencia de paz y de hecho que la conferencia volviera a sesionar periódicamente con el acuerdo de todas las partes.

Detalles de lo que dijo a Baker no fueron difundidos de inmediato pero Israel destacó anteriormente su oposición a cualquier intervención de la ONU y a una conferencia sin plazo fijo de expiración.

Al iniciar su reunión, Baker desmintió versiones publicadas por la prensa israelí en el sentido de que proyecta realizar una nueva gira por el Oriente Medio y que el presidente George Bush está considerando cursar invitaciones a los ministros de Relaciones Exteriores de Israel, Siria, Jordania, Egipto y Líbano, a fin de que acudan al retiro presidencial norteamericano de Camp David para tratar de quebrar el estancamiento diplomático.

"El ministro y yo hablaremos de nuestros mutuos esfuerzos por desarrollar un proceso para la paz y pensamos continuar con tales gestiones", dijo Baker.

Levy afirmó que ha sido Israel el que hasta ahora hizo las concesiones importantes, por lo que ahora corresponde que lo hagan los árabes. "Israel ha hecho hasta ahora muchas concesiones y ha avanzado en este proceso", destacó.

La visita de Levy se concretó en una atmósfera de deterioro en las relaciones estadounidenses-israelíes después que el primer ministro Yitzhak Shamir, en una franca carta a Bush, rechazó propuestas de avenencia sobre el formato de una conferencia de paz.

"Creo que podemos lograr que esta negociación prosiga. Sería muy difícil entender que haya alguien que prefiera no entrar en negociaciones bilaterales y multilaterales porque hay dos cuestiones de procedimiento aún pendientes", dijo Bush en su carta a Shamir.

Pero Shamir respondió que, para Israel, la cuestión de una participación de la ONU no es solo un detalle formal.

"En la peculiar lógica que prevalece en esta parte del mundo nuestros vecinos siguen aún buscando un proceso que les permita a su término aducir que no han reconocido el derecho de Israel a existir", escribió el intransigente líder judío.

"Por ello es que siguen insistiendo en un contexto internacional lo más amplio posible para realizar negociaciones y en una intervención de la ONU", dijo además.

VR
VR.

01-01

9108062

Gobierno Israelí dividido x territorio ocupado
La Nación (180025)
15/6/91
Israel (10103)
Ec. Pol (11104)

Las alturas del Golán dividen al gobierno israelí

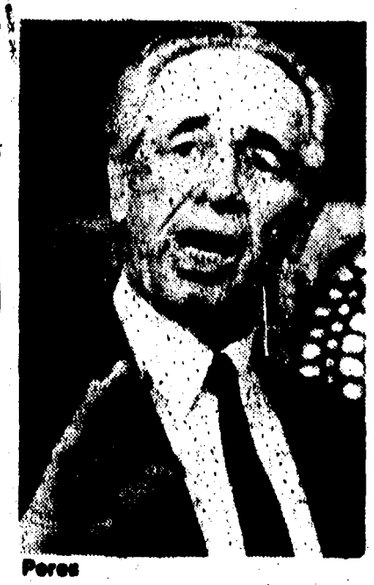
Los laboristas dicen que no hay acuerdo sobre el proceso de paz desde el anuncio de negociar con Siria esos territorios

EL CAIRO, 14 (EFE). – Nawaf Masalha, miembro del Partido Laborista, afirmó en El Cairo, que "el gobierno israelí está dividido sobre el actual proceso de paz en el Medio Oriente".

El político manifestó que esta división se originó después de que el ministro del Interior israelí anunciara que está dispuesto a negociar las alturas del Golán con Siria.

Masalha es uno de los siete políticos israelíes, miembros del Partido Laborista, que visitan oficialmente Egipto, invitados por el viceprimer ministro y ministro de Estado para Asuntos Exteriores y Emigración egipcio, Butros Gali.

Shamir



Peres

El delegado miembro del partido más fuerte de la oposición del régimen de Tel Aviv, afirmó que el ministro de Asuntos Exteriores israelí, David Levi, tiene la intención de visitar muy pronto El Cairo.

Masalha manifestó que apoya la autodeterminación del pueblo palestino y el respeto de sus derechos, y criticó los nuevos asentamientos que el gobierno del primer ministro israelí, Yitzhak Shamir, quiere establecer en los territorios árabes ocupados por Israel.

Según Masalha, el líder del Partido Laborista, Shimon Peres, prefiere convocar a una conferencia de paz para Medio Oriente en El Cairo, por considerar a Egipto un país cercano tanto a la URSS como a los EE.UU.

Los políticos israelíes se entrevistaron el jueves con Butros Gali, y con el subsecretario de Estado para Asuntos Exteriores y consejero presidencial, Usama El Baz, con quienes trataron algunos aspectos del actual proceso de paz.

"Egipto juega un papel fundamental en las negociaciones de paz en Medio Oriente", afirmó Haim Ramón, otro de los integrantes de la delegación de parlamentarios, que viajaron a pesar de las críticas recibidas del presidente del Parlamento israelí, Dov Shilansky.

Territorios por paz

JERUSALEN, 14 (EFE). – Siria está dispuesta a dialogar con Israel acerca de la fórmula de "territorios a cambio de paz", que en este caso serían las alturas del Golan, conquistadas por los israelíes en la Guerra de los Seis Días, en 1967.

Así lo manifestó el ministro de Asuntos Exteriores egipcio, Amer Musa, en una entrevista que publicó hoy el diario independiente israelí Yediot Ahronot.

Según Musa, Siria está muy interesada en sumarse al proceso de paz con el objeto de recuperar las alturas del Golan y solucionar el problema palestino.

Sólo cuando se solucionen ambos problemas, manifestó el ministro egipcio que visitó recientemente Damasco, Siria entablará conversaciones directas con Israel, en el marco de una conferencia internacional o regional, para alcanzar un acuerdo de paz.

01-01

9108063

Trasladan 15000 judíos etíopes a Israel.
de República (150023)
91-05-29
ISRAEL (10107)
PA. SICO-SOCIAL (11165

El traslado de 15.000 judíos etíopes a Israel en 24 horas conmueve la sociedad hebrea

Parábola de otra santa en el umbral del siglo XXI

Durante un año, necesitan un tutor para acostumbrarse a la vida moderna y aprender el idioma

En el salón comedor del Hotel Diplomat de Jerusalén, Malagos, un venerable anciano falasha, pertrechado con su bastón moteado, toma una decisión tajante de acuerdo con los sabios de la tribu: boicotear la escalopa de pavo, una vianda extraña [illegible] entonces desconocida. En la mesa de al lado, Zimna, de 12 años, uno de los 14.400 inmigrantes judíos etíopes llegados el viernes y el sábado a Israel, escruta con fascinación y horror su vaso de limonada, pese a encontrarse deshidratado como sus compañeros. Al final, sólo aceptará beber agua vertida directamente en sus manos.

Jerusalén (AFP)
por Jean-Luc Porte

El 105 voluntarios de la Agencia judía, organismo paraoficial encargado de la acogida de los inmigrantes, descubren sorprendidos que sus intentos de mejorar con comidas occidentales a las familias campesinas son estériles.

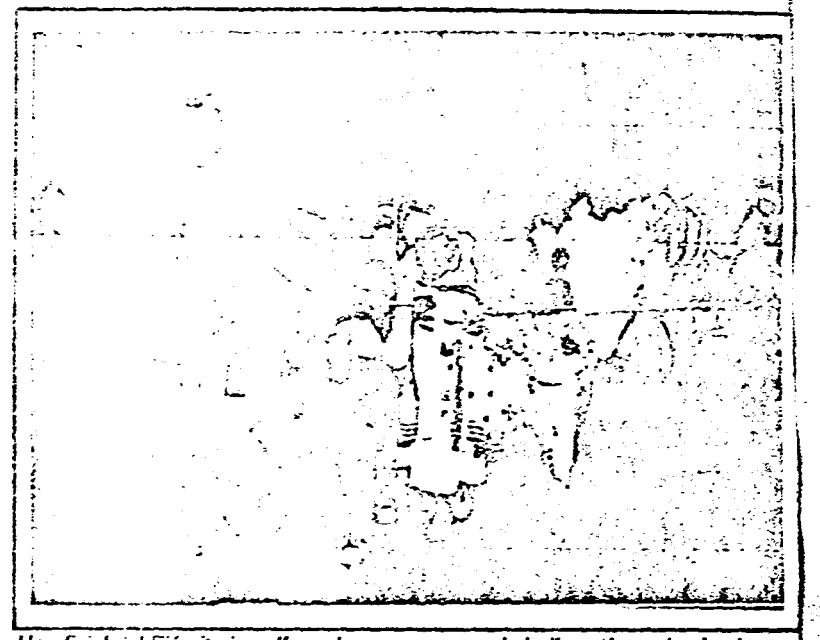
En la región de Gondar (Etiopía) familias comían juntas en sus casas [illegible] el hotel, diez o doce personas se encerraban voluntariamente en habitaciones minúsculas para no separarse durante la noche.

Miedo [illegible] viven entre el temor y la fascinación este mundo nuevo en el que todo es desconcertante, desde el agua corriente hasta los ascensores, pasando por la electricidad y la televisión.

"[illegible] viven semanas [illegible] Vietnam [illegible] pasea en julios con un calcetín malva en el pie derecho y uno amarillo en el izquierdo, dentro de unos zapatones de soldado. En los pasillos, una niña se tambalea dentro de unos zapatos con tacón de aguja, cinco tallas más grandes de lo necesario.

Los hombres han adoptado unánimemente la moda del sombrero y los niños no han podido resistirse a la tentación de probarse las ropas de fútbol israelí. Sólo los viejos rechazan los zapatos y se pasean descalzos sobre la moqueta del hotel.

La Agencia judía se ocupará durante un año de los nuevos falashas, período en que "aprenderán hebreo y se acostumbrarán a la vida moderna", explica Ofir Pele, responsable del organismo [illegible] inmediato es la reunificación de familias, [illegible] fronteras se abalanza sobre un joven falasha y le abraza: acaba de encontrar a su hermano tras seis años de separación.



Un oficial del Ejército israelí conduce a un grupo de judíos etíopes hacia el avión. (Foto de Patrick Baz / AFP).

Quedan aún entre 1.500 y 2.000 judíos en Etiopía

La "Operación Salomón" todavía no ha terminado

Jerusalén (AFP)

El primer ministro israelí, Yitzhak Shamir, declaró este lunes ante el Parlamento israelí (Knesset) que "la operación Salomón todavía no ha terminado".

"Todavía hay judíos en Etiopía y nosotros haremos todo lo necesario para traerlos a Israel", afirmó Shamir ante los diputados. Según el ministro de Relaciones Exteriores, David Levy, "entre 1.500 y 2.000 judíos etíopes siguen todavía en Etiopía".

Antes de la evacuación [illegible] vivían [illegible] entre 25.000 y 30.000 judíos [illegible] a los [illegible]

Exteriores y Defensa de la Knesset, que excepcionalmente celebraba una sesión abierta a la prensa, acerca de una posible instalación de los falashas en los territorios ocupados.

"Los judíos etíopes no deben convertirse en el vivero de los colonos para poblar las colonias", declaró Yosi Sarid, del Movimiento para los Derechos Cívicos (oposición de izquierdas).

Esta afirmación levantó las iras de los diputados del Likud (derecha nacionalista, en el poder), como Uzi Landau, que deploró que "los falashas puedan estar ya en el centro de una controversia política".

PARTES POCO LEGIBLES

01-01

VR

9108064

Elecciones en los territorios ocupados.
La República (150028)
20.06-91
Israel. (10107)
Cay. P. Isr (11554)
Fac. Pol (11164)

Elecciones en Hebrón, bastión comercial de Cisjordania

Lista islámica triunfó en los territorios ocupados

D-1

Los islamistas pro-Hamas sorprendieron al ganar el martes en Hebrón las primeras elecciones a una Cámara de Comercio en los territorios ocupados desde el inicio de la ocupación israelí en 1967 destacaron ayer los observadores.

Jerusalén (AFP)

■ Un total de 1.429 de los 1.572 comerciantes e industriales llamados a votar acudieron a las urnas. La lista islámica obtuvo 6 escaños, contra 4 para los nacionalistas pro-OLP y uno para un candidato independiente.

La victoria es tanto mayor cuanto que los tres candidatos que obtuvieron más votos figuran en su lista.

En Hebrón, la principal ciudad comerciante de Cisjordania, los islamistas mostraban ayer su satisfacción.

Hachem Natche, comerciante en textiles, electo presidente de la Cámara de Comercio, afirma que "esta victoria significa que el 50% de la calle palestina es islamista". "En caso de elecciones municipales, seré elegido, y con más votos", enfatizó.

Para los nacionalistas, se trata de una severa derrota aunque traten de quitar importancia el escrutinio. "Los resultados no reflejan la realidad en el terreno, pues las relaciones familiares desempeñaron un papel preponderante en el voto y no se pueden sacar conclusiones aplicables a unas elecciones municipales", afirma Radi Jarai, periodista afín al Fatah (principal componente de la OLP). "Los palestinos reaccionan favorablemente en cuanto ven la palabra Islam", dice Jader Kanashe, un ingeniero que supervisó el recuento de votos, para explicar la victoria de los integristas. Por parte israelí, la administración militar que había autorizado la celebración del escrutinio se negó ayer a comentar los resultados: "el mejor ha ganado y todo se desarrolló con una regularidad ejemplar", se limitó a declarar a la AFP un vocero.

Pero un diputado laborista antiguo gobernador de los territorios ocupados, el general de reserva Benyamin Ben Eljezer, afirmó que "esta victoria del Islam corre el riesgo de tener a largo plazo un efecto catalizador y extenderse como reguero de pólvora a todos los territorios, ya sea en el marco del elecciones municipales u otras".

Para el general Eliszer: "si Israel no se da prisa en iniciar conversaciones con los nacionalisas palestinos, quizás se vea obligado a negociar con los islamistas". "Sería un grave error, pues los islamistas quieren crear un estado palestino en la totalidad de Palestina", concluye.

VR
VR.

01-01

9108065

22/6/91
ISRAEL. (10107)
EE.UU (65890)
Rel. Pol (11164).
M. Oriente. (10195)

REACCION POR CRITICAS DE BAKER A UN ASESOR DE SHAMIR

Un nuevo foco de tensión entre los EE.UU. e Israel

El secretario de Estado, James Baker, dialoga con el canciller israelí, David Levy, durante su giro por Oriente Medio: las relaciones entre ambas naciones volvieron ayer a sufrir un foco de tensión.

El primer ministro israelí, Yitzhak Shamir, acusó ayer a los estados árabes de obstaculizar el proceso de paz en Oriente Medio al negarse a reconocer la existencia del Estado judío. Shamir manifestó plena confianza en sus asesores, quienes acusaron ayer al secretario de Estado norteamericano, James Baker, de intromisión en los asuntos políticos israelíes. Baker había criticado recientemente a un asesor del premier israelí por "minar los esfuerzos" norteamericanos.

JERUSALEN, 16 (Reuter, EFE, AFP y AP). — En un marco de general irritación, funcionarios del gobierno israelí acusaron hoy al secretario de Estado norteamericano, James Baker, de intromisión en los asuntos internos por sus críticas a un asesor del primer ministro Yitzhak Shamir.

El premier israelí reaccionó en defensa de sus colaboradores y posteriormente **acusó a los estados árabes de bloquear los esfuerzos de paz al negarse a reconocer la existencia del Estado judío.**

"No solo es una violación a nuestra soberanía sino un insulto al primer ministro", declaró el ministro de Religión, **Zevulun Hammer**, tras una reunión de gabinete en la que se analizó la disputa por la política de pacificación de Oriente Medio. **"Baker actúa como si Israel fuese un protectorado norteamericano"**, dijo a su vez el ministro de Ciencia, **Yaval Neeman.**

El jefe de la diplomacia norteamericana, quien ha realizado cinco visitas a Israel desde la finalización de la guerra del Golfo con el objeto de lograr conversaciones entre árabes e israelíes, criticó al director general de la Presidencia del Consejo israelí, **Yossi Ben Aharon**, estrecho colaborador de Shamir, durante una reunión con dirigentes judíos norteamericanos en Washington.

Hace casi un mes, Ben Aharon declaró en Washington a funcionarios norteamericanos que "las conversaciones de las que atribuyeron Baker y Shamir en su última entrevista no significan que Israel haya dicho su última palabra, ya que durante la misma Shamir no estaba con sus consejeros".

La entrevista a la que Ben Aharon aludió trató la composición de la delegación palestina en la proyectada conferencia regional de paz. El asesor del premier israelí declaró poco después que su país se reserva el derecho de imponer su veto a la composición de esa delegación.

Aunque encendida por los informes de los judíos norteamericanos, en el sentido de que Baker acusó al asesor de minar los esfuerzos de paz norteamericanos, **la disputa refleja un nuevo grado de tensión en las relaciones norteamericano-israelíes.**

El primer ministro israelí se apuró hoy en manifestar "plena confianza" en sus colaboradores y subrayó que es él quien toma las decisiones de gobierno.

"Quieren presionarnos en una forma inapropiada para cambiar nuestras posiciones", se quejó el jefe de la cartera religiosa. "La reacción de Shamir fue correcta cuando dijo que tenía fe en su equipo y que toda la responsabilidad era suya", agregó.

Guerra entre palestinos

JERUSALEN, 16 (Por Alain Frachon, de Le Monde, especial para Clarín). — La "intifada" entró ya en su 43° mes y algunos nacionalistas aprovecharon la ocasión para denunciar, con inusitada vehemencia, uno de los cánceres que podría minar su movimiento: la violencia interpalestina.

Habitualmente era necesario esperar por lo menos hasta el décimo café para lograr que un interlocutor palestino de extrema confianza mostrara una actitud crítica hacia los aspectos más brutales de la revuelta en los territorios ocupados.

La "intifada" era un tema tabú y la duda no estaba permitida. Las necesidades de la lucha justificaban todo, por lo cual nunca había demasiadas diferencias de criterio. Pero el tiempo del silencio parece haber concluido y, después de dos años, llegó la hora de la autocrítica. Hay razones, porque **cuatrocientos palestinos han sido asesinados ya por otros palestinos.**

Esta ola ininterrumpida de asesinatos, a menudo precedidos de mutilaciones y torturas, se ha llevado a cabo en nombre de la lucha contra los colaboracionistas de la administración israelí en **Cisjordania y en Gaza.**

La palabra **"lucha"** encubre a menudo los arreglos de cuentas más diversos, relacionados con el tráfico de drogas, la prostitución y los conflictos familiares y comerciales. También hay motivos políticos: recientemente se desató una verdadera guerra en **Nablus** entre militantes de la OLP y del movimiento fundamentalista **Hamas.**

Hace ya bastante tiempo que esta violencia entre palestinos está dejando mayor cantidad de víctimas que los enfrentamientos de los jóvenes militantes con el ejército israelí. Durante abril y mayo, por ejemplo, **45 palestinos fueron muertos por otros palestinos.**

El efecto acumulado de la "intifada", la guerra del Golfo y la represión ha llevado a un empobrecimiento general de la población y ello constituye un caldo de cultivo para el desarrollo de la criminalidad. Por otra parte, los servicios de seguridad israelíes son especialistas en el arte de manipular a los delincuentes comunes palestinos.

El hartazgo que paulatinamente ha ido ganando a la población se tradujo en la creación de un poderoso movimiento, integrado por personalidades de Israel y los territorios ocupados, muchos de los cuales permanecieron encarcelados durante años. Este movimiento irrumpió oficialmente días atrás con una conferencia de prensa en Jerusalén. Profesores, sindicalistas, periodistas, abogados y psicólogos coincidieron en sus críticas a esos grupos de choque, enmascarados y fuertemente armados, que intimidan a la población en nombre de los diferentes grupos de la OLP sin que nadie sepa realmente si responden a alguna organización.

Tras la conferencia, la prensa palestina expresó abiertamente sus coincidencias. **Adnan Damiri**, un hombre conocido por sus opiniones militantes, que purgó una pena de ocho años en las cárceles israelíes, escribió en el diario **Al Fajr** (pro OLP): **"Hace algún tiempo encontrábamos excusas para estas ejecuciones, o tal vez nos negábamos ver la realidad tal como es. En cierto modo practicábamos la política del avestruz. Hoy todo el mundo teme a los grupos enmascarados. Es un miedo que va ganando tanto a los funcionarios como al ciudadano común, a los periodistas, a los profesores. Tememos, en realidad, que nuestro viejo sueño esté en vías de convertirse en una horrible pesadilla".**

Ante la reacción provocada por la ola de violencia interpalestina, la dirección unificada de la "intifada" llamó a detener todas las ejecuciones. Esta orden fue confirmada al día siguiente por **Yasser Arafat.**

Por otra parte, las actuales críticas van acompañadas por la exhortación a renovar los métodos de la "intifada", que atraviesa una fase crítica: hace tiempo que desaparecieron las grandes manifestaciones masivas y el arma de la huelga general se ha ido desdibujando por los enormes perjuicios económicos que acarrea a los propios palestinos.

Ciertamente la "intifada" ha cambiado profundamente las costumbres, tanto de los palestinos como de algunos israelíes, sin embargo, **desde hace muchos meses, su expresión más visible no es más que la acción de estos grupos enmascarados, que esencialmente llevan a cabo una lucha armada contra la propia población palestina.**

TEMA
TITULO Escandalo en Israel por operaciones secretas.
PERIODICO La Mañana (150215)
FECHA 21/6/91
VIÑETAS Israel (10107)
Fac. M.e (11163)

Espionaje en Cisjordania y Gaza

(D-1)

Escándalo en Israel por operaciones secretas

Interpelarán a Jefe de las FF.AA.

El Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas de Israel, General Ehud Barak, tendrá que someterse a una interpelación parlamentaria por develar operaciones secretas de unidades militares especiales en los territorios árabes ocupados.

JERUSALEN.- La revelación fue hecha a través de la televisión estatal, que el viernes pasado presentó a soldados de esas unidades en su "sala de operaciones", donde se maquillan y se visten como palestinos, y también actúan contra militantes árabes.

Los soldados, de unidades de élite, también se disfrazan de mujer y llegan incluso a unirse a los activistas del alzamiento o "intifada" contra la ocupación israelí cuando atacan a patrullas militares para luego capturarlos.

A la "estupefacción" provocada por esta revelación en los medios políticos se sumó la crítica de varios altos oficiales de las Fuerzas Armadas, quienes creen que se pone en peligro la vida de esos soldados.

"La crónica de televisión fue autorizada y se hizo con la cooperación de las Fuerzas Armadas", declaró ayer el portavoz militar, Coronel Najman Shai.

Según indicó ayer el diario Haaretz, la decisión fue aprobada por el Estado Mayor.

El Presidente de la Comisión Parlamentaria para Asuntos de la Defensa y el Exterior, Eliahu Ben Elisar, quien invitó al General Barak a comparecer ante ella, dijo que se trata de "un escándalo".

La censura militar había prohibido el año pasado a la prensa la publicación de noticias sobre esas unidades, "Duvdeván" (Guinda), en Cisjordania ocupada, y "Shimshón" (Sansón), en la franja de Gaza, donde son conocidas por los palestinos.

Según Basam Eid, investigador de "Betselem", asociación israelí por los derechos humanos en los territorios ocupados, las acciones de esas unidades secretas fueron contrarrestadas por los militantes de la "intifada" y muchos de sus soldados ya han sido descubiertos.

"El objetivo es la disuasión"

"La difusión de la información no ha sido casual", dijo por su parte el Coronel Shai a la emisora de las Fuerzas Armadas.

"El objetivo -agregó- es la disuasión y avisar a los terroristas palestinos de que nada es seguro para ellos".

Los soldados de esas unidades secretas, que operan desde hace dos años y medio, a menudo con coches palestinos confiscados para llegar a los superpoblados campos de refugiados, a los zocos y a "zonas sensibles", lo hacen "según todas las normas legales vigentes para el arresto de sospechosos", dijo Shai.

"Este trabajo especial se basa en las operaciones de fuerzas reducidas, pero de alta calidad profesional y son más eficientes que un batallón", afirmó uno de los soldados mientras se colocaba en la cabeza el tradicional pañuelo o "kefía" de los palestinos.

El diario Haaretz, de Tel Aviv, señala que esas unidades, que operan en estrecha cooperación con los Servicios Secretos de Seguridad Interior (Shin Bet), "han capturado a centenares de activistas palestinos en sus guaridas". ■

VR
VR

9108067

SHAMIR amonesta jefe militar por revelar secretos.
CLARIN (100024)
25-6-91
Israel (1010+)
Fac. 17,e (11163)

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 25 de junio de 199

Shamir amonesta a jefe militar por revelar secretos

JERUSALEN, 24 (Reuter y AFP). — El primer ministro israelí Yitzhak Shamir criticó hoy al comandante del ejército por revelar, sin consultar con el ministro de Defensa Moshe Arens, la existencia de células encubiertas que operaban en los territorios ocupados.

"Creo que por lo menos el ministro de Defensa debió haber sido notificado y no fue así. Esto no ocurrió", dijo Shamir.

"Ahora espero el regreso de nuestro ministro de Defensa, y él hará las preguntas y aclarará este tema. Entonces aceptaré su decisión", dijo Shamir en una entrevista por la televisión israelí.

Radio Israel informó que destacados funcionarios militares tampoco conocían la decisión del comandante del ejército Ehud Barak de revelar la existencia de las patrullas secretas cuyos miembros, vestidos a la usanza árabe, operan en los territorios ocupados.

La emisora dijo que el jefe de inteligencia militar, Uri Saguy, y el subjefe del arma, Annon Shahak, se hallaban entre los que no sabían que las patrullas aparecerían en televisión.

El informe mostró a miembros de las unidades secretas colocándose lápiz labial y vistiéndose de mujer para llevar a cabo una misión de arresto de palestinos. Dijo que el ejército tenía previsto expandir el trabajo de las unidades porque había sido muy eficiente.

La revelación dejó atónitos a muchos derechistas y ex oficiales del ejército que temen que ello afectará a la seguridad israelí y la efectividad del desempeño de tales células en el futuro en su lucha contra el levantamiento árabe.

Las unidades trabajan con la policía secreta, el Shin Bett, y han estado activas entre el 1,75 millón de árabes de la Cisjordania y la Franja de Gaza desde que comenzó el levantamiento hace años.

♦ **Liberación**

El ejército israelí liberó el lunes a 70 prisioneros palestinos procedentes de la Franja de Gaza ocupada, en ocasión de la fiesta musulmana del Aid Al-Adha.

Los palestinos, encarcelados en la prisión de Ktziot, en el desierto del Néguev (sur de Israel), fueron transportados a Gaza en autobuses, agregó la fuente.

En total, unos 160 dete-

EN VR
VR

9108068

La huida de Mengistu.
La República
91-06-01.
Etiopía (10073)
Fac. Pol (11164)

Su último servicio a Etiopía

La huida de Mengistu "El Rojo"

Madrid, por Jesús Estévez

■ Mengistu Haile Mariam, el "Negus rojo" le han llegado a llamar, ha huido de Etiopía para encerrarse en una granja de su propiedad en una rica región agrícola cercana a Harare, capital de Zimbabwe. En este país africano espera encontrar refugio seguro bajo la protección del presidente Robert Mugabe, con quien le unen lazos de amistad personal derivados de la ayuda que Mengistu le brindó durante la lucha contra el régimen racista en lo que entonces se llamaba Rhodesia.

Quien durante 14 años fuera dueño del poder en el único país no colonizado por las potencias occidentales salvo el paréntesis de la ocupación italiana en la II Guerra Mundial deja a Etiopía al borde de la bancarrota política, economía y militar. Con unas fuerzas guerrilleras, aliadas coyunturalmente contra su régimen, que se aproximan a Addis Abeba. Y cuando, para colmo, otro período de sequía y hambruna amenaza con provocar la muerte por inanición de millones de personas, como ya ocurriera en el año 1985 o antes en 1973.

Fueron las hambres del 73 con el escándalo del desvío de los auxilios internacionales hacia los almacenes del emperador Haile Selasie, que se lucró con ellos, lo que provocó que las guarniciones militares, empezando por la de Asmara, capital de Eritrea, se levantaran en armas y echaran del trono al emperador, al negus. Esos militares fueron empujados al cuartelazo también por la marcha de la guerra contra la rebelión eritrea, iniciada en 1961 y que ahora ha contribuido también decisivamente al fin del sucesor del emperador.

Con la caída del Negus en 1974, se impuso en Addis Abeba un consejo revolucionario provisional, militar, el Derg, de cuyo seno se erigió en 1977 el coronel Mengistu como único "hombre fuerte". Purga tras purga, eliminó a sus rivales para quedarse como líder de una revolución cuyo centro de difusión parecía circunscribirse a los cuarteles y poco más, a pesar de la creación posterior de un Partido del Trabajo, partido único, de corte marxista leninista, que trataba de encuadrar y encauzar los apoyos civiles al régimen militar. Etiopía se convirtió así, formalmente al menos, en un Estado socialista.

Junto a Somalia, Etiopía forma el llamado cuerpo de Africa, región estratégica clave, porque es algo así como la otra puerta del canal de Suez y de la ruta del petróleo hacia Europa por el mar Rojo. De ahí el interés de "los grandes" hacia esta zona. Por añadidura, las fuentes del río Nilo están en territorio etíope, algo a lo que la geoestrategia tradicional atribuía trascendental importancia por considerar que quien las controlara se haría con todo el valle del Nilo (Sudán y Egipto).

A nadie parece interesarle la desmembración de Etiopía, sobre todo de su franja costera, Eritrea, en donde las fuerzas del Frente Popular de Liberación de Eritrea controlan en la práctica todo el territorio, incluida la capital, Asmara, que cayó en su poder el pasado viernes. Más al sur, la guerrilla autonomista del Tigray controla, con la ayuda de los rebeldes eritreos, la provincia de ese nombre y las fuerzas del Frente Democrático Revolucionario Popular Etíope, coalición de varias agrupaciones rebeldes, avanzan entretanto hacia la capital, Addis Abeba. Los únicos que tienen un proyecto claro son los guerrilleros eritreos que, tras 30 años de lucha, han implantado ya todo un esquema de Estado organizado en las zonas liberadas. Washington se lo perdonó todo a Haile Selasie, incluso le ayudó a saltarse, a partir de 1952, los intentos de la ONU de salvaguardar la autonomía de Eritrea. Tras su caída y la instauración el régimen marxista, Washington no cortó todos sus lazos con la nueva situación, a pesar de que les fueran cerradas sus bases militares.

Los soviéticos, por su parte, convencidos de que uno de los ejércitos más poderosos de Africa era incapaz de imponer una solución militar, optaron por apoyar posibles salidas negociadas. Para empujar a ello a Mengistu, cortaron el grifo de su ayuda militar en 1989, cuando llevaban ya gastados 11.000 millones de dólares en suministros bélicos. La salida de Mengistu pareció ser un intento de quitar del medio al gran obstáculo de unas negociaciones de paz que bajo patrocinio de Washington se iniciaron en Londres. Coincidiendo con la presión de Moscú con la interrupción de su ayuda militar a Addis Abeba, el ex presidente norteamericano James Carter puso en marcha su diplomacia personal y logró sentar a dialogar a gobierno y guerrillas.

La diplomacia estadounidense, así como también la representación soviética, jugaron un papel fundamental en el desenlace de la situación angoleña (Telefoto de AFP)

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

VR
VR

01-01

9108069

Etiopía: Zenani asumió la Presidencia hasta julio.
La República (150022)
91-06-02.
Etiopía (10043)
Fac. PL (11164)
Gob. Nac. (11502)

Prometió una transición pacífica y democrática

Etiopía: Meles Zenani asumió la presidencia interina hasta julio

* "El estatuto de Eritrea está en una especie de limbo", dijo al mismo tiempo que anunció respetar la voluntad de los eritreos

El nuevo presidente interino de Etiopía, Meles Zenani, se comprometió ayer sábado a arrancar a su país del hambre, la dictadura y la guerra civil, inaugurando una nueva era de democracia. En una reunión con el cuerpo diplomático en Addis Abeba, pocas horas después de su regreso de Londres, Meles aseguró que asumiría la presidencia hasta la organización de una conferencia multipartidista, a celebrarse "a más tardar el 1º de julio", de la que debería surgir un gobierno para asegurar la transición a elecciones libres en un plazo de un año.

Addis Abeba (AFP)

"En calidad de jefe del Frente Democrático Revolucionario del Pueboo Etíope (Fdrpe), asumiré la jefatura de la administración", especificó Meles, quien se dio por tarea prioritaria el restablecimiento de la ley y el orden y el reinicio de operaciones de socorro para siete millones de personas amenazadas por una hambruna que podría resultar más letal que la de 1984-1985, durante la cual perecieron un millón de personas.

"Quiero que la transición sea pacífica y democrática", dijo Meles, ex estudiante de medicina de 36 años de edad, que se vio obligado a interrumpir sus estudios para huir de la brutal represión del régimen militar del teniente coronel Mengistu Haile Mariam.

Mengistu se mantuvo 17 años en el poder, hasta la semana pasada, cuando partió a Zimbabwe para no caer en manos de las tropas rebeldes que se acercaban a la capital.

Meles declaró que el Frente de Liberación Popular de Eritrea (FLPE) participará en la conferencia de julio. El FLPE anunció su intención de formar una administración autónoma en Eritrea, y de convocar un referédum sobre la independencia de esa provincia litoral.

"El estatuto de Eritrea está en una especie de limbo", dijo Meles, quien prometió respetar la voluntad de los eritreos.

El FPLE, que controla la totalidad de la provincia -única salida de Etiopía al mar- consintió por su parte en no proclamar la independencia de manera unilateral, aseguró el Presidente interino. El dirigente del Fdrpe anunció asimismo su intención de abrogar la planificación centralizada y de introducir mecanismos de mercado en la economía, y justificó la prohibición transitoria de manifestaciones "a fin de evitar enfrentamientos armados".

La organización humanitaria Amnistía Internacional expresó preocupación por la reciente represión de una manifestación, durante la cual los hombres del Fdrpe abrieron fuego contra la multitud matando, al menos, a nueve personas.

Meles indicó que "de 70.000 en manos de la población de Addis Abeba", que se apoderó de ellos en la desbandada de las fuerzas gubernamentales.

El dirigente especificó que los derechos de manifestación y huelga se restaurarían prontamente y afirmó que el gobierno interino cumpliría "con todos los compromisos contraídos por el gobierno anterior".

Los diplomáticos acogieron favorablemente las declaraciones de Meles, quien se expresaba con gran precisión y firmeza.

"Todo lo que ha dicho es positivo. Resulta difícil esperar algo más constructivo", comentó el embajador de Canadá, Francis Filleul, aunque expresó dudas sobre la ideología del Fdrpe, que súbitamente parece dar la espalda a su tradicional marxismo ortodoxo para volcarse a metas democráticas y de mercado libre.

"Parece bien cuando afirman que van a liberar la agricultura, pero la cuestión es saber si (la liberalización) de extenderá a otros sectores", añadió Filleul.

VR
UR,

01-01

9108070

Levantaron bloqueo a sede Italiana en Etiopia.
La Mañana (15001S)
3/6/91
Etiopia (10043)
Italia (10108)
Fac. Poe (11104).

VR
VR

La Mañana

Pidieron asilo siete ex funcionarios del régimen derrocado

Levantaron bloqueo a sede italiana en Addis Abeba

Acuerdo prevé las condiciones de entrega de los refugiados

Las autoridades etíopes levantaron ayer el bloqueo impuesto a la Embajada de Italia en Addis Abeba tras refugiarse el pasado viernes en la legación diplomática siete ex altos funcionarios del régimen marxista derrocado.

ROMA.- Periodistas de la red estatal RAI informaron que el bloqueo fue levantado a las 14.00 gmt. Desde esa hora, los funcionarios de la Embajada entran y salen sin problemas.

Los guerrilleros del Frente Democrático Revolucionario Popular Etíope (FDRPE) mantienen la guardia en la puerta del complejo diplomático, conocido como Villa Italia, para impedir una eventual huida de los ex funcionarios del ex dictador Mengitsu Haile Mariam.

En la Embajada italiana pidieron y recibieron asilo, siete ex funcionarios del régimen derrocado, entre ellos el general Tesfaye Gebre Kidan y el Viceministro de Economía, Welli Cesol.

Unos de los refugiados, cuya identidad no ha sido dada a conocer por el momento, se ha suicidado, según informaron los enviados de la RAI.

El Embajador italiano en Addis Abeba, Sergio Angeletti, conduce las negociaciones para solucionar el problema de los asilados con el nuevo responsable de Relaciones Exteriores de Etiopía, Selum Messim, informó ayer en un comunicado la oficina de prensa de la Farnesina (sede de Exteriores en Roma).

Los enviados especiales de la RAI informaron en los telediarios vespertinos que el acuerdo para el levantamiento del bloqueo prevé, al parecer, las condiciones en que los refugiados serán entregados a las nuevas autoridades del país.

La entrega se producirá una vez que el Frente garantice que Tesfaye y el resto de los ex funcionarios tendrán un proceso regular.

Los corresponsales italianos en Addis Abeba informaron, por otra parte, que las autoridades etíopes están aplicando una rígida censura informativa, mientras la situación del orden público en la capital se va normalizando y sigue en emergencia la sanidad por falta de personal y medicinas.

En tanto, el líder del Frente Democrático Revolucionario Popular Etíope (FDRPE), Ato Meles Zenaui, cuyas fuerzas ejercen la autoridad en Etiopía desde el martes pasado, se reunió con los embajadores acreditados en Addis Abeba para informarles de la nueva situación en el país.

En la reunión, celebrada en el hotel Ghion, Zenaui, que llegó a Addis Abeba el sábado, aseguró a los diplomáticos que las fuerzas del FDRPE garantizarán su seguridad y prestarán toda la asistencia que precisen para cumplir sus funciones.

Zenaui, que es también líder del Frente Popular de Liberasion de Tigre (FPLT), cuyas fuerzas constituyen el grueso del FDRPE, afirmó que la mayor parte de Etiopía se encuentra bajo su control.

Asimismo, precisó que unos 15.000 soldados y oficiales del ejército del régimen del ex Presidente Haile Mariam se han rendido en las últimas horas a las fuerzas del FDRPE en las ciudades de Dire Dawa y Harar, en la zona oriental del país.

Informó, igualmente, de que se estan realizando los preparativos para reanudar

las operaciones de transporte y distribución de ayuda alimenticia y médica desde los puertos de Masaua y Asab, ambos en Eritrea, hacia las zonas más afectadas por la sequía y a todas las que precisan socorro urgente.

Zenaui informó además de la próxima convocatoria de una Conferencia Nacional, cuyo objetivo es reunir en Addis Abeba a los representantes de todas las fuerzas que lucharon contra el régimen de Haile Mariam a fin de intercambiar opiniones sobre la composición del Gobierno de transición que se piensa instaurar en Etiopía.

01-01

9108071

Situación similar en Etiopía y Somalia.
La República (150023)
91-06-03.
Etiopía (10073)
Somalia (10160)
Fac. Pol (11164)
Sit. Int (11334)

Somalia y Etiopía: las historias paralelas en el cuerno de África

(1-2)

Nairobi (AFP)

El Somalia y Etiopía, dos países vecinos del Cuerno de África, vivieron durante cuatro meses un destino similar: una guerrilla compuesta por varios grupos rebeldes [illegible] largos años y luego, de pronto, el derrumbe del poder.

El pasado 27 de marzo, el [illegible] sólo uno de los grupos rebeldes entró como vencedor en sus respectivas capitales. El Congreso de Somalia Unificada (CSU) lo hizo en Mogadiscio, mientras que el Frente Democrático Revolucionario del Pueblo Etíope (Fdrpe) entró en Addis Abeba.

Ambos movimientos tomaron el poder pero no controlan sus respectivos territorios. Desde el 27 de marzo, el CSU ejerce el poder en solitario en la capital, al tiempo que en el sur sus fuerzas se enfrentan a otros grupos y en el norte, el Movimiento Nacional Somalí (MNS), que proclamó la independencia de una "República de Somaliland".

La [illegible] de Somalia, que [illegible] tras el golpe dado por Siad Barré, está seriamente amenazada por los problemas secesionistas y el estallido de las rivalidades entre grupos, verdaderos clanes tribales.

Somalia, con una población de unos ocho millones de personas, cuenta unos cuarenta clanes. Etiopía tiene cincuenta y un millones de habitantes, pero duplica el número de clanes de su vecino del sureste.

El Fdrpe, que asume de forma provisional el poder en Addis Abeba desde el 29 de mayo, según lo estipulado en los acuerdos de Londres, tendrá que maniobrar teniendo en cuenta las aspiraciones de otros grupos armados, el Frente Popular de Liberación de Eritrea (FPLE) y el Frente de Liberación Oromo (FLO).

El FPLE anunció el pasado miércoles la creación de un gobierno provisional, pero no la secesión de Eritrea, la provincia costera del norte, en la que se encuentran los puertos de Assab y Massaua.

Dichos puertos son los puntos de entrada de las mercancías con destino a las dos principales ciudades etíopes, Addis Abeba y Asmara, la capital de Eritrea.

Según los acuerdos de Londres, firmados bajo los auspicios de Estados Unidos, los tres movimientos armados deberán reunirse antes del 1o. de julio próximo para negociar la formación de un gobierno provisional.

Partes poco legibles.

VR
VR.

01-01

9108072

Nombran al Primer Ministro en Etiopía.
La Prensa (150026)
91-06-03.
Etiopía (10073)
Rel. Pol (11164)
Gob Nac. (11302)

Nombran al "premier" en Etiopía

Adís Abeba (UP) — El jefe de estado interino de Etiopía, Meles Zenawi, designó al primer ministro provisional y al titular de Relaciones Exteriores.

El vicepresidente del Frente Democrático Revolucionario del Pueblo Etíope (FDRPE), Tamrat Layne, actualmente en el gobierno, fue designado como primer ministro, mientras que Seyoum Mesfin recibió el cargo de encargado de Relaciones Exteriores.

La toma temporal del gobierno etíope por parte del FRDPE terminó al parecer con la guerra civil más larga de África, pero los últimos acontecimientos indican que se ha abierto un nuevo capítulo para los grupos de oposición en el país y el exterior.

VR.

01-01

9108073

Informe Grafico: Etiopia.
PROCEDENCIA: El País.
FECHA DE PROCE: 91-06-08.
CLASIFICACIONES: Etiopia (10013)
Inc Sudan. (11165)

INFORME GRAFICO

MILLONES MUEREN DE HAMBRE EN ETIOPIA

01-01

91 08074

DOCUMENTO
TITULO Atentado en Etiopía
PROCEDENCIA CLARIN (150024)
FECHA 91-00-05.
VINCULACION Etiopía (100173)
Tec. Militar (11163)
Acci. Subver. (11418)

ACUSAN A LAS FUERZAS DEL EX PRESIDENTE MENGISTU

Atentado en Etiopía: 100 muertos

ADDIS ABEBA, 4 (Reuter y UPI). — **Por lo menos 100 muertos provocó el estallido de un enorme depósito de municiones** ocurrido hoy en la capital etíope de Addis Abeba.

El funcionario de la Cruz Roja etíope **Tebebe Yemani Berhan** declaró que las víctimas del estallido llegan a por lo menos 100, cifra que probablemente aumentará a medida que los socorristas penetren en el calcinado barrio pobre que resultó devastado por la explosión ocurrida en horas de la madrugada.

El comandante rebelde **Bereket Simon** atribuyó la explosión a un sabotaje de las fuerzas del derrocado presidente **Mengistu Haile Mariam.**

Los funcionarios de la Cruz Roja admitieron no poder precisar el número de víctimas ya que los incendios en la mayor parte del área no han sido controlados, pero muchos de los residentes que se alejan del lugar dijeron haber visto muchos cadáveres.

Uno de los lugareños, **Endris Ahmed**, dijo haber observado decenas de cuerpos sin vida y muchas viviendas destruidas o en llamas.

La explosión hizo detonar proyectiles de artillería, de morteros y cohetes sobre esta ciudad de tres millones de habitantes. Algunos de esos proyectiles hicieron impacto en un depósito de carburantes que estalló en una enorme bola de fuego de color naranja.

La detonación inicial destrozó los vidrios de las viviendas ubicadas en un radio de dos kilómetros y provocó fisuras en los edificios de apartamentos y oficinas de las inmediaciones.

John Mathai, sonidista de la agencia de noticias para televisión **Visnews**, murió al ser alcanzado por la explo-

Pocas horas después que el líder del Frente Revolucionario Democrático del Pueblo Etíope, Meles Zenawi, declaró que los rebeldes controlaban virtualmente todo el territorio de Etiopía, una gran explosión sacudió a la capital de este país provocando más de cien muertos. De acuerdo con fuentes rebeldes, un depósito de municiones fue blanco de un atentado por parte de fuerzas que responderían al ex presidente Mengistu Haile Mariam. Se estima que el número de víctimas aumentará con el correr de las horas.

sión del depósito de combustibles cuando, junto con el camarógrafo **Mohamed Amin**, se aproximaban al lugar para hacer la cobertura informativa. Amin resultó gravemente herido.

Una enorme columna de humo negro se elevó sobre el cielo de Addis Abeba, dejando casi en penumbras a los suburbios meridionales de la capital. El humo era tan denso que por momentos lograba ocultar las llamaradas rojas y naranjas que se producían al estallar los proyectiles de artillería.

"El ruido era increíble; optamos por alejarnos", dijo **Colin Blaine**, un corresponsal de la cadena británica **British Broadcasting Corporation** que acompañaba al equipo de **Visnews** pero resultó ileso.

En su relato, Blaine dijo haber observado alrededor de seis cadáveres y muchísimos daños.

La mayoría de los heridos, algunos de ellos de corta edad, llegaron a los hospitales con la ayuda de familiares o amigos en vehículos particulares. Muchos tenían heridas cortantes provocadas por esquirlas de los proyectiles o vidrios impulsados por las detonaciones.

El vecindario donde se produjo la explosión se caracteriza por muchas viviendas precarias, algunas de las cuales se construyeron con madera y barro.

Hasta el mediodía eran pocas las víctimas que concurrieron a los ya saturados hospitales de Addis Abeba.

En un puesto de la Cruz Roja, 24 ambulancias seguían inmovilizadas horas después de la explosión. Los conductores dijeron carecer de los repuestos necesarios para ponerlas en marcha.

Millares de personas seguían huyendo de la zona, muchas de ellas con algunas pertenencias a cuestas o apiladas en las cajas de camionetas. Las mujeres trasladaban sus bebés en los brazos y sus bienes haciendo equilibrio sobre la cabeza.

Había pánico en los rostros mientras a sus espaldas se producían nuevas explosiones.

"Corre, corre, el fuego se aproxima", gritaban mientras los periodistas avanzaban hacia el incendio.

Los combatientes del **Frente Revolucionario Democrático del Pueblo Etíope (FRDPE)** recorrían la zona advirtiendo a los pobladores a través de megáfonos que se retiraran ante la posibilidad de nuevas explosiones.

"Esto fue sabotaje", afirmó **Teklewolhi Asefa**, jefe del grupo de socorristas de los rebeldes, el REST.

Las explosiones se produjeron pocas horas después que el líder del FRDPE, **Meles Zenani**, declaró ante la televisión el lunes por la noche que los insurgentes controlaban virtualmente todo el territorio etíope.

La radio del Estado atribuyo la explosión en el depósito de proyectiles a la acción de saboteadores pero sin identificar personas o grupos.

01-01

VR
VR

9108075

DOCUMENTO
TITULO Encabeza Tamirat Laynie el nuevo Gob. de Etiopía.
PROCEDENCIA de Nuevo Diario (15001S)
FECHA 91-06-07.
VIÑETAS Etiopía (10073)
Fac. Pol (11164)
Gob Nac (11302)

Restablecer la paz es la prioridad

Encabeza Tamirat Laynie Nuevo Gobierno en Etiopía

Acordaron reabrir el puerto de Asab

EL CAIRO.- Un nuevo Gobierno fue formado ayer en Etiopía encabezado por Tamirat Laynie, Vicepresidente del Ejecutivo provisional que ha sido nombrado Primer Ministro interino.

La agencia etiope NANAP que cita a Laynie, informó que el Gobierno ha tomado como tarea prioritaria el restablecimiento y la paz en el país, el relanzamiento de las operaciones de ayuda a los refugiados así como el de los servicios sociales.

Todos los Ministerios y las oficinas públicas reanudaron ayer su actividad normal a excepción de los Ministerios de Interior y de Defensa.

Entre tanto el Frente Democrático Revolucionario Popular Etíope (FDRPE) y el Frente Popular de Liberación de Eritrea (FPLE) acordaron ayer reabrir el puerto nororiental de Asab para permitir el suministro de ayuda alimentaria a las víctimas del hambre en Etiopía.

Fuentes del FDRPE aseguraron que ya hay luz verde para el transporte de mercancías desde el puerto de Asab, conquistado el pasado día 25 de mayo por las fuerzas del FPLE y en el que hay almacenadas cien mil toneladas de alimentos y medicinas.

También informaron de que se ha restablecido la comunicación telefónica entre esa ciudad costera y Addis Abeba.

Por otra parte, se ha reanudado el transporte por autobús entre Addis Abeba y Asmara, capital de la provincia norteña de Eritrea, a raíz de que el FDRPE, que se hizo con el poder en Etiopía el pasado 28 de mayo, suprimiera los obstáculos burocráticos impuestos por el anterior Gobierno a quienes deseaban viajar al norte del país.

La libertad de movimientos de que ahora gozan los etíopes para trasladarse por el país ha permitido el transporte de alimentos desde las zonas rurales a las urbanas, lo que ha [illegible]do a una considerable reducción de los precios de los artículos debido a un incremento de la competencia.

En la capital etíope, el FDRPE parece haber logrado restablecer la paz y la población ha comenzado a colaborar con las autoridades en la detención de ladrones y elementos incontrolados.

El incendio provocado por la explosión de un depósito de municiones en Addis Abeba el pasado martes está ya completamente controlado, dijeron fuentes oficiales.

Según un informe provisional, unas 150 personas perecieron a causa de la explosión y otras 300 resultaron heridas.

La explosión destruyó asimismo unos 600 locales entre viviendas, bares, fábricas y garajes. ■

VR
VR.

01-01

9108076

Rebeldes tomaran Poder en Etopía Con apoyo de EE.UU.
La República. (150023)
91-05-29.
Etiopía. (10023)
Ex. Pol (11164)
Sit Gral. (11321)

... fecha de comienzo de gobierno provisional

... tomaron el poder en ... con apoyo de los EEUU

... presidente interino ... sor de Mengistu
... diálogo en Londres al conmemorarse la conquista de Addis Abeba

... del Pueblo Etíope (Fdrpe) tomó ... apoyo de EEUU, sólo 24 horas después de ... gnó al régimen fundado por Mengistu ... mayor parte de la capital etíope y ... elementos de la guardia de élite del ... en el Palacio presidencial al avance guerrillero.

... sobre el futuro ... secretario de Estado, ... presidió que esta confe- ... del Fdrpe, ... Liberación de Eritrea (Fple) y el Frente de ... Oromo, deberá celebrarse en ... plazo antes del 1º de junio, pero no ... fecha exacta.

La ... fuerza del ... gobierno etíope, ... con-

Doc. poco legible

... ciones, coincidió con la retirada de la mesa de conversaciones de sus representantes, que protestaron así este martes por la entrada de los rebeldes a la capital el lunes por la noche, realizada con la aprobación de Washington.

Cohen, estimando que la ausencia de los representantes del gobierno depuesto "no cambia mucho las cosas", confirmó que EEUU pretende vigilar de cerca la evolución de la situación política en Etiopía.

EEUU asistirá como "observador" a la ... conferencia de los rebeldes, que tendrá por objetivo constituir un gobierno de transición "con credibilidad" que organice elecciones libres "en un plazo de 9 a 12 meses".

El mediador indicó que "Etiopía sólo obtendrá nuestra cooperación a cambio del establecimiento de un régimen democrático" y aseguró que la implicación de Washington en las negociaciones no tenía ... geopolíticos.

En la capital, los rebeldes consolidaron en pocas horas su control de grandes arterias, principales ministerios y de la mayoría de los barrios.

La principal bolsa de resistencia se encontraba en el Palacio Presidencial, el que estaban acantonados elementos de la "Guardia Espartaco", entrenada por coreanos del norte, según los rebeldes. En el sur de la ciudad, se oían disparos y ráfagas de metralleta.

Entre tanto, se ignoraba el paradero del anterior presidente interino, Tesfaye Gabre Kidan, que sucedió a Mengistu hace una semana.

Los rebeldes etíopes casi no encontraron resistencia para apoderarse de la mayor parte de Addis Abeba el martes, luego de asaltar el Palacio Presidencial durante la madrugada con vehículos blindados y piezas de artillería.

Los principales barrios de la capital etíope fueron tomados por las tropas del Frente Democrático Revolucionario Popular Etíope (Fdrpe) y sólo se vieron unos veinte cadáveres en las principales arterias del centro de la capital.

Por la tarde se ignoraba el paradero del presidente interino, Tesfaye Gabre Kidan, quien hace una semana sucedió al teniente-coronel Mengistu Haile Mariam, refugiado en Zimbabue.

VR
VA

01-01

9108077

Nuevo ataque Israelí en el Líbano.
clasif. (150024)
5/6/91

ISRAEL. (10107)
→ LIBANO (66330)
FAC. POL. (11164)
CONFLICTOS INTERNAC. (11400)
FAC. MILITAR. (11163)

TERCERA INCURSION CONSECUTIVA

Nuevo ataque israelí en el Líbano

MAJDALYOUN, Líbano, 4 (Reuter, AFP, EFE y AP). — Por segundo día consecutivo, aviones de guerra israelíes bombardearon esta mañana bases palestinas cerca de Sidón, en el sur del Líbano, agregando otros siete muertos a la lista de tres víctimas de ayer. Pocas horas después, en una incursión nocturna, volvieron a atacar, esta vez una instalación militar del Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP), respaldado por Siria, en la localidad de Lebar, en la misma zona.

Los cazas israelíes cumplieron 18 vuelos durante dos horas, atacando con cohetes y bombas distintas bases de entrenamiento militar, depósitos de municiones, baterías de cañones antiaéreos y artillería en tres aldeas. El ataque de esta mañana causó gravísimos daños en una escuela e hirió a una docena de niños.

El ataque israelí coincide con el acuerdo de cooperación que suscribirán en estos días en Beirut los gobiernos del Líbano y Siria. De hecho, el canciller sirio se encuentra actualmente en la capital libanesa para ultimar los detalles de dicho tratado.

Por otra parte, la ofensiva israelí contra las instalaciones de la guerrilla palestina tiene un correlato en el campo diplomático. Ante la última iniciativa de paz de la Casa Blanca, en la que el presidente norteamericano George Bush propuso limitar la presencia de las Naciones Unidas a tan solo un representante, el primer ministro Yitzhak Shamir reiteró hoy su negativa.

"Quienes nos instan a transigir sobre este punto no consideran ni por un momento la posibilidad de sacrificar sus intereses vitales en aras de la ONU", enfatizó hoy el premier israelí.

Frente a las reiteradas tentativas de la Casa Blanca en torno del problema palestino y la realización de la postergada conferencia de paz regional, la actitud del gobierno israelí parecía hoy llegar a su máxima inflexibilidad, al trascender los planes de Jerusalén de ampliar, con 2.000 viviendas, los asentamientos judíos en la franja ocupada de Gaza.

Los ataques de hoy

El jefe de la Organización para la Liberación de Palestina, Yasser Arafat, lanzó hoy un llamado urgente a la comunidad internacional, para que ponga un freno a la vasta operación militar israelí en suelo libanés.

"Los israelíes nos atacan con armas norteamericanas... Es el regalo de Bush a Israel, por su pasividad durante la guerra del golfo Pérsico", subrayó Arafat.

Después del ataque de ayer, donde murieron tres palestinos y cuyo blanco fue un edificio de la inteligencia militar de Al Fatah (la principal corriente de la OLP), un segundo bombardeo se produjo cerca de las 9.30 de la mañana cerca de Sidón. Esta vez los blancos fueron bases del FPLP, del Consejo Revolucionario Palestino de Fatah, del Frente Democrático para la Liberación de Palestina, y de una milicia musulmana sunnita libanesa. A consecuencia del ataque resultaron muertos siete milicianos árabes y hubo más de 30 heridos.

"Los ataques comenzaron sorpresivamente y las explosiones destruyeron todas las ventanas", dijo una monja de un colegio religioso en Majdalyoun, donde más de un millar de niños aterrorizados debieron refugiarse en el sótano. No obstante, una docena de alumnos, de entre cinco y siete años, resultaron heridos.

Pero al terminar el día, en su tercer ataque consecutivo en las últimas 48 horas, los cazambobarderos israelíes incursionaron en Lebar, también cerca de Sidón, esta vez contra una base del FPLP, sin que hasta el momento se haya podido determinar la cantidad de heridos.

VG
VR.

9108078

13 muertos en ataque israelí al Líbano.
A Financiero (150027)
5/6/91
ISRAEL (10207)
→ LIBANO (66330)
FAC. MIL (11763)
CONF. ENTER (11400)
FAC. POL. (11164)

Israel ataca al Líbano: trece muertos

Buenos Aires, miércoles 5 de junio de 1991, Ambito Financiero

Majdalyoun, Líbano (Reuter, UPI, DPA) — Aviones de guerra israelíes volvieron a desoír ayer las resoluciones de las Naciones Unidas y el acuerdo concertado con el Líbano, al bombardear bases palestinas en el sur de ese país, por tercera vez en 24 horas, matando a por lo menos 13 personas e hiriendo a otras 38, incluyendo niños.

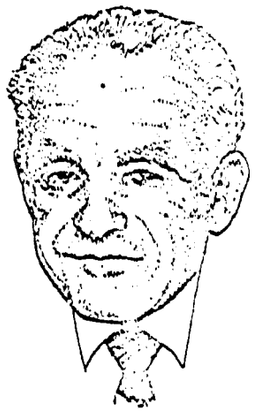
Fuentes de la Media Luna Roja Palestina dijeron que las incursiones fueron perpetradas contra una zona donde se concentran cientos de integrantes de la Organización para la Liberación de Palestina, y que después de ellas por lo menos una decena de combatientes palestinos seguían desaparecidos.

Los ataques aéreos, en el noveno aniversario de la invasión israelí al Líbano de 1982, se iniciaron menos de 24 horas después que una incursión destruyera las instalaciones de inteligencia guerrilleras de la OLP al este de Sidón, 40 kilómetros al sur de Beirut.

La ocupación de Sidón por el ejército israelí había sido pronosticada horas antes por el presidente de la OLP, Yasser Arafat. "Israel tiene planeada una gran operación militar para las próximas 24 horas", había dicho en Abuja, república africana de Nigeria, en la conferencia cumbre de la Organización para la Unidad Africana (OUA).

Durante los raids aéreos, los aviones israelíes volaron 18 veces durante dos horas sobre bases de entrenamiento de la OLP,

Yasser Arafat



Yitzhak Shamir

depósitos de municiones, baterías de cañones antiaéreos y artillería en inmediaciones de tres aldeas a cinco kilómetros al este de Sidón, dijeron testigos.

"Los ataques comenzaron sorpresivamente y las explosiones destruyeron todas las ventanas", dijo una monja de un colegio religioso en Majdalyoun, donde unos 1300 niños aterrorizados se refugiaron en sótanos.

Ella indicó que unos 10 niños, de entre cinco y siete años, fueron alcanzados por astillas de vidrios.

El bombardeo cayó sobre bases del Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP), el Consejo Revolucionario Palestino Fatah (CRPF), el Frente Democrático para la Liberación de Palestina (FDLP) y una milicia musulmana sunnita libanesa, según informaron fuentes de seguridad.

Por lo menos 14 de los 38 heridos eran civiles. En Jerusalén, una vocera del ejército dijo que los aviones destruyeron áreas de adiestramiento de guerrilleros del FDLP al este de Sidón, haciendo añicos zonas de entrenamiento utilizadas para concentrar vehículos blindados, artillería y municiones.

Fuentes políticas manifestaron que los bombardeos tienen la intención de enfatizar la advertencia hecha por Israel en el sentido de que no permitirá que el tratado de coordinación sirio-libanés, que entró en vigencia el lunes, signifique una amenaza para el Estado judío, según la interpretación del premier israelí Yitzhak Shamir.

Pocas horas antes del ataque, Arafat había reprochado a la ONU y a las grandes potencias el no hacer nada para evitar las penetraciones israelíes en el Líbano, mientras que en el caso de Irak aplicaron la fuerza militar para imponer las resoluciones de la ONU.

01-01

9108079 VR VR

Jordania a favor del diálogo con Israel.
Clarín (1500 24)
3/6/91
M. Oriente (10495)
Trat Pol (11164)
Jordania (10411)

EL CANCILLER DAVID LEVY INVITO AL REY HUSSEIN DE JORDANIA A VIAJAR A JERUSALEN

Jordania a favor del diálogo con Israel

El canciller de Israel, David Levy, invitó al rey Hussein de Jordania para dialogar en Jerusalén.

Declaraciones del rey Hussein de Jordania en las que se manifestó a favor de un diálogo directo con Israel causaron entusiasmo en el Estado hebreo, y el canciller David Levy inmediatamente invitó al monarca a visitar Jerusalén para iniciar esas tratativas. Fuentes jordanas, sin embargo, señalaron que resulta todavía prematuro pensar en un posible contacto directo de ese tipo.

JERUSALEN, 2 (AFP, Reuter, EFE y AP). — El ministro israelí de Relaciones Exteriores, **David Levy, invitó hoy a Jerusalén al rey Hussein de Jordania para iniciar negociaciones bilaterales directas** entre los dos países, después de conocerse declaraciones donde el monarca ofreció **un diálogo "cara a cara" para la pacificación.**

Al término de la tradicional reunión semanal del Consejo de Ministros, **Avi Pazner**, vocero del jefe del gabinete, **Yitzhak Shamir**, destacó el **entusiasmo** con que el premier hebreo había recibido las declaraciones de Hussein, y consideró que **"no hay nada más fácil que concertar una conferencia entre ambos".**

En una entrevista con periodistas del semanario francés **Le Point** publicada ayer el monarca jordano dijo que estaría **dispuesto a negociar con Israel junto con los palestinos y que las conversaciones tendrían que celebrarse "muy pronto".**

El rey jordano se dijo proclive a mantener **"contactos cara a cara"** con el Estado judío, **"que nos permitirían a todos disipar nuestros temores" y "garantizar la paz a las futuras generaciones".**

"Los tabúes deben desaparecer, porque no se puede dejar de lado a un país que vive en el interior de la esfera árabe", enfatizó Hussein, en refuerzo a su postura sobre la necesidad de dialogar con el Estado judío.

En rápida reacción, el canciller hebreo contestó al término de la sesión del Consejo ministerial: **"Le invito a Jerusalén. El gobierno israelí está dispuesto a conversar (con Hussein) sobre los progresos del proceso de paz".**

"Seremos felices recibiéndolo, con alfombra roja y orquesta", agregó Levy, en un tono que pareció irónico, pero inmediatamente aclaró: "Por nuestra parte, **estamos dispuestos a ir a Ammán".**

"El anuncio valiente y alentador de Hussein es portador de esperanza: prueba una voluntad de emprender **conversaciones directas con Israel.** Cualquier dirigente árabe que se exprese así encontrará en Israel a un interlocutor dispuesto a conversar", añadió Levy.

También el vocero Avi Pazner destacó el entusiasmo con que el premier hebreo había recibido las declaraciones del monarca: "Shamir tendrá sumo placer en conversar con el rey de Jordania, si sus intenciones son serias, algo que hemos de investigar por canales diplomáticos", indicó.

La proposición del monarca jordano motivó un nuevo enfrentamiento en el seno del gobierno israelí, que esta vez quedó encarnado por el propio canciller Levy y el ministro de Vivienda, **Ariel Sharon.**

Fuentes políticas en Ammán, sin embargo, señalaron hoy que las declaraciones del rey "no eran nuevas", y que los máximos responsables del gobierno israelí las habían percibido **"fuera de su contexto verdadero", que es el de "una solución global de los problemas de Oriente Medio sobre la base de la legalidad internacional".**

"No veo que haya nada que pueda crear esta conmoción", dijo una fuente del gobierno de Ammán a propósito de la reacción de Levy, y destacó que "(nosotros) estamos siempre dispuestos (al diálogo) si la otra parte lo está, **pero ellos (Israel) quieren conversaciones de paz siguiendo sus propias condiciones".**

El canciller jordano, **Taher al Masri**, consideró que sería **"prematuro"** hablar de una **visita del rey Hussein al Estado hebreo.**

01-01 VR VR 9108080

Cheney intenta disipar temores árabes.
Clarín (150024)
3/6/91
M. Orientales (10 ES)

UR
UR

Cheney intenta disipar los temores árabes

EL CAIRO y WASHINGTON, 2 (Reuter, AP y EFE). — El secretario de Defensa de los Estados Unidos, Richard Cheney, intentó disipar hoy los temores árabes acerca del almacenamiento de armas norteamericanas en Israel, pero eludió señalar si las propuestas de Washington sobre desarme abarcan la capacidad nuclear del Estado judío.

Cheney llegó el viernes a El Cairo procedente de Israel, donde anunció un aumento de la ayuda militar a ese país además de informar que Israel está almacenando pertrechos militares norteamericanos en previsión de una guerra futura. Hoy, en un discurso ante la Cámara de Comercio estadounidense en Egipto, el secretario sostuvo que ese depósito de armas no contravierte el plan de control de armamentos para Oriente Medio que a mitad de la semana pasada anunció el presidente Bush.

"Sostengo que no hay contradicción —dijo Cheney— entre sugerir que llegó la hora de poner fin a la acumulación de vastas cantidades de armas y, a la vez, satisfacer los legítimos requerimientos de seguridad de nuestros amigos". El secretario no explicó por qué cree que no hay contradicción en su afirmación.

El anuncio se produjo dos días después del mensaje con el cual Bush delineó la iniciativa sobre el control del flujo de armas hacia la volátil región y la prohibición de adquirir armas de destrucción masiva (nucleares, químicas o biológicas). Los especialistas militares egipcios creen que estas iniciativas norteamericanas dejarán intacta la capacidad atómica de Israel, ampliando su poderío militar, que no tiene parangón en la zona. Un temor con asidero, habida cuenta de que Cheney se preocupó por aclarar a las autoridades israelíes que la propuesta del presidente Bush sobre control de armamentos no amenazará a Israel.

Fuentes norteamericanas indicaron que Egipto pidió incorporar a su armamento, para renovarlo, pertrechos norteamericanos de avanzada tecnología, como una manera de preservar el equilibrio en la región. Añadieron que el presidente egipcio Hosni Mubarak y el alto mando solicitaron más cazas F-16 y helicópteros de ataque.

De hecho, Cheney analizó con los responsables egipcios diversos programas de preparación y cooperación militar entre los dos países que [illegible] rán, en la [illegible] carros de [illegible] M-1[illegible] entregarán a [illegible] aviones [illegible]

Mientras [illegible] abordaba el [illegible] en Oriente [illegible] do que su [illegible] rá a Israel [illegible] árabes para [illegible] conversaciones [illegible] en Washington [illegible] go Bush envió [illegible] personales a los [illegible] des de la región [illegible] último [illegible] tener con vida [illegible] pacífica.

01-01

Nº DOCUMENTO
TITULO Un millon y medio de muertos en 43 años de enfrentamientos en M. Oriente
PROCEDENCIA JA Rocco (150026)
FECHA 91-06-06.
VINCULACIÓN Medio Oriente (L0195)
Fue. Militar. (L1163)

Un millón y medio de muertos en 43 años de enfrentamientos

Jerusalén (EFE) — Un millón y medio de personas murieron en los últimos 43 años en las guerras libradas por los países de Oriente Medio, equivalente a casi el uno por ciento del total de población, que es hoy de 151,8 millones de habitantes, según datos del experto israelí Oded Yinón.

El análisis estadístico de Yinón, que comienza en 1948, cuando estalló la primera guerra árabe-israelí, y finaliza el primero de marzo de este año, se refiere a las víctimas sufridas por Egipto, Siria, el Líbano, Irak, Israel, Jordania, Irán y el pueblo palestino.

La República Islámica de Irán registró el mayor número de víctimas, 700.000, a raíz de sus diez años de guerra con Irak (1980-88), mientras en el Reino de Jordania se produjo el menor número de muertos en conflicto, 1.000.

Todos los países mencionados dedicaron a gastos de guerra durante el período estudiado un total de 1.255 millones de dólares, que no incluyen los de Jordania por no haber información, entre los que destacan Irán, que invirtió 735.000 millones de dólares, e Irak, 400.000 millones, según datos de 1990.

La República de Irak, que se enfrentó en la reciente guerra del Golfo a una coalición internacional liderada por Estados Unidos, sigue a Irán en el número de muertos, con 500.000, según fuentes oficiales de esos países, de la prensa y de institutos internacionales, como el de Estudios Estratégicos de Londres, señala el especialista israelí.

Los palestinos, dispersos por el Líbano, Siria, Jordania y los territorios ocupados por Israel durante la Guerra de los Seis Días de 1967, perdieron a 42.000 de sus compatriotas, mientras 17.000 israelíes perecieron en las cinco guerras con los países árabes vecinos, añade el estudio comparativo.

La cifra relacionada con las víctimas palestinas corresponden a un período mayor, desde la insurrección de 1936-1938 contra las autoridades británicas en este país, a raíz del respaldo de Gran Bretaña a la creación de un "hogar nacional judío".

Según Yinón, desde 1936 murieron 10.000 palestinos en conflictos internos y 1.000 en enfrentamientos con las tropas inglesas. El Ejército de Israel mató a 4.000 y otros 12.000 perdieron la vida durante las represiones del "Septiembre Negro" de 1970/71 en Jordania.

En el Líbano, prosigue el informe de Yinón, el Ejército sirio mató a 18.000 palestinos entre 1976, al comenzar la guerra civil, y 1984, y otros 5.000 murieron a manos de las milicias cristianas de los maronitas y de los musulmanes de la secta de los shiítas.

Los países árabes, en subsuma, perdieron 421.000 soldados en las guerras con Israel e Irán. En el Líbano, el más afectado, entre otros motivos por la larga guerra civil que comenzó en 1976, el número de víctimas se elevó a 150.000.

Egipto, cuyos costos de guerra fueron de 40.000 millones de dólares, en estos últimos 43 años, [illegible] más que los de Israel, perdió [illegible] mientras Siria, que gastó [illegible] 5.000 millones, perdió [illegible] soldados en las guerras que libró contra Israel y en el Líbano.

El estudioso israelí señala que hasta el 1º de marzo de este año las naciones más endeudadas eran Irak, con 200.000 millones de dólares, Israel (66.000), Egipto (45.000), Siria (26.000), Jordania (12.000) e Irán (5.000).

91 08082

DOCUMENTO: ISRAEL NO ACEPTA A LA O.N.U en conferencia de Paz.
FECHA: EL PAIS. (150607)
91-06-07.
ISRAEL. (10107)
O.N.U. (17573)
MEDIO ORIENTE. (10105)

EL PAIS — Viernes 7 de Junio de 1991

Sobre paz en Medio Oriente

SHAMIR RESPONDE A BUSH QUE ISRAEL NO ACEPTA A LA ONU EN CONFERENCIA

JERUSALEN, 6 (REUTER y EFE). — El presidente israelí Yitzhak Shamir respondió negativamente a una carta del presidente George Bush que buscaba zanjar las diferencias árabe-israelíes sobre la diplomacia para pacificar el Medio Oriente, informaron hoy radio Israel y del Ejército.

Shamir dijo a Bush que Israel no permitirá que participen las Naciones Unidas en la eventual conferencia de paz para el Medio Oriente, según dijeron las dos emisoras citando a fuentes norteamericanas e israelíes en Washington.

Israel ha insistido en que tal conferencia debía ser una sola a la que seguirían conversaciones de paz bilaterales entre Israel y cada uno de los estados árabes.

Por otra parte el ministro israelí de Asuntos Exteriores, David Levy, afirmó, a su regreso hoy, jueves, de una visita a Francia, que la demora en convocar una conferencia de paz en Oriente próximo "se debe a la inflexibilidad de Siria".

El Gobierno del presidente sirio, Hafez al-Asad, que exige la participación de la ONU y garantías de Israel para tomar parte en esa conferencia regional, "tiene que dejar de poner obstáculos", declaró Levy a los periodistas en el aeropuerto de Ben Gurión.

Radio Montecarlo informó hoy de que Siria exige garantías de que Israel devolverá a ese país los altos del Golán y los territorios ocupados de Cisjordania y Gaza para solucionar la cuestión nacional palestina al cabo de las negociaciones de paz.

Levy aclaró que la conferencia, "técnicamente", puede ser convocada "en unas semanas", como declaró anoche en París, siempre que sean salvados los obstáculos.

"Espero que sea así", dijo y agregó que "incluso nuestro himno se llama "Hatikva" (Esperanza)".

"Todos presionan a Siria para que retire sus exigencias", dijo el ministro israelí refiriéndose, aparentemente, a Estados Unidos y la Unión Soviética, que serán los auspiciantes de ese foro de paz, y la Comunidad Europea (CE).

El matutino independiente "Haaretz" de Tel Aviv reveló hoy, basándose en una fuente política israelí no identificada, que Siria ha retirado todas sus exigencias, y que la convocatoria depende ahora del Gobierno del primer ministro israelí, Isaac Shamir.

"Existe la impresión de que Siria flexibiliza sus posiciones y si esto fuese cierto Israel hará lo que corresponda para llevar adelante el proceso de paz", repuso Levy a una pregunta.

VR
VR
91080883

Shamir reiteró su negativa de que la O.N.U participe en la Cumbre de Paz.
Clarín (50024)
7/6/91
Medio Oriente (10135)
Fac. Pol (11164)
ONU. (12533)
Israel (10105)

JR
VR

EL PRIMER MINISTRO ISRAELI RECHAZO UN PEDIDO DE BUSH

Shamir reiteró su negativa a que la ONU participe en la cumbre de paz

El canciller israelí, David Levy, relativizó sus declaraciones efectuadas ayer sobre la inminente realización de la conferencia regional de paz para Oriente Medio. Ayer, Levy señaló en París que las demandas de Siria siguen siendo un obstáculo. El primer ministro de Israel, Yitzhak Shamir, respondió negativamente, por su parte, a un pedido del presidente George Bush, que intentaba zanjar las diferencias árabe-israelíes para la concreción de dicha cumbre. Shamir reiteró su rechazo a la participación de la ONU en la conferencia regional.

JERUSALEN, 6 (Reuter y UPI). — El primer ministro isreli **Yitzhak Shamir** respondió negativamente a una carta del presidente **George Bush** que buscaba zanjar las diferencias árabe-israelíes sobre la diplomacia para pacificar el Oriente Medio, informaron hoy emisoras radiales.

Shamir dijo a Bush que **Israel no permitirá que participen las Naciones Unidas en la eventual conferencia de paz para el Oriente Medio**, según dijeron **Radio Israel y la emisora del ejército**, citando a fuentes norteamericanas e israelíes en Washington.

Israel ha insistido en que tal conferencia debía ser una sola, a la que seguirían conversaciones de paz bilaterales entre Israel y cada uno de los Estados árabes.

No hubo confirmación inmediata de fuentes oficiales del informe radial.

Esta semana Bush escribió a los líderes de Oriente Medio en un esfuerzo de resolver diferencias que impiden a Israel y las naciones árabes realizar una conferencia de paz auspiciada por los Estados Unidos y la Unión Soviética.

Pero la estatal Radio Israel y la radio del ejército israelí dijeron que la de Shamir ha sido la primera respuesta recibida por el gobierno de Washington.

Israel y Siria son los actores clave enfrentados por la propuesta de la conferencia de paz para el Oriente Medio.

La prensa israelí, citando fuentes de la oficina de Shamir, dijo que Bush le había pedido que aceptara un observador de las Naciones Unidas y que la conferencia pudiera volver a convocarse periódicamente para recibir informes sobre las conversaciones directas, pero no ejercer ninguna autoridad sobre las partes.

Pero el gobierno israelí de línea dura dice que ha hecho ya suficientes concesiones y que ahora es el turno de los árabes.

Israel considera que las Naciones Unidas son hostiles a Jerusalén debido a las reiteradas resoluciones de condena contra su gobierno y dice que el reclamo árabe de una conferencia permanente es una excusa para evitar las conversaciones directas.

Siria, el más insistente de los Estados árabes con respecto al papel de la ONU en las negociaciones, quiere que la conferencia pueda ser vuelta a convocar si alguna de las partes obstaculiza una solución para la paz regional.

El miércoles, el ministro de Relaciones Exteriores israelí **David Levy** acordó otorgar a la Comunidad Europea un papel en las conversaciones y hoy dijo que el domingo someterá el acuerdo a la ratificación del gabinete, aclarando que la CE tendrá una posición intermedia entre la de observador y la de auspiciante que poseen los Estados Unidos y la URSS.

El canciller israelí, **David Levy**, tomó distancia hoy de las predicciones que había hecho sobre la realización de conversaciones de paz para Oriente Medio en las próximas semanas, argumentando que **las demandas de Siria siguen siendo un obstáculo.**

En una entrevista con una radio israelí desde París, donde mantiene conversaciones con líderes europeos, Levy había expresado deseos de que las negociaciones de paz se iniciarán en cuestión de semanas.

"No depende solo de Israel, depende también de los Estados árabes", comentó Levy.

Añadió que "de nuestra parte, queremos que la reunión se realice lo antes posible, pero Siria también debe retractarse de su negativa y quitar los obstáculos del paso".

Los anuncios que hizo Levy el miércoles sobre la realización de una conferencia de paz en el futuro inmediato y el hecho de que la Comunidad Europea (CE) jugaría un papel en el encuentro parecieron tomar por sorpresa a los otros miembros del gobierno del primer ministro israelí **Yitzhak Shamir.**

01 - 01

61 08084

Ventas de armas en Medio Oriente
La República. (150023)
91-05-10.
Medio Oriente (10195)
Fac. Mil (1163)
Armamento. (11331)

El propio EEUU acaba de cerrar importantes negocios con varios países árabes

El plan Bush podría desatar espiral de ventas de armas en Oriente Medio

La acción del Presidente estadounidense ha recibido críticas en Washington por su imprecisión y por no estar correspondida por una política interna capaz de restringir los ímpetus de las empresas locales

El plan del presidente de Estados Unidos, George Bush, para controlar la producción de armas en el Medio Oriente, dista mucho de cubrir las fuertes demandas de sus opositores en el Congreso por una moratoria de las ventas locales hacia esa región. "En ningún lugar es más urgente el peligro de la proliferación de armas que en el Medio Oriente", dijo Bush cuando anunció el 29 de mayo su iniciativa para restringir el flujo y la producción de armas nucleares y convencionales dentro del área y en los cinco principales países proveedores.

Washington (Especial de IPS)
por Lyng-Hou Ramírez

Su acción ha sido duramente criticada en Washington por imprecisa y por no estar correspondida con una política interna capaz de restringir los ímpetus de empresas locales, ansiosas de reabastecer los arsenales de países involucrados en la guerra del Golfo Pérsico.

Legisladores y analistas han coincidido en señalar que lejos de controlar, el plan de Bush desatará una espiral de ventas de armas cuyo primer giro fue el cierre la primera semana de junio de importantes negocios entre el propio Estados Unidos y los Emiratos Árabes Unidos, Bahrein y Arabia Saudita.

El Departamento de Defensa anunció este martes la venta de veinte helicópteros de ataque "Apache" a los Emiratos y seis a Bahrein, en tanto que el secretario Richard Cheney pidió el suministro de diez aviones F-15 a Israel y 200 millones de dólares, para financiar el desarrollo misilístico de ese país.

Cheney ha negado que las ventas, que incluirán además el despacho de un centenar de tanques M1-A2 a Arabia Saudita, representen una contradicción a la iniciativa presidencial cuyo énfasis reposa en la paralización de desarrollo y posterior prohibición del armamento nuclear, químico y biológico. La propuesta de Bush pretende dar origen a un acuerdo con otros países proveedores como China, Gran Bretaña, Francia y Unión Soviética para impedir la proliferación de armas de destrucción masiva, paralizar las exportaciones de misiles tierra-tierra y limitar las ventas de equipo convencional.

Los países deberán informar por adelantado de cualquier venta de armas que pueda ser "desestabilizadora" de la paz en la región, que ha importado alrededor de 200 mil millones de dólares en tanques, aviones, cohetes y artillería desde la década de 1970.

Bush ha convocado a una reunión de los cinco países en París, que tendrá lugar a finales de julio.

Sin embargo, analistas como Sean Carus, del Instituto de Política hacia el Cercano Oriente de Washington, han advertido que en los últimos días el gobierno estadounidense ha sido mucho más activo en sus operaciones de venta que en los esfuerzos por lograr el consenso de los dos países indecisos.

Carus acusó a Bush de ser "extremadamente ambiguo", en especial en lo que se refiere a la propuesta de congelar la actividad misilística y atómica en el Golfo, cuando países como Israel cuentan con arsenales estimados en un centenar de bombas nucleares.

su parte, que sólo una acción unilateral que afecte las exportaciones de la industria de defensa estadounidense podrá fundamentar la propuesta y generar acciones recíprocas en los otros grandes proveedores.

Aún los que apoyan a Bush en el Capitolio han asegurado que prefieren renunciar a la idea antes de dar oportunidad a otros competidores para cubrir la demanda armamentista.

El representante demócrata y presidente del subcomité de Europa y el Medio Oriente, Lee Hamilton, admitió que el intento es bueno pero cuestiona la seriedad del gobierno en su implementación, cuando mantiene sus negociaciones con los Emiratos Arabes y Arabia Saudita.

"El mensaje del Presidente", dice Hamilton, "es que seguimos como de costumbre en nuestras ventas de armas".

Bush indicó en su anuncio que Estados Unidos va a reducir sus gastos militares en el futuro cercano lo que, según el congresista, ha motivado una intensa actividad externa en la industria nacional de defensa.

Esas críticas apuntan hacia la idea de Bush de emplear el Banco Eximport de Estados Unidos, legalmente restringido a proyectos comerciales civiles, como cofinanciador de futuras exportaciones militares.

VR
VR

01-01

9108086

Canciller israelí viaja a EE.UU para tratar la cumbre de Paz
Clarín (15024)
11/6/91
Medio Oriente (10147)
Israel (10107)
EE. UU (10150)
Fer. Fut (11661)
Relac. Int. (11329)

EL CANCILLER ISRAELI DAVID LEVY VIAJA HOY A WASHINGTON PARA TRATAR LA CUMBRE DE PAZ

Israel fija su posición ante EE.UU.

El primer ministro israelí, Yitzhak Shamir, mantuvo ayer una crucial reunión con sus ministros para explicarles el contenido de su respuesta a la carta del presidente George Bush sobre la reunión regional de paz para Oriente Medio. El canciller, David Levy, viaja hoy a Washington donde fijará la posición de su país frente a los temas de la participación de la ONU y de una delegación palestina en dicha cumbre.

David Levy, canciller de Israel, quien hoy viaja a Washington para explicar en los EE.UU. la posición israelí ante la cumbre regional de paz y el tema de la delegación palestina.

JERUSALEN, 10 (Reuter y AFP). — Israel anunció hoy que el martes viajará a los Estados Unidos el ministro de Relaciones Exteriores, **David Levy**, para explicar su rechazo a una exhortación personal del presidente **George Bush** de adoptar una actitud de flexibilidad en el proceso de paz para Oriente Medio.

"Levy no será portador de un mensaje especial pero, si es consultado, **explicará la posición del gobierno de Israel, del Estado de Israel**", informó hoy a los periodistas el primer ministro **Yitzhak Shamir**.

Un portavoz de la embajada estadounidense en Tel Aviv dijo que Washington sabe que Levy será huésped de un grupo judío-estadounidense pero no anunció aún reuniones oficiales. Funcionarios israelíes dijeron que la agenda de Levy será difundida el martes.

Shamir negó que Israel esté obstaculizando los esfuerzos norteamericanos tendientes a convocar a una conferencia internacional de paz para el Oriente Medio y restó importancia a las discrepancias entre el Estado judío y su más estrecho aliado y protector.

"No estamos discutiendo con los Estados Unidos, ni con su presidente ni con su gobierno. Vamos a explicar nuestra posición, nuestras necesidades", manifestó después de recorrer una escuela para muchachas en Jerusalén.

"Hay divergencias de opinión. ¿Y qué hay con eso? La amistad entre nosotros y los Estados Unidos no puede ser ignorada, no puede ser negada. **A pesar de todas las diferencias, a la postre lograremos aunar fuerzas para superar todas las que tenemos ahora**", agregó Shamir.

Bush ha enviado a su secretario de Estado, **James Baker**, al Oriente Medio cuatro veces desde la guerra del golfo Pérsico a fin de tratar de salvar las diferencias árabe-israelíes.

Exhortó en un telegrama a Shamir la semana pasada a aceptar un papel menor para la ONU en proyectadas negociaciones y a aceptar que una conferencia sesione cada seis meses para analizar informes.

Shamir rechazó esas ideas y agregó nuevas condiciones para participar en conversaciones de paz. **Indicó que Israel insistirá en el derecho de vetar a negociadores palestinos.**

Washington había indicado anteriormente que existía acuerdo general sobre la presentación palestina que estaría integrada por residentes de la Cisjordania y la Franja de Gaza y formaría una delegación conjunta con Jordania.

Israel **no aceptará ningún palestino del sector oriental árabe de Jerusalén**, centro político de los árabes de Cisjordania que el Estado judío considera como parte de su indivisa capital.

Shamir también **hizo caso omiso de la exhortación de Bush a no permitir más asentamientos judíos en territorios ocupados**, donde 100.000 judíos viven en comunidades entre 1,75 millón de palestinos.

Shamir no retrocede

JERUSALEN, 10 (Por **Alain Frachon, de Le Monde**, especial para **Clarín**). — **Mientras el presidente norteamericano, George Bush, y su secretario de Estado James Baker, analizaban este domingo en Camp David los pasos a seguir en su iniciativa para Oriente Medio, el primer ministro israelí, Yitzhak Shamir, mantuvo una crucial reunión con sus ministros, a los que explicó cuál era el tono y contenido de su respuesta a la carta que le envió el mandatario estadounidense exhortándolo a facilitar la realización de una reunión internacional de paz.**

Shamir dijo haberle advertido a Bush que la cuestión de la composición de la delegación palestina para una eventual conferencia de paz aún no estaba resuelta para Israel.

Si los Estados Unidos creían [illegible] obtenido el aval de los israelíes para una fórmula general —una lista nominativa de palestinos de los territorios con pasaporte jordano— se equivocaron. Shamir sabe que Israel pueda reservarse el derecho de aprobar cada uno de los nombres que figuren en la lista de palestinos llamados a formar parte de una delegación jordano-palestina que participaría de la conferencia.

Israel desea además poder excluir a todo palestino que considere demasiado próximo a la OLP (Organización para la Liberación de Palestina). Es el caso de todos los nacionalistas de cierta importancia, o que pudieran pasar por representantes de los árabes de Jerusalén, lo que daría a entender que el estatus de la ciudad forma parte de la negociación.

En su misiva a Bush, Shamir rechaza también dos propuestas del mandatario norteamericano. Para satisfacer ciertas reivindicaciones árabes, Bush prevé un proyecto de conferencia regional que debería reunir en una misma mesa al Estado hebreo, a sus vecinos árabes y a los palestinos, al amparo del padrinazgo norteamericano-soviético, y con la presencia de un representante europeo.

El jefe de Estado norteamericano sugirió asimismo invitar a un observador "silencioso" de las Naciones Unidas. Y propuso que, luego de una primera reunión plenaria, la conferencia sea seguida de conversaciones directas árabe-israelíes para volver a reunirse seis meses después.

En su carta a Shamir, el presidente norteamericano destaca que estos son puntos meramente formales y secundarios.

Sin embargo, en su contestación, el primer ministro israelí señala que para el Estado hebreo se trata de **cuestiones de fondo**, y agrega que la insistencia de los árabes para lograr una presencia de la ONU y para institucionalizar la conferencia refleja su rechazo a la realización de negociaciones directas y a un verdadero **"tête à tête" con Israel.**

En Jerusalén, ciertos medios oficiales admitieron no estar de acuerdo con que la conferencia sea convocada cada seis meses ni con la presencia de un observador de las Naciones Unidas.

9108087

TO

Israel no está dispuesto a hacer concesiones sobre conferencia de paz.

Búsqueda (150004)
19-05-91
M. Oriente (10195)
Israel (10107)
Tratados Pol (11164)
EE.UU (65890)
URSS (10175)

Israel bajo presión

Israel no se muestra dispuesto a hacer concesiones sobre una conferencia de paz para el Medio Oriente que promueven tanto Estados Unidos como la Unión Soviética.

Estados Unidos y la Unión Soviética presionan a Israel, porque consideran que es la parte que mayores obstáculos pone para realizar la tan mentada conferencia de paz en esta región, una de las más urticantes del mundo.

Los jefes de la diplomacia norteamericana y soviética, James Baker y Alexander Besmertnij, iniciarán una gira por el Medio Oriente en los próximos días. Sería la primera vez que un ministro de Relaciones Exteriores soviético visita Israel desde la creación del Estado hebreo en 1948. En tanto, Baker visitará la región por cuarta vez desde el fin del conflicto del Golfo.

Ambas giras coincidirán, y los cancilleres se encontrarían en El Cairo para "intentar coordinar nuestros esfuerzos para promover una conferencia de paz patrocinada conjuntamente por nuestros países", expresó Baker.

Agregó asimismo que la conferencia "sería muy, muy amplia, de un tipo y naturaleza diferentes de las celebradas hasta ahora", según reveló la agencia AFP.

En tanto, el viaje de Besmertnij no incluirá necesariamente un acuerdo para restablecer relaciones diplomáticas completas con Israel, rotas por Moscú en 1967. Israel pretende que la URSS reanude relaciones con Israel como paso previo a la eventual participación de Moscú en una conferencia de paz.

La última visita de Baker a Israel, el pasado 26 de abril, culminó en forma confusa. El premier Yitzak Shamir había desautorizado al canciller David Levy, quien había afirmado haber llegado a un acuerdo con el secretario de Estado norteamericano sobre las posibilidades de una conferencia de paz, la cual sería convocada bajo la égida de EE.UU. y la URSS.

Shamir rechazó la proposición, y dijo que se debía evitar todo tipo de ingerencia de las dos superpotencias en las negociaciones. Shamir también se niega a toda participación de las Naciones Unidas, y tampoco quiere sea cual fuere la forma de la delegación, ningún tipo de presencia de palestinos de Jerusalén Este en las negociaciones, y tampoco miembros de la OLP.

"Inquietud en Jerusalén: Baker y Besmertnij vienen (a Israel) a imponer un acuerdo", titulaba en primera plana el diario [illegible], al conocerse que Baker realizaría una nueva gira, y que esta coincidiría con la de su colega soviético.

UR

01-01

9108088

DOCUMENTO
TITULO Saddam reorganiza sus mandos - Oferta Soviética a Israel
PROCEDENCIA LA NACION (150025)
FECHA DE PUBLICACION 91-06-21.
VINCULO CLINICO Medio Oriente. (10195)

Saddam reorganiza sus mandos; inesperada oferta soviética a Israel

BAGDAD, 20 (AP). – El presidente iraquí, Saddam Hussein, destituyó a su jefe de estado mayor y al jefe de la inteligencia militar, en la cuarta reorganización de su alto mando que realiza desde noviembre.

El semanario oficialista Alef Baa dijo que el general Hussein Rashid, nombrado jefe de estado mayor el 8 de noviembre, fue sustituido por el general Iyad Futiyeh al-Rawi, comandante de la Guardia Republicana.

El semanario no explicó el cambio y no dice si Rashid pasará a desempeñar otra posición. Su destitución, sin embargo, ha causado extrañeza ya que, al igual que muchos otros del círculo cercano a Saddam, Rashid procede de la ciudad de Takrit, al norte de Bagdad, de donde es oriundo Saddam.

Ocho sentencias

KUWAIT, 20 (AP). – El tribunal kuwaití de ley marcial pronunció hoy la cifra récord de ocho sentencias de muerte contra acusados de haber colaborado con el ejército de ocupación iraquí, en medio de crecientes críticas internacionales sobre los respectivos juicios.

Fue la mayor cantidad de sentencias de muerte pronunciadas en una sola jornada desde que los juicios comenzaron el 19 de mayo, y eleva a 29 el número de condenados a la horca hasta ahora, a la horca.

Los juicios han sido condenados por abogados en Kuwait y por organizaciones internacionales de derechos humanos, debido a la falta de presentación de pruebas en el tribunal.

Oferta soviética

PARIS, 20 (Reuter). – El ministro soviético de industrias aeronáuticas, Apollon Systsov, sorprendió al ministro de Defensa israelí cuando ofreció vender al Estado judío cualquier material de defensa que quiera, incluyendo aviones de combate de avanzada Mig-31.

Moshe Arens quedó visiblemente estupefacto cuando Systsov le dijo frente a periodistas en la Exposición de Aeronáutica de París: "Con sólo tres Mig-31 le bastaría para proteger a todo Israel.

Systsov expresó posteriormente que la Unión Soviética no puede vender equipos militares a Israel si no restablecen plenamente las relaciones diplomáticas.

"Pero cuando éstas queden establecidas, y ello ocurrirá muy pronto, estaremos en condiciones de vender a Israel cualquier material de defensa que necesite, y el Mig-31 es un avión interceptor defensivo, carente de capacidad de bombardeo", manifestó.

Rechazo

EL CAIRO, 20 (UPI). – El presidente egipcio, Hosni Mubarak, firme aliado de los Estados Unidos durante la Guerra del Golfo Pérsico, rechazó la idea de que Egipto acepte la instalación de bases militares extranjeras, y dijo que su país rechazará el almacenamiento de armas para una potencia extranjera.

"Rechazamos toda base militar en nuestro territorio", dijo Mubarak a los reporteros que lo acompañaron en sus recientes visitas a Kuwait y a Bahrein. "También rechazamos la idea de almacenar armas en nuestro país", agregó.

Las declaraciones de Mubarak respondían a preguntas acerca de si Egipto aceptaría el establecimiento de bases norteamericanas para enfrentar cualquier futura amenaza militar contra los aliados de Estados Unidos en la región.

Egipto, Siria y las seis naciones del Consejo de Cooperación del Golfo tratan de elaborar un plan, según el cual soldados de Egipto y Siria encabezarán una fuerza de paz panárabe en el Golfo Pérsico a cambio de dinero en efectivo de los países de la región.

01-01

VR

91 08089

O.L.P anuncia disposición para iniciar el diálogo-
La Nación (150015)
22/6/91
Medio Oriente (10195)
O.L.P (500868)
Fac. Pol. (00164)

Formaría parte de delegación jordano-palestina

OLP anuncia disposición para iniciar diálogo

AMAN.- La Organización para la Liberación de Palestina (OLP) está dispuesta a formar parte de una delegación jordano-palestina para asistir a la conferencia de paz sobre Oriente Medio, afirmó Abulah Hourani, miembro del Comité Ejecutivo de ese organismo.

"Participaremos en esa delegación para celebrar las conversaciones de paz, siempre y cuando seamos nosotros quienes elijamos a los representantes palestinos y determinemos nuestra postura en las negociaciones", explicó Hourani en una entrevista que publicó ayer el diario jordano "The Jordan Times".

La participación "de la OLP en una eventual conferencia de paz no depende de la manera en que estemos representados, sino de que Estados Unidos acepte que la OLP representa al pueblo palestino", agregó Hourani.

"Esta es la esencia de todo el conflicto entre Estados Unidos y la OLP", señaló Hourani en referencia a las afirmaciones de Washington de que ese organismo no representa a todo el pueblo palestino.

Hourani indicó que "Washington se concentra en ciertos formalismos (referentes a la celebración de la conferencia de paz) para desviar la atención de los principales puntos que se deben tratar y de las necesidades de nuestro pueblo".

Estados Unidos "actúa como si hubiese un consenso entre todas las partes involucradas e interesadas en la celebración de la conferencia de paz de Oriente Medio para marginarnos en estas conversaciones y excluirnos del proceso de pacificación", recalcó.

Por otra parte, fuentes oficiales jordanas informaron que Yosi Ben Aharon, director de la oficina del Primer Ministro israelí, Isaac Shamir, ha celebrado una serie de reuniones con 13 personalidades palestinas en Israel que no forman parte de la OLP, para estudiar la formación de una representación local que sustituya a ese organismo.

9108090

O.L.P anuncia disposición para iniciar el diálogo-
La Nación (150015)
22/6/91
Mecio Orcute (10185)
O.L.P (500868)
Fac. Pol. (11164)

~~Formaría parte de~~ delegación jordano-palestina

OLP anuncia disposición para iniciar diálogo

(101)

AMAN.- La Organización para la Liberación de Palestina (OLP) está dispuesta a formar parte de una delegación jordano-palestina para asistir a la conferencia de paz sobre Oriente Medio, afirmó Abulah Hourani, miembro del Comité Ejecutivo de ese organismo.

"Participaremos en esa delegación para celebrar las conversaciones de paz, siempre y cuando seamos nosotros quienes elijamos a los representantes palestinos y determinemos nuestra postura en las negociaciones", explicó Hourani en una entrevista que publicó ayer el diario jordano "The Jordan Times".

La participación "de la OLP en una eventual conferencia de paz no depende de la manera en que estemos representados, sino de que Estados Unidos acepte que la OLP representa al pueblo palestino", agregó Hourani.

"Esta es la esencia de todo el conflicto entre Estados Unidos y la OLP", señaló Hourani en referencia a las afirmaciones de Washington de que ese organismo no representa a todo el pueblo palestino.

Hourani indicó que "Washington se concentra en ciertos formalismos (referentes a la celebración de la conferencia de paz) para desviar la atención de los principales puntos que se deben tratar y de las necesidades de nuestro pueblo".

Estados Unidos "actúa como si hubiese un consenso entre todas las partes involucradas e interesadas en la celebración de la conferencia de paz de Oriente Medio para marginarnos en estas conversaciones y excluirnos del proceso de pacificación", recalcó.

Por otra parte, fuentes oficiales jordanas informaron que Yosi Ben Aharon, director de la oficina del Primer Ministro israeli, Isaac Shamir, ha celebrado una serie de reuniones con 13 personalidades palestinas en Israel que no forman parte de la OLP, para estudiar la formación de una representación local que sustituya a ese organismo.

01-01

9108090

Fundamentalismo avanza en Africa
Clarín (M0024)
7/6/91
Africa. (10022)
Fac. Pol (11164)

C 7/6

El fundamentalismo avanza en Africa

TUNEZ, 6 (Por **Jonathan Randal**, de **The Washington Post**, y **Michel Deure**, de **Le Monde**, especial para **Clarín**). — El gobierno tunecino acentuó en la última semana su dura campaña para erradicar como fuerza política al fundamentalismo islámico y todos los diarios oficiales publicaron hoy en tapa las fotos de un grupo de "buscados" por realizar actividades conspirativas contra la integridad del Estado.

Con una determinación que para muchos diplomáticos extranjeros parece **obsesiva**, el presidente **Zine Abidine Ben Ali** ha arrestado desde el año pasado a cientos de **musulmanes fundamentalistas** y los ha acusado **de organizar un complot para tomar el poder e instaurar una república islámica.**

El hecho de que esta pequeña nación del norte de **Africa** —de ocho millones de habitantes—, conocida desde hace tiempo por su relativa prosperidad, inclinación pro occidental y moderación política, se embarcara en un violento enfrentamiento con militantes fundamentalistas **está relacionado con los últimos y erráticos años en el gobierno de Habib Bourguiba, el primer presidente de Túnez.**

Influenciado por maestros franceses anticlericales, Bourguiba se opuso a cualquier papel político para el **Islam** en el Estado moderno laico que creó cuando Túnez se independizó de **Francia** en **1956.**

Pero, para noviembre de 1987, las amenazas de Bourguiba de ejecutar a los fundamentalistas militantes despertaron tanta preocupación que su expulsión, por parte de **Ben Ali** —su primer ministro por entonces—, por "senilidad", fue bien recibida tanto en el interior como en el exterior.

La luna de miel política entre Ben Ali, un oficial del ejército y duro ex primer ministro, y una oposición política que abarcaba desde fundamentalistas islámicos a seis partidos seculares, integrados por izquierdistas y socialistas moderados **se fue deteriorando en forma gradual.**

En abril de 1989, la oficialista **Alineación Democrática Constitucional** ganó todas las bancas en las elecciones parlamentarias, minando las promesas de Ben Ali de iniciar una "nueva era" de democracia y pluralismo político luego del prolongado reinado autocrático de Bourguiba. Las elecciones fueron denunciadas como fraudulentas ya que a los candidatos fundamentalistas solo se le otorgó el 15 por ciento de los votos en los distritos en donde se presentaron.

Cansado del constante rechazo del gobierno para legalizar el **Partido del Renacimiento** fundamentalista, su líder, **Rachid Ghannouchi**, viajó al exterior y comenzó a criticar al régimen desde allí.

♦ Pánico

La preocupación oficial del gobierno tunecino se convirtió en virtual **pánico** cuando un partido fundamentalista **legalizado** en la vecina **Argelia** le ganó al gobernante **Frente de Liberación Nacional** en las elecciones municipales de junio del año pasado.

Desde septiembre pasado, cientos de sospechosos del Partido del Renacimiento fueron detenidos por la policía acusados de participar en violentas manifestaciones en demanda de la renuncia del gobierno.

Túnez se convirtió en un virtual campo armado. Doce publicaciones de la oposición fueron cerradas o suspendidas y organizaciones de derechos humanos como **Amnesty International** expresaron su "seria preocupación" por denuncias sobre torturas generalizadas.

En los meses siguientes, las autoridades prohibieron a una organización de estudiantes universitarios solo por sospechar que estaba dominada por los fundamentalistas.

Los funcionarios del gobierno afirman que es necesario, para utilizar los términos de un ex ministro, **"vacunarse contra el fundamentalismo islámico".**

Los dirigentes tunecinos se esfuerzan por seguir —en la medida de lo posible— las actividades de los jefes islámicos refugiados en el extranjero. En medios políticos, se siguió con especial interés, y atención, los frecuentes viajes a **Teherán** de Ghannouchi, quien, este martes asistió a las ceremonias del décimo aniversario de la muerte del ayatollah **Ruhollah Komeini.**

Los dirigentes se preguntan si Ghannouchi no estará buscando, desaparecidos ya sus antiguos protectores del Golfo y su efímero aliado —**Saddam Hussein**—, un nuevo apoyo en **Irán.**

♦ Violencia indiscriminada

Las autoridades locales **han descubierto una casete que habría sido** grabada en **París** e **introducida** para su reproducción en **Túnez**, en la que, **Salah Karkar**, refugiado político en **Francia**, lanza un llamado a ejercer la violencia extrema, verdadera convocatoria al asesinato indiscriminado.

Desde hace varias semanas, **cartas con amenazas de muerte, despachadas en el extranjero o en Túnez le llegan regularmente a las personalidades en el poder, a los responsables de la oposición y a algunos periodistas.**

Mabdelfattah Mourou, uno de los fundadores del **Movimiento Islámico Ennahdha**, quien junto con otros colaboradores abandonó este grupo en marzo pasado para protestar contra su camino de violencia, es uno de los principales amenazados.

Con todo, Mourou sigue preparando el programa del partido que piensa crear, en el marco de la ley, y que espera que algún día sea reconocido.

"En este momento, todo islamista, aun un simpatizante, es considerado sospechoso. Yo mismo soy vigilado por la policía. Desde entonces, tengo dificultades para hacer mis contactos", le declaró a **Le Monde.**

Hay quienes se preguntan si su proyecto para integrarse a la vida política no está condenado al fracaso.

Los principales asesores del gobierno reconocen que los arrestos y los procesos que vendrán no solucionarán el problema con los grupos islámicos y que algún día se deberá hallar una solución en el marco político.

Los asesores estiman que una buena salida sería reconocer los grupos fundamentalistas menos violentos.

VR
VR

01-01

9108091

Africa: Acercamiento al Islamismo
Clarín (150024)
10/6/91
Africa (10022)
Rev. Islámica (11212)

CLARIN Buenos Aires, lunes 10 de junio de 1991

MARCADO RECHAZO A LO EUROPEO EN NACIONES DE AFRICA DEL NORTE

Vuelco al islamismo

BALTIMORE, 9 (De The Baltimore Sun, especial para Clarín). — Las poblaciones de Argelia y del resto de las naciones del norte del Africa, empujadas por el rechazo que soportan por parte de las naciones europeas, están sufriendo un acelerado acercamiento al islamismo y la causa árabe y un rápido abandono de su pasado francofono. Los profesores de más edad tratan a ritmo acelerado de mejorar su árabe debido a que sus estudiantes ya casi no hablan francés.

Mientras las generaciones anteriores miraban con desdén a los árabes de Oriente Medio, los jóvenes de ahora son cada vez más pro OLP (Organización para la Liberación de Palestina), y pro Irak.

La respuesta de los gobiernos es diferente y particular en cada país africano. En Marruecos, el rey Hassan ejerce un firme control sobre la población; en Túnez, el presidente Zine Abidine Ben Ali envía a prisión a los agitadores musulmanes; y en Argelia, el presidente Chadli Benjedid autorizó la celebración de elecciones libres para cancelar luego todo el proceso a raíz de una serie de violentes disturbios que se desataron en forma paralela.

Independiente desde 1962, sometida a un sistema unipartidista de izquierda —y crecientemente stalinista luego del golpe de 1965— Argelia se vio sacudida en 1988 por varios disturbios en demanda de un mejor nivel de vida, justicia social y una política más abierta.

Los disturbios desacreditaron al ejército y al oficialista Frente de Liberación Nacional (FLN). Chadli permitió el accionar de los partidos de la oposición, hecho que desembocó en una arrolladora victoria por parte del Frente Islámico de Salvación (FIS) en las elecciones locales de junio del año pasado. Con elecciones parlamentarias previstas para el 27 de junio, el FIS copó las calles del país con huelgas políticas, paralizando a Argel y exigiendo la convocatoria a elecciones presidenciales.

¿Pero por qué haría todo esto el presumible vencedor de una elección parlamentaria? Una de las teorías que se barajan es que la victoria de los fundamentalistas del año pasado fue un mensaje engañoso de los electores para el FLN —y no un apoyo a un gobierno islámico—, y que el FIS se encaminaba hacia el fracaso.

Sea como fuere, los once días de violencia llegaron a su fin el miércoles cuando Chadli envió los tanques a la calle, impuso el estado de sitio, suspendió las elecciones, expulsó al gobierno del FLN y nombró a un nuevo primer ministro.

Con sus 25 millones de habitantes, Argelia —segundo país de Africa en superficie y con una poderosa aunque declinante industria petrolífera— es una nación de importancia. Durante espacio de un año condujo al mundo árabe hacia la democracia, pero ahora se ha convertido en un país más en donde la democracia parece no funcionar porque los vencedores no lo tolerarían. El próximo paso está en manos del presidente, quien tiene al ejército de su lado.

VR
VR

9108092

01-01

Nº. DOCUMENTO
TITULO Democracia se extiende por el continente Africano.
PROCEDENCIA Nación (150025)
FECHA DE [illegible] 27-5-91
VINCULACIONES Africa (10022)
Inc. Pol (11164)

LA NACION 27/5/91

El renacimiento africano

Por Makau wa Mutua (*)

La democracia se extiende por el continente

NUEVA YORK (The New York Times). – Después de décadas de represión incalificable por parte de regímenes autoritarios, los africanos están atravesando el umbral de una nueva era.

En los cuatro puntos cardinales del continente, millones de personas reclaman poderes legislativos elegidos libremente, un poder judicial independiente y un poder ejecutivo responsable.

Este renacimiento democrático traspone las líneas lingüísticas y las fronteras nacionales, desde Nigeria hasta Kenya, desde Mali hasta el Zaire.

Esta conmoción, que comenzó poco después del colapso de los Estados europeos unipartidistas, sortea también las barreras ideológicas.

Este mes, Angola, un campo de batalla de la guerra fría desde 1974, aceptó una mayor apertura del proceso político. Esta buena noticia aparece después de más de dos décadas de guerra, durante la cual cientos de miles de personas murieron o quedaron mutiladas.

Angola no es sino una señal de que África renace. El continente no ha experimentado tanta convulsión desde la época de la independencia. Muchos gobiernos están a la defensiva frente a las revueltas populares. Varios de ellos cayeron. Algunos otros, acosados por una población impaciente, aceptaron introducir extensas reformas.

A las urnas

Varios han celebrado sus primeras elecciones libres desde la independencia. Solamente unos pocos, particularmente Sudán, Etiopía y Kenya, se negaron a prestar atención, aunque sea mínimamente, a los vientos renovadores.

El vaivén del cambio está incluso llegando al Zaire, un Estado unipartidista que institucionalizó el abuso de los derechos humanos desde que el presidente Mobutu Sese Seko asumió el poder en 1965.

Una presión sin precedentes por parte del pueblo obligó al gobierno a anunciar reformas y aceptar elecciones pluralistas.

A pesar del uso atroz de la fuerza por parte de agentes del gobierno, el pueblo de Zaire exige que Mobutu sea separado del poder y dejó en claro que no aceptará nada que no sea un cambio fundamental.

En Mali, el gobierno militar del presidente Moussa Traore fue derrocado por oficiales del ejército en marzo último, después de 22 años. Los responsables del golpe de Estado designaron primer ministro interino a Soumana Sacko, un funcionario del Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas quien prometió que habría elecciones libres.

En Zambia, el presidente Kenneth Kaunda aseguró en 1990 que se pondría fin a dos décadas de gobierno unipartidista. Las apuestas recaen sobre el Movimiento para la Democracia Multipartidista, que brega por una conducción responsable, un poder judicial independiente y el respeto de los derechos humanos.

En Benin, el antiguo dictador Mathieu Kerekou cayó después de perder en marzo último las primeras elecciones libres en el país desde su independencia en 1960.

En las islas de Cabo Verde, 16 años de régimen unipartidista terminaron el mes pasado cuando Carlos Veiga y su Movimiento para la Democracia ganó las primeras elecciones libres del país.

El año pasado, el presidente Felix Houphouet-Boigny, de Costa del Marfil, dejó de lado el régimen de partido único tras numerosas manifestaciones de protesta. Houphouet-Boigny, sin embargo, triunfó en elecciones pluralistas en medio de acusaciones de fraude.

Resistencia

Sorprendentemente, uno de los gobiernos que aún se resiste a seguir la tendencia democrática es Kenya. Considerado alguna vez un país pujante, Kenya está hoy en crisis. El presidente, Daniel arap Moi, califica de sedicioso cualquier comentario respecto de elecciones pluralistas. Sin embargo, a pesar de perseguir y detener a figuras de la oposición, –el caso más notorio es el de Gitobu Imanyara, el enfermo editor responsable del Nairobi Law Monthly, una publicación sin pelos en la lengua– el gobierno no ha logrado suprimir los reclamos en favor de un proceso político más transparente y abierto.

–Pero unas elecciones libres y pluralistas por sí solas no significan que imperen la ley y el respeto por los derechos humanos, ni pueden revertir décadas de abusos institucionalizados.

En África, tanto el derecho de reunión y asociación con fines lícitos como la libertad de prensa fueron suprimidos y los tribunales fueron debilitados al máximo.

Renovación

El resurgimiento actual ofrece a los millones de africanos la oportunidad de renovarse políticamente, lo cual puede a su vez ayudar a establecer las condiciones necesarias para aprovechar los vastos recursos del continente en aras de un sostenido crecimiento económico.

Ese renacimiento debe ser apoyado por los Estados Unidos. Aunque el gobierno de Bush dio un apoyo verbal a un proceso político más abierto en África, en realidad su iniciativa en favor del cambio es hoy selectiva.

Washington no asignó una máxima prioridad a la cuestión de los derechos humanos en el caso de dos de sus aliados claves: Kenya y Zaire.

En febrero último, el gobierno norteamericano entregó 5 millones de dólares en concepto de asistencia militar a Kenya, después de que el régimen de Nairobi dio refugio a varios cientos de mercenarios libios adiestrados por los Estados Unidos. La Casa Blanca busca también más asistencia para el gobierno de Mobutu, a pesar de que Zaire no castigó a los oficiales responsables de la matanza de unos 350 estudiantes en la Universidad de Lumumbashi, hace un año.

Durante la guerra fría, los Estados Unidos apoyaron a varios gobiernos africanos para evitar la penetración soviética.

Ese apoyo se mantuvo a pesar de las violaciones –en gran escala– de los derechos humanos. Actualmente, los Estados Unidos están en condiciones de adoptar una posición sustentada en elevados principios.

Toda clase de asistencia debería estar condicionada a un visible progreso relacionado con la preservación de los derechos humanos y del imperio de la ley.

(c) LA NACION

(Traducción de Luis Hugo Pressenda)

(*) Abogado. Dirige el Proyecto Africa del Comité de Abogados en favor de los Derechos Humanos.

910809

01-01

910809

Ministro de RR.EE. francés, ROLAND DUMAS, visita JORDANIA
CLARIN (15-07-91)
4-7-91
Jordania (10111)
Francia (65963)
Fco. Pol (11164)
Relac. Int (11398.)

Iniciativa de paz de Francia

AMMAN, 30 (Reuter). — El ministro de Relaciones Exteriores de Francia, Roland Dumas, y líderes jordanos están explorando formas alternativas de impulsar la paz en Oriente Medio si se desvanecen los tambalenates esfuerzos de los Estados Unidos en ese sentido.

Dumas, en reuniones separadas el domingo, con el recientemente nombrado primer ministro jordano Taher Naski y el ministro jordano de Relaciones Exteriores Abdullah al-Nsour también evaluaron los intentos del secretario de Estado norteamericano James Baker para impulsar conversaciones de paz entre árabes e israelíes, con el auspicio de Moscú.

Los esfuerzos de Baker, apoyado por Jordania y Francia, fracasaron hasta ahora debido a pronunciadas diferencias entre Siria e Israel sobre el alcance y la estructura de las conversaciones.

"Ambas partes evaluaron las actuales posiciones en vista de la iniciativa de paz norteamericana a la que consideran muy seria y vital", dijo un funcionario jordano.

"Hablaron de cómo se puede impulsar la paz si fracasan los esfuerzos de Baker y cómo Francia, en su calidad de miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (ONU) podría ayudar en promover otras alternativas de paz", agregó.

Francia, los países árabes y los Estados Unidos quieren que las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad, que disponen que Israel intercambie tierras ocupadas por paz, constituyan las bases de cualquier acuerdo, una idea que fue rechazada por Israel.

Israel, que se pronunció a favor de una conferencia larga y protocolar seguida por conversaciones directas individualmente con cada país árabe, también se opone al llamado de Siria de que la ONU tenga un papel más importante en la conferencia de paz.

VA
VA

01/01

9108094

DOCUMENTO
TITULO Che Rey Hussein firma documento que autoriza el pluripartidismo.
PERIODICO EL PAIS (ISRAEL)
FECHA 91-08-10
VINCULACIÓN Jordania (10111)
Fac. Pol (111641)
Gob Nac. (113302)

■ **Rey Hussein**

AMAN, 9 (EFE).— El rey Hussein de Jordania firmó hoy el documento constitucional que culmina nueve meses de discusiones políticas y pone fin a la prohibición de los partidos en vigor desde hace 34 años.

El monarca hachemí aseguró ante los representantes políticos que los árabes "tienen gran responsabilidad en el alcance de sus nacionalismos", mostrándose muy reservado frente a la cada vez mayor influencia de los fundamentalistas islámicos.

VR
VR

01/01

9108095

DOCUMENTO
TITULO Admiten en Jordania el multipartidismo.
FECHA LA TRIBUNA (150015)
91-06-10.
VINCULO Jordania (1011)
Fac. Pol (11104)
Gob. Rec. (11302)

Admiten en Jordania el multipartidismo

AMMAN.- El rey Hussein de Jordania firmó ayer el documento constitucional que culmina nueve meses de discusiones políticas, y pone fin a la prohibición de los partidos, en vigor desde hace 34 años.

El monarca hachemi aseguró ante los representantes políticos que los árabes "tienen gran responsabilidad en el alcance de sus nacionalismos", mostrándose muy reservado frente a la cada vez mayor influencia de los fundamentalistas islámicos.

La Carta Nacional, en opinión de los observadores, permitirá instaurar el pluralismo político y garantizará las libertades públicas, muy limitadas después de 20 años de ley marcial, sin menoscabo del rango que la monarquía debe ocupar en la política jordana.

Durante la ceremonia, efectuada en el Congreso Nacional Jordano, el rey Hussein se refirió al delicado momento político internacional, sufrido por la nación árabe durante la pasada crisis del Golfo Pérsico.

"Jordania inicia su proceso democrático en un difícil momento político para la Nación Arabe, que sufre los constantes enfrentamientos entre Occidente y Oriente, causados por el fin de la Guerra Fría", indicó el monarca jordano.

"La democracia para Jordania será el tercer pilar para mantener la seguridad nacional y la sólida fundación en la cual está construida nuestra verdadera unidad", afirmó en su discurso de ayer el rey Hussein.

Agregó que "una buena protección del pluralismo político significa proteger la democracia" y señaló que "esperamos contribuir a que el pueblo jordano pueda efectuar sus ambiciones y colaborar en convertir a nuestra nación en un modelo para el resto de los países".

El monarca también dijo que "la democracia en Jordania no estará completa, si el pluralismo político no puede ser ejercido bajo el paraguas de una Carta Nacional que respalde al pueblo jordano".

El documento, que ayer fue sometido a aprobación, preparado por 60 notables nombrados por el rey, establece las condiciones en que puede ejercerse ese pluralismo político, que se basa, según el preámbulo, en "la Constitución, en la herencia histórica política y la estructura de la sociedad jordana".

El rey de Jordania afirmó que "el pluralismo político es la única garantía para combatir todas las formas políticas de dictadura y despotismos que puedan surgir en nuestra nación", concluyó.

VR
VR

01/01

9108096

AYUDA INTERNACIONAL PARA LOS REFUGIADOS KURDOS
CAMBIO 16 (15EEA1)
6/5/91
IRAK. (10094)
FAC SIROSEX (1165)
CONTRICTOS SOC (11414)

"Los españoles deben ayudar a salvarnos"

Este es el lamento de uno de los miles de refugiados kurdos. La fuerza multinacional, entre la que se encuentra un contingente español, instala campamentos en el norte de Irak. Se temen las epidemias y los incidentes con los iraquíes

LUIS DE ZUBIAURRE, enviado especial

LA multitud avanza lenta pero decididamente. Empujados por el hambre de semanas, el sufrimiento de meses de guerra y la desesperación de años de olvido, centenares de kurdos dan un primer paso. Tras una tensa espera de un par de segundos, dan otro paso. Y después otro. Algunos van descalzos, la mayoría con sus zapatos desgastados de tanto caminar en su huida a través de las montañas. En muchos casos, no se sabe si llevan o no calzado; el barro de días de lluvia y deshielo esconde sus pies. Mezclados entre los varones adultos, viejos renqueantes se aferran a los familiares jóvenes que todavía tienen fuerzas para servirles de apoyo. Las mujeres cargan con los recién nacidos, mientras buscan con la mirada o a gritos a sus hijos que juegan entre la muchedumbre y que se esconden tras las faldas de otras madres, que también han perdido a un hijo, a un marido o a un padre.

A pocos metros una fila de soldados turcos los observan, enseñando sus fusiles como aviso. Los gritos de «¡Alto, no sigáis!» y «¡Parad, no os acerquéis más!», no sirven para nada. Mientras los kurdos avanzan, los militares turcos más expertos llaman a la calma a los soldados más jóvenes que, cada vez más nerviosos, acarician el gatillo de su armas. Cuando ven las piedras que les muestran algunos kurdos, las exclamaciones de alto se convierten en un griterío confuso.

Los primeros empujones, golpes y pedradas reciben como respuesta disparos al aire. Las ráfagas siguientes se pierden entre la multitud. En medio de la desbandada, seis kurdos caen al suelo, uno de ellos herido de muerte. Detrás de los soldados —unos siguen gritando, otros miran desconcertados a los heridos— se mantiene intacto el origen del enfrentamiento: varios cientos de sacos de arroz, barras de pan, azúcar y agua. Todo ayuda internacional para salvar al pueblo kurdo del hambre y la muerte.

Estos hechos, que sucedieron el pasado domingo 21 en el campo de refugiados de Cukurca (uno de los más orientales de Turquía y a unos diez kilómetros de la frontera con Irak), son el reflejo sangriento de la tragedia que sufren actualmente cerca de dos millones de refugiados kurdos. Por una parte está la indefensión plena de los kurdos que escapan del Irak de Sadam Husein. Por otra, la incapacidad y la falta de voluntad de muchos países para darles una ayuda que ponga término a sus penalidades.

CONTINGENTE ESPAÑOL. Desde lo alto de la montaña todo se confunde en una enorme mancha de tonos negros, pardos y verde oliva. Los helicópteros que descienden sobre el campamento hacen que las manchas cambien de lugar, que se concentren a su alrededor. La comida y los bienes de primera necesidad (medicinas, tiendas de campaña, ropas, mantas) vienen en su mayoría desde las bases turcas de Diyarbakir, Batman y Silopi, donde se reúne toda la ayuda transportada en grandes aviones desde terceros países.

En Silopi, la actividad es frenética. Cada pocos minutos, los enormes helicópteros de transporte *Chinook* despegan con víveres y materiales para los nuevos campamentos que se están formando en Irak. A esas bases se dirige el contingente de 500 militares españoles —la mayoría de la Brigada Paracaidista, ingenieros y especialistas en telecomunicaciones— que ayudarán a su instalación y servirán como apoyo logístico. Un barco está trasladando seis helicópteros de transporte, junto a tres camiones, *jeeps* y toneladas de material para asistir a los kurdos. Con ello, España se muestra decidida a unirse al movimiento multinacional en el que ya participan seis países europeos —Gran Bretaña, Francia, Italia, Holanda, Alemania y Dinamarca— y más de 17.000 hombres. Como dice un refugiado kurdo a esta revista, «los soldados españoles deben ayudar a salvarnos».

Bajando por la loma del monte,

Fugitivos kurdos aplauden a los soldados

uno comienza a encontrarse con los primeros refugiados. Mientras algunos talan árboles para tener con qué calentarse en las frías noches a unos 2.000 metros de altura, otros bajan, escurriéndose por el barro de la ladera, cargados con bolsas de plástico llenas de nieve de las cumbres. «Apenas recibimos agua», explica una mujer kurda que consiguió escapar, a finales de marzo, del ataque de los iraquíes sobre la ciudad de Zajo. «Por eso muchos subimos a las montañas

VR
VR
9108097

a recoger nieve. Abajo, en el campamento, la derretimos y ya tenemos agua para beber nosotros y nuestros hijos». Ella sabe que muchos niños han caído enfermos por la suciedad de ese agua. «Sí, pero, ¿cómo voy a dejar que mis dos pequeños se mueran de sed?».

Los niños siguen muriendo: de hambre, de frío, de enfermedades. Mientras el martes 23 de abril los turcos disfrutaban de un día de descanso por la celebración del Día del Niño; en los campos de refugiados del sureste del país fallecieron cerca de 50 niños kurdos. Según un miembro de la Cruz Roja alemana, «en el campo de refugiados de Isikveren se han enterrado hasta ahora unos 5.000 cadáveres, y más de 3.000 eran de niños». Se calcula que sólo en la frontera con Turquía mueren a diario 500 refugiados y se necesitan unas 600 toneladas de alimentos para mantener al resto con vida.

La muerte está omnipresente entre la muchedumbre de desesperados. Al comienzo de la huida masiva de Irak —se cree que casi la mitad de los cinco millones de kurdos iraquíes han escapado del país a Turquía e Irán—, los fugitivos morían a consecuencia de las heridas producidas por el Ejército de Sadam, de agotamiento, de frío o de hambre. Ahora la gran preocupación para el personal médico empleado en los campamentos son las enfermedades, en especial las epidemias. Como comenta un médico en Cukurca, «con la subida paulatina de las temperaturas se dispara el peligro de que aparezcan casos de cólera o tifus. Hay 20.000 personas en estas instalaciones y si surge una epidemia no sé cómo podríamos atajarla. Necesitamos urgentemente más medicamentos y unas mínimas medidas de higiene».

Poco a poco, la ayuda a los refugiados está dando sus frutos. Después de algunos casos tan patéticos como la llegada desde EE UU de un cargamento de vestidos de fiesta donados por señoras acomodadas norteamericanas, hay más comida y se distribuye con menos retraso, aunque todavía la dieta es muy escasa e incompleta.

Turquía e Irán, los dos países receptores del éxodo kurdo, no son ricos y sus poblaciones conocen demasiado bien lo que es la miseria. Los 2.600 millones de pesetas prometidos por la Comunidad Europea (CE) y la donación de mil millones de pesetas anunciado por el presidente de Estados Unidos, George Bush, no bastan para acabar con las penalidades. Por ejemplo, el Pentágono calcula en unos 6.000 millones de pesetas anuales los costes de instalación y funcionamiento de los seis nuevos campamentos de refugiados kurdos que ya está montando en el norte de Irak.

SIPA

que llegan a los campos de refugiados para protegerles: son la garantía de su seguridad.

APARICION DE ENFERMEDADES. Los norteamericanos gestionan la mayoría de la distribución de la ayuda y la construcción de infraestructuras. Por ejemplo, en el campamento de Yakmal, en territorio iraquí, están realizando obras de canalización debido a que los arroyos que bajan de la montaña están contaminados: los kurdos —unos 70.000 utilizan tres kilómetros de río— se lavan y defecan ahí. «Ya se han dado numerosos casos de disentería. Si conseguimos tender una cañería, el agua volverá a ser potable», comenta el comandante John Woodhouse, encargado de las relaciones con la prensa en Diyarbakir.

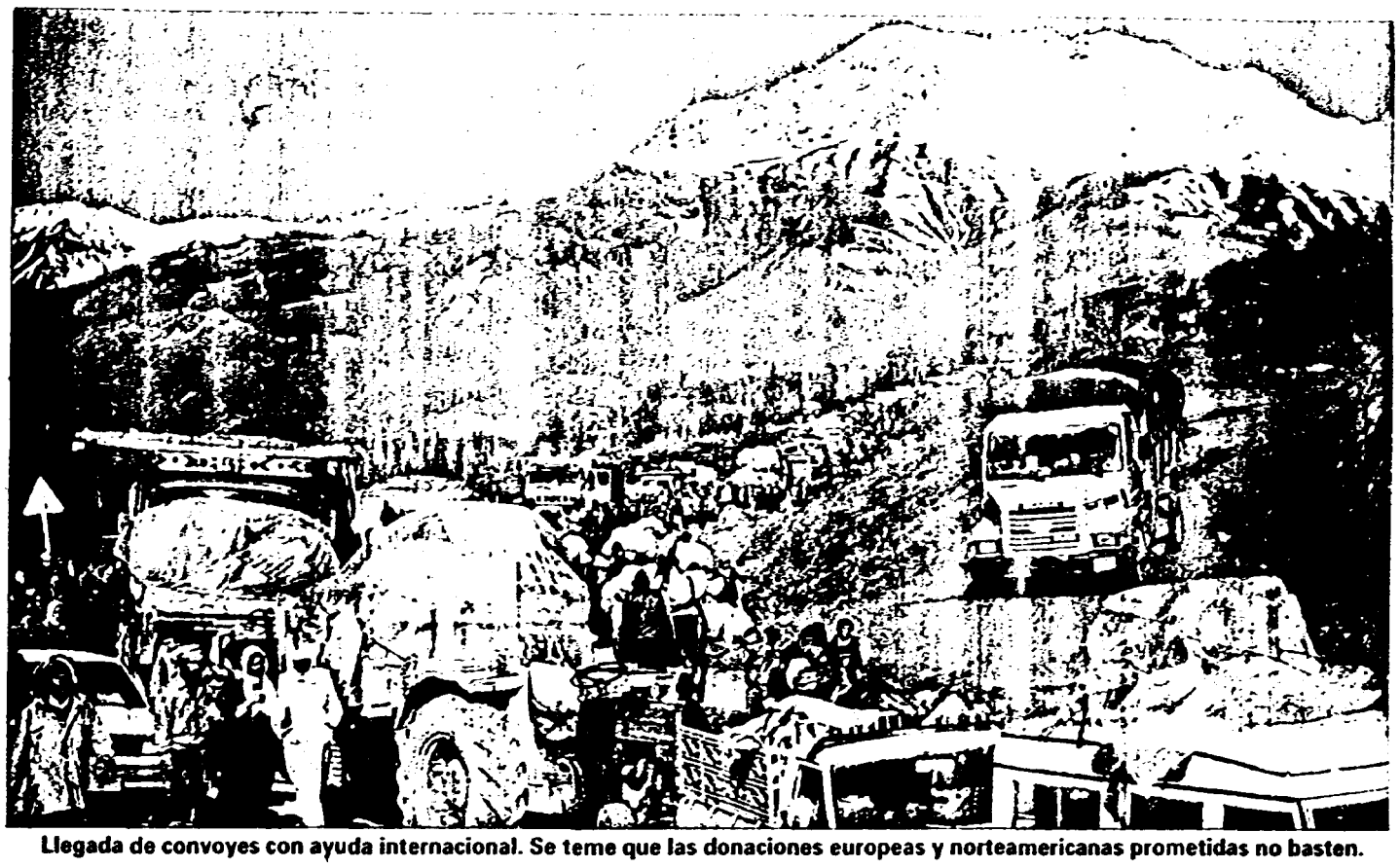
A los que malviven en Yakmal no los dejan pasar y establecerse en Turquía. «Si lo hicieran, serían una carga para este país y por eso está cerrada la frontera», comenta el militar norteamericano. Los soldados turcos sólo dejan entrar a los kurdos para abastecerse de comida y medicinas. Después los mandan de vuelta al campamento. Woodhouse afirma que «la comida no es el mayor problema aquí. Justo frente al campamento hay dos toneladas de patatas que serán trasladadas a otros campos en peores condiciones».

A poca distancia de Yakmal está el pueblo de Pirinceken, que ha aumentado de 700 a 10.000 habitantes: los kurdos turcos han acogido a sus hermanos fugitivos y los ayudan en lo que pueden. Algunos de ellos han sido alojados en cabañas de piedra para el ganado.

A cuatro kilómetros al noroeste de la ciudad iraquí de Zajo, los norteamericanos instalan el primero de los seis campos previstos. Cada día se montan unas cien tiendas con capacidad para cuatro personas cada una. Se teme que el recelo de los soldados iraquíes ante la llegada de tropas estadounidenses puede desembocar en incidentes armados.

De las 50.000 personas que vivían en Zajo, tan sólo quedan 10.000, de

9108097



Llegada de convoyes con ayuda internacional. Se teme que las donaciones europeas y norteamericanas prometidas no basten.

los que gran parte son ancianos que no pudieron seguir a sus familias a las montañas. El resto ha huido. En esta localidad se libraron violentos enfrentamientos entre los guerrilleros kurdos y el Ejército de Sadam.

Con estos nuevos campamentos, Estados Unidos quiere instalar en zonas de clima menos hostil a los kurdos que intentan escapar a Turquía. Bush, preocupado por su descenso de popularidad debido a la falta de apoyo a los kurdos en su frustrada lucha contra Sadam, quiere ganar puntos ante el electorado, a la vez que libera a la aliada Turquía de una enorme carga y humilla más aún a Husein. Washington quiere que la ONU se haga cargo de estos nuevos campos cuando haya pasado un mes.

«Sabíamos que no nos dirigíamos al paraíso, pero teníamos que escapar del infierno», indica Khalil Nashan, un veterinario kurdo que huyó nada más oír que el Ejército iraquí iniciaba una contraofensiva de castigo contra los kurdos tras la rebelión. «Se lo conté a mi mujer y en seguida nos pusimos en camino: ella, los tres niños, de 16, 14 y 9 años, mi burra y yo. Poco después de pasar Zajo, el animal se rompió una pata. Otro fugitivo que nos acompañaba en el grupo le dio el tiro de gracia. Desde entonces, mi mujer y el pequeño tuvieron que continuar el camino a pie».

Khalil sólo sabe una cosa: que no regresará a su país mientras el poder siga en manos del dictador de Bagdad. «Irak seguirá siendo un infierno mientras continúe gobernado por Sadam, que ha asesinado y torturado a miles de hermanos». Sin embargo, y como otros muchos kurdos de los distintos campos de refugiados, Khalil no desea quedarse en Turquía porque no es su país. Quiere volver a su puesto de trabajo, a ganarse un salario y una vida que, según insiste, le ha robado el tirano.

ORGULLO KURDO. Los orgullosos kurdos llevan con resignación su tragedia en los campamentos del sureste de Turquía, aunque siempre insisten en que es una «estancia temporal». En sus tiendas de campaña, a veces sólo un trozo de plástico tendido sobre unas estacas, ofrecen al visitante un vaso de té, cuando consiguen un poco. El peligro de infecciones lleva a algunos médicos a recomendar que se rechace la invitación. «Aunque sea una falta de cortesía para ellos, es mejor no aceptar nada de lo que le ofrezcan».

Hassan Ibrahim agradece mucho a Turquía que los haya acogido, pero no soporta que sus soldados le miren por encima del hombro. A veces, cuando ha visto cómo se ponía orden en el campo a bastonazos, ha tenido que contenerse para no devolver el golpe. También le duele ver cómo sus hermanos se pelean por los alimentos. «Tenemos todos hambre y familias que sólo comen un poco de pan, arroz y fruta. Nos peleamos como dos cuervos por un gusano... Pero, ¡cómo nos vamos a comportar si nos tienen encerrados como ganado y nos tratan como animales!».

Cuando cae la noche, el bullicio del día desaparece del campamento. Envueltos en mantas, los kurdos se recogen en sus tiendas, aunque algunos duermen a la intemperie. Al monte pelado, del que desaparecen cada día árboles para acabar en una hoguera, llega poco a poco la calma.

A veces se oye el llanto de los niños o los pasos de algún refugiado que no consigue dormir por el frío o la angustia. En otras ocasiones, lo que rompe la noche son los lloros y los gritos cerca del hospital de campaña; sollozos de plañidera, de dolor y de rabia. Y entonces no hace falta preguntar... Ha muerto otro kurdo.■

91 08097

DOCUMENTO
Comenzó ataque contra chiitas en IRAK.
PROCEDENCIA LA MAÑANA (1500 m)
FECHA DE E 91-08-11.
VINCULACIÓN IRAK (10034)
Fac. Mil. (11163)
Fac. S-S (11165)
Cap. Soriche (11414)
IRAN (10085)
(11400)

Empeora situación en Amara y Nasiriya

Comenzó ataque contra chiítas en Iraq

Perjudicaría relaciones Bagdad-Teherán

La televisión iraní informó ayer de varias explosiones en el Sur de Iraq que, según señaló, son el inicio del ataque de las Fuerzas Armadas iraquíes contra cientos de miles de chiítas refugiados en los pantanos cercanos a la frontera con Irán.

NICOSIA.- Las explosiones se pudieron escuchar, según la televisión, en la ciudad iraní de Howeizeh, en la otra parte de los pantanos donde se encuentran los refugiados.

La fuente añade que unidades del Ejército de Iraq han estacionado fuerzas en su frontera con Irán para bloquear la huida de los refugiados chiítas a la República Islámica.

"Simultáneamente a estos ataques, la situación en Basora y Nasiriya (Sur del país) está empeorando, mientras el pueblo se enfrenta a las tropas leales a Bagdad", señala la televisión.

Por su parte, Radio Teherán informó ayer que las fuerzas iraquíes han lanzado ataques preparatorios contra cientos de miles de chiítas que se han refugiado en los pantanos del Sur del país por miedo a las represalias.

La radio cita un informe secreto de los observadores de la ONU entre las fronteras de Iraq y Kuwait, según el cual tanques y unidades blindadas, apoyadas por helicópteros de combate, han iniciado operaciones de reconocimiento y atacado los pantanos del Sur en el triángulo formado por las localidades meridionales de Nasiriya y Basora.

Agregó que las fuerzas leales a Saddam Hussein tratan de estrechar el triángulo en el que se encuentran 700.000 chiítas sin hogar, la mayoría de los cuales son mujeres y niños.

El Viceministro iraní para Asuntos de Asia y Oceanía, Alaedin Borujerdi, había denunciado el domingo los planes del Presidente iraquí, Saddam Hussein, para atacar con armas químicas el Sur de su país, donde se concentra la oposición chiita a su régimen.

Borujerdi dijo que Irán está preocupado por el rumbo que está tomando la situación en Iraq.

Los medios de comunicación iraquíes han renovado hace ya algún tiempo la propaganda antiiraní, después de la "luna de miel" que vivieron los dos países durante el verano de 1990, cuando Iraq aceptó todas las demandas pendientes de Irán.

VR
VR

01.01

91.08.098

Denuncian que Irak prepara un masivo ataque en el Sur.
Clarín (150024)
11/6/91
Irak (10024)
Fac. Mil (11163) Fac. S.S (11165) Conflictos Soc. (12414)
Irán (10095)
Conflictos Internacionales (12400)

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 11 de junio de 1991

Denuncian que Irak prepara un masivo ataque en el sur

Voceros de las Naciones Unidas dijeron temer que entre 400.000 y 700.000 chiitas puedan ser atacados por las tropas iraquíes leales a Saddam Hussein en el sur del país. Dirigentes iraníes y opositores a Saddam denunciaron que el presidente de Irak se apresta a ordenar un masivo ataque contra los rebeldes musulmanes que permanecen en el sur iraquí.

NICOSIA, 10 (Reuter, AFP y EFE). — Irán y los dirigentes de la oposición iraquí denunciaron que el presidente **Saddam Hussein** se apresta a **masacrar a centenares de miles de musulmanes chiitas que están atrapados en los pantanos del sur de la frontera iraní.**

Teherán afirma que **Saddam utilizaría armas químicas** en esa ofensiva, reiterando la utilización del gas venenoso que mató a unos 6.000 kurdos en la ciudad iraquí de Halabja, en marzo de 1988.

Voceros de las Naciones Unidas dijeron temer que **entre 400.000 y 700.000 chiitas pueden ser blanco del fuego de las tropas iraquíes** en los esteros luego de haber escapado de diversas ciudades y pueblos del sur iraquí al ser reprimidos por alzarse en armas contra el régimen de **Saddam.**

El jefe del sistema judicial iraní, el **ayatollah Mohammed Yazdi**, dijo hoy que alrededor de un millón de iraquíes están atrapados por el ejército iraquí, que virtualmente ha cerrado todas las rutas de escape hacia Irán.

Yazdi agregó que hay una "posibilidad de bombardeo químico por el régimen iraquí contra los miembros del pueblo oprimido, similar a lo que aconteció con Halabja", según informó la agencia noticiosa iraní **IRNA.**

Mientras tanto, en Londres, siete dirigentes de la oposición iraquí pidieron al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas que intervenga para detener lo que definieron como una "**concentración de tropas de Saddam en torno de los pantanos del sur de Irak como preparativo a un asalto masivo**".

"Se teme que esté a punto de tener lugar una masacre de gran escala que represente un genocidio si esta operación militar no es detenida inmediatamente", precisó el alegato que la oposición iraquí islámica dio a conocer en Gran Bretaña.

El presidente iraní **Akbar Hashemi Rafsanjani** despachó el domingo un emisario personal a Turquía para hacer conocer su preocupación sobre el tema a su colega **Turgut Ozal**, agregó IRNA.

"Teherán está extremadamente preocupado sobre la reiteración de otra tragedia", dijo al mandatario turco el emisario, viceministro de Relaciones Exteriores **Alaeddin Boroujerdi.**

Poco antes de partir hacia Ankara, Boroujerdi enfatizó la intranquilidad de Irán ante la posibilidad de que Bagdad utilice armas químicas contra los chiitas.

Los opositores al gobierno de Bagdad, integrado fundamentalmente por representantes de los musulmanes sunnitas, dicen que hasta un millón de iraquíes chiitas huyeron hacia los pantanos cuando Saddam reprimió la revuelta en el sur de su país tras la derrota en el conflicto del Golfo. Solo 70.000 de esos refugiados consiguieron acceder al territorio iraní.

Grandes ciudades, incluida Basora, el más importante puerto de Irak, fueron escenarios de violentos combates con participación de los rebeldes y la Guardia Republicana de Saddam, al igual que las de Karbala y Najaf.

El gobierno iraní, predominantemente chiita, sostiene que Occidente ha ignorado los padecimientos de esa comunidad iraquí.

La atención de la opinión pública internacional se concentró en los kurdos, en el norte, cuyo alzamiento de un mes contra Bagdad fue violentamente reprimido por Saddam.

VR
VR

01-01

9108099

Consejo de Seguridad de la O.N.U mantendrá sanciones a IRAK.
La Nación (150025)
12/6/91
IRAK (10094)
Sec. Pol (11164)
Consejo. S. ONU. (12574)

LA NACION

Mantendrán las sanciones a Irak

NACIONES UNIDAS, 11 (UPI).– El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas sostuvo hoy su primera reunión para revisar las sanciones económicas contra Irak, y diplomáticos del organismo dijeron que ese país no ha cumplido completamente con las condiciones del cese del fuego como para permitir el levantamiento de las sanciones.

El embajador británico ante la UN, David Hannay, dijo a los periodistas que, "en resumen, no es el momento para que la comunidad internacional levante las sanciones".

Inventario

Hannay y otros diplomáticos occidentales dijeron que Irak dio un inventario "incompleto e impreciso" de sus armas químicas y biológicas, misiles balísticos tales como el Scud, de fabricación soviética, y los materiales para la fabricación de armas nucleares, de los que las 15 naciones demandaron su destrucción en un plazo de 90 días desde el inicio del cese del fuego.

Los diplomáticos señalaron que el gobierno de Saddam Hussein sigue reprimiendo a los shiitas y a los kurdos, que no ha liberado a todos los kuwaítiés capturados y que no ha devuelto las propiedades robadas de Kuwait.

El delegado iraquí en la UN, Samir al-Nima, dijo hoy en una carta al secretario general, Javier Pérez de Cuéllar, que Irak cooperó totalmente con los funcionarios del organismo que inspeccionaron los lugares de ubicación de las armas químicas y de los centros de investigación nuclear en el país.

Al-Nima dijo que Irak no puede pagar "todos los costos" por la destrucción de armas, pero se esforzará voluntariamente para destruirlas tal y como lo demandó el Consejo de Seguridad.

Suposiciones

Al-Nima también señaló que Irán hizo "suposiciones infundadas" cuando acusó a Irak de preparar una ofensiva general contra los shiitas en el sur de Irak, quienes se habían revelado contra el gobierno.

Irán hizo circular hoy una carta al Consejo de Seguridad para advertir que existen "evidencias veraces" de que tropas iraquíes lanzarían una "operación de barrido general" contra los 700.000 iraquíes shiitas en las zonas sur y sudeste del país.

La misiva solicita que el secretario general de la UN y el Consejo de Seguridad tome medidas inmediatas para prevenir la supuesta ofensiva iraquí.

01-01.

9108100

Irak deberá pagar el 30% de sus ingresos petrolíferos para Reparaciones de Guerra.

El País (150007)
14/6/91
IRAK (10094)
ONU. (12573)
Fac. Ec. (11161)
Fac. Pol (11164)

Por Reparaciones de Guerra.

MAYORIA DEL CONSEJO DE ONU: IRAK DEBE PAGAR

NACIONES UNIDAS, 13 (EFE).— La gran mayoría de los 15 países del Consejo de Seguridad de la ONU consideró aceptable hoy jueves que Irak pague un máximo del 30 por ciento de sus ingresos petrolíferos futuros a reparaciones de guerra por el conflicto bélico del Golfo Pérsico, mientras Estados Unidos insistió en un techo del 50 por ciento.

Hace dos semanas, el Secretario General de la ONU, Javier Pérez de Cuéllar, recomendó que no se destine más del 30 por ciento de los futuros ingresos petroleros iraquíes al Fondo de Compensaciones, que administrará la ONU y con el que se indemnizará a los países, compañías y particulares que tuvieron pérdidas por la invasión y ocupación iraquí de Kuwait.

Pero, hace diez días, Estados Unidos, que encabezó la coalición militar que liberó a Kuwait y asestó una rotunda derrota a Irak en [illegible] do, rechazó el techo propuesto por Pérez de Cuéllar [illegible] que debía ser un 50 por ciento.

El único apoyo [illegible] bió Estados Unidos en las primeras consultas celebradas [illegible] por el Consejo sobre el tema —y que continuarán dado [illegible] divergencias— fue el de Alemania, dijeron fuentes diplomáticas occidentales, al expresar la esperanza de que Washington reconsidere su postura.

Gran Bretaña no mencionó cifras, pero dijo que el techo debe ser superior a un 30 por ciento dada la magnitud de los daños cometidos por Irak, dijo el embajador británico, David Hannay.

Francia, que como miembro permanente del Consejo tiene derecho de veto al igual que EEUU, la URSS, Gran Bretaña y China, hubiera preferido un máximo del 20 o 25 por ciento, aunque indicó hoy que puede aceptar un 30 por ciento.

La URSS habló de un 25 por ciento y China señaló que, si bien desearía algo menos del 30 por ciento, se inclinará si el Consejo se pronuncia por este tema, dijeron fuentes diplomáticas.

Yemen, único país árabe del Consejo, abogó por un máximo del 10 por ciento, y Cuba, que no dio cifras concretas, dijo que al principio el porcentaje debería ser muy bajo dadas las enormes [illegible] humanitarias [illegible] adelante [illegible] ron las [illegible]

Cuando Washington anunció su [illegible] en hace dos semanas, se interpretó como una presión más para tratar de forzar la salida del poder del presidente iraquí, Saddam Hussein.

Estados Unidos y Gran Bretaña han reiterado varias veces que las sanciones económicas contra Irak se mantendrán mientras Saddam Hussein esté en el poder.

Sin embargo, los embajadores de ambos países en la ONU se han mostrado más cautelosos y expresaron que sería "muy difícil" que Irak pueda cumplir todas las condiciones del Consejo de Seguridad sobre el alto al fuego formal en la guerra del Golfo Pérsico mientras [illegible] en la presidencia ...

Pérez de Cuéllar recomendó [illegible]

ENT VP VR 01-01

9108101

DOCUMENTO
TITULO U.R.S.S. ofrece Mediar entre IRAN e IRAK.
PROCEDENCIA LA MAÑANA. (150015)
FECHA 91-08-04
VINCULADOS IRAN (10095)
IRAK (10094)
URSS (10175)
FAC. POL (11164)
REAC. F. (11388)
~~Conflictos~~ Int. (11400)

URSS ofrece mediar entre Irán e Iraq

D-1

NICOSIA.- La Unión Soviética quiere desempeñar un papel de intermediario entre los Gobiernos de Irán e Iraq, según publicó ayer el diaro iraní "Teheran Times", portavoz oficioso del Ministerio de Asuntos Exteriores.

El Embajador soviético en Teherán, Vladimir Godev, expresó la voluntad mediadora del Gobierno de Moscú a representantes del citado Ministerio iraní, según el periódico.

El Presidente iraní, Ali Akbar Ashemi Rafsanyani, dijo el miércoles que "el Ejército de Iraq está concentrando tropas en el sur del país con la intención de atacar a los que viven o se han refugiado en esa zona", principalmente chiitas.

"Irán no puede permanecer indiferente ante este problema, y está buscando una solución mediante canales políticos", añadió.

Los periódicos iraquíes coinciden en sus editoriales de hoy en criticar la política de Teherán contra Iraq, y advierten que repercutirá negativamente en el pueblo iraní y en la seguridad de la región, informó la agencia iraquí de noticias, INA.

El Ministro iraquí de Asuntos Exteriores, Ahmad Hussein Jodair, aseguró que su Gobierno no ha iniciado ninguna operación militar contra los chiitas del sur del país como denunció Irán, y acusó a Teherán de continuar la misma política "inaceptable de injerencia en los asuntos internos de Iraq" desde la creación de la República Islámica en 1979.

Los líderes de Teherán "parece que no han aprendido la lección de su agresión contra Iraq", añadió Jodair.

Tras ocho años de enfrentamiento bélico (1980-88) por el control de las aguas del paso de Chat el Arab, y a pesar de haber firmado un alto el fuego, Bagdad y Teherán no dieron señales de una distensión real hasta el pasado agosto, tras la invasión iraquí de Kuwait, el día 2 de ese mes. ■

VR
VR

01-01

9108102

Saddam destituyó al jefe del Estado Mayor del Ejército - la República (150023)
21-06-91.
Irak (150094)
Fac. Militar (111603)

Saddam destituyó al jefe del Estado Mayor del Ejército

D-A

El Cairo (UPI)

El presidente iraquí Saddam Hussein destituyó al jefe del Estado Mayor del Ejército y lo sustituyó por el general que dirigió la invasión a Kuwait, informó ayer Radio Bagdad.

El cambio fue considerado parte de los esfuerzos por reorganizar el golpeado ejército y subir la moral de los soldados tras su derrota en la guerra del Golfo Pérsico.

La radio estatal señaló que el comandante de la Guardia Republicana, teniente general Iyad Al Rawi, fue designado nuevo jefe del Estado Mayor del Ejército para reemplazar al teniente general Hussein Rashid.

Se trata del cuarto cambio en los altos cargos de las fuerzas iraquíes desde noviembre.

Rawi dirigió la invasión iraquí a Kuwait el 2 de asoto y logró ocupar el Emirato en pocas horas con casi ninguna resistencia. Tiene la reputación de ser uno de los comandantes más rudos de Irak.

Los veteranos soldados de Rawi fueron el principal objetivo de los ataques aéreos y terrestres de los aliados durante la guerra en el Golfo.

La Guardia Republicana no tomó prácticamente ninguna acción para defender su ocupación de Kuwait una vez iniciada la ofensiva terrestre de las fuerzas aliadas.

Algunos estrategas dicen que Rawi ordenó a sus soldados retirarse para salvar sus vidas, mientras que otros opinan que fueron sorprendidos por las operaciones estadounidenses para llegar por mar en lugar de hacerlo a través de la frontera saudita-kuwaití, por tierra.

VR
VR

01-01

9108105

Mantiene la O.N.U. sanciones contra Irak.
La Prensa (150026)
22/6/91
IRAK (10094)
ONU (12573)
Ec. Pol (11164)

Mantiene la ONU sanciones contra Irak

Naciones Unidas (EFE) — El Consejo de Seguridad de la ONU acordó mantener las sanciones económicas a Irak, al menos por dos meses más, y pidió que se elabore un informe sobre su impacto en la población iraquí, informaron fuentes diplomáticas.

La decisión se adoptó en consultas a puerta cerrada del organismo, en las que Estados Unidos y Gran Bretaña frustraron las presiones de Yemen, que pedía un debate público sobre la revisión de las sanciones impuestas a Irak el pasado mes de agosto, tras su invasión de Kuwait.

A cambio de su renuncia a un debate público, Yemen consiguió que el consejo pida el secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuéllar, un informe sobre el impacto de las sanciones en la población de Irak, que tendrá que ser elaborado en un plazo de 60 días.

UR.
UR.

10-10

9108106

Acuerdo entre los Kurdos y Saddam.
La Nación (150025)
25/5/91
IRAK. (15004)
FAL POL (11164)
FA SICO-SOC. (11165)
Conf. Sociales (11414)

Acuerdo entre los kurdos y Saddam

SARDAW, Irak. – El dirigente kurdo Massoud Barzani afirmó que su pueblo le dio mandato para firmar un acuerdo de paz con el presidente Saddam Hussein, y que éste se comprometió a convocar a elecciones libres y multipartidarias en Irak en una plazo de un año.

Tras varios días de consultas con dirigentes tribales, comunitarios y políticos, Barzani declaró a la prensa que el acuerdo también contemplaba elecciones en el Kurdistán en tres meses.

"Queremos consultar al pueblo sobre el acuerdo y estoy feliz de que la gente esté respaldándolo tan firmemente", manifestó en la sede temporaria del grupo, a 110 kilómetros de Erbil, capital administrativa de la región.

Hay combates en las ciudades santas shiitas de Najaf y Karbala, y un refugiado indicó que ambas ciudades están bajo asedio de las tropas de Bagdad.

VR.
VR.

01 - 01

9108107

Inspección de la O.N.U en complejo Iraquí de armas químicas. La Mañana (110015)
25/6/91
Irak. (10054)
O.N.U (12573)
Jal. M.L (11163)
Polaeid. (11331)

Concluyó primera inspección en Iraq

NACIONES UNIDAS.- La inspección "exploratoria" de un amplio complejo iraquí de armas químicas en Muthanna, efectuada por expertos de la ONU, no permite pronunciarse sobre la veracidad de la información facilitada por Iraq sobre sus instalaciones y arsenales en ese centro, bombardeado durante la guerra.

Esta afirmación se contiene en un informe divulgado ayer por la Comisión Especial de la ONU (UNSCOM) encargada por el Consejo de Seguridad de organizar y supervisar la eliminación de los arsenales iraquíes de destrucción masiva (armas químicas, biológicas, nucleares y misiles balísticos de más de 150 kilómetros de alcance).

Diplomáticos occidentales en la ONU han afirmado repetidamente que Iraq tiene muchas más armas químicas y misiles Scud que los reflejados en la lista que entregó a la ONU el pasado 18 de abril, en la que dijo que poseía unas 1.000 toneladas de agentes nerviosos y gas mostaza, 11.000 armas químicas y 52 cohetes Scud.

Los mismos medios también sospechan que Iraq no ha informado de todos los materiales nucleares militares en su poder. Un equipo de la Organización Internacional de Energía Atómica se encuentra ahora en Iraq para visitar instalaciones sospechosas.

Un equipo de 20 expertos (procedentes de 8 países) que visitó el centro químico militar de Muthanna del 9 al 14 de junio "no encontró indicios de que Irak trate deliberadamente de engañar" a la comisión, afirmó el responsable de la misma, Rolf Ekeus.

Si bien agregó que las autoridades iraquíes cooperaron durante la visita del grupo, subrayó que "UNSCOM no puede llegar a ninguna conclusión" sobre la veracidad de las informaciones dadas por Iraq sobre Muthanna, instalación conocida en los países occidentales con el nombre de Samarra.

Se requerirá, dijo, una nueva inspección detallada que puede durar mucho tiempo dadas las dimensiones del complejo, el cual ocupa 170 kilómetros cuadrados, y los peligros existentes.

La situación en muchas áreas del complejo es "extremadamente peligrosa", afirmó la comisión, al señalar que detectó escapes de agentes químicos en algunas áreas y edificios. ■

VR
VR.

01..01

9108108

Kurdos. Rechazan propuesta de Saddam.
Clarín (15002.)
30/6/91
Irak (10094)
Fac. Pet (11164)
Fac. Siderurgia (11165)
Conflictos Sociales (11414)

Rechazo kurdo a planes de Saddam

SARDANA, Irak, 29 (AP). — Dirigentes kurdos rechazaron una propuesta iraquí para la concesión de autonomía al norte de Irak, con el argumento de que **no incluye una zona suficientemente grande y contiene otras condiciones inaceptables.**

Massoud Barzani, dirigente del Frente Kurdo que incluye ocho importantes grupos, dijo que regresaría a Bagdad para ulteriores negociaciones.

Tras conversaciones efectuadas previamente este mes, Barzani había dicho que el acuerdo sobre autonomía estaba **a punto de concretarse**, pero ayer indicó que la propuesta **"requiere ulterior discusión"**.

"Diremos a los iraquíes que sus condiciones son inaceptables", agregó **Jalal Talabrani**, dirigente de la Unión Patriótica de Kurdistán, otro grupo del frente.

Barzani, que es dirigente del Partido Democrático Kurdistano, dijo que el problema principal radicaba en que la propuesta excluye de la región autonómica a varias zonas kurdas, entre ellas la zona kurda de Kirkuk.

Otros miembros del Frente Kurdo rechazaron también otras condiciones impuestas por Irak, entre ellas la de aliarse con el Partido Baath de Saddam Hussein en sus enfrentamientos con otros movimientos dentro de Irak y cortar sus vínculos con Occidente.

UR.
UR.

01-01

9108112

Encuentro del Papa con el ejército de Polonia -
La República. (150023).
3/6/91
Polonia (66861)
Vaticano (10192).
Fac. Pol (11164)
Fac. Militar. (11163)

Discurso ante 60.000 soldados y oficiales
en Koszalin

[illegible] del Papa con [illegible] Polonia

[illegible] el "derecho a una [illegible] vez apoyadas todas las [illegible]

[illegible] pidió el "perdón de las ofensas [illegible]

A [illegible] kilómetros de la frontera soviética el papa Juan Pablo II, en la [illegible] de su cuarto viaje a Polonia, hizo ayer un llamamiento a la [illegible] entre cristianos, tanto en su país como en la URSS.

Praga, 3 (AFP) [illegible]

El Papa pidió a ucranianos y polacos (que también se enfrentaron por el dominio de esta ciudad) el "perdón de las ofensas recíprocas".

El Papa afirmó que tanto polacos como ucranianos sufrieron "amarguras y tormentos" en las últimas décadas y que [illegible] volver a los viejos nacionalismos sería "actuar contra la identidad cristiana" y un "nacionalismo [illegible], indigno de los cristianos".

La jornada del Papa había comenzado [illegible] de distancia [illegible] en la ciudad de [illegible] por primera vez, [illegible] Juan Pablo [illegible] encuentro "[illegible] [illegible] [illegible] [

Encuentro del Papa con militares Polacos.
CLARIN. (150024)
91-06-03
Peleris (66861)
Vaticano (10192)
Fac. Pol. (11104)
Fac. Mil (11103)

JUAN PABLO II CONTINUA SU VISITA A POLONIA

Histórico encuentro del Papa con los militares

En una inusual medida, el papa Juan Pablo II convirtió ayer al rito ucraniano bizantino un templo católico romano ubicado en territorio polaco a pocos kilómetros de la frontera con la URSS. En el segundo día de visita a su patria el Pontífice mantuvo el primer encuentro con militares polacos y elogió ante 30.000 soldados el nuevo acercamiento entre el ejército y la sociedad.

KOSZALIN, Polonia, 2 (AP, AFP y Reuter). — El papa **Juan Pablo II** se reunió hoy con miles de soldados polacos, para marcar el fin de cuatro décadas de prohibición comunista de profesar religión alguna en las fuerzas armadas de su Polonia natal.

"Ojalá que esta primera reunión entre un Papa polaco y el ejército de Polonia se convierta en un símbolo de un nuevo comienzo en la vida de una sociedad y de una nación de la cual soy hijo", dijo Juan Pablo II.

El Papa, que comenzó ayer su cuarto peregrinaje a Polonia, pasará nueve días visitando doce ciudades en un país muy diferente del que vio previamente en 1987, en vísperas de la rebelión contra el comunismo.

El Pontífice habló ante unos **30.000 soldados** desde un altar erigido en una base aérea cerca de esta ciudad de la costa báltica. A su lado estaba el presidente **Lech Walesa**, el ex líder de la coalición gremial **Solidaridad**, que es ahora comandante en jefe de las fuerzas armadas.

El ejército está recuperando su prestigio entre los polacos, que lo habían considerado como el instrumento dócil de la ley marcial impuesta en 1981 por el general **Wojciech Jaruzelski** contra Solidaridad.

Tras la depuración efectuada en sus filas, sondeos de opinión recientes señalan que el ejército se ha convertido en la **institución más popular de Polonia** —incluso por delante de la Iglesia Católica, estrechamente vinculada al gobierno— con un **62 por ciento de opiniones favorables**.

El Papa destacó que bajo el régimen comunista **"estaba prohibida en los cuarteles toda forma de vida religiosa", "se impedía a los soldados que practicaran su fe incluso fuera de los cuarteles y se los sometía a una intensa propaganda atea".**

"El restablecimiento de las capellanías en el ejército —en enero pasado— ha hecho caer sin duda un muro con el que se intentaba aislar al ejército de la sociedad", afirmó Juan Pablo II ante soldados y oficiales.

El Papa, que llegó el sábado a Polonia para su cuarta peregrinación —las anteriores fueron en 1979, 1983 y 1987 durante el gobierno comunista— no ha hecho el servicio militar regular, pero siguió cursos de defensa civil entre 1938 y 1939 cuando estudiaba en una universidad de Cracovia.

♦ Frontera soviética

El papa Juan Pablo II peregrinó hoy luego hasta unos 16 kilómetros de la frontera con la Unión Soviética para rendir tributo a una iglesia reprimida bajo la dictadura de Stalin y promover la reconciliación entre polacos y ucranios.

En una sorprendente medida destinada a estimular la reconciliación entre ambas nacionalidades, el Pontífice convirtió a perpetuidad la Iglesia Católica Romana de la localidad de **Przemysl** al rito ucraniano bizantino.

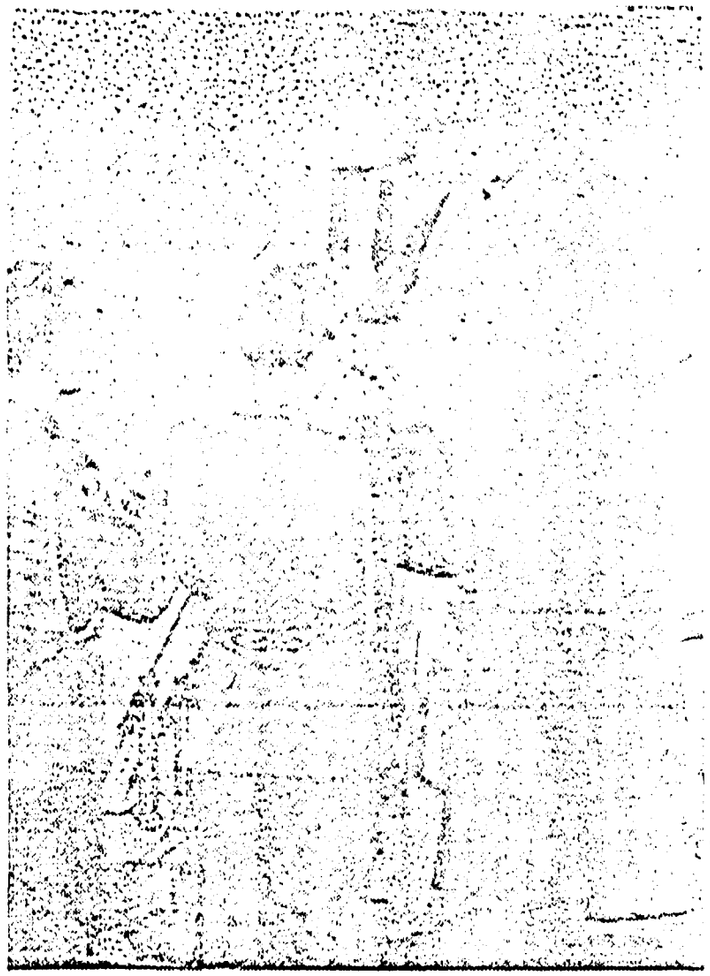
El templo, que perteneció a la orden de los jesuitas fue elevado por el primado de la Iglesia Católica al rango de catedral y donado a los ucranios, que tienen su propio rito pero reconocen la autoridad papal.

"Deseo mucho que esta Iglesia... represente un reto para que las generaciones construyan juntas una sagrada Iglesia común, a pesar de las diferencias en la práctica de los rituales", dijo el Papa.

Entre los asistentes estaban los primeros peregrinos de la vecina Ucrania, con quienes Juan Pablo II espera reunirse dentro de dos días.

Los soviéticos dieron pases fronterizos especiales para facilitar los viajes. Durante los peregrinajes previos se le impidió al Papa visitar el este de Polonia.

La Iglesia Católica Ucraniana (o uniata) cuenta con 300.000 fieles en Polonia (sobre un total de 5 millones). Stalin la colocó en 1946 bajo la égida de la Iglesia ortodoxa de Moscú.



El papa Juan Pablo II se reúne con militares polacos en un aeropuerto en el norte de Polonia.

VR
VR, 01-01

9108114

El Papa va a la frontera de Polonia con la URSS
EL PAIS (150007)
91-06-03
Polonia (66867)
URSS (10175)
Vaticano (10192)
Fac. Pol. (11164)

Reconcilia a Polacos con Ucranianos

EL PAPA LLEGA EN PEREGRINAJE HASTA LA FRONTERA SOVIETICA Y SOLUCIONA CRISIS

PRZEMYSL, (Polonia) (Nota Fuentes de AP y EFE).— El Papa Juan Pablo II peregrinó hoy hasta unos 16 kilómetros de la frontera con la Unión Soviética para rendir tributo a una iglesia reprimida bajo la dictadura de Stalin y promover la reconciliación entre polacos y ucranios.

Unos 10.000 peregrinos católicos ucranios pudieron cruzar la frontera en autobús, tren o a pie, en un indicio más de los cambios que han arrasado con la Europa Oriental de postguerra.

Este es un grandioso y magnífico día, dijo el reverendo Vasily Senev, que condujo a unos 500 peregrinos desde Stryj, en la vecina Ucrania soviética.

Portando sus banderas azul-amarillas y cruces pintadas de madera, los ucranios presionaron a las barreras policiales con la esperanza de ver al Pontífice.

Nunca pudimos imaginar algo como esto, dijo el Padre Sevev, cuya iglesia fue proscrita en la Unión Soviética hasta su legalización el año pasado por el presidente Mijail S. Gorbachov.

Las barreras soviéticas habían impedido la salida del país durante las tres visitas previas del Papa a Polonia y el Pontífice no pudo visitar la zona oriental de su patria debido a las sensibilidades de Moscú.

Hablando en una ciudad disputada por ucranios y polacos a través de los siglos, Juan Pablo exhortó a ambos pueblos a dejar de lado los conflictos del pasado y confiar recíprocamente.

También en apariencia resolvió una pesada disputa entre los dos grupos sobre una iglesia de este lugar, una de las muchas rencillas étnicas derivadas de la caída del comunismo en 1989 en Europa Oriental.

Ambas naciones nuestras, dijo Juan Pablo, deberían aprender de las disputas y el tormento de las últimas décadas.

Cualquier intento de revivir los nacionalismos y las aversiones históricas iría contra la identidad cristiana y fomentaría el anacronismo, que no tiene valor para dos grandes naciones, dijo a los católicos ucranios reunidos en la iglesia del Sagrado Corazón, construida en el Siglo XVII.

La demanda del Papa para el fortalecimiento de las relaciones polaco-ucranias y su respaldo a los católicos ucranios lo han puesto en riesgo de caer en uno de los conflictos nacionalistas que se gestan en la Unión Soviética.

Los católicos ucranios están en la línea frontal del Movimiento Nacionalista en Ucrania y se han producido continuas tensiones con la Iglesia Ortodoxa.

Una vieja disputa entre católicos polacos y católicos de ritual ucranio en esta ciudad pareciera haber sido resuelta justo unas horas antes de la llegada del Papa.

Polacos rebeldes pusieron fin a una ocupación de dos meses de una catedral que el Papa deseaba que fuera entregada a los católicos ucranios, pero demasiado tarde como para evitar que el Pontífice se reuniera con ellos aquí hoy. El santuario, confiscado luego de la Segunda Guerra Mundial durante una brutal campaña comunista de pacificación, iba a ser devuelto por cinco años mientras los ucranios construían una nueva catedral.

Para recibir fuertes aplausos en la iglesia del Sagrado Corazón, el Pontífice hizo el sorpresivo anuncio de que más bien les entregaría la iglesia a los ucranios en forma definitiva, dijo que el Santuario era una ofrenda de la iglesia Católica polaca.

Deseo mucho que esta iglesia... represente un reto para que las generaciones construyan juntas una Sagrada Iglesia común, a pesar de las diferencias en la práctica de los rituales, dijo el Papa.

Hoy damos testimonio de la primera propiedad de la iglesia Ucrania en Polonia desde la Segunda Guerra Mundial, dijo Wlodzimierz Denaj, cuya familia se vio obligada a salir de la región por el gobierno estalinista de postguerra en Polonia.

Intensas negociaciones tuvieron lugar en Roma entre católicos ucranianos, la Orden carmelitana y el Vaticano, pues aquéllos querían como catedral la iglesia de Santa Teresa que tuvieron durante 160 años.

El pasado cinco de abril, los obispos de Przemysl recordaron que era justo dar una iglesia a los ucranianos, ya que en la URSS se había concedido iglesias a los fieles latinos.

VR. V. B.

01- 01

9108115

Visita del Papa a Polonia.
de mañana (15/01/5)
91-06-04
Polonia (66861)
Vaticano (10192)
Fac. Pol (11164)

Peligro de enfrentamientos en Europa

Advierte Juan Pablo II por el fuerte ímpetu nacionalista

Evocó la mejor época de la historia polaca

LUBACZOW, Polonia.- El Papa Juan Pablo II advirtió ayer, en la ciudad de Lubaczow, a 15 kilómetros de la frontera soviética, del peligro de enfrentamientos a que pueden verse arrastrados los pueblos de Europa por la recaída en un exacerbado espíritu nacionalista.

Este aviso sirve de tranquilizante para las autoridades de diversos países europeos, sobre todo soviéticas, que afrontan actualmente fuertes tendencias nacionalistas, que parecían haber muerto tras las dos grandes conflagraciones europeas, y que ahora se han despertado de forma apasionada.

La advertencia del Papa fue escuchada por 8.000 personas llegadas desde la URSS, pero en especial de ucranianos que asistieron enfervorizados con sus banderas independentistas (azul y amarilla) a la entrega de la nueva catedral que los católicos polacos de rito latino han regalado a los católicos ucranianos de rito oriental, con sede en Przemysl, y luego al acto en Lubaczow.

El Ppontífice recomendó a los católicos polacos y ucranianos, de diversas culturas y ritos, que se atuviesen a los valores comunes de la fe, para evitar rencillas.

Evocó la mejor época de la historia de su patria polaca, cuando al amparo de la libertad y la tolerancia, convivían sin problemas las diversas etnias de la gran República, acogidas a diversos pactos de unión y colaboración.

El Papa se mostró esperanzado en que el bien común que une "a polacos, lituanos y rusos" se muestre más fuerte que las tendencias nacionalistas disgregadoras, del pasado y el presente.

El Papa Juan Pablo II saluda a un grupo de ucranianos que llegaron desde la Unión Soviética a la cercana ciudad polaca de Lubaczow. (Foto Reuter vía satélite).

Reproche a autoridades

Más tarde, en una misa celebrada en Kielce, Juan Pablo II pidió cuentas a las nuevas autoridades democráticas de Polonia por "exponer a la familia polaca a una ulterior destrucción".

Pese a la lluvia, un millón de personas -cifra importante, según los organizadores, ya que Kielce cuenta sólo con 200.000 habitantes- se congregaron en la gran explanada del aeroclub de Maslow para oír el mensaje papal.

El Papa dedicó la homilía a la "sacralidad de la familia", y constató, no sin amargura, que la familia polaca "no se ha salvado de la crisis" que afecta a la sociedad polaca, crisis "que se hace sentir mediante la violación del orden moral del matrimonio y la familia".

Esta crisis de la familia polaca se refleja "en el alto número de divorcios, el conflicto entre la familia, las largas separaciones por la residencia de los padres en el extranjero, los abusos del alcohol, etc.", dijo el Pontífice.

Las críticas más duras las dirigió, en forma de interpelación improvisada, a las autoridades polacas.

"Me pregunto si puede permitirse a los responsables de la moralidad, aquí en Polonia, exponer a la familia polaca a una ulterior destrucción", exclamó.

"No se puede hablar de libertad aquí si se hace a los hombres esclavos", añadió e invitó a los polacos a "una toma de conciencia ahora que estamos en el umbral de la nueva libertad"

El Papa se desahogó: "Esta patria es mi madre, y vosotros mis hermanos y hermanas, por ello hablo de este problema, debéis comprender que estas cosas me afectan y duelen, y vosotros debéis estar entristecidos, pero ahora hay que construir y no destruir en forma inconsciente". ■

VR
VR.
01-01

9108116

Visita del Papa a Polonia.
La Mañana (170015)
91-06-04
Polonia (66861)
Vaticano (10192)
Fac. Pol (11164)

Peligro de enfrentamientos en Europa

Advierte Juan Pablo II por el fuerte ímpetu nacionalista

Evocó la mejor época de la historia polaca

LUBACZOW, Polonia.- El Papa Juan Pablo II advirtió ayer, en la ciudad de Lubaczow, a 15 kilómetros de la frontera soviética, del peligro de enfrentamientos a que pueden verse arrastrados los pueblos de Europa por la recaída en un exacerbado espíritu nacionalista.

Este aviso sirve de tranquilizante para las autoridades de diversos países europeos, sobre todo soviéticas, que afrontan actualmente fuertes tendencias nacionalistas, que parecían haber muerto tras las dos grandes conflagraciones europeas, y que ahora se han despertado de forma apasionada.

La advertencia del Papa fue escuchada por 8.000 personas llegadas desde la URSS, pero en especial de ucranianos que asistieron enfervorizados con sus banderas independentistas (azul y amarilla) a la entrega de la nueva catedral que los católicos polacos de rito latino han regalado a los católicos ucranianos de rito oriental, con sede en Przemysl, y luego al acto en Lubaczow.

El Ppontífice recomendó a los católicos polacos y ucranianos, de diversas culturas y ritos, que se atuviesen a los valores comunes de la fe, para evitar rencillas.

Evocó la mejor época de la historia de su patria polaca, cuando al amparo de la libertad y la tolerancia, convivían sin problemas las diversas etnias de la gran República, acogidas a diversos pactos de unión y colaboración.

El Papa se mostró esperanzado en que el bien común que une "a polacos, lituanos y rusos" se muestre más fuerte que las tendencias nacionalistas disgregadoras, del pasado y el presente.

El Papa Juan Pablo II saluda a un grupo de ucranianos que llegaron desde la Unión Soviética a la cercana ciudad polaca de Lubaczow. (Foto Reuter vía satélite).

Reproche a autoridades

Más tarde, en una misa celebrada en Kielce, Juan Pablo II pidió cuentas a las nuevas autoridades democráticas de Polonia por "exponer a la familia polaca a una ulterior destrucción".

Pese a la lluvia, un millón de personas -cifra importante, según los organizadores, ya que Kielce cuenta sólo con 200.000 habitantes- se congregaron en la gran explanada del aeroclub de Maslow para oír el mensaje papal.

El Papa dedicó la homilía a la "sacralidad de la familia", y constató, no sin amargura, que la familia polaca "no se ha salvado de la crisis" que afecta a la sociedad polaca, crisis "que se hace sentir mediante la violación del orden moral del matrimonio y la familia".

Esta crisis de la familia polaca se refleja "en el alto número de divorcios, el conflicto entre la familia, las largas separaciones por la residencia de los padres en el extranjero, los abusos del alcohol, etc.", dijo el Pontífice.

Las críticas más duras las dirigió, en forma de interpelación improvisada, a las autoridades polacas.

"Me pregunto si puede permitirse a los responsables de la moralidad, aquí en Polonia, exponer a la familia polaca a una ulterior destrucción", exclamó.

"No se puede hablar de libertad aquí si se hace a los hombres esclavos", añadió e invitó a los polacos a "una toma de conciencia ahora que estamos en el umbral de la nueva libertad"

El Papa se desahogó: "Esta patria es mi madre, y vosotros mis hermanos y hermanas, por ello hablo de este problema, debéis comprender que estas cosas me afectan y duelen, y vosotros debéis estar entristecidos, pero ahora hay que construir y no destruir en forma inconsciente". ■

VR
VR.

01-01

9108116

Nº DOCUMENTO
TITULO Walesa se niega a firmar Ley electoral
PROCEDENCIA LA MAÑANA (152115)
FECHA 91-06-07.
VINCULACIÓN Política (66861)
Tce. Pol (111641)
Gob. Nac. (113012)

Lech Walesa se niega a firmar la ley electoral

VARSOVIA.- El Presidente de Polonia, Lech Walesa, comunicó ayer, en una carta dirigida a los presidentes del Congreso de los Diputados y del Senado, que devolverá sin firmar la ley electoral aprobada recientemente por las dos Cámaras polonesas por considerarla inaceptable.

Walesa afirmó que, aunque la celebración de las elecciones parlamentarias en otoño de este año es un deber constitucional y una necesidad política, no puede firmar la citada ley por los muchos defectos que tiene.

El Presidente polaco la califica de demasiado complicada e incomprensible, en la práctica, para los ciudadanos.

Reprocha también a la normativa electoral la excesiva personalización de las elecciones lo que, a su modo de ver, dificultará el surgimiento en Polonia de una vida pública normal en la que los protagonistas sólo no los políticos, sino los partidos y sus programas.

Walesa considera absolutamente inaceptable la nueva ley por "[illegible] ner de manera evidente a la Iglesia católica, ya que al negársele el derecho a organizar actos públicos en sus templos se establece que sea sometida a un control administrativo".

El Presidente de Polonia reconoce que su decisión crea una situación difícil para la celebración de las elecciones en otoño y hace un llamamiento a los parlamentarios para que colaboren con la Presidencia de la República en la elaboración de una nueva normativa electoral.

La Constitución de Polonia prevé que en el caso de que el Presidente decida no firmar una ley, ésta deberá devolverse al Congreso de los Diputados para ser sometida nuevamente a votación.

Para que la ley entre en vigor, en esta nueva votación será necesario el apoyo de los dos tercios de la Cámara, una vez logrado el quórum del 50 por ciento más uno.

Si esto no fuera posible, se produciría el bloqueo entre el Parlamento y la Presidencia de la República, imposibilitando la celebración de las elecciones en otoño.

Igualmente ya es irrealizable que, de acuerdo con la propuesta de Walesa, los parlamentarios y los representantes de la Presidencia elaboren una nueva normativa para las elecciones con el tiempo suficiente para que se mantengan las fechas electorales previstas.

El proceso de democratización de las instituciones polacas no concluirá hasta que se celebren elecciones legislativas libres, condición requerida también para que Polonia acceda como miembro de pleno derecho al Consejo de Europa. ■

VR.
VR.

01-01.

9108118

DOCUMENTO
TITULO Finalizó la visita del Papa a Polonia.
PERIODICO EL PAIS. (15220)
FECHA 91-06-10.
VINCULACIÓN Polonia (16861)
Vaticano (10192)
Trac. Per. (11:06)

Asuntos Políticos Descollaron en Gira del Papa por Polonia

VARSOVIA, 9 (EFE).– La cuarta peregrinación a Polonia del Papa Juan Pablo II, concluida hoy, domingo, se vio marcada, contra todos los pronósticos, por los matices políticos de sus discursos, donde prevalecieron los asuntos que dividen a la sociedad polaca, cómo el aborto o el papel político de la Iglesia católica.

El Pontífice en su tierra natal y empleando su propia lengua, arrastró multitudes que les escucharon enfervorizadas, en contraste con la discreción de las formaciones políticas que, para no deslucir la peregrinación, se mostraron evasivas sobre el contenido de las alocuciones, muchas de ellas improvisadas.

En su primera alocución, pronunciada en la ciudad de Koszalin, el Papa anunció que su intención era llamar a sus compatriotas a la "renovación moral" del país, y a restablecerlo "sobre las sólidas fundaciones de los Diez Mandamientos".

Juan Pablo II desató posteriormente una verdadera tempestad al exterior de las fronteras polacas, al comparar el holocausto judío a la práctica del aborto, mientras los movimientos feministas polacos expresaron también su disgusto afirmando que las mujeres que no desean hijos "no pueden ser comparadas a los criminales nazis".

"El Papa ha insultado a las mujeres, su coraje y sus dificultades, sin darse cuenta de que ellas no tienen que recibir lecciones de nadie en lo que concierne a la responsabilidad de la vida", declaró en París la ministra socialista de los derechos femeninos, Veronique Neiertz.

"Algunos me recuerdan el viejo dicho polaco de que las palabras del Papa se las lleva el viento. Y es cierto que se las lleva, pero el viento no las transportará hacia una dirección ignorada, sino que ocuparán ahora el lugar que merecen en la realidad de Polonia", dijo en la ciudad de Radom, el Pontífice.

Interviniendo más tarde en la querella abierta entre el presidente polaco, Lech Walesa, y las dos Cámaras del Parlamento, a propósito de la nueva ley electoral que debe regular los próximos comicios legislativos, el Papa afirmó sus preferencias "por un Parlamento democrático", criticando implícitamente el que existe todavía en Polonia.

El Parlamento polaco se negó a votar la ley anti aborto días antes de que llegara el Papa, como pretendían los sectores más nacionalistas de las dos Cámaras.

En el capítulo de las sorpresas hay que señalar las declaraciones hechas en la ciudad de Wlocawek, sobre las aspiraciones de Polonia a ingresar en la Europa comunitaria, a la que calificó de "responsable de muchos males", de "anticivilización" y "anticultura".

Cuando todos los responsables políticos de su país incluyen sistemáticamente en sus discursos sus referencias a Europa, el Papa viró de borda, afirmando que impugnaba "la clasificación de libertad de la Europa Occidental", a la que acusó de "ofender la cultura cristiana".

VR.
VR.

01-01

9108119

DOCUMENTO
TITULO Papa Juan Pablo II culminó su visita a Polonia.
PROCEDENCIA CLARÍN. (150024)
FECHA 91-00-10.
VIA Polonia (00080)
Vaticano (10192)
Fac. Pol (11164)

JUAN PABLO II CULMINO SU VISITA A POLONIA

El Papa exhortó a la reconciliación entre judíos y cristianos

Agencia AFP

El papa Juan Pablo II saluda a un líder de la comunidad judía en Varsovia.

VARSOVIA, 9 (UPI, AP y EFE). — **El papa Juan Pablo II exhortó hoy a los cristianos de todo el mundo a que se esfuercen por desarraigar los prejuicios contra los judíos.**

El Sumo Pontífice dejó hoy Varsovia con destino a Roma, tras poner fin a su cuarta peregrinación a Polonia.

La visita del Pontífice, de seis días, estuvo marcada por continuas referencias políticas y en especial a Europa, a la que calificó de **"responsable de muchos males"**, de **"anticivilización"** y **"anticultura"**.

Asimismo, reiteró sus críticas a la práctica del **aborto**, a la que comparó con el **holocausto nazi**, causando una viva reacción de la comunidad judía y de movimientos feministas.

El papa Juan Pablo II pidió hoy a sus compatriotas **defender el derecho moral** tal como lo hizo un patriota del siglo XVIII que proclamó **"por sobre mi cadáver"**, cuando un **Parlamento corrupto favoreció la división del país.**

Posteriormente dijo a los obispos, sacerdotes y religiosas que luchasen en procura de una prohibición total del aborto y agradeció a los legisladores que se esfuerzan por revocar la ley de 1956, dictada por un gobierno comunista, que legalizó el aborto para todos.

Por lo menos **300.000 personas** se congregaron en el **parque Agrykola** de Varsovia para asistir al servicio religioso.

En la misa de despedida del viaje que inició el Papa el 1º de junio se encontraban presentes el presidente **Lech Walesa** y su esposa **Danuta** —quien no pudo contener las lágrimas durante la homilía—, el **primer ministro Krzysztof Bielecki** y ministros.

El viaje del Papa "era **necesario en estos momentos difíciles**", comentó Dorota Godek, de 17 años.

Con la caída del comunismo, los polacos y demás europeos orientales enfrentan **"una nueva prueba de libertad"**, dijo el Papa. **"No podemos solamente poseer la libertad; debemos luchar constantemente por ella. Luchamos por ella poniéndola en buen uso y usándola en la causa de la paz".**

"Oro junto con vosotros, mis compatriotas, por esta prueba de libertad que enfrentáis... **Soy uno de vosotros, hermanos y hermanas míos. Siempre estuve con vosotros, en distintas etapas, y sigo estándolo ahora", afirmó. "Amo a mi nación. No fui indiferente a la opresión que soporté. Ahora tampoco estoy indiferente a la nueva prueba de libertad que todos enfrentamos".**

Al terminar su sermón, Juan Pablo confió en que el Espíritu Santo complete la obra comenzada por el pueblo polaco.

Anteriormente, el Papa también aseguró a los líderes de la comunidad judía en Polonia que la Iglesia Católica **intensificará su batalla contra el antisemitismo**, aunque no respondió a sus pedidos de que el Vaticano establezca relaciones formales con Israel.

El Pontífice dijo que las relaciones judío-católicas en Polonia fueron envenenadas por el **"mal en nuestra historia común"**, y exhortó a ambas partes a **"rescatar y renovar lo bueno"**.

"Lamentablemente, tanto lo bueno como lo malo que ocurrió entre nosotros fue aplastado por el genocidio, inconcebible en su severidad, del que la nación judía fue víctima".

La reunión de media hora fue uno de los hechos más significativos de la gira del Papa de nueve días debido a las continuas tensiones en las relaciones entre católicos y judíos, y a nuevas protestas por las declaraciones que formuló el Papa la semana pasada equiparando el aborto a la muerte de seis millones de judíos en el **holocausto**.

ENTRADA VR. VR

01-01

9108120

Walesa pide total poder para conducir la economía por decreto

Walesa pide total poder para conducir la economía por decreto

4-7

VARSOVIA, 21 (Reuter) — El presidente polaco, Lech Walesa, pidió hoy que el Parlamento otorgue al gobierno poderes especiales para emitir decretos económicos por un año a fin de acelerar las reformas orientadas hacia la economía de mercado.

De igual modo, el primer ministro Jan Krzysztof Bielecki, Walesa dijo que el gobierno necesita "amplios poderes" para adoptar la economía rápidamente mediante "decretos que tengan fuerza de ley".

En solicitud similar a una carta de Bielecki el mes pasado en el sentido de que el Parlamento está frenando todos los proyectos sobre reforma económica elaborados por su gobierno desde que asumió su mando, Bielecki dejó entrever que renunciaría si no se hace nada pronto.

"Considero necesario adoptar medidas inmediatas tendientes a hacer que la economía funcione eficientemente", destacó Walesa.

El presidente dio instrucciones a Bielecki para que eleve al Parlamento las enmiendas constitucionales necesarias a fin de introducir facultades especiales lo más pronto posible.

En otra carta, Walesa exhortó al presidente del Sejm (Cámara baja del Parlamento), Mikołaj Kozakiewicz, a tratar de que el cuerpo comience a trabajar prontamente sobre la medida.

La demanda significó el enfrentamiento entre Walesa y el Parlamento. El lunes votó una ley que el Parlamento había elaborado para regular las primeras elecciones parlamentarias plenamente democráticas de Polonia en octubre, [illegible] como inapropiadas y exigió de nuevo que el Parlamento [illegible].

Walesa, quien es el primer presidente polaco elegido democráticamente, en la actualidad le arrogó al Parlamento y en la hora el cuerpo que [illegible] [illegible] a fin de [illegible] [illegible] en marcha.

Casi dos tercios de los diputados del Sejm son ex comunistas o aliados de estos, a quienes se reservaron bancas bajo un acuerdo de 1989 entre el movimiento Solidaridad y el entonces gobernante Partido Comunista.

Es improbable que muchos de ellos sean reelectos en una elección democrática.

El portavoz presidencial Andrzej Brzycinski manifestó a los periodistas que se necesitan facultades especiales debido a que el Parlamento no ha aprobado ninguno de los 91 proyectos enviados por el gobierno de Bielecki y tal inoperancia amenaza el programa de reformas impulsado por Walesa.

"El gobierno enfrenta el problema de si podrá continuar su programa de cambios. El presidente y el primer ministro llegaron a la conclusión de que tales facultades son necesarias", dijo Brzycinski.

Veinte de los proyectos varados en el Parlamento se refieren a la reforma económica, entre ellos la introducción del impuesto al valor agregado (IVA), la reforma bancaria, nuevos términos para las inversiones extranjeras, reorganización de las administraciones de las empresas estatales, mejoramiento de la administración del Estado e introducción de hipotecas para los compradores y propietarios de viviendas.

Bielecki está bajo crecientes críticas públicas por una recesión económica que está reduciendo el nivel de vida de los polacos y creando un gran desempleo.

El y el ministro de Finanzas, Lechek Balcerowicz, artífice de las reformas, han dicho que el Parlamento está virtualmente paralizando al gobierno al frenar medidas destinadas a reorganizar y estimular la economía.

No está claro si el gobierno podrá lograr la mayoría de dos tercios de votos necesaria para la reforma constitucional, aunque el presidente del Sejm se declaró prestamente partidario de la propuesta.

VB

01.01

9108121

Rechazó el Congreso enmiendas propuestas por Lech Walesa
La Prensa (170020)
22/6/91
Polonia (66861)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11802)

Rechazó el Congreso enmiendas propuestas por Lech Walesa

P. 1

Varsovia (UP) – El Congreso polaco rechazó mayoritariamente las enmiendas del presidente Lech Walesa, a una proposición de ley electoral, lo que representa la segunda confrontación en un mes con el mandatario.

La negativa complica la situación política en Polonia y amenaza la realización de las primeras elecciones parlamentarias libres en octubre, tal como Walesa lo prometió.

El asistente de Walesa, Slawomir Siwek, indicó que las enmiendas del presidente, que fueron rechazadas en su totalidad por el Parlamento, conocido como Sejm y dominado por los comunistas, podían haber ayudado a elegir un nuevo Parlamento estable y un gobierno eficiente.

Siwek señaló que Walesa ahora contará con aquellos polacos que lo eligieron como presidente y con el movimiento sindical Solidaridad. El vocero se refirió a decisiones no especificadas que el mandatario puede tomar, pero no confirmó en detalle si consideraría la disolución del Parlamento.

El presidente polaco vetó el proyecto de ley electoral el 16 de mayo y envió una nueva versión con sus propuestas al Parlamento.

VB
VR

01-01

91 08 22

Walesa anunció Referéndum para resolver la crisis.
La Mañana (150015)
24/6/91
Polonia (66861)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nc (11302)

24/6

Anunció Walesa referéndum para resolver la crisis

VARSOVIA.- Una amplia consulta popular para resolver la crisis política fue anunciada ayer por el Presidente polaco, Lech Walesa, en un discurso pronunciado en la iglesia de Santa Brígida, en Gdansk.

La decisión de Walesa se debe a la negativa de la Cámara Baja (Sejm) de apoyar las modificaciones a la ley electoral propuestas por él mismo.

En sus discurso, Walesa atacó con dureza a algunos de sus compañeros de Solidaridad, ahora en la oposición, y anunció la realización, mañana, de una "amplia consulta de la sociedad para verificar si la eventual decisión de disolver la Cámara Baja cuenta con el apoyo popular".

"Sólo después de dicha consulta -dijo- tomaré una decisión".

El mandatario aseguró que puede demostrar a "los Geremek y a los Michnik" -miembros de Solidaridad y militantes de la opositora Unión Democrática- que están equivocados.

"Diputados -afirmó Walesa-, les demostraré cuánta gente está cansada de vacuas discusiones sin fin, cuántos están de acuerdo en la disolución del Parlamento".

"Ha llegado el momento -concluyó- de eliminar a quien se cree importante y sagrado".

VR.
VR

01-01

9108123

Decreto de KOHL en elecciones regionales.
Clarín (150024).
3/6/91
Alemania (20232)
Tac. Pol. (11164)
Gob. Nac. (11302)

Nueva derrota para Kohl en elecciones regionales

HAMBURGO, 2 (Reuter, DPA y AFP). — El gobernante Partido Demócrata Cristiano (CDU) sufrió hoy un nuevo revés en las elecciones para el Parlamento regional de Hamburgo, donde el Partido Socialdemócrata (SPD) aumentó su caudal y obtuvo la mayoría absoluta. Es esta la tercera derrota local de la agrupación que lidera el canciller alemán, Helmut Kohl, en este año.

Las proyecciones no oficiales revelan que la socialdemocracia, que ha regido a esa ciudad-estado desde 1987 en coalición con los Demócratas Libres (DL), obtendrá más del 50 por ciento de los votos —es decir unos 62 de los 121 escaños—, mientras la CDU perdió alrededor del 6 por ciento de su caudal electoral, al conseguir, siempre según esos cómputos, el 34 por ciento.

"Esta ha sido una derrota devastadora para los cristianos demócratas y otro clavo en el ataúd del gobierno federal", señaló sin eufemismos Karl Heinz Blessing, dirigente del SPD en Bonn.

El líder socialdemócrata en Hamburgo, Heinning Vorscherau, declaró por su parte que conseguir la mayoría absoluta ha sido como "ganar la lotería" e interpretó la derrota del partido de Kohl como una merecida consecuencia de la unificación alemana y la gestión del canciller.

Así, los socialdemócratas han recuperado la mayoría absoluta en la ciudad-estado, que tradicionalmente ha sido su bastión. Con todo, Vorscherau no excluyó la posibilidad de que se mantenga la alianza de gobierno con los liberales, que consiguieron poco más del 5 por ciento de las preferencias. En cuanto a los restantes partidos, los Verdes también aumentaron su caudal, al conseguir el 7,1 por ciento de los votos.

Por otra parte, estos resultados constituyen una suerte de triunfo moral para el SPD, que el viernes último concluyó un congreso general donde los delegados se comprometieron a trabajar con renovadas fuerzas para asegurar la victoria en las elecciones nacionales de 1994.

Aunque el resultado de los comicios en Hamburgo no habrá de alterar el equilibrio de poder en Bonn, es probable que aumenten las tensiones entre el CDU y sus socios de la coalición federal (los liberales y los cristianos sociales), algunos de cuyos principales dirigentes han comenzado a coquetear con la oposición.

Asimismo, este es el tercer revés del CDU, apenas siete meses después de haberse impuesto en las primeras elecciones unificadas de Alemania.

VR
VR

01-01

9108124

Nº DOCUMENTO
TITULO Polonia y Alemania firman Tratado de cooperación y buena vecindad
PROCEDENCIA La Guardia (150615)
FECHA DE [illegible] 91-06-07.
VIA [illegible] Polonia (66861)
Alemania (20232)
Fac Pol (11164)
Relac Int (11399)

Polonia y Alemania llegan a un acuerdo

VARSOVIA.- Los plenipotenciarios de los gobiernos polaco y alemán, Jerzy Sulek y Wilhelm Hoeyack, estamparon ayer su firma al pie del Tratado de cooperación y buena vecindad que regulará las relaciones entre los dos países, tras haber resuelto las diferencias sobre los derechos de la minoría alemana en este país.

La firma del documento se llevará a cabo en Bonn el 17 de junio, por parte del Primer Ministro polaco, Jan Krzysztof Bielecki y el Canciller Helmut Kohl, así como de los dos Ministros de asuntos exteriores, Krzysztof Skubizewski y Hans Dietrich Genscher.

El Tratado constituye un compromiso satisfactorio entre los dos gobiernos, según el portavoz de la Cancillería polaca, quien reconoció que su elaboración fue laboriosa y se vio sometida a altos y bajos, debido a la presión de sus respectivos medios políticos.

Alemania renunció a sus reivindicaciones sobre el trazado de su frontera oriental con Polonia, delimitada por los ríos Oder y Neisse, por medio de un Tratado fronterizo firmado en Varsovia el 14 de noviembre del año pasado y ratificado posteriormente por el Bundestag alemán y la Dieta polaca.

En 1945, al término de la segunda Guerra Mundial, Alemania se vio despojada de una parte de sus territorios orientales, que fueron incorporados a Polonia, país que perdió a su vez una parte de sus regiones orientales, ocupadas por la Unión Soviética.

Realizar este segundo Tratado fue más difícil debido a la necesidad de compaginar el deseo alemán de preservar la identidad de la minoría germánica de Silesia y Pomerania, y la preocupación del Gobierno polaco de no aceptar cláusulas que pudieran ser interpretadas por una concesión de su propia soberanía.

La coalición alemana dirigida por Kohl asumió con dificultades el proyecto de Tratado de cooperación, según se vio el mes pasado, cuando el Presidente del grupo parlamentario socialcristiano "CSU", Wolfgang Botsch, dirigió una carta a Genscher en el que le acusaba de haber "claudicado" ante Polonia sobre el derecho de las minorías germánicas a gozar de la doble nacionalidad. ■

VR
VR.

01-01

91081174

No DOCUMENTO
TITULO Walesa. Se niega a firmar Ley electoral
PROCEDENCIA LA MAÑANA (15E215)
FECHA 91-06-07.
VINCULACION Polonia (66861)
Fce. Pol (11104)
Gob. Nac. (11302)

Lech Walesa se niega a firmar la ley electoral

VARSOVIA.- El Presidente de Polonia, Lech Walesa, anunció ayer, en una carta dirigida a los presidentes del Congreso de los Diputados y del Senado, que devolverá sin firmar la ley electoral aprobada recientemente por las dos Cámaras polacas, porque considerándola inaceptable.

Walesa afirmó que, aunque la celebración de las elecciones parlamentarias en otoño de este año es un deber constitucional y una necesidad política, no puede firmar la citada ley por los notables defectos que tiene.

El Presidente polaco la calificó de demasiado complicada e incomprensible, en la práctica, para los ciudadanos.

Reprochó también a la normativa electoral la excesiva partidarización de las elecciones lo que, a su modo de ver, dificultará el surgimiento en Polonia de una vida política normal en la que los protagonistas sean no los partidos, sino los partidos y sus programas.

Walesa consideró asimismo inaceptable la nueva ley por "[illegible] por de manera evidente a la libertad católica, ya que el ejercicio del derecho a organizar actos públicos en un templo se admite que sea sometido a un control administrativo".

El Presidente de Polonia reconoce que se decidirá con una dificultad difícil para la celebración de las elecciones en otoño y hace un llamamiento a los parlamentarios para que colaboren con la Presidencia de la República en la elaboración de una nueva normativa electoral.

La Constitución de Polonia prevé que en el caso de que el Presidente decida no firmar una ley, esta deberá devuelta al Congreso de los Diputados para ser sometida nuevamente a votación.

Para que la ley entre en vigor, en esta nueva votación será necesario el apoyo de las dos terceras de la Cámara, una vez logrado el quórum del 50 por ciento más uno.

Si esto no fuera posible, se propiciaría el bloqueo entre el Parlamento y la Presidencia de la República, imposibilitando la celebración de las elecciones en otoño.

Igualmente ya es irrealizable que, de acuerdo con la propuesta de Walesa, los parlamentarios y los representantes de la Presidencia elaboren una nueva normativa para las elecciones con el tiempo suficiente para que se mantengan las fechas electorales previstas.

El proceso de democratización de las instituciones polacas no concluirá hasta que se celebren elecciones legislativas libres, condición requerida también para que Polonia acceda como miembro de pleno derecho al Consejo de Europa. ■

VR.
VR.

01-01

9108118

DOCUMENTO
TITULO Finalizó la visita del Papa a Polonia.
PROCEDENCIA EL PAIS. (15000+)
FECHA 91-06-10.
VINCULACIÓN Polonia (11861)
Vaticano (10192)
Fac. Per. (11164)

Asuntos Políticos Descollaron en Gira del Papa por Polonia

VARSOVIA, 9 (EFE).– La cuarta peregrinación a Polonia del Papa Juan Pablo II, concluida hoy, domingo, se vio marcada, contra todos los pronósticos, por los matices políticos de sus discursos, donde prevalecieron los asuntos que dividen a la sociedad polaca, como el aborto o el papel político de la Iglesia católica.

El Pontífice en su tierra natal y empleando su propia lengua, arrastró multitudes que les escucharon enfervorizadas, en contraste con la discreción de las formaciones políticas que, para no deslucir la peregrinación, se mostraron evasivas sobre el contenido de las alocuciones, muchas de ellas improvisadas.

En su primera alocución, pronunciada en la ciudad de Koszalin, el Papa anunció que su intención era llamar a sus compatriotas a la "renovación moral" del país, y a restablecerlo "sobre las sólidas fundaciones de los Diez Mandamientos".

Juan Pablo II desató posteriormente una verdadera tempestad al exterior de las fronteras polacas, al comparar el holocausto judío a la práctica del aborto, mientras los movimientos feministas polacos expresaron también su disgusto afirmando que las mujeres que no desean hijos "no pueden ser comparadas a los criminales nazis".

"El Papa ha insultado a las mujeres, su coraje y sus dificultades, sin darse cuenta de que ellas no tienen que recibir lecciones de nadie en lo que concierne a la responsabilidad de la vida", declaró en París la ministra socialista de los derechos femeninos, Veronique Neiertz.

"Algunos me recuerdan el viejo dicho polaco de que las palabras del Papa se las lleva el viento. Y es cierto que se las lleva, pero el viento no las transportará hacia una dirección ignorada, sino que ocuparán ahora el lugar que merecen en la realidad de Polonia", dijo en la ciudad de Radom, el Pontífice.

Interviniendo más tarde en la querella abierta entre el presidente polaco, Lech Walesa, y las dos Cámaras del Parlamento, a propósito de la nueva ley electoral que debe regular los próximos comicios legislativos, el Papa afirmó sus preferencias "por un Parlamento democrático", criticando implícitamente el que existe todavía en Polonia.

El Parlamento polaco se negó a votar la ley anti aborto días antes de que llegara el Papa, como pretendían los sectores más nacionalistas de las dos Cámaras.

En el capítulo de las sorpresas hay que señalar las declaraciones hechas en la ciudad de Wlocawek, sobre las aspiraciones de Polonia a ingresar en la Europa comunitaria, a la que calificó de "responsable de muchos males", de "anticivilización" y "anticultura".

Cuando todos los responsables políticos de su país incluyen sistemáticamente en sus discursos sus referencias a Europa, el Papa viró de borda, afirmando que impugnaba "la clasificación de libertad de la Europa Occidental", a la que acusó de "ofender la cultura cristiana".

JR.
JR.

01-01

9108119

DOCUMENTO
TITULO Papa Juan Pablo II culminó su visita a Polonia.
PROCEDENCIA CLARIN (150024)
FECHA 91-06-10.
VIA Peternic (67086)
Ustarroalde (10192)
Fac. Per (11164)

JUAN PABLO II CULMINO SU VISITA A POLONIA

El Papa exhortó a la reconciliación entre judíos y cristianos

Agencia AFP

El papa Juan Pablo II saluda a un líder de la comunidad judía en Varsovia.

VARSOVIA, 9 (UPI, AP y EFE). — **El papa Juan Pablo II exhortó hoy a los cristianos de todo el mundo a que se esfuercen por desarraigar los prejuicios contra los judíos.**

El Sumo Pontífice dejó hoy Varsovia con destino a Roma, tras poner fin a su cuarta peregrinación a Polonia.

La visita del Pontífice, de seis días, estuvo marcada por continuas referencias políticas y en especial a Europa, a la que calificó de **"responsable de muchos males"**, de **"anticivilización"** y **"anticultura"**.

Asimismo, reiteró sus críticas a la práctica del **aborto, a la que comparó con el holocausto nazi,** causando una viva reacción de la comunidad judía y de movimientos feministas.

El papa Juan Pablo II pidió hoy a sus compatriotas **defender el derecho moral** tal como lo hizo un patriota del siglo XVIII que proclamó **"por sobre mi cadáver", cuando un Parlamento corrupto favoreció la división del país.**

Posteriormente dijo a los obispos, sacerdotes y religiosas que luchasen en procura de una prohibición total del aborto y agradeció a los legisladores que se esfuerzan por revocar la ley de 1956, dictada por un gobierno comunista, que legalizó el aborto para todos.

Por lo menos **300.000 personas** se congregaron en el **parque Agrykola** de Varsovia para asistir al servicio religioso.

En la misa de despedida del viaje que inició el Papa el 1° de junio se encontraban presentes el presidente **Lech Walesa** y su esposa **Danuta** —quien no pudo contener las lágrimas durante la homilía—, el **primer ministro Krzysztof Bielecki** y ministros.

El viaje del Papa "era **necesario en estos momentos difíciles**", comentó Dorota Godek, de 17 años.

Con la caída del comunismo, los polacos y demás europeos orientales enfrentan **"una nueva prueba de libertad"**, dijo el Papa. **"No podemos solamente poseer la libertad; debemos luchar constantemente por ella. Luchamos por ella poniéndola en buen uso y usándola en la causa de la paz".**

"Oro junto con vosotros, mis compatriotas, por esta prueba de libertad que enfrentáis... **Soy uno de vosotros, hermanos y hermanas míos. Siempre estuve con vosotros, en distintas etapas, y sigo estándolo ahora", afirmó. "Amo a mi nación. No fui indiferente a la opresión que soportó. Ahora tampoco estoy indiferente a la nueva prueba de libertad que todos enfrentamos".**

Al terminar su sermón, Juan Pablo confió en que el Espíritu Santo complete la obra comenzada por el pueblo polaco.

Anteriormente, el Papa también aseguró a los líderes de la comunidad judía en Polonia que la Iglesia Católica **intensificará su batalla contra el antisemitismo,** aunque no respondió a sus pedidos de que el Vaticano establezca relaciones formales con Israel.

El Pontífice dijo que las relaciones judío-católicas en Polonia fueron envenenadas por el **"mal en nuestra historia común"**, y exhortó a ambas partes a **"rescatar y renovar lo bueno".**

"Lamentablemente, tanto lo bueno como lo malo que ocurrió entre nosotros fue aplastado por el genocidio, inconcebible en su severidad, del que la nación judía fue víctima".

La reunión de media hora fue uno de los hechos más significativos de la gira del Papa de nueve días debido a las continuas tensiones en las relaciones entre católicos y judíos, y a nuevas protestas por las declaraciones que formuló el Papa la semana pasada equiparando el aborto a la muerte de seis millones de judíos en el holocausto.

ENT. VR. VR

01-01

9108120

DOCUMENTO

TITULO Walesa pide Total poder para conducir la economia por decreto.

FECHA Clarin (15/06/91)
12/6/91

VIA Polaric (66886)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac (11302)
Fac. Ec (11161)

Walesa pide total poder para conducir la economía por decreto

VARSOVIA, 11 (Reuter).— El presidente polaco, Lech Walesa, pidió hoy que el Parlamento otorgue al gobierno poderes especiales para emitir decretos económicos por un año a fin de acelerar las reformas orientadas hacia la economía de mercado.

En una carta al primer ministro Jan Krzysztof Bielecki, Walesa dijo que el gobierno necesita "amplios poderes" para acelerar la economía rápidamente mediante "[illegible] que tengan fuerza de ley".

Su solicitud siguió a una queja de Bielecki el mes pasado en el sentido de que el Parlamento está frenando todos los proyectos sobre reforma económica elaborados por su gobierno desde que asumió en enero. Bielecki dejó entrever que renunciaría si no se hace nada pronto.

"Considero necesario adoptar medidas inmediatas tendientes a hacer que la economía funcione eficazmente", destacó Walesa.

El presidente dio instrucciones a Bielecki para que eleve al Parlamento las enmiendas constitucionales necesarias a fin de introducir facultades especiales lo más pronto posible.

En otra carta, Walesa exhortó al presidente del Sejm (Cámara baja del Parlamento), Nikolaj Kozakiewicz a tratar de que el cuerpo comience a trabajar prontamente sobre la medida.

La demanda agudizó el enfrentamiento entre Walesa y el Parlamento. El lunes vetó una ley que el Parlamento había elaborado para regular las primeras elecciones parlamentarias plenamente democráticas de Polonia en octubre, describiéndola como incomprensible y [illegible] un Parlamento fragmentado.

Walesa, quien es el primer presidente polaco elegido [illegible] al Parlamento, y [illegible] ceremonia [illegible] el organismo colegislador [illegible] que se disolviera a fin de [illegible] en mayo.

Casi dos tercios de los diputados del Sejm son ex comunistas o aliados de estos, a quienes se reservaron bancas bajo un acuerdo de 1989 entre el movimiento Solidaridad y el entonces gobernante Partido Comunista.

Es improbable que muchos de ellos sean reelectos en una elección democrática.

El portavoz presidencial Andrzej Brzycinski manifestó a los periodistas que se necesitan facultades especiales debido a que el Parlamento no ha aprobado ninguno de los 27 proyectos enviados por el gobierno de Bielecki y tal inoperancia amenaza el programa de reformas impulsado por Walesa.

"El gobierno enfrenta el problema de si podrá continuar su programa de cambios. El presidente y el primer ministro llegaron a la conclusión de que tales facultades son necesarias", dijo Brzycinski.

Veinte de los proyectos varados en el Parlamento se refieren a la reforma económica, entre ellos la introducción del impuesto al valor agregado (IVA), la reforma bancaria, nuevos términos para las inversiones extranjeras, reorganización de las administraciones de las empresas estatales, mejoramiento de la administración del Estado e introducción de hipotecas para los compradores y propietarios de viviendas.

Bielecki está bajo crecientes críticas públicas por una recesión económica que está reduciendo el nivel de vida de los polacos y creando un gran desempleo.

El y el ministro de Finanzas, Leszek Balcerowicz, artífices de las reformas, han dicho que el Parlamento está virtualmente paralizando al gobierno al frenar medidas destinadas a reorganizar y estimular la economía.

No está claro si el gobierno podrá lograr la mayoría de dos tercios de votos necesaria para la reforma constitucional, aunque el presidente del Sejm se declaró prestamente partidario de la propuesta.

VB VB,

01-01

9108121

Rechazó el Congreso enmiendas propuestas por Lech Walesa
La Prensa (170020)
22/6/91
Polonia (66861)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11802)

Rechazó el Congreso enmiendas propuestas por Lech Walesa

D-1

Varsovia (UP) – El Congreso polaco rechazó mayoritariamente las enmiendas del presidente Lech Walesa, a una proposición de ley electoral, lo que representa la segunda confrontación en un mes con el mandatario.

La negativa complica la situación política en Polonia y amenaza la realización de las primeras elecciones parlamentarias libres en octubre, tal como Walesa lo prometió.

El asistente de Walesa, Slawomir Siwek, indicó que las enmiendas del presidente, que fueron rechazadas en su totalidad por el Parlamento, conocido como Sejm y dominado por los comunistas, podían haber ayudado a elegir un nuevo Parlamento estable y un gobierno eficiente.

Siwek señaló que Walesa ahora contará con aquellos polacos que lo eligieron como presidente y con el movimiento sindical Solidaridad. El vocero se refirió a decisiones no especificadas que el mandatario puede tomar, pero no confirmó en detalle si consideraría la disolución del Parlamento.

El presidente polaco vetó el proyecto de ley electoral el 15 de mayo y envió una nueva versión con sus propuestas al Parlamento.

VB
VR

01-01

91 08 22

Walesa anunció referéndum para resolver la crisis.
La Nación (150015)
2/6/91
Página (66861)
Fac. Pol (11164)
Gob Nc (11302)

Nto

Anunció Walesa referéndum para resolver la crisis

VARSOVIA.- Una amplia consulta popular para resolver la crisis política fue anunciada ayer por el Presidente polaco, Lech Walesa, en un discurso pronunciado en la iglesia de Santa Brígida, en Gdansk.

La decisión de Walesa se debe a la negativa de la Cámara Baja (Sejm) de apoyar las modificaciones a la ley electoral propuestas por él mismo.

En sus discurso, Walesa atacó con dureza a algunos de sus compañeros de Solidaridad, ahora en la oposición, y anunció la realización, mañana, de una "amplia consulta de la sociedad para verificar si la eventual decisión de disolver la Cámara Baja cuenta con el apoyo popular".

"Sólo después de dicha consulta -dijo- tomaré una decisión".

El mandatario aseguró que puede demostrar a "los Geremek y a los Michnik" miembros de Solidaridad y militantes de la opositora Unión Democrática- que están equivocados.

"Diputados -afirmó Walesa-, les demostraré cuánta gente está cansada de vuestras discusiones sin fin, cuántos están de acuerdo en la disolución del Parlamento".

"Ha llegado el momento -concluyó- de eliminar a quien se cree importante y honesto".

VR.
VR

01-01

9108123

Derrote de Kohl en elecciones regionales.
Clarín (150074)
3/6/91
Alemania (20232)
Fcc. Pol. (11164)
Gob. Nac. (11302)

Nueva derrota para Kohl en elecciones regionales

HAMBURGO, 2 (Reuter, DPA y AFP). — El gobernante Partido Demócrata Cristiano (CDU) sufrió hoy un nuevo revés en las elecciones para el Parlamento regional de Hamburgo, donde el Partido Socialdemócrata (SPD) aumentó su caudal y obtuvo la mayoría absoluta. Es esta la tercera derrota local de la agrupación que lidera el canciller alemán, Helmut Kohl, en este año.

Las proyecciones no oficiales revelan que la socialdemocracia, que ha regido a esa ciudad-estado desde 1987 en coalición con los Demócratas Libres (DL), obtendrá más del 50 por ciento de los votos —es decir unos 62 de los 121 escaños—, mientras la CDU perdió alrededor del 6 por ciento de su caudal electoral, al conseguir, siempre según esos cómputos, el 34 por ciento.

"Esta ha sido una derrota devastadora para los cristianos demócratas y otro clavo en el ataúd del gobierno federal", señaló sin eufemismos Karl Heinz Blessing, dirigente del SPD en Bonn.

El líder socialdemócrata en Hamburgo, Helnning Vorscherau, declaró por su parte que conseguir la mayoría absoluta ha sido como "ganar la lotería" e interpretó la derrota del partido de Kohl como una merecida consecuencia de la unificación alemana y la gestión del canciller.

Así, los socialdemócratas han recuperado la mayoría absoluta en la ciudad-estado, que tradicionalmente ha sido su bastión. Con todo, Vorscherau no excluyó la posibilidad de que se mantenga la alianza de gobierno con los liberales, que consiguieron poco más del 5 por ciento de las preferencias. En cuanto a los restantes partidos, los Verdes también aumentaron su caudal, al conseguir el 7,1 por ciento de los votos.

Por otra parte, estos resultados constituyen una suerte de triunfo moral para el SPD, que el viernes último concluyó un congreso general donde los delegados se comprometieron a trabajar con renovadas fuerzas para asegurar la victoria en las elecciones nacionales de 1994.

Aunque el resultado de los comicios en Hamburgo no habrá de alterar el equilibrio de poder en Bonn, es probable que aumenten las tensiones entre el CDU y sus socios de la coalición federal (los liberales y los cristianos sociales), algunos de cuyos principales dirigentes han comenzado a coquetear con la oposición.

Asimismo, este es el tercer revés del CDU, apenas siete meses después de haberse impuesto en las primeras elecciones unificadas de Alemania.

VR
VR

01-01

9108124

Alemania: triunfo de los Social Demócratas en Hamburgo.
EL PAIS (150007)
01-08-03.
Alemania (20232)
Ecc. Pol. (11164)
Part. Pol. (11304)

Hamburgo: Triunfan Social Demócratas que se Recuperan

HAMBURGO, (RFA), 2 (EFE). — El líder de los socialdemócratas (SPD) en Hamburgo, Heinning Voscherau, ganador de los comicios celebrados hoy en esta ciudad alemana, dijo que dicho triunfo es "una señal de la recuperada confianza de los hamburgueses en la socialdemocracia".

Los resultados de las elecciones en Hamburgo se corresponden con los pronósticos de las encuestas realizadas: rotunda victoria de los socialdemócratas, claro fracaso de los democristianos (CDU), pequeño aumento de votos para los Verdes/GAL y leve pérdida de los liberales.

Voscherau declaró hoy que, en esta ocasión, la obtención de la mayoría absoluta es como "ganar la lotería", sobre todo en una ciudad dedicada principalmente a la prestación de servicios como es Hamburgo.

Consideró que el triunfo socialdemócrata corresponde a la tendencia federal negativa hacia los democristianos, como merecida consecuencia de los problemas surgidos por la unificación alemana y la gestión del canciller federal, Helmut Kohl.

Asimismo, indicó que la victoria es también producto de la elección de Bjoern Engholm como nuevo presidente del SPD, quien afirmó que el electorado hamburgués se siente cerca de sus dirigentes socialdemócratas

El perdedor de estas elecciones por tercera vez consecutiva, el candidato democristiano y Harmut Perschau, ex mayor de las Fuerzas Armadas alemanas y actual eurodiputado, declaró a la televisión que éste es un "resultado muy amargo".

En los mismos términos se expresó el secretario general de los democristianos en Bonn, Volker Ruehe.

El candidato de los liberales, Ingo von Muench, opinó que el resultado obtenido p or su partido no es un "éxito", mientras el presidente de los liberales, Otto Graf Lambedorf, manifestó su "satisfacción" por el hecho de que su partido logró permanecer en el Parlamento regional de Hamburgo.

Vh
Vh

01-01

9108125

Obtuvo Mayoría el Partido Social Demócrata Alema.
lo Mundo. (150015)
3/6/91

Alemania (20232)
Fac. Pol. (11164)
Partidos Pol. (11304)

3/6/91 la Mañana

Obtiene SPD mayoría absoluta por lo que podrá gobernar solo

BONN.- El Partido Social Demócrata (SPD) obtuvo ayer la mayoría absoluta en las elecciones al Parlamento de la ciudad-estado de Hamburgo, en el norte del país, por lo que en teoría podrá gobernar solo, según los primeros datos provisionales.

El SPD logró el 48 por ciento de los votos, lo que representa 61 de los 121 escaños que se repartían en el Parlamento regional, mientras que la Unión Democrática Cristiana (CDU) del Canciller Helmuth Khol, segunda fuerza política en Hamburgo y en la RFA, fue el gran perdedor de los comicios al haber obtenido el 35,1 por ciento de los votos, unos 44 escaños, su peor resultado electoral en esta ciudad-Estado desde 1970.

Los Verdes, que se presentaron a estas elecciones aliados a la agrupación GAL (Lista Verde Alternativa), logró un 7,2 por ciento de los sufragios, lo que supone nueve representantes en el Parlamento hamburgués, y los liberales (FDP) alcanzaron un 5,4 por ciento de los votos, lo que se traduce en siete escaños.

Los otros 13 partidos que se presentaron a estos comicios lograron menos del uno por ciento de los sufragios, con la única excepción de los republicanos (extrema derecha) que obtuvieron un 1,2 por ciento, aunque insuficiente para llegar al cinco por ciento que permite tener representación en la asamblea regional.

La victoria de los socialdemócratas en estas elecciones regionales y municipales de Hamburgo confirman asimismo la tendencia puesta de manifiesto en los dos otros comicios regionales celebrados en Hesse, en enero pasado, y en Renania-Palatinado, el 21 de abril.

En estas elecciones, los socialdemócratas desplazaron del poder a los democristianos que gobernaron aquí ininterrumpidamente desde la fundación de la RFA y formaron Gobierno con los liberales. ■

VR
VR

01 - 01

9108126

Trabajadores de las empresas estatales quedan desempleados.
La Prensa (150026)
4/6/91
Alemania (20232)
Fac. S. Soc. (11165)
Conf. Lab. (11413)

Otros 450.000 alemanes perderán su trabajo

Berlín (Reuter)—Casi medio millón de trabajadores de las empresas estatales de la ex Alemania oriental quedará sin ocupación este mes al expirar un acuerdo de preservación de las fuentes laborales, anunció ayer la Treuhand, agencia de privatizaciones de la disuelta República Democrática (RDA).

Alexander Koch, miembro del directorio de la Treuhand, informó al diario de negocios "Handelsblatt" que el 30 de junio han de ser despedidos 450.000 obreros y empleados, y otros 600.000 lo serán para 1992.

Koch indicó que la mitad de los 2.800.000 trabajadores de las industrias regidas por la Treuhand quedará fuera de ellas en 1992. La agencia separó a 360.000 en enero-marzo de 1991.

En tanto, el canciller Helmut Kohl, cuya Unión Demócrata Cristiana (CDU) perdió el domingo su tercera elección estadual en seis meses, reconoció que el gobierno de centroderecha por él liderado sufre una "sequía psicológica".

Con el rostro ceñudo, Kohl comentaba así la mayoría absoluta alcanzada por el opositor partido Socialdemócrata (SPD) en los comicios legislativos de la ciudad-Estado de Hamburgo.

El canciller sostuvo que la CDU había fracasado en la tarea de atraer a los ciudadanos, y admitió que las luchas internas del gobierno también dañaron a su partido, poco antes de recibir en Bonn al vicepresidente de los EE.UU., Dan Quayle.

"Todo será más difícil en los próximos años", declaró Kohl a los periodistas. "Pero lo más difícil—dijo—será movilizar a los votantes. Esto ocurre siempre con los candidatos del oficialismo, especialmente si son de partidos conservadores".

"Estamos padeciendo de una sequía psicológica debido a la situación en el Este (de Alemania)", añadió Kohl aludiendo al descalabro económico, mucho más agudo de lo esperado, en la ex República Democrática Alemana.

VR
VR

01-01

9108127

Alemania registró su primer déficit comercial en 10 años
D Financiero (180027)
11/6/91
Alemania (20232)
Fac. Ec. (11161)
Comercio Exterior (11409)

Inédito déficit en Alemania

Bonn (UPI) — Alemania registró **su primer déficit comercial en 10 años** con una brecha de **1400 millones de marcos alemanes (825 millones de dólares)** entre las decrecientes exportaciones y las crecientes importaciones.

El país importó productos por **55.400 millones de marcos (32.500 millones de dólares)**, pero sólo exportó mercancía por un valor de **54.000 millones de marcos (31.700 millones de dólares)**, señaló un informe.

La última vez que Alemania reportó un déficit comercial fue en **agosto de 1981, cuando** las importaciones excedieron a las exportaciones en **58 millones de marcos (34 millones de dólares)**.

Los economistas señalaron que una alta demanda de productos domésticos en el este de Alemania y un descenso en el desarrollo de los mercados internacionales ha perjudicado a los productos alemanes, mientras que una ola de consumo en el este de Alemania ha abierto **nuevos mercados** para los importadores.

VH.
JR.

01-01

9108128

DOCUMENTO
Alemania: 1er Déficit comercial en 10 años
EL PAIS (150002)
91-06-12
Alemania (20232)
Tcl. Económico. (11161)
Comercio Exterior. (11409)

EE.UU.: 1er. Superávit en Nueve Años
Alemania: 1er. Déficit en Diez Años

WASHINGTON, 11 (EFE).— Estados Unidos obtuvo un superávit comercial de 10.200 millones de dólares en el primer trimestre de este año, sobre todo gracias a las contribuciones de los aliados en la guerra del Golfo Pérsico, con lo que éste país logró superar los números rojos por primera vez en casi nueve años.

Según las cifras divulgadas hoy por el Departamento de Comercio, los aliados estadounidenses en la guerra contra Irak aportaron a este país unos 26 200 millones de dólares en efectivo, lo que permitió el logro del citado superávit en la balanza comercial.

Sin embargo, el déficit entre las importaciones y exportaciones de bienes y servicios que arrastra Estados Unidos también se redujo en el primer trimestre del año, según las cifras oficiales.

"BUNDESBANK": SATISFACCION

FRANCFORT (RFA), 11 (EFE).— El primer déficit comercial de Alemania en casi diez años ha sembrado satisfacción entre los guardianes de la estabilidad de la moneda germana, puesto que el fuerte aumento de las importaciones actúa de eficaz freno contra las tendencias inflacionistas.

De "hecho extraordinariamente bienvenido" calificó Otmar Issing, miembro de la directiva del "Bundesbank" (banco central alemán), las abultadas importaciones de mercancías, superiores en abril pasado en un 17 por ciento a las del mismo mes de 1990, y que contrarrestaron las presiones al alza en los precios, fruto de una escalada en la demanda y la simultánea utilización plena de las capacidades productivas del país.

La alta demanda desencadenada por la unificación alemana y el consiguiente incremento en las importaciones, por un lado, y el retroceso de las ventas al exterior, resultado del empeoramiento en la situación económica internacional, provocaron en abril pasado un descubierto de 1.400 millones de marcos (unos 825 millones de dólares) en la balanza comercial.

Es el primer déficit comercial en casi una década de Alemania, país que en 1990 se había proclamado todavía "campeón mundial de las exportaciones", y que en ese mismo año había cerrado su balanza por cuenta corriente, que aparte del comercio incluye también servicios y transferencias, con el respetable superávit de 77.000 millones de marcos (unos 45.000 millones de dólares).

El primer descubierto comercial desde agosto de 1981 hizo subir en abril de 1991 a 2.700 millones de marcos (unos 1.500 millones de dólares) el déficit de la balanza por cuenta corriente, que viene cerrando con resultados negativos desde enero pasado y que ha acumulado ya un déficit de 12.000 millones de marcos (unos 7.000 millones de dólares).

Para Issing, esa evolución de la balanza por cuenta corriente es "necesaria y útil" en una situación en que el país requiere fondos adicionales para la reconstrucción económica de sus nuevos Estados federados del este.

El director del "Bundesbank" no cree, sin embargo, que Alemania se convierta por años en un país con elevados déficits de balanza por cuenta corriente, sino que se trata de un desarrollo condicionado y limitado temporalmente por la reunificación nacional.

01.01

9108129

DOCUMENTO
TITULO Alemania = Condiciones de vida de la Población.
PROCEDENCIA LA MAÑANA. (150015)
FECHA DE PUBLICACION 91-06-12.
VINCULACIONES Alemania (20232)
Foc. Sic - Soc. (11165)

Alemania: condiciones de vida de la población

La gráfica ilustra las condiciones de vida de la población de Alemania, teniendo en cuenta un detalle de las dos alemanias RFA y RDA, hoy unidas definitivamente. La "Tribuna Alemana" realizó esta excelente composición para que se observen las diferencias que existen y donde el gobierno busca la manera de superarlas.

VR.
VR.

01-01

9108130

Visita del Canciller Soviético a Alemania.
Clarín (150024)
13/6/91
Alemania (20232)
URSS (20175)
Fce. Pol (11164)
Relaciones Int. (11399)

Visita del canciller soviético a Alemania

6-7

BONN, 12 (ANSA). — El ministro soviético de Exteriores, Alexander Bessmertnij, arribó hoy a Bonn para mantener dos días de conversaciones con exponentes políticos locales y con vistas a la próxima reunión de la Conferencia para la Seguridad y la Cooperación (CSCE) del 19 al 20 de este mes en Berlín.

Es la primera vez que Bessmertnij visita Alemania desde que dirige la política exterior soviética. En el aeropuerto fue recibido por su colega alemán, Hans-Dietrich Genscher, con quien comenzaron de inmediato las conversaciones, que proseguirán mañana.

Un comunicado del ministerio alemán precisó que los dos interlocutores expresaron en la entrevista la firme decisión compartida de hacer todo lo posible para que la reunión ministerial de la Conferencia para la Seguridad y la Cooperación Europea (CSCE) de la próxima semana en Berlín sea un éxito.

Después de casi cinco horas de deliberaciones con su colega germano, Bessmertnij celebró esta tarde sendas reuniones con el presidente Federal, Richard von Weizsaecker, y el canciller Helmut Kohl.

En los tres encuentros se abordó también la próxima "cumbre" económica de Londres, y Genscher destacó la importancia que su gobierno atribuye a que sea invitado a ella el presidente soviético, Mijaíl Gorbachov.

Se da por casi seguro en Alemania que el canciller Kohl se entrevistará con Gorbachov aun antes que se reúnan, entre el 15 y 17 de julio, en la capital británica los jefes de Estado de los siete países más industrializados del mundo.

JR
JR.

01-01

9108131

Armas Atómicas siguen en Alemania Democrática.
La Nación (159015)
14/6/91
Alemania (20232)
Fac. Thil (11163)
Malentzl (11331)

Ministro Besmértnij dio la versión

(D.1)

Armas atómicas siguen en Alemania democrática

Las activarán con "bastante prisa"

El Ministro de Asuntos Exteriores soviético, Alexander Besmertnij, confirmó ayer que quedan todavía algunas armas atómicas en bases soviéticas en la antigua República Democrática Alemana (RDA).

BONN.- En posesión del Grupo Oeste de las fuerzas soviéticas hay "cierto número" de tales armas, y se ha establecido un plan temporal para su retirada, precisó.

Besmertnij añadió que esa retirada se hará "con bastante prisa", y sin que origine problemas ni para Moscú ni para Bonn.

El Ministro soviético, que terminó ayer una visita de dos días a Alemania, aseguró que el Gobierno germano será en todo caso informado puntualmente sobre la retirada de las armas atómicas del territorio de los cinco nuevos estados federados.

Besmertnij hizo estas declaraciones en una conferencia de prensa conjunta con su homólogo alemán, Hans Dietrich Genscher, después de terminar sus conversaciones en Bonn y de declarar que ambos países están resueltos a hacer todo lo posible para que la reunión ministerial de la Conferencia de Seguridad y Cooperación Europeas (CSCE) de Berlín tenga éxito.

Coincidencias

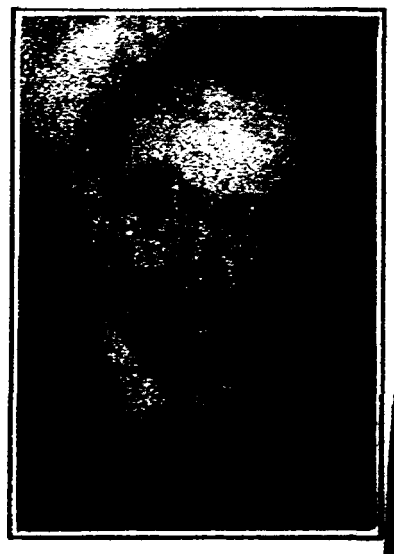
La reunión de los 23 Ministros de Asuntos Exteriores de la CSCE, que se celebrará el 19 y 20 de junio en Berlín, fue uno de los temas centrales de la primera visita de Besmertnij a Alemania.

Según Genscher, su diálogo "constructivo y abierto" con el vistitante de la URSS puso de manifiesto "coincidencias en asuntos importantes" y el común interés de Alemania y la URSS para que la reunión de Berlín marque una etapa significativa en la evolución panaeuropea.

Besmertnij recalcó que la URSS desea el desarrollo de nuevas estructuras, acordes con las nuevas situaciones, y se pronunció por que sea la CSCE la que desempeñe en la futura Europa el principal papel estabilizador.

Los soviéticos son los suficientemente realistas como para reconocer que estructuras nacidas con anterioridad, como la OTAN, persistan durante algún tiempo de transición, aunque sin obstruir el desarrollo de estructuras europeas, añadió.

Genscher, que informó a su visitante también sobre la reciente reunión de los Ministros de Asuntos Exteriores de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en Copenague, subrayó, en cambio, que la OTAN puede desempeñar todavía un importante papel estabilizador porque ya no va dirigida contra nadie. ■



El Canciller soviético, Alexander Besmertnij.

VR.
VR

01-01

9108132

DOCUMENTO
TEMA Parlamento y Poder Ejecutivo Alemanes seguirán con sede en Bonn.
PERIODICO LA NACION (170025)
FECHA 91-06-18.
VINCULACION Alemania (20232)
FAC. Pol (11164)
Cab. Liz. (11302)

Capital alemana

BONN, 15 (Reuter). – El Parlamento y el Ejecutivo seguirán teniendo su sede en Bonn y no se trasladarán a Berlín, revela una encuesta hecha a legisladores que se conoció hoy.

Según la encuesta, 343 de los 662 diputados quieren que el Bundestag y el gobierno permanezcan en Bonn, adoptada como capital provisional de Alemania Occidental en 1949.

VR
VR

01-01

91 08133

Tratado de Amistad y no agresión firmaron Alemania y Polonia.
La Pais
18/6/91
Alemania (20232)
Polonia (66861)
Fac. Pol (11164)
Reloc. Int (11302)

■ Amistad y no Agresión

BONN, Alemania, 17 (AP) — Alemania y Polonia firmaron un histórico tratado de amistad y no agresión que pretende disipar la animosidad persistente entre los dos países 46 años después del fin de la Segunda Guerra Mundial.

VR
VR

01-01

9108134

TO: Alemania - Polonia, histórico acuerdo
Clarín
18/6/91
Alemania (20232)
Polonia (66861)
Trac. Pol. (111694)
Yuk (11398)

MUTUO RECONOCIMIENTO DE LAS ACTUALES FRONTERAS Y TRATADO DE COOPERACION

Alemania-Polonia: histórico acuerdo

BONN, 17 (Reuter). — Alemania y Polonia firmaron hoy un tratado de amistad que las compromete a dejar de lado siglos de encono y conflictos y a trabajar mancomunadas en favor de una Europa unida.

El canciller **Helmut Kohl** y el primer ministro **Jan Krzysztof Bielecki** suscribieron el tratado por el que renuncian al empleo de la fuerza, reconocen la frontera Oder-Neisse entre Polonia y la Alemania unida y garantizan los derechos de las minorías a ambos lados de la frontera.

El ex canciller **Willy Brandt**, quien simbolizó la búsqueda de la reconciliación arrodillándose en señal de arrepentimiento en el monumento al gueto de Varsovia en 1970, asistió a la ceremonia de la firma.

Ambos líderes destacaron el papel que el mejoramiento de los vínculos entre Bonn y Varsovia puede jugar en ayudar a Polonia a sumarse a la Comunidad Europea (CEE).

Bielecki declaró que centurias de recelos mutuos, que culminaron en los horrores de la Segunda Guerra Mundial desatada por la invasión nazi de Polonia en 1939, quedarán, de ahora en más, relegadas a los libros de historia.

"Probablemente nunca en su larga historia común los polacos y los alemanes estuvieron tan próximos y tan confiados acerca del futuro. Estoy convencido de que el camino para la integración de Polonia a la Comunidad Europea pasa a través de Alemania", agregó.

Kohl admitió que los alemanes expulsados del territorio cedido a Polonia después de la guerra no están conformes con el tratado pero les pidió que se sumen a la labor de reconciliación.

Un tercio de la actual Polonia era territorio alemán que cambió de manos en 1945 al concluir la Segunda Guerra Mundial. Grupos de alemanes expulsados de sus territorios demandaron constantemente que se les devuelva sus tierras o se les abone una indemnización.

Haciendo caso omiso de sus protestas, Kohl acordó antes de concretar la unificación alemana en octubre reconocer las fronteras polacas de la posguerra. Berlín oriental había aceptado el límite en 1950 pero Bonn siempre había dejado la cuestión para que fuera resuelta por el Parlamento de una Alemania unificada.

"Hemos demostrado con nuestra vecina occidental, Francia, que las naciones pueden superar los rescoldos de un pasado desastroso y ser buenas amigas. Los alemanes también seguimos ese ejemplo con nuestros vecinos polacos", destacó el canciller.

Kohl indicó que es responsabilidad especial de Bonn apoyar la reforma económica emprendida por Polonia y sus esfuerzos por afiliarse a la CEE.

"Esto incluye la perspectiva de incorporación tan pronto las condiciones pertinentes hayan sido establecidas", subrayó.

El tratado fue aprobado por el gabinete de Kohl la semana pasada pero todavía debe ser ratificado por los parlamentos de ambas naciones.

Los aliados bávaros derechistas de Kohl de la Unión Social Cristiana (CSU) han propiciado medidas adicionales, como ser la inclusión de nombres bilingües de calles en zonas con población de ascendencia alemana, doble ciudadanía para los alemanes de Polonia y el derecho de los alemanes a radicarse en Polonia.

Pero el canciller dijo que el reconocimiento formal en el tratado de la minoría de 500.000 alemanes, rechazado durante muchos años por las ex autoridades comunistas de Polonia, es un paso importante para promover el entendimiento mutuo.

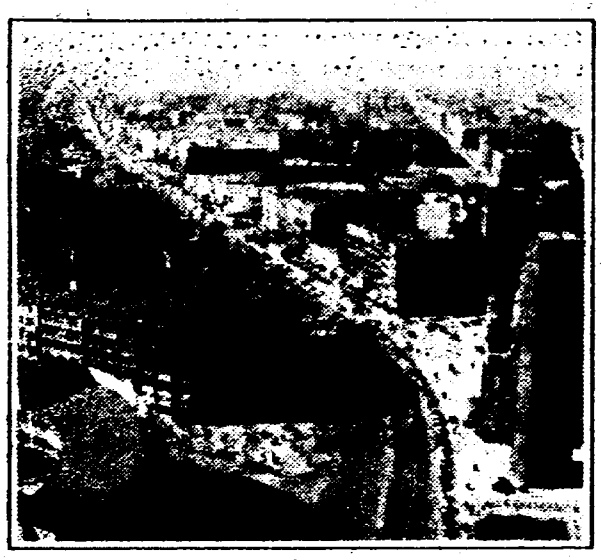
Al criticar el tratado, el presidente de la Asociación de Expulsados **Herbert Czja** demandó que Varsovia permita que muchas escuelas y centros culturales en idioma alemán abran pronto antes que Bonn comience a ayudar a Polonia a incorporarse a la CEE.

01-01

9108135

Berlin (capital de Alemania) y Bonn: Datos Principales.
Nación (15025)
30/10/91
Alemania (20232)
Fac. Pol. (11164)
Gob. Nac. (11302)

Berlin o Bonn



BERLIN. – Berlín, capital del III Reich, fue dividida en cuatro sectores de ocupación por los vencedores del fascismo en 1945. En 1949 el sector soviético se convirtió en Berlín Este, capital de la RDA, hasta la reunificación alemana del 3 de octubre de 1990.

En cifras, Berlín se refleja como sigue.

Población: 3,42 millones de habitantes (2,1 al Oeste y 1,3 al Este).

Superficie: 883 kilómetros cuadrados.

Extranjeros: 313.000, de ellos 290.000 al Oeste (entre otros 133.000 turcos, 34.000 yugoslavos y 19.000 polacos).

Religiones: protestantes, 32 %, católicos, 9 % y musulmanes, 3,7 por ciento.

Desempleo: 92.202 desempleados al Oeste (9,3 % de la población activa) y 79.951 al Este (11,2 %).

Organización: 23 barrios con sendas alcaldías. Senado (gobierno regional) de coalición cristiano-demócrata (CDU), social-demócrata (SPD), encabezado por el burgomaestre reinante Eberhard Diepgen (CDU).

BONN. – Bonn, pequeña ciudad universitaria de provincias, entró en la historia en 1949 al convertirse en la capital de Alemania Federal.

Bonn fue escogida porque no constituía una amenaza para Berlín, pero los diputados de la posguerra no encaraban una instalación definitiva en esa ciudad. Desde la unificación alemana del 3 de octubre último, Bonn ya no es la capital, pero en ella sigue funcionando el conjunto del gobierno y del Parlamento de la tercera potencia económica del mundo.

Población: 301.000 habitantes.

Superficie: 141 kilómetros cuadrados.

Extranjeros: 30.000 (10 % de la población).

Religiones: católicos 55 % y protestantes 30 %.

Desempleo: 3 % de la población activa.

Organización: Municipalidad de mayoría cristiano-demócrata (CDU), dirigida por el alcalde Hans Daniels.

01-01

9108136

Parlamento Alemán decidió que Berlín vuelva a ser la capital.
Clarín (15/06/91)
23/6/91
Alemania (20/23)
Tce. Pol. (111/91)

Esta semana el Parlamento de Alemania unificada decidió que Berlín vuelva a ser su capital, en lugar de Bonn. Esto significa un renacimiento de la ciudad más grande de Alemania, de sus costumbres, monumentos, amores y secretos.

Berlín vuelve

Berlín es, categóricamente —tal como se preveía—, la capital de la Alemania unificada, acallando el vendaval de polémicas y confrontaciones de argumentos valederos. La histórica decisión tendrá consecuencias geopolíticas insospechadas, sin contar con las de carácter económico, que no serán pocas. Además, vale la pena revisar el curioso pasado de la llamada **Atenas del Spree** para intuir su papel en el futuro de Europa.

El Sacro Imperio Romano de la nación alemana carecía de capital. Los káiseres ejercían su oficio a través de mudanzas. La Europa comunitaria también carecía de sede: las instituciones continentales tenían sus asientos en Bruselas, Luxemburgo y Estrasburgo. Eran soluciones pegadas con alfileres.

El gobierno ambulatorio ha sido prescripto en todo el mundo. La Comunidad Europea pagaba tributo a las distancias y los problemas burocráticos emergentes de esa dispersión. **Entre París y Bonn existía una dicotomía irritante.** París concentraba las instituciones centrales de Francia. Quedaban en **Bonn** solamente el gobierno, el Bundestag (Parlamento) y el Consejo Federal. Los tribunales supremos se radicaron en **Karlsruhe, Kassel** y **Munich**; el Banco Central, en **Francfort**; las oficinas de contralor en materia de créditos y seguros y las relaciones con el mundo exterior, en **Berlín**. En **Leipzig** funcionaban las Cortes superiores. La mayoría de las capitales fueron históricas como residencia de los reyes y príncipes. Otras se hicieron con criterios modernos. Madrid se estableció deliberamente en el centro geográfico de España; lo mismo sucedió con **Washington**. Si este criterio se hubiese aplicado después de la última guerra mundial, **la lógica indicaba a Francfort**: allí se minimizaban los costos de transporte. El segundo principio obedecía a la utilización del espacio. Los antiguos monarcas persas eligieron como ciudad capital a **Mesched**, se trasladaron luego a Isfahán y finalmente a Teherán. Con intención parecida se construyó Brasilia. Y en el Japón, las computadoras están buscando el sitio exacto para emplazar el palacio imperial fuera de Tokio y sus turbulencias urbanas.

Días de fiesta

Berlín es dos veces más grande que la segunda ciudad germana, Hamburgo. Está ubicada cerca del borde oriental, a tiro de piedra de la frontera con Polonia. Según un axioma clásico ("la masa hace la clase") se ha inspirado en París, donde transcurre el 40 por ciento del producto social de Francia. La brillante metrópoli está rodeada por deficientes **banlieus** (redes de comunicación) y deja languidecer las provincias económica y culturalmente.

Así que ha sido difícil la elección. Berlín fue capital del Reich desde 1871 a 1945, y Bonn apenas durante 40 años. Los cables de las agencias de noticias dicen que la población ha recibido con relativa satisfacción la nueva jerarquía. Pero se han reanimado los barrios históricos: Berlín-Treptow, Wilmersdorf, Tempelhof, Koepenik, Pankow, Spandau, Charlottenburg, Beukölln, Mariendorf y Lichtenfeld. Unter den Linden es otra vez la referencia obligada, lo mismo que la Wilhelmstrasse y la puerta de Brandeburgo. Lucen impecables las estatuas de **Juan Sebastián Bach, Kant, Blücher, Beethoven, Schiller, Goethe, Lessing** y **Lutero**. El oso tradicional ha vuelto a su emblema. La trepidante afluencia de los **orientales** se ha hecho sentir: un vistazo a los diarios revela la demanda de mano de obra capacitada: un empleado experto de una inmobiliaria puede ganar entre 3.000 y 30.000 sólidos marcos; una Ferrari Testarossa (sí, igual que la que usted sabe) cuesta 399.000 marcos; pero una Audi 80, 20.900, y una Alfetta 20, apenas 5.900; en el barrio obrero de Moabit (600 hectáreas) pululan los supermercados; el Castillo de los Cazadores, en el Grunewald, está de gala. El palacio real de Bellevue recibe regocijados turistas. En el estadio olímpico se celebran partidos memorables, allí donde se hizo célebre **Jesse Owens en 1936** y la Argentina ganó dos medallas de oro. Hay escobas nuevas, que barren con germánica puntillosidad: por ejemplo, se eliminan las estaciones **tapiadas** (o voladas) en el subterráneo. Y la residencia de **Erich Honecker**, que perteneció al ex primer ministro del comunismo, no será vendida al Grand Hotel berlinés, sino destinada a un albergue infantil. En el **Tiergarten** (zoo) se conjuga el verbo amar. **"El amor en Italia es una ópera; en Francia, una comedia; en Berlín, un melodrama"**, se ríen los berlineses, que prefieren buscar pareja epistolarmente: "Mi marido quiere casarse otra vez; yo lucho para salvar nuestro divorcio", es la desinhibida declaración de una rubia consumidora de salchichas con **sauerkraut (chucrut)**. A vuelo de pájaro, el viejo impulso vital de Berlín ha sido recuperado. En estos días, la campaña más enérgica de los verdes ecologistas propone "la defensa de los elefantes", porque se matan 70.000 de esos paquidermos por año. El tema ha preocupado tanto como la proclamación de una nueva capital del mundo.

Emilio Petcoff

9108137
VA.
VA

101-01

Berlín, otra vez capital de Alemania.
CLARIN (150021)
25-06-91.
Alemania (20232)
Fac. Pol (11164)

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 25 de junio de 1991

BERLIN, OTRA VEZ CAPITAL DE ALEMANIA

Reencuentro con su propia historia

La elección de Berlín como capital de Alemania no debe ser interpretada como el regreso de una pasión nacionalista y militarista sino como apuesta a una Europa democrática y próspera. Al volver a Berlín los alemanes tienen el sentimiento de efectuar un reencuentro con su propia historia.

PARIS, 24 (De Le Mondo, especial para Clarín). — Con el paso del tiempo no es el éxito de Berlín restaurada en su status de capital de Alemania unificada lo que asombra, sino la estrechez del margen que permitió la victoria de sus partidarios en el escrutinio histórico del 20 de junio de 1991 en el Bundestag: 17 votos sobre 559 sufragios expresados.

Es sin duda mucho más que el único voto por el que obtuvo la mayoría Konrad Adenauer, cuando en 1949 alcanzó el cargo de primer canciller de la RFA. Pero es demasiado poco si se considera que durante los últimos cuarenta años el Bundestag (Cámara baja) había afirmado solemnemente en varias oportunidades que el conjunto de las instituciones de la democracia alemana retornaría a Berlín, en las márgenes del río Spree, cuando se restableciera la unidad y la libertad del país.

La cuestión no era demasiado simple: el debate que se realizó sobre el tema Bonn o Berlín en el curso de los últimos seis meses terminó por convertirse en un enfrentamiento apasionado entre los defensores de dos legítimos derechos históricos.

Por un lado, los partidarios de Berlín, porque en esta ciudad realmente todas las piedras hablan de la historia y algunas gritan. Por otra parte, los que sostenían que la partida del Parlamento y el gobierno de Bonn significaría la ruptura simbólica con el espíritu de la única democracia con la que el pueblo alemán logró identificarse plenamente.

La elección de Berlín no debe ser interpretada como el regreso de una pasión nacionalista alemana ávida de reencontrar las pompas del emperador Guillermo I, o peor aún, los grandes desfiles militares bajo la puerta de Brandeburgo.

Al volver a Berlín los alemanes tienen el sentimiento de efectuar un reencuentro con su propia historia, con todo lo que ella tiene de grandeza y de tragedia. Bonn, por el contrario, no es más que el testimonio de un capítulo feliz del destino de esta "patria difícil", de la que se quejaba Heinrich Heine.

Tomar experiencia de las lecciones del pasado pero con la vista puesta en el futuro, tal es el mensaje que la mayoría de los representantes elegidos por el pueblo alemán quisieron dar el jueves.

La elección de Berlín traduce también dos aspiraciones que no pudieron ser expresadas hasta que se alcanzó la esperada unidad. Testimonia un profundo "deseo de normalidad", el derecho innegable de poder disponer como país de una capital pujante comparable a la de los vecinos.

Los mismos derechos que le corresponden a Francia con París o a Polonia con Varsovia no pueden ser negados a Alemania con Berlín, a menos que se considere que los crímenes cometidos por los nazis hayan convertido a la nación alemana de aquí a la eternidad en un país aparte.

Los enormes cambios geopolíticos que ocurrieron en los últimos años en Europa central y oriental hicieron además tomar conciencia nuevamente a los alemanes de su posición central en Europa.

En esta óptica la elección de Berlín es también una apuesta al éxito de una Europa democrática y próspera, con vecinos liberados del yugo soviético.

Esta elección deberá ser asumida no solamente por los alemanes, sino también por sus socios occidentales: la decisión de ser una república federal cuya potencia económica se ve ahora duplicada por un verdadero proyecto político autónomo.

La iniciativa votada el jueves que determina el traslado del aparato burocrático en un cuatro años provocó resquemores en Occidente y el repudio de los empleados publicos de Bonn, quienes piden una compensación por ser obligados a mudarse a 600 kilómetros para continuar en sus cargos.

"Se espera una caída en los precios de las propiedades en el área de Bonn y vamos a pedir compensación por las pérdidas que puedan sufrir los empleados públicos", declaró Werner Hagedorn, presidente de la Asociación de Empleados Públicos.

01-01

9108138

Empleados Públicos piden compensación por tener q' trasladarse a Berlín.
La Nación (159025)
25/6/91
Alemania (20232.)
Fac. Sco Social (11165)
Compañías Leo (11413)

Piden compensación

BONN, 24 (Reuter). – Los empleados públicos, sorprendidos por la decisión de trasladar el gobierno de Bonn a Berlín, exigen una compensación por ser obligados a mudarse para continuar en sus cargos.

VR.

01-01

9108139

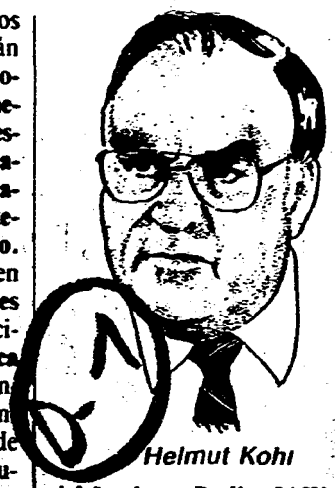
Desocupación en Alemania Oriental
A Financiero (150027)
26/6/91
Alemania (20232)
Ec. Sup Sec. (11165)
Conf. Laborales (11413)

50 por ciento se quedará sin trabajo

Más desocupados en Alemania oriental

Frankfurt (Reuter) — Los dirigentes de Alemania están sumidos en una **encendida polémica** sobre la suerte **de medio millón de germanos del este que se quedarán sin ocupación la próxima semana al caducar los acuerdos que protegían a sus fuentes de trabajo.**

La agencia Treuhand, encargada de las **privatizaciones** de empresas de la desaparecida **República Democrática Alemana (RDA)** se niega a invertir en la creación de fuentes de trabajo o programas de entrenamiento para los futuros desocupados argumentando que los fondos tendrían que ser **aportados por el gobierno central y los de las zonas afectadas.**



Helmut Kohl

• Miopía

Los jefes de los gobiernos locales y las organizaciones sindicales denunciaron como **"miope"** la decisión de la Treuhand ante la inminente desaparición de empresas que dejarán en la calle **hasta 50 por ciento de los trabajadores de la región oriental.**

La tasa oficial de desempleo que admiten las autoridades de Bonn alcanza **a 9,5 por ciento** pero la desocupación disfrazada afecta a cerca **de 40 por ciento.**

Las organizaciones sindicales **han** ocupado un gran número de establecimientos fabriles como expresión **de repudio** a las políticas de la Treuhand, inclusive la planta donde antiguamente se producía el automóvil **Trabant**.

"Los germanos del este se acostumbraron **al empleo pleno** y están atados a sus trabajos por razones emotivas", dijo **Dieter Lange**, subdirector del Instituto Berlín. IAW de investigaciones económicas.

Uwe Helm, presidente del Consejo de Actividades de la planta de computadoras Halbleiterwerk Gmbh, instalada en Frankfurt del Udel y que el viernes despedirá **a 4000 de sus operarios**, dijo que los esquemas de reentrenamiento y creación de fuentes de trabajo no sólo ayudará a los trabajadores a encontrar nuevos cargos sino que también les brindará **apoyo moral** hasta que la destruida economía de Alemania del este inicie su recuperación.

La Treuhand ha financiado **200 programas** de creación de puestos de trabajo y de entrenamiento pero se negó a aportar más dinero para financiar otros **1500** que se consideran necesarios para equilibrar el pronosticado incremento en la tasa de desocupación.

La presidenta de la Truhand, **Birgit Breuel**, dijo que el organismo estaba dispuesto **a brindar asesoramiento y alguna** ayuda material pero puntualizó que no desea que la agencia oficial **siga destinando fondos a las empresas deficitarias.**

VR
VR

01-01

9108140

Secuestro de juicio contra criminal de guerra nazi, JOSEF SCHWAMMBERGER.
Clarín (15/6/91)
Alemania (20232)
Fac. Sociales (1105)

JOSEF SCHWAMMBERGER ORDENO MATAR A 3.377 JUDIOS

Comenzó el juicio contra un criminal de guerra nazi

Ayer comenzó en un tribunal de Stuttgart el juicio contra el criminal de guerra nazi Josef Schwammberger, quien fue detenido en la Argentina en 1987 y extraditado a Alemania en 1990. Como suboficial de las SS, Schwammberger mató personalmente a 50 prisioneros judíos y ordenó la ejecución de otros 3.377 durante la Segunda Guerra Mundial. Las audiencias del juicio se realizarán durante 25 días, tiempo en el que declararán 18 personas. Se cree que este será el último gran proceso contra criminales de guerra. Grupos neonazis manifestaron para reclamar su libertad.

Josef Schwammberger. El 2 de mayo de 1990 se concretó la extradición del ex miembro de las SS.

STUTTGART, Alemania (AFP, EFE, UPI, DPA). — El criminal de guerra nazi **Josef Franz Leo Schwammberger**, acusado de asesinar personalmente a **50 prisioneros judíos y ordenar la matanza de otros 3.377** cuando dirigió varios campos de concentración, durante la Segunda Guerra Mundial, **comenzó a ser juzgado ayer en esta ciudad de Alemania.**

Apenas comenzado el juicio, unos **30 militantes neonazis** hicieron una manifestación dentro de los tribunales, exigiendo la liberación del ex suboficial de las SS, detenido en la **Argentina** en **1987**.

Como contrapartida, el director del **Centro de Documentación Judía, Simon Wiesenthal**, quien asiste al juicio, consideró que la apertura de los archivos de la ex Alemania Democrática permitirá **"reabrir varios procesos contra nazis que fueron suspendidos por falta de pruebas"**.

Con todo, se cree que el juicio a Schwammberger será **el último gran proceso contra criminales de guerra.**

El tribunal dispuso que las audiencias se realicen durante **25 días**, en cuyo lapso se recibirá el testimonio de **18 personas**.

La estrategia de la defensa fue clara desde el principio. El abogado de Schwammberger, **Dieter Koenig**, dijo que su cliente **"había olvidado mucho del pasado"**, y que por eso pedirá a los jueces que determinen si el acusado está **en condiciones** de ser procesado.

Parece improbable, sin embargo, que esta petición sea aceptada por el tribunal. Las leyes alemanas son muy severas al considerar los crímenes de guerra. En **1979** el Parlamento de Alemania Federal aprobó una ley para que este tipo de delitos **no tenga prescripción legal**. El homicidio, en cambio, prescribe a los 30 años.

♦ Miles de muertes

Josef Schwammberger tiene actualmente **79 años** y fue sargento técnico de las **SS**, las fuerzas de elite de **Adolfo Hitler** durante la Segunda Guerra.

Especializado en la técnica de la llamada **"solución final"**, un eufemismo que encubría la matanza masiva de judíos, entre **1942 y 1944** dirigió sucesivamente los campos de concentración de **Roznadok, Przemysl y Mieles**, instalados por Hitler en la **Polonia** ocupada.

En esos campos, según los pocos testigos que alcanzaron a sobrevivir, Schwammberger se habría **deleitado viendo cómo sus perros destrozaron a 50 judíos.** Luego enviaría a la muerte a otras 3.377 personas, víctimas de los campos de **Belzec y Auschwitz**, también en Polonia.

♦ En la Argentina

Al terminar la guerra, el criminal fue detenido por las tropas que ocuparon Alemania. Estuvo preso en una cárcel de Francia pero, siguiendo la ruta que habían tomado otros nazis prófugos, **logró escaparse hacia la Argentina en 1948**. Huyó junto a su esposa, **Catalina Siedl**, y sus dos hijos varones.

Sintiéndose a salvo, el ex suboficial nazi **trabajó y se jubiló en la Argentina**, donde fue encontrado recién en 1987. Para entonces ya existían reiterados pedidos de captura internacional, iniciados por las autoridades alemanas.

Detenido primero en una cárcel de La Plata y después trasladado al penal de máxima seguridad de Caseros, en Buenos Aires, mientras estuvo detenido en el país, llegaron algunos testigos para declarar en su contra. Finalmente, un juez de La Plata concedió la extradición solicitada por los tribunales municipales de Stuttgart, donde ahora ha comenzado a ser juzgado (ver también aparte).

Simón Wiesenthal dijo ayer que Schwammberger merece **"50 veces la cadena perpetua por los asesinatos que cometió con sus propias manos"**. El director del centro que permitió la captura del nazi en la Argentina agregó que **"estos juicios deben servir como advertencia para los asesinos del mañana"**.

♦ Manifestación neonazi

La presencia de Wiesenthal en el tribunal contrastó con la manifestación de los neonazis, algunos de los cuales consiguieron ingresar al recinto donde se realiza el juicio.

Una docena de jóvenes que llevaban **botas similares a las del ejército** estallaron en carcajadas cuando el juez **Herbert Luippold** prometió un **"proceso justo"** para Schwammberger.

Otros 20 neonazis permanecieron fuera de los tribunales, exhibiendo carteles con frases como **"Libertad para Schwammberger"**. Luippold obligó a callar a los jóvenes que ingresaron al juzgado, y **los amenazó con una semana de cárcel si volvían a burlarse.**

Luego de la derrota de la Alemania nazi, en mayo de **1945**, las dos Alemanias realizaron numerosos procesos contra criminales de guerra. Las autoridades de Bonn llevaron a cabo **98.042 procesos**, y condenaron a **6.486 personas**. En Alemania Democrática hubo **12.900 condenas** por estos delitos.

Actualmente se investigan otros **10.269 casos.**

Vivió en la Argentina desde 1948

Agencia AFP

En 1966 Simon Wiesenthal, el más importante cazador de nazis, dijo que **Josef Franz Leo Schwammberger estaba en la Argentina.**

Como lo había sido en los casos de **Adolf Eichmann**, de **Joseph Mengele**, de **Walter Kutschmann**, de **Edouard Roschmann** y de tantos otros criminales de guerra que llegaron a estas playas, era verdad.

El **13 de noviembre de 1987** el juez federal número uno de **La Plata, Vicente Bretal**, lo detuvo en la pensión de una familia alemana de **Huerta Grande**, en la provincia de **Córdoba**. Era el segundo intento de Bretal por dar con el nazi: en febrero de 1973, el juez había allanado una casa en el barrio de **Los Hornos**, cerca de La Plata, donde Schwammberger vivía, pero no lo encontró. **El criminal, alertado del procedimiento, había conseguido escapar hacia Canadá.**

Tras el final de la Segunda Guerra, las fuerzas de ocupación francesas habían conseguido detener a Josef Schwammberger cerca de **Innsbruck**, en Austria.

El ex suboficial, con una **soberbia** que le iba a durar algún tiempo, dijo con sorna a sus carceleros que las joyas y dientes de oro que tenía en sus bolsillos **"eran regalos de judíos agradecidos"**.

En **1948** Schwammberger escapó de una cárcel francesa. Se cree que **Odessa**, la asociación de ex SS que ayudó a escapar a los nazis después de la guerra, intervino en su traslado hasta la Argentina.

El "cazador" de nazis Simón Wiesenthal, ayer, ante el tribunal donde juzgan a Schwammberger, a quien consideró uno de los 10 criminales de guerra más buscados.

En **1972** un tribunal de Stuttgart libró una orden de captura internacional. Para entonces, Simón Wiesenthal ya lo consideraba como uno de los **10 criminales de guerra nazis más buscados del mundo.**

Una vez detenido en Córdoba, Schwammberger admitió ante el juez Bretal que era la persona que buscaban. Agregó que nunca se había ocultado y que estaba en la Argentina desde 1948. Allí, dijo, trabajó en varias empresas y se jubiló. Wiesenthal asegura que lo localizó en 1971 pero que la Policía argentina le avisó y permitió que escapara.

A fines de **noviembre de 1988**, Bretal concedió la extradición solicitada por Alemania.

En marzo del año pasado, la Corte Suprema de Justicia **confirmó** los fallos de Bretal y de la Cámara de Apelaciones, adonde habían recurrido sus abogados defensores. La extradición se concretó el **2 de mayo de 1990.**

Schwammberger salió de la cárcel de Caseros en medio de un severo dispositivo de seguridad, tapando su rostro. Su encierro seguiría en la cárcel de Stuttgart.

Ayer, por fin, comenzó el juicio de la historia.

9108141

01-01

Atentado del IRA en Irlanda del N.
CLUBIN (11-02-92)
SIEGE
IRLANDA (66196)
FAMIL (11163)
SUBVERSION (11140)
ACCIONES SUBVER (11419)

ATENTADO CON EXPLOSIVOS CONTRA UN CUARTEL EN IRLANDA DEL NORTE

Tres muertos en otro ataque del IRA

Agencia AP

El cuartel del Regimiento de Defensa del Ulster después del ataque de los guerrilleros del Ejército Republicano Irlandés. Tres soldados resultaron muertos y hay dieciocho heridos. La explosión fue escuchada a 80 kilómetros de distancia.

En momentos en que el ministro británico para Irlanda del Norte, Peter Brooke, está llevando a cabo negociaciones para restablecer la autonomía de la región, un atentado del Ejército Republicano Irlandés (IRA) contra un cuartel militar dejó un saldo de 3 soldados muertos y 18 heridos. Los terroristas balearon una camioneta cargada con 1.800 kilogramos de explosivo produciendo una vasta devastación que redujo a polvo el cuartel del Regimiento de Defensa del Ulster.

BELFAST, 1° (*Reuter*). — **Tres soldados resultaron muertos y 18 heridos** como consecuencia de la **explosión de una bomba** de vasto poder que los terroristas del **Ejército Republicano Irlandés** (IRA) ocultaron en una camioneta estacionada frente a un cuartel de **Glenane**, en **Irlanda del Norte**.

Hombres del IRA apostados en la ladera de una colina que se eleva frente al cuartel, balearon la camioneta con ametralladoras en la noche del viernes, detonando así una de las bombas de mayor potencia utilizadas en Irlanda del Norte, según un informe de las fuerzas de seguridad.

Un testigo del lugar, Nigel McCannon, de 22 años, quien anda en silla de ruedas, dijo: "Estaba sentado en la cama, mirando televisión, antes de dormirme. De pronto, saltaron las ventanas. Entonces, me arrastré fuera del cuarto y fuera de la casa. Me corté en las rodillas. Había polvo y restos de cosas por todas partes. Estaba muerto de miedo y anonadado, pero feliz de salvarme".

En un principio la policía creyó que los soldados —todos ellos nordirlandeses— habían caído como consecuencia de un ataque con morteros, que redujo a polvo el cuartel del regimiento de defensa del Ulster y destrozó varias casas de las cercanías y una escuela. La explosión fue oída a 80 kilómetros.

Pero después que los expertos revisaron las ruinas de la devastada base de Glenane, en el distrito de Armagh del Sur, un vocero militar dijo que el estallido provino al parecer de una camioneta cargada con 1.800 kilogramos de explosivos.

El IRA, que lucha para acabar con la tutela británica sobre Irlanda del Norte, admitió su responsabilidad en el sangriento atentado. En una declaración expedida hoy indicó que el ataque formaba parte de "la campaña en curso contra la presencia militar británica".

♦ Negociaciones

El atentado contra el cuartel de Glenane se produjo en medio de las conversaciones de paz sobre el futuro de la provincia, cuya autonomía quiere restablecer el ministro británico para Irlanda del Norte, Peter Brooke, para poner fin de esto modo a 23 años de gobierno directo por parte del gobierno de Londres.

Charles Haughey, primer ministro de la República de Irlanda, condenó el ataque del IRA. "Este ultraje solo servirá —señaló— para confirmar y ahondar el compromiso de los participantes y de todo individuo de recto pensar con este crucial proceso (de las negociaciones de paz)."

El Sinn Fein, brazo político del IRA, fue excluido de las gestiones por su negativa a renunciar a la violencia. Los jefes del sistema de seguridad anticiparon a Brooke una ofensiva rotunda contra las conversaciones, pues el IRA trataría de "obtener a bombazos su sitio en la mesa de negociaciones".

El estallido del viernes provocó un incendio que iluminó la noche de Glenane. Las ambulancias trasladaron a los heridos al hospital y los bomberos tuvieron que trabajar con sumo cuidado por temor a la presencia de explosivos "cazabobos".

01-01

9108192

Abaten en Irlanda a miembros del I.R.A.
La Prensa (150026)
4/6/91
G. Beltrán. Velzudo (66196)
Fac. D.P. (11163)
Subversión (11140)

Abaten en Irlanda a miembros del "IRA"

Belfast (AP) — Tres presuntos activistas del "Ejército Republicano Irlandés" murieron en Irlanda del Norte a manos de las autoridades que dispararon contra un automóvil en una aldea al oeste de Belfast.

La policía informó que los hombres eran miembros del "IRA" que planeaban disparar a un grupo de obreros protestantes que esperaban que los llevaran a trabajar en la aldea de Coagh, 80 kilómetros al oeste de Belfast.

Sinn Fein, la fracción política del proscrito "IRA", identificó a los muertos como Peter Ryan, Tony Dorris y Lawrence McNally, pero no aclaró si pertenecían a la agrupación.

En un comunicado, Sinn Fein acusó a las fuerzas de seguridad británicas de emplear una política de "disparar primero y preguntar después".

YBR

Nº DOCUMENTO
TITULO Abaten a Pistoleros del I.R.A que preparaban ataque.
PERIODICO EL PAIS (IT0007)
FECHA 91-06-04.
VINCULACION IRLANDA DEL N (66196)
FAC MIL. (11163)
SUBVERSION. (11140)

En Misión Secreta, Abaten a Pistoleros del IRA que Estaban Preparando Ataque

BELFAST, Irlanda del Norte, 3 (AP). — Fuerzas especiales aerotransportadas mataron hoy a tres miembros del proscrito Ejército Republicano Irlandés (IRA), bajo una lluvia de balas, dijeron testigos

La policía confirmó que tres irlandeses fueron muertos a balazos cuando un automóvil que habían robado fue interceptado por un patrullero en la aldea de Coagh, 45 kilómetros al oeste de Belfast.

La policía dijo que el vehículo estalló y se incendió y los cuerpos de los tres hombres quedaron carbonizados.

Sinn Fein, Ala política legal del IRA, identificó a los muertos como Peter Ryan, Tony Dorris y Lawrence McNally. Press Association, la Agencia Informativa Nacional Británica, informó que las fuerzas de seguridad consideraban a los tres hombres entre los principales pistoleros del IRA.

El abogado laboral Ken Maginnis dijo que McNally y Ryan habían participado en asesinatos terroristas. La policía dijo que dos fusiles fueron hallados en el interior del vehículo.

Las fuerzas de seguridad dijeron que los hombres iban a emboscar a trabajadores protestantes que esperaban por transporte en una aldea donde tres protestantes fueron asesinados en marzo de 1990.

La fuerza especial de la Fuerza Aérea, que cumplía una misión encubierta, tenía vigilada la calle donde los hombres se reunieron para ser recogidos.

Testigos dijeron que el automóvil fue acribillado por unas 200 balas.

Parecía que se trataba de tiros espaciados, pero poco a poco aumentaron dijo una mujer que vive cerca del lugar. Ví a un soldado en el jardín de mi casa con una máscara antigás, dijo.

El carro se salió de la pista, y se estrelló contra un muro en medio de llamas, incendiando a otro vehículo, dijeron testigos.

Previamente, la policía dijo que tres hombres, a quienes se creía relacionados con el IRA, fueron hallados muertos en un auto calcinado tras un encuentro con una patrulla del ejército.

Un vocero de la Real Policía de Ulster (RPU), dijo que a los hombres se los halló muertos en Coagh, a 45 kilómetros al oeste de Belfast.

La policía dijo no haber participado en la batida, y que soldados uniformados hicieron los disparos. Las fuerzas de seguridad dijeron que una unidad de SAS tenía vigilado el escenario de la emboscada, informó Press Association.

El SAS, creado durante la Segunda Guerra Mundial, está integrado por soldados altamente entrenados.

Las versiones noticiosas británicas dijeron que los tres hombres se dirigían a montar un ataque contra obreros protestantes en la aldea cuando fueron interceptados por los hombres del SAS. Dos fusiles fueron hallados junto a los restos calcinados del auto robado en que viajaban, informó la agencia noticiosa.

Algunos testigos dijeron que los soldados dispararon hasta 200 balazos, el auto se incendió cuando uno de los proyectiles alcanzó el tanque de gas, según las versiones.

Un vocero del ejército británico se negó a confirmar que las fuerzas de seguridad mataron a tres personas en Coagh.

Las versiones noticiosas británicas dijeron que tres hombres, conocidos por la policía, se dirigían a montar un ataque cuando fueron interceptados, dos fusiles fueron hallados junto a los restos calcinados del auto robado en que viajaban, informó Press Association, la agencia noticiosa nacional británica.

En otro hecho de violencia de hoy, un vocero del ejército británico dijo que hubo una gran explosión en el aserradero Bally Cassidy junto al campamento del ejército en el Aeródromo de San Angelo, a 110 kilómetros al oeste de Belfast.

VR
VR

0101

9108144

Protestantes y Católicos destrabaron el diálogo en Irlanda del Norte
La República
18/6/91
Yolanda (66196)
Fuerzas Militares (11163)
Subversión (11140)

Jornada histórica en medio de atentados y asesinatos

Protestantes y católicos destraban el diálogo en Irlanda del Norte

"Lo más difícil comienza ahora, espero que la razón prevalezca", comentó un partidario de la causa protestante

Belfast (AFP)
por Philippe Agret

■ Por primera vez desde 1973, los dirigentes protestantes y católicos de Irlanda del Norte se reunieron el lunes en Belfast para tratar de administrar juntos los asuntos políticos de la provincia británica y reconciliar a los dos comunidades, desgarradas por años de terrorismo y sectarismo.

Una última "clasificación" de procedimiento, impuesta por los unionistas protestantes, dio paso a la primera sesión plenaria de las conversaciones, que se inició poco antes de las 12.00 GMT en el Parlamento de Stormont y proseguía al final de la tarde.

Los dos partidos protestantes, el Partido Socialdemócrata y Laborista (SDLP, católico) y la Alianza (intercomunitaria), reunidos en presencia del ministro británico encargado de la provincia, Peter Brooke, alcanzaron un acuerdo sobre la siguiente fase de las conversaciones, la más delicada, que implicará un diálogo directo con la República de Irlanda.

Las cuatro formaciones aceptaron la candidatura del ex gobernador general de Australia sir Ninian Stephen para presidir esa fase del diálogo. Esta cuestión de trámite bloqueaba las conversaciones desde hace siete semanas.

Otros muchos detalles fueron cuidadosamente solucionados, desde la repartición de los puestos en la mesa por orden alfabético hasta la procedencia de las botellas de agua con gas, producidas en las colinas de Irlanda del Norte.

Paralelamente, las acciones terroristas de ambos bandos se reprodujeron. Tras el atentado del domingo, en el que los unionistas hirieron a balazos a un militante republicano en Belfast, un ex soldado del Regimiento de Defensa del Ulster fue asesinado en el norte de la ciudad el domingo en una acción que fuentes concordantes atribuyen al Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Lo más difícil comienza ahora. "Espero que la razón prevalezca", comentó el reverendo Ian Paisley, feroz partidario de la causa protestante e impenitente opositor al gobierno de Dublín.

"Por mi parte, estoy dispuesto a trabajar mucho tiempo, hasta tarde y duro", prometió.

"Es una jornada histórica para Irlanda del Norte", afirmó Ken Maginnis, jefe de los protestantes moderados, mientras que los dirigentes del SDLP se mostraban más discretos.

Las negociaciones tienen por objetivo alcanzar una solución pacífica al conflicto norirlandés, que causó casi 3.000 muertos desde 1969.

El primer paso será conservar una fórmula de repartición de poderes en la provincia, administrada directamente por Londres desde 1972, fecha de la disolución del Parlamento protestante de Stormonty.

En el orden del día figura la creación de una Asamblea Regional que dentro de varias semanas debería reunirse con el primer ministro irlandés, Charles Haughey, para conversar sobre las relaciones entre la provincia y la República de Irlanda.

VR
VK
01-01

9108145

Referendum en Suiza por la supresión o No del ejército
El País (189007)
3/6/91
Suiza (67228)
Fac. Pol (11164)
Fac. M.I (11163)
ejército (11328)

DEMOCRACIA DIRECTA, MOTOR DE LA VIDA POLITICA SUIZA

El último fin de semana del mes de noviembre de 1989 se sometió a referéndum popular un tema poco común, que suscitó un enorme interés en el extranjero: suizas y suizos fueron convocados a las urnas para pronunciarse por la supresión o no de su ejército. El resultado fue claro: el 64.4 por ciento del electorado se expresó a favor del mantenimiento de la defensa nacional. Sin embargo, y contra todo pronóstico, el 35.6 por ciento de los ciudadanos manifestaron su voluntad de suprimir, simple y llanamente, el ejército, una institución capital para la independencia suiza. Fue un duro golpe para el alto mando del ejército, para el gobierno y para una amplia capa de la población. Pero, ¿cómo se pudo llegar a una votación sobre un tema tan candente.?

En Suiza, 100.000 ciudadanos pueden solicitar una modificación de la Constitución federal recurriendo a lo que se denomina una iniciativa popular. En el caso que nos ocupa, una agrupación de movimientos pacifistas y de la izquierda, Grupo para una Suiza sin Ejército, decidió lanzar una iniciativa en marzo de 1985. El texto propuesto pretendía completar la Constitución federal de la manera siguiente: "Suiza no posee ejército. La Confederación, los Cantones, los Municipios y las personas o grupos privados tienen la pohibición de formar o mantener fuerzas de combate. Una política global de paz consolida la autodeterminación del pueblo y favorece la solidaridad internacional."

Los autores de la iniciativa disponían de un plazo de 18 meses para recoger 100.000 firmas. Así pues, no podía desperdiciarse ninguna oportunidad. Plazas públicas, calles, asociaciones, universidades, lugares de tragajo, puertas de los centros de votación: las firmas fueron recogidas en todas partes. En sitiembre de 1986, dentro del plazo exigido, fueron presentadas en la Cancillería federal, órgano de Estado Mayor del gobierno, las firmas de 112.821 ciudadanos. Tras las verificaciones de rigor resultaron válidas 111.300 firmas: de este modo la solicitud popular fue admitida.

A partir de ese momento, la pelota se encontraba en el campo del Gobierno y del Parlamento. Los dos pueden dar su opinión y recomendar a la población la aceptación o, lo que es más frecuente, el rechazo de una iniciativa popular. Ambos pueden también elaborar un contraproyecto si, por ejemplo, estiman que el objetivo de la iniciativa es justo, pero no están de acuerdo con los medios propuestos para conseguirlo. Sin embargo, ni el Gobierno ni el Parlamento pueden eliminar la iniciativa. Sólo los organizadores pueden retirarla. En caso contrario, la iniciativa es sometida al pueblo soberano. Como en toda modificación constitucional, la aprobación de una iniciativa necesita de una doble mayoría: mayoría de votos en toda Suiza, y mayoría de cantones. En nuestro ejemplo, el Gobierno y el Parlamento se pronunciaron muy firmemente por el rechazo a la iniciativa. El 25 y 26 de noviembre de 1989 cupo al pueblo soberano la responsabilidad de expresar un juicio definitivo. Durante la campaña precedente a la votación, todos los argumentos fueron ampliamente evocados y discutidos en los medios informativos o mediante conferencias. Los autores de la iniciativa exponían que con toda certitud, Suiza no podría sobrevivir a un conflicto armado en Europa y que, de todos modos, no estaba amenazada directamente. Para ellos las auténticas amenazas se encontraban en la contaminación del medio ambiente y en el subdesarrollo del Tercer Mundo: y precisamente a estos problemas y a una política global de paz debía ser consagrado el dinero gastado en armamento. Los adversarios de la supresión del ejército estimaban, por el contrario, que podía surgir rápidamente una situación de crisis, que Suiza mantenía exclusivamente un ejército puramente defensivo y que la neutralidad implicaba la obligación de la autodefensa; los adversarios subrayaron también que Suiza practicaba, ya, una política activa en favor de la paz, en la cual su ejército desempeñaba un papel determinado.

La iniciativa popular fue rechazada. El ejército suizo co[illegible]núa existiendo. ¿Qué ha aportado entonces todo este asunto? En primer lugar, el debate ha servido los intereses de la democracia dando pie a una amplia y profunda discusión sobre un aspecto importante de la actividad del Estado. En segundo lugar, se ha podido tomar el pulso al pueblo soberano y conocer sus sentimientos respecto al ejército. Y en tercer lugar, este sondeo ha provocado un proceso de reformas en el seno de la institución militar. Por otra parte, no es la primera vez que las iniciativas populares, si bien rechazadas, dan un importante impulso a la política.

La iniciativa popular es el instrumento político que ofrecen las campañas de votación más apasionante en Suiza. Da al pueblo soberano la posibilidd de inyectar sus propias preocupaciones al más alto nivel del terreno político. Incorporado en la Constitución de 1891, este derecho popular es uno de los más apreciados, particularmente por todos los grupos y asociaciones que no forman parte de la clase política clásica. El derecho de iniciativa está sin embargo limitado a la modificación de la Constitución federal. Las leyes pueden ser impugnadas por medio del referéndum facultativo: 50.000 ciudadanos pueden exigir que una ley aprobada por el Parlamento sea sometida al aval del pueblo. Además, la simple posibilidad del recurso al pueblo soberano pesa en el proceso legislativo. La amenaza del referéndum, esgrimida por grupos de presión o poderosas asociaciones que consideran que sus deseos no son adecuadamente atendidos, es un medio de presión sentido en los debates parlamentarios. Todas las modificaciones constitucionales realizadas por el Parlamento son automáticamente sometidas al pueblo. Es el procedimiento denominado referéndum obligatorio.

Referéndum obligatorio, referéndum facultativo (también llamado referéndum legislativo) e iniciativa popular (también llamada iniciativa constitucional), conforman los elementos principales de lo que se denomina la "democracia suiza de referéndum"; o, sencillamente, la "democracia directa". Los cantones y los municipios conocen también estos instrumentos democráticos, en ocasiones bajo formas aún más extensas. Desconocido a nivel federal, el referéndum financiero prevé que todas las decisiones ocasionen gastos de una cierta consideración sean sometidas, facultativa u obligatoriamente, a la aprobación del pueblo soberano.

Numerosas decisiones del Parlamento y del Gobierno no son definitivas y deben ser ratificadas por el pueblo, contrariamente a lo que ocurre en las democracias representativas, indirectas o parlamentarias. Tras la introducción de estos derechos en la segunda mitad del siglo XIX, los suizos tienen la oportunidad, varias veces al año, de pronunciarse sobre temas políticos más o menos importantes. Por eso, las elecciones al Parlamento no tienen en Suiza la misma importancia que en otros países. De todos modos, la alternancia en la dirección de los asuntos entre mayoría y oposición no es conocida en Suiza. Los cuatro partidos más poderosos comparten el poder desde 1959. En un cierto sentido es el pueblo soberano el que asume el papel de oposición haciendo uso de sus posibilidades de influir por medio de la democracia directa.

Sin embargo, este enraizamiento profundo de los derechos populares en el sistema político suizo corre el riesgo de ser cuestionado en un futuro. Si Suiza, tal y como lo desea el Gobierno, debe llegar a formar parte del Espacio Económico Europeo (EEE), algunos aspectos políticos escaparían al control del pueblo, en razón de su incompatibilidad con el derecho europeo. Particularmente afectados resultarían la agricultura, los transportes, la política de asilo y la política respecto a los extranjeros. Esta limitación dolorosa de los derehos populares podría incitar a suizos y suizas a adoptar una actitud de rechazo de cara al EEE. Ahora bien, el posible ingreso de Suiza en el EEE debe ser sometido al pueblo. Ya se ve que ésta será una nueva [illegible]ción apasionante. **(de la Oficina Nac. de Prensa suiza)**

01-01

9108146

VJR.

Suizos. rechazan ~~[illegible]~~ inclusion del Impuesto sobre Valor Añadido. Agregado

El País (150001)
3/6/91
Suiza (67228)
For. Pol (11164)
For. Ec. (11161)

Plebiscito Suizo Dice no al IVA

BERNA (Suiza), 2 (EFE).— Los ciudadanos suizos rechazaron hoy en referéndum la polémica reforma fiscal propuesta por el Consejo Federal (Gobierno) de la Confederación Helvética acerca de la inclusión del Impuesto sobre el Valor Añadido (IVA) en el régimen fiscal del país.

Con una participación del 32,8 por ciento de los 4,5 millones de ciudadanos suizos convocados hoy a las urnas a nivel federal, el proyecto fue rechazado por un 54,3 por ciento y aceptado por un 45,7.

De los 26 cantones que integran la Confederación Helvética, tan sólo votaron a favor de la iniciativa gubernamental los de Basilea Ciudad, los Grisiones y Zurich.

vh
vh.

01-01

9108147

Referendum en Suiza
to Vanguardia (150015)
91-06-03
Suiza (67228)
Fos. Pol (11164)
Fos. [illegible] (11164)
Fos. [illegible] (11163)

Referéndum sobre código militar — IVA 3/6

Votó Suiza por la introducción del IVA y el Servicio Civil

D-9

BERNA.- Cerca de 4,5 millones de ciudadanos estuvieron habilitados ayer para decidir en las urnas sobre una reforma fiscal federal que incluya el Impuesto sobre el Valor Añadido (IVA) y la introducción del "servicio civil sustitutivo del militar" a objeción de conciencia.

El Consejo Federal (Gobierno) suizo defiende la adopción de sendos proyectos, ya aprobados por el Parlamento, y el segundo de los cuales es sometido a referéndum a petición de dos comités de acción populares, que se oponen a la interpretación legislativa efectuada de la objeción de conciencia.

El nuevo régimen fiscal debe ser adoptado antes de la expiración del régimen actual limitado a 1994, prevé la sustitución del Impuesto sobre la Cifra de Negocios (ICHA) por el Impuesto sobre el Valor Añadido (IVA).

Los defensores de la iniciativa resaltan la importancia de equiparar el sistema fiscal helvético al del resto de Europa.

Según los partidarios de este proyecto, la introducción del IVA permitirá, gracias a una percepción fraccionada, gravar las prestaciones de servicios, sistema que califican de más moderno que el ICHA, pues alegan que el sector terciaro crea actualmente más del 50 por ciento del valor añadido de la economía suiza.

También estiman que el IVA permite suprimir el muy contestado "impuesto oculto", es decir, la imposición de las inversiones, al mismo tiempo que posee la ventaja de ser "eurocompatible", a pesar de que sus índices permanecerán muy por debajo de los aplicados en otros países europeos.

El índice normal es el 6,2 por ciento, mientras que el Gobierno suizo pretende aplicar un nivel reducido del 1,9 por ciento a ciertos productos básicos (alimentos, bebidas sin alcohol, medicamentos, periódicos).

Los ciudadanos suizos se pronunciaron también ayer por tercera vez en referéndum desde el año 1977 sobre una revisión del código penal militar, aprobada por el pasado 5 de octubre por el Parlamento.

El proyecto, propuesto en un principio por el Partido Democrata Cristiano suizo, prevé la sustitución de la pena de prisión para los que niegan a reclutarse en el ejército o se acogen a la objeción de conciencia por una penalización a efectuar una actividad laboral de interés general.

El motivo de llevar a referéndum la modificación del código penal militar ratificada por el Parlamento helvético se debe al rechazo de la misma por parte de dos comités de acción popular, que han recabado 52.000 y 12.000 firmas, respectivamente, para que el pueblo decida en las urnas sobre su aplicación.

El primero de esos comités, integrado por objetores, pacifistas y defensores de los derechos humanos, considera que esta reforma del código penal no instituye un auténtico servicio civil en sustitución del militar ni despenaliza la objeción de conciencia.

Arguyen que según la ley revisada, los objetores continuarán siendo juzgados por un tribunal militar y serán, por lo tanto, tratados como criminales.

El segundo comité, que resalta su rechazo a "un servicio civil disfrazado", estima que la modificación del Código penal militar crea un embrión del servicio civil y que, en consecuencia, es contraria a la obligación sin equívocos que la Constitución Federal impone a cada ciudadano suizo de cumplir su servicio militar.

Este comité rechaza el servicio civil, puesto que la reforma de la legislación militar -alegan- supone la puesta en marcha de una pesada maquinaria administrativa para los apenas 200 objetores de conciencia que se niegan a acudir al ejército anualmente. ■

VR
VR

01-01

9108148

Bancos Suizos renuentes a realizar operaciones con el oro.
A. Financiero
10/6/91
Suiza (67228)
Fol En. (11161)
Sec. Financiero. (11403)

Ya ni los suizos quieren operar con el oro

Zürich — Otrora refugio seguro **para inversionistas nerviosos**, el oro ha perdido tanto de su atracción financiera **que incluso bancos suizos se muestran renuentes a realizar operaciones con el rey de los metales preciosos.**

Los inversionistas se alejan **de un mercado deprimido** de oro y analistas y operadores señalan que algunos bancos ya no pueden seguir realizando transacciones con un producto **que se comporta en forma tan decepcionante.**

Ban Leu, el banco más antiguo de Suiza, se retiró en marzo del mercado de grandes operaciones, y otros bancos medianos pronto **podrían seguirle los pasos.**

"Por razones financieras, bancos más pequeños tendrán que abandonar un terreno en el que, simplemente, **no se puede hacer dinero**", dijo una fuente próxima al Leu.

Fredy Gubler, analistas de Citicorp Investment Bank de Zürich, indicó que el papel del oro está tornándose **cada vez más secundario.**

"Ya no lo utilizamos en carteras **de inversión y me imagino que otros** bancos también se están absteniendo", dijo.

El metal ya no ofrece a los inversionistas la protección que antes garantizaba contra la inflación.

Algunos analistas manifiestan que los tres grandes bancos suizos **—Crédit Suisse, Union Bank of Switzerland y Swiss Bank Corp.—** que poseen sus propias refinerías de oro, deben permanecer en el mercado **por razones de prestigio.**

• Experimentos

Los grandes bancos tienen suficientes liquidez como para realizar experimentos con negocios colaterales como ventas a término y préstamos en oro.

Los operadores de menor importancia **tienen menos margen de maniobra.**

"Las inestables oscilaciones seguidas por períodos de estancamiento en los últimos meses, y la declinante cantidad de contrapartes necesarias para formar mercado, convierten a

Escribe
Samantha McArthur
de la agencia "Reuter"

la actual situación en un panorama en el que los operadores medianos **no tienen posibilidades de obtener ganancias**", indicó **Werner Frey**, jefe de la división finanzas del **Bank Leu.**

"Fuimos lo suficientemente francos como para admitirlo. Un operador de mercado siempre tiene que cotizar precios pero algunos operadores **no responden al teléfono cuando la cosa se pone difícil**", agregó.

Durante la guerra del Golfo Pérsico, las esperanzas de una recuperación del mercado aurífero se desvanecieron al declinar el precio del oro **más de 20 dólares**, llegando a **380 dólares la onza** a pesar de los altos precios del petróleo. Con posterioridad ha descendido aún más, languideciendo **entre 355 y 365 dólares.**

En 1980 los precios subieron a las nubes, llegando a un record de **850 dólares**, debido a la suba sustancial de las cotizaciones de los hidrocarburos.

"Los inversionistas ya no están dispuestos a retener un activo que no les brinda un rédito decente para su dinero", dijo Gubler.

Bank Julius Baer, con una fuerte base de clientes privados, es frecuentemente mencionada como una institución dispuesta a retirarse del mercado. Pero el miembro del comité de administración **Juergen Lueti** señaló que el banco está saliendo adelante a pesar de las dificultades actuales.

"Tenemos plena intención de mantener nuestra posición activa en el mercado. Sin actividad en el lado de los clientes privados, el panorama **se ha tornado sumamente arduo**", añadió.

Un analista de Zürich, que abandonó el mercado del oro por la administración de activos el año pasado, manifestó que el alejamiento de muchos analistas londinenses bien reputados **indica que el mercado ha tocado fondo.**

No es sólo la falta de inversionistas lo que espanta a los operadores. Según Frey, los productores de oro están encontrando nuevas formas de canalizar el metal directamente a los joyeros sin utilizar a los bancos como intermediarios.

La tendencia podría privar a Suiza de algunos de los beneficios de su proximidad al gran mercado físico italiano del oro.

No todos los analistas han perdido la esperanza. Algunos dicen que la demanda podría vigorizarse por una retracción de la oferta al tener algunas minas **que dejar de operar por los exiguos márgenes de rentabilidad que les deja ahora su actividad.**

Un reciente estudio del "Financial Times" detectó que aproximadamente **40 por ciento del oro sudafricano está siendo producido a pérdida**, lo que está sumiendo a la industria minera de ese país en una aguda crisis.

Bank Leu indicó que podría reintegrarse al mercado si la tendencia se invierte.

"Volveremos a evaluar la situación nuevamente, aunque el horizonte que se avizora **no se presenta muy brillante**", dijo Frey.

Ámbito Financiero, Buenos Aires, lunes 10 de junio de 1991

01-01

UR
VR

9108149

Suiza en su 700º aniversario.
La Nación (150025)
11/6/91
Suiza. (67228)
Fce. Pol. ((1164)
Fce. Ec. (1116)

Suiza en su 700º aniversario

D-1

Por Hanns Neuerbourg

GINEBRA, Suiza (AP). – Los suizos han comenzado a celebrar sin grandes aspavientos y con serias dudas el 700º aniversario de la república, pero parecen menos interesados en el pasado que en lo que les aguarda en el incierto futuro.

El año del aniversario es impreciso. Los historiadores coinciden en que el núcleo de la confederación suiza se creó mucho antes de firmarse un acuerdo en 1291 "renovando" la alianza de fundación de tres cantones o Estados.

Tampoco hay grandes evidencias de que el presunto juramento de lealtad fuese tomado en esa ocasión.

Pero los suizos decidieron de todas maneras celebrar la fiesta, aunque el tono fue apagado y el entusiasmo público bastante limitado en esta poliglota y multicultural nación.

Existen grietas cada vez más grandes en esta Suiza considerada en una época un islote de paz en medio de un mundo convulsionado, el hogar alpino de Heidi, el chocolate, los relojeros y las bóvedas de seguridad.

Existen temores de aislamiento luego de que la Comunidad Europea cree su mercado único en 1993. Suiza, que depende de las exportaciones, no es miembro de la CE en tanto la CE es su principal socio comercial.

Los bancos

También existe preocupación sobre qué ocurrirá con los bancos suizos después de 1993, cuando se enfrenten con una "salvaje competencia", según indicó Robert Jeker, director de Crédit Suisse, una de las principales instituciones financieras del país.

Suiza posee todavía la tasa más baja de desempleo y el ingreso per cápita mayor del mundo industrializado, pero la actitud prevaleciente no es de optimismo.

Los estallidos de violencia son raros diez años después de registrarse desórdenes en Zurich y en otras ciudades protagonizados por adolescentes insatisfechos con su gobierno, pero ahora el descontento se ha extendido a otros niveles de la población.

La drogadicción ha aumentado. Suiza tiene la tasa per cápita más alta de Europa en materia de muertes por sobredosis de estupefacientes y por casos de SIDA.

Los conservadores acusan al gobierno de fracasar en su intento por controlar la inmigración ilegal. Un millón de los 6,6 millones de residentes son extranjeros y muchos de ellos son asilados.

Por una encuesta reciente se sabe que casi la mitad de los hombres de entre 20 y 30 años respalda la abolición del ejército, un elemento clave para mantener unidos los 26 cantones. Un desfile del ejército debió ser cancelado debido a protestas públicas.

El porcentaje de electores que acude a votar es inferior a un tercio en los referendos nacionales, que se realizan habitualmente cuatro veces por año de acuerdo con el sistema de democracia directa.

La desconfianza respecto de la autoridad se incrementó tras revelaciones, el año último, de que el Ministerio de Justicia tenía 800.000 prontuarios secretos de personas consideradas riesgosas para la seguridad debido a sus puntos de vista políticos.

Intelectuales

Quinientos intelectuales firmaron una declaración indicando que boicotearían las celebraciones del 700º aniversario. Max Frisch, el autor suizo, escribió poco antes de su muerte, en abril, que su único vínculo con un "Estado disoluto" era su pasaporte.

En mayo, frente al Parlamento, manifestantes divulgaron un discurso del fallecido dramaturgo Friedrich Duerrenmatt en el cual comparó a Suiza con una prisión donde los detenidos son sus propios carceleros.

"El sistema político suizo está afectado por una crisis más seria de lo que se piensa", dijo el filósofo Hans Saner, de Basilea. "La política suiza se ha convertido en un interminable proceso narcisista centrado en esta cuestión: ¿Cómo podemos quitarle al mundo la mayor cantidad posible mientras le devolvemos la menor cantidad posible?"

Un boletín mensual emitido por una oficina del gobierno encargada de coordinar las conmemoraciones admitió los problemas enfrentados por la confederación suiza al indicar: "El año del aniversario se inicia bajo malos augurios. Existe una crisis de confianza entre el pueblo y el Estado".

VR
VR.

01 - 01

9108150

Nº. DOCUMENTO
TITULO Exito del paro de Mujeres en Suiza
PROCEDENCIA LA NACION. (JT0075)
FECHA 91-06-15
VINCULADOS Suiza (67228)
Fax. S-S (11165)
Conf. Soc. (11411)
Conf. Lab. (11413)

Fue un éxito el paro de mujeres en Suiza

GINEBRA, 14 (ANSA). – La huelga de mujeres convocada para hoy en Suiza tuvo un gran éxito, ya que –según la Unión Sindical Helvética, que la convocó–, aunque pocas faltaron al trabajo, la mayoría de las suizas participaron de una u otra manera en la jornada de protesta.

El color rosa dominó la jornada y en muchas ciudades del país se hicieron desfiles y se distribuyeron flores a las mujeres. Por las calles podían verse faldas, sombreros o abrigos de colores que variaban entre el rosa pálido y el fucsia más encendido.

La huelga fue convocada para protestar porque en la Confederación Helvética, a pesar de que en la Constitución se garantiza la paridad de los sexos, las mujeres se sienten discriminadas. Entre otras cosas, sus salarios son inferiores a los de los hombres y raramente una mujer ocupa un lugar de responsabilidad.

La huelga no paralizó el país, pero algunos servicios funcionaron con interrupciones. Los restaurantes y tiendas abrieron normalmente y los trenes y tranvías circularon puntualmente.

La prensa de la Confederación Helvética se mostró solidaria con la original huelga y para muchos diarios fue la noticia más importante de la jornada.

En Francia

PARIS, 14 (AP). – Ninguno de los diarios de circulación nacional en Francia pudo aparecer hoy debido a una huelga de trabajadores gráficos, mientras que un paro por separado obligó al cierre de un canal de la televisión estatal y provocó problemas a la programación de otro canal.

Centenares de trabajadores gráficos, técnicos y operadores de teletipos se adhirieron a la huelga de 24 horas contra los diarios con sede en París, y muchos de ellos desfilaron por calles de la capital portando carteles con lemas reclamando mejoras salariales y protección contra la reducción de empleos.

La huelga se originó en los intentos del diario Le Monde, el más respetado del país, para disminuir su personal y rebajar algunos salarios en un uno por ciento.

Otros diarios que no pudieron ser publicados fueron Le Figaro, L'Humanité, Liberation, France-Soir, Le Quotidien de Paris, Le Parisien y La Croix, así como varios periódicos especializados en temas como deportes y finanzas.

Estos diarios imprimen en conjunto más de 2,5 millones de ejemplares diarios. Muchos puestos de venta tuvieron que cerrar hoy, mientras otros subsistieron sólo con ventas de revistas.

El director de Le Quotidien de Paris, Philippe Tesson, dijo que muchos diarios necesitan economizar con el fin de continuar solventes, y acusó a los sindicatos de realizar una "huelga contra la modernización".

Asimismo, el paro impidió que la agencia noticiosa francesa Agence France-Presse distribuyera material informativo a sus suscriptores en Francia.

Entretanto, empleados de los dos canales de televisión administrados por el Estado, Antenne 2 y FR3, realizaron hoy un paro de 24 horas en protesta por un propuesto plan de reestructuración, que podría eliminar varios puestos.

La patronal ha dicho que los dos canales podrían fusionarse dentro de los próximos tres años.

VR
VR

01-01

9108151

Partido del Congreso elige un nuevo Pte.
la República (150023).
91-05-30.
Jurídic (10092)
Fac. Pol (11164)
Partidos Pol. (11304)

1.

[illegible] Partido del Congreso elige un nuevo presidente

[illegible] las responsabilidades de gobernante [illegible] su principal tarea será mantener unido al partido

P.V. Narasimha Rao, [illegible] como presidente del Partido del Congreso (I) y sucesor [illegible] de confianza del líder asesinado [illegible] tiene aura de líder. De [illegible] de Indira Gandhi de 1980 [illegible] Rajiv [illegible] 1989, después del recuerdo de ser una persona [illegible] interina, una corte [illegible] del poder, no así la de un hombre de decisión.

Nueva Delhi (AP)

[illegible] Candidato del Congreso [illegible] en una [illegible] partidos [illegible] Ala IV Cumbre y la negativa de su viuda Sonia a [illegible]

Según un vocero del Partido del Congreso (I), la elección de Narasimha Rao [illegible] que será [illegible] mente por [illegible] del partido [illegible] las elecciones. "Las cuestiones se examinarán en su momento", dijo.

Antiguo jurista, Narasimha Rao había [illegible] por [illegible] líderes [illegible] que [illegible] Rajiv Gandhi, el [illegible]

Nacido el 28 de junio de 1921 en una [illegible] del Congreso de [illegible]

[illegible] la Cámara baja del Parlamento por primera vez en 1977, por una [illegible] de Rajiv Gandhi. Poco [illegible] fue nombrado ministro [illegible] fronteras en 1980, cuando Indira Gandhi volvió [illegible] al poder. Luego asumió el cargo de ministro del Interior [illegible] ministra [illegible]

Experta de nuevo el cargo de canciller cuando Rajiv Gandhi y el Partido del Congreso (I) perdieron la mayoría absoluta en las elecciones de 1989.

Sus enemigos políticos reconocen que Narasimha Rao no se vio [illegible] por las acusaciones de corrupción [illegible] zadas contra Rajiv Gandhi y sus colaboradores, sospechosos de haber recibido sobornos del mercader de armas sueco Bofors, en 1986, cuando [illegible] el gobierno de Gandhi en 1989.

[illegible] Pero [illegible] no le otorgan carisma de gobernante [illegible] del Partido del Congreso de la India.

Doc. poco Legible.

VR
VR.

01-01

9108152

Asesinan Político en Punjab.
La Prensa (150026).
4/6/91
Sucesos (10092)
Fac. Militar (11163)
Acciones Subv. (11418)

Asesinan a un político en Punjab

Amritsar, India (UP) — Un grupo de extremistas Sikhs dio muerte a tiros a un ex presidente de la Asamblea Estatal de Punjab tras una persecución por las calles de Amritsar, en el séptimo aniversario del asalto armado al Templo Dorado de esa ciudad, sitio sagrado de los Sikhs.

Seis presuntos miembros de la fuerza de comando de Jalistan interceptaron el automóvil de Brij Bhushan Mehra, en una de las calles más transitadas de Amritsar, lo siguieron durante un tiempo y luego abrieron fuego con rifles automáticos, informó la policía.

Mehra, de 64 años, y su chófer murieron en el ataque. La policía recuperó 20 cartuchos vacíos de un rifle AK-48 y comenzó a hacer requisas para dar con los asaltantes en las zonas cercanas, indicaron las autoridades.

VR
VR.

01-01

9108153

Acciones Terroristas en la India.
La Marcha (150015)
7/6/91
India (10092)
Fec. Tr. (11163)
Acciones Subversivas (11418)

Policía de Nueva Delhi en máximo alerta

Eventuales acciones terroristas en India

Informan infiltración de 40 extremistas

La Policía de Nueva Delhi está en estado de máximo alerta para evitar que un grupo terrorista procedente de Punyab cometa un atentado con el fin de fomentar el pánico entre la población en la última etapa de las décimas elecciones legislativas de la India.

NUEVA DELHI.- Fuentes de los servicios de espionaje indios informaron a la Policía de la eventual infiltración en la capital y en los últimos días de unos 40 terroristas, para preparar un atentado de gran magnitud entre los días 12 y 15 de junio, cuando la atención de la población esté centrada en otros estados del país donde se celebran los comicios.

La Policía cree que los terroristas pertenecen a los grupos Fuerza del Comando de Khalistan -que lucha por la independencia de Punyab- y el Frente de Liberación de Yamu y Cachemira, que combate por la secesión de este último estado.

El principal objetivo del atentado, señalaron las fuentes del servicio de espionaje, es incrementar el pánico entre la población para imposibilitar la celebración de elecciones a la Asamblea local y a la Cámara Baja del Parlamento previstas en Punyab para el próximo día 22, una semana después de que los comicios hayan concluido en los demás estados.

Los sijs, que reclaman la creación del estado independiente de Jalistán en el norte de la India, representan menos del tres por ciento de los más de 850 millones de indios, aunque son más del 50 por ciento de la población de Punyab, con unos diecisiete millones de habitantes.

La religión sij, nacida del sincretismo entre hinduismo e islamismo, fue fundada en el siglo de XVI por Nanak y promueve la abolición del sistema de castas que rige la estructura del poder en la India.

Alrededor de 500 personas han sido asesinadas en Punyab, entre ellas quince candidatos, desde que hace 40 días se inició la campaña electoral para cubrir los 545 escaños con que cuenta la Cámara Baja y de cuya composición saldrá el nuevo Gobierno del país. ◻

Doc. poco legible.

VR.
VR.

91081 54

TITULO Toque de Queda en la India ante la violencia electoral.
PERIODICO EL PAIS (150007)
FECHA 91-06-10.
VIÑETA India (100042)
Fac. Pol (11164)

Toque de Queda en Assam (India) Ante Violencia Electoral

NUEVA DELHI, 9 (EFE). — El toque de queda indefinido ha sido declarado hoy, domingo, en la ciudad y barrios conlindantes de Dhubri, en el estado indio de Assam, noreste del país, tras la muerte el sábado de una persona durante la segunda y última fase de los comicios a la Cámara Baja del Parlamento y la Asamblea Local.

Según informa hoy, domingo, la agencia PTI, los enfrentamientos entre miembros y simpatizantes de partidos políticos rivales se extendieron por la ciudad y sus cercanías, con esporádicos altercados y actos de intimidación registrados desde la pasada noche.

La administración del distrito ha estrechado las medidas de seguridad y estacionado fuerzas de Policía en los puntos más conflictivos, mientras otros efectivos patrullan las zonas afectadas por los enfrentamientos en previsión de nuevos actos de violencia.

Mientras tanto, el presidente de la República, Ramaswami Venkataraman, solicitó el sábado a todos los partidos políticos, funcionarios y ciudadanía en general que asegurasen unas elecciones justas y libres durante la segunda y tercera fase de los comicios que tendrán lugar en el país el 12 y 15 de junio.

El presidente se dirigió al país a través de la radio y televisión y afirmó que los "partidos que ganan el poder mediante malas prácticas no obtendrán la cooperación del pueblo."

"El Gobierno que no refleja el deseo popular —añadió Venkataraman— no puede durar mucho tiempo."

Con la celebración el 12 y 15 de junio de la segunda y tercera fase de las elecciones legislativas, concluirán en la India los comicios que se prevén el golpe de gracia al partido Janata Dal-Socialista, que lidera el primer ministro, Chandra Shekhar y que nació hace siete meses como una escisión del PJD.

La vida del partido, según analistas, no se espera que pueda sobrevivir al mandato de Shekhar, quien asumió el poder el pasado noviembre controlando en torno a un 10 por ciento de los 545 escaños que tiene la Cámara Baja del Parlamento (Lok Sabha).

9108155

Posibles consecuencias del asesinato de Rajiv Gandhi
CLARIN (150691)
91-06-11

Rajiv Gandhi: ¿una muerte útil?

Por Robert Hayden

El asesinato del ex primer ministro de la India Rajiv Gandhi podría resultar paradójicamente beneficioso para su país. El autor de esta nota sostiene que el fin de la dinastía Gandhi, que controlaba la vida política con un sistema personalista a favor de los dirigentes del norte, permitirá ahora que los líderes del sur y del oeste accedan al poder y fortalezcan una genuina democracia.

El asesinato de Rajiv Gandhi dio origen a muchas estimaciones pesimistas respecto del futuro de la democracia india e, inclusive, del porvenir de la India como Estado único.

Analistas políticos dentro y fuera de la India coincidieron en afirmar que la muerte del último miembro de la dinastía Nehru-Gandhi representa el quebranto de una fuerza unificadora, tal vez la única capaz de mantener unida una tierra vasta, compleja y conflictiva. El intento desesperado por parte del liderazgo del Partido del Congreso de nombrar a la viuda de **Rajiv Gandhi** como titular del partido puede considerarse como una manifestación concreta de que nadie sino Gandhi pudo mantener la lealtad de las multitudes indias.

Pero la dinastía ya no existe, al menos por ahora. Aun en el caso de que Sonia Gandhi hubiera aceptado el liderazgo del partido, caben serias dudas sobre si hubiese podido representar a su familia durante mucho tiempo. Sus hijos son demasiado jóvenes aún.

Sin embargo, **es posible que el alejamiento de la política de la familia Nehru-Gandhi pueda, en realidad, fortalecer las instituciones democráticas en un sistema que se había sustentado cada vez más en los lazos personales de un espectro limitado de líderes de la región de planicies del norte del país.**

En las décadas de los años 70 y 80, el **Partido del Congreso** se había convertido en una suerte de red de prebendas políticas, centrada en la familia **Gandhi** y casi exclusivamente a favor de los políticos de los estados del norte de la India, en los que se habla el idioma hindi. Tanto **Indira** como **Rajiv Gandhi** adoptaron una política que consistía en remover continuamente las bancas del Congreso, con el fin de asegurarse de que nadie más pudiera consolidar un liderazgo que pudiese amenazar el suyo propio. En su sistema político, solo la lealtad política hacia ellos ofrecía recompensas y el **Partido del Congreso**, que alguna vez fue un partido político popular basado en los ideales de la independencia, primero, y de la construcción del país, después, se convirtió en una maraña de contactos personales.

El enorme vacío que se produjo ahora en esa trama política puede obligar a todos los líderes indios a ampliar sus redes y su poder de convocatoria. **En particular, los líderes del sur y del oeste del país tal vez tengan la oportunidad de llegar al poder en el centro, lo cual serviría para calmar la creciente alienación de aquellas regiones de una política considerada como dominada por el cinturón hindi.**

Al mismo tiempo, la desaparición de la fuerza extraconstitucional de la familia **Nehru-Gandhi** podría desembocar en una revitalización de los mecanismos constitucionales. A diferencia de China, la Unión Soviética u otros países socialistas, la Constitución india se redactó como un verdadero plan destinado a alcanzar un sistema de gobierno democrático y no la conducción permanente de un partido o de una familia. La experiencia de 41 años de gobierno con esta Constitución sirvió en sí misma para afianzar las instituciones democráticas.

La división social

Se podría afirmar que los múltiples estratos de división social que dividen a la población de la India —religión, idioma, casta, clase, riqueza— bien podrían resultar favorables a la continuación de la democracia. Estas divisiones se sustentan en categorías que no son mutuamente excluyentes sino ampliamente abarcadoras. Si el arte de la política democrática reside en forjar mayorías, la complejidad de la sociedad india torna poco probable que una mayoría pueda ser permanente desde un punto de vista político.

Esta observación es aplicable incluso a los hindúes, que representan más del 80 por ciento de la población. Mientras el partido derechista Bharatiya Janata —o BJP— intenta consolidar un bloque hindú mayoritario, los propios hindúes han estado divididos durante mucho tiempo por las disparidades del sistema de castas. La posibilidad de cambiar coaliciones es la mejor garantía de fluidez en el proceso democrático.

Desafortunadamente, una democracia con un cambio constante de coaliciones es, en el mejor de los casos, desordenada, ineficaz y potencialmente inestable. **También es muy probable que sea violenta.** En la India, la política de masas se convirtió literalmente en eso: la convocatoria y la manipulación de multitudes que pueden llegar a cientos de miles y hasta millones. Estas multitudes son difíciles de controlar y, por su sola presencia, pueden resultar intimidatorias para los partidos de la oposición. **La intimidación es particularmente factible en la India, donde la fuerza física se volvió parte del proceso de la política partidaria.**

Un peligro latente para este tipo de sistema es que la espiral de violencia puede tornarse totalmente incontrolable y que termine por interrumpir toda actividad política, cuestionando de esta manera la autoridad y legitimidad del sistema político. Desde esta perspectiva, la supuesta estabilidad de una política más homogénea puede parecer atractiva y se puede pensar que las soluciones residan en la creación de una mayoría permanente (como es el caso de los hindúes) o en la división de la India en estados más pequeños y más homogéneos desde un punto de vista étnico. Sin embargo, cualquiera de estas dos alternativas probablemente desencadenaría un desastre.

En primer lugar, supongamos que el BJP gana una mayoría sólida con su mensaje de la India como un Estado hindú y no secular. Se puede prever el resultado de semejante "Hindustán" con solo observar a sus países vecinos.

La India, con la segunda población [illegible] importancia de cualquier país en el mundo, [illegible] sofocar a los 110 millones de ciudadanos musulmanes sin destruirse a sí misma en el proceso.

Tampoco la división de la India ofrece una perspectiva más alentadora. Todas las regiones de la nación son interdependientes. La creación de un [illegible] de países en el subcontinente solamente ofrece una balcanización: la imposibilidad de acceder a [illegible] y mercados y la creciente militarización con los consiguientes costos y riesgos de guerra.

Una vez más, la experiencia de los vecinos de la India es esclarecedora. Bangladesh está castigado por su topografía y su clima, pero también por su [illegible] to del sistema económico más amplio de la India. En cuanto a Pakistán, la división de 1947, que supuestamente solucionaría el problema de la hostilidad interreligiosa en el subcontinente, en realidad la internacionalizó. India y Pakistán libraron cuatro guerras desde la independencia.

Algunos pesimistas consideran que los problemas de la India son insuperables. Para aquellos que desean castigar al subcontinente, la continuidad de la democracia india ofrece la mejor de las esperanzas para la región. **El asesinato de Rajiv Gandhi, tragedia que pone de manifiesto el caos de la violencia política— puede, tal vez, conducir a un [illegible] cimiento del proceso democrático con el [illegible] dinastía Nehru-Gandhi y de la política [illegible] que ella generó.**

Robert Hayden es profesor adjunto de antropología en la Universidad de Pittsburgh y llevó a cabo estudios [illegible] en la [illegible] Yugoslavia. (c) The Baltimore Sun y Clarín, 1991. Traducción [illegible] inglés de Claudia Martínez.

VR.
VR.

9108156

Segundo etapa de Comicios legislativos en la India.
El País (15000)
12/6/91
Judía (10099)
Fac Pol. (11104)
Gob. Nac. (11302)

Segunda Etapa de Comicios Legislativos en la India

NUEVA DELHI, 11 (EFE) — La segunda fase de las elecciones legislativas en India, marcadas por el drástico cambio de estrategia política que motivó el asesinato el 21 de mayo pasado del ex primer ministro Rajiv Gandhi, se reanudarán mañana, miércoles, en el país.

Las dos últimas etapas de los comicios, previstos inicialmente para el 23 y 26 de mayo pasado, fueron aplazadas al 12 y 15 de junio, horas después del atentado que causó la muerte a Gandhi, cuando estaba a punto de celebrar un mitin electoral en el estado de Tamil Nadu (sur del país).

La muerte del líder del Partido del Congreso (facción Indira), principal fuerza política de India, ha ensombrecido la campaña electoral de esta segunda fase, que se celebrará en trece estados y dos territorios de la unión y en la que se designarán 113 escaños de la Cámara Baja del Parlamento (Lok Sabha), que en total cuenta con 545.

Pero, sobre todo, ha cambiado la oferta electoral y la estrategia política no sólo del Congreso (I), sin también de los otros dos partidos que aspiran en estos comicios al Gobierno de Nueva Delhi: el ultranacionalista hindú Baratiya Janata Party (BJP) y el Janata Dal (JD).

El Partido del Congreso, de centro y encabezado por su nuevo presidente Narasimha Rao, confía en capitalizar el llamado "voto de simpatía", que puede haber generado el asesinato de su antiguo líder.

En tal caso, se repitiría lo ocurrido en 1984 cuando Rajiv Gandhi obtuvo para el Partido del Congreso el mayor número de escaños de su historia, apoyado por la ola de simpatía que había despertado casi dos meses antes el asesinato de su madre, la ex primera ministra Indira Gandhi, por dos extremistas sijs de su guardia personal.

El BJP, liderado por Krishna Advani, ha arrebatado al Congreso (I) su principal oferta de "estabilidad" y se ha olvidado de la firme promesa de construir un templo al dios Ram donde se levanta una mezquita del siglo XVI en el estado Utar Pradesh (norte de India), cuestión principal al empezar la campaña.

El Janata Dal –de centro izquierda, espina dorsal del Frente Nacional y aliado con el Frente de Izquierdas integrado por varios partidos comunistas– trata de poner freno al "voto de simpatía" que puede conseguir el Partido del Congreso (I).

Pratap Singh, ex primer ministro indio y líder del JD, conserva su viejo lema de reservar el 27 por ciento de los puestos en el Gobierno central a los miembros de las castas bajas de la sociedad, a las que pertenece el 52 por ciento de la población.

Observadores en Nueva Delhi consideran que en estos comicios, los décimos que celebra India desde su independencia en 1947, ningún partido obtendrá la mayoría absoluta que necesita para gobernar en la Cámara Baja del Parlamento (Lok Sabha).

No obstante, se prevé, como antes del asesinato de Gandhi, que será el Congreso (I) el que logre el mayor número de escaños y forme gobierno, con la ayuda de pequeños partidos aliados e independientes.

VR.
VR

01-01

91 081 57

Se reanudaron elecciones en la India.
Clarín (INTERNACIONAL)
13/6/91
Lucía (IGRZ)
Fce. Pez (11166)
Gtb. Nez (11302)

VB

SE REANUDARON AYER EN LA INDIA LAS ELECCIONES PARLAMENTARIAS

Identifican a la asesina de Gandhi

Al menos ocho personas murieron en el estado de Dinar al reanudarse ayer las elecciones parlamentarias en la India, interrumpidas el 21 de mayo por el homicidio del ex primer ministro Rajiv Gandhi. La policía arrestó ayer a dos personas acusadas de haber albergado y encubierto a la supuesta asesina de Rajiv, una mujer suicida llamada Thanu, presuntamente miembro del grupo separatista cingalés Tigres de la Liberación Tamil Elam.

NUEVA DELHI, 12 (AFP, Reuter, EFE y AP). — Las autoridades indias anunciaron hoy que identificaron a la terrorista suicida que asesinó al ex primer ministro **Rajiv Gandhi** y la policía arrestó a dos personas en el estado meridional de Tamil Nadu bajo el cargo de haberla albergado hasta horas antes del atentado.

La India reanudó hoy las elecciones parlamentarias, interrumpidas hace tres semanas por el asesinato del ex premier, mientras disminuían las esperanzas de su **Partido del Congreso** de obtener votos **solidarios al registrarse un alto índice de abstenciones.**

Por lo menos **ocho personas fueron muertas en el estado de Dinar tras violentos enfrentamientos entre sectores políticos rivales mientras se registraban incidentes similares en otros puntos del país.**

Tras los arrestos de hoy, y según se desprende de la investigación, la supuesta asesina de Gandhi, una mujer suicida identificada como **Thanu**, habría actuado con un cómplice llamado **Sivarasan**, alias "Raja", de quien se sospecha sería el jefe de información del grupo separatista cingalés **Tigres de la Liberación Tamil Elam (TLTE).**

Los detenidos, una mujer de nombre **Padma, de 49 años, y su hijo Bhagyanathan, de 25**, fueros capturados por un equipo especial de investigación (SIT), en el poblado de **Villibakkam, al norte de Madras**, capital del estado de Tamil Nadu.

Thanu y "Raja" habrían permanecido en la vivienda de una de las hijas de Padma hasta el 21 de mayo, cuando se trasladaron a Sriperumbudur, localidad donde ese día se cometió el asesinato.

La casa, al parecer, fue alquilada específicamente para los conspiradores por el hombre detenido y un **militante tamil de Sri Lanka**, afirmaron los investigadores en su informe al juez encargado del caso.

Según una teoría policial aún no confirmada, la mujer suicida, posiblemente miembro de los TLTE, **ocultaba entre sus ropas una bomba, que explotó cuando entregaba a Gandhi un ramo de flores durante una concentración partidaria.**

♦ Ausentismo

La asistencia a las urnas en la segunda vuelta electoral iniciada hoy se vio dificultada por las lluvias monzónicas y los actos de violencia no alcanzaron los producidos durante la primera ronda del 20 de mayo, **cuando murieron casi 100 personas. Hasta ese día, la campaña electoral, la más violenta de la India en sus 43 años de independencia, ya había dejado por lo menos 230 muertos.**

El reducido número de votantes, cercano al 50 por ciento del total habilitado, **disipó las expectativas del Partido del Congreso de que la ciudadanía se volcara masivamente a su favor como consecuencia del asesinato del ex jefe de gobierno.**

Por el contrario, según los observadores, la merma en la concurrencia a las urnas favoreció a la agrupación **derechista hindú Bharatiya Janata (BJP).**

Más de cien millones de personas, del total de 500 millones de electores, estaban en condiciones de votar hoy, mientras que el resto tendrá que hacerlo el próximo sábado.

Los analistas indican que ninguno de los partidos obtendrá la mayoría absoluta en el Parlamento de 545 bancas y creen que una coalición, que, pese a lo estimado, posiblemente se formaría en torno del **Partido del Congreso, es virtualmente inevitable.**

Agencia AFP

El asesinato de Rajiv Gandhi, el 22 de mayo. Recién ahora parece que el misterio comienza a develarse, al identificarse a sus asesinos.

01-01

9108158

LAL KRISHNA. ADVANI, posible sucesor de Rajiv.
Clarín (15CU24).
13/6/91
Hindú (10092)
Tec. Pol (11164)
Gob. Inte. (11302)

VR

¿Un sucesor para Rajiv?

NUEVA DELHI, 12 (Por Mark Fineman, de Los Angeles Times, especial para Clarín). — La terminal aérea se encontraba prácticamente desierta cuando aterrizó el vuelo procedente de Bombay que trasladaba al hombre que podría convertirse en la figura más poderosa del espectro político de la India, cuando concluyan esta semana las elecciones parlamentarias, que se reanudaron este martes.

No esperaban a Lal Krishna Advani —63 años— las multitudes que suelen escuchar atentamente cada una de sus palabras, y cubrirlo de flores y demás obsequios en cada uno de sus mitines proselitistas. Solo aguardaban a Advani en el aeropuerto su esposa y su futura nuera.

Así transcurre la vida —al parecer— en la cresta de la ola hindú, que este hombre y su partido, el Bharatiya Janata, han puesto sobre el tapete dentro del mundo de la política. Ola que algunos críticos de este país, abrumadoramente hindú, opinan que amenaza la seguridad de la minoría musulmana de la India (de 100 millones), y que podría modificar en forma radical el panorama político de todo el sur y el sudeste asiático.

Al dialogar con el cronista de Los Angeles Times, Advani no ocultó su malestar y enojo por la imagen fascista y fundamentalista que le han forjado algunos sectores de la India actual —signada por una polarización religiosa sin precedentes y una gran "turbulencia" social—.

"Toda mi vida combatí el autoritarismo, en todos los lugares en donde estuve. Pasé —incluso— 19 meses en prisión por oponerme a la «emergencia» (los dos años de régimen autoritario de la extinta Indira Gandhi)", admite Advani, con la voz enronquecida luego de tantos discursos proselitistas.

No cabe duda de que el líder de este culto político que crece a pasos agigantados en la India es algo más que un hombre inteligente. Tanto él como sus colegas partidarios —entre ellos, hábiles estrategas de virtualmente todos los sectores de la elite profesional e intelectual— han montado en tan solo unos años un movimiento nacional que ha tomado al país por sorpresa.

♦ Un llamado

Valiéndose de poderosos símbolos del hinduismo y de una organización popular altamente disciplinada llamada Movimiento Renovador Hindú, Advani y sus seguidores han usado la campaña eleccionaria como un llamado para unir a su variado y anárquico (por momentos) país en torno a la religión del 83 por ciento de los 840 millones de habitantes.

El mensaje de su cruzada ha llegado sobre todo al corazón de la creciente clase media de la India, empresarios hindúes en su mayoría que se sintieron atraídos no solo por la promesa manifiesta del Partido Bharatiya Janata de erradicar toda una serie de molestas cuotas, sino también por su política económica de derecha que apunta a la implantación de privatizaciones y un sistema de libre comercio en una nación saturada por la ineficacia y burocracia de cuatro décadas de socialismo, que comenzaron con Jawaharlal Nehru —el primer ministro que tuvo la India—.

Con anterioridad a que Rajiv Gandhi fuera asesinado el 21 de mayo pasado, en plena campaña eleccionaria, Advani y el segundo dentro de su partido, Atal Bihari Vajpayee, ya habían decidido desafiar con toda su fuerza al oficialista Partido del Congreso.

En las últimas elecciones nacionales, el Bharatiya Janata obtuvo 88 de las 545 bancas del Parlamento —en relación a las 2 que tenía cinco años atrás—. (Un destacado analista político de Nueva Delhi predijo ya que el movimiento de Advani obtendrá muchos mejores resultados esta vez.)

Ahora que la dinastía política de los Gandhi está claramente disuelta y que las filas de la conducción del Partido del Congreso se encuentran en total estado de confusión, los analistas sostienen que el movimiento de Advani cuenta con un importante punto a su favor: el mismo eslogan de estabilidad que Gandhi transmitió desde todos los estrados del país hasta el último día de su vida.

Al menos —dicen los analistas— Advani surgirá como el líder de una fuerte oposición, tan compacta y comprometida como para modificar el curso del país, aún cuando no logre una mayoría en estos comicios.

En el centro de esta fuerza política estará el juicioso y paternal Lal Krishan Advani, un emigrado religioso que huyó de Karachi cuando el subcontinente fue dividido en 1947 para formar un Pakistán mayoritariamente musulmán.

Periodista de profesión, Advani fue educado en colegios católicos. A pesar de su imagen de fundamentalista, Advani practica —de hecho— muy pocos de los ritos religiosos hindúes.

01-01

19108159

DOCUMENTO Reanudan en la India las elecciones...
PROCEDENCIA CLADEN (Sección)
FECHA DE ENTRADA 91-06-25
VINCULACIONES India (15692)
Jaw. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

Reanudan en la India las elecciones más sangrientas de su historia

Ningún de los partidos en pugna lograría la mayoría absoluta en los comicios generales de la India, que se reanudan hoy luego de la interrupción obligada por el asesinato del ex primer ministro Rajiv Gandhi. Todo indica que el país se encamina hacia un gobierno de coalición, luego del tradicional predominio del Partido del Congreso, al que pertenecía Gandhi.

NUEVA DELHI, 14 (Reuter). — La India completa mañana sus maratónicas elecciones generales, iniciadas entre golpes de violencia y ensangrentadas por el asesinato del ex primer ministro Rajiv Gandhi, líder del partido Congreso Nacional Indio.

Pero todas las señales apuntan a robustecer la impresión de que los votantes —hay 514 millones habilitados— denegarán la mayoría absoluta a los tres grandes contendores, el Bharatiya Jamata (BJ) de derecha, el Frente Nacional (FN) de izquierda, y el Congreso Nacional Indio (CNI) de centro.

Muchos especialistas auguran que la India busca ante todo un gobierno de coalición, formado probablemente a partir del CNI, que, salvo durante tres años, ha regido al país desde que este obtuvo la independencia frente a Gran Bretaña, en 1947.

Pero antes que el domingo empiecen los escrutinios —se esperan resultados definitivos para el lunes—, la India debe vivir aún otra jornada difícil.

Casi 200 millones de ciudadanos están convocados a sufragar mañana para cubrir 86 de las 545 bancas de la Cámara del Pueblo (Lok Sabha), la instancia decisiva del Parlamento.

Esta es la tercera y última fase de los comicios generales, divididos para facilitar la ordenada asistencia a las urnas de tan vasto electorado y el mejor despliegue de las fuerzas de seguridad con el fin de prevenir los hechos de violencia.

La primera rueda tuvo lugar el lunes 20 de mayo, víspera del asesinato de Gandhi, y la segunda, diferida con motivo de esa tragedia, el miércoles último. Pero los comicios finales se harán en Punjab, por 13 bancas en disputa el 22 del corriente.

Cuando Gandhi cayó muerto en un atentado, el 21 de mayo, más de 239 personas habían muerto en la India desde el comienzo de las campañas electorales, en abril, las más sangrientas de la historia de la India emancipada.

Este nivel de violencia reflejó la paridad de voluntades y el encarnizamiento de estos comicios, realizados al cabo de 18 meses de luchas de castas y religiones, en los cuales murieron centenares de indios con el telón de fondo de la mayor crisis económica de este superpoblado país asiático.

Tres gobiernos asumieron el poder y lo perdieron durante aquel período, que vio el rápido crecimiento del derechista y patriotero Bharatiya Janata, defensor del hinduismo.

El BJ basó su campaña en la iniciativa emocional de derribar una mezquita del siglo XVI que se alza en el norteño estado de Uttar Pradesh —corazón del mundo de habla hindú, y al cual le corresponde el mayor número de bancas del Lok Sabha—, y levantar en su lugar un templo hinduista.

El BJ utilizó a la mezquita como un símbolo capaz de avivar el orgullo hindú en busca de forjar una nación hindulsta, lo que significa especular con la animosidad latente contra los 120 millones de musulmanes que habitan en la India.

El BJ, que pasó de dos bancas en 1984 a las 86 obtenidas en las últimas elecciones generales, noviembre de 1989, podría resultar ahora el segundo partido, según los pronósticos.

La violencia fue menor en la elección del miércoles, con una decena de muertes en el Estado de Bimar, tradicional escenario de los antagonismos de castas.

Pero se aguardan episodios más graves para el sábado, con 43 de los 85 asientos de Uttar Pradesh en disputa, y los 39 del estado de Tamil Nadu, donde fue asesinado Rajiv Gandhi.

01-01

VR
VR

9108160

PROCEDE... Clarín (1/06/91)
E.H. ... 16.06.91.
...NUL CIÓN India (1/6/91)
Inc. Sico Jou (11/65)

EMBOSCARON Y AMETRALLARON A DOS TRENES EN EL ESTADO DE PUNJAB

Sangriento fin de elecciones en India: más de cien muertos por ataques sikhs

Agencia AP

La policía inspecciona el auto destrozado del director de la televisión estatal. Fue uno de los atentados que conmocionó a la India en plenas elecciones.

Un nuevo ataque de los fanáticos religiosos sikhs —los mismos que asesinaron a Indira Gandhi en 1984—, signó ayer el cierre de las elecciones generales en la India, las más sangrientas que esa nación tenga memoria. Durante el desarrollo de estos maratónicos comicios se multiplicaron los atentados políticos: en uno de ellos perdió la vida el candidato y ex primer ministro Rajiv Gandhi. Ayer, los sikhs asesinaron a más de cien personas en el estado para el cual reclaman la independencia, el norteño Punjab. El vacío de poder en la India es evidente. Nadie parece haber accedido en estos comicios a la mayoría absoluta.

CHANDIGARH, India, 15 (AP, AFP, ANSA y Reuter). — **Militantes sikhs irrumpieron hoy en dos trenes y mataron a más de 100 personas en un nuevo brote de violencia en el Estado separatista indio del Punjab.** Estos nuevos atentados ensangrentaron aún más las inciertas y difíciles elecciones de la Indiá, que **terminaron hoy** con **pocas esperanzas de que emerja un gobierno hábil y fuerte** que pueda calmar la inestabilidad política y poner fin a la crisis económica.

A los muertos en Punjab hay que añadir unos 20 que perecieron en las regiones donde ayer se celebró el tercer y último turno de las elecciones generales para renovar la Cámara baja (Lok Sahbá) del Parlamento indio.

A causa de los numerosos atentados, **sólo la mitad de los 186 millones de votantes acudió a las urnas.**

Durante la campaña electoral y los primeros dos tramos de la votación —cuyo segundo turno se celebró el miércoles pasado— **hubo casi 300 muertos en enfrentamientos entre grupos rivales**, lo que hace de estas elecciones las **más sangrientas desde que India se independizó de Gran Bretaña en 1947.**

La ola de violencia cobró la vida del ex **premier Rajiv Gandhi**, asesinado el 21 de mayo último.

Los atentados contra los dos trenes —el asalto terrorista más violento en la campaña separatista de los sikhs, que lleva ya ocho años— parecen destinados a **interrumpir la celebración de las elecciones en el estado de Punjab la semana próxima.**

Dos pandillas que utilizaron métodos similares detuvieron los trenes poco después que estos salieran de sus estaciones respectivas, y abrieron fuego sobre los vagones, dijo el subjefe de la policía local, Ved Prakash.

Los dos atentados tuvieron lugar con unos diez minutos de diferencia.

Un vocero dijo que según los informes iniciales, ambos trenes se detuvieron a 15 kilómetros de las estaciones, al parecer cuando alguien tiró del freno de emergencia. Fue entonces que los vagones fueron ametrallados. Hay discrepancias en los informes: algunos dicen que se disparó desde afuera, otros que los militantes irrumpieron en los vagones.

El primer incidente ocurrió cerca de **Badowal**, a siete kilómetros al oeste de Ludhiana, principal centro industrial en el norteño estado fronterizo, y el segundo cerca de **Killaraipur**, a unos diez kilómetros al sur de la misma localidad.

Las elecciones indias han sido aplazadas en Punjab debido a actos de violencia. Hasta hoy, los comicios están señalados para el 22 de junio.

Los militantes sikhs —que luchan por la independencia del Punjab— ya han asesinado a 19 candidatos y **prometieron provocar disturbios durante los comicios** en ese estado, argumentando que las elecciones solo son una fachada para legitimar el régimen indio.

♦ Resultados

Los resultados de las elecciones que finalizaron hoy indican que **la ola de adhesión generada por el asesinato del ex primer ministro Rajiv Gandhi no sería suficiente para darle a su partido una mayoría avasallante.**

Se esperaba, sin embargo, que el Partido del Congreso de Gandhi recibiera el **apoyo necesario como para volver al poder, aunque sea mediante una coalición con otros partidos.**

Funcionarios electorales señalaron que entre las personas muertas en distintos incidentes durante los comicios se encuentran dos candidatos en el estado sureño de **Andra Pradesh**, uno de ellos del Partido Socialista Popular del primer ministro Chandra Shekhar.

En el distrito electoral de Shekhar, en el estado norteño de **Uttar Pradesh**, una banda intentó ocupar un centro de votaciones, forzando al funcionario que lo presidía a huir del lugar.

Fue complot el asesinato de Rajiv Gandhi

MADRAS, India, 15 (Reuter y UPI). — Dos detenciones vinculadas con el asesinato del ex primer ministro Rajiv Gandhi **develaron un minucioso complot urdido para dar muerte al presidente del Partido Congreso Nacional Indio (CNI), anunció hoy el jefe del equipo especial de investigadores que trabaja en el caso.**

Tales arrestos, practicados el viernes a la noche, son los de Murugan, un cingalés de 18 años, y Nalini, una tamil-india de 27, y van a ser seguidos por otros, dijo el jefe del equipo, D.R. Karthikeyan.

Murugan y Nalini fueron arrestados en el autobús en el cual viajaban desde Villupuram hasta Madrás, capital del estado de Tamil Nadu, en cuyas cercanías fue ultimado Gandhi, el 21 de mayo, día siguiente al de la primera etapa de las elecciones generales indias, cuya tercera y última fase tuvo lugar hoy.

"Un asesinato como este no puede ser perpetrado por una sola persona. Las dos detenciones son un paso adelante", declaró Karthikeyan, y añadió que la pesquisa fue extendida a varios países, entre ellos Sri Lanka (hasta 1972, Ceilán), para poder descubrir la trama completa de la conjura.

En el escrito de acusación presentado por los investigadores contra Murugan y Nalini, el joven cingalés fue descrito como

Tigres de la Liberación de Tamil Eslam (TLTE), un grupo guerrillero separatista que lucha en la isla de Sri Lanka para formar un Estado tamil independiente.

Karthikeyan dijo que la participación de los TLTE en el asesinato de Gandhi **está fuera de duda.** Al mismo tiempo, el grupo guerrillero, que cuenta con miles de simpatizantes en Tamil Nadu, ha negado toda intervención en el crimen. Murugan es oriundo de Chavanacheri, en la norteña provincia cingalesa de Jaffna, un baluarte de la organización guerrillera.

En el alegato se sostuvo que Murugan y Nalini querían trasladarse a Sri Lanka, separada del sur de la India por el pequeño estrecho de Palk.

El grueso de los tamiles, de origen melano-hindú, vive en la India, Sri Lanka (donde constituyen el 20 por ciento del total de habitantes), Singapur y Malasia. El sureño Estado indio de Tamil Nadu, vecino de Sri Lanka, **aloja 50 millones de tamiles.**

Los investigadores hallaron la primera pista efectiva con la detención, el miércoles por la noche, del hermano de Nalina, Bhagyanatha, y de la madre de ambos, Padma, quienes confesaron haber dado albergue a la mujer que, según creen los detectives, **transportaba el explosivo que causó la muerte de Gandhi.**

La terrorista-suicida, a

Agencia Reuter

Una de las sospechosas de participar en el complot que culminó en el asesinato del ex primer ministro Rajiv Gandhi es trasladada a la cárcel.

quien solo se conoce por el nombre de Thanu, llevaba la bomba, hecha de plástico RDX —adquirido quizás en Singapur—, **en una faja de tela atada a la cintura.**

Según los investigadores, Thanu salió de casa de Nalini, en el corazón de Madrás, la tarde del martes 21 de mayo, junto a tres tamiles cingaleses, entre ellos, Murugan, para asesinar a Gandhi en el mitin de Sriperambudur.

Nalini, una mujer calma y delgada que trabajaba de secretaria en una empresa de Madrás, **fue fotografiada en el acto del que debía participar Gandhi.** El fotógrafo perdió la vida por causa de la explosión, pero en sus tomas aparece Nalini conversando con otra cingalesa, Subha, a quien busca ahora la policía.

En otra foto se ve a Thanu en espera de poner una guirnalda al cuello de Gandhi, **junto a un hombre que**, de acuerdo con los investigadores, **sería el cerebro del complot.**

Cuando era primer ministro, Gandhi envió tropas indias a Sri Lanka en 1987 para hacer cumplir un convenio suscrito con el gobierno de Colombo con el objeto de poner fin al conflicto de los separatistas. Las fuerzas indias terminaron batiendo a los guerrilleros, quienes se negaron a rendir las armas, y fueron retiradas de Sri Lanka en 1990.

DOCUMENTO
NUM India: Gana facción de Indira Gandhi (Partido del Congreso)
PROCEDE EL PAIS (15020)
FECHA 91-06-17.
VIA India (100412)
Fac. PSI (11104)
Gob. Nac. (11302)

India: Gana Facción de Indira

NUEVA DELHI, 16 jun. (EFE).— El Partido del Congreso (facción Indira), que ha gobernado la India casi desde su independencia en 1947, se presentará como el virtual ganador de los comicios a la Cámara Baja cuando se llevan escrutados el 5 por ciento de los votos.

El PC (I) ha obtenido 21 de los 25 escaños adjudicados hasta las 20.00 hora local (14.30 GMT) en los estados de Karnataka, Maharastra, Guyarat, Rayestán y Media Pradesh y en el territorio de la Unión de Laquivides.

La segunda fuerza más votada en los comicios que concluyeron ayer es el partido ultranacionalista hindú Baratiya Janata (PBJ), que hasta el momento ha conseguido cuatro escaños en circunscripciones de Guyarat y Rayastán.

Según fuentes oficiales, el PC (I) lidera en 186 circunscripciones y el PBJ en 82, del total de 511 cuyo recuento comenzó hoy a las 8.00 hora local (02.30 GMT) en los 23 estados y siete territorios indios que acudieron a las urnas los pasados días 20 de mayo y 12 y 15 de junio.

El Partido Janata Dal (PJD), que lidera el ex primer ministro Viswanat Janata Singh, encabeza las votaciones en 35 circunscripciones, mientras que sus aliados del Frente Nacional-Frente de Izquierda se alzan con la victoria en otras 31.

El gobernador del estado de Majarastra, Sharad [redacted], aseguró en una entrevista televisada que aún es pronto para hablar de formaciones políticas, nacionales o regionales, para formar el nuevo gobierno del país.

"Confío en que mi partido obtenga la mayoría suficiente para formar gobierno en solitario", señaló Pawar, quien es uno de los candidatos más destacados del PC (I) para el cargo de primer ministro tras el asesinato del presidente del partido y ex jefe del gobierno Rajiv Gandhi.

VR
VR

01-01

3108162

Triunfo del Partido de Rajiv Gandhi pero necesita alianzas para gobernar.
Clarín (150024).
17/6/91
India (10092)
Fac. Pol (11164)
Geo. Nac. (11302).

Triunfó el partido de Gandhi, pero necesita de alianzas para gobernar

NUEVA DELHI, 16 (Reuter, EFE, AFP y AP). — El Partido **Congreso Nacional Indio (CNI)** aparecía hoy como el virtual ganador de las elecciones generales más violentas de la historia del país, aunque la tendencia indica que no obtendrá una mayoría suficiente para formar gobierno propio y por lo tanto tendrá que coaligarse con otras formaciones políticas.

El partido del asesinado **Rajiv Gandhi**, que gobernó durante la mayor parte de la historia independiente de la India, ganó 40 de los 56 escaños asignados para la segunda Cámara baja (Lok Sabha) del Parlamento, muy por delante de su principal rival, el **Bharatiya Janata** (BJP), que obtuvo 15 lugares.

Según las proyecciones que ofreció la televisión india, basadas en las 511 circunscripciones donde el escrutinio había comenzado, el CNI obtendría, en total, 210 escaños y sus formaciones aliadas, 15. El BJP conseguiría entre 115 y 120, el Frente Nacional (centrista), entre 80 y 90, y la izquierda, 50.

El CNI, con 210 bancas, obtendrá 13 más que en las elecciones de 1989. Junto a sus aliados conseguiría 225, con lo que le faltarían 31 más para obtener la mayoría absoluta de 256. La votación comenzó el 20 de mayo, pero Rajiv Gandhi fue asesinado al día siguiente. El resto del proceso electoral fue postergado por un lapso de tres semanas, hasta el día 12 y hoy.

Entre las tres fechas de votación, apenas un 53 por ciento de electores se presentaron a las mesas (el porcentaje incluye a los votantes de la provincia de Asam, que eligieron en los primeros días de este mes). Esta asistencia de votantes es la más baja que se haya registrado en las 10 elecciones parlamentarias celebradas desde que la India se independizó de Gran Bretaña en 1947. No menos de 280 personas murieron en actos de violencia durante la campaña proselitista y el período de votación, además del atentado perpetrado el sábado por extremistas sikhs en el estado de Punjab (ver crónica aparte) contra pasajeros de dos trenes, con un saldo de 126 muertos y 48 heridos.

Los analistas políticos conjeturaban hoy la formación de un gobierno integrado entre los dos sectores centristas: el CNI y el Frente Nacional encabezado por el **Partido Janata Dal** (PJD). El Bharatiya Janata, que ha sido blanco de ataques de todos los partidos, declaró que prefiere mantenerse en la oposición. El nuevo gobierno tendrá que regir a una nación estremecida por las revueltas separatistas y los choques religiosos, además de batirse contra una crisis económica.

Las encuestas más serias no aportaron evidencia clara de que el CNI hubiese recibido votos "de simpatía" suscitados por la trágica muerte de Gandhi, que condujo a la postergación de las elecciones.

Hasta mitad de la tarde (hora de la India), el CNI había ganado 21 de los 25 escaños en los estados de Karnataka, Maharastra, Guyarat, Rayastán y Madia Pradesh y en el territorio de la Unión de Laquivides. La segunda fuerza más votada es el partido ultranacionalista hindú Bharatiya Janata. El Janata Dal, que lidera el ex primer ministro Viswanat Pratap Singh, encabeza las votaciones en 35 circunscripciones.

Pese a que el gobernador del estado de Maharastra, Sharadhar war, indicó que [illegible] tempranno para pronosticar la posibilidad de formar una coalición, se mostró confiado en que [illegible] se imponga con mayoría propia. el portavoz del partido en el gobierno (Janata Dal Socialista), Satya Pralnash Malaviya, dijo que con los datos obtenidos hasta ahora el futuro gobierno tendrá que ser de coalición. Bala Jaramaldia, que lidera el actual premier Chandra Shekhar, expresó claramente durante las casi [illegible] días de campaña electoral su disposición a apoyar al CNI para formar un nuevo gobierno indio.

Bharatiya Janata está [illegible] un descalabro electoral en Madhya Pradesh y Rajastan, estados que gobernaba hasta ahora, pero aparece ganador en Uttar Pradesh, considerado el estado clave del país por ser el más poblado y el que envía al Parlamento el mayor número de representantes: 85.

VR
VR
01-02

9108/93

TO

Nuevo Primer Ministro de la India, NARASIMHA RAO.
CLARIN (150039)
22/06/91
India (10082)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

India: nuevo premier

El nuevo primer ministro de la India, Narasimha Rao, del Partido del Congreso, la agrupación predominante en el país desde la independencia de Gran Bretaña, asumió ayer exactamente un mes después del asesinato de Rajiv Ganhi a manos de separatistas tamiles. Su primera medida fue postergar hasta el 25 de setiembre las elecciones en el norteño estado de Punjab, donde los secesionistas sikhs —asesinos de Indira Gandhi— reclaman la independencia. Ayer, en la vecina Sri Lanka, los tamiles hicieron detonar un coche bomba: en el atentado contra un cuartel del ejército murieron al menos 50 personas.

VR
VR.

01-01

9108164

Designan el Gabinete en la India.
a Prensa (150028).
22/10/91
India (10092)
Fac Pol (11164)
Gab. Nac (11302)

Designan el gabinete en la India

Nueva Delhi (Reuter) – El nuevo primer ministro P. V. Narasinha Rao designó un gabinete de 14 ministros para hacer frente a las variadas crisis que agobian a la India, incluyendo conflictos de castas y religiones, guerras separatistas y una economía en graves dificultades.

En una acción sorpresiva, el principal rival de Rao para sucederlo en el puesto del asesinado líder Rajiv Gandhi como jefe del partido Congreso Nacional Indio (CNI), Sharad Panar, accedió a integrar el gabinete.

Panar, que había desistido de su candidatura el jueves, allanando el camino a Rao para conformar un gobierno de minoría, dijo a Reuter que asumirá su cargo ministerial "en un par de días".

Expresó que regresará a su base de poder en Bombay, capital de la principal provincia comercial y financiera de la India, para delegar la jefatura del gobierno estadual y retornar a Nueva Delhi a fin de incorporarse al gobierno nacional.

VR.

01-01

9108165

India (1E092)
Fac. Pol (11164)
Damm Pol. (11304)

EL PAIS de Madrid
EN DEFENSA DE LA REPUBLICA

El Congreso Hindú está revuelto

Luchas internas en un partido lleno de "reinos" enfrentados

El rechazo de Sonia Gandhi a la presidencia del Partido del Congreso (I) deja a éste en una precaria posición ante el 60 por ciento del electorado indio que aún no ha votado. El Congreso, amenazado de desintegración, ofreció su presidencia a la viuda del asesinado Rajiv Gandhi pensando en los votos que le reportarían millones de desheredados cuyo descontento con el partido ha borrado ahora la sangre de Rajiv Gandhi. El nombramiento de Sonia representaba las ansias de poder inmediato de un partido que ha gobernado con dos cortas interrupciones el destino de la India independiente y era fruto de las luchas encarnizadas entre sus "tiburones".

por Georgina Higueras, enviada especial a Nueva Delhi

"La muerte de Rajiv es el primer paso de una recta final del partido. Sonia era la tapadera tras la que escondería una ebullición que al estallar daría origen a un auténtico y moderno partido político o a la desintegración en una multiplicidad de grupúsculos", asegura a El País de Madrid un catedrático de historia que pide que no se mencione su nombre.

"En este partido todos tienen hambre de ser el 'número uno'. Rajiv Gandhi intentó frenar las luchas internas y fue absorbido por ellas durante su primer mandato. Si Sonia hubiera tomado el poder, se habrían multiplicado hasta extremos impredecibles", afirma Kamal Kapur, propietario de un hotel de Nueva Delhi.

Muchos de los consultados consideraban el nombramiento de Sonia Gandhi como una "medida transitoria" para dar tiempo al partido a reaccionar ante el cataclismo que ha sufrido y una vuelta a la vieja práctica de separar la jefatura del Gobierno de la presidencia del partido, que sería puramente honorífica. Las luchas internas son palpables en cualquiera de los grados de la dirección del Congreso, desde los gobiernos municipales al de la nación, pasando por los diferentes Estados de la Unión India. "No hay una ideología unificadora. El partido es un conjunto de reinos de taifas donde cada uno a su nivel lucha por conseguir el poder sin tener en cuenta los intereses partidarios o nacionales", señala Mihir Mukherjee, subdirector del diario The Statesman.

De hecho, el Congreso no es un partido, sino un conglomerado de grupos locales y regionales. Nació del Congreso Nacional Indio, el movimiento nacionalista independentista más importante de la India sometida al imperio británico. Recibió el apoyo de los grandes industriales de Bombay, de la elite educada en Inglaterra y, de la mano del mahatma Gandhi, de los millones de campesinos y obreros que poblaron la India.

Por ello, el Congreso fue un pozo de absorción de la variopinta sociedad india.

En él cabían desde cualquier tendencia política o idelógica a cualquier religión, sin tener en cuenta si se era de derechas o de izquierdas, hindúes o musulmanes, católicos o sIJs.

"¿Eligieron a Sonia Gandhi porque estaban seguros de que sólo el apellido Gandhi vende en las urnas?", preguntó un periodista al portavoz del Congreso, Pranap Mukherjee.

La clase media

La clase media, que consolidó su posición durante los cinco años en que Rajiv Gandhi estuvo al frente del Gobierno indio, reaccionó con indignación y cada hora que pasaba era más evidente que la viuda no sería jefa de Gobierno. Esa clase media exige al Congreso que haga frente al reto que le presenta el partido Baratiya Janata (BJ), el primer partido político genuino de India, pero cuya ideología excesivamente nacionalista y de base religiosa hindú causa cierto desasosiego entre muchos intelectuales, profesionales y empresarios de grado medio. "Indudablemente, Sonia no puede hacerlo", afirmó el ingeniero industrial Bijay Agarwal, de 31 años.

Esa clase media son sólo 100 millones de los 850 millones de habitantes de India. El campesinado, mayoritariamente analfabeto; los obreros, y los pequeños comerciantes no entienden de retos y, muy posiblemente, no darán su voto a un Congreso que no esté encabezado por un Gandhi. A los desheredados no les importa el partido porque poco ha hecho éste por ellos, pero por un instinto primario de supervivencia veneran la unidad familiar, y la familia del líder muerto merece el tributo del voto.

Rajiv Gandhi se esforzó durante la campaña electoral por dar una sensación de unidad dentro de las filas del partido, pero la descomposición es evidente. Pasada la marabunta de la independencia de la India en 1947 y muerto en 1964 Jawarharlal Nehru, comenzaron las primeras disidencias serias en el partido. La escisión de éste con un giro a la izquierda que obligó a salir a la vieja elite educada en el liberalismo británico y se materializó en la nacionalización de 14 grandes bancos privados.

Las elecciones de 1971 mostraron a Indira Gandhi la enorme popularidad de su política entre los desheredados, y el Congreso, que estuvo a punto de perder los comicios de 1964, obtuvo una victoria aplastante.

Sin embargo, la fuga del apoyo de quienes manejaban la economía estuvo a punto de llevar al país a la bancarrota, y la llamada "madre" se vio obligada a declarar el estado de emergencia, cuyos abusos provocaron que en las siguientes elecciones, en 1977, el Congreso perdiera el poder.

Además de que el Congreso estaba dividido, los "tiburones" del Janata Dal se "comieron" el partido antes de que finalizara el período de cinco años para el que había sido elegido con mayoría absoluta.

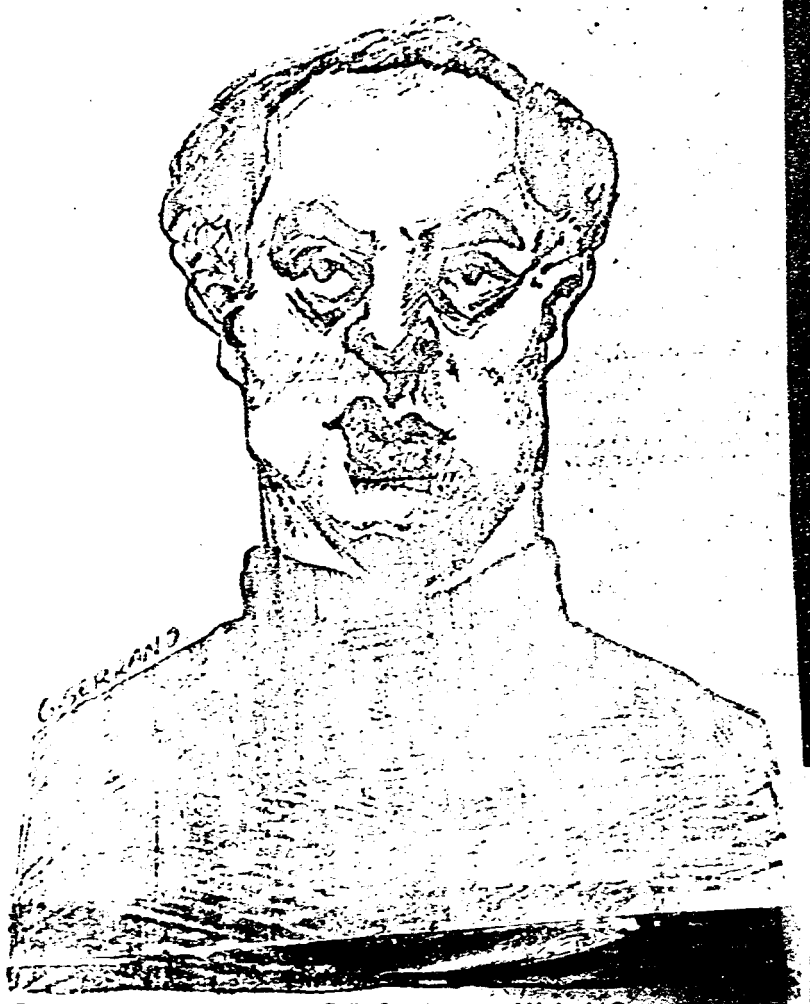
Nuevamente, Indira Gandhi tiró por la calle del medio y volvió a escindir el Congreso. El grupo que ella dirigía pasó a denominarse Congreso (I), es decir, el Congreso de Indira, y nuevamente obtuvo una victoria aplastante en las elecciones de 1980.

La corrupción, el abuso de poder y las malas prácticas aprendidas durante los tres años de ley marcial, invadieron todos los estamentos del partido hasta límites que Gandhi sólo descubrió cuando ya se encontraba dentro del engranaje. Llegó como un soplo de aire fresco. Le llamaban Mister Clean (Señor Limpio), pero la podredumbre del Congreso (I) fue más fuerte que su coraje.

"El Gobierno de un país tan conflictivo como la India exigía una dedicación absoluta, especialmente a un hombre que carecía de experiencia política, y cuando Rajiv se dio cuenta ya no pudo controlar el entramado del partido, que le ataba de pies y manos", señalan fuentes diplomáticas occidentales.

Estas elecciones eran la gran, y tal vez la última, oportunidad de Gandhi y del Congreso. Su paso por la oposición parlamentaria había dejado al dirigente tiempo para conocer las profundidades de su propio partido. Una vuelta victoriosa le permitiría comenzar con la limpieza que tanto necesita el partido y la reforma que lo convertiría en un partido moderno.

La tarea es tan ardua que sólo la puede hacer un líder fuerte. De ahí que Rajiv retrasara indefinidamente las elecciones del partido, que debían haberse celebrado en marzo pasado, para realizarlas cuando nadie pudiera discutirle el liderazgo. "Ahora sólo nos queda sentarnos a ver cómo se devoran unos a otros", concluyó ayer un desilusionado miembro del Congreso (I).



El asesinado líder "congresista" Rajiv Gandhi, por el lápiz de Guerrero

Quiénes se disputan la sucesión de los Gandhi

Roma,(ANSA)

El Partido del Congreso -I quedó frente a un grave dilema, ante la negativa de Sonia Gandhi, viuda de Rajiv Gandhi, a aceptar reemplazar a su marido en el liderazgo del partido.

El tradicional partido deberá, por primera vez en su historia, elegir su presidente fuera de la familia Nehru-Gandhi. Los hijos de Rajiv, herederos naturales, están imposibilitados de tomar el lugar del padre por razones de edad, al igual que su único primo, hijo de Sanjay, el hermano de Rajiv.

El sucesor de Gandhi hubiera debido ser, entonces, el ex canciller Narashima Rao, estimado en todo el país y conocedor de la compleja organización interna del partido. Pero Rao no podrá tomar el lugar de Gandhi por su delicada salud, que a los 65 años no le permite enfrentar la agotadora campaña electoral.

Entre los demás miembros del "Politburó" del Congreso Pranab Mukherjee, un bengalés a quien Rajiv había encargado los contactos con el mundo empresario, es uno de los posibles candidatos a la presidencia del partido.

En cuanto al actual secretario, Ghulam Nabi Azad, se trata de un político hábil, pero muchos lo consideran una creación de Rajiv, y además es musulmán, factor que lo excluye totalmente de la posibilidad de convertirse en premier de la India.

Los demás miembros de la dirigencia del partido, Makhan Fotedar, Jitendra Prasad, Sita Ram Kesari y Satish Sharma, deben todos a Rajiv sus posiciones, y eso los perjudica políticamente.

Algunos de los líderes regionales tienen un papel importante en el partido, y entre ellos los que pueden aspirar a la presidencia son Arjun Singh (que lidera el partido en el estado de De Haryana), Jannagath Mishra (lo dirige en Bihar), y Narain Datt Tiwari (en Uttar Pradesh).

El sucesor de Gandhi deberá enfrentar, por otra parte, los tres fuertes rivales políticos del desaparecido líder: Vishwanat Pratap Singh -jefe del Partido Janata Dal- Lal Krishna Advani -Bahratya Janata Party (BJP)-, y Chandra Shekar, premier dimisionario.

Singh logró, en las elecciones de 1989, llevar a la victoria una coalición de fuerzas heterogéneas, y ocupó el cargo de premier durante dieciocho meses, con el apoyo externo de la izquierda comunista y de la derecha integrista. Esta última lo hizo caer en noviembre de 1990, cuando Singh apoyó a los musulmanes en la cuestión de la mezquita de Ayodhya.

Lal Krishna Advani, líder del BJP, fue el promotor de la campaña para la destrucción de dicha mezquita, que se alza en el lugar donde míticamente nació el dios hindú Krishna. Esta campaña, que causó sangrientos enfrentamientos, llevó a Advani y a su partido a convertirse en una de las principales fuerzas políticas indias.

Para lograr estos resultados, Advani (63 años) se unió con el Vishwa Hindu Parishad (VHP), movimiento integrista religioso con muchos adeptos en el país. A sus campañas asisten miles de "sadhu", predicadores hindúes, a quienes Advani prometió convertir la India en el "Ram Rajá", o sea el "Reino de Dios".

Por último, Chandra Shekar, de 63 años, premier desde noviembre de 1990, es líder del pequeño Partido Janata Dal (S), que no cuenta con la fuerza organizativa del Congreso, del BJP ni del Janata. Shekar tiene a su favor los buenos resultados de su gobierno, que logró contener los daños provocados por la fractura entre hindúes y musulmanes, que disputan la posesión de un templo en Ayodhya. En 1983 Shekar atravesó toda la India a pie, a la manera del Mahatma Gandhi, para "acercarse a las masas", y este gesto fue muy apreciado por la opinión pública.

La bomba clausuró la expectativa de apertura económica

Nueva Delhi, (IPS)
por Mahesh Uniyal

La muerte de Rajiv Gandhi acabó con las esperanzas de empresarios indios de lograr un nuevo impulso al proceso de liberalización económica, mientras la noticia del asesinato hundía la actividad bursátil.

Muchos empresarios esperaban el triunfo de Gandhi en la elecciones de esta semana y la repetición del éxito de su política de apertura liberal, que estimuló la estancada economía de la India. Pero la expectativa se diluyó violentamente este martes, al caer Gandhi asesinado cerca de la ciudad meridional de Madras cuando intervenía en la campaña electoral. También cayeron las operaciones de la bolsa de valores, que en los días previos habían sido favorablemente influidas por encuestas que anunciaban el regreso al poder del Partido del Congreso-I, encabezado por Gandhi.

Gandhi "fue ciertamente el mejor amigo del libre mercado entre todos los gobernantes del país" y "acogió algunos conceptos del liberalismo para intentar reformas de acuerdo con su visión de la moderna India", señaló un periódico.

Al llegar al gobierno, en 1985, Gandhi estimuló una colaboración sin precedentes entre la administración central y el sector privado, y la liberalización y la modernización fueron palabras clave de su política económica.

Las brechas abiertas en la tradicionalmente centralizada economía del país obraron como vigorosas palancas de la actividad, estancada hasta entonces.

Un prominente empresario indio, Ratan Tata, manifestó que el gobierno de Gandhi, prolongado hasta 1989, "abrió el entorno y facilitó el ingreso en los mercados de inversionistas nacionales y extranjeros". Un soplo liberalismo se introdujo en una telaraña de permisos y cuotas que burocratizaban la actividad económica, los impuestos fueron reducidos, cayeron varios monopolios estatales y el régimen de licencias se suprimió en algunas áreas industriales. Los cinco años de Gandhi en el gobierno terminaron con la suspicacia de India ante los capitales extranjeros y el país abrió sus puertas a una corriente de inversiones y de nuevos conceptos de administración empresarial. Como resultado de las reformas, la etiqueta comercial de "hecho en India" perdió significado como advertencia de productos de calidad secundaria y la industria nacional irrumpió como fuerte competidora en el mercado internacional.

Acercamiento Sirio-Egipcio.
Clarín (150024)
11/6/91
Siria (67190)
Egipto (65841)
M. Oriente. (10195)
Fac. Pol (11164)
Relaciones. (11399)

Acercamiento sirio-egipcio

DAMASCO, 10 (Reuter, UPI y EFE). — El ministro egipcio de Relaciones Exteriores, **Amr Moussa**, se trasladó a Damasco con el fin de sostener conversaciones con las autoridades sirias acerca del estancado **proceso de paz para Oriente Medio** y mecanismos de seguridad luego de la guerra en el golfo Pérsico, informaron funcionarios.

Moussa, quien visita Damasco por primera vez desde que fue designado para el cargo hace dos semanas, declaró a los periodistas a su arribo que su viaje apunta a preservar la coordinación entre los dos aliados árabes de la guerra contra Irak.

Siria y Egipto fueron miembros claves de la alianza de 28 naciones, encabezada por los Estados Unidos, que expulsó de Kuwait a las tropas del presidente **Saddam Hussein** a fines de febrero.

"Nuestras conversaciones versarán sobre una gran cantidad de cuestiones relacionadas con la situación imperante en la región y con el proceso de paz. Estamos ansiosos por continuar con la coordinación en el más alto nivel posible entre El Cairo y Damasco", dijo Moussa.

Algunos funcionarios indicaron que el ministro egipcio tocará esos temas con su colega sirio, **Farouq Al-Shara**.

Moussa, quien asistió a las conversaciones de la semana pasada entre el presidente egipcio, **Hosni Mubarak**, y el presidente **Hafez Al-Assad** en El Cairo, también se reunirá con el mandatario sirio.

Assad y Mubarak acordaron durante sus conversaciones en que es necesaria la convocatoria a una conferencia de paz para el Oriente Medio sobre la base de las resoluciones de la ONU y con el auspicio del organismo mundial.

Los Estados Unidos, que han estado tratando desde el fin de la guerra del golfo Pérsico de convocar a tal conferencia son partidarios de un papel para las Naciones Unidas en las eventuales negociaciones de paz, pero Israel se opone a tal participación de la ONU.

El rechazo israelí fue ratificado en una carta del intransigente primer ministro **Yitzhak Shamir** al presidente estadounidense **George Bush**, quien sugirió propuestas de avenencia para mantener en pie sus gestiones de paz.

VR
VR.

01-01

9108167

91-05-31.
Túnez (10172)

El presidente del país magrebí se opone a la legalización de grupos fundamentalistas

[illegible] la amenaza [illegible] hará cambiar"

"[illegible] política, mentalidad y [illegible] que requiere un largo aprendizaje"

El presidente de Túnez, Zin el Abidin Ben Ali, es un hombre sencillo, que se siente [illegible] con el futuro democrático de su país y que asegura con [illegible] que la amenaza del integrismo les hará cambiar. Las palabras del presidente [illegible] en el palacio de Cartago, son las bases de un proyecto político en [illegible] desde 1987, fecha en la que jubiló y sucedió a Habib Bourguiba. Pero una confirmación democrática es, al mismo tiempo, una respuesta directa al complot tramado por el movimiento integrista En Nahdha y un grupo de militares, que acaba de ser desarticulado por la policía.

[illegible]

-[illegible] Túnez, [illegible] no nos hará cambiar. [illegible] mismos religiosos intentan aprovechar la libertad de acción que ofrece un régimen democrático para boicotearse a sí mismo [illegible]. Estamos [illegible] de las paradojas de la democracia. Pero no nos dejaremos acorralar por esta paradoja.

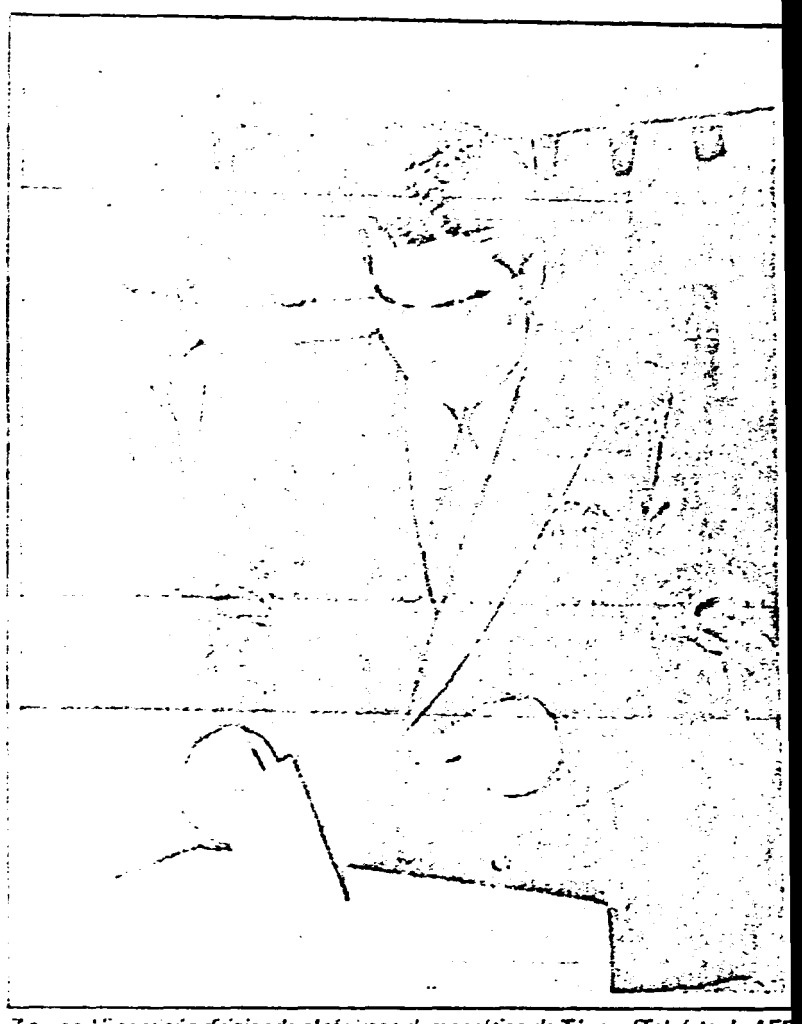
-Desde hace algunos meses se ha establecido un diálogo con la oposición. ¿Qué significa que se va a relanzar el pacto nacional firmado en 1988 con todos los partidos políticos?

-El pacto nacional nunca ha caducado. Es una de las piedras angulares del edificio democrático que construimos. En los países de larga tradición democrática existen unos valores comunes básicos: libertades individuales, régimen representativo. Nadie se atreve a ponerlos en tela de juicio. Por respetados y respetados a través de una especie de [illegible] nosotros nos hemos preferido explicitarlos y concretarlos en un compromiso claro para salvaguardar así un conjunto de valores preciosos: régimen republicano, libertades fundamentales, un código que garantice a la mujer todos sus derechos e igualdades con respecto a sus conciudadanos. El pacto nacional es un consenso sobre los valores democráticos, en los que creemos firmemente. ¿No ha tenido necesidad España, en un momento importante de su historia reciente, de articular un pacto nacional para asegurarse una transición sin sobresaltos hacia la democracia?

-Determinados sectores de la oposición legal opinan que se hace obligatoria la legalización del partido islamista En-Nahdha y el del ex ministro Ahmed Ben Salah, el MUP (Movimiento de la Unidad Popular), entre otros.

-Ninguno de los partidos que menciona puede invocar la ley o la Constitución para reclamar su legalización. Al contrario, no han sido legalizados en clase a estas leyes. Porque está claro y probado que el movimiento En Nahdha tiene una naturaleza religiosa y subversiva. La Constitución y la ley sobre partidos políticos prohiben hacer discriminaciones con respecto a la raza, la opinión, la religión o el sexo. Los métodos de este movimiento, sus prácticas y sus objetivos están en contradicción con nuestros [illegible] fundamentales e incluso con la naturaleza de nuestra sociedad, con el espíritu de nuestras instituciones republicanas y nuestro Estado.

El complot integrista, recientemente desarticulado, demuestra con claridad y firmeza la naturaleza violenta y terrorista del movimiento En Nahdha. En cuanto a la pretensión de Ben Salah de tener un partido, la ley es clara, ya que prohibe la constitución de un partido que tome programas y objetivos de otro ya existente, en este caso del Partido de Unidad Popular.



Zin ben Ali continúa dirigiendo el régimen democrático de Túnez. (Telefoto de AFP)

-En los últimos informes de Amnistía Internacional se denuncian supuestos casos de tortura en Túnez. ¿Qué medidas ha adoptado la administración para verificar y corregir estos pretendidos abusos?

-Creemos profundamente en el carácter sagrado de los derechos humanos. Desde el 7 de noviembre, lo hemos afirmado en numerosas ocasiones. Hay que recordar que Túnez ratificó en 1988, y sin reservas, la Convención internacional contra la Tortura.

hemos respondido al informe de Amnistía Internacional, rechazando punto por punto sus alegaciones. Aparte de tres casos, cuyos responsables han sido enjuiciados y sancionados, sus acusaciones carecen de fundamento.

-La renovación del partido gubernamental RCD es una cuestión que aún está pendiente. La oposición lo ha pedido en numerosas ocasiones. ¿Cuándo se va a llevar a término; y ello significará que el Presidente del país dejará de ser el responsable del partido?

-En las vísperas del 7 de noviembre, Túnez se encontraba en un callejón sin salida política, que amenazaba el futuro del país. El inmovilismo que había afectado durante muchos años al partido, lo había desnaturalizado y contaminado la vida nacional. El partido había perdido sus puntos de referencia y sus militantes la iniciativa. Se había convertido en una estructura a remolque de los acontecimientos y en una vía abierta hacia el oportunismo. Ante esta situación y respondiendo al llamamiento de deber nacional, hemos emprendido, desde el 7 de noviembre, su reforma. Tras haber escogido la opción irreversible de la democracia, nos hemos empeñado a continuación en la reestructuración de las bases militantes del partido, en la reorganización de su programa, de sus métodos de trabajo y su discurso político. Con la celebración del Congreso de salvación de julio 1988, el RCD ha acabado la organización de sus estructuras y de sus instancias dirigentes. Con la fuerza de estos logros históricos, con las reformas que realizamos y con la inyección de sangre nueva, conseguida tras la incorporación de jóvenes intelectuales, universitarios y otros, la RCD consiguió ganar, con facilidad, las elecciones legislativas y después las municipales.

Por otra parte, quisiera precisar que la Presidencia de la República no está en contradicción con la presidencia de un partido político. El hecho de que la presida el RCD no impide que como jefe de Estado haga participar todas las energías necesarias y competentes en las cargas del poder, cuando el interés del Estado y de la patria lo exijan, sin tener en cuanta su adscripción política. En este sentido, velo para que se cumplan las garantías de la Constitución y la neutralidad de la Administración. Subrayo además que el jefe de Estado en nuestro país es al mismo tiempo Presidente de todos los tunecinos y que en esta línea trata por igual a todos los partidos.

-La crisis económica surgida como consecuencia de la guerra del Golfo ha afectado duramente a Túnez. ¿Cuál es su diagnóstico?

-La crisis del Golfo se va a traducir en 1991 en una disminución de las entradas de divisas, de un 15 %, principalmente provenientes del turismo y en un aumento del déficit exterior, como consecuencia de la baja de capitales provenientes del Golfo.

Doc. poco legible.

01/01

Privatizaciones en Mongolia -
Financiero (150027)
25/6/91
Mongolia (10101)
Fac. Económico (11161)
Político Económico (11392)

Hasta Mongolia se privatiza

Ulan Bator (Reuter) — Bajo la escrutadora mirada de Lenin desde un busto, un rematador australiano comenzó ayer a desmantelar 70 años de propiedad estatal comunista en este remoto rincón del mundo, vendiendo una tienda y un lote de terreno a empresarios privados.

La subasta fue el primer paso de una campaña **para privatizar aproximadamente 70 por ciento de la economía predominantemente propiedad del Estado** en un período de aproximadamente **dos años.**

"Creo que fue **una bagatela**", comentó Bayarsgalan después de aventajar a los otros cuatro oferentes en un ex aula de escuela adornada con bustos de una pléyade de **ideólogos comunistas.**

"Fue el primer remate y no acudió mucha gente porque no se enteraron de lo que iba a pasar", agregó.

Goomar Bayarsgalan, de 37 años, ex criador de cerdos ataviado con su mejor atuendo de **terciopelo azul**, pagó **310.000 tugrik (7750 dólares)** por la propiedad y se ganó la distinción de ser **el primero en comprar tierras al Estado**, informó el rematador principal **Geril Cholon.**

Mongolia, un territorio de tres veces **el tamaño de Francia**, interpuesto como una cuña **entre la Siberia soviética y China**, celebró sus primeras elecciones con partidos múltiples el año pasado y desde entonces comenzó a desmantelar el aparato de su sistema comunista **a ritmo vertiginoso.**

Actualmente varias personas se están preparando para actuar **como los primeros operadores del que será el mercado bursátil de la nación** a partir de setiembre, los contactos con el mundo occidental crecen día a día y un proyecto de nueva Constitución de estilo capitalista fue difundido este mes.

9108169

01-01

DESPACHO AUSTRÍACO.

Pte [redacted] Waldheim, no se postulará para un segundo periodo.

La Prensa (159026).

22/6/91

~~[redacted]~~ Austria (65201).

Fac. Pol. (11164)

Gob. Nac. (11302)

Waldheim desiste de ser reelegido

Viena (Reuter) – El presidente de Austria, Kurt Waldheim, cuyos cinco años en el cargo estuvieron plagados de acusaciones sobre sus antecedentes en la Segunda Guerra Mundial, indicó que no se postulará para un segundo período.

Waldheim, de 72 años, declaró que su decisión estaba basada en los intereses nacionales, experiencias recogidas en los últimos años en el cargo y sus planes personales para el futuro.

Waldheim, ex secretario general de las Naciones Unidas, fue elegido presidente en 1986, en medio de acusaciones de haber ocultado su presunta participación en crímenes de guerra cometidos por los alemanes durante la Segunda Guerra Mundial.

VR
VR

10-10

91081701

TRATAMIENTO
Cambios en Suecia.
EL PAIS (102007)
12/6/91
Suecia (67206)
Fce. Pol (11161)
Fce. Soc. (11161)

Suecia: Se Avecinan Grandes Cambios

Los suecos estaban orgullosos del "modelo sueco". Nadie puede decir exactamente en qué consistía, pero el sistema parecía funcionar. Eso ya no sucede.

Por supuesto que el país es rico todavía, y tiene índices envidiablemente bajos de desempleo o delincuencia. Incluso sigue ganando el Festival Eurovisión de la Canción, tal como lo hiciera Abba en los viejos tiempos; esta vez lo ganó Carola con un alegre número llamado "Capturada por una tormenta de amor". Pero los suecos se han visto "capturados" por retortijones respecto a sus declinantes fortunas económicas. Están juntando fuerzas para enfrentar los grandes cambios que se avecinan.

Uno de estos cambios es la inminente postulación de Suecia a entrar en la Comunidad Europea. En el pasado, los suecos se sentían satisfechos creyendo que la neutralidad de su país excluía su integración a la Comunidad. Pero la importancia de la neutralidad se fue diluyendo con la guerra fría. Y la Comunidad se ha vuelto más atractiva hasta para el mundo de los negocios sueco, cuyo capital para inversión ha estado fluyendo hacia fuera del país (el año pasado las inversiones directas radicadas fuera de Suecia fueron seis veces más grandes que las radicadas en Suecia). Tras las finanzas llega la política: se espera que Suecia presente este verano, con la bendición de todos sus partidos políticos, su solicitud formal de ingresar a la Comunidad Europea.

Es probable que el otro gran cambio provenga de las elecciones generales del 15 de setiembre. Es probable que los votantes "planten" a los socialdemócratas, que han estado en el gobierno durante 53 de los últimos 59 años. En la elección de 1988 el partido obtuvo el 43.2% de los votos, pero las encuestas de opinión muestran que sus partidarios han disminuido al 30% o menos.

"Ya nadie cree en el modelo sueco", sostiene Carl Bildt, líder de los conservadores y firme candidato a convertirse en Primer Ministro sueco luego de las elecciones de setiembre. Suecia parece haber estado sufriendo un relativo declive ya desde 1970. El crecimiento económico y el mejoramiento de la productividad han quedado rezagados respecto al promedio europeo, en tanto que la carga impositiva y el gasto público han establecido nuevos récords. En Suecia los salarios reales —después de los estragos causados por los impuestos, la inflación y las devaluaciones— apenas han aumentado desde 1970. Cuando se encuentran en el extranjero, los suecos, que fueran una vez el pueblo más rico de Europa después de los suizos, comienzan a notar que su poder adquisitivo ha caído muy abajo en la tabla de posiciones europea.

Las carencias del modelo sueco son particularmente evidentes en este momento en que Suecia está atravesando su peor racha económica desde 1981-82. La producción de la industria manufacturera se encuentra un 10% por debajo de su pico de mediados de 1989. El PBI se estancó prácticamente en 1990 y se reducirá en 1991. El desempleo sigue siendo sólo del 2.1%, pero va en aumento. Para Ingvar Carlsson, Primer Ministro socialdemócrata, estos antecedentes no podrían ser peores para una campaña electoral.

La edad de oro de la Suecia socialdemócrata estuvo basada en un pacto entre los sindicatos y los patrones, que hizo posible que la vaca capitalista engordara y que el gobierno socialdemócrata la ordeñara para fines sociales. Las cosas comenzaron a andar mal cuando los sindicatos, al no poder obtener lo que pedían negociando con sus jefes, lo conseguían reclamándolo al gobierno.

Fue una costumbre que llevó a la crisis, tal como Kjell-Olof Feldt dejó en claro en un reciente libro sobre sus años como Ministro de Finanzas entre 1982 y 1990. Cuando los socialdemócratas, al volver al gobierno luego de seis años en la oposición, devaluaron un 16% en 1982, supusieron que sus buenas relaciones con los sindicatos harían posible que el país gozara de un período de crecimiento con inflación reducida. Pero, relata Feldt, los sindicatos demostraron ser más que la pieza clave de la política económica, una carga de dinamita colocada debajo de la misma. La imposibilidad de controlar la inflación (actualmente del 10.7%) desde 1982 significa que la competitividad de la industria sueca en los costos no es mejor de lo que era en 1982.

En el apogeo del "modelo sueco" cinco partidos estaban representados en el Parlamento: socialdemócratas y comunistas, el agrario Partido del Centro, los liberales, y los conservadores. Esta situación también está cambiando. En 1988, los Verdes ganaron 20 de los 349 escaños del Riksdag. Esta vez, otros dos partidos podrían unirse a la multitud (aunque los Verdes pueden no llegar al 4% de los votos, porcentaje requerido para obtener escaños).

Uno de los probables nuevos integrantes es la Alianza Demócrata Cristiana, liderada por Alf Svensson, y que ha existido desde los 60, pero nunca llegó muy lejos. Figura en las encuestas con un 8% o más. El segundo sería la Nueva Democracia, partido nuevo, de derecha moderada pero netamente populista. Su máxima atracción parece ser su exigencia de que, para las familias suecas, debe ser tan barato como para los europeos del Sur el salir a comer en restaurantes. "No es un partido, es una broma", dice Bildt. Pero podría ser una broma pesada para Bildt y para Bengt Westerberg, su aliado en el Partido Liberal.

Si la Nueva Democracia, que ahora aparece más o menos con el 9% en las encuestas, fuese la que tuviera que equilibrar la izquierda y la derecha en el próximo Riksdag, probablemente el Partido del Centro de Olof Johansson se negara a apoyar un gobierno de centro-derecha que dependiera de los bromistas de la Nueva Democracia. Quizás y sólo quizás, una tal situación podría hacer posible que los socialdemócratas siguieran en el poder.

Carl Bildt y Bengt Westerberg están haciendo todo lo posible por convencer a los votantes de que constituyen una alternativa en serio frente a los socialdemócratas. Han tomado la iniciativa publicando un programa económico conjunto llamado "Nuevo comienzo para Suecia". Prometen reducir la carga tributaria (actualmente un 56% del PBI), recortar el gasto público, introducir una "revolución por opción" en los sistemas educativo y de seguridad social, y privatizar las empresas estatales. También abolirían el discutido "fondo de inversión de los asalariados", que han permitido a los sindicatos aumentar la propiedad colectiva en la industria.

El gobierno de Ingvar Carlsson ya ha tomado en realidad un cierto número de decisiones importantes que quizás mejoren a largo plazo las perspectivas de Suecia. Ha alentado el ingreso de su país a la Comunidad. Introdujo una reforma tributaria que ha reducido sustancialmente las tasas marginales del impuesto a la renta (pero no toda la carga impositiva). Ha revocado el compromiso existente de ir eliminando progresivamente y en el corto plazo (en los 90) algunas de las 12 plantas nucleares del país. Y ha acordado con Dinamarca construir un puente carretero y ferroviario sobre el estrecho que separa los dos países. Desafortunadamente para Carlsson, estas firmes decisiones han confundido a los seguidores de su partido y tal vez llegan, además, demasiado tarde para hacerlo triunfar en setiembre.

Extraído de The Economist
derechos exclusivos para
Indicadores de Mercado de EL PAIS

01 - 01

9108172

Dimisión del Gobierno en Gabón.
lo Tribuna (150015)
9/6/9
Gabon (10077)
Fac Pol (11104)
Gob. Nac (11302)

Formarán nuevo Gobierno

Dimisión en Gabón tras los reclamos

Exigencia de la oposición

LIBREVILLE.- El presidente de Gabón, Omar Bongo, anunció la dimisión del Gobierno del primer ministro, Casimir Oye Mba, a causa de la tensión social en el país en los últimos días.

Esta dimisión, exigida por la oposición en los últimos meses, fue anunciada en un discurso a través de la radio y la televisión, donde Bongo afirmó que el próximo primer ministro formará un Gobierno que tome en cuenta todas las opiniones.

El presidente gabonés convocó para mañana una reunión con todos los líderes de partidos políticos, lo que podría desembocar en la formación de un Gobierno de unión nacional.

Sin embargo, fuentes próximas al Presidente afirman que el nuevo Gobierno excluirá a personas menores de 35 años y a los que perdieron alguna elección en los últimos 18 meses, lo que podría afectar al hijo del presidente gabonés Ali Ben Bongo, que dirige el Ministerio de Asuntos Exteriores.

VR

9108173

Libia tendrá un nuevo misil "SCUD".
o Nación (150095)
4/6/91
Libia (66333)
Fac. M. O (11163)
Material (11331)

Libia tendrá un nuevo misil Scud

SEUL, 3 (AP). – Corea del Norte ha firmado contrato secreto con Libia para construir un nuevo tipo de misilScud con un alcance de 1000 kilómetros.

Ese alcance supera en 322 kilómetros al de los Scud usados por Irak en la Guerra del Golfo, y permitiría a Libia apuntar ojivas a través del Mediterráneo sobre Europa meridional.

La agencia informativa nacional Yonhap, citando a una anónima fuente militar de alto rango, dijo que Libia accedió a sufragar el proyecto bajo la condición de que los Scud y su tecnología fueran dados a Trípoli.

No se dieron detalles sobre el costo de los cohetes ni la cantidad que sería fabricada. Corea del Norte ha sido un importante productor de armas hace años y en el pasado las ha exportado a sus aliados en el Medio Oriente, incluso a Libia.

Corea del Norte ya produce una versión del cohete soviético Scud-B capaz de llevar cargas nucleares, químicas a una distancia de 600 kilómetros, según versiones de la inteligencia surcoreana.

Dichas versiones añaden que Corea del Norte tiene 126 fábricas de armas, la mayoría de ellas bajo tierra. Estas fábricas producen cohetes dirigidos, entre otros armamentos.

VR
VR

01-01

9108174

Economías de Europa Oriental.
El País (15000)
7/6/91
Europa del Este
(11169)
Tec. Económico.
(11161)

JR.

La Unica Alternativa sin el Fracaso Asegurado

Europa Oriental: De Marx al Mercado

La tarea que están encarando las economías de Europa Oriental recién comienza a verse con claridad. A pesar de lo extraordinaria que ha sido, la transformación política de la región no fue más que el principio, pues tienen por delante un desafío mucho mayor. No se trata sólo de construir capitalismo, sino de construirlo a partir de los restos de un sistema económico existente y que, en cierto modo, sigue en funcionamiento; de seguir apoyando políticas que con toda seguridad van a empeorar la situación económica de muchas personas, tal vez de la mayoría, durante un tiempo al menos; y, lo que es peor, de echar por tierra las esperanzas de una rápida recuperación sin destruir la ambición de triunfar en los años venideros.

Incluso en Alemania Oriental, con todas sus ventajas, la transición al capitalismo está demostrando ser mucho más difícil de lo que la mayoría esperaba. Desde la unificación, la producción ha caído verticalmente; el desempleo, abierto y disimulado, está aumentando con rapidez. Hasta las empresas que fueron el orgullo del antiguo régimen, los modelos en la obtención de moneda fuerte, han fracasado. En Polonia, que ha emprendido las reformas más audaces de la región, el gasto de los consumidores cayó el año pasado (según cálculos oficiales admitidamente inexactos) casi un 30% en términos reales. No obstante, el cierre de las empresas ineficientes y el aumento del desempleo que lo acompaña no han hecho más que empezar. El ritmo de la reforma en Hungría y Checoslovaquia ha sido más lento. Con una reestructuración económica que apenas comienza, la producción ya se ha visto restringida y parece evidente que disminuirá más todavía. Excepto en Alemania Oriental, donde está controlada por un severo Bundesbank, la inflación está aumentando en estos países un 40% anual.

CAPITALISMO: UNA INTRODUCCION

El panorama no es tan completamente negro. Pequeños comerciantes con activos negocios (que a menudo no figuran en las cifras oficiales) han surgido de la nada para desmentir que se carezca de espíritu empresarial. Pero lo mejor es que los gobiernos reformadores de Europa Oriental, a diferencia de los paralizados dirigentes de la Unión Soviética, no buscan ningún ilusorio "término medio" entre el comunismo y el capitalismo. Su ambición consiste en crear lo antes posible economías de mercado según el modelo occidental. Es por eso que la privatización ha pasado a tener la máxima prioridad.

Un año atrás eso no podría haberse dado por sentado. Algunos asesores occidentales creían que podían crearse economías de mercado por la simple liberalización de precios, abandonando así los signos más visibles de la planificación central comunista; claro que era deseable que hubiese empresas privadas, y seguramente se llegaría a ello, pero no había necesidad de apresurarse. Los reformadores de la región tuvieron una visión más clara. Se dieron cuenta de que no se puede tener capitalismo sin capitalistas. La liberalización de precios reemplaza la necesaria ignorancia de los planificadores centrales por información útil: los precios son señales que dicen a la economía cómo puede utilizar mejor sus recursos. Pero a menos que esos recursos —y sobre todo, los activos productivos— sean de propiedad privada, las señales simplemente serán ignoradas.

La privatización es esencial en otros aspectos, también. Cuando el activo de una empresa es de propiedad del Estado, de hecho de nadie, sus administradores no enfrentan ninguna disciplina financiera. De modo que solicitan préstamos, aun cuando no tengan previsto un uso eficiente para ese dinero. La expansión del crédito ha sido un poderoso motor para la inflación de la región. En este momento el proceso ha comenzado a tomar nueva forma (menos préstamos baratos provenientes de los gobiernos, más crédito forzoso de otras empresas), pero sigue en funcionamiento, alimentando la inflación y sumándose a la carga oculta de las deudas incobrables. A medida que aumente la presión de la competencia sobre las empresas, la futura asfixia por deudas irá empeorando, a menos que se transfiera rápidamente el capital a propietarios con motivos para preservar su valor. La privatización no es una opción secundaria para Europa Oriental; no es una reforma que pueda esperar un momento mejor. Sin ella, el mejor momento nunca llegará.

Los reformadores están de acuerdo en hacerla; el problema es cómo. En toda la región los gobiernos enfrentan una contradicción. Para crear una economía de mercado, debe primero haber propiedad privada. Pero para crear la propiedad privada, debe haber primero un mercado —de otro modo ¿cómo tasan los bienes a ser privatizados?

Una respuesta a este enigma es que los bienes de estas economías no pueden tasarse, y por lo tanto deben ser donados (a una ciudadanía que supuestamente ya es su propietaria). Polonia y Checoslovaquia, aunque tienen grandes discrepancias en cuanto a los detalles, han decidido privatizar principalmente distribuyendo bienes, ya sea gratis, ya sea a un precio nominal, entre grandes sectores de la población. Las discusiones respecto a estos planes han provocado costosas demoras, pero una vez que se llegue al acuerdo la privatización puede tener lugar muy rápidamente: en pocos meses pueden crearse economías de mercado que funcionen. El gobierno de Hungría ha preferido no esperar: está privatizando aquellos bienes para los cuales ha podido encontrar comprador. Hasta el momento, este enfoque ha tenido más logros, pero tomaría años colocar la mayor parte de la economía en manos de particulares. En realidad, puede nunca llegar a tener éxito debido a la cantidad de empresas de Europa Oriental que son sencillamente imposibles de vender.

El enfoque húngaro es admirable por lo pragmático, pero también se requiere convicción. La privatización no debe consistir en una mera obtención de ingresos. En realidad sería peligroso permitir que las finanzas del gobierno lleguen a depender del producido de esas ventas. Su objetivo primordial debería ser privatizar lo máximo posible de la economía en el plazo más corto. Muchas de las empresas estatales más pequeñas (tiendas, restaurantes, etc.) pueden ser vendidas o arrendadas a compradores locales, y lo están siendo; los negocios de propiedad familiar pueden venderse a precios de liquidación a sus actuales "propietarios". Pero la falta de poder adquisitivo local significa que los probables compradores de las empresas mayores son principalmente extranjeros. Esas ventas también deberían llevarse a cabo, aunque sería sabio actuar con cautela. El capital extranjero trae nueva tecnología y técnicas de administración, que son vitales. Pero un ingreso demasiado rápido de moneda fuerte (aunque hay que reconocer que todavía no hay señales de ello) podría aumentar la inflación y perjudicar la competitividad, haciendo quizás que la reforma económica sea abandonada antes de comenzar realmente. Chile contrajo ese mal de manera casi terminal a principios de los 80; Europa Oriental debe tomar precauciones para poder evitarlo.

La manera más rápida de privatizar algunas de las empresas más grandes y la mayoría de las más pequeñas será venderlas. Pero eso seguirá dejando en manos del Estado la mayor parte del capital.

La mayoría de las compañías seguirían estando aisladas de las presiones del mercado y de la disciplina financiera. Europa Oriental sin duda estaría en mejor situación económica que bajo el comunismo, pero se vería azotada por la inestabilidad económica y no lograría desarrollar todo su gran potencial económico.

En consecuencia, los planes de privatización del tipo que Polonia y Checoslovaquia están discutiendo constituyen el mejor camino hacia adelante. De las muchas ideas opuestas que se barajan, la más simple funcionaría mejor. Ceder la propiedad de las empresas (divididas, cuando sea necesario, en unidades de tamaño competitivo) a una serie de fondos mutuos, y dar igual participación de esos fondos a cada adulto. Dado que todos empezarían con igual participación en ese fondo mutuo, el sistema sería equitativo y lo parecería. De igual modo, la participación en un pequeño número de fondos mutuos tendría un valor, a diferencia de la participación en miles de empresas individuales; las participaciones en los fondos mutuos, por lo tanto, serían activamente comercializables. A su vez, eso presionaría a los administradores de los fondos mutuos para que aseguraran el valor de las empresas que dirigen.

Este mecanismo no haría fácil la transición hacia el capitalismo. La construcción del capitalismo será seguramente dolorosa, aunque sea sólo porque el comunismo era muy bueno para asignar trabajadores y capital a trabajos sin sentido. La privatización rápida no puede ni siquiera asegurar que la transición va a tener éxito. Lo más que se puede decir es que esta alternativa es la única que no tiene el fracaso asegurado.

Extraído de The Economist derechos exclusivos para Indicadores de Mercado de EL PAIS.

01-01

9108175

DOCUMENTO
TITULO Fracaso golpe de Estado en Lesotho.
PROC DE LA NACION (150095)
FECHA 91-08-09.
VINCULADOS Lesotho (W117)
Fce. Pol (L1164)

Fracasó ~~un~~ golpe en Lesotho

(D-1)

JOHANNESBURGO, 8 (UPI). – Dieciocho altos oficiales fueron arrestados en el reino de Lesotho después de un fallido golpe de Estado.

Intentaban encarcelar a los oficiales que derrocaron al ex gobernante, general de división Justin Lekhanya, en un golpe incruento y sorpresivo el 30 de abril.

"Fue una confrontación no violenta resuelta por negociaciones y no hubo cambios en absoluto en el gobierno", indicó el vice alto comisionado de Gran Bretaña en la capital Maseru, Peter Butcher.

VR
VR

01-01

91 08 176

TITULO: Relaciones entre EE.UU y Checoslovaquia -
PROC.: LA MAÑANA. (150015)
FE.: 91-06-07.
VI.: Checoslovaquia. (65702)
Fec. Pol (11164)
Relaciones Alcance. (11399)
EE.UU. (65890)

Apoyan régimen checoslovaco

PRAGA.- El Vicepresidente de Estados Unidos, Dan Quayle, reiteró el buen estado de las relaciones entre su país y Checoslovaquia al entrevistarse ayer, jueves, con el Presidente Vaclav Havel en el Castillo de Praga.

Quayle llegó ayer a Praga en visita oficial invitado por el Presidente Havel al frente de una delegación que tomará parte en las deliberaciones de la X Conferencia anual del Instituto para Estudios de Seguridad Este Oeste (IEWSS) que tendrán lugar en el balneario eslovaco de Bardejov.

El Vicepresidente norteamericano mantuvo hoy conversaciones también con el Primer Ministro checoslovaco, Marian Calfa, con el Presidente del Parlamento federal, Alexander Dubček, y con los máximos representantes de la república nacional checa.

En el palacio arzobispal de Praga el representante norteamericano fue recibido por el Cardenal Frantisek Tomasek y por el nuevo Arzobispo de Praga, Miloslav Vik.

"Las relaciones entre Checoslovaquia y Estados Unidos -dijo Havel- nunca fueron tan buenas como en la actualidad".

Durante la entrevista entre Quayle y Calfa se trató del acuerdo sobre la protección de las inversiones entre Checoslovaquia y Estados Unidos, que debía firmarse en esta capital.

La parte checoslovaca pidió una nueva ronda de negociaciones, afirmó Calfa, con el fin de esclarecer ciertas cláusulas del acuerdo que, en cierta forma, desfavorecían a Checoslovaquia. ■

01-01

9108177

Rumania, Despues de la caida de Ceausescu.
La Mañana (150015)
14/6/91
Rumania (10153)
Fac. Económico (11161)
Fac. Sicosocial (11165)

Después de la caída de Ceausescu, los principales problemas de la inmensa mayoría de los rumanos consistían en saber si después de una jornada de trabajo, demasiado larga y mal paga, tendrían luz y calefacción en lugar de la oscuridad y los 16 grados obligatorios bajo el antiguo régimen; una buena película en la TV en vez de dos horas sobre las actividades de los Ceausescu y algo más apetitoso para comer que el salame de soja del "programa de alimentación científica".

Hasta ahora, el nuevo Gobierno aumentó los sueldos, redujo la jornada laboral e importó grandes cantidades de bienes de consumo, desde la serial Dallas hasta pollos congelados.

Pero la situación económica es muy delicada. Según cifras oficiales, en 1990, la producción cayó en un 15%, y la masa monetaria aumentó en un 24%. Como consecuencia, el déficit del comercio exterior empieza a cobrar importancia. Ceausescu había reembolsado la deuda de Rumania (11 mil millones de dólares en 1981) al ritmo agotador de mil millones anuales e, incluso, dejó en las arcas del país, mil setecientos millones de dólares USA.

Los nuevos gobernantes gastaron todo en un año; las exportaciones cayeron en un 46% y las importaciones aumentaron en un 54%. El déficit de la balanza comercial es de unos 1.200 millones de dólares por trimestre. Actualmente, el problema es que, si bien Rumania no tiene una deuda exterior, tampoco le queda un solo dólar.

Por lo tanto, después de las fiestas posrevolucionarias y preelectorales, el país tendrá que volver a la austeridad y pasar a las duras leyes de la economía de mercado, para conseguir préstamos occidentales. Contradiciendo declaraciones anteriores, Petre Roman ya anunció en junio pasado que su país optaba por una economía liberal y estaba preparado para los choques de la inflación y el desempleo.

En octubre, cediendo a las presiones del FMI, Petre Roman anunció grandes cambios: fin de las subvenciones, alza de los precios, reestructuraciones y privatizaciones. En noviembre se liberaron los precios de los bienes de consumo intermediarios; en abril, los de los productos básicos y, además, el Gobierno decretó una nueva devaluación; a cambio, Rumania recibió mil millones de dólares del FMI.

El poder parece hacer lo contrario de lo que había prometido. Los inversores extranjeros, considerados indeseables en 1990, se han transformado en 1991 en "indispensables" y la propiedad privada, que en el programa inicial del partido de Roman era tratada en igualdad de condiciones que "las otras formas de propiedad", ahora se ha transformado en "la esencia de la reforma".

Estas reformas forzadas han provocado una guerra entre el joven Primer Ministro, rodeado por un equipo de tecnócratas formados en Occidente, y el Presidente Iliescu, cuya clientela está compuesta por la nomenklatura formada en Moscú.

Pero, paradójicamente, esta disidencia tuvo como consecuencia un acercamiento entre Petre Roman y la oposición, aunque esta última está muy dividida. Y como no hay ninguna figura carismática entre los líderes de la oposición, muchos de sus miembros decidieron apoyar al Rey Miguel de Rumania, exiliado en Suiza desde que los comunistas lo forzaron a abdicar en 1947. Al rey lo apoyan desde algunos ex dirigentes estudiantiles, hasta la mayoría de los responsables del Partido Campesino y muchos intelectuales.

La expulsión del rey en Navidad demostró que el poder, con razón o sin ella, le teme al monarca. Y, si no consigue arreglar la economía, corre el peligro de que lo desborde la corriente nacionalista, que reúne a muchos ex miembros del aparato comunista, y cuya ideología es la de un populismo de extrema derecha.

Según las últimas encuestas, hoy en día dicha corriente obtendría el 10% de los votos, contra el 2% en mayo último.

Por ahora, las reformas todavía son soportables, porque aún no se ha empezado a reestructurar una industria obsoleta. Y la baja de la popularidad de los dirigentes todavía es limitada. Según las encuestas, el 55% de los rumanos sigue teniendo confianza en Iliescu y Roman. Pero la vida política, estabilizada y normalizada superficialmente, podría vivir nuevos sobresaltos cuando el país entre, realmente, en plena crisis económica. ■

VR
VR

01-01

9108178

DOCUMENTO

TITULO Se elimina la obligatoriedad de visados entre Hungría y Uruguay.

PROCEDENCIA El País (150007)

FECHA DE [illegible] 91-06-18.

VINCULACIONES Hungría (6610)
Uruguay (
Fac. Pol (11164)
Relaciones Int (11398)

SIN VISA CON HUNGRIA

BUDAPEST, 17 (EFE).— Un acuerdo que elimina la obligatoriedad de visados entre Hungría y Uruguay, y entrará en vigor el 14 de agosto de 1991, fue concluido hoy en Budapest, informó hoy a EFE el portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores magiar, Janos Herman.

El documento, que concede a los ciudadanos de ambos países mutuamente el derecho de permanecer en el otro durante 90 días sin necesidad de solicitar permiso de residencia, fue firmado por el secretario de estado de Relaciones Exteriores húngaro, Ferenc Somogyi, y por el embajador del Uruguay en Hungría, Juan B. Oddone Silveira.

01-01

91 081 79-

Ingreso de las coreas a la ONU. Cuidado.
Clarín (150024).
8/6/91
Corea del N (10060)
Corea de S (10061)
Fac. Po (11164)
O.NU (12573)

[illegible]

[illegible] Corea del Sur [illegible] internacional. Ello [illegible] consecuencia del fin de la [illegible] y se traduce, en [illegible] por los bombardeos [illegible]

[illegible] Corea del Sur al regreso de su visita a Japón. China, por su parte, notificó a Pyongyang de que no continuará oponiendo su veto en el Consejo de Seguridad.

Se abre, entonces, la posibilidad de que, en este mismo año, ambas Coreas tengan su asiento en las Naciones Unidas. Contra la idea de que ello consolidará la división del país, es muy posible que coadyuve a evitar el aislamiento de Corea del Norte [illegible] y a acercar a estos países a [illegible]

[illegible] del paralelo 38°, una "zona desmilitarizada" de cuatro kilómetros de ancho que, en la práctica, [illegible] mayor concentración de armamentos y tropas a uno y otro lado.

En 1972, [illegible] consecuencia de la cálida distensión lograda entre Nixon y Brezhnev, las Coreas declararon su propósito de lograr la reunificación por vía pacífica, esto es, negociada. Sin embargo, los [illegible] pasos dados en tal sentido exhibieron aspectos propagandísticos antes que la voluntad común empeñada [illegible] problema. Tal [illegible] el [illegible] plan de desarrollo [illegible] el período [illegible] una rápida industrialización a uno y otro lado del paralelo 38°, lo cierto es que [illegible] Corea del Sur protagonizó uno de los procesos de modernización e incorporación de tecnologías avanzadas más impetuosos de nuestro tiempo, integrando el pelotón de los "cuatro tigres" de Asia (los otros son Taiwán, Hong Kong y Singapur) que aspiran a homologar el desempeño del Japón. Ello trajo consigo un apreciable desnivel con una Corea del Norte que, para colmo, se ve privada ahora de la asistencia soviética. De la misma manera, Seúl prevaleció en la carrera de los reconocimientos diplomáticos, incluso por los países del Este, configurándose para el norte la situación de aislamiento ya aludida.

En nuestros días, la división de la nación coreana en dos [illegible] es un anacronismo. Se impone, pues, acelerar los trámites para la reunificación. [illegible] de las dos Coreas [illegible] la [illegible]d. [illegible] organizar una [illegible] en diciembre, el [illegible] ministro norcoreano, [illegible] Hyong-muk, [illegible] proyecto. A [illegible] la [illegible] clarificar la [illegible] en que el proyecto haya tenido [illegible] por la [illegible] del Sur, [illegible] Este, [illegible]

logró resta
anterior
Como consecuencia de todo
ello se [illegible], a la situa

tonces a la suerte
situación, tras [illegible] se nalia
la reunificación del país

01-05

9108180

Partido Laborista Australiano mantiene actual 1er Ministro como Líder del Partido.
de la mañana (150015
91-06-04
Australia (10035)
Fec. Pol (111104)
Partidos Pol (113024)

Bob Hawke sigue liderando

SIDNEY.- El Partido Laborista australiano decidió ayer mantener al actual Primer Ministro, Bob Hawke, como líder del partido, tras una votación en la que los Diputados del mismo rechazaron la candidatura del ministro de Finanzas, Paul Keating.

El resultado de la votación fue de 66 votos a favor de Hawke y 44 a favor de Keating, una mayoría suficientemente amplia para que el primero puede mantener su autoridad dentro del partido.

Se espera ahora una remodelación del Gobierno, tras la dimisión de Keating que el jueves pasado lanzó un desafío público a Hawke para hacerse con la dirección del partido.

Keating dijo que Hawke se echó atrás de una promesa de abandonar la jefatura del partido después de las elecciones de marzo de 1990, hecha en 1988.

Según este acuerdo, Keating le relevaría como líder laborista para asegurar la continuidad del partido en el poder en los comicios de 1993.

Pero Hawke manifestó que esta promesa fue invalidada por el "acto de traición" cometido por Keating en diciembre del año pasado, cuando dijo que "Australia nunca ha tenido un gran líder". ■

VR
VR

01/01

9108181

Fin de un bloque militar.
EL PAIS (150007)
30-5-91
Pacto de Varsovia (11207)

VR

01-01

9108182

I.A.D.B. URUGUAYAN DELEGATION
1901 PENNSYLVANIA AVENUE, N.W. SUITE 405
WASHINGTON D.C. 20006
TEL. (202) 331-8739

Washington DC, Mayo 29 de 1991.-

SEÑOR DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION
GRAL. DANIEL A. LEGNANI
MONTEVIDEO

Ref. # 28/91.-

Se remite adjunto, en adición a envíos anteriores, el Resumen Mensual de Información, correspondiente al mes de abril/91, producido por el Estado Mayor de la J.I.D.

Le saluda atentamente

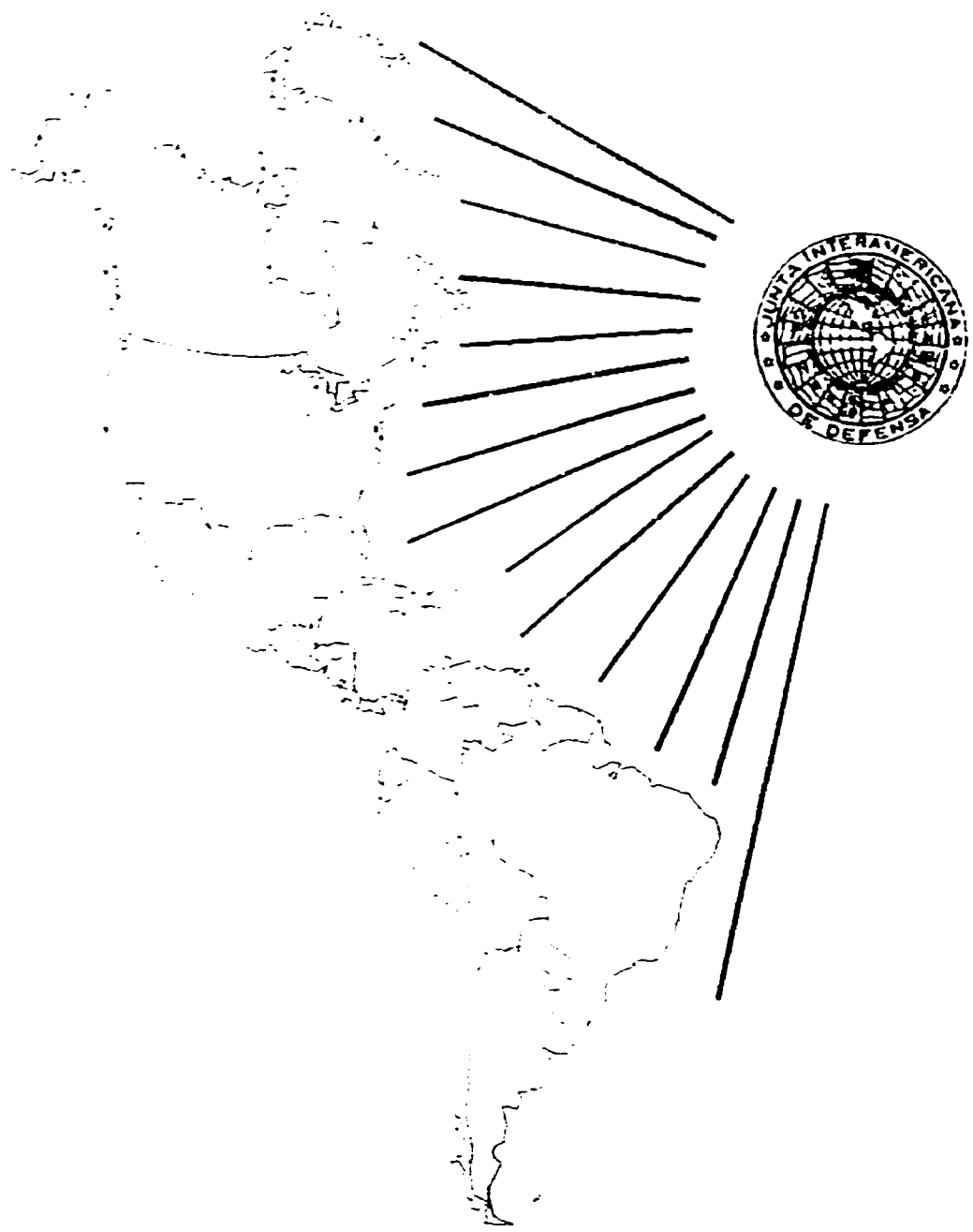
El Jefe de la Delegación ante la J.I.D.

Gral. Ricardo Galarza

25/6/91
9100944

01.16 9108183

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA



RESUMEN MENSUAL DE INFORMACION

* Nº 3 - abril 1991 *

URSS: Gorbachev Visita Japón . . . . . Pag 1
CUBA: Cuba retira sus tropas de Congo . . . . . Pag 2
EE. UU.: Gen. Colin Powell visita El Salvador . . Pag 4

02

91 08183

Original: español

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA

ESTADO MAYOR

DIVISION DE INTELIGENCIA

Abril de 1991

SESION DEL CONSEJO DE DELEGADOS No. 981

RESUMEN MENSUAL DE INFORMACIONES

HECHOS MAS IMPORTANTES

I. LA URSS Y EL BLOQUE ORIENTAL

A. En forma separada a las elecciones generales, realizadas hace 15 días, la población de la República de Georgia votó masivamente, más del 90 por ciento, a favor de su independencia. Para separarse definitivamente de la URSS, las autoridades de Georgia propusieron la creación de sus propias Fuerzas Armadas y de una nueva moneda.

B. La resolución del Congreso Comunista, por 541 a 411 votos, de prorrogar por un mes el tratamiento de las reformas constitucionales que posibilitarían la elección directa del Presidente, significó el primer gran revés político para Yeltsin.

C. Georgia se declaró independiente de la URSS. Esta declaración adquiere un significado meramente simbólico, ya que la URSS no la reconoce, pero aumenta considerablemente la libertad de acción del Presidente de Georgia, para posteriores actos políticos.

D. El Presidente del Soviet, Gorbachev, vé declinar diariamente su popularidad mientras enfrenta serios problemas internos, como ser: 1) La huelga de mineros, que ya lleva 8 semanas de duración; el Sindicato pide la renuncia de Gorbachev, y amenaza con inundar las minas; 2) Trabajadores de más de 50 fábricas del país, se unieron a la huelga de los mineros; 3) La República de Georgia, declaró su independencia de la URSS, fortaleciendo el sentimiento separatista que existe en todo el país. En un intento por evitar la desintegración total, Gorbachev, declaró una moratoria nacional de huelgas y demostraciones públicas.

E. Como anticipó a su viaje por el Este de Asia, Gorbachev propuso la creación de un bloque económico con la participación de los recursos naturales soviéticos y los capitales japoneses, coreanos y chinos.

F. La visita de Gorbachev al Japón se volvió tensa, desde que el Primer Ministro Toshiki Kaifu reclamó enérgicamente la devolución de las islas que la URSS mantiene en su poder, desde la finalización de la II GM.

G. En Albania, el Partido Comunista, apoyado por el voto de la población rural, obtuvo un ajustado triunfo en las elecciones realizadas. En la capital, Tirana, el triunfo correspondió al Partido Democrático, de la oposición. El exilado Rey de Albania, acusó de fraudulento al escrutinio rural.

H. Polonia y Francia, firmaron un tratado de amistad y cooperación por 10 años. El acto significa el apoyo de Francia para que Polonia ingrese al MCE.

I. En Yugoslavia, un sector de la República de Croacia, la región de Krajina, fué declarada por grupos serbios, como integrante de la República de Serbia, ahondando la crísis étnica y política de Yugoslavia. Mientras tanto, los Presidentes de las 6 Repúblicas reanudaron las conversaciones para tratar de reestructurar la Federación, a pesar que Eslovenia, reiteró su intención de separarse de la Federación en junio.

II. CUBA.

A. La deserción y posterior aterrizaje en Florida, de un avión de combate cubano, pone en duda la capacidad del sistema de defensa de los EEUU para detectar aviones incursores enemigos.

B. En base a un acuerdo firmado en el Congo, Cuba se comprometió a retirar sus tropas de ese país, luego de 14 años de permanencia.

C. Cuba contestó negativamente a la requisitoria judicial de Argentina, de devolver 100 millones de dólares, depositados en la isla por el movimiento subversivo Montoneros, y que fueron obtenidos mediante secuestros extorsivos.

D. Castro postergó sin fecha, la realización del Cuarto Congreso del PC, que debía realizarse en el primer semestre de 1991.

III. SISTEMA INTERAMERICANO

A. AMERICA DEL NORTE

1. CANADA

a. El Primer Ministro de Canadá Brian Mulroney ofreció al Presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, su apoyo a la incorporación de ese país en una zona de libre comercio en América del Norte.

b. El Secretario General de la Organización de Estados Americanos, en su primera visita oficial al Canadá, estimó que el primer año de este pais como miembro de la organización, ha sido muy positivo, especialmente en materia de cooperación técnica.

2. ESTADOS UNIDOS DE AMERICA

a. Fuerzas terrestres de los Estados Unidos continuan con su retirada de la parte Sur de Iraq, las que serán reemplazadas por una fuerza multinacional de las Naciones Unidas que contará con un efectivo aproximado de 1.400 soldados. La zona no militarizada a controlar tiene una extensión de 120 millas de largo por 9 de ancho y corre a lo largo de la frontera entre Iraq y Kuwait (seis en Iraq y tres en Kuwait). La fuerza aérea aliada mantiene un ritmo de patrullaje de combate para la seguridad de las unidades.

b. El Secretario de Defensa, Richard Cheney, anunció que 31 instalaciones militares principales serán cerradas durante los próximos años, según un plan tendiente a reducir las fuerzas armadas. Según el informe hecho público el 12 de abril, con esta medida se dejará sin empleo a 70.000 civiles y se ahorrará unos 1.7 mil millones de dólares. El plan que aún no fué aprobado por el presidente y el Congreso, encuentra resistencia fuerte en las localidades afectadas.

3. ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

a. Los gobiernos de México y El Salvador definieron proyectos de cooperación en las areas de comunicaciones, ecologia y vivienda, que comenzarán a desarrollarse durante el mes de mayo del presente año.

b. El gobierno de México y el Vaticano se disponen a restablecer relaciones diplomáticas, suspendidas hace 126 años, el próximo mes de julio, cuando el Presidente Carlos Salinas de Gortari se entreviste con el Papa. México y el Vaticano rompieron relaciones diplomáticas en 1865, poco después de concluir el mandato de Maximiliano de Habsburgo y tras la decisión del gobierno revolucionario de imponer un concordato de Cuellar.

c. El Presidente de México Carlos Salinas de Gortari se reunió con su colega estadounidense George Bush, en la ciudad de Houston, donde afirmó su voluntad de redoblar esfuerzos para disipar resquemores del Congreso y de los sindicatos de Estados Unidos sobre los peligros de inversión de mano de obra mexicana en caso de supresión de las barreras aduaneras entre ambos paises.

B. CENTRO AMERICA Y EL CARIBE

1. GUATEMALA

a. El Presidente de Guatemala Sr Jorge Serrano Elias, lanzó una propuesta a la Unión Revolucionaria Nacionalista Guatemalteca (URNG) para firmar un acuerdo de paz a partir del 20 de abril de 1991, ofreciendo a los terroristas integrarse al proceso democrático y su seguridad personal. La URNG aceptó la propuesta reuniéndose en México el 24 y 25 de abril con la Comisión

91 08183

Gubernamental, bajo los auspicios de las Naciones Unidas. Los medios de comunicación social y los sectores políticos, sindicales y empresariales expresaron su satisfacción y optimismo por los acuerdos logrados, en el que se comprometieron "a llevar a cabo un proceso de negociación que permita alcanzar la paz en un menor tiempo posible". El Presidente calificó estas negociaciones de muy positivas y anunció una segunda ronda para el 13 y 15 de mayo en un lugar a determinarse.

b. Una delegación de parlamentarios de la URSS planteó al Presidente de la República su deseo de normalizar las relaciones entre ambos paises al concluir una gira por la región centroamericana. Guatemala y la URSS no llegaron a romper oficialmente sus relaciones diplomáticas aúnque de hecho no existe intercambio de Embajadores.

2. EL SALVADOR

a. Representantes del gobierno de El Salvador y dirigentes terroristas del FMLN se reunieron en México del 4 al 29 de abril, bajo los auspicios del representante del Secretario General de las Naciones Unidas Sr Alvaro de Soto para continuar el diálogo de negociación en base a tres temas: 1 - Cese de fuego 2 - Reformas a la Constitución Política 3 - Fuerza Armada. El principal obstáculo en las negociaciones fué la propuesta del FMLN para reformar el artículo 248 de la Constituición Política, sin embargo la idea no prosperó. Las negociaciones fueron críticas, logrando acuerdos al aceptar ambas partes "un paquete reducido" de reformas constitucionales "específicas" y acuerdos políticos "muy puntuales". No se logró un acuerdo de cese al fuego.

b. La nueva Asamblea Legislativa aprobó reformas de 47 artículos de la Constitución Política sobre Sistema Judicial, Derechos Humanos, Sistema Electoral y Fuerza Armada. Entre las principales medidas aprobadas estan la creación de una Policia Nacional Civil, independiente de la Fuerza Armada, esto es indispensable para que el FMLN acepte un cese de fuego y continue el proceso de negociación. Fué aprobado también la creación de una "Comisión de la Verdad" integrada por tres miembros nombrados por el Secretario General de las Naciones Unidas a fin de que investigue violaciones a los derechos humanos cometidas en el transcurso de la guerra. Ambas partes se volverán a reunir a mediados de mayo.

c. El Jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas de los Estados Unidos, Gen Colin Powell, visitó El Salvador reuniéndose con autoridades civiles y militares.

3. HONDURAS

Las Fuerzas Armadas de Honduras y Estados Unidos llevaron a cabo maniobras conjuntas del 1 al 15 de abril en territorio hondureño denominadas Aguas Tara 91. Durante las maniobras, el General Colin Powell visitó Honduras reuniéndose con

autoridades civiles y militares. En sus conversaciones habló sobre democracia, narcotráfico, situación económica y seguridad en la región.

4. NICARAGUA

a. Una delegación de alto nivel de la URSS, encabezada por el Sr Alexander Kokanu, visitó Nicaragua para analizar las relaciones económicas entre ambos paises. La deuda de Nicaragua con la URSS es de más de un billon de dólares aproximadamente. Durante el régimen sandinista la URSS donó más de 300.000 toneladas de petróleo anuales y equipos militares al Ejército Popular Sandinista.

b. Los Reyes de España visitaron el país dentro de la celebración del V Centenario del Descubrimiento de América. El Secretario de Estado español para Asuntos de Seguridad se entrevistó con la Presidente Violeta Vda de Chamorro y autoridades nicaraguenses para coordinar la participación de España en la reorganización de la policia de Nicaragua. Durante su permanencia se suscrivieron acuerdos por medio de los cuales España entregará 50 vehículos para la policia y material de comunicaciones.

c. La Presidente de Nicaragua llegó en visita oficial a Washington, habiendose reunido con el Presidente Bush y el Secretario de Estado, para posteriormente hablar ante el Congreso y la OEA. La administración del Presidente Bush prometió ayuda para financiar la deuda de Nicaragua por 360 millones de dólares.

5. COSTA RICA

a. El Fondo Monetario Internacional autorizó un financiamiento de 119 millones de dólares en beneficio de Costa Rica, para apoyar durante los próximos doce meses los planes de saneamiento económico de ese país.

b. Representantes de Europa, América Latina, Estados Unidos y Organismos Internacionales se reunieron en Costa Rica a principios del mes para constituir la Asociación para el Desarrollo y la Democracia (ADD) en Centro América. La ADD servirá para canalizar esfuerzos multilaterales de los paises desarrollados y organismos internacionales en la asistencia a Centro América.

c. Los Reyes de España visitaron Costa Rica dentro del marco de la celebración del V Centenario del Descubrimiento de América. El Rey Juan Carlos habló ante la Asamblea Legislativa y develó una placa en su honor en el sector Oeste de San José, en el lugar un numeroso grupo de indígenas aprovecharon para protestar con pancartas contra la celebración de la conquista española que denunciaron "como la causa de la ruina y humillación en que aún se encuentran los aborígenes de Centro América".

07

9108183

d. Un terremoto de grado 7.5 en la escala de Richter sacudió la zona atlántica, el epicentro ocurrió en Limón, causando muertos, centenares de heridos y destrucción de casas. La situación es crítica como resultado del siniestro.

6. PANAMA

a. Panamá y Los Estados Unidos han llegado a un acuerdo denominado de "Asistencia Legal Mutua", por el que los bancos panameños permitirán a funcionarios de EEUU adentrarse en sus archivos para investigar delitos de lavado de dinero y crímenes de droga. Este tratado deberá ser ratificado por el Congreso de Estados Unidos y por el Parlamento panameño.

b. La existencia del asi llamado Grupo de Rio, integrado por 12 países latinoamericanos "debilita y le quita vigencia a la OEA" afirmó el Canciller panameño Sr Julio Linares en un informe entregado al Parlamento.

c. Un terremoto grado 7.5, en la escala Richter, sacudió al país, a las 21:57 h del 22 de abril. El epicentro tuvo lugar en la Provincia de Limon en el Caribe Sur, sentiendose en toda Centro América. La zona afectada de Panamá fué la Provincia de Boca del Toro, fronteriza con Costa Rica, causando muertos, centenares de heridos, casas destruidas y otros daños materiales de consideración.

7. BELIZE

El gobierno de Belize está dispuesto a dar una salida al Caribe, a Guatemala a través de su territorio y sus aguas, para resolver el conflicto entre los dos paises afirmó el Ministro de Comunicaciones de Belize Sr Carlos Días. El gobierno de Guatemala ha solicitado al de Belize este corredor de transporte y no territorial como requisito indispensable para reconocer su independencia.

8. HAITI

Los programas haitianos de asistencia económica y social serán apoyados por el Banco Interamericano de Desarrollo, con 12.4 millones de dólares, anunció la institución regional, la cual ha otorgado 33 préstamos al país caribeño en los ultimos 30 años. Aparte de fortalecer las instituciones especializadas, los programas gubernamentales elaborados al respecto permitirán también mejorar los servicios educativos y de nutrición en el país.

9. COLOMBIA

a. Del 1 al 4 de abril se realizó en Bogotá la reunión de los 11 Cancilleres del Grupo de Río con el propósito de fijar su posición ante la cumbre de la Comunidad Económica Europea en Luxemburgo. Asistieron como observadores representantes de Costa

Rica y Jamaica. Se evaluaron las funciones y perspectivas de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), asesora de la ALAC. Igualmente se ofreció pleno respaldo a la nueva democracia de Haití prometiendo "toda la asistencia posible" y se determinó que Bogotá será la sede de la Quinta Cumbre de Presidentes del Grupo de Rio.

b. En Bogotá el Instituto Nacional de Salud informó que, hasta el 15 de abril, se habían detectado en el puerto de Tumaco 42 casos de cólera con la posibilidad de existir 100 personas contagiadas. No ha habido ningún fallecimiento.

c. El 09 de abril el Presidente Gaviria efectuó una corta visita al Ecuador y con su homólogo suscribió acuerdos importantes para fortalecer la Integración Andina, estableciéndose la disminución gradual de los gravámenes arancelarios.

d. Mientras se acerca la posibilidad de que el grupo subversivo Quintín Lame se reincorpore a la vida civil abandonando las armas, se presentó un serio obstáculo para que la Coordinadora Nacional Guerillera (FÁRC-ELN) decida retornar al órden, pues el Episcopado Colombiano anunció que la Iglesia Católica había decidido poner fin a su misión mediadora entre el Gobierno y los bandoleros debido a que "desafortunadamente las exigencias de la CNG resultaron inaceptables para el Gobierno y las garantías ofrecidas por este no lograron credibilidad por parte de los movimientos alzados en armas".

10. VENEZUELA

a. Venezuela se convirtió en el miembro número once del Grupo Central del Programa de No Proliferación Nuclear de las Naciones Unidas, anunció en Caracas el Vice-Ministro de Relaciones Exteriores de ese país, Adolfo Taylhardat.

b. Venezuela, Colombia y México, integrantes del denominado Grupo de los Tres, iniciaron el camino hacia la conformación de una zona de libre comercio, tras el impulso politíco que sus cancilleres le han dado a este propósito. Los tres paises avanzan en el desarrollo de acuerdos de cooperación en materias de transporte, comunicaciones, energéticas y de interconexión eléctrica.

c. Venezuela intenta alcanzar un acuerdo de exploración petrolera con Guatemala, dentro del convenio de cooperación técnica y científica firmada por el Presidente venezolano, Carlos Andrés Pérez y el ex-gobernante de ese país Vinicio Cerezo.

d. Venezuela y Los Estados Unidos firmaron un Acuerdo Marco que estableció un Consejo Bilateral de Comercio e Inversiones, para agilizar e incrementar las relaciones comerciales entre ambos paises, a la luz de la propuesta norteamericana para establecer una zona hemisférica de libre comercio.

09

91 08183

C. AMERICA DEL SUR

1. ARGENTINA

Con el cambio del Ministro de Economía, se puso en marcha un nuevo Plan Económico con significativas modificaciones. El Austral, será de libre convertibilidad con el dólar estadounidense. Mientras tanto, se firmaron importantes acuerdos de intercambio con Alemania, que aseguran la inversión mútua y la protección de los capitales.

2. BOLIVIA

a. Con el fin de analizar la llegada de asesores militares norteamericanos al país, y la vigencia del nuevo Código Legal Minero, el Congreso Boliviano fué convocado de manera extrordinaria por el Presidente Jaime Paz Zamora. El Presidente de la Camara de Diputados, Fernando Kieffer, anticipó que la mayoria congresal oficialista, a la cual pertenece, no tendrá objeciones en aprobar los temas en debate "pese a que se esperan fuertes trabas por parte de parlamentarios opositores".

b. Un contingente de 36 asesores militares norteamericanos arribó el lunes, 23 de abril, a Santa Cruz de la Sierra, con el fin de entrenar a dos Batallones del Ejército boliviano en tácticas de luchas anti-droga. Esta situación produjo manifestaciones de protesta por parte de la población civil y los principales partidos políticos de la oposición.

3. BRASIL

a. El estatal Banco do Brasil refutó categoricamente, el 8 de abril, las acusaciones formuladas por el Departamento del Tesoro de Estados Unidos, sobre su implicación, a través del Banco Brasileño-Iraquí (BBI), en una red internacional de ayuda al Presidente Saddam Hussein. Estas acusaciones "son absurdas e incompatibles con las tradiciones de seriedad de la institución", afirmó el Banco do Brasil en nota oficial. El Banco do Brasil, en su nota, tras recordar que comparte en forma igualitaria las acciones del BBI con el Rafidain Bank de Iraq, afirmó que este banco fué creado en 1982, a través de un tratado internacional entre los dos países y en un momento "en que la situación internacional presentava a Iraq como un interesante socio comercial". Desde su creación, el BBI actua apoyando las exportaciones brasileñas dentro de los límites determinados por las normas de las autoridades económicas de Brasil. Por tanto, agregó la institución "en ningún momento hizo transacciones comerciales que hiriesen la legislación brasileña ni las decisiones de la ONU con respecto a Iraq, desde que estalló el conflicto en el Golfo Pérsico el año pasado. A continuación, el Banco do Brasil, subrayó que desde el establecimiento de sanciones económicas contra Iraq, en agosto de 1990, el BBI "dejó de financiar exportaciones hacia el citado país, y de realizar cualquier otro tipo de negocios".

b. Brasil subscribió el 8 de abril, en Nueva York, un acuerdo con sus acreedores de la banca privada para el pago de los intereses atrasados de la deuda pública externa, acumulada hasta el 31 de diciembre de 1990, por un valor de unos 8.000 millones de dólares. La deuda pública externa se eleva a unos 54.000 millones de dólares de un total de 122.200 millones de dólares de deuda externa de Brasil. Por el acuerdo, el gobierno brasileño deberá pagar, antes que se acabe este año, 2.000 millones de dólares, que representan el 25 por ciento de los intereses atrasados. El 75 por ciento restante serán transformados en bonos pagaderos a diez años y tres de carencia, y amortizaciones semestrales crecientes.

4. CHILE

a. El Presidente chileno Patricio Aylwin anunció, el 5 de abril, una acción a fondo contra todos los grupos terroristas y llamó a todos los chilenos, "mas allá de las diferencias ideológicas", a colaborar con esta tarea. El gobernante se refirió a la situación creada en el país por el asesinato en la noche del primero de abril del Senador de la opositora Unión Democrática Independiente (UDI) Jaime Guzman.

b. Chile descartó un posible acuerdo con Argentina para establecer una "soberania compartida" en la zona limítrofe de Laguna del Desierto, 1.800 kilómetros al Sur de Santiago, donde ambos paises reclaman derechos territoriales, informó el 12 de abril la Cancilleria.

c. El gobierno chileno aceptó, el 19 de abril, una petición de las Naciones Unidas para enviar un contingente militar a la frontera entre Iraq y Kuwait y el 27 de abril el Presidente Patricio Aylwin despidió a 50 oficiales y soldados de la Fuerza Aérea de Chile (FACH) que engrosarán la Fuerza de Paz de la ONU.

d. La Cancilleria chilena confirmó, el 24 de abril, en Santiago, el restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Chile e Irán, las que permanecían interrumpidas desde hace casi once años.

e. El Presidente de Chile Patricio Aylwin realizó una gira de tres semanas, por Europa, en la cual visitó España, Gran Bretaña, Holanda, Francia, Luxemburgo, Italia, Vaticano y Alemania. En esta gira el Presidente hizo importantes contactos para estrechar las relaciones entre Chile y estas naciones de Europa.

5. ECUADOR

a. Ecuador y Colombia van a eliminar todas las restricciones y todas las formas de comercio administrado de productos ecuatorianos y colombianos, anunció el Presidente de Colombia, Cesar Gaviria, en su visita de siete horas a Quito, donde se entrevistó con su homólogo de Ecuador, Rodrigo Borja.

b. La IV Reunión del Comite Regional Intergubernamental del Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe, que integran los Minitros de Educación de todos los paises de la región, evaluará en Quito la marcha de planes para erradicar el analfabetismo y generalizar la educación básica en el área.

6. GUYANA

En Georgetown, el 26 de abril, el Consejo de Cooperación de Suriram y Guyana en su reunión inaugural de cuatro días analizó la forma de involucrarse e integrarse más estrechamente al sistema Latino-Americano así como de incrementar sus actividades en el marco del Tratado de Cooperación de la Amazonía.

7. PARAGUAY

a. Como parte de una ofensiva política comercial, el gobierno paraguayo, restableció relaciones diplomáticas con Polonia, Hungría y Checoeslovaquia, interrumpidas desde hace 40 años.

b. El 26 de abril fué acribillado a balazos en la ciudad de Pedro Juan Caballero, el periodista paraguayo Santiago Leguizamon, quien en vida ocupó la dirección de la "Radio Mourucuya" de Pedro Juan Caballero y fué corresponsal del "Diario de Noticias" y del "Canal 13" de televisión. Leguizanón fué el primer periodista asesinado en toda la historia de la prensa paraguaya por denuncias efectuadas contra la corrupción. Según ABC Color, el periodista fué sentenciado a muerte por haber colaborado en destapar el monopolio del contrabando por parte de una organización que domina el comercio de la soja, del café y del narcotráfico.

c. Paraguay podria convertirse en un gran desierto en los próximos 20 o 30 años, si continua la tala sistemática e indiscriminada de bosques con su consiguiente peligroso desequilibrio del medio ambiente, advirtieron en Asunción dirigentes ecologistas en entrevista a los periodistas. El suelo paraguayo, con una superficie de 406.635 km2, claramente dividido por el Rio Paraguay en dos grandes regiones, la occidental (Arida) y la oriental (Boscosa), ha sido extenuado en los últimos 30 años por grandes agricultores e industriales bajo la envoltura de la impunidad por falta de legislaciones para la conservación de la naturaleza.

8. PERU

a. El Presidente Alberto Fujimori, que retornó el 13 de abril de una prolongada gira de 11 días por Japón y la República Popular China, declaró que "Estados Unidos podría liderar el Grupo de Apoyo" para viabilizar la reinserción del Perú en el Sistema Financiero Internacional.

b. El Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA) está dispuesto a dialogar con el Presidente Alberto Fujimori, si realmente soluciona los problemas del "hambre, la miseria y el desempleo" que padece el pueblo peruano, sostuvo Lucero Curupa, cabecilla prófuga de esa agrupación.

c. El gobierno peruano anunció la entrega de 20 millones de dólares para una campaña de salud contra el cólera y 100 millones adicionales para proyectos de saneamiento ambiental. Las autoridades médicas interpretan como una lucha "realista" contra la epidemia que ha causado, hasta fines del mes, 1.108 muertos y ha afectado 145.000 personas.

d. Según reveló el Senador Enrique Bernales, Presidente de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, con la muerte de 2.129 personas en los 9 meses del actual régimen, la violencia terrorista en Perú recrudeció a un promedio de 6 muertos por día en 1991. Explicó que en abril se produjeron 152 atentados terroristas en todo el territorio nacional, de los cuales 70 fueron en Lima, 11 en la costa, 54 en la sierra y 17 en la selva.

9. SURINAM

En Paramaribo, el Gobierno no aceptó el ofrecimiento hecho por Venezuela sobre apoyo para las elecciones programadas para el próximo 25 de mayo. El Canciller indicó que en el proceso electoral sólo participarán como observadores organismos regionales, específicamente la OEA y CARICOM, sin embargo, una delegación del Congreso de Estados Unidos estará presente como observadora, también del Centro Carter.

10. URUGUAY

a. El Presidente de Uruguay Luis Alberto Lacalle asistirá a la reunión cumbre de mandatarios Iberoamericanos que se realizará los dias 17 y 18 de julio en Guadalajara, México. La cumbre Iberoamericana forma parte de los festejos por los 500 años del descubrimiento de América.

b. Uruguay y EEUU, firmaron un importante acuerdo jurídico que permitirá un control más estricto y ágil sobre los procesos de lavado de dinero y el ingreso de capitales al circuito financiero.

IV. ORGANIZACIONES INTERNACIONALES

A. BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID)

Aunque sigue habiendo nubarrones en el horizonte, América Latina tiene razones para ser optimista, ya que está apuntalando su desarrollo sobre bases sólidas y mejorando su capacidad de competir en los mercados Internacionales, dijo en declaraciones a la prensa el Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Enrique Iglesia.

9108183

B. ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU)

El Presidente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas formalmente notificó al Embajador iraquí Abdul Amir Anbari, en la tarde de 11 de abril, que el cese de fuego en la Guerra del Golfo Pérsico estaba en vigor. La Resolución del Consejo de Seguridad no. 687 estableciendo un permanente cese del fuego prevee un tiempo de 120 días para importantes eventos. Algunas de las fechas son:

a. Hasta el 18 de abril, Iraq debe enlistar la localización, cantidades y tipos de todos los armamentos químicos y biológicos y todos los materiales "usables en armas nucleares". También debe revelar la localización de los misiles Scud y de otros misiles balísticos con alcance superior a 90 millas.

b. Hasta el 03 de mayo, el Secretario General de la ONU debe solicitar al Consejo de Seguridad la aprobación de un plan de crear un fondo especial para regular los pagamentos de indemnización de Iraq a Kuwait.

c. Hasta el 18 de mayo, el Secretario General debe someter propuesta al Consejo de Seguridad estableciendo una comisión para desarrollar un plan para inspeccionar y destruir todas las armas iraquíes de destrucción de masa. La comisión tendrá 45 días para ejecutar el plan.

d. Hasta el 02 de junio, el Secretario General debe solicitar al Consejo para aprobar nuevas instrucciones para reforzar el embargo de armas contra Iraq. El Consejo también revisará periodicamente el corriente embargo a los bienes civiles no esenciales y podrá modificarlo o cancelarlo.

e. Hasta 01 de agosto, el Consejo de Seguridad revisará la prohibición de venta de armas a Iraq "tomando en consideración el cumplimiento, por parte de Iraq, con las resoluciones y el progreso general sobre el control de armamentos en la región".

C. ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

1. El Secretario General de la Organización de Estados Americanos (OEA), Joao Clemente Baena Soares, afirmó que la creación del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) "marca un paso de avanzada en el impostergable proceso de integración latinoamericana".

2. El Embajador del Perú ante la OEA, Luis Karchano Stems, depositó en la Secretaria General de esa entidad el protocolo de ratificación de la Convención Interamericana para Prevenir y Sancionar la Tortura. Con este acto se elevó a nueve el número de paises que han ratificado la convención: Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, México, República Dominicana, Surinan y Perú.

3. La Organización de Estados Americanos, podría plantearse la revisión de los procedimientos y normas para la observación de los procesos electorales, si prospera la iniciativa de varios Embajadores que han considerado conveniente que se lleve a cabo un examen político de las mismas. Esto se produce después de que el Secretario General de la Organización, presentó los resultados de la reciente observación en el Salvador.

D. GRUPO DE RIO

Los Cancilleres del Grupo de Rio reunidos en Bogotá, delinearon la posición que llevarán a la cumbre de la Comunidad Ecónomica Europea en Luxemburgo, a realizarse a finales del mes de abril, igualmente se estudiaron las propuestas de cooperación que en diferentes áreas han presentado países como Hungria, Unión Soviética y Rumania.

E. COMUNIDAD ECONOMICA EUROPEA (CEE)

Se realizó en Sevilla, España, la X Conferencia Interparlamentaria de las Cámaras Regionales de América Latina y la CEE. En esta conferencia se evidenció la voluntad de intensificar la cooperación política y económica entre las dos organizaciones y se hizo ver además la preocupación de que, por apoyar en la reconstrucción del Este Europeo, se desatiendan o minimicen las ayudas a América Latina.

F. FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI)

1. El Fondo Monetario Internacional (FMI) espera que en Latinoamérica se produzca una paulatina recuperación económica entre 1991 y 1992, después del índice negativo de 1,0 por ciento registrado en 1990. Los expertos del FMI prognostican un modesto crecimiento para la región de un 1,0 por ciento en 1991 y de un 3,3 por ciento para 1992, siempre que los gobiernos apliquen y mantengan sus programas de ajuste estructural. En sus previsiones económicas mundiales, dadas a conocer el 24 de abril, el FMI pronostica una recuperación económica para las naciones mas industrializadas, lo que según los expertos del Fondo tendrá un efecto positivo en los países latinoamericanos.

2. Europa se distanció de la propuesta norteamericana para crear en el Banco Interamericano de Desarrollo, un fondo multilateral destinado a fomentar las inversiones en Americá Latina y el Caribe, asi como un movimiento alentado por Washington para que el banco otorgue préstamos directos al sector privado. John Faint, delegado del Reino Unido a la asamblea anual del Banco, la cual se realizó en Japón, dijo que su gobierno no ésta persuadido de la necesidad del fondo propuesto por el presidente Bush y estimó asimismo que la idea de envolver al banco en préstamos al sector privado "requiere considerable más reflexión".

9108183

G. SISTEMA ECONOMICO LATINOAMERICANO (SELA)

La recuperación del crecimiento económico y la inversión privada, tanto local como exterior, son los grandes retos planteados en Améria Latina en la década de los noventa, señala un informe del Sistema Economico Interamericano (SELA). Este informe destaca que la participación del sector industrial en el Producto Interno Bruto (PIB) de América Latina que en 1980 era de más del 24 por ciento, comienza a disminuir en más de dos puntos en los años siguientes, debido a la crisis económica y financiera que azoto a la región.

Nº DOCUMENTO .....
TITULO S.I.P.
PROCEDENCIA El País 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 140691
VINCULACIONES S.I.P. 12688

SE DICE

—QUE en la última reunión de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) en mayo pasado en Miami, hubo críticas para varios países incluyendo EE.UU. por restringir información durante la Guerra del Golfo.

—QUE actualmente preside la nombrada sociedad el Director de "O Estado de San Pablo", Julio César Ferreira.

FICHAR

ENTRADA .....
FECHA 14 ABR

01.01

9108184

Nº DOCUMENTO
TITULO ANTARTIDA
PERIODICO LA MAÑANA 150015
FECHA DE PRODUCCION 9/6/91
VINCULACIONES Antártida 12757
ROL 10020

Antártida: base también

ración será a f

EL Instituto Antártico Uruguayo aspira a contar con una nueva base científica, para lo que ya se realizaron algunos sondeos cartográficos en el continente helado "para un futuro posible asentamiento", reveló a LA MAÑANA el director de esa repartición, Gral. Mario Aguerrondo.

Asimismo, anunció que en los próximos meses se realizarán ampliaciones en la base Artigas, donde se construirá un alojamiento para mujeres, con el propósito de que las investigadoras y científicas puedan residir en la Antártida durante el tiempo que realizan sus trabajos.

La base científica uruguaya, que está ubicada en la isla Rey Jorge, comparte el territorio con instalaciones de Chile, China, Unión Soviética, Corea, Argentina, Polonia y Brasil. Existe "apoyo recíproco" y algunas veces se produce intercambio de víveres entre los integrantes de las distintas bases. "En el ambiente antártico no hay diferecias por razones de raza, o de ideología, ahí la convivencia es muy buena", dijo Aguerrondo.

Uruguay tiene alojados actualmente en la base Artigas 12 personas, algunos de ellos encargados del mantenimiento de las instalaciones, en tanto, que otros están realizando estudios de la ionosfera y en el área de meteorología. El Instituto Antártico prevé continuar con nuevos estudios a partir de octubre, para lo que comenzaría a recibir proyectos en las denominadas ciencia de la tierra, de la atmósfera y de la vida, el mes próximo.

Ampliaciones

Consultado sobre la capacidad de las actuales instalaciones, el funcionario sostuvo que si bien el propósito es "mejorarlas, reformarlas y ampliarlas" hasta dejarlas "en un nivel óptimo", la base cuenta actualmente con capacidad para 60 personas. Explicó que de presentarse nuevos proyectos, que demanden una cantidad mayor de expertos en los trabajos, será necesario aumentar las viviendas e infraestrucutra existente.

Sobre la creación de una nueva base explicó que " es una de las aspiraciones (del Instituto Antártico), aunque reveló que efectivos de la Marina y funcionarios del Instituto realizaron una travesía hacia el sur, "para un futuro posible asentamiento, y una eventual base" en el continente Antártico.

Al referirse al alojamiento para mujeres, explicó que se aguarda poder transportar los materiales para la obra, con el propósito que en la próxima temporada-que coincide con los meses de verano- se pueda habilitar.

El presupuesto de mantenimiento de la base Artigas en la Antártida, oscila en los U$S 900.000 anuales, de acuerdo a estimaciones efectuadas por técnicos del Instituto Antártico. Cuando se registra escasez de alimentos, por motivos climáticos o materiales que impiden su traslado, las provisiones se obtienen en bases vecinas y cuando reciben aprovisionamiento devuelven lo prestado, según se informó.

Los traslados de materiales de estudio, combustible y alimentos se hacían hasta hace poco en un avión Fairchild de la Fuerza Aérea, que actualmente está en reparación. Ahora los traslados se están realizando en un avión C 212, así como en el Pedro Campbell, y posiblemente en un futuro, en otras embarcaciones de la Marina.

El gobierno anunció tiempo atrás la adquisición de dos aviones Hércules C 130, uno de los cuales realizaría viajes a la Antártida, por su excelente capacidad de maniobra que le permite aterrizar en 500 metros con 20 toneladas de carga. La pista de aterrizaje en la isla Rey Jorge, controlada por funcionarios de la base de Chile debido a su proximidad geográfica, dista cuatro kilómetros de la base uruguaya. ■

ENT ✓ HA-

01.01 9108185

TITULO: ANTARTIDA Base
PUBLICACION: LA MAÑANA 150015
FECHA DE PUBLICACION: 9/6/91
VINCULACION: Quintanilla 12757
ROL 10020

Antártida: base también para mujeres

EL Instituto Antártico Uruguayo aspira a contar con una nueva base científica, para lo que ya se realizaron algunos sondeos cartográficos en el continente helado "para un futuro posible asentamiento", reveló a LA MAÑANA el director de esa repartición, Gral. Mario Aguerrondo.

Asimismo, anunció que en los próximos meses se realizarán ampliaciones en la base Artigas, donde se construirá un alojamiento para mujeres, con el propósito de que las investigadoras y científicas puedan residir en la Antártida durante el tiempo que realizan sus trabajos.

La base científica uruguaya, que está ubicada en la isla Rey Jorge, comparte el territorio con instalaciones de Chile, China, Unión Soviética, Corea, Argentina, Polonia y Brasil. Existe "apoyo recíproco" y algunas veces se produce intercambio de víveres entre los integrantes de las distintas bases. "En el ambiente antártico no hay diferecias por razones de raza, o de ideología, ahí la convivencia es muy buena", dijo Aguerrondo.

Uruguay tiene alojados actualmente en la base Artigas 12 personas, algunos de ellos encargados del mantenimiento de las instalaciones, en tanto, que otros están realizando estudios de la ionosfera y en el área de meteorología. El Instituto Antártico prevé continuar con nuevos estudios a partir de octubre, para lo que comenzaría a recibir proyectos en las denominadas :ciencia de la tierra, de la atmósfera y de la vida, el mes próximo.

Ampliaciones

Consultado sobre la capacidad de las actuales instalaciones, el funcionario sostuvo que si bien el propósito es "mejorarlas, reformarlas y ampliarlas" hasta dejarlas "en un nivel óptimo", la base cuenta actualmente con capacidad para 60 personas. Explicó que de presentarse nuevos proyectos, que demanden una cantidad mayor de expertos en los trabajos, será necesario aumentar las viviendas e infraestrucutra existente.

Sobre la creación de una nueva base explicó que " es una de las aspiraciones (del Instituto Antártico), aunque reveló que efectivos de la Marina y funcionarios del Instituto realizaron una travesía hacia el sur, "para un futuro posible asentamiento, y una eventual base" en el continente Antártico.

Al referirse al alojamiento para mujeres, explicó que se aguarda poder transportar los materiales para la obra, con el propósito que en la próxima temporada-que coincide con los meses de verano- se pueda habilitar.

El presupuesto de mantenimiento de la base Artigas en la Antártida, oscila en los U$S 900.000 anuales, de acuerdo a estimaciones efectuadas por técnicos del Instituto Antártico. Cuando se registra escasez de alimentos, por motivos climáticos o materiales que impiden su traslado, las provisiones se obtienen en bases vecinas y cuando reciben aprovisionamiento devuelven lo prestado, según se informó.

Los traslados de materiales de estudio, combustible y alimentos se hacían hasta hace poco en un avión Fairchild de la Fuerza Aérea, que actualmente está en reparación. Ahora los traslados se están realizando en un avión C 212, así como en el Pedro Campbell, y posiblemente en un futuro, en otras embarcaciones de la Marina.

El gobierno anunció tiempo atrás la adquisición de dos aviones Hércules C 130, uno de los cuales realizaría viajes a la Antártida, por su excelente capacidad de maniobra que le permite aterrizar en 500 metros con 20 toneladas de carga. La pista de aterrizaje en la isla Rey Jorge, controlada por funcionarios de la base de Chile debido a su proximidad geográfica, dista cuatro kilómetros de la base uruguaya. ■

HA-

01 . 01 9108185

TITULO EEUU
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA 19/06/91
VINCULACIONES 12757
EEUU 65890

190691 Jornal do Brasil **Ciência**

EUA decepcionam delegados na reunião sobre Antártica

MADRID — A maioria dos representantes das 39 delegações que participam da Conferência de Proteção Ambiental da Antártica está profundamente decepcionada com a posição dos Estados Unidos em relação à preservação da Antártica. Os americanos retiraram o seu apoio ao compromisso assumido no final de abril — que garantia a preservação da Antártica por 50 anos e continha cláusulas que tornavam o acordo praticamente permanente.

Segundo a decisão de abril assumida pelos 39 países signatários do Tratado Antártico, a proibição da exploração dos recursos minerais da Antártica só poderia ser alterada com o apoio de três quartos dos 39 países (entre eles 26 membros com direito a voto, direito esse obtido pelos países que mantiveram estações de pesquisa científica no continente gelado.

No lugar do acordo formalizado em abril, os Estados Unidos querem que, após os 50 anos de resguardo, a proibição seja levantada automaticamente no caso de não se chegar a um novo consenso dentro dos cinco anos seguintes.

Um delegado de uma país europeu falou em "catástrofe", referindo-se ao fato de que o protocolo deve ser promulgado imediatamente e assinado até o dia 23, domingo, quando expira o Tratado Antártico, firmado há 30 anos. França, Alemanha, Austrália, Itália, Nova Zelândia e outros países, inclusive o Brasil, anunciaram "duras negociações", porque o tempo joga contra eles. A delegação da França qualificou a posição dos Estados Unidos de "inaceitável". Argentina, Chile e Uruguai expressaram um moderado otimismo, na esperança de que brevemente imponha-se um "consenso antártico".

Ozônio — Um dia antes da abertura da segunda reunião do Comitê Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que se começa hoje em Genebra, o cientista britânico Joe Farman, que descobriu o buraco de ozônio na Antártica, afirmou que os gases alternativos empregados pela indústria para substituir os clorofluorcarbonos (CFCs) — que destroem a camada de ozônio — aceleram o aquecimento da atmosfera. Segundo Farman, as emissões dos gases hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) e hidrofluorcarbonos (HFCs), propostos pela indústria para substituir os CFCs na fabricação de aparelhos de ar-condicionado e de geladeiras, duplicariam a taxa de aquecimento da atmosfera em relação ao aquecimento que seria provocado pelos CFCs.

HA

01.01 9108186.

DOCUMENTO
TEMA: EEUU
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA 18/06/91
VINCULACIONES 12757
EEUU 65890

EUA mudam de idéia e ameaçam acordo que preserva Antártica

(F. 2) (J. do B.) 18/06/91

Angela Duque

MADRI — Uma mudança de posição dos Estados Unidos e da Inglaterra está ameaçando o acordo, celebrado em abril pelos 39 países signatários do Tratado Antártico, que proíbe pelos próximos 50 anos qualquer atividade de mineração e de prospecção de petróleo na Antártica.

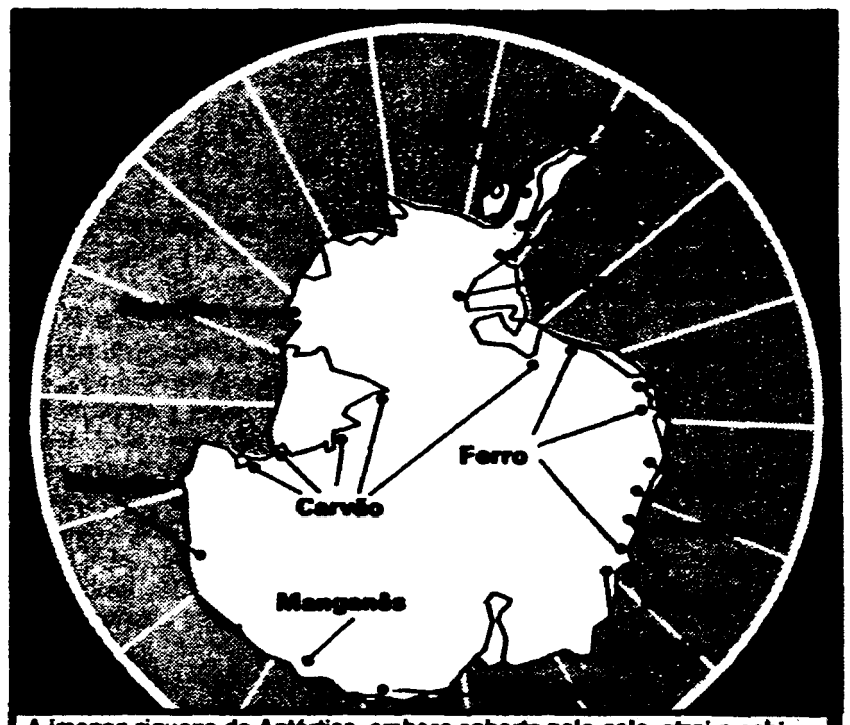
Pelo acordo, que seria ratificado na conferência que começou ontem em Madri, qualquer modificação nas regras teria que ser precedida pela consulta aos 39 países signatários do Tratado Antártico e pela ratificação através do voto unânime dos 26 países que têm direito a voto no Tratado.

Agora, Estados Unidos e Inglaterra querem suavizar a cláusula que estabelece as regras para uma eventual modificação do acordo. Embora não discorde da proibição de qualquer exploração por 50 anos, os Estados Unidos querem que, ao fim deste prazo, qualquer país possa apresentar uma proposta de modificação, que deverá ser aprovada nos três anos seguintes sem a obrigatoriedade de unanimidade dos 26 países com direito de voto. A nova posição dos Estados Unidos e da Inglaterra foi divulgada apenas 48 horas antes da conferência, que vai até o dia 23. "A postura dos Estados Unidos foi mal interpretada na reunião do mes passasdo", disse Curtis Bohlen, chefe da delegação americana em Madri.

Ainda segundo a proposta americana, se dentro de 53 anos (os 50 previstos hoje, mais os três de discussão sobre eventuais mudanças) não houver acordo, qualquer país poderá romper o protocolo e iniciar exploração mineral em dois anos.

Para se chegar ao acordo de abril, foi fundamental a mudança da posição do Japão e da Alemanha.

Um continente de riquezas



A imensa riqueza da Antártica, embora coberta pelo gelo, atrai a cobiça de vários países e vem impedindo a formalização de um acordo que garanta sua preservação.

Estes dois países integravam o grupo liderado pelos Estados Unidos, a favor da proibição de qualquer exploração por apenas 30 anos. A mudança de posição dos delegações japonesa e alemã permitiu o fim do impasse a favor do atual acordo — que agora é ameaçado pela proposta americana e inglesa.

A Coalisão do Oceano Antártico e Sul, que agrupa 200 organizações ecologistas de 49 países criticou a posição americana que, na opinião dos ecologistas, equivale à derrubada dos acordos conseguidos em abril depois de difíceis negociações.

A assinatura do acordo, seja que conteúdo tiver, está previsto para o próximo domingo, dia do 30º aniversário da entrada em vigor do Tratado Antártico. Além das regras para a exploração dos recursos minerais do continente gelado, o novo acordo vai regular também a atividade turística e colocar limites para a poluição gerada pelas atividades científicas.

HA

01 - 01 9108187

Nº DOCUMENTO
TITULO: Bloquean acuerdo
PROVENIENTE: LA PRENSA
FECHA DE PRODUCCION: 18/06/91
VINCULACIONES: Antártida 12757-
EE.UU. 65890

Bloquean convenio sobre la Antártida

Madrid (Reuter) – Un tardío intento por parte de Estados Unidos para mantener sus opciones abiertas sobre la explotación de las riquezas de la Antártida ha hecho morigerar las esperanzas de un pronto acuerdo sobre un pacto para salvaguardar el último continente no contaminado del mundo.

Grupos ecologistas habían expresado la esperanza de que los 39 miembros del Tratado Antártico firmaran un convenio para preservar el sector contra los intentos de aprovechamiento de sus recursos durante, por lo menos, 50 años –probablemente mucho más –durante una reunión que se inició ayer en Madrid.

La fecha sugerida para la firma es el 23 de junio, cuando se cumple el trigésimo aniversario del tratado.

Una reunión celebrada aquí sobre el tratado en abril produjo una propuesta en favor de una veda de 50 años. Wáshington objeta una cláusula que estipula que la moratoria no podría ser levantada posteriormente sin el aval de los 26 miembros consultivos del tratado las naciones que tienen pleno derecho a voto.

"Se ha llegado a la conclusión de que esto equivaldría a una prohibición permanente. Siempre nos hemos opuesto a una veda permanente sobre las actividades en la Antártida", declaró el jefe de la delegación estadounidense, Curtis Bohlen.

"Es una cuestión de principio. No debemos interferir con el derecho de las futuras generaciones a adoptar decisiones", agregó Bohlen.

La propuesta de abril daría a todas las naciones miembros consultivos facultad de veto contra intentos de levantar o enmendar la proscripción de actividades de minería. Wáshington propicia una cláusula en el tratado que permita a cualquier país retirarse del acuerdo de prohibición si una enmienda por él propuesta no es aprobada en un plazo de tres años.

Ningún país realiza actualmente actividades de explotación minera en la Antártida, pero algunos geólogos estiman que puede albergar depósitos de minerales estratégicos además de petróleo y gas.

John Mc Carthy, principal delegado de Australia –que con Francia han propiciado la idea de un parque mundial en la Antártida– describió la actitud de Estados Unidos como decepcionante y señaló que no ve apoyo en favor de ella.

"Espero que firmaremos un acuerdo al 23 de junio, ciertamente haremos todo lo posible con ese fin", señaló Mc Carthy.

Los grupos ecologistas se mostraron indignados por la posición norteamericana.

"Este último intento de Estados Unidos por socavar la protección ambiental en la Antártida es un esfuerzo totalmente evidente por mantener el derecho a realizar actividades mineras en la Antártida", subrayó Paul Bugge, director de la campaña antártica de Greenpeace.

L. Prensa 180691

FA- KA-

01.01

9108188

Nº. DOCUMENTO
TITULO PROHIBIERON REALIZAR ACTIVIDADES MINERAS Y PETROLERAS EN ANTARTIDA
PROCEDENCIA El Pais
FECHA DE PROCEDENCIA 26.06.91
VINCULACIONES Autoridades 12757

EN TORNO A LA ANTARTIDA

Luego de muchos meses de negociaciones, especulaciones y declaraciones, los países del Tratado Antártico firmaron en la Reunión Consultiva de Madrid, la prohibición de realizar actividades mineras y petroleras tanto de extracción como de prospección en el continente blanco por los próximos cincuenta años.

Esta decisión se espera sea ratificada por los gobiernos signatarios de modo tal que adquiera rango de protocolo y, por lo tanto, vigencia efectiva.

El proyecto incluye la declaración a la Antártida como "reserva natural destinada a la paz y la ciencia", vieja aspiración de muchos gobiernos, instituciones y personas comprometidas con la conservación de la última región casi virgen del planeta, que contiene además el 70% de las reservas de agua dulce del globo, desempeña un papel importante en la climatología mundial y constituye una reserva fundamental de fauna oceánica.

En buena medida se mantiene el espíritu original del Tratado de Washington en 1959, ratificado dos años después.

Por esta vía se concretaría la primera gran demostración de los gobiernos más influyentes del mundo de su compromiso en cambiar las políticas externas basadas casi exclusivamente en prioridades económicas.

Subsidiariamente el asunto involucra otro polémico tema para la reflexión. Luego que las naciones desarrolladas han sobre explotado sus territorios para construir sus poderosas economías durante décadas, no tolerando desde luego ninguna clase de injerencia foránea, ¿no resulta sugestivo que en temas de tanta proyección de futuro como la Antártida o la Amazonia se insista en la idea de patrimonios de la humanidad y zonas para el desarrollo científico internacional? Observando la nómina de las 39 naciones que constituyen el Tratado Antártico, ¿por qué razón en el Tratado del Artico no figuran países del hemisferio Sur?

ENT V
C HA-

01.01

9108189

Ar e água levam poluição ao Ártico

Universal Science News

BROUGHTON ISLAND, ÁRTICO — Uma região quase desabitada do Ártico — e livre da presença de indústrias — está contaminada por resíduos industriais e agrícolas. O ar e a água estão levando os poluentes à terra dos esquimós e só agora está começando a busca das exatas fontes da poluição.

Mas o que mais surpreende os estudiosos é que os habitantes do Ártico, que tiveram pouco ou nenhum contato com a vida industrializada, parecem estar acumulando toxinas em seus corpos de forma muito mais rápida do que pessoas que vivem expostas aos poluentes.

"Agora sabemos que nenhuma parte do mundo está imune às conseqüências das atividades praticadas em outras áreas", comenta Kevin Lloyd, diretor do Departamento para a Vida Selvagem dos Territórios do Norte do governo americano.

A maior instalação de produção de Broughton Island — a vila onde foi constatada a contaminação — é uma sala de costura, onde mulheres confeccionam casacos com pele de caribus. Os cerca de 450 esquimós vivem da caça e da pesca — como seus ancestrais vêm fazendo por milhares de anos. No idioma dos esquimós — o inuktitut — não existe sequer uma palavra para *poluição*. Broughton Island é, enfim, o último lugar que alguém associaria à poluição.

Indiferença — Entretanto, esse lugar remoto e pacífico está pagando pelas vidas confortáveis e altamente industrializadas que outras pessoas levam a muitos milhares de quilômetros de distância. Em 1989, os moradores da vila ficaram sabendo que têm níveis mais altos de PCBs (policloreto de bifenila) no sangue do que qualquer outra população da Terra — excluídas as vítimas de acidentes industriais. Um dos habitantes da vila tinha concentrações de PCB cinco vezes mais alta do que o nível máximo aceitável.

Até recentemente, pouco se sabia sobre a poluição química no Pólo Norte. Já no fim da década de 1960, cientistas encontraram DDT and PCBs no tecido de animais nativos, mas não havia indícios suficientes para coordenar investigações mais profundas e a descoberta ganhou pouca atenção em geral. "Na época, ninguém deu maior importância ao fato", relembra Derek Muir, um pesquisador do Instituto Freshwater, do governo canadense.

Os esquimós estão sofrendo pelos hábitos alheios

Mas esta indiferença acabou em 1984, quando o Canadá enviou uma equipe de cientistas para verificar a presença de substâncias químicas em cinco estações abandonadas de observação estratégica militar — o que restou de 42 estações construídas pelos governos canadense e americano para prevenir ataques soviéticos em plena *Guerra Fria* , na década de 1950. As estações foram simplesmente abandonadas, com tudo o que continham, segundo Garth Bangay, do Departamento de Assuntos Indígenas do Canadá, que coordenou a investigação do material abandonado pelas equipes que faziam plantão nas estações.

Sem surpresa, as equipes de investigação encontraram velhos barris de solventes e lama suja, toda espécie de equipamento elétrico e grandes quantidades de PCBs — usados nos equipamentos elétricos da época. Mas, à medida que as pesquisas progrediam, os cientistas descobriram que as estações eram o que menos suscitava preocupação, já que a variedade de poluentes era maior do que o que foi encontrado nas estações e porque a poluição estava dispersa em pontos muito distantes do Ártico, longe demais das estações.

01.01

9108190

EL PAIS
031091
Sección 12773-

15 URUGUAYOS

EL PAIS — Lunes 3 de Junio de 1991 INFORMACION

• ESTARIAN RETENIDOS POR SECTAS

* No Podrían Volver Desde el Exterior Afirma Padre Elizaga

* 250.000 Jóvenes Fanatizados y Explotados por las Sectas

EL PAIS está en condiciones de informar que alrededor de 15 uruguayos mayores de edad estarían retenidos contra su voluntad en el exterior por alguna secta o nueva religión que se ha propagado como el agua por todo el continente ingresando en las entrañas de nuestras sociedades.

Así lo afirmó a EL PAIS el Consultor de la Santa Sede para el tema de sectas y nuevas religiones en América Latina, el sacerdote carismático uruguayo Padre Julio César Elizaga, párroco de la parroquia de Belén, en Malvín Norte.

El Padre Elizaga sostuvo que existen movimientos que fanatizan especialmente a los jóvenes y que los conducen a una separación de la familia poniéndolos en contra de sus padres y que terminan sacándolos del país.

"Tengo una cantidad de casos en estudio, padres preocupados de Montevideo y de todo el país, padres angustiados que quieren saber de sus hijos y que me manifiestan que están en poder de sectas. Pasa que por lo general son mayores de edad y que si bien son libres para hacer lo que quieran, pero en muchos casos existen presiones sicológicas y lavados de cerebro contrarios a las normas de conducta de una sociedad. Yo apoyo la libertad de cultos, pero siempre y cuando sean creencias y cultos religiosos".

Precisó Elizaga que sabe de casos que los hacen trabajar honorariamente y que existen casos de explotación humana en esos grupos.

Al preguntársele si existen uruguayos detenidos contra su voluntad en poder de sectas y/o nuevas religiones en el exterior, el Consultor para el Vaticano afirmó categóricamente: "yo no diría desaparecidos, pero diría que atraídos por las sectas han sido s... se encuentran fuera del país en estos momentos y de muchos de ellos no se sabe nada solamente que fueron sacados del país, en este momento pienso que son todos mayores de edad, y que hay unos doce o quince chicos y chicas que fueron llevados fuera del país", expresó con mucha firmeza.

■ ¿QUIENES ACTUAN?

Podemos anunciar que en Uruguay existen los siguientes grupos: Exclusivistas cristianos, Paracristianos, Orientales, Esotéricos, Espiritistas, afrobrasileños, Sincretismo Islámico, Japonesas y Varias.

En síntesis podemos afirmar, dice el Padre Elizaga en su libro, que junto a la Iglesia Católica en Uruguay: 50.000 judíos, 30 musulmanes, 13.000 ortodoxos, armenios, griegos, rusos (Iglesias de Oriente), 60.000 protestantes o evagélicos, 8.000 Apostólicos, 5.000 Adventistas del Séptimo Día, 40.000 Mormones, 15.000 Testigos de Jehová, 800 Ciencia Cristiana, 500 Moonistas, 50 Niños de Dios, 50 Iglesia de Dios Universal, 2.000 Misión de la Luz Divina, 300 Yoga, 200 Meditación Trascendental, 50 Budismo Zen, 100 Aananda Marga, 30 Hare Krishna, 12.000 Masones, 1.150 Rosacruces, 300 Gnósticos, 50 Teósofas, 50 Nueva Acrópolis, 3.000 Escuela Científica Basilio, 1.200 Nudistas, 15.000 Umbanda y Candomblé, 500 Naha'le, 300 Asociación Budista Nichiren Shoshu, 50 Seicho No Ie, 50 Iglesia Mesiánica Universal, 1.000 Madre María, 250 Logosofía, 50 Siloístas, 50 LBV, 300 Misión Rama, 30 Cientología.

Número de adeptos o fieles practicantes, no del número de simpatizantes ni de los asistentes esporádicos.

01.01

9108191

Cuidado de Salud en Reunión Anual de Científicos Cristianos

El País

12/6/91

Iglesia 11020 - IGLESIA DE CRISTO

Cuidado de la Salud en Reunión Anual de Científicos Cristianos

11/06/91

BOSTON, Massachusetts, Estados Unidos. "La humanidad en busca de la salud" estableció un tono distinto para la 96ª Asamblea Anual de miembros de la Primera Iglesia de Cristo, Científico, realizada aquí este lunes 3 de junio.

Existen en Uruguay 10 de las 2.600 filiales de la Iglesia Madre, que se reparten en 68 países de todo el mundo.

Ayudar a la sociedad a encontrar soluciones para los desafíos del cuidado de la salud, incluyendo el bienestar de los niños y las familias, fue un cometido primario de la reunión. Debido al creciente descontento público sobre el cuidado de la salud y la medicina compulsiva, se estuvo de acuerdo que las respuestas no se pueden demorar más.

Mucha gente está buscando soluciones nuevas al apremiante problema del cuidado de la salud. Sin embargo, posiciones endurecidas de organizaciones tan diversas como las que nuclean a los médicos y a los ateos, se resisten a las alternativas religiosas de la medicina convencional.

Sin embargo, en una declaración especial, la Junta Directiva de la Ciencia Cristiana expresó que: "los cristianos de varias denominaciones se están comprometiendo en la actualidad en servicios (religiosos) y oraciones sanadores por los enfermos". Ellos señalaron que mucha gente alrededor del mundo ha encontrado que la curación cristiana es un remedio efectivo en la sociedad moderna de hoy día.

Durante los trescientos años que siguieron al ministerio de Cristo Jesús, la práctica de la curación a través de la oración fue un parto normal de la vida cristiana. Con el descubrimiento de la Ciencia Cristiana por Mary Baker Eddy hace poco más de cien años, señalaron los adherentes, este elemento básico del Cristianismo fue renovado.

El incremento en la concurrencia a la Iglesia y el aumento del interés en la curación cristiana van en contra de los esfuerzos desplegados por grupos especialmente interesados en rechazar la curación a través de la oración. Por ejemplo, una resolución reciente de la AMA (Asociación Médica Americana) desafiando la curación espiritual invita a las compañías de seguros a detener su práctica, que vienen cumpliendo desde hace 70 años, de cubrir el tratamiento a través de la oración.

En lugar de oposición, debería haber una mayor investigación honesta de los valores espirituales y las curaciones que resultan de la práctica de la Ciencia Cristiana, no "intolerancia y represión organizadas", de acuerdo con la declaración de la Junta. "Todo esfuerzo por separar la slaud y la curación, la compasión y el cuidado de la salud, de la vida religiosa de la humanidad es más que irreflexivo, es contraproducente".

Muchas de las actividades de la Primera Iglesia de Cristo, Científico, este año pasado estuvieron enfocadas en el bienestar de los niños y la restauración de la fortaleza en las familias.

El Canal del Monitor de la Sociedad Editora de la Ciencia Cristiana de televisión por cable fue inaugurado con unas series especiales sobre niños tituladas: "La niñez: un viaje". La edición de mayo de la revista World Monitor incluyó artículos sobre asuntos de la niñez, incluyendo un informe en profundad titulado: "Crecer con confianza". El diario de la Iglesia, el The Christian Science Monitor, publicó dos grandes series: "Criar hijos: ¿Quién está a cargo?" y "Tener 16 (años) alrededor del mundo".

En la Asamblea Anual se dieron informes que marcaron,

(Continúa en la página 19)

Ciencia Cristiana

(Viene de página 8)

la importancia de ver a la Ciencia Cristiana no meramente como una alternativa a la atención médica convencional, sino como una profunda forma cristiana de vivir que encuentra curación a través de la dedicación a los preceptos bíblicos y la espiritualidad práctica.

Curaciones bien corroboradas de glaucoma, sordera, epilepsia, hepatitis y pneumonía fueron escuchadas en la reunión. Se exhibieron videos de entrevistas con individuos que hablaban sobre sus curaciones de varias condiciones que habían sido diagnosticadas como riesgosas para sus vidas.

La reunión que duró medio día será emitido por onda corta en inglés, alemán, español, francés y portugués. Fue abierta por Jürgen Kurt Stark de Boston, presidente saliente de La Iglesia Madre. La presidenta entrante es Jill Gooding de Londres, Inglaterra.

HA

01-01

9108192

Nº DE DOCUMENTO:
TITULO: Congreso de masones
PUBLICACION: El País
FECHA DE PUBLICACION: 14 06 91
VINCULACIONES: ~~Con~~ masones
ESPAÑA 10072-

Congreso de Masones en España

CACERES, España, 17 (EFE).— Ciento cuarenta masones procedentes de 15 países de América Latina y de España e Italia iniciaron hoy en Cáceres (Suroeste de España) un congreso sobre la masonería española, del siglo XIX, en el que se pretende "borrar el anatema" sobre los masones, según una [illegible] masónica española.

[illegible] masones de [illegible], que [illegible] el próximo 20 de junio, [illegible] la celebración el pasado año del V Centenario, pues centrar sus análisis en el impacto que tuvieron las logias masónicas españolas en la América del Siglo XIX.

Los participantes tratarán de ampliar con nueva documentación el único banco de datos existente sobre la masonería española, que es propiedad de la Universidad de Extremadura (Suroeste de España), uno de los organismos que ha organizado este simposio.

ENT
CF HA-

01.01

9108193

Nº DOCUMENTO
TITULO Justicia Argentina indaga A JEFE NAZI
PROCEDENCIA País 160007
FECHA DE PUBLICACION 21/06/91
VIA DE RELACIONES Lucti 112011
ARGENTINA 10033

Justicia Argentina Está Indagando al Jefe Nazi

21/06/91 AP

BUENOS AIRES, 20 (AP). — La justicia interrogará hoy al dirigente de un grupo de neonazis argentinos, Alejandro Biondini, detenido ayer por la policía. Mientras, el Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores, que Biondini encabeza, reiteró que realizará mañana una concentración que fue prohibida por el Gobierno.

Biondini, a quien sus militantes llaman "líder nacional", fue detenido ayer junto a otros seis neonazis cuando pintaban leyendas convocando a una concentración frente al Congreso.

La policía informó que Biondini y sus compañeros fueron detenidos bajo el cargo de discriminación racial por una ley que reprime estas exteriorizaciones y también por pintar la cruz gamada, cuyo uso fue prohibido por la justicia.

En un comunicado, el grupo neonazi dijo que la detención de Biondini ocurrió en una típica maniobra de los servicios de Inteligencia del Estado, movilizados en vehículos no identificados y con apoyo de una seccional policial en el centro de Buenos Aires.

Tras repudiar esta infame maniobra gubernamental, los nacionalistas socialistas ratificaron que se concentrarán para manifestar en paz y en orden por la defensa de "nuestro derecho a ser nacionalistas". Informes de prensa dijeron que el motivo central de este acto sería jurar la bandera argentina con el aditamento de una cruz gamada en su centro.

Se informó que Biondini y los otros detenidos comenzarán a ser interrogados hoy por el juez federal Ricardo Weschler para decidir los pasos procesales a seguir.

El presidente Carlos Saúl Menem había advertido que el acto que programan los neonazis está totalmente prohibido y que si lo hacen, deberán atenerse a las consecuencias.

El ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, dijo que la concentración será disuelta con toda energía.

Por su parte, el ministro de Justicia, León Arslanian, comenzó, según la prensa local, a recabar informes políticos, judiciales y de los servicios de inteligencia, para analizar la posible incriminación de Biondini y sus seguidores.

Arslanian dijo que se investiga la presunta conexión de este grupo neonazi con la profanación de 111 tumbas en el cementerio judío de Berazategui en el Gran Buenos Aires, ocurrido el 28 de abril.

Dijo el Ministro que, de probarse esta vinculación, "tendríamos la manifestación más evidente de la existencia de una organización con significación delictual grave".

El fiscal federal Oscar Ciruzzi señaló que pedirá al juez Weschler que rechace un posible pedido de excarcelación al recordar que pesa sobre Biondini una condena de un año de prisión en suspenso y otra por cinco años.

Ciruzzi precisó que las mismas son por infracción a una ley conocida como Ley Antidiscriminatoria que castiga todo hecho de segregación, ya sea racial, política, religiosa, sexual o de cualquier otra índole.

Las causas que pesan sobre Biondini están pendientes desde el Gobierno anterior, que detuvo y acusó al dirigente neonazi de estar involucrado en episodios de violencia terrorista cuando se produjo una serie de atentados dinamiteros.

HA-

01.01

9108194

Nº DOCUMENTO
TITULO Biondini confirmó acto
PROCEDENCIA La Nación 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 16069
VINCULACIONES Nodo 11204
ARGENTINA 10033

Biondini confirmó un acto neonazi

F-2

16069

El Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores (PNST), de orientación neonazi, confirmó la realización del acto público previsto para el viernes próximo en la Plaza del Congreso, pese a la decisión del gobierno nacional de prohibir la concentración.

El anuncio fue formulado por el líder de la agrupación, Alejandro Biondini, durante una particular conferencia de prensa efectuada en la sede partidaria, en la que estuvo escoltado por dos jóvenes ataviados con camisas color caqui, corbatas y pantalones negros y brazaletes rojos con la cruz esvástica.

Biondini, un ex militante justicialista que no oculta sus simpatías por Adolfo Hitler, cuestionó la prohibición del acto, al entender que "viola los más elementales derechos y garantías establecidos por nuestra Constitución Nacional" y posee una "naturaleza autoritaria, intolerante y discriminatoria con relación a un partido político que funciona legalmente".

Calificó como una "burda mentira" que el partido no haya informado sobre el acto al Ministerio del Interior, pues "ello fue formalmente realizado el pasado 12 de junio", exhibiendo como prueba un certificado emitido por la Policía Federal.

Expresó que en las próximas horas presentarán un recurso de amparo ante la Justicia para que revoque la medida gubernamental.

Otros conceptos vertidos por el dirigente neonazi son los siguientes:

- "Es bueno recordar que en los Estados Unidos, donde reside la comunidad judía más numerosa del mundo, la Corte Suprema de Justicia aprobó el funcionamiento del Partido Nacional Socialista y legitimó el uso de la cruz esvástica".
- "Nuestro objetivo es lograr consenso ciudadano y llegar al poder a través del voto del pueblo. Estoy convencido de que en las próximas elecciones presidenciales, el nacionalsocialismo argentino va a triunfar".
- "Nuestra primera medida de gobierno será la ruptura de relaciones con Israel y el reconocimiento de la OLP. También intervendremos la Bolsa de Comercio y las casas de compraventa de divisas".
- "Se han dicho enormes falsedades de la Segunda Guerra Mundial. Distintos historiadores han opinado que el holocausto y las cámaras de gas son una gran mentira".
- "Menem es comparable a Judas, quien traicionó a su maestro, Cristo, y lo vendió por treinta monedas. El llegó a la Presidencia predicando la doctrina peronista; no dijo que iba a terminar gobernando con Alsogaray. Actuó como un traidor."

SICHAR

HA-

01.01

9108195

Nº DOCUMENTO .....
TITULO ..... Lista negra: DE casi 200 funcionarios comunistas judíos
PROCEDENCIA ..... El País 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 30/05/91
VINCULACIONES ..... Nazis 11204-
ALEMANIA 10025-

Lista negra

BERLIN, 29 (UPI).- Una lista con los nombres de casi 200 presuntos funcionarios comunistas judíos de la ex Alemania Oriental circula actualmente entre los grupos de neonazis en el este del país.

La lista aparece en la edición de mayo de una publicación de extrema derecha, con base en Suiza, llamada Información Política.

EL PAIS

HA-

01.01

91 08 196-

DECEPCION EN LA JUVENTUD DE LA EX ALEMANIA ORIENTAL POR LA CRISIS ECONOMICA

Fuerte auge del nazismo

La juventud de la ex Alemania oriental, sacudida por el alto nivel de desocupación y por la desilusión tras la reunificación, se ha volcado a la admiración al nazismo y el odio a todos los extranjeros. La población turca es la principal víctima de esta ola de violencia.

BERLIN, 16 (Por **Nina Bernstein, de Newsday, especial para Clarín**). — **Matthias Bleck** es un adolescente de 16 años, oriundo de la ex Alemania oriental. Luce un pañuelo y botas de color negro. En su camisa puede verse el distintivo de un partido neonazi. Cuando el reportero gráfico de este diario se acerca para fotografiarlo, Matthias no duda en hacer el típico saludo en honor a su nuevo héroe: Adolfo Hitler.

"En la escuela nos decían siempre que los nazis eran unos animales que asesinaban sin remordimiento", asegura Bleck, un aprendiz de albañil que solía salir de noche —los fines de semana— con las pandillas de skinheads (cabezas rapada), hooligans y fascistas antes de sumarse en enero de este año a las filas del Partido de Trabajadores de la Libertad (neonazi).

"Antes creía en todo lo que me decían. Pero ahora es diferente. Prefiero creer en los nazis que en todos esos fracasados que mentían en todo", admite.

Bleck, uno de los hijos abandonados de un Estado que ya no existe, **forma parte de una generación de jóvenes alemanes del Este cuya marcada crisis de identidad se ve reflejada en la creciente xenofobia y violencia de derecha que sacude a esta mitad de la nueva Alemania unificada.**

Para muchos, los símbolos y slogans prohibidos del nazismo no son más que **malas palabras** utilizadas por el mero placer de atemorizar a la sociedad y fácilmente intercambiables por el cabello desteñido de un "punk" o la vincha de un anarquista.

La xenofobia se ha arraigado y ha proliferado en forma alarmante en una sociedad que vivió detrás de un muro durante 30 años, y que segregó a sus propios extranjeros.

Los brutales ataques **contra extranjeros, homosexuales e izquierdistas se han convertido en una costumbre de todos los fines de semana en la ex República Democrática Alemana.** Y a ello se le suma **un creciente desempleo.**

Según estimaciones policiales, **más de 15.000 jóvenes del Este alemán participan activamente de las acciones de violencia.**

"Para estos chicos, el colapso de la RDA es una prueba de que todo lo que decía el estado antifascista estaba errado", explica **Diana Willert**, administradora de 12 clubes juveniles.

"Necesitan tener un enemigo nuevo —continúa diciendo Willert—. **Durante 10 años de su vida escucharon todos los días que el enemigo estaba en Occidente, que el enemigo era el capitalismo. Pero ahora ese enemigo ha desaparecido."**

También ha desparecido **la autoridad de padres, maestros y efectivos policiales.** Su pasado comunista no significa ningún orgullo, y su futuro bajo el capitalismo es incierto. **Durante este primer año de capitalismo, en lugar del paraíso que prometía la televisión, muchas familias del Este alemán han vivido situaciones desastrosas con un creciente desempleo y una ola de crímenes escalofriante.**

El advenimiento de la competencia con Occidente y el mayor contacto con los extranjeros **solo parece haber exacerbado la xenofobia de jóvenes como Matthias Jahn, de 19 años, que perdió su trabajo en una compañía grabadora del Estado cuando esta quebró luego de la unificación.**

Matthias Jahn admite fríamente haber golpeado hace poco a un vietnamita que quiso ingresar en una discoteca de esta ciudad, y confiesa salir los fines de semana con sus amigos **"a cazar turcos".**

"No soporto a los extranjeros que son un fracaso en su país, y vienen aquí para actuar como si fueran Mister Universo", declara Jahn.

"Lo que ha cambiado es la actitud con respecto a la violencia", opina la directora de otro club juvenil, **Gaby Dubrowski. "El odio hacia los extranjeros y homosexuales existía antes también. Pero era un tema tabú. Los problemas sociales que, según se suponía, no debían existir bajo un régimen socialista estaban simplemente ocultos."**

Los turcos, el grupo étnico más numeroso en Alemania occidental —1,6 millones—, **se están convirtiendo rápidamente en el blanco favorito de los alemanes del Este.** "Importados" por la RFA en la década del 60 para remplazar a los alemanes orientales, los turcos sentaron raíces rápidamente en la nueva nación.

Agencia AFP

Cerca de 1.500 neonazis marchan por las calles de Dresden en homenaje a Rainer Sonntag, un líder partidario que fue asesinado en mayo pasado.

01.01 9108197

Nyerere, solidaridad de los países
LA NACIÓN 15025
18/6/91
Países No Alineados - 11208 -
ARGENTINA 10033 -

Nyerere, por la solidaridad de los países en desarrollo

Oponer "la cooperación y la solidaridad de los países en desarrollo del Sur", a la actitud "dominante de un Norte que prevalece claramente en el proceso de toma de decisiones", fue el mensaje que trajo a nuestro país Julius Nyerere (70), legendario líder negro de la independencia de Tanzania y una de las figuras más importantes del pensamiento de los No Alineados.

Nyerere realiza una gira por América latina para promover las recomendaciones que formuló el Movimiento de los No Alineados en el informe denominado Desafío al Sur, y en el que se sostiene la vigencia de su ideario no obstante haya desaparecido la bipolaridad, razón de ser de los que no querían estar ni con Washington ni con Moscú.

Pocos progresos

Tras admitir que el NOAL "ha progresado bien poco" desde su creación, en 1955 en la conferencia de Bandung, en el sentido de lograr una actividad conjunta de los países más pobres en pos de sus realizaciones, el visitante lamentó que el informe-diagnóstico que trajo no pudo ser conocido cuando se lanzó, en agosto del año pasado en Caracas, pues la fecha coincidió con el inicio de la Guerra del Golfo.

Nyerere (Foto de Marciano Saucedo)

"Muchos dijeron entonces que ese mismo conflicto negaba nuestros postulados, pero ello no es así", afirmó Nyerere, quien ayer dictó una conferencia en el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI).

"Los países del Sur son débiles por que están solos, sobre todo cuando deben enfrentarse con el Norte acreedor y poseedor de las nuevas tecnologías", advirtió, y aconsejó "unirnos como hacen ellos, que primero solucionan sus conflictos internos y luego se coaligan para tratar con nosotros".

Al trazar un panorama esquemático del mundo a la luz de los recientes cambios en la política internacional, Nyerere no mencionó al denominado Nuevo Orden Internacional promovido por los Estados Unidos, ni a la Iniciativa para las Américas del presidente norteamericano George Bush. Tampoco habló del colapso del bloque socialista, al que aludió como "una serie de fenómenos" registrados en Europa del Este y en la Unión Soviética.

Para el estadista tanzanio el establecimiento de lazos con el Norte desarrollado no es contradictorio con la idea solidaria del Sur-Sur, sino "sinérgica". "Hasta podemos aprender de ellos", aventuró este veterano socialista.

ENT
HA-
01 01
9108198

150026
20/06/91
ARGENTINA 10033

Disertó Julius Nyerere

200691

Vigencia de los países no alineados

Julius Nyerere

En el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales disertó el ex presidente de Tanzania, Julius Nyerere, quien se refirió al tema: "Los países del Sur en el orden mundial contemporáneo". Previamente, en el mismo lugar, mantuvo una conversación con representantes del periodismo, en cuyo trascurso admitió que su viaje obedece al propósito de entrevistarse con el presidente Carlos Menem para conversar sobre la vigencia del movimiento de países no alineados.

La charla con los representantes de la prensa se inició casi una hora después de la prevista, insistiendo en la oportunidad el visitante en que "el sur existe", al tiempo que se manifestó en favor de la continuidad de los países no alineados y a la "solidaridad" que entre ellos debe existir.

Se refirió a los "grandes cambios" que se produjeron entre las llamadas potencias, así como a que "el fin del conflicto entre ellas significó el fin de su división". Destacó que el fin de la guerra fría también produjo cambios, ya que los gastos destinados para defensa fueron absorbidos para cuestiones internas. "Tanto los soviéticos como Occidente pueden emplear esos fondos para su propio desenvolvimiento", dijo.

Nyerere, que se desempeno como primer ministro de Tanganyka desde la independencia hasta 1961; presidente de Tanganyka entre 1962 y 1964 y presidente de la República Unida de Tanzania entre 1964 y 1985, es de profesión educador, ha sido el organizador del movimiento independentista de su país y es uno de los líderes promotores de la unidad africana.

Comisión del Sur

En 1986, Nyerere fue invitado por el Movimiento de los No Alineados a organizar y presidir una Comisión del Sur. Su objetivo era elaborar una visión del sistema mundial desde la perspectiva de los países en desarrollo y, sobre esas bases, "formular proposiciones para fortalecer la cooperación internacional, la libertad, la seguridad colectiva y la paz".

En su diálogo con los periodistas, el ex mandatario señaló la necesidad de "impulsar la relación sur-sur para el crecimiento autosustentado y establecer los lazos norte-sur compatibles con la participación equitativa de todos los pueblos en los beneficios de la ciencia y la tecnología".

Recordó, asimismo, que la formación de la Comisión del Sur fue anunciada en julio de 1987 y que concluyó sus tareas en octubre del año pasado. "Fruto de ese trabajo, ha sido el informe denominado 'Desafío al Sur', el cual se tradujo a varios idiomas y ahora he venido a entregar al presidente Menem", afirmó Nyerere.

Para difundir el trabajo de la Comisión y promover sus recomendaciones, se ha constituido el Centro del Sur, que desarrollará sus tareas en un plazo de dos años. Lo preside Nyerere e integran su consejo asesor los jefes de Estado o de gobierno, Mahathir Bin Mohamad, Robert Mugabe, Carlos Andrés Pérez y George M. Vassiliou y el vicepresidente Carlos Rafael Rodríguez. Integrar también el consejo asesor Abdlati. Y. Al-Hamad, Solita Collas Monsod, Aldo Ferrer, Pius Oigbo, Quian Jiadong, Shridath Ramphal y Manmohan Singh.

HA

01.01

9108199

XXI AS. GRAL.
Bolivia pidio examen de su Mediterraneidad
El País 150007-
4/6/91
OEA 500889-
BOLIVIA 10043-

Proliferación de Armamentos, Según Canciller de La Paz

EN LA OEA BOLIVIA PIDIO EXAMEN DEL TEMA DE SU MEDITERRANEIDAD

SANTIAGO DE CHILE, 3 (ANSA).— El ministro de Relaciones Exteriores y Culto de Bolivia, Carlos Iturralde, al concluir aquí su intervención en la XXI Asamblea General de la OEA, instó al organismo internacional a considerar su problema de mediterraneidad.

"La OEA debe ser un foro político idóneo para todo diálogo, donde los estados americanos, como lo ha señalado el grupo de reflexión deben allanar diferencias, atenuar las divergencias y ampliar convergencias", señaló el Canciller.

"Con ese mismo espíritu –agregó Iturralde– me referiré al tema marítimo de Bolivia, en ocasión del informe sobre el punto 18 de la agenda. Debemos subrayar que es importante un mayor consenso internacional en favor de la distensión en el ámbito interamericano, para cuyo logro la OEA debe jugar un papel de singular relieve sin perjuicio de las negociaciones y los entendimientos bilaterales".

En la oportunidad Iturralde también se refirió a la proliferación de armamentos en el Continente, diciendo que "además de poner en riesgo la paz hemisférica resta cuantiosos recursos económicos que deberían destinarse al desarrollo integral de nuestros pueblos".

El Canciller boliviano planteó la preocupación de su país por "las amenazas del narcotráfico, el armamentismo y el terrorismo" señalando que constituyen "elementos esenciales en la atención que debe darse en el sistema interamericano, a nuevas concepciones y formas de cooperación en materia de seguridad

En el tema del narcotráfico, Iturralde respaldó "la valiosa labor que realiza la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas".

Iturralde planteó también que los países de la región deben intensificar la lucha contra la pobreza extrema, porque ésta pone en riesgo un sistema democrático y constituye una amenaza a la seguridad continental".

Por último, el Canciller expresó su satisfacción "por los progresos de pacificación en América Central y reiteró el apoyo a la Argentina en su esfuerzo por encontrar a la brevedad posible una solución pacífica a la disputa de soberanía sobre las islas Malvinas, a través de la reanudación de negociaciones con Gran Bretaña".

El secretario general de la OEA, Joao Baena Soares, formuló un llamado a solucionar los problemas de la pobreza y pasar de las palabras a los hechos en el respeto de los derechos humanos.

Ante la presencia del presidente Patricio Aylwin y de los delegados de 34 países asistentes al acontecimiento, Baena Soares dio la bienvenida a la OEA a Belice y Guyana, quienes participan por primera vez como miembros plenos.

"Democracia y Desarrollo con libertad son la esencia misma de las deliberaciones que hoy se inician", aseveró Baena Soares, agregando que "la restauración democrática y la reconquista de la libertad no constituyen logros inalterables ni irreversibles, requieren de parte de gobernantes y gobernados esfuerzos persistentes que las nutran y consoliden".

Por su parte el presidente Aylwin, en su intervención, afirmó que es injusto que los bloques ideológicos sean reemplazados ahora por bloques económicos, indicó a este respecto, que "debe considerarse con máxima seriedad la iniciativa Bush y defendió una integración regional sobre bases reales y no retóricas.

"No es justo ni conveniente que los bloques ideológicos de antaño sean reemplazados ahora por grandes bloques económicos, que las reglas de la libertad de comercio sean para unos, mientras que el proteccionismo impera para el resto. Nuestras naciones no piden privilegios ni caridad, sino igualdad de condiciones", aseveró Aylwin.

Al mismo tiempo el Jefe de Estado chileno destacó que "por primera vez todos los representantes aquí reunidos son de gobiernos generados por la voluntad libre de sus pueblos".

01 . 01

9108200

Nº DOCUMENTO XXI AS. GRAL
TITULO Normas contra narcotraficantes
PROCEDENCIA La República - 130023 -
FECHA DE PROCEDENCIA 8/6/91
VINCULACIONES OEA 500389 -
CHILE 65709 -

Concluye hoy la XXI Asamblea General del organismo interamericano

La OEA acordó formular normas contra los "narcos" y el blanqueo de dinero

* *El tráfico de armas también estuvo sobre el tapete*

La formulación de normas para combatir el "lavado" de dinero y ampliar la cooperación intergubernamental en la represión del narcotráfico y actividades anexas, como el tráfico de armas, acordó ayer el sistema interamericano. La XXI Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), que finaliza hoy sábado su reunión de seis días en Santiago de Chile, resolvió finalmente apoyar la acción educativa en prevención del consumo de drogas en el continente.

Santiago (IPS)

La resolución se basa en el informe que presentó la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (Cicad), donde se destaca que el narcotráfico "provocó en 1990 terribles secuelas de violencia y degradación humana".

Estos fenómenos "siguen afectando la vida diaria de millones de personas y la situación de los países de toda la región americana", agregó el informe, presentado por el representante suplente de Chile ante la OEA, Ignacio González.

"Preocupa profundamente a la Cicad el hecho de que la violencia relacionada con las drogas no disminuye en la región, trátese de narcoviolencia vinculada a veces con la subversión en algunos países, o de violencia callejera en otros", señaló el documento de la Comisión. El tema de la droga y el narcotráfico estuvo en todas las reuniones de jefes de Estado celebradas en el hemisferio en el último año, destacó Cicad. En la resolución aprobada se solicita a los treinta y cuatro países de la OEA "una estrecha colaboración con las instituciones especializadas del sistema interamericano a fin de acelerar la preparación de modelos de normas sobre decomiso de activos y ocultamiento o blanqueo de dineros (del narcotráfico)". También se recomienda "la elaboración de enfoques encaminados a reforzar la colaboración judicial entre los estados miembros, y el estudio de vinculaciones entre el tráfico ilícito de armas y el de drogas".

Colombia, tal vez el país más afectado por el fenómeno del tráfico de drogas y estupefacientes, planteó en esta Asamblea la adopción de medidas integrales contra el narcotráfico, que fueran más allá de la represión a la producción, comercio y consumo. Entre esas medidas, el ministro de Relaciones Exteriores de Colombia, Julio Londono, mencionó expresamente el control de los conglomerados financieros internacionales que se benefician del "lavado" de dinero procedente de la droga.

ENT HA

01 . 01

9108201

TITULO OEA Piden limitar armamentos
PROCEDENCIA Clarín 150024-
FECHA DE PROCEDENCIA 4/6/91
VINCULACIONES CER 500889-
BRASIL 10046
CHILE 65708-
CANADÁ 65456-
ARGENTINA 10033

OEA: piden limitar los armamentos no convencionales

La Argentina presentará, junto al Brasil, Chile y Canadá, en la Organización de Estados Americanos (OEA) un proyecto de acuerdo de limitación de armas no convencionales en América latina.

Así lo decidió ayer en Santiago de Chile, donde delibera la asamblea anual de la OEA, el canciller, Guido Di Tella, en momentos en que aquí se escuchan críticas por un supuesto estado de indefensión del país frente a sus vecinos.

El proyecto se iba a presentar ayer, pero se retrasó debido a que Honduras patrocinó una iniciativa de contenido similar, luego que el presidente chileno, Patricio Aylwin, dejó formalmente inaugurada la asamblea.

Aylwin y el secretario general de la OEA, João Baena Soares, coincidieron en afirmar que el principal objetivo del organismo regional, luego que sus estados miembro por primera vez desde su fundación en 1948 tienen gobiernos legítimos en su totalidad, es "derribar el muro de la pobreza" en Latinoamérica.

Después de participar del acto de inauguración de la XXI Asamblea de la OEA, Di Tella mantuvo una reunión de trabajo con el subsecretario de Estado para Asuntos Hemisféricos de los Estados Unidos, Lawrence Eagleburger.

Di Tella y Eagleburger, un empedernido fumador de 110 kilos que va a todos lados portando un bastón con la cabeza de un águila, se entrevistaron durante 50 minutos en el salón azul de la sede de la cancillería chilena.

En la oportunidad, el canciller le transmitió la preocupación argentina por los problemas de la empresa norteamericana LTV, que se asoció con la Fuerza Aérea Argentina para construir el avión Pampa y presentarlo en la licitación a través de la cual Washington comprará máquinas de entrenamiento para sus pilotos (ver recuadro).

Si bien fuentes de la Cancillería consultadas por Clarín afirmaron que "no se trató" la decisión argentina de destruir las partes no reciclables del misil Cóndor II (ver nota aparte), Eagleburger felicitó a Di Tella por la creación de la Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CNAE). Estados Unidos fue uno de los países que más presionó por la destrucción del misil y sobre todo su eventual exportación a otros países.

A la luz de esa decisión el diplomático norteamericano, siempre de acuerdo a las fuentes argentinas, habría afirmado que ahora la Argentina podría sumarse al grupo de países confiables a los que Washington les transfiere ciertas tecnologías. Pero este dato podría ser más una expresión de deseos que una realidad concretable en el corto plazo.

Eagleburger no dejó de reiterar el interés de su país por el compromiso del gobierno argentino de enviar en setiembre próximo un proyecto de ley de patentes de medicamentos al Congreso, otro de los puntos ríspidos de la agenda bilateral.

En las sesiones de la asamblea, luego de la inauguración, Di Tella fue representado por el embajador argentino ante la OEA, Hernán Patiño Mayer.

Anoche a última hora se había conseguido consenso en la asamblea para crear un mecanismo de defensa de la democracia en América latina, uno de los temas centrales que se discuten en Santiago.

"Se llegó a un acuerdo unánime: el mecanismo se referirá a una convocatoria de los cancilleres ante un caso de golpe de Estado y se dejaron de lado otras posibilidades", declaró el canciller de Honduras, Mario Carías Zapata.

Clarín

HA

01.01

9108202

XXI AS. GRN.
TEMA La OEA dio el S.o Iniciativa a las Américas
PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDENCIA 7/6/91
VINCULACIONES OEA 500889.
CHILE 65709

La iniciativa para las Américas recibió la aclamación de los 34 países

La OEA diseñó un plan de acción

El organismo designó a un grupo de trabajo para apoyar e impulsar la iniciativa

La OEA elaborará un plan de acción de apoyo e impulso a la iniciativa para las Américas del presidente norteamericano George Bush, de acuerdo a una resolución aprobada ayer en su Asamblea General, reunida en Santiago de Chile. La resolución, adoptada por aclamación por los 34 países miembros de la entidad, apunta en sus considerandos que la iniciativa aborda de manera positiva y visionaria asuntos de la mayor importancia para todo el hemisferio".

Considera, igualmente, que la OEA "es el foro natural [illegible] diálogo y la cooperación [illegible]" y dice "[illegible] activamente el [illegible] de la iniciativa, [illegible] particularmente por [illegible] Argentina y el Brasil.

La iniciativa lanzó en junio de 1990 su iniciativa, que contempla acciones hacia el continente, conducentes a establecer en el hemisferio una sola zona de libre comercio y promover también inversiones y soluciones a la deuda externa de América Latina.

La OEA designó a través de su consejo permanente un grupo de trabajo sobre el "plan Bush", el cual [illegible] apoyar e impulsar [illegible] la iniciativa.

[illegible] labor en ese sentido de la secretaría general de la OEA, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y los mecanismos de integración regional y subregional.

[illegible] el consenso del plan se prestará "especial atención" a la marcha de la Ronda Uruguaya de negociaciones en el Acuerdo General de [illegible] y Comercio (GATT), en el que el Tercer Mundo busca disminuir el proteccionismo del norte industrializado.

En el "compromiso de Santiago", suscrito por la OEA en esta capital el miércoles, se alude también a la Ronda Uruguay, señalando que la preservación de la democracia requiere también de justicia en las relaciones económicas internacionales.

La resolución incluye recomendaciones para impulsar un mayor comercio e inversión en el hemisferio, con el apoyo de servicios de información sobre los mercados del continente y "hasta donde sea posible, de otras regiones del mundo".

El cumplimiento de las medidas adoptadas mediante el texto aprobado ayer, será examinado en la XXII Asamblea General de la OEA, que se celebrará por vez [illegible] de junio de 1992 en las islas Bahamas.

Doc. poco legible

ENT HA-

01.01

9108203

Montevideo será sede de la Reunión Continental de Universidades

Reafirman iniciativa de Lacalle sobre mercado común del conocimiento

Un renovado apoyo de la Organización de los Estados Americanos (OEA) a la iniciativa del presidente uruguayo Luis Alberto Lacalle de crear un mercado común del conocimiento se verificó la pasada semana en Santiago de Chile, en el marco de la XXI Asamblea del organismo interamericano.

En efecto la OEA hizo suya la propuesta efectuada por la delegación del Uruguay que encabeza el canciller Héctor Gros Espiell decidiendo reafirmar "la trascendencia que los estados miembros le otorgan al foro de intercambio científico y tecnológico como instrumento permanente de promoción de un mercado común del conocimiento entre éstos".

Pablo Landoni, del Ministerio de Educación y Cultura y presidente de la comisión del mercado común del conocimiento en Uruguay explicó que "el llamado foro es un instrumento, para la puesta en acción del mercado común del conocimiento".

El funcionario gubernamental adelantó que "en 1992 se celebrará en Montevideo una reunión continental de universidades y centros de investigación públicos y privados con el auspicio de la OEA".

En realidad la organización interamericana ya se comprometió en apoyar la iniciativa uruguaya con 300 mil dólares que serán volcados a las actividades a desarrollar en 1992 y 1993.

Tanto Landoni como el diputado Antonio Morell y el representante de Uruguay ante la OEA Didier Opperti, que participaron en los debates de la comisión que trató el tema, subrayaron su satisfacción por el apoyo obtenido por el resto de los estados miembros.

Estados Unidos y Canadá fueron de los países que más firmemente apoyaron la iniciativa de potenciar el proyecto en los próximos años, se informó.

La idea de crear un mercado común del conocimiento busca lograr un acuerdo marco a nivel continental para intercambiar experiencias, conocimientos e información en el área científico-técnica superior.

Entre las actividades concretas que se implementarán figuran la formación de redes de intercambio a nivel regional, creación de bases de datos y el intercambio de científicos y expertos.

Según fuentes de la delegación uruguaya "se trata de lograr un convenio marco en la OEA que contribuya a remover los obstáculos y facilite así el intercambio a todos los niveles".

En la resolución presentada por Uruguay y aprobada por OEA se le solicita al secretario general del organismo, Joao Baena Soares que "realice las acciones pertinentes para que la creación del mercado común del conocimiento cuente con los recursos financieros necesarios para desarrollar sus metas..."

01.01

9108204

Nº. DOCUMENTO REUNIÓN EN CHILE
TITULO OEA PIDE A CASTRO QUE DEJE AUTORITARISMO
PROCEDENCIA La Tercera 150015-
FECHA DE PUBLICACION 3/6/91
VINCULACIONES CUBA 500389-
CUBA 65671-

"Velado mensaje" de la OEA

Piden a Castro que deje autoritarismo

"Cuba debe unirse a la corriente democrática regional"

La Organización de Estados Americanos decidió ayer reforzar la democracia continental y envió un "velado mensaje" al Gobierno de Fidel Castro para que abandone el autoritarismo y se una a la corriente democrática regional, indicaron aquí fuentes diplomáticas.

SANTIAGO DE CHILE.- El embajador de Estados Unidos ante la OEA, Luigi Einaudi, consideró que esta Organización ha mandado a Cuba desde Santiago un mensaje muy claro: "El camino hacia el futuro es la apertura democrática y la convivencia pacífica".

Einaudi reconoció que todos los países miembros de la OEA comparten el deseo de ver el reingreso activo del Gobierno cubano en el seno de la Organización.

Lo que queda por determinar, explicó, es "el momento y el cómo" de la vuelta de Cuba, porque hay que evitar que ese retorno "se convierta en una situación trágica".

La vuelta de Cuba a la OEA debe de llevarse a cabo, según Einaudi, "a través de un proceso evolutivo que rompa la represión interna y la solidaridad antidemocrática" con las organizaciones armadas regionales.

"Los derechos humanos no son respetados en la Cuba de hoy", aseguró Einaudi, quien indicó que el Gobierno cubano, suspendido de su participación en la OEA desde 1962, se está "automarginando de la Organización con su ausencia de democracia".

Debe democratizarse

Según el embajador de Argentina, Hernán Patiño Mayer, Cuba debe democratizarse antes de pensar en retornar a la Organización porque "es difícil compartir ámbitos si no se comparten valores".

Pátiño indicó que en Santiago se han puesto de relieve una serie de "valores comunes" en un hemisferio en proceso de "unificación, integración y diálogo no distorsionado por las ideologías".

El canciller de Ecuador, Diego Cordovez, puntualizó, por su parte, que es el Gobierno de Cuba el que debe solicitar que le sea levantada la suspensión y, dijo que "hasta el momento no lo han hecho".

Cordovez reconoció, no obstante, que los países miembros de la OEA desean que "Cuba se aproxime al sistema interamericano y a los esfuerzos de concertación política que hay en América latina".

Su colega de Costa Rica, Bernd Nichaus, que junto con la Ministra de Relaciones Exteriores de Canadá, Margaret McDugall, fueron los únicos que llevaron el problema cubano al interior del salón de plenarios de la Asamblea, afirmó que "los anhelos de la democracia en Cuba deben ser anhelos hemisféricos y la causa de la democracia en la isla debe ser otra vez causa de las Américas".

Sin embargo, puntualizó que "el proceso que lleve a Cuba de nuevo a la democracia, además de ser pacífico, debe ser conducido por y para todos los cubanos, con absoluto respeto a su derecho de autodeterminación".

El canciller peruano, Carlos Torres, expresó, como el resto de sus colegas, el deseo de ver a Cuba nuevamente en la OEA "sin limitación de ninguna clase", pero agregó que ese país "debe dar los pasos necesarios para una posible incorporación y que a su vez, los países componentes del Organismo consideren adecuada la vuelta".

HA-

01 . 01

3108205

OEA: apoyo al plan continental de Bush

070691

El organismo también recomendó negociar el caso Malvinas hasta resolverlo

SANTIAGO, Chile, 6 (AFP).– Los 34 países de la OEA decidieron elaborar un "plan de acción continental" para apoyar e impulsar la iniciativa lanzada hace un año por el presidente norteamericano, George Bush, con el propósito de establecer una zona hemisférica de libre comercio.

Resolvieron, además, reiterar el apoyo del organismo a las negociaciones entre la Argentina y Gran Bretaña por el futuro de las islas Malvinas.

El plan de acción continental será elaborado por el consejo permanente del organismo, y en su aplicación participará también el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

El plan prestará especial atención a la evolución de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) sobre la base de lo dispuesto en el "Compromiso de Santiago", aprobado hace dos días en Chile por los cancilleres del hemisferio.

Aparte de otros aspectos vitales para el continente, en este "compromiso" los ministros expresan su disposición para "promover la progresiva apertura del comercio y la expansión del conocimiento científico tecnológico", intensificando al mismo tiempo las negociaciones para reducir la deuda externa de los países de la región.

Es en esta perspectiva que los países miembros de la OEA apoyarán la denominada "Iniciativa para las Américas" y las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT.

En su resolución, la OEA solicita también al Consejo Interamericano Económico y Social (CIES) estudiar los medios para "estimular un mayor comercio e inversión en el hemisferio".

Asimismo, el foro interamericano decidió expandir su Servicio de Información de Comercio Exterior para incluir datos de todos los mercados del hemisferio y, hasta donde sea posible, de otras regiones del mundo.

Los 34 países de la OEA consideran vital para el desarrollo regional apoyar el plan de Bush, pues abarca de una manera "positiva y visionaria" asuntos de la mayor importancia para todo el hemisferio, que deben ser encarados para enfrentar los desafíos que el futuro plantea a todo el continente.

Las Malvinas

SANTIAGO, Chile, 6 (ANSA). – La Asamblea de la OEA reunida aquí acordó por consenso reiterar una vez más su resolución de noviembre de 1988 y pidió a los gobiernos de la Argentina y Gran Bretaña "que reanuden las negociaciones a fin de encontrar, a la brevedad posible, una solución pacífica a la disputa de soberanía" sobre las islas Malvinas.

La OEA decidió también "continuar examinando la cuestión de las Malvinas en los sucesivos períodos de sesiones de la Asamblea General, hasta su solución definitiva".

El acuerdo reiteró además –tras escuchar al representante de la Argentina– que el asunto de las islas Malvinas "constituye un tema de interés hemisférico permanente".

La OEA consideró, al adoptar este pronunciamiento, que "desde su último período de sesiones se han producido avances en muchos aspectos de las relaciones entre ambos países, que no se extienden" a la cuestión de la soberanía del archipiélago.

Posición argentina

SANTIAGO, 6 (AFP). – La Argentina planteó hoy ante la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA) su voluntad inquebrantable de lograr una "solución pacífica y definitiva de la disputa sobre las islas Malvinas", que en 1982 hizo estallar la guerra argentino-británica.

Precisó que tal solución debe contemplar "en forma adecuada los intereses" de los habitantes de las islas Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur.

Al hablar ante el foro hemisférico, el embajador argentino, Hernán Patiño Mayer, reclamó la necesidad de agilizar las negociaciones con Gran Bretaña acerca de la controversia que mantienen sobre la soberanía de tales islas.

"Hasta el momento, y pese a la plena normalización de las relaciones bilaterales, nuestros esfuerzos en procura de consolidar la confianza mutua no han allanado el camino a la reanudación de las negociaciones", expresó Patiño Mayer al hacer la presentación del tema ante la Asamblea.

La OEA considera que las Malvinas "constituyen un tema de interés hemisférico permanente".

"El restablecimiento de relaciones diplomáticas con el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte ha resultado en un promisorio acercamiento y entendimiento de ambas naciones en temas de mutuo interés", explicó Patiño Mayer antes de lamentarse por el escaso avance logrado en las negociaciones sobre las Malvinas.

HA-

01 01

9108206

Nº DOCUMENTO
TITULO XXI Asamblea OEA
PROCEDENCIA EL País 150007-
FECHA DE PROCEDENCIA 7/6/91
VINCULACIONES CEAS 500889-
ASGAL 11612-
CHILE 65708-

Malvinas: Instan a Seguir Negociación

LA OEA QUIERE LIDERAR LUCHA POR CONSERVAR EN EL HEMISFERIO EL MEDIO AMBIENTE

SANTIAGO DE CHILE, 6 (EFE).— La Organización de Estados Americanos (OEA) expresó hoy, por primera vez en su historia, su firme voluntad de liderar acciones para la conservación del medio ambiente en el hemisferio y se comprometió a convertirse en foro de debate de las propuestas continentales sobre el asunto.

El embajador de Chile ante la OEA, Heraldo Muñoz, que presidió el grupo de trabajo sobre la creación de u[redacted] que la [redacted] ha dejado de ser una especie de "excentricidad de los países desarrollados" y se ha convertido en una necesidad.

Los países de América Latina, y en especial Chile, explicó, están muy afectados por la contaminación y la desforestación y, por lo tanto, "ese tema debe ser prioritario en la agenda de los países de la región".

Muñoz indicó que la OEA, que agrupa en su seno a países desarrollados y países en desarrollo, se perfila como el foro idóneo de coordinación de propuestas porque permitirá dar a los compromisos sobre conservación de la naturaleza que aquí se consignan un "indudable peso".

La XXI Asamblea General de la OEA aprobó hoy una resolución que tiene como uno de sus objetivos principales "apoyar el diseño de políticas ambientales ecológicamente equilibradas y culturalmente viables que concilien el desarrollo, la conservación y el uso sostenido y racional del medio ambiente y los recursos naturales, incluida una política sobre la transferencia de tecnologías no contaminantes".

Los estados miembros se comprometen por medio de este documento a promover la cooperación para prestar asistencia en fórmulas políticas para "restablecer y mejorar el medio ambiente".

La resolución vincula a quienes la firman a patrocinar y apoyar proyectos para el desarrollo y la aplicación de tecnologías que favorezcan la conservación ambiental.

Se refiere al mismo tiempo a la necesidad de ajustar las legislaciones para preservar el medio ambiente y buscar la cooperación de los estados miembros de la OEA para "continuar desarrollando el derecho internacional en lo que se refiere a la responsabilidad e indemnización a las víctimas de la contaminación y otros daños ambientales".

El texto prevé la cooperación en el estudio y la identificación de los posibles efectos en el medio ambiente que produzcan el consumo, el tráfico y la producción ilícita de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.

Según Muñoz, el documento aprobado "es una contribución interesante" al proceso global de discusión sobre alternativas para conservar el medio ambiente, que culminará en 1992 con la Conferencia Mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo que tendrá lugar en Río de Janeiro (Brasil).

La propuesta de la OEA "no se refiere a medidas retóricas, sino que, por el contrario, presenta propuestas muy concretas dirigidas a los países individuales y a la organización como tal", dijo Muñoz.

Asimismo la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA) aprobó hoy, jueves, por consenso una resolución en la que instan a Argentina y a Gran Bretaña a continuar las negociaciones para alcanzar una solución definitiva a sus diferencias sobre las islas Malvinas.

En su resolución, los delegados a la XXI Asamblea General de la OEA que se realiza en la capital chilena, recuerdan que el organismo ha señalado en anteriores oportunidades que Las Malvinas "constituye un tema de interés hemisférico permanente".

La resolución de la OEA señala además que el foro continental expresó el 8 de junio de 1990, su satisfacción por la reanudación de las relaciones diplomáticas entre Argentina y Gran Bretaña.

ENT HA-

01 01

9108207

OEA: Asamblea Gral.; MALVINAS
Ambito Financiero 150027-
070691
OEA 500889-
MALVINAS 12756-

Instó a la Argentina y Gran Bretaña a abordar el tema

La OEA puso sobre el tapete a las Malvinas

La Organización de Estados Americanos (OEA), que se halla reunida en Santiago de Chile, reiteró ayer a los gobiernos de Argentina y Gran Bretaña que reanuden las negociaciones sobre la cuestión de la soberanía sobre las islas Malvinas.

Para la Cancillería argentina continúa siendo central, tanto en la OEA como en Naciones Unidas, el reclamo sobre Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur. El jefe de la misión ante la OEA es Hernán Patiño Mayer. La resolución fue aprobada por éste y los representantes de 33 estados miembros, donde se insta a ambos gobiernos a negociar, para encontrar una "solución pacífica" a la brevedad.

• Análisis

También el organismo panamericano decidió continuar examinando el tema de las islas en los sucesivos períodos de la asamblea general "hasta su solución definitiva", reza el documento aprobado. El 2 de abril de 1982 Argentina ocupó las Malvinas antes de cumplirse los 150 años de la invasión de los ingleses, ocurrida en 1833. Hoy la Cancillería emitirá un documento, a propósito del feriado nacional del lunes —"Día de la reafirmación de los derechos argentinos en las Malvinas"— donde reivindicará la soberanía sobre el archipiélago.

Mientras tanto las relaciones bilaterales entre Argentina y Gran Bretaña han registrado avances, con acuerdos culturales, de eliminación de visas para viajar hacia o desde el Reino Unido, y de promoción y garantía de inversiones. A esta última le falta la aprobación del Congreso, hallándose en la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara baja.

También se firmó un acuerdo de conservación de recursos pesqueros, estableciendo una zona de prohibición de pesca, que abarca 150 millas tomadas desde el centro de las islas. Esta es la misma zona de exclusión militar que establecieron los ingleses a partir de 1982 y que fue levantada en febrero del año pasado. En noviembre del '90 fue establecida la zona de veda a la pesca que ambos países patrullan, tanto por aire como por mar, intercambiando información. Estas aguas son motivo de reclamos diplomáticos.

• Protección

Sin perjuicio de los avances que se puedan ir registrando en la relación bilateral, tanto Argentina como Gran Bretaña han establecido un "paraguas" que protege los reclamos de soberanía de ambos sobre este sector del Atlántico Sur. Ninguno ha renunciado a ello.

En Santiago de Chile concluirán mañana las deliberaciones de la OEA, que se iniciaron el lunes pasado. El voto de los 34 estados miembros de este organismo incluyó a los Estados Unidos y Canadá. Este último aún conserva, con una función meramente formal y derivada de los acuerdos que dieron la independencia a varias naciones del mundo —Australia, entre otros—, la figura de la reina Isabel II como jefa de Estado.

Lo mejor de Manes

*Se acaba de editar un resumen de los mejores chistes del humorista de este diario, **Jorge Fernando Manes Marzano**. El libro se llama **"Ay Patria Mía"** y francamente no tiene desperdicio. Los chistes están agrupados en cuatro temas, vinculados a episodios sociales, economía, política y un último apartado dedicado al presidente **Menem**. **Manes Marzano** tiene 25 años y frecuentemente impacta a los lectores de **Ambito Financiero** con sus ocurrencias y sus divertidas caricaturas de los personajes públicos. Una de las ventajas del libro es que se puede leer durante un viaje de taxi, desde el centro a Palermo.*

Erman no gana elecciones

El dirigente de la Democracia Cristiana de la capital, **Carlos Traboulse**, se comunicó con este diario para aclarar que su triunfo en la interna del último domingo no está asociado a la presencia de **Erman González**. **"González es un afiliado más de este partido que está en el gobierno a título personal. No tenemos ninguna vinculación política con él y que se hable de cualquier relación con nuestra línea nos perjudica"**. Además agregó que su partido no formará alianza con el justicialismo en capital.

070691
01.01
ENTRADO HA
9108208

OEA: XXI ASAMBLEA GRAL.: APOYO DEMOCRACIA EN AMÉRICA
La Nación 150025-
090691
OEA 500889-
CHILE 65709-
CUBA 65671-

OEA: categórico apoyo a la democracia en América

Por Enrique Guzmán de Acevedo

SANTIAGO, 8 (AFP). – La democracia latinoamericana recibió en Chile un apoyo político tan categórico de los Estados Unidos y de los otros 33 países americanos, que hoy parece impensable un resurgimiento de los gobiernos militares.

Históricos acuerdos y compromisos sin precedentes en cien años coronaron de un éxito inesperado la XXI Asamblea General que la Organización de Estados Americanos (OEA), clausurara hoy en Santiago.

Estados Unidos reconoció en Santiago sus pasados "errores" políticos en América latina, cometidos por presiones de la Guerra Fría –según confesó el subsecretario de Estado, Lawrence Eagleburger–, y se unió al resto del continente para reforzar la democracia y repudiar los golpes militares que apoyó en nombre del anticomunismo.

Hoy, Washington cambió de táctica y de tono. Antes de partir, el embajador de los Estados Unidos en la OEA, Luigi Einaudi, dijo que "para consolidar la democracia, las instituciones militares deben sumarse al proceso".

La democracia debe pasar por los cuarteles y... por Cuba. Ese fue el mensaje de la Asamblea cuyos principales aspectos fueron:

• CUBA: Aunque el caso cubano no fue analizado aunque los ministros de Canadá y Costa Rica, llevaron el tema, varios diplomáticos coincidieron en señalar que los acuerdos implican directa o indirectamente un mensaje "a la necesaria democratizacón cubana".

Por primera vez en el historial de la OEA todos los países participantes en su Asamblea representan gobiernos democráticamente elegidos. Sólo faltó Cuba.

Einaudi catalogó la ausencia de Cuba en la OEA desde 1962 como una "automarginación" y dijo que no hay discrepancia alguna sobre el retorno cubano, pero "una vez democratizada la isla". El único problema es "el cuándo y el cómo".

El embajador argentino, Hernán Patiño Mayer, declaró que hubo un "mensaje muy claro al mundo en general y, obviamente, también a Cuba, sobre cuáles son los valores comunes de esta nueva América en proceso de unificación, de integración y de un diálogo ya no distorsionado por los ideologismos".

Pero el embajador chileno, Heraldo Muñoz, confesó que "no pretendería que llegara mensaje alguno (a la isla o al resto del mundo), excepto que cada país pueda sacar sus propias conclusiones de los énfasis aquí planteados".

• DEMOCRACIA-MILITARISMO-SEGURIDAD: Los puntos cruciales de esta cita fueron la protección de la democracia, un nuevo concepto de seguridad americana y, sobre todo, cómo encarar los peligros que afronten las instituciones democráticas del continente.

Se subrayó el repudio a toda forma de "interrupción abrupta o irregular" del proceso institucional democrático en cualquier país de América.

En una decisión sin precedentes acordaron reunirse de urgencia cada vez que la democracia esté en peligro por la acción de militares golpistas, guerrilleros o narcotraficantes, y quedaron habilitados para "adoptar las decisiones que se estimen apropiadas" en cada caso.

• "COMPROMISO" DE SANTIAGO: Asimismo, en el "Compromiso de Santiago con la Democracia y con la Renovación del Sistema Interamericano", dejaron constancia de un significativo apoyo político a los valores democráticos.

Este "Compromiso" prácticamente resumió las más importantes inquietudes regionales, en una verdadera "Agenda para el Futuro", que aparte de reforzar la democracia lanza una "solidaria acción cooperadora" contra la pobreza y abre una "reflexión conjunta" sobre una mayor cooperación para la seguridad continental y la limitación de armamentos para ampliar los recursos destinados al desarrollo socioeconómico.

Los países democráticos de América latina y del Caribe son los menos armados y menos militarizados del mundo, pero también son los que afrontan las mayores deudas, así como elevados índices de pobreza y analfabetismo.

Para Einaudi el compromiso "va más allá de lo que cabe esperar normalmente como pauta orientadora. Es un mecanismo histórico en la transición hacia una solidaridad democrática y respetuosa de las diferencias entre los países".

Para el chileno Muñoz, el documento refleja el "óptimo balance de la reunión", que superó todas las expectativas y "establece en forma clara la voluntad política de reforzar y consolidar la democracia y renovar el sistema interamericano, más concretamente la OEA".

El argentino Patiño Mayer coincidió con Muñoz, al indicar que los documentos políticos aprobados "son de gran importancia y valor histórico".

ENT HA-
CRIZ
01.01 9108209

CEAL
Empresarios en Mercosur
Buenos Aires - 150027 -
120691
MERCOSUR - 1278A -
ARGENTINA - 10033 -

120691 F-2

El presidente Carlos Menem, flanqueado por el canciller Guido Di Tella (derecha) y Federico Zorraquín, en la apertura de la Reunión del Consejo Empresario de América Latina (CEAL).

El rol empresario en el Mercosur

Las cabezas de los principales grupos económicos y empresas privadas de América latina se reunieron la semana pasada en Buenos Aires para intercambiar opiniones sobre las realidades y los cambios económicos en los distintos países, con el objetivo de concretar emprendimientos y negocios en común.

*En el marco de la **Segunda Reunión Plenaria del Consejo Empresario de América latina (CEAL)**, participaron como invitados especiales el ministro de Hacienda de Chile, **Alejandro Foxley**, el secretario de Hacienda de México, **Pedro Aspe** y el ministro de Economía de la Argentina, **Domingo Cavallo**.*

*La inauguración del encuentro estuvo a cargo del presidente **Carlos Menem**, quien destacó los beneficios del Mercosur mencionando que "**el Producto Bruto Interno de los cuatro países involucrados suma alrededor de 410 mil millones de dólares, con una población de 185 millones de habitantes**". El jefe de Estado se manifestó convencido de la necesidad de "**un nuevo espacio económico y político capaz de multiplicar las posibilidades de la región**". Pidió a los empresarios que sean protagonistas y "**adquieran plena conciencia de su responsabilidad en la construcción de un sistema capitalista eficiente, justo, equilibrado y competitivo**".*

*Por su parte, el actual presidente del CEAL, el argentino **Federico Zorraquín**, señaló que "en la medida en que nos esforcemos por lograr la cooperación entre nuestros países y la cooperación entre nuestras empresas, **serán éstas una formidable palanca para que los 430 millones de latinoamericanos podamos trabajar, sacrificarnos, ahorrar e invertir en la región, seguros de obtener buenos resultados. En síntesis para que tengamos renovada esperanza**".*

EN HA-

01 . 01

9108210

DOCUMENTO
TITULO Chile no descarta la posibilidad de integración con Mercosur
PROCEDENCIA LA NACION 150025-
FECHA DE PROCEDENCIA 7/6/91
VINCULACIONES 1275A-
CHILE 65709-

Chile no descarta la posibilidad de integración con el Mercosur

El ministro de Hacienda de Chile, Alejandro Foxley, señaló que su país tiene marcado interés en las posibilidades de integración con sus países vecinos y el Mercosur.

El funcionario chileno consideró que la mejor forma de avanzar en un proceso de integración pasa por las inversiones que los empresarios hagan en uno y otro país, y en favorecerse inversiones conjunta.

Foxley estimó que en el nuevo ordenamiento económico la constitución de bloques cobrará una importante dimensión. También señaló que Chile tiene aspiraciones de aumentar su influencia en el diseño del nuevo orden mundial y para insertarse en los mercados internacionales.

En cuanto a la continuidad del modelo de crecimiento de la economía chilena, Foxley dijo que se pudo mantener "en un marco democrático en base al acuerdo y el consenso con la oposición y las entidades sindicales y empresariales".

El ministro chileno dijo que los desafíos de la economía de su país –"del post ajuste"– se centran en alcanzar una tasa de inversión del 23 % del producto bruto interno –actualmente está en el orden del 20 %–, en desarrollar un mercado de capitales, además de elevar el nivel de productividad y competitividad para insertarse en la economía mundial, según expresó el ministro Foxley.

También destacó que en las próximas semanas se asistirá a una definición sobre el nuevo orden internacional. En ese sentido, consideró que en la Ronda Uruguay del GATT se debatirá uno de los principales problemas, como es el que la liberación creciente del comercio internacional, modelo al que se están volcando las economías latinoamericanas, se enfrenta con "el proteccionismo duro de los países industriales", particularmente "la Comunidad Europea y el Japón".

El funcionario chileno manifestó que los países industrializados tienen un discurso retórico sobre el libre comercio, puesto que son fuertemente proteccionistas en lo que hace a sectores tales como el agrícola, el textil, el acero y el calzado, y que traban el acceso a sus mercados a través de restricciones paraarancelarias.

Foxley, sin embargo, se mostró poco optimista en cuanto a la capacidad del GATT para resolver el problema del proteccionismo de los países desarrollados, por lo que consideró que hay que revisar la estrategia del "multilateralismo", particularmente ante la constitución de bloques económicos, como las del "deutsche mark", el "del yen" y el "del dólar".

Entre las condiciones que Foxley mencionó como necesarias para que una nación pueda ser considerada en el concierto de las naciones mencionó "estabilidad en las reglas de juego" y ser confiable y predecible en materia económica y política. Afirmó que el primer desafío que tienen las democracias latinoamericanas es demostrar que tienen "capacidad para gobernar", lo cual incluye tener controlado "el déficit fiscal".

En cuanto algunas situaciones de la economía chilena, destacó que tiene un superávit fiscal del 1,5 % del PBI, que las inversiones extranjeras alcanzaron el año pasado el 5 % del producto bruto y que el Gobierno debe privilegiar la inversión social (educación, vivienda, salud y desempleo) y los proyectos de modernización.

Stalinismo

No pocos asistentes al seminario que ayer ofrecieron Alejandro Foxley y Domingo Cavallo se sorprendieron por la franqueza del funcionario chileno cuando este consideró que el régimen de Pinochet garantizó "un modelo forzado de acumulación de capital", al que comparó –salvando las distancias ideológicas– con la experiencia soviética en la época stalinista.

El ministro Foxley admitió, sin embargo, que el régimen autoritario posibilitó la transformación de la economía chilena, que, si bien fue dolorosa, sirvió para poner "la casa en orden".

ENT 44-

01.01

9108211

DOCUMENTO
TITULO 78ª Asamblea Anual de la OIT
El País - La Prensa - Hoja Popular - Clarín - La Nación
2205/130691
Org. Int. del Trabajo
DOCUMENTO

También resaltó el concepto de solidaridad

Cat criticó en OIT las barreras comerciales

Reclamó aumento de cooperación técnica

"La mejor forma de ayuda al desarrollo es la eliminación de las barreras comerciales. Nuestros países necesitan ante todo que dejen hacer negocios a sus hombres de iniciativa, que no sean perjudicados por las reglas del mundo comercial, que castiga al pequeño y hace triunfar cada vez con mayores márgenes a los grandes". Así se expresó el Ministro de Trabajo y Seguridad Social, Ingeniero Carlos Cat, en el foro de la Organización Internacional de del Trabajo (OIT).

ALGUNAS de las frases expresadas por el Secretario de Estado se detallan a continuación:

"No ponemos en tela de juicio el valor libertad en ningún ámbito, pero afirmamos que la actividad económica, en tanto que actividad humana, no deberá prescindir del concepto de solidaridad, buscada tanto por un imperativo ético como por propia conveniencia de quienes hoy parecen reticentes en ofercerla. Esa solidaridad con mayúscula, tendrá necesariamente varias dimensiones. Supondrán un incremento de la asistenica técnica a los países no desarrollados pero sobre todo deberá llevar a una mayor justicia en los términos de intercambio tal como se propuso en la Ronda Uruguay del GATT; conducirá inexorablemente a procesos de integración entre naciones, tal como se proyecta a través del MERCOSUR, con Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay; esa solidaridad requerirá finalmente que las economías desarrolladas sustituyan en gran parte los préstamos de capital financiero, por inversiones de capital de riesgo".

"La mejor forma de ayuda al desarrollo es la eliminación de las barreras comerciales. Nuestros países necesitan ante todo que dejen hacer negocios a sus hombres de iniciativa, que no sean perjudicados por las reglas del mundo comercial que castiga al pequeño y hace triunfar cada vez con mayores márgenes a los grandes".

Los países como Uruguay que están haciendo políticas severas de ajuste se ven perjudicados por las políticas proteccionistas que al no permitir colocar nuestros productos, en definitiva demoran el llegar a tener éxito de sus programas con el consiguiente perjuicio en las políticas salariales y de empleo. En cambio si tenemos más comercio, si tenemos más recursos, el país recauda más y podremos pagar mejores salarios y generar más puestos de trabajo. Las tareas de la Ronda Uruguay del GATT tienen pues un efecto directo sobre las tareas de la OIT".

"En efecto, la posibilidad de que las reglamentaciones que rigen para el sector moderno puedan extenderse al sector no estructurado depende del progresivo grado de integración de éste a la economía nacional".

"También resulta claro que durante el tiempo que insuma ese proceso integrador no puede admitirse una reducción de las protecciones para los trabajadores del sector moderno y que los involucrados deben quedar asociados a la elaboración y aplicación de las políticas a implementarse a su respecto".

"El sector informal de nuestro país existe, pero sin las dimensiones que presenta en otras latitudes. Lo que resulta indudable es que también a nosotros nos desvela la inquietud por asegurar a todos un empleo digno. Aquel sector no estructurado podrá ser una fórmula que lo haga viable. Quizás no existan caminos mejores. Sea como sea, en la medida que los esfuerzos del Gobierno vayan obteniendo los resultados esperados, podremos asegurar empleos estables y seguros".

"Para concluir, entendemos que la Organización Internacional del Trabajo debe incrementar la cooperación técnica, para el conocimiento de la problemática en las respectivas realidades nacionales. En este sentido merece un especial destaque la labor de investigación desarrollada por PREALC, a través de su informe "Más allá de la regulación. El sector informal de la economía en América Latina". ■

ENT
CRUZ HA

01.01

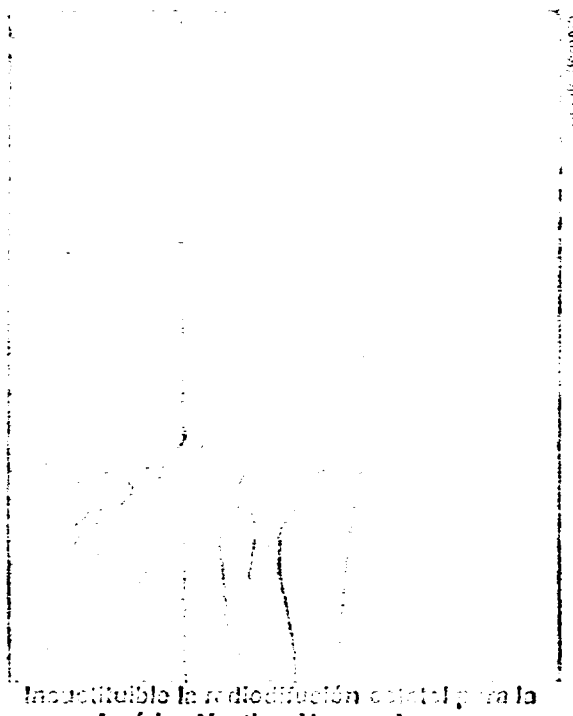
9108212

N. DOCUMENTO
TITULO La Informaciones como es por ULCRA
PROCEDENCIA 150044
FECHA 29/10/90
VINCULADO ULCRA
ULCRA

La Información es también poder: ULCRA

EN MEXICO: Si los gobiernos de América Latina y del Caribe no toman conciencia del rol que se hace de la tecnología de la información en el proceso de globalización, y no fijan políticas adecuadas, el Estado corre el riesgo de quedar al margen del actual período de transformaciones.

Así lo expresó a *Visión* el secretario general de la Unión Latinoamericana y del Caribe de Radiodifusión (ULCRA), y



Insustituible la radiodifusión estatal para la América Mestiza: Vargas Araya.

el costarricense Armando Vargas Araya.

La organización cooperativa de la televisión y la radio de servicio público en la "América Mestiza", como la llamó, en el marco del Quinto Mercado Latinoamericano del Audiovisual celebrado en la capital de México, recordó realizar un estudio sobre las implicaciones que tiene la comunicación (telecomunicaciones, radiodifusión, informática y nuevos servicios electrónicos de datos) en el proceso de integración, bajo el título: *Hacia el siglo XXI: Prospectiva de la Comunicación para la Integración Latinoamericana.*

Su objetivo, lograr el mayor impacto posible entre los líderes de Gobierno, y todo aquel grupo o actor con incidencia en la vida política de cada país de la zona. "Se trata de bosquejar el perfil político", precisó el entrevistado.

"Hoy es posible concebir la integración entre países incomunicados", y América Latina es un ejemplo claro de esto, según palabras de Vargas. "Estamos desintegrados por el alma, porque nos encontramos aislados entre nosotros, pero no con los centros de poder de otras regiones que nos dominan económicamente".

Hoy el enfoque de la comunicación abarca todos los instrumentos que sirven para transmitir información, y Vargas alude cuatro ejemplos: las telecomunicaciones; la radio y la televisión; la informática, y los nuevos servicios de redes de datos por la vía electrónica. Sin embargo, las nuevas tecnologías los hace convergentes, y en este sentido Latinoamérica no existe en el globo terráqueo.

SOMBRIO PANORAMA

Al frente, el panorama está plagado de desequilibrios y carencias. Mientras que el embate contra las empresas estatales de radiodifusión arrecia en América Latina y el Caribe, por otro lado las redes privadas de radiodifusión sirven como fuerte eslabón de transculturización.

Vargas sostiene, al igual que otros intelectuales, que "el mundo cuenta con instrumentos de esclavitud de la conciencia sobradamente más poderosos e insidiosos que en el pasado", de esta manera "imponen en forma progresiva a la opinión pública modelos de conducta... Una sutil red de condicionamiento sicológico se establece así, capaz de inhibir la verdadera libertad de escoger".

Bajo esas condiciones los medios de comunicación se convierten en la fuerza [illegible] Por ejemplo, en la región asiática que transmitieron durante 1985 las televisoras latinoamericanas, se importó el 52 por ciento; de ese total, el 77 por ciento se compró a un solo país: Estados Unidos. La situación se torna grave si se toma en consideración que un infante desperdicia tres horas y media diarias frente a la pantalla chica; una persona que viva 65 años, habrá pasado siete de ellos ante la televisión; en comparación con todos los saldos negativos que ofreció la década perdida de los 80, la disponibilidad de receptores televisivos creció en forma espectacular: de 95 unidades por cada mil habitantes en 1970, a 150 en 1988.

En el renglón de las telecomunicaciones la situación no podría ser peor, puesto que la infraestructura se desarrolla de espaldas a los latinoamericanos y de cara a los países desarrollados.

Es más barato comunicarse a Miami, que al país vecino, el secretario general de ULCRA señaló que en ocasiones, para hablar de Centro a Latina, es necesario establecer un puente vía Roma o Madrid, en lugar de hacerlo directamente. En término de números de teléfonos América Latina tiene menos de siete por cada 100 habitantes. En Europa la paridad es 80 por ciento, mientras que allende el río Bravo, 100 por ciento.

En la suma de carencias aún no contamos con un sistema regional satelital, como lo tiene Europa y Norteamérica, o aun Africa (que pronto lo tendrá). Tampoco existe uno de fibra óptica que enlace a los países de la región. "Ambos elementos son las carreteras del futuro, que ya es presente", advierte el ex ministro de Información y Comunicación de Costa Rica.

Por su carácter tan ambicioso, el estudio a realizar consumirá dos años. Una vez terminado, se encontrarán en sus páginas las posibles estrategias para el desarrollo comunicacional que sirva a la unión permanente del bloque latinoamericano.

Los expertos no encontraron precedentes al respecto que incorporen todas las formas de tecnología de la información-comunicación a nivel regional, lo que hace al informe vital para el proceso de integración. "Mismo que ya no depende de la voluntad de nosotros, puesto que la conformación de bloques de naciones nos está borrando del mapa", asegura Vargas. De no adecuarse pronto al curso de la historia, "las potestades soberanas del Estado serían negadas en los hechos, porque los cambios avanzan a una velocidad vertiginosa". (*M. H. Ch.*).

01.01
9108213

Nº [illegible]
TITULO: FEDEFAM - Sección de Desaparecidos - detenidos
PAGINA: Hoja Complementaria 150018-
FECHA DE PUBLICACION: 02/06/91
VINCULACIONES: FEDEFAM 13133
A.I. 500576-

Amnistía cumplió 30 años

Pedían [illegible] contra el Doble-Desaparecido

Con motivo de la celebración de la semana del Detenido-Desaparecido, [illegible] el pasado viernes, la Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos emitió un mensaje en el que expresa que "es una oportunidad para [illegible] al mundo que el tiempo y los obstáculos no [illegible] la intensidad de la tragedia sufrida por tantas familias y que seguiremos exigiendo Verdad y Justicia para que podamos hablar de paz".

Tras calificar de "criminal y por tanto criminal" la guerra del Golfo, el documento analiza la situación en países de América Latina. Coloca como "uno de los acontecimientos más significativos y de los vectores de los últimos años, el proceso [illegible] tras el triunfo electoral del padre Aristides.

"Otro hecho de significación, [illegible] fue el [illegible] de una [illegible] en Colombia, El Salvador y Perú, convirtiéndose en la situación permanece sustancialmente inalterada y la violencia de estado sigue cobrando masivamente sus víctimas".

Amnistía cumplió 30 años

Amnistía Internacional acaba de cumplir su 30 aniversario, y con ese motivo lanzó la semana pasada una campaña mundial en pro de la liberación de personas encarceladas a causa de sus convicciones ideológicas, religiosas o raciales.

La representación [illegible] de la organización [illegible] de los derechos humanos cumplió a su vez 15 años de [illegible] en [illegible] que fue celebrado con un [illegible] en la Asociación Cristiana de Jóvenes.

FVT HA

01.01

9108214

A I JUICIO A DISIDENTES EN PEKÍN

26069
A I 500576-
Cpi. Fachada
RPCH.

AMNISTIA INTERNACIONAL

Juicio a disidentes en Pekín

Con el juicio de destacados activistas, comenzó en noviembre de 1990 la etapa de represión del movimiento democrático más reciente y público que las autoridades chinas han emprendido desde junio de 1989.

A mediados de febrero de 1991, no menos de 32 personas detenidas desde 1989 habían sido sometidas a juicio. Quince acusados, en su gran mayoría intelectuales y líderes estudiantiles, recibieron penas de cárcel que oscilaron entre dos y trece años. Otros seis fueron "eximidos de castigo penal". El 12 de febrero aún no se habían anunciado los veredictos en otros once casos. Se teme que hayan recibido condenas rigurosas, ya que se les imputaban delitos que, en casos "graves", conllevan la pena de muerte.

Dos de los disidentes más conocidos fueron condenados a trece años de prisión. Chen Ziming, director de un instituto de investigación privado en Pekín, y Wang Juntao, economista y editor, fueron declarados culpables de "conspirar para derrocar al gobierno" y de "propaganda y agitación contrarrevolucionarias" por su participación en los actos de protesta de 1989. Los medios de información oficiales los acusaron de ser el cerebro instigador de la protesta. La Agencia de Noticias Nueva China anunció sus sentencias el 12 de febrero, indicando que "no se mostraron dispuestos a arrepentirse". Ambos son presos de conciencia.

El 26 de enero, otro preso de conciencia, Ren Wanding, veterano activista de derechos humanos, fue condenado a siete años de prisión por "propaganda y agitación contrarrevolucionarias". Ren Wanding había hecho llamamientos públicos en pro de los derechos humanos y de reformas democráticas desde 1988, pero no había desempeñado un papel importante en las protestas de 1989.

AI cree que los disidentes procesados recientemente en Pekín y otras personas condenadas con anterioridad no tuvieron juicios justos. El proceso judicial en China no se ajusta a las normas internacionales de imparcialidad en los juicios, y la práctica de "la sentencia primero, el juicio después" sigue siendo común. En los casos políticos, las posibilidades de recibir un juicio imparcial son aún más remotas que en los casos penales ordinarios, y el resultado es, por lo general, cosa sabida.

Centenares de personas menos destacadas han sido enjuiciadas y encarceladas desde 1989, pero sólo unos pocos casos han sido mencionados por las fuentes oficiales chinas. Algunos disidentes detenidos en ciudades de provincia han recibido prolongadas penas de prisión por haber ejercitado pacíficamente el derecho a la libertad de expresión y de asociación. Es posible que otros hayan sido enjuiciados recientemente en Pekín y otros lugares sin que los juicios se hayan hecho públicos.

En enero de 1991, fuentes oficiales anunciaron la puesta en libertad de 69 disidentes. Sólo 15 de los 69 fueron identificados oficialmente.

01.01

9108215

DOCUMENTO
TITULO Río Negro Beneficiado POR BID
PROCEDENCIA El Pueblo 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 02/06/91
INCLUSIONES BID 1264A-
URUGUAY 10020-

Uruguay Será Beneficiado con Nuevo Fondo Financiero del BID

070691

Nuestro país será uno de los beneficiados con préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), que dispondrá para los primeros días de 1992, de un fondo de 1.500 millones de dólares destinados a países de América Latina y el Caribe para que reformen y liberalicen sus economías.

El presidente del organismo, Enrique V. Iglesias, anunció que las conversaciones con las naciones europeas sobre su participación en el fondo están bien encaminadas y deberían ser completadas en breve lapso.

En declaraciones a la agencia REUTER en Washington, Iglesias descartó que dicho fondo se destine a programas de reducción de la deuda externa.

Estados Unidos y Japón han prometido entregar 500 millones de dólares cada uno a lo largo de un periodo de cinco años para el denominado Fondo de Inversión Multilateral (FIM).

Estos fondos serán administrados por el BID que tiene un papel central en la iniciativa lanzada por el presidente norteamericano George Bush que busca crear una zona de libre comercio

Los préstamos del FIM serán utilizados para ayudar a la reforma del sector público, apoyo a la privatización y al desarrollo de mercados de capitales en países del hemisferio occidental y una parte será destinada a programas que buscan alentar el papel de la pequeña y mediana empresa y también a ayudar al entrenamiento de los trabajadores desocupados por las privatizaciones estatales.

Iglesias dijo que el BID se encamina hacia programas masivos de apoyo a la pequeña y mediana empresa en América Latina.

Uruguay, precisamente, está abocado a transformaciones y desarrollos de programas en todos estos sentidos para lo cual tendrá acceso a estos nuevos financiamientos que el BID estará en condiciones de ofrecer a partir de enero próximo, según Iglesias.

Las pequeñas y medianas empresas en Uruguay están siendo asistidas mediante financiamiento obtenido por la Corporación Nacional para el Desarrollo el cual es administrado por las cooperativas de ahorro y crédito, al tiempo que el Ministerio de Industria y Energía tiene funcionando una Dirección de Pequeña y Mediana Empresa encargada de los proyectos y asesoramientos en la materia.

01.01

9108216

NO DOCUMENTO
TIPO Operativo de los Servicios: Préstamo Achile
PROCEDENCIA LA MAÑANA 150015-
FECHA DE PROCEDENCIA 21/6/91
VINCULACIONES BID 12641-
CHILE 65709-

Iniciativa de las Américas

Nuestro país próximo beneficiado

Crédito para inversiones chilenas por U$S 150:

EL Banco Interamericano de Desarrollo (BID) anunció en Washington la concesión a Chile de un préstamo sectorial por 150 millones de dólares para apoyar la reforma del régimen de inversiones del país en el marco de la Iniciativa de las Américas.

Este préstamo constituye el primero que se concede en el marco de la Iniciativa, y el primer préstamo sectorial otorgado sin cofinanciamiento del Banco Mundial. En 1990, el BID aprobó 1.310 millones de dólares en créditos sectoriales que debían ser, sin embargo, cofinanciados por el BM.

El Presidente del BID, el uruguayo Enrique Iglesias, dijo estar *"muy satisfecho de que en el mes que se cumple el primer aniversario del lanzamiento de la Iniciativa para las Américas, el Banco apruebe el primer préstamo dentro de los objetivos de esa iniciativa a fin de apoyar el clima de inversión en Chile"*.

Iglesias señaló que "es simbólico que esta primera línea de acción del Banco empiece en Chile, que está a la cabeza de los procesos de reforma y modernización económica en América latina".

"Este préstamo es un modelo de cambios institucionales orientados a apoyar, entre otros novedosos objetivos, al pequeño y mediano empresario, a profundizar la modernización del sistema financiero chileno -en particular los mercados de valores- y facilitar la presencia del capital privado en el campo de la infraestructura y en asociación con las empresas públicas", agregó.

El crédito a Chile, que será desembolsado en tres tramos, de 30, 50 y 70 millones de dólares, fue otorgado del capital ordinario del Banco a una tasa variable de interés, que es actualmente de un 7,69 por ciento anual, con un periodo de amortización de 20 años, de los que cinco son de gracia.

El programa favorece de forma especial y con carácter prioritario la inversión en empresas pequeñas y medianas y apunta a crear condiciones favorables para las inversiones extranjeras en Chile. ■

HA-

01.01

9108217

TITULO Pasó BID a ser el mayor acreedor
PROCEDENCIA LA MAÑANA 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 21/6/91
VINCULACIONES BID 12641-
BID -10030-

Convenio de cooperación

Pasó el BID a ser el mayor acreedor de nuestro país

"Han reconocido los avances económicos de Uruguay"

"El Banco Interamericano pasó a convertirse en el acreedor más importante de Uruguay", señaló el Cr. Enrique Braga, luego de estampar la firma del convenio de Cooperación Técnica no reembolsable por 1:220.000 dólares, destinado al financiamiento de un programa para consolidar y reforzar la capacidad para promover la inversión privada productiva de la Comisión para el Desarrollo de la Inversión (CDI).

EL Ministro agregó que "con el BID se está trabajando estrechamente y que va en camino de superar en créditos al Banco Mundial", acotó que "es imprescindible" para el país lograr esta financiación, y si bien ésta es una pequeña parte, "el programa permitirá hacer frente a erogaciones mayores".

Por su parte el Gerente de Planes y Programas de BID, Cyro de Falco, señaló que "éste es un comienzo de grandes realizaciones" y que el convenio se enmarca dentro de los que se llaman "préstamos sectoriales", complementario de mayores a fin de realizar los estudios técnicos pertinentes.

Agregó que en unos meses más el "BID abordará, con el sector privado de nuestro país, otros estudios de real valía" que permitirán a Uruguay lograr la ansiada reconversión con miras al MERCOSUR.

El programa

Que se llevará adelante, tiene un costo de 1.410.000 dólares y el aporte mínimo uruguayo será de 190.000 dólares.

Los objetivos son: a) fortalecer el sistema de promoción de inversiones, b) efectuar estudios e investigaciones que permitan identificar los obstáculos legales, económicos y financieros que afectan la inversión privada, c) verificar las fuentes de recursos y d) incrementar la producción uruguaya, especialmente la oferta exportable. ■

HA-

01.01

9108218

BID otorga préstamos a L.A
R. Financiero
070691
BID 1264A-

El BID otorga u$s 1500 millones para Latinoamérica

Enrique Iglesias

Washington (Reuter) — Un fondo especial de 1500 millones de dólares para ayudar a América latina y el Caribe debería estar listo en los próximos meses y los primeros préstamos se harían desde el 1 de enero de 1992, dijo hoy el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Enrique Iglesias.

Las conversaciones con naciones europeas sobre su participación en el Fondo están bien encaminadas y deberían ser completadas en breve plazo, dijo Iglesias a "Reuter" en una entrevista.

Los Estados Unidos y Japón han prometido entregar 500 millones de dólares cada uno a lo largo de un período de cinco años para el así denominado Fondo de Inversión Multilateral (FIM).

El FIM, un elemento clave de la Iniciativa para las Américas del presidente George Bush, otorgará préstamos durante un período de cinco años para ayudar a los países del hemisferio occidental a reformar y liberalizar sus economías.

Los fondos serán administrados por el BID, que tiene un papel central en la iniciativa lanzada por Bush hace un año y que busca crear una zona de libre comercio en todo el continente.

Iglesias dijo que los recientes informes periodísticos que indicaban que el FIM sería utilizado para reducir la deuda externa de la región de 410.000 millones de dólares son inexactos. "Esto no tiene nada que ver con la reducción de la deuda".

Otros elementos de la Iniciativa para las Américas serán utilizados para ese fin, añadió.

La respuesta de Bush —basada en los tres pilares de inversión, comercio y deuda— contempla el perdón de hasta la mitad de los siete mil millones de deuda que la región tiene con Washington, y otras medidas para reducir su deuda comercial y multilateral.

Los préstamos del FIM serán utilizados para ayudar a la reforma del sector público, apoyo a las iniciativas de privatización y al desarrollo de mercados de capitales en los países del hemisferio occidental.

Parte de los fondos serán destinados a programas que buscan alentar el papel de la pequeña y mediana empresa y también a ayudar al entrenamiento de los trabajadores desocupados por la privatización de las empresas estatales.

070691

01.01

9108219

OTAN acerca a URSS y Europa Oriental
Mundo Financiero 150027-
070691
OTAN 12637-

La OTAN se acerca a Moscú y Europa oriental

James Baker

*Copenhague (Reuter) — Ministros de Relaciones Exteriores de la OTAN decidieron ayer forjar **lazos más estrechos con la Unión Soviética y Europa oriental**, pero los Estados Unidos destacaron que las reformas económicas de Moscú deben basarse primordialmente en la **autoayuda** antes que en la asistencia occidental.*

*Al iniciar una reunión de dos días, los 16 ministros emitieron una declaración que enunció **cinco campos** en los que intensificarán los intercambios con sus ex enemigos **del Pacto de Varsovia.***

*"Nuestra seguridad está indisolublemente unida a la de todos los otros estados de Europa. La consolidación y preservación de las sociedades democráticas y su libertad respecto de cualquier forma de coerción o intimidación son, por lo tanto, **de interés y preocupación primordiales para nosotros**", señaló el comunicado.*

*El secretario de Estado norteamericano, **James Baker**, declaró que la OTAN quiere acercarse a la Unión Soviética y a las nacientes democracias de Europa oriental **"para demostrar la genuina preocupación de la OTAN por sus legítimos intereses de seguridad"**.*

Pero puso en claro que no sería realista hablar de una masiva ayuda occidental para apuntalar la deteriorada economía soviética y actuar como fuerza impulsora de su transformación en una sociedad con sistema de mercado.

*"Los soviéticos deben encontrar la voluntad de allanar el camino a un nuevo futuro. **Deben comenzar por ayudarse a sí mismos**", sobrayó.*

"Francamente no creo que podamos catalizar la reforma soviética apelando a una gran explosión. Necesitamos reconocer que estos cambios se harán sentir en un plazo largo", agregó.

En el primer lugar de la agenda preparada para la reunión de Copenhague está cómo conformar nuevos vínculos con Moscú y sus ex satélites, superada la Guerra Fría.

*La semana pasada, los ministros de Defensa de la OTAN aprobaron **la reestructuración más radical de las fuerzas militares**.*

070691

HA-

01.01

9108220

Nº DE DOCUMENTO
TITULO: Reunión del G-7
PROCEDENCIA: Ro Matías 150015-
FECHA DE PROCEDENCIA: 27/6/91
VINCULACIONES: G-7 12766
GRAN BRETAÑA 10080-
URSS 10175-

Reunión de más de seis horas

Frenar alza del dólar aprobó el G-7

No se pusieron de acuerdo para ayudar a la Unión Soviética

Los Ministros de Finanzas de los siete países más industrializados del mundo acordaron ayer, en Londres, intervenir de una manera concertada para frenar el alza del dólar. Pero los Ministros del Grupo de los Siete no se pusieron de acuerdo en la ayuda económica a la Unión Soviética, una de las cuestiones a discutir, además del asunto de las tasas de interés.

EL Ministro británico de Economía, Norman Lamont, dijo en una rueda de prensa después de la reunión de más de seis horas, que los siete países se han comprometido a mantener la estabilidad de los tipos de cambio, "incluso mediante una intervención concertada".

La moneda estadounidense ha subido en lo que va de año hasta un 20 por ciento y varios países, como Alemania y Japón, se habían quejado que estas alzas estaban impidiendo una estabilidad de las economías mundiales.

Pero el Secretario estadounidense del Tesoro, Nicholas Brady, se negó a confirmar si los siete intervendrán mañana, lunes, en los mercados internacionales para frenar la subida del dólar.

Lamont dejó entrever la existencia de discrepancias existentes en relación a la ayuda a la URSS y recalcó la importancia de llevar a cabo primero reformas estructurales en la economía soviética, antes que se pueda plantear la posibilidad de recibir ayuda a gran escala.

La reunión servirá también de preparatoria para la Cumbre Económica de los líderes de Alemania, Canadá, Estados Unidos, Francia, Gran Bretaña, Italia y Japón, que se celebrará del 15 al 17 de julio en Londres. Los líderes del Grupo de los Siete recibirán, después de la cumbre, al Presidente soviético, Mijail Gorbachov, quien reiterará la necesidad de que su país reciba ayuda financiera de Occidente para poder poner en vigor las reformas de la economía soviética.

Antes de la reunión en el palacio de congreso del Queen Elizabeth II Hall, Brady se entrevistó en privado en su hotel con su colega japonés, Ryataro Hasimoto, y luego con el alemán Theodor Waigel.

Se estima que tanto Alemania como Japón se resisten a bajar sus tasas de interés, por temor a que se les dispare la inflación, y han insistido que la única manera de frenar el ascenso del dólar era la de poner un tope a éste para intervenir todo el grupo cuando se llegue a esa situación.

En la reunión, a la que asistieron también los presidentes de los bancos centrales, se discutió la posibilidad de que la Unión Soviética pueda, en un futuro, ser miembro asociado del Fondo Monetario Internacional (FMI), y se descartó, por el momento, ser miembro pleno.

De esta manera, la URSS podrá recibir ayuda técnica y financiera.

El Ministro de Finanzas de Francia, Pierre Beregovoy, reconoció que la ayuda a la URSS había sido una cuestión espinosa y que había provocado "grandes discrepancias".

Brady, por su parte, dijo que su país se opondrá a que el recién creado Banco Europeo de Reconstrucción modifique sus estatutos para ayudar a la Unión Soviética y otros países de Europa oriental.

HA-

01.01

9108221

G7 [illegible] URSS
Ambito Financiero 150027-
07069
G-7: 12766-
URSS-10175-

Ambito Financiero, viernes 7 de junio de 1991

Los "Siete Grandes" invitarán al líder soviético al final de su cumbre, pero descartan asistencia económica

No habrá ayuda para Gorbachov en el G-7

Bonn (Reuter, UPI, DPA) — Los **"Siete Grandes" países industrializados acordaron ayer dar una salida diplomática** al pedido de la Unión Soviética para participar en la próxima cumbre: invitaron a Gorbachov **pero sólo para el final de las deliberaciones**, a la vez que advirtieron que por ahora **no habrá respuesta a su voluminoso pedido de ayuda económica.**

El canciller alemán **Helmut Kohl** fue quien realizó el anuncio al afirmar que Gorbachov se reunirá con las siete potencias después de la cumbre que se celebrará **el mes próximo en Londres.** Kohl no aclaró si el líder soviético participará de la propia reunión del G-7, aunque analistas destacaron que probablemente tomará parte **del último tramo de la cumbre.**

Funcionarios británicos, en tanto, indicaron en Londres que la asistencia de Gorbachov **está casi confirmada** y que sólo faltaría la invitación formal que le debe cursar el anfitrión de la cumbre, el premier inglés **John Major.**

Los mismos funcionarios, además, dijeron que los países de Occidente, aunque respaldan las reformas de Gorbachov, **todavía no tenían una posición única** sobre la mejor forma de alentarlas y no querían que la cumbre se **viera ensombrecida por el tema.**

Moscú estima que necesita unos **250.000 millones de dólares de asistencia a lo largo de cinco años para financiar las reformas, según funcionarios monetarios en Washington.**

En Bonn, el canciller **Kohl** dijo al Parlamento que recibiría con beneplácito la presencia de Gorbachov en Londres pero dejó en claro **que no habrá ofertas importantes de ayuda.**

"No estamos en situación de financiar un barril sin fondo", dijo Kohl, uno de los más estrechos aliados de Gorbachov en Occidente.

"La Unión Soviética necesita ayuda para ayudarse a sí misma", dijo. **"La reconstrucción de la Unión Soviética debe ser decidida allí".**

El ministro de Finanzas sueco **Allan Larsson**, dijo en París tras asistir a una reunión de la **Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico** que "los ministros de Finanzas y Relaciones Exteriores del mundo occidental coincidieron en que una asistencia masiva **sería inapropiada".**

Agregó que **"no habrá presentes de Navidad para Gorbachov en la reunión".**

Funcionarios norteamericanos dijeron que el presidente **George Bush** discutió el tema por teléfono con Major el martes y que retiró todas las reservas que tenía respecto a permitir a Gorbachov presentar su plan de reformas económicas y políticas a los líderes en Londres.

HA-

01 . 01

9108222

Nº. DOCUMENTO
TITULO ARAB-COOPERACION TURISTICA
PROCEDENCIA El Pais 150007 -
FECHA DE PROCEDENCIA 14-06-91
VINCULACIONES ALADI - 12633 -

INTERNACIONAL 140691 (F.2)

Con el Ministro Villar

Unión

El ministro de Turismo uruguayo, José Villar acaba de estar en Buenos Aires asistiendo a un seminario promovido por la Argentina para buscar la mejor forma de vender la imagen del país como atracción turística en Europa. El Ministro explica que la invitación se inscribe dentro de la filosofía del Acuerdo de Alcance Parcial de Cooperación Turística que se firmará el lunes próximo bajo el marco de ALADI y que llega a su concreción después de 5 largos años de trabajo. A la firma de dicho acuerdo asistirán los Secretarios y Ministros de Turismo de los países que han decidido unirse en la promoción turística conjunta de la región. Ellos son Argentina, Paraguay, Brasil y Uruguay y es esperanza de Villar que Chile se incorpore finalmente, de manera de abarcar todo el Cono Sur.

En América Latina las cifras turísticas colocan a México en el primer lugar con 5 millones de personas al año; Argentina ha superado a Brasil ocupando el segundo puesto con casi 3 millones; en tercera posición el Brasil con 2.400 y cuarto Uruguay con un millón trescientos. Una cifra que se destaca cómodamente de las cerca de 600.000 a que llegan como máximo Chile, Perú y Venezuela. Al no haber problemas de desgravaciones, Villar cree que se pondrá en práctica inmediatamente la promoción en conjunto aún cuando cada país guardará sus propias características comenzando con folletería de los 4 reunidos, la concurrencia a ferias internacionales y las promociones de ventas en forma grupal en vez de hacer esfuerzos cada uno por separado.

CRECIMIENTO DEL 15%

En este mes de junio que cuenta con 18 días laborales en lugar de veinte debido a las dos fiestas nacionales, el Ministro Cavallo eligió el feriado del lunes (seguramente con toda la intención de demostrar que hay que trabajar cada

HA

01.01

9108223

Nº DOCU
TITULO: Rel. GATT: Actuación delegación Uruguaya.
F: 950007
FE: 100591
V: GATT - 12598 -
Rel. 10020 -

EA 100591

URUGUAY Y EL GATT

La actuación de la Delegación de la República en la Ronda Uruguay, en el período correspondiente a las negociaciones cumplidas a partir de marzo de 1990, no puede recibir sino plácemes.

Se ha mantenido firmemente la defensa de los intereses del Uruguay, para asegurar el mejor acceso de nuestra producción exportable, combatiendo todo sistema de subsidios a las exportaciones agrícolas, los regímenes de precios de sostén y cualquier limitación del libre acceso a los mercados en violación del Acuerdo General. Se ha mantenido y se mantiene la solidaridad con el Grupo CAINRS, nunca más estrecha y eficaz que en estos momentos.

Pero además el Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay, preside el Comité de Negociaciones Comerciales a nivel Ministerial y ha actuado de manera inteligente para impedir que en Bruselas, en diciembre de 1990, se produjera un fracaso definitivo —con el renacimiento del proteccionismo y de las posibilidades de guerra comercial—, para lograr que en Ginebra, en febrero de 1991, se desbloquearan las negociaciones y para conseguir ahora un cronograma de negociaciones —aceptado por USA, la Comunidad, Japón y los principales Estados negociadores— que permitiría una evaluación en julio de 1991, y el probable fin de la ronda en diciembre de 1991, o en febrero de 1992.

01.01

HA

9108224

Director IICA solicita inversión en agricultura
Fecha: 15001 5-
Procedencia: 2669
Ocasiones: IICA 12622-
CAMPO 65456-

Director del IICA solicitó inversión en agricultura

LBERTA, Canadá (IICA).- El Director general del IICA, Martín E. Piñeiro, afirmó en Canadá que la inversión en la agricultura es la mejor forma en que esa nación puede apoyar el desarrollo de América latina y el Caribe.

Piñeiro también solicitó apoyo canadiense para el renovado esfuerzo de integración latinoamericana, que coincide con la consolidación de bloques económicos en el mundo y con la necesidad de la región de mejorar su competitividad para incrementar el comercio.

El Director del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura participa en una conferencia organizada por la Universidad de Calgary, en la provincia de Alberta, en la que expertos internacionales y de Canadá analizan las nuevas relaciones y áreas de cooperación entre la nación norteamericana y América latina.

Para Piñeiro, uno de los principales oradores de la conferencia, Canadá, como parte del Sistema Interamericano, ya no debe ser visto más como donante, sino como socio. "Ustedes pertenecen ahora a la familia de naciones del Nuevo Mundo", comentó al hacer referencia a la reciente incorporación canadiense a la Organización de Estados Americanos (OEA).

Canadá, añadió, puede cumplir un papel importante en ayudar a resolver la crisis que afronta América latina y el Caribe, "mediante acciones directas e impulsando las causas de la región en la arena internacional".

Propuestas

En su intervención, denominada "Canadá - América latina y el Caribe: Estrategias Comunes para el Desarrollo", la máxima autoridad del IICA propuso áreas concretas para emprender acciones conjuntas.

Este esfuerzo, sostuvo, debe fundarse en la premisa de que las experiencias exitosas de desarrollo se han basado en una adecuada explotación de los sectores y factores de producción que presentaban ventajas comparativas: los recursos naturales en Norteamérica, los recursos humanos calificados en la Europa de la posguerra y en Japón, y la mano de obra barata en los nuevos países industrializados.

"Para América latina y el Caribe, sus recursos naturales constituyen una fuente de ventajas comparativas, sobre los cuales la región podría iniciar un nuevo desarrollo", explicó al hacer un llamado para que Canadá aumente sus inversiones en el sector agrícola de la región.

Debido a que gran parte de los recursos de estos países están ubicados en el sector agrícola y por los grandes efectos multiplicadores que la inversión en la agricultura genera, este sector "es el principal candidato para la inversión. Eso generaría empleo, aumento de la demanda interna y contribuciones a la balanza comercial", afirmó.

Estas inversiones, además, deberían orientarse hacia el alivio de la pobreza y la generación de empleo. "Existen -dijo- muchas áreas para la inversión conjunta en los sectores agrícola y agroindustrial que pueden lograr esos objetivos, con ganancias razonables para el inversionista".

Otros campos en los que Canadá podría emprender inversiones conjuntas con la región, son las nuevas tecnologías, la capacitación de los recursos humanos y la conservación de los recursos naturales.

En momentos en que la mayoría de los países de la región emprenden esfuerzos por racionalizar y disminuir el tamaño del Estado, Piñeiro sugirió a Canadá cooperar con el mejoramiento de la capacidad gerencial de las instituciones públicas, a fin de mejorar su eficiencia y capacidad para satisfacer sus obligaciones con limitados recursos. Relacionado con esto, dijo, el Estado requiere colaboración en la definición de nuevos modos de trabajo con el sector privado.

La integración

En su llamado de apoyo al proceso de integración latinoamericana, el Director General afirmó que se requiere particularmente en lo que se refiere al comercio, tanto intra como extrarregional.

Los esfuerzos conjuntos en este campo podrían comprender:

-Sistemas de información en las áreas de salud agropecuaria, comercio y políticas;

-Armonización de políticas, incluyendo mecanismos compensatorios; y

-Normas y procedimientos.

Piñeiro se manifestó optimista por el empuje integracionista que hoy vive la región y entre los avances citó la reciente firma para crear el Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), los acuerdos de los Presidentes del pacto Andino, los acontecimientos en Centroamérica después de la Cumbre de Antigua, Guatemala, y los esfuerzos del CARICOM. ■

HA

01 . 01

9108225

DOCUMENTO
TITULO Encuentro de Ministros
PROCEDENCIA La Habana
FECHA DE PUBLICACION 20/6/91
VINCULACIONES CIMA
IICA 12622-
CEE 12640-
ESPAÑA 10072-

Promueven por iniciativa del titular español, Pedro Solbes

Encuentro de Ministros de Agricultura

Satisfacción de IICA por preparativos para la X CIMA

Un encuentro entre los Ministros de Agricultura americanos y europeos fue propuesto por el titular de dicha Cartera de España, Pedro Solbes, en el marco de la X Conferencia Interamericana de Ministros de Agricultura (CIMA) que se celebrará en Madrid en el próximo mes de setiembre.

SAN JOSE. (IICA).- Por iniciativa del Ministro de Agricultura, Pesca y Alimentación de España, Pedro Solbes -en el marco de la X Conferencia Interamericana de Ministros de Agricultura (CIMA), que se celebrará en setiembre en Madrid- se promueve un encuentro entre los titulares americanos y sus homólogos de la Comunidad Económica Europea (CEE).

El Ministro Solbes planteó esta iniciativa del gobierno español al Director General del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), Martín E. Piñeiro, durante sus recientes pláticas en Madrid.

El encuentro constituirá una valiosa oportunidad para el intercambio de puntos de vista en temas de gran relevancia y actualidad, como son el comercio y la cooperación.

La propuesta fue recogida con beneplácito por Piñeiro. ante lo cual el Ministro Solbes anunció que se dará a la tarea de promover el encuentro de sus colegas de los países comunitarios y las autoridades agricolas de la CEE.

Durante su visita a España, acompañado por el Director de Relaciones Externas del IICA, Jorge Werthein, Piñeiro firmó con el Reino de España un convenio Internacional para la realización de la Sexta Reunión Ordinaria de Junta Interamericana de Agricultura -órgano máximo del IICA- y de la X CIMA.

Preparativos

A su regreso, Piñeiro comentó positivamente los preparativos que se llevan adelante para celebrar la cumbre continental. "Hay -dijo- enorme interés y decidida participación de las autoridades del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, lo que sin duda redundará en el éxito de la reunión".

El Director General viajó luego a Bruselas, con el propósito de informar a la CEE sobre la próxima realización y motivar su participación en la cumbre hemisférica agropecuaria, por primera vez en el continente europeo.

Con tal fin, mantuvo contactos con el Comisario Abel Matutes, encargado de las relaciones con América latina y Asia y de las relaciones Norte-Sur; con Angel Viñas, Director de Relaciones Exteriores para América latina, y otros altos funcionarios de la CEE.

Piñeiro aprovechó sus encuentros con las autoridades comunitarias para presentar la iniciativa del MAPA de efectuar, en el marco de la X CIMA, una mesa redonda con los Ministros europeos de Agricultura, hacia lo que encontró una "acogida muy favorable".

Asimismo, las autoridades comunitarias expresaron su interés en adquirir estatus de Observador permanente del IICA, para lo cual presentarán solicitud formal en las próximas semanas.

HA-

01.01 9108226

Nº DE CUY-NTO
TITULO BID apoyará reconversión
PROCEDENCIA La Mañana Producción 150015-
FECHA DE PROCEDENCIA 14/06/91
VINCULACIONES BID 12641-
ROU 10020-

14069/1

Afirmó el Subsecretario, Dr. Gustavo Ferrés Pacheco

BID apoyará en 1992 la reconversión productiva

Discutieron ayer la problemática agroindustrial granjera

El Subsecretario de Ganadería, Agricultura y Pesca anunció ayer que el próximo año estará operativo un préstamo global multisectorial del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), destinado a la "reconversión productiva" agroindustrial exportadora, con miras al desarrollo de nuevos mercados.

El Dr. Gustavo Ferrés Pacheco se dirigió a un numeroso grupo de empresarios que colmaron la sala "Oscar V. Schwedt" de su Secretaría de Estado, en una primera reunión de trabajo sobre el tema "reconversión industrial".

EL Subsecretario de Estado estuvo acompañado por el Subdirector General de Secretaría de Estado, Hugo A. Moliné Mandracho; el Presidente de la Junta Nacional de la Granja (JUNAGRA), Ing. Agr. Eduardo Chiesa; el Representante de la Cámara de Industrias en la JUNAGRA, Edgardo Viola; el Director Técnico de la JUNAGRA, Ing. Agr. Eduardo Morató; el Asesor del Ministro de Economía y Finanzas, Ing. Agr. Eduardo Plouvier; el Director de Proyectos del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), Ing. Agr. Luis Marambio y los Directores de la consultora israelí TAHAL, Abraham Sztyglic y Dov Skiba.

El Dr. Gustavo Ferrés destacó que el Ministro Alvaro Ramos Trigo ha sido un precursor en los temas granjeros y desde la creación de la Junta Nacional de la Granja (JUNAGRA), el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca llevó adelante una acción dinámica, tratando de analizar y enfrentar las difíciles situaciones por las que atraviesa el sector.

Precisó que sobre todo se procuró buscar los lineamientos políticos para permitir encontrar las salidas para el sector granjero y fundamentalmente su vinculación con los mercados exteriores.

El Subsecretario de Estado dijo que "nosotros pretendemos que este componente de cooperación técnica internacional que el país dispone, esté a disposición de los industriales y de los productores, como un insumo que pueda ser utilizado en sus proyectos de reconversión".

"Los estudios que habrán de realizarse marcarán una acción dinámica orientada a la identificación concreta de productos y mercados en el exterior, con canales de distribución adecuados para los que tengan potencial exportador. A su vez permitirá conocer cuáles son los requerimientos de tipo tecnológico, de capital y de calidad necesarios, para que las empresas puedan estar en condiciones de aprovechar las ventajas que se deriven de los mercados potenciales que el Uruguay pueda disponer y que este trabajo identifique", expresó.

El Dr. Gustavo Ferrés afirmó que "éste es un proceso en el cual tenemos que aprovechar este tipo de cooperación internacional, pero que el sector privado utilice este insumo en sus decisiones, en cuanto a la adaptación de sus empresas para la exportación".

"La cooperación técnica internacional se verá también reafirmada con un componente de financiamiento, a través del préstamo global multisectorial del Banco Interamericano de Desarrollo y que estará operativo a partir del próximo año. Los préstamos podrán ser destinados a la reconversión de agroindustrias exportadoras, con miras al desarrollo de nuevos mercados", anunció el Subsecretario Gustavo Ferrés.

Acotó que la aspiración principal del Poder Ejecutivo es que del trabajo conjunto entre la JUNAGRA y el MGAP, productores, industriales y consultores internacionales, pueda surgir una acción planificada, tendiente a identificar obstáculos, necesidades y objetivos a desarrollar en el futuro.

Finalmente manifestó su aspiración de que la idea de mantener reuniones de trabajo con empresas agroindustriales sobre el tema de la "reconversión industrial", sea el inicio de un diálogo dinámico, concreto y con metas que se puedan ir desarrollando y avanzando para su concreción en el corto y mediano plazo. ■

HA-

01 . 01

9108227

TEMA: Nov en Arpel
PERIODICO: El País 150007-
FECHA DE PUBLICACION: 14/06/91
VINCULACIONES: ARPEL -12721-
CANADÁ 65456-

Uruguay en ARPEL

140691

LOS presidentes de 18 empresas petroleras y de gas estatales de América latina, el Caribe y Canadá, se reunirán entre el 16 y el 19 de junio en la ciudad canadiense de Vancouver.

En la reunión, organizada por la Asistencia Recíproca Petrolera Estatal Latinoamericana (ARPEL), se analizarán las principales pautas de acción conjuntas en el período 1991-1992.

ARPEL señaló la necesidad de pasar a una nueva etapa en el proceso de integración petrolera, a partir de un mayor intercambio comercial regional.

En el encuentro se estudiará el ingreso de las empresas petroleras estatales de Nicaragua y de Cuba.

ARPEL, cuya sede se encuentra en Montevideo, está integrada por compañías estatales de Uruguay, Colombia, Chile, Argentina, México, Jamaica, Venezuela, Brasil, Ecuador, Paraguay, Perú, Costa Rica, Suriname, Trinidad y Tobago, Bolivia y Canadá. ■

HA-

01.01

9108228

Nº DOCUMENTO
TITULO Papel de Aladi en los 90
PROCEDENCIA LA REPUBLICA 150013
FECHA DE PROCEDENCIA 8/6/91
VINCULACIONES ALADI 12633

El secretario general le responde a LA REPUBLICA

Acerca del papel de Aladi en la década de los noventa

■ Con el propósito de contribuir al fermental debate que en torno a la integración se ha revitalizado últimamente, el pasado 31 de mayo LA REPUBLICA editó un artículo -bajo firma- en el que se vertieron una serie de conceptos sobre el accionar de Aladi hasta el presente, así como acerca de cuáles deberían ser, a juicio del articulista, los lineamientos que rigieran su futuro.

Ello motivó una misiva del secretaro embajador del organismo emjabador Jorge Luis Ordóñez, en el que el diplomático aporta su visión acerca del fenómeno, al tiempo que disiente con el redactor del artículo.

Los conceptos del embajador Ordóñez aportan una visión diferente sobre el tema, la que, sin embargo, apunta al mismo objetivo: fortalecer la acción de la Aladi. Por ello la reproducimos íntegramente.

He aquí su texto:

Señor Director:

El artículo "La década de los 90 impone nuevos desafíos del funcionamiento de la Aladi", publicado por el diario LA REPUBLICA el pasado viernes 31 de mayo, alude al desgaste insititucional de la Asociación y a la ausencia de iniciativas concretas sobre la integración latinoamericana.

En tal sentido considero importante una serie de precisiones a fin de aclarar el papel de la Aladi en su primera década de existencia y su protagonismo en los recientes esfuerzos de integración que se vienen desarrollando en la región.

Desde su creación en 1980, Aladi mantuvo el vínculo asociativo entre los países miembros, al tiempo que puso en funcionamiento mecanismos que a pesar de las dificultades existentes en la región, permitieron incrementar el comercio interregional y adaptar su estructura jurídica. Los acuerdos de alcance parcial entre varios países como el PEC y el Cauce, son ejemplos claros de una voluntad política que en el marco de los mecanismos de la Aladi encontró una expresión positiva y pragmática.

De la misma forma, los países integrantes del Pacto Andino como los demás miembros de la Asociación, superaron las grandes dificultades económicas que atravesó la región, a través de un fortalecimiento de sus vínculos asociativos dentro del organismo. La dinámica impuesta en la Aladi se vio fortalecida, fundamentalmente, por el retorno de varios países miembros al régimen democrático. Así lo confirmó la Declaración de Montevideo de 1985 y las sucesivas visitas presidenciales efectuadas a la sede de la Asociación.

Varias han sido las reuniones al más alto nivel en los últimos tiempos. La reunión Cumbre de Caracas, de los presidentes del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política (Grupo de Río), en octubre pasado, del Comité de Representantes en diciembre de 1990 y fundamentalmente, la Reunión de Cancilleres del Grupo de Río, el pasado mes de abril que emitió la llamada Declaración Ministerial sobre la Aladi. En dicha declaración se destaca la importancia que el Tratado de Montevideo tiene para los objetivos de la integración latinoamericana.

Por otra parte, se ha previsto la Reunión de Representantes Gubernamentales de Alto Nivel en el próximo mes de agosto, en la que se tratará -entre otros temas- la profundización y ampliación de la Preferencia Arancelaria Regional (PAR).

Lo expuesto, señor Director, es demostrativo de la tarea que los órganos de la Aladi, el Consejo de Ministros, el Comité de Representantes y la Secretaría General, vienen realizando para concretar el objetivo de llevar adelante el proceso de integración. Y más allá de las distintas posiciones que se pueden sostener, creo del caso señalar que los logros de la Aladi son más de los que le atribuye y reconoce el autor de la nota aludida, por lo que estamos a su disposición para aclarar y complementar la información que estime necesaria con el fin de reflejar fielmente la acción institucional de la Aladi.

Hago propicia la oportunidad para saludar al señor Director con mi mayor consideración.

Jorge Luis Rodóñez
Secretario General

Nota del redactor:

Al tiempo que comparto y reconozco los logros alcanzados por la Aladi destacados por su secretario general, creo pertinente realizar una puntualización. Si bien en el artículo de marras se alude al "desgaste de la imagen institucional del organismo", no es este el tema central de las consideraciones allí vertidas.

Por el contrario. Por creer que a la Aladi le cabe alcanzar el objetivo último para el que fue creada -la integración- es que se puso a consideración de los lectores y de las autoridades de la institución, algunas posibles líneas de acción a seguir.

Reconocemos los logros de la Asociación, pero porque creemos que por la integración puede pasar el desarrollo regional sostenido, es que planteamos la eventualidad de que se repiense y se impulse hacia el futuro.

Oscar Vilas

HA-
01.01
9108229

Nº DE FOLIO
TITULO: REC LINEAMIENTOS ECONOMICOS PRESENTADOS
PROCEDENCIA: Ho. Representantes 150023 -
FECHA DE PROCEDENCIA: 4/6/91
VINCULACIONES: 15.11 - 50153A -
REC - 10020 -

Uruguay comprometió con el Banco Mundial metas económicas hasta 1995

Los lineamientos económicos de la actual administración -hasta 1995- presentados al Banco Mundial en una carta que lleva las firmas del ministro de Trabajo y Seguridad Social, Carlos Cat y el presidente del Banco Central, doctor Ramón Díaz, señala como uno de los objetivos centrales en el corto plazo de una tasa de crecimiento anual del 2,5% al 3% anual, una inflación entre el 15 y el 25% y que el déficit fiscal no superará el 2,5% del PBI en los próximos años. Un informe elaborado por las autoridades uruguayas y elevado al Banco Mundial, fue revelado ayer por el semanario Crónicas Económicas.

Dicho documento incluye una carta del ingeniero Carlos Cat, quien sustituía interinamente al contador Enrique Braga en el Ministerio de Economía, y del doctor Ramón Díaz, presidente del BCU.

En dicha misiva, el ministro Cat le expone a Barber Conable presidente del Banco Mundial, la situación económica del país al momento de asumir la actual administración de gobierno.

También destaca las medidas que se han adoptado para conseguir una estabilidad "macroeconómica y, por ese medio, establecer una firme base para el crecimiento en el mediano plazo".

PERSPECTIVAS

Por otra parte, analiza la performance económica del año 1990 y establece que el gobierno "busca poner a Uruguay firmemente en el camino de recuperación de las crisis económica que ha enfrentado en los años recientes y a mantener dicha posición".

Entre los objetivos macroeconómicos propuestos en el informe y que son calificados como "centrales", los representantes uruguayos sostienen que en el "corto plazo" se pretende alcanzar "una tasa de crecimiento anual de entre 2,5 y 3%, manteniendo una inflación baja en un nivel de entre el 15 y 25% y limitar el déficit de la cuenta corriente externa en el equivalente al 0,75% del PBI, una cantidad que puede ser financiada a través de inversión extranjera o de otros flujos".

En otra parte, destacan la importancia adquirida por la refinanciación de la deuda externa uruguaya, sosteniendo que "estos objetivos no serían alcanzables en ausencia de la reducción de deuda" y sus respectivos servicios.

También sostienen, que el ahorro proveniente por tal motivo se utilizará en "apoyo a la recuperación de la inversión privada".

Respecto a la formación de capital, se estima que como proporción del PBI crecerá cerca del 17%, entre 1992 y 1995.

Por otra parte en el informe se maneja que "la credibilidad externa mejorará, respecto a los indicadores del pasado".

En el panorama de las finanzas públicas, el informe de la administración nacionalista dice que "bajo nuestro sistema fiscal de mediano plazo, el déficit público total está previsto que caiga al equivalente del 2,5% del PBI en 1991 y en los próximos años entre el 2 y 2,5%".

Entre los procedimientos para lograr ese objetivo el gobierno promete una contención del gasto, reformas estructurales y aumento de ingresos que cubran los impuestos que dejan de regir, así como una mejora en su administración, para finalmente señalar que se hará una "limitación del programa de inversiones públicas al 3,5% del PBI".

CAIDA DEL SALARIO PUBLICO

Respecto al Presupuesto aprobado en el Parlamento, el informe sostiene que en el mismo se prevé "una reducción del gasto público no financiero en términos reales... de modo que la tasa de gastos caiga del 30% del PBI al 27,5% de promedio entre 1992 y 1995".

Fundamentan ello que "esta compresión del gasto será posible no permitiendo ningún crecimiento en términos reales del total de los salarios públicos".

Por otra parte, anuncian, "la reestructuración del empleo en Aduanas y en el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca".

En el item destinado a la reducción de subsidios se sostiene que "el gobierno está tomando los pasos necesarios para reducir los subsidios y transferencias al Banco Hipotecario".

Además, "el gobierno se propone reducir los subsidios al sector productivo, particularmente a los frigoríficos y a las empresas de pesca".

También se maneja allí, que otra de las medidas a tomar será simplificar el sistema de gravámenes a la tierra y a la renta del sector agropecuario, para reducir las distorsiones.

Finalmente, se establece la intención de realizar una profunda reforma al sistema tributario que simplificará los tributos a la tierra y generalizará el IVA.

HA-
01.01
9108230

VATICINAN FRACASO DE RONDA URUGUAY
EL PAÍS
16/6/91
GATT
CEE
MERCOSUR
OCDE

Uruguay / Fracaso
80 Cons / 150007 -
16/06/91
GATT / 12598 -
CEE / 12640 -
MERCOSUR / 12780
OCDE / 12718 -

INFORME ESPECIAL

Prevén Aumento del Proteccionismo Europeo

VATICINAN NUEVO FRACASO DE RONDA "URUGUAY" EN EL SECTOR AGRICOLA

(F-2) 160691

Uruguay

HA-

01.04

91082311

El País
26/06/91

BRUSELAS. (Especial para EL PAIS por Daniel Herrera Lussich. Gentileza de "DHL" WORLDWIDE EXPRESS).- "El panorama no es nada prometedor, los cálculos que manejan organismos y asesores europeos llevan a pensar en un agravamiento de la situación. La política de la Comunidad Económica en materia arancelaria, subsidios y precios especiales, no sufrirá grandes variantes ante el aumento constante de los excedentes agrícolas y la presión de los 10 millones de productores comunitarios que enarbolan la bandera de protesta por la fijación de topes a la producción y la congelación o alzas sumamente moderadas de los precios". Estas palabras pertenecen a un importante asesor de la Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG) comunitarios.

"Es exacto el cuadro que describe. La política agropecuaria comunitaria (PAC) levanta una barrera casi infranqueable para el acceso de los productos latinoamericanos, entre ellos los de Uruguay y, plantea una competencia desleal en terceros mercados. Y todos los indicadores permiten vislumbrar un futuro inmediato más sombrío y grave por el creciente "stock" ganadero y agrícola de la CEE", agrega un técnico que integra una delegación sudamericana en Bruselas.

"No puedo negar que desde vuestro punto de vista la Comunidad aparece inflexible; transformada en una fortaleza inaccesible para el ingreso de productos agrícolas, pero es necesario que conozcan la realidad interna de la mayoría de los 12 países miembros de la CEE y que no olviden que existe un hecho concreto, que parece paradójico ante vuestra constante protesta pero que está respaldado por los números: Latinoamérica exporta el 20% de sus productos y Uruguay el 25%, hacia Europa. Le voy a exhibir estas estadísticas junto a las referidas a los EE.UU.", afirma un alto vocero allegado a la Comisión Europea que preside Jacques Delors.

"Con la actual política de precios el campo pierde, año tras año, capacidad adquisitiva y se aleja más de los niveles de rentas de otros sectores", enfatiza un productor europeo que integra una comitiva, que hace antesala, para formular una serie de objeciones ante el Comisario de Agricultura de la Comunidad.

El corresponsal de EL PAIS conversa extensamente con los mencionados representantes y asesores a lo largo de un almuerzo en el salón comedor del moderno edificio de la Comunidad Económica en Bruselas concretado gracias a la oportuna intervención de la Embajada de Uruguay ante la CEE. En la charla se aportan datos, se dan opiniones y salen a luz estadísticas, que permiten estructurar un "informe Especial" sobre las perspectivas de exportación de nuestra producción agropecuaria.

Jacques Delors, preside la Comisión Europea

■ INFLEXIBLE PROTECCIONISMO: SOMBRIO FUTURO

La Comunidad Económica Europea con 323 millones de habitantes ocupa el primer lugar entre las grandes potencias, acapara la quinta parte del comercio mundial. Sólo la relación del intercambio comunitario alcanza la abrumadora cifra de 700.000 millones de dólares.

A pesar de esas estadísticas existen permanentemente problemas internos. En la reciente reunión de la Comisión (órgano ejecutivo que comanda Delors) con todos los ministros de Agricultura de la Comunidad, en un clima tenso, surgieron profundas divergencias cuando el orden del día incursionó en la fijación de los precios agrícolas. Los Secretarios de Estado, portavoces lógicos del pensamiento de los gobiernos de los 12 países miembros, en oposición a Delors, se negaron a cualquier modificación sustantiva en materia de política agropecuaria.

"Les aseguro que no se visualiza ningún cambio importante en la CEE que pueda llevar a pensar en una flexibilización en el área agrícola en la nueva etapa de la Ronda Uruguay del GATT. Pienso que recuerdan que la posición comunitaria (ofrecía un 30% de reducción en las barreras arancelarias) chocó siempre con EE.UU. y el Grupo Cairns (que integra Uruguay) que sostenía una fórmula que incluía una disminución por parte de la CEE del 75% de sus aranceles a lo largo de los próximos 10 años y la rebaja del 90% de los subsidios a la exportación", sostiene uno de los asesores que participa en la conversación:

"La reunión terminó sin ningún adelanto, en "punto cero", enmarcado ese final en un clima de tirantez y enfrentamiento que llevó a decir a un delegado americano: "el mundo comercialmente ha quedado dividido en dos bloques". Ahora ante la proximidad de otra instancia de reuniones del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) les puedo asegurar que persiste igual pesimismo y nadie cree en la posibilidad de una fórmula intermedia en materia agrícola", esta frase sale del allegado a las cúpulas comunitarias.

"Los ministros de Agricultura de la Comunidad insisten en no topar los aranceles a la importación y en subsidiar y otorgar precios especiales a los excedentes agropecuarios (no hay que olvidar que las producciones de la CEE y Latinoamérica son similares y competitivas por salir de regiones templadas) lo que origina una lucha totalmente desleal que afecta doblemente a Latinoamérica y lógicamente también a Uruguay. Por un lado gravan el ingreso de nuestros productos a Europa y por otro bajan artificialmente los precios de sus excedentes en los mercados internacionales", puntualiza el técnico sudamericano:

—¿Se puede hacer una estimación del stock de la CEE en materia agropecuaria?

"En la actualidad los excedentes agropecuarios de la CEE, que todo hace presumir continuarán en aumento, se pueden situar en cantidades globales en más de 700.000 toneladas de carne bovina, más de 300.000 toneladas de manteca, y más de 200.000 toneladas de leche en polvo, entre los rubros principales", aclara el representante.

"Esta dramática realidad, sobre los excedentes que saldrán al mercdo internacional con precios muy bajos, lleva a pensar que se cierran todas las posibilidades de competencia por parte de Uruguay, Brasil y Argentina", afirma el asesor del Cono Sur.

02

910823-1

Ministro Gros: un panorama sombrío.

■ INFORME DE OCDE: MAYORES EXCEDENTES

A esta altura el delegado europeo deja caer sobre la mesa un voluminoso informe presentado en la reciente reunión de OCDE (Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico) celebrada la semana pasada en París sobre el tema agropecuario. "Este trabajo deja en evidencia que las subvenciones no sólo no han disminuido, como se había previsto, sino que aumentaron. Los subsidios europeos en 1987 alcanzaban los 297.000 millones de dólares y en 1990 llegaron a los 350.000 millones. Además el minucioso estudio deja en claro que la producción principal, carne vacuna, productos derivados de la leche, trigo y oleaginosos ha incrementado su rendimiento con una acentuada baja en la demanda, lo que origina un claro descenso en los precios y un abultado incremento de los "stocks".

La OCDE en el informe extrae como una de las conclusiones que "hasta 1995 los rubros de exportación superarán la demanda de los mercados, lo que aparejará crecientes excedentes agrícolas que sólo podrán intentar colocarse con grandes subsidios y ayudas especiales cada vez de mayor volumen".

■ MERCOSUR Y LAS GESTIONES INDIVIDUALES

Los participantes de la charla en el salón comedor del edificio de la CEE fueron coincidentes en destacar la trascendencia del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), en la buena disposición que existe en todos los organismos internacionales en el interés que ha despertado en el sector de inversiones, privado y oficial europeo, y en la fuerza que, como conjunto, podrá hacer frente a otros bloques económicos. "No será un camino fácil, ni rápido, habrá numerosos desencuentros como los ha habido y hay hoy entre los 12 miembros de la CEE, pero existe un punto fundamental: todos deben trabajar en común, no se pueden llevar a cabo gestiones comerciales aisladas, a espaldas de sus socios o futuros socios comunitarios", enfatiza el allegado a la cúpula de Bruselas:

—¿Existe algún motivo para esa preferencia a trámites aislados, sin contactos previos a nivel de región?, pregunta otro de los presentes en el almuerzo.

—"Existe. Casi todas los Estados aparte de los acuerdos bilaterales realizan gestiones individuales. En este sentido le puedo destacar que hace poco tiempo vinieron el mismo día, sin que uno supiera de la visita y solicitud de audiencia del otro, los Ministros de Agricultura de Brasil y Argentina, para entrevistarse con el Comisario Mac Shary, especie de Ministro comunitario para la Agricultura".

—¿Esas conversaciones informales no las encuentra mal?

—"Lamentablemente le tengo que decir que las visitas fueron en nombre de sus gobiernos y para hacer planteos

(Continúa en la página 34)

03

9108231

Prevén Nuevo Fracaso de Ronda "Uruguay" en [illegible]

(Viene de página 33)

sobre el tema carne, con enfoques 100% diferentes. Se imagina que esto hecho trascendió y provocó comentarios nada favorables en los corrillos de la CEE".

■ INTERCAMBIO COMERCIAL POSITIVO PARA URUGUAY

"Los perjuicios comerciales que puede causar la política proteccionista de la CEE en el sector agrícola pienso que desde vuestra posición son indiscutibles, especialmente si son países de zona templada como el caso de Uruguay, pero también estos cuadros estadísticos prueban la importancia de la Comunidad en las relaciones comerciales, en el terreno de las inversiones y en el área de la cooperación con toda Latinoamérica, acota con tono tranquilo y claro el vocero allegado a las máximas autoridades comunitarias".

"Estos números que les estoy exhibiendo de la relación de EE.UU y la CEE con Uruguay y Latinoamérica sobre comercio, flujo de capital, inversiones y cooperación, dan una idea de la situación, aún con las polémicas trabas arancelarias y los subsidios y asimismo señalando que la Comunidad recibe un importante contingente de carne de) Río de la Plata (ha llegado hasta el 40% de su total exportable) mientras que EE.UU. ha cerrado siempre sus puertas alegando problemas sanitarios. Allí no entra un kilo", agrega con cierto calor el informante de Bruselas, extendiendo simultáneamente un juego de copias de las estadísticas a los comensales del almuerzo:

"Conocía en parte esos datos, aunque quiero aclarar que a pesar de que son verdaderos, no dejan constancia que esos balances positivos han venido tomando una curva bastante descendente: en 1965 Latinoamérica representaba el 8,2% en el comercio exterior comunitario y actualmente ese porcentaje no llega al 5%. Una notoria baja siguió la misma tendencia", aclara también en forma pausada el asesor de la delegación sudamericana.

■ NI TIRIOS NI TROYANOS

"Ustedes han dejado establecido con claridad que gobiernos, industriales, productores, etc., etc., de los países latinoamericanos, en este caso concreto Uruguay, elevan voces de protesta por el proteccionismo sin tener eco ni en la CEE ni en los 12 países miembros, pero esas quejas, desde otro ángulo también se levantan con virulencia de los sectores ganaderos y agrícolas comunitarios cuando se alude a los precios o a la disminución de la producción, puntualiza el delegado de una gremial ruralista española".

"Les aseguro que hace algunos años, con evidente beneficio para los agricultores, la fijación de precios suponía al menos mantener el poder adquisitivo con subas medias en torno al índice de los precios del consumo.

Desde el ingreso a la CEE las mismas negociaciones se convirtieron en una mesa donde generalmente la Comunidad impone recortes o alzas moderadas. Año a año venimos soportando congelación de cotizaciones con ligeras reducciones de las producciones más significativas, —leche, cereales—, para no desequilibrar el presupuesto financiero previsto por la Comisión Comunitaria", insiste el productor, con la intención de dejar en claro la versión interna de protesta de la gente de campo europea".

"La Comunidad ha impuesto la política de abandono de tierras con un mínimo del 15% de la superficie de una explotación para eliminar excedentes, con una subvención que parcialmente paga la CEE, pero que también obliga a la ayuda de cada Estado Miembro. En lo que respecta a la leche de vaca se impuso el recorte del 2% de las cuotas en base a la compra de esa cuota por el Estado, con financiación comunitaria, a razón de 12 dólares los 100 kilos. Ese recorte podría llegar al 3%. En el ovino se decidió un recorte del precio del 2%. Como observarán las protestas ganaderas que bloquearon este último invierno las carreteras europeas con ganado o cuando llegaron hasta la propia puerta de la sede de la Comunidad en sus tractores son voces desesperadas del productor que ve perder día a día capacidad adquisitiva".

Por último toma la palabra el asesor del COAG para asegurar que antes de inclinar la balanza se debe recordar "que el modelo de agricultura comunitaria es muy diferente al existente en EE.UU. y al de casi todos los países del grupo Cairns (Canadá, Argentina, Uruguay, etc.). En Europa el sistema está basado en la agricultura familiar, con una media de 13 hectáreas por explotación y ocupa a unos 10 millones de personas, en tanto en América se basa en mayores extensiones (en EE.UU. la media es de 200 hectáreas y el número de productores alcanza los dos millones. En Latinoamérica bastante más). En aras como dice la aceptación en el GATT de las propuestas de EE.UU. y el Grupo Cairns podría significar la expulsión de una gran parte de esos 10 millones de agricultores y ganaderos comunitarios y las ciudades se transformarían en monstruos de gigantes edificios rodeados de decadentes suburbios", puntualiza el representante de las Organizaciones de Agricultores y Ganaderos.

■ UNA FRASE, UN BALDE DE AGUA FRIA

Todos los que rodeaban la mesa del comedor de la sede de la Comunidad Económica Europea dieron su opinión y exhibieron estadísticas: unos criticando duramente el proteccionismo, otros justificando la política arancelaria y de subsidios de la CEE y los terceros, los productores, añorando los viejos sistemas: "hoy el campo no es negocio, no da ni para vivir decorosamente". En tanto en Uruguay los productores hacen sonar otra campana: "los mercados internacionales se cerrarán para nuestros rubros [illegible] ¿Dónde [illegible] del GATT? [illegible] puertas [illegible] cuando [illegible]

Creo que [illegible] este "Informe [illegible] en forma [illegible] el Comisario [illegible] cuando [illegible] [illegible] de la CEE [illegible] comunitario [illegible] por [illegible] [illegible] que en la [illegible] comunitarios".

Doc. poco legible

ENTRADA

9108231

04.04

NO. DOCUMENTO .....
TITULO Petroleo precios más bajos de lo previsto
PROCEDENCIA LA MAÑANA 150015 -
FECHA DE PROCEDENCIA 21/6/91
PALABRAS CLAVES Petroleo 11208 -
VENEZUELA 67390 -

Petróleo: precios más bajos de lo previsto

LAS exportaciones petroleras venezolanas se cotizaron a 17,46 dólares por barril en el período enero-abril del presente año, 1,54 dólares por debajo del cálculo de ingresos del presupuesto de Venezuela para 1991. El petróleo venezolano de exportación tuvo, en abril, su precio más bajo en lo que va del año, al situarse en 14,85 dólares por barril, mientras que en enero el precio del paquete de exportación de los hidrocarburos fue de 21,31 dólares por barril, según datos de la estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA).

El presupuesto venezolano fue elaborado sobre la base de un precio promedio de 19 dólares por barril para una cuota de exportación petrolera de 1.9 millones de barriles diarios de petróleo.

La caída de los precios del petróleo venezolano se inició el pasado mes de febrero, cuando la cesta de hidrocarburos venezolanos se vendió a 16,52 dólares por barril y en marzo tuvo un leve repunte al situarse en 17,17 dólares.

La mayor baja se produjo en abril, aunque no se conoce oficialmente el comportamiento de los precios el pasado mes de mayo.

El presupuesto nacional fue elaborado sobre la base de ingresos petroleros por 13.000 millones de dólares para 1991, previsión de la cual se ha cubierto el 32,8 por ciento en lo que va de año. ■

EMT HA

01.01 - 9108232

Se reúne en Montevideo CRP
de República - 150023
02.06.91
Consejo Regional
de Planificación
ILPES
ONU - 13573 -
URUGUAY - 10020 -

Se reúne en Montevideo desde mañana el Consejo Regional de Planificación

02.06.91

■ Mañana 3 y pasado 4 de junio próximo se reunirá en Montevideo, la XIV Mesa Directiva del Consejo Regional de Planificación, organizada por la Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República y el Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes).

Participarán altos representantes de los Organismos Nacionales de Planificación y de los Ministerios de Relaciones Exteriores de Argentina, Brasil, Colombia, Cuba, Chile, México, Venezuela y de nuestro país, y como invitados especiales España y Portugal. También asistirán los representantes de los distintos Organismos de Naciones Unidas en el país.

Se examinarán temas de interés, tales como la orientación intergubernamental de las actividades del Ilpes, la planificación y el papel de los organismos nacionales en este campo durante la década de los 90 y la próxima realización de la VIII Conferencia de Ministros y Jefes de Planificación de América Latina y el Caribe (Madrid, España; marzo de 1992) y cuyo tema central será El vínculo Iberoamérica-Comunidad Europea, Planes, Políticas y Estrategias de desarrollo.

La reunión se llevará a cabo en el piso 11 de la Sucursal "19 de Junio" del Banco de la República Oriental del Uruguay y será inaugurada mañana lunes 3 de junio a las 09.00 horas por el contador Conrado Hughes Alvarez.

EXTENSA AGENDA

En el marco de esta reunión existe una propuesta de agenda para la Mesa Directiva, que consta de cinco sesiones. En la primera de ellas, que corresponde a la Dirección Intergubernamental del Ilpes, habrán informes de trabajo y otros, más la presentación de proyectos de cooperación. La segunda estará dedicada a los "Vínculos de Iberoamérica con la CEE" y allí habrá presentaciones de Ilpes, España, Portugal y México. Luego habrá intervenciones de la Mesa Directiva. La tercera sesión será la que abrirá la actividad del martes 4 y versará sobre "la operación del VIII Scopale. La cuarta y última sesión tratará sobre la "discusión y aprobación de resoluciones", de este encuentro, para posteriormente realizar la ceremonia de clausura.

HA

01.01 9108233

DOCUMENTO 34º Congreso COTAL
El País
F 240591
VI COTAL

"EL PAIS" EN EL CONGRESO DE COTAL

240591 F-1

Nuestro diario estará presente en el 34° Congreso de la Confederación de Organizaciones Turísticas de América Latina que tendrá lugar, desde el 28 al 30 de mayo, en Asunción del Paraguay.

Con tal finalidad se trasladó a la capital paraguaya el periodista de esta casa Ricardo Garzón. Las notas y comentarios de esta nueva edición del principal evento turístico latinoamericano, llegarán oportunamente a nuestros lectores, en un momento trascendente para el desarrollo turístico regional.

La integración turística del Cono Sur, en el marco del MERCOSUR, objetivo en el que están empeñados el Ministerio de Turismo y el sector privado, es un tema que ha sido ampliamente comentado en esta página y que Garzón seguramente traerá a primeros planos en ocasión de este nuevo acontecimiento.

HA-

01.02

9108234

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PUBLICACION 23/5/5

Participa el [illegible] Turismo José Villar

Doc. poco legible

02.02

9108234

XXI AS GRAL
TEMA: OEA: debatirá tema sobre control armamentista
PERIODICO: LA NACION p50025
FECHA DE PUBLICACION: 3/6/91
VINCULACIONES: OEA
AS GRAL - 12612 -
CHILE - 65709 -

La OEA debatirá el tema del control armamentista

SANTIAGO, Chile, 2 (Reuter). – La Organizacion de Estados Americanos (OEA) iniciará el lunes en Chile su XXI Asamblea Anual con el objetivo central de crear un mecanismo político para defender la democracia en la región, dijeron hoy fuentes diplomáticas. Otro tema, que podría [illegible] de controversias, ha de ser el control de armamentos en la región, que propondría Canadá a la asamblea.

"El punto principal que acordamos es el de crear un mecanismo para defender las democracias de la región. Sobre eso estamos trabajando en un clima de gran consenso", dijo a Reuter el canciller uruguayo, Héctor Gros Espiell.

Unos 20 cancilleres y altos funcionarios diplomáticos de los 33 países miembros realizaron el domingo un debate informal en un hotel de esta capital, donde establecieron los puntos principales de la asamblea que culminará el sábado con una posible "Declaración de Santiago".

Gros Espiell dijo que una comisión de ocho países elaborará un proyecto de resolución final cuyo punto central será el establecimiento de medidas urgentes de la OEA ante eventuales casos de ruptura de la democracia en la región.

"Se trabaja sobre la base de respetar el principio de no intervención, lo que se buscará, a través de una reunión urgente de cancilleres por convocarse cuando exista una quiebra de las instituciones democráticas. Se trata de establecer un foro de discusión sobre el problema", agregó.

La comisión está integrada por Barbados, Brasil, Chile, Estados Unidos, Honduras, México, Uruguay y Venezuela.

Punto central

El papel de las democracias en la región fue el punto central de todos los comentarios diplomáticos durante la reunión del domingo, ya que por primera vez desde la creación de la OEA, en 1948, todos sus miembros cuentan con gobiernos elegidos por el voto popular.

Sumándose a lo que algunos diplomáticos calificaron como una fiesta de democracias, el presidente estadounidense, George Bush, elogió en una carta enviada el domingo al congreso chileno y reclamó apoyo para la creación de un nuevo orden mundial.

"Debemos fortalecer nuestra capacidad de forjar vínculos que se construyan fundamentados en la libertad, con el propósito de defender la paz", dijo Bush.

El secretario de Estado adjunto norteamericano, Lawrence Eagleburger, quien explicó la postura de Washington previa a la asamblea, señaló que ya existe consenso en la OEA sobre su papel como defensora de las democracias. "El tema va a ser como lo haremos", dijo.

Otros asuntos por debatir –la llamada Iniciativa para las Américas, de Bush; narcotráfico; defensa del ambiente, y la situación regional de los derechos humanos– parecen también contar con un anticipado consenso, según fuentes diplomáticas.

Pero agregaron que Canadá propondría discutir un futuro control de armas en la región, lo que podría dividir las posturas en la asamblea.

HA

01.01 9108235

TEMA: Itaipú: Nuevos centrales hidroeléctricas
PROCEDENCIA: Latino Popular - 150053 -
FECHA DE PROCEDENCIA: 12/05/91
VINCULACIONES: RESPUESTAS
PARAGUAY - 66723 -
BRASIL - 10046 -

[illegible] cátedral de consumo y tecnología

[illegible] de poder en [illegible]

[illegible] hidroeléctricas de [illegible]

[illegible] consumirá la casi totalidad del excedente paraguayo.
[illegible] se inaugurará la represa argentino-paraguaya de Yacyretá, también sobre el río Paraná.

[illegible] PARA-[illegible] de Itaipú [illegible] Brasil, [illegible] Fernando Collor de Mello y Andrés Rodríguez, [illegible] respectivamente, [illegible] la planta que es [illegible] la última fase de la construcción de Itaipú y al mismo tiempo el comienzo de la fase meramente operativa y de mantenimiento de la obra.

La conmemoración finalizó después [illegible] 17 años de trabajo que [illegible] con el cierre de [illegible] en la [illegible] de los dos países para dar [illegible] que se dio en llamar "una [illegible] de crecimiento y de [illegible]".

[illegible] se encontraron [illegible] una [illegible] conjunto con la [illegible] roja ubicada sobre la misma línea divisoria de ambos países, para [illegible] a la sala de máquinas, donde pronunciaron sendos discursos alusivos.

Tanto Collor de Mello como Rodríguez, reiteraron la voluntad política de sus gobiernos y pueblos de seguir por la integración bilateral y regional.

Brasil invierte la casi totalidad del excedente paraguayo en concordancia con las cláusulas del tratado en vigor. El Paraguay desearía liberarse de ese compromiso que lo ata con exclusividad al Brasil, para vender parte de la producción, que le sobra, [illegible] a terceros países, especialmente a la Argentina, interesada en la operación debido a su crónico déficit de energía eléctrica en las provincias del norte y nordeste de ese país.

La Cancillería paraguaya comenzó sus sondeos para hallar una vía bilateral o multilateral, [illegible] mente en el marco de [illegible] Mercosur (Mercado Común del Sur), en el que están empeñados los [illegible] del Brasil y Paraguay, la Argentina y el Uruguay.

Grandes obras de integración

Itaipú contará con 18 turbinas, con capacidad de producción de 700 megavatios cada hora (700.000 kilovatios), y que en la primera de su producción [illegible] 12,6 millones de kilovatios de energía (aproximadamente de 75.000 millones de kilovatios hora).

La obra costó hasta el momento 16,3 mil millones de dólares, la binacional ad[illegible] 8.900 millones de dólares, que los administradores piensan amortizar para el año 2023. Para ello utilizan el 80% de la facturación de energía, que en un 50,2% corresponde al [illegible] de Brasil y [illegible] a Paraguay. La facturación del año 1991 se estimó en 2.300 millones de dólares.

Paraguay tiene derecho a la producción del 50% de la capacidad de la hidroeléctrica, pero al mismo tiempo, por una cláusula del contrato de Itaipú, debe vender exclusivamente a Brasil el excedente de su consumo.

La hidroeléctrica binacional produce el 35% de la energía que necesita Brasil por el momento, provee de energía eléctrica a gran parte de la región centro-oeste brasileña, parte del Distrito Federal y de los Estados de Goiás y Mato Grosso del Sur, además de toda la región sur brasileña (Paraná, Santa Catarina, Río Grande do Sul, etc.).

Con su producción de 12.600.000 kilovatios de energía, Itaipú se coloca en la cúspide de las generadoras hidroeléctricas del planeta, seguida por la de Gran Coulee, en Estados Unidos y la Guri, de Venezuela.

Paraguay detentó la [illegible] Con [illegible] hidroeléctrica inaugurada [illegible] de [illegible] Brasil y Uruguay, y [illegible] que tiene [illegible] energía eléctrica.

Paraguay y Argentina [illegible] pensados en la construcción [illegible] más hidroeléctricas [illegible] Yacyretá, que tiene [illegible] producción de energía [illegible] 1995.

[illegible]

HA-
Doc. poco legible

9108236

DOCUMENTO
PROCEDENCIA 150023
FECHA
2) ONU - 12573 -
1) Consejo Regional

EL PAIS de Madrid
EXCLUSIVO PARA LA REPUBLICA

Entrevista al responsable del programa Hombre y Biósfera de Unesco

Propondrán la creación de un Consejo de Seguridad Medioambiental en la ONU

* En la Conferencia Mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo a celebrarse en Río en 1992

En una mesa redonda organizada por el Club de Debate de la Universidad Complutense de Madrid, el presidente del Club de Roma, Ricardo Diez Hochleiner, anunció que propondrá la creación de un Consejo de Seguridad Medioambiental con amplios poderes dentro de la ONU.

por Taslo Caminas
Madrid

■ El presidente del Club de Roma, Ricardo Diez Hochleitner, anunció ayer en Madrid que este organismo, creado en 1968, propondrá durante la conferencia mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo, que se celebrará en 1992 en Río de Janeiro (Brasil), la creación de un Consejo de Seguridad Medioambiental con amplios poderes dentro de la ONU.

Diez Hochleitner, que participó en una mesa redonda con el tema "Planeta y Hombre: un futuro inseparable", organizada por el Club de Debate de la Universidad Complutense, señaló que en la ONU existe un gran interés por la creación del Consejo de Seguridad Medioambiental (CESMA), un organismo con poder decisorio que propondría actuaciones sobre los problemas del medio ambiente que afectan al planeta, aunque precisó que existen reticencias de tipo económico.

El director general de la Unesco, Federico Mayor Zaragoza, que también participó en el debate, se mostró partidario de la configuración de una autoridad mundial dentro de la ONU que "establezca pautas de vigilancia y de cumplimiento" sobre la situación global de la Tierra. Mayor Zaragoza se lamentó de que aún no existan "cascos verdes" que vigilen el deterioro general del planeta, aunque la ONU se está tomando en serio la necesidad de constituir este tipo de contingentes".

El Club de Roma estudiará próximamente una propuesta de declaración universal de los deberes humanos. "Esta declaración recogerá básicamente los deberes de la humanidad para con la biósfera y las futuras generaciones, y se planteará a la ONU para su discusión", dijo Diez Hochleitner. El presidente del Club de Roma añadió que en el seno de este organismo se debate la necesidad de relanzar la energía nuclear como alternativa a los combustibles fósiles, "porque las otras energías alternativas no serán rentables a medio plazo. Y las emisiones de CO_2 a la atmósfera son aún más peligrosas para el planeta".

UNESCO: "POR PRIMERA VEZ SE ESTAN UNIENDO ECOLOGOS Y ECONOMISTAS"

por Javier Ortega
Zaragoza

John Celecia, especialista responsable del programa El Hombre y la Biósfera, de la Unesco, cree que, en lugar de actuaciones estridentes y de actitudes románticas, los diversos actores de la conservación medioambiental deben ponerse a dialogar. Se siente optimista porque cada vez más en distintos proyectos mundiales empiezan a unirse economistas y ecólogos para salvar el imperativo económico en la defensa de la naturaleza.

Celecia ha estado recientemente en Zaragoza para asistir a la presentación del proyeto municipal de recuperación y uso del Galacho de Juslibol, junto al río Ebro, como lugar de esparcimiento y de educación medioambiental. El proyecto está apoyado por la Unesco y ha sido considerado como modelo de compenetración entre el hombre y la naturaleza.

-¿Qué es el programa El Hombre y la Biósfera?

-El primer esfuerzo internacional para considerar a las ciudades, donde vive y trabaja la mitad de la población humana, como sistemas ecológicos. Sus líneas de acción son cuatro: el desarrollo de modelos que muestren la relación entre la urbanización y la transformación ambiental; estudios sobre cambios demográficos inducidos por la urbanización; sobre la productividad biológica en las ciudades y sobre una mejor utilización o reciclaje de energía; finalmente, estudios sobre la gestión de los espacios verdes urbanos.

-¿Cuál es la postura de las administraciones ante los temas ecológicos?

-Están comprometidas, tienen conciencia del problema y la voluntad de actuar, pero las estructuras verticales hacen muy difícil un trabajo interdisciplinar. Tenemos el ejemplo de la educación ambiental: educadores quieren integrar esta materia en sus enseñanzas, pero el intento se ve frustrado por la rigidez administrativa. La clave la tienen los gobiernos. Serán los protagonistas de la reunión mundial sobre medio ambiente que se celebrará en Río de Janeiro en 1992.

-Parece como si estuviéramos en la fase prohibitiva y sancionadora como único remedio a los desastres ecológicos.

-La sanción sola no resuelve el problema. Lo sabio sería acompañarla con la prevención y sistemas de incentivos que nos llevasen a alternativas energéticas. También la educación, de forma que los sistemas de valores cambien.

-¿Son compatibles economía y ecología?

-Una de las situaciones que lleva a considerar el término más negativo en el medio ambiente es el imperativo económico respecto a los empleos y el desarrollo de las regiones. Hay que buscar alternativas, en algunos países ya se habla del reciclaje no sólo como un servicio, sino como una empresa que genera beneficios y puestos de trabajo.

Estamos ante un proceso muy complejo, pero por primera vez hemos juntado a economistas con ecólogos.

-¿Cuál es el momento actual de la conservación y protección de la naturaleza?

-En la coyuntura actual hay mejor conciencia de lo que pasa. Los gobiernos dialogan, cos que antes no pasaba. Mi visió es de optimismo. Hay un mejo conocimiento de los proceso que se dan y su implicació global. Pese a las diferencia políticas, los imperativos ec nómicos y los intereses de dif rente tipo existe un Consejo Europa, la CE, la ONU, progr mas internacionales, la Conf rencia de Río de Janeiro, se pra tica el diálogo norte-sur y exis un intercambio regional pa solucionar los problemas m dioambientales. Estamos asi tiendo a un cambio de valore nos encontramos ante una n ética.

El 90 % se dará en los países en vías de desarrollo

Más de 40 millones de personas serán afectadas por el SIDA antes del 2000

■ La Organización Mundial de la Salud (OMS) calcula que 40 millones de personas (hombres, mujeres y niños) habrán contraído el SIDA antes del año 2000. El balance de la OMS sobre el número de personas infectadas hasta el momento actual es de 25 a 30 millones consigna AFP.

Los casos de SIDA entre la población adulta, en el año 2000, siempre según la OMS, se cifrarán en 10 millones, "cerca de un 90 por ciento de los cuales se darán en los países en vías de desarrollo".

Por el contrario, el índice de propagación de la infección "parece disminuir en determinados países industrializados", indicó.

A finales de 1988, la OMS calculaba que en el año 2000 el número de afectados alcanzaría entre los 15 y los 20 millones de adultos.

Informes recientes que constatan la existencia de 3 millones de casos nuevos de infección en estos últimos tres años, abondan en la consideración de que aquella cifra puede alcanzarse "a mediados de la década de los noventa".

A partir de estos datos la OMS calcula que "10 millones de niños quedarán huérfanos a lo largo de esta década".

01 . 01
9108237

Cuba - INVESTIGACIÓN DE DDHH.
Clarín - 150024 -
260591
ONU 12573 -
CUBA - 65671 -

260591 **Cuba** F-1

NACIONES UNIDAS, 25 (AP). — Un importante comité de las Naciones Unidas recomendó que un enviado especial del secretario general **investigue la situación de los derechos humanos en Cuba** e informe al organismo mundial sobre las versiones de abusos de parte del gobierno del presidente Fidel Castro.

Con votación de 19-11 y 23 abstenciones, el subcomité social del Consejo Económico y Social (CES) pidió hacer contactos con las autoridades y ciudadanos de Cuba sobre la situación de los derechos humanos en esa isla.

El CES en pleno deberá tomar una decisión final en las próximas dos semanas.

La decisión fue considerada una victoria intermedia, pero importante, para los Estados Unidos, que durante años ha estado en campaña para una amplia investigación de las prácticas sobre derechos humanos en Cuba. Pero no hubo un comentario inmediato sobre **si Cuba aceptaría una *misión* de esa naturaleza**, que sería la primera en ese país.

El embajador cubano Ricardo Alarcón dijo luego que la votación en favor fue muy pequeña y que muchas naciones se abstuvieron. Indicó que "hay un largo trecho por recorrer" antes de llegarse a una decisión que permita el viaje de una misión de derechos humanos a Cuba.

Clarín

HA-

01 . 01

9108238

Naciones Unidas y el "apartheid"

Más adelante se mencionaron diversas medidas adoptadas por Naciones Unidas contra el "apartheid", señalándose finalmente que "es importante que la comunidad internacional decida qué hechos va a considerar 'cambios profundos e irreversibles', a fin de llevar adelante un programa de acción internacional más efectivo contra el 'apartheid', recomendando en tal sentido que "las sanciones se mantengan hasta la adopción de una nueva Constitución".

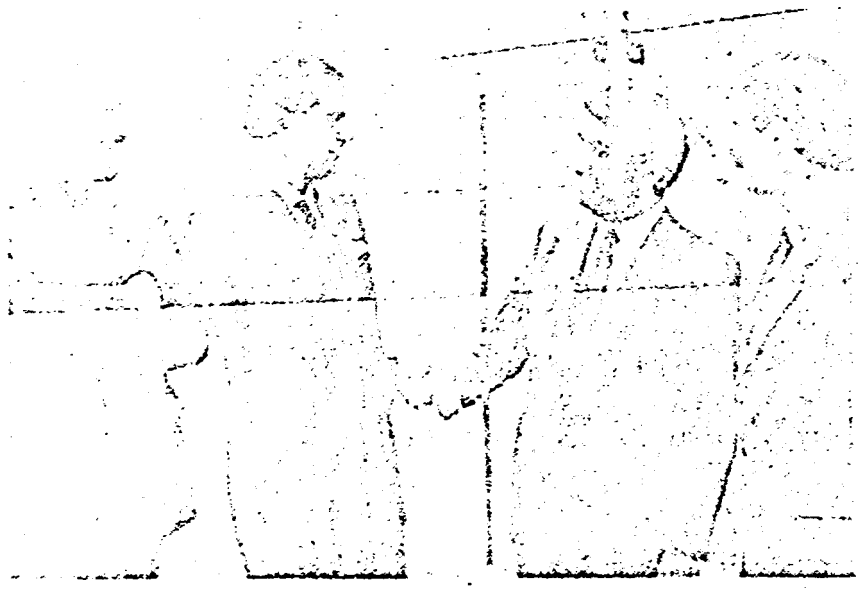
Sobre "Las Naciones Unidas y el "apartheid" se realizó una reunión en el Centro de Información de la ONU del barrio de la Recoleta, con la participación del director del organismo, Bernal Vargas Saborío; el miembro del Comité Permanente Contra el "apartheid" de las Naciones Unidas, José Antonio Bellina; el director de organismos internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores, Jorge Taiana y el presidente del Comité de Información de las Naciones Unidas, Ricardo Lagorio.

A través de sus exposiciones, se puntualizó que "la discriminación basada en motivos raciales, es una afrenta tan antigua como el mundo contra la dignidad del ser humano" y constituye "una amenaza contra la organización de un mundo en paz y justicia".

"La existencia del "apartheid" –se dijo– hizo que desde 1945 las Naciones Unidas lanzaran una campaña, que no cesaría desde entonces, para embatir todas las formas de discriminación racial".

Se recordó que "del idealismo de la Carta de las Naciones Unidas y de su defensa de los derechos humanos y las libertades básicas, nació la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948", lo que convirtió a ese documento "en tratados internacionales que tuvieran fuerza jurídica, además de moral".

"Uno de sus resultados, fue la convención para eliminar la discriminación racial en todas sus formas, por lo que las naciones que adhirieron a ella –que en la actualidad son 130– deben aceptar que sus leyes y políticas contra la discriminación sean examinadas con regularidad por un grupo de expertos independientes".



Bernal Vargas Saborío (centro) recibe el saludo de los expositores en el Centro de Información

Millones de víctimas

En la reunión, se insistió en que "en el mundo entero millones de personas son víctimas de prácticas y políticas discriminatorias" y los derechos humanos más elementales "les son negados simplemente por el color de su piel o por su origen étnico social. La forma más extrema de discriminación racial está en Sudáfrica y otras partes de Africa meridional".

9108239

01 01

SUBORDINAR LA JID A LA CONDUCCIÓN POLÍTICA DE OEA

FECHA DE RECEPCIÓN: 18/06/91

JID - 12694 -
OEA 500889 -
ARGENTINA 10033 -

Distensión al Sur (F-2) 180691

El Gobierno argentino apoya, en principio, la idea del Presidente de la Junta Interamericana de Defensa (JID), el General norteamericano Bernard Loefke, de subordinar ese organismo a la conducción política de la Organización de Estados Americanos (OEA).

SUCLAR

El respaldo podría parecer intrascendente si no pudiera constituirse en una válvula de escape al creciente debate desatado en el organismo para redefinir el sistema de seguridad hemisférico. Hasta ahora, la JID tenía una virtual autonomía política, y sólo dependía de la OEA a través de la asignación de las partidas presupuestarias, afirma el domingo el matutino porteño "Clarín". ■

HA

9108240

01.01

ROU en Cifras
PRENSA El País - 150007 -
FECHA DE RECEPCION 22-06-91
ALADI - 12633
URUGUAY - 10020 -
BID - 12641 -

220691

Aumenta el Intercambio Comercial del Uruguay en la ALADI en el Presente Año

Las exportaciones del período enero-mayo 1991 mostraron una disminución del 12,6% comparadas con igual período de 1990, porcentaje que indica un importante mejoramiento gradual de la situación exportadora ya que la caída promediaba casi el 20% a fin de abril de 1991 y el 30% en meses anteriores, señaló ayer el Banco Central.

La baja en los primeros cinco meses de este año continúa centrada en productos tradicionales con el 31,2% en tanto que los no tradicionales aumentaron en 1,7%, cifra que se espera mejorará aún más debido a autorizaciones de exportación cursadas a la misma fecha, que muestran un 8,2% de incremento.

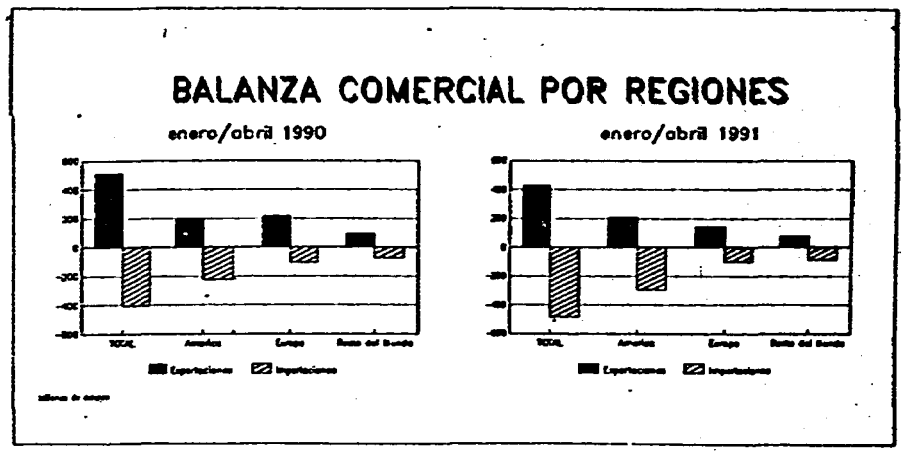
Los productos tradicionales que concentran la mayor baja son las lanas, principalmente sucias, con 82,2% en monto y 73,7% en volumen. La otra baja de importancia se sitúa en los productos provenientes del sector Agrícola.

Los productos no tradicionales presentan comportamiento heterogéneo, siendo los principales incrementos el Sector Pesca con 72,6% y los Productos Alimenticios con 31,8%. Varios productos no tradicionales muestran bajas y cifras muy similares en ambos períodos.

En el período de enero a abril de 1991, desde el punto de vista del destino de las exportaciones según áreas geográficas, los principales cambios fueron una baja de las exportaciones a Europa (U.R.S.S.) y Medio Oriente e incrementos en las ventas a Argentina.

Las importaciones muestran un incremento global del 23,9%, que se debe básicamente a productos de consumo e intermedios. Según la Nomenclatura Arancelaria, esta suba se sitúa en: Maquinaria y aparatos eléctricos con un 118,5% (consumo e intermedios), Productos Alimenticios 119,5% (consumo), Cueros, Pieles y Productos de cuero 125,2% (intermedios) y Papel y sus Aplicaciones 78,6% (intermedios).

Los cambios registrados en el origen geográfico de nuestras importaciones en el período enero-abril de 1991 con respecto al mismo período del año anterior fueron el incremento de compras a la ALADI, destacándose las importaciones procedentes de Argentina. Para el resto de las regiones, se señala el incremento de compras de petróleo a Nigeria, concluyó el informe.



El BID Donó a Uruguay U$S 1,2 Millones Para Desarrollar Inversión

Uruguay y el Banco Interamericano de Desarrollo firmaron ayer un Convenio de Cooperación Técnica no reembolsable por 1.220.000 dólares, destinado al financiamiento de un programa para consolidar y reforzar la capacidad para promover la inversión privada productiva de la Comisión para el Desarrollo de la Inversión (CDI).

El documento fue suscrito por el ministro de Economía y Finanzas, Cr. Enrique Braga, y el Gerente de Planes y Programas del BID, Giro de Falco, en un acto realizado en la sede de la representación del Banco en Montevideo.

La Comisión para el Desarrollo de la Inversión fue creada a fines de 1986 con el objetivo de establecer un sistema de promoción de inversiones basado en facilidades y orientación para el inversor.

El programa que llevará adelante gracias al convenio firmado tendrá un costo total de 1.410.000 dólares y el aporte mínimo uruguayo será de 190.000 dólares.

Pondrá especial énfasis en la atracción de empresas e inversionistas del exterior que logren implantar emprendimientos orientados a la exportación.

Los objetivos son: a) Fortalecer el sistema de promoción de inversiones en el país coordinando las acciones de los organismos públicos y privados; b) Efectuar estudios e investigaciones que permitan identificar los obstáculos legales, económicos y financieros que afectan la inversión privada y recomendar acciones para superarlos; c) Verificar las fuentes de recursos financieros y empresariales conducentes a la efectiva canalización hacia la inversión; d) Incrementar la producción uruguaya, especialmente la oferta exportable.

Para lograr estos objetivos, se financiará la ejecución de las siguientes actividades: promoción y difusión del régimen de inversiones; identificación y desarrollo de proyectos de inversión; desarrollo de propuestas específicas de inversión; coordinación y asesoramiento del programa; capacitación y perfeccionamiento.

Los recursos que aportará el BID provendrán del Fondo para Operaciones Especiales.

HAY

01 01

9108241

150026
240591
Cuentos - 12768 -
RELIGIÓN - 111210

Los judíos, ¿son humanos?

Por Ricardo David Rabinovich

Más de cien tumbas violadas. Lápidas de mármol muy grueso, la sobria cobertura del sepulcro hebreo, partidas a golpes. Cadáveres removidos. Cadáveres de judíos. ¿Los judíos son humanos?. Depende qué entendamos por "humanos" veamos tres alternativas. La primera, que la humanidad es una especie única, caracterizada por ciertas cualidades exteriores. Ese es el criterio del Código Civil argentino. Desde ese ángulo los judíos serían, efectivamente, humanos.

Pero hay otras respuestas. Podemos reservar el concepto de humanidad para, con perdón de Darwin, los grupos más evolucionados. Los demás serían sub-humanos. Esto estuvo de moda en Inglaterra y en Prusia a fines del siglo XIX. Claro, el tipo más evolucionado era el "ario" nórdico.

Aquí se nos plantea un problema de criterios. ¿Qué aspecto del humano hemos de tomar en consideración? No el físico, pues entonces los humanos serían los negros. Tampoco el artístico, porque Italia nada tiene de nórdica. ¿El filosófico? Aristóteles no era escandinavo. Por no hablar del español Séneca, del francés Descartes, o del chino Confucio. No, ha de ser la literatura. Pero nos aparece Cervantes, un castellano, probable descendiente de conversos. Tal vez el genio militar. Pero, ¡ay, de nuevo!.

Los más grandes estrategas de la historia fueron el fenicio Aníbal, el corso Bonaparte, y el criollo San Martín. Por supuesto, nadie duda del genio de Wagner, Beethoven, o Goethe. Pero los primeros puestos están muy discutidos.

Tercera opción, al parecer sustentada por Hitler, gran maestro de nuestros violadores de tumbas. Los judíos (y otros grupos) resultarían en realidad de otra evolución, diferente de la que dio lugar a la especie humana. Dinosaurios reacios a extinguirse, en lucha constante con la humanidad con la que, por desgracia, resultaron interfecundos. Esta teoría trae dos dificultades. Primera, que caen los árabes, que son tan semitas como los judíos, y tampoco serían humanos. Segunda, que es indemostrable.

Humanos, pero...

Parece que tenemos que aceptar a los judíos como humanos. Pero, ¿qué son? ¿son los creyentes de una religión? Marx había sido bautizado como luterano, y era un declarado ateo y antisemita, pero todos lo llaman judío. La monja carmelita Edith Stein murió en Aushwitz por ser judía. Einstein era enemigo de las religiones, pero se consideraba muy judío. Disraeli era anglicano desde su infancia, pero figura como protagonista en todas las historias judías.

¿Es un grupo nacional? Agregaríamos a las dificultades que el concepto romántico de "nación" trae consigo la problemática propia de este caso. En casi todas las guerras europeas de los últimos 120 años hubo oficiales judíos en ambos bandos. Hasta en la Segunda Guerra Mundial: en el ejército finlandés, aliado del Eje, combatían oficiales hebreos. Uno de los elementos de una nación es el idioma común. Pero tal lengua no existía, y debió ser inventada, en base al hebreo arcaico, por el sionista pionero Ben Vehudá, quien fue excomulgado del judaísmo por semejante innovación.

Nos queda definirlos como "raza". Terminología hoy rechazada por los antropólogos. Pero vamos a hacernos los burros, y a usar la palabra "raza", porque es muy clara.

La raza interracial

Quienes creen que los judíos son una raza, saben poco de su historia. Al empezar, según la Biblia y las investigaciones de Keller, fueron un grupo de familias acadias que salieron desde Ur, en el Golfo Pérsico, hacia Palestina, unos dos mil años antes de Cristo, o sea que, ya de entrada los judíos no son tales, son acadios.

Estos nómades no eran muy celosos de su pureza racial. José, el hijo de Jacobo vendido por sus hermanos, hizo carrera en Egipto y se casó con mujer local. El propio Moisés (¿era realmente judío) se unió con una beduina del desierto. Parece que llegaron a Palestina muy mezclados.

Ya asentados en la Tierra Prometida, se casaron con las mujeres autóctonas. Los profetas se quejaban mucho de eso. Salomón, el grande, tenía esposas extranjeras. De sus amores con la reina de Saba, se decían descendientes los reyes de Etiopía. Su madre, la judía Betsabé, había quedado antes viuda de un hitita. La esposa fenicia del rey Ajab era idólatra. Ruth, una heroína bíblica, era moabita, y viuda de un hebreo, otra heroína, Ester, casó con un rey babilonio.

Al caer Jerusalén, Israel habitaba desde España hasta la India. En la diáspora se cerró un poco sobre sí mismo, pero no tanto. Durante el siglo X, los Kazares, tártaros del Cáucaso, adoptaron el judaísmo. Décadas más tarde, vencidos por los eslavos del norte, algunos se hicieron cristianos ortodoxos, y otros no. Así, quedaron cristianos de origen hebreo, y judíos tártaros. Hubo conversiones masivas al judaísmo en Arabia y en el nordeste africano. Hoy son muchísimos, todavía, los judíos negros.

En Europa, el drenaje fue desde el judaísmo hacia el resto de la sociedad. Las conversiones arreciaron en Francia durante el siglo XIII. En alemania no cesaron nunca. Echados de Inglaterra en 1290, fueron convocados por Cronwell en 1656. A principios del siglo XIX sus líderes convirtieron a sus hijos, entre ellos a Disraeli. En Rusia misma había mezcla. Permítanseme dos ejemplos familiares. Los padres de mi abuela eran una georgiana de vieja cepa y un judío. Y una tía bisabuela mía, judía de Kiev, casó con un noble ortodoxo.

Argentina bajo los judíos

Pero en ningún lado fue como en España. Los judíos, afincados desde la dominación romana, eran legión. Hubo conversiones masivas ya en el siglo VI. A fines del XIV, llegaron a proporciones insólitas. Los conversos, sobre todo los poderosos, se mezclaron con la nobleza, o fundaron casas nuevas, como la de Haro. Fernando e Isabel eran primos. Ambos venían de la familia Enriquez, que era de judíos conversos. De donde los reyes católicos (y sus sucesores) tenían sangre hebrea, como muchos de sus nobles, y gran parte de su pueblo.

Perseguidos por la Inquisición, miles de conversos pasaron a Portugal. Desde allí, o desde España misma, a América. Su ciudad preferida, lejos del Santo Oficio, fue Buenos Aires. Muchos fund[illegible] nuestras más rancias familias actuales. Una visita a la bóveda de los Dorrego, por dar un ejemplo, es ilustrativa. Hasta Rosas llevaba sangre mosaica. Un nazi argentino debería empezar por violar la Recoleta.

Los criollos, molestos por aquellos de la "pureza de sangre", la abolieron en los proyectos constitucionales, y en el artículo 16 del texto final. Luego llegaron las masas de judíos no conversos. La Argentina es uno de los países con más hebreos en el mundo. Pero en ninguno se han mezclado como aquí. En las últimas décadas, los matrimonios mixtos se han multiplicado. El antisemitismo no es popular. Pero existe.

Los judíos en la Argentina fueron usureros, como las Singerman, o César Tiempo. Manejaron dinero, como Mondolfo. Fueron corruptos, como los Dickman, o Lebensohn. Banqueros, como Millstein, ese premio Nobel a quien en buena hora echaron los fascistas de bastones largos. Tumbas para violar.

Los judíos en la Argentina son ciudadanos de segunda. Si sus hijos dicen que quieren ser presidentes, deben, con lágrimas en los ojos, disuadirlos. La constitución no se los permite, como a los musulmanes no conversos.

Los judíos de la Argentina tienen cerrada de hecho la carrera militar, y muy obstaculizada la judicial. Nunca llegan a la Corte Suprema, ni a la alta oficialidad. En el servicio exterior, son moscas blancas.

En los muros que rodean los cementerios católicos de la Argerntina se lee este bello párrafo:"Aquí descansan quienes nos precedieron en el camino de la vida. Es un lugar respetable que debe ser respetado. No pinte leyendas ni escriba carteles". Afuera del cementerio judío donde reposa mi padre, hijo y nieto de argentinos, cuya tumba pudo haber sido pasto de los brutos, dice "prohibido fijar carteles". Y lo puso la Administración, porque si no no decía nada.

Actualidad

Por Horatius

01 01 91082431

G-7 sin acuerdo sobre Gorbachov
LA REPUBLICA 150023-
FECHA DE RECEPCION 01-06-91
VINCULACIONES G-7 - 12766-
URSS - 40175-
EE.UU. 65890-

Tajante oposición japonesa a que el presidente soviético ocupe una silla en Londres

El Grupo de los 7 no acordó aún sobre la presencia de Gorbachov en la cumbre

○ Bush no la descarta del todo
● Kohl: "Hay buenas posibilidades"

Invitado o no, Mijaíl Gorbachov será seguramente uno de los principales protagonistas de la reunión que el G-7, grupo de los siete países más industrializados del mundo, celebrarán en Londres a partir del 15 de julio. El debate dentro del G-7 (Estados Unidos, Alemania, Italia, Francia, Gran Bretaña, Canadá y Japón) sobre la eventual participación del presidente soviético en la cumbre está subiendo de tono desde hace ya varios días. Y ayer tuvo cuatro novedades importantes.

Roma, (ANSA)

■ Al término de la reunión en la Casa Blanca con George Bush, el consejero y enviado especial de Gorbachov, Eugeni Primakov, afirmó ayer que Estados Unidos no parece "contrario" a cursar una invitación al líder del Kremlin para asistir a la reunión londinense.

El mismo Bush no descartó del todo, la posibilidad de una presencia de Gorbachov en el club de los grandes del mundo industrializado.

Desde Tokio, el primer ministro japonés, Toshiki Kaifu, respóndió en cambio con un claro "no" a un periodista que en una rueda de prensa le preguntó si apoyaba la invitación a Gorbachov.

La opinión del jefe del gobierno alemán, Helmut Kohl, es exactamente opuesta "hay buenas posibilidades" de participación del presidente soviético, dijo Kohl en una declaración a la televisión alemana, tras manifestar su esperanza en que el presidente Bush deje de lado las reservas.

Horas antes de conocerse esas posiciones llegó quien hasta ahora da el más firme espaldarazo al :"debut" de Gorbachov en el G-7.

El presidente del banco europeo para la reconstrucción y el desarrollo "Berd", Jacques Attali, afirmó que había invitado a Gorbachov a participar en una "reunión de trabajo" justamente en el mes de julio.

Está claro que la movida de Attali, muy cercano al presidente francés, François Mitterrand, es un intento de presionar a los países del G-7 con dudas (Estados Unidos, Inglaterra) o que se oponen (Japón) a la tan esperada invitación..

Diplomáticos cercanos al "Berd", cuya función es coordinar y acelerar la ayuda occidental a la URSS y los países del este europeo, comentaron ayer que la decisión de Attali "es todo menos una coincidencia".

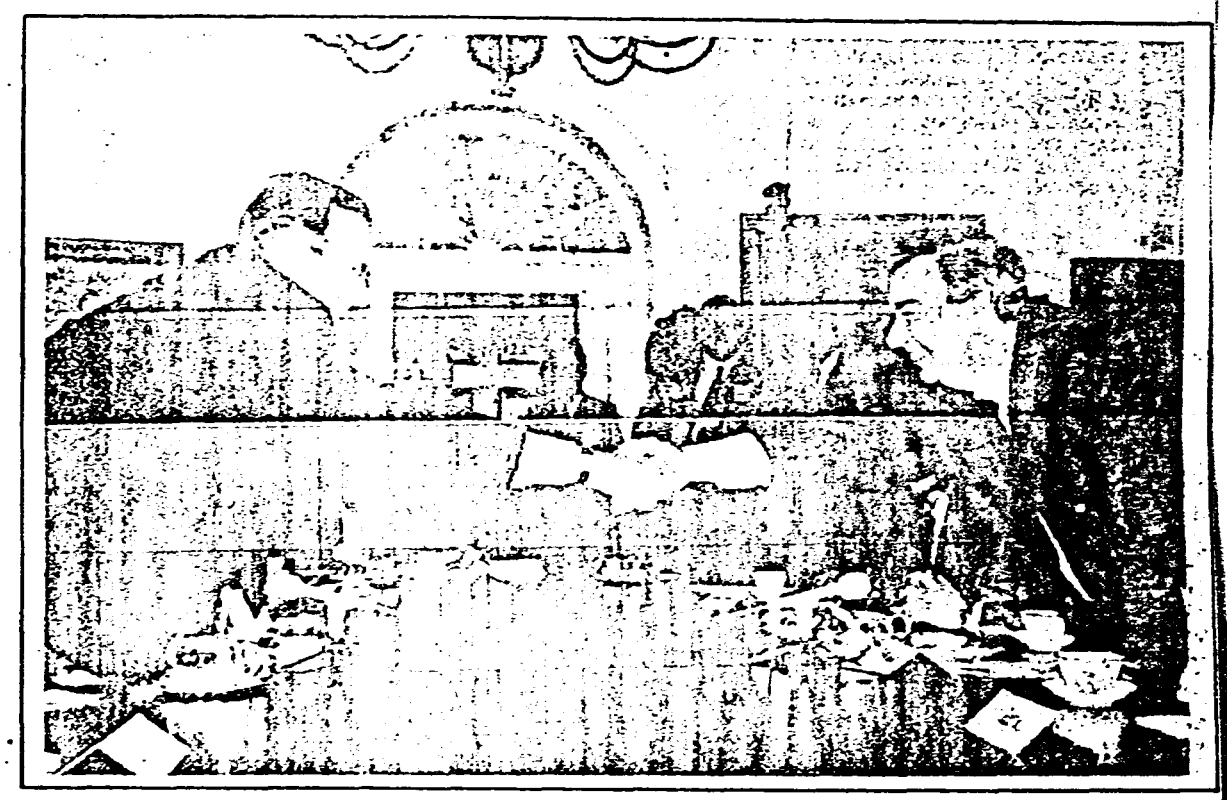
La Unión Soviética es uno de los 41 accionistas del "Berd" que "está listo para enviar cuanto antes asistencia, sobre todo técnica, a Moscú", afirmó Attali.

Por su parte, el secretario de Estado norteamericano, James Baker, se mostró reservado ayer en Lisboa sobre una eventual invitación al presidente de la URSS, Mijaíl Gorbachov, a la cumbre de los siete países industrializados (G-7) de Londres, deseada por Francia y Alemania.

"Si el presidente Gorbachov debiera asistir, sería importante que fuera de una manera que promoviera el proceso de reforma en la Unión Soviética e hiciera evolucionar a la URSS hacia una economía de mercado", declaró Baker.

No hay duda que Gorbachov está mucho más cerca del viaje a Londres, ayer, que tan solo unos días atrás.

Por otro lado, el mismo Bush reconoció ayer, al término de su reunión con Primakov, que la URSS marcha con firmeza hacia la economía libre.m El borrador del radical programa de reformas para sacudir y liberalizar a la anquilosada estructura productiva soviética fue justamente uno de los puntos que Bush y Primakov discutieron en Washington.



Fin de la reunión del representante soviético Primalov y el presidente estadounidense en Washington. (Telefoto de AFP).

01.01

9108244

ROU integra Comisión de DDHH
EL País - 150007 -

CDH - 12578 -
Ecosoc 12575

Uruguay Elegido por Tres Años Para la Comisión de Derechos Humanos de ONU

NACIONES UNIDAS, 30 (EFE).– Chile, Costa Rica, Uruguay, Colombia, Barbados y Cuba (por segunda vez consecutiva) fueron elegidos hoy para integrar la Comisión de Derechos Humanos durante los próximos tres años.

La elección se efectuó durante la reunión del Segundo Comité del Consejo Económico y Social (ECOSOC).

Chile obtuvo el máximo de 50 votos, seguida por Costa Rica con 46, Uruguay 44, Colombia 43, Barbados 42, Cuba (que salió reelegida) con 38, y El Salvador quedó fuera al recibir 35 votos.

La Comisión de Derechos Humanos está integrada por 50 miembros que representan los distintos grupos regionales.

La reelección de Cuba se considera importante dado el hecho de que la Comisión decidió investigar la situación de los derechos humanos en la isla caribeña, y el Segundo Comité aprobó en esta reunión una solicitud dirigida al secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuéllar, para que designe a un representante que se encargue de este asunto.

Cuba demandó que se pidiera al secretario general un informe sobre la forma en que afecta a los derechos humanos de los cubanos el embargo comercial que EE.UU. mantiene contra la isla desde hace casi 30 años, y otros actos, al tiempo que pidió que la Comisión considere ese informe.

Sin embargo, el embajador cubano ante la ONU, Ricardo Alarcón, retiró hoy el proyecto ya que el parecer no contaba con suficiente apoyo, y consideró más importante que Cuba continúe como miembro de la Comisión de Derechos Humanos.

0.1 .01 9108245

OTAN. NUEVA ESTRUCTURA DE FUERZA
EL PAIS 150007
29-05-91
OTAN-500890

BRUSELAS, 28 (EFE).— Los ministros de Defensa de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) dieron hoy el visto bueno preliminar a una nueva estructura de fuerzas, que reflejará un giro fundamental en la estrategia defensiva de la Alianza Atlántica, según fuentes diplomáticas.

"Hay acuerdo sobre la necesidad de cambiar la política de la OTAN y prepararla para hacer frente a cualquier tipo de amenaza contra Europa" anunció a la prensa el portavoz del Pentágono (Departamento de Defensa Estadounidense) Pete Williams.

El nuevo dispositivo de defensa de la OTAN en el viejo continente, comprenderá tres categorías de fuerzas —de reacción, de defensa principal y de aumento— con diferentes niveles de alerta y disponibilidad, que se utilizarán de manera escalonada a fin de prevenir la escalada de una crisis bélica.

De lo que se trata ahora, una vez terminada la "guerra fría", es de "enseñar a la Alianza a gestionar posibles desafíos, que no proceden ya únicamente de la Unión Soviética", declaró a los periodistas un diplomático británico.

Otra fuente precisó que los aliados occidentales se preparan para responder a tres tipos de riesgos: conflictos interétnicos "que pudieran arrastrar a la guerra a alguna potencia europea", agresiones potenciales contra miembros periféricos, como Turquía y una posible desestabilización de la Unión Soviética.

fuerzas convencionales, recibieron hoy el respaldo del Comité de Planes de Defensa (CPD), órgano que agrupa a todos los países miembros, salvo Francia.

Los aliados conservarán en Europa, como grueso de sus tropas continentales o fuerzas de defensa principal, siete cuerpos de Ejército, compuestos por 16 divisiones.

Seis tendrán una nueva estructura multinacional y se colocarán dos bajo mando alemán, uno bajo mando belga, otro holandés, otro estadounidense y el sexto a las órdenes de un general danés, que rotará con un colega germano.

La Bundeswehr conservará un séptimo cuerpo nacional, como fuerza adelantada, en el territorio de Alemania Oriental, con cuartel general en Postdam, confirmó el ministro de Defensa de la RFA, Gerhard Stoltenberg.

El CPD respaldará esta tarde la idea de crear, además, un cuerpo de elite o Fuerza de Reacción Rápida (FRR), formada por dos divisiones británicas y otras dos de composición multinacional.

Alemania, Holanda, Bélgica, Reino Unido, Italia y Turquía han anunciado que aportarán unidades a la FRR, la cual dependerá orgánicamente del Mando Supremo aliado para Europa (SACEUR).

Un general británico estará al frente de la Fuerza, aunque su Estado Mayor de planificación será rotatorio.

01.01 9108246

GATT y restricciones
LA HABANA - 150015 -
30-5-91
GATT - 12599 -
CHILE - 65709 -

F-2

300591

GATT y las restricciones

LAS disputas comerciales entre los países y la integración entre el comercio y el medio ambiente centran los debates del GATT reunido en Ginebra. Estados Unidos expresó su satisfacción ante el anuncio europeo de impulsar la reforma del actual régimen. Por su parte el Embajador chileno ante el GATT, criticó a nombre de toda Latinoamérica y el Caribe la reestructuración del Secretariado anunciada por [redacted]. Hay preocupación, ya que en el nuevo organigrama ha desaparecido una división específica sobre desarrollo y comercio ya que "no queremos que quede duda alguna sobre la importancia que tienen los problemas de desarrollo para el GATT", señaló. ■

01.01

9108247

TITULO: Alinearse nuevamente
El País - 150007 -
91-06-01
Movimiento No Alineados 1985

ALINEARSE NUEVAMENTE

El Movimiento de Países No Alineados agrupa a 103 de los 159 países que integran las Naciones Unidas. Su fuerza no deriva solamente de esa cuestión numérica sino además del volumen humano del sector, que **"cuenta con la mayoría de los habitantes del mundo"**, situación que impondría al resto de ese mundo **"la obligación de conocer lo que piensa la mayoría"** como señaló Michael Okeyo, embajador de Kenia en aquel foro internacional. Pero esa fuerza ha ido perdiendo significado y eficacia en la medida en que la confrontación Este-Oeste también se ha apagado.

Ahora que la Guerra Fría es un recuerdo histórico, el alcance del Movimiento de No Alineados como "alternativa a las alianzas" de esa tensión entre EE.UU. y URSS, se ha debilitado hasta evaporar el sentido mismo que tenía la iniciativa, cuando fue tomada hace exactamente treinta años en Belgrado por Tito (Yugoslavia), Nehru (India) y Nasser (Egipto), prometiendo que el grupo **"se mantendría apartado de la creciente rivalidad entre las dos superpotencias"**. Desde entonces ocurrieron dos cosas: no solamente la "perestroika", los convenios de desarme y la disolución del Pacto de Varsovia, sino la clara desviación que dentro del Movimiento de No Alineados cometieron algunos países.

En efecto: Cuba, que figuró entre los fundadores del grupo y que lo presidió entre 1979 y 1982, difícilmente podría aducir que ayudó a **"mediar en los conflictos entre el Este y el Oeste"** o que **"evitó alianzas militares"**. Igual que otros países de incorporación posterior, como Corea del Norte, Angola o Vietnam, el caso cubano es el de un estrecho aliado de la URSS cuya dependencia de uno de los dos grandes centros de poder determinó en todo momento su política internacional, en cuya órbita la influencia del Movimiento de No Alineados se empleó para operar a favor de uno de los bloques, y no para mediar entre ambos.

A partir de 1989, el mapa de tensiones ideológicas y enfrentamientos bi-polares, comenzó a cambiar. Hoy mismo, ante el ingreso de los países del "socialismo real" a la economía de mercado, la presencia del Movimiento de No Alineados ha llegado a configurar **"un recipiente vacío que espera a ser llenado"**, como señaló otro diplomático en Naciones Unidas. Ese observador agregó: **"el grupo está en una situación difícil, porque no tiene ya un objetivo claro"**. El embajador egipcio ante la UN añadió que parte de ese objetivo podría recuperarse si los miembros del Movimiento **"abandonan su estilo agresivo y persuaden a las naciones industrializadas a invertir en sus respectivas economías"**.

Algo de eso comenzó a intentarse en la reunión que los No Alineados efectuaron hace dos años en Belgrado, donde se firmaron resoluciones **"brindando una atención sin precedentes a los temas económicos"**, aunque allí persistió en parte la arcaica terminología que propone mantener la lucha **"contra el imperialismo, el neocolonialismo... y todas las formas de dominación"**. El futuro del Movimiento y la difícil recuperación de su prestigio, dependerá del sentido común y el espíritu realista con que sus integrantes sepan encarar la cambiante situación mundial.

La palanca política deberá abrir paso a la herramienta social, cultural y económica: **"el Tercer Mundo deberá probar que sus países son asociados serios en el campo del desarrollo internacional"**, observó aquel diplomático egipcio. Esa seriedad se medirá por la regla de sensatez con que el Movimiento encare su desempeño, que necesita urgentemente menos retórica y más realismo.

01.01 9108248

N° DOCUMENTO
TITULO Se advierte la revitalización de OEA
PROCEDENCIA El País - 15007
FECHA DE PROCEDENCIA 6/6/91
VINCULACIONES OEA AS. GRAL. 500889 - 12612 -
Chile - 65709 -
Bolivia - 10043 -

"SE ADVIERTE LA REVITALIZACION DE LA OEA"

SANTIAGO DE CHILE, 5 (ANSA).— La desesperada defensa de la OEA por el secretario general de la misma, Joao Baena Soares, y el fuerte debate que sostuvieron los Cancilleres de Chile y Bolivia frente al problema de la mediterraneidad, no llegándose a un acuerdo, fueron los aspectos más relevantes del tercer día de sesiones de la XXI Asamblea General de la OEA.

Otra de las materias importantes en este oportunidad fue la aprobación de un documento en procura de la defensa de la democracia en el continente.

El texto, aprobado por aclamación, no contempla mecanismos automáticos de sanción para los Estados miembros que alteren sus procesos democráticos, como fue propuesto originalmente.

En síntesis el "compromiso de Santiago con la democracia y con la renovación del sistema interamericano" señala que cuando se interrumpa la democracia en algún país miembro, el Secretario General del organismo tendrá un plazo de diez días para reunir a todos los Cancilleres de la región o citar a una asamblea extraordinaria.

El proyecto de resolución fue impulsado por los delegados de México, Brasil, Venezuela, Uruguay, Chile, Estados Unidos, Barbados y Honduras, además del secretario general de la OEA, el brasileño Joao Baena Soares.

Al respecto, **el secretario general de la OEA, indicó que "al aprobarse tanto el compromiso de Santiago como las resoluciones de la defensa de la democracia en los países miembros, se advierte la revitalización de la OEA".**

"De aquí en adelante —afirmó— creo que es muy difícil que alguien insista en que nuestra organización no trata los problemas de intereses de los países que la integran".

Otro de las materias analizadas en el tercer día de sesiones, se refirió a la petición de Bolivia respecto a su mediterraneidad.

En la oportunidad, en canciller boliviano, Carlos Iturralde, indicó que "la reintegración territorial de mi país a las costas del Océano Pacífico es un objetivo sustancial e irrenunciable. Responde a una convicción nacional profundamente arraigada y a una precisa interpretación de los factores que afectan el desarrollo integral del Estado boliviano".

Expresó asimismo que con miras a crear las condiciones para el desarrollo integral y armónico con Chile, Bolivia reitera su predisposición para abrir un diálogo amplio con esta Nación, sin la exclusión de ningún tema y menos aún del referido a la salida de Bolivia al Océano Pacífico.

Por su parte el canciller chileno, Enrique Silva Cimma, replicó la petición de Bolivia, expresando que "éste no es foro competente para abocarse a esta materia".

Sin embargo, en la oportunidad, junto con dar a conocer una serie de medidas que han estrechado los lazos por Bolivia, Silva Cimma anunció oficialmente que "mi Gobierno ha dispuesto unilateralmente la supresión de visas para el tránsito de bolivianos hacia territorio chileno".

Otro de los temas que se tocaron en la OEA fue la situación en que se encuentra actualmente Cuba. El ministro de Relaciones Exteriores del Perú, Carlos Torres y Torres, afirmó que la isla, podrá reintegrarse a la OEA "en la medida que se acomode a la democracia representativa que impera en la mayor parte de los países del Continente".

En conferencia de prensa el Canciller peruano se refirió al tema de los derechos humanos, reconociendo la existencia de "excesos". Al respecto, puntualizó, que estos serán sancionados, agregando que son la consecuencia de la espiral de violencia que enfrentó esa Nación.

Torres y Torres aceptó la eventualidad de un diálogo con los movimientos guerrilleros peruanos, pero advirtió que "los movimientos terroristas, porque no son políticos, no han hecho ninguna manifestación de voluntad de diálogo".

En este tercer día de sesiones la OEA ratificó la sede de la vigésimo segunda asamblea, ésta se celebrará en junio de 1992 en Bahamas.

Tras los arduos debates que se registraron hoy en esta capital, en las sesiones de la Asamblea General de la OEA; los delegados de los diferentes países se retiraron temprano, para dar paso, según dijeron al deporte, "ya que las Naciones también tienen que orientarse a esa área haciendo alusión a la final de Copa Libertadores, entre Chile y Paraguay.

Asimismo, no hubo resolución de la OEA en torno a la aspiración de Bolivia de una salida al mar por el Pacífico a través de territorio chileno.

01 . 01

9108249

NO. DOCUMENTO:
TITULO: La OTAN y la transición democrática
PROCEDENCIA: El País - 150007 -
FECHA DE PUBLICACION: 06-06-91
PALABRAS CLAVE: OTAN 500330 - 12632

LA O.T.A.N. Y LA TRANSICION DEMOCRATICA

F-2 060691

La magnitud y el ritmo del cambio ocurrido el año pasado en toda Europa Oriental, hubiera sido antes inimaginable. Sin detallar estos asombrosos acontecimientos, es impresionante comprender que todo esto ha ocurrido con sólo un mínimo de desorden y derramamiento de sangre. El pueblo de Europa Oriental merece un gran crédito por su paciencia, coraje y perseverancia.

Del mismo modo que la politiça de la OTAN ha sido, por lo menos parcialmente, responsable de los acontecimientos en Europa Oriental, también ha desempeñado un papel crítico para asegurar que el modelo estalinista de represión, y otras formas de tiranía, permanezcan enterradas para siempre en Europa. Los acontecimientos en el Golfo Pérsico han mostrado también, tanto la actual como la potencial importancia de la OTAN para contribuir a la estabilidad mundial y al cambio democráticos.

El papel de la Guerra Fría y la OTAN era el de proteger los derechos y las libertades de los pueblos de las sociedades occidentales de la agresión soviética. Sigue siendo uno de los logros fundamentales en la historia de la humanidad el que un grupo de países libres e independientes permaneciera unido para asegurar democracia y economías de mercado así como para que el imperio de la ley no se desmoronara bajo la constante presión del totalitarismo.

Secundaria a esta estrategia era la creencia de que semejante sistema antinatural, como era el representado por el comunismo soviético, no podría sobrevivir. Tan dramáticos y súbitos han sido los acontecimientos, que el pueblo de Europa Oriental encara ahora la difícil tarea de construir sociedades estables, democráticas y prósperas. si estos esfuerzos fracasan, existe la muy real posibilidad de que reaparezca alguna forma de represión. Sería sumamente irónico que la OTAN, tras echar los cimientos de un eventual cambio en Europa Oriental, no participara activamente en el actual proceso de transición.

Tal vez el mayor reto encarado por los nuevos gobiernos en Europa Oriental es superar cuarenta años de desastre económico comunista. Se espera que ocurra un milagro económico. Sin éste, los derechos civiles y políticos se encontrarán bajo fuerte amenaza de diversas formas de ideologías represivas que prometen rápidas e indoloras curas económicas.

El concepto de libertad no es divisible. Los acontecimientos en Europa Oriental ilustran lo que se expuso gráfica y trágicamente en China. Una mayor libertad económica no puede estar separada de la libertad política. El control estatal de los medios de producción es tan destructivo como el dominio estatal de los medios de expresión política. El comunismo ha sido desacreditado como solución de los problemas sociales, económicos y políticos. El comunismo además es enemigo de la naturaleza humana e inhibe la capacidad de creación del hombre en todas sus dimensiones.

La libertad económica y política forma un solo pilar sobre el que florecen las sociedades democráticas. Los cambios políticos ocurren a diferente velocidad y en diferentes formas en Europa Oriental. Todo esfuerzo por facilitar estos cambios debe proceder simultáneamente con los cambios económicos. Las necesidades de Rumania y Bulgaria son vastamente diferentes de las de Checoslovaquia. El Occidente debe estar preparado para responder en cada caso individualmente.

¿Cuál es entonces el papel de la OTAN en esta transición? Claramente, el proceso de Helsinki será el foco de mayor atención a los derechos humanos. El Banco Europeo para la Reconstrucción y el Desarrollo, junto con la Organización para el Desarrollo de la Comunidad Europea, serán los principales actores en los asuntos económicos. La Unión Europea Occidental estará comprometida en los asuntos militares. Europa 92 y la Comunidad Europea facilitarán el proceso de integración a diversas dimensiones.

Sin embargo, la OTAN puede y debe seguir siendo el foco principal de los acuerdos de seguridad occidentales. Esta función es fundamental porque asegurará la participación de los Estados Unidos y la integración de las fuerzas aliadas, incluyendo las de Alemania. Las antes mencionadas organizaciones e instituciones no prevalecerán como fuerzas competidoras con la OTAN, sino más bien como complementarias, para asegurar los objetivos de paz, prosperidad, estabilidad y democracia.

La pasada unidad aseguró la supervivencia de acariciadas libertades en los países de la OTAN. La continuación de esta relación sigue siendo claramente relevante, no sólo para el mantenimiento de esta forma de vida, sino también para la actual tarea de establecer instituciones democráticas y económicas libres en los países de Europa Oriental

Finalmente, la OTAN sirvió como catalizador para galvanizar la oposición internacional a la agresión de Saddam Hussein. Todas las libertades, y el sistema económico mundial, se encuentran bajo amenaza cuando se permite que un tirano como Saddam Hussein ataque impugnemente a otros países independientes. La OTAN será indispensable en el esfuerzo para forjar un nuevo orden mundial en la comunidad de naciones.

Los acuerdos de seguridad sirven para proteger los derechos humanos fundamentales. Pero son por estos derechos reales y específicos, y no por abstractas teorías democráticas, por lo que los hombres y mujeres están dispuestos a luchar. La relevancia de la OTAN es hoy tan manifiesta como lo ha sido desde su creación.

Gus Yatron

(El autor, Congresista de los Estados Unidos por Pensilvania, es Presidente del Subcomité para Derechos Humanos y Organizaciones Internacionales).

01.01

91082501

XXI AS. GRAL. OEA : DEFENSA DE LA DEMOCRACIA
LA MAÑANA - 150015 -
· 5/6/91
OEA AS. GRAL. 12612 -
CHILE - 65709 -

Cancilleres suscriben acuerdo en Santiago

Renuevan compromiso con democracia y seguridad

Iniciarán "proceso de reflexión conjunta"

La defensa de la democracia y el fortalecimiento de la seguridad continental son los dos pilares básicos del Compromiso de Santiago que los Cancilleres americanos suscribieron ayer unánimemente en Santiago de Chile, durante la XXI Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA).

SANTIAGO DE CHILE.- El documento, titulado "Compromiso de Santiago con la democracia y la renovación del Sistema Interamericano", fue considerado inicialmente durante la reunión informal que los Ministros de Relaciones Exteriores celebraron aquí el domingo.

Sin embargo, discrepancias de matiz, especialmente centradas en la forma en que la OEA puede contribuir a la defensa de la democracia en el continente, impidieron su firma en ese momento.

Tras varias sesiones informales, los cancilleres consiguieron, finalmente, ponerse de acuerdo en un documento que declara su "compromiso indeclinable" con la defensa y promoción de la democracia representativa.

Expresan, igualmente, su "determinación de adoptar un conjunto de procedimientos eficaces, oportunos y expeditos para asegurar la promoción y defensa de la democracia representativa, de conformidad con la Carta de la Organización de Estados Americanos".

"Reflexión conjunta" sobre la seguridad

Los cancilleres se comprometen también a "iniciar un proceso de reflexión conjunta" sobre la seguridad continental a la luz de las nuevas circunstancias mundiales y regionales, "desde una perspectiva actualizada e integral de la seguridad y el desarme".

Indican que esa perspectiva debe incluir "todas las formas de proliferación de armas e instrumentos de destrucción masiva, a fin de dedicar el mayor número de recursos al desarrollo económico y social de los estados miembro".

Los cancilleres de la OEA, en este contexto, hacen un llamamiento mundial para que "otras organizaciones competentes" se unan a sus esfuerzos en este sentido.

El "Compromiso de Santiago" se refiere también a la necesidad de "intensificar la lucha solidaria y la acción cooperadora contra la pobreza crítica para contribuir a disminuir las desigualdades económicas y sociales en el hemisferio", fortaleciendo así el proceso de promoción y consolidación de la democracia en la región.

Los cancilleres acordaron promover la observancia y defensa de los derechos humanos conforme a los instrumentos interamericanos vigentes y se pronunciaron por la progresiva apertura del comercio y la expansión del conocimiento científicotecnológico y la reducción de la deuda exterior de los países de la región.

Otros temas

El documento apoya expresamente el desarrollo de la "Iniciativa para las Américas" del Presidente estadounidense, George Bush, y las negociaciones de la Ronda de Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), y compromete a sus firmantes a proteger solidariamente el ambiente para beneficiar a las presentes y futuras generaciones asegurando el desarrollo de la región.

La adopción y aplicación de medidas adecuadas para prevenir y combatir el consumo, la producción y el tráfico ilícito de estupefacientes, sustancias psicotrópicas y precursores químicos, así como el "lavado de dinero", está también recogida en el documento.

El Compromiso de Santiago recoge la decisión de favorecer los procesos de integración en la región y de adoptar un programa de trabajo que alcance la armonización legislativa en la región y, en particular, la de los sistemas de derecho civil y consuetudinario.

Se refiere, por último, a la intensificación del intercambio cultural, educativo, científico y tecnológico como instrumentos de la integración, preservando el "pleno respeto" al patrimonio cultural de cada uno de los países miembros.

Los cancilleres se pronuncian por el incremento de la cooperación técnica y la necesidad de estimular la transferencia de tecnologías para ampliar la capacidad de crecimiento económico de los países de la región.

01.01

91082511

Nº DOCUMENTO
TITULO XXI AS GRAL OEA : RECLAMO POR SALUD, EDUCACIÓN.
PROCEDENCIA LA MAÑANA 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 5/6/91
VINCULACIONES OEA AS GRAL 12612-
CHILE 65708.
ARGENTINA 10033-

Reclaman solución a problemas pendientes

SANTIAGO DE CHILE.- El Embajador de Argentina en la Organización de Estados Americanos (OEA), Hernán Patiño Mayer, manifestó ayer que tras el retorno de la democracia a la región, hay que afrontar aún problemas pendientes como la pobreza crítica, la salud, la educación y la frustración individual y colectiva.

El Embajador argentino en la OEA formuló esta declaración durante su intervención ayer en la segunda jornada de sesiones de la XXI Asamblea General de la organización continental, que se inauguró el lunes en Santiago y que concluirá el próximo sábado.

Estas situaciones, dijo Patiño Mayer, "reaparecen ante nuestra vista reclamando soluciones postergadas por la presencia de un enfrentamiento tan costoso como estéril".

A juicio de Patiño Mayer, estos problemas, que "siguen afectando a buena parte" del continente americano, pueden ser considerados ahora tras el retorno a la democracia y "la clausura de la confrontación ideológica".

El representante argentino subrayó que "tampoco podemos en esta ocasión soslayar la existencia de situaciones de pobreza extrema que afectan la salud, el crecimiento y aun la subsistencia de muchas poblaciones".

Patiño dijo asimismo que, la OEA, "como máximo foro político" continental "debe hacer frente también a los desafíos de la hora, lo que supone identificar, abordar y ofrecer soluciones a los problemas" americanos.

Asimismo, subrayó, la organización continental debe "fortalecer la unidad del sistema, promover niveles crecientes de cooperación e integración y sumar nuestros esfuerzos a la construcción de un orden internacional más justo".

Por otra parte, Patiño Mayer se refirió a la lucha contra el narcotráfico y dijo que en su país esta cuestión es de tal importancia que se ha creado, entre otros organismos, "la comisión mixta de control de las operaciones relacionadas con el lavado del dinero proveniente del narcotráfico". ■

01 . 01 91082521

Nº DOCUMENTO

TITULO Cuestionamiento a Comisión de DDHH

REFERENCIA El País - 150007 -

FECHA DE PRECEDENCIA 8/6/9

VINCULACIONES OEA AS.GRAL. 12612 -
CHILE 65709 -
CIDH - 12613 -
MÉXICO 10131 -
URUGUAY 10020 -

México y Uruguay Cuestionan a la Comisión de DD.HH.

SANTIAGO DE CHILE, 7 (EFE).— México y Uruguay cuetionaron con argumentos similares ante la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), que se celebra en Santiago, la capacidad de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de entrar a juzgar leyes internas de los países.

Las observaciones planteadas por México y Uruguay ponen de relieve, según distintas fuentes consultadas por EFE, "dos formas diferentes de ver cuál es el papel futuro de la Comisión de Derechos Humanos en cuanto a la consideración de las leyes internas de cada país en aquellos asuntos que pudieran constituir una violación de derechos humanos".

Tanto México como Uruguay expusieron por distintas razones su convencimiento de que la Comisión Interamericana de Derechos Humanos no puede entrar en los asuntos internos de los países.

La CIDH instó en su último informe al Gobierno de México a "adecuar la legislación interna del país" para que se garantice debidamente el ejercicio de los derechos políticos y electorales de los ciudadanos de Nuevo León que denunciaron ante la CIDH irregularidades en la ley electoral del estado.

El embajador de México, Santiago Oñate, rechazó el jueves "íntegra, total y definitivamente" la pretensión de los demandantes y, a pesar de que reiteró su "profundo respeto" por el trabajo de la CIDH, consideró que la forma y el fondo del caso presentado "lo hacen judicialmente nulo y supone una intervención en los asuntos reservados de mi país".

Didier Opertti, embajador de Uruguay ante la OEA, diferenció entre "protección" y "promoción" de los derechos humanos y en su intervención subrayó que la "recomendación" que a menudo hace la CIDH es una práctica que se queda a mitad de camino entre el "deber" y la "opinión".

Advirtió que la CIDH debe evitar "entrar en terrenos en los que no se debe entrar" y aseguró que "el Estado Uruguayo no ha entregado las facultades indelegables para dictar leyes a nadie" y "nunca jamás lo hará".

En su opinión, el alcance de la CIDH es "limitado, específico y acotado".

El embajador de Barbados, William Douglas, discrepó de las afirmaciones de sus colegas de Uruguay y México y afirmó que "la consideración de las leyes nacionales que presuntamente violen los derechos humanos por parte de la CIDH, es inevitable".

A juicio de Douglas, que estuvo en la misma línea que el expresado por Estados Unidos, la CIDH no puede convertirse en juez pero "sí está autorizada a dar la opinión sobre la leyes nacionales" y esa opinión, dijo, "no solamente es válida sino que es muy importante".

01.01

9108253

TIPO DE DOCUMENTO .....
TITULO XXI Asamblea de OEA: CLAUSURA DE REUNIÓN
PROCEDENCIA El País 150007-
FECHA DE PROCEDENCIA 91/6/21
VINCULACIONES OEA AS. GRAL. 12612-
CHILE 65709-
GUYANA 10086-
BELIZE 10039-

Canciller Uruguayo fue Encargado de Clausurar Reunión

El canciller uruguayo Héctor Gros Espiell –a pedido expreso de los estados miembros de la Organización de Estados Americanos (OEA) fue el encargado de clausurar este sábado la XXI Asamblea de la Organización Interamericana celebrada en Santiago de Chile.

Efectuando un balance de una semana de actividades Gros expuso lo que a su juicio constituyeron los puntos más salientes del encuentro interamericano.

Dijo que "la OEA ha salido fortalecida en ocasión de celebrarse la mayor asamblea realizada en la historia de la organización. Tras la reciente incorporación de Guyana y Belize".

El jefe de la diplomacia uruguaya analizó luego la relevancia del llamado "compromiso de Santiago", que fija las pautas para la consolidación democrática regional, al tiempo que subrayó la resolución referente a la defensa de la democracia en caso de interrupción del sistema institucional en algún estado miembro, aunque respetando el principio de la no intervención.

Hablando ya no como canciller uruguayo sino a nombre del consenso adoptado en la capital chilena, subrayó la incidencia positiva de la OEA en el esarrollo de la ronda Uruguay del GATT.

Tras destacar la mejora sensible en cuanto a la observancia de los derechos humanos en el continente, hizo un llamado a redoblar los esfuerzos en el tema, y destacó el papel de la OEA en relación a la cooperación tecnológica y científica.

Específicamente se congratuló del renovado apoyo obtenido por la propuesta del presidente uruguayo Luis Alberto Lacalle de crear un mercado común del conocimiento.

Luego de una semana de ajetreadas gestiones diplomáticas, Gross iniciará este domingo, una visita oficial de dos días a Perú, para expresar la solidaridad del Uruguay con la actual situación del país andino.

01.01

9108254

XXI Asamblea Gral. OEA
Sáb 150007-
9/6/91
OEA 500889-
CHILE - 65709-

Respaldo a Lucha Contra Narcotráfico y a la Iniciativa Para las Américas

SANTIAGO DE CHILE, (AP).— La XXI Reunión Anual de la Organización de los Estados Americanos, proclamada como la Asamblea de la Democracia, concluyó hoy sus deliberaciones que dieron fuerte respaldo y protección al sistema democrático, a la lucha contra el narcotráfico y a la Iniciativa de las Américas.

El canciller chileno y presidente de la Asamblea, Enrique Silva Cimma, al hacer un balance de los seis días de debates, calificó la reunión como extraordinariamente positiva.

Nos parece que en esta reunión se ha trabajado con un sentido más ágil, más dinámico, dijo Silva Cimma en una reunión con corresponsales extranjeros antes de la clausura, realizada este mediodía en la sede de la cancillería chilena.

Pero lo importante es que desde el punto de vista de sus contenidos se ha aprobado una serie de resoluciones que evidentemente tienen una proyección no sólo del continente, sino más allá, agregó.

MECANISMO DE REACCION

Entre las Resoluciones mencionadas por Silva Cimma figuran el compromiso de Santiago que proclamó su respaldo a los procesos de consolidación de la Democracia, y que en un acuerdo adjunto acordó medidas para reaccionar conjuntamente ante las alteraciones de los procesos democráticos.

El organismo continental facultó, en ese sentido, al Secretario General para que convoque al Consejo Permanente y éste a los Ministros de Relaciones Exteriores cuando se produzca un golpe de Estado.

El compromiso, sin embargo, fue acordado luego de tres días de complejas negociaciones, como las describió un delegado mexicano.

En materia de narcotráfico, la Asamblea también, junto con reafirmar la lucha contra el consumo y el tráfico de estupefacientes y sicotrópicos, resolvió adoptar normas para combatir el lavado de dinero.

Respecto a la seguridad y al armamentismo en el Continente, una de las últimas resoluciones aprobadas por el Plenario. Los 34 países miembros exhortaron a la comunidad internacional a actuar con sensibilidad en cuanto a las transferencias de armas y de tecnologías relativas a los sistemas armamentistas, en particular con respecto a los países involucrados en una "inminente amenaza de hostilidades o en una acumulación de armas no justificada.

Asimismo, adoptó resoluciones en favor de la protección y preservación del Medio Ambiente.

A la XXI Asamblea de la OEA, inaugurada el lunes por el presidente Patricio Aylwin, asistieron la mayoría de los cancilleres del continente, aunque no estuvo presente el Secretario de Estado norteamericano, James Baker, a quien reemplazó el Secretario adjunto Lawrence Eagleburger, quien reconoció que su país ha cometido errores en el pasado.

Ayer, el embajador norteamericano ante la OEA, Luigi Einaudi, admitió que por fin nos estamos dando cuenta que América Latina también hace parte del Globo.

En su balance de esta mañana, el canciller chileno manifestó que en esta Asamblea la OEA se ha enrumbado hacia una nueva orientación de apoyo a todos los países.

INICITIVA BUSH

Los cancilleres reunidos en Santiago de Chile expresaron sin reservas su apoyo a la Iniciativa para las Américas, hecho que produjo "gran satisfacción" entre la delegación estadounidense.

En los pasillos, se lamentó la ausencia de Cuba, país que a pesar de ser miembro de la OEA está suspendido desde 1962, y se intentó, según constataron en declaraciones a EFE distintos delegados, enviar un mensaje al Gobierno de Fidel Castro para que adopte aperturas democráticas.

Los cancilleres del continente expresaron durante la Asamblea su "compromiso indeclinable" con la defensa y la promoción de la democracia representativa y decidieron "adoptar un conjunto de procedimientos eficaces.

01 . 01

9108255

Nº DOCUMENTO
TITULO XXI / ... - GRAL.
PROCEDENCIA ... & País 150007 -
FECHA DE PRODUCCION 9/6/91
VINCULACIONES ... OEA ASGOA. - 12612 -
CHILE 65709 -
OEA 65671 -

El Continente se Afirma en Camino Democrático

MENSAJE DE OEA A FIDEL: ABANDONAR AUTORITARISMO

SANTIAGO DE CHILE, (por María Luisa Azpiazu) 8 (EFE). - La Organización de Estados Americanos decidió hoy, sábado, en esta capital reforzar la democracia continental y envió un "velado mensaje" al Gobierno de Fidel Castro para que abandone el autoritarismo y se una a la corriente democrática regional, indicaron aquí fuentes diplomáticas.

El embajador de Estados Unidos ante la OEA, Luigi Einaudi, consideró que esta Organización ha mandado a Cuba desde Santiago un mensaje muy claro: "El camino hacia el futuro es la apertura democrática y la convivencia pacífica."

Einaudi reconoció que todos los países miembros de la OEA comparten el deseo de ver el reingreso activo del Gobierno cubano en el seno de la Organización.

Lo que queda por determinar, explicó, es "el momento y el cómo" de la vuelta de Cuba, porque hay que evitar que ese retorno "se convierta en una situación trágica."

La vuelta de Cuba a la OEA debe de llevarse a cabo, según Einaudi, "a través de un proceso evolutivo que rompa la represión interna y la solidaridad antidemocrática" con las organizaciones armadas regionales.

"Los derechos humanos no son respetados en la Cuba de hoy", aseguró Einaudi, quien indicó que el Gobierno cubano, suspendido de su participación en la OEA desde 1962, se está "automarginando de la Organización con su ausencia de democracia."

Según el embajador de Argentina, Hernán Patiño Mayer, Cuba debe democratizarse antes de pensar en retornar a la Organización porque "es difícil compartir ámbitos si no se comparten valores."

Patiño indicó que en Santiago se han puesto de relieve una serie de "valores comunes" en un hemisferio en proceso de "unificación, integración y diálogo no distorsionado por las ideologías."

El canciller de Ecuador, Diego Cordovez, puntualizó, por su parte, que es el Gobierno de Cuba el que debe solicitar que le sea levantada la suspensión y, dijo que "hasta el momento no lo han hecho."

Cordovez reconoció, no obstante, que los países miembros de la OEA desean que "Cuba se aproxime al sistema interamericano y a los esfuerzos de concertación política que hay en América Latina."

Su colega de Costa Rica, Bernd Niehaus, que junto con la ministra de Relaciones Exteriores de Canadá, Margaret McDugall, fueron los únicos que llevaron el problema cubano al interior del salón de plenarios de la Asamblea, afirmó que "los anhelos de la democracia en Cuba deben ser anhelos hemisféricos y la causa de la democracia en la isla debe ser otra vez causa de las Américas."

Sin embargo, puntualizó que "el proceso que lleve a Cuba de nuevo a la democracia, además de ser pacífico, debe ser conducido por y para todos los cubanos, con absoluto respeto a su derecho de autodeterminación."

PROXIMA CUMBRE

En otro orden de cosas, la Primera Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno que se celebrará en la ciudad mexicana de Guadalajara el 18 y el 19 de julio próximo, tiene como fin analizar los procesos de integración de América Latina, reveló hoy, sábado, a EFE una fuente vinculada a la reunión.

En la cumbre, en la que participarán 23 jefes de Estado y de Gobierno de América Latina, España y Portugal, se buscarán nuevos mecanismos de cooperación y desarrollo político, económico y social, y se analizarán los aspectos de la inserción latinoamericana en el mundo actual, indicó la fuente.

También se estudiarán asuntos culturales y de vigencia del Derecho Internacional, que serán incluidos en una declaración final.

Según la fuente, la reunión debe incorporar los puntos de vista de sectores amplios de las sociedades latinoamericanas

Señaló que éste es un encuentro de reflexión y diálogo que permitirá traducir la fuerza de la comunidad cultural en una voluntad de cooperación

91082564

Nº DOCUMENTO
TITULO Integración aduanera versus económica
PROCEDENCIA Re Mañana 15001
FECHA DE PROCEDENCIA 17/6/91
VINCULACIONES OCDE 12718
ALADI 12633
CEE 12640

Armonización de las aduanas

Integración aduanera versus económica

Trabajo de Oswaldo da Costa e Silva

En setiembre de 1947, los Gobiernos representados en el Comité de Cooperación Económica de la antigua OECE, y después Organización para la Cooperación Económica y Desarrollo (OCDE), en declaración hecha en París, luego de haber considerado la posibilidad de constituir entre los países europeos una o varias uniones aduaneras, decidieron crear en Bruselas un grupo de estudio para el examen no sólo de los diversos problemas que emanarían de ese proyecto, sino también de las medidas necesarias para su realización. Nacía así el Grupo de Estudios para la Unión Aduanera Europea, que desarrolló sus actividades a lo largo de 1948 y 1949.

01- 02

91082577

AL Comité Aduanero de ese Grupo de Estudios, integrado por un Servicio Arancelario, cupo el cumplimiento de las tareas específicas, o sea la confrontación de las técnicas aduaneras de los diversos países con miras a promover su uniformidad, por ser la principal exigencia de la unión aduanera. En ese sentido, además de preocuparse por los diversos aspectos de reglamentación aduanera, ese Comité Aduanero concentró sus esfuerzos en la concepción de una nomenclatura aduanera unificada y de una definición común del valor aduanero.

Al concluir sus actividades, ese Grupo de Estudios sustentó que, cualquiera fuese la secuencia de la idea de unión aduanera, convendría, además de consagrar los resultados ya obtenidos en materia de nomenclatura y de valores aduaneros, hacer efectivas otras medidas de ese orden en los varios campos de técnica aduanera.

Y como consecuencia de esa propuesta, vieron la luz, firmadas en Bruselas el 15 de diciembre de 1950, tres Convenciones: sobre la Nomenclatura en los Aranceles Aduaneros, sobre el Valor Aduanero de las Mercaderías y, finalmente, la que instituye el Consejo de Cooperación Aduanera, al cual los países otorgaron la misión fundamental de "asegurar a sus regímenes aduaneros el más alto grado de armonización y de uniformidad y, muy especialmente, estudiar los problemas inherentes al desarrollo y al progreso de la técnica aduanera y de la legislación correspondiente".

Con una exposición así resumida de las tareas del Grupo de Estudios para la Unión Aduanera Europea, queda destacado el elevado nivel de sus técnicos, suficientemente capaces como para convencerse de que la integración aduanera está formalmente vinculada a la integración económica. Sin embargo, ese tan legítimo convencimiento dejó de inspirar a los redactores de los actos internacionales de los procesos de integración actualmente en desarrollo.

En efecto, el análisis de estos actos internacionales confirma evidentes debilidades en relación a la integración aduanera, que alcanza su punto culminante con el proceso de armonización de la legislación aduanera. Y esas debilidades, menores en el Tratado de Roma, son absolutas en los Tratados de Montevideo de 1960 y 1980.

El Tratado de Roma

A pesar de sus pocas disposiciones de carácter aduanero, se procupó mucho por constituir una unión arancelaria (etapa resultante de la aplicación por todos los países de un arancel aduanero común), no obrando de igual forma en lo que se refiere a la unión aduanera, lo que obligaría a concebir normas para la consecución del proceso de armonización de la legislación aduanera. De hecho, a propósito de ese trascendental proceso, se limita el Tratado de Roma a estos términos, desprovistos de fuerza vinculadora: "Antes del fin de la primera etapa, los Estados miembros proceden, en la medida necesaria, a la aproximación de sus disposiciones legales, reglamentarias y administrativas en materia aduanera. La Comisión encaminará a los estados miembros todas las recomendaciones para ese fin".

En relación a los Tratados de Montevideo de 1960 y 1980, como es sabido, no hay ninguna disposición respecto de la integración aduanera y, en consecuencia, un total silencio en cuanto a la armonización de la legislación aduanera. Y eso -cabe destacar- a pesar de que los dos Tratados se hayan orientado en el sentido de alcanzar la etapa del mercado común, a la cual es imposible llegar sin la observancia de una integración aduanera.

Con el transcurso del tiempo se produjo una previsión de esas exigencias, que no podrían estar limitadas tan solo a la momenclatura aduanera, a la definición del valor aduanero y a las normas de origen de las mercaderías. Ello ocurrió con el advenimiento de la Resolución 73 (III) de la Conferencia de la ALAC de 1963, más tarde sustituida por la Resolución 1000 (IV) de la Conferencia de 1964.

Ambas Resoluciones se preocuparon de las condiciones necesarias para la etapa del mercado común prevista en el Artículo 54 del Tratado de Montevideo de 1960. En ese sentido, la Resolución 100 (IV) se refiere al programa de trabajos relativo a algunos temas de técnica aduanera. Ese programa, sin embargo, sólo adquirió alguna importancia en lo que concierne a los regímenes aduaneros especiales, a partir de 1971.

Adviértase que la preocupación por algunos aspectos aduaneros de la integración puso de manifiesto su valor cuando se aprobó, en 1965, en la Comisión Asesora de Política Comercial, un documento sobre "La armonización de las legislaciones aduaneras nacionales y el proceso de integración regional", que reprodujo, ipsis litteris, el Programa de la Comunidad Económica Europea en Materia Aduanera, presentado a su Consejo en agosto de 1963.

A propósito de esa y de otras iniciativas de la ALALC de encaminarse en el sentido de la integración aduanera, es lamentable que, a falta de una disposición que imponga su adopción, los trabajos que sustenten las normas para la armonización de la legislación aduanera han quedado dependientes del interés de los países de aceptarlos o no, lo que evidentemente les resta toda eficacia.

A pesar de la imposibilidad de alcanzar sus objetivos, la ALALC tuvo algunos aspectos positivos como, por ejemplo, el uso generalizado entre sus países miembros de derechos aduaneros *ad valorem* y de la Nomenclatura del consejo de Cooperación Aduanera. Eso es particularmente significativo si se recuerda el panorama inicial de las actividades de la ALALC, cuando los países hablaban un lenguaje aduanero diferente, dificultando hasta la elaboración de estadísticas y las negociaciones arancelarias, lo cual llevó a la institución de la Nomenclatura para la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (NABALALC).

ALADI y experiencia de CE

Como quiera que sea, tan pronto se disponga a crear las condiciones necesarias e indispensables para las etapas superiores de su proceso de integración, la ALADI tendrá a disposición todo el acervo de experiencias de las Comunidades Europeas que, enfrentando varias dificultades antepuestas al desarrollo de sus trabajos en el campo de la armonización de la legislación aduanera, concibe con elevado padrón técnico y acentuado carácter modernizante todo un conjunto de instrumentos que a largo plazo compondrán su Código Aduanero.

Y para recuperar el tiempo perdido, y realizar la obra por los principios de la integración aduanera, será menester que la ALADI modifique el Tratado de Montevideo 1980 con disposiciones que aseguren el real cumplimiento de lo que sea aprobado en el campo de la armonización de la legislación aduanera, en la certeza de que, sin esas normas, se enfrentará con las dificultades que hasta hoy entorpecen a la Comisión de las Comunidades Europeas. Y con base en esas nuevas disposiciones corresponderá elaborar un amplio programa con previsiones precisas de todas las materias a ser consideradas.

En ese sentido, sin duda, se podría revivir el programa inicial de la Comunidad Económica Europea, transcrito por la Comisión Asesora de Política Comercial de las ALALC que, por su calidad, puede ser mantenido a pesar de sus casi treinta años. Además, ante el valor modernizante de los instrumentos que vienen siendo concebidos por las Comunidades Europeas, sería sumamente beneficioso para la ALADI si, desprovista de autosuficiencia, se inspira en ellos, para lo cual será suficiente y necesaria la humildad de espíritu de los técnicos encargados de esa tarea. Y para esa obra hay otros elementos de inspiración, como todos los trabajos del Consejo de Cooperación Aduanera, en particular la valiosa Convención Internacional para la Simplificación y la Armonización de los Regímenes Aduaneros, que consolida con amplio perfeccionamiento todo cuando realizó hasta hoy aquel organismo internacional.

Considérese que, para su eficacia, las nuevas disposiciones del Tratado de Montevideo 1980 deben fijar plazos y prioridades, con indicación de los instrumentos a ser concluidos antes de la etapa de la unión aduanera, que ciertamente antecederá a la del mercado común. Y, más que nada, al prever el acto que comprenderá las normas de armonización de la legislación aduanera, deberá establecer que se trata de un acto obligatorio en todos sus elementos, a ser aplicado directamente por los Estados miembros, vale decir: deberá ser inserto como tal en su derecho interno.

Las Comunidades Europeas, de acuerdo con el Artículo 190 del Tratado de Roma, se valían de reglamentos para los instrumentos referentes a casos de uniformización y de directrices para los demás casos. Sin embargo, ante sucesivas divergencias entre directrices y legislaciones nacionales, se decidió pasar a adoptar, sin excepciones, reglamentos, y sustituir paulatinamente todas las directrices.

Los objetivos

Es reconocido que el objetivo de la armonización de la legislación aduanera es atender las exigencias de la unión aduanera, sustituyendo los territorios aduaneros de cada país miembro por un territorio aduanero único, con miras a la libre circulación de mercaderías y donde pasará a aplicarse un arancel aduanero común. El proceso de armonización proporciona otros relevantes beneficios adicionales, tales como:

a) Modernización de la legislación y administración aduaneras: El proceso de armonización no debe desarrollarse necesariamente a la luz de la compatibilización de las legislaciones nacionales. Al contrario, debe adoptarse el criterio de modernización, para así concebir instrumentos más acordes con la época actual. Y eso es, en América latina, particularmente importante: hay legislaciones aduaneras de las Comunidades Europeas, lo que le confiere características poco comunes de modernismo, jamás antes admitido.

Así también es modernizante la administración aduanera, que igualmente debe ser armonizada para ajustarse a toda una nueva legislación a ser aplicada con criterios uniformes.

b) Simplificación de las formalidades aduaneras. Armonizada la legislación aduanera, es necesario que se simplifiquen las formalidades aduaneras, a la luz de criterios raçionales, con una exacta previsión del punto y de la medida en que deberán ser efectuados los controles aduaneros, al contrario de la norma superposición de controles que por eso carecen de menor eficacia. Y esa simplificación, por deber ser cumplida en todos los países miembros, tiene las mejores condiciones de neutralizar cualquier obstáculo artifical a los intercambios comerciales. Como ejemplos pueden citarse los Reglamentos Nros. 678 y 679 de 1985 del Consejo de las Comunidades Europeas, vigentes a partir del 1° de enero de 1988, relativos, respectivamente, a la simplificación de las formalidades en el intercambio de mercaderías en el interior de la Comunidad y a la implantación del modelo de formulario a ser utilizado en ese intercambio.

Creemos que en estas líneas está someramente diseñado no solamente el perfil del proceso de integración aduanera, sino también la naturaleza de sus efectos en el ámbito del proceso integracionista, el cual no podrá alcanzar sus objetivos sin estar subordinado a la integración aduanera. ■

02-02

9108257

Sectas agobian a la Iglesia Cat. en A.L.
Busqueda 150004
020591
12773

La gente desea más religión

Las sectas agobian a la Iglesia Católica en América Latina

La Iglesia Católica está perdiendo feligreses en Latinoamérica. Más de la mitad de los apostólicos romanos viven en esta región del mundo, pero el Vaticano pierde terreno frente a los puritanos pastores evangélicos. El protestantismo evangélico es la religión de mayor crecimiento en el continente hispanoamericano.

Las sectas pentecostales que ofrecen la cura y salvación crecen como hongos en todas las esquinas, —particularmente en Brasil—, incluso han penetrado las comunidades indígenas.

A medida que se aproxima la celebración de los 500 años del descubrimiento de América, fecha en que el Vaticano espera celebrar la evangelización del continente, las voces en contra de la Iglesia se acentúan. Las poblaciones indígenas de la región —además de muchos "latinoamericanistas"— consideran que la Iglesia fue genocida, que robó tierras y riquezas a los indios. Algunos van más allá y sugieren que sea sometida a un "tribunal popular".

En una reciente reunión de cardenales en Roma, se estimó que aproximadamente 30 millones de latinoamericanos pertenecen ahora a sectas protestantes. El número de católicos en Brasil, tradicionalmente el país más católico del mundo, decayó en un 10 %.

Una de las razones del éxito de las sectas es la escasez de sacerdotes católicos. En Brasil solo hay 14.000, menos de uno cada 100.000 habitantes.

"Yo creo que la debilidad de la Iglesia Católica es un factor más importante que la fuerza de estas sectas", dijo el Obispo Moacyr Grechi, de la diócesis de Acre en el Oeste brasileño. "Donde no damos asistencia, ellos entran".

Algunos creyentes dicen que les gusta la vivacidad de los himnos y los servicios de las sectas protestantes. Muchos otros se sienten atraídos por las transmisiones evangélicas en la televisión.

Hace un par de semanas, los obispos brasileños discutieron sobre cómo enfrentar a la competencia durante su reunión anual. Concluyeron que la gente desea más religión, no menos, y decidieron que debían reflotar algunas de las prácticas más tradicionales de la Iglesia: los milagros, las curas, procesiones e imágenes.

El Obispo Sinesio Bohn señaló que las sectas callejeras, con sus sesiones de curas y exorcismos, responden a la necesidad desesperada y no atendida de bienestar y asistencia médica. Algunos clérigos dicen que los evangélicos tratan más efectivamente con los problemas personales de sus adherentes. **(En base a artículos de "The Guardian" y "Scripps Howard News Service" - Especiales para *Búsqueda*)**

01.01

91 08258

Entrevista con el padre sobre sectas
LA REPUBLICA 150025-
25-06-91
Sectas 13773-
Iglesia 500777

Entrevista al padre Eliu el problema de las sectas

delegado de la Santa Sede para en el continente latinoamericano

- "El fundamentalismo del pentecostalismo es uno de los que más avanza"
- "Nosotros no hablamos a la inteligencia del individuo, no estamos acostumbrados a tocar las emociones"
- "El Informe Rockefeller aconsejó al gobierno de Nixon enviar sectas fundamentalistas"

01 . 05 91 08259

En el extensión de Malvín Norte se halla la iglesia de Belén y ahí un hombre, sacerdote de vocación, dirige la parroquia, oficia misa y dirige la escuela parroquial: el padre Elizaga. Pero no es un cura común, su misión va más allá de los límites del populoso barrio, de la ciudad, del país y se extiende por todo el continente latinoamericano. El padre Elizaga es el delegado de la Santa Sede para el diálogo interreligioso en América Latina, lo que en lenguaje llano y corriente significa que es el hombre designado para atender la creciente problemática de las sectas religiosas. El cronista de LA REPUBLICA concertó una entrevista con el sacerdote y una tarde húmeda y calurosa tocó a las puertas de la parroquia. Reinaba un inusual silencio en la calle y el mismo padre Elizaga abrió la puerta. A continuación la primera parte de una larga charla, sostenida fundamentalmente por el verbo entusiasta del sacerdote que habló sin descanso durante más de dos horas, con un retrato de Artigas a su espalda, desde su escritorio de suave penumbra.

[illegible] -Padre Elizaga, explíquenos, como sacerdote y como teólogo, cómo surgió y se desarrolló la Iglesia evangélica, particularmente en el Uruguay?

-Precisamente hasta el año 1970 había en Uruguay una Iglesia evangélica, pero muy pocos. En la época del Vaticano II comenzaron a llegar grupos no estrictamente cristianos, como los Mormones, Testigos de Jehová, la Iglesia de Adventistas del Séptimo Día. En realidad el fenómeno comenzó precisamente a crecer, por lo menos desde un punto de vista sociológico, cuando después del año 1969 pasó por el Uruguay un [illegible] que [illegible] [illegible] de la Liberación y el Vaticano II, que estaban teniendo [illegible] en América Latina, por otro lado no se le [illegible] [illegible] [illegible]

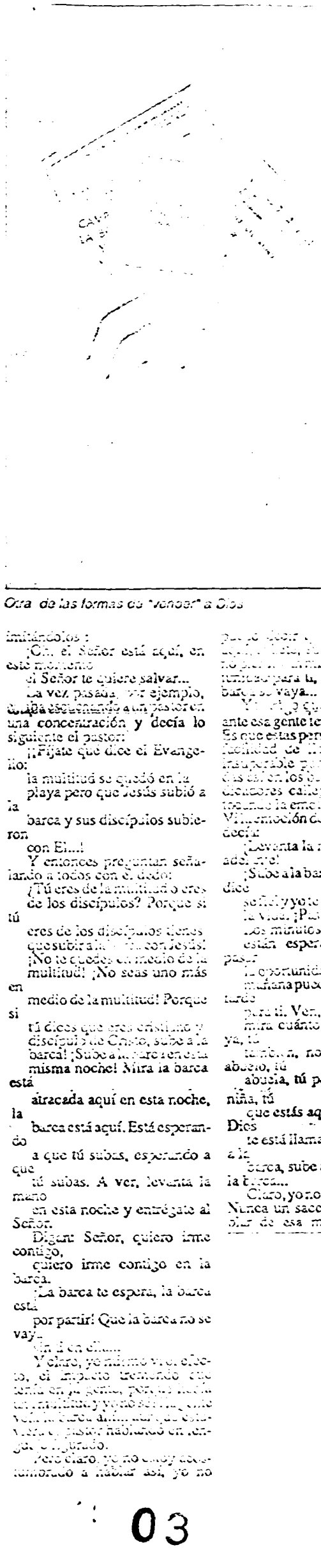
[illegible] católica, [illegible] formación cultural particularmente en Uruguay, [illegible] con Europa y no con Indo [illegible] Nosotros [illegible] relación con España [illegible] de la Nuestra relación fue con el viejo continente y nuestra cultura fue [illegible] años, [illegible] predominantemente francesa [illegible] escuela y en la vida [illegible], el segundo idioma oficial [illegible] el francés; el inglés [illegible] después. Por eso [illegible] hombres, el ser si [illegible] formados en la [illegible] Antes de estudiar [illegible] la Biblia, [illegible] humanísticas, [illegible] ciencias. Entonces [illegible] hacerla manera de pensar y de sentir, cuando [illegible] nos enseñaron [illegible] la lógica, le [illegible] del [illegible] costumbres [illegible] las emociones.

Ven [illegible] que todos [illegible] un lenguaje [illegible] emotivo, [illegible] en [illegible] lo daría así [illegible] y sonrisas.

[illegible] vieron a Jimmy Swaggart [illegible] televisión (y el padre Mizaga amaga a pararse [illegible]) el hombre se para, se [illegible] (y el sacerdote sonríe), hace [illegible], o si no llora (y le [illegible] lágrimas auténticas. En todo un lenguaje al que nosotros no estamos acostumbrados.

-¿El lenguaje de los medios audiovisuales de comunicación?

-Sí, claro, algunos de ellos utilizan los medios de comunicación de una forma notable; yo los he observado, los he tratado y he conversado con ellos, manteniendo un trato personal... Y yo me atrevería que hacer de nuevo para hablar de esa forma. Porque nosotros apelamos: vamos a ser lógicos, vamos a ser [illegible], vamos a inquirir y [illegible] la verdad, pero por este lado, con argumentos. Pero ellos apelan a la sensibilidad y el sacerdote alza los brazos.



Otra de las formas de "vender" a Dios

imitándolos:

¡Oh, el Señor está aquí, en este momento

el Señor te quiere salvar...

La vez pasada, por ejemplo, estaba escuchando a un pastor en una concentración y decía lo siguiente el pastor:

¡Fíjate que dice el Evangelio:

la multitud se quedó en la playa pero que Jesús subió a la

barca y sus discípulos subieron

con El...!

Y entonces preguntan señalando a todos con el dedo:

¿Tú eres de la multitud o eres de los discípulos? Porque si tú

eres de los discípulos tienes que subir a la barca con Jesús!

¡No te quedes en medio de la multitud! ¡No seas uno más en

medio de la multitud! Porque si

tú dices que eres cristiano y discípulo de Cristo, sube a la barca! ¡Sube a la barca en esta

misma noche! Mira la barca está

atracada aquí en esta noche, la

barca está aquí. Está esperando

a que tú subas, esperando a que

tú subas. A ver, levanta la mano

en esta noche y entrégate al Señor.

Digan: Señor, quiero irme contigo,

quiero irme contigo en la barca.

¡La barca te espera, la barca está

por partir! Que la barca no se vaya...

[illegible] en ella...

Y claro, yo mismo viví el efecto, el impacto tremendo que tenía en la gente, porque [illegible] multitud, y yo no sé [illegible] Ven la barca [illegible] que estaba [illegible] pastor hablando en lenguaje figurado.

Pero claro, yo no estoy acostumbrado a hablar así, yo no [illegible] decir [illegible] no [illegible] tenía [illegible] para ti, no [illegible] barca se vaya... No [illegible]

Y [illegible] que [illegible] ante esa gente tengo que decir [illegible] es que estas personas tienen una facilidad de llegar a la [illegible] insuperable porque son [illegible] días están los [illegible] oradores callejeros y [illegible] toda la emotividad. Yo [illegible] Vi la emoción de la gente cuando decía:

¡Levanta la mano y [illegible] adelante!

¡Sube a la barca! Y el Señor [illegible] dice

señor, y yo te entrego [illegible] la vida. ¡Para aquí [illegible] Los minutos van pasando [illegible] están esperando, no dejes pasar

la oportunidad de esta noche [illegible] mañana puede ser demasiado tarde

para ti. Ven, entrega [illegible] mira cuántos están pasando ya, tú

también, no te quedes. Tu abuelo, tú

abuela, tú padre, tú niño, tú niña, tú

que estás aquí en esta noche, Dios

te está llamando. A ver, sube a la

barca, sube a la barca, sube a la barca...

Claro, yo no puedo hablar así. Nunca un sacerdote podría hablar de esa manera. Nosotros

03

9108259

[illegible] el Evangelio, comentaba [illegible] qué cristianos, no [illegible] cómo decíamos que amamos y tenemos rencor en el corazón [illegible] está de acuerdo; [illegible] que tenemos amor y [illegible] nos interesamos o no en el bien del prójimo.

[illegible] de [illegible] pero tengo que [illegible] el que [illegible] a veces cambia la interpretación y la [illegible] hoy, [illegible] a la gente con mucha [illegible].

[illegible] es que [illegible] los [illegible].

¡Cristo le cura todas las enfermedades!

¡Cristo le solucionó el problema económico!

¡Cristo le soluciona problemas familiares!

¡Cristo te cura [illegible]!

Ven aquí, ¡tienes problema!

¡[illegible] quieres [illegible] la salud, quiere verte feliz,

quiere verte prosperar en la vida,

y voy a orar por ti para que el Señor

[illegible], para que consiga un [illegible]

empleo, un mejor trabajo y vas a ver.

¿[illegible]?

Y la gente contesta: sí, sí. Y mucha gente lo logra, porque [illegible] una actitud positiva y piensa: "espero, confío en el Señor". Esto es lo que le llama [illegible] Evangelio [illegible] Jesús mandó a ir con la gente a convivir con la gente, como decíamos, las alegrías y tristezas de la gente. Pero no como ellos que se meten en una cabina de radio o televisión y prueban allí, como hace Jimmy Swaggart, y mandan para otros lugares el Evangelio enlatado, para que lo pasen en todos los países. Pero eso no es el Evangelio. El Evangelio es convivir, decir y conocer del otro, [illegible] testimonio de lo más [illegible]. Dios viene a convertir [illegible] vez sin honestidad [illegible] en el colegio [illegible] pobres [illegible] cristiano. Pero [illegible] el cristo, no hay [illegible] niños.

[illegible] por todos los [illegible] un proselitismo [illegible] y [illegible] de como [illegible] la conversión [illegible] "[illegible] Cristo [illegible], Cristo viene", y la [illegible] Templo [illegible] Yo [illegible] Un día, [illegible] de [illegible] a la [illegible] "En el nombre del [illegible]", como que no hacen los [illegible] esto es una [illegible] si usted quiere [illegible] pero ellos dicen [illegible] después que están [illegible] viene toda una predicación de [illegible], de una conversación. Y yo creo que [illegible] de la cultura, [illegible] en la [illegible] americana, [illegible] cultura [illegible].

[illegible] manifestaciones [illegible] tienen [illegible] hablaba que tenían [illegible] que la Iglesia [illegible] mucho dinero por parte de estos [illegible].

[illegible], pero hay que decir que no [illegible] están en [illegible] no. Dentro del [illegible] no hay [illegible] como las [illegible] de Dios, que son una [illegible] de entre [illegible] [illegible] que [illegible] son pentecostales, los [illegible] hay [illegible]. Pero [illegible] frente a esos [illegible] que tienen [illegible] cualquier [illegible] que se [illegible] el dinero que no [illegible] en [illegible] parte y el tipo empieza por [illegible] su propia interpretación del Evangelio, [illegible] de [illegible] periódico [illegible] comienza [illegible] en las [illegible]. Por [illegible] hay [illegible] Iglesia Universal del [illegible] un [illegible] de [illegible] de Año, [illegible], se repente se llama el "obispo" Macedo. Ahora, ¿quién lo nombró obispo? Nadie lo sabe. ¿Quién lo nombró pastor? Nadie lo sabe. El asunto es que en un plazo de [illegible] años ha fundado [illegible] templos y miles de [illegible] en todo Brasil, y yo los he visitado. El parte de un principio, hay un momento que dice Jesús en la Biblia, cosa que es cierta: "Es más dichoso dar que recibir". Es una manera de decir que es deber cristiano ayudar a los demás. Y ellos lo han tomado como el principio básico de su acción religiosa. Hace poco tiempo escuché una entrevista al "obispo" Macedo, mejor dicho lo vi en la TV Globo, y él decía que el principio "es más dichoso dar que recibir" era el fundamento de su Iglesia, así como la frase de Jesús que dice "da y se te dará", pero esto hay que verlo dentro de la vida normal. Ellos predicen entonces: ¿Ustedes quieren que Dios les dé? Sí, dice la gente. Entonces tienen que dar y hacen una campaña económica ¡que Dios [illegible]!

Y [illegible] voy a [illegible] y [illegible] en el [illegible]. Allí [illegible] por los micrófonos: "Aquí llega el fundador de la iglesia, un aplauso fervoroso", y le presentaban como si fuera un actor de cine. Una vez [illegible], lo primero que hizo fue, [illegible] cuatro veces, preguntar a la gente:

¿Hay fe, [illegible] hay fe?

(Sí, respondía la gente)

Vuelvo a preguntarles, ¿hay fe o no hay fe?

¿Hay fe aquí o no hay fe?

(Sí, respondía la gente)

¡Vamos entonces a probar esa

fe dando una ofrenda para

el Señor de 10 mil pesos!

Tal como digo y lo tengo grabado, lo pude haber filmado y lamento que se me pasó. Y entonces comenzó todo un remate americano:

¡A ver los primeros levanten ese billete!

¡Porque en la medida que ustedes levantan

ese billete Satanás ya comienza a ser destruido!

¡A ver ese billete de 10 mil pesos,

bien en alto!

Y la gente, yo vi, comenzó a buscar, yo vi que la gente se revolvía los bolsillos y levantaba los billetes. Para mí que ya había algunos preparados y levantaban. Pero en determinado momento era imponente y los billetes azules se agitaban sobre las cabezas... pero eso no es todo, pues llegó a decir, y repito la frase textual, porque lo tengo grabado:

¡Los que no tienen papel lo pueden

poner en dólares o en cheques!

Pero más asombrado estaba yo no de lo que decía aquel, sino de la gente. Porque nadie dijo me levanto, me voy. La gente levantaba los billetes. "¡Traéllos aquí adelante", dijo después y la forma de recibirlos era que los volcaban arriba de la mesa y él los metía a dos manos en una especie de caja de papel chip y, cuando se llenaba, unas cuatro personas la llevaban hacia el fondo. Y durante media hora, lo tengo grabado, era un constante agarre, agarre, y decía a toda voz:

¡Esto es un verdadero milagro del Señor!

¡Señor mira la fe de estos corazones!

¿Cómo se manifiesta esta fe? ¡Dando para

el Señor! ¡Porque cuando tú das, estás probando

que realmente tienes fe y el Señor espera

de ti una gran fe en [illegible]!

Pero cuando terminó el asunto de los 10 mil pesos yo dije: bueno, hemos logrado acabar con esto, vamos a ver qué viene ahora:

¡No se desanimen los que no pudieron

dar 10 mil pesos!

¡Vamos a dar una ofrenda de cinco mil!

Y vino una ofrenda por los cinco mil y otra por los tres mil [illegible] a todos sin [illegible]. Y después de todo salió [illegible], con aplausos y nadie dijo ¡qué mal! Yo no sé qué pensar frente a esto, ¿no?

Y este Macedo de la Iglesia Universal del Reino de Dios es exactamente igual: en el video que yo vi de TV Globo, del cual tengo copia, y que está muy bien hecho porque muestra cómo la gente ha hecho la ofrenda y coloca en bolsas de arpillera los billetes. Salen más de cincuenta personas con las bolsas, cargándolas sobre los hombros, todo ese dinero recaudado. Y fue en el Estadio de Maracaná. Imponente, creo que más de 150 mil personas o 200 mil... el estadio totalmente colmado, con la gente en un delirio colectivo. La periodista de la televisión iba [illegible] que la gente hablaba [illegible] sonriendo y [illegible] la [illegible], la periodista hacía [illegible] y todos la ignoraban [illegible] la gente [illegible] y la [illegible] de [illegible] total [illegible] mismo [illegible] a eso... por [illegible] con eso. No [illegible] gente [illegible]

04

9108259

Aquí no [illegible] tantos entonces que frente a las iglesias serias [illegible], como las asambleas de Dios, aparecen una cantidad de movimientos sueltos, que se fundan por doquier, y uno se pregunta: [illegible], ¿esto es una institución religiosa o una institución [illegible]? ¿Qué es? Nosotros podemos diferenciarlos pero no se entrosena a la gente diciéndole: [illegible], cuando que le está mirando. Apelando fundamentalmente a la emotividad.

Jimmy Swaggart decía la otra vez (y el padre Maciel pone cara de compungido):

Otro día fui a la tumba de mi madre...

y abrí la puerta del cementerio y yo estaba.

Me metí y sentí que mi madre me decía:

no hijo, no estoy aquí, aquí está mi cuerpo.

Madre, te oigo...

Y la gente, [illegible] lloraba junto a Swaggart.

Oye hermano, ves lo que decía mi madre.

es lo que el Señor te está diciendo a ti...

Y se le [illegible] lágrimas: es un gran actor, es un actor.

-¿Cuáles son las relaciones entre el catolicismo y el protestantismo?

-Con el [illegible] protestantismo tenemos [illegible] discusiones de carácter teológico pero ahora tenemos cordialísimas relaciones.

El padre Emilio Castro, uruguayo, es el secretario del Consejo Mundial de Iglesias y somos grandes amigos. Es el líder del protestantismo a nivel mundial. La mayoría es gente seria, con otros puntos de vista, con diferencias en algunos aspectos, pero podemos dialogar. Un problema por el que discutimos es el culto a María. Ellos aceptan la maternidad de María, la virginidad de María, todo eso sin inconveniente ninguno, pero ya eso que se le cante a María, que se invoque a María, no. Por lo menos, cuando dialogamos dicen claro: aunque no estoy de acuerdo, veo que es respetable tu punto de vista. Hay argumentos a favor y hay argumentos en contra, como una cosa discutible que se respeta por ambas partes.

Pero estos no:

Si tienes imágenes en tu casa, de

Jesús o de quien sea y si pretendes

que el Señor te salve. ¡Rómpelas!

¡Llega a tu casa, rómpelas, tíralas

al fuego esta misma noche! ¡Si no,

no esperes salvación por parte

del Señor!

Otro punto también importante, como característica de estas sectas es que Jesús viene:

Mira lo mal que está el mundo,

mira la guerra del Golfo, mira

el terremoto en Armenia, son los

síntomas de que Jesús vuelve,

Jesús vuelve, ¿estás preparado

para recibirlo? Ya estamos en los

últimos tiempos, por lo tanto no

hay tiempo que perder...

El insistir en esto del Apocalipsis sin cesar, una y otra vez, generando un sentimiento de inminente catástrofe:

¡El Señor vendrá en un caballo blanco

sobre las nubes del cielo!

Estas son todas mentiras que la Biblia [illegible] del lenguaje de la época, que deben interpretarse, pero ellos lo toman todo al pie de la letra y sus sermones [illegible] de un tinte apocalíptico. Especialmente hablan mucho de la vida eterna. Tocan muy poco la problemática social actual: todas estas grupos pentecostales en general y muchas sectas, no tienen escuelas, como tenemos nosotros, ni policlínicas, ni se preocupan por hospitales, por promoción social alguna, porque total, lo que importa es la vida eterna. Ahora, describen el cielo como si hubieran estado y uno se pregunta cosas que dicen, y yo lo tengo grabado:

¡Porque el Cielo es tan real como es la

ciudad de Nueva York o la de Chicago, y

queda en determinada parte del espacio!

Pero [illegible] el cielo? [illegible] no dice nada de [illegible] de una dimensión [illegible] de la persona humana, y [illegible] pena espiritual, metafísicamente, [illegible] en gran de crisis, [illegible] Todo literalmente [illegible]. Son religiones que te enseñan a vivir pero no a pensar.

Nº. DOCUMENTO
TITULO PIT CNT a la OIT
PROCEDE 1500/T
FECHA 040591
VINCULACIONES OIT - 12597 -
CIOLS 12660
ORIT
URUGUAY - 10020 -

El PIT CNT designó a Silvano y Curbelo a Asamblea de la OIT

EL Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT designó en su reunión del pasado jueves a los representantes obreros que participarán en el encuentro anual de la Organización Internacional del Trabajo (OIT). El ejecutivo de la central sindical analizó la situación que hoy viven los funcionarios públicos. Sobre este punto, ya se estableció que, si el Gobierno no cumple con lo acordado con los Entes y la Administración pública, *"los trabajadores tendrán que movilizarse y junto a ellos lo hará el PIT-CNT"*.

Jorge Silvano, responsable de la Secretaría de Organización de la central, informó a LA MAÑANA que en el encuentro se *"estableció que a partir del próximo miércoles, el Secretariado profundizará en la estructuración de las propuestas lanzadas el pasado 1º de mayo. Nuestro interés es comenzar a materializar ya la jornada prevista para la segunda quincena del corriente mes. La que tiene como reclamos principales la fuente de trabajo, la vivienda y contra los desalojos"*.

"Como lo anunciamos antes de la conmemoración del 'Día Internacional de los Trabajadores', la proclama era el lanzamiento de propuestas que había que profundizar y enriquecer en cada gremio. También, significa un punto de partida de las movilizaciones futuras", subrayó el dirigente sindical.

Consultado Silvano sobre el acto realizado el 1º de mayo, señaló que *"lo consideraba muy positivo. No sólo por la concurrencia, que fue buena. Hay que tener en cuenta que muchos compañeros de ANCAP partieron para Salto y que en Canelones se desarrollaron una serie de actos. De todos modos, y a pesar del mal tiempo, la concurrencia fue mayor a la del pasado año. La gente se fue contenta y con determinadas perspectivas. Esto nos abre nuevos horizontes para el trabajo y la lucha sindical. Ahora es tiempo de aprovechar toda esa expectativa"*, indicó.

"Como ya lo denunciamos, somos conscientes que el Gobierno no cumple con los compromisos que asumió con los trabajadores de los entes y de la administración central. Por lo tanto, el movimiento sindical estará pendiente de esta situación. Si los trabajadores públicos se ven obligados a movilizarse, el PIT-CNT no quedará ajeno a las medidas que se adopten", afirmó.

Delegados a conferencia anual de la OIT

El Ejecutivo del PIT-CNT designó a Carlos Curbelo, del Sindicato de UTE y a un abogado asesor de la central, cuyo nombre se establecerá en las próximas horas.

Silvano informó que *"en caso de que se concrete un tercer pasaje para la parte obrera, el otro representante será Néstor Louise, del Sindicato del Puerto"*. Este encuentro, como ya es tradicional, se realiza todos los años en el mes de junio en Ginebra.

PIT-CNT se reúne con ORIT-CIOLS

El Secretariado se la central se reunirá hoy las 8.30 con una delegación de la regional sindical ORIT, dependiente de la central CIOLS. Este encuentro se realizará en la sede central del PIT-CNT, ubicada en 18 de Julio 2150. ■

040591

01 . 01

9108260

Uruguay podría ser el país de asentamiento de miles de inmigrantes de los países de Europa del este, ante el empuje que se registra en toda Europa por el creciente desempleo en sus países con economía de transición. Así lo conversaron el máximo dirigente de la OIM, señor James N. Purcell y el presidente Lacalle durante un "breve pero fructífero encuentro" en la estancia de Anchorena, según se desprende de la entrevista exclusiva de LA REPUBLICA con el funcionario internacional.

por Germán López

El director general de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), James N. Purcell Jr. visitó Montevideo los días 28, 29 y 30 de abril pasados, en el marco de su primera gira por Latinoamérica desde que asumió su cargo en 1986. Desde el año 1962, cuando recibió su master en administración pública en la Universidad de Syracuse, el señor Purcell ha sido funcionario del gobierno federal de los Estados Unidos, siendo miembro titular del Servicio Ejecutivo Superior de los EEUU; trabajó con la Comisión de Energía Atómica, en 1966 ingresó a la Agencia de Desarrollo Internacional (AID), ejerció en la oficina de Planeación y Presupuesto, dependiente de la oficina ejecutiva del presidente Nixon y luego asumió el cargo de jefe de la sección de Justicia-Tesorería del gobierno norteamericano; desde 1976 ingresó en el Departamento de Estado y en 1979 se vinculó, en el mismo departamento, a la oficina de programas de refugiados. Desde esta época hasta que asumió su actual cargo, el señor Purcell representó al gobierno de Estados Unidos ante el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur), y la misma OIM, antes denominada la CIM.

Durante su breve paso por Uruguay, donde alcanzó a visitar las doradas playas de Punta del Este, entrevistarse con el presidente Lacalle en Anchorena, y con varios ministros y representantes gubernamentales, LA REPUBLICA tuvo la oportunidad de lograr una breve entrevista con el máximo representante de la OIM, gracias a la gentileza de los representantes de la misión en Montevideo.

A continuación el diálogo, con una bella traductora mediante, entre LA REPUBLICA y el alto dignatario:

-Tenemos entendido que ayer (lunes 29) se firmó un acuerdo de cooperación técnica entre la OIM y el gobierno uruguayo, ¿en qué consiste, cuáles son sus objetivos?

-Nosotros firmamos un acuerdo de cooperación técnica entre la OIM y el gobierno del Uruguay que permitirá una variedad de actividades. Estas estarán fundamentalmente relacionadas con los flujos migratorios, la legislación en tal sentido, las políticas y procedimientos de gobierno relacionados con la migración.

-Dada su vasta experiencia como funcionario del gobierno norteamericano, fundamentalmente en el campo administrativo, ¿cómo valora usted el proceso de integración regional denominado Mercosur?

-Yo creo que los procesos de integración son esenciales para los gobiernos del Cono Sur latinoamericano, para poder acceder a mercados competitivos y al desarrollo económico de la región. Este acuerdo permitirá el libre movimiento del comercio e intercambio de mercancías, de las ideas y de la gente. esto promoverá el desarrollo regional y su prosperidad.

-En el tema de las migraciones mundiales, es significativo el fenómeno de las migraciones masivas desde los países del este europeo hacia los de Europa Occidental. ¿Cómo ve la OIM este proceso y qué políticas implementa?

-En el último año hemos visto movimientos verdaderamente revolucionarios, hemos visto que sistemas políticos que prohibían el libre movimiento de personas y el desarrollo de la democracia han desaparecido, y han sido sustituidos por otros sistemas que en cambio impulsan la democratización y el libre movimiento de la gente. Estos procesos de reestructuración económica y política se realizan de tal forma que los gobiernos toman medidas de reforma en el ámbito económico de tal forma que industrias y comercios que se han convertido en obsoletos serán reemplazados por otros que serán más eficientes. Y a medida que se realiza este proceso se tiene como resultado la eliminación de puestos de trabajo de algunas personas que viven en estos países del este europeo. Los gobiernos de la región, obviamente, están tratando de crear puestos alternativos a estos que desaparecen, pero lógicamente, en este proceso va a haber una dislocación importante. Los gobiernos de Europa occidental están estudiando estos problemas de dislocación económica y sobre cuáles serán las diferentes formas de asistencia. Con esto se busca evitar estas migraciones masivas...

-¿Pero, cree usted que se podrán evitar?

-Evidentemente, a pesar de esto, va a haber cierto tipo de migración, y los gobiernos de Europa toda, están tratando de implementar sistemas para evitar los efectos distorsionadores que producirían tales migraciones en masa.

-¿De qué tipo de medidas estamos hablando?

-Bueno, le digo que al respecto yo hablé con el presidente de la República del Uruguay, Luis Alberto Lacalle, y con representantes del gobierno, para ver las posibilidades de arreglar la migración, a países latinoamericanos como este, de personas provenientes de Europa Oriental. Estas personas podrían ser utilizadas en forma provechosa por sus conocimientos. Creo que esto es indicativo del tipo de acciones que se podrían tomar en una región, que está atravesando una etapa de cambios económicos, como esta.

-¿De qué países del este europeo provendrían tales inmigrantes y de dónde vendría la financiación a este programa?

-En este punto todavía no hemos entrado en temas específicos con respecto a cuáles serían estos países de procedencia. Si hemos entablado conversaciones con los países de Europa Oriental y vamos a continuar estas discusiones. Pero en este momento lo que estamos estudiando es si este proceso migratorio sería factible, en primer lugar, y en segundo lugar estamos en la búsqueda de esos fondos para realizarlo. Pero por ahora no tenemos datos específicos respecto a cuáles serán estos países.

-Pasando a otro punto. Tras la guerra del Golfo Pérsico ha tomado singular relevancia la situación de los miles de refugiados, del éxodo de los kurdos en Irak. ¿Cuáles son las políticas de la OIM al respecto y cuáles son las perspectivas?

-Después de la invasión de Kuwait por Irak el 2 de agosto del pasado año, la OIM implementó un programa para reasentar a los trabajadores extranjeros, que tuvieron que abandonar estos países por causa de la guerra, en sus países de origen. Y logramos establecer sistemas con los países vecinos de Irak y Kuwait que permitieron que, por medio de la OIM, 200 mil trabajadores inmigrantes fuesen reasentados. Había también aproximadamente otros 800 mil trabajadores que regresaron a sus países por arreglos hechos por ellos mismos. Tras el fin de la guerra, después que los refugiados kurdos se fueron hacia Turquía e Irán, nosotros hemos establecido una misión en Irak y parte del equipo de las Naciones Unidas que está trabajando en este país. Como usted sabe, las fuerzas de coalición hemos establecido campos en la región norte y en este momento se está alentando a los refugiados que se encuentran en la frontera entre Turquía e Irak a que retornen a sus hogares y por lo que yo sé los primeros vuelos tuvieron lugar ayer (lunes) bajo las fuerzas de coalición, para hacer que estos refugiados kurdos regresaran a los campamentos que habían sido establecidos en el territorio de Irak, donde recibirán asistencia médica y alimentos para paliar su situación. Estos campos de refugiados van a pasar a jurisdicción de las Naciones Unidas. La OIM forma parte actualmente de los equipos de la ONU que trabajan en los campos ubicados en Irak, favoreciendo la repatriación de los refugiados a sus lugares de origen. En este momento pensamos que la solución está muy ligada a temas políticos y no quiero especular en este punto, pero si le puedo decir que la OIM va a seguir siendo parte de este equipo humanitario.

-Tenemos entendido que la OIM estableció un programa en Latinoamérica, particularmente en Centroamérica. ¿Cuál es la situación actual de los refugiados en esta región, específicamente en El Salvador y Nicaragua?

-Bien, nosotros hemos estado trabajando con las autoridades nicaragüenses, en particular con la presidenta Violeta Chamorro para tratar de lograr el regreso los nicaragüenses altamente capacitados que habían abandonado el país en etapas de gobiernos anteriores. Nosotros esperamos que los cambios políticos que han tenido lugar en esta región van a ser duraderos y permitan soluciones más amplias y el desarrollo en el futuro. Nuestros esfuerzos estarán encaminados a apoyar los procesos de reforma que realizan los gobiernos centroamericanos.

-Para finalizar, tengo entendido que este es su primer viaje a América Latina, y por supuesto al Uruguay. ¿Cuál es su impresión de nuestros países, qué imagen lleva del Uruguay?

-Yo pienso que este país es muy hermoso y la gente y sus autoridades me han recibido de una forma amistosa, con una gran hospitalidad. Además he tenido una excelente impresión en el sentido de que el gobierno de este país y los de la subregión están abocados en un proceso de reformas estructurales y económicas que están encarando con gran seriedad la idea de la integración regional. Yo creo que existe el compromiso político para que este proceso pueda llegar a un final exitoso y creo que hay el suficiente entendimiento de parte del público, de la población, sobre la importancia de este proceso para que sea completo. Yo creo que estos países están orgullosos de su historia y sus tradiciones en cuanto al proceso de inmigración, no solamente con respecto al pasado sino que también al futuro. Pienso que la inmigración tendrá que seguir jugando un rol constructivo, para este país y los de la región.

-Muchas gracias...

-Gracias a ustedes.

9108261

01 . 01

Cooperación entre PNUD y ALADI
LA REPUBLICA 150023-
23/5/9,
ALADI, 12633-
PNUD 12587-

Apoyado a la [illegible]

[illegible] Paul Hansbijk [illegible] del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) ante el Comité de [illegible] [illegible]

[illegible] la [illegible] en los objetivos del PNUD y [illegible] expresado a través de una [illegible] relación de cooperación con Aladi, que se inició a comienzos de la década pasada".

Señaló que en la actualidad el PNUD apoya a la Asociación mediante "actividades de cooperación [illegible] Uruguay.

FIGHAR

Doc. poco legible

01.01

91082621

NO SE CONSIGUE SALIDA BUENA EN GATT
LA PRENSA -150026-
04-06-91
GATT 12599-
CEE 12640-

No se consigue una salida satisfactoria para las negociaciones en la Ronda Uruguay del GATT

Por SILVIO LULINSKI

Continúan los denodados esfuerzos de los negociadores por tratar de salvar del colapso definitivo a la Ronda Uruguay del GATT. Después del fracáso producido en la reunión de Bruselas a principios de diciembre del año pasado, se han realizado múltiples intentos por reflotar las negociaciones, en particular los realizados por el [redacted] y por el presidente de la Ronda Uruguay, el canciller uruguayo Gross Espiell.

Próxima a vencer la autorización del Congreso de los Estados Unidos a la administración del presidente George Bush para negociar acuerdos comerciales internacionales, fijada hasta fines de mayo, las dos cámaras legislativas aprobaron una prórroga de dicha autorización. Esto reviste importancia para la rapidez en la aprobación de los tratados que se suscriban.

En efecto, con la ampliación del plazo otorgado, el representante comercial del presidente, la embajadora Carla Hills, podrá presentar luego ante ambas cámaras del Parlamento norteamericano el resultado final de las negociaciones, que será aprobado o no, pero sin poder introducir enmiendas que podrían llegar a postergar por años la aprobación definitiva.

La decisión legislativa norteamericana trajo alguna tranquilidad entre los negociadores, en particular de los europeos, ya que con ella está asegurada la participación plena de la delegación estadounidense, abriendo posibilidades para una resolución final de la Ronda Uruguay, posiblemente antes de fin de año.

Hace pocos días atrás se reanudó en Ginebra la negociación sobre la liberación del comercio de servicios en el marco del GATT. Ello, pese al estancamiento en el que se encuentran las conversaciones sobre el tema agrícola. Como se recordará, un número de países, entre los que se encontraban los del llamado grupo de Cairns, que integra nuestro país, habían decidido bloquear las negociaciones en los restantes rubros en discusión en la Ronda Uruguay hasta no alcanzar una solución satisfactoria en la cuestión agrícola.

Se ignora si esta reanudación de las negociaciones en el rubro de servicios podrá continuar o si los países que bloquearon las negociaciones persistirán en su actitud de obstruir todo avance en cualquiera de los restantes 14 rubros que integran el temario de la Ronda Uruguay, hasta tanto no se alcance una solución que los satisfaga en el tema de los subsidios a la agricultura.

Actitud de la Comunidad Europea

Recientemente, la Comisión Europea, el órgano ejecutivo de la CEE que integran los ministros de los países miembros, decidió fijar el nivel de los subsidios para este año en similares niveles a los del año anterior. El comisionado de la comunidad para las cuestiones agrícolas, el irlandés Ray Mac Sharry, no logró que se aprobara su propuesta de reducción de ese monto, con lo cual esperaba negociar desde una mejor posición en el seno de la Ronda Uruguay.

Las informaciones que llegan desde Europa dan cuenta que los funcionarios de las áreas agrícolas de los países comunitarios, de nivel ministerial para abajo, siguen asegurando a los representantes de las entidades de productores de sus respectivos países que el nivel actual de los subsidios que reciben no bajará y que, incluso, ellos pueden ser aumentados en el futuro. De hecho, la propuesta del Parlamento Europeo a la Comisión Europea consistió en un aumento sustancial de las ayudas, lo que finalmente no fue aceptado por el órgano ejecutivo.

De modo que la situación actual de las negociaciones en la Ronda Uruguay sobre el tema agrícola siguen en un estado de indefinición. Se pensó en algún momento, recién finalizada la guerra en el golfo Pérsico, que los Estados Unidos usarían el nuevo nivel de prestigio y autoridad que el triunfo les había dado para presionar con mayor fuerza a los países europeos en temas como éste, frente a la actitud dubitativa que mostraron los países comunitarios, salvo excepciones como la de Gran Bretaña. Sin embargo, el tiempo ha pasado y el mayor prestigio y autoridad ganado por los Estados Unidos se ha diluido sin que fuera usado en su beneficio, y en el de sus aliados en la emergencia.

Los observadores europeos son ahora mucho más pesimistas que hace dos meses sobre una posible reducción de los subsidios comunitarios. Incluso el cambio del ministro de Economía francés ha sido tomado como una señal de endurecimiento de la posición de este país en la defensa de sus producciones, entre ellas la agrícola.

Como resultado de todo ello, puede decirse que existe una marcada desorientación entre los observadores respecto de la suerte final que correrá la Ronda Uruguay. Si los países que bloquearon las negociaciones en los restantes rubros de la Ronda Uruguay persisten en su actitud de dureza y no permiten avanzar sin antes resolver la cuestión agrícola, puede adelantarse desde ya el fracaso final de la Ronda y la consecuente desintegración del GATT.

De producirse ello, el comercio internacional se convertirá en un campo de batalla donde los dos colosos en pugna, los Estados Unidos por un lado y la Comunidad Europea y Japón por el otro, usarán cualquier tipo de armas económicas, llevando a la debacle a los restantes países, entre ellos el nuestro, que no cuentan con los recursos ni con la potencialidad para una lucha de este tipo.

01 01

9108263

TITULO: Celebración de Fe Bahá'í
PERIODICO: La Mañana 150015
FECHA: 29.05.91
VIA: SECCIONAL 12773
~~SECCIONAL 12~~ ROU
FE BAHÁ'I

290591 (F-2)

Hoy celebración de Fe Bahá'í

HOY, los "bahá'ís" del mundo y del Uruguay conmemorarán el aniversario de la Ascensión de Bahá'u'lláh, Fundador de la Fe Bahá'í. Desterrado por orden del Imperio Otomano, falleció en 1892 en la ciudad-prisión de Akká, Tierra Santa. Desde su fallecimiento, la Fe Bahá'í se ha difundido en más de 400 países y territorios del mundo y sus escritos han sido traducidos a más de 720 idiomas y dialectos. El Centro Mundial de la Fe Bahá'í y sus Santuarios Sagrados están ubicados en la Tierra Santa. Los bahá'ís en más de 130.000 localidades del mundo, trabajan por el establecimiento de la paz y la unidad en el planeta.

Desde su prisión, Bahá'u'lláh escribió numerosas obras, en las cuales promulgó la igualdad del hombre y la mujer, la paz universal, la armonía entre la ciencia y la religión, la investigación independiente de la verdad, la justicia económica basada en principios espirituales, la eliminación de todo tipo de prejuicio, la educación universal obligatoria, un idioma internacional auxiliar, un tribunal internacional para la mantención de una paz permanente. Bahá'u'lláh enseñó la unidad de Dios, la unidad de la religión y la unidad de la humanidad.

Los bahá'ís creen en las manifestaciones de Dios como educadores divinos, tales como Krishna, Abraham, Moisés, Buda, Zoroastro, Cristo, Muhammad y el Precursor de la Fe Bahá'í, el Báb. Cada manifestación de Dios no solamente reafirma las verdades eternas de la religión, sino que se dirige a las necesidades y problemas específicos de la época en la que aparece. Bahá'u'lláh, la manifestación de Dios para esta época, afirma que ésta es la dispensación de la unidad, cuando la humanidad alcanzará su madurez espiritual y creará una civilización pacífica mundial basada en la justicia y la equidad. "Sois los frutos de un solo árbol", dice él, "y las hojas de una sola rama". ■

01 01 9108264

Media sanción para la venta de inmuebles de las FFAA.
150027
31/5/91
10033
11163
13065
11331

EL TEMA MILITAR COBRA INTERES

POR LA REUNION DE LA OEA

Media sanción para la venta de inmuebles de las FF.AA.

Buenos Aires, viernes 31 de mayo de 1991, Ambito Financiero

La Cámara de Diputados dio ayer principio de ejecución a un reclamo de las Fuerzas Armadas: ***sanción de una norma que asegure que el producido de las ventas de bienes inmuebles en manos de aquéllas, vuelva a los Estdos Mayores de cada una de ellas para su uso y administración.***

Como el proyecto vino desde el Senado con la firma del presidente provisional, ***Eduardo Menem,*** *se descarta que la media sanción que le dará Diputados el miércoles próximo será completada en los mismos términos por la Cámara alta..*

Fue aprobado *en general* ***y tanto César Jaroslavsky (UCR) como José Luis Manzano (PJ) acordaron*** *su tratamiento* ***en particular la semana próxima.*** *Los radicales harán sus observaciones parciales en esa oportunidad. Mientras tanto Simón Lázara (Socialismo Unificado) planteó objeciones y otro tanto hizo Andrés Fescina (Federal).*

El artículo 10 del proyecto de ley aprobado en general establece ***taxativamente que "los recursos"*** *generados por la* ***"venta, permuta, locación, concesión de uso u otra forma aplicable de contratación" irán a "cuentas" del Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea.***

De esta forma los uniformados se asegurarían que esos recursos puedan ser utilizados —por ejemplo— en una inversión que les asegure que no habrá una disminución patrimonial, reclamo que viene desde el gobierno de Raúl Alfonsín.

El artículo 2° establece que el Poder Ejecutivo ***"determinará los organismos de aplicación de esta ley". Ya habría acuerdo para que éstos estén en la órbita del Estado Mayor Conjunto, dependiendo del Ministerio de Defensa.*** *De esta forma se agilizaría el trámite que exige que* ***"anualmente"*** *se eleve a Defensa el detalle de los* ***"inmuebles que tengan asignados en uso las Fuerzas Armadas y que resulten innecesarios o prescindibles para el servicio",*** *con la atribución de señalar el destino que se les quiere dar en la reconversión patrimonial (artículos 3° y 4°).*

• Excepciones

Aun cuando el artículo 6° establece que ***"las contrataciones deberán" hacerse por "subasta pública o licitación pública", se determinan casos de excepción.*** *Estos abarcan al Estado nacional, provincial o municipal; a las* ***cooperativas de vivienda de personal militar o civil de las*** *Fuerzas Armadas, y a propietarios de predios* ***"linderos", cuando el "escaso valor económico" lo justifique.***

El valor de venta o alquiler lo determinará el Tribunal de Tasaciones de la Nación, y el ***"precio del contrato"*** *no podrá ser* ***"en ningún caso"*** *inferior al establecido. Las formas de pago, plazos, constitución de garantías y "demás modalidades" se establecerán en una reglamentación que el Poder Ejecutivo (artículos 8° y 16) dispondrá* ***"en un plazo no mayor de 120 días a partir de su promulgación".*** *De manera que si la semana próxima —en un cálculo optimista— diputados y senadores sancionaran la ley, y el Poder Ejecutivo la promulgara de inmediato, recién hacia fines de setiembre se pondría en marcha la instrumentación de lo establecido por la norma.*

Por su parte el diputado Lázara fundó sus objeciones en que ***"no se ha establecido ni discutido la política de modernización y reestructuración de las Fuerzas Armadas".*** *Tangencialmente coincide con las observaciones hechas por los radicales, en cuanto a que* ***"tampoco corresponde" el uso "irrestricto" de los fondos que se les dará a los uniformados.*** *Que en todo caso* ***esos recursos deberían tener un orden de "prioridades" que contemplen "cuestiones tales como la salud o la educación".***

• Desacuerdo

Los radicales proponen que las sumas a obtenerse se canalicen a través del Ministerio de Defensa, subrayando que lo contrario supondría una declinación del poder de decisión del Ejecutivo. Fue Victorio Bisciotti quien informó la opinión de este bloque señalando no compartir la forma en que se afectarán los fondos, en ***cuentas separadas de cada Estado Mayor de las fuerzas.***

A su turno, Fescina hizo constar que el proyecto aprobado "no establece ningún resguardo para el caso en que los inmuebles involucrados incluyeran edificios y bienes con valor histórico y cultural".

El diputado del Partido Federal también observó que no fue previsto "el impacto ambiental y urbanístico que puedan significar las enajenaciones (ventas) y su posible cambio de uso". En este sentido, Fescina ya había adelantado las dudas que ofrecía la venta de 980 hectáreas en Campo de Mayo (provincia de Buenos Aires), la reserva verde que ese espacio significa en el Gran Buenos Aires y el daño, desde el punto de vista ecológico, que podría inferírsele.

En ambos casos, ***Fescina*** *solicitó se incluyan en la ley, cuando se traten el miércoles próximo en particular, dos artículos adicionales que salven las observaciones formuladas.*

En el tratamiento en general hecho ayer, ***se aprobó el proyecto con los votos del bloque justicialista, la UCeDé y los partidos provinciales.*** *Fue el salteño Roberto Ulloa, candidato a gobernador de aquella provincia por el Partido Renovador Salteño, quien dio el visto buenos en la Comisión de Defensa.*

X

9108265

01/01

Juicio a Carapintadas: investigación a fábrica del TAMSE.
150027
31/5/91
10033 -
11163 -
13065 -
11334 -

Medidas de seguridad en visita de la Cámara Federal

"Carapintadas" en El Palomar y Boulogne

La Cámara Federal realizó ayer una investigación ocular en la fábrica del **Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado** (TAMSE) en la localidad bonaerense de Boulogne. Después se trasladó hasta el **Batallón de Intendencia 601** en El Palomar, complementando las instancias del juicio oral y público que se les sigue a los amotinados militares del pasado 3 de diciembre.

Los camaristas, con su titular **Juan Carlos Rodríguez Basavilbaso** a la cabeza, fueron acompañados por el fiscal adjunto **Sergio Nikilson** y los procesados mayor **Héctor Romero Mundani** (hermano del teniente coronel que se suicidó), el coronel **Oscar Vega** (implicado en la toma de El Palomar) y el mayor **Osvaldo Zacarías**.

En Boulogne los miembros del Tribunal de Alzada recorrieron las instalaciones alrededor de una hora y media. A su término, **Rodríguez Basavilbaso** afirmó que la visita fue **"altamente positiva"**.

Pocos minutos después de las 11 se trasladaron al Batallón 601, frente al Colegio Militar de la Nación, donde nuevamente fue el titular de la Cámara quien precisó que **"se corroboraron algunos testimonios"**.

• Seguridad

Estrictas medidas de seguridad rodearon el traslado de los jueces e inculpados. El recorrido hasta Boulogne y El Palomar fue acompañado por carros de asalto de la Guardia de Infantería de la Policía Federal; grupos especiales de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, mientras que un patrullero de la Federal llevaba a los 3 oficiales del Ejército.

Hoy a las 9 se reanudarán las audiencias. Concurrirán a prestar testimonio, en la vigésima octava jornada, los tenientes coroneles **Roberto Puentes** y **Héctor Baroni**, el coronel **Manuel de la Cruz**, y los mayores **Fernando Rivas** y **Jorge de Malmayne Duppa**.

Ambito Financiero, Buenos Aires, viernes 31 de mayo de 1991

01-01

91 08266

El tema militar cobra interés por reunión de la OEA.

150027
31/5/91
10033
11163
13065
11164
11399
11917

"A. F." 31/5/91

EL TEMA MILITAR COBRA INTERES POR LA REUNION DE LA OEA

Desde el domingo y durante una semana sesionará en Santiago de Chile la Asamblea de la OEA, que tratará la propuesta de Canadá (hecha hace 48 horas) de que países como la Argentina, el Brasil y Chile, muy presionadas por sus sectores militares que declaran que con el ajuste presupuestario "están indefensas". Las Cancillerías desmienten, por su parte, que haya hipótesis de conflictos regionales, pero los militares insisten en recursos para mantener su poder de fuego.

los países del continente estudien un acuerdo militar adecuado al mundo del poscomunismo. Esto planteará una disidencia con las políticas "mansas" que aplican

Estados Unidos presionará al club de los "indefensos"

Escribe
Ignacio Zuleta

"¿Indefensos ante quién?" es la pregunta que angustia a la diplomacia norteamericana a menos de 48 horas de que comience en Santiago de Chile la reunión de la OEA. Allí se tratará el "enunciado" presentado esta misma semana por Canadá para que se discuta la firma de un nuevo tratado de seguridad continental que reemplace al TIAR que murió en 1982 con la Guerra de las Malvinas.

La pregunta se la hacen por la seguidilla de gestos de sobreactuación de sectores militares de Argentina (Ossés y Mozzarelli, por caso), Brasil y Chile que 48 horas antes de la reunión de la OEA hizo una exhibición en Santiago de ametralladoras, carros blindados, fusiles y el dichoso misil Rayo.

Esta contradicción de Estados Unidos detrás de un replanteo del sistema de seguridad continental adecuado a la promesa de paz perpetua y del monobloque posmuro de Berlín y posguerra del Golfo (cuyo exponente para el continente es el embajador ante la OEA, Luigi Einaudi), y un Cono Sur que ve a sus Fuerzas armadas enarbolando la bandera roja de alerta de la indefensión ante sus vecinos, estallará en uno de los debates más importantes de la reunión de Santiago. Puede ocurrir el domingo, cuando se inicie la cumbre con la reunión de cancilleres de todo el continente.

• Adecuación

Lo que bulle detrás de esta contradicción es el único punto pendiente de resolución en el pliego de cuestiones en los países en transición a la democracia bajo el ajuste: el de la adecuación de sus sistemas militares a la orgánica democrática.

Este elemento es indispensable en la agenda de los Estados Unidos y está detrás de todos sus empeños por obligar a países como la Argentina y Brasil a la firma de salvaguardas nucleares (a lo que se oponen cerrilmente), o a la desactivación de armamentos estratégicos (como el Cóndor II).

La posición argentina es clara al respecto, y se pronunció por boca de Guido Di Tella. "No existe ninguna posibilidad de conflicto en la región. Si los militares quieren aumentos de sueldo o rearmarse, van a tener que buscar otro pretexto", dijo ayer al diario "Gazeta Mercantil" de San Pablo. La delegación argentina a Santiago, que encabezará el canciller, lleva una instrucción mínima. Consiste en aceptar el diálogo que pide Canadá, pero aclarando que no figura en un lugar primordial de sus intereses, y que prefiere negociaciones país por país.

La Argentina sabe que sus Fuerzas Armadas miran con recelo todo acuerdo político internacional que suponga algún tipo de vigilancia sobre el sistema militar, y miran con envidia por ejemplo, la importancia que mantiene para este gremio Augusto Pinochet en Chile, que pese al exhibicionismo armamentista también habla de indefensión de su país.

Un ejemplo de ello lo dieron los militares argentinos cuando fustigaron los dichos —luego desmentidos, sólo a medias y por necesidad— del 3 de diciembre (día del "camellazo" de Seineldín) de José Manuel De la Sota en Brasilia en apoyo de la idea de Fernando Collor de Mello de firmar una red de salvaguardia continental del sistema democrático. Lo mismo que pedirán en Santiago Canadá y EE.UU.

La Argentina defiende como un logro, sin embargo, que en el tratado del Mercosur se establece que para pertenecer a él, los países firmantes deben ser democráticos, algo que ya funcionó en el hoy llamado Grupo de Río (o "de los 8"), que expulsó al Panamá de Noriega por no ser democrático y aún no ha ingresado al de Guillermo Endara, por no ser legítimo.

Gestos como los de Erman González en su último discurso o como el del Congreso ayer de satisfacer —por orden del Ejecutivo— la pretensión

01/02

9108267

gremial de los militares de que los fondos por las ventas de inmuebles militares vuelvan a la institución, dicen a las claras que el gobierno argentino no quiere excitar al monstruo y que concede eso a cambio de que haya represión a "camellazos", se traguen el sapo del Cóndor II y mitiguen sus reclamos salariales, pero sabe que un gesto de Di Tella en Santiago que apoye algún sistema que sancione con la moralidad democrática a las instituciones armadas es aún prematuro para la mentalidad de las cúpulas militares.

• Viejo libreto

"Es un problema de cultura militar", explicaba ayer a este diario un miembro del gabinete de primer nivel que diseñó parte de la minuta que defenderá en Santiago la delegación argentina. "Tenemos hombres de armas que están atados al viejo libreto, y el mundo ha cambiado mucho. La discusión sobre el rol de las Fuerzas Armadas en un país democrático es la más importante y debe dejar de ser un lema para los actos de aniversario. Pero eso se llevará a una generación completa de militares", agregó.

Frente a esta actitud remisa de la Argentina, del mismo tono que la de las representaciones chilena (un Aylwin que debe convivir con Pinochet) y brasileña, la actitud de los Estados Unidos, y formalmente Canadá, será más severa, ya que avanzará sobre la discusión de esos mecanismos para evitar retrocesos en los regímenes democráticos de la región, algo indispensable en el mundo posterior a la Guerra Fría y que recuerda a la operación "Tormenta del Desierto", ahora sobre cualquier país que se aparte de la democracia.

Este punto es complementario a las políticas que los Estados Unidos exije al Cono Sur: desarme, desnuclearización, acuerdos para combatir al narcotráfico y la corrupción y el apoyo a sistemas económicos libres y con apertura internacional, pero todo con democracia. La misma fórmula que se quiere exitosa en el Cono Sur a toda costa, porque es la misma que hoy los Estados Unidos deben venderle como buena a los países del Este europeo.

Este elemento está detrás de la energía con que Estados Unidos plantea el pliego de condiciones que tan férreamente impone en todos los países del continente, y a cuyo cumplimiento sacrificará hasta las seguridades que les promete a sus gobernantes predilectos ante la opinión pública.

02/02

9108267

Sortean la clase 73 para el Servicio Militar.
150024
1/6/91
10033 –
11163 –
11301 –
13065 –

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 1° de junio de 1991

Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº	Nº de orden	Sorteo Nº
000	942	050	646	100	720	150	420	200	691	250	443	300	344	350	872	400	912	450	378	500	010	550	241	600	621	650	485	700	451	750	122	800	662	850	271	900	391	950	[illegible]
001	261	051	477	101	611	151	965	201	246	251	409	301	363	351	272	401	958	451	497	501	486	551	366	601	751	651	203	701	149	751	848	801	288	851	407	901	019	951	[illegible]
002	531	052	719	102	690	152	166	202	546	252	633	302	095	352	325	402	634	452	613	502	447	552	873	602	674	652	227	702	086	752	694	802	106	852	725	902	595	952	[illegible]
003	128	053	634	103	874	153	337	203	315	253	533	303	998	353	661	403	049	453	656	503	478	553	069	603	223	653	509	703	810	753	473	803	136	853	284	903	088	953	[illegible]
004	320	054	981	104	506	154	354	204	898	254	703	304	360	354	886	404	204	454	262	504	815	554	617	604	043	654	199	704	458	754	600	804	995	854	428	904	110	954	[illegible]
005	972	055	982	105	124	155	353	205	614	255	927	305	707	355	020	405	911	455	308	505	936	555	098	605	233	655	988	705	618	755	577	805	693	855	986	905	062	955	[illegible]
006	224	056	862	106	962	156	427	206	480	256	402	306	694	356	061	406	322	456	592	506	359	556	790	606	895	656	570	706	935	756	434	806	[illegible]	856	[illegible]	906	[illegible]	956	[illegible]
007	086	057	033	107	175	157	472	207	202	257	593	307	014	357	496	407	256	457	287	507	565	557	882	607	065	657	516	707	857	757	403	807	[illegible]	857	670	907	[illegible]	957	[illegible]
008	648	058	797	108	495	158	530	208	992	258	649	308	453	358	174	408	755	458	079	508	745	558	555	608	672	658	711	708	193	758	429	808	[illegible]	858	[illegible]	908	[illegible]	958	[illegible]
009	654	059	018	109	660	159	908	209	498	259	210	309	384	359	351	409	207	459	281	509	064	559	411	609	045	659	722	709	681	759	188	809	749	859	040	909	318	959	[illegible]
010	954	060	408	110	852	160	273	210	349	260	045	310	699	360	639	410	581	460	450	510	280	560	365	610	194	660	559	710	961	760	817	810	294	860	543	910	819	960	[illegible]
011	149	061	314	111	736	161	575	211	523	261	527	311	242	361	343	411	826	461	943	511	840	561	991	611	542	661	969	711	129	761	903	811	704	861	985	911	162	961	[illegible]
012	099	062	538	112	218	162	724	212	057	262	832	312	630	362	237	412	013	462	667	512	732	562	842	612	938	662	823	712	596	762	285	812	470	862	895	912	985	962	[illegible]
013	742	063	001	113	993	163	824	213	976	263	960	313	609	363	208	413	854	463	860	513	604	563	671	613	023	663	535	713	098	763	251	813	145	863	792	913	146	963	[illegible]
014	941	064	534	114	731	164	768	214	358	264	481	314	158	364	802	414	539	464	820	514	092	564	952	614	042	664	605	714	382	764	344	814	571	864	144	914	587	964	[illegible]
015	389	065	282	115	557	165	619	215	457	265	572	315	393	365	655	415	316	465	326	515	626	565	764	615	549	665	573	715	805	765	084	815	883	865	225	915	413	965	[illegible]
016	455	066	424	116	336	166	511	216	899	266	025	316	737	366	783	416	324	466	968	516	841	566	367	616	274	666	240	716	497	766	405	816	888	866	088	916	487	966	[illegible]
017	736	067	454	117	985	167	855	217	342	267	048	317	369	367	728	417	006	467	910	517	096	567	356	617	766	667	375	717	226	767	780	817	331	867	801	917	080	967	[illegible]
018	431	068	186	118	947	168	157	218	853	268	536	318	379	368	462	418	031	468	231	518	491	568	283	618	876	668	044	718	285	768	311	818	153	868	814	918	039	968	[illegible]
019	277	069	812	119	664	169	715	219	396	269	901	319	757	369	310	419	948	469	845	519	588	569	789	619	800	669	631	719	522	769	235	819	270	869	564	919	516	969	[illegible]
020	463	070	269	120	804	170	232	220	937	270	219	320	115	370	788	420	423	470	699	520	139	570	452	620	404	670	003	720	705	770	552	820	772	870	421	920	752	970	[illegible]
021	643	071	821	121	714	171	182	221	050	271	560	321	865	371	355	421	710	471	695	521	340	571	569	621	321	671	919	721	889	771	778	821	490	871	357	921	259	971	[illegible]
022	524	072	030	122	147	172	503	222	500	272	537	322	448	372	914	422	053	472	133	522	444	572	170	622	587	672	442	722	971	772	364	822	317	872	867	922	348	972	[illegible]
023	487	073	333	123	909	173	302	223	146	273	957	323	918	373	301	423	268	473	806	523	889	573	647	623	004	673	418	723	239	773	187	823	645	873	949	923	313	973	[illegible]
024	769	074	635	124	128	174	959	224	183	274	721	324	816	374	697	424	291	474	666	524	300	574	851	624	338	674	130	724	082	774	483	824	070	874	835	924	210	974	[illegible]
025	172	075	492	125	466	175	663	225	945	275	399	325	164	375	347	425	327	475	007	525	416	575	675	625	385	675	152	725	599	775	748	825	387	875	292	925	610	975	[illegible]
026	622	076	894	126	117	176	334	226	746	276	248	326	933	376	781	426	924	476	972	526	553	576	767	626	717	676	190	726	482	776	112	826	082	876	760	926	414	976	[illegible]
027	206	077	628	127	932	177	512	227	426	277	361	327	735	377	260	427	243	477	733	527	818	577	782	627	052	677	574	727	086	777	244	827	469	877	459	927	891	977	[illegible]
028	556	078	398	128	037	178	515	228	051	278	039	328	009	378	953	428	103	478	205	528	179	578	994	628	750	678	082	728	280	778	331	828	151	878	118	928	587	978	[illegible]
029	847	079	683	129	111	179	997	229	917	279	558	329	583	379	397	429	529	479	532	529	658	579	928	629	181	679	505	729	488	779	270	829	519	879	312	929	967	979	[illegible]
030	217	080	787	130	950	180	109	230	863	280	545	330	389	380	785	430	741	480	676	530	589	580	629	630	659	680	430	730	946	780	161	830	068	880	813	930	915	980	[illegible]
031	464	081	955	131	984	181	520	231	828	281	371	331	904	381	965	431	191	481	132	531	996	581	341	631	906	681	297	731	548	781	413	831	075	881	670	931	541	981	[illegible]
032	644	082	665	132	668	182	328	232	067	282	716	332	276	382	651	432	097	482	858	532	907	582	999	632	234	682	305	732	257	782	077	832	544	882	893	932	410	982	[illegible]
033	038	083	612	133	829	183	160	233	923	283	857	333	461	383	252	433	825	483	401	533	058	583	884	633	665	683	689	733	126	783	630	833	072	883	323	933	484	983	[illegible]
034	759	084	877	134	946	184	089	234	289	284	897	334	974	384	502	434	236	484	332	534	173	584	056	634	288	684	762	734	510	784	770	834	200	884	880	934	298	984	[illegible]
035	295	085	335	135	419	185	436	235	091	285	518	335	229	385	073	435	990	485	893	535	299	585	786	635	521	685	220	735	831	785	951	835	893	885	837	935	846	985	[illegible]
036	799	086	415	136	740	186	468	236	222	286	895	336	706	386	921	436	525	486	129	536	859	586	579	636	908	686	677	736	143	786	201	836	638	886	221	936	980	986	[illegible]
037	075	087	808	137	548	187	376	237	159	287	880	337	712	387	979	437	438	487	867	537	000	587	568	637	637	687	278	737	372	787	141	837	993	887	975	937	669	987	[illegible]
038	116	088	931	138	662	188	682	238	142	288	228	338	087	388	773	438	664	488	740	538	440	588	983	638	309	688	304	738	661	788	148	838	286	888	686	938	041	988	[illegible]
039	060	089	381	139	264	189	564	239	624	289	370	339	504	389	934	439	439	489	879	539	513	589	071	639	875	689	964	739	547	789	435	839	162	889	275	939	929	989	[illegible]
040	623	090	977	140	598	190	357	240	989	290	689	340	966	390	776	440	927	490	730	540	701	590	956	640	727	690	833	740	168	790	101	840	785	890	251	940	385	990	[illegible]
041	140	091	738	141	105	191	494	241	034	291	475	341	235	391	849	441	076	491	184	541	641	591	074	641	567	691	774	741	028	791	214	841	827	891	898	941	966	991	[illegible]
042	970	092	390	142	107	192	114	242	406	292	465	342	676	392	696	442	563	492	795	542	329	592	136	642	212	692	211	742	939	792	167	842	238	892	047	942	920	992	[illegible]
043	896	093	059	143	528	193	303	243	137	293	892	343	235	393	022	443	216	493	678	543	753	593	734	643	123	693	771	743	215	793	586	843	382	893	156	943	423	993	[illegible]
044	585	094	135	144	467	194	830	244	247	294	791	344	445	394	561	444	677	494	178	544	185	594	254	644	078	694	368	744	012	794	678	844	713	894	043	944	177	994	[illegible]
045	339	095	446	145	656	195	640	245	850	295	507	345	594	395	209	445	425	495	903	545	011	595	119	645	054	695	562	745	709	795	704	845	028	895	830	945	517	995	[illegible]
046	590	096	026	146	155	196	807	246	722	296	625	346	761	396	563	446	460	496	102	546	432	596	913	646	702	696	192	746	723	796	377	846	296	896	449	946	338	996	[illegible]
047	745	097	090	147	878	197	566	247	345	297	422	347	580	397	747	447	756	497	726	547	380	597	822	647	636	697	253	747	582	797	479	847	770	897	854	947	558	997	[illegible]
048	809	098	230	148	196	198	554	248	017	298	373	348	729	398	754	448	602	498	346	548	474	598	249	648	394	698	642	748	978	798	083	848	811	898	682	948	815	998	[illegible]
049	664	099	744	149	374	199	754	249	501	299	798	349	325	399	671	449	796	499	348	549	987	599	081	649	708	699	068	749	839	799	526	849	775	899	806	949	780	999	[illegible]

Trascendió en fuentes militares que alrededor del cincuenta por ciento de los conscriptos sorteados se eximiría de esa obligación. El sorteo de ayer en la Lotería Nacional fue distinto a otros. Un numeroso grupo de jóvenes intentó entrar, pero como no había lugar tiraron mesas y sillas, patearon colectivos y gritaron contra los militares.

01/02

9108268

Servicio militar: sortearon la clase 73

Un grupo de jóvenes provocó ayer **algunos incidentes**, en el edificio de la Lotería Nacional, poco antes del comienzo del **sorteo de los integrantes de la clase 1973, que deberán cumplir con el servicio militar a partir del** año que viene. Los **forcejeos, gritos y cánticos hostiles hacia los militares** comenzaron cuando se informó a los adolescentes que esperaban entrar al edificio, **unos 500**, que solo se permitiría el ingreso de **150**.

Los incidentes duraron unos quince minutos y, en medio de los forcejeos de quienes pretendían entrar, mesas y sillas volaron por el aire y algunos **golpearon y patearon las carrocerías y ventanillas de algunos colectivos** que pasaban por la calle Santiago del Estero. Cuando se calmaron los ánimos, algunos jóvenes que seguían el sorteo desde la calle entonaron reiteradamente consignas contra los militares.

♦ **Los disturbios**

"El que no salta es militar", coreaban mientras "flameaban" sus largas melenas —por ahora— desordenadas e interrumpían el tránsito. "No nos pueden obligar a ser el chofer de un militar. La «colimba» tiene que ser optativa", propuso un grupo de compañeros de una escuela de Congreso. "No puede ser que algunos entren al salón y otros no", gritaban enfurecidos.

La respuesta al reclamo llegó de la boca de un policía que custodiaba la puerta: "Adentro hay lugar para 150 personas, y no entra nadie más. No queremos que pase lo

Cuándo entran, cuándo salen

Los jóvenes de la clase 1973 sorteados ayer serán incorporados a partir de febrero de 1992.

Asimismo unos 12.000 jóvenes de la clase 1972 —4.000 más que los inicialmente previstos— se sumarán a incorporarse en estos días.

Ahora, los jóvenes de la clase 1971 que fueron incorporados al servicio en febrero de [illegible] deben entre el 9 y el 31 de julio próximo. Los que [illegible] tendrán el [illegible] de servicio.

Los [illegible] de la clase 1972 que se incorporaron ahora [illegible] en febrero de 1992, o sea que cumplirán [illegible] meses de servicio.

[illegible] pasar a todo el mundo y [illegible].

Casi la mitad de los jóvenes de la clase 1973 **quedarán exceptuados del servicio militar**, según estimaciones de fuentes castrenses. Por su parte, el director de Movilización del Estado Mayor General del Ejército, coronel **Juan Felipe Peltzer**, comentó que "todavía no está definida la cantidad de jóvenes que realizarán el servicio militar obligatorio", pero aceptó que la estimación de un 50 por ciento de eximidos puede ser correcta.

"Esto puede ser así si se tiene en cuenta que actualmente hacen el servicio militar 21 ó 22 mil conscriptos en las tres fuerzas. Todo depende de la decisión del Ministerio de Defensa", explicó Peltzer.

♦ **La revisación**

El 18 de agosto comenzará la revisación médica de los jóvenes de la clase 1973, que será otro elemento clave para definir quiénes se benefician con el "número bajo". Una vez que el ministro **Erman González** defina la cantidad de conscriptos que se incorporarán y el examen médico determine cuántos son los no aptos, se conocerá a partir de qué número de sorteo se concretará la convocatoria.

Quienes se suponen "salvados" no solo comieron grandes cantidades de pizza para festejar. En un barcito de la Avenida de Mayo y Santiago del Estero, un grupo de pibes se encargó de "pelar" a todos los melenudos que sacaron número bajo. "No sé qué hubiera sido peor: hacer la colimba —contó Juan Cruz— o regalarle esta melena, que me costó años de sacrificios, a estos salvajes".

02/02

9109268

Nº DOCUMENTO
TITULO Sorteo de la clase 1973.
PE 150025
F 1/6/91
V 10033
11163
13065
11301

Tumultuoso sorteo de la clase 1973

Forcejeos, gritos y manifestaciones contrarias a las Fuerzas Armadas tuvieron lugar ayer frente a la sede de la Lotería Nacional, donde se realizó el sorteo de la clase 1973.

Los incidentes, sin mayores consecuencias, comenzaron pasadas las 8 –hora de iniciación del acto– en la puerta de Santiago del Estero e Hipólito Yrigoyen.

Por razones de organización sólo ingresaron 130 jóvenes de los casi 600 que aguardaban. El resto fue contenido por la policía. No hubo lesionados ni detenidos.

En protesta, los que se quedaron sin asiento bloquearon Santiago del Estero, dificultaron el paso vehicular y provocaron las consecuentes protestas de los conductores. Algunos jóvenes dieron puntapiés contra colectivos que no detuvieron su marcha.

El sorteo

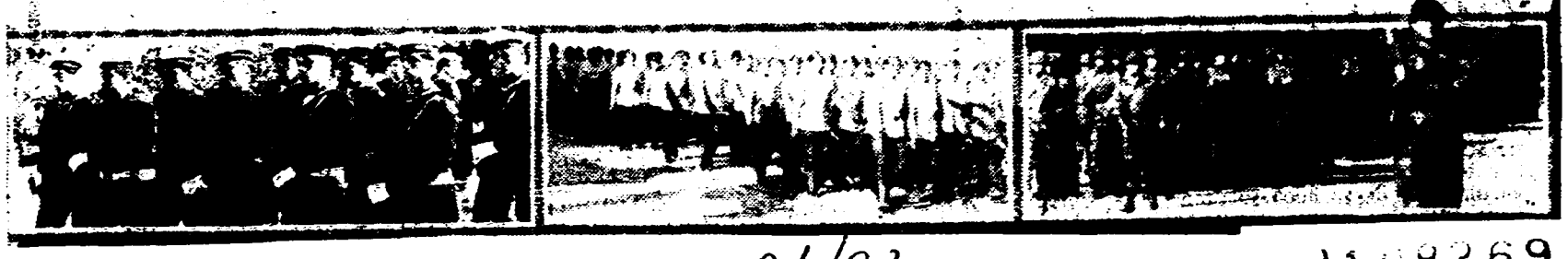
El acto fue presidido a partir de las 8.15 por los coroneles Luis Moreno y Juan Peltzer, y fiscalizado por el escribano general de Gobierno, Eduardo Carranza Vélez.

Peltzer indicó que "aún no está definida la cantidad de jóvenes de la clase 73 que realizará el servicio militar", aunque estimó que la mitad quedará eximida.

En el salón, el sorteo se realizó con normalidad. En la calle, el resto seguía el acto por los altavoces instalados a tal efecto, y cuando eran enfocados por los equipos de televisión improvisaban cánticos alusivos. La calma se restableció a las 10.30.

(Más tal, en la Pág. 9)

Resultado del sorteo de la clase 73



01/02

91 08269

Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.	Nr. de ordem	Sorteio nr.
000	942	050	646	100	720	150	470	200	691	250	443	300	344	350	872	400	912	450	378	500	010	550	241	600	621	650	485	700	451	750	122	800	652	850	271	900	391	950	866
001	261	051	477	101	611	151	965	201	246	251	409	301	363	351	272	401	958	451	497	501	486	551	366	601	751	651	203	701	169	751	843	801	258	851	407	901	019	951	293
002	531	052	719	102	690	152	166	202	546	252	633	302	095	352	325	402	834	452	613	502	447	552	873	602	674	652	277	702	085	752	094	802	106	852	725	902	595	952	024
003	138	053	634	103	874	153	337	203	315	253	333	303	998	353	861	403	049	453	856	503	478	553	069	603	223	653	509	703	810	753	473	803	134	853	284	903	088	953	850
004	320	054	981	104	506	154	354	204	898	254	703	304	360	354	886	404	204	454	262	504	815	554	617	604	043	654	199	704	458	754	600	804	995	854	428	904	110	954	150
005	973	055	982	105	124	155	353	205	614	255	927	305	707	355	020	405	911	455	308	505	936	555	098	605	233	655	988	705	618	755	577	805	693	855	986	905	062	955	578
006	224	056	862	106	962	156	477	206	480	256	402	306	694	356	061	406	322	456	592	506	359	556	790	606	895	656	570	706	935	756	434	806	886	856	803	906	793	956	197
007	086	057	033	107	175	157	472	207	202	257	593	307	014	357	496	407	256	457	287	507	565	557	882	607	065	657	514	707	657	757	403	807	616	857	679	907	306	957	343
008	648	058	797	108	495	158	530	208	992	258	649	308	453	358	174	408	755	458	079	508	245	558	555	608	672	658	711	708	193	758	429	808	395	858	930	908	688	958	964
009	654	059	018	109	660	159	908	209	498	259	210	309	384	359	351	409	207	459	281	509	064	559	411	609	045	659	922	709	681	759	188	809	749	859	040	909	318	959	881
010	954	060	408	110	852	160	273	210	349	260	015	310	499	360	639	410	581	460	450	510	280	560	365	610	194	660	359	710	961	760	817	810	294	860	543	910	819	960	692
011	149	061	314	111	736	161	575	211	523	261	527	311	242	361	743	411	826	461	943	511	840	561	991	611	542	661	969	711	121	761	763	811	784	861	885	911	163	961	210
012	099	062	538	112	218	162	724	212	057	262	832	312	620	362	237	412	013	462	667	512	732	562	842	612	938	662	893	712	596	762	265	812	470	862	055	912	926	962	441
013	742	063	001	113	993	163	824	213	976	263	960	313	609	363	208	413	854	463	800	513	604	563	471	613	020	663	535	713	601	763	251	813	145	863	792	913	113	963	180
014	941	064	534	114	731	164	768	214	358	264	481	314	158	364	802	414	539	464	820	514	092	564	952	614	042	664	605	714	362	764	844	814	571	864	144	914	507	964	508
015	389	065	282	115	557	165	619	215	457	265	572	315	393	365	655	415	316	465	326	515	626	565	784	615	549	665	573	715	805	765	084	815	883	865	225	915	413	965	027
016	455	066	424	116	336	166	511	216	899	266	025	316	737	366	783	416	324	466	968	516	841	566	367	616	274	666	240	716	437	766	405	816	808	866	008	916	607	966	412
017	739	067	454	117	985	167	855	217	342	267	048	317	369	367	728	417	006	467	910	517	096	567	356	617	766	667	375	717	226	767	780	817	331	867	801	917	080	967	653
018	431	068	186	118	947	168	157	218	853	268	536	318	379	368	462	418	031	468	231	518	491	568	283	618	876	668	044	718	285	768	311	818	153	868	814	918	029	968	392
019	277	069	812	119	664	169	715	219	396	269	901	319	757	369	310	419	948	469	845	519	588	569	789	619	800	669	631	719	522	769	255	819	270	869	564	919	516	969	005
020	463	070	269	120	804	170	232	220	937	270	219	320	115	370	788	420	423	470	699	520	139	570	452	620	404	670	003	720	705	770	552	820	772	870	421	920	752	970	865
021	643	071	821	121	714	171	182	221	050	271	560	321	165	371	355	421	710	471	695	521	340	571	569	621	321	671	919	721	869	771	778	821	490	871	352	921	259	971	838
022	524	072	030	122	147	172	503	222	500	272	537	322	448	372	914	422	053	472	133	522	444	572	170	622	587	672	442	722	971	772	364	822	317	872	867	922	348	972	319
023	487	073	333	123	909	173	302	223	146	273	957	323	918	373	301	423	268	473	806	523	889	573	647	623	004	673	418	723	239	773	187	823	645	873	949	923	313	973	926
024	769	074	635	124	128	174	959	224	183	274	721	324	816	374	697	424	291	474	666	524	300	574	851	624	338	674	130	724	002	774	483	824	070	874	835	924	290	974	718
025	172	075	492	125	466	175	663	225	945	275	399	325	164	375	347	425	327	475	007	525	416	575	675	625	385	675	152	725	599	775	748	825	387	875	292	925	610	975	650
026	622	076	894	126	117	176	334	226	746	276	248	326	933	376	781	426	924	476	972	526	553	576	767	626	717	676	190	726	482	776	112	826	032	876	760	926	414	976	383
027	206	077	628	127	932	177	512	227	426	277	361	327	735	377	260	427	243	477	733	527	818	577	782	627	052	677	574	727	036	777	244	827	469	877	459	927	871	977	891
028	556	078	398	128	037	178	315	228	051	278	039	328	009	378	943	428	103	478	206	528	179	578	994	628	750	678	082	728	250	778	131	828	151	878	118	928	567	978	176
029	847	079	683	129	111	179	997	229	917	279	558	329	583	379	397	429	529	479	932	529	658	579	928	629	181	679	505	729	488	779	279	829	519	879	312	929	967	979	700
030	217	080	787	130	930	180	109	230	863	280	545	330	189	380	785	430	741	480	676	530	589	580	679	630	659	680	430	730	944	780	161	830	868	880	813	930	915	980	980
031	464	081	955	131	984	181	520	231	878	281	371	331	904	381	905	431	191	481	132	531	996	581	341	631	906	681	297	731	540	781	417	831	870	881	670	931	541	981	915
032	644	082	665	132	668	182	328	232	067	282	716	332	276	382	651	432	097	482	858	532	907	582	999	632	234	682	305	732	257	782	077	832	944	882	603	932	410	982	486
033	038	083	612	133	879	183	160	233	923	283	837	333	461	383	252	433	825	483	401	533	058	583	884	633	885	683	489	733	126	783	630	833	072	883	325	933	484	983	267
034	759	084	877	134	946	184	089	234	289	284	897	334	974	384	502	434	236	484	332	534	173	584	966	634	585	684	762	734	510	784	779	834	200	884	890	934	298	984	902
035	295	085	335	135	419	185	436	235	091	285	318	335	229	385	073	435	990	485	893	535	299	585	786	635	921	685	220	735	831	785	951	835	093	885	837	935	846	985	388
036	799	086	415	136	740	186	468	236	222	286	195	336	706	386	921	436	525	486	129	536	859	586	579	636	108	686	677	736	143	786	201	836	638	886	291	936	900	986	198
037	075	087	608	137	548	187	376	237	159	287	880	337	712	387	979	437	438	487	887	537	1000	587	568	637	637	687	278	737	372	787	141	837	493	887	975	937	669	987	963
038	116	088	931	138	662	188	682	238	142	288	228	338	087	388	773	438	664	488	940	538	440	588	583	638	309	688	304	738	661	788	148	838	286	888	686	938	041	988	171
039	060	089	381	139	264	189	584	239	624	289	370	339	504	389	934	439	439	489	879	539	513	589	871	639	875	689	964	739	547	789	435	839	167	889	275	939	929	989	046
040	623	090	977	140	598	190	357	240	989	290	489	340	266	390	776	440	127	490	730	540	701	590	956	640	727	690	833	740	168	790	101	840	785	890	551	940	386	990	400
041	140	091	738	141	105	191	494	241	034	291	475	341	035	391	849	441	076	491	184	541	641	591	074	641	507	691	774	741	028	791	214	841	827	891	698	941	966	991	758
042	970	092	390	142	107	192	114	242	406	292	465	342	476	392	696	442	263	492	795	542	329	592	136	642	212	692	211	742	939	792	167	842	238	892	047	942	920	992	576
043	896	093	059	143	528	193	303	243	137	293	892	343	235	393	022	443	216	493	678	543	753	593	734	643	125	693	771	743	215	793	386	843	382	893	156	943	433	993	591
044	585	094	135	144	467	194	830	244	247	294	791	344	445	394	561	444	627	494	178	544	185	594	254	644	078	694	368	744	012	794	673	844	713	894	063	944	177	994	104
045	339	095	446	145	656	195	640	245	850	295	307	345	594	395	209	445	425	495	903	545	011	595	119	645	054	695	362	745	709	795	704	845	021	895	836	945	517	995	777
046	590	096	026	146	165	196	807	246	722	296	625	346	761	396	563	446	460	496	102	546	638	596	910	646	702	696	198	746	723	796	377	846	796	896	449	946	330	996	687
047	745	097	090	147	878	197	566	247	345	297	422	347	580	397	747	447	796	497	726	547	380	597	822	647	636	697	253	747	587	797	479	847	278	897	154	947	550	997	680
048	809	098	230	148	196	198	554	248	017	298	373	348	729	398	794	448	602	498	346	548	474	598	249	648	394	698	842	748	978	798	083	848	813	898	632	948	816	998	016
049	864	099	744	149	374	199	754	249	501	299	798	349	105	399	671	449	796	499	845	549	[illegible]	599	081	649	709	699	068	749	839	799	526	849	775	899	606	949	700	999	190

02/02

9108269

Juicio a carapintadas: revelan plan para secuestrar a E. Menem y a Manzano.

150024
4/6/91
10033 -
11163 -
13065 -
11334 -

[illegible] y la prueba

Dos días antes del alzamiento carapintada, la Secretaría de Inteligencia del Estado [illegible] para secuestrar al gobernador Eduardo Menem y al diputado José Luis Manzano.

Así [illegible] ante la [illegible] del 3 de diciembre [illegible] el público y político que se sigue a los carapintada, el coronel Norberto Chepparri, [illegible] de Inteligencia Interior de la SIDE.

Durante su largo relato, Chepparri explicó, frente a las miradas incrédulas de los integrantes de la Cámara, que ese tipo de información no derivó en tareas de inteligencia ya que los datos sobre temas militares que llegaban a la SIDE eran derivados al Ejército sin siquiera corroborarlos.

El funcionario de la SIDE dijo que el tema del alzamiento del plan para secuestrar a dos importantes figuras del entorno político nacional se elevó en forma al Ministro del Interior [illegible] dijo que [illegible] el hecho, [illegible] ser [illegible]

El coronel Chepparri [illegible] que efectivamente [illegible] los planes de sedición [illegible] tuvo tantas versiones y todo estaba muy confuso. Luego, respondiendo a una pregunta de la fiscalía, confirmó que la SIDE no realizó ninguna tarea preventiva.

Momentos después, y frente a la insistencia de la fiscalía, Chepparri confirmó que la SIDE tenía conocimiento de la [illegible] de un golpe de Estado [illegible] y [illegible] el [illegible] Santa Cruz, [illegible] la mayoría de los [illegible] financiaron parte del alzamiento carapintada.

El testigo recordó que esto lo puso en conocimiento del vicepresidente, Eduardo Duhalde, en [illegible] a cargo del Poder Ejecutivo, y del [illegible] Ministro de Defensa, [illegible] Roberto Romero.

En un instante, Juan Carlos Rodríguez Basavilbaso, presidente de la Cámara, interrumpió al testigo para preguntarle si la SIDE había [illegible] tareas de inteligencia sobre las personas que desarrollaban la [illegible]

Chepparri respondió que no. Luego, frente a la mirada sorprendida del camarista, concluyó: "A nosotros nos llegaba una enorme cantidad de información, y es como la fábula del lobo, uno no sabe..."

PARTES POCO LEGIBLES

X

01-01

No a la esvástica

La juez federal con competencia electoral, María Servini de Cubría, rechazó ayer la pretensión del dirigente nacionalista Alejandro Biondini de agregar la palabra Socialista al Partido Nacionalista de los Trabajadores, que él preside aun cuando esté en formación, y [illegible] el uso de la cruz esvástica como emblema [illegible]

La magistrada de Cubría, extensamente documentada, [illegible] que la denominación adoptada, Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores, por su semejanza visual y auditiva con el nombre del partido y [illegible] que nutrió el Estado nazi de Hitler, y el símbolo de la cruz esvástica, que identificó plenamente [illegible] del Tercer Reich, reconocidamente [illegible] concretamente antisemitas, están prohibidos por la Ley de Partidos Políticos.

91 08270

Atentado a sede de Madres de Plaza de Mayo.

150024

4/6/91

10033

11163

11140

Duro atentado a las Madres

[illegible] las Madres de Plaza Mayo fue asaltada [illegible] por desconocidos, en lo que constituye el [illegible] en los últimos 45 días, denunció ayer la [illegible] Hebe de Bonafini.

[illegible] de derechos humanos dijo además [illegible] los últimos días las madres fueron objeto de [illegible] con un cable de electricidad cruzado [illegible] frente a su sede.

[illegible] los delincuentes se alzaron con [illegible] del archivo y rompieron parte de [illegible].

Según informó Hebe de Bonafini, "no podemos [illegible] en qué momento del fin de semana ocurrió el [illegible], [illegible] desde el viernes".

Bonafini señaló la contradicción existente entre "la [illegible] en que se [illegible] las puertas y ventanas" [illegible] actos por los que res[illegible] "el Gobier[illegible] que acepta [illegible] solo siga [illegible]".

Bonafini destacó la importancia [illegible] el archivo [illegible] que la organización tiene para [illegible] todos los casos [illegible] quienes parte [illegible] la muerte de personas [illegible].

[illegible] copia del archivo, [illegible] su recuperación [illegible] numerosos trastor[illegible].

[illegible] que la [illegible] nuevamente los ataques contra [illegible] —centro [illegible] y testimonios. [illegible] la colocación de un cable de [illegible] — con los [illegible] que le fueron [illegible] horas días pasados al cineasta [illegible].

[illegible] de las luchas protagoni[illegible] un [illegible] que [illegible] las puertas dice en la [illegible].

[illegible] Bonafini, se encuentra [illegible] con [illegible] por el Gobierno como "[illegible]".

[illegible] en Tribunales [illegible] los sucesos anteriores.

PARTES POCO LEGIBLES

4/6/91

= CLARÍN "

01-01

9108271

Nº. DOCUMENTO
TITULO Gral Bonnet visita la Dirección de Instrucción y Educación.
PEC 150025
FE 4/6/91
VI 10033
11163
~~11328~~ 11328
11333

Bonnet estuvo en Campo de Mayo

El jefe del Estado Mayor del Ejército, teniente general Martín Bonnet, efectuó ayer una visita a la Dirección de Instrucción y Educación, con asiento en Campo de Mayo, con el propósito de comprobar el grado de adiestramiento del personal de cuadros.

Bonnet fue recibido por el titular del instituto, general Carlos Rivas, e integrantes de su estado mayor, quienes le expusieron los planes de estudio que se vienen aplicando en la jurisdicción.

El jefe del Ejército recorrió las escuelas de armas, donde interiorizó al personal de cuadros sobre temas específicos.

Capacitación

Un convenio para capacitar al personal del Ejército en el empleo de las estructuras informáticas será firmado hoy, a las 15.30, en la sede de la fuerza.

El acuerdo se hará entre esta institución y la Secretaría de Ciencia y Tecnología y será suscripto en el salón de actos del edificio Libertador. Firmarán el titular de Ciencia y Tecnología, Raúl Matera, y el teniente general Bonnet.

"LA NACIÓN" 4/6/91

01/01

9108272

El juicio oral a los carapintadas

El general Auel aseguró que hubo un acuerdo en Semana Santa

De todos los testigos que ayer desfilaron por la audiencia oral en el juicio a los carapintadas, se destacó el general (R) Heriberto Justo Auel, quien aseguró que hubo un acuerdo incumplido entre los carapintadas de Semana Santa de 1987 y el gobierno radical.

El deponente fue categórico cuando sostuvo que ese pacto se consolidó sobre los siguientes puntos:

- Los cabecillas iban a ser juzgados por la Justicia Militar.
- Se establecería una ley de obediencia debida, "ya por la Corte, por la ley o por decreto", con lo que sólo los generales iban a ser juzgados civilmente por la lucha contra la subversión.
- Que se iba a efectuar un reconocimiento a los que habían participado en la guerra sucia.
- Que los medios de difusión oficiales iban a cesar en una campaña contra las Fuerzas Armadas, especialmente dirigida hacia el Ejército.

El general Auel –que prácticamente no fue interrumpido en su larga exposición– dijo que el acuerdo se elaboró en el Edificio Cóndor y que tuvo su concreción, en la palabra, durante la reunión en la Escuela de Infantería de Campo de Mayo, entre Ricardo Alfonsín y Aldo Rico.

Explicó que había sido llamado por teléfono, cuando se produjeron los hechos de Semana Santa –él estaba destinado en Río Gallegos– para que colaborara en la solución de la crisis, por haber sido profesor, tanto en el Colegio Militar como en la Escuela Superior de Guerra, de varios de los que encabezaban el alzamiento.

En esa tesitura, tuvo participación en las conversaciones, ya que, por un lado, estableció contacto con Facundo Suárez, por entonces titular de la Secretaría de Informaciones del Estado (SIDE) y, por el otro, con los sublevados.

Paso por paso, el militar recordó los encuentros y desencuentros producidos entre los representantes del gobierno y los alzados en armas.

En un momento –expresó el testigo–, el teniente coronel Rico me expresó (siempre a través del teléfono) que, no obstante las propuestas de arreglo, el ministro de Defensa, José Jaunarena, le había demandado la rendición incondicional.

Cortado el diálogo, los rebeldes sólo admitieron conversar con el doctor Raúl Alfonsín, aseguró el general Auel.

"Después de esa conversación –dijo– fue que se pronunció la famosa frase sobre la casa en orden".

Consultado por las defensas y por el tribunal, el militar aseguró que se está ante "nuevos militares", protagonistas de dos guerras en las que hubo "enfrentamientos, pero sin una batalla planificada", con las consecuencias conocidas: "Al ingresarse en el Estado de Derecho, no se reconoció la guerra como el hecho político que es y por lo tanto ajeno al derecho y sus protagonistas fueron juzgados en las cámras federales y así estamos".

Una pregunta fundamental del fiscal Luis Moreno Ocampo no tuvo, se entiende, la adecuada respuesta: A los efectos de este juicio, ¿cómo legitima el supuesto incumplimiento de Alfonsín una rebelión contra Menem?

Martín Carrasco Quintana

"LA NACIÓN"
6/6/91

01-01

9108273

Almirante Ferrer reclamó comprensión para las FFAA
150025
7/6/91
10033
11163
12008
11329

Ferrer: reclamo de comprensión

El jefe del Estado Mayor General de la Armada, almirante Jorge Ferrer, dijo que las Fuerzas Armadas aspiran a ser útiles a la República y "sólo desean a cambio la comprensión y la adecuada valoración" de la sociedad.

Ferrer advirtió que si se insiste en profundizar "supuestos agravios o prejuicios de una historia que nadie quiere repetir", podría ocasionarse "un daño irreparable a la Nación".

Ferrer habló así ante un grupo de periodistas, a los que agasajó la Armada en el edificio Libertad con motivo del Día del Periodista.

Fuerza Aérea

También la Fuerza Aérea agasajó a los cronistas acreditados, en una reunión realizada en el edificio Cóndor y presidida por el subjefe de la institución, brigadier mayor Tomás A. Rodríguez.

7/6/91
LA NACION

01/01

9108274

Encuentran bomba en Iglesia de San Cayetano.
150024
7/6/91
10033 -
11163 -
11140 -
11165 -
11020 -

Hallaron una bomba en la Iglesia de San Cayetano

[illegible] el juez Radi Casal y de [illegible] (véase aparte), son algunos de los [illegible] de la diferente clase intimidatoria, y que [illegible] ayer de discusión en la reunión del [illegible] nacional.

El explosivo [illegible] en San Cayetano era de fabricación [illegible] y contaba con un dispositivo conocido como "casabobos". Cuando [illegible] alguno de los cables [illegible] estallado, de acuerdo con lo que [illegible] los integrantes de [illegible] Antiexplosivos a las autoridades [illegible].

[illegible] de su colocación un [illegible] asistía a misa.

[illegible] ofrendas se encuentra [illegible] de San Cayetano ta[illegible] derecha de la nave [illegible], la que anoche era [illegible] por un incesante desfile de [illegible].

[illegible] el 7 de agosto, [illegible] del [illegible] millones [illegible] en-

PARTES POCO LEGIBLES

X

01-01

"CLARIN"
7/6/91
91 08275

Desfile militar será en Tucumán el 9 de Julio.
150024
8-6-91
10033
11163
~~12068~~
11328

El desfile militar sería en Tucumán

La situación económica y social influye desfavorablemente sobre la realización del desfile militar previsto para el 9 de Julio, y aún no está decidido si se efectuará en Tucumán o en la Capital Federal.

El presidente **Carlos Menem**, a su regreso de la conmemoración del Día del Ejército, el 29 de mayo en Corrientes, dispuso que se realizase una parada militar para el próxino aniversario de la Independencia.

Los jefes militares **comenzaron a organizar** este despliegue, en la Capital Federal, pero tenían especial interés en que se aclarasen dos cosas: que se trataba de una **iniciativa presidencial**, no de la conducción castrense y que el Ministerio de Economía otorgara fondos especiales.

Según los mandos castrenses, los gastos que representa un desfile **podrían causar desagrado en los cuadros**, enfrentados diariamente con severas restricciones presupuestarias.

♦ Dudas en Tucumán

Ayer por la mañana, el presidente **Menem**, al desayunar con periodistas, indicó la posibilidad de que el desfile se realice en la ciudad de San Miguel de Tucumán. No habría sido ajena a esta decisión el caldeado ambiente económico-social y la posibilidad de que sectores, como el de activistas carapintada que operan detrás de los jubilados, **se lanzaran a manifestar el día de la parada.**

El interventor federal **Julio César Aráoz** habría sido quien sugirió la idea.

Pero también han surgido **problemas** en este sentido: los cálculos de la conducción militar indican que el traslado de representaciones de las escuelas militares, granaderos, etcétera, **insumiría una inversión de alrededor de 600.000 dólares, sin contar los gastos de transporte aéreo.**

Por su parte la Fuerza Aérea habría planteado al ministro de Defensa que las severas restricciones aplicadas en materia de horas de vuelo y de adiestramiento de tripulaciones obligará a disponer de medios que ahora no disponen.

8/6/91
"CLARIN"

01/01

9108276

Ermán González se reúne con mandos de las FF.AA.
150029
9/6/91
10033
11163
13065
11338

González, con altos mandos

El ministro de Defensa, **Antonio Erman González**, se reunirá entre hoy y mañana con los cuatro jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas para analizar los proyectos de ley de seguridad interior, que esta semana tratará el Congreso, revelaron ayer fuentes militares.

Los jefes del Estado Mayor Conjunto, almirante **Emilio Ossés**, del Ejército, general **Martín Bonnet**, de la Armada, almirante **Jorge Ferrer**, y de la Fuerza Aérea, brigadier **José Juliá**, discutirán también "eventuales aportes" del sector al debate del tema.

El gesto de los jefes militares fue interpretado en medios políticos como una **forma de tratar de influir en la definición de una cuestión sobre la que, en el pasado, tenían mucho peso.**

El proyecto de ley conocido como **Bisciotti-Toma**, que cuenta con el consenso de los bloques mayoritarios, solo permite a las Fuerzas Armadas realizar tareas de **inteligencia** y prestar **apoyo logístico** a las fuerzas de seguridad en casos de conmoción interior. El sector militar quería tener mayores **responsabilidades** que las previstas en esa iniciativa.

◊ Veto presidencial

Ayer se conocieron más opiniones sobre la decisión del presidente **Carlos Menem** de vetar la ley que reduce de 24 a 10 horas la facultad de la Policía Federal de detener a una persona, sin orden judicial, para averiguar sus antecedentes.

El jefe de la Policía bonaerense, comisario **Osvaldo Somohano**, dijo en Mar del Plata que sus subordinados "**no cuentan con medios técnicos suficientes** como para averiguar esos datos en 10 horas".

"Para limitar el tiempo de detención es prioritario darle a la Policía los métodos tecnológicos para hacer una averiguación rápida", agregó.

En cambio, el **Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)**, que preside **Fermín Mignone**, se opuso a que se vete la ley y reclamó su pronta sanción

X

9/6/91
"CLARÍN"
9108277

01/01

Reunión de Jefes Militares en Montevideo..
150029
9/6/91
10033
11163
13065
11417

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 9 de junio de 1991

REUNION DE JEFES MILITARES EN MONTEVIDEO

Analizarán la seguridad en el Cono Sur

Los ministros de Relaciones Exteriores y de Defensa, **Guido Di Tella y Antonio Erman González**, respectivamente, tratarán pasado mañana un tema considerado hasta ahora "tabú" para los militares: la seguridad del Cono Sur.

Tratarán de acordar la posición argentina en la reunión de jefes de Estado Mayor de los países miembros del Mercado Común del Cono Sur (Mercosur), que deliberará desde mañana y hasta el viernes en Montevideo.

La Argentina estará representada por el jefe del Estado Mayor Conjunto, almirante Emilio Ossés.

Será la primera vez, desde que la democracia volvió a regir en la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, que altos jefes militares se encuentren para discutir formas de cooperación entre las Fuerzas Armadas de ese mercado común.

Ya no se trata de coordinar la lucha contra la guerrilla, el tema que los reunía cuando los regímenes de facto proliferaban en la región, sino de cooperar entre fuerzas armadas que fueron diseñadas en el pasado, en algunos casos, para enfrentarse entre sí.

Y así piensa también Di Tella, quien a fines de marzo realizó una gira por los países vecinos y analizó informalmente con sus colegas la posibilidad de lograr en el futuro, de la mano de la integración económica, algún tipo de acuerdo de seguridad regional. Pero en ese entonces la sola mención del tema provocó malestar entre los jefes militares argentinos, que argumentaron no haber sido consultados previamente

Pero Di Tella sabe que a esta estrategia subregional le falta una pata: Chile. Durante la semana que pasó, la Organización de Estados Americanos (OEA), reunida en la capital trasandina, acordó incluir la redefinición de la seguridad hemisférica en su agenda. Pero no decidió aplicar ningún tipo de mecanismo concreto para suerte de los militares chilenos, los más remisos a aceptar que el enemigo no está del otro lado de la frontera geográfica.

La reunión del martes entre Di Tella y González servirá para coodinar posiciones y evitar discrepancias. Como la ocurrida el 29 de mayo, un día después de que González usara la red nacional de radiodifusión para dar a conocer la destrucción del misil Cóndor II. Ese día el titular de la cartera de Defensa anunció la convocatoria a una reunión de ministros de Defensa sudamericanos para crear una comisión permanente sobre armas no convencionales.

La propuesta de González era ese día desconocida en la cúpula del Palacio San Martín, que se supone es el responsable de gestionar todo tipo de actividades en el exterior de los ministros de la Nación.

Daniel Santoro

01-01

9108278

Liberan atacantes del Grupo Art. Def. Antiaérea de San Luis.
150025
10/6/91
10033 -
11163 -
11140 -

Libertad a los atacantes de un cuartel

SAN LUIS (DYN).– Los cuatro detenidos que el pasado jueves atacaron el puesto militar del Grupo de Artillería de Defensa Antiaérea 161 (GADA) fueron excarcelados bajo caución juratoria tras ser indagados durante más de cuatro horas por el juez federal Raúl Alberto Fourcade, consignaron fuentes de los tribunales locales.

Fourcade determinó que el ataque no fue un atentado político, ya que los agresores fueron descriptos como ex conscriptos que guardaban rencores hacia oficiales y suboficiales de esa unidad militar, dijeron los informantes.

Asimismo, aunque no descártaron que el ataque haya sido armado, los efectivos de la Policía Federal que intervinieron en la detención de los autores no encontraron armas de fuego en poder de los agresores.

Los ex conscriptos fueron identificados como Javier Lira, Alejandro Agüero, José Rosales y Marcelo Páez, cuyan edades oscilan entre los 19 y 21 años. Declararon ante el magistrado interviniente haber tenido "serios problemas personales" con personal de la unidad militar cuando eran conscriptos allí.

El abogado defensor de los agresores, Carlos Scarso, relativizó el hecho y criticó sus repercusiones.

El ataque, efectuado desde un automóvil, derivó en un tiroteo con la guardia del destacamento. Uno de los ex conscriptos resultó levemente herido por las esquirlas de un disparo.

Mutismo militar

Luego de 24 horas de mutismo por parte de las autoridades militares, el atentado fue confirmado por el juez Fourcade.

El magistrado llamó a conferencia de prensa para informar sobre la agresión, perpetrada en el puesto de guardia conocido como Los Polvorines, en la zona norte del cuartel.

La zona está iluminada con focos de intensa luminosidad y es muy poco frecuentada durante la noche.

El juez Fourcade dijo que las pacientes e intensivas investigaciones realizadas por la delegación local de la Policía Federal arrojaron resultados positivos rápidamente.

Respecto de este episodio habían circulado un sinfín de versiones que iban desde un atentado subversivo hasta la de encontrarse ante cuatro sujetos alcoholizados.

"LA NACIÓN"
10/6/91

01-01

9108281

Atentado al Banco Israelita en Cordoba.
15000
1110/91
11033
11163
11190
11918

Atentado

CORDOBA. — Hasta anoche no había novedades con respecto a los autores del atentado perpetrado el sábado pasado contra la sede del Banco Israelita, mientras que se continúa con el operativo cerrojo montado en toda la provincia a fin de dar con los responsables, informó la Policía local.

El departamento de prensa de la Policía cordobesa informó a DyN que "hasta el momento no hay imputados ni detenidos", a lo que agregó que "continúa en marcha el dispositivo cerrojo montado en toda la provincia a fin de dar con los autores del atentado explosivo".

11/6/91
"CLARIN"

01-01

9108282

DOCUMENTO
TITULO Informan a los militares sobre politica de seguridad regional
FECHA 150025
12/6/91
10033
11163
13065
11415

Informan a los militares sobre política de seguridad regional

El canciller Guido Di Tella explicará mañana a los altos mandos militares los alcances de la propuesta argentina aprobada en la última reunión de la OEA, sobre un "rediseño de las estructuras de seguridad en el continente".

Di Tella recibió ayer, en la sede de la Cancillería, al ministro de Defensa, Antonio Erman González. Allí se acordó la exposición ante las máximas jerarquías de las Fuerzas Armadas: el jefe del Estado Mayor Conjunto, Emilio Ossés, y los jefes del Ejército, Martín Bonnet; de la Armada, Jorge Ferrer, y de la Aeronáutica, José Juliá.

La reunión de mañana se hará a las 16, en Defensa.

En la oportunidad, el canciller subrayará el hecho de que la propuesta argentina, que incluye un redimensionamiento común de las fuerzas de seguridad y limitaciones en el acopio de armas, haya sido firmada por Brasil y por Chile.

Esta circunstancia será puesta de relieve justamente cuando son materia de comentario público informaciones sobre desequilibrios militares entre la Argentina y Chile.

"LA NACION"
12/6/91

01/01

9108283

Amplian condena a un C/N por represión en el 76.
150035
13/6/91
10033 —
11163 —
13065 —
11339 —
500980 —

Amplían la condena a un capitán de navío

Por ordenar la captura de un profesor

MAR DEL PLATA.– La Cámara Federal de Apelaciones de La Plata elevó la pena aplicada por un juez federal a un ex jefe de la Base Naval de Mar del Plata que en 1976 ordenó la captura del por entonces rector del Colegio Nacional Mariano Moreno para designar en ese cargo a su propia esposa.

La sentencia recae sobre el capitán de navío (RE) José Mario Osvaldo Forbice, quien a fines de 1976 dispuso que efectivos de la Armada detuvieran al profesor Francisco Zorrilla, rector del mencionado colegio, bajo el pretexto de considerarlo autor de alteración al orden público.

El 3 de diciembre de ese año, una patrulla integrada por 20 a 25 efectivos que portaban armas largas detuvo al profesor Zorrilla.

Presiones

Inmediatamente, el docente fue conducido a la Unidad Regional IV de Policía, lugar al que minutos después llegaron la esposa del capitán de navío Forbice, Myriam T. Benoglio de Forbice, y la docente Haydee Scabini.

Ambas mujeres le ofrecieron a Zorrilla interceder para lograr su libertad a cambio de que éste firmara un acta en la que confesaba haber sido responsable de un acto subversivo en el colegio.

Pero el docente se negó.

Como consecuencia de ello se labró otra acta en el que se consignaba la negativa a firmar.

Fue este último documento el que le sirvió a la comunidad marplatense para reclamar por la liberación del profesor, detención reiteradamente negada por personal policial y militar.

Destino

Por indicación de la Base Naval, el detenido fue trasladado a la seccional 4a., donde estuvo preso durante ocho días.

A partir de ese momento, el docente inició acciones administrativas y, ante su rechazo, accionó judicialmente primero en la Capital Federal y luego ante el juzgado federal de Mar del Plata.

En tanto, la señora de Forbice había sido designada interventora en el establecimiento educacional.

Condena

Tras ocho años de proceso en la Justicia, y cuando Zorrilla ya había sido repuesto en su cargo por el gobierno democrático, el juez federal Eduardo Julio Pettigiani condenó a dos años de prisión en suspenso e inhabilitación especial por cuatro años a Forbice, quien reconoció su autoría en la detención arbitraria y privación ilegal de la libertad en perjuicio del rector.

Ahora, la Cámara Federal de Apelaciones resolvió aumentar la pena a tres años de prisión e inhabilitación especial por cuatro años.

El tribunal rechazó los argumentos de Forbice que justificaron la orden de detención de Zorrilla tras haber sido informado de una alteración del orden público por parte de la víctima, por estar vigente el estado de sitio y ante la imposibilidad de comunicarse con la policía, que debía actuar en esos casos.

Inexistencia del acto

La Cámara entendió que "está probada la inexistencia de toda alteración del orden público; que durante la vigencia del estado de sitio tal detención sólo puede efectuarse por decreto del presidente de la Nación, con especificación de la persona determinada, citando fallos de la Corte Suprema de Justicia de la Nación y disposiciones de la Constitución Nacional al efecto, actuando en consecuencia quien dispuso la detención, con palmaria contrariedad al derecho, fuera de su competencia".

"LA NACION"
13/6/91

01/01

9108284

Cronología de los últimos atentados.
150025
13/6/91
10033
11163
11190

Eslabones en la cadena de episodios violentos

El 15 de abril pasado comenzó el juicio oral en la Cámara Federal de esta capital a los responsables de la sublevación carapintada del 3 de diciembre del año último. Trece días después fueron profanadas 111 tumbas en el cementerio judío de Berazategui.

Este hecho constituyó el primer eslabón de una cadena de hechos que llevaron al Gobierno a considerar, el viernes pasado, en una reunión encabezada por el ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, la posibilidad de implantar el estado de sitio.

Los sucesos se encadenaron de la siguiente manera:

- El 17 de abril fue detenido el comisario Félix Madrid. Tenía dictada una orden de captura en una causa que se le sigue por robo.
- El 14 de mayo mientras se desarrollaba la audiencia del juicio a los carapintadas, la secretaria del camarista Jorge Casanovas recibió una llamada destinada al magistrado. "Decile a ese h... de p... que el viernes va a declarar Alfonsín y que si pregunta más de la cuenta, va a seguir hablando en la tumba", escuchó asombrada la mujer.
- El mismo día fue detenido Horacio Antonio Carrondi, acusado de participar en la profanación a las tumbas judías. El juez correccional de Quilmes, Orfeo Maggio, comunicó que Carrondi había trabajado para el servicio de inteligencia del Ejército.
- Dos días más tarde fue aprehendido Luis Enrique Kesseler, también acusado por el mismo delito. En el momento de su detención Kesseler aseguró que pertenecía a "los servicios de inteligencia". Versiones no desmentidas vincularon a Kesseler con el comisario Madrid.
- El 22 de mayo el director cinematográfico Fernando "Pino" Solanas fue baleado por dos sujetos cuando salía de un estudio de filmación ubicado en Olivos.
- Por medio de LA NACION del sábado 1º de junio se conoció que el juez penal de San Isidro Raúl Casal había recibido amenazas, extendidas a su familia.
- El 5 de junio fue descubierta en la iglesia de San Cayetano una granada lista para estallar.
- Dos días después estalló una bomba en un local de la agrupación que lidera Aldo Rico.

Buscar un hilo conductor que unifique esta cadena de episodios es necesario para aclarar el panorama.

Varias son las hipótesis que se manejan. Algunas de ellas tomaron estado público. Veamos:

- El atentado contra Pino Solanas fue obra de un grupo parapolicial vinculado con la banda que lideraban Aníbal Gordon y Raúl Guglielminetti. Esta tesis sería abonada por el ministro de Gobierno bonaerense, José María Díaz Bancalari, según informó el diario Página 12.
- Mera Figueroa dijo la semana última que detrás de los atentados estaban grupos de carapintadas y un sector radicalizado del Movimiento al Socialismo (MAS).

Otros datos

Esas serían algunas de la teorías que se dicen en voz alta. Pero cuando se habla con pedido de reserva y con la condición de preservar la identidad se agregan otros datos.

"Hasta ahora no hay nada concreto. Son todas conjeturas. No hay ninguna pista firme. Pero es evidente que los beneficiarios de la violencia son los extremos", dijo un alto vocero oficial.

Una fuente de la policía bonaerense dijo a un cronista de este diario "que no vemos un hilo conductor. Pero estamos convencidos de que se busca un enrarecimiento del clima preelectoral".

El informante añadió que la profanación de las tumbas judías había sido obra de una célula de ultraderecha, de ideología nazi y que la investigación continúa.

Sobre las amenazas al juez Casal la fuente dijo que "no tenemos elementos para suponer que el hecho va a ser esclarecido en breve".

"El apresuramiento del ministro Mera Figueroa al decir que el caso estaba a punto de ser esclarecido nos pinchó todo", dijo la fuente policial al referirse al atentado contra Pino Solanas. "Ahora tenemos que comenzar de nuevo", se lamentó.

Rafael Saralegui (h.)

"LA NACION"
13/6/91

01-01

9108285

Nº DOCUMENTO
TEMA: Incorporación de la clase 1972.
PERIODICO: 150035
FECHA: 13-6-91
VIGENCIA: 10033
11163
11301

Incorporación de la clase 1972

(TELAM).- El distrito militar Buenos Aires inició la incorporación al servicio militar obligatorio de los ciudadanos de la clase 1972, quienes serán destinados a distintos institutos del Ejército.

Se trata de 3000 ciudadanos que, dentro del primer escalón de incorporación, serán trasladados a los institutos con asiento en Campo de Mayo, regimientos de Granaderos a Caballo General San Martín, De Infantería I Patricios, III de La Tablada y al Estado Mayor General del Ejército.

En los próximos días harán lo propio los distritos militares de San Martín y La Plata.

"LA NACION"
13/6/91

01/01

9108286

Gral Bonnet conforme con el Presupuesto.
150027
14/6/91
10033
11163
13065
11332

Bonnet conforme con presupuesto

Martín Bonnet, dijo ayer en Posadas que el presupuesto con que cuenta la fuerza "es el que el país puede darle", y señaló que en este aspecto "las prioridades las determina el Poder Ejecutivo". Sobre el punto, consideró el militar, que ***"el día en que el país esté en condiciones, creo que no habrá ningún inconveniente para que las Fuerzas Armadas tengan el presupuesto que sea necesario".***

Consultado por uno de los periodistas sobre ***"militares que en ocasiones hacen declaraciones de tenor político", el general Bonnet subrayó que "quien ha elegido la carrera de las armas tiene que saber diferenciar bien su situación de profesional y de ciudadano, son responsabilidades diferentes", acotó.***

"Si no ha establecido perfectamente la división que existe entre una y otra condición *—añadió Bonnet—, evidentemente esa persona se ha equivocado y en consecuencia tendrá que apartarse de las Fuerzas Armadas o quedarse, cumpliendo con la misión que a las Fuerzas Armadas confiere la Constitución nacional", señaló, para aclarar después que* ***"esto no alcanza a los militares en situación de retiro, y hay ejemplos de ello".***

• Narcotráfico

Respecto a la lucha contra el narcotráfico, el jefe del Ejército dijo que "cuando produzca la necesidad de emplear elementos de las ***Fuerzas Armadas, se van a hacer en cumplimiento de las órdenes que imparta el Poder Ejecutivo", ratificando que "estamos dispuestos a cumplir todo lo que el poder político ordene y establezca".***

Por último, Bonnet calificó al narcotráfico como ***"un flagelo muy importante", y*** *admitió que* ***"los Estados Unidos participan en cierta medida, colaborando y asesorando, como también dando información"*** *sobre actividades de las organizaciones vinculadas a la producción y tráfico de drogas.*

El general Bonnet inspeccionó ayer los regimientos 30, de Apóstoles y 18, de San Javier en Posadas, Misiones, y por la tarde viajó a la vecina provincia de Corrientes.

"A.F."
14/6/91

01/01

9108287

DOCUMENTO
TITULO Declaraciones del Gral. BONNET sobe el presupuesto..
PROCEDENCIA 150025
FECHA 14/6/91
VIDEO 10033
11163
13065
11332

Bonnet: prioridades

POSADAS (Télam).- El jefe del Estado Mayor General del Ejército, teniente general Martín Bonnet, dijo aquí que el presupuesto con que cuenta la fuerza "es el que el país puede darle", y señaló que en ese aspecto "las prioridades las determina el Poder Ejecutivo".

El jefe militar estimó que "el día en que el país esté en condiciones, creo que no habrá ningún inconveniente para que las Fuerzas Armadas tengan el presupuesto que sea necesario".

Bonnet llegó a esta ciudad como parte de una visita de inspección a unidades de la Brigada de Infantería XII, con asiento en Misiones y Corrientes. Ayer revistó los regimientos 30 de Apóstoles y 18 de San Javier, para, en horas de la tarde, trasladarse a Corrientes.

Dijo que los militares en actividad no pueden hacer declaraciones políticas y que ello es distinto para los retirados.

Sobre la lucha contra el narcotráfico, afirmó que el empleo de la fuerza se hará cuando lo requiera el Poder Ejecutivo, porque "estamos dispuestos a cumplir todo lo que el poder político ordene y establezca".

"LA NACION" 14/6/91

01/01

9108288

Situación de las FF. AA.-
150026
16/6/91
10033 -
11163 -
13065 -
11339 -

Los plazos internos

Por JUAN MARIA CORIA

Los cuadros militares del interior del país están siendo informados en forma directa y personal por parte del jefe del Estado Mayor de la fuerza, teniente general Martín Bonnet, de todas las novedades vinculadas con las decisiones del poder político para cambiar el país y sus Fuerzas Armadas.

Estuvimos con el general Bonnet recorriendo unidades de Posadas, San Javier y Apóstoles, y también en el monte con las tropas especiales. El jefe del Ejército tiene previsto visitar mañana unidades de la provincia de Salta y después de su regreso de una fugaz visita a la ciudad de Caracas, Venezuela –para representar al Ejército Argentino en el aniversario de la batalla de Carabobo–, iniciará una visita a las unidades del sur del país.

Acentúa en estas visitas la propuesta de reestructuración de las Fuerzas Armadas, "un objetivo que debe completarse en un plazo de veinte o treinta años", dice el general Bonnet repitiendo lo mismo que dice el gobierno.

Como esta restructuración incluye un amplio abanico de reducción de personal, unidades y material, el jefe del Ejécito suele decir a los cuadros; "todo lo que cambia duele".

Pero también sabe –y lo sabe la totalidad de los generales– que ya está corriendo otro tiempo interno que no está ni pactado, ni conversado ni documentado en ningún lado.

Si dentro de seis meses las cosas no han cambiado, puede haber novedades muy pesadas en el Ejército. Es algo que se percibe a cada momento y en cada conversación franca con los combatientes de tropas especiales, de la infantería de monte.

Todas las respuestas

El general Bonnet, durante su recorrida por las unidades de infantería de monte y caballería blindada de la provincia de Misiones, dio todas las respuestas que están a su alcance a las inquietudes planteadas con mucho respeto por suboficiales y oficiales.

Como fuimos testigos de todo esto e incluso estuvimos en el monte con ellos, en algún momento pensamos lo bueno que sería que los miembros de las comisiones de defensa del Congreso recorrieran con estas tropas esos lugares y vieran cómo trabajan, con sus uniformes rotos y borceguíes arruinados como resultados –esto último– de una compra hecha a un proveedor tramposo.

"No estaría mal", nos dijo Bonnet cuando le propusimos que los llevara allí donde la guerra y la supervivencia alcanza límites salvajes.

Hay una pregunta que no escuchamos en ninguna unidad, pero que bonnet se encargó de aclarar.

Se trata del personal bajo juzgamiento por los hechos del 3 de diciembre del año pasado.

Sacó el tema y les dijo que en estos momentos hay en prisión preventiva 384 suboficiales en espera de su juzgamiento por el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas; que a los desprocesdos se les han impuesto sanciones por falta disciplinaria y que de un total de 550 hay 179 desprocesados.

Con respeto a los oficiales, hay 15 juzgados por la Cámara Federal y hay en espera de su juzgamiento otros 17 oficiales.

No pudimos determinar las causas por las que nadie preguntó sobre este asunto. Sin embargo, el general Bonnet en todos lados habló sobre el tema.

Los límites

Por tratarse de una zona de fronteras, tanto con Brasil como Paraguay, a los oficiales les interesa saber cuál será la política del gobierno con relación a ciertos problemas de límites. Pero no con respecto a Brasil y Paraguay, sino con Chile y más específicamente en Laguna del Desierto.

Bonnet explicó que en ese punto específico, se trata de una inquietud que siempre tuvo Chile, de contar con un paso en esa zona, de la misma manera que la Argentina necesita contar con un paso, sobre territorio chileno, para conectar el territorio continental con Tierra del Fuego.

Es un asunto muy puntual que preocupa a los oficiales. "No les conforma lo que se dice", nos confiesa el jefe del Ejército en los momentos en los que "La Prensa" puede tener un aparte entre reunión y reunión.

Pero esta cuestión de límites fronterizos hace pensar en otros límites que se viven en la zona militar.

Bonnet fue muy claramente informado por el comandante de la Brigada de Infantería XII con asiento en Posadas, general Luis Alberto Cloux, de todo lo que ocurra en las unidades desplegadas en Misiones, Corrientes, Chaco y Formosa.

En general, el panorama actual es crítico aun con los esfuerzos que realizan los diferentes jefes de unidades para aliviar gastos del presupuesto que les corresponde.

Donde no hay un médico militar, se lo contrata por una suma aproximada al millón y medio de australes para estar en el cuartel tres veces por semana. Al monte no van, así que a los cuadros que práctican en la selva, sólo puede ayudarlos Dios y los yuyos indígenas.

Un especialista en computadoras cobra más caro en Apóstoles. Pidió dos millones y medio para enseñar dos veces por semana.

El personal de suboficiales más capacitado ha comenzado a emigrar de las filas del Ejército, razón por la que se trata de instruir a los que quedan, en especialidades que no siguieron.

La incorporación de conscriptos

A corto plazo se producirá otro serio problema. Será cuando comience la incorporación de conscriptos que llegarán a las unidades del norte para reemplazar a la clase que se va.

Ya están sin ropa los que prestan servicios. Se echó mano a chaquetas de combate combinadas con algún pantalón marrón.

Según decía el jefe del regimiento de Apóstoles, se dieron cuenta que no quedaba del todo mal y lo fueron solucionado así.

Pero ahora esperan conscriptos y se deben víveres desde el año pasado por la escasez presupuestaria.

Debemos sin embargo destacar algo muy singular.

Aun frente a este cuadro de desabastecimiento, las tropas –oficiales y suboficiales– están preparadas al máximo. Para dar un ejemplo muy claro, debemos decir que los cursantes norteamericanos que son enviados al monte, no aguantan la totalidad del curso. El Pentágono los envía para tener instructores capacitados después de lo que les pasó en Vietnam.

En nuestra próxima entrega describiremos cómo trabaja la infantería de monte.

"LA PRENSA" 16/6/91

01-01

9108289

Nº DOCUMENTO
TITULO Menem y Bonnet analizaron la crisis en el Ejército
FECHA 150035
FECHA 17/6/91
VIA 10033
11163
~~10065~~
11334
13065

Se analizará la crisis en el Ejército

(DYN)-El presidente Carlos Menem y el jefe del Ejército, general Martín Bonnet, analizarán la grave situación económica que atraviesa esa fuerza.

Ambos viajarán a Salta donde participarán de los homenajes al general Martín Miguel de Güemes, con motivo del 170° aniversario de su muerte.

La decisión de examinar la situació presupuestaria del Ejército se produjo luego que el comandante de la 12a. brigada de Infantería, general Luis Alberto Cloux, a cuyo cargo se encuentran unidades del litoral fronterizo con Brasil y Uruguay, efectuó una dramática exposición.

Cloux informó a Bonnet que, si bien desde el punto de vista de adiestramiento la brigada se hallaba en condiciones, la situación de material, equipamiento y salarios del personal eran desesperantes.

El jefe militar informó también que en el desfile del Día del Ejército, los vehículos marcharon con neumáticos prestados por civiles.

"LA NACION"
17/6/91

01-01

9108290

Juicio a carapintadas, Rico y una visión política..

150025
18/6/91
10033
11163
11334

El juicio a los carapintadas

Rico y una visión política

Más allá del planificado aplauso de la barra que obligó al desalojo de la sala, del gesto severo de Aldo Rico y de la ansiedad en el público, la tensa audiencia de ayer fue un largo forcejeo que –según los analistas– sirvió para que nadie quedara bien parado.

El testigo, por un lado, acusó a Raúl Alfonsín y "al generalato" de no cumplir con los pactos que, según él, se habrían acordado en Semana Santa de 1987 y, por el otro –no obstante los elogios–, tomó distancia del proyecto corporativista de Mohamed Seineldín y de sus seguidores.

En la atestada Sala de Audiencias de la Cámara Federal, el juicio oral a los carapintadas sufrió en la sesión de ayer uno de los colapsos que suele padecer cada vez que una figura de notoriedad pasa por el banquillo de los testigos: expectación, declaraciones políticas, agua para el molino de cada uno y, sobre el fondo del asunto, verdaderamente muy poco.

Como en esas ocasiones, las bandejas destinadas al periodismo fueron copadas por hombres de todos los servicios de inteligencia y civiles carapintadas, como se vio a la hora de los aplausos.

Por su parte, el presidente del cuerpo, Juan Carlos Rodríguez Basavilbaso, debió acudir a toda su energía para mantener el debate en sus carriles, porque nadie quiso ceder.

Rico, al comenzar su exposición, sacó la lanza: dijo que estaba afectado para declarar, porque había sido camarada de los procesados y porque mantenía amistad estrecha con uno o dos de ellos y agregó que Moreno Ocampo tenía "una animosidad manifiesta a mi respecto, animosidad que yo comparto", dijo.

La lucha en el testimonio se planteó en los siguientes términos:

- El fiscal Luis Moreno Ocampo intentó que Rico tomara distancia del alzamiento del 3 de diciembre –por los derramamientos de sangre y por la intervención de civiles– para que rompiera con la alegada continuidad necesaria entre Semana Santa, Monte Caseros y Villa Martelli.
- En la vereda opuesta, los defensores trataron de que el testigo pusiera en evidencia la existencia de pactos inclumplidos tras los alzamientos que encabezó.
- Rico tuvo su propio plan: lanzado como está a la pedana política, no podía justificar el alzamiento, pero tampoco enfrentarse públicamente con los procesados.

"LA NACION"
18/6/91

Todo esto sirvió para que la extensa sesión se empantanara a cada momento, ya por planteos, formulaciones y reformulaciones de la acusación y de las defensas ante cada pregunta; ya porque el testigo entendió (casi hasta último momento) que iba a contestar lo que él quisiera y no lo que le preguntaba el tribunal.

Si se saca del medio toda interrupción, del testimonio del ex militar queda que:

- Existió, en Semana Santa, "un acuerdo de voluntades" para: sanción de la ley de obediencia debida; cese de una campaña de desprestigio de las Fuerzas Armadas por parte de los medios oficiales de difusión, y que los cabecillas iban a ser juzgados por la Justicia Militar, sin responsabilidad en los subalternos que los habían seguido.
- En Semana Santa "pasaron por la Escuela de Infantería" muchas figuras políticas, como "Adolfo Gass, Ricardo Laferrière, Melchor Posse y Antonio Cafiero, así como pasó en un momento el general Martín Balsa".
- Mal se pudo cumplir con esos pactos, "cuando no se atacó en profundidad la crisis que es ética y política".

Lectura de una declaración

El problema para Rico surgió cuando, ante sus evidentes fintas, el tribunal ordenó que se leyera su declaración ante el juez federal Guillermo Poza, a poco de producido el alzamiento del 3 de diciembre, en las que había descalificado a Seineldín y a sus seguidores.

Esa declaración y la constante mención de una comunicación telefónica –en la que tuvo duros conceptos para los alzados– que se grabó clandestinamente y que fue pasada por radio por Bernardo Neustadt, fueron el talón de Aquiles de Rico.

Así –cuando ratificó su declaración– dejó admitido que Seineldín había tenido un estado mayor y que contaba con un grupo de políticos que querían tomar el poder.

Después llegó la frase, ante un reclamo de las defensas: Seineldín –dijo Rico– "es un sobresaliente camarada y uno de los mejores soldados del Ejército Argentino".

En las graderías estallaron los aplausos y, desde el sector en que se encontraban los ex militares Ernesto Barreiro y Enrique Venturino –operadores políticos de Rico– partieron los gritos de "Seineldín, Seineldín".

El presidente de la Cámara ordenó el desalojo de la sala y dispuso un cuarto intermedio.

Reanudada la sesión, la defensora de Seineldín, doctora Amalia Vanasco, aseguró que la frase de Rico implicaba una reconciliación a la que calificó de "casi histórica".

Martín Carrasco Quintana

C1-C1

9108291

Nº DOCUMENTO
TITULO Juicio a los carapintadas
150085
19/6/91
10033
11163
13065
11334

El juicio oral a los carapintadas

La participación civil y el desplazamiento de tanques

Todos los testigos de ayer, en el juicio oral a los carapintadas se refirieron a las distintas etapas de los sucesos que se iniciaron en Olavarría, el 3 de diciembre último, cuando un grupo de suboficiales al mando del mayor Esteban Rafael sustrajo blindados para integrarse al alzamiento que ahora juzga oralmente la Cámara Federal.

A los fines del proceso y además del motín en sí, habrían recibido suficiente abono las siguientes acusaciones de la fiscalía:

- En el robo de blindados en el regimiento de Tanques 2, los suboficiales tuvieron un protagonismo decisivo.
- Hubo daños, pues se rompieron los sistemas eléctricos de las unidades que quedaron allí.
- Se privó ilegítimamente de la libertad a dos policías bonaerenses.
- Se habría obligado a un camión cisterna a desviarse de su camino para sustraerle el combustible que llevaba.
- Habría violación de domicilio, pues los insurrectos, en su deambular, irrumpieron, por lo menos, en dos establecimientos de campo.

Los testigos de ayer fueron el oficial principal de la policía bonaerense Alejandro Molinuevo; el cabo Daniel Berlatto; Carlos Adornetto, quien explota una estación de servicio en la localidad de Agustín Mosconi, en el partido de 25 de Mayo; Guillermo Enrique Lorenzo, dueño del local y suegro del civil Alejandro Ceijas, quien –con otros civiles no identificados– colaboró con los insurrectos, y el teniente primero Gustavo Tisera, ante quien se rindieron estos rebeldes.

* * *

De la combinación de los relatos surge que, en la madrugada del 3, en el regimiento de Olavarría, el grupo robó cuatro blindados (uno quedó en la puerta, por una falla) y salió, presumiblemente, con destino a Mercedes.

Mientras se organizaba la búsqueda, los policías Molinuevo y Berlatto –quienes llegaron hasta la estancia Gaucho, en 25 de Mayo, donde se habían introducido los tanques– fueron "retenidos" por los rebeldes y despojados de las armas.

Con el móvil policial por delante, la columna salió en la búsqueda de combustible.

Cuando estaban en eso –en 25 de Mayo–, llegaron Ceijas y otros civiles en una camioneta Trafic e informaron a los responsables que "ya está el combustible", es decir, que se había obligado a un camión cisterna a desviarse a un camino menor.

Ceijas había estado en el lugar desde el día anterior con varios de los implicados, en la fraguada preparación de una incursión de caza.

Recargados de combustible, los tanques siguieron su errático camino, hasta detenerse en un bosque de la estancia La Yerra, en Norberto de la Riestra.

Allí fueron localizados por el oficial Tisera, quien comandaba un grupo tripulante de dos vehículos Unimog artillados.

Allí, también, se entregaron.

* * *

Narrado así, el trámite de la sesión aparece como sin tropiezos.

Por el contrario, aún no se habían apagado los fuegos abiertos en la audiencia en que depuso el ex militar Aldo Rico, al punto de que el tribunal –acaso para no aplicar una sanción extrema– ordenó un súbito cuarto intermedio de 30 minutos.

En primer lugar, al abrirse el acto, la Cámara informó que había decidido rechazar de todos los medios de difusión las imágenes fotográficas o cinematográficas del [illegible] durante la declaración [illegible] para que en primero [illegible] terminó, previas identificaciones, si hubo delito en el deliberado [illegible] cimiento del proceso.

Si bien el defensor José [illegible] Soaje Pinto –quien asiste al mayor Rafael– suele plantear [illegible] servaciones y reclamos –tal como lo hizo ayer–, para los entendidos, responde al calor de una natural manera de ser y en el sólo interés por la asistencia asumida.

Pero –siempre según los que bucean en este caso–, quien goza del privilegio de irritar a la Cámara es el doctor Alberto González Arzac, defensor del mayor Rubén Fernández.

Ayer, por ejemplo, después de intentar corregir al presidente de la Cámara, Juan Carlos Rodríguez Basalbvaso, sobre el debido uso de una expresión, pasó a discurrir sobre la cosa juzgada, momento en que la Cámara dispuso el cuarto intermedio, tal vez para no volver a sancionarlo.

Para muchos, el letrado busca esas sanciones. De ser así, la oportunidad pasó de largo.

Martín Carrasco Quintana

LA NACION
19/6/91

01-01

9108292

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Prolongado servicio militar de la clase 1971.
PRC: 150025
F: 20/6/91
V: 10033
11163
11328
11301

Un prolongado servicio militar

Los conscriptos de las últimas clases incorporadas, y especialmente la de 1971, han venido padeciendo una permanencia infrecuentemente prolongada bajo bandera. La decisión de incorporar menos soldados y la imposibilidad de hacerlo en las fechas habituales dilata el tiempo del recambio de clases, de modo que quienes aguardan el relevo han sufrido una incierta prolongación del servicio.

Esta situación, si bien no infringe la ley 17.531, que autoriza a retener a los ciudadanos hasta dos años en servicio militar, resulta injusta para los conscriptos y sus familias. El Ministerio de Defensa anunció, finalmente, que el 50 % del personal afectado será dado de baja en el mes próximo y la mitad restante concluiría su obligación en noviembre, con lo cual habrán permanecido en el servicio militar casi seis meses más de lo que es corriente.

Se trata de un efecto indeseado de la reducción de las partidas presupuestarias que sostienen la actividad de las fuerzas armadas. Las carencias económicas no sólo han limitado cantidad, equipamiento y adiestramiento del personal sino que han gravitado sobre el tiempo y la forma de la revista médica de las clases que deben incorporarse.

En efecto, ese indispensable control sanitario fue postergado de septiembre del año último a marzo del actual, y esta demora acarreó, consecuentemente, el retraso en la incorporación de la nueva clase, que –además– debe alcanzar un mínimo de instrucción para estar en condiciones de sustituir a la camada anterior.

La ruptura de los cronogramas regulares para las tareas de alistamiento produce perjuicios que, en cierto sentido, se han acumulado sobre los soldados de las clases 70 y 71. Pero el hecho adicional de que el reconocimiento médico alcance apenas a un tercio de las nuevas clases convocadas constituye un dato alarmante, pues es el único relevamiento que se realiza con carácter general para toda la población masculina.

Y en esta oportunidad, los estudios médicos están revelando que una elevada proporción de los ciudadanos revisados padece males que deben ser tratados, inclusive afecciones tan temidas como SIDA y drogadicción. No hay que olvidar que muchos jóvenes tienen en esta revisión su primera y quizás su única oportunidad de un estudio médico más o menos completo, ni que muchos otros han podido detectar en su reconocimiento para el servicio militar enfermedades que quizás hayan podido atender a tiempo.

De acuerdo con las declaraciones del ministro de Defensa, Antonio Erman González, la situación provocada por la larga demora en los relevos habrá de resolverse parcialmente en julio y totalmente en noviembre, después de que los conscriptos hayan completado aproximadamente 17 meses de servicio. Esto clarifica el panorama, pero debe entenderse que la extensión del servicio militar fuera de los términos normales constituye una carga que carece de toda equidad, ya que impide a los jóvenes estudiar, trabajar, percibir ingresos y el uso legítimo de los derechos de la vida civil –inclusive el derecho al voto–, cuestiones sin duda relevantes y que es necesario tener en consideración.

Los anuncios hechos por el presidente de la Nación respecto de un acortamiento, con carácter general, del servicio militar obligatorio, naturalmente no compensan a quienes han tenido que permanecer bajo bandera tanto tiempo. En todo caso, no se trata de una decisión que pueda ser tomada contemplando las diferentes necesidades aisladamente sino dentro de una política de defensa que no ha sido definida.

"LA NACION"
20/6/91

01/01

9108293

Nº DOCUMENTO
TITULO Almirante Osses advierte sobre el descuido del control marítimo.
150026
21/6/91
10033
11163
11329

Falta de combustible y provisiones

El almirante Ossés advirtió sobre el descuido del control marítimo

El jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, almirante Emilio Ossés, consideró ayer que "hay un permanente descuido en el control del mar" y advirtió que la Prefectura Naval y la Armada "no están en condiciones para patrullar" en la jurisdicción marítima.

Indicó que ese descuido es causado por "la falta de combustible y de aprovisionamiento para la tripulación", y cuestionó además el actual sistema de multas a buques infractores porque "lo recaudado va a rentas generales".

"Actualmente, tanto la Prefectura como la Armada no están en condiciones para patrullar. Hay que tener en cuenta que un buque de patrullaje puede llegar a consumir unas 20 toneladas de combustible por día", precisó en declaraciones a la prensa.

En tal sentido, reveló que se están llevando a cabo estudios para determinar la posibilidad de que las multas "o parte de ellas sean destinadas precisamente al aprovisionamiento de buques para permitir un permanente patrullaje".

El buque español

Indicó, además, que el buque pesquero español "Playa de Canaval", capturado en aguas argentinas, respondía a "un plan prefijado" y realizó sus tareas a través de un "operativo comando".

Reveló que las comunicaciones registradas entre los tripulantes de los distintos buques que rodearon al "Playa de Canaval" antes de ser abandonado por la tripulación "fueron grabadas" por personal de la corbeta "Parker".

Aclaró no obstante que este tipo de "operación comando es la primera vez que ocurre en aguas argentinas".

"Cuidar el mar es un problema del futuro, porque mañana será un grave problema", precisó.

Respecto del destino final del "Playa del Canaval", Ossés adelantó que la decisión definitiva se manejará en los niveles "diplomático y judicial", aunque ironizó que "lo que fue abandonado es de quien lo encuentra" en referencia al abandono de la embarcación por parte de su tripulación y su posterior captura por la corbeta "Parker".

"LA PRENSA"
21/6/91

01/01

9108294

Nº DOCUMENTO 150024
TITULO Dos jefes de Unidades en Santa Cruz piden su relevo por Protesta de familiares.
FECHA 25/6/91
NOTAS 10033 / 11163 / 13065 / 11334

Piden el relevo por una protesta de familiares

Los jefes de dos alejadas unidades del Ejército en Rospentek (Santa Cruz) **pidieron su relevo** al jefe del Estado Mayor del Ejército por el malestar que causó entre suboficiales una reducción de gastos dispuesta por el Comando del V Cuerpo de Ejército, de Bahía Blanca.

Se trata de un **teniente coronel** y de un **mayor**, a quienes sus superiores consideraron "**superados**", por la presentación de un petitorio directamente al 2º Comandante de Cuerpo, general **Máximo Groba**, por esposas **de suboficiales de la guarnición.**

El hecho se produjo el viernes 14, cuando Groba visitó Rospentek, una de las guarniciones más alejadas del país y donde prevalecen condiciones de vida muy duras, en las cercanías de los yacimientos de carbón de Río Turbio. Allí tienen su asiento el Regimiento 35 de Infantería y el Escuadrón de Exploración de Caballería 11, al mando de un teniente coronel y de un mayor, respectivamente.

Según las informaciones, una alteración en el sistema de pago de gastos de calefacción por motivos de economía suscitó **la protesta de las familias de los suboficiales.**

El jefe del Regimiento 35, teniente coronel **Díaz**, habría viajado a **Buenos** Aires y hoy mantendría una reunión con el jefe del Estado Mayor, teniente general **Martín Bonnet.**

"CLARIN" 25/6/91

01-01

9108296

Nº DOCUMENTO
TITULO Reforma militar: disuelven el IV Cuerpo de Ejército.
150024
25/6/91
10033
11163
13065
11915

Reforma militar: disuelven el IV Cuerpo de Ejército

Como parte del plan de reestructuración del Ejército, la semana próxima comenzarán las tareas de desmantelamiento del IV Cuerpo, con asiento en La Pampa. En tanto, la venta de los terrenos en Campo de Mayo es discutida por los mandos que consideran baja la valuación del Gobierno.

Dos novedades se registraron con relación a la proyectada **reestructuración militar**. Una está referida a **la disolución del IV Cuerpo de Ejército**, con asiento en Santa Rosa. La otra se vincula con la venta de los terrenos que esa fuerza posee en **Campo de Mayo**.

En ámbitos castrenses se confirmó que la semana próxima comenzará el desmantelamiento del IV Cuerpo, cuyo comandante, el general **Eduardo Fiorda**, pasará a desempeñarse como **agregado militar en los Estados Unidos**.

La medida se adopta en el marco de los planes para **remplazar a los cuerpos de Ejército por divisiones**, de las cuales habrán de depender en forma directa las unidades militares.

El proyecto podría derivar en el traslado a La Pampa, asiento del cuerpo en disolución, del **Tercer Regimiento de Infantería** ubicado en la localidad bonaerense de **Tablada**. Algunas unidades cambiarán de jurisdicción, en tanto que se prevé la venta de predios e instalaciones pertenecientes a otros grupos de combate.

La **VII Brigada de Infantería**, asentada en Mendoza, pasará a depender del **III Cuerpo de Ejército** con sede en Córdoba, mientras que la **VI Brigada de Infantería**, con asiento en Neuquén, quedará en jurisdicción del **V Cuerpo**, ubicado en Bahía Blanca. En cambio, la **I Brigada de Caballería Blindada** de Tandil y la **X Brigada de Infantería de La Plata**, dependerán directamente del **Estado Mayor General del Ejército**.

La actual estructura del Ejército fue establecida a fines de la década del '60, durante el gobierno del teniente general **Juan Carlos Onganía**. Los análisis efectuados últimamente llegaron a la conclusión de que la eliminación de cuerpos y brigadas evitará superposición de organismos de comando, en busca de mayor economía de medios. También figurán en el proyecto el traslado de otras unidades, como el **Regimiento 7 de Infantería**, de La Plata, y el **6 de Infantería** asentado en Mercedes.

♦ Campo de Mayo

Altos cuadros del Ejército dejaron entrever sus dudas por la **tasación** que el Gobierno fijaría para la venta de los terrenos ubicados en **Campo de Mayo**. La suma de **45 millones de dólares** es considerada **demasiado baja**.

El traslado de estas instalaciones hacia las provincias de **Corrientes** y **Entre Ríos** está previsto para el **año próximo**. De todos modos la venta de los terrenos militares aún no puede ser ejecutada ya que la denominada **Ley de disposición de inmuebles en uso de las Fuerzas Armadas** cuenta solo con la sanción de la Cámara de Diputados y resta su aprobación por parte del Senado de la Nación.

"CLARIN"
25/6/91

01/01

9108297

Nº DOCUMENTO
TITULO Suboficiales sancionados por reclamos de sus esposas.
PFCC 150026
FE H 26/6/91
VI 10033
11163
11328
11334

Suboficiales sancionados por una reclamación que formularon sus esposas

Una treintena de suboficiales del alejado regimiento de Rospentek, en la provincia de Santa Cruz, fueron sancionados con distinto rigor a raíz de que un docena de esposas elevaron un petitorio al segundo comandante del Quinto Cuerpo, quebrando así las disposiciones reglamentarias de peticionar.

Según una alta fuente del Ejército "no es cierto" que el jefe de la unidad, teniente coronel Oscar Díaz, se haya trasladado a esta capital para entrevistarse con el jefe de la Fuerza, general Martín Bonnet, puesto que "está en Rospentek".

Fuentes castrenses recalcaron que en ningún momento el jefe de la unidad perdió el control de la misma, ni hubo actos de indisciplina.

El petitorio de las esposas de los suboficiales se concretó el último 12, cuando el general Máximo Groba, segundo comandante del Quinto Cuerpo, efectuó una visita al regimiento.

Al tener conocimiento de la inquietud, el alto jefe militar hizo detener el vehículo en que iba siendo conducido y escuchó a las mujeres que se encontraban al costado del camino.

El reclamo está redactado "con todo respeto y en un alto porcentaje lo que piden es legítimo, pero ésa no es la forma militar de peticionar", dijo un alto oficial de la Fuerza.

El petitorio incluye por ejemplo un incremento en las asignaciones por zona inhóspita, mejor atención sanitaria y que no se modifique el monto de un plus salarial que se paga por consumo de gas.

= LA PRENSA"
26/6/91

01-01

9108299

Nº DOCUMENTO
TITULO Plan de reestructuración en FFAA. - Disolución del IV Cuerpo de Ejército.-
FECHA 150026
FECHA 26/6/91
VIA 100335
11163
[illegible]
11415

Plan de reestructuración

Analizaron la disolución del IV Cuerpo de Ejército

Integrantes del Estado Mayor General del Ejército continuaron analizando la disolución del IV Cuerpo de Ejército, con asiento en Santa Rosa, La Pampa, y el traslado a ese predio de la X Brigada de Infantería, de La Plata, como parte del plan de reestructuración de la institución.

Así lo confirmó una fuente castrense que indicó que la disolución del IV Cuerpo forma parte del plan de reestructuración que prevé el reemplazo de los mismos por divisiones.

Indicó que ocuparía los predios de Santa Rosa la X Brigada de Infantería que desde hace una década tiene su asiento en la capital bonaerense.

También figuraría en el proyecto el traslado de los Regimientos 3 de Infantería, ubicado en La Tablada; el 6 de Infantería de Mercedes y el 7 de Infantería, en Arana, La Plata.

Con respecto a la Brigada de Infantería de Montaña VI, con asiento en Neuquén, pasaría a depender del V Cuerpo de Ejército que tiene su sede en Bahía Blanca y la VIII Brigada de Infantería de Montaña, de Mendoza, pasaría a depender del II Cuerpo de Ejército con asiento en Córdoba.

"LA PRENSA"
26/6/91

01/01

9108300

DOCUMENTO
Juicio a los carapintadas
150024
27/6/91
10033
11163
[redacted]
11139

"Los carapintada no dejarán seguir el juicio"

El abogado Gonzalo Villalobos, defensor de un oficial carapintada, negó haber amenazado a los jueces de la Cámara Federal, pero aseguró que los militares procesados por el alzamiento del 3 de diciembre impedirán que concluya el juicio. Ayer, durante la audiencia declararon sobre la muerte de un soldado peritos en balística y médicos forenses.

El doctor **Gonzalo Villalobos**, defensor del capitán **Ricardo Almada** —uno de los carapintada actualmente procesados— dijo ayer a **Clarín** que no amenazó a los jueces de la Cámara Federal. Pero al mismo tiempo agregó que **"más de una vez me dieron ganas de entrar a este Palacio de Justicia con una antorcha e incendiar todo"**. Además, sostuvo que **"si este proceso infame sigue su curso yo sé que no va a terminar bien, algo va a pasar, el sector carapintada va a impedir que siga este juicio, no sé con qué mecanismos pero me los imagino"**.

Las amenazas a los jueces a cargo de la causa por el alzamiento del pasado 3 de diciembre motivaron ya una denuncia ante el juez **Néstor Blondi**. Además, tras reunirse el martes pasado durante siete horas, los camaristas adoptaron algunas medidas de seguridad, tomando en serio las palabras de **Villalobos**, quien según el secretario de la Cámara expresó que a los jueces **"los vamos a pasar por la máquina de picar carne"**.

Ayer, **Villalobos** aseguró que **"todo esto es falso, una infamia, los que nos quieren apretar son los camaristas"**. Luego agregó que **"eso de máquina de picar carne no es mi forma de hablar"**.

Villalobos y su colega y esposa, **Graciela Leonor Morales**, protagonizaron varios incidentes en los tres meses que lleva el juicio. Inclusive, la doctora Morales fue desalojada por la acción policial de la sala de audiencias, luego de vivar el testimonio de **Aldo Rico**.

♦ Discrepancia

Mientras tanto, en la sala de audiencias varios peritos en balística y cuatro médicos forenses brindaban detalles sobre la muerte del soldado conscripto **Javier Gómez**, ocurrida a manos de los carapintada durante el alzamiento de diciembre, en la provincia de Entre Ríos.

Si bien en los testimonios brindados anteriormente el sargento y los conscriptos que acompañaban a **Gómez** aseguraron que el tiro mortal fue hecho desde atrás, los peritos encabezados por el doctor **José Maya** desecharon esa posibilidad, afirmando que se le disparó desde adelante.

El soldado **Gómez** fue obligado a ponerse cuerpo a tierra y en esa posición recibió un disparo en la cabeza, efectuado desde la columna rebelde que encabezaba el mayor **Pedro Mercado**.

Los forenses explicaron ayer que el proyectil impactó en el parietal derecho de Gómez, a 9 centímetros de la frente, y atravesó parte de su cuerpo hasta alojarse debajo de las costillas, a la altura de la cintura en el lado izquierdo.

Según los peritos, el disparo mortal fue hecho a 50 centímetros de la cabeza de Gómez y posiblemente de frente a la víctima.

01-01

9108301

DOCUMENTO
TITULO Donación de USA para fuerza aérea argentina.
150024
29/6/91
10033
11163
500980

Aporte para la Fuerza Aérea

WASHINGTON, 28 (ANSA). — El ministro de Defensa argentino, **Erman González**, anunció hoy que el gobierno estadounidense donará la reparación de un grupo de aviones C-130 de la **Fuerza Aérea**.

"Se ha resuelto el otorgamiento de repuestos y reparaciones necesarias para aviones C-130 de la Fuerza Aérea", señaló **González** en rueda de prensa, después de tres días de conversaciones de alto nivel.

El ministro informó, además, que se encuentran adelantadas las gestiones con el **Banco Mundial** para obtener la asesoría del organismo en la evaluación técnica necesaria para la privatización de las industrias del área de Defensa.

Posteriormente, la Argentina buscaría el apoyo crediticio del banco para financiar el programa de reestructuración de esas industrias, añadió **González**.

La agenda de **González** incluyó una reunión con su colega estadounidense, **Richard Cheney**, en la cual el visitante expuso los planes de reestructuración de las Fuerzas Armadas argentinas, y ambos ministros discutieron formas de cooperación en la lucha contra el narcotráfico.

González aclaró empero que solo la Policía y las fuerzas de seguridad —Gendarmería y Prefectura— intervendrán en la lucha antidroga en su país y que las Fuerzas Armadas solo darán apoyo técnico en casos especiales cuando se necesite.

Cheney agradeció una vez más la participación argentina en la fuerza multinacional en el golfo Pérsico y González señaló que "no se trató de un hecho aislado" sino que es parte del propósito de reinserción internacional de la Argentina.

"CLARIN"
29/6/91

01-01

9108302

Nº DOCUMENTO
TITULO Prácticas militares de Artillería en Mendoza...
PROCEDENCIA La Prensa
FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/91
VINCULACIONES 10033
11163
~~10808~~
11328

Prácticas militares de artillería en Mendoza

Mendoza (Télam) – En el asiento de la VIII Brigada de Infantería de Montaña de esta ciudad se llevó a cabo la crítica y análisis de los ejercicios bélicos realizados en la zona cordillerana, que incluyeron disparos de artillería de largo alcance.

Efectivos militares pertenecientes a la VIII Brigada de Infantería de Montaña con asiento en esta provincia realizaron en el curso de la presente semana diversos ejercicios de tiro, de defensa, con cañones y morteros en el campo de las bóvedas, en las proximidades de la localidad cordillerana del Valle de Uspallata.

Cabe consignar que las prácticas fueron supervisadas por el comandante de la unidad militar, general de brigada Carlos Alberto Settel y al mando de las tropas estuvo el jefe del Grupo de Artillería Montaña VIII, teniente coronel Jorge Horacio Dana.

Participaron más de 120 efectivos, entre oficiales, suboficiales y soldados y las prácticas se realizaron sobre blancos ubicados a seis kilómetros de distancia, entre pequeños cerros. Es decir, se operó sobre una longitud muy inferior a la capacidad de disparo, que es de 16 kilómetros.

Se utilizaron dos baterías, una integrada por cuatro cañones y otra por cuatro obuses, y una sección de cuatro morteros pesados, pertenecientes al Regimiento de Infantería de Montaña 16, con asiento en Uspallata.

Concluidas las prácticas se realizó una ceremonia denominada "Santa Bárbara" en homenaje a la patrona del Arma de Artillería, donde los artilleros honorarios recibieron diplomas, el tradicional bautismo con champaña y brindaron bebiendo en una de las vainas de las balas.

01/01

9108303

Nº. DOCUMENTO
TITULO Interés de Emiratos árabes en la compra de tanques.
PROCEDENCIA La Prensa
FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/91
VINCULACIONES 10033
11163
11331

Interés de los Emiratos en la compra de tanques

El brigadier Saif Sultan al Aryani y el teniente coronel Abdula Saleh Mutawa de los Emiratos Arabes iniciaron ayer una ronda de negociaciones con el propósito de adquirir en nuestro país material bélico y otros elementos castrenses.

Así lo indicó una fuente del Ministerio de Defensa quien agregó que los visitantes, huéspedes oficiales de nuestro país, recorrieron la planta del Tanque Argentino Mediano S. A. (TAMSE) con asiento en la localidad bonaerense de Boulogne y la semana próxima harán lo propio con Astilleros y Fábricas Navales del Estado Río Santiago y la Fábrica Militar de Aviones en Córdoba.

Los visitantes, tras recorrer la planta de TAMSE se interiorizaron sobre la posibilidad de adquirir en una primera compra 80 tanques argentinos medianos.

Las autoridades de los Emiratos Arabes dispusieron esa medida, tras obtener resultados favorables de blindados argentinos puestos a prueba hace dos años por las fuerzas armadas de ese país.

Los militares extranjeros tienen previsto asistir la semana próxima a un ejercicio de tiro en la localidad bonaerense de Magdalena, a cargo de un escuadrón de tanques argentinos con asiento en esa ciudad.

Posteriormente visitarán los astilleros de Río Santiago y más tarde viajarán a Córdoba para interiorizarse sobre las tareas que realiza la Fábrica Militar de Aviones con la construcción del avión Pampa y luego visitarán la Fábrica de Armamentos Domingo Matheu y Río Tercero.

9108304.

Cafierismo amenaza con romper alianza con Duhalde.
150024
1/6/91
10033
11164
11304

"CLARIN"
1/6/91

Eduardo Duhalde enfrenta dos conflictos en la provincia. El cafierismo, nucleado en el Frente Peronista Bonaerense (Frepebo), amenaza con una ruptura si no se contemplan sus pretensiones en la distribución de cargos. Además cuestiona actitudes del precandidato a la gobernación: por ejemplo, le achacan no cumplir con los compromisos que había asumido. En tanto, "los ocho" formalizaron su alejamiento del PJ en el distrito.

El cafierismo amaga romper su alianza con Duhalde

El cafierismo empezó a **velar las armas** y amenaza con **romper su alianza con Eduardo Duhalde**, como réplica a las actitudes y mensajes del vicepresidente desde que asumió públicamente su condición de precandidato justicialista a la gobernación bonaerense.

Sin ocultar tensiones ni una sensación de **enojo creciente**, el propio **Antonio Cafiero** y buena parte de las primeras espadas del Frente Peronista Bonaerense (Frepebo) debatieron la **posibilidad de la ruptura**, los **modos de concretarla** y las **alternativas políticas y electorales** de la corriente en la noche del jueves, en La Plata, mientras **compartían un asado en el quincho de la residencia del gobernador**.

Entre la veintena de asistentes estaban los ministros provinciales de Gobierno, **José María Díaz Bancalari**, y de Acción Social, **Rafael "Balito" Romá**, y los intendentes de Merlo, **Gustavo Green**; de Lanús, **Manuel Quindimil**; de La Matanza, **Federico Russo**; de Quilmes, **Eduardo Camaño**; de San Fernando, **Alfredo Viviant** y de Esteban Echeverría, **Luis Obarrio**. También, dirigentes del interior como **Héctor Scocia** y **Miguel Fragueiro**.

De gira por Italia desde el lunes, no estuvieron algunos de los máximos referentes del cafierismo legislativo, como el presidente de la Cámara de Diputados bonaerense, **Osvaldo Mércuri** —vecino de Lomas de Zamora e íntimo amigo de Duhalde—, su colega de bancada **Raúl Otacehe** y el presidente del bloque provincial del Senado, **José María Rocca**.

Antes que nada, Cafiero y sus invitados coincidieron en la caracterización y clasificación de sus motivos de enojo con Duhalde. Le atribuyen, como precandidato, un discurso de **"perfil autoritario"**, por sus reiteradas advertencias de que va a "gobernar con **mano dura**" y que no va recibir a los intendentes que no cumplan con sus instrucciones. O por sus comentarios acerca de que muchos de los dirigentes que trabajaron para su candidatura "se van a **arrepentir**" cuando les exija firmar su anunciado "compromiso ético" de reducir gastos y racionalizar personal.

"Se cree un **emperador** en lugar de un precandidato", fue una de las definiciones escuchadas en el quincho sobre este punto de los cuestionamientos a Duhalde. Varios de los comensales aseguraron poder probar, con estadísticas incuestionables, que **"ninguna intendencia aumentó tanto su plantel de personal como la de Duhalde durante su gestión en Lomas de Zamora"**.

Los frepebistas también le achacan a Duhalde **"falta de cumplimiento de los compromisos previamente asumidos"** con el cafierismo. En concreto, ya están convencidos de que el vicepresidente **no se plantea optar entre los dos aspirantes del Frepebo** —Romá y Green— en el momento de designar su compañero de fórmula.

El tercer elemento de cuestionamiento consiste en las críticas formuladas por Duhalde a la gestión de Cafiero, a las que consideran **"globalizantes y no fundamentadas"**. Uno de los presentes en el quincho de la gobernación aludía al **"respeto mágico"** de Duhalde por las consultas de opinión, altamente negativas para Cafiero. "Lo que pasa es que Duhalde **juega al bingo con las encuestas** —explicaba— en lugar de **analizar la realidad política y explicitar proyectos**".

Cuarto y último rubro del enojo: se aseguró que Duhalde tiene un comportamiento **"poco ético"**, porque "trata de **cooptar hombres del Frepebo mediante el ofrecimiento de cargos individuales**", al margen de la alianza orgánica entre el cafierismo y el duhaldismo.

♦ Vías de acción

Todavía no existe decisión definitiva tomada. Pero se tiraron sobre la mesa tres posibles vías de acción:

- Renegociar la alianza con Duhalde **desde una posición de mayor dureza**. Por ejemplo, a través de la **posibilidad de presentar en las internas del 28 de julio listas propias de candidatos a diputados nacionales, legisladores provinciales, intendentes y consejeros partidarios**.
- **"Boicotear toda la estrategia electoral"**. Lo que sin eufemismos quiere decir **"abrir el abanico de negociaciones internas**, desde el precandidato menemista a la gobernación **Carlos Brown, hasta el líder cegetista Saúl Ubaldini**."
- La más dura de todas, que implica **"participar de la conformación del frente nacional y popular por afuera del PJ"**, por el que trabajan el Partido Intransigente, los gremios del Encuentro Sindical (**Víctor De Gennaro, "Mary" Sánchez**), tal vez el propio Ubaldini, el "grupo de los 8", **Encuentro Popular de Luis Brunati**, la **democracia cristiana** y otras fuerzas de centroizquierda.

Curiosamente, desde Córdoba, horas después, el principal sostén de la precandidatura de Brown, **Luis Barrionuevo**, insistía en que tiene **"muy bien encaminadas"** las conversaciones con Ubaldini para que **encabece la lista de candidatos a diputados nacionales** de su sector. Vaticinaba, además, que van a **ganarle a Duhalde y a los cafieristas en las internas**.

91083005

Carlos Eichelbaum

Copyright Clarín, 1991

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO: Partido Intransigente convoca a formar un frente opositor.
PE... 150025
FE... 1/6/91
VI... 10033
11164
11304

Los intransigentes convocan a formar un frente opositor

La convención nacional del Partido Intransigente (PI) sesionará hoy con el propósito de ratificar la candidatura de Oscar Alende a la gobernación bonaerense y definir la estrategia electoral partidaria para conformar un frente opositor al "liberal neoconservador del Gobierno".

Los cinco 200 convencionales del PI deliberarán a partir de las 14, en Belgrano 2028, y a las 21 se realizará un acto público en el que se presentarán Alende y los principales referentes frentistas.

Anunciaron su participación Germán Abdala, Juan Pablo Cafiero, Mónica Fuentes y Carlos "Chacho" Alvarez (Grupo de los 8), Luis Brunati, Víctor de Gennaro y Mary Sánchez (Encuentro Sindical), Raúl Silveyra (Democracia Cristiana), y Enrique Indi (Socialismo Auténtico).

También fueron invitados Saúl Ubaldini, Alberto Piccinini, Carlos Auyero, Hebe de Bonafini, Adolfo Pérez Esquivel, la comisión de enlace ferroviaria y representantes de diversos sectores del campo popular.

Sin embargo, Ubaldini hizo saber que no concurrirá al encuentro.

Alende desmintió, por otra parte, presuntos contactos con Ubaldini para ofrecerle un cargo electivo en el frente.

El veterano líder del PI expresó que "aprecio y respeto a Ubaldini", pero desmintió que hubiera ofrecido al dirigente cervecero que lo acompañe "en la fórmula para la gobernación o que encabece la lista a diputado nacional".

Como parte de las deliberaciones de la convención se analizará un informe que será expuesto por el bloque de diputados del PI.

"LA NACION"
1/6/91

01/01

X

9108306

DOCUMENTO
TITULO Frente de Centroizquierda de Capital Federal.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 1/6/91
VIDEO 10033
11164
11304

El centroizquierda, en terapia intensiva

El método para la elección de candidatos provocó ayer un primer **distanciamiento** en el flamante frente de **centroizquierda** de la Capital Federal, que podría derivar en una **fractura prematura** de esta alianza.

El Grupo de los Ocho (**Chacho Alvarez**), el partido Democracia Popular (**Carlos Auyero**), Democracia Avanzada (**Atilio Borón**), Partido Humanista (**Eduardo Cicari**), Corriente para el Protagonismo Popular (**Eduardo Sigal**) y el Movimiento 29 de Mayo (**Carlos Vicente**) acordaron **convocar a elecciones internas abiertas en fecha a determinar**.

En cambio, los partidos Socialista Auténtico (**Jorge Selser**), Intransigente (**Marcelo Vensentini**), Democracia Cristiana (**Carlos Bruno**), Encuentro Popular (**Luis Brunati**), y Acuerdo Popular se ausentaron deliberadamente de la reunión para **no avalar** esa decisión.

El primero de los sectores, además, decidió realizar un nuevo plenario el viernes de la semana próxima para **fijar la fecha** de las internas abiertas, tratar de volver a sumar a los ausentes al frente formado solo hace una semana atrás y así evitar un desgranamiento antes de la constitución formal de la alianza.

El contenido de una declaración conjunta de los representantes de los partidos que participaron del plenario, demostró que todavía **no quieren romper lanzas**. El texto aclaró que ayer no se fijó la fecha de las internas abiertas "con el objeto de **ampliar las consultas** con todos aquellos sectores que integran el mismo". Lo que se entendió claramente como un **llamado a los ausentes** para tratar de que el frente tenga un parto político normal.

También se crearon comisiones de trabajo para definir la plataforma electoral, la estructura del frente, y la organización de las internas.

Los ausentes tuvieron, a su vez, **posiciones divididas**. El PSA y Encuentro Popular dieron a conocer un comunicado conjunto en el cual justifican su ausencia porque, a su criterio, **había que haber agotado la búsqueda de consenso** para definir los candidatos antes de llamar a internas abiertas.

El PI afirmó que "apoya el mecanismo de internas abiertas como una alternativa para elegir sus candidatos **si no existiera consenso al respecto**". Pero también justificó elegantemente su ausencia con el argumento de que ayer deliberó su convención metropolitana.

La DC no concurrió por motivos similiares al PI, pero también porque **mañana tendrá elecciones internas para elegir candidatos a cargos electivos**. Allí se presentan dos listas: la Verde está encabezada por Bruno, actual presidente del partido en el distrito, que se opone al gobierno menemista, y la Blanca por Carlos Traboulsi, apoyada por el ministro de Defensa, **Antonio Erman González**. La DC deberá someter a una convención partidaria la eventual aceptación de realizar elecciones internas abiertas para definir los candidatos del frente.

"CLARIN" 1/6/91

01/01

9108307

Nº. DOCUMENTO
TITULO Candidatos de la Alianza Unidad Socialista.
PRO 150021
FE 1/6/91
V: 10033
11164
11304

Primeros a la izquierda

La Alianza Unidad Socialista ya tiene candidatos. Son **Alfredo Bravo** y **Angel García**, para diputados nacionales, y **Ernesto Jaimovich** y **Raúl Puy** para concejales. Los proclamados el lunes, a las 11, en Rivadavia 2307, con la presencia del diputado **Guillermo Estévez Boero** y del concejal **Norberto La Porta**, todos de AUS. Bravo fue el candidato más votado en Capital Federal, en las elecciones de 1989. Pudo haber integrado el Frente de Centroizquierda en gestación, pero parece que el Frente no quiso llevarlo como principal candidato. ¡Oh, la izquierda y sus bemoles!

"CLARIN"
1/6/91

01/01

9108308

La izquierda quiere formar su propio frente político.
150026
1/6/91
10033
11164
11309

Especialmente para Buenos Aires

LA PRENSA 1/6/91

La izquierda quiere formar su propio frente político

Por Carlos Manuel Acuña

Desde hace mucho tiempo sostuvimos que uno de los finales previsibles de la política argentina para el corto plazo era la formación de dos grandes frentes políticos, uno de izquierda y otro de centroderecha, en tanto el alfonsinismo podría quedar solitario en medio de la puja. Ahora las cosas parecen definirse por ese sentido a partir de lo que se está dando en la provincia de Buenos Aires.

Por el momento y tal vez por sus originales ataduras democratacristianas, el vicepresidente de la República le tiró una línea de propuesta al jefe del partido Intransigente, Oscar Alende, a los efectos de que lo acompañe en la fórmula, pero el veterano ex gobernador todavía no está decidido y esperará las próximas horas a que la convención partidaria adopte un criterio definitivo.

Al respecto, la atmósfera de izquierda y centroizquierda se encuentra al rojo vivo, pues la primacía de extremistas que se registra en las bases intransigentes, prefieren —al menos así lo manifestaban al cierre de este comentario— aliarse con disidentes del peronismo y formar ese frente de izquierda neta y definida para tentar suerte en las urnas.

Los que se apartan del justicialismo

Al menos eso también lo desean los apartados, disidentes o renunciantes del partido Justicialista como el denominado "grupo de los ocho", que acaban de adelantar públicamente una actitud de rechazo a cualquier fórmula menemista o partidaria, especialmente si está encabezada por Eduardo Duhalde, lo que en definitiva le viene "como anillo al dedo", al ahora precandidato, dadas las circunstancias producidas durante los últimos días.

De acuerdo con las últimas informaciones, de ese posible frente en gestación participaría también —además del PI— la sección argentina del partido Comunista, el Movimiento al Socialismo (MAS), el partido Obrero y otras expresiones del extremismo ideológico, a lo que se sumaría la corriente de la "teología de la liberación", que intenta insertarse en los sectores más populares, especialmente del conurbano.

Lo más interesante de este asunto, es que según avancen las cosas, los disidentes del peronismo, empujados por Luis Brunatti, cuyo liderazgo de los sectores sobrevivientes del activismo máximo de la izquierda es más que evidente, podrían apartarse más formalmente todavía de la estructura oficial del justicialismo y formar su propia agrupación, de acuerdo con las normas legales que facilitan las alianzas y los entendimientos electorales.

Si así sucede, la ruptura, la quiebra mejor dicho, podría ser definitiva y habría que ver entonces cuál sería la actitud final no ya de lo que queda del cafierismo, sino del propio gobernador de Buenos Aires, pues Antonio Cafiero deberá tomar una definición cuyo punto de partida actualizado es su escasa posibilidad de influencia para colocar partidarios afines en las listas que respalden al ganador de la interna bonaerense que, a todas luces, sería Duhalde con su Liga Federal a pleno.

Sin duda, éste podría establecer acuerdos con Brown, si es que el intendente de San Martín pierde en la interna, pero lo que no se insertaría dentro del esquema de candidatos peronistas bonaerenses, sería la presión de Luis Barrionuevo ni de quienes se sienten hombres directos de Cafiero.

Entonces... ¿que hará el gobernador...? ¿Se quedará donde está para contemplar su declinación política o bien se dejaría tentar por una colaboración con su hijo Juan Pablo, hombre que está colocado en el corazón del "grupo de los ocho", para pasar a la izquierda sin tapujos...?

Con miras a otras alianzas

Todavía es más que prematuro hacer predicciones, pero pese a lo que se dice y sostiene en otros ámbitos y sectores ideológicos, habrá que tener mucha paciencia para poder vislumbrar la formación de las posibilidades electorales, lo que en otras palabras quiere decir que las conversaciones concretas para establecer alianzas apenas si están iniciadas, y en ciertas casos no pasaron de los clásicos tanteos que caracterizan a estas negociaciones.

Si es por hacer nombres, tanto los independientes de Santiago de Estrada como los conservadores, siguen solos por su cuenta pero sin dejar de tomar contactos abiertos y circulares, la UCeDe prácticamente ha dejado de existir en la provincia y hasta sería factible que su candidato a gobernador, el fogoso diputado nacional Alberto Albamonte, busque entendimientos con el oficialismo a igual que Alvaro Alsogaray en la capital federal, lo que corrobora que los grandes solitarios de esta nueva etapa política en la Argentina, serán los radicales y los alfonsinistas.

Los primeros, con muy buenas posibilidades en la capital federal y Santa Fe, en tanto los segundos cada vez tienen la pista más pesada en el distrito bonaerense. Pese a que ganaron en algunas internas, no es lo mismo obtener votos dentro de una casa que se controla, que en el resto de la sociedad.

El fantasma del 5 de agosto

Mientras tanto, el fantasma del 5 de agosto está en el subconsciente de muchos políticos y en la fresca atención de otros dirigentes, especialmente de los votantes que ya saben a la perfección que los votos cautivos dejaron de existir y que se inaugura en la Argentina una nueva modalidad, un nuevo estilo y un nuevo signo que forma parte de esa gran corriente conservadora —cualquiera sea el rótulo que se prefiera para definirla partidariamente— que se abate sobre los finales de este siglo XX.

De alguna manera, esto también debemos relacionarlo con lo que pueda resolverse el sábado de la próxima semana, cuando en Luján las unidades vecinales realicen su congreso, del cual sugirán definiciones importantes, especialmente en materia de exigencias para modificar el sistema electoral y hacerlo más representativo, en tanto la pregunta que más flota en el ambiente, es hacia qué lado se inclinarían sus preferencias o recomendaciones para los niveles provincial y nacional.

Este último fenómeno no es exclusivo de Buenos Aires, pues también en otras provincias decenas de uniones provinciales jugarán un rol importante en la trasformación del cuadro político —por ejemplo, en Chubut, habrá una candidata justicialista a la gobernación con el respaldo del provincial Acción Chubutense— todo lo cual nos habla a las claras no solamente de cambos de conducta, sino también de adecuaciones ideológicas que, frente a lo que ocurre en el mundo, deja a las izquierdas sin excepción y particularmente a las más encastradas en el agonizante marxismo, como raros fenómenos que hacen a las curiosidades de la condición humana.

01/01

9108309

Nº. DOCUMENTO
TITULO Siete listas en la Ucedé metropolitana.
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 2/6/91
VINCULACIONES 10033
11164
11304

LA NACIÓN Domingo 2 de junio de 1991

Siete listas en la Ucedé metropolitana

Nada menos que siete listas competirán en los comicios internos de la Ucedé metropolitana que se realizarán el próximo 30 de junio para definir las candidaturas a diputado nacional, concejal y consejero vecinal.

Las dos principales listas son la oficialista, que postula a Alvaro Alsogaray para su reelección como diputado, y la del sector capitaneado por su más férrea opositora, Adelina de Viola, que lleva como precandidato a diputado al ex asesor de la interventora de Entel Ricardo Zinn.

De las siete listas, cinco presentaron precandidatos para todos los lugares en disputa, una para diputados exclusivamente y otra para concejales y consejeros vecinales. Las nóminas oficializadas, con sus principales postulantes, son las siguientes:

- **Unidad y Apertura:** lleva al ingeniero Alsogaray, al ex subsecretario de Industria y Comercio Jorge Pereyra de Olazábal y al constitucionalista Miguel Padilla como primeros precandidatos a diputado, y a Jorge Pirra, Patricia Siracusano y María Virginia Sánchez Sorondo de Herrera como postulantes a concejal.

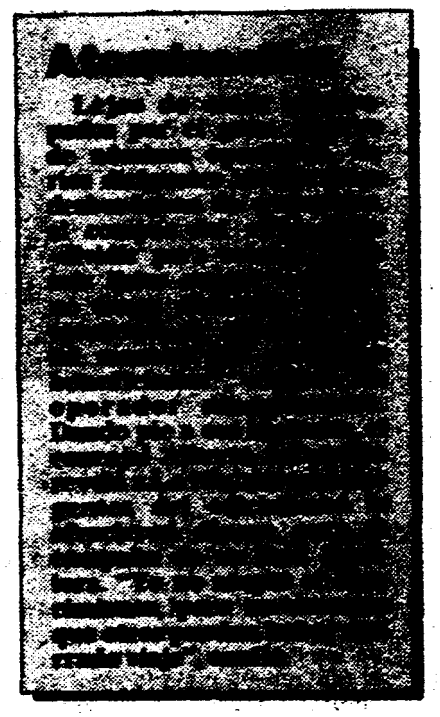
- **Nueva Etapa Liberal:** conducida por la señora de Viola, tiene a Zinn, José Juan Manny y Víctor Alderete como precandidatos a diputado y a Julio Crespo Campos, Venancio Arango y Roberto Oliveira como postulantes a edil.

- **Generación Liberal:** es encabezada por el arquitecto y actual concejal Fernando Bustelo, por Javier Vila Sánchez y por Nora Martín como precandidatos a diputado. Son aspirantes a concejal Antonio Demarco, Gustavo Brignone y Juan Steverlinck.

- **República Liberal:** lleva al actual concejal Alberto Sersócimo como primer precandidato a diputado, seguido por Eduardo Pérez Calvo y Oscar Zatti. Como postulantes a concejal se presentan Alberto Lazzari, Eduardo Abregú y Ana María Locoselli.

- **Cruzada Liberal:** postula al "dinosaurio" Alfredo Solari, al actor Fernando Ciro y a Diego Dávila como diputados y a Rubén Piro, a Rosa Cavalcanti y a la actriz Elena Cruz.

- **Recuperación Liberal:** presenta solamente precandidatos a diputado, encabezados por Guillermo Pereira, Marta de Pellegrini y Hernán Canavese.



- **Liberal Buenos Aires:** sólo lleva precandidatos a concejal. La lista es liderada por el actual edil Carlos Maslatón, a quien siguen Carlos Pirovano y Hugo Bunge Guerrico (h.).

Para la confección definitiva de las listas de candidatos regirá el sistema d'Hont de representación proporcional.

Internas en Córdoba

CORDOBA.– La Ucedé cordobesa realizará hoy comicios internos para definir sus candidaturas a cargos electivos y designar autoridades partidarias, en los que podrán participar unos 27.000 afiliados.

El oficialismo, Apertura y Renovación–Unidad, auspicia la fórmula Domingo Viale–Luz Remedi para la gobernación y lleva como primer precandidato a diputado a Germán Kammerath. Como presidente del partido postula a Eduardo Vincenti.

La lista Apertura y Participación Liberal, conducida por Prudencio Bustos Argañaraz –precandidato a intendente de la capital–, presenta el binomio Alfredo Gattas–Carlos Arrigoni para la gobernación y postula al propio Gattas para una banca de diputado. Para la presidencia del partido propone a Jorge Manfredi.

01/01

9108310

DOCUMENTO
INTERES: Acuerdo argentino-paraguayo por petróleo.
FECHA: 150224
FECHA: 3/6/91
10033
11164
11349
66723

Acuerdo argentino-paraguayo

Para mediados de este mes está prevista la firma del convenio entre la Argentina y el Paraguay para la exportación de petróleo extraído en la provincia de Formosa.

Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) se comprometió ante el Paraguay a entregar 6.000 metros cúbicos de petróleo de su planta de almacenaje ubicada en la ciudad de Formosa para que la firma paraguaya Petropar realice las pruebas de calidad requeridas para la exportación.

En el acuerdo que firmarán los dos países se establecerá un envío mensual de 30.000 metros cúbicos de crudo, los cuales serán trasladados por vía férrea desde los pozos de Palmar Largo, en el extremo oeste del territorio formoseño.

Las exportaciones de petróleo comenzarán a efectuarse una vez que la compañía Petropar termine con las pruebas de rendimiento del crudo argentino en sus refinerías de Villa Elisa.

"CLARIN"
2/6/91

01/01

910831

Situación del Gobierno.
150035
2/6/91
10033
11164

¿Los colores pesan en el Gobierno?

Para el presidente Menem "los colores en el Gobierno no existen, los celestes no lideran. El poder absoluto lo tengo yo. Fuera del Gobierno pueden hacer cualquier cosa. Me tienen sin cuidado, pero el que quiera reavivar colores se va del Gobierno."

Tales expresiones, formuladas a LA NACION por el jefe del Estado, parecen no disipar la impresión generalizada en los ámbitos gubernamentales y políticos de que los celestes siguen en pie de lucha para ampliar sus espacios de poder.

El primer mandatario había desconcertado a los observadores políticos cuando, al inaugurar el período de sesiones ordinarias del Congreso de la Nación, afirmó categóricamente: "Se terminó el internismo que tanto nos perjudicó".

¿Quiso decir que los celestes y los rojos punzó –sus rivales en el entorno– habían depuesto sus armas?

Hoy, de los análisis de algunos funcionarios de la Casa de Gobierno se desprende que los rojos punzó experimentaron un franco retroceso, mientras que los celestes continúan adelante, "pero –dijeron aquellos analistas– muy limitados en su campo de acción en razón de que Menem no les reconoce su hegemonía".

En uno de sus últimos embates, los celestes intentaron apoderarse de la Secretaría de Medios de Comunicación, que había dejado vacante Fernando Niembro.

Aplastados por la respuesta del Presidente, quien apeló a la figura de un extrapartidario –Raúl Burzaco– para cubrir ese cargo, los celestes debieron reconocer en voz baja su derrota.

Otra impetuosa embestida que hizo fruncir el ceño al primer mandatario se produjo más recientemente. Los celestes, con la excusa de apoyar al ministro de Economía, Domingo Cavallo –no tiene nada que ver con ninguno de los dos bandos–, habrían intentado sin éxito desplazar a Antonio Erman González de la cartera de Defensa, desde donde éste defendía un aumento salarial para las FF.AA.

Fuentes oficiales interpretaron que "el objetivo era colocar un enclave de ese color" en ese ministerio. Se mencionó como candidato, en aquellos días, al presidente de la Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados, Miguel Angel Toma.

Dentro de los celestes se alinean, según los informantes, los ministros de Trabajo, Rodolfo Díaz, y de Justicia, León Arslanian. No están, en cambio, Julio Mera Figueroa, de Interior; Domingo Cavallo, de Economía; Antonio Erman González, de Defensa y Guido Di Tella, de Relaciones Exteriores, considerados aliados del Presidente. Antonio Salonia, de Educación, y Avelino Porto, de Salud y Acción Social, reflejan por su parte el perfil extrapartidario del Gobierno.

Los jefes celestes

Para estas cruzadas, los celestes no solamente cuentan con aquellos dos ministros, como hombres claves en el Gobierno, sino también con quien oficia de coordinador del gabinete nacional, el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá.

En algunos círculos oficiales se lo identifica a Bauzá como uno de los jefes del sector. Es muy amigo de Menem, lo acompañó en la campaña electoral y estuvo al frente de los ministerios del Interior y de Salud y Acción Social.

No menos relieve alcanzan en el firmamento celeste Eduardo Menen, hermano del Presidente, y José Luis Manzano, presidente del bloque de diputados peronistas.

Entre otros, engrosan la nómina celeste, pero en niveles secundarios, según fuentes que dicen conocer el tema, Carlos Corach, Luis Prol, Raúl Carignano, Jorge Maiorano, Roberto García, Omar Vaquir, José Roberto Dromi. Algunos de éstos ya se retiraron del Gobierno.

Los celestes mantienen silencio de radio sobre su actual situación. Acaso por las advertencias del Presidente de no participar en pujas internas.

"Ninguno habla de sectores porque teme que pueda ser decapitado políticamente por el Presidente", se dice en medios allegados a ese grupo.

No es para menos. César Arias y Raúl Granillo Ocampo debieron ale por incesantes discusiones que alcanzaron repercusión pública y por el gran revuelo que hubo en la interna gubernamental.

Aquél, rojo punzó, y Granillo Ocampo, independiente, aunque en algún momento se lo vinculó a ese sector por su enfrentamiento con los celestes, concretamente con Manzano, quien resistía su designación como ministro de Justicia.

De todos modos, Eduardo Menem ha expresado públicamente que los celestes no existen.

¿Y los rojos punzó?

El conjunto de datos sobre la realidad interna indica que quienes se alineaban entre los rojos punzó fueron perdiendo terreno. Por un motivo u otro, emigraron del Gobierno sus principales figuras: Alberto Kohan, Luis Barrionuevo, Rubén Cardozo, Julio Bárbaro y César Arias.

El desvencijado navío rojo punzó que enfrentó tantas borrascas sólo lleva a su bordo a Moisés Ikonicoff, subsecretario de Interior, y a Julio César Aráoz, interventor en Tucumán.

"En realidad, se autoinmolaron" señaló una alta fuente gubernamental en alusión a la suerte que corrió Barrionuevo con su desafortunada expresión de que "en la Argentina no se hace plata trabajando" y a Ikonicoff por su incidente con una empleada de Austral.

La ruta política

Los celestes no solamente libraron batallas para conquistar cargos, en el afán de expandir su influencia, sino que al parecer tienen un plan de acción, entre los que figurarían los siguientes objetivos:

- Fortalecer su línea interna mediante una estrecha y fluida relación con el Parlamento y los partidos políticos.
- Lograr la posibilidad de "peronizar" al Gobierno para evitar que el partido funcione aisladamente.

Julio Aguirre Chanetom y Jorge Monti

Los equipos

Celestes: Eduardo Bauzá, Eduardo Menem, José Luis Manzano, Rodolfo Díaz, León Arslanian, Carlos Corach, Luis Prol, Raúl Carignano, Jorge Maiorano, Roberto García, Omar Vaquir, José Roberto Dromi y Miguel Angel Toma.

Rojos punzó: César Arias, Alberto Kohan, Luis Barrionuevo, Rubén Cardozo, Julio Bárbaro y Moisés Ikonicoff.

01-01

9108312

Nº DOCUMENTO
TITULO: Cavallo pierde impulso político
PAG: 150026
FE: 2/6/91
VI: 10033
11164
11302
11161
11392

Cavallo va perdiendo impulso político

Por Sergio Crivelli

A Domingo Cavallo no le fue bien en el Congreso con la idea de postergar el pago del aguinaldo. Para que le aprobaran rápidamente las leyes que mandaba al Parlamento había tomado la costumbre de agitar ante los legisladores el fantasma de la hiperinflación. Su mensaje era directo: mi plan o el caos. Esta vez, sin embargo, la estrategia no le dio buen resultado. Un fracaso así era de esperar, aunque no tan pronto.

Presionados por el superministro, diputados y senadores habían levantado antes, a regañadientes, la mano para sansionar en tiempo récord reformas impositivas y la ley de convertibilidad. Pero la cuestión del aguinaldo encendió una luz roja en su tablero. "Nos solía amenazar con que si no le votábamos las leyes volvería la híper y él renunciaría, explicaba un peronista del Congreso. Esto equivalía a perder las elecciones. Pero si lo dejamos seguir con medidas tan impopulares, igual perdemos. Ergo, hubo que pararle el carro. Le vamos a aprobar la ley, pero modificada".

El oficialismo vive en el Congreso una tragedia política: ve con resignación y fatalismo cómo Carlos Menem arroja por la borda una a una las banderas históricas de Perón. En realidad, el presidente está recogiendo los frutos amargos del Estado benefactor que desarrolló hasta la hipertrofia el fundador de su partido. Pero el espectáculo de la cirugía mayor en trámite desconsuela a los peronistas.

No es para menos. Primero el gobierno desactivó la ayuda social. Eliminó el PAN, arriesgó un escandalete con el "bono solidario" y lanzó un plan "Llancay", que sólo sirvió para que Erman González impartiera nociones elementales de quechua a la población.

Acto seguido, comenzó la "privatización" de empresas del Estado, en otros tiempos piedra angular de la economía peronista. Ahora le toca el turno al sistema previsional; del que solían enorgullecerse los justicialistas. Los jubilados hacen camping frente a Tribunales y forcejean regularmente con la policía frente a las cámaras de televisión.

En suma, del peronismo no va quedando casi nada. Sólo quedan peronistas. Y entre ellos, los que están en el Congreso han comenzado a comprender que la estabilidad es condición necesaria pero no suficiente para ganar los comicios y que seguir dócilmente el rumbo fijado por Cavallo resulta peligroso, en especial, en vísperas electorales.

De allí el cuestionamiento, la demora y las modificaciones que se impondrán al proyecto del ministro. Obviamente es más fácil hacer peronismo desde una banca que desde el Poder Ejecutivo, pero en esta oportunidad no sólo se encresparon los legisladores. Cavallo se quejó de la falta de apoyo de sus colegas de gabinete. Y parecía tener razón, ya que los operadores políticos en el Congreso –Eduardo Bauzá, José Luis Manzano– se plegaron sin mayor resistencia a los reclamos. De todas maneras las protestas de los legisladores son en buena medida "pour la galerie" o, para ser más exactos, "pour le journalisme".

Lo que modificó apreciablemente el panorama en esta oportunidad fue el hecho de que a Cavallo no le están saliendo bien los deberes. Esto es, que el plan no financia sus gastos inmediatos, por lo que el gobierno no puede hacer frente al pago del aguinaldo. Peor aún, las reformas al plan original del ministro para pagar a jubilados y asalariados de bajos ingresos involucrará un agujero financiero significativo para el Estado. Piénsese que los jubilados son cerca de 2 millones y medio, el doble de la planta de la administración central.

"LA PRENSA"
2/6/91

01-02

9108313

Así, no debe descartarse que en junio vuelva el déficit, porque, además del aguinaldo, habrá pagos impostergables al exterior. En ese caso se necesitará financiamiento y aquí también la situación aparece complicada. El "stand by" con el Fondo está demorado y en el mercado local nadie le quiere prestar plata al Estado con las tasas actuales, como quedó en evidencia repetidas veces esta semana. Resta como recurso elevar la tasa, pero eso perjudicaría la reactivación que ha comenzado a percibirse.

Schiaretti está nervioso

Para mal de males la inflación persiste y esto ha colocado en una posición difícil al subsecretario de Comercio, Juan Schiaretti. La confianza de Cavallo en el funcionario parece haberse mellado y el alza en los precios en algunos alimentos contribuyó a debilitar su posición.

Antes de que los alimentos frescos se escaparan de control los empresarios no conseguían que Schiaretti los recibiera.

Ahora el gobierno les solicitó asesoramiento para eliminar las trabas legales que impiden la importación de productos frescos y los hombres de negocios encontraron a Schiaretti algo alterado por la rebeldía de los precios. Es incomprensible: más del 2 por ciento de inflación resulta letal para el plan de convertibilidad con el dólar fijo a 10 mil australes. Por ese camino a más tardar a fin de año habría que devaluar.

Es bajo esta presión que a Cavallo se le ocurre explicaciones como la que dio para justificar el aguinaldo en cuotas. Dijo que el dinero extra en manos de la población alentaría el alza de los precios. Si se sigue el razonamiento, los asalariados están condenados a recesión perpetua, porque si sus ingresos mejoraran, la hiperinflación volvería.

Disparates políticos

Los disparates, empero, no son exclusivos del área económica. La dureza del ajuste y la proximidad de las elecciones obligan al oficialismo a practicar la esquizofrenia política hasta el límite. Ejemplo notorio en ese sentido fue la idea del vicepresidente Eduardo Duhalde de formar un frente de centroizquierda para competir con el radicalismo en la provincia de Buenos Aires. Si el gobierno de Carlos Menem es de centroizquierda, Alvaro Alsogaray es por lo menos trotskista.

En verdad Duhalde coqueteó con Oscar Alende, pero también consultó 24 horas antes de aceptar la candidatura a Arturo Frondizi y le anticipó que Saúl Ubaldini iría en su boleta. Ubaldini, entretanto, prometió visitar a Frondizi, pero no le hizo y envió en su lugar a operadores gremiales de segunda línea.

Más lógico resultaría una alianza del menemismo con la UCeDe. Alvaro Alsogaray es muy afecto al presidente y controla sin problemas el partido en capital. Alberto Albamonte triunfó en la provincia de Buenos Aires y siempre tuvo buen diálogo con Menem. Fuentes partidarias revelaron, además, que María Julia Alsogaray le pidió al dirigente cordobés Germán Kammerath que hiciera una alianza con el PJ para enfrentar a Eduardo Angeloz, y en Río Negro los liberales ya acordaron con el peronismo apoyar la candidatura de Víctor Sodero Nievas.

Como se ve existe una atracción natural entre alsogaraísmo y menemismo que vuelve aun más incomprensibles los arranques socialdemócratas del vicepresidente de la Nación.

02-02

9108313

Candidatos de la Alianza Unida Socialista
150024
3/6/91
10033 /
11164 /
11304 /

Las cuatro rosas

En un sencillo pero emotivo acto, como se dice, la Alianza Unida Socialista proclamará hoy a **Alfredo Bravo** y a **Angel García** como candidatos a diputados nacionales. La coalición entre los partidos Socialista Democrático y Socialista Popular designará también a **Ernesto Jaimovich** y a **Raúl Puy** para ocupar una banca en el Concejo Deliberante metropolitano. Los socialistas se apuraron a definir sus nombres pese a los tanteos de la izquierda por sumarlos a una fuerza común. ¿La causa? A diferencia de la mayoría de los grupos de izquierda, ricos en iniciativas pero pobres en votos, ellos pueden acreditar cien mil votantes. Por el local de Rivadavia al 2300 también se dejarán ver, aunque de las 11, Guillermo Estévez Boero y Norberto La Porta.

3/6/91
"CLARIN"

X

01/01

9108314

Partido Intransigente rechaza ofrecimiento de Duhalde.
150029
3/6/91
10033
11169
11304

QUIEREN IR CON LOS DISIDENTES DEL PJ

El PI formalizó su rechazo al ofrecimiento de Duhalde

No hubo sorpresas: la convención nacional del Partido Intransigente, a **la caza del peronismo disidente**, decidió impulsar la formación de un frente electoral de **claro perfil opositor** al proyecto sostenido por el Gobierno.

Desencantados como otros grupos de izquierda con el gobierno peronista **al que ayudaron a llegar al poder**, los intransigentes **ya habían resuelto** no repetir la alianza electoral del '89. Pero la discusión amagó con volver a plantearse internamente a causa de la virtual oferta de **Eduardo Duhalde a Oscar Alende** para que el veterano jefe del PI lo acompañe como candidato a vicegobernador bonaerense.

El documento aprobado en las deliberaciones del sábado destaca que el **acuerdo electoral** que ahora propugna el partido no es con el peronismo sino que representa el comienzo de una **"construcción permanente orientada a la conquista del gobierno y el ejercicio del poder por el pueblo"**.

En directa alusión a **Saúl Ubaldini** y al **contestatario** Grupo de los Ocho, los convencionales insistieron en que en la constitución del frente era necesario **privilegiar las expresiones orgánicas del movimiento obrero opuestas al Gobierno** y los sectores del peronismo que resuelvan pronunciarse **por fuera** de las estructuras partidarias.

A diferencia del Grupo de los Ocho, que decidió formar **un partido propio** al margen de las estructuras del peronismo, Ubaldini mantiene hasta ahora **silencio** sobre cuál será su actitud. Dirigentes de "los 8" y de otros grupos de izquierda **participaron de la reunión intransigente**.

Debilitados por luchas internas que **mellaron significativamente su** caudal electoral, **los intransigentes** decidieron instruir al comité nacional para que **la convocatoria frentista** se haga pública **"al pueblo peronista"**. Y llamó a **los "compañeros** peronistas **honestos, revolucionarios** e intransigentes **en la defensa de sus** banderas históricas", a **sumarse** a la tarea de reconstruir el movimiento.

La declaración, **que consta de seis** puntos, advierte **que la alianza debe** contar con una **estructura orgánica** que "supere la mera **coordinación** entre los **partidos y sectores**", y que posibilite las **definiciones y acciones** políticas **"en los frentes de masas y en los espacios que debatemos el poder"**.

3/6/91
"CLARÍN"

01/01

910831.5

Elecciones internas del PDC porteño.
150024
3-6-91
10033
11164
11304

Un centrista ganó en la DC porteña

La Lista Blanca, con **Carlos Traboulsi** a la cabeza de la nómina de candidatos a diputados nacionales y **Jorge Castaldi** como primero entre los concejales, se adjudicó en **reñida votación** las elecciones internas del Partido Demócrata Cristiano porteño.

La agrupación vencedora pertenece al grupo **Integración Nacional**, que se define a sí mismo como de **centro**. En realidad, está en una oposición **intermedia** entre las dos alas más extremas del partido: la que, por izquierda, propicia sumar a la DC a un **frente opositor contra el Gobierno**. Y la otra que, encarnada por **Francisco Cerro y el ministro Erman González**, propone **sumarse a la alianza con el peronismo oficial**.

La Lista Blanca consiguió en apretada victoria 705 sufragios, es decir el **52% de los votos**. En tanto que la Verde, logró 648 (47%) llevando como candidatos al ex diputado **Carlos Bruno y José Luis Lanna**, en cada una de las listas. **Unos siete mil afiliados estuvieron habilitados para participar en los comicios.**

La Blanca ganó en 12 circunscripciones, pero aplastó en la segunda y tercera, circunstancia que favoreció un triunfo por momentos difícil. Tras la victoria, Traboulsi reiteró que la democracia cristiana participará con listas propias en los comicios del 27 de octubre. "Vamos a respetar el mandato de la última convención metropolitana", dijo.

♦ UCeDé

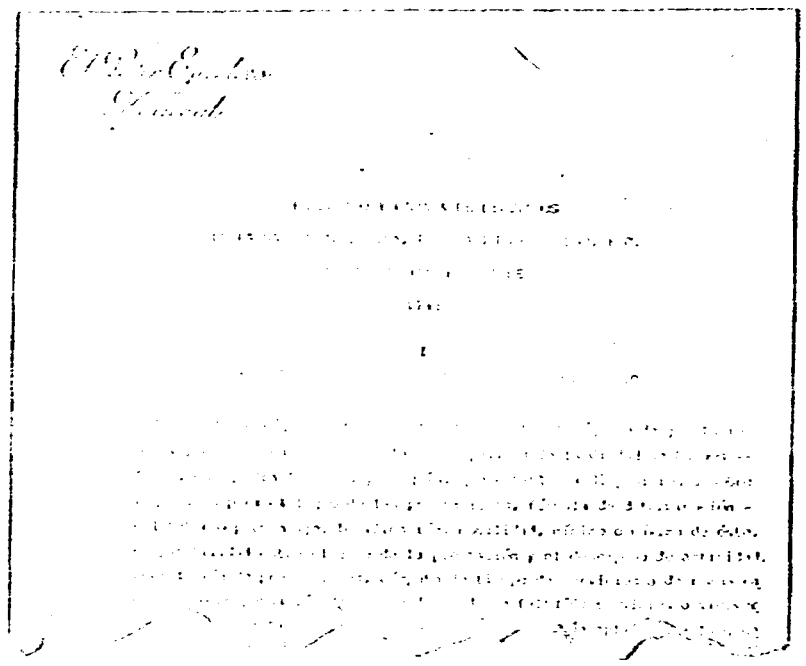
La lista Apertura y Renovación, que postula a Germán Kammerath como primer candidato a diputado nacional, se imponía anoche en los comicios internos del ucedéismo de Córdoba. Kammerath sostiene una posición equidistante de las de Alvaro Alsogaray y Adelina de Viola en el orden nacional.

3/6/91
"CLARIN"

01/01

9108316

Proyecto para derogar jubilaciones de privilegio.
150024
3/6/91
10033
11164
11302
11165
11327



Facsímil de la iniciativa del PEN para derogar los regímenes de privilegio.

Jubilación de privilegio: el proyecto, al Congreso

Doc. poco legible

X

01-01

CLARIN 3/6/91 91 08317

Candidatura de Aldo Rico.
150024
3/6/91
10033
11169
11304

Doc. poco legible

SEGUNDA DA CANDIDATO

[illegible] y en campaña

Mujer, conversó con afiliados del sindicato municipal y dejó [illegible] en local partidario ante [illegible] cincuenta simpatizantes, casi todos mayores de cincuenta años, orgullosos de mi escasa experiencia política.

"La gente me tiene confianza por mi testimonio de vida: treinta años de combate por mi patria sin cobrar un [illegible] de comisión", aseguró Rico a [illegible] mientras estrechaba las manos de algunos paseantes por la peatonal Belgrano, que en San Martín es la tradicional pasarela de los políticos en época de elecciones.

La candidatura de Rico a la gobernación de Buenos Aires, fue lanzada el 30 de octubre de [illegible] sada precisamente por el triunfo del no en el plebiscito (que dio por tierra con el intento de reformar la constitución de la provincia. Su agrupación política, el MODIN, fue presentada en una conferencia de prensa: estaba basada en la estructura legal del partido de la Independencia, cuyos principales dirigentes [illegible] Hugo Estevez, [illegible] y Roberto Etchen, que también [illegible] el movimiento algunas otras figuras del nacionalismo, como el ex ministro del Gobierno de la provincia durante el último gobierno militar, Guillermo Fernández Gil, que le facilitó a Rico su quinta "Los Ceibos" [illegible] de la rebelión de Monte Caseros. Cuando Rico salió a la arena política, llegó el apoyo de un conjunto de unidades básicas y de agrupaciones justicialistas [illegible] en el Frente Peronista ("El peronismo ortodoxo", aclara Rico), que apoyan el sueño del ex militar rebelde de convertirse en una suerte de paladín, un "Rambo" que, bendecido por las tradiciones del nacionalismo criollo, luche una batalla decisiva contra la delincuencia y la corrupción: "Hay que [illegible] en las calles y hay que reemplazar a [illegible] corrupta, por hombres patriotas y [illegible] primordial."

[illegible] Rico conoció [illegible] más reposo aún que la vivida en San [illegible] compartió un asado con setenta adherentes, entre [illegible] años, camaradas de armas y miembros de [illegible] político, para quienes sigue siendo "mi teniente coronel". A ellos, Rico los llama "mi voto cautivo: [illegible] y militares, con todos sus familiares, que van a votarme porque ningún integrante de esas instituciones puede suponer que yo voy a perjudicarlos." A [illegible] coalición electoral, Rico agrega el voto de [illegible] y jóvenes: "Las mujeres están muy preocupadas por el tema de la seguridad y los jóvenes están buscando nuevos modelos, una nueva epopeya, porque no [illegible] de ser joven sin tener objetivos por los cuales luchar."

[illegible] que relativizó el valor de la democracia al [illegible] "un accidente, un método para elegir [illegible]", y sugirió también que puede ser modificado, [illegible] datos que, tal vez, puedan ser agregados. [illegible] campaña electoral: confirmó, con una sonrisa, que "el candidato Rubén Gionnini, que inició la protesta de los jubilados frente a Tribunales, es un viejo [illegible]", y recordó —después de asegurar que tiene [illegible] juntas promotoras de su candidatura en toda la provincia— que "ya en 1987 los carapintadas [illegible] el estado de indefensión del país. Ojalá que los [illegible], que tienen una vocación histórica expansionista, no nos invadan, porque no tenemos cómo defendernos."

91 08318

01/01

Negocian con Brasil Mercado Comun para alimentos
150024
3/6/91
10033 -
11164 -
11399 -
10046 -

3/6/91 = CLARIN

HARAN EXPERIENCIAS PILOTO

Negocian con Brasil un mercado común para los alimentos

[illegible]

o Analizará las compras de productos subsidiados y establecerá un mecanismo para compensar al vecino y socio integrante del Mercosur (el mercado común entre la Argentina, el Brasil, Chile, el Uruguay y el Paraguay).

Así, la [illegible] por la posible compra de parte de Brasilia de 700.000 toneladas de trigo [illegible] subsidios derivó [illegible]

[illegible] bastará una denuncia para que se ponga en marcha el mecanismo antidumping que otorga compensaciones.

o Como considera que los silos públicos y los molinos privados tienen algo de trigo, posterga las compras sólo a partir de julio.

o No analizan aún la posible compra a Washington de 400.000 toneladas de arroz con subsidio. Pero figurará en la agenda a partir de octubre. Como ya funcionará la comisión, se investigará el daño de la operación al Mercosur y los mecanismos de compensación.

Esta postergación de las compras de trigo repercutirá con una baja en la cotización del cereal argentino. Los exportadores [illegible] que el Brasil [illegible] por cerca de un millón de toneladas. Aun [illegible], por ahora, la cotización, fijada en 110 dólares, se resentirá.

[illegible]

Doc. poco legible

01/02

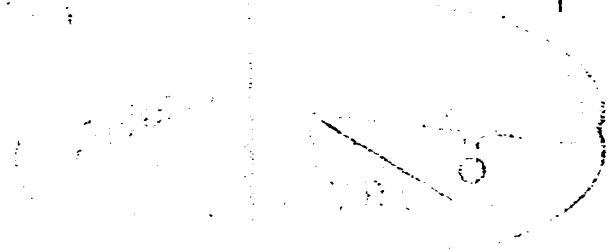
9108319

BRASIL NECESITA 4.800.000 de toneladas de trigo

Ya compró [illegible]

1.800.000 en Argentina
250.000 en Canadá
[illegible] en Uruguay

Comprará [illegible]



URUGUAY

Le faltan [illegible]
400.000 y las puede comprar en Canadá, Turquía, Estados Unidos, o Europa.

Por lo que atañe al trigo los brasileños [illegible]

[illegible] informe de Cabrera sobre las im[illegible] y las que [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

02/02

9108319

Argentina y G. Bretaña inician conversaciones por exploración de petróleo en Malvinas.
150024
3/6/91
10033
11164
11399
Gran Bretaña. 10080

[illegible] Gran Bretaña [illegible] petróleo

[illegible] Oliva recibió a principios de año un proyecto [illegible] sobre hidrocarburos, redactado por el poder [illegible] de los isleños, que habilita al gobernador de las Malvinas a otorgar [illegible] licencias de exploración y explotación petroleras. La iniciativa debe ser aprobada por Londres porque las islas, desde el punto de vista jurídico, todavía tienen el status de una colonia.

Después de las desinteligencias que ambos países tuvieron el año pasado por el problema de la pesca, que se solucionaron sólo transitoriamente con la creación de una zona de prohibición, Londres actuó con cautela. Sabía que no se podía agregar inmediatamente otro elemento de fricción a las relaciones y por eso estaría esperando el momento oportuno para plantearlo.

Tanto la pesca como el petróleo son temas relacionados indirectamente con la disputa por la cuestión de la soberanía de las Malvinas, colocada bajo un "paraguas" protector. Pero en el segundo caso tiene una cuenta más inconveniente: se trata de un recurso no renovable.

El Foreign Office espera que los británicos [illegible] tomen una decisión [illegible] sino que acuerden abrir una negociación como la que provocó la pesca. A mitad de la semana [illegible] vuelve de Santiago, Chile, donde participó de la asamblea anual de la Organización de Estados Americanos (OEA), deberá definir la estrategia argentina [illegible] del grupo de trabajo.

Hasta ahora no se conoce en el país ningún estudio [illegible] definitivamente **si hay, o no, petróleo en las** [illegible] circundantes.

[illegible] principios del año pasado la Occidental Petro[illegible], con una concesión de YPF, trabajos de [illegible] en cuatro áreas cercanas con la zona de [illegible] pesquera británica de 150 millas alrededores [illegible] Malvinas. Pero hasta el momento, **no se obtuvie**[illegible] **dos positivos.**

01/02 9108320

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

El censo reveló que 2.121 personas viven en las islas, la tercera cifra más alta de población que se registra en el lugar, desde que Inglaterra se apropió de las Malvinas en 1833.

Los datos revelan, sin embargo, que la población campesina disminuyó notablemente a lo largo de los últimos nueve años, lo que hace prever algunas dificultades económicas en el futuro de las islas.

Las granjas locales, dedicadas especialmente al criadero de ovejas y a la explotación de su lana, ven notablemente disminuida su población de trabajadores, que emigran hacia la capital de las islas, Puerto Argentino, en búsqueda de mejores oportunidades de vida.

En 1980 vivían en Puerto Argentino 1.050 personas, mientras que en marzo de este año los habitantes sumaban 1.721, cifra que si bien no es muy alta para una ciudad capital representa el 75 por ciento más de habitantes que la de once años atrás.

Las autoridades británicas de Malvinas sostienen que el crecimiento poblacional hará más prósperas a las islas, pero aun entre los británicos que gobiernan el archipiélago hay quienes advierten la posibilidad de un súbito crecimiento del desempleo.

02/02

9108320-

Internas de la UCR en Santa Fe; se impuso Usandizaga.
150024
3/6/91
10033
11164
11303

EN LAS INTERNAS DE LA UCR DE SANTA FE

VENCIO AL ALFONSINISTA LUIS "CHANGUI" CACERES

Usandizaga obtuvo la mayoría y la minoría

Horacio Usandizaga se impuso ampliamente en las internas del radicalismo santafesino, al obtener el 68 por ciento de los sufragios, contra el 22 por ciento de Luis "Changui" Cáceres y el 10 por ciento de Adolfo Stubrin. Usandizaga obtuvo la mayoría y la minoría, hecho que le permite el control total de la UCR en Santa Fe. En Neuquén, ganó el alfonsinismo.

ROSARIO y SANTA FE (De nuestras agencias). — El angelocista **Horacio Usandizaga** obtuvo ayer una aplastante victoria en las internas del radicalismo para cargos partidarios: **dejó sin minoría a las listas de Luis Cáceres, apoyada por Raúl Alfonsín,** y a la encabezada por los alfonsinistas críticos **Adolfo Stubrin y Raúl Milano.**

"¿Me permiten una compadreada? Acá en Santa Fe les gano a Carlos Menem y a Alfonsín juntos", declaró con tono humorístico Usandizaga al enterarse de los resultados y confirmar que en setiembre se presentará para competir por la gobernación de Santa Fe, provincia donde rige la ley de lemas.

La lista **Amarilla** de Usandizaga, según datos finales del escrutinio provisorio realizado por la junta electoral de la UCR, obtenía anoche 59.955 votos (68 por ciento) contra 20.221 de la lista Blanca de Cáceres (22 por ciento) y 8.448 de la lista Verde de Stubrin y Milano (10 por ciento).

De acuerdo con tales cifras, votaron casi el 32 por ciento de los empadronados y Usandizaga pasó a **controlar el partido santafesino en forma absoluta.**

El nuevo presidente del radicalismo santafesino será el dirigente rosarino **Armando Arcando.** Los cinco primeros lugares para candidatos a diputados nacionales serán ocupados por **René Balestra** (ex socialista democrático), **Ernesto Algaba, Angel D'Ambrossio** (necesitaba el 66 por ciento para su reelección), **Mario Pilo y Mario Saccone.**

Como delegados titulares al Comité Nacional fueron elegidos **Usandizaga** (Rosario), **Porfirio Mario Carreras** (9 de Julio); **Carlos Fabrissin** (General Obligado) y **Sebastián Bonnet** (Rosario). Los cuatro **se encolumnarán a nivel nacional con el cordobés Eduardo Angeloz.** Usandizaga anticipó que de ser elegido gobernador dejará ese puesto a otro de los suyos.

La victoria de Usandizaga fue más contundente en Rosario, donde fue intendente en dos oportunidades. Se impuso en 20 seccionales, consiguiendo 17.034 votos (78 por ciento). La Blanca de Cáceres cosechó 1.599 votos (13 por ciento) y la Verde 1.964 (9 por ciento).

Los postulantes a la presidencia del comité santafesino por las listas alfonsinistas, Cáceres y Stubrin, perdieron en sus propios territorios, en las seccionales primera, en el microcentro y en la sexta, en el oeste santafesino.

En Rosario también perdieron en sus respectivas seccionales por más de 600 votos los ex diputados nacionales **Aníbal Reinaldo** (lista Blanca) y **Raúl Milano** (lista Verde).

La casi total ausencia proselitista previa prenunciaba que las cartas estaban echadas en favor del amarillismo, liderado por Usandizaga. Lo que restaba por definirse era si las listas de Cáceres (quien trajo la semana pasada a Alfonsín para que hablara en un acto) o la de Stubrin alcanzaban el piso del 25 por ciento para conseguir la representación por la minoría. No les fue posible.

No pudieron funcionar 54 mesas, la mayoría pertenecientes a localidades del departamento Vera, afectadas por las inundaciones. En Sauce Viejo hubo un error de computación, por lo que se convocará a elecciones complementarias.

También se registraron protestas por falta de inclusión de afiliados en un padrón de 280 mil inscriptos. Pero en este caso se aceptó que hubo responsabilidades compartidas con los mismos afectados que, en su momento, no hicieron reclamos sobre los padrones provisorios.

No existió mucho entusiasmo. Quizá por la ausencia de disputa para los cargos electivos de mayor atracción: los de gobernador, vice e intendentes se resolverán en setiembre, mediante la aplicación de la ley de lemas.

El triunfo de Usandizaga cambia la historia del radicalismo santafesino. El alfonsinismo ejerció la hegemonía desde 1983 en una provincia gobernada desde entonces por el justicialismo.

El último gobernador radical, entre 1963 y 1966, fue Aldo Tessio, quien en esta ocasión se sumó a la lista Verde de Adolfo Stubrin.

3/6/91 "CLARIN"

01/04

9108321

ULTIMOS COMPUTOS

Horacio Usandizaga (Lista Amarilla)	59.955 votos	**68%**
Luis "Changui" Cáceres (Lista Blanca)	20.221 votos	**22%**
Adolfo Stubrin (Lista Verde)	8.448 votos	**10%**

Otro mapa

El aplastante triunfo del angelocista **Horacio Usandizaga** en Santa Fe y el posicionamiento, para cargos electivos, del alfonsinismo en Neuquén, no modifican sustancialmente el mapa interno de la Unión Cívica Radical.

Como muestra el gráfico que acompaña esta nota, dirigentes que tienen afinidades con Alfonsín —pero no dependencia total como ocurría hasta dos años atrás— han logrado consagrarse candidatos a la gobernación en más de 12 provincias. Los seguidores de Angeloz, con él como abanderado en Córdoba, han logrado posicionarse en cuatro distritos. Un **no alineado**, pero que en la última convención nacional celebrada en Mar del Plata dio órdenes para jugar junto con el cordobés, irá por la reelección en Entre Ríos: **Sergio Montiel**.

En cuanto a los delegados al Comité Nacional —el cuerpo que una vez concluido el proceso de renovación interna del radicalismo en el llano nominará la nueva conducción— **los números siguen favoreciendo a Alfonsín**. El actual titular de la UCR se ha asegurado **40** delegados, contra **13** de Angeloz. Otros **11** delegados tienen una posición independiente: 4 le responden a Montiel, otros 4 a **Luis León** y 3 a **Fernando de la Rúa**.

Con estos datos en su mesa de trabajo, quien alienta el desplazamiento de Alfonsín, el gobernador de Córdoba, ha dicho que no pondrá **ningún palo en la rueda** para que la mayoría de los radicales, por el actual sistema de elección indirecta, facilite la continuidad de Alfonsín al frente de la UCR hasta fines de 1993.

Los colaboradores de Angeloz destacan, no obstante, que los poderes de Alfonsín serán, de ahora en **más, más limitados** y que si bien predominará en el Comité Nacional, tendrá que reconocer **influencias paralelas**. Interpretan que, al margen y hasta en el seno de la estructura partidaria, han crecido dirigentes que no comparten su visión de la realidad nacional y su forma de oponerse al gobierno de **Carlos Menem**. Entre ese grupo de radicales que ya **no lo responderán ciegamente**, mencionan además de Angeloz, a Usandizaga, **De la Rúa, Melchor Posse** y hasta el **candidato a gobernador por la provincia de Buenos Aires, Juan Carlos Pugliese**.

91083211

02

COMO SE REPARTE EL PODER

(DELEGADOS AL COMITE NACIONAL)

ALFONSIN

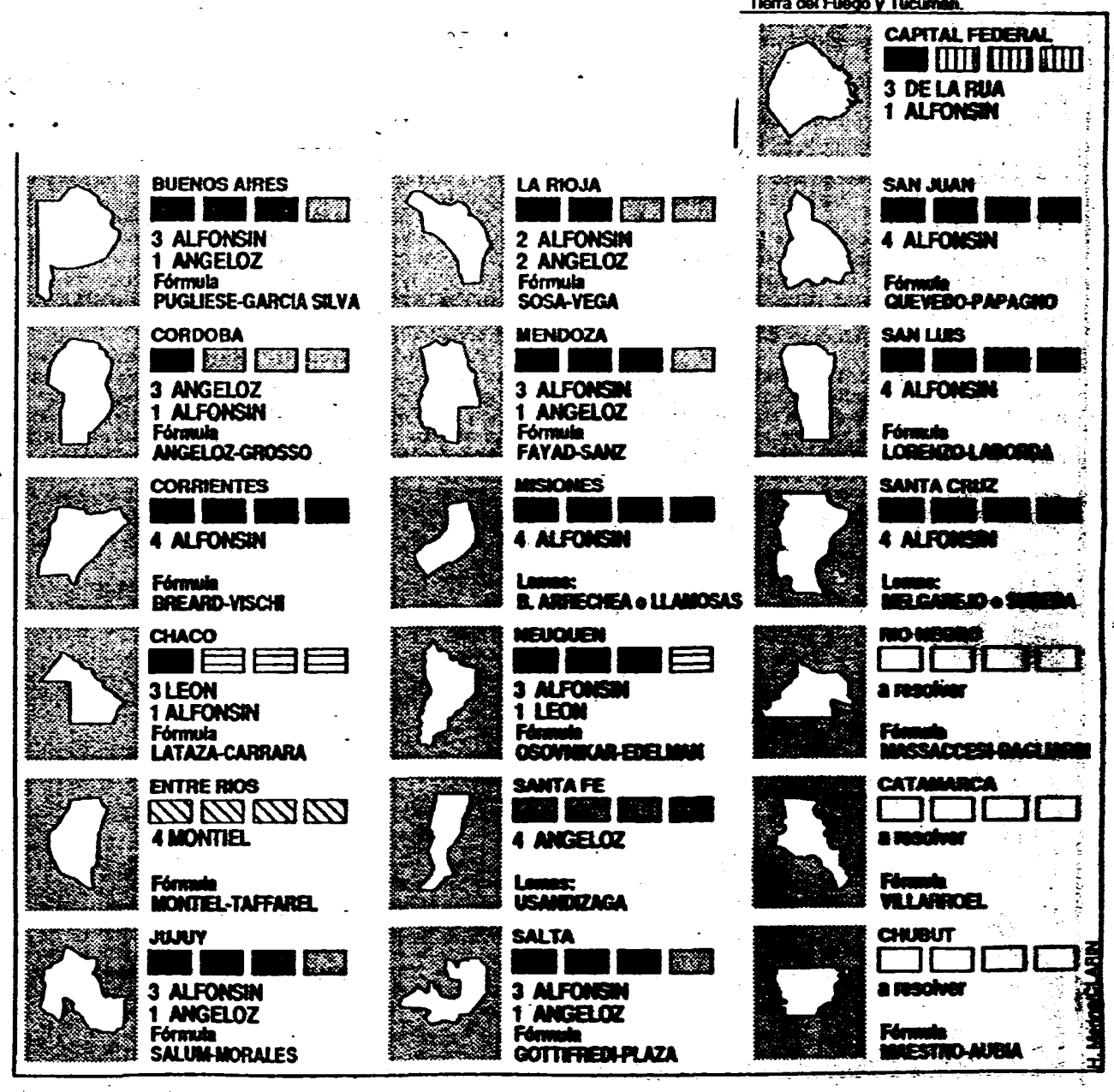
ANGELOZ

DE LA RUA

LEON

MONTIEL

Faltan cargos partidarios y electivos en Formosa, La Pampa, Santiago del Estero, Tierra del Fuego y Tucumán.



03

9108321

Ahora, la grande

Eufórico, después de ufanarse ("una compadreada", dijo) de poder ganarle en Santa Fe a Menem y a Alfonsín juntos, **Horacio Usandizaga** habló de la elección, de su futuro y de la UCR.

• **"Me creo en mejores condiciones que nadie,** que nos perdonen nuestros adversarios, y me **atreve a pronosticar una gran elección en setiembre."**

• **"Nuestro objetivo no es el Comité Nacional de la UCR.** Nunca estuve en esa tarea. El reacomodamiento interno de la UCR es una tarea de largo aliento. **Reacomodaremos el partido de acuerdo a las exigencias de la sociedad."**

• **"No estoy de acuerdo con la opinión que tiene el oficialismo del partido. Creo que están en una senda equivocada.** Pero lo vamos a seguir discutiendo."

• **"Debemos hacer una oposición con apoyo crítico. Y no debe ser inútilmente. Pero no debemos ser complacientes con el Gobierno. Muchos radicales que estuvimos en la función pública, sabemos que la crítica dura y cerrada no ayuda a nadie."**

Neuquén: ganó un alfonsinista

NEUQUEN (De nuestra agencia). — En una jornada tormentosa, el radicalismo neuquino avaló al alfonsinismo y proclamó por casi el 70 por ciento de los votos a **Luis Osovnikar** y **Emilio Edelman** como candidatos a la gobernación. **Guillermo Osés** será primer aspirante a diputado nacional y **Ricardo Villar** encabezará la lista de diputados provinciales.

Los 4 delegados al comité nacional —encargados de elegir al presidente partidario junto con los representantes de los restantes distritos— fueron nominados el año pasado y tienen mandato hasta 1992. Se trata de Osovnikar, Osés, Oscar [illegible] Jón (alfonsinistas) y "Peco" [illegible] cripto al MAY, del senador Luis [illegible].

Concurrieron a las urnas —a [illegible] la fuerte lluvia y de la nieve en [illegible] montañosa— alrededor del 30 por ciento de los afiliados, sobre un padrón de 15 mil. Poco antes de las 21, se difundieron estos datos provisorios:

• **Lista Azul y Blanca** (Osovnikar-Edelman), 2.410 votos.

• **Horacio Convergencia** (Eduardo del Río-Hernán Armando), 1.185.

04/04 9108321

Argentina entregó a Chile guerrilleros.
150027
3/6/91
10033
11169
11399
65709

Argentina entregó a Chile guerrilleros

La policía argentina arrestó y entregó a las autoridades chilenas a tres miembros de la facción intransigente del grupo guerrillero izquierdista Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR), contribuyendo a dar un duro golpe a esa organización chilena clandestina, según la agencia "Reuter".

Diarios chilenos dijeron ayer que los tres integrantes del grupo fueron arrestados en Mendoza y entregados a la policía chilena.

Las versiones de prensa dijeron que al menos uno de los detenidos está en la [illegible] del grupo guerrillero izquierdista [illegible] le [illegible] al general Augusto Pinochet, en un fracasado intento de asesinato.

El diario estatal "La Nación" dijo que los tres ultraizquierdistas se sumaron a otros cuatro detenidos por la policía en Santiago, todos miembros de una facción del FPMR que se mantiene alzada en armas y que lleva el nombre de "Autónomo". Otra facción anunció el viernes su incorporación al proceso político democrático, con la creación de un movimiento pacífico de izquierda.

• Armamento

"La Nación" calificó los arrestos como un "duro golpe" a la organización clandestina y dijo que a los detenidos se les decomisó [illegible] fusiles M-16 de fabricación [illegible] y [illegible].

El gobierno atribuye al FPMR-Autónomo el asesinato a balazos del senador y líder derechista Jaime Guzmán este año y atentados similares contra ex miembros de las fuerzas armadas acusados de violaciones de derechos humanos.

3/6/91
"AMBITO FINANCIERO"

01/01

9108322

Si triunfa Duhalde, en 1992 elegirán un vice Pte.
150027
3/6/91
10033
11164
11304

Depende del triunfo de Duhalde

En 1992 elegirían un vicepresidente

Buenos Aires, lunes 3 de junio de 1991, Ambito Financiero Pág. 1

"Después de octubre se podría convocar a elecciones para vicepresidente", afirmó **Eduardo Bauzá** a "Radio Nihuil", de Mendoza, declaraciones que transcribió el semanario "Somos".

De las palabras del secretario general de la Presidencia surge que **Carlos Menem** aceptó que **Eduardo Duhalde no renuncie sino que pida licencia para hacer proselitismo en la provincia de Buenos Aires y que por lo tanto se elegiría nuevo vicepresidente sólo si Duhualde gana.**

La decisión de **Duhalde** de pedir licencia y no de renunciar para hacer proselitismo es muy criticada, en especial por el fuerte contenido ético que a menudo intentó imprimir a su discurso como vicepresidente. Pero habría sido aceptada.

• **Senador**

La elección a vicepresidente **podría hacerse en 1992 cuando en Capital Federal haya que elegir un Colegio Electoral para que a su vez elija a un senador nacional** (mecanismo similar al utilizado para la elección del presidente de la Nación y como ese Colegio debe reunirse en agosto, los comicios porteños están previstos para entre mayo y julio). Además se insiste con una reforma constitucional futura que tendría acuerdo peronista-radical. **Para ello hay que elegir convencionales constituyentes y también eso se haría en 1992.**

De todos modos, la convocatoria a elecciones para vicepresidente en caso de renuncia de éste no es una obligación presidencial sino más bien es una atribución del mandatario, de carácter optativo. **La Constitución nacional de 1853 deja en ese caso una suerte de "vacío" normativo.**

Esta singular demostración de desinterés por la figura del vicepresidente que exhibieron los conservadores constituyentes del siglo pasado bien podría tener que ver con el rol que por entonces (y muy probablemente hasta nuestros días) cumple el segundo del Poder Ejecutivo.

En un sistema fuertemente presidencialista y centralista (la Argentina es federalista sólo en teoría), el vicepresidente siempre fue resultado de alianzas electorales imprescindibles para que el presidente fuese elegido como tal. Por lo tanto también despertó sospechas de conspiración contra el presidente.

El propio **Duhalde** recibió la oferta de **Menem** para integrarse a la fórmula presidencial por ser el único notorio dirigente de una sección electoral bonaerense (la 3ª) dispuesto a confrontar con **Antonio Cafiero**. Se decía que si **Menem no llevaba a alguien de la provincia de Buenos Aires en su fórmula, perdía en las internas peronistas porque su base de sustento propio estaba en el interior y esto no le alcanzaba** (la mayoría de los afiliados peronistas está en el Gran Buenos Aires).

Cuando **Ambito Financiero** se comunicó con la oficina de **Bauzá** para saber si éste realmente había expresado esa posible convocatoria a elecciones (debe recordarse que está condicionada a que Duhalde gane en Buenos Aires), **la respuesta fue afirmativa. Aunque se explicó que era en verdad una hipótesis de trabajo en el gabinete nacional. En ese marco llamó más aún la atención de que Bauzá la hubiese lanzado.**

Hasta ahora **Carlos Menem, Duhalde** y el senador **Eduardo Menem** insistieron en que no era necesario elegir al vicepresidente y que el Presidente podía concluir su mandato sin cubrir ese puesto. **Cuando viajara al exterior asumiría el presidente provisional del Senado (hoy día Eduardo Menem).**

X

01/02 9108323

Deciden cómo se integrará la lista de candidatos a las elecciones de octubre

Forcejeos radicales de De la Rúa con alfonsinistas

Durante la mañana de hoy los representantes de las tres corrientes que compitieron en la interna del radicalismo porteño se reunirán a fin de decidir cómo ese partido integrará su oferta de diputados y concejales y consejeros vecinales para las elecciones del 27 de octubre.

Tanto el Movimiento de Participación, de **Fernando De la Rúa**, como el Ateneo del Centenario, de **Jesús Rodríguez**, y la Junta Coordinadora, de **Enrique Nosiglia, miran con desgano la eventualidad de una nueva confrontación.** Pero eso no despeja las dificultades que plantea un acuerdo.

Fernando De la Rúa

• Discusión

Sucede que si se traducen sobre las nóminas de cargos electivos los resultados que cada uno obtuvo en la lucha del 19 de mayo último, los hombres de **Nosiglia, que no alcanzaron 25%, quedarían excluidos.** La consecuencia inmediata sería la fórmación de una lista propia por parte de ese sector y con ello, la vuelta a las urnas. Por eso lo que discutirán hoy los personeros de cada grupo es cómo y en cuánto se satisfacen las pretensiones de quienes salieron terceros en la elección interna.

Ya el viernes pasado, **De la Rúa, José García Arecha** y **Enrique Mathov** se encontraron con **Jesús Rodríguez** y con **Marcelo Stubrin** para comenzar la transacción. No se habló de posiciones concretas en las listas, pero sí se establecieron de modo gaseoso en algunos casos, las aspiraciones de cada uno.

El criterio de **De la Rúa** supone **trasladar a la interna porteña el patrón de distribución que se sigue en la provincia de Buenos Aires para representar a la primera y la segunda minoría.** Esto significa que **al Ateneo del Centenario le corresponderían la 3ª y la 9ª candidatura de diputado y que la 12ª sería para la Coordinadora.** El resto, obviamente, se mantendría en manos de **De la Rúa.** En lo que hace a concejalías, ese reparto **le daría los puestos 3°, 6°, 12° y 15° a los hombres de Jesús Rodríguez y el 9° y el 18° a los de Stubrin.** Desde luego, lo que hace más complicada la aceptación de este cuadro por parte de quienes fórmaron la lista Renovación es la efectividad de esas postulaciones. **Una buena elección general le daría en octubre al radicalismo seis escaños en la Cámara baja y 15 en el Concejo.**

• Matizar

Esta circunstancia es la que lleva a la gente de Nosiglia a hablar de "no aplicar los números fríos y tener en cuenta la posibilidad de matizar lo que representa De la Rúa con otros nombres", como explicaba ayer ante este diario **Marcelo Stubrin.** De allí que, posiblemente, hoy intente seducir a sus contertulios con el otorgamiento del cuarto puesto para el "Ateneo" y el quinto para la propia tropa.

La objeción de quienes acompañan a **De la Rúa** es contundente: **"¿Dónde nos ponemos la solicitada en la que criticábamos a las dos coordinadoras si las vamos a exhibir en la elección general?"**

Jesús Rodríguez, por su lado, argumenta en el sentido de partir los costos: **"Tenemos que ceder un poco todos"**, dice, **"tratando de que el costo de la integración de los coordinadores no suponga el exclusivo sacrificio propio". Más allá del Concejo Deliberante y de la Cámara de Diputados, las consejerías vecinales parecen de más simple resolución. Allí se piensa en trasladar automáticamente el resultado de cada uno en las parroquias a los cargos generales. En cambio, para el Concejo, De la Rúa pone condiciones adicionales: además del orden en la lista se reserva también la presidencia de cuerpo y del bloque partidario para sí.**

91 08323

Partido Nacionalista de los Trabajadores.
150024
3/6/91
10033
11164
11309

Anacrónicos, anclados en un pasado de gloria que terminó en tragedia, se empeñan en negar el asesinato de millones de personas en las cámaras de gas de Adolfo Hitler; pretenden reivindicar la cruz esvástica como símbolo partidario y expresan su incondicional devoción hacia el coronel Mohamed Alí Seineldín. Son los nacionalistas nativos. Se nuclean en cuatro fracciones: el Partido Nacionalista de los Trabajadores, que lidera Alejandro Biondini (que pidió a la Justicia le permita usar la esvástica); el Partido Nacionalista Constitucional, de Alberto Asseff; la Confederación Nacionalista Argentina, de Walter Beveraggi Allende, y el Movimiento Nacionalista Social, de Federico Rivanera Carlés.

Nazismo a la criolla

"No hubo seis millones de muertos, ni cámaras de gas, ni todo el genocidio del que se habla. Es toda una burda mentira. Si pensáramos que Hitler hizo todo eso no seríamos nacionalsocialistas." **Alejandro Biondini** vuelca la médula de sus pensamientos y los de sus seguidores de camisas pardas, **brazaletes verdes con "el siete de San Cayetano" y esvásticas al pecho.** El presidente del ahora Partido Nacionalista de los Trabajadores (PNT, en formación), ex Alerta Nacional, ex Voluntarios de Malvinas, con nueve causas abiertas en la justicia federal, espera la resolución de la jueza con competencia electoral, **María Romilda Servini de Cubría**, a su pedido de agregar al partido el término **"Socialista" y utilizar el símbolo de la cruz esvástica como emblema.**

Biondini, desde su particular concepción de la historia, reconoce estar "cansado de que se nos asocie con la violencia. Nosotros somos las víctimas de persecuciones". Acusado de pertenecer a los servicios de inteligencia, nazi por convicción, Biondini dice que "la cruz esvástica es el centro de una campaña tendenciosa y perversa. No la inventó Hitler, solo la hizo famosa. Antes la usaron culturas milenarias".

El lenguaje y las ideas de Biondini impidieron un debate televisivo con el diputado Luis Zamora, del MAS, que admitió que su pluralismo no llegaba al punto de confrontar ideas con un fascista.

Pero el mensaje de Biondini tiene objetivos obvios: el 20 de mayo pasado, mientras los diarios publicaban las fotos de los muros del cementerio judío de Berazategui pintados con esvásticas y daban a conocer las amenazas a los jueces que investigaban el caso, el PNT hacía su pedido ante la jueza Servini de Cubría. Aún falta la respuesta judicial aunque el 31 de mayo el fiscal federal con competencia electoral, Roberto Amallo, elevó un dictamen a la jueza fijando la oposición del ministerio público al pedido de Biondini y sus acólitos, fundamentándose en la ley 23.298 de partidos políticos, artículos 16 y 38. En el primero se prohíbe la utilización en el nombre partidario de, entre otras, la palabra "nacional y sus derivados... ni palabras que exterioricen antagonismos raciales, de clases, religiosos, o conduzcan a provocarlos". En el segundo se aplica la misma letra a la simbología. Pero no es este el único tropiezo que tiene Biondini en su proyectado camino hacia "tomar el poder por las urnas, como Hitler, que llegó con el voto del pueblo". Además de la improbable meta de reunir 4.000 afiliados en Capital Federal y ser reconocido al menos en cinco distritos electorales, Biondini debe sortear el pedido de nulidad del nombre "Nacionalista" que le reclaman a la Justicia desde el Partido Nacionalista Constitucional de Alberto Asseff.

3/6/91
"CLARIN"

X

01/02

9108324

♦ La falange de Asseff

Más próximos al falangismo de Primo de Rivera y señalado como "tierno" por los grupos de choque de PNT, Asseff asegura: **"Somos el único partido nacionalista legalmente organizado**, con personería y reconocido para el sufragio a nivel nacional". Surgido de las filas radicales en la década del 60, integrante del Movimiento Yrigoyenista que se abrió de la UCR para formar parte del Frejuli en 1973, ex presidente de Hidronor durante el gobierno de Cámpora, Asseff reivindicó para sí el nombre partidario y un discurso más propenso a la obtención de votos que el de Biondini. "Quien haga bandera de antisemitismo está atentando contra los intereses de una Argentina unida". El dirigente del Nacionalista Constitucional asegura que "lo de Berazategui fue un hecho delictivo común, no político. Pero Biondini es de los que creen que nacionalismo quiere decir provocación". En las elecciones del '89 Asseff apoyó al Frejupo que ungió a Menem, pero el 11 de agosto del '90 la convención nacional del partido decidió la ruptura con el Gobierno "por la indiferencia con que nos trató el Presidente siendo sus aliados y por el creciente grado de corrupción". En este desencanto posterior Asseff debe compartir suertes con Biondini, que precisamente creó el PNT el 20 de abril del '90 después de romper lanzas con el justicialismo a su estilo, con todo el ruido posible. También debe compartir una mutua admiración por Seineldín, aunque el ex radical sostiene que "el levantamiento del 3 de diciembre fue un error jurídico constitucional, político y táctico que le anticipamos al coronel", mientras que el dirigente de los camisas pardas tiene una versión con aristas más conspirativas: "Se equivocó, lo vendieron, se anunció con demasiada antelación el levantamiento".

♦ "No soy antisemita"

En este aspecto, otro intérprete del nacionalismo vernáculo, el doctor Walter Beveraggi Allende, ex profesor de economía política de la Universidad de Buenos Aires, presidente de la Confederación Nacionalista Argentina desde su fundación en 1972, asegura que "Seineldín es un protector de Menem, tuvo un accionar disparatado como, por ejemplo, no ocupar los medios de comunicación, con lo que la operación se habría concretado en pocas horas, no tuvo el valor de llamar a las cosas por su nombre y resultó una frustración para el pueblo". Habitual columnista de **Patria Argentina**, publicación del nacionalista **Federico Ibarguren**, explica: "Creamos la confederación para reunir al verdadero nacionalismo que es el del interior", desde su departamento de Talcahuano y Juncal. Señala como su principal enemigo, "el poder sionista internacional. No soy antisemita, aunque me hayan acusado de ello, tengo amigos judíos", afirma el ex profesor e invariablemente saca a relucir "mi amistad con Jacques Scyzcryk, autor de un maravilloso libro, **El imperio judeosionista y la desintegración argentina**".

Manteniendo un cauteloso ostracismo desde que fue allanado su local y prohibida su agrupación en 1988, **Federico Rivanera Carlés**, jefe del Movimiento Nacionalista Social, dijo en 1985 que "el movimiento no es antijudío, yo sí". Su nombre y el de su hermano Raúl, ex asesor del comisario Alberto Villar, del interventor de la Universidad, Alberto Ottalagano, de los generales Ramón Camps y Fernando Verplaetsen, en la Policía de Buenos Aires, apareció en todos los matutinos cuando Antonio Tróccoli, como ministro del Interior en 1985, decretó el estado de sitio y detuvo a Raúl junto a otras cuarenta personas acusadas de perturbaciones al orden. Sin elementos de prueba, fue liberado.

Federico señaló, cuando todavía existía su MNS, que "los del Movimiento Nacionalista de Restauración (MNR) son honestos pero no tienen sentido social y caen en hechos policiales como tirar piedras a un teatro municipal que después pagamos todos".

El MNR, criticado por Carlés, también tiene su alcurnia. Comenzó su actividad después del golpe de Uriburu y tuvo su máxima repercusión en 1934, durante el Congreso Eucarístico desarrollado en Buenos Aires. Su cabeza visible parece ser Ricardo Curutchet, director de Cabildo.

Mientras tanto, sin ocultar su deseo de ser presidente, entre comunistas profanados, muros pintados con leyendas amenazantes y sueños paranoicos de grandeza, Biondini espera por primera vez una respuesta de la Justicia Electoral.

Horacio Cecchi

02/02

9108324

Modelo social capitalista de De la Sota
150027
4/6/91
10033
11164
11304

Al revés de Duhalde que propicia al centroizquierda, en Córdoba el PJ tiene manifestaciones opuestas

Buenos Aires, martes 4 de junio de 1991, Ambito Financiero Pág

Sorprende De la Sota con modelo social capitalista

"Yo sé que algunos se preguntan por qué corro el riesgo, por qué no me quedo en mi embajada en Brasil. Pero me han pedido que esté aquí, y yo no puedo autoprotegerme. Todos tienen riesgo, pero lo asumo con humildad, sabiendo que muchos piensan que pierdo, pero estoy dispuesto a trabajar por el triunfo", dijo ayer José Manuel De la Sota en Córdoba.

El mismo sostuvo además que **"se acabaron los agravios por parte del peronismo"**. Explicó que se va **"a hacer una campaña sin agraviar a nadie, y vamos a invitar a los radicales a un gobierno de coalición como el que queremos construir, basado en el respeto y en el trabajo"**, y acotó, **"creo que ocho años son mucho (en clara alusión al tiempo que lleva gobernando Eduardo Angeloz) y doce son demasiado"**.

Señaló que tuvo que **"pensarlo muy bien"** antes de decidir, justificando de esa manera el tiempo que demandó su respuesta al requerimiento de **Carlos Menem**, y de los dirigentes del peronismo cordobés.

Destacó que mañana vence el plazo para presentar las listas de candidatos ante la junta electoral, y que entonces **"muchos se van a sorprender cuando conozcan el frente social que vamos a proponer"**, con miras a las elecciones.

De la Sota confirmó empero que en muchas ciudades del interior de la provincia, e incluso en la capital, habrá lucha interna, pero resaltó: **"Nosotros hemos invitado a todos los sectores a seguirnos, son ellos los que ahora deben decidir. Si prefieren enfrentarnos, vamos a dirimir fuerzas en las urnas; si se pliegan, vamos a tratar de gobernar juntos"**.

• Reformas

Señaló asimismo, que el presidente **Menem** está de acuerdo en los cambios que pretende impulsar desde su candidatura. **"El sabe que la sociedad argentina** —dijo— **nos está pidiendo a gritos que cambiemos nuestra manera de hacer política, que terminemos con los partidos cerrados, con los gobiernos cerrados. Hace falta abrirse a la sociedad, y privilegiar a las personas y a las ideas"**.

En otro tramo de su discurso en el acto de lanzamiento, De la Sota opinó que **"cuando lleguemos al gobierno, vamos a gobernar para Córdoba, y para el país. Estamos dispuestos a vender bienes públicos para terminar con los males sociales, pero no vamos a regalar de cualquier forma los bienes del Estado, que constituyen el patrimonio de todos"**.

Finalmente **instó a todos los peronistas a mantener durante toda la campaña, cuatro compromisos morales: "No mentir, no robar, trabajar y dar trabajo"**, y reiteró que la campaña se hará sobre la base del **"no agravio a ninguno de los adversarios"**, y sobre el **"respeto a toda idea, aún contraria a nuestra ideología"**.

01/01

9108325

"A.F." 4/6/91

Polémica: la UCR no quiere que los militares administren sus fondos

Escribe
Jorge Pedro Barceló

Radicales y peronistas coincidieron la semana pasada aprobando en general el proyecto de ley en revisión que establece el régimen para la venta o alquiler de propiedades inmuebles en uso y administración de las Fuerzas Armadas.

Mañana a partir de las 15 se tratará en particular el proyecto. Aquí es donde surgen las diferencias. El radicalismo se ha plantado en que debe ser el Ministerio de Defensa el que determine el destino de los fondos. "Lo contrario limita al poder político", dijo ayer Antonio Berhongaray.

El proyecto en revisión, que firma Eduardo Menem, establece en sus artículos 10 y 11, además de las cuentas presupuestarias, dónde ingresarán los fondos, que serán los jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas quienes propondrán al Ministerio de Defensa los "gastos e inversiones a realizar". Estos a su vez deberán ser autorizados por Antonio Erman González, por lo que será el poder político el que finalmente decida. Todo destinado a la "reestructuración y modernización de las FF.AA.", tal como establece la norma a tratarse mañana.

• Otro proyecto

En realidad, los radicales a lo que apuntan es a establecer una norma que contenga no sólo los inmuebles (ver cuadro adjunto), sino también los bienes muebles y las empresas del área de Defensa. Berhongaray recordó que "hay otro proyecto que abarca también a las empresas". Incluso el radical pampeano subrayó que existe parado en la Comisión de Agricultura y Ganadería de la Cámara baja un proyecto donde se legisla sobre la venta de tierras fiscales con destino a la colonización. Incluye más de un millón de hectáreas de las FF.AA., muchas de ellas en faldeos de la coordillera.

Las diferencias conceptuales (a las que se agregó el socialista porteño Simón Lázara, quien reclama prioridad para Salud y Educación) entre los dos partidos mayoritarios esconden una coincidencia de fondo: que debe venderse o alquilarse y que los fondos deben utilizarse para la meneada reestructuración y modernización.

Al respecto Berhongaray, quien acumula larga experiencia del tiempo en que era titular de la Comisión de Defensa en el Senado, señaló que "se busca evitar que nos llenen de papeles de la deuda externa", fundando la opinión radical.

En su mensaje de hace una semana, Erman afirmó que la venta de algunas de las empresas del área de Defensa permitió ingresar casi 46 millones de dólares en efectivo y alrededor de 132 millones en papeles de la deuda externa. Durante la gestión de Humberto Romero, Defensa había establecido que el efectivo iba al presupuesto de las Fuerzas Armadas y los papeles a Economía.

En una charla con los diputados de la Comisión de Defensa, Erman admitió que esos casi 46 millones de dólares le alcanzaban para iniciar la primera etapa de la reestructuración. También fue admitido que no hay ninguna ley que así lo determine, ni ahora ni en tiempos de Romero.

En su momento la Comisión de Defensa de la Cámara baja aprobó por unanimidad un proyecto que engloba inmuebles, muebles y 37 empresas, y que sin embargo está parado en Presupuesto y Hacienda.

INMUEBLES DE LAS FF.AA.
EN CONDICIONES DE VENTA O ALQUILER

EJERCITO

Cap. Federal	Dirección de Arsenales Dirección de Sanidad Dirección de Intendencia	Abarca en total 4 has y 16.000 m2 cubiertos
Buenos Aires	Ciudadela (regimiento Artillería) Campo de Mayo - 980 hectáreas	
Córdoba	Campo La Ribera y Parque Sarmiento - 100 has	
Corrientes	Edificio ex Comando Brig. Infantería VII Cuarteles del RI 9 Cuarteles y campos en Goya y Alvear - 160 has Se incorporaría Campo Avalos	
Salta	Un sector del campo General Belgrano, aledaño a la ciudad capital	
Entre Ríos	Cuarteles y campos en Federal y Diamante - 1400 has Un inmueble en la ciudad de Paraná Otros predios e inmuebles en Misiones, Neuquén, San Luis y Río Negro	

ARMADA

Cap. Federal	Avda. del Libertador 2200 - 2 pisos San Martín 1100 - 1 piso Riobamba 100 - 1 piso Artigas 46 - 1 piso Juan María Gutiérrez 2500 - 1 piso Rivadavia 4621/23
Buenos Aires	Mar del Plata: Rivadavia 3721 Pilar: 6 parcelas General Rodríguez: 3 parcelas Zárate: 10 lotes
Córdoba	Cerro de las Rosas: Gregorio Vélez 3531 Santa Isabel: Chacra "Villa Isabel"
Río Negro	Bariloche: 2 lotes
Chubut	Puerto Madryn: 2 lotes y una fracción Trelew: remanente de lote en base aeronaval Almirante Zar
Santa Cruz	Tellier: Las Tomas, 1 lote; Las Vertientes, 2 chacras Puerto Deseado: 4 lotes
T. del Fuego	Río Grande: 12 lotes, 7 parcelas y 1 fracción Ushuaia: remanente de una parcela

FUERZA AEREA

Cap. Federal	Edificio Alas (se licitó el 19 de abril de 1991; se estudian las ofertas presentadas) Edificio y terreno anexo de la Escuela de Guerra Aérea Varios departamentos
Buenos Aires	El Palomar: I Brigada Aérea - 570 hectáreas Morón: VIII Brigada Aérea - 618 hectáreas Gregorio de Laferrère: Aeródromo civil "San Justo" - 83 hectáreas San Fernando: Aeródromo civil - 207 hectáreas Merlo: Grupo I Vigilancia Aérea Escuela - 232 hectáreas
Córdoba	Ascochinga: Varios predios - 200 hectáreas

91 08326

01/01

Nº. DOCUMENTO
TITULO La Unidad Socialista presenta sus candidatos
PROCEDE 150024
FECHA 4/6/91
VIDEO 10033
11164
11304

Buenos Aires, martes 4 de junio de 1991 ★ CLARIN

LA UNIDAD SOCIALISTA PRESENTO SUS CANDIDATOS

Los hombres del puño y la rosa

Mientras la izquierda porteña sigue trabajando en la definición de candidatos comunes, la Unidad Socialista lanzó ayer oficialmente los nombres de sus postulantes a diputados nacionales y concejales de la Capital Federal.

La alianza, integrada por los partidos Socialista Democrático y Socialista Popular, propone al ex titular de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Alfredo Bravo y a Angel García, como primeros y segundo candidatos a diputados nacionales.

Ernesto Jaimovich y Raúl Puy encabezan, en ese orden, la lista de candidatos a concejales de la ciudad, que ya se presentó en los comicios de 1988.

La Unidad Socialista, que consiguió unos cien mil votos en los últimos comicios, era la pieza más codiciada por los partidos y agrupaciones que intentan juntar a las dispersas fuerzas de la centroizquierda con los del peronismo más radicalizado contra Menem. Pero los socialistas decidieron ir por su cuenta antes que prestarse a discutir una lista común con grupos de figuras individualmente representativas pero de ignorada eficacia electoral y que plantean realizar internas abiertas para elegir a los candidatos.

El lanzamiento de los postulantes socialistas estuvo acompañado con la presencia del ex fiscal Ricardo Molinas y del titular del PSP y diputado nacional, Guillermo Estévez Boero. También asistieron el concejal porteño Rodolfo La Porta y el ex secretario de Acción Cooperativa Héctor Polino, entre otros. La alianza apoya la candidatura de Molinas en Santa Fe.

Respecto del frente de centroizquierda que impulsa el "grupo de los ocho", Bravo dijo que "la proclamación de las listas no significa cerrar la perspectiva frentista".

01/01

9108327

Nº. DOCUMENTO
TITULO Elecciones internas del radicalismo en Santa Fe.
PROCEDENCIA 150025
FECHA 4/6/91
VOTOS 10033 ✓
11164 ✓
11304 ✓
11303 ✓

Usandizaga obtuvo mayoría y minoría en la UCR santafecina

El ex intendente de Rosario Horacio Usandizaga obtuvo mayoría y minoría en las elecciones internas del radicalismo santafecino realizadas anteayer.

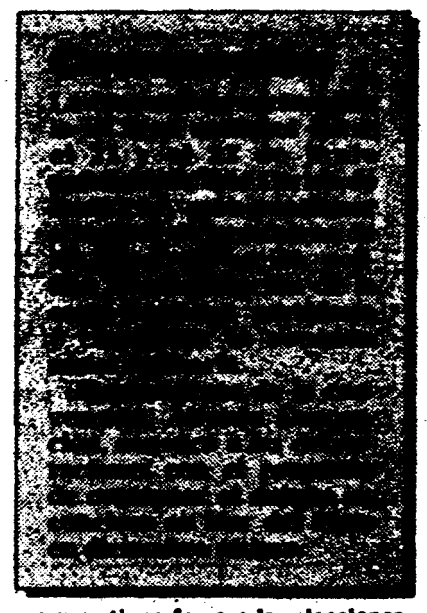
En los comicios sólo se eligieron cargos partidarios y candidatos a diputado nacional.

Usandizaga se impuso a las otras dos corrientes internas lideradas, respectivamente, por Luis Changui Cáceres y Adolfo Stubrin.

"Perdimos feo"

Cáceres admitió ayer no haberse sorprendido por el resultado "porque desde hace 30 días sabíamos que perdíamos y, además, que perdíamos feo".

El dirigente atribuyó el resultado adverso para su sector "al estado de confusión colectiva que hay en la ciudadanía y que se refleja en los partidos políticos".



Una vez conocidos los guarismos, Usandizaga expresó que de triunfar como gobernador, en los comicios generales del 8 de septiembre, "mi gobierno no va a ser neoconservador como me lo endilgan en mi propio partido". Que Usandizaga se tiene fe para las elecciones generales lo demuestra una de sus declaraciones: "En Santa Fe le ganó a Carlos Menem y a Alfonsín juntos."

La junta electoral de la UCR dio a conocer los resultados del escrutinio provisional oficial. De los datos se desprende que la Lista Amarilla (Usandizaga) logró mayoría y minoría, ya que la Blanca (Cáceres) no alcanzó el 25 % necesario para su inclusión como minoría. La lista Amarilla reunió 68.385 votos, lo que implica el 68,8 %; la lista Blanca 22.912 votos, lo que representa el 22,82 %; y la lista Verde (Stubrin) obtuvo 9.101 sufragios, el 9,06 %.

Para diputados nacionales, la lista Amarilla totalizó 71.586 (68,42 %); la Blanca, 23.705 (22,24 %) y la Verde 9.265 (8,86 %). Los candidatos a diputado nacional serán René Balestra, Ernesto Aldaba, Angel D'Ambrosio, Mario Pilo y Mario Saccone, todos de la lista Amarilla. En el caso del D'Ambrosio, superó el 66 % de los votos que debía obtener para ser reelecto.

La lista Amarilla ganó en 17 de los 19 departamentos. La Blanca en 2 departamentos y la Verde de Stubrin obtuvo buenos resultados solamente en tres departamentos, aunque no los ganó.

"LA NACION" 4/6/91

01/01

9108328

Definición de adversarios de Angeloz para comicios generales.-
150027
4/6/91
100033 x
111641
113041

Los contrincantes de Angeloz

En una sola jornada quedaron definidos los dos principales adversarios de **Eduardo Angeloz** para los comicios generales del 8 de setiembre próximo, al confirmar su candidatura el justicialista **José Manuel De la Sota** y triunfar en las internas de la UCeDé la lista oficialista encabezada por **Domingo Antonio Viale.**

De la Sota invitó a todos los sectores partidarios a integrar una lista única, aunque desde ya advirtió que la nómina que él encabezará **"por primera vez tendrá más representantes de sectores sociales que dirigentes políticos".**

En ese sentido, se dice que el candidato a vicegobernador podría ser **Carlos Brigatti**, actual vicepresidente primero de Confederaciones Rurales Argentinas y de ideas afines al desarrollismo, así como también que serán convocados el artista plástico **Carlos Alonso**, el arquitecto **Miguel Angel Roca** y algunos empresarios exitosos.

Como candidato a intendente de la capital se mantendrá el nombre de **Hugo Taboada**, ex integrante del MID, a quien las últimas encuestas ubican entre los primeros lugares de la preferencia ciudadana.

Por otra parte, en la UCeDé —tercera fuerza electoral de la provincia— los comicios internos de la víspera dieron el triunfo a la lista 1 oficialista, consagrando como candidatos a la gobernación al binomio **Domingo Antonio Viale-Luis Remedi de Ferrari.**

La lista de candidatos a diputados nacionales es encabezada por el actual presidente del partido, **Germán Kammerath**, seguido por **José Luis Palazzo**, quien también es postulado para la intendencia de la capital.

La lista 1 obtuvo aproximadamente 72 por ciento de los votos contra 28 por ciento de la lista 2 que postulaba para la provincia a **Alfredo Gattas-Carlos Arrigoni** y a **Prudencio Bustos Argañaraz** para la comuna de Córdoba.

La lista 2 logró aproximadamente 40 por ciento de los votos en el departamento capital, pero todos los datos son provisorios porque la Junta Electoral suspendió prematuramente el recuento y no se pudieron conocer cifras más precisas.

Se sabe que votaron alrededor de 30 por ciento de los 27.000 afiliados inscriptos en los padrones de la UCeDé cordobesa y los comicios se desarrollaron sin inconvenientes.

= ANBITO FINANCIERO "

4/6/91

X

01/01

9108329

Prohiben el uso de la esvástica al Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores.
150027
4/6/91
10033
11164
11304

Prohibieron uso de la esvástica

Basándose en los antecedentes racistas y antisemitas del nazismo alemán y la analogía con nombres y símbolos, la juez federal **María Servini de Cubría** rechazó la denominación del Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores y la adopción de la cruz esvástica solicitada por la agrupación que lidera **Alejandro Biondini**.

Servini de Cubría entiende que "**tanto la nueva denominación adoptada por su semejanza visual y auditiva con el nombre del partido y de la doctrina que nutriera el estado nazi de Hitler, como el símbolo de la cruz esvástica que identificara plenamente al régimen político del Tercer Reich**" reconocidamente racista y concretamente antisemita, resultan encuadrados dentro de las prohibiciones establecidas en la ley orgánica de los partidos políticos.

Señala que en el artículo 16 de la citada ley se establece que "**el nombre partidario no podrá contener palabras que exterioricen antagonismos raciales, de clases o religiosos, o conduzcan a provocarlos**".

Recuerda, en tal sentido, que la segregación antisemita dispuesta por las llamadas leyes de Nuremberg del año 1935 sobre "ciudadanía" y "**pureza de la sangre**", hasta el tremendo genocidio judío cometido por el régimen hitleriano, que finaliza recién con la derrota de Alemania a mano de las fuerzas aliadas, resultan más que suficientes para poner en evidencia la clara identificación del "**nacionalismo**" con una política racista antisemita.

Asimismo, esas consideraciones son igualmente válidas para rechazar el símbolo de la cruz esvástica, rechazando la argumentación de que la gamada haya tenido anteriormente un significado milenario en su uso por distintas civilizaciones, comunidades o grupos.

• Rechazan

"**A partir de la década del 30** —advierte— **y con el surgimiento del Tercer Reich, la esvástica se convirtió en símbolo del nazismo y del antisemitismo, a punto que aún hoy, a medio siglo de los hechos que consolidaron su significado de pleno contenido político racista, acompaña regularmente cualquier manifestación antisemita en nuestro país y en el exterior.**"

Rechazan también las argumentaciones expuestas por los apoderados del partido, **José Luis Cordero y Octavio Gallo**, en el sentido de que la idea de discriminación racial o religiosa se encuentran en la antípoda de su pensamiento, ya que, a entender de la juez, el significado de la terminología "**nacionalsocialismo**" y el de la "**cruz esvástica**", "**están notoriamente asociados para el común de la gente, con la idea de intolerancia, del antagonismo y la persecución racial**". La resolución no implica abrir "**ningún juicio**" sobre el nombre primitivo de la agrupación: "**Partido Socialista de los Trabajadores**".

"ÁMBITO FINANCIERO"
4/6/91

01/01

9108330

"Comando de Campaña" del PJ bonaerense.
150027
4/6/91
10033
11164
11304

El PJ bonaerense tiene su "Comando de Campaña"

Al formar anoche los dirigentes del FREPEBO y de la Liga Federal un "Comando de Campaña" con vistas a las elecciones internas y generales, prenuncia ese acuerdo que entre ambas líneas del PJ bonaerense habrá una entente en la confección de las listas para cargos electivos.

En una larga reunión en un "bunker" de la avenida Entre Ríos al 200, los federales Hugo Toledo, Lorenzo Pepe, Alberto Pierri, Fernando Galmarini y Raúl Alvarez Echagüe, acordaron con los cafieristas Gustavo Green, Horacio Romá y Eduardo Camaño, la constitución del "Comando de Campaña" que acompañará a Eduardo Duhalde en su objetivo de ganar la gobernación de la provincia de Buenos Aires. Suena irónico el ámbito político que se creó anoche, debido a que el propio vicepresidente ha manifestado que el PJ no realizará un proselitismo muy intenso y que Duhalde sólo participará de un acto (en un estadio de la Capital Federal) donde dará a conocer a su acompañante de fórmula, que aún sigue siendo un misterio. Anoche los asistentes negaron que se haya tocado el tema del hombre que secundará a Duhalde; lo que sí es evidente que en la reunión estaban presentes cuatro aspirantes a esa vacante: Romá, Pepe, Alvarez Echagüe y Pierri, aunque el "tapado" que el vicepresidente tiene, dista demasiado de los nombrados.

El "Comando" es integrado por partes iguales por cafieristas y federales y lo preside el "alter ego" de Duhalde, el intendente de Lomas de Zamora, Toledo, y lo integra también Green.

Asimismo se acordó la constitución de comisiones seccionales a fin de acordar las listas de unidad (entre la Liga Federal y el FREPEBO) a cargos municipales y provinciales. Tanto Toledo como Green fueron reacios anoche a dar información sobre si se avanzó en acuerdos.

"AMBITO FINANCIERO"
4/6/91

01/01

9108331

4/6/91 "A. F."

El crecimiento de los sectores independientes quita importancia a los principios y al verticalismo partidario para privilegiar la magia de las encuestas

Enloquece al votante el festival de frentes para las elecciones

El mapa del país de cara a los comicios de 1991 encuentra a buena parte de la clase política sirviéndose de una curiosa "ars combinatoria" para diseñar alianzas, frentes e incorporación de extrapartidarios a fin de potenciar el propio caudal electoral.

Las vinculaciones interpartidarias no son nuevas en la Argentina, tanto que su práctica ha dado lugar a alguna nomenclatura hoy casi en desuso, como la que determina la existencia de un "campo nacional y popular". Fronteras adentro de ese distrito superion convivir el justicialismo y sus satélites tradicionales. Otras experiencias, como la del Autonomismo con la del Partido Liberal, en Corrientes, acreditan una tradición aun mayor.

En cambio, lo que se anticipa para las elecciones de este año es un abanico de entendimientos que en varios casos, la mayoría, llaman a sorpresa. Nadie hubiera esperado, si se tiene en cuenta su animadversión clásica, que la Unión Cívica Radical pudiera orientar su libido electoral en el mismo sentido que el justicialismo. Sin embargo, eso podría llegar a suceder en Santiago del Estero y en Catamarca. Sin que exista una oferta electoral conjunta, ambos partidos también se unieron por un acuerdo en el colegio que elige al gobernador de Corrientes.

No menos curioso aparece el caso catamarqueño, donde el partido de Alfonsín postula para la intendencia de la capital al ex gobernador del período militar Arnoldo Castillo (a quien no se le propone la gobernación por impedirlo una cláusula constitucional).

Las alianzas entre la UCeDé y el justicialismo ya no parecen inéditas después de la convivencia inaugurada por Carlos Menem en el orden nacional. Pero sí parece digno de atención que el liberalismo deba desarrollar planteos antimilitaristas cuando se oponga (junto al PJ) a Domingo Bussi en Tucumán y que, al mismo tiempo, deba defender al gobierno castrense en el Chaco, donde avala a Ruiz Palacios. Lo mismo puede predicarse de los atisbos centroizquierdistas de Eduardo Duhalde en Buenos Aires, donde defiende al mismo tiempo la imagen tradicional del peronismo y el nuevo rostro que le impuso Menem desde su atípica gestión presidencial.

Escribe
Carlos Pagni

Pero lo de Duhalde no parece insólito si se lo compara con la alquimia electoral de otros distritos. En Río Negro, por ejemplo, no sólo el peronismo sino también la UCeDé cohabitarán en las boletas de los comicios con el maoísmo del PTP. Desde luego, se trata de una composición que supera en excentricidad a la que Alende intenta lograr en el terreno bonaerense cuando piensa en que el Socialismo Democrático que venera a Américo Ghioldi se una al populismo ubaldinista de Mary Sánchez o Víctor de Gennaro.

• Liderazgos

Las razones que explican ese comportamiento de los partidos para estas elecciones son de distinta índole y gravitación. En principio, se verifica nuevamente la crisis de los discursos que puedan englobar en una misma propuesta política una situación de alcance nacional. El fenómeno es conocido si se examinan los liderazgos internos de los grupos políticos. Ni Raúl Alfonsín ni Eduardo Angeloz ni Carlos Menem pueden escapar a la regionalización de la vida pública y tampoco al consiguiente caciquismo que esa fragmentación engendra. De allí que las estructuras nacionales de los partidos políticos encuentren imposible la tarea de disciplinar a sus representaciones provinciales en un programa homogéneo.

Por otra parte, este comportamiento aparentemente enloquecido de las ofertas

01/04

9108332

electorales bien puede ser hijo de la tecnología electoral a la que recurren los políticos a la hora desentrañar su futuro. Calculadora en mano, los caciques de cada región evalúan el significado algebraico de cada sector social según lo que indican las encuestas. En el resultado de esa aséptica matemática muchas veces se encuentra la clave que despeja algunas combinaciones.

Claro que ese mecanicismo electoral revela varias condiciones de la política actual en el país. Por un lado demuestra el carácter secundario que ocupa lo doctrinario en la identidad de los grupos. Estos más bien parecen encontrar su modo de ser en el contexto sobre el que operan. Vale decir, sobre la UCeDé de Tucumán pesará más su oposición a Bussi que lo que pueda predicar el Comité Nacional del partido desde Buenos Aires. Lo mismo y en sentido contrario le sucederá en el Chaco.

• Debilidad

Por otro lado, ese determinismo de los sondeos de opinión que habilita a alianzas poco prejuiciosas habla también de que la conexión entre las agrupaciones políticas y los intereses concretos que dicen representar es débil. O, en todo caso, que el conflicto entre distintos intereses es lo suficientemente tenue como para admitir convivencias osadas sin que se interpreten como traición.

Finalmente, la posibilidad de esas combinaciones interpartidarias demuestra el nivel de discusión alcanzado hoy por la sociedad. Las clasificaciones honesto/corrupto, eficiente/ineficiente, buen administrador/mal administrador, son las que rigen hoy el proceso de selección de la dirigencia para la gente, y demuestran que las propuestas de mayor porte ideológico pueden parecer innecesarias.

En buena parte de los distritos electorales los partidos políticos programan alianzas que son muchas veces insólitas. El mapa que se presenta aquí señala los frentes ya constituidos o en vías de negociación en las distintas provincias.

02 9108332

Privatizan en La Rioja

*La reestructuración estatal ha llegado a La Rioja, luego de insistentes reclamos de **Carlos Menem** al gobernador **Agustín De la Vega**. Pero la iniciativa que emanó del propio mandatario provincial no es tan ambiciosa: **sólo privatizará la Empresa Provincial Eléctrica La Rioja (EPELAR), hospitales provinciales, garajes e imprentas en manos de la gobernación.***

*El precandidato a gobernador, **Bernabé Arnaudo**, no está en un todo de acuerdo. Es que la carga más pesada **De la Vega** piensa dejarla de herencia y **Arnaudo**, que ya se siente su sucesor, deberá afrontar una verdadera racionalización de la administración pública y el saneamiento de las finanzas provinciales. **Arnaudo** se queja de que el gobernador de facto (ex diputado que reemplazó al vicegobernador que asumió el mandato por la reauncia de Carlos Menem, el extinto **Alberto Cavero**) no echa mano al "rojo" del Banco de La Rioja y que sigue tomando gente en la gobernación. Arnaudo acusó 200 designaciones en 20 días.*

*La principal objeción del "Pocho" **Arnaudo** es que se privaticen los hospitales provinciales. **"Hay otras áreas más prioritarias"**, sostuvo **Arnaudo** y mencionó como ejemplo la Lotería de La Rioja y empresas en manos de la gobernación.*

De la Vega no quiere pagar todo el costo político de las medidas de racionalización que deben tomarse en La Rioja, provincia que depende mensualmente de los giros de la Tesorería nacional para el pago de haberes a los empleados públicos.

Ucedeístas con maoístas en Río Negro, radicales y peronistas en varias provincias en insólita mezcla

El pragmatismo forma familias muy extrañas

La conducta cada vez más "desobediente" del electorado argentino ha puesto en crisis la seguridad con que los partidos políticos preveían sus resultados electorales. **Esa incertidumbre obtiene de la dirigencia diversas respuestas. Una de ellas es la de aglutinar los respectivos lotes de votos cautivos en alianzas, que en la mayoría de los casos tienen por finalidad compartir la debilidad partidista frente a candidatos demasiado poderosos, en cada distrito.** Se trata de un recurso que tiene antecedentes en el país pero que en las elecciones de este año se ha extendido de manera llamativa. Es posible que varios factores incidan en ello, pero no hay que descartar **una dosis inusual de pragmatismo que ha ganado a la clase política y que habilita para osadas combinaciones en muchos casos.**

Por ejemplo: el radicalismo no enfrentará al peronismo en todos los distritos, ya que en algunos han constituido alianzas. La UCeDé, asumirá conductas antimilitaristas en algunas provincias, como Tucumán, pero auspiciará a candidatos del "Proceso" en otros sitios, como Chaco. A su vez, en algunos lugares como Corrientes, hasta es posible que el partido de los Alsogaray selle algún acuerdo con el alfonsinismo más recalcitrante.

El ejemplo más notorio es el de la provincia de Buenos Aires, donde Oscar Alende y Eduardo Duhalde buscan, cada uno por su lado, reconstruir al desvencijado Frejupo que ganó las elecciones de 1989. La divergencia entre ambos se produjo el día en que Alende se negó a aplaudir el descenso del vicepresidente a la arena electoral, recomendándole, en su casa de Banfield, que "la situación de la República lo necesita en su puesto actual". En realidad, el veterano intransigente, ya venía tejiendo su propia trama, que lo lleva hoy a soñar con la integración de la Democracia Cristiana de Raúl Silvera, el Socialismo Auténtico de Enrique Inda, la Izquierda Nacional de Enea Spilimbergo los diputados disidentes y salientes del justicialismo (Cafiero, Fontela, Alessandro, Brunati) en una sola propuesta.

Desde luego, [illegible]

Ramón Ortega

03

9108332

acumulación de siglas tenga algún correlato en la cantidad de votos Alende confía en que Saúl Ubaldini se decida a hablar con él siquiera una parte del tiempo que dedica a comunicarse con Lorenzo Miguel o Luis Barrionuevo. Pero no lo logra. En cambio obtiene más éxito con "Mary" Sánchez o con Víctor De Gennaro, a quienes la indecisión del cervecero les provoca hartazgo y los dispone mejor a hablar de algún tipo de integración. En sus incursiones extrapartidarias, la dirgencia del PI bonaerense ha tentado también a la Unidad Socialista, y con la que pretende compartir sufragios en Mar del Plata.

Mientras tanto, el éxito de Oscar Alende en el desperdigado mundo de la "centroizquierda", es mirado con extraña admiración por el vacilante Eduardo Duhalde. El quiere también tener un izquierdismo propio, suponiendo que el acercamiento será posible. Y creíble. Es cierto que todavía no ha logrado que cuando se especule acerca de su segundo se descarte a Santiago de Estrada o a Felipe Solá, cuyo izquierdismo podría resultar sorprendente. Mucho más en el caso de De Estrada,que ya ha iniciado su acuerdo con el MID de Octavio Frigerio y consagrado así otra modalidad de alianza en la provincia.

Otra historia es la de Santa Fe, donde la ley de lemas habilita la composición de fórmulas para la gobernación con independencia de lo que ocurra en el resto de la oferta electoral. En esa provincia el eje de los acuerdos, que se hallan todavía en estado larval, es el peronismo. Tanto el ex fiscal Ricardo Molinas como Alberto Natale han escuchado propuestas de matrimonios políticos. Molinas, luego de haber concurrido en más de una oportunidad al domicilio del menemista Rubén Cardozo parece haberlas rechazado. Natale y Enrique Mutis de la Democracia Progresista todavía no anticiparon qué les provoca la idea de unirse a Carlos Reutemann en un sublema común.

La resistencia de Molinas, por otra parte, consolida la formación de otro "mix", que es el del "latorrismo" con la Unidad Socialista que lidera Guillermo Estévez Boero. A esa combinación también podrían sumarse figuras del justicialismo y del Partido Intransigente.

• Contra Saadi

En Catamarca, el derrumbe de los Saadi estuvo también acompañado de un diseño de alianzas en su contra. La protagonizan la Unión Cívica Radical, el Partido Movilización y el peronismo disidente de Miguel Marcolli. Allí el pacto es que el alfonsinista Luis María Villarroel ocupe la candidatura de gobernador en compañía de un aliado (que podría ser Simón Hernández,de Movilización), reservándose para el tercero socio la primera senaduría provincial.

También en Entre Ríos se estudia la formación de ententes. Allí el cardiólogo peronista Domingo Liotta se propone para la sucesión de Jorge Busti, con la intención de agrupar a su lado a la UCeDé y al MID (insólito Alsogaray y Frigerio juntos). En la misma faena se encuentra el candidato oficial del PJ, Juan Manuel Moine, quien dialoga-

Oscar Alende

ba ayer en Paraná sobre la posible incorporación de esos partidos a su oferta.

Corrientes exhibe también una dosis de entendimiento, aunque no se traduzca en listas electorales. En esa provincia el radicalismo y el peronismo trabajan en pos de un compromiso en el colegio electoral, para que resulte consagrado gobernador el candidato más votado. Según comentaba Federico Clérici ayer, la UCeDé correntina también podría agregarse a ese acuerdo que tiene por fin neutralizar al Pacto Autonomista Liberal.

En Tucumán, en torno de la figura de Ramón "Palito" Ortega también se busca combinar a un abanico de partidos. En principio, formarían parte de la alianza el justicialismo y la UCeDé. Esta última agrupación mira con ansiedad la posibilidad de que Sixto Terán Nogués obtenga la intendencia capitalina. La integración no convence aún a la UCR, pese a que se tentó a Rubén Chebaia con la misma alcaldía. Desde luego, el factor aglutinante es la necesidad de los miembros de la alianza de contrarrestar el predicamento de Antonio Bussi en Tucumán.

En cuanto a Santiago del Estero, existe un pacto de cooperación entre el gobernador César Iturre (PJ) y el jefe radical José Zabalía. Todo hace suponer que ese acercamiento puede perdurar a través de un lema común, cuando se apruebe la reforma electoral en trámite. No obstante, ese entendimiento no cuenta con el aval del radicalismo nacional y tampoco con el del justicialismo que representa el candidato Carlos Juárez.

El Chaco no presenta todavía ninguna formación conjunta pero ya se han iniciado conversaciones para que David Ruiz Palacios reciba el apoyo de la UCeDé en el distrito.

En cambio en Río Negro los contactos están más avanzados en varios sectores. Por un lado, el Movimiento de Afirmación Radical que fundó recientemente Julio Rajneri ha acercado a la Democracia Progresista, al Partido Popular Rionegrino, al MID y a un sector del socialismo para que acompañen la candidatura a gobernador del ex ministro de Educación. A su vez, el intendente Julio Salto (ex PI de Cipolletti) intenta un pacto con un sector disidente del PPR, encabezado por Graciela Campano. Finalmente, Víctor Sodero Nievas, como postulante a la gobernación por el PJ, ha obtenido el aval de la UCeDé provincial, más allá de que la alianza sea difícilmente asimilada en el nivel comunal.

Más allá de los frentes y alianzas, en muchos distritos se verifican aperturas de listas a extrapartidarios, considerados por la gravitación de sus individualidades. Es el caso de la provincia de Buenos Aires, donde Carlos Menem espera ver en la lista de diputados a un Carlos de la Vega o a un Guillermo Alchourón. El mismo Alberto Albamonte piensa completar su fórmula con un hombre ajeno a sus filas. En Córdoba, José Manuel De la Sota ya anticipó la integración a su propuesta con personalidades cuyo origen no es específicamente político. Ni que hablar de "Palito" Ortega en Tucumán (que luego de alejarse vuelve a ser candidato del PJ), o de "Lole" Reutemann y César Menotti en Santa Fe. El mismo Oscar Parrilli en Neuquén, candidato peronista aspira a que lo acompañe Jesús Martínez, que no pertenece al PJ provincial.

04/04

91 [illegible]32

Tres sectores del radicalismo de C.F. buscan lista de unidad.

150024
4/6/91
10033 x
11164 x
11304

[illegible] lista de unidad [illegible]

[illegible] radicales de Capital

[illegible] Comité Nacional de la Unión Cívica Radical [illegible] 19 de [illegible] en el [illegible] al [illegible]

"[illegible] de Alfonsín [illegible]", dijo [illegible] Pugliese, según [illegible] (coincidió la mi[illegible] del alfonsinismo [illegible].

[illegible] lista unidad impulsada por De la Rúa, se [illegible] Lo [illegible]. El cuarto lugar encabezaría la lista de diputados (del otro lado está el justicialista [illegible] Pachoud), seguido por Juan Gruna, [illegible] Rodríguez y [illegible]. El sexto lugar se otorgaría a un dirigente del justicialismo partidario.

En cuanto a los concejales (también distribuidos como [illegible] cargos, dos para la mayoría y uno para la minoría), la fórmula sería encabezada por el delarruista [illegible] Carlos Arocha, quien aspira ser el titular del cuerpo que ha y preside el alfonsinista Ricardo Marcos.

Centenario y Renovación se distribuirían 6 o 7 de los 16 primeros lugares.

Hasta anoche subsistían algunas diferencias. Rodríguez señaló que la integración se conseguiría si los sectores que obtuvieron mayoría y minoría flexibilizaban [illegible] indentos para dar cabida a los hombres de Renovación. [illegible] dispuesto.

Algunos dirigentes del delarruísmo se mostraron intransigentes [illegible] la base de negociación y tiraron la pelota a los [illegible] Centenario y Renovación. "Qué se reparten entre ellos los cargos por minoría, nosotros no tenemos [illegible]

[illegible] Rúa no se [illegible]

[illegible]

[illegible] Pueblo, en lugar del [illegible]. "Y [illegible]

[illegible] no cambia el resultado final. De la [illegible] (de [illegible]) con[illegible] Centenario y de Renovación.

[illegible] los cargos [illegible] y el [illegible] de [illegible] cinco años. Dos de [illegible] Centenario [illegible]

01/01

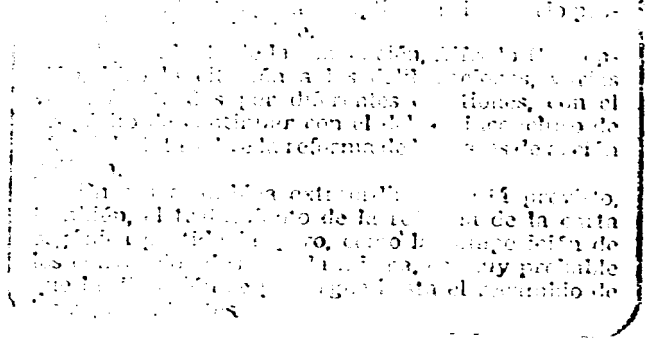
4/6/91
"CLARIN"

Doc. poco legible

9108333

La Convención Nacional del radicalismo se realiza el 21/6/91.

150024
4/6/91
10033
11164
11304



PARTES POCO LEGIBLES

4/6/91
"CLARIN"

01/01

9108334

5/6/91 - CLARIN

Radiografía de la izquierda porteña

Por diferencias ideológicas, desacuerdos en la metodología o por la simple y humana incompatibilidad de caracteres, los que hacen política en la Capital Federal, desde el centro hacia la izquierda, se dividen en tres vertientes que bien pueden resultar en otras tantas ofertas electorales. Abundan las siglas y los aspirantes a integrar las listas de candidatos. Hay quienes proponen un frente político y social, otros pretenden sumar a los sindicatos y están los que descreen de nuevas alianzas.

Lío entre socios

Los partidos que están **más a la izquierda** aún no definieron su táctica para las próximas elecciones.

Los **comunistas**, la IDEPO de **Néstor Vicente** y la Corriente Patria Libre impulsan la formación de un **frente político y social** que se defina por una clara oposición al Gobierno. La pretensión de estas agrupaciones es que el frente se construya **de abajo hacia arriba**.

El MAS, que en el distrito tiene como referente a **Marcelo Parrilli**, piensa decidir su estrategia electoral en una conferencia partidaria llamada para dentro de 15 días.

El **Partido Obrero**, que desde 1983 fue siempre solo a las elecciones, está de acuerdo con la formación del frente. Por de pronto, ya colocó a **Jorge Altamira** entre los oradores del pasado 1° de Mayo.

El PC y sus aliados proponen, además del frente, el ya ensayado sistema de **internas abiertas** para elegir candidatos. **Vicente** encabezará su lista de diputados y, si hay interna abierta, deberá confrontar con **Parrilli**.

Todavía no tienen resuelto qué harán el Partido Comunista Revolucionario (PCR), cuya variante electoral —el **PTP**— todavía se considera integrante del **Frejupo**, y el Partido de Trabajadores por el Socialismo (PTS).

Los que van solos

Los socialistas, por ahora, decidieron ir solos a la elección. Como para que no queden dudas, proclamaron a **Alfredo Bravo** como primer candidato a diputado nacional y a **Ernesto Jaimovich** como candidato a concejal.

La posibilidad de un entendimiento con otras expresiones del centroizquierda no está cerrada, pero sí seriamente limitada desde esas proclamaciones.

Las candidaturas reflejan la relación de fuerzas en la **Unidad Socialista** en el distrito: **Bravo** es hombre de los "democráticos" (PSD), con más peso aquí que sus colegas "populares" (PSP), dirigidos por **Jaimovich**.

La alianza de los socialistas no comulga con las internas abiertas como método para elegir a los candidatos. Sus dirigentes sostienen además que "nadie puede discutir a Bravo su representatividad" y recuerdan que estuvo a punto de salir electo diputado en 1989, cuando obtuvo alrededor de 90.000 votos, constituyéndose en la principal fuerza de la izquierda capitalina.

Estarían dispuestos a conversar solamente si se respetan las candidaturas que ya proclamaron. Pero desconfían de las alianzas efímeras y, aunque no lo digan, apuestan antes que nada a la formación de un único partido socialista en el país.

Todo en discusión

Por ahora solamente se pusieron de acuerdo en el nombre: se llaman a sí mismos **Frente Nacional, Popular, Democrático y Progresista**. De ahí para abajo, salvo algunas coincidencias programáticas globales, son todas discusiones. Pasado mañana, por ejemplo, se van a reunir para seguir el debate sobre el mecanismo de elección de los candidatos.

Hay un sector que no simpatiza con las internas abiertas: es el que integran el **Partido Intransigente**, el **socialismo auténtico** y el **Encuentro** Popular del diputado bonaerense **Luis Brunati**. Prefieren debatir primero la metodología para integrar a los sindicatos que adhieren a esta propuesta y que las candidaturas salgan por consenso.

En el otro costado están Democracia Avanzada (**Atilio Borón**), Corriente para el Protagonismo Popular (**Eduardo Sigal**), el Movimiento 29 de Mayo (**Carlos Vicente**) y los integrantes del Grupo de los Ocho, que empujan a favor de las internas abiertas.

Graciela Fernández Meijide también está en carrera: la proclamó candidata a diputada la Democracia Popular, el partido que formó **Carlos Auyero**. Aceptan las internas abiertas, pero están tironeados por la Unidad Socialista para que se muden de alianza.

01/01

9108335

Delegación militar argentina en desfile en N. York.
150026
5/6/91
10033
11163
11399
65390

Delegación argentina en un desfile en Nueva York

Una delegación militar argentina participará entre el 9 y 10 de este mes en los actos de homenaje y bienvenida a las tropas norteamericanas que actuaron en el Golfo Pérsico, que se llevará a cabo en Nueva York.

Así lo informó el Ministerio de Defensa, señalando que integrarán la delegación cuatro oficiales y ocho suboficiales, que, respondiendo a una invitación del alcalde neoyorkino, participarán de un gran desfile, el lunes próximo, por la Quinta Avenida.

La representación argentina estará integrada por los tenientes de navío Carlos Enrique Aguilera y Máximo Pérez León Barreto y los suboficiales Julio César Toledo, Miguel Angel Zandivarez, Alfonso José Antonio y Alberto Alejandro Alonso, en nombre del destructor "Almirante Brown" y la corbeta "Spiro", de la Armada nacional.

Por el Ejército compondrán la delegación el teniente Martín Manuel Barreiro y los cabos primeros Rodolfo Gustavo Gerone y José Luis Vargas.

A su vez, la Fuerza Aérea designó al teniente Pablo Alejandro Lena y los suboficiales Sergio Víctor Olmos y Hugo Norberto Quinteros.

El personal partirá por vía aérea desde el aeropuerto internacional de Ezeiza, pasado mañana, y estará de regreso el 12 del corriente.

5/6/91
= LA PRENSA"

01/01

9108336

Polemica entre el Congreso y el Minist. Interior por ley de Seguridad Interior..
150024
6/6/91
15033
11164
11302

DURA REPLICA DEL DIPUTADO A MERA FIGUEROA SOBRE SEGURIDAD INTERIOR

Toma: "No hay ley porque no quiere"

Polémica entre el Congreso y el Ministerio del Interior. El diputado Miguel Angel Toma salió al cruce de las declaraciones del ministro Mera Figueroa. Reveló que Interior pidió expresamente que no se tratara la ley de seguridad interior, que ahora reclama Mera para investigar el atentado contra Fernando Solanas. Tras la polémica, subyace el deseo del ministro de que se apruebe un proyecto de ley distinto al elaborado por los diputados.

"No hay ley de seguridad interior porque el ministro de esa cartera no quiso."

Sin eufemismos, el diputado justicialista **Miguel Angel Toma**, que preside la Comisión de Defensa Nacional, salió al cruce de las declaraciones del ministro del Interior, **Julio Mera Figueroa**, quien admitió su impotencia para esclarecer el atentado al cineasta **Fernando Solanas**, porque **"la ley vigente no es suficiente."** Ayer Mera Figueroa se desdijo (ver aparte).

Toma senaló ayer: **"Escuché con asombro y preocupación** las manifestaciones del ministro respecto a que no podía investigar el brutal atentado contra 'Pino' Solanas porque carecía de una ley de seguridad interior. **Esa ley, consensuada mayoritariamente por todos los bloques, vio demorado su tratamiento por expreso pedido del ministro del Interior.** Así que no es correcto que el funcionario quiera justificarse endilgándole responsabilidades al Parlamento".

El enfrentamiento Toma-Mera Figueroa esconde en realidad un debate sobre **cuál será la ley de seguridad a sancionarse.** La Comisión de Defensa, junto a la de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Diputados, elaboró un proyecto de ley de seguridad interior, acordado por la mayoría de los bloques partidarios.

El diputado justicialista por Santa Fe **Roberto Vallejos** presentó otro proyecto, **idéntico al que la Policía Federal** elevó en su momento **al ministro Mera Figueroa**, de fluido diálogo con el jefe de la Federal, comisario **Jorge Passero. Ese es el proyecto que Interior quiere que apruebe el Congreso.**

Mera Figueroa hizo expresamente claros esos deseos, y así figura en la página 61 del libro que contiene el mensaje presidencial de **Carlos Menem** a la Asamblea Legislativa del pasado 1º de mayo. En el capítulo dedicado a la cartera de Mera Figueroa, y específicamente en el apartado "Policía Federal Argentina", se lee: **"(...) por estos motivos la Policía Federal Argentina avala el proyecto de ley de seguridad interior presentado por el diputado Vallejos (PJ), y no el tratado en la Comisión de Defensa de la Honorable Cámara de Diputados".**

La sincera transparencia policial no cayó nada bien en el Congreso, donde se piensa que, entre las facultades de la Policía Federal, no figura la de avalar los proyectos de ley que elabora el Parlamento, en cualquiera de sus cámaras.

La ley de seguridad interior, explicaron ayer a **Clarín** fuentes parlamentarias, es considerada esencial para enfrentar nuevas formas de delincuencia como el tráfico de drogas y el lavado de dinero proveniente del narcotráfico, **sin violar las garantías y los derechos individuales de los ciudadanos.** ¿Cuáles son, entonces, las diferencias básicas entre los dos proyectos?

El de **Bisciotti-Toma establece la creación de un Consejo de Seguridad Interior,** destinado a **"asesorar al ministro del Interior en la elaboración de las políticas correspondientes** al ámbito de la seguridad interior, como asimismo en la **elaboración de los planes y la ejecución de las acciones tendientes a garantizar** un adecuado nivel de seguridad interior". Ese consejo estaría integrado por miembros permanentes y no permanentes. Entre los miembros permanentes figuran: **los ministros del Interior y de Justicia,** el secretario de Prevención y Lucha contra el Narcotráfico, el subsecretario de Seguridad Interior, los jefes de la Policía Federal, la Prefectura Naval y la Gendarmería Nacional, más cinco jefes de policía de otras tantas provincias **y los presidentes y vicepresidentes de las comisiones pertinentes de Senadores y Diputados.**

En otras palabras, el proyecto **Bisciotti-Toma da conducción política y control parlamentario a los planes y operativos de seguridad interna;** sienta en una misma mesa a casi todos los jefes policiales y de organismos de seguridad del país y los pone bajo la coordinación del ministro del Interior.

El proyecto presentado por el justicialista Vallejos, en cambio, **coloca como eje de la ley a la Policía Federal** y deja librados a una sola institución la planificación y el control de los operativos de seguridad interior, otorgándole además el control de aeropuertos, costas y fronteras.

01-01

9108337

Desencuentros en el radicalismo

150035

6/6/91

1164

1130

Desencuentros en el radicalismo

Las negociaciones para integrar una lista de unidad en el radicalismo metropolitano se trabaron nuevamente anoche, al entender el triunfante Movimiento de Participación, de Fernando de la Rúa, que las dos corrientes alfonsinistas derrotadas "desvirtúan el sentido integrador en una lucha por la jefatura del poder político de las minorías".

Además, según versiones recogidas en medios partidarios, los delarruistas habrían objetado la inclusión de uno de los principales dirigentes de Renovación, Marcelo Stubrin, en el sexto lugar de la lista de candidatos a diputado, por entender que la nómina no reflejaría de esa forma la voluntad de los afiliados.

Recuperación Radical

Melchor Posse, principal dirigente de la línea interna de la UCR bonaerense Recuperación Radical, anunció ayer que el sector impulsará la candidatura presidencial de Eduardo Angeloz con vistas a las elecciones de 1995.

Por otra parte, el intendente de San Isidro reveló guarismos propios –no se conocen aún cifras oficiales– de las elecciones internas del 26 del mes último que indicarían que su nómina de precandidatos a gobernador y vicegobernador, a diputado nacional y legisladores provinciales obtuvo el triunfo en la estratégica primera sección electoral.

Posse, quien ofreció una conferencia de prensa acompañado por Luis Sagol, Antonio Tróccoli, Pascual Cappelleri y Angel Roig, felicitó a Juan Carlos Pugliese por el triunfo logrado en el distrito y añadió que Recuperación se alinea "tras el ganador, para conseguir que el radicalismo alcance la gobernación bonaerense en las próximas elecciones".

La reunión fue presidida por un anuncio que rezaba "Ahora, el camino es Angeloz-Posse".

Consultado el intendente de San Isidro si ese eslogan representaba también su lanzamiento como integrante del binomio presidencial, Posse lo desmintió categóricamente.

Por su parte, Tróccoli se quejó de que "pasadas casi dos semanas, no tenemos aún los datos oficiales", y reveló que, según las cifras de Recuperación Radical, la Corriente de Opinión Nacional (CON) no consiguió la minoría.

El ex ministro del Interior aseguró que las recientes elecciones internas prueban que "el anunciado fin de los partidos políticos no corre para la UCR".

6/6/91 "LA NACION"

01/01

9108338

El Congreso insiste en controlar la SIDE.
150027
6/6/91
10033
11164
11302
11163
11338

Toma y Vaca flotaron un viejo proyecto para vigilar al organismo, que se resiste a la apertura

Insiste el Congreso en controlar la SIDE

Escribe
Edgar Mainhard

Un proyecto de ley para disponer el control parlamentario de los servicios de inteligencia está siendo elaborado por un equipo que responde indistintamente al diputado Miguel Angel Toma y al senador Eduardo Vaca (ambos son peronistas de Capital Federal vinculados a Carlos Grosso) y que se tratará en ordinarias. Gustavo Druetta y Luis Tibaldi (éste integró el grupo de mayores y [illegible]tes coroneles llamados "los Orientales" y que dio de baja Roberto Viola en 1980) comenzaron a elaborar la iniciativa cuando Facundo Suárez y Atherto Natale dirigían la SIDE y la CNI en tiempos de Raúl Alfonsín. Más recientemente dialogaron con Hugo Anzorregui y Norberto Chaparri. Tantos meses transcurrieron (además no es lo mismo ser oposición que oficialismo) que derivaron en cambios totales "pero no definitivos".

La historia militar-policial de la Argentina de las últimas décadas provocó muchas historias sobre los servicios de inteligencia. Algunas reales y otras de ficción, acerca de su real capacidad operativa y de su poder. Desde que Carlos Menem llegó al gobierno se plantearon tres cuestiones: las interferencias telefónicas que a veces parecen no tener orden judicial (aunque en los EE.UU. ya se utiliza un sistema de escucha sin grabación que no requiere orden judicial); la diversidad de servicios de inteligencia (cada fuerza de seguridad y cada FF.AA. tiene el suyo, más la SIDE que es del Presidente) y, más que nada, el control de los fondos reservados. Diversos funcionarios del gobierno anhelaron siempre acceder a tales recursos y usufru[illegible]rlos.

El control parlamentario se aplica en diversos países y en la Argentina lo que más se discutirá es quién puede y quién no, acceder a información "sensible" que hace a la seguridad del Estado. "¿El Grupo de los Ocho o el MAS auditando a la SIDE?", se preguntan colaboradores de Anzorregui. Este es el debate que llega cuando acaba el de Seguridad Interior ya que expresamente los servicios de inteligencia fueron dejados afuera de este proyecto, según explicó Toma a este diario.

• Pesquisas

La situación plantea dos cuestiones sobre las que trabajan Toma y Vaca: el carácter de las pesquisas de los servicios de inteligencia (¿pueden ser partidarias? ¿Quiénes son y quiénes no son los "enemigos del sistema"?) y cómo se elegirá a los legisladores que participarán de sesiones secretas.

• Seguridad

Ayer estaba en la agenda de la sesión de la Cámara de Diputados el proyecto de ley de Seguridad Interior. Así que habrá alguna definición en los próximos días sobre cómo se coordinarán las fuerzas de seguridad (policías provinciales, Policía Federal, Prefectura Naval y Gendarmería). El proyecto acota más o menos definitivamente la intervención de las FF.AA. Armadas en conflictos internos, establece una fuerza unificada que acompañe al Ministerio de Justicia en la represión al narcotráfico y también concentra responsabilidades sobre el gobierno a la hora de resolver atentados y otros episodios de violencia.

El proyecto desató un debate entre Toma, quien participará del Comité de Seguridad Interior, y Mera Figueroa, también miembro. Toma afirma que fue Mera Figueroa, quien filtró al diputado santafesino Enrique Vallejos un proyecto de Seguridad Interior diseñado por la Policía Federal que ofició por varios meses de "tapón" del que habían consensuado Toma y el radical Victorio Bisciotti.

Y ahora que se sucedieron algunos episodios de violencia y el narcotráfico se instaló en la agenda política, Mera Figueroa "se acuerda de lo que quiso boicotear". Toma y Vaca no descartan proyectos "tapón" respecto del control parlamentario de la inteligencia de Estado.

9108339

01-01

Situación de la izquierda.
150029
7/6/91
10033
11164
11309

Una multitud de siglas

¿Para qué lado doblará la izquierda?

—¿Y ese quién es? preguntó un conocido dirigente peronista.

—¿No te acordás? estuvo en el Frejuli ,es un viejo militante socialista que después se acercó al peronismo, contestó un ex demócrata cristiano.

Estos interrogantes, mezclados muchas veces con situaciones que por la complejidad en identificarse rozan la hilaridad, se han venido sucediendo en los encuentros de los numerosos partidos, movimientos y agrupaciones de centroizquierda que se vienen reuniendo desde hace ya dos meses, con el objetivo de organizar una alternativa al gobierno de **Carlos Menem**.

Las argumentaciones para explicar la atomización de los partidos de centroizquierda y aunque en menor medida en los que se alían en lo que habría que llamar la izquierda pura, son muchas y de distinta índole y profundidad. Pero lo real a la hora de contar los porotos es que las agrupaciones que pretenden representar y expresar a los trabajadores y al voto **progresista** se abren en un abanico de nombres y siglas que llegan a ser incomprensibles hasta para los propios protagonistas.

Hubo alineamientos, saltos de cerco, nuevos realineamientos. Sin necesidad de ir muy lejos, se puede apuntar que desde 1983 para aquí, la multiplicacion de las siglas en la franja izquierda creció hasta lo inverosímil, realimentada inclusive por desprendimientos del justicialismo y el radicalismo.

♦ La ortodoxia

• MAS: reivindica al trotsquismo como fuente ideológica y se ha transformado en los últimos años en el sector más importante de la izquierda. Se autodefine como un partido de la clase obrera y apunta a la realización de "cambios revolucionarios" en la Argentina. En 1989 obtuvo por primera vez en su historia una banca en la Cámara de Diputados, a la que accedió **Luis Zamora**, su figura más representativa y popular, acaso porque no tartamudea cuando lo enfocan las cámaras de televisión.

• **Partido Comunista:** la crisis de los países del Este y su postura frente al último gobierno militar provocaron una seria crisis en el comunismo, que sufrió sucesivos desgajamientos y un proceso de renovación de su dirigencia. **Patricio Echegaray**, un maestro sanjuanino, se quedo solo como hombre fuerte del PC. Apuesta a una política frentista para sumar voluntades contra el proyecto "neoconservador de Menem", en un momento en que la Unión Soviética ya dejó de ser, para los comunistas vernáculos, el modelo en el que convenía mirarse.

• **IDEPO:** Izquierda Democrática y Popular, es una escisión de la democracia cristiana. Su principal figura es **Nestor Vicente** quien seguramente se transformará en el primer candidato a diputado por la Capital del **FRAL** (Frente Amplio de Liberación) formado por el PC, IDEPO y la **Corriente Patria Libre**, un sector que reagrupó a militantes desencantados de frustradas experiencias foquistas.

• **Partido Obrero:** es la expresión argentina de la ortodoxia trotsquista. Ha participado en todas las elecciones desde la restauración de la democracia, pero con fortuna escasa. El 1° de mayo participó de un acto junto al MAS, el PC, IDEPO y la Corriente Patria Libre, amparado en la consigna **Por un 1° de Mayo de los trabajadores y la izquierda**. Su principal figura, **Jorge Altamira**, exhorta a los otros partidos de izquierda a formar un frente con los mismos ejes programáticos del acto de Plaza de Mayo.

• **Partido Comunista Revolucionario:** expresión del maoísmo nacional y desprendimiento en la década del '60 del PC. Integra el Frejupo, en realidad un frente ahora inexistente, aunque fue la herramienta electoral del justicialismo en las elecciones de 1989. El secretario general es **Otto Vargas**

• **Partido de los Trabajadores por el Socialismo:** nació como un desprendimiento del MAS, sobre todo en las universidades, aunque un centenar de esos militantes díscolos finalmente decidió volver al vientre materno. **Hugo Manes** es el secretario general de los que se abrazaron a la fractura.

♦ La centroizquierda

En esta franja existe un abanico aún mayor de partidos y agrupaciones.

• **Unidad Socialista:** es una sólida alianza, integrada por los partidos **Socialista Democrático** y **Socialista Popular**, que se renueva para estas elecciones. **Alfredo Bravo**, de los democráticos, es el candidato a diputado por la Capital, y **Ernesto Jaimovich**, de los populares, el candidato a primer concejal.

• **Movimiento Revolucionario Peronista:** agrupación que integran los diputados **Carlos "Chacho" Alvarez** y **Germán Abdala**. Abandonaron el bloque justicialista y en estos momentos participan de las negociaciones para formar un frente, el tercero además de la unidad socialista y el que surgirá de la alianza del MAS, el PC y sus socios.

• **Partido Intransigente:** fundado por **Oscar Alende** ha recorrido un largo camino desde la separación del radicalismo, primero, y del desarrollismo después. Ahora, desalentado por **"las promesas incumplidas"** de Menem se esfuerza por construir sendos frentes opositores en la Capital y la provincia de Buenos Aires.

• **Socialista Auténtico:** una de las fracciones del viejo tronco socialista que también abandonó la alianza con el Gobierno y ahora propone un frente nacional y popular contra el **"proyecto liberal"**. **Jorge Selser** orienta esta corriente.

01/02

7/6/91 "CLARIN" II
91083401

• **Democracia Popular:** una nueva fracción de la democracia cristiana, surgida en 1989, cuando **Carlos Auyero**, su figura más destacada, no aceptó la alianza de la DC oficial con Menem. En Capital, levantan la candidatura a diputada de **Graciela Fernández Meijide**.

• **Encuentro Popular:** partido fundado por el diputado peronista contestatario **Luis Brunati**. Tiene su base principal en el partido de Moreno, cuyo intendente, Ernesto Lombardi, milita con ellos, y expresiones de dimensión relativa en otros distritos del Gran Buenos Aires y la Capital. También quieren un frente nacional, popular y democrático.

• **Partido Humanista:** surgido por el influjo de **Silo**, una especie de pastor filosofal, tiene personería en todos los distritos del país, pero escaso peso electoral. Junto a sus aliados del **Partido Verde Ecologista**, también apuestan a un frente de centroizquierda.

• **Democracia Avanzada:** es una agrupación con presencia en la Universidad de Buenos Aires y en grupos intelectuales de la izquierda porteña. **Atilio Borón**, vicerrector de la UBA, y **Jorge Makarus** son sus dirigentes más relevantes. Impulsan un frente opositor y son los campeones del mecanismo de **internas abiertas** para elegir a los candidatos.

• **Corriente para el Protagonismo Popular:** una escisión del PC, liderada por **Eduardo Sigal**, que también propugna las internas abiertas.

Hoy, todos los partidos de centroizquierda, **salvo** la Unidad Socialista que es en sí misma una alianza, se reúnen para tratar de darle forma al frente que ellos prefieren llamar no de centroizquierda sino Nacional, Popular, Democrático y Progresista. Pero además hay que sumarle al campo centroizquierdista al **Movimiento 29 de Mayo**, una escisión del radicalismo cordobés; el **Movimiento Democrático Popular Antiimperialista** (Modepa, ex militantes de la izquierda beligerante), **Movimiento de Izquierda Marxista, Agrupación Compañero, Corriente de Izquierda Nacional**. La lista es interminable, porque aparentemente, nadie repara en aquello de que muchas manos en un plato hacen mucho garabato.

Atilio Boron

Copyright Clarín 1991

02/02 9108340

Senado aprueba aguinaldo diferido.
150024
7/6/91
10033
11164
11302

RECHAZO DE UNOS POCOS RADICALES

Senado aprobó el aguinaldo diferido

La Cámara de Senadores aprobó anoche el pago escalonado del medio aguinaldo. La iniciativa del Poder Ejecutivo fue apoyada por la mayoría de los justicialistas y rechazada por los pocos radicales que asistieron al debate, mientras que los provinciales votaron divididos. Sin la colaboración radical para el quórum en Diputados, no habrá ley de aguinaldo la semana próxima.

El Senado de la Nación, con el concurso de la mayoría de votos peronistas, dio **media sanción** al proyecto de ley que establece el **nuevo régimen escalonado del medio aguinaldo**, cuyo pago se instrumentará desde junio a noviembre próximo. Quedan a salvo los asalariados, jubilados y pensionados cuyos ingresos no superen los 3.500.000 australes, que por **única vez** lo percibirán a fines de este mes. **Este es el régimen transitorio.**

Este sector de más bajos ingresos y el segmento de los que cobran sueldos mayores a ese piso serán distribuidos en **seis bandas** que cada empresa deberá confeccionar de acuerdo a sus respectivas **escalas salariales**, de menor a mayor, para abonar el aguinaldo en los meses de junio, julio, agosto, setiembre, octubre y noviembre. Se trata del **régimen permanente.**

Votaron a favor de la ley los 23 senadores justicialistas presentes y, de los provinciales, **Juan Ramón Aguirre Lanari** (Liberal-Corrientes) y **Eduardo Polesman** (Bloquista-San Juan). En contra lo hicieron los únicos **cinco senadores radicales** presentes en el recinto (**Edison Otero, Ricardo Lafferriere, Héctor Velázquez, José Genoud** e **Hipólito Solari Yrigoyen**). También fundamentó su rechazo total el autonomista de Corrientes, **José Antonio Romero Feris.**

El debate resultó por momentos curioso, ya que las posiciones menos populares, como las de defender el escalonamiento del aguinaldo, estuvieron en boca de los senadores peronistas, mientras que las definiciones más reivindicativas de ese derecho de los trabajadores, más allá de los discursos radicales, correspondieron a un hombre del Partido Liberal, como es Romero Feris.

La exposición del miembro informante del oficialismo, **Oraldo Britos**, que encabezó la cerrada oposición a este proyecto en su bloque, duró nada más que cuatro minutos, y justificó los argumentos del Gobierno de que el pago del aguinaldo a la totalidad de los activos y pasivos, a fin de mes, tendría **efectos inflacionarios.**

Ese posible efecto lo llevó a afirmar que el pago escalonado del sueldo anual complementario "**se traducirá en un beneficio que los trabajadores agradecerán**".

La posición de la UCR fue expuesta por el senador Velázquez, quien rechazó el mensaje del Poder Ejecutivo que justificó el proyecto como **herramienta antiinflacionaria.**

Se quejó de que Cavallo en sus intervenciones recientes en el Senado, cuando se trató la convertibilidad del austral, no se refirió a los riesgos que sobrevendrían con el pago del aguinaldo.

No menos curiosa resultó la referencia de Velázquez, cuando al hablar de la **oposición constructiva** del bloque radical, indicó que quedaba demostrado con la presencia de sus miembros en el recinto.

Como no había más de cuatro legisladores de este partido, se entendió que ese modesto número posibilitaba al justicialismo, como ocurrió, aprobar cómodamente el tratamiento **sobre tablas** del polémico proyecto, al reunir sobradamente los **dos tercios** de los votos.

Romero Feris, durante su intervención, que fue la más dura de toda la sesión contra el proyecto, tuvo un amable entredicho con el jefe de la bancada justicialista. El autonomista confesó en un momento su temor de que "**nos califiquen como el Congreso de la complacencia coyuntural**".

Las exposiciones de los radicales Solari Yrigoyen y Genoud, que centraron sus críticas en el "**carácter de regresión social**" del proyecto, fueron las más fundadas de ese sector.

El liberal Aguirre Lanari, por su parte, explicó su apoyo en juzgar que tanto el justificativo gubernamental de considerar un **peligro de pico inflacionario** el pago total del aguinaldo, como la argumentación de que, en realidad, la medida respondía a la falta de recursos del Estado para afrontar esa obligación en el sector público, justificaban apoyar el proyecto ante el interés superior de salvaguardar la salud del actual programa económico.

En lo fundamental, el dictamen de mayoría, suscripto por el bloque justicialista, contiene la naturaleza del proyecto del ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, impulsado por el Poder Ejecutivo.

Este cedió, en las sucesivas negociaciones con los legisladores del oficialismo, para que el piso se elevara y unificara a último momento **en los tres millones y medio de australes** que, según las estimaciones de los técnicos, beneficia al 95 por ciento de los jubilados y pensionados y al 70 por ciento de los asalariados, tanto del ámbito público como privado.

Pero lo que se aprobó está lejos de lo que, en un principio, reclamaba la mayoría de los senadores peronistas, opuestos a una legislación que veían como un **renunciamiento** a sus más caras banderas de reivindicación social, izada precisamente durante el primer gobierno del presidente **Juan Domingo Perón**, a fines de 1945.

X

7/6/91 "CLARIN"
9108341

01-02

Los puntos salientes

Quiénes cobran antes, quiénes después, según la ley con media sanción del Senado. Los que siguen son algunos puntos salientes, donde están las modificaciones al proyecto oficial logradas por el bloque del PJ:

- Establece que percibirán normalmente el aguinaldo los trabajadores y jubilados con retribuciones inferiores a 3.500.000 australes, con lo que se cubre un 70% del sector activo y un 95% del sector pasivo.
- Obliga a los empleadores a abonar el 100% de los aportes y contribuciones que hubieren correspondido sobre el aguinaldo, permitiendo financiar los sistemas de seguridad social.
- Los trabajadores que perciban más de 3.500.000 australes percibirán el aguinaldo en orden progresivo, de junio a noviembre: a menor remuneración se cobra más pronto.
- Por imperio de las seis bandas los trabajadores y jubilados percibirán anticipadamente parte del aguinaldo que les hubiere correspondido en el segundo semestre.
- En el régimen definitivo, los trabajadores que iniciaron la relación laboral después del 31/12/90 cobrarán semestralmente el 50% de la mayor remuneración. El primer pago lo percibirán a los 6 meses del ingreso. Los trabajadores que iniciaron su relación antes del 31/12/90 cobrarán el aguinaldo durante 1991 según las seis bandas. A partir de la fecha fijada para el cobro en este régimen cobrarán semestralmente el 50% de la mayor remuneración.
- Los jubilados y pensionados cobrarán semestralmente el 50% de la mayor remuneración. Los meses de pago se definen según las Cajas jubilatorias a las cuales pertenecen los pasivos, a través de otras seis bandas.
- Un ejemplo del régimen transitorio en seis bandas: los trabajadores de la primera banda (o grupo) cobrarán a fines de junio el 50% de la mejor remuneración; los del segundo grupo cobran en julio el 58,33% de la mayor remuneración y así sucesivamente hasta la banda seis (o grupo 6), que cobrará en noviembre el 91,66 % de la mayor remuneración.

02-02

9108341

Fue intervenido el peronismo correntino
150025
7/6/91
10033
11164
11303

Fue intervenido el peronismo correntino

El consejo nacional justicialista dispuso ayer la intervención del PJ correntino para garantizar el desarrollo de la campaña electoral en la provincia y prolongó hasta la medianoche [illegible] el plazo oficial de Catamarca.

Por otra parte, declaraciones del presidente Carlos Menem causaron irritación en sectores del peronismo bonaerense, pues aseguró que Eduardo Duhalde triunfará en los comicios internos como precandidato a gobernador. De esa afirmación surge que para el jefe del Estado, el precandidato peronista a ese cargo por la línea Menem Conducción, Carlos Brown, resultará derrotado, dijeron las fuentes.

En tanto, el interventor en el PJ de Tucumán, César Arias, anunció que el consejo nacional justicialista adhiere a la candidatura a gobernador de esa provincia de Pedro Ortega por el Bloque Renovador.

El consejo [illegible] su [illegible] Se [illegible] a un [illegible] diferendo entre el gobierno nacional y el [illegible] de la [illegible] nacional.

[illegible]

y a Rodolfo Martínez Llano a gobernador. Tras la gestión de Jorge Rachid como interventor en la junta electoral, el consejo nacional reconoció el triunfo de la lista [illegible].

[illegible] que la intervención del PJ correntino fue impulsada por el presidente Menem durante su visita a esa provincia el 20 de mayo último.

Martínez Llano dijo a LA NACIÓN que está satisfecho con la medida, "en cuanto posibilita el ordenamiento de la campaña electoral y la protección de la voluntad de los afiliados".

Respecto de la proyectada intervención al PJ de Catamarca, que preside el ex gobernador Ramón Saadi, voceros partidarios dijeron que la demora se debería a las "dudas" que tendría el presidente Menem sobre la conveniencia de la medida.

[illegible]

En [illegible] el sindicalista Luis Barrionuevo, el Presidente [illegible] en la interna, [illegible]

7/6/91
"LA NACIÓN"
01/01 9108342

Apuestos en la UCR porteña al fracaso la lista de unidad.
150026
8/6/91
10033
11169
11304

Apuestos en la UCR porteña al fracasar la lista de unidad

[illegible] Participacionistas [illegible] el coordinador Fer[illegible] hacer común [illegible] electoral para los [illegible] 27 de octubre próximo [illegible] presidencialista que [illegible] para la nueva confrontación [illegible] convocada para el 30 de [illegible]

[illegible] fue adoptada por un [illegible] dirigentes del sector que, [illegible], la ruptura de las negociaciones con las dos listas alfonsinas [illegible] y Renovación [illegible] una nómina de candidatos propios.

PARTES POCO VEGIBLES

En tanto, los seguidores del diputado José Luis Galiano, enfrentados en el Acuerdo del Centenario, [illegible] una nueva [illegible] aunque ya se impartieron instrucciones a los delegados para que comiencen "a juntar votos".

La corriente renovadora, que encabeza el diputado Coti Nosiglia y Marcelo Stubrin, no había repetido anoche su posición. Los más [illegible] que contaban con mayor respaldo entre más de un centenar de delegados, que se hallaban reunidos [illegible] con De la Rúa [illegible] que respondieron [illegible] zaron a las otras dos corrientes del fracaso.

La moción de intentar una lista de unidad con el Centenario parecía chocar contra la decisión de la conducción que encabeza Jesús Rodríguez, que resolvió concurrir nuevamente a la disputa interna con lista propia.

"No podemos aliarnos con los corresponsables de la ruptura de las negociaciones por una lista integradora y con quienes recibieron el veredicto sancionatorio de los afiliados", declaró anoche a LA NACION uno de los principales dirigentes del Centenario.

En medios partidarios no dejaba de sorprender la insistencia de Renovación por aliarse con la lista que obtuvo la minoría en las elecciones de mayo último si se tiene en cuenta la [illegible] negativa del titular del Centenario a los nosiglistas Juan Carlos Pugliese y Horacio Calzón Flores, anteayer a la tarde.

Candidaturas

El plenario delarruista contrarió su campaña en las elecciones de octubre, por lo que los discursos cuestionaron las gestiones de Carlos Menem y del intendente metropolitano, Carlos Grosso, al tiempo que se recla-

[illegible] intentar gestiones de acercamiento con el Centenario para conformar una lista común.

[illegible] nombres de la primera precisaron que la decisión tomada por De la Rúa de dar por concluidas las negociaciones es "unilateral", y sostuvo que interpretan que, [illegible] de cargos a las minorías, la discusión queda limitada a [illegible]

Los delarruistas habían insistido a sus [illegible] nombres de entorpecer las negociaciones en su lucha por el espacio del poder político de las minorías [illegible] que sus correligionarios [illegible] las responsabilidades [illegible] mera la elección directa del jefe de la comuna del distrito.

De todas maneras, y [illegible] en los comicios para cargos [illegible] De la Rúa [illegible] una nueva carta a los afiliados.

Aun cuando aquí no se [illegible] candidatos, se mantienen firmes [illegible] nombres del propio De la Rúa, Juan Octavio Gauna para encabezar la lista de diputados [illegible] la Cámara baja. Con posibilidades de conquistar lugares, [illegible] se encuentran, según [illegible] Enrique Olivera, Enrique [illegible] Beatriz Ruiz Moll, Julio [illegible] José María García Arecha, Nicolás Gallo y María Otero de Bello.

"LA PRENSA"
8/6/91

01/01

9108343

Argentina reafirma derechos sobre Malvinas.
150026
8/6/91
10033
11164
11399
G. Bret. 10080
12756

Argentina reafirmó sus derechos sobre las islas Malvinas

El gobierno nacional reiteró su "firme voluntad de recuperar mediante la vía diplomática el ejercicio de la soberanía en las islas Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur y sus espacios marítimos circundantes".

Expresó también su "convencimiento de que en el curso del actual proceso de normalización, ambos gobiernos deberán abocarse a la búsqueda de una solución justa, pacífica y duradera, para concluir la anacrónica situación colonial que hoy afecta su integridad territorial".

A través de un comunicado oficial difundido ayer por la Cancillería con motivo de celebrarse el lunes próximo el Día de la Reafirmación de los Derechos Soberanos sobre las islas, el gobierno recordó que el restablecimiento de las relaciones diplomáticas con el Reino Unido, "inició en 1990 un proceso de normalización, que ha permitido lograr acuerdos en los campos político, económico, cultural y científico".

A los acuerdos entre ambos países se suma, según el comunicado, fue posible merced a la decisión del gobierno del presidente Carlos Menem para acordar una figura transitoria que permite la reafirmación de los derechos soberanos, mientras se consigue el clima de confianza y seguridad que facilite la necesaria negociación".

Entre el lunes y el miércoles próximos se reunirá en Londres la quinta ronda del grupo de trabajo argentino-británico sobre islas del Atlántico Sur.

Durante el encuentro, se analizarán los acuerdos referidos al sistema transitorio de información y consulta recíprocas sobre movimientos de unidades de las Fuerzas Armadas de ambos países en el área del Atlántico Sur.

LA PRENSA
8/6/91

01/01

9108344

Comicios generales en Neuquén.-
150029
8 6 91
10033
11164
11303

Plaza Huincul: primer test electoral del '91

NEUQUEN (De nuestra agencia). — Para algunos es el semifondo de esa gran función política que serán los próximos comicios generales para elegir autoridades municipales, provinciales y renovar parte de la Cámara de Diputados. Otros dicen que, si bien puede considerarse como el primer plato de un gran banquete, es parte de un menú complejo y variado por lo que de ninguna forma podrá indicar con claridad qué es lo que vendrá después. Y en algo tienen razón ambos bandos.

Plaza Huincul —allí es donde mañana se realizan los primeros comicios municipales del país— es un pueblo de alrededor de 11.300 habitantes, todos vinculados directa o indirectamente a la actividad petrolera. Allí está la destilería de YPF y es, junto con su vecino (Cutral-Có), **el centro neurálgico de la actividad de toda la rica cuenca petrolera** y principalmente gasífera de Neuquén.

Es una población con características distintivas con las del resto de la provincia y lógicamente con las del país. Enclavada **en pleno desierto central neuquino** —la vida es posible porque llega hasta allí un gran acueducto— está atada al destino de YPF.

Algunos ven en la crisis de la petrolera estatal las razones de **que creciera solo 39 por ciento (en los últimos 10 años) en una provincia que en general superó el 80 por ciento de aumento de población.** Hay una vivienda por cada 3,36 habitantes, una buena relación para esta zona, pero se cree que su población está afectada por la pauperización de amplios sectores que anteriormente tenían buenos ingresos.

♦ Tres monedas...

Aspiran a conducir esta Intendencia solo tres fracciones. Una por el radicalismo (Alfonsín llegó el jueves para apuntalar la campaña), otra del **Partido Justicialista** y la tercera por el **Movimiento Popular Neuquino**, la fuerza que desde hace décadas hegemoniza el poder en la provincia.

♦ Posibilidades

Se eligen también 7 concejales titulares y sus suplentes. **Si el partido que gane supera el 40 por ciento se le adjudicarán cuatro bancas y se repartirá el resto proporcionalmente. Si ninguna sobrepasa esa cifra se aplicará el sistema D'Hont, pero se agregará al que tenga más votos la presidencia del cuerpo. En caso de empate habrá segunda vuelta entre los dos primeros. Los funcionarios electos ejercen sus cargos por cuatro años.**

Hay 6.616 empadronados para votar en 25 mesas mixtas de alrededor de 300 inscriptos cada una. De esos votos alrededor del 30 por ciento saldrán del Campamento 1 y del Central de YPF (2.200 electores) donde viven los empleados de la petrolera estatal.

8/6/91
"CARIN"

01/01

9108345

Atentado a local de MODIN, que lidera Aldo Rico.
150024
8/6/91
10033
11163
11140

EXPLOSION EN UN LOCAL DEL RIQUISMO

Otros dos atentados con bomba

Una bomba de alto poder estalló a la una y cuarto de la madrugada de ayer en un comité de Florencio Varela del Movimiento de Dignidad Nacional (MODIN), que lidera el ex militar Aldo Rico. El presidente **Carlos Menem**, por su parte, no descartó que algunos de los hechos de intimidación pública sean "autoatentados".

El local riquista, ubicado en la calle Juan Brown 36 de la localidad bonaerense de Florencia Varela, sufrió los destrozos de una habitación que da a la calle, donde funciona la secretaría política del comité; además, una pared que bordea los jardines de la vivienda quedó considerablemente dañada.

No hubo víctimas aunque sí daños en la mampostería del local. Según **Jorge Schlottbauer**, vocal de la Junta Electoral del MODIN, la Policía desactivó otra bomba colocada en un local de la misma agrupación en Quilmes. En ningún caso hubo detenidos y hasta ayer la policía no había informado sobre posibles pistas.

El militante riquista dijo que "hasta ahora nadie se atribuyó el atentado que busca perturbar el trabajo de Aldo Rico".

El jefe de Estado dijo ayer que los atentados que se registraron en las últimas horas fueron ejecutados "por los grupos de siempre, salvajes, delincuentes, que lamentablemente forman parte de organizaciones que no pudieron ser desmanteladas hasta el momento".

El Presidente reveló que **en las filas del Gobierno existe la presunción de que algunos de los actos de intimidación pública pueden ser autoatentados** pero cuando se le preguntó si específicamente se refería a los seguidores de Aldo Rico respondió: "Yo no di nombres en particular".

♦ En la mira

El grupo de Aldo Rico está en la mira gubernamental desde que se comprobó la presencia de algunos de sus militantes jugando el rol de agitadores en el campamento de los jubilados que fue desactivado en la madrugada de ayer en plaza Lavalle (véase página 2).

El primer mandatario señaló que los atentados se dan en una etapa preelectoral a partir de "actitudes que adoptan los agitadores profesionales en la Argentina". De todos modos, el Presidente dijo que los hechos de intimidación pública en la Argentina no tienen la misma dimensión que en otros países.

♦ Alarma en SEGBA

Efectivos de la Brigada de Explosivos de la Policía Federal hicieron detonar ayer una bomba de menor poder que fue colocada en la sucursal de SEGBA ubicada en el barrio porteño de Parque Patricios.

La brigada fue alertada por un llamado telefónico anónimo que indicaba la presencia de un paquete en la terraza del edificio.

Los efectivos policiales se hicieron presentes en la sucursal de la avenida Caseros al 2900 y luego de evacuar el lugar como medida preventiva, procedieron a revisar el edificio. En la terraza la Policía halló una caja de cartón sospechosa, por lo que procedieron a hacerla detonar.

8/6/91
"CLARIN"

01-01

9108346

Gobierno descartó aplicar Estado de Sitio
150024
8-6-91
10033
11164
11302

No aplicarán el estado de sitio

El secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, anunció ayer que el Gobierno descartó la aplicación del estado de sitio. Indicó no obstante, que esa medida sólo sería contemplada si se comprueba la existencia de una campaña orquestada por extremistas. Un explosivo causó daños en un local del movimiento que lidera Aldo Rico. El Presidente habló de la posibilidad de que se estén produciendo "autoatentados".

El Gobierno analizó y descartó luego la aplicación del **estado de sitio**. La medida fue sugerida por el ministro del Interior, **Julio Mera Figueroa**, a raíz de la ola de atentados ocurridos en los últimos días.

Sin embargo, la posibilidad de decretar medidas de excepción se consideró exagerada mientras no se compruebe la existencia de un plan orquestado por sectores extremistas.

A causa de la reiteración de actos intimidatorios, se reunieron en la Casa de Gobierno Mera Figueroa, el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, el subjefe de la Policía Federal, **Juan Beltrán Varela**, y altos funcionarios de la SIDE, en representación de su titular, **Hugo Anzorregui**, quien permanece internado.

El presidente **Carlos Menem** convocó poco más tarde a Mera y a Bauzá para recibir un informe en la residencia de Olivos. Tras escuchar una evaluación de los últimos hechos, se **decidió descartar la aplicación del estado de sitio.**

El jefe de la cartera política había admitido, antes de los dos encuentros, la posibilidad de que los actos de intimidación pública conformaran "**un plan destinado a crear el caos**" y que, en ese caso, podrían suspenderse las garantías constitucionales "**en cualquier parte del país**".

El fallido atentado con un explosivo en la iglesia de San Cayetano el miércoles y el que ayer dañó las instalaciones de un local de los seguidores de **Aldo Rico** acentuaron la preocupación gubernamental que había despuntado ya con las amenazas que recibieron jueces y periodistas.

Mera Figueroa definió esta situación como "una **escalada de acción psicológica con algunos hechos concretos de violencia, similares a los que vivimos en los prolegómenos de las elecciones anteriores**".

Sin hacer una acusación directa, el titular de Interior dijo que entre sus hipótesis de trabajo en torno a los últimos atentados figuran el sector de Ejército conocido como **carapintada** y miembros del Movimiento al Socialismo (MAS). Según Mera "**dentro del MAS hay dos líneas, una se mueve dentro de lo que es la órbita de la República.**"

Cuando se le consultó sobre las **internas carapintada** el ministro político respondió que "mientras no se traduzcan en hechos que violenten la tranquilidad a mí no me interesa, pero cualquier discusión interna que se traduzca en hechos ante la opinión pública nos obligará a actuar con toda energía".

El atentado en San Cayetano, según el ministro, tiene **buenas perspectivas de esclarecimiento** puesto que, describió, "es **una bomba de una arquitectura y una conformación complicada** y nuestros técnicos están trabajando para detectar su origen".

Mera Figueroa se propuso bajar un mensaje tranquilizador ante la serie de amenazas y los atentados al decir que "el Gobierno aplicará la ley y la justicia con todo rigor".

El estado de sitio ya fue aplicado por este gobierno el pasado 3 de diciembre con motivo de la rebelión carapintada y fue rápidamente levantado ante la visita del presidente **Bush**.

Días atrás, Mera Figueroa se quejó de la imposibilidad de investigar el atentado contra el cineasta **Fernando "Pino" Solanas**, que fue baleado en las piernas, por no contar con una adecuada ley de seguridad interior. Poco después debió admitir que la sanción de esa norma legal está retrasada.

01-01

9108347

Restringen facultades de organismos de Seguridad.
150024
3/6/91
10033
11164
11302

[illegible] que limita la detención por la averiguación de antecedentes

Presidente Carlos Menem anunció ayer que vetará la ley que reduce de 24 a 10 horas la facultad de la Policía Federal de detener a una persona para averiguar sus antecedentes. En lugar, enviará al Congreso, para su tratamiento, "una ley más prolija". La decisión de Menem fue ratificada por el senador Antonio Berhongaray. "Vamos a pedir [illegible] la ley original.

El presidente Carlos Menem adelantó ayer que vetará la recién sancionada ley que reduce a 10 horas el tiempo máximo de detención en averiguación de antecedentes, señalando que lo hará "para no favorecer a los delincuentes" y porque "los policías tenían miedo".

Al mismo tiempo, el Presidente anunció que enviará al Parlamento "un proyecto de ley más prolijo, conversado con la Policía, para que ellos puedan cumplir sus funciones en forma más eficaz".

Para fundamentar su decisión, Menem utilizó argumentos similares a los empleados recientemente por el ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, quien en el Congreso dijo que "los organismos de seguridad no tienen los medios necesarios para averiguar los antecedentes de una persona en diez horas".

Ni lerdo ni perezoso, Mera Figueroa se reunió ayer mismo con el subjefe de la Policía Federal, comisario Juan Beltrán Varela, para analizar las características que tendrá la alternativa del Gobierno a esta norma [illegible] que en realidad se llama Ley Orgánica de la Policía Federal.

"Cuando los organismos de seguridad tengan los medios necesarios —agregó Menem— el lapso lo reduciremos a una hora, pero por el momento solo favoreceríamos a los delincuentes".

En los últimos meses "hemos reducido los índices de criminalidad en un 17 por ciento y la Argentina es uno de los países más seguros del mundo, según ratifica la ONU. No podemos arriesgar [illegible] medidas como la [illegible] —a consultar. Hasta [illegible] tienen miedo", afirmó Menem en declaraciones difundidas por la agencia oficial de noticias Telam.

Réplicas del Congreso

Menem también lamentó que haya sido aprobada esa ley por parte del Congreso porque, a su criterio, "no se puede jugar con la seguridad pública".

Estas expresiones del Presidente provocaron, de inmediato, una andanada de réplicas desde el Congreso, donde el proyecto fue votado por unanimidad el pasado miércoles en el Senado.

El senador radical Ricardo Lafferrière dijo que la decisión anticipada por el Presidente "es un acto que [illegible] el cercenamiento de los derechos de los compatriotas, pero que [illegible] otra cosas que [illegible] fuerza para continuar la lucha".

"El diputado Albamonte y los comisarios que despreciaban a Juan Pirker (extinto jefe de la Federal) pudieron más, en el criterio del Gobierno, que 253 diputados y 46 senadores", disparó el senador por Entre Ríos.

Alberto Albamonte, candidato a gobernador bonaerense por la UCeDé, había pedido a Menem que vetara la ley, sancionada luego de la confusa muerte del joven Walter Bulacio en la comisaría 35 de la Capital Federal, que generó una serie de movilizaciones y reclamos en contra de la facultad policial de detener a una persona durante 24 horas.

El futuro veto de la ley "dejará abierta la impunidad para las corruptelas de los malos policías, los que deshonran la institución con su desprecio a los derechos de los argentinos", advirtió Lafferrière, autor de un proyecto que elimina totalmente la facultad policial de detener a una persona sin orden judicial.

La ley, además de limitar a 10 las horas de detención —el jefe de la Federal, comisario José Passero, había pedido no menos de 16—, permitía al arrestado hacer una llamada telefónica para informar sobre su situación. Tampoco podía ser alojado junto a delincuentes.

01-01

8/6/91
"CLARIN"

910834

Reanudan cooperación nuclear con Gran Bretaña.
150024
8/6/91
10033
11164
11399
Gran Bret.

DERECHOS SOBRE LAS MALVINAS

[illegible] cooperación [illegible] Bretaña

[illegible] por parte de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA).

La Argentina, pese a los reiterados pedidos de los Estados Unidos, no firmó el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), por considerarlo discriminatorio en favor de los países desarrollados.

◊ Malvinas

Mientras Mendino terminaba su visita a Londres, en Buenos Aires la Cancillería dio a conocer ayer un comunicado por conmemorarse el lunes el "Día de la Afirmación de los Derechos Argentinos sobre las islas Malvinas, islas y sector Antártico", como feriado nacional por rememorarse la creación, en 1829, de la Comandancia Política y Militar de las Malvinas, que cuatro años después fuera desalojada

La declaración recordó que en 1990 se restablecieron las relaciones diplomáticas con Gran Bretaña y se inició un proceso de normalización de los contactos militares. El nuclear fue el más reciente.

"Este acercamiento entre ambas naciones —agregó el comunicado— fue posible merced a la decisión del gobierno del presidente Menem para acordar una fórmula temporaria que protege nuestros irrenunciables derechos soberanos mientras se configura el clima de confianza recíproca que facilite la necesaria negociación".

Finalmente afirmó que "en el curso del mismo proceso ambos gobiernos deberán abocarse a la búsqueda de una solución justa, pacífica y duradera para concluir [illegible] situación colonial que hoy [illegible] integridad territorial nacional".

Doc. poco legible

8/6/91

"CLARÍN"

01/01

9108349

Nueva reunión de argentinos y británicos en Londres

9/6/91

La reunión de argentinos y británicos en Londres

Entre mañana y el miércoles se realizará en Londres la quinta reunión del grupo de trabajo argentino británico sobre asuntos del Atlántico Sur, anunció la Cancillería.

El comienzo de este encuentro coincidirá con el Día de la Afirmación de los Derechos Argentinos sobre las Islas Malvinas, Islas del Atlántico Sur y Sector Antártico.

El grupo de trabajo que se reunirá en Londres continuará con la revisión de los acuerdos establecidos en Madrid el 15 de febrero de 1990.

Se refieren al Sistema Transitorio de Información y consultas recíprocas sobre movimientos de unidades de las Fuerzas Armadas de ambos países en el Atlántico Sur. También tienen que ver con la seguridad de la navegación argentina.

Ambas delegaciones estarán integradas por diplomáticos que contarán con el asesoramiento de oficiales de las Fuerzas Armadas.

La delegación argentina será encabezada por el director de Malvinas, Atlántico Sur y Antártida, José María Otegui.

El comunicado de nuestra Cancillería sobre la fecha histórica que se conmemorará mañana, expresa que la Argentina nunca ha consentido la ocupación británica por ser ilegítima.

El tiempo y la historia transcurridos "han acrecentado la voluntad de su pueblo" dice finalmente, "para recuperar el ejercicio de la soberanía nacional sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur".

"LA NACION"
9/6/91

01/01

9108350

Vetoes [illegible]

150035
9/6/91
[illegible]
[illegible]
[illegible]
1461
1394

El Ejecutivo mantiene su voluntad entre los senadores peronistas

Con la aprobación del proyecto que escalona el pago del aguinaldo, los senadores [illegible] a regañadientes, [illegible] que entregarse [illegible] del Poder Ejecutivo, que se ha convertido en [illegible] muy repetido en los días [illegible] gobierno de Carlos Menem.

Así fue que la [illegible] en manos del Ejecutivo, con [illegible] del derecho de iniciativa [illegible] proyecto de ley de [illegible] aprobado sólo por el oficialismo.

En todos los casos, se repitió el mismo mecanismo. Al [illegible] discrepancias contrarias y [illegible] puntos de los senadores peronistas, cautelosamente [illegible] recorrió, luego discusiones [illegible] que cargados de reproches [illegible] veces a los [illegible] funcionario de turno que asistía a dar explicaciones y, por último, todos los [illegible] votadas en el recinto.

En esta síntesis apretada del trámite que se [illegible] hasta el [illegible] reunión, con iniciativas que, en [illegible] casos, contradijeron [illegible] tradición del peronismo, [illegible] el hecho de [illegible] proyectos que responden al [illegible] gobierno le intentaron y le [illegible] en muchos casos, introducir [illegible] que dejen más o menos [illegible] su coherencia dentro [illegible] de disciplina partidaria.

Todo, sin embargo, muy lejos [illegible] de satisfacer las ansias [illegible] en la vereda y en círculos [illegible] de que esas leyes nunca [illegible] sólo enviarlas al Congreso, [illegible] caso de [illegible] nada [illegible].

El bloque de senadores [illegible] listas es en estos momentos [illegible] tambien del [illegible] que [illegible] sólo [illegible] sino, por [illegible] consenso propio, lo que no ocurre [illegible] en Diputados. Y la Cámara [illegible] está en la puerta [illegible] de los principales [illegible], de la que se supone que [illegible] salir rápidamente para [illegible] la discusión entre los diputados.

Todo quedó supeditado por la actitud [illegible] de los dos proyectos [illegible] de la iniciativa [illegible]. El ministro [illegible] gran parte de su tiempo [illegible] diputados peronistas, que a los senadores, [illegible] la discusión en la Cámara [illegible] se superada.

Esfuerzos infructuosos

El escalonamiento aprobado el [illegible] último demuestra lo poco [illegible] los senadores [illegible] los senadores [illegible] del ministro de Economía.

En principio, los peronistas ha[illegible] revuelto, con igual tozudez que [illegible] funcionario, que la primera [illegible] del sueldo anual complementario se pagaría en tres bandas y no [illegible] a establecer a el texto original, para no [illegible] demasiado [illegible] dinero por parte de los trabajadores.

Las dudas [illegible] que se hicieron [illegible] periodismo indicaban que [illegible] provenían de allí, porque, después de todo, quienes aprueban o [illegible] en el recinto son los senadores y no los funcionarios.

[illegible] a relegar nuestras fa[illegible] legislativas", había dicho [illegible] el jefe del bloque peronista, Alberto Rodríguez Saá.

"Dureza" se disolvió rápidamente, hasta una última visita de [illegible] que se volviera a la in[illegible] de diferir el pago

A regañadientes, pero lo votan

entre este mes y [illegible] bre. El ministro consiguió [illegible] sito fundamental y [illegible] sólo pudo con [illegible] a 3,5 millones de [illegible] salario [illegible] mor tamaño, lo que [illegible] hablan [illegible] de [illegible].

Papeles invertidos

Durante el debate, los [illegible] listas debieron [illegible] además, a discutir [illegible] que hoy [illegible] sado [illegible] fueran los tiempos [illegible] nos de uno, sobre [illegible] autoproclamó [illegible] Tonis rechazó [illegible] el [illegible] de los [illegible] peronistas en los [illegible] días el proyecto [illegible].

Vicente [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

9/6/91
"LA NACIÓN"

X

9108351

01-01

Proclaman precandidatura de Vaca Narvaja a diputado.
150026
9/6/91
10033
11164
11304

Una reunión con [illegible]

Proclamaron la precandidatura de Vaca Narvaja a diputado

El ex dirigente montonero Fernando Vaca Narvaja fue propuesto ayer como precandidato a diputado nacional por la provincia de Buenos Aires, en el transcurso de un almuerzo realizado en una [illegible] residencia del conurbano, a la que asistieron representantes de la embajada de los Estados Unidos.

El anuncio fue formulado por el presidente del partido bonaerense de Quilmes, intendente del partido homónimo, José Agostino, en su residencia de la localidad de Bella Vista, que contó entre sus invitados con el diputado justicialista Miguel Angel [illegible] para recibir al jefe de la bancada, José Luis [illegible].

Presencia de Toma

Representantes de distintos medios periodísticos tomaron parte del asado en la residencia de Agostino, que cuenta, como detalle particular, con un helipuerto.

La reunión fue amenizada por un Guido Díaz entre Peter Hickman, miembro de la embajada de EE.UU., quien se interesó por saber del diputado Toma si existía la posibilidad de una eventual reacción militar contra el gobierno del presidente Carlos Menem, lo que fue descartado de plano por el legislador.

Preocupación de EE.UU.

Una especial participación entre los comensales tuvo Guido Hickman, secretario del embajador Terence [illegible], un diplomático de origen palestino que [illegible] permanentemente [illegible] del [illegible] por [illegible] la [illegible] de casa, decidido a disputar la candidatura para diputado por la comuna que hoy permanece en manos [illegible] la [illegible] candidatura a la reelección. Siguiendo [illegible] propuesta [illegible] sector de asistió a la [illegible] el viernes [illegible] de julio [illegible] entre [illegible] como [illegible] precandidato a Vaca Narvaja.

Distintas charla

[illegible] ofrecerse a Vaca Narvaja departir amistosamente con todos los invitados, incluyendo a los delegados norteamericanos.

[illegible] su vez, ofreció diversas explicaciones a [illegible] sobre la dificultad de los argentinos para [illegible] y encontrar un trabajo de permanencia, al [illegible] a [illegible] insistir en los interrogantes de Díaz y [illegible] Hickman.

Finalmente, los periodistas invitados recibieron la noticia de que el jefe de la PNA, en la Argentina no [illegible] por [illegible] de una inspección de [illegible] que había comenzado a realizarse ayer en [illegible].

"LA PRENSA"
9/6/91

01-01

9108352

Puente brasileño en frontera de Misiones.
150023
9/6/91
10033
11169
11399
Brasil.

Implicaciones de un proyecto

El puente brasileño en la frontera de Misiones

[illegible] el diputado [illegible] pidió informes al Poder Ejecutivo acerca de la "situación legal" del puente argentino-brasileño que "iniciado [illegible] sobre el río Pepirí Guazú, cuya [illegible] nacional".

[illegible] por el Poder [illegible] políticas que [illegible] cuestiona "la [illegible] cuestionado [illegible]

[illegible]

Al respecto dijo que [illegible] en el sector brasileño [illegible] con la parte argentina [illegible]

Recordó [illegible] de Obras y Servicios Públicos de Misiones, Juan Guerra, de [illegible] calificó como un "hecho consumado" y pregunta qué es lo pretendido hacer ante esa circunstancia "cuando ya [illegible] la colectividad argentina".

"[illegible]"

En los fundamentos, el diputado [illegible] que la construcción del puente "puede llegar a constituir una serie [illegible] para la economía misionera" y cuestionó las políticas "irresponsablemente aperturistas por las que se sometió a los productores locales a competencias [illegible] con lo que se sometió a las provincias a un proceso de pobreza y desintegración".

"LA PRENSA"
9/6/91

01/01

9108353

Cifras finales en internos de la UCR.
150026
9/6/91
10033
11164
11309

Cifras finales en internos de la UCR

[illegible] informó la Junta Electoral [illegible], a la juventud radical le corresponde designar los tres delegados restantes para completar la oficina de 115 que componen el plenario, máxima instancia del partido en el distrito y encargado de elegir la nueva mesa directiva.

En los cargos distritales, el Movimiento de Participación obtuvo la mayoría (dos tercios de los cargos), mientras que el Ateneo del Centenario logró la minoría.

Para delegados al Comité Nacional, el Movimiento de Participación (Francisco de la Peña) totalizó [illegible] votos ([illegible] por ciento), el Ateneo del Centenario (Clementina [illegible]) [illegible] sufragios ([illegible] por ciento), Renovación (Eduardo [illegible]) obtuvo [illegible] votos ([illegible] por ciento) y la Fuerza de Izquierda Radical (FIR) [illegible].

En la elección para convencionales nacionales, la Lista Participación (Juan Octavio Gauna) logró [illegible] votos (17,7 por ciento), el Ateneo del Centenario (Alberto Pupello) consiguió 21.031 votos ([illegible] por ciento), la Lista Renovación (Eduardo Tercero) se adjudicó [illegible] votos (63,9 por ciento) y el FIR obtuvo [illegible]. Hubo 1.[illegible] sufragios en blanco.

La juventud

En la designación de los delegados al Comité Nacional de la Juventud Radical, el Ateneo del Centenario obtuvo la mayoría con 4.559 votos (36,8 por ciento), en tanto la minoría correspondió al Movimiento de Participación, con 3.860 votos (31,5 por ciento). Renovación se adjudicó 3.145 sufragios (27,8 por ciento) y el FIR obtuvo 62 votos. Sufragaron en blanco 412 afiliados.

El plenario de [illegible] la juventud radical, [illegible] Capital Federal, que determinará la nueva conducción de la organización juvenil, quedó constituida por 53 delegados del Ateneo del Centenario, 39 del Movimiento de Participación y 35 del Ateneo [illegible].

[illegible] afiliados.

"LA PRENSA"
9/6/91

01-01

9108354

Acto de proclamación de los candidatos de la DC
150026
9/6/91
10033
11169
11304

Acto de proclamación de los candidatos de la DC

La junta ejecutiva del partido Demócrata Cristiano de esta capital proclamará pasado mañana a las 20.30, en Combate de los Pozos 1881, a los candidatos a diputados nacionales y concejales metropolitanos que triunfaron en los comicios internos realizados el domingo pasado.

Como primer candidato a diputado nacional fue postulado el doctor Carlos Traboulsi, quien se impuso al presidente del distrito capital federal, Angel Bruno, al obtener el 52.6 por ciento de los votos emitidos.

Abogado egresado de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, el doctor Traboulsi fue presidente de la juventud demócrata cristiana, convencional nacional en representación de ese sector, secretario general de la tercera circunscripción y, en la actualidad, se desempeña como convencional metropolitano e integra la mesa directiva de la convención.

En el acto de proclamación hablarán el doctor Bruno y el primer candidato a concejal, Jorge Castaldi. Con 31 años de edad, el doctor Traboulsi –a diferencia del diputado nacional Eduardo Traboulsi –quien fue legislador durante el período 1973-1976– es hasta el momento el candidato más joven a diputado nacional.

"LA PRENSA"
9/6/91

01-01

9108355

Nuevo frente de centroizquierda.
150029
9/6/91
10033
11164
11304

FRENTE DE CENTROIZQUIERDA

¿Y qué nombre le pondremos?

En el enorme y viejo piso de Hipólito Yrigoyen al 900 comenzaron a sonar las propuestas. **Eduardo Jozami** del "grupo de los ocho", lápiz y papel en mano, comenzó a anotar las ofertas para ponerle nombre al **frente de centroizquierda** que estaba naciendo.

Primero empezaron tímidamente, después se fueron entusiasmando: **Alternativa Popular, Frente Alternativa, Frente Político y Social, Frente por el Futuro, Frente Alternativo, Frente Amplio, Acción Popular, Nueva Síntesis, Nueva Política**, fueron algunos de los nombres propuestos.

Nueva Fuerza, acotó un gracioso, recordando la frustrada experiencia de **Alvaro Alsogaray** en 1973. Las carcajadas le pusieron un poco de calor al frío de la noche.

—**Así no tiene sentido** —dijo un ex dirigente del PI, ahora independiente y en busca de nuevo cobijo político.

—**¿Por qué no?** —se atajó Jozami— **Tiremos nombres y después elegimos el mejor.**

Un joven del **Partido Humanista**, de pronto se puso **ceremonioso** y ensayó un discurso: "Los hombres de la Revolución Francesa y los de la bolchevique se deben haber sentido como nosotros, **con temores, dudas**. Porque no es fácil construir algo que sea una opción válida". Ante semejante comparación, algunos cambiaron miradas incrédulas.

El **humanista** ni se mosqueó. Tomó aire y propuso un nombre: **Frente por el Futuro.**

Jorge Mackarz, de Democracia Avanzada, consideró que el nombre debía ser "liviano" para que "la práctica lo llene de contenido".

El "Negro" **Sorrentino**, del sindicato de Publicidad, trató de poner un poco las cosas en su lugar. Pidió a los presentes que cada partido o agrupación piense un nombre y lo fundamente en la próxima reunión ya que "hay dudas, se vuelve sobre el tema y falta claridad".

Razón no le faltaba: uno de los nombres propuestos fue **Frente Rechazo**, al mejor estilo anarquista.

Finalmente, las agrupaciones de centroizquierda de la Capital se pusieron de acuerdo en convocar a internas abiertas el próximo 11 de agosto para elegir candidatos a diputados nacionales, concejales y consejeros vecinales. En cambio, aún no coincidieron con el nombre que tendrá el frente que los representará en las elecciones de octubre.

Una vez decidido este objetivo, considerado fundamental por la mayoría, se crearon cuatro comisiones: organizativa, programática, electoral y jurídica. Después empezaron a discutir el nombre que había que ponerle a la criatura por parir. Al final, quedaron que en la próxima reunión ese será el primer punto en el orden del día.

9/6/91
"CLARIN"
9108356.

01-01

Elecciones internas en Neuquén.
150025
10/6/91
10033
11164
11304
11303

Cifras comparativas

Partidos	1987	1991
Mov. Pop. Neuquino	1882	1773
Unión Cívica Radical	1595	1735
Partido Justicialista	704	1311

Triunfó el MPN en Plaza Huincul

"LA NACION"
10/6/91

NEUQUEN.-En reñida elección, el candidato a intendente de Plaza Huincul por el Movimiento Popular Neuquino (MPN), Ariel Sánchez, se impuso anoche por escasos 38 votos a su principal opositor, Ricardo Arancibia, de la Unión Cívica Radical (UCR), según datos finales extraoficiales.

El triunfo, empero, no le alcanzó al MPN para retener la mayoría en el Concejo Deliberante, donde quedó con tres bancas frente a otras tantas de la UCR y una ganada por el Partido Justicialista, que no integraba el cuerpo colegiado.

La escasa diferencia quedó reconocida en aquella ciudad a las 20.50, cuando a los cómputos oficiales de 24 mesas, en los que el MPN estaba un voto adelante, se sumaron otros 37 de ventaja existentes extraoficialmente en una mesa cuya planilla llegó dentro de la urna a la junta electoral del municipio, que dispuso aplazar su apertura para mañana.

El candidato a gobernador por el MPN, Jorge Omar Sobisch, quien encabezó la movilización de festejo por las calles, iniciada poco antes de las 21, dijo que "para nosotros es un triunfo importantísimo, ya que todos sabíamos que ésta era una elección muy difícil y de ella salimos demostrando que el partido está unido".

Incluida la mesa extraoficial, los resultados son los siguientes: 1773 (36,8 por ciento) para el MPN; 1735 (36,2) para la UCR, y 1311 (27,4) para el PJ, en tanto que hubo 77 votos en blanco y por lo menos 37 observados y nulos, que elevan el total de sufragantes a 4933, lo que equivale a las tres cuartas partes del padrón.

Los comicios tuvieron lugar con viento calmo y temperatura inferior a los diez grados y no se registraron incidentes de importancia.

(Más inf. en la Pág. 11)

La UCR no ganó en Neuquén, pero aumentó su caudal de votos

NEUQUEN.- Quizá la apatía del electorado de Plaza Huincul sea la arista más trascendente de su experiencia de concurrir a las urnas nada más que para votar por autoridades municipales, por imperio de su flamante Carta Orgánica.

Apenas el 75 por ciento de los empadronados cumplió con el interés de los tres partidos que alistaron candidatos, lo que constituye la cifra menor, ya que la concurrencia fue del 87 por ciento hace 18 años y luego se empinó al 89 por ciento en 1983, y llegó al 90 por ciento en 1987, aunque, claro está, votando también por otros cargos.

Tal retracción dejó al MPN perdiendo 119 votos respecto de los obtenidos hace cuatro años, pero no perjudicó a la Unión Cívica Radical, que aumentó su caudal en 140, ni menos al Partido Justicialista, que con 607 nuevos sufragantes casi duplica las adhesiones logradas en la anterior disputa comunal.

En medio de este saldo emerge intendente Jorge Ariel Sánchez, un nativo de Plaza Huincul, soltero, que cumplirá 44 años en noviembre, que llegó en 1983 al Concejo Deliberante y continuó en él por reelección en 1987, en ambos casos, como ahora, impulsado por la fuerza gobernante en la provincia.

Los radicales confiaban en una mayor captación de independientes, sobre todo tras un cierre de campaña con el ex presidente Raúl Alfonsín galvanizando ánimos, aunque les quedó la retención de tres bancas.

01-01

Los justicialistas fueron los más favorecidos por la nueva Carta Orgánica, que puso a un lado el sistema de mayoría y minoría imperante en los demás municipios e impuso la representación proporcional y ganaron una banca en el Concejo Deliberante de un municipio en el que fueron oposición desde 1973 a 1976.

No llegaron a más, y se hizo trizas el optimismo del diputado nacional Oscar Parrilli, candidato partidario a gobernador, deseoso de viajar a Bariloche a ofrecer al presidente Menem el ansiado triunfo del candidato justicialista, Miguel Stefanovich.

91 08357

Ricardo Albornoz Trigal

Eventual explotación petrolífera en el Atlántico sur

Argentina e Inglaterra analizan sus relaciones

Diplomáticos y militares de Argentina y Gran Bretaña se reunirán entre hoy y el miércoles en Londres para analizar cuestiones referidas a la pesca, las relaciones bilaterales y los acuerdos entre ambos países con respecto al Atlántico Sur, aunque fuentes de los dos gobiernos no descartaron que en la agenda se incluya el tema de la eventual explotación de petróleo en la región.

En coincidencia con la celebración del Día de la Afirmación de los Derechos Argentinos sobre las Islas Malvinas, los funcionarios de ambos países comenzarán a analizar los acuerdos alcanzados hasta el momento, desde la reanudación de las relaciones diplomáticas tras las reuniones de febrero de 1990 en Madrid.

Sin embargo, voceros diplomáticos coincidieron en vislizar que uno de los temas que aparecerán en las conversaciones girará en torno a la eventual explotación de hidrocarburos, que presumiblemente existirían en la región de las islas y el mar que las circunda.

En ese sentido, dos informes británicos, uno de ellos del año 1971 y el otro de 1976, señalan que "la cuenca Malvinas es promisoria" en hidrocarburos, al tiempo que destacan que "las cuencas de San Jorge y Magallánica son ricas en petroleo y gas, y sus sedimentos se parecen a los de la zona oriental del Plateau Malvinas".

De la misma manera, el informe elaborado por Mónica Pinto, de la Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA), que forma parte del libro "Malvinas hoy: herencia de un conflicto", asegura que existen posibilidades ciertas de que la región del Atlántico sur posea en sus cuencas petróleo.

A pesar de ello, la información oficial proveniente de ambos países hizo hincapié en que la reunión servirá para discutir sobre los temas que ya fueron objeto de encuentros anteriores entre los representantes de ambas naciones.

En ese sentido, la cancillería argentina, cuya delegación estará encabezada por el director de Malvinas, Atlántico Sur y Antártida, José María Otegui, destacó que en la reunión "ambos gobiernos deberán abocarse a la búsqueda de una solución justa, pacífica y duradera, para concluir con la anacrónica situación colonial que hoy afecta a su integridad regional".

Ambas delegaciones tienen previsto discutir sobre pesca en la región y acerca de posibles avances en el sistema transitorio de información y consultas recíprocas, por medio del cual los dos países ejercen un control mutuo de los movimientos militares en la región.

"LA PRENSA"

10/6/91

01/02

9108358

En Neuquén el MPN se impone al PJ y la UCR

150034
10/6/91
10033
11304
11304
11303

Buenos Aires, lunes 10 de junio de 1991 ★ CLARIN

EN PLAZA HUINCUL VENCIO AL PJ Y A LA UCR

El sapagismo se impuso en la primera elección de este año

En las primeras elecciones generales del año, el Movimiento Popular Neuquino se impuso ante la UCR y el justicialismo consagrando en Plaza Huincul como intendente al ferretero José Ariel Sánchez. En una reñidísima confrontación, el sapagismo aventajó a los radicales por solo 38 votos. El Concejo Deliberante local, sin embargo, repartirá 3 concejales entre las dos primeras fuerzas, dejando al restante, del peronismo, en condición de árbitro.

En un final para el infarto, después de un escrutinio muy particular que estuvo a punto de no terminar, por solo 38 votos el Movimiento Popular Neuquino ganó las elecciones para intendente de Plaza Huincul, las primeras del país desde la asunción de Carlos Menem.

José Ariel Sánchez será el nuevo intendente de la ciudad, después de reunir 1.773 votos, contra 1.735 de la UCR y 1.311 del Partido Justicialista. Para los fieles de la familia Sapag, la elección municipal de Plaza Huincul tiene validez nacional: "paso, paso, paso, se viene el Sobischazo" gritaban anoche quienes festejaban a voz en cuello por la avenida principal de esta ciudad, en referencia al candidato del MPN para gobernar la provincia, Jorge Sobisch, el hombre que le ganó la elección interna a Luis Sapag, hijo del líder del movimiento, Felipe Sapag.

A eso mismo hizo referencia un allegado a Sobisch cuando gritó "¡Para que vea el Turco!" (por Sapag) "Le levantamos un pueblo muerto".

Pero el pueblo no estuvo muerto a lo largo de todo el domingo: votó con más entusiasmo del que se preveía y en forma tan pareja, que ninguno de los candidatos obtuvo la mayoría en el Concejo Deliberante local. El MPN se llevó el 36,74 por ciento de los votos, la UCR el 36 por ciento y el PJ el 27,20 por ciento. De manera que el Concejo quedará integrado por tres concejales del MPN, tres de la UCR y uno del justicialismo, a quien le queda reservado el poder de laudar entre radicales y movimientistas.

Como estaba previsto, la UCR ganó en un sector de la ciudad y el MPN en el otro. La elección se definió en una escuela del centro, la 22, General José de San Martín, donde el MPN obtuvo los votos decisivos.

El dato destacable lo dan las cifras del justicialismo: fueron más altas que en la última pelea electoral por la intendencia, en 1987.

La elección estuvo a punto de convertirse en una incógnita. A las ocho y media de la noche —dos horas y media después de haberse cerrado los comicios— no había un solo habitante de Plaza Huincul que se animara a festejar. No era para menos. La Junta Electoral, encargada de dar las cifras oficiales tras sumar los votos de cada planilla firmada por cada jefe de mesa, daba ganador al MPN por un voto: 1.673 contra 1.672 de la UCR y 1.264 del PJ. Faltaba solo computar una mesa, la número 1 de la escuela del barrio Mosconi, pero la planilla de esa mesa no podía agregarse a los cómputos: su presidenta la había colocado dentro de la urna tras contar los votos. Durante cincuenta minutos, Miriam Avila, una mujer menuda y de hablar pausado, se convirtió en la

01-02

9108353

persona más buscada del sur argentino. La encontraron. Pero hubo una nueva demora ¿dónde estaba el fiscal del justicialismo? Lo encontraron. Hubo que abrir la urna y recontar los votos: el MPN reunía 100 la UCR 63, el PJ 54. Recién entonces, y en el interior del local reservado a la Justicia Electoral, el candidato triunfante sonrió y el MPN empezó el festejo. El incidente de la urna 1 de la escuela 151 no fue el único, aunque se haya llevado las palmas. Hubo algunos otros menores, que matizaron el día frío, nublado, sin viento. El primero lo desató la concejala Elena Hissman.

Bien temprano, la mujer estacionó su Citroen amarillo en la puerta de la escuela 49 del barrio Centenario y empezó a repartir boletas de su partido. Desalojada, se fue a hacer lo mismo en la puerta de la escuela 193 del barrio Mosconi. Allí hubo discusiones, empujones, alguna mano que buscó una cara ajena e intervención policial para volver al orden.

Para evitar repeticiones molestas, el comisario de Plaza Huincul citó a su despacho a los tres apoderados de los partidos, los sentó frente a su escritorio, se aclaró la garganta y les dijo: "Señores, si esto sigue así y ustedes no ponen orden, yo suspendo la elección". Los hombres del PJ y de la UCR y la mujer del MPN, se miraron con cierto estupor, se armaron de paciencia y le explicaron al funcionario que su autoridad no llegaba a tanto. El comisario aceptó la clase de educación cívica, pero igual se acabaron los incidentes.

La primera cifra que llegó a los cuarteles generales de los tres partidos apabulló a los radicales. Se esperaba que la UCR ganara en los campamentos de YPF. Y así fue. Se esperaba que el MPN ganara en el resto de la ciudad, al que aquí se llama "del otro lado". Y así fue también. Pero la primera cifra conocida no traía votos. Decía que en los campamentos habían votado 900 personas menos que en la anterior elección, producto de despidos y traslados en YPF. Los radicales de Plaza Huincul imaginaron el desastre. No se equivocaban.

ULTIMOS COMPUTOS

Mov. Pop. Neuquino	1.773 votos
UCR	1.735 votos
Part. Justicialista	1.311 votos

02-02

9108359

HABRA LEY DE LEMAS: DOS FORMULAS EN EL PJ Y LA UCR

Santa Cruz ya tiene candidatos

En Santa Cruz, cuya crisis permanente tumbó a la fórmula elegida en 1987 (Jaime del Val, destituido hace un año; José Granero, renunció hace 5 semanas), los partidos mayoritarios ya tienen candidatos para la gobernación.

Vigente la ley de lemas, los peronistas ya tienen sus 2 nombres: al ex mandatario Arturo Puricelli, por un lado y al intendente de Río Gallegos, Néstor Kirchner, por el otro.

Los radicales dieron la novedad. Al conocido postulante Juan Melgarejo, titular provincial de la UCR y ganador por más del 40 por ciento de la interna partidaria, se agregó la nominación de Angela Sureda. Alineada nacionalmente con Eduardo Angeloz, la diputada no ha tenido, en Santa Cruz, empacho en aliarse con grupos alfonsinistas que responden a Federico Storani y Jesús Rodríguez.

El cuadro provincial sigue siendo difícil. Recién ayer, Héctor García, actualmente a cargo del Ejecutivo, anunció que obtuvo un crédito de 12 millones de dólares para pagar los sueldos de los empleados públicos, en momentos en que los maestros provinciales anunciaban un paro por tiempo indeterminado.

Prosigue la incertidumbre respecto de las empresas YPF e YCF, y no cesan las quejas por la nueva ley de pesca y la restricción de vuelos de la Fuerza Aérea. La combinación de estos factores casi producen la intervención federal de Santa Cruz a principios de mayo, cuando los principales dirigentes del peronismo y del radicalismo no quisieron asumir la responsabilidad de conducir los destinos provinciales.

En el radicalismo se plantea una situación por lo menos curiosa. La diputada Sureda, prescindente de las internas partidarias, consiguió aglutinar ahora a todos los sectores que enfrentaron el 5 de mayo a Melgarejo, un dirigente de origen balbinista que proclamó su encolumnamiento con Raúl Alfonsín.

Sin embargo, los radicales santacruceños han acordado que pese a marchar en sublemas separados, no harán campañas que involucren a los referentes nacionales Alfonsín o Angeloz.

"Santa Cruz vive una situación dramática. Está a punto de desaparecer. Por eso debemos atender nuestros urgentes problemas domésticos, y no involucrarnos en las cuestiones que nos traen desde Buenos Aires o Córdoba", dijo anoche a Clarín la diputada Sureda, al confirmar que volverá a intentar llegar a la gobernación.

Lo hizo sin éxito en 1987. Por entonces, tenía una confianza ilimitada, pero perdió ante Jaime del Val por 754 votos. Más prudente, en esta circunstancia interpreta que peleará palmo a palmo en los 14 municipios santacruceños con el intendente de Río Gallegos, Kirchner.

Contraria a la ley de lemas, acepta que los radicales de su provincia tienen pendientes cuentas personales. Para resolver su pleito con Melgarejo, juntó a todos los que se le opusieron: Roberto López, Ernesto Cruz, Luis Aguilar Torres y Omar Tejeder, un arco dirigencial alfonsinista o angelocista, según el caso.

La legisladora sigue reivindicando los postulados de Parque Norte y se declara también amiga de Alfonsín. No obstante, sostiene que son "algunos alfonsinistas los que ya no quieren la modernización y se vuelven estatistas de golpe".

10/6/91 "CLARIN"

01/01

9108360

UNA FORMULA CON SEIS POSIBILIDADES

La interna por el dos de Duhalde

El compañero de fórmula de Eduardo Duhalde en su lucha por la gobernación bonaerense es la nueva cuota de suspenso que el vicepresidente aporta a la vida política. Dos cafieristas, dos duhaldistas, un ex funcionario y "la variante sorpresa" están en la grilla de partida. Duhalde decidirá tras su regreso de Italia.

Hacer de la actividad política una novela de suspenso parece una característica del vicepresidente Eduardo Duhalde. Ya la puso en práctica antes de decidirse a ser precandidato a gobernador de la provincia de Buenos Aires. Y para la elección de su compañero de fórmula el enigma vuelve a dibujarse.

Quienes lo conocen de cerca dicen que a Duhalde el sigilo le sirve para tomar distancia de la línea de fuego, apuntalar sus ambiciones y acumular poder. Mientras él, protagonista, calla, el resto de los personajes hacen crecer la tensión y explotar los conflictos.

De esas intrigas participan hoy el ex subsecretario de Agricultura, Ganadería y Pesca **Felipe Solá**; por lo menos dos de los líderes del cafierista Frente Peronista Bonaerense (Frepebo), **Rafael Romá y Gustavo Green**, y dos barones del duhaldismo y puntales de la Liga Federal, **Alberto Pierri y Lorenzo Pepe**.

El pelotón de quienes pretenden coprotagonizar la novela se completa con el candidato sorpresa, alguien que Duhalde puede sacar de la galera para reforzar lo que él llama el frente social.

♦ Los guiños de Cafiero

Cuando todavía faltaba un mes para que Duhalde bajase a la provincia, Felipe Solá se corrió hasta su quinta de San Vicente y arremetió sin vueltas: "Quiero que sepa —le dijo— que si usted acepta ser candidato yo quiero ser su vice". El jefe de la Liga Federal ensayó su mejor cara de nada y le aconsejó: "Siga trabajando". La sugerencia se repitió, esta vez por teléfono, una vez que Duhalde decidió su postulación.

Solá se perfiló como precandidato a gobernador y abandonó la carrera cuando el titular del Senado dio el sí. Su principal capital para ser señalado por Duhalde son las buenas relaciones que ha tejido con el interior bonaerense durante sus gestiones como ministro de Asuntos Agrarios de Cafiero y como subsecretario en la Nación.

Tiene en su contra que algunos lo ven nuevito, y que pese a surgir del riñón renovador, el cafierismo lo acusa de haberse menemizado en extremo. Claro que eso también podría jugarle a favor. El entorno de Duhalde no lo digiere demasiado y cuenta, sí, con amables guiños de Cafiero mientras que en el Frepebo (el grupo del gobernador) las aguas se dividen. El sector duro —encabezado por el ministro de Gobierno bonaerense, **José María Díaz Bancalari**— tampoco lo compra.

Entre febrero y abril de este año, mientras Duhalde alargaba el "ni" sobre su postulación, el Frente Peronista Bonaerense, y sobre todo Antonio Cafiero, mantuvieron un aceitado diálogo con el vicepresidente. Sin que el pacto se documentara, para el cafierismo resultaba tácito que si el candidato a vicegobernador no era extraperonista debía salir de las filas del Frepebo. Duhalde, inclusive, pidió que se le sugirieran dos nombres, y esos dos nombres fueron los del ministro de Acción Social bonarense, **Rafael "Balito" Romá** y el intendente de Merlo, **Gustavo Green**.

De los dos, cuenta con más base fuera y dentro del Frepebo el ministro Romá, quien aportaría votos del interior bonaerense. Además, dicen muy cerca de Duhalde, tiene rasgos de carácter que interesan al vicepresidente.

Dentro de la Liga, **Alberto Pierri** suena de manera inevitable: es, después de todo, el número dos de esa organización duhaldista aunque no lo favorece ser de la misma sección electoral que el jefe: como vice no agregaría votos. De **Lorenzo Pepe** se mentan su buena imagen de legislador y su diálogo con el sindicalismo.

La variante sorpresa crece cuando Duhalde imagina un extrapartidario de lujo que fortalezca el frente, allí se trataría de alguien ligado a la producción.

Cuando vuelva de Italia, el próximo domingo, Duhalde develará el misterio.

Vicente Muleiro

Proyecto económico

Promoción productiva provincial es el nombre que los equipos técnicos vienen manejando para el proyecto que Eduardo Duhalde ofrecerá al electorado bonaerense. Con indudables ecos de la revolución productiva prometida por Carlos Menem, sus pilares serán:

- **Impulso a la radicación de capitales**: basado en un modelo europeo, las municipalidades competirán entre sí para ofertar mejores condiciones a los inversores. El objetivo es crear fuentes de trabajo para evitar el desarraigo de los jóvenes.
- **Sistema de autoconstrucción de viviendas**: esto es una continuación de planes iniciados por Cafiero. Con lo que el FONAVI gasta para una casa, se construyen tres. Otros puntos salientes son la reorientación del crédito del Banco Provincia hacia fines productivos y la racionalización administrativa.

10/6/91

= CLARÍN"

01-01

91 08361

CLARIN Buenos Aires, martes [illegible] de junio de 1991

¿Jaroslavsky sale a escena?

Nosiglistas lo quieren diputado por Capital

Si, como parece ("todavía no está dicha la última palabra", se susurra agónicamente) el radicalismo porteño no consigue armar una lista de unidad para la interna del 30 de junio de cargos electivos la corta campaña que viene será virulenta.

Pocos nombres, con muchos otros detrás, acaparan las miradas de los afiliados:

- Fernando de la Rúa es el candidato indiscutido para encabezar la nómina de aspirantes a la Cámara de Diputados. El 10 de mayo provocó el cambio en el distrito: desalojó del partido a "la Coordinadora", para él una mala palabra.
- Jesús Rodríguez: al frente del alfonsinismo crítico, necesita de la mitad más uno de los votos para prolongar su mandato como diputado hasta cumplir 12 años. Si se ratifica la próxima partida, es el que más arriesga: a suerte y verdad, pretenderá repetir la consigna que otorgue la representación minoritaria al Ateneo del Centenario.
- Enrique Nosiglia y Marcelo Stubrin, los derrotados del primer test radical optarán por el segundo plano y, desde el alfonsinismo ortodoxo, buscarán un umbral para salir del ojo de la tormenta. Hay quienes aseguran que ese conductor de mal decir a los medios de difusión será César Jaroslavsky. Sin embargo, el "Chacho" descartó tal posibilidad.

Los delarruistas consideran cerradas las gestiones para la integración y culpan a sus adversarios de pelearse entre ellos y querer ganar más espacios que los obtenidos en las urnas.

Mientras preparan una solicitada y una carta abierta de Fernando de la Rúa para posicionarse frente a la nueva contienda, los integrantes del Movimiento de Participación resolverán hoy la forma de integrar a la propia tropa: sueñan despiertos que el 30 de junio sacarán mayoría y minoría. Existen pretendientes en tres escalas: los que imponga De la Rúa, monopolizador del triunfo; los que tienen derechos adquiridos (fundadores del movimiento delarruista o ganadores excluyentes en sus parroquias); e integrantes de ateneos que se sumaron cuando la puja estaba en desarrollo.

Irán en las listas (diputados o concejales) Juan Gauna, Elsa Kelly, José García Arecha, Enrique Benedetti, Miguel Herschberg y Nicolás Gallo, entre otros. Debe resolverse el destino, por ejemplo, de los actuales diputados Rafael Pascual y Guillermo Tello Rosas.

Los alfonsinistas críticos de Rodríguez todavía esperan un gesto de Fernando de la Rúa. Lo hacen responsable de la unión o desunión del radicalismo capitalino, mientras se preparan para la batalla que preferirían no dar. Rodríguez saldrá a polemizar con el ex senador, escoltado por Florentina Gómez Miranda y, quizás, el concejal Roberto Vázquez.

"Con todos, o solos", dicen para desalentar tanteos de Nosiglia, Juan Carlos Farizano y Suárez Lastra.

Los alfonsinistas ortodoxos han sufrido deserciones. Ya quedó al margen Rodolfo Terragno, quien planea ser candidato a senador en 1992. Con satisfacción cerraron el paso a la posibilidad de que Rodríguez sea reelecto diputado. Pero la bronca es muy reciente para reflotar cualquier acuerdo. Están escasos de dirigentes potables (Aldo Neri les fue reclamado por los delarruistas para la lista de unidad). No pueden presentar a Facundo Suárez Lastra, por dos años más en el Concejo Deliberante. Estudian una solución heroica: conseguir el concurso de Jaroslavsky para polarizar el debate con Fernando de la Rúa.

CA-OA

9108362

Fuera para [illegible] 2. [illegible] y [illegible] otras provincias.
150034
11/6/9
150023
11164
11304

¿TAMBIEN CAPITAL Y BUENOS AIRES?

Se haría el 8 de setiembre la mayoría de los comicios

A menos de tres meses, las fechas de las elecciones siguen con algunas incertidumbres. Cuatro distritos determinantes (Santa Fe, Córdoba, Mendoza y Entre Ríos) han confirmado el 8 de setiembre como el día clave de los comicios. Otras ocho provincias se han sumado a esa fecha.

Sin embargo, el cronograma definitivo del Gobierno y toda su estrategia electoral dependen en gran medida de que mañana los diputados sancionen la nueva ley electoral. Hasta entonces todo será extraoficial.

Aparte de ciertas dificultades técnicas, son las decisiones políticas las que han condicionado este cronograma que aún no conoce definición. Si bien hay una lista de fechas tentativas que circula entre las autoridades —políticas y técnicas— hay al menos dos distritos claves a confirmar: Buenos Aires y Capital Federal.

Los estrategas del Gobierno quieren que las elecciones de la "principalísima" Buenos Aires se realicen el 8 de setiembre. Tienen la imperiosa necesidad de que se hagan el mismo día que en Santa Fe y Córdoba, dos distritos en los que no albergan esperanzas de triunfo donde ya se fijó ese día. Quieren evitar el temido "efecto cascada", es decir, que una derrota —prevista— del peronismo en esas provincias se refleje luego en Buenos Aires.

Sin embargo, fuentes del gobierno bonaerense temen que no harán a tiempo para cumplir con los plazos y los trámites pendientes.

A principios de mayo el Gobierno convocó a los gobernadores y les ofreció tres posibilidades para realizar las elecciones nacionales y provinciales simultáneamente: 11 de agosto, 8 de setiembre y 27 de octubre. Esta última se fijó en el decreto 808, pero sin tener en cuenta que un sinnúmero de provincias requieren comicios anticipados porque así lo prescriben sus contituciones o sus leyes electorales. La mayoría ya ha optado (ver gráfico).

"Repartir" las fechas significó modificar la ley electoral vigente, que ordena que los comicios nacionales deben cumplirse en un solo turno. También cambiar el artículo 54 del Código Nacional Electoral que obliga a convocarlas 90 días antes.

Un proyecto que reduce el plazo de convocatoria a la mitad —45 días— y permite fijar fechas distintas ya fue aprobado en Senadores, pero aún aguarda sanción en Diputados. La modificación tiene preferencia para ser tratada mañana en el recinto, pero ¿qué ocurriría si no se aprueba? Las elecciones nacionales deberían hacerse indefectiblemente solo el 27 de octubre.

Pero aun sin ley aprobada ni decreto de Interior, doce provincias eligieron el mes de setiembre —a las que se podrían sumar Buenos Aires y Capital Federal que ponderan esa posibilidad— y ocho, ya optaron por octubre. Quedan por definir San Juan y Río Negro, que harán las provinciales el 11 de agosto, pero no confirmaron la fecha de las nacionales.

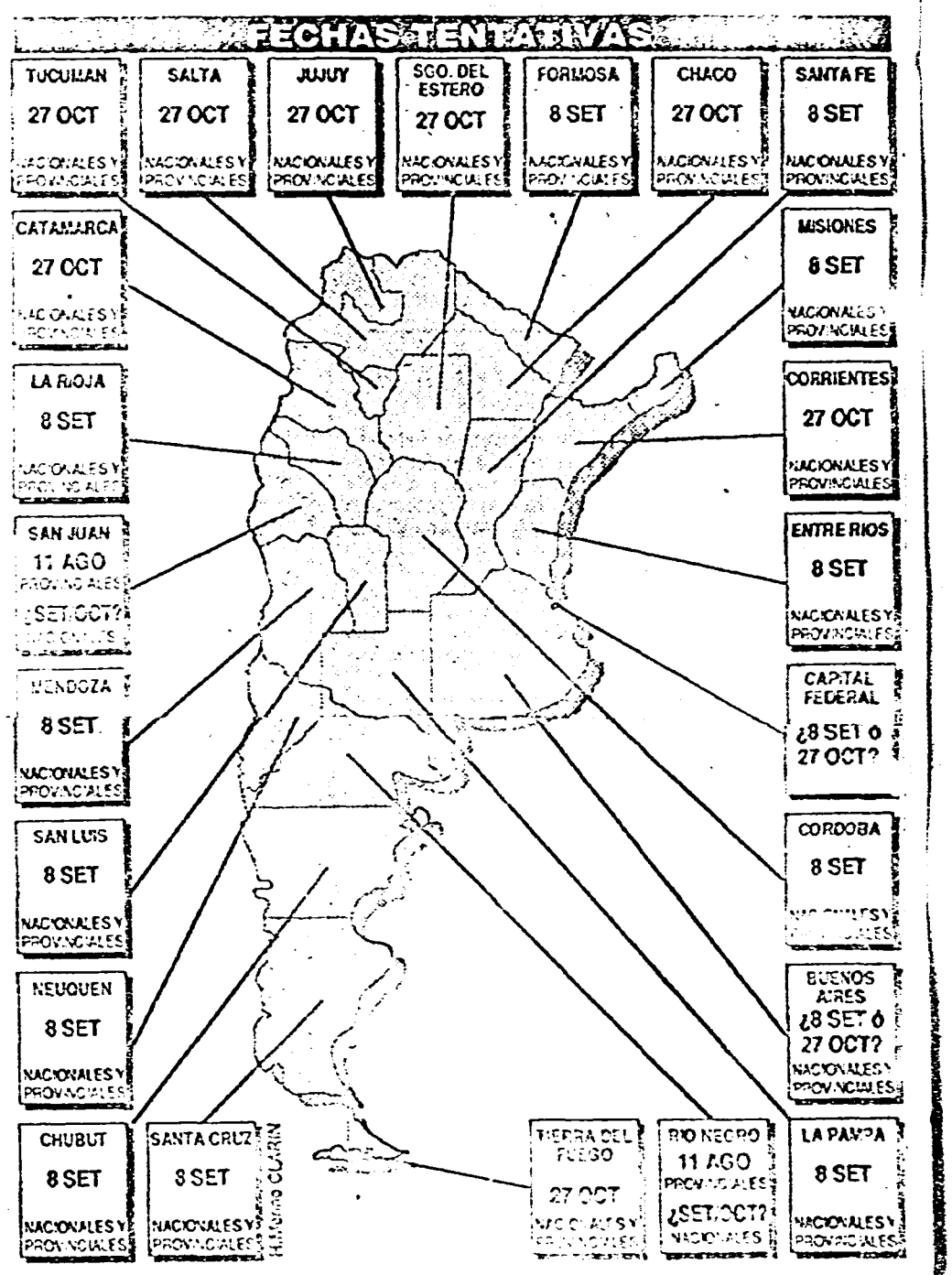
Mañana habrá que sancionar la ley, promulgarla inmediatamente, sacar un nuevo decreto de Interior que agregue el 8 de setiembre al 27 de octubre ya establecido y, de ahí en más, recibir sin demoras las confirmaciones de los gobernadores que son, en definitiva, quienes convocan formalmente a las elecciones.

A regañadientes algunos funcionarios reconocieron que la primera fecha propuesta por Interior —el 11 de agosto— "se cayó". Esto significa que tanto en Río Negro como en San Juan, que iban a ser las debutantes de estos comicios, ese día solo se podrán hacer las elecciones provinciales y en cambio las nacionales deberán fijarse en las fechas posteriores. ¿Por qué pasó esto?

Para que fueran simultáneas —y por ende menos costosas— los padrones correspondientes deberían haberse exhibido a principios de mayo. Ahora está vencido el plazo. En la Dirección Nacional Electoral se trabaja también contra reloj y sin muchas certezas por la falta de confirmaciones legales. Funcionarios de esa dependencia admitieron que ocuparían días no laborables remitiendo los padrones a las que ya eligieron setiembre.

01-02

51 09363



02-02

3108363

Misión argentina debate "Iniciativa para las Américas" en WASHINGTON
150024
11/6/91
10033
11162
11349
65890

Argentinos a USA

Un grupo de legisladores, diplomáticos, empresarios y sindicalistas argentinos y norteamericanos debatirán entre mañana y el viernes, en Washington, sobre la Iniciativa Para las Américas, del presidente George Bush.

La discusión sobre esa iniciativa —que propone la creación de una zona de libre comercio en el continente— será acompañada por otros tres debates: uno sobre las relaciones entre la Argentina y los Estados Unidos y otros dos sobre el tema de la deuda externa y las inversiones. Los seminarios fueron organizados por la American University y la angelocista Fundación Argentina y el Mundo.

Por el lado argentino participarán el ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz; el embajador argentino en Washington, Carlos Ortiz de Rosas; los diputados Jorge Domínguez (UJ), Alfredo Orgaz (UCR) y Raúl Baglini (UCR). También estarán en el seminario, que se realizará en The Cosmos Club de Washington, el subsecretario del Interior, Carlos C[illegible]ch; el ex titular de la Sociedad Rural Argentina Guillermo Alchourron, y el secretario administrativo de la Unión Ferroviaria, José Pedraza.

11/6/91
"CLARÍN"

01/01

9108364

C[illegible]IN ★ Buenos Aires, martes 11 de junio de 1991

Los principales candidatos del radicalismo, del peronismo y del sapagismo coincidieron en que el resultado de la primera elección del año, en Plaza Huincul, muestra un claro rechazo a la política petrolera del gobierno nacional y al rol asignado a YPF. Otro punto con proyección nacional: los partidos mayoritarios no pudieron vencer a su contrincante provincial

Neuquén: no a la política petrolera

NEUQUEN (De nuestra agencia). — Los candidatos a gobernador por el PJ y la UCR y el postulante a vicegobernador por el Movimiento Popular Neuquino (MPN) coincidieron en un punto al evaluar las elecciones comunales realizadas el domingo en Plaza Huincul: el resultado implica un rechazo a la política petrolera nacional y al rol que en ella juega Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF).

A la pista hay que buscarla en el claro triunfo radical en las mesas donde votaron trabajadores y empleados petroleros. Oscar Parrilli, candidato a gobernador por el justicialismo, calcula que allí perdieron unos dos centenares de votos que se repartieron entre el MPN —ganador— y el radicalismo, segundo por escaso margen.

Ayer la junta electoral aclaró un error sobre la distribución de las bancas: entrarán tres concejales por el MPN (1.773 votos); dos por la UCR (1.735) y dos por el PJ (1.131).

Como elección testigo para el ámbito nacional un primer y rápido análisis daría cuenta del grado de certeza de ciertas conjeturas, sobre todo aquellas que hablaban del mejor papel de los partidos provinciales frente a los tradicionales. Para el justicialismo no puede implicar sino un alerta, aunque cabe aclarar que la base social que suele votar al peronismo en otras regiones del país, en Neuquén se ha inclinado mayoritariamente por el sapagista MPN.

♦ Felipe "Pipe" Sapag

Felipe "Pipe" Sapag —hijo del senador Elías— candidato a vicegobernador por el MPN, estaba convencido de que se trataría de una disputa difícil. "pero —dice— estábamos confiados porque con Jorge Sobich —candidato a gobernador— y Ariel Sánchez —ahora intendente electo— recorrimos casa por casa y preveíamos un resultado favorable".

Sapag cree que la experiencia electoral del domingo no puede funcionar como modelo de la del 8 de setiembre "porque en Plaza Huincul el radicalismo es particularmente fuerte, ya nos habían ganado en 1983 y nosotros venimos de una interna muy dura que nos llevó a trabajar solo con una parte del partido".

♦ Luis Osovnikar

Luis Osovnikar —diputado nacional y candidato a gobernador por el radicalismo— se entusiasma. Para él "la UCR hizo una elección excelente" y la visita de Raúl Alfonsín a la región para cerrar la campaña dio buenos réditos. Resaltó la exigua diferencia que lo separó del MPN —38 votos— y la adjudicó al voto de los extranjeros —78— que votan en las elecciones municipales y que, estima, en su mayoría se inclinaron por el partido provincial.

Según el candidato el radicalismo dio ventajas en estos comicios al definir la interna a último momento. También hizo un pronóstico: "El justicialismo busca extrapartidarios para repuntar, pero la lucha se dará entre nosotros y el sapagismo".

♦ Oscar Parrilli

El también diputado nacional y candidato a gobernador por el PJ Oscar Parrilli tenía una razón para digerir mejor la derrota, su partido duplicó en Huincul los votos que en el orden municipal habían logrado en 1987. A la hora de hablar del futuro tampoco fue a menos: "Conseguir ese resultado en un lugar donde el radicalismo siempre fue fuerte y donde el MPN puso en juego todo su aparato, nos da la pauta de que nadie está asegurado frente a los comicios provinciales".

Aun así que el rechazo a la política petrolera nacional perjudicó por extensión al PJ y dice que nadie puede atribuirse triunfos por anticipado.

01/01

9108365

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 11 de junio de 1991

BONNET PRESIDE EL ACTO CENTRAL EN EL LIBERTADOR

Malvinas: negociaciones en Londres y actos aquí

Con el temor de que se plantee el pedido de los kelpers de iniciar la exploración de petróleo en las Malvinas, funcionarios argentinos iniciaron ayer en Londres tres días de negociaciones con colegas británicos para revisar el sistema de información bilateral sobre movimiento de unidades de guerra y tropas en el Atlántico sur.

En el marco de la quinta reunión del Grupo de Trabajo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur, diplomáticos y militares de ambos países comenzaron a tratar una propuesta argentina de flexibilizar esas normas, que se dispusieron el año pasado para evitar incidentes militares en la zona.

Paradójicamente, las deliberaciones se iniciaron la misma jornada en que en el país se conmemoró el Día de la Reafirmación de la Soberanía Argentina en las Malvinas. Por el feriado de ayer, hoy se realizarán los principales actos. Por ejemplo, el jefe del Ejército, general **Martín Bonnet**, presidirá la ceremonia central de la institución, que se realizará en el edificio Libertador.

El petróleo

Pero si se confirman las sospechas argentinas y los británicos ponen sobre la mesa de negociaciones en Londres el tema del petróleo —aunque este no figure en la agenda— se abrirá un nuevo frente de problemas en las relaciones argentino-británicas, reanudadas en febrero del año pasado.

Los kelpers renovaron últimamente su presión sobre el Foreign Office (cancillería británica) para que apruebe un proyecto de ley que los habilita a entregar licencias a empresas privadas. Con esos permisos podrán comenzar tareas de exploración y explotación petrolera en las islas y sus aguas circundantes.

El gobierno británico hasta ahora no aprobó ese proyecto ni tampoco planteó oficialmente que lo esté considerando, aunque todos conocen de su existencia.

La Cancillería argentina intuía que en esta reunión el tema podría ser planteado oficialmente por primera vez. Por eso los negociadores argentinos tienen instrucciones de pedir la apertura de una negociación al respecto apenas la cuestión se ponga sobre el tapete, según adelantaron a Clarín fuentes oficiales. Es más, algunos diplomáticos argentinos tienen la convicción de que el tema del petróleo se instalará antes de fin de año en la agenda bilateral. Aparentemente ayer el tema no fue planteado por los británicos, pero podrían hacerlo hoy o mañana.

El vicecanciller británico, **Tristan Garel Jones**, declaró recientemente que no dará ningún paso al respecto sin antes "informar a nuestros amigos argentinos". También dijo que su gobierno no tenía intenciones de iniciar un conflicto por la cuestión petrolera.

Lo único seguro es que el embajador argentino en Londres, **Mario Cámpora**, mantuvo el primer diálogo indirecto con los kelpers. En una carta de lectores publicada ayer en el diario **Financial Times**, Cámpora contestó una nota enviada por un concejal de las Malvinas en la cual afirmaba que si la Argentina quería reestablecer los contactos con las islas debía "primero abandonar sus reclamaciones sobre la soberanía del archipiélago".

01/01

9108366

No. DOCUMENTO
TITULO Carabineros chilenos instalan puestos en Laguna del Desierto.
PROCEDE 150025
FECH 11/6/91
VIA 10033
11164
11399
65709

Puestos chilenos en Laguna del Desierto

SANTIAGO, Chile (ANSA).– Los carabineros chilenos instalaron cuatro nuevos puestos de avanzada en la zona de Laguna del Desierto, en la región limítrofe con la Argentina.

La información fue publicada por el vespertino La Segunda.

"Carabineros manifestará su presencia en el área de Laguna del Desierto, instalando cuatro avanzadas que se ubicarán desde Cerro Chico hasta el Monte Fitz Roy", señala la versión. Agrega que la labor estará a cargo del Servicio de Fronteras de la policía chilena.

Según el diario, este hecho "es un paso importante en la reafirmación de la soberanía chilena en una zona donde la Argentina viene instalando desde hace años puestos de gendarmería".

No habrá apelación

SANTIAGO, Chile (ANSA).– Alejandro Bilbeke, abogado designado por el tribunal chileno, no apelará, por ahora, el procesamiento decretado contra el gendarme argentino Walter Ogane, por un juez de la ciudad de Pucón.

Bilbeke señaló que primero deberá tener un contacto con Ogane, quien está acusado de haber atropellado al campesino chileno Elías Quintanahuel, en territorio chileno, en la sureña zona de Pucón, el 11 de mayo pasado.

El abogado dijo que no tenía conocimiento del actual paradero de Ogane y afirmó tener información de que la gendarmería argentina lo mantiene en baja.

En lo que respecta a su extradición, trámite que fue requerido por el gobierno de Chile a la Corte Suprema de este país, Bilbeke manifestó que ésta podría tardar seis meses, considerando la distancia político-administrativa de la Argentina.

7

"LA NACION" 11/6/91

01/01

9108367

DOCUMENTO

TITULO Dirigentes del sector de Rico se reunen con Mtro de Interior.

PROCESO 150025

FECHA 11/6/91

VIAS 10033

11164

11304

Los riquistas en Interior

Dirigentes del partido del ex teniente coronel Aldo Rico, se reunirán hoy con el ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, para hablar sobre la interpretación oficial según la cual esa agrupación promueve "autoatentados".

El anuncio fue hecho por voceros del Movimiento para la Dignidad y la Independencia (Modin), quienes adelantaron que la reunión se realizará a las 10, en la Casa de Gobierno.

El viernes pasado una bomba estalló en un local de Modin, en Florencio Varela, produciendo daños materiales pero no víctimas.

La agrupación, que lanzó la candidatura de Rico para la gobernación bonaerense denunció también que otro artefacto fue desactivado en un local de Quilmes.

El presidente Carlos Menem y el ministro Mera Figueroa dijeron al ser consultados que "se podía estar frente a autoatentados".

El Gobierno también vinculó a los seguidores de Rico y a las carapintadas con los incidentes que protagonizaron los jubilados.

"LA NACION"

11/6/91

01-01

9108368

Declaraciones de Di Tella sobre no alineación.-
150027
11/6/91
10033
11169
11399

Lo dijo sobre las relaciones que quiere con los Estados Unidos y criticó alineación

Di Tella: "Queremos ser como socialdemócratas"

Guido Di Tella insistió en que "la no alineación no tiene sentido cuando la confrontación que la originó ha terminado", y dijo: "Queremos tener con los Estados Unidos la misma relación que tienen los países socialdemócratas".

Sostuvo que "nos hemos divertido durante años haciendo retórica para molestar a los Estados Unidos y nos pareció que hacíamos lo correcto porque en el país había crédulos que pensaban que lo defendíamos haciendo declaraciones punzantes sobre la política de los Estados Unidos en el Caribe. Esto llevó a un aislamiento de la Argentina que nos condujo a la decadencia".

• Similitud

Explicó que el gobierno desea "tener con los Estados Unidos la misma relación que tienen con Washington los países socialdemócratas, y la política que estamos haciendo es como la que tienen Felipe González, François Mitterrand y otros gobiernos europeos de cualquier signo". "Los socialdemócratas no practican la política de los argentinos que se dicen socialdemócratas —destacó—. La Argentina de punta y de pica con el mundo y con el mundo del Norte, es una visión ridícula que no lleva ningún beneficio, sólo perjuicios".

En declaraciones al matutino "La Voz del Interior", el canciller sostuvo que "las cosas que se dicen que hemos dado a los Estados Unidos, se las hemos dado al país", y ejemplificó: "El proyecto Cóndor se había convertido en un tapón. No habíamos llegado a desarrollar un misil, aunque estábamos cerca, pero sobre todo no podíamos acceder a tecnología internacional".

• Conveniencia

"Como consecuencia de esta alineación, de esta vuelta a la normalidad —dijo— de menos 10 pasamos a cero, no a más 10. Habrá insistencia norteamericana para hacer negocios buenos en la Argentina. Creemos que la mayoría de ellos son convenientes, y los que no lo sean, vamos a protestarlos".

Recordó que "cuando hicieron la operación en el Brasil con el trigo subsidiado protestamos y lo hice vehementemente, porque no estaba en cuestión la relación de amistad sino de dinero".

Indicó que "la no alineación no tiene sentido cuando la confrontación que la originó ha terminado. No tiene lógica ni semántica y en eso soy categórico". Insistió en que "el grupo de los No Alineados, como grupo, para que tenga sentido, tiene que redefinir sus objetivos. Cuando antes de hablaba de paz en el mundo, se hablaba de Este-Oeste, ahora cuando se habla de paz es de la paz en las regiones".

X

"A.F."
11/6/91

01/01 9108369

Nº. DOCUMENTO
TITULO Reunión Argentina - Gran Bretaña por las Malvinas.
PROCEDE 150025
FECH 11/6/91
VINCU 10033
11164 / 11399
10080
12756

Más gestiones por las Malvinas

Comenzó ayer en Londres una nueva ronda de reuniones entre representantes argentinos y británicos, en busca de "acuerdos pragmáticos" sobre las islas Malvinas, dijo el embajador de nuestro país en el Reino Unido, Mario Campora.

La delegación argentina –encabezada por el jefe de la Dirección de Malvinas, Antártida e Islas del Atlántico Sur de la Cancillería, José María Otegui– se propone obtener alguna flexibilización concreta de las rígidas normas para permitir el desplazamiento de naves comerciales o de guerra en los mares aledaños al archipiélago.

También estará sobre el tapete la explotación de los hidrocarburos en las Malvinas. En declaraciones radiofónicas desde Londres, Campora admitió que los kelpers "tienen intereses directos que tratan de promover, porque hay una ansiedad para crear allí un verdadero ámbito de riqueza que les dé bienestar y confort crecientes".

La iniciada ayer es la quinta ronda de tratativas entre las dos naciones desde que ambos gobiernos acordaron el mecanismo de comisiones bilaterales. Se descuenta que la cuestión pesquera será uno de los aspectos centrales en debate.

Campora añadió que el diálogo con los británicos "permite acercamientos y mejora nuestra posición para alcanzar el objetivo" de que se reconozca nuestra soberanía sobre las Malvinas.

"Aspiramos a que el tema de la soberanía, que es el de fondo, figure, en fecha próxima, en la agenda de las tratativas bilaterales", reveló el embajador.

Actos conmemorativos

El jefe del Estado Mayor del Ejército, teniente general Martín Bonnet, presidirá hoy en el Edificio Libertador el acto en conmemoración del Día de la Afirmación de los Derechos Argentinos sobre las islas Malvinas, islas del Atlántico Sur y sector antártico.

La ceremonia tendrá lugar a las 11, en el hall central de la sede del Ejército; habrá un mensaje del comandante Abel Dalbo y se entregarán distinciones a las unidades de la fuerza que intervinieron en las operaciones de la guerra contra Gran Bretaña.

El Día de las Malvinas fue recordado ayer con diversos actos realizados en el interior.

"LA NACION" 11/6/91

01/01

9108370

Ministro del Interior recibirá a Aldo Rico
150024
12/6/91
10033
11164
11304

Un café con Rico

El ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, recibirá finalmente hoy al ex teniente coronel Aldo Rico, candidato a gobernador bonaerense por el Movimiento por la Dignidad Nacional (MODIN).

El cabecilla carapintada consiguió la entrevista luego de haber maniobrado como si todavía estuviese al mando de un regimiento: ayer envió una avanzada a reconocer el terreno y hoy dirigirá en persona su desembarco sobre la Casa de Gobierno.

Ayer fue al frente el ex mayor **Ernesto Barreiro**: no pudo reunirse con **Mera Figueroa**, quien a esa hora estaba con el presidente **Menem** en Olivos, pero consiguió el compromiso del encuentro de hoy a las 10.

Mientras **Barreiro** cumplía su misión, **Rico** esperaba sentado en un bar de la Avenida de Mayo, muy cerca de la Casa Rosada. Descubierto por un cronista de **Clarín** en su puesto de comando, pocillo de café en mano, **Rico** adelantó que hoy pedirá a Mera Figueroa que **"aclare bien que no tenemos nada que ver con los jubilados de plaza Lavalle"**, en alusión a la participación del sindicalista **Ruben Gioannini** y otros activistas identificados con los carapintadas en la protesta realizada hasta el pasado viernes frente a Tribunales.

De todos modos, Rico defendió las actividades de Gioannini, al decir que si bien no está afiliado al MODIN "alguien se tiene que ocupar de que se les pague el 82 por ciento a los jubilados, algunos de los cuales pueden ser del MODIN como otros son radicales o del Partido Blanco".

"Mera deberá presentar pruebas o desmentir que las bombas a nuestros locales partidarios fueron autoatentados", dijo en otro momento, refiriéndose a declaraciones del presidente Menem sobre el atentado con explosivos que sufrió un local del MODIN en Florencio Varela.

Mientras tanto, **Barreiro** no conseguía hablar con el ministro del Interior; pero en cambio habló, y mucho, con los periodistas. Tanto, que Mera Figueroa se enojó ayer, cuando conoció el tenor de lo declarado por el ex mayor en la Sala de Periodistas de la Casa Rosada.

Barreiro, por ejemplo, se refirió a la **"discriminación"** que el MODIN sufre por parte del Gobierno, porque no hubo una sola voz oficial que repudiara el atentado de Florencio Varela. También acusó a **"sectores del Gobierno"** —que no identificó— como responsables de los últimos atentados, con el objeto —dijo— de **"evitar una fuga de votos del peronismo hacia el MODIN"**. Lisa y llanamente, Mera Figueroa dijo que las afirmaciones de Barreiro eran una **"aberración"**.

"CLARÍN"
12/6/91

01-01

91083710

Quiebra económica de las provincias
150027
12-6-91
10033
11164
11303

Son los principales empleadores del país y tuvieron un desequilibrio presupuestario de u$s 1339 millones

Provincias: 106.000 nuevos puestos con fuerte déficit

Buenos Aires, miércoles 12 de junio de 1991, Ambito Financiero

Escribe
Oscar Libonatti
Economista de FIEL

La situación de quiebra económica de las provincias se reveló con toda crudeza en 1990. Tres factores actuaron conjuntamente para que esta realidad de insolvencia fiscal fuera inocultable: la caída real de la recaudación coparticipable, los menores aportes (reintegrables o no) girados por la Nación a las provincias y el control más severo del BCRA sobre la banca provincial que se había transformado en el mecanismo de financiamiento de los déficit provinciales. La crisis de las finanzas provinciales tardó más en manifestarse que la de la Nación, pero es ciertamente más dramática y de difícil solución, entre otras circunstancias porque:

a) Los estados provinciales son proporcionalmente más importantes que la Nación en tanto empleadores directos de personal.

b) El gasto provincial está fuertemente concentrado en la provisión de bienes públicos (seguridad y justicia) y cuasipúblicos (educación y salud) cuyo deterioro tiene inmediatas repercusiones socioeconómicas y políticas negativas. A su vez esta característica del gasto provincial hace más difícil el diseño e implementación de políticas privatizadoras.

c) La posibilidad de los gobiernos provinciales de liquidar activos para financiar desequilibrios presupuestarios es muy inferior a la de la Nación, porque su "actividad empresarial" es más restringida.

• Promoción

La solución de los problemas provinciales exige la revisión integral del conjunto de relaciones financieras entre la nación y las provincias que dan forma al sistema de federalismo fiscal vigente en el país. La sola mención de algunos de los componentes básicos de este sistema, tales como la Ley de Coparticipación Federal de Impuestos, los regímenes de promoción económica regional, el sistema de determinación y pago de regalías, el FONAVI, las competencias y responsabilidades jurisdiccionales en materia de provisión de bienes públicos, resultan suficientes para dar una idea de la magnitud de la tarea y de la conflictividad de la misma. En efecto, no sólo existen intereses contrapuestos entre la Nación y las provincias, sino que el excesivo sesgo redistributivo en favor de las "regiones pobres" que ha adquirido el federalismo fiscal argentino plantea una clara oposición de intereses entre las provincias.

El rediseño de este sistema es probablemente la principal tarea a realizar en el plano fiscal y, paradójicamente, es en la que menos se ha avanzado. Resulta interesante pues hacer referencia al desenvolvimiento económico financiero reciente de las provincias para ilustrar algunos aspectos cuantitativos y alentar la discusión de estas cuestiones.

El cuadro 1 resume las ejecuciones presupuestarias de las provincias y de la MCBA desde 1983 hasta el año 1990. Estas ejecuciones corresponden a las administraciones provinciales propiamente dichas quedando excluidas las empresas públicas provinciales, los organismos provinciales del sector de Previsión y Seguridad Social, los bancos oficiales provinciales y los municipios, aunque sus déficit pueden quedar reflejados en el cuadro 1 en la medida en que sean atendidos con aportes y transferencias de las administraciones provinciales. Las conclusiones más sustantivas son las siguientes:

1) El déficit presupuestario provincial de 1990 ascendió a 1339 millones de dólares, producto de ingresos por 11.115 millones de dólares y gastos por 12.454 millones de dólares.

2) Este déficit fue superior en casi 1000 millones de dólares al resultado negativo del año 1989, como consecuencia de una fuerte disminución de ingresos entre ambos períodos (—1150 millones de dólares) que no pudo ser contrarrestada por una leve baja del gasto (—180 millones de dólares).

• Contraste

3) El déficit presupuestario provincial de 1990 sólo fue superado desde 1983 por el déficit promedio del período 1986-1988 que fue de 1880 millones de dólares anuales.

4) En lo referido a los ingresos es de destacar el diferente comportamiento de los recursos propios de las provincias que en 1990 aumentaron en 510 millones de dólares (13% real) respecto a 1989, en relación a los recursos de origen nacional recibidos por las provincias sea a través del régimen de coparticipación de impuestos o por otros sistemas (coparticipación vial, regalías, etc.) que disminuyeron en 1100 millones de dólares (—16%), así como los recibidos como aportes reintegrables (por ejemplo FONAVI) que cayeron en 530 millones de dólares (—34% real). La mejora en el esfuerzo tributario propio provincial se viene dando desde 1983 en forma sostenida.

5) Hay un claro contraste entre el fuerte déficit de 1990 y el aún más elevado déficit promedio de los años 1986-88: en 1990 la causa básica del deterioro presupuestario fue la caída de los recursos, mientras que en 1986-88 existió un marcado descontrol del gasto público provincial.

6) De los 12.450 millones de dólares gastados por las provincias en 1990, 52% correspondió a erogaciones en personal directas. Debe notarse que la relación recursos totales/gasto en personal de este año con un valor de 1,73 es la peor de todo el período abarcado en el cuadro 1.

01/02

9108372

• **Salarios**

7) Aunque los gastos en personal aumentaron levemente respecto a 1989, existió una fuerte contracción del salario medio dada la evolución del empleo público. En efecto, en el cuadro 2 se aprecia que el empleo público provincial creció en 106.000 puestos en 1990 (11%) llegando al valor máximo de la serie histórica: 1.103.718 empleados provinciales (cifra que no incluye a los bancos oficiales de provincia ni a los municipios). En 1990 el empleo público provincial era 47% superior al que existía en 1983 y 22% superior al registrado en promedio entre 1984-1985 (el período de salarios medios más altos en las provincias), mientras que el gasto en personal resulta 25% superior al de 1983 e igual al gasto promedio de 1984-85. Es importante destacar que casi 50% de los 350.631 cargos adicionales surgidos desde 1983 se produjeron entre 1989 y 1990.

8) Una consideración especial merece la evolución de las erogaciones de capital. Ellas no sufrieron cambios muy significativos entre 1989 y 1990 (2000 millones de dólares y 1900 millones de dólares respectivamente) pero sí es observable un profundo deterioro que llega a 46% respecto al gasto de capital promedio del período 1986-88 (3450 millones de dólares) y a 30% respecto del nivel promedio del período 1984-85 (2670 millones de dólares anuales).

Las performances económicas son sumamente dispares entre provincias. En 1990 sólo ocho jurisdicciones

CUADRO 1

Ejecución presupuestaria de provincias y MCBA

—en millones de dólares de marzo 1991—

	Año 1983	Promedio 1984-85	Promedio 1986-88	Año 1988	Año 1989
RECURSOS TOTALES	12.116,3	11.515,9	13.169,9	12.268,4	11.115,7
Propios	3.153,4	3.805,7	4.057,1	3.902,8	4.403,5
Nacionales	3.487,6	4.748,6	7.040,9	6.736,2	5.627,9
Aportes	5.425,8	2.893,7	1.941,1	1.580,9	1.047,8
De Capital	35,9	60,3	92,5	47,0	28,1
Otros	13,6	7,6	38,3	1,5	8,4
COSTOS TOTALES	11.617,7	12.662,5	15.046,2	12.635,1	12.454,1
Personal	5.158,5	6.413,7	7.076,5	6.297,0	6.431,4
Bienes y Servicios	839,0	975,7	1.366,5	1.281,0	1.279,7
Intereses	70,3	41,2	203,3	505,0	134,8
Transferencias	2.780,6	2.558,1	2.947,1	2.541,9	2.748,5
De Capital	2.769,3	2.673,8	3.452,8	2.010,2	1.861,7
RESULTADO	498,6	—1.146,6	—1.876,3	—366,7	—1.338,4
Rec. Propios/ Rec. totales	0,26	0,33	0,31	0,32	0,40
Rec. Nac./ Rec. totales	0,29	0,41	0,53	0,55	0,51
Aportes/ Rec. totales	0,45	0,25	0,15	0,13	0,09
Rec. Propios Gto. Pers.	0,61	0,59	0,57	0,62	0,68
Rec. totales/ Gto. Pers.	2,35	1,80	1,86	1,95	1,73
Gtos. Personal/ Gto. total	0,44	0,51	0,47	0,50	0,52
Gto. Bs. y Ss./ Gto. total	0,07	0,08	0,09	0,10	0,10
Gto. Intereses/ Gto. total	—,—	—,—	0,01	0,04	0,01
Gto. Transf./ Gto. total	0,24	0,20	0,20	0,20	0,22
Gto. Capital/ Gto. total	0,24	0,21	0,23	0,16	0,15

CUADRO 2

Evolución del empleo público provincial y de la MCBA

Año	Cantidad	Variac. absoluta	Variac. anual %
1983	753.087	—,—	—,—
1984	800.529	47.442	6,3
1985	837.642	37.113	4,6
1986	896.390	58.748	7,0
1987	930.845	34.455	3,8
1988	934.604	3.759	0,4
1989	997.610	63.006	6,7
1990	1.103.718	106.108	10,6

02

9108372

Provincias: déficit por nuevos puestos

Viene de pág. 6

(MCBA, La Pampa, Mendoza, Neuquén, Río Negro, San Luis, Santiago del Estero y Tierra del Fuego) generaron ahorro corriente positivo (ingresos corrientes netos de aportes de la Nación superiores a los gastos corrientes). Se destaca La Pampa que muestra índices de recaudación propia (40% de sus ingresos totales son recursos propios) que prácticamente cubren su gasto salarial directo, tiene un gasto salarial total (directo más transferencias) que equivale a sólo 58% de su gasto total (cuando el promedio para todas las provincias es de 74%) y un nivel de inversión (26% del gasto total) muy superior al promedio (que es del orden de 15%). Mendoza y Neuquén ostentan una gran participación de los recursos de origen nacional en el total de sus ingresos (equivalen a 65% de los mismos) como reflejo de la importancia de sus ingresos por regalías petrolíferas y gasíferas. Ambas tienen bajo porcentaje de gasto salarial directo sobre gasto total (menos de 40% cuando el promedio es de 52%) y porcentajes de inversión sobre gasto total coincidente con el promedio (15%) en el caso mendocino y muy superior (39%) en el caso de Neuquén. También es destacable la performance de San Luis con un aceptable nivel de recursos propios (35% del total) que cubren la totalidad de sus gastos salariales directos y con gasto de capital (33% del gasto total) muy superior al promedio (15%).

Excepto las ocho jurisdicciones mencionadas, las restantes tuvieron ahorro corriente negativo (déficit corriente) durante 1990. Entre ellas resulta patético el caso de La Rioja cuyo resultado corriente negativo (casi 100 millones de dólares) representó nada menos que 67% de sus recursos corrientes totales. Esta provincia tiene recursos propios equivalentes a solamente 6% de sus ingresos totales, dependiendo enteramente de la transferencia de recursos y aportes nacionales. Ochenta y uno por ciento de su gasto total es directa o indirectamente salarial.

• Ejemplos

Otros casos de profunda insolvencia, son los de Jujuy y Catamarca con déficit corrientes de 90 y 50 millones de dólares en cada caso, equivalentes a 52 y 33 por ciento respectivamente de sus ingresos corrientes totales. Los recursos propios son 11% de los recursos totales en Jujuy y apenas 3% en Catamarca.

Entre las provincias grandes, tanto Buenos Aires como Santa Fe y Córdoba tuvieron déficit corrientes (148, 52 y 118 millones de dólares en cada caso), pero es de destacar que mientras para las dos primeras sus déficit corrientes representan 5% de sus recursos corrientes totales, para Córdoba este porcentaje trepa a 15 por ciento.

03/03

91 08372

Cambian Proyecto de Ley de Seguridad.
150024
12/6/91
10033
11164
11302

El Gobierno propone incorporar a Defensa y a la SIDE en el Consejo de Seguridad Interior. El radicalismo se opondría

Ley de seguridad: cambian el proyecto

Finalmente el Gobierno acordó con sus propios diputados sobre el proyecto de ley de seguridad interior, que desde hace más de un año permanece en el Congreso. Las modificaciones que ambos decidieron introducir chocarán, sin embargo, con la oposición de los radicales, quienes habían inicialmente consensuado un texto común con la banca oficialista. Esta discrepancia impediría que el proyecto se trate esta tarde en Diputados.

El radicalismo rechazará las modificaciones al proyecto de ley de seguridad interior impulsadas por el gobierno nacional. Los cambios a la iniciativa que justicialistas y radicales consensuaron para su tratamiento en la Cámara de Diputados, fueron reclamados anoche luego de una jornada plena de agitadas reuniones y consultas. Sin embargo, la incorporación de cuatro artículos para salvar las diferencias entre las propuestas en danza, impedirían de hecho que haya quórum para la sesión de esta tarde.

El polémico proyecto que desde hace un año se encuentra en la Comisión de Defensa, otorga la conducción política y el control parlamentario a los planes operativos de seguridad. Hasta ayer, los legisladores de las dos bancadas mayoriatarias mantenían en pie un acuerdo para su consideración en la sesión de tablas. Pero a última hora de anoche y tras tomar conocimiento de las modificaciones que trata de imponer el Poder Ejecutivo, el diputado radical Victorio Bisciotti anunció que el radicalismo no aportará diputados para quórum reglamentario.

En principio, los legisladores consideraron al proyecto como una herramienta fundamental para enfrentar nuevas acciones delictivas, como el tráfico de drogas y el lavado de narcodólares, aunque sin violar las garantías ni los derechos fundamentales.

La cuestión de la seguridad interior ocupó la atención del Gobierno durante toda la jornada. Por la mañana, el presidente Carlos Menem aludió al tema mientras dialogaba con en Olivos con diputados del oficialismo. Por la tarde, el Presidente consideró el asunto nuevamente en el curso de una entrevista concedida al secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá.

La postura oficialista fue diseñada durante una reunión realizada en el despacho de Bauzá, con la participación de los ministros del Interior, Defensa y Justicia, Julio Mera Figueroa, Antonio Erman González y León Arslanian. Allí también estuvieron el titular de la SIDE, Hugo Anzorreguy, y los diputados justicialistas Miguel Angel Toma, Luis Uriondo y Jorge González.

El Gobierno propuso las modificaciones que siguen:

- Incorporación del Ministerio de Defensa y de la Secretaría de Inteligencia del Estado como miembros permanentes del Consejo de Seguridad Interior.
- Control del CSI a través de una comisión bicameral con limitaciones para el Parlamento.
- Una nueva consideración del texto para evitar la superposición de las fuerzas intervinientes, eludiendo así la doble dependencia.

Toma (titular de la Comisión de Defensa) adelantó que hoy antes de la sesión trataría de conciliar el nuevo texto con el radicalismo, pese a lo acordado inicialmente. Consideró entonces que la inclusión de Defensa no significaba de modo alguno una intervención de las Fuerzas Armadas en la seguridad interior. "En la reunión —dijo— todos coincidimos en ratificar el artículo 27 de la ley, donde se describen las circunstancias en que ellas deben prestar apoyo logístico para la seguridad interior".

Después agregó que, en cambio, la inclusión serviría para superar el problema de la doble dependencia que se observaba en el caso de la Prefectura y la Gendarmería. Los dos organismos de seguridad dependen de Defensa, aunque dependerían del Ministerio del Interior —en el marco del Consejo— si Defensa no integrara el organismo. En cuanto al control parlamentario, Toma dijo que el Poder Ejecutivo proponía remplazarlo por "una comisión bicameral de seguimiento permanente, similar a la que se ocupa de la Reforma del Estado".

La iniciativa original disponía que, a pedido de alguna de las dos cámaras, los presidentes de las comisiones de Seguridad del Senado y Diputados podían incorporarse como miembros no permanentes al Consejo de Seguridad Interior. Sin proporcionar mayores detalles, Toma explicó que la inclusión de la SIDE se había resuelto como un modo de encarar una "acción de inteligencia planificada". Y dijo, por último, que "mañana (por hoy) intentaremos llegar a un texto en común con el radicalismo, para debatir el proyecto durante la sesión, o el jueves si previamente se considera la cuestión del aguinaldo".

"CLARIN"
12/6/91

01-01

9108373

DOCUMENTO
TITULO Ley de Seguridad Interior.
150027
12/6/91
10033
11169
11302

Toma no pudo imponer su Seguridad Interior

Recién hoy a la tarde se sabrá si la Cámara de Diputados abordará en la jornada el tratamiento de la ley de seguridad interior. Se condiciona su sanción a la propuesta que elevó anoche el Ejecutivo a los diputados peronistas, quienes a su vez la darán a conocer a los radicales. Fundamentalmente se proponen incorporaciones como ***miembros permanentes al Consejo de Seguridad Interior de áreas del gobierno así como también la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), punto este último que motivará una dura oposición de los radicales.***

Ayer en el despacho de ***Eduardo Bauzá****, secretario general de la Presidencia, se reunieron* ***Julio Mera Figueroa*** *(Interior),* ***Antonio Erman González*** *(Defensa),* ***León Arslanian*** *(Justicia),* ***Hugo Anzorregui*** *(SIDE) y los diputados* ***Miguel Angel Toma, Luis Urlando y Oscar González****, miembros de la Comisión de Defensa.*

Las propuestas que llevó en carpeta Mera Figueroa y para las que Bauzá ofició de mediador entre los representantes del Congreso y del Ejecutivo fueron:

- ***Incorporar como miembro permanente en el Consejo de Seguridad Interior a los Ministerios de Defensa y de Justicia. Esta última área no estaba constituida cuando la ley de seguridad*** *(que hace meses que circula por Diputados)* ***era redactada.***

• Reforma

- ***Crear una comisión bicameral permanente de las actividades del Consejo de Seguridad Interior. Vale decir que se propone reformar la integración directa de senadores y diputados al Consejo por un seguimiento fuera de ese ámbito, tal como sucede con la Comisión Bicameral de Seguimiento de las Privatizaciones de empresas públicas.***

- ***Se propone integrar a la SIDE en el Consejo de Seguridad.***

Este último punto podría generar una cerrada oposición de los radicales. Sucede que la principal oposición y tal como lo establece la Ley de Defensa, esa ley debe complementarse con otra referida a la ***Inteligencia del Estado****. Hoy, Toma, en calidad de titular de la comisión de Defensa, tirará sobre la mesa los puntos que propone el Ejecutivo y en base al grado de aceptación de los radicales* ***se sabrá si se inicia el debate. Toma*** *es partidario de comenzar el tratamiento de la ley de seguridad haya o no un consenso con la oposición, porque de lo contrario demoraría su sanción y también la del pago escalonado del medio aguinaldo, que a esta altura del mes resulta más urgente su aprobación que la de seguridad interior.*

"Lo que hice es pedir a los legisladores que permitan, previo tratamiento, conciliar posiciones. Yo no demoro ni mando al Congreso y con expresiones en tal sentido, que hacen algunos medios, están haciendo quedar muy mal al Congreso"*, opinaba por la tarde* ***Mera Figueroa****, al salir a aclarar que no era su intención demorar la sanción de la ley de seguridad interior.*

• Incertidumbre

Los radicales, hasta anoche, tenían dudas en cuanto a la sesión de hoy. ***Conrado Storani (h)****, miembro de la Comisión de Defensa, dijo que todo depende de cómo se resuelva la interna en el gobierno.* ***Al parecer ganó en la puja el Ejecutivo, ya que pudo imponer sus modificaciones.***

En Diputados se alzan voces de los bloques minoritarios en contra de la ley. ***Alberto Aramouni****, demócrata popular, indicó que con esta ley se revive la controvertida ley de seguridad nacional, en la que se permitía la intervención de las Fuerzas Armadas en caso de conmoción social. Y además pide que el Congreso tenga la facultad de establecer el estado de sitio y el momento en que deben actuar las FF.AA.*

• Límites

Storani (h) ironizó con el planteo de Aramouni. El radical dijo que si a través de esa ley se revivía la seguridad nacional que rigió durante el último proceso militar, ***"no estaríamos promoviendo su sanción"****. Storani indicó que en la ley no se hizo otra cosa que reafirmar y reglamentar lo que sostiene la Constitución nacional, aunque con límites precisos para las Fuerzas Armadas.*

"A.F."
12/6/91
91 08374

01-02

Eliminarán Dirección de Remonta

El gobierno decidió eliminar de la lista de las reparticiones públicas del Estado, la Dirección de Remonta y Veterinaria que depende del Ejército Argentino. Según pudo saberse ayer, en el Ministerio de Defensa, la decisión fue tomada después de un repaso del abultado organigrama de las reparticiones públicas y de un análisis de la utilidad de esas instalaciones. Remonta y Veterinaria es un organismo destinado, en sus orígenes, a servir al arma de Caballería, pero dedicado en las últimas décadas a la crianza de caballos de salto, polo y de paseo en desfiles. Para ello mantenía haras y campos de crianza y engorde en las provincias de Buenos Aires, Córdoba y Entre Ríos y cotizaba en compras de ganado caballar en remates del interior del país.

La faz más visible de Remonta es el campo de polo de Palermo que, según trascendió, sería privatizado. Otra faz más oculta es el no menos célebre quincho de la repartición, sede de infinidad de asados militares y de "juntas" de militares y civiles. Se comenta en broma, en ambientes políticos, que en ese quincho se han urdido los fragotes más importantes de la historia del país.

Se supone que habrá resistencia a esta discontinuación de Remonta y Veterinaria en el "lobby" de civiles y militares dedicados al salto en caballo y al criollo juego del polo, que ven en la Dirección un símbolo de su actividad. Serían algunos de ellos los interesados en la privatización de, por lo menos, el campo de polo de Palermo.

02-02

9108374

La UCR y la ley de lemas.
150037
12/6/91
10023
11164
11304

UCR no quería Ley de Lemas, pero la aprovecha muy bien

Escribe
Orlando Baratta

La disciplina partidaria en el radicalismo se cumple a rajatabla. No en vano, gustan destacar algunos radicales, el partido tiene la vigencia de 100 años en la política argentina. En estos días hay un hecho que puede incitar a la indisciplina partidaria: ***la implementación de la Ley de Lemas en algunas provincias. Este sistema electoral aparece como la única solución a los graves conflictos internos que sufre el PJ. Al rechazo y repudio que difundió, en su momento, el Comité Nacional, instando a no aceptar ese sistema, los radicales en aquellas provincias donde rigen los lemas, respondieron con listas únicas,*** *sea a gobernadores, a diputados y cargos municipales.*

Hay una excepción en el radicalismo misionero. Hay dos candidatos que no declinan su postulación: el ex gobernador ***Ricardo Barrios Arrechea y Alberto "Tulo" Llamosas****. Se plantea, en estos días, la necesidad de hacer internas entre* ***Llamosas*** *(angelocista) y* ***Barrios Arrechea*** *(días atrás se confesó alfonsinista) a fin de dirimir la cuestión. A* ***Llamosas*** *lo equiparan, por su forma de hacer política y por su autonomía apartidaria, con el santafesino* ***Horacio Usandizaga****. Así se descuenta que habrá, en la UCR, dos listas, que confrontarán con el diputado peronista* ***Ramón Puerta*** *y* ***Miguel Angel Alterach****, ex gobernador en la época de Isabel Perón.*

• Complicaciones

Las otras provincias donde rige la Ley de Lemas y la UCR va con un único candidato son:

• ***La Rioja:*** *Quizá la provincia más conflictiva para el PJ. Al proliferar cuatro candidatos a gobernador (****Jorge Yoma, Bernabé Arnaudo, Mario Santander*** *y* ***José Simán****) y todos se adjudican el rótulo de menemistas (algunos más que otros) la interna no ofrecía una solución. En la UCR también se plantea el mismo inconveniente. Pero pese a que el alfonsinismo perdió las internas, ahora se encolumnan detrás del angelocista* ***Limber Sosa****, aunque se especula con que su adversario interno, el diputado nacional* ***José Vega Aciar*** *desempolve sus afiches propagandísticos.*

• ***Salta:*** *Otra provincia que se presenta complicada para el PJ. Más aún, las encuestas arrojan como el favorito al ex gobernador de facto,* ***Roberto Ulloa****, del Partido Renovador. Ante este panorama, el PJ ofrece a los saltenos los siguientes candidatos:* ***Roberto Romero****, diputado nacional;* ***López Arias****, diputado nacional y* ***Arnaldo Etchart****, empresario vitivinícola. En cambio, la UCR va con* ***Juan Carlos Gottifredi****, vinculado a* ***Alberto Espeche*** *de la Corriente de Opinión. La Ley de Lemas podría ser contraproducente para el PJ, que busca el efecto contrario. Es decir, sumar los sublemas y superar a la oposición. Pero hay un antecedente en Tucumán,* ***Antonio Bussi****, pese a los sublemas a granel que se presentaron en el PJ, los venció a todos, ya que los peronistas terminaron compitiendo entre ellos.*

• Un postulante

• ***Santiago del Estero:*** *Desde hace años que rige la Ley de Lemas. Y en esta provincia sí resultó una solución a los innumerables choques entre* ***Carlos Juárez*** *(senador nacional) y el actual gobernador,* ***César Iturre****, quienes se postulan a gobernadores.*

La ley fue efectiva para superar, siempre, a los radicales, que en las próximas elecciones insisten con un solo postulante: José Luis Zavaría, intendente de la capital e hijo del ex gobernador 1963/66 en la época de Arturo Illia, de alto prestigio en la provincia.

• ***Santa Cruz:*** *El año pasado la legislatura provincial sancionó la Ley de Lemas. Fue necesario a raíz de fuertes pujas que hay entre* ***Arturo Puricelli y José Kisner****, intendente de Río Gallegos. Ambos fueron protagonistas de la historia que se escribirá sobre cómo se destituyó de la gobernación a* ***Ricardo Del Val. Puricelli****, defendiéndolo y Kisner, según acusaciones que había efectuado* ***Ramón Saadi****, atosigando a Del Val por instrucciones de* ***José Luis Manzano****. Es que Puricelli integró el grupo saadista que había sido bautizado como Militancia Peronista. En la UCR, si bien hubo internas y triunfó el alfonsinista.*

"A.F."
12/6/91

01-03

9108375

El periódico de los maoístas del Frejupo, "Hoy", que es órgano del Partido del Trabajo y del Pueblo, hizo una singular interpretación del resultado de las últimas internas de la UCR. Los lectores del diario hoy se enteran de que Alfonsín no es un "cadáver político" y que responde a los intereses prosoviéticos. También que Angeloz se apunta, con el apoyo de los Estados Unidos, a un relevo institucional en la cúpula del gobierno. Es decir lo mismo que "Hoy" decía era un plan de Alfonsín y los "celestes" del gobierno de Menem. Veamos el artículo titulado: "El retorno de los brujos".

Curiosa lectura maoísta de internas radicales

Con los representantes de Buenos Aires y los que le otorga el triunfo de la "Coordinadora" en San Luis, el alfonsinismo se aproxima a la cuarentena de delegados al máximo organismo partidario. Con esa cifra y con el peso de Buenos Aires, se asegura el número y el respaldo político para la reelección del ex presidente en la jefatura de la UCR.

Da para pensar el exceso de ingenuidad de ciertos dirigentes del MAS, o de centroizquierda, que venían sosteniendo que Alfonsín era "un cadáver político". Lo mismo sostenían ciertos dirigentes "celestes" del PJ —cuando cuestionaban los duelos verbales de Menem con Alfonsín— sin que esa afirmación fuera obstáculo para que todos los dirigentes señalados (incluido Zamora) sostuvieran fluidas relaciones con los "operadores" políticos del ex mandatario.

La tradición indica que en este país no hay cementerios políticos. Yrigoyen "vive", como Perón "vive"; y los políticos de hoy dicen ser la reencarnación de los de ayer (aunque algunos de aquellos, si realmente vivieran, se escandalizarían de las cosas que hacen en su nombre).

Más allá de esta costumbre un tanto espiritista, truculenta, desde que Alfonsín se enfrentó al plenario de la UCR bonaerense y, contra la opinión mayoritaria, propuso a Pugliese, estaba ya claro que el hombre de Chascomús se lanzaba a reagrupar sus filas.

La buena elección de Melchor Posse (segundo, con 34,4%), demuestra hasta qué punto el alfonsinismo necesitó de Pugliese. Es decir: necesitó usar esa falsa imagen de viejo bonachón, de "nono" que "habla al corazón". Lo necesitó para contener un amplio sector radical a secas, que ya no puede "absorber" la magia del gran brujo de Chacomús.

Alfonsín, Pugliese, "Fredy" Storani, De la Rúa, son piezas de un rompecabezas político que garantiza la continuidad de la hegemonía en la UCR de sectores estrechamente relacionados a la multinacional soviética y a los monopolios europeos que están detrás de la socialdemocracia española, alemana, sueca, etcétera.

Estos sectores han vuelto a poner en carrera al alfonsinismo con sus variantes: "balbinista" (Pugliese), "estilística" (De la Rúa) y "crítica" (F. Storani). Proyectan así figuras "renovadas" para el centroderecha y para el "centroizquierda".

Angeloz, con 70% de los votos de la interna de la UCR cordobesa, ha renovado su carnet de principal figura de oposición al alfonsinismo desde una postura liberal-occidentalista. Salió fortalecido por la buena performance de Melchor Posse, aunque el alfonsinismo le abrió una oposición similar en Córdoba con Ramón Mestre.

El gobernador cordobés busca colocarse hacia el '95. Pero sea por sus posiciones prolimperialistas y gorilas, sea por moverse en política con la agilidad y la gracia de Frankestein, es incapaz de nuclear a los afluentes opositores al alfonsinismo dentro de la UCR. Angeloz acaba de realizar giras por EE.UU. y Europa, colocándose para cualquier situación de desmoronamiento institucional. Algo, esto último, a lo que acaba de hacer referencia Norberto Ceresole, hombre de influencia de la embajada soviética, quien advirtió: "La alternativa de una acción militar orientada a modificar la naturaleza del sistema es lo único que puede preservar una idea de nación de naturaleza fundacional".

Hay varios hechos alarmantes que indican el posible montaje de un clima pregolpista: atentados al cementerio judío de Berazategui; atentado a Pino Solanas; amenazas telefónicas al local de las Madres de Plaza de Mayo y a Hebe de Bonafini; deliberada amplificación en los medios de difusión de las actividades del agente provocador Alejandro Biondini, que se pasea con cruces esvásticas por los canales de TV; recalantamiento de la situación militar a propósito del tema Cóndor II y de la agitación salarial en las Fuerzas Armadas; agitación en algunos medios por la gira provocativa de Pinochet por Brasil y Gran Bretaña para replantear el tema de la "indefensión argentina" ante un presunto rearme chileno; incidente fronterizo con Chile; continuación del tema narcotráfico con la publicación del testimonio completo del "arrepentido" narcotraficante que acusa a la familia Yoma.

Muchos se preguntan: ¿Se está montando un ambiente pregolpista? ¿Se intenta repetir —con otros elementos— una maniobra semejante a la ejecutada por Baños, Nosiglia y Becerra con anterioridad a los hechos de La Tablada? ¿Se están organizando unas nuevas "3 A" para ensuciar al gobierno en preparación de esas maniobras golpistas?

9108375

La UCR y la Ley de Lemas

Viene de pág. 41

Juan Ignacio Melgarejo, la angelocista Angela Sureda —que no había participado de las internas— busca su candidatura al amparo de la Ley de Lemas y respaldada por sectores de Federico Storani y Jesús Rodríguez. Todavía es una idea.

• *Jujuy: La muerte del senador Carlos Snopek —dirigente que podía evitar la dispersión de votos peronistas— abre un abanico de posibilidades en el PJ. En mayo pasado se sancionó la Ley de Lemas y posibilita la postulación de Roberto Dominguez, diputado nacional; David Casas, diputado nacional y de Guillermo Snopek, sobrino del extinto senador. Humberto Salum, alfonsinista, es el único candidato radical, tras ganar internas al angelocismo. El radicalismo jujeño no tiene peso político, pero habrá que esperar el resultado que arroja a los peronistas la Ley de Lemas.*

• *Santa Fe: Sin duda la más ajetreada y complicada para el PJ. La Ley de Lemas no sólo sirve al oficialismo para superar las intrincadas internas —que sólo las contuvo la ex "cooperativa"— sino también sumar votos frente al eventual triunfo del radical Horacio Usandizaga, según las encuestas que obran en el peronismo. Luis Rubeo, Carlos "Lole" Reutemann, César Luis Menotti, Enrique Vallejos, son los candidatos, aún no tan seguros, del justicialismo*

Aquí podría suceder lo mismo que en Tucumán: dado que la interna es feroz en el oficialismo, la competencia entre ellos podría favorecer al radical, que a priori suscita el voto mayoritario en la provincia.

03-03

9109375

Decomisan en Londres carne argentina en mal estado.—

150024
15/6/91
10023
11169
11354
10080
11161
11454

PROBLEMAS CON LAS EXPORTACIONES DE ENLATADOS

Decomisan en Londres carne argentina en mal estado

Latas de corned beef argentino fueron decomisadas en Londres debido a que se encontraban en mal estado. Las conservas fueron exportadas por Swift-Armour y eran distribuidas en Inglaterra por la empresa Libby's. Ambas firmas reconocieron el problema que achacaron al mal funcionamiento de una etiquetadora que provocó perforaciones en el envase. Diferencias sobre la cantidad de latas encontradas en mal estado.

El gobierno británico advirtió ayer al público que no consuma carne enlatada procedente de la Argentina debido a que se detectó que estas conservas **presentan signos de toxicidad.**

Según el **Departamento de Sanidad de Gran Bretaña**, las latas de **corned beef** —carne preparada y lista para consumir— de la multinacional **Libby's** y que fueron producidas por el frigorífico **Swift-Armour** de la Argentina, "podrían ser portadoras de la bacteria que produce el botulismo". Agrega ese informe que **"el número de latas en malas condiciones podría alcanzar el millón".**

Estas dos aseveraciones finales fueron **rechazadas** oficialmente en Buenos Aires por Swift-Armour, la empresa que hace cuatro meses se vio involucrada en el **"Swiftgate"** por un supuesto pedido de coima y que motivó la intervención directa del embajador norteamericano en la Argentina, **Terence Todman.**

Según Swift-Armour **solo "fueron seis latas de corned beef de 12 onzas las que se encontraron en mal estado en un supermercado londinense".**

Respecto de la posibilidad de botulismo, citada en los informes de las agencias de noticias Reuter y EFE, la empresa argentina afirmó que "la naturaleza de este lamentable accidente no puede provocar desde ningún punto de vista el desarrollo de la bacteria que produce el botulismo".

Para crear aún más confusión sobre el número de latas en mal estado, la empresa británica **Libby's** —que realizó la importación— a través de un aviso publicado en los diarios de Londres, dijo que **"se descubrió que miles de latas**, que se venden en toda Gran Bretaña, **están podridas** por lo cual se ha informado a los principales supermercados y a los distribuidores que prohíban la venta de estas conservas".

Añade la publicidad que "estamos advirtiendo a todos los **clientes** que tengan el producto en sus casas que **lo devuelvan a los supermercados".**

♦ Coincidencias

Tanto Libby's, de Londres, como Swift-Armour coincidieron en cambio en **las causas** que provocaron que las latas se echaran a perder. Ambas empresas aseveraron que **las latas se encuentran perforadas** debido a un **problema mecánico** en una de las **etiquetadoras**, hecho que se produjo el **27 de febrero.**

De acuerdo con voceros de Swift, se encuentran en estas condiciones algo más de **40.000 latas, las cuales ya fueron recuperadas en su casi totalidad** durante este fin de semana. E insistieron en que hasta el momento **solo seis de ellas presentaban la perforación, aunque no descartaron que "puedan aparecer algunas más".**

El gerente de comercialización de Swift viajó inmediatamente a Londres para reunirse con las autoridades del departamento de sanidad británico y adoptar, junto con directivos de Libby's, las medidas para rescatar todas las conservas.

Según los datos aportados por Swift **el año pasado**, las **exportaciones de enlatados llegaron a 14.600.000 dólares** y "el problema se limita a las latas de 12 onzas, ya que el resto se encuentra en buen estado". Agregaron que "**no hay peligro de ingestión** por parte de la población británica, dado que al entrar oxígeno se produce la total putrefacción del producto y el olor que despide advierte sobre su mal estado".

Para las autoridades de Swift, "**el problema ya está controlado** y no afectará futuras exportaciones argentinas". En este sentido, los ministros de la **Comunidad Económica Europea**, reunidos ayer en Bruselas, consideraron que las medidas adoptadas por Gran Bretaña y por las empresas proveedoras resultaban "suficientes" y que no correspondía, por el momento, suspender la importación de enlatados argentinos.

Osvaldo Demaria / CLARIN

♦ Suspensión

La **Subsecretaría de Agricultura y Ganadería** resolvió anoche **suspender la producción y certificación de corned beef** de Swift "hasta que se averigüen con exactitud las causas de esa mala producción".

Simultáneamente, el titular de la Junta de Carnes, **Rolando García Lenzi**, aseguró que "esta situación no afecta en absoluto al comercio argentino".

Es que este hecho puede tener importantes repercusiones ya que el **año pasado se exportaron 62.000 toneladas de carne enlatada**, de las cuales 25 % tuvieron como destino a Gran Bretaña, que es junto con los Estados Unidos, el principal comprador de la Argentina. En caso de que Gran Bretaña suspendiera las importaciones, ello implicaría una pérdida del orden de los **100 millones de dólares.**

01/01

9108376

Desmienten renuncia del Mtro. Mera Figueroa.
150024
12/6/91
10037
11164
11302

Fue desmentida la renunciadel ministro Mera Figueroa

El vocero del ministro Julio Mera Figueroa debió salir ayer a desmentir la renuncia de éste, para disipar los rumores que se concentraron en la Casa de Gobierno. La desmentida se produjo apenas horas después que se conocieran las objeciones del Tribunal de Cuentas al decreto firmado con una empresa francesa para la provisión del Documento Nacional de Identidad, DNI.

El vocero del ministro del Interior, **Julio Mera Figueroa**, desmintió ayer que el titular de la cartera política hubiese pensado renunciar al cargo. Las versiones que circularon en los últimos días, aun en el propio Gobierno, forzaron la **aclaración oficial** del portavoz del ministro.

Así, las palabras de **Mario Granero** intentaron clausurar la oleada de rumores, ante los cuales no habían bastado las desmentidas oficiosas ofrecidas ayer por fuentes de la cartera de Interior.

Desde fines de la semana anterior, hombres del Gobierno con funciones en la Casa Rosada, algún ministerio o el Congreso, señalaron incluso que el actual interventor federal en Tucumán, **Julio César Aráoz**, era el candidato más firme a hacerse cargo del Ministerio del Interior.

Esto, señalaban, se debía a que además de los méritos que pudiera aquilatar Aráoz, el presidente **Carlos Menem** no quería poner allí —en caso de desplazar a **Mera Figueroa**— a ningún hombre vinculado al sector celeste, de donde provinieron numerosas críticas al actual ministro.

De acuerdo con los **usos y costumbres** de la política argentina, el hecho que su vocero haya tenido que salir a **desmentir** la renuncia es un signo de la **difícil situación** que atraviesa el ministro.

Pero es cierto también que pocas horas después de la sugestiva desmentida, **Mera Figueroa** se anotó un éxito: consiguió forzar una **modificación** en el proyecto de ley de seguridad interior —uno de los temas por el que había sido cuestionado— que ahora deberá ser sometido al análisis del Congreso

♦ Cuentas pendientes

Las embestidas contra **Mera Figueroa**, entonces, reconocieron su origen en las disputas internas del Gobierno. Y más de una vez se parecieron a un intento de poner al día cuentas pendientes entre los distintos sectores oficiales.

Desde hace varias **meses**, la continuidad del ministro en sus tareas había sido puesta en duda por algunos **influyentes funcionarios y legisladores**. Algunos, incluso, especularon con que sería removido del cargo hacia fines de enero, cuando dos veces el presidente **Carlos Menem** debió modificar la integración de su gabinete.

Pero **Mera Figueroa**, un viejo amigo del Presidente, se mantuvo en el cargo. Y resistió a pie firme los embates que le destinaron cuando se mostró reticente a aceptar la intervención de Catamarca, la provincia que gobernaba **Ramón**, el hijo de quien fue su "padrino" político, **Vicente Leónides Saadi**.

La semana pasada renacieron los rumores, haciendo hincapié en las "graves diferencias" que se habrían planteado entre el ministro y el Presidente respecto de la eventual aplicación del **estado de sitio**, como respuesta a algunos atentados.

Mera Figueroa explicó después que solamente había mencionado esa medida de excepción como una posibilidad que dependía de las circunstancias y no como algo inmediato. Pero fue suficiente para que sus adversarios internos descargaran sobre él severas críticas, de las que también se hicieron eco dirigentes de la oposición.

Se había producido ya el ataque al director de cine **Fernando Solanas**, el atentado con explosivos en un local partidario del ex teniente coronel **Aldo Rico**, la colocación de una bomba en la **iglesia San Cayetano** y disturbios en el desalojo de jubilados en plaza Lavalle.

Pero las versiones sobre el alejamiento del ministro también se apoyaron en otros hechos:

- En la **ley de seguridad interior** —modificada anoche por el Gobierno— discrepó incluso con el diputado peronista **Miguel Angel Toma**, coautor de uno de los proyectos consensuados con **Victorio Bisciotti**, de la UCR. Finalmente, aceptó ser responsable en parte en la morosidad del tratamiento de dicha norma, de la que en principio había señalado como responsable al Parlamento.
- A propósito de la demora en aprobar la **ley de seguridad interior**, **Mera Figueroa** había declarado que no podía investigar el ataque contra **Solanas** o las amenazas sufridas por el juez **Raúl Casal**. En este caso, las críticas **llovieron** desde todo el espectro político.
- Su gestión se vio cuestionada, indirectamente, por la observación que el **Tribunal de Cuentas** hizo del monto del contrato con una empresa francesa para la provisión de los nuevos **Documentos Nacional de Identidad (DNI)**.
- Su labor también fue objeto de críticas por las **cuatro postergaciones** sucesivas hechas por el Gobierno en relación con las próximas elecciones de cargos provinciales y nacionales. En uno de esos cambios, el ministro **ninguneó** la modificación al percatarse que una de las fechas establecidas —el 20 de octubre— era el **Día de la Madre**.
- Respecto al caso **Solanas**, el jefe de la cartera política dijo ayer que no tenía confirmación oficial sobre la identidad de los agresores del cineasta.

01-01

9108377

Tres posturas del MAS de cara a las elecciones.
150024
12/6/91
10033
11164
11304

Tres posturas en el MAS de cara a las elecciones

Solos, en Izquierda Unida o en un frente más amplio son las tres posiciones que se debaten en el Movimiento al Socialismo, que en un mes debe definir su táctica electoral.

La nueva configuración política mundial que emergió de la caída del Muro de Berlín, lo que con entusiasmo definen como "estallido" del peronismo y la táctica electoral para los comicios que se avecinan son los temas del intenso debate que conmueve al Movimiento al Socialismo (MAS), hoy por hoy el partido más importante de la izquierda en la Argentina.

El tema internacional suele despertar, como siempre, las mayores pasiones en el trotskismo criollo. Pero no menos fervor provoca la perspectiva electoral, y los dirigentes y militantes se desvelan tratando de medir "la magnitud de la ruptura de los obreros con el peronismo".

Frente a esto, que consideran una verdad irrebatible, florecen tres posturas:

- "Es mejor que vayamos solos a las elecciones, es la única forma de crecer", sostiene un grupo.
- "Hay que continuar en Izquierda Unida —la alianza del MAS con el PC y otras fuerzas— porque esa experiencia fue exitosa y no hay motivos para cambiar", dicen otros.
- "Hay que mostrar a los trabajadores que somos capaces de expresar un frente de los que luchan. Junto a otras corrientes de izquierda tendremos más fuerza para pelear el espacio a la centroizquierda", sostienen los que proponen ampliar los márgenes de Izquierda Unida y parecen contar con la mayoría de las voluntades.

Una conferencia nacional del MAS, que se hará en la primera semana de julio, definirá qué hacer en las elecciones que vienen.

La discusión tiene como telón de fondo el predicamento alcanzado por Luis Zamora en el partido y en la sociedad. También esto es motivo de disputa. Hay quienes dicen, defendiendo la ortodoxia trotskista, que la actividad parlamentaria ha hecho descuidar el trabajo político en las fábricas.

Hay un dato insoslayable: las encuestas otorgan a Zamora, como candidato, alrededor del 6 por ciento en la intención de voto en la provincia de Buenos Aires. En cambio, el MAS no supera el techo de la izquierda en los últimos años, que ronda el 3 por ciento de los votos.

Aunque el MAS aún no ajustó su estrategia electoral, están prevenidos contra el PC. "No nos van a estafar de nuevo," dicen recordando "el fraude sufrido" en las internas abiertas que perdieron a fines del '88. Sin embargo, la convocatoria al acto del 1º de Mayo —participaron el Partido Obrero, la Corriente Patria Libre, IDEPO, el PC y el MAS— ilustra cuál puede ser el camino: Acto de los Luchadores y la Izquierda fue ese día la consigna principal, el mismo nombre que adoptó el frente conformado por estos partidos en Río Negro.

♦ ¿Un nuevo modelo?

Un dirigente nacional del MAS aseguraba que "los obreros nos preguntan ¿ustedes no fracasaron en el Este? ¿De qué socialismo hablan?" Dice entonces que a esos obreros curiosos les responden que "nosotros hemos anticipado que las dictaduras de partido único tenían los días contados" y que como en los primeros años de gobierno bolchevique —con Lenin en vida— a esa dictadura hay que oponerle un "régimen socialista con democracia obrera". Muy seguro de lo que decía, remató señalando que "lo que fracasó en Europa Oriental fue una burocracia seudocolectivista".

Confiesan que el pensamiento partidario se inspira en Solidaridad Socialista, en homenaje al sindicato polaco dirigido por Lech Walesa. Pero también reconocen que la fulminante unión de los dos sindicatos fue un fenómeno que los desbordó, porque suponían que "los obreros iban a resistir". Optimistas, dicen que el proceso sigue abierto: "600 mil desocupados en Alemania y un millón en Polonia están generando disconformismo y las primeras revueltas". En el fondo de su corazón, aguardan esperanzados que en esos países se forme un partido trotskista como el MAS.

Atilio Boron

"CLARIN"
12/6/91

01-01

91 08378

DOCUMENTO Acuerdo Argentino-Británico en Londres por Malvinas.
150024
12/6/91
10033
11164
11399
10080

"Malvinas: hubo acuerdo técnico en Londres"

Diplomáticos argentinos y británicos anunciarían hoy en Londres que lograron un acuerdo de nivel técnico para flexibilizar el sistema de advertencia mutua sobre movimiento de buques de guerra y tropas, que rige en el Atlántico sur desde el año pasado.

El anuncio se daría a conocer en un comunicado de prensa conjunto, tras tres días de negociaciones reservadas, pero sin difundir el contenido del acuerdo hasta que sea aprobado por los respectivos gobiernos.

Otro enigma es si los británicos plantearon, o no, fuera de agenda el pedido de los kelpers de iniciar la explotación petrolera en las Malvinas. Hasta ayer, según voceros de la Cancillería consultados por este diario, "el tema no fue comentado" por la parte británica.

Los kelpers presionan al gobierno de **John Major** para que apruebe un proyecto de ley para el otorgamiento de licencias a empresas privadas que quieran iniciar la exploración y explotación de petróleo en las Malvinas y sus aguas circundantes.

Mientras ayer terminó el segundo día de negociaciones, el jefe del Ejército, general **Martín Bonnet**, presidió en el edificio Libertador el acto central por el Día de la Reafirmación de los Derechos sobre las Malvinas.

♦ La negociación en Londres

Pero las mayores expectativas estaban centradas en Londres. Allí la delegación argentina continuó negociando con su contraparte británica la revisión de los acuerdos para evitar incidentes militares en el Atlántico Sur, fijados en febrero del año pasado en Madrid cuando se restablecieron las relaciones diplomáticas.

La Argentina propuso reducir o eliminar la pauta que establece que los movimientos de 4 o más buques de guerra o los ejercicios militares que movilicen a más de mil hombres sean informados por una parte por escrito y con 25 días de anticipación. También revisar otra que dispone que se debe comunicar con 48 horas de antelación el tránsito de buques y aviones a menos de 50 y 70 millas náuticas de la costa del continente argentino o de las Malvinas.

Merced a este acuerdo, Gran Bretaña había adelantado a fines del año pasado que iba a hacer ejercicios militares en las Malvinas —de menor magnitud que las maniobras **Fire Focus** de 1988— y que finalmente se suspendieron por la guerra del Golfo.

La propuesta había sido formulada en la anterior reunión del llamado Consejo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur, que se realizó el 21 y 22 de marzo pasado en Montevideo.

La delegación argentina está presidida por el director de Malvinas, **José María Otegui** y la británica por **Adrian Beamish**. Militares de ambos países asisten a los diplomáticos.

"CLARIN"
12/6/91

01/01

9108379

Nº DOCUMENTO
TITULO Chile negó puestos de avanzada en Laguna del Desierto.
PROCEDENC 150026
F 12/6/91
VI 10033
11164
11399
65709

Chile negó la existencia de 4 puestos de avanzada en Laguna del Desierto

La embajada de Chile en Buenos Aires precisó que "carece de veracidad" la información procedente de Santiago, en el sentido que carabineros de ese país habrían instalado cuatro nuevos puestos de avanzada en la zona de Laguna del Desierto, en el límite entre ambos países.

El texto de la declaración que emitió la embajada de Chile es el siguiente: "Ante informaciones de prensa provenientes de Santiago de Chile, en el sentido que carabineros de Chile habrían instalado 4 nuevos puestos de avanzada en la zona de Laguna del Desierto, limítrofe con Argentina, esta embajada cumple con expresar que dicha información carece de veracidad.

"Carabineros tiene proyectado, en su plan de destacamentos 'temporales', que funcionan sólo en épocas de condiciones climáticas favorables, la operación de 4 de ellos en sectores distantes entre 80 y 240 kilómetros al norte de la zona de Laguna del Desierto; es decir, absolutamente alejados de la mencionada región".

"Estos destacamentos cumplen las funciones normales de patrullaje y su implementación se hace en todas las zonas del territorio nacional".

= LA PRENSA"
12/6/91

01/01

9108380

Nº DOCUMENTO 150035
TITULO Nuevos acuerdos en el grupo de trabajo argentino-británico.
FECHA 13/6/91
VIA 10033
11164
11399
Inglat.

Nuevos acuerdos en el grupo de trabajo argentino-británico

LONDRES (EFE).- El grupo de trabajo argentino-británico para el Atlántico Sur concluyó ayer aquí sus deliberaciones, iniciadas el lunes, con la elaboración de una serie de propuestas destinadas a acercar posiciones en cuestiones vinculadas con las islas Malvinas.

Ambas delegaciones emitieron un comunicado conjunto, difundido simultáneamente en Buenos Aires y Londres, en el que consta que esas propuestas deberán ser aprobadas por los respectivos gobiernos.

Las cuestiones abordadas fueron las relativas al "Sistema de información y consultas recíprocas" sobre movimientos de las unidades de sus fuerzas armadas en zonas del Atlántico meridional y al denominado "Sistema de comunicación directa" para esos casos.

También fueron tratadas las reglas de comportamiento recíproco de las unidades de sus fuerzas navales y aéreas que operen en proximidad, y los procedimientos de emergencia.

Como ejemplo de los avances logrados en la negociación, fuentes diplomáticas citaron la posibilidad de que los buques británicos puedan acercarse más a las costas de la Patagonia sin necesidad de que lo notifiquen a las autoridades de Buenos Aires. El mismo tratamiento tendrán los buques argentinos que se aproximen a las costas de las islas Malvinas.

En la actualidad, los buques de ambos países deben notificar su posición a 50 millas de las costas citadas. Si las propuestas son aprobadas por ambos gobiernos, esa distancia se reduciría a aproximadamente 12 millas.

Diversas fuentes diplomáticas consultadas por EFE en Londres coincidieron en afirmar que existió un notable aumento de la confianza entre ambas delegaciones, factor que, junto a la ausencia de incidentes entre ambos países, permitió la revisión de los anexos de la denominada Declaración de Madrid, firmada en 1990.

"LA NACION"
13/6/91

01/01

9108381

Gobierno dan garantías al Partido carapintada.
150024
13/6/91
10033
01164
11302
11304

Gobierno: dan garantías al partido carapintada

Encargado otra vez de la misión de avanzada en el Ministerio del Interior que le encomendó Aldo Rico, quien prefirió permanecer en la retaguardia, en la Plaza de Mayo, Ernesto Barreiro se declaró "satisfecho" por las "absolutas garantías para nuestra existencia jurídico-política" que dijo haber recibido de Julio Mera Figueroa en la entrevista que le concedió ayer.

Los dos principales protagonistas del alzamiento carapintada de Semana Santa dieron por separado distintas explicaciones de por qué Rico faltó a la cita.

El mismo ex teniente coronel, desde una posición cercana a la marcha de los jubilados sobre quienes se le atribuye manipulación política, explicó que "yo no le voy a decir nada al ministro, no tengo nada que hablar con el ministro, porque tiene las manos atadas para investigar".

Se refería al atentado con bomba que sufrió, hace unos días, el local de Florencio Varela del Movimiento por la Dignidad y la Independencia (MODIN), la entretela que sostiene su candidatura a gobernador bonaerense.

"No sabíamos si el doctor Mera Figueroa nos iba a recibir y, por lo tanto, preferimos evitar improvisaciones y adoptar este paso intermedio", argumentó Barreiro.

También afirmó haberle planteado al ministro la necesidad de "descartar totalmente" la hipótesis del autoatentado sobre la bomba en el local partidario de Florencio Varela, manejada en su momento por el mismo presidente Carlos Menem.

Ayer, en declaraciones radiales, Menem dijo, en cambio, que si la conducta de Rico "pudo ser preocupante años atrás, cuando desde las Fuerzas Armadas realizaba una actividad que no se compadecía con la militar, ahora actúa en política, es un civil más, que tiene todas las garantías para actuar en su nueva actividad".

Barreiro también relativizó anteriores acusaciones, cuando dejó entender que el atentado pudo haber sido imaginado desde algún sector del poder. "Menem dijo que pudiera ser el Gobierno —se preocupó por precisar—; yo dije sectores del oficialismo, un ente amplio y bastante confuso, en el que se mezclan muchos intereses".

13/6/91
"CLARIN"

01-01

9108382

Diputados aprueba ley de seguridad interior.
15C024
13/6/91
10033
11164
11302

ACUERDO ENTRE PERONISTAS Y RADICALES

Diputados aprobó en general la ley de seguridad interior

La Cámara de Diputados dio ayer media sanción al proyecto de ley de seguridad interior, que había sido acordado por radicales y peronistas y que ahora deberá ser aprobado por el Senado. Pero aunque la norma sea sancionada por la Cámara alta, podría ser vetada parcialmente por el Gobierno, que pretendía modificaciones en algunos de sus artículos.

13/6/91
"CLARIN"

La Cámara de Diputados aprobó anoche en general el proyecto de ley de seguridad interior, después de intensas negociaciones entre el oficialismo y la oposición radical, y en el marco de las presiones ejercidas desde el Ministerio del Interior, en un intento por reformular el contenido de la nueva norma.

Por eso, por primera vez en el año, peronistas y radicales sintieron la necesidad de festejar, con la mutua promesa de seguir pugnando por acuerdos futuros.

El proyecto recreó el espíritu de la Ley de Defensa, aprobada en 1988, luego de un trámite que demandó años. Pero nadie puede asegurar que las intenciones de los diputados lleguen a destino. Falta el voto del Senado y, fundamentalmente, superar el riesgo del veto parcial. Las razones fundamentales:

- Se crea una comisión bicameral de fiscalización de los órganos y actividades de seguridad interior e inteligencia. Estará integrada por doce miembros, seis por cada Cámara. Deberá velar por el respeto a las normas constitucionales y a lo establecido por la Convención sobre los Derechos Humanos del Pacto de San José de Costa Rica. Además, tendrá la potestad de realizar investigaciones por su cuenta.

Por otro lado, la norma altera criterios anteriores, como los reflejados en la Ley de Defensa, al dejar sin efecto la taxativa prohibición de intervención militar en

01-02

9108383

[illegible] conflictos internos que revistan la condición de [illegible] contenidos en la Ley de Defensa [illegible] que posibilita la actuación militar (gráfico del que María Figueroa negó su existencia tiempo atrás) fue ahora derogada.

La ley crea el Consejo de Seguridad, que integran el ministro del Interior, en calidad de presidente; el de Justicia; el secretario de Prevención de la Drogadicción, el subsecretario del Interior, así como los titulares de la Policía Federal, Prefectura y Gendarmería y jefes de policías provinciales que adhieran a la ley.

No lo componen ni el ministro de Defensa ni el titular del Estado Mayor Conjunto, ambos serán partícipes no permanentes, así como tampoco la SIDE, lo cual era reclamado desde el PEN.

♦ Fundamentos

La fundamentación del proyecto estuvo a cargo del justicialista Miguel Angel Toma, presidente de la Comisión de Defensa, y luego del radical Victorio Bisciotti.

Toma dijo que no se creaban nuevos institutos ni estructuras y sobre el papel militar remarcó que únicamente se recurrirá a las Fuerzas Armadas: **"en casos extremos y con declaración del estado de sitio"**

Elogió el "laborioso acuerdo" con todos los bloques y dejó para Bisciotti, quien lo continuó en el uso de la palabra, otros argumentos que parecía pensar pero que no podía decir. El radical, en cambio, habló de **"las fuertes presiones que se ejercieron tratando de impedir la sanción de esta ley"**, en una obvia alusión al ministro Mera Figueroa.

"Vamos a conseguir la aprobación en la medida en que Maqueda y Satanowsky no se interpongan", ironizó.

Dijo que se [illegible] la propuesta, tal como quedó reflejado en el proyecto, a que "la seguridad interior estuviera en manos del Estado Mayor".

En nombre de la UCeDe, Francisco Durañona y Vedia, formuló reparos a la conveniencia de esta ley porque, dijo, alcanzaba con las normas vigentes, en tanto que en nombre del "grupo de los 8" (bloque Movimiento Peronista), Franco Caviglia advirtió sobre los riesgos de la intervención militar que se faculta porque, para él, la excepcionalidad es tan ambigua que **"será un pasaporte a la represión de conflictos sociales"**.

Por esta misma razón se opusieron **Matilde de Quarracino** (democracia popular) y el socialista **Simón Lázara**, en tanto que **Alberto Natale** declaró su negativa a los acuerdos "trasnochados", aunque dijo que la votaba en general. El trotskista **Luis Zamora** hizo una arenga contra la ley que lo llevó a un cruce con Durañona, siempre sensible a las cuestiones de procedimiento, que no salió del intercambio de algunos gritos. No obstante, Durañona lamentó que, minutos después del discurso de Zamora, el diputado masista se hubiera ido. **"Siempre obra de mismo modo, agravia a los señores diputados y huye después"**, remarcó el corpulento liberal bonaerense.

♦ Proyecto propio

El peronista **Enrique Horacio Vallejos**, santafesino, reivindicó su propio proyecto, que contaba con el aval de Mera Figueroa y de la Policía Federal. Puso en duda, en cambio, la practicidad de la norma en cuestión, entre otros reparos.

La ley crea un sistema de seguridad que componen el presidente de la Nación, los gobernadores que adhieran, el Congreso, los ministros del Interior, Defensa y de Justicia, Gendarmería, Prefectura, policías provinciales de los estados adherentes y Penitenciaría.

En ese ámbito se determinarán "las políticas de seguridad, así como planificar, coordinar, dirigir, controlar y apoyar el esfuerzo nacional de policía dirigido al cumplimiento de estas políticas".

También crea el Consejo de Seguridad, cuya misión es asesorar al ministro del Interior, "quien ejercerá la conducción política del esfuerzo nacional de policía", y será su conductor.

Como se dijo más arriba, lo acompañarán los ministros mencionados, el secretario de programación para la prevención y lucha contra el narcotráfico, el subsecretario de Seguridad Interior, la Policía Federal, Prefectura, Gendarmería y jefes de policías provinciales (cinco de ellos).

Alvaro Alsogaray, que acompañó en general, dijo que lo que en realidad se estaba necesitando era **"una ley antiterrorista"**.

Nadie lo contradijo.

02-02

9108383

De la Rúa ratificó internas para el 30 en radicalismo porteño.-
150027
14/6/91
10033
11164
11304

Ratificó De la Rúa internas para el 30

Fernando De la Rúa confirmó ayer que no hace acuerdos con el alfonsinismo. Eso anticipa que el próximo 30 del corriente habrá nuevamente internas en el radicalismo porteño a fin de definir cargos electivos para las listas a diputados nacionales y a concejales. Marcelo Strubrin, por su parte, también confirmó que existen tratativas desde el nosiglismo de tender puentes con el Ateneo del Centenario de Jesús Rodríguez. Hasta anoche seguían las negociaciones a fin de hacer una lista puramente alfonsinista, aunque Stubrin destacó que la demora en cerrarse el acuerdo prenuncia resistencias en las filas del rodriguismo a acordar con el trío Nosiglia - Stubrin - Facundo Suárez Lastra. ***Ambito Financiero*** *dialogó con De la Rúa y con Stubrin. Veamos:*

Fernando De la Rúa

Periodista: ¿Hay o no acuerdo con el nosiglismo y el rodriguismo?

De la Rúa: *No, vamos a las elecciones internas. Quiero aclarar esto, de una vez por todas, porque siguen las versiones: no hay nada, no hubo ofertas, más allá de que yo tengo intenciones de terminar con un acuerdo.*

P.: ¿No se vio con nadie, no tuvo reuniones?

D.L.R.: *Sí, vino Florentina Gómez Miranda pero fue sólo una visita, vino a saludarme. Hablamos sobre cuestiones del partido, sobre un ofrecimiento para la primera minoría que les corresponde, lo que ya se sabe. Pero quiero aclarar que no he recibido ninguna oferta.*

P.: Si hipotéticamente se alcanza un acuerdo, ¿cómo cree que debe conformarse la lista de candidatos a diputados?

D.L.R.: *Pensando exclusivamente en el partido de cara a los comicios, que sea representativa.*

P.: ¿Con Jesús Rodríguez incluido?

D.L.R.: *Ah, no sé...*

P.: ¿Qué me dice de la posible participación del "Chacho" Jaroslavsky en la lista de Capital? ¿Hubo tal ofrecimiento?

D.L.R.: *No, para nada. Yo hablé con el diputado el 20 de mayo, un día después de la interna y me llamó para felicitarme.*

P.: Se dice que tal propuesta, que nació del nosiglismo, fue para que no se alcanzara un acuerdo y obligar a Rodríguez a hacer un acuerdo con usted. ¿Es cierto?

D.L.R.: *Sí, lo escuché, pero no hay confirmación que sea así.*

• Razonamiento

P.: ¿No teme que las dos líneas alfonsinistas se unan para el 30 de junio y en base a los resultados del 19 de mayo superen 49% que consiguió usted?

D.L.R.: *Mire, no temo porque en política nunca dos más dos es cuatro.*

P.: ¿Hay acuerdos de listas?

Stubrin: *Todavía no. Hemos hecho gestiones por el momento frustradas con el Centenario...*

P.: ¿Con Rodríguez?

S.: *Sí y con los restantes grupos que integran esa línea. Tuvimos reuniones en lunes, martes y ayer, pero por ahora no hay respuestas.*

P.: ¿Qué tipo de ofrecimientos se manejan?

S.: *Una lista de acuerdo para cargos electivos.*

P.: ¿Con De la Rúa no hay contactos?

S.: *Nosotros no hemos vuelto a hablar con De la Rúa desde que él manifestó presentarse solo en la interna. Respetamos su decisión de tomar otro camino.*

P.: ¿El diálogo con Rodríguez responde a las sugerencias de Alfonsín?

S.: *No, responde a una línea política que se hace necesaria que se exprese.*

P.: ¿Con el acuerdo con el rodriguismo esperan superar 50% atento a los resultados que obtuvieron en la anterior interna?

S.: *De lo que estoy seguro es que vamos a dar batalla, pero el Centenario en vista de la demora no quiere el acuerdo, a lo mejor porque se puede generar un conflicto en la línea.*

P: ¿Quiénes son los negociadores?

S.: *Son dos delegaciones oficiales. Yo no estuve en las reuniones pero evidentemente si el Centenario no responde es porque no quiere una lista única.*

P.: ¿Hay un plazo de máxima para esperar esa respuesta?

S.: *Los plazos se están terminando.*

"A.F."
14/6/91

91 08384

01-01

DOCU
TITULO Senado demoraría la ley de seguridad interior
PROC 150024
FE 14/6/91
VI 10033
11164
11302

TRAS LA APROBACION DEL PROYECTO EN DIPUTADOS

Senado demoraría la ley de seguridad

Los senadores podrían demorar el tratamiento del proyecto de ley de seguridad interior que Diputados aprobó ayer a la madrugada. El texto sancionado no conforma las expectativas del Gobierno y sufriría modificaciones en la Cámara alta.

El Senado no tiene previsto tratar de inmediato el proyecto aprobado ayer a la madrugada en Diputados sobre seguridad interior. Si la Cámara alta actúa con la misma velocidad con que lo hizo para la ley madre, la de Defensa, habría que esperar por lo menos dos años para que el proyecto con media sanción se convierta en ley.

Desde el Poder Ejecutivo, por el contrario, hay indicios de apremios por esta norma. No quedó todavía claro si el Ministerio del Interior consiente en toda su magnitud los cambios que al proyecto impulsado desde la Casa Rosada impusieron peronistas y radicales en la Cámara baja.

Algunos sectores parlamentarios, por el contrario, siguen insistiendo que no hay otra vía que el veto de esta norma si es que el Gobierno quiere que las cosas salgan según sus pretensiones.

Entre la sanción sellada en las primeras horas de ayer en base al proyecto del peronista **Miguel Angel Toma** y del radical **Victorio Bisciotti**, por un lado, y el proyecto del justicialista **Enrique Hernán Vallejos**, por el otro, mediaron negociaciones impulsadas por la cartera de Interior que arrojaron algunos cambios (véase aparte).

♦ Disidencias

La iniciativa de Vallejos, que respaldaba Interior, tuvo, como se sabe, el reconocimiento de ese ministerio en el informe que acompañó el mensaje del presidente **Carlos Menem** al Congreso el 1° de mayo, lo que generó malestar entre los diputados y el ministro **Julio Mera Figueroa**, quien había pedido la no aprobación del proyecto consensuado en setiembre de 1990, justamente cuando el cuerpo se aprestaba a aprobarlo.

En la madrugada de ayer **Vallejos eludió la discusión en particular de la ley**, lo cual hubiera significado un debate más intenso.

Hubo, no obstante, varios **cruces de opiniones** en torno de la participación legislativa en un brazo administrador del Ejecutivo, lo que para algunos significaba **alterar la división de poderes** republicanos.

En esencia, lo que surgió fue el **dictamen consensuado** en particular, con satisfacción de las bancadas justicialista y radical, al imponer la comisión bicameral de seguimiento de las tareas de inteligencia.

El lento proceso en particular se debió en buena medida a detalles de redacción y técnica legislativa, lo cual permitió más de una participación del liberal **Francisco Durañona y Vedia**.

Entre las modificaciones introducidas, figura la eliminación del proyecto consensuado por el Servicio Penitenciario Federal y policías de otros organismos, como la ferroviaria, sobre el sistema de seguridad interior.

"No se concibe —coincidieron los diputados— que se haga inteligencia en el seno de una cárcel siendo esta el ámbito concebido para resocializar a los detenidos".

♦ Ascensos "pos-mortem"

Entre tanto, en su sesión de ayer por la tarde, el Senado dio media sanción al proyecto de ley que contempla el ascenso pos-mortem, al grado inmediato superior, de los militares que murieron en la represión en el alzamiento carapintada del pasado 3 de diciembre.

La iniciativa, presentada por el justicialista **Horacio Bravo Herrera**, señala en sus fundamentos que "la sociedad debe reconocer que este hecho (el alzamiento del 3 de diciembre) ha dejado víctimas, pero también ha reforzado el prestigio de las Fuerzas Armadas".

"CLARIN"
14/6/91

01-02

9108385

LAS TRES ALTERNATIVAS

	Ley sancionada en Diputados	Proyecto Tomo-Bisciotti	Proyecto Vallejos
Participación de las Fuerzas Armadas	La contempla en "casos excepcionales". Es decir, cuando sean desbordadas la Policía y las fuerzas de seguridad. Deroga el Art. 13 de la Ley de Defensa (23.554) y la prohibición de represión militar en caso de conmoción interna	Sin cambios	Admite su participación en casos de excepcionalidad cuando el el sistema de seguridad interior resulta insuficiente a criterio de las autoridades constitucionales
Alcances de la ley	Deja librada a cada provincia la adhesión al sistema de seguridad interior a través de las leyes provinciales	Sin cambios	Articula el papel de cada fuerza provincial con las fuerzas federales sin necesidad de autorización de las legislaturas locales
Jurisdicciones	No pone límites ni determina las facultades para actuar de las fuerzas de seguridad. Se basa en una ley no derogada del gobierno de facto (por caso, la ley 18.711 contra la subversión)	Sin cambios	Otorga facultades específicas a cada fuerza; deroga la ley 18.711 al fijar campos concretos de actuación para la Policía Federal, Gendarmería y policías provinciales
Organismos especiales	Crea el Consejo de Seguridad Interior, en cuyo seno habrá un comité de crisis. Ambos tendrán como órgano de trabajo la Subsecretaría de Seguridad Interior. El Consejo tiene miembros permanentes y no permanentes. Entre los primeros están los ministerios del Interior, de Justicia y de Defensa y el secretario de Lucha contra el Narcotráfico. Por otro lado, se crea la comisión bicameral de fiscalización de los órganos y actividades de seguridad interior e inteligencia (6 diputados y 6 senadores)	No contempla la incorporación de los ministros de Justicia y Secretaría de Lucha contra el Narcotráfico	Crea el Consejo de Seguridad Interior presidido por el ministro del Interior e integrado por las máximas autoridades de la Policía Federal, Gendarmería, Prefectura, policías provinciales y secretario del Interior. Podrá convocar a cualquier otra autoridad de los poderes del Estado

02-02

9108385

Nº. DOCUMENTO
TITULO Plan de saneamiento el Banco de la RIOJA.
150024
14/6/91
10033
11169
11303
11161

El banco con veedor, pero fuera del "clearing"

Tampoco ayer hubo acuerdo para reimplantar en la operatoria del clearing bancario al Banco de la Rioja. A última hora de anoche se establecieron reuniones para aprobar con el ministro Cavallo un plan de saneamiento —que ya está listo—, pero por el momento no se resolvió reimplantar al banco en la operatoria de la Cámara Compensadora.

El gobernador interino de La Rioja, Agustín de la Vega, y otros altos representantes de la política riojana, como el senador Eduardo Menem o el diputado Jorge Yoma, realizaron intensas gestiones para encontrarle una rápida solución al conflicto, pero la decisión aplicada por el ministro Cavallo y ratificada por el presidente Menem no tuvo variantes en cuanto al reingreso al clearing.

Luego de llegar a comentarse incluso la posibilidad de intervenir el gobierno de esa provincia (ver aparte), tras otra ardua jornada de negociaciones se determinó que el Banco de La Rioja sigue fuera de la Cámara Compensadora del movimiento de dinero, por lo que en la práctica continúa sin poseer la principal herramienta que necesita un banco: el acceso al cobro o emisión de cheques o de documentos similares.

Ayer se mantuvo una extensa reunión de más de cuatro horas en el Banco Central entre el gobernador De la Vega; el vicepresidente del BCRA, Felipe Murolo; el titular del Banco de la Rioja, Silvestre Vega; funcionarios de segunda línea de ambas entidades y el asesor del Ministerio de Economía, Horacio Pericoli, que fue confirmado en la tarde de ayer como veedor del banco provincial, excluido del clearing a última hora del martes.

En el Banco Central se estudiaron distintas posibilidades para resolver la insolvencia y el descubierto del Banco de la Rioja en su cuenta corriente del BCRA. Se llegó a plantear la posibilidad de reducir los envíos de coparticipación federal para tomarlos como parte de pago por las insuficiencias del banco en cuestión, pero todas las conversaciones se frustraron ayer y sólo se decidió iniciar un plan de encuadramiento con las resoluciones técnicas de Recomquisto 286, bajo especial veeduría de Pericoli.

Así, la situación del Banco de La Rioja no ha tenido modificaciones: continúa con sus puertas abiertas, sin acceso al clearing, pero enfrenta la firme intención del ministro Cavallo, quien también es proclive a eliminar las sucursales que la entidad posee en Capital Federal, porque sus actuaciones financieras generaron distorsiones en el sistema financiero.

La decisión de enviar un veedor a un banco provincial es, sin embargo, un movimiento un tanto inesperado. Es usual que los bancos privados con problemas reciben algún tipo de veeduría de parte del Banco Central, pero no hay antecedentes en los últimos años de ninguna decisión de este tipo para un banco de provincia.

En enero los bancos provinciales afrontaron un difícil cuello de botella —se llegó a excluir del clearing a cuatro entidades de este tipo, entre ellas a la de La Rioja—, pero la exclusión se resolvió en pocas horas vía eliminaciones de la coparticipación y sin que se produjera veeduría de ningún tipo.

La "rara" decisión de colocar un veedor surge de la imposibilidad institucional que tiene el BCRA para intervenir o incluso liquidar un banco provincial. Uno privado con problemas afronta el siguiente curso de acción: primero una veeduría, luego la intervención y por último la liquidación. Pero un banco de provincia sólo puede ser intervenido por el gobierno de su provincia, el Central no tiene jurisdicción para tomar esa medida.

Los movimientos en torno del Banco de La Rioja produjeron algunos sinsabores en el conjunto general de los bancos de provincia, las entidades sufrieron ayer algunos problemas de depósitos y hubo fuertes quejas de algunos gobernadores, porque hay algunas que han hecho muy buena letra en los últimos meses y ahora se ven perjudicadas por los errores de otra entidad.

"CLARIN" 14/6/91

01/01

9108386

Peronismo define candidaturas en Cap. Federal.
150027
14/6/91
10033
11164
11304

El peronismo es el único partido de capital que ha definido sus candidaturas. El resto de las fuerzas negocia aún sus internas; a la luz de estos datos: se renuevan en el distrito 12 diputados. La UCR piensa quedarse con 6 o 7 bancas, y el PJ con 3 o 4. Eso deja entre 1 y 3 bancas a repartir entre opciones que, según la encuesta que hoy se publica, están entre la derecha conservadora y la izquierda no marxista del socialismo. A continuación, un panorama del distrito a hoy, excluyendo al peronismo, que ya tiene candidatos.

Adelina & Co. por la banca de Alsogaray

En la capital hay una banca que no es ni peronista ni radical alguien se la quiere quedar. La hipótesis de que la aventura menemista de la familia Alsogaray desfondó a la UCeDé hace que los empeños estén concentrados en que **Alvaro I** renueve su banca.

Los intuitivos de adentro y de afuera no dan mucho por la chance del ex asesor presidencial. Lo afirman a partir de observaciones como éstas:

• **Alvaro I** sólo puede concitar atractivo a un padrón de histórico-personalistas de la UCeDé que le siguen reconociendo su rol fundador de esa fracción política.

• Una buena porción del electorado moderado de centro que votó antes a la UCeDé se acercará a **Fernando De la Rúa**, como lo hiciera en 1989 a la fórmula **Angeloz-Guzmán-De la Rúa-Estrada.**

• Al desprestigio dentro de la UCeDé que tiene la familia por la aventura menemista, se agrega que **Alvaro I** no tendrá este año ningún enemigo para castigar en la campaña, lo que

Alvaro Alsogaray

resta más chance. No puede hablar mal de **Menem** ni de sus candidatos **(Ruckauf-Grosso)**, porque él mismo es parte de la Corte y defenderán en su campaña del PJ lo mismo que defiende el Presidente y él. No tiene izquierda para atacar porque no la hay ni enfrente, ni arriba, ni abajo, ni al costado. No puede hablar mal de la derecha porque él mismo es la derecha y ni de la izquierda rozada del socialismo. Ni puede hablar mal de **Fernando De la Rúa**, porque a su propio electorado no se le puede hablar mal de **De la**

"A.F."
14/6/91

01-01

91 08387

DOCUMENTO
TITULO Tratan de evitar intervención de La Rioja.
PROC 150024
FE 14/6/91
VI 10033
11164
11303
11302

es, viernes 14 de junio de 1991 ★ CLARIN

LA CRISIS DESATADA POR LA SITUACION DEL BANCO PROVINCIAL FUE TRATADA AYER EN EL GABINETE

La Rioja: tratan de evitar la intervención

La designación de un veedor en el banco provincial fue la fórmula a la que acudió ayer el Gobierno para tratar de conjurar la crisis económico-financiera de La Rioja. Desde los más altos niveles del Poder Ejecutivo se desmintieron las versiones de intervención federal. Sin embargo circularon nombres para ese cargo. El veedor es Horacio Pericoli, quien recibió precisas instrucciones de Cavallo. En La Rioja, los seguidores de Jorge Yoma pedirán juicio político contra el gobernador De la Vega.

El Gobierno optó ayer por una **solución intermedia** ante la crisis desatada en La Rioja por el retiro del clearing al banco provincial. La designación de un veedor —el economista **Horacio Pelicoli**— en la entidad bancaria fue la fórmula encontrada para distender la situación sin acudir a la medida extrema de la intervención federal.

En la habitual reunión de gabinete de los jueves, la provincia natal del presidente **Carlos Menem** se llevó el primer tramo de las deliberaciones. Por esa razón estuvo presente **Roque Fernández**, el presidente del Banco Central que tiene respaldo del titular de Economía **para aplicar mano dura.**

El **senador Eduardo Menem** esgrimió la defensa de su provincia y se puso firme a la hora de argumentar **contra la posible decisión del PEN de intervenir a La Rioja. El ministro del Interior, Julio Mera Figueroa,** se esmeró para calmar la ansiedad del hermano del Presidente y le aseguró **que las versiones de intervención federal no habían salido de su despacho.**

Pese a que fue imposible confirmar **quién impulsaba el pedido de intervención**, y a que se sucedieron las desmentidas en ese sentido, lo cierto es que aparecieron en escena candidatos para viajar a La Rioja. Las versiones decían que uno de ellos era **Jorge Llampart**, asesor del Ministerio del Interior y hombre de confianza de Julio Mera Figueroa. Otro era **Jorge Maiorano**, el secretario legal y técnico de la Presidencia, quien sería bien visto por Eduardo Menem.

En la discusión sobre la receta para solucionar la situación riojana se impuso la idea de que **la crisis que vive la provincia se circunscribe a lo económico y financiero y que eso no alcanza para justificar una medida similar a la ya aplicada en Catamarca y Tucumán**, menos aún cuando se acerca la fecha de las elecciones.

Al salir del encuentro, **Domingo Cavallo** reconoció que "el Presidente había pedido la intervención del Banco de La Rioja" pero aclaró que una decisión de ese tipo solo podía ser tomada por el gobierno riojano. Otras fuentes gubernamentales coincidieron en señalar que la designación de Horacio Pilicoli como veedor de la entidad bancaria **funcionará en los hechos como una intervención.**

Eduardo Menem dedicó ayer buena parte de sus energías a desmentir la posibilidad de la intervención. Ante cuanto micrófono se le pusiera delante, el presidente provisional del Senado explicó que "en ningún momento se habló de la medida, se habló sí de buscar soluciones. Ni antes ni durante ni después hemos considerado la posibilidad de intervenir a La Rioja".

Para el hermano del Presidente el problema es "un déficit financiero que viene de arrastre desde hace tiempo. El supuesto interventor no va a tener la varita mágica para solucionarlo".

Eduardo Menem es el principal operador de la línea oficialista del justicialismo riojano que el domingo se impuso en las internas. Hasta ahora, el senador mantiene la postura de que una intervención del PEN sería perjudicial para su corriente ante las próximas elecciones.

En los comicios, su contrincante en la provincia, el diputado nacional **Jorge Yoma**, hizo un papel que le permite concurrir a las elecciones generales —para las que es candidato a gobernador— desde una posición expectable.

Al opinar sobre la crisis de su provincia, Yoma dijo: "Hay dos soluciones: un acuerdo político que implique la sanción a los responsables del desastre, o que se haga cargo la Nación aplicando el remedio federal, la intervención. Pero en cualquiera de los dos casos hay que evitar las cesantías en la administración pública porque la situación social en La Rioja no da para más".

La solución decidida ayer con la designación del veedor Pericoli es un intento de aplicar paños fríos y llegar a octubre. La operación implicará la dimisión del ministro de Hacienda y Obras Públicas, **Carlos Silvestre Vega**, pero en la víspera costaba encontrar el camino para materializarla.

Vega está acusado por la Justicia riojana de maniobras ilícitas contra el Banco de La Rioja, del que fue titular, y su renuncia implicaría su inmediata detención, situación que se pretendía salvar desde altas esferas del gobierno riojano.

Saldado provisionalmente el tema La Rioja, el gabinete debió escuchar a Mera Figueroa, quien se quejó amargamente del trato recibido por el periodismo. Después le tocó el turno a Cavallo, quien dijo que la escapada circunstancial de un precio no desestabilizaría su plan. Habló durante dos horas y hasta hubo tiempo para algún bostezo.

01-02

9108388

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FE
VI

Juicio político

Cuatro diputados provinciales firmaron que se cierren el mandato del diputado nacional y candidato a gobernador Jorge Yoma, promovieron el martes en la Legislatura el juicio político al gobernador interino de La Rioja Agustín de la Vega.

La jugada no puede desligarse de las internas del peronismo riojano. Yoma ha utilizado un fuerte discurso crítico hacia la administración provincial y el domingo, en las elecciones internas de la provincia, donde fue derrotado por los seguidores de Eduardo Menem, comprobó que su estrategia dio resultado. Pese a perder quedó en buena posición para disputar la gobernación.

Yoma también calificó de "tendido" un fallo del máximo tribunal de Justicia riojano que, en su opinión, le otorgó "inmunidad y privilegios" al ministro de Hacienda provincial Carlos Menem de la Vega. El mandatario está acusado, según Yoma, por "asociación ilícita y estafas reiteradas" en perjuicio del Banco de La Rioja. Sin embargo no se lo puede detener porque el tribunal —que, entre otros, está integrado por la esposa del gobernador, Agustín de la Vega— le dictó un hábeas corpus.

02-02

9108388

Elecciones internas en Bs. As. serán el 8/9.
150027
14/6/91
10033
11164
11304
11303

Hasta anoche negociaban radicales y peronistas que se unifique en ese distrito, a cambio de ley para cóctel electoral

Buenos Aires votará el 8 de setiembre todos los cargos

Antonio Cafiero se comprometió anoche a que en la provincia de Buenos Aires se voten al mismo tiempo los cargos provinciales (gobernador-vice, legisladores), municipales y nacionales (diputados). **También anticipó que pretende establecer el 8 de setiembre como fecha electoral.**

Con esas afirmaciones, **Cafiero** aspira a que prospere **la transacción que interrumpieron anoche radicales y peronistas en la Cámara de Diputados.** Allí se negociaba la posibilidad de adelantar la elección bonaerense (pretensión justicialista) a cambio de que no se la desdoblara (exigencia de la UCR).

"No habrá desdoblamiento de las fechas de las elecciones en la provincia de Buenos Aires", comunicó anoche **Cafiero** a través de su vocero, **Osvaldo Pepe.**

El anuncio del gobernador estuvo dirigido a destrabar la engorrosa negociación que mantuvieron anoche en la Cámara de Diputados de la Nación los legisladores del radicalismo y del peronismo. **El tema de la querella fue la modificación de la Ley Electoral, que establece que la convocatoria a elecciones debe efectuarse con 90 días de anticipación a su fecha de realización.** La reforma que pretende introducir el bloque oficialista consiste en reducir ese plazo a 45 días. **La cuestión no es aséptica políticamente, ya que afecta el diseño electoral de varias provincias y especialmente el de la de Buenos Aires.**

Escribe
Carlos Pagni

La intención de **Antonio Cafiero** es realizar los comicios en setiembre. Es más, hasta había mencionado el 29 de ese mes como el día de las urnas. El argumento del gobernador para justificar esa decisión fue que los 90 días exigidos por la ley le impedían llamar a elecciones para el 8, una de las fechas previstas en el menú dispuesto por el gobierno nacional. El día 29 hubiera implicado el desdoblamiento de la elección de gobernador y de diputados nacionales, ya que la fecha posible para elegir a éstos es el 27 de octubre.

El radicalismo, principalmente el bonaerense, es inflexible en su negativa a un desdoblamiento electoral. **De allí que sólo estaría dispuesto a conceder la reducción a 45 días en el término legal, siempre y cuando el gobernador se comprometiera a no desdoblar los comicios.**

• Espera

La sesión que se desarrollaba anoche en Diputados quedó sin quórum por la retirada de diputados de la UCeDé y del grupo disidente de "Los 8". **El radicalismo tampoco quiso tratar el tema, hasta que no se pronunciara Cafiero en los términos en que lo hizo, más tarde.** Recién el miércoles, cuando concluya el cuarto intermedio iniciado anoche, se decidirá la reforma a la ley electoral. Desde luego, en las inquietudes de radicales y peronistas hay razones de fondo.

Antonio Cafiero pretende adelantar los comicios (anoche dijo que para el 8 de setiembre) por más de un motivo. **En principio existe una pretensión de Eduardo Duhalde de realizar la elección lo antes posible, para evitar competir "con un palco de ganadores".** En efecto, si le tocara enfrentarse al radicalismo el 27 de octubre sus contendores serían, además de **Juan Carlos Pugliese**, los virtuales vencedores **Eduardo Angeloz** y **Horacio Usandizaga.** Ambos ya habrían ganado en sus provincias, con elecciones el 8 de setiembre. Por otra parte, **Duhalde** mira con precaución los vaivenes de la economía y también el desarrollo de conflictos sociales.

• Aterrados

El radicalismo, en cambio, estaría dispuesto a que las elecciones se anticipen al 8 de setiembre, a cambio de que se elijan gobernador y diputados nacionales al mismo tiempo. El desdoblamiento los aterra porque sospechan que la estrategia oficialista será subrayar la debilidad de su lista de legisladores, encabezada por **Leopoldo Moreau** y **Alejandro Armendáriz** (más allá de que la debilidad de **Moreau** haya quedado parcialmente desmentida en la interna radical). Además, los seguidores de **Alfonsín** tienen temor más refinado. Conjeturan que al aislar la elección de diputados el gobierno nacional aprovechará la dispersión de votos que puede producirse. De ese modo, el peronismo se beneficiaría con los sufragios que beneficien a candidatos "menemoides", como **Santiago De Estrada** o **Alberto Albamonte.**

Es posible que **Antonio Cafiero** no se encontrara muy seducido con la idea de desdoblar las elecciones, ya que esa decisión hubiera significado que el costo de los comicios provinciales correría por cuenta de las arcas de su gobierno. De allí que se "apretó" con el 29, para tranquilizar anoche con el 8 de setiembre, a cambio de que le permitan el adelantamiento. Acaso esa unificación que promete **Cafiero** convenza poco a **Carlos Menem**, obsesionado por obtener diputados adictos.

Por su parte, la negativa del radicalismo a reformar la ley electoral puede afectar los intereses de los diputados de Córdoba, que se verían obligados a desdoblar los comicios.

01-01

14/6/91

9108389

DOCUMENTO
Mapa político en Capital Federal (encuesta)
150027
14/6/91
10033
11169
11304

Un cóctel de moderados a diestra y siniestra

Una investigación reciente, de circulación en ámbitos empresariales, efectuada por Enrique Zuleta Puceiro y Equas Consultores, contribuye a analizar el mapa político actual de la capital. El cuadro de alineamientos electorales en el distrito hacia principios de mayo muestra ***una aproximación significativa entre las posiciones de la UCR y el PJ. Debe tenerse en cuenta que la recolección de los datos es anterior a la resolución de la interna radical y consiguiente afirmación de la opción de De la Rúa.***

PRONOSTICO PARA DIPUTADOS CAPITAL FEDERAL

	Voto decidido (1)	Voto probable (2)	Tendencia (1+2)	Hipótesis Electoral
UCR	17,6	7,0	24,6	35,7
PJ	16,1	6,4	22,5	32,7
UCeDé	3,9	1,2	5,1	7,4
Izquierda Unida	3,8	0,3	4,1	5,9
Unidad Socialista	4,2	1,2	5,4	7,9
Otros	1,4	0,4	1,8	2,6
Blanco	3,6	1,7	5,3	7,6
Indecisos	45,8	27,6	27,6	
No contesta	3,6	—,—	3,6	
TOTAL	100,0	45,8	100,0	100,0

Fuente: E. Zuleta Puceiro y EQUAS Consultores. Encuesta domiciliaria en el área de Capital Federal sobre la base de 400 casos.

• Antecedentes

El porcentaje de indecisos es ***prácticamente el que imperará hasta poco antes de las elecciones*** *y el dato más significativo es la persistencia de* ***una tendencia de voto hacia la izquierda (5,9%) y hacia el socialismo (7,9%) que permite pensar en una elección exitosa y la segura presencia parlamentaria de, al menos, un diputado de izquierda.*** *El recuerdo de las elecciones de 1985 y 1987, caracterizadas por un alto porcentaje de intenciones de voto en favor del PI hasta poco antes de los comicios aconseja, sin embargo, cierta cautela a la hora de las conclusiones.* ***Afirmar que se va a votar hacia la izquierda tiene mucho que ver con una expresión de expectativas y deseos que a la hora del voto presenta dificultades de concreción.***

• Las causas

Con todo, es evidente el retroceso significativo del voto de centro derecha, consecuencia de varios factores confluyentes. *En primer lugar, la ocupación del espacio centrista por parte de los partidos tradicionales, a través de* ***candidatos de fuerte connotación conservadora y trayectoria creíble y verificable*** *como* ***De la Rúa y Ruckauf.*** *En segundo lugar, el fuerte rechazo de los candidatos más obvios de estas formaciones —****Alvaro y María J. Alsogaray*** *e incluso* ***Adelina de Viola,*** *en uno de los puntos más bajos de su carrera política—. En tercer lugar, el rechazo a la política pragmática y oscilante de la UCeDé y, particularmente, su excesiva proximidad a los aspectos más conservadores de la política de* ***Menem.*** *¿Qué se puede prometer a la derecha de* ***Menem*** *o del radicalismo de* ***De la Rúa****? ¿A quién atacar en las listas que presentarán los grandes partidos?*

"Tendremos 180.000 votos"

La izquierda rosada de la Unidad Socialista, sin conocer aún los resultados de la encuesta que se publica aparte, por boca del concejal **Norberto Laporta**, dijo ayer que **en las próximas elecciones piensa duplicar el número de votos de 1989:** 95.000, que le permitieron a **Laporte** ocupar su actual banca. Desde 1983, la US creció desde 26.000 a esa cifra, que de concretarse le permitiría poner un diputado nacional (**Alfredo Bravo** encabeza la lista) y dos concejales (**Ernesto Jaimovich** y **Raúl Puy**). El socialismo de capital no pone un diputado nacional desde 1963, cuando entró **Américo Ghioldi.** Simón **Lázara** entró en la Cámara merced a un acuerdo de Convergencia Democrática con la UCR en 1987. La identificación del socialismo no marxista con la imagen de incorruptibilidad pondría a un hombre de **Juan B. Justo** casi 30 años después de **Ghioldi.** Duplicando esa cifra existen chances.

"A.F." 14/6/91

01-01

9108390

Nº DOCUMENTO
TITULO Entusiasmo de EEUU por transformaciones en Argentina.
FECHA 150026
FE 14/6/91
VI 10033
11164
11399
65890

Entusiasmo de EE.UU. por las trasformaciones en Argentina

Wáshington (Télam) — En el gobierno estadounidense se sigue con entusiasmo las trasformaciones estructurales en la Argentina y se aguarda con expectativa que las próximas elecciones no alteren el equilibrio en la relación de fuerzas parlamentarias, para que ese proceso no se vea entorpecido.

"Lo que está haciendo el gobierno de Carlos Menem es increíble", dijo Phill Mc Lean, segundo en la Subsecretaría de Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado, en una entrevista con el vocero presidencial argentino, Humberto Toledo.

Mc Lean estuvo hace poco en Buenos Aires y ayer le manifestó aquí a Toledo la sorpresa de su gobierno por "la profundidad y energía" del rumbo que viene implementando el gobierno argentino, en el terreno económico y en sus relaciones internacionales.

Expectativas

En relación a las próximas elecciones, el funcionario no ocultó las expectativas norteamericanas, según se estima aquí, una buena elección del justicialismo y otras fuerzas afines al gobierno en el Parlamento, preservaría un equilibrio que le permita a Menem continuar en el mismo camino de cambios profundos.

Toledo también mantuvo reuniones con miembros prominentes del Congreso, antes de emprender el regreso a Buenos Aires tras el seminario argentino-norteamericano, sobre la "Iniciativa de las Américas", en cuyo trascurso se anunció un acuerdo entre los países del MERCOSUR y los Estados Unidos.

En primer término tomó contacto en el Capitolio con el senador Bill Bradley, de New Jersey, y luego con el diputado Sam Gejdenson, ambos del partido Demócrata, que tiene la mayoría parlamentaria. Posteriormente se entrevistó con el senador republicano Richard Lugar, jefe de su bancada y experto en relaciones internacionales.

En todos los casos, el vocero presidencial trasmitió a los legisladores norteamericanos informaciones sobre la situación política y económica en la Argentina y las principales líneas de acción del gobierno del presidente Menem.

"LA PRENSA"
14/6/91

9108391

02/01

Nº DOCUMENTO
TITULO Reivindicaciones del MODIN al justicialismo.
PROCEDENCIA 150026
FECHA 14/6/91
Nº 10033
11164
11304

El partido de Aldo Rico acusa al justicialismo

El secretario general del Movimiento por la Dignidad y la Independencia (MODIN), Roberto Etchenique, aseguró que la campaña de confusión iniciada en contra de esa organización y los atentados contra locales riquistas tienen su origen en sectores vinculados al partido Justicialista.

Etchenique aseguró a la agencia Noticias Argentinas que "el oficialismo está preocupado por el crecimiento de la candidatura de Aldo Rico y la gran fuga de votos hacia el MODIN, y por lo tanto es obvio que el origen de la campaña de confusión e inclusive de los atentados debe provenir de sectores vinculados a este".

Etchenique señaló que el "MODIN pretendía dar su propia versión de la entrevista que mantuvieran algunos de sus representantes con el ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, por considerar que el funcionario omitió informar sobre algunos aspectos importantes".

"Mera Figueroa se comprometió a hacer público el repudio al atentado a los locales de Aldo Rico, así como a las informaciones tendenciosas y confusionistas que vinculan al MODIN y a su candidato a gobernador bonaerense con hechos de agitación", reveló el dirigente.

Añadió que otro compromiso asumido por el ministro fue el de "recabar autorización del presidente Menem para trasladarse en forma inminente a entrevistarse con el gobernador Cafiero para que el gobierno de Buenos Aires dé plenas garantías y seguridades al MODIN en el ámbito provincial".

Etchenique reiteró que "ni Rico ni dirigentes del MODIN han participado de hechos de agitación y violencia" y negó enfáticamente que los ataques a los locales fuesen autoatentados.

"LA PRENSA"
14/6/91

01-01

9108392

DOCUMENTO
TITULO El TIAR en tiempos de la distensión.
150024
16/6/91
MICROFICHA 10033
11164
11399

El TIAR en tiempos de la distensión

El gobierno argentino apoya, en principio, la idea del presidente de la Junta Interamericana de Defensa (JID), el general norteamericano **Bernard Loefke, de subordinar ese organismo a la conducción política de la Organización de Estados Americanos (OEA).**

El respaldo podría parecer intrascendente si no pudiera constituirse en una válvula de escape al creciente debate desatado en el organismo para redefinir el sistema de seguridad hemisférico. Hasta ahora la JID tenía una virtual autonomía política y solo dependía de la OEA a través de la asignación de las partidas presupuestarias.

La idea tampoco es políticamente inocente. La JID y su base legal el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR) quedaron heridos de muerte cuando Washington apoyó a Gran Bretaña durante la guerra por las Malvinas de 1982. En ese entonces los países latinoamericanos interpretaron que debería haber actuado ante un ataque extracontinental como fue el británico.

El golpe de gracia lo dio la caída del Muro de Berlín. El TIAR fue creado en 1947 en plena Guerra Fría entre los EE.UU. y la Unión Soviética y hoy no tiene mucho sentido político al haberse entrado en un período de distensión internacional.

Las últimas estocadas las recibió durante la primera semana del mes en la asamblea de la Organización de Estados Americanos (OEA), que deliberó en Santiago, Chile. Allí se aprobó por unanimidad iniciar estudios para redefinir el sistema de seguridad hemisférico.

Precisamente las resoluciones de la OEA en materia de seguridad fueron explicadas esta semana por el canciller, Guido Di Tella, a su colega de Defensa, Antonio Erman González, y a los jefes de los estados mayores de las Fuerzas Armadas. Específicamente se refirió a la resolución aprobada por la OEA para iniciar estudios sobre prohibición y/o limitación de armas misilísticas, nucleares, químicas y bacteriológicas. Se trata de un proyecto que coauspiciaron Canadá, Argentina, Brasil y Chile. Di Tella y González acordaron crear 10 comisiones integradas por militares y diplomáticos para definir la posición argentina en cada uno de esos complejos temas.

Gestiones del embajador argentino ante la OEA y ex asesor en temas castrenses del peronismo, Hernán Patiño Mayer, impidieron que ese proyecto saliera con una mención específica a la transferencia de tecnología misilística. Esto habría sido interpretada como un tirón de orejas a la Argentina por el manejo que hizo del misil Cóndor II hasta que se decidiera su virtual destrucción.

Patiño trabó amistad con el general Loefke, que además de hablar siete idiomas propone que las hipótesis de trabajo de la JID sean en el futuro decididas por la OEA. Y si el debate iniciado termina en la aprobación de ideas como estas, y no en la eliminación lisa y llana del TIAR, no habría que sorprenderse de que temas como el narcotráfico y la defensa del medio ambiente figuren en el futuro en la agenda de ese organismo militar del hemisferio.

Daniel Santoro

CLARIN
16/6/91

01/01

9108383

Viaje de Duhalde a Italia.
150025
16/6/91
10033
11164
11399
Italia

Duhalde, satisfecho con su viaje a Italia

Por Victor J. Gil
(Enviado especial de LA NACION)

ROMA.– Los funcionarios argentinos que integraron la misión comercial que finaliza su cometido en Italia se mostraron satisfechos por los resultados logrados.

El vicepresidente Eduardo Duhalde dijo aquí que la Argentina "ha atravesado la etapa más dramática y ahora busca tener mayor entidad económica y productiva".

Duhalde manifestó que hay que "sostener el esfuerzo, porque el temporal ya pasó, y el año que viene comenzaremos a crecer sostenidamente.

"Soy optimista. Dentro de unos cuantos años, vamos a estar hablando del *boom* argentino", vaticinó.

El vicepresidente calificó los resultados del viaje como "altamente positivos y reconfortantes". En Italia, combinó las tratativas económicas con su inquietud respecto del avance del narcotráfico. En la Universidad de Génova, Duhalde volvió a advertir sobre "el flagelo de la drogadependencia".

Créditos

Por su parte, el diputado Alberto Iribarne, secretario de la Comisión de Industria de la Cámara de Diputados de la Nación, reseñó los resultados concretos de la gira. Indicó que, en el marco de los convenios con Italia, se acordaron:

- La instrumentación de un segundo tramo de 50 millones de dólares para proyectos de asociación entre empresarios argentinos e italianos para la compra de bienes de capital de origen peninsular por montos inferiores a 2,5 millones de dólares.
- La apertura de una línea de crédito independiente para proyectos de inversión italianos y argentinos que superen los 10 millones de dólares.
- Una rápida utilización de aproximadamente 60 millones de dólares en créditos para la compra de bienes de capital de origen italiano.
- Una ampliación de la línea Ruggero, por 150 millones de dólares.
- El gobierno peninsular se manifestó dispuesto al otorgamiento de créditos para italianos que tengan microempresas en la Argentina.

"LA NACION"
16/6/91
9108394

01/01

Frente de Centroizquierda en Bs. As y Cap. Federal.
150034
16-6-91
10033
11164
11304

Alende, en el frente bonaerense

Dos sectores pugan por imponer sus puntos de vista en el **frente de centroizquierda** de la provincia de Buenos Aires y la Capital, mientras se ha producido un acercamiento con la **Unidad Socialista**, luego de una reservada entrevista entre **Oscar Alende** y **Guillermo Estévez Boero**.

Trascendió que de este encuentro surgió la posibilidad que la Unidad Socialista se integre, en el mayor distrito electoral del país, a la estructura y las listas del frente que encabezará Alende. Dentro de unos días, cuando Estévez Boero vuelva de la reunión de la **Internacional Socialista** que se realiza en **Turquía**, continuarán las conversaciones.

Pero este acercamiento se produce en el marco de una **intensa disputa interna** en los dos distritos.

Una expresión de ese tironeo es la reunión que mañana realizarán los frentistas bonaerenses en el Sindicato de Músicos. Concurrirán la **CONAP** —línea interna del **Partido Intransigente**—, el **Socialismo Auténtico**, **Encuentro Popular** de **Luis Brunati**, la **democracia popular** de **Carlos Auyero**, el **MODEPA** y el dirigente **Humberto Volando** por la **Federación Agraria**. El propósito es llamar a la formación de un **Frente Amplio** en la provincia.

Aunque se ha anunciado la presencia de Oscar Alende, un vocero cercano aclaró que el líder del **PI** no se hará presente. Y pidió que **"no nos metan en otras internas que bastante tenemos con la nuestra"**. Definida la candidatura a gobernador de Alende, que nadie discute, la gente del PI dice que el compañero de fórmula debe salir de un **arreglo entre peronistas**: los diputados del **Grupo de los Ocho** y el sector de **Brunati**.

Sin embargo, parece que el **Viejo Tronco Radical** —corriente del PI que controla la estructura partidaria provincial— tiene mayores simpatías hacia el Grupo de los Ocho, en tanto que la CONAP que lidera el vicepresidente intransigente **René Irurzum**, con arraigo en el interior, respalda a Brunati.

En Capital, mientras tanto, no se resolvió aún la **metodología** para las internas abiertas y tampoco se acordó el **nombre** que se le pondrá al frente, al que concurren numerosas expresiones de la centroizquierda porteña, que se muestra especialmente **atomizada**.

El tiempo les juega en contra, porque a pesar del **fracaso de esta semana en la Cámara de Diputados por la oposición conjunta** de los **radicales y el Grupo de los Ocho**, el oficialismo va a insistir **con el acortamiento del plazo para convocar a elecciones**. Si el proyecto prospera, se pondrían en jaque las internas abiertas —por falta de tiempo— y se estrecharía el margen para formalizar alianzas.

"CLARIN" 16/6/91

01-01

9108395

Nº. DOCUMENTO
TITULO Descontento popular complica el gobierno ante las elecciones.
150026
F 16/6/91
V 10033
11164
11302
11304

Ante las elecciones

Descontento popular complica la posición del gobierno

El presidente Carlos Menem se enfrenta a una creciente oleada de descontento popular que complica la posición del gubernamental partido Justicialista ante las elecciones generales de este año.

Los comicios para la elección de gobernadores de provincia y la renovación de la mitad de los escaños en la Cámara de Diputados de la Nación –que se celebrarán entre agosto y octubre próximos– son el principal desafío político para Menem desde su llegada al poder, el 8 de julio de 1989.

El presidente llega a esta instancia política después de lograr una estabilidad económica que ahora se ve amenazada por los aumentos de los precios registrados en la carne, el principal alimento en este país, y por la resistencia de los sindicatos a la política de ajuste.

El gobierno se ha comprometido a no emitir moneda y se niega sistemáticamente a autorizar gastos públicos extraordinarios para mejorar la situación salarial de los jubilados y empleados estatales.

Antes de las elecciones, el oficialismo pugna por lograr la ayuda de la Unión Cívica Radical, el principal partido de la oposición, para aplazar el pago del medio aguinaldo, uno de los dos sueldos anuales complementarios que deberían cobrar a finales de junio todos los trabajadores del país.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, ha dicho que el pago de ese salario extraordinario aumentará la circulación de billetes, lo cual generará inflación y terminará por perjudicar a los empleados.

No hay fondos

No obstante, la oposición afirma que el problema real es que el Estado no tiene fondos para abonar el aguinaldo a sus agentes y teme que el plan económico pueda terminar en un nuevo fracaso.

Los proyectos oficiales por el aguinaldo y la modificación de las normas laborales lograron lo que meses de negociaciones entre los sindicalistas no pudieron conseguir: la unión de los máximos líderes del movimiento obrero argentino, que convocaron a una marcha para oponerse a esas iniciativas.

La concentración se celebrará el próximo miércoles frente al Parlamento y fue convocada por los sindicalistas Saúl Ubaldini, Lorenzo Miguel y Luis Barrionuevo, quienes unirán sus fuerzas después de varios meses de enfrentamientos y polémicas.

Pero uno de los asuntos que más ha minado la imagen del gobierno es la situación en la que viven los jubilados, quienes han puesto en marcha una campaña de protesta en la cual denuncian que los 120 dólares que se les paga cada mes no les alcanza para comprar los alimentos y las medicinas necesarias para subsistir.

Un grupo de ancianos se reúne desde más de dos meses en la plaza Lavalle de Buenos Aires, donde se sirven almuerzos populares que cuentan con la ayuda de la población.

Desalojos

Los "abuelos", como se les llama en este país, sufrieron en dos ocasiones el desalojo policial ordenado por el presidente Menem, quien asegura que no se puede utilizar un paseo público para instalar un campamento, aunque afirma que el derecho a la protesta está asegurado en el país.

Incluso, el viernes por la noche fueron retenidos en una sede policial durante cuatro horas dos dirigentes jubilados y otras dos personas que les acompañaban en momentos en los que una "olla popular" daba de comer a casi un centenar de ancianos.

Asimismo, Menem soporta la resistencia de varios sindicatos que se encuentran en conflicto en demanda de mejores salarios, todo ello en una época en la que comienzan a sentirse los efectos de lo que, según los observadores, será una "dura campaña electoral".

Fuentes políticas citadas por la prensa bonaerense afirmaron que para Menem lo fundamental en estos comicios es asegurar la hegemonía del oficialismo en el Parlamento, pero las encuestas pronostican la ruptura de la "polarización" de los votos peronistas y radicales, y el crecimiento de los partidos de menor convocatoria.

Menem se ha quejado de que "nunca antes se ha atacado tanto a un presidente en Argentina", en respuesta a las críticas que le dirigen los sectores de oposición, a los cuales les aconseja que tengan paciencia porque "estamos mal, pero vamos bien". (EFE)

16/6/91 "LA PRENSA"

01-01

9108396

DOCUMENTO
TITULO Proceso de integracion con Chile.
150024
16/6/91
10033
11164
11399
65709

Acuerdo con Chile

MENDOZA (De nuestra agencia). — Existe una "firme decisión política de los presidentes de la Argentina y de Chile, **Carlos Menem y Patricio Aylwin**, de llevar adelante, en forma categórica, el proceso de integración entre los dos países", coincidieron los subsecretarios de Relaciones Exteriores de ambas naciones, **Juan Ollma y Edmundo Vargas.**

Ambos funcionarios formularon declaraciones durante un acto en que difundieron las conclusiones de la reunión bilateral para la facilitación del tránsito de personas y mercaderías, que durante tres días deliberó aquí.

El chileno Vargas destacó que "lo importante es que están en vías de resolverse algunos de los problemas que genera este intenso tráfico. En general —subrayó— podemos decir que se ha desregularizado el transporte terrestre, y que se han adoptado medidas para facilitar los controles y hacerlos más ágiles y efectivos".

El argentino Ollma, a su vez, explicó que la facilitación del tráfico fronterizo "involucra las siguientes áreas: controles migratorios, aduaneros, fitosanitarios, y desregulación del transporte".

Consultado sobre si estos acuerdos pueden ser trabados por la burocracia, el funcionario argentino sostuvo que "no podemos garantizar esto en la primera instancia, lo que sí podemos garantizar es que la decisión política absoluta existe" y que "más allá de pequeños inconvenientes que puedan producirse, tenemos la esperanza de que para el próximo verano ni argentinos ni chilenos van a tener que sobrellevar esas largas esperas".

"CLARIN" 16/6/91

01/01

9108397

Situación del Gobierno
150026
16/6/91
10033
11169
11302

Económicos, políticos y sociales

¿Demasiados frentes para un solo gobierno?

Por Daniel Lupa

Sobre el fin de semana el gobierno debía atender a una simultánea variedad de filosas aristas: el tratamiento del "stand by"; el anuncio de que el Parlamento no aprobará hasta la semana próxima el proyecto de diferimiento del aguinaldo; la constitución del polo negociador cegetista; la invasión de esvásticas en plena calle Florida; las versiones de cambios en el gabinete o de retaceos políticos a la gestión económica, etcétera.

Esta sola enunciación hacía reflexionar a un comensal de las comidas de Olivos, que "estos parecen demasiados frentes simultáneos para un solo gobierno". Y cuando se abordó, durante un diálogo, el tema de las defensas de Menem, se exhibió, como modelo, la respuesta del presidente al ratificar su pleno apoyo al equipo económico, durante la firma del decreto de privatización de empresas energéticas, o la similar –en Mendoza, a comienzos del mes y reiterada dos veces la semana que hoy concluye– de todo el gabinete, pero atendiendo al respaldo político al ministro Julio Mera Figuera.

A la espera del "stand by"

Habría sido preferible –concluyen observadores económicos– que Cavallo mantuviera silenciosamente los anuncios hechos a su regreso de Estados Unidos, advirtiendo que "entre mayo y agosto" habría una decisión del Fondo Monetario Internacional para otorgar el solicitado "stand by" de 1.000 millones de dólares. "Si así lo hubiera hecho –reflexionan– se habría ahorrado las deflagraciones inflacionarias de este fin de semana anunciando la postergación por tres meses de cualquier decisión en ese sentido".

Alguien aconsejó al ministro que viajara a Estados Unidos porque era inminente el adelantamiento del préstamo. Pero los correspondientes anuncios de viaje debieron ser revisados y la postergación fue seguida de algo que ya se sabía pero que, en ese contexto, surgió nítidamente como una postergación o una duda del FMI. Anunciar desde la Unión que seguirán observando la marcha de la economía de la Argentina durante otros tres meses, confirmaba el anuncio previo del ministro hace casi un mes y medio atrás, pero quedó como un signo negativo nuevo, con sus correspondientes implicaciones sobre un mercado ultrasensibilizado.

"LA PRENSA"
16/6/91

9108398

01-02

¿Demasiados frentes para un solo gobierno?

Lo cierto es que el ministro deberá enfrentar estos tres meses "con lo puesto" y con el rigor implícito de la primera quincena de julio, al sincerarse las críticas cuentas convergentes de los aguinaldos y una variedad de vencimientos.

Reacción alfonsinista y sindical

Por esto y conociendo este perfil, el Parlamento habrá de extraer el mayor rédito político propio posible, como lo demostró el curso de la semana que concluye cuando el alfonsinismo puso en juego una estrategia reglamentarista para hacer sentir los alcances de algunos compromisos y equívocos senderos políticos: dispuso otorgar quórum cuando era indispensable obtener los dos tercios –que no tenía el peronismo–; y se propone esta semana negar el quórum, cuando el peronismo pueda manejarse con una simple mayoría.

Pero aún cuando el peronismo pudiera recurrir, para obtener el quórum necesario, a un compromiso con algunos partidos provinciales o sectores de la representación liberal, el mecanismo quedará sujeto a la propia unidad del bloque que, por ahora, preside el diputado Manzano. No en vano el reagrupamiento cegetista dispuso como primera medida y prueba de unidad, dirigirse a la treintena de legisladores de origen sindical para que resistan la sanción del proyecto relativo al aguinaldo.

Esto conducirá a que alfonsinistas y sindicalistas se asocien en la misma política opositora, lo que en principio no sería extraño si se recuerda que desde marzo de 1984 –cuando el alfonsinismo se deshizo del proyecto de ley sindical de German López, privilegiando la negociación con el peronismo y aprobando la ley sindical más peronista de los últimos 40 años –no han tenido severos desencuentros programáticos.

El propio ministro de Economía se habría enrolado en una postura similar en su estrategia de vincular al Parlamento con cada segmento de su proyecto económico, lo que significa un compromiso con el alfonsinismo que éste explota en su propio beneficio mediante la antes referida estrategia reglamentaria. El último paso de Cavallo en este sentido, fue convocar al "coordinador" alfonsinista Rodolfo Terragno para solicitarle su aval en los proyectos de privatización del área energética, sumunistrándole proyectos e información que la opinión pública todavía no conoce.

Política y violencia

Pero del mismo modo el gobierno deberá enfrentar la ofensiva de denunciar por actos de violencia que comenzó con el episodio que envuelve al director cinematográfico "Pino" Solanas, avanzó con la denuncia del rapto de Mariano Duhalde, miembro del bloque denominado de "izquierda democrática" (que tuviera, en [illegible], una fuerte confrontación –tras su [illegible] de una división de la "izquierda unida" que integran el PC y el MAS– generando graves agresiones verbales mutuas) y se prolongó en las denuncias del [illegible], que apuntó Aldo Rico, por las bombas contra un local partidario y otros hechos violentos.

La defensa de Solanas acusó al gobierno por haber afirmado que el episodio que involucró al cineasta se trataba de un hecho policial; el escritor Gustavo Coppola dijo a "La Prensa" que el rapto de Duhalde se debía a "la impunidad con que se mueven ciertos grupos criminales alentados por un gobierno que responde a intereses antinacionales y antipopulares", y el MODIN adujo que el peronismo es responsable por el atentado contra un local del partido porque ve mermar sus votos en favor de Rico.

Se suma a esto la invasión de cruces [illegible] por la calle Florida el último jueves, impulsados por [illegible] nacional socialista, en plena violación de los [illegible] judiciales vigentes. Esto reitera la permanencia de grupos totalitarios que dominaron la cuadra de [illegible] entre Bartolomé Mitre y Cangallo, durante los cuatro últimos años de la inconclusa titularidad del PEN de Raúl Alfonsín: al amparo de un equívoco democrático, el grupo "Alerta" que orienta el nacional [illegible] Biondini que hoy difunde las svásticas y, [illegible] espalda, durante años, la "mesa de diálogo" del [illegible], exhibieron sus mensajes totalitarios sin que el alfonsinismo se le moviera un pelo de preocupación.

La combinación de estas situaciones, cargando sobre las espaldas del gobierno no sólo acusaciones formales sino sospechas –más difíciles de levantar, como es obvio– generan cuadros de tensión que, sumados a la propia desagregación de apoyos políticos internos y a improvisados giros en materia política desde la conducción económica, configuran una suma de frentes de tormentas riesgosas para "un solo gobierno" como comentaba alguien que suele frecuentar la intimidad del poder.

02-02

9108398

La Polemica por los No Alineados.
150024
17/6/91
10033
11164
11399
NOAL

LA POLEMICA POR LOS NO ALINEADOS

Julius Nyerere: "Los débiles necesitan tener una voz"

Padre fundador de Tanzania, país que gobernó durante veinticuatro años, desde su independencia en 1961, Julius Nyerere visita la Argentina para conversar con el presidente Carlos Menem sobre la vigencia del Movimiento de Países No Alineados, movimiento que Nyerere rescata con una afirmación: "El imperialismo no está muerto. Está muy vivo. Los débiles aún necesitan una voz".

Con la crisis del mundo socialista se ha instalado en mucho países del llamado Tercer Mundo un nuevo debate sobre la funcionalidad de seguir perteneciendo al Movimiento No Alineado. Aquí mismo esa discusión está en pleno desarrollo. ¿Cómo aprecia usted ese debate?

Es más fácil comentar esta cuestión explicando cómo se inició el no alineamiento. Principalmente los países de Africa y Asia estaban ganando su independencia cuando la parte poderosa del mundo se había dividido a sí misma en bloques. Y a medida que los países más jóvenes ganaban su independencia se les exigía que definieran sus identidades, declarando su pertenencia al Este o al Oeste.

Estos jóvenes países liderados por India, Egipto, Indonesia, Yugoslavia y Gana dijeron no. ¿Por qué debemos definirnos en términos Este-Oeste? No queremos ser definidos en los términos de otros. Estamos aquí y estamos aquí siendo nosotros mismos. La idea del no alineamiento fue realmente una definición de identidad, del ser.

Esos otros se habían propuesto que todos se definieran según sus términos. Y creo que fue un secretario de Estado norteamericano quien dijo que el no alineamiento era inmoral. Así comenzó. Mi propio país no era independiente entonces (Tanzania alcanzó su independencia en 1961), pero cuando llegó creímos que el no alineamiento era algo justo y propio. Que pequeños como éramos, éramos nosotros y debíamos tener nuestra voz.

—Déjeme ser el abogado del diablo. Usted empleó la frase "tener nuestra voz". Una forma de mirar la historia del no alineamiento permite comprobar que todo lo que el movimiento logró desde Bandung en 1955 fue tener una voz y una voz casi siempre retórica y solo retórica...

—Eso es parcialmente mentira y parcialmente cierto. Porque una voz también es poder. El poder es algo relativo y lo que los países del Movimiento no Alineado han venido di-

"CLARIN" 17/6/91

01/02

9108399

ciendo es: el Norte es muy poderoso, casi siempre actúa en términos de dominación, y si no tenemos una voz común, cada uno de nosotros es demasiado débil para tolerar la presión del Norte. Aunque no tengamos el poder económico y militar del Norte, si hablamos con la primera persona del plural tenemos una voz importante.

La gente puede preguntar ¿qué lograron más allá de la voz? Creo que hemos logrado mucho. La independencia de los países coloniales fue posible, en gran medida, debido a la asistencia de esa voz que demandaba independencia. Creo también que mucha intervención posible del Norte en los asuntos de nuestros países fue detenida gracias a esa misma voz.

—El movimiento sirvió bien a sus países mientras el proceso de descolonización marchaba a toda velocidad. Aunque hay algún grado de disenso en esto, puede decirse que sirvió mientras la disputa este-oeste tuvo por escenario a los países del sur. Pero la descolonización ha sido casi completada y ya no hay conflicto de bloques.

—¿Hacia dónde va desde aquí?

—El movimiento va a cometer un gran error si cree que el imperialismo está muerto. El imperialismo no está muerto. Está muy vivo y, consecuentemente, los débiles aún necesitan una voz. Y la solidaridad es muy importante cuando se trata de defender nuestros intereses.

El conflicto este-oeste se ha ido. Por lo menos se apaga, aunque en el futuro pueda resurgir con otras formas. Yo me alegro de que así sea. Porque entre otros beneficios, este desarrollo desenmascara lo que es una división mucho más profunda de la raza humana. La división este-oeste era la división de los poderosos.

La división Norte-Sur es la que queda al descubierto en la nueva situación y es mucho más profunda. Necesitamos cooperar y eso es lo que yo predico, lo que es mi trabajo misionero actual. La pregunta central es: ¿existe o no el Sur? Y el Sur existe. La inmensa mayoría de la población mundial es débil. Así que ¿por qué destruir el movimiento no alineado? ¿Por qué destruir la solidaridad conseguida?

—Pero esa solidaridad no parece haber alcanzado mucho, más allá de la voz, en términos de desarrollo económico. Más aún, no supo cómo lidiar con los conflictos internos del Sur. Esto hubiese frustrado a los padres fundadores de Bandung y quedó en evidencia en la guerra entre Irán e Irak; o aun la crisis de Angola y hasta la invasión de Uganda por parte de Tanzania en los 70. Esa voz única tiene muchos acentos, demasiados idiomas, demasiados orígenes que el no alineamiento no supo sortear. En base a esa experiencia, ¿cuáles son las condiciones futuras de esa solidaridad?

—Es verdad, yo recuerdo que aún era presidente de mi país cuando Irak invadió Irán y, desde el no alineamiento, ni siquiera pudimos llamar agresión a la agresión. Fuimos muy educados. Enfrentamos muchos conflictos en los que nada pudimos hacer y la guerra del Golfo fue uno de ellos. Debo confesar que yo esperaba que el movimiento no alineado hiciese algo. Porque estaba en claro que debíamos hacer algo, que no podíamos dejar ese problema librado a los ejércitos del Norte. Y, sin embargo, no lo hicimos.

Estas son críticas sólidas. Pero para mí no conforman un argumento que justifique terminar con el no alineamiento.

La gran lección parece ser que, la mayor parte del tiempo, el Sur parece no saber cómo resolver sus propios problemas y esto es importante porque el informe de la comisión que usted preside puso un gran énfasis en el concepto de la "dependencia de sí mismo" —usted lo ha utilizado a lo largo de su vida política— y la pregunta es ¿con ese historial de dificultades para resolver los propios problemas cómo puede el Sur depender de sí mismo?

La pregunta que hacemos es: ¿Queremos ser nosotros mismos? Porque un país puede elegir ser la sombra de otro. El Sur puede elegir ser la sombra del Norte. El mundo de hoy es un mundo interdependiente y esto es inapelable, a menos que uno se desplace a la Luna. Y no hay país del Tercer Mundo con capacidad para desplazarse a la Luna.

Y, sin embargo, tanto aquí como en el resto del Sur existe un incipiente discurso que propone, veladamente, recrear alguna suerte de colonialismo posmoderno a cambio de la prosperidad...

Uno puede considerar que el Sur debe cooperar con el Norte y esto es precisamente lo que propugna el informe de la Comisión Sur. Pero someterse a la dominación del Norte es otra cosa y es absolutamente inaceptable. La dominación puede ser impuesta, pero nunca elegida libremente.

Copyright 1991

Con Menem y con Di Tella

A los setenta años y desde el semirretiro propio de un estadista veterano, Julius Nyerere aún se entusiasma cuando se le brinda la posibilidad de defender la vigencia actual del no alineamiento. A lo largo de una hora de diálogo con Clarín, los ojos del padre fundador de Tanzania —país que gobernó desde su independencia en 1961 y hasta 1985— y de la Organización de Unidad Africana (OUA) brillaron con cada uno de los argumentos a los que apeló para defender el movimiento a cuyo seno llevó a su nación desde, virtualmente, el primer día de vida soberana.

Buenos Aires le brindará una oportunidad inestimable para ejercitar esa defensa, sobre todo porque dialogará con el presidente, Carlos Menem, y con el canciller, Guido Di Tella, hombres que tienen una posición taxativa en el mismo tema, que contrasta nítidamente con la que sostiene Nyerere.

Nyerere está aquí, además, ejerciendo una representación oficiosa del MPNOAL ya que presidió la Comisión Sur creada por el movimiento en 1987 para que estudiase el problema del desarrollo en la geografía de la pobreza mundial y propusiera soluciones.

Pero aunque este docente, que fue el primer graduado universitario de su país, mira al mundo con los ojos del cambio, aún conserva activa la fibra socialista que lo inspiró en los días de la lucha contra la autoridad colonial británica. "Interdependencia no es lo mismo que dominación", aclara para advertir que "el Sur cometería un error si creyera que el imperialismo ha muerto". Se comparta o no el enfoque de Nyerere algo es posible decir en su favor: no tiene por costumbre trivializar temas complejos.

02/02

Menem negó elecciones para reemplazar a Duhalde
150025
18/6/91
10033
11164
11302

Menem negó elecciones para reemplazar a Duhalde

Por María Elena Polack

(Enviada especial de LA NACION)

SALTA.– El presidente Carlos Menem negó ayer aquí que el año próximo se convoque a comicios para elegir vicepresidente si Eduardo Duhalde es consagrado gobernador bonaerense, desvirtuando así lo anunciado en ese sentido por el secretario general de la Presidencia, Eduardo Bauzá.

No obstante, Menem aseguró que "Bauzá no miente", y adjudicó al periodismo el haber "distorsionado" las declaraciones de su colaborador.

Tras contrapuestas versiones que circularon durante el fin de semana, Carlos Menem efectuó una fugaz visita de seis horas y media a Salta para presidir el acto central por el 170° aniversario de la muerte del general Martín Miguel de Güemes.

Ningún funcionario precisó los motivos por los cuales el sábado por la noche se anunció la cancelación de la visita, confirmada finalmente el domingo por la tarde.

Varios memoriosos, que pidieron no ser mencionados, adjudicaron esa duda al temor de que se repitieran los incidentes registrados el año pasado en ese festejo.

El Presidente llegó a las 10.30 al aeropuerto El Aybal. De allí se trasladó al cerro San Bernardo, donde se levanta el monumento al héroe gaucho, lugar en que se desarrolló el tradicional desfile cívico-militar.

Una reducida comitiva acompañó a Menem. Estuvieron el ministro del Interior, Julio Mera Figueroa; el jefe del Estado Mayor del Ejército, teniente general Martín Bonnet; el vocero presidencial, Humberto Toledo; los gobernadores de Salta y Jujuy, Hernán Cornejo y Huáscar Alderete, y el jefe del III Cuerpo de Ejército, general Alberto Maffei.

Desfilaron 1200 jinetes de la Asociación Tradicionalista Gauchos de Güemes y aproximadamente 500 efectivos de las Fuerzas Armadas y de seguridad.

Llamó la atención que el público que siguió los pormenores del festejo fue sensiblemente menor, en número y en entusiasmo, al de sus protagonistas. Pocos vecinos se volcaron a las calles.

Este panorama contrastó con la convocatoria que tuvo la "guardia bajo las estrellas", realizada la noche anterior en torno del monumento, donde acampó la mayoría de los gauchos.

La comitiva oficial comió empanadas salteñas con gaseosas mientras desfilaban los gauchos.

No lejos de allí, varios salteños dijeron que la falta de entusiasmo –léase tibios aplausos– no se debió a la presencia de Carlos Menem.

"No estamos contentos con la gestión de Cornejo", aclararon, al enumerar, entre otros problemas que afectan a Salta, los "45 días de huelga del Poder Judicial provincial, las ollas populares frente a los hospitales y la situación de los jubilados".

Petitorio

Dos representantes obreros de la tabacalera Nobleza –actualmente con problemas– interrumpieron el almuerzo presidencial para entregar un petitorio en defensa de su fuente de trabajo.

Cuando todo terminó, los asistentes fueron a la casa de Cornejo, en San Lorenzo, donde se ofreció un lunch.

Menem afirmó entonces que "los jubilados de la Argentina son los mejores pagos de América latina".

Al [illegible] que "un estudio reciente [illegible] estudio sobre las jubilaciones, se pudo determinar que, una vez que se sanciones las nuevas leyes, el haber máximo será de 150 dólares.

"En Chile –comparó– la cifra oscila entre los 65 y 70 dólares; en Brasil, entre 50 y 55, y en Venezuela no llega a los 100 dólares."

Casi al borde de las 16, el mismo que trasladó a la comitiva de diputados en la pista del aeropuerto, desde donde el avión presidencial T-02 decoló rumbo a la Capital Federal. Pocos fueron los salteños que despidieron al jefe del Estado.

Maravilla

¡Qué tendrá Romero...! ¡Qué tendrá Romero...! Con el inconfundible estilo que impuso el último verano el rey de la bailanta, Ricki Maravilla modificó algunas líneas de su caballito de batalla musical para acompañar al ex gobernador de Salta Roberto Romero, uno de los precandidatos del PJ.

En jeans, con poncho salteño y una cámara de video al hombro, el salteño Ricki siguió las alternativas del desfile y se fotografió luego con Soledad, Macarena y Josefina, las hijas del gobernador Hernán Cornejo.

"LA NACION" 18/6/91

01-01

9108400

Disparos contra un pesquero español infractor.
150025
18/6/91
10033
11164
11399
España.

Disparos contra un pesquero infractor de bandera española

La corbeta misilística Parker y un helicóptero debieron efectuar disparos contra un pesquero español que se encontraba operando en aguas jurisdiccionales argentinas.

Otros 15 pesqueros intentaron proteger a la embarcación incursora, que finalmente detuvo sus máquinas.

Los disparos no causaron víctimas pero sí averías menores en la embarcación española, revelaron fuentes de la Armada.

El incidente ocurrió a las 16.20, a 196 millas náuticas al este de la costa argentina, frente al golfo San Jorge.

En un comunicado, la Armada dijo que se trata del pesquero de bandera española Playa del Carnaval.

El barco español fue detectado a los 46 grados 15 minutos de latitud sur y 60 grados 56 minutos de longitud oeste, es decir "dentro de la zona económica exclusiva argentina", dice la información oficial.

Añade que "al iniciarse el procedimiento para la visita y registro correspondientes por parte de la unidad de la flota de mar, el pesquero referido inició su escape, cortando las redes con soplete.

"Ante la negativa de cumplir las órdenes, la aeronave efectuó disparos intimidatorios a proa del pesquero infractor, que, no obstante, no detuvo su marcha, mientras que quince pesqueros similares se dirigían a protegerlo, en clara actitud hostil", prosigue el parte de la Armada.

Finalmente, "se efectuaron disparos intimidatorios con munición inerte. Pese a eso, el pesquero intentó escapar, mediante maniobras evasivas".

La nave española "detuvo sus máquinas por [illegible] y, preventivamente, la [illegible] le ofreció ayuda [illegible] gencia", concluye el [illegible].

Informes procedentes de [illegible] dieron cuenta del incidente, y la compañía armadora pidió la intervención de la cancillería [illegible].

Anoche, la embajada española en Buenos Aires realizó gestiones para determinar con precisión lo sucedido.

La Prefectura Naval Argentina, por su parte, dijo que ninguno de sus guardacostas se hallaba en la zona del hecho, puesto que el área se encuentra bajo control exclusivo de la Armada.

"LA NACION"
18/6/91
9108401

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO Aldo Rico (MODIN) critica el actual sistema político argentino.
PPC 150026
FE 18/6/91
VI 10023
11164
11304

"Una dictadura parlamentaria"

El ex teniente coronel Aldo Rico, candidato a gobernador de la provincia de Buenos Aires por el Movimiento para la Dignidad y la Independencia (MODIN), calificó al actual sistema político argentino como "una dictadura parlamentaria", debido a que el Congreso Nacional "está sujeto a las decisiones del presidente" Carlos Menem.

Tras su declaración testimonial en el juicio que se sigue en la Cámara Federal por los sucesos ocurridos el 3 de diciembre pasado, Aldo Rico concedió a este diario un reportaje en el que explicó sus posturas y sus ideas.

—Durante el trascurso de su testimonio, usted habló de "una falsa dialéctica entre dictadura o democracia", en relación a los sucesos de Semana Santa del '87. ¿Podría precisar el concepto?

—En aquel momento, cuando todos tenían en claro lo que iba a pasar cuando se citara a declarar a los subalternos, fundamentalmente el mayor Barreiro . . ., estaba todo preparado. El gobierno tenía la maniobra política preparada, entonces lanza a la calle a la gente sobre esta vieja dialéctica entre democracia o dictadura, que no era lo que se planteaba. El objetivo no era el golpe de estado, y el gobierno sabía esto, sino que era un tema estrictamente militar y que ellos dejaron avanzar tratando de buscar un rédito político. Todos nos espantamos por los acontecimientos, después que sucede clamamos por justicia. Esto no alcanza: hay que preguntarse cuáles fueron las causas y cuáles son las soluciones. Esta debe ser la actitud del político. Hasta que no tengamos políticos que sepan operar sobre las causas, seguiremos permanentemente detrás de los efectos.

—Usted calificó la ley de "obediencia debida" como una "aberración jurídica y ética", y es muy similar a la postura que tiene la izquierda sobre el tema . . .

—Esa es la defección del sistema. La defección de los legisladores y de Alfonsín. Por eso los problemas, después, se le vienen en cascada y no puede solucionar nada.

—Dijo en el juicio que el alfonsinismo, mediante Jaunarena, prometió que iba "apurar" en el Congreso el proyecto de la obediencia debida.

—Sí. Nosotros pedimos en aquel momento una solución política definitiva; él respondió que iban a acelerar la aprobación de la ley de obediencia debida. "En diez o quince días tenés la obediencia debida", dijo. Y tardó como dos o tres meses . . .

—Usted sostiene que este modelo político excluye a las Fuerzas Armadas, ¿cuál es el rol que deben cumplir?

—Defender a la patria de enemigos externos e internos. Es iluso pretender un Estado poderoso si no hay con qué defenderlo. Y esto es lo que nos está pasando. Como no hay objetivos políticos . . . Las Fuerzas Armadas deben prepararse para enfrentar posibles conflictos bélicos. Un ejército se prepara para una guerra. Si no hay hipótesis de conflicto ni plan de campaña no puede haber organización, porque si no se sabe para qué se va a usar, no se sabe cómo desarrollar el instrumento.

—¿Cuál es su opinión con respecto a la decisión de desarmar el proyecto Cóndor II?

—Forma parte de la cesión de soberanía. El Cóndor II es un vector que no sólo sirve para colocar una cabeza de combate sobre el enemigo sino también para poner un satélite en órbita. No es que nos están negando la posibilidad de hacer la guerra, nos están negando la posibilidad de obtener información. La información es poder, y sin información no se puede decidir. Nos están quitando nuestra autonomía. No se puede avanzar hacia la conquista de objetivos estratégicos sin información. Un satélite es fotografía aérea: esto significa saber el estado de nuestra cosecha, pero también el estado de la cosecha del competidor. Y esto da como resultado orientar la producción. Aprovechar nuestras riquezas.

—Esto es, según su visión, un síntoma de la dependencia, pero ¿cómo se resuelve?

—Reemplazando la dirigencia, por una que sea capaz de tener autonomía intelectual y política. Que encuentre soluciones argentinas para los problemas argentinos, en aras del interés nacional. La principal corrupción, en este país, es la dependencia. Pongamos hombres honrados y cambia el sistema. Esta es una dictadura parlamentaria, porque el Congreso no cumple sus funciones, está al servicio de la voluntad del presidente.

18/6/91
"LA PRENSA"

01-01

9108402

Nº DOCUMENTO
TITULO España pide explicaciones por incidente pesquero.
PROCE 150025
F 19/6/91
V 10033
11169
11399
España

España pidió explicaciones por el pesquero que capturó la Armada

En tanto que el gobierno español pidió explicaciones a nuestro embajador, Juan Pablo Lohlé, por la captura del pesquero Playa de Carnaval, la Cancillería lamentó el episodio, pero justificó la actuación de la Armada.

La nave recibió disparos intimidatorios y fue dejada a la deriva por la tripulación, que embarcó en otros pesqueros de bandera española que actuaban en las proximidades.

En un comunicado oficial, la Cancillería destacó que el Playa de Carnaval estaba operando "a 46 grados 15 minutos de latitud sur y a 60 grados 50 minutos de longitud oeste, dentro de la jurisdicción nacional".

Allí se añade que el hecho "de ningún modo puede interferir en las excelentes relaciones existentes entre la Argentina y España".

Se destaca también que las "acciones intimidatorias" se produjeron por "la negativa del pesquero a detener su marcha.

"La acción de la corbeta argentina Parker, de la Armada, fue visiblemente obstaculizada por una flotilla de alrededor de 25 pesqueros españoles, que obraban coordinadamente con el infractor. Este resultó averiado por un impacto de munición inerte", dice el comunicado.

En tanto, la Subsecretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca aplaudió la actuación de la Armada y sostuvo que "la continuidad de este tipo de controles permitirá disuadir a quienes tienen conductas violatorias y favorecerá la generación de una efectiva preservación de las especies y un crecimiento genuino de nuestra industria".

Quejas y reclamos

MADRID (EFE).– El gobierno español anunció que pidió explicaciones al embajador de la Argentina, Juan Pablo Lohlé, sobre el incidente con el pesquero.

Fuentes diplomáticas dijeron que el gobierno de España ya ha tra[illegible]tido al argentino –a través de su [illegible]bajador en Buenos Aires, Rafael [illegible]tor Ridruejo– sus quejas por lo sucedido, ya que considera que "ningún incidente de pesca puede justificar que se pongan en peligro vidas humanas".

Lohlé –quien presentó sus cartas credenciales hace poco más de un mes– deberá explicar un poco el mantenimiento, pero también la actitud posterior de la corbeta Parker, que comunicó a otro barco español [illegible] de remolcar al pesquero [illegible]

"LA NACION"
19/6/91

01/01

9108403

Nº DOCUMENTO
TITULO Visita del Pte. Aylwin a Bs. As.
PE[illegible] 150025
F[illegible] 19/6/91
V[illegible] 10033
11164
11399
65709

Detalles de la visita de Aylwin

SANTIAGO, Chile (UPI).– Los días 23 y 24 de julio se reunirán en Buenos Aires los cancilleres de Chile, Enrique Silva Cimma, y de la Argentina, Guido Di Tella, para definir los detalles de la visita que hará Patricio Aylwin a esa capital en agosto.

El subsecretario Edmundo Vargas dijo que en esa reunión los presidentes se pronunciarán sobre "los mecanismos más adecuados" para solucionar dos litigios de límites que aún subsisten entre ambos países.

Vargas visitó Mendoza, donde se firmó un convenio que establece un formulario único migratorio y aduanero, para personas y vehículos que traspasen el límite común.

El canciller Enrique Silva Cimma, dijo que los problemas limítrofes con la Argentina serán resueltos por el presidente Aylwin.

Silva Cimma agregó que "no está terminado el asunto" sobre la mediación de un tercer país sudamericano para zanjar una disputa en el extremo sur de ambos países, en una región de 500 kilómetros cuadrados llamada Laguna del Desierto.

Añadió que el tema "se está estudiando" y "en definitiva, lo va a zanjar el presidente de la República", aunque declinó decir si ello ocurrirá antes de su visita a Buenos Aires.

"LA NACION"
19/6/91

01/01

9108404

Disidencias en el bloque peronista
150029
19/6/91
10033
11164
11304

MENEM SE REUNIO CON DIPUTADOS EN OLIVOS

Disidencias en el bloque peronista

COMO VOTAN LOS DIPUTADOS DE EXTRACCION GREMIAL

H. Curto

EN CONTRA

Los miguelistas Hugo Curto, Roberto Monteverde, Carlos Adamo y Horacio Salusso (todos metalúrgicos) y los petroleros que responden a Diego Ibáñez: Víctor Carrizo y Antonio Cassia.
Germán Abdala (ATE) y Enrique Paz (FATPREN), alineados en la ubaldinista CGT Azopardo, y también el duhaldista Roberto Fernández (UTA).
Los barrionuevistas Dante Camaño (gastronómicos), Carlos Beltrán (Vialidad), Gerardo Cabrera (carne), Roque Gómez (comercio) y Rolando Britos (espectáculos públicos), además de Graciela Camaño, esposa de Barrionuevo.

A FAVOR

Los representantes de la CGT San Martín: Roberto García (taxis), Osvaldo Borda (caucho), José Castillo (obreros navales) y Abel Hernández (peluqueros). También el sanjuanino Luis Martínez (docentes).

R. García

L. Pepe

EN DUDA

El ferroviario Lorenzo Pepe (podría inclinarse por el sí), el lucifuercista Armando Arcíénaga (Luz y Fuerza) y el bancario Rubén Sacks.
En Londres se encuentra el mercantil Claudio Alvarez.

Aun sabiendo que tenía frente a sí a miembros de un bloque dividido por la ley de pago diferido del aguinaldo, el presidente Menem pidió el apoyo a ese proyecto a la veintena de diputados que lo visitó ayer en Olivos, según el plan de contactos entre el Presidente y legisladores divididos por regiones.

Nadie hizo comentarios, pese a que más de uno había deslizado su intención de no votar la ley. Todos los legisladores sabían que desde el mismo bloque circulaba un cálculo que decía que 33 de los 110 diputados no iban a sumarse para el quórum y que, de ellos, 21 iban a votar en contra. Aunque el cálculo provenía de fuentes gremiales, de cuya credibilidad podían admitirse dudas, lo cierto es que se omitió una referencia específica.

La delegación estuvo encabezada por el sanjuanino Luis Martínez, vicepresidente del bloque.

Esta vuelta les tocó visitar al Presidente a los representantes de las provincias del norte. Se encontraron con un Menem distendido que, acompañado por Eduardo Bauzá, hizo otros dos pedidos: que le aprueben la ley de empleo y que vayan al recinto para aumentar el siempre criticado índice de presentismo.

La reunión tuvo el carácter de una amable tertulia, salvo en dos momentos. Uno fue cuando hablaron los diputados catamarqueños, en particular Luis Saadi, y otro cuando lo hicieron los correntinos, en especial Emma Tacta de Romero y su esposo, don Julio.

Al igual que Miguel Ferrarás, el sucesor de Miguel Ángel Ragone, Saadi fustigó la intervención de su provincia, en especial a Luis Prol, el interventor. Tras la embestida según el estilo de Saadi, Menem eludió formular comentario.

Tras un corto silencio, Martínez le dio la palabra a otro diputado. Le tocó el turno a Corrientes y fue cuando, en otro duro planteo, la diputada Romero fustigó la decisión de intervenir el PJ de su provincia, de la cual ella era apoderada. Menem respondió con un amable "...pero esas son cosas del partido y no del presidente de la Nación".

♦ **Respaldo a Estenssoro**

El presidente aprovechó para respaldar a José Estenssoro, interventor de YPF, cuando el diputado salteño Roberto Romero criticó el propósito de privatizar el yacimiento de Campo Durán. "Todo lo que hace Estenssoro está previamente conversado conmigo y con el ministro Cavallo", dijo el jefe del Estado.

Estenssoro había estado con Cavallo en la reunión con el bloque realizada en horas del mediodía y donde el ministro dio un amplio informe sobre política energética que, en síntesis, significó un aval a la tarea del interventor.

El anticipado ataque al funcionario que se esperaba del mendocino Antonio Cassia no se produjo. Al parecer quedó postergado para el próximo martes, día que volverán las partes a encontrarse. Cassia y el santacruceño Arturo Puricelli hicieron preguntas a Cavallo, mientras Estenssoro aguardó responder con su computadora combinada con proyector, elementos que llevó a la reunión. El santacruceño Rafael Flores, que había tenido un cruce filoso con Cavallo la semana pasada, ayer faltó sin aviso.

CLARIN 19/6/91

01-02

9108405

¿Qué hará Economía?

Las negociaciones fracasaron y ya es casi un hecho que el proyecto de aguinaldo fraccionado no prosperará en la Cámara baja, lo cual, como dijo anteayer el ministro Cavallo, pone en dificultades el programa económico. Es una carrera contra el tiempo, porque **el medio aguinaldo se comienza a pagar la semana que viene.**

Ahora, la conducción económica sabe que **de algún lado tendrá que sacar los 250 millones de dólares adicionales** que le significan tener que pagar todo el medio aguinaldo a su personal, como también a los jubilados, que a efectos de caja, son similares a empleados públicos. El primer proyecto, que el Senado modificó, **le daba al erario un ahorro mayor, de 400 millones de dólares a repartir mensualmente en el segundo semestre.**

♦ Tres alternativas

¿De dónde puede surgir ese dinero que no se dispone? Las alternativas ya están planteadas:

1°) La emisión monetaria, lisa y llana, significaría romper el plan de convertibilidad, que descarta emisiones que no se correspondan con un aumento de productividad.

2°) Pedir dinero de corto plazo al sistema financiero. Los bancos, en efecto, tienen excedentes de fondos que no pueden colocar. Cavallo los ha calificado de **"aves de rapiña"** por no querer bajar las tasas activas. Cabría la posibilidad de pedir fondos, **pero no a siete días como era clásico cada vez que el Estado se encontraba en un aprieto**, sino a un mes, por lo menos, pero falta saber la reacción que tendrán los bancos. Lo más probable es que se produzca una **significativa elevación de las tasas de interés.** Eso estaría en línea con la advertencia que efectuó Cavallo cuando lanzó este proyecto de aguinaldo desdoblado: **que si no se aprueba, eso le iba a obligar a tomar medidas deflacionistas, que no desea.** Y entre las medidas deflacionistas, la más conocida es secar la plaza e incrementar el costo del dinero.

3°) Postergar los pagos a los proveedores y contratistas, privilegiando los medio aguinaldos. A pesar de que la deuda vieja está atrasada, se **están pagando al** día las nuevas adquisiciones, de acuerdo al **criterio de no generar libramientos impagos.** De todas maneras, lo que compra actualmente el Estado nacional es muy poco, tendiente al **funcionamiento mínimo de estructuras que, en gran parte, se privatizarán dentro de poco.**

Pero también preocupa el **impacto inflacionario que tendrá el vuelco al mercado de unos 1.700 millones de dólares** que es la masa total del medio aguinaldo, en lugar de los 500 millones que quedaban luego del "ahorro forzoso" provocado por el proyecto de escalonamiento. O sea que se **dejan de postergar pagos por unos u$s1.200 millones que pueden provocar la temida inflación de demanda agregando varios puntos de inflación al mes de julio y con un arrastre sobre agosto.**

02-02

9108405

Incidente con pesquero español infractor.
150024
19/6/91
10033
11169
11399
España

EL INCIDENTE CON EL PESQUERO CAPTURADO

España se queja y Argentina suaviza

La captura del pesquero "Playa de Canabal" fue tratada en forma distinta en ambos países. Mientras aquí la Armada y la Cancillería explicaron en sendos comunicados cómo fue el hecho, en Madrid el gobierno español pidió explicaciones al embajador argentino y el Ministerio de Agricultura y Pesca español y dio una versión distinta.

La sombra de un incidente diplomático entre la Argentina y España sobrevuela la captura de un buque pesquero español por parte de la Armada.

Mientras la Armada y la Cancillería sostienen que la nave no obedeció las órdenes de detener su marcha y permitir su registro, el gobierno español pidió ayer explicaciones al embajador argentino **Juan Pablo Lohlé**, al considerar que **"ningún incidente de pesca puede justificar que se pongan en peligro vidas humanas"**.

El incidente comenzó el lunes pasado cuando la corbeta misilística **Parker**, al mando del capitán de fragata **Jorge Godoy**, avistó al pesquero **Playa de Canabal** operando —según sus cálculos— a 196 millas de la costa del golfo de San Jorge, es decir, dentro de la zona económica exclusiva de 200 millas. Por el contrario, los tripulantes españoles, que abandonaron el barco en medio de la persecución de las autoridades argentinas, aseguraron ayer a Radio Nacional de España que se encontraban a 209 millas.

♦ Nota de la Cancillería

La Cancillería argentina emitió un comunicado en el que "lamenta" el incidente, pero expresa que este "de ningún modo puede interferir las excelentes relaciones" entre ambos países y que la operación se realizó cumpliendo las normas "del ejercicio legítimo de la jurisdicción nacional". No opina lo mismo el Ministerio de Agricultura y Pesca español que calificó como "ataque injustificado" la captura, y también puso en duda que hubiera ocurrido en aguas territoriales argentinas.

Según explicó la Armada, la corbeta "Parker" ordenó al pesquero detener la marcha para examinar su licencia de pesca, pero aquel desoyó la orden pese a los disparos de advertencia, mientras su tripulación cortaba las redes con sopletes. Las balas habrían impactado en el casco de la nave y producido un incendio en la sala de máquinas, informaron por su parte los pescadores españoles.

El capitán de la corbeta envió para la misión un helicóptero artillado. Según la versión oficial los disparos de advertencia no fueron obedecidos, lo que obligó a disparar. La Cancillería argentina, por su parte, admitió que el pesquero "resultó averiado por un impacto de munición inerte".

Durante la noche del lunes la "Parker" se mantuvo cerca del pesquero infractor "mientras este era remolcado por otro pesquero y protegido por un cerco de veintinueve buques similares" —dijo la Armada—, lo cual "podría haber sido considerado un acto hostil". A una de esas naves transbordaron los tripulantes del "Playa de Canabal".

A las cinco de la mañana el pesquero fue dejado al garete, dice la información oficial, tras lo cual se procedió a "visitarlo, registrarlo y capturarlo, dándole remolque" para llevarlo a la base de Puerto Belgrano, adonde arribaría el sábado próximo "si las condiciones del tiempo lo permiten".

♦ Queja de España

El gobierno español trasmitió sin embargo, su queja a través de su embajador, **Rafael Pastor**. El diplomático habría exigido explicaciones acerca de por qué la "Parker" conminó a otro pesquero hispano para que dejase de remolcar al "Playa de Canabal", que luego fue abordado por los argentinos.

Pese a lo habitual de estas capturas los argentinos destacaron que es el primer incidente en que buques de una flota intervienen en apoyo de un infractor, poniendo obstáculos a la Armada. También consignan como insólito el abandono del pesquero por parte de su tripulación ya que según el derecho internacional una nave al garete puede ser reclamada en propiedad por quienes la abordan y la conducen a puerto, en este caso el Estado argentino.

Anoche trascendió que la "Parker" tenía dificultades para remolcar la nave capturada. El pesquero tendría una avería en la popa, que podría provocar la pérdida del buque.

01/01

"CLARIN"
19/6/91

9108406

DOCUMENTO
TITULO Suiza arbitraría en litigio con Chile.-
150026
21/6/91
10033
11164
11394
657089

Arbitraría Suiza en el litigio con Chile

La Argentina y Chile analizan un posible arbitraje de Suiza para dirimir el litigio que ambos países sudamericanos mantienen en dos zonas fronterizas, revelaron fuentes de la Cancillería.

La intervención de un tercer país para solucionar la disputa argentino-chilena en las zonas de Laguna del Desierto y Campos de Hielo, en el extremo sur del continente americano, fue sugerida por el gobierno de Chile, indicaron las fuentes.

La Argentina pretendía que esas regiones fuesen puestas bajo un sistema de "soberanía compartida", pero esa iniciativa era rechazada por grupos nacionalistas vinculados a las Fuerzas Armadas de los dos países, en especial las chilenas.

Ambas regiones son las únicas en las que argentinos y chilenos no han logrado un acuerdo de límites sobre un total de veinticuatro territorios fronterizos en discusión desde comienzos de siglo.

"LA PRENSA"
21/6/91

9108407

01/01

DOCUMENTO
Califican de excelentes las relaciones con EEUU.-
150026
21/6/91
10037
11164
11399
65890

Califican de excelentes las relaciones con Estados Unidos

El embajador argentino en los Estados Unidos, Carlos Ortiz de Rosas, enfatizó que las relaciones entre ambos países están atravesando "un grado muy grande de excelencia", en directa referencia al acuerdo firmado por el presidente George Bush y los cuatro países integrantes del MERCOSUR.

Asimismo, el diplomático señaló que la presencia del presidente Bush en la firma del acuerdo, concretado en la víspera en el "Jardín de las Rosas" de la Casa Blanca, está indicando "la importancia que él le atribuye a la ejecución de una serie de acuerdos, dentro del marco de la Iniciativa de las Américas".

EL acuerdo entre los Estados Unidos y los cuatro países del MERCOSUR, la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay, se firmó poco días antes de que la Iniciativa para las Américas cumpla un año de su lanzamiento, el 27 de junio de 1990.

Indicó también que adquiere singular importancia puesto que se concretó "pocos días después de que el presidente Bush obtuviera un gran éxito legislativo en el Congreso, que renovó el procedimiento rápido que permite al Ejecutivo negociar acuerdos de esta naturaleza".

El embajador argentino explicó que "está en la mira del gobierno estadounidense firmar un acuerdo con México para que este país integre, junto a Canadá y a los Estados Unidos, la zona de libre comercio en América del norte".

Acotó que "a este convenio seguirán otros hasta llegar al libre comercio desde Alaska a Tierra del Fuego", premisa de la iniciativa de Bush.

Trigo subsidiado

En declaraciones radiales formuladas desde Wáshington, Ortiz de Rozas se refirió también a la venta de trigo subsidiado a Brasil por parte de los Estados Unidos.

El representante argentino consideró que la venta de trigo subsidiado a Brasil representa un "contrasentido", en momentos en que los Estados Unidos libra una nueva batalla en el GATT –Acuerdo General de Precios y Tarifas– contra la Comunidad Económica Europea (CEE).

"Estados Unidos está llevando una ofensiva muy importante, dentro del GATT, para obtener que la Comunidad Económica Europea abandone sus subsidios, de los que quizás nosotros seamos las víctimas inocentes", remarcó.

Detalló que "según manifestó los Estados Unidos, se contaba con información fehaciente de que la Comunidad iba a ofrecer trigo subsidiado a Brasil y con la mayor buena fe ellos ofrecieron trigo".

Ortiz de Rozas puntualizó que "lo curioso del caso es que para terminar con los subsidios están dispuestos a presentarse en todos los mercados, para hacerles ver que les va a ser imposible vender productos subsidiados".

Por otra parte, expresó que el gobierno de Bush ofreció el trigo, unas 700.000 toneladas, luego de que la Argentina vendiera 2 millones de toneladas y sabiendo que las necesidades brasileñas eran de 4 millones.

"LA PRENSA"
21/6/91

9108408

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO Solución bilateral a cuestión limítrofe con Chile.
150025
22/6/91
10033
11164
11399
65709

Tendría una solución bilateral la cuestión limítrofe con Chile

No se considera necesaria la mediación de un tercer país

La firme voluntad política entre la Argentina y Chile para resolver los 24 puntos limítrofes que están en discusión echaría por tierra, en opinión de fuentes diplomáticas de ambos países, las versiones sobre la posible mediación de una tercera nación.

Las fuentes coincidieron en enfatizar que las dificultades mayores se presentan en Laguna del Desierto y la zona conocida como Hielo Continental Patagónico.

¿Para cuándo se estima llegar a una solución? Aunque no se quieren arriesgar fechas, se estima que el encuentro que tendrán en Buenos Aires, entre el 1º y el 2 de agosto próximo, los presidentes Carlos Menem y Patricio Aylwin será decisivo.

"Se trabaja con un espíritu de real cooperación entre ambos países", dijeron las fuentes, que declinaron hacer pública la ubicación de los restantes 22 puntos fronterizos.

Aunque la comisión binacional de expertos en temas de frontera habría alcanzado soluciones satisfactorias para la mayoría de los puntos, trascendió que los inconvenientes básicos en Laguna del Desierto y en Hielo Continental Patagónico residirían en la demarcación y traza del límite.

"El interés de lograr una profunda integración entre la Argentina y Chile se evidencia en los estudios y convenios que se están sucediendo entre ambas naciones", aseguró un responsable diplomático del país trasandino.

500 hitos

La Argentina y Chile comparten la frontera más extensa de América del Sur, 5300 kilómetros.

Desde 1945, en que se formó una comisión permanente binacional de demarcación, hasta la actualidad se colocaron más de 500 hitos fronterizos.

Dada la extensión fronteriza, con la solución de los 24 puntos que se analizan no finalizarán las tareas de delimitación.

En ese sentido, recordó que hace pocos días, en Mendoza, se trataron diversos temas para unificar los controles aduaneros.

Para reforzar esa afirmación, indicó que una comisión binacional se reunirá en Buenos Aires entre el martes y miércoles próximos para seguir estudiando temas como: mecanismos de desgravación arancelaria, desregulación de transporte terrestre y aéreo, protección y garantías a la inversión y de doble tributación y agilización del tránsito entre las fronteras.

También se analizará la posibilidad de llegar a un acuerdo bilateral para el tratamiento conjunto de los recursos hídricos y naturales que comparten las dos naciones –12 lagos y unas 20 cuencas hidrográficas–.

"Todos los inconvenientes limítrofes se solucionarán en forma pacífica, como ha sido tradición entre la Argentina y Chile", concluyeron las fuentes diplomáticas de ambos países al descartar de plano "esas versiones que tanto confunden a las poblaciones y que están muy alejadas de la realidad."

partes poco legible

"LA NACION" 22/6/91

01/01

9108409

DOCUMENTO
TITULO Postergación de elecciones en Río Negro.
150025
23/6/91
10033
11169
11303

Postergan las elecciones en Río Negro

VIEDMA (Télam).- El gobernador de Río Negro, Horacio Massaccesi, postergó los comicios generales en la provincia previstos para el 7 de julio y adelantó que la semana próxima se fijará la fecha definitiva.

Con la suspensión, se accedió a la solicitud formulada por el Superior Tribunal de Justicia, que contaba con un pedido de postergación del Partido Justicialista.

Massaccesi dijo que la nueva fecha se fijará cuando finalicen las consultas del ministro de Gobierno y Trabajo, Fernando Chironi, a los representantes de los partidos políticos legalmente reconocidos en la provincia.

El tribunal consideró que existía el riesgo que los comicios "resulten de imposible cumplimiento" el 7 de julio, tras un análisis de la marcha del proceso en el ámbito de la justicia electoral.

La Justicia impugnó a los candidatos del Movimiento de Integración y Desarrollo y el Partido Provincial Rionegrino, integrantes de la alianza que impulsa la candidatura de Julio Rajneri, disidente radical.

La Alianza Convocatoria Rionegrina formó sus listas con partidos menores, cuyos candidatos fueron recusados por la Justicia.

"LA NACIÓN"
23/6/91

9108410

01/01

Entorno del Pte. Menem.
150025
23/6/91
10033
11164
11302

No hacerle trampas al sistema

El Presidente oye muchas cosas. ¿Pero, a quién escucha? ¿A los que le sugieren que gobierne por decreto? ¿O a los que aconsejan una política de diálogo con la oposición?

Los observadores de lo que sucede en *el Palacio* sostienen que los que quieren clausurar toda posibilidad de diálogo con el radicalismo suelen provocar declaraciones contradictorias del Presidente.

Sin embargo, Menem no cedió al intento del miércoles por la noche, cuando un funcionario insistió con la idea de pagar el aguinaldo en tramos mediante un decreto.

El Presidente también tiene un sueldo para trabajar como presidente

Al parecer, esa noche hubo suficiente lucidez como para descartar la alternativa. "No hay que hacerle trampas al sistema", sostuvo Bauzá.

El episodio está vinculado con quienes, con su acceso al Presidente, pretenden imponer posiciones.

En cambio, casi todos los ministros sostienen que lo mejor es conversar, convencer, ubicarse dentro de las reglas del juego político en el que a veces se gana y a veces se pierde, pero se preserva el sistema.

Así es la política, una vez que pasó *el tiempo de gracia* en el que todo es tolerado por la necesidad y la urgencia.

Visiones diferentes

Lo anterior, pero especialmente el episodio que culminó con el fracaso del proyecto de pagar el aguinaldo en tramos, son hechos reveladores de dos visiones de lo que es gobernar.

Una es la de quienes tienen una vocación dialoguista. La otra es la de los que creen que sólo es cuestión de firmar decretos.

Iniciativa del Presidente o sugerencia de alguno de estos últimos, Carlos Menem sostuvo que quienes no dieron quórum "no tienen que cobrar, porque se les paga para estar en su lugar de trabajo".

Error. Los legisladores cobran por trabajar, no sólo por permanecer. Y el Presidente también tiene un sueldo para trabajar como presidente.

Si negar el quórum no es un buen recurso, tampoco lo es la descalificación de los legisladores por la dieta.

Menos creíbles son esas palabras cuando se dicen después de que los legisladores trabaron un proyecto del Gobierno.

El Presidente debió tener en cuenta que su propio partido dispone de la capacidad para formar quórum –tal como lo señaló el diputado Clérici– [illegible] los radicales.

Carlos Menem tiene demasiada carrera política encima como para hacerle caso a lo que le sugieren

¿A quién escucha?

los amigos, comunicadores o animadores.

Toda gente de buena voluntad. Aunque, en algunos casos y sin ofender a nadie, propongan iniciativas "sin conocer el oficio", según una canción de Joan Manuel Serrat.

Como siempre, aparece un conjunto de *espontáneos* que salen al ruedo para hacer circular versiones que, directamente, apuntan contra las instituciones del sistema republicano.

Halcones y palomas

"Eduardo Duhalde, Eduardo Menem, Eduardo Bauzá, Antonio Erman González y José Luis Manzano son aquellos a los que, en última instancia les presta atención el Presidente. A Cavallo lo respeta", según afirman los atentos observadores de las palabras y los hechos que se producen en la Casa Rosada.

Todos ellos son los que encabezan el grupo *dialoguista*. El que mantiene los contactos más asiduos con los radicales.

Los gobiernos –y los partidos– tienen *halcones y palomas*.

Frecuentemente, además, se cuelan aves de las más raras especies, incluidas las de rapiña.

Siempre hay bajas y alzas. Un presidente puede atraer –casi siempre ocurre– nuevos amigos que no necesariamente lo ayudan sino que están para decirle que sí.

O para proponer mensajes apocalípticos del tipo *si esto no se aprueba, se cae todo*, cuando forman parte del oficialismo.

El Gobierno sabe que sufrió una derrota en el Congreso. El camino

23/6/91
"LA NACION"

01-04

9108411

para mejorar su situación no es el de Menem recordándole a los radicales que en el pasado se habían opuesto al aguinaldo en 1945, ni diciendo que ahora se atenta contra la democracia.

En un pasado más reciente el mismo Menem habló del salariazo y la revolución productiva y el peronismo se opuso a las privatizaciones de Terragno.

Muchos fueron *superministros* hasta que dejaron de serlo

Conviene no agitar tanto el pasado. Es mejor la actitud de quienes extraen los aspectos positivos.

Ya que nada está decidido de antemano, las elecciones, según lo señala Jaroslavsky, pueden ser el punto de inflexión que necesiten tanto la oposición como el oficialismo para ampliar el diálogo.

Por eso las declaraciones del Presidente en que castiga a legisladores propios y ajenos parecen corresponderse con aquellos que tratan de interferir en el diálogo entre peronistas y radicales.

¿Sólo el aguinaldo?

La decisión del encuentro de Cavallo con Alfonsín fue consecuencia de una conversación en la que participaron Cavallo, Eduardo Bauzá, el Presidente y Eduardo Menem.

Muchos pasó inadvertido ya en una ocasión, Eduardo Menem –por entonces estaba al frente del justicialismo– se entrevistó con Raúl Alfonsín. Ahora fue el turno de Cavallo, con el tema del medio aguinaldo.

La conversación, sin embargo, debe haber sido más amplia de lo que se supone. No se descarta que hayan hablado no sólo del medio aguinaldo sino, también, de otros temas vinculados con el Parlamento y de un mantenimiento del diálogo que ambas partes parecen necesitar.

Por eso Alfonsín mencionó el concepto de un cambio de escenario. Por eso Cavallo debe haber admitido que el costo social del ajuste tiene un límite.

Tal vez el episodio del medio aguinaldo marcó, en cierta forma, ese límite, pero le permitió a Cavallo –a través del diálogo– dejar el proyecto en la Cámara de Diputados para que sea tratado no ya con un sentido de urgencia sino como una medida permanente.

Tampoco es casualidad que el Presidente, refiriéndose a Alfonsín, haya afirmado que "nos guste o no nos guste, es el jefe de la oposición".

Este es un reconocimiento de la realidad. No la acusación al Parlamento. También a Cavallo, pues del episodio del medio aguinaldo le tocó hacer ese reconocimiento de la realidad. Descendió al nivel de los mortales.

Comprobó –o, tal vez, sería más justo decir que lo comprobaron quienes lo elevaron a la categoría de *superministro*– que son las circunstancias las que, muchas veces, y alternativamente, colocan a un ministro por encima del resto o lo

partes procesables

02

9108411

llevan a poner los pies en la tierra y quedar como un par junto a sus colegas.

Y eso no es malo. Puede servirnos de experiencia a todos, para no caer en exageraciones. Muchos fueron *superministros*... hasta que dejaron de serlo.

Los *superministros*, las *jugadas audaces*, las *naves quemadas* y los *puentes cortados* forman parte de los mitos muchas veces construidos por funcionarios, *comunicadores* y periodistas.

Durante gran parte de los últimos años se identificó casi siempre a alguien con la imagen de *superministro*. Y, sin embargo, eso no nos sirvió de mucho,

Cavallo, viendo que perdía la iniciativa, se anticipó con algunos anuncios que, según las fuentes consultadas, sólo estaban previstos para más adelante.

Así, informó que el año próximo habrá un nuevo signo monetario que es un regreso a las fuentes: el peso, equivalente a 10.000 australes de hoy.

Pero Alfonsín mezcló innecesariamente las cosas al insistir con la reforma de la Constitución. Claro que sabe que Menem también tiene interés en reformar la Constitución y espera para ello el resultado de las próximas elecciones.

"Con lo que ocurrió esta semana en el Parlamento, si la Constitución hubiera sido reformada, estaríamos en una crisis política aún más seria y tratando de formar un nuevo gobierno", dijo un dirigente radical al conocer las declaraciones de Alfonsín.

Casi al mismo tiempo, Belisario Betancur le señalaba a LA NACION cómo una asamblea constituyente puede "desatar a los brujos de las tribus y sus recetas".

Betancur sostuvo que cuando se pone en marcha una asamblea constituyente, "uno le da consejos

Desde el Gobierno algunos funcionarios aceptan la derrota en el Congreso, pero rescatan la reunión de Cavallo con Alfonsín

como a un hijo. Que no se aleje más de lo previsto, que no haga lo que no le piden; pero el hijo, o la asamblea, en algún momento se declara soberano y entonces no hay poder que lo controle", afirmó Betancur.

El jefe de la UCR –al margen de la insistencia en la reforma– apareció, en medio de la turbulenta semana, también admitiendo el mundo real, no el ideal. Dejó la sensación de que puede acompañar el ajuste siempre que se busque una forma de contemplar la situación de los más necesitados, de los marginados.

César Jaroslavsky –que envió una carta a los afiliados radicales fundamentando su presentación como candidato por la Capital Federal en la interna de la UCR– sostuvo que el diálogo no se quebró, que las conversaciones continúan,

Partes poco rígidas

03

9108411

aunque la vieja amistad de Nosiglia con Barrionuevo genera recelos de un lado y del otro.

Jaroslavsky también es partidario de un acuerdo con el oficialismo.

Pero, las fuentes parlamentarias plantean una diferencia que podría ser razonable: "Jaroslavsky quiere ese acuerdo antes de las elecciones; Alfonsín, después. Pero después el acuerdo puede producirse en medio de un tembladeral", aseguran quienes conocen las opiniones del bloque radical.

Se quebró el hielo

Desde el Gobierno algunos funcionarios aceptan la derrota en el Congreso, pero rescatan la reunión de Cavallo con Alfonsín. Se habla de que, a pesar de todo, se quebró el hielo. ¿Será así?

En tal caso, se abre una nueva oportunidad para discutir sobre aspectos específicos en los que pueden coincidir los dos principales partidos. A pesar de los intentos de quienes quieren apoderarse de lo que fue el triunfo electoral de Menem.

Sorpresas que da la vida

Duhalde, después de escribir la novela de suspenso sobre si aceptaba o no su candidatura, le agregó un capítulo titulado "¿Quién será el candidato a vicegobernador?". El elegido fue, finalmente, Rafael Romá, ministro de Acción Social de la provincia de Buenos Aires. La conjetura es que, entonces, hubo un acuerdo con el Frepebo, que lidera Antonio Cafiero.

Con dificultades económicas, con contradicciones entre las exigencias del FMI –pasó la semana sin que Cavallo ni el Presidente aclararan bien cuál es la situación real– y con los precios que no se ajustan a lo que se anunció como rebajas acordadas, el Gobierno dramatizó tanto con el pago del medio aguinaldo que, al parecer, fue víctima de su propio exceso.

Pero hay sorpresas que da la vida. Después de tanto tecnicismo, después de tantas críticas a los políticos, después de embestir contra los partidos, después de hablar de la inutilidad del Congreso, es a los políticos, es al Congreso, es a los partidos, a los que se recurre para que, a través del diálogo, aparezcan las coincidencias y los propósitos comunes, dentro del natural disenso.

Y fueron los políticos los que tomaron la iniciativa para oponerse a la marcha, los actos y la soberbia de quienes querían volver con los símbolos y la ideología del nazismo.

Uno de cuyos jefes está detenido. En sus lugares de reunión se encontraron armas y panfletos reivindicatorios del racismo.

Y también fueron los políticos los que recordaron que en el pasado el nazismo pedía los votos para terminar con las elecciones. Pedía ser un partido político para terminar con los partidos políticos.

Atilio Cadorin

partes posibles

04-04

9108411

Nº DOCUMENTO
TITULO Elección de intendente para Cap. Federal.
FECHA 150025
24/6/91
10037
11164
11304

La Capital Federal, dividida en dos para elegir a su intendente

Que la Capital Federal abarque sólo la zona del macrocentro y que el resto de la ciudad actual se convierta en un nuevo estado autónomo, con sus gobernantes elegidos el año próximo por el sufragio directo. Que el régimen jurídico de la nueva provincia sea establecido por una ley del Congreso, tras una consulta popular no vinculante a los porteños, por realizarse junto con los comicios generales del 27 de octubre próximo.

Tal es la propuesta de Eduardo Valdés, uno de los más cercanos ex colaboradores de la gestión del intendente Carlos Grosso y quien avanzó mucho más allá que lo que su *timing* político le indicaba para cumplir un anhelo de los ciudadanos porteños: la elección directa del jefe comunal.

Valdés fue secretario general de la Comuna, vicepresidente del Partido Justicialista metropolitano y está alineado en el ala interna renovadora Frente para la Victoria, que tiene como referente al propio Grosso.

Un manifiesto

"Si no modificamos el status jurídico de esta ciudad, si no la adaptamos al mundo, [illegible] para nosotros, nuestros problemas, aun cuando elijamos por voto directo al intendente, él quedará atado de pies y manos, como sus antecesores", comentó a LA NACION.

Con una ironía no exenta de críticas a la gestión municipal, sostuvo que "el intendente actualmente es sólo un mucamo de la ciudad, un recolector de residuos, un bachedor, un jardinero o, a la suma, un iluminador de calles".

Afirmó esta concepción en el rigor que la Constitución Nacional impone al jefe comunal, que sólo es un delegado del Presidente para administrar la metrópolis.

"La Municipalidad se encuentra atada a las políticas que fije el gobierno nacional, que puede imponerlas –y de hecho lo hace– mediante leyes y decretos", agregó Valdés.

El poder

Después de [illegible] que "[illegible] cuerda como [illegible] concretas en la ciudad, [illegible] dentes Saturnino Montoto [illegible] y [illegible] valdo Cocciatore", explicó que [illegible] categoría la determinó porque "tenían todo el poder, una [illegible] Deliberante al costado [illegible]".

"El gobierno municipal democrático debe [illegible] cuidando de no chocar con las competencias de los [illegible] nacionales", agregó el diputado.

Ejemplificó su afirmación con algunas situaciones [illegible] que se registran a diario y en las que no tiene injerencia el gobierno municipal.

- La organización y control del servicio de colectivos, a cargo de la Subsecretaría de Transporte de la Nación.
- Los servicios de [illegible] y [illegible], a cargo de [illegible] del gobierno.
- Los servicios de [illegible] subterráneos por ferro.
- La red y el suministro de gas, dirigidos por Gas del Estado.
- La seguridad, en manos de la Policía Federal.

Sin reforma constitucional

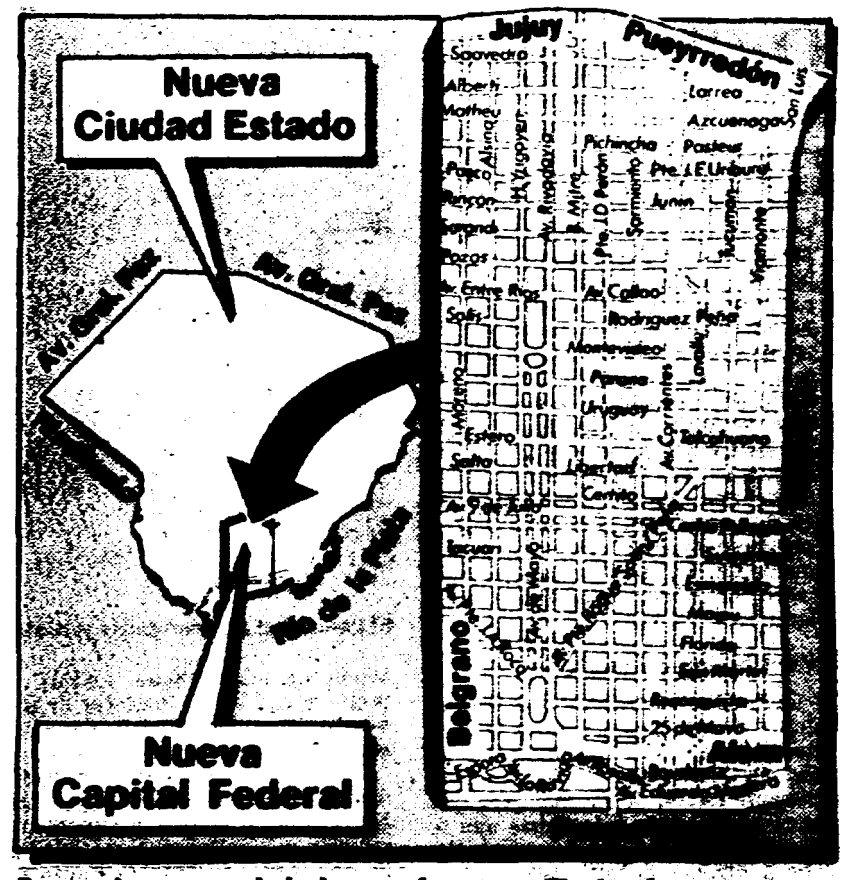
"No queremos que la solución de todos estos problemas y otros se demore en un debate sobre una reforma constitucional; proponemos un camino directo a la nueva situación institucional y a la elección del intendente", destacó.

Valdés avanzó audazmente en contraposición con la línea de [illegible] Grosso y de buena parte del [illegible] llismo, que sostienen la [illegible] de reformar la Constitución para [illegible]

"LA NACION"
24/6/91

9108412

01-02



Propuesta que procedido de una reforma constitucional

que el pueblo elija directamente los gobernantes de su ciudad (pese a que el actual intendente, cuando era diputado nacional, votó una ley para articular ese régimen sin modificar la Ley Suprema).

"La nueva situación institucional debe ser la de un estado autónomo, como una provincia. El actual territorio de la ciudad debe dividirse en dos: el macrocentro y la zona de Puerto Madero pasarían a ser la nueva Capital Federal, con las características definidas en la Constitución, y el resto de la metrópolis se convertiría en una *ciudad estado*, con sus propias autoridades", detalló.

Consulta popular

"Esto puede llevarse a cabo simplemente con la sanción de una ley por el Congreso Nacional, que debería respetar una previa consulta popular no vinculante, por realizarse junto con las elecciones del 27 de octubre próximo, en la que los porteños decidan si quieren que la ciudad sea un estado autónomo", agregó.

La idea se completa con que las primeras autoridades de esa nueva y virtual provincia sean elegidas por voto directo junto con el senador nacional –funcionario que sí debe designar después el Colegio Electoral– que deberá reemplazar a Juan Trilla (UCR), quien termina su mandato el año próximo.

¿Un nuevo eje para el debate?

Habrá partidos políticos que serán consultados e impulsados a pronunciarse y hasta a acordar sobre esta propuesta: el justicialismo, el radicalismo, la Ucedé y la izquierda, entre otros.

La iniciativa tiene un valor: cambia el eje del debate sobre cuándo conviene elegir directamente al intendente porteño. Permite a los partidos despejar sus internas de eventuales candidaturas –por ahora–. Y propone pensar una nueva ciudad; o dos.

Ricardo Chamorro

02-02

9108412

Nº DOCUMENTO
TITULO Insisten en Chile sobre la extradición de un gendarme.
PEC 150025
F 24/6/91
VI 10033
11164
11399
Chile

Insisten en Chile sobre la extradición de un gendarme

SANTIAGO, Chile (EFE).– Un juez de Chile solicitó de la Corte Suprema que pida la extradición del gendarme argentino Walter Otazo, acusado del asesinato del agricultor chileno Eliseo Quintanahuel, de 78 años, en un incidente ocurrido en mayo último en territorio de este país.

La prensa local publicó ayer que el fiscal de la Corte Suprema, René Pica, deberá presentar un informe sobre si procede o no la extradición, sobre la que después tendrá que pronunciarse una de las salas del máximo tribunal.

La extradición fue pedida por el juez del crimen de la localidad de Pucón, Guillermo Díaz, que tiene jurisdicción sobre la zona fronteriza de Reigolil en la que ocurrió el suceso, ubicado a unos 800 kilómetros al sudeste de Santiago.

Para el ministro de Relaciones Exteriores de Chile, Enrique Silva Cimma, el caso no tiene una connotación especial al ser el autor un funcionario de la gendarmería argentina y calificó al acto de hecho policial.

"LA NACION"
24/6/91

9108413

01/01

Nº DOCUMENTO
TEMA: Candidaturas en la izquierda porteña.
PER: 150024
FE: 24/6/91
VI: 10033
11164
11304

SIGUEN LOS TIRONEOS POR LAS CANDIDATURAS EN LA IZQUIERDA PORTEÑA

Los cargos no alcanzan

Un **intenso debate** que estuvo **larvado durante casi dos meses ha estallado** entre los partidos y agrupaciones de centroizquierda de la Capital y amenaza con **quebrar el frágil tejido que los ha mantenido unidos.**

El viernes un vocero del **Movimiento Renovador Peronista** (nuevo nombre del ex **Grupo de los Ocho**) anunció que se había llegado a un arreglo para bautizar a esa alianza: **"el frente político social"**. Pero además dijo que se había fijado el domingo **11 de agosto** como la fecha para la **elección interna abierta** de la que surgirían los candidatos del frente.

Un día después, el **Partido Socialista Auténtico** desmintió haber suscripto acuerdo alguno "sobre la constitución de un frente electoral". Con la firma del titular del comité porteño, **Jorge Selser**, el PSA agrega que "rechaza el **sistema de internas abiertas** por considerarlo una metodología liberal".

También **Abel Hernández** por el **Movimiento Democrático Popular Antiimperialista** (MODEPA) desmintió el arreglo y puso en duda la eficacia de las internas abiertas. MODEPA considera que si una "interna, abierta o no, se limita a optar entre propuestas que no representan a la gente, se transforma en una disputa de aparatos y tiene muy poco que ver con una **toma democrática de decisiones**".

El **Partido Encuentro Popular** que lidera **Luis Brunati** tampoco quiere este sistema para dirimir candidaturas, y el **Partido Humanista**, que se **inclinaba por esa opción**, se ha acercado ahora a las posiciones contestatarias.

♦ Pelea por los cargos

En realidad no habría grandes dificultades en acordar un programa para la alianza. Nadie rompería por matices sobre el contenido del frente, ya que todos coinciden en la creación de una fuerza opositora contra **"el proyecto conservador de Carlos Menem"**.

El centro del debate pasa por la elección de los candidatos y en este caso hay **demasiados pretendientes para la novia.**

El Movimiento Renovador Peronista, orientado por los diputados **Carlos "Chacho" Alvarez** y **Germán Abdala** postula a **Eduardo Jozami** como primer candidato en la lista de diputados nacionales y a **Fernando Muñoz** y **Elsa González** en la de concejales. En una reunión realizada el viernes a la tarde, en el café **Tortoni**, los voceros del MRP le dijeron a los negociadores del **Partido Intransigente** que para mantener unido a su propio movimiento no podían hacer modificaciones. Y que le ofrecían al PI el segundo en la lista de diputados y el tercero en la de concejales, para competir juntos en la interna abierta.

Esta decisión de las huestes del "Chacho" Alvarez **echa por tierra** con las aspiraciones intransigentes que pretendían el Nº 2 en la lista de concejales. El PI amenazó romper con el MRP y luego sumarse a los contestatarios que rechazan las internas abiertas si no se satisface sus demandas.

En tanto, **Democracia Popular** y **Democracia Avanzada** han logrado un principio de coincidencia para presentar una lista —si finalmente hay interna abierta— encabezada por **Graciela Fernández Meijide** en diputados y **Jorge Makartz** en la de concejales.

El PSA y Encuentro Popular también tienen al primero de la lista (sería el actor **Norman Brisky**) de diputados, pero no lo han hecho público, porque harán todos los esfuerzos por lograr que haya candidatos por **consenso**. Esgrimen además como presión el reconocimiento legal en el distrito que poseen el PSA y el MODEPA.

Pero la amenaza de ruptura está latente, posibilidad que agregaría una opción más al electorado progresista de la Capital, dispersando el voto entre la **centroizquierda**, la **Unidad Socialista**, la flamante alianza de el **Partido Socialista Unificado** de **Simón Lázara** y el Frente de Izquierda que formarán el **PC, MAS** y **PO**.

Atilio Bleta

01-01

9108414

Se estudia acuerdo para no tener conflictos con España.

150027
24/6/91
10033
11164
11599
España

Se estudia acuerdo para no tener conflictos con España

Madrid — La Argentina comenzó este fin de semana a negociar sigilosa y urgentemente con España la creación de **un Sistema de Vigilancia Compartida para la Prevención de Incidentes en su mar territorial**, del mismo tipo de los que ya tiene establecidos con Chile y Gran Bretaña, las otras dos naciones con las que el país se ha visto mezclado en conflictos en el Atlántico.

La sorpresiva incorporación de España al selecto club de países con los cuales la Argentina mantiene incidentes fronterizos, motivó luego de que se conociera la represión del pesquero español "Playa del Canaval" (hoy en Puerto Belgrano, su tripulación en Montevideo), que **la Cancillería citara de inmediato al embajador argentino aquí, Juan Pablo Lohlé.**

Allí se le hizo saber el desagrado del gobierno por la violenta represión armada, desproporcionada, según los quejosos, a la naturaleza de la infracción, que, además, negaron.

La Argentina se atuvo al informe que adelantó este diario y que rindió la Marina de Guerra al ministro **Antonio Erman González**, para quien el barco estaba en aguas jurisdiccionales argentinas y además, se **comportó de forma agresiva al eludir el control, operando junto a otras 20 embarcaciones del mismo origen como un "grupo de tareas" coordinado.**

• **Fugacidad**

González, que está desde el sábado aquí, para participar desde hoy en un Seminario sobre Privatizaciones en el Banco Hispanoamericano, fue entrevistado fugazmente en Barajas a su llegada por la agencia EFE, y repitió esa explicación. **Desde allí se convirtió en la prensa más codiciada de la prensa local en busca de mayores explicaciones.**

El ministro de Defensa eligió el bajo perfil y huyó de los lugares que debería frecuentar. Se alojó en la discretísima Residencia Militar Alcázar (invitado por su par español) y dedicó la jornada de ayer a hacer el típico paseo por Toledo monumental, y a la corrida de toros de las Ventas de ayer, donde pudo presenciar la cogida que un toro hizo del diestro **Luis Reyes**, que conmocionó a la ciudad.

González, según trascendió, hará hoy una muy discreta gestión por encargo de **Carlos Menem** ante la Cancillería española para disculpar a su Marina de Guerra, que complicó al gobierno argentino en una de las más delicadas etapas desde su asunción en 1989, de cara a ese aliado objetivo que sigue siendo España. La gestión incluye la inmediata concreción del sistema de vigilancia para prevenir accidentes.

El desagrado español se formuló en estos términos: **"No puede España tolerar que un pesquero en infracción** (si este fuera el caso, que niegan) **sufrir un bombardeo como si se tratase de una guerra. A que si la embarcación fuera británica, eso no se hubiera producido".**

La actitud de la Marina de Guerra argentina es lo que ayer intentaba **Erman González** explicar a sus pares españoles que le ofrecieron la cobertura a su presencia. Ya que en Galicia, de donde es oriundo el pesquero, el nombre de Argentina no es el más grato hoy. **"Si la Argentina existe en España**, explicaba ayer aquí a este cronista un funcionario de la embajada argentina, **es en Galicia, y con este incidente ha habido mucha repercusión, más que la que la prensa ha reflejado en Madrid y Buenos Aires".**

González deberá explicar, además, cuál es el sistema que el gobierno tiene (si lo tiene) para controlar a su sistema defensivo, de modo de no verse implicado con hechos consumados como éste. El titular de Defensa argumentará que el tema de las pesquerías y en general del control de las aguas jurisdiccionales en el Atlántico Sur es en estos momentos un tema importante para el gobierno argentino. Esto surge de la inminente confrontación con Gran Bretaña y la nueva ley de energía que se dispone a votar el Parlamento inglés, que **permitirá a los isleños extender no sólo licencias pesqueras** (lo que ya hacen y lo que ha convertido a los kelpers en nuevos magnates) **sino también petroleras.**

La fecha clave para este tema es, como informó este diario, agosto, cuando comenzará a explorarse una región colindante a la zona litigiosa en torno a Malvinas en cumplimiento de un contrato Houston de la Occidental Petroleum. Gran Bretaña presionará con esa nueva ley, y la Argentina, será el argumento; necesita tener pie firme allí. **"Pero no a nuestra costa y a costa de las buenas relaciones en un tema, como la pesca, en que la Argentina deja mucho de desear"**, es la respuesta que a un simulacro de explicación de este corte daba anoche un funcionario de la Cancillería

"A.F."
24/6/91

01/02

X

9108415

española, conocedor de la interna que el tema pesca tiene en el seno del gobierno argentino.

"**La mejor defensa es un buen ataque**", dice un chiste que suele circular en ambientes políticos argentinos con referencia a la afición de **Eduardo González** a cantar boleros. No le servirá mucho aquí, aunque los boleros estén de supermoda en la España de **Pedro Almodóvar**. Pese al malestar oficial el ministro deberá dar hoy aquí la cara en el simposio de privatizaciones que lo tiene como el funcionario argentino de más alto rango. En la exposición que dará junto a **Vittorio Orsi** sobre "**Lineamientos generales de la política económica argentina: desregulación y privatizaciones**", será asediado por la prensa local, que anoche lo buscaba desesperadamente, para arrancarle declaraciones sobre la crisis del pesquero.

La explosión anteanoche de una garrafa de gas en el restaurán argentino "La carreta" (con graves lesiones para su propietaria y dos músicos que actúan allí) puso al país también en los titulares de la prensa de ayer, aunque **nadie hizo relación alguna entre el malestar por el incidente pesquero y esto que ha sido, según la investigación preliminar de la policía local**, más que un accidente. Pero lo cierto es que la Argentina ocupó titulares de importancia en los diarios por ambas circunstancias.

02/02

9108415

DOCUMENTO

Candidatos del Movimiento de Dignidad Nacional (MODIN)

150027

24/6/91

10033

11169

11302

Candidato

El Movimiento de Dignidad Nacional (MODIN) sigue preparando su lanzamiento en Capital Federal, donde tramita la marca registrada "Acción Popular". Su lista de candidatos a diputados nacionales en nombre de Aldo Rico & Cía. está liderada por el periodista Guillermo Cherasnhy, seguida por el ruralista Gómez de Alzaga y el ex teniente coronel Arturo González Naya. Obviamente, aspiran a convertirse en referentes de los votos conservadores, del personal militar y de las fuerzas de seguridad. También sueñan con los "dinosaurios" de la UCeDé, especie liberal que no se resigna a extinguirse.

"A. F."
24/6/91

01-01

9108416

Nº DOCUMENTO
TITULO Visita de Menem a Bolivia
PROC 150026
FE 25/6/91
VI 10033
11169
11399
10043

Visita del presidente a Bolivia

El presidente Carlos Menem viajará mañana a La Paz, en el marco de una visita oficial a Bolivia, en reciprocidad por la que el jefe de estado de ese país, Jaime Paz Zamora, realizara a la Argentina en diciembre de 1989.

Fuentes locales y bolivianas señalaron que la visita servirá para reafirmar las excelentes relaciones entre los dos países, reforzadas últimamente con la asunción de gobiernos democráticos, como en casi toda América latina.

Los voceros dijeron que los presidentes analizarán temas de interés bilateral, con miras a "reafirmar los vínculos entre La Paz y Buenos Aires".

Menem estará durante 48 horas en Bolivia, donde dialogará con "su colega y amigo Paz Zamora" sobre la relación bilateral, la integración económica latinoamericana y otros temas de interés recíproco e internacional, citaron las fuentes.

"LA PRENSA"
25/6/91

01/01

9108417

Nº DOCUMENTO
TITULO Gral Pita, candidato a gobernador de Corrientes.
PERC 150026
FE 25/6/91
V 10033
11169
11303

El general Pita, candidato a gobernador de Corrientes

El general retirado Juan Pita, lanzó su candidatura a gobernador de Corrientes por el partido "Acción Correntina", que se presentará en las elecciones del presente año para renovar autoridades provinciales.

Pita afirmó que, en caso de resultar vencedor en los comicios, "los principios que guiarán mi gestión de gobierno serán honradez, unión, paz y administración eficaz".

Agregó que "esta tarea no puede ser obra exclusiva de un gobernante sino que deberá ser asumida por todos los sectores, para exaltar el valor del trabajo, que debe servir al hombre, como objetivo final de toda labor de gobierno".

Pita, que gobernó la provincia desde 1981 a 1983, dijo que "las inversiones y el trabajo constituyen la preocupación central de mi accionar político".

El militar, quien estuvo siete meses secuestrado por la subversión en 1976, formalizó su lanzamiento político durante un acto en un hotel céntrico de esta ciudad.

"LA PRENSA"
25/6/91

01/01

9108418

Nº DOCUMENTO
TITULO Confirman creación de Partido evangelista.
FECHA 150035
F 25/6/91
V 10033
11164
11304

Confirman la creación de un partido evangelista

El pastor evangelista Héctor Giménez admitió que promueve junto a otros grupos de esa religión la conformación del Movimiento Cristiano Independiente (MCI).

No obstante, aclaró que no tiene intenciones de iniciar una carrera política.

En el mismo sentido se pronunció Raúl Scialabba –ex dirigente del Partido Demócrata Progresista y actual integrante de la junta promotora nacional del MCI–, quien señaló que Giménez es "sólo uno de los tantos pastores que apoyan nuestra iniciativa y no quien pretende conformar un partido político".

Tras esa coincidencia inicial, Giménez contradijo a Scialabba, quien se encuentra en la provincia de Chaco para organizar la formación del nuevo partido político, respecto de la utilización de las estructuras de iglesias evangélicas para crear el MCI.

Al tiempo que el segundo negó esta posibilidad, el conocido pastor, que difunde sus creencias por televisión, admitió que en los locales donde él se presenta se recogen adhesiones para lograr el reconocimiento del movimiento.

Giménez, quien lidera junto con su esposa el denominado Ministerio Ondas de Amor y Paz, agregó que en esos locales se recolectan firmas "del mismo modo que muchas otras iglesias han autorizado a un destacado grupo de profesionales, empresarios y líderes evangélicos a recoger adhesiones para el MCI".

Vocación de predicador

El "telepredicador" subrayó, en un comunicado emitido ayer, que su vocación "es exclusivamente la de predicar el evangelio, dejando las labores políticas para quienes entienden al respecto".

Ante la difusión que alcanzó en los últimos días la activa participación de Giménez en la formación de la agrupación, Scialabba aclaró que el movimiento "no representa a ninguna iglesia ni a pastor alguno".

Además, destacó que "los voceros oficiales del MCI son los integrantes de las juntas promotoras de los distintos distritos" y no incluyó entre éstos al pastor mencionado.

Scialabba explicó, por último, que "la iniciativa de formar el partido político nace de la toma de conciencia de integrantes de distintas iglesias, que nos dimos cuenta de que no podemos asistir inactivos a la desintegración del país, por lo que resolvimos participar como ciudadanos".

"LA NACIÓN"
25/6/91

01-01

9108419

Nº DOCUMENTO
TITULO Se anotan 22 partidos para internos de Tucumán.
150024
25/6/91
10033
11164
11303

Tucumán: se anotaron 22 partidos

TUCUMAN (De nuestra agencia). — La provincia vela las armas electorales que habrán de relucir en los comicios del 8 de setiembre: antes de que venciera el plazo para la inscripción de lemas, 22 partidos y dos alianzas concurrieron a oficializar sus listas. Encabezada por Surgimiento Innovador, que orientan Ramón "Palito" Ortega y el justicialismo —intervenido— de ese distrito, el Frente de la Esperanza suscribió un acta de coincidencias con la democracia cristiana, el MID, el PI y el Movimiento Popular Tucumano, entre otras agrupaciones políticas, que también se inscribieron como partidos.

El frente multipartidario que encabeza Ortega rompió lanzas, en cambio, con la UCeDé: el liberal Sisto Terán decidió finalmente no aceptar la candidatura a intendente de Tucumán por esa alianza, ante la imposibilidad de asegurar otros representantes ucedeístas en las futuras listas para diputados nacionales y provinciales. En un clima de fuertes presiones se aguarda la oficialización de la fórmula que encabezará Ortega, acompañado en el binomio por el diputado Julio Díaz Lozano.

Mientras el radicalismo espera resolver su interna, se frustró una alianza de izquierda entre el PC y el PO ante la decisión del MAS de concurrir por su cuenta a los comicios. Pero se constituyó el Frente para el Progreso Social, que une a los humanistas con los socialismos popular y democrático. Liderado por Renzo Cirnigliaro, el laborismo se presentará como una fracción escindida del justicialismo.

Fuerza Republicana, que pilotea Antonio Domingo Bussi, por su parte, lanzó ayer —caravanas mediante por el centro de la capital— su campaña electoral. La movilización fue organizada con motivo del Día de la Bandera y participaron delegaciones de distintas provincias que recorrieron las calles céntricas de la ciudad.

"CLARIN" 25/6/91

01/01

9108420

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Felipe Solá encabezará lista de diputados del PJ en Bs. As.
FOLIO: 150029
FECHA: 26/6/91
VIA: 10033
11164
11384

ACEPTO EL OFRECIMIENTO HECHO POR DUHALDE

Solá encabezará la lista de diputados bonaerenses

Anoche, después de una reunión en un hotel céntrico con el precandidato a gobernador bonaerense Eduardo Duhalde, Felipe Solá aceptó encabezar la lista de diputados nacionales por la provincia. El ex subsecretario de Agricultura de la provincia en algún momento asomó con intenciones de liderar otra corriente interna en el PJ.

El ex subsecretario de Agricultura y antiguo ministro bonaerense de la misma área. **Felipe Solá**, fue designado anoche **primer precandidato a diputado nacional en las listas que acompañarán a la fórmula Eduardo Duhalde -Rafael Romá** para las internas justicialistas del 28 de julio.

El ofrecimiento a Solá fue formulado por el **propio Duhalde**, anoche, en un encuentro realizado en una suite de un hotel céntrico. Así se puso fin a un interrogante que incluía no solo la confección de las listas respaldadas por el vicepresidente sino también el futuro de quien fue ministro del gabinete de **Antonio Cafiero**.

Solá había renunciado a la Subsecretaría de Agricultura para **tentar su propia candidatura a la gobernación**, carrera de la que se retiró una vez que Duhalde se presentó formalmente en la liza. Después, su nombre sonó como posible compañero de fórmula del candidato, hasta que en ese lugar fue nominado el cafierista **Rafael Romá**.

Toda la jornada de ayer estuvo trajinada por una serie de reuniones para la negociación de las listas de candidatos, tanto en los cuarteles de la **duhaldista** Liga Federal y del **cafierista** Frente Peronista Bonaerense —las dos líneas que confluyen tras la candidatura de Duhalde—, como en los sectores Menem Conducción y Trabajo y Producción, que levantan la postulación del intendente de San Martín, **Carlos Brown**.

♦ **Negociaciones**

Fue en las oficinas que el gobernador **Antonio Cafiero** posee en la Capital Federal, a pasos del Obelisco, donde —en medio de las reuniones de los dirigentes del Frepebo de las distintas secciones electorales de la provincia— crecía la versión de que la composición de la lista de candidatos a diputados nacionales del sector ya estaba **muy avanzada**.

Los duhaldistas **Lorenzo Pepe, Raúl Alvarez Echagüe** y **Jesús Blanco** serían número puesto. También los cafieristas **Gustavo Green, Eduardo Camaño** y **Dámaso Larraburu** y, tal vez, **Irma Roy**.

Por el lado del presidente **Carlos Menem**, los pedidos incluirían al secretario de la **Función Pública, Gustavo Béliz**, al dirigente empresarial **Carlos de la Vega**, al actual vicegobernador **Luis Macaya** y al ex secretario de Justicia **César Arias**, aunque se decía que en la lista definitiva solamente serían incluidos los tres primeros.

Por el sindicalismo, ya figuraría en la lista el metalúrgico **Luis Guerrero**. Duhalde estaría pensando, además, en la posibilidad de incluir al ex ministro de Economía de la provincia **Rodolfo Frigeri**.

Anoche, voceros de Solá se **negaban a hacer cualquier comentario sobre el tema del primer puesto en la lista**. También se empeñaban en **desmentir enfáticamente** otra especie circulante en esas horas. Según ella, Solá podía analizar un ofrecimiento de Brown para **ser su compañero de fórmula**.

En todo caso, Brown y su gente ratificaban anoche que **esperan una inminente respuesta de Saúl Ubaldini** a la propuesta de que **encabece la lista de precandidatos a diputados nacionales del sector**. Ubaldini se encuentra en Ginebra, Suiza, para asistir a una reunión de la Organización Internacional del Trabajo, y habría quedado con Brown en darle una **contestación telefónica en las próximas horas**.

"CLARIN"
26/6/91

01-01

9108421

Nº DOCUMENTO
TITULO: Fecha para elecciones en Río Negro, San Juan y San Luis
FECHA: 150024
FECHA: 26/6/91
VIA: 10033
11164
11304

ACUERDO POLITICO PARA FIJAR LA FECHA

Río Negro, San Juan y San Luis votan el 11 de agosto

Luego de varias gestiones que culminaron en un acuerdo político, quedó establecido que Río Negro, San Juan y San Luis votarán, sin desdoblamiento, el próximo 11 de agosto. El acuerdo permitirá salvar algunos plazos legales que no fueron cumplidos en forma antes que se modificara el Código Electoral.

Anoche, a través de un decreto presidencial, el Gobierno fijó **la primera fecha de comicios para el 11 de agosto**. La decisión fue fruto de un acuerdo político elaborado en el Ministerio del Interior por el cual las tres provincias debutantes serán **San Juan, San Luis y Río Negro.**

Los tres estados realizarán elecciones nacionales y provinciales simultáneamente y no en forma desdoblada como se previó en un principio, **pese a que algunos plazos legales para votar el 11 de agosto ya estaban vencidos.**

Ocurre que aún con las modificaciones introducidas al Código Nacional Electoral, sancionadas la semana pasada en el Congreso, hay pasos previos tales como la exhibición de padrones que no se realizaron a tiempo. **El 11 de agosto "se cayó"**, habían anticipado a Clarín, hace pocos días, las autoridades de la Dirección Nacional Electoral.

Ayer el director de esta repartición, **Ricardo Berra**, mantuvo largas reuniones en el Ministerio del Interior con los funcionarios encargados de confeccionar el decreto y a última hora se excusó de hacer declaraciones.

Lo cierto es que los padrones nacionales —aun tras el acortamiento de plazos— **deberían haberse girado a más tardar el 28 o 29 de mayo, y sólo partieron rumbo a las provincias pasada la primera semana de junio.** El "detalle" sería pasado por alto luego de un acuerdo con cada una de las provincias. Sin embargo, los funcionarios consultados se encargaron de negar este dato o evitaron dar precisiones. Aunque el detalle pueda parecer nimio, queda la duda sobre si algún partido provincial no podría presentar algún tipo de impugnación por la violación de los plazos legales.

El apuro por tomar la decisión se debe además a que hoy vencía el plazo del Gobierno para fijar el 11 de agosto, permitiendo a los gobiernos provinciales realizar la convocatoria en sus respectivos distritos. Este decreto debía ser firmado por el Presidente antes de su partida a Bolivia.

La confirmación de la primera fecha de elecciones —restan el 8 de setiembre y el 27 de octubre— se conoció de boca del gobernador de San Luis, **Alberto Rodríguez Saá**. El puntano se entrevistó a la mañana con el Presidente en la Residencia de Olivos y al salir informó que Menem firmaría por la noche el decreto fijando el 11 de agosto.

El acuerdo político sirvió para que los tres distritos ahora habilitados ofrezcan un probable **resultado equilibrado tanto para el oficialismo como para la oposición.** De acuerdo con los pronósticos en San Juan ganaría el bloquismo, el San Luis el PJ y en Río Negro la UCR.

San Juan es la única provincia que estaba obligada a hacer las elecciones de autoridades provinciales en esa fecha ya que su ley electoral establece un plazo de 120 días antes de que caduquen los mandatos. **Merced a la decisión del Gobierno de desdoblar las elecciones nacionales podrá tener comicios simultáneos.**

Pero el radical **Horacio Massaccesi**, gobernador de Río Negro, había anticipado su decisión de realizar los comicios provinciales el 7 de julio aunque debiera correr con los gastos electorales. La UCR tiene asegurado su triunfo en ese distrito y quería marcar su impronta en el diagrama electoral. Tras arduas negociaciones Massaccesi accedió a postergar su fecha pero si incluían —y financiaban— a Río Negro en esta primera convocatoria. Ayer tuvo su última reunión con el ministro **Julio Mera Figueroa** y se llevó la confirmación del decreto.

La inclusión de San Luis —donde el justicialismo conserva su hegemonía— sirvió para **"emparejar las chances"**, tal como lo reconocen algunos alquimistas electorales.

M. L. M. K.

Las razones en danza

Empujado antes que nada por **razones políticas**, el Gobierno impulsó un diagrama electoral poblado de **desdoblamientos y anticipaciones**. Eso, sin contar las modificaciones legales que se han sucedido, en algún caso con el **acompañamiento** de los radicales.

Ahora parece despuntar un cronograma definitivo. Y en esta primera fecha —**11 de agosto**— la compulsa se realizará en tres distritos donde las encuestas anuncian **ganadores diferentes**: en San Juan el **bloquismo**, en Río Negro el **radicalismo** y en San Luis el **justicialismo**. No es fácil asegurar que el equilibrio sea producto de la **casualidad**.

Quizá por esa misma afición al equilibrio, el Gobierno decidió **anticipar las elecciones en Buenos Aires** —previstas para el 27 de octubre— y anotarla en la segunda fecha del fixture: el **8 de setiembre**. Se buscaría con esto que las eventuales chances ganadoras del PJ no se diluyan tras una **doble derrota** en Córdoba y Santa Fe, que ya habían fijado ese día para sus propios comicios.

Así, el 8 de setiembre se votará también en **Tucumán, Chaco, Chubut, Formosa, La Pampa, Neuquén, La Rioja, Mendoza, Misiones, Santa Cruz y la Capital Federal. En cambio, para el 27 de octubre quedarían Salta, Santiago del Estero, Jujuy, Catamarca, Tierra del Fuego y Corrientes.**

"CLARIN" 26/6/91

01-01

9108422

Nº DOCUMENTO
TITULO: El Gobierno dispuso intervención de La Rioja.
FECHA: 150024
FECHA: 27/6/91
VIA: 10033
11164
11302
11303

SE HARA CARGO EL EX MINISTRO CARLOS ALDERETE

La intervención a La Rioja dispuso el Gobierno

El Gobierno firmará hoy el decreto de intervención al Poder Ejecutivo de La Rioja. La medida fue dispuesta a última hora de anoche y entre los fundamentos se mencionó la crítica situación económica y el quebranto del banco provincial. Junto con Catamarca y Tucumán, será la tercera provincia intervenida este año. Designarán interventor a Carlos Alderete, ex ministro de Trabajo durante el gobierno de Raúl Alfonsín.

El Gobierno decidió intervenir el Poder Ejecutivo de la provincia de La Rioja. El decreto *será firmado hoy* por el presidente en ejercicio, **Eduardo Duhalde**, y por el ministro del Interior, **Julio Mera Figueroa**, según confirmaron anoche fuentes de la Casa Rosada.

La medida se adoptó al última hora, tras extensas reuniones entre las autoridades nacionales y el gobernador interino **Agustín de la Vega**. El tema central fue la profunda crisis financiera e institucional que atraviesa la provincia de la que es nativo y fue tres veces gobernador el presidente **Carlos Menem**.

Según trascendió, el interventor designado por el Ministerio del Interior sería el dirigente sindical y ex ministro de Trabajo durante el gobierno de Alfonsín, **Carlos Alderete** (véase aparte).

La idea de intervenir La Rioja **no es nueva**. En febrero último la decisión parecía inminente, pero sucesivas postergaciones intentaron mantener una precaria situación de normalidad.

Ayer mismo, al comienzo de la jornada aún se descartaba la medida. Pero a última hora se conoció la decisión tomada por **Julio Mera Figueroa**, luego de partir ayer a la tarde el presidente **Menem** partiera ayer a la tarde rumbo a Bolivia, dándole **"carta blanca"** a su ministro y sin haber recibido a **Agustín de la Vega** y su comitiva, que **en vano** intentaron tener una entrevista con él.

♦ Audiencia demorada

Así, De la Vega hizo una **larga antesala** durante la tarde en el despacho de Mera Figueroa, hasta que le comunicaron que la entrevista sería **en la casa** del ministro.

En el amplio departamento de la Avenida del Libertador, el gobernador presentó **cifras y explicaciones**. A la salida aseguró que **"no están dadas las condiciones institucionales"** para la intervención, porque su provincia solo tiene **"problemas económico-financieros"**.

Sin embargo, es público que tanto él como tres integrantes de Superior Tribunal de Justicia —la Suprema Corte riojana— **tienen sendos pedidos de juicio político** y su ministro de Economía, **José Silvestre Vega**, fue procesado en una causa penal por malversación de fondos y asociación ilícita en el banco provincial, del que fue interventor.

Tras su entrevista con Mera Figueroa, el gobernador De la Vega partió junto con dos de sus ministros rumbo al despacho del senador **Eduardo Menem**. **"Esto no es nuevo, también le pasó al presidente Menem en 1985 mientras era gobernador y vino a Buenos Aires porque no podía pagar los sueldos"**, dijo confiado De la Vega tras su entrevista con el hermano del Presidente.

Es sabido que **Eduardo Menem** tiene fuerte en la interna riojana y de hecho ha colocado en sus cargos a muchos de los funcionarios ahora cuestionados. Hasta ayer se **opuso a la intervención**, pero anoche **"tiró la toalla"**, según admitieron algunos de sus allegados.

♦ Callejón sin salida

A la crisis política de La Rioja se sumó el virtual **estado de quiebra** en que se encuentra la provincia. El último pedido de fondos al gobierno nacional ascendió a **210.000 millones de australes**, para poder afrontar el pago de los sueldos de mayo en la administración pública provincial.

Ayer se habrían girado **apenas 10.000 millones**, con lo que se comenzó a pagar a los maestros, que están en huelga. Pero el Ministerio de Economía que encabeza **Domingo Cavallo** hizo saber que **no habría más partidas especiales** para un estado provincial con sus cuentas en rojo.

El gobierno riojano, según señalan autoridades nacionales y provinciales, **no aplicó el ajuste exigido por** el Ministerio de Economía. Esto hubiese significado **despidos masivos en la sobredimensionada administración**.

La crisis ha determinado que ayer se formara en La Rioja un **consejo de emergencia** en el que participan partidos políticos y asociaciones gremiales y empresariales. Entre otras cosas reclamaron **"el saneamiento de las finanzas públicas"** y la reducción de los sueldos de los funcionarios.

Existe la posibilidad de que **Mera Figueroa viaje hoy a La Rioja**, para tratar de ordenar la situación antes de la llegada a la provincia del presidente Menem, en **vuelo directo** desde La Paz, Bolivia.

CLARIN 27/6/91

01/02

9108423

Nº DOCUMENTO .....
TITULO .....
PPCC DE ...
FE ...
VI ...

Tres provincias

Este 1991 es el año de las intervenciones para el gobierno nacional. El 5 de enero Julio César Arías fue designado interventor en Tucumán, tras una crisis político-social que arrastró al gobernador José Domato. El 17 de abril el remedio federal fue aplicado en Catamarca, luego de la ola de protestas que generó la muerte de María Soledad Morales. Luis Prol remplazó a Ramón Saadi.

No se llegó a ese extremo en Chubut, donde el gobernador Néstor Perl renunció el 30 de octubre de 1990. Ocupó su lugar el vice Fernando Cosentino. En Jujuy el titular del Ejecutivo, Ricardo de Aparici, tras su renuncia, fue sustituido por su segundo, Eduardo Aldereta. En Santa Cruz Ricardo Del Val fue destituido y remplazado primero por José Ramón Granero y luego por Héctor García.

02/02

9108423

Nº DOCUMENTO
TITULO Carlos Alderete designado interventor de la Rioja.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE [illegible] 27/6/91
VIDEOCINTA 10033
11164
11302
11303

Alderete, interventor

Salteño, con muy pocas asignaturas pendientes para terminar una carrera de abogado que ya no será, secretario general de la Federación de Trabajadores de Luz y Fuerza en 1984, cuando se normalizó la actividad gremial en la Argentina después del proceso militar, el designado interventor en el gobierno de La Rioja, **Carlos Elbio Alderete**, entró a la vida gremial argentina en la década del '60, mientras era también alumno de la Universidad de Buenos Aires.

De excelentes contactos con la Iglesia, habitual interlocutor del cardenal **Raúl Primatesta**, enrolado en el "grupo de los 15", Alderete fue **ministro de Trabajo del gobierno de Raúl Alfonsín** (asumió el 31 de marzo de 1987), en reemplazo de **Hugo Barrionuevo** y después que el mecánico **José Rodríguez** rechazó el ofrecimiento. Fue una gestión que duró apenas seis meses. El 15 de setiembre de ese año, Alderete presentó su renuncia indeclinable, después que "los 15" decidieran lanzar una ofensiva contra el plan económico del Gobierno y de que Alfonsín le comunicara a "los 15" que quería un gabinete "homogéneamente radical".

"CLARIN" 27/6/91

01/01

9108424

Nº DOCUMENTO
TITULO La UCR define candidatos
150026
28/6/91
10033
11164
11304

Con candidatos esquivos

La UCR define su oferta para 1991 en capital

Por Daniel Lupa

Lo que se vote el domingo en la UCR podrá entenderse como la oferta que por algún tiempo ofrecerá el ya centenario agrupamiento al electorado local.

Sería una ligereza dejar de ver, de paso, el peso que esto tendrá en el intento alfonsinista de encontrar alguna plataforma novedosa que lo ayude a seguir teniendo presencia. Un primer paso en esa dirección, fue el lanzamiento efectuado el miércoles por Alfonsín, aprovechando la tribuna por la celebración del centenario partidario, al esbozar un acercamiento al gobierno mediante un acuerdo "a lo Moncloa".

El diseño del intento ha sido encargado a una comisión que encabeza Dante Caputo. Los "celestes", conversados y convergentes, preparan un documento propio similar en ámbitos de la Secretaría General de la Presidencia. Ambos incluirán la reforma de la Constitución.

En esencia se trata de un proyecto que le permita al alfonsinismo recapturar la conducción partidaria. La gestión cumplida en el intento acuerdista que le tendió Cavallo con el escalonamiento del aguinaldo, puso en evidencia que Alfonsín no controlaba más del 23 por ciento del bloque de diputados (14 sobre 60), aparte de colocar en severo riesgo a sus aliados "celestes", derrotados formalmente por el bloque radical. Estos hechos habrían decidido a Alfonsín a intentar una ofensiva frontal.

El acuerdo como plataforma política, una vez fracasada la Convención Nacional en Bariloche que le quitó del camino escollos más comprometedores, alienta sus expectativas para revertir desde la capital la cascada de fracasos de los últimos tres meses.

Candidato de circunstancias

Las internas del domingo, en consecuencia, resultarán una prueba de fuego para las apetencias dominantes en el alfonsinismo, la derrota de De la Rúa, como pretenden los alfonsinistas, es la condición esencial.

No es extraño, en consecuencia, que la "Renovación" del "alfonsinismo a ultranza", que venía encabezando Facundo Suárez Lastra, haya debido ceder lugar para impulsar un voto más firme incorporando como "cadenero" al presidente del bloque de diputados alfonsinistas, Naún César Jaroslavsky.

Encabezar la lista con un entrerriano pese a la manifesta ilegitimidad de su candidatura, describe con bastante elocuencia el grado de desesperanza de la lista que procede de la riñonada de Alfonsín.

"LA PRENSA"
28/6/91

01-02

9108425

Nº DOCUMENTO.....
TITULO.....
PRO...
F...
V...

La UCR define su oferta para 1991 en capital

Cualquiera sabe que el "cadenero" deberá ceder su posición al día siguiente de los comicios. No es porteño nativo ni ha vivido, por razones de afincamiento selectivo, en el distrito. Difícilmente la justicia electoral avalaría el razonamiento de que, al verse obligado a residir en la capital por ser diputado por dos períodos, tiene derecho a postularse como candidato.

Pero su presencia como cabeza de los "renovadores" de Nosiglia, Caputo, Suárez Lastra y Terragno, revela la escasa popularidad interna de los más estrechos colaboradores del gobierno alfonsinista tanto como de la "coordinadora", columna vertebral del alfonsinismo. No cabe duda de que el diputado Jaroslavky es el más popularizado y menos temido de los alfonsinistas y, por lo tanto, la figura más "presentable" como Agricol de Bianchetti, ex dirigente de la aramburista UDELPA, para los moderados cuadros radicales de la capital.

Pero esto significa, literalmente, que se trata de un candidato que no llegará a ser tal, ya que la Justicia difícilmente lo convalide y sólo servirá para la disputa interna del poder partidario.

Las otras "excusas nominativas"

¿Es acaso distinta la situación del Ateneo del Centenario, cuya cabeza de lista —el diputado Jesús Rodríguez— debería obtener en esta oportunidad el 50 por ciento más un voto, de los emitidos, para poder ser reelecto como candidato, conforme con la carta orgánica partidaria?

Como jefe del Ateneo, encabeza la lista junto con la diputada Florentina Gómez Miranda, que se encuentra en la misma situación. Así, los "cadeneros" son, casi sin dudas, "candidatos imposibles": sólo un "vuelco de padrones" les permitiría reunir el 50 por ciento de los votos.

Pero la candidatura de De la Rúa ¿es acaso menos teórica que las mencionadas? En principio, el "cadenero" inocultable del Movimiento de Participación ¿se propone realmente cubrir el mandato de diputado nacional por los cuatro años constitucionales, o esto es sólo un escalón capaz de mantenerlo en escena hasta la renovación senatorial de 1992?

Encabezar una lista de diputados por razones tácticas personales, para priorizar otra elección, puede ser tentador para los cuadros partidarios en la medida en que se dibuja como un "cadenero" para las elecciones generales, pero poco estimulante para el propio electorado metropolitano, de manera que en su virtud puede residir su vicio.

El afiliado radical de la capital deberá votar el domingo algo que no sería exagerado calificar como "excusas nominativas" o bien "candidatos inexistentes", según las quizá rebuscadas pero precisas definiciones utilizadas por un hombre del MAY —disidentes que no disimulan que sólo la presencia del conocido senador chaqueño Luis León podría estimular un voto en favor de los reducidos pero pertinaces candidatos del Frente de Integración Radical (FIR)— que los aglutinó en las internas del 19 de mayo.

La unidad frustrada

Los "cadeneros" se impusieron como estrategia generalizada, cuando Jesús Rodríguez y Nosiglia no se avinieron a un entendimiento para la lista única, ni lograron que el "delarruismo" admitiera una situación de hecho que quizá tenga gravitación decisiva el domingo: ninguna de las líneas dispone del 50 por ciento más uno de los votos.

Rodríguez pretendía encabezar la lista en vista de que el Ateneo había obtenido el 26,6 por ciento de los votos en la interna del 19 de mayo. Nosiglia lo negaba alegando que la diferencia era mínima (la "renovación" obtuvo el 23,4 por ciento) y debía permitir la promoción de Terragno, por ejemplo, para introducir en la escena a alguien que puede pasar como "moderado".

Rodríguez necesitaba la lista única para evitar la prueba de fuego que le demanda el 50 por ciento de los votos (como Jaroslavsky en Entre Ríos, en 1987). Nosiglia, para que sobrevivieran los más estrechos colaboradores de Alfonsín.

Pero ambos cuestionaban la pretensión de De la Rúa de manipular los dos tercios de la representación, argumentando que en realidad "Renovación" y "Ateneo" juntos disponen del 50 por ciento de los votos, en tanto el delarruismo obtuvo en las internas del 19 de mayo el 48,4 por ciento (el 1,6 por ciento restante correspondió al FIR).

Pero los "renovadores" experimentaron, durante el debate, un desazonamiento inesperado. Aliados capitalinos del storanismo, escucharon con pavor que para Fernando Storani "Alfonsín no podrá ser candidato en 1988 porque ya se ha cumplido su ciclo y es una figura impopular", un punto que los colocó ante la alternativa de otra división interna o admitir públicamente su proyecto a la izquierda del ex titular del PEN.

02-02

9108425

DOCUMENTO
TITULO: El MAS intenta ampliar las fuerzas de izquierda.
FECHA: 15002.6
28/6/91
10033
11164
11304

Intentará el MAS ampliar las fuerzas de izquierda

La conferencia nacional del Movimiento al Socialismo (MAS) se pronunció por la constitución de un "frente de los trabajadores y la izquierda" para las próximas elecciones, en el cual se postularán "dirigentes obreros y políticos claramente comprometidos en la lucha contra el plan del gobierno y el FMI".

La convocatoria calmó las expectativas de los socios de la organización trotskista en la Izquierda Unida (IU), entre ellos el partido Comunista (PC) y la Izquierda Democrática Popular (IDEPO), cuyos máximos dirigentes, Patricio Echegaray y Néstor Vicente, respectivamente, veían entorpecida su labor electoral ante la indecisión del MAS.

Abrir el abanico

De todos modos, la diputada bonaerense Silvia Díaz aclaró que "el propósito es ampliar el abanico de fuerzas políticas que integran la IU y abarcar fundamentalmente a la cámada de dirigentes sindicales que en los últimos dos años encabezaron luchas muy importantes y que se está proyectando al plano político".

En este sentido, recordó la prolongada huelga encabezada por el plenario de delegados ferroviarios, la coordinadora interhospitalaria, los activistas de SOMISA y ACINDAR, y los cambios que se están operando en el interior, como el caso de Obras Sanitarias y telefónicos de Córdoba.

Díaz excluyó de plano "la posibilidad de ampliar a fuerzas de centroizquierda la propuesta, ni siquiera en provincias donde la situación es particularmente difícil, como es el caso de Buenos Aires".

"Nosotros estamos convencidos de que el piso electoral de los partidos mayoritarios está muy por debajo del nivel histórico, hay una cantidad de indecisos muy grande y la izquierda puede pelear por su espacio", estimó la legisladora.

Consideró que "las fuerzas de centroizquierda no tienen discrepancias de fondo con el plan de ajuste vigente impuesto por el FMI porque coinciden en los objetivos, aunque discrepen en los métodos".

La diputada bonaerense adelantó que la opinión del MAS es la de negociar las candidaturas y no realizar elecciones internas abiertas como sucedió en 1989.

Consultada sobre la posibilidad de que el diputado nacional Luis Zamora se presente como candidato a gobernador de Buenos Aires, Díaz aseguró que "no hemos hablado de candidaturas".

"LA PRENSA"
28/6/91

01-01

9108426

Nº DOCUMENTO .....
TITULO Destituyen e inhabilitan a una jueza por corrupcion
150029
29/6/91
10033
11164
11302

PRIMER CASO DESDE LA RESTAURACION DE LA DEMOCRACIA

Destituyen e inhabilitan por corrupción a una jueza

"La señora jueza no está, se fue a Buenos Aires porque le dolía la muela".

Cuando ayer, en La Plata, a las 6.30, el secretario informó al tribunal que **Edith Melman**, la jueza juzgada, ya no estaba donde había prometido aguardar el fallo, tuvieron la absoluta certeza del acierto del veredicto adoptado por unanimidad.

El veredicto fue destituir a la hasta ese momento titular del Juzgado en lo Civil y Comercial nº 7 del departamento judicial de San Martín.

Con ese fallo se concretó el primer caso de remoción por corrupción de un magistrado desde la restauración de la democracia en 1983. Los juicios políticos contra **otros dos jueces, Miguel Angel Zitto Soria y Remigio González Moreno** no llegaron a culminar en el Congreso porque ambos renunciaron antes. Se demora en el Senado, en tanto, el juicio político contra el juez **Oscar Alberto Nicosia.**

En la provincia de Buenos Aires existe un mecanismo distinto: un tribunal especial que integran ex jueces y legisladores y que preside el titular de la Corte es el encargado del enjuiciamiento.

El juicio fue, sobre todo, obra de un diputado: el ucedeísta **Federico Zamora**, a quien se recordará porque se disfrazó para investigar la corrupción en la venta de bienes del Banco Central. **Esos bienes habían sido de la liquidada Cooperativa Sáenz Peña, que insumieron un equivalente de 150 millones de dólares.**

Departamentos, edificios y campos fueron vendidos por la jueza de modo directo y no en subasta pública, a precios viles. La investigación de Zamora incluyó unas cincuenta de esas propiedades cuya tasación oficial era en conjunto de 2.800.332 dólares. Sin embargo fueron vendidos (¿testaferros?) por 472.017 dólares.

Un ejemplo: un edificio con su estructura de hormigón de seis pisos, tasado en 130.000 dólares, se vendió en 3.612. El edificio está ubicado en 9 de Julio 1925, San Martín, **a una cuadra del juzgado de la Melman.**

La ahora ex jueza prófuga está juzgada por el juez federal de Morón, **Gerardo Larrambebere, por cohecho positivo agravado, asociación ilícita y administración fraudulenta e infiel en perjuicio de la administración pública.**

Esta señora rubia, mayor, con aspecto europeo y cierta distinción de trato se presentó un día en el programa de **Mirta Legrand** para defender su honestidad ante los embates del diputado Zamora, a quien imputó que se había lanzado en una campaña de desprestigio contra ella porque **quería ser intendente de Tres de Febrero.** En algo al menos no se equivocó: Zamora es candidato a ese cargo.

El jurado también decidió girar a la justicia penal de turno las declaraciones testimoniales de **Osvaldo Sabattino**, el apoderado del Banco Central que tiene a su cargo todos los procesos de quiebra.

Dos de sus colaboradores, **Alicia Urbani**, contadora, y **Alberto del Pozo**, abogado, nombrados como liquidadores, **hace meses que están presos.**

"CLARIN"
29/6/91

01-01

91 09427

Nº DOCUMENTO
TITULO Declaracion argentino-boliviana.
PROC. 150025
FE 29-6-91
VI. 10033
11164
11399
Bolivia

Declaración argentino–boliviana

Por Diego Pérez Andrade

(Enviado especial de LA NACION)

LA PAZ – Con la firma de una declaración conjunta argentino-boliviana que establece que la Argentina seguirá comprando gas a Bolivia, pero bajo nuevas condiciones de precio y cantidad, y que expresa la decisión de ambas naciones de que el país del altiplano ingrese al Mercado Común del Cono Sur (Mercosur), concluyó ayer aquí la visita del presidente Carlos Menem.

El documento, que suscribieron Menem y su anfitrión Jaime Paz Zamora en una ceremonia realizada en el Palacio Quemado, destaca también la preocupación de los dos presidentes por el aumento de la demanda de estupefacientes en la región, así como prevé la realización de importantes obras de infraestructura que vinculen a ambas naciones con financiación internacional.

Estos son los puntos salientes de los 15 artículos que conforman la Declaración de La Paz:

- Se buscarán alternativas de financiación para la construcción de los tramos carreteros Palmar Grande-Camiri; Desemboque-Bermejo; Bermejo-Tarija; Palmar Grande-Santa Cruz de la Sierra; Humahuaca-La Quiaca-Villazón-Tupiza-Cotagaita-Potosí.

- Se destacó la importancia que ambos países otorgan a la puesta en marcha de la Hidrovía Paraná-Paraguay, no sólo como vertebradora de la integración de las naciones de la Cuenca del Plata, sino como vinculación física de Bolivia con los miembros del Mercosur.

- Se instruyó a las dos cancillerías para que estudien, en el comercio bilateral, la eliminación de los obstáculos administrativos y no arancelarios que dificultan el tráfico.

Además de otros proyectos que hacen a la integración buscada ("al fin y al cabo argentinos y bolivianos somos la misma cosa", dijo Menem en su improvisado discurso), el documento prevé una acción conjunta en la lucha contra el narcotráfico, aunque no contiene precisiones al respecto.

Tampoco se aclara allí de qué forma la Argentina podría lograr que los países firmantes del Tratado de Asunción, que dio origen al Mercosur, acepten como nuevo socio a Bolivia.

En lo que respecta a la compra de gas boliviano, la Argentina fue cauta y dijo que seguirá comprándolo, pero que renegociará las condiciones.

Se buscó aquí, dijeron fuentes de la cancillería a LA NACION, no enturbiar el panorama económico interno de Bolivia, que negocia su deuda en estos días con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. Si este suministro, oneroso para Buenos Aires, se cortara ya, Bolivia tendría serios problemas para que sus cuentas cierren.

Menem invitó a Paz Zamora a los festejos del 9 de Julio en San Miguel del Tucumán, donde también estarán los mandatarios del Uruguay y del Paraguay.

"LA NACION" 29/6/91

01/02

9108428

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PRO
FE
VI.

Manifiesta disconformidad de ambas partes

LA PAZ (AP).– El presidente argentino, Carlos Saúl Menem, que concluyó ayer su visita oficial de 48 horas a Bolivia, y su colega boliviano, Jaime Paz Zamora, se manifestaron disconformes con la declaración conjunta que parece no contener las principales aspiraciones del país del altiplano.

"Es cierto, el acuerdo no es perfecto", declaró Menem, después de divulgar la declaración conjunta. Por su parte, Paz Zamora señaló que "evidentemente (la declaración) no es perfecta".

"Hay que ver aquí la perfectibilidad de las cosas, de lo que hacemos los hombres. Pero como (la declaración) no es definitiva, como vamos a seguir conversando, dialogando... No tengo la menor duda de que vamos a marchar por el camino de la perfectibilidad", añadió Menem.

La declaración de 15 puntos parece no contener definiciones respecto de los dos temas calificados de mayor importancia para Bolivia: la venta de gas natural a la Argentina a partir del próximo año y el posible ingreso del país al Mercosur, que integran la Argentina, Uruguay, Paraguay y Brasil.

Respecto de esos dos asuntos, la declaración contiene sólo una referencia formal y poco concreta. "En efecto, cuando hicimos la revisión final de la declaración, yo le dije al presidente Menem que ésta no es perfecta, pero lo perfecto es enemigo de lo bueno. O sea, que la declaración es buena pero es perfectible y ésa es nuestra obligación como presidentes", ratificó Paz Zamora.

02/02

9103428

Nº DOCUMENTO
TITULO Siete listas en internas de la UCeDe.
FE 150026
FE 29/6/91
VI 10032
11164
11309

Siete listas confrontarán en las internas de la UCeDe

Siete listas se presentarán mañana en las internas de la Unión del Centro Democrático metropolitana, para dirimir candidatos a diputados nacionales, concejales y consejeros vecinales, con vistas a las elecciones generales de octubre venidero.

Cerca de 40.000 afiliados podrán votar entre las 9 y las 21, en las 80 mesas distribuidas en las 28 secciones en que se divide el distrito capital, según informó la titular de la junta electoral partidaria, Elizabeth Brema.

El matiz más destacado que ofrece esta interna es que el líder y fundador de la UCeDe, Alvaro Alsogaray, medirá fuerzas con los candidatos apoyados por la diputada nacional Adelina Dalesio de Viola, su más crítica adversaria.

En estas elecciones se aplicará el sistema proporcional D'Hont y, de las siete listas que competirán, cinco serán completas, una presentará candidatos a diputados nacionales y la restante lo hará sólo con aspirantes a concejales y consejeros vecinales.

Denuncias

En ese marco se produjo un cruce de denuncias mutuas, que caracterizó a esta elección como "la más sucia, abundante en diatribas y calumnias", según consideró Brema, quien, no obstante, aseguró que los comicios "se realizarán con toda normalidad, una vez superada toda esta situación".

Por su parte, Alsogaray instó a "volver al estilo de antes y librar a la UCeDe de tres o cuatro ovejas negras que le hicieron mucha mal" al partido, y consideró que "el 95 por ciento de los afiliados" están a su lado, lo que causó un gran malestar a sus adversarios.

Las listas "Nueva Etapa Liberal" y "Recuperación Liberal" son las que más cuestionan al líder ucedeista. Las restantes respetan a Alsogaray, pero sostienen que la UCeDé "debe mostrarse como un partido independiente y liberal de alternativa, y no agotarse en el asesoramiento que pueda prestar a otra fuerza política", en referencia al justicialismo.

En cuanto a la línea "Liberal Buenos Aires", que sólo postulará candidatos a concejales y consejeros vecinales, llamó a los afiliados a "cortar boleta", para evitar que los alsogaraístas "no se dejen arrastrar" por la lista que encabeza Jorge Pirra, para concejales.

Según estimaciones de la junta electoral, los primeros resultados privisorios de los comicios que puedan marcar una tendencia definitiva, "se podrán conocer cerca de la medianoche del domingo", ya que consideran que, "de haber muchos cortes de boleta, el escrutinio podría ser muy lento".

Nombres, colores y candidatos

Unidad y Apertura (Azul): lleva como candidatos a diputados nacionales a Alvaro Alsogaray, Jorge Pereyra de Olazábal y Miguel Padilla, mientras que para concejales presentará a Jorge Pirra (vicepresidente del distrito), Patricia Siracusano y Mimí Sánchez Soronde de Herrera.

Nueva Etapa Liberal (Naranja): Ricardo Zinn, José Juan Manny y Víctor Alderete (diputados); y Julio Crespo Campos, Venancio Arango y Jorge Oliveira (concejales).

Generación Liberal (Amarilla): Fernando Bustelo, Javier Vila Sánchez y Nora Martín (diputados); y Antonio Demarco, Gustavo Brignone y Juan Steverlinck (concejales).

República Liberal (Verde): Alberto Serócimo, Eduardo Pérez Calvo y Osvaldo Zatti (diputados); y Emilio Lázzari, Eduardo Abregú y Ana María Lacoselli (concejales).

Cruzada Liberal (Rosa): Alfredo Solari, Fernando Siro y Carlos Berini (diputados); y Rubén Piro, Rosa Estela Cavalcanti y Elena Cruz (concejales).

Recuperación Liberal (Beige): Guillermo Pereira, Marta de Pellegrini y Hernán Canavese (diputados), no presentando aspirantes para los demás cargos electivos.

Liberal Buenos Aires (Gris): Carlos Maslatón, Carlos Pirovano y Hugo Bunge Guerrico (concejales), mientras que no confrontará para diputados nacionales.

Campaña "sucia"

Guillermo Pereyra y Marta de Pellegrini afirmaron en una declaración "no tener nada que ver con la supuésta campaña 'sucia' que denuncia en su contra Alvaro Alsogaray. En lo que a nosotros respecta, Alsogaray cree que 'decir la verdad es hacer campaña sucia'. Recuperación Liberal trata por medio de sus candidatos de llegar a los afiliados y opinión pública en general, diciendo qué es lo que ha ocurrido en nuestro partido, por qué se ha caído en la decadencia y quiénes son los responsables del descrédito partidario ante el electorado de la capital federal".

"LA PRENSA"
29/6/91

01-02

9108429

Nº DOCUMENTO

"Ensucian la interna"

Por su parte, Jorge Pitta señaló el "incremento de agresiones a través de solicitadas y de comunicaciones a los afiliados, ataques y calumnias lesionan no sólo a la honorabilidad de los dirigentes sino del propio partido".

Agregó que este cúmulo de versiones y rumores "que ensucian la interna partidaria es consecuencia de la ausencia de proyectos políticos para compartir con nuestra fórmula y sólo logra deteriorar la imagen de un partido político, olvidando que lo que realmente importa es el afianzamiento de programas políticos serios que respondan a las expectativas del afiliado".

Patricia Siracusano y los impuestos

La precandidata a concejal por la UCeDe Patricia Siracusano dio a conocer un documento en el que sostiene que "el ministro de Economía desea equiparar la situación fiscal de la capital federal con las provincias, con lo cual quiere que la Municipalidad se haga cargo de ciertos gastos de educación, seguridad, justicia y salud.

"Cavallo olvida o ignora –añade– en su exacerbado chauvinismo provinciano, que existe el impuesto de sellos, un importante recurso de las economías provinciales que en la capital federal recauda para sí la Nación".

Tras recordar que la capital tampoco recibe la coparticipación federal, la candidata mencionó que los hospitales municipales atienden sin cargo a pacientes de otras jurisdicciones.

Finalmente, Patricia Siracusano dice que "si al ministro le molesta la capital federal, debería volverse a su provincia en lugar de querer compensar los desequilibrios financieros que no consigue superar en su gestión, con impuestos y gastos volcados sobre los ciudadanos de una sola jurisdicción".

Acusación de Sersócimo

"La lista que responde al ingeniero Alvaro Alsogaray en una actitud insolente y falta de ética, ha procedido a tapar clandestinamente carteles de la lista República Liberal que encabeza el doctor Alberto Sersócimo que fueron colocados en carteleras municipales especialmente contratadas y por las que se han pagado contribuciones fiscales".

Según Alberto Sersócimo, el ingeniero Alsogaray "quien denunciaría que había juego sucio en las internas, incurre en actitudes que perjudican a los que queremos competir lealmente", por lo que se consideró que quien es capaz de usar estas estrategias "ha perdido la aptitud cívica para representar a los habitantes de la ciudad de Buenos Aires".

02-02

9108429

Nº DOCUMENTO
TITULO Elecciones violentas en la UCeDe capitalina.
150024
29/6/91
10033
11164
11304

Los liberales de la Capital en una batalla de todos contra todos

En el marco de una interna violenta, los afiliados a la UCeDé de la Capital concurrirán mañana a las urnas para designar candidatos a diputados nacionales, concejales y consejeros vecinales. Los dirigentes descuentan que en las diputaciones se impondrá Alvaro Alsogaray y, en consecuencia, centraron la puja en las candidaturas a concejales. En ese nivel, la interna se transformó en una lucha de todos contra todos.

Los dirigentes de la UCeDé capitalina dieron vuelta la interna y así la elección de candidatos que se realizará mañana pasó de un sistema de lista completa a un velado uninominal. Como descuentan que Alvaro Alsogaray triunfará en los comicios, centraron la competencia en las candidaturas a concejales.

En ese marco, se produjo un cruce de denuncias mutuas que caracteriza a esta elección como "sucia y abundante en diatribas y calumnias", según admiten los propios ucedeístas.

Quienes no integran la lista oficialista disparan sus dardos contra **Jorge Pirra**, cabeza de los precandidatos a concejales por Unidad y Apertura. Entre ellos se destaca **Carlos Maslatón**, postulado por la agrupación Liberal Buenos Aires a la reelección como concejal.

El ex dirigente de UPAU lanzó una agresiva e insólita campaña en favor del corte de boleta e insta a votar por Alsogaray en desmedro de Pirra.

En su condición de operador de Alsogaray, Pirra manejó la lista de Unidad y Apertura y colocó en el cuarto lugar al arquitecto **Jorge Rinaldi**, desplazando a Maslatón en contra de la opinión de María Julia.

También denunció a los cuatro vientos el canibalismo existente en el partido como resultado de la violenta interna. Señaló como ejemplo, el incremento de las agresiones a través de solicitadas y cartas a los afiliados, ataques y calumnias que "lesionan no solo la honorabilidad de los dirigentes, sino también la del propio partido". Asegura además, que las versiones y los rumores responden a la falta de proyectos que caracteriza a los opositores y advierte a los afiliados sobre la posibilidad

"CLARIN"
29/6/91

01-03

9108430

de que algunos candidatos se lleven la banca a otros partidos.

Julio Crespo Campos es otro de los que podría colarse en la lista de concejales a través del sistema proporcional D'Hont. Crespo ganó notoriedad en los últimos días tras recibir una fuerte golpiza en la calle Florida mientras impulsaba una investigación sobre la seguridad en las obras de las Galerías Pacífico.

Crespo y Ricardo Zinn, que cuentan con los auspicios de Adelina de Viola, llevan adelante la acción proselitista a través de una serie de solicitadas donde acusan a Alsogaray de alentar el personalismo y otras lideresas.

Entre los desplazados por Pirra también se cuenta Antonio Demarco, primer precandidato a concejal por Generación Liberal. Demarco, un aliado de Fernando Bustelo (precandidato a diputado nacional), es de los que piensan que la UCeDé no debe participar en acuerdos electorales con el justicialismo. Y como ejemplo denuncia el entendimiento con el gobernador de San Luis, Adolfo Rodríguez Saá, con quien los liberales puntanos llegaron a un acuerdo para los comicios de setiembre.

La corriente interna República Liberal propone a Emilio Alberto Lazzari como primer precandidato a concejal. Lazzari es de los que trataron de mantenerse al margen de la disputa interna, aunque finalmente se sumó a las críticas que Alberto Serséimo (precandidato a diputado) disparó contra la conducción partidaria. Asegura que los candidatos de República llevarán al Congreso y al Concejo Deliberante a dirigentes que no cierren la boca ante la corrupción, "porque no se puede hacer buena economía sin ética ni con los sospechados de dudosa moralidad".

Enrique Medeot

Copyright Clarín 1991

Por qué se vota

En un comienzo, los dirigentes de la UCeDé habían acordado una lista única de candidatos a diputados, concejales y consejeros vecinales, mediante el manejo de la convención metropolitana. Pero el entendimiento fracasó cuando Adelina de Viola insistió en que Alvaro Alsogaray abandonara su pretensión de volver al comité nacional.

Por aquel entonces, los otros detalles habían quedado prolijamente anudados. Era la consecuencia lógica de la decisión de quienes hegemonizan el oficialismo y la oposición dentro del partido.

Alsogaray y Adelina no cedieron en sus posiciones y la propuesta de una lista única saltó por los aires. Luego Adelina trató de llegar al comité nacional a través de la elección directa de los delegados. Pero se le cruzó en el camino la decisión del oficialismo, cuyos operadores maniobraron para que la designación de esos representantes corra por cuenta de la junta de gobierno. Adelina estudia hoy su alejamiento del partido.

9108430

Ricardo Zinn
Encabezaba el ránking para la lista oficialista. Por discrepar con María Julia en ENTel le sacaron "bolilla negra". Fuerte opositor al fundador del partido.

Alvaro Alsogaray
Se postula por 3ª vez para diputado. Dijo que la UCeDé podía encarrilarse si se van "tres o cuatro ovejas negras", alusión que alcanza a Adelina de Viola.

Guillermo Pereira
Por Recuperación Liberal, se presenta como "ilustre desconocido". Clama por recuperar los principios del liberalismo hoy" malversados".

Alfredo Solari
Reivindica a los "dinosaurios" y pide un perfil opositor. Candidato por Cruzada Liberal. Quiere impulsar a gente sin pasado político.

Alberto Sarsócimo
Lidera al otro sector de "dinosaurios". Dice que tiene adhesión de ex alsogaraistas y ex adelinistas. Se postula para diputado por República Liberal.

Fernando Bustelo
Concejal y arquitecto, 32 años. Llegó al cargo por recomendación de María Julia, de quien se distanció al poco tiempo. Se postula como candidato a diputado por Generación Liberal y advierte la caída de la UCeDé.

Carlos Mastaión
El otrora dirigente de UPAU quiere quedarse como concejal. Lanzó una agresiva campaña contra Jorge Pirra, instando al corte de boleta. Ex adelinista, coincide hoy con la posición de María Julia. 32 años.

03-03

9108430

Nº DOCUMENTO 150026
TITULO Menem niega intervención de la Rioja.
FECHA 29/6/91
VIA 10033
11164
11302
11303

Menem: nunca pensé intervenir La Rioja

LA RIOJA (De un enviado especial).– En una conferencia de prensa ofrecida en el aeropuerto, al llegar a esta ciudad, el Presidente aseguró que "nunca se me pasó por la cabeza intervenir La Rioja " y desmintió haber tenido diferencias con su hermano, el senador Eduardo Menem, por ese tema.

De este modo confirmó lo dicho por el ministro Mera Figueroa poco antes respecto de que no se iba a intervenir la provincia.

Con increíble sinceridad aunque visiblemente molesto, el jefe del Estado afirmó también que La Rioja "va a ser grande cuando se termine este desorden que se ha producido en los últimos años y en el que me incluyo yo".

Poco antes, se había comparado involuntariamente con el rival político que más lo obsesiona y del que más trata de diferenciarse, Raúl Alfonsín, al sostener que preguntar si él está exento de responsabilidad en su calidad de ex gobernador por la crisis que atraviesa la provincia, eso es como preguntar si no son responsables quienes le dejaron a él un país al borde de la guerra civil, para rematarlo con la afirmación de que la responsabilidad es compartida por todos.

En tanto, cuando se le hicieron saber las críticas que expresó el gobernador bonaerense por la ayuda financiera a esta provincia expresó que "Cafiero es un amigo y es un gobernador de una honestidad inobjetable, pero cuando se administra mal no hay plata que alcance, y si ustedes se fijan verán que la provincia de Buenos Aires es la que más recibe".

Temas económicos

Además de responder a las preguntas sobre la situación en La Rioja, el jefe del Estado se refirió a temas económicos que excedían el marco provincial.

En ese sentido, afirmó que "el dólar no va a superar la barrera de los 10 mil australes y si hay algunos loquitos que quieren apostar a eso, les digo que van a perder como en la guerra".

Con el mismo tono y firmeza adelantó que las relaciones de nuestro país con la banca internacional serán, en poco tiempo más, iguales a las que mantienen Chile y México, lo que es un logro más que importante para dos años de gobierno luego de haber recibido el país al borde de la guerra civil.

Hay previsibilidad

Confirmó, asimismo, que al primero de enero próximo se efectuará el cambio de signo monetario, de lo que se vanagloró porque, a su juicio, eso demuestra que "hay previsibilidad y no como en gobiernos anteriores, donde había sorpresa y de la noche a la mañana cambiaban las reglas de juego".

Luego de ello, tuvo un gesto de buena voluntad hacia el radicalismo al destacar que no se refería sólo al gobierno anterior, sino a todas las administraciones precedentes.

" LA PRENSA "
29/6/91

01-01

9108431

Situación de la Centroizquierda.
150022
31/5/91
10 033
11164
11304

Centroizquierda convulsionada

Ambito Financiero, Buenos Aires, viernes 31 de mayo de 1991

Articular un frente de centroizquierda para las elecciones de Buenos Aires y Capital Federal parecía sencillo. Pero ahora resulta harto difícil y no se trata de rencillas ideológicas vinculadas a la plataforma electoral sino a pujas despiadadas para resolver quiénes son los candidatos.

Hoy deberá realizarse un plenario de dirigentes para resolver cómo se elegirán esos candidatos. El peronismo de centroizquierda (en este caso el llamado Grupo de los Ocho aunque según Eduardo Duhalde, todo el peronismo participa de ese posicionamiento en el abanico ideológico) y el comunismo de Democracia Avanzada quieren elecciones internas abiertas. Y quien gana es candidato, como mecanismo de democratización del sector y de movilización de la novel fuerza política.

Carlos Alvarez

Pero los socialistas auténticos, los demócrata-populares y los intransigentes, más los humanistas, Encuentro Popular, MODEPA y Tendencia Comunista (cuyo caudal electoral real provoca reacciones diversas) hicieron saber que no estarán el viernes en el plenario porque preferirían otro tipo de integración de listas.

Los de "Los Ocho" a su vez se quejaron de que no fueron invitados a una reunión el lunes pasado porque no tienen personería jurídica y consideraron que fue un acto de "soberbia" entre tantas agrupaciones de relativo peso concreto.

"Los Ocho" tienen su propia interna porque Luis Brunati (ahora de Encuentro Popular) y "Chacho" Alvarez tienen diferentes metodologías y criterios organizativos desde que se unieron contra el menemismo. Tampoco es lo mismo Claudio Lozano que Eduardo Jozami, quienes pelean por similares candidaturas a diputados nacionales.

La Democracia Popular de Carlos Auyero y Alberto Aramouni (ex demócrata-cristianos) tiene como candidata a diputada nacional en Capital Federal a Graciela Fernández Meijide.

En Buenos Aires apoyan la fórmula Oscar Alende-Juan Pablo Cafiero (que es lo que enfrenta a Encuentro Popular y "Los Ocho" porque aquella agrupación pretendía esa responsabilidad para Luis Brunati).

Respecto a la candidatura de "Pino" Solanas para diputado nacional, ayer éste la negó rotundamente.

01-01

9108432

Privatizaciones pendientes.

150027

PRIVATIZACIONES PENDIENTES

EMPRESA	GRADO DE AVANCE	FECHAS PREVISTAS
• Ferrocarriles: Rosario-Bahía Blanca	Se rediscute el contrato de concesión con el consorcio Techint-Iowa, tras objeciones formuladas por la Comisión Bicameral.	Firma del contrato a la brevedad.
Urquiza	Se declaró desierta la licitación por las características de la única oferta presentada. Se haría un nuevo llamado en estos días.	La apertura de ofertas sería a fines de setiembre.
Mitre y San Martín	Están en venta los pliegos de la licitación desde enero. Se prorrogó la apertura de sobres.	La apertura de ofertas será el 22 de julio.
Delta-Borges	Hay objeciones de la SIGEP para la única oferta que se presentó a la licitación.	No hay fechas previstas.
• ELMA	Decreto de octubre del '90 ordenó privatización total. Decreto del '91 ordenó llamado a licitación internacional para la venta de seis buques.	No hay fechas previstas.
• Puertos	El proyecto de ley nacional para desregular y liberalizar las actividades no fue tratado en sesiones extraordinarias por el Congreso. Se creará una comisión para elaborar un programa de provincialización de los puertos, salvo los mayores y de privatización de los servicios en los más grandes.	Falta el marco legal básico.
• Segba	La privatización consiste en la concesión de la distribución y comercialización. Está en negociación el contrato con el consultor técnico, Hydro-Quebec. Falta apertura de sobres para consultor financiero y consultor legal.	Los pliegos se terminaron en noviembre del '90 y la transferencia sería en mayo del '92.
• Hidronor, Agua y Energía, Salto Grande, Yacyretá	No tienen aún autorización legislativa. Se prevé contratar una consultora que aconseje, en cada caso, la estrategia a seguir.	No hay fechas previstas.
• Gas del Estado	A pedido del Ministerio de Economía el Banco Mundial preparó un borrador de marco regulatorio que se está analizando desde mediados de este mes.	No hay fechas previstas.
• Petróleo Areas centrales	Se están terminando los contratos de asociación con YPF.	Entre junio y julio está prevista la posesión.
Areas secundarias	1ª licitación: 28 contratos ya firmados por un monto de 217 millones de dólares. 2ª licitación: Se adjudicaron 9 áreas. 3ª licitación: Se recibirán ofertas el 23 de junio para 28 áreas.	Para agosto estarán adjudicadas 65 áreas.
• YPF	La Inspección General de Justicia autorizó en febrero la transformación en sociedad anónima condicionando a que en un plazo de tres meses se acredite pluralidad de accionistas y carácter mayoritario privado del capital, en caso contrario será considerada sociedad anónima con participación estatal mayoritaria. El 12 de abril el Poder Ejecutivo envió al Congreso el proyecto de ley de reconversión.	El proyecto está trabado en el Senado.
• Vialidad Red de accesos a la ciudad de Buenos Aires	El 28/12/90 se preadjudicó la concesión al consorcio RAM-Autopistas Federales, integrado por 16 empresas nacionales.	No hay avances posteriores.
Red de accesos a la ciudad de Córdoba	El 28/12/90 se preadjudicó a Benito Roggio e Hijos y Asociados.	
Red de accesos a la ciudad de Mendoza	En el concurso realizado en julio '90 se registró una sola oferta.	
• Obras Sanitarias	En mayo una misión del Banco Mundial comenzó el ajuste final de los términos para elegir consultores. En julio y agosto se eligirán los consultores. En diciembre estará listo el pliego y se llamará a concurso para la concesión.	Se adjudicará en junio '92.
• Encotel	Está constituyéndose una comisión técnica para la privatización.	No hay fechas previstas.
• Defensa (AFNE, Hipasam, Astilleros Domecq García, Sidinox, Petroquímica Gral. Mosconi, SOMISA, Petroquímica B. Blanca, TAMSE y otros)	Se decidió la contratación para diagnóstico y elaboración de estrategias de privatización para 5 áreas: siderurgia, química y petroquímica, astilleros y reparaciones, otras industrias civiles e industrias de defensa. El consorcio integrado por CF First Boston y Banco General de Negocios se encargará de la privatización de Petroquímica B. Blanca y Petroquímica Gral. Mosconi.	Hasta el 30/9/'91 trabajarán los asesores en cada sector industrial.
Tandanor	En enero '91 se recibieron 2 ofertas que están en estudio. El personal prefiere comprar las acciones.	No hay fechas previstas.
FORJA	Se llamó a licitación y no hubo ofertas válidas.	2° llamado en agosto.
Carboquímica	Se licitó 42% del paquete en manos del Estado. no hubo ofertas válidas. En un segundo llamado hubo una sola oferta que está en estudio desde diciembre del '90.	No hay fechas previstas.
Petroquímica Río Tercero	Se licita 39,5% del paquete. Hubo dos licitaciones. Se estudia la única oferta presentada de 6 millones de dólares en efectivo contra una base de 24,3 en efectivo y 63,9 en títulos.	No hay fechas previstas.
Altos Hornos Zapla	En cuanto se concrete financiación del Banco Mundial se seleccionará un banco de inversión.	No hay plazos.
• Casa de Moneda	Se designó una comisión técnica para la privatización que fue disuelta en enero.	No hay avances.
• Hipódromo Argentino	Se abrió la licitación para la concesión de la explotación por 15 años con opción a 5 más. Se evalúan cinco ofertas presentadas en marzo.	No hay por ahora fechas prefijadas.

31/5/91
"A.F."

01/01 01084 33

DOCUMENTO
TITULO YPF recorta a la mitad el Plan de exploración para 1991
150024
2/6/91
10033
11161
11404
11312

HAY MENOS RESERVAS COMPROBADAS

YPF no busca petróleo

Yacimientos Petrolíferos Fiscales recortó a la mitad **el plan de exploración para este año.** La decisión contrasta con los resultados de una auditoría que se realizó por primera vez para ubicar con certeza el petróleo y el gas disponible. El estudio fue llevado a cabo por la firma Gaffney and Cline escogida de una "lista corta" (preselección) por el Banco Mundial.

Los datos certificados por la consultora indican que hay **29%** menos de petróleo que el calculado por YPF y casi **28%** menos de gas respecto de las previsiones de los técnicos.

El petróleo existente alcanza para cubrir **9 años de consumo,** y no 13 como se pensaba. El gas también **disminuyó**: era suficiente para **33,5 años** de consumo; ahora cubre apenas **24 años** de demanda.

La media internacional indica que los países no petroleros (como la Argentina) cuentan con un stock suficiente para más de **10 años** de consumo. Los países autoabastecidos se manejan con un horizonte más amplio: superior a **15 años** de consumo.

La auditoría tomó como datos base los aportados por Yacimientos Petrolíferos Fiscales. Pero en todas las cuencas —regiones con hidrocarburos—, se encontró menos petróleo y gas que los totales con que se manejaba la empresa.

Aunque el recuento de petróleo y gas disponibles terminó en diciembre, la **Subsecretaría de Combustible no** anunció oficialmente los resultados. Tampoco se tomaron medidas que permitan remontar la cuesta como el lanzamiento de **un plan exploratorio de emergencia** que en algún momento propuso el partido oficialista para enfrentar la coyuntura.

El horizonte de las reservas depende de los planes de búsqueda de recursos. El porcentaje de éxito por cada pozo de exploración terminado fue en los últimos 6 años de entre el **27** y el **18 %.** Esto significa que de cada 10 pozos realizados, tres como máximo, permitieron encontrar petróleo.

YPF realizó un promedio de **100 pozos** anuales en la última década. Para este año el programa de exploración contempla apenas **48 pozos** que costarán —incluyendo tareas de sísmica— más de **147 millones de dólares.**

Algunos técnicos y empresarios estiman que para revertir la tendencia declinante de las reservas de hidrocarburos se necesita explorar **200 pozos por año.** Pero mientras caen las existencias de petróleo y gas, este año se exportarán 3 millones de metros cúbicos de crudo. El excedente se generó por el nivel de consumo de la industria local; contribuye, de paso, a acercar divisas. En algunos sectores se indica que con tan pocas reservas en la mano, la política debería ser otra. Hablan de **un programa intensivo de exploración** que se asignaría al sector privado y de un recorte de las exportaciones.

Antes de diseñar un programa exploratorio agresivo, los especialistas del justicialismo y de parte del radicalismo, proponen hacer un balance. Señalan que la Argentina **no cuenta ahora con zonas geológicas interesantes para el capital de riesgo, excepto en la plataforma submarina.** Recuerdan que el margen de éxito del Plan Houston —un programa de exploración y explotación de riesgo— es del **15 %** y difícilmente aumente. Esto confirma que la Argentina es un país con petróleo pero no petrolero.

Las inversiones se concretan en cámara lenta. Por ejemplo en el **Plan Houston,** las empresas privadas locales y extranjeras llevan invertidos **300 millones de dólares.** Faltan todavía otros **700 millones de dólares** para cumplir con los compromisos adquiridos cuando se hicieron cargo de las áreas petroleras ofertadas durante la gestión del radicalismo.

A tono con la política económica, el Estado no pondrá mucho para mantener los activos y la infraestructura existente. La declinación de las reservas es una muestra del abandono **de los planes de inversión** y su **falta de remplazo por capitales privados.** Quienes no reconocen que se trata de un retroceso, achacan a YPF por la **información deficiente.** Como sea, los años garantizados con petróleo son ahora **30 % inferiores** y vuelve a **asustar** el fantasma de la importación de crudo que se materializó durante la gestión de Alfonsín después de 20 años de autoabastecimiento.

Ana Ale

"CLARIN"
2/6/91

01-02

9108434

RESERVAS

PETROLEO

(En millones de metros cúbicos)

	COMPROBADAS	SIN COMPROBAR
Informadas por YPF	348,348	217,858
Certificadas	249,181	173,296
Disminución	99,167	44,562

GAS

(En millones de metros cúbicos)

	COMPROBADAS	SIN COMPROBAR
Informadas por YPF	745.188	265.118
Certificadas	537.056	161.528
Disminución	208.132	103.590

Nota: las reservas comprobadas son recuperables. Las no comprobadas corresponden a estimaciones con cierta probabilidad de recuperación.

CLARIN FUENTE: Gaffney and Cline

HIDROCARBUROS POR CUENCAS

(Resultado en %)

CUENCA	PETROLEO	GAS
Neuquina	- 41,6	- 32,6
San Jorge	- 18,4	- 30,2
Austral	- 26,8	- 40,4
Cuyana	- 5,5	- 29,7
Noroeste	- 28,9	- 0,4

CLARIN FUENTE: Gaffney and Cline

02-02

9108434

DOCUMENTO
TITULO Aumento salarial a jubilados
FECHA 2/6/91
10033
11161
11318
11365
11327

LA DECISION DE DAR PRIORIDAD A LOS JUBILADOS FUE DEL PRESIDENTE

Dimos todo lo que era posible, dijo Cavallo

Sieira

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, confirmó que hubo una instrucción expresa del presidente Menem para otorgar un aumento a los jubilados y que esto está sujeto tanto a la aprobación de los proyectos de ley enviados al Congreso, cuanto al aumento de la recaudación fiscal. Dijo que la cifra de 300.000 australes es el máximo que podía darse sin recurrir a la emisión, lo que pondría en riesgo el régimen de convertibilidad del austral. Defendió la idea de pagar la deuda a los jubilados con bonos y criticó a los radicales Eduardo Angeloz y Fernando de la Rúa por reclamar aumentos en las jubilaciones, con fines meramente electoralistas. Cavallo concedió anoche una entrevista exclusiva a Clarín en su domicilio de la Avenida del Libertador.

"CLARIN" 2/6/91

—En su discurso del viernes usted se refirió a instrucciones del Presidente de la Nación. ¿Eso significa que sin instrucciones expresas del Presidente usted hubiera demorado el aumento a los jubilados?

—Como ministro de Economía yo cuido que cumplamos las metas en materia de déficit fiscal, imprescindibles para mantener la convertibilidad del austral, que es una meta fundamental para alcanzar la estabilidad de los precios. Nosotros habíamos dicho que en la medida que consiguiéramos aumentos de recursos podríamos enfrentar aumentos de erogaciones. Lo que el Presidente decidió fue que la primera prioridad en materia de atención de las demandas eran las que venían por el lado de los jubilados. Por lo tanto, tan pronto pudiéramos conseguir aumentar los recursos debíamos comenzar a satisfacer esas demandas. El jueves pasado el Presidente me preguntó cómo venían los recursos y para cuándo podíamos pensar en un aumento en el nivel de gastos. Yo le dije que para julio, si lográbamos ciertas decisiones del Congreso relacionadas con el financiamiento del sistema de seguridad social.

—¿Esto no lo obligó a usted a tomar una medida que había negado poco antes, como el aumento en dos puntos del IVA?

—No, absolutamente no. Yo, antes y ahora, pensaba que no vamos a necesitar aumentar el IVA. Por eso ni siquiera contemplamos la autorización al Poder Ejecutivo en el paquete impositivo que enviamos al Congreso.

—¿Qué lo llevó entonces a este cambio de actitud?

—Vimos que para darle una solución un poquito mayor a los jubilados que la que nos hubieran permitido los recursos normales podíamos desviar un 10 por ciento de la recaudación del IVA. Pero conviene que tengamos por precaución la autoridad en el Poder Ejecutivo para aumentar la alícuota, como reaseguro a las provincias y al Tesoro Nacional de que van a recibir lo mismo en julio que en mayo. Esta autorización la usaríamos sólo si no aumenta la recaudación del IVA, como nosotros tenemos previsto.

—Usted hace las cuentas del Estado. ¿Cómo cree que están las cuentas en el bolsillo de los jubilados?

—Las cuentas de los jubilados hace muchísimos años que vienen muy mal. Nosotros con este aumento de 300.000 australes, que daríamos a partir del 1° de julio si el Congreso aprueba las leyes, pondríamos el haber jubilatorio mínimo en 1.500.000 australes, que sería apenas la jubilación mínima promedio del año 83 al 90.

—¿Los jubilados estarán entonces tan bien como del 83 al 90 o tan mal como del 83 al 90?

—Tan mal... Los jubilados vienen estando mal desde hace mucho tiempo, pero ahora están recibiendo

01/03

9108435

DOCUMENTO .....
TITULO .....
PRO...
F...

do un 20 por ciento menos que en el promedio del 83 al 90. Sin embargo, reciben en términos reales más del doble de lo que recibieron en julio del '89, cuando este gobierno se hizo cargo. Ciertamente, los jubilados seguirán teniendo una retribución muy baja.

—¿Y esta situación cuándo cambiará?

—Nosotros estamos previendo aumentos en la recaudación previsional, impositiva y aduanera, que en sucesivos meses nos van a permitir mejorar aún más la retribución a los jubilados.

—Hace dos semanas, un asesor muy escuchado en el Gobierno y por usted mismo nos decía que para ganar las elecciones no alcanzaba con la estabilidad económica, sino que era necesario un gesto ético del Gobierno y que lo ético era darle prioridad a los jubilados. ¿Cuánto de intención electoral tienen sus anuncios del viernes pasado?

—No, no... En esto no hay ninguna intencionalidad política electoral. Lo que hay es la intención del Gobierno de ir atendiendo las legítimas demandas de los jubilados, pero siempre dentro de lo posible. Que significa no recurrir al mecanismo de mentirles a los jubilados, porque si se dan aumentos para los que no hay financiamiento se termina emitiendo y se provocan aumentos de precios. Lo que estamos haciendo es darle cierto orden de prioridad a los recursos que puedan venir por el aumento de recaudación, atendiendo, en una mínima proporción, esta demanda de los jubilados.

—¿Qué podrán hacer los jubilados con el bono que les van a dar en reconocimiento de la deuda?

—Van a poder pagar deudas de ellos, si las tuvieran. Si no las tienen, van a poder vender el bono. ¿Y quién va a demandar ese bono?: los que quieran comprar terrenos que venda el Estado, o empresas que el Estado quiera privatizar.

—O sea que habrá una transferencia de ingresos de los jubilados a los que puedan comprar los bonos, como es habitual en estos casos. Eso es lo que ha pasado en el país desde el Empréstito 9 de Julio.

—Usted está muy equivocado, permítame que le diga. Usted hace un razonamiento totalmente equivocado. El Estado va a poner a la venta la mayor cantidad de inmuebles improductivos y de empresas públicas, admitiendo una alta proporción de pago con estos bonos, por lo que van a aumentar su valor en el mercado. Hoy el valor de mercado de la deuda del Estado con los jubilados, o con los proveedores y contratistas, es cero porque no hay ninguna documentación de esa deuda, salvo para los que lograron una sentencia firme. Cuando tenga un título, esa deuda tendrá un valor de mercado que será 30, 40 o 50 por ciento del valor nominal. Yo le apuesto que cuando el jubilado tenga un papel, un bono de consolidación de la deuda en sus manos, ese bono va a valer más que el 22 por ciento que valen hoy en el exterior los títulos de la deuda externa argentina. En cambio, si nosotros hiciéramos funcionar la maquinita y emitiéramos para pagarle a los jubilados el 100 por ciento de su deuda nominal, lo que haríamos sería darles un montón de papelitos, pero tendrían menos poder adquisitivo que antes.

"Los jubilados están mal desde hace mucho tiempo. Están recibiendo ahora un 20 % menos que el promedio del '83 al '90".

—¿Usted cree que los jubilados se conforman con estas explicaciones?

—Si hoy se hiciera una encuesta entre todos los jubilados, aun con lo dramática que es su situación, muchos de ellos estoy seguro que entienden este razonamiento. Yo he visto por televisión a los pobres jubilados que están en plaza Lavalle, frente a Tribunales. Es gente realmente pobre, que debe tener haberes jubilatorios mínimos, pero están siendo utilizados. Yo creo que no saben lo que están reclamando, porque si pagáramos los juicios con sentencia firme, que son 18.000, comprometeríamos el 30 por ciento del total de recursos de las cajas de jubilaciones. Con lo que ni siquiera podríamos pagar la jubilación mínima de 1.200.000 australes que hoy estamos pagando.

—¿Usted se animaría a hacer campaña defendiendo su plan desde una tribuna?

—Yo creo que tratar de explicarle estas cosas a la gente, como lo vengo haciendo, es la forma legítima de hacer campaña que tiene quien está en el Gobierno.

02

9108435

¿Qué paga el presupuesto?

Cavallo encontró una fórmula para aliviar a las cajas de jubilaciones de las sentencias de pago por juicios. Esa responsabilidad y la de cancelar los reclamos administrativos de los jubilados que demanden menos de 12 haberes o no acepten el bono de consolidación serán asumidas por una cuenta especial del presupuesto nacional destinada a atender las sentencias firmes y transaccionales a las que llega el Estado.

—A cuánto alcanza esa partida en el presupuesto actual —se le preguntó al ministro.

—No la conozco, pero se la puedo averiguar.

—¿Existe esa partida? ¿No están suspendidos los juicios contra el Estado?

—Bueno. Es una partida reducida porque está en vigencia —hasta setiembre— la Ley de Emergencia Económica que suspende los juicios contra el Estado. Y, además, se ha usado en parte porque siempre algo hay que pagar, producto de los acuerdos extrajudiciales. De todos modos, si no se sancionara la consolidación de los pasivos, cuando se termine la inhibición de ejecutar al Estado, los jubilados que no hayan iniciado juicios o no tengan sentencia en firme serán los últimos en acceder a los fondos disponibles de esa partida porque no tienen detrás de sí los estudios jurídicos que movilicen sus papeles. El proyecto que enviamos al Congreso privilegia a los jubilados por encima de cualquier otro acreedor del Estado.

Los defectos de Angeloz y De la Rúa

El ministro Cavallo eligió como blanco de sus críticas políticas al gobernador de Córdoba, Eduardo Angeloz, y al triunfante Fernando De la Rúa.

Cuando explicaba que el aumento de 300 mil australes y los bonos es lo único que puede ofrecer sin generar mayor inflación, Cavallo se refirió ácidamente a los dos radicales: "Todavía existen dirigentes que insisten en soluciones voluntaristas, a pesar de los buenos asesores económicos con los que cuentan."

"Por ejemplo —agregó—, Eduardo Angeloz y Fernando de la Rúa comparten las políticas de equilibrio fiscal. Si embargo, por imperio de las necesidades electorales, aparecen proponiendo soluciones que harían explotar el sistema monetario."

Y para terminar como con un fuerte golpe de puño dijo que a esos dirigentes la puja política, acentuada por la competencia electoral, los lleva a levantar argumentos del pasado que vuelven al voluntarismo político y a la irresponsabilidad económica.

03/03

9108435

DOCUMENTO
TITULO Apoyo del Pte. Menem al Plan de Convertibilidad.
150025
FECHA 3/6/91
VIDEO 10033
11161
11392

Tengo todo el respaldo de Menem, dijo Cavallo

El ministro de Economía sostuvo que el plan de convertibilidad mantiene "todo el apoyo" de Carlos Menem y dijo que el Presidente es uno de los principales defensores del proyecto para pagar los aguinaldos por tandas.

"No hay ningún cambio en las condiciones políticas. Estamos exactamente en la misma relación fluida de siempre con el doctor Menem, porque lo que nosotros hacemos no es sino dar continuidad a las grandes líneas económicas trazadas desde el 10 de julio de 1989", dijo Cavallo, en un diálogo exclusivo que mantuvo, anoche, con LA NACION.

Las preguntas se vincularon con presuntas señales de alarma para la marcha del plan, por las exigencias de un tiempo preelectoral. Los signos que hicieron pensar a algunos observadores que Menem comenzaba a tomar sutil distancia de Cavallo fueron los siguientes:

- La vuelta al régimen de promoción industrial.
- Expresiones reiteradas de Menem en los últimos días, del tono de "el que tiene el poder soy yo".
- Posible reticencia del Presidente en la cuestión del aguinaldo. Alguna versión señalaba, inclusive, que esta opinión había sido transmitida por el jefe de Estado al gobernador Angeloz.
- La indicación presidencial de aumentar las jubilaciones.

Un Cavallo muy confiado y activo en la noche dominical –pese a los reclamos familiares sobre la propiedad del séptimo día– procuró triturar una a una esas hipótesis.

Dijo sobre la promoción que "toda la semana anterior al anuncio que Menem hizo en La Rioja habíamos trabajado juntos sobre el tema, de modo que estuvo lejos de tomarme desprevenido".

Acerca de quién manda, sostuvo, con la diplomacia que le dejó su viejo oficio de canciller, que "sobre eso no debe quedar ninguna duda" y que "siempre estuvo claro que las prioridades las fijaba Menem".

Respecto de la eventual confidencia a Angeloz, reaccionó de modo tajante: "Creo que es totalmente falso. Eso no es cierto. Pregúntenle a él, pero ¿cómo va a decir eso precisamente él, que es quien respalda fuertemente la iniciativa sobre el aguinaldo?"

Respecto de las jubilaciones, insistió en lo que dijo siempre. "Menem me pidió, el jueves, que me fijara qué posibilidades había para dar un aumento inmediato a los jubilados, y le dije que eso era factible si salen las leyes enviadas al Congreso."

Costos y anécdotas

Cavallo señaló que, en una instancia remota en la cual no cree, si no se aprueba lo del aguinaldo, "el Estado pagará en junio". Afirmó que –en este caso utópico– habría un índice inflacionario preparándose para tomar altura. "Pero, aun así, la ley de convertibilidad se aplicaría a rajatabla y la economía se estabilizaría definitivamente en el país, aunque el aterrizaje fuera más turbulento", añadió.

¿Por qué, entonces, si el pago del aguinaldo no significa el naufragio, se embarcó al Gobierno en una polémica en la que parece llevar las de perder? ¿No hubiera sido mejor dejar el proyecto para otra oportunidad, pagar y, en todo caso, afrontar el chubasco, antes que poner en riesgo la chance electoral del partido oficialista con una medida no popular? "De ninguna manera –respondió el ministro–. Esta polémica es un problema anecdótico. En cambio, el aumento de la inflación y la caída de las inversiones, que vendrían por pagar el aguinaldo, sí son problemas reales."

No lo dijo, pero admitió en silencio que lo piensa: si no paga a fines de junio y la inflación pega un salto en julio, la consecuencia en las urnas sería más desgraciada para el PJ.

"Yo creo que Menem sabe que lo que le conviene al país es hacer lo más posible por la estabilidad y la reactivación, y mantener el pago estacional del sueldo anual complementario pondría en riesgo los dos objetivos", aseguró.

Hugo Caligaris

"LA NACION" 3/6/91

"Fue un buen aumento." Según Cavallo, los jubilados que protestan frente a Tribunales "están motivados políticamente" y el aumento "fue importante, en términos de una economía estable". El presidente del BCRA, Roque Fernández, se limitó a asentir

01/01

9108436

YPF lidera ranking de exportación industrial.
150027
3/6/91
10033
11164
11404
11312
11409

Se destacan el sector petrolero y el de la alimentación

Lidera YPF ranking de exportación industrial

Buenos Aires, lunes 3 de junio de 1991, Ambito Financiero

El liderazgo del ranking de [illegible] fue para YPF (625 millones de dólares), registrando un crecimiento de sus ventas externas de 75,4 por ciento con respecto a 1989. Dicho incremento representó casi el volumen total exportado por Somisa (uS$ 330 millones) implicando la pérdida del primer lugar para la siderúrgica de San Nicolás. El ranking reunió a 322 empresas que constituían cerca de 75 por ciento de las exportaciones industriales de 1989.

La performance exportadora de las petroleras fue relevante en su conjunto, ya que todas las empresas mostraron importantes crecimientos de sus ventas externas. (Esso 119 por ciento, Shell 51 por ciento). Resulta insoslayable también el desenvolvimiento de la industria alimentaria y de los textiles curtidos. Estos últimos mostraron continuidad en el crecimiento de sus negocios internacionales. Analizando las primeras 100 exportadoras, [illegible] más de 83 por ciento del total exportado por los 322 compañías (u$s 5421 millones), el pr[illegible] de la industria alimentaria [illegible] creciente. Las exportaciones alimentarias superan los uS$ 2032 millones, y son generadas por 31 empresas. Estas exportaciones representan dentro del total de las 100 primeras 37%. En este sector se destaca Molinos la cual experimentó un crecimiento de sus ventas externas del orden de 70% con relación a 1989, pero el primer puesto fue para Cargill (uS$ 294 millones) que ocupó el tercer puesto general. El segundo puesto sectorial es compartido por los siderúrgicos y los petroleros, los cuales representan 15% de las exportaciones, cada uno. Detrás de ellos vienen los petroquímicos (uS$ 388 millones) y la industria del cuero curtido (uS$ 367 millones), estos constituyen 7% (cada sector) del total exportado por las primeras 100 empresas. La industria de metales no ferrosos superó a las automotrices, pues sólo 2 empresas (Aluar y Uboldi) exportaron 4% —uS$ 224 millones— contra 3% —uS$ 155 millones— de las otras principales terminales. Dentro de las líderes (100), otro de los sectores destacados, figuran los químicos (uS$ 125 millones), los celulósicos papeleros (uS$ 121 millones), los electrónicos (uS$ 106 millones) y los textiles (uS$ 93 millones). Junto con la performance de YPF merece destacarse el sesgo exportador de Aluar (132%), Oleaginosa Río Cuarto (153%), Esso (119%), Alpargatas (85%), Dapsa (241%) y Lever (237%). De la comparación sobre el ranking anterior las exportadoras industriales que registraron los mayores ascensos fueron Lever del puesto 161 al 66, Cyanamid del 115 al 61, Arcor del 70 al 53, Alpargatas del 35 al 27 y Alto Paraná del 32 al 23. En la cúspide del ranking los principales movimientos positivos fueron encabezados por Aluar del 15° lugar al 5°, Molinos del 16° al 7° y Oleaginosa Río Cuarto del 39° al 16°. Los descensos más relevantes fueron el de Acindar (6 al 9), IBM (7 al 14), La Plata Cereal (5 al 13), Propulsora (14 al 28) y Masiellone del puesto 40 al 74.

El ranking fue elaborado por "Prensa Económica" la cual por séptimo año consecutivo realiza dicha investigación.

PARTES POCO LEGIBLES

01-02

9108437

71	42	Mosaico Publ. SRLC	Comercial	40 163 649	33 665 940	188	16,8	15,4	6,1	17,6	8,2
72	—	Manufactura del Cuero	Cuero cuttido	39 472 951	31 761 500	-56,9	-6,6	-12,2	17,6	8,2	-7,5
73	110	Lisotto SA	Automotriz	33 000 000	32 000 000	21,3	-21,0	-1,6	8,2	-7,5	4,1
74	43	Westfalia Press SA	Alimentícia	34 200 000	20 500 000	65,8	-26	-3,3	-7,5	4,1	-9,5
75	93	Copifrico	Alimentícia	30 631 712	47 933 700	-36,2	24,4	14,5	4,1	-9,5	9,4
76	6	Lanificio Cuatro	Textil	48 324 184	41 750 107	16,8	-13,6	15,4	6,1	17,6	8,2
77	7	Hilandería Cuatro	Textil	46 169 000	49 931 000	-6,6	-14,7	-12,2	17,6	8,2	-7,5
78	8	Cuatro Textil SA	Textil	45 000 000	57 000 000	-21,0	-42	1,6	8,2	-7,5	4,1
79	9	Cuatro Tejeduría	Textil	44 265 133	45 471 274	-2,6	-13,6	3,3	-7,5	4,1	-9,5
80	10	Cuatro Tintorería	Textil	42 560 553	34 250 000	24,4		14,5	4,1	-9,5	9,4
81	11	Cuatro Confecciones	Textil	114 000 000	107 131 000	6,4		8,2	17,6	8,2	-7,5
82	12	Cuatro SRL	Textil	111 000 000	93 000 000	17,6		8,2	8,2	-7,5	4,1
83	13	Cuatro Comercial Co	Textil	102 625 143	102 000 000	0,6		8,2	-7,5	4,1	-9,5
84	14	Cuatro Exportadora	Textil	106 000 000	112 000 000	-5,4		-7,5	4,1	-9,5	9,4
85	15	Cuatro Distribuidora	Textil	103 000 000	94 000 000	9,6		4,1	-9,5	9,4	
86	16	Cuatro Textil SA	Textil	123 000 000	112 371 000	9,4		-9,5	9,4		
87	17	Cuatro Fibras SRL	Textil	83 000 000	83 000 000	0,0		15,4	6,1	17,6	8,2
88	18	Cuatro Tejidos SRL	Textil	82 200 000	81 000 000	1,5		-12,2	17,6	8,2	-7,5
89	19	Cuatro Hilados SRL	Textil	81 000 000	81 018 765	-0,1		1,6	8,2	-7,5	4,1
90	20	Cuatro Tejidos SRL	Textil	71 000 000	61 000 000	16,4		3,3	-7,5	4,1	-9,5
91	21	Cuatro Textil SRL	Textil	57 000 000	47 000 000	21,3		14,5	4,1	-9,5	9,4
92	22	Cuatro Textil SRL	Textil	51 000 000	48 651 425	4,9		9,4	-9,5	9,4	
93	23	Cuatro Textil SRL	Textil	61 000 000	33 000 000	85,1		6,1	17,6	8,2	-7,5
94	24	Cuatro Textil SRL	Textil	65 101 000	72 013 750	-14,7		17,6	8,2	-7,5	4,1
95	25	Cuatro Textil SRL	Textil	60 000 000	60 207 000	-0,4		8,2	-7,5	4,1	-9,5
96	26	Cuatro Textil SRL	Textil	50 500 000	58 652 500	-13,6		-7,5	4,1	-9,5	9,4
97	27	Cuatro Textil SRL	Textil	48 000 000	55 000 000	-12,7		4,1	-9,5	9,4	
98	28	Cuatro Textil SRL	Textil	46 000 000	50 000 000	-8,0		-9,5	9,4		
99	29	Cuatro Textil SRL	Textil	44 000 000	45 000 000	-2,2		9,4			
100	30	Cuatro Textil SRL	Textil	42 000 000	40 000 000	5,0					
101	31	Cuatro Textil SRL	Textil	40 000 000	38 000 000	5,3					
102	32	Cuatro Textil SRL	Textil	38 000 000	36 000 000	5,6					
103	33	Cuatro Textil SRL	Textil	36 000 000	34 000 000	5,9					
104	34	Cuatro Textil SRL	Textil	34 000 000	32 000 000	6,3					
105	35	Cuatro Textil SRL	Textil	32 000 000	30 000 000	6,7					
106	36	Cuatro Textil SRL	Textil	30 000 000	28 000 000	7,1					
107	37	Cuatro Textil SRL	Textil	28 000 000	26 000 000	7,7					
108	38	Cuatro Textil SRL	Textil	26 000 000	24 000 000	8,3					
109	39	Cuatro Textil SRL	Textil	24 000 000	22 000 000	9,1					
110	40	Cuatro Textil SRL	Textil	22 000 000	20 000 000	10,0					
111	41	Cuatro Textil SRL	Textil	20 000 000	18 000 000	11,1					
112	42	Cuatro Textil SRL	Textil	18 000 000	16 000 000	12,5					
113	43	Cuatro Textil SRL	Textil	16 000 000	14 000 000	14,3					
114	44	Cuatro Textil SRL	Textil	14 000 000	12 000 000	16,7					
115	45	Cuatro Textil SRL	Textil	12 000 000	10 000 000	20,0					
116	46	Cuatro Textil SRL	Textil	10 000 000	8 000 000	25,0					
117	47	Cuatro Textil SRL	Textil	8 000 000	6 000 000	33,3					
118	48	Cuatro Textil SRL	Textil	6 000 000	4 000 000	50,0					
119	49	Cuatro Textil SRL	Textil	4 000 000	2 000 000	100,0					
120	50	Cuatro Textil SRL	Textil	2 000 000	1 000 000	100,0					
121	51	Cuatro Textil SRL	Textil	1 000 000	500 000	100,0					
122	52	Cuatro Textil SRL	Textil	500 000	250 000	100,0					
123	53	Cuatro Textil SRL	Textil	250 000	125 000	100,0					
124	54	Cuatro Textil SRL	Textil	125 000	62 500	100,0					
125	55	Cuatro Textil SRL	Textil	62 500	31 250	100,0					
126	56	Cuatro Textil SRL	Textil	31 250	15 625	100,0					
127	57	Cuatro Textil SRL	Textil	15 625	7 812	100,0					
128	58	Cuatro Textil SRL	Textil	7 812	3 906	100,0					
129	59	Cuatro Textil SRL	Textil	3 906	1 953	100,0					
130	60	Cuatro Textil SRL	Textil	1 953	976	100,0					

DOCUMENTO
TITULO Transfieren áreas petroleros de VIZCACHERAS y HUEMUL
FECHA 150024
F 4/6/91
V 10033
11161
11404
11312

Transfieren áreas petroleras por 230 millones de dólares

Las áreas de petróleo de Vizcacheras y Huemul fueron transferidas a los consorcios ganadores de las respectivas licitaciones. El acto fue presidido por Carlos Menem y el Estado recibirá 230 millones de dólares. En setiembre se licitarán áreas centrales de la Cuenca Austral y en enero de 1992, las áreas centrales de la Cuenca Noroeste.

El Gobierno firmó ayer los decretos de asociación de YPF con Total Austral y el consorcio Astra-Repsol que adjudican a esas empresas, respectivamente, las áreas centrales El Huemul-Koluel Kaike (Santa Cruz) y Vizcacheras (Neuquén). La ceremonia fue presidida por Carlos Menem, quien anunció que, a partir de los decretos, ingresarán a las arcas del Tesoro 230 millones de dólares.

De acuerdo con los contratos, el dinero que ingresará por las dos áreas deberá ser depositado dentro de los seis días siguientes a la firma de los decretos. Resta la adjudicación de las otras dos áreas centrales licitadas: El Tordillo (ganada por Tecpetrol-Santa Fe Energy) y Puesto Hernández (Pérez Companc-Oxy).

La firma de los decretos se realizó en el Salón Blanco de la Casa Rosada. Estuvieron también presentes el ministro de Economía, Domingo Cavallo, y el titular de YPF, José Estenssoro. Asistió aproximadamente medio centenar de empresarios petroleros, entre ellos Michel Benezit, titular de Total Austral S.A., y Ricardo Grüneisen, vicepresidente de Astra CAPSA, quienes firmaron los decretos que también suscribieron Menem, Cavallo y Estenssoro.

El Presidente afirmó que la [illegible] de las cuentas petroleras [illegible] tiempos del presidente Arturo Illia "cometieron un [illegible] delito".

«No daremos ni un solo paso atrás, ni al costado, para seguir en el camino de la política de privatizaciones y desregulación petrolera", dijo el primer mandatario.

Durante su discurso, Menem anunció además que:

- El dinero que ingresará por las cuatro áreas licitadas son 600 millones de dólares, que estarán totalmente integrados en los próximos días.
- Estas cuatro asociaciones tienen programas de inversión que incluyen nueva tecnología para recuperar las reservas de los yacimientos. Con las nuevas inversiones, cercanas a los [illegible] millones de dólares, en los primeros cinco años la producción petrolera se incrementará en el 25 por ciento.
- En setiembre serán licitadas las áreas centrales de la Cuenca Austral, para asociaciones de exploración y explotación.
- El mismo mecanismo se aplicará en enero de 1992 para las áreas centrales de la Cuenca Noroeste. Esto permitirá buscar nuevos mercados a las futuras producciones petroleras de Salta, Jujuy, Formosa, Santa Cruz y Tierra del Fuego.
- El Banco Mundial financiará los estudios técnicos para estas áreas.

Menem manifestó que "es mi intención realizar un esfuerzo conjunto con los Estados federales, a fin de alcanzar una equitativa participación en las utilidades de YPF". Sin embargo, posteriormente Estenssoro relativizó ese anuncio al interpretar que el "esfuerzo" al que aludió el Presidente tenía más que ver con "lograr más colaboración con las provincias en el marco de la ley 17.319, que continúa vigente desde 1967".

Ricardo Grüneisen dijo a Clarín que, además de los 97 millones de dólares previstos en la licitación por la compra de las reservas de Vizcacheras, el consorcio de Astra-Repsol tiene planificado invertir 60 millones de dólares en los próximos cuatro años. Asimismo, manifestó que el pago de regalías petroleras será abonado directamente a la provincia, "con lo cual —dijo— Mendoza percibirá más dinero que si esto provinfora de YPF".

El francés Michel Benezit afirmó a Clarín que antes de junio de 1992 Total Austral desembolsará aproximadamente 100 millones de dólares, aunque no especificó si será en concepto de inversión o de compra de las reservas.

partes poco legibles

"CLARIN" 4/6/91

01-01

9108438

Aumento de la carne en junio.
150024
4/6/91
10033
11161
11392
11402

El tiempo juega en contra

Junio, que pintaba tranquilo para los índices de precios, comenzó mal: **el kilo vivo escaló ayer 22% en Liniers**. Si la carne no baja, **aportará unos 2 puntos al costo de vida del mes, que se añade al medio que trae de arrastre de mayo, cuando acumuló 15%.**

Pero es posible que se repita esta vez lo que ya ocurrió en mayo. Cuando subió 23% en la primera mitad descendió primero 8% y luego de a cuentagotas hasta **quedar 15% por encima de los valores de abril.**

Consignatarios, frigoríficos, ganaderos y algunos funcionarios atribuyeron el sacudón de ayer al **mal tiempo**. Mencionaron también el aumento del poder adquisitivo del salario industrial y cierta falta de hacienda.

Los frigoríficos exportadores insistieron, en cambio, con su tesis de la semana pasada: **"Estos precios sólo los pagan quienes operan en negro con un margen de maniobra mucho más amplio"**, señalaron en el Rioplatense.

La **DGI** y la **Junta de Carnes** tienen montado un operativo llamado punto fijo, con un inspector instalado en los frigoríficos todo el día para detectar maniobras. Quienes conocen bien cómo se mueve este mercado, que son pocos, dicen que no hay estructura para vigilar a los miles que operan en negro, que compran de a 10 novillos, que faenan después en pésimas condiciones sanitarias y los distribuyen entre sus propias carnicerías, siempre operando en negro.

Todos aseguran que esta **pesadilla para el Plan Cavallo** terminará pronto: "Encontrará el equilibrio", prometió el consignatario **Ricardo Lamense**. Nadie arriesga cuándo ni cuál será ese equilibrio.

En el corazón ganadero de la provincia de Buenos Aires **llovió a mares**, y ya se sabe que en los campos **embarrados los camiones que cargan la hacienda no entran por temor a empantanarse**. Así las cosas **ingresaron ayer apenas 8.000 vacas y novillos, cuando lo habitual son cerca de 20.000.**

El Servicio Meteorológico Nacional informó que entre el sábado y el domingo diluvió en **Olavarría**: 74 milímetros, en **Tandil**, 78; en **Pehuajó**, 60; en **Dolores**, 40, y 45 en **Bolívar**.

Por las lluvias se **suspendieron los remates feriales del viernes y las ventas directas que se realizan en estancias** durante los fines de semana. De este modo, la presión fue mayor en Liniers, justo en un mes con dos feriados, los próximos 10 y el 24 (por el 20, Día de la Bandera) que caen en lunes, un día de fuertes operaciones.

Si el único culpable es el clima hará falta **viento y sol para que en dos días los caminos sean transitables.** Ayer llovizno en la provincia de Buenos Aires, aunque el pronóstico del Servicio Meteorológico es alentador: dice mejorando para los próximos días.

En opinión del consignatario **Ignacio Gómez Alpaga** el precio de la hacienda estaba muy atrasado: "Desde enero a mayo estuvo quieto en 5.500 australes. Pero hubo una mejora del poder adquisitvo del obrero industrial del 30% que se combina con el descenso de la inflación. Cuando mejora el poder adquisitivo en ese sector la carne sube porque en lo primero que gasta el obrero es en carne".

♦ Ausencias

Sin embargo, ayer **no compraron en Liniers las principales abastecedores del mercado doméstico, las cadenas Disco y Coto.** Tampoco lo **hicieron los frigoríficos exportadores que, a este nivel de precios, quedan** fuera de competencia en momentos en que la cotización internacional de la carne está bajando.

Juan Fagliano, del frigorífico Cocarsa, dijo que falta hacienda: "Los productores con problemas financieros vendieron hacienda anticipadamente y por eso estas subas , que se producen hacia fines del invierno, se adelantaron".

Los exorbitantes 8.400 australes que se pagaron ayer por el kilo de novillo pueden llevar el **asado de tira, que estaba en 22.000 australes, a 30.000. Estos** niveles de precios fueron calificados como irreales: **"No podremos trasladarlos al consumo"**, dijo **Américo Bermejo**, de la Cámara que agrupa a los frigoríficos que trabajan para el mercado interno.

4/6/91
= CLARIN

01/1

9108439

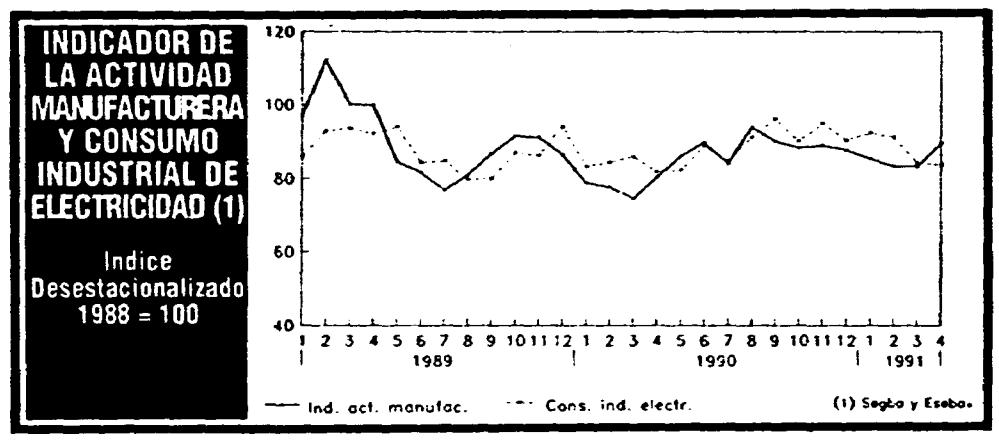
Se confirma fuerte aumento de producción industrial.
150022
4/6/91
10033
11161
11401

DATOS CLAVE DEL BCRA PARA EL ANALISIS ECONOMICO

Se confirmó fuerte aumento de producción industrial

El indicador de la actividad manufacturera elaborado por el Banco Central indica que durante abril se registró un importante aumento de la producción industrial en términos desestacionalizados. Luego del descenso pronunciado desde comienzos de año y después de un marzo sin variaciones, la desaceleración de la inflación, la disminución en la tasa de interés y la reconstrucción del crédito incentivaron conjuntamente el incremento de la actividad industrial. La recuperación fue generalizada entre los sectores, con especial énfasis en **automotores, tractores y bebidas.** Cabe señalar que la actividad manufacturera alcanzó el nivel más alto de los últimos siete meses. **La producción de tractores creció 51,6%, automóviles 41%, vehículos comerciales 94,3% y carbón 30%, con respecto a marzo pasado.** Mientras que la producción de polietileno, papel para diarios, laminados terminados en caliente y aluminio registraron caídas del orden de 7,7%; 4,4%; 4% y 2,3% respectivamente. Con relación a las ventas internas, tanto vehículos comerciales como automóviles presentan incrementos de 20% mientras que cemento muestra un crecimiento del orden de 15,3%. Las ventas de tractores registraron una merma de 24,4% con relación a marzo pasado. En lo que va del primer trimestre de 1991 el sector que presenta la mejor performance productiva fue cemento con una variación positiva de 15% coin relación al trimestre de 1990, esto también se reflejó en las ventas al mercado interno (13,7%). **Sin embargo las estadísticas del Banco Central indican que en abril el consumo industrial de energía eléctrica descendió casi 4 por ciento.** La fuerte caída de ESEBA (7,8%) se explica por interrupciones en el sector petroquímico (por paradas técnicas).

Las tendencias para mayo, según el BCRA, señalan una evolución favorable de la producción, principalmente en aceites, productos plásticos y petroquímicos, maquinarias, automotores y tractores mientras que papel y productos químicos presentan expectativas desfavorables.



ÁMBITO FINANCIERO 4/6/91

Pronósticos sobre la actividad industrial (Mayo de 1991)

Sectores industriales	Var. esperada respecto al mes inmed. ant.		Participación del sector	
	Produc.	Ventas	S/Prod.	S/Salar.
Papel	¡¡	!!	1,7	1,8
Productos químicos	¡¡	¡¡	4,7	3,8
Combustibles	¡	=	12,8	1,4
Neumáticos	=	!	0,7	1,0
Prod. plást. y petroquím.	!!	!	1,1	0,6
Cemento	=	¡	0,6	0,7
Siderurgia	¡	!	3,9	6,0
Maquinarias	!!	!!	2,4	3,8
Industria automotriz	!!	!!	3,9	4,1
Fabric. de tractores	!!	!!	0,3	0,3

Referencias: ! hasta 5%, !! +5%

01/01

91 08440

Nº. DOCUMENTO

TITULO Privatizan dos áreas centrales petroleras.

150025

9/6/91

10033

11161

11312

11409

Fueron privatizadas dos áreas centrales petroleras

El presidente Carlos Menem advirtió ayer que en materia de política de desregulación económica no dará un solo paso atrás, ni a los costados, y condenó a "los publicistas que, con la cantinela de asumir un supuesto nacionalismo como bandera de lucha, ocasionaron un tremendo daño al país, a partir de los contratos suscriptos en la década del 60".

"Esta es la Argentina que no queremos más", dijo el primer mandatario al hablar en un acto realizado en la Casa de Gobierno, donde suscribió los decretos aprobatorios de los contratos de asociación firmados por Yacimientos Petrolíferos Fiscales SA con la compañía Total Austral SA y con el consorcio integrado por Cepsa y Repsol Argentina.

Mediante esos contratos se adjudicaron a esas empresas privadas las áreas centrales El Huemul-Koluel-Kaike, en Santa Cruz, y Vizcacheras, en Mendoza, respectivamente.

Ambos, que son los primeros contratos de asociación en áreas centrales, representarán –dijo Menem– un ingreso de 250 millones de dólares, dentro de la política petrolera, para desmonopolizar y desregular toda la industria.

Las inversiones previstas durante los próximos cinco años, sobre la base de esas dos áreas y de otras tantas –El Tordillo, en Chubut, y Puerto Hernandez, en Neuquén–, al-

[illegible]

"LA NACION" 4/6/91

01/01

9108441

Nº DOCUMENTO Se complican negociaciones con el FMI
150025
FE 4/6/91
VI 10033 /
11161 /
11412 /
11319 /

En diez días viajan Bouer, Tacchi y Roque Fernández

Se demora la negociación con el Fondo Monetario

Las negociaciones con el Fondo Monetario Internacional experimentaron una inesperada complicación, frente a la demora del Congreso en tratar los proyectos de leyes que envió días atrás el Poder Ejecutivo y que se vinculan con los recursos estatales.

Trascendió que en aproximadamente 10 días viajarán a Washington el subsecretario de Hacienda, Saúl Bouer, y el presidente del Banco Central, Roque Fernández, quienes trabajaron el fin de semana último con el ministro Cavallo para reformular algunos aspectos de la carta de intención que se presentará al FMI.

La delegación oficial incluirá en esta oportunidad al subsecretario de Finanzas Públicas, Carlos Tacchi, debido a que los técnicos del Fondo han profundizado sus dudas y cuestionamientos al paquete impositivo que se envió al Congreso.

Los funcionarios de Economía tenían previsto originalmente viajar esta semana, pero la reiteración de observaciones por parte del FMI y la falta de definición de un panorama cierto acerca de las cuentas fiscales obligó a postergar la visita.

Fuentes de la cartera económica afirmaron que la sanción del paquete impositivo y del pago escalonado del aguinaldo resultan de vital importancia para las gestiones externas. También lo son las iniciativas tendientes a mejorar la recaudación previsional y a diferir el pago de las deudas estatales.

Las cuentas fiscales

Por su parte, los especialistas del FMI esperan saber con precisión que pasará con las cuentas del Tesoro y de las empresas públicas en los próximos meses.

Las informaciones preliminares indican que en mayo se habría registrado un superávit operativo inferior a los 150 millones de dólares, lo cual representa la mitad de la meta exigida por el Fondo Monetario.

Este resultado, que no responde a las expectativas de Cavallo, se habría obtenido pese al crecimiento de la recaudación tributaria, que evolucionó por encima de las pautas.

En efecto, durante mayo último los recursos impositivos resultaron un 7,8 % superiores a los proyectados, lo cual representa alrededor de 100 millones de dólares adicionales. Sin embargo, los cálculos oficiales contemplan un error de imputación en la recaudación del impuesto a los activos de unos 22 millones de dólares.

La luz de alerta está encendida en el tablero de las empresas públicas, por cuanto se presume que en mayo hubo un desequilibrio importante.

En Segba, por ejemplo, el déficit de caja oscila entre los 50 y 70 millones de dólares mensuales, pérdidas que fueron fuentes de la empresa. Una situación similar se registra en Agua y Energía Eléctrica.

Frente a este panorama, los técnicos del FMI propondrían un ajuste en las tarifas públicas, lo cual es resistido por Cavallo por cuanto significaría un duro golpe al plan de convertibilidad.

Paquete impositivo

Respecto del paquete impositivo, los funcionarios del Fondo cuestionaron la excesiva cantidad de exenciones, pues sostienen que por ellas caería la recaudación [illegible]

Si bien el Gobierno solicitó autorización para incrementar el IVA en dos puntos a los efectos de mantener el nivel de los ingresos tributarios, trascendió que el FMI no [illegible] plenamente conforme con la medida, porque la eventual suba de la tasa deberá coparticiparse con las provincias. En otros términos, el beneficio no será recibido totalmente por el Tesoro.

El incremento en la tasa del IVA, que había sido negado por Cavallo pocos días antes de su instrumentación, permitiría recaudar unos 80 millones de dólares adicionales.

01/01 "LA NACION" 4/6/91

9108442

El Bimestre del Plan Cavallo (Variación % en abril/mayo)
150024
5/6/91
10033
11161
11392
11300

5/6/91 = "CLARÍN"

El bimestre del plan Cavallo

(VARIACION % EN ABRIL/MAYO)

Fuente: Clarín en base a datos del INDEC

INDICES

Costo de vida	8,5
Mayoristas	2,5
Construcción	2,4
Dólar (promedio)	3,1

BEBIDAS Y ALIMENTOS

Carnes	8,8
Frutas	19,1
Lácteos y huevos	10,2
Verduras	23,7
Beb. alcohólicas	11,5
Gaseosas	-3,8

INDUMENTARIA

Ropa interior	8,2
Ropa exterior	9,3
Calzado	8,3

VIVIENDA Y HOGAR

Alquiler	11,1
Servicios (*)	11,2
Art. de limpieza	3,4
Repar. hogar	6,9

(*) Incluye gas y luz

SALUD Y EDUCACION

Medicamentos	1,4
Servicios para la salud	12,2
Colegios	12,8
Textos	2,0

TRANSPORTE Y COMUNIC.

Transporte	3,0
Mecánico	2,4
Comunicaciones	2,4

ESPARCIMIENTO

Juegos y juguetes	2,2
Libros, diarios y revistas	5,6
Turismo	8,9
Audio y video	2,9
Espectáculos	16,4

OTROS

Tabaco	25,8
Higiene	3,5
Peluquería	9,8

91 08443

01/03

Qué esperan los gurúes para junio

La inflación de junio oscilará entre 2 y 3,5%, de acuerdo con los pronósticos que distintos economistas confiaron a Clarín.

José Luis Blanco, de Tendencias Económicas, prevé para este mes un incremento en precios al consumidor que oscilará entre 2 y 2,5%, incluido un arrastre del 1 por ciento de mayo.

La mayor calma en las variables puede rastrearse en la desaparición del efecto estacional, que provocó durante mayo las bruscas alzas en la carne y los productos frescos. "Todos los ítem que inestabilizaron durante mayo tenderán a aquietarse durante este mes. La baja del 14% registrada ayer en Liniers puede continuar hoy hasta anular el incremento del 22% registrado el lunes", afirmó.

Los precios de los productos agropecuarios y de los alimentos elaborados estarían disminuyendo en estos días, informó Blanco, particularmemte las frutas. El azúcar es otro producto que debería bajar en el corto plazo, a partir del inicio de la zafra.

Los precios mayoristas no aumentarán durante junio, pronosticó Blanco, aunque tampoco disminuirán. Tienen que ver con esto, señaló, los acuerdos de precios que el Gobierno está logrando con distintos sectores.

José Carlos Jaime pronosticó un incremento de 2,5 en los precios minoristas y 1 por ciento en el índice al por mayor. Jaime coincidió con Blanco en que los factores que empujaron los precios minoristas de mayo se aquietarán durante este mes, aunque en el caso de la carne anticipó que se mantendrá con el actual incremento.

El arrastre de los precios minoristas será 1%, afirmó. El índice mayorista, en tanto, no tendrá mayor posibilidad de avance, sobre todo por el aumento de las importaciones.

Para Evangelino Gómez la inflación de junio superará a la de mayo. Los precios minoristas, afirmó, tendrán un piso de 3,5%, aunque es posible que el índice sea superior, ya que el arrastre de mayo es de 1,5%. Gómez prevé que los precios mayoristas de junio rondarán 2%, y que, con todo, serán inferiores a los de julio, período para el cual previó un incremento todavía mayor. Contrariamente al resto de los economistas consultados, el ex subsecretario de Comercio considera que la variación estacional de muchos productos será la principal causa de los aumentos. "Tanto abril como mayo son los meses que menos estacionalidad tienen —arguye—. Por ello es previsible que rubros como indumentaria y alimentación se incrementen violentamente durante este mes, sobre todo a partir de la tercera semana".

Las bajas temperaturas previstas para el comienzo del invierno provocarán un aumento en la demanda (y en los precios) de la indumentaria y los alimentos, particularmente carne y lácteos. Gómez destacó también el retraso en las tarifas de los servicios, que en el caso de SEGBA llega a un déficit mensual de 50 millones de dólares.

Juan Sigaut, del estudio de Lorenzo Sigaut, no quiso arriesgar índices para junio, **aunque estimó el arrastre de mayo en 1,8%. No obstante, los factores que provocaron el repunte inflacionario de fin de mes estarían aquietados según el economista, hijo del ex titular del Palacio de Hacienda. "Tanto alimentos como bebidas son productos que no tienen proyectada tendencia inflacionaria para este mes", dijo. En cuanto al precio de la carne, destacó que la baja producida ayer equiparó el aumento del lunes, ya que la disminución de 14% fue calculada sobre el precio del lunes, que incluyó 22% de aumento.**

CANASTA FAMILIAR
(VARIACION EN %)

PRODUCTO	MAYO	ENERO-MAYO
Pan francés	0,1	58,47
Arroz	−2,4	62,16
Harina	0,5	46,45
Fideos	3,9	79,10
Asado	6,9	66,94
Bife angosto	5,9	66,77
Pollo	14,2	37,63
Filet de merluza	−5,2	66,81
Jamón cocido	8,6	70,58
Salchicha viena	0,7	71,55
Caballa en aceite	−2,9	90,06
Aceite mezcla	−0,2	81,93
Leche entera	0,3	37,58
Queso fresco	6,8	106,27
Manteca	0,0	32,90
Huevos	2,6	66,68
Manzana	16,0	−12,63
Banana	−3,8	53,94
Duraznos en almíbar	2,0	21,23
Papa	9,9	3,96
Tomate	48,8	79,20
Cebolla	13,3	125,20
Lechuga	73,4	88,97
Tomate al natural	−1,2	26,37
Arvejas al natural	−0,6	64,82
Azúcar	17,7	114,15
Café	−2,8	77,80
Yerba	2,4	64,82
Gaseosa	−2,7	32,34
Vino común	−4,7	107,48

FUENTE INDEC

02

9108443

OPINIONES DEL JEFE DE ASESORES DE CAVALLO

Economía: no hay retraso cambiario

Juan Llach, jefe de asesores del gabinete de Cavallo, dijo ayer que no hay atraso cambiario. "Hay un partido de la devaluación que no entiende que esa posibilidad es cada vez más estrecha". Y desplomó cualquier expectativa: "Como la Argentina vive de sus recursos naturales, agro y petróleo, nunca va a tener un tipo de cambio alto. Este dólar de 10.000 australes va a durar mucho tiempo, el necesario para alcanzar el suficiente equilibrio fiscal".

En un claro mensaje a los industriales aconsejó aumentar la productividad como remedio para bajar costos y elevar así el tipo de cambio real. De paso, contribuyen a la baja de precios internos que tanto desvela.

Estas declaraciones coincidieron con las de la Unión Industrial, que denunció importaciones masivas (ver más información en página 23). Pero Llach dijo que el dólar de las importaciones es de 15.000 australes, por los aranceles que se aplican, y sugirió que se exagera: "En el período enero-mayo crecieron el 28 por ciento".

Defendió a rajatabla la apertura de la economía como herramienta para desinflar los precios que hoy no se comportan como se esperaba: **"Terminaremos con los intentos de cobrar sobreprecios por las protecciones políticas de muchos sectores".**

Generoso en definiciones dijo que se pagará la deuda interna y externa, pero advirtió que el gasto público no se puede bajar más. Como sucede desde hace ya mucho tiempo confesó que la principal preocupación es el tema fiscal: **"El cierre de la brecha fiscal es lo único que puede dar una solución estable. Después vendrá la inversión privada".**

Se quejó del campo: "No los cobramos los impuestos compulsivos y veo, sin embargo, una tormenta en contra del IVA". Se despachó sobre el nuevo perfil industrial, trazó un cronograma de las próximas privatizaciones y prometió una larga cola en la despoblada ventanilla de quienes pagan impuestos.

Llach, un demócrata cristiano, que antes de asumir solo viajaba en tren, trazó pinceladas: "Aquí se opina como si fuera Suiza. Sobre el trillado tema del aguinaldo se animan a decir que no hay presión de la demanda en los precios. Pero esta es una economía bíblica, primitiva, en la que de 5 meses de inflación, 4 son por el aguinaldo".

Después del desayuno frugal en el Club Americano (medialunas, café y jugo de naranja) y después de advertir que los asistentes solo se preocupaban por nimiedades de sus empresas, Llach se quejó ante los convocados por Foro, que organizó el evento: **"Desearía un mayor lobby por la producción".**

Sus principales conceptos fueron:

- **La devaluación se privatizó. Cualquiera puede devaluar si mejora sus costos.**
- La inflación combinada entre enero y mayo fue de 5,3%, pero la baja en las tarifas públicas y costos hizo trepar el tipo de cambio el 4,6% real en ese período.
- **Las exportaciones de enero a mayo cayeron 4% y las importaciones crecieron 28%. De proyectar estas cifras calculamos exportaciones por 11.800 millones de dólares, importaciones por 5.200 y un superávit de 6.600.**
- No vamos a emitir para pagar la deuda interna (jubilados, contratistas, juicios) ni para pagar la externa.
- **Si hay capitalización para la deuda externa, por qué no aplicarla con la interna.**
- No se puede bajar más el gasto.
- **Cuando se difunda el relevamiento del Banco Central descubriremos** que el PBI es mucho más alto que lo que suponemos: entre 110 y 120.000 millones de dólares.

partes poco legibles

03/03

9108443

Cavallo reiteró que no hay recursos

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, sólo está dispuesto a conceder otros 200.000 australes, por sobre el aumento de 300.000 ya anunciado para los jubilados, si se consiguen recursos genuinos para financiarlo. Esta fue su respuesta ayer a los diputados peronistas, que le plantearon la posibilidad de ese incremento extra. Si bien fracasó el intento de la bancada oficialista por conseguir ya mismo ese aumento, se acordó con el ministro seguir analizándolo. Para financiar la mejora es necesario conseguir 70 millones de dólares

El ministro de Economía, Domingo Cavallo supeditó a la obtención de recursos genuinos la concesión de 200.000 australes más de aumento a los jubilados, sobre los 300.000 que anunció en su mensaje del viernes.

El aumento adicional fue planteado al titular del Palacio de Hacienda por los diputados peronistas, con quienes se reunió —como todos los martes— en el Congreso.

Cavallo también discutió con ellos sobre la generalización del pago con bonos de la deuda interna (ver en la sección Economía, página 22).

Tal como lo había adelantado este diario, los diputados oficialistas propusieron a Cavallo dar ese aumento de 500.000 australes a los jubilados.

Sin embargo, pocos confiaban en una respuesta inmediata del titular del Palacio de Hacienda. Incluso cuando el presidente de la comisión de Presupuesto, **Jorge Matzkin**, formuló el planteo **eludió hacer precisiones en torno de las cifras para que Cavallo diera una explicación sobre las posibilidades concretas.**

El ministro de Economía explicó que por cada 100.000 australes de aumento para cada uno de los 3.000.000 de jubilados se requieren 35.000.000 de dólares.

El incremento, por tanto, representaría una erogación para la cual —reiteró— **no existen fondos.**

♦ Hipótesis

Entre las ideas que se plantearon para crear esos recursos genuinos figuraron:

- **Incrementar el impuesto a los combustibles.**

Un punto más significaría recaudar 50 millones de dólares.

- **Aumentar el IVA.**

Cada punto representa 30 millones de dólares.

- **Subir las cargas sociales.**

Se estima en 20 millones de la misma moneda el aumento de cada punto en este rubro.

- **Retomar el impuesto al pulso telefónico.**

Se desestimó por el escaso margen que produciría, además, de otras implicancias.

El análisis del tema no se acabó porque el propio **ministro Cavallo dejó abierta la posibilidad de su profundización, si bien no** dio plazos ni se comprometió a respuestas inmediatas.

♦ Evaluación

Los diputados peronistas, por su lado, evalúan la necesidad de que cualquier resolución que se tome —en todos los casos son medidas que generarán polémicas— cuente con el respaldo de la oposición, en particular de la bancada radical, porque la instrumentación deberá ser por ley.

La tarea no asoma como nada fácil: por la distancia que separa a **Carlos Menem** de **Raúl Alfonsín** y por el clima de precampaña que se acentúa.

Un paquete comparable y en un clima preelectoral fue sellado en su momento por **Antonio Cafiero** y **Alfonsín**, en abril de 1988, cuando se crearon impuestos a los combustibles para pagar a docentes y jubilados.

"CLARIN"
5/6/91

01/01

9108444

El nuevo bono consolidaría "toda" la deuda interna

Domingo Cavallo afirmó ayer que el **Bono de Consolidación de Deudas del Estado** (que en principio se iba a utilizar únicamente para pagar las sentencias contra el Estado anteriores al 1° de abril último) **será extensivo para cubrir todas las deudas estatales, cualquiera sea su naturaleza.**

Según estimaciones de algunos diputados presentes en la reunión de ayer, **la deuda interna del Estado argentino equivale aproximadamente al doble de la deuda externa, o sea a unos 130.000 millones de dólares.**

Con lo precisado ayer, Cavallo cumplió con su rutina de realizar anticipos en la reunión secreta de los martes con los diputados peronistas y hoy volverá al Congreso para impulsar la reforma fiscal.

"Mejor no te apures por adherir al Plan Brady porque lo mejor sería que los acreedores externos adopten lo mismo que aplicaríamos con los acreedores internos del Estado". Con una sonrisa, **Jorge Matzkin**, presidente de Presupuesto, coronó la explicación del ministro.

La implementación del bono de consolidación representa una virtual convocatoria de acreedores, según la lectura de los legisladores. En tal caso, si en una convocatoria de la órbita comercial resultan prioritarias las prendas e hipotecas ahora, en este concurso estatal, serían prioritarios los jubilados: hasta un tope equivalente a doce jubilaciones mínimas (26.400.000 en total, considerándolas a 1,2 millones, es decir sin aumento) se pagará en efectivo en el caso de las sentencias, tal como dijo Cavallo el viernes.

El proyecto de consolidación global de deudas no fue remitido todavía al Congreso y deberá ingresar por la Cámara de Diputados porque concierne también a la política fiscal.

El ministro dijo que con estos bonos se pagarán las deudas del Estado con proveedores, que podrán ser canalizados para pago de las privatizaciones y de las deudas previsionales. En todos los casos, las deudas deberán ser anteriores al 1° de abril. Como se sabe, este título tiene siete años de gracia —es decir que durante ese lapso el Estado no pagará nada, ni siquiera el interés de plaza— y una extensión de dieciséis años.

CLARIN

VENCIMIENTOS DE LA MORATORIA MUNICIPAL

20/6/91	Ingresos Brutos - Convenio Multilateral. Vencimiento de pago contado o de la 1ra. cuota del plan de pagos.
27/6/91	Presentación de la declaración jurada del vencimiento del 20 de junio.
10/7/91	Ingresos Brutos - Contribuyentes Pares. Vencimiento de pago contado o de la 1ra. cuota del plan de pagos.
22/7/91	Presentación de la declaración jurada del vencimiento del 10 de julio.

VENCIMIENTOS DE IMPUESTOS EMPADRONADOS

Mediados de agosto	Vencimiento moratoria patente automotor
Fin de agosto comienzo de setiembre	Vencimiento moratoria alumbrado, barrido, limpieza y contribución territorial.

01/01

9108445

5/6/91 "CLARIN"

Alzas del 2,8% en costo de vida y del 1,1% en los mayoristas

La inflación todavía no se comporta como esperan las autoridades económicas. El 2,8% anotado en mayo por el costo de vida duplica las previsiones oficiales, y el 1,1% de los precios mayoristas es idéntico al de abril. Para junio hay expectativas moderadamente optimistas y moderadamente pesimistas: los analistas pronostican entre 2 y 3,5%, según se informa en la página 4. Ayer descendió el precio de la hacienda en Liniers, pero todavía está un 7,5% por arriba de mayo (véase información en pág. 6.)

La inflación de mayo, **según las cifras del INDEC, le jugó una mala pasada al ministro Cavallo y su plan de convertibilidad: 2,8 por ciento a nivel precios al consumidor y 1,1% mayoristas. Igualmente en el costo de la construcción.** Las previsiones compatibles con un tipo de cambio fijo, clavado en menos de 10.000 australes desde hace tres meses, toleraban para mayo un máximo de 1% para consumidor y una deflación, es decir, rebajas selectivas, en el índice mayorista. Ni uno ni otro se produjo, lo cual no quiere decir que la situación haya quedado totalmente descontrolada ya que, **efectivamente, se registraron lentos progresos hacia la estabilización.**

El índice combinado de 1,9 (mitad minoristas y mitad mayoristas) no es malo. Pero ahora, en el inicio de junio, están soportando **nuevas tensiones con el arranque de la carne, los medicamentos y una sensación generalizada de presiones** por mayores salarios y jubilaciones (en mayo ni unos ni otros se modificaron).

Un poco como expresión de deseos, **Cavallo** dos horas antes de conocerse el índice había dicho **2,6%** por error.

Ese encuadre general engloba un universo de **precios oscilantes**, ya que algunos suben y otros bajan, aunque no lo suficiente. Los índices, y especialmente el mayorista, no recogen fielmente las **diferencias de precios en el mismo producto en distintos puntos de venta**, sobre todo aquellos que venden con fuertes descuentos.

Adicionalmente, en mayo se vio un **fuerte aumento de la oferta importada**, que antes se concentraba en artículos de lujo y ahora **invade poco a poco inclusive los estratos de consumo más humilde** y está cambiando **fundamentalmente** las características del mercado. Este fenómeno **previsiblemente se intensificará en los próximos meses, dadas las directrices de apertura rápida de la economía.**

♦ Comunidades

En los últimos doce meses el índice al consumidor aumentó 2[illegible]. De este lo que más se disparó fue la educación, con 3[illegible]. En mayo la educación fue el rubro que mejor se comportó, con una rebaja de 0,4%. El fundamental rubro de alimentos y bebidas tuvo en [illegible] doce meses un incremento de 215,5%, muy por debajo del promedio, operando como estabilizador, y en mayo estuvo por encima del promedio mensual de 2,8 ya que registró [illegible]. En abril había sido la [illegible] y en mayo fue la segunda la que encabezó los incrementos alimenticios, con 3[illegible]. Otros rubros se despertaron inquietos, incluso la carne con [illegible] y los hubo que retrocedieron, como los bebidas sin alcohol (menos 1,[illegible]) y alcohólicas (menos 2,[illegible]).

También la vivienda aumentó 4,3%, lo que [illegible] en el deterioro del salario real más que el aumento de otros rubros y, dentro de vivienda, lo que más llamó la atención son aumentos en electricidad, servicios sanitarios, gas y otros, de 4,7%. Lo mismo con el costo de la salud, fue importante, con 3,[illegible], y dentro de él, los servicios para la salud crecieron 4,3%. El comportamiento de los demás rubros componentes del costo de vida fue más moderado. Indumentaria 2,3, equipamiento del hogar 1,8 (dentro de este se registró una remarcable deflación: la de elementos de iluminación y ferretería, menos 1,6%).

01/03

9108446

♦ **Mayoristas**

La variación anual del índice mayorista nivel general alcanza a 133,1%, con lo que nuevamente se abre una diferencia abismal entre los ritmos de inflación en ambos niveles, el mayorista y el consumidor: casi 100 puntos porcentuales anuales. Ello indica una seria distorsión en los precios relativos. (Esa diferencia, a mediados del año pasado, había alcanzado a 1.000 puntos).

En esta oportunidad pasó lo mismo que en abril: los precios nacionales aumentaron un poco, 1,3%, y rebajaron los importados en 1,5%. Pero a su vez, es notable la diferencia en el comportamiento de los agropecuarios (10,5%) respecto de los no agropecuarios (rebaja de 0,3%). Si bien es cierto que los precios agropecuarios, en general venían muy retrasados, su aumento incide más en los rubros más sensibles del otro índice, el de costo de vida, y deja un arrastre que después se experimenta en el bolsillo.

Dentro de ese capítulo, los precios agrícolas crecieron en 11 por ciento, los pecuarios en 10,5% y nuevamente volvió a bajar la pesca: 2,1%.

Lo más alentador para el "plan Cavallo" es que los precios industriales no tuvieron variación en mayo, su índice fue 0 por ciento. Algunos rubros aumentaron levemente, como la alimentación industrializada que lo hizo 2 por ciento y los textiles 1,8, pero otros rebajaron, como los productos de las industrias metálicas básicas que lo hicieron 5,2%.

Al mismo tiempo los productos importados tuvieron notables rebajas, entre ellas 5,4% en los productos de la agricultura y silvicultura, 5,2% en maquinarias y 1,1% en productos manufacturados. Al ver estas estadísticas es de temer una sustitución cada vez mayor de los productos nacionales por los importados en el mercado mayorista y también en el de consumo lo que puede provocar más desempleo.

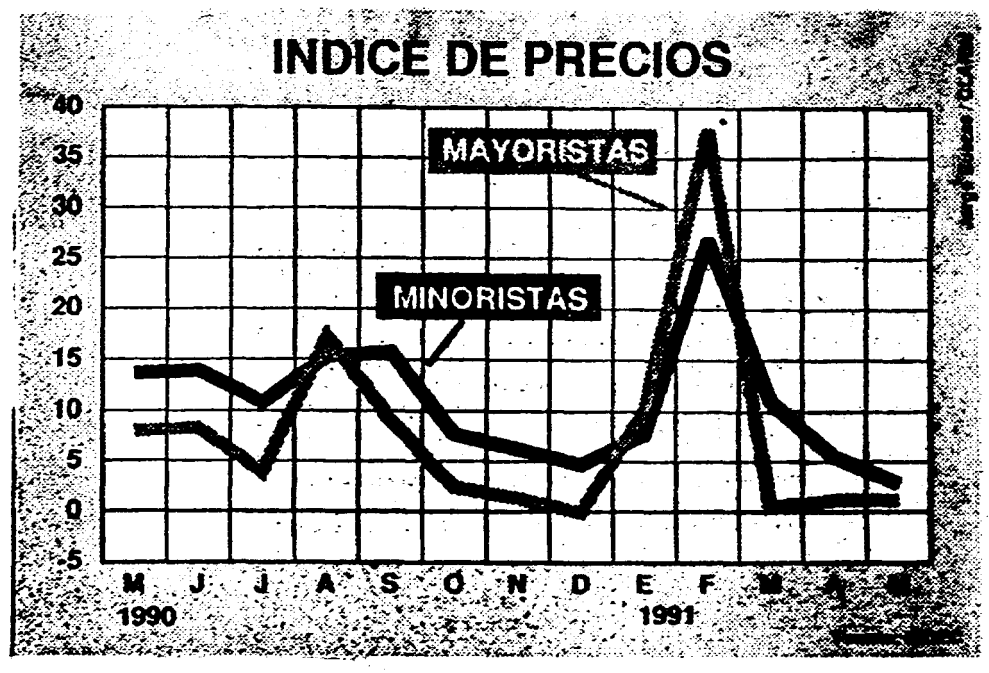
♦ **Construcción**

Finalmente: el índice oficial del costo de la construcción aumentó en doce meses 181 por ciento. Las causas del aumento de 1,1% en mayo fueron: incrementos de 1,8% en los materiales, de 1,1% en gastos generales, y una rebaja de 0,2% en el rubro mano de obra, incluyendo cargas sociales. En el mes anterior, abril, el índice del costo de la construcción de la Cámara Argentina de la Construcción había registrado una sustancial rebaja de 17 por ciento a raíz de la caída de los costos financieros.

En el rubro materiales, lo que más aumentó en mayo fueron los pisos de parquet, plomo, mosaicos graníticos, instalación eléctrica y carpintería metálica. En cambio han caído en 2 por ciento los costos de estructura y en 0,6% los de albañilería.

02

9108446



COSTO DE VIDA EN MAYO

RUBRO	%
NIVEL GENERAL	**2,8**
Alimentos y bebidas	1,5
Indumentaria	2,2
Vivienda	4,3
Equip. y func. del hogar	1,8
Salud	2,8
Transp. y comunicaciones	1,3
Esparcimiento	1,8
Educación	0,4
Bienes y Servicios varios	2,7

LA INFLACION EN CIFRAS

MAYORISTA
NIVEL GENERAL

INDICE MAYO: 2.061.660.723.7

Bimestre	2,5 %
Trimestre	2,9 %
Semestre	56,1 %
Año	133,1 %

COSTO DE VIDA
NIVEL GENERAL

Bimestre	8,5 %
Trimestre	28,4 %
Semestre	72,4 %
Año	232,1 %

MAYORISTA
NO AGROPECUARIO

INDICE MAYO: 2.101.217.636.6

Bimestre	0,6 %
Trimestre	0,9 %
Semestre	58,1 %
Año	133,3 %

CONSTRUCCION
NIVEL GENERAL

INDICE MAYO: 4.081.374.901.0

Bimestre	2,4 %
Trimestre	9,8 %
Semestre	71,0 %
Año	181,0 %

FUENTE: CLARIN, en base a datos del INDEC

9108446

03/03

PBI sería ahora de 130 mil millones.
150027
7/6/91
10033
11161
11403
11311

Ahora el PBI sería u$s 130 mil millones

Ambito Financiero, Buenos Aires, viernes 7 de junio de 1991

En el equipo económico se está desarrollando una idea que, por lo menos, moverá a la reflexión. Ese concepto, que en los últimos días se encargó de difundir entre empresarios el jefe de asesores de Domingo Cavallo, se basa en el estudio sobre la evolución del Producto Bruto Interno que desarrolla el Banco Central. Según Juan Llach, los análisis preliminares del BCRA podrían dar que el PBI argentino no es del orden de los 70.000 u 80.000 millones de dólares que se barajó en los últimos años sino que podría ser de 130.000 millones. Este brusco aumento, que obviamente varios analistas podrían atribuir en gran medida al retraso del dólar, serviría también, por parte de la conducción económica, para sostener que el gasto público sería de sólo 25% del PBI. Un nivel muy aceptable en una comparación internacional.

Con ese argumento, según los funcionarios de Economía, se podría pensar que el Estado podría seguir sin reducir sus gastos y que la solución para el problema sería sólo una reasignación para favorecer a la salud, la educación, los jubilados, la justicia y la seguridad en detrimento de otras erogaciones. Este mecanismo de cambiar la base del cálculo para justificar el nivel del gasto puede ser peligrosa.

Quienes sostienen que el fuerte aumento del Producto es el resultado de un tipo de cambio retrasado y no de un crecimiento económico o la incorporación al sistema de la actividad marginal se fundamentan en el hecho de que a mediados del año pasado los cálculos de Hacienda se efectuaban con un Producto Bruto estimado en el orden de los 65.000 a 70.000 millones de dólares.

• Corrección

El cálculo había sido formulado bajo la hipótesis de un tipo de cambio del orden de los 8000 australes por dólar para fin de 1990, que finalmente se ubicó 60% por debajo de ese nivel.

Se resolvió corregir la hipótesis del parámetro para trabajar con un dólar teórico de 6000 australes, que también fue excesivo. El Producto Bruto formulado con este supuesto tipo de cambio arrojaba un valor de 100.000 millones de dólares.

Lo que sorprende es que en menos de 6 meses se hable hoy de un PBI 30 por ciento superior y al mismo tiempo se refuten los argumentos que suponen un tipo de cambio adecuado para la evolución de la economía argentina.

01-01

9108447

Seleccionan consultoras para privatizar dos cuencas petroleras.
150024
7/6/91
10033
11161
11312
11404

Seleccionan consultoras para privatizar dos cuencas petroleras

Las consultoras norteamericanas Degolyer & Mac Naughton y Gaffney & Cline fueron seleccionadas para encargarse de la privatización de las cuencas Austral y Noroeste, respectivamente. El próximo paso será elegir a los bancos que actuarán como asesores. En el caso de la privatización de la destilería Dock Sud, se postergó por una semana la selección del banco, que debió concretarse ayer.

Ya están seleccionadas las **consultoras** que se encargarán de diseñar la **privatización de las cuencas Austral y Noroeste**, dos de las cinco grandes regiones petroleras de la Argentina, incluidas en el **plan de redimensionamiento de YPF** sugerido por la empresa **McKinsey**.

El próximo paso es **elegir a los bancos** que actuarán como **asesores** en algunas pautas de venta, por ejemplo, posibles precios y formas de pago. Habrá un **banco de inversión para la destilería Dock Sud y dos más** para acompañar las consultoras de las **zonas Austral y Noroeste**.

Según pudo confirmar **Clarín**, en YPF, para la cuenca Austral resultó ganadora —entre una terna— la compañía **Degolyer & Mac Naughton** asociada con la local **Calcagno**. Esa consultora norteamericana, que está entre las cuatro principales del mundo, realizó una auditoría de reservas en Chile y está **especializada en el negocio de exploración y producción de petróleo**. Su socio argentino es **Osvaldo Calcagno**, ex director de Combustibles durante el último gobierno militar. El concurso quedó definido el 27 de mayo, según se indicó desde el despacho del titular de YPF, **José Estenssoro**. Poco después, los **senadores y diputados** de todos los partidos políticos reclamaron al Gobierno **no innovar** en el redimensionamiento de YPF hasta que se sancione la ley que la declare sujeta a privatización.

Para aconsejar cómo vender parte de la cuenca Noroeste resultó elegida **Gaffney & Cline**, también norteamericana y especializada en el negocio petrolero. Como jefe del equipo de trabajo de Gaffney actúa un primo del titular de YPF.

Para la **destilería Dock Sud** —la última en el ránking de las seis refinerías estatales, por volumen de crudo industrializado— el proceso marcha más lento: **se postergó por una semana la selección del banco** que asesorará sobre la llamada ingeniería financiera del negocio a privatizar.

Las consultoras ganadoras se pondrán a trabajar de inmediato, aunque en el Congreso los legisladores están elaborando otra estrategia para la transferencia al capital privado de buena parte de los activos de la principal empresa del país por magnitud de facturación y exportaciones. Aunque hay distintos proyectos en danza, el criterio general es no vender las cuencas en paquete. Se ofertaría en forma separada, yacimiento por yacimiento. La elección de los yacimientos a desestatizar se haría después de reformular el paquete accionario de la compañía con la **participación de las provincias productoras de hidrocarburos**. También en concursos distintos se **licitarían los oleoductos y las tres refinerías** previstas (Dock Sud, Campo Durán y San Lorenzo), de acuerdo con el esquema de la mayoría de los legisladores. La intención —dicen— es que los mismos grupos económicos no monopolicen los recursos y la infraestructura petrolera.

Las cuencas **Austral** y Noroeste contienen 25% de las reservas comprobadas de petróleo y el 19% de todas las existencias comprobadas de gas, según el resultado de la auditoría que a comienzos de año realizó Gaffney & Cline que, ahora, sugerirá el modelo para vender parte de la zona noroeste.

7/6/91 "CLARIN"
9108448

Seleccionan consultoras para privatizar dos cuencas petroleras.
150024
7/6/91
10033
11161
11312
11404

Seleccionan consultoras para privatizar dos cuencas petroleras

Las consultoras norteamericanas Degolyer & Mac Naughton y Gaffney & Cline fueron seleccionadas para encargarse de la privatización de las cuencas Austral y Noroeste, respectivamente. El próximo paso será elegir a los bancos que actuarán como asesores. En el caso de la privatización de la destilería Dock Sud, se postergó por una semana la selección del banco, que debió concretarse ayer.

Ya están seleccionadas las **consultoras** que se encargarán de diseñar la **privatización** de las **cuencas Austral y Noroeste**, dos de las cinco grandes regiones petroleras de la Argentina, incluidas en el **plan de redimensionamiento de YPF** sugerido por la empresa **McKinsey**.

El próximo paso es **elegir a los bancos** que actuarán como **asesores** en algunas pautas de venta, por ejemplo, posibles precios y formas de pago. Habrá un **banco de inversión para la destilería Dock Sud y dos más** para acompañar las consultoras de las **zonas Austral y Noroeste**.

Según pudo confirmar **Clarín**, en YPF, para la cuenca Austral resultó ganadora —entre una terna— la compañía **Degolyer & Mac Naughton** asociada con la local **Calcagno**. Esa consultora norteamericana, que está entre las cuatro principales del mundo, realizó una auditoría de reservas en Chile y está **especializada en el negocio de exploración y producción de petróleo**. Su socio argentino es **Osvaldo Calcagno**, ex director de Combustibles durante el último gobierno militar. El concurso quedó definido el 27 de mayo, según se indicó desde el despacho del titular de YPF, **José Estenssoro**. Poco después, los **senadores y diputados** de todos los partidos políticos reclamaron al Gobierno **no innovar** en el redimensionamiento de YPF hasta que se sancione la ley que la declare sujeta a privatización.

Para aconsejar cómo vender parte de la cuenca Noroeste resultó elegida **Gaffney & Cline**, también norteamericana y especializada en el negocio petrolero. Como jefe del equipo de trabajo de Gaffney actúa un primo del titular de YPF.

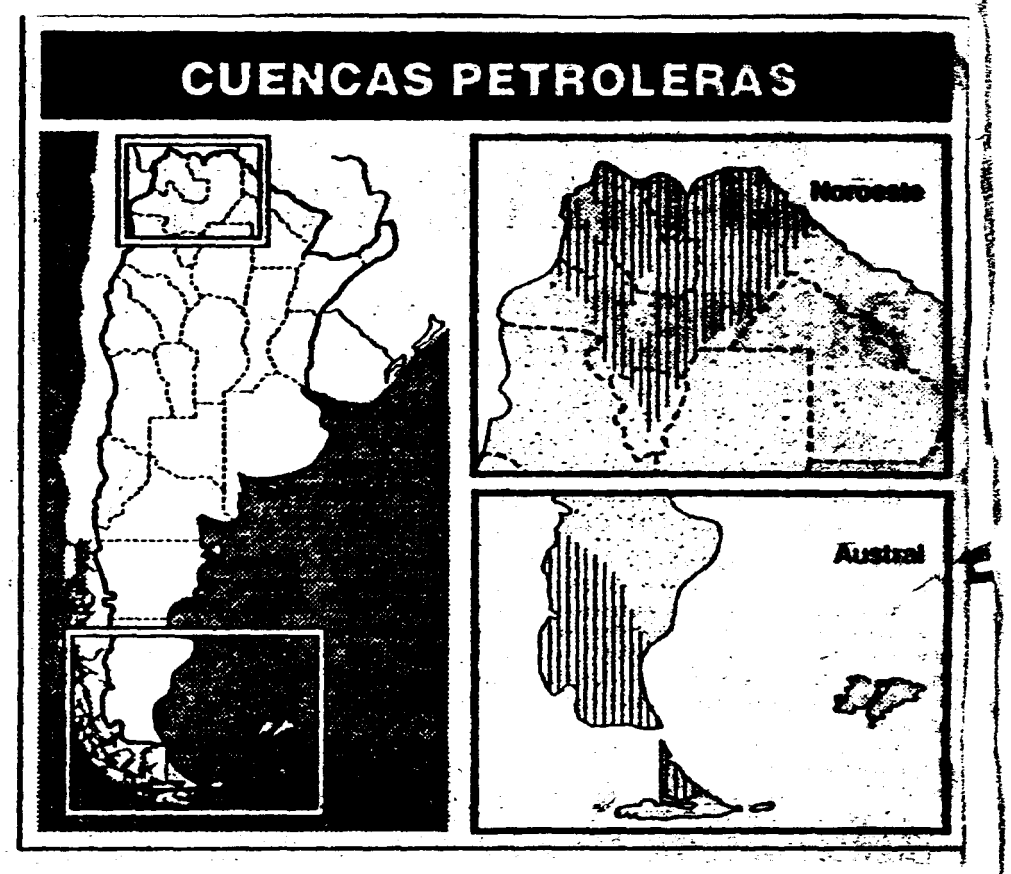
Para la **destilería Dock Sud** —la última en el ránking de las seis refinerías estatales, por volumen de crudo industrializado— el proceso marcha más lento: **se postergó por una semana la selección del banco** que asesorará sobre la llamada ingeniería financiera del negocio a privatizar.

Las consultoras ganadoras se pondrán a trabajar de inmediato, aunque en el Congreso los legisladores están elaborando otra estrategia para la transferencia al capital privado de buena parte de los activos de la principal empresa del país por magnitud de facturación y exportaciones. Aunque hay distintos proyectos en danza, el criterio general es no vender las cuencas en paquete. Se ofertaría en forma separada, yacimiento por yacimiento. La elección de los yacimientos a desestatizar se haría después de reformular el paquete accionario de la compañía con la **participación de las provincias productoras de hidrocarburos**. También en concursos distintos se **licitarían los oleoductos y las tres refinerías** previstas (Dock Sud, Campo Durán y San Lorenzo), de acuerdo con el esquema de la mayoría de los legisladores. La intención —dicen— es que los mismos grupos económicos no monopolicen los recursos y la infraestructura petrolera.

Las cuencas **Austral** y Noroeste contienen 25% de las reservas comprobadas de petróleo y el 19% de todas las existencias comprobadas de gas, según el resultado de la auditoría que a comienzos de año realizó Gaffney & Cline que, ahora, sugerirá el modelo para vender parte de la zona noroeste.

01/02

7/6/91 "CLARIN"
9108448



El mapa muestra que las cuencas Austral y Noroeste, cuya privatización se puso en marcha, abarcan importantes zonas productoras de petróleo.

02/02

9108448

Acuerdan rebajar productos de la canasta familiar
10 y 12 %.-
150026
8/6/91
10033
11160
11300

Con comerciantes

Acuerdan rebajar productos de la canasta familiar 10 y 12 %

La Subsecretaría de Industria y Comercio suscribió ayer un acuerdo con los comerciantes mayoristas y minoristas de alimentos y bebidas, para hacer llegar al público un conjunto de productos de la canasta familiar a precios [illegible] con una rebaja de entre el 10 y el 12 por ciento.

En ese acuerdo participan [illegible] amas de casa y consumidores, [illegible] a su cargo, junto con los comerciantes [illegible] de los productos que integrarán [illegible] de ofertas.

Este plan promocional de ahora en adelante, al que se le dio una vigencia tentativa de noventa días, comenzará a aplicarse hacia fines de la semana venidera.

El programa consiste en que mayoristas, minoristas y asociaciones de consumidores confirmen quincenalmente una lista de 10 a 15 productos de la canasta familiar sobre los que los comerciantes aplicarán márgenes mínimos de utilidad.

Estipula el convenio firmado que los mayoristas aplicarán un margen del 3 al 5 por ciento y los minoristas un máximo del 10 por ciento.

Los días jueves y viernes, semana por medio, se publicará un listado de entre diez y quince productos básicos de la canasta familiar para los que se determinarán los precios mayoristas y minoristas.

Para la primera oferta, a materializarse el jueves próximo, las entidades de consumidores solicitaron que se incluyan productos tales como aceite comestible mezcla, azúcar, fideos semolados, harina de trigo calidad 000, arroz calidad 0000, tomate pelado al natural en lata, yerba mate, harina de maíz, queso cremoso y papel higiénico.

partes poco legibles

"LA PRENSA"
8/6/91

01/01

9108449

TO
Buscan acelerar préstamo Stand by del FMI
PROCESO 150025
FECHA 8/6/91
VIAS 10033 -
11161 -
11412 -
11314 -

Buscan acelerar la gestión por el préstamo del FMI

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, habló el lunes por la noche con el titular del Fondo Monetario Internacional (FMI), Michel Camdéssus, con quien acordó acelerar las gestiones por el préstamo stand-by de alrededor de 1000 millones de dólares.

Ya se encuentran en Washington el presidente del Banco Central, Roque Fernández, y el subsecretario de Finanzas Públicas, Carlos Tacchi, mientras que hoy viajará el subsecretario de Hacienda, Saúl Bouer, con los números correspondientes a las empresas públicas.

Cavallo dijo ayer que se firmará un acuerdo con metas "que se puedan cumplir, porque ya tenemos experiencia de convenios que no se cumplen". Aclaró que aún no está suscripta por él la carta de intención que se presentará al Fondo y que el objetivo oficial es lograr un entendimiento de mediano plazo que se refleje en un préstamo de facilidades extendidas.

Este crédito comenzará a negociarse en octubre próximo. En tanto, se avanzará en las conversaciones por el stand-by, que se prolongaría por tres trimestres.

Al margen de la inquietud del Fondo por las cuentas de las empresas estatales, el tema central de la discusión que se mantendrá en Washington es el contenido de la reforma impositiva elaborada por el equipo económico y que debe tratar el Congreso.

Los técnicos del FMI reclamaron la presencia de Tacchi para que aclare algunos puntos oscuros del nuevo esquema tributario. La observación del organismo internacional se vincula con algunas desgravaciones que contempla el proyecto impositivo que, a juicio de los especialistas extranjeros, podría generar una pérdida de recaudación fiscal.

Concretamente, el FMI objeta dos cosas:

- La exención de la cuarta categoría del impuesto a las ganancias, que agrupa a los trabajadores en relación de dependencia.
- La facultad con que cuenta el Poder Ejecutivo para eliminar o reducir la tasa de algunos gravámenes como débitos bancarios, sellos y a la transferencia de títulos valores, que generan una recaudación mensual de 90 millones de dólares.

Los colaboradores de Cavallo llevan una respuesta para cada cuestionamiento. En el caso de la cuarta categoría de ganancias, sostienen que apenas representa recursos equivalentes al 0,15 % del PBI, lo cual será compensado con un mayor cumplimiento por parte del resto de los contribuyentes.

En cuanto a los impuestos que se reducirán o suprimirán, entienden que la recaudación que dejará de percibirse podrá reemplazarse cuando se extienda el alcance el IVA a sectores que hoy están desgravados. También apuntan que el Poder Ejecutivo tiene la facultad de incrementar en dos puntos la alícuota de este tributo.

Déficit

Anoche, Cavallo y sus colaboradores se reunieron para pasar revista a los números de las empresas públicas, cuyo comportamiento en los últimos meses estaría lejos de satisfacer las previsiones del equipo económico. Empujadas por las del sector eléctrico, el conjunto de las compañías estatales estaría demostrando un resultado deficitario. La cuestión es relevante, porque allí también está puesta la mira del FMI.

Equilibrio fiscal

El Fondo está planteando que el superávit operativo del Tesoro debe ascender a 300 millones de dólares mensuales. Pero para el trimestre abril-junio la meta será inferior, de 500 millones de dólares, lo cual permitiría atender los pagos externos.

Cavallo ha asegurado que este trimestre finalizará con total equilibrio fiscal. No obstante, la situación de las empresas públicas podría echar por tierra ese pronóstico, por cuanto no son pocas las empresas que muestran un rojo preocupante en sus cuentas.

Por lo pronto, fuentes de la cartera económica afirmaron que, en mayo, el Tesoro y los fondos unificados han exhibido un superávit de entre 80 y 100 millones de dólares. El sistema previsional, en tanto, habría registrado equilibrio.

Bouer estaba esperando una señal para viajar: la certeza de que el Congreso aprobará el proyecto de pago escalonado del aguinaldo. Según los términos de la media sanción que le dio el Senado, el sector público afrontará sólo el 40 % del gasto previsto originalmente para pagarle el sueldo anual complementario a los agentes estatales.

"LA NACION"
8/6/91

01/01

9108450

Los efectos del aguinaldo diferido.
150024
8/6/91
10033
11161
11392

PRIVADOS TAMBIEN EN LISTA DE ESPERA

Los efectos del aguinaldo diferido

Tras la aprobación del Senado, Diputados tratará el martes el proyecto del aguinaldo escalonado. Para Cavallo fue una victoria pírrica: el número de los que cobrarán en junio —jubilados y empleados públicos— es mucho mayor que el del proyecto original. Como para reafirmar que el deseo de escalonar el aguinaldo obedece solo al temor de un recalentamiento de la demanda, se incluyó al sector privado en el esquema.

Aprobado ya por el Senado el **régimen de pago fraccionado del medio aguinaldo**, con un esquema transitorio para el segundo semestre de 1991, se aguarda ahora con urgencia la **sanción por parte de la Cámara de Diputados, hecho que se produciría el martes o miércoles de la semana próxima.**

Los plazos para los empleadores tanto del sector público como del privado son **perentorios**, teniendo en cuenta que se está por llegar a mediados de junio y que deberán formalizarse las **previsiones para cumplir en término con los aportes y contribuciones** del medio aguinaldo, aunque en los hechos se le pague después al trabajador.

También debe tenerse en cuenta que tiene que hacerse un **trabajo administrativo de envergadura**, que consiste en dividir la masa de personal en **seis grupos que cobrarán escalonadamente de junio a noviembre** según el nivel de sus remuneraciones y, al mismo tiempo, hay que comunicarle a cada empleado **la banda de pago a la que pertenece**, y ese anuncio debe hacerse antes del 30 de junio.

♦ También los privados

Pero lo más importante de este nuevo sistema, aparte de la flexibilización introducida por el Senado (una modificación al proyecto Cavallo que consiste en **pagar en junio el medio aguinaldo** de todos los trabajadores activos y pasivos que ganen menos de tres millones y medio de australes) es la **obligatoriedad que se introduce para el sector privado.**

El artículo 17 de la ley del medio aguinaldo escalonado establece: "Las normas de la presente ley **no podrán ser modificadas por acuerdo de partes individuales o plurindividuales**". Existiría, sin embargo, la posibilidad de que los empleadores privados **den adelantos a sus obreros y que luego se los descuenten del medio aguinaldo** en la oportunidad que les corresponda, pero esa alternativa **es muy remota**, porque podría ser interpretada como un **quebrantamiento de la legislación.**

Lo mismo en cuanto a los "plus" o bonificaciones que pagan muchas empresas junto con los medios aguinaldos. La opinión de los abogados laboralistas es que **esos adicionales deberán seguir ligados a las sumas que les dieron origen**, salvo que se trate de participación en las ganancias, en cuyo caso el régimen es distinto.

El art. 5° establece otra excepción que sí se respetará: en los casos en que las normas legales autoricen a **abonar el sueldo anual complementario como integrante de la retribución mensual, diaria u horaria, se seguirá pagando de la misma manera**, pero son los menos.

Se deroga la ley 23.041, de 1984, que obligaba a pagar el medio aguinaldo en **junio y diciembre como 50% del mejor sueldo del semestre.**

♦ A medio Cavallo

Pese a todo, las modificaciones impuestas por el Senado han dejado prácticamente sin efecto algunas de las intenciones de Cavallo. Ocurre que la franquicia para que cobren en junio todos los que ganan menos de 3,5 millones de australes, significa que **el 95 por ciento de los jubilados, el 70 por ciento de los empleados públicos y aproximadamente la mitad de los privados**, lo cobrarán en la fecha preestablecida. Desde el punto de vista presupuestario, eso significa **un serio compromiso para el Fisco** y por ello el ministro de Economía se oponía, aunque debió **ceder ante la necesidad política.**

Esa situación, con todo, se alivia en parte por la **obligación del depósito anticipado de los aportes**, pero aun así se estima que el total del pago del medio aguinaldo en junio implicaría **250 millones de dólares a los jubilados y 125 millones para los trabajadores estatales.** El compromiso total del medio aguinaldo, incluyendo **lo que hay que pagar ahora y lo que queda para el resto del año es de unos 1.700 millones de dólares** de los que 1.000 millones corresponden a asalariados privados, 400 a asalariados públicos y 300 a jubilados.

"CLARIN"
8/6/91
91 08451

01/01

La Reforma fiscal.
150025
9/6/91
100033
11161
11392

9/6/91 "LA NACION"

[illegible]

[illegible]

Un proyecto claro para la repatriación de capitales argentinos en el exterior

[illegible] reforma tributaria y una consolidación de la estabilidad.

Tal la conclusión [illegible] durante una mesa redonda organizada por LA NACION, en la que se analizaron los aspectos económicos de la reforma impositiva elaborada por el Poder Ejecutivo.

El proyecto oficial [illegible] estímulos a la inversión, mediante la aplicación de recursos de la [illegible] "[illegible]" [illegible] Unidos.

Durante el debate [illegible] para repatriar capitales [illegible] Veinte millones de expatriados [illegible].

Se prevé que [illegible] 10.000 millones de dólares, en el año inicial, aunque [illegible] el primer año capitales [illegible] por Moulin, en [illegible] la reforma del orden de los 10 millones de dólares anuales.

También se [illegible] especiales:

- [illegible] el [illegible]

[illegible] una [illegible] "optativo", toda vez que es la empresa la que decide el momento de repartir beneficios.

- [illegible] de carácter categórico [illegible] en relación de [illegible] los especialistas [illegible] en otro punto [illegible] que [illegible] la Argentina [illegible] no limitado así [illegible] previsiones [illegible] para el [illegible] Nacional de Vivienda) sin [illegible] en [illegible] y jubilados [illegible].

- La eliminación del tributo a los sellos nacional y provinciales representaría una baja de ingresos de ese orden.

A esto debe sumarse la decisión de eliminar el impuesto a los débitos bancarios, con lo que surgieron ciertas inquietudes sobre la forma en que podría compensarse inmediatamente la consecuente menor recaudación.

El repunte de los ingresos mediante el impuesto al Valor Agregado (IVA) sería el camino para recuperar la recaudación, aunque también dentro de ciertos límites.

Tales son algunas de las conclusiones a las que llegaron los especialistas tributarios Enrique J. Reig, Jorge Moulin y Lionel Massad, y el economista de la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) Daniel Artana, al ser consultados sobre los alcances del proyecto oficial durante un debate. Los puntos salientes se reproducen a continuación:

Repatriación de capitales

-¿Qué opinión tiene sobre el blanqueo de capitales que alcanza a los montos atesorados en el exterior y, excepcionalmente, a los representados por moneda extranjera en el país, por sumas de hasta 10.000 dólares?

-[illegible] me he [illegible] a los blanqueos. En este caso [illegible] una diferencia[illegible] contribuyentes, [illegible] en el país.

- [illegible] si [illegible] [illegible] los fondos financieros [illegible] el activo no [illegible] del exterior, sólo [illegible] que la [illegible] existencia fuera del [illegible].

- [illegible] blanqueo [illegible] el [illegible] fuera. Si [illegible] de capitales puede [illegible] realizar el blanqueo [illegible].

[illegible] para el derecho y se blanquea [illegible] vez, en julio próximo. [illegible] se prevé, se paga un 1 por ciento, pero se puede aguardar hasta cuatro años para realizar tal operación, pagando derechos crecientes en el tiempo, siguiendo el modelo [illegible] de México. El recurso empleado es realmente ingenioso: 1 por ciento al principio, un 2 por ciento acumulado por año y se blanquea cuando uno quiere, mientras el operador sigue el criterio de "espero y [illegible]" [illegible] evoluciona la situación en [illegible].

-Massad: Es importante como medida de largo plazo, y abre una oportunidad de incorporar capitales a lo largo de cuatro años, pues, en caso contrario, posiblemente no tendría [illegible].

-Reig: Existen expectativas positivas: puede haber ingresos a la Tesorería, aunque no inmediatos ingresos de capitales.

-La [illegible] del criterio de base [illegible] puede evitar la colocación de capitales en el exterior...

-Moulin: Sí, sin duda. Gravar las [illegible] y activos en el exterior [illegible] una visible necesidad del [illegible] tributario argentino que, actualmente, discrimina en contra de [illegible] realizadas en el pro[illegible].

[illegible] si una empresa argentina [illegible] fondos depositados en [illegible] no paga impuesto en ese país, porque [illegible] en la Argentina, ni impuesto [illegible] activos porque no existe [illegible] país.

[illegible] en la Argentina, [illegible] de fuente extranjera [illegible] en el exterior. En [illegible] en el país debe pagar [illegible] tributos. La idea es difícil [illegible], pero vale la pena [illegible].

-Reig: Creo que la tributación de

partes poco legibles

01/03

9108452

partes poco legibles

base [illegible] tual, territorial, en los impuestos a las ganancias y a los activos [illegible] paso que corresponda.

De [illegible] por [illegible] versiones [illegible] o a las [illegible] efectuaron [illegible] ciones [illegible]

El cambio [illegible] contribuyentes no tributan [illegible] perceptor [illegible] Argentina se [illegible] de evasión, [illegible] tará un origen [illegible] fracción [illegible]

Las ganancias distribuidas

–¿Mantienen vigencia en el mundo el impuesto a las ganancias en su estructura tradicional, similar al actual?

–Reig: El impuesto a la renta mantiene vigencia en [illegible], en su estructura tradicional, similar al que hoy rige en la Argentina.

Si tomamos los 18 países de la OECD, entre el [illegible] este impuesto crece como proveedor de recursos fiscales, [illegible] y el 33,6 por ciento [illegible], en tanto los [illegible] servicios –[illegible] lerones, en nuevo [illegible] en importancia [illegible] del 37,1 al 30,3 por [illegible] mente, del total de las recaudaciones.

–Macon: El [illegible] cambios. [illegible] cortes de las [illegible] tividad, [illegible] años y compra [illegible] de exención [illegible] recaudación [illegible] triales del 12 al [illegible] PBI.

–¿Existen antecedentes [illegible] impuesto sobre la renta distribuida o de base caja como el proyectado?

–Reig: La reforma del impuesto a las ganancias proyectada no tiene antecedentes, excepto la breve experiencia hecha en la India y en Ceylán, décadas atrás, como complemento y no como sustituto del impuesto a la renta.

Fue, en cambio, propuesto y desechado en Inglaterra, en 1977; en los Estados Unidos, [illegible] se preparaba la reforma Reagan y [illegible] mente, por Colombia, al elaborar, en [illegible], el informe de la [illegible] Mc Lure.

El antecedente [illegible] puestas se refería al impuesto [illegible] denominado "base caja", que se desentiende del concepto de renta [illegible] ferencia de un impuesto sobre la renta distribuida.

–Macon: No existen antecedentes. Sin ánimo de plantear una cuestión semántica debo señalar que un impuesto sobre la renta distribuida y otro de base caja son dos cosas distintas.

Que yo sepa no hay experiencia si se ha ejecutado seriamente un impuesto sobre la renta distribuida. Tampoco existe experiencia de aplicación, aunque sí una abundante discusión académica en los 60 acerca de un impuesto de [illegible] o de flujo de caja, con la desaparición, quizá más rigurosa, de impuesto a la renta "impuesto consumo".

–¿Qué efectos sobre la inversión interna y externa pueden derivarse al gravarse solamente la ganancia distribuida?

–Reig: Al gravarse solamente la ganancia distribuida el propósito de liberar la ganancia retenida del tributo es evidente. Se estimula, así, su capitalización en forma de inversión productiva.

Se ha comprobado por estudios empíricos realizados en Estados Unidos y en Canadá que los mecanismos más eficaces para estimular la inversión son la deducción inicial por la compra de equipos industriales o las depreciaciones (amortizaciones) aceleradas.

Por otra parte, es sabido que las condiciones [illegible] la inversión [illegible] existe estabilidad económica, mercado consumidor, continuidad de las políticas, posibilidad de aprovisionamiento e importación de materias primas necesarias.

–Macon: Los efectos son claros. En efecto, gravar las ganancias distribuidas fomenta la retención de utilidades y, en ese sentido, puede considerarse que favorece la inversión.

Pero, por otra parte, la tendencia a [illegible] dividendos en efectivo, [illegible] del gravamen, puede perjudicar para las empresas que no pueden competir en la obtención de nuevo capital, en el mercado financiero.

Ariaba: El ingreso de capitales puede facilitarse con menores alícuotas, pero el tema principal está referido a la estabilidad, la seguridad jurídica y el tratamiento de la inversión extranjera que brinde un país.

Creo que los niveles de las tasas internacionales están resultando [illegible] que no es el caso de [illegible]

La cuarta categoría

–¿Podría asegurarse la recaudación como hasta ahora?

–Reig: Los sistemas de percepción en la fuente están basados en el criterio de lo devengado, por lo cual, para ajustarlos al concepto de la renta distribuida, o base caja, hace falta rediseñarlos totalmente. De lo contrario, las retenciones seguramente resultarán excesivas.

–Macon: Habrá que rediseñar los métodos de retención del tributo.

–¿Es recomendable la exclusión de los ingresos de los trabajadores en relación de dependencia?

–Macon: No lo es por una razón de equidad. Cómo puede justificarse, por ejemplo, que el gerente de una gran empresa no pague y que sí lo pague el socio de una pequeña empresa.

–Ariaba: Esos ingresos forman parte de los impuestos a las ganancias modernos, en los cuales las personas físicas y las sucesiones indivisas tributan sobre un conjunto de sus rentas, entre las cuales se encuentran tanto el trabajo personal en relación de dependencia como las de profesionales liberales.

Si es frecuente algún tratamiento diferencial, que nunca llega a una desgravación total, de las rentas "ganadas", es decir, las derivadas del trabajo, respecto de las originadas en el capital, o en la conjunción del trabajo y el capital.

–Massad: Debe destacarse que los agentes que trabajan en relación de dependencia soportan cargas previsionales del 30 por ciento, a lo que se sumaría un 20 por ciento del impuesto a la renta, como tasa única. El agente tendrá mayor jubilación que el profesional liberal, es verdad, pero también lo es que este último puede desgravar los aportes para jubilación privada.

–Ariaba: En la Argentina el impuesto a las ganancias es de baja recaudación.

En FIEL estimamos que el impuesto al trabajo en la Argentina es uno de los más altos del mundo, y este proyecto, justamente, de corregir esa situación excluyendo a los trabajadores del régimen de la cuarta categoría.

En definitiva, no es frecuente la ausencia de la cuarta categoría en el mundo, pero tampoco es frecuente un sistema de seguridad social tan desprotegido como el argentino.

–[illegible] no prevé el desgravamen [illegible] de las empresas en los últimos años, [illegible] gravar las ganancias distribuidas.

–[illegible] Esto es un aspecto capital [illegible] el mantenimiento de la credibilidad.

02

9108452

[illegible] armonía con la nueva base utilizada propiciará que los quebrantos compensables [illegible] a los que resultan de los balances de las empresas de los últimos cinco años, igual que en el impuesto actual, solamente el remanente de [illegible] distribuida, luego de absorber [illegible] pérdidas.

– [illegible] las restricciones para la [illegible] de quebrantos son siempre [illegible], pues significa que el sector público se queda con las ganancias pero no con las pérdidas. No obstante, tal como está planteado el proyecto, admite la deducción, pues, presumiblemente, quien no obtenga ni haya obtenido beneficios no los distribuirá.

¿Fin de la progresividad?

– ¿Es equitativo y conveniente en un país como el nuestro que el impuesto posea solamente una tasa proporcional, del 20 por ciento?

–Neto: La idea de un impuesto de tasa proporcional ha recorrido en los últimos años. En la reforma Reagan [illegible] por dos alícuotas (15 y 28 por [illegible]) para los individuos y sucesiones indivisas, y se redujo la tasa proporcional a las sociedades al 34 por ciento.

La "flat tax" el impuesto a [illegible] aplicar solamente a las [illegible] definiéndolo como tales a [illegible] liberales, como lo [illegible] proyecto, no parece equitativo [illegible] las diferencias en la distribución de la riqueza. Tampoco conveniente desde el punto de vista recaudatorio.

– [illegible] La tendencia en los países [illegible] es a atenuar la progresividad, básicamente porque el criterio distributivo representa un desincentivo a la producción por gravar crecientemente los ingresos marginales, pero en ningún caso han llegado a la proporcionalidad. En nuestro país, la progresividad se fue atenuando notoriamente en los últimos [illegible], punto de que la adopción de una proporcionalidad que se propone [illegible] un paso importante.

– [illegible] Un país en vías de desarrollo [illegible] puede darse el lujo [illegible] con un sistema tributario [illegible] de progresividad.

La utilización de tasas progresivas [illegible] con impuestos que [illegible] exteriorizaciones globales de [illegible] contributiva, como el impuesto acumulado del patrimonio o el [illegible] de ganancias obtenidas por un sujeto en un período fiscal.

Carlos Martirena

[illegible]

Propuestas	Características	Observaciones
[illegible]	Se da la oportunidad de "blanquear" en cuatro años	El sistema fue ensayado en México. Están sujetos sus resultados a la consolidación de la estabilidad
Gravar solamente las ganancias distribuidas	Iniciativa inédita internacionalmente; se busca alentar la inversión de ganancias	Desde el punto de vista fiscal es un impuesto optativo, porque está sujeto a la decisión empresaria de distribuir utilidades
[illegible]	Se lleva a un extremo la tendencia mundial a atenuar la progresividad del sistema impositivo	Se elimina la progresividad, y se alcanza [illegible] pasos inmediatos [illegible] justificado por los [illegible] impuestos al trabajo y por la actual evasión más simple para recaudar
Incentivos para reactivar la economía	Pasa a un segundo plano la recaudación, como fin en sí misma	El aumento eventual del IVA y la eliminación paulatina de impuestos, como el de los débitos, atenúa este rasgo

partes poco legibles

03/03

9108452

Capitales del exterior compran Acciones de Empresas Argentinas.
150029
9/6/91
10033
11161
11403

CAPITALES DEL EXTERIOR COMPRAN ACCIONES DE EMPRESAS ARGENTINAS

Golondrinas en Bolsa

Los inversionistas de Wall Street, de la catedral bursátil de Londres y de los cenáculos financieros de los países ricos no conocen en esas plazas sofisticadas ganancias que excedan en mucho del 20 o 30 por ciento. Por eso, los asesores derivan una parte de las carteras de los fondos comunes y de los llamados fondos de pensión (seguros de retiro) a colocaciones de riesgo, en las que pueden obtener rendimientos superiores al 50 por ciento anual. Tailandia, Corea, Taiwán y México eran puntos elegidos, pero ahora la Argentina despunta como un apeadero atractivo para los capitales golondrina. Se calcula que unos 5 millones de dólares diarios recalan en estos puertos en busca de acciones de empresas con sólida posición en el mercado local. Son "capitales de riesgo" que tomaron posiciones de mediano plazo aprovechando que, en muchos casos, los papeles nacionales están por debajo de su valor contable. El menú para los inversionistas se completa con títulos de deuda privada desgravados.

Convencer a los dueños de los capitales golondrina de que era negocio comprar acciones en la Bolsa de Buenos Aires en vez de colocarlos en las mesas de dinero desde el 5 por ciento mensual, como estaban acostumbrados, les insumieron muchos viajes a Nueva York a consejeros en inversiones como al representante de la consultora internacional Salomon Brother, William Reynal.

Les hablaba de las privatizaciones encaradas por el gobierno de Carlos Menem, de la liberación de la economía, de la apertura a las importaciones, se esmeraba en explicar que si en el recinto rector de las finanzas se movían 2 millones de dólares diarios (contra 200 millones de Corea, o 3.200 que se transan en Alemania) era por todos los años de regulaciones, mercados negros, controles de precios y de una perversa persecución a la riqueza. "Todo cambió ahora y los papeles valen mucho menos en las pizarras que en los balances", repetían sin cesar.

Evidentemente, varios le creyeron a él porque el volumen del mercado trepó a 18 millones. También a los que se arrimaban a Baring Brothers, Merrill Lynch y otros conocidos brookers de los países más avanzados para exhortarlos a que destinaran una ínfima parte de los fondos comunes que administran hacia estas lejanas playas australes. **"Lo máximo que dejan las acciones en los Estados Unidos es el 20 por ciento y sudándola, mientras en la Argentina el papel de una empresa como Alpargatas sube el 235 por ciento en cuatro meses y todavía queda el 70 por ciento debajo de lo que tendría que costar conforme al valor de su patrimonio"**, argumentan.

La oportunidad que ofrecía en tal sentido la Bolsa de Buenos Aires era casi única: las compañías alemanas valen una vez y media más en las transacciones bursátiles que en los balances; las japonesas, dos veces y media más, y las taiwanesas, casi 7 veces.

En el Brasil están una cuarta parte más baratas en el recinto bursátil y en la Argentina, a mitad de precio.

♦ Quién es quien

Las operaciones diarias en la Bolsa crecieron de 2 millones a 18 por día, y por lo menos 5 millones se atribuyen a una toma de posiciones de capitales llegados del exterior.

¿Qué compran y cómo? "Se ven muy activos a Mildesa (del Banco Roberts) y a Carrascosa (del Banco General de Negocios) en plazas de recomendada solvencia, incursionando alternativamente en líderes y pequeñas y medianas. Los fondos que administran toman posición y se quedan", comentan los expertos.

El mercado de capitales argentinos va tomando forma, así, para insertarse con sus colegas latinoamericanos (el brasileño, el mexicano, el chileno y el venezolano) y de un modo más amplio, con las llamadas bolsas emergentes, que incluyen a países menos avanzados, como Taiwán, Corea y Tailandia. Estos emerging market entrañan más riesgo para los inversores que las sedentarias empresas que cotizan en Wall Street o en Londres, pero ese sabor de la aventura reporta también mayores dividendos. Una porción de los denominados portafolios de los fondos de pensión (seguros de retiro) norteamericanos y europeos se destina a

"CLARIN" 9/6/91

01-03

9108453

esos mercados más prolíferos (y más arriesgados a la vez) para mejorar el promedio de los dividendos. En plazas líderes internacionalmente, como los Estados Unidos y Japón, que mueven 2 billones de dólares anuales, las rentas son más que moderadas en comparación con las obtenidas en las emergentes, que hasta duplican los capitales en menos de lo que se remplaza un almanaque.

Tal vez incentivadas por esta presencia externa, empresas como Alpargatas decidieron buscar nuevos socios en la Bolsa mediante una suscripción de acciones, y otras ex estatales, como ENTel y Aerolíneas Argentinas, saldrán a ofrecer públicamente un lugar en la estructura privatizada, que representará un refuerzo de más de 200 millones de dólares para el volumen de las operaciones bursátiles.

Confirmando esta corriente expansionista del mercado de capitales local, Horacio Parga (directivo del Mercado de Valores de Buenos Aires) se entusiasma: "Lo que era el techo se torna rápidamente en piso. La Argentina adoptó el comportamiento de una plaza emergente, calificativo con el que el mundo describe a la transformación de un país en vías de desarrollo hacia estados de mayor importancia en términos de precios, volumen y, sobre todo, perspectivas de crecimiento".

El secretario de la Bolsa, Jorge Berardi, sigue con cauto optimismo el diagrama cartesiano de lo que sucede puertas adentro para proyectarlo internacionalmente: "La consolidación del mercado de capitales es una consecuencia del logro de los objetos económicos anunciados más los estímulos directivos, sobre todo de carácter fiscal —expresa, aludiendo a las exenciones por reinversión, eliminación de impuestos a la compraventa de títulos valores y de sellos, entre otras—. En un estudio de Morgan Standley, acerca del comportamiento de 36 mercados tanto desarrollados cuanto emergentes, se ofrecía que durante 1990 el promedio general dio una pérdida del 19,3 %, mientras que en la Argentina la merma fue de solo el 5 %".

Durante este año la muestra hizo una cabriola: la Argentina arrojó el 82,5 % de ganancia contra el 10,4 % del "resto", incluyendo a Indonesia, Corea, Malasia, Filipinas, Taiwán, Tailandia y, en América, Brasil, Chile y México.

◊ Precario arrastre

La resurrección de las empresas argentinas en el concierto tercermundista condensa la espectacularidad de los porcentajes logrados en el recinto bursátil con el precario nivel que traían de arrastre. Comprar en la Bolsa el paquete accionario de Alpargatas (si se pudiera) costaría el 70 por ciento menos que en los libros; el de Celulosa, el 53% menos; el de Electroclor, el 44% más barato, y el de Nobleza-Piccardo, a mitad de precio.

Son, al decir de los entendidos, algunas posibles gangas que se siguen de cerca desde el exterior. De todos modos, los fondos que se derivan hacia estos mercados emergentes no pronuncian por sí solos lo que en círculos más optimistas se atreven a denominar avalanchas. El director del Instituto Argentino de Mercado de Capitales, Luis Corsiglia, afirma que "cuanto mayor es el tamaño del portafolios de inversiones, más alto es el porcentual de inversiones de riesgo que lo integran". Y las bolsas emergentes, entre las que se encuentra la argentina, se consideran como tales. A los negocios de la Salomon Brothers en Buenos Aires, ahora se sumaron fondos institucionales de riesgo. En P. O. Box 309 Grand Cayman, de las islas Caimán (reputado paraíso financiero) funciona The Baring Puma Fund Limited (que inicialmente se denominaba El Conquistador), propulsado por Baring Brothers & Co., y Baring Securities Limited, creado para invertir en mercados latinoamericanos, como la Argentina, Chile, el Brasil y Venezuela, con un capital de arranque de 100 millones de dólares. También se vieron aterrizar por estas latitudes recursos derivados por Plus 500 Fund (capital, 500 millones de marcos) impulsado por West Deutsch Landes Bank A.G., que agrupa a inversores europeos, y Merrill Lynch, que administra el fondo de riesgo Templeton, con 75 millones de dólares, y entre su patrimonio cuenta con sociedades petroleras y petroquímicas compradas en Buenos Aires.

Los conocedores del pedigrí bursátil aseguran que, además de estos dos sectores, atraen a los inversores las acciones automotrices y de compañías cerealeras. Poniéndoles nombres: Pérez Companc, Astra, Comercial del Plata, Renault y Molinos, a las que se agregan las siderúrgicas Acindar y Siderca.

Mientras esperan que el Congreso acuerde la ley que permitirá a las empresas emitir obligaciones negociables (una suerte de pagaré libre de impuestos que cotizará con rendimientos aun mayores que los de los títulos públicos y del que se podrá entrar y salir sin restricciones), los agentes bursátiles despuntan el vicio con los pases (préstamos que se hacen contra entrega a término de Bonos Externos), opciones (que son tomas de dinero a futuro con acciones comprometidas en la operación) como las que realiza Celulosa Argentina desde que la controla el Citibank; cauciones en dólares (créditos contra acciones en garantía) y otros movimientos comerciales de billetes.

El auge que despunta en el otrora cerrado circuito de la Bolsa lo erige en una alternativa más de los mercados emergentes de capitales para que las golondrinas verdes que se atrevan a cruzar el Ecuador en busca de emociones encuentren otro nido donde reproducirse por millones.

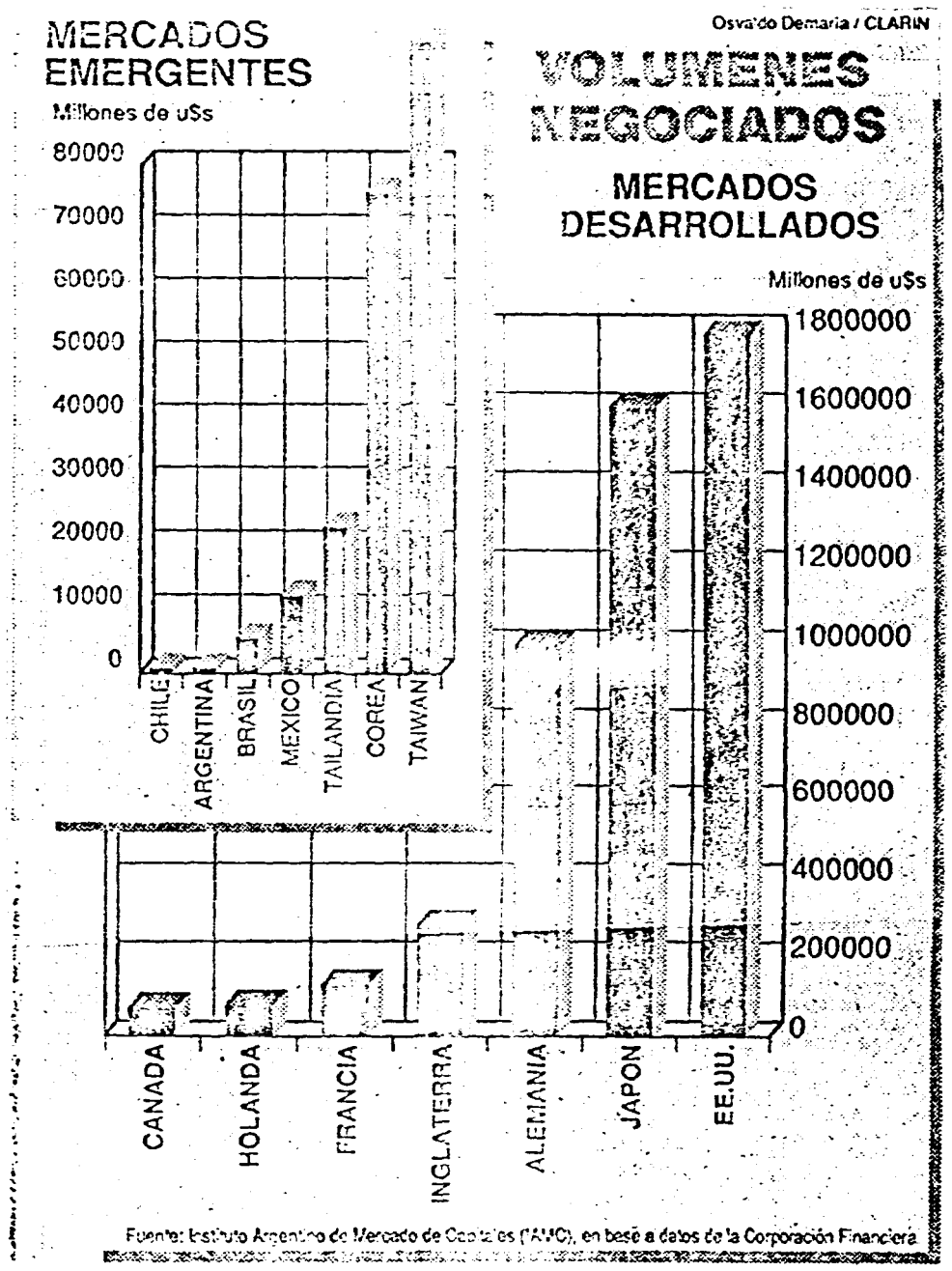
02

9108453

LAS ACCIONES MAS ATRACTIVAS

(AUMENTO EN % ENERO-MAYO)

Alpargatas	235
Celulosa	184
Electrocior	192
Indupa	208
Ipaco	218
Molinos Río	282
Perez Companc	225
Piccardo	345
Renault	591
Promedio líderes	255
Indice mayorista	56,3
Costo de vida	64,7



La Bolsa argentina acaba de ingresar en la categoría de "mercado emergente", hacia el que los inversionistas de los países ricos derivan una porción de sus capitales de riesgo en busca de mayores ganancias.

03-03 9108453

Estabilidad del Plan Cavallo
150024
9/6/91
100.33
11161
11392

DECLARACIONES DEL MINISTRO CAVALLO

No indexarán los salarios pese al aumento de precios

La estabilidad definida en el Plan Cavallo es contraria a toda indexación. El ministro volvió a confirmarlo ayer al negar un posible ajuste salarial, que ya algunos sectores empiezan a reclamar ante los aumentos de precios. La inflación en el primer trimestre del plan llegaría al 10%, pero, dijo Cavallo, la indexación termina por perjudicar a los trabajadores.

El ministro de Economía, Domingo Felipe Cavallo, **descartó la posibilidad de indexar los salarios y aseguró que "la indexación termina por perjudicar a los trabajadores".**

Cavallo sostuvo que **"no hay razón para trabajar con hipótesis de indexación de los salarios porque se está viviendo un clima de estabilidad y la indexación termina perjudicando a los propios trabajadores".**

En el marco de la II Reunión Anual del Consejo Empresario de América Latina (CEAL), el jefe del Palacio de Hacienda señaló que **"las cifras de inflación que se manejan en junio son todas especulaciones".** Los primeros sondeos de los institutos privados hablan de una inflación por lo menos similar a la de mayo, lo que arrojaría un índice de precios al consumidor, para el primer trimestre del programa de convertibilidad, **superior al 10%.**

El ministro puso de relieve que "en el índice del mes de abril se registra un **arrastre** que la gente ya había soportado en el mes de marzo y, por otro lado, los precios de los productos frutihortícolas en determinados meses del año aumentan, pero luego bajan y nosotros creemos que se está viviendo un clima de estabilidad de precios".

Entre otros conceptos, el ministro Cavallo expresó lo siguiente:

- Los precios son **libres** y están regulados por la oferta y la demanda.
- Cuando los industriales dicen que han bajado sus precios, nosotros queremos que esa baja llegue al consumidor.
- Los comerciantes deben comprometerse a trabajar con **márgenes razonables.**
- Además del acuerdo con los industriales, se firmó otro con un conjunto de **comercios de distribución masiva** que serán identificados por un **distintivo** que colocará ADELCO.
- Esto permitirá determinar cuáles son los comercios que trabajan con márgenes que permiten trasladar los beneficios industriales a los consumidores.
- No podríamos dar a conocer todos los precios de cada uno de los productos en el mercado porque no alcanzarían las páginas de los diarios.

En los últimos dos días, el Gobierno alcanzó **dos acuerdos de precios con el sector de la industria de la alimentación y con los comercios minoristas.** Este último es resistido por los comerciantes puesto que les obliga a congelar unos 10 productos por unos 15 días cuando los supermercados no tienen que cumplir con esa obligación.

- Si a partir de julio, cuando el 10% de los ingresos por el IVA pasen a las cajas de jubilaciones, la recaudación del IVA no hubiere aumentado 10%, se podría disponer un incremento en la alícuota del IVA, que **pasaría del 10% al 18%.**
- Confiamos en que, con la lucha contra la evasión, se aumente la recaudación del IVA y de esa forma evitar un aumento de la alícuota.
- La intención es evitar que haya un deterioro en las finanzas de las provincias y del propio Tesoro.
- Aun cuando recibamos la autorización del Parlamento, trataremos de evitar aumentar la alícuota del IVA.

Ante más de un centenar de empresarios latinoamericanos, el ministro Cavallo afirmó que **"el equipo económico ha quemado las naves, o estabilizamos o vamos a sufrir problemas de recesión muy graves".**

"A diferencia de planes anteriores", prosiguió, "en los que el Gobierno asumió el firme compromiso de no devaluar, **este programa económico lo estableció por ley y la consecuencia es que la tasa de interés, que es la que refleja las expectativas de inflación de los operadores, ha caído sustancialmente".**

01-01

9108454

Ahorro por pago escalonado del aguinaldo.
150025
10/6/91
10033
11161
11392

"LA NACION" 10/6/91

Las cuentas del Tesoro con el pago escalonado

Aguinaldo: ahorro en junio y mayor gasto hasta noviembre

El ahorro que se logrará este mes por el pago escalonado del medio aguinaldo tiene una contrapartida de gasto adicional hasta noviembre próximo, por cuanto se prevé una erogación de 30 millones mensuales para que cobren quienes no estén incluidos en el primer grupo.

"De todos modos, el mayor gasto que tendremos en los meses siguientes no es significativo si se compara con el alivio que se presenta para este mes", afirmó un funcionario de la cartera económica.

Si se aprueba el proyecto de pago escalonado tal cual lo modificó el Senado, se estima el ahorro para este mes se distribuirá del siguiente modo:

- Unos 140 millones de dólares en la administración central, donde sólo habrá que desembolsar 60 millones de dólares para el grupo que cobrará en junio.
- Alrededor de 70 millones de dólares en las empresas públicas. El gasto en salarios del conjunto de empresas asciende a los 170 millones de dólares por mes. El pago del medio aguinaldo demandaría entonces 85 millones. Pero con la aprobación de la ley, sólo habrá que pagar el equivalente a un sexto de la masa salarial, es decir, alrededor de 15 millones de dólares.
- En el caso de los jubilados el efecto sería neutro, aunque tal vez pueda verificarse un pequeño ahorro. El aumento de la recaudación previsional, derivado del anticipo de los aportes patronales que se requerirá a las empresas privadas, alcanzaría a los 180 millones de dólares. Algo menos que esa cifra es lo que se prevé gastar para abonar el medio aguinaldo a la clase pasiva este mes.

Aguinaldo: erogación del Tesoro en junio
(En millones de dólares)

Necesidad de pago	Antes del proyecto de ley	Después del proyecto de ley	Ahorro
Administración central	200	60	140
Empresas públicas	85	15	70
Jubilados	180	180	-
Totales	465	255	210

Fuente: Ministerio de Economía.

Empresas públicas

El caso más conflictivo puede presentarse en algunas empresas públicas cuyos números generan cierta preocupación en la conducción económica, como Segba y Agua y Energía.

El viernes último, el ministro Cavallo y sus colaboradores se reunieron para analizar pormenorizadamente la situación financiera del conjunto de compañías estatales. Fuentes de Economía dejaron trascender que las cuentas exhiben un resultado superavitario en casi todas, con la excepción de las empresas del sector eléctrico.

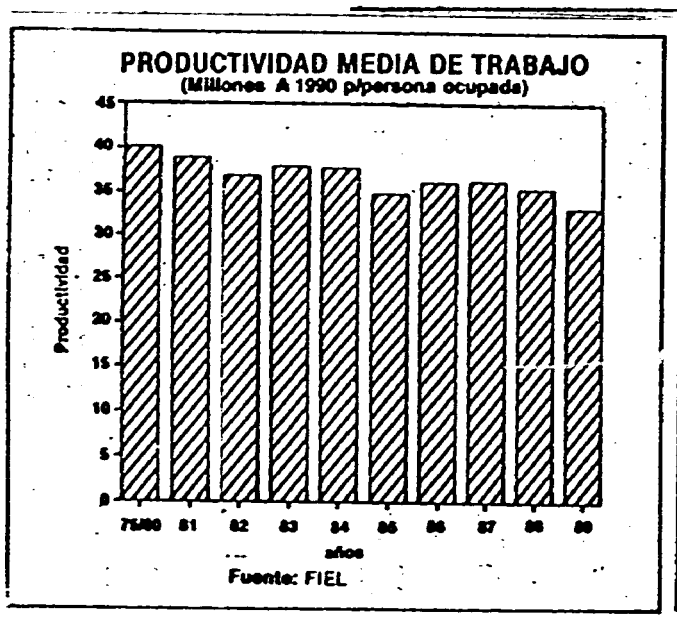
Así, Segba y Agua y Energía podrían sumarse a Ferrocarriles Argentinos en la lista de organismos que reciben asistencia del Tesoro, al menos para hacer frente al pago del medio aguinaldo.

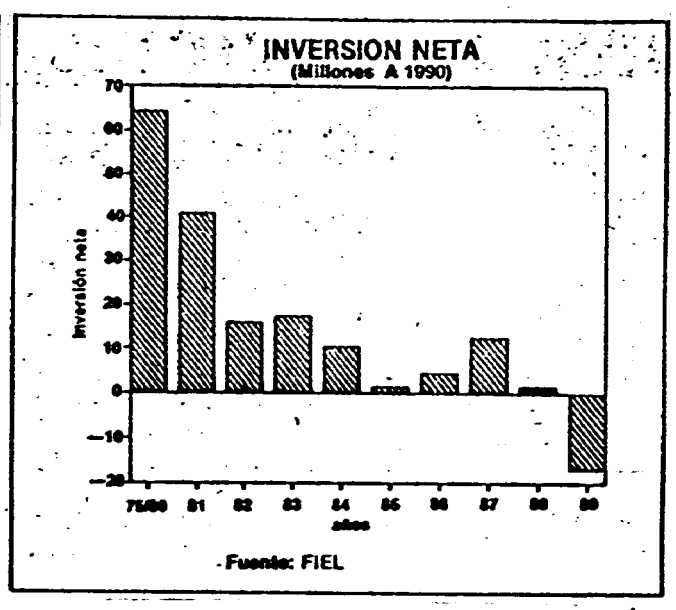
Pero Cavallo habría impartido instrucciones para reducir al mínimo los desequilibrios de ambas empresas. "Hay gastos que inexorablemente deberán bajar en los próximos meses", enfatizó un colaborador del ministro, al incluir entre ellos los de estas compañías deficitarias.

01-01

9108455

La verdadera medida se debe buscar en los niveles de inversión y productividad que siguen muy bajos





El plan Cavallo está aún muy lejos de ser exitoso

Buenos Aires, lunes 10 de junio de 1991, Ambito Financiero

No es la primera vez que los rápidos éxitos de la aplicación de un plan económico llevan a un exagerado entusiasmo a sus autores, quienes están llevados a pensar que dichos efectos sean permanentes. Su euforia también se transmite al público que, luego de tantas frustraciones, quiere creer.

Muchas veces el aparente éxito no es más que un efecto ilusorio que cubre las inconsistencias intrínsecas del modelo, las cuales terminan luego por aflorar con el consabido deterioro y consecuente decepción.

Otras veces, el éxito prematuro lleva a que no se persista o profundice en las acciones, o que se caiga en el congelamiento de las variables, quedándose así a medio camino. Esta situación se da, generalmente, cuando la necesidad política de éxito es impelente.

• Redistribución

En general, los puntos vulnerables de los modelos económicos son la violación, consciente o inconsciente de realidades o principios económicos básicos, y la pretensión de que esa realidad se adapte al modelo.

Una de las realidades económicas básicas del sistema capitalista es la necesidad del constante incremento de la productividad. La misma es el verdadero motor que hace avanzar la economía y es lo que, en las sociedades políticamente más desarrolladas,

Escribe
Marcos Migliardi
Economista

lleva a una mejor y más justa redistribución de la riqueza. La productividad de un país es lo que establece su nivel de competitividad internacional. Todos los países que han alcanzado un alto nivel de desarrollo económico han recorrido el largo y duro camino del constante incremento de la productividad; en él están las raíces del nivel y calidad de vida de sus habitantes.

El concepto de productividad contiene dos términos: el del capital y el del trabajo, que determinan la tasa de retorno y el nivel de ingresos respectivamente. Altas productividades sostienen altos ingresos. Para que los efectos de la productividad se manifiesten, es necesario que los incrementos se sostengan en el tiempo.

• Fluctuaciones

En nuestro país el concepto de productividad ha sido bastardeado primero por las políticas populistas que asolaron por décadas nuestra economía y luego por las enormes fluctuaciones de las variables macroeconómicas cuyo punto de desborde fueron las no tan lejanas hiperinflaciones. Estos elementos han actuado en forma pertinaz y perversa sobre ambos términos, capital y trabajo, que componen la productividad, produciendo la regresión de nuestra economía.

Así tanto la productividad cuanto la inversión neta, medida en valores constantes, han sufrido en los últimos 20 años un tremendo deterioro, acentuándose el mismo en la última década.

En el actual programa económico pareciera que se haya asumido que los efectos del incremento de la productividad ya se han producido, sin que en realidad sea así. De esta forma, nuestra estructura actual de costos de factores (mano de obra, materias primas, energía, etc.) es comparable y aún superior a la de muchos países desarrollados, sin que nuestra productividad física ni de capital lo sean. Es como

01-02

91 08456

mágicamente en dos/tres meses hubiésemos colmado el "gap" que nos separaba estructuralmente de los países industrializados.

Debería ser prioritario reflexionar sobre qué va a acontecer cuando se neutralice la euforia producida por la repentina expansión de un mercado interno, mantenido en condiciones de subconsumo por un período bastante prolongado y cuando paralelamente nuestra escasa y limitada competitividad internacional se evapore como consecuencia del tenue pero persistente aumento de costos.

La realidad indicará que para seguir exportando se necesitarán como ingreso más australes por dólar.

La paridad cambiaria actual ha sido establecida para obtener un más rápido descenso de la inflación, pero ella se convierte en un cepo en un horizonte un poco más lejano. Se ha cometido el mismo error de apreciación que en el plan austral: se hubiese podido comenzar con un nivel de cambio superior y/o contener por anticipado ciertos costos, en especial los laborales y de insumos y servicios del Estado. Por el contrario, se tuvo una política salarial expansiva antes del lanzamiento.

La necesidad de rédito político inmediato ha atentado contra la racionalidad económica y, por ende, contra el interés más permanente de la comunidad.

• Urgencia

Siempre que se ha acumulado atraso cambiario, éste ha terminado más tarde o más temprano por explotar; por lo tanto, urge encontrar algún mecanismo para incrementar el tipo de cambio, sin que ello sea un flagrante apartamiento de la Ley de Convertibilidad en lo inmediato, con el objetivo de no provocar graves trastornos en el corto plazo.

A tal fin, entre otros, se pueden sugerir los siguientes mecanismos e instrumentos:

- Eliminación de gastos paraarancelarios que gravan la exportación.
- Devolución de impuestos directos e indirectos al exportador.
- Eliminación al máximo de todas las rigideces laborales que inútilmente pesan sobre el costo del trabajo, sin beneficiar al trabajador.
- Utilización del impuesto a las ganancias para reinversión en nuevos equipos y tecnologías y/o desgravación del impuesto a los activos para dichos rubros.
- Eliminación de las trabas y costos de transferencia de tecnología.
- Canalización del ahorro "offshore" para financiación del comercio exterior.

Tampoco hay que descartar el camino de los acuerdos sectoriales, tal como se ha intentado; sin embargo resultarían mucho más eficaces los instrumentos más generales arriba indicados para producir una deflación en dólares en términos reales, de nuestra estructura de costos.

Estos mecanismos no sólo van a coadyuvar al incremento de la productividad, base po de cambio, sino también van a coadyuvar el incremento de la productividad, base ésta menos efímera para el desarrollo económico que la simple fijación de variables.

Nuestra capacidad de competir, es decir crear y sustentar ventajas competitivas, deriva exclusivamente de nuestra capacidad de recorrer el camino de la productividad.

Competitividad a través de la productividad es lo que lleva a modificar las pautas de comportamiento, los valores y las culturas de una sociedad —los cuales fueron nuestros alguna vez— y que le asegura, en lo económico, competir con éxito en un mundo de actividades globalizadas.

Sólo el crecimiento de nuestros saldos comerciales y la **constante creación de ventajas competitivas nos llevarán a la revaluación real de nuestra moneda, tal como ha ocurrido con los países que se han desarrollado. Es el proceso de la productividad que no se hace con prestidigitación económica, ni solo, ni en pocos meses.**

La economía argentina es como la paradoja del paralítico en recuperación, quien está más seguro en su silla de ruedas que cuando empieza a caminar. El actual plan económico ha tenido la virtud de poner en pie al paralítico; los peligros que va a encontrar son muchos, nuevos y cambiantes.

Anclarse a las variables, especialmente al tipo de cambio, impone por lo menos ser cautelosos ante el entusiasmo general.

02-02

9108456

CAVALLO EXHORTO A REDUCIR MARGENES DE COMERCIALIZACION

"No habrá devaluación ni emisión"

Severas advertencias a los empresarios formuló ayer el ministro Domingo Cavallo. Aseguró que no convalidará ni con devaluaciones ni con emisión los últimos aumentos de precios. Destacó que si "siguen en este camino se van a enfrentar a una recesión". Surgen dificultades en las gestiones de la misión argentina ante el Fondo Monetario Internacional.

RETENCIONES AL AGRO Y AUMENTO DEL IVA

Choca la misión argentina con los reclamos del FMI

Dificultades cada vez mayores enfrenta la misión argentina que negocia en Washington la obtención de un crédito "stand-by" por 1.200 millones de dólares, ante las exigencias del Fondo Monetario Internacional de que se aumenten las tarifas de los servicios públicos y el precio de los combustibles.

El organismo también reclama al gobierno argentino la reimplantación de las retenciones a las exportaciones agropecuarias y la elevación del 16 al 18% de la alícuota del Impuesto al valor agregado (IVA).

Los planteos del FMI son analizados en la capital norteamericana por la delegación argentina, encabezada por el presidente del Banco Central, **Roque Fernández**, junto con los subsecretarios de Hacienda y de Finanzas Públicas, **Saúl Bouer** y **Carlos Tacchi**.

Los integrantes del equipo económico justifican ante los técnicos del organismo las metas fiscales contenidas en el borrador de la carta de intención. Si esta fuera aprobada por el directorio de la institución —que se reúne en los próximos días— sería un hecho el crédito por un monto estimado de 1.200 millones de dólares. En ese caso, el primer tramo del "stand-by" ingresaría al país el mes próximo.

Voceros del Palacio de Hacienda, informados permanentemente por la delegación en Washington sobre los reclamos del FMI de aumentar tarifas y combustibles y reimplantar las retenciones al agro, dijeron ayer que esos pedidos resultan "inaceptables" para la política del ministro Domingo Cavallo.

El equipo económico sería más permeable, en cambio, a un aumento de dos puntos en la alícuota del IVA, posibilidad contemplada incluso en el proyecto de ley que el Ejecutivo elevó recientemente al Parlamento.

◊ Facilidades extendidas

Además de la obtención de un crédito "stand-by", el ministro anunció días atrás que la Argentina aspira también al beneficio de un préstamo de "facilidades extendidas", que es a plazo más largo y no es sometido al permanente control de los técnicos del Fondo.

En recientes declaraciones, Cavallo dijo que es objetivo del Gobierno "terminar en marzo de 1992 la renegociación global de la deuda externa" y aventuró el pronóstico de que "en el último trimestre de este año podrá obtenerse el crédito de facilidades extendidas".

El crédito "stand-by" es la habitual llave que abre las puertas para renegociar la deuda externa con los bancos acreedores privados, con los cuales ya existe un atraso de 8.000 millones de dólares de intereses impagos.

En la discusión con los técnicos del FMI, el tema central son las cuentas fiscales, que obliga al responsable del área, **Carlos Tacchi**, a la difícil tarea de convencer que el nuevo esquema impositivo permitirá elevar la recaudación sin imponer nuevos tributos.

El FMI objeta el optimismo del equipo económico y sostiene que las metas propuestas son prácticamente **inalcanzables** con la reforma tributaria que se ha enviado al Congreso y elimina varios gravámenes.

10/6/91 "CLARIN"

01/02

9108457

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, advirtió ayer "a quienes promovieron aumentos de precios" que "no esperen que los convalidemos con devaluaciones o con emisión" y dijo que si optan por ese camino, en vez de "aumentar la producción, van a enfrentar una recesión".

A través de una serie de declaraciones radiales, Cavallo reiteró estos conceptos, a los que agregó que el Gobierno tampoco convalidará "los elevados márgenes en la cadena de comercialización".

Otro aspecto en común de sus declaraciones realizadas ayer fue el que intentó explicar sus palabras del sábado pasado, cuando dijo que "hemos quemado las naves" en materia de política económica. Como se sabe, esta expresión se deriva de los tiempos de conquista de Hernán Cortez, cuando temía una sublevación de su ejército de 500 hombres que, para conquistar México, debía enfrentar a miles de hombres. Al quemar sus naves, que representaban el único medio de volver atrás, su ejército debió continuar pese a la inferioridad numérica, y aún así conquistó el país de los aztecas. Cavallo dijo ayer que su plan económico no intenta repetir aquella gesta, pero aseguró que, con las naves quemadas "vamos a conquistar la estabilidad".

♦ Aguinaldo

Cavallo se mostró complacido por la sanción del Senado al proyecto que difiere el pago del medio aguinaldo y dijo que en junio "solo se volcarán al mercado unos 350 a 400 millones de dólares, en lugar de los 1.700 millones que se hubieran volcado en el pago íntegro del sueldo anual complementario".

Precisó que, con las modificaciones del Senado, solo un 30 % del personal del sector público cobrará el aguinaldo, con una cifra que representará "17 % de la masa salarial".

"En el sector privado —subrayó— el porcentaje de trabajadores que se verán alcanzados por el cobro del aguinaldo, será de 40 %; 20 % de la masa salarial de la actividad." En esa línea, el ministro agregó que "el dinero que se volcará al mercado —estimado entre 350 y 400 millones de dólares— presionará algo sobre la demanda, pero no tanto como si el aguinaldo se pagara a todos los trabajadores públicos y estatales".

Respecto del pago del medio aguinaldo a los jubilados, Cavallo agregó que las reformas introducidas por el Senado implican que "95 % de ellos cobrarán el sueldo anual complementario" y minimizó el impacto de este pago en las cuentas públicas. "No tendremos inconvenientes con los pagos, porque la ley a consideración del Parlamento es clara en cuanto a los recursos, ya que los aportes patronales deberán ser realizados en su totalidad, como si el cobro del aguinaldo alcanzara a todo el personal."

El ministro insistió en que el sector público "no tendrá ningún problema financiero ni fiscal para hacer frente al pago del aguinaldo".

♦ Recesión

Cavallo dijo además: "No esperarán los empresarios o quienes promovieron los aumentos de precios que íbamos a convalidar todo con devaluación o con emisión de dinero, porque esto está impedido por la ley de convertibilidad y es imprescindible que que no lo hagamos más si queremos tener estabilidad duradera".

Destacó que "si aumentan los precios en lugar de aumentar la producción, se van a enfrentar con una recesión, porque devaluar o emitir dinero para sostener esos precios aumentados, no lo vamos a hacer".

Agregó que "con un clima de mayor estabilidad, la competencia va a dar lugar a que se reduzcan los márgenes de comercialización, que sin duda son elevados, pero se pudieron sostener por la confusión general, porque cuando el público iba a comprar no sabía cuál era el precio razonable".

Finalmente, Cavallo dijo que "unos 20 millones de dólares por mes del total de erogaciones de las cajas de jubilaciones, que se financian con aportes personales y patronales, van a pagar los juicios a un número muy reducido de jubilados que los ganaron, pero a costa de que haya menor cantidad de recursos para los otros 3,3 millones que cobraron el haber mínimo".

02/02

9108457..

Misión argentina inicia diálogo con FMI en Washington.
150032
11/6/91
10033
11161
11412

El Fondo les toma examen a los enviados de Cavallo

La misión argentina ante el Fondo Monetario Internacional (FMI) inició ayer las conversaciones en Washington con el propósito de convencer a los técnicos de la institución del funcionamiento del plan económico y lograr de esta forma un principio de acuerdo para presentar la carta de intención para obtener un crédito contingente antes de agosto.

El presidente del Banco Central, Roque Fernández, el subsecretario de Hacienda, Saúl Bouer y su par de Finanzas Públicas, Carlos Tacchi comenzaron ayer la misión que se decidió la semana pasada cuando el ministro Domingo Cavallo recibió una llamada desde Washington. Se trataba de una convocatoria del FMI para recibir un informe in voce de los principales responsables de cada área crítica respecto de la marcha del plan económico.

El ministro celebró por lo menos dos reuniones con Fernández, Tacchi y Bouer en las que se prepararon los números y con ellos los informes a presentar en la capital norteamericana.

El primero en partir fue Roque Fernández el miércoles por la noche. Tacchi se embarcó el jueves y Bouer lo hizo el sábado.

Las carpetas de Bouer y Tacchi contienen información y cifras que buscan refutar los pedidos del FMI, básicamente.

Los funcionarios del Fondo insisten en lograr un "seguro" de recaudación para alcanzar el superávit de 4 puntos del Producto, requisito sin el cual no habrá acuerdo.

Para esto, los técnicos reclaman un aumento en el impuesto a los combustibles, de fácil recaudación, además de un ajuste en los cuadros tarifarios de las empresas públicas.

• Recursos

El déficit de las empresas estatales se termina financiando con recursos del Tesoro y, en consecuencia, aunque sean transitorios, terminan minando los excedentes exigidos.

Por su parte, el titular del Banco Central lleva información para demostrar que la autoridad monetaria terminó con las fuentes de financiamiento que constituyen el llamado déficit cuasifiscal, en la terminología del FMI.

La preocupación de los técnicos del Fondo estaría orientada a detectar eventuales giros a las provincias, a través de la banca oficial del interior.

11/6/91
"A. F."

01/01

9108458

Las licitaciones ferroviarias - Demoras en la venta.
15/06/91
11/6/91
10223
11161
12312

TRES LICITACIONES PARALIZADAS

Demoras en la venta de los ferrocarriles

LAS LICITACIONES FERROVIARIAS

CONCESION	PZO. ORIG. DE TRANSFERENCIA	SITUACION ACTUAL
Ramal: Rosario-Bahía Blanca	Ultimo trimestre de 1990.	• Fue adjudicado a fines del año pasado. Todavía se está discutiendo el contrato de transferencia.
Ferrocarril General Urquiza	Febrero de 1991.	• Hay un solo grupo precalificado. La comisión privatizadora dictaminó que debe declararse desierta la licitación. La decisión final está en manos de Cavallo.
Ramal: Delta-Borges	Primer trimestre de 1991.	• Existe un solo grupo interesado que pasó las tres instancias de la licitación, pero aún no fue adjudicado, ya que previamente deben definirse las anteriores concesiones.
Líneas Mitre y San Martín más algunos ramales del Sarmiento	La licitación tenía como fecha de cierre el 21 de mayo de 1991.	• Se postergó por 60 días (hasta el 21 de julio) el plazo para la presentación de ofertas.

En julio de 1989, al iniciarse la reforma del Estado en las empresas públicas, las autoridades nacionales pensaban que los primeros logros en materia de privatización iban a registrarse en el sector ferroviario, incluso antes que las ventas previstas de la ex ENTel, Aerolíneas Argentinas y las áreas petroleras.

A casi dos años de la puesta en marcha del proceso de privatización de Ferrocarriles Argentinos (FA), la realidad se expone marcadamente opuesta a las aspiraciones originales del Gobierno: hasta ahora no se pudo concretar ninguna transferencia de actividades y servicios a operadores privados.

A raíz de las diferencias planteadas entre los funcionarios de FA, las autoridades del PEN, los legisladores nacionales y los grupos privados interesados en la explotación ferroviaria, todas las licitaciones encaradas se caracterizan por mostrar una larga lista de modificaciones y prórrogas.

La primera concesión impulsada fue la del ramal Rosario-Bahía Blanca. Luego de las [illegible] y [illegible] del pliego, se había establecido que, para fines de 1990, los 3[illegible] kilómetros de vías del ramal citado tenían que estar en manos privadas. Las objeciones de la Comisión Bicameral [illegible] por obra de la licitación determinaron que recién a fines del año pasado se concretara la adjudicación. La elaboración del contrato, [illegible] de ser traumática: calculada en principio para un plazo de dos meses, demandó casi seis. Así todo, **la concesión aún no está definida: el contrato** aprobado por el ministro **Domingo Cavallo recibió** cuestionamientos de la Bicameral.

La segunda concesión correspondió a la línea de [illegible] Mitre. Tras arribar a la preadjudicación de uno de los dos grupos privados interesados en la explotación de los casi 3.000 kilómetros de vías [illegible], la comisión privatizadora llegó a la conclusión de que la licitación debía declararse desierta. El [illegible] del grupo preadjudicado, desde hace casi dos meses, **la definición de este asunto está en manos del titular de Economía.**

En el caso de la concesión del ramal Delta-Borges, el proceso privatizador quedó estancado luego de que el único grupo oferente pasó las tres instancias de la licitación.

Al estar sin resolverse la concesión del ramal Rosario-Bahía Blanca, las definiciones de las otras privatizaciones deben soportar demoras.

Mientras tanto, otro intento privatizador no está lejos de incorporarse a la lista de demoras: se trata de los ferrocarriles metropolitanos que el Gobierno se comprometió a privatizar en 90 días.

11/6/91
"CLARIN"

01/01

9108459

Reducción de Aranceles desalienta exportaciones.
150029
12/6/91
10033
11161
11392
11409

El peligro de la apertura

LA reducción de aranceles y la fijación del tipo de cambio han provocado el doble efecto de desalentar las exportaciones, especialmente las de mayor valor agregado, y estimular las importaciones de bienes industriales.

Las estimaciones sobre la evolución del comercio exterior para el presente año muestran una caída en las ventas externas y aumento de las compras que reducirá sensiblemente el superávit, tendencia que podría mantenerse el año que viene si continúa la actual paridad, reducida por los aumentos de precios internos, y si sigue creciendo la demanda interna. En este caso, la pérdida de ingresos de exportación y la entrada de mercaderías extranjeras reducirían la actividad local y el equilibrio externo se mantendría por efecto de la recesión.

La única alternativa a esta posibilidad es que mejore la productividad de la industria reduciendo costos y mejorando la competitividad en los mercados externos y en el doméstico, para lo cual es necesario mejorar la inversión y los procesos productivos y reducir costos laborales.

El riesgo es que la industria, por la situación en que se encuentra luego de un largo período de inestabilidad y desinversión, por las rigideces legales o institucionales o por los costos financieros o fiscales, no logre adaptarse a tiempo y la economía vuelva a sufrir un nuevo desmedro.

En este sentido, el ritmo de la apertura y la depreciación del tipo de cambio por un aumento de precios internos mayor que el esperado oficialmente están reduciendo los márgenes de adaptación y convirtiendo las importaciones actuales y futuras en una verdadera amenaza.

La Unión Industrial Argentina ha considerado, al respecto, que las importaciones del futuro inmediato afectarán la actividad del sector y que el Gobierno está demorando la aprobación de la legislación antidumping, necesaria para evitar la competencia desleal de productores extranjeros.

A su vez, según una encuesta realizada por la Universidad Argentina de la Empresa, los industriales consideran que la apertura es más una desventaja que un estímulo y que el tipo de cambio actual es inadecuado para las exportaciones. Los empresarios estiman que debido a las importaciones perderán el 10 por ciento de su mercado y que la reducción de costos debida al abaratamiento de insumos y partes llegará en promedio al 4 por ciento.

El manejo de las variables que vincula la economía nacional con el exterior amenaza con promover una nueva oleada de bienes extranjeros que tendrá, previsiblemente, poca influencia sobre el nivel general de precios internos y que, lejos de promover la eficiencia de la industria nacional, puede ocasionar quiebras y desempleo.

En este contexto podrá mejorar su situación un reducido núcleo de industrias y, en todo caso, los productores de bienes primarios cuyos precios evolucionen favorablemente en los mercados externos, en detrimento de una amplia franja de industrias que contribuyen a la formación de la mayor parte del producto y del empleo.

"CLARIN" 12/6/91

01-01

9108460

DOCUMENTO
Recaudación tributaria.
050027
12/6/91
10033
11161
11392

Los ingresos tributarios no alcanzaron, pero el consolidado excedió en 19,9% la meta

Con recursos previsionales se cumplió la recaudación

Con un ingreso acumulado de 4,09 billones de australes cerró la primera semana de recaudación tributaria, cifra que representa 19,9% más que la proyección efectuada para el período por la Dirección Nacional de Investigaciones y Análisis Fiscal del Ministerio de Economía.

En un comunicado de prensa el Palacio de Hacienda informó los resultados que, si bien superaron las metas, no pueden ser analizados más que en términos absolutos ya que se mantienen en reserva los números ejecutados del gasto público por parte de la Subsecretaría de Hacienda.

Se puede afirmar que viene bien la marcha de la recaudación que para todo el mes fue estimada en 20,069 billones de australes, pero nada puede inferirse respecto del superávit o déficit del Tesoro.

En cuanto a las cifras de la semana, los A 4,09 billones recaudados fueron aportados de esta forma: A 1,877 billón por los ingresos de la DGI; A 291.600 millones por la recaudación aduanera; y A 1,923 billón por Seguridad Social, FONAVI, PAMI y ANSSAL.

• Ingresos

Los recursos que se coparticipan con provincias se ajustaron a las metas, mientras que los ingresos que el Tesoro conserva exclusivamente para sí resultaron 3,4% inferiores a lo previsto. Los ingresos correspondientes a leyes especiales, dentro de los cuales se contabiliza el Impuesto a los Combustibles, estuvieron 16,6% por debajo de la estimación oficial.

El 19,9% logrado por encima de la meta fue el resultado de los fuertes ingresos por Seguridad Social, que aportaron A 787.800 millones en exceso.

La nueva planilla distribuida por el Ministerio de Economía incluye ahora además el destino de los recursos. La recaudación de la semana se distribuyó de la siguiente forma: A 1,064 billón para el Tesoro; A 808.100 millones para las provincias; A 1,469 billón para Seguridad Social y A 750.900 millones para las Cuentas Especiales.

"A.F."
12/6/91

01-02

91 08461

RECAUDACION TRIBUTARIA, MES DE JUNIO DE 1991

(en miles de millones de australes)

	Recaudación			Diferencia		Proyecc. mensual	Recaud. junio'90 mil mill. A de junio'91	Dif. % junio'91 proyect. junio'90	Recaudac. efectiva mayo'91	Dif. % junio'91 proyect. mayo'91
	Del día 7-6	Acumulada 7-6	Proyectada 7-6	Absoluta	%					
Coparticipados	195,1	1.291,4	1.279,4	12,0	0,9	9.979,0	8.040,0	24,1	10.335,9	—3,5
Ganancias	29,1	225,4	68,0	157,4	231,4	730,0	706,1	3,4	858,2	—14,9
Activos copartícip.	7,5	44,4	22,5	21,9	97,4	450,0	0,0	—,—	624,1	—27,9
IVA (neto reembolsos)	83,4	373,4	368,8	4,6	1,3	4.862,0	3.503,2	38,8	4.926,0	—1,3
IVA (bruto)	83,4	373,4	368,8	4,6	1,3	4.962,0	3.503,2	41,6	4.928,2	0,7
Reembolsos	0,0	0,0	0,0	0,0	—,—	100,0	0,0	—,—	2,2	4.465,5
Internos	2,5	292,0	357,5	(65,5)	—18,3	1.650,0	1.026,2	60,8	1.604,3	2,8
Débitos	68,9	315,9	396,4	(80,4)	—20,3	1.427,0	426,0	235,0	1.474,3	—3,2
Servicios financ.	0,0	0,7	1,4	(0,7)	—52,7	70,0	80,6	—13,2	42,9	63,2
Presentación espont.	0,8	8,2	12,0	(3,8)	—31,8	600,0	204,3	193,7	627,5	—4,4
Otros	2,9	31,3	52,8	(21,4)	—40,6	190,0	2.093,5	—90,9	178,6	6,4
No coparticipados	80,0	327,5	338,9	(11,4)	—3,4	1.220,0	2.682,0	—54,5	1.488,2	—13,4
Sellos	8,7	35,9	55,6	(19,6)	—35,3	200,0	183,8	8,8	261,3	—8,6
Der. importación	21,9	69,5	88,9	(19,4)	—21,8	320,0	307,1	4,2	298,1	7,3
Der. exportación	19,9	90,8	69,4	21,3	30,7	250,0	1.082,8	—85,2	411,0	—39,2
Tasa estadística	27,6	106,8	125,0	(10,2)	—14,6	450,0	498,3	—9,7	497,8	—9,6
Com. exterior s/dtscr.	1,9	24,5	—,—	24,5	—,—	—,—	0,0	—,—	0,0	—,—
Leyes especiales	18,0	550,3	659,7	(109,4)	—16,6	2.978,0	3.313,2	—10,1	3.138,9	—5,1
Combustibles	0,0	442,8	464,5	(21,7)	—4,7	1.858,0	2.011,1	—7,6	2.159,5	—13,6
Activos (educación)	0,5	2,4	22,5	(20,1)	—89,2	450,0	0,0	—,—	113,1	297,9
Divisas (educación)	6,8	12,4	36,1	(23,7)	—65,6	130,0	0,0	—,—	123,9	4,9
Varios p/Tesoro(1)	7,6	28,8	28,6	0,2	0,7	135,0	449,6	—70,0	356,1	—62,1
Varios p/provinc.(2)	3,1	51,0	65,6	(14,6)	—22,3	220,0	225,0	—2,2	198,3	10,9
Varios p/ctas. espec.(3)	0,0	12,9	42,4	(29,5)	—69,5	185,0	827,7	—70,5	195,0	—5,1
Total DGI-ANA	293,1	2.169,2	2.277,9	(108,6)	—4,8	14.177,0	14.035,2	1,0	14.891,0	—4,7
Subtotal DGI	221,9	1.877,6	1.994,6	(117,0)	—5,9	13.157,0	11.537,1	14,0	13.674,1	—3,8
Subtotal ANA	71,2	291,6	283,3	8,2	2,9	1.020,0	2.498,1	—59,2	1.286,9	—15,5
Ap. y contrib. Seg. Soc. (*)	1.003,0	1.270,0	827,8	442,2	53,4	4.008,9	3.198,8	25,3	3.943,2	1,7
FONAVI, PAMI y ANSSAL (*)	515,9	655,3	307,6	345,6	112,4	1.882,7	1.471,4	28,0	1.879,3	0,2
TOTAL RECURSOS	1.812,1	4.092,5	3.413,4	679,0	19,9	20.068,6	18.705,4	7,3	20.708,5	—3,1
Destino										
Tesoro(4)	170,2	1.064,2	1.078,3	(14,0)	—1,3	6.256,4	7.173,7	—12,8	6.858,2	—8,7
Provincias(5)	120,5	808,1	844,9	(36,7)	—4,3	6.364,6	4.898,8	30,0	6.488,5	—8,6
Seguridad Social(6)	1.003,0	1.468,2	1.038,9	432,4	41,7	4.845,0	4.583,9	5,5	4.910,0	—1,3
Cuentas especiales(7)	516,4	750,9	453,5	297,4	65,6	2.602,5	2.077,0	25,3	2.541,0	2,4

(1) 50% dto. 867/88, 50% Imp. s/energía eléctrica (Dec. 2733/90), aporte especial emp. públicas y ahorro obligat. (2) Fondo de Desequilibrios Fiscales Provinciales e Imp. s/intereses y ajustes plazo fijo. (3) 50% dto. 867/88, 50% Imp. s/energ. eléct. (Dec. 2733/90), Contrib. solidaria e imp. p/terceros. (4) 42,34% Coparticip., 100% No coparticipados, 38,4% Imp. s/Combustibles y varios p/Tesoro. (5) 57,66% Coparticipados, 8,6% Imp. s/Combustibles, 65% activos educación, 67% Imp. Divisas y varios p/provincias. (6) 46% Imp. s/Combustibles y aportes y contribuc. p/Seguridad Social. (7) 35% Activos educac., 33% Op. divisas, 18% Imp. s/Combust., varios p/ctas. esp., FONAVI, ANSSAL y PAMI.

Fuente: Instituto Nacional de Previsión Social.

02-02

9108461

Insumos agropecuarios. Lo que gasta el Agro.
150024
12/6/91
10033
11161
11402

UNA FACTURACION DE U$S 900 MILLONES ANUALES

Lo que gasta el agro

Los productores agropecuarios se muestran reticentes en sus inversiones. Esperan a último momento antes de comprar semillas, agroquímicos y fertilizantes; cuando se trata de tractores y maquinaria, la prudencia se multiplica. Fabricantes y distribuidores también extreman la cautela.

Pese a que **el Gobierno apostó muy fuerte al campo —eliminó retenciones a la espera de multiplicar cosechas—, los productores arriesgan muy poco.** No hay, como en otros años a esta altura, avalancha de pedidos. Las decisiones acerca de qué sembrar se toman cada vez más cerca de la fecha. Ya **nadie acopia herbicidas ni fertilizantes. Y la compra de maquinarias se realiza si el resultado de la cosecha fue excepcional.**

Quienes abastecen a los chacareros, una industria que factura 900 millones de dólares por año, creen que este será otro más de vacas flacas.

"Los productores esperan ver qué pasa", dijo **Aharon Averbach** de la Cámara que nuclea a los fabricantes de agroquímicos. Sin embargo, las grandes empresas ya abastecieron a los distribuidores y tienen agotados su stocks de insecticidas. En parte, porque se descuenta un año húmedo.

La líder en fertilizantes, PASA, de capitales nacionales, diseña nuevos productos. Como conocen que a los productores les impactan las novedades lanzan productos sofisticados. Esa es también la estrategia de la líder nacional en agroquímicos, Atanor, y de las multinaciones como la alemana Basf y las estadounidenses Monsanto y Dow Elanco.

♦ Pocas garantías

Del lado de los productores se arguye que hay pocas garantías para anticipar inversiones: " Es un problema de expectativas. Las que tenemos son malas" justificó **Las Paz**, con 200 hectáreas de trigo en la cordobesa Río Cuarto. En el caso del trigo, cuyo precio marca el compás de los otros granos, se calculan cotizaciones en torno a unos magros 80 dólares por tonelada.

Pero hay otro hecho, además: con la soja pasada por agua —resta aún 70% por cosechar— los chacareros no tienen dinero para comprar anticipadamente.

Confirmó **Norberto Severo**, de la asociación que agrupa a los semilleros: " Las ventas de semillas de trigo son más lentas que el año pasado y se baraja una menor superficie sembrada".

La consigna de los fabricantes de semillas también es innovar. Pero se trata más de maquillar que de mejorar la calidad. **Dijo Carlos Ripos, de la Dirección Nacional de Semillas, a Clarín:** " Las nuevas variedades que analizamos, se producen por razones estrictamente comerciales. No notamos un salto en calidad".

Los semilleros Buck, Klein y Pordusem (que multiplica semillas patentadas por el INTA) son los líderes en las semilas de trigo y lanzan todos los años distintas variedades. Cargill se asomó hace poco a este mercado con un híbrido de trigo. Para los chacareros los híbridos no necesitan cartas de presentación: son más resistentes y tienen mayores rendimientos. Pero las ventajas no alcanzan para compensar la principal desventaja: deben comprar semilla todos los años en vez de multiplicarla ellos mismos en sus campos.

♦ Cosecha gruesa

El panorama es diferente para la cosecha gruesa. Ya se sabe que el maíz y el girasol se llevarán las palmas. Con cotizaciones firmes en el mercado internacional son un imán para los chacareros.

Dekalb, Cargill, Morgan y Nidera, la dueña de Asgrow, son las firmas de mayores ventas en un mercado que mueve 300 millones de dólares.

Gracias al acuerdo recién estrenado con la Subsecretaría de Industria, los fabricantes de tractores podaron 25% sus precios, a cambio de menos impuestos y luz barata. Pero sus ventas difícilmente superen este año las exiguas 5.000 unidades del año pasado. Todo lo contrario, con un parque cuya antigüedad es de 15 años, **las ventas en el mejor de los casos se situarían en los 4.000 tractores.**

Deutz, la segunda en el ránking —un peldaño más abajo que la líder Massey Ferguson— tiene este año como plato fuerte una cosechadora.

Pero no espera ningún milagro. Con planes de reducción de personal, Deutz destinó un porcentaje mínimo para la publicidad

Ellos saben que a los productores les tiene que ir muy bien para arriesgarse con un tractor de los grandes que cuesta 80.000 dólares, uno pequeño, entre 20 y 30.000, o una cosechadora de 90.000.

Silvio Naishtat

INSUMOS AGROPECUARIOS

SEMILLAS	300 millones de u$s
AGROQUIMICOS	[illegible]
FERTILIZANTES	70 millones de u$s
TRACTORES	320 millones de u$s
TOTAL	900 millones de u$s

12/6/91
"CLARIN"
9108462

01-01

Crecimiento comercial entre Argentina y Brasil
150025
12/6/91
10033
11161
11409

Fuerte crecimiento del comercio entre la Argentina y Brasil

BRASILIA, 11 (EFE). – El comercio bilateral entre la Argentina y Brasil creció un 34 por ciento durante el primer cuatrimestre de este año, respecto al mismo período de 1990, y se situó en 703 millones de dólares, según fuentes diplomáticas.

Durante los primeros cuatro meses del año pasado, ambos países negociaron productos por valor de 524 millones de dólares.

La balanza comercial del período comprendido entre enero y abril de 1991 es favorable a la Argentina por 58.817 dólares, sin embargo, esa ventaja disminuyó en más del 200 por ciento respecto al año pasado.

En el primer cuatrimestre de este año, Brasil compró a la Argentina un total de 381 millones de dólares en trigo, arroz, cebollas, leche en polvo, manzanas, legumbres y productos alimenticios industrializados.

Brasil vendió 322 millones de dólares en automóviles, máquinas agrícolas, productos químicos e insumos para la producción de celulosa.

Los dos países elaboraron hace seis meses un cronograma de reducción gradual de las cuotas de importación, que deben ser suprimidas en 1994, cuando eliminen, junto con Paraguay y Uruguay, los aranceles aduaneros dentro del Mercado Común del Sur (Mercosur).

"Toda esta política podrá funcionar si hay una coordinación macroeconómica, con adopción de una legislación común armónica, y cuando las empresas de ambos países alcancen un mayor grado de eficiencia y competitividad", afirmó el responsable económico de la embajada de la Argentina en Brasilia, Alfredo Alcorta.

El comercio argentino-brasileño superó el año pasado los 2000 millones de dólares, cifra récord de un progresivo incremento del intercambio bilateral, originado por el tratado de 1985, cuando ambos países se comprometieron a crear un mercado común.

A dicho mercado común se unieron Paraguay y Uruguay, y el pasado marzo los cuatro países crearon, en Asunción, el Mercosur.

Acuerdo para enriquecer uranio

RIO DE JANEIRO.– Los gobiernos del Brasil y la Argentina podrían ampliar a la producción de uranio enriquecido su programa de cooperación en el área nuclear, según afirmó el director de la Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA), doctor Jacobo Dan Beninson.

El científico, que participa en Río de Janeiro de un simposio sobre seguridad en plantas nucleares, destacó que las necesidades de combustible de los reactores de Atucha I y Embalse, ya en actividad, y de Atucha II, todavía en construcción, son superiores a la producción de uranio enriquecido del centro instalado en Pilcaniyeu, a través del sistema de difusión gaseosa.

La Argentina negoció recientemente con el Brasil un acuerdo de salvaguardias para uso pacífico del recurso atómico.

12/6/91

= LA NACION "

01-01

9108463

Recaudación fiscal en la 1ra semana de junio.
150025
12/6/91
10033
11161
11392

Crecieron los recursos del Estado en la primera semana de este mes

Los recursos totales del sector público crecieron en la primera semana de este mes un 19,9 % por encima de las metas previstas por la conducción económica, según se informó oficialmente.

Por otra parte, trascendió que en mayo último el superávit del Tesoro y de los fondos unificados del Estado ascendió a 87 millones de dólares.

En cuanto a los recursos acumulados en los primeros siete días de este mes, el mayor incremento correspondió al sistema de seguridad social, cuya recaudación superó en un 53,4 % a las pautas proyectadas.

Los ingresos del Fonavi, del PAMI y de la Anssal también mostraron una evolución favorable, al superar las metas en un 112,4 por ciento.

En cambio, el comportamiento impositivo de la primera semana no cubrió las expectativas oficiales. La recaudación total de la DGI y de la Aduana se ubicó un 4,8 % por debajo de las proyecciones.

Entre los impuestos coparticipados se destacó la performance de ganancias, con un crecimiento del 231,4 % por encima de la meta. En cambio, entre los tributos no coparticipados –los que corresponden a la Nación– predominaron las bajas.

Recaudación fiscal

(1a. semana de junio - en miles de millones de australes)

Impuesto	Recaudación hasta el 7	Meta diaria hasta el 7	Diferencia %
Coparticipados	[illegible]	[illegible]	[illegible]
No coparticipados	327,5	338,9	- 3,4
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total DGI - Aduana	2169,2	2277,9	- 4,8
Aportes de seguridad social	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fonavi, PAMI y Anssal	653,3	307,6	+ 112,4
Total recursos fiscales	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Fuente: Ministerio de Economía.

Superávit en mayo

Según los números preliminares del equipo económico, además del superávit registrado por el Tesoro, las empresas públicas habrían exhibido en mayo un resultado global favorable, aunque de escasa magnitud.

Las empresas que presentaron desequilibrios fueron las del sector eléctrico: Segba y Agua y Energía Eléctrica, a las que el ministro Cavallo reclamó recomponer su situación financiera. El sistema de seguridad social, en tanto, habría terminado el mes con equilibrio.

Aunque el comportamiento fiscal continúa siendo positivo, se prevén mayores ajustes para alcanzar la meta mensual de 200 millones de dólares de superávit operativo acordada con el Fondo Monetario Internacional.

12/6/91 "LA NACION"

01-02

9108464

Se prevé un esfuerzo fiscal para cumplir con las metas

El Tesoro habría registrado un superávit de 87 millones de dólares en mayo, una cifra que aún está lejos de alcanzar las metas fijadas por la conducción económica.

Esos 87 millones de dólares corresponden exclusivamente al resultado del Tesoro y de los fondos unificados. Para calcular el superávit operativo global resta considerar el comportamiento del sistema previsional y de las empresas públicas, cuyos números aún continúan siendo revisados por los funcionarios del Palacio de Hacienda.

Las estimaciones preliminares indican que, con suerte, el superávit del sector público no financiero podría aproximarse a los 160 millones de dólares. Se trata de un monto que admite dos lecturas diferentes:

- Se continúa avanzando en la obtención de resultados favorables en el frente fiscal.
- El crecimiento de la recaudación y la baja de los gastos no tienen el suficiente impulso como para respetar la pauta acordada con el Fondo Monetario Internacional, que ubica el superávit necesario en 300 millones de dólares por mes.

Fuentes de la cartera económica dejaron trascender que el sistema previsional habría exhibido en mayo un dificultoso equilibrio, por cuanto debió apelar durante ese mes a más de un anticipo del Tesoro. Cuando faltaban escasos días para que terminara mayo, el sistema le debía alrededor de 42 millones de dólares a la Tesorería.

El caso de las empresas públicas tal vez sea el más preocupante, a raíz de la reticencia de muchas de ellas a poner en orden su esquema financiero. Trascendió en fuentes próximas al ministro Cavallo que las compañías del sector eléctrico reincidieron en sus resultados deficitarios por lo cual YPF debió compensar con sus excedentes el desequilibrio de aquellas.

Retiros

El Gobierno enviará hoy al Banco Mundial la lista de los 12.500 agentes que serán dados de baja en Ferrocarriles Argentinos. Se trata de un requisito indispensable para que el organismo internacional desembolse 130 millones de dólares, que son parte de un crédito para la reforma de las empresas públicas. Los recursos podrían recibirse la semana próxima. Del total de 12.500 empleados, 12.300 se anotaron en un régimen de retiro voluntario.

Segba es la empresa que quita el sueño a los funcionarios. Entre mayo y este mes se acumularía un déficit superior a los 100 millones de dólares. Agua y Energía, aunque con un cuadro menos grave, se encuentra en una situación similar.

Los pagos externos

En la negociación con el FMI se acordó una meta de superávit operativo de 542 millones de dólares para el trimestre abril-junio, sin contar con el concurso de los fondos que están ingresando por la venta de áreas centrales de YPF, que alcanzarían los 600 millones de dólares.

Aunque en abril el resultado favorable del Tesoro se habría aproximado a los 200 millones de dólares, los números de mayo indican que será necesario un esfuerzo especial este mes para alcanzar la meta mencionada.

La cuestión no deja de tener aristas conflictivas, por cuanto en junio el pago del aguinaldo -aunque reducido- demandará un desembolso adicional y son pocas las expectativas para que el superávit se incremente.

La urgencia de contar con un resultado fiscal favorable es obvia: el equipo económico no desea incurrir en atrasos en los pagos a los organismos internacionales. Según trascendió, las obligaciones correspondientes a mayo aún no se terminaron de cancelar.

Los compromisos externos que vencen este mes distan de ser modestos: 466 millones de dólares. Los números que maneja el equipo económico dan cuenta de que deberán girarse al FMI unos 160 millones de dólares; 143 millones por intereses de Bonex; 69 millones al Banco Mundial; 60 millones a los bancos acreedores, y 34 millones al Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

En la primera semana de este mes el equipo de Cavallo recibió una noticia positiva. Los recursos totales del sector público evolucionaron un 19,9 % por encima de la meta fijada originalmente. Pero la parte del león se la llevaron las cuentas especiales y el sistema de seguridad social, porque la recaudación que queda para el Tesoro se ubicó un 1,3 % por debajo de la pauta, en tanto que la que corresponde a las provincias experimentó un desvío del 4,3 por ciento.

Cavallo apuesta a disponer del ingreso por la venta de áreas petroleras para mejorar la performance fiscal y cancelar los compromisos externos. El ministro admitió que sólo desde julio próximo -y hasta marzo de 1992- se podrá acumular una masa de recursos con superávit del Tesoro y fondos derivados de privatizaciones para abordar la renegociación integral de la deuda externa.

Son cuestiones que, en estos momentos, los funcionarios argentinos conversan en Washington con los técnicos del FMI.

Eduardo De Simone

02-02

91084641

Menem anuncia zona franca en puerto de La Plata.
150024
13/6/91
10033
11161
11411

Anuncio de Menem: habrá zona franca en el puerto de La Plata

La Plata tendrá una zona franca. El presidente Menem instruyó al ministro Cavallo para preparar una ley en 60 días que permita instalar una zona de esas características —libre acceso de mercadería importada sin pago de derechos— en la provincia de Buenos Aires. El marco del anuncio fue el acto de transferencia de los puertos pequeños y medianos a la jurisdicción provincial. Esa operación representará para Buenos Aires un probable ingreso anual de 600 millones de dólares.

13/6/91
"CLARIN"

El presidente Carlos Menem anunció ayer la creación de una zona franca en el puerto de La Plata. Dio instrucciones al ministro Domingo Cavallo para que refote en 60 días una ley de 1907 que autoriza la instalación de una zona de esas características en la capital bonaerense.

Menem hizo el anuncio en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno, en el transcurso del acto de traspaso de los puertos bonaerenses pequeños y medianos a dominio de la provincia.

Tras la firma del convenio, el Presidente anunció que "hemos venido conversando silenciosamente con el gobernador (Antonio) Cafiero para ver la posibilidad de refotar esa legislación" que data de 1907.

"Como no nos quedamos en palabras ni en la mera retórica —prosiguió— he dado directivas al señor ministro de Economía para que rápidamente constituya una comisión, de tal forma que en el término de 60 días, de acuerdo con las formas, modos y necesidades de ese puerto, empiece a funcionar la zona franca".

Destacó que "esta es una de las formas de reactivar toda la actividad de producción, a partir del trabajo que tanta falta nos está haciendo a los argentinos para hacer crecer la provincia".

Un comunicado de la gobernación bonaerense informó que la zona franca permitirá la instalación de un espacio libre de impuestos aduaneros y de otras obligaciones fiscales, donde ingresarán libremente insumos importados para ser manufacturados y, posteriormente, exportados o vendidos en el mercado interno.

Este régimen será el primero del país y se complementará con el proyecto de desarrollo que impulsa la provincia en la región de La Plata, Berisso y Ensenada, con la instalación de un polo tecnológico-industrial y la modernización del puerto.

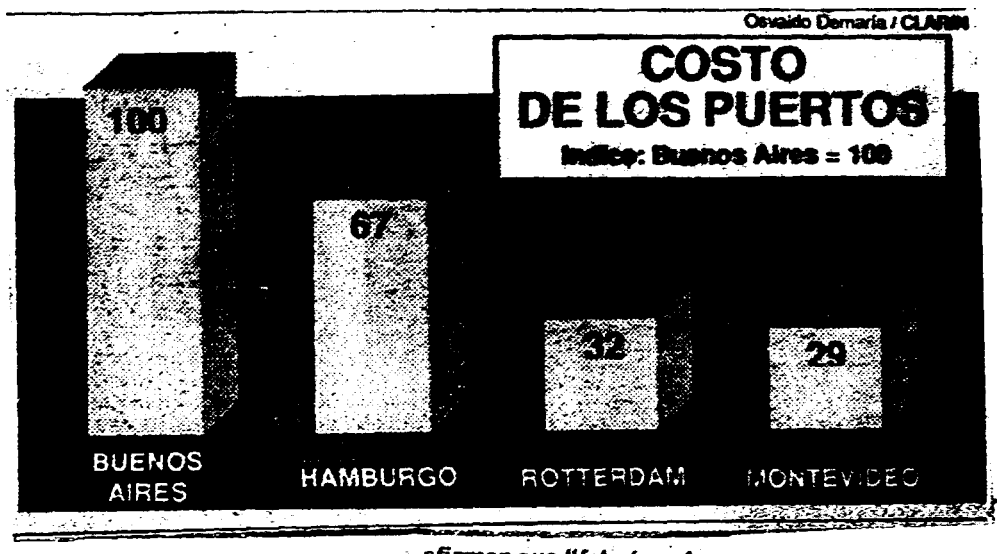
El ministro de Asuntos Agrarios bonaerense, José María Vernet, afirmó a Clarín que la zona franca funcionará en las instalaciones del puerto de La Plata.

Dijo que la zona franca significará un fortalecimiento de las importaciones, las cuales podrán ser mantenidas en depósitos por períodos prolongados sin necesidad de pagar impuestos por estadía. "Esto —prosiguió— permitirá terminar con la ineficiencia crónica de los puertos argentinos, que conlleva a que los productores importen sus insumos y puedan exportar los productos elaborados recién cuatro años después".

Vernet comparó la nueva zona franca con la ya existente en Colonia, Uruguay. Consultado sobre si La Plata no se constituiría en un potencial paraíso de contrabandistas de productos terminados —electrodomésticos, por ejemplo—, Vernet se limitó a

01-02

9108465



afirmar que "éste (por Argentina) es otro país" y que la zona franca servirá básicamente para la importación de insumos industriales.

♦ Traspaso de puertos

Al acto de traspaso de los puertos bonaerenses asistieron, además de Menem y Cavallo, el gobernador **Antonio Cafiero** y el subsecretario de Transportes, **Edmundo Soria**, además de funcionarios, legisladores y los intendentes de los distritos afectados por el convenio. Estuvo ausente el administrador general de Puertos, capitán **Horacio Saldúna**, a quien representó su esposa.

Los puertos que pasarán a manos de la gobernación son los de **Mar del Plata, La Plata, San Pedro, San Nicolás, Tigre, Campana, Zárate, Ramallo, San Isidro, Baradero, Olivos y Carmen de Patagones.**

El de **Concepción del Uruguay** será traspasado mañana a la provincia de **Entre Ríos**, de la misma manera que el lunes pasado se hizo con el puerto de **San Carlos de Bariloche** a **Río Negro**. La **Administración General de Puertos** (AGP) continuará administrando los puertos de **Buenos Aires, Quequén, Bahía Blanca y Rosario**.

El convenio suscripto ayer establece que una comisión mixta de la AGP y la provincia administrará las estaciones portuarias, hasta tanto finalicen los inventarios y relevamientos de cada uno de los puertos.

También determina que el personal de la AGP será absorbido por la administración bonaerense y que, a los efectos de fijar su condición escalafonaria, se dará intervención a los gremios del sector.

Finalizado el traspaso, cada puerto será manejado por consorcios integrados por los intendentes de la localidad respectiva, empresarios exportadores e importadores, prestadores de servicios y trabajadores portuarios. La provincia reservará para sí el papel de policía para controlar las actividades que, anualmente, representan una facturación de 600 millones de dólares.

Durante el acto, Soria destacó que la transferencia portuaria se realiza en el marco del proceso de reprivatización del Estado, por el cual "todo lo que pueden hacer los particulares no lo debe hacer el Estado".

Señaló que para crecer hay que desarrollar el comercio exterior a través de puertos modernos, eficientes y económicos (ver cuadro).

Cafiero, por su parte, manifestó su agradecimiento hacia el Presidente por la medida adoptada, la cual, señaló, "constituye un antiguo anhelo de la provincia".

Resaltó que "ésta es una magnífica oportunidad para que distintas entidades —municipios, exportadores, importadores— asuman comunitariamente la tarea para que estas cosas funcionen bien". Respecto a la zona franca, el gobernador dijo que posibilitará un espectacular desarrollo de la región.

02-02

9108465

Nº DOCUMENTO
TITULO Pasan a disponibilidad 15 000 agentes estatales.
150025
13/6/91
10033
11161
11392
11312

Pasarán a disponibilidad quince mil agentes estatales

En los próximos días, alrededor de 15.000 agentes estatales quedarán en situación de disponibilidad, al haberse eliminado sus cargos y funciones.

Esta reducción de personal forma parte del programa de reforma administrativa que se negoció con el Banco Mundial, y que comprende un crédito de ese organismo por 300 millones de dólares.

Ayer, el gabinete económico se reunió para analizar la marcha de la reforma estatal y se resolvió acelerar la puesta en disponibilidad de los empleados de aquellos ministerios y organismos descentralizados que presentaron nuevas estructuras.

Hasta el momento, son cuatro los ministerios cuyas estructuras fueron aprobadas por el Comité de Reforma Administrativa. Se trata de las carteras de Economía, de Trabajo, de Interior y de Salud y Acción Social.

Según trascendió, Defensa presentó ya su nuevo organigrama, que está siendo analizado, y está por ser aprobado el de Relaciones Exteriores y Culto, donde la demora obedeció a la incorporación del cuerpo de consejeros comerciales que anteriormente dependían de la Subsecretaría de Industria y Comercio.

En tanto, el Ministerio de Justicia funcionará con una estructura provisional.

Fuentes del Palacio de Hacienda dejaron entrever que la eliminación de cargos en la administración pública podría elevar el número de agentes que pasarán a disponibilidad una vez que se definan las estructuras de los organismos descentralizados. La estimación oficial es que serían alrededor de 20.000 los trabajadores que quedarán en esa situación.

Sin [illegible]

No hubo [illegible] ministro Cavallo [illegible] después. El [illegible] acerca [illegible] falta de pago a [illegible] el [illegible] de Hacienda. [illegible] deseo del ministro [illegible] avanzar [illegible] blanco con el [illegible] que la [illegible] Cavallo pudo [illegible] vamente de la [illegible] nal.

El régimen de disponibilidad prevé que los empleados permanecerán en tal condición durante 3, 6 ó 9 meses, según su antigüedad. En ese lapso, podrán ser requeridos por otros organismos estatales que necesiten cubrir vacantes. Si ello no ocurre, son dados de baja.

Las disponibilidades deben ser firmadas por el secretario de la Función Pública, Gustavo Béliz.

Un comunicado oficial del Ministerio de Economía señala que en la reunión que mantuvo ayer Cavallo con sus colaboradores se analizó la reestructuración de la administración central y las condiciones en las cuales se desarrollará la organización [illegible], "teniendo en cuenta las preocupaciones manifestadas por el ministro acerca del deficiente funcionamiento del sector administrativo".

Ante la información que se considera la eliminación de 15.000 cargos, resultante de la aprobación de las nuevas estructuras. Estas bajas se suman a las ya producidas, con lo cual la reducción del plantel estatal ascendería a los 80.000 agentes.

Desburocratización

También se destacó que se avanzará en la desburocratización con medidas que tiendan a la supresión de trámites. Se procurará instrumentar un sistema de informatización administrativa y eliminar regulaciones para disminuir el costo de la intermediación estatal.

Fuentes de la cartera económica señalaron que se reglamentará próximamente la ley de procedimiento administrativo, con el objetivo de simplificar los trámites que deben realizarse en el sector público.

En otro aspecto, el equipo de Cavallo evaluó el resultado del proceso de venta de inmuebles fiscales, por cuanto se están superando en un 50 % los valores de base para los remates correspondientes.

Cavallo ratificó la continuidad de este programa, que prevé ingresos de hasta 200 millones de dólares hasta fin de año, mediante la subasta de propiedades que pertenecen a Segba, Ferrocarriles y Obras Sanitarias.

= LA NACION "
13/6/91

01-01

9108466

Iberia no pagó deuda con Aerolíneas.
150024
13/6/91
10033
11161
11392

Iberia no pagó en término u$s 770 millones en bonos que adeuda por Aerolíneas

Iberia no acudió a la cita. Ayer no pagó, tal como se pactó en el acta del 12 de abril, los u$s 770 millones de dólares en títulos de la deuda externa que todavía debe por la compra de Aerolíneas. En un tenso comunicado, el Ministerio de Economía da cuenta de que en los próximos días la empresa española entregará títulos de la deuda por u$s 300 millones. El resto, dice, será canjeado por u$s 150 millones que los españoles reclaman en concepto de pasajes cobrados y no volados, diferencias de inventario, etc. Estos créditos están, por supuesto, sujetos a verificación.

Ayer **venció el plazo para que Iberia y sus socios pagaran 770 millones de dólares en títulos de la deuda externa**, la última cuota para concluir con la operación de compra de **Aerolíneas Argentinas**. La entrega de los pagarés no se concretó, pero los privados **se comprometieron a presentar ante el Banco Central 300 millones de dólares en papeles en "los próximos días"** y plantean canjear los 470 millones restantes por deudas del Estado con la compañía privatizada. Cifran esa deuda pendiente en 150 millones de dólares, aunque el Palacio de Hacienda dijo que procederá a verificar si ese monto es "correcto", antes de aceptar esta propuesta.

A las 10 de la noche, Economía difundió un comunicado oficial donde explica los motivos. Dice que "la **Subsecretaría de Transporte y las autoridades de Aerolíneas Argentinas Sociedad Anónima** procedieron a cumplimentar con los términos pactados en las actas relacionadas con la ejecución del contrato de transferencia". Esos términos fijaban el 12 de junio como fecha para depositar los títulos remanentes y completar la operación y establecían que, en el mismo momento, el Estado saldaría sus obligaciones con AA. **Ninguna de estas dos condiciones se cumplió.**

♦ Diferencias

El Palacio de Hacienda subraya que "ARSA se compromete a entregar una cifra aproximada de 300 millones de dólares en títulos de la deuda" y afirma que "el saldo queda sujeto a las verificaciones que la Subsecretaría de Transporte formalice respecto de los créditos reclamados y presentados por ARSA". Especifica que esas deudas consisten en **pasajes volados y no cobrados**, deudas de organismos nacionales, diferencias de inventarios y pasivos de AA estatal: el monto es de 150 millones de dólares.

La cifra contrasta notoriamente con la reclamada hasta ahora por el consorcio privado. El diputado **Alberto Natale** afirmó que, hasta ayer, Iberia exigía formalmente que el Estado saldara 86 millones de dólares. Reveló que el comité de evaluación integrado por una docena de organismos, entre ellos, la **Comisión Bicameral, la SIGEP y la Procuraduría del Tesoro**, "consideró que de esta suma solo pueden reconocerse unos 50 millones de dólares, ya que los 36 restantes están inflados".

Este es el tercer replanteo de la operación desde que, el 22 de noviembre, el Gobierno firmó los contratos de transferencia de la empresa. Después de varios meses de idas y venidas, con **incumplimientos sucesivos de los compromisos asumidos por el consorcio adquirente**, el 12 de abril el ministro **Domingo Cavallo** logró cerrar un trato: Iberia y sus socios se avinieron a completar los pagos. La primera cuota, el 12 de mayo, que se cumplió sin inconvenientes y la segunda, ayer, que no fue abonada.

A falta de información oficial precisa, fluctúan varias las versiones que se tejieron en la jornada. Algunas sugieren que a los privados "se les hizo complicado cumplir comprar títulos de la deuda en el mercado extraoficial, con valores que han venido trepando hasta ubicarse en el 23 al 24 por ciento de su valor nominal, cuando en febrero de este año estaban en un 17 por ciento". Se afirma inclusive que los adquirentes de AA se sentaron, cuando en sondeos realizados entre bancos extranjeros japoneses "les pusieron un piso del 40 por ciento; otras instituciones llegaron a pedirles hasta el 50 por ciento del valor nominal".

♦ Cotizaciones

La cotización de estos papeles en el mercado no es un detalle, ya que de eso depende el desembolso real de dinero que deben hacer los dueños de Aerolíneas en este último tramo de la operación. Esto explicaría que pretendieron ahora reducir la entrega de títulos de la deuda al mínimo posible y canjear el resto por lo que, según dicen, les debe el Gobierno. La idea no es original, ya que Iberia había planteado un mecanismo similar antes del acuerdo del 12 de abril. Así consta en las dos propuestas presentadas por la compañía española el 13 y el 20 de marzo, donde hablaba de una deuda del Estado de 150 millones de dólares. Ambas iniciativas fueron rechazadas en aquel momento por el Gobierno, que las consideró "inaceptables".

Hay otras partes de este proceso de traspaso de AA a los privados que quedan sumidas en la oscuridad. Todavía no se sabe quiénes son los verdaderos socios de la empresa: se habla de que el Banco Hispano Americano tiene el 19 por ciento de las acciones, pero hasta ahora no se pudo confirmar. Se dice, también, que hay otro banco español en el negocio y una entidad argentina, el Banco Francés. Son suposiciones que tienen, como trasfondo, la falta de información procedente del directorio de Aerolíneas o de los funcionarios del Gobierno encargados de conducir las negociaciones finales.

♦ Problemas financieros

Los problemas de Iberia no solo están referidos a la compra de Aerolíneas Argentinas, sino que el año pasado fue una de las empresas aéreas que mayores pérdidas registró.

Esta situación diferentemente que el panorama financiero de la compañía aérea española no se presenta muy promisorio, a lo que se debe agregar el costo más elevado de lo esperado por Aerolíneas Argentinas a raíz de la suba experimentada por los títulos de la deuda externa del país.

13/6/91
"CLARÍN"
9108467

01-01

Convenio argentino-británico para distensión en el Atlántico Sur.
150024
13/6/91
100331
11161
11399

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 13 de junio de 1991

Convenio para la distensión en el Atlántico sur

Nuevas medidas de distensión militar en el Atlántico sur, escenario de la guerra de las Malvinas hace solo nueve años atrás, acordaron ayer en Londres técnicos de la Argentina y Gran Bretaña, que antes de implementarse deberán ser aprobadas por los respectivos gobiernos.

Diplomáticos y militares argentinos y británicos, después de tres días de reuniones reservadas, elaboraron "un conjunto de propuestas acordadas", según un escueto comunicado de prensa conjunto dado a conocer ayer en ambas capitales.

Una de esas propuestas consiste, según revelaron a Clarín fuentes diplomáticas, en que los buques de guerra de ambos países podrían transitar hasta poco antes de 12 millas de las costas del continente argentino y de las Malvinas sin necesidad de una notificación previa. Hasta ahora todo buque o avión militares debían anunciar con 48 horas de anticipación sus movimientos a menos de 50 y 70 millas náuticas.

La información oficial solo consignó que el encuentro de Londres fue "cordial y constructivo", pero no especificó el contenido de las "propuestas acordadas" porque, antes de hacerse públicas, necesitan el visto bueno del máximo nivel político.

El hermetismo con que se manejaron ayer los voceros de la Cancillería impidió confirmar, o desmentir, si durante la reunión los británicos pidieron tratar la cuestión del petróleo en las Malvinas. Se trata del proyecto que los kelpers quieren que apruebe el gobierno británico para iniciar la exploración y explotación petrolera.

Otra de las propuestas acordadas en el marco de la quinta reunión del Grupo Argentino-Británico sobre Asuntos del Atlántico Sur tendría que ver con la reducción del tiempo de notificación previa. En este punto, hasta ahora se plantearon 25 días de anticipación para informar sobre el movimiento de cuatro o más buques o aviones, o maniobras con más de mil soldados en el Atlántico sur.

Estas medidas habían sido establecidas el 15 de febrero del año pasado, cuando se restablecieron las relaciones diplomáticas, fundamentalmente por desconfianza británica. Incluso Londres quiso corroborar, antes de aprobarlas, que el gobierno argentino controlaba a los carapintada, en su mayoría veteranos de la guerra.

Si bien se avanza hacia una mayor distensión del Atlántico sur todavía no se comenzó a tratar uno de los más persistentes reclamos argentinos: la reducción de los dos mil soldados y los sofisticados aviones y armamentos que Gran Bretaña tiene en las islas, sobre todo en la base de Monte Agradable.

13/6/91
= CLARIN

01/01

9108468

Nº DOCUMENTO
TITULO Reforma de la Administración pública (retiro de públicos)
FECHA 150027
FECHA 14/6/91
VI 10033
11161
11392
11312

De las 80.000 bajas anunciadas sólo se concretaron 43.000 en lo que va del año. Educación en mora

¿Salonia demora el retiro de los empleados públicos

Hasta el momento el Estado se desprendió de sólo 43.000 empleados aproximadamente en lo que va del año, pese al anuncio oficial de que los ceses autorizados alcanzan a 80.000.

En realidad, el número previsto como ideal por los funcionarios que trabajan en la reforma de la administración pública es el de 62.000 bajas en ministerios, secretarias y organismos descentralizados, por lo que la cifra apuntada por el Palacio de Hacienda está incluso lejos de esa perspectiva.

La reforma en las empresas estatales (como los 12.500 despidos en Ferrocarriles) corre por cuerda aparte, a cargo de los funcionarios que tomaron posiciones en el ex MOSP y con la aprobación final del ministro Domingo Cavallo.

Los 20.000 puestos prescindibles que aguardan en el Palacio de Hacienda y que faltan de los 60 mil y pico estipulados en su momento hay que buscarlos en las carteras de Defensa y Educación, que continúan demorando sus esquemas, con el consiguiente retraso de todo el cronograma racionalizador.

El ministerio que dirige Antonio Erman González, que en su paso por Economía comenzó el proceso, adeuda todavía los nombres de las 5000 personas prescindibles, aunque al menos está a punto de dar a conocer su nueva plantilla.

Antonio Salonia

• Contrapeso

Mucho más atrasado está el ministro de Educación, Antonio Salonia, en una cartera donde el mayor contrapeso está dado por la cuestión docente. Lo cierto es que el gobierno le extendió el plazo para presentar el nuevo organigrama hasta el 30 de junio, fecha que se acerca sin que se noten las señales de humo desde el Palacio Sarmiento.

Si este ministerio cumpliera en término con los retiros de maestros pasados de edad, la cifra de despidos crecería prácticamente hasta acercarse a la establecida por el Comité Ejecutivo de Contralor de la Reforma Administrativa (CECRA).

Pero esto siempre y cuando Avelino Porto termine de deshojar la margarita en el Ministerio de Salud y Acción Social. Pese a que dio el OK hace varias semanas a la nueva estructura (que bajó las direcciones de 51 a 18), aún no determinó las identidades de los prescindibles.

De los organismos descentralizados, sólo cumplieron a pie juntillas con las disposiciones la Junta Nacional de Carnes y el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. La mora, con diferentes grados, es común en la mayoría de los restantes entes.

En concreto, los números verificados como efectivamente cumplidos son los siguientes: por jubilación anticipada se retiraron del Estado 10.000 empleados; ceses en planta no permanente, 16.500; jubilaciones efectuadas en el área docente, 3300 y eliminación de comisiones de servicios, 1200. A esto hay que agregar unos 11.000 cargos más que fueron dados de baja, con lo que se llegaría a un nivel de prescindibilidades que oscila entre las 42.000 y 43.000 personas.

A partir de allí, restan unas 20.000 para alcanzar la preanunciada meta de 62.000 y obviamente mucho más para los 80.000 que desea Economía, y los 120.000 pretendidos a largo plazo.

Todo esto sin contar a los supérstites de la resolución de Erman González que disponía el fin del doble empleo en el Estado, salvo casos excepcionales. Se sabe que muchas declaraciones juradas fueron cuidadosamente cajoneadas.

RACIONALIZACION ADMINISTRATIVA
Despidos en la fase I
(decretos de Erman González)

	Empleados
Jubilación anticipada	10.000
Planta no permanente	16.500
Jubilaciones docentes	3.300
Eliminación de comisiones	1.200
Total fase I	31.000

Despidos en la fase II (abril del '91)

Ministerios	Empleados
Economía	1.615
Relaciones Exteriores	99
Trabajo	600
Salud	2.206
Interior	681
Secretarías Función Pública	27
Vocero presidencial	18
Organismos descentralizados	5.750
Total fase II	11.002
Total general	42.002

"A.F." 14/6/91

01-01

9108469

DOCUMENTO Privatización de gasoductos troncales
150024
14/6/91
10033
11161
11392
11404

Darán en concesión los gasoductos troncales

Bastante resistencia ha levantado, aun antes de su envío al Congreso, el proyecto de ley del Ejecutivo para privatizar el transporte y venta del gas. Fuertes opositoras son las compañías petroleras, adjudicatarias de áreas donde hay más gas que petróleo: quieren también vender el gas, algo que les prohíbe la regulación proyectada. Los legisladores también anuncian sus objeciones.

La privatización de los gasoductos troncales está incluida en el proyecto de ley firmado anoche en un acto por el presidente Carlos Menem junto con los **marcos regulatorios** que establecen las pautas para el **funcionamiento privado de la distribución, transporte y comercialización del gas natural y del sector eléctrico.**

El paquete incorpora en el capítulo sobre "reestructuración de la industria del gas natural" varias figuras para **traspasar al capital privado todas las tareas de Gas del Estado, que desaparecerá como empresa.** El Poder Ejecutivo podrá acudir a la "licitación, concurso público o remate", para la "concesión, venta de activos y venta de inmuebles o acciones" de Gas del Estado. Ese amplio campo de posibilidades queda acotado para la distribución de gas y los gasoductos troncales que serán "**concesionados**".

Carlos Bastos y **Raúl García**, el subsecretario de Energía Eléctrica y el de Combustibles, tuvieron a cargo la descripción sectorial. Con Cavallo sentado a su derecha, el presidente Menem ratificó durante el acto el "respaldo político" al ministro de Economía. Entre los asistentes podían contarse, además de los funcionarios del sector, a los empresarios interesados en los procesos de privatización de SEGBA y de Gas del Estado.

Bastos señaló a **Clarín** que mientras el Congreso trata los marcos regulatorios, los técnicos avanzarán en la precisión de algunos aspectos, como las **tarifas** que regirán para los servicios privatizados. La idea es —señaló García— **ir acomodando paulatinamente los precios que pagan ahora los usuarios al esquema que regirá con la privatización.** Ese reacomodamiento no significaría demasiados cambios en el caso del gas: "Las tarifas residenciales tuvieron mucha recuperación y las industriales están en niveles aceptables", dijo García. Hay, sin embargo, versiones contrapuestas. En medios gremiales y empresarios se calcula que la "puesta a punto" de las tarifas originaría aumentos de hasta el 1.400 por ciento.

En el caso del gas las tarifas se definirán para los distintos sectores que componen el negocio: distribución, transporte y comercialización. Tanto para gas como para la electricidad se establecerán **precios diferenciados por zonas geográficas**, con el criterio de aumentarlos más en aquellas **regiones alejadas de los centros de producción.**

Bastos confía en la **buena predisposición del Congreso para aprobar el marco regulatorio** y no cree en la introducción de cambios profundos al **esquema acordado con el Banco Mundial.** Desde el Congreso suena otra campana. Legisladores oficialistas y de la oposición manifiestan su desacuerdo con la adaptación de un modelo que —dicen— favorece de entrada al interés de las empresas estadounidenses y de Canadá. Es que el marco regulatorio prohíbe que los productores distribuyan fluido y que los distribuidores se encarguen de la producción. Para las empresas locales "**estas limitaciones se oponen a la normativa jurídica y desconocen las reglas de juego de los mercados de los Estados Unidos y de Canadá**". Aseguran que la mayoría de las principales compañías de transporte de gas de los Estados Unidos están vinculadas con la producción de hidrocarburos. Citan en esa categoría a Enron, Columbia Gas, Coastal y Transco. Acotan que Nova, la única empresa transportadora de gas en el estado canadiense de Alberta es dueña de reservas de petróleo y gas a través de su subsidiaria Husky Oil Company.

Las principales oposiciones al modelo aprobado por el Poder Ejecutivo provienen de las **compañías petroleras locales.** Con la libre disponibilidad del gas que permite la desregulación, aquellas empresas adjudicatarias de áreas más gasíferas que ricas en petróleo quieren complementar el negocio: ser también distribuidoras y comercializadoras. Esa posibilidad está terminantemente prohibida en los marcos regulatorios con el argumento de evitar la monopolización de los distintos segmentos del futuro negocio.

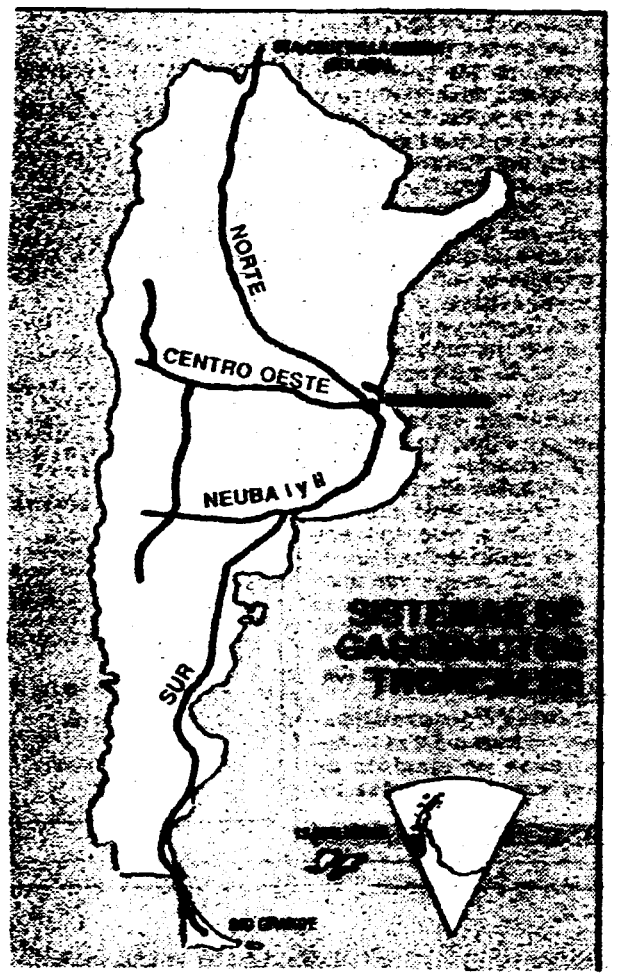
Para evitar esas conductas monopólicas se crean entes regulatorios que tendrán entre sus funciones controlar la calidad en la prestación de los servicios y autorizar los ajustes tarifarios. Según los marcos regulatorios habrá libre importación y exportación de gas, se eliminarán los fondos específicos de la electricidad y serán reemplazados por otros, y un nuevo organismo manejará el Sistema Interconectado Nacional.

El objetivo es que el Estado se retire totalmente de la prestación del servicio de distribución de electricidad y limite al mínimo su presencia en el sector gasífero. Cómo se privatizará, cuál será el precio que se pagará al Estado y los cronogramas de venta son ahora los temas en estudio.

"CLARIN" 14/6/91
01/02 9108470

FECHA
TITULO
PROCEDE
FE
VI

Habrá que pagar peaje para transportar el gas



Los gasoductos troncales son el esqueleto de la infraestructura de transporte. En la Argentina hay cinco. El último en inaugurarse fue el NEUBA II, la empresa constructora con participación de capitales mexicanos, cobró parte de la obra con petróleo crudo. En la carpeta de proyectos están en danza desde hace varios años dos ductos más: uno hasta Chile y otro hacia el Brasil.

Sin mantenimiento desde hace años, los gasoductos padecen el mismo tratamiento que el resto de la infraestructura básica; no hay reparaciones sino parches.

De acuerdo con el informe de la consultora norteamericana MacKinsey, la valuación de cada metro de ducto central es de 200 dólares. Según el interventor de Gas del Estado —y titular de YPF— José Estenssoro, los gasoductos troncales están valuados en 2.100 millones de dólares y las redes de distribución de gas en 900 millones de dólares.

Los proyectos de ley aprobados por el Gobierno prevén concesionar la red. A cambio los privados pagarán un canon que todavía no está oficialmente establecido. Por los datos manejados por los empresarios privados se estima que entre las redes de distribución (los tendidos que llegan hasta el consumidor final) y los troncales, Economía embolsará no menos de 300 millones de dólares.

Los papeles de trabajo de los técnicos, indican que la tarifa para transportar el gas subirá en un 40% como mínimo. Ahora transportar un metro cúbico cada mil kilómetros cuesta 1 dólar, cuando se privatice habrá que pagar un dólar con 40 centavos.

Listos para ofertar

Enrique Menotti Pescarmona compartió con otros empresarios cada detalle del acto en el cual Menem dio la orden de largada para las privatizaciones de SEGBA y de Gas del Estado.

Alejado del ámbito aerocomercial, Menotti Pescarmona tentará nuevamente a la suerte. Sería en el área de distribución de electricidad. Candidateado para el negocio, en los sectores oficialistas del Congreso se sugirió que Pescarmona sería de la partida en la reestructuración de SEGBA.

Oscar Vicente, de Pérez Companc, también estuvo entre los asistentes. Adjudicataria de áreas secundarias y una central y operando varias zonas petroleras la empresa estaría estudiando la concesión de los gasoductos troncales. Pero los marcos regulatorios firmados por Menem darían por tierra con esa iniciativa: no permiten que los productores de gas se ocupen también del transporte.

02/02

91 08470

Nº DOCUMENTO
TITULO Marcha de la inflación - abaratamiento de precios
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 15/6/91
VINCULADOS 10033
11161
11300

LA MARCHA DE LA INFLACION

Plan de abaratamiento de diez comestibles

Desde el lunes, 60 mil almacenes minoristas de Capital Federal y el Gran Buenos Aires venderán a precios promocionales, con rebajas de entre 10 y 15 por ciento, una decena de productos alimenticios.

Los comercios adheridos a este sistema se identificarán con el logotipo de una canasta que lleva impresas las frases "Canasta del hogar", en la parte superior, y "Red de oferta y competencia", en la inferior. Mañana aparecerá en los diarios porteños un aviso publicitario con la lista de negocios y sus direcciones.

La Liga de Amas de Casa, que la semana pasada celebró un acuerdo con mayoristas y minoristas, informó que esta primera tanda contiene los siguientes alimentos: **azúcar, 1 Kg, a 6.450 australes; aceites, de litro y medio, 8.500 australes; fideos, 500 gramos, 2.900; yerba, 500 gramos, 7.700; harina, 1 Kg, 2.300; harina de maíz, 1 Kg, 1.200 australes; arroz, 500 gramos, 2.800; lata de tomate perita; 330 gr, 3.400 australes; papel higiénico, 74 metros, 1.900 australes y queso cremoso, 1 Kg, 27.500 australes.**

Los almaceneros y propietarios de autoservicios que ingresen a la red deberán mantener estos precios durante 15 días, ya que luego se renovarán los bienes de la canasta. Tendrán que asegurar un abastecimiento fluido y ofertar a esos precios productos de primera calidad.

El tipo de alimentos que integra la canasta será seleccionado, **dos veces al** mes, por la Liga de Amas de Casa. El consejo municipal que reúne a las entidades de defensa de los consumidores se encargará de vigilar que los comercios adheridos cumplan con los compromisos en cuanto a oferta, precios y calidades de los bienes de esta canasta.

El acuerdo para abaratar precios de productos esenciales fue [illegible] el viernes entre las cámaras que agrupan a los comerciantes y la Liga. Por los empresarios firmaron: la Federación de Almaceneros y Autoservicios de Buenos Aires, la Confederación General de Almaceneros y Autoservicios de Alimentos Mayoristas.

El convenio fue concretado entre los privados, pero contó con el respaldo de la Subsecretaría de Industria y Comercio, al mando de Juan Schiaretti, que financiará la campaña publicitaria para difundir el plan por televisión y diarios.

Si bien no guarda similitud con los acuerdos de precios realizados hasta ahora por el subsecretario Schiaretti con sectores industriales, este pacto entre mayoristas, minoristas y amas de casa no es ajeno a la política trazada desde Comercio.

Esta medida no tendrá un impacto significativo como dique de contención del proceso inflacionario, donde el precio de la carne lleva la mayor [illegible] bilidad. Pero su influencia [illegible] hará sentir en el bolsillo de los consumidores.

Osvaldo Damario/CLARIN

(*) Porcentaje de aumento entre el promedio de mayo y las dos primeras semanas de junio.

Fuente: INDEC

"CLARIN" 15/6/91

01/02

9108471

Costo de vida: según el IPES ya subió 2,9%

Los precios al consumidor crecieron 1,1% **en** la segunda semana de junio, con **un aumento del 2,9% para lo que va del mes por sobre el promedio de mayo.** La encuesta realizada por el **Instituto de Política Económica y Social (IPES)** indica que en la segunda semana los capítulos que más se incrementaron fueron **alimentos y bebidas (2,2%)** e **indumentaria (1,9%).**

En el primer caso influyó notablemente el precio de las carnes rojas (4,9%); en el segundo, fueron los incrementos en indumentaria y calzado para hombres (1,6%) presuntamente ligados al festejo del día del padre. Los promedios de las dos primeras semanas superaran al de mayo en los dos rubros: alimentos y bebidas, 4,7%; indumentaria, 3,9%.

En cambio, en la segunda semana disminuyeron los precios de información médica y gastos de salud (-0,2%) y bienes y servicios varios (-0,5%), con lo cual los aumentos sobre el promedio de mayo se redujeron a 1,6 y 1,7%, respectivamente.

LOS 10 MAS RAPIDOS
Del 7/6 al 14/6/91 en %

LECHUGA	12,50
BANANA	12,10
FALDA	12,00
ASADO	8,70
VACIO	8,40
PALETA	6,70
CARNAZA COMUN	5,70
CARNE PICADA	5,50
CUADRIL	5,20
PANTALONES	5,20

ESTUDIAN NUEVAS MEDIDAS

La carne aún preocupa

Liniers, que está bajo la lupa, lo estará más aún la próxima semana. Después de decidir que opere todos los lunes, sean o no feriados, y el envío de una artillería de inspectores que exigirán a frigoríficos y matarifes sus cuentas al día con la DGI y las cajas de jubilaciones, **en Economía aseguran que si el precio de las vacas sigue en las nubes habrá nuevas medidas.**

Pero en Agricultura son optimistas y piensan que todo puede regularizarse. Preparan, mientras tanto, **una campaña para convencer a los consumidores que coman menos carne.** La tarea no será sencilla: la carne, mucho más rendidora y fácil de cocinar que sus sustitutos, es mucho más barata que estos.

En las carnicerías había ayer gran disparidad de precios, con **diferencias de 20% en el mismo corte,** en comercios ubicados a pocas cuadras de distancia. En la recorrida que realizó **Clarín** se observó que había negocios vacíos: algunos le hicieron caso a los consejos del jefe de asesores de Cavallo, **Juan Llach,** quien, desde muy temprano en la radio, insistió: "No compren carne en los próximos tres días así bajan los precios".

El consumo se sitúa hoy en **75 kilos por habitante y por año,** tres kilos más, que es bastante, que en el pasado diciembre. Este mayor consumo y una menor oferta de hacienda por diversas razones (climáticas y especulativas) dispararon 21% el precio de los novillos este mes. El kilo vivo añade así 1,8 punto al índice de inflación de junio que ya se estima en 3%, muy por encima de los deseos oficiales.

Si Liniers "no se comporta como es debido" se piensa acortar el plazo de pago de la hacienda: reducirlo a 48 horas, en vez de los 7 o 15 días actuales. Al trabajar casi de contado se evita el costo financiero. Aunque se duda de la eficacia de la medida dado el bajo nivel de las tasas de interés que rigen hoy.

♦ Informe

En un frigorífico exportador, muy consultado por el ministro Cavallo, preparaban ayer un informe sobre cómo son los mercados de hacienda en los países capitalistas "serios". Los mercados de hacienda de Francia, al igual que la bolsa de cereales local y la de comercio, paralizan sus actividades cuando la suba de precios supera un determinado tope.

Sus características son las siguientes:

- Si la hacienda supera el tope de 3% de suba, se interrumpen las actividades por 15 minutos para que se tranquilicen los ánimos.
- Si al reanudarse vuelve a subir la hacienda se interrumpe de nuevo, pero esta vez por 30 minutos.
- Y si el mercado no se calma se deja todo para el día siguiente. A la hacienda que queda en los corrales, como tiene agua, igual que en los corrales de Liniers, no le pasa nada.
- Al día siguiente el mercado está abarrotado con las vacas que quedaron como remanente y las que llegaron ese día. Finalmente se logra el efecto deseado: evitar una suba brusca, con una oferta superior a la habitual.

02/02 | 91 08471

Nº DOCUMENTO
TEMA: Privatizar ramal ROSARIO - BAHIA BLANCA
150029
15/6/91
10033
11161
11312
11411

Ha concluido con éxito la primera privatización ferroviaria: el ramal cerealero Rosario-Bahía Blanca ya está en manos de un grupo empresario privado presidido por Techint. En el mismo acto, el presidente Menem dio a conocer el decreto que crea el marco regulatorio que permitirá privatizar los Subterráneos de Buenos Aires y los ferrocarriles urbanos. De acuerdo con la experiencia mundial, se ha previsto la posibilidad de subsidiar el servicio de transporte de pasajeros. Para administrar el sistema de transporte, habrá un ente del que participarán la Municipalidad y el Ministerio de Economía. En el mismo día, Defensa también se inscribió a la lista de vendedores: publicó el cronograma de privatización de las empresas del área.

Rosario-B. Blanca, en manos privadas

El gobierno nacional concretó ayer **la primera privatización en el sector ferroviario**, al transferir a un consorcio mayoritariamente privado **la explotación comercial del ramal Rosario-Bahía Blanca.**

Tras un largo y polémico proceso licitatorio, el **Poder Ejecutivo Nacional** aprobó el decreto que otorga la **concesión integral** de la red de **5.200 kilómetros** de vías que se extienden por cinco provincias.

En un acto, realizado ayer en la Casa de Gobierno, el presidente de la Nación, **Carlos Menem** y el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, formalizaron la entrega del ramal, al dar por aprobado **el contrato de concesión** que suscribieron el jueves las autoridades económicas y los representantes del consorcio privado.

La concesión integral del ramal denominado **Rosario-Bahía Blanca** será por el término de **40 años** y **Ferrocarriles Argentinos (FA)** tendrá una participación de **16%** en la sociedad concesionaria, mientras que los trabajadores contarán con el **4%** de las acciones.

La red ferroviaria entregada en concesión, junto con el traspaso de **1.600 vagones de carga y 31 locomotoras**, se conforma de dos líneas claves: **Rosario-Puerto Belgrano** y **Huinca Renancó-Ingeniero White**; a las cuales se suman los ramales alimentadores que **cruzan en dirección este-oeste.**

Las vías férreas concesionadas permiten la comunicación **de las principales zonas de la pampa húmeda con dos de los puertos más importantes del país: Rosario y Bahía Blanca.**

A través de estas dos salidas, **la Argentina exporta cerca del 50% de sus productos agropecuarios.**

El **consorcio privado**, según anticiparon sus directivos, tomará posesión del ramal **en un plazo de seis meses**, previéndose una inversión para los primeros años de explotación de alrededor de **60 millones de dólares.**

El presidente de la Nación, Carlos Menem, señaló en el acto de transferencia del ramal que el consorcio **"habilitará tramos que están totalmente desactivados"** y que la inversión total prevista para los 40 años de la concesión llegará a los **221 millones de dólares.**

Menem sostuvo que el Estado recibirá como beneficio de esta privatización unos **250 millones de dólares en inversiones, pago de canon y alquiler del material rodante** que hará el grupo concesionario.

♦ Triplicar la carga

Según el titular de la firma Techint —principal accionario del grupo privado— **"la operación eficiente de la red permitirá en poco tiempo triplicar la carga transportada actualmente"**. De acuerdo con **los últimos datos conocidos, el ferrocarril apenas transporta el 12% del total de cargas del país.**

La definición del proceso licitatorio **del ramal Rosario-Bahía Blanca** sufrió diversas **demoras y contratiempos**, a raíz de las distintas intervenciones que tuvo la **Comisión Bicameral.**

El contrato original de transferencia del ramal sufrió varias modificaciones luego de las observaciones y cuestionamientos que plantearon la Bicameral y la SIGEP a las condiciones acordadas entre el ministro Cavallo y los representantes del consorcio, a mediados de abril. Las diferencias principales se centralizaron en las vías de acceso a los puertos de Rosario y Bahía Blanca que recibió el consorcio, las cuales no estaban contempladas en el pliego de bases y condiciones.

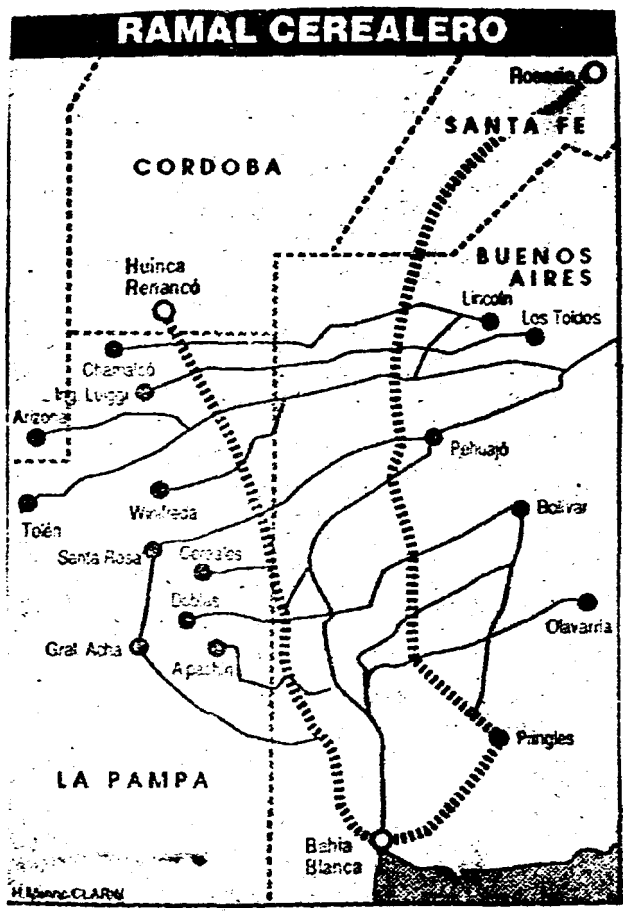
Al no formular la Bicameral ninguna observación a la propuesta mejorada que presentó el consorcio, se allanó el camino para la firma del contrato definitivo que permitió cerrar la primera privatización ferroviaria.

"CLARIN"
15/6/91

01/03

91084 72

Nº. DOCUMENTO
TITULO
FE
VI



Los adjudicatarios

Ferroexpreso Pampeano S.A. es la denominación que identifica al grupo concesionario que se hará cargo de la explotación comercial de los 5.200 kilómetros de vías que se extienden por cinco provincias: Buenos Aires, La Pampa, Santa Fe, San Luis y Córdoba.

La sociedad concesionaria presenta la siguiente composición accionaria:

—El grupo privado liderado por **Techint: 80 %.**
—**Ferrocarriles Argentinos: 16%.**
—**Personal de FA: 4 %.**

Dentro del grupo privado que se adjudicó la licitación, el principal accionista es la firma Techint con 58 % de participación. Junto con esta empresa integran el grupo las siguientes firmas: **Iowa Interstate Railroad**, Gesiemes **SACIAG, Chase Manhattan Investements, EACA (Empresa Argentina de Cemento Armado), Sociedad Comercial del Plata S.A. y Riobank International.**

31 - 8472

02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
FECHA
FEC
VINCULO

LOS PASOS DEL ACUERDO

1989 Noviembre 24

En el marco del plan de privatización de Ferrocarriles Argentinos, si el Ministerio de Obras y Servicios Públicos -MOSP-, llama a concurso nacional para la licitación por concesión integral por el término de cuarenta años, de la explotación integral del corredor ferroviario Rosario/Bahía Blanca, de 5.200 kilómetros de extensión.

1990 Febrero 14

Luego de la apertura de sobres, el MOSP informa que los cuatro grupos que se presentaron quedaron preseleccionados para la licitación. Son Techint, asociado con firmas norteamericanas; Cartellone Construcciones Civiles, junto con Ecofisa, Conipa, Iate y Roggio e Hijos; y el grupo Hispano Argentino liderado por RENFE, la Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles Santander Merchand. Por su parte, la consultora Diarben S.A. en representación de Thyssen Henschell de Alemania Federal.

1990 Marzo 2

El interventor de Ferrocarriles Argentinos, Julio Savón, presenta un pliego alternativo para la privatización del corredor, en abierta oposición a la propuesta del ministro José Roberto Dromi. Mientras que Dromi pretende la privatización total de los 5.200 km de vías, la intervención propone -entre otras objeciones-, la venta de solo 1.700 km para que el Estado pueda competir con la empresa privada.

1990 Junio 13

Quedan establecidas dos alternativas para la concesión, a las cuales deberán ajustar las ofertas los grupos interesados: explotación integral de la red ferroviaria (con una participación mínima de FA del 15%) y explotación compartida con FA donde el concesionario se hace cargo de 3.400 km de vías.

1990 Julio 23

Se posterga hasta el 29 de agosto la apertura de ofertas, -prevista inicialmente para el 30 de julio-, a pedido de los grupos RENFE y de la empresa alemana Thyssen. Mientras tanto, una comisión formada por diputados justicialistas trata de compatibilizar propuestas con el MOSP, mientras que la Comisión de Seguimiento de las Privatizaciones al ala la gestión de los legisladores.

1990 Octubre 9

De los dos grupos -RENFE y Techint- que deciden presentar sus ofertas, el ministro Dromi resuelve adjudicar al grupo liderado por Techint, la explotación integral del corredor Rosario/Bahía Blanca. El grupo de diputados justicialistas, cuestiona la adjudicación porque, "la empresa norteamericana está economicamente quebrada".

1990 Octubre 19

La Comisión Bicameral solicita al MOSP se "abstenga" de continuar con la licitación para que "explique acabadamente" la capacidad económica y técnica de los integrantes de los grupos oferentes, la situación del ramal y del plan de inversiones, el régimen tarifario y poder de policía y los derechos de los usuarios.

1990 Diciembre 5

La Comisión Bicameral acepta continuar con la licitación y el ministro Dromi firma la adjudicación al grupo Techint- Iowa.

1991 Abril 15

El ministro de Economía Domingo Cavallo firma el contrato de transferencia al grupo Techint- Iowa. Sin embargo, faltan resolver cuestiones contractuales que durante los últimos dos meses habían trabado las negociaciones.

1991 Abril 25

La Comisión Bicameral de Seguimiento de las Privatizaciones reclama al Gobierno la suspensión de la concesión. Los legisladores señalan -entre otras-, irregularidades como "el otorgamiento de derechos al concesionario no contemplados en el pliego de bases y condiciones".

1991 Mayo 8

El ministro Cavallo decide reabrir las negociaciones con la sociedad en formación denominada Ferroexpreso Pampeano (Techint-Iowa), para redefinir las cláusulas del contrato de concesión "tomando en cuenta las observaciones planteadas por la Comisión Bicameral y las formuladas por la Sindicatura General de Empresas Públicas".

1991 Junio 12

La Comisión Bicameral aprueba finalmente la transferencia del corredor cerealero, al considerar mejorada la oferta del consorcio adjudicatario.

03/09

9108472

Primer desembolso del stand-by se haría en julio.-
150025
15/6/91
10033
11161
11412
11314

El primer desembolso del stand by se haría en julio

Por Julio Crespo
(Corresponsal de LA NACION en Washington)

WASHINGTON. – El primer desembolso del nuevo acuerdo stand by con el Fondo Monetario podría hacerse efectivo en fecha tan cercana como julio próximo, una vez que el directorio de ese organismo dé su aprobación, antes de iniciar su período de receso anual.

Antes de partir para Nueva York, desde donde regresará a Buenos Aires en el fin de semana, el subsecretario de Hacienda Saúl Bouer comentó que las negociaciones desarrolladas durante los últimos días con funcionarios del FMI habían avanzado satisfactoriamente y se trabajaba en los detalles finales para concluir el acuerdo.

En el transcurso de la semana, Bouer, junto con el presidente del Banco Central Roque Fernández y el subsecretario de Finanzas Públicas Carlos Tacchi, discutieron en detalle con las autoridades del FMI los requerimientos que la Argentina debería llenar para acceder a un nuevo préstamo stand by.

Puntos del acuerdo

Bouer rehusó dar mayores detalles sobre las condiciones del acuerdo antes de informar al ministro de Economía. De lo recogido en distintas fuentes, pudo saberse lo siguiente:

• El préstamo stand by será por un monto de mil millones de dólares, a desembolsar en un plazo de nueve meses. Al comienzo de las negociaciones se hablaba de 1200 millones que se harían efectivos en 12 meses.

• El Fondo Monetario Internacional reconocerá lo ejecutado en el trimestre abril-junio, en el marco del plan Cavallo, como cumplimiento de parte de las pautas del acuerdo. Esto es considerado como un logro muy importante por los argentinos y como una concesión de parte del Fondo.

• La meta para el superávit fiscal primario quedó fijada en 4200 millones de dólares en un año. Originariamente, el FMI quería que ascendiera a 5200 millones.

El superávit primario toma en cuenta los ingresos y egresos del sector público consolidados antes del servicio de la deuda externa, e incluye lo obtenido por privatizaciones de empresas públicas, además del superávit de la administración central y las empresas del Estado.

• La posibilidad de cumplir esta meta dependerá, en buena medida, de la aprobación de las leyes que están ahora a consideración del Congreso, en especial la relativa a los aguinaldos. De acuerdo con la nueva ley, el pago en cuotas podría dejar de ser la excepción para convertirse en norma permanente.

• También será necesario el aumento de un 2 % sobre el IVA, que deberá efectuarse antes de la aprobación del stand by.

• Los negociadores argentinos mantuvieron firme la posición de considerar inamovibles ciertos puntos de política social, concernientes a la situación de los jubilados y el precio de los combustibles.

• El Fondo Monetario abandonó también algunos requerimientos iniciales, como la reimplantación de las retenciones sobre exportación de productos agrícolas y la modificación del régimen del FONAVI.

• La aprobación del stand by permitirá reiniciar la negociación de la deuda externa argentina, con perspectivas de lograr una reducción. El primer paso sería las conversaciones con el Club de París.

• También quedaría abierto el camino para hacer efectivo un préstamo de 300 millones de dólares, ya acordado por el Banco Mundial, para financiar la reforma del sector público.

15/6/91
= LA NACION"

01/01

9108473

Acuerdo por stand by de U$S 1.200 con el FMI
150024
16/6/91
10033
11161
11412
11314

IVA, COMBUSTIBLES Y RETENCIONES A LA EXPORTACION, EN LA LISTA

El Fondo quiere que se aumenten impuestos

El acuerdo para lograr un "stand-by" por u$s 1.200 millones con el FMI pende de un hilo. Los negociadores, mostrando una singular dureza, exigen que la Argentina incremente la alícuota del IVA, el impuesto a los combustibles y reinstale las retenciones a las exportaciones. Economía duda en aceptar, por su impacto sobre los precios y sobre sus alianzas políticas. La apuesta fuerte es a que se cumplan las metas de la recaudación sin más presión impositiva. La duda, en el peor de los casos, es cómo desenvolverse sin "stand-by".

Una gestión de último momento del subsecretario de Hacienda, **Saúl Bouer**, evitó que esta semana **fracasaran y se dieran por cerradas** las conversaciones con el Fondo Monetario Internacional.

Una llamada suya desde Washington el viernes modificó el clima de **franco pesimismo** que se vivió en el Gobierno un día antes en la reunión de **gabinete** nacional, donde **el titular del Banco Central, Roque Fernández, anunció que era prácticamente imposible lograr un convenio con el Fondo.**

Bouer le adelantó al ministro Cavallo el tono y contenido de las negociaciones que pretendían desbloquear la intransigencia del organismo que preside Michel Camdessus. Pese a todo, el subsecretario fue cauteloso en su juicio, ya que **hasta el momento la resolución final sigue en suspenso.**

Las conversaciones apuntaron a desactivar y postergar el pedido de severas medidas fiscales que se exigen en Washington para avanzar en el acuerdo **"stand-by"**. La fórmula secreta que se utilizó fue simple: **comprometerse a realizar esos ajustes, pero solo en caso de que no se cumplan las proyecciones oficiales.**

Esta tesis se reflejó en un cable de la agencia oficial **Télam** procedente de los Estados Unidos, que dice en uno de sus párrafos: **"El Fondo está dispuesto a otorgar el 'stand-by' si las variables económicas reiteran los índices registrados durante el primer trimestre".**

♦ Frente a otro compromiso

En caso de prosperar la idea de Bouer para evitar la ruptura de las negociaciones, la Argentina tendría que elevar la tradicional carta de intención solicitando el crédito con otro documento más reservado: **un compromiso explícito de las medidas por adoptar en el futuro por si no se cumplen en lo inmediato las metas fiscales.**

La fórmula de transacción se encontró durante una cena, el miércoles, en Washington, y se pulió en la mañana del jueves. Si funciona, permitirá enviar **la carta de intención y los compromisos de medidas hacia fin de junio, para que sea tratado todo en julio.**

En caso de no avanzar, se llegaría a las elecciones sin apoyo externo: en agosto no queda nadie en Washington y recién las conversaciones se reanudarían en setiembre.

Al arribar el jueves a la mañana **a Buenos Aires**, el titular del Banco Central, **Roque Fernández, fue** invitado directamente a participar de la reunión **del gabinete** nacional.

El funcionario fue descarnado a la hora de hablar con los ministros. Estaba realmente impresionado por la intransigencia que había notado en los negociadores del Fondo, durante las reuniones realizadas en Washington.

Dicen algunos testigos que Fernández no ahorró calificativos para hacer gráfica la dureza que encontró en los negociadores del organismo financiero: **Ted Beza, Armando Linde y Joaquín Ferrán.**

El funcionario explicó que el planteo de los tecnócratas se centra en los **ingresos fiscales.** Sus dudas apuntan a un área donde, sorprendentemente, el ministro Cavallo dice que se siente más seguro.

"CLARIN" 16/6/91

01/02

9108474

TÍTULO

♦ Los fondos que ingresan no alcanzan

El gabinete escuchó de boca del titular del BCRA que el Fondo no objeta el comportamiento actual de la DGI y la Aduana, pero que insiste en una cosa: **la política impositiva no garantiza el ingreso adecuado de fondos y menos cubre el bache de las rebajas de impuestos que el Gobierno instrumentó entre marzo y abril.**

En Washington se afirma que la rebaja de impuestos internos dispuesta para hacer acuerdos de precios de dudoso cumplimiento y la eliminación total de las retenciones tienen un alto costo fiscal: **precisan que la pérdida anual de la Tesorería será de entre los 800 y los 1.200 millones de dólares.** Tampoco creen los economistas del Fondo que con la reforma fiscal en marcha se puedan cubrir los actuales desfases. Una vez descriptas las principales objeciones técnicas, Fernández fue franco al detallar las medidas adicionales que exigió el FMI para avanzar en las negociaciones.

- **Un aumento especial del Impuesto al Valor Agregado del orden de los dos puntos. El ajuste tendría que ser destinado exclusivamente a la Tesorería, es decir, que tiene que ser adicional a la propuesta para elevar el ingreso a los jubilados.**
- **El restablecimiento del impuesto a las exportaciones agropecuarias que se eliminaron en marzo. La vuelta de las retenciones a niveles iguales a los existentes en esa fecha.**
- **Un aumento en el impuesto a los combustibles del orden del 5 por ciento en lo inmediato. Una tabla escalonada y descendente de ajustes hasta fin de año.**
- La modificación de la **Ley de Coparticipación Federal** de impuestos, para elevar el porcentaje de fondos que va al Tesoro Nacional y disminuir el dinero que se destina a las provincias.

Esta sincera **"catarsis"** provocó sorpresa en algunos ministros, pero en ninguno de los casos originó reproches. La exposición de Fernández habría estado acompañada por un encuadre político del problema por parte del propio Cavallo, quien también se mostró muy preocupado y acongojado.

El ministro reflexionó sobre la dureza del plan en práctica y un poco perplejo argumentó: **"La inflexibilidad del programa era necesaria en su inicio, para que se genere credibilidad en su instrumentación".**

El conjunto del gabinete estrechó filas ante el problema expuesto y al final, algunos colegas de Cavallo lo exhortaron a **"no bajar los brazos".**

"Tenemos que unirnos y enfrentar como equipo el problema", habría señalado el ministro de Defensa, **Erman González**, a pesar de los conflictos habituales que tiene con su colega Cavallo. Algo que refleja la gravedad de lo que sucede.

Marcelo Bonelli

Copyright Clarín, 1991

02/02

31 054 74

Nº. DOCUMENTO
TITULO Evolución favorable en la situación industrial.
150026
10/6/91
10033
11161
11401

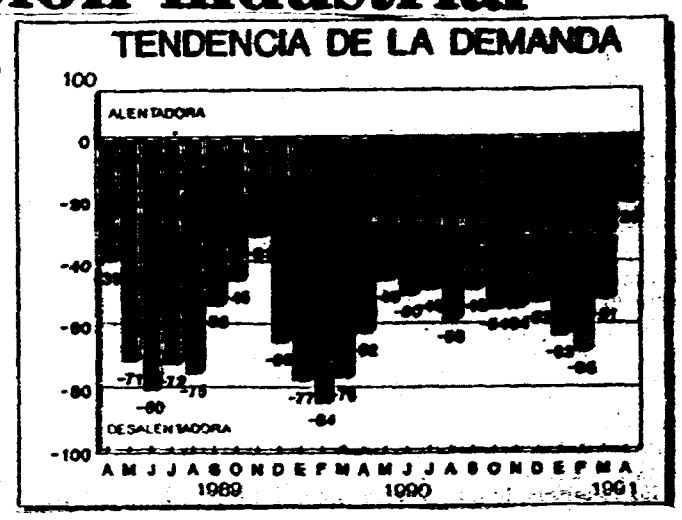
Evolución favorable en la situación industrial

Los indicadores industriales de la encuesta mensual de FIEL muestran una evolución positiva en abril con respecto al mes anterior, acelerando la tendencia positiva que se venía manifestando en forma gradual desde el inicio de 1991.

En tal sentido se observa una evolución favorable en la situación general de las empresas en el mes de abril. Un 33 por ciento del panel de firmas en promedio dijo mantener una mala situación, mientras que en marzo así lo había manifestado el 46 por ciento.

El sector que presentó un mayor repunte fue bienes de consumo durable, donde se destacan calzado y confecciones textiles y fábrica de automotores. Por su parte, mostró una evolución positiva de la tendencia de la demanda, donde el 20 por ciento en promedio, de las firmas encuestadas, mantienen una tendencia desalentadora. Esto significó un repunte de 28 puntos con relación al mes anterior, cuando el 48 por ciento de las empresas informaron mantener esa tendencia.

Cabe señalar que el sector bienes de consumo durable destacó mantener una tendencia de la demanda alentadora para el 3 por ciento en promedio, basado en la favorable evolución de los subsectores fábricas de automotores y artículos del hogar no eléctricos.



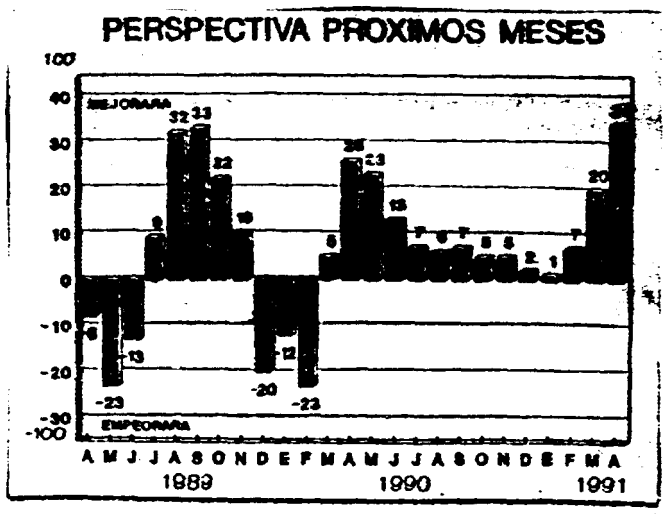
Capacidad instalada

En cuanto a la utilización de la capacidad instalada, la industria manufacturera en su conjunto mostró un incremento del porcentaje, que pasó de 52 por ciento en marzo al 60 por ciento en abril.

Los sectores que mantienen el mayor porcentaje de utilización de la capacidad instalada fueron bienes de consumo durable y no durable con un 65 por ciento, le sigue bienes de uso intermedio con un 56 por ciento, y bienes de capital 55 por ciento.

Como consecuencia del aumento de la demanda por encima de lo esperado por el sector industrial, los niveles de stocks de productos terminados indicaron una disminución con respecto a marzo. El 7 por ciento de las empresas encuestadas dijo mantenerlos por debajo de los niveles deseados, frente al 4 por ciento del mes anterior.

La respuesta más positiva de la encuesta fue la referente a las perspectivas de los próximos meses. El 34 por ciento en promedio espera que la situación general mejore en el corto plazo.



01/01 16/6/91 "LA PRENSA"
9108475

DOCUMENTO
TITULO Estabilidad
FECHA 16/6
11401
11392

A - Situación de la Sol.

Quienes ganan cuando disminuye la inflación

Numerosas empresas experimentan en estos días la gran ventaja de una mayor estabilidad: aumento de la demanda

La estabilización de la economía redundó en alzas significativas de la demanda que, para abril y mayo, es estimada en un 25 por ciento, en promedio, según la Cámara Argentina de Comercio.

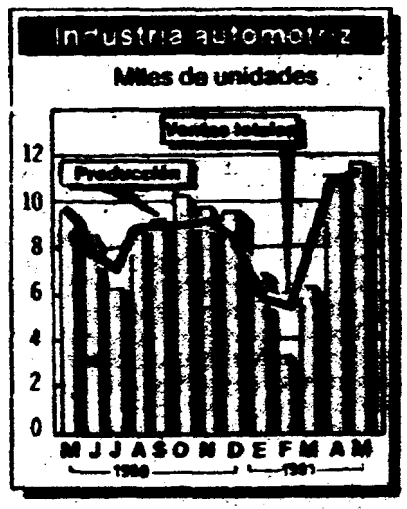
Para este mes, se espera una estabilización en los niveles alcanzados, porque se descuenta que es imposible mantener incrementos de aquella magnitud permanentemente.

El repunte de la producción y de las ventas es notorio en sectores como el automotor o el fabricante de bienes de consumo no durables –artefactos para el hogar–.

En menor medida mejoró la situación en la alimentación, y en el sector que elabora bienes de capital que, no obstante, no pudo recuperar el nivel de producción de enero último.

También ha creado la desaceleración de los precios un contexto más propicio para el ajuste "hacia atrás", hacia las estructuras de costos, de las empresas que se aprestan para competir en otros mercados, a partir de la integración con naciones vecinas.

El sorpresivo aumento de la demanda ha redundado, por otra parte, en dificultades de abastecimiento de partes e insumos y en que las ventas crecieran mensualmente en una proporción menor, por incapacidad de la oferta.



El "tirón" automotor

En el mercado automotor se observa una carrera de la oferta, para seguir el paso acelerado que le impone la demanda, apelando a planes progresivamente mayores de producción y a esfuerzos para superar los problemas de aprovisionamiento de partes.

Se estima que este año se producirán alrededor de 150.000 unidades, pero si se mantiene el ritmo creciente actual, el número de automotores terminados en diciembre próximo representaría una producción anual del orden de las 180.000 unidades, proyectando a 1992 la pujanza actual.

En cuanto a la [illegible] para el hogar, el [illegible] manda pasaje más [illegible]

Las dificultades [illegible] abastec[illegible] hasta que [illegible] bidas plazos.

Ferrando ha incrementado sus ventas en abril un 30 por ciento, [illegible] poco de marzo, [illegible] que este mes [illegible] una marcha que [illegible] fuerte desabastecimiento [illegible] ductos, que habría restado ventas en aquel mes equivalentes a otro 20 por ciento.

La recuperación del crédito comercial (a 15 días) y del crédito para consumo (a 3 o 6 meses, de las formas más generalizadas) han contribuido a estimular la demanda y, justamente con la renacida de los círculos de ahorro previo, [illegible] también la influencia benéfica de la estabilización de precios y de las menores tasas de interés.

Menores exportaciones

Pese a lo dicho, en la Unión Industrial Argentina (UIA) son cautelosos. Tienen la impresión de que la evolución de las ventas tendrá a estabilizarse, comprobando factores como el posible diferimiento del aguinaldo, un incremento de las importaciones –se habla que en 60 días se percibirá a pleno la presencia de importados en el mercado local– así como la declinación de las ventas externas.

En el sector petroquímico se advierte una abrupta baja de las ex-

X

16/6/91 "LA NACION" 9108476

01/02

Indices de producción

(Desestacionalizado; base 1980/84 = 100)

Bienes	Marzo	Abril	Mayo
De consumo	100	116	117
De consumo durable	100	102	102
Insumos	100	109	119
De capital	100	126	144
Total	100	120	131

Fuente: UADE.

portaciones, que en PASA estiman del orden del 50 por ciento, en lo que va del año y respecto de igual lapso del anterior.

En el segmento químico y petroquímico de Bunge y Born la estabilidad ha inducido un proceso de racionalización interna, "abriendo un período de acomodamiento a la apertura y la integración", según comentan empresarios del sector.

Tras su fusión, Compañía Química ha destinado su planta a la producción de artículos de limpieza e higiene.

La planta de Río Tercero se especializa, en tanto, en la elaboración de agua oxigenada para abastecer a todo el mercado interno.

El programa iniciado busca evitar la duplicación de producciones en distintas plantas de ese grupo empresario.

Las importaciones de hilados y telas se incrementan sensiblemente, como ha manifestado la industria textil, y marcarían un límite para el crecimiento de las ventas registrado en los últimos meses (como es el caso, por ejemplo, de las de Alpargatas).

En cadenas de grandes tiendas, como el caso de Etam, abril y mayo resultaron "flojos" en materia de ventas, aunque en esto la influencia principal se atribuye a la prolongación del calor hasta bien entrado el otoño.

En el sector de droguerías, curiosamente, se observó un nivel "sustancialmente" bajo de ventas, cuyo origen es difícil de determinar.

Finalmente, han quedado marginados transitoriamente de la recuperación las firmas que trabajan para una demanda estacional, que no coincidió con los tres primeros meses de vigencia de plan de convertibilidad.

La empresa Distinel S.A., que provee equipamiento frigorífico para supermercados, está cumpliendo con un gran pedido que le formuló, en diciembre, el mercado Carrefour, de Salguero y Alcorta, y deberá aguardar el fin del receso invernal para recuperar o ampliar su cartera de solicitudes.

En la hotelería, las vacaciones breves de Semana Santa de este año arrojaron resultados inferiores a los de igual lapso de 1990, aunque las expectativas son importantes para el próximo receso invernal.

Los grandes hoteles están satisfaciendo una demanda especial, representada por la afluencia de empresarios del exterior, que acuden al país interesados por los programas de privatización y las oportunidades de inversión.

Carlos Martirena

02/02

91 08475

Aumento en el precio de la carne.
150024
16/6/91
10033
11161
11300

Presiones en aumento

I. — Sorpresas

La carne le dio una nueva y desagradable sorpresa al equipo económico. Los funcionarios saben que el problema de los precios de la carne **puede llegar a ser mayúsculo hacia el tercer trimestre del año**, cuando se registra una disminución en la oferta por motivos estacionales. Pero ahora lo que esperaban era que se normalizara la oferta y lo que sucedió fue exactamente **lo contrario**, ya que la retracción en los envíos de hacienda al mercado de Liniers hizo que los precios del **novillo subieran un 15% en la semana.**

Las medidas a adoptar fueron intensamente debatidas en el seno del equipo económico y hasta se llegó a escuchar la sugerencia de implantar una suerte de veda al consumo. Por ahora al menos, esta idea **no prosperó y todo lo que ha resuelto el Ministerio de Economía hasta el momento es mandar una avalancha de inspectores a los establecimientos procesadores de carne para de esta forma matar dos pájaros de un tiro:** aumentar la recaudación y restar capacidad de compra a quienes **evaden los impuestos. También se resolvió** que los mercados funcionen los lunes.

De todas formas se trata de **medidas de bajo calibre** a los efectos de contener la suba de los precios, y la sensación predominante en el equipo oficial es de resignación, pues consideran que **poco se puede hacer por el momento.**

Esta misma resignación se tiene respecto del índice de costo de vida del mes en curso, sobre el que pocas dudas existen de que **se ubicaría cerca del 3%**, impulsado precisamente por la suba en los precios de los alimentos.

Otro rubro díscolo son los gastos en salud. Por esa razón el Ministerio de Economía apuró el acuerdo finalmente logrado con una parte de la industria farmacéutica para que este sector retrotrayera los precios a comienzos de abril, dejando de lado las **subas del 9 al 15%** que se habían registrado en estas semanas. El pacto se obtuvo con los laboratorios extranjeros, una jugada en la que no estaría ajeno el interés de estas empresas de avanzar con la modificación de la ley de patentes.

En este caso también el ministro Cavallo decidió hacer valer el **poder de policía** del Estado y castigó a un laboratorio de origen nacional al decidir la exclusión de sus productos de la nómina de fármacos que cuentan con descuentos oficiales. La presión tuvo efecto y el laboratorio de marras decidió el viernes replegar sus precios.

De todas formas, **el problema de la inflación sigue latente.** El ministro Cavallo reiteró con todo el énfasis que pudo esta semana que no piensa devaluar y que no convalidará aumentos desmedidos en los sueldos. En realidad Cavallo está saliendo a hacer frente a uno de los temas que más le preocupan, como es el ajuste de los salarios, en momentos en que la suba de la carne pone **un freno a la recuperación del poder adquisitivo** que se inició en marzo.

Esta actitud implica un giro importante en la posición oficial, que hasta el momento se preocupó más por alentar la oferta que por contener la demanda. La experiencia de los últimos años es contundente en cuanto a la ineficacia de las políticas de restricción del consumo con mecanismo de control de la inflación. Así, **el equipo económico debería continuar enfocando correctamente el tema, como lo hizo hasta ahora, tratando de destrabar la producción y no dedicar esfuerzo a contener el salario.** Cabe señalar que el poder adquisitivo se encuentra en uno de los niveles más bajos de la historia.

Uno de los puntos claves, en este sentido, es la **flexibilización en los mecanismos de contratación laboral**, tal como quedó en claro en el almuerzo reservado que el jueves tuvo el viceministro **Carlos Sánchez** con una veintena de dirigentes empresarios de primera línea en la Cámara Argentina de Comercio.

II. — Problemas políticos

Sobre la culminación de la semana el equipo económico dedicó buena parte de su esfuerzo a tratar de despejar el camino para la aprobación parlamentaria del escalonamiento en el pago del medio aguinaldo. En este sentido, la **tardanza** con que la conducción económica encaró el problema hace que ahora se torne cada vez más difícil empujar la iniciativa, en momentos en que las empresas ya están haciendo previsiones ante la eventualidad de que la norma no se apruebe.

En el Congreso **es creciente la oposición radical**, lo que no sorprende en la antesala de las elecciones, pero además le viene como anillo al dedo a distintos diputados peronistas que no recibieron con ninguna simpatía la iniciativa de Cavallo.

De todas formas, en el Palacio de Hacienda se confía en que la iniciativa sea aprobada el miércoles.

La aprobación de este proyecto así como también las modificaciones en las jubilaciones y la reforma impositiva son cruciales para despejar los nubarrones que se ciernen sobre las finanzas públicas.

Un dato positivo es que **la recaudación evoluciona favorablemente y, a fuerza de privatizaciones, la situación de la Tesorería se mantiene.** Al respecto, el anuncio de la licitación hacia el último trimestre del año de importantes cuencas petrolíferas (Austral y Noroeste) apuntan a sostener la situación de las arcas oficiales.

En materia de privatizaciones se observa **una mejora en la negociación del Estado**, que se trasuntó por ejemplo en la venta prácticamente a precios de mercado del edificio de James Smart, en Florida y Lavalle, lo que contrasta con las dificultades que se siguen presentando en la privatización de Aerolíneas Argentinas. Asimismo, el Gobierno avanza en la privatización de las empresas del área energética, poniendo un mayor cuidado en el marco regulatorio de esta actividad, un tema que es crucial con miras a controlar las tarifas, las que inciden en los costos y por lo tanto en la productividad de la industria nacional.

Pero para que el horizonte esté más despejado, la conducción económica necesita un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional. Según las últimas informaciones que han trascendido, la gestión se encuentra encaminada, pero el organismo internacional ha planteado **numerosas cláusulas gatillo para asegurarse sobre el cumplimiento del acuerdo que, de todas formas, se demoraría.**

En suma, el **programa económico afronta crecientes presiones.** Hace tiempo que se terminó el entusiasmo que inicialmente despertó el plan y no por nada el Presidente salió a apoyar públicamente a su ministro de Economía. El recrudecimiento de las demandas salariales en el sector público o las dificultades políticas para llevar adelante las iniciativas legislativas son algunos de los obstáculos que la conducción oficial debe sortear para sostener el rígido esquema de la convertibilidad.

En este escenario **no se descarta que el ministro Cavallo retome la iniciativa y es** de esperar que sus próximos movimientos apunten a sostener el crecimiento de la actividad económica, en momentos en que **la producción parece ingresar en una meseta.**

Martín Rovezzani

Copyright Clarín, 1991

"CLARIN" 16/6/91 9108477.
01/01

Concesión del ramal ROSARIO – BAHIA BLANCA.
150024
16/6/91
10033
11161
11312
11411

CLARIN Buenos Aires, domingo 16 de junio de 1991

RAMAL ROSARIO-BAHIA BLANCA

Más sombras que luces

La concesión del corredor cerealero recibió abundantes objeciones y su resultado es más sombrío que luminoso: el ramal recorre la zona más rica del país y da superávit pese a la ínfima tarifa (que ahora se triplicará), no queda asegurado el transporte de pasajeros, se cerrará el 90 por ciento de las estaciones, no se obliga al concesionario a devolver en condiciones el material rodante y el Estado deberá despedir a 4.000 ferroviarios.

Casi **un año después** del plazo original que se había fijado en el proceso licitatorio, **el gobierno nacional logró cerrar la primera privatización en el sector ferroviario**, al transferir formalmente el **ramal Rosario-Bahía Blanca** al consorcio adjudicatario que lidera la firma **Techint**.

La concesión de la red ferroviaria que se extiende por la pampa húmeda estuvo enmarcada en numerosos **contratiempos** que separaron las posiciones, más allá de lo previsto, **entre el PEN, el Congreso Nacional, los dirigentes ferroviarios y los empresarios**. Si bien en los últimos meses, lo que más sobresalió de la concesión fueron los **cuestionamientos y objeciones**, está presenta significativas características económicas que quedaron eclipsadas, pero ahora vuelven al primer plano al entrar en juego un operador privado.

Una **radiografía** sobre la red transferida, la **propuesta del consorcio y los cambios** que se esperan en el mediano plazo permiten mostrar las luces y sombras que proyecta dejar esta privatización del Gobierno que **quebró la tradición ferroviaria estatal vigente desde 1947**.

♦ Vías y tierras

La red concedida se compone de **dos ramales claves: Huinca Renancó-Ingeniero White y Rosario-Puerto Belgrano**, a los cuales se agregan **varias líneas alimentadoras** que cruzan de este a oeste en forma transversal.

Las vías en juego cubren **la zona más importante y rica de la región pampeana**. Se extienden por las provincias de Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba, La Pampa y San Luis. **Casi el 60% de la producción agropecuaria del país se encuentra en la zona de influencia de la red ferroviaria**. Esta permite la comunicación con dos de los puertos más importantes del país: **Rosario y Bahía Blanca**. En los últimos años, alrededor **del 50% de las exportaciones del agro fueron embarcadas en esos puertos**.

De los servicios de carga que brinda actualmente **Ferrocarriles Argentinos** (FA), el mayor volumen se concentra en la red que fue concedida. Tomando en consideración solo el transporte de **carga**, la explotación de la red que hace FA arroja un balance superavitario: en 1989, con una tarifa sensiblemente inferior a la del transporte automotor, FA recaudó casi 174 millones de dólares, frente al déficit total del sistema que llegó a los 300 millones.

♦ Concesión y propuesta

El consorcio privado que explotará el ramal cerealero se compone de la siguiente manera: **80% del grupo que lidera Techint; 16% FA y 4% personal de la empresa ferroviaria**. La concesión durará hasta el año **2031**. FA entregará al concesionario, por el plazo de **40 años, 1.600 vagones de carga y 31 locomotoras** que fueron establecidos en el pliego de bases y condiciones.

El grupo privado se comprometió a invertir, en los primeros cinco años, un total de **112 millones de dólares en obras de infraestructura**. A ello se agregarán otros **31 millones de dólares** destinados a la reparación **de material rodante**.

El canon que percibirá el Estado, según la oferta del consorcio, será de **41 millones de dólares por 30 años de concesión**.

Entre las líneas que serán recobradas y las que se pondrán en condiciones, el nuevo operador del ramal se comprometió a rehabilitar **poco más de 1.700 kilómetros de vías**.

A pesar de que no formaba parte del objeto de la licitación, el Gobierno concedió **el manejo operativo de las vías de acceso al puerto de Bahía Blanca y la utilización de una vía de ingreso al puerto rosarino**. A raíz de este acuerdo, ahora FA deberá abonarle al concesionario **una tarifa de peaje cada vez que utilice las vías portuarias de Bahía Blanca**.

♦ Efectos negativos

Entre las condiciones que impuso el pliego para hacer atractiva la licitación y los términos de la propuesta que se le aceptaron al consorcio, aparecen varios **aspectos conflictivos** en materia de **personal, transporte de pasajeros, tarifas y estaciones** que tienden a **ensombrecer la privatización**. Al analizar las consecuencias que dejará la transferencia del ramal, la **Asociación del Personal de Dirección de FA (APDFA)** advirtió la existencia de una serie de **cuestiones que dejarán más problemas que beneficios para el Estado**.

Según la entidad, la concesión tal como está planteada representa:

- **el cierre del 90% de las estaciones**. De las actuales **260**, permanecerán habilitadas solo **25**.
- **la cesantía de casi 4.000 agentes**. El consorcio solo tomará **1.200 trabajadores**; actualmente están afectados al ramal **5.200 operarios**.
- **el aumento de las tarifas de carga**. El consorcio propuso **triplicar la tarifa actual**, al pasarla de **0,02 dólar la tonelada-kilómetro a 0,063 dólar**.

Otro de los aspectos cuestionados por la APDFA tiene que ver con **los vagones**. Según el trabajo realizado, **los vagones, más que alquilados serán vendidos**: la expectativa de vida útil del material arrendado es de **26 años**, pero se entregan en concesión por el término de **30 años**, al cabo de los cuales el **concesionario no está obligado a reponerlo nuevo**. El valor actual de cada vagón es de **30.300 dólares** y el alquiler mensual ofrecido por el concesionario apenas llega a los **21,34 dólares, quedando en manos del grupo privado las utilidades de la explotación del vagón desde el primer momento de la concesión**.

En el terreno del **transporte de pasajeros** también se avizoran **complicaciones**. El concesionario **no está obligado a brindar ese servicio; si lo hace puede reclamar subsidios**. FA se hará cargo, por ahora, de los trenes de pasajeros; pero por utilizar las vías que explotará el concesionario **deberá pagar peaje**. Para el año que viene, la situación será otra: FA tiene pensado **levantar los servicios no rentables, entre los cuales se encuentran casi todos los del ramal concedido**.

Antonio Rossi

01/01

9108478

Indice del Salario medio.
150024
16/6/91
10033 -
11161 -
11936 -

EL SUELDO MEDIO INDUSTRIAL ES DE ₳ 4.500.000

Se detuvo la suba del salario

Según datos proporcionados por el Instituto de Economía de la UADE, los salarios medios industriales conservaron su poder adquisitivo durante mayo. En casi todos los demás sectores de actividad (bancarios, comercio, administración pública, etcétera), las remuneraciones se deterioraron levemente como consecuencia de que se mantuvieron los salarios nominales de abril y la tasa de inflación de mayo fue del 2,8 por ciento.

De esta forma parece que tendieran a agotarse rápidamente las mejoras registradas en los salarios reales a partir del Plan Cavallo, si en el corto plazo no se producen ajustes en los sueldos que compensen la suba de los precios.

Más allá de las oscilaciones propias de la sucesión de períodos de alta inflación y relativa estabilidad, el nivel de los salarios continúa siendo muy bajo en la Argentina. Al respecto bastará señalar que el valor de la canasta de bienes utilizada por el INDEC para la confección del índice de precios al consumidor superaría largamente los 10 millones de australes en mayo. El salario medio industrial devengado en el mismo mes (que se gasta en junio), representa alrededor del 45% de ese monto. La situación es aún peor en la administración pública central. Un empleado categoría 16 obtuvo en el mes de mayo un salario que le permitió adquirir solo el 20% del valor de los bienes y servicios que consume una familia tipo.

Los salarios industriales bajos se explican, al menos en parte, por el alicaído nivel de actividad del sector secundario. Según la fuente ya citada, en el mes de abril pasado la industria utilizaba, en promedio, el 50% de su capacidad de producción. En algunas ramas, la brecha entre la producción efectiva y la potencial era muy significativa: los establecimientos dedicados a la producción de bienes de capital usaban solo el 35% de su capacidad instalada. El nivel de producción global en mayo, pese a encontrarse en una etapa de recuperación, era inferior al promedio 1980/84.

A través de estos datos es fácil concluir que la oferta de mano de obra supera los menguados requerimientos de la industria, y que en este marco es difícil que aumenten sustancialmente los salarios reales.

REMUNERACIONES [illegible]

INDUSTRIAL	4.328.446	3.816.488	3.980.620	4.560.902	4.5[illegible]
BANCARIO	6.283.130	5.874.947	5.687.534	5.854.4[illegible]	5.69[illegible]825
ADM. PUBLICA	1.558.095	1.528.014	2.165.284	2.052.402	1.998.500
EMPRESAS PUBLICAS:					
- Energía	4.361.419	3.735.529	4.785.614	6.512.714	6.335.325
- Transporte	3.051.009	2.703.626	3.043.458	3.605.998	3.507.780
EDUCATIVO NACIONAL	2.303.634	2.080.763	3.252.058	3.082.520	2.998.560
CONVENIOS:					
- Comercio	2.380.448	2.379.879	2.504.076	2.373.531	2.308.883
- Construcción	1.345.600	1.430.472	1.288.222	1.221.064	1.532.920
- Agropecuario	1.985.103	1.937.110	1.964.897	1.862.462	1.811.733

Fuente: Instituto de Economía (U.A.D.E.)

"CLARIN" 16/6/91

01-01

9108479

de Reforma Tributaria.
150024
17/6/91
10033
11161
11392

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 17 de junio de 1991

LA REFORMA TRIBUTARIA

Destacan errores en la propuesta oficial

Distintos aspectos de la reforma impositiva elevada por el Gobierno al Congreso son seriamente cuestionados por expertos tributaristas. Se señala la "inconstitucionalidad" de la clausura de comercios por denuncias de particulares y los problemas que se generarán para los profesionales y actividades independientes.

La **reforma tributaria** que prepara el Gobierno recibió en general una opinión negativa de parte de la plana mayor del Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Capital Federal, quienes consideraron que **"difícilmente se conseguirán los objetivos propuestos"**. Así se desprende de una conversación mantenida por **Clarín** con su presidente, **Carlos Albacete**, su secretario, **José Bugueiro**, uno de sus consejeros, **Humberto Bertazza**, y el titular de la Comisión de Impuestos, **Eduardo Ballesteros**. Ellos aclaran que son impresiones preliminares, en tanto preparan dictamen para elevar al Gobierno.

El primer aspecto que concentra las quejas de los profesionales, según explicó el doctor Albacete, es la **obligación de hacer un cierre especial para el impuesto a las ganancias actual**, que sería el 30 de junio salvo que por demoras en la consideración parlamentaria se postergue la fecha de entrada en vigencia del nuevo sistema, prevista para el 1° de julio. Ellos sostienen que debe reglamentarse un **régimen de vencimientos escalonados que permita la compatibilización de las tareas profesionales**, a realizarse desde el punto de vista de los estados contables. De no hacerse, los **profesionales se verían completamente desbordados**.

Un segundo motivo de preocupación es que el proyecto no distingue en forma alguna entre **actividades económicas con fines de lucro y el trabajo manual o intelectual autónomo**. Esto es así porque el proyecto elimina las categorías en el impuesto a las ganancias de las personas físicas según los ingresos, que actualmente van de un 6 a un 30 por ciento. Además, **no se grava el trabajo personal en relación de dependencia**. Pero aun cuando el fundamento para esa exclusión sea el **volumen de contribuciónes sociales**, se discrimina contra otras formas de trabajo, manual o intelectual, realizadas autónomamente, que también efectúan **contribuciones sociales**.

Sostiene el Consejo que esta situación se agrava aun más al fijar el proyecto una **alícuota proporcional de 20%, muy superior a los primeros tramos de la escala progresiva vigente**. Además la nueva definición de sujetos, asimilando a los profesionales a **actividades económicas con fines de lucro**, los incorpora como contribuyentes del impuesto a los activos y serán gravados sobre una base presunta lo que **incrementará significativamente su carga tributaria**.

Los ingresos profesionales tienen **carácter alimentario, según doctrina y jurisprudencia**, al igual que el trabajo en relación de dependencia.

En cuanto al mínimo no imponible de **30 millones de australes** lo consideran **insuficiente**, en especial si se trata de un **estudio de 3 ó 4 profesionales asociados**, de los cuales hay muchos, en cuyo caso el **mínimo se eleva a 60 millones mensuales**.

♦ Ganancias

Respecto al **nuevo impuesto a las ganancias que grava únicamente la ganancia distribuida**, opina el tributarista **Humberto Bertazza** que mientras el proyecto prevé que se **estimulará la capitalización de las empresas**, en la práctica eso no se ve porque el **concepto de utilidad distribuida que trae la ley es mucho más estrecho que el de los empresarios**. De esa manera la recaudación va a aumentar y no se cumplirá el objetivo del proyecto, que no es aumentar ese tributo sino que **sirva de base para una mejor recaudación en el IVA**.

Por ejemplo, las empresas que tienen una financiación en el exterior **aumentarían 50 por ciento el costo financiero gravable**. En las operaciones financieras entre empresas se considera **ganancia distribuida los intereses que se pagan**, cuando en realidad es un factor de costo.

En otro aspecto, se dice que la administración tributaria va a quedar favorecida al **simplificarse la determinación del impuesto**, pero para el doctor Bertazza no es así porque a partir de que se apruebe el proyecto el impuesto a las ganancias se *liquidará* **todos los meses**. Por lo tanto **mensualmente habría que confeccionar una declaración jurada, pagar y chequear todos los conceptos de ganancias distribuidas**, lo cual es un **engorro** *increíble y complica tremendamente la mecánica de fiscalización*.

♦ Clausuras

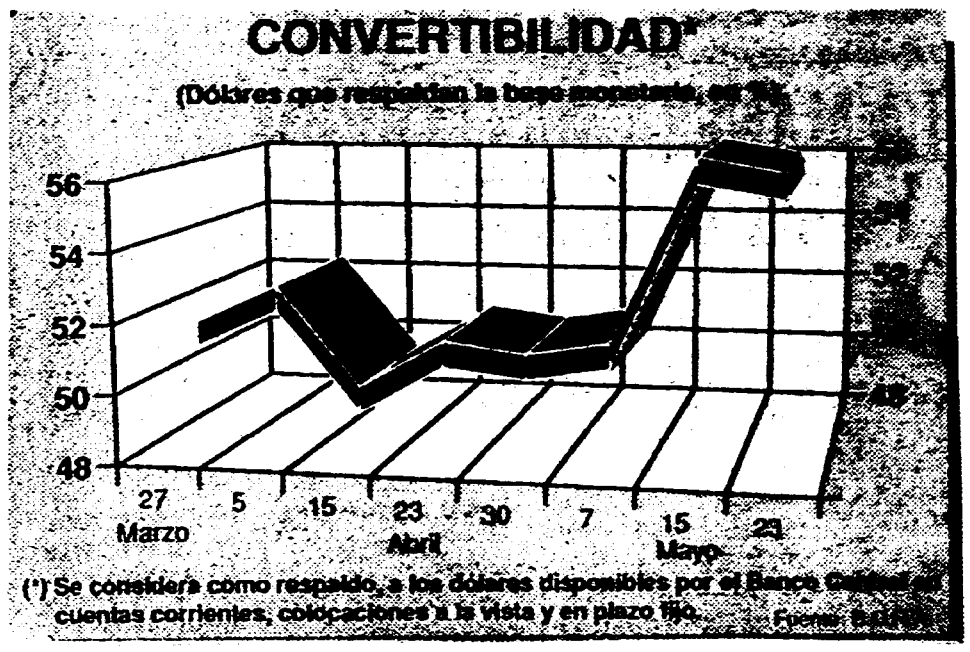
Un aspecto que los tributaristas del Consejo consideran completamente inaceptable es la imposición de **clausuras a comercios por simple denuncia de un particular a quien no le entregaron boleta por una compra**. Dice el doctor Bertazza que hace diez años la **Corte Suprema declaró inconstitucionales las facultades del Instituto Nacional de Vitivinicultura** para aplicar clausuras por esta causa, y que el caso podría aplicarse por analogía. Ademas, señala el doctor Bugueiro que el análisis de las últimas clausuras publicadas por la DGI en el Boletín Oficial demuestra que **solo se clausuraron negocios pequeños, mientras que las empresas medianas y grandes, que disponen de asesoramiento jurídico adecuado, pudieron parar las clausuras**, y que esto resulta netamente discriminatorio para la pequeña empresa.

Pablo Kandel

01-01

9108480

Mejora posición en dólares del B. Central.
150024
17/6/91
10033
11161
11392



Mejoró la posición en dólares del Central

En los últimos días se consolidó el **respaldo en dólares del Banco Central** respecto del total del dinero emitido. Al inicio del plan, los **dólares disponibles** por la autoridad monetaria representaban 51,2 % del total de australes en circulación (base monetaria). Esa relación cayó a 49,4 % al cabo de las dos primeras semanas de aplicación del plan, pero luego repuntó hasta llegar a 55,8 % del circulante (base monetaria) el 23 de mayo, y **ahora se ubica en torno del 60 por ciento**.

Además de los dólares contantes y sonantes que respaldan la emisión, las autoridades computan como reservas las **promesas de pago en dólares** dentro del marco de la **ALADI** y los **Bonex**. Al 23 de mayo, la emisión total sumaba el equivalente a 5.499,6 millones de dólares, de los cuales 3.067,1 millones estaban respaldados con dólares (billetes, depósitos en cuentas corrientes y colocaciones a la vista y a plazo fijo). El resto estaba respaldado con 1.532,4 millones de dólares en oro; 387,9 millones con los dólares prometidos de la ALADI, y 512,2 millones con Bonex (series 1984, 1987 y 1989).

♦ Areas petroleras

Ese respaldo en dólares contantes y sonantes no computaba el ingreso de dólares que se produjo la semana pasada por unos **282 millones de la privatización de áreas petroleras (yacimientos Huemul y Vincacheras), por lo cual ahora cabe estimar que las reservas efectivas del Banco Central respaldan aproximadamente el 60% de la emisión.**

"CLARIN" 17/6/91

01-01

9108481

Cómo gravar Co[illegible]entos externos.
150024
17/6/91
10033 -
11161 -
11392 -

Cómo gravar las rentas externas

Un aspecto importante de las modificaciones en el impuesto a las ganancias que planteó el Poder Ejecutivo al Congreso es la **incorporación del concepto de la renta mundial**. Este es un instrumento que está presente en la **legislación comparada de todos los países desarrollados** y probablemente, el objetivo oficial al adoptarlo, más que incrementar la recaudación por esa vía, sea el **reforzar los lazos con los países del Primer Mundo.**

Técnicamente, significa un **aumento significativo de la base contributiva** teniendo en cuenta que la Argentina es un **gran exportador de capitales (por 55.000 millones de dólares, según los últimos cálculos)**, y muchos ciudadanos argentinos obtienen sus rentas de colocaciones en el exterior. Pero en la práctica todo va a depender de las posibilidades de que el **Fisco capte esos ingresos para recaudar sobre ellos.**

La diferencia con el **Primer Mundo** es que ellos exportan sus capitales principalmente a través de **bancos, empresas, fondos institucionales u otros medios**, pero casi siempre quedan registrados por el Fisco, mientras que **en la Argentina casi nada queda registrado.**

Según el tributarista **Eduardo Ballesteros**, los únicos casos en que esa captación será fácil son los de **las empresas que hacen sus inversiones en el exterior**, las que generalmente están declaradas. Pero el **90 por ciento de los casos son de personas físicas**, tratándose en su mayoría de capitales **ya sacados negros y que permanecen negros**, por lo tanto, captarlos es más bien **una expresión de deseos.**

♦ Territorialidad y fuente

Hasta ahora en toda América latina se aplica el **principio de territorialidad**, es decir, solo se paga impuesto sobre las **rentas declaradas en el país donde reside el contribuyente.** Si bien en algunos países, entre ellos, la Argentina, se exige **declarar los bienes e inversiones en el exterior, se hace a título informativo** pero sin pretensión de gravarlos.

Esto cambia con la aplicación del principio de la **renta mundial que conjuga la residencia o de domicilio con el de fuente**, es decir, tanto se grava a quien obtiene beneficio de fuente argentina, aunque sea residente o domiciliado en el exterior, como al residente en el país que obtiene su beneficio tanto en el país como en el exterior. **Si los residentes tienen bienes que no les producen rentas, igualmente tendrán que pagar el impuesto pues los bienes se toman contablemente por su valor locativo.**

Un punto que no está definido y que se considera traerá agudos inconvenientes, es el de las **importaciones**: ¿dónde se obtiene la renta, en el exportador que envía la mercadería a la Argentina, o en el **importador que la recibe?**

Pero el principal problema es el del **contralor. La única arma efectiva de que dispone la DGI es la de celebrar convenios de intercambio de información con fiscos extranjeros.** En la medida que ese intercambio de información dé resultado, tendrán una base para **identificar y cobrar a los contribuyentes**, pero si esto no se puede hacer, la posibilidad es nula. Actualmente, se está en conversaciones con varios países, entre ellos, los **Estados Unidos, Brasil y Chile**, pero todavía no hay **ningún convenio de este** tipo firmado.

Sin embargo, la existencia de convenios **de doble imposición** entre **terceros países** puede perjudicar las chances argentinas por **atraer deportistas y artistas argentinos que viven en el exterior, para fijar su residencia aquí por considerar las tasas (el 20% único) más bajas.** Es que, por ejemplo, un deportista que vive en los EE.UU. y va a jugar un torneo en Japón, **no paga impuestos al Fisco nipón** en virtud del convenio con los Estados Unidos.

P. K.

9108482.

= CLARIN 17/6/91

61-01

Recaudación tributaria de junio/91.
150025
18/6/91
10033
11161
11392

La recaudación, dentro de las metas previstas

Recaudación tributaria de junio 1991
(miles de millones de australes)

[illegible]	Acumulado al 14-6	[illegible]	Variación porcentual
[illegible]	3439,4	[illegible]	7,7
[illegible]	537,9	[illegible]	- 11,8
[illegible]	890,1	[illegible]	- 23,4
[illegible]	4987,3	[illegible]	- 2,8
[illegible]	3054,6	[illegible]	3,9
Fonavi, PAMI y Anssal	1427,7	[illegible]	1,5
Total recursos	9369,6	9337,1	0,1

(*) Cifras correspondientes a la primera quincena de junio.
Fuente: Ministerio de Economía.

Las metas de recaudación fiscal evolucionaron dentro de las pautas previstas oficialmente en el transcurso del mes, según informó el Ministerio de Economía.

En los primeros 14 días, los ingresos estatales totalizaron 9,369 billones de australes. La meta fijada por Economía fue de 9,337 billones, con lo cual ésta fue superada en un 0,1 por ciento.

Sin embargo, los mayores recursos provinieron del sistema previsional. Los aportes patronales evolucionaron un 3 % por encima de las pautas, mientras que los ingresos del Fonavi, el Pami y la Anssal lo hicieron en un 1,5 por ciento.

En cambio, la recaudación de la DGI y la Aduana no alcanzó las metas proyectadas y se ubicó un 2 % por debajo. El desvío más importante se registró en la Aduana y fue del 6,9 por ciento.

En la recaudación impositiva se advierte una clara diferencia entre los tributos coparticipados, que crecieron por sobre lo previsto y los no coparticipados, que no alcanzaron la pauta.

En el primer caso, la mejora fue del 7,7 %, mientras que los gravámenes que corresponden sólo a la Nación experimentaron un desvío del 11,8 por ciento.

La mejor performance impositiva se advirtió en ganancias, activos e IVA, mientras que los tributos cuyo comportamiento no fue satisfactorio fueron internos, débitos bancarios y servicios financieros.

Prórroga

El presidente del Colegio de Graduados en Ciencias Económicas, Rubén Veiga, solicitó al intendente metropolitano, Carlos Grosso, que "se amplíen significativamente los plazos previstos en la moratoria impositiva de la Capital Federal".

El reclamo se concretó frente a "lo exiguo de los plazos previstos". También se solicitó que se asegure la provisión de formularios y el asesoramiento a los contribuyentes.

18/6/91 "LA NACION"

01-01

9108483

Información a banca extranjera sobre privatizaciones en Defensa.
150035
18/6/91
10033
11161
11312

Informarán a la banca extranjera sobre las privatizaciones en el área de Defensa

El subsecretario de Producción para la Defensa, Carlos Carballo, tratará hoy con los representantes de los bancos extranjeros que actúan en nuestro país la factibilidad de privatizar una treintena de empresas que están bajo la jurisdicción del Ministerio de Defensa y que comprenden activos por más de 5000 millones de dólares.

Estas empresas representan un universo industrial variado, que abarca la industria bélica, la siderúrgica, la petroquímica y química, astilleros y reparaciones navales y una serie de fábricas dedicadas a la producción civil o con rubros tan dispares como discos de arado, material ferroviario o vainas y conductores eléctricos.

Los banqueros extranjeros agrupados en la Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA) están interesados por conocer la marcha del proceso privatizador de Defensa, que, según Carballo, debería estar resuelto en los próximos doce meses.

Según manifestó el funcionario a LA NACION, están avanzadas las tratativas con el Banco Mundial para que apoye financieramente los estudios y tramitaciones para licitar y adjudicar las empresas que sean económicamente viables. En tal sentido se aguarda para la semana próxima una misión de esa entidad financiera internacional.

En cuanto a la viabilidad, presentan una situación óptima, según las fuentes de Defensa, las petroquímicas Bahía Blanca y General Mosconi, cuyo ordenamiento podría estar terminado en agosto.

Situaciones críticas

Por otra parte, es analizado el futuro de fábricas –actualmente intervenidas– como Tamse, productora del tanque argentino mediano, e Hipasam, en cuya planta de Sierra Grande procesa pellets de hierro.

Por lo que se sabe, Tamse está paralizada por falta de mercado interno y externo. Incidió fundamentalmente las restricciones presupuestarias que sufre su principal cliente, el Ejército. Las gestiones realizadas en el exterior para la exportación del blindado no han dado resultados positivos. Los componentes nacionales representan el 50 % del tanque. La deuda externa de Tamse es de 141 millones de dólares, de los cuales 112 corresponden a un préstamo del Banco de la Nación Argentina, sucursal Panamá.

Hipasam, por su parte, presenta una situación económico-financiera crítica, ya que opera desde hace tiempo por debajo de su punto de equilibrio. Vendió algunos activos, pero esto no fue suficiente.

"LA NACION" 18/6/91

01/01

3108484

Nº DOCUMENTO
TITULO: Menem admite que está trabada la negociación con el FMI.-
PROC: 150024
18/6/91
10033
11161
11412
11314

ESTUDIAN SUBIR UN IMPUESTO AL COMERCIO EXTERIOR

Menem: "Está trabada la negociación con el FMI"

Las duras negociaciones con el Fondo Monetario Internacional y las presiones que ejercen los técnicos del organismo fueron admitidas por el presidente Menem. Una gestión de último momento del subsecretario de Hacienda, Saúl Bouer, impidió que se interrumpieran definitivamente las conversaciones. La opinión de Cavallo.

El presidente **Carlos Menem** admitió ayer que las negociaciones con el **Fondo Monetario Internacional** "están trabadas", pero sostuvo que a pesar de las presiones: **"nos vamos a mantener firmes en lo nuestro"**.

Menem reconoció que existían **presiones de los técnicos del organismo financiero internacional**, pero aclaró que no se tomará ninguna de las medidas solicitadas para elevar los impuestos.

"Están trabadas las negociaciones, pero no vamos a reimplantar las retenciones a las exportaciones agropecuarias", dijo el primer mandatario en declaraciones que realizó en la provincia de Salta.

Menem insistió: **"Las negociaciones están demoradas, pero no vamos a aumentar el impuesto a las naftas, ni vamos a incrementar la tasa del impuesto al valor agregado."**

El Presidente hizo alusión así a los reclamos de los técnicos del Fondo Monetario Internacional que fueron adelantados en exclusiva por **Clarín** en su edición del domingo.

El propio titular del Banco Central, **Roque Fernández** al llegar de Washington el jueves pasado expuso en el Gabinete nacional y expresó que la posición del Fondo era de extrema dureza y que un acuerdo "stand-by" era altamente improbable.

Entre las exigencias del Fondo Monetario Internacional se encuentran las que citó en su declaraciones de ayer Menem. Ellas son:

- Un aumento de dos puntos en la alícuota del IVA, adicional al propuesto para los jubilados.
- Un alza del 5% en el impuesto a los combustibles.
- La reimplantación del impuesto a las exportaciones agropecuarias.
- La modificación de la Ley de Coparticipación Federal.

Las negociaciones estuvieron a punto de fracasar totalmente, pero una gestión de último momento del subsecretario de Hacienda, **Saúl Bouer**, evitó que el diálogo quedara roto.

Saúl Bouer habría propuesto a los economistas **Ted Beza, Armando Linde** y **Joaquín Ferrán** un acuerdo en base a esta estrategia:

- Mantener la actual estructura del plan en su parte fiscal.
- En caso de no cumplirse las metas planteadas, instrumentar a la brevedad las medidas que recomienda el FMI.

A tal efecto Bouer habría sugerido un compromiso del gobierno argentino de enviar la carta de intención con las actuales metas y un documento reservado aparte en el cual las autoridades económicas digan que en caso de no cumplirse con esas pautas se aplicarán medidas de aumento en los impuestos.

Esta instancia evitó la ruptura total del diálogo, así como otras iniciativas. Entre ellas, elevar del 3 al 6 por ciento la tasa de estadísticas que se cobra al comercio exterior, lo cual implica aumentar la recaudación de la Aduana en unos 430 millones de dólares anuales.

Esta alternativa se vincularía con otras decisiones impositivas que permitirían recaudar unos 570 millones de dólares adicionales.

Entre la tasa de estadística y el otro menú de opciones que afecte menos la estabilidad del plan, se intenta sumar unos 1.000 millones de dólares. El Fondo Monetario considerá que Cavallo instrumentó rebajas en impuestos internos para hacer acuerdos de precios de dudosa efectividad y disminuyó las retenciones a un costo para la Tesorería de 1.000 millones de dólares.

En los 14 primeros días del actual mes la recaudación se mantuvo dentro de lo previsto. Hasta ahora con 934 millones de dólares se cumplió la meta.

El cuestionamiento que plantea el FMI está referido al futuro y las objeciones aumentaron después de una poco convincente exposición en Washington sobre la reforma fiscal del subsecretario de Finanzas Públicas, **Carlos Miguel Tacchi**.

Ayer Cavallo se mostró cauto cuando el periodismo habló de los problemas que existen en la negociación externa.

Esta vez no acusó a los hombres de prensa de inventar versiones y precisó: **"El Fondo tiene una actitud seria de evaluación del plan de convertibilidad. No tratamos su plan, sino que estudian el plan económico argentino."**

"Existen —dijo— discusiones sobre el cumplimiento de las metas, pero creemos que nuestras metas son realistas y cumplibles, por eso espero que el Fondo Monetario las acepte."

"CLARIN" 18/6/91

01/02

9108485

Nº DOCUMENTO .....

TIPO .....

PEC .....

F .....

V .....

DISCUTEN EL CONTRATO DE EL TORDILLO

Aún no ingresan u$s 76,6 millones de un área petrolera

Unos días más deberá esperar el Ministerio de Economía para embolsar los **76,6 millones de dólares** ofertados por el consorcio Tecpetrol (subsidiaria de Techint)-Santa Fe Energy por el **área petrolera central El Tordillo.** Los fondos son necesarios para mejorar las **cuentas fiscales.**

El acto de firma del contrato, que permite al grupo compartir la mitad del área, estaba previsto para el viernes pasado y fue postergado hasta hoy. Fuentes del consorcio y de Economía dicen que "los papeles" estarán listos para que el presidente Menem estampe la firma, pero recién mañana.

Son dos los **temas en debate.** Uno está referido al **paraguas impositivo** reclamado por Tecpetrol - Santa Fe Energy para resguardarse de la **lluvia de gravámenes que podrían aplicar las provincias,** en este caso Santa Cruz y Chubut. Los abogados del grupo reclamaron una cobertura impositiva más explícita. La respuesta de Economía es que el contrato será idéntico a los firmados con Astra Repsol por Vizcacheras y con la francesa Total por El Huemul y que significaron ingresos por 238 millones de dólares.

El segundo tema no es formal. **Domingo Cavallo** pidió al consorcio que **aumentara su oferta** desde los 76,6 millones de dólares hasta **107 millones,** el mínimo estimado por las consultoras para proceder a la adjudicación. Tecpetrol -Santa Fe Energy **accedió al incremento** de la oferta frente a la amenaza de "anular todo" llegada desde el Gobierno hace dos meses. El salto de 30 millones de dólares entre una y otra propuesta sería cubierto con Bocrex.

Ahora, el consorcio propuso compensar la parte en bonos con **otros créditos que tiene a favor el grupo Techint por actividades prestadas al Estado que nada tiene que ver con el sector petrolero.** Por el pago al contado por la oferta original (los 76,6 millones de dólares) no hay problemas, dijeron fuentes empresariales.

El apuro por tener depositados los 76,6 millones de dólares en la sucursal Nueva York del Banco Nación llevaría al Gobierno a firmar el contrato de asociación de los privados con YPF y dejar para más adelante la discusión sobre los bonos o su compensación por créditos reconocidos al grupo Techint.

Eligen el banco para vender una refinería

Ya está elegido el banco que se ocupará de los **aspectos financieros de la venta total de la refinería Dock Sud.** YPF seleccionó a **Salomon Brothers** como ganador y quedó en segundo lugar su competidor, la banca Morgan.

El banco tendrá a cargo elaborar la estrategia de **promoción del negocio,** estimar las alternativas de **precios** de ese activo y las **formas de pago.**

Según el plan elaborado por la consultora estadounidense MacKinsey —popularizado como Túpac Amaru—, YPF debe vender tres de sus seis destilerías. Son Duck Sud, San Lorenzo y Campo Durán. La elección se basa en dos criterios: son las que carecen de atractivo económico o estratégico. Hay una cuarta destilería en discusión: es Plaza Huincul y el Gobierno decidirá si la vende total o parcialmente después de 1992.

La base de venta establecida por MacKinsey para Dock Sud **es de 50 millones de dólares.** Su enajenación significará el **despido de 414 trabajadores** que cobrarán —siempre según la consultora— alrededor de **13 millones** de dólares en concepto de **indemnización.**

Junto con las cuencas Austral y Noroeste, Dock Sud constituye la avanzada de la privatización de las actividades y bienes de la petrolera estatal. Para las dos cuencas petroleras ya hay consultoras designadas; elegido el banco de inversión para Dock Sud, los responsables de YPF cuentan con los primeros instrumentos para que este año queden definidas las tres ventas.

Las selección de las compañías asesoras se contrapone al pedido unánime de senadores y diputados sobre no innovar en la enajenación parcial de la principal empresa del país en facturación y exportaciones hasta que, por ley, se la declare sujeta a privatización.

02/02

9108485

Privatizan subte y 3 líneas ferroviarias urbanas.
150024
19/6/91
10033 -
11161 -
11312 -
11411 -

A fin de año adjudicarán subtes y tres líneas ferroviarias urbanas

El último día de este año serán adjudicados a empresas privadas los servicios urbanos del Urquiza, Mitre y Sarmiento y los Subterráneos de Buenos Aires. A partir del 30 de abril estos ya estarán en manos de los adjudicatarios, mientras que antes del 31 de diciembre de 1992 pasarán a manos privadas los ramales metropolitanos del Roca, San Martín y Belgrano.

A partir del 30 de abril del año que viene, los **ferrocarriles metropolitanos** de las líneas **Mitre, Sarmiento** y **Urquiza** y la **red de subterráneos** pasarán a ser explotados por operadores **privados**, según el cronograma de privatización definido por el Gobierno.

Las fechas establecidas para la primera etapa de las concesiones de los ferrocarriles urbanos y los subterráneos se enmarcan dentro de un acelerado proceso privatizador: para **fin de julio** estará el **pliego de bases y condiciones**; hasta **octubre** se presentarán las **ofertas** y el **último día del año** se **definirá la adjudicación**.

Las líneas **Mitre** y **Sarmiento** serán incluidas en el **primer llamado a licitación** para transferir los servicios ferroviarios, el cual se completaría con la oferta de la línea **Urquiza** y la **red de subterráneos**.

Las líneas restantes —**San Martín, Belgrano** y **Roca**— serán **licitadas** en **forma escalonada** a los dos meses de la puesta en marcha del primer llamado a concurso, previéndose la **adjudicación del último servicio metropolitano antes del 31 de diciembre de 1992**.

El subsecretario de Transporte, **Edmundo Soria**, explicó los alcances del marco normativo y regulatorio elaborado para la privatización de los servicios ferroviarios y sostuvo que para fines de 1992 "FEMESA (Ferrocarriles Metropolitanos S.A.) y Subterráneos de Buenos Aires estarán completamente privatizados".

Soria indicó que los futuros concesionarios tendrán una **tarifa regulada**, aunque también contarán con la posibilidad de **reclamar subsidios** para cubrir las insuficiencias tarifarias.

El funcionario destacó que uno de los puntos principales que se tendrá en cuenta en la selección de los operadores será el menor nivel de subsidios que soliciten para la explotación de los servicios.

Jorge Kogan, director de la Unidad de Coordinación del programa FA-Banco Mundial, señaló que la idea del Gobierno es que **los concesionarios cubran con la recaudación los costos operativos de los servicios y destinar los subsidios para la recuperación de los bienes de capital**. Actualmente Ferrocarriles Argentinos solo logra recaudar el equivalente al 70% de los costos operativos.

Respecto de las tarifas, **Kogan** destacó que serán reguladas y que estarán limitadas por el nivel tarifario que presente el **transporte automotor de pasajeros**.

El titular de Transporte sostuvo que la preselección de los operadores se hará sobre la base de la experiencia y responsabilidad financiera de los consorcios, la solidez de los planes empresarios y las ideas innovadoras que presenten para mejorar la calidad de los servicios. Las empresas extranjeras que quieran explotar los trenes y subterráneos deberán asociarse con firmas locales.

Hasta el momento se han mostrado interesadas en la privatización una empresa italiana, la española **RENFE**, un grupo de empresarios argentinos asociados con compañías alemanas y operadores estadounidenses de servicios ferroviarios.

Las terminales de las líneas ferroviarias y otras estaciones intermedias importantes no formarán parte de la concesión de los servicios. Estas propiedades serán concesionadas en forma paralela para la explotación, ampliación, reparación y conservación.

Lo que reciba el Estado por esta privatización se volcará a un fondo específico que se destinará a cubrir los subsidios reclamados para la explotación de los servicios metropolitanos.

LAS PRIMERAS CONCESIONES
Ferrocarriles Mitre, Sarmiento, Urquiza y subterráneos

1991	
31 de julio	Pliego de licitación
30 de agosto	Pliego de licitación complement.
1º de octubre	Vence plazo para presentar prop.
1º de noviembre	Precalificación de oferentes
2 de diciembre	Apertura de ofertas
15 de diciembre	Preadjudicación
31 de diciembre	Adjudicación
1992	
30 de abril	Negociación de contrato de transferencia y toma de posesión.

01/02 19/6/91 = CLARIN 9108486

FERROCARRILES METROPOLITANOS Y SUBTERRANEOS

Principales aspectos de la privatización

- Las líneas ferroviarias metropolitanas Mitre, San Martín, Sarmiento, Belgrano, Urquiza y Roca, junto con la red de subterráneos serán transferidas a operadores privados a través de concesiones.
- La selección de los concesionarios se hará por el procedimiento de licitación pública nacional e internacional.
- Se concederá: la explotación comercial, la operación de trenes, el mantenimiento y rehabilitación del material rodante, infraestructura y equipo, y la atención de estaciones y actividades complementarias y subsidiarias.
- Las estaciones terminales de las líneas ferroviarias y otras intermedias principales de superficie o subterráneas serán privatizadas en forma paralela para la explotación, ampliación, reparación y conservación.
- No podrá haber un solo adjudicatario para la totalidad de las líneas ferroviarias y la red de subterráneos.
- La duración de las concesiones será de 10 años, los cuales podrán prorrogarse por otros 10 años corridos.
- El concesionario tendrá una tarifa regulada.
- Habrá subsidios estatales para cubrir las insuficiencias tarifarias. El concesionario deberá solicitar el nivel de subsidios que necesita para la explotación. El que reclame menos subsidios ganará la licitación.
- Los oferentes extranjeros deberán asociarse con firmas locales.
- El Estado se hará cargo de una parte de los seguros de responsabilidad civil.
- Cada concesionario podrá proponer las reglamentaciones internas de operación técnica.

02/02

9108486

Nº DOCUMENTO
TITULO Base monetaria creció 30% desde abril.
PRO 150025
F 19/6/91
VI 10033 -
11161 -
11403 -

La base monetaria creció un 30 % desde abril

El vicepresidente del Banco Central, Felipe Murolo, aseguró que la base monetaria continúa sosteniéndose adecuadamente y que en el trimestre abril-junio creció cerca de un 30 por ciento, contra no más de un 6 % de incremento en los precios combinados.

Murolo afirmó que esta diferencia desde la puesta en vigencia del plan de convertibilidad exterioriza "la confianza generada por el programa y por el rígido control monetario con el que se está llevando a cabo, sin caer en la consabida receta de fuertes devaluaciones iniciales y tasas de interés extraordinariamente positivas".

Sobre la composición actual de la base monetaria, el funcionario señaló que su composición es en un 95 % con dólares colocados en los mercados internacionales, más oro y saldo a cobrar por compensaciones dentro del régimen de Aladi, mientras que sólo un 5 % está en Bonos Externos.

Puntualizó también que la baja de las tasas de interés "ha desarmado uno de los espejismos que disimulaban la ineficiencia de la mayoría de los intermediarios financieros que operan en la Argentina".

"LA NACION"
19/6/91

01-01

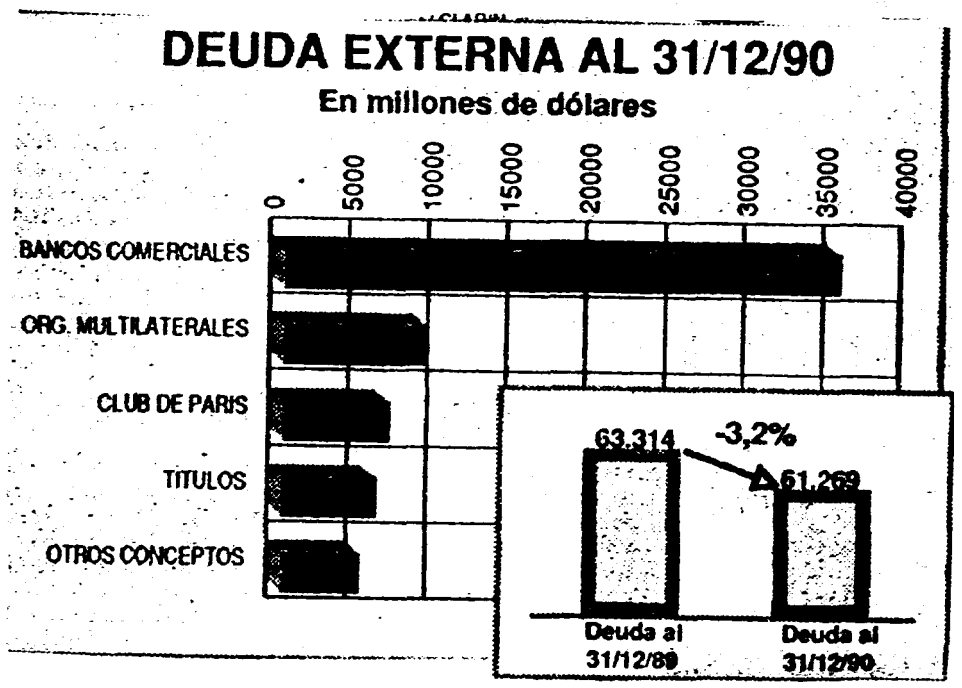
3108487

Cavallo admite problemas con el FMI.
150029
19/6/91
10033
11161
11412
11319

CAVALLO ADMITE PROBLEMAS CON EL FMI

"Se puede prescindir del stand-by"

Osvaldo Damario



Poco después de haber expresado que la aprobación del "stand-by" era crucial para la evolución inmediata de la economía argentina, Cavallo sorprendió ayer al afirmar que se puede prescindir de ese préstamo. Roque Fernández, mientras tanto, dice que el "stand-by" no debería tardar mucho, cuando el presidente Menem ratificó este lunes que la negociación con el FMI está trabada. Aparecen algunas contradicciones en las afirmaciones del equipo económico que parecen demostrar que la negociación en Washington no avanza.

Es evidente que **las negociaciones con el Fondo Monetario Internacional no marchan como el Gobierno pretende**, y las declaraciones de los funcionarios no ayudan a aclarar el panorama. Inclusive pareciera que en el equipo económico se descuenta que el "stand-by" en gestión **no será aprobado hasta por lo menos octubre** (si es que se aprueba).

En ese sentido, resultaron cuanto menos sugestivas las afirmaciones realizadas ayer por el ministro de Economía. **Domingo Cavallo admitió implícitamente que hay dificultades en la negociación con el FMI:** afirmó que el país "podría prescindir del «stand-by» del Fondo". Hasta la semana pasada el propio titular de Hacienda calificó como crucial este crédito y dio por hecho que "dentro de algunas semanas habrá acuerdo para la obtención del «stand-by»".

Pero las afirmaciones contrapuestas del equipo económico quedaron ayer también exteriorizadas en las manifestaciones de **Roque Fernández**, titular del BCRA, quien ante 80 banqueros (en un almuerzo del IAEF) casi simultáneamente con las declaraciones de Cavallo, dijo: **"Estamos encaminados a lograr un acuerdo con el FMI que no debería tardar mucho".**

No solo eso. Fernández también aseguró: **"No es cierto, no hemos sido presionados por nada. Los funcionarios del Fondo están evaluando las medidas ya adoptadas y no ha habido conversaciones para que se tomen nuevas medidas".**

El titular del Banco Central precisó, **además, que "no** tenemos pendiente ningún aumento **en los impuestos** y los combustibles, ni subir el IVA, ni ninguna **medida de** esa naturaleza".

Y allí aparece **otro contrasentido, ya que al decir que** no se aumentarán ni impuestos ni combustibles Roque

"CLARIN" 19/6/91

01/02 9108488

Fernández contradijo al propio Carlos Menem. El Presidente no solo dijo que las negociaciones con el Fondo están trabadas, sino que reconoció que hay presiones para que Cavallo aumente los combustibles, restablezca las retenciones y eleve la alícuota del IVA al 18 %.

Las declaraciones contradictorias del Gobierno originan, cuanto menos, serias dudas sobre la posibilidad de que se llegue a un acuerdo con el Fondo en los próximos días, aun a pesar de las infructuosas negociaciones que realizó el equipo económico, porque los técnicos del FMI insisten en que, tal como está hoy, el plan económico no cierra.

♦ Proyecciones oficiales

Ayer Fernández brindó algunas precisiones sobre las controvertidas estimaciones oficiales. Según los números elaborados por el Palacio de Hacienda, entre abril último y marzo del año entrante, el Estado espera obtener un superávit de caja de 4.200 millones de dólares (350 millones de dólares mensuales).

Para alcanzar esa cifra, los técnicos del Gobierno esperan lograr, durante el período, un superávit de 2.400 millones de dólares (200 millones de dólares mensuales) entre el Tesoro, cuentas especiales y organismos descentralizados; 600 millones de dólares de las empresas públicas y 1.200 millones de dólares por la privatización de las áreas petroleras centrales.

Esos 4.200 millones de dólares de recursos se aplicarán de la siguiente forma: 800 millones para pagar la deuda interna y 3.400 para la deuda externa.

En cuanto a los primeros 800 millones (deuda interna), el Gobierno estima que utilizará 560 millones para pagar la deuda documentada con títulos, y los 240 millones restantes servirían para pagar una parte de la deuda indocumentada.

El grueso de los recursos, es decir 3.400 millones de dólares, se destinaría a pagar distintas obligaciones asumidas con acreedores del exterior: 2.200 millones por intereses de organismos internacionales de crédito; 720 millones para los bancos acreedores; 700 millones para pagar Bonex, y 420 millones para cancelar una parte de la deuda pendiente con el FMI. Para cubrir estos egresos prácticamente impostergables se necesitan 4.040 millones de dólares. La diferencia entre eso, y el superávit de caja de 3.400 millones (es decir, 640 millones de dólares) deberían provenir del cuestionado crédito del FMI.

A la luz de eso, está claro que un crédito del FMI parece imprescindible para que cierren las cuentas oficiales en forma ordenada. De allí que se explica el nerviosismo del equipo de Cavallo ante los recaudos que desean tomar los técnicos del Fondo antes de prestar más.

02/02

9108488

Nº DOCUMENTO 150024
TITULO Crónica de contactos con el FMI durante la gestión CAVALLO.
FECHA 20/6/91
VIAS 10033
11161
11412

CRONICA DE LOS CONTACTOS CON EL FMI DURANTE LA GESTION CAVALLO

30/1/91: llega una misión del Fondo encabezada por Armando Linde, que se queda un mes y medio, para evaluar las cuentas fiscales al inicio de la gestión Cavallo.

4/4/91: el ministro viaja a Nagoya, Japón, para participar de la reunión del Banco Interamericano de Desarrollo, donde de paso se reunió con el titular del FMI, Michel Camdessus, y el negociador Ted Beza. Comienza las gestiones para obtener un acuerdo "stand-by" por u$s 1.000 millones, cifra que luego es elevada a 1.500 millones.

10/4/91: Cavallo desiste de su viaje a Washington, donde viajan el presidente del BCRA, Roque Fernández, y el titular de Hacienda, Saúl Bouer, con el objeto de ultimar detalles de la carta de intención con Ted Beza, Joaquín Ferrán y Armando Linde, del Fondo.

23/4/91: nuevo viaje de Fernández-Bouer a la capital norteamericana, donde se cree todo listo para la firma del "stand-by".

25/4/91: llega Cavallo a Washington a fin de reforzar la negociación técnica con el aval político.

30/4/91: contrariamente a lo que se esperaba, Cavallo vuelve a Buenos Aires sin haber podido presentar la carta de intención. Dice que lo importante no es el "stand-by" sino un acuerdo de facilidades extendidas a 3 años.

2/5/91: llega a la Argentina una nueva misión del Fondo presidida por Armando Linde con objeto de revisar las cuentas fiscales y la reforma impositiva proyectada por el subsecretario de Finanzas Públicas, Carlos Tacchi.

5/6/91: viaja a Washington el presidente del BCRA, Fernández, con los resultados fiscales de mayo.

6/6/91: se le suman Bouer y Tacchi. Los tres negocian por una semana y vuelven a Buenos Aires sin acuerdo. El FMI exige un ajuste fiscal y tarifario para garantizar los resultados superavitarios del Fisco. El Gobierno lo rechaza.

"CLARIN"
20/6/91

01/93

9108489

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDE
FECHA
VIA

En 30 días estaría una lista nueva propuesta para el FMI

El equipo económico, en 30 días, debe preparar alternativas técnicas para alcanzar un superávit fiscal de 4.200 millones de dólares. Si logra convencer a los técnicos del Fondo Monetario habrá apoyo externo inmediato para el plan de convertibilidad. Si los deberes no resultan convincentes, la espera se extenderá hasta después de agosto. El ministro Cavallo tendrá así que resignarse a que su plan no tenga apoyo del Fondo. En el marco interno, las tensiones también parecen aumentar, sobre todo despues que el ministro dijo que el tipo de A 10.000 por dólar no es eterno.

En EE.UU.

WASHINGTON (Enviado especial). — Acompañado por el embajador **Carlos Ortiz de Rozas** y por el negociador argentino **Daniel Marx**, el canciller **Guido Di Tella** se reunió ayer, durante 45 minutos, con el subsecretario del Tesoro norteamericano, **David Mulford**. El discreto objetivo de la entrevista fue **respaldar las gestiones de Domingo Cavallo ante el FMI para obtener un "stand-by"**.

La promoción del plan económico argentino, justo cuando las negociaciones con el FMI tropiezan con dificultades, continuará el lunes. Ese día Di Tella se reunirá con el secretario de Estado, **James Baker**. Se asegura que el canciller no pide, expresamente, una "mediación política" de los Estados Unidos ante el FMI.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, obtuvo un nuevo plazo de 30 días para elaborar una nueva presentación al Fondo Monetario Internacional.

Ese plazo tendrá que ser utilizado por el equipo económico para reelaborar todos las alternativas técnicas que permitan cumplir con las **metas fiscales sugeridas hace una semana por los economistas que responden a Michel Camdessus.**

El nuevo examen se hará en la **segunda semana de julio cuando viajen** a los Estados Unidos **Roque Fernández**, titular del Banco Central, y **Saúl Bauer**, subsecretario de Hacienda, para explicar las nuevas proyecciones al Fondo Monetario Internacional.

En caso de que **las fórmulas propuestas** para cumplir con las metas sean **aceptadas** por los tecnócratas de Washington, Camdessus aceptaría dar el apoyo del Fondo al plan de convertibilidad.

Si, en cambio, no avanzan las coincidencias en el próximo viaje, las conversaciones podrían postergarse para después de las vacaciones de agosto en los Estados Unidos.

En su próxima misión, los emisarios argentinos tendrán que explicar las medidas y disposiciones que el Palacio de Hacienda instrumentará para cumplir con la **meta de superávit anual de 4.200 millones de dólares** exigida por el Fondo.

Las nuevas pautas de trabajo fueron acordadas por el propio ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, y el titular del organismo, Michel Camdessus, **en un diálogo telefónico que ambos mantuvieron el martes por la noche.**

Al terminar las frustadas negociaciones por el escalonamiento del medio aguinaldo y conocer el rechazo a su iniciativa, Cavallo se dirigió a su despacho en el Palacio de Hacienda.

En forma inmediata se comunicó con Washington y mantuvo una prolongada conversación telefónica con el responsable del Fondo Monetario.

Los términos de la comunicación fueron estos:

- **Que la Argentina aceptaba negociar con el Fondo Monetario Internacional, en función de las metas sugeridas por sus economistas la semana pasada.** Estas fueron acordadas a último momento con **Saúl Bauer**. La posición de Cavallo implica una modificación de su posición inicial en busca de apoyo externo despues del transpié en el Congreso.
- La Argentina quiere cumplir con los compromisos que se asuman en la carta de intención y los documentos que se firmen en forma conjunta con el Fondo.
- **Argentina reelaborará rapidamente las nuevas cifras, para iniciar otra discusión en un plazo de cuatro semanas. La fecha de la segunda semana de julio se fijó porque Cavallo sugirió que ese plazo es el tiempo que necesita el equipo económico para terminar toda la presentación.**

02

9108489

• Aunque no se dijo en la conversación, los documentos traídos desde Washington precisan que el superávit de 4.200 millones de dólares debe obtenerse de: 1.800 millones de dólares por privatizaciones. Entre 2.200 a 2.300 millones de dólares desde la administración central (Tesorería). Alrededor de 700 a 800 millones de dólares como ganancia en las empresas públicas.

• Camdessus explicó que si la presentación se ajusta a lo requerido por los técnicos del Fondo, el futuro tratamiento del caso argentino en julio sería ágil y más rápido.

• En caso de no existir objeciones como las que hubo hace una semana, el directorio del FMI podría tratar la aprobación del crédito stand-by en los primeros días del agosto.

• Camdessus condicionó la nueva discusión a que la Argentina cumpla estrictamente las metas fiscales de mayo y de junio. No reanudará el diálogo en caso de existir desvíos en esos puntos.

Los técnicos del Fondo Monetario Armando Linde, Ted Beza y Joaquín Ferrán sugirieron hace unos días una serie de iniciativas que públicamente no fueron aceptadas por el ministro Cavallo y el presidente Carlos Menem. Estas eran: cumplimentación de reformas, aumento del 5 % en el impuesto a los combustibles, alza de 2 puntos adicionales en el IVA, y modificación de la ley de coparticipación fiscal.

La impasse abierta por la conversación entre Cavallo y Camdessus es fruto de las gestiones de último momento que la semana pasada tuvo Saúl Bouer en los Estados Unidos.

Bouer recompuso mínimamente una negociación que, como adelantó Clarín estuvo a punto de fracasar totalmente y dejar sin apoyo externo al plan de convertibilidad.

Uno de los motivos que llevaron al endurecimiento de las posiciones de los funcionarios del Fondo fue la estrategia del ministro Cavallo de presionar a través del Departamento de Estado para forzar un acuerdo rápido.

En estos días, el embajador Terence Todman envió una nota —cuyo texto discutió previamente con Cavallo— en donde pide al Departamento de Estado que interceda ante el Departamento del Tesoro para lograr una resolución favorable al pedido argentino en el Fondo Monetario Internacional.

La actitud de Todman fue aceptada por el Departamento de Estado, pero originó problemas con la gente de David Mulford, mandamás en la Tesorería.

Incluso la situación provocó una suerte de cortocircuito entre los funcionarios del FMI y el titular del Banco Central. Roque Fernández recibió una severa advertencia que enrareció aún más las conversaciones: "Si la Argentina quiere un «stand-by» que negocie con nosotros. Si quiere un préstamo-puente que vaya al gobierno americano. Pero que no confunda ni mezcle las cosas."

Copyright Clarín 1991

03/03

9108489

Nº DOCUMENTO
TITULO Como se financiará el pago del Medio Aguinaldo.
PCC 150025
F 20/6/91
VI 10033
11161
11392

El medio aguinaldo se pagará a fin de mes

El medio aguinaldo de junio se pagará a fin de mes a todos los trabajadores del sector público y del privado, luego de fracasar ayer en la Cámara de Diputados el tratamiento del proyecto del Gobierno para abonarlo en forma escalonada, al ratificar el bloque radical y algunos legisladores peronistas –fundamentalmente de extracción gremial– su postura de no dar quórum.

Tras una imprevista reunión de gabinete, anoche el presidente Carlos Menem confirmó que el medio aguinaldo "se va a pagar como corresponde, sin mayores problemas" y ratificó el actual programa económico.

Previamente, el ministro Domingo Cavallo garantizó que "lo que no salga por el Congreso, no lo haremos por decreto" y anticipó que el Gobierno "va a solicitar créditos al sector financiero privado" para hacer frente al pago del medio aguinaldo a los empleados públicos.

La iniciativa, que había sido aprobada por el Senado, no fue retirada del Congreso por el Poder Ejecutivo, como indicaban algunas versiones, pero el oficialismo sí decidió su reformulación, con el fin de que la instrumentación del sistema de pago del aguinaldo propuesto por el Ministerio de Economía rija sólo a partir de diciembre próximo.

Una propuesta del presidente del bloque de diputados justicialistas, José Luis Manzano, para tratar ayer ese proyecto alternativo fue también rechazada por el radicalismo. Voceros de la UCR expresaron que sólo estarían dispuestos a debatirlo "una vez que tenga despacho de la Comisión de Legislación Laboral".

Así concluyó en el Parlamento una nerviosa jornada que sucedió a las frustradas negociaciones emprendidas por el ministro de Economía, Cavallo, ante Raúl Alfonsín y los diputados radicales.

Manzano adelantó que las fracasadas gestiones con el radicalismo "no nos harán renunciar al diálogo porque nosotros no damos portazos" y ratificó que continuará negociando con la oposición la sanción del proyecto reformulado.

"No vengo a renunciar"

Durante una sorpresiva reunión de gabinete en la Casa de Gobierno, Menem hizo leer a Antonio Salonia la versión escrita de sus declaraciones radiales sobre la cuestión del aguinaldo y las críticas de sectores sindicales –que se publican por separado.

Concluida la lectura, el Presidente expresó que "no hay nada más que discutir" sobre el tema.

De la reunión trascendió que Cavallo, al tomar asiento en la sala de situación, comentó jocosamente y en voz baja a quienes lo rodeaban: "No piensen que vengo a renunciar".

Cómo se financiará

El Tesoro deberá buscar un financiamiento de alrededor de 170 millones de dólares para que los empleados públicos puedan cobrar en término el medio aguinaldo.

Esa cifra, según fuentes de la cartera económica, podría aumentar a los 200 millones de dólares si se añaden las necesidades de algunas empresas públicas con ciertos problemas en sus cuentas.

Se trata de la mitad de los recursos que demandaría el pago total del medio aguinaldo en el sector público. El resto está presupuestado y disponible.

La intención de la conducción económica, según lo afirmó ayer Cavallo, es pagar este mes o a principios del mes próximo, en la medida de las posibilidades. Para ello se analiza:

- Un posible "crédito puente" de un conjunto de bancos locales –la mayoría privados, pero también alguno oficial, como el Nación– que podrían volcar su capacidad prestable en dólares. Se evitaría así un impacto sobre la tasa de interés.
- Destinar ingresos no presupuestados para completar los pagos, como los recursos derivados de las licitaciones para importar automóviles, que ascenderán a los 51 millones de dólares.

Ayer, Cavallo anticipó la posibilidad de solicitar créditos al sector financiero y destacó que primero cobrarán los trabajadores con menores salarios y los jubilados.

"LA NACION" 20/6/91

01-02

9108490

Una derrota con nombres y apellidos

Si la derrota parlamentaria que el oficialismo sufrió ayer en Diputados tuviera nombre y apellido, esas designaciones recaerían sobre los titulares de los bloques mayoritarios: José Luis Manzano, por el PJ, y César Jaroslavsky, por el radicalismo.

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, quien contó con el aval del presidente Carlos Menem para entablar negociaciones con el radicalismo, no está al margen del traspié. Sin embargo, en estos momentos, la principal preocupación del equipo económico no pasa por el resultado en el Congreso, sino por la incidencia que puede tener en la marcha del plan un eventual aumento de la demanda cuando los trabajadores cobren el aguinaldo.

En tal sentido, en el Palacio de Hacienda no se descarta la adopción de medidas antiinflacionarias, aunque se aclaró que el Gobierno "monitoreará el comportamiento del consumo y de los precios" antes de tomar alguna decisión.

Contraofensiva oficialista

El oficialismo, más concretamente el titular del bloque de diputados, Manzano, sintió el impacto que significó el bloqueo del proyecto. Sin embargo, una vez recompuesta su imagen, impulsó la consideración del tema, prorrogando su vigencia para el año entrante.

No merecen cobrar

El presidente de la Nación, Carlos Menem, exhortó a los legisladores a no dejar sin quórum al Parlamento, "porque con esa actitud están defraudando al pueblo argentino que los votó". Agregó que el ministro de Economía, "avalado" por el jefe del Estado, hizo "esfuerzos impresionantes" para conseguir algo que es un mandato, ya que "a los diputados se les paga para que vayan al Congreso".

Visiblemente molesto, opinó que "están cobrando algo que evidentemente no merecen cobrar, puesto que no concurren al lugar donde tienen que ir y para lo cual se les paga".

El jefe del Estado, en declaraciones a Radio América, dijo que su gobierno "no mendiga nada a nadie, y por eso Cavallo no fue a mendigar el quórum, sino que concurrió al Congreso para pedir a los señores diputados que cumplan con su obligación".

Pero si no fue lenta la reacción de Manzano, tampoco lo fue la de los diputados radicales, que aparecen ante la opinión pública como los triunfadores en esta dura pulseada. El bloque opositor, por amplia mayoría y con cuestionamientos a su titular, Jaroslavsky, mantuvo su postura de "despegarse" políticamente de un proyecto que "lesiona los derechos adquiridos de los trabajadores".

Jaroslavsky no ocultaba su descontento, aunque prefirió no dar explicaciones. Uno de sus allegados atribuyó el malestar a que entre los que votaron en contra se encontraban quienes participaron de las conversaciones con funcionarios gubernamentales, "tal el caso de un diplomático devenido a diputado".

Manzano no sólo no consiguió acordar con los radicales para debatir el proyecto alternativo sino que, además, encontró seria resistencia en su propio bloque, al oponerse al tratamiento de la iniciativa los diputados Jaime Martínez Garbino, Eduardo Budiño, Rafael Flores, Julio Badrán y Angel Ruiz, además de una buena parte de los de extracción gremial.

Consecuencias económicas

En el sector privado, el pago en término del medio aguinaldo ocasionará que se vuelquen en el mercado alrededor de 1700 millones de dólares adicionales a la masa salarial mensual.

Pero en lo inmediato, el fracaso del proyecto de escalonar el pago del aguinaldo reconoce un evidente impacto fiscal. Al sector público le faltan alrededor de 200 millones de dólares para atender esa obligación en término y se debe salir a buscar el financiamiento.

La negociación con el Fondo Monetario Internacional (FMI) también podría verse afectada por el rechazo a la iniciativa oficial. El Fondo contaba con la aprobación de la medida y las metas fiscales del trimestre abril-junio fueron establecidas en función del diferimiento de parte del aguinaldo.

Si el Estado pagara a todos sus agentes en este mes, las pautas podrían sufrir una modificación, porque no se alcanzaría el superávit fiscal previsto, que asciende a los 550 millones de dólares.

De todos modos, fuentes de la cartera económica afirmaron que en el preacuerdo con el FMI se establece un margen para que el Tesoro pueda captar crédito interno para atender algunas necesidades impostergables y que ello permitiría cumplir con las pautas.

02-02

91 08490

Nº. DOCUMENTO
TITULO La inflación creció un 3,6% en junio.
PROCEDENCIA 150025
FECHA 21/6/91
VINCULACIÓN 10033
11161
11300

La inflación creció un 3,6 por ciento en junio

El índice de precios al consumidor registró un incremento del 3,6 por ciento en el transcurso de junio, de acuerdo con la información dada a conocer por el Instituto de Política Económica y Social (IPES).

Ese resultado surge de computar los valores promedios del índice, mientras que la medición punta a punta arroja una suba del 3 por ciento. El arrastre estadístico para julio próximo, según el IPES, alcanzaría al 1 por ciento.

En el aumento inflacionario mensual, punta a punta, incidieron alzas superiores al 10 por ciento en carnes, embutidos y fiambres, artefactos, equipos y accesorios, este último correspondiente al rubro esparcimiento.

Por otra parte, el capítulo que resultó más inflacionario, añade la entidad, fue alimentación y bebidas, que trepó, en su nivel general un 4,8 por ciento, seguido de equipamiento y funcionamiento del hogar (3,9 por ciento); esparcimiento (3,8 por ciento) e indumentaria (3,6 por ciento).

En cuanto al crecimiento del costo de vida en la última semana de junio, alcanzó al 0,8 por ciento.

Este suba se vio impulsada por alzas en esparcimiento (1,1 por ciento), debido a los repuntes de precios en equipos y accesorios; equipamiento y funcionamiento del hogar (1,3 por ciento), impulsado por los aumentos en muebles y accesorios del 3,7 por ciento; artefactos (2,4 por ciento) y utensilios y accesorios para el hogar (1,9 por ciento).

Por último, en la cuarta semana de junio, el rubro alimentación y bebidas (1,3 por ciento) recibió el impacto de las subas en frutas, verduras y legumbres del 3,1 por ciento, carnes, embutidos y fiambres (1,8 por ciento) y en indumentaria (0,8 por ciento).

"LA NACIÓN" 21/6/91

X

01/01

31 08 491

Adjudican área petrolera central Puesto Hernández
150029
21/6/91
10033
11161
11312
11494

Buenos Aires, viernes 21 de junio de 1991 ★ CLARIN

FIRMAN EL ACUERDO POR PUESTO HERNANDEZ

Petróleo: ingresan u$s 260 millones

Aunque todavía faltan discutir algunos puntos entre el Gobierno y el consorcio adjudicatario se asegura que en la primera semana de julio ingresarán al Tesoro 260,8 millones de dólares provenientes de la adjudicación del área petrolera central Puesto Hernández, ubicada en Neuquén. Resta definir la entrega de El Tordillo.

LOS PETRODOLARES

Areas centrales	Millones de u$s	Detalles
HUEMUL	134,0	Ingresaron
EL TORDILLO	76,6	En discusión
VIZCACHERAS	97,9	Ingresaron
PUESTO HERNANDEZ	260,0	Ingresarían en la próxima semana
TOTAL	568,5	

Osvaldo Demaría / CLARIN

En la primera semana de julio, el Ministerio de Economía contará con un **depósito de 260,8 millones de dólares** en la sucursal Nueva York del Banco Nación. Esos fondos provienen de la venta de la mitad de las reservas del área central **Puesto Hernández** —la última de la tanda de cuatro que han sido adjudicadas— y ya fueron contabilizados por el ministro **Cavallo para tapar las urgencias fiscales.**

El plazo es un reflejo de optimismo porque todavía hay **puntos** que saldar entre el **Gobierno** y el consorcio **Pérez Companc-Oxy**, los socios de YPF para Puesto Hernández, el área que mayor cantidad de dólares acercará al Tesoro.

El grupo quiere "un contrato claro, prolijo y que contemple todas las seguridades", dicen marcando distancias con los textos que ya firmaron **Astra** y la española **Repsol** y, por su lado, la francesa **Total** por **Huemul** y **Vizcacheras**. El tercer acuerdo corresponde a **Tecpetrol** y **Santa Fe Energy** por **El Tordillo** y será firmado, a más tardar, la semana próxima.

Pérez Companc-Oxy discuten dos temas. Un aspecto es el **impositivo** y su importancia crece cada vez que el gobernador **Salvatori**, de Neuquén (donde está ubicada Puesto Hernández), amenaza con gravar la actividad privada en la extracción de los recursos provinciales. El otro aspecto es para el futuro: ¿qué pasará cuando su socio estatal deje de serlo?

Más que un socio distinto, los petroleros proponen adicionar **cláusulas** que reflejen sus inquietudes. Desde el Gobierno ya les llegó un mensaje: **los cuatro convenios petroleros serán idénticos.**

Astra y Repsol —argumentan— comenzarán a pagar el aumento en la alícuota del impuesto a los ingresos brutos aplicado por el gobernador de **Mendoza, Octavio Bordón**. Pérez Companc-Oxy intentan morigerar la instrumentación de ajustes similares en los viejos gravámenes o la creación de algún impuesto. Discuten que sea el consorcio operador del área petrolera quien asuma esos riesgos.

Los ajudicatarios de **Puesto Hernández** plantean también que el contrato cubra los cambios que se vienen en el corto plazo. Señalan, por ejemplo, que el decreto que firmará el presidente **Menem** debería contemplar las modificaciones en la propiedad de YPF, su empresa asociada.

Si YPF es mayoritariamente privada, pierde la propiedad sobre todas las áreas petroleras. Por eso, los **adjudicatarios** intentarán adicionar un punto al contrato que, expresamente, mantenga la **titularidad de la actual YPF** sobre la porción del **área petrolera que compartirán** durante los 25 años de duración del convenio.

La negociación con YPF "es fluida" y, al parecer, no habrá demoras para firmar el acuerdo a fines de la semana próxima. Después viene la aprobación por decreto del Poder Ejecutivo y pasados cinco días hábiles de su publicación en el **Boletín Oficial**, deben hacer el **depósito. Pérez Companc aportará casi 60% de los 260,8 millones de dólares**; el resto saldrá de los bolsillos de la norteamericana Oxy.

01-01

3108492

Nº DOCUMENTO
TITULO: Marcha del Plan Económico
150026
23/6/91
10033
11161
11392

Conduciendo en el barro

Por ROBERTO H. CACHANOSKY

La semana que acaba de terminar estuvo caracterizada por una serie de hechos desafortunados para la marcha del plan económico.

En efecto, ya el lunes el mercado se enteró que el inminente acuerdo con el FMI no era tan inminente como se rumoreaba el viernes 14. Enseguida se produjo la derrota de Cavallo frente al Congreso por el proyecto de ley para pagar escalonadamente los aguinaldos. Y también, en el trascurso de la semana, volvió a presentarse en sociedad una parte del sindicalismo que parece tener todas las intenciones de enfrentar al gobierno.

Finalmente, y como si todo esto fuera poco, tanto Cavallo como Llach no tuvieron mejor idea que afirmar que el tipo de cambio de A 10.000 por dólar no iba a mantenerse eternamente.

A pesar de todos estos "exocets" que recibió la economía en el trascurso de una sola semana, los mercados no se alteraron sustancialmente. Y este hecho es remarcable, dado que, en otros momentos de la economía argentina, una sola de estas noticias se hubiera traducido en, por lo menos, un importante salto cambiario.

Acuerdo con el FMI

Si bien el mercado está pendiente de que se concrete el acuerdo con el FMI, en mi opinión, este acuerdo es más importante por la señal que significaría para el mercado, que por el monto de crédito que recibiría el gobierno.

En efecto, considerando que los desembolsos son trimestrales, el ingreso de la primera cuota no modificaría sustancialmente la situación de la Tesorería, aunque sí la ayudaría a sobrellevar la coyuntura. Pero, lo que sí ayudaría más es el hecho de que el mercado interpretaría el acuerdo con el FMI como una aprobación de esta institución de que las cuentas fiscales pueden llegar a cerrar. En otros términos, el acuerdo con el FMI le permitiría al gobierno recuperar parte de la confianza que el mercado le ha perdido al plan económico en los últimos días.

Por supuesto que un acuerdo con el FMI no significa en absoluto que las cuentas fiscales puedan llegar a cerrar en el futuro. En los últimos 6 años la Argentina ha firmado nueve cartas de intención si se computan todas las revisiones que debieron realizarse de las cartas de intención originalmente firmadas por incumplimiento en las metas pactadas.

No es ninguna novedad decir que, en el pasado reciente, el FMI le otorgó a la Argentina créditos para financiar planes de estabilización que eran a todas luces una bomba de tiempo para la economía. De manera que un acuerdo con el FMI no es garantía de nada, aunque debe reconocerse que el mercado lo interpreta como una señal positiva.

"LA PRENSA"
23/6/91

01-02

9108493

Golpe

Pero el golpe más fuerte que recibió el plan económico fue el rechazo por parte del Congreso del proyecto de ley para pagar escalonadamente los aguinaldos.

Es que por más que Cavallo quiso "vender" este proyecto argumentando por el lado de la inflación estacional que se produce por el pago del aguinaldo, la realidad es que el problema de fondo era y sigue siendo la falta de recursos fiscales para hacer frente a esta erogación.

Cabe resaltar que cualquier alternativa que adopte Cavallo para pagar los aguinaldos resultará perjudicial para el plan. Es que si emite contra Bónex para pagar el aguinaldo estará generando una mayor presión inflacionaria que profundizará aún más el retraso cambiario.

Tratar de recurrir a la colocación de deuda interna voluntaria es ir de cabeza al fracaso, dado que, después del plan Bónex, le resulta muy difícil al Estado nacional captar crédito interno. Por lo menos a valores razonables.

Emitir contra Bónex y neutralizar esa expansión con deuda interna compulsiva (elevar encajes bancarios) implica aumentar la tasa de interés, generar recesión, recaudar menos impuestos y, en consecuencia, profundizar el desequilibrio fiscal.

No pagarle a los proveedores y contratistas del Estado es agudizar un problema ya existente y, por lo tanto, lejos de constituir una solución, la idea es desvestir a un santo para vestir a otro; suponiendo que el Estado no se liga algunos juicios más de todos los que ya tiene, incrementando el gasto público futuro.

En resumidas cuentas, el hecho de que deba pagarse el aguinaldo de la misma forma que venía pagándose hasta ahora no implica que el plan ya va a naufragar, pero deja en claro que a Cavallo le sigue faltando un plan fiscal que cierre en serio.

Tipo de cambio

¿Cuántos han sido los ministros de economía que recontraseguraron que no iban a devaluar? ¿Cuántos fueron los presidentes del Banco Central que recontraafirmaron que estaban dispuestos a vender todos los dólares que hiciera falta para frenar cualquier corrida cambiaria que se presentara? ¿Cuántos de estos funcionarios públicos tuvieron que irse a su casa porque no pudieron cumplir con sus afirmaciones tan tajantes?

Cuando tanto Cavallo como Llach dicen que este tipo de cambio no es para la eternidad, no están diciendo ningún disparate. Pero sí resulta sumamente peligroso ponerse a hablar de este tema a sólo dos meses y medio de haber lanzado este esquema de pseudo convertibilidad.

Resulta especialmente peligroso si se tiene en cuenta que: a) todavía no se produjo la deflación de precios en australes que exige este plan para salir adelante; b) que la tasa de inflación que se está logrando es incompatible con un tipo de cambio fijo; c) que el mercado está viendo cada vez con mayor claridad que una de las cosas más baratas que hay hoy en la Argentina es el dólar.

Sin equilibrio fiscal, y con crecientes complicaciones en este frente, con una tasa de inflación que supera ampliamente lo que tolera este modelo cambiario, con una cruzada sindicalista que trata de reivindicar las políticas que nos condujeron a la decadencia económica y con elecciones a la vista, puede afirmarse que el plan económico ha entrado a transitar un camino lleno de barro. Esto significa que a Cavallo le costará mucho mantener una marcha serena, no debiendo descartarse que, en cualquier momento, se vaya a la banquina o termine por empantanarse.

02-02

9108493

DOCUMENTO fuerte caída del saldo comercial.
150025
23/6/91
10033
11161
11409

Fuerte caída del saldo comercial

Resultado de la combinación de más importaciones y menos exportaciones

Las estimaciones que hoy se hacen sobre la evolución del comercio exterior argentino denotan una inversión de la tendencia dominante en los últimos años.

El superávit comercial argentino –con saldos positivos del orden de los 5300 y 8220 millones de dólares en 1989 y 1990, respectivamente– se está contrayendo aceleradamente.

En los cinco primeros meses del año la evolución del sector externo acusa una caída acumulada del 50 por ciento en lo que hace al saldo resultante de restar el monto de las importaciones al alcanzado por las colocaciones externas.

El propio ministro de Economía, Domingo Cavallo, admitió que el superávit comercial en 1991 no superará los 4000 millones de dólares.

El rumbo declinante que la balanza de intercambio comercial viene registrando desde fines de 1990 no es más que la combinación de la caída de alrededor del 15 por ciento en el monto de las ventas externas y un incremento superior al 60 por ciento en los dólares aplicados a operaciones de importación.

(Más información en la Pág. 2)

Comercio exterior argentino

(en millones de dólares)

	Exportaciones	Importaciones	Saldo
Enero '90	797	386	411
Feb. '90	813	227	586
Mar. '90	1164	303	861
Abr. '90	1015	276	739
May. '90	1106	302	804
Ene. '91	680	490	190
Feb. '91	810	400	410
Mar. '91	830	400	430
Abr. '91	950	560	390
May. '91	900	570	330

Fuente: FIDE, con datos del Indec.

"LA NACION" 23/6/91

01-01

9108495

Nº DOCUMENTO
TITULO Privatizacion de Gas del Estado.
FECHA 150024
24/6/91
10033
11168
11312

PRIVATIZACION DE GAS DEL ESTADO

Estudian el nuevo cuadro tarifario

Un alza de alrededor del 32% para los usuarios industriales tendrían las tarifas de gas tras la privatización de la empresa estatal. Los grupos interesados en la compra ya han hecho las estimaciones sobre los costos, según los criterios de rentabilidad sugeridos por el Banco Mundial. Intentan formar un "trading" para la exportación de gas con Bolivia.

Los empresarios privados interesados en la **privatización** de la industria **del gas ya** comenzaron a **hacer las** cuentas sobre las **tarifas que**, en el corto plazo, **cobrarán** a los usuarios.

Algunos estudios indican que las proyecciones más serias pueden hacerse tomando el caso del **consumo industrial medio**, un sector que ocupa el 30% de la **demanda nacional**. El segmento de los **consumidores domiciliarios** (las familias) presenta mayores dificultades para la estimación de los futuros precios.

Es que se mantiene en ese sector un cruzamiento de subsidios que —gracias al marco regulatorio ideado por el **Banco Mundial**— desaparecerá cuando el mercado sea libre y privado.

Considerando cada ítem de las tarifas (véase cuadro), la factura que llegará al usuario industrial estará **incrementada el 32%**. Entre los componentes tarifarios, el mayor encarecimiento corresponderá al costo de captación e inyección de gas: el 166%.

Forman parte de las tarifas finales el **costo del transporte** que los usuarios pagarán, en mayor o menor proporción, según su cercanía con los centros de producción.

Las hipótesis de incremento tarifario tienen en cuenta los criterios globales de **rentabilidad** recomendados por el **Banco Mundial**. Hasta ahora, todos los cálculos que hacen los privados interesados en el negocio estiman una **tasa de retorno del 12%**.

GAS — HIPOTESIS TARIFARIA

Usuarios industriales medios

(En dólares por millón de BTU)

CONCEPTO	Precio futuro	Precio actual	%
Boca de pozo	1,30	0,97	34
—Costo de captación e inyección	0,98	0,03	166
Precio en cabecera de gasoducto	1,38	1,00	38
Costo de transporte	1,17	0,90	30
Precio "city gate"	2,55	1,90	34
Costo de distribución	0,90	0,70	28
Precio al usuario final	3,45	2,60	32

Las tarifas corresponden a Capital Federal y Gran Buenos Aires. El margen de error es de un 5% y las principales variaciones dentro de este esquema obedecen al rubro transporte.

FUENTE: Estimaciones privadas.

Otra sería la historia, si el Gobierno intenta —repitiendo la experiencia petrolera— colocar los **precios finales** del gas en los **niveles internacionales**. Si esto sucede, ningún usuario pagará menos del **60% por encima de las facturas actuales**. Internacionalizar los precios del gas provocaría una morigeración del consumo; un efecto contrario a los planes de **expansión** que contemplan, incluso, el remplazo de los derivados de petróleo por gas en el autotransporte de pasajeros.

Si los **usuarios domésticos** recibieran facturas similares a las de los **consumidores estadounidenses o europeos**, deberían contar con un presupuesto adicional al que ahora destinan para cancelar el pago del servicio.

Hay otros aspectos de los marcos regulatorios, que dan la base del futuro negocio, cuestionados por el sector privado. Por ejemplo, algunos sospechan que el ente regulador, encargado de velar por la seguridad del servicio, autorizar alzas tarifarias y evitar los monopolios, absorberá gran parte del personal que ahora trabaja para **Gas del Estado**.

Al parecer, el reparto de las actividades a privatizar respetaría la zonificación en 21 áreas que ya se habían adjudicado en la gestión de **Miguel Mariani** al frente de Gas y que, por decisión del ministro Cavallo, quedaron en la nada. Como los adjudicatarios —se presume— no serán los mismos que se habían elegido antes sin licitación previa, hay cooperativas que comenzaron a trabajar para quedarse con parte del negocio.

"CLARIN" 24/6/91

01/02

3108496.

Los interesados en la industria del gas, comienzan también a plantear estrategias. A más de uno se les ocurrió formar un **club de productores** que consiga buenos precios por el hidrocarburo que venderán a los transportistas y distribuidores. Ese **cartel** unirá, sobre todo, a quienes producen en pequeños volúmenes, pero se moverán como un bloque que discutirá en la vereda de enfrente con los sectores que intermedian hasta que el gas llega a la casa de los usuarios.

El problema de fondo es cómo agrandar el negocio. Hay, por ahora, una traba estructural que es la magnitud de las reservas de gas. Las existencias comprobadas cubren 25 años de un consumo similar al actual, de acuerdo con la auditoría realizada por la consultora **Gaffney and Cline.**

Como no hay programas ni estatales ni privados de exploración para ampliar el horizonte de reservas, algunos empresarios temen que no haya con qué multiplicar su recaudación y recuperar inversiones.

La **Argentina** es, después de **Holanda, el segundo país del mundo con mayor incidencia de gas como fuente de origen de energía.** Frente a un repunte del consumo —por ahora solo hipotético— los 25 años con gas asegurado **quedarán como un buen recuerdo del pasado inmediato.**

Ana Ale

Procuran un nuevo acuerdo con Bolivia

Por un carril económico y por otro político marchan las negociaciones entre la **Argentina y Bolivia** en su carácter de **socias en la comercialización de gas.**

En abril de 1992, la gestión estará concluida. Ese mes vence el **acuerdo de compra de gas boliviano** firmado por la Argentina durante la última administración militar.

El gobierno argentino ya informó al presidente, **Jaime Paz Zamora**, que no pagarán los mismos precios. Fuera de toda referencia internacional, salen de los bolsillos argentinos **2,5 dólares para cada millón de BTU** (unidad calórica de medida) de gas boliviano. El precio interno, el que se reconoce a **Gas del Estado**, es de un dólar por la misma cantidad de producto.

La diferencia entre uno y otro precio redondea **150 millones de dólares por año.** "Un subsidio difícil de sostener para la Argentina", señalaron funcionarios locales a representantes de La Paz.

Para Bolivia, la no continuidad del acuerdo de compra abre un interrogante sobre sus finanzas. La salida, si Bolivia no acepta **reducir a más de la mitad los precios del gas** que coloca en la Argentina, pasa por crear una empresa argentino-boliviana que comercialice el fluido y hasta pueda exportarlo una vez que el mercado doméstico esté desregulado.

El socio de la **trading** sería estatal por el lado boliviano porque su legislación limitá al monopolio estatal la exportación de hidrocarburos. Por el lado argentino, la idea es abrir el paquete al sector privado y que el Estado se mantenga al margen. **Techint, Pluspetrol** y **Pérez Companc** son las primeras interesadas en la formación de la **trading.**

Si la compañía binacional prospera se dará participación también a la **brasileña Braspetro** (subsidiaria de Petrobrás para los negocios externos). Según los empresarios argentinos, el Brasil y Chile son los mercados potenciales y la Argentina y Bolivia serían las productoras y comercializadoras del fluido.

La **búsqueda de nuevos destinos para** la producción tiene como argumento que el mercado local está abastecido y la infraestructura de transporte estancada. El **gasoducto del norte** tiene una capacidad de 14 millones de metros cúbicos que no puede ampliarse, porque **ya se hicieron todas las plantas compresoras posibles.**

Las alternativas que figuran en los papeles de los técnicos son dos. Realizar un **gasoducto hacia el este** —que llegaría hasta el **Brasil**— con una inversión de entre 200 y 300 millones de dólares. Ese ducto no tiene una traza similar a la del proyecto histórico de tendido de un caño entre la Argentina y ese país. Esta vez se piensa emplearlo para abastecer al nordeste pasando por Formosa, Chaco, la Mesopotamia y desde allí al Brasil con un empalme, hacia el sur, hasta San Jerónimo, en Santa Fe.

Otra posibilidad es construir un tramo paralelo al gasoducto —norte— actual hasta Tucumán para abastecer los consumos locales de los ingenios y una usina térmica que se emplazaría en la zona. Esta hipótesis de trabajo requeriría una inversión de 100 millones de dólares.

Hasta que las gestiones entre los dos gobiernos no pasen a una etapa superior, los contactos oficiales entre los funcionarios de ambos países se limitarán a difundir el alcance del protocolo firmado hace unos meses entre **Menem** y **Paz Zamora:** constituir una empresa binacional para impulsar el desarrollo del gas.

Esa sería la única alusión que el presidente de la Argentina hará la semana próxima ante su par boliviano cuando visite La Paz. Los anuncios concretos quedarán para más adelante, una vez que esté anudado el compromiso político de formar un bloque frente al Brasil para **promocionar la exportación de gas y el tendido del ducto que la haga posible.**

A.A.

02/02

31 3339

DOCUMENTO
TITULO Di Tella pide a Baker apoyo para stand by del FMI
150024
24/6/91
10033
11161
11412
11314

Di Tella pide a Baker apoyo para el "stand-by" del FMI

En la última etapa de su ofensiva diplomática y política por la deuda externa argentina, el canciller Guido Di Tella se entrevista hoy con el secretario de Estado norteamericano, James Baker III. Di Tella pedirá el apoyo de Baker para cuando el Fondo Monetario trate a nivel político el otorgamiento de un crédito "stand-by" para la Argentina por 1.200 millones de dólares. El Gobierno enviará esta semana la carta de intención al FMI, ultimados ya los detalles de la negociación con los técnicos de la entidad.

WASHINGTON, (De nuestro enviado especial, **Daniel Santoro**). — La última etapa de la ofensiva diplomática encarada en esta capital por el canciller **Guido Di Tella**, para darle **cobertura política** a la negociación con el Fondo Monetario Internacional (FMI) por la deuda externa argentina, será cumplida hoy, cuando Di Tella se reúna con el secretario de Estado norteamericano, **James Barker III.**

Se trata de una entrevista considerada clave, precisamente en estos momentos, cuando el Gobierno ultima los detalles de su negociación con los técnicos del FMI, para obtener un crédito **"stand-by" de 1.200 millones de dólares**. Ocurre que, una vez conciliadas las metas para que la Argentina despache la carta de intención que abra las puertas al crédito del Fondo, la aprobación del préstamo será considerada a nivel político dentro de la entidad (ver más información en esta misma página).

Al plan de convertibilidad del Gobierno no solo le serán útiles los recursos del FMI, sino que le sería igualmente favorable dar la sensación de que el programa económico cuenta con respaldo externo, justo en el momento en que empieza a ingresar en una etapa de turbulencias.

Por supuesto que la agenda de la reunión Di Tella-Baker no se limita solo a cuestiones económicas sino que abarca también los principales puntos de la relación bilateral entre la Argentina y los Estados Unidos, relación que el gobierno de **Carlos Menem** despejó de escollos que pudieran provocar fricciones entre los dos países, como el proyecto de construcción del misil **Cóndor II.**

Di Tella llega a la reunión con Baker después del almuerzo que compartió el sábado con el ex secretario de Estado **Henry Kissinger**, hombre de consulta de la administración de **George Bush.** Además de las negociaciones por el crédito del FMI por 1.200 millones de dólares, los cancilleres conversarán sobre la decisión argentina de destruir virtualmente el Cóndor II, y de crear la Comisión Nacional de Actividades Espaciales, que pasará a depender de la Pesidencia de la Nación.

Tampoco estará ausente de la charla con Baker la venta subsidiada de trigo de los Estados Unidos al Brasil, aun cuando este sea uno de los puntos a tratar especialmente por Di Tella con la número uno del comercio exterior norteamericano, **Carla Hills.**

Tras estas reuniones en la capital norteamericana, Di Tella viajará a Nueva York, donde será recibido por el embajador argentino ante las Naciones Unidas, **Jorge Vázquez**, para hablar al día siguiente ante el Consejo de las Américas. Desde Nueva York Di Tella viajará a La Paz, Bolivia, para acompañar a Menem en su visita oficial a ese país, y desde allí seguirá con su gira en París.

La de Francia no es, precisamente, una visita que pueda calificarse de fácil. Los franceses son **los más duros** dentro de la Comunidad Económica Europea (CEE) respecto del subsidio a las exportaciones agrícolas. Di Tella pretende que la CEE cumpla con el acuerdo del GATT que prohíbe subsidiar la soja. La pretensión del canciller es un reflejo del temor que tiene el Gobierno de que la "guerra" entre los Estados Unidos y el GATT por el subsidio del trigo se traslade también a la soja, la principal exportación argentina de [illegible].

Di Tella inició su visita a Washington el miércoles con su participación en la firma del acuerdo "Blue Garden" y con una reunión que mantuvo con el subsecretario del Tesoro, **David Mulford**, con quien analizó la negociación con el FMI. Al día siguiente almorzó a solas —una gestión decisiva en la ofensiva diplomática y política del canciller— con el director general del FMI, **Michel Camdessus**. Con él trató de lograr el apoyo de la entidad para el plan de convertibilidad, mientras defendía la imagen del ministro de Economía, **Domingo Cavallo.**

Ese mismo día Di Tella se reunió con el almirante **Richard Truly**, titular de la NASA.

Di Tella cerró su agenda con una entrevista con **Edward Madigan**, secretario de Agricultura de los Estados Unidos, quien le ratificó que el país seguirá con su venta subsidiada de trigo al Brasil a menos que logre un acuerdo con la CEE en el GATT. Madigan informó a Di Tella que los Estados Unidos deberían hacer causa común contra los subsidios a la soja.

"CLARIN" 24/6/91

01/02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PRO
FE
VI

Esta semana envían una carta de intención

El Gobierno enviará esta semana la **carta de intención al Fondo Monetario Internacional (FMI)** para acceder al préstamo "stand-by" por 1.200 millones de dólares. El documento prevé un superávit de caja para la Tesorería por 4.200 millones de dólares desde abril hasta el 31 de marzo del año próximo, de los cuales 3.400 millones se utilizarán para el pago de la deuda externa.

En fuentes financieras se comentaba insistentemente la versión de que, hasta que se produjesen los desembolsos del FMI, la Argentina habría solicitado un **crédito puente** del gobierno de los Estados Unidos, tal como se hizo en oportunidades anteriores. Consultado por **Clarín**, **Guillermo Seita**, subsecretario de Asuntos Institucionales del Ministerio de Economía, negó que se hubieran iniciado gestiones de ese tipo ante la administración Bush.

La carta de intención es el **paso previo** que deben cumplir los países antes de lograr el aval al programa de ajuste del titular del organismo, **Michel Camdessus**. Logrado eso, la carta se remite al directorio del Fondo que finalmente decide el otorgamiento del crédito. Por eso, de no existir objeciones como las que hubo hace una semana, el directorio del FMI podría tratar la aprobación del acuerdo en los **primeros días de agosto**.

Entre otras metas, la carta incluye la promesa de lograr un excedente de caja en la Tesorería por 4.200 millones de dólares. Dentro de esos recursos, se incluyen 2.400 millones de dólares de diferencia entre ingresos y egresos —superávit— del Tesoro, las cuentas especiales y de organismos descentralizados. Los 1.800 millones de dólares restantes provendrían de un superávit en la gestión de las empresas públicas (600 millones de dólares) y del ingreso por la privatización de áreas petroleras.

Esos recursos se aplicarían para pagar 800 millones de dólares de la deuda interna (560 millones por deudas documentadas con títulos) y 3.400 millones para la deuda externa. Esos 3.400 millones se distribuirían de la siguiente manera: 2.200 millones por intereses de organismos internacionales de crédito; 720 millones para los bancos acreedores; 700 millones para pagar Bonex y 420 millones para cancelar una parte de la deuda pendiente con el FMI.

Para cubrir esos egresos se necesitan 4.000 millones de dólares. La diferencia entre ingresos y egresos (es decir 840 millones) deberían provenir del crédito del FMI.

02/02

J! 3457

DOCUMENTO
TITULO Reunión de técnicos argentinos y paraguayos por represa de YACYRETA.
PROC 150024
F 24/6/91
V 10033
11161
11404

SE REUNEN TECNICOS ARGENTINOS Y PARAGUAYOS

Deciden concluir las obras de la represa de Yacyretá

El subsecretario de Relaciones Económicas Internacionales, Alieto Guadagni, aseguró que está tomada la decisión de concluir las obras de Yacyretá. Calificada en un momento por el presidente Menem como "monumento a la corrupción", la represa tendrá un costo final de 10.000 millones de dólares. Se reúnen técnicos argentinos y paraguayos para establecer el plan de trabajos. Problemas de financiación.

La decisión está tomada. En 30 días negociadores y grupos técnicos constituidos con el Paraguay deberán proponer soluciones para concluir la central Yacyretá con costos razonables, redimensionar la estructura burocrática y contar con una tarifa de suministro eléctrico competitiva, señaló a Clarín el subsecretario de Relaciones Económicas Internacionales, Alieto Guadagni.

Los números de esta gigantesca obra son escalofriantes. Ya se llevan invertidos unos 5.500 millones de dólares, de los cuales la mitad fueron aportes "cash". La central tiene un avance del 75% en la obra civil y del 20% en el equipamiento. Ahora, para concluirla, hacen falta unos 3.000 millones de dólares, incluidas las líneas de transmisión. Se calcula que las obras civiles demandarían unos 600 millones de dólares, las electromecánicas 750 millones de dólares, las relocalizaciones, indemnizaciones y otras obras 645 millones de dólares más y las líneas de transmisión y otras obras conexas cerca de 1.000 millones de dólares.

De este modo, sin intereses Yacyretá costaría 8.500 millones de dólares y la primera turbina podría estar en funcionamiento en 1994. Con intereses, el costo de la obra trepa los 10.000 millones de dólares y una cifra superior incierta si se calculan los costos por las sucesivas demoras, y ni qué decir si se incorporaran el lucro cesante por la prórroga año tras año de su puesta en funcionamiento.

♦ Sin financiamiento

Aun con todos estos sobrecostos, no existe financiamiento para estos 3.000 millones de dólares que restan para concluir la central. Fuera de créditos de proveedores y un posible interés italiano en otorgar algunas líneas de préstamo, el financiamiento es nulo. Las obras civiles, en cambio, podrían realizarse con aportes del Tesoro sobre la base de que se requerirían unos 100 millones de dólares por año y algunas obras podrían realizarse después del funcionamiento de la primera turbina.

Cómo se resolverá esta cuestión es algo que discutirán con el Paraguay los negociadores argentinos. Pero otro tema insoslayable es la tarifa una vez que la central esté en funcionamiento, porque a estos costos el precio de la electrici-

"CLARIN" 24/6/91

01-02

9108498

Nº DOCUMENTO
TITULO
PEC
F
VI

LO QUE FALTA PARA CONCLUIR LAS OBRAS DE YACYRETA

	Millones de dólares
OBRAS CIVILES	[illegible]
EQUIPAMIENTO ELECTROMECANICO	750
RELOCALIZACIONES E INDEMNIZAC.	645
VARIOS	[illegible]
	2.045
LINEAS DE TRANSMISION	[illegible]
TOTAL	[illegible]

Fuente: E.B.Y.

dad que suministre Yacyretá casi debería triplicar la tarifa media internacional. "Esa tarifa es la muerte para la industria argentina", sentenció Guadagni. Es que para ser competitivos en el área del Mercosur la tarifa debería rondar los u$s 27 milésimos/kW; en cambio la proyectada de Yacyretá en función de sus costos es de u$s 70 milésimos/kW.

♦ Postergaciones y sobrecostos

Si Yacyretá se hubiese comenzado a construir de acuerdo al cronograma original, en 1984 la central hubiese estado en funcionamiento. En 1974 se estimó el costo directo total de la obra en 1.510 millones de dólares. Con los intereses intercalares y la inflación mundial del período de construcción, el costo trepaba a 2.458 millones de dólares.

En 1983, cuando comenzaron efectivamente los trabajos, se estimó el costo directo total en 3.470 millones de dólares, y la primera turbina debía entrar en servicio en 1991. Demoras en los trabajos, la falta de financiamiento firme para ciertas etapas de la construcción, una pesada y carísima burocracia, litigios en torno a los contratos, fueron demorando la obra y sobrecargándose los costos. Lo cierto es que ahora se proyecta para 1994 la operatividad de la primera turbina y un costo total superior a los 10.000 millones de dólares, con una financiación incierta para concluir los trabajos que restan.

¿Por qué entonces se decidió construir Yacyretá? Cuando se tomó la decisión, dicen los técnicos del Ente Binacional, en la década del '70, existía una fluida financiación de créditos por parte de los organismos y bancos internacionales, el precio petrolero había experimentado una fuerte alza y la Argentina estaba en competencia geopolítica con el Brasil. Hacia mediados de la década del '80, ya iniciada Yacyretá, la situación cambió: el petróleo se abarató, se descubrieron en la Argentina grandes reservas de gas, se inició la integración con el Brasil, se produjo la crisis de la deuda y los bancos contrajeron los créditos. Retrospectivamente, dicen entonces, Yacyretá resultó una decisión incorrecta, a lo que se sumó la fuerte inestabilidad política: la Argentina cambió doce veces sus negociadores con el Paraguay.

Lo real es que los técnicos y negociadores se enfrentan con un enorme desafío, porque deberán resolver algo similar a la cuadratura del círculo: minimizar costos de inversión, resolver el financiamiento de las obras remanentes y lograr que Yacyretá suministre electricidad a una tarifa competitiva.

L.B.

91 08498

02-02

Nº DOCUMENTO
TITULO: Nuevo impuesto para aliviar situación salarial de docentes.
PAG: 150024
FE: 24/6/91
VI: 10033
11161
11392

"CLARIN" 24/6/91

UNOS LO ACEPTAN Y OTROS DICEN QUE ES DOBLE IMPOSICION

Reacciones distintas por el nuevo impuesto en la Capital

El impuesto proyectado por el ministro de Economía para aliviar la situación salarial de los docentes provocó reacciones dispares. Si bien en la mayoría de los casos se reconoce que un nuevo tributo es la única vía para no violar la Ley de Convertibilidad, también se puso de manifiesto que aplicar otro tributo inmobiliario significará una doble imposición que la legislación prohíbe.

01-02

9108499

Políticos y gremialistas de distintos partidos no se tomaron de igual forma la intención del Gobierno de aplicar un impuesto adicional a los inmuebles de la Capital para asistir al sector docente. La iniciativa que el Ejecutivo enviará al Congreso a instancias del ministro Domingo Cavallo, posibilitaría una recaudación anual superior a los trescientos millones de dólares. Y los nuevos recursos serían destinados a la recomposición de los haberes que perciben los docentes jubilados y en actividad.

Para algunos especialistas, la iniciativa implica una doble imposición, que las leyes prohíben taxativamente. Los porteños ya pagan mediante una misma boleta y nueve veces al año, obligaciones fiscales por los siguientes conceptos: a) tasa de alumbrado, barrido y limpieza; b) contribución de pavimentos y aceras; c) aporte para el fondo permanente de subterráneos; y d) contribución territorial. En ese sentido explican que si bien en las provincias la contribución es recaudada por el gobierno provincial, en la Capital existe ya como aporte a las rentas generales de la Municipalidad.

La propuesta de Cavallo desencadenó opiniones encontradas y seguramente se constituirá en los próximos días en el eje de una polémica. De concretarse, los recursos se destinarían a abonar el 82% móvil e incorporar al sueldo de los maestros 1.200.000 australes que ahora perciben en concepto de suma fija no remunerativa.

El ministro dijo que se analizaba imponer una tasa inmobiliaria adicional, aunque destacó la necesidad de que ella cuente con la aprobación parlamentaria. Y advirtió que en caso contrario, podría elevarse del 3 al 6 por ciento el impuesto aplicado a las operaciones de importación y exportación por estadística.

En este marco, llamó la atención que el proyecto no mereciera la atención de ninguna autoridad municipal para aclarar cómo soportaría el contribuyente porteño una nueva obligación que alcanza a los 350 millones de dólares anuales. Una suma que supera en 5 millones las necesidades del ministro de Economía para subsanar la emergencia del sector docente.

Por de pronto, María Vicenta Sánchez (titular de CTERA) advirtió que su gremio no aceptará que en nombre de los docentes se ejecuten políticas impositivas regresivas.

También opinaron:

Fernando de la Rua (UCR): —Es un viejo trabajo de la Fundación Mediterránea (a la que pertenece Cavallo), donde se trata de demostrar que la Capital es subsidiada por el resto del país. Pero hay que tener en cuenta que a diario, el distrito metropolitano atiende las necesidades de millones de personas que no viven en él. La nueva carga caerá solo sobre los vecinos de la Capital y alterará el equilibrio federal existente. Estoy en contra.

Alvaro Alsogaray (UCeDé): —El equilibrio entre ingresos y egresos del Tesoro no puede romperse sin afectar la Ley de Convertibilidad y la política económica en marcha. Si al nuevo gasto se lo reconoce como imprescindible y prioritario, habrá que poner un nuevo impuesto. No hay manera de realizar un nuevo gasto sin emitir moneda si no se consigue una financiación.

Eduardo Varela Cid (PJ): —La decisión es irritante y para el peronismo tendría un efecto electoral negativo, mientras que la opción de elevar al 6 por ciento el impuesto a la estadística es un horror. La solución es eliminar las jubilaciones de privilegio.

Jesús Rodríguez (UCR): —Se trata de una doble imposición que la ley prohíbe taxativamente. Los concejales del Ateneo del Centenario reclamarán para evitar la aplicación de un nuevo impuestazo a los vecinos de Buenos Aires.

Carlos Maslatón (UCeDé): —Hemos realizado un enorme esfuerzo para aliviar las contribuciones inmobiliarias al sancionar el presupuesto de gastos de 1991. El contribuyente capitalino no podría soportar ahora un nuevo impuesto discriminatorio e inconstitucional. La Municipalidad no recibe fondos federales y la totalidad de sus gastos son soportados por sus contribuyentes.

Guillermo Francos (Partido Federal): —La propuesta de Cavallo es inconstitucional, arbitraria e injusta. El ministro debería preocuparse más por los gastos innecesarios, pues es una bofetada a los vecinos de la ciudad anunciarles un nuevo impuesto cuando se sabe que el vicepresidente de la Nación gastó más de 300.000 dólares en un intrascendente viaje a Italia.

02-02

9108499

TITULO Incidencia del proteccionismo de los países industrializados.
150024
24/6/91
10033
11161
11409

·LA ARGENTINA A CONTRAMANO DEL MUNDO

Proteccionismo al por mayor

Un reciente informe de consultores internacionales, señala que en los últimos 20 años el proteccionismo en los países industrializados ha tenido un espectacular aumento.

Aunque han existido rebajas arancelarias, **esas reducciones fueron con creces compensadas con las barreras no arancelarias**, como cupos de importación, exigencias sanitarias, supuestas especificaciones de calidad y seguridad de los productos. Todas ellas establecidas con el fin expreso de impedir u obstaculizar la entrada a sus países de los productos de importación.

Contabilizadas esas barreras (arancelarias y no arancelarias) surgen estos datos: el proteccionismo, en el hemisferio norte, en el sector textil, pasó del 20 al 79 por ciento; en material de transporte saltó del 24 al 64 por ciento; en alimentos, del 17 al 40 por ciento; en materias primas agrícolas, del 5 al 41 por ciento; en equipos y máquinas no eléctricas, del 8 al 29 por ciento, y, en productos minerales del 0 al 32 por ciento.

En el campo de la agricultura, los subsidios son impresionantes y la Argentina lo ha experimentado en su bolsillo, con las colocaciones, por ejemplo, de carnes estadounidenses en el Brasil. Lejos de reducirse, esos subsidios se incrementan año tras año, al punto que los **organismos internacionales calculan que fueron, en 1990, equivalentes a más del 50 por ciento de la producción agrícola de esas naciones.**

♦ Más y más

Nada menos que la revista inglesa **The Economist** acaba de señalar que en Europa los "hombres de negocios" reclaman una mayor protección, para trabar importaciones. Esos mismos dirigentes han deslizado que "también serían bienvenidos ciertos subsidios". Revela, por último, que existe una fuerte presión "destinada a controlar y disuadir adquisiciones de empresas con capitales foráneos".

Estas son las discusiones que engloban a la "cuna del liberalismo"; el tema, ahora, son los niveles de proteccionismo de los países que impulsan el "comercio libre".

En la Argentina, mientras tanto, se ha reflotado la tesis de que las rebajas arancelarias son **sinónimos de competitividad y un factor clave de la lucha antiinflacionaria.**

No obstante, la realidad indica que el fuerte aperturismo en la Argentina, iniciado en 1976, con la gestión de José A. Martínez de Hoz, ha coincidido con la más importante expansión inflacionaria del proceso histórico en el país. Ahora, con un aperturismo casi absoluto, y un tipo de cambio fijo, que promueve las importaciones, la inflación se resiste a bajar y se encuentra con un piso del 3 por ciento mensual en dólares, incompatible con el mantenimiento del esquema de convertibilidad fijo (aunque sea un porcentaje increíblemente nimio frente a los altos niveles inflacionarios de otros momentos).

Paradójicamente, esta apertura viene junto al traspaso de las empresas públicas al sector privado. Son muchos los que cuestionan que ese encuadre se da sin un marco regulatorio claro y preciso de eficiencia de los servicios (antes públicos) y de las tarifas, muy superiores a los costos internacionales, garantizados por el Estado.

Mientras tanto, los países industrializados, que promueven el comercio libre, acaban de venderle al Brasil, Mejico y Venezuela trigo, carne, arroz y aceites a precios subsidiados. Es un flujo comercial que resulta perjudicial para la Argentina.

Por último, Mejico, que ha aplicado drásticas rebajas arancelarias en los últimos años, ha tenido una **reversión de su comercio exterior.** De francamente positivo, tendría este año un déficit en cuenta corriente del orden de los 10.000 millones de dólares.

El Brasil, en cambio, con fuertes estímulos a la exportación, espera alcanzar en 1991 un superávit del orden de los 17.000 millones de dólares.

La Argentina, por su parte, tendría una marcada reducción en el saldo de su comercio exterior. Con un agravante: se calcula que las exportaciones fabriles podrían caer un 30 %, nada menos que unos 900 millones de dólares.

Lo que sigue sin entenderse es que **la desindustrialización de un país es lo que genera, estructuralmente, inflación.** Y esa desindustrialización resulta inflacionaria porque reduce la escala de su mercado interno, hace depender del exterior la provisión de bienes esenciales. Los precios de esos productos foráneos y su financiación son fijados en forma unilateral por el proveedor. Esos precios no permiten mejorar la productividad de la achicada actividad nacional y consolidan una mayor dependencia. En las reuniones internacionales (las que organizan anualmente los organismos financieros internacionales, por ejemplo) las naciones del hemisferio norte elevan sus protestas contra el proteccionismo en el mundo. Pero son ellas quienes lo ejercen a rajatabla, mientras sugieren "apertura de los mercados" a los países del hemisferio sur, a los poco desarrollados. Para las naciones ricas el proteccionismo implica cuidar sus fábricas y la ocupación de sus obreros. Es un tema palpitante en los Estados Unidos y en Europa (léase la protesta francesa contra la invasión de productos japoneses en el viejo continente) y el proteccionismo está siendo, incluso, recomendado por jerarquizados dirigentes de empresa (el caso de Iaccoca, quien ha salido a defender las bondades de los rodados fabricados en Detroit, contra lo que los Estados Unidos importan).

Daniel Muchnik

Copyright Clarín 1991

"CLARIN" 24/6/91

01-01

9108500

Nº DOCUMENTO
TITULO Negociaciones de Argentina con banca acreedora.
PFCC 150025
FF 25/6/91
VI 10033
11161
11412
11314

Próxima negociación con la banca

NUEVA YORK (Reuter). – El subsecretario de Economía, Carlos Eduardo Sánchez, dijo ayer que en agosto o septiembre deberán comenzar las negociaciones con los bancos acreedores por unos 8000 millones de dólares que la Argentina les adeuda en concepto de intereses atrasados.

Sánchez dijo que las conversaciones comenzarían una vez que la Argentina se asegure un préstamo contingente de 1000 millones de dólares del Fondo Monetario Internacional. Señaló que el proceso se completaría en julio.

"Después de esos nos dirigiremos a los bancos en agosto o septiembre", dijo Sánchez a la prensa tras un almuerzo en la Sociedad de las Américas.

Sánchez dijo que si se concretan las negociaciones con el FMI, esto facilitaría las discusiones con los acreedores comerciales.

La Argentina interrumpió el servicio de su deuda comercial en abril de 1988 y en junio de 1990 comenzó a realizar pagos mensuales de 40 millones de dólares, que luego aumentó a 60 millones desde enero.

La deuda comercial argentina asciende a 40.000 millones de dólares.

Señaló, además, que la mejor manera de atraer los capitales argentinos depositados en el exterior sería inspirar confianza en la estabilización de la economía argentina y que se proponían más incentivos impositivos.

"LA NACION"
25/6/91

X 01/01

9106591

Nº DOCUMENTO
TITULO Reunión Di Tella - Baker por Stand by.
PROCEDENCIA 150025
FECHA 25/6/91
VIAS 10033
11161
11412
11314

Agosto, fecha límite para que el FMI apruebe el préstamo

Tiempos previstos para el stand by

WASHINGTON (De nuestra corresponsalía). – "Que la carta de intención se presente mañana o la semana que viene es totalmente irrelevante", dijo una fuente cercana a las negociaciones con el Fondo Monetario.

Un cable de la agencia DYN, difundido ayer, daba cuenta de que la Argentina presentaría hoy su compromiso por escrito ante el Fondo para acceder al crédito stand by, tras la intervención del gobierno norteamericano, a pedido del canciller argentino, Guido Di Tella, en su reunión con el secretario de Estado de los Estados Unidos, James Baker.

Sin embargo, consultado expresamente por LA NACION, el canciller argentino negó esa interpretación noticiosa. Según Di Tella, no se pidió ninguna intervención norteamericana ni hay una fecha precisa para la carta de intención.

"En estos momentos se están cumpliendo una serie de consultas y trámites internos, que se hacen siempre antes de presentar el documento. Lo importante es que el directorio pueda aprobarlo antes de su receso de agosto. Esa es la única fecha que cuenta", agregó el informante.

La guerra comercial

La entrevista de Di Tella con Baker –quien el día anterior había regresado de Albania–, fue la última del canciller argentino aquí y dio oportunidad de retomar temas que había tratado en conversaciones con otros funcionarios.

A pesar de la coincidencia de los dos países en su oposición a los subsidios de la Comunidad Económica a las exportaciones agrícolas, hay diferencias en cuanto a la estrategia por adoptar.

"Ellos insisten en que el camino para llevar a los europeos a la mesa de negociaciones es la guerra comercial –comentó Di Tella–; nosotros aspiramos a que esa guerra no afecte nuestros mercados."

La reacción de la Argentina y de otros países del Grupo de Cairns no impide que los Estados Unidos continúe su política de contrarrestar los subsidios de la CEE subsidiando, a su vez, sus propias exportaciones (como el caso de las ventas de trigo al Brasil), pero, en opinión de Di Tella, produce algunos hechos positivos. Por ejemplo, el envío de un observador de Washington a la reunión del Grupo de Cairns en Manaos, Brasil, entre el 8 y el 9 del mes próximo.

Un nuevo round en el enfrentamiento entre los Estados Unidos y la CEE por los subsidios agrícolas tendrá lugar el mes próximo en la reunión anual de los jefes de gobierno de las siete mayores potencias económicas. El acuerdo final deberá lograrse en las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT.

Seguridad regional

Los temas vinculados con la seguridad regional ocuparon una parte importante de la entrevista con el secretario de Estado. Di Tella reiteró el compromiso de la Argentina con la proscripción de armas no convencionales en América latina.

El canciller comentó luego que Baker había expresado reconocimiento por el acuerdo de la Argentina con el Brasil en materia nuclear y el principio de negociación con Chile.

En cuanto a las reformas económicas y las elecciones de este año, Di Tella aseguró que el sistema democrático se había consolidado en la Argentina y que las reformas económicas estaban aseguradas por el consenso de la población. "El Gobierno y por lo menos la mitad de la población apoyan el cambio", dijo.

La entrevista del canciller con la representante comercial de los Estados Unidos, Carla Hills, ayer por la tarde, volvió a enfrentar los puntos de vista de los dos países sobre el tema de los subsidios.

Di Tella volvió a expresar la preocupación argentina frente a los subsidios que los Estados Unidos otorga a algunas exportaciones agrícolas para contrarrestar la política de subsidios de la CEE.

Como se sabe, en este terreno, la actitud de los Estados Unidos es mantener la guerra comercial con la CEE, mientras se busca una solución dentro del GATT.

Para eliminar algunas trabas a la colocación de sus productos en el mercado norteamericano, con el argumento de que esos productos son subsidiados, la Argentina aspira a que se aplique la "prueba del daño", por la cual un productor de los Estados Unidos que se considera perjudicado por la importación debe probar que el producto es objeto de un subsidio en el país de origen. Actualmente, basta la denuncia del supuesto damnificado para detener la libre comercialización del producto.

En la conversación también se trató la futura firma de un tratado bilateral de garantía de inversiones, similar al que la Argentina tiene con seis países europeos.

Kissinger, optimista

"Henry Kissinger considera que la Argentina es uno de los tres países de América latina que más interesan en estos momentos a los inversores", dijo el canciller, quien durante el fin de semana se entrevistó con Kissinger en Nueva York.

Según Di Tella, el ex secretario de Estado considera que la Argentina se ha sumado a Chile y a México en el camino de las transformaciones económicas bien orientadas.

"Esto –explicó Di Tella– hace que ante los ojos de Kissinger, y por suerte de muchos otros, nuestros países sean mucho más atractivos para los inversores que las naciones de Europa oriental y que la URSS. América latina ha estado poniendo la casa en orden a lo largo de diez años y a Europa del este le va a llevar mucho más que eso."

Quince días

En el vuelo de regreso desde Bariloche, de lo que se informa por separado, el Presidente ratificó que habrá acuerdo con el FMI y precisó que en quince días será enviada la carta de intención al organismo.

"Tienen que comprender los que dicen cuando hay algún problema que no hay que pagarle al Fondo, que si no le pagamos quedamos totalmente aislados", agregó Menem.

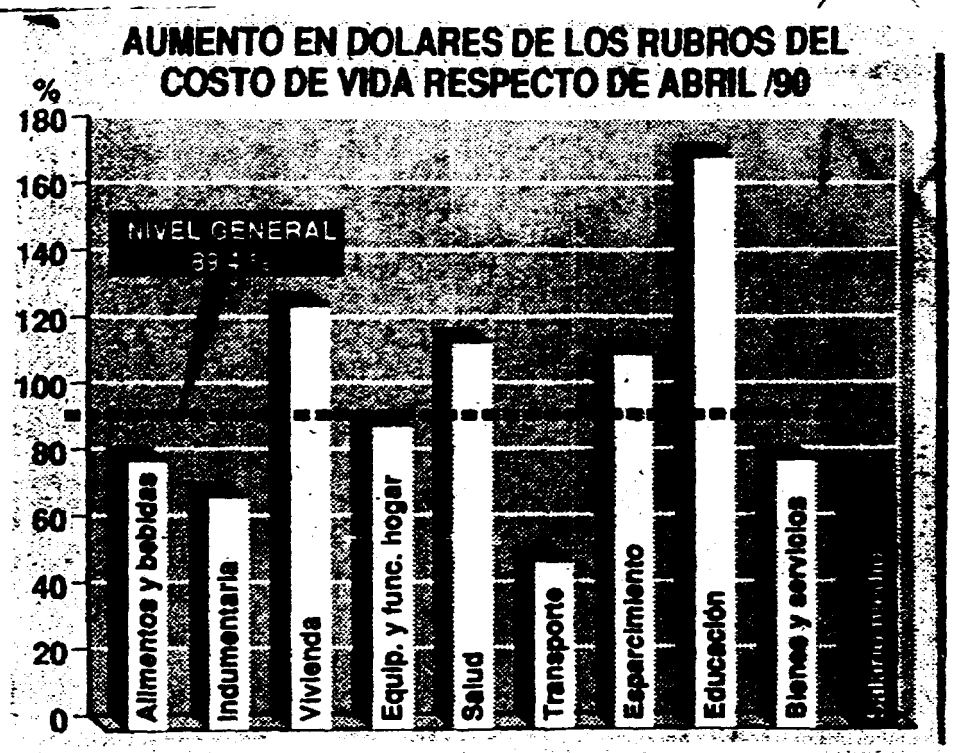
"LA NACION" 25/6/91

01/01

9108502

Aumento en dolares de los rubros del costo de vida respecto de abril/90

150024
25/6/91
10033
11161
11300



"CLARIN" 25/6/91

01/02

9108503

Fuerte aumento de precios en dólares desde abril del '90

Dos meses después que el ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, expresó su aspiración a que los precios recobraran, aproximadamente, el **valor en dólares** vigente a abril de 1990, se observa que esa meta aún está lejos de cumplirse.

Las brechas mayores se observan **en el índice de precios al consumidor** (IPC). Según las estadísticas elaboradas por **Evangelino Gómez**, el nivel **general del** costo de vida **supera** en casi **90% la evolución del dólar** desde abril de 1990. La menor diferencia entre los **bienes y servicios** que componen la canasta familiar lo tiene **el rubro transporte** con 50,3 por ciento.

En el otro extremo, el renglón **de educación** —no obstante las presiones del Gobierno sobre este sector— mostraba en mayo un alza de precios de nada menos que **170%** respecto del nivel de abril del año pasado. Siempre en dólares, otros rubros que se encuentran muy adelantados son **vivienda, salud e indumentaria.**

El sector de **alimentación y bebidas** —el de más peso dentro del índice del costo de la vida— está **diez puntos por debajo del nivel general**, a pesar de que la Subsecretaría de Industria y Comercio no pudo anudar un acuerdo con la COPAL.

El salario medio muestra también una sensible recuperación de su valor en dólares en relación con abril de 1990, lo que no evitó una sustancial **pérdida del poder adquisitivo**, que se halla **20 puntos por debajo del aumento verificado en la canasta del índice de precios al consumidor.**

Las **tarifas** de los bienes y **servicios públicos** —prestados mayoritariamente por el Gobierno— en tanto **avanzaron mucho menos terreno que el costo de vida: alrededor del 40 por ciento. Superan,** sin embargo, por un buen **margen** a la **evolución de los precios mayoristas,** donde el nivel general le ganó al dólar **por un margen inferior al 30.**

En el rubro mayorista se observa una dispersión mucho menor que en el índice de costo de vida. **La delantera la llevan aquí los alimentos y bebidas,** con una recomposición que excede el **50 por ciento,** mientras los **metales básicos denotan un fenómeno inusual: perdieron casi 4 puntos respecto del dólar.** No **obstante, en el** promedio, existe cierto **equilibrio entre** los componentes del rubro **agropecuario y** no agropecuario.

Un hecho a destacar, **en tanto denota** los obstáculos que debe enfrentar **el sector** productivo, es la **evolución de los precios frente a la tasa de interés.** Un crédito tomado en abril de 1990 supone hoy un monto en dólares **250 por ciento mayor,** mientras los precios promedio **de salida** de fábrica crecieron solo **26 por ciento.**

02/02 3109503

Nº DOCUMENTO
TITULO: Convenio entre FF.CC. y la provincia de Salta.
150024
25/6/91
10033
11161
11312
11411

CONVENIO ENTRE FERROCARRILES Y LA PROVINCIA DE SALTA

Reactivarán el "Tren a las nubes"

SALTA (De nuestra agencia). — El gobernador de Salta, **Hernán Cornejo**, y el interventor de Ferrocarriles Argentinos, **Ignacio Ludueña**, firmaron un convenio para **acondicionar el "ramal C-14"** y así poder **reactivar a comienzos del segundo trimestre de 1992 el servicio turístico del "Tren a las nubes" que va de Salta a la alta cordillera.**

Con esos trabajos se podrá normalizar también la circulación de **vagones de carga**, que bajan de la zona oeste de Salta con **minerales de las empresas privadas que explotan el borato y otras sales extraídas de la cordillera.**

Ambos sectores, turístico y minero, se vieron perjudicados por la decisión del Ferrocarril General Belgrano que, por razones de seguridad, suspendió los viajes regulares. Dejó únicamente un tren de carga por semana, que arrastra un vagón destinado a los lugareños que usan este medio para trasladarse de una a otra estación, allá en los Andes, o a la capital salteña.

El acuerdo es el primero que se suscribe dentro de la modalidad de **aportes compartidos**. Los aportes que hará cada parte son los siguientes:

Provincia de Salta: • 165 jornales diarios durante el período de las obras (43.500 jornales en total).

• **17.000 durmientes de quebracho colorado.**

• Mantenimiento permanente del **personal**, con reposición de las bajas.

• Entrega de los **durmientes estibados** en las playas ferroviarias del Ferrocarril Belgrano.

Se calcula que para la provincia el gasto totalizará **700 mil dólares.**

Ferrocarriles Argentinos: • **Material** (rieles, clavaduras), **herramientas y equipos.**

• Dirección técnica y personal de conducción.

• Alojamiento y traslado del **personal**, leña y agua.

• Mantenimiento de la actual **dotación del ramal.**

• Utilización exclusiva de los durmientes provistos por la provincia.

Ferrocarriles asegurará también, para 1992, la circulación del "Tren a las nubes" y la asignación del material rodante necesario para el transporte de carga.

♦ Objetivos

Según los objetivos indicados en el acuerdo, este permitirá "restablecer las **condiciones mínimas de seguridad**", "aventando la posibilidad de **accidentes** y permitiendo que la provincia cuente con una importante fuente de **atracción turística**, generadora de recursos genuinos para la actividad privada".

En el segundo de sus puntos el convenio indica que se restablecerán "las condiciones de transitabilidad de los **trenes de carga**, asegurando en tiempo y forma la disponibilidad del parque rodante necesario que permita movilizar la producción nacional e internacional que circula normalmente por él".

Otro de los objetivos es "reacondicionar la infraestructura del rama C-14 mediante el remplazo de los **rieles defectuosos** y la renovación de los **durmientes** en mal estado en los lugares más comprometidos".

Se procurará asimismo "la asignación del **parque rodante** (vagones y locomotoras) necesario para satisfacer el transporte de carga requerido en este ramal". Se tomó el compromiso de **"asegurar para la la temporada turística de 1992 (abril a noviembre) la corrida del «Tren a las nubes»."**

♦ La "tercera pata"

En el acto de la firma se informó que la duración de la obra ha sido fijada en **un año con opción a dos.** La primera etapa se hará hasta el paraje **Abra Muñano** (170 kilómetros) y la segunda desde este último punto hasta Socompa. Las obras comprenden **reparación de los tramos** (y en algunos casos renovación).

A pesar de que en su momento (al conocerse la suspensión del ramal) varias empresas privadas se ofrecieron para hacerse cargo de la explotación por concesión del "Tren a las nubes", el gobernador salteño **Hernán Cornejo** afirmó que "acá está faltando una pata a esta mesa que tenemos que armar: la participación del sector privado".

"Esta cachetada que nos ha pegado la realidad, con la obsolescencia de las vías del ramal C-14 —prosiguió— debe servirnos para que entendamos que **tenemos que participar**, que no podemos ser ajenos a los problemas que están viviendo nuestra provincia y otras regiones del país.

"Necesariamente, subrayó, debemos introducirnos en la problemática salteña, y no con declaraciones ni con expresiones de deseos sino con la **participación activa, real y concreta.**"

"CLARIN"
25/6/91

01/01

9108504

Nº DOCUMENTO
TEMA: Venta de áreas petroleras: El Tordillo y Puesto Hernández
FECHA: 150029
26/6/91
100.33
11161
11409
11312

368,4 MILLONES DE DOLARES POR DOS AREAS PETROLERAS

Vendieron El Tordillo y resta Puesto Hernández

El Gobierno formalizó ayer la venta de la mitad del área petrolera El Tordillo. Cuando se concrete el mismo trámite para Puesto Hernández, habrá finalizado la enajenación por 25 años del 50 por ciento de los yacimientos petroleros centrales. Por ello el Estado recibirá un total de 598 millones de dólares, la mitad de lo previsto inicialmente. Destinataria de los fondos será la Tesorería.

Pasado mañana el Ministerio de Economía contará con 368,4 millones de dólares, depositados en la sucursal Nueva York del Banco Nación, **que provienen de la privatización parcial de dos áreas petroleras de gran producción.**

Ayer se formalizó uno de los dos decretos que están pendientes. Corresponde a la **venta del 50 por ciento de las reservas de la zona conocida como El Tordillo**, que fue adjudicada al grupo formado por **Tecpetrol** —subsidiaria de Techint— y la norteamericana **Santa Fe Energy por 107,6 millones de dólares.** Falta el decreto del área **Puesto Hernández**, ganada por el grupo **Pérez Companc-Oxy** a cambio del pago de **260,8 millones de dólares.**

Hasta el mediodía se suponía que el presidente Menem firmaría en un mismo acto los dos acuerdos. Según **Oscar Vicente**, de Pérez Companc, hubo una "pequeña demora porque no llegaron unos papeles desde los Estados Unidos".

—¿Entonces el depósito se hará recién en julio?

—De alguna forma lo vamos a arreglar.

La respuesta del petrolero confirma que los dos consorcios se comprometieron con el Gobierno a desembolsar los dólares antes de que termine junio. Si se aturvieran a los pliegos licitatorios, **el pago se haría recién en julio porque el plazo vence cinco días hábiles después de la publicación de los decretos en el Boletín Oficial.**

Los 368,4 millones de dólares que el Gobierno recibirá en forma adelantada tienen **un único destinatario: el Tesoro.** A esa misma caja ya fueron a comienzos de mes **230 millones de dólares** obtenidos por la venta de la mitad de **El Huemul y Vizcacheras**, las primeras dos áreas centrales que se transfirieron al sector privado.

En un mes, la privatización de la mitad de las cuatro zonas, que **aportan el 13 % de la producción de hidrocarburos de todo el país**, acercó fondos por **598 millones de dólares**, bastante menos que los **1.200 millones** esperados por la enajenación durante los primeros meses de la administración Menem.

El petróleo que se compartirá con los privados es de **libre disponibilidad:** puede exportarse sin trabas o comercializarse en el mercado interno. Por ejemplo, Tecpetrol-Santa Fe Energy ya acordó **la venta de su producción con la destiladora Esso.**

Javier Tizado, de la petrolera perteneciente a Techint, indicó que la inversión prevista para El Tordillo es de **120 millones de dólares en un período de cuatro años.**

El empresario confirmó que el pago por el área será de **107,6 millones de dólares.** De ese total **76,8** corresponden a la oferta original del consorcio y el resto al **"sobreprecio"** querido por el Ministerio de Economía.

Ese "adicional" se iba a pagar con bonos (Bocrex) pero a último momento se negoció una suerte de compensación. El Gobierno reconoció parte de una deuda por **400 millones de dólares** que Techint reclama al Estado y Tecpetrol suplantó la parte de pago en bonos por dólares.

Una vez que se efectúen los depósitos por los montos ofrecidos, los grupos petroleros podrán ingresar a las áreas centrales en calidad de **socios de la estatal YPF**, y como **"dueños" de la mitad de las existencias de crudo y gas durante los 25 años de duración de los contratos.**

"CLARÍN"
26/6/91

9108505

CA-C2

Nº DOCUMENTO
TITULO
FECHA
FOLIO
VIGENCIA

Hay luz verde para Tandanor

La privatización los talleres navales Tandanor ingresó en los trámites finales de su realización y todo hace suponer que en sesenta días el consorcio preadjudicado, integrado por Compañía Naviera Argentina (Clamar), Banco Holandes Unido y la Submarine Enterprises, de Francia, podrán ejercer la titularidad de la empresa.

Ayer venció el plazo para la presentación de impugnaciones a la preadjudicación sin que Inversora del Plata (integrada por Astilleros Alianza y sus accionistas) interpusiera algún recurso sobre el tema.

El 11 de enero pasado se abrieron los sobres para la preclasifiación de antecentes de los que estuvieran interesado en adquirir el 90 por ciento del paquete accionario de Tandanor, un taller de reparación de buques que opera bajo la dependencia del Ministerio de Defensa.

De los tres grupos que se presentaron, sólo uno permanceció en carrera ya que otro de ellos (Astilleros y Diques) no presentó oferta económica e Inversora del Plata fue descalificada por insolvencia porque Astilleros Alianza, el principal accionista, se encuentra en convocatoria de acreedores.

El 7 de junio se abrió el único sobre con la oferta económica: el consorcio integrado por Clamar, el BHU y la empresa francesa propuso pagar 8 millones de dólares en efectivo y 160 millones en títulos de la deuda, y al margen del 10 por ciento que le corresponde a los trabajadores de la empresa, propuso venderle cinco por ciento adicional después del segundo ejercicio.

Conocida la oferta se abrió el compás de espera que venció ayer para que pudieran impugnar la preadjudicación, aunque en los hechos la única calificada para hacerlo era Inversora del Plata.

Ahora, la privatización de Tandanor es analizada por la Comisión Bicameral de Seguimiento de las Privatizaciones que tiene un plazo de diez días para que se pronuncie. Si bien Defensa no está obligado a girar las actuaciones en esta etapa, la Bicameral y el Tribunal de Cuentas de la Nación tienen que aprobar el contrato de transferencia de la empresa.

Con el fin de que la Bicameral siga de cerca todos los pasos en torno de la privatización de Tandanor y evitar inconvenientes posteriores, Defensa decidió enviárselos para que a partir de ahora acompañe todo el proceso de la privatización.

El grupo Sudmarine Enterprises opera en Francia Madagascar, Senegal, Vietnan, China y Zaire y, sólo en Marsella, posee diez diques secos aptos para la reparación de buques.

Si se concretara la transferencia de Tandanor al consorcio, los nuevos propietarios están obligados a mantener en funcionamiento el complejo Syncrolife durante veinte años. Se trata de un elevador de buques cuyo uso será compartido con el Astillero Domecq García.

02-02

9108505

DOCUMENTO
TITULO Situación fiscal
150027
26/6/91
10033
11161
11392

Desde Washington, señales para profundizar los ajustes

A Argentina no le cierran las cuentas

El mensaje desde los EEUU insta al acuerdo bipartidista que fortalezca la imagen del país para los acreedores y las inversiones internacionales

Al gobierno argentino no le cierran las cuentas fiscales. Pero en lugar de ayuda para resolver los problemas que afligen a millones, desde Washington se emiten nuevas señales para que el ajuste económico se profundice y para que los dos grandes partidos, es decir los peronistas y radicales, fortalezcan un bloque común que permita al Fondo Monetario Internacional, al Banco Mundial y a la banca acreedora mirar más confiadamente el futuro de este país.

■ El nuevo mensaje en favor de un acuerdo bipartidista le fue dado a escuchar al canciller Guido Di Tella en Washington, no tanto en su encuentro el lunes con el secretario de Estado, James Baker, como cuando conferenció, también ese día, con el ex canciller de los EEUU, Henry Kissinger, el lobbista más importante que la Argentina tiene en el país del norte.

Pero la administración menemista encuentra crecientes dificultades para implementar ese acuerdo, porque en tiempos electorales es muy dificultoso para los legisladores del mayor partido opositor, es decir a los radicales, votar por nuevas leyes que signifiquen imposiciones a sectores populares.

El peronismo en realidad es poco exigente. Solamente le han pedido a los radicales que "voten con el culo", es decir que hagan quórum para que se puedan debatir las leyes malditas: ellos se ocuparían, si es posible, del desagradable procedimiento de votarlas positivamente.

La cuestión ha vuelto a un primer plano al comenzar esta semana con la comunicación del ministro de Economía, Domingo Cavallo, que se propone pedirle al Congreso la sanción de un nuevo impuesto inmobiliario para los propietarios de esta capital; el anuncio levantó una gran polvareda para empezar en el propio justicialismo, porque en este distrito las encuestas avizoran nubarrones de los más negros para el oficialismo en las elecciones, en principio señaladas para el 8 de setiembre.

Cavallo tuvo un duro revés la semana pasada cuando fracasó en lograr respaldo a su proyecto de pagar escalonadamente el medio aguinaldo. Cavallo, desde que asumió en enero pasado, hizo virar en algo importante la política oficial. Convenció a Menem a que abandone el tic nervioso de gobernar por decreto, y que tome el duro camino de consensuar con la oposición.

Para muchos, comentó ayer Página 12, el "súbito cambio de actitud de Cavallo responde ni más ni menos que a los consejos del gobierno de los EEUU y a los reclamos de los acreedores externos, que quieren que (el ajuste) lo firmen no sólo los justicialistas, sino también los radicales, no sea que después, a la hora de pagar, se diluyan las responsabilidades".

Cavallo se debilita con tanto fracasos repetidos y tiene dificultades para firmar un nuevo acuerdo stand by con el FMI. Con ese acuerdo las cuentas le cerrarían "a la hora de pagar". Pero como el titular de la Hacienda Pública no se propone imponer a las grandes fortunas o a los patrimonios de valía, el dinero lo busca entre las empobrecidas capas medias, habida cuenta que a los asalariados le es imposible extraerle un centésimo más.

El propósito para obligar a los dueños de casas en esta capital a pagar una nueva gabela (el Intendente sostiene que esa ya existe), está fundamentado en la promesa oficial de poder pagar a los docentes una jubilación decorosa. Para ello necesita 350 millones de dólares: "denme otra fuente de recursos, y retiro el proyecto de gravar las viviendas metropolitanas", dice el ministro. Anoche Cavallo se entrevistó con urgencia con Menem en la residencia oficial de Olivos para analizar qué hace.

El nuevo gravamen nació evidentemente muerto. Pero nuevamente todos se preguntan si Cavallo lanzó la iniciativa torpemente o si la utilizó para lograr que peronistas y radicales sancionen en última instancia algún impuesto que le permita que las cuentas le cierren.

"LA REPUBLICA"
26/6/91

9108506

01-02

Di Tella declaró en Washington que las negociaciones con el FMI "van bien". El "mercado", es decir los grandes operadores, no le han dado crédito. En rigor lo que el canciller estuvo haciendo en los EEUU es aggiornarse con los nuevos reclamos norteamericanos a la Argentina. Como hasta hace poco el misil "Cóndor", finalmente desguazado, lo que está ahora en un primer plano es la avanzada tecnología nuclear argentina. Puntualmente a Washington le molestan dos convenios en la materia: el que está firmado con Argelia -que le ha permitido al país africano avanzar sólidamente en la materia- y el que hace poco menos de un año permitió una mayor colaboración con Cuba.

En el caso argelino, Washington dice temer que en ese país el fundamentalismo que avanza sobre el poder se tiente a financiar (con tecnología argentina) algún artefacto nuclear. Con La Habana, la colaboración es mucho más simple, pero existe una ofensiva brutal contra el gobierno de Fidel Castro en todo el hemisferio y que aquí se materializó meses atrás con el voto en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, según los deseos de los EEUU.

Estos días, la hostilidad se ha hecho más patente con la presencia en el canal estatal de Jorge Mas Canosa, el líder de la extrema derecha en el exilio y señalado dentro de los EEUU como vinculado a la mafia. Mas Canosa aspira a ser recibido por Menem las próximas horas y dijo haber llegado a la Argentina a agradecer "todo lo que Menem hace por nosotros". Sería ese encuentro un acto que agravaría el desaire a Cuba.

Anunció la derogación del régimen de sindicato único, bandera histórica del peronismo

Dura reacción de Menem contra el sindicalismo

Buenos Aires (ANSA)

■ El presidente Carlos Menem anunció ayer que terminaría con el sistema de sindicato único por rama de producción, una de las banderas "históricas" del peronismo al que pertenece, en dura réplica a los jefes sindicalistas de su partido, que le reclaman un cambio de política económica.

"Es una medida anhelada por muchos sectores", declaró Menem, quien anticipó que el régimen de sindicato único derogado por su gobierno, sea por una ley del Parlamento o por un decreto presidencial que pase por alto esa instancia, donde los gremios tienen varios legisladores y ejercen presiones considerables.

El Partido Justicialista, fundado por el extinto Juan Perón, sostuvo como parte de su doctrina la vigencia de un solo gremio por rama productiva y de una sola central obrera nacional.

El origen obrero del movimiento peronista y luego el sistema que impulsó Perón para organizar los sindicatos generó un polo de poder siempre decisivo cuando el peronismo fue proscrito o debió ser oposición, pero conflictivo con los gobiernos del mismo signo, tanto en vida de Perón como crecientemente, ahora.

Los observadores internacionales opinaron aquí, que, en 1983, el Partido Radical ganó los comisios en gran parte debido al efecto de la denuncia pública que hizo el ex presidente Raúl Alfonsín de un pacto sindical-militar para evitar su llegada al poder.

Alfonsín también intentó, por vía parlamentaria, modificar el régimen sindical, pero una alianza coyuntural en el senado, entre peronistas y pequeños partidos provinciales, abortó ese intento, que el ex Presidente no sancionó por decreto.

El radicalismo, en un esfuerzo por contener una oposición sindical que culminó en 13 paros generales integró al gobierno a varios jefes del gremialismo peronista, pero fracasó.

La Confederación General de Trabajo (CGT), entonces poderosa central sindical única, acusó a Alfonsín de seguir dictados del Fondo Monetario Internacional (FMI) en su política económica, algo que, más veladamente, los jefes sindicales también señalan en estos días, según informaciones periodísticas.

Nuevamente con apoyo de los grandes sindicatos, aunque ya debilitados por el efecto devastador de la recesión sobre los sectores manufactureros, el peronismo volvió al poder en 1989.

Ahora, después de casi dos años de una política económica considerada aquí "neoconservadora", Menem se lanza contra una de las doctrinas "históricas" del peronismo.

La reforma "significaría una verdadera revolución, porque desaparecerían los poderosos sindicatos, con alta influencia en la vida política del país", dice ahora Menem.

El máximo líder sindicalista, Lorenzo Miguel, que enfrenta tibiamente a Menem, desafió abiertamente a Isabel Perón en 1975, antes de su derrocamiento. Ahora, la paciencia de los líderes sindicales parece agotarse ante la protesta de las bases, que están desafiando su poder, erosionado por una política que no hace las habituales concesiones salariales del peronismo "histórico".

02-02

31 08506

Nº DOCUMENTO 150026
TITULO Privatizaciones en Defensa
FECHA 26/6/91
FE 10033
VI. 11161
11312

Privatización: U$S 5.611.000.000

Por HORACIO PAGANO

Los cálculos del Ministerio de Defensa relacionados con el programa de privatizaciones de empresas del área, alcanzan a más de 5.600 millones de dólares de activo, según información de la Subsecretaría de Producción para la Defensa.

Los estudios no precisan en cambio los pasivos de las empresas, cuya deducción, más las perspectivas que ofrezca cada operación, fijarán las ofertas de los eventuales compradores.

El destino de los fondos a recibir por el traspaso a manos privadas de las empresas que dependen de Defensa, vía licitación pública, está aún indefinido. Por ahora ingresan a rentas generales del Estado, si es que un tratamiento legislativo no cambia ese destino para trasferirlo a las areas de la cartera militar, tal como el Ministerio y las conducciones de las Fuerzas Armadas lo han reclamado para financiar su racionalización y modernización.

Veintinueve empresas, treinta mil agentes

Sea quien fuere el que usufructe los recursos dejados por el plan privatizador, lo que sí es concreto es que veintinueve empresas con giro comercial dependiente de la cartera militar serán ofrecidas a la actividad privada dentro de un mecanismo amparado por la ley 23.696 de reforma administrativa.

Los ramos ofrecidos se desmembran en el siderúrgico en un 50%; química y petroquímica el 23%; producción de armamento, sus sistemas y repuestos el 16%; astilleros y reparaciones navales 7% y producción para uso civil un 4%. En elementos, este universo comprende, por ejemplo, desde la producción de ruedas para ferrocarril, hasta la de aviones de guerra.

Adhiere este operativo el componente de desligar del Estado a treinta mil agentes que dependen a su vez de las empresas involucradas en el proceso, vía su traslado para continuar en las firmas que se hagan cargo de los entes una vez privatizados, o vía alejamientos definitivos previo pago de las indemnizaciones que se decidan en los diferentes casos.

Postulados y estudios

En los trabajos con los que se maneja la Subsecretaría de Producción para la Defensa, para la privatización del sector, resaltan como postulados de los traspasos a los particulares el "mantener la fuente de trabajo; la capacidad tecnológica industrial y la fuente de ingresos para el país".

Ya adentrándose en los estudios y pasos previos a los que da lugar el proceso que desembocará en las licitaciones, se los ve separados en:

1) Analizar las posibilidades de la legislación para privatizar; 2) encargar las tasaciones de bienes al Banco Nacional de Desarrollo sin desatender las que haya realizado el Banco Mundial, que en algunos casos ya ha operado en esta función; 3) estudios sobre la documentación societaria de las empresas; 4) factibilidad de dar participación al personal como un componente más de las distintas operaciones –se observa en un informe que los casos Forja SA y Tandanor SA ofrecen las mejores perspectivas en este sentido–, y, 5) interrelacionar los estudios con otros sectores del gobierno nacional y provinciales para zanjar problemas y defectos que se detecten y recibir sugerencias.

Previo a la oferta de las empresas, la cartera militar advierte que "deberá asegurarse la financiación de los costos involucrados –para la privatización–, con el objeto de asegurar una reestructuración empresaria que permita la participación privada en el sector".

Asimismo considera con anticipación que las empresas del ramo petroquímico "son las más viables" en cuanto al cierre de su proceso.

Lo que ya se hizo

Vale recordar que hasta el presente, en el marco del programa al que está sujeto el sector, ya se han privatizado las empresas dependientes comprendidas en el polo petroquímico de Bahía Blanca; Petropol e Induclor SA pasaron a propiedad de la firma Indupa SA Monómeros Vinílicos SA se transfirió a Viniclor SA y Polisur SA a Ipako SA.

Por la venta de esta empresas se percibió, con imputación a rentas generales, la cantidad de 45.953.000 dólares en efectivo y 131.150.000 dólares en títulos de la deuda externa argentina.

El Ministerio de Defensa tiene previsto que en un año más habrá completado el circuito de las privatizaciones en el área.

"LA PRENSA"
26/6/91

02/02

9105501

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FE
VI

Empresas dependientes del Ministerio de Defensa

Siderurgia

Fabricaciones Militares. Altos Hornos Zapla — Hipasam — Somisa — Forja Argentina SA

Química y petroquímica

Fabricaciones Militares. Acido sulfúrico — Carboquímica Argentina SM — Petroquímica Bahía Blanca SAI y C — Petroquímica Río Tercero SA — Petroquímica General Mosconi SA — Fabricaciones Militares. Tolueno sintético-Campana.

Astilleros y reparaciones navales

AFNE SA — Tandanor SACI y N

Producción para uso civil

Fabricaciones Militares. Vainas y conductores eléctricos — Fabricaciones Militares. San Francisco — Fabricaciones Militares San Martín — SATECNA SA — Ex Planta Meteor

Producción de armamento, sus sistemas y repuestos

Area Material Córdoba (Fábrica Militar de Aviones) — Fabricaciones Militares de Armas Portátiles — Fabricaciones Militares de Pólvoras y Explosivos-Azul — Fabricaciones Militares. Fábrica Fray Luis Beltrán — Fabricaciones Militares. Pilar — Fabricaciones Militares de Pólvoras y Explosivos-V. María — Astilleros Manuel Domecq García SA — Tanque Argentino Mediano SA — Tecnología Aeroespacial SA — Sisteval SA — Integradora Aeroespacial SA — Fábrica Argentina de Materiales Aeroespaciales SA

02/02

1109507

Acuerdo con la banca acreedora en 1992
150024
27/6/91
10033
11161
11412
11314

En 1992, acuerdo con la banca acreedora

Roque Fernández insistió sobre dos puntos: se está cerca de un acuerdo con el FMI y en marzo de 1992 se buscará una solución global al problema de la deuda externa.

El presidente del Banco Central, Roque Fernández, anunció que "la Argentina está cerca de alcanzar un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional", y anticipó que "en marzo de 1992 se buscará lograr una solución global al problema de la deuda externa".

El equipo económico está interesado en firmar lo antes posible el "stand-by" con el Fondo Monetario, ya que ese acuerdo le permitirá destrabar un operación de préstamo con el Banco Mundial por 300 millones de dólares.

Fernández dejó inauguradas las II Jornadas Bancarias organizadas por la Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA), oportunidad en la que también el subsecretario del Tesoro de los Estados Unidos, David Mulford, pronosticó que la Argentina y el FMI llegarán a un acuerdo para fines de julio.

El propio equipo económico trabajó durante toda la jornada en la definición del contenido de la carta de intención, la cual, una vez aprobada, permite que la Argentina acceda a un crédito "stand-by" por unos 1.200 millones de dólares, con desembolsos hasta marzo de 1992 (véase información en página 14).

El presidente del BCRA otorgó una especial atención al acuerdo con el FMI al destacar que "ello le permitirá a la Argentina poder seguir avanzando en la refinanciación de deudas con otros organismos financieros internacionales como el Banco Mundial, el Club de París, el BID y la banca acreedora para intentar terminar un acuerdo global de la deuda en 1992".

El acuerdo con el FMI tendría vigencia hasta el 31 de marzo de 1992, oportunidad en la cual el equipo económico anunciaría la solución del problema de la deuda externa argentina, luego de 10 años de crisis de pagos.

Sin embargo, los acreedores de la Argentina no están particularmente interesados en que se firme un acuerdo con el Fondo Monetario. Saben que si hay acuerdo, habrá menos plata para ellos, lo que se considera poco beneficioso. De todas formas, el equipo económico no tiene previsto modificar los montos de cancelación de la deuda con la banca comercial. La Tesorería hará giros por 60 millones de dólares mensuales, lo que hace que por el momento no haya cambios en la relación con el comité de bancos acreedores.

El equipo económico tiene la vista puesta en las cuentas fiscales al decidir que hará primero un acuerdo con el FMI. Los 300 millones de dólares provenientes del Banco Mundial, destinados a la reforma administrativa del sector público, permitirán hacer frente a los egresos con fondos genuinos.

A esta asistencia financiera se le suma otro préstamo de unos 23 millones de dólares aprobado ayer destinado al fortalecimiento del sistema administrativo del Gobierno. El crédito se desembolsará en cuatro años, el costo del proyecto alcanza a los 31,5 millones de dólares y la Argentina se hace cargo de unos 8,5 millones de dólares.

Miguel Angel Rouco

01/01

9108508

Nº. DOCUMENTO
TITULO El dólar supera los 10.000 australes, B.C. no interviene
PROCEDENCIA 150024
FECHA 27/6/91
VIAS 10033
11161
11392
11403

NO INTERVINO EL BANCO CENTRAL

El dólar superó los 10.000 australes

El dólar superó los 10.000 australes. Cerró en casas de cambio a 9.980 comprador y 10.040 vendedor, con unas pocas agencias colocando precios extremos de hasta 10.070 para la venta. A pesar de estas cifras el Banco Central no intervino. Desde la "mesa" del BCRA se afirmó: "El precio comprador sigue debajo de 10.000. El mercado se autoabastece solo. No hay tanta demanda como para que intervengamos. Quienes se cuelguen de precios superiores al techo de la banda van a perder". La presión compradora de billetes partía de lo que se denomina "chiquitaje". Los pequeños compradores pasaban los aguinaldos de australes a dólares y compraban divisas para gastar en las vacaciones de invierno. Los grandes operadores, en cambio, vendían dólares. Dicen que no hay ninguna posibilidad de que la convertibilidad se quiebre en el corto plazo.

Con creciente presión compradora del público general (pero con tranquilidad entre los grandes operadores), **la cotización vendedora del dólar sobrepasó ayer el techo de 10.000 australes** fijado por la banda cambiaria y en el mercado volvieron a aparecer rumores especulativos acerca de algún posible cambio en la convertibilidad del mediano plazo.

El billete tocó en unas pocas pizarras de la "City" valores máximos de **10.070 australes para la venta**, pero en términos generales los precios compradores oscilaron entre **9.960** y **9.995**, mientras que las cotizaciones vendedoras se movieron entre **9.995** y **10.070**.

La jornada de ayer, con todo, no fue demasiado tensa debido a que en realidad **hubo muy pocos negocios**. El clima estuvo dividido en dos sectores muy bien definidos:

- **Los cambistas**, la mayoría con los brazos cruzados, esperaban confiados el golpe de demanda de billetes del cierre de junio y de la apertura de julio, **por el pago del aguinaldo y por la cercanía de las vacaciones de invierno.**

- Los clientes, que miraban las pizarras desde afuera, se preguntaban dos cosas: **"Pero cómo, ¿no era que la ley de convertibilidad iba a impedir, a rajatabla, que el dólar superara los 10.000 australes?"**, protestaban los más incrédulos. "Eso no es nada —decían unos pocos—, **lo importante es que este precio aguante hasta el viernes, cuando cobremos el aguinaldo y podamos pasar a dólares nuestros ahorros".**

A pesar del renacimiento de más rumores acerca de la debilidad de la convertibilidad y, fundamentalmente, de los valores superiores a los 10.000 australes en el precio de la divisa, **el Banco Central se mantuvo inmóvil: ni compró ni vendió ni tomó ni prestó.** Los "cajeros" de las líneas de la "centralita" del BCRA se limitaron a decir: **"El Banco Central de la República Argentina no tiene nada que decir. El mercado debe seguir operando solo. Por ahora no hay tanta demanda que nos induzca a intervenir".**

En las frías calles de la "City", sin embargo, los números parecían decir otra cosa. Luego de haber alcanzado a las 14 horas de ayer picos máximos muy aislados de hasta 10.070 australes vendedor por dólar en algunas casas de cambio menores, la divisa terminó la jornada con los siguientes precios: **9.980 comprador y 9.990 vendedor en la plaza de Montevideo, 9.990/9.995 en el dólar transferencia para**

= CLARIN
27/6/91

01-02

3108509

operaciones de comercio exterior, 9.980/10.005 en el billete de Banco Nación, 9.980/10.010 en las mesas de dinero, 9.970/10.020 en las casas de cambio grandes y 9.960/10.040 en las casas de cambio menores (aunque algunas pocas agencias insistían con 10.000/10.050 —véase fotografía en esta página—).

♦ Aventura con pérdida

La difusión de todos esos precios no es antojadiza. Ninguno de los valores compradores manejados ayer superó los 10.000 australes. En la mesa del Central se insinuó que la autoridad monetaria saldría a vender solo si el valor comprador quebraba el techo de la banda. Cavallo, desde Economía, solo atinó a repetir: "El valor del dólar es de 10.000 australes, pero si alguien quiere pagar más es asunto suyo". Aldo Daddone, titular del Banco Nación, expresó que "el mercado surtió al demandante de billetes con total tranquilidad. Pero hay que tener en cuenta que esta suba es especulativa, y quienes se cuelguen de un precio superior a 10.000 pagarán la aventura con pérdidas".

En lo que se denomina "mercado-mercado", mientras las tasas de interés continuaban en descenso y al tiempo que algunos bancos oficiales vendían Bonex 89 para que las provincias y las empresas pudieran pagar sin problemas el aguinaldo, el "menudeo" transformaba sin grandes apuros sus tenencias de australes a dólares (pensando en los australes por venir en el aguinaldo y en los dólares por gastar en las vacaciones de invierno).

Los grandes operadores, sin embargo, vendían divisas y se recostaban en australes. Entre los analistas ninguno esperaba que haya alguna posibilidad de que el dólar se escape de la banda en el corto plazo. "Lo que ocurra con la carta de intención y los desvaríos políticos de algunos pueden descomponer algo las cosas, pero de ninguna manera podemos esperar que la banda 9.000/10.000 se abandone hasta, por lo menos, las elecciones de setiembre".

Luis Varela

Copyright Clarín 1991

Quarracino consagrado Cardenal por Juan Pablo II

PROC 150024
FE 29/6/91
VI 10033
11165
11020

CLARIN Buenos Aires, sábado 29 de junio de 1991

AYER FUE CONSAGRADO POR EL PAPA

Quarracino es el cardenal primado de la Argentina

El arzobispo primado de la Argentina, Antonio Quarracino, fue consagrado ayer cardenal por Juan Pablo II. Recibió el birrete púrpura y el anillo, símbolos de su fidelidad al Papa hasta la muerte y de la nueva dignidad cardenalicia. El Colegio Cardenalicio está integrado ahora por 120 miembros que pueden elegir y ser elegidos Papa. La ceremonia se hizo en la sala Pablo VI del Vaticano.

El arzobispo primado de la Argentina, monseñor **Antonio Quarracino**, se incorporó ayer al "senado" del papa Juan Pablo II junto a otros 21 nuevos cardenales, tres de los cuales han sufrido cárcel y persecución bajo regímenes comunistas.

Quarracino, el séptimo cardenal de la historia eclesiástica argentina, recibió el birrete cardenalicio de manos del pontífice. Unas 7.000 personas siguieron la tradicional ceremonia en la Sala Pablo VI, donde el Papa concede audiencias los miércoles. Otras 3.000 la presenciaron en una pantalla gigante de televisión colocada por primera vez en la Basílica de San Pedro.

♦ Asesor papal

El nuevo cardenal argentino integra ahora el Colegio Cardenalicio que asesora a Juan Pablo II sobre los temas más delicados de la vida de la Iglesia y también elige al nuevo Papa, si el pontificado queda vacante por muerte o renuncia.

El rito es un símbolo de fidelidad a la Iglesia, porque los nuevos miembros del Colegio renuevan sus votos y prometen cumplir **aunque les cueste la vida**. El color rojo de los ornamentos del cardenal y el birrete, tradicional sombrero de borde acanalado, son una imagen de la sangre derramada por las primeras comunidades cristianas.

El cardenal primado de la Argentina recibió también de manos del Papa un **anillo** que simboliza su nueva dignidad dentro de la Iglesia. Hoy concelebrará una misa con el papa Juan Pablo II.

♦ Dos arzobispos

Quarracino recibió el pallio arzobispal correspondiente a la sede de Buenos Aires, que gobierna desde septiembre de 1990, junto a los flamantes arzobispos de La Plata, **Carlos Galán**, y de Bahía Blanca, **Rómulo García**.

♦ Nuevos cardenales

Entre los nuevos cardenales figura el ex nuncio vaticano en Buenos Aires y Washington, monseñor **Pio Laghi**, a quien el enviado personal del presidente **Carlos Menem** entregará una condecoración del gobierno argentino.

El lunes, Quarracino y los otros flamantes cardenales serán agasajados por el presidente italiano **Francesco Cossiga** y el primer ministro **Giulio Andreotti**.

El público ovacionó al anciano obispo de Shangai, **Ignatius Gong Pinmei**, nombrado cardenal "in pectore" en 1979 cuando estaba preso. Su cautiverio duró 30 años y en 1985 logró emigrar a Estados Unidos.

El Papa se refirió a él y a los nuevos cardenales **Alexandru Warm** de Rumania y **Jan Chorec** de Checoslovaquia. Los consideró una esperanza "de todo el pueblo de Dios, **especialmente de las naciones que han salido recientemente de un largo período de opresiones y graves restricciones políticas y religiosas**".

01-01

9108510

Privatización de áreas petroleras centrales.
150024
29/6/91
10033
11161
11404
11392

El Gobierno dio ayer un nuevo paso en la privatización petrolera. Completó la de las áreas centrales y abrió los sobres número uno de las 28 áreas secundarias. En las primeras transfirió la última que quedaba: la zona de Puesto Hernández (en Neuquén y Mendoza) al grupo encabezado por Pérez Companc y por u$s 240 millones. Para las secundarias hay 38 ofertas y se espera recaudar u$s 100 millones. En cambio fracasó nuevamente el acuerdo de pago de Aerolíneas Argentinas. La información oficial es escueta y no explica los motivos. Iberia debe pagar todavía u$s 770 millones en títulos de la deuda y ese es el nudo de la cuestión. Según medios privados "no quiere poner un centavo más de lo ya pagado". No tiene esos papeles y comprarlos le significaría una inversión de u$s 150 o 200 millones. Las negociaciones continuarán el lunes con los máximos ejecutivos de la compañía española.

AREAS PETROLERAS CENTRALES

AREA	Nº DE POZOS	PRODUCTIVIDAD (barril/día por pozo)	PRECIO DE VENTA* (millones de dólares)	ADQUIRENTE
VIZCACHERAS (Mendoza)	291	77,2	97,9	Astra-Repsol
EL TORDILLO (Chubut)	848	33,7	100,9	Tecpetrol Santa Fe Energy
HUEMUL (Santa Cruz)	1.299	34,2	134,4	Total Austral
PUESTO HERNANDEZ (Neuquén y Mendoza)	535	110,3	240,7	Perez Companc Oxy

(*) POR EL 50% DE LAS RESERVAS DE CADA AREA DURANTE LOS PROXIMOS 25 AÑOS

Puesto Hernández para Pérez Companc por u$s 240 millones

El gobierno nacional completó ayer el proceso de venta de las áreas petroleras centrales, al aprobar la transferencia a manos privadas del 50 % de las reservas correspondientes a la zona de Puesto Hernández.

El vicepresidente de la Nación, **Eduardo Duhalde** —en ejercicio de la titularidad del PEN— presidió ayer el acto donde se firmó el contrato de asociación entre **Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)** y el consorcio de petroleras privadas que se adjudicó el área central de Puesto Hernández, ubicada en las provincias de **Neuquén y Mendoza.**

la firma **Naviera Pérez Companc** encabeza el grupo de compañías privadas, que se completa con **Occidental de Argentina Inc., Occidental Exploration Inc. y Petrolera Patagónica.**

Para compartir con YPF por el término de 25 años la mitad de las existencias de crudo y gas de la zona, el consorcio privado pagará **240.785.698 dólares** que irán a engrosar las cuentas del Ministerio de Economía. De acuerdo con lo que establece el pliego de bases y condiciones de la privatización, el pago al Estado tiene que efectuarse cinco días hábiles después de la publicación del decreto aprobatorio del convenio

Con la firma del contrato de asociación para Puesto Hernández, las autoridades nacionales **finalizaron el programa de privatización de áreas petroleras centrales.** Las ventas del 50 % de las reservas de las zonas más atractivas que estaban a cargo de YPF comenzaron a principios del año pasado, cuando el entonces titular del MOSP, **Roberto Dromi,** llamó a licitación para transferir cuatro áreas centrales: **Puesto Hernández, El Tordillo, Huemul y Vizcacheras.**

Los primeros contratos de asociación que se firmaron correspondieron a las zonas de Vizcacheras (que quedó para el consorcio **Astra-Repsol**) y **Huemul** (que pasó a manos de **Total Austral S.A.**).

Por estas dos áreas, el Tesoro nacional recibió algo más de **230 millones de dólares.**

A principios de esta semana, se formalizó la transferencia del área **El Tordillo** al grupo compuesto por **Tecpetrol-Santa Fe Energy Co.** En este caso, el pago que recibirá el Estado alcanza los **100,9 millones de dólares.**

Estas cifras, más la obtenida por la venta de Puesto Hernández, le representan al Gobierno un ingreso superior a los **573 millones de dólares por la privatización de las cuatro zonas que aportan el 13 % de la producción de hidrocarburos del país.** Cuando se había puesto en marcha el proceso privatizador, los cálculos que manejaron los funcionarios del Gobierno indicaban que se iban a recibir no menos de **1.000 millones de dólares** por la enajenación de las áreas centrales.

Según los números aportados por YPF, las inversiones previstas en los contratos firmados alcanzan aproximadamente unos **500 millones de dólares,** que serán destinados a programas operativos, de desarrollo tecnológico y optimización.

"CLARIN"
29/6/91

01-02

91 08511

Hay 38 ofertas por 28 áreas secundarias

Compañías petroleras nacionales y extranjeras, en forma individual y a través de consorcios, presentaron ayer un total de 38 ofertas en la apertura de la licitación convocada para la venta del segundo paquete de áreas petroleras de baja producción y superficie (secundarias).

El gobierno nacional decidió privatizar 28 áreas secundarias que contienen reservas por unos 3 millones de metros cúbicos de petróleo y gas, por las cuales espera recaudar como mínimo 100 millones de dólares.

Con la presencia del subsecretario de Combustibles, Raúl García, ayer se procedió a la apertura de los sobres de antecedentes de las empresas interesadas en quedarse con las áreas de baja producción. Junto con los sobres "A", se entregaron ayer los denominados sobres "B" que contienen los pagos que están dispuestos a efectuar los oferentes por cada una de las áreas licitadas.

La Subsecretaría de Energía e YPF analizarán en los próximos 15 días los antecedentes de las compañías interesadas para definir quiénes son los "precalificados" para seguir en la licitación. Los ganadores del concurso serán los que más dólares en efectivo se comprometan a pagar por cada zona.

El pago será al contado y deberá efectuarse a los cinco días posteriores de la publicación de los convenios de venta en el Boletín Oficial. Las adjudicaciones de estas áreas secundarias se concretarían en los primeros días de agosto.

La primera tanda de privatizaciones de áreas secundarias le reportó al Gobierno el ingreso de unos 230 millones de dólares, por la venta de zonas con un potencial superior a los 15 millones de metros cúbicos de reservas de petróleo.

Una vez que se complete el proceso de venta de las áreas licitadas actualmente, la intención del Gobierno es lanzar antes de fin de año el tercer paquete de áreas secundarias, que alcanzará a un total de 20 zonas remanentes de las tandas anteriores.

De acuerdo con las proyecciones manejadas, el interés principal de las empresas que se presentaron a la licitación de la segunda tanda de áreas secundarias se centralizará en las zonas de Faro Vírgenes, Estación Fernández Oro, Puesto Rojas y Bella Vista Oeste. Entre estas cuatro áreas estaría aproximadamente el 70% del total de ingresos que espera recibir el Tesoro nacional.

La privatización de las áreas secundarias comprende las reservas, la operación de los yacimientos y las instalaciones y equipos.

02-02

Nº DOCUMENTO
TITULO Aprobacion del FMI al programa económico.
PROCEDENCIA 150025
FECHA 29/6/91
VIA
10033
11161
11392
11412

Luz verde del FMI para el programa económico

La carta de intención será aprobada el 7 de julio, afirmó Michel Camdessus; se prevé un crecimiento del 5 % del PBI

El Fondo Monetario Internacional (FMI) aprobará el programa económico presentado por la Argentina durante su próxima reunión de directorio, que se realizará el 7 de julio.

Así lo afirmó el director del organismo internacional, Michel Camdessus, quien destacó que dio "luz verde" para que se otorgue un préstamo stand-by por 1040 millones de dólares.

Camdessus añadió que no puede imaginar al gobierno argentino aceptando imposiciones ni al FMI exigiéndolas, porque la experiencia indica que en esos casos "los países dejan de cumplir con las metas fijadas".

El titular del Fondo dijo también que el organismo brindará "total apoyo a la Argentina" en las negociaciones que lleva adelante con otras instituciones multilaterales de crédito y con la banca comercial internacional.

En tanto, el ministro de Economía, Domingo Cavallo, difundió la carta de intención enviada al Fondo y afirmó que, si se aprueba el stand-by, la Argentina recibiría cuatro desembolsos de 260 millones de dólares cada uno.

Los compromisos

Los aspectos centrales del memorandum presentado al FMI son los siguientes:

- El producto bruto interno está calculado en 139.000 millones de dólares. Cavallo habló de 139.000 millones de pesos, "porque a partir de enero será lo mismo" Para 1991 se prevé que el PBI crecerá un 5 por ciento.
- El superávit fiscal primario será de 4864 millones de dólares entre julio próximo y junio de 1992, lo cual equivale al 3,5 % del PBI. Entre abril último y marzo próximo, el superávit está previsto en 4200 millones de dólares.
- No se prevé indexación de salarios estatales y de tarifas públicas.
- Los recursos fiscales totales serán equivalentes al 25,17 % del PBI, mientras que en 1990 fueron del 18,70 % del PBI. Los gastos aumentarán del 20 al 24 por ciento del producto.
- Se prevé un ingreso de capital hasta junio de 1992 de 1700 millones de dólares. El resultado combinado del sector público no financiero y las pérdidas cuasifiscales del Banco Central pasarían de un déficit de 3200 millones de dólares a un superávit de 200 millones de dólares.
- Se aumentará la tasa del IVA del 16 al 18 %, para destinar la mayor recaudación al sistema previsional.
- Se establecerá un impuesto inmobiliario en la Capital Federal o, como alternativa, se aumentará la tasa de estadística sobre el comercio exterior.
- Algunos programas sociales que se financiaban mediante transferencias presupuestarias directas del gobierno central pasarán a las provincias. Estas transferencias producirán un ahorro de 500 millones de dólares a la administración nacional.
- Se prevé que la reprogramación del financiamiento de los planes de vivienda del Fonavi generará ahorros de 200 millones de dólares hasta junio de 1992. También se calcula una reducción adicional del gasto de 150 millones de dólares, fundamentalmente en el área de energía atómica y de construcción vial.
- Se reducirá el plantel de las empresas públicas en 82.000 agentes. En 1991, las bajas alcanzarán a 35.000 empleados, lo cual permitirá un ahorro de 65 millones de dólares. Cuando concluya el programa, se habrá registrado una reducción de gastos de 910 millones de dólares.
- El saldo de la cuenta corriente de la balanza de pagos será deficitario en un 2 % del PBI como consecuencia de una disminución de 1000 millones de dólares en las exportaciones y un incremento de 2400 millones de dólares en las importaciones.
- El Gobierno está dispuesto a adoptar las medidas adicionales que sean necesarias para asegurar el éxito del programa.

Seis décadas

"La ley de convertibilidad estará en vigencia por muchos años y tendremos seis décadas de estabilidad y progreso." El pronóstico lo formuló ayer el ministro Domingo Cavallo, quien comparó los tiempos que se avecinan con la época del gran crecimiento nacional, previa a 1930. Para remarcar su vaticinio, apeló a la ironía: "Esperamos -dijo- que no termine todo en una gran recesión como ocurrió entonces".

= LA NACION 29/6/91

X

01-01

91085 12

Nº DOCUMENTO
TITULO: Impuesto inmobiliario para cumplir con carta de intención del FMI
PER: 150024
F: 1/7/91
V: 10033
11161
11392

EL MINISTRO INSISTE CON EL IMPUESTO INMOBILIARIO

Cavallo: "La Capital tiene privilegios"

Para cumplir con lo prometido al FMI en la "carta de intención" Cavallo necesita una elevada recaudación fiscal durante los próximos doce meses. Por ello, el ministro insiste con el proyecto para duplicar el impuesto inmobiliario de la Capital

Para defender su intención de duplicar los impuestos inmobiliarios de Capital Federal, el ministro Cavallo acaba de difundir distintos estudios realizados por la Fundación Mediterránea (bajo su conducción) que —según su criterio— explican el grado de discriminación del gasto público entre la ciudad de Buenos Aires y el interior del país.

La preocupación federalista por la discriminación del interior del país y la preferencia dada a la Capital, tanto por menores impuestos como por mayores gastos de lo que le corresponde, fue difundida en distintos "papers" y libros de Cavallo, especialmente en "El desafío federal", que plasmó en combinación con el economista, también cordobés, Juan Zapata.

Pero hay un trabajo que ocupa un sitio especial en los anales de la Fundación Mediterránea, porque precisamente se trató del primer documento realizado por el Instituto de Investigaciones Económicas de la Fundación, en octubre de 1977. Su título: "Distribución de recursos fiscales nacionales entre provincias y Municipalidades", escrito por Cavallo en colaboracion con Héctor Montero y Dante A. Olivieri. Y el ministro se ocupa, ahora, de que ese análisis que refiere la "mala distribución del ingreso" sea difundido.

Es un análisis técnico, pero con aristas políticas, ya que constituye un cuestionamiento a fondo de un presunto privilegio dado al Distrito Federal, algo que surge de un trasfondo histórico y que resulta muy difícil modificar, salvo por decisiones políticas. Si bien la estructura de la coparticipación federal se ha modificado desde entonces, Domingo Cavallo, hoy, en calidad de conductor de la economía nacional, sigue pensando lo mismo que en 1977, y por eso trata de que la Capital Federal pague más impuestos.

Dentro de los criterios aprobados en esa investigación de 1977, se sostiene, por ejemplo, que en la Capital Federal solo el 18 por ciento de los servicios que se prestan son financiados con recursos propios o de coparticipación, mientras que el 82 por ciento es gasto directo del gobierno nacional, o sea que lo paga todo el país. En las provincias, si bien el gasto del gobierno nacional es importante, en ningún caso presenta los niveles de esta ciudad.

Por ejemplo en dos temas que han sido mencionados específicamente por Cavallo en su polémica con Grosso: la Policía y la Justicia, en ese examen de 1977 se presentan los siguientes datos: la Capital Federal recibe el 100 por ciento de sus gastos de Justicia y Seguridad (policía) de la Nación. Mientras que la provincia de Catamarca recibe el 26% de sus gastos de Justicia de la Nación y el 74% restante lo tiene que sufragar la propia provincia; en Santa Cruz la proporción es de 25 y 75 y en provincias grandes, como Córdoba, el 43 por ciento a cargo de la Nación y el 57 por ciento a cargo de la provincia, y en la provincia de Buenos Aires, solo el 17 por ciento de los gastos de Justicia corren a cargo de la Nación y el 83 por ciento los sufraga la propia provincia.

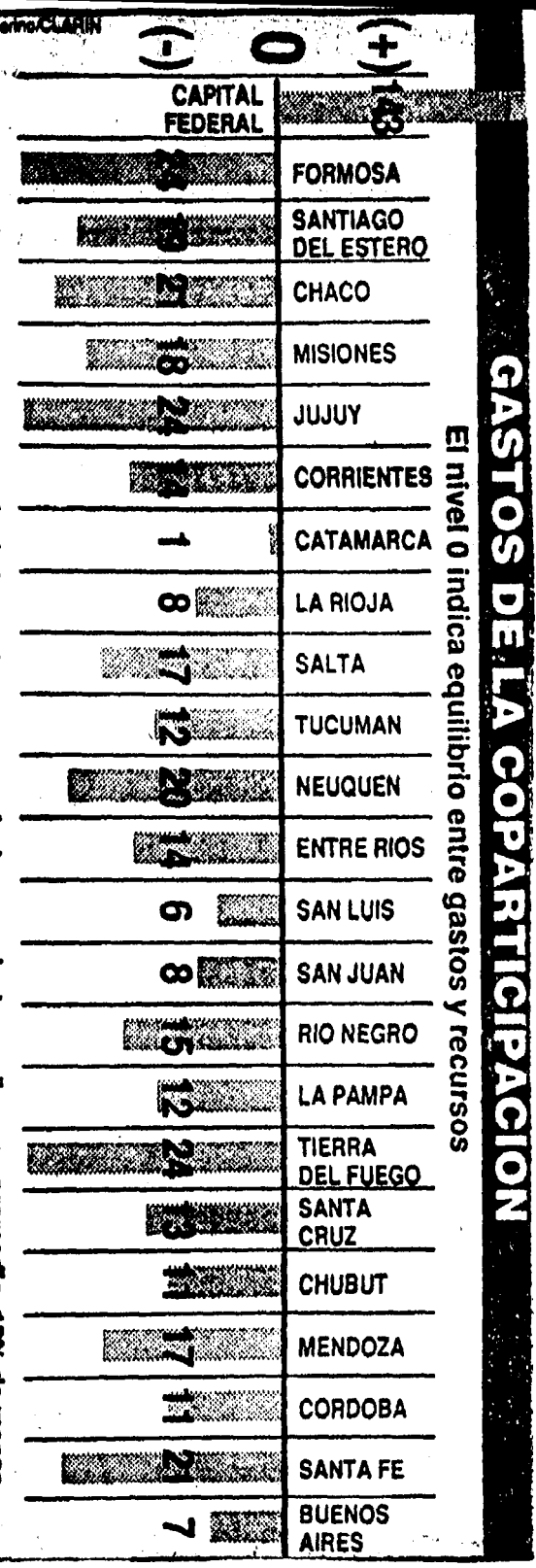
"CLARIN"
17/7/91

01-02

91085513

GASTOS DE LA COPARTICIPACION

El nivel 0 indica equilibrio entre gastos y recursos



La Capital Federal recibe 143 % más de lo que le corresponde. Las provincias reciben, en promedio, 13% de menos.

Fuente: CLARIN sobre la base de datos del estudio "Distribución de recursos fiscales nacionales entre Provincias y Municipalidades". Córdoba, octubre 1977.

H. Marino/CLARIN

02-02

9108513

Nº DOCUM. NTO.
TITULO
PPOC
FE
VI

Nº. DOCUMENTO
TITULO Pago del aguinaldo a jubilados.
PROCEDENCIA 150029
FECHA 1/6/91
VIAS 10033
11165
11327
* 11161
11392

Impulsan un 25% de aumento a los haberes mínimos y pagar con un bono deudas del Estado

El Gobierno anunció ayer que los jubilados con haber mínimo cobrarán en fecha el medio aguinaldo. Y propuso una fórmula para reordenar el caótico sistema previsional: inyectando fondos del FONAVI y del IVA, que eventualmente sería incrementado en dos puntos. Además se derogarían las jubilaciones de privilegio. Esto permitirá cubrir el déficit y financiar un aumento de A 300.000 a los haberes mínimos a partir de julio. Por otro lado, impulsa la creación de un bono para pagar las deudas del Estado, que incluyen las que se tienen con los jubilados. Reacción desfavorable de las organizaciones de jubilados.

En un mensaje dirigido a todo el país por televisión, y a los medios en una conferencia de prensa, Domingo Cavallo explicó ayer cuáles eran sus propuestas para encontrar una salida política a la demanda de los jubilados sin erosionar la credibilidad del plan de convertibilidad, sustentado en el cierre de las cuentas fiscales.

El ministro necesitó 30 minutos para asegurar a los jubilados y pensionados con el haber mínimo que percibirán el medio aguinaldo junto con el salario de junio, proponer un plan para la cancelación de las deudas que mantiene el sistema jubilatorio que incluye la creación de un bono y condicionar el aumento de 300 mil australes a que el Congreso sancione las leyes que propone. El otro anuncio importante fue el de la creación de un bono para pagar todas las deudas del Estado —jubilados incluidos— en un plazo de 16 años, sin reajustes de capital, y a la tasa de interés del mercado.

"Si los legisladores aprueban el paquete en junio, en el mes de julio todos los jubilados cobrarán los 300 mil australes de aumento", dijo el ministro transfiriendo al Congreso Nacional la responsabilidad final de la decisión.

Cavallo se refirió sobre los mismos temas en dos oportunidades. Primero, en un menaje —grabado previamente— difundido a todo el país a través de la cadena nacional de radio y televisión. La segunda fue en una reunión de prensa en la que no ofreció ninguna información adicional a la expresada en el discurso.

Cuando en la conferencia alguien le sugirió la posibilidad de que su propuesta fuera "plantavotos" justo en un período preelectoral, Cavallo descartó esa posibilidad. Y a continuación explicó que también se envía al Parlamento un proyecto que deroga todas las jubilaciones de privilegio con las excepciones de minusválidos, ceguera congénita o adquirida y los tripulantes de los barcos de Malvinas, Narwal y Buen Suceso.

Frente a los periodistas, Cavallo actuó en equipo junto a los ministros de Justicia y Trabajo, León Arslanian y Rodolfo Díaz, y el titular de Seguridad Social, Walter Schulthess, pero siempre tuvo el control de la conferencia. Explicó, por ejemplo, cómo se mejorará el ingreso real de los jubilados y pensionados: mejorando la recaudación fiscal y previsional como consecuencia de la lucha contra la evasión. Agregó que el proyecto de flexibilización laboral defendido por Rodolfo Díaz permitirá, en las estimaciones oficiales, blanquear muchas situaciones irregulares y al mismo tiempo incrementar la demanda de mano de obra.

El aumento y la obtención de los fondos fue uno de los grandes temas. El otro fue la consolidación de los pasivos que tiene el Estado, entre los que se incluyen las de las cajas de jubilaciones.

Hasta el momento, solo 18 mil jubilados tienen sentencia firme de su demandas que, de efectivizarse, podrían embargar las cuentas de todas las cajas. Un dato

1/6/91 "CLARIN"

01-03

91 08514

llamó la atención. Solo en este tema el ministro hizo mención de una difícil situación heredada. Propuso que, a partir de la sanción de la ley, todas las sentencias judiciales y las transacciones a las que arribe el Estado queden consolidadas, devenguen el interés de plaza y tengan el derecho de ser cobradas por el beneficiario en un plazo máximo de 16 años, pero con un orden de prioridades. Se liquidarán primero los reclamos que no superen doce mensualidades privilegiando a los de mayor edad.

Los recursos se obtendrán de una partida presupuestaria que anualmente fija el Congreso para la atención de los juicios del Estado a la que se le dará prioridad a los jubilados.

Para las demandas que exceden los doce meses, Cavallo previó dos opciones. Esperar por orden de prioridades (años y cantidad de cuotas requeridas) o acogerse a un bono a 16 años de plazo que se amortizará mensualmente a partir del séptimo año.

Para quienes piensen en el bono, el ministro les ofrece la creación de un mercado secundario donde los títulos se vendan, compren o alquilen generando una renta, o bien la posibilidad de cancelar con ellos deudas con el Estado que no sean de DGI ni de Aduanas, vencidas o refinanciadas con anterioridad al primero de abril. También se puede utilizar el bono para las operaciones de compra de activos del Estado o el pago de deudas por aportes previsionales vencidas antes de esa fecha.

Los proyectos enviados al Congreso por el Poder Ejecutivo tiene la finalidad de obtener el financiamiento del aumento prometido sin desequilibrar a la Tesorería. Para esto propuso una mutación entre impuestos y destino de las gabelas y una reasignación de recursos.

Las cajas de jubilaciones dejan de recibir los gravámenes sobre los combustibles, pero suman el aporte patronal al FONAVI —5 por ciento de la nómina salarial—. El FONAVI resigna esos ingresos y a cambio recibe los producidos por los combustibles.

Además, en el proyecto se destina a las cajas de jubilaciones el 10 por ciento de la recaudación del IVA y otorga al Poder Ejecutivo la facultad para aumentar en dos puntos la alícuota de ese impuesto.

Los cambios propuestos en el destino de los impuestos no altera, por el momento, las cuentas de ninguno de los afectados. La recaudación de uno y otro son similares. La diferencia radica en que las cargas previsionales tienen mayores posibilidades de incrementarse debido a la lucha encarada contra la evasión y por efecto de la aplicación de la ley de flexibilización laboral.

Acompañado de su grupo más próximo de colaboradores, Cavallo llegó a las 18.20 a los estudios de ATC. Diez minutos más tarde, maquillado y algo tenso, enfrentó a las cámaras de televisión para grabar el mensaje que le demandó poco más de 30 minutos. Y una hora más tarde convocó a la conferencia de prensa.

BONO DE CONSOLIDACION DE PASIVOS

DESTINO

Sentencias judiciales y transacciones del Estado por causas anteriores al 1º de abril de 1991. Incluye los juicios de los jubilados.

PLAZO

A 16 años con el interés de plaza. No tiene cláusula de reajuste. Amortizable mensualmente a partir del séptimo año. Se cubre con partidas presupuestarias anuales. Se dará prioridad a los jubilados, pero lo máximo que podrán cobrar es el equivalente de un año de jubilación mínima.

USOS

- Cancelar deudas con el Estado, excepto con la DGI y Aduana.
- Pagar parte del precio de los activos del Estado y las empresas que se venden o privatizan.
- Cancelación de deudas por aportes previsionales vencidos con anterioridad al 1º de abril.
- Se podrán vender en el mercado secundario o depositarlos en los bancos para que éstos, a su vez, los presten para pagos previsionales o para compra de activos del Estado.

H.Merino/CLARIN

02

9108514

Principales medidas

• Las sentencias contra el Estado por deudas anteriores al 1° de abril de 1991 tendrán "carácter declarativo": se pagarán con un bono hasta 16 años ajustable por "un interés de plaza".

• Las deudas con jubilados "podrán" pagarse antes que al resto de los acreedores pero "solo hasta un importe por jubilado, equivalente a un año de jubilaciones mínimas".

• Si los fondos para pagar los juicios entablados por los jubilados no alcanzan, "cobrarán primero los jubilados de mayor edad".

• Si los jubilados quieren, podrán cobrar con un bono a 16 años, con siete años de gracia.

• El bono servirá para pagar: deudas con el Estado, privatizaciones y aportes previsionales vencidos antes del 1° de abril.

• Para obtener un bono no es necesario hacer un juicio; bastará con obtener un reconocimiento por vía administrativa.

• El sistema previsional recibirá 5 puntos de aportes sobre los salarios, que hasta ahora se destinaban al FONAVI.

• El FONAVI percibirá el impuesto a los combustibles, que se destinaba al sistema de seguridad social.

• Se asignará el 10 % del IVA a las cajas de jubilación.

• Si bajan los recursos coparticipables, aumentará el IVA "lo estrictamente necesario".

• Se dispondrá la derogación de las jubilaciones de privilegio.

• Si el Congreso sanciona las leyes de consolidación de pasivos y de reasignación de recursos destinados a las cajas de jubilación, entonces el Gobierno se compromete a aumentar el haber mínimo jubilatorio en A 300.000, a partir de julio.

• Los jubilados recibirán el aguinaldo junto con la retribución de junio.

• Los futuros aumentos para los jubilados serán porcentuales, para no seguir achatando la estructura de haberes y para poder aproximarse al cumplimiento estricto de la ley que dispone el pago del 70% al 82% móvil.

Estas medidas fueron anunciadas luego que el ministro Domingo Cavallo realizó un análisis sobre la crítica situación del sistema previsional, del que destacó los siguientes datos:

• El haber mínimo jubilatorio está un 20% por debajo del promedio de los últimos siete años.

• Para que el haber medio sea equivalente al 82% del salario promedio de los trabajadores activos debería duplicarse.

• Las cajas afrontaron sentencias judiciales por 100 millones de australes durante mayo, pero sus gastos administrativos y judiciales sumaron 200 millones de australes.

• Las cajas acumularon con todos los jubilados deudas "por haberles dado hasta ahora apenas la mitad de lo que les correspondía".

• Para atender las sentencias en firme con los jubilados se reducirían 70% los recursos de las cajas.

• En el caso de la Caja de Industria y Comercio, el 12% de las sentencias obliga a pagar, en cada caso, más de 100.000 dólares, es decir algo más de 800 jubilaciones mínimas. Hay sentencias que superan el millón de dólares.

03-03

9108514

Nº DOCUMENTO
TITULO Propuesta oficial de aumento a jubilados.
PROC 150025
FE 1/6/91
VI 10033
11165
11327

Jubilados: propuesta oficial

Los jubilados que perciban el haber mínimo recibirán un aumento de 300.000 australes desde el 1° de julio si el Congreso aprueba dos proyectos de leyes para mejorar la recaudación del sistema previsional y diferir el pago de las deudas del Estado declaradas judicialmente.

Así lo anunció anoche el ministro de Economía, Domingo Cavallo, en un mensaje que dirigió por radio y televisión. El jefe de la cartera económica reveló que se procura incrementar en un billón de australes la recaudación previsional, y anticipó que si en los próximos meses se supera esa cifra, podrán disponerse nuevos aumentos para los jubilados.

Los dos proyectos que debe aprobar el Congreso son los siguientes:

• Uno que dispone la consolidación de los pasivos del Estado derivados de sentencias judiciales o transacciones por obligaciones anteriores al 1° de abril último. Estas deudas devengarán un interés de plaza y podrán ser cobradas en un plazo máximo de 16 años. Para atenderlas, el Congreso fijará anualmente una partida presupuestaria, pero habrá [illegible] para el caso [illegible]

el Estado las percibirán primero, pero sólo hasta un importe equivalente a 12 haberes mínimos por cada uno. Los acreedores también podrán optar por suscribir un bono que podrá utilizarse para cancelar obligaciones previsionales y deudas no impositivas con el Estado que se hallen vencidas, y para adquirir inmuebles fiscales o empresas que se privaticen. Esto significa que habrá un mercado secundario para los títulos.

• Otra iniciativa que dispone la asignación al sistema previsional del 5 % de la nómina salarial que actualmente se destina al Fonavi, cuyos fondos serán reemplazados por el producido del impuesto a los combustibles. También contempla derivar a las cajas de jubilaciones el 10 % de la recaudación del IVA, y el Poder Ejecutivo quedará facultado para aumentar la alícuota hasta el 18 por ciento. Tambien establece el proyecto la derogación de todas las [illegible]

En una conferencia de prensa, el ministro de Economía, Erman González, afirmó, además, que el proyecto [illegible]

Casos sorprendentes

"Los montos que se les determinó a la mayoría de los jubilados que han iniciado juicios contra el Estado son, en muchos casos, sorprendentes; especialmente los que ya han obtenido sentencias."

Para avalar esa afirmación, el ministro Cavallo puso como ejemplo la Caja de Industria y Comercio, en la que un 12 % de las sentencias, que representa el 40 % de los montos involucrados, obligan a pagar, en cada caso, más de 100.000 dólares. Algo más de 800 jubilaciones mínimas.

A continuación, se transcriben algunos de los *casos sorprendentes* que mencionó el ministro:

• Algunas sentencias superan el millón de dólares.

• En un caso, sin duda el más sorprendente, la sentencia fija al beneficiario un haber jubilatorio mensual de 17.000 dólares, el equivalente a 150 jubilaciones mínimas, para una sola persona, por mes.

• Entre los 10.000 casos de beneficiarios que habiendo obtenido sentencia firme a su favor aceptaron el plan transaccional con quita del 40 % y pago de 15 cuotas, que están cobrando todos los meses, hay 25 casos que en junio percibirán cuotas de entre 100 y 200 millones de australes.

• Los dos primeros pagos que las cajas hicieron fueron para los abogados patrocinantes, que en conjunto recibieron no menos de 20 millones de dólares.

"LA NACION" 1/6/91

01-01

9108515

Nº DOCUMENTO
TITULO Jubilados rechazan aumento que les dió el gobierno
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 2/6/91
VINCULACIONES 10033
11165
11327

Firme rechazo al aumento jubilatorio

Abundaron ayer las críticas a los aumentos jubilatorios anunciados por el Gobierno el viernes. Entre las medidas oficiales, la derogación de los regímenes de privilegio fue la que tuvo mejor acogida.

Al respecto, el ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz, expresó en declaraciones radiofónicas que el Poder Ejecutivo enviará esta semana el respectivo proyecto de ley al Congreso. El texto, precisó, "no afectará derechos ya adquiridos a la fecha de su entrada en vigencia".

Díaz sostuvo que la modificación no regirá para la clase pasiva de las Fuerzas Armadas pues éstas "no tienen sistema de jubilación y sí de retiro, y no pueden ser englobadas con los regímenes de privilegio".

"Burla sangrienta"

El secretario de Prensa de la Mesa Coordinadora Nacional de Jubilados y Pensionados, Carlos Imizcoz, definió el discurso de Cavallo como "el de un maestro ciruela porque cierra en los papeles pero no tiene encuenta al pueblo jubilado. Es una burla sangrienta".

El dirigente expresó sus dudas de que los integrantes del sector pasivo "puedan llegar con vida a agosto para cobrar menos que una limosna".

Imizcoz anunció que las organizaciones que integran la Asamblea Abierta de Jubilados convocaron a sus miembros a concentrarse el miércoles a las 15 ante el Congreso.

Por su parte, el vicepresidente de la Mesa Coordinadora, Julio Libermann, consideró "una trampa" el cobro del aumento en agosto, y "una burla" el intento oficial de pagar la deuda con el sector mediante bonos a 16 años.

Un kilogramo de pan

Un comunicado de la CGT Azopardo, firmado por su titular Saúl Ubaldini, expresó que, con el aumento, los jubilados "podrán consumir un kilogramo más de pan por día".

No obstante, el texto calificó como positiva la derogación de los regímenes de privilegio.

"Una corbata cuesta más"

La diputada liberal Adelina Dalesio de Viola tildó de "chiste" el aumento y sostuvo que "la corbata de cualquier funcionario que se proponga solucionar la crisis del sector cuesta mucho más que eso".

Sin embargo, estimó que la derogación de las jubilaciones de privilegio anunciada por el ministro no debe extenderse a ciertos profesionales "como los maestros o los miembros de las Fuerzas Armadas", que registran "un ostensible desgaste".

Para el diputado disidente del justicialismo, Carlos Alvarez, el monto anunciado "va a exasperar aún más los ánimos de los jubilados".

El integrante del Grupo de los Ocho manifestó que "el diferimiento del aguinaldo y este aumento ridículo privilegian excluyentemente el cierre de las cuentas fiscales y se olvidan de la situación real de la gente".

Ambulancia

Poco después del discurso del ministro de Economía, el viernes a la noche, el presidente Carlos Menem ordenó el envío de una unidad de servicios médicos para asistir en forma permanente a los jubilados que acampan en la Plaza Lavalle desde hace 55 días.

El breve comunicado de la Secretaría de Medios de Comunicación de la Presidencia señala que la medida se adoptó a fin de "prever cualquier contingencia relacionada con la salud" de los jubilados.

Al referirse al gesto presidencial, el secretario de Prensa de la Mesa Coordinadora de Jubilados y Pensionados, Carlos Imizcoz, expresó que el Presidente "va a tener que mandar médicos a muchos lados porque los remedios son ya tan inaccesibles que los jubilados directamente se mueren al no poder comprarlos".

"No alcanzan, pero serán un paso adelante", dijo el ex presidente Raúl Alfonsín al referirse a los 300.000 australes de aumento, al tiempo que consideró que, si el pago se realiza en bonos de consolidación, "sería interesante".

Similares conceptos expresó la senadora justicialista, Liliana Gurdulich, quien explicó que "ni el Gobierno piensa que ese aumento satisface las demandas, pero era lo único posible dentro del quebranto del estado".

El dirigente de la Izquierda Unida, Néstor Vicente, condenó al Gobierno porque "se declara en quiebra ante los jubilados que no reclaman una dádiva sino un derecho adquirido", mientras "cumple con los acreedores externos".

Por su parte, el líder del MAS, Luis Zamora, expresó que el pago de las deudas mediante bonos "batió el récord mundial de cinismo". Para paliar la crisis del sistema propuso, entre otras medidas, "la aplicación de impuestos progresivos al capital y a las ganancias de las 200 empresas más poderosas del país".

El presidente del bloque demócrata progresista de Diputados, Alberto Natale, manifestó que la propuesta de Cavallo "es un pálido intento de revertir la crisis. Puede servir si es utilizada como punto de partida del análisis de la cuestión".

Jubilados municipales

Los 60.000 jubilados y pensionados que dependen del Instituto Municipal de Previsión Social de la Ciudad de Buenos Aires cobrarán sus haberes de mayo con un ajuste del 10 por ciento. De este modo, los haberes mínimos quedaron fijados en 1.814.260 australes para los jubilados, y en 1.542.134 para los pensionados.

Los jubilados cobrarán los días 12, 13, 14 y 17 del corriente mes, y los pensionados el 7 y el 11.

01-01

9108516

DOCUMENTO
TITULO Se prohíbe funcionar a la secta denominada Iglesia Apostólica Argentina.
PROCEDE 150024
FECH 2/6/91
VIDEO 10033
11165
11020

CANCILLERIA REITERO QUE LE CANCELARON LA AUTORIZACION

La Iglesia Apostólica Argentina no puede funcionar en el país

El Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto informó ayer que la llamada **Iglesia Católica Apostólica Argentina "se halla impedida de funcionar en todo el territorio nacional".**

A través de un comunicado distribuido por la **Secretaría de Culto**, la Cancillería indicó que **la cancelación de esta iglesia "se encuentra debidamente registrada en el Registro Nacional de Cultos", con fecha 17 de octubre de 1990.** La cancelación fue adoptada debido a que esta iglesia **"desarrollaba una acción confusionista, que estaba en colisión con las disposiciones legales que regulan el funcionamiento de las entidades religiosas, distintas a las del culto católico apostólico romano".**

♦ Preocupación del obispado

La existencia de sacerdotes que ofician misas, usan sotana y dan a sus fieles todos los sacramentos de la Iglesia Católica Apostólica Romana **sin pertenecer a ella**, había preocupado al **obispado de Quilmes**, en cuya jurisdicción fueron detectados varios de estos templos.

La inquietud, según explicó ayer a **Clarín** el padre **Francisco Urbanija**, vicario de la zona de Berazategui de la diócesis de Quilmes, se focaliza en que **"se engaña a la gente, porque no aclaran que no pertenecen a nuestra Iglesia".**

En esos templos, los sacerdotes utilizan la liturgia católica que regía antes del Concilio Vaticano II, con excepción del oficio de la misa en latín. **"Somos respetuosos de la libertad de culto, pero la gente tiene derecho a saber que no concurre a una capilla de la Iglesia Católica Apostólica Romana, y que por lo tanto los bautismos, las comuniones, las confirmaciones y los casamientos no tienen validez para nosotros", señaló el padre Urbanija.**

Uno de sus templos, **Nuestra Señora de la Pobreza de San Martín de Porres de los Angeles Custodios**, está en la Calle 31 entre 133 y 134 de **Ranelagh**. Los días de semana se encuentra cerrado con candados y, según los vecinos, abre sus puertas los sábados. En cambio en otra de las capillas, **San Onofre**, en la esquina de las calles 26 y 112 del popular barrio de **Santa María**, en Berazategui, la señora **Cecilia de Cepeda**, encargada del lugar, contó que allí están destinados [illegible]

La vecina **Encarnación Quesada**, catequista, cuenta que "en 1979 el barrio no tenía iglesia. Yo juntaba a la gente en mi casa con algún mate que conseguía que viniera de otros lugares. Hasta que llegaron al barrio dos personas diciendo que eran sacerdotes. Los alojé en casa. Al tiempo empezamos a desconfiar porque hacían cosas raras, como curanderismo. Estaban muy preocupados por el dinero y por las cosas materiales. Hasta que, averiguando, descubrimos que eran curas falsos. Fue una enorme desilusión y los eché de mi casa, pero igual se quedaron en el barrio y hay mucha gente nueva en esta zona que no sabe esta historia y creen que son sacerdotes de verdad".

9108517

"CLARIN" 2/6/91

01-01

Empleos de la clase media
150029
3/6/91
10033
11165
11322

La necesidad de no perder un estilo de vida lleva a buscar más fuentes de ingresos

La clase media va al multiempleo

Ocho de cada diez personas con más de una ocupación pertenecen a la clase media. Unos pocos utilizan este recurso para mejorar su estándar de vida, pero la mayoría lo hace para no verlo decaer abruptamente. Las mujeres que trabajan presentan un índice de multiempleo mayor que el de los varones, hecho que empieza a modificar las relaciones en el interior de la familia. Mientras esto sucede en la Argentina, en los países desarrollados las personas con varios empleos son calificadas como "pobres" porque carecen del tiempo necesario para su recreación.

Por Paulo Andaló

El multiempleo es un fenómeno que ha crecido en los últimos años. Del total de población ocupada en Capital y Gran Buenos Aires (una cifra del orden de los 4.281.900 a octubre de 1990) un 8,12 por ciento tiene más de un empleo.

El mayor número de personas con más de una ocupación se concentra en la clase media (ingresos superiores a los cinco millones) y de esta cifra un porcentaje cada vez más alto corresponde a las mujeres (véase recuadro).

El multiempleo afecta a todos los sectores sociales, pero tiene mayor incidencia en la franja de población con ingresos medios y medios altos que lucha por mantener un nivel de vida al que accedió en otros tiempos. Para algunos, la desvalorización del trabajo; para otros, un signo de no resignación, la doble, triple y hasta cuádruple ocupación están modificando las costumbres y relaciones, individuales o familiares, de esta clase que supo ser mayoría en la sociedad.

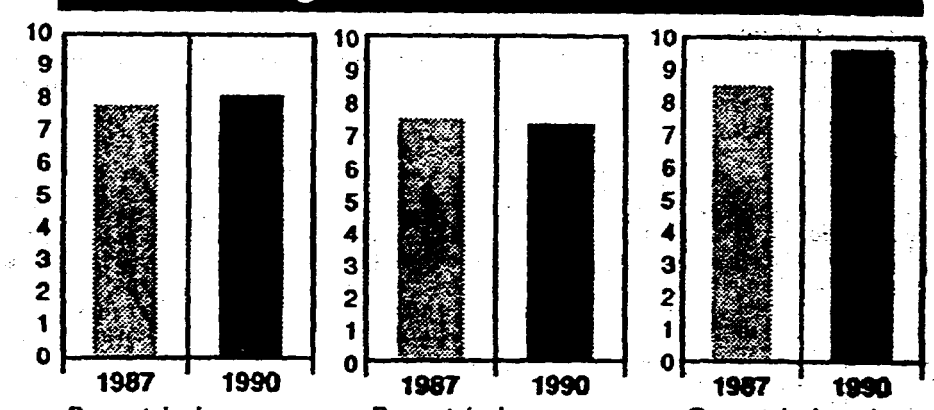
El multiempleo no es algo nuevo. En 1974, sobre un total de 3.564.716 habitantes en Capital Federal y Gran Buenos Aires, 184.510 tenían más de un trabajo. Esta cifra fue cambiando hasta llegar a los cerca de 480.000 de hoy.

Con el quiebre del Plan Austral y la pérdida de cierta ilusión de estabilidad económica, se incrementó la búsqueda de nuevas fuentes de ingresos.

Pero este fenómeno también tiene que ver con un cambio en los consumos: una muestra realizada por IPSA en Capital Federal y Gran Buenos Aires sobre empleo y cantidad de bienes, como videocaseteras, freezers, computadoras y lavarropas automáticos, deja ver que, por ejemplo, vendedores y docentes en general, han adquirido en los últimos tiempos estos bienes. Es obvio que para comprarlos se necesita un sueldo mayor al que puede tener cualquiera de estas ocupaciones. Entonces, inferir que existe multiempleo no es arbitrario. Ahora bien, los "multiempleados" se encuentran en distintos sectores del mercado laboral (véase recuadro).

3/6/91
"CLARIN"
01/03
9108518

¿CUANTOS SON?



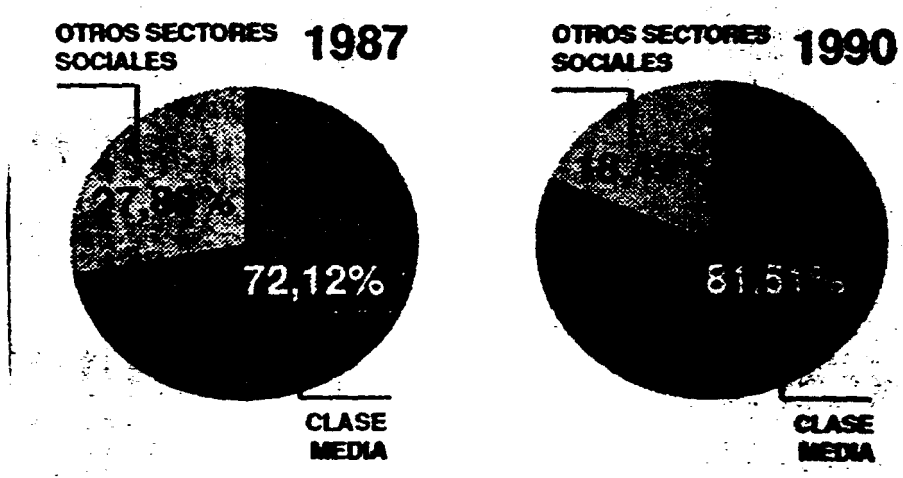
Porcentaje de población ocupada con más de un trabajo

Porcentaje de varones multiempleados sobre el total de varones ocupados

Porcentaje de mujeres multiempleadas sobre el total de mujeres ocupadas

FUENTE: Encuesta Permanente de Hogares-INDEC. Cifras tomadas a octubre del año respectivo en Capital y Gran Buenos Aires.

¿DONDE SE CONCENTRA?



En 1987, de cada 100 multiempleados, 72 pertenecían a la clase media. En 1990, esta cifra ya superó el 81%.

FUENTE: Encuesta Permanente de Hogares-INDEC

02

91 08518

Para otra franja de clase media, el multiempleo no se elige solo para buscar confort. Esos ingresos ya no son "extras", sino que se usan para mandar a los hijos al colegio, al curso de inglés y llevarlos de vez en cuando al cine. **Para Susana Aparicio, experta laboral, investigadora y docente universitaria, los consumos que la clase media no quiere perder no son consumos "de lujo".** Por eso el multiempleo tendría una doble cara. Por un lado la frustración que provoca el trabajar sin progresar económicamente, y, por otro, el lado positivo de salir a pelear, en definitiva, por la educación, la salud y el bienestar de la familia.

La mujer ha ganado terreno entre los "multiempleados", ya que ha salido a buscar un segundo o tercer empleo para sostener la economía familiar, en mayor proporción que los hombres.

Esto debe modificar de alguna forma la trama de relaciones individuales, laborales, sociales, que componen la vida de las personas. El tiempo, la sobreexigencia, el estrés que provoca el multiempleo plantean algunas preguntas: ¿qué sucede con la calidad del trabajo y el mercado laboral? ¿Cuáles son las consecuencias en la pareja y en el sistema familiar, que debe sobrellevar esta situación? Y, por último, ¿cuáles pueden ser las estrategias para mantener una digna calidad de vida en todo sentido?

Fin de mes, amor y familia

En el mundo occidental se luchó por el sistema de ocho horas de trabajo, ocho de recreación y ocho de sueño. En nuestro país han existido organizaciones, primero las sociedades de fomento, luego los sindicatos, que reivindicaron la figura del trabajo digno y definieron lo que es un óptimo indispensable para vivir bien. **En Francia, la definición de pobreza incluyó entre sus variables la importancia del tiempo para el ocio.** Con ese criterio los multiempleados serían pobres por carecer del tiempo necesario para la recreación.

En la ciudad, donde se produce el multiempleo, el sentido del tiempo no es el mismo que en un pueblo. El tiempo es aquí un elemento de subsistencia más que un espacio de existencia. Porque, como reflexiona el ensayista Santiago Kovadloff, el deterioro del sentido del trabajo produce también el deterioro del sentido del tiempo. Se vive un presente congelado, más para durar que para crecer. El tiempo del ocio, cuando existe, no es tanto para disfrutarlo sino más bien para promover el olvido.

Lo importante es lograr que no todos los encuentros estén acotados por el reloj. Recuperar los espacios de la charla del café, el paseo con amigos, la mesa familiar, tal vez ayude a no descuidar aquellas relaciones más valiosas, que se dejan de lado por "correr de un lado para el otro".

03/03

La calidad del trabajo también peligra en el marco del multiempleo, donde las energías tienen que dividirse en tres o cuatro lugares diferentes. Esa frase que afirma "por querer hacer de todo, no hago nada" puede transformarse en una constante contra la que el multiempleado debe luchar. Hacer "de todo" es distinto de hacer más de lo mismo. Es decir que concentrar las actividades en una misma área, aunque sea en lugares distintos, tal vez ayude a evitar la dispersión, amiga de la sobreexigencia y camino seguro al estrés.

Estas características, el tiempo, la exigencia, pueden resentir las relaciones familiares. **Rubén Vadagnel, terapeuta sistémico,** hace una distinción entre las familias que tienen un solo padre a cargo y aquellas donde están los dos. En el primer caso pueden aparecer otras figuras: los abuelos, el colegio, que sustituyen la ausencia del otro padre. Cuando ambos están a cargo, la familia debe usar una estrategia particular, donde la situación del multiempleado no se viva como una ausencia. Llamar por teléfono a los hijos, ir a buscarlos al colegio algún día de la semana, puede ayudar a que no exista una sensación de abandono.

Sexo débil

Pero, dentro de la familia, la pareja también puede sufrir las consecuencias: en un trabajo realizado por el Centro de Estudios, Tratamiento e Investigación Sexológicas (CETIS), se encuestaron 307 personas, de clase media en su mayoría. La frecuencia de relaciones sexuales por semana en una pareja (treinta años promedio, un hijo) era de 2 y 3 veces por semana en el 51 por ciento de los encuestados. Un 56,02 por ciento mantenía relaciones por la noche. Ahora bien, ¿qué sucede cuando existe el multiempleo?

El principal problema de la sexualidad contemporánea es la pérdida de un espacio y un tiempo para ejercerla. Para **León Gindin, sexólogo y director del** CETIS, el multiempleo es uno de los factores que afecta la intimidad y contiene todos los elementos que pueden perturbar la buena sexualidad.

Según Gindin no sería extraño que el multiempleo atente contra la cantidad y calidad de las relaciones sexuales. Evitar esto seguramente implique otro trabajo, encontrar espacios y tiempos, pero que vale la pena en pos de mejorar la sexualidad.

De casa al trabajo, y del trabajo al otro trabajo, es como un modelo ya impuesto para muchos argentinos. Una cultura nueva del tiempo exprimido como un limón está creciendo en medio de esta defensa extrema de un estilo de vida. Le dice a la pobreza: "No pasará", en un gesto conmovedor que se resiste a aquello de que todo tiempo pasado fue mejor. 9208518

Diputados del PJ piden aumento de A 500.000 a jubilados.

150029
4/6/91
10033
11165
11327

Jubilados: hay un aumento de 500 pesos

4/6/91
"CLARIN"

[illegible] Ya hay un proyecto [illegible] 500 australes el [illegible], aunque anoche no [illegible] tado el incremento. Ya [illegible] les alcanza su [illegible] la llegada de una vaca [illegible] agua mineral, lonas [illegible] lo. "Seguiremos [illegible] vida.

[illegible] Para dar forma a la iniciativa, que [illegible] con el apoyo del titular del Bloque, doctor Luis Monzano, se barajan [illegible] sobre los posibles mecanismos de financiación.

En principio, con el aumento de la alícuota del IVA, previsto en 2 puntos, se asegurarían fondos para alcanzar el aumento de 500 australes. Seguiría faltando recaudar otros 70 millones de dólares para solventar los reclamos y [illegible] La [illegible] capacidad [illegible] y un [illegible] con el [illegible] "[illegible]". La [illegible] por la líder Norma [illegible] (62 años, viuda de un [illegible] Comercio), [illegible] lo que [illegible] su hogar.

[illegible] José Antonio Coza, 55 años, inválido y con un solo riñón, es una señal de alerta. El sostén de este jubilado, al morir su esposa, era su hijo Miguel Angel. Lo mataron en las Malvinas y comenzó a [illegible] Coza [illegible] Se [illegible] y lo [illegible] Para las oficinas de PAMI en Ayacucho [illegible] piso P. [illegible], con la firma de la licenciada Esther González, le entregaron un [illegible] en la que le [illegible] un subsidio porque no hay un centavo. Dice que [illegible] Vaya a [illegible] PAMI [illegible].

Rodeados por ollas humeantes y carteles que dicen "Gobierno corrupto", están los voluntarios. Algunos, como la maestra Helena [illegible] Bonadeo y su marido, [illegible]. Otros, jóvenes que [illegible] decir quiénes son y de dónde vienen, de entre los cuales algunos se [illegible] como [illegible] Los [illegible] ya [illegible] Ya [illegible] los [illegible] Ya [illegible] los [illegible] Ya [illegible] los

Nº. DOCUMENTO
TITULO Marcha de CGT-Azopardo hacia el Congreso.
PROC 150024
F 4/6/91
10033
11165
500354

Ubaldinistas al Congreso

Mientras deshoja la margarita sobre sus próximos pasos políticos, Saúl Ubaldini tendrá que contestar hoy si encabeza o no la movilización hacia el Congreso que realizarán mañana los gremios que componen la CGT-Azopardo, en confluencia con los docentes agrupados en la CTERA, que efectuarán en la misma jornada un paro nacional de actividades.

La marcha organizada por la central azopardista —que contará con el aporte de una veintena de delegaciones regionales— fue convocada por sus principales dirigentes: Víctor De Gennaro (ATE), "Mary" Sánchez (CTERA), Juan Palacios (UTEA) y Nelson Farina (FATUN). Pero aún resta saber si Ubaldini se plegará a los reclamos que se les realizarán a los legisladores para que no sancionen el nuevo sistema de pago del aguinaldo.

Fuentes gremiales dijeron a Clarín que difícilmente el dirigente cervecero se encolumne en la marcha hacia el Parlamento. No obstante, hoy por la mañana en la central de la calle Azopardo, en reunión de consejo directivo, el estatal De Gennaro y la docente "Mary" Sánchez intentarán cambiar la voluntad de Ubaldini, más preocupado hoy en atender propuestas de tipo electoral.

Los estatales agrupados en ATE aprovecharán la movilización del miércoles para repudiar también el reciente decreto que crea un nuevo escalafón para la administración pública y solidarizarse espontáneamente con los jubilados y pensionados del país. "Hoy lo pondremos con la espada contra la pared —en relación a Ubaldini, cuentan voceros estatales—, pero lo vemos difícil".

En relación con las delegaciones regionales bonaerenses que adhieren a la marcha de mañana se destacan las de La Matanza, Lomas de Zamora, Quilmes, San Martín, La Plata y Bahía Blanca.

♦ **Estatales bonaerenses**

El Acuerdo de Gremios Estatales Bonaerenses (AGEPBA) anunció ayer que comenzará a realizar tareas propagandísticas y de esclarecimiento dirigidas a la opinión pública en virtud de la situación salarial que atraviesan. Dicha campaña comenzará esta semana.

AGEPBA informó, además, que luego de las primeras dos semanas del plan de esclarecimiento tomará medidas de acción directa.

4/6/91
"CLARIN"

01/01

9108520

Hay por lo menos 5000 jubilaciones de privilegio.-
150024
4/6/91
10033
11165
11327

Hay por lo menos 5.000 jubilaciones de privilegio

Por lo menos cinco mil personas cobran hoy jubilaciones de privilegio, una prebenda que intenta eliminar el proyecto de ley elaborado por el Poder Ejecutivo, que ingresaría hoy al Congreso.

La iniciativa se sumará, aunque tal vez con más [illegible] a los variados proyectos que durante [illegible] han acumulado en las comisiones sin que se los haya tratado.

Funcionarios del Poder Ejecutivo hasta el rango de subsecretario inclusive, legisladores, concejales, jueces, funcionarios del Poder Judicial, personal del Congreso, periodistas parlamentarios, personal de la Contaduría, empleados de la Presidencia de la Nación y [illegible] Interior, la lista de "privilegiados" se ha engrosado año a año y permanentemente.

"No hay una cifra exacta de beneficiados aunque el [illegible] —explicó a [illegible] Seguridad Social, Walter [illegible]—, [illegible] el seis por ciento del total [illegible] —. Algo así como 25 millones [illegible]."

[illegible] el proyecto que [illegible] reforma de sistemas previsionales [illegible] el ministro Domingo Cavallo [illegible] un tema viejo y permanente "[illegible] largo plazo, porque quienes ya [illegible] esas jubilaciones". "La [illegible] —[illegible]— es volver al régimen original, [illegible] las diferencias y limpiarlo de estos [illegible] comenzaron a sumarse desde 1968 hasta [illegible]."

[illegible] proyecto, se eliminan todas las jubila[illegible] "[illegible] a las establecidas por el [illegible] a la generalidad de los afi[illegible]". Otro tanto establece para los "re[illegible]", que instituyeron mejoras [illegible] en decretos del Pe[illegible], quedan fuera las jubilacio[illegible] las Fuerzas Armadas y la Policía [illegible] en relación al frente y [illegible] Seguridad Interior, pero aclara [illegible] en particular que se ejercitan [illegible] en militar o policial.

loc. poco legible

4/6/91
"CLARIN"

01-01

91 08521

Marcha de ubaldinistas al Congreso.
150024
4/6/91
10033
11165
500854

[illegible]

[illegible] la marcha sobre sus próximos [illegible] Saúl Ubaldini tendrá que convencer [illegible] no la [illegible] hacia el [illegible] gremios que [illegible] la CGT-Azopardo, en confluencia con los [illegible] agrupados en la CTERA, que efectuarán en la misma jornada un paro nacional de actividades.

La marcha organizada por la central azopardista —que contará con el aporte de una veintena de delegaciones regionales— fue convocada por sus principales dirigentes: Víctor De Gennaro (ATE), "Mary" Sánchez (CTERA), Juan Palacios (UTA) y Nelson Pastor (FATUN). Pero aún resta saber si Ubaldini se plegará a los reclamos que se les realizarán a los diputados para que no sancionen el nuevo sistema de pago del aguinaldo.

Fuentes gremiales dijeron a Clarín que difícilmente el dirigente cervecero se encolumne en la marcha hacia el Parlamento. No obstante, hoy por la mañana en la central de la calle Azopardo, en reunión de consejo directivo, el estatal De Gennaro y la docente "Mary" Sánchez intentarán cambiar la voluntad de Ubaldini, más preocupado hoy en atender propuestas de tipo electoral.

Los estatales agrupados en ATE aprovecharán la movilización del miércoles para repudiar también el reciente decreto que crea un nuevo escalafón para la administración pública y solidarizarse expresamente con los jubilados y pensionados del país. "Hoy los jubilados están con la espalda contra la pared —en relación a Ubaldini, cuentan voceros estatales—, pero vamos a [illegible]".

En relación con las delegaciones regionales, los bo[illegible] que [illegible] en a la marcha de mañana se [illegible] de Los Motores, [illegible], [illegible], [illegible] y [illegible].

[illegible]

La Asociación de Empleados Estatales Provinciales (AGEPEA) [illegible] ayer que continuará realizando [illegible] y de no [illegible] dirigidos a la [illegible] pública en virtud de la situación salarial que atraviesan. Dicha [illegible] con [illegible] colectivo.

AGEPEA informó, además, que luego de las primeras [illegible] del plan de esclarecimiento [illegible] de acción directa.

PARTES POCO LEGIBLES

4/6/91

"CLARÍN"

X

01/01

9108522

Paran los maestros y profesores

Hoy no habrá clases en numerosas escuelas primarias y secundarias debido al paro dispuesto por la CTERA y otros gremios docentes. También adhieren los profesores universitarios. Anoche, el ministro Antonio Salonia, advirtió que podría ordenar la reducción de las vacaciones de invierno o prolongar el ciclo lectivo a fin de año para no perder los días de clase marcados en el calendario.

Como consecuencia del **paro de 24 horas** dispuesto por la **CTERA** y otras entidades docentes, hoy no habrá clases en la mayoría de las escuelas primarias del país. La medida será **parcial en el nivel secundario**, con amplia repercusión en los colegios provinciales y escasa en los que dependen del Ministerio de Educación nacional. En las **universidades** tampoco habrá clases porque adhirieron los profesores de **CONADU** y los empleados no docentes nucleados en **FATUN**.

Al mismo tiempo, la **Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA)**, que representa mayoritariamente a los maestros provinciales, convocó a una marcha hacia el Congreso, que tendrá lugar esta tarde —confluyendo con el resto de los gremios ubaldinistas—, en apoyo a sus demandas. Los docentes piden una recomposición salarial que eleve el sueldo mínimo a ₳ 2.500.000 retroativos al 1° de febrero, la incorporación de las sumas fijas al monto básico (sobre el que se contabilizan la antigüedad y otras bonificaciones). Además reclaman la implementación de la ley de paritarias y se oponen al pago escalonado del aguinaldo, entre otras reivindicaciones.

El sindicato más numeroso del ámbito docente, liderado por la ubaldinista **Mary Sánchez**, no realizaba medidas de fuerza desde el comienzo de las clases, cuando obligó a la postergación del ciclo lectivo por una semana en la mayoría de las jurisdicciones. Si bien se prevé un masivo ausentismo en el Gran Buenos Aires y en la **mayoría de las provincias, en las primarias de Capital Federal y del interior bonaerense el paro tendrá escaso eco**, debido a la división gremial.

La mayoría de los maestros de La Plata y de las principales localidades de la provincia de Buenos Aires cumplieron ayer el paro convocado por la **Federación de Educadores Bonaerenses**, de antigua disputa con la CTERA. La FEB repetirá el cese de tareas los días 12, 20 y 28 de junio. En cambio, el **Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires (SUTEBA)** con influencia en el conurbano, cumplirá la medida. Un centenar de afiliados a esta entidad **mantiene ocupado desde ayer el despacho del director general de Escuelas, Norberto Fernandino**, en demanda del pago de haberes de unos 8.000 suplentes.

El gremio porteño con más afiliados, la **Unión de Maestros Primarios**, también adhiere al paro, pero la oposición del abanico sindical **(UDAM, UOEM, Sudeba y CAMYP) le quitará fuerza a la medida. En los secundarios de la** Capital la actividad será aun mayor, ya que los sindicatos más importantes, **Unión Docentes Argentinos y la Asociación del Magisterio de Enseñanza Técnica**, tampoco convocaron al paro. En cambio será masiva la huelga en los colegios que dependen de las provincias y dispar en los nacionales.

Al coincidir con la **CTERA** tanto la **Confederación Nacional de Docentes Universitarios** como la **Federación Argentina de Trabajadores de las Universidades Nacionales**, las casas de altos estudios también se verán afectadas

5/6/91 "CLARIN"

02/02

3108523

ALCANCES DEL PARO

ESCUELAS PRIMARIAS (más de 6 millones de alumnos)		
LUGAR	**REPERCUSION**	**ACTITUD GREMIAL**
Capital Federal	Parcial	Para solo la Unión de Maestros Primarios. CAMYP protesta con asistencia a clase y no adhieren UDAM, Sedeba y UOEM.
Buenos Aires	Amplia en el conurbano. Escasa en el interior y La Plata	Adhiere SUTEBA. La FEB paró ayer y hoy retorna a clase.
Corrientes y Santa Cruz.	Ninguna	Los gremios de ambas provincias no pertenecen a la CTERA
Resto del país	Amplia	La mayoría de los docentes provinciales adhieren a CTERA
COLEGIOS SECUNDARIOS (más de 2 millones de alumnos)		
Nacionales	Escasa. La mayoría está ubicada en la Capital y en el Gran Buenos Aires	Solo adhiere el SUTEN. No paran los gremios más numerosos: UDA (nivel medio) y AMET (técnicos).
Provinciales	Amplia	La mayor parte de los profesores adhiere a CTERA.
Municipales	Ninguna	No los nuclea un gremio hegemónico
COLEGIOS PRIVADOS		
Primarios y secundarios	Parcial en la Capital Federal y el Gran Buenos Aires. Amplia en Santa Fe, Córdoba, Misiones y el interior bonaerense.	Convoca el Sindicato Argentino de Docentes Particulares (SADOP)
UNIVERSIDADES		
Establecimientos nacionales	Parcial en la UBA y amplia en las 26 restantes.	Paran los profesores de la CONADU y los no docentes de FATUN.

CLARIN

02/02

3108523

Amas de casa

El presidente del Instituto de Previsión Social de la provincia de Buenos Aires, **José Di Lorenzo**, afirmó que actualmente **"es imposible"** jubilar a las amas de casa como proponen distintos proyectos al tiempo que sostuvo que **"es antipático asumir esta posición, sobre todo en tiempos electorales, pero una jubilación sin aportes previos resultaría lisa y llanamente un subsidio y una erogación de ese tipo, sin recursos genuinos, no puede ser asumida por las provincias, Buenos Aires incluida".**

"La población femenina en la provincia es de alrededor de 6 millones, de las cuales el 73 % supera los 14 años, es decir 4.380.000. De ese total y descartadas las solteras y mujeres que participan de la población económicamente activa, **se obtiene una cantidad de 2.450.208, que es la cifra que participaría del beneficio a crearse, como afiliada o jubilada,** si tomamos como criterio que no será compatible con el goce de este beneficio el cobrar otro haber

Di Lorenzo puntualizó que según las estimaciones del organismo a su cargo, **"unas 800.000 mujeres de 55 años serán las potenciales beneficiarias, a las que se sumarían los casos de invalidez que se produzcan durante la afiliación, así como también las pensiones que deriven de fallecimiento".**

Para financiar el sistema Di Lorenzo señaló que **"el monto que cada afiliada debería aportar sería prohibitivo, porque la población activa es de 1.700.000 personas y la relación activo-pasivo sería de 1,06".**

5/6/91 "CLARIN"

X

01-01

9108524

SOBRE UN TOTAL DE 3.000.000

El "bono Cavallo" alcanzaría a casi 1.700.000 jubilados

No menos de 1.700.000 jubilados, sobre un total de 3 millones, estarían en condiciones de acceder al bono de consolidación de su deuda, cuya creación impulsa el Ministerio de Economía para todas las obligaciones pendientes anteriores al 1° de abril.

A partir de esa fecha, todas las deudas del Estado, incluso las contraídas con los jubilados, quedarían consolidadas devengando un interés de plaza y con derecho a ser cobradas en un plazo máximo de 16 años.

Habría un orden de cobro en el que los jubilados tendrían prioridad si acceden a recibir el equivalente a un año de jubilaciones mínimas por el monto total adeudado, aunque desde el vamos se formula una advertencia: si los recursos no alcanzan para pagarles a todos los jubilados, se les abonaría empezando por los de mayor edad.

La aclaración no fue gratuita, porque un rápido cálculo indica que si 1.700.000 jubilados decidieran optar por esta variante, en lugar del bono, el Estado tendría que desembolsar alrededor de 3.000 millones de dólares. Nadie debe asombrarse, entonces, si este sistema empieza a aplicarse a los mayores de 85 años, por lo menos.

De lo que nadie tiene dudas es de que Cavallo escribió la nueva versión de la emergencia previsional que, en 1987, tuvo su primera puesta en escena bajo el gobierno de Raúl Alfonsín. Entonces y mediante los decretos 648/87 y 366/89 los jubilados pudieron cobrar algunas cuotas retroactivas de su deuda si antes renunciaban a toda acción judicial.

Un relevamiento permite determinar, por otra parte, que casi un millón de jubilados, exactamente 949.410, adhirieron en su momento a aquellos decretos, de los que sólo llegaron a pagarse dos cuotas. Otros 412.638 que no se incorporaron a los mismos tuvieron, en octubre pasado, un reconocimiento de su derecho a cobrar la deuda a través de una ley.

En el ámbito judicial hay, además, alrededor de 9.000 jubilados que no aceptaron la propuesta transaccional de pago que la Subsecretaría de Seguridad Social formuló el año pasado, cuando parecía encaminarse un plan más amplio para ir cancelando progresivamente las distintas deudas pendientes.

Más descuentos en medicamentos

El titular del Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados (PAMI) Miguel Nazur, anunció ayer que a la brevedad se incorporará la medicación antiparkinsoniana al listado de remedios a los que el organismo a su cargo les reconoce un descuento del 100 % al ser adquiridos por los afiliados.

"Se trata de medicamentos de alta demanda por parte de los afiliados", especificó Nazur al referirse a los productos medicinales que accederán a ese listado, durante una reunión que mantuvo con alrededor de mil dirigentes que representaron a centros de jubilados de Quilmes, Lomas de Zamora, Avellaneda y Lanús y a los consejos asesores que funcionan en los distritos del PAMI de cada una de esas zonas.

El encuentro fue organizado por la Delegación Lanús del PAMI.

Pagos atrasados

Los jubilados y pensionados que, por cualquier circunstancia, no hayan cobrado sus haberes dentro de los plazos establecidos en sus recibos, pueden efectuar ahora el reclamo dirigiéndose al organismo previsional más próximo a su domicilio, donde deben solicitar el nuevo pago.

Así lo informó el Instituto Nacional de Previsión Social, indicando que los interesados deben realizar la gestión presentando el documento de identidad. En caso de cobrar habitualmente a través de un apoderado, tienen que presentar el certificado de supervivencia correspondiente.

Anteriormente, en los casos en que el jubilado o pensionado no cobraba el haber en el plazo previsto, se originaba un repago a los 3 meses subsiguientes en forma automática. Con el nuevo sistema se logrará una reducción del plazo al abonarse las sumas que no fueron percibidas en su momento en el próximo pago general.

5/6/91 "CLARÍN"

01-02

9108525

El ofrecimiento consistió en pagar el 60 % de la deuda actualizada a los titulares de sentencias firmes en su favor dictadas con anterioridad a junio de 1988 y restan abonar 5 de las 15 cuotas previstas a 9.900 jubilados que se acogieron al mismo.

En la Cámara Nacional de Apelaciones de la Seguridad Social se estima que 50.000 expedientes jubilatorios aguardan sentencia y un número similar de pedidos de reajuste se encontraría en curso en las cajas de jubilaciones, en lo que constituye un ineludible paso previo a toda acción judicial.

Fuentes previsionales reconocen también que cerca de 250.000 jubilados de las cajas de Industria y Comercio y de Estado, que nunca formalizaron reclamos judiciales ni administrativos, son también acreedores del Estado por la errónea liquidación de sus haberes.

En despachos oficiales se reconoce que por haberes mal liquidados, retroactividades impagas, juicios en trámite y con sentencia, el Estado le adeuda a los jubilados alrededor de 6.000 millones de dólares.

De esta situación no son culpables los jubilados para quienes los 16 años de plazo del bono, que compartirían con los 70.000 juicios de los proveedores del Estado, es demasiado tiempo. Mientras otro interrogante surge también del proyecto: si a cada jubilado se le consolidará su deuda al 1° de abril, ¿no debería al mismo tiempo actualizársele el haber a partir de esa fecha para no generar una nueva deuda?

"Los haberes mejorarán con el aumento de la recaudación previsional y como directa consecuencia de la lucha contra la evasión", anticipó en su mensaje Cavallo, pero su propuesta de transferir el FONAVI al sistema jubilatorio encontró un primer reparo serio. "No pueden contraponerse dos obligaciones que el Estado debe atender, como son la insuficiencia de los haberes jubilatorios y el tremendo déficit habitacional", afirma el titular de la Comisión de Vivienda, diputado José Pampurro.

La cuestión es clave porque un traspié en el pase del FONAVI al sistema podría abortar el aumento de ₳ 300.000 que regiría desde el 1° de julio para los mínimos y que recién se cobrará después del 10 de agosto. "El incremento es una burla carnavalesca", definió la Confederación General de Jubilados y Retirados.

Mucho antes, en las próximas horas, el Congreso deberá resolver otro tema crucial: el pago escalonado del medio aguinaldo que, en un intento por acercar posiciones, Cavallo aceptó que se abone con los haberes de junio a los pensionados y a los que cobran el mínimo. Los legisladores le propondrán dos variantes: que el techo para percibir el aguinaldo se amplíe hasta los ₳ 2.200.000 y que el mínimo aumente, desde julio, a ₳ 1.800.000.

Daniel Gómez López

CALENDARIO DE PAGO DE PRESTACIONES DEL SISTEMA NACIONAL DE PREVISIÓN

CAJAS		MAYO 1991
AUTONOMOS	PENSIONES	7 JUN/91 al 26 JUN/91
AUTONOMOS JUBILACIONES	Nos. PARES Nos. IMPARES	11 JUN/91 al 30 JUN/91 12/JUN/91 al 1/JUL/91
ESTADO - CAJAS CHICAS		13/JUN/91 al 2/JUL/91
FERROVIARIA Y SERVICIOS PUBLICOS INDUSTRIA		14/JUN/91 al 3/JUL/91
COMERCIO		17/JUN/91 al 3/JUL/91

91 [illegible] 25
02-02

Definen jefatura de las 62 Organizaciones.
150027
6/6/91
10033
11165
500854

Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991, Ambito Financiero Pág. 12

Luis Barrionuevo da de baja a la Mesa Sindical

El miércoles sacan del olvido a "las 62"

Escribe
Carlos Pagni

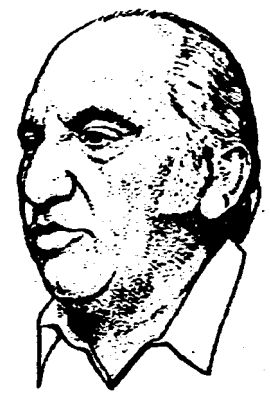
Los sindicalistas **Lorenzo Miguel, Luis Barrionuevo, Diego Ibáñez** y **Lesio Romero** volvieron a reunirse ayer por la mañana en la oficina que ocupa el **"Tordo"** en la UOM. El motivo del encuentro fue comenzar a definir los nombres de quienes ocuparán la jefatura de las 62 Organizaciones que esos capitostes gremiales piensan sacar del olvido el próximo miércoles.

El encuentro que tienen programado incluye la invitación para unos veinte sindicalistas (más los que cuando se encarga de la convocatoria invita por su cuenta el asignado Julio Raele). La selección es minuciosa y ya dejó al margen al estatal **Andrés Rodríguez**, luego de que en un arranque de inconsciencia se le ocurriera aconsejar, nada menos que en el seno de la UOM y delante de **Lorenzo Miguel**, que **"a las «Seis-dos» hay que ponerles una lápida"**.

• **Interna**

La reunión del miércoles tiene distintos prerrequisitos. Por un lado, supone que **Luis Barrionuevo** está dispuesto a **desactivar su "Mesa Sindical" y sólo mantenerla en estado larval en función de la campaña de Carlos Brown.** Claro que el segundo supuesto de ese esfuerzo de resurrección está dado por la decisión de los sindicalistas de "liberar" a sus organizaciones para que procedan como les plazca en la interna bonaerense. Como es sabido, allá la mayoría de los gremios se inclina por **Eduardo Duhalde.**

Aun así, si se examinan los



Lorenzo Miguel

alineamientos de las distintas seccionales de cada sindicato se descubre la gran dispersión que introduce en esas entidades la interna del justicialismo.

Sin embargo, **el principal objetivo de la reunión del miércoles próximo consiste en recuperar un poder sectorial que se fue diluyendo poco a poco, a partir de los sucesivos acercamientos a Carlos Menem que cada uno, por su lado, protagonizó.** Ese espíritu opositor es el que, con un dejo de ironía, subrayaba uno de los asistentes a la tenida de ayer, cuando decía: **"Que no se olviden de que las 62 tienen personería jurídica y pueden servir de base a un partido peronista obrero".** En realidad, la expresión obedece a los viejos reflejos vandoristas de los más veteranos antes que a una meta a conseguir.

Esa identificación que los sindicalistas realizan entre "unidad" y "oposición" es la que de pronto los vuelve amplios y los lleva a firmar tarjetas de invitación hasta para **Saúl Ubaldini** y algunos ex 25. El cervecero, por su parte, ya pidió permiso en su CGT para asistir al encuentro de la próxima semana, aunque no lo habilitaron totalmente. La idea no cae bien a quienes sólo conciben la reconciliación sobre la base de un antimenemismo a ultranza, como una **"Mary" Sánchez** (que ayer en la Plaza de los Dos Congresos rehusó fotografiarse junto a **"Querido"**) o un **Víctor De Gennaro.**

Claro que eso no quiere decir que no haya también las suficientes ínfulas antioficialistas en los demás sectores.

• **Recelo**

Lorenzo Miguel, por caso, sigue mirando con demasiado recelo a **Carlos Menem**, más allá de que el lunes ambos hayan almorzado juntos, con **Jorge Triaca, Domingo Cavallo** y **Erman González.** Las excusas que brindó **Menem** ante **Miguel** por el hecho de haber designado a **Triaca** en SOMISA no le alcanzaron al "Tordo" para atenuar su rencor. Es más, hoy los 200 delegados gremiales de esa empresa estarán durante todo el día en la sede central de la avenida Belgrano, reclamándole al ex ministro de Trabajo una recomposición salarial que significaría para la caja de esa firma un desembolso de 15 millones de dólares.

La manifestación de hoy no será la única. La ofensiva también se compone de una visita al Congreso de unos mil empleados de San Nicolás, la próxima semana, reclamando que se apruebe rápidamente la ley de transformación de SOMISA o bien que se suspenda su trámite para que se "favorezca" la incorporación de capital. El temor de los "meta" es que la menor demanda del mercado interno ante una competencia agresiva de Brasil, asociada a las dificultades de financiamiento con que se encuentra **Jorge Triaca**, se convierta en el disparador de una ola de despidos o suspensiones. **Triaca, por su lado, no conjuró ese miedo cuando les prometió: "No estoy dispuesto a hacer de San Nicolás una ciudad fantasma".**

01/01 9108526

Recursos en rojo para pagar a los jubilados.
150024
6/6/91
10033
11165
11327

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991

FALTAN U$S 100 MILLONES PARA PAGAR A LOS JUBILADOS

Recursos en rojo

Los 100 millones de dólares mensuales que dejaron de percibir las cajas de previsión por los impuestos a las tarifas telefónicas y a los combustibles que quedaron sin efecto el año pasado, al concretarse las privatizaciones, son los que les faltan a los jubilados para cobrar en fecha el medio aguinaldo y recibir un aumento más digno que los 300 mil australes recientemente otorgados.

La conducción económica de Domingo Cavallo intentó paliar esa situación, restableciendo el 10 por ciento proveniente del IVA (es decir, del bolsillo de los consumidores en general) a los efectos de cubrir la mitad de aquella pérdida, o sea 50 millones de dólares, que se agregan al presupuesto mensual de 500 millones de dólares que insumen los jubilados y pensionados.

El ex secretario de Seguridad Social, Santiago de Estrada, quien renunció en enero debido al debilitamiento que les ocasionaba a las cajas la supresión de los tributos "provisionales", denunció que el 81,5 por ciento sobre los pulsos telefónicos que les destinaba por ley a los jubilados desde hace tres años "no lo tragaron las empresas adjudicatarias de ENTel".

Según el ex funcionario, el plan oficial para derivar el 10 por ciento del IVA y extremar los controles para evitar la evasión no alcanza ni siquiera para llegar al precario equilibrio que existía el año pasado, ya que el incremento otorgado a los haberes pasivos suman 90 millones de dólares por mes, frente a los 50 millones que ingresarían de inmediato por la otra vía fiscal.

La ligereza con que se hicieron los números que afectan a tres millones de jubilados y pensionados excluyó la fuente de financiamiento para los 60 a 70 millones de dólares que faltan cada seis meses para el pago del medio aguinaldo, ya que los aportes de los que están en actividad no son suficientes para cumplir con los pasivos estatales, del comercio, la industria y, fundamentalmente, los autónomos.

El bache entre lo que entra en las cajas por los aportes de los cuatro millones y medio de trabajadores en relación de dependencia y lo que retiran los tres millones de jubilados y pensionados asciende a 200 millones de dólares por año. La tercera parte se cubre con los gravámenes provenientes del gas y los combustibles; y el de los teléfonos, eliminado al privatizarse ENTel, le daba de comer a doscientos mil pasivos.

Este desfase podría ser todavía mayor si se liquidara efectivamente el 82 por ciento del salario activo que dispone la ley. Los especialistas le añaden otros 100 millones de dólares mensuales al presupuesto actual por ese concepto. Y constituye una de las causas más significativas de juicios contra el Estado por más de 10.000 millones de dólares.

El mapa provisional, visto aritméticamente, no presenta viaos de arreglo para las necesidades de seres humanos. Pese a que el 80 por ciento de la clase pasiva cobra el mínimo (en el caso de los autónomos, la totalidad; en Industria y Comercio, el 60%, y en el Estado, el 30%), sus ingresos se ubican entre un 45 y 47% debajo de los salarios medios, siendo que un jubilado come, viaja, atiende su salud y consume servicios como cualquier mortal en actividad.

Por arriba de esa franja más que sumergida están los que reciben haberes de privilegio (en ese estado se registran 10 millones de dólares mensuales) y unos ciento veinte mil retirados estatales.

Cada año que transcurre, la crisis se agrava porque son más las personas en condiciones de jubilarse que los puestos de empleo nuevos que se crean en una economía recesiva como la nuestra. Así, aunque el año pasado la recaudación del sistema haya aumentado un 6,11 por ciento respecto de 1989 gracias a los planes de normalización "apenas si pudimos equilibrar las cuentas", se queja el subsecretario de Seguridad Social, Walter Schulthess.

01-01

910852

Situación de los jubilados en Plaza Lavalle.
150029
6/6/91
10033
11165
11327

[illegible]

[illegible]

En la tarde del martes se prendieron las luces rojas que marcan el estado de emergencia en lo alto del Gobierno. Quienes están cerca del Presidente cuentan que en una sala cercana a su despacho, Carlos Menem recibió información confidencial sobre cómo estaba la situación en los jubilados en plaza Lavalle y no dio por [illegible] un gesto de honda preocupación. En pocas palabras, dijo a sus informantes que había que desarmar ese foco [illegible] con una recomendación: nada que [illegible] puede ser peligroso, que [illegible] en las manos".

Finalmente, en un par de horas, la alerta en que estaba centrado en los [illegible] que Domingo Cavallo sobrevuela en el Congreso para convencer a diputados y senadores sobre la imperiosa necesidad de aprobar el pago postergado de la [illegible], pasó a un segundo plano.

¿Qué fue lo que provocó que el particular campamento instalado por los activistas de los jubilados frente al Teatro Colón se convirtiera en una prioridad [illegible] del Gobierno?

En la Casa Rosada temen —con claro fundamento— que el de los jubilados sea el punto de un hilo que [illegible] no sólo algunos gremios ya [illegible] enfrentados con el proyecto [illegible] como los docentes de Mary Sánchez [illegible] estudios de Víctor De Gennaro, por el otro también la oposición política de [illegible] y radicales.

Como además, primeras espadas de la administración han puesto el ojo en los problemas de quien aparece como principal impulsor de los acampantes de plaza Lavalle, [illegible] Giannini, sospechando que por [illegible] a montar una salida por [illegible] para este difícil diputado.

Cuando el [illegible] fracaso informó en el [illegible] de Luz y Fuerza [illegible], Eduardo [illegible] Nuñez y no disimulando su [illegible] de los compañeros, la última fin de semana, cuando Aldo Pico recorría poblaciones del oeste del Gran Buenos Aires haciendo su campaña presidencial vestido con chaqueta verde oliva, alguien le preguntó sobre Giannini. "Sí, es cierto, es muy amigo mío", respondió sin andarse con vueltas.

Anoche había en el Gobierno quienes eran partidarios de lanzar una profunda ofensiva contra Giannini, acusándolo de [illegible], previo alineamiento de los [illegible] que este tiene en la Avenida de Mayo al 800, desde los servicios de inteligencia [illegible] comenzaron a moverse asegurando que hay un verdadero depósito de combustible [illegible] para apuntalar [illegible] la ola popular que hoy [illegible].

[illegible]

[illegible] Lavalle. "Ayer, un reportero que llegó desde Nueva Zelanda vino a verme para hablar con quien tenía que hablar sobre la quinta que están montando los jubilados", confió más alarmada que risueña una [illegible] que sigue de cerca el tema. Más allá de la anécdota, esto indica que al Gobierno comienza a preocuparle, además del costo político [illegible] una divulgación que [illegible] viendo en el exterior [illegible] una vidriera por la que [illegible] quiere [illegible] más prolija posible.

Los internos van y vienen

Otro frente de tormenta que hace tambalear el precario equilibrio en que había quedado la lucha entre los distintos sectores que hegemonizan el poder político del Gobierno está a punto de estallar como un coletazo del llamado "caso Solanas".

El ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, dice y repite que las investigaciones no avanzan porque se carece de esa norma legal que regula, entre otras delicadas cuestiones, el control político de los procedimientos policiales y de inteligencia.

De esa manera contesta el ministro político del Gobierno cuando se le pregunta por qué el atentado al cineasta baleado en las piernas aún permanece en una nebulosa.

[illegible] del Ante, Todo, el jefe de la Comisión de Defensa de Diputados, salió con los [illegible] para adelante y en cuanto miércoles le acercó replicó que si aún esa ley no existe es porque el propio Mera no quiso que se sancionara la norma ya consensuada con el radicalismo.

[illegible] el contenido que deberá tener la ley de seguridad interior hay un [illegible] debate en el Gobierno, ya que se sabe que el proyecto que de la noche a la mañana apareció patrocinando el santafesino Roberto [illegible] reviste particularmente los procedimientos y la [illegible] que, sobre el tema, sustenta la Policía Federal. Y que un diputado alineado en la senda del Presidente [illegible] públicamente al ministro del Interior que el Parlamento "va a exigir que no haya impunidad", está revelando [illegible] que pueden darse en las inmediaciones de Julio Mera Figueroa.

[illegible] "acusados" que no disimulan una nueva carga contra el ministro, [illegible] en los círculos personales del [illegible] que pruebas de eficiencia en su gestión [illegible] vez que se trata de explicar su permanencia en el gabinete.

Los "celestes" —que anhelan sentar en esa butaca a José Luis Manzano desde hace ya bastante tiempo— responsabilizan también a Mera por los inconvenientes que traerá el retraso con que se viene cumpliendo el organigrama electoral, especialmente en la [illegible] de los padrones, y por la falta de un diseño político para concluir el tema Catamarca.

En la cumbre del poder se acepta que la gestión del interventor Luis Prol se está "desinflando" peligrosamente y que se le está regalando la iniciativa a Ramón Saadi. Esto quiere decir, según esas fuentes, que todo el c[illegible] político pasado por el Gobierno cuando decidió intervenir el polvorín catamarqueño, está a punto de [illegible] en saco roto.

Ciertamente, no parece un compendio de lógica política que ahora desde la Casa Rosada no baje la señal al Consejo Nacional del Partido Justicialista para que disponga la intervención del PJ de Catamarca. Esto es, que no se tome la decisión de quitarle a Ramón Saadi la única maquinaria de hacer política que aún tiene el gobernador depuesto.

Los consejeros que [illegible] a Menem y a Mera buscando algún gesto para decidir la cuestión se quejan diciendo que ahora sólo reciben silencios.

Con ese marco son pocos los peso pesados del peronismo que creen que Mera Figueroa pueda convertirse en un operador calificado para resolver otro asunto que se avecina con pronóstico de polvareda política: el adelantamiento de las elecciones en la provincia de Buenos Aires que están a punto de pedir tanto Eduardo Duhalde como Antonio Cafiero. Hoy por hoy, y pese a que en principio se pensó que llevar la fecha al 27 de octubre redundaría en una ventaja para los tiempos que necesitaba Duhalde, las cartas se han dado vuelta. Al candidato justicialista no le seduce la idea de llegar a las elecciones viendo cómo el radicalismo concreta antes las probables victorias en los otros tres distritos clave: Córdoba (Angeloz), Santa Fe (Usandizaga) y Capital (De la Rúa).

A nadie en el peronismo, como están hoy las cosas, parece hacerle gracia que esos tres referentes de la UCR, luego de imponerse en sus provincias, recorran Buenos Aires predicando un "efecto cascada" radical con el fin de romper la estrategia de quienes piensan que la opción a plantearse al electorado es sólo "Duhalde o el alfonsinismo".

Tabaré Areas

Copyright Clarín, 1991

Doc. poco legible

6/6/91

"CLARÍN"

X

9108528

01-01

Amplia adhesión al paro docente.
150024
6/6/91
10033
11165
11913

FUE MASIVO EN EL INTERIOR Y DISPAR EN CAPITAL Y BUENOS AIRES

[illegible]

El paro de maestros y profesores alcanzó altos índices de acatamiento en todos los niveles de la enseñanza y en la mayoría de las [illegible] provincias. El ministro Salonia dijo que la medida no tiene legitimidad. Criticó a los gremios por no [illegible] las negociaciones. Docentes encabezados por "Mary" Sánchez resistieron al acto de la CGT. [illegible] Capital. En las escuelas municipales y los secundarios nacionales el paro tuvo mayor adhesión que la esperada por los propios sindicatos.

[illegible] gremios y autori-

[illegible] a sus críticas, Salonia prometió seguir las [illegible] para transformar en remunerativas las sumas fijas (A 1.200.000, más A 200.000 de básico) que cobran los docentes. Pero no las transformará en bonificables (es decir, para calcular los premios por antigüedad, etc.) pero mejorará los aportes a cajas, jubilaciones y obras sociales. El viceministro Pablo Aguilera fue tajante: los huelguistas perderán el presentismo y, por lo tanto, parte del sueldo.

En las universidades [illegible] normal el dictado de clases porque adhirieron profesores de [illegible] y los empleados administrativos y de [illegible] nucleados en [illegible]. La jornada finalizó con un acto de la [illegible] frente al [illegible] que concurrieron numerosos maestros y profesores.

En la provincia de Buenos Aires se registró un [illegible] en el [illegible] y disparidad en el [illegible] provincia. [illegible] sólo paró el [illegible] "Mary" Sánchez de la Moderna [illegible], que [illegible] y seguirá [illegible] las [illegible] de la [illegible] enfrentamientos y por eso han desperdigado sus medidas de fuerza.

El mismo secretario de Educación de la Municipalidad de Buenos Aires, Osvaldo Devries, debió admitir que el paro en las escuelas municipales "fue un poco más importante" que los anteriores. Según la información oficial el ausentismo fue del 34 % en la Capital Federal.

La Unión de Maestros Primarios (UMP) también reconoció que la huelga superó sus propias expectativas. Calculó que la adhesión fue del 70 por ciento. Fuentes oficiales de Educación Inicial dijeron que se paralizó el 50 por ciento de la actividad.

Las únicas provincias donde se trabajó normalmente fueron Santa Cruz y Tierra del Fuego. En las escuelas primarias y secundarias argentinas el dictado de clases no tuvo interrupciones. En las nacionales la huelga sólo afectó el 10 por ciento de las actividades.

La AEDOP que es el gremio de los maestros y profesores del sector privado calculó que se paralizó entre el 70 y el 80 por ciento de esos establecimientos. El secretario de [illegible] Santiago Nardi, dijo que el porcentaje de adhesión fue mayor en La Pampa, Mar del Plata, Tucumán, Córdoba, Santa Fe, Río Negro, Gualeguaychú, Corrientes y Río IV. En Capital Federal, cosechó una adhesión superior a la esperada.

PARTES POCO LEGIBLES

X

6/6/91
= CLARIN

01/01

9108529

Acto de CGT-Azopardo ante el Congreso.
150024
6/6/91
10037
11165
500854

Marcha al Congreso

A pocos días del [illegible] último momento, [illegible] la CGT [illegible] el acto central del acto realizado ayer frente al Congreso por la CGT-Azopardo, en oposición al pago [illegible] del aguinaldo y en apoyo a las demandas de los jubilados y docentes, que convocaron a la mayoría de los casi 300 mil manifestantes.

Desde la tradicional marcha peronista, se reiteraron alusiones a las banderas originarias del peronismo. El propio Ubaldini dijo, subido al acoplado de un camión que sirvió como escenario, que "[illegible] Menem [illegible], porque no [illegible] de quien en el Mástil solo le [illegible] trabajadores el aguinaldo sino [illegible] y el [illegible]". La titular de CTERA, [illegible]

[illegible] ante Eduardo Duhalde y Alberto Pierri, como titulares de las Cámaras de Senadores y Diputados, respectivamente, un pedido para que se dejara sin efecto el proyecto oficial de diferir el pago del aguinaldo.

Entre bombos y redoblantes, carteles con las leyendas Resistir la traición o el más risueño Viva la Pepa, los más excitados entraban en calor cantando "No los voy a defraudar / eso no era para nosotros, / era para Alsogaray", o "Se está poniendo de moda / tirar gorilas al mar / Cavallo muy preocupado / está aprendiendo a nadar".

La sindicalista docente "Tiany" Sánchez fue recibida con el grito de batalla de su gremio "Olá, olá, la CTERA triunfará". Luego de detallar un breve párrafo a las reivindicaciones específicas de los docentes, que estaban cumpliendo un paro de actividades, dirigió sus dardos contra la política económica del Gobierno al sostener que "de una [illegible] y el [illegible] la A[illegible] y el [illegible]".

[illegible] Víctor De Gennaro [illegible] Ubaldini, junto a varios dirigentes [illegible] Tradición, Unidad y Democracia [illegible] Alsogaray, Eduardo Duhalde y [illegible] de la UCR [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

6/6/91
"CLARIN"

01/01

9108530

Perfil de Rubén Gioannini.
150029
6/6/91
10033
11165
500854

Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991 ★ CLARIN

QUIEN ES RUBEN GIOANNINI

Industrial del juicio

Extraña síntesis la que ha logrado el sindicalista Rubén Gioannini. A los 43 años, con más de quince de militancia nacionalista y peronista —con más de la primera que de la segunda— pudo ahora conjugar su vocación gremial con la defensa legal de sus representados. No es abogado, pero descubrió que la industria de los juicios en contra del Estado puede ser una generosa vaca lechera.

Gioannini —emparentado ideológicamente con **López Rega, Ottalagano y admirador de Kadaffi**— es auxiliar de taller y delegado de unos treinta obreros en la usina que SEGBA tiene en la Costanera. Su agrupación interna, **Nueva Línea**, disputa la conducción de **Luz y Fuerza** con suerte esquiva (en su mejor elección no superó el 15 por ciento de las voluntades); a pesar de todo, es una organización próspera: su vinculación con el estadio López Palomero y el trabajo que se ha tomado de convocar a obreros en conflicto y pleitear en contra del Estado (**ganó más de diez mil juicios**) permitió a su agrupación comprar varios pisos del edificio de Avenida de Mayo 878, producir un programa radial (Tiempo Nacional, Radio Argentina) y tal vez sostener —como señaló el Gobierno en diciembre de 1990— actividades de los caraguistada. "Ninguna de esas cosas se pudo probar, aunque sí soy amigo de Rico y Seineldín, para qué le voy a negar —explica Gioannini a Clarín— Cuando Rico cayó en la mala, yo le ayudé; él me mandó a su mujer, y lo ayudé, como ahora ayudo a los jubilados."

Casi simultáneamente con el comienzo del juicio a los rebeldes que se alzaron el 3 de diciembre, Gioannini montó la protesta en plaza Lavalle, frente a Tribunales. Carpas y olla popular.

El lunes, la Mesa Coordinadora de Jubilados y Pensionados, principal organización de los pasivos, se conectó con Gioannini para que él y sus abogados se hagan cargo de los pleitos que piensan entablar contra el Estado.

"Todos los dirigentes gremiales deberían hacer lo que hago yo, me refiero a los peronistas, no a los menemistas que están siendo cómplices de este genocidio de ancianos", alega Gioannini, para defenderse de la acusación de "comisionista" que le llueve desde la conducción de Luz y Fuerza. "Lo que pasa —explican en el sindicato— es que la ley de emergencia económica le cortó el negocio. Muchos de los que habían iniciado juicios contra el Estado a instancias de Gioannini, ahora le están pidiendo cuentas. Por eso también se pone a la cabeza de la lucha de los jubilados, porque desde Línea Nueva les dijeron a los pobres viejitos que los juicios estaban ganados y ahora no saben cómo salir del embrollo."

La organización Línea Nueva también resultó sospechosa en 1988, cuando después del levantamiento de Monte Caseros un grupo de empleados de SEGBA que pintaban las paredes con la leyenda "Rico es Patria", confesaron a la Policía, al ser detenidos, que trabajaban con Gioannini. "Y qué le voy a hacer —se ataja de nuevo—. Yo soy amigo de Rico y Seineldín, pero se lo juro: jamás los votaría."

Daniel Capolbo

01/01

91108531

Reclamos y propuestas
15
6/6/91
10023
11105
11327

Reclamos y propuestas

Sector	Reclamo	Propuesta oficial
Mesa Coordinadora de Jubilados	Jubilación mínima de australes 3.500.000. Pago del aguinaldo sin escalonamiento. Pago de haberes del 1° al 5 de cada mes.	Jubilación mínima de A 1.500.000
Jubilados de plaza Lavalle	Jubilación mínima de A 2.500.000. Cancelación de deudas con sentencia judicial actualizadas. Idem.	Idem. Pago de deudas hasta 12 jubilaciones mínimas y el resto con bonos
Docentes (Ctera y Conadu)	Sueldo básico de australes 2.500.000 e incorporación al básico de la suma fija no remunerativa de A 1.200.000. Reglamentación de leyes de financiamiento educativo y de paritarias.	Analiza incorporación de la suma fija y rechazo de pedido de aumento

"LA NACION"
6/6/91

01-01

9108532

Violenta protesta de jubilados frente al Congreso.-
150024
6/6/91
10033
11165 /11317
11414

Fue violenta la protesta de los jubilados frente al Congreso

Los empleados de seguridad del Congreso tuvieron que esconderse detrás de cuatro láminas de vidrio blindado y detrás de la precaria seguridad que ofrecían las dos puertas de entrada a la Cámara de Diputados. Golpes, patadas y gritos enronquecidos por los años, la furia y la impotencia cayeron sobre las puertas cerradas. Un mozo que pretendía [illegible] a alguien un almuerzo —bandeja, servilleta blanca, pulcritud— optó por una prudente y veloz huida. El diputado Federico Clérici (UCeDé) fue increpado, insultado y agredido. A la una menos diez de ayer, la marcha de jubilados al C[illegible] se había [illegible] una avalancha que pugnaba por quebrar el metal de las vallas de seguridad que intentaban resguardar el edificio anexo del Congreso, en Riva[illegible]via y Rio[illegible]

De [illegible] [illegible]

[illegible] Pablo [illegible]

[illegible] una vaca que, [illegible] nueve litros diarios de leche.

casi dos meses funciona frente a Tribunales.

"No somos carapintadas. Ojalá que los carapintadas fueran así, como nosotros, porque estaría orgullosa de ellos", afirmó Pla. Pero el párrafo decisivo sobre el asunto fue de Rubén Giommini, indicado por distintos medios, y por el propio ex teniente coronel, como hombre de Aldo Rico: "Yo soy amigo de Rico, pero si uno es amigo de un delincuente no quiere decir que uno también sea un delincuente. A él lo conocí en el '75. Pero ahora digo que no hay que votarlo. Lo que pasa es que, antes, cuando se defendía a la gente, te decían zurdo y te levantaban. Ahora, en cambio, te dicen carapintada. A mí me 'pegan' porque vine y los ayudé a organizarse".

En diálogo con Clarín, y mientras la marcha bordeaba la Plaza de los dos Congresos, Giommini [illegible] que "también soy amigo de [illegible], pero una cosa es lo que el [illegible] y otra la amistad. Yo creo que Semelman se equivocó".

[illegible]

megáfono. El dibujo de un ataúd con la inscripción "Gracias Presidente por este servicio gratuito que nos dejaste" resumía desde una pancarta el resentimiento generalizado hacia la política gubernamental en materia previsional.

Al llegar al Palacio Legislativo arreciaron los gritos de repudio al ministro de Economía y al presidente de la República. Eran las doce y cuarenta cuando se cantó por primera vez el *Himno Nacional*. Exactamente diez minutos después se desató una violenta avalancha contra las vallas que resguardaban el edificio anexo del Congreso.

Un mozo que en ese momento transitaba el hall externo del edificio con una bandeja —llevando aparentemente un servicio de almuerzo— cubierto por una servilleta blanca, debió emprender una rápida huida frente al aluvión de jubilados que invadió el [illegible]. El personal de seguridad intentó inútilmente frenarlos y debió replegarse [illegible] cuatro láminas de vidrio y las dos puertas de entrada. Los vidrios se sacudieron y hubo escenas de angustia ante el temor de su rotura.

Hubo golpes, patadas y [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

"CLARIN"
6/6/91 91 08533

01-02

De ese modo también, y mientras dilucida cómo y cuánto pagar del medio aguinaldo, cómo y cuanto el aumento salarial y cómo y cuánto pagar por los juicios entablados y ganados por los jubilados, el Gobierno alienta una protesta que implica un alto costo político y social, totalmente impensado cuando el primer anciano alzó su voz de protesta y fue tomado como un gesto casi pintoresco.

"No podemos repartir lo que no tenemos", dijo ayer el presidente Carlos Menem luego de la accidentada protesta, y descartó así la posibilidad de mejorar el aumento de 300 mil australes otorgado a los jubilados. Al mismo tiempo, Menem juzgó como "cada vez más politizada" la lucha que vienen sosteniendo los jubilados y advirtió sobre "elementos extraños que se han infiltrado" en esas protestas.

Encolumnados detrás de un Rastrojero, desde el que, megáfono mediante, se dictó incesantemente la consigna "Justicia y dignidad", los jubilados que acampan en plaza Lavalle empezaron a marchar hacia el Congreso. Eran las 11.30. La caravana no estaba conducida por miembros de la tercera edad, salvo Norma Beatriz de Pla. Eso permitió confirmar, al menos en parte, la participación de personas vinculadas a los carapintada en la organización de la olla popular, que hace

Violenta protesta de jubilados en Congreso

(Viene de la PAGINA 3)

[illegible] veces, hasta que los manifestantes consiguieron [illegible] la salida. Pero la presión continuó contra los edificios. Los gritos de "[illegible]" y "¡Que se vayan!", dirigidos [illegible] invisibles legisladores se acercaron cuando, inesperadamente apareció el diputado ucedeísta Federico Clérici.

Como pudo, y llevado de un lado a otro por la presión de los embravecidos abuelos, Clérici logró explicar que Domingo Cavallo estaba dispuesto a recibir a una delegación de los manifestantes. Una anciana agitó una botella de agua mineral que mojó el traje del diputado y, desde otro sector, lo escupieron.

—¡En este momento Cavallo está reunido con diez jubilados! —alcanzó a explicar Clérici.

—¿De dónde son...? —se le preguntó.

—[illegible] sé, no sé... —dijo antes de lograr ponerse a salvo reingresando al edificio.

Una delegación integrada por Norma Pla, Rubén Giannini y Nora Valdivia traspuso entonces la valla de seguridad montada detrás de los blindex. Faltaba media hora para las dos de la tarde. El diputado del Grupo de los Ocho Carlos "Chacho" Alvarez llegó "para [illegible] la protesta de los jubilados de la M[illegible] Coordinadora Nacional" [illegible] dos de los de la plaza Lavalle, y que estaba prevista para las tres—, y dijo sobre Giannini: "Creo que él [illegible] pasado muy cercano a la [illegible] y era muy difícil [illegible] enfrentarla políticamente".

Silvio Kreuzer, un teniente que combatió en Malvinas, integrante de la Agrupación de ex Combatientes de Comandos Anfibios, hizo saber a los periodistas que la seguridad de los jubilados había quedado "bajo nuestra responsabilidad después que intentaron quemarles una carpa. Los que hicieron ese atentado quisieron ensuciar a Rico. Y nosotros, que somos apolíticos, sabemos que Rico no tuvo nada que ver. No nos gusta que se manche su nombre porque él no es como Seineldín, que en la guerra lo pasó tomando mate".

Cerca de las cuatro bajaron los delegados. Se supo que la reunión con el ministro Cavallo había tenido resultado negativo, y que no se iba a conceder un austral más de los 300 mil anunciados. Mientras tanto, en la plaza Lavalle, jubilados y curiosos rodeaban la vaca donada por Juan Ricardo Mussa, quien actualmente se postula como candidato a gobernador para la provincia de Buenos Aires. La vaca, garantizó, proveerá por los menos cuatro litros y medio de leche.

Miguel Angel Gillman

02-02

9108533

Marchas de jubilados frente al Congreso..
150024
6/6/91
10033
11165
11414

Dos marchas organizadas por jubilados confluyeron ayer en las puertas del Congreso, donde se produjeron forcejeos y actos de violencia entre la policía y simpatizantes del riquismo que apoya a los jubilados acampados en Plaza Lavalle. Un grupo de representantes interrumpió la reunión del ministro Cavallo con los diputados y mantuvo un acalorado diálogo con el jefe de Economía. En medio de las explicaciones sobre la escasez presupuestaria, Cavallo se emocionó y los jubilados le pidieron que en lugar de llorar les diera soluciones. Estas manifestaciones fueron la expresión más notable de una situación social que parece deteriorarse. Los maestros y profesores cumplieron un paro con alto acatamiento.

Cavallo lloró

—Señor ministro, ¿qué es tiene madre? —preguntó Norma [illegible] de Plá.

—Sí —respondió el ministro Domingo Cavallo.

Lejos de las explicaciones técnicas, así se iniciaba ayer en el anexo del Congreso el diálogo entre un grupo de seis jubilados —que habían llegado en manifestación al Congreso [illegible] plaza Lavalle— y el ministro de Economía.

—Pero su madre no vive en plaza Lavalle, ¿verdad?

—No —respondió el ministro—, vive en el interior.

Enseguida, la jubilada le trazó un crudo cuadro de situación sobre los padecimientos de sus pares. Cavallo retomó:

—Mi padre también fue un trabajador y es un jubilado. Yo me acuerdo cuando era un niño (comienzan las pausas por la emoción). El [illegible] (muerde un sollozo, baja la cabeza).

—No llore señor ministro, tenga fuerza —pareció ayudarlo la jubilada.

—Estoy emocionado. (Cavallo no disimula su estado de ánimo y alarga la pausa). Lo que ustedes dicen es verdad, pero también es cruel la [illegible] sobre la que tenemos que actuar [illegible]. Yo también provengo de un lugar de trabajo pero pude estudiar y creo conocer cómo funciona la economía.

A partir de allí el ministro recuperó su aire profesional, el [illegible] emotiva habían pasado [illegible] a tratar de convencer a los [illegible]. Tuvo poco éxito y debió [illegible] sucesivas recriminaciones.

[illegible] Cavallo [illegible] proyectos referentes [illegible] nomico (ver página ocho) en las primeras horas de la tarde de ayer cuando la realidad llamó a la puerta. Seis jubilados, desprendidos de la movilización, se tendieron en el piso del acceso al despacho donde se realizaba la reunión y advirtieron:

—De aquí no nos vamos hasta que nos atienda, y si es necesario hacemos aquí mismo una huelga de hambre.

Adentro llegaban los gritos y los golpes en la puerta. ¿Podía seguir así esa reunión de la que participaban unos cuarenta diputados? El propio ministro fue quien decidió poner fin a la situación y pidió hablar con los jubilados.

A su lado se ubicó el diputado peronista Oscar Lamberto, presidente de la Comisión de Finanzas, que tomaba de la mano a uno de los jubilados que había llegado a la oficina. Instantes antes le había pedido, con un cariñoso "cálmese abuelo", que escuchara al ministro.

Del otro lado de Cavallo otro diputado, Jorge Matzkin, [illegible] la vista sobre una persona joven, que admitió no ser jubilado, y que aparecía como uno de los riquistas caraplatada que respaldan la protesta permanente en la plaza Lavalle.

La presencia de los jubilados en el Congreso estuvo acompañada de forcejeos con las custodias cuando trataron de ingresar por las puertas que fueron presuroso mente cerradas. Uno de los diputados que se mezcló con ellos para dialogar, Federico Clérici, fue agredido.

Pero la nota estuvo en el [illegible] se expuso en la [illegible] y arrojó sus lágrimas. Algo que no se recuerda en el Parlamento.

PARTES POCO LEGIBLES

9108534

01/02

DOS MARCHAS POR SEPARADO

Jubilados divididos

Juntos, pero separados, los jubilados protestaron ayer frente al Congreso Nacional. Por un lado, y desde antes del mediodía arribó el contingente que se ha ganado el título de "los de la plaza Lavalle", por el otro, a las dos y media, llegaron los inscriptos en la Mesa Coordinadora Nacional de Jubilados. La división se hizo notoria cuando los micrófonos de unos y otros superpusieron sus voces, y los gritos pidiendo "unidad" establecieron una nueva puja.

Desde la cabina de una camioneta, micrófono en mano, Rafael Iniesta, titular de la Mesa Coordinadora, se dirigió a su gente mientras a pocos metros, en la misma cuadra de Rivadavia, entre Callao y Riobamba, el otro grupo difundía por un megáfono el resultado negativo de la reunión que sus delegados acababan de mantener con el ministro de Economía, Antonio Cavallo.

"[illegible] de los jubilados es una [illegible] y no tiene diferencias políticas porque la nuestra, justamente, no es una lucha política" hablaba dichosamente antes Inés Cordelli, secretaria de previsión social de esa agrupación. De todos modos, los plazalavallistas comenzaron a retirarse en el mismo momento en que Nereo Plá pudo usar el micrófono de la Mesa Coordinadora (más potente que el de su grupo) y hacía un llamado a la unidad, aunque sin reclamar a los suyos que permanecieran en el lugar.

Consultado por Clarín acerca de la separación evidenciada, Iniesta fue tajante: "Somos uno, no hay distinciones". ¿Es gente de Rico la que dirige a los jubilados de Plaza Lavalle? Iniesta tampoco tuvo dudas: "Sobre eso no abro la boca".

"CLARIN"
6/6/91

02/02

9108534

Más de 50.000 juicios jubilatorios paralizados
150024
7-6-91
10033
11165
11327

CAMARA DE APELACIONES

[illegible] mil juicios paralizados

[illegible] por impotente para acelerar los juicios iniciados por [illegible] Esos juicios suman 51.331. Desde que se creó el [illegible] expedientes. Los camaristas denunciaron que les faltan [illegible] y afirman que la mayoría de los juicios son artificiosos.

[illegible] debió perderse de vista que la finalidad de los legisladores al crear el fuero había sido desnaturalizada en los hechos. Y aclara que una de las causas que llevaron a esa situación es el desconocimiento constante en el que incurren los organismos administrativos respecto de la doctrina establecida por la Corte Suprema sobre el régimen de movilidad de las prestaciones.

Muchas demandas

Según dice el texto, la especial circunstancia motiva un elevado número de demandas en reclamo de reajustes por aplicación de la movilidad. **"La tramitación de los 51.331 expedientes traba el cometido específico asignado al fuero"**, dice.

Los camaristas agregan otros detalles que dificultan el dictado de las sentencias. Y ejemplifican que el amparo por mora se transformó en la vía usual a la que se ve obligado a recurrir el sector pasivo para conseguir una decisión administrativa. E indican que en esas circunstancias **"más allá de los costos innecesarios que originan, obstaculizan el trámite de las causas sustanciadas en el fuero y cuya competencia específica le impide resolver en las ejecuciones de sentencias".**

[illegible] los reclamos del sector pasivo. Pero en la [illegible] ayer admite que la infraestructura y el [illegible] con que cuenta son insuficientes para dictar [illegible] fallos normales en demandas por reajustes [illegible] del porcentual móvil.

[illegible] por Ley 23.473/86, la Cámara atiende reclamos de jubilados a los que se les denegaron [illegible] en las distintas cajas de jubilación, como pensiones, invalidez y actualización de haberes.

Los camaristas aseguran que desde marzo [illegible] hasta fines de abril pasado, ingresaron directamente [illegible] 121.000 expedientes en apelación. Pero que las tres [illegible] y las dos Fiscalías que integran la Cámara no tienen los medios necesarios para analizar cada uno de los casos en particular.

También explicaron que cada Sala cuenta con [illegible] empleados y cada Fiscalía con ocho y señalaron [illegible] por de las limitaciones presupuestarias dictaron [illegible] sentencias definitivas.

En la acordada que suscribieron Emilio Lisandro [illegible], Lilia Maffei de Borghi, Roberto Díaz, [illegible] Chirinos, Luis Herrero, Juan José Etala, Martín [illegible], Néstor Fiscelio y Roberto We[illegible] se sugiere [illegible]

Doc. poco legible

"CLARIN" 7/6/91

91 08535

01-01

Infiltración carapintada en protesta de jubilados.
150024
7/6/91
10033
11165
11414

Investigan la infiltración de activistas carapintada en la protesta de jubilados

El ministro del Interior, Mera Figueroa, dijo que el Gobierno investiga la infiltración de carapintadas entre quienes dirigen el campamento de jubilados en plaza Lavalle. Admitió además que puede haber activistas de otro signo ideológico. Carlos Menem advirtió que no se tolerarán desbordes o situaciones de descontrol. Cavallo reiteró que no hay fondos para aumentar las jubilaciones. El grupo de jubilados que permanecen en la plaza continúan con una olla popular y la vaca bautizada "María Aguinaldo" se ha convertido en un motivo de curiosidad para los transeúntes. El tema fue tratado ayer en reunión de gabinete.

El Gobierno admitió ayer que investiga la infiltración de elementos carapintada, en el grupo de jubilados que, desde hace dos meses, acampa en plaza Lavalle, frente a Tribunales.

El ministro del Interior, **Julio Mera Figueroa,** amplió la teoría enunciada el miércoles a la noche por el presidente Menem, que dijo que entre los jubilados que marcharon al Congreso **"había infiltrados".** Mera denunció ayer **que el Gobierno investiga denuncias** que aseguran que entre los jubilados que reclaman, **actúan personas "vinculadas al ex teniente coronel Aldo Rico."** Mera advirtió a los jubilados que **"deben tener cuidado porque son inducidos por grupos que nada tienen que ver con ellos.** Hay activistas de distintos signos —señaló Mera— pero **los que han tenido un principal protagonismo en la plaza Lavalle, son los carapintada. Y eso es indudable."** El ministro hizo referencia indirecta a la actuación, entre los jubilados, de **Rubén Gioannini,** el polémico ex dirigente sindical de Luz y Fuerza, de quien Rico dijo: **"Es un viejo amigo mío".**

♦ Ni un peso más

De ese modo, el Gobierno pasó a la ofensiva ante la prolongada protesta de los jubilados, y ratificó su decisión de no otorgarles un solo austral más por encima de los trescientos mil, ya fijados como único aumento salarial.

La decisión del Gobierno fue tomada a menos de veinticuatro horas de la tumultuosa marcha hacia el Congreso Nacional que encararon el miércoles los jubilados, que terminó con una batahola en la que abundaron golpes y agresiones a legisladores, y con una virtual interpelación de los jubilados al ministro de Economía, **Domingo Cavallo.**

Después de haber considerado ayer el conflicto de los jubilados como uno más entre los temas a tratar por el gabinete, y ya con la decisión tomada, el Gobierno la hizo pública a través de su más alto nivel de poder. A la declaración de Mera Figueroa se sumó la del presidente **Carlos Menem,** que lanzó una advertencia clara: **"El Gobierno no permitirá, bajo ninguna circunstancia, desórdenes de cualquier naturaleza o episodios socialmente incontrolables."** Menem recordó, y reiteró, su **"comprensión hacia la justicia y legitimidad de los reclamos de la clase pasiva. Pero las soluciones deberán articularse progresivamente en función de las posibilidades económicas."**

El ministro Cavallo se fue de la reunión de gabinete, no sin antes dejar un par de frases lapidarias: **"No sacamos nada con hablar sobre cuánto más les podríamos dar a los jubilados, porque no tenemos con qué. (ver aparte)."**

♦ La vaca

A la misma hora de las declaraciones en Casa de Gobierno, y no demasiado lejos de ella, con un perpetuo estupor pintado en sus enormes ojos negros, la vaca **María Aguinaldo,** emblema de los jubilados en rebeldía, contemplaba con cierta melancólica resignación, y atada al pie de un añoso pino de la plaza Lavalle, el espectáculo de los ancianos que comían al pie de una olla popular, mientras aceptaban donaciones de paseantes y curiosos, e intentaban quitarse de encima el frío brutal de la mañana, agrupándose alrededor de un enorme tacho negro, en el que crepitaban unos pocos leños.

Sobre los pilares del busto de **"Roberto Repetto, juez y ciudadano ejemplar"** (que no daría crédito a ese espectáculo, si sus ojos de bronce pudieran verlo), los jubilados colocaron un papel escrito con letra prolija y enérgica. En él se lee, y no sin ironía: "El Dr. Cavallo dijo: 'Económicamente, el país es una gran familia.' ¿Por qué, entonces, nuestros (digamos) primos los legisladores, ministros, concejales y otros, cobran 50 y hasta 100 veces más que nosotros. Se asignan por día más de lo que nosotros cobramos por mes. ¡Menos a ellos y un poco más a nosotros! ¡Repartir mejor!".

El tono de ataque permanente a los políticos de todos los partidos es el que predomina en el espacio ocupado por los jubilados en la plaza Lavalle, limitado por cuerdas y lonas; carpas verdes y anaranjadas; carteleras y cajones con naranjas, bolsas de papas y cebollas, atados de acelga, repollos y ristras de ajo; un 'Monumento a la Olla Popular' y la sombra cansada de María Aguinaldo. Todo, frente al Palacio donde se administra Justicia.

Dante, un ex obrero de SEGBA, de 57 años ("No estoy jubilado pero ya decidí jubilarme...") intentó quitar sentido político a la protesta de los jubilados. No lo logró del todo. Dijo a Clarín: "Nosotros lo que queremos es que la Justicia sea independiente del poder político. Y esto no es entrar en política, porque acá no se entró ni se va a entrar en política. Queremos el sistema democrático, pero el buen sistema democrático. Nuestra protesta demuestra que el sistema no funciona."

Por la tarde, los jubilados recibieron la adhesión y la donación de alimentos de una delegación de la UOM de San Nicolás: "SOMISA Patrimonio Nacional decía un cartel. Se escuchó entonces un encendido discurso contra "los charlatanes, rufianes y basura, corruptos políticos que dicen que los viejos nos dejamos dirigir..." Más tarde, Dante reveló que los jubilados, que pasan la noche en la plaza, reciben protección especial: **"Todas las noches vienen ex combatientes de Malvinas. Aquí dormimos veinte o treinta, y nos amenazan todos los días. A los que cuidan de esto no los va a ver usted, ni la policía, ni nadie. Y si llegan a tocar a alguno de nosotros, se juegan la vida. Ellos, los que nos cuidan, ni siquiera comen con nosotros. Comen por allí, después se pegan una vuelttita... Y son oficiales y suboficiales, ex combatientes de Malvinas. Aunque a muchos les caiga mal."**

7/6/91
"CLARÍN"

01/01

9108536

Desalojo a jubilados que acampaban frente a Tribunales.
150024
8/6/91
10033
11165
11327

Desalojaron a los jubilados que acampaban frente a Tribunales

8/6/91
"CLARIN"

Los jubilados que acamparon durante dos meses en plaza Lavalle, frente al edificio de Tribunales, fueron desalojados ayer por funcionarios de la Dirección de Emergencias Sociales del Ministerio de Acción Social y personal de la Guardia de Infantería de la Policía Federal. Los jubilados, que reclaman el pago de las deudas que con ellos mantiene el Estado y piden un aumento en sus haberes, reiteraron su decisión de seguir la protesta contra la política económica. El miércoles harán una concentración, marcharán hacia la Curia y volverán a plaza Lavalle. El Gobierno anticipó que tolera la protesta, pero dentro de ciertos límites: "Si vuelven a acampar los vamos a volver a desalojar", dijo el presidente Menem.

A las 4 de la mañana la Policía Federal **rodeó la plaza Lavalle, irrumpió en el campamento de los jubilados** y —al menos por ahora— **dio fin a una protesta** que **había comenzado** sesenta días atrás. El operativo estuvo al cargo del comisario inspector **Carlos Zunino**, agentes de Seguridad Personal del Departamento Central y el "apoyo" de la Comisaría 3ª y de funcionarios de Acción Social.

La primera "detenida" fue la vaca **María Aguinaldo**, donada por el aspirante a gobernador **Ricardo Musa** (el mismo involucrado **en el caso de los guardapolvos** del ministerio de Acción Social) para proveer de leche a los jubilados que pensaban estar allí "hasta el 2000". Según el ex sindicalista **Rubén Gioannini** (no hay versión oficial de los hechos), la entregaron **sin resistencia** "porque un comerciante nos prometió 50 litros de leche por día. Ya no era necesaria".

Lo que siguió a ese gesto de buena voluntad, de acuerdo al relato de los jubilados que estaban durmiendo en las carpas, fue "un operativo como los del Proceso. Policías disfrazados de médicos (llevaban una sábana que pretendía ser una bata), quisieron convencernos que subiéramos a los ómnibus del Ministerio de Salud y Acción Social para llevarnos a los hospitales Rivadavia y Fernández". La líder **Norma Plá**, quien junto a Gioannini actúan como **portavoces** del grupo, aseguró que "cuando nos negamos, **nos dieron unos palazos en las costillas** y no llevaron de prepo. A mí no me revisaron".

A este relato, confirmado por Gioannini, el ex sindicalista de Luz y Fuerza le agregó dos denuncias: "A mí quisieron meterme en un Falcon verde. Un comisario, agarrándome del cuello me dijo: «Se acabó el sainete, Gioannini». Como me resistí, intentaron meterme con los abuelos en un colectivo. **De allí me les escapé**. A los jubilados, mientras tanto, los cargaban como ganado".

La segunda denuncia, en este caso ratificada a gritos por los jubilados, fue que **"la policía se robó 10.500 dólares destinados a construir el Hogar de los Jubilados, toda la comida y la ropa de abrigo".**

04-03

Mientras Gioannini escapaba, los "voluntarios" que custodiaban a los jubilados vestidos con uniformes de excombatientes de Malvinas, intentaron resistir. El resultado: tres detenidos y dos policías internados en el Churruca, que denunciaron haber sido golpeados "a trompadas y patadas" (ver información en recuadro aparte).

Mientras María Aguinaldo rumiaba su destino en la Facultad de Veterinaria, los 17 jubilados engulidos de la Plaza fueron dados de alta y volvieron en tres móviles de Radio del Plata. (Menos uno, internado en el Fernández, porque padecía de "retención urinaria", según lo informó el doctor Atilio Pisano".

♦ **"Mama" Gandhi**

A las 10 de la mañana la plaza era el caos. En grupos pequeños pero compactos, los jubilados contaban ante las cámaras lo que había pasado. Un Gioannini descontrolado, aseguraba que "Menem actuó como un esperador. Hoy me convencí que esto es una dictadura".

El discurso fue interrumpido por los ladridos de un perro negro que llevaba un cartel: "Apoye a las ollas populares". Otro, escrito a mano, decía: "Frente a los viejos y una vaca ¡se sienten valientes¡".

Hubo un solo intento de atacar Tribunales. Al grito de "ladrones", "justicia" y "queremos lo nuestro" los jubilados, con los brazos entrelazados, avanzaron. Gioannini los paró al grito de "no les hagamos el juego. Después dicen que somos violentos. Tenemos que ser como «Mama» Gandhi".

Los insultos se mezclaron con el llanto. En un banco, aferrado a una bolsa de pan, el jubilado marplatense José Ignacio lloraba sin consuelo. Gioannini, mostrándolo ante las cámaras, preguntó: "¿Esto no es violencia?

91085 37

Juan, el cocinero, comenzó a gritar "¿Me querés llevar preso? ¿Eso querés? Vení, vení". Los gritos iban dirigidos a un hombre bajo, de pelo negro, sobretodo gris y portafolios en la mano. El cocinero denunció que había "sacado un revólver y me lo puso en la panza". Al grito de "Asesino, asesino", cruzó la calle mientras el desconocido se perdía en uno de los edificios.

Clavado en un árbol y desgarrado por la intemperie, un cartel preguntaba: "¿Por qué los legisladores, ministros, y concejales ganan 50 y hasta 100 veces más que nosotros?". Al llegar la noticia de que Mera Figueroa y Menem se habían hecho responsables de lo sucedido, los insultos fueron sustituidos por desafíos: "Doctor Menem, vení y haceme frente".

CLIMA CALDEADO EN PLAZA LAVALLE

Acusaciones e incidentes

Fue inevitable. La violencia verbal tenía que transformarse, en algún momento, en violencia física. Los primeros empujones, cachetazos e intentos de trompadas fueron entre los mismos jubilados. Uno de ellos (aparentemente contrario a Gioannini) se presentó para denunciarlo: "Vengo a decir que es un traidor. No debemos hacerles caso a ningún político ni a ningún sindicalista. Todos nos traicionaron. Ustedes están siendo usados por los fascistas". El hombre, casi calvo, de bigote canoso, fue expulsado de la Plaza.

La segunda pelea fue una increíble confusión. Un muchacho de unos 25 años, gordo, vestido con una campera colorada, comenzó a insultar a los periodistas. Atacó, especialmente, a Mónica Cohen D'Anvera. Como todos, preguntó a los gritos: "¿Irá a cobrar a la Casa de Gobierno?". Los jubilados, totalmente desencontrolados, comenzaron a acusarlo de "agitador profesional". El muchacho intentó, en vano, explicarles que estaba a favor de ellos.

Lo empujaron, a los empujones y cachetazos, hasta el bar Voss Cafe, a dos cuadras de la Plaza. Entraron todos en busca del supuesto agitador, los jubilados y los periodistas. El dueño, desesperado, trató de evitarlo como pudo. En medio de la gente entre clientes que no entendían lo que estaba pasando, la discusión continuó, sin llegar a ninguna parte.

Mientras tanto, otros jubilados comenzaron a gritar contra Bernardo Neustadt, Mariano Grondona y Patricio Kelly. El acusado, diez minutos antes, lo había hecho contra Mónica.

02

31085374

Prometen volver a la plaza de la protesta

Los jubilados de la plaza Lavalle decidieron desafiar la política del Gobierno, seguir adelante con sus reclamos, ignorar el reproche presidencial que los acusó de estar manejados por profesionales de la política, y convocaron "a los estudiantes y al pueblo", a una concentración frente a Tribunales, el próximo miércoles a las diez y media de la mañana. Ese día, la vocero de los jubilados, Norma Pla, 20y el ex dirigente sindical de Luz y Fuerza Rubén Giovannini, iniciarán una huelga de hambre.

Gioannini, a quien el ex teniente coronel Aldo Rico calificó como "un viejo amigo mío", está sindicado como el responsable de la infiltración carapintada en el movimiento de protesta de los ancianos. El ex gremialista fue expulsado del sindicato de Luz y Fuerza acusado de cobrar comisiones de un estudio jurídico al que enviaba a los afiliados para plantear ante la empresa SEGBA.

La convocatoria del miércoles incluye una marcha hacia la Curia Metropolitana: "Lo vamos a pedir a la Iglesia que sea ella la que pida justicia —dijo la señora Pla— Ya que dicen que nosotros somos violentos..." Luego, los jubilados regresarán a la plaza Lavalle.

El anuncio de la convocatoria y el inicio de la huelga de hambre, fue hecho ayer por la vocero del movimiento de protesta, en una conferencia de prensa dada a pocos metros de donde acamparon durante dos meses los "jubilados de la plaza", como son conocidos ahora los ancianos que se instalaron frente al Palacio de Justicia, y fueron desalojados en la madrugada de ayer por funcionarios de Acción Social y la Policía Federal, que cumplió así una orden dictada por el presidente Carlos Menem.

La respuesta de los jubilados al desalojo presidencial, fue tomarse un descanso de tres días, que incluye el feriado del lunes, para recuperar fuerzas ("estamos muy cansados", fue la frase más escuchada ayer en plaza Lavalle), reclamar el martes los elementos secuestrados por la policía durante el desalojo y que, supuestamente, están a buen recaudo en un depósito municipal, y volver a la carga el miércoles con su reclamo.

Ayer, Gioannini tomó la palabra para denunciar que, tras el desalojo de los jubilados y junto con carpas, alimentos, ropas, ollas y cacerolas, habían desaparecido "diez mil trescientos o diez mil setecientos dólares, no me acuerdo bien", producto de las donaciones recibidas por los ancianos. Gioannini responsabilizó a la Policía Federal por el dinero no hallado, mientras crecían los rumores que citaban otros posibles responsables de esa misteriosa desaparición y de la del libro de registros de donaciones, que llevaban escrupulosamente los jubilados. Intervino el juez de turno, Roberto Marquevich, que por la tarde tomó declaración testimonial a la señora Pla (ver aparte).

El hombre sindicado como agitador carapintada entre los jubilados, tuvo una breve frase de tremendo, de la que fue rescatado rápidamente. Gioannini dijo que la policía había detenido a tres personas y que, por lo que él sabía, uno había sido puesto en libertad: "A los otros dos no los conozco..." aclaró. "¿Cómo? Si uno es Mario..." le dijo uno de sus colaboradores. Gioaninni miró para otro lado.

Ayer, el ex dirigente de Luz y Fuerza fue [illegible] públicamente. Al ser reportiado por Voces en Libertad (por Radio Rivadavia), uno vino se [illegible] a la de Gioannini [illegible] en donde "lo [illegible] por la palabra. (...) [illegible] a matar a todos..." (por los jubilados).

"CUSTODIOS" DETENIDOS

Con ropas de excombatiente

La intervención del juez Roberto Marquevich en la causa por el desalojo de los jubilados de plaza Lavalle, hizo pensar en principio en una orden judicial, previa a la acción de la Guardia de Infantería de la Policía Federal. En realidad, la Policía actuó por orden del presidente Carlos Menem, que asumió la responsabilidad política de haber adoptado esa medida.

Al parecer, algunos "custodios" —los mismos jubilados los identificaron como oficiales y suboficiales carapintada— resistieron el desalojo e hirieron a dos policías. Los agresores fueron detenidos, y los heridos, internados. En ese momento, la propia Policía dio conocimiento de los hechos al juez de turno. Marquevich recibió luego otra denuncia —por la que abrió otra causa— a raíz de la desaparición de todos los elementos que conformaban el campamento de los ancianos, que fueron cargados en un camión y llevados a un depósito municipal que mañana será abierto el martes, tras el feriado. Los jubilados denunciaron "robo y privación ilegítima de la libertad", que fue como caracterizaron la determinación policial de llevar a los ancianos desalojados a los hospitales Rivadavia y Fernández, para someterlos a un chequeo médico.

La Policía informó ayer que los detenidos son Rodolfo Fernández (35 años) y Luis María Lázpondera (31), a quienes se acusaría de agresión, asistencia y desacato a la autoridad.

03-03

91 08537

Activistas carapintadas detenidos en Plaza Lavalle.
150024
9/6/91
10033
11165
11327

DECLARACIONES DE MERA FIGUEROA A CLARIN

Plaza Lavalle: están presos seis activistas carapintada

El ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, reveló que hay seis activistas detenidos tras el desalojo de los jubilados que acampaban en plaza Lavalle. Dijo también que convocará a los partidos políticos a debatir sobre la ley de seguridad interior, pese a que se tratará este miércoles en el Parlamento. Mera había justificado la ausencia de una investigación oficial sobre el caso Solanas por la falta de esta ley. El ministro no consideró contradictoria esta actitud oficial en el atentado contra el cineasta de la que tuvo el Gobierno frente al crimen de María Soledad. Esta es una síntesis del diálogo:

—Usted se quejó por la falta de la ley de seguridad. Dijo que sin ella no podía investigar el caso Solanas. Después, admitió que demoró el proyecto Bisciotti-Toma en el Parlamento. ¿Por qué?

—Yo soy abogado y mi especialidad es el derecho público. Lo estudié y no estuve de acuerdo con algunos aspectos. Entonces le dije a Miguel Angel (Toma): "Mirá antes de que le den tratamiento en el recinto juntémosnos y tratemos de compatibilizar".

—Pero después nunca se reunieron.

—Bueno, después por A, B o C nunca nos reunimos, pero... entiéndanme: ahí hubo una confusión cuando dije que la Cámara no había sacado la ley. Después de todo, el Poder Ejecutivo es colegislador. Ahora voy a llamar a un congreso de seguridad donde voy a convocar a todos los gobernadores, ministros de Gobierno y a los partidos políticos.

—¿Y para qué va a llamarlos?

—Para ir viendo como vamos a implementar esta ley.

—Pero esta ley se va a tratar el miércoles.

—Está bien, pero vamos a discutir para ponernos de acuerdo. Las pueden discutir diputados y senadores y luego el Poder Ejecutivo podrá terminar aceptando o vetarla.

—¿Usted planteó compatibilizar este proyecto con el de Vallejos?

—No, absolutamente. Yo jamás en mi vida he tratado el proyecto Vallejos.

—¿Por qué se opone al proyecto Bisciotti-Toma?

—Hay cuestiones conceptuales. Yo, en los temas básicos de seguridad y de defensa, estoy de acuerdo con la ley Toma, no con la de Vallejos. En un 80%. Pero discrepo con algunas cuestiones de participación y operativas. Del proyecto Vallejos solo rescato los temas jurisdiccionales. Voy a proponer a los legisladores la creación de un consejo de control permanente de la seguridad interior bicameral. Tiene que ser muy pequeño, y no un gran aparato.

—Usted planteó que en el caso Solanas el Ministerio del Interior no pudo actuar por falta de este marco. ¿Por qué, en cambio, se pudo actuar en Catamarca en forma tan heterodoxa?

—Fue tan heterodoxo que tuvimos que intervenir los tres poderes.

—¿Y cuándo se decidió el envío previo del comisario Patti?

—Esa fue una sugerencia que el Presidente le hizo al gobernador en aquel momento, y el gobernador lo nombró, no el poder nacional. El poder nacional tiene facultades para actuar en las provincias, aun sin ley de seguridad interior, a través del gobernador como agente natural del PEN. Y hay casos en los que el Presidente se los puede exigir porque hace ejercer facultades concurrentes. En ese caso el Presidente dijo va tal juez y tal policía y se lo comunicó al gobernador, pero el instrumento es provincial. Si hubiese habido una ley de seguridad nacional, el Presidente me daba instrucción a mí y yo como ministro la ejecutaba.

—El Presidente le dio la instrucción de esclarecer el caso Solanas en 72 horas.

—Sí, una cosa es esclarecer de qué se trata y otra esclarecer quién fue, sino sido. Sería un voluntarismo total ordenar que se descubra quién disparó los tiros... Había sí que esclarecer si era un delito común, si era político, si era federal, local, si se había actuado de acuerdo a la ley o no.

9/6/91 "CLARIN"

01-02

9108538

—La consigna presidencial fue simple: identificar a los responsables.

—El poder de los Estados Unidos no ha podido descubrir quiénes fueron los asesinos de Kennedy o de otros presidentes. El Presidente dio instrucciones a su ministro de que en el término de 24 horas se hiciera cargo del problema y le pasara toda la información y pusiera en ejecución todos los planes tendientes a desentrañar el hecho, descubrir a los responsables. Fui a La Plata, me reuní con el gobernador y el ministro de Go-

bierno. Está actuando la Policía, hay un juez constitucional, hay información básica por la cual no es delito federal. Creemos que la investigación va muy bien por información que nos ha dado la Policía Federal.

—¿La Policía Federal?

—Perdón, la Policía provincial. Pero en algunos aspectos se ha pedido la colaboración de la Policía Federal. Hasta ahí es la instrucción. Yo, ministro, no puedo intervenir. Esto es lo que le he aclarado a Raffo, el abogado de Solanas, y a toda la gente que me ha venido a visitar.

—¿En su opinión es un atentado político?

—Sí, creo que sí.

—¿Y la SIDE no puede actuar de oficio?

—Lo está haciendo. Pero el abogado quiere saber qué se está haciendo, quiénes son los responsables y esto es imposible. Es una serie de temas que sólo puedo informar al Presidente.

—¿Por qué vetarán la ley sobre detención?

—Fíjese el merengue que se ha armado y resulta que es nada más que para la Capital Federal. Y han opinado senadores, diputados... Es una institución que existe en todo el mundo, todas las provincias la tienen. Algunas fijan hasta 48 horas y otras sin límite de tiempo, como Entre Ríos y Córdoba, con el código regulador de [illegible] cabeza de [illegible].

—¿Está de acuerdo con el veto?

—Sí, pero debo consultar con el Presidente, hay muchos temas que analizar.

—¿Pero del plazo de detención qué opina?

—Complica, porque obliga a actuar con [illegible] más velocidad en un sistema muy obsoleto como el nuestro. Las prontuarios son carpetas, tienen que ir a buscarlas. No tiene el sistema de unidad de identificación. Esta ley también plantea que para detener tiene que haber sospecha de que está cometiendo un delito y que el sospechoso no porte documento. Si no fuera iría directamente al juez.

—Existe una ola de violencia política que no se había visto desde el '76. ¿En qué casos considera el Gobierno que podrían llegar a ser autodenunciados?

—Bueno, en el caso de Solanas no.

—¿En el atentado al local de Aldo Rico?

—Sí, puede ser. Incluso yo lo voy a citar a Aldo Rico para hablar con él.

—¿Entonces los atentados provienen del sector carapintada?

—Sí, puede ser.

—¿Cuál es la presunción en el caso de Juan Cayetano? ¿También la ultraderecha?

—Claro, o la ultraizquierda. Los extremos se tocan. Son ultraderecha y ultraizquierda en contra del sistema democrático. Pero hay que investigar, descubrir y luego actuar. No quiero hablar sin datos concretos.

02-02

9108538

Deuda del Estado con los jubilados.
150024
12/6/91
10033
11165
11327

CLARIN Buenos Aires, miércoles 12 de junio de 1991

JUICIOS PERDIDOS POR EL ESTADO

La deuda con los jubilados es de u$s 6.480 millones

El subsecretario de Seguridad Social, **Walter Schulthess**, reveló ayer que el Estado **adeuda a los jubilados, por juicios perdidos, 6.480 millones de dólares**. Y dio también otra cifra significativa: en los últimos diez meses **se pagaron 28 millones de dólares a un grupo reducido de abogados** —a quienes no identificó— que "encontraron el filón" de los juicios contra el quebrado sistema previsional.

Al hablar ante el Consejo Profesional de Ciencias Económicas, Schulthess se manifestó en contra de lo que denominó **"la industria de la invalidez"**, porque en muchos casos se trata de acuerdos entre empresarios y trabajadores para adelantar la jubilación. Dijo también que si el Congreso aprueba el proyecto de reforma previsional del Gobierno **se suspenderían los regímenes jubilatorios del 82 por ciento móvil y se disolverían los sistemas diferenciales de unas 40 actividades.**

♦ El 42,2% del gasto del Estado

También dijo que actualmente las jubilaciones representan el **42,2 por ciento de las erogaciones corrientes del Estado nacional y representan el 6,4 por ciento del producto bruto interno (PBI)**. La deuda de 6.480 millones de dólares **representa poco más del 10 por ciento de la deuda externa.**

Como abriendo el paraguas antes que vuelvan a llover hoy los reclamos de la clase pasiva —que la semana pasada centraron la atención de la opinión pública—, Schulthess señaló que conceder un aumento de 10 dólares a cada jubilado significa para el Estado desembolsar **35 millones de dólares.**

Además dio una idea difícil de explicar: "Un aumento porcentual beneficia —agregó— a las personas más **adineradas y a las provincias más avanzadas".**

Ayer, el "clima" de plaza Lavalle no estaba para disquisiciones técnicas. **Norma Plá**, la jubilada que junto a **Rubén Gloannini**, amigo de **Aldo Rico**, lideró la protesta de la semana pasada, dijo que les iba a hacer **"un agujero así"** —idea que acompañó con un gesto de sus manos— a los jubilados que reclaman frente al Ministerio de Economía, porque la trataron de "ladrona".

Pero más que un problema de jubilados, hoy podría haber dificultades entre estos y la Policía, frente al Palacio de Tribunales.

Plá anunció que **hoy se realizará una marcha de su sector, que partirá a las 10,30 desde plaza Lavalle hasta la Catedral metropolitana.**

♦ Pedido a monseñor Quarracino

La movilización es para pedir al arzobispo de Buenos Aires, monseñor **Antonio Quarracino**, que interceda ante el Gobierno para conseguir que le paguen los juicios y les concedan a los jubilados un aumento salarial. **La jubilación mínima actualmente es de 1.200.000 y si se aprueba el proyecto oficial se otorgarían otros 300 mil australes.** Esta fue la respuesta del Gobierno a los reclamos del sector, que la consideraron insuficiente.

Pero el problema será a la vuelta de la marcha. Plá anunció que volverán a levantar un campamento en el lugar, luego que el Gobierno los desalojó por la fuerza la semana pasada. La Policía tiene instrucciones de permitir la protesta pero no la instalación de carpas fijas. Al desalojarlos la semana anterior, la Policía detuvo a seis activistas carapintadas.

A todo esto, el presidente, **Carlos Menem**, recibirá hoy, a las 19.30, a la madre del dueño de la editorial Perfil, **Neiva López de Fontevecchia**. La señora propuso a través de la revista **Noticias** que las empresas y los ciudadanos con recursos "adopten" a uno o más jubilados para pagarles 1 millón de australes mensuales en forma vitalicia, como una forma de contribuir a la crisis del sistema previsional.

01-01

9108539

DOCUMENTO

Ruptura en CGT-AZOPARDO
150024
12/6/91
10033
11165
500854

"Mary" Sánchez dejó la CGT-Azopardo

Aunque sin la espectacularidad de un misil o la certeza de un mortero, la noticia impactó ayer con inusitada potencia sobre las estructuras de la CGT-Azopardo y de su principal sostén, Saúl Ubaldini: en un comunicado de severo tono crítico e intensamente promocionado, la titular de la Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA), María Sánchez, elevó su renuncia al cargo de integrante del consejo directivo de esa central obrera.

Para evitar que la ruptura sea interpretada como un cambio de bando, la propia Sánchez se encargó de precisar en su despedida que el gremio "seguirá estando desde el llano en esta CGT".

La aclaración, sin embargo, no alcanzó para disipar la perturbación de Ubaldini por el futuro incierto que se cierne sobre la central que pilotea, ante esta nueva migración. El líder cervecero intuye con fundadas razones que la partida de Sánchez podría ser el prólogo de un nuevo capítulo de deserciones que incluya a la plana mayor del consejo directivo ubaldinista: la continuidad de Víctor De Gennaro (ATE), Cayo Ayala (conductores navales) y Juan Palacios (UTA) pende de un hilo.

¿Por qué el enojo de Sánchez? Es una historia larga, pero los últimos capítulos son dos: la dilatada indefinición política de Ubaldini y su prometida asistencia al operativo retorno de las 62 Organizaciones que comienza hoy (el cervecero se mostró dubitativo a la hora de mencionar a sus acompañantes).

"Nuestro asombro y vergüenza no encuentran límite al observar a parte de los dirigentes sindicales amigos del Gobierno ofrecer esta CGT en una denominada unidad en la acción", despachó con dureza Sánchez al jefe azopardista, quien aún no había completado su digestión del almuerzo televisivo con Mirtha Legrand cuando leyó la renuncia de su ex dirigente incondicional.

En el entorno ubaldinista anoche dominaba la confusión. Allegados al cervecero creían estar frente a una maniobra individualista de la dirigente docente: aseguraban que en la reunión del consejo directivo del viernes pasado, "Mary" Sánchez había solicitado ser relevada de su asistencia al intento unificador en torno de las Seis-Dos, pero que acataba la resolución mayoritaria. "Lo cierto es que esto nos debilita en todos los frentes: gobierno, posibles alianzas electorales y reunificación gremial", rezongaban.

Un compungido Ubaldini volvió a reiterar anoche que su participación en el encuentro de hoy convocado por Lorenzo Miguel está condicionada a la elaboración de estrategias sindicales conjuntas: aspira a la creación de un bloque sindical que se oponga al paquete de leyes laborales apadrinado por el Gobierno. Pero a nadie le pasa por alto —sobre todo a "Mary" Sánchez y a De Gennaro, deseoso de impulsar un frente electoral de centroizquierda— que el acercamiento a Miguel es una aproximación a Eduardo Duhalde.

"Si Ubaldini percibe que la cosa no plantea dureza frente al Gobierno, pega un portazo y se va", aseguran los ubaldinistas en relación al cónclave sindical de hoy.

"CLARIN"
12/6/91

X

01/01

3108541

Aumentos a los jubilados, proponen mínimo de 1.940.000 ₳

150024
12/6/91
10033
11165
11327

DIPUTADOS DEL JUSTICIALISMO

Proponen un mínimo de ₳1.940.000

Diputados del peronismo insistirán en las próximas horas en una gestión iniciada la semana anterior: lograr que las jubilaciones y pensiones sean aumentadas en 500.000 australes, en vez de los 300.000 anunciados por el Gobierno.

La novedad no consiste únicamente en la insistencia, porque el pedido no vendrá solo. Los legisladores respaldarán también el proyecto aprobado por la Comisión de Previsión, por el cual se establece que la asignación familiar por cónyuge, para todos aquellos integrantes del sistema nacional de jubilaciones que perciben el mínimo, sea equivalente al 20% de ese haber.

La iniciativa la pilotea el titular de esa comisión, el diputado del justicialismo santafesino Luis Parra, quien es autor, además, del proyecto para incrementar el salario familiar que contó con el apoyo unánime del resto de los componentes del cuerpo, entre ellos los radicales Jorge Young y Miguel Martínez Márquez.

"El haber mínimo se iría de esta manera a 1.940.000 australes, un monto que si bien no cubre totalmente las necesidades de los jubilados, al menos se acerca un poco más", le explicó a Clarín el legislador, mientras calculaba que el proyecto podría ir en pocos días más al recinto para su tratamiento final en Diputados.

♦ Tender puentes

De todas maneras, el nuevo haber mínimo así impulsado parece tender puentes hacia las previsibles resistencias del Ministerio de Economía. El 20% del salario familiar se aplicaría sobre el actual mínimo de 1.200.000 australes y al monto total obtenido, 1.440.000 australes, se le sumarían recién los 500.000 pedidos como reajuste por los diputados. De otra forma, el nuevo haber propuesto se iría por arriba de los 2 millones.

El tema ya fue tratado cuando Cavallo concurrió al Congreso y desde entonces los argumentos para trabar las propuestas legislativas no se modificaron. ¿De dónde saldrán los fondos para cubrir la diferencia entre los 300.000 australes concedidos por el Palacio de Hacienda y los 500.000 requeridos por los diputados? ¿Cómo se financiará el pago del aumento en el salario familiar?, son las inevitables preguntas que se hacen todos, especialmente después de escuchar una y otra vez la explicación de Cavallo acerca de la pobreza que exhiben las arcas del Estado.

Claro que como nunca antes sucedió, el problema jubilatorio explotó con toda su crudeza ante los ojos de la sociedad. Existe una realidad que denuncia también que por lo menos dos millones de jubilados y pensionados cobran por mes apenas un poco más de un millón de australes.

"Le pedí al ministro que eleve la tasa del IVA del 16 al 18% y que la recaudación que se obtenga se destine exclusivamente a mejorar las jubilaciones y pensiones", revela Parra, quien asegura por otra parte que su comunicación personal con Cavallo siempre ha sido buena.

♦ Financiamiento

En cuanto al financiamiento de las asignaciones familiares por cónyuge, tal como lo propone el proyecto, en el Congreso se parte de un camino lógico: debe ser a través de las cajas de subsidios familiares. El interrogante que se plantea es sobre la disponibilidad de fondos con que puedan actualmente contar esos organismos, especialmente después que el Gobierno apeló a una prohibidas para arrimar solidaria a conflictos de índole laboral, como el reciente caso de Aerolíneas.

Preocupados por la evolución del problema, no hay duda que legisladores y funcionarios pagan un elevado costo por la situación de los jubilados sobre la que tienen

12/6/91 "CLARIN"

91 05542

01-02

responsabilidad directa. Por eso la decisión de impulsar una mejora del haber mínimo aparece como una respuesta a las demandas de estos días, en tanto en algunos despachos oficiales se trabaja en una idea que provocará polvareda: desvincular de los salarios de los activos a los porcentajes jubilatorios que establece la ley, del 70 al 82%.

Lo que se intentaría es frenar la deuda mensual, de alrededor de 500 millones de dólares, que el sistema contrae con los jubilados al no poder pagar aquellos porcentajes.

♦ **Aguinaldo en cuotas**

Los diputados también tendrán que considerar en estos días el proyecto de reformas al pago del medio aguinaldo que es propiciado por Economía y que cuenta con media sanción del Senado. Como se sabe, se propone el cobro escalonado a partir de este mes, en que lo harían los jubilados y pensionados con un haber de hasta 3.500.000 australes.

Aquellos que estén por encima de esa suma percibirán la parte proporcional del sueldo anual complementario con este esquema: junio y en diciembre, pensionados de Autónomos, Estado y Servicios Públicos y los titulares de pensiones no contributivas; julio y enero, pensionados de Industria, Comercio y Actividades Civiles; agosto y febrero, jubilados autónomos, científicos y marinos, jubilados de Estado y Servicios Públicos; octubre y abril, jubilados de Industria, Comercio y Actividades Civiles con numeración impar, y noviembre y mayo, jubilados de esas mismas cajas con numeración par. De acuerdo con el proyecto, el primer grupo cobrará el 50% de la mejor remuneración, en tanto que los que se hagan en noviembre recibirán el 91,66% del que haya sido en ese mismo su mejor haber.

Daniel Gómez López

INQUIETUDES

Las cartas para esta sección deben ser dirigidas consignando nombre, apellido y dirección, a Clarín, Sección Jubilados, Inquietudes. Piedras 1743 (CP 1140) Capital Federal.

♦ **Reactivación del expediente**

"Solicito a la Caja de Estado que se active el trámite iniciado el 7-11-90 por reajuste y actualización de mi haber jubilatorio, conforme a las normas legales vigentes, ya que el monto liquidado no se ajusta al salario de cese. El expediente lleva el número 996-17066854-01, Beneficio N° 993.696 y se encuentra desde el 12-2-91 en la División Archivo." Elena Santamaría. Lanús.

♦ **Decreto 648**

"Me hago a los derechos del Decreto 648/87 pero sólo cobro una cuota el día 27 de abril de 1990. Hasta la fecha no tuve más novedades al respecto, mientras que mi haber jubilatorio alcanzó el 20 % de lo que actualmente percibe el trabajador en actividad." José Bonaventa Cianserna. Merlo, Buenos Aires.

♦ **Sin salario familiar**

"Estoy jubilado por la Caja de Estado y no percibo el pago de asignación familiar que otorga, a partir de cumplir los requisitos correspondientes en su momento. Por otra parte, presenté mi renuncia al trabajo y según consta en la certificación de servicios otorgada por Encotel, me encuentro comprendido en los alcances de la Ley 23.439. A pesar de la edad que tenía al jubilarme, 66 años, y el reconocimiento que me corresponde por mayor aporte realizado, percibo un haber reducido, lo cual representa un verdadero despojo." Manuel Bamari. Beneficio N° 01/07 0977166. Casilda, Santa Fe.

♦ **Cambio de domicilio**

"Tengo 78 años y por mi edad no puedo llegar hasta la Caja de Comercio. Por eso apelo a esta vía, ya que soy jubilada de ese organismo y pensionada de Autónomos. Hace 10 años me mudé de la Capital a la provincia, fui a la caja para hacer el cambio de domicilio, pero las boletas de cobro siguen con la antigua dirección, aunque cobro en otro banco." Livia R. Gastari. Lomas Blancas, Buenos Aires.

♦ **Monotributo**

"A través de esta columna quiero expresar mi total desconformidad al pagar de la Caja [illegible] del Monotributo. Soy monotributista desde 1989 y [illegible] en el punto 2.1 [illegible] en diciembre sea dividido por 12. Cuando hice las averiguaciones del caso me respondieron que es una modalidad de la caja." Elsa A. de Guerra Medina.

♦ **Superando la carrera**

"Hace 20 años obtuve la jubilación, mientras ejercía la jefatura de una división en YPF, en Bahía Blanca, con un haber que superaba el máximo que entonces regía. A la fecha, mi jubilación se deterioró de tal modo que en la actualidad corresponde a la de una categoría mínima. Al cabo de tanto tiempo, de nada sirvieron los continuos pedidos de actualización. Paralelamente, por Decreto 648/87 con el eufemismo de diferencias reconocidas, se ofreció una retribución en cuotas, previa renuncia a toda acción y derecho respecto a haberes, de la que aún no recibí la tercera cuota. A los 80 años me pregunto, con gusto a frustración, ¿hasta cuándo?" José Maschevecchio. Bahía Blanca.

♦ **Registro Civil**

"Para renovar el documento nacional de identidad el Registro Civil cobra un arancel y los jubilados no pueden solventarlo desde que está fijado en 300.000 australes. Este trámite debería ser gratuito para jubilados y pensionados." Emilio Ar[illegible]

9108542

Mary Sánchez renunció a la CGT.
150027
12/6/91
10033
1116 5
500859

Rechazó acercamientos de Ubaldini al gobierno y le restó su gremio, el más grande

"Mary" Sánchez, del ala más dura, renunció a la CGT

Saúl Ubaldini concurrirá hoy a la ceremonia de resurrección de las 62 Organizaciones, lo que le permitirá volver a besar la mejilla de su padrino sindical, **Lorenzo Miguel**. Sin embargo, esa concurrencia tiene para **"Querido"** un costo significativo. En disidencia con ese reencuentro **María Sánchez, la titular de CTERA, renunció ayer a la mesa directiva de la CGT Azopardo.** El alejamiento de la **Sánchez** venía anticipándose en distintos entredichos, tal como adelantó este diario. La ruptura definitiva significa para **Ubaldini** la retracción **de una de las entidades más pobladas —tiene 300.000 afiliados— de cuantas apuntalan su alicaída CGT.**

• **Incertidumbre**

Luego de dar a conocer su distanciamiento, la mandamás de CTERA mantuvo una extensa reunión con el estatal **Víctor De Gennaro**, en la sede del Suteba. Sin embargo, no trascendió qué actitud asumió el titular de ATE, que se ausentó ayer de la habitual reunión de Consejo Directivo de la central obrera antimenemista.

El alejamiento de "Mary" Sánchez viene a poner fin a su relación política con **Saúl Ubaldini**, luego de varios meses de creciente deterioro. La dimisión de la docente quedó expresada en una carta dirigida a **Ubaldini**, en la que se realizan duros reproches a los contactos que el cervecero estableció con otros sectores del gremialismo peronista, con motivo de las gestiones que se encaminan hacia un esquema de reunificación en ese campo. **"Nuestro asombro y vergüenza no encuentran límites al observar a parte de los dirigentes sindicales amigos del gobierno ofrecer a esta CGT de la que ayer desertaron una denominada «unidad en la acción»"** recrimina la **Sánchez** en su nota, para censurar luego la conducta del propio **"Querido": "Mucho más doloroso se nos hace comprobar que la conducción por usted ejercida manifiesta estar de acuerdo con entrar en dichas tratativas."**

• **Entredicho**

La renuncia de la sindicalista pone por escrito los reparos que formuló acaloradamente en la reunión de Consejo Directivo de la central obrera del último viernes. En la oportunidad **Saúl Ubaldini** sometió a consideración de los suyos la conveniencia de concurrir hoy al relanzamiento de las 62 Organizaciones, previsto por **Lorenzo Miguel**.

Sin embargo, el entredicho de la titular de CTERA con **Ubaldini acredita una** antigüedad mayor. El gremio docente impugnó en reiteradas oportunidades los cabildeos de **"Querido"** con **Eduardo Duhalde, Antonio Cafiero** y **Eduardo Menem**. Es cierto que el **"hombre-lúpulo"** nunca admitió tocar en esas tenidas otros temas que **"el proyecto"**, pero aun así, al antimenemismo de la **Sánchez** esos contactos sonaron siempre a herejía. En vano la docente exigió en varias reuniones de la sede de Azopardo una definición del dubitativo **Saúl** para que decidiera romper definitivamente con el justicialismo. **"Tenemos que esperar a que pase la interna"**, recomendaba el moroso jefe de la CGT.

Hasta que llegó el primer brote de ira de la maestra. Se produjo cuando **Ubaldini** decidió faltar al lanzamiento del **"Encuentro Sindical"**, ese organismo desde el cual se pensó en darle una plataforma política al antimenemismo sindical a fin de negociar un frente electoral con **Oscar Alende** y sus satélites.

• **Justificación**

Para completar la ruptura, la agenda de **"Querido"** volvió a poblarse de reuniones con **Miguel** y, lo que es peor, con **Luis Barrionuevo**. **"Me encuentro con ellos para lograr que se peleen"**, intentó justificarse **Ubaldini**. Pero la **Sánchez** no le creyó. **"Tenemos que estar admitiendo ante nuestros compañeros que Saúl es igual que todos"**, explicaba, despechada, hace pocos días ante este diario. De todos modos, la gremialista admitía que **"no tenemos problemas con que se junte con quien quiera, siempre que sea bajo la premisa de oponerse al gobierno"**. Claro que la lógica de esos contactos del cervecero no pasaba por allí. Más bien obedece a esa vieja aspiración que siempre confesaron los operadores sindicales más adictos al gobierno: **"Saúl es opositor pero es peronista. Por eso un día nos juntamos y arreglamos todo"**. Es tal vez ese "afecto societatis" de **"Querido"** con el resto de la troupe sindical lo que nunca percibió del todo la dirigente de los maestros. Todo indica hoy que la ruptura con **Lorenzo Miguel**, el año pasado, fue el límite del distanciamiento que **Ubaldini** estaba dispuesto a ostentar.

• **Dura crítica**

Para resaltar lo que interpreta como una defección a su cerrado antimenemismo, **"Mary" Sánchez** calificó muy duramente al gobierno en su renuncia.

"Nuestro sueño es una patria liberada de las ataduras de la dependencia que en definitiva son las que explican políticas oficiales como las de este gobierno que ocasionan el hambre y la tristeza de nuestro sufrido pueblo", predica la sindicalista.

No obstante, el alejamiento de **María Vicenta Sánchez** de la cúpula de la CGT Azopardo no implica el de la CTERA, que seguirá alineada en ese nucleamiento.

"A.F."
12/6/91

01/01

91085 43

Menem dijo que los jubilados son utilizados por ultras.
150024
13/6/91
10033
11165
11322

"Utilizados por los ultras"

El presidente Carlos Menem dijo ayer que los jubilados gozan del "derecho de manifestar" por sus reclamos, pero advirtió que está en vigencia la prohibición para que se instalen en cualquier punto público, como la plaza Lavalle, de donde fueron desalojados el viernes.

El jefe del Estado reiteró que los jubilados "son utilizados por sectores ultras" y recordó a los pasivos que "las plazas no se hicieron para levantar carpas, llevar vacas o cultivar una huerta, hay mucha tierra en la Argentina para eso".

El Presidente pareció aludir a los carapintada cuando aseguró que "no permitiremos que los jubilados sean utilizados por sectores que ya muchos dolores de cabeza le trajeron al país, justo ahora cuando estamos saliendo de esta larga crisis. A los que impulsan a los jubilados a este tipo de manifestaciones les vamos a imposibilitar que sigan accionando".

En la tarde de ayer, por otra parte, Menem recibió a la empresaria Nelva López de Fontevecchia quien decidió "adoptar" a cien jubilados y pasarles una mensualidad de 1.000.000 de australes para paliar su situación, realmente crítica.

Fontevecchia, quien había lanzado su propuesta en una carta de lectores de un semanario, explicó al Presidente que su propuesta consiste en que "aquellos ciudadanos que puedan adopten uno o más abuelos" y que las empresas le brinden con un descuento o más.

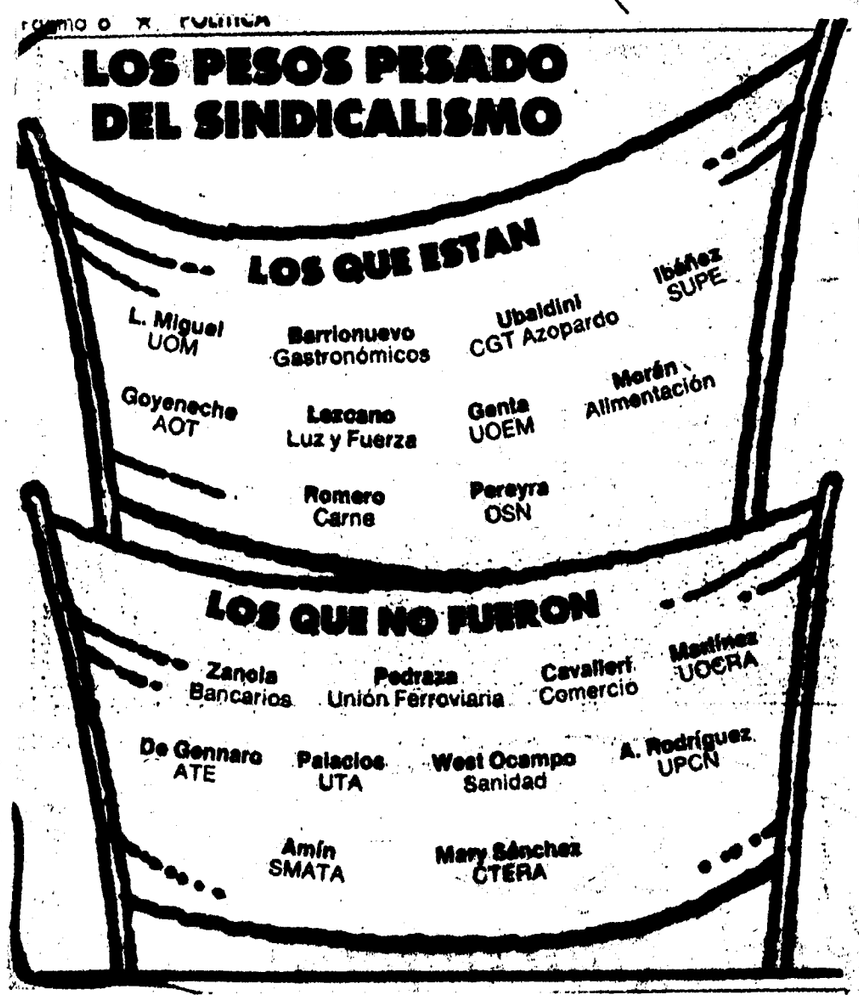
La señora Fontevecchia anunció que lanzará una campaña tendiente a explicar su propuesta, también consiguió que ministros [illegible] podrán encargarse de ejecutar contralor entre tareas y [illegible]

13/6/91
"CLARIN"

01-01

3108544

Plenario para normalizar las 62 Organizaciones.-
150024
13-6-91
10033
11165
500854



Miguel, Ubaldini y Barrionuevo se unieron para relanzar "las 62"

En una cumbre sindical que contó con las presencias de Lorenzo Miguel, Saúl Ubaldini y Luis Barrionuevo, una veintena de gremios llamó a un plenario nacional para normalizar las 62 Organizaciones. La convocatoria no alcanzó, sin embargo, a los sindicatos más representantivos de la CGT-San Martín ni tampoco al Grupo de los 25. Sugestivas ausencias de los independientes Armando Cavalieri y Juan Zanola. El objetivo máximo del nuevo agrupamiento es unificar la CGT.

Como escapados de la filosa pluma de William Shakespeare, algunos capuletos y montescos de la familia sindical sellaron ayer un pacto de paz y concordia: así, Lorenzo Miguel, Saúl Ubaldini, Luis Barrionuevo y un heterodoxo puñado de dirigentes gremiales que responden a cada uno de ellos, confluyeron en una mesa de unidad y anunciaron la convocatoria a un plenario nacional para la próxima normalización de las resucitadas 62 Organizaciones.

En la bien tendida mesa que desplegó en sus oficinas el empresario del seguro e íntimo de Miguel, Julio Raele, compartieron empanadas, vino y proyectos —alrededor de los tres grandes referentes— Aníbal Martínez (UOM), Diego Ibañez (petroleros), Rubén Pereyra (OSN) y Rodolfo Ponce (recibidores de granos), incondicionales de Lorenzo.

Al líder cervecero, en cambio, lo acompañó el ala blanda de la guardia ubaldinista: Luis Morán (alimentación), Mario Zafora (camioneros), Manuel Díz Rey (viajantes) y Domingo Moreyra (FOCRA).

Por el lado del gastronómico, se anotaron su fiel escudero y puente de plata con Lorenzo, Lesio Romero (carne) y otros sindicatos menores. Solitarios representantes de la CGT San Martín dijeron presente Pedro Goyeneche (textiles) y Amadeo Genta (municipales).

La autoconvocatoria no incluyó —como estaba previsto de antemano— a los principales gremios de la CGT-San Martín, ni tampoco al Grupo de los 25. En

01/02

9108545

cambio fueron sugestivos los ausencias de dos números puestos: Armando Cavalleri (comercio) y Juan Zapata ([illegible]).

El faltazo de [illegible] (asistió en cambio el [illegible] Oscar Lezcano) [illegible] los justificaron la [illegible], a pesar de los representantes que [illegible] enviaron, "en que los muchachos están muy golpeados y eligieron un bajo perfil". Otros con los pies más sobre la tierra explicaban que los dos dirigentes no quieren confundirse con el flamante trío, si antes no se incorporan formalmente a las 62 aquellos gremios con los cuales conjugan los mismos vertos políticos y económicos.

Para muchos de los asistentes de ayer al operativo retorno de las Seis-dos, el encuentro fue el comienzo de una nueva etapa sindical que —necesariamente— deberá respetar distintas etapas: en lo inmediato, sus mentores aspiran a "obligar al Gobierno a negociar la política que afecta al movimiento obrero".

Presión sobre proyectos laborales

La nueva "entente" se incorporará al secretariado nacional de "las 62", el primer día de julio. Pero desde el vamos se acordó comenzar a ejercer una fuerte presión contraria sobre los proyectos de leyes laborales que maneja el Gobierno.

Ayer mismo por la tarde comenzaron a ponerlo en práctica: uno a uno, Miguel, Ubaldini y Barrionuevo se comunicaron telefónicamente con los diputados que orientan para bloquear cualquier intento de sanci[illegible] la ley que [illegible] forma de pago del aguinaldo. "Nosotros no vamos a estar haciendo blanco y ellos negro", justificaban.

"[illegible] personales"

Los [illegible] de la cumbre también se preocuparon por hacer gala de un amplio sentido de "renunciamientos personales": Barrionuevo se comprometió a desactivar su Mesa Sindical Menem Presidente. No obstante aclaró que, en materia electoral, las posiciones individuales ya estaban tomadas como para unificar posiciones alrededor de un candidato.

Ubaldini, por su parte, está comprometido a replantear el futuro de la CGT-Azopardo: Mary Sánchez (CTERA) y Víctor De Gennaro (ATE) están con otro dentro de esa central obrera. Se computó ayer también el plantón del colectivero Juan Manuel Palacios para participar en el relanzamiento del viejo brazo político del sindicalismo.

La reunificación gremial alrededor de una sola CGT, por ahora, es una meta de largo aliento. A la hora de barajar tiempos los más entusiasmados (Ubaldini, por ejemplo) pronosticaban los próximos meses para alcanzar ese objetivo. El líder gastronómico, abocado en su papel de sponsor del candidato Carlos Brown, arriesgó fines de 1991 o comienzo de 1992.

Saben capuletos y montescos, sin embargo, que la primera pulseada para la reorganización de "las 62" se jugará frente a sus pares exhibidos, y que quizá comience antes del [illegible] de [illegible].

02/02

9108545

Nº DOCUMENTO
TITULO Los "62" Organizaciones piden retiro del Proyecto de ley de empleo.
PROC 150026
FECHA 15/6/91
VINCULADOS 10033
11165
500854

Primer pedido de las 62

Exigen el medio sueldo y retiro del proyecto de ley de empleo

Dirigentes barrionuevistas, miguelistas, y "ubaldinistas", solicitaron al Gobierno Nacional que retire del Parlamento los proyectos para modificar las leyes laborales, y confirmaron que el próximo miércoles irán a la Cámara de diputados para pedirles a los legisladores que no aprueben el pago diferido del aguinaldo y la ley de empleo.

En un documento firmado por Saúl Ubaldini, Lorenzo Miguel, Juan Zanola (ausente en el encuentro), y Pedro Goyeneche, que fue leído por el dirigente cervecero al término de la reunión realizada en la casa del empresario Jorge Raele, los sindicalistas requirieron al Ejecutivo modificaciones en los proyectos de ley de accidentes de trabajo y tope indemnizatorio, así como el rechazo "al desdoblamiento del aguinaldo y la flexibilización laboral".

Ratificaron su "inquebrantable voluntad de defender todos los derechos y conquistas de los trabajadores que plasmaron el general Juan Domingo Perón y Eva Duarte de Perón como así también de todas las fuentes de trabajo".

Crecimiento con justicia social

Reiteraron que están dispuestos a "asumir el protagonismo en todas las actividades del quehacer nacional para impulsar un proyecto nacional de verdadero crecimiento económico, que con justicia social, salvaguardando la producción nacional y a la pequeña y mediana empresa".

Miguel sostuvo que estas reuniones "van en busca de la normalización de las 62 Organizaciones, y posiblemente, después de las coincidencias en las reclamaciones gremiales, se va a unificar al movimiento obrero".

Por su parte, el dirigente gastronómico Luis Barrionuevo afirmó que "no intentamos constituir un polo opuesto al gobierno, sino todo lo contrario, ya que vamos a acompañar la gestión de Menem, pero queremos discutir las políticas que afectan al movimiento obrero".

Sin paros

Barrionuevo descartó que el agrupamiento convoque a un cese general de actividades, al señalar que "hablar de eso es una hipótesis que no condice con lo que queremos. Bajo ningún punto de vista haríamos eso", agregó.

En tanto, el secretario general de esa organización gremial, Pedro Goyeneche, aclaró "el gremio textil concurre a estas reuniones al solo efecto de tratar el tema del relanzamiento de las 62 Organizaciones y como una contribución a la unidad, pero si advertimos que se trata de enfrentar al gremio con el gobierno nacional, nos retiraremos inmediatamente".

Al aclarar versiones que indicaron que la CGT San Martín habría desautorizado su participación en esas reuniones, Goyeneche dijo: "no es la CGT la que puede o no autorizar esa participación. Esa es una decisión exclusiva del gremio".

Participaron del encuentro, Miguel (UOM), Rubén Pereyra (Obras Sanitarias), Julio Nicolosi (SUPE), Rodolfo Ponce (Recibidores de granos), por el miguelismo; Saúl Ubaldini, Manuel Diz Rey (viajantes), Nelson Farina (Fatun), por el ubaldinismo; Carlos Peralta (Asociación bancaria), por los independientes; Luis Barrionuevo (Gastronómicos), Lesio Romero, Agustín Amicone (Calzado) y Pedro Goyeneche (AOT).

Oposición

En tanto, no asistieron los independientes Armando Cavalieri (Mercantiles) ni Oscar Lescano (Luz y Fuerza), ni la mayoría de los gremios integrantes de la CGT San Martín José Rodríguez (SMATA), Carlos West Ocampo (Sanidad), José Pedraza (Ferroviarios), Gerardo Martínez, (UOCRA) y Andrés Rodríguez (UPCN).

Amín en declaraciones desde Ginebra se opuso "terminantemente" al relanzamiento de las 62 Organizaciones y "desautorizó la creación de un frente opositor al gobierno".

Agregó que el movimiento obrero "no se prestará al juego confuso de los personeros del fracaso que, al integrarse lo único que buscan es tener una posición de privilegio para presionar sobre el gobierno y las candidaturas, porque el único objetivo que persiguen es consolidar un frente opositor al gobierno para presionar desde una posición de fuerza la postulación a cargos administrativos e integrar la lista de candidatos a legisladores".

"LA PRENSA"
15/6/91

01/01

31085 46

Nº DOCUMENTO
TITULO Unidad cegetista para negocior candidatos.
PRO 150026
FE 15/6/91
VI 10033
11165
500854

Unidad cegetista para negociar candidatos

Por Daniel Lupa

Hace muy pocas semanas hubiera sido poco realista pensar en una fotografía que mostrara en la misma mesa a Luis Barrionuevo, Saúl Ubaldini y Lorenzo Miguel. El límite retrospectivo para imaginar esa situación habría sido el 23 de mayo y días siguientes, cuando Duhalde anunció su aceptación de la candidatura a gobernador de la provincia de Buenos Aires. De ahí en adelante, muchas cosas resultan posibles.

La negociación para el encuentro parece haber comenzado en una fecha bastante anterior, pero con sucesivos fracasos. Lorenzo Miguel habría mediado para que Ubaldini se acercara a la ya fracasada Comisión Gremial de Trabajadores. Hubo tropiezos, en el mismo sentido, también, con Luis Barrionuevo. Y se frustró también un intento de acercamiento cuando no había coincidencias en torno de las leyes sindicales en el Parlamento.

Pero las bases de esta ofensiva, un poco anteriores a la aceptación de Duhalde como candidato a gobernador, se ubican en el primer encuentro público realizado hace unas cuatro semanas por el grupo de los "independientes" —bancarios, comercio, metalúrgicos, petroleros, etcétera— en el mismo domicilio donde se concretó la reunión del miércoles —un departamento mantenido "ad hoc" por el empresario Julio Raele, quien monopoliza gran parte de los seguros de vida, seguros de sepelio y seguros de los edificios de los sindicatos cegetistas—, durante el cual se habrían convenido no sólo puntos importantes para distribuir fondos de la ANSSAL a las obras sociales sino la determinación del momento oportuno para dar algunos pasos a fin de forzar una reunificación cegetista.

Oportunidad para una aceptación

Debieron trascurrir estas semanas y producirse el hecho central antes mencionado —la aceptación de la candidatura de Duhalde— junto con algunos episodios formales, para que los "independientes" pudieran progresar y acelerar el trámite del encuentro.

Unidad cegetista para negociar candidatos

Luis Barrionuevo habría experimentado un fuerte sinsabor al verificar en diversas encuestas —a las que dio crédito— no sólo que el intendente Carlos Brown quedaba rezagado en la confrontación interna peronista de la provincia sino que, además, Duhalde ganaba espacio en el favor del electorado bonaerense, pasando a encabezar las preferencias eventuales. Pero, paralelamente —y lo que probablemente haya sido una verificación más determinante aún— habría verificado que Menem giraba todos sus apoyos en favor de Duhalde, con un esquema de prioridades que postergaban sus propias expectativas.

Ubaldini, por su parte, venía de experimentar ambiguas situaciones respecto de su eventual candidatura. Mientras similares encuestas a las antes mencionadas le atribuían un máximo del 12-14 por ciento en el Gran Buenos Aires, descendía a menos del 2 por ciento en el interior de la provincia y aun en centros populosos como Bahía Blanca o Mar del Plata.

Al mismo tiempo, habían fracasado algunas gestiones iniciadas con sectores de la izquierda —atribuidas a iniciativas de Víctor de Gennaro y la señora María Sánchez, bien que distinguiéndose ya uno de la otra, en un avanzado punto de división— a fin de convertirlo en el vértice de una confluencia multisectorial y multipartidaria. En cada caso su nombre aparecía como un añadido publicitario, pero no en un punto central, hasta el extremo de figurar, en algún caso, como tercer candidato a diputado en una convergencia de cinco partidos de izquierda.

Los justificativos manejados para esa ubicación señalaban la caída de su capacidad de convocatoria, lo que fue un desafío que lo llevó a intentar una demostración de fuerza, tratando de convertir en una "concentración de masas" la demostración efectuada frente al Congreso la semana anterior por jubilados, docentes y cegetistas azopardistas.

Todos reunidos, apenas alcanzaban a sumar entre 4.000 y 5.000 personas y su ferviente discurso, junto con el de la señora Sánchez, no alcanzaron las virtudes agitativas que normalmente se les atribuye. Ahí surgió el desencuentro final con la dirigente que capitanea el sector de los docentes de izquierda y, paralelamente, la decisión del dirigente cervecero de acercarse a las propuestas del miguelismo.

Significativo: se resucita a las "62"

La excusa formal de aludir en forma constante a la situación económica como justificativo para exhibir una mesa de conducción sindical tan contradictoria no explica por qué si este es el tema no se ha procedido a la reunificación de los tres aparatos cegetistas dispersos y se ha priorizado a las "62 organizaciones peronistas".

"LA PRENSA"
15/6/91

01/02

510854 1

Estas constituyen un aparato estrictamente partidario, de ningún modo un organismo cegetista, al menos reconocido legalmente, lo que revela con nitidez el alcance y la motivación propiamente dichos.

Miguel, Ibáñez, Lascano, Cavallieri y Zanola, se habían manifestado en más de una oportunidad incapaces de tener paciencia decisiva en las deliberaciones partidarias debido al alejamiento de los otros dos sectores (Barrionuevo y Ubaldini) y del aparato central de la organización sindical encolumnado tras la cegeté San Martín. Se atribuye a Zanola haber alegado, durante un almuerzo realizado el 26 de abril, en el restaurante Pedemonte, con Lascano y Cavallieri, que hasta lograr una reunificación era "imposible volver a tener un papel político, que hoy consumen y monopolizan los políticos y los recién llegados".

Esto se habría acentuado ante la conformación de listas en la provincia de Buenos Aires, donde parecía, hasta la semana anterior, manifiesta la ausencia de un canal sindicalista. "El partido perderá –habría dicho Miguel– lo mejor de Ubaldini y Barrionuevo, aparte de que difícilmente podremos movilizar nuestro aparato" (obvia referencia a los metalúrgicos, en severa crisis de conducción por episodios como los de la Cantábrica, ACINDAR y la movilización actual por SOMISA).

Efectos conflictivos

Para que Ubaldini aceptara se habría condicionado el apoyo de las "62" para postularlo como cabeza de lista de diputados nacionales. Para que Barrionuevo diera el "o.k", el acuerdo consistiría en que Bunge sea candidato a vicegobernador y él mismo ocupe el tercer puesto en la lista de diputados. De ahí en más los candidatos sindicales ocuparían el tercio de las candidaturas en el orden nacional y provincial.

El paquete sería negociado a partir de una postura formal y frontal en materia social y laboral, ordenando a los legisladores de procedencia sindical –una treintena, aproximadamente– levantar una negociadora oposición a los proyectos económicos: de manera inmediata, el tema de los aguinaldos y los jubilados, sin excluir otras leyes laborales en curso.

Pero el problema se planteará de manera mucho más crítica al conformarse las listas, frente a la idea central del menemismo de lograr una integración extrapartidaria. ¿Nombres como los de Ubaldini y Barrionuevo podrían ubicarse junto a los de hombres como Carlos de la Vega y Guillermo Alchourróa, una y otra vez mencionados por el propio Menem como "sus" candidatos? ¿Implica, en consecuencia, un viraje frontal de Miguel y el cegetismo contra la línea esbozada por Menem?

02/02

9108547

DOCUMENTO
TITULO Desalojo de activistas carapintadas en Plaza Lavalle.
PROCEDENCIA 150024
FE 15/6/91
VI 10033
11165
11419

QUERIAN REIMPLANTAR LA OLLA POPULAR PARA JUBILADOS

Nuevo desalojo de activistas carapintada en plaza Lavalle

La protesta de los jubilados de plaza Lavalle y el ex sindicalista carapintada **Rubén Gioannini** terminó ayer en un incidente de características casi grotescas. Gioannini; la activista del sector, **Norma Plá** y otras dos personas **fueron demorados** por la Policía cuando intentaron pese a las advertencias policiales, volver a montar una olla popular en ese céntrico paseo.

Horas después al ser liberados de la comisaría tercera, Gioannini se quejó de la detención y aseguró que: "**si ser cristiano es delito, que nos metan presos todos los días**". Cerca suyo Plá, como si no hubiese pasado nada, anunció que hoy, a las 12.30, el menú será chorizos "calentitos" a la **pamarola**.

El incidente comenzó ayer al mediodía cuando **Germán Plá** —hijo de la dirigente de los jubilados— llegó a la plaza en una camioneta Dodge portando una olla con guiso humeante, platos, cubiertos y pan. Una veintena de jubilados humildes se disponían a comer, cuando irrumpió la Policía, con una orden judicial. Los jubilados denunciaron que les tiraron los platos de comida al piso y que fueron tratados en "forma prepotente".

Deliberadamente Plá, hijo, se negó a llevar a la comisaría con su camioneta los elementos que trajo. Entonces la olla debió ser transportada en un camión, la camioneta movilizada por una grúa, y él conducido en un patrullero.

La camioneta también quedó en poder de la Policía porque "**no contaba con la habilitación correspondiente para trasportar alimentos**", según afirmaron fuentes policiales.

Cuatro horas más tarde los cuatro demorados fueron liberados de la comisaría, ubicada en Tucumán al 1500.

La Policía abrió un sumario por entender que desobedecieron la resolución del juez, **Roberto Marquevich**, según la cual las normas municipales prohíben "acampar y dar de comer" en un paseo público.

Un centenar de manifestantes recibió a los demorados a la salida de la comisaría al grito de "**no nos vamos**". Ahí mismo Gioannini y Plá anunciaron que **el miércoles que viene marcharán hasta la representación de la Organización de Estados Americanos (OEA) para denunciar que el Gobierno "viola el Pacto de San José de Costa Rica sobre derechos humanos en lo que se refiere a la ancianidad"**.

Pero las expectativas mayores están centradas en las declaraciones que formulará hoy durante el programa "Claves para un Mundo Mejor" el arzobispo de Buenos Aires, monseñor **Antonio Quarracino**. El titular del Episcopado argentino se comprometió el miércoles pasado ante una representación de los jubilados de plaza Lavalle a conseguirles una audiencia con el presidente, **Carlos Menem**.

"CLARIN" 15/6/91.
9108548

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO Marcha de dirigentes gremiales al Congreso por el aguinaldo.
PROCEDENCIA 150024
FE. H. ... ECO. 15/6/91
VI. ... 10033
11165
500854

"Las 62" marcharán hacia el Congreso

Cuando todavía no se diluye la sorpresa que provocó el primer encuentro de los tres, **Lorenzo Miguel, Saúl Ubaldini y Luis Barrionuevo** anunciaron ayer que encabezarán el próximo miércoles una **marcha de dirigentes gremiales al Congreso para solicitar a los legisladores que se opongan al pago escalonado del aguinaldo** y a las modificaciones que impulsa el Gobierno en la legislación laboral vigente.

En un documento de **tono opositor a la política socioeconómica del Gobierno**, el nuevo frente sindical requirió al Poder Ejecutivo el "retiro inmediato" del Parlamento de todos los proyectos que "afecten o perjudiquen al movimiento obrero".

La marcha forma parte de la campaña previa al relanzamiento de las **62 Organizaciones**, que se efectivizará el 1º de julio, día en que se cumple un nuevo aniversario de la muerte de **Juan Domingo Perón**.

Aglutinados con la consigna "la unidad en la acción", los sindicalistas que confluyen en el nuevo polo gremial (el miguelismo, parte de los ubaldinistas y los seguidores de Barrionuevo) exigieron modificaciones en los proyectos de ley de accidentes de trabajo y tope indemnizatorio y expresaron su rechazo al desdoblamiento del aguinaldo y á la flexibilización laboral.

♦ Barrionuevo

Ante la eventualidad de que la oposición a las leyes no prospere, Barrionuevo descartó que las nuevas "62" convoquen a un paro de actividades y señaló que "vamos a acompañar la gestión de **Carlos Menem**, pero queremos discutir las políticas que afectan al movimiento obrero". "**Si advertimos que se trata de enfrentar al Gobierno, nos retiraremos de inmediato**", prometió a su turno el líder textil **Pedro Goyeneche**, integrado a ese frente.

Desde otra vereda del agitado espectro gremial, el ala dura del ubaldinismo también hizo sentir su voz. "Mientras «las 62» se reúnen y hacen planes con la conducta de los diputados gremiales que les responden, estos aprobaban el despacho para diferir el aguinaldo", dijo **Juan Manuel Palacios (UTA)**. Otro de los "duros", el secretario de organización de la conducción nacional de **ATE, Edgardo De Petris**, sostuvo que "**a cuestionarle a Ubaldini los acuerdos que realice a espaldas de los trabajadores**" y aseguró que, llegado el caso, "impulsaremos un paro nacional con movilización".

En la segunda reunión de la nueva entente gremial, volvieron a estar ausentes los máximos dirigentes de los gremios independientes: **Oscar Lescano** (Luz y Fuerza) no apareció y tampoco concurrieron **Armando Cavalieri** (comercio) y **Juan Zanola** (bancarios), aunque Zanola volvió a enviar a un representante, demostrando su intención de operar a dos aguas.

= CLARIN = 15/6/91

01/01

9108549

El Poder estudiantil en la Universidad.
150025
15/6/91
10033
11165
11316

El poder estudiantil en la Universidad

UPAU: "El CBC es refugio de «ñoquis» alfonsinistas"

"En el Ciclo Básico Común (CBC) se han refugiado todos los «ñoquis» alfonsinistas que debieron dejar sus puestos políticos al perder las elecciones. Como la UCR domina el aparato universitario mediante su brazo estudiantil –Franja Morada–, puede darse el lujo de emplear a sus militantes políticos o los que quedan de ellos. Creemos que un 75 % de docentes y administrativos son de ese sector", denunciaron a LA NACION dirigentes de la Unión para la Apertura Universitaria (UPAU).

De esta agrupación, que llegó a disputarle a Franja palmo a palmo el predominio en numerosas facultades, conversaron con LA NACION Augusto Trombetta, de Filosofía y Letras; Miguel Garuceaga, de Derecho, y Flavio Dodero, de Arquitectura, todos de la UBA, y Guillermo Viñuales e Ignacio Ugalde, de Derecho de Lomas de Zamora.

"Ellos nos acusan de conservadores, pero, en realidad, quienes se oponen a todo cambio en la Universidad, en estos momentos, son los radicales. No quieren modificar nada, y menos hacer racionalización, porque sí no perderían el poder. Por eso en el Consejo Superior es imposible lograr una modificación del CBC. Los radicales lo necesitan. Lo mismo sucede en la Universidad Nacional de Lomas de Zamora", agregan dirigentes de esa casa de estudios.

Nada con la Ucedé

Se definen como "estudiantes preocupados por las cuestiones académicas y gremiales que se relacionan con el mejor desenvolvimiento de los estudios superiores en la Argentina". Desde su nacimiento como agrupación en 1983, no han dejado de crecer, provocando con su presencia en la lucha estudiantil profundos cambios en el pensamiento político universitario.

De hecho, después de la turbulenta década del 70, la aparición de UPAU modificó espectacularmente el mapa político de las casas de estudio.

Adhieren fervorosamente al pensamiento liberal; se empecinan contra el ingreso irrestricto –al que califican de sistema perverso– y desmienten con acritud su pertenencia exclusiva a la Ucedé.

"No existe vínculo orgánico alguno con el partido", expresan.

En Rosario, por ejemplo, la dirigencia de UPAU está más próxima a Usandizaga que a otras corrientes políticas. En Mendoza, nuestros dirigentes son del partido Demócrata, mientras que en Córdoba responden al dirigente liberal Kammerath, próximo a Angeloz", sostienen.

Cuál es la segunda fuerza

Se ríen de la afirmación del MNR de que éstos son la segunda fuerza estudiantil.

"Nosotros, en la UBA, estamos desde 1987 detrás de los radicales. En Rosario, UPAU se ha colocado segunda en facultades importantes, una de ellas la de Derecho. Lo mismo sucede en Lomas de Zamora, donde conducimos el centro de esa facultad. En Córdoba, hemos desplazado del segundo lugar a las fuerzas de izquierda. En La Pampa, dirigimos el centro de estudiantes de Ciencias Agrarias, y en la Universidad del Centro, el de Ciencias Exactas ¿De qué segunda fuerza habla el MNR?

"Creemos que, en estos escasos siete años de actividad, ya representamos los sueños y las aspiraciones de un grueso sector de la comunidad universitaria", sostienen.

La FUA no existe

"¿Por qué no estamos en la FUA? Porque ya no es una agrupación gremial estudiantil, sino puramente política. Como entidad gremial estudiantil no existe.

"Estar allí sería hacer el caldo gordo al radicalismo. No cumple ninguna función para los estudiantes y, en realidad, a las demás agrupaciones se les ha ido de las manos.

"Fíjese que en las marchas de silencio por Walter Bulacio, que fue estudiante secundario, se pasan promoviendo insultos y gritos contra el Gobierno, reparten volantes contra el Presidente, es decir, usan al tema de la falta de justicia tan groseramente que ni los propios compañeros de Bulacio quieren saber más nada con la FUA cuando hacen sus movilizaciones", explican.

"Ahora los radicales – y algunos diarios– hablan de nuestra decadencia. Pero nosotros hemos ido creciendo y seguimos aumentando nuestro caudal de votos. Las cifras que brindamos dan cuenta de esto: estamos presentes cada vez en más facultades.

"Por otra parte, nuestra evolución se corresponde con la de los independientes, cuyos espacios vamos ocupando. Por ese motivo apuntamos también esas cifras: en 1988, sobre 43.000 votos, UPAU subió al [illegible] % y los independientes el 25,14 %. De allí en adelante, mientras éstos bajaban, nosotros subimos. En 1990, de [illegible] votos, UPAU logró el 18,78 % y los independientes el 2,41 por ciento.

Las propuestas

En síntesis, éstas son las propuestas de UPAU para la Universidad del 2000:

- Nuevo régimen económico financiero: tiene aspectos muy positivos si se lo compara con la ley actual. Uno de ellos es la imposición de otorgar becas, algo de lo que aquélla no habla una palabra.
- Ingreso: UPAU reclama, desde 1983, la abolición del ingreso irrestricto y la aplicación de un examen de ingreso.
- Arancelamiento: es una necesidad. Debe hacerse en cada facultad, por un monto pequeño (A 50.000), destinado a cosas concretas de la casa y complementado por un sistema de becas efectivo, no como el de ahora, que las reciben quienes podrían pagarse sus estudios y se dan a dedo...
- CBC: tiene una pésima estructura y es parte de la mentira: mientras Franja sostiene el ingreso irrestricto, no quieren cambiar un CBC que es un verdadero colador. La explicación es muy simple: un examen de ingreso sería más barato, pero no ofrecería la posibilidad de regalar centenares de puestos políticos que ahora pueden adjudicar en forma directa a sus militantes.

Albino Dabove

"LA NACION" 15/6/91
01/02
31085550

TITULO Agrupaciones que acompañan el movimiento de jubilados y sus orientaciones políticas.
150024
16/6/91
10033
11165
11414
11327

En los últimos meses la protesta de los jubilados fue subiendo de tono hasta trepar al primer plano. Desde los acampantes de Plaza Lavalle, dos veces desalojados en pocos días, hasta las marchas separadas al Congreso, los jubilados aumentaron sus demandas. Primero reclamando al Poder Judicial y después al Gobierno, para cobrar los juicios ganados al Estado y por aumentos salariales. El siguiente informe describe a las agrupaciones que acompañan al movimiento social y sus diferentes orientaciones políticas.

La interna política de los jubilados

La conmoción producida en el Gobierno y en la opinión pública por la protesta de los jubilados de plaza Lavalle, además de poner en primer plano la **delicada situación** de la clase pasiva en la Argentina, reveló una vez más que los movimientos sociales van acompañados de expresiones políticas.

Es el **caso notorio** de los jubilados que acamparon frente al Palacio de Tribunales, cuya protesta es respaldada por **sectores afines** a los **carapintada**, y el de la **Mesa Coordinadora** que lidera **Antonio Forte**, que cuenta con el apoyo del **Partido Comunista**. También se cuenta la fracción de esa Mesa Coordinadora que orienta **Estrella Monteverde**, en la que la intervención del Gobierno apenas se pudo disimular y está ahora a **punto de ponerse claramente en evidencia** por disidencias internas.

El toque de atención se produjo el pasado miércoles 5, cuando unos dos mil jubilados de plaza Lavalle, virtualmente, embistieron a la custodia del Congreso Nacional. Derribaron las vallas de contención y bloquearon el acceso del edificio anexo, en donde están los despachos de los diputados, hasta terminar interrumpiendo una reunión del ministro de Economía con legisladores en la Comisión de Presupuesto y Hacienda.

Las **lágrimas** que se le escaparon a **Domingo Cavallo** ante el **patético reclamo** de los jubilados de plaza Lavalle se transformaron en un **símbolo** de la impotencia gubernamental para solucionar el problema y en una **señal de alarma** que obligó al poder a reaccionar.

♦ ¿Quiénes son los de la plaza?

Un grupo de jubilados se ubicó el 17 de abril en plaza Lavalle, frente a **Tribunales**, instaló una gran olla y comenzó a dar de comer. **Norma Guimil de Plá**, una sexagenaria de fuerte carácter que militó anteriormente en la Mesa Coordinadora, se transformó rápidamente en la líder excluyente de este sector. Junto a Plá y aportando diligentemente la infraestructura necesaria para darle comida a cientos de ancianos diariamente, estuvo desde la tercera semana de abril, **Rubén Giannini**, jefe de la corriente sindical **Línea Nueva del sindicato de Luz y Fuerza**, amigo de **Mohamed Alí Seineldín y de Aldo Rico**.

♦ La Confederación de Jubilados

Es la organización más antigua que nuclea a los **Centros de Jubilados**. En setiembre cumple 43 años de vida. su actual presidente es **Juan Magiore**, uno de los cuatro representantes de los jubilados en el **PAMI**. **Cobra 14 millones de australes limpios según su propia confesión**. Se jacta de que esta entidad es **apolítica**, pero que en cambio defiende a **los jubilados**. Reclama un haber mínimo de **2,5 millones de australes**, dice que los jubilados de plaza Lavalle **"están equivocados"** y aclara que la Confederación General de Jubilados, Retirados y Pensionados hace ya 15 días se entrevistó con **Antonio Quarracino**.

♦ La Mesa Coordinadora

Esta organización nació en 1967 en la época de la Revolución Argentina del general **Juan Carlos Onganía**. Estuvo influida en su acción por el partido Comunista. En la década del 60 comienza a hacerse sentir el paulatino deterioro del haber jubilatorio y esta organización a reclamar por los derechos de los jubilados.

Durante el último gobierno militar, **Martínez de Hoz** eliminó el aporte patronal para las cajas de jubilación. Pero al poco tiempo **Santiago de Estrada** consiguió que el Tesoro financiase el pago de las jubilaciones, paliándose de este modo la caída de los sueldos. La crisis del sistema jubilatorio se hizo ostensible: en la Argentina la **relación activo-pasivo es de 1,6**. La viabilidad del sistema obliga a que la relación aumente al menos a 2,5 de trabajadores activos por cada jubilado.

Con la restauración democrática se produjo un doble movimiento que perjudicó notablemente a los jubilados. La llegada de los planes de contención del gasto público achicó fuerte-

"CLARIN"
16/6/91

01-02

9108551

mente los haberes jubilatorios y por otro lado, la evasión previsional aumentó dramáticamente.

Obviamente, la Mesa Coordinadora de Jubilados y Pensionados extendió su protesta y se hicieron más frecuentes en Plaza de Mayo y el Congreso las movilizaciones de los jubilados. También el peronismo, entonces en la oposición, acicateó a los jubilados para que se rebelaran contra el ajuste. El actual embajador en Roma, Carlos Ruckauf, desde su puesto de diputado apoyó decididamente la protesta de la tercera edad.

♦ Se apaga una Estrella

Desde el Ministerio de Acción Social, el peronismo en el Gobierno alentó la fractura de la Mesa Coordinadora, que finalmente se produjo el 21 de noviembre de 1989, mientras se estaba realizando el XXI Congreso. De un lado quedó el nombrado Antonio Forte y su grupo respaldado por numerosos centros de jubilados. De otro, Estrella Monteverde, apoyada por otros centros de jubilados y entre bambalinas por Alberto Kohan y Santiago de Estrada que vieron con muy buenos ojos la división de la Mesa.

Estrella Monteverde comenzó a ser cuestionada adentro y afuera de su organización. Funcionaria del gobierno de Antonio Cafiero del de Alfonsín y del Instituto Nacional de Previsión recientemente intervenido, siempre en representación de los jubilados, fue agredida frente a la Catedral por los jubilados de plaza Lavalle y soporta una embestida de grupos ligados al Gobierno liderados por Jorge Alle, para desplazarla de la presidencia del sector de la Mesa que dirige.

Todos los partidos políticos y los funcionarios de turno han querido, aunque no lo digan, tener influencia en las organizaciones de jubilados. El problema no parece ser la presencia de fuerzas políticas en movimientos sociales. La dificultad surge de la postergación en las reivindicaciones legítimas de un sector social que suma tres millones de personas.

Atilio Bleta

02-02

9108551

Imágen negativa del Congreso llega al 47 % de los encuestados.-
150025
16/6/91
10033
11165
11323

"LA NACIÓN" 16/6/91

Mejor, con el Congreso

Según una encuesta del Centro de Estudios para la Nueva Mayoría, la imagen negativa del Congreso alcanza una cifra excesivamente alta: 47 por ciento.

Rosendo Fraga, jefe del equipo que realizó el trabajo, hace, sin embargo, una reflexión y una pregunta: "Esa cifra o ese porcentaje es un dato objetivo. Pero la pregunta es si tan mala opinión sobre la labor legislativa es justa o injusta, merecida o inmerecida".

Como todo cuerpo colegiado, se puede encontrar un ejemplo para cada caso, precisamente, por la pluralidad de su propia conformación.

Pero cuando se ataca al Congreso no se suele hacer la distinción entre los legisladores y la institución. Sin embargo, no son lo mismo.

Hay diputados y senadores que aparecen de vez en cuando. Pero también están los que trabajan, presentan proyectos y tienen un alto índice de asistencia a las sesiones ordinarias.

Por ejemplo, entre los últimos datos, algunos figuran con el 95 por ciento de asistencia. Otros, apenas con el 20 por ciento.

El ciudadano, la opinión pública, tienen la sensación de que muchas cosas se hacen a espaldas de los votantes y esta imagen está fijada de tal manera que va a ser difícil revertirla.

La transparencia los hará libres. Les permitirá recuperar el poder que naturalmente tiene el Congreso

Hay algo peor. No es infrecuente que se asocie la crítica a los legisladores con la crítica a la institución. Y son dos cosas diferentes.

La prédica contra los legisladores –y por consiguiente, contra la dirigencia política y los partidos– se ha convertido en un entretenimiento. O en un trabajo.

Cierto que, en buena medida, ello es posible porque los mismos legisladores son los que *colaboran* para favorecer las críticas que, veladamente, sugieren que "lo mejor es cerrar el Congreso".

La idea llegó a tener cierto consenso dentro del Gobierno, en 1990. Inclusive, actualmente, el Gobierno cuenta con funcionarios que quieren volver a la *fiebre de los decretos*.

Es necesario recordar un poco lo ocurrido en la segunda mitad de 1990. Prórroga de la emergencia económica, prórroga de la reforma del Estado, reglamentación del derecho de huelga, envío de los buques al Golfo Pérsico y designación de jueces en comisión, todas fueron decisiones tomadas por decreto.

Es natural que los legisladores se hayan sentido desplazados. No es tan natural la falta de reacción, casi la subordinación a lo que se les ocurriera hacer al Poder Ejecutivo.

Equilibrio necesario

Otra orientación

Hoy cambió la orientación y, según se afirma, el ministro Cavallo tuvo que ver con esta nueva actitud de que las iniciativas del Poder Ejecutivo pasen por la consideración de los legisladores.

No hace mucho se quiso tentar a Cavallo con decidir por decreto el pago del medio aguinaldo en tramos. La idea, impulsada por el vocero presidencial Humberto Toledo, fue rechazada por Cavallo.

No extraña, entonces, el diálogo de Cavallo con los diputados radicales para conseguir la aprobación de proyectos de leyes que el Gobierno considera esenciales. La reunión entre Cavallo y los diputados de la UCR fue organizada por Eduardo Bauzá, el encargado de acercar las dos partes a la conversación. Con respecto a la versión sobre la idea de intervenir a La Rioja, que se le atribuye a Cavallo y Mera Figueroa, un allegado a Bauzá fue terminante: "Ninguno de los dos sería capaz de proponerle esa alternativa al Presidente". Para Menem, la realización de las internas en forma clara es motivo más que suficiente para negarse a hablar siquiera de la posibilidad de intervenir a La Rioja.

Ahora, los legisladores tienen la ocasión de revitalizar el Congreso. Proyectos importantes figuran en la agenda. Entonces, no está mal que piensen un poco en lo que van a hacer.

La ciudadanía sabe que no son perfectos. No les pide perfección. Les pide capacidad y transparencia.

En todo caso, que hagan algo para demostrar que no se puede descalificar a todo el Congreso, por la actitud de los legisladores que no cumplen con la función para la que fueron elegidos.

A muchos de ellos se les avecina el momento de la despedida –aunque tal vez momentánea–; para otros, la posibilidad de ser reelegidos. Es decir, enfrentan, además, una campaña política. Son, entonces, los ciudadanos quienes tienen el voto para mejorar –o no– la composición del Congreso.

Quienes están convencidos de que el Congreso es necesario para el adecuado funcionamiento del sistema, los que saben que no sólo mismo el legislador que la institución –el legislador pasa, pero la institución debe permanecer– sólo aspiran a que el Congreso demuestre un poco más de sentido común.

Que no aprueba proyectos por docena. Pero que no tenga injustificadamente otros que es necesario sancionar.

Será la mejor manera de quitarles argumentos a los que esgrimen el subliminal mensaje de que "el Congreso no sirve", "es mejor cerrarlo", "son todos corruptos".

Y no es así. Pero deben demostrarlo para evitar la descalificación de una dirigencia muy deteriorada por responsabilidad propia.

De ese modo, facilitan el ataque constante a los políticos, que siempre está acompañado de una riesgosa generalización.

La transparencia los hará libres. Les permitirá recuperar el poder que naturalmente debe tener el Congreso para afrontar la cambiante vida política, sin que los hechos los tomen desprevenidos.

La ausencia de autorías y de identificaciones genera confusión y, también, suspicacias con respecto al proceso electoral

01/02

9108552

Y para cumplir con una de sus funciones esenciales: la de controlar los actos del Poder Ejecutivo para desempeñar el papel que realmente les corresponde en el mantenimiento y defensa del sistema republicano.

Las elecciones y la violencia

La agresión al concejal Crespo Campos se sumó a un período de violencia que acompaña los comienzos de la campaña electoral.

El tema de la violencia fue abordado en una reunión, al margen de las del gabinete, a la que asistieron el jefe de la SIDE, Hugo Anzorreguy, el ministro Mera Figueroa y, por supuesto, Carlos Menem.

Coincidieron en que se trata de desestabilizar o perturbar el sistema democrático. Pero, ante los hechos de violencia, como frente a la concentración de los jubilados, el Gobierno no parece haber encontrado la solución adecuada.

En esas reuniones, hubo hombres del Gobierno, muy vinculados con Menem, que sostuvieron que no se pueden quedar con esa interpretación. La ausencia de autorías y de identificaciones genera confusión y, también, suspicacias con respecto al proceso electoral.

Algunos diputados –Manzano, Jaroslavsky y Adelina Dalesio de Viola, entre otros– tuvieron más reflejos que el Gobierno mismo. Los tres hicieron una presentación solicitando la responsabilidad penal para quienes reivindican el nazismo y difunden "ideas vinculadas con la muerte, el racismo y la intolerancia organizada". La actitud está revelando que esta reaparición de las peligrosas y nefastas ideas nazistas no es sólo un problema de la comunidad judía, sino de la sociedad argentina. Porque si bien se comparte y respalda la idea de la libertad, hay un límite que está marcado, en este caso, por quien reivindica a Hitler y al nacionalsocialismo. Es casi imprescindible difundir el concepto de que el sistema democrático tiene que utilizar todos los mecanismos posibles para defenderse frente a quienes lo quieren utilizar para destruirlo, para reivindicar la discriminación racial o para quienes se convirtieron en creadores de una industria de la muerte. El Gobierno, al fin, dispuso la prohibición del acto que pensaba realizar el grupo nazi.

La ley de seguridad

El proyecto de ley de seguridad, que tiene media sanción, ya que lo aprobó la Cámara de Diputados, pasó al Senado. La primera reacción fue la de tomar las prevenciones necesarias con respecto a un proyecto que, según opinión de los senadores, padece de "mala técnica legislativa".

Es decir, podría ser inaplicable en la práctica o se tardaría tanto en poner en marcha el mecanismo de seguridad frente a una crisis interna, que "sólo se estaría en condiciones de pasar a la acción cuando la evolución de la crisis hubiere alcanzado un desarrollo casi incontrolable".

En el centro del escenario

Mera Figueroa apareció, durante la semana, en el *ojo de la tormenta* y hubo algunas acusaciones dirigidas a los celestes.

Estos niegan ser responsables de dirigir una campaña contra el ministro del Interior. Pero, de hecho, el secretario general de la Presidencia incursiona, con la aprobación del Presidente, en temas que son propios de la cartera política.

Para sumar un problema más, Mera Figueroa se presentó en un programa de radio y frente a una de las preguntas de Julia Bowland, el ministro intentó descalificarla diciendo que "no tiene nivel para hablar con un ministro".

Este ex abrupto de quien ocupa el cargo de ministro del Interior dejó la sensación de que no se utilizan argumentos sino descalificaciones teñidas de autoritarismo y tendientes a coartar la libertad de información.

"Que eso no se hace/ que eso no se dice/ que eso no se toca..." canta con ironía Joan Manuel Serrat en Esos locos bajitos, un tema dedicado a los niños. Tal vez, sin ironía, Mera Figueroa quiso transmitir ese consejo.

Lo que se cuestiona es si el Estado tiene capacidad de prevenir o esclarecer estos episodios de violencia

Pero, probablemente, tiene razón Mera Figueroa. Es una cuestión de nivel...de los funcionarios.

Llamativa unanimidad

Sobre el fin de semana se aprobó un proyecto del senador José Antonio Romero Feris, en el que se pide –entre otras cosas– que se amplíe la información acerca de "cuáles son los motivos de la necesidad y urgencia para utilizar la modalidad de la contratación directa, cuando el plazo de regularización del Registro Nacional de las Personas prevé un lapso de implementación de tres lustros".

También, se solicita que se hagan conocer los términos del contrato y, por separado, se hace referencia a lo señalado por el Tribunal de Cuentas de la Nación, que se expidió con fecha 5 de junio.

Allí se señala que si no se cumple con determinados requisitos "se estaría abriendo una vía para la arbitrariedad y el abuso del poder".

De este modo, el contrato con la empresa francesa Soframi, para cambiar el documento de identidad aparece muy cuestionado.

El proyecto de Romero Feris, en el que solicita que se amplíe la información, fue aprobado por unanimidad. Es que los legisladores quieren saber de qué se trata. Y los ciudadanos también.

El caso tiene su derivación interna en el Gobierno, ya que se le atribuye a *los celestes* propiciar un cambio en la cartera del Interior.

Sus voceros niegan esa intención y también niegan que su candidato para ministro del Interior sea José Luis Manzano. Dicen no tener ninguno.

La movilización de los jubilados, los actos de violencia, la peligrosa reaparición de quienes reivindican el nazismo, el cuestionamiento acerca de si el Estado tiene capacidad y eficacia para esclarecer estos hechos, son acontecimientos que repercuten claramente en el ánimo de la población y están haciendo que más que explicaciones, la opinión pública esté ahora a la espera de resultados concretos.

Atilio Cadorín

02/02

3108552

Docentes bonaerenses realizan 5 días de paro.
150025
17/6/91
10033
11165
11316
11913

Docentes bonaerenses: cinco días de paros

En la provincia de Buenos Aires, los docentes han instrumentado un plan de paros por regiones, que se cumplirán desde hoy hasta el viernes.

• Hoy no habrá clases en La Matanza, Almirante Brown, Esteban Echeverría, Chivilcoy, Bragado y Pehuajó.

• Mañana pararán los docentes de San Martín, Tres de Febrero, Pilar, General Sarmiento, San Pedro, Ramallo, San Nicolás y Pergamino.

• Pasado mañana se cumplirá la medida de fuerza en Avellaneda, Lomas de Zamora, Mar del Plata, Tres Arroyos, Bahía Blanca, Tornquist, Coronel Rosales, Villarino, Patagones y [illegible].

• El jueves, en La Plata, Berisso, Brandsen, Partido de la Costa, Pinamar, Villa Gesell, Necochea, Mercedes, [illegible], Tandil, Pehuajó, Vieytes, Punta Indio y [illegible].

• El viernes, el paro será en Morón, Merlo, Moreno, Paz, Ituzaingó, Zárate, Chacabuco, Ramallo, Adolfo Alsina, Saladillo y Tres Lomas.

Este calendario fue anunciado por el Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires (Suteba).

Entretanto, ante el fracaso de las negociaciones salariales, los seis gremios de docentes municipales de la Capital Federal cumplirán un paro el 26 del actual.

Acordaron la m[illegible] Suteba, UDAM y [illegible] Confederación de Educadores Argentinos (CEA); la [illegible] adherirá a Chaca, y ADEF, [illegible].

Por su parte, la [illegible] todos [illegible] [illegible] [illegible]

El Problema de los jubilados
150025
17/6/91
10033
11165
11327

El problema de los jubilados tiene solución

Por Alberto Natale (*)
(Para LA NACION)

ROSARIO. – Los jubilados reclaman desesperadamente. Hace muchos años que vienen siendo estafados. Han aportado al sistema previsional durante toda la vida y hoy les pagan algunas monedas mensuales.

Los jubilados tienen razón.

El ministro Cavallo les contesta que no puede pagarles más. Que en la tesorería no hay otros recursos, que si emite dinero desata la inflación, que la inflación ha destrozado la economía de nuestro país.

El ministro tiene razón.

Como en la tragedia griega, ambos –jubilados y ministro– avanzan inexorablemente hacia un destino trágico, sin encontrar solución.

Algunos políticos apelan a la demagogia vulgar que venimos escuchando desde hace muchos años.

El asunto no es seguir llorando sobre la leche derramada sino ponerse a trabajar

Proponen aumentos a sabiendas de que no hay recursos o propician modificaciones legislativas sin trascendencia económica. Como si todo pudiera resolverse con expresiones de buenos deseos.

Tampoco imaginan soluciones.

Pero el problema jubilatorio argentino tiene solución. Hay mecanismos razonables que permitirían restablecer, en un tiempo prudencial, la ecuación de equidad que se rompió hace mucho. El asunto no es seguir llorando sobre la leche derramada, sino ponerse a trabajar para encontrar caminos fecundos, con la certeza de que existen.

Hace cinco años que venimos proyectando una reforma de fondo al sistema que, estamos convencidos, contribuiría decididamente a resolver la cuestión. En 1986 presentamos en la Cámara de Diputados cinco proyectos de ley y uno de resolución, encarando globalmente el problema. Los aspectos más salientes de la iniciativa eran los que a continuación reseñamos.

Modificación al régimen de cómputo de haberes, tanto para trabajadores en relación de dependencia como para autónomos. En vez de calcular un porcentaje, del 70 al 82 % del sueldo –que hace muchísimo que no se paga– establecer una jubilación equivalente a la suma del 3 por ciento mensual por cada año efectivamente aportado. De esta manera quien ha trabajado 30 años cobrará el 90 por ciento, pero no de su último sueldo, sino del promedio de las remuneraciones percibidas durante ese lapso, en moneda actualizada. De esta forma no habría, además, incompatibilidad entre percibir jubilación y desempeñar actividad remunerada.

Se considerará nula cualquier disposición que exima de aportes previsionales, impidiendo los complementos salariales "no remunerativos" que son una estafa para el sistema y, consiguientemente, para los jubilados.

Para los autónomos no se reconocerán servicios prestados a partir del 1º de enero de 1969 si no se han efectuado los aportes, reformando la contribución del artículo 10º de la ley 18.038 en función del salario mensual medio.

La evasión

La evasión es enorme. Se estima en más de 2.000.000 de obligados que no contribuyen. Para evitarla se proponen medidas concretas: a) empadronamiento general de activos, efectuado en un solo día, sobre la base del padrón electoral, con complemento para los extranjeros; b) empadronamiento de empleadores; c) documento previsio-

= LA NACION
17/6/91

01-02

91 08554

nal obligatorio para toda persona mayor de 16 años, complementario del documento nacional de identidad; d) confección de planilla mensual de remuneraciones pagadas por cada empleador, multiplicada por el aporte total que debe efectuarse, que tendrá que coincidir con los depósitos efectivizados, y e) otras medidas suplementarias.

Los privilegios

Evaluación de los sistemas jubilatorios especiales vigentes. Hay más de veinte. Algunos se justifican por razones de alto riesgo, laboriosidad especial o alguna otra causa atendible. Otras constituyen las llamadas "jubilaciones de privilegio", que si bien no inciden seriamente en materia financiera, por razones de equidad deben derogarse inmediatamente.

Durante estos cinco años interesamos a cuanto secretario de Seguridad Social pasó por la cartera

También contemplábamos la deuda existente del sistema con los jubilados. Para ellos proponíamos un mecanismo de financiación razonable, a partir del aporte solidario del Estado, la sociedad y los mismos jubilados.

He sintetizado algunos de los aspectos más salientes de la reforma que venimos propiciando desde 1986. Hay muchos otros. Por supuesto que está abierta al análisis y a su mejoramiento. Pero creemos, sinceramente, que es el camino más viable.

Durante estos cinco años interesamos a cuanto secretario de Seguridad Social pasó por la cartera. Del gobierno de Alfonsín y del gobierno de Menem. En todos encontramos eco favorable. Pero nunca se consiguió que impulsaran las reformas.

En la Cámara de Diputados hemos reclamado hasta el cansancio su discusión. A veces, la disposición positiva de la Comisión de Seguridad Social, pero hasta hoy –y han pasado cinco años– "el pescado sigue sin freír".

Mientras tanto, se suceden los reclamos de los jubilados, las impotencias de los gobiernos y las demagogias de algunos dirigentes.

Hasta las asociaciones de jubilados y la Confederación General del Trabajo analizaron nuestras propuestas. Pero "todo está como era entonces", no sólo la casa, la calle, el río, sino también los jubilados. Como si nadie se pusiera a trabajar en serio, como si nada se pudiera hacer, como si con los jubilados lo único que valiera es seguir haciendo demagogia aunque se mueran de hambre, como si los ministros de Economía pudieran hacer el milagro de multiplicar los panes, (en este caso los dineros) sin desatar la inflación o como si desde bancas minoritarias –en esta democracia nuestra– no pudieran surgir ideas.

El problema tiene solución. Como lo pensamos nosotros o como lo piensen otros. Pero sin bajar los brazos y poniéndose a trabajar de verdad. Sin la ramplonería del discurso inconducente ni la holganza burocrática de funcionarios que calientan los asientos de sus despachos.

Con imaginación y buen sentido.

(c) LA NACION

(*) Presidente del bloque de diputados demócrata progresista.

02-02 9108554

Huelga de maestros bonaerenses.
150024
17/6/91
10033
11165
11413
11316

Maestros bonaerenses

CUANDO PARAN LOS BONAERENSES AFILIADOS A SUTEBA

DIAS	GRAN BUENOS AIRES	OTRAS LOCALIDADES
HOY 17	La Matanza, Almirante Brown (Adrogué), Esteban Echeverría (Ezeiza) y Moreno.	Olavarría, Bolívar, Salto, Pehuajó, Bragado y Chivilcoy.
MAÑANA 18	San Martín, Tres de Febrero, San Isidro, Vicente López, San Fernando, Tigre y General Sarmiento.	Pilar, San Pedro, Ramallo, San Nicolás y Pergamino.
MIERCOLES 19	Avellaneda, Lomas de Zamora y Quilmes.	Mar del Plata, Tres Arroyos, Bahía Blanca, Tornquist, Coronel Rosales, Villarino y Patagones.
JUEVES 20	Lanús, Berazategui y Florencio Varela.	La Plata, Berisso, Brandsen, Partido de la Costa, Pinamar, Villa Gesell, Necochea, Miramar, Tandil, Magdalena, Rauch y Lobería.
VIERNES 21	Morón y Merlo.	Marcos Paz, Escobar, Zárate, Chacabuco, Baradero, A. Alsina, Salliqueló y Tres Lomas.

inician semana de paros

En esta semana no será **normal** el dictado de clases **en las escuelas** bonaerenses, como consecuencia de las medidas dispuestas por los dos gremios docentes de mayor peso. El SUTEBA, liderado por **Mary Sánchez**, inicia hoy un inédito plan de **paros rotativos por región**, que se prolongará **hasta** el viernes. La medida coincidirá el jueves con la dispuesta por la **FEB**, que cumplirá la tercera de las cuatro huelgas provinciales programadas para junio.

Ambas entidades sindicales se disputan la representación de los maestros y profesores de la provincia de Buenos Aires.

El Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación (SUTEBA), el único que adhiere a la **CTERA** a nivel nacional, ejerce su mayor influencia en el **conurbano**. La **Federación de Educadores Bonaerenses**, acaudillada por **María Huarte de Ferrabosco** —opositora a Mary Sánchez—, cuenta con mayor cantidad de afiliados, extendidos en **La Plata y el interior provincial**.

La medida de fuerza del SUTEBA tendrá una duración de 24 horas en cada lugar y comenzará hoy en los partidos de **La Matanza, Moreno, Almirante Brown** (Adrogué), **Esteban Echeverría** (Ezeiza), **Olavarría, Chivilcoy, Bolívar, Salto, Bragado y Pehuajó. Mañana** se realizará en San Martín, Tres de Febrero, y el norte de la provincia.

En cada distrito habrá una concentración desde las 11 en demanda de un sueldo básico de **2.500.000 australes** retroactivo al 1° de febrero. El maestro de grado gana **2 millones** de monto inicial, pero solo **913 mil australes** son bonificables para la antigüedad y otros "plus". El resto corresponde a sumas fijas que el gremio considera pagos **"en negro"**. El SUTEBA ya **acumuló doce días de paros** y otras medidas menores desde el comienzo del ciclo lectivo.

Otros conflictos del ámbito educativo tendrán lugar esta semana en las provincias de Tucumán, Santa Cruz y Santa Fe, al igual que en **las universidades nacionales**, donde volverán a parar los no docentes. La **CTERA**, por su parte, ratificó el estado de alerta y movilización y convocó a un plenario de secretarios generales.

Los maestros santacruceños continúan con su paro por tiempo indeterminado para obtener el pago del salario de mayo. El gobernador, **Héctor Marcelino García**, advirtió que los docentes que adhieren a la huelga **"serán los últimos en cobrar"**. **Los tucumanos paran hoy por veinticuatro horas, reclamando una recomposición salarial.**

"CLARIN" 17/6/91
01/01
9108555

Montos de haberes jubilatorios.
150024
17/6/91
10033
11165
11327

Cómo llegar a la canasta familiar

Que los haberes jubilatorios son una "miseria" lo reconoce el conjunto de la sociedad argentina y el propio presidente de la República, en sus últimas declaraciones.

El haber mínimo, que percibe casi el 70 por ciento de la población jubilada, es tan solo el 30 por ciento del salario medio, cuando la legislación imperante estipula que debe oscilar entre el 70 y el 82 por ciento. Ese haber mínimo, además, equivale al 10 por ciento del valor de la canasta familiar oficial, que elabora el INDEC (10.680.000 australes). En definitiva: **el haber mínimo cubre apenas las necesidades de tres días de cada mes.**

Pero el haber jubilatorio, que se reconoce como **extremadamente precario**, todos los meses se deteriora aún más, sin que la sociedad tome (o encuentre, más bien) una iniciativa para mejorarlo.

HABER MINIMO JUBILATORIO REAL		Mayo 1990=100
Junio	1990	98,9
Julio	"	89,2
Agosto	"	90,6
Setiembre	"	84,6
Octubre	"	87,9
Noviembre	"	88,3
Diciembre	"	84,2
Enero	1991	78,2
Febrero	"	77,1
Marzo	"	83,3
Abril	"	78,9
Mayo	"	76,7

Fuente: Clarín, sobre datos de la UADE.

El haber mínimo de mayo, que recién en estos días están cobrando los jubilados, es un 23,3 por ciento inferior al que percibían, por ejemplo, en mayo de 1990. El aumento proyectado de 300.000 australes sobre los haberes de julio —que se efectivizará en agosto— compensa parcialmente esta pérdida remunerativa. Y, por supuesto, no repone para nada la pérdida efectiva mensual que se produjo a lo largo de estos últimos doce meses.

En síntesis: **si se concreta el incremento de 300.000 australes** (sobre los haberes de julio), **los de la clase pasiva continuarán cobrando un monto inferior al de mayo de 1990.**

♦ Los argumentos del Estado

La explicación oficial es que los recursos del Estado no alcanzan para otorgar un aumento superior. Sin embargo, **nadie reflexiona acerca de por qué las autoridades proyectan modificar el financiamiento del sistema** con una amenaza de perjuicio para el régimen previsional. Es así que **se postula eliminar el 45 por ciento del impuesto a los combustibles, que se destina al régimen previsional, y reemplazarlo con el actual aporte del 5 por ciento sobre los salarios con destino a FONAVI (Fondo Nacional de la Vivienda).**

Según datos proporcionados por la Fundación Mediterránea (de la cual proviene gran parte del equipo económico), se estima para 1991 una recaudación del **impuesto a los combustibles** del orden de los 2.630 millones de dólares, cifra que podría ser superior, dado el mayor consumo de hidrocarburos y derivados, que se esta registrando, a partir de abril. Ese 45 por ciento representa unos 1.200 millones de dólares. Este impuesto no es "evadible", porque lo retienen las refinadoras de petróleo. En cambio, los ingresos del FONAVI rondan los 950 millones de dólares anuales.

Esta cifra podría elevarse si se acentúan los controles de recaudación. Pero es un porcentaje de la masa salarial que, a partir de abril, está congelada y tiende a disminuir en términos reales por la inflación.

♦ El sistema

Remplazar como fuente de financiamiento de las cajas un impuesto "no evadible", que tiene una recaudación superior, por otro "evadible", de recaudación inferior, sería agravar el precario y crítico equilibrio financiero del sistema previsional.

El año pasado se eliminó el **gravamen sobre la factura telefónica** y se redujo la alícuota del **impuesto a los combustibles** que se destinaba al sistema **jubilatorio**, estimado en 650 millones de dólares anuales. Los resultados están a la vista. La sociedad presenció esta **desfinanciación** del régimen previsional y la crisis del sector estalló en sus manos, inexorablemente.

Durante más de 30 años, las cajas previsionales fueron superavitarias. Y lo hubieran sido aún más, si se hubiese controlado la evasión. Y, para muchos entendidos, la situación sería otra sin el otorgamiento de las "jubilaciones de privilegio".

Aquellos superávit correctamente capitalizados, hubieran sido un fabuloso fondo de pensión, para afrontar el pago del sector pasivo.

"CLARIN" 17/6/91

01-02

3108556

En su momento, el Estado se "apropió" de esos fondos. Correspondería —dice, aunque con timidez, la lógica— que ese Estado tendría que afrontar ahora las consecuencias de su mala administración anterior. En cambio se proyecta abonarles la deuda a los jubilados —territorio poblacional que menor expectativa de vida tiene—, por incumplimiento de la legislación previsional, a 16 años de plazo, con 6 años de gracia y una tasa de interés que licuará gran parte de esa deuda.

A su vez, se está estudiando, a nivel oficial, eliminar de la legislación aquel 70 al 82 por ciento (señalado al comienzo de esta nota). De manera que el sistema legalmente no incurra en nuevas deudas con los jubilados y pueda, libremente, pagar un haber equivalente al 30 ó 40 por ciento del sueldo medio.

Que el Estado pretenda desentenderse de fijar un "haber digno", cuando concierne a 3 millones de personas, además de todo el personal en actividad que está aportando, es poco creíble. Por eso, se escuchan algunas voces esperanzadoras que hablan de un continuo análisis oficial para encontrar alternativas y salvar a los que han dejado la vida activa.

La gran solución sería una discusión pública para ver cómo se llevan los haberes jubilatorios a lo que corresponde por ley, es decir del 70 al 82 por ciento del sueldo medio. Sabiendo, incluso, que en ese caso, la remuneración puede estar lejos de ser satisfactoria, porque el salario medio cubriría un escaso 40 por ciento del valor de la "canasta familiar oficial".

Daniel Muchnik

Copyright Clarín, 1991

Se viene otra protesta

Los jubilados desalojados de **plaza Lavalle** marcharán el próximo miércoles hacia la sede de la **Organización de Estados Americanos** (OEA), según confirmaron ayer los dos líderes visibles de la protesta, **Norma Guimi de Pla** y el ex sindicalista **Rubén Gioannini**, a quien se vincula con sectores carapintada.

"Vamos a denunciar el incumplimiento del Pacto de San José de Costa Rica al no respetarse los derechos humanos de los ancianos", coincidieron en señalar ayer, mientras repartían comida a numerosos jubilados reunidos frente a un cine ubicado en Avenida de Mayo al 800. Los alimentos habían sido cocinados en el local de la agrupación **Línea Nueva**, que comanda Gioannini, ubicado en las inmediaciones.

♦ Insoluble

Por su lado, el cardenal **Antonio Quarracino** opinó que la situación del sector pasivo **"parece insoluble"** y elogió al ministro **Domingo Cavallo** porque "cuando lloró de emoción ante los jubilados prefirió ser veraz y decir que el Gobierno no tiene fondos, cuando pudo haber dicho que en tres meses todo se arreglaba y prometer lo que después no iba a cumplir".

El arzobispo de Buenos Aires también ponderó la actitud de los ancianos porque —a su juicio— **"no permitieron ser manejados por los grupos políticos o politiqueros"**, entre los que mencionó a "la izquierda que quería avanzar sobre ellos para fagocitarlos y a la derecha que nunca se sabe lo que quiere, o se sabe demasiado bien".

02-02

9108556

Aumento de violencia política en 1991
150025
17/6/91
10033
11165
11419

Según un trabajo de Nueva Mayoría

Aumentaron los hechos de violencia política en 1991

"La violencia política durante los cinco primeros meses de 1991 muestra un incremento importante respecto del año anterior, pero sigue siendo menor que la registrada entre 1987 y 1989", señala una de las conclusiones de un trabajo elaborado por el Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, referido a hechos violentos registrados en los últimos seis años.

Entre el 1° de septiembre de 1985 y el 1° de junio del actual se produjeron en el país 1877 hechos de violencia política, sostiene el análisis, elaborado sobre la base de informaciones públicas.

"Durante el último cuatrimestre de 1985 tuvieron lugar 60 hechos de este tipo, teniendo lugar 40 de ellos (el 66 %) durante el mes de octubre, previo a los comicios de ese año", se afirma.

En 1986 hubo 122 hechos de violencia política y en 1987, 247. En agosto de ese año, el mes previo a las elecciones, se registraron 42 hechos de este tipo, el número mayor.

437 hechos de violencia política se anotan en 1988 y al año siguiente, 704. Durante 1989, la mayor cantidad de casos se concentran en enero y en los últimos meses del año (atentados contra medios de transporte con motivo de paros). En 1990, el nivel de violencia política desciende a 159 hechos, con una disminución importante respecto de 1987, 1988 y 1989.

"En los primeros cinco meses de 1991 han tenido lugar 148 hechos de violencia política, lo que significa una cantidad casi igual a la registrada en todo el año 1990, lo que está marcando una tendencia al incremento, pero sin llegar al nivel registrado en oportunidades anteriores", se afirma.

Al desglosar los 1877 hechos según el blanco o la víctima, surge que 689 (37 %) han sido sobre el sindicalismo, 193 (10 %) sobre las Fuerzas Armadas, 108 (6 %) sobre la Unión Cívica Radical, 96 (5 %) sobre funcionarios del gobierno, 76 (4 %) sobre el Partido Justicialista.

Con el 3 % de los hechos se cuentan la izquierda, el Poder Judicial y los medios de comunicación; con el 2 %, las organizaciones de derechos humanos, el movimiento estudiantil, las fuerzas de centro y las organizaciones de tipo subversivo, y con el 1 %, la Iglesia. Un 20 % de estos hechos (374) no permiten establecer un blanco o una víctima precisa.

Cuando se discriminan los casos de acuerdo con el lugar geográfico en donde se gistraron, surge que 647 (34 %) fueron en la Capital Federal, 886 (47 %) en la provincia de Buenos Aires, 97 (5 %) en Córdoba, 66 (4 %) en Santa Fe y 50 (3 %) en Tucumán. En el resto de las provincias no llegaron al 2 % los hechos de violencia política registrados.

En las conclusiones del estudio se afirma:

- En los últimos seis años se ha registrado en la Argentina un nivel de violencia política que ha sido recurrente. En general se ha tratado de una violencia, que por el tipo de agresión empleado, ha sido más bien de amedrentamiento.
- Geográficamente, la violencia política se concentró en las provincias más importantes y es mucho menor en las provincias con menos población.
- Por el tipo de víctima, surge que las Fuerzas Armadas y de seguridad, el gobierno, el sindicalismo y los dos partidos mayoritarios (PJ y UCR) han sido el blanco principal de estas agresiones.
- Tanto en 1985 como en 1987 se registró un sensible incremento de este tipo de sucesos en el mes previo a los comicios (octubre de 1985 y agosto de 1987), situación que se repitió en 1989.
- De los 1877 hechos de violencia política registrados en los últimos cinco años no se llegó a esclarecer el 10 por ciento.

"LA NACIÓN"
17/6/91

01/02

Evolución de hechos

(Evolución mensual 85-91)

Mes	1985 (*)		1986		1987		1988		1989		1990		1991		Total	%
Enero	-	0 %	7	6 %	9	4 %	10	2 %	108	15 %	10	6 %	10	7 %	154	8
Febr.	-	0 %	4	3 %	8	3 %	13	3 %	23	3 %	10	6 %	76	51 %	134	7
Marzo	-	0 %	9	7 %	21	9 %	45	10 %	23	3 %	16	10 %	21	13 %	135	7
Abril	-	0 %	11	9 %	21	9 %	129	30 %	12	2 %	12	8 %	8	5 %	193	10
Mayo	-	0 %	32	26 %	13	5 %	17	4 %	17	2 %	12	8 %	33	21 %	124	7
Junio	-	0 %	8	7 %	31	13 %	19	4 %	14	2 %	11	7 %	0	0 %	83	4
Julio	-	0 %	16	13 %	18	7 %	11	3 %	5	1 %	14	9 %	0	0 %	64	3
Agosto	-	0 %	5	4 %	42	17 %	6	1 %	7	1 %	14	9 %	0	0 %	74	4
Sept.	5	8 %	8	7 %	31	13 %	150	34 %	13	2 %	6	4 %	0	0 %	213	11
Oct.	40	67 %	8	7 %	22	9 %	9	2 %	238	34 %	28	18 %	0	0 %	345	18
Nov.	11	18 %	6	5 %	17	7 %	18	4 %	233	33 %	14	9 %	0	0 %	299	16
Dic.	4	7 %	8	7 %	14	6 %	10	2 %	11	2 %	12	8 %	0	0 %	59	3
Total	60	100 %	122	100 %	247	100 %	437	100 %	704	100 %	159	100 %	148	100 %	1877	100

(*) Comprende el tercer cuatrimestre.
Fuente: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

0202 ...0557

Nº DOCUMENTO
TITULO Norma Plá y Rúben Gioannini otra vez detenidos.
FECHA 150024
F 18/6/91
V 10033
11165
11414

Pla y Gioannini, otra vez detenidos

La cabecilla de los jubilados de plaza Lavalle, **Norma Pla**, y el sindicalista carapintada, **Rubén Gioannini**, fueron **nuevamente detenidos ayer** por "desobediencia y desacato" en los alrededores del Obelisco.

El motivo de su detención esta vez no fue instalar campamentos en lugares públicos, sino repartir sandwiches en bolsas con panfletos que contenían **"críticas a la Justicia e insultos al ministro de Justicia, León Arslanian, y a los jueces Alberto Piotti y Alberto Nicosia, entre otros"**.

Pla —la jubilada que hizo llorar al ministro de Economía, **Domingo Cavallo**— y Gioannini fueron arrestados ayer, a las 14.45, en la plaza República frente al Obelisco, y alojados en la comisaría tercera. El sumario abierto por la Policía por esta nueva detención fue a parar a manos de la **jueza Isabel Poerio de Aralamian**, quien ordenó su incomunicación y procederá a indagarlos esta mañana.

Junta a Pla y Gioannini fueron detenidos, según informó la Policía Federal, la jubilada **Nélida Brasi de Fernández**, y el joven **Fabián Rojas**, de 21 años.

Se trata de la misma magistrada que intervino el viernes cuando Pla y Gioannini habían sido detenidos por primera vez por volver a instalar una olla popular en plaza Lavalle, de donde fueron desalojados el lunes anterior tras casi tres meses de acampar en reclamo de un aumento en los haberes jubilatorios.

"CLARIN"
18/6/91

01/1

X

9108858

Nº DOCUMENTO
TITULO Paro regional docente.
PRO 150025
F 19/6/91
VI 10033
11165
11316
11413

Tuvo elevado acatamiento el paro regional docente

El dictado de clases en las escuelas públicas bonaerenses fue ayer irregular, por segundo día consecutivo, con motivo de las medidas de fuerza dispuestas para toda la semana por el Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires (Suteba), las que tuvieron un alto acatamiento, según fuentes gremiales.

El paro, que se realiza por regiones, afectó ayer a los establecimientos educativos de los distritos de San Martín, Tres de Febrero, Tigre, Pilar, General Sarmiento, San Pedro, Ramallo, San Nicolás y Pergamino.

La huelga, hoy

Hoy se efectuará en Avellaneda, Lomas de Zamora, Mar del Plata, Tres Arroyos, Bahía Blanca, Villarino, Coronel Rosales, Patagones y Quilmes.

El paro regional coincidirá mañana con otro dispuesto por la Federación de Educadores Bonaerenses (FEB). La protesta del Suteba comprenderá un acto en La Plata, frente a la Legislatura, con la presencia de la secretaria general de la Ctera, María Sánchez. En adhesión al Día de la Bandera, la entidad entregará banderas de ceremonia a escuelas de la zona.

Fuentes gremiales dijeron que hubo un elevado ausentismo en los establecimientos de enseñanza y que continúan observándose las características de generalización de la huelga –en demanda de mejoras salariales, la creación de un fondo educativo, y paritarias docentes–. Esto indica que, por solidaridad, cuando una de las dos entidades sindicales resuelve un paro los afiliados a la otra se suman a la protesta.

El secretario adjunto de Suteba, Osvaldo López Rey, advirtió que "de persistir la insensibilidad del gobierno provincial, se corre el riesgo de que no se reanude el normal dictado de clases tras las vacaciones de invierno".

En otras provincias

Los docentes provinciales de Santa Cruz decidieron ocupar el edificio del Ministerio de Educación y Cultura local, en protesta por el atraso en el pago de los sueldos de mayo, según anunciaron al término de una asamblea realizada en Río Gallegos.

Las autoridades educativas de Córdoba confirmaron que las vacaciones de invierno en las escuelas de su jurisdicción se desarrollarán entre el 8 y el 21 de julio.

Con anterioridad, habían indicado que, a diferencia del criterio expuesto por el Ministerio de Cultura y Educación de la Nación, aquí los días de paros de los docentes no serían compensados con el acortamiento del receso invernal o la extensión del ciclo lectivo.

Por su parte, la Unión de Educadores de esa provincia anunció que realizará paros parciales –en las últimas horas de clase– hoy y el 25 del actual. También autorizaron a la comisión directiva de la entidad para disponer una huelga por 24 horas. La entidad reclama mejoras salariales y el pago del medio aguinaldo según la modalidad acostumbrada.

En el Chaco, la Asociación de Trabajadores de la Educación de la provincia cumplió un paro de 24 horas, debido a la negativa del gobierno local de aumentar los salarios porque "no tenemos recursos. Sólo nos comprometemos a pagar en término", según dijo el ministro de Gobierno y Justicia, Julio René Sotelo.

Habría dinero

"Si el fondo de financiamiento educativo se distribuyera respetando la dimensión de los servicios que presta cada jurisdicción, Buenos Aires estaría en condiciones de satisfacer los reclamos salariales docentes."

Así se expresó anoche ante un enviado de La Nación el subsecretario de Educación bonaerense, Gustavo Oliva, al referirse a posibles soluciones frente a los reiterados paros. Fue obvio que pesaría en la reunión del Consejo Federal.

"LA NACIÓN"
19/6/91

01/6

9108558

Nº DOCUMENTO
TEM: Marcha de los 62 Org. sobre el Congreso.
150026
19/6/91
10033
11165
500854

El cegetismo marcha sobre el Congreso

Por Daniel Lupa

Todavía ayer algunos cegetistas alentaban la esperanza de que Diego Ibáñez abandonara la postura remisa y decidiera apoyar el plan de presiones en el peronismo y en el gobierno, que esta tarde se expresará mediante la marcha sobre el Congreso, convocada por el sexentidoismo.

Los diálogos para alcanzar la mayor movilización posible chocaban, sin embargo –como ocurrió durante el fin de la semana anterior y en el curso de las intensas negociaciones cumplidas entre el sábado y ayer–, con los intereses contrapuestos o los compromisos previos asumidos por algunos sectores de la dirigencia sindical.

En el caso de los petroleros, los acuerdos alcanzados por las "salarios caídos" entre 1981 y 1987 –unos 200 millones de dólares, con comisiones para estudios laboralistas que se mencionan entre los 50 y 60 millones– habrían tenido adecuada resolución el año pasado, de modo que eran pocos los que confiaban en que la convocatoria de esta tarde sumara a la totalidad de las máximas autoridades cegetistas.

La presión y el paro

Otro tema que pesó considerablemente en los desencuentros organizativos consistió en determinar si habría o no un paro de adhesión.

Miguel habría mirado con renuencia estas propuestas emanadas del cegetismo azopartista, sosteniendo que el acto debía expresar la intención de "iniciar una negociación", bien que "haciendo sentir todo el peso de la organización sindical" lo que, para su estrategia, "no es lo mismo que lanzar la gente a la calle en forma inmediata".

Ubaldini habría sostenido la necesidad de "movilizar" ya que "sin la gente en la calle, no nos van a entender ni atender". Y habría agregado: "La gente lo único que está esperando es el grito y va a concentrarse millones frente al Congreso".

Unos de los diálogos habría sido rispido, tanto que sin comprometer directamente a los propios jefes, ya que un comentado lenguaracista habría dicho que "Ubaldini busca esto para dar vuelta su imagen después de la última concentración en Congreso, que la [illegible] todos juntos caídos y soñaban en un viaje del subterráneo".

El escenario no estaba claramente definido, ya que, hasta ayer, subsistían encontradas tendencias. Miguel habría tratado de evitar el desmoronamiento que jalona la incipiente y endeble consistencia del acuerdo, razonando que "las 62" no podían disponer paros y esto sólo podría ocurrir por iniciativa individual de los sindicatos que crean oportuno hacerlo, pero no de manera masiva y general".

= LA PRENSA" 19/6/91

01/02

91 [illegible] 60

Nº DOCUMENTO
TITULO
PAGINA
FECHA
NOTA

El cegetismo marcha sobre el Congreso

(Viene de la pág. 1 col. 3)

La experiencia parece indicar a Miguel que un paro general difícilmente sería observado hoy por porcentajes importantes. Además, la observación dominante atribuida a Miguel –en diálogos con Cavalieri, Zanola y Lescano– contabilizaría los riesgos de una concentración de este tipo, tan aceleradamente dispuesta, que podría entregar el dominio de la plaza a la izquierda, que viene de tomar distancia de Ubaldini (Víctor De Gennaro y la señora María Sánchez), en abierta conexión con los que en la UOM le ha creado problemas desde siempre como Piccinini.

Tampoco estaba plenamente acordado el desarrollo mismo de la reunión. Pese a los anuncios oficiales circulados desde los niveles más altos, las versiones insistían en señalar que habría oradores en la plaza, mientras desde el cogollo más íntimo de los "independientes" se insistía en que el objetivo cabía cumplirlo si se establecía un diálogo formal con los legisladores, reclamando que se les otorgara la palabra en el propio recinto al tratarse la ley de fragmentación del aguinaldo si la sesión se concreta o aun si hay sólo "manifestaciones en minoría".

"¿Con qué legisladores tratar?", era una de las preguntas de respuesta más difícil. En principio, oficialmente se señalaba: "Habrá una concentración de autoridades de las '62' en el Congreso —o frente al Congreso— para entrevistar a los legisladores de extracción sindical y hacerles conocer un petitorio, reclamando que la Cámara nos escuche".

Pero paralelamente se señalaba que la entrevista sindicalista podría concretarse con todos los legisladores que atendieran su reclamo y no se excluía, para el caso, a los alfonsinistas con una reflexión: "¿Acaso Cavallo no le pidió ayuda a Alfonsín? ¿Por qué nosotros no haremos lo mismo con los legisladores alfonsinistas?". La noción de que sindicalistas y alfonsinistas aunarán estrategias en el Congreso contra el plan Cavallo y los proyectos de Menem, no parecía alejada de la realidad, que estos desencuentros entre los organizadores de la marcha confirmaba con bastante aproximación.

La entrevista con los legisladores suponía, para buena parte de los organizadores, la exclusión de una tribuna, salvo la que pudiera surgir, espontáneamente, una vez concluido el encuentro en el interior.

Pero en el caso de haber una arenga, ¿por labios de quién correría? Parece un hecho que hubo coincidencia generalizada de que Ubaldini no debía ser la expresión de la estrategia pública a seguir.

El documento

Finalmente, no había disidencia acerca de la necesidad de que los legisladores recibieran copia de la declaración aprobada por los tres cegetistas sesentidocistas que, por sí misma, ubica con precisión la opción netamente política y partidista.

Pese a la resistencia a la "acción" que surge de los primeros escarceos —si las definiciones no varían desde ayer hasta la tarde de hoy— el documento que explica el "reencuentro" de los tres sectores, tanto como del movimiento de hoy, ha sido titulado "unidad en la acción".

En cinco puntos se formula la definición política y el programa inmediato, ratificando la decisión de defender los privilegios sindicales otorgados por Juan Perón y María Eva Duarte, la preservación de las fuentes de trabajo, la decisión de "asumir el protagonismo en todas las actividades del quehacer nacional" (sic), pedir el retiro de los proyectos de leyes sobre accidentes de trabajo, indemnizaciones por despido, y de jubilados y pensionados "como cualquier otro que inconstitucionalmente afecte a los trabajadores" [illegible] que se rechace el [illegible] naldo y la [illegible] finalmente, [illegible] denomina "[illegible] bajadores" de la [illegible] cional, pero, [illegible] través de la [illegible] gentes integrantes de [illegible] orgánicos de las [illegible] sindicales en el [illegible] Nación (sic), en el [illegible] to en que se debatía el [illegible] sobre aguinaldo, [illegible] efectivizará, en [illegible] día miércoles 10 de junio de [illegible], a las 15 horas".

Basta este enunciado para observar no sólo los aspectos centrales de la organización de la marcha —asistencia a la Cámara— sino la intención de colegiar, en una resurrección del modelo corporativo que difundiera Benito Mussolini e hiciera suyo el hitlerismo, inspirados ambos en los soviets que, en 1917, instauraran el ya desaparecido régimen comunista en Rusia.

02/02

9 [illegible]

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC. 150025
F 191191
10023
1165
520852

El gremialismo peronista prefiere la división

Los vientos de la actualización doctrinaria que soplan sobre el justicialismo parecen arrasar hasta con las consignas legadas por Juan Domingo Perón, al menos para los sindicalistas peronistas que prefieren desentenderse de la máxima: "El año 2000 nos encontrará unidos o dominados".

El nuevo slogan que esgrime el modernizado gremialismo es "ni unidos ni dominados, divorciados".

Al tiempo que el BUM –expresión de las renovadas 62 Organizaciones–, liderado por Luis Barrionuevo, Saúl Ubaldini y Lorenzo Miguel confirmó que hoy concurrirá al Congreso para solicitar el rechazo del proyecto de pago escalonado del aguinaldo, el ala más oficialista de la CGT–San Martín respaldó tácitamente la iniciativa al anunciar que los diputados de extracción gremial de esta corriente la votarán cuando se trate en el recinto.

Además, la mayoría de esa central obrera ratificó su filiación menemista con la creación de la contracara de aquel agrupamiento a la que denominó Mesa Política del Sindicalismo Peronista.

Por su parte, Miguel acusó al presidente Menem de avasallar las conquistas de los trabajadores y de instalar la inseguridad jurídica al intentar reformar la legislación laboral vigente.

La mesa oficialista

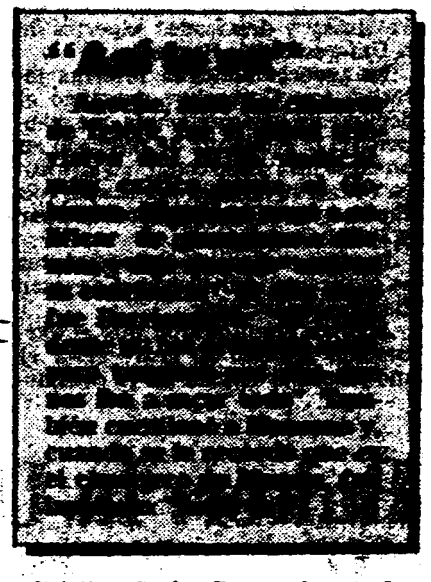
Los dirigentes más oficialistas de la CGT-San Martín, como Carlos West Ocampo, José Rodríguez, Diffor Giménez, José Pedraza, Roberto García, Andrés Rodríguez y Abel Hernández, dieron cuerpo a un nuevo agrupamiento que intenta que el BUM tenga *pirí* y se desinfle.

Temerosos de que la eventual unidad que propugna desde las legendarias 62 termine licuando el espacio que ganaron con su acendrado oficialismo, salieron a reiterar su fe menemista y a marcar diferencias con aquéllas.

La Mesa Política del Sindicalismo Peronista verá la luz mañana, durante una reunión que se efectuará en el sindicato mecánico (Smata), en la cual se ratificará el apoyo total a la precandidatura a gobernador del vicepresidente Eduardo Duhalde.

El nombre elegido no deja dudas, por otra parte, de que el objetivo es oponerse a la reedición de lo que históricamente ha sido el brazo político del sindicalismo peronista y luchar en todos los frentes contra el BUM.

Así lo reconoció Pedraza, quien cuestionó ácidamente al secretario de acción social de la central obrera



oficialista, Pedro Goyenoche, por haber firmado la ficha de afiliación a las 62.

Esa crítica confirma, además, la fidelidad a la bandera de la división por parte de los gremialistas, quienes en los próximos días el cuestionamiento podría provocar una fractura en el seno de la CGT-San Martín, a la que los caballeros de la flamante mesa pretenden reflotar.

En ese intento por fortalecer a la central obrera y en la creación del nuevo organismo radican los ejes de su diferenciación con el BUM. Según uno de los fundadores del nucleamiento, "las 62 desistieron de cumplir con su función natural, que está en el campo político, para ocuparse de cuestiones gremiales, y como para la problemática sindical nosotros tenemos a la CGT, en el terreno político creemos la Mesa".

Si bien el nombre [illegible] reminiscencia de la impronta [illegible] que impuso Barrionuevo en su etapa ultraoficialista, otro de los motivos de la flamante asociación radica en distanciarse de aquél y conformar una etapa superior de lo que fue la Mesa Sindical Menem Presidente, brazo político del menemismo sindical y de inspiración barrionuevista.

De esta manera se salva, además, el escollo que significa Barrionuevo como propulsor de la postulación de Carlos Brown.

El nuevo agrupamiento menemista fue gestado ayer en el gremio de sanidad, que lidera West Ocampo, con la bendición de conspicuos miembros del Gobierno, que también reciclaron el viejo lema peronista, pero por otro aún más antiguo: "Divide y reinarás".

01/02 Claudio A. Jacq[illegible]

"LA NACION" 19/01/91

91 08561

Juicios pendientes en la Cámara de Seg. Social.
150024
19/6/91
10033
11165
11327

Hay aún 51.953 juicios pendientes en la Cámara de Seguridad Social

Un total de **51.953 juicios** entablados por jubilados y pensionados en demanda de distintos requerimientos, entre los que mayoritariamente **sobresalen los reclamos por reajustes de haberes**, se encuentran aguardando sentencia en la **Cámara Nacional de Apelaciones de la Seguridad Social.**

Eso no significa, sin embargo, que haya una rápida definición de las causas, porque desde que la Cámara empezó a funcionar la cantidad de expedientes judiciales iniciados por los jubilados **fue en constante aumento en la misma medida en que también crecieron las dificultades del organismo para darles respuesta**, aunque por razones ajenas a su voluntad.

Por otra parte no es un secreto que el tema de los juicios ha sido y sigue siendo **un problema sin solución para los sucesivos gobiernos.** Los ejemplos están a la vista: desde los decretos de emergencia previsional, dictados en 1987, hasta el recientemente anunciado "Bono Cavallo", **ningún plan concebido para cancelar la deuda con los jubilados reparó en sus legítimos intereses.**

¿Existe un respaldo concreto de la Justicia a los vapuleados derechos de los jubilados?, es la pregunta que por estas horas vale formular.

"Este nuevo fuero de la Seguridad Social se desnaturaliza en los hechos por el desconocimiento constante en que incurrieron las cajas de jubilaciones respecto del régimen de movilidad de los haberes", expresaron los jueces de la Cámara en una acordada difundida días atrás, después de las manifestaciones de los jubilados en plaza Lavalle.

La Cámara de Seguridad Social empezó a atender los reclamos jubilatorios el 30 de marzo de 1989, con **32.000** juicios provenientes del fuero laboral que hasta entonces entendía —es una manera de decir— en las causas previsionales. Desde ese momento y hasta mayo se tramitarón **113.687 expedientes**, de los cuales **51.331** fueron pedidos de reajustes y **34.277** correspondieron a quejas y solicitudes de pronto despacho interpuestas por los titulares de beneficios incorrectamente liquidados.

Se han dictado hasta ahora 48.476 sentencias, de las que 11.489 lo fueron en el transcurso de este año, aunque por cuerda separada también ingresaron 13.876 nuevos expedientes.

Lo cierto es que hasta que la Cámara inició su tarea, **la justicia que recibían los jubilados no era tal.** El sistema para sus juicios consistía en sortearlos y distribuirlos en la **Cámara del Trabajo**, pero en sus ocho salas y 45 juzgados ingresaba mensualmente un determinado número de expedientes, de acuerdo con la categoría en los que se les dividía, hasta completar un cupo, y **solo cuando este no quedaba cubierto por los expedientes laborales entraban los reclamos jubilatorios.**

No por nada desde la Cámara del Trabajo se advirtió en 1986 que el ingreso de nuevas causas y la excesiva tarea acumulada podrían desembocar en una eventual **"pérdida del control"** sobre la tramitación de 28.500 expedientes de jubilados y 44.881 de activos. Al 30 de junio de ese año se habían resuelto 7.600 causas ordinarias y 6.000 previsionales, pero durante el primer semestre de 1987 ingresaron 27.600 expedientes nuevos, de los que 19.600 correspondieron a reclamos de jubilados, lo que

SERVICIOS JURIDICOS EN CAPITAL

Distritos	Días	Horario
PAMI 1 J. B. Alberdi 5834	Lun. Mié. y Jue.	11,00 a 14,00
PAMI 2 Bynnon 6871/5	Lun. Mié. y Jue.	09,00 a 12,00
PAMI 3 Av. F. Beiró 3572	Lun. a Vie.	10,00 a 16,00
PAMI 4 Ciudad de la Paz 3344	Lun. a Vie.	13, 00 a 16,00
PAMI 5 Ecuador 638/642	Lun. a Vie.	09,00 a 11,00 14,00 a 16,00
PAMI 6 Rivadavia 8346	Lun. a Vie.	14,00 a 16,00
PAMI 7 Espinoza 2436/38	Lun. Mart. y Jue. Mié.	10,30 a 17,30 11,30 a 18,30
PAMI 8 Belgrano 3880/82	Lun. Mar. Mié., Jue. y Vie.	13,30 a 16,30 08,30 a 16,30 11,00 a 16,30
PAMI 9 Av. Reg. Patricios 855	Lun. a Vie.	09,00 a 12,00 13,00 a 17,00
PAMI 10 Suipacha 23	Lun., Jue. y Vie. Mar. Mié. y Jue.	14,30 a 16,30 09,00 a 11,00

01-02

"CLARIN" 19/6/91

91 03562

provocó un **virtual desborde** en la estructura del fuero laboral.

No hay duda de que con la creación de la Cámara los jubilados encontraron un **cauce adecuado** para canalizar sus demandas judiciales, por más que su posterior ejecución, a través de los juzgados laborales, se suele convertir en una **posibilidad remota.**

Actualmente el jubilado presenta el **reclamo administrativo** en la caja que le corresponde y espera, con paciencia, la respuesta del organismo. Si le resulta **desfavorable** puede apelar la decisión dirigiéndose a la Cámara. **"No hay uniformidad, pero las cajas demoran alrededor de 3 meses en enviar el expediente"**, describe un magistrado.

Una vez en la Cámara, el expediente tiene otros 2 meses por delante hasta ser sorteado, **salvo que se trate de pensiones, jubilaciones por invalidez y edad avanzada que son analizados de inmediato.** Los expedientes son transportados en camionetas desde las cajas y llegan por correo cuando provienen de los juzgados federales. **"A veces llega primero la apelación y después hay que pedir el expediente"**, comentan en el tribunal.

La **demora** en dictar sentencia sobre el reclamo depende del tema de que se trate, de la sala en la que quedó radicado —hay 3 salas con 3 jueces cada una— y del magistrado que tiene el primer voto. **Hace poco la Corte prorrogó el plazo para dictar sentencia llevándolo a 240 días.**

En su acordada, el cuerpo judicial detalló sus **penurias**, que son también las de los jubilados, y **señaló la** escasa dotación de personal con que cuenta y las limitaciones presupuestarias que la condicionan. También hizo una revelación precisa: **la mayoría de los juicios no tiene razón justificada por parte de las cajas y corresponden a reclamos por atrasos en los pagos que alguna vez deben ser abonados.**

Lo que en cambio **no dijo** es que en la actualidad la Cámara funciona en un lugar que, como ningún otro, describe la situación de buena parte del Poder Judicial: **un subsuelo oscuro, mal ventilado, en donde los desmoronamientos de mampostería y las filtraciones de agua que empapan expedientes son el escenario obligado para administrar justicia a los jubilados.**

Daniel Gómez López

02-02

91005062

Nº DOCUMENTO
TITULO BUM gremial intenta frenar proyectos laborales.
150025
20/6/91
10033
11165
500854

Eufórico por el aguinaldo, el BUM gremial intentará frenar otros proyectos laborales

En medio de un clima de euforia por el fracaso del Gobierno en su intento de fraccionar el aguinaldo, los sindicalistas del BUM (Luis Barrionuevo, Saúl Ubaldini y Lorenzo Miguel) resolvieron ayer una nueva embestida para frenar la sanción parlamentaria de otros proyectos de ley como los de empleo, de accidentes de trabajo y de tope indemnizatorio.

Asimismo, se acordó impulsar a través de los diputados peronistas de extracción gremial un proyecto de ley para derogar el decreto de reglamentación del derecho de huelga.

Los dirigentes del BUM adoptaron estas decisiones durante una reunión que se realizó en el gremio metalúrgico, entre las 12 y las 17, donde se dispuso suspender la visita al Congreso para rechazar el proyecto sobre el aguinaldo, tras anunciarse que el Gobierno retiraría la iniciativa.

El BUM fue castigado ayer por el presidente Menem. Dijo que sus miembros "exigen un retorno imposible hacia la Argentina del caos" y que "no son dueños del país".

Destacó también que "todavía hay muchos dirigentes de primera línea que nos acompañan y que no quieren volver al fracaso, como Cavalieri, los titulares de PUCN, Pedraza, Amín o Andreoni".

"Se pudre"

Hugo Curto, diputado y dirigente de la UOM, sirvió de espontáneo emisario telefónico entre Lorenzo Miguel y José Luis Manzano para intentar destrabar la sanción del aguinaldo. Miguel hizo una oferta: "Que venga a charlar acá, a la UOM". Y Manzano contestó: "No es necesario. Hablemos otro día porque, igualmente, esto del aguinaldo se pudre".

Los hombres del BUM

Además de Barrionuevo, Ubaldini y Miguel, participaron del encuentro del BUM el textil Pedro Goyeneche (CGT-San Martín), el bancario Juan Zanola, Rubén Pereyra (Obras Sanitarias), Diego Ibáñez (SUPE), Lesio Romero (carne) y Oscar Lescano (Luz y Fuerza). También estuvieron el abogado de la CGT-Azopardo Héctor Recalde y el apoderado de las 62 Organizaciones, Torcuato Fino.

Los integrantes de esta alianza se atribuyeron el triunfo de haber impedido la sanción del proyecto para escalonar el pago del aguinaldo. "Esto ha sido fruto de la unidad del movimiento obrero", dijo Miguel, quien también destacó que "fue oportuna la determinación de los señores radicales".

Ubaldini señaló que "se logró nuestro objetivo" y consideró que hubo "un razonamiento exacto" por parte del Gobierno al retirar la iniciativa, aunque estimó que "lo correcto hubiera sido pagar un aguinaldo entero el mes que viene".

Barrionuevo también se mostró conforme y acusó al titular del bloque de diputados peronistas, José Luis Manzano, y al presidente interino del PJ, Roberto García, de "haber armado una campaña para dejarnos como promotores de un operativo para provocar la inestabilidad institucional con nuestros reclamos".

Por otra parte, la CGT-Azopardo analizará hoy la situación creada por el fracaso gubernamental sobre el aguinaldo a la luz de su crisis interna.

El alineamiento de Ubaldini en el BUM le costó a esa central obrera la renuncia de la docente Mary Sánchez y el creciente malestar de sus dirigentes más combativos.

En este sentido, el estatal Víctor De Gennaro declaró ayer que Ubaldini "ha dejado de representarnos".

En esta jornada, además, diversos gremios enrolados en la CGT-San Martín crearán la Mesa Política del Sindicalismo Peronista, que respaldará la candidatura a gobernador de Eduardo Duhalde y competirá con las futuras 62 Organizaciones que relanzará en breve el BUM.

El encuentro de esa central obrera tendrá lugar, a las 11, en el gremio mecánico, y en su transcurso podría analizarse la situación de Goyeneche, uno de sus integrantes, que participa del BUM sin el aval orgánico de la CGT menemista.

El barrionuevismo, que también integra esa central, publicaría hoy una solicitada, en la que justificaría su apoyo a las nuevas 62 y que sería firmada por unas 60 organizaciones sindicales de extracción menemista.

"La Nación" 20/6/91

91 05553

Nº DOCUMENTO
TITULO BUM gremial intenta frenar proyectos laborales.
150025
20/6/91
10033
11165
500854

Eufórico por el aguinaldo, el BUM gremial intentará frenar otros proyectos laborales

En medio de un clima de euforia por el fracaso del Gobierno en su intento de fraccionar el aguinaldo, los sindicalistas del BUM (Luis Barrionuevo, Saúl Ubaldini y Lorenzo Miguel) resolvieron ayer una nueva embestida para frenar la sanción parlamentaria de otros proyectos de ley como los de empleo, de accidentes de trabajo y de tope indemnizatorio.

Asimismo, se acordó impulsar a través de los diputados peronistas de extracción gremial un proyecto de ley para derogar el decreto de reglamentación del derecho de huelga.

Los dirigentes del BUM adoptaron estas decisiones durante una reunión que se realizó en el gremio metalúrgico, entre las 12 y las 17, donde se dispuso suspender la visita al Congreso para rechazar el proyecto sobre el aguinaldo, tras anunciarse que el Gobierno retiraría la iniciativa.

El BUM fue castigado ayer por el presidente Menem. Dijo que sus miembros "exigen un retorno imposible hacia la Argentina del caos" y que "no son dueños del país".

Destacó también que "todavía hay muchos dirigentes de primera línea que nos acompañan y que no quieren volver al fracaso, como Cavalieri, los titulares de PUCN, Pedraza, Amín o Andreoni".

"LA NACION" 20/6/91

"Se pudre"

Hugo Curto, diputado y dirigente de la UOM, sirvió de espontáneo emisario telefónico entre Lorenzo Miguel y José Luis Manzano para intentar destrabar la sanción del aguinaldo. Miguel hizo una oferta: "Que venga a charlar acá, a la UOM". Y Manzano contestó: "No es necesario. Hablemos otro día porque, igualmente, esto del aguinaldo se pudre".

Los hombres del BUM

Además de Barrionuevo, Ubaldini y Miguel, participaron del encuentro del BUM el textil Pedro Goyeneche (CGT-San Martín), el bancario Juan Zanola, Rubén Pereyra (Obras Sanitarias), Diego Ibáñez (SUPE), Lesio Romero (carne) y Oscar Lescano (Luz y Fuerza). También estuvieron el abogado de la CGT-Azopardo Héctor Recalde y el apoderado de las 62 Organizaciones, Torcuato Fino.

Los integrantes de esta alianza se atribuyeron el triunfo de haber impedido la sanción del proyecto para escalonar el pago del aguinaldo. "Esto ha sido fruto de la unidad del movimiento obrero", dijo Miguel, quien también destacó que "fue oportuna la determinación de los señores radicales".

Ubaldini señaló que "se logró nuestro objetivo" y consideró que hubo "un razonamiento exacto" por parte del Gobierno al retirar la iniciativa, aunque estimó que "lo correcto hubiera sido pagar un aguinaldo entero el mes que viene".

Barrionuevo también se mostró conforme y acusó al titular del bloque de diputados peronistas, José Luis Manzano, y al presidente interino del PJ, Roberto García, de "haber armado una campaña para dejarnos como promotores de un operativo para provocar la inestabilidad institucional con nuestros reclamos".

Por otra parte, la CGT-Azopardo analizará hoy la situación creada por el fracaso gubernamental sobre el aguinaldo a la luz de su crisis interna.

El alineamiento de Ubaldini en el BUM le costó a esa central obrera la renuncia de la docente Mary Sánchez y el creciente malestar de sus dirigentes más combativos.

En este sentido, el estatal Víctor De Gennaro declaró ayer que Ubaldini "ha dejado de representarnos".

En esta jornada, además, diversos gremios enrolados en la CGT-San Martín crearán la Mesa Política del Sindicalismo Peronista, que respaldará la candidatura a gobernador de Eduardo Duhalde y competirá con las futuras 62 Organizaciones que relanzará en breve el BUM.

El encuentro de esa central obrera tendrá lugar, a las 11, en el gremio mecánico, y en su transcurso podría analizarse la situación de Goyeneche, uno de sus integrantes, que participa del BUM sin el aval orgánico de la CGT menemista.

El barrionuevismo, que también integra esa central, publicaría hoy una solicitada en la que justificaría su apoyo a las nuevas 62 y que sería firmada por unas 60 organizaciones sindicales de extracción menemista.

910853

01/01

Nº DOCUMENTO
TITULO: Situacion sindical
PROCEDENCIA: 150025
FECHA: 21/6/91
VIAS: 10033
11165
500854

Podría haber expulsiones en la central obrera menemista; se ahonda la crisis en Azopardo

Un BUM que estalló en las dos CGT

El BUM sindical estalló ayer en el seno de las dos centrales obreras y la onda expansiva podría arrojar por los aires una significativa cantidad de heridos de consideración.

La CGT-San Martín amenazó con separar en las próximas horas de sus cargos en el consejo directivo a Pedro Goyeneche, Lesio Romero, Amadeo Genta y Juan Reyes por haber adherido a la agrupación que pretende revivir a las 62 Organizaciones de la mano de Luis Barrionuevo, Saúl Ubaldini y Lorenzo Miguel, los líderes del BUM.

En tanto, los sectores más combativos de la CGT-Azopardo cuestionaron severamente a su titular por la integración de esa alianza y se retiraron abruptamente de una reunión de su consejo directivo.

Los menemistas resolvieron, además, ahondar las diferencias con los miembros del BUM al concretar la creación de la Mesa Política del Sindicalismo Peronista, cuyos integrantes serán recibidos hoy por el vicepresidente Eduardo Duhalde, a quien le manifestarán el apoyo incondicional a su precandidatura a gobernador.

Asimismo, dejaron entrever la posibilidad de reclamar la separación de su cargo en el directorio de la Ansal –en representación de la CGT– del textil Mario Francella, por considerar que es el responsable de la integración de Goyeneche a las incipientes 62 Organizaciones.

De este intento por fortalecer la CGT oficialista y marcar diferencias con el BUM no estuvieron ausentes operadores del entorno presidencial.

Así, se destacó que el titular interino del PJ, el diputado gremialista Roberto García, hizo un lugar en su agenda para asistir al sindicato mecánico donde se reafirmó la fe menemista, pese a tener que presidir una reunión del cuerpo partidario.

La ex Comisión de los 25, comandada por García y por José Pedraza, puso toda su infantería para consolidar el nuevo frente.

De tal manera, en la mesa de entradas de Smata quedaron registrados Güerino Andreoni, Roberto Digón, Carlos Cabrera, José Luis Castillo, Osvaldo Borda, José Pico y Armando Matarazzo, nombres que en el último tiempo no figuraron con frecuencia en estas reuniones.

También los del ex Grupo de los 15 pusieron a sus más destacados valores, como el dueño de casa, José Rodríguez; Carlos West Ocampo, Ramón Villa, [illegible] Rodríguez y Delfor Giménez.

La explosión en Azopardo

En tanto, los dirigentes más combativos de la CGT-Azopardo, encabezados por Víctor De Gennaro y Cayo Ayala, y a los que sumó Juan Palacios, reiteraron con dureza los cuestionamientos al [illegible] de esta central [illegible].

Ello marcó [illegible] que [illegible] tivo [illegible] intermedio [illegible].

La interrupción de la reunión se produjo luego de que los dirigentes [illegible] mencionados [illegible] nuevo, encabezados, [illegible] por Ubaldini, y los críticos de esa alianza llegaran a un punto de difícil retorno.

Allegados a Ubaldini sostuvieron anoche que no hay peligro de que los cuestionadores sigan el camino que eligió la maestra Alicia Kirchner, quien renunció la semana última a su cargo de vocal en la CGT-Azopardo en rechazo a la integración del BUM.

Pero otras fuentes no fueron tan categóricas al tan optimistas, al señalar que Palacios y De Gennaro se habían retirado sumamente ofuscados del encuentro y que hoy, inclusive, podrían ausentarse.

Principales reformas al Código Electoral

Art.	Temas	Anterior	Reformado
1º	Plazo para convocar a elecciones	45 días	90 días
2º	Exhibición de listas provisionales	75 días	100 días
3º	Citación al personal afectado a los comicios	70 días	90 días
4º	Oficialización de listas y registro de candidatos	30 días	50 días
5º	Oficialización y presentación de boletas	20 días	30 días
6º	Plazo para confederaciones y alianzas	35 días	[illegible]

"LA NACION"
21/6/91

01/01

9108664

Gremios se oponen a leyes laborales del Gobierno.
150024
21/6/91
10033
11165
500854

Son 24 de extracción gremial. La mayoría se opone a las leyes laborales del Gobierno

Los diputados de la discordia

No forman, al menos todavía, un grupo homogéneo. Pese a que comparten —con matices— un origen en común y el mismo partido político. En escala reducida proyectan los mismos antagonismos que diferencian a las distintas vertientes de la geografía sindical. Pero la irrupción del proyecto oficial del medio aguinaldo desdoblado y el paquete de leyes laborales que apadrina el Gobierno los colocó en el centro de la escena como si fueran un bloque disciplinado.

Los 24 diputados nacionales de extracción gremial —de ellos se trata— pertenecen en su totalidad a la bancada justicialista. El discurso opositor a la política socioeconomica del Gobierno que trajo consigo el relanzamiento de las 62 (ahora encabezadas por el trío **Miguel-Ubaldini-Barrionuevo**) convirtió a los diputados sindicalistas en actores clave. Para los popes gremiales ofician de muralla de contención. Para el Gobierno representan un nuevo dolor de cabeza: de haberse tratado en Diputados el medio aguinaldo por etapas el miércoles, el proyecto —probablemente— hubiera sucumbido: **17 en contra, 5 a favor y 2 en la duda** daban los números de la bancada gremial.

El mismo día que exhumaron "las 62", **Miguel** y Barrionuevo impartieron instrucciones precisas a los diputados que orientan: la orden, sin embargo, llegó tarde. Por esos momentos ya se había aprobado en la **Comisión de Legislación Laboral** el dictamen favorable para el tratamiento del medio aguinaldo diferido. A partir de allí, sin embargo, la comunicación entre referentes y diputados quedaría aceitada.

En el **staff** sindical-legislativo que orienta Barrionuevo revistan siete fieles a su causa. Esposa y cuñado de Barrionuevo, **Graciela y Dante Camaño**, son los principales lanceros del gastronómico en la Cámara joven. Frontal como su marido (en una reciente reunión del bloque justicialista desplantó al ministro **Cavallo**), la diputada, en rigor, no es gremialista. Pero ejerce predicamento entre algunos dirigentes sindicales de segunda línea, motejados "los gracielos", cuando ella era más que la mano derecha de su marido al frente del INOS.

Secretario general de los gastronómicos porteños desde 1985, Camaño militó en el partido bonaerense de General Sarmiento.

Roque Gómez (Entre Ríos) y **Gerardo Cabrera** (Santa Fe) pertenecen ambos al gremio de la carne. Se reportan, entonces, frente a **Lesio Romero** (amigo y salvoconducto de Barrionuevo en "las 62"). Gómez es delegado general del frigorífico **Santa Elena**, mientras el santafesino acredita una dilatada trayectoria en el justicialismo de esa provincia. Otro barrionuevista, **Carlos Beltrán** (**Vialidad**), de Chaco, es secretario de la Comisión de Legislación Laboral y trabaja en un proyecto de ley de combustibles y en otro de reconversión vial.

Candidato a intendente de Puerto Iguazú (Misiones), el mercantil **Claudio Alvarez** (ligado también a **Gilberto Androcsi**) se suma a este minibloque. **Rolando Britos** (**espectáculos públicos**) acompaña a Barrionuevo desde que tomó las riendas de las obras sociales. Podría computarse también a **Normando Arciénaga** (ex **Luz y Fuerza de Salta**), de fluido contacto con Graciela Camaño.

La figura de Lorenzo Miguel en la Cámara baja se corporiza en el bloque de "los meta": **Hugo Curto, Roberto Monteverde, Carlos Adamo y Horacio Salusso** representan a la **UOM**. Aunque también se descuenta la integración —natural— de los dos legisladores piloteados por **Diego Ibáñez: Antonio Cassia** (**SUPE Mendoza**) y **Víctor Carrizo** (**SUPE Santa Cruz**).

Fuentes con buena memoria cuentan que Lorenzo lo salvó de las garras de la Triple A. Curto es el embajador por excelencia de Miguel. Titular de "las 62" de San Martín y de la UOM de Caseros es además, el tesorero de la UOM nacional, posición que ocupaba Lorenzo cuando asesinaron a **Augusto Timoteo Vandor** en 1970. La mano de Lorenzo lo depositó en dos ocasiones como secretario adjunto de la CGT y en ambas oportunidades debió dejar el cargo cuando su jefe pateó el tablero. Ahora casi le pasa lo mismo. Políticamente está alineado con Duhalde, pero tuvo que salir a romper con el Gobierno por mandato de Lorenzo.

Monteverde también fue forzado a dejar de acompañar al Gobierno para mostrarle los dientes.

Supo militar activamente en la ortodoxa **Juventud Sindical Peronista** (la contrafigura de la Juventud Trabajadora Peronista). Su banca es el fruto del acuerdo que amudó **Miguel** con el grossismo en Capital. De los petroleros, sobresale **Cassia**: secretario gremial del SUPE e integrante del **Grupo del Este**, fracción gremial que apoyaba la candidatura de **José Octavio Bordón**.

La CGT-Azapardo tiene dos puntales: **Enrique Paz** y **Germán Abdala**. Periodista de profesión y después de un paso por la función pública (director de Prensa y Difusión del gobierno jujeño), Paz ocupó —y ocupa— cargos en la **Federación Argentina de Trabajadores de Prensa** (**Fatpren**). La seguridad de su voto negativo al medio aguinaldo desdoblado tiene una explicación: "Primero que nada está la lealtad a los representados", reconoció Paz, mientras le hincaba el diente a una hoja de coca.

Titular de ATE Capital y miembro del **Grupo de los 8**, Abdala es fiel exponente del peronismo combativo: el "Turco" —así le dicen— renunció a la secretaría general del consejo metropolitano del justicialismo porteño en repudio al indulto presidencial. Compañero de ruta de **Víctor De Gennaro**, hoy prepara la conformación de un nuevo partido político (**Movimiento por la Justicia Social**) que agrupe a peronistas disidentes.

Por la negativa al paquete de leyes laborales del Ejecutivo también se anota —solitario— **Roberto Fernández**, secretario adjunto de la **UTA**. Menemista despechado, el chofer de-

"CLARIN" 21/6/91
01/02
9108565

vino a duhaldista, pero su gremio se alinea en la CGT-Azopardo, ahora el ala mas radicalizada.

Hoy por hoy, el Gobierno podría contar con 5 votos afirmativos a las inquietudes oficiales. En ese pelotón sobresale la figura del taxista Roberto García, presidente interino del Partido Justicialista. Su condición de hombre "celeste" lo convierte en el principal lugarteniente de Manzano. Sus orígenes gremiales se remontan al sindicato del caucho, pero una dura derrota a manos de Vandor (García militaba junto a José Alonso en Las 62 de Pie junto a Perón) lo obligó a conducir un auto negro y amarillo.

Osvaldo Borda es presidente de la Comisión de Legislación Laboral: su voto permitió lograr que obtuviera despacho favorable el proyecto de medio aguinaldo diferido. Secretario general vitalicio de los obreros del caucho, Borda es hombre de pocas palabras y rostro inmutable. Actualmente se sienta junto a otros pares en la CGT-San Martín. En 1984 fue uno de los cuatro secretarios generales (provenía de la CGT-Brasil) de la CGT unificada.

Pertenece a la generación de los llamados —por Ubaldini en su momento— "jóvenes brillantes": Abel Hernández (peluqueros) abandonó al cervecero para sumarse a la CGT-San Martín. José Castillo (conductores navales) es otro incondicional del Gobierno. Actualmente es el interventor del PJ en Jujuy. Docente de San Juan, Luis "Quito" Martínez profesa un menemismo acérrimo (es el vicepresidente de la bancada justicialista). Nominado para ejercer la secretaría de Educación, su postulación quedó en la gatera.

Un signo de interrogación se plantea sobre el comportamiento que pudieran adoptar Lorenzo Pepe (ferroviarios) y Rubén Sacks (bancario santafesino ligado a Rubén Cardozo). Allegados y adversarios de Pepe, no obstante, coinciden en una definición: "Es un principista". Originario de la Unión Ferroviaria, es diputado desde 1983. Bibliotecario y largamente capacitado en temas sindicales, muchos lo recuerdan más por su oratoria versada en la anatomía de Adelina Dalessio de Viola y su voto negativo a prohibir la marcha neonazi de Biondini.

Ricardo Ríos

02/02

9108565

Nº DOCUMENTO
TITULO Jubilados: el porqué de la crisis.
150025
23/6/91
10033
11165
11327

Jubilados: el porqué de la crisis

Dado el esquema de financiamiento del sistema previsional argentino, la grave crisis que atraviesa era prácticamente inevitable. Para evitar que esta situación sea recurrente es necesario encarar una total reforma del sistema, aunque su implementación no es tarea sencilla

Uno de los graves problemas que enfrenta hoy el gobierno es cómo solucionar, o aliviar, al menos, la crítica situación del sistema previsional, patéticamente mostrada por sus "beneficiarios" con su asentamiento en plaza Lavalle y sus marchas de protesta. Sin embargo, éste no es un problema reciente, dado que la crisis cuenta ya con varios años, aunque indudablemente el desequilibrio ha ido en aumento, llevando al recrudecimiento de las protestas del lado de los jubilados y de la preocupación de parte de las autoridades económicas.

La fuerte caída del haber jubilatorio promedio en el trascurso de la década (más de un 50%); el incremento en el porcentaje de retirados que reciben la jubilación mínima (hoy alrededor del 70% de los jubilados recibe 1.200.000 australes); el aumento de la brecha entre las jubilaciones y los salarios medios, son los principales indicadores de esta crisis. Además, el desequilibrio del sistema se pone de manifiesto ante el constante aumento de los recursos externos al sistema para financiar los haberes (cuando en teoría debería autofinanciarse) y de la deuda que se fue devengando, que se calcula actualmente en el orden de los 5.000 millones de dólares.

Pero entender por qué se ha llegado a esta situación y cuál es la solución de fondo del problema previsional requiere examinar cómo funciona el sistema jubilatorio en la Argentina.

Esquema de reparto

El sistema de previsión social argentino es un sistema íntegramente estatal con la modalidad financiera de reparto, aunque a partir de 1988 comienzan ciertos seguros de retiro privado mediante el sistema financiero de capitalización, pero sólo como un régimen optativo y complementario del sistema estatal obligatorio.

¿Qué implica la modalidad de reparto? Que las jubilaciones de los pasivos en cada momento son financiadas directamente con el dinero recaudado de los aportes de los trabajadores activos en ese momento.

Es decir, se trata de una suerte de seguro colectivo donde se exige a todos los afiliados activos que aporten un porcentaje de sus ingresos, con lo cual se pagan las pensiones a todos los pasivos, y así todos los ingresos del sistema salen inmediatamente para pagar beneficios. Por lo tanto, el nivel de las jubilaciones depende

"LA NACION"
23/6/91

01-03

9108566

Jubilados: El porqué de la crisis

(Viene de la pág. 1 col. 4)

no de lo actuado por quien se jubila, sino de los aportes jubilatorios de quienes están aún en actividad.

De este modo, la relación entre la población activa y pasiva tiene una incidencia fundamental en el funcionamiento del sistema. Con tasas de natalidad descendentes, saldos migratorios nulos o negativos, y un alargamiento de los años de vida pasiva en relación a los de vida activa, existe una fuerte tendencia al desequilibrio crónico de todo el sistema.

Este problema no es exclusivo de nuestro país, sino que se verifica en la mayor parte de los países que utilizan este tipo de esquema previsional. Lo que sucede es que aquí, además de comprobarse esa tendencia al crecimiento de la población pasiva sobre la activa, si se tiene en cuenta el crecimiento del número de jubilados sobre los aportantes al sistema, la relación es mucho más drástica (cuando lo normal sería 4 aportantes por beneficiario, hoy esa relación es de 1,8).

Es que esta relación tiene que ver con la tasa de desocupación de la economía y el aumento de la población activa no aportante por pertenecer a la economía informal o "negra". Tiene que ver además con la tasa de evasión de los aportes que, en muchos casos, se ve estimulada por la falta de garantía de una adecuada recuperación de lo aportado.

Así, decir que el nivel de las jubilaciones depende de los aportes actuales al sistema implica decir que depende de la tasa de ocupación de la economía formal; de la tasa de evasión y, naturalmente, del nivel salarial de quienes aportan.

Dado el nivel de esas variables en la economía argentina de hoy en día, no resulta extraña la crisis que atraviesa el sistema previsional.

Soluciones

En efecto, para ponerlo en términos más concretos, los ingresos no alcanzan para financiar a la clase pasiva. Hoy el sistema previsional tiene erogaciones por U$S 400 millones e ingresan gracias a los aportes genuinos (de empleados y empleadores), alrededor del 50% de esa cifra. ¿Cómo se cubre la diferencia? Con aportes externos al sistema, como impuestos (antes a los combustibles y sobre pulsos telefónicos, con la privatización ha desaparecido éste último y el primero sería cambiado por los actuales aportes al FONAVI), y adelantos del Banco Central.

Pero el desequilibrio es en realidad mucho mayor, dado que si se cumpliera con los montos jubilatorios establecidos por ley las erogaciones se elevarían a U$S 600 millones. Es decir, que se va acumulando una deuda que viene a engrosar los U$S 5.000 millones que mencionábamos antes.

A esta altura la pregunta obligada es cómo salimos de ésta. ¿Mejorando los ingresos? No parece que se pueda avanzar mucho en este aspecto, dado que la recuperación de los salarios reales y el aumento en el nivel de ocupación, tomará naturalmente su tiempo. Se puede actuar sobre la evasión, cuyo nivel es importante, pero, nuevamente, el evidente fracaso del sistema no resulta tentador para quienes deben resignar parte de sus ingresos.

En cuanto a los aportes externos, aplicar nuevos impuestos con este destino se da de bruces con la política actual que intenta reducir la presión tributaria para mejorar el nivel de actividad, mientras que parece difícil que el Tesoro, que no logra cubrir sus propias erogaciones corrientes, pueda auxiliar al sistema previsional. No olvidemos que la recaudación mensual de la Tesorería oscila los U$S 600 millones cuando el total de erogaciones previsionales es de U$S 400 millones y sin acatar lo pautado legalmente. Insistir en la profundización del ajuste fiscal es en este sentido de vital importancia porque podría representar la posibilidad de apoyar genuinamente a las cajas previsionales.

El problema, visto está, no es nada fácil de resolver.

Cambio estructural

Ahora bien, aun cuando se encuentre la manera de salir transitoriamente del paso e, incluso, aun cuando la situación coyuntural del país mejore y con ella el volumen de salarios que financien las jubilaciones, la crisis del sistema tiende a ser crónica. En efecto, en un esquema financiero de reparto la dependencia del financiamiento estatal tiende a ser inevitable, dado el natural crecimiento del sector pasivo sobre el activo. Por eso, solucionar el problema para los jubilados futuros requiere una trasformación estructural del sistema. La alternativa es un esquema de capitalización, donde cada trabajador va acumulando parte de sus ingresos, con lo que financiará luego su propia pasividad. Así, el nivel de las jubilaciones no dependerá ya de la capacidad de aportar de quienes están trabajando sino de los aportes realizados por cada uno en función de su trabajo y de su decisión de consumo presente y futura (es decir, de cuánto decide ahorrar para el momento del retiro).

Bajo este esquema, cada trabajador deduce de su salario un porcentaje que deposita en su cuenta en una compañía privada de administración de fondos jubilatorios, y este monto se va capitalizando paulatinamente dado que esas compañías realizan con ellos distintas inversiones. Al finalizar su vida activa, esos fondos acumulados y capitalizados comenzarán a financiarle una renta mensual durante el resto de su vida.

De este modo, la responsabilidad del nivel de jubilación vuelve a manos de cada trabajador y, como él tiene el poder de optar por la compañía que crea mejor para su cuenta, la privatización del sistema lleva a la mayor eficiencia en el manejo y administración de los recursos, evitando el derroche irresponsable que se señala muchas veces como parte responsable de la falta de fondos en el sistema previsional.

A su vez, este esquema no sólo tiende a terminar con el problema de financiamiento del sector pasivo, sino también puede impulsar el surgimiento de un mercado de capitales necesario para financiar el crecimiento, dado que los aportes jubilatorios se volcarían en instrumentos de inversión de mediano y largo plazo.

Claro que la transformación es realmente necesaria pero nada sencilla. No olvidemos que las cajas previsionales deben seguir haciendo frente a las jubilaciones actuales y a las de quienes están cercanos a jubilarse y se verían privadas de los aportes genuinos que ingresan por los aportes de los trabajadores. Por lo tanto, es necesario encontrar cómo reemplazar ese faltante. Y, como vimos, las fuentes alternativas de financiamiento son hoy por hoy muy escasas, aunque no imposibles.

02

9108566

Relación entre los haberes previsionales medios y el haber medio en actividad

Período	Monto
1978	64,8%
1979	45,8%
1980	40,5%
1981	44,7%
1982	44,7%
1983	38,5%
1984	38,8%
1985	35,9%
1986	32,5%
1987	24,8%
1988	32,3%
1989	31,4%

Devengamiento de deuda del sistema previsional con sus afiliados

(En millones de dólares)

Período	Monto
1978	1014
1979	2557
1980	4059
1981	3176
1982	3287
1983	4443
1984	6243
1985	4850
1986	4888
1987	4680
1988	4700
1989	3804
1990 (e)	4800

(e) Estimado.

Datos del Sistema Nacional de Previsión

(En miles de personas)

Año	En edad activa	En edad pasiva	Activo	Aportantes	Beneficiarios por pasivo	Aport. por benefic. (*)
1950	8.652	1.466	5,9	2.117	188	11,3
1960	10.297	2.226	4,6	2.545	749	3,4
1970	11.651	2.962	3,9	3.775	1.369	2,7
1980	13.383	4.039	3,0	5.047	2.242	2,2
1990	14.584	4.792	3,0	5.220	2.828	1,8

(*) Con evasión.

03- 03

9108566

DOCUMENTO
TITULO Ubaldini anuncia su decisión de actuar en política
150035
23/6/91
10033
11165
500854

Ubaldini anunció su incursión en política

El secretario general de la CGT-Azopardo, Saúl Ubaldini, anunció ayer su decisión de "actuar políticamente", aunque no especificó a qué cargo se postulará y si lo hará en el justicialismo o fuera de la estructura partidaria.

Ubaldini dio a conocer un comunicado, en el que señala que las opciones ofrecidas por el peronismo "se definen como sostenedoras del proyecto neoliberal que contraría el pensamiento y el sentimiento de quienes hemos comprometido nuestras vidas y nuestra lucha para lograr el renacimiento de la Argentina justa, libre y soberana".

Aunque el gremialista concurriría finalmente como candidato fuera del justicialismo, según interpretan sus más cercanos colaboradores, la falta de definición en el documento parecería dejar abierta una puerta para negociar con el vicepresidente de la Nación y precandidato a gobernador, Eduardo Duhalde.

Sin embargo, en medios peronistas se considera improbable que Ubaldini decline sus aspiraciones a postularse a la gobernación bonaerense para ocupar un lugar en la lista de candidatos a diputado nacional que, parecería, es la mayor oferta que puede hacerle Duhalde. Inclusive, en esas fuentes se hacía mención a las dificultades que tuvo hasta ahora el vicepresidente en las negociaciones con el cafierismo para integrar la nómina, por lo que no resultaba fácil ofrecer el primer lugar.

Un hecho que no tiene relación directa con el anuncio de Ubaldini, pero que se dejó trascender anoche, es que el barrionuevismo propuso que las 62 Organizaciones se conviertan en un partido político ante la prácticamente nula participación de sus integrantes en las listas peronistas.

En el comunicado, el líder de la CGT-Azopardo solicita "la colaboración y el aporte constructivo de todos los compatriotas que estén dispuestos a brindar sus esfuerzos, su voluntad y su espíritu solidario, para mejorar el presente y asegurar el futuro de nuestro pueblo, para poder consolidar desde una gran provincia una gran Nación, como soñaron nuestros libertadores y concibieron el genio de Perón y el amor de Eva Perón".

"LA NACIÓN"
23/6/91

01/01

9108567

DOCUMENTO
TITULO Norma Plá rompió con Gioannini y lo denunció.-
FECHA 150024
24/6/91
10023
11165
11325

Norma Pla rompió con Gioannini y lo denunció

La exhortación lanzada por **Antonio Quarracino** a los jubilados de plaza Lavalle para que se alejen de **"los activistas de cualquier signo"** no cayó en saco roto. Pocas horas después del mensaje televisivo del arzobispo de Buenos Aires, **Norma Guimi de Pla, cabeza visible del movimiento, rompió lanzas con Rubén Gioannini, el ex sindicalista vinculado a sectores carapintada.**

La señora de Pla acusó a Gioannini de **apropiarse de 10.500 dólares recaudados por los jubilados rebeldes y de varios camiones que contenían alimentos y otras mercaderías donadas durante los dos meses que duró el campamento montado frente a los Tribunales.** Ambos habían iniciado el movimiento tres meses atrás y fueron detenidos en varias oportunidades por su insistencia en la distribución de alimentos en la vía pública.

La denuncia no quedó en palabras, ya que la jubilada Norma, de 62 años, **presentó la denuncia en la seccional tercera de la Policía Federal,** a metros del sitio donde se desarrolló la protesta y el posterior desalojo de los jubilados.

Varias veces se había insinuado que Gioannini —de 47 años— daría un paso al costado en el liderazgo del movimiento, sobre todo desde que el Gobierno descalificó la protesta por **"infiltración política"**. Pero el ex gremialista de Luz y Fuerza sostuvo que su permanencia al frente de las manifestaciones junto a Norma de Pla se debía a que **"los jubilados no quieren que me vaya".**

♦ Concentración y marcha

Para confirmar que la fractura en la conducción de la protesta no implica su desaparición, la señora de Pla anunció que pasado mañana volverán a concentrarse los jubilados de plaza Lavallé con el objetivo de marchar hacia el **Ministerio de Salud y Acción Social,** donde intentarán entrevistarse con su titular, **Avelino Porto,** para darle a conocer sus demandas.

Quarracino había aconsejado al **presidente Carlos Menem** que reciba a los jubilados de plaza Lavalle durante su habitual mensaje de los sábados en el programa que Caritas auspicia en ATC. Al mismo tiempo aconsejó a los dirigentes de la clase pasiva que **"traten de librarse de la influencia de activistas de cualquier signo que fueran, porque no los necesitan".** El cardenal concedió una audiencia días atrás a un grupo de jubilados, encabezados por Norma de Pla, quien le trasmitió sus reclamos de un aumento de haberes y el pago de las deudas acumuladas por las cajas previsionales.

"CLARIN"
24/6/91

01-01

9108568

TITULO El poder estudiantil en la Universidad.
FECHA 150025
FI 25/6/91
VI 10033
11165
11316

El poder estudiantil en la Universidad

Intransigentes: falta superar aún el ideario reformista

"LA NACION"
25/6/91

"Está todavía pendiente la superación del ideario reformista y la asunción de un programa más audaz y avanzado, que asuma que la Universidad no puede ser una isla democrática en una sociedad sometida al saqueo del neoliberalismo", dijeron a LA NACION dirigentes de la Juventud Universitaria Intransigente (JUI), en una extensa conversación sobre los objetivos de la agrupación.

Gabriel Puricelli, secretario de Derechos Humanos de la FUBA, estudiante de Ciencias Sociales; Hugo Constantino, secretario de Asuntos Estudiantiles de la FUA, y alumno de Derecho, y Gustavo Faskowicz, de Ciencias Exactas, todos de la UBA, explicaron las líneas de pensamiento y acción de la JUI.

"Creemos que se está deteriorando cada vez más la interacción entre la Universidad y la sociedad. Esto se opera, actualmente, en dos sentidos: mediante el ahogo presupuestario y las limitaciones de recursos para la extensión universitaria, y mediante la inercia de una Universidad que, instalada en una sociedad donde diez millones de personas viven en la marginalidad y sus jóvenes prefieren emigrar, no es capaz de luchar y reivindicar con otros sectores sociales sus derechos", insistió Puricelli.

Días de gloria

En 1982 –"gloriosa época para el Partido Intransigente"–, a la sombra del "Bisonte" Alende y de su indiscutible liderazgo en la izquierda nacional, nació la JUI.

Creció rápidamente, casi en forma arrolladora. Finalmente, en 1983, antes de los comicios que pusieron a Alfonsín, un congreso la constituyó como agrupación universitaria del PI.

Desde entonces, la JUI vivió el sube y baja del partido. Llegó a disputar mano a mano con Franja Morada y la JUP las más politizadas facultades en la UBA, en las universidades de La Plata, de Córdoba y del Sur, a veces por medio de frentes electorales con otros sectores de la izquierda, entonces en alianzas con la JUP, como ahora con peronistas disidentes del Grupo de los 8.

Fuegos y cenizas

De aquellos días de fuego quedan aún muchos tizones y algunas llamas.

La JUI conduce el Centro de Estudiantes de Arquitectura de La Plata, Ingeniería, de Río Cuarto, Ciencias de la Información, de Córdoba, Agronomía, de Jujuy, y Ciencias de la Educación de Entre Ríos. [illegible] un frente para [illegible] lista que rige la Federación Universitaria Patagónica.

Y tiene suficiente peso en la UBA como para integrar la conducción de la FUBA y de la FUA, presencias que les reporta una participación aún más viva en todos los acontecimientos políticos y estudiantiles que se desarrollan en la UBA.

La conducción de las JUI es ejercida por una Mesa Nacional, integrada con representantes de La Plata, Capital Federal, Córdoba, Entre Ríos, Tucumán, Rosario y Litoral.

La JUI y el PI

No desmienten su origen alendista, pero cuestionan la exageración. "No nos concebimos como meros propagandistas del partido, sino más bien como militantes del movimiento estudiantil, que pretende que el PI represente a los alumnos y estudiantes en sus reclamos.

"No queremos entrampamos en la discusión o falsa antinomia maniquea de que las agrupaciones deben tener una actividad gremial o política", asegura Constantino.

Conceptos esenciales

Estos son los principios esenciales de su concepción política de la Universidad:

● Solidaridad: "Los estudiantes asistimos a una Universidad gratuita, porque nos financiamos muchos estudios muchas familias que no pueden mandar a sus hijos a estudiar. Sería un descaro que no ayudemos a otros sectores de la sociedad, como las [illegible] en sus reclamos".

● Ingreso: "La JUI insiste en la necesidad de que el ingreso sea democrático, no sólo formalmente, sino socialmente. Nosotros criticamos a la UPAU, porque tiene el síndrome del colectivo lleno –se subieron y no quieren que trepe nadie más–, pero reclamamos [illegible] rrilas, para el ingreso de todos".

● Arancel: "[illegible] en que debemos devolver a la comunidad lo que ésta invirtió en nosotros. Nuestra devolución es [illegible] la aplicación de nuestros [illegible] y conocimientos en la resolución de los problemas cotidianos de la vida de la gente y del desarrollo del país".

● CBC: "Sucedáneos, en [illegible] generales, las [illegible] en que se [illegible]. Pero no se [illegible] reta concretamente en [illegible] momento. Si hay un debate [illegible] el secundario y la Universidad, ésta no se debe hacer cargo de [illegible], sino de luchar para una reforma integral de la educación. Sucede así porque el viejo [illegible] reformista piensa sólo en la Universidad y no se hace cargo del resto: esto también lo debemos cambiar".

● Financiamiento: "El Estado está [illegible] ción, porque [illegible] un gasto. Ya se desentendió de la salud, de la vivienda, de los [illegible] principalísima participación del Estado en la financiación de la Educación, toda propuesta alternativa es una quimera".

Alfino Dabove

0401

9108569

Nº. DOCUMENTO
TITULO la unidad de las "62" puesta a prueba, candidatura de Ubaldini.
PROCEDENCIA 150026
FECHA 25/6/91
VINCULACIONES 10033
11165
500854

La candidatura de Ubaldini

La unidad de las "62" puesta a prueba

Por Daniel Lupa

Las relaciones de Ubaldini con Miguel no parecen estar pasando por su mejor etapa, tras reinstalar a las "62 Organizaciones" peronistas.

Al día siguiente del acuerdo, Ubaldini habría mantenido un diálogo telefónico con el dirigente metalúrgico "recordando" los compromisos para impulsar las candidaturas sindicales en la provincia. Lo mejor del tiempo de Miguel estaba concentrado en la organización del proyecto de marchar sobre el Congreso para reclamar por el aguinaldo y los jubilados, en los contactos múltiples con los peronistas y los que —se afirma— mantuvo con los alfonsinistas, y los extraparlamentarios con el peronismo bonaerense.

La respuesta de Miguel parece haber sido, si no dilatoria, al menos justificada por la intensidad de esas jornadas, a lo cual Ubaldini habría puesto un punto y límite: "Entonces, querido Lorenzo, espero que antes de que termine la semana haya un pronunciamiento claro".

Al terminar la semana vencía, de paso —¿o justamente?—, el lapso comprometido por Duhalde para anunciar el nombre de su compañero de fórmula, de manera que el tiempo concedido por Ubaldini habría tenido un doble alcance que no habría escapado a la comprensión de Miguel.

Cierto desasosiego

Relatan quienes frecuentaron los medios ubaldinistas y miguelistas, que la misma noche en la que debía haberse realizado la suspendida marcha sobre el Congreso, Miguel habría iniciado una "carga pesada" sobre La Plata para definir el alcance de los anuncios que realizaría Duhalde.

La excusa de que Duhalde "negocia y no puede interrumpir" la secuencia de alternativas que se había fijado, no fueron suficientes para que las explicaciones que Miguel dio a Ubaldini diluyeran las tensiones.

Desde el ubaldinismo se asevera que durante algún diálogo previo a la reconstitución de las "62", se habría mencionado "reiteradamente" la perspectiva de que Ubaldini obtuviera el segundo término de la fórmula, de manera que se habría entendido en esos medios que era el momento, justamente, de "pasar la cuenta" y tener "una definición concordante" con los compromisos dialogados, si no comprometidos formalmente.

La unidad de las "62" puesta a prueba

Sin embargo, Duhalde, tras haber recorrido, se asevera, una extensa gama de posibilidades —ninguna de ellas la de Ubaldini, quien habría aguardado infructuosamente un llamado o consulta—, anunció, el viernes 21, veinticuatro horas antes del plazo establecido por él mismo para revelar su decisión, que su compañero de fórmula sería Rafael Romá.

El viernes por la noche, cuando esto llegó a su conocimiento, Ubaldini habría experimentado "cierto desasosiego", comentando a sus colaboradores: "No sé qué piensan algunos compañeros: creen que uno es una marioneta o un estropajo, que se puede hacer cualquier cosa".

Bajo el peso de este "desasosiego" habría comunicado a Miguel lo que acababa de saber (¿lo ignoraba Miguel?).

Los allegados a Ubaldini no saben si la sorpresa de Miguel fue porque ya lo supiera Ubaldini o bien porque dudara de la veracidad del hecho, pero habría jugado alguna carta adicional, formulando algunas reflexiones al cervecero.

¿Anuncio condicionado?

De estas reflexiones, afirman los ubaldinistas, habría surgido, apenas 24 horas después —el sábado hacia el mediodía— de difundirse la decisión de Duhalde, el anuncio de que Ubaldini presentaría su candidatura.

¿Fue Lorenzo Miguel quien le sugirió formular el anuncio o este se realizó a contragolpe del dirigente metalúrgico? ¿Miguel dijo a Ubaldini que había que "forzar las decisiones ahora, sobre la marcha", ocupando espacio para "que Ubaldini integrara el bloque de diputados de la provincia?" ¿O acaso fue esta versión el germen de la duda acerca de la provincialidad de la candidatura de Romá, luego trasferida en diversas versiones a la expectativa de que Duhalde revisara su decisión para incorporar a un presunto extrapartidario?

Que la primera de estas alternativas haya sido cierta ubica las versiones acerca de los contactos inmediatos de Ubaldini con sectores de izquierda en un nivel de presiones manifiestas sobre Miguel.

Tales versiones indicaban, el domingo último, que el mismo viernes por la noche Ubaldini decidió responder llamados procedentes del abanico que va desde el socialpopulismo hasta el MAS, pasando por la democracia cristiana y la intransigencia, retomando contactos suspendidos cuando hace algunas semanas le ofrecieran un limitado tercer o cuarto lugar en la lista de diputados y

"LA PRENSA" 25/6/91

X

9108570

01/02

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VIA

generando expectativas –luego descolocadas, hasta la ruptura final– con la señora María Sánchez y Víctor de Gennaro.

Que esta versión haya sido confirmada por los hechos o haya sido sólo un medio de presión indirecta sobre Miguel y, más ampliamente, sobre el menemismo para que haga sentir su voz en el "desconcertante" rumbo de la candidatura de Duhalde al aliarse con el ala izquierda del cafierismo al seleccionar a Romá prescindiendo de Ubaldini es algo que no queda en claro y que los hechos que sobrevengan tenderán a demostrar.

Efectos sindicales

La decisión de Ubaldini de anunciar su candidatura sin precisar a qué cargo ni por qué agrupamiento político, cubre cuidadosamente este trasfondo de nego ciaciones.

Pero, al mismo tiempo, pone en evidencia la fuerte confrontación interna que se registra en las apenas reconstituidas "62" si se toma en cuenta que la presión de Ubaldini sobre Miguel no parece causal ni antojadiza: Miguel –la UOM– había adherido (cabe preguntarse si legalmente ya que viola hasta la misma ley sindical alfonsinista al tomar abierta y públicamente partido por un ni siquiera candidato sino, hasta ahora, precandidato) a la postulación de Duhalde.

La decisión no sorprenderá a quien recuerde que Miguel ha sido el más sólido soporte de Cafiero, que carece de bases propias, en la interna peronista: el apoyo de la UOM de comienzos de junio, es una secuela del acuerdo del cafierista FREPEBO con la duhaldista Liga Federal.

Barrionuevo queda, en el conflicto, "como el jamón del sandwich", según un dirigente de la CGT San Martín: en la disputa "de la Corte duhaldista-cafierista", Brown, candidato del gastronómico queda marginado por su franca oposición a la gestión de Cafiero.

Y esto será así mientras Ubaldini no se vea conducido a virar hacia el disperso y fragmentado espectro de la izquierda –que podría unificar con su presencia– si su reclamo para encabezar la lista de candidatos peronistas a diputados nacionales –ya no la vicegobernación– fuera desechado. Porque, en caso de aceptarlo, ¿podría Duhalde integrar una lista con extrapartidarios "potables" para un electorado que viene de rechazar tanto a alfonsinistas como a cafieristas?

En este tironeo por las candidaturas, las "62" unificadas para hacer frente a una sesión de la Cámara de Diputados podría pasar a un receso que convierta el 1º de julio, fecha para la cual han sido citados sus cuadros a fin de reconstituírla, en una fecha celebratoria del fin de las ilusiones de la unificación cegetista.

02/02

9108570

Nº DOCUMENTO
TITULO lo vuelto de los 62 organizaciones.
PRO 150024
FE 1/7/91
VI 18033
11165
500854

BRAZOS Y CABEZAS

62 ORGANIZACIONES

Fundadas en el '57, las 62 Organizaciones Peronistas hoy serán relanzadas con el auspicio excluyente de **Lorenzo Miguel** (quien encabeza la conducción), **Saúl Ubaldini** y **Luis Barrionuevo**. En su nueva versión, la veterana estructura despliega un discurso de contenido opositor a la política del gobierno peronista. "Se encuentran en la vereda de enfrente", los rotuló el presidente Menem. Desde que comenzó, hace tres semanas, el operativo retorno de la estructura, sus principales referentes han puesto el acento en las banderas tradicionales del peronismo histórico. Pero coinciden, sobre todo en la oposición a Menem. En el partido Miguel apoya a Duhalde; Barrionuevo es el sponsor de Brown y Ubaldini quiere ir por fuera del PJ.

ENCUENTRO SINDICAL PARA EL PROYECTO NACIONAL (ENSIPRON)

Concebido como "un nuevo bloque social y político que exprese el campo nacional y popular", el Encuentro Sindical para el Proyecto Nacional (Ensipron) es la vertiente más radicalizada del sindicalismo peronista. En realidad, es un grupo políticamente pluralista: alrededor de los "duros" de la CGT-Azopardo, conviven núcleos procedentes del socialismo, la intransigencia y comunistas.

Aunque no reniegan de la central ubaldinista, las expresiones negativas hacia la figura de Saúl Ubaldini se han convertido en moneda corriente. La ambigüedad "es igual que la mentira y la traición", vociferó "Mary" Sánchez en la convocatoria de anteayer. Sin sutilezas, en cambio, Angelo Pipín (neumáticos) retrató al cervecero como "esbirro de Lorenzo" (por el caudillo de la UOM)

MESA POLITICA DEL SINDICALISMO PERONISTA

Apadrinada por la CGT-San Martín, la Mesa Política del Sindicalismo Peronista es el más joven de los brazos políticos en pugna. La Mesa oficia de cuerpo de apoyo político-gremial a la candidatura bonaerense del vicepresidente Eduardo Duhalde. La precandidatura a diputado nacional del líder de SMATA, José Rodríguez (en un expectante cuarto puesto), y la no integración de hombres de la UOM en las listas peronistas son el primer rédito de la Mesa. Integrada por los trece gremios más representativos de la CGT-San Martín, la agrupación remplazó a la Mesa Sindical Menem Presidente (orientada por Barrionuevo) que auspiciaba la candidatura de Carlos Brown. Algunos miembros del consejo directivo de esa central obrera, no obstante, tienen un pie en cada lado y firmaron su pase al relanzamiento de "las 62".

"CLARIN"
1/7/91

01/02

9108571

Nº DOCUMENTO
TITULO
FECHA
FE
VI

La vuelta de "las 62"

Miguel, Ubaldini y Barrionuevo reflotan hoy la vieja sigla del sindicalismo peronista

A casi 34 años de su aparición en la arena político-sindical, las 62 Organizaciones Gremiales Peronistas hoy serán resucitadas bajo el auspicio de sus nuevos tres guías: Lorenzo Miguel, Saúl Ubaldini y Luis Barrionuevo.

"Están en la vereda de enfrente", opinó el presidente Carlos Menem de estos dirigentes que integran el reflotado frente sindical luego de haber transitado caminos diferentes respecto del Gobierno: Ubaldini caminó por la oposición desde el comienzo mismo de la gestión menemista, Miguel lo acompañó, en cambio, sólo durante un tiempo y Barrionuevo fue el vocero sindical del Presidente, de quien se autodefinía como un "recontraalcahuete".

¿Por qué se juntan ahora?: porque quieren sumar sus fuerzas para presionar al Gobierno, del que se consideran excluidos. Cada uno tiene sus propios motivos: Miguel acaba de perder el control de SOMISA, la principal empresa metalúrgica del país; Ubaldini, debilitado por el cuestionamiento interno del sector duro de su propia CGT (véase recuadro), acude en busca de respaldo y Barrionuevo quiere desarmar a la CGT menemista que él contribuyó a crear como ninguno, porque ahora apuesta a Carlos Brown y sus ex socios prefieren apostar a su enemigo interno Eduardo Duhalde.

La resurrección de "las 62" se concretará en el auditorio del hotel Bauen. Allí se integrará el nuevo secretariado nacional de 34 miembros y una mesa ejecutiva de 15 dirigentes. Miguel volverá a estar a cargo: sometida a los vaivenes del hombre que las comanda desde 1970, la estructura de nuevo será presidida por el dirigente metalúrgico. "No somos nostálgicos sino tradicionales del peronismo", repite Lorenzo, quien anoche hilvanaba los últimos detalles del operativo retorno.

La incógnita que aún no develó Miguel fue la composición definitiva de la mesa ejecutiva. Voceros de "las 62" confirmaban la integración a ese cuerpo —junto a Barrionuevo y Ubaldini— de Pedro Goyeneche (AOT), Diego Ibáñez (SUPE), Lesio Romero (carne) y los independientes Juan Zanola (bancarios) y Oscar Lescano (Luz y Fuerza). Pronosticaban, entre otros candidatos, la posible confirmación de último momento del mercantil Armando Cavalieri, quien optó —hasta ahora— por mantenerse a prudente distancia del relanzamiento. "Es signatario fundacional".

Miguel, Barrionuevo y Ubaldini (que confluyeron en "las 62" con sus cuentas de poder en rojo) ratificarán en el plenario de hoy, la concurrencia de la mesa ejecutiva al Parlamento para manifestar su oposición a las leyes laborales —de cuño oficial— que aguardan tratamiento legislativo y a cualquier posible reforma que debilite el poder de sus organizaciones gremiales.

Pero cada uno de los tres líderes gremiales también marcará estrategias particulares. En las cercanías del dirigente metalúrgico se apuntaban tres tópicos que abordará hoy Miguel: la respuesta al presidente Menem en torno de la "ubicación de las veredas", la intervención y privatización de SOMISA y el desplazamiento de Luis Guerrero (UOM) de la lista duhaldista de precandidatos a diputados nacionales.

02/02

9108571

SECRET

4 APRIL 1991

ITEMS: TERRORISMO (VARIOS)

ITEM 1. FOCUS--MIDDLE EAST: THE POSTWAR TERRORIST THREAT

ITEM 2. HIGHLIGHTS

ITEM 3. CHRONOLOGY OF TERRORISM--1991

ARTICLES:

ITEM 1. FOCUS--MIDDLE EAST: THE POSTWAR TERRORIST THREAT

THE THREAT FROM MIDDLE EASTERN TERRORISTS HAS DECLINED SINCE THE SUSPENSION OF HOSTILITIES IN THE GULF, BUT EFFORTS TO RESOLVE REGIONAL PROBLEMS AND THE MILITANT AGENDAS OF EXTREMIST GROUPS MAKE TERRORIST ACTS AGAINST ISRAELI, MODERATE ARAB, AND US TARGETS POSSIBLE AT ANY TIME. THE PALESTINIAN ISLAMIC JIHAD (PIJ), HIZBALLAH, AND THE ABU NIDAL ORGANIZATION (ANO) POSE THE MOST SERIOUS THREAT OVER THE NEXT SEVERAL MONTHS.

. THE END OF THE WAR HAS REMOVED THE IMMEDIATE CATALYST FOR A TERRORIST CAMPAIGN BY MIDDLE EASTERN EXTREMISTS. PALESTINIAN AND ISLAMIC FUNDAMENTALIST LEADERS AND STATE SPONSORS JOCKEYING FOR POSITION IN POSTWAR NEGOTIATIONS ARE UNLIKELY TO RISK ALIENATING POTENTIAL ALLIES BY SANCTIONING TERRORISM IN COMING MONTHS.

SPONSORS HOLD THE KEY . . .

THE RESTRICTIONS IMPOSED BY STATE SPONSORS ON PALESTINIAN AND ISLAMIC FUNDAMENTALIST GROUPS DURING THE WAR ARE LIKELY TO HOLD IN THE NEAR TERM. TERRORIST GROUPS HAVE BEEN UNWILLING TO VIOLATE RESTRICTIONS BECAUSE OPPORTUNITIES FOR ALTERNATIVE SUPPORT HAVE DWINDLED AS A RESULT OF IRAQ'S DEFEAT, SYRIA'S PARTICIPATION IN THE COALITION, AND IRAN'S AMBITIONS TO HAVE A VOICE IN GULF SECURITY PLANNING.

DAMASCUS HAS RECEIVED SIGNIFICANT POLITICAL AND FINANCIAL REWARDS FROM ITS ANTI-IRAQ STANCE, AND SYRIAN INVOLVEMENT IN TERRORISM NOW WOULD BE CONTRARY TO ASAD'S AIMS OF REMOVING SANCTIONS ON SYRIA AS A STATE SUPPORTER, RECONFIGURING SECURITY RELATIONSHIPS UPSET BY CHANGED SOVIET POLICIES, AND PLAYING A MORE INFLUENTIAL ROLE IN POSTWAR NEGOTIATIONS.

IRAN PROBABLY WILL CONTINUE TO STEER CLEAR OF ANTI-WESTERN TERRORISM BUT MAY ENCOURAGE ADDITIONAL TERRORIST OPERATIONS AGAINST ISRAEL AS PART OF ITS EFFORTS TO GAIN INFLUENCE OVER EXTREMIST PALESTINIANS.

IRAQ IS UNLIKELY TO EMBARK ON MAJOR TERRORIST ADVENTURES AS LONG AS COALITION FORCES REMAIN IN THE REGION, ALTHOUGH BAGHDAD MIGHT GO AHEAD WITH SOME PLANS TO PUNISH ARAB STATES THAT OPPOSED HIM IN THE WAR.

Doc. poco legible

SECRET

01.06 9108572

. . . BUT SOME GROUPS STILL POSE A THREAT

VIRULENT ANTI-US AGENDAS MAKE MILITANT ISLAMIC GROUPS AN EVER-PRESENT THREAT. HARDLINE HIZBALLAH FACTIONS IN LEBANON STRONGLY OPPOSE A US PRESENCE THERE. THE ANO HAS YET TO FOLLOW THROUGH ON ITS PUBLIC PLEDGE TO RETALIATE FOR THE US EXTRADITION OF ONE OF ITS OPERATIVES TO ISRAEL LAST OCTOBER, BUT WE BELIEVE IT EVENTUALLY WILL. IN COMING MONTHS, HOWEVER, THE GROUP IS LIKELY TO FOCUS ON CONVINCING WESTERN AND ARAB GOVERNMENTS TO BACK REMOVAL OF ARAFAT AS PALESTINE LIBERATION ORGANIZATION (PLO) CHAIRMAN.

CATALYSTS FOR TERRORISM

PROSPECTS FOR PALESTINIAN TERRORISM WILL BE MOST AFFECTED BY DEVELOPMENTS IN THE ARAB-ISRAELI PEACE PROCESS, PLO INFIGHTING, AND THE STATUS OF THE INTIFADAH. PALESTINIAN EXTREMISTS CAN BE COUNTED ON TO USE TERRORISM TO TORPEDO PEACE MOVES THAT DO NOT CALL FOR THE QUICK ESTABLISHMENT OF AN INDEPENDENT PALESTINIAN STATE, REGARDLESS OF RESTRICTIONS IMPOSED BY STATE SPONSORS. ISRAELI INTERESTS WORLDWIDE WILL BE THE MOST LIKELY TARGETS OF PALESTINIAN FRUSTRATION. ARAFAT'S ABILITY TO RESTRAIN HARDLINE PLO ELEMENTS FROM CONDUCTING TERRORISM IS LIKELY TO WEAKEN IN THE MONTHS AHEAD AS HIS FINANCIAL SITUATION WORSENS AND CHALLENGES TO HIS LEADERSHIP DEVELOP.

ITEM 2. HIGHLIGHTS (U)

SIGNIFICANT DEVELOPMENTS

EUROPE

NETHERLANDS

PIRA TERRORISTS ACQUITTED OF MURDER

A DUTCH COURT ON 2 APRIL ACQUITTED--FOR LACK OF EVIDENCE--THREE OF THE FOUR PROVISIONAL IRISH REPUBLICAN ARMY (PIRA) MEMBERS CHARGED WITH THE MURDER OF TWO AUSTRALIAN TOURISTS ON 27 MAY 1990. IT SENTENCED THE FOURTH--GERARD HARTE--TO 18 YEARS IN PRISON. THE COURT ALSO ACQUITTED ALL FOUR OF THE ADDITIONAL CHARGE OF BELONGING TO AN ILLEGAL ORGANIZATION THAT INTENDS TO COMMIT CRIMES, DISMISSING THE PROSECUTION'S ARGUMENTS AS ''TOO VAGUE.'' THE PROSECUTION HAD REQUESTED A 20-YEAR SENTENCE FOR EACH OF THE FOUR TERRORISTS.

THE FOUR TERRORISTS--DONNA MAGUIRE, GERARD HARTE, SEAN HICK, AND PAUL HUGHES--WERE CHARGED WITH SHOOTING THE AUSTRALIAN TOURISTS IN ROERMOND, THE NETHERLANDS, HAVING REPORTEDLY MISTAKEN THEM FOR OFF-DUTY BRITISH SOLDIERS.

Doc. poco legible

GREECE

TERRORIST GROUP CHANGING TACTICS?

THE ROCKET ATTACK ON 31 MARCH AGAINST A HOTEL BY THE GREEK TERRORIST GROUP 17 NOVEMBER MAY SIGNAL THE START OF A TERRORIST CAMPAIGN THAT INCREASINGLY TARGETS THE GREEK TOURISM INDUSTRY--THE COUNTRY'S LARGEST SOURCE OF FOREIGN EXCHANGE EARNINGS. THE 17 NOVEMBER GROUP ATTEMPTED TO HIT THE PERTELIKON HOTEL IN AN ATHENS SUBURB WITH A ROCKET-PROPELLED GRENADE. THE ROCKET HIT A TREE, HOWEVER, AND CAUSED ONLY MINIMAL DAMAGE TO THE HOTEL. THE ATTACK FOLLOWS A RECENT 17 NOVEMBER COMMUNIQUE THREATENING AMERICAN TOURISTS.

THE 17 NOVEMBER GROUP IS VIRULENTLY ANTI-US; LAST MONTH IT ASSASSINATED A US AIR FORCE SERGEANT OUTSIDE HIS HOME--THE FOURTH AMERICAN SINCE 1975. ATTACKS BY THE GROUP SINCE THE IRAQI INVASION OF KUWAIT HAVE INCLUDED SEVERAL LATE-NIGHT BOMBINGS OF US AND BRITISH BANKS THAT SERVICE TOURISTS AND FOREIGN BUSINESSES IN GREECE.

GERMANY

RED ARMY FACTION TERRORIST CAMPAIGN CONTINUES

THE RED ARMY FACTION'S (RAF) ASSASSINATION ON 1 APRIL OF DETLEV KARSTEN ROHWEDDER, ONE OF GERMANY'S LEADING BUSINESS FIGURES, INDICATES THAT SENIOR GERMAN POLITICAL AND ECONOMIC OFFICIALS INVOLVED IN UNIFICATION ISSUES REMAIN AMONG THE RAF'S PRIMARY TARGETS.

THE ATTACK AGAINST ROHWEDDER MARKED A DISTINCT CHANGE IN THE RAF'S USUAL MODUS OPERANDI--THE GROUP'S RECENT ASSASSINATION ATTEMPTS HAD UTILIZED ROADSIDE BOMBS DETONATED AS THE VICTIM'S CAR PASSED THROUGH AN INFRARED LIGHT BEAM TRIGGER. ROHWEDDER, HOWEVER, WAS SHOT THROUGH THE WINDOW OF HIS DUESSELDORF HOME; TWO BULLETS STRUCK HIM IN THE HEAD AND CHEST.

LATIN AMERICA

BOLIVIA

SMALL BOMBS NEAR US EMBASSY UNDERSCORE ELN THREAT

FIVE ATTEMPTED BOMBINGS NEAR THE US EMBASSY AND ONE FALSE ALARM THAT THE NATIONAL LIBERATION ARMY (ELN) IS PREPARING FOR ONE OR MORE TERRORIST ATTACKS IN THE NEAR FUTURE.

THE ELN IS THE PARENT GROUP OF THE NESTOR PAZ ZAMORA COMMISSION (CNPZ), WHICH WAS RESPONSIBLE FOR THE ATTACK ON 13 OCTOBER 1990 AGAINST THE US MARINE GUARD RESIDENCE. ONE BOLIVIAN GUARD DIED IN THAT ATTACK, ANOTHER WAS INJURED, AND THERE WAS SUBSTANTIAL DAMAGE TO THE RESIDENCE. THE ELN/CNPZ IS CAPABLE OF CARRYING OUT LETHAL TERRORIST ATTACKS.

Doc. poco legible

ITEM 3. CHRONOLOGY OF TERRORISM--1991

BELOW ARE DESCRIBED SELECTED NOTEWORTHY FOREIGN AND INTERNATIONAL EVENTS INVOLVING TERRORISTS OR THE USE OF TERRORIST TACTICS. THESE EVENTS HAVE OCCURRED OR COME TO LIGHT SINCE OUR LAST ISSUE. IN SOME CASES, THE PERPETRATORS AND THEIR MOTIVATIONS MAY NOT BE KNOWN. EVENTS AND DEVELOPMENTS THAT HAVE ALREADY BEEN DESCRIBED ELSEWHERE IN THIS PUBLICATION ARE NOT INCLUDED.

EUROPE

27 FEBRUARY — ITALY: FIRE DAMAGES FIVE VEHICLES IN THE CASOLE AREA OF BRINDISI. NO GROUP HAS CLAIMED RESPONSIBILITY.

23 FEBRUARY — TURKEY: TWO GUNMEN SHOOT AND WOUND A US AIR FORCE OFFICER AS THE VICTIM ENTERS HIS RESIDENCE IN IZMIR. DEV SOL HAS CLAIMED RESPONSIBILITY.

TURKEY: TWO GUNMEN SHOOT AND WOUND A POLICEMAN IN THE YENIMAHALLE DISTRICT OF ANKARA. THE VICTIM MANAGED TO RETURN FIRE, POSSIBLY INJURING ONE OF THE TERRORISTS. DEV SOL CLAIMED RESPONSIBILITY.

ITALY: AN EXPLOSIVE DEVICE DETONATES OUTSIDE A PROCTOR AND GAMBLE DISTRIBUTION OFFICE IN PADUA. NO GROUP HAS CLAIMED RESPONSIBILITY.

1 MARCH — SPAIN: EXPLOSIVE DEVICES DAMAGE FOUR ELECTRICAL TOWERS IN THREE SPANISH TOWNS. THE RADICAL GUERRILLA ARMY OF THE FREE PEOPLE OF GALICIA CLAIMED RESPONSIBILITY.

3 MARCH — FRANCE: TWO EXPLOSIVE DEVICES AT A BUILDING OF THE ELECTRICITY AND GAS SERVICES DAMAGE THE BUILDING AND 12 OFFICIAL VEHICLES. IPARRETIARRAK IS SUSPECTED.

4 MARCH — SPAIN: POLICE DEFUSE A CAR BOMB IN A DOWNTOWN DISTRICT OF VALENCIA. BASQUE FATHERLAND AND LIBERTY (ETA) CLAIMED RESPONSIBILITY.

7 MARCH — SPAIN: A CAR BOMB DETONATES IN FRONT OF THE CONSTRUCCIONES Y CONTRATAS OFFICE IN MADRID. ETA IS SUSPECTED.

10 MARCH — TURKEY: TWO SEPARATIST TERRORISTS SHOOT AND KILL A VILLAGE HEADMAN IN FRONT OF HIS RESIDENCE IN SOUTHEASTERN ADIYAMAN PROVINCE.

MIDDLE EAST

10 MARCH — ISRAEL: AN ARSON ATTACK DAMAGES A DOOR AT THE AMERICAN LIBRARY IN JERUSALEM. ANTI-US GRAFFITI SIGNED BY THE KACH MOVEMENT WAS FOUND NEARBY.

12 MARCH — ISRAEL: MASKED MEN SHOOT AND WOUND A SUSPECTED COLLABORATOR NEAR ASHQELON.

LEBANON: SOUTH LEBANESE ARMY SOLDIERS DISCOVER TWO ROCKET LAUNCHERS ALONG THE GALILEE PANHANDLE. THE

LAUNCHERS WERE AIMED AT ISRAEL.

LATIN AMERICA

1 MARCH	COLOMBIA: AN EXPLOSIVE CHARGE DAMAGES THE CANO LIMON-COVENAS PIPELINE IN EASTERN COLOMBIA. THE NATIONAL LIBERATION ARMY (ELN) CLAIMED RESPONSIBILITY.
13 MARCH	CHILE: MOLOTOV COCKTAILS ARE THROWN INSIDE A MORMON CHURCH IN VALPARAISO, CAUSING MINOR DAMAGE.
15 MARCH	PERU: A LETTER BOMB EXPLODES IN THE OFFICE OF THE INDEPENDENT COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, SERIOUSLY WOUNDING ONE PERSON.
	CHILE: A GUNMAN SHOOTS AND KILLS A POLICE INVESTIGATIVE CHIEF OUTSIDE HIS HOME IN CONCEPCION. THREE OTHERS WERE SERIOUSLY INJURED. THE LAUTARO POPULAR REBEL FORCES CLAIMED RESPONSIBILITY.
21 MARCH	CHILE: POLICE DETONATE A BOMB FOUND IN FRONT OF THE BANK OF BOSTON IN SANTIAGO.

SOUTH/EAST ASIA

12 FEBRUARY	INDIA: A POWERFUL BOMB EXPLODES AT THE POLICE STATION IN BANDDA, INJURING 13 SECURITY PERSONNEL.
13 FEBRUARY	PAKISTAN: A BOMB EXPLODES IN PESHAWAR AT THE OFFICE OF A BRITISH-SPONSORED HUMANITARIAN ORGANIZATION FOR AFGHAN REFUGEES.
14 FEBRUARY	PAKISTAN: A BOMB EXPLODES AT A SAUDI AIRLINES OFFICE IN KARACHI, CAUSING MINOR DAMAGE.
19 FEBRUARY	AUSTRALIA: TERRORISTS ATTACK AN AUSTRALIAN-AMERICAN ASSOCIATION BUILDING IN SYDNEY WITH FIREBOMBS, CAUSING MINOR DAMAGE.

Doc. para legislo

20 FEBRUARY — PAKISTAN: A BOMB EXPLODES NEAR A CINEMA AND MISSION SCHOOL IN GUJRAT, KILLING THREE PERSONS AND SERIOUSLY INJURING SIX.

22 FEBRUARY — INDIA: SUSPECTED MOSLEM MILITANTS FIRE ROCKETS AT THE UNITED NATIONS OFFICE IN JAMMU AND KASHMIR. AFTER MISSING THEIR TARGET, THEY ATTACKED THE BUILDING WITH GUNFIRE.

24 FEBRUARY — PAKISTAN: AN IMPROVISED EXPLOSIVE DEVICE DETONATES AT THE OFFICES OF THE SWEDISH COMMITTEE FOR AFGHANISTAN IN PESHAWAR, KILLING ONE EMPLOYEE.

25 FEBRUARY — PHILIPPINES: NEW PEOPLE'S ARMY REBELS KIDNAP THE MAYOR OF SANCHEZ MIRA, CAGAYAN, AND HIS FAMILY. THE FAMILY REPORTEDLY WAS RELEASED LATER.

28 FEBRUARY — PHILIPPINES: QUEZON CITY COURT SENTENCES SUSPECTS TO LIFE IMPRISONMENT FOR KILLING COL. JAMES ROWE.

AFRICA

13 FEBRUARY — SOUTH AFRICA: A BUS AMBUSH NEAR SWEETWATERS KILLS 14 PEOPLE AND INJURES 11. THE AFRICAN NATIONAL CONGRESS IS SUSPECTED.

15 FEBRUARY — SOUTH AFRICA: BOMBS EXPLODE AT THE HOME OF AN ANC ACTIVIST IN KLERKSDORP AND OF AN ANC LAWYER IN SOWETO. THE LAWYER WAS KILLED.

MOZAMBIQUE: RENAMO SHOOTS AND KILLS A COLOMBIAN PRIEST IN LUELELE, NIASSA PROVINCE. ANOTHER PRIEST AND TWO CHILDREN WERE SERIOUSLY INJURED IN THE ATTACK.

25 FEBRUARY — SOUTH AFRICA: THE NATIONAL PRESIDENT OF THE PRO-ANC ORGANIZATION OF CHIEFS IS KILLED BY GUNFIRE OUTSIDE HIS HOME IN CENTRAL PIETERMARITZBURG.

Doc. pas lisible

El Resquebrajamiento de YUGOSLAVIA
VISION (150044)
10/4/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Yug (10193)
Fcc. PGR (11164)

D-1

El resquebrajamiento de Yugoslavia

Desestabilización en el corazón de Europa

Es virtual la muerte del estado federado único en Yugoslavia. Pugnas nacionalistas, anarquía y una unión artificial bajo el mando dictatorial de Josip Broz Tito desde la Segunda Guerra Mundial, han roto el dique.

La república de Serbia, apoyada por Montenegro, pugna por el control firme del gobierno central sobre seis repúblicas, unidas bajo el rubro de Federación, en choque directo con Croacia y Eslovenia. Ambas son las regiones más prósperas y marcadas por acentuadas tendencias secesionistas. Han derogado diversas leyes federales, argumentando estar cansadas de pagar por las menos productivas repúblicas meridionales y desean la clase de democracia occidental. Mientras, Macedonia y Bosnia-Herzegovina hablan de unirse para poder detener el expansionismo territorial serbio.

Sumido en la parálisis política, Borislav Jovic, presidente en turno de Yugoslavia (el cargo es rotatorio cada año entre los representantes de las repúblicas) tomó la determinación de renunciar el 15 de marzo. Cinco días después retomó el puesto, explicó que su dimisión fue un "gesto" en protesta por la dominación de las fuerzas en la presidencia colegiada que desean la desintegración.

En clara referencia a los presidentes de Eslovenia, Milán Kucan, y de Croacia, Franjo Tudjman, opinó que "las fuerzas separatistas han trasgredido la democracia para fracturar el país y sus instituciones legales".

Asimismo acusó al primer ministro federal, Ante Markovic, de ser uno de los principales responsables de la crisis, y enfatizó que está sirviendo a intereses foráneos para el resquebrajamiento de Yugoslavia y de "vender a los extranjeros las propiedades nacionales por precios ínfimos".

Fotos Reuter

Borislav Jovic, regresó por sus fueros

El programa de reforma macroeconómica iniciada por Markovic a fines de 1989 tiene como objetivo llevar a cabo la transformación de la propiedad colectiva en privada y estatal, aunada a la transición hacia la economía de mercado.

CONSTRUCCION ARTIFICIAL

Cinco sesiones de conversaciones entre los líderes de las repúblicas este año no pudieron resolver los desacuerdos, al contrario incrementaron las tensiones entre los seis principales grupos étnicos, que practican tres religiones distintas, hablan más de una docena de idiomas y usan dos alfabetos diferentes.

La tensión ha hecho despertar el fantasma de la intervención militar. La llamada Liga del Movimiento Comunista para Yugoslavia (partido patrocinado por los generales de la "línea dura" del ejército) se pronuncia por la movilización de los soldados para que "salvaguarden la unidad y la integridad territorial" e impidan las disputas étnicas. Voceros del partido aseguran que los yugoslavos quieren vivir "en paz como en los últimos 45 años" y acusan a los separatistas de "graznar como cuervos posados en los escaños de las asambleas".

La contraparte tiene voz. El primer ministro de Eslovenia, Lojze Peterle, es terminante: "Puedo concebir un arreglo de Eslovenia con Croacia, pero nada más. Yugoslavia es una construcción artificial. Se terminó". La plena independencia "se ha vuelto indispensable". Eslovenia intenta independizarse desde diciembre pasado a raíz de que el régimen socialista acabó en todas las regiones del país, exceptuando a Serbia y Montenegro.

En el renglón económico, la carencia de un mando que se haga respetar acentuó la incertidumbre entre los empresarios domésticos e inversionistas extranjeros. "Nadie puede planificar en el mediano plazo, para no hablar del largo plazo", expresó Ljubomir Madjar, experto del Instituto de Economía de Belgrado. La capacidad gubernamental de formular y poner en marcha planes tiende a ser inocua en tanto que decretos y leyes no son respetados por la mayoría de las repúblicas.

Fue en 1914 cuando los nacionalistas serbios quisieron arreglar los conflictos de lo que eran los restos del Gran Imperio Turco de Constantinopla y la presencia militar y administrativa civil de los burócratas y nobles del imperio austro-húngaro: asesinaron al archiduque Francisco Fernando junto con su esposa Sofía.

Debido a que las esferas de intereses de las potencias europeas "se cruzaban en los Balcanes", región clásica para desencadenar crisis, esos disparos fueron los que desataron la Primera Guerra Mundial.

La tormenta de fuego que se extendió desde los Balcanes hasta Europa desbarató el imperio de los Habsburgo y desmembró el ordenamiento de poderes en el Viejo Mundo. Ahora se realiza el indetenible ocaso de una unión forzada. El hecho infunde miedo. ¿Se puede repetir la historia? (*Martín Herrera Chong*). ■

Solidaridad entre anticomunistas

VR
VR

01-01

9108573

REFERENCE : B/0076 12 MARCH 1991

TANZANIA : PRESENT POLITICAL SITUATION

INTRODUCTION

1. The departure of former President Julius NYERERE from active politics favours the political position of President MWINYI who will probably strive to implement political and economic reforms before the end of his tenure in 1995.

INTERNAL SITUATION

2. After NYERERE's resignation in August 1990 President MWINYI was elected as chairman of the ruling Chama Cha Mapinduzi Party (CCM) and he is now in the position to consolidate his powerbase in both the party and government. This had not been possible earlier due to NYERERE's influence in the CCM and differences on economic issues between the two leaders.

3. NYERERE's surprising criticism of the CCM of late and his subsequent preference to the introduction of a multiparty system in Tanzania caused a widespread debate on the present one-party system. NYERERE accused the CCM of being alienated from the voters which led to stagnation in the party while the leadership tended to be bureaucratic and self-centered. He also criticised the widespread corruption in the country. With regard to a multiparty system NYERERE said that because unity has been achieved in Tanzania, it could withstand political friction and that other parties could contribute to the solving of the country's economic and social problems. However, he suggested certain requirements with which such parties should comply, including a leadership code of conduct and a national character which is not based on religion, race or tribalism. The parties should also adhere to socialism.

ENTRADO X
CRUZADO VA.

9108574

4. Despite discussions on this subject, politicians and other interest groups have been unable to reach an agreement on the extent of the democratisation of the present political system. Several party leaders, community leaders, academics and high ranking army officers are in favour of retaining the present one-party system with greater democratisation limited to the CCM. In accordance with this a commission of inquiry was appointed to report on possible changes in the structure of the CCM, the more efficient functioning of the party as well as better contact with the voters. Several lawyers, the press and critics of the present system (especially former politicians of Zanzibar) are, on the other hand, in favour of the immediate introduction of a multiparty system. In this regard certain groups, including a human rights organisation and Oscar KAMBONA (exiled former Foreign Minister), have already indicated that they would participate in future multiparty elections. It seems however that President MWINYI, who holds the opinion that the population themselves should decide on the abolition or retention of the present system in a referendum, aims to prolong the debate to allow the CCM to regain its credibility and therefore ensure the continued existence of a one-party system in Tanzania.

5. In a further attempt to regain support MWINYI is going to address the serious corruption and maladministration in the government, which have already led to the resignation of several ministers.

6. After the elections in October 1990 it became apparent that MWINYI intended to retain balance in his cabinet between NYERERE's supporters and his own. As a counter-weight to one of NYERERE's allies, Rashid KAWAWA's appointment as CCM vice chairman and as minister without portfolio, he also appointed Horace KOLIMBA (the new CCM secretary general and supporter of MWINYI) as another minister without portfolio. In a symbolic attempt to break with the past, MWINYI appointed the popular veteran diplomat and former minister John MALECELA, as prime minister in place of Joseph WARIOBA (a NYERERE protégé), who had apparently not been popular and was an ineffective administrator.

7. In contrast to the continued political stability on the mainland, there were signs of growing unrest, intimidation and violent incidents on Zanzibar and Pemba. These incidents stemmed from continued dissatisfaction over the island's union with the mainland, the domination of Zanzibar over Pemba in the regional government and the poor economic situation on the islands.

8. In reaction to the abovementioned unrest several prominent persons, including the former regional secretary of the CCM, Shabam MLOO; former judge, Ali Hajj PANDU; and a former education minister in the Zanzibar government, Saud Yusuf MGENI; were arrested in August 1990 on charges relating to the undermining of the Union and the propagation of a referendum on the secession of Zanzibar. About 250 people, who apparently have ties with the banned Bismillah movement, were arrested in Pemba after intimidating voters not to register for the presidential and parliamentary elections held in October 1990. *Remark* : The Bismillah was formed in August 1989 by Muslim fundamentalists who are in favour of a referendum on the independence of the islands.

9. The deteriorating security situation was addressed by the Tanzanian government by way of imposing stricter security measures on the islands prior to the elections, in which Salmin AMOUR was elected as president of Zanzibar. The relatively low voting percentage of 62 percent was a further indication of the degree of discontent among the population. The security forces are, however, currently in control and there are indications that AMOUR will try to defuse the situation by seeking national reconciliation.

FOREIGN RELATIONS

10. Tanzania maintains its policy of non-alignment and its relations with the West are mainly based on economic and development aid, while political and ideological ties with China in particular are still maintained. Expectations are that Tanzania will play a leading role in discussions to

normalise the situation in its neighbouring state, Rwanda, which was invaded by Uganda-based rebels in September 1990.

CONCLUSION

11. It is not expected that MWINYI will introduce far-reaching political reforms in the near future since he is able to gather enough support to limit demands for democratisation to the present one-party system. Although the situation on Zanzibar does not pose an immediate threat to the MWINYI government, the deteriorating economy may increase anti-union feelings that could lead to stricter security measures. Further expectations are that NYERERE's resignation will probably reduce Tanzania's international prominence since MWINYI does not have the same charisma and international stature as his predecessor and that he will probably give preference to consolidating his internal powerbase. Tanzania will however still aim to play a leading role where possible in Eastern and Southern African affairs.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0075 12 MARCH 1991

AFRICA BRIEFS : DEVELOPMENTS IN DEMOCRATISATION PROCESS

ANGOLA

During a recent interstate summit which took place in Libreville (Gabon), Angola's President DOS SANTOS stated that a *multiparty system would be instituted in Angola in April 1991.* According to DOS SANTOS the partial amendments to the constitution and various legislation in respect of a multiparty system will be submitted to the People's Assembly during March 1991 for approval. *Remark* : The summit was attended by the heads of state of Angola, Gabon, the Congo and Sao Tomé and Principe.

CAMEROON

Cameroon's Minister of Territorial Administration, Gilbert André TSOUNGUI, recently *legalised three new political parties.* The parties are the Social Democratic Front (SDF - representative of the English-speaking community in Cameroon); the Republican Party of the Cameroon People (PRPC) and the Union of Democratic Forces of Cameroon (UFDC). *Comment* : Although the Cameroon government already announced in February 1990 that political parties could apply for registration, up until now the government has delayed the legalisation of political parties. In fact, the opposition's activities have been suppressed during the past year.

CHAD

The ruling National Salvation Council (CNS) accepted a national charter on 2 March 1991, in terms of which a *referendum about a multiparty system* will be held within thirty months, inter alia. Other stipulations of the charter include :

- the official appointment of Colonel Idriss DEBY as President of Chad.

ENTRADO VR X
CRUZADO

- DEBY will be head of the new government which will replace the original state council, although he will still appoint a prime minister.

- The post of vice president will be abolished and the prime minister will accept the presidency in the event of the president's death or resignation.

- The government must create the conditions necessary for the institution of a pluralist democracy and guarantee basic human rights at the same time.

Remark : The charter was drafted by a committee consisting of civilians and militarists, and replaces all decrees that were issued by the CNS after DEBY's take-over in October 1990.

COUNCIL OF EUROPE

The Council of Europe is planning to hold a conference in Dakar, Senegal, on 25 and 26 March 1991, with the theme "*Democracy and Development in Africa : The Experience of the African States from the ACP*". *Remark* : The Council of Europe was formed in 1949 and currently consists of 25 European democracies. The purpose of the Council, apart from the creation of European unity, is also to protect human rights and promote human values. Although there is no direct link between the Council of Europe and the ACP states (African, Caribbean and Pacific Ocean), the Council's involvement in this conference is probably directed at promoting the process of democratisation in Africa.

DJIBOUTI

During a recent congress in March 1991, Djibouti's ruling People's Rally for Progress Party (RPP) *rejected a proposal* for the institution of a multiparty system and decided that for the present the RPP would remain the only

political party in Djibouti in order to ensure national unity, stability and development. This decision was made against a backdrop of demands by opposition groups for the institution of a multiparty system.

MALI

Approximately 7 000 Malians recently took part in a *protest march* in Bamako to demand a multiparty system, the release of political prisoners and the holding of a national conference in respect of the implementation of a multiparty system. The protest was organised by five pro-democratic groups, namely the Alliance for Democracy in Mali (ADEMA); the National Committee for Democratic Initiative (CNID); Free and Democratic Youth (JLD); the Youth Association for Democracy and Progress (AJDP) and the Association of Young Graduates for the initiation of Employment and Provision of Employment (ADIDE). *Remark* : The question of a multiparty system is going to be addressed during the congress of the ruling Democratic People's Union (UDPM) on 28 March 1991.

NIGER

Since the beginning of March 1991 Niger's Parliament has been studying *constitutional changes* that will pave the way for the implementation of a multiparty system in Niger. The Speaker of the Parliament, Moutari MOUSSA, stated during a session of parliament that a national conference regarding Niger's economic and financial problems would be held in May 1991, and that this would be preceded by a conference of the ruling National Movement for a Developing Society (MNSD). During the latter conference, the party's statutes will be revised and the leadership will be reshuffled.

SEYCHELLES

A group of exiled Seychellois, led by Maxime FERRARI (former Minister of Foreign Affairs) formed a new party in London in December 1990. The party's name is Le Rassemblement du Peuple Seychellois pour la Démoratie (RPSD), and

its formation is an indication of continued criticism against President RENE's resistance to the institution of a multiparty system. The RPSD issued a policy document after their formation, calling for a parliamentary democracy, general elections every four years, a market-directed economy, inter alia, after their take-over. *Remark* : Another exiled group, the Crusade for Democracy, led by former president MANCHAM, also recently called for a referendum about the institution of a multiparty system.

TANZANIA

At the conclusion of a seminar about political pluralism and human rights, held in Arusha in February 1991, several Tanzanian jurists, politicians and businessmen appealed to the Tanzanian government to appoint a *presidential commission* to monitor the current debate regarding democratisation. The delegates stated that members of the committee would have to be representative of the broad public and that no attention should be paid to the restructuring of the ruling Chama Cha Mapinduzi (CCM) Party, since this was an internal CCM issue. The delegates also stated that the Tanzanian population are politically mature and that political pluralism can now be instituted in this country. *Comment* : These statements suggest increasing pressure on the Tanzanian government not to ignore the aspirations of the population and to give wider coverage to the debate surrounding the implementation of a multiparty system.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0074 12 MARCH 1991

LESOTHO : DISSATISFACTION IN THE RLDF

The dissatisfaction that currently exists among junior members of the Royal Lesotho Defence Force (RLDF) can be attributed to low salaries and poor service conditions; a lack of communication between senior and junior members of the RLDF; a lack of aid to the widows of the 18 RLDF members who were killed in an air crash; and the retaining of the Minister of Finance, E R SEKHONYANA, as well as the Minister of Foreign Affairs, Tom THABANE on the Ministers' Council in Lesotho.

ELUCIDATION

Although it is difficult to ascertain the extent of the dissatisfaction, the Chairman of the Military and Ministers' Council in Lesotho, Major General J M LEKHANYA, recently addressed the junior members of the RLDF and stated that urgent attention would be given to their complaints. He also said that salary adjustments would be announced for teachers, other civil servants and the RLDF, and that the latter would receive the biggest adjustments. LEKHANYA's speech was probably aimed at countering dissatisfaction. Expectations are that the dissatisfaction will increase if the salary adjustments are not as desired and if LEKHANYA does not take action against THABANE and SEKHONYANA, who are both unpopular.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Lesotho: Descontento en las fuerzas de Defensa.
Serv. Sudafrica (20361)
12.03.91.
Serv. Sudafrica (20361)
Lesotho (10117)
Fax. Militar (11163)

CONFIDENTIAL

VR X

01.01 9108576

REFERENCE : B/0073 12 MARCH 1991

NAMIBIA : NANSO CRITICISES THE GOVERNMENT

Following a general meeting that was held in Windhoek recently, the Namibian National Students Organisation (NANSO) revealed that this organisation is not going to reaffirm its support to SWAPO. NANSO criticised the Namibian government and requested an end to the so-called discriminatory practices and favouritism in the recruitment and vetting process of the civil service. In addition, NANSO also declared that the policy of national reconciliation and affirmative action was not being correctly implemented by the government. According to the Acting Secretary-General of NANSO, Trophinus NGHIWILEPO, the situation in Namibia has changed to such an extent that it has become necessary for NANSO to redefine its relations in respect of all political forces.

ELUCIDATION

NANSO is traditionally a SWAPO front organisation and in the 1989 independence election it gathered valuable support for SWAPO. For a number of years NANSO has also been an agent of influence for SWAPO among scholars and the youth. However, since SWAPO came to power as the ruling party, NANSO has been of the opinion that there have been too many concessions to the demands of whites and opposition parties and that the government's policy of national reconciliation has not helped to change the former status quo in Namibia. According to NANSO, affirmative actions are not being fully implemented and the government is still discriminating against non-whites in terms of job opportunities.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO VK

9108577

REFERENCE : B/0072 12 MARCH 1991

AFRICA : POLITICAL BRIEFS

ANGOLA

1. The *first formal strike* in Angola since the MPLA came to power in 1975 occurred early in March 1991. Reports indicate that magistrates in Angola went on strike for a six-day period to demand better working conditions and greater independence from the authorities.

2. There have also been reports about a *UNITA attack on a Cuban base*, Hanha Do Norte, situated near Lobito in Western Angola. One Cuban soldier was wounded in the attack and four UNITA members were killed. Despite initial fears that this attack would delay the withdrawal of Cuban troops, Cuba has indicated that it is going to raise the matter with the UN, but that the withdrawal will continue.

3. In addition, the *mediators* in the Angolan peace process (Portugal, the USA and Soviet Union) recently held *discussions* in Portugal regarding the present deadlock in the process. A statement was released after the meeting in which the mediators suggested that the MPLA and UNITA should meet again in Lisbon during March 1991 for further discussions in order to eliminate outstanding differences. The statement also declared that *concrete proposals* with regard to a ceasefire, the unification of the two armies, and preparations for the election, would be made available to the MPLA and UNITA. The latter two parties were also asked to submit realistic proposals with regard to the time frame in which an election can be held.

CHAD

On 5 March 1991 President Idriss DEBY announced his *new government*. The most important appointments include Jea BAVOYEU as Prime Minister; Maldom ABBAS as Minister of Internal Affairs; Soungui AHMED as Minister of Foreign

ENT
CRUZ DO VR.

9108578

Affairs and Djibrine DASSERT as Minister of Defence. *Remark* : BAVOYEU, a Christian from Southern Chad, was the Speaker of the Chadian Parliament during the HABRé regime and served as interim president for a short period during December 1990 following the overthrow of HABRé.

IVORY COAST

An international conference about *Black Africa and "Black America"* is going to take place in Abidjan (Ivory Coast) from 9 to 12 April 1991, under the chairmanship of President HOUPHOUëT-BOIGNY. The conference will be attended by representatives from approximately 50 international companies, the OAU, ECOWAS, the African Development Bank, various heads of state from Africa and senior officials.

KENYA

The US Government recently complained to the Kenyan government, lodging an *objection about the arrest of Gitobu IMANYARA* (editor of the Nairobi Law Monthly) following the publication of the manifesto of the banned National Democratic Party (NDP) led by Oginga ODINGA. The US Government criticised this arrest as another denial of the freedom of speech and appealed to the MOI Government to respect human rights. *Remark* : IMANYARA, who was selected as International Editor of the Year by the World Press Review on 1 March 1991, was also detained without trial in 1990 as a result of his coverage of the multiparty debate in Kenya.

LESOTHO

The National Constituent Council in Lesotho accepted *Amendment no 87* to the 1966 constitution on 4 March 1991. In terms of the amendment, the King's Secret Council is expanded to fifteen, and this includes the Chief of the Royal Lesotho Defence Force (RLDF) and the Chief of the Royal Lesotho Mounted Police (RLMP). *Remark* : The inclusion of the Chiefs of the RLDF and RLMP may result in criticism from the population in respect of the future

civil government in Lesotho, especially in view of the fact that the Chief of the RLDF included in the civil cabinet through legislation. It therefore appears as if the military still wish to retain a say in the politics of Lesotho.

NAMIBIA

Negotiations about Walvis Bay and the islands along the Namibian coast will commence between the Namibian government and the South African government on 14 March 1991. The delegations will meet in Cape Town. The Namibian delegation will be led by the Minister of Foreign Affairs, Theo-Ben GURIRAB, and it will also comprise the Minister of Justice, Ernest TJIRIANGE; the Minister of Finance, Otto HERRIGEL; the Attorney-General, Hartmut RUPPEL, and senior civil servants. *Remark* : The Namibian government's viewpoint is that Walvis Bay and the islands along the Namibian coast form an integral part of Namibia. The Namibian Government bases its claim on UN Resolution 432 (1978).

SENEGAL

A seminar with the theme *"The role of a woman in a non-racial, democratic and egalitarian South Africa"* is going o be held in Dakar (Senegal) and will coincide with a proposed visit by Nelson MANDELA. Patrons of this seminar include Elizabeth DIOUF (wife of President Abdou DIOUF of Senegal), Danielle MITTERAND and Winnie MANDELA. President DIOUF will open and conclude the seminar.

SOMALIA

President MUBARAK of Egypt recently appealed to the warring parties in Somalia to come to the *negotiation table*, in order to retain the territorial unity of Somalia. MUBARAK also indicated that he would welcome the different Somalian groups in Egypt and declared Egypt's willingness to

assist with a settlement. (*Remark* : President BARRE of Somalia was overthrown on 28 January 1991 by the rebels of the United Somali Congress). Egypt's willingness to act as mediator continues despite the failure of discussions in December 1990 when the rebels withdrew from the discussions and it became apparent that they would be able to defeat the BARRE government.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0071 12 MARCH 1991

CZECHOSLOVAKIA : STATEMENT REGARDING NATO

Czechoslovakia's Minister of Foreign Affairs, Jiri DIENSTBIER, recently remarked after a visit to NATO headquarters in Brussels (Belgium), that Czechoslovakia sees NATO as the key to and guarantee for European security. DIENSTBIER visited NATO in preparation for a visit to this organisation by the Czechoslovakian President, Vaclav HAVEL, on 21 March 1991.

ELUCIDATION

DIENSTBIER's remark reflects the private convictions held within the NATO Secretariat that Eastern European states will look increasingly towards NATO for their safety. The Warsaw Pact's military structure will disband on 1 April 1991 and expectations are that the political cooperation which is linked to the treaty will be terminated during a meeting which is scheduled for June 1991, in Prague (Czechoslovakia).

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
CHECOSLOVAQUIA: Posicion Respecto a la OTAN.
Sarw. Eudofico (20361)
12-03-91.
Sarw. Eudofico (20361)
OTAN. (12637)
Checoslovaquia (65702)

CONFIDENTIAL

01.01

CRUZ VR.
9108579

REFERENCE : B/0065 8 MARCH 1991

SOUTH AFRICA AND THE GULF CRISIS

1. Although thousands of kilometres away from the Middle East, the impact of the Gulf war on the South African economy could be severe.

2. The Gulf Crisis may affect South Africa in two ways :

- directly due to an increase in the price of oil and difficulties in obtaining supplies; and

- indirectly by affecting the economies of South Africa's trading partners and the world economy in general.

3. Considering the direct effects on the South African economy, it is necessary to describe the energy sector in South Africa which differs from that of other countries in that the energy generation/consumption is mainly coal-based. Coal, in fact, provides 82 percent of the primary energy, while imported oil accounts for only 9 percent, renewable energy 6 percent, uranium 2 percent and hydro electricity 1 percent.

4. South Africa itself produces a percentage of its annual petroleum product requirements but the bulk of South Africa's fuel requirements are imported. So although imported oil accounts for only 9 percent of the energy requirements, the fact that South Africa is highly dependant on foreign oil has severe consequences for the South African economy. The main uses of petroleum products in South Africa are for transport, mining, agriculture, fishing and petro-chemicals.

5. Petroleum supplies more than 95 percent of the fuel used for transport, the main sectors being motorcars (34 percent), commercial vehicles (29 percent), rail (12 percent), sea (11 percent), air (6 percent), minibus transport (5 percent) and bus (3 percent). The mining industry is a

VR X

01.03 9108580

major consumer of diesel-fuel, while the agricultural sector is also a major user of petroleum and diesel fuels. The lack of adequate domestically produced oil, makes South Africa more susceptable than many other countries to rises in oil prices. For this reason higher oil prices have led to increases in producer price indexes, which have been passed on to the consumer in the way of higher prices and a higher inflation rate in South Africa. This again has placed South African export at a disadvantage with its major trading partners. On the other hand the relatively short war and already lower oil price has helped to relieve the inflationary pressures in South Africa.

6. One of the direct results of the crisis in the Gulf was a shortfall of approximately 4,6 million barrels of oil per day which resulted in a sharp increase in the world price of oil. This shortfall (caused by the production losses of Iraq and Kuwait) was quickly met by Saudi Arabia, the United Arab Emirates, Venezuela, Nigeria, Iran and other oil producing countries with the result that higher oil prices and the lack of availability of oil was relatively short-lived. Since the crisis in the Gulf started it can be stated that there was never a very serious possibility of an accute shortage of world oil supplies and a situation has now been created where there is even an oversupply of oil which has resulted in a drop in oil prices.

7. South Africa can be indirectly influenced by the crisis in the Gulf through the effects higher oil prices will have on the world economy and on South Africa's trading partners. Higher oil prices cause inflationary pressure in the world and result in a general decline in demand. Reduced economic activity in the industrialised trading countries and South Africa's major trading partners would consequently lead to a major downturn in world trade. Prices for raw materials, many of which have already dropped, would drop further as supply swamps declining demand. South Africa's reliance upon its exports of iron, steel, nickel, copper, gold, and other minerals means that it would be hard hit by a fall in these prices in terms of exports and foreign exchange earnings.

8. Lower exports and earnings together with the fact that South Africa is already experiencing a negative economic growth rate can push it further into a recession, but because the war did not last for several months or longer than a year, the impact on South Africa has been less severe. Ultimately it will depend on how soon the world economy can regain its strength and move out of the recessionary period it experienced before the war in the Gulf, and whereby world demand and trade can return to higher levels.

9. In summation one can say that a direct result of the war in the Gulf and its affects on South Africa was higher domestic fuel prices, which resulted in a higher inflation rate and meant a setback for efforts to bring down South Africa's inflation rate in line with those of its trading partners. The war in the Gulf also prolonged the process whereby the world economy wished to rid itself of a mild recession. Indirectly this has affected South Africa due to the fact that world trade and demand will probably take longer to recover, thus affecting South African exports - especially minerals exports.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0100 25 MARCH 1991

NORTH WEST AFRICA BULLETIN

POLITICAL AND SOCIO-ECONOMIC BRIEFS

Chad : High level delegation visits Ivory Coast
Gabon : Italy aid reduced
Guinea : Military Council replaced
Niger : SAIBOU re-elected
Defence Force re-evaluates its role
Senegal : Premier's post instituted
Sierra Leone : Students demand referendum

DOCUMENTO
Noticias Políticas y Socio-Económicas.
Bow. Sudafrica (20361)
25-03-91
Sow. Sudafrica (20361)
Africa (10022)
Fac. Ec. (11161)
Fac. Pol. (11164)
Fac. S.S (11165)

CONFIDENTIAL

VR. X

9108581

CHAD

President Idriss DEBY of Chad, accompanied by a high level government delegation, paid an official visit to the Ivory Coast from 8 to 10 March 1991, without disclosing the purpose of the visit.

GABON

The Italian government recently announced that aid to Gabon will receive a low priority as a result of Gabon's relatively high Sub-Saharan standards (US$2 450 per capita GNP). The announcement was made in spite of the assurance that the Italian Prime Minister, G ANDREOTTI, gave to President Omart BONGO of Gabon that the pledged amount of US$2,2 million would not be decreased.

GUINEA

Guinea's ruling Military Council was replaced on 7 March 1991 with a Transitional Council for National Recovery (CRN). This council will rule the country until a two-party system is implemented within the next five years. President Lansana CONTé is the leader of the CRN.

NIGER

(i) During a congress of the ruling National Movement for a Developed Society (MNSD) held in Niamey (Niger) on 18 March 1991, President Ali SAIBOU was re-elected as leader of the MNSD. SAIBOU will occupy this office until a national conference on democratisation takes place in May 1991. The conference is part of the democratisation process which started in October 1989.

(ii) The Chief of Staff of the Nigerian defence force, Colonel Toumbo BOUBACAR, recently stated that in view of the proposed implementation of a multiparty system in this country, the defence force will have to

re-evaluate its role. BOUBACAR is in favour of withdrawing the defence force from the ruling MNSD. According to BOUBACAR, Niger's defence force is committed to its non-political nature and as such will continue to devote itself to its task of protecting Niger's territory and maintaining internal law and order.

SENEGAL

The Senegalese government recently approved draft legislation in terms of which the post of premier, which was abolished in 1983, is going to be re-instituted. The future premier will be responsible to Parliament and can be removed from office by a vote of no confidence. He will also not succeed the President if the latter is unable to fulfil his duties. In such a case the President will be succeeded by the Speaker of Parliament until a new president is elected in a presidential election. The interim period may not be longer than three months. The draft legislation also stipulates that in future the President will have the power to dissolve Parliament, and that the Speaker will be elected for a period of five years and not one year as was previously the case.

SIERRA LEONE

University students from Sierra Leone recently issued a communique in Freetown in which they appealed to President MOMOH to hold a referendum about a multiparty system and a general election without delay. This apparently stems from the fact that MOMOH has already indicated that the general election which is taking place in May 1991 is not going to be a multiparty election. The communique also indicated that the students will suspend their academic work and will encourage schools to close unless their demands are heard.

Comment : Although MOMOH is unwilling to implement political reforms, he was recently compelled to appoint a constitutional reform committee owing to

widespread strikes and violence. This committee is currently investigating the implications of a multiparty system in the country. The committee should be submitting a report to the government for consideration in this regard.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0099 25 MARCH 1991

SOUTHERN AFRICA BULLETIN

POLITICAL AND SOCIO-ECONOMIC BRIEFS

Angola : Evening curfew lifted

Botswana : BNF's new strategy

Mozambique : New contractors for Nacala Railway Line
US donation

Namibia : UTA institutes flight route to Windhoek
Private sector agreement
German investments

Southern Africa : Development Bank aid to Southern Africa
Japanese donation

Swaziland : Gold exploration
Dissatisfaction about birthday celebrations
Human rights organisation

Tanzania : Road improvement project

Zambia : KAUNDA rejects proposal to retire

Zimbabwe : Broadening OGIL
ZISCO involved in new undertaking
American Peace Corps involvement

DOCUMENTO
Noticias Socio Economicas y Politicas.
Sow. Sudafrica (20361)
25-03-91.
Sow. Sudafrica (2056)
Africa (10022)
Fac. Pol (11164)
Fac. Ec. (11161)
Fac S.S. (11165)

CONFIDENTIAL

ENTR 00 X
CRUZ 00 UR

01.06

9108582

ANGOLA

The Angolan government recently lifted the evening curfew which has been in force in Lusaka for the past 14 years.
Remark : During its party congress on 17 March 1991, UNITA also announced that it was going to suspend its military activities in Luanda and Huanbo. Both these decisions appear to be aimed at creating a favourable climate for the proposed signing of a ceasefire agreement between UNITA and the Angolan government.

BOTSWANA

The leader of the Botswana National Front (BNF), Kenneth KOMA, recently revealed that during the Mochudi congress a new strategy for the BNF had been decided upon. According to KOMA it is an aggressive strategy of mass action and peaceful protests. The BNF is not going to return "to the bush" as has been claimed, but methods will be found to oppose the ruling Botswana Democratic Party (BDP). He also said that a new chapter had begun in the true struggle for independence, and that political independence without an economic basis is not sufficient. KOMA emphasised that unless the BDP accommodates all political parties in the election committee, the BNF will not participate in the next general election in Botswana.

MOZAMBIQUE

(i) The Nacala Railway Line contractors, Mott, Hay and Anderson (UK), were recently replaced by Transmark, the consultation arm of British Railways. Transmark's contract of eighteen months started in January 1991 and also includes the upgrading of the railway workshop at Nampula, and the management of the railway.
Remark : This is an attempt by the Mozambican railways (CFM) to increase the capacity of the route as soon as the security situation improves.

(ii) During a recent function in Maputo the USA granted a sum of US$5

million to Mozambique as additional funds following a 1988 agreement between the USA and Mozambique for the purchase of ten locomotives. At the same function it was announced that the upgrading work to the Limpopo Railway Line is expected to be completed in 1991.

Comment : In an attempt to regenerate the fleet of the Mozambican air service (LAM), Mozambique recently purchased two Boeing 737-300's.

NAMIBIA

(i) The French Air Service, UTA, has become the first European air service to institute direct flights to Namibia. The flights to Windhoek, which commenced on 21 March 1991 to coincide with independence celebrations, are an extension of UTA's weekly flight to Luanda, Angola.

(ii) A group of Namibian businessmen recently concluded an agreement with the Angolan government to construct new industries such as a brewery, vegetable processing plant and a fish processing plant in the Angolan harbour, Namibe.

(iii) The Chairman of the Board of the German Investment and Development company (DEG), Rainer VON OTHERGRAVEN, stated that Namibia will be obliged to conclude a bilateral protection agreement with Germany in respect of investment, if it wishes to entice German investors to Namibia.

Remark : The lack of interest in investing in Namibia currently displayed by German investors could be attributed to the fact that no such agreements exists.

SOUTH AFRICA

(i) The Development Bank of South Africa recently granted a sum of US$1,47 billion towards development projects in respect of the infrastructure in Southern African countries.

(ii) The Japanese Ministry of Foreign Affairs recently announced that Japan is donating US$151 000 to a non-government organisation in South Africa. The money is to be used on black education, especially for the purchase of equipment for the scientific and medical fields of study.

SWAZILAND

(i) In terms of a recent agreement that was concluded with the RTZ Corporation - PLC(UK), Rio Tinto was awarded sole right to explore for gold in north-western Swaziland for a five year period. On the basis of Rio Tinto's findings, the Swazi government will decide on forming a joint enterprise to mine the gold in the region.

(ii) There has been some dissatisfaction in north-western Swaziland stemming from the fact that the people have to contribute towards the payment for King MSWATI III's birthday celebrations. The local population of Mtfolwaneni have complained to their tribal chief that the sum of US$73 for each man and US$36 for each woman is too much and that they should be allowed to pay according to their earnings. The chief refused their demands and stated that the money must be paid to the collectors.

(iii) Towards the end of 1990 a human rights organisation, the Human Rights Association of Swaziland (HUMARAS) was formed in Swaziland. The founders of the organisation are currently negotiating with the Swazi government to get HUMARAS formally registered.

The organisation's objectives include the following :

- protecting and promoting human rights in Swaziland and elsewhere;

- cooperating with organisations that are striving to end racial segregation and other forms of discrimination within Swaziland and elsewhere; and

- working and associating with other national, regional and international organisations that pursue the same goals.

TANZANIA

Tanzania's five year Integrated Road Project (IRP) of US$87 million funded by the World Bank is expected to be implemented in March 1991. Several Western countries, including Britain, Denmark, Germany, Italy, Finland, Netherlands and Norway, will finance the project in collaboration with the World Bank.

ZAMBIA

President Kenneth KAUNDA's reaction to a proposal by a member of the ruling UNIP's Central Committee (KAVINDELE, who proposed that KAUNDA should resign and allow a younger member to contest the elections) was one of total rejection, with KAUNDA declaring that to do so would be a "cowardly deed". KAVINDELE's argument is that after twenty-seven years of ruling Zambia, KAUNDA should accept that the time has come for him to accept his rightful role as "father of the nation" so that he will be above party politics. KAVINDELE believes that if the old guard make way for younger UNIP members, the party stands a better chance of winning the elections.
Remark : From KAVINDELE's proposal it appears as if KAUNDA has lost some support in the ranks of the Central Committee. It is also an indication that UNIP realises perhaps that KAUNDA may not be the best presidential candidate.

ZIMBABWE

(i) The Zimbabwean Minister of Industry and Commerce, Kumbaria KANGAI said on the 3rd of March 1991 that the list of goods to be placed on the Open General Import Licence list will continue to be broadened till 1995, when 85 percent of all imports will be unrestricted.
Comment : This is a continuence of Zimbabwe's efforts to open up its economy

through the Trade Liberalisation Programme.

(ii) The state-controlled Zimbabwe Iron and Steel Company (ZISCO) is currently involved in a joint project with several domestic and foreign companies. The project is valued at US$37, 8 million and its objective is to establish a chemical manufacturing company in Zimbabwe. The company will operate under the name Zimchem refiners.
Remark : The success of the company will depend largely on domestic and foreign involvement since ZISCO does not have the ability to finance it.

(iii) The Director of the American Peace Corps (an organisation that was established in 1961 and which has 6 000 volunteers that do voluntary work in more than 70 countries), Paul CORDELL, and Zimbabwe's Minister of Education, Fay CHUNG, recently signed an agreement in terms of which 25 Peace Corps volunteers will be used in Zimbabwe during September 1991 to provide instruction in advanced mathematics and science. The programme will also be expanded later to include small business development.
Remark : This is the first time that the Peace Corps has become involved in Zimbabwe.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0098 25 MARCH 1991

ZAIRE : INTERIM GOVERNMENT RESIGNS

On 15 March 1991 President MOBUTU of Zaire appointed an economist and jurist, Mulumba LUKOJI, to form a new government following the resignation of the interim government that was led by Lunda BULULU. BULULU resigned in compliance with an instruction from MOBUTU, in order to pave the way for a greater team.

ELUCIDATION

During May 1990, President MOBUTU appointed the interim government under Lunda BULULU as part of the democratisation process which commenced on 24 April 1990. Various drastic political reforms were announced, including the legislation of political parties, the institution of an interim government, the organising of a multiparty general election and the drafting of a new constitution. However, the interim government that was appointed by MOBUTU was not recognised by the opposition, since they were not consulted about its composition.

Up until February 1991 the democratisation process did not have much momentum, primarily because of MOBUTU's unwillingness to give up his wide powers. He also refused to give in to opposition demands which included holding a national conference and forming a neutral transition government representative of all political thinking. There were also demands for MOBUTU to withdraw from active politics.

During a meeting with MOBUTU in Februry 1991 the opposition once again demanded a transitional government and MOBUTU's withdrawal from the political scene. MOBUTU refused to meet these demands and continued to try and bribe the opposition into joining his transitional government.

ENTRADA X
CRUZ VA

9108583

Therefore, BULULU's resignation now seems to suggest that MOBUTU has in fact conceded to the oppositions' demands and expectations are that a multiparty national conference will take place in the near future, at which time a new transitional government will be appointed. This transitional government will be responsible for organising a multiparty general election.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0097 25 MARCH 1991

TOGO : EYADEMA CONCEDES TO PRO-DEMOCRATIC DEMANDS

The joint leaders of three pro-democratic groups in Togo, namely the Student Movement for Democracy (MELD), the University Organisation for Democracy in Togo (OULDT) and the Youth Action and Reflection Group for Democracy (GRAD), organised the student protests which occured during March 1991 at the University of Benin in Lomé. During the protest an appeal was made for general amnesty and the organising of a national conference on Togo's political future. Another demand was that the ban on political parties be lifted immediately and that these parties be recognised as legal.

In an effort to defuse the student unrest, President EYADEMA met with student leaders on 19 March 1991. Shortly afterwards the students issued a statement saying that the Togolese government had agreed to investigate student complaints, including those about the official recognition of student organisations and the disbanding of student organisations that are based on ethnicity and regional ties.

ELUCIDATION

On 9 January 1991 a constitutional committee submitted a new draft constitution to President EYADEMA. The draft constitution is currently being studied by Parliament. However, pro-democratic groups have been very dissatisfied with the lack of progress that is being made. On 18 March 1991, primarily as a result of pressure, President EYADEMA agreed to fulfil the demands of the Front of Association and Renewal (FAR - an umbrella organisation for ten pro-democratic organisations). These demands include the announcement of a general amnesty, the recognition of political parties and the organising of a national conference about political reform.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO X
CAUZ VA
01.01 9108584

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0096 25 MARCH 1991

MOZAMBIQUE : RENAMO RESUMES ATTACKS

The RENAMO leader, Afonso DHLAKAMA, stated recently in Kenya that RENAMO had resumed its attacks on the Limpopo Corridor because Zimbabwean troops were still stationed over the whole of Mozambique. According to DHLAKAMA there are at least 25 000 Zimbabwean troops in Mozambique despite the fact that the Rome agreement only allows for 6 200 troops in the Beira and Limpopo corridors. DHLAKAMA also said that the government will be given the opportunity until 5 April 1991 to withdraw the Zimbabwean troops to the corridors. If the government should fail to comply attacks on the Beira Corridor will also be resumed. He also said that the Joint verification Commission (JVC) had not found any evidence of violations of the agreement by Zimbabwe because it had announced that it was going to investigate to long ahead of time. Therefore, the Zimbabwean troops had ample time to move. DHLAKAMA emphasised that the peace process will continue, despite the violations of the Rome agreement.

Comment : Reports indicate that RENAMO members killed nine civilians and kidnapped an unknown number of civilians on 18 March 1991, in an ambush in the Limpopo Corridor, 40 km north of Maputo.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO

Mozambique: Renamo reanuda ataques.
Serv. Sudafrica (20361)
25.03.91.
Serv. Sudafrica (20361)
Mozambique (10132)
Fac. Militar (11163)
Subversion (11140)
Acciones Subversivas (11418)

CONFIDENTIAL

CRUZ ... VR

01.01

9108585

REFERENCE : B/0095 25 MARCH 1991

RWANDA : PROGRESS IN NEGOTIATIONS

The Rwandan Minister of Foreign Affairs, Casimir BIZIMUNGU, recently visited Germany in order to consult with the German Minister of Development Aid, Carl-Dieter SPANGER about Germany's participation in an international programme of assistance for Rwanda. During the visit he stated that Rwanda might possibly have a multiparty system by June 1991, despite the negative influence that the ongoing civil war has had on the transitional phase. According to BIZIMUNGU, President HABYARIMANA envisaged the transition to a multiparty system in January 1989 already. BIZIMUNGU also said that the Rwandan government was striving for a political and peaceful solution to the civil war and that it was relying on the mediation of President MOBUTU of Zaire to establish "open dialogue" between the parties concerned.

In the meanwhile, a delegation from the Rwandan Patriotic Front (RPF), submitted a proposal for a ceasefire to the summit of heads of state of the Economic Community of the Great lake states (CEPGL). The RPF proposed that dialogue should be established with the Rwandan government as soon as the ceasefire had been achieved. (*Remark* : The CEPGL consists of Zaire, Rwanda and Burundi).
Comment : The RPF delegation travelled to Burundi for the summit with President MOBUTU of Zaire, who has been appointed as Mediator in the Rwandan issue. MOBUTU apparently tried to bring about discussions between the RPF and the Rwandan delegations during the summit, but President HABYARIMANA still refuses to become involved in any direct negotiations with the RPF.

While government and rebel delegations continued negotiations in Kinshasa (Zaire) with MOBUTU as mediator, a member of the RPF's Executive Committee, TITO, announced that HABYARIMANA's order for rebel groups to surrender to the Rwandan police and army was seen as an attempt to undermine the Kinshasa negotiations. HABYARIMANA's order was linked to an offer of amnesty under the protection of the Red Cross, but the RPF rejected it.

9108586

Despite the friction, on 17 March 1991 TITO announced that the negotiating parties in Kinshasa had reached agreement on a ceasefire. However, he stressed that fighting would continue until 29 March 1991 when President MOBUTU, the RPF and the Rwandan Minister of Foreign Affairs, Casimir BIZIMUNGU, sign the agreement in Kinshasa. TITO stated that in terms of the agreement the Rwandan government undertakes to release all those people in Rwanda who are being detained as rebels or rebel-sympathisers. The government will also begin to hold dialogues with the RPF about national issues.

Remark : Up until now, the government's refusal to hold direct talks with the RPF has been the biggest stumbling block in the way of reaching an agreement.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Despite the friction, on 17 March 1991 TITO announced that the negotiating parties in Kinshasa had reached agreement on a ceasefire. However, he stressed that fighting would continue until 29 March 1991 when President MOBUTU, the RPF and the Rwandan Minister of Foreign Affairs, Casimir BIZIMUNGU, sign the agreement in Kinshasa. TITO stated that in terms of the agreement the Rwandan government undertakes to release all those people in Rwanda who are being detained as rebels or rebel-sympathisers. The government will also begin to hold dialogues with the RPF about national issues.

Remark : Up until now, the government's refusal to hold direct talks with the RPF has been the biggest stumbling block in the way of reaching an agreement.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0094 25 MARCH 1991

KENYA : POLITICAL DEVELOPMENTS

Paul MUITE, the prominent human rights leader and proponent of a multiparty system, was elected as Chairman of the Kenyan Attorney Order on 9 March 1991, but was suspended from this post for a period of ten days by the Supreme Court following a submission by four attorneys that MUITE had broken the rules of the attorney order.

This step is apparently related to MUITE's political statements in which he requested the government to legalise Oginga ODINGA's opposition party, the National Democratic Party. He also asked the government to release political prisoners and to scrap the legislation that makes provision for detention without trial. However, shortly after his appeal the government banned the registration of the National Democratic Party (NDP). MUITE is also acting as attorney for two former ministers, Kenneth MATIBA and Charles RUBIA, who were imprisoned in July 1990 after appealing to the present one-party government to democratise.

Despite the ban on his party, Oginga ODINGA has stated that he is prepared to continue fighting for a multiparty state and the legalisation of the NDP. *Comment* : ODINGA formed the NDP during February 1991 in the midst of criticism from government ranks. Salim NDAMWE was appointed as the NDP's Secretary General, while Ramadhani MWAMGUNO is the treasurer of the party. Despite ODINGA's ongoing efforts President MOI has repeatedly emphasised that a multiparty system will not be implemented in Kenya in the foreseeable future.

President MOI has recently paid visits to two other African leaders to discuss regional issues, inter alia. On 13 March 1991 President MOI held

VR

01.02 9108587

discussions with President MWINYI of Tanzania in Dodoma (Tanzania) regarding bilateral trade relations, electricity supply and tourism. On 15 March 1991 MOI met with the OAU's Secretary-General, Salim Ahmed SALIM, to discuss regional issues such as the current conflict in Rwanda and Somalia, and the regional refugee issue.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0093 25 MARCH 1991

CENTRAL AFRICAN REPUBLIC : NEW PRIME MINISTER AND CABINET

On 16 March 1991, President André KOLINGBA of the Central African Republic (CAR) appointed an attorney and former CAR Ambassador to France, Eduard FRANK, in the newly instituted post of Prime Minister. (The Parliament and the Economic and Regional Council amended the constitution early in March 1991 in order to institute the post of Premier).

Comment : FRANK served in the government in the capacity of State Minister with the President concerned with government coordination and relations between the government and the parliament. He was also Chairman of the Supreme Court and the Appeal Court during Jean-Bedel BOKASSA's trial in 1987.

On 20 March 1991, FRANK formed a government consisting of 16 ministers and seven secretaries of state. The complete list of cabinet members is as follows :

CENTRAL AFRICAN REPUBLIC (CAR) : CABINET LIST : MARCH 1991

President	:	André KOLINGBA
Premier	:	Edouard FRANK

MINISTERS

Foreign Affairs	:	Laurent GOMINA-PAMPALI
Economy, Planning, Statistical and International Cooperation	:	Thyerry BINGABA
Justice	:	Jean KPWOKA
Public Safety and Regional Administration	:	Ismaila NIMAGA
Higher Education	:	Jean-Marie BASSIA
Primary Education, Youth and Sport	:	Etienne GOYEMIDE
Transport and Civil Aviation, Post and Telecommunication	:	Pierre Gonifei GAIBONANOU

ENTRADO X
CRUZ DO VR
9108588

Finance, Commerce, Industry and Small and Medium Enterprises	:	Auguste Tene KOEZOUA
Rural Development	:	Casimir AMAKPIO
Public Works and Regional Developments	:	Dieudonne NANA
Energy, Mining, Geology and Water Resources	:	Edouard AKAPEKABOU
Communication, Art and Culture	:	Tony DA SYLVA
Waterworks, Forestry, Hunting, Fisheries and Tourism	:	Raymond MBARTIKON
Public Health and Social Affairs	:	Genevieve LOMBILO
Civil Service, Labour, Social Security and Professional Training	:	Christian-Bernard YAMALE

STATE SECRETARIES

Foreign Affairs	:	Jules Kouale YABORO
Defence	:	Alphonse REHOTE
Public Safety and Regional Administration	:	Augustin MBANDA
Mining, Geology and Water Resources	:	Octave Kossi HOUDEGBE
Social Affairs	:	Antoinette TEGUEDERE
Commerce and Industry	:	Jean-Marie BIOKA
Scientific and Technical Research	:	Gaston Mangata NGUEREKATAT
Secretariat of the Premier and Relations with the Parliament	:	Thimotee MARBOUA

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0092 25 MARCH 1991

ZIMBABWE'S ECONOMIC REFORM PROGRAMME

1. In February 1991 Zimbabwe revealed the guidelines for the state's five-year economic reform programme (1991/95). The main objective of the programme is directed at addressing the state's macro-economic instability by means of an export-led economic growth in the industrial sector. The macro-economic instability is reflected in factors such as an economic levelling out; continued exchange shortage; growing unemployment and a rising rate of inflation. The programme makes provision for the easing of import control measures, a cut in government expenditure (including a 25 percent reduction in personnel in public administration, the reduction of the budget deficit from 10,4 percent of the gross domestic product (GDP) for 1990/91 to 5 percent in 1994/95, a cut in state subsidies from US$216 million in 1990/91 to US$13,7 million in 1994/95, and the abolition of interest rate ceilings. The programme also makes provision for the establishment of a social fund to overcome a temporary levelling off in the general living standards of the low income groups as a result of the measures mentioned.

2. According to the programme, expectations are that by 1995 there will be enough foreign exchange reserves to finance three month's imports; that domestic consumption will fall; that approximately 186 000 new job opportunities will be created and that an economic growth rate of more than 5 percent will be realised in 1995.

3. The implementation of the economic reform programme began in October 1990 with the suspension of certain price control measures. Zimbabwe needs approximately US$14,46 billion to implement the whole programme. The programme at present has the support of the International Monetary Fund, the World Bank, the USA and the European Community. In this regard, the IMF and World Bank were organising a donors conference for the end of March 1991 (to be held in Paris, France) with the purpose of asking the donor states for

ENTERED
CHECKED VR

funds of US$3 billion for the initial phase of the programme.

4. Seen overall the programme concentrates primarily on broadening the state's industrial base and its success depends largely on foreign capital. Although the initiatives in respect of the programme can be interpreted as a manifestation of a movement away from socialism, they must rather be seen as a pragmatic approach to protect the MUGABE government's political power base in order to limit the possible occurrence of internal unrest/dissatisfaction among the local population.

5. The implementation of the programme also indicates that the economic principles/policy that was applied after Zimbabwe's independence, did not achieve the desired results and the country's economic situation is still characterised by inherent structural economic shortcomings which the reform programme will attempt to replace.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/3492

DATE : 22 March 1991

ANC : ECONOMIC POLICY STANDPOINTS

The ANC's latest draft document on economic policy standpoints is still being crippled by the lack of a clear explanation regarding the manner in which the goals that have been laid down should be achieved.

1. On 5 October 1990 the ANC officially introduced its "Discussion Document on Economic Policy", in which its latest standpoints with regard to an economic system for a "post apartheid South Africa" are contained. It was initially drawn up as a discussion document for a workshop by the ANC's Department of Economic Policy (DEP) in Harare (Zimbabwe) from 20 to 23 September 1990. Two academics attached to the University of the Western Cape (UWC), Rob DAVIES and Lieb LOOTS, as well as DEP members, were involved in the drawing up of the document, which is also aimed at stimulating debates amongst the members of the ANC during the next few months in order to contribute to the formulation of an official economic policy.

2. Although the proposals for an economic policy do not represent the official policy of the organisation at this stage but only serve as a discussion document internally, they can also be utilised as a basis for the evaluation of current ANC standpoints with regard to a "post-apartheid economy".

3. *NATIONAL DEVELOPMENT STRATEGY*

The point of departure in the document is the existing level of poverty and inequality in South Africa as well as the stagnation, which, according to the ANC, has crept into the South African economy since the middle of the 1970s. Against this background a national

01.07

EN... CR... VR X
9108590

development strategy, based on the principle of a mixed economy, is spelled out on the basis of certain broad goals and key elements.

4. *GOALS*

- The elimination of unemployment by means of job creation.

- The increasing of real income.

- An increase in production in order to satisfy the basic needs of the majority of the population.

- The righting of inequalities on the basis of race and sex.

- The implementation of a land reform programme in order to bring about an increase in food production.

- The development of extensive programmes for housing, education, health and welfare.

- The propagation of greater democratic participation in the economy and a more equal pattern in ownership.

- The creation of a more democratic framework for industrial relations.

- The guarantee of a high standard of administration with regard to economic matters and the assurance that destabilising financial inequalities do not arise.

- The promotion of international economic relations for South Africa as well as co-operation with the OAU and the Southern African Development Co-Ordination Conference (SADCC).

5. *KEY ELEMENTS*

- The utilisation of the redistribution of wealth in order to satisfy basic needs and in order to create new demand tendencies.

- The acceptance of full responsibility by the State for the provision of welfare services and pensions.

- The provision by the State of sufficient, affordable housing and public services.

- The transformation of the industrial sector in order to increase economic growth by means of redistribution.

- The central control of mineral reserves in order to gain the maximum advantage from these reserves.

- The promotion of agricultural development and land reform.

- The development of human resources.

6. *INTERNAL FINANCIAL POSITION*

The opinion is held in the document that the financing of the abovementioned reforms cannot take place exclusively by means of foreign investment, which means that greater emphasis should be laid on domestic savings. The capital markets should be adapted in such a way that there should be a movement away from short term speculation to a situation where direct savings can be utilised in critical areas of the infrastructure. Consideration must also be given to the creation of new state-controlled financial institutions and the transformation of existing institutions in an attempt to regulate international and domestic finances in such a way that essential development requirements will be able to be fulfilled. Furthermore,

the tax basis will have to be adjusted to include a system of progressive taxation and to shift the tax burden from individuals to companies.

7. *GOVERNMENT AND PRIVATE SECTOR*

a. The role of the government in the rebuilding of the economy is spelled out on the basis of the fulfilling of the following responsibilities :

- The formulation of a national development plan
- The utilisation of fiscal policy as a method by which to strive for economic growth and redistribution
- The transforming of the public sector into a development instrument.

b. With regard to the role of the private sector in a "post apartheid economy" the following requirements are being laid down :

- The creation of an atmosphere of mutual trust between the Government and businessmen
- The joint investigation of methods according to which more black controlled enterprises can be formed
- The increasing of the number of blacks in management positions
- A reduction in the economic power in the hands of monopolies.

8. *TRADE UNIONS*

In its policy document the ANC holds the view that trade unions/organised labour should play a central role in policy formulation as well as in identifying methods to strive for economic growth by means of redistribution. In terms hereof certain powers should be granted to trade unions and labour legislation and labour practices should be investigated in order to ensure that worker's rights, separate from the State or a political party, are guaranteed and granted in full. Moreover, the collective bargaining process must be extended so that the trade unions can become involved in investment planning.

9. *COMMENT*

a. The ANC document apparently reflects a "softening" in the original interpretation of the relevant parts of the Freedom Charter and the Constitutional Guidelines of January 1988 and this indicates greater pragmatism with regard to the current economic situation in South Africa as well as with the setting of goals and the capabilities and/or restrictions that can play a role in the achieving thereof or the failure to achieve such goals. However, the document still suffers from the lack of a clear explanation of the manner in which the proposed goals should be achieved.

b. Although it is only a discussion document and will probably be amended, it differs from the standpoints that were announced during a joint meeting of the ANC, the SACP and COSATU in Harare (Zimbabwe) in April/May 1990 and it can be regarded as the first draft of policy standpoints. The document also deviates from previous standpoints in that there is a movement away from the restructuring of production in the direction of a national

development plan that will single out certain sectors for growth, with the result that restructuring will take place over a period of time as a change in consumer demand occurs. Where central planning and co-ordination were emphasised earlier, the role of the central government is described in the new document as "providing direction". The aspect of investment abroad by the South African private sector also enjoys no attention, in contrast to earlier strong stands by the ANC against the possibility that capital is flowing out of South Africa. Previously the opinion was also held that monopolies should be broken up into smaller units, while now mention was only made of the fact that a more just possession of productive assets should be strived for.

c. The more "pragmatic" and realistic standpoints in the draft document are in some cases difficult to reconcile with the existing proposals and so-called findings in other ANC research, such as those regarding ownership of land and agriculture. This is especially as a result of the fragmented manner in which the ANC is currently researching and formulating its "post apartheid standpoints and options".

d. As far as is known, the document has not been cleared by the other members of the alliance (i.e. the SACP and COSATU). The proposals in the document make ample provision for participation by trade unions/organised labour in the economic planning process. This can be regarded as an attempt by the ANC to retain COSATU's support, owing to the fact that the organisation is running the risk of losing an important part of its power base.

e. There are actually specific points of contact between the ANC proposals and the long-term goals of the Government, especially with regard to the necessity of the fundamental restructuring of the South African economy in order to increase the potential for

growth. However, the most important difference is with regard to strategies that should be followed. Where the Government gives priority attention to growth in order to create more job opportunities and, in so doing, to promote equal opportunities, the ANC places the emphasis on restructuring and "affirmative action" as methods to eliminate inequalities that have arisen as a result of economic and political power - hence the concept "growth by redistribution" in comparison with the overall objective of the Government and the private sector of "redistribution by growth".

f. It can be expected that continued reaction from several sources (such as the private sector, politicians, the media as well as opinion formers abroad), as in the case of the ANC's initial standpoint regarding nationalisation, will centre on arguments by means of which the ANC can be made aware of the current economic realities in South Africa. In the light thereof attempts will be made, by means of public debates, to teach the ANC regarding the acceptability of certain aspects contained in the discussion document.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0062

DATE : 5 March 1991

AFRICA : POLITICAL BRIEFS

ANGOLA Reports indicate that the MPLA is planning to hold an *extraordinary congress* during the second week of April 1991. The following matters will be discussed at the congress :

- *President DOS SANTOS's planned retirement* as leader of the party in order to participate as a candidate above party politics in the presidential election (which may take place at the end of 1992).

- The creation of the *post of Secretary-General* which will probably be filled by Prime Minister Lopo DO NASCIMENTO.

- The *retirement of well-known members of party management*, including General N'DALU (Chief of Staff of FAPLA), General Magalhaes PAIVA "Nuanda" (Minister of Internal Affairs) and Colonel Alberto NETO (Commander of the Air Force).

- The approval of the MPLA's new statutes and party programme.

Furthermore, in accordance with the MPLA's resolution to transform Angola into a multiparty democracy, the MPLA government has officially recognised the *Angolan Civic Association (ACA)*. Led by Joaquim Pinto DE ANDRADE, the ACA was formed in January 1991 with the purpose of preparing the Angolan population for a democratic system. The MPLA has already indicated that legislation which will legalise political parties in Angola will have been executed by April 1991.

01.05

ENTERED X
CPU2 JA
9108591

MALI Mali's most important pro-democracy opposition group, the National Committee for Democratic Initiative (CNID) released a statement indicating that the president of the CNID, Mountaga TALL, is in *temporary exile* for his own safety. This follows the death of four people in anti-government protests and recent alleged attempts on TALL's life.

MOZAMBIQUE President Joaquim CHISSANO recently appointed *new ambassadors* for the USA, the USSR and Italy. Hipolito PATRICIO (Deputy Minister of Foreign Affairs) was appointed as Ambassador to the USA, where he will replace Valeriano FERRAO. Jose Mota DO AMORAL (former Director for Socialist States in the Department of Foreign Affairs) was appointed as Ambassador to the USSR in the place of Joncalves SENGO. In turn, SENGO was appointed as Mozambique's first ambassador to Italy.

Other political news is that a *special FRELIMO congress* is going to be held in March 1991. The purpose of the congress is apparently to change the current socialist system in Mozambique to a so-called social democratic system. The congress will be preceded by a national conference, at which time an attempt will be made to prepare opinion formers for the planned adjustments. *Remark* : This appears to be linked to FRELIMO's attempt to create a more free-market orientated system with continued state control over social affairs.

RWANDA During a summit meeting of leaders from Central and East African states held in Dar es Salaam (Tanzania) in February 1991, an agreement in respect of the *Rwandan refugee issue* was signed. According to the agreement Rwanda is prepared to resettle Rwandan civilians, who are living in neighbouring states, in Rwanda and to offer citizenship to any persons if they should apply for it. The summit was attended by Prime Minister Lunda BULULU of Zaire and the heads of state of Uganda, Rwanda, Burundi and Tanzania. (President MOI of Kenya did not attend).

In a joint communique that was released after the summit, a request was directed to the OAU and the UN High Commissioner for Refugees to convene a *meeting of donors and international organisations*, in order to discuss aid for the resettlement of Rwandan refugees. The participating parties also decided that President MOBUTU of Zaire will act as mediator between the warring parties in the Rwandan civil war in an attempt to reach an official ceasefire.

SOMALIA The interim government in Somalia recently appointed a seven-man committee to organise the proposed *National Conference* on Somalia. The committee will be responsible for transport, security, documentation, protocol and liaison with the media.

However, the leader of the Somali National Movement (SNM), Abdurahman ALI "TOUR" indicated tht this group would definitely not participate in the National Conference for Reconciliation planned for 28 February 1991. ALI stated that the SNM would be holding a congress in the harbour city of Berbera. The purpose of the congress is to address the revision of legislation in terms of which British Somaliland and Italian Somaliland were united in 1960.

By refusing to participate in the national conference and by proposing to hold an own conference about the independence of the Northern part of Somalia, indications are tht the SNM are planning to declare North Somalia independent, and this will result in further instability.

TANZANIA In an attempt to strengthen the ruling Tanzanian Chama Cha Mapinduzi Party (CCM) and to counter criticism about failed socialist policy viewpoints and inaccessability, the CCM has announced certain *amendments to the Arusha Declaration for 1967*. These amendments include the following :

- that party leaders will be able to receive an income and residences from another legal source;

- that party members will be alowed to purchase shares in private and public enterprises and may become directors of companies; and

- that the three-month long ideological training course for prospective CCM members will be abolished so that anyone can be admitted to the party.

UGANDA The Ugandan army (NRA) is currently taking action against a *new rebel group*, the Uganda People's Christian Democratic Army (UPCDA), who have already murdered some twenty people and who have kidnapped a large number of people from the Gulu and Kitgum regions in Northern Uganda. The UPCDA is apparently a splinter group from the Holy Spirit Movement that was defeated by the NRA in 1987. This Movement was led by Joseph KONYI.

ZAIRE President MOBUTU issued a decree on 9 February 1991 in terms of which amnesty is granted to all Zaireans who are living abroad and who were previously seen as a threat to state security as a result of their statements and reports. The decree is valid until 31 December 1991 and also covers all Zaireans who were dismissed or forbidden to exercise civil and political rights by the government, and who were refused access to political or semi-state institutions.

With regard to government opposition to the MMD, the Zambian Supreme Court recently found that *President KAUNDA had acted unconstitutionally* when he banned the local media from providing coverage on the activities of the multiparty alliance. Judge Clever MUSUMALI said in his statement that KAUNDA's instruction was illegal, unconstitutional and discriminatory since the media are publicly owned and do not belong to the United National Independence Party.

ZIMBABWE The Zimbabwean Permanent Secretary for Education, Isaiah SIBANDA, stated recently that the Department of Education has temporarily suspended its political economics course at second-year

level to provide the Department's curriculum unit with time to refine the current syllabus. Students have been asked to specialise in other subjects. This step is probably linked to the ruling ZANU(PF) Party's planned re-evaluation of its ideological orientation.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0061

DATE : 5 March 1991

ETHIOPIA : DISCUSSIONS FOLLOWED BY LARGE-SCALE OFFENSIVE

DISCUSSIONS

1. A delegation from the Ethiopian government, led by Deputy Prime Minister Ashagre YILGETU, held discussions with the Eritrean People's Liberation Front (EPLF - the biggest rebel group) in Washington (USA) on 21 and 22 February 1991. The purpose of the discussions was to find a solution to the 28 year civil war in Ethiopia.

2. The discussions, chaired by the US Assistant Secretary for State concerned with Africa, Herman COHEN, centred on a peace plan that the USA presented to the warring parties in 1990. The plan includes an international monitoring of a ceasefire and the acceptance of a federal constitution in which Eritrea obtains self-government.

3. Ethiopia's viewpoint remains that Eritrea can get autonomous status within the Ethiopian government, but that no referendum will be held about independence since the Ethiopian government is in favour of retaining the existing territorial borders. The EPLF however are demanding an immediate referendum for full independence.

4. At the time of the discussions the Ethiopian government appeared confident, despite indications that these discussions would fail unless the Ethiopian government reached a compromise with the rebels regarding the referendum issue. However, it appeared as if the MENGISTU government was determined to adhere to its viewpoint, especially since the government believed it has the upperhand in the negotiations owing to a visible improvement in defence force morale, recent victories over the rebels, as well as the EPLF's lack of logistical support from Iraq.

ENTR'00 X
ONCZ ..... VR .....

9108592

LARGE-SCALE OFFENSIVE

5. The day after the discussions the rebels launched a large-scale offensive to prove their resolve in reply to the failed discussions. The Ethiopian government announced on 23 February 1991 that the Tigre People's Liberation Front (TPLF) and the EPLF had taken over three main supply routes to Addis Ababa (Ethiopia's capital) and in so doing had managed to cut the government troops off from the north. Moreover, the government appealed to the population to stand together against the rebels and stated that Ethiopia had never before experienced such a critical and dangerous situation. The supply routes are critical because they link the capital with Assab (the only harbour that is still controlled by government troops and which handles 70 percent of this country's imports and exports).

6. An analysis of the situation would suggest that the Ethiopian government has been too confident about its ability to crush the rebel forces. It appears as if MENGISTU is in dire straits and the government's announcement supports the idea that the situation is critical. The possibility exists that the rebels will overthrow the MENGISTU regime if the government does not succeed in launching a successful counter-offensive.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0015

DATE : 19 Februry 1991

ZAMBIA : KAUNDA'S VIEW ON THE GULF WAR

Although KAUNDA recently condemned Iraq's invasion of Kuwait in an interview with the press, he is of the opinion that the super powers are applying double standards in judging international differences. According to KAUNDA, if the West was consequent, they should have acted accordingly when the Golan Heights were occupied by Israel. KAUNDA has furthermore praised HUSSEIN for his strong leadership characteristics and has also described him as a pan-Arabic leader.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Zambia: Posición de KAUNDA sobre la guerra del Golfo.-
Serv. Sudafrica (20361)
19-02-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Zambia (10182)
Conflicto IRAK-KUWAIT (11136)
Fac. Pol (11164)
Rel. Int. (11399)

CONFIDENTIAL

ENTRADA VR X

01.01 ! 9108593

REFERENCE : B/0017

DATE : 19 February 1991

SWAZILAND : POLITICAL AND ECONOMIC EVENTS

1. *COAL MINE TEMPORARILY SHUT DOWN*

A spokesman from Emaswati Coal Ltd, Swaziland's only coal mine, reported on 15 January 1991 that production at the mine was temporarily halted. The above-mentioned succeeds a continued labour unrest at the mine since the end of 1991. *Remark* : The unrest has arisen from the workers demanding the dismissal of a manager who was guilty of alleged racism.

2. *MAIZE SUPPLIES FOR SIX MONTHS*

It was reported recently that the state has a sufficient supply of maize for the next six months. According to MURRAY the company has over 22 000 tons of maize available. *Remark* : Concern has recently been expressed over the State's maize supply especially in the light of probable shortages which could arise in South Africa as a result of the drought conditions.

3. *VISIT BY TAIWANESE MINISTER OF FOREIGN AFFAIRS*

The Taiwanese Minister of Foreign Affairs, F F CHIEN announced on his recent arrival in Swaziland for an official visit that Taiwan is going to donate US$58 800 to Swaziland for the care of Mozambican refugees in this state. *Remark* : CHIEN is also going to hold talks with Swaziland's Premier and Minister of Foreign Affairs during the above-mentioned visit.

ENTRADO X
CRUZADO VR
9108594

4. *DETAINEES BUSY WITH HUNGER STRIKE*

The Deputy Commissioner of the Prison Service in Swaziland, DON MKHONTA, confirmed recently that the five people who are being detained in accordance with Swaziland's detention without trial legislation, have begun a hunger strike on 12 January 1991. According to MKHONTA the reasons for the above-mentioned persons actions are unknown.

5. *MSWATI III WITH REGARD TO THE TINKHUNDLA-REVISION COMMITTEE*

a. King MSWATI III of Swaziland announced, in January 1991, at the end of the incwala-ceremony that the names of the persons who are going to be on the tinkhundla-revision committee will soon be announced. According to Mswati, the committee's activities were delayed due to the PTA-summit meeting in November 1990 in Swaziland and the inwala-ceremony.

b. ELUCIDATION

The members of the above-mentioned revision committee were chosen during a meeting of captains and members of the royal family in Swaziland. The activities of this committee include visits to all the tinkhundla-centres to obtain opinions on the restructuring of this system.

6. *THE ESTABLISHMENT OF DIPLOMATIC RELATIONS WITH THAILAND*

According to delicate reports, Swaziland and Thailand have established diplomatic relations on an ambassadorial level, on 17 January 1990.

7. *EXTENSION OF DETAINMENT*

a. The Commission of the Prison Service, Edgar HILLARY, confirmed, on 12 January 1991, in an interview with the press that five people who have been charged with high treason, in accordance with Swaziland's detention without trial legislation, are being detained for a further 60 days.

b. ELUCIDATION

The above-mentioned detainees are : M SHONGWE, B MAGAGULA, S DLAMINI, D MNGOMEZULU and R RUSSON. There persons were found guilty, at the end of 1990, of attending illegal meetings.

8. *LEGAL FRATERNITY ON THE ISSUE OF DETENTION WITHOUT TRIAL*

The Chairman of the Legal Fraternity in Swaziland, Guy BERTRAM, said inter alia, on 14 January 1991 during the opening of the Supreme Court that the fraternity continuously opposes the concept of detention without trial and that it is in contrast to the "Rule of Law". According to BERTRAM the legal fraternity is especially opposed to the detention without trial when it is applied to people who have been acquitted by the court and also when people are detained only because they have pronounced their opinion.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0018

DATE : 19 February 1991

FINANCIAL AID FOR ZAMBIA

1. *OPEC : AID FOR ZAMBIA*

The Oil Producing and Exporting Countries (OPEC) has approved a loan of US$5 million in December 1990, for Zambia for a project regarding primary education. (*Remark* : The above-mentioned amount constitutes part of a loan of US$47,4 million that Opec has approved for its fund for international development, in December 1990).

2. *EIB : LOAN FOR ZAMBIA*

The European Investment Bank (EID) has recently announced that it is going to grant Zambia the following loans :

- US$1,65 million for the financing of refrigeration facilities at Lusaka's international airport
- US$13,84 million for Zambia's Development Bank for the promoting of small and medium enterprises
- US$17 million for rebuilding the Tazama pipeline.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO

Ayuda financiera para Zambia.
Secr. Sudafrica (20361)
19-02-91.
Secr. Sudafrica (20361)
Zambia (10182)
Fac. Ec. (11161)
OPEP. (12636)
Europa (10184)

CONFIDENTIAL

ENTRADA
CIRCULACION VR.

01.01

9108595

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0019

DATE : 19 February 1991

MALAWI : DENIES ALLEGATIONS ABOUT CONTACT WITH RENAMO

1. In January 1991 the Malawian government denied a report from the Southern African Research Documentation Centre in Harare that Malawi came to an agreement with RENAMO, over two years ago, whereby the latter undertook not to attack Malawian transport routes. According to the Malawian government it does not believe in secret negotiating and agreements, as is evident from it's open trade with South Africa. Malawi and Mozambique also have a combined security and defence commission. Malawi supports the freedom initiatives in Mozambique. This can lead to the repatriation of Mozambican refugees and Malawi can get unimpeded entrance to cheaper trade routes again.

2. The joint Chairman of the above-mentioned Combined Security and Defence Commission and Treasurer-General of the governing Malawi Congress Party (MCP), John TEMBO, has also strongly denied the allegations in the above-mentioned report. According to TEMBO he did have talks with RENAMO in 1990 but it was on account of a request from President CHISSANO (of Mozambique) that President BANDA (of Malawi) should provide a venue for the talks between the Mozambican government and RENAMO.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Malawi : Rechaza acusaciones sobre contacto con el Renamo.
Sazu. Sudafrica (20361)
19-02-91.
Sazu. Sudafrica (20301)
Malawi (10125)
Fac. Pol (11164)

CONFIDENTIAL

VR.

9108596

01.01

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0020

DATE : 19 February 1991

ZAMBIA : INTRIGUE SURROUNDING MALIAN EMPLOYED BY ZSIS

1. According to a report in the Zambia Daily Mail of 12 January 1991, the Deputy Commissioner of the Zambian Police, D KALEBO, accused General CHINKULI, the Minister of Internal Affairs (related family of President KAUNDA by marriage) of sheltering a reported international criminal, Issa GALEDOU (from Mali) and has instituted a libel case against both persons. According to the summons which was handed in by KALEBO's lawyer, the Chairman of the Zambian Consolidated Copper Mines, Francis KAUNDA, together with GALEDOU are linked to the robbery of more than 27 tons of copper cathodes. According to information GALEDOU was accompanied by officials of the State President's Office (A euphemism for the Zambia Security and Intelligence Service - ZSIS) during his entrance to Zambia on 1 October 1990, and he had apparently also been ordered to infiltrate the ranks of the Multiparty Alliance (MMD). The Director General of ZSIS, H KAMINA, had apparently enlightened him about his projects concerning this.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. According to a media-report on 27 December 1990, KALEBO accused CHINKULI, during a court case in Lusaka, of sheltering a well known foreign criminal (GALEDOU) and requested that the court arrrest the minister. In reaction to this evidence the judge, KABALUTA, concluded that CHINKULI should appear before the court, on 11 January 1991, to explain his actions. The judge also concluded that CHINKULI was found guilty of contempt of the court and thwarting the law because he prevented the police from arresting the criminal.

CONFIDENTIAL

ENT CD
CRUZ DO VA

9108597

b. The previous revelation of the ZSIS's operations were naturally an embarrassment for the Zambian government and it can be accepted that the opposition group will use it, as an example of the unlawful and underhanded practices which are being followed by the KAUNDA government, to stunt a free and fair election.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0041

DATE : 26 February 1991

SEYCHELLES : OPPOSITION IN FAVOUR OF REFERENDUM ABOUT MULTIPARTY SYSTEM

1. An exiled Seychellois opposition group, led by former president James MANCHAM and called the Crusade for Democracy, recently stated that it was in favour of a referendum which will put to the vote the maintenance of the current one party system or the acceptance of a multiparty system. Furthermore, the group has set three conditions for such a referendum, namely that :

   - a neutral international observer must supervise the referendum;
   - all Seychellois who were registered voters at the time of President RENE's take-over of power in 1976, must have the right to vote in the referendum;
   - a minimum period of three months must be approved for free debate about the referendum in the national media.

2. COMMENT

   In 1990 President RENé said that there was a possibility that a referendum about democratisation would be held in the future.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Seychelles: Oposición a favor de referendum sobre sistema multipartidista.
Serv. Sudáfrica (20361)
26.02.91.
Serv. Sudáfrica (20361)
Yolas Africanas (10099)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

CONFIDENTIAL

01.01 9108598

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0042

DATE : 12 February 1991

MOZAMBIQUE : ECONOMIC DEVELOPMENTS

1. *AID DURING WORLD BANK MEETING*

a. During a recent meeting that took place in Paris (France) which was arranged by the World Bank, delegates from 16 states and 12 international agencies granted Mozambique US$1,2 billion for 1991. The largest part of the aid will be comprised of donations in order to provide support for the state's balance of payments.

b. During the meeting delegates pointed out that Mozambique had succeeded in maintaining an economic growth rate of 3 percent in 1990 despite the reduction in aid from the East Bloc states, the higher oil price and the state's poor internal security situation. The delegates also pointed out that the latest peace initiatives to settle the state's unstable security situation also contributed to greater confidence in the future of Mozambique's economy. *Remark* : During a donors' conference in Washington DC in April 1990 Mozambique received US$106 million.

2. *PLANNED FORMATION OF JOINT PORTUGUESE-MOZAMBICAN ENTERPRISES*

The formation of two joint Portuguese-Mozambican enterprises, which will largely be active in the mining sector, is envisaged during the first quarter of 1991. The enterprises will have capital outlays of US$2 million and US$1 million respectively. Moreover, negotiations are taking place with several other Portuguese companies (ie AMORIN,

VR X

9108599

IRENA and SOCIFA) with regard to the possible formation of joint Portuguese-Mozambican enterprises in 1991. *Remark* : The above is a manifestation of continued interest on the part of Portuguese enterprises in becoming involved in the Mozambican economy.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0043

DATE : 26 February 1991

SOMALIA : NEW GOVERNMENT ANNOUNCED

1. The Prime Minister of Somalia, Omar Arteh GHALEH, announced the country's new interim government on 3 February 1991. The government includes certain members of the National Reconciliation Committee who were appointed by former President BARRE before the recent take over of power. The new appointments are :

- As Deputy Prime Minister, Mohamed Abshir MUSA (head of the police until 1969, after which he served a prison sentence of 12 years for transgressions against the state)
- Abi Ar-Rahim Abbi FARAH as Minister of Reconstruction and Settlement
- Ahmad Sheikh HASSAN as Minister of Internal Affairs
- Mohamed Sheikh Hassan ADAN as Minister of Defence
- Sheikh Mohamed Ahmad BOD as Minister of Justice
- Ahmad Hassan MUSA as Minister of Finance
- Mohamed Sheikh Mahmud GULED as Minister of Information
- Abdi Al-Rahman Almi EGAL as Minister of Agriculture
- Ali Ilml SAMATUR as Minister of Industries
- Abdullahi Sheikh ISMAIL as Minister of Labour.

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRCZ
9108600

2. COMMENT

The above government composition indicates that the interim government is planning to start substantial reconciliation attempts owing to the fact that before BARRE was overthrown the National Reconciliation Committee was already acceptable to the largest part of the population.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0044

DATE : 26 February 1991

THE SUDAN : RUMOURS OF SUPPORT FOR IRAQ

1. In reaction to a report by the American ABC television network, the Sudanese Minister of Information, Abdulla Mohammed AHMED, denied that the Sudanese government was hiding Iraqi fighter aircraft and missiles on its territory and said that allegations in this regard were fabrications of foreign intelligence agents who had entered the Sudan under the pretext that they were support personnel.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. If this allegation can be confirmed it will worsen relations between the Sudan and Egypt even further. Bilateral relations between these two states worsened noticeably after the Iraqi invasion of Kuwait, largely as a result of the Sudan's open support for Iraq.

b. In the light of the latest developments President MUBARAK of Egypt warned that he would oppress any Iraqi threat from the Sudan. *Remark* : The USA has already offered to supply Egypt with Patriot missiles should Egypt become a target for Scud missile attacks.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

ENT VR X

01.01

9108601

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0048

DATE : 26 February 1991

NAMIBIA : POINT OF VIEW FROM SWAPO'S ADMINISTRATIVE SECRETARY

1. The Administrative Secretary of SWAPO, Moses GAROëB, said in a recent speech before officials of the United National Independence Party (UNIP), in Sesheke, Zambia, that a multiparty democracy in Namibia is a result of compromises by the different political parties in Namibia. According to GAROëB the political system and the constitution was obtained from Namibia by the implementation of Resolution 435 (1978) and SWAPO had to make certain concessions for the sake of progression and the country's speedy attainment of independence. According to GAROëB, SWAPO is of the opinion that the multiparty democracy in Namibia was not necessarily the choice of the majority of the inhabitants. He added that the 1989 election for the attainment of independence was contrived in such a manner that there should have been seats for minority parties in the National Assembly. Finally GAROëB said that SWAPO will see to it that this party will win a two-thirds majority in the next election. *Remark* : GAROëB's above-mentioned announcements are in agreement with the announcements made at a SWAPO meeting during December 1990, when he said, inter alia, that SWAPO forbade no political party, but that in the future opposition parties would be "destroyed" at the voting poles in a peaceful democratic way.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

The above-mentioned is once again a clear proof that there is a difference in announcements between SWAPO party officials and SWAPO government officials, where the former represent the more radical

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZ
VB
01.02
9108602

standpoint of SWAPO while the latter have a more pragmatic attitude. It can therefore be deduced that two camps exist within SWAPO, especially in light of the differences GAROëB had with GEINGOB during 1990. However, it must be kept in mind that SWAPO possibly uses persons such as GAROëB to carry a more radical message over to, inter alia, its more radical support bases who are not always in agreement with the governing party's policy of national reconciliation.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/3487

DATE : 29 January 1991

NAMIBIA : SITUATION REPORT

Socio-economic issues, together with the climate of increasing expectations amongst members of SWAPO's power base, are not only placing the government's philosophy of national reconciliation under pressure but are also resulting in the fact that party political considerations can in future become a more important determinant of policy options.

1. *POLITICAL SITUATION*

a. Since Namibia's independence in March 1990 the SWAPO government's policy of national reconciliation has been characterised by an apparent imbalance in content in that it seems as if the whites/opposition were, until now, the most important target group in this regard. The accommodation of whites/opposition leaders in the Cabinet and government, the appointment of a white as Inspector-General of the police force (NAMPOL) and the manner in which former members of the People's Liberation Army of Namibia (PLAN) and the SWA Territory Force were integrated into the Namibian defence force, are a few examples that can serve as confirmation of this supposition. The above-mentioned steps, linked to the absence of a doctrinal economic policy that does not threaten established interests, have created the perception amongst the target group that the concept of national reconciliation is merely the continuation of the status quo as it was before independence.

b. According to all indications, the SWAPO government, at least at this stage, remains committed to a culture of reconciliation,

ENTRADO
CRUZ ... VR.

9108603

given the greater internal legitimacy that is a result thereof and the sanctioning/encouragement thereof by the international community/donor states. Notwithstanding these dividends, it appears that the policy of reconciliation will be increasingly tested on the basis of the government's ability to satisfy the unrealistic expectations of its supporters with regard to issues such as job creation and housing without alienating the whites/opposition in the process. In addition, the repatriation of almost 40 000 exiles and the inability of the government to incorporate all the former members of PLAN and the SWA Territory Force in the current security structures have given rise to increased lawlessness, which was initially restricted to Ovambo, but has also spread to other regions. In contrast to the whites/opposition, SWAPO's political power base is showing a measure of dissatisfaction with the unsatisfactory tangible benefits as a result of independence. It seems as if they associate national reconciliation with the creation of a new order that includes the redistibution of wealth.

c. The SWAPO government is aware of the risks that the conflicting demands of a polarised community could entail for national reconciliation. Consequently, it is trying to placate its power base with rhetoric concerning the merit of the "liberation struggle" and promises of further socio-economic upliftment projects. The recent appointment of Solomon HAWALA (former Deputy Commander of PLAN) as Chief of the Army can also be interpreted as a tactical/political move in this context. Given SWAPO's ethnically grounded power base and the inability of the opposition groups to organise a united umbrella alliance/election front, it seems as if the SWAPO government will not be threatened on the short to medium term via constitutional channels. As a matter of fact, according to indications SWAPO can increase its lead over the opposition in the coming regional elections.

d. The political skill of the SWAPO government will be measured on the short to medium term by its ability to satisfy the increasing expectations/demands of its supporters without affecting the established interests of the whites/opposition. Although it is probably the essence of the philosophy of national reconciliation, this policy has not yet fulfilled the expectations of its supporters in all aspects. Consequently, it is expected that pressure from amongst its own members for the promotion of party interests will increase in intensity, and the government's ability to absorb it without disrupting the current status quo will be determined to a large extent by the availability of funds for socio-economic aid projects and for the reconciliation of the fears/demands of the two interest groups.

e. Likewise, in the foreign field the government is trying to project an image of responsibility. The collapse of the one party states in Eastern Europe and the accompanying termination of bi-polar power politics have compelled Namibia, just as numerous other African states, to orientate its foreign policy in favour of closer co-operation with the Western powers. However, such co-operation is not taking place in an unqualified manner, and it seems as if the donor states are monitoring the SWAPO government's internal political and economic actions. Since its independence, Namibia has also gained access to regional, continental and international groups such as the FLS, the OAU, the Non-Aligned Movement (NAM) and the UN. Namibia already has diplomatic representation in nine states, while 25 states enjoy official representation in Windhoek. Namibian relations with South Africa can be described as realistic. The Namibian government regards the ANC as the primary actor in the "liberation struggle" and for this reason it has granted the ANC delegation in Windhoek official representative status. Namibia's bilateral relations with South Africa will, in the meantime, largely remain synchronised with those of the FLS and the OAU.

f. Although the current security situation is stable, the increase in crime, unemployment and ethnic tension is having a negative influence on the security situation. The development of the defence force will continue, largely with the aid of Western countries, with continued extensions to the Namibian army, mainly by the further co-opting of PLAN members. Their utilisation will still be pre-eminently for the protection of the borders and for the maintaining of law and order in support of NAMPOL.

2. *ECONOMIC SITUATION*

a. Namibian independence, as well as several other factors, has had a negative affect on the economy. These factors include the withdrawal of UNTAG forces and the SADF as well as the accompanying loss of purchasing power and capital flow to the state, together with the uncertainty that existed during the period after independence, the drought and the decline in production in the mining industry. Consequently, it can be expected that the relatively low economic growth rate of 1989 (0,2 percent) will be continued in 1990.

b. Although the mining industry was characterised by lower production as a result of lower international mineral prices and lowered production levels, it is anticipated that the mining sector will still be the most important economic sector in 1990 with regard to Namibia's gross domestic product (GDP) and export earnings. Renewed interest was shown with regard to the possible mining of underground energy sources in that preliminary oil exploration has been begun in northern Namibia. In the agricultural industry the importance of meat production has increased at the expense of pelt and wool production, especially owing to the prevailing low international pelt prices. Developments in this industry include the allocation of a beef quota of 19 000 tons by the European Community (EC) as well as

the intention of the Namibian government to have agricultural related industries established in order to reduce its dependence on food imports and in order to be able to export agricultural products in processed form. With regard to marine resources the Namibian government has proclaimed an exclusive economic zone of 200 sea miles in order to give the state's fish resources a chance to recover. The three most important South African companies have sold their interests in the Namibian fishing industry and it is anticipated that South African involvement in the industry will decline even further.

c. Namibia is experiencing several economic and socio-economic problems. This includes problems resulting from the drought, especially in the northern and southern area of the state, a significant rise in the registered rate of official AIDS cases, increasing labour unrest (such as strikes), a drop in government income and an increase in government expenditure, while there are indications that short term insurance premiums might be increased as a result of an increase in theft and burglaries.

d. Namibia's economic policy (as reflected in the state's 1990/91 budget and its economic planning documents) is especially aimed at a mixed, market-orientated economy in which the state should play a guiding role, especially with regard to the socio-economic upliftment of the less privileged as well as with regard to economic growth and development. Its economic policy is relatively pragmatic (although its structural economic limitations are not taken sufficiently into account in government planning) and the role that the agricultural, mining and fishing industries must play in economic and socio-economic development is emphasised. However, the Namibian government emphasises that the state should especially reduce its dependence on mining and agriculture. It also emphasises that the economy must be diversified. In accordance with its policy of national

reconciliation and equal rights the state has already begun to make adjustments with regard to social pensions with the purpose of eventually placing all pensioners on an equal footing, while the supplying of job opportunities and housing are regarded as priorities.

e. Namibia has already signed economic co-operation agreements with Angola, Botswana, Zambia and Mozambique, while the possibility of agreements with Rumania, the Soviet Union, Cuba and Malawi are also being investigated. Namibia has also obtained membership of the Southern African Development Co-Ordination Conference (SADCC) and the International Monetary Fund (IMF). The Namibian government is currently following a policy aimed at reducing its dependence on South Africa economically. Despite these attempts the state anticipates that its economic links with South Africa will continue and it is still a member of the Southern African Customs Union and the Rand Monetary Area. In an attempt to entice foreign investors to the state the Namibian government has already signed an international guarantee agreement in terms of which private investment in the state is protected. Although during Namibia's donor conference in June 1990 aid amounting to about US$245 million was promised to the state, it is expected that it will remain in need of foreign aid in the near future and it will become increasingly dependent on such aid in order to be able to attain its economic and especially its socio-economic objectives.

f. The state's economic prospects will be influenced to an important extent by its ability to implement its economic development programme effectively. Owing to the shortage of foreign capital in Namibia the success of the economic development programme will be influenced by the extent of the future technical and financial aid that it receives, as well as the extent of future foreign

investment in Namibia. In the light of the current poor international economic situation it is anticipated that Namibia's economic situation will show no improvement, at least on the short term.

DATE OF INFORMATION : January 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/3436

DATE : 5 March 1991

ZIMBABWE : SITUATION REPORT

Despite the relatively stable political and security situation in Zimbabwe there are specific constitutional and ideological developments in ZANU (PF) that could influence future events in the state.

1. *INTERNAL POLITICAL SITUATION*

a. The creation of a constitutional one-party state as the final phase of the constitutional changes that commenced in 1987 with the abolition of the 20 reserved White seats was rejected by ZANU (PF)'s Central Committee (CC) in September 1990. This follows after there was already strong opposition to a constitutional one-party state from both ZAPU and ZANU (PF) members during ZANU (PF)'s National Congress in December 1989, when the ZAPU party of Joshua NKOMO officially united with ZANU (PF). As a result of the overwhelming opposition also expressed by ZANU (PF)'s Politburo earlier in August 1990, the CC decided that the resolution of the National Congress with regard to the establishing of a one-party state would be upheld, but that it would not be brought into being by means of legislation. In terms hereof, Zimbabwe will remain a constitutional multi-party state, but the party will, by means of "intensive political mobilisation", try to transform Zimbabwe into a de facto one-party state. This decision, which has created an honourable way out for President Robert MUGABE, is, however, a personal defeat for him owing to the fact that at almost all the political meetings since the National Congress he has propagated the

ENTRADO
CRUZADO

01 - 10

9108604

advantages of a one-party system by means of legislation and has called ZANU (PF) politicians who were opposed to this system "cowards and deceived politicians". The upholding of the resolution of the National Congress deprived MUGABE of the opportunity to call a special session of the Congress where he would probably have been able to gather the most support for a one-party state by means of legislation. MUGABE indicated earlier that this issue would be referred back to the Congress for re-evaluation if there was fundamental opposition to it in the CC.

b. It seems from a decision by the CC during its meeting in September 1990, namely that socialism and the leadership code of conduct would be discussed at a following CC meeting, that adjustments with regard to ZANU (PF)'s ideological orientation are also a possibility. This apparently follows the ZAPU group's opposition, during the National Congress, to the Marxist-Leninist foundation of the party's socialist policy. Notwithstanding this opposition the National Congress accepted a resolution in terms of which a socialist state, based on the principles of Marxism-Leninism, but founded on Zimbabwe's historical, cultural and social experience, will be established. However, MUGABE, who defended the resolution, altered the party's role in society from a vanguard party to a mass party. This adjustment, together with a resolution that the events in Eastern Europe should be studied carefully, should be judged on the basis of MUGABE's perception that the failure of socialism in Eastern Europe should be ascribed to the manner in which it was applied and not to the ideology itself. According to his perception the amendments brought about by the National Congress should be able to preclude the possible repetition in Zimbabwe of events in Eastern Europe owing to the fact that the Zimbabwean people will have a direct say in the government.

c. The dissatisfaction amongst the Zimbabwean people with regard to their socio-economic position is currently being expressed in an apathetic attitude towards the political process in the state and in sporadic strikes by employees in the private and public sectors. This apathetic attitude was especially apparent from the low percentage poll during by-elections in 1990 and specifically during the general election in March 1990 (the third election since independence in 1980) when only 54 percent of the registered voters voted. The low percentage poll is in contrast to the percentage polls of 100 percent in the independence election in 1980 and 85 percent in the general election in 1985. It seems as if there is a serious crisis amongst the people with regard to trust in the government, owing to the fact that MUGABE's election promises with regard to the improvement in the socio-economic position and land reforms could not mobilise the population on a large scale in favour of ZANU (PF). This crisis was probably worsened by the government's authoritarian handling of the series of strikes that occurred in Zimbabwe recently.

d. The Zimbabwe Unity Movement (ZUM), under the leadership of Edgar TEKERE, which was formed in April 1989, could not have any real influence on the political process and only won two seats in the general election in March 1990. The inability of the ZUM to exploit the lack of trust in ZANU (PF) on the part of the people can be ascribed to its lack of funds, to organisational problems, to disputes for power, to the government's intimidating actions towards this party and to the ethnic image of the party. The general election showed that, although the ZUM enjoys support in most of the provinces, its power base is largely restricted to the urban areas, especially in the province of Manicaland. This has apparently contributed to the fact that the ZUM has not taken part in any of the by-elections since the general election. There are increasing indications that the party is considering extra-parliamentary action, and ZUM leaders have already suggested the possibility of military action.

e. The unification of ZANU (PF) and ZAPU appears to have been relatively successful. The initial problems created by ZAPU members with regard to the allocation of posts in the government have been obviated to a large extent with the appointment of Joshua NKOMO as a second Vice-President and Joseph MSIKA as a Senior Minister. Other issues, such as opposition by ZAPU members to the one-party state resolution, were probably largely solved by the CC decision in this regard while disputes about the Marxist-Leninist foundation of the government's socialist policy should diminish in the light of its trade liberalisation programme.

2. *ECONOMIC SITUATION*

a. The improvement in Zimbabwe's economic situation is largely supported by an increase in its agricultural production. With regard to the mining sector the British multinational company Rio Tinto is involved in setting up a coal mine at Sengwa (coal with a low sulphur content), which will be in operation by the end of 1990 and which will save the state an estimated US$15 million in foreign exchange.

b. Periodic shortages of foreign exchange have had a negative influence on the transport sector, which is struggling with a shortage of rolling stock on the railways. Regular power failures in the most important commercial centres are having a negative effect on production, especially on mining and industrial production. Moreover, this state still has to contend with a relatively high rate of unemployment, which contibutes to internal dissatisfaction.

c. In order to solve the economic problems, emphasis is especially being laid on the problems of foreign exchange, unemployment and on the socio-econmic problems. The Zimbabwean Senior Minister of

Finance, Economic Planning and Development, Bernard CHIDZERO, announced economic and fiscal policy changes in July 1990, such as the curtailing of government expenditure, the abolition of price control and of measures regarding the adaptation of exports in an attempt to encourage exporting. According to CHIDZERO the cost of the planned economic reforms in Zimbabwe will amount to more than US$1,2 billion and in this regard this state is dependent on foreign aid. Aid to the value of more than US$200 million has already been granted by the International Finance Corporation, amongst others. In July 1990 the Zimbabwean government also announced a new policy with regard to the redistribution of land, in terms of which the government will make five million hectares of agricultural land (which amounts to 44 percent of the agricultural land of the White commercial farmers) available to 110 000 communal farmers for resettlement. Only communal farmers that comply with certain requirements will be considered. Moreover, the National Railways has drawn up a five-year plan involving US$212,5 for the modernisation of the rail system and in order to purchase new rolling stock. Financial aid of more than US$50 million has already been granted by the USA and the World Bank.

d. In July 1990 CHIDZERO tabled a budget of more than 8,7 billion Zimbabwean dollars for the 1990/1991 financial year, which is 26 percent higher than the previous budget. The budget makes provision for a deficit of 1,4 billion Zimbabwean dollars. The largest allocations are for education and culture and defence.

e. The crisis in the Middle East has compelled Zimbabwe to find alternative oil suppliers owing to the fact that about 60 percent of its oil imports came from Kuwait and Zimbabwe has limited fuel reserves.

3. *SECURITY SITUATION*

a. The Zimbabwean internal security situation is relatively stable. This enabled the government to lift the 25 year old state of emergency in July 1990 as well as to make extensive amnesty concessions with regard to former anti-government elements and collaborators. This also includes the release of security prisoners, the remission of charges against members in exile and against members of the security forces that were guilty of criminal acts during operations in Matabeleland.

b. RENAMO activities, which are disrupting community life in Eastern Zimbabwe, are continuing. These activities and a statement of intent in February 1990 that the organisation would be launching actions more often in Zimbabwe has compelled the Zimbabwean government to increase its security forces in the area to about 10 000.

c. Zimbabwe is still trying to expand its conventional military capability. The planned reorganisation of the Zimbabwean army (ZNA) includes the expanding of the Parachute group, the Commandos and the Mechanised Infantry battalion and the Artillery regiment to fullfledged brigades. The approved permanent force figures (which currently amount to about 51 000 men) are, however, not being extended. Registration of the national service system commenced in January 1990 and the implementation therof will probably take place during the period 1991/92. This national service system can be used for community service or as a source of manpower for the ZNA. Zimbabwe is also planning to purchase a variety of additional weapons, such as medium range artillery, armoured troop carriers and anti-tank missiles. However, it is anticipated that financial expenses with regard to operational commitments and a shortage of foreign exchange will restrict such purchases on the short to medium term. There are

also still indications that the Zimbabwean Air Force (AFZ) is continuing to consider several offers for the purchasing of fighter aircraft for the establishing of an integrated air defence system.

d. Soviet military involvement in Zimbabwe is largely restricted to the providing of training for the AFZ. This training is probably linked to previous reports on the possible supplying of MiG-29 fighter aircraft to the AFZ with a view to the establishing of an integrated air defence system, comprised of Soviet fighter aircraft and Chinese early warning radar and anti-aircraft weapons. Notwithstanding the supplying of certain of the Chinese components of the anti-aircraft system, the continued purchasing of the MiG-29 fighter aircraft cannot be confirmed at present. It appears that Zimbabwe's current economic inability to finance the purchasing of the MiG-29 fighters, as well as indications that the Soviet Union, as a result of its own internal economic circumstances, is adjusting the nature and extent of its arms supplies to the "Front Line States" (FLS), has a particularly hampering effect on the possibility of obtaining the MiG-29 fighters. There could also be concern on the part of the Soviet Union that the current threat to Zimbabwe does not justify more sophisticated MiG-29 fighters and that the supplying thereof could bring about the disruption of the balance of power in Southern Africa. It could also be counter-productive with regard to the attempt by the Soviet Union to expand its status internationally, such as to its approach that regional conflicts should be settled by means of negotiations.

e. The involvement of the People's Republic of China (CHINA) in the AFZ, as pilots of the F-7 fighter aircraft and in the training of personnel on the air defence systems that were supplied in 1989, has increased still further. China's offer to supply additional F-7 fighter aircraft to the AFZ is still in force. Members of

the Pakistani air force are also being used as pilots and instructors on the F-7 fighters in the AFZ.

4. *INTERNATIONAL RELATIONS*

a. In accordance with its declared policy of non-alignment, Zimbabwe maintains good relations with the most prominent Western states, although, owing to ideological reasons, it feels a closer affinity with the non-aligned states and the East Bloc states. Consequently, events in Eastern Europe have affected Zimbabwe directly. Relations with Yugoslavia and Hungary have deteriorated and according to indications trade with these states has been negatively affected. Zimbabwe expressed sharp criticism of Hungary's trade links with South Africa. Although it is not known to what extent relations with other Eastern European states have been affected, they are probably less cordial than in the past owing to the ideological changes that have taken place there.

b. Zimbabwe condemned Iraq for its occupation of Kuwait and labelled this a flagrant violation of the UN Charter and of the principles and objectives of the Non-Aligned Movement (NAM). Furthermore, Zimbabwe gave its full support to the UN's economic sanctions against Iraq and suspended two co-operation agreements with Iraq, i.e. a tobacco exporting agreement of US$4,5 million and an educational tutor's programme. However, it holds the view that the USA should not take unilateral action against Iraq.

c. Zimbabwe is one of the most important figures in a regional context and it maintains good relations with most of the states in Southern Africa. However, relations with Zambia are hampered by differences between MUGABE and President Kenneth KAUNDA of Zambia, especially with regard to regional issues. Relations with Malawi have after mutual visits by the leaders of these two states. Zimbabwe is also actively involved in the FLS, the

Southern African Development Co-Ordination Conference (SADCC) and the OAU, where it continually maintains a "progressive" approach, especially with regard to South Africa.

9. ***WHAT THE FUTURE HOLDS***

a. Notwithstanding the politicising in ZANU (PF) and the dissatisfaction amongst the people of Zimbabwe, it appears that the Zimbabwean government is currently largley in control of the political situation. However, a variety of factors could influence the political situation. The most important factors are the poor socio-economic position of the population, their apathy (as could be seen in their participation in the elections), the maintaining of unity in ZANU (PF), continued pragmatism in the application of the party's socialist ideology, the extent to which the political system promotes participation in the system by the people as well as the extent to which opposition parties and groups are given freedom of participation in the system. Although, to a varying extent, the government is attending to most of these issues, it is increasingly interested in making the influence of ZANU (PF) felt as the only political party that matters. As in other African states, this action by the government can seriously damage the stability in the country on the long term.

b. The inability of Zimbabwe to solve its foreign exchange problems has increased this state's dependence on foreign aid. A positive economic growth rate of 4,5 percent is envisaged for 1990, but the current oil price rises could have a hampering effect. In the light of this it is anticipated that at least on the short term the state will still have to contend with its foreign exchange and unemployment problems, which could encourage the spreading of the climate of internal dissatisfaction.

c. The relatively stable security situation in the state will continue. Zimbabwe will continue with its plans to expand its conventional military capabilities with the emphasis on the establishing of an integrated air defence system. If the Soviet Union does not supply Zimbabwe with the MiG-29 fighter aircraft the AFZ will probably try to either obtain additional F-7 fighter aircraft from China. This will give rise to the fact that Chinese influence in Zimbabwe will be extended still further at the expense of the influence of the Soviet Union. The reorganising will most likely take place on the short to medium term, but, owing to financial considerations, without the planned weapons.

DATE OF INFORMATION : November 1990

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0033

DATE : 5 March 1991

MOZAMBIQUE : ECONOMIC DEVELOPMENTS

1. *GERMANY : AID AGREEMENT WITH MOZAMBIQUE*

Germany and Mozambique recently signed three agreements in Maputo, in terms of which the BRD will donate US$21 million to Mozambique. The funds were allotted as follows :

- Approximately US$15 million for energy projects, which include the upgrading of the Maputo power station and technical assistance to the Mozambican state-controlled electricity supply corporation, Electricidade de Mocambique (EDM).

- US$4,6 million for the upgrading of signals and road signs on the routes between Maputo and the outskirts of Machava.

- US$2,3 million regarding assistance/aid to small and medium-sized companies in Mozambique.

2. *BRITAIN : FOOD AID FOR MOZAMBIQUE*

Lynda CHALKER, British Minister for Developments abroad, recently announced in Maputo (Mozambique), that Britain is going to donate a further 10 000 tons of food aid to Mozambique as well as 5 000 tons of food aid to Mozambican refugees in Malawi, early in the 1991/92 financial year. (*Remark* : According to CHALKER Britain's emergency aid for Mozambique - including aid for refugees in neighbouring states - has amounted to US$125 million during the past three years).

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZ DO VA.
01.02
9108605

3. *PAYMENT IN ADVANCE OF TARIFFS FOR IMPORT THROUGH BEIRA*

Zimbabwe's Minister of Transport, Denis NORMAN, said recently that the Mozambican Railway transport authorities will demand that import tarrifs, with regard to import through Zimbabwe and other states via the Beira Port, be paid in advance, with effect from 1 April 1991. (*Remark* : These arrangements would have, according to previous plans, been put into effect on 1 February 1991).

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0045

DATE : 5 March 1991

NAMIBIA : ECONOMIC AND POLITICAL DEVELOPMENTS

1. *CONFERENCE ON REDISTRIBUTION OF LAND*

The Namibian Prime Minister, Hage GEINGOB, announced recently in Windhoek that a conference on the redistribution of land would be held in Namibia from 27 June to 1 July 1991.

2. *GOVERNMENT NEWSPAPER FOR RURAL AREAS*

The Permanent Secretary of the Ministry of Information and Broadcasting, Bob KANDETU, announced recently that the Namibian government is planning to distribute a newspaper that will especially focus on activities in the rural areas of Namibia. According to KANDETU the newspaper will form part of the government's attempts to establish an effective information network in the rural areas.

3. *CHANGE IN ROLE OF NP (NAMIBIA)*

a. During a meeting of the management committee of the National Party (NP) of Namibia on 31 January 1991, it was decided that this party would in future primarily concentrate on acting as a political opinion forming and bargaining group, with respect to all groups, for the improvement of the party's ideals and principles. According to the leader of NP, Kosie PRETORIUS, the emphasis will not fall on conflict politics or participation in elections but on bringing about contact and discussions with

ENTRADA
CRUZADA VR
01.05
9108606

other groups and political parties. According to PRETORIUS participation in the planned regional and municipal elections will only be considered when such elections are proclaimed.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

The abovementioned changed role of the NP was necessitated by the decline in support experienced by the party over the last two years. This brought about the fact that the party was no longer a factor in Namibian politics.

4. *INTERNATIONAL TRADE SHOW*

Namibia's first International Trade Show will take place in Windhoek from 15 to 19 May 1991.

5. *POSSIBLE CURTAILING OF PERSONNEL IN THE MINING INDUSTRY*

a. The president of Namibia's Chamber of Mines (and Managing Director of Rossing Uranium Limited), Michael BATES, confirmed recently in a press interview that the possible curtailing of the number of employees at Rossing was being investigated owing to the low price of uranium and the low demand for the metal on international markets. According to BATES Consolidated Diamond Mines (CDM), and especially Tsumeb Corporation Limited (TCL), is also experiencing problems owing to a rise in costs (such as wage increases) and to the current low mineral prices, especially of base metals. This could mean that CDM and TCL will also have to reduce their personnel.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

The key companies in the industry are experiencing problems with

regard to the trade unions, which are alleging that the mining industry is exploiting the unemployment situation in Namibia by paying low wages. Problems in the mining sector, together with upwards pressure on wages, could give rise to more dismissals than would otherwise be the case.

6. *PILOT PLANT FOR GRAPHITE PROCESSING*

The Managing Director of Rossing Uranium Limited, Michael BATES, announced recently that the company was planning to spend about US$1,27 million on the building of a pilot plant near Otjiwarongo for the processing of graphite. According to BATES the results of a complete feasibility study in this regard will be available at the beginning of 1992. *Remark* : The above is a manifestation of Rossing Uranium's attempt to diversify its production activities and could be linked to a levelling off in the world demand for uranium.

7. *USA : MILITARY TRAINING FOR NAMIBIAN DEFENCE FORCE OFFICERS*

The United States Information Service (USIS) announced in a statement in Windhoek on 5 February 1991 that in terms of an agreement between Namibia and the USA (no further details are known) Namibian defence force officers will be receiving training at military bases and states in the USA. *Remark* : The above forms part of the USA's International Military Education and Training (IMET) Programme and will cost about US$98 000. Since Namibia's independence Britain has played a prominent role in the training of Namibian defence force officers.

8. *DENMARK : AID AGREEMENT WITH NAMIBIA*

On 22 January 1991 Denmark and Namibia signed an agreement in Windhoek

in terms of which Denmark will be donating US$6,96 million to Namibia for development projects. The agreement also determines that US$3,48 million of the above amount will have to be used for budget aid. According to Dr NGAVIRUE (Director-General of the National Development Commission in Namibia) Namibia has already received US$25,5 million of a total of US$38 million for budget aid for capital projects for the current financial year.

9. *PROVISIONAL HAKE QUOTAS*

Early in January 1991 the Namibian government ordered the Minister of Agriculture and Fisheries, Gert HANEKOM, to grant concession holders a provisional hake quota of 8 400 tons (at about US$323 per ton) for January and February 1991 in order to prevent unemployment amongst the approximately 2 000 workers in the white-fish industry. *Remark* : Normally the quotas are granted during August of the previous year, but according to HANEKOM the Namibian government would initially not allow the granting of quotas before Namibia's fishing policy was approved.

10. *GOVERNMENT'S REACTION TO BOMB ATTACK*

a. In reaction to a bomb attack by Angolan aircraft in the Kavango on 13 February 1991 the Namibian government said that although it is believed that the attack was not launched intentionally, such an action could damage the good relations between Angola and Namibia. In his reaction to the bomb attack the Namibian Minister of Foreign Affairs, Theo-Ben GURIRAB, expressed his concern about the incident to the Angolan ambassador in Namibia and at the same time asked the Angolan government for an explanation.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

The Namibian authorities confirmed that the bomb attack was launched by three Angolan Mig 23 aircraft.

DATE OF INFORMATION : 21 February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0046

DATE : 5 March 1991

ZIMBABWE : POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

1. *ZANU(PF) CONSIDERS ITS IDEOLOGY*

In a recent press interview ZANU(PF)'s Secretary for the Commissariate and Minister of Internal Affairs, Moven MAHACHI, said that ZANU(PF) would shortly be giving consideration to its socialist ideology in order to reconcile it with the more pragmatic new thinking in the party. According to MAHACHI the party's leadership code of conduct will be addressed first and then the ideology will receive attention. *Remark* : This revision of the ZANU(PF) ideology is not aimed at abandoning the socialist orientated policy of the party but rather at attempts at removing the rigid nature thereof in order to reflect the current economic realities in Zimbabwe.

2. *WORLD BANK LOAN FOR THE NRZ*

Zimbabwe and the World Bank signed an agreement on 17 January 1991 in terms of which a loan of US$35 million has been granted to the National Railways of Zimbabwe (NRZ) for a second upgrading project which will enable it to purchase new locomotives, spare parts, cargo trucks and passenger carriages. *Remark* : In 1990 the NZR announced that the cost of this upgrading project would amount to US$201 million over a period of 10 years.

3. *MALAYSIA : DONATION TO ZIMBABWE AS PART OF CONTRIBUTION TO AFRICA FUND*

As part of its contribution to the Action For Resisting Invasion,

ENTERED VR X
CRUL

01.02 9108607

Colonialism and Apartheid (AFRICA) fund, the Malaysian government recently donated US$100 000 to Zimbabwe. *Remark* : The Malaysian government's contribution to the AFRICA fund already amounts to US$2 million (excluding the above donation).

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0050

DATE : 5 March 1991

THE POSITION OF KING GOODWILL ZWELETHINI

1. King Goodwill Zwelethini ZULU has been the Chief of the Zulus since 1971. Although he has no political say according to law and may therefore not partake in political power, he is the traditional leader of the Zulus and is therefore strongly admired as the Zulus attach great value to royal authority.

2. The following extracts from an article, which appeared in the South African Panorama in May 1987, are still applicable with regard to the abovementioned subject.

3. In the modern world it will be impossible to find a monarch who is honoured more greatly by his people than the King of the Zulus. A young mine worker on a goldfield in the Orange Free State, the office girl who serves tea in the far-off Transvaal, the state official in service of the Legislative Assembly in Ulundi - everyone is deeply moved by the mere mention of his name, and treat those who were in his presence with even more respect. No Zulu will ever stand up straight before him or neglect to greet him with the royal greeting of praise "bayete". Even the driver of a passing road scraper outside the estate of the third royal residence, Kwakhangela, pays tribute to the King, while he waits in his car, with a beaming face.

4. The Chief of the Zulus is born from a genealogical line of Kings and his people's inherited respect for him is unassailable. The present Chief Minister, M G BUTHELEZI, who is an elected office bearer, is also the hereditary advisor of the King. BUTHELEZI himself is a senior member of the Zulu royal family. He is the son of Princess MAGOGO, the daughter of

ENTRADO X
CRUZ DO VR
9108608

KaDinuzulu, the sister of King Solomon KaDinuzulu, the grandfather of the present King.

5. The Western world became aware of the Zulus approximately a century ago, when the Zulu's military achievements were world news. In 1879 King CETSWAYO's soldiers killed the British forces at Isandlwana in Natal in a battle lasting 19 minutes (the greatest British defeat of the Anglo-Zulu war) and afterwards besieged the garrison at Rorke's Drift. During the battle which lasted 12 hours, 11 British soldiers received the Victoria Cross, the first time that this happened in British history.

6. In a speech in Boston in the USA the King said : "My forefather, King SHAKA, waded through blood to form the Zulu nation. My family resisted white domination and suppression since the reign of King Dingane to the reign of King DINUZULU. King CETSWAYO lost his Kingdom. His son, my great grandfather, King DINUZULU also offered resistance. He was exiled to St Helena, where my grandfather, King SOLOMON, was born. I come from a family that knows how to fight for freedom".

7. The King is a constitutional monarch, although he is also the leader of the royal tribe Usuthu, which lives in the Nongoma district. He is represented in the Legislative Assembly of KwaZulu, and by means of the Chief Minister and the Cabinet he keeps contact with the approximately seven million members of the Zulu nation in KwaZulu and South Africa.

8. The King sees his role in modern times as the following :

- as a servant of the nation; and
- as fellow Christian.

9. According to him his role is with his people and he must symbolize

their unity, so as to give them faith in the future. According to him the role that he plays cannot be taken over by politicians because there is more at stake than people will ever be able to understand.

10. In his role as a modern monarch the King is a realist. He says : "The black people in South Africa cannot survive economically without the whites, just as the whites will not survive if they do not work together in association with the black people".

11. This young monarch (41) has 17 children and is a loving parent; nevertheless his children (and other family members) kneel before him. As a parent he places a high premium on the role of the mother.

12. While he adapts easily to a Western lifestyle, King Goodwill remains faithful to Zulu customs and traditions. He sees it as part of his mission to restore as many of the customs and traditions as possible to honour.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0052

DATE : 5 March 1991

AID TO AFRICA

1. Following the political changes in Eastern Europe there was much concern among Third World countries regarding future aid, especially in view of added pressure from the Gulf War. African countries in particular have been anxious about the effect of these events on aid.

2. In a recent positive move, the Commissioner of the European Community, Manuel MARIN, indicated that the EC is going to contribute approximately US$1,84 billion to the World Bank's aid programme for Third World countries. The EC is planning to use the funds primarily for the upgrading of health and education in Africa, south of the Sahara. The EC has also decided to make a sum of US$852 000 available to Mozambique in the form of medical and other aid for victims of drought and unrest.

3. Unfortunately, at the same time the British Department of Finance has had to postpone the payment of almost US$21 million, earmarked for food relief aid to Africa, owing to the financial implications of the crisis in the Gulf.

4. Despite the apparent decrease in aid, certain African countries have recently concluded aid agreements with some European and Scandinavian countries, and with Japan. Finland and Denmark recently concluded agreements with the Namibian government. The Director-General of Namibia's National Planning Commission, Zed NGAVIRUE, and the Danish foreign representative in Namibia concluded an aid agreement on 22 January 1991 involving US$6,9 million for development aid. Namibia will use the funding primarily for agriculture and education. In terms of an agreement concluded with Finland on 8 February 1991, Namibia will be able to fund a geological mapping of Namibian territory; Finland will fund the project which will last for three years and will cost US$4,4 million. The Namibian government will contribute US$278 745 to the project.

ENTRADA X
CRUZ 30 VR
9108609

5. There is also a distinct possibility that Spain and Angola might expand their cooperation in several areas, including the fishing industry in Angola. Angola would benefit from this investment.

6. Zambia has also been the recent recipient of two aid packages. A spokesman for the Netherlands government announced in Lusaka recently that it was donating a sum of US$36 million to Zambia. The money is to be used as follows :

- US$9 million for lecturing staff at the University of Zambia;
- US$6 million for motor vehicle components for the Ministry of Health;
- US$9 million to assist Zambia with its balance of payments; and
- US$12 million for development projects in the Western Province of Zambia.

7. In addition, during recent discussions with the Japanese Ambassador in Zambia, Yoshiki SUGUARA, and the acting Zambian Minister of Foreign Affairs, Lameck GOMA, Japan granted an aid package to Zambia valued at US$400 000. The funds are to be used for the reconstruction of the Kafue Bridge. *Remark* : The Kafue Bridge is an important crossing point for local and international traffic to Botswana, South Africa, Zambia, Malawi, Zaire and Tanzania.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0053

DATE : 5 March 1991

AFRICA : ECONOMIC BRIEFS

BEIRA HARBOUR Beira Harbour's freight handling in 1990 amounted to approximately 1,29 million tons, compared with 1,24 million tons in 1989. Exports amounted to 262 400 tons (222 100 tons in 1989) and imports amounted to 903 000 tons (906 000 tons in 1989). This only represents a four percent increase despite ongoing reparations to the harbour. The increase in freight handling and export is attributed to the fact that Zimbabwe has increased its grain exports. Zimbabwe was the harbour's biggest user in 1990 (with an average of 68,8 percent of the total tonnage), a position occupied by Mozambique in 1989.

BOTSWANA The Soda Ash company in Botswana is planning to erect a storage and distribution facility near Johannesburg (South Africa) at a cost of US$16 million. The facility is expected to handle 300 000 tons of soda ash per year. The South African AECI Company has been appointed by Soda Ash (Botswana) as the managing and engineering contractor for the project.

MOZAMBIQUE The Mozambican Minister of Defence, Major General Alberto CHIPANDE, recently warned that Mozambique should expect a reduction in military aid from the Soviet Union and Eastern Europe, primarily because of the present unrest in certain of the countries. As a result, Mozambique will have to find new partners.

NAMIBIA Consolidated Diamond Mines of Namibia (CDM) recently put a new diamond mine into operation. The mine is situated along the coast at Chameis, 120 kilometres north of Oranjemund. Expectations are that the mine's diamond production will amount to 75 000 carats per year for a three year period.

01.02

ENTRÉE
CRZ VR X

91 08610

SOUTHERN AFRICA CONFERENCE The Institute of Directors (IOD - Zimbabwe) is planning to hold a conference in Harare, Zimbabwe, from 22 to 23 April 1991. The theme of the conference will be : "Southern Africa - The Challenge of the Nineties - The Private Sector's Role". The purpose of the conference is :

- to evaluate opportunities and challenges in the Southern Africa Region in the 1990's; and
- to identify actions that can be taken to stimulate economic growth.

Speakers at the conference will include Edward JAYCOX (Vice President of the World Bank) and Dr David OWEN (British Member of Parliament).

TAZARA At present the Tanzania Zambia Railway Authority (TAZARA) is very concerned about the fact that the Gulf War could result in an increase in the running costs of the railway line, and that this could affect the use of the railway line adversely. The authorities are of the opinion that an increase in costs could result in rail traffic being re-routed along other routes at TAZARA's expense.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0055

DATE : 5 March 1991

CAPE VERDE : PEREIRA LOSES PRESIDENTIAL ELECTION

1. A former Cape Verdian Supreme Court judge, Antonio Mascarenhas MONTEIRO, has won the presidential election that was held in Cape Verde on 18 February 1991. He received 75 percent of the votes that were cast, while President Aristedes PEREIRA only received 25 percent of the votes.

2. Following the announcement of the outcome of the election, PEREIRA stated that he was going to retire from politics and that he would return to his place of birth on the island of Boa Vista. At the same time he wished MONTEIRO success in his political career.

3. MONTEIRO took part in the election as an independent candidate, but had the support of the new ruling Movement for Democracy, led by Carlos VEIGA. This Movement won the first multiparty elections that were held in January 1991, and took over from the Africa Party for the Independence of Cape Verde (PAICV) at the end of January.

4. MONTEIRO was born in Cape Verde in 1944 and as a member of the PAICV, was actively involved in resisting Portuguese colonial control over the island state. However, in 1971 he fell in disfavour with the PAICV and lived in exile in Belgium. He returned to Cape Verde in 1977 to pursue a legal career. From 1980 to 1990 MONTEIRO served as a judge in the Supreme Court.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZ DO VR

01.01 9108611*

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0057

DATE : 5 March 1991

LESOTHO : PROGRESS IN THE DEMOCRATISATION PROCESS

ELECTIONS BEFORE JUNE 1992

1. Lesotho's Minister of Foreign Affairs, Tom THABANE, has stated that elections for the transition to a civilian government will take place before June 1992. According to THABANE the National Constituent Council has completed its revision of the 1966 constitution and meetings are going to be held in towns to inform the population about the constitution. THABANE has also said that a referendum about the acceptance of the entire constitution is unnecessary, but that specific points of interest can be tested in a referendum. If, however, a reasonable level of consensus is noted during the meetings, then a referendum would be seen as unnecessary, especially in view of the costs attached.

2. According to THABANE, the future of the monarchy may be of interest, but the National Constituent Council has already ratified the position of a constitutional monarch. King LETSIE III has also already stated that the population would prefer a true democracy which will consist of a broad spectrum of representation of all the sectors of the community, and not a democracy which is dominated by a particular group. The King has also praised the military government for the steps that it has taken in the process of returning to a democracy, and has said that these steps are significant and worthy of praise. The King also expressed the hope that the democratisation process in Lesotho will result in a true democracy that will meet the needs of the Basutho people, and that will ensure them of their rightful place as a sovereign nation in the new Southern Africa of the future.

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO VA

01.03 9108612

3. One of the prominent issues also addressed by the National Constituent Council was whether tribal chiefs should be allowed to participate in party politics. A C MANYELI submitted a motion in terms of which tribal chiefs would be prohibited from participating in party politics. His motivation was that the chiefs ruled over a number of diverse people with divergent political viewpoints, and that a chief who belonged to a party other than the parties his subjects belonged to, would not be capable of being objective. The motion was opposed by C MOFELI, who stated that tribal chiefs cannot be deprived of their valuable ideas, which were needed in the political arena. C MAKHETA also pointed out that the motion was contrary to the human rights charter that is contained in the Lesotho constitution. Subsequently, the National Constituent Council rejected the motion.

4. Tom THABANE also addressed the issue of including the Chief of the Defence Force in a future cabinet. He stated that the defence force will have to at least fulfil a watch-dog role in order to prevent another military take-over in Lesotho. THABANE added that while certain Western democracies were concerned about this issue, the fact remained that wherever a military government in Africa had transferred power to a civilian government, the defence force had always returned to power in the form of a coup. He also explained that there would have to be in-built safety mechanisms in the constitution to prevent the Premier from altering the defence force into a so-called personal weapon against the opposition.

5. According to reliable sources in Maseru, more political parties are preparing for the general election, despite the fact that the Chairman of the Military and Ministers' Council, Major General J M LEKHANYA, has received additional powers that enable him to ban political parties. (These powers refer to the inclusion of the Head of the Royal Lesotho Defence Force (RLDF) as Minister of Defence in the future cabinet, as well as the powers that were granted to him in terms of Order no 14). The reports indicate that certain persons are preparing to oust the leaders of existing political

parties and that other political parties are going to be formally established, including the Republican Party, the Lesotho Liberation Party and Christian Alliance Party.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0058

DATE : 5 March 1991

COMMONWEALTH : PROGRAMME FOR THE DEVELOPMENT OF HUMAN RESOURCES IN SOUTH AFRICA

1. In a statement that was released in London in February 1991 after a meeting of the Committee of Ministers of Foreign Affairs concerned with Southern Africa, an indication is given that the Commonwealth sees a role for itself in terms of the development of human resources for a post-apartheid South Africa. The Committee placed emphasis on the importance of launching a programme of training and job placement which will promote the transition to a non-racial democracy in South Africa, and which will prepare black South Africans to accept senior government and other posts. This programme will concentrate on the following terrains :

- Central administration, including the judicial, economic, policing and security services.
- Local authority structures, including all essential services.
- Technical services, including the management of educational institutions, as well as transport and communication.

2. Although the Committee foresees that training and job placement will occur outside South Africa, in order to save time and money the Committee will also begin to support training and job placement within South Africa. The training and rehabilitation of repatriated exiles was also specifically mentioned in this regard.

3. The Committee asked the Commonwealth's Secretary-General to launch the programme as soon as possible. Members of the Committee stated that their

9108613

governments supported the project. They appeal to other Commonwealth members to participate.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0059

DATE : 5 March 1991

NAMIBIA : POLITICAL DEVELOPMENTS PRIOR TO FIRST COMMEMORATION OF INDEPENDENCE

CABINET RESHUFFLE

1. On 19 February 1991, President Sam NUJOMA of Namibia announced his first cabinet reshuffle.

2. Two new ministries were established as a result of two ministries being subdivided. The Ministry of Agriculture, Fishing, Waterworks and Rural Development was separated into a Ministry of Agriculture, Waterworks and Rural Development and a Ministry of Fisheries and Marine Resources. Gert HANEKOM was appointed as minister responsible for the former ministry, while Helmut ANGULA (Deputy Minister of Mining and Energy) was appointed as minister responsible for the latter ministry. The Ministry of Education, Culture, Youth and Sport, was also subdivided into the Ministry of Education and Culture - with Nahas ANGULA as minister responsible, and a Ministry of Youth and Sport, with Pendukeni ITHANA (Deputy Minister of Conservation and Tourism) as minister responsible.

3. Five new deputy ministers were also announced. The new members and their posts are as follows :

- Ben ULENGA : Deputy Minister of Conservation and Tourism
- Anton VON WIETERSHEIM : Deputy Minister of Trade and Industry
- Jesaya NYAMU : Deputy Minister of Mining and Energy
- Iyambo INDONGO : Deputy Minister of Health and Welfare
- Barmenas Rick KUKURI : Deputy Minister of Finance.

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZ DO VR.
9108614

4. The present Deputy Minister of Trade and Industry, Reggie DIERGAARDT, was appointed as Deputy Minister of Youth and Sport.

CURRENT POLITICAL ISSUES

5. Towards the end of its first year of independence, the Namibian government still has certain issues that are unresolved, such as the Walvis Bay question. In addition, SWAPO and other political parties are preparing for the upcoming regional and municipal elections, and expectations are that the respective parties will begin active campaigning soon.

6. On the subject of Walvis Bay, the Namibian Minister of Foreign Affairs, Theo-Ben GURIRAB, recently stated that the safety of Namibia cannot be guaranteed and that this country's independence is incomplete until Walvis Bay and the islands on the Namibian Coast are incorporated into Namibia. According to GARIRAB various failed discussions have been held with the South African government and the Namibian government will not relent until Walvis Bay is an integral part of Namibia. According to GURIRAB, the continued presence of South African forces in Walvis Bay is depriving Namibia of economic resources. However, South African newspapers recently reported that the South African government is willing to enter into discussions. The proposed discussions will presumably take place in March 1991.

7. SWAPO's Head of Information and Political Orientation, Kandy NEHOVA, has also outlined SWAPO policy with regard to absentee landlords. He recently stated that SWAPO is a proponent of confiscating land from so-called absentee landlords who are not Namibians. According to NEHOVA 70 percent of the land in Namibia belongs to a minority group and therefore the land should be confiscated from those who have too much of it and should be redistributed to those who do not have land.

8. In preparation for the upcoming regional and municipal elections, the Democratic Turnhalle Alliance (DTA) and Action Christian National (ACN) are

working on a cooperation agreement. Jannie DE WET (ACN leader) and Dirk MUDGE (DTA leader) recently announced that the two parties would be working together in the election. According to MUDGE, cooperation between the DTA and smaller political parties in Namibia is imperative during the elections in order to create a united front which opposes SWAPO, since the regional elections will be conducted on the basis of the winner-takes-all principle. DE WET revealed that the principle of cooperation between the DTA and ACN was already established during an agreement that was reached in 1990, when the DTA and ACN decided to submit joint proposals to the delimitations commission.

Remark : Namibia will commemorate its first year of independence on 21 March 1991. In order to save on costs, the festival committee has recommended that only one official guest be invited. Reports indicate that President Fidel CASTRO of Cuba has been invited to attend the ceremony. President NUJOMA is planning to visit Cuba from 1 to 6 March 1991 to hold discussions with President CASTRO. President NUJOMA will also visit the Namibian community in Cuba, consisting of approximately 200 students.

DOMESTIC ISSUES

9. On the domestic front it appears as if certain municipalities are being hampered by payments, for services, which are in arrears. In addition, there have been several setbacks in the repatriation process involving former Koevoet and South West African Territorial Force (SWATF) members.

10. It was recently reported that the payments for services such as the provision of water and electricity, as well as sanitation, appear to be in arrears, in view of the following :

- A total arrears sum of US$5,9 million owed to the Windhoek Municipality (as at 31 December 1990), with the government owing US$3,15 million and private users owing US$2,7 million. (*Remark* :

There are approximately 22 455 users of water and electricity in Windhoek - including government institutions).

- The arrears sum for Katatura, a suburb just outside Windhoek, amounted to US$3,03 million as at 31 December 1990. (*Remark* : Katatura has approximately 12 800 users, implying an average use of approximately US$236 per consumer.

- Khomasdal's arrears sum amounted to US$570 000 as at 31 December 1990. (*Remark* : Khomasdal only has 3 087 consumers, implying an average consumption of US$186 per consumer.

11. As regards the repatriation process, approximately 90 former Koevoet and SWATF members and their families were due to be repatriated into Namibia from Angola during February 1991. The group would have initially been repatriated on 2 February 1991, but owing to organisational problems between the International Committee of the Red Cross and UNITA, the repatriation could not take place.

ELUCIDATION AND COMMENT

12. The above-mentioned Koevoet and SWATF members left Namibia during August and September 1990 to join UNITA. Following negotiations between the Namibian government, the International Committee of the Red Cross and UNITA, these members are now returning to Namibia voluntarily.

FUTURE PLANNING

13. The Namibian government is still paying attention to developing its security and defence forces. In this regard, a spokesman for the Namibian Department of Defence, Paul KANYEMBA, stated recently that the Namibian government is currently negotiating with various governments about the establishment of a Namibian Air Force. According to KANYEMBA the Namibian

government cannot establish its own air force without foreign aid and support. *Remark* : KANYEMBA didn't reveal the names of the countries that the Namibian government is negotiating with.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0060

DATE : 5 March 1991

DEVELOPMENTS SURROUNDING TRANSPORT ROUTES IN MOZAMBIQUE

1. Despite aid from various foreign investors little progress is being made in transport route projects, especially as a result of RENAMO activities.

2. In view of its involvement in the Nacala Corridor project, it appears as if the French government has decided to become more involved in safeguarding this project. A visiting French Parliamentarian, Alain VIVIEN, said in Maputo (Mozambique) that France is going to increase its military assistance to Mozambique by training a number of Mozambican officers in 1991. VIVIEN also stated that work in the Nacala Corridor had resumed after having been suspended for a three year period because of security problems. According to VIVIEN, five French military experts are currently providing assistance to Mozambican troops, together with a small contingent of the Malawian defence force, in the safeguarding of the project. *Remark* : France has granted approximately US$260 million to Mozambique for the Nacala project, and half of this sum has already been used for repair work. Twenty French civilian technicians are also involved in the project, together with 20 Portuguese technicians. Earlier on, France cancelled all of Mozambique's public debt owed to France and changed all outstanding loans into donations.

3. RENAMO appears determined to disrupt work on these transport route projects. At the start of February 1991 RENAMO was responsible for an alleged attack on the Tete Route. According to unconfirmed reports RENAMO killed 19 people, the majority of whom were Mozambican soldiers, when it attacked a convoy on the Tete Route on 7 February 1991. According to eyewitnesses the attackers were clothed in uniforms of the Mozambican commando units.

ENTRADO X
CRUZ DO VR

01.03

9108615

ELUCIDATION AND COMMENT

4. The use of the Tete Route was suspended in January 1991 after an increase in RENAMO attacks, following the withdrawal of Zimbabwean troops from this route. However, it reopened at the beginning of February 1991 after Mozambican troops started to accompany convoys on this route.

5. A RENAMO spokesman in Kenya, Joaquim VAZ, stated recently that RENAMO was planning to resume its attacks on the Beira and Limpopo corridors as from 21 February 1991. According to VAZ, RENAMO had made this decision because Zimbabwe had failed to comply with the partial ceasefire agreement by taking action in 52 places outside the corridors.

6. The Chairman of the Joint Verification Commission, Manfredo DI CAMERANA of Italy, said in his reaction that RENAMO's statement had resulted in confusion, disappointment and concern. He expressed the hope that VAZ's statements had not been approved by the RENAMO leadership. According to DI CAMERANA, the commission has already inspected eight of the 52 areas and has not found any evidence to support RENAMO's allegations. DI CAMERANA maintains that there is a technical violation of the agreement since 3 000 Zimbabwean troops are stationed nine kilometres outside the Beira Corridor town of Chimoio.

7. DI CAMERANA's expressed hope was dashed after an alleged RENAMO attack on 23 February 1991. The Executive Director of the Southern Division of the Mozambican Railways, Joao AZIMHEIRA, stated that RENAMO had launched an attack on the Limpopo Corridor ninety kilometres north of MAPUTO. According to AZIMHEIRA the sleepers on the railway line were set alight along a fifty metre strip of the railway line. This disrupted train traffic as a result. RENAMO also allegedly sabotaged the railway line between South Africa and

Maputo for the sixth time in February 1991. *Remark* : While the attack on the Limpopo Corridor (which has not been confirmed) is a violation of the partial ceasefire agreement, the South African railway line was not included in this agreement.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/3405

DATE : 22 March 1991

UMKHONTO WE SIZWE

Owing to several political problems and personnel changes out of sheer necessity on the part of the ANC after 1988 an accurate estimation of its military presence in the FLS cannot be made.

1. ***PRESENCE IN THE FRONTLINE STATES (FLS)***

a. The ANC's own logistical and administrative problems regarding an estimation of Umkhonto we Sizwe (MK) members in the "Frontline States" (FLS) hinders the obtaining of any factual and confirmed information in this regard in certain Frontline States. In this regard the position of MK members and structures in the FLS since January 1989 has been influenced significantly by the following factors :

- The ANC's announcement in January 1989 that its military camps/training facilities would be moved from Angola (as a result of the political settlement in Namibia), gave rise to large-scale uncertainty amongst the members of MK and also gave rise to administrative problems within the ANC structures.

- The legalisation of the ANC/SACP and other organisations on 2 February 1990 compelled the ANC to change its priorities to inside the country in order to meet the new political demands made on it in South Africa. In this regard the shifting of its leaders to South Africa, the establishment of administrative and support structures, the expanding of a

ENT
CRO
9108616

political support base and the organisation of the National Consultative Conference (16 December 1990) enjoy priority. In addition, the ANC's increasing involvement in the negotiation process has apparently had a negative influence on guidance and planning with regard to MK structures in the FLS.

- The exposure of Operation Vula (underground structure of the ANC/SACP mainly in Natal) and the subsequent endorsing of the Pretoria Minute strengthened the uncertainty in MK regional structures and other ANC regional structures in the FLS.

b. Before attention can be given to the specific MK numbers in the FLS, it is essential to discuss official ANC policy regarding MK in the FLS :

- Before the Pretoria Minute the ANC's plan was, during an agreement with the Government with regard to the suspension of military activities, to leave room for the continued establishment of military structures inside the country. This establishment process would be served via the ANC's structures in the FLS. The ANC's endorsement of the Pretoria Minute, in terms of which all military and related activities must be suspended, restricted the organisations to such an extent that the anticipated activities of its structures in the FLS, especially with regard to logistical and weapons supply from structures within South Africa, may not continue to be carried out.

- Notwithstanding the above, the ANC still intends maintaining its military capability in the FLS until the negotiation process has developed to such an extent that the resumption of the armed "struggle" is not anticipated, or until MK

members can be included, in terms of an agreement, in political structures in South Africa and other structures, to the satisfaction of the ANC.

- MK is still given a "decisive" role within the ranks of the radical (militaristic orientated) ANC/SACP. So, for example, Ronnie KASRILS (a member of the ANC's National Executive Committee - NEC) declared in the Daily Mail of 4 September 1990 : "The Pretoria Minute also facilitates ... the proximate presence of political leadership, functioning overtly, and conditions of greater security for revolutionary leadership operating underground. It provides for much firmer integration of political and military structures". KASRILS added that the ability of MK to bring weapons into the country was being "restricted" by this agreement.

c. The ANC's census of exiled ANC members, as initiated in May 1990, is aimed at the up-dating of the organisation's own records and it includes the FLS. From these records it appears that the ANC itself is not up-to-date with regard to the precise MK numbers in the FLS.

d. The ANC reportedly has between 6 000 and 8 000 trained MK members.

2. *MK PLANS FOR THE FUTURE*

a. Statements by prominent ANC/SACP members since the suspension of the "armed action and related activities" of the ANC and MK indicate disunity within the ANC regarding the role of MK inside the country and also regarding the fact that there are people in the ANC who are not in favour of the suspension of such MK activities. It appears that a "veiled" role is being planned for MK inside the country within which the ANC will still retain the

potential for the resumption of armed action. These statements involve the following, amongst other things :

"We don't relinquish the right to self-defence ... this does not mean an undertaking to end militant, mass action". (Raymond SUTTNER - Head of the ANC's Department of Political Education).

"Within this ad-hoc mushrooming of the marshall's formations ... this can be transformed into the space within which MK is concealed". (Mac MAHARAJ - SACP and ex-ANC NEC member).

b. These and other statements indicate that MK will be increasingly accommodated within so-called legal structures in the ANC, such as the "self defence" and "anti-crime units", as well as "marshall" structures. Furthermore, it appears that MK members will also be concealed/settled within squatter camps and Black residential areas, which strengthens the ANC's influence in these areas - especially in conflict situations, such as is currently occurring in Black residential areas.

c. MK and the underground structures of the ANC are also increasingly concentrating on the politicisation of the people in order to "educate" them regarding the broad political points of departure of the ANC and as part of the organisation's attempts to consolidate its power base still further.

d. Apart from this "protective" and disciplinary role of MK inside the country by means of the "defence units" and "marshall" structures, it also seems as if a number of MK members are gathering in the Self-Governing territories, such as the Transkei. The ANC has allegedly already established Regional Military Councils (RMC) in several of these territories/states in order to extend its influence there. MK members that have been arrested since June 1990 have also alleged that they had received orders to :

- Establish secret military structures in the Northern and Far Northern Transvaal
- Create "safe" houses
- Set up a communications network
- Set up arms caches
- Recruit, politicise and train MK members militarily
- Set up underground military structures (compare Operation Vula) as well as other structures in the Western Cape and on the Witwatersrand
- Launch attacks on the Security Forces.

e. Information (from the Vula project) indicates throughout the necessity of continuing the revolutionary onslaught at this point in time. In reaction to a document of the ANC's Internal Political Committee regarding the establishment of underground structures in South Africa, KASRILS said the following :

"We need to bear in mind that there is tremendous uncertainty about a smooth and simple negotiated solution. We dare not allow ourselves to believe that the path to the transfer of power to a democratically elected government of the people will proceed unhindered. Because of this we must build our revolutionary forces side by side with the negotiation process. These revolutionary forces cannot simply be legal ones. Neither can they simply be forces that apply pressure on the government so as to force it to make the necessary concessions demanded of our negotiating team. The legal ANC can and must mobilise our masses in order to bring maximum pressure on the government and White South Africa in general. But a great deal of work is going to have to be planned and organised in a clandestine way. This brings us to our strategic perspective. Where is the limit to the pressure of the masses which must be exerted against the existing power block? The only logical answer is in a nationwide uprising. Whilst this cannot be seen as a certainty it must be

considered as a possibility should negotiations reach an impasse. It is vital that we have such a perspective. Not only has our strategy been moving in this direction, but if we jettison it now we emasculate ourselves at the negotiation table. We must steadfastly avoid the situation where we feel that everything and all things are dependent on negotiations. A strategy which encompasses the uprising perspective means that we must have a strong underground machinery which has an active rather than a passive reserve function. Last but no means the least, it is the underground that ensures the ANC's political leadership and control over the Revolutionary Army and Popular Militia. It is not possible for the legal ANC and its branches to handle this essential task on the ground".

f. Such actions by the radical elements within MK entail the increasing danger of a negative influence on the sensitive position of trust between the ANC and the Government.

g. With regard to planning regarding the role of MK in a transitiona phase and "post-apartheid South Africa" it appears from guidelines contained in a joint statement during the ANC and IDASA conference in May 1990 that MK and the SADF and the defence forces of the TBVC states should be integrated. It is anticipated that this defence force will be much smaller than the current defence force, that it will operate on a voluntary basis and that MK members will have to be included in senior positions of command.

3. *STOCKPILING OF WEAPONS*

a. From the questioning of MK members that have been arrested, it appears that orders given them include the fact that they should arm themselves from existing arms caches. A number of

sophisticated weapons, including automatic weapons, rocket launchers and mines, were found in the possession of several of these MK members. These weapons are smuggled into South Africa and the TBVC states from the neighbouring states, such as Botswana and Zambia, and concealed in/near Black residential areas.

b. By questioning arrested persons in the Vula investigation it was determined that there are eight arms caches in South Africa that are available for use by Operation Vula. Information has also been received that weapons have been moved from Zimbabwe to Botwswana with the purpose of moving them to South Africa for the establishing of arms caches.

c. There are also allegations that MK members in the Transkei are being provided with weapons by the Transkei Defence Force (TDF). In this regard it is informative to know that, in the current climate in favour of negotiations, Maj. Gen. Bantu HOLOMISA (Chairman of the Transkeian Military Council), is trying to build up his army. Nelson MANDELA's recent statement that "ANC supporters would be armed ... People who seriously want to be armed, should come to us and we shall advise them on what to do", implies that the ANC has the necessary weapons inside South Africa to arm its members.

4. *POSSIBLE USE OF THE TBVC STATES AND SELF-GOVERNING TERRITORIES FOR MK TRAINING*

a. Although at this stage there is no confirmed information that MK has made it an objective to make use of the TBVC states or the Self-Governing Territories for training, there are sufficient indications that certain of the states/territories, especially

those with pro-ANC government administrations, could actually be used for MK training purposes.

b. Unconfirmed information indicates that MK training is already taking place in the Transkei. It is also not clear whether the training was to have taken place on a formal, structured basis and on the orders of the ANC leadership, or whether it is only individual MK members acting on their own initiative. There are actually individual MK members who are moving around openly and armed in the Transkei. Chris HANI (Chief of Staff of MK) has already declared repeatedly in public that the suspension of armed actions does not imply the suspension of the armed "struggle" and that MK "will therefore continue to recruit, train and consolidate its forces". Against this background there is a distinct possibility that MK training is already taking place, specifically in the Transkei, and that this tendency could also be manifested in the other TBVC states and Self-Governing Territories.

c. The obvious presence of a number of MK members in the Transkei and the spirit of militancy that HANI is creating there, naturally increases the possibility of the establishment of MK structures and MK actions against South Africa. It is unlikely, however, that the ANC NEC will tolerate activities of this nature or that HANI, in the light of the potential political price that he will have to pay within the ANC if this were to become known, will launch such actions without the prior knowledge of the NEC.

5. ***MK AND NEGOTIATION***

The legalisation of the ANC on 2 February 1990 created a unique opportunity for the ANC/MK with respect to armed resistance and it is clear that the ANC is making full use, in terms of its aspirations, of

the "political space" that has been created by its legalisation, also by means of MK. According to the ANC the one-sided and qualified suspension of armed and related activities on 6 August 1990 does not address the "armed struggle" element of its strategy or the continued existence of MK at this stage. Therefore, theoretically MK is still acting in accordance with its original "charter" that was published on 16 December 1961. It determines, amongst other things that "... Umkhonto we Sizwe will carry on the struggle for freedom and democracy by new methods, which are necessary to complement the actions of the established national liberation movement, and our members, jointly and individually, place themselves under the overall political guidance of that movement ... Umkhonto we Sizwe will be at the frontline of the people's defence. It will be the fighting arm of the people against the Government and its policies of race oppression ... We of Umkhonto we Sizwe have always sought - as the liberation movement has sought - to achieve liberation, without bloodshed and civil clash. We still do". Against this background the following seems clear :

- The current role of MK with regard to such things as "self-defence units", continued training, recruiting, maintenance/establishing of underground and above-ground command and control structures still complies with MK's original "mission".

- In the context of negotiations the mere survival of MK and the implied threat of violence, together with the ability to intimidate, are presenting it with an important lever, just as the ANC's insistence on the maintaining of sanctions until it has decided that the negotiation process is irreversible, for the ANC to strengthen its negotiation position, not only vis-à-vis the Government, but also with regard to other parties/organisations/ groups.

- MK is still subordinate to the political leadership of the ANC NEC, but it can, owing to its importance as a political lever, influence the nature of the political leadership that it receives from the NEC to a certain extent by means of its leaders who serve on the NEC, especially with the support of SACP-NEC members. In this respect MANDELA is therefore "dependent" on the sympathy of MK-NEC leaders in order to maintain unity in the NEC and the rest of the organisation. MANDELA probably also finds it difficult to discipline outspoken MK members such as HANI and KASRILS, even more so because their statements are not in conflict with the ANC's existing strategy. Nevertheless, HANI and his followers would probably find it difficult to find a political home outside of the ANC.

6. *EXFILTRATION*

There are currently a number of Black youths who are exfiltrating to Lusaka, mainly via Botswana, Zimbabwe and Swaziland. Tom SEBINA announced during a recent press conference in Lusaka that about 1 000 persons had arrived in Lusaka from South Africa. Although it is not known whether all of these people will receive military training, it is anticipated that some of them left the country for this purpose.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE BD/0004 10 JUNE 1991

DRUG TRAFFICKING VIA THE DOMINICAN REPUBLIC

The Dominican Republic is being used increasingly as a corridor country for cocaine. Therefore this government plans to collaborate with Venezuela in the fight against drug abuse and trafficking, because, according to their own evaluation, the Dominican Republic does not have the necessary experience in this regard at their disposal.

According to police reports, drug trafficking occurs mainly in the Dominican republics of Barahona and Pedernales. Drugs are being smuggled via sea and air.

The local authorities in the province of Barahona believe that the police have already been infiltrated by the drug mafia. During recent months ten police officers have been discharged from the police force owing to involvement in drug offences.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO X
CRUZADO

01.01 9108617

REFERENCE : BD/0007 10 JUNE 1991

RECORD OF NARCOTIC OFFENCES 1984 - 1990 : SOUTH AFRICAN POLICE

1. According to the South African Police, they were very successful in combating drug trafficking over the past six years as the attached table of narcotic offences shows.

2. South Africa is increasingly a major target for international drug traffickers, but the South African Police still keep abreast of the drug onslaught, though drugs enter South Africa via main airports like Jan Smuts, harbours like Cape Town and Durban and overland from the north.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO X
CRUZADO
9108618

SOUTH AFRICAN POLICE

RECORD OF NARCOTIC OFFENCES 1984 - 1990

DAGGA (CANNABIS):	1984/85	1985/86	1987	1988	1989	1990
Number of cases	46 241	42 069	47 368	49 670		
Arrests	48 417	35 367	41 548	15 290	13 668	16 738
Mass confiscated in kg	465 438kg	152 657kg	1111 414kg	212 259kg	1230 900kg	171 129,69kg
Mass destroyed in cultivating fields in kg	312 825kg	612 060kg	136 654kg	537 206kg	9420 328kg +944,811kg	4 945 551,727 +8 001 120 plan
MANDRAX:						
Arrests	2 658	1 515	1 052	1 441	1 501	2 057
Tablets confiscated	472 018	1 082 344	14 861 827	1 184 259	1753 077 +265kg powder	1 153 571 +402 caps, + 8,059kg powder
OTHER NARCOTICS:						
Cocaine : Arrests	23	50	15	31	32	46
Amount confiscated in grams	537,00gr	652gr	1 402gr	599gr	164gr	10 092gr
Opium : Arrests	6	3	2	2	0	0
Amount confiscated in grams	73gr	100gr	26gr	57gr	0	0
LSD - Arrests	26	62	99	36	29	15
Amount of units confiscated	1 809	915	6 927	14 382	12 433	212
Other scheduled medicines :						
Arrests	109	338	161	95	138	184
Amount confiscated	55 072	3 716	42 868	114 533		
Heroin: Arrests					3	22
Amount confiscated in grams					1532gr	40 184,5gr

SOUTH AFRICAN POLICE

RECORD OF NARCOTIC OFFENCES 1984 - 1990

DAGGA (CANNABIS):	1984/85	1985/86	1987	1988	1989	1990
Number of cases	46 241	42 069	47 368	49 670		
Arrests	48 417	35 367	41 548	15 290	13 668	16 738
Mass confiscated in kg	465 438kg	152 657kg	1111 414kg	212 259kg	1230 900kg	171 129,69kg
Mass destroyed in cultivating fields in kg	312 825kg	612 060kg	136 654kg	537 206kg	9420 328kg +944,811kg	4 945 551,727 +8 001 120 plan
MANDRAX:						
Arrests	2 658	1 515	1 052	1 441	1 501	2 057
Tablets confiscated	472 018	1 082 344	14 861 827	1 184 259	1753 077 +265kg powder	1 153 571 +402 caps, + 8,059kg powder
OTHER NARCOTICS:						
Cocaine : Arrests	23	50	15	31	32	46
Amount confiscated in grams	537,00gr	652gr	1 402gr	599gr	164gr	10 092gr
Opium : Arrests	6	3	2	2	0	0
Amount confiscated in grams	73gr	100gr	26gr	57gr	0	0
LSD - Arrests	26	62	99	36	29	15
Amount of units confiscated	1 809	915	6 927	14 382	12 433	212
Other scheduled medicines :						
Arrests	109	338	161	95	138	184
Amount confiscated	55 072	3 716	42 868	114 533		
Heroin: Arrests					3	22
Amount confiscated in grams					1532gr	40 184,5gr

02.02

9108618

REFERENCE : B/0077 12 MARCH 1991

ZIMBABWE : AN OVERVIEW OF THE CURRENT POLITICAL SITUATION

INTERNAL POLITICAL SITUATION

1. The internal political situation in Zimbabwe is mainly characterised by developments in the ruling ZANU(PF) party, the apparent political apathy of the population and the activities of opposition parties/groups in Zimbabwe.

2. The developments within ZANU(PF) centre mainly on the reassessment of the party's ideological and the country's constitutional future which was brought about by the changes in Eastern Europe and probably also the general movement towards multiparty democratic systems in Africa. Although President MUGABE initially resisted any suggestions of change to the party's policy, he had no choice but to alter his standpoint after both the ZANU(PF) Politburo and Central Committee voiced their opposition to his wishes for a constitutional one-party state. Although Zimbabwe will now remain a constitutional multiparty democracy, the Central Committee has left the way open for the creation of a de facto one-party state by way of so-called "intensive mobilisation of the population".

3. The differences between MUGABE and the rest of the leadership on policy issues do not threaten MUGABE's position as leader, and it will probably remain that way for as long as differences can be settled democratically in the different organs of ZANU(PF).

4. The widespread discontent and political apathy amongst the population, which was clearly demonstrated in the 1990 general election when only 54 percent of the electorate cast a vote, still prevails. This was especially demonstrated by the various strikes during 1990 by workers from all sectors of the economy, including those of the public service. The main reason seems to be socio-economic difficulties, but political motives

ENTRADO
CRUZ ... VA

9108619

especially where the involvement of the Zimbabwe Congress of Trade Unions (ZCTU) and the Zimbabwe Unity Movement (ZUM) is suspected, cannot be ruled out.

5. The apathy of the population is of great concern to the government and MUGABE is trying desperately to find solutions. The issue of lack of land ownership among the farmers was identified as one of their main grievances. Parliament recently changed the Bill of Rights clause inthe constitution to allow government to implement its new national land policy in terms of which the government can now expropriate the farms of commercial farmers (mainly white farmers) for resettlement purposes. Although this was met by a huge outcry and resistance from commercial farmers and their unions, the government plans to go ahead with this policy. A cabinet minister and senior government officials have however admitted that it would be near impossible to implement the new land policy at this stage. Critics of the government have pointed out that the government wants to resettle 110 000 families on the commercial farms without taking into account the 1,5 million black farmworkers on these farms. They also estimated that it would only be possible to resettle 2 000 families a year which means that the whole resettlement plan will take up to 30 years to complete, by which time the problem of land ownership will still exist because of the high population growth.

6. The new land policy appears to be only a political manoeuvre by the government to alleviate the apathy amongst the population towards the government and to silence critics who claim that the government has abandoned its 1980 election promises of more land to the farmers. The expectations created by the new policy can however worsen the present dissatisfaction even more when it is realised that the situation is not going to change over the short term.

7. The land issue (especially the part which prohibits recourse to the courts over compensation paid after nationalisation) together with the other amendments to the Bill of Rights of the constitution, namely the

reintroduction of whipping as a punishment for juveniles and the entrenchment of hanging as a constitutional punishment, have led to a serious conflict between the government and the judiciary. The Chief Justice of the Supreme Court has stated that any law which abrogated the fundamental principles of the constitution would be pronounced invalid by the judiciary. Expectations are therefore that neither the government nor the judiciary will back down and that the amendments will probably be challenged in test cases.

8. The opposition political parties in Zimbabwe have thus far shown an inability to capitalise on the dissatisfaction of the population towards the government. The 1990 general election has shown that both ZUM and ZANU (NDONGA) do not have enough support from the population to unseat ZANU(PF) in an election. Although ZUM does to some extent have country-wide support, its powerbase is limited to Edgar TEKERE's (ZUM-leader) home province of Manicaland, where ZUM was able to win their only two seats in parliament. ZANU (NDONGA), whose leader, Ndabaningi SITHOLE, is in self-exile in the USA, has even less support and could only win one seat in parliament. There are however indications that both ZUM and ZANU (NDONGA) together with the White Conservative Alliance of Zimbabwe (CAZ) Party are planning to establish a broad opposition alliance against the government in the hope of broadening their support base. It is not anticipated that this broad alliance will threaten the government in a general election.

9. Unconfirmed information suggests that the opposition alliance might attempt to overthrow the government by violent means. It is known that a cooperation agreement was signed in 1986 between ZANU (NDONGA) and RENAMO in which they agreed to cooperate in overthrowing both the Zimbabwean and Mozambican governments. Shortly thereafter, RENAMO declared war on Zimbabwe which led to serious acts of banditry by RENAMO in the eastern border areas of Zimbabwe. There was also unconfirmed information of ZUM embarking on a recruitment drive of young members for military training by RENAMO in Mozambique. The ZUM leadership has also by implication suggested that it regards violent armed action against the government a possibility once Zimbabwe becomes a one-party state.

SECURITY SITUATION

10. The security situation in Zimbabwe is currently still characterised by RENAMO banditry in the eastern border areas adjacent to Mozambique, whilst the partial ceasefire agreement between RENAMO and FRELIMO has put limitations on Zimbabwe's involvement in Mozambique.

11. RENAMO banditry in Zimbabwe in 1990 led to the death of nearly 90 civilians. This occurred despite a government strategy to resettle civilians in these areas in 50 "security villages" further away from the border, near larger communites where they are protected by the security forces. The government recently increased its forces in the border area in an attempt to solve the security problem. The government is probably also hoping that RENAMO will cease its actions in Zimbabwe once the partial ceasefire agreement is fully implemented. This may however not be the case because the agreement did not order an end to RENAMO's action against Zimbabwe. There is a real possibility of an increase in RENAMO activities because Zimbabwean forces are not allowed in Mozambique in terms of the agreement except in the two corridors, which means that no preventative action can be taken against RENAMO inside Mozambique.

12. Zimbabwe's forces in Mozambique are currently confined to the Beira and Limpopo corridors in accordance with the agreement. It is estimated that Zimbabwean forces currently number between 7 000 and 8 000 troops of which 5 000 troops are protecting the Beira Corridor.

13. Although Zimbabwe has officially given its backing to the agreement, they are not totally convinced that the Mozambican army (FAM) has the ability to counter RENAMO actions. Zimbabwe will however honour the agreement for as long as there is no security threat to the two corridors which are a vital economic lifeline for them.

INTERNATIONAL RELATIONS

The changes in international relations as a result of the improvement in East-West relations and the changes in Eastern Europe, inter alia, had to some degree caught Zimbabwe on the wrong footing. As a result of its strongly principled, non-aligned policy, Zimbabwe was slow to adapt to the new circumstances. This eventually led to a deterioration in their relations with their traditional socialist and communist allies and expectations are that relations with these countries will not be as strong as in the past due to the break in ideological alignment. The active role Zimbabwe tries to play in international politics has also suffered owing to the inactivity of the Non-aligned Movement (NAM) and the improvement in the political situation in Southern Africa.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0078 12 MARCH 1991

THE CONGO : CURRENT POLITICAL SITUATION

1. Faced with a political crisis and a national strike which paralysed the country in September 1990, President SASSOU-NGUESSO announced on 1 October 1990 the "immediate" introduction of multipartyism and that a national conference of all prospective political parties would be held. The Congolese Workers' Party (PCT) has finally given the go-ahead for political reforms and a national commission on the amendment of the constitution is currently studying certain recommendations to be forwarded to the PCT Central Committee and hence to the parliament. New political parties were recognised and legalised on 1 January 1991 and they will be invited to participate in the national conference to be held in May or June 1991. A transitional government was to take over on 1 January 1991, but this has not yet materialised.

2. The above programme may suggest that the Congo's switch to multipartyism is carefully worked out, but this is not the case. Although the PCT had announced its commitment to political pluralism at a Central Committee meeting in July 1990, the promised timetable was far more lengthy than the one announced on 30 September 1990 during an extraordinary Party Congress. The president had stressed repeatedly that any decisions on the Congo's political future would be left to an extraordinary PCT Congress scheduled for February 1991, which in turn would lead to a national referendum on multipartyism. No authorisation was to be given to new political parties until this point and those who attempted to organise autonomously, would be seen as "outside the law".

3. The new reform package officially announced on 1 October 1990 has backtracked on most of that programme and reflects the government's realisation that it can no longer solely dictate the pace of change.

ENTRADO X
CRUZ DO VA
9108620

4. During yet another extraordinary Party Congress (4 to 7 December 1990), the PCT officially discarded its Marxist-Leninist policy in favour of a social democratic policy and endorsed multiparty politics. It was further decided that the president would no longer be head of government, but that a prime minister would assume that role. In addition, PCT members in the military had to give up their membership cards and medals at the end of 1990.

5. While criticism against the one-party rule has come from a number of quarters, including Congolese opposition elements in exile, the recently released former president, Yoachim YHOMBI-OPANGO, and from educational circles, the key pressure has been exerted by the Congolese Trade Union Federation (CSC), which has been highly critical of the government and a leading supporter of a national conference. In early September 1990, the CSC wanted to break away from the PCT, but this decision was vetoed by the latter. In reaction to this, the CSC organised a two-day strike on 14 and 15 September 1990 which had devastating consequences especially in Brazzaville and Point Noire, the Congo's two main economic centres. At this time two youth organisations, namely the Organisation for School Pupils (FENAJESCO) and the Organisation for University Students (FENAECO) withdrew from the official Union of Socialist Youth (UJS), an affiliated PCT umbrella youth union.

6. When the CSC entered into negotiations with the PCT's Political Bureau on 16 September 1990, the former clearly held the upper hand. In the face of this mounting criticism, the president decided to accelerate political reform in order to avoid a final break between his government and the population. Faced with the determination of the CSC-leaders and the devastating effect of the strike, the government was obliged to reverse its decision and allow the CSC to proceed with its work, independent from the PCT. The CSC subsequently resumed their demands for greater autonomy and political reform.

7. As far as the activities of political parties are concerned, it is clear that they are busy organising and canvassing for support. Their

leaders, grouped together in a democratic forum, have called for a change in the latest timetable for reforms recommended by the PCT. In particular they requested that the national conference, scheduled for May or June 1991, be held as early as February 1991.

8. A total of 22 political parties have already registered at the Ministry of Territorial Administration. The most prominent are the Union for Congolese Democracy (UDC) under the leadership of Sylvain BEMBA, the Congolese Social Democratic Policy (PSDC) under the leadership of Clement MIERASSA (former secretary of the PCTO), the Union for Democracy an Progress (UDP) under the leadership of Thystere TCHIKAYA, the Democratic Front (FD) under the leadership of Bernard NZE and the Congolese Movement of Democracy and Integral Development (MDDI) under the leadership of Bernard KOLELA (former Secretary of the Department of Foreign Affairs). The leaders of the political parties are mostly former PCT-members who could not reconcile themselves with the nature of the PCT's reform measures.

9. Besides the public's calls for multipartyism and dealing with economic problems, President SASSOU-NGUESSO is experiencing increasing discontent in party-ranks with regard to the introduction of a political reform package. Several PCT members, some highly prominent, have already resigned from the PCT. *Remark* : As mentioned, some of these have already set up their own political parties. The most prominent PCT-members to have resigned since October 1990 are former Prime Minister Ange Edourd POUNGUI, and Prime Minister Alphonse POATY-SOUCHLATY. Both cited deep-rooted differences with the party policy regarding the handling of economical and political problems and the unwillingness of the PCT to truly reform, as reasons for their resignations. The resignation of these two prominent personalities is regarded as a significant blow to President SASSOU-NGUESSO's reform process. It seems that the PCT is heading for an ideological struggle between hardliners who refuse to reform and the more progressive elements who feel that the process is being delayed. Apart from these two poles there is yet another group within the PCT that is dissatisfied with the way the president handles the reform process and who doubt his sincerity in this regard.

10. President SASSOU-NGUESSO is undoubtedly heading for a turbulent period. At this stage he is left with no choice other than to press on with political reform measures and to surround himself with loyalists. Potential trouble can be expected from dogmatists within the PCT and from the military who feel threatened by the turn of events. The president's position is by no means secure especially over the next 12 months, but he cannot afford to backtrack. His position is furthermore hampered by the current economic situation in the Congo.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0079 12 MARCH 1991

BOTSWANA : POLITICAL SITUATION

1. The internal political situation in Botswana is still relatively stable, measured against other African states. Botswana's military was reorganised into a conventional force of two brigades, whilst its economy, in spite of a marked decrease in economic growth with regard to the first six months of 1990, can be seen as one of the most successful in Africa.

INTERNAL SITUATION

2. The internal political scene is characterised by the nearly total control of the ruling Botswana Democratic Party (BDP) with regard to political activities, while division continues among the opposition. Since its fifth consecutive election victory in October 1989, the BDP controls 31 of the 34 seats in parliament. This can be seen as the result of 23 years of steady economic growth and political stability. Various efforts for unification between the 4 opposition parties, namely the Botswana National Front (BNF), Botswana People's Party (BPP), Botswana Progressive Union (BPU) and the Botswana Independence Party (BIP), have failed to date, due mainly to internal jealousies. As a result, the BIP withdrew from any further negotiations about unification. Currently, the BDP does not regard these efforts for unification as a threat to its political domination.

3. According to reports, dissatisfaction among members of the BNF regarding alleged irregularities during the 1989 general election, as well as during the recent parliamentary by-elections, resulted in a decision by the party to follow a more militant policy towards the Botswana government. However, the BNF doesn't appear to pose any real threat to the government in Botswana.

ENTRADO X
CPCZ 00 VR

01.04 9108621

FOREIGN RELATIONS

4. Regarding its foreign relations Botswana maintains good relations with both East and West, especially Britian and the USA. The most significant events in the diplomatic and economic field during the past months include :

- the establishment of a trade section at the Soviet mission in Botswana in March 1990;

- the conclusion of an extensive cooperation agreement between Norway and Botswana in March 1990;

- efforts by Cuba in March 1990 to establish a mission in Botswana, which was however refused;

- the conclusion of a cooperation agreement with regard to technical assistance between Turkey and Botswana in May 1990;

- visits by Botswana delegations to Hong Kong and the USSR with a view to expanding Botswana's foreign economic relations. Hong Kong showed interest in investment (March 1990), while the USSR concluded an agreement with Botswana to train Botswana labourers in the diamond industry. This is linked to the opening of a diamond cutting works in Serowe;

- The opening of a sport and cultural centre in Botswana by the USSR in July 1990;

- continuing foreign financial aid from different countries, including Kuwait, Denmark, Norway, the USA and West Germany.

5. Since December 1989, President MASIRE has visited several African states, including Tanzania, Swaziland, Libya and Namibia. During his visit to Libya in July 1990, a cultural and economic cooperation protocol was

concluded, whereas two cooperation agreements and a protocol with regard to defence and security were concluded during his visit to Namibia in July 1990. Directly after Namibian independence, Botswana established diplomatic relations with Windhoek and a residential diplomatic mission was opened. Also, an economic cooperation agreement was concluded with Mozambique. It would seem as if MASIRE, Chairman of the SADCC, and besides President Kenneth KAUNDA of Zambia, the most senior head of state in the ranks of the Frontline States (FLS), enjoys greater regard and stature in African context than was previously the case. This is apparent from, inter alia, his chairmanship during the African Donor Conference in Maastricht (Holland) in May 1990.

6. The Botswana government has also indicated that it is encouraged by both the negotiation process in South Africa and the progress which was made in discussions between the South African government and the ANC.

7. Botswana constantly reiterates that no form of union/amalgamation of Botswana and Bophuthatswana is considered, "in spite of mutual family, tribal and other historical links". The Derdepoort Border Post, one of the last border posts between South Africa and Botswana, was handed to Bophuthatswana on 2 April 1990.

SECURITY SITUATION

8. In the security field, the Botswana Defence Force (BDF), was reorganised into a conventional force of two brigades. The personnel strength of the BDF (which represents a manpower shortage of 40 percent) remains unchanged at 5 400, of which 400 are members of the Botswana Defence Force Air Arm (BDFAA).

9. The USA and Britain remain the chief suppliers of military aid to Botswana with regard to arms, advisors and limited training aid. Declared US aid has increased to US$38 million in 1990 from US$14,3 million in 1989. US arms, which were delivered in 1990, included TOW anti-tank missiles and

helicopters. Israel, Belgium, Italy, Switzerland and Spain supplied mainly limited logistical support in 1990, while Switzerland supplied seven PC-7 training aeroplanes in March 1990. A variety of British, French and Indian firms are involved with the construction of an air force base for the BDFAA, the first where military air facilities will not be shared with civil aviation.

10. Owing to the influence of Zimbabwe and a favourable price Botswana is currently considering buying F-7 fighter planes from the People's Republic of China. Such a transaction would probably evoke resistance from the West, and could spur them to expand military aid to Botswana. Although Botswana maintains no military relationship with the USSR, the latter delivered a limited number of small arms and ammunition to the BDF in April 1990.

11. Although the internal security situation is generally stable, isolated incidents of unrest have taken place since February 1990, including stone-throwing during the SADCC's tenth anniversary celebrations, skirmishes during elections and three bomb explosions. Thus far, no one has claimed responsibility for the explosions.

CONCLUSION

12. At the moment, there are no factors that pose a real threat to the political stability of Botswana in the near future. Efforts by the opposition to unite will probably fail. No changes are foreseen in Botswana's foreign relations in the near future.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0080 12 MARCH 1991

AFRICA : ECONOMIC BRIEFS

AFRICAN CONFERENCE

The OAU and Economic Commission for Africa (ECA) are planning a conference with the theme : "*Security, Stability, Development and Cooperation in Africa*" (SSDCA). The conference will be held in Germany towards the end of March 1991, and the cost of the conference will be borne by the German Foundation for Development and the Africa Leadership Forum. *Remark* : The conference follows a think-tank that was arranged by the OAU's Secretary-General and the ECA, that was held in Addis Ababa in November 1990.

BOTSWANA

Botswana's Minister of Finance, Festus MOAGE, announced a *budget* of US$900 million for 1991 during February. The budget makes provision for a deficit of US$71 million (the first budget deficit since 1982). *Remark* : The current budget deficit can be attributed to a deceleration in the economy that was caused by a reduction of US$105 million in Botswana's diamond earnings in 1990 (owing to a lower international diamond price).

MOZAMBIQUE

At the end of February 1991, Caisse Centrale de Cooperation Economique (a development bank in France) wrote off US$150 million of Mozambique's debt to this institution.

NAMIBIA

1. According to the Namibian Chamber of Commerce, Namibia's *economic index* of 125,1 in 1989 dropped to 107,3 in 1990 (compared with 140,1 in 1998

ENTERED X
OFFICE VR
9108622

and 132,4 in 1987). *Remark* : According to the organisation the decrease can be attributed to a reduction in new company registration, tourist numbers and building plans.

2. The Director General of Namibia's National Planning Commission, Zed NGAVIRUE, recently made the following information available after an *analysis of aid* that was promised during the donor's conference in 1990 :

- Only 15 percent was received in the form of cash donations, (approximately US$32 million);
- 25 percent was received in the form of soft loans (approximately US$52 million);
- 10 percent was linked to the purchase of products and services from donor states (approximately US$21 million); and
- The remaining 50 percent (US$98 million) was for expenditure on development programmes and projects that required formulation, evaluation and the approval of the donor states.

Remark : In its 1990/91 budget the Namibian government made provision for budget aid of US$61 million and the lower than expected amount of US$32 million that can be used in this regard will result in an additional deficit of US$29 million.

3. Namibia's Minister of Labour and Manpower Development, Hendrik WITBOOI, recently announced that his ministry proposes to establish a *fund to promote job opportunities and employment*. According to WITBOOI, Namibia's economically active population of 550 000 people is increasing by three percent per year, and unemployment in Namibia is estimated at between 40 000 and 60 000 people. This implies an unemployment figure of 7,3 percent. However, other sources estimate an unemployment figure of between 30 and 40 percent. *Comment* : The difference between the respective rates can possibly be attributed to attempts by the Namibian government to place the unemployment situation in Namibia in a better light. Given the effect of returning exiles and the withdrawal of UNTAG and the SADF, the figure of 7,3 percent however appears to be unrealistic.

4. The governments of the USSR and Namibia concluded the first *official treaty* between the two countries on 22 February 1991. Details of the treaty are not known, but it makes provision for scientific and cultural exchanges and cooperation. The Soviet Ambassador to Namibia, Andrei URNOV, also stated that a senior Soviet delegation would visit Namibia in the near future for discussions about the fishing industry, inter alia. *Remark* : While the USSR has traditionally maintained good relations with SWAPO, unlike other Western countries, it did not conclude formal agreements with Namibia after its independence. It is also improbable that the USSR will provide large-scale aid to Namibia in terms of the agreement.

SOUTHERN AFRICA

The Konrad Adenauer Stiftung (a non-government German organisation), is planning to hold a conference in Harare, Zimbabwe, from 5 to 8 May 1991. The conference will focus on an *investigation into the integration of the Southern African states' economies*. The Southern Africa Foundation for Economic Research (SAFER), which is also involved in planning the conference, will undertake a two-year study with regard to economic regional integration. Themes that will be addressed during the conference include :

- Monetary strategies for regional cooperation; and
- Implications of closer economic regional cooperation.

Expectations are that politicians and economists from Botswana, Lesotho, Mozambique, Swaziland, South Africa and Zimbabwe will attend the conference.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COORDINATION CONFERENCE (SADCC)

An SADCC spokesman stated recently that the *EC aid* that was awarded in terms of the Lomé IV treaty, was granted to the SADCC, despite the fact that the PTA (Preferential Trade Area) indicated that it required US$200 million for its projects from 1990 to 1995. It was also revealed that the EC has committed itself to not reducing its aid to the SADCC as a result of aid to

Eastern Europe. A sum of US$155 million was awarded to the SADCC.

ZAIRE

At the beginning of February 1991 Zaire devaluated its unit of currency by 70 percent, and this resulted in an increase in food prices and transport costs. The price of a bag of manioc has already increased from US$16 to US$38. Subsequently, a doorman in the public service (who only earns US$19 per month) will only be able to buy half a bag of manioc. *Comment* : This situation could lead to further unrest in Zaire, especially since the price of food and transport costs are already sensitive issues.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0081 12 March 1991

THE EC : INTER-GOVERNMENTAL CONFERENCE ON POLITICAL UNITY

1. The Pan-European ideal is a step closer to being realised, with the inter-governmental conference on European political unity that began in Rome (Italy) on 15 December 1990. Together with the inter-governmental conference on economic and monetary unity (EMU), which began on the same date and which will continue over the next few months, the conference will give its attention to the revision of the original EC treaties in an attempt to give political content to them. According to plan the conference will concentrate on three main themes, namely the development of a joint European foreign policy and security policy, the extending of the sphere of influence of the EC and the improvement of the EC decision-making systems.

ELUCIDATION

2. Although the idea or ideal of European political unification dates back to the years after the Second World War, it is a recent addition to the EC agenda. However, it only gained momentum during the last few months and especially gained momentum with the changes in Eastern Europe and the idea is still actively being promoted by Germany and France.

3. The precise contents of the concept political unity are still very unclear and between the standpoints of Germany, Italy and France, on the one hand, advocating speedy progress to a federal Europe, and Britain especially, on the other hand, representing the antipole of this standpoint, there are still many differences of opinion that will have to be sorted out. The differences centre largely on the following subjects:

- Security policy. There is a growing conviction that European security, which is currently a NATO responsibility, should be handled within the context of the EC. In contrast, Britain is emphasising the Trans-Atlantic link.

ENTRADO
CRUZ DE VR
9108623

- The extension of the EC's decision-making power. An Italian working document submitted to the conference includes a number of proposals for the extension of the EC's decision-making power, even including the matters that fall outside the context of the common market. However, there is no consensus about this or about the fields in which majority vote instead of consensus decision-making, which is currently the norm, can be extended.

- The democratisation of the European Parliament (EP). There are those states that hold the view that the EC should be democratised and that the EP should have the power to veto EC decisions. France, and especially Britain, do not regard the current functioning of the EC in this regard as undemocratic.

4. Recently the EC has shown that compromises can be reached and there is still hope that consensus will actually be able to be attained with regard to th above issues. According to an official summary of national standpoints that was drawn up by the Secretariat of the EC Ministers' Council for the Inter-Governmental Conference, consensus has already been reached with regard to the following issues :

- Managing of a foreign policy. All the member states accept that the EC will have to make the managing of its foreign policy more streamlined. The coordination of foreign policy has, until now, been handled separately from the other community matters and actually by means of the system of European Cooperation (EPC), or more generally known as PoCo (Political Cooperation). The EPC, which has its own Secretariat, will be merging with the Secretariat of the Ministers' Council and consequently foreign policy will be handled in the same way as all the other EC issues. The EC Commission will also obtain the right to propose policy in this regard, although not exclusively, as is the case regarding other matters. The European Council will establish broad guidelines for foreign policy and the current restriction on the discussion of security matters will be lifted.

- Extensive powers for the European Parliament. It was agreed that the powers of the EP would be extended. In terms hereof the EC has obtained the right to appoint the next President of the Commission as well as the other members of the Commission and to amend any law passed by the Ministers' Council by means of a majority vote. The latter arrangement is already applicable to laws that have been passed with regard to the common market. The EP will also be consulted regularly with regard to broad foreign guidelines and security guidelines.

COMMENT

5. European economic and monetary unity (EMU) has already been in planning for quite some time and, despite many differences of opinion, there has already been progress in this field. The demands that the recent international political changes, especially in Eastern Europe, have brought about are increasingly forcing the EC to also take a collective political and security view. It was especially the crisis in the Persian Gulf that had a hastening influence in this regard. Relevant to this, there is an increasing realisation that true economic unity has a political and security dimension from which it cannot remain artificially separated.

6. Despite the above, there is still some doubt whether the conference will succeed within the space of six months - the time that the conference has been granted to submit concrete proposals to the EC leadership conference - in making any real progress with regard to political unification. There are indications in this regard that Britain is not the only state that has its doubts about the loss of sovereignty and the possible damage to national interests that true European political unity implies.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0082 *12 March 1991*

CONGRESS OF SOUTH AFRICAN TRADE UNIONS (COSATU) : AN ANALYSIS OF THE FUTURE

1. The evaluation of COSATU with regard to a future settlement/political development process in South Africa is essential owing to the fact that the federation visualises a definite role for itself in such matters as the formation of policy with regard to a "post-apartheid South Africa".

2. The importance of COSATU in the current political arena is demonstrated, on the one hand, by its prominent role in the context of an alliance with the African National Congress (ANC) and the South African Communist Party (SACP), and, on the other hand, by the trade union federation's involvement in almost all levels of society. Although COSATU's membership is estimated at about one million and is a relatively small percentage of the total economically active population, the federation has already established itself as a mouthpiece for the working class, and it has proved its mobilisation capability practically regarding both political and economic matters.

3. *POLITICAL DEVELOPMENT BEFORE 2 FEBRUARY 1990*

Since its formation in 1985 COSATU has succeeded in establishing itself as a leading and indisputable power factor in the internal extra-parliamentary political milieu. For example, the ANC and the SACP rely largely on COSATU's power base, structures and experience in their claims to an internal power base. Factors that have contributed to this include the following :

- At the time of its formation in 1985 COSATU found itself in a relatively unorganised labour environment. Backed by new labour legislation that paved the way for trade union organising amongst

ENTRADO
CRUZ C VR

9108624

Black workers who became systematically more politically conscious, the federation already possessed officials with sufficient organisational skills and experience to fill this vacuum. Such success was attained in this manner that after 1985 COSATU's membership doubled from about 450 000 to almost 1,1 million in 1990. Even the loss of about 50 000 NUM members after the 1987 mining strikes and a general downward trend in the economy, which gave rise to increased unemployment as a result of curtailments, did not have an influence on its extended support.

- COSATU's militant attitude towards strikes, as well as its campaigns regarding the Labour Relations Act and the Living Wage Campaign, contributed to the fact that workers joined its affiliates. COSATU also maintains the standpoint that "working class politics" should have priority at all times, hence its involvement in resistance politics in South Africa.

- The federation had already made it clear during its formation that it could not or would not distinguish between labour and political matters and that it would make it its goal to act as the representative of both the labour and political aspirations of the worker. Achieving this goal was facilitated on the one hand by the absence of legal alternative representation of the aspirations of Blacks in South Africa and, on the other hand, by the vacuum regarding political organising, which arose, especially after 1987, as a result of effective security actions against the UDF and other internal resistance organisations in South Africa. However, action in terms of the emergency measures hardly affected COSATU's organisation at all.

- Since its formation COSATU has had the full support of the ANC, which contributed further to the promotion of its standing within South Africa and abroad.

4. *POSITION AFTER 2 FEBRUARY 1990*

a. After the legalisation of the ANC, the SACP and other organisations, and the relaxation of the emergency measures on 2 February 1990, COSATU gave its full support to the ANC and the SACP and demonstrated this by making its structures available for use by the ANC. A period of repositioning of and extra-parliamentary political organisations inside the country followed. For example, after meetings with the ANC and the SACP in March 1990 and with a view to the phasing in of SACTU into COSATU structures, COSATU replaced SACTU as an equal partner in the context of the alliance. According to Jay NAIDOO (General Secretary of COSATU) the federation regards the formation of an alliance with the ANC and the SACP as a so-called strategic alliance that represents the "core forces" in the midst of the "struggle for a non-racial democracy".

b. However, COSATU emphasised the importance and preservation of its independence, which is grounded in the federation's concern about specific worker interests. The federation is of the opinion that it can represent these interests in the best possible manner and NAIDOO put COSATU's standpoint in this regard as follows : "The progressive trade union movement cannot expect a future post-apartheid state and ANC government to deliver workers' needs on a plate." Thus COSATU is of the opinion that it can play a key role in the restructuring of the economy and in the formulation of policy with regard to the redistribution of

wealth, investment, education, housing, health, manpower development and environmental conservation.

c. The current links with the ANC are demonstrated in such things as the involvement of several prominent COSATU members in national, regional and local interim ANC structures as well as the involvement of these members in the recruiting of new ANC members.

d. This support for the ANC on the part of COSATU, as well as the federation's acknowledgement of the ANC as the leader in the context of the alliance, must, however, be regarded as an attempt by COSATU to have an influence on the ANC in its own interests. In this regard COSATU holds the following standpoint : "We believe that, by involving ourselves in the process of building the ANC, COSATU itself will be strengthened, particularly when it comes to community level organising with house to house work being done."

e. Its close involvement with the ANC also apparently entails the potential of mutual tension. For example, all COSATU officials do not trust the ANC, while there has already been dissatisfaction in some COSATU regions where COSATU and the ANC are currently sharing facilities. The dissatisfaction is largely linked to the perception amongst members of COSATU that the situation is to the detriment of the federation and that they have doubts about the abilities of the ANC organisers. For example, COSATU officials in the Border region hold the standpoint that the ANC is busy undermining the power base of the federation.

f. In contrast to this, COSATU and the SACP appear to be moving closer to each other owing to the fact that they are both focussing on the working class and worker interests, and especially after the recent SACP adjustments to its approach to

its role in South Africa. There are close links between COSATU and SACP points of departure regarding the role of the worker and the promotion of worker interests. Representatives of both organisations have already made several statements regarding future co-operation.

g. The fact that COSATU made its facilities/infrastructure available to the SACP with a view to the congress to launch the party inside South Africa and the fact that COSATU was involved in the official launching of the SACP as a political party on 29 July 1990 are indicative of the extent to which there is already mutual cooperation. While COSATU affiliates are busy propagating the SACP as a legal political party amongst their members, this party already possesses considerable influence in the trade union federation. Three of COSATU's six chief management members, Sydney MUFAMADI, Chris DLAMINI and John GOMOMO, are SACP members and also serve in the SACP's Internal Leadership Group (ILG). Two other members, Elijah BARAYI and Jay NAIDOO, have already been approached regarding membership. The SACP has also recruited several other prominent COSATU members, including Lionel OCTOBER (National Organiser of SACTWU), Kgalema MOLANTHE (Cultural Organiser of the NUM and ANC Coordinator for the PWV area) and Moses MAYEKISO (General Secretary of NUMSA). In addition to existing SACP members or supporters in the COSATU structures, many SACP members are being accommodated in the federation by means of the phasing in of SACTU into COSATU.

5. *POSSIBLE FUTURE SCENARIOS*

a. Against the background of COSATU's current role in the context of the alliance and in resistance politics in South Africa in general, and taking into account the fluctuating internal situation, several scenarios can be formulated with regard to the

future role of the federation, the following being the most obvious.

b. COSATU MAINTAINS ITS ROLE IN THE CONTEXT OF THE ALLIANCE :

- *Formulating the scenario*

COSATU maintains its role in the context of the alliance with the ANC and the SACP, although it still places emphasis on its own independence and on its individual role in the alliance. COSATU acknowledges the ANC as the leader of the alliance and tries to support it as its alliance partner by means of direct involvement in the resettlement of the ANC in South Africa. In addition COSATU is striving to influence the ANC and the SACP to give attention to the rights of workers and to the protection thereof during a negotiation process and in a "post-apartheid South Africa".

- *Discussion*

According to COSATU, during meetings with the ANC and the SACP it was agreed that the federation should still have an independent role to play and that COSATU would play a key role with regard to the restructuring of a "post-apartheid economy". NAIDOO sums up COSATU's position in the current political situation as follows : "Our common understanding is that it is not a name or the leaders of a federation that matters as much as whether it is able to organise and express the interests of the working class in this current phase of struggle." According to him COSATU's role in a future South Africa will be as follows :

* The organisation of workers in order to unite them in "non-racial" trade unions

* The creation of an umbrella national trade union federation

* The expanding of industrial trade unions, which can strive for the attainment of the economic rights of the workers

* Involvement in the "struggle against racial oppression and economic exploitation"

* The establishing and expanding of international worker solidarity.

In the formulated scenario, in order to attain the objectives mentioned above, COSATU would therefore continue to exploit the politicised socio-economic issues and to play a primary organising role with regard to political resistance actions.

In this scenario it is anticipated that continued "control" on the part of COSATU will have to be exercised over the application of "democratic" principles and the discussion/representation of worker interests by the ANC and the SACP. While it is likely that this scenario will be applicable on the short to medium term for the sake of common short term goals in the alliance, the maintenance/continuation thereof will consequently depend on the extent to which the ANC/SACP succeed in accommodating COSATU's goals. In addition, personal and leadership aspirations could have a determining effect on this scenario. The factors under discussion in the next scenario, i.e. the breaking-away of COSATU from the alliance, would therefore also have been applicable here.

c. COSATU BREAKS AWAY FROM THE ALLIANCE AND STRIVES INDEPENDENTLY FOR THE UPHOLDING OF WORKER INTERESTS IN THE POLITICAL FIELD

- *Formulating the scenario*

COSATU suspends its formal commitments to the ANC/SACP and creates its own forum/structure in order to formally represent the political aspirations of workers owing to the fact that the ANC/SACP do not represent worker interests sufficiently in a future negotiation process and/or the SACP fails to democratise sufficiently, in accordance with COSATU requirements.

- *Discussion*

Although COSATU is one of the alliance partners, the emphasis that it places on its independent role should not be underestimated. COSATU can depend upon an established power base and it is characterised by its organisational/mobilisation capabilities and established infrastructure. The increasing involvement of the federation in matters aside from the factory floor is indicative of its attempts to spread its sphere of influence wider than just organised labour. For example, COSATU has already established itself in the fields of education, sport, and community development, as well as in the settlement of the conflict in Natal. This involvement in community matters must be judged against the background of its attempts to bring about working class control on all levels. Its involvement on all levels is also embodied in its insistence on being included in future ANC/SACP discussion groups with the Government and on being represented by its own members.

In spite of the fact that COSATU is primarily a trade union federation, its leaders possess the necessary qualities and influence to lay claim to a political role. For example, already when the federation was founded it accepted a resolution regarding the promotion of the political interests of its members, and its leadership were well grounded in negotiation and political skills.

There are fears in certain circles in COSATU that worker interests in a negotiation situation and during a "post-apartheid era" could be negated. Consequently it is anticipated that during the formulation of a new constitution COSATU will reveal greater individualism in the context of the alliance for the carrying out of its self-appointed political role, and it will ensure that after "liberation" the role of the trade union movement in South Africa does not become obsolete or receive insufficient government recognition, as is the case in Zimbabwe and Namibia.

In this regard certain elements in COSATU affiliates, such as the National Union of Metalworkers of SA (NUMSA, the largest COSATU affiliate), are revealing a certain amount of scepticism towards the Marxist/Leninist tendency of the SACP as well as towards the ANC's ability to attend to and protect worker interests in a future negotiation process. Consequently, a break-away by COSATU or a part of the federation from its historical allies and the creation of its own formal political structure in the form of a so-called worker or socialist party that will focus primarily on worker interests cannot be overlooked. Factors that must, however, be borne in mind with regard to this scenario include the following :

* Owing to the course of political events in South Africa, COSATU is historically linked to the ANC and the SACP. A break-away by the federation will place it in a conflicting position with regard to its alliance partners, which could not be wished upon any of the parties, especially with regard to the short to medium term goals and in the current political climate (which is characterised by violence between various political/ethnic groups and factions).

* Convinced SACP members, such as MUFAMADI (Assistant General-Secretary of COSATU) and DLAMINI (Vice President of COSATU), already hold influential positions in COSATU's structure and will probably make their influence felt in order to try to cause the failure of any initiatives regarding a break-away.

* The SACP's future democratisation can be decisive in the realisation of the scenario concerned. According to NUMSA, the SACP will have to make particular policy adjustments in an attempt to obtain worker support and in order to serve as the representative of the working class in broad terms, and these adjustments could include :

  - The abolition of the classic Leninist vanguard party in favour of an open and broader "democratic" approach

  - The holding of "democratic" elections

  - The promotion of open and free debating on all levels

- The cultivating of respect and understanding for the independence of mass organisations.

According to the NUMSA BULLETIN of June 1990 trade union members must join the SACP in large numbers in order to put pressure on this party to comply with the abovementioned demands. Should this goal not be attained, "...the socialists who remain dedicated to basic democratic principles will have no other choice than to leave the party and to search for other political options...".

Against the background of the above it is clear that the realisation of this scenario will only be able to be observed when a formal negotiation situation is entered.

d. COSATU RENOUNCES ITS INDIVIDUALISM AND BECOMES :
(I) A DEPENDENT EXTENSION OF THE ANC/SACP
(II) THE POWER BASE OF THE SACP

- *Formulating the scenario*

COSATU loses its political identity, concentrates only on bona fide trade union activities and serves as the power base of (i) an ANC/SACP alliance (ii) the SACP, which forms a working class party and represents the political interests of the worker and the broader community.

- *Discussion with regard to (i)*

Serious internal conflict is anticipated should COSATU sacrifice its identity and only concentrate on bona fide trade union activities, precisely owing to its concern about the representation of working class interests and as a result of personal aspirations and convictions, which could

even lead to a split in the federation. Consequently, such events could serve as stimulus for the establishment of alternative representation for the working class.

Owing to an already politicised labour force and increased expectations and aspirations (especially after 2 February 1990), as well as COSATU's already established leadership role inside the country, it is anticipated that the federation will be mindful of this scenario. Furthermore, COSATU is aware of the fact that time and again in post-revolutionary communities the trade union movement loses its place as the champion of working class rights and interests and in no other place is this demonstrated better than in post-colonial Africa. On this basis and together with the above-mentioned factors, this scenario is probably unlikely.

- *Discussion with regard to (ii)*

With regard to the closer and more permanent link between COSATU and the SACP, where the SACP forms the working class party that will dictate the political policy direction, it is anticipated that COSATU will serve as the power base of such party and its role will largely be restricted to bona fide trade union matters and to the extending of the labour movement. Joe SLOVO (General Secretary of the SACP) spells out the anticipated mutual link as follows in an interview with the South African Labour Bulletin (May 1990 edition) : "Obviously there must be a very close link between the Workers' Party and the industrial organisation of the working class, the trade union movement. One does not replace the other, both are absolutely indispensable. Together they represent the political and industrial power of the working class, and the political and industrial

aspirations of the working class." Factors that contribute to the probability of this scenario include the following :

* After meetings between COSATU and the SACP a number of common points of reference, such as both of their views on socialism and a "post-apartheid economy", were identified as points of departure with a view to short-term cooperation and a more permanent link on the longer term.

* The infiltration of the SACP in COSATU is increased with the phasing in of SACTU in COSATU structures.

* In principle there is consensus between COSATU and the SACP with regard to the idea of a so-called workers' charter.

* The SACP is busy with an active recruitment campaign amongst COSATU officials.

Worker fears and scepticism with regard to the protection of worker rights in a new South Africa, together with suspicion regarding the ideological impact of the SACP, could once again have a restrictive influence on the realisation of this scenario. In addition, the personal aspirations and expectations of leaders must also be taken into account.

With regard to the realisation of this scenario it is anticipated that the SACP will attempt to extend its sphere of influence optimally in COSATU structures in the pre-negotiation phase, as is already apparent from the success of its recruitment campaign with regard to the COSATU top structure and other members. Moreover, the course of the negotiation process will be of vital

J108624

importance to the permanence of both the link between the SACP and COSATU and of the nature of such a so-called socialist front or representative working class party.

However, the possibility cannot be excluded that COSATU could in future find itself in a situation comparable to European models, where the trade union movement can serve as the power base for a labour or socialist party (compare Britain, for example).

6. ***REFLECTION***

a. The above-mentioned scenarios centre specifically on COSATU's political role in the context of the alliance, but there are various other fundamental factors that will influence its power base and subsequently also its political relevance. With regard to a preview of anticipated developments/tendencies in the labour field the following should be taken into consideration :

- Worker demands will in future probably be linked to a sharp increase in political expectations, which will be further stimulated by a spirit of confidence regarding the successful attaining thereof. This will lead to greater militancy in the work-place, which will result in an increase in strikes and numerous lost manhours, amongst other things.

- The existing high level of violence in Black communities is expected also to be reflected in the work-place. Against the background of an anticipated increase in strikes, the handling of labour relations, owing to the greater complexity thereof, will have to be approached with greater caution.

- Labour relations and labour policy/legislation will therefore increasingly become the centre of political attention. Consequently, labour relations will develop into a political matter in respect of which solutions will also have to be negotiated at a high level, as is the case with other political matters. This necessarily implies the accommodation of representative trade union and worker organisations around the negotiation table.

b. Although such accommodation will necessarily imply that there will be deviated from the ideal to only negotiate with bona fide political parties, this could entail particular advantages. By involving COSATU as an important mass mobiliser with regard to political and socio-political matters in the handling of this problem the relative freedom within which the federation is currently organising and mobilising people could be restricted. COSATU involvement in a negotiation situation could also jeopardise the SACP's current claim that it is the primary representative of the working class and at the same time provide the Government with greater access to this sector.

DATE OF INFORMATION : November 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

AFRICA BULLETIN

REFERENCE : B/0083 18 MARCH 1991

POLITICAL BRIEFS

Malawi	: New MYP appointment
Namibia	: Government newspaper
Rwanda	: Continued fighting
Somalia	: Postponement of conference
Uganda	: UPA prepared to negotiate
Zaire	: Constitutional conference Decree
Zambia	: South Korean embassy
Zimbabwe	: TEKERE's brother arrested

SOCIO-ECONOMIC BRIEFS

Benin	: Strikes
Botswana	: USAID for teaching programme
Namibia	: Additional budget
Mozambique	: (i) Japanese aid
	(ii) Traffic on Limpopo Railway Line
SADCC	: Netherlands to finance course
South Africa	: (i) Goldminers facing retrenchment
	(ii) British aid
Zaire	: AIDS estimate

TO
Noticias Políticas.
Secr. Sudoeste (20361)
18-03-91.
Secr. Sudoeste (20361).
Fac. Pol (11164)
Fac. EL (11161)
Fac. Sin Sol (11165)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZ DO VR.
9108625

POLITICAL BRIEFS

MALAWI

1. On 19 February 1991 President BANDA of Malawi approved the appointment of Michael S CHIMUTU as Secretary for Youth and the Malawi Young Pioneers (MYP), and as Chief Inspector of the MYP.
Remark : CHIMUTU was the MYP's regional commander in the southern region of Malawi.

NAMIBIA

2. The Namibian government is planning to release a weekly newspaper, the New Era, at a cost of US$0,38 a copy. The newspaper's release will coincide with Namibia's independence celebrations.
Remark : There are indications that a Swedish company is going to finance the construction of a new newspaper press in Katatura (near Windhoek) and that for the most part foreign journalists will be used.

RWANDA

3. The Rwandan Patriotic Front (RPF) recently issued a statement in Brussels (Belgium) stating that RPF rebels had killed approximately 50 government troops and had captured weapons, following an attack by Rwandan government troops on defensive rebel positions in the Ruhengeri region in North-Eastern Rwanda. The statement also says that the RPF will continue with the civil war until the HABYARIMANA regime has been replaced by a new government that respects human rights.
Comment : The latest fighting indicates that the Rwandan civil war is still continuing despite the regional summit that was held in February 1991. The summit, attended by heads of state from Rwanda, Burundi, Zaire, Uganda and Tanzania, culminated in an agreement to attempt to reach a ceasefire.

9108625

SOMALIA

4. The United Somali Congress (USC) announced early in March that it would be prepared to take other rebel groups into account and that the National Conference for Reconciliation (originally scheduled for 28 February 1991 but postponed) would be held outside Mogadishu in order to ensure the involvement of other rebel groups. A second date for the conference has not yet been finalised owing to ongoing consultations among different rebel groups, the upcoming holy month of Ramadaan, and proposals that have been made by various intellectuals, religious leaders and the Reconciliation Committee.

Comment : The concessions made by the USC suggest that the interim government is attempting as far as possible to involve the rebels in order to try and obtain political stability. However, there appears to be some disunity within the USC regarding which parties should be allowed to participate in the conference. An analysis of the situation suggests that meaningful discussions about the Somali situation will not occur in the near future, despite positive regional contributions.

UGANDA

5. The Commander of the Uganda People's Army (UPA), Francis EREGU, recently announced that he would be prepared to negotiate with President MUSEVENI provided that he would recognise the group as freedom fighters. EREGU also appealed to the Ugandan government to negotiate with other rebel groups in order to establish peace in the north-east of the country. He also suggested that churchmen, the OAU or the UN should act as mediators, and that the discussions should be held outside of Uganda.

Comment : Various rebel groups, including the UPA, recently intensified their offensive while the biggest rebel group, the Uganda People's Democratic Army (that concluded an agreement with the government in July 1990), disbanded.

ZAIRE

6. President MOBUTU of Zaire issued a decree in Kinshasa (Zaire) on 8 March 1991 in terms of which a constitutional conference, consisting of government members, members of political parties and constitutional experts, is going to be held. During the conference a panel will be appointed and its members will be responsible for drafting a new constitution and guidelines for a future political system. The chairman of the panel will be appointed by President MOBUTU. No date was set for the conference.

ZAMBIA

7. A spokesman for the Zambian Department of Foreign Affairs recently revealed that South Korea has opened an embassy in Lusaka, following an agreement by these two states during 1990 to exchange diplomatic representatives. According to the spokesman the embassy is currently only manned by two people, prior to the appointment of an ambassador. The embassy will also represent South Korea in Zimbabwe and Mozambique.

Comment : Unconfirmed reports suggest that the North Korean embassy closed recently to protest Zambia's decision to establish diplomatic relations with South Korea.

ZIMBABWE

8. Alfeji TEKERE, brother of Edgar TEKERE (leader of the Zimbabwe Unity Movement - ZUM) was arrested by Zimbabwean police at the end of February 1991 after a number of weapons, including a 60mm mortar bomb, a Cobra submachine, pistols and a quantity of ammunition were found in his possession. According to TEKERE his gardener found the weapons in his garden during 1986. A senior ZUM official, Desmond GOMA, said that ZUM had no knowledge of the arms. He did however confirm that TEKERE was a ZUM member.

SOCIO-ECONOMIC BRIEFS

BENIN

9. Teachers, railway workers, air traffic officials and workers in the health and financial sectors in Benin went on strike on 4 March 1991 to protest poor wages and inadequate salary increases. Meetings between trade union leaders and government officials have not succeeded in defusing the situation, although the government has undertaken to study the strikers' demands.

Remark : As a result of the strikes the international airport at Cotonou and the only harbour in Benin were closed.

BOTSWANA

10. The Director of the United States Agency for International Development (USAID) Howard HENDLER, recently announced in Gaborone that the USA is going to donate US$3,41 million to Botswana for a teaching programme, specifically with regard to technical assistance and training centres. Primary and Secondary school projects will also receive financial assistance.

NAMIBIA

11. Namibia's Minister of Finance, Otto HERRIGAL, submitted an additional budget of US$1,04 billion, with a budget deficit of US$80,5 million for 1990/91 to Namibia's National Assembly.

Remark : In terms of the original budget for 1990/1991, the expense budget was US$980 million and the budget deficit was US$79,54 million.

MOZAMBIQUE

12. On 7 March 1991 Japan and Mozambique signed an agreement in Maputo in terms of which Japan is going to donate a sum of US$1,48 million to Mozambique for the purchase of railway equipment needed to upgrade the

9108625

Limpopo Railway Line.

Remark : Japan has already provided Mozambique with US$29,6 million Jap yen) for the purchase of goods that are necessary for the rehabilitation of the state's economy.

13. According to a spokesman for the National Railways of Zimbabwe (NRZ), export traffic on the Limpopo Railway Line (between Maputo and Mozambique) will reach approximately 500 000 tons by 1996, while imports will reach 37 000 tons.

Remark : Despite the upgrading work that is currently being done on the railway line, the line was opened to traffic during January 1991.

SADCC

14. The Netherlands is planning to finance a Planners and Project Implementers Course for the Southern African Development Coordination Conference (SADCC). The course will be presented at the Eastern and Southern African Management Institute (ESAMI) in Arusha, Tanzania, as from 1992. The purpose of the course, which will cost about US$7 million, will be the establishment of expertise with regard to the energy sector in the SADCC.

Remark : In the past, lack of expertise with regard to development projects has resulted in the fact that a few of the SADCC's projects could not be implemented.

SOUTH AFRICA

15. According to a senior spokesman for the Chamber of Mines approximately half of South Africa's goldmines are currently running at a loss, and with the current gold price the possibility exists that 122 000 workers in the gold mining industry could lose their work.

Remark : On average one goldmine worker supports approximately 11 dependents. Therefore, the lives of 1,5 million people could be affected if 122 000 workers are retrenched.

16. Following a request by the Western Cape Repatriation Committee, Britain recently announced that it would be donating US$37 950 to the Committee so that it could renovate and furnish the Moira Henderson House in Cape Town and use it as temporary accommodation for exiles.

ZAIRE

17. According to a doctor at the Mama Yemo Hospital in Kinshasa (Zaire), Jean-Pierre MUSANGELA, approximately 50 percent of all the people who come to the hospital for treatment have AIDS. He is of the opinion that approximately 10 percent of Zaire's total population has AIDS.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0085 18 MARCH 1991

PROGRESS TOWARDS A NEW SOUTH AFRICA : RECENT DEVELOPMENTS

REACTION TO WHITE PAPER ON LAND REFORM

1. The white paper on land reform that was tabled in the South African Parliament on 12 March 1991 met with divergent reaction, most of it positive :

- The Sowetan newspaper welcomed the white paper and expressed the opinion that the government is moving in the right direction. However, it expressed the view that the government should deal with the injustices of the past more sensitively.

- The ANC criticised the white paper and regarded the document as a "racist document" which could not break out of the "racist groove" of the past. Criticism was directed at the absence of affirmative action regarding historic forced resettlements as well as.

- The PAC welcomed the white paper, but indicated that it was not enough.

- The South African Chamber of Business (SACOB) welcomed it and stated that it was a logical approach to the issue of land ownership and that it would make a valuable contribution to the further development of black economic power and the process of political negotiation.

2. Various countries abroad also welcomed the contents of the white paper as a necessary step in the right direction.

ANC/INKATHA NEGOTIATIONS REGARDING VIOLENCE

3. Despite the fact that numerous organisations and the government

ENTRADO
CRUZ DO
91 . 0 4
9108626

Progreso hacia uso nuevo sindicato: hechos recientes.
Serv. Sindicato (20361)
18-03-91.
Serv. Sindicato (20361)
Sindicato (1162)
Fac. Politica (11164)

welcomed the ANC/Inkatha Freedom Party discussions as a measure to end the violence, other reaction was not as favourable.

4. Activists in certain townships were dissatisfied with the recent peace talks between the leadership of the ANC and the Inkatha Freedom Party (IFP) on 29 January 1991. According to them :

- they were not given enough time to reconsider their mobilisation and educational actions in preparation for the same talks at grassroot level and for the planning of an alternative strategy for the future;

- these talks seem to be to the advantage of only the IFP as they create the impression that the ANC has failed in its strategies or is losing strength to advance with the struggle accordingly.

Remark : This dissatisfaction could contribute to a decrease in support for the ANC on grassroot level.

5. Peter MOKABA (Chairman of the ANC Youth League - ANCYL) said in his address to 100 members of the ANCYL at Lenasia recently that the word "Inkatha" was synonymous with violence. He described the reality of disrupted family life and violence in the townships as an orchestrated campaign to dislodge the ANC from the political scene. He said that although the ANC and the Inkatha Freedom Party (IFP) reached consensus at leadership level it remained to be seen whether those agreements could be translated into reality.
Remark : This meeting was held to discuss the peace talks between the ANC and IFP on 29 January 1991.

6. During a recent National Union of Mineworkers (NUM) meeting, the main speaker said that the Inkatha Freedom Party (IFP) members were arming themselves with all sorts of weapons, including firearms, and that NUM members should also arm themselves in order to defend themselves. He further stated that if ANC members were allowed to carry traditional weapons

like the IFP, they would eliminate the IFP in a short while, and peace would prevail. According to him Zulus were trying to provoke other workers into confrontation by insulting them as being of a lower standard than Zulus and the IFP was the main force preventing a peaceful solution for a new multi-racial South Africa.

Remark : Attempts to discredit the IFP could have contributed to the renewed unrest situation on the Reef.

INTERNAL DISCUSSIONS AND DEVELOPMENTS

7. The South African Chamber of Business (SACOB) recently met with the ANC and the National African Federated Chamber of Commerce and Industry (NAFCOC), as well as with the Foundation for African Business and Consumer Services (FABCOS) with the purpose of getting acquainted, exchanging expectations and perceptions of a future economy on both sides, and also to discuss the possibility of future cooperation. No formal agreements were concluded.

Remark : SACOB is also planning to hold similar discussions with the PAC and Inkatha in an attempt to hold discussions with all groupings so that it can take note of economic expectations across the whole spectrum.

8. In the meanwhile, according to unconfirmed reports, NAFCOC is currently engaged in the process of moving away from an ethnic element in order to be able to contribute to the creation of a non-racial South Africa. In this regard the organisation recently held talks with the Foundation for African Business and Consumer Services (FABCOS) about possible cooperation.

Remark : No formal agreement between these two organisations is expected in the near future owing to several complicating factors including personal aspirations and competitiveness.

9. FABCOS has had to refuse a request for financial support from the Pan Africanist Students Organisation. The unanimous decision was made by the National Executive Committee on the grounds that FABCOS cannot provide

financial assistance to politically inspired organisations. In addition, FABCOS cannot financially afford to support other groups. This trend is being reflected in other business organisations that are trying to avoid involvement in political issues and are now concentrating on the economic side of a new South Africa.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0086 18 MARCH 1991

NEW PRESIDENT FOR SAO TOMÉ AND PRINCIPE

A former premier of Sao Tomé and Principe, Miguel TROVOADA, was elected as president of this island state on 3 March 1991. After his election TROVOADA undertook to encourage foreign investment in order to uplift the island's economy, and he also undertook to strive for a democratic system.

Comment : Two candidates who would have opposed TROVOADA in the presidential election, Guadeloupe DE CEITA and Afonso DOS SANTOS, withdrew from the election on 2 March 1991. Both gave as their reason the fact that TROVOADA had neglected to react to their accusations that he was involved in the embezzlement of US$10 million while he was premier. The retiring president, Manuel Pinto DA COSTA, announced his retirement from active politics shortly after the election results were announced.

POLITICAL PROFILE : MIGUEL ANJOS DA CUNTA LISBOA TROVOADA

Miguel TROVOADA was born in the island state of Sao Tomé and Principe in 1937. In 1972 he became a founder member of the Movement for the Liberation of Sao Tomé and Principe (MLSTP). As a prominent member of the MLSTP he was concerned with foreign relations and was a member of the Politburo. While he occupied the post of prime minister between 1975 and 1978, he also served in the portfolios of Defence and Foreign Affairs. In 1978 and 1979 he was Minister of Trade, Industry and Fisheries, but was arrested in 1979 on the basis of his alleged involvement in an attempt to overthrow President DA COSTA's regime with the assistance of Angolan mercenaries. He spent twenty-one months in prison until he went into compulsory exile in 1981, spending time in Lisbon, Portugal and later moving to Paris, France. Despite various offers of amnesty the conditions that TROVOADA set in the past for his return were not acceptable to the DA COSTA regime. In 1990 TROVOADA returned to Sao Tomé and Principe following an invitation from President DA COSTA for him to become actively involved in the political transformation in this state. TROVOADA was a rigid proponent of a

ENTRADA X
CRUZ DS JR
91 02
9108627

Nuevo Pte para Santo Tomé y Príncipe.
Serv. Sociológico (20361)
18-03-91.
Serv. Sociológico (20361)
Islas Africanas (10099)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

multiparty system and he had dismissed the democratisation measures that commenced in 1988 as superficial and cosmetic, since the proposed election would still occur under the protection of the MLSTP. Although TROVOADA admits that it was in fact a secret ballot, he was still opposed to the fact that the MLSTP would still appoint the presidential candidate. At one time there was even talk that TROVOADA was the only suitable candidate for the newly instituted post of prime minister. However, the latter post was awarded to a former Minister of Health, Dr Carlos GRACA.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0090 25 MARCH 1991

SADCC AND PTA : BACKGROUND AND CURRENT PERSPECTIVES

1. The SADCC and PTA met on 7 and 8 March 1991 in Gaborone, Botswana, to hold discussions. The following announcements were made at the conclusion of the discussions :

- the current state of cooperation between the PTA and SADCC was discussed and regret was expressed about the fact that the impression had arisen that there was conflict between the two organisations;

- the decision to hold discussions on a regular basis to coordinate the two organisations' activities was reaffirmed;

- there is room for productive cooperation between the two organisations; and

- a framework was constructed to establish procedures in respect of programme and project development and implementation.

Comment : The SADCC and PTA have been under increasing pressure from donor states to start expanding cooperation, since the two organisations' basic objectives are the same. In the past, funding has been the greatest source of friction between the two organisations. The SADCC appeared to hold the view that the PTA was overstepping its stated objectives and, as a result, was overloading its capacity/ability to reach its primary objectives, while depriving the SADCC of funding that could have been used more effectively for its development projects (in which it specialises). The primary difference between the PTA and SADCC is that the PTA's objective is to promote trade within the PTA region, and the end-goal is eventually to

CONFIDENTIAL

9108628

SADCC y PTA : pasado y perspectivas actuales.
Sem Sudafrica (20361)
25-03-91.
Sem. Sudafrica (20361)
Botswana (10045)
Fac. Pol. (11164).

establish a common market and monetary union, while the SADCC is mainly concerned with development programmes in the various economic sectors of its member states. Concern about funding stemmed from the uncertainty regarding the amount of aid that would be allocated to the SADCC under the Lomé IV treaty. The reason for the uncertainty was that the PTA would receive part of the Lomé IV allocation that was previously exclusively allocated to the SADCC.

2. At a time when trade bloc forming and protectionism are becoming more prevalent world-wide, increased cooperation between the SADCC and PTA can only benefit the Eastern and Southern African regions.

THE SADCC : A GENERAL PERSPECTIVE

3. The Southern African Development Coordination Conference (SADCC) was officially launched on April 1, 1980 with two of its main goals being the reduction of economic dependence, particularly on South Africa, and the forging of links to create regional economic integration. During its conference from 31 January to 2 February 1991 (held in Namibia), the SADCC decided that the development of human resources in Southern Africa will receive priority attention in future. This step is seen as a definite shift in focus - a movement away from isolating South Africa and towards improving skills and productivity in the Southern African region. The ultimate objective of SADCC-cooperation has always primarily been to raise the standard of living of the people of the region. Member states have been actively involved in achieving the SADCC's aims and from the start sectoral responsibilities were divided among the members (eg Mozambique is responsible for the coordination of activities regarding transport and communication).

4. The first priority during the SADCC's first decade was infrastructure, particularly transport and communication, with individual projects grouped by way of the concept of transport "corridors". Since 1986 the SADCC has begun to pay more attention to the productive sectors. The business community has become more involved and its role is becoming increasingly more important. The SADCC has always promoted the idea that domestic enterprises in member states should play a leading role. One of the

original aims of the business communities of SADCC member states was to identify products that could be imported from other Southern African countries rather than from South Africa or Europe in order to enhance intra-regional trade. The next priority was the production of goods and this meant a change in orientation with less stress on governments and international bodies and more emphasis on the "enterprise sector". As a result, the theme for the SADCC in the 1990's : *The Second Decade : Enterprise, Skills and Productivity*, highlights the challenges facing the region and stresses the need for enhanced human resources development.

5. By the beginning of 1989 the SADCC's foreign partners had committed US$3 billion for the 558 regional projects, mostly for transport and communications. The Nordic states are the main contributors to the SADCC while Eastern bloc countries' involvement in the SADCC is limited owing to their lack of experience in this sort of development cooperation, inter alia. In addition, as a result of instability in certain regions where projects are being carried out, the SADCC's requests to donors to allocate a percentage of any project funding to the cost of defending these projects and to security support (mainly non-lethal) is also receiving greater prominence.

6. Zimbabwe is the most industrialised country in the SADCC region and is involved in 80 percent of all intra-SADCC trade. Intra-SADCC trade has stayed below 5 percent of all SADCC foreign trade since its inception, mainly because the SADCC states tend to export raw materials and produce similar goods. All countries except Botswana face severe shortages of foreign currency while one of the biggest problems in the SADCC enterprise sector remains a shortage of skilled labour.

7. Developments elsewhere in the world, particularly the emergence of stronger economic blocs in North America, Western Europe and the Pacific Rim as well as the changes taking place in Eastern Europe and the Soviet Union herald a new world economic order in which the least competitive economies will not prosper. As a result, all the SADCC states have opened up opportunities for local entrepreneurs and foreign investment, particularly joint ventures, while the implementation of market orientated economies could facilitate regional cooperation.

FINANCING

8. The total cost of the SADCC's 558 projects currently amounts to approximately US$8,3 million of which 90 percent is funded by foreign countries or international organisations - 36 percent of the project cost has been secured and 7 percent is being negotiated. The transport and communication sectors account for nearly 78 percent of the total project cost. In addition, Namibia joined the SADCC after its independence and various new projects that require funding have been identified for the Namibia region.

THE TRANSPORT SECTOR

9. At the beginning of 1990 the US$6,4 billion transport and communication projects accounted for 78 percent of the total value of all SADCC projects. The US$2,4 billion already spent, committed or under negotiation for transport and communication projects represents 80 percent of total pledges.

10. The transport infrastructure in Mozambique forms an integral and important part of the transport infrastructure of the whole region. It provides alternative trade routes other than those through South Africa and in this regard has received priority attention from the SADCC as well as donor countries.

11. The Beira Port Transport System can be singled out as the most important transport route in the region. The project consists of the Beira-Zimbabwe railway line, road link and oil pipeline. The railway currently handles five trains per day while the harbour handles 2,2 million tons per year. The capacity of the harbour will increase further when upgrading of quays two to five is completed.

12. The Chicualacuala Railway Line in southern Mozambique was opened early in 1991 but the use of the railway line is hampered by the security situation. Upgrading work to be completed by the end of 1992 will increase the capacity of the railway line to 840 000 tons and to a further 1,4 million tons by the year 2000.

13. Upgrading work has been going on since 1988 in the Nacala Harbour in an attempt to increase the capacity to 1,5 million tons. Traffic on the Nacala Railway Line is limited (one train per week) because of the security situation. After the completion of this project it will be Malawi's major trade route.

14. A ten year upgrading programme was implemented on the Tazara Railway Line (Tanzania and Zambia) in 1985 but has not been completed. Upgrading work in the harbour which is currently being undertaken will increase its capacity to three million tons. About US$403 million of the US$863 million to upgrade the Dar es Salaam port transport network has been secured and work on the project has already begun. Problems are continously experienced on the Tazara Railway Line because of the bad quality of the locomotives, poor maintenance and a shortage of rolling stock.

15. Although the upgrading of the Lobito Harbour in Angola has been identified as an SADCC-project, it has been hampered by the security situation. Various donors have shown interest in financing this project.

CIVIL AVIATION

16. Airport construction or extension projects have been completed at Dar es Salaam, Gaborone, Lilongwe, Maseru and Manzini (Matsapa Airport, Swaziland). This means that all nine SADCC states now have facilities for long haul aircraft. Although the total number of flights has not changed significantly, SADCC airlines have revised their route networks and integrated their services more closely, so that every SADCC capital is now directly linked by a weekly flight to at least two other capitals. One of the SADCC's achievements has been to coordinate schedules, so that more connections are possible. An important constraint from the point of view of regional aviation integration is SADCC members' reluctance to concede traffic rights, the so called "fifth freedom rights", which allow carriers to transport passengers between intermediate stops.

TELECOMMUNICATION

17. Telecommunication has always been a top priority with the SADCC and

has been popular with donors. This sector has received the most financing and projects worth US$85 million have already been completed. These include cross border microwave links between Zimbabwe and Botswana, Zimbabwe and Zambia, Tanzania and Malawi; microwave links within Malawi, Zambia and Mozambique; and satellite earth stations in Mozambique, Swaziland, Zambia and Zimbabwe with a capacity of about 400 000 direct exchange lines. Nine SADCC states now have their own earth stations and efforts are being made to have Namibia connected directly to these circuits.

ENERGY

18. The total cost of the 89 energy projects amounts to US$668 million, of which 30 percent has been secured. Energy projects centre mainly on the expansion of the capacity of electricity generation and represent two-thirds of the total value of the energy projects. The sector is one in which national priorities have often taken precedence over regional considerations, in part because every national electricity undertaking wants to be self-sufficient.

AGRICULTURE

19. The agricultural resources of the region are widely acknowledged and about 80 percent of the people derive their income from this sector. Virtually all products can be produced in abundance but the distribution and management of the different areas, ineffective marketing and the limited access to agricultural technology is still inhibiting real cooperation in this sector. At present the region has food supply difficulties, despite the fact that Zimbabwe exports crops mainly to this region.

TRADE, INDUSTRY AND MINING

20. Intra-regional trade amounts to only 5 percent of the total international trade of the region. The major constraint to increased investment and intra-regional trade is an inbalance in trade, leading to a lack of foreign exchange. There are 16 industry projects worth US$23 million which must be funded totally by foreign resources.

21. Not much progress has been made in the industrial sector and its

contribution to GDP fell from 13 percent in 1980 to 12 percent in 1989. Low investment levels and a shortage of spare parts have further hampered the development and growth of industry. A growing realisation of the importance of this sector led to a decision by the SADCC to give priority to the productive sectors in the 1990's.

22. Mining production in all SADCC countries has increased over the last three years, although this sector is geared towards producing raw materials for export rather than for local beneficiation and comsumption. To alter the mining industry to serve the needs of the regional economy, the SADCC is placing special emphasis on industrial and non-metallic minerals such as gemstones, fertiliser minerals and the production of refractories and ceramic. For example, refractories are mined locally and are used in the iron and steel industry.

23. Mining is a relatively new sector for the SADCC and it is still identifying projects. So far 52 projects worth US$78 million have been identified, of which 95 percent of the funds must be provided by foreign donors. Only 34 percent of the funds have been secured.

THE PTA PERSPECTIVE

24. The Preferential Trade Area for Eastern and Southern Africa (PTA) was established in 1981 with the following aims :

- Improving commercial and economic cooperation in the region and transforming the structure of production of national economies.

- Promoting regional trade and the creation of institutional mechanisms, including monetary arrangements for facilitating trade.

- Supporting inter-country cooperation.

- The development of technical and professional skills.

25. The PTA operates a clearing house in Zimbabwe (being managed by the Reserve Bank of Zimbabwe) for transactions for goods and services within the

PTA, enabling member states to conduct multilateral trade in their own currencies. PTA travellers' cheques, denominated in the PTA unit of account (UAPTA) were introduced in 1988. Trade between PTA member countries amounted to 220 million UAPTA by the end of 1990, although trade between the member countries amounts to only six percent of their total international trade.

26. The Secretary General of the PTA is Bingu WA MUTHARIKA of Malawi, while Arap MOI of Kenya was succeeded by King MSWATI III of Swaziland as chairman. Members of the PTA are Angola, Burundi, the Comoros, Djibouti, Ethiopia, Kenya, Lesotho, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, Rwanda, Somalia, Sudan, Swaziland, Tanzania, Uganda, Zaire, Zambia and Zimbabwe.

27. The 9th PTA summit was held at the end of 1990. Discussions centered on finding solutions for various sectoral and trade related problems although no decisions were taken in this regard. During a previous meeting of the SADCC in August 1990, which was held in Harare, the PTA decided to :

- establish one currency from 1990 to the year 2000,
- establish a central bank, and
- establish a free flow trade system.

28. As far as is known, no definite steps have been taken to implement these decisions although the PTA Bank has started financing trade liberalisation.

29. The PTA experiences various problems as most of the member states do not pay their membership fees and put national interest before that of the organisation. Furthermore the member countries have different views regarding aspects such as tariffs and the monetary system and have expressed concern about the dominant role that Zimbabwe and Kenya are playing owing to their more developed economies.

30. It may seem as though the PTA and SADCC overlap in their aims and there have been fears that this could lead to confusion in donor countries. As it is, the EC has allocated 121 million ECU to the SADCC, a share of which will be awarded to the PTA. (The possibility of the two organisations having to compete for finance and international recognition cannot be

excluded). Despite this, both organisations could function as a vehicle for setting an economic bloc in Africa in which the OAU could also play a role.

31. Most of the African organisations, including the PTA and SADCC, have expressed their willingness to include South Africa once "apartheid" is abolished. International events such as economic bloc forming and a more "acceptable" South Africa have already led to better cooperation between South Africa and the African countries. This cooperation could be seen as the preparation for South Africa's becoming a member (formally or informally) of such organisations. Development in Africa as such has also contributed to these steps, but it is debatable whether or not African countries would be able to function efficiently as one economic organisation due to the different cultures, levels of economic development and economic aims.

32. The PTA is one of the biggest African economic organisations and has succeeded in promoting trade between the member countries although far beyond the potential that exists for greater economic integration. International events, eg economic bloc forming by countries in other parts of the world, could lead to African economic organisations enhancing their cooperation and simplifying their projects so as not to compete against each other but to work together.

THE SADCC'S REPOSITIONING IN REGIONAL REGARD

33. The latest theme of the SADCC, namely the development of human resources, not only links up with the organisation's theme for the 1990s : "Enterprise, Skills and Productivity", but is also an indication that the SADCC has taken note of political developments in South Africa and has realised that these developments will mean a change in emphasis in the SADCC's objectives for Southern Africa.

34. The SADCC projects that previously received a lot of attention were directed at making countries in the Southern Africa region less dependent on South Africa; but also tied in with the previous theme of developing the infrastructure in the region. As a result, the SADCC's projects were primarily directed at the development of the transport and telecommunication

infrastructures of the region, and good progress was made, especially in the area of telecommunication. However, various factors affected projects related to the transport infrastructure, such as instability in certain member countries. The realisation that a new South Africa, which will have to be accommodated in SADCC planning, is on the horizon, has meant that the SADCC has had to re-evaluate its objectives.

35. Apart from political developments in South Africa, the current reconciliatory climate in Southern Africa has further contributed to a shift in the SADCC's emphasis regarding its objectives. The possibility of peace in Mozambique and Angola and the general trend towards reconciliation suggest the possibility of a region without conflict and stability, which in turn means new challenges for the SADCC with regard to inter-regional investment and trade, as well as the advantages of a flow of expertise across all Southern African borders. Development and interaction on a regional basis have become greater objectives in view of the current world order, and the SADCC will continue to promote this.

36. Whereas in previous years SADCC donors conferences were characterised by big aid packages, new aid during the past three years has declined significantly, and this was probably another reason why the SADCC was motivated to alter its priorities. The USA remains the biggest donor for 1991, but while US aid for 1990 amounted to US$200 million, this year's aid amounts to US$50 million.

37. There are several reasons why the aid has decreased. In the first instance, projects on the terrain of human resources development are less capital intensive than infrastructure projects. In addition, previous aid for the latter projects was not short-term, but extended over the medium to long term. Aid that was granted previously is still being made available for the completion of SADCC projects, and the organisation has enough funds to complete its former projects, especially with regard to transport projects. Subsequently, donor states have been hesitant to grant funds for relatively big and new aid packages before further progress has been made with existing projects. Despite the fact that there are enough funds available for the respective infrastructure projects, a shortage of technicians, management skills and training at local population level remain the biggest problems hampering progress in the area of these projects.

38. In addition, Namibia's membership of the SADCC and projects in this country that were identified in SADCC regard, have placed additional pressure on the organisation's financial resources. Namibia's unskilled labour force will also not help to ease the SADCC's shortage of trained manpower.

39. The focus on the development of human resources suggests that SADCC member states have realised the importance of this for continued economic development in the region. It also ties in with the SADCC's endeavour to increase productivity in the region. A sufficient demand for skilled labour is negatively influenced by the fact that member states often don't have the ability to offer suitable job opportunities to trained manpower. This contributes to the fact that trained people and experts have to look for employment outside the region and this suppresses the population's incentive for post-school education. An additional shortage of skilled experts and technicians was a direct result of East bloc countries withdrawing their representatives who were working in several Southern African countries following events in Eastern Europe.

FUTURE PERSPECTIVE FOR THE SADCC AND PTA

40. Two of the main characteristics evident in the economic decline of Southern African countries are the lack of productivity and shortage of trained manpower. Since its origin, the SADCC's attempts with regard to the development of the infrastructure, were economically justifiable in certain instances, but it was always clear that the SADCC's objectives were based on political, rather than economic decisions, especially in view of the member-states' overemphasis on distancing themselves from South Africa.

41. Economic realities have forced both the SADCC and PTA to the realisation that they must strive for the establishment of an economic community by placing greater emphasis on addressing economic regional problems. As an organisation, the SADCC has greater international recognition, especially as a result of its successes in the transport and telecommunication sectors. However, the outcome of the March 1991 meeting between the PTA and SADCC can be seen as positive, especially since increased cooperation between the two organisations will result in less

overlapping of objectives and better utilisation of funds; a greater emphasis on attaining international stature as a channel for aid; and addressing the most pressing regional issues of unemployment, foreign debt and the shortage of skilled labour.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0104 2 APRIL 1991

KENYA : US AMBASSADOR CONCERNED ABOUT HUMAN RIGHTS

The American Ambassador to Kenya, S HEMPSTONE, recently expressed his concern about the circumstances under which political prisoners are detained in Kenya. Moreover, HEMPSTONE asked the Attorney-General in Kenya to reveal the dates on which medical personnel, attorneys and family had visited detainees.

ELUCIDATION

The above-mentioned is probably as a result of an accusation by E MATIBA, the spouse of a former cabinet member who is currently being detained, that despite an undertaking by the Kenyan government that MATIBA's doctor could visit him twice a month, the last time he was allowed to see MATIBA was in November 1990.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
TITULO Kenia: Embajador de EE.UU preocupado por los DD. HH.
Secu. Sudafrica (20361)
02-04-91.
Secu. Sudafrica (20361)
Kenia (10114)
Fac. Pol (11164)
Rel. Int (11399)
Fac. Sico Soc (11165)
Derechos Humanos (11245)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZADO VR

01.01

9108629

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0106 2 APRIL 1991

ZIMBABWE : NEGATIVE ATTITUDE OF FOREIGN INVESTORS AS A RESULT OF LAND POLICY

A prominent Zimbabwean economist, Eric BLOCH, recently pointed out (during the annual general meeting of the Zimbabwean National Chamber of Commerce) that Zimbabwean legislation surrounding the opening of private agricultural land for a national redistribution programme has delayed possible foreign investments of US$540 million for an indefinite period. According to BLOCH, several potential foreign investors have expressed fears that the nationalisation of industries in Zimbabwe will follow after the take-over of agricultural land.

COMMENT

The US government announced on 22 March 1991 that it has granted a loan valued at US$28,8 million, to Zimbabwe for the purchase of thirteen new locomotives, forty-three diesel engines and spare components for the national railways.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO .....

Zimbabwe : negativa de inversores extranjeros como resultado
Serv. Sociopolítico (20361) de la política de tierra.
02-04-91.
Serv. Sociopolítico (20361)
Zimbabwe (10183)
Fac. Económico (11161)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZ ..... VR

91 08630

01.01

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0110 2 APRIL 1991

LIBERIA : PEACE CONFERENCE RESUMED

The Liberian national peace conference, which is currently taking place under the protection of the Economic Community of West African States (ECOWAS) in Monrovia (Liberia), resumed on 21 March 1991 after having adjourned on 19 March 1991.

Remark : The conference adjourned after the National Patriotic Front of Liberia (NPFL - biggest rebel group) lodged an objection about, inter alia, the representation at the conference.

The leader of the NPLF delegation at the conference, Togo McINTOSH, said in this regard that he denied that the NPFL were busy using delaying tactics and stated that the NPFL was committed to peace. According to him the NPFL will therefore ensure that the objectives of the conference are realised. He added that the leader of the NPFL, Charles TAYLOR, would not attend the conference for security reasons.

ELUCIDATION

The most important objective of the conference is the election of a new interim government in the place of the current one led by Amos SAWYER. An ECOWAS peace plan stipulates that none of the current faction or political leaders may be elected as president. However, TAYLOR is objecting to this stipulation and is saying that he, as true representative of the Liberian population, should be elected as president.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZ VL X
01.01 9108631

39.

Liberia: Se reanuda conferencia de paz.
Serv. Sudafrica (20361)
02-04-91
Serv. Sudafrica (20361)
Liberia (10119)
Fac. Pol. (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0112 2 APRIL 1991

UGANDA : PERSONS KILLED DURING FIGHTING BETWEEN MOSLEMS AND THE POLICE

Eight people, including four Ugandan policemen, were killed outside a mosque in Kampala on 22 March 1991 after the Ugandan police tried to prevent Moslem youths from going into the mosque for their Friday prayers and a fight broke out between these two groups.

ELUCIDATION

Moslem youths, primarily Shi'ite, occupied the headquarters of the Supreme Council of Ugandan Moslems in Kampala and demanded a change in the council's leadership. The occupation also followed after a recent decision by the Ugandan Supreme Court that Kadhi Rajah KAKOOZA, a Shi'ite, be replaced as spiritual leader of the Moslem community by Ibrahim LUMBEWA, a Sunni, as a result of irregularities in the 1987 election.

DATE OF INFORMATION : March 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
Uganda: Mueren personas durante combates entre musulmanes y la policia.
Serv. Sudafrica (20361)
02-04-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Uganda. (20174)
Fac. Sico Social (11165)
Conf. Sociales (11414)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO VB

01.01

9108632

REFERENCE : B/0113 2 APRIL 1991

ZAMBIA : RECENT POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

FORMATION OF NATIONAL PARTY FOR DEMOCRACY

1. A splinter group, known as the National Party for Democracy (NPD) and led by T MWANZA, has broken away from the multiparty alliance, the Movement for Multiparty Democracy (MMD) in protest against the alleged domination of the Bembas in positions of leadership in the MMD. According to MWANZA, the NPD does not accept the outcome of the elections that were held during the MMD's National Convention in February 1991, because at the time there was no talk of an ethnic balance. The formation of the splinter group is apparently an indication of the fact that the MMD is unable to muster support as a united front against the ruling United National Independence Party (UNIP).

ELUCIDATION

2. The Bemba tribe is estimated as representing more than 50 percent of the Zambian population. In view of the strategy of the ruling United National Independence Party (UNIP) to encourage and even finance factionalism in opposition ranks, it is not improbable that MWANZA forms part of this strategy. According to all indications, the election during the MMD's National Convention was free and just.

ECONOMIC BRIEF

3. During a two-day meeting of the World Bank's Advisory Group in Paris (France), aid to the value of US$650 million was promised to Zambia by donor states and international financial institutions following its recent repayment of foreign debt. According to Zambia's Minister of Finance,

ENTRADO
VR X
01 02
9108633

Nº DOCUMENTO

TITULO Zambia: Desarrollo Político y Económico Reciente

PROC. Serv. Sudafrica (20361)

FECHA 02-04-91.

MATERIA Serv. Sudafrica (20361)
Zambia (10182)
Fac. Político (11164)
Fac. Económico (11161)

Gibson CHIGAGA, US$260 million will be used in respect of the balance of payments, while the rest will be channelled to the agricultural, health, education, transport and communication sectors.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0115 24 MAY 1991

THE CAMPAIGN AGAINST BLACK TOWN COUNCILS IN SOUTH AFRICA

MEDIA REPORTS

1. In recent weeks the South African press has focused attention on the campaign launched by the African National Congress and its affiliated organisations to destroy black local authorities. Judging by the statistics, this campaign has been successful, but the objectives behind it cannot be said to be worthy. The same applies to the methods used by those involved in the campaign.

2. The following extracts are taken from newspaper clippings (See Appendix A) and indicate some of the problems that black local authorities face as well as the dangers involved for black councillors :

"In the Transvaal at the end of January, 339 of the 692 seats in Black councils were vacant. Thirty-nine of the 82 Black councils were without a quorum and had to be placed under the control of administrators. In the Free State, 45 out of 71 had no quorums and had been placed under the control of administrators. Of 442 seats on Black local authorities, 262 were vacant. Of the 93 Black councils in the Cape, 39 no longer had quorums. Only Natal, thanks to Inkatha, is in a relatively satisfactory position, with 15 of its 17 Black councils still operating with quorums and 79 of the 103 seats filled".

"No doubt there are valid criticisms of Black local authorities and the manner in which they have gone about their work. There may also be valid objections on rents and service charges. These grievances have been well exploited by the ANC and its affiliates, hence the rent and services boycotts. But this does not justify violence or intimidation against councillors, who are legally in office, and should only be removed

ENTRADO X
VF
9108634

Campanha contra assassínios de pretos negros em Sudáfrica.
Serv. Sudafrica (20361)
24-05-91
Serv. Sudáfrica (20381)
Sud Africa (10162)
Fac. Sico Soc. (11165)
Cop. Soares (11414)

democratically or when the system changes".

"But the ANC and its affiliates, as in the case of sanctions, are not interested in the suffering they cause. It is supposedly the sacrifice that is necessary if they are to bring about a new order. However, since the government is destroying apartheid and is about to negotiate a new South Africa, sanctions, rent and services boycotts, and the campaign to destroy the Black local authorities are totally unnecessary and cause needless harm. The trouble is that the ANC is not interested so much in a democratic solution for this country's problems, as one that will put it in power".

"If the people think everything is going to be free in a new South Africa, they are in for the rudest shock of their lives. They will learn that nothing is free and that if you want a service you have to pay for it".

"CAST wanted Black councils to resign to make the townships ungovernable. But it had and would fail in this objective, because, as had been shown where councils had resigned, the province merely sent in administrators to run the councils".

"The police seem to be rather helpless, since they expect victims of intimidation to provide the evidence. As they have been intimidated in the first place, they can hardly be expected to do so. They have given in because hand-grenades or petrol bombs were thrown into their homes - criminal offences which the police should be able to investigate - or they have received threats and warnings, or they have had crowds march on their homes".

"It is very difficult to withstand such pressure when one lives in a township and is vulnerable to attack".

The Civic Associations of Southern Transvaal (CAST) is one of the key players in this campaign of intimidation and violence. Not only is it a leading force in the struggle to dismantle the present third-tier government

system and to create interim local authorities, but it also plays a key role in the ANC's strategy with regard to mass mobilisation.

PERSPECTIVES ON CAST

INTRODUCTION

On the initiative of COSATU and the UDF, backed by the ANC and SACP, the Civic Associations of Southern Transvaal (CAST) was launched in September 1990 at the University of the Witwatersrand (WITS) with the aim "to unite all civic associations (in this region) under a single umbrella body that would deal with crucial issues affecting the people, and to play a reconstructive and developmental role in the transition period to a non-racial, unitary and democratic South Africa". Since its launch CAST has initiated several actions against black local authorities as part of the broader struggle for the total eradication of all "apartheid" structures and the formation of so-called democratic structures based on the perceptions of the ANC/SACP/COSATU alliance.

DEMANDS

CAST's demands for the restructuring of local government in accordance with resolutions adopted by the ANC Consultative Conference on Local Government (October 1990) include the following :

- All existing local government structures should be disbanded. These should be replaced with interim local government structures which would be non-racial bodies elected on the basis of one man, one vote.

- The division of town and metropolitan areas into separate racially based municipalities must be done away with, and replaced with non-racial unified bodies.

- All rent arrears should be written off and future service charges and

rents should be negotiated with the residents concerned.

- There should be one tax base for every metropolitan area allowing for a fair allocation of funds.

VIEW ON NEGOTIATION

CAST believes, as do the ANC and the SACP, that at many stages during the "struggle" negotiation has been effectively used to obtain gains from the "regime". However, negotiation is viewed as only one of the tools at its disposal, which will be used only if it will concretely advance the "struggle" for democracy. CAST views negotiation as a terrain of struggle in itself, and believes that the outcome of the negotiation process often depends on the extent to which effective mobilisation is realised during this period. According to CAST negotiation at the local level will increase the participation of the "people" in the overall negotiation and democratisation process.

Although several meetings between CAST and the Transvaal Provincial Administration (TPA) took place, it is clear that CAST relies heavily on delaying tactics. CAST also demanded a meeting with the Minister of Planning, Provincial Affairs and National Housing for 12 February 1991. By meeting the said Minister, it has, in its own view, advanced to first level negotiation as well as affording itself stature. CAST therefore regards the evolving guidelines which manifest on the terrain of national negotiations as vital.

COMMUNITY INVOLVEMENT

During its launch in September 1990, CAST reiterated the following viewpoints on the relationship of civics to government structures : "The role CAST should play in relation to local government needs serious consideration. In some areas civic associations are taking over the functions of local government. This has taken us a step closer to the

realisation of people's power. There are however also dangers in this approach, as the inability of community organisations to deliver on key demands could alienate them from the community. It is also important for the entrenchment of democracy that organisations representing the interests of the community, remain outside the direct structures of government, and rather ensure that government officials fulfil their tasks correctly. Obviously members of the resident associations should be elected to the council, but then would be subject to the same scrutiny by their residents' association as other council members".

In view of their prominent positions in CAST as well as in other organisations, it is obvious that CAST has drawn strongly from trade union and SACP ranks, eg Moses MAYEKISO and Chris DLAMINI. CAST has also relied heavily on trade union ranks affording it the expertise and ability for negotiation. Against this background, it may well be that CAST also serves the purpose of strengthening COSATU and/or SACP membership and their community involvement.

As a result of the close ties that exist between CAST, COSATU and the SACP (workers and community), the potential exists for these organisations to influence political development on the second and third tier of government. These opportunities may also be beneficial to implement the "second phase of the revolution" and thereby force certain political developments onto the government at national level, which will be especially useful to the SACP and ensure the union movement a certain position/place in a future South Africa.

CAST affords the SACP the opportunity to indirectly obtain the necessary support without the party depriving itself of its real nature (not being a mass party). One the one hand this can be done without the SACP coming into conflict with its allies (COSATU and the ANC). The establishment of CAST in the community may however cause longer term problems for the ANC with regard to the establishment of its structures in the community.

In reality however, this conflict seems unlikely since civics and the ANC/SACP share/rely on the same base, ie the masses, and they all seem to be striving for the same goals and therefore cannot aspire to achieve an independent role. It would also be virtually impossible for civics to claim "bread and butter" issues as independent community issues because the ANC/SACP use these for political mobilisation.

SUCCESSES

Since its launch CAST has enjoyed wide and favourable publicity, which along with the relative success it has achieved in its campaign against black local authorities, has secured itself an irrefutable position. On 7 November 1990 CAST announced its programme of action (including boycotts and mass protest) as a strategy for the future, with the immediate aim of forcing all black councillors to resign by 30 November 1990. The strategy included the following key issues :

- The availability of land and proper housing.
- A single tax base.
- The ending of evictions and the charging of affordable rentals.
- The introduction of an anti-crime campaign.
- A proper election system.
- The development of the communities through stronger community involvement.

In the first week after CAST had announced its strategy, 26 councillors resigned in the Transvaal alone. Although it would be virtually impossible to determine how many of the abovementioned 26 councillors resigned as a result of pressure by CAST, the organisation might have had a definite

9108634

influence on their decision.

During CAST's launch 38 civic organisations were present and affiliated under the umbrella regional civic organisation. On 7 March 1991 CAST announced in a press statement that 65 civic organisations were affiliated at present and that CAST had shifted its borders to include Pretoria as well as parts of Northern, Eastern and Western Transvaal. This increase indicates that CAST is progressively gaining wide support. CAST has also succeeded in coordinating the activities of its affiliates, and several (among others, the Alexandra Civic Association and the Vosloorus Civic Association) have gained successes in their negotiation with the TPA.

CAST is presently the best organised and most important regional civic and will possibly play a leading role in the establishment of a so-called national civic. Recently the launch of a regional civic was announced for the Northern Free State and indications are that this civic plans to follow the guidelines set by CAST.

FUTURE PLANNING

MAYEKISO recently disclosed details about CAST's future activities (Operation Khanyisa) and stressed that a call for all other civics to follow suit, will be made shortly. Operation Khanyisa will embark upon various campaigns in Alexandra. The township is in no way seen as a separate entity and the operation, depending on its success, will be extended to other CAST regions. Some of the areas for so-called development and redevelopment include the follwing :

- Transport
- Education
- Health
- Crime prevention
- Legitimising people's courts
- Land acquisition

The plan of action will unfold in three phases : Phase one involves consultations with the community and big business concerns, various government departments and ministers and various political organisations. Phase two includes a drive to raise the necessary funds which will enable the people in the black townships to own 50 percent of all ventures that would be embarked upon. Phase three will represent the actual implementation of this plan of action.

INTERPRETATION

By actively articutaring the community's socio-economic and political needs and aspirations with relative effectiveness, but also through hard and soft intimidation, CAST has succeeded in establishig itself not only as the coordinating body of civics in Southern Transvaal, but also as one of the best organised and progressive civic structures in the countr, which may serve as an example for other civics and along which lines other coordinating civic structures may develop. Therefore, from a CAST point of view it is imperative that it plays an important role in activists' plans to create a national civic organisation. It is also important to note that the ANC stressed in its "recipe for victory", that the struggle for democratic structures of government continues (Mayibuye, December 1990). According to the ANC the guarantee for success lies with mass action, including struggles about local issues. Civics which, according to the ANC, have gained the victory in negotiation are those that combine the following :

- Strong grassroots organisation.
- Regular report-backs ensuring community involvement and clear mandates.
- A clear-cut strategy that linked short-term demands (eg writing off arrears) with long-term projections (eg non-racial municipalities).
- Technical back-up by service organisations.

- Trained and skilled negotiators.

Measured against the background of its activities since its launch in September 1990, it is clear that CAST, under the guise of promoting people's welfare and interests, is in fact achieving goals complementary to the overall strategy of the ANC/SACP/COSATU alliance. The relative control CAST has over the community is due to its potential to successful mobilise the community around their socio-economic needs and aspirations, thereby manipulating the community into protest actions, including protest marches and boycotts. In this way CAST functions as a basic instrument for mass mobilisation as well as the politicisation of the masses. It is thus obvious that civics like CAST are the primary instruments through which control of the community is sought, achieved and maintained.

The arena in which the civics work includes a broad range in politicised groupings which the ANC and other political organisations cannot claim to represent totally. The independence of civics is crucial to the "struggle of the masses" and it is in the interest of the ANC that they should continue to exist as independent community structures. This does not imply the depoliticisation of the civics, but ensuring the widest community representation possible. While civics are central to the struggle for democratic local government, the ANC and CAST are adamant that these should not be regarded as future local government structures, but are to remain the watchdog of the community. Political representation is therefore seen as the responsibility of the ANC/SACP.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ANNEXURE A

CAST EXECUTIVE COMMITTEE

President : Moses MAYEKISO
(General Secretary of the COSATU affiliated National Union of Metal Workers of South Africa - NUMSA, member of the SACP National Interim Leadership Group - ILG)

Vice President :
Kgabise MOSUNKUTU
(President of the Post Office and Telecommunications Workers' Association - POTWA, SACP member)

General Secretary :
Sam NTULI
(Former trade union leader)

Assistant General Secretary :
Cas COOVADIA
(Publicity Secretary ACTSTOP, SACP member)

Publicity Secretary :
Sandy LEBESE
(Assistant Treasurer of the South African Youth Congress - SAYCO)

Treasurer : Chris DLAMINI
(First Vice President of COSATU, President of the Food and Allied Workers' Union - FAWU, member of the SACP National ILG)

Regional Organiser :

S'tembiso RADEBE

(Acting Regional Secretary of COSATU)

Training Officer :

Nomvula MOKONYANE

THE CITIZEN

COMMENT

19-3-91

Black councils

THE campaign by the African National Congress and its affiliated organisations to destroy the Black local authorities has been going on for a long time.

According to an official of the Department of Planning and Provincial Affairs, the object is to make the townships ungovernable and to gain maximum influence at the negotiating table by seizing power: alternatively, to bypass the negotiation process and seize power by mass action of the kind which toppled governments in Eastern Europe.

The figures published in The Citizen yesterday are alarming.

In the Transvaal at the end of January, 339 of the 692 seats in Black councils were vacant. Thirty-nine of the 82 Black councils were without a quorum and had to be placed under the control of administrators.

In the Free State, 45 out of 71 had no quorums and had been placed under the control of administrators. Of 442 seats on Black local authorities, 262 were vacant.

Of the 93 Black councils in the Cape, 39 no longer had quorums.

Only Natal, thanks to Inkatha, is in a relatively satisfactory position, with 15 of its 17 Black councils still operating with quorums and 79 of the 103 seats filled.

The fact that the government has not vigoriously combated the deliberate attempt to finish off the Black local authorities, hasn't made it a major issue in its talks with the African National Congress, and hasn't warned the intimidators of councillors to desist or else is disturbing.

Equally disturbing is its acceptance of a one city, one tax base system of local government, ahead of a constitutional settlement.

Ministers had insisted that the question of local authorities was one for the negotiations.

To introduce any measures at this stage, even as an interim measure to the ANC, merely makes the existing councils more vulnerable to attack.

The police seem to be rather helpless, since they expect victims of intimidation to provide the evidence.

As they have been intimidated in the first place, they can hardly be expected to do so. They have given in because hand-grenades or petrol bombs were thrown into their homes — criminal offences which the police should be able to investigate —or they have received threats and warnings, or they have had crowds march on their homes.

It is very difficult to withstand such pressure when one lives in a township and is vulnerable to attack.

Hence the large number of councillors who have quit.

No doubt there are valid criticisms of Black local authorities and the manner in which they have gone about their work.

There may also be valid objections on rents and service charges.

These grievances have been well exploited by the ANC and its affiliates, hence the rent and services boycotts.

But this does not justify violence or intimidation against councillors, who are legally in office, and should only be removed democratically or when the system changes

Meanwhile, although residents in some townships are coming out against rent and service boycotts, the refusals to pay continue in other townships, with lights and water in danger of being cut off.

But the ANC and its affiliates, as in the case of sanctions, are not interested in the suffering they cause. It is supposedly the sacrifice that is necessary if they are to bring about a new order.

However, since the government is destroying apartheid and is about to negotiate a new South Africa, sanctions, rent and services boycotts, and the campaign to destroy the Black local authorities are totally unnecessary and cause needless harm.

The trouble is that the ANC is not interested so much in a democratic solution for this country's problems, as one that will put it in power.

The assault on Black councils is part of this campaign.

Twice-shot Steve Kgame a man for pressure

Citizen Reporter

MR STEVE Kgame is no stranger to pressure. A former chairman of the Dobsonville (Soweto) management committee and of the Urban Council's Association of South Africa (UCASA) he has twice been shot in the line of duty, the last time in 1989 when he stopped three bullets outside his shop and almost died.

Steve Kgame did not resign as a councillor —he was beaten in an election contest.

Speaking to The Citizen from his home this week, he said he still believed in the council system and said that the attacks against councillors and pressure on them to resign from Cast was "senseless".

"If the people think everything is going to be free in a new South Africa, they are in for the rudest shock of their lives," he said.

"They will learn that nothing is free and that if you want a service you have to pay for it."

Cast wanted Black councils to resign to make the townships ungovernable. But it had and would fail in this objective, because, as had been shown where councils had resigned, the province merely sent in administrators to run the councils.

"So what have they achieved?" he asked.

"Then as soon as the councils have resigned, they go and enter talks with the TPA.

3 Tvl councillor deaths

THREE Black councillors in the Transvaal have been killed in office since last February, according to official records.

They were Katlehong's Mr D Mlangeni, killed in a handgrenade attack on April 15, before the resignation of six councillors; Soweto's Mr I Moekoena and Dobsonville's Mr D A S Mmesi, both said to have been murdered.

Their deaths do not appear to have prompted any resignations from their respective councils. Dobsonville has only one vacancy: that caused by Mr Mmesi's death, and Soweto only four out of 35 seats, three of which apparently arose prior to last February.

12

9108634

'Fear and threats' made them resign

By Tony Stirling

BLACK councillors who have resigned — even those who have admitted going over to the ANC — almost to a man indicated that they remained frightened of being killed and requested The Citizen not to name them in any report.

Henry was a Black councillor in the Pretoria area for 12 years who has resigned and gone over to the ANC.

This is wat he said:

"All the councillors resigned because of community pressure. I resigned because of it.

"The administration knows our worries. It knows. We gave them the reasons why we resigned.

"Some of us were attacked with petrol bombs. I was attacked twice. They threw stones at my shop. It was the youth.

"One of my fellows had his house attacked 25 times.

Scared

"I was scared, so I resigned.

"I have joined the ANC. Now I feel safe. Now I'm living a better live. There was no protection from the government or the TPA — there was nothing else we could do," he said.

Zacharia, a councillor from the Eastern Transvaal, said he and his fellows had resigned because of "pressure and coercion.

"We were attacked. There were a number of attempts to petrol-bomb the homes of councillors.

"It was the local youth organisations — the ANC youth.

"We were told to resign. Then the electricity was cut off and there was chaos and violence for a week.

"It was very tense. We feared for ourselves and our families. All our businesses were attacked and boycotted. There was no protection.

"We had no option, so we resigned."

Kingsley is another Eastern Transvaal councillor who resigned.

He said: "I resigned after eight years on the council. I was personally intimidated by the 'young lions' (a name used for ANC youth elements).

"We were threatened. We were told that there was a message from the civics in Johannesburg that we had to resign. This was at a meeting we were called to by the youth.

"We were in fact told that one of us would die if we did not resign.

"We took the threat seriously, because one of our community had his house burned down shortly before. The SAP could not protect us, so we got out."

A former East Rand councillor, Oliver, said, "actually I was an underground member of the ANC all the time. I was a councillor for five years.

"The civics — the youth — came to me three times and threatened me to resign. They said the civic association said we must resign.

"The third time they insisted I must resign. I went to a meeting with them, and told them I had already resigned.

Surprised

"They were very surprised to hear there that I had always been a member of the ANC. It is true what you say that one of our councillors was killed by a handgrenade a few months before I resigned."

"I would not like you to use my name. It could harm my business." And your life? "That also."

William, another East Rand councillor who resigned, said:

"I could not take the pressure. There was intimidation by an ANC youth organisation.

"I felt there was a threat to my life, and my wife and children also.

"There had been attacks before against councillors. Our businesses were attacked and boycotted.

"We feared for our lives. That is why we resigned."

Another councillor from the Eastern Transvaal, Michael, said the resignation of him and his fellows was proceeded by intimidation of the community by youth congress members.

"There was pressure on us to resign, but we did so because the people were using us as a scapegoat for their problems.

"We resigned to show they were wrong, that councillors will always be there and needed.

"In the five months the civics have been handling things, all the services have been cut off because the charges have not been paid.

Angry

"I think that the people are going to be very angry when they find they still have to pay the arrears before they get their services back," he said.

He and his fellow councillors were biding their time, to again take over when the community wanted them back.

A former Western Transvaal councillor called Shadrack said: "There was a letter written to our offices from the civics calling for us to resign en bloc.

"We did so before anything could be done to us.

"There was a youth group going around all the areas putting pressure on people to resign.

"The councillors were not attacked this time, but there were a number attacked back in 1986. There were houses petrol-bombed, mine was one of them.

"It was very frightening, petrifying. The worst is having to leave your children and families home, and never knowing what could happen to them.

"It was because of what happened in 1986 that I decided to quit, as I knew it could happen again and I did not want to take the chance.

"The so-called leaders are misleading the people. The people must be educated to do the job as councillors, and because of what they are doing there will be no one left in local government."

David, a Northern Transvaal councillor who resigned said: "There were threats and pressure from the civics.

9108634

Mayor-in-hiding says threats won't see him quit

By Tony Stirling

THE "exiled" Mayor of Alexandra, Mr Prince Moekoena, this week came out of hiding to speak to The Citizen about the pressure brought on him to resign, and said "the only way they'll ever get me out of office is feet first".

Mr Moekoena said that during the campaign to force councillors to resign, his home had been attacked three times by unknown groups of people.

As a result, he had moved out of the township and had gone into hiding in various places in and around Johannesburg.

In the period leading up to his quitting the township, shortly after the campaign to oust Black councillors had started, he had been approached by persons involved in the campaign and assured that if the rest of the council resigned, he, Mr Moekoena could become the "administrator".

But at the same time he had been told that as "administrator" he would have to pay a "protection" fee to those who had approached him. "This I refused point blank to do," he said.

(In cases where Black councils no longer have a quorum, the Transvaal Provincial Administration appoints administrators. Mr Moekoena said, however, that those who had approached him were not connected with the TPA.)

He said that after the end of November, the date when all Black councillors were to have been out of office, his house had been attacked three times by unknown assailants.

It had been petrol-bombed on January 3, and on January 23 R8 000 damage had been caused to it when night soil and rubbish was dumped into his home.

After a further attack in February, when his house was stoned and an attempt had been made to set alight his car, he had decided to quit Alexandra.

"I went into hiding in Sandton and sent my children into hiding," he said.

Mr Moekoena said he knew that those behind the campaign to oust Alexandra councillors were desperate to get him out of office, so that they could destroy the quorum on the council.

"I have news for them. I am not going to resign. They will have to carry me out feet first," he said

He said that he and the four other councillors still in office in Alexandra had joined Inkatha, as had about 90 percent of the councillors who had not resigned in the Transvaal Inkatha, the political arm of which had a membership of about 2,3 million as against the less than 700 000 paid-up members of the ANC, had said it would support those who stayed on in office

As Mr John Mavuso, the Transvaal MEC in charge of Community Development, had said the only way for councillors to remain in office in the face of the pressures for them to quit was through "organised resistance" in affiliation with some large national body such as Inkatha.

He said his mayoral office had been occupied by "civics" for more than three weeks.

Each time a complaint of trespass had been lodged with the police, a fresh group had moved in

On the last occasion that he had been back there to collect his documents and belongings, a group of women had been occupying his offices.

He had locked in a member who had refused to leave with the police who accompanied him into the offices.

When I last heard there was quite a pickle because they couldn't get food into the group.

I do not need an office We are still holding our meetings and they are not going to make me resign by sitting in my office," said Mr Moekoena.

3108634

T4 14

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0117 10 APRIL 1991

TRANSKEI : PHASING OUT OF CONCESSIONS

On 1 April 1991 an amended package regarding concessions in respect of the establishment of new industries, as well as the expansion of existing industries in Transkei, came into effect. Implications of the new package are that :

- so-called short-term concessions will be applicable for a maximum of three years in future, in contrast with existing short-term concessions which are valid for between seven and ten years;

- in future interest on financing will only be subsidised for three years, whereas it was previously subsidised for up to ten years; and

- long-term concessions will fall away following a two-year period of notice, while the concessions on transport were terminated on 1 April 1991.

Remark : The implementation of the above-mentioned steps could have a significantly negative effect on the establishment of industries in the Transkei and might even result in existing industrialists withdrawing from the region, especially when taking into account that 60 percent of the transport costs on processed products was being subsidised.

DATE OF INFORMATION : April 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
TITULO : TRANSKEI : Sobre las concesiones.
REC Serv. Sudafrica (20361)
EN 10-04-91
INC Serv. Sudafrica (20361)
Transkei (10198)
Fcc. Economico (11161)
Sec. Industrial (11401)
Pol. Económico (11392)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO VR

31 08635

01 .01

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0120 10 APRIL 1991

CONGO : PRESIDENT SASSOU-NGUESSO CRITICISED AT NATIONAL CONFERENCE

During a recent session of the National Conference (held in Brazzaville in the Congo) which addressed future democratic reforms, President SASSOU-NGUESSO was severely criticised by opposition figures. Among other things, SASSOU-NGUESSO was implicated in the murder of the former Congolese head of state, Marien NGOUABI, as well as in the embezzlement of state funds in 1987. SASSOU-NGUESSO opted not to react to the accusations.

ELUCIDATION

For the past eighteen months the Congolese government has been under increasing pressure to democratise the political system in the Congo. Despite promises by SASSOU-NGUESSO that he would implement a multiparty system in 1991, he is now being accused of delaying the process. The refusal by opposition parties and important internal interest groups to form part of an interim government has compelled SASSOU-NGUESSO to organise a National Conference.

DATE OF INFORMATION : April 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DESTINATO

Congo: Pte SASSOU NGUESSO criticado en Conferencia Nacional.
Serv. Sudafrica (20361)
10-04-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Congo (65605)
Tze. Pol (11164)
Gol. Nze. (11302)

CONFIDENTIAL

01.03

ENTRADO
CRUZADO VR
9108636

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0122 10 APRIL 1991

TANZANIA : MWINYI BANS POLITICAL OPPOSITION GROUPS

On 21 March 1991 President MWINYI stated that although a presidential commission is currently revising the one-party system in Tanzania, this state is still constitutionally a one-party state and all political opposition groups are banned.

ELUCIDATION

Supporters of a multiparty system in Tanzania earlier rejected the formation of the above-mentioned commission. A group which is known as the Committee for a Transition Towards a Multiparty System, stated in February 1991 already that the Presidential commission only consists of members from the ruling party in Tanzania, the Chama Cha Mapinduzi Party (CCM) and that it was improbable that they would propose that other political parties be allowed in Tanzania.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
TITULO Tanzania: Mwinyi ataca grupos de oposicion politica.
Serv. Sudafrico (20361)
10-04-91.
Serv. Sudafrico (20361)
Tanzania (10170)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO
9108637.

01.01

REFERENCE : B/0124 10 APRIL 1991

SIERRA LEONE : POLITICAL DEVELOPMENTS - INTERSTATE TENSION

1. On 2 April 1991 President MOMOH of Sierra Leone accused the defence force of Burkina Faso of fighting side-to-side with the National Patriotic Front of Liberia (NPFL).
Remark : Burkina Faso has been suspected of being the NPFL's most important ally in the ongoing Liberian civil war, especially in the area of providing diplomatic and logistic support, and supplying weapons.

2. In reaction to the NPFL's periodic violations of Sierra Leone's territorial integrity since 23 March 1991, this state's Chief of the Defence Force, Mohamed TARAWALLI, has indicated that while Sierra Leone will not launch military operations against the NPFL in Liberia, the state is nevertheless prepared to protect its sovereignty.
Remark : The NPFL's military incursions into Sierra Leone are apparently linked to earlier warnings by Charles TAYLOR (NPFL leader) that Sierra Leone is also involved in the civil war because it has made its territory available to the ECOWAS peace force (ECOMOG), from where air attacks have been launched on NPFL settlements.

COMMENT

3. Political observers and diplomats in West Africa are indignant about the trans-border attacks and and occupation of Sierra Leonese territory by the Liberian rebel movement, the NPFL. Fighting between the Sierra Leonese defence force and the NPFL intensified to such an extent on 3 April 1991 that the Sierra Leonese forces requested reinforcements. Diplomats in the region are of the opinion that the Sierra Leonese defence force's weapons are inferior to those of the NPFL rebels. The unstable military situation in the combat zones has already resulted in a number of emergency relief aid organisations being compelled to evacuate their personnel. It has also come to light that many Liberians who emigrated to Sierra Leone during the

ENTRADO X
CRUZ DO VR

9108638

Sierra Leona : Desarrollo Político – tensión interestatal.

Serv. Sudafrica (20361)

10-04-91.

Serv. Sudafrica (20361)

Sierra Leona (10157)

Fac. Pol. (11164)

Liberian civil war, have been arrested and are currently being questioned by security officials in Sierra Leone after a large quantity of weapons and pro-NPFL literature was found in their possession. Members of Sierra Leone's government and other political observers in West Africa are very concerned about the alleged involvement of foreign powers not only in the unstable internal security situation in Liberia, but also in the recent events between states in the region mentioned. In particular, the bona fides of Burkina Faso, Libya and the Ivory Coast are being questioned in respect of the current political and military developments in West Africa.

4. Despite the ongoing external friction, President MOMOH is pressing ahead with the investigation into a suitable political system for Sierra Leone. The government commission which he appointed in October 1990 released its findings on 28 March 1991. Their most important recommendations included that there must be a return to a multiparty system, that amendments be made to the presidential system and that a Senate be created. MOMOH reacted favourably to the first recommendation by stating that : "We have learned the hard way that a one-party state does not always provide the framework for accountability, whether the party is authoritarian or democratic".

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0125 10 APRIL 1991

WALVIS BAY : HISTORICAL BACKGROUND AND PERSPECTIVES

1. SWA/Namibia was arguably the most contentious issue in recent Southern African history, and when it gained its independence on 21 March 1990, the event was seen as the culmination of many years of fighting and negotiation. Despite the relatively peaceful settlement that was reached, several issues remained unresolved. The biggest of these issues must certainly be the Walvis Bay enclave and the offshore islands which, while regarded by many as part of SWA/Namibia, have remained South African territory.

HISTORICAL BACKGROUND

2. The first whites to settle in SWA/Namibia were missionaries. These missionaries were to play an important political role in SWA/Namibia in the sense that they became associated with colonialism. After the establishment of German rule in 1884, the missionaries acted as the "diplomats in residence" for the local military commanders. Their role became even more politicised when they requested the military authorities to institute a system of reserves so as to control the mobility of the local black groups, including the Nama and Herero. Apart from their political role, the missionaries also fulfilled important educational and economic roles. This started with schooling and they also gave instruction in agricultural practices to the local population. Their activities paved the way for British and German interest in the territory.

3. The continual inter-group conflict between the Nama and the Herero over economic resources, notably land and water, made the Rhenish missionaries decide to request the British Government at the Cape for protection, proposing that Hereroland be annexed. The German Chancellor, BISMARCK, supported the proposal, but the British Government at the Cape was hesitant to extend its control over the territory. However, Dr W C PALGRAVE was despatched to the territory as the Governor of the Cape's special

ENTRADO X
CRUZADO JV
01 07
9108639

WALVIS BAY : Pasado Histórico y perspectivas.
Secc. Sociopolítico (20361)
10-04-91
Secc. Sociopolítico (20361)
Namibia (1083)
Fac. Pol (11104)

commissioner. After extensive travel through the Territory, he concluded that by extending British sovereignty over the Territory, the British would be able to prevent the further immigration of Boer families.

4. Upon PALGRAVE's recommendation the Cape Governor, Sir Bartle FRERE, requested the British Government to annex Walvis Bay and its environs, an area of some 1 000 square kilometres. Captain Richard DYERE of the British Warship *Industry* took possession of the harbour, settlement and area of Walvis Bay on behalf of Great Britain by way of proclamation on 12 March 1878.

5. The German flag was hoisted in the mid-eighteen-eighties after a young man named VOGELSGANG bought the coastal belt of land from the Nama Chief, Josef FREDERICKS. Adolf LUDERITZ, a commercial merchant, also established a commercial outpost in the territory and appealed to the German Reich for German protection of any acquisitions he might make in this territory. Alarmed by German settlement and commercial activity, the new British Governor at the Cape, Cecil John RHODES, ordered that the interests of British firms in the area be safeguarded. Both German and British warships descended on the territory. Then, in April 1884 BISMARCK, the German Chancellor, advised the German Consul in Cape Town to inform the Cape Government that all of "Lüderitz land" was now formally declared to be under the protection of Germany. In August 1884 the German flag was officially hoisted at Angra Pequena. For several years the colony remained under German rule.

6. While Walvis Bay and the area surrounding it had been occupied by the British from 1878, in 1884 the land was transferred to the Cape Colony and was then administered as part of the Cape Colony until 1922 when, for practical reasons, the administration thereof was transferred to the Administration of SWA/Namibia.

7. On the interim period, on 4 August 1914, Great Britain declared war on Germany. On 7 August 1914 the Government of the Union of South Africa sent

a cable to the British Government announcing its willingness to employ its forces for the execution of duties entrusted to Imperial troops in South Africa. On the same day the British Government accepted the offer, and replied :

"If your Ministers at the same time desire and feel themselves able to seize such part of German South West Africa as will give them command of Swakopmund, Lüderitzbucht and the wireless stations there, or in the interior, we should feel that this was a great and urgent Imperial service". The final agreement read "... that any territory now occupied must be at the disposal of the Imperial Government for purposes of an ultimate settlement at the conclusion of the war".

8. About 13 000 South African troops participated in the 1915 SWA/Namibia campaign, while 140 officers, 2 000 men and 7 000 civilians fought on the German side. On 9 July 1915 German rule ended in SWA/Namibia with the surrender of its armed forces at Khorab near Tsumeb in the north of the Territory.

9. After the war the League of Nations set up an 'A', 'B' and 'C' mandate system. SWA/Namibia became a 'C' mandate - subsequently to be administered under the laws of the mandatory power as integral parts of the territory, with South Africa as the mandatory power. On 7 May 1919 the Union of South Africa was designated the mandatory power for SWA/Namibia and accepted the responsibility of submitting an annual report to the League of Nations on its administration of SWA/Namibia. In effect, South Africa no longer only administered Walvis Bay, but was placed in charge of what had formerly been German territory.

10. Technically speaking, once the issue of SWA/Namibia's independence was raised, the only territory constitutionally and legally in line for independence was the former German territory and excluded Walvis Bay. However, the Walvis Bay issue always featured prominently in negotiations, especially in terms of its administrative-legal position.

11. In terms of the SWA/Namibia Affairs Act, No 24 of 1922, South Africa also laid claim to various islands along the Namibian coast, eg Mercury, Bird, Long, Soal, Penguin, Halifax, Possession, Albatross, Pomona, Plum Pudding and Roast Beef islands. The SWA/Namibia Constitution Amendment Act, No 95 of 1977, dealt with the question of the South African owned port and the area surrounding Walvis Bay (1 124 square kilometres) and indicated that the matter would be dealt with in the final constitution of SWA/Namibia and that legislation would be passed by the South African Parliament to regulate and legalise matters. In terms of the Walvis Bay Administration Proclamation, No R202 of 1977, the administration of Walvis Bay (and surrounding area) was again transferred back to the Cape Province. The proclamation prescribed that Walvis Bay would be part of the Cape electoral division of Namaqualand for the election of members of the South African House of Assembly, a decision made by Prime Minister VORSTER, pending the passage of UN Resolution 435.

WALVIS BAY AS PART OF THE NEGOTIATIONS

12. As progress was made with negotiations concerning SWA/Namibia, Walvis Bay surfaced as a point of contention. In 1978 Western intermediaries promised SWAPO that they would support SWA/Namibia's claim to Walvis Bay although this issue would not become part of the settlement issue. The initial UN package (June 1978) that was accepted by the South African government and SWAPO stated clearly that Walvis Bay was explicitly reserved for negotiation after independence.

13. However, Security Council Resolution 432 of 1978, which was unanimously adopted, dealt with the position of Walvis Bay and read as follows :

"The Security Council
Recalling its Resolutions 385 (1976) and 431 (1978), Reaffirming in particular the provisions of Security Council Resolution 385 (1976) relating to the Territorial integrity and unity of Namibia, Taking note of

paragraph 7 of General Assembly Resolution 32/90 which declared that Walvis Bay is an integral part of Namibia,

1. Declares that the Territorial integrity and unity of Namibia must be assured through the reintegration of Walvis Bay within its territory;

2. Decides to lend its full support to the initiation of steps necessary to ensure early reintegration of Walvis Bay into Namibia;

3. Declares that, pending the attainment of this objective, South Africa must not use Walvis Bay in any manner prejudicial to the independence of Namibia or the viability of its economy;

4. Decides to remain seized of the matter until Walvis Bay is fully reintegrated into Namibia".

14. It soon became clear that this was a major stumbling block as the South African government saw the above resolution as a breach of faith. (This resolution was actually the outcome of long discussions involving the West African states, the Soviet Union and SWAPO and if the West had not supported it, there was a good chance that the Soviet Union would have used the Walvis Bay issue to wreck the settlement plan). Media reaction varied, but the general consensus was that while Walvis Bay was unquestionably South African territory by law, it was equally without question, on all practical and moral grounds, necessary for it to become part of the future SWA/Namibia.

15. The South African government's attitude was clear :

"Furthermore, it is stressed, the treatment of Walvis Bay is in a future context and there is no timetable - the future of Walvis Bay can only be

determined in discussions between the South African government and the future government of South West Africa".

16. While actual negotiations about SWA/Namibia's independence dragged on for several years, the final outcome of the independence settlement saw the Walvis Bay issue remaining separate. SWA/Namibia was granted its independence on 21 March 1990 and, somewhat surprisingly, the Walvis Bay issue did not even surface significantly during final negotiations. However, almost a year after the independence celebrations, this issue has come to the fore again and the South African government and SWAPO government are presently engaged in discussions about Walvis Bay and the Penguin group of islands.

PERSPECTIVES

17. While the South African government has remained relatively silent about the negotiation process, which commenced on 14 March 1991, various Namibian political figures have been quite outspoken about the issue. In his address during the independence anniversary celebrations, President Sam NUJOMA stated that the Namibian government would like to believe that the South African government will agree to the stipulations of UN Resolution 432 (1978) in the interests of good neighbourliness. The Namibian Minister of Foreign Affairs, Theo-Ben GURIRAB, indicated after initial discussions that the Walvis Bay issue is standing in the way of improved relations between SWA/Namibia and South Africa. The Namibian Ambassador at the UN has also called for increased pressure on South Africa regarding the issue.

18. Other political commentators have also expressed an interest in the outcome of this issue, primarily because the incorporation of Walvis Bay into SWA/Namibia would be contrary to a hitherto inviolate law of independent Africa - that colonial boundaries are respected at all costs. Historical parallels between Walvis Bay and the tiny oil-producing enclave of Cabinda, just north of the Zaire River estuary, have resulted in interesting speculation about Cabinda's future. In 1885 the Treaty of Simulambuco made Cabinda a protectorate of Portugal. It was signed with Cabinda chieftains, was to last 100 years and Portugal promised to maintain the integrity of the

territory. In 1985, despite the terms of the Treaty, the Portuguese dictator SALAZAR incorporated Cabinda with Angola, a territory which Portugal had ruled for centuries. After its independence in 1975, Angola clung to Cabinda, primarily because of its offshore oil wealth.

19. Having no natural resources, Walvis Bay is primarily a strategic asset to SWA/Namibia. Without the use of the port facilities, the Namibian economy would perish as it is entirely directed towards exporting mineral ore and ranching produce, as well as a minor amount of the fish catch. Windhoek's control over Walvis Bay would allow economic independence. Both parties engaged in the negotiations are hoping for an amicable solution, but in the event of a solution proving evasive, the Namibian government still has recourse to the International Court of Justice (ICJ). However, in terms of international law, South Africa's claim to Walvis Bay is stronger than its previous claim to SWA/Namibia. In addition, the precedent for the Namibian government's contention is not extensive because it is recent and untried - though customary international law on the right to self-determination of decolonised peoples and territorial integrity of non-self-governing territories are settled law. There is, however, a general belief that if Africa were to start re-forming into political units based on ethnic or economic interests, it would soon disintegrate - so artificial are the colonial demarcations. A sobering thought is that Africa is full of little enclaves of people who believe they belong elsewhere politically.

20. It would appear as if the best solution would include joint or shared administration, perhaps phased-in Namibian control and full sovereignty at a later stage (after South Africa attains a new constitution following current reforms). There is however little doubt that the status of Walvis Bay and the offshore islands will be altered in the near future.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

9108639

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0128 10 APRIL 1991

NAMIBIA : AID AND CULTURAL AGREEMENTS

During March 1991 the Namibian Economic Policy Research Unit received an amount of almost US$164 000 from the Swedish government and the Swedish International Development Agency (SIDA) in order to finance preparation studies for the planned Namibian land reform conference in June 1991.

On 27 March 1991 Namibia and the People's Republic of China signed a cultural agreement in Windhoek. The agreement will strengthen cooperation between the two countries in the fields of culture, education, science, health, sport and the media.

At the start of April the Namibian uranium company, Rossing Uranium, announced that it had concluded an agreement with the American company Gulf States Utilities (of Beaumont in Texas) with regard to the provision of uranium for the period 1991 to 1997 to generate electricity.
Remark : This is Rossing's first transaction with an American company since economic sanctions against Namibia were lifted in March 1990.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Namibia : Tratados de Ayuda y culturales.
Serv. Sudafrica (20361)
10-04-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Namibia (W133)
Fac. Ec. (11161)
Fac. Pol (11164)
Pol. Int (11388)
R. P. China. Comunist (1015))

CONFIDENTIAL

9108640

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0131 19 APRIL 1991

ALGERIA : FORTHCOMING PARLIAMENTARY ELECTIONS

The first multiparty parliamentary elections to be held in Algeria will take place on 27 June 1991. Some forty parties are expected to participate in the elections for a new National Assembly, which will have 542 members instead of the current 290.
Remark : The ruling National Liberation Front (FLN), which has led Algeria since independence, was the only party running in the 1987 elections.

The leader of the Islamic Salvation Front (FIS) (which won the municipal elections in 1990), Abassi MADANI, has called for presidential elections to be held at the same time as the parliamentary elections.

ELUCIDATION

After announcing the parliamentary elections, the Algerian government also issued four official decrees on the use of places of worship, banning the use of mosques for making politically partisan speeches. One of the possible reasons for this is that these decrees will severely restrict the activities of Islamic fundamentalists who have been using mosques as operational centres. However, according to the Minister of Religious Affairs, Said CHIBANE, politics that promotes the unity and defence of the Islamic nation will be permitted.
Remark : The decrees will stem the rise of the fundamentalist Islamic Salvation Front.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
Argelia: próximas elecciones parlamentarias
Serv. Indagico (20361)
19-04-91.
Serv. Indagico (20361)
Argelia (10032)
Faz. Pol (11164)
Gab. Nac (11302)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO VR

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0132 19 APRIL 1991

KENYA : POLITICAL AND ECONOMIC EVENTS

PARTY REGISTRATION APPEAL REFUSED

The Attorney-General in Kenya, Matthew MULI, has rejected an application for appeal by the former Vice President, Oginga ODINGA, against the decision of the Kenyan government during March 1991 to ban the registration of the National Democratic Party.

ELUCIDATION

ODINGA appealed against the above decision of the Kenyan government on the grounds that the Kenyan constitution makes provision for freedom of association and meeting despite a constitutional amendment in terms of which Kenya is a one-party state.

ADB LOAN

Kenya's Minister of Finance, George SAITOTI, and the Vice President of the African Development Bank (ADB), A SANGOWAWA, concluded an agreement of US$103 million on 3 February 1991. The funds will be used for a communication network project, the state's import scheme and the reconstruction of roads.

Remark : The agreement might possibly improve Kenya's poor communication system and transport infrastructure.

DATE OF INFORMATION : April 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
Kenia: Cuestión política y económica.
Serv. Sudoprico (20361)
19-04-91.
Serv. Sudoprico (20361)
Kenia (10114)
Fac. Pol (11164)
Fac. Ec. (11161)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZ DO
01 04
3108642

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0133 19 April 1991

MALI : NEW TRANSITIONAL GOVERNMENT

1. Lieutenant Colonel Amadou Toumany TOURE of Mali, who ousted former President Moussa TRAORE, was appointed chairman of the Transitional People's Salvation Committee (CTSP) on 31 March 1991. TOURE dissolved the National Reconcilation Committee (CNR) which was formed after TRAORE's overthrow and also announced that municipal, legislative and presidential elections would be held before 1 January 1992. Former Finance Minister, Soumana SACKO, was named Prime Minister of the new transitional government.

ELUCIDATION

2. Pres TRAORE has been under increasing pressure since January 1991 to democratize the political order in Mali. On 31 December 1990 about 50 000 people attended New Year celebrations, which were organized by the main pro-democratic groups. These celebrations set in motion further pro-democratic rallies. Anti-government riots, in which five people were killed, erupted on 21 and 22 January 1991 after the government banned two marches calling for an end to one-party rule.

3. Pro-democratic demonstrations were held again on 3 March 1991. Tens of thousands of demonstrators participated in these protests, which called for the freeing of political prisoners, the implementation of a multiparty democracy and the convening of a national conference. Several similar demonstrations throughout Mali were hardly dispersed by the police.

4. On 20 March 1991 students held demonstrations during which one person was killed and several wounded. They demanded inter alia an independent enquiry into the January riots. Student leaders' call for a protest march on 22 March 1991, after suspending negotiations with education ministry officials, led to severe riots over the weekend of 22 March 1991, which left about 150 people dead.

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO
01 02
9108643

Mali: Gobierno transicional.
Serv. Sudafrica (20361)
19-04-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)
Mali (10126.)

5. Troops opened fire on the students and this provoked riots by thousands of anti-government protesters. The next day several people died when soldiers fired indiscriminately into a crowd trapped in a shopping centre and set fire to it. On 24 March 1991 security troops again tried to disperse demonstrators, killing several.

6. In view of the prevailing internal instability TRAORE imposed a state of emergency and curfew over much of Mali on 23 March 1991 and announced that he was willing to hold discussions with opposition parties. He furthermore indicated that demands for a multiparty system would be considered during the congress of the ruling Democratic Union of the Malian People on 28 March 1991. However, leaders of the pro-democratic movement drafted a statement demanding the resignation of TRAORE, the dissolution of the cabinet and parliament and the appointment of a "public safety committee" to govern until elections were held. The Malian National Union of Workers also called for a general strike on 25 March 1991. The strike was called off with the news of TRAORE's arrest by the military.
Remark : TRAORE, who seized power on 19 November 1968, became president in 1969 and "legitimised" his government and presidency in 1979 with an election involving a single party, the Democratic Union of Malian People.

7. Immediately after his appointment, TOURE eased the curfew regulation and reopened all border posts. The newly formed CTSP dissolved the CNR and was tasked with guiding national policy during the nine-month transition period which will expire on 1 January 1992. The CTSP consists of 10 military figures and 15 civilians from pro-democratic organisations. Its main tasks are to organize a national conference within three months, rewrite the constitution to legalize political opposition, establish a caretaker government and set the date for free elections.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0134 19 APRIL 1991

MAURITANIA : REFERENDUM ABOUT MULTIPARTY SYSTEM BEFORE THE END OF 1991

In a recent speech after the Ramadan period of fasting, President OULD stated that a new constitution for a multiparty system would be tested during a referendum before the end of 1991 and that a social council (which will probably draft the new constitution) will be appointed in the near future.

ELUCIDATION AND COMMENT

OULD's statement is apparently in reaction to an open letter that 50 prominent Mauritanians, including various former ministers, jurists and the Chairman of the Mauritanian Human Rights Association, published in Nouakchott on 11 April 1991. The letter condemned the oppressive nature of the current system and also demanded that a "true democracy" be instituted in Mauritania and that basic human rights be honoured.

This letter is the first indication of cooperation and coordination among Mauritania's opposition groups. Mauritania's only trade union, the Mauritanian Workers Union (UTM) also demanded political reforms and the termination of the genocide and oppression of black Mauritanians in a similar letter to OULD on 4 April 1991.

The focus on human rights issues in Mauritania has drawn the attention of Amnesty International, who recently called on the Mauritanian government to investigate reports that as many as 200 political prisoners have died in military or police custody, some being executed without trial.
Remark : In November and December 1990, some 3 000 Mauritanians, mostly from the Hal-Pulaar black ethnic group, were arrested in Nouakchott on charges of

ENTRADO X
CRUZADO Vh
9108644

Mauritania: Referendum sobre el sistema multipartidista antes de 1992.

Secr. Sudafrica (20361)
19-04-91.

Secr. Sudafrica (20361)
Mauritania (10130)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302).

comprising to overthrow the government. But according to Amnesty International it appears that most of the arrested were picked up because of their ethnic origin.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Sud Africa

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0135 19 APRIL 1991

MOZAMBIQUE : ECONOMIC BRIEFS

1. During March 1991, Mozambique and Portugal signed an agreement in Lisbon, Portugal concerning with the formulation of rules and guidelines to prevent double taxation with regard to enterprises in Mozambique and Portugal respectively.
Remark : This is part of ongoing attempts by the two states to encourage investment and trade.

2. Representatives from 12 enterprises in Mozambique will be visiting Portugal between 17 April and 26 April 1991. The delegation is being led by the president of Associacao Industrial de Mocambique, Mr I MATAVEL. Various industries, including civil construction, glass, rubber, food, furniture and textile industries from Maputo and Beira, are represented in the delegation.
Remark : This visit follows one by representatives from Associacao Industrial Portuguesa (AIP) to Mozambique in November 1990.

3. The National Director of Forestry and Nature Conservation in Mozambique, Dr Abdul AMAMO, recently indicated that the Global Environmental Facilities (GEF) organisation is currently giving consideration to making US$1,2 million available for the expansion of the Kruger National Park over the Mozambican border.
Remark : GEF received approximately US$2 million from the World Bank for research and projects regarding :

- The Ozone Layer
- The Greenhouse Effect
- Marine Pollution
- Biological diversification.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO XVR

01 01 9108645

Nº DOCUMENTO
Mozambique : Noticias Económicas.
Serviço Sudoeste (20361)
91-04-19.
Serviço Sudoeste. (20361)
Mozambique (10132)
Fac. Económico. (11161)

REFERENCE : B/0136 19 APRIL 1991

MOZAMBIQUE : THE PEACE PROCESS

The FRELIMO Party is planning to hold its sixth congress in August 1991. It would initially have been held in 1994 only. However, according to a statement by a Politburo member, Minister Armando GUEBUZA, the purpose of this congress is to amend the party's statutes and programme in the light of the "new social, political and economic framework" in Mozambique.
Remark : FRELIMO was initially going to hold an extraordinary congress during 1991, but this decision was revoked during a closed Central Committee session which took place in Maputo during March 1991.

2. Mozambique's Minister of Foreign Affairs, Pascoal MOCUMBI, recently denied a comment by a RENAMO spokesman dealing with the postponement of the proposed general election. According to the RENAMO spokesman, Jaoquim VAZ (speaking form Nairobi), President CHISSANO is alleged to have stated while in the Cape Verde islands that the proposed general election in Mozambique will not take place in 1991, but will be postponed for a year. VAZ stated that RENAMO's leader, Afonso DHLAKAMA, had received this news favourably and that this was regarded as a positive attitude by the FRELIMO government. However, according to Minister MOCUMBI, the multiparty elections are going to take place, regardless of whether or not RENAMO continues with its armed struggle.

3. Joaquim VAZ also announced at the same time that RENAMO had asked for the next round of discussions, originally scheduled for 8 April 1991, to commence on 15 April 1991 because communication facilities between Rome and RENAMO's headquarters were still not functional. The Italian Ambassador to Mozambique confirmed that the discussions between FRELIMO and RENAMO would commence again in Rome in the week 15 to 20 April 1991. Items on the agenda include the Mozambican constitution, the law on the registration of political parties, and the proposed election legislation.

ENTRADO X
CRUZ VR
01 02
9108646

Nº DOCUMENTO

TITULO Moçambique: Processo do país.

DOC. Sero. Sudáfrica (20361)

FECHA 19-04-91.

MATERIA Sero. Sudáfrica. (20361)
Moçambique (0132)
Fac. Pol (1116)

4. President CHISSANO and President MOI of Kenya both expressed the hope that the coming discussions will lead to peace in Mozambique. Both were speaking in Nairobi, on 11 April 1991. CHISSANO, who arrived in Kenya on a three day visit on 11 April 1991, praised the role that President MOI has played in the Mozambican peace process.
Remark : CHISSANO is the first Mozambican head of state to visit Kenya. In previous years there has been a degree of tension between these governments owing to Kenya's support and sympathetic attitude towards RENAMO.

5. Despite the ongoing peace process, Radio Mozambique recently reported that RENAMO rebels had launched an attack in the Beira Corridor - once again violating the partial cease-fire in terms of the Rome agreement. The attack was launched on a suburb in Chimoio, approximately one kilometre from the Beira Railway Line, and houses were plundered. Expectations are that violations such as these will only serve to increase the tension between FRELIMO and RENAMO during the next round of talks.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0137 19 APRIL 1991

NAMIBIA : EDUCATIONAL AID AND EXPLORATION CONCESSIONS

1. Namibia's Minister of Foreign Affairs, Theo-Ben GURIRAB, and the US Ambassador to Namibia, Genta Hawkins HOLMES, signed an aid agreement valued at US$34,6 million for education, in Windhoek on 27 March 1991. The aid, which will be administered by USAID, extends over a period of six years and an initial amount of US$9,89 million has already been made available for the 1990/91 financial year to help overcome Namibia's budget deficit.
Remark : According to HOLMES this aid represents a promise that was made during Namibia's independence celebrations in 1990 by the American Foreign Secretary of State, James BAKER.

On the same day Namibia's Minister of Education, Nahas ANGULA, also announced that a conference on education in Namibia would be held at the Makuti Lodge in northern Namibia during April 1991. According to ANGULA the purpose of the conference is to set broad guidelines for reforms in the educational field.

ELUCIDATION

Education is one of the Namibian government's priorities and expectations are that in the coming year a lot of intensive attention will be paid to the reform and re-orientation of the existing education policy so that remaining discriminatory practices, inequalities and shortages in education will be eliminated.

2. Namibia is also planning to hold seminars in London (Britain) on 14 May 1991 and Houston, Texas (USA) on 21 May 1991 to market/introduce concessions in respect of oil exploration in Namibia.
Remark : According to Namibia's Deputy Minister of Mining and Energy, Jesaya

ENTRADO X
CRUZADO VR.

9108647

Namibia: Concesiones sobre exploración y ayuda económica.

Sow. Sudafrica (20361)

19-04-91.

Sow. Sudafrica (20361)

Namibia (10133)

Fac. Ec. (11161)

Fc. Pol (11164)

NYAMU, fifteen companies have already purchased geological data from his Ministry.

However, it appears as if Namibia is experiencing problems with the construction of an oil terminal at Swakopmund. According to a report by Mid Atlantic Research Associates Incorporated, the problems can be attributed to lack of interest from potential donor states following the steps that have been taken in South Africa to abolish apartheid.
Remark : The cost of a feasibility study in respect of the oil terminal alone amounts to approximately US$500 000.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

NYAMU, fifteen companies have already purchased geological data from his Ministry.

However, it appears as if Namibia is experiencing problems with the construction of an oil terminal at Swakopmund. According to a report by Mid Atlantic Research Associates Incorporated, the problems can be attributed to lack of interest from potential donor states following the steps that have been taken in South Africa to abolish apartheid.
Remark : The cost of a feasibility study in respect of the oil terminal alone amounts to approximately US$500 000.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0138 19 APRIL 1991

NAMIBIA : HISHONGWA ATTACKS CIVIL SERVICE

The Namibian Deputy Minister of Labour, Hidino HISHONGWA, recently stated that it is unacceptable that Namibia has a civil service where 93 percent of the members are white and where the majority of state officials are South African citizens. According to HISHONGWA it is also unacceptable that "criminals, murderers and former Koevoet commanders and members" should serve in the civil service. HISHONGWA stated that the "true freedom fighters" have conquered the others on military, diplomatic and political level, and in so doing have proved that they are experienced enough to replace those people who are in the civil service and who are "sabotaging the land".

ELUCIDATION AND COMMENT

HISHONGWA's statement is in accordance with the viewpoint of SWAPO supporters, who feel that the status quo in Namibia did not change at independence. They are becoming increasingly more unhappy about the fact that white officials have retained their posts in the civil service and that national reconciliation has meant very little to SWAPO supporters. The other viewpoint being expressed is that there are numerous efficient SWAPO supporters who are still unemployed and who could be appointed in the posts of white officials.

When compared with earlier statements by President NUJOMA and GEINGOB with regard to the position of white civil servants, it is however clear that the above-mentioned opinion is not shared by the Namibian government.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO X
CRUZADO VR
9108648

Namibia: Hishongwa ataca el servicio civil (publico).
Serv. Sociologico (20361)
19-04-91
Serv. Sociologico (20361)
Namibia (10133)
Fac. Pol (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0139 19 APRIL 1991

NIGERIA : MOSLEM UNREST IN KATSINA

On 5 April 1991, the military governor of the federal state Katsina, Lieutenant Colonel John MAKADI, repeated his earlier threat to publicly execute the leader of the Shi'ite Moslem group in Katsina (the capital city of the Federal state), Mallam YAKUBU, and his supporters, should they continue to incite violence in this region.

ELUCIDATION

MAKADI's threats follow an incident at the office of the biggest Nigerian daily newspaper, the Daily Times, which was attacked by members of the Katsina state's Moslem community after the paper published a comic strip in which the prophet Mohammed and Christ were apparently insulted.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Nigeria: Inquietud musulmana en KATSINA.
Serv. Sudafrica (20361)
19-04-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Nigeria. (10136)
Fac. Sico Soc. (1165)
Conflictos Soc. (11414)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZADO VR
9108649

01 01

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0140 19 APRIL 1991

POST OF UN SECRETARY GENERAL : CANDIDATES

While it was initially stated that Africa is planning to propose one candidate for the UN post of Secretary-General, and this candidate will be announced during the next OAU summit meeting, thusfar two countries, Ghana and Nigeria, have indicated that they will name candidates for the post.

Flight-Lieutenant RAWLINGS from Ghana recently stated in Accra that the Ghanese government has designated a Ghanese, Kenneth DADZIE (Head of the UN Conference for Trade and Development - UNCTAD) as candidate for the post of Secretary-General of the UN. According to RAWLINGS the time has arrived for Africa to prove that it possesses the right kind of leadership. He assured DADZIE of the Ghanese government and population's full support and stated that he would receive wide support from the international community.

The Nigerian Minister of Foreign Affairs, Ike NWACHUKWU, also stated recently that the Nigerian government is planning to name a candidate for the post of Secretary-General. While the candidate's name was not revealed, possible contenders include Olesegun OBASANJO, former Nigerian head of state, as the most likely; or else Joseph GARBA (Chairman of the General Assembly) and Ibrahim GAMBARI (Chairman of the Special Committee against Apartheid).

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO

REFERENCE : B/0142 19 APRIL 1991

ZAIRE : NATIONAL CONFERENCE PLANNED

On 12 April 1991 President MOBUTU of Zaire issued a decree in terms of which a national conference will be held on 29 April 1991. At this time a panel will be appointed to draft a new constitution and guidelines for a future political system. In addition, a timetable for a general election as well as a new electoral law will be drawn up.

ELUCIDATION AND COMMENT

This decree follows a presidential decree issued on 8 March 1991 outlining the holding of a national conference consisting of government members, members of all political parties and constitutional experts.

In addition, President MOBUTU has been under increasing pressure after his interim government was rejected by leaders of the biggest opposition parties. Several members of the interim government have resigned, including the Zairean Minister of Social Affairs and leader of the Social Democratic Christian Party, Placide LENGELO, primarily to regain political freedom.
(*Remark* : The identity crisis facing the interim government can largely be attributed to fears by Cabinet Ministers that the government lacks credibility and legitimacy, since five of the biggest opposition parties refused to serve in the interim government).

The decree is seen as a clear indication that MOBUTU has succumbed to the pressure from these opposition parties, which include the Union for Democracy and Social Progress, led by Etienne TSHESEKEDI, and this is why the national conference on the political future of Zaire will be held.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO X
CRUZADO VB.
01 01
9108651

ZAIRE: Se planea Conferencia Nacional.
Serv. Sudafrica (20361)
19-04-91.
Serv. Sudafrica (20361
ZAIRE (10181)
Fae. Pol (11164)
Gob. Nac. (11302)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0143 19 APRIL 1991

ZIMBABWE : IMPROVED ECONOMIC PROSPECTS

1. The Chairman of the Zimbabwean Tourism Council, Dave CHAPMAN, said that the tourism industry is set to expand in 1991 with expectations of foreign currency earnings in excess of US$104 million against the US$80 million earned in 1990.
Remark : The expansion in the tourism industry can be linked with the 7,5 percent export retention scheme introduced as part of the Trade Liberalisation Programme.

2. Zimbabwe's Secretary of Transport, Sam GEZA, announced in March 1991 that the construction of the new Harare international airport is to begin in March 1992. The total cost of the international airport is expected to be between US$104 million and US$174,5 million.
Remark : The high cost of the project is partly due to the rapid decline in the value of the Zimbabwe dollar.

3. Zimbabwe's Grain Marketing Board (GMB) also announced recently that a record grain harvest of between 300 000 tons and 320 000 tons is expected for the 1990/91 season, compared with the 275 279 tons of the 1989/90 season. Despite the record harvest, Zimbabwe will still have to import grain since the total demand for grain is estimated by the GMB at 344 000 tons for the same period.

4. At the end of February 1991, Zimbabwe and Switzerland concluded a credit agreement of US$36,7 million. The money will be used for the Zimbabwe Electricity Supply Authority's Power Plan Project, and for Post and Telecommunications projects.
Remark : The above credit agreement brings Swiss aid to Zimbabwe to stand at a total of US$99 million since 1981.

CONFIDENTIAL

ENTRADA X
CRUZADO VR

9108652

Zimbabwe: Mejoran Perspectivas Económicas.
Serv. Sudáfrica (20361)
19-04-91.
Serv. Sudáfrica (20361)
Zimbabwe. (10183)
Fac. Ec. (11161)

5. Zimbabwe and the United States Agency for International Development (USAID) also concluded two agreements during March 1991. The first is for an amount of US$1,56 million in respect of Zimbabwe's Family Planning Project; the second for US$940 000 for the Manpower Development Project.
Remark : The Family Planning Project, which was implemented in May 1986, stretches over a period of six years with an expected total funding of approximately US$14,58 million.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0145 19 APRIL 1991

IVORY COAST : PROGRESSIVE PDCI MEMBERS DISSATISFIED WITH PARTY LEADERSHIP

A coordinating committee of reformers in the ruling Democratic Party of the Ivory Coast (PDCI) appealed for significant changes in the PDCI top structure and strongly condemned the indifference of certain established PDCI leaders especially with regard to economic problems.
Remark : The committee, which met with a view to the April PDCI party congress, consists of approximately 50 prominent PDCI members, including the former Minister of Information, Laurent Dona FOLOGA.

ELUCIDATION AND COMMENT

The above-mentioned is an indication of continuing dissension in party ranks between those loyal to President HOUPHOUËT-BOIGNY and his policy direction and those who wish to bring about genuine reforms. Expectations were that the discord would feature prominently during the congress and that reformers would demand far-reaching policy changes.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO
Costa de Marfil: Miembros del PDCI descontentos con Liderazgo.
Serv. Sudafrica (20361)
19-04-91.
Serv. SudAfrica (20361)
Costa de Marfil (10062)
Fac. Pol (11164)
PP. PP. (11304)

CONFIDENTIAL

VB
01 01 9108653

REFERENCE : B/0146 19 APRIL 1991

USSR : GEORGIA ISSUES DECLARATION OF INDEPENDENCE

The parliament o the Soviet Republic of Georgia issued a declaration on 9 April 1991 in terms of which this epublic declares itself unilaterally independent of the USSR. The declaration follows the outcome of a referendum in Georgia on 31 March 1991 at which time 98 percent of Georgia's voters expressed themselves in favour of independence. According to the President of Georgia, GAMSAKHURDIA, the status of the autonomous republic Abkhazia, and the autonomous region, South Ossetia, both situated in Georgia, are not affected by the declarations. By contrast, the autonomous republic Adjania can decide by means of a referendum whether it wishes to remain a part of Georgia.

ELUCIDATION AND COMMENT

Georgia is now the fourth Soviet republic to make a unilateral declaration of independence (the others are Estonia, Latvia and Lithuania). Georgia also did not participate in the Soviet Union's national referendum on 17 March 1991. The declarations of independence are regarded as invalid by the Soviet parliament, since Soviet legislation stipulates that the secession of republics is only possible after a transitional period of at least five years.

Georgia's unwillingness to grant independence to Abkasia and South Ossetvia, must be attributed to the extensive geographic demands being set by the inhabitants of these regions. Georgia is apparently not prepared to hand over large prts of its territory to its ethnic minorities.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ENTRADO X
CRUZADO VR
01 01
9108654

DOCUMENTO

URSS: Georgia insistirá declaración de Independencia.

Serv. Sudafrica (20361)

19-04-91,

Serv. Sudafrica (20361)

U.R.S.S. (10175)

Rep. Soviéticas (11555)

Tde. Político (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0147 19 APRIL 1991

GUINEA-BISSAU/SENEGAL : WORLD COURT TRIAL

The World Court in The Hague (Netherlands) commenced with a trial on 3 April 1991 regarding the maritime border dispute between Guinea Bissau and Senegal. During the trial Guinea Bissau will appeal to the World Court to reject a 1989 decision by an independent arbitration body, who voted two to one in favour of Senegal's continued control over the oil rich parts of the West African continental bank.

Remark : Senegal obtained control over this area after receiving its independence from France in 1960.

ELUCIDATION AND COMMENT

Guinea-Bissau is basing its submission on the fact that one of the members of the arbitrating body later issued a statement in which he withdrew his vote and stated that a colonial agreement between Portugal and France, in terms of which the area was awarded to Senegal, was invalid, since it had not been endorssed by the Portuguese and French parliaments.

Remark : The trial is expected to last for several months.

DATE OF INFORMATION : April 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO

GUINEA BISSAU/SENEGAL: tribunal de la corte Mundial.
Sew. Sudoplico (20361).
19-04-91.
Sew. Sudoplico (20361)
Guinea Bissau (10200)
Senegal (10156)
Fac. Pol (11164)
Conflictos Int. (11400)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZADO VR

9108655

REFERENCE : B/0127 10 APRIL 1991

SOUTH AFRICA : THE HOUSING ISSUE

1. For a long time it has been an accepted fact that socio-economic conditions have definitely played a role in the current spate of violence and instability in South Africa. The South African government's financial budget for the 1991/92 year was one of the biggest indicators that the year that lies ahead will be devoted to socio-economic upliftment. Housing is no doubt one of the more crucial issues and current indications reveal that the South African government is being joined in its efforts by the private sector in attempts to alleviate the critical shortage of housing. Efforts by both the government and the private sector have however also been hampered by various factors. While the immediate future looks bleak, the commitment and involvement by both government and the private sector suggest that progress will be made.

2. Recent studies of housing prospects by the Urban Foundation indicate that only 43 percent of urban black families can afford the most elementary formal housing. A spokesman at a recent seminar on informal housing revealed that this type of housing is the most dominant form of shelter and that it could occur more frequently in the future. According to the Council for Scientific and Industrial Research (CSIR), the backlog in housing in metropolitan areas is estimated at 1,8 million residential units. In order to eliminate this backlog 320 000 units will have to be built per annum. At the moment seven million people are living in squatter camps.
Remark : The housing shortage could attain greater proportions if the black population growth rate of 2,8 percent per annum is taken into account.

3. In his Budget Review, South Africa's Minister of Finance, Barend DU PLESSIS, stated that the fundamental re-evaluation of capital spending in the broad government sector meant that funds could be unlocked for creating a socio-economic infrastructure in developing urban and rural communities. At the same time it created the opportunity for the private sector to enter

ENTRADA
CRUZ D. VB.

9108656

Sudoquico: El problema de la construcción.
Serv. Sudoquico (20361)
10.04.91.
Serv. Sudoquico (20361)
Sudoquico (10162)
Fac. Ez. (11161)

the field formerly dominated by the public sector.

4. In view of the critical housing shortage, many major corporations are examining means to fund housing projects. Mr Phillip CHELTON-JONES (Managing Director of SA Perm's Property Development Division, Permprop) recently announced a housing project of US$10,9 million. The project aims to make houses available at a cost of US$12 770 or less on 160 hectares of ground. He also stated that many people will not be able to afford this scheme, but that Permprop would be prepared to make land available to people who wish to build houses for less than US$3 600.

5. The Anglo-American Corporation also recently announced a plan in terms of which US$4,7 billion is going to be made available to provide shelters for lower income groups at a rate of US$730 million per year between 1992 and 1995. The plan makes provision for the state to grant US$875 million per annum to make serviced stands available for the above-mentioned period.

6. The Vaal Reefs Mine near Klerksdorp in the Transvaal has also announced a new housing scheme for its employees. Employees can now purchase houses costing between US$7 300 and US$9 850, provided that the applicant meets certain conditions, namely :

- he must earn approximately US$218 per month;
- he must be a South African or TBVC citizen;
- he must be the breadwinner of a family;
- he must have at least three years uninterrupted service at Vaal Reefs or any other Anglo-American Corporation; and
- his application must be approved by the management.

7. According to the scheme the employees will pay 2,5 percent of the cash deposit and the mine will pay a portion of the monthly bond payment, which will amount to approximately US$36 on a loan of US$7 300.

8. The United Municipal Executive (UME) - an umbrella organisation for

white municipalities - recently accepted a motion that a state lottery or bonus obligation system should be used to generate funds for housing for squatters. Funds that are collected in this manner must then be channelled through the municipality to the persons that need it. The idea of a state lottery appears to be gaining momentum and enjoys wide support, especially from welfare organisations.

9. While the SA Perm is one of the leading organisations involved in housing development, it recently announced that it is no longer going to sponsor the state project which is aimed at making stands available to the homeless near Soweto, because of the tension that exists between the community and the Transvaal Provincial Administration (TPA) and the fact that certain civic associations are concerned about bribery. There are allegations that Soweto town council members are receiving bribes for those people who want to by-pass the waiting list. However, an SA Perm spokesman denied that the latter was the reason for the withdrawal.

10. In addition, during a recent meeting between the SA Perm and members of the civics in the Western Cape, the following statements were made :

- Chris NAIDOO (Manager of SA Perm, Athlone, Cape Town) directed a request to the civics to improve bond repayments of their members in order to prevent the SA Perm from being compelled to halt further loans to black people.

- MPOLONGWANA, a civic management member and ANC member, was alleged to be very pleased about the possibility that the SA Perm will stop its loans to blacks because they do not make their payments regularly, since this will manipulate and force the government to subsidise all black housing.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0164 10 MAY 1991

ETHIOPIA : MENGISTU APPOINTS NEW PRIME MINISTER

On 26 April 1991 President MENGISTU of Ethiopia appointed the Minister of Foreign Affairs, Tesfaye DINKA, as Prime Minister of Ethiopia.
MENGISTU instructed DINKA to form a new cabinet. At the same time he appointed Tesfaye Gebre KIDAN as new Vice President and asked Politburo member Alemu ABEBE, to form a new party - the Ethiopian Democratic Unity Party.
Remark : The post was vacant previously.

ELUCIDATION AND COMMENT

It is not yet clear whether the new party will replace the ruling Workers Party of Ethiopia, but MENGISTU's steps are probably linked to the parliament's acceptance of a multiparty system on 23 April 1991. However, the possibility that President MENGISTU will be overthrown is increasing daily, especially in view of the fact that the Ethiopian parliament has still not paid attention to the rebels' demands for the secession of Eritrea and, subsequently, the above announcements will probably not have an impact on the current conflict.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
Etiopia: Mengistu nombra nuevo 1er Ministro.
Serv. Sudafrica (20361)
10-05-91
Serv. Sudafrica (20361)
Etiopia (10073)
Fac. Pol (11164)
Gob. Nac (11302).

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO VR

01 01

9108657

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0165 10 MAY 1991

NAMIBIA : COOPERATION AGREEMENTS

On 25 April 1991, Namibia and Tanzania concluded a cooperation agreement in respect of trade, culture and science. Namibia and Tanzania also agreed to establish a joint commission for the promotion of economic and technical cooperation between the two countries.
Remark : The agreement was signed during Namibian President Sam NUJOMA's three-day visit to Tanzania from 23 to 25 April 1995.

Since gaining its independence Namibia has already concluded economic cooperation agreements with the following African countries :

- Algeria
- Angola
- Egypt
- Congo
- Malawi
- Mozambique
- Botswana
- Lesotho
- Zambia
- Zimbabwe

DOCUMENTO
Namibia: Tratados de Cooperación.
Serv. Sudafrica (20361)
10-05-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Namibia (10133)
Tac Pol (11164)
Rel. Int. (11399)
Africa (16022)

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01.01

ENTRADA X
CRUZ DO VR.
9108658

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0166 10 MAY 1991

NAMIBIA : DTA - PRESSURE ON MUDGE TO RESIGN

According to sensitive reports, certain senior management members of the DTA, including the Alliance's acting president, Mishake MUYONGO, are going to place pressure on the Chairman of the Alliance, Dirk MUDGE, to resign. The reason for this action is increasing dissatisfaction about MUDGE's autocratic behaviour within the DTA, as well as the perception that the DTA is still being controlled by MUDGE and that MUYONGO's leadership is merely cosmetic.

ELUCIDATION AND COMMENT

Although in the past MUDGE has been guilty of autocratic behaviour within the Alliance, his influence in the DTA is not insignificant and in the past the DTA's existence depended largely on MUDGE's stature.

This has had the effect that the party has begun developing a negative image of white domination and this has led to DTA supporters joining other parties.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO
TITULO Namibia: Presión para que renuncie MUDGE. -
Serv. Sudafrica. (20361)
10-05-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Namibia (10133)
Fac. Pol (11164)

CONFIDENTIAL

ENTRADA X
CHEQUE VR
01.01
9108659

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0167 10 MAY 1991

NIGERIA : MOSLEM FUNDAMENTALISTS DEMAND GOVERNOR'S RESIGNATION

Moslem fundamentalists in the Nigerian federal state of Katsina set fire to government buildings in this state on 19 April 1991 in renewed protests against the State Governor of Kitsina, Colonel John MAKADI.

Remark : The offices of the Department of Information and the State Treasury were damaged in the attack.

ELUCIDATION

MAKADI, a Christian, publicly threatened during March 1991 to execute the Shi'ite Moslem leader of Katsina, Yakuba YAHAYA, if he continued to incite unrest in Katsina. This threat led to an incident in which Moslem fundamentalists plundered the local office of the biggest independent Nigerian newspaper, Daily Times, in protest against a cartoon that appeared in the paper in which Christ and the prophet Mohammed were ridiculed.

DATE OF INFORMATION : May 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO
TITULO Nigeria: Fundamentalistas musulmanes demandan renuncia del gobernador.-
Sgto. Sudafrica (20361)
10-05-91.
Sgto. Sudafrica (20361)
Nigeria (10136)
Fac. Pol (11164)
Fac. SicoSocial (11165)
Conf. Soc (11414)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZADO VR.
91 01 4
9108660

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0168 10 MAY 1991

RWANDA : HABYARIMANA ANNOUNCES MULTIPARTY SYSTEM

On 21 April 1991 President HABYARIMANA of Rwanda announced that this state would be a multiparty state by June 1991. He appealed to all of those people who are engaged in the transitional process to conclude their task as soon as possible.

Remark : HABYARIMANA made the announcement after having submitted a report about opinions regarding the multiparty system to the Rwandan parliament.

ELUCIDATION

The above announcement was made shortly after a regional military monitoring group started with its activities to implement and monitor a cease-fire.

The team of monitors consists of military officers from Zaire, Uganda, Tanzania and Burundi, as well as Rwandan government troops and representatives from the Rwandan Patriotic Front (RPF - rebel group that invaded Rwanda from Uganda).

DATE OF INFORMATION : May 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCU. ID.

TITLE Ruanda: HABYARIMANA anuncia sistema multipartidario.

Serv. Sudafrica (20361)

10-05-91.

Serv. Sudafrica (20361)

Ruanda (0152)

Esc. Pol (11164)

Gob. Nac. (1302)

CONFIDENTIAL

ENTRADA

CRUZ VR.

01 01

9108661

REFERENCE : B/0169 10 MAY 1991

USSR : CURRENT POLITICAL SITUATION

1. Since October 1990 there have been signs, especially in the defence force and the KGB, that the influence of conservatives in the CPSU and the security forces is on the increase. In connection with this the reform-minded Minister of Internal Affairs was replaced by a conservative KGB member in October 1990, while the former Minister of Foreign Affairs, E SHEVARDNADZE, resigned under pressure from conservative members of parliament in December 1990. It is also evident that the new executive government bodies are already for the most part, being dominated by conservatives while the forces of the KGB and internal Soviet troops have been expanded, especially to maintain internal law and order, restrictions have even been placed on glasnost. Continuous attempts by two of the Baltic republics (Lithuania and Latvia) to break away from the USSR were violently suppressed in January 1991, and GORBACHEV recently issued a decree in terms of which all marches and demonstrations were prohibited throughout the country for a period of three weeks until 15 April 1991.

2. Since the middle of 1990 repeated rumours of a military take over of power have strengthened the suspicion that the above-mentioned changes introduced by GORBACHEV were mainly made under pressure from conservatives. While it is evident that his position of power on central government level is still relatively stable, his stature and following amongst the Soviet population have declined drastically. A survey conducted in the USSR by an American magazine, US News and World Report, in March 1991, shows that 70 percent of the experiment group would rather see the charismatic President of the Russian republic, Boris YELTSIN, as President of the whole USSR, while only 14 percent support GORBACHEV in this position.

9108662

DOCUMENTO

URSS: actual situación política.

Serv. Sudafrica (20361)

10.05-91

Serv. Sudafrica (20361)

URSS (10175)

Fac. Pol (11164)

3. Although 77 percent of the 150 million voters out of a total population of 290 million who participated in the referendum on 17 March 1991, stated that they were in favour of the preservation of the USSR, it is evident that the eventual geographic and political crumbling of the USSR is unavoidable. Six of the 15 Soviet republics (viz the three Baltic republics namely : Estonia, Latvia and Lithuania; Modalvia, Georgia, Armenia) refused to participate in the referendum and are adamant in their struggle for secession and full independence from the USSR. Besides this, all the other Soviet republics accepted sovereignty declarations as a result of which the legislations of these republics enjoy precedence above that of the USSR (USSR parliament).

4. GORBACHEV's draft proposal for a future "confederal" Soviet Union has also been rejected by various republics because too many powers, including the fomulating of policy regarding foreign affairs, defence and finance, are being channelled to the central authority. It is evident that GORBACHEV is adamant in retaining the geographical unity of the USSR and the supreme authority of the Central government. He will probably use the outcome of the above-mentioned referendum as a mandate for further suppression of secession attempts.

5. One of the most imporant developments regarding the USSR's foreign policy is the disbanding of the Warsaw Pact's military structures from 1 April 1991, whereby the Soviet's hold on its former East European allies is finally being ended. In future the Warsaw Pact will only play a political role, but the East European states are already advocating its final disbanding by the beginning of 1991. The USSR is hoping that this gap can be filled in the long-term by a broad European security system in which the former Soviet Bloc, as well as the USA, should be involved.

DATE OF INFORMATION : April 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0170 10 MAY 1991

ZAIRE : 1991 BUDGET

Zaire's Prime Minister, Lunda BULULU, recently submitted Zaire's 1991 budget of US$1,158 billion (compared with US$1,226 billion in 1990) to the Zairean Parliament. The budget makes provision for a budget deficit of US$53 million (compared with US$66,4 million in 1990) while 62 percent of the budget will be utilised for debt repayment obligations in respect of the country's total foreign debt of US$8 billion.

ELUCIDATION AND COMMENT

The expected budget deficit of US$$53 million is apparently over-optimistic, given Zaire's current poor relations with its biggest donors, including the USA, Belgium and the IMF and World Bank. In addition, the deterioration of Zaire's economic situation (an inflation rate of 150 percent in 1990, coupled with an expected negative economic growth rate of between 4 and 5 percent, compared with a negative growth rate of 2 percent in 1989) could have a negative effect on the income side of the Zairean budget.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO ZAIRE : Presupuesto 1991.
Serv. Sudafrica (20361)
10-05-91.
Serv. Sudafrica (20361)
ZAIRE. (10181)
FAC. ECONOMICO (11101)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZADO VR
9108663

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0171 10 MAY 1991

ZAMBIA : KAUNDA CLOSES UNIVERSITY

President Kenneth KAUNDA of Zambia recently defended his decision to close the University of Zambia (UNZA) and his insistence that lecturers supporting the opposition parties should leave the campus. According to KAUNDA the closure of the university is related to the political activities of the lecturers who support the multiparty alliance, the MMD.

ELUCIDATION

UNZA was closed on 18 April 1991 following actions by para-military police who forced students to leave the campus. According to radio news reports it was announced that UNZA would be closed indefinitely owing to developments that posed a threat to peace and stability at the university. Political observers in Lusaka state that UNZA will probably remain closed until the conclusion of the general and presidential elections that must take place before the end of October 1991, since according to all indications the students mainly support the MMD.

These actions of the Zambian government apparently follow in reaction to a planned strike by lecturers and the handing over of a letter of request to KAUNDA, asking for the institution of an interim government.

DATE OF INFORMATION : May 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
TITULO ZAMBIA: KAUNDA cierra Universidad.
Serv. Sudafrica (20361)
10-05-91.
Serv. Sudafrica (20361)
ZAMBIA (10182)
FAC. POL (11164)
FAC. SIND-SOC (11165)

CONFIDENTIAL

ENTRADO X
CRUZ VR
9108664

01 01

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0172 10 MAY 1991

ZIMBABWE : CONSTITUTIONAL AMENDMENT WITH REGARD TO NATIONALISATION OF LAND IMPLEMENTED

An amendment to the constitution in terms of which the Zimbabwean government can nationalise agricultural land for the resettlement of the rural population came into effect on 17 April 1991. The constitutional amendment stipulates that the state must pay just compensation within a reasonable period after the nationalisation and that the compensation cannot be opposed in a court.

ELUCIDATION AND COMMENT

This constitutional amendment was already accepted by the Zimbabwean Parliament in December 1990, but the ratification of the amendment has been delayed until now owing to the opposition of the clause stipulating that compensation cannot be opposed in a court both in Zimbabwe and abroad. The constitution amendment was, however, accepted without any changes following a recent decision by ZANU(PF)'s Central Committee in this regard.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
Zimbabwe: enmiendo constitucional en relación a la nacionalización de tierras.
Serv. Sudafrica (20361)
10-05-91.
Serv. Sudafrica (20361)
Zimbabwe (10183)
Fac. Ec. (11161)
Pol Ec (11382)
Sec. Agropecuario (11402)

CONFIDENTIAL

UR. X
01-01
9108665

REFERENCE : B/0173 10 MAY 1991

CONFLICT POTENTIAL IN THE BALKAN REGION

Increasing instability in the Balkan region as a result of ethnic nationalist intolerance could lead to the disintegration of Yugoslavia, especially in the short term, which could entail far-reaching implications for this region.

1. The political reform process in the Balkan region (Yugoslavia, Romania, Albania and Bulgaria) has once again brought ethnic and nationalist issues to the fore. This situation, which has already given rise to border disputes and claims to territory belonging to neighbouring states, can lead to the disintegration of Yugoslavia, amongst others, owing to unrest and secession attempts, and can lead to the impairing of relations with other countries, especially the USA, Western Europe and the Soviet Union.

BACKGROUND

2. It was mainly the historical course of the Austro-Hungarian and Turkish-Ottoman Empires as well as the artificial division/composition of new states after the two world wars that contributed primarily to the complex ethnic and nationality issues in the Balkan region. After 1945 the communist governments in the region succeeded in oppressing the continuous ethnic and nationalist inspired tension. However, the radical changes with the fall of the communist governments in Eastern Europe in 1989 (with the exception of Yugoslavia and Albania up until now) brought about political fluctuation and greater freedom of movement. Consequently, traditional causes of tension came to the fore once again and the possibility of ethnic conflict in the Balkan states increased. The following aspects form focal points in the region :

CRUZ 00 VR

9108666

DOCUMENTO

Conflicto potencial en los Balcanes.
Serv. Sudoeste (20361)
10-05-91
Serv. Sudoeste (20361)
Yugoslavia (64477)
Rep. Yug (10193)
Fac. Pol (11164)
Rumania (10153)
Albania (65054)
Bulgaria (65373)

- Ethnic and nationalist issues in Yugoslavia.
- Tension between Romania and Hungary as a result of discrimination against Hungarian minorities in Romania.
- Tension between Bulgaria and Turkey regarding the oppression of ethnic Turks in Bulgaria.

YUGOSLAVIA

3. Yugoslavia, which is comprised of the former kingdoms of Serbia and Montengro as well as parts of the Ottoman Empire and the Austro-Hungarian Empire, came into being after the Second World War as a new state (with six republics and two autonomous provinces) under the leadership of Serbia. As a result of opposition by other ethnic groups to Serbian domination (36% of the total Yugoslavian population are Serbians) the political situation is still being characterized by nationalist conflict, and this has continued since the First World War. With the taking of office by the popular charismatic Marshal Josip Broz TITO in 1945, however, a socialist federation was established and the ethnic and nationalist conflict was either ironed out or it was oppressed. After his death in May 1980 ethnic division and Serbian domination gradually began to increase once again.

4. It was especially the politically ideological effect of the "revolutions" in Eastern Europe that caused the survival of the Yugoslavian socialist federation to be directly endangered, and ethnic and nationalist tension and conflict are still escalating. The republics of Slovenia, Croatia, Bosnia, Hercegovina and Macedonia are also placing the federal government under increasing pressure with a view to secession. This is especially so since opposition groups came to power in the first multiparty elections in 1990 in the republics (excluding Serbia and Montenegro) and in this manner the domination of the Yugoslav Communist Party on a federal level was ended. The more developed and prosperous Slovenia and Croatia proposed a confederal system in order to break Serbian domination of the federal system and to give greater autonomy to the republics. However, this proposal was rejected by communist Serbia and its ally Montenegro owing to

their opposition to the disintegration of the Yugoslav Socialist Federation, which could also terminate the communist system and end Serbian domination.

5. The tension between the various ethnic and religious groups in the republics has given rise to violence on several occasions over the past year, especially between the Serbs and other groups. So, for example, demonstrations by the Serbian minority in Croatia in 1990 erupted into violence and Croatian government buildings were damaged, railway lines were sabotaged and military installations were occupied. Discrimination against Muslims in Serbia, Bosnia and Hercegovina has also given rise to conflict, while Serbia's oppression of ethnic Albanians in Kosovo has resulted in large-scale casualties. Yugoslavia's federal people's defence force (in which Serbians form two-thirds of the officers' cadre) threatened in January 1991 to invade Croatia if it continued with attempts to create its own defence force. In addition, Croatia's refusal to turn this state's Minister of Defence, Martiny SPEGELJ, over to the people's defence force is creating further tension. (SPEGELJ was involved in the purchasing of arms from Hungary in order to build up Croatia's defence force.)

6. The majority of the eight members of the collective Federal Presidency opposed the announcement of a state of emergency in Yugoslavia on 15 March 1991. This led to the resignation of Serbia and Montenegro from the Presidency as well as Serbia's rejection of the authority of the institution. Since then all reserve forces in Serbia and Croatia have been placed on the alert.

FEDERAL PRESIDENCY

7. A federal presidency, in which the presidency rotates annually, is a collective body of eight members with equal representation, which are elected for a five year term, with the possibility of re-election for a second term.

Romania

8. The tension between Hungary and Romania is still increasing owing to Romania's discrimination against and oppression of Hungarian minorities in Transylvania. Hungary is demanding ethnic and cultural rights for the approximately two million Hungarians living in Transylvania. (Transylvania, which was part of Hungary before the First World War, is still regarded by Hungary as part of its territory.) Relations between Hungary and Romania had worsened already to such an extent in 1988, when still under communist rule, that the Hungarian consulate in Transylvania was closed on the orders of the former Romanian government. Since then Hungary has repeatedly tried, without success, to place Romania under diplomatic pressure regarding the protection of minority rights and warned that it would take "further steps". However, Hungarian military action against Romania is unlikely, especially in the light of Hungary's aspiration to obtain domestic stability and entry in the European Community (EC). Nevertheless, the possibility of further acts of terror against Romania by Hungarian ultra-nationalist movements is anticipated.

9. In addition to the tension in Hungarian-Romanian relations Romanian relations with Yugoslavia and the Soviet Union are also tense to a certain extent. Yugoslavia is accusing Romania of discrimination against Serbian and Croatian minorities living in western Romania, while Romania is laying claim to the Moldavian Republic (with predominantly Romanian inhabitants) of the Soviet Union. However, the nationalist aspirations of the Moldavians are primarily aimed at secession and full independence from the Soviet Union, although co-operation with and even inclusion in Romania are possible.

BULGARIA

10. The oppression of ethnic Turks in Bulgaria gave rise to large-scale tension between Bulgaria and Turkey in the past. However, the tension is currently not as serious as the ethnic and nationalist problems in

Yugoslavia. Nevertheless, owing to the existing underlying tension between the Bulgarians and the ethnic Turks the situation could turn into a large-scale ethnic/nationalist conflict. In 1989 200 000 Turks fled to Turkey as a result of the decision by the former communist government that all Bulgarian Turks should change their surnames in order to establish one Bulgarian identity.

ALBANIA

11. The situation in Albania differs from that in the other Balkan states owing to the fact that the state is trying, by means of political reforms, to move away from orthodox communism and the nature of the composition of its population does not lend itself to large-scale ethnic/nationalist conflict.

COMMENT

12. Recent events in the Balkan region indicate that violence and discrimination in this region will probably increase and that this could result in the destabilization of the region as a whole.

13. With regard to Yugoslavia it is anticipated that especially Serbian attempts to contain the secession aspirations of the republics will most likely be unsuccessful and the Yugoslavian Socialist Federation will probably be replaced by the proposed confederal system. Nevertheless, it is anticipated that the republics Serbia and Montenegro, as well as the people's defence force, will strongly oppose the formation of such a confederation. Serbia could even try, by violent means, to annex parts of Croatia and Bosnia and Hercegovina, which could lead to the formation of an alliance amongst the other republics and to a civil war in Yugoslavia. Serbia also intends annexing the automoumous provinces under its administrative control (Kosovo and Voivodina), which could lead to Hungarian and Albanian involvement in the conflict to protect their minorities in Voivodina and Kosovo, respectively. After obtaining greater autonomy in

accordance with a confederation, Macedonia will probably intensify its claims to parts of Greece and Bulgaria (with Macedonian inhabitants), while violent actions by ultra-nationalist movements could increase in the various republics in the meantime.

14. Discrimination against Muslims, especially in Yugoslavia, could lead to the revival of Muslim fundamentalism, which could inspire the Muslim communities in the Balkans and in Europe to revolt, especially as a result of the Gulf crisis.

15. The escalation in instability in the Balkan region could entail the following negative political, economic and security implications, especially for neighbouring states :

- Large-scale emigration by refugees to Italy and Austria, amongst others, with the resulting socio-economic problems. In order to prevent the anticipated emigration of approximately 20 million people from the East Bloc states to the West during the next ten years neighbouring Western states are already exercising strict border control.

- The disruption of existing transport and communications networks between Western Europe, Greece and Turkey via the Balkan states.

- The further discouragement of Western investment and the granting of Western aid, which could hamper the political and economic reform process in the Balkan region.

- A negative effect on the creation of a new security system for Europe as a result of the radical changes in Eastern Europe and the dissolution of the Warsaw Pact as well as greater Eastern European rapprochement towards Western Europe.

- A negative effect on the opportunities for the extension of the RSA's

9108666

economic and diplomatic relations with states in the Balkan region.

16. In addition to the fear on the part of the Soviet Union that events in Yugoslavia could speed up the disintegration process in the Soviet Union as a result of the effect thereof on independence aspirations on the part of minority groups in the Soviet Union, there is a possibility that the protection of minority rights could obtain international momentum by means of secession.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0195 10 JUNE 1991

VIEWPOINTS ON THE ELECTION OF THE NEXT SECRETARY-GENERAL OF THE UNITED NATIONS (UN)

1. The dramatic changes that have taken place in the international community and the growing role of the UN and the Secretary-General (SG) has had the effect that the Ford Foundation recommended that the election of a new SG should be the outcome of an impartial, wide ranging evaluation/consideration of all possible candidates, from diplomats and politicians to global corporate executives. However, there are growing signs that some Western nations underplay the view that it is Africa's "turn" to provide the next SG. A recent issue of The Economist carried a lead article strongly arguing this view. Western diplomats, still as recently as three months ago, quite openly said that they expected the next SG to be an African, the Gulf War has had the result that they are now saying there is no obvious African candidate with the required skills. According to this viewpoint the Gulf War invalidated the tacit bar against nationals of the major powers and members of the Security Council. Needless to say that African leaders and diplomats reject this argument and feel strongly about the fact that Africa is the only continent that hasn't yielded a person for the above-mentioned post.

2. Although the view of the BUSH administration is or was that the rotation of the post between the continents has no basis in policy or tradition, there is reason to believe that the USA might go along with an African candidate after all. It is not clear what has caused this reported change of mind. The USA and Britain are said to be keen on having the selection process concluded as soon as possible.

3. The following more specific opinions have surfaced :

- Sir Brian URQUHART, former Undersecretary-General and prominent spokesman on UN leadership issues, agrees that Africa should have a

ENTRADO X
CRUZADO Y
9108667

turn, but nevertheless stresses that the focus should be on the best overall candidate. He believes the selection process is haphazard, parochial and a political kind of lottery that should be changed. However, most diplomats at the UN, are of the opinion that the selection process is unlikely to change during this year.

- Dr PEREZ DE CUELLAR himself is said to have told friends that there is a good chance that he will hand over to Ali ALATAS, Indonesia's Foreign Minister.

- The opinion is held in some UN circles that the selection of Martti AHTISAARI is a "foregone conclusion". Salim Ahmed SALIM was mentioned as second candidate with the candidates of Nigeria and Zimbabwe as definite possibilities.

- Zimbabwe is mounting a determined effort on behalf of its Finance Minister, Bernard CHIDZERO. Britain is also said to favour CHIDZERO, who served with the UN in Geneva in the 1970s with distinction and with sufficient international stature to command respect.

- Prince Sadruddin AGA KHAN (born in Iran, now a Swiss citizen) is reportedly being touted by "some Western interests". Apparently President BUSH is believed to agree that AGA KHAN is a possible candidate.

- According to well-placed diplomatic sources, France, Britain and the United States have preference for Dr Boutros GHALI, the Egyptian Minister of State for Foreign Affairs.

4. Consequently, it seems clear that the race for the next UN Secretary-Generalship is still wide open, particularly if judged by the long list of possible candidates. At this early stage, all factors taken into account, the eventual election of a candidate from Africa is in doubt/definitely not a foregone conclusion.

POSSIBLE CANDIDATES FOR THE POST OF SECRETARY-GENERAL OF THE UN (IN NO SPECIFIC ORDER)

5. The following is a list of possible candidates for the post of UN Secretary-General :

- Dr Boutros GHALI (One of the architects of the Camp David accords of 1978; he has a good knowledge of Africa, especially Southern Africa, through his work with the OAU; he also has great command of issues in the Western and Arab worlds; he has received a French award in recognition of his distinction in the French-speaking world).

- Olusegun OBASANJO (See attached profile.)

- Julius NYERERE (Former president of Tanzania and president of the South-South Commission.)

- Bernard CHIDZERO

- Martti AHTISAARI (UN Undersecretary-General for Administration; he was the top UN official overseeing Namibia's transition to independence from the Republic of South Africa in 1989-90.)

- Abdou DIOUF (President of Senegal.)

- Joseph GARBA (Doubtful choice, inter alia because of the controversy his candidature as Nigerian ambassador to Namibia created in diplomatic circles.)

- Olara OTUNNU

- Tommy KOE (Former Prime Minister of Singapore; former ambassador to Washington and the UN.)

- Ali ALATAS (Foreign Minister of Indonesia.)

- Gro Harlem BRUNDTLAND (Prime Minister of Norway.)

- Thorvald STOLTENBERG (Foreign Minister of Norway, former UN High Commissioner for Refugees.)

- James JONAH (From Sierra Leone, currently the UN Undersecretary-general for Special Political Questions.)

- Salim Ahmed SALIM (Former Minister of Foreign Affairs of Tanzania; current SG of the OAU.)

- Sten ANDERSEN (Foreign Minister of Sweden.)

- Bettino CRAXI (Former Prime Minister of Italy, adviser to Dr Perez DE CUELLAR on debt and security issues.)

- Prince Sadruddin AGA KHAN (Born in Iran, now a Swiss citizen, he has been UN High Commissioner for Refugees and has held numerous UN posts; he failed to win the UN chief's post in 1981.)

- Oscar Arias SANCHEZ (Former president of Costa Rica; Nobel Peace prize winner; he devised the Central American peace plan that led to elections in Nicaragua.)

- Maurice STRONG (Canadian multi-millionaire; involved in organising a UN conference on the Environment in 1991.)

- Kenneth DADZIE

- Chan Heng CHEE (Singapore's most recent UN ambassador.)

- Diego CORDOVEZ (Foreign Minister of Ecuador; he was deeply involved in mediating the Geneva Accords that led to the UN-supervised withdrawal of Soviet troops from Afghanistan.)

- Hans BLIX (From Sweden; Director of the International Atomic Energy Agency in Vienna.)

- Leo TINDEMANS (Former Foreign Minister of Belgium.)

- Helmut SCHMIDT (Former Chancellor of West Germany.)

- Vaclav HAVEL (President of Czechoslovakia.)

- Margaret THATCHER (Former British Prime Minister.)

- Edward SHEVARDNADZE (Former Soviet Foreign Minister.)

- Garret FITZGERALD (Ireland's former Prime Minister.)

PROFILES ON AFRICAN CANDIDATES FOR THE POST OF UN SECRETARY-GENERAL

1. Africans who are openly vying for the above-mentioned post are :

   A. Bernard CHIDZERO of Zimbabwe
   B. Kenneth DADZIE of Ghana
   C. Olara OTUNNU of Uganda
   D. Genl Olusegun OBASANJO of Nigeria

A. CHIDZERO

1. CHIDZERO (Senior Minister of Finance, Economic Planning and Development in the Zimbabwe Cabinet) was born on 1 July, 1927. He gained a first class matriculation in 1949 and graduated with a Bachelors of Arts degree at the University of South Africa in 1955. He obtained a distinction in Psychology. CHIDZERO then enrolled at Ottawa University and obtained a Masters degree in Political Science

3108667

in 1955. In May 1958 he received his doctorate in Philosophy. After receiving his doctorate CHIDZERO worked at Nupfield College, Oxford, studying labour problems in Tanzania.

2. In 1960 CHIDZERO took up a post as an assistant research worker with the United Nations Economic Commission for Africa in Addis Abeba, Ethiopia. Three years later he was appointed Representative of the United Nations Technical Assistance Board and Director of the Special Fund Programme in Kenya. In 1966 he was made Resident Representative of the UN Programme in Kenya. Two years later he became Director of the Commodities Division of UNCTAD, with its headquarters in Geneva. At the time of his cabinet appointment in 1980, CHIDZERO was Deputy Secretary-General of the United Nations Trade and Development Conference. In 1986 he became Chairman of the IMF/World Bank Development Committee and in 1987 he became President of UNCTAD VII. It is important to note that CHIDZERO has a good command of French, a language requirement insisted upon by France and the other Francophone members of the UN as a condition for their support for any candidate. Remark : He is married to a French-Canadian.

3. The fact that Zimbabwe has put forward Bernard CHIDZERO for the post of SG of the UN indicates that it supports the view that an African candidate should get this position and that they have a suitable person for that post. It can be expected that Zimbabwe will do anything in its power to promote CHIDZERO's candidature, mainly because it will enhance Zimbabwe's standing internationally as well as providing Zimbabwe/Mugabe an opportunity to "influence" world opinion, especially in the Non-Aligned Movement (NAM).

4. Since independence in 1980 Zimbabwe chaired only one position of this prominent nature when Mugabe became chairman of the NAM. Although he tried hard to influence international affairs as chairman, this position did not give Zimbabwe the stature it had hoped for mainly because of Western antagonism towards NAM. Zimbabwe has therefore

changed it tactics and has taken on a more "moderate" stance internationally to improve its image, especially amongst Western countries. This was quite evident in the objective role Zimbabwe played as chairman of the Security Council during the Gulf crisis. Its actions in this regard was even praised by some Western countries, especially the USA and Britain. The only obstacles in realising this position for Zimbabwe are the seemingly negative reaction of Western countries towards an African for this UN post and Zimbabwe's progressive attitude in the past regarding sensitive international issues. In conclusion it can be expected that although Zimbabwe will oppose other African candidates, it will nevertheless abide by a "consensus-candidate" appointed by Africa.

B. <u>DADZIE</u>

1. DADZIE was born in 1930 in Ghana. He was educated at the University of Cambridge and joined the civil service in 1952. In 1955 he joined the Department of External Affairs and was appointed First Secretary at the embassy in Paris (France) from 1957 to 1958. He was Director of the Administration Division of the Department of Foreign Affairs from 1958 to 1960 and Councellor of the Permanent Mission of Ghana at the UN from 1960 to 1962. From 1962 to 1963, he was Deputy Permanent Representative and a member of the UN Secretariat from 1963 to 1975. DADZIE was attached to the Office of Inter-Agency Affairs from 1970 to 1975 and was Deputy Assistant Secretary-General from 1972 to 1975. He was transferred to the UN's Geneva Office as Director of Inter-Agency Affairs. In 1975 he returned to the civil service as Permanent Representative to the UN in Genève (Switzerland). Concurrently to that he was Ambassador to Austria and Switserland from 1975 to 1978. From 1975 to 1976 he was President of the UN Trade and Development Body and from 1976 to 1977 Chairman of the Committee on Restructuring at the Economic and Social Sectors of the UN. From 1978 to 1982 he was Director-general of Development and International Economic Cooperation at the UN Secretariat and from 1982 to 1986 High

9108667

Commissioner in the UK with the rank of Secretary of State. He was appointed Secretary-General of UNCTAD in February 1986 and still holds that post.

2. Although DADZIE by virtue of his career as a diplomat, enjoys some international esteem, it is unlikely that he will be chosen as Africa's candidate for the post of SG of the UN. His relative obscurity and low profile in Africa will negatively influence his chances. Nonetheless, his government is urging the OAU to endorse him as Africa's nominee. DADZIE's career at the UN started in 1962 and he commands a fair knowledge of French which could favour his chances in the Francophone world.

C. OTUNNU

1. OTUNNU was born in September 1950 in Kampala (Uganda) and obtained a Masters of Law degree at the Harvard Law School in 1977. He has served as Permanent Representative of Uganda to the United Nations since September 1980 and is currently the President of the International Peace Academy. It is apparent that OTUNNU neither has enough political experience nor commands stature in Africa and the international community and it is therefore highly unlikely that he would be chosen as Africa's candidate for the UN post of SG. However, note is being taken of the fact that OTUNNU's skillful presidency of the Security Council in 1981 helped to get Perez DE CUELLAR elected in the first place.

D. OBASANJO

1. Retired soldier, former Head of State and Commander-in-Chief of the Nigerian Armed Forces, born 5 March 1937.

Commissioner in the UK with the rank of Secretary of State. He was appointed Secretary-General of UNCTAD in February 1986 and still holds that post.

2. Although DADZIE by virtue of his career as a diplomat, enjoys some international esteem, it is unlikely that he will be chosen as Africa's candidate for the post of SG of the UN. His relative obscurity and low profile in Africa will negatively influence his chances. Nonetheless, his government is urging the OAU to endorse him as Africa's nominee. DADZIE's career at the UN started in 1962 and he commands a fair knowledge of French which could favour his chances in the Francophone world.

C. OTUNNU

1. OTUNNU was born in September 1950 in Kampala (Uganda) and obtained a Masters of Law degree at the Harvard Law School in 1977. He has served as Permanent Representative of Uganda to the United Nations since September 1980 and is currently the President of the International Peace Academy. It is apparent that OTUNNU neither has enough political experience nor commands stature in Africa and the international community and it is therefore highly unlikely that he would be chosen as Africa's candidate for the UN post of SG. However, note is being taken of the fact that OTUNNU's skillful presidency of the Security Council in 1981 helped to get Perez DE CUELLAR elected in the first place.

D. OBASANJO

1. Retired soldier, former Head of State and Commander-in-Chief of the Nigerian Armed Forces, born 5 March 1937.

2. Internationally, General OBASANJO is viewed as an outstanding professional soldier. In fact, his leadership qualities and statesmanship during the seventies were acknowledged by his own people in 1980, when he was honoured with the highest Nigerian award, namely the Grand Commander of the Order of Federal Republic of Nigeria (GCFR).

3. Although General OBASANJO retired from public life in 1979 (at the fairly young age of 42) he immediately established himself as a prominent international figure, farmer and writer. His curriculum vitae to date is indicative of that and entails the following :

- Obasanjo Farms Nigeria Limited was established in 1979.

- Since 1979; fellow, Institute of African Studies, University of Ibadan (Nigeria).

- Since 1979; member of UNESCO Commission for Peace in the Minds of Men.

- 1981-86; member of Independent (Palme) Commission on Disarmament and Security issues.

- Since 1983; member of WHO Committee of Experts on Effects of Nuclear Weapons.

- Since 1983; member of Inter Action Council of Former Heads of State and Government.

- Since 1983; member and Co-Chairman of Commonwealth Eminent Persons Group on South Africa.

- 1985; nominated member (by Commonwealth leaders), to assess the Security needs of Commonwealth Frontline States and Mozambique.

- November 1988; founder/organiser, African Leadership Forum.

- May 1989; appointed special adviser to the International Institute of Tropical Agriculture (IITA).

- Conferred with three honorary degrees, inter alia with Honorary Doctor of Letters (Hon. D.Litt) at the Howard University, USA.

- No less than five books, as well as several articles concerning Nigerian and international issues, were published by General OBASANJO during the last decade.

- It was speculated in 1990 that General OBASANJO could have been appointed as Nigerian ambassador to Namibia.

4. His candidature for UN Secretary-General was officially announced in April 1991. It is known that Zambia has promised to support General OBASANJO. He is also said to have the support of former World Bank President and US Defence Secretary, Robert MCNAMARA, former British Prime Minister, Jim CALLAGHAN and the former West German Chancellor, Willie BRANDT. The opinion is held in some Western circles that General OBASANJO is too strongwilled for the position of SG of the UN. The requirement of being able to speak French fluently is also said to be a drawback for his candidature. The European bloc shouldn't have any objection to General OBASANJO's nomination. However, the fact that General OBASANJO was a former soldier could impair his chances as the UN, as a peace-keeping body, might object to this. Another important point to take note of is the feeling among many African states that Nigeria is already occupying enough prominent international posts. In this regard, Nigeria is being accused of "greediness". This could have a negative impact on General OBASANJO's, or for that matter General GARBA's, election/choice. Furthermore, African contenders (except perhaps DADZIE) are given no chance because their French is limited or non-existent.

9108667

AFRICA'S POSITION WITH REGARD TO OBASANJO'S CANDIDATURE FOR UN SECRETARY GENERAL

1. In view of the fact that most African states have not visibly entered this debate, it is impossible to define their views in this regard. In fact, no public lobbying, and influencing has as yet taken place continentally. With the exception of Zimbabwe, this issue has not even manifested itself prominently in African diplomatic and government circles. It is, however, no secret that Zimbabwe is actively promoting its candidate's cause internationally. In this regard it relies heavily on Britain's support. For some reason it is believed that Zambia will strongly support General OBASANJO's candidature, rather than that of CHIDZERO.

2. With regard to the other Frontline states a number of factors prohibit a definite prediction on their position towards the candidatures of the aforesaid figures. These factors inter alia include the internal political developments in these countries, their self-interests as well as important policy differences within the Frontline grouping.

3. Some Frontline and other African states' support for General OBASANJO's candidature could also be influenced by their negative perception of Nigeria's leadership role in Africa, which is sometimes interpreted as interference and "bullying-tactics".

4. Nontheless, some African states feel that Africa will have to rally behind one candidate. The current OAU Secretary-General echoed this and expressed his support for an African candidate for the post of UN Secretary-General. It is argued that continental disunity in this regard would only hamper Africa's lobbying and bargaining power internationally. Consensus would definitely enhance Africa's position of power in the UN, especially with regard to accentuating Africa's voting strength in UN

9108667

affairs and resolutions. According to this school of thought, a crowded field of competing African candidates could inadvertently create the impression of there not being a strong African for this prominent post.

DATE OF INFORMATION : June 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0203 10 JUNE 1991

BOPHUTHATSWANA/BOTSWANA : DISCUSSIONS ABOUT A FEDERATION

According to reports, delegates from Bophuthatswana, including TM MOLATLHWA (Minister of Population Development), and delegates from Botswana, including A MOGWA (Ambassador at the UN), met in Mmabatho at the start of May 1991 to hold discussions about the formation of a federation between the two states. During the meeting it was decided that before such a step can be implemented, the following will have to occur:

- The Betshuanaland Protectorate, according to the stipulations of the proclamation in 1985, must be given entirely to the populations of Botswana and Bophuthatswana by the South African Government.

- A referendum about the issue must be held in both countries.

- Following such a referendum, the countries will have to appoint a joint commission to determine the strucure and position of the two states in such a federation.

- The federation will have to obtain membership of the Organistion for African Unity (OAU) in order to be "detached" from South Africa.

Remark : The territory being referred to in terms of the proclamation of 1985, includes the largest sections of the Northern Cape and Western Transvaal. Bophuthatswana has already indicated an interest in these areas.

DATE OF INFORMATION : June 1991
RELIABILITY GRADING : 2

RECIBIDO
Bophutatswana/Botswana: Discusiones sobre una Federación.
Serv. Sudafrica (20361)
10-06-91
Serv. Sudafrica (20361)
Bophutatswana (10202)
Botswana (10045)
Fac. Pol (11164)
Rel. Int. (11399)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZ DE VR

SECRET

REFERENCE : C/0268

19485/3

DATE : 19 April 1991

INFORMATION REQUEST

It would be appreciated if information on the following issues could be forwarded :

- Efforts by countries in Latin America like Brazil, Argentina and Chile to become more prominent in the region and to play a more active role in international affairs.

- The influence of the military in democratic states like Chile, Argentina and Brazil and the support they have from the population.

- Soviet, PRC/ROC, North Korean and Cuban involvement in Latin America.

- The general attitude in Latin America towards the USA.

- The influence of drug-trafficking on Latin American politics.

- The internal political and economic situation in Brazil, Argentina, Chile, Uruguay and Paraguay.

- The attitude/policy of Brazil, Argentina and Chile towards South Africa and the current constitutional negotiations.

People's Republic of China

ENTERED X
....

SECRET

9108669

SECRET

REFERENCE : C/0268

1948/3

DATE : 19 April 1991

INFORMATION REQUEST

It would be appreciated if information on the following issues could be forwarded :

- Efforts by countries in Latin America like Brazil, Argentina and Chile to become more prominent in the region and to play a more active role in international affairs.

- The influence of the military in democratic states like Chile, Argentina and Brazil and the support they have from the population.

- Soviet, PRC/ROC, North Korean and Cuban involvement in Latin America.

- The general attitude in Latin America towards the USA.

- The influence of drug-trafficking on Latin American politics.

- The internal political and economic situation in Brazil, Argentina, Chile, Uruguay and Paraguay.

- The attitude/policy of Brazil, Argentina and Chile towards South Africa and the current constitutional negotiations.

People's Republic of China

ENTERED X
CIS .....

SECRET

09 .91

9108669

SECRET

REFERENCE : C/0353

DATE : 11 July 1991

NICARAGUA : INTERNAL LAND ISSUE

1. It would be appreciated if you could provide us with the following information relating to the internal land issue in Nicaragua :

1.1 The methods that the Nicaraguan government is going to use to provide the "poor" with land.

1.2 The grounds on which former landowners will base their cases to get possession of their former property.

1.3 The extent to which the government will compensate those who will be compelled to resettle.

1.4 The extent to which the government will be involved in the resettlement.

1.5 The possible similarities between Nicaragua and South Africa with regard to the land issue and parallels that can be drawn in respect of resettlement/the right to landownership/the protection of land rights/ the illegal occupation of land and the handling of conflict/friction stemming from the land issue.

ENTRADO
CRUZ

SECRET

91 .01

9108670

REFERENCE : B/0023

DATE : 19 February 1991

MOZAMBIQUE : ECONOMIC DEVELOPMENTS

1. *AID DURING WORLD BANK MEETING*

a. During a recent meeting in Paris (France), which was arranged by the World Bank, delegates from 16 states and 12 international agencies granted Mozambique US$1,2 billion for 1991. The largest part of the aid will be comprised of donations in order to provide support for the state's balance of payments.

b. During the meeting delegates pointed out that Mozambique had succeeded in maintaining an economic growth rate of 3 percent in 1990 despite the reduction in aid from the East Bloc states, the higher oil price and the state's poor internal security situation. The delegates also pointed out that the latest peace initiatives to settle the state's unstable security situation also contributed to greater confidence in the future of Mozambique's economy. *Remark* : During a donor's conference in Washington DC in April 1990 Mozambique received US$106 million.

2. *PLANNED FORMATION OF JOINT PORTUGUESE-MOZAMBICAN ENTERPRISES*

The formation of two joint Portuguese-Mozambican enterprises, which will largely be active in the mining sector, is envisaged during the first quarter of 1991. The enterprises will have capital outlays of US$2 million and US$1 million respectively. Moreover, negotiations are taking place with several other Portuguese companies (ie AMORIN,

ENTRADO X
CRUZADO VR

9108671

DOCUMENTO
TITOLO Mozambique: Desenvolvimento Económico.
Serv. Sudofico (20361)
19-02-91.
Serv. Sudofico (20361)
Mozambique (10132)
Fac. Ec. (11161)

IRENA and SOCIFA) with regard to the possible formation of joint Portuguese-Mozambican enterprises in 1991. *Remark* : The above is a manifestation of continued interest on the part of Portuguese enterprises in becoming involved in the Mozambican economy.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0024

DATE : 19 February 1991

ZAMBIA : POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

1. *KAUNDA'S SON ON TRIAL ON A MURDER CHARGE*

a. The court case in which Kambarage KAUNDA (son of President KAUNDA of Zambia) is being tried on a charge of manslaughter for the murder of Miss Tabeth MWANZA commenced recently in the supreme court in Lusaka.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

The charge is a result of an incident on 3 September 1989 during which KAUNDA allegedly shot MWANZA. According to KAUNDA he acted in self-defence in order to protect himself from a crowd of people. Owing to the prominence of the KAUNDA family in Zambia the court case has certain political implications and finding Kambarage KAUNDA guilty would have serious consequences for President KAUNDA's campaign to be re-elected head of state. Should KAUNDA be found not guilty this aspect would also be able to be used by the Multiparty Alliance (MMD) as "proof" of the corrupt nature of the KAUNDA family.

2. *PRESSURE FROM THE USA AND BRITAIN CONCERNING ALLEGED PRESENCE OF HUSSEIN FAMILY*

According to diplomatic sources in Lusaka, Britain and the USA have protested to the Zambian government against the alleged presence of the family of President HUSSEIN in Zambia and at the same time they have threatened to reduce aid for Zambia's economic recovery programme.

ENTRADO X
CRUZADO VR.
3108672

Nº DOCUMENTO

TITULO Zambia: Desarrollo Político y Económico.

Serv. Sociopico (20361)

19-02-91.

Serv. Sociopico (20361)

Zambia. (10182)

Fac. Pol (11164)

Fac. Ec. (11161)

3. *PURPOSE OF MMD PROPOSAL IS TO PREVENT A VICTORY BY KAUNDA*

a. In proposals submitted to the Constitutional Committee in Lusaka (Zambia) recently the Multiparty Alliance (MMD) was in favour of the fact that Parliament should in future elect the President in place of his being elected directly. According to the MMD this arrangement was necessary for the maintaining of political order in Zambia owing to the fact that KAUNDA could win the provincial election, while his ruling United National Independence Party (UNIP) could lose the general election. The MMD is of the opinion that such a situation will lead to chaos and will severely hamper the activities of Parliament. The MMD also proposed that the Speaker and the Deputy-Speaker should also be elected from the ranks of Parliament.

b. COMMENT

It is clear that the MMD anticipates the possibility that President KAUNDA could gain a victory over an MMD candidate in the presidential election.

4. *POSSIBLE FUEL SHORTAGE*

On 29 January 1991 the Zambia Industrial and Mining Corporation (ZIMCO) envisaged the possibility of a fuel shortage and predicted that the industrial and transport sectors would especially be affected. The anticipated shortage is being ascribed to the fact that crude oil supplies will be hampered as a result of the Gulf war.

DATE OF INFORMATION: February 1991

RELIABILITY GRADING: 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0026

DATE : 19 February 1991

SADCC : AID FROM DONOR STATES

During the Southern African Development Coordination Conference (SADCC) Donor's Conference from 31 January to 1 Febrary 1991 in Windhoek, the USA voted US$50 million to the organisation, in comparison with US$200 million in 1990. Italy voted US$5 million and the Commonwealth voted US$1,7 million. (*Remark* : The above-mentioned aid will mainly be used for the shortage of trained manpower in the state).

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
TEMA SADCC : Ayuda a terceros estados.
Secr. Sudáfrica (20361)
19-02-91.
Secr. Sudáfrica (20361)
Africa (10022)
Pol. Ex. (11161)

CONFIDENTIAL

ENTRADA X
VR
9108673

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0027

DATE : 19 February 1991

ZAMBIA : DEMOCRATISING PROCESS

1. *MMD PLANS CONFERENCE FOR FEBRUARY 1991*

a. The Multiparty Alliance (MMD) in Zambia plans to hold a national convention on 27 February 1991 during which the leaders will be elected and the candidates appointed who will take part in the general election in October 1991.

b. ELUCIDATION

It can be accepted that a candidate will be appointed during this conference to oppose Kenneth KAUNDA during the Presidential election.

2. *SWAZILAND : INTEREST IN ZAMBIA'S DEMOCRATISING PROCESS*

King MSWATI III of Swaziland is apparently interested in the Zambian democratising process to such an extent that he is planning to send a delegation of senior Swazi officials to Zambia, after the conclusion of the process, to investigate it. MSWATI is apparently planning to establish a multiparty system in Swaziland, but plans to retain the post as King.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

ENT
CRUZ VR
9108674

DOCUMENTO

Zambia: Proceso de democratización.
Serv. Sudafrica (20361)
18-02-91.
Serv. Sudafrica (20361).
Zambia. (10182).
Fac. Pol (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0030

DATE : 26 February 1991

WARSAW-PACT : MILITARY STRUCTURES TO BE DISSOLVED

The Soviet Union announced recently that the Warsaw Pact countries have agreed to disband the military structures of this organisation by 1 April 1991. The USSR expects however that a "mechanism of integration" will be maintained on a high level within the Pact. The Soviet Union is furthermore of the opinion that the above-mentioned step will decrease the potential for conflict in Europe and will see to it that NATO follows this example. The Ministers of Foreign Affairs of the various states in the Pact are to meet in Budapest (Hungary) to discuss the above-mentioned decision. (*Remark* : Czechoslovakia, Poland and Hungary have already pressured the USSR for a considerable time to call for a summit meeting no later than March 1991, to decide on a date for the disbanding of the Pact. The three states have also indicated in the past that they would withdraw unilaterally if the Soviet Union does not conform to their requirements. They are also in favour of the total disbanding of the Warsaw Pact.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

DOCUMENTO
Pacto de Varsovia: estructuras militares serán disueltas.
Serv. Sudafrica (20361)
26-02-91
Serv. Sudafrica (20361)
Pacto de Varsovia (11207)

CONFIDENTIAL

CRUZ DO VR

9108675

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0031

DATE : 26 February 1991

SOMALIA : ITALIAN DIPLOMATIC VISIT NOT ALLOWED

1. On 12 February 1991 the United Somali Congress (USC) warned the Italian government not to send a group of Italian diplomats to Mogadishu (Somalia) and labelled the intended visit as flagrant interference in Somalia's internal affairs. The warning was furthermore directed at all foreign ambassadors, not to return to Somalia before a legal government has been established in this state. (*Remark* : The USC, who deprived President BARRE of power in January 1991, indicated that it would welcome humanitarian assistance for Somalia through United Nations channels).

2. ELUCIDATION AND COMMENT

   a. The above-mentioned visit is apparently connected to Italy's attempt to monitor the situation in Somalia in the light of its role as go-between before BARRE's defeat in January 1991. Italy will probably attempt to raise talks between the different rebel groups again.

   b. The USC's intentions not to tolerate any internal interference indicates furthermore the rebel group's unwillingness to manage the present unstable situation peacefully with the help of discussions.

DATE OF INFORMATION : February 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

ENT... X
... VB.
9108676

Nº DOCUMENTO

TITULO Somalia: Visita diplomática Italiana rechazada.

Serv. Sudafrica (20361)

FE 26-02-91.

M. Serv. Sudafrica (20361)
Somalia (10160)
Italia (10108)
Fr. Pol (11160)
Cop. Jut (11400)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0037

DATE : 26 February 1991

ZAMBIA : ECONOMIC AFFAIRS

1. *JAPANESE AID TO ZAMBIA*

On 12 February 1991 Japan and Zambia signed an aid agreement in Lusaka, in terms of which Japan is donating US$400 000 to Zambia for the reconstruction of the Kafue Bridge. *Remark* : The Kafue Bridge is of great importance to both the domestic and foreign traffic flow to the north (Malawi, Zaire and Tanzania) and to the south (to Botswana, South Africa and Zimbabwe).

2. *PRIVATISATION COMMITTEE ESTABLISHED*

The Zambian government recently established a privatisation committee to submit proposals for the privatisation of the Zambian state-controlled companies. *Remark* : The privatisation of the Zambia Industrial and Mining Company (ZIMCO), Zambia Consolidated Copper Mines (ZCCM), Zambia Railways (ZR), Tanzania/Zambia Railway Authority (TAZARA), University Teaching Hospital and Zambia National Broadcasting Corporation, has been planned since 1990. This committee is a manifestation of the Zambian government's earnestness to go ahead with its policy of privatisation.

DOCUMENTO
TÍTULO Situacion Economica en Zambia.
Serv. Sudafrica (20361)
26-02-91
Serv. Sudafrica (20361)
Zambia. (10182)
Fac. Económica. (11161)

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

VR
01 01
9108677

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0038

DATE : 26 February 1991

GERMANY : POSSIBLE CONSTITUTIONAL AMENDMENTS WITH REGARD TO PARTICIPATION IN UN OPERATIONS

The German Minister of Foreign Affairs, Hans Dietrich GENSCHER, recently declared that the German government is willing to amend the German constitution in order to provide authorisation for German military participation in UN operations. According to GENSCHER, this constitutional amendment will result in a greater German say in UN decision-making, more specifically in the Security Council, as a result of the implied greater German international responsibility. *Remark* : The international community, which originally feared German reunification because of the potential increase in the interstate power and competitive ability of a united Germany, is now demanding that Germany should play a greater international role owing to the crisis in the Gulf. The increase in status of a united Germany in the interstate power hierarchy was therefore, by implication, initiated by the international community and not by Germany itself.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Alemania: Posible enmiendo constitucional en relación a las operaciones de la O.N.U.
Sow. Sudafrica (20361)
26-02-91
Sow. Sudafrica (20361)
Alemania (20232)
O.N.U. (12573)
Ese. Pol (11164)

CONFIDENTIAL

vh

9108678

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0039

DATE : 26 February 1991

KENYA : ODINGA ANNOUNCES A NEW POLITICAL PARTY

1. A former Kenyan Vice President, Oginga ODINGA, announced the formation of a new political party, the National Democratic Party, in Nairobi (Kenya) on 13 February 1991, despite the current one party system in the country.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

The announcement ties in with ODINGA's statement in November 1990 that he was planning to establish a new party in order to "protect democracy in Kenya". The announcement has elicited a wide response and ODINGA has even been questioned by the Police. It can therefore be expected that the Kenyan government will once again react negatively to this challenge to the existing political system.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO .....
TEMA: Kenia: Vicepresidente ODINGA anuncia nuevo partido político.
Serv. Sudoprico (20361)
26-02-91.
Soav. Sudoprico (20361)
Kenia (10114)
Fac. Pol (11164)
PP. PP. (11304)

CONFIDENTIAL

ENTRADO .....
CRUZ DO VR. .....

01.01

9108679

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0040

DATE : 26 February 1991

MOZAMBIQUE/MALAWI : JOINT SECURITY COMMISSION MEETS ABOUT TETE ROUTE

1. The Malawian High Commissioner in Zimbabwe, KALILONGWE, recently stated that two sub-committees of the Mozambique/Malawi Joint Security Commission will investigate methods to safeguard the Tete Route, which runs from Mozambique to Malawi, for goods traffic. The sub-committees will submit their recommendations for action to the Joint Security Commission. According to KALILONGWE, Malawi regards the safeguarding of the Tete route as Mozambique's responsibility.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

The Tete Route was closed to traffic in January 1991 after Zimbabwe suspended the safeguarding of the route in terms of the partial ceasefire agreement between FRELIMO and RENAMO. It was opened in February 1991 after the Mozambican army (FAM) took over the task of safeguarding it. However, several attacks by RENAMO, which caused the loss of many lives, resulted in the route being closed for a second time.

DATE OF INFORMATION : February 1991

RELIABILITY GRADING : 2

Mozambique - Malawi : Comisión de Seguridad se reune para tratar la Ruta de Tete.
Serv. Sudoprico (20361)
26-02-91.
Serv. Sudoprico (20361)
Mozambique (10132)
Malawi. (10125)
Fac. Ex. (11161)
Comunicaciones y transporte (11411)

CONFIDENTIAL

VR. X

9108680

REFERENCE : B/0148 26 APRIL 1991

PROPERTY OWNERSHIP AND LAND REFORM IN SOUTH AFRICA

1. The land question is rapidly moving towards the top of the South African political agenda. The central issue is no longer the injustices of the past mechanism where the 1913 and 1936 Land Acts ensured that 86 percent of South Africa's land is reserved for whites. There is no doubt that the land system is set for fundamental change and that the prevailing question is how it should be done.

2. An assessment of the property ownership in South Africa needs to take into account the traditional differences in land tenure between the white and black population. Whereas white people in general favoured private ownership, black people were (and to a lesser extent still are) organised through a system of communal ownership (chieftainship). Of South Africa's 120 million hectares of surface area (including the TBVC territories) commercial areas occupy 85,5 percent (see table). Although land in South Africa is presently racially unequally distributed, the land in black hands is, in terms of rainfall and fertility and tiller per hectare, some of the best soil in South Africa and a relatively small piece of land can generally be farmed viably.

3. Land reform forms an integral part of the recent reform initiatives of the South African government and it is therefore the intention of the government to establish a more equal distribution of land among the whole population. In this regard "apartheid" legislation such as the Group Areas Act and Land Act will be recalled during this parliamentary session to remove any discriminatory obstacles in the way of the black population owning urban or rural land (within the boundaries of South Africa, excluding the national states).

4. The government acknowledges that the scrapping of these laws alone is not enough to secure the full benefits of land ownership for the black

VR X

01.05 9108681

Nº DOCUMENTO .....

INDICE Reformas Sobre Tierra y Propiedad en Sudáfrica.

FECHA Serv. Sudafrica (20361)

26-04-91.

Serv. Sudafrica (20361)
Sudafrica (10162)
Fac. Pol (11164)
Pol - Economia (11392)

population. A far-reaching package of farm and urban land reforms is contained in the white paper tabled in parliament in March 1991. The rural land reform programme envisaged by the government includes the following key elements :

- offering 1,2 million hectares of land presently owned by the South African Development Trust for purchase, at low cost, to black farmers;

- the creation of a new land bank to extend loans to such farmers for buying land;

- allowing black farmers access to financial assistance schemes;

- opening access to agricultural extension services provided by government departments to all races;

- giving freehold rights to those people who have 99-year leaseholds on urban property; and

- establishing a land development agency with power to enforce "proper usage" of land.

5. While these initiatives have extensive economic implications, the government expects the private sector to become actively involved, especially with regard to financing community upliftment. In this regard the private sector in South Africa contributes, as part of its social responsibility projects, extensively to black advancement. Furthermore, banks and building societies have innovative financing schemes to help the poor in obtaining property ownership and/or for building or enlarging a house. Total expenditure on housing by the state and the private sector currently amounts to R7 billion per year (according to Development Bank of Southern Africa figures). The Independent Development Trust (IDT) has also recently made R600 million available to provide 750 000 impoverished South Africans with their own piece of land and shelter over the next two years.

Remark : Although the IDT was created by the government with a donation of R2 billion, it is totally independent and consults with all parties, communities and groups in South Africa.

6. With regard to ownership of agricultural land, it is in the interest of the country that a powerful farming sector/community that is able to commercially exploit under-utilised and unused land be established. In this regard the government of South Africa is promoting/developing support programmes for black farmers and potential black farmers such as making land available for farming, financial support and the provision of support services/infrastructure (communication and information services with regard to markets and new technology) in order to improve their ability and active participation in commercial farming.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

ALLOCATION OF LAND

	TOTAL AREA	FARM LAND	PERCEN= TAGE FARM LAND	POTEN= TIAL ARA= BLE	RURAL POPULATION
Western Cape	21 886 836	18 830 578	86,0	1 494 800	553 372
Karoo	27 362 994	22 566 031	82,5	454 465	270 454
Free State	12 679 074	11 766 526	92,9	4 193 633	1 043 984
Eastern Cape	11 938 284	10 958 612	91,8	642 501	447 418
Natal	5 825 900	4 288 285	73,6	2 152 016	818 942
Eastern Transvaal	8 189 564	4 690 190	56,6	3 058 910	811 869
Northern Transvaal	7 820 664	5 190 192	60,4	1 327 362	350 268
PWV	2 353 807	1 181 295	50,2	847 321	542 829
Western Transvaal	4 115 200	3 591 979	87,3	1 755 190	561 577
TOTAL	102 272 323	83 064 408	81,2	15 927 198	5 400 713
Transkei	4 365 264	4 185 000	95,9	385 000	2 638 507
Bophuthatswana	4 050 900	3 979 400	98,2	495 389	1 465 587
KwaZulu	3 607 320	3 276 716	90,8	435 079	2 645 016
Lebowa	2 183 331	2 057 594	94,2	335 079	1 718 520
Ciskei	815 930	801 299	98,2	66 539	476 870
Venda	680 000	638 994	94,0	74 655	446 277
Gazankulu	656 531	544 131	82,9	82 159	476 924
KaNgwane	482 269	354 605	71,5	112 444	338 483
KwaNdebele	285 650	213 854	74,9	41 357	282 746
QwaQwa	65 514	59 930	91,5	6 947	160 106
Moutse	64 355				
TOTAL	17 257 064	16 111 523	93,4	2 034 648	10 647 016
GRAND TOTAL	119 529 387	99 175 951	83,0	17 961 846	16 047 749

9108681

ALLOCATION OF LAND

	TOTAL AREA	FARM LAND	PERCEN= TAGE FARM LAND	POTEN= TIAL ARA= BLE	RURAL POPULATION	FARM LAND PER CAPITA	POTEN= TIAL ARABLE LAND P CAPITA
Western Cape	21 886 836	18 830 578	86,0	1 494 800	553 372	34,0	2,7
Karoo	27 362 994	22 566 031	82,5	454 465	270 454	83,4	1,7
Free State	12 679 074	11 766 526	92,9	4 193 633	1 043 984	11,3	4,0
Eastern Cape	11 938 284	10 958 612	91,8	642 501	447 418	24,5	1,4
Natal	5 825 900	4 288 285	73,6	2 152 016	818 942	5,2	2,6
Eastern Transvaal	8 189 564	4 690 190	56,6	3 058 910	811 869	5,8	3,8
Northern Transvaal	7 820 664	5 190 192	60,4	1 327 362	350 268	14,8	3,8
PWV	2 353 807	1 181 295	50,2	847 321	542 829	2,2	1,6
Western Transvaal	4 115 200	3 591 979	87,3	1 755 190	561 577	6,4	3,1
TOTAL	102 272 323	83 064 408	81,2	15 927 198	5 400 713	15,4	2,9
Transkei	4 365 264	4 185 000	95,9	385 000	2 638 507	1,6	0,1
Bophuthatswana	4 050 900	3 979 400	98,2	495 389	1 465 587	2,7	0,3
KwaZulu	3 607 320	3 276 716	90,8	435 079	2 645 016	1,2	0,2
Lebowa	2 183 331	2 057 594	94,2	335 079	1 718 520	1,2	0,2
[illegible]	815 930	801 299	98,2	66 539	476 870	1,7	0,1
[illegible]da	680 000	638 994	94,0	74 655	446 277	1,4	0,2
[illegible]zankulu	656 531	544 131	82,9	82 159	476 924	1,1	0,2
KaNgwane	482 269	354 605	71,5	112 444	338 483	1,0	0,3
KwaNdebele	285 650	213 854	74,9	41 357	282 746	0,8	0,1
KwaQwa	65 514	59 930	91,5	6 947	160 106	0,4	0,0
Gaoutse	64 355						
TOTAL	17 257 064	16 111 523	93,4	2 034 648	10 647 016	1,5	0,2
GRAND TOTAL	119 529 387	99 175 951	83,0	17 961 846	16 047 749	6,2	1,1

9108681

REFERENCE : B/0150 25 APRIL 1991

ASIAN COMMUNIST INVOLVEMENT IN AFRICA

1. Asian Communist involvement in Africa consists of a limited Chinese and North Korean and very small Vietnamese presence. Although certain common denominators are found in their respective policies towards the continent and especially the Southern African region, no coordinated policy exists.

1.1 China's policies in Africa are directly linked to its view of the world and more specifically to the domestic policies of the Beijing government. The Five Principles of Peaceful Co-existence (mutual respect for sovereignty and territorial integrity; mutual non-aggression; non-interference in internal affairs; equality and mutual benefit; and peaceful coexistence) remain the basis of China's foreign policy. Against the background of a rapidly changing international environment, China is today projecting a "new" image of being the foremost promoter of world peace and the mentor or guide to African countries in the establishment of a just and reasonable new international political and economic order.

1.2 North Korea on the other hand, is primarily motivated by the need to counter South Korean influence and to be recognized as the sole representative of the Korean people. In spite of the inter-Korean dialogue (which started in 1990 with the aim of eventual unification), North Korea is now making an all-out attempt to counter the South Korean diplomatic successes (notably with the USSR and Eastern Europe) of the past three years. The main focus at present is an intensive North Korean campaign in the Third World to prevent South Korea from gaining UN membership. Because of the rapid declining North Korean economy, cuts had to be made with regard to its overseas representation, especially in Africa, which in itself is detrimental to North Korean interests and ambitions.

ENTRY X
VR.
9108682
01.05

Implicación del Comunismo Asiático en España

Ser. Sudafrica (2036)

25-04-91.

Ser. Sudafrica (20361)

Africa (10022)

Asia (10034)

Tra. Pol (11104)

1.3 Vietnamese involvement too is restrained by its "new" relations with the USSR. Owing to the USSR's own limitations the usually generous Soviet support is something of the past and Vietnam is now even more limited in its ability to assist other developing countries.

2. Apart from their broad diplomatic representation, these countries are involved in the military, technical, agricultural, medical, construction (eg sport stadiums, conference centres, Friendship Palaces and monuments) and cultural spheres. Regular reciprocal visits (widely varying in level, type and incidence) also take place, while limited financial aid to and symbolic declarations of solidarity in support of the ANC and PAC also feature as a central part of their policies towards Southern Africa.

2.1 Diplomatic Sphere

2.1.1 China has diplomatic relations with all African countries except Liberia, Guinea-Bissau, Lesotho, Malawi and South Africa, while North Korea and Vietnam have diplomatic relations with 45 and 39 African countries respectively. To strengthen relations, Friendship Societies are extensively used by all three countries while North Korea in particular uses the establishment of Juche Institutes and the signing of friendship treaties as a relatively cheap but effective method of strengthening existing ties or cultivating new ones. (Note: Juche is the North Korean ideology or state philosophy of independence or self-reliance).

2.2 Military Sphere

2.2.1 Because the military sphere has proven to be the most successful in establishing influence, all the Asian Communist countries have used it as a method to ensure a foothold in Africa. North Korea and China especially are

important suppliers of military equipment. Notwithstanding its sometimes lesser sophistication, Chinese weaponry is attractive to African customers because of China's favourable payment terms, lack of political strings, the weaponry's sturdiness, simplicity of operation, ease of maintenance and above all, an almost unbeatable price tag. It is sometimes available at sometimes as low as one-fifth of the cost elsewhere.

2.2.1.1 Chinese military advisers are mainly involved with the Mozambican Defence Force (150) and the air forces of Zimbabwe (154), Zambia (100) and Tanzania (400 - 500). Apart from training and technical assistance to these air forces, and a small-arms ammunition factory project in Zimbabwe, their main responsibility is the integration of the F-7 fighter into the Zimbabwean and Zambian air forces and the installation of a radar and air-defence system in Zimbabwe.

2.2.1.2 North Korea has limited military ties with inter alia Mozambique, Tanzania, Zambia, Zimbabwe, Madagascar and the Seychelles and apart from its usual training and supportive role, its most important function is that of presidential guards. Apart from this police, military and intelligence personnel from Zimbabwe, Zambia and Tanzania are also undergoing training in North Korea.

2.2.1.3 Vietnamese advisors are at present only involved with the Madagascan airforce. They were previously also responsible for counter-insurgency training programmes in Angola and Mozambique.

2.3 <u>Economical-Technical Sphere</u>

2.3.1 Chinese involvement in this sphere is spread throughout Africa and the focus tends to be on joint projects, technical assistance, and the granting of interest free

3108682

loans for, inter alia, development and trade. The TAZARA project remains China's most prestigious project in Africa and China is adamant to keep it viable by rendering continuous financial and material support to Zambia and Tanzania for the maintenance of this railraod. China is also involved with the relaying and upgrading of railroads in Botswana as well as the building of hospitals, education centres, construction projects and agricultural projects in Tanzania, Zambia, Zimbabwe, Cameroon and Mozambique. (China is also said to be an important partner to the Algerian government in the development of either an independent nuclear ability or at least a nuclear power plant.)

2.3.2 The most important recipient of North Korean and Vietnamese economic and technical aid in Southern Africa is Angola where an approximate 2 000 Vietnamese and about 1 500 North Korean agricultural advisors are involved in irrigation projects and rice and sugar plantations. North Korea is also reportedly involved in joint agricultural projects in Tanzania where machines and skills are provided by Pyongyang, while the host country supplies the labour and the land.

2.4 Medical Sphere

2.4.1 Asian Communist involvement in this sphere is limited to small Chinese medical teams in Botswana, Mozambique, Tanzania, Cameroon, Madagascar and Zimbabwe and a small Vietnamese presence in Angola.

3. *CONCLUSION*

3.1 International politics are currently in a transitional phase which affects all countries and continents. In the case of Africa a dismal picture presents itself. It never was (in recent history) a player of great economic or military significance and

has, since the turn-about in Eastern Europe and the symbolic ending of the Cold War in 1989/90, even lost its political importance within international forums. The big powers are increasingly ignoring this continent while Africa's traditional friends in the post-colonial period, namely the USSR and East Europe, have either withdrawn or refocused their respective policies towards the continent. Africa must therefore, in the transitional phase to the creation of a new international order, find relevance, and while the Asian Communists' ability to assist Africa in the future is highly questionable, countries like China may attempt to find an opportunity as leader and sponsor.

DATE OF INFORMATION : April 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0151 25 APRIL 1991

CURRENT TRENDS IN SOVIET INVOLVEMENT IN SOUTHERN AFRICA

1. The Soviet Union's current involvement in Southern Africa is much more politically orientated, whilst its more realistic approach towards the region shows three basic interacting trends:

   - More efficient, less cost-intensive, mutually beneficial relations with countries in Southern Africa.

   - Emphasis on the need to resolve conflicts in the region by political means.

   - A pragmatic approach towards the realities of Africa, including Southern Africa, with less emphasis on ideological aspects.

2. In order to implement its extensive internal economic reform programme and due to severe financial restrictions, the Soviet Union has been compelled to scale down its foreign commitments, especially in relatively low-priority areas such as Southern Africa. The USSR has tried to realise this by drastically reducing free economic and military aid and by emphasising mutually beneficial trade with countries in the region. Whereas the USSR, for example, used to provide Mosambique with aid amounting to US$ 200 million a year, this was cut to US$ 90 million in 1990 and is expected to be reduced even further this year. The Soviet Union is trying to maintain its influence by extending the number of joint commissions for economic, technological and scientific cooperation with Southern African countries. Agricultural and various other projects are undertaken only after being adapted to suit the countries' individual needs and if their cost-effectiveness and success

RECEIVED TO
Actuales Tendencias en la implicación soviética en Africa del Sur.
Secr. Sudáfrica (20301)
25-04-91
Secr. Sudáfrica (20361)
Africa (10022)
URSS (10175)
Esc. Pol (11164)

CONFIDENTIAL

ENTRADO
CRUZ DE VR.
01 04
9108683

can be assured. By implementing this new approach the Soviet Union is also trying to change the perception that its involvement in Africa has been associated with inefficiency, disorder, corruption and bankruptcy.

2.1 Despite the emphasis on political and peaceful methods, the Soviet Union still regards the export of weaponry to Third World countries as a major source of foreign revenue. Moreover, whilst the supply is kept to such a low level of sophistication that it will not antagonise the West, it is also regarded as an effective means of maintaining some Soviet influence. However, weapons are only supplied to those countries which can pay for deliveries. Military assistance to its close traditional allies in Southern Africa, namely Angola and Mozambique, has been reduced and adapted to suit their individual needs. For instance, light arms and communication systems instead of heavy weoponry, have lately been delivered to Mozambique. The Soviet Union has already withdrawn most of its estimated 1 000 military advisors from Mozambique, while only 450 out of an original 750 Soviet technical experts are left in the country. During the past year, the Soviet Union has reduced its military deliveries to Angola and cut back the number of Soviet advisors from over 1 000 in the past to a current "several hundred" according to the Soviet publication Literaturnaya gazeta. Moreover it seems that the Soviet Union is broadening the spheres of its involvement in Southern African countries to more non-military fields. For example, ten Soviet medical specialists were sent to Zimbabwe during December 1990 for a period of two years, while the Soviet Union has granted financial aid to Namibia during 1991 for educational purposes.

3. Since the official ending of the Cold War, the Soviet Union has placed even more emphasis on the need for East-West cooperation. This cooperation also extends to the resolving of conflicts in the Third World, which is no longer regarded as an arena for superpower confrontation. Regarding Southern Africa, the Soviet Union has already played a constructive role in negotiations, bringing about an agreement for the departure of Cuban troops from Angola and the independence of Namibia. The Soviet Union is also involved in negotiations regarding the peaceful settlement of the Angolan conflict. In this regard the former, then acting, Soviet Minister of Foreign Affairs, Eduard

SHEVARDNADZE, even had official talks in Washington with Jonas SAVIMBI during December 1990. The Soviet Union is involved in negotiations regarding the settlement of the Mozambican conflict (though to a lesser extent than in Angola), and has indicated its willingness to play a role in bringing about a peaceful settlement of the South African conflict. In this regard the Soviet Union seems to support the idea of extending the mandate and the current role of the Joint Monitoring Committee. Under the auspices of the United Nations Security Council the latter should then serve as a forum where the South African conflict could be discussed.

4. The Soviet Union now questions its former traditional belief that national liberation revolutions in Third World countries are "irreversible" and rather emphasizes the "complexities" of the liberation process in these countries. The old belief in the need for the export of communist revolutions and the inevitability of the international class-struggle is no longer adhered to. Moreover the optimism that "non-capitalist states" can develop fullyfledged socialist systems within one generation has been abandoned. It is now stressed that socialism must develop according to a country's individual needs and situation. The Soviet Union also admits the necessity of introducing certain elements of the capitalistic free market into socialist-orientated systems. The USSR is eager to extend relations to countries that are economically viable and politically stable, regardless of their ideological orientation, since it creates the opportunity for mutually beneficial relations.

5. In conclusion it seems that Soviet policy towards Southern Africa is still in an evolutionary process, mainly due to Soviet financial restrictions and the gradual process of changing old perceptions and ideas. Moreover, it has to be kept in mind that the influence of conservative party members and senior military officers in the Soviet leadership has increased significantly since the middle of last year. The influence of this group has already been dectected in Soviet foreign policy affairs especially with regard to Soviet views on the Gulf war and its non-compliance with certain aspects of the Conventional Forces in Europe (CFE)-Treaty. Consequently, the possibility of renewed

emphasis on ideological and military aspects of a less cooperative Soviet policy towards conflict resolution in Southern African countries cannot be excluded. Since it can be expected that the Soviet Union would then be less prepared to decrease its influence in Angola and Mozambique, this might have negative consequences for the peaceful, early settlement of conflicts in Southern Africa.

DATE OF INFORMATION : APRIL 1991
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/0163 6 May 1991

LESOTHO : SITUATION WITH REGARD TO THE COUP

1. Major General J M LEKHANYA, Chairman of the Council of Ministers and Military Council, was forced to resign on 30 April 1991. This was the result of dissatisfaction in the Royal Lesotho Defence Force (RLDF) with regard to inadequate salary increases, as well as LEKHANYA's refusal to dismiss members of the Council of Ministers and Military Council who were allegedly involved in corruption.

2. On 30 April 1991, Colonel RAMAEMA took over as acting leader of the Military Council. LEKHANYA and Colonel TSOTETSI, both members of the Military Council, were dismissed. RAMAEMA was sworn in as Chairman of the Council of Ministers and Military Council on 1 May 1991.

3. The new Military Council is composed of the following members :

- Colonel RAMAEMA (Chairman)
- Lieutenant Colonel MOTIBELI (a new member)
- Lieutenant Colonel LEHOHLA (a new member)
- Brigadier B M LEROTHOLI (a former member)
- Colonel JANE (a former member)
- Lieutenant Colonel MOKETE (a former member)

4. The following members of the Council of Ministers were dismissed :

- Tom THABANE, Minister of Foreign Affairs and Broadcasting who was accused of drug-smuggling and corruption
- E R SEKHONYANA, Minister of Finance, who was accused of corruption with regard to government projects

CONFIDENTIAL

ENTRADO VR.

9108684

Lesotho: Situacion respecto al golpe.
Serv. Sudafrica (20361)

06-05-91
Serv. Sudafrica (20361)
Lesotho (10117)
Fce. Pol (11164)

5. The following members were appointed to the Council of Ministers :

- P MOLAPO - Minister of Foreign Affairs and Broadcasting (former Minister of Employment, Social Welfare and Pensions)
- L THOAHLANE - Minister of Finance (former Minister of Health)
- Colonel KHOELE - Minister of Health
- Major General L DINGISWAYO - Minister of Agriculture (former Commissioner of Police)
- Colonel MOTHAKHATI - Minister of Employment

6. <u>ELUCIDATION</u>

a. On 29 April 1991, a contingent of about 100 junior members of the RLDF in Maseru requested a meeting with Colonel METSING, a senior member of the RLDF, with regard to LEKHANYA's attitude towards the soldiers. The possible dismissal of THABANE and SEKHONYANA and the inadequate salary increases of the RLDF were also discussed. After it became clear that LEKHANYA wasn't going to satisfy their needs, the soldiers demanded the resignation of LEKHANYA, THABANE and SEKHONYANA before 24h00 on 29 April 1991. They also took ammunition and weapons from a depot and deployed in Bushmen's Pass. On the morning of 30 April 1991, METSING told the soldiers that LEKHANYA was prepared to dismiss THABANE and SEKHONYANA, but he was not prepared to resign. In reaction to LEKHANYA's decision he was ordered by a group of sergeants to accompany them to the Radio Lesotho Broadcasting Centre. Here, he was ordered to read a prepared statement that he resigned. After this announcement, it seems as if METSING took the initiative and new members to the Council of Ministers and Military Council were appointed. The appointment of RAMAEMA as Chairman is therefore probably a result of his position as the most senior member of the Military Council.

b. Although the dissatisfaction with regard to salary increases played a role in the coup, it was probably LEKHANYA's initial refusal to dismiss THABANE and SEKHONYANA that led to the soldiers action. It would appear as if LEKHANYA underestimated the negative attitude towards the Ministers and that he also lost contact with the RLDF with regard to their opposition against corruption by members of the Council of Ministers. This probably confirms the lack of support by the RLDF officers for LEKHANYA during the coup, as well as the appointment of RAMAEMA as Chairman of the Council of Ministers and Military Council. However, it is still unclear who was really behind or involved in the coup.

c. At this stage it is not foreseen that the coup will bring about any important changes in the policies of the Lesotho government. The democratisation process will probably continue, although it is possible that it could be delayed initially. With regard to possible political unstability, RAMAEMA has already expressed his concern that members of the RLDF, who were responsible for the coup, were not included in the new Military Council.

DATE OF INFORMATION : May 1991
RELIABILITY GRADING : 2

WORLD REVIEW

REFERENCE : B/0084
18 MARCH 1991

ASEA

(i) Fear of Protectionism

EASTERN EUROPEAN ECONOMIC DEVELOPMENTS

(i) Risk analysis by French Research Institution
(ii) Czechoslovakia establishing Consolidation Bank
(iii) IMF credit line to Hungary

GULF CRISIS SEQUEL

(i) Morocco's concern about Arab unity
(ii) Senegalese forces remain
(iii) Funds to Iraq

SOUTH AFRICA

(i) Private Sector Network
(ii) BUTHELEZI's concerns about increasing poverty

SOVIET UNION

(i) GOSPLAN predictions
(ii) EC resumes aid
(iii) Cut in government subsidies
(iv) Emergency aid to oil sector
(v) Ukraine coalworkers strike

ZAMBIA

(i) KAUNDA's leadership of UNIP might be contested

ENTRADO
CRUZ DO VR

9108685

Panorama Mundial

Serv. Sudafrica (20361)

18-03-91.

Serv. Sudafrica (20361)

Asia. (10034)

Conflicto IRAN-KUWAIT (11536)

Africa (10022)

U.R.S.S. (10175)

ASEAN FEARS OF PROTECTIONISM

1. Events in the Gulf as well as the unsuccessful outcome of the GATT-Uruguay-multinational discussions contributed greatly to the fact that the Association of South East Asian Nations (ASEAN) now wishes to establish increased cooperation in order to counter world protectionism.

2. While opposed to the idea of trade bloc forming as such, the above-mentioned events have compelled the ASEAN grouping (Brunei, Singapore, Indonesia, Thailand and the Phillipines) to begin thinking about protectionism. Approximately 70 percent of ASEAN exports go to the USA, and if world protectionism is established (as is the case with the Free Trade Area between the USA and Canada, and the European Community), South East Asian countries may be excluded by such an agreement.

3. The ASEAN grouping was established in 1967, with the initial aim of establishing regional cooperation on cultural and economic terrains. Having achieved regional peace, mainly through friendship and cooperation agreements, this association has largely succeeded in ensuring stability in the region. Since its formation the association has actively promoted economic cooperation and through its efforts a mutual industrial treaty was signed in 1976 and numerous joint projects saw the light. An ASEAN Financial Corporation was also established to monitor approved projects.

4. ASEAN fears of world protectionism, especially in the rapidly changing world order, are not without grounds. The Chief of the Confederation of Asia Pacific Chambers of Commerce (CACCI), Ken COURT, recently announced that the protectionism of 1981 - 1986 had increased in Europe by 20 percent and by 23 percent in North America, while protectionism in South East Asia dropped by 12 percent. COURT expressed his concern about worldwide trends towards bloc forming. In his opinion, Europe and North America would be most negatively affected by such bloc forming, but he believes that South East Asia will suffer minimally because of the last two decades of strong economic growth.

9108685

Remark : CACCI represents businessmen from Japan, Australia, New Zealand and South Korea, inter alia.

5. In view of this recognised trend towards protectionism, it appears as if the ASEAN countries will begin to place greater emphasis on regional cooperation, especially in view of current international economic politics. In addition, the possibility of trade bloc formation in the ASEAN countries cannot be excluded.

EASTERN EUROPEAN ECONOMIC DEVELOPMENT

6. A French Centre for Foreign Trade (CFCE) recently released a risk analysis document regarding Eastern Europe in terms of which Czechoslovakia is presented as a more important investment field for foreign investors than countries such as Hungary and Poland. According to the document Czechoslovakia is seen as an attractive investment proposition because of the country's diversified industrial potential, relatively low debt burden, and the fact that recent devaluations have exerted a further positive influence. With regard to other East European countries, the CFCE researchers are of the opinion that Hungary is the most advanced in terms of economic restructuring in Eastern Europe, while foreign investment in Poland is being hampered mainly by an outdated production structure.

7. Meanwhile, the Ministry of Finances of the Czechoslovakian Government has recently indicated that the state is planning to form a consolidation bank with the purpose of administrating the total debt obligations of enterprises and industrialists of the state. (Current debt obligations amount to approximately US$5,75 million. The ministry also indicated that an interest rate of between 11 and 13 percent will be charged on repayment agreements in contrast with the current interest rate of 25 percent which is being charged by commercial banks. In addition, all repayment terms will be rescheduled.

Remark : This initiative implies that the consolidation bank will pay off all the debts that enterprises and industrialists have at commercial banks

9108685

whereafter debt repayment agreements will be concluded with these institutions. These actions are probably directed at countering extensive bankruptcies.

8. According to an agreement that was signed between Hungary and the IMF, the latter has granted Hungary a credit line valued at US$1,4 billion for a three year period. According to the planning an additional amount of US$348 million is going to be paid to Hungary as compensation for losses experienced as a result of reduced oil imports from the Soviet Union.

GULF CRISIS SEQUEL

9. After welcoming the end of the Gulf War, King HASSAN II of Morocco warned that the Arab World has been hit by an "earthquake" which could have a profound influence on inter-Arab relations. In this regard he appealed to Arab states not to allow a wedge to be driven in between them and split them into two opposing camps.

10. With regard to Morocco's role in the post-war period, King HASSAN II stated that Morocco is going to consolidate its relations with member-states of the Maghreb Union (Algeria, Libya, Mauritania and Tunisia). He also added that Morocco would strive for cooperation and good neighbourliness in the new international order in the post-war period. He also expressed the hope that the Palestinian issue would be resolved through the application of international law, since this issue is a prerequisite for continued peace and stability in the Middle East.
Remark : Morocco supported the war against Iraq and in August 1990 it sent 1 300 soldiers to Saudi Arabia for incorporation into the multinational force.

11. In another development, the Senegalese Minister of the Armed forces, Medoune FALL, recently announced that the Senegalese contingent of 495 troops in the international coalition force against Iraq is at Saudi Arabia's disposal with a view to a possible post-war peace role.

91 08685

12. In an act of support to Iraq, the South African Muslim Support Group has granted a sum of US$759 000 to Iraq for the purchase of medicines and food. The funds were allegedly transferred to Iraq during February 1991.

13. During a business meeting in Turkey, a cabinet minister, Gunes TANER, revealed that the war against Iraq had cost Turkey approximately US$1,7 billion. Despite the above-mentioned costs, Turkey only received approximately US$1 billion in foreign aid during 1990.

SOUTH AFRICAN PRIVATE SECTOR NETWORK AND INCREASING POVERTY

14. A task group consisting of representatives from the Gencor Development Trust, Liberty Life, First National Bank, the Human Resources Trust and National Beverages, is currently investigating the formation of a private sector network that will coordinate upliftment programmes initiated by private enterprises in South Africa.
Remark : 93 institutions, including companies and organisations such as the Consultative Business Movement and the Chamber of Mines, as well as nine foreign ambassadors in South Africa, have already expressed their interest in participating in such a network.

15. One of South Africa's leading political figures, Chief Minister M G BUTHELEZI of the Inkatha Freedom Party, recently visited Italy. During his visit he asked the Italian Premier, Guilio ANDREOTTI, to exert pressure on the EC in order to implement a "Marshall Aid Plan" to combat increasing poverty in South Africa. BUTHELEZI thanked the EC for their decision to lift restrictions on new investment in South Africa. He also placed emphasis on the fact that leftwing radicals in South Africa are trying to take advantage of terrible conditions caused by poverty, while far-rightwing radicals would rather die than adapt to the new South Africa.

SOVIET UNION - ECONOMIC FRONT

16. According to details contained in a confidential report by the Soviet

Union's Government Planning Committee (GOSPLAN), economic deterioration, together with a recession and famine are predicted for the Soviet Union during 1991. The following predictions were made :

- a drop of 11,6 percent in the Gross National Product for 1991, compared with a 3 percent drop in 1990;

- a drop of 15 percent in industrial production for 1991, compared with a 1,2 percent decline during 1990; and

- a decline of 5 percent in agricultural output.

Remark : All these indications suggest that the Soviet Union is on the verge of a serious economic crisis.

17. During early March 1991 the respective foreign ministers of the European community gave their approval to three aid projects for the Soviet Union. The projects are valued at approximately US$11,5 billion, but this aid was initially suspended after Soviet action in the Baltic Republics during January 1991. In addition, the respective EC ministers also instructed that preparations should be made for an EC aid package in respect of technical aid and valued at US$519 million. However, this package must still be approved.
Remark : Stanislav SHATALIN (former economic advisor to GORBACHEV) recently announced that the Soviet Union's arrears in its foreign obligations amount to the sum of US$2,65 billion.

18. The Soviet Prime Minister, Valentin PAVLOV, announced recently that the Soviet government is planning to cut government subsidies by two-thirds, an act which could result in price increases averaging 60 percent. According to PAVLOV however, these price increases should be neutralised by an 85 percent increase in compensation payments in the form of wage packages, pensions, student bursaries and children's allowances.
Remark : Although the Soviet government was not able to reach an agreement with the respective Soviet Republics regarding the above-mentioned price

increases, certain tentative dates for these increases were set for the month of March.

19. Workers in the coalmining industry in the Soviet Republic of Ukraine have been on strike since the beginning of March 1991 because of dissatisfaction about the rising cost of living (especially the prices of foodstuffs) in the Soviet Union. Workers are demanding higher wages, with increases ranging from 100 to 150 percent to counteract the increases in the food prices.

20. The Deputy Chairman of the Bureau for Petroleum and Energy in the Soviet Union, Vladimir KURAMIN, also revealed recently that the Soviet Parliament had given its approval regarding emergency aid to the oil sector in the Soviet Union. The aid amounts to US$14,29 billion and will primarily be directed at financing technical equipment as well as improving the living standards of workers in this sector.

ZAMBIAN POLITICAL AFFAIRS

21. A member of the Central Committee of Zambia's ruling United National Independence Party (UNIP), Enock KAVINDELE, recently suggested that President Kenneth KAUNDA should relinquish his office in favour of a younger candidate in order to prevent a UNIP defeat during the coming presidential and parliamentary elections. According to KAVINDELE, the restructuring of UNIP is necessary in order to bring younger leaders to the fore.
Remark : This has been the first statement of this nature since KAUNDA indicated that UNIP members are free to contest his position as leader of the party.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

REFERENCE : B/0114 2 APRIL 1991

MOZAMBIQUE : RECENT POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

DISCUSSIONS WITH RENAMO RESUMED

1. Manfredo DI CAMFRANA, Italy's Ambassador to Mozambique and Chairman of the Joint Monitoring Commission (JMC) recently announced that the next round of discussions between the Mozambican government and RENAMO would take place in Rome from 8 April 1991. Political issues in particularly will receive prominent attention at the meeting.

Remark : The above-mentioned issues probably refer to RENAMO's opposition to the recent institution of a multiparty system in Mozambique and the proposed electoral law.

NEW POLITICAL PARTY

2. A new Mozambican political party, the Independent Congress of Mozambique (COINMO), announced its existence at a press conference in Maputo on 14 March 1991. According to the President of the party, Marcos Victor SAENE, the party has approximately 5 000 members in Kenya and only about 800 in Mozambique. However, he denied that COINMO had any contact with the Kenyan government or with RENAMO.

3. According to SAENE, COINMO's ideology isn't capitalist or communist, but nationalist. His party proposes to abolish the current Mozambican monetary unit, to abolish military service and to change all the names of streets that bear the names of foreign socialist thinkers. COINMO is also demanding that the Department of Justice should establish a transition government, consisting of all political parties, so that a general election can be arranged.

COORDINATION MEETING IN RESPECT OF THE LIMPOPO CORRIDOR

4. A donors' coordination meeting in respect of the Limpopo Corridor was

ENTRADO
CRUZADO
9108686

DOCUMENTO

Mozambique: Desarrollo Político y Económico
Serv. Sudafrica (20361)
02-04-91
Serv. Sudafrica (20361).
Mozambique (10132)
Fac. Pol. (11164)
Fac. Ec. (11161).

recently held in Maputo, Mozambique, and the aspects discussed included :

- A revised work programme with regard to the completion of the railway line.

- A maintenance programme for the Limpopo Corridor.

Remark : Donors were informed about the meeting during the SADCC conference at the end of January 1991.

FOREIGN AID

5. The Italian ambassador in Maputo recently revealed that the Italian government is going to donate the sum of US$6,2 million to Mozambique for the period 1991 to 1993. The donation is for the second phase of the technical assistance programme for farmers in the greenbelt region around Maputo. The programme, which will be implemented jointly by the Italian company (Ooptecnital, who were in charge of the first phase of the programme) and the Maputo green belt office, consists of two projects :

- The draining and agricultural development of the Infulene Valley.

- The production of vegetable seed (which will be to the advantage of approximately 7 000 small farmers) and the building of a seed-processing unit on the outskirts of Maputo, near Matola.

6. Denmark and Mozambique signed a bilateral agreement on 21 March 1991 in terms of which Denmark is going to donate US$21 million to Mozambique. The funding will be used for programmes with regard to rural development and technical training, as well as the fisheries, health, commerce, industry, energy, transport and communication sectors.

DATE OF INFORMATION : March 1991
RELIABILITY GRADING : 2

II ENCUENTRO DE ONG Y PP.PP EN MÉXICO
TUXPAN, JAL.
26. Oct. 91
N.C.I. 12239
PC 500419
MÉXICO 10131

LOS MILLONES DEL SUR CONTRA LOS MILLONARIOS DEL NORTE

Entre el 12 y el 15 de junio se realizó en la ciudad de México el II Encuentro de los movimientos y partidos políticos que un año atrás se reunieron en San Pablo. El lema que presidió el evento decía: "América Latina y el Caribe frente a la reestructuración hegemónica internacional". Casi 70 organizaciones de 22 países debatieron temas cruciales para nuestra América, suscribiendo luego una Declaración. Quedaron fijadas instancias futuras: en febrero de 1992 se realizará en Perú un seminario sobre proyectos de integración alternativos, y cuatro meses después se concretará el III Encuentro de lo que se ha dado en llamar el Foro de San Pablo.

De la larga lista de concurrentes destacamos al PT de Brasil, los Partidos Comunistas de Chile y Cuba, el FMLN salvadoreño, el Frente Sandinista, la Unidad Revolucionaria Guatemalteca, el PRD panameño, la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar y el Movimiento Lavalás de Haití, sustento organizado del presidente Aristide.

También asistieron Unión Patriótica, M-19 y A Luchar de Colombia, el MIR y el PS de Chile, el Movimiento Bolivia Libre, el Partido Mariateguista y la Izquierda Unida de Perú, y una serie de partidos y movimientos de Venezuela, Ecuador, Dominicana y Martinica.

Representando a nuestro país asistieron el PC, el PS, la IDI, el POR, la CP, y tres organizaciones que integran el MPP: el MRO, el PVP, y el MLN. Asistió el general Seregni, aunque la coalición que preside había decidido no participar como tal.

El PRD fue el anfitrión; su presidente Cuautémoc Cárdenas inauguró el foro. Como observadores concurrieron organizaciones de España, Francia, Italia, la URSS, Canadá y Estados Unidos.

Poco ha cambiado en la realidad continental desde el anterior Encuentro. Si acaso se ha profundizado la política neoliberal, han aumentado las privatizaciones de la propiedad estatal, creció la miseria secular, y se desarrollaron las estrategias político-militares imperiales. Se ha seguido estrechando el cerco sobre Cuba, que sólo tuvo un descanso cuando la Guerra del Golfo.

Justamente, este conflicto fue el acontecimiento que ha introducido alguna variante en el marco mundial, junto con la aceleración de la caída libre de los regímenes del Este. Mientras se suceden los desfiles triunfales en la Metrópoli, la maquinaria bélica y los proyectos económicos yanquis apuntan hacia el continente americano.

Si bien el anterior Encuentro reflejó el carácter antiimperialista y continental que debe tener la lucha liberadora, en México estos tópicos adquirieron la fuerza que les confiere la cada vez más cercana amenaza.

Antiimperialismo concreto

El discurso inaugural de Cárdenas trabajó sobre el concepto de integración, llegando a proponer la negociación conjunta de la deuda externa. Respecto a Cuba, asediada por las demandas estadounidenses y de la OEA respecto a una "democratización", el líder del PRD mexicano señaló que existe preocupación cuando a las voces que reclaman tal cosa *"se suma la del presidente Bush"*.

El cubano Pedro Miret por su parte advirtió que Estados Unidos ha comenzado una campaña de desinformación similar a la que desplegó antes de actuar militarmente contra las naciones invadidas. *"Washington* –afirmó Miret– *hace todos los esfuerzos posibles por quitar los uniformes mercenarios a los invasores de Girón, para presentarlos ahora como grupos democráticos en Florida"*. Asimismo hizo referencia a la debacle del socialismo y la falta de un contrapeso al Imperio, situación que no puede separarse al analizar la realidad cubana y su defensa cerrada frente a algunas demandas hechas desde Florida y otras ciudades del Norte.

Por otra parte Luis Gómez, dirigente del PRD panameño, sostuvo que en su país *"antes había catorce bases estadounidenses"* y ahora *"hay una sola, la totalidad del territorio nacional"*. Gómez había permanecido durante 18 meses como refugiado en la embajada cubana luego de la invasión gringa.

También el haitiano Gerard Pierre Charles (Lavalás) y el sandinista Irving Larios marcaron el intervencionismo yanqui, rematado por un puertorriqueño que recordó que su país lleva 93 años bajo el "protectorado" de EEUU.

El MercoBush y los pobres

Otros temas que integraron lo esencial de los discursos fueron las políticas neoliberales y sus consecuencias. Se precisó que está en proceso una reestructuración de las economías, a través de privatizaciones y liberalización.

Marco Aurelio García, del PT brasileño, explicó el doloroso mecanismo deuda-inflación-recetas recesivas, concluyendo que lo que se presenta como tabla de salvación suele ser el lastre que hunde a las masas más aún en la miseria.

La síntesis final de la Declaración apunta que *"cuando el Estado fue funcional a las necesidades de acumulación no fue cuestionada su participación. Hoy, ante la necesidad de ampliar la frontera de inversión del capital nacional e internacional, se culpa al Estado de las crisis de nuestros países ..."*; *"pero* –resume finalmente– *la política neoliberal ha fracasado, ya que no ha sido capaz de generar condiciones de crecimiento económico y estabilidad"*.

Sintiendo que la Iniciativa Bush fue un convidado de piedra en este foro, que decidió seguir profundizando las características que debe tener una integración alternativa, aunque se hicieron algunas definiciones sobre la *"fundamental participación de los sectores excluidos por el modelo neoliberal"*, o sea *"trabajadores de la ciudad y del campo, la pequeña y mediana burguesía, los empresarios nacionalistas, amplios sectores de mujeres y jóvenes, las nacionalidades y etnias oprimidas, al igual que los sectores más desprotegidos de la sociedad"*.

Tonalidades

Otro tema ampliamente debatido fue el de la democracia, es decir el del contenido de ese concepto, tanto dentro de la sociedad como dentro de los partidos.

Para Cuauhtémoc Sandoval, dirigente del PRD mexicano, la ola de esperanza generada por los *"gobiernos democráticamente electos"* ha dado paso a *"un marcado excepticismo, en la medida que esos gobiernos han sido incapaces para solucionar, así sea en mínima medida, los problemas más urgentes de su pueblo"*. Las políticas de ajuste son ineficientes para lograrlo, pero sí lo son *"para beneficiar a las elites que también lo fueron con las dictaduras militares (...) De tal modo* –sostuvo– *cada día aumenta el descrédito de las elecciones"*.

Una visión más optimista fue la del representante del MAS venezolano: *"Se recuperó la democracia"*, hubo *"un éxito en la ofensiva contra las políticas neoliberales y nació otra 'nueva' izquierda"*.

Para Lula *"los avances son gigantes, si recordamos que la izquierda comenzó a apostar a la vía electoral desde hace muy poco tiempo"*. Sin embargo el líder del PT no pensaba sólo en las urnas cuando hablaba así: *"Nuestros políticos tradicionales nos*

enseñaron que un obrero debe trabajar, aplaudir a sus líderes y si acaso coloçar los micrófonos para el mitin (...) Nosotros empezamos a meterles en la cabeza que tienen que hacer política, (...) Y cuando al obrero se le despierta el interés y empieza a priorizar la idea de la toma del poder se produce una evolución fantástica".

La participación popular también fue destacada por Gerard Pierre Charles de Haití, quien dijo que la organización de las bases sociales fue lo que permitió el triunfo de Aristide en sólo dos meses de campaña electoral.

En cuanto a la democracia como valor revolucionario, algunos tendieron a contraponerla a la "tradición estalinista" de la izquierda, mientras otros la enmarcaron en un contexto de búsqueda. *"Para vivir en democracia se requiere que las organizaciones de izquierda se conviertan en escuelas revolucionarias"*, afirmó Dagoberto Gutiérrez, comandante del FMLN.

Un tema que estuvo en el tapete, incluso en nuestro país, obedeciendo a la revisión del socialismo en medio de la crisis y a la ofensiva ideológica de la derecha, fue el del partido único en Cuba.

Para el dirigente cubano Raúl Castellanos, en la isla existen *"tres consensos"*: La opción socialista como única alternativa, el partido único como necesidad para hacer frente a la agresión, y el apoyo al liderazgo histórico de la revolución. La discusión del Encuentro no fue más allá de definir que sólo a los cubanos compete decidir los cambios que necesita su régimen.

El general Seregni, a su regreso, manifestó que *"más allá de las tonalidades "*, el documento *"resalta muy precisamente el carácter democrático y de profundización de la democracia que hay que operar, la necesidad de la convivencia y el pluralismo, así como la erradicación de toda forma de violencia"*

Un mensaje de la URNG guatemalteca señalaba, en tanto, que el proceso negociador en curso en su país significa que *"han logrado trasladar a la mesa de negociación una correlación de fuerzas"*. Agregan que *"por supuesto esto no implica ni mucho menos cesar las acciones militares, las movilizaciones de masas o las vertientes del trabajo de denuncia y relaciones internacionales. Para la URNG* –termina el documento– *el diálogo no significa abandono de nuestra estrategia o la sustitución de una por otra."*

COALICIÓN ARCO IRIS DE EEUU

"EN ESTADOS UNIDOS NO HAY DEMOCRACIA"

La delegación del Rainbow Lobby a este Encuentro se siente sumamente honrada y feliz de tener la oportunidad de aprender más sobre el movimiento revolucionario por la democracia en Latinoamérica.

El Rainbow Lobby tiene más de 150.000 miembros y tiene sus cuarteles generales en Washington, D.C. Nuestro trabajo es en torno a ampliar la democracia participativa en Estados Unidos. Queremos lograr que la política doméstica y exterior de nuestro país responda a los reales ideales humanos del pueblo norteamericano y no a los impulsos facistas de las clases dominantes. Debido a la ausencia de democracia nuestro pueblo no tiene ningún poder de [illegible] para presionar al presidente Bush en su interés de estructurar el "Nuevo Orden Mundial". Por esta razón, nosotros, como internacionalistas norteamericanos, creemos que nuestro primer deber es desarrollar la lucha [illegible] construir una verdadera y radical democracia en Estados Unidos.

Por lo tanto este trabajo se dirige a destruir el monopolio bipartidista e imperialista en Estados Unidos. Estos dos partidos han usado el control que tienen sobre las dos cámaras para aprobar leyes que controlan las actividades políticas independientes.

Los millonarios que usan su dinero y poder para censurar y controlar los medios noticiosos han sido efectivos en su propósito de aislar al movimiento político independiente, en particular los partidos de izquierda. También han usado su enorme poder económico para corroer el sistema político electoral norteamericano. El resultado de esta situación es que el pueblo norteamericano no tiene voz ni peso en las decisiones que el gobierno toma.

Si en algún momento esto fue claro fue en la Guerra del Golfo Pérsico. En ese momento los norteamericanos que nos oponíamos a este horrendo acto de violencia contra el pueblo iraquí no tuvimos una real estructura para expresar nuestra oposición.

Parte de nuestro trabajo aquí en Estados Unidos es el de cambiar las leyes y las instituciones que evitan el surgimiento de esa estructura o nuevo partido de oposición que pueda efectivamente oponerse a Bush y al Nuevo Orden Mundial.

Este trabajo necesita estar íntimamente ligado al desarrollo del naciente movimiento radical por democracia en el Tercer Mundo. Por esta razón estamos bien contentos y agradecidos por la posibilidad de estar aquí presentes en este Encuentro.

Confluencias

Pero pese a la diversidad de opiniones hubo una voluntad mayoritaria de buscar la confluencia. Hubo definiciones más radicales que las que individualmente defienden algunos partidos, y por otra parte la búsqueda de amplitud dejó de lado las definiciones socialistas que hubo en San Pablo, y tampoco se habló de "izquierdas" para definir a los asistentes.

Desde la óptica del presidente del Frente Amplio uruguayo *"estuvieron presentes dos posiciones de la izquierda latinoamericana: una posición conservadora, dogmática, y una mayoritaria de puesta al día de la situación de la izquierda (...) de la necesidad de los cambios que hay que operar en el pensamiento y el accionar de las izquierdas en América Latina"*. Buscando explicar en lo concreto en qué consiste la "puesta al día" de la izquierda Seregni declaró al diario El Día de México que en nuestro país, *"en un movimiento a dos puntas"*, las Fuerzas Armadas *"tienen que abrirse a la sociedad civil, y ésta también tiene que abrir los brazos a las fuerzas armadas"*. En ese mismo reportaje, quien fuera candidato presidencial del FA en 1989 destacó la necesidad de *"discutir en el ámbito de la nación la función de las FFAA en el período que atravesamos, y que nosotros identificamos como el de la segunda y definitiva independencia nacional. Entonces la afirmación mía, como militar que soy, es qué papel más hermoso es el trámite de integración latinoamericana y en esta búsqueda de la afirmación de la soberanía, las fuerzas armadas tienen, con nuestro pueblo, un papel importantísimo"*.

Somos millones

Tal vez el caso colombiano fue el que con mayor énfasis puso sobre la mesa las diferencias. Los representantes de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar expresaron que en su país aún no es realidad la paz con justicia social y por ello es válido mantener en activo las armas. Más duro fue otro delegado colombiano, quien manifestó que la política de contrainsurgencia y de "guerra de alta intensidad" operada por las FFAA ha cobrado este año más de 2.000 víctimas. *"La violencia* –agregó– *no se soluciona con prebendas y ministerios"*, en alusión a los espacios políticos ganados por el M-19.

Pero por sobre las discrepancias surgió un rumbo a seguir, que es la elaboración de una alternativa al neoliberalismo y a la ofensiva imperialista. Tal vez el mayor déficit siga estando en la no concreción de lo que proponía la Declaración de San Pablo: *"Buscaremos avanzar propuestas de unidad de acción en la lucha antimperialista y popular."*

Las respuestas pueden aparecer a partir de febrero del '92, fecha en que se realizará en Perú un seminario sobre proyectos alternativos de integración latinoamericana. Es seguro que para esa fecha la misma realidad haya ido unificando las posturas frente al proceso integrador acelerado que impulsan Bush y los gobiernos neoliberales del área.

Además del III Encuentro (junio de 1992) se decidió efectuar foros sobre el diálogo Norte-Sur y sobre América Latina y el nuevo orden mundial; respaldar los programas alternativos en torno al Quinto Centenario del "descubrimiento"; y la asistencia de delegaciones latinoamericanas y del Caribe a todas las instancias posibles, para presentar las conclusiones de México.

En el Museo del Mural de Diego Rivera, situado en la Plaza de la Solidaridad, quedó flotando una frase de Lula: *"Somos millones de seres humanos en la faz de la tierra que todavía existimos, que todavía queremos construir el socialismo"*.

Recurrimos otra vez al mensaje de la URNG: *"Son tan profundas las causas económicas y sociales que nos llevaron hace años a la lucha revolucionaria, que acontecimientos como los que hemos presenciado a escala internacional en estos diez años no han de convertirse en el pretexto para abandonar la lucha por la defensa de los intereses de las mayorías explotadas y oprimidas."*

9108687

REVOLUÇÃO

Mensagem do G-7: é preciso reformar

□Exigência do clube dos ricos a Gorbachev será muito clara. Só depois da mudança profunda irão pensar em investir. Pois lucrar ainda é preciso

NICHOLAS MOORE

Da Reuter/Londres

Os governantes ocidentais dirigirão uma inequívoca mensagem à facção de linha-dura do Kremlin, a partir do encontro que o Grupo dos Sete terá em Londres na próxima semana — reformas ou dissolução. O clube das nações ricas pensa que a melhor maneira de ajudar o presidente Mikhail Gorbachev consiste em oferecer algum tipo de cooperação sem investir na URSS, até que Moscou faça mudanças profundas na abalada economia do país.

— Promover injeção de capital estrangeiro seria uma medida artificial se não for implantado um genuíno mercado livre. Significaria perpetuar o problema que se quer solucionar — analisou Raymond Seitz, embaixador dos Estados Unidos na Grã-Bretanha.

O enviado soviético Yevgeny Primakov chegou em Londres na sexta-feira com os últimos planos de reforma de Gorbachev, no momento em que a Grã-Bretanha finalizava os preparativos para iniciar, segunda-feira, a reunião de cúpula econômica anual do Grupo dos Sete — Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá e Grã-Bretanha.

Comandos de elite do grupo *Special Air Service* foram postos em estado de alerta máximo contra possíveis ataques de nacionalistas irlandeses ou outras facções guerrilheiras. As deliberações, evidentemente, estarão ligadas à crise na União Soviética, além de tópicos como a nova ameaça de hostilidades no Oriente Médio originada por supostas ambições nucleares do Iraque, e a guerra civil na Iugoslávia.

CÚPULA PARALELA — O G-7 fará a habitual pregação acerca da necessidade de uma expansão econômica global mais rápida sem que se desencadeie o monstro da inflação. Como é costume em tais ocasiões, haverá uma "cúpula paralela alternativa" de ecologistas e líderes religiosos, para advertir os países industrializados de que seu sistema econômico é tão desastroso como o modelo comunista, cuja eliminação é advogada por Gorbachev. Os integrantes da cúpula serão notificados, domingo, pelo mais desinibido dos bispos britânicos, David Jenkins, de Durham, de que chegou a hora de "abjurar da idolatria do dinheiro e do consumismo".

Gorbachev já recebeu um informe dos organizadores do evento alternativo, instando-o a "não submeter seu povo à agonia" do modelo econômico preconizado pelos Sete Grandes, que responsabilizam pela contaminação do planeta e pela generalizada pobreza que aflige o Terceiro Mundo.

O primeiro-ministro britânico John Major, que presidirá a reunião, que se realiza sob os candelabros do Palácio Lancaster, do século XIX, adiantou que são bem aceitas novas idéas em matéria de administração econômica global. Major pedirá aos líderes mundiais que compareçam à conferência que a ONU promove no Rio de Janeira, em 92, para discutir questões ecológicas mundiais.

Major também quer promover um plano elaborado na conferência da Comunidade Britânica (*Commonwealth*) no ano passado em Trinidad, que propõe que os credores perdoem US$ 18 bilhões da dívida de nações pobres. Mesmo que esta soma represente apenas 1% de toda a dívida do Terceiro Mundo, não se prevê sua concretização.

CENTRO DA ATENÇÃO — O mais provável é que Gorbachev eclipse a todos os demais temas do encontro. Acredita-se que não lhe será proposta a incorporação ao Clube da Cúpula, fundado en 1975, quando o então presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, concebeu a idéia de realizar encontros regulares, a fim de controlar a economia mundial.

Gorbachev falará com os chefes dos países ricos na quarta-feira, depois da divulgação do comunicado final da reunião. Ele e sua mulher Raissa não estarão no banquete que a rainha Elizabeth oferecerá no Palácio de Buckingham aos líderes mundiais. Apesar disso, a atenção estará enfocada sobre o que fará o Ocidente para introduzir reformas na decrépita economia soviética.

O MUNDO RICO

País	EUA	Japão	*Alemanha	França	[illegible]	[illegible]	[illegible]
População (milhões)	249,2	123,5	61,3	56,1	57,1	57,2	[illegible]
Renda per capita (US$)	19.840	21.020	18.480	16.090	13.330	[illegible]	[illegible]
Produto Nacional Bruto (US$ trilhões)	4,51	2,52	1,1	0,867	0,725	0,691	[illegible]
Crescimento do PNB em 1990	0,9%	5,6%	4,5%	2,8%	2,0%	0,8%	0,9%
Estimativa para 1991	-0,2%	3,5%	2,8%	1,4%	1,7%	-1,8%	-1%
Estimativa para 1992	3,1%	3,5%	2,2%	2,7%	2,7%	1,8%	
Desemprego em 1990	5,5%	2,1%	5,1%	9,0%	11,0%	5,5%	[illegible]
Estimativa para 1991	6,7%	2,2%	5,0%	9,4%	11,3%	8,2%	[illegible]
Inflação em 1990	5,4%	3,1%	2,7%	3,4%	6,1%	9,5%	[illegible]

Fonte: OCDE e ONU — *Dados baseados na Alemanha Ocidental

Cúpula do G-7 agora toma decisões maiores

ALAN ELSNER

Da Reuter/Washington

Nos últimos 16 anos, cresceu muito a reunião de cúpula das sete principais democracias industrializadas — conhecidas como o Grupo dos Sete. De um fórum para discussões de taxas de câmbio e taxas de juros, tornou-se o mais vital *talk shop* político do planeta. E se repete, a partir de amanhã, em Londres, com a atração maior de todos os tempos, que será o "tempo extra" para que os dirigentes ouçam os argumentos da União Soviética e seu pedido de ajuda e integração ao grupo.

A primeira reunião de cúpula foi convocada em 1975, na França, para resolver uma controvérsia sobre políticas cambiais. Mas os encontros do G-7 rapidamente se desenvolveram como uma oportunidade para líderes mundiais discutirem questões de política econômica bem mais abrangentes. Durante os anos 80, o temário dos encontros foi ampliado para incluir outros assuntos, como a luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas, a preservação das florestas tropicais e a camada de ozônio e, mais recentemente, como lidar com o colapso do comunismo no Leste da Europa e na União Soviética. Este ano, os chefes de estado e de governo da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão deverão acrescentar um novo item a seu temário: o controle de armas no Oriente Médio.

"É no G-7 que a economia vira política e a política vira economia", avaliou Helmut Sonnenfeldt, que participou da primeira cúpula, como integrante da equipe do então presidente norte-americano Gerald Ford. "É claro que é um *talk shop*, porque as pessoas se reúnem para conversar. Não é um organismo decisório, que decrete medidas que os outros têm de seguir. Mas boa parte do que concordam é filtrada posteriormente na forma de decisões de outros organismos", explicou.

DESTINO EM DISCUSSÃO — Analistas e diplomatas chegam a dizer que a reunião do G-7 (que além dos sete também inclui o presidente da Comissão da Comunidade Econômica Européia) suplantou em importância as conferências de cúpula entre Estados Unidos e União Soviética. Quando os líderes das duas superpotências se encontravam nos anos 60 e 70, parecia que o destino de todo o mundo estava em discussão. Com o declínio da URSS, o fim da guerra fria e a solução dos conflitos regionais que opuseram as superpotências, segundo os analistas, as cúpulas EUA-URSS foram se tornando cada vez menos expressivas, na proporção em que se tornaram mais freqüentes.

— As cúpulas das superpotências ainda são importantes e a questão do controle de armas continua sendo importante, embora agora menos do que foram antes — disse Sonnenfeldt, que hoje trabalha na *Brookings Institution*, um centro de estudos liberal de Washington.

O G-7 surgiu como um fórum que pode indicar o tom e a direção da política de todo o Ocidente. O fato de o presidente soviético Mikhail Gorbachev ter se empenhado ativamente em ser convidado para a reunião de Londres (onde terá um encontro especial no dia seguinte ao final da reunião) realça essa visão. "Gorbachev reconheceu que pode conseguir mais conversando com sete líderes do que com um só, ainda que seja com o líder da única superpotência", comentou um diplomata de uma nação do grupo.

GORBACHEV SEM ESPAÇO — O G-7 não deve tornar-se G-8, abrindo um espaço para Gorbachev em sua mesa. Ao excluir o líder do Kremlin de suas deliberações formais, inclusive do banquete cerimonial oferecido aos governantes pela rainha Elizabeth II, os chefes ocidentais demonstraram que a entrada em seu clube reservado não está aberta a dirigente de potências socialistas que lutam para encontrar o caminho para o capitalismo.

Kim Holmes, da *Heritage Foundation*, um centro de estudos conservador de Washington, considera que as cúpulas recentes foram de fato mais bem-sucedidas em tratar questões políticas do que temas econômicos. "O que dizem sobre comércio e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) não parece levar a nada concreto", assinalou Holmes, "porém, o que dizem sobre a resposta do Ocidente à desintegração da URSS realmente é importante."

Holmes aponta o futuro da URSS como o tema mais importante da política internacional relativo ao Ocidente. Como os sete grandes decidirão tratá-lo nos próximos anos será crucial para os dois lados.

AFP/[illegible]

Segurança: *Palácio Lancaster, sede da conferência do G-7*

01.01 9108688

Préstamo a ROU
150015
150591
501531
URUGUAY 10020-
DEUDA EXTERNA -A13/4-

Para reducir deuda externa

Préstamo de U$S 65: para Uruguay del Banco Mundial

150592

EL Banco Mundial anunció ayer la concesión de un préstamo de 65 millones de dólares a Uruguay destinado a respaldar el acuerdo de reducción de deuda con los bancos comerciales acreedores. El préstamo del Banco Mundial se concede después de que este organismo efectuase el 14 de febrero una evaluación preliminar del programa de reducción de deuda alcanzado por Uruguay, se informó oficialmente en Washington.

De los fondos del préstamo de rápido desembolso del Banco Mundial, 32 millones de dólares se destinarán a financiar una recompra en efectivo del principal de la deuda uruguaya. Asimismo, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) aportará 38 millones de dólares y el Fondo Monetario Internacional (FMI) otros 34 millones para esta misma finalidad.

Igualmente, los restantes 33 millones concedidos por el Banco Mundial a Uruguay se destinarán a la financiación de intereses correspondientes a la garantía relacionada con los bonos a la par, indicaron las fuentes.

El acuerdo con los bancos prevé también que 447 millones de dólares restantes fueron reprogramados, y se obtuvieron 89 millones de dinero fresco.

Este acuerdo de reducción de la deuda y su servicio, firmado por el Gobierno uruguayo el 31 de enero pasado, abarcó la totalidad de la deuda reprogramada de Uruguay a mediano y largo plazo con la banca comercial, que ascendía a 1.600 millones de dólares.

Uruguay uno de los cuatro beneficiados con el plan Brady

De esta cantidad, según las fuentes, 628 millones de dólares fueron recomprados con un descuento del 44 por ciento, mientras que 535 millones fueron convertidos en bonos a la par a 30 años garantizados a una tasa de interés inferior a la de mercado.

Uruguay es uno de los cuatro países latinoamericanos que se ha beneficiado del plan Brady de reducción de la deuda exterior.

A raíz de ello, el Banco otorgó a Uruguay una exención limitada de las cláusulas de obligación negativa incluidas en sus convenios de préstamo y de garantía que tenía con ese país, para permitirle comprometer la garantía respecto a la parte del acuerdo relativa a los bonos a la par.

Uruguay tiene unos compromisos de deuda con el Banco Mundial de 385 millones de dólares, según cifras de finales de 1990.

El préstamo del Banco Mundial contribuirá a una reducción de la deuda contraída con los bancos comerciales y del servicio de la misma equivalente a 583 millones de dólares, es decir, el 31 por ciento del valor nominal del acuerdo de reprogramación multianual de la deuda de 1988, que fue sustituido por el actual.

Reducción del PBI de un 0,5 %

Según cálculos del Banco Mundial, este acuerdo supondrá para Uruguay un ahorro de pagos netos por concepto de intereses equivalente al 0,5 por ciento del Producto Interno Bruto del país y ayudará a [illegible] los gastos fiscales, contribuyendo de [illegible] modo a reducir el déficit fiscal [illegible] según la evaluación de los expertos.

Uruguay, país que tiene una deuda exterior total de unos 5.500 millones de dólares y [illegible] se ha comprometido al pago [illegible] a sus acreedores extranjeros, espera obtener de este acuerdo 50 millones de dólares [illegible] para la estabilización de su balanza de pagos.

Asimismo, a raíz de este [illegible] y [illegible] con el programa de ajuste que [illegible] el Gobierno del Presidente uruguayo Luis Alberto Lacalle, que la [illegible] visitará Washington, espera [illegible] un crecimiento económico del 2,5 por ciento anual.

01 . 01

9108689

Nº. DOCUMENTO
TITULO Acuerdo Aladi - CEE
PEC: 150007
FECHA DE: 020591
VINCULACIONES 12633
CEE 12640

02 05 91

ACUERDO ALADI – CEE

Bruselas. — Como el comienzo de una etapa fundamental calificó el Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración –ALADI– al intercambio de cartas entre el organismo regional y la Comunidad Económica Europea, que se llevó a cabo en el Ducado de Luxemburgo.

El colombiano Jorge Luis Ordóñez fue recibido hoy aquí por el comisario Abel Matutes, encargado de los asuntos para América Latina, de la Comisión de las Comunidades Europeas.

El funcionario europeo señaló que deben "reforzarse los lazos entre las dos organizaciones que son un reflejo de los vínculos tradicionales entre América Latina y Europa".

"Hay que tener en cuenta –dijo Matutes– que los objetivos y los esfuerzos desplegados por la ALADI van en el mismo sentido que los comunitarios". La reunión, celebrada en la sede de la Comisión de las Comunidades Europeas en esta capital, ambos funcionarios pasaron revista a los puntos del documento de Luxemburgo que incluye cláusulas referidas al intercambio de información, a la cooperación técnica; y a la cooperación en materia de difusión de informaciones y acciones culturales.

01.01

9108690

ELECCIONES EN OMS

150007

12 5 92

URUGUAY 10020

Uruguay al Ejecutivo de la OMS en Ginebra

GINEBRA, (EFE). — La Asamblea de la Organización Mundial de la Salud (OMS), reunida en Ginebra hasta el próximo día 17, eligió a Bolivia y Uruguay para formar parte de los 31 estados miembros del Consejo Ejecutivo de la Organización.

La OMS informó de que Afganistán, Bulgaria, Dinamarca, Grecia, Maldivas, Filipinas, Sierra Leona y Túnez también fueron elegidos por un período de tres años que entrará en vigor al término de la 44 Asamblea de la Organización.

Bolivia y Uruguay, que reemplazarán a Argentina y Nicaragua, se integrarán en el grupo de las Américas, que forman Bahamas, Chile, Colombia y Estados Unidos.

01 . 01

9108691

Nº DOCUMENTO
TITULO XXIII C. A. S. Obispos de Sud América
PROCEDENCIA 150093
FECHA DE PROCEDENCIA 12 04 91
VINCULACIONES 12 V 5
10033

Violencia, narcotráfico, corrupción y pobreza preocupan a CELAM

AL finalizar la XXIII Asamblea General del CELAM (Consejo Episcopal Latinoamericano) los 60 Obispos participantes de las deliberaciones efectuadas en la ciudad de Buenos Aires, República Argentina, emitieron un mensaje dirigido a todo el continente latinoamericano, y en particular a las 22 Conferencias Episcopales que estuvieron representadas en las reuniones del 11 al 27 de abril.

Preocupaciones sobre situaciones vividas en el continente (violencia, narcotráfico, corrupción, pobreza), como signos de esperanza en la vitalidad de las diversas Iglesias latinoamericanas, fueron algunos de los aspectos señalados en el mensaje.

La IV Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, a celebrarse en Santo Domingo en el año 1992, se dará en fecha próxima a los 500 años de Evangelización del Continente. Este hecho, y los 100 años de la Encíclica Rerum Novarum, del Papa León XIII, fueron los dos acontecimientos que dieron marco a la Reunión recién celebrada en la República Argentina.

Afirman los Obispos del continente latinoamericano, en la reciente reunión, que "*el tema fijado por el Papa para la IV Conferencia, nos desafía y entusiasma: Nueva Evangelización; Promoción Humana; Cultura Cristiana; Jesucristo ayer, hoy y siempre*".

Las anteriores Conferencias Generales, se realizaron en Río de Janeiro (1955), Medellín (1968) y Puebla (1979).

Algunas preocupaciones

Al evaluar los últimos dos años del actuar de las Iglesias del continente, los Obispos marcan las siguientes preocupaciones que enuncian del modo siguiente:

"*Nos preocupa que el continente latinoamericano, siga aún con una escandalosa ruptura entre Evangelio y cultura*".

"*Esta ruptura, presenta dos manifestaciones aparentemente contradictorias: el secularismo y la invasión de las sectas y movimientos pseudorreligiosos*".

"*Al secularismo* -continúan diciendo los Obispos- *lo entendemos como la organización de la vida al margen de Dios, es decir el pensar o vivir como si Dios no existiera; es una expresión negativa que se ha dado en llamar la adveniente cultura*".

Con respecto a las sectas, se indica en el mensaje que son una preocupación, porque "*atacan abiertamente a la Iglesia; su proselitismo debe despertar en todos un compromiso más decidido de evangelización*".

Asimismo, indican que "las sectas atentan contra la *matriz cultural de nuestros pueblos y producen una profunda división en la familia; además, no pocas veces, fomentan en sus miembros una actitud pasiva, haciendo así más difícil la promoción integral de nuestros pueblos*".

Con respecto a las sectas, se reconoce que su avance en el continente, se debe a "*deficiencias en la evangelización y vacíos que han dejado a no pocos fieles en el desamparo*".

La Asamblea del CELAM, hace también referencia a la situación de las etnias, que "*con motivo del V Centenario, han tomado más clara conciencia de sus derechos y de su injusta situación. A este respecto, debemos señalar que dichas razas están mayoritariamente presentes en el grupo mestizo del continente*".

La situación económica "*que golpea inmisericordiosamente a los más pobres, se ve agravada por la deuda externa e interna*", a la que se la cataloga de "*omnipresente*", y causada por las "*medidas de ajuste estructural de corte neoliberal*".

Asimismo, afirman que "*no se han realizado los necesarios correctivos que exige la justicia, según la Doctrina Social de la Iglesia*".

Otros temas que causan preocupación a la Iglesia del continente son "*la violencia, la creciente delincuencia, el narcotráfico, la corrupción con la juventud como víctima principal de la situación ... el aborto, la contracepción, el tráfico de niños e incluso la eliminación de ellos para el transplante de órganos...*"

Motivos de esperanza

"La creciente vitalidad de la Iglesia latinoamericana" es, a juicio de los Obispos uno de los motivos de mayor esperanza para la propia Iglesia.

Asimismo, se marca "el despertar del laicado, que en forma progresiva va descubriendo su vocación a la misión". Un aspecto particular de destaque en la situación actual del continente, es el número creciente de laicos con "sólida formación y mayor inserción en el mundo".

Finalmente, se descubre otro motivo de esperanza en la propia "sociedad civil.. cada vez más interesada en defender su identidad cultural, y en promover y consolidar los procesos democráticos.

Compromiso evangelizador

Con el "compromiso de evangelizar... con el testimonio y con la palabra", los Obispos del continente latinoamericano, finalizaron, en Buenos Aires, la reunión que cada seis años los convoca, a fin de evaluar el actuar de la Iglesia, y elegir las autoridades que coordinarán y animarán la vida eclesial por los siguientes seis años. ■

01.01

9108692

DOCUMENTO
Armamentos: Menos gastos en 1990
150026
240591
11019
CEE 12640
OTAN 12637

240591

Armamentos: menos gastos en 1990

Estocolmo (EFE) — Los gastos militares en el mundo se redujeron un 5 por ciento en 1990, situándose en 950.000 millones de dólares, de los que 800.000 millones pertenecieron a los países industrializados, lo que acentuó la disminución del 2 por ciento ya registrada durante 1989.

El Instituto Internacional para las Investigaciones por la Paz (SIPRI) con sede en Estocolmo, hizo público su informe sobre la evolución del desarme mundial, en el que destaca que en los primeros 12 meses de la posguerra fría la inseguridad económica amenaza la estabilidad internacional y que sigue el gasto militar a pesar del desarme.

El organismo, cuya financiación proviene especialmente del Parlamento sueco, subraya que el 60 por ciento del gasto militar mundial corresponde a Estados Unidos y la Unión Soviética, aunque la disminución de sus gastos respectivos es el factor principal de la reducción general.

En términos reales, Estados Unidos ha reducido en un 6 por ciento sus gastos en este sector y la URSS un 10 por ciento, según informes provisionales.

Los países de la Comunidad Europea (CE) destinaron 232.000 millones de dólares a armamento, cifra "similar en términos reales a la de 1989, aunque el Instituto sueco añade que, excluyendo el coste de la integración de las fuerzas de Alemania oriental en la ahora nación unificada, se produjo un descenso real del 2 por ciento.

América latina y Africa disminuyeron sus gastos en armas debido a "problemas económicos" y a una "evolución política positiva", mientras en los países del golfo Pérsico aumentará tras el conflicto en cual el 10 por ciento, equivalente a 4.000 millones de dólares, calcula el SIPRI.

"Tercer mundo"

Las naciones del "tercer mundo", incluida China, destinaron a armamento el pasado año unos 150.000 millones de dólares, y el SIPRI subraya que Japón figura en el sexto puesto del "ranking" mundial con un gasto de 30.000 millones de dólares, un 3 por ciento superior a cifras anteriores.

De la lista de las 100 principales empresas exportadoras de armamento, el instituto sueco identifica a 47 americanas, 42 europeas, 6 japonesas y 5 de países del "tercer mundo", las cuales han tenido un descenso de sus negocios en torno al 4 por ciento en 1989 en relación con el año anterior.

Por otra parte, el SIPRI afirma que prácticamente se han eliminado los riesgos de un enfrentamiento" entre bloques militares en Europa debido al actual desarrollo de la situación interna de la URSS y los países del centro y este europeo, la unificación alemana y la disolución del pacto de Varsovia.

Sin embargo, destaca que los "peligros de conflictos nacionalistas desembocan en enfrentamientos locales y las guerras limitadas han aumentado de forma significativa".

En su informe de este año, el SIPRI señala que terminaron los conflictos armados entre Namibia y Sudáfrica, pero que [illegible] Liberia, y que continúan en Colombia, El Salvador, Guatemala, Nicaragua y Perú, entre otros.

El 1990, añade, habían 31 enfrentamientos armados, 2 menos que en 1989, con un "elemento persistente": la introducción de la religión [illegible] las fuerzas étnicas en unos conflictos [illegible] en su mayor parte en "conflictos de independencia".

El SIPRI recuerda que el tratado de [illegible] sobre Fuerzas Convencionales en Europa [illegible] establecía partidas máximas para los 16 miembros de la OTAN y los del Pacto de Varsovia en diversos ámbitos militares, y sugiere que la próxima fase debe fijar los techos [illegible] de soldados y de independientes activos.

Sobre la reciente guerra del Golfo, el organismo calcula que supuso un coste de [illegible] millones de dólares, "casi equivalente [illegible] internacional destinada anualmente a los países del 'tercer mundo'", y que permitió a los [illegible] "desempeñar un papel diplomático [illegible] contribuido Estados Unidos de una forma [illegible] cial".

01 . 01 9108693

TITULO La OEA y su labor en la región
PROCEDENCIA 050007
FECHA DE PROCEDENCIA 070591
VINCULACIONES 500889
ONU 12573

La OEA y su Labor en la Región

La Organización de Estados Americanos (OEA), es una institución por todos reconocida con una amplia y significativa trayectoria. Sin embargo, algunos de sus proyectos concretos no son conocidos en profundidad a pesar de la incidencia beneficiosa que tienen en la realidad de los países de la región. Precisamente, la reciente visita de Hugo de Zela, Jefe de Gabinete de OEA y asesor principal del Secretario General, Joao Baena Soares, fue ocasión propicia para focalizar nuestra atención en las actividades para la promoción de la democracia en los países de América, que se realizan dentro del principio de no intervención, a pedido de los gobiernos pertinentes.

En cumplimiento de este programa se han realizado observación de procesos electorales (presidenciales, legislativos y municipales) en varios países: Nicaragua, Haití, El Salvador, República Dominicana, Guatemala, Panamá y a fines de mayo en las elecciones de Suriname y Paraguay.

Este proceso de observación comprende la presencia de funcionarios de la OEA y de observadores imparciales en diferentes etapas: desde que se inicia la inscripción de los partidos, el desarrollo del proceso anterior a la elección propiamente dicha y posterior a ella hasta la asunción de los cargos por aquellos que resultaron electos. La misma comprende también una parte de colaboración con los gobiernos: no sólo observar sino facilitar el desarrollo de las elecciones, recibir quejas que se canalizan a las autoridades correspondientes, brindar asesoramiento técnico, por ejemplo, poniendo a disposición personal especializado en computación.

En cuanto al financiamiento de estas actividades, que suponen traslados de personal, viáticos, etc., Estados Unidos ha financiado gran parte de estos procesos así como se han recibido valiosas colaboraciones de Venezuela, Canadá, Francia y otros.

El resultado de lo realizado en estos actos se da a conocer en informes públicos y la idea final es confeccionar un banco de datos para consultas de índole comparativa sobre cuestiones constitucionales y leyes electorales.

Una segunda gran área de trabajo de la OEA es la preservación de una paz fuerte y duradera en la región de Centroamérica, compromiso que se deriva de los acuerdos de Esquipulas en el cual los propios países buscaron pacificar la región.

La Comisión Internacional de Apoyo y Verificación (CIAV) integrada por los Secretarios Generales de ONU y OEA ha llevado adelante actividades diversas acordes con este principio. En primer lugar, lograr el desarme de la contra nicaragüense. Hasta diciembre de 1990 han entregado sus armas 22.000

01.01 9108694

DOCUMENTO
TITULO BM dio U$S 300 millones a ARGENTINA
150027
030591
VINCULACIONES 50 1531
100.33

Banco Mundial dio u$s 300 millones

0705

Autoridades del Ministerio de Economía y funcionarios del Banco Mundial firmaron ayer en Washington el acuerdo por el cual la institución otorgará a la Argentina ***un crédito de 300 millones de dólares en cofinanciamiento con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) para la reforma del Estado.*** *En total el crédito alcanza a 600 millones de dólares y el acuerdo fue alcanzado luego de las negociaciones finales que durante la última semana mantuvieron en la capital de EE.UU. el subsecretario de Coordinación Técnica y Administrativa,* ***Héctor Domeniconi****, y su equipo de colaboradores.*

El acuerdo de crédito, empero, no significa que los recursos serán recibidos en forma inmediata por el país. Uno de los funcionarios que participó de las negociaciones, ***Richard Newfarmer****, reveló que* ***la aprobación posiblemente se produzca en junio y que el primer desembolso se concretaría al mes siguiente, es decir, en julio.*** *La reunión de directorio del Banco Mundial para tratar el crédito argentino está programada para fines de junio. Previamente, la carpeta deberá transitar los tramos finales de la burocracia del organismo.*

Héctor Domeniconi

El resto de los desembolsos del Banco Mundial se producirá en el primer trimestre de 1992.

El crédito no tiene prevista una contrapartida de financiamiento por parte del gobierno argentino y los recursos exteriores no tienen una asignación específica. Los dólares desembolsados por el Banco Mundial ingresarán a las reservas del Banco Central y de allí, transformados en australes, pasarán al Tesoro que podría aplicarlos para cubrir las necesidades más urgentes relacionadas con la reforma administrativa puesta en marcha por Domeniconi.

Tanto Newfarmer como el director del Departamento Hemisferio Occidental del Banco Mundial, ***Pieter Bottelier****, tuvieron elogiosas palabras con los avances del programa de reforma estatal que redujo ya en 60.000 empleados la planta del sector público en la administración central. Parte de los fondos se usará para financiar baja de personal estatal. Tras la firma del acuerdo, Domeniconi especificó que* ***los fondos serán utilizados para mejorar el balance de pagos del país, la situación de la Tesorería y la reforma administrativa.***

Antes de emprender el viaje a los EE.UU., el funcionario había remarcado que el actual préstamo es el más grande otorgado por el Banco Mundial a un país.

Los recursos se otorgarán a un plazo de 17 años, con 5 de gracia y una tasa anual que para el primer período fue fijada en 7,73% anual, variando luego en función de la tasa de referencia del Banco Mundial. *Esta tasa es más baja que las del mercado financiero internacional, ya que representa el costo de endeudamiento del organismo.*

F-D

01.01

9108695

Nº. DOCUMENTO
TITULO Indicadores económicos
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE REFERENCIA 090591
VINCULACIONES 11189

090591

INDICADORES ECONOMICOS DE PAISES DESARROLLADOS

La información que se incluye en los cuadros adjuntos corresponde a la publicación THE ECONOMIST del 20/04/91.

Las variaciones de mayor relevancia en relación a la información presentada el 16/04/91 en esta página, así como otros aspectos de interés, se comentan a continuación:

• ESTADOS UNIDOS

— La tasa de desempleo ascendió en marzo al 6,8%; un año atrás se situaba en el 5,3%. [1]

— La producción industrial cayó en marzo por sexto mes consecutivo, descendiendo de esa manera al nivel que alcanzara tres años atrás.

— La tasa de inflación descendió del 5,3% en el año móvil al 28/02/91 al 4,9% al 31/03/91.

• JAPON

— El superávit acumulado en cuenta corriente en el año móvil cerrado el 28/02/91 trepó a U$S 38.100 millones.

Un año atrás dicho superávit había sido de U$S 50.900 millones.

— Los bancos redujeron la prime rate del 8,25% al 7,88%.

• ALEMANIA

— La tasa de desempleo descendió en marzo al 6,1%, su nivel más bajo desde febrero de 1982.

— La tasa de inflación anualizada descendió al 2,5% en marzo.

— Los salarios en Alemania Occidental aumentaron un 5,8% en el año móvil cerrado el 28/02/91, lo que significó un importante incremento en términos reales del 3%.

— El saldo del balance en cuenta corriente del mes de febrero fue deficitario (segundo mes consecutivo), disminuyendo el superávit acumulado de doce meses a U$S 30.100 millones. Un año atrás dicho superávit había sido de U$S 53.100 millones.

• REINO UNIDO

— La tasa de inflación en el año móvil descendió del 8,9% al 28/02/91 al 8,2% al 31/03/91.

— Los bancos redujeron la prime rate del 13,5% al 13%.

• FRANCIA

— El déficit en el balance en cuenta corriente alcanzó en 1990 los U$S 7.600 millones, el doble que en 1989.

— La tasa de inflación en el año móvil descendió del 3,5% al 28/02/91 al 3,2% al 31/03/91.

• CANADA

— La tasa de desempleo ascendió en marzo al 10,5%, su mayor registro en casi seis años.

— La prime rate fue rebajada del 11,25% al 10,5%.

[1] El índice de desocupación norteamericano bajó a 6,6% en abril.

01.01

9108696

Optimismo del Aladi
150093
FECHA 150591
VECULO 12633

Políticas proteccionistas y subsidios afectan integración latinoamericana

Optimismo del secretariado de Aladi en torno a la viabilidad de la propuesta Bush

A su regreso de Washington, EEUU y de haber participado en el Consejo de las Américas, el secretario general de la Aladi, el colombiano Jorge Luis Ordóñez, dialogó con LA REPUBLICA sobre tres temas: Iniciativa para las Américas, el rol de la Aladi en ese marco, y las últimas actitudes proteccionistas de la Comunidad Económica Europea (CEE) y los Estados Unidos (EEUU).

Consultado acerca de cuál había sido el principal tema abordado por el Consejo de las Américas, el Secretario General de la Aladi comenzó diciendo, que en "esa reunión existía un interés muy importante en tratar la Iniciativa para las Américas propuesta por el presidente Bush y su tratamiento en el Congreso de los Estados Unidos de un proyecto de ley al respecto".

En virtud de ello, agregó el funcionario, "Estados Unidos podrá proceder a la prórroga de las negociaciones de la Ronda Uruguay del Gatt".

También informó que en esta oportunidad se "batió el récord" de asistencia a la reunión del Consejo y que en su gran mayoría eran empresarios del sector privado, sobre todo de empresas norteamericanas que tienen inversiones radicadas en Latinoamérica.

Jorge Luis Ordóñez, secretario general de la Aladi

"Allí se tuvo la oportunidad de conversar en diálogos muy amplios con diferentes senadores y representantes del Congreso de los EEUU, tanto con aquellos que se muestran partidarios de la zonas de libre comercio con México y la Iniciativa para las Américas, como los que no", detalló Ordóñez.

Según él, la Iniciativa para las Américas tendrá su "final feliz" ya que la ronda con los empresarios "fue muy positiva".

Respecto del rol que Aladi podrá tener en esta iniciativa del presidente norteamericano George Bush, dijo que en esta materia "todavía se están por diseñar los mecanismos". Por lo pronto, "los Estados Unidos han comenzado sus trabajos con México, pero se espera que otros países empiecen negociaciones como el caso de Chile", señaló.

El papel de Aladi en esta materia, tendrá que consistir en un apoyo técnico a estos países que inicien negociaciones con los EEUU para que las mismas salgan adelante. De todas formas, agregó Ordóñez, "consideramos que la Iniciativa de las Américas necesariamente requiere un tratamiento regional, ya que los EEUU no podrán embarcarse con 20 o 25 negociaciones diferentes, de tal forma que el tratamiento regional que puede dar la Aladi es muy positivo".

SUBSIDIOS E INTEGRACION

Consultado sobre cuál será la posición de la Aladi respecto de los últimos sucesos del proteccionismo europeo y norteamericano que pretenden colocar carne y trigo en Brasil, el secretario de ese organismo puntualizó, "que este tema no le corresponde a la Aladi, porque estas negociaciones se mueven en el contexto del GATT. Eso nos demuestra a nosotros lo importante de las negociaciones de la Ronda Uruguay, pero mientras persistan los subsidios exageradamente altos para el sector agrícola en los EEUU, la CEE y el Japón, los países latinoamericanos tendrán serias dificultades para colocar sus productos".

Por otra parte, señaló el representante latinoamericano, "es que cada país latinoamericano que tiene escasez de divisas no tiene más remedio que comprar lo más barato, lo más económico. Por ello el tema subsidios afecta gravemente a los países latinoamericanos e inclusive a su integración, por eso es que le damos tanta importancia a las negociaciones del Gatt, que es donde deberán ponerse de acuerdo todos los países para actuar en igualdad de condiciones de competencia".

Respecto de su encuentro con Abel Matutes, Ordóñez señaló a LA REPUBLICA, que el tema "proteccionismo" siempre está sobre el tapete, aunque no tuvo una conversación directa sobre el tema, ya que el papel en esta oportunidad era hablar sobre los mecanismos de cooperación entre ambas regiones.

01.01 9108697

Archivado bajo:
Tema: Aumento de subsidios
150023
Fecha: 170591
Vinculado: 12535
GATT 12599-
CEE 12640-

Alarmante: el Parlamento europeo aumentó ayer los subsidios a productos agrícolas

■ En una actitud que revela el fracaso de los reclamos que el Grupo de Cairns realizara en el marco de las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT, el Parlamento europeo aprobó en la víspera un aumento de los subsidios agrícolas, en un porcentaje levemente superior al 5% por encima del tope fijado por la CEE.

En efecto, profundizando aún más la incertidumbre existente en torno al futuro de los mercados internacionales y a las políticas a seguir en el marco del Mercosur, una información de la agencia ANSA fechada en Estrasburgo, revela que el Parlamento europeo aprobó aumentos en los subsidios agrícolas por 1.500 millones de dólares sobre el "techo" de los 36.000 millones de dólares fijados para el sector primario por la Comisión Ejecutiva de la CEE.

El paquete de gastos aprobado por el Europarlamento prevé entre otros rubros, aumentos para la carne bovina (770 millones de dólares más), la ovina (100), el algodón (220) y las frutas con cáscara (43).

Los aumentos serán discutidos la semana próxima por los ministros de agricultura de los "Doce", que se reunirán el martes en Bruselas para la tradicional "maratón" agrícola de mayo.

La asamblea comunitaria decidió no pronunciarse sobre la reglamentacion del sector cerealero, que será discutida por la Comisión Ejecutiva.

La previsión de gastos para este sector es de unos 720 millones de dólares.

El comisario para la Agricultura de la Comisión, Ray Mac Sharry, dijo que las enmiendas aprobadas por el Europarlamento exceden por unos 1.500 millones de dólares el presupuesto preparado por el organismo ejecutivo de la CEE.

Más de la mitad de los gastos comunitarios, unos 36.000 millones de dólares, son destinados a los agricultores europeos, recordó Mac Sharry.

La Comisión Agrícola del Parlamento rechazó la posición de Mac Sharry, destacando que en los primeros cuatro meses del año la CEE lleva ahorrados más de 1.900 millones de dólares a causa del aumento del dólar, que acerca de los precios comunitarios a las cotizaciones del mercado mundial y a los retrasos en los pagos efectuados por la Comunidad Europea.

170591

01.01

9108698

Nº RECUPERATIVO
TITULO PNUD estrechara vínculos con Aladi
P 150023
F 220591
VINCULO 2587
ALADI 12633

Dr. Paul van Hanswijck de Jonge 220591

PNUD continuará estrechando los vínculos de cooperación con ALADI

Nuevo Observador Permanente de las Naciones Unidas

EL Dr. Paul van Hanswijck de Jonge se incorporó ayer como Observador Permanente del Programa de las naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) ante el Comité de Representantes de la ALADI. En el acto de presentación aseguró que el organismo que representa "continuará estrechando más los vínculos de cooperación con la tarea de la Asociación que, indudablemente, no es común a todos".

"Con gran satisfacción -señaló- vemos que los esfuerzos realizados durante la última década en pro de la integración comienzan a fructificar. Por una parte, los países de la región expresan claramente una voluntad política integracionista. Al mismo tiempo, también en estos días, se consolida la relación entre la Comunidad Económica Europea y la ALADI, conducente al establecimiento de programas conjuntos de cooperación técnica e intercambio de información".

El nuevo observador recordó que la temática de la integración "ha estado permanentemente presente en los objetivos del PNUD y se ha expresado a través de una continua relación de cooperación con ALADI, que se inició a comienzos de la década pasada".

Señaló que en la actualidad el PNUD apoya a la Asociación mediante "actividades de cooperación técnica, básicamente referidas a la promoción del comercio intrarregional y su inserción en el mercado internacional; la identificación y desarrollo de instrumentos de complementación productiva entre los países de la región; el establecimiento de mecanismos e instrumentos de cooperación financiera y tecnológica; y la asistencia a los países de la región con menor grado de desarrollo relativo con el propósito de constribuir a la diversificación de su oferta exportable", concluyó el Dr. Paul van Hanswijck de Jonge, originario de los Países Bajos, quién ha desarrollado una proficua carrera en el PNUD desde 1974.

Dr. Paul van Hanswijck de Jonge, nuevo observador del PNUD ante el Comité de Representantes de ALADI.

La Nación

01 . 01 9108699

TITULO: Parlamentarios se reunen en Mdeo.
PROCEDENCIA: 1500/1
FECHA: 16/5/91
VISITANTE: 12536

La Mañana 16/5/91

Parlamentarios del Cono Sur se reúnen

LOS procesos actuales de integración y la iniciativa Bush, serán uno de los temas que considerarán mañana y el sábado en Montevideo, parlamentarios de Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay, Perú y nuestro país, al celebrarse la Segunda Conferencia Parlamentaria del Cono Sur.

La reunión de parlamentarios del Cono Sur se inaugurará mañana a las 9 horas en la Sala de Sesiones de la Cámara de Representantes y una hora después se desarrollará la primera sesión plenaria de este encuentro.

Posteriormente, tras un almuerzo que ofrecerá a los visitantes el Presidente de la Cámara de Representantes, Juan Adolfo Singer, en "La Redención", se efectuará un segundo encuentro plenario.

Al día siguiente, el sábado, se cumplirán otras dos jornadas de trabajo, para clausurar este encuentro a las 19 horas.

Extenso temario

De acuerdo con las informaciones obtenidas por LA MAÑANA, se analizarán en la ocasión los procesos actuales de integración, es decir el Tratado de Asunción del MERCOSUR.

En tal sentido está previsto tratar los objetivos y mecanismos, así como incursionar en el análisis de los regímenes arancelarios.

Iniciativa Bush

Por otra parte está programada la consideración de la Iniciativa Bush, lo que dará lugar a un análisis del tema en relación al Cono Sur, abordando además la liberación del comercio, la promoción de inversiones y la reducción de la deuda.

Como resumen de estas actividades los parlamentarios tratarán la implementación de mecanismos concretos para el intercambio de documentación e información entre ellos. ■

Llegan legisladores de varias naciones

BRASIL tenía previsto en principio, concurrir con sólo dos representantes a la reunión de parlamentarios del viernes y sábado próximos en Montevideo, pero en las últimas horas amplió su representación a cuatro y, en definitiva, serán cinco sus delegados, ya que el mismo viernes se registrará el arribo del Diputado José Sarney, hijo del ex Presidente norteño.

De acuerdo con las informaciones obtenidas por LA MAÑANA, las delegaciones que intervendrán en esta conferencia serán las siguientes:

Chile

El Vicepresidente del Parlamento chileno, el demócrata cristiano Carlos Dupré, encabezará la comitiva de su país, según se informó en esa representación diplomática. La delegación estará integrada po los legisladores Camilo Escalona, del Partido Socialista; Jorge Morales, de Renovación Nacional y Roberto Muñiz, del Partido Radical.

Argentina

Saturnino Aranda, Presidente de la Delegación y de la Comisión de Asuntos Internacionales, del Partido Justicialista; José Corchuelo Blasco, Eduardo Endeiza y David Casas, del mismo Partido Justicialista; José Soria Arch y Rodolfo Quesada, del Partido Radical; Oscar Alende, del Partido Intransigente; Jorge Gentile, del Partido Demócrata Cristiano; Guillermo Esteves Boero, del Partido Socialista y los funcionarios Daniel Sanguinetti y Juan A. Díaz.

Bolivia

Juan Pereira Fiorilo, Jorge Landivar Rua y Luis Lema Molina.

Brasil

Genesio Bernardino, 1er. Vicepresidente de la Cámara de Diputados; Nelson Morro, Nelson Proenca y Joao de Deus.

Paraguay

Antonio Salum Flecha, Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores; Juan Roque Galeano, Miembro de la citada Comisión.

Perú

Víctor Paredes Guerra, Presidente de la Cámara de Diputados; César Olano, Anastasio Vega, Edmundo del Aguila y Gustavo del Solar.

Uruguay

Juan Adolfo Singer, Javier Barrios Anza, Gonzalo Carámbula, Jorge Chapper, Yamandú Fau, Juan Raúl Ferreira, Luis A. Hierro López, Jorge Machiñena, Baltasar Prieto, A. Francisco Rodríguez Camusso, Guillermo Stirling, Armapdo Da Silva Tavares, Carlos Pita y Héctor Lezcano. ■

01 . 01

9108700

Nº DOCUMENTO
TITULO DDHH del inmigrante
P de República / 50023
FECH 03059
VINCUL ASUNTO / 1245

Acerca del derecho a no migrar y el de libre movimiento

03059

Los derechos humanos del migrante en el mun

■ El fenómeno de la migración mundial toma hoy una importancia sin precedentes, dados los cambios políticos, económicos y sociales por los que se atraviesa en la última década del presente siglo. Los procesos de integración, la creciente democratización política, los éxodos masivos en regiones como Europa del este o Medio Oriente y la creciente universalización de los problemas humanos vinculada a un proceso similar en el ámbito de la información mundial, hacen necesario un detenido acercamiento al fenómeno en cuestión.

Como un aporte en tal sentido, reproducimos un extracto del documento presentado por Lelio Mármora, jefe de la misión de la OIM en Argentina, en un seminario especializado realizado el pasado año en Chile. La temática seleccionada del amplio informe se vincula al polémico tema de los Derechos Humanos del migrante y dice:

"Las migraciones forzadas son, quizás, las que representan la mayoría de los movimientos, poblacionales dé la historia, y contienen en sí mismas un hecho dramático: el abandono del lugar donde la persona ha desarrollado su vida y establecido sus raíces sociales y culturales para dirigirse a un nuevo ámbito, muchas veces desconocido e incluso hostil".

"El desarraigo, la ruptura cultural, la pérdida del contexto de relaciones sociales y en muchas oportunidades el cambio del modo de sobrevivencia económica, por un lado; y el esfuerzo de penetrar en un medio social y cultural diferente, el aprendizaje forzado de las nuevas normas y costumbres, y el sacrificio de la reinserción laboral, por otro, corporizan en el migrante uno de los actos humanos más costosos que existen desde el punto de vista de la integración humana social, familiar y psíquica".

"En consideración de este costo, muchas veces destructor a nivel personal e incluso de colectividades, es que se podría afirmar que el primer derecho humano que debiéramos tener en cuenta en este tema es el de no migrar".

"Producido el acto migratorio, nos enfrentamos a un conjunto de derechos que hacen tanto a la movilidad como a la inserción migratoria".

"Con respecto al primero, se plantea el problema básico de los derechos de la libre movilidad del ser humano en el planeta y de los límites que se establecen a la misma".

"En cuanto a los segundos, surgen por un lado aquellos vinculados a los derechos económicos, sociales y políticos y por otro a los que se mencionan como "derechos solidarios", expresados en lo que hace a la aceptación de las diferencias del migrante respecto de la sociedad nacional".

"Así, por un lado, podemos mencionar el derecho a la igualdad de oportunidades y trato laboral, el derecho a la igualdad social y a la igualdad política. Por otro lado surge el derecho a la identidad cultural".

"El conjunto de los citados derechos puede considerarse como los derechos humanos del migrante, siendo su propuesta y reconocimiento un producto de la evolución histórica de las respuestas de la sociedad a este fenómeno".

EL DERECHO A NO MIGRAR

"El derecho a no migrar es el que tiene toda persona a permanecer en el lugar donde habita y desarrolla su vida económica y social, sin necesidad de trasladarse a otra parte para mantener una sobrevivencia digna.

Por supuesto que este derecho básico va más allá de la categorización "migrante", y nos remite a los Derechos Humanos en general.

El derecho a no estar obligado a migrar contiene en sí mismo Derechos Humanos que abarcan toda la gama de sus aceptaciones, o lo que algunos autores como Gros Espiell han denominado "generaciones".

Así, el ser humano debiera tener derecho a no migrar para poder ejercer sus libertades civiles o políticas, es decir de expresión, opinión, conciencia, pensamiento o asociación.

Esta "primera generación" de Derechos Humanos, establecida en la "Declaración Universal de los Derechos del Hombre" en 1948 y en el "Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos" de 1966, es la que establece aquellos derechos básicos individuales cuyo no ejercicio puede ser causal migratoria.

En un segundo plano o "generación" están los derechos económicos, culturales y sociales que constituyen también con su carencia causa de migración forzosa, la cual se manifiesta cuando la persona no puede gozar el derecho al bienestar económico y social, a la seguridad social, al trabajo, a una remuneración equitativa, al descanso, a la protección contra el paro forzoso, a la libre sindicación o a la educación.

Por último, si se tienen en cuenta los "nuevos derechos" a los denominados de "tercera generación", llamados también "derechos de solidaridad", vamos a encontrar que su limitación o falta constituye una presión para la emigración. Ya que en este caso lo que no estaría asegurado sería el derecho al desarrollo, a la paz, a un medio ambiente sano y ecológicamente equilibrado, a la libre determinación de los pueblos, a la comunicación o bien a la posibilidad de portar una cultura diferente a la formalmente aceptada.

Estos últimos derechos, que van más allá aún de los inicialmente establecidos por la filosofía liberal, han sido incorporados en los últimos años como parte de las libertades personales, tratando de lograr un enfoque acorde a la evolución histórica multiétnica y multicultural de las sociedades contemporáneas".

EL DERECHO A LA LIBRE MOVILIDAD

Como contrapartida de lo anterior, el otro derecho del migrante que surge como básico es el de la libre movilidad a través de las fronteras.

Este es un derecho que ha sido reclamado permanentemente, y reivindica la libertad de toda persona de trasladarse desde un país a otro sin limitaciones.

Su ejercicio fue respetado como norma general en casi todo el mundo contemporáneo, e incluso promocionado, hasta principios de este siglo, donde por un lado la imposición de dictaduras totalitarias en algunos países determinaron el cierre de sus fronteras para los ciudadanos que quisiesen salir de ellas; y, por otro lado, la creciente restricción de países receptores generó verdaderas vallas para la entrada de inmigrantes.

En un siglo XX que se inició en un ámbito donde las personas ejercían libremente el derecho natural de cualquier habitante de trasladarse donde quisiese con la sola limitación de su propia voluntad y posibilidades, se fueron posteriormente profundizando las divisiones fronterizas; imponiendo documentos específicos para poder atravesarlas y, paradójicamente, junto con un cre vertiginoso de las comunicaciones, se va a delimitar com antes en los últimos siglos el derecho a la movilidad de las p

La década del 80 conmociona al mundo con la caída tarismos de diferente signo, y un avance inédito hacia la democráticas de vida.

La esperanza en la década que se inicia es que la caída de Berlín no sólo represente el símbolo del derrumbe de u político, sino también un hito en la historia de la libre m humana.

Es incuestionable el derecho soberano que cada Est para dejar salir o entrar a quien considere conveniente o n también es incuestionable el derecho que toda persona moverse libremente, por un mundo cuyo único propietar la misma humanidad.

En un mundo que avanza hacia la democratización cre las relaciones entre los hombres, la prohibición de salir espacios delimitados políticamente constituye cada ve contrasentido de ese proceso, donde aún se siguen privile fronteras formales por sobre las fronteras morales.

Es probable que con los procesos de integración reg actualmente se están incrementando en diversas partes d (Europa, Norteamérica, Asia), la libre movilidad se impon de estas áreas de integración. Pero, lamentablemente, fre avance nos encontramos con cada vez más restricciones áreas hacia afuera de sus fronteras regionales.

Quizás el derecho a la libre movilidad sea considera utópico en las actuales circunstancias en las que viven las del mundo; es probable que su planteo irrite tanto a los que salir como a aquellos que no dejan entrar a las personas a sus fronteras; pero es innegable que este "derecho perdid que le resta recuperar a la humanidad, si su proceso de d incluye un respeto auténtico por las libertades individua

EL DERECHO A LA JUSTICIA SOCIAL

"Cuando mencionábamos los llamados derechos de generación" surgían aquellos que hacen a un trato social inmigrante.

Son muchas las dimensiones que podrían entrar en la la justicia social para el migrante, pero nos vamos a refer ficamente a tres de ellas, quizás las más relevantes en situaciones que relegan al extranjero a un lugar de "ciud segunda categoría".

Esas dimensiones son la laboral, la política y la de los sociales. En términos laborales el derecho a la igualdad d nidades, igualdad de salarios e igualdad de condiciones son los que surgen como más relevantes.

Es evidente que la igualdad de oportunidades fre mercado de trabajo depende tanto de lo que el migran ofertar (en términos de habilidades y conocimientos), co que objetivamente el medio laboral le permite o no. S último punto, la igualdad objetiva de oportunidades, es so las políticas migratorias han hecho estragos -fundament partir de la década del 30- donde se imponen en todo llamadas "políticas selectivas", eufemismo que oculta el sentido de "excluyentes" que dichas políticas tienen

01 . 01 9108701

DOCUMENTO
TITULO Boff se tomará licencia
FECHA 14/05/91
VINCULO ASUNTO 11296

El Vaticano sancionó por quinta vez al adalid de la Teología de la Liberación

Leonardo Boff se tomará una licencia por un año

Río de Janeiro (AFP)

■ Uno de los abanderados de la Teología de la Liberación en Brasil, el franciscano Leonardo Boff, sancionado por quinta vez por el Vaticano por haber escrito o publicado artículos considerados "contrarios a la doctrina de la Iglesia", decidió tomar una licencia sabática de un año, se supo ayer de fuente eclesiástica.

Fray Boff abandonará durante un año -de junio 1991 a julio 1992- su cátedra de Teología en el Instituto de Petrópolis, a 80 quilómetros al norte de Río, y consagrará la mayor parte de su tiempo a estudiar, escribir y dar conferencias en Brasil y en el extranjero, según la misma fuente.

Leonardo Boff fue destituido la semana pasada de la jefatura de redacción de la revista Vozes, su último vínculo con la editora Vozes, una de las mayores del país que pertenece desde hace 90 años a la orden religiosa de los Franciscanos y donde se han publicado gran parte de los libros sobre la Teología de la Liberación y la mayoría de las obras de Leonardo Boff.

La causa de la sanción, tansmitida oralmente a Fray Boff por el teólogo Félix Neesjes, actual "visitador" de la Orden de los Franciscanos en varios estados del país, fue la publicación de tres artículos de los cuales uno fue redactado por Boff en la "Revista Eclesiástica Brasileña", de Vozes.

El primer artículo de un ex seminarista, Vitor Tomelin fue publicado a fines de 1989 y trataba de los padres casados. El segundo titulado "Padres casados o ex padres" fue escrito por diversos padres casados y publicado por Boff a fines de 1990.

El tercero, de varios autores, titulado "La vocación eclesial del teólogo", cuya redacción final era firmada por Leonardo Boff, fue publicado en diciembre pasado. Era una respuesta al artículo homónimo del cardenal Joseph Ratzinger, jefe de la Sagrada Congregación para la Doctrina de la Fe y habría "exasperado" a las autoridades católicas.

En 1985, el obispo conservador de Anápolis, estdo de Goias, monseñor Manuel Pestana Filho, había sugerido al Vaticano que debería intervenir ante la editora Vozes "para impedir la publicación de libros ateos e inmorales".

Por la publicación de su libro "Iglesia, carisma y poder", Leonardo Boff fue condenado a un año de silencio en 1985.

F-1

140591

01 . 01

9108702

DOCUMENTO
OTAN MANTENDRÁ OPCIÓN NUCLEAR
La República 150093
290591
12637

La OTAN mantendrá opción nuclear en nueva estrategia

290591

Bruselas OTAN, (AFP)

El La Alianza Atlántica quiere conservar la posibilidad de responder rápidamente con el arma nuclear a un eventual ataque convencional y la nueva estrategia que prepara la Organización del Tratado del Atlántico Norte responde a esta voluntad, según responsables de la OTAN.

Es esencial, subrayó uno de ellos, que un eventual enemigo se vea obligado a tomar en cuenta esta opción para "crear una incertidumbre". Pero esta "disuasión", subrayó, se ejercerá con un arsenal reducido y objetivos diferentes para tomar en cuenta el fin de la Guerra Fría. En la cumbre de Londres en julio de 1990, los dirigentes aliados habían estimado sin embargo que el arma nuclear debería ser en el futuro "el arma del último recurso". La OTAN parecía renunciar así a uno de los fundamentos de su estrategia desde los años '60: la "respuesta graduada". Esta preveía la posibilidad de emplear el arma atómica cuando un enemigo superior en número tenía la posibilidad de adueñarse de la situación. Se bloqueaba de esta manera el avance de los soldados del Pacto de Varsovia mientras se esperaba la llegada de los refuerzos transatlánticos.

En la cumbre de Londres, Francia -que dispone de su propia fuerza de disuasión- había criticado en forma enérgica la noción de "último recurso", estimando que iba en contra de una verdadera disuasión.

"El último recurso no quiere decir nada" en términos de estrategia, reconoció un responsable de la OTAN. Se trata de una "declaración política", impuesta en la época por EEUU para tranquilizar a Moscú.

La respuesta graduada será en realidad mantenida, pero "de distinta manera" y deberá evidentemente tener en cuenta la disolución de la URSS y la tutela de Moscú.

Resulta ahora impensable que la OTAN continúe apuntando misiles contra las democracias de Europa del Este, pero no ocurre otro tanto con la URSS. Debido a su inestabilidad y enorme potencial militar, la Unión Soviética sigue siendo, para la mayoría de los aliados, el principal riesgo para la seguridad en Europa.

Al tiempo que reconocen que la amenaza de un conflicto nuclear en Europa es ahora hipotética, los aliados tienen dificultades en conciliar las exigencias de la distensión y de una disuasión [illegible] mínima, subrayan los diplomáticos.

[illegible] el nuevo planteo [illegible] de Madrid

Doc. poco legible

01.01 31087031

N.º DOCUMENTO
TITULO Delegación ARGENTINA A OIT
PROCEDENCIA JAMOS
FECHA DE PROCEDENCIA 22051
VINCULACIONES OIT 12597-
ARGENTINA 10033-

(F.) OIT 22051

Los sindicalistas del sector independiente Juan José Zanola (Bancarios), Armando Cavalieri (Mercantiles) y Oscar Lescano (Luz y Fuerza), junto al titular de la UOM, Lorenzo Miguel, integrarán la delegación obrera que concurrirá a la Asamblea Anual de la OIT.

La delegación será presidida por el secretario general de la CGT-San Martín, Raúl Amín, e integrada también por Miguel Candore (UPCN), Gerardo Martínez (UOCRA), Enrique Venturini (Electricistas Navales) y Pedro Goyeneche, según trascendió en fuentes de esa central obrera.

01.01

9108704

TO

Opus Dei

950007

250591

Iglesia - 11020

OPUS DEI

■ Opus Dei

CIUDAD DEL VATICANO, 24 (EFE). — Juan Pablo II ordenará sacerdotes, el próximo domingo, en San Pedro del Vaticano, a un grupo de 60 diáconos, de ellos 20 del Opus Dei, entre los que figuran varios profesionales iberoamericanos.

Los 20 diáconos del Opus Dei fueron ordenados como tales el pasado 28 de enero por el Prelado de dicha institución religiosa, el obispo Alvaro del Portillo.

01 . 01

9108705

TEMA: Contra militarismo y burocracia en Sindicatos
PERIODICO: LA MAÑANA 150015
FECHA DE PUBLICACION: 28.05.91
VINCULACIONES: ~~Sindicatos Industriales~~ 500854
OIEC 12738
BSH 12500
CICAS 12660

Comenzó a funcionar el Instituto de Formación "Cuesta-Duarte"

Evitar militantismo y burocracia a nivel del movimiento sindical

F-2

Héctor Florit abogó por una modernización en materia de propaganda

La etapa histórica que estamos viviendo nos exige estar preparados y formados, por ello desconocer la importancia que hoy tiene la informática y la computación sería asumir una actitud torpe y de total ceguera. De todos modos la formación anarco-sindicalista que tiene el movimiento sindical uruguayo ha llevado a que los dirigentes fueran milintantistas y artesanos. En esta época ello es imposible", afirmó Héctor Florit, responsable de la secretaría de formación del PIT-CNT.

ESTAS declaraciones fueron formuladas por el dirigente sindical cuando se anunció que comenzó a funcionar el Instituto "Cuesta-Duarte", de manera provisoria, en el local de la Asociación de la Prensa Uruguaya-Sindicato de Trabajadores de la Comunicación Social (APU-STCS); que se encuentra ubicado en la avenida Uruguay 1140.

Consultado Florit por LA MAÑANA sobre la importancia que se le da al Instituto "Cuesta-Duarte", indicó que "la creación del mismo es una vieja aspiración de la central sindical. Con él pretendemos dotarnos de los medios idóneos para llegar a una buena educación obrera y lograr una investigación de los fenómenos económicos y sociales del Uruguay".

El dirigente recordó que las autoridades de este organismo de formación son: Víctor Brindisi, que ocupará el cargo de director general; Hugo Carreto, director de la escuela de formación sindical y el subdirector es Mario Tonarelli; el área de investigación estará a cardo del economista Juan Manuel Rodríguez; del banco de datos su responsable será Yamandú González y en la secretaría y biblioteca estará Ana Pioli.

cos en propaganda, en medios de comunicación, etcétera. Destacamos en el informe que hay un fundamento de clase: que es la autonomía del movimiento sindical, que es también la del pensamiento. Por ello, si para la elaboración teórica o para la reflexión científica se debe recurrir a técnicos o a cientistas ajenos al movimiento sindical, es evidente que se está comprometiendo esa autonomía de pensamiento de la clase trabajadora. Pero también existe la necesidad operativa de la capacitación de dirigentes, el que debe tener una formación adecuada para la tarea que se le asignó".

"Hoy el dirigente sindical discute el salario, la productividad, evaluación de tareas, trata temas jurídicos, entre otros. Se aspira que el dirigente defienda los derechos del trabajador y eso implica que se debe tener un marco jurídico, que los militantes y los dirigentes deben conocer".

Experiencias recogidas

Florit informó que "la Comisión de Cultura y Formación de la central realizó, el pasado año, una actividad a nivel de taller a fin de rescatar las experiencias de países cercanos. En el encuentro participaron: el secretario de formación de la CUT (Brasil), un compañero de la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE-Argentina) y se recogió la experiencia del instituto INCASUR, que es regional".

El dirigente recordó que en casi todos los países de América latina las centrales realizan actividades de formación. Tiene fama mundial el instituto DGB de Alemania, que es un centro de altos estudios. Se puede rescatar la experiencia del [redacted] y de la [redacted] (UTALCA) [redacted]

Consultado Florit si no se corre el riesgo de crear burócratas sindicales señaló que "por ahora se están recogiendo las experiencias mundiales sobre formación. Partimos de la base, además, que contamos con una plantilla, de carácter estable, que tiene pocos compañeros. Apuntamos por ello a la contratación de docentes y técnicos de manera temporal".

Con respecto a los sindicalistas el dirigente dijo que "hay dos extremos que son malos: el del burócrata sindical separado del centro de trabajo y de la producción; y el del milintantismo que vacía de contenido técnico una acción representativa de la clase, el que impone determinados niveles de educación y formación. Por ello los dos extremos son malos. De todos modos el movimiento sindical uruguayo, por sus orígenes anarco-sindicalistas, siempre ha estado muy cerca del milintantismo que tiene un componente artesanal muy fuerte. En la etapa que estamos viviendo hoy, ello no es posible. Desconocer la importancia de manejar de manera correcta los medios masivos de comunicación, parece hoy una actitud torpe o ciega. Desconocer los aportes de la tecnología y de la informática es estar a contrapelo de la historia", afirmó Florit.

Florit indicó que la Organización Internacional del Trabajo (OIT) "ha apoyado fervientemente la constitución de la escuela sindical, ello lo viene haciendo desde muchos años atrás a través de la formación de 'instructores sindicales', como los llama la OIT a los que realizan el curso de formación gremial. También ha colaborado, en el último mes, con una donación muy importante de materiales didácticos", señaló.

¿Qué metodología utilizará el instituto

El responsable de la secretaría de formación indicó que el Ejecutivo del PIT-CNT analizó en sus últimas reuniones cuál sería la metodología y la orientación de la escuela "Cuesta-Duarte". La discusión se dió a partir de un informe que presentó una comisión creada a esos efectos. En el mismo se señala que la metodología a aplicar estará basada en la participación y en el rescate de las experiencias de los trabajadores uruguayos. Tenemos claro que habrá que profundizar en áreas determinantes, como son la económica y la social; sin descuidar aspectos instrumentales del quehacer sindical".

"Es decir, la formación de administradores gremiales, de técni-

01 . 01

9108706

DOCUMENTO
TÍTULO Gramsci PENSADOR Y FUNDADOR P.C. ITALIANO
150041
010291
P.C. 500418-
ITALIA 10108-

PENSAMIENTO

Gramsci, el prisionero que reinventó a Marx

Cien años después de su nacimiento y 53 desde su muerte, el pensador y fundador del Partido Comunista Italiano es reconocido como una de las figuras del pensamiento en el siglo XX y como inspirador de una nueva izquierda europea

JOSÉ MANUEL FAJARDO

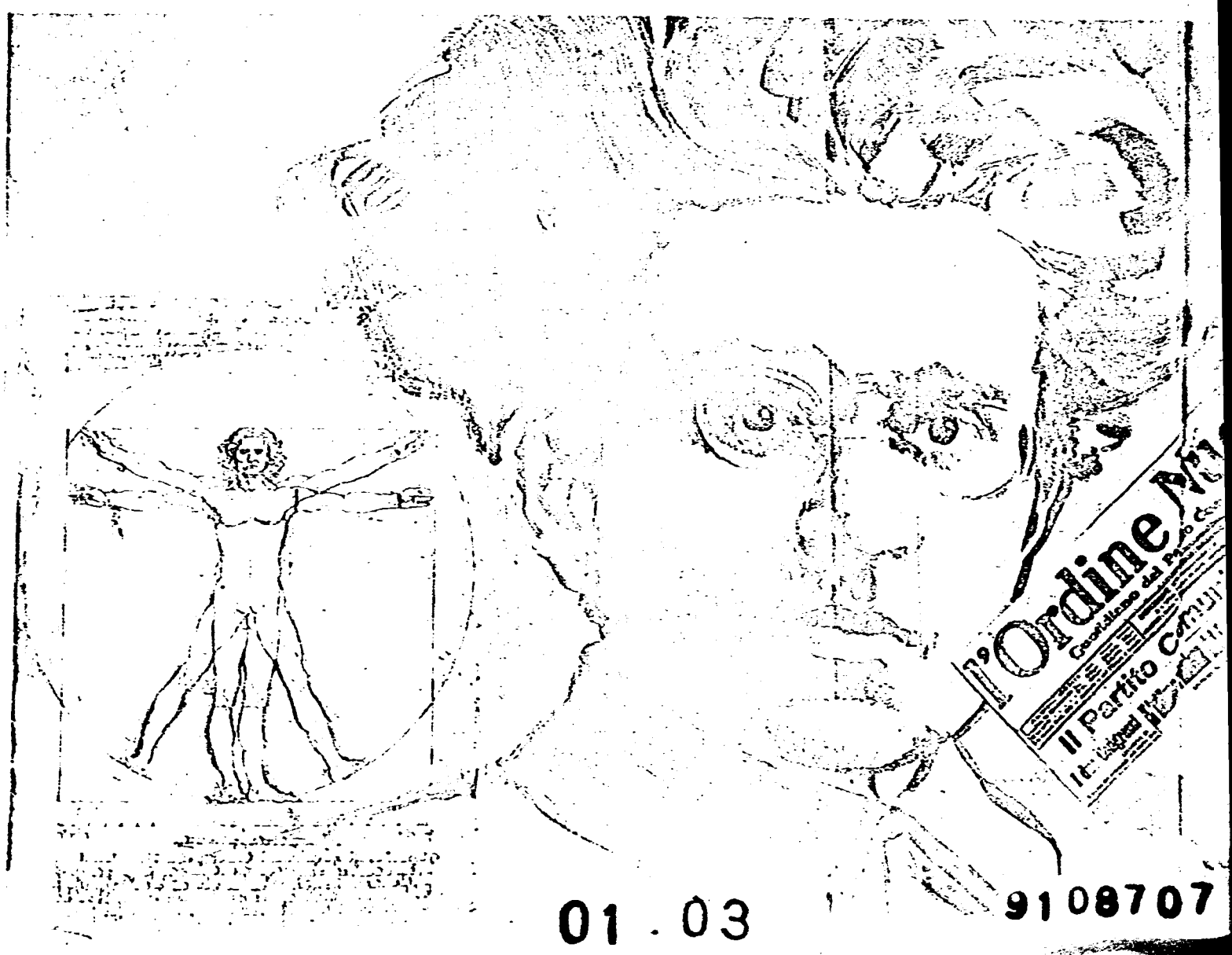
ERA bajo. Sobre su cuerpo, retorcido por una deformación física, se alzaba una cabeza grande, de frente despejada y revuelto pelo crespo. Tras sus gafas de montura pequeña, una mirada intensa que destilaba inteligencia.

Su mayor enemigo, el dictador Benito Mussolini, decía de él: «Ese sardo jorobado, profesor de Economía y Filosofía, es un cerebro indudablemente poderoso». Y el fiscal que pidió y obtuvo, en 1928, la condena de cárcel contra Antonio Gramsci, ofreció un argumento terrible en su alegato: «Debemos impedir a este cerebro que funcione durante 20 años».

Ahora, un siglo después de su nacimiento en el pueblecito de Ales, en Cerdeña, puede comprobarse que si Gramsci fue efectivamente encarcelado por el fascismo, su cerebro siguió funcionando y lo hizo como ningún otro en su época.

En los años de prisión, Antonio Gramsci elaboró una personal, heterodoxa y renovadora teoría marxista, alejada del estalinismo entonces reinante dentro del movimiento comunista, y llena de una riqueza cultural que hace que, aún en los tiempos de crisis actuales, siga siendo reclamada por la izquierda europea. Prueba de ello ha sido el congreso que sobre su figura y pensamiento se ha celebrado en Cagliari, con asistencia de estudiosos comunistas, socialistas e independientes.

El filósofo Eugenio Garín, una de las más destacadas personalidades



01.03 9108707

del pensamiento no marxista italiano de hoy, ha afirmado que «a ninguno le es lícito acaparar a Gramsci como suyo. Es tan vivo que si se intenta esquematizar su pensamiento se le destruye». Gramsci se ha convertido en patrimonio político, cultural y moral de toda Italia.

Antonio Gramsci fue fundador, en 1921, del Partido Comunista Italiano, junto a Palmiro Togliatti, después de haber militado, desde 1913, en el Partido Socialista. En 1924 fue elegido diputado al Parlamento italiano por Venecia y en 1926 llegaba a la secretaría general del PCI.

Sin embargo, su imagen y su vida rompen la visión tópica del líder comunista forjada tras la revolución bolchevique de 1917.

Gramsci era el cuarto de siete hermanos en una pobre familia sarda. Los infortunios familiares y la penuria le impidieron abandonar la isla de Cerdeña hasta los 20 años de edad, pero en ellos su imaginación y su inteligencia no permanecieron inertes. Lector voraz, compaginaba los libros de aventuras en su infancia con su pasión por la naturaleza.

Dos aficiones que le acompañarían toda la vida. De niño amaestró toda clase de animales —halcones, búhos, cornejas, erizos e incluso serpientes— y, años después, en la soledad de la cárcel, también amaestraría a unos gorriones que se habían colado por los barrotes de su celda.

FORMACION HUMANISTA. Como lector, además de leer numerosas novelas, estudió a fondo a uno de los fundadores de la ciencia política, Maquiavelo, y a Benedetto Croce, además de la obra de Marx. Su amplia formación humanista se reflejó también en su singular lenguaje, lleno de matices y alejado del dogmatismo y los clichés del marxismo-leninismo.

Concluídos sus estudios universitarios en Turín, Gramsci participó activamente en el movimiento obrero italiano, lo que no le impidió vivir un apasionado romance con la rusa Giulia Schucht, *Julca*.

Se conocieron en Moscú, en 1922, a donde Gramsci había acudido con su precaria salud resentida, en el sanatorio Serebrjany Bor. Muy pronto el amor les llevaría a vivir juntos. Pero a la intensidad de la pasión —de la que dan cuenta estas palabras de una carta de Gramsci a *Julca*: «¿Te acuerdas? Te acurrucaste en mi cama y ninguno de los dos dormimos; por la mañana te levantaste sigilosamente para no despertarme y yo te dejé ir»— pronto se opusieron las más adversas circunstancias.

Gramsci regresó a Italia pero convenció a Giuliana de que era mejor que permaneciera en Moscú. El partido fascista de Mussolini se había hecho con el poder y todo hacía pensar que la instauración de la dictadura era sólo cosa de meses.

Cuando *Julca* partió hacia la URSS llevaba de la mano al pequeño Delio

EL fiscal, durante el proceso, afirmó: «Debemos impedir a este cerebro que funcione durante 20 años». Gramsci fue a prisión, pero su cerebro no dejó de funcionar

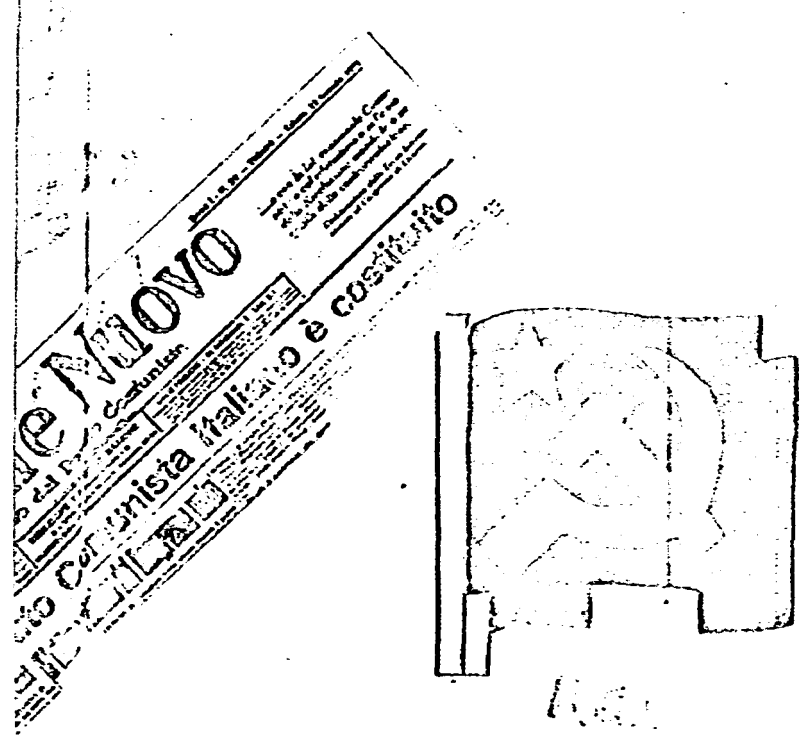
y en su vientre a Giuliano: el hijo pequeño de Gramsci nunca conocería a su padre.

La vida en Italia fue tan dura como había intuido. El 16 de mayo de 1925, Gramsci protagonizaba una violenta dsicusión en el parlamento con Mussolini, a cuenta de la ley contra las sociedades secretas presentada por los fascistas.

— En realidad, el aparato policíaco del Estado está ya tratando al Partido Comunista como una organización secreta —, acusó Gramsci.

— ¡No es verdad!—, respondió Mussolini.

— Se detiene sin imputación específica alguna a todo el que se encuentra en una reunión de tres personas, por el mero hecho de ser comunista,



CAM:016 91
9/108707

ROBERTO CASALS

Ribó y Occhetto. Los comunistas italianos y españoles ven en Gramsci la base de la nueva izquierda.

y se le mete en la cárcel—, protestó Gramsci.

—Pero se les libera pronto. ¿Cuántos hay en la cárcel? No los pescamos más que para conocerlos—, replicó Mussolini.

Las acusaciones de Gramsci pronto se vieron confirmadas por los hechos. El Partido Comunista fue ilegalizado, junto al resto de los partidos políticos italianos, y el mismo Gramsci detenido la noche del 8 de noviembre de 1926. Así comenzaba el calvario de la cárcel. Un calvario que duraría 11 años y que minaría definitivamente su salud.

En la cárcel estaba también el socialista Sandro Pertini, que llegaría en los años 80 a la presidencia de la República. Enterado de las durísimas condiciones del encierro de Gramsci, Pertini puso a la prisión en pie de guerra para lograr que se le diera a Gramsci una mesa, una silla y papel y lápiz para escribir. Sus protestas dieron resultado y, de ese modo, el teórico Gramsci pudo dejar constancia de cuanto su cerebro pensó en el cautiverio.

El resultado final fué 33 cuadernos escritos, en los que Gramsci acuñó las más valiosa reinvención del pensamiento de Marx, con una óptica heterodoxa. Cabría incluso preguntarse cuál habría sido su suerte de no haber estado encerrado por Mussolini. El trágico fin, a manos de los estalinistas, de otros dirigentes comunistas disidentes, cual es el caso de Bujarin o de Trotsky, no permite ser muy optimistas sobre cuál habría ésta.

ESTADO Y SOCIEDAD. El hecho es que Gramsci pagó un alto precio por este aislamiento. Pero, como señala Manuel Vázquez Montalbán, «un presidiario había sido mucho más libre que otros dirigentes comunistas en libertad para aprehender la realidad, analizarla y pronunciarse». Y lo primero que comprendió Gramsci es que no se podía aplicar en Occidente el modelo revolucionario soviético.

Conocedor de la riqueza y complejidad cultural europea, Antonio Gramsci explicó que el Estado era más que el cuerpo de funcionarios y militares que lo sostenían. Señaló que la sociedad civil formaba parte de ese Estado y que, para poder llevar a cabo una labor de transformación social, había que persuadir a esa sociedad civil de su necesidad.

De ese modo, frente al modelo autoritario del leninismo, Gramsci levantaba el concepto de hegemonía, de revolución de las masas basada en la educación intelectual, en la acción política y en la verdad.

Su rechazo al uso de la mentira como medio inevitable es una lección de ética política extraña aún en nuestros días: «precisamente, en la política de masas, decir la verdad es una necesidad política», escribió. Y no en vano fue el fundador de dos periódicos: *L'Ordine Nuovo* y *L'Unitá*.

El 27 de abril de 1937, a las 4 de la tarde, y una semana después de cumplir su condena, Antonio Gramsci moría, físicamente deshecho: la tuberculosis pulmonar, la hipertensión, la angina de pecho, la gota, la arterioesclerosis concluyeron en una hemorragia cerebral.

Había dejado más de cien cartas de amor a Giulia, las cartas y los hermosos relatos que dirigió a sus hijos —unos textos alabados sin ambages por escritores de la talla de Italo Calvino— y sus *Cuadernos de la Cárcel*, su contribución a la izquierda europea.

A su voluntad antidogmática, puesta de manifiesto estos días por Achille Occhetto, actual secretario del Partido Comunista Italiano, se une el inevitable carácter incompleto de su obra. Ello la convierte en una propuesta abierta.

La huella de Antonio Gramsci, como señalara el hoy diputado socialista, Jordi Solé-Tura, se halla en la base del eurocomunismo y el socialismo democrático. Ignorado durante décadas, con la crisis de la izquierda tras la caída del socialismo real tal vez haya llegado por fin la hora del pleno reconocimiento de sus ideas innovadoras. ■

Fotografías de Antonio G[illegible] en el cautiverio político. Año 1933.

N.º 1.003 11-2 [illegible]

9108707

Nº DOCUMENTO

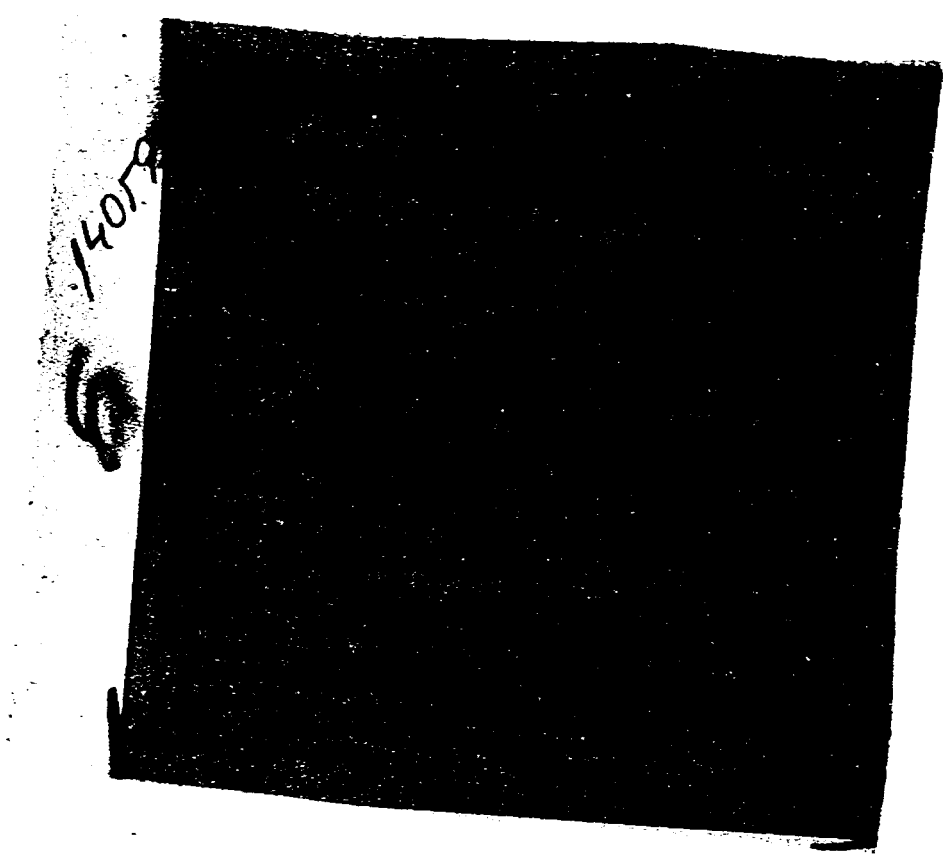
TITULO Mat. geologica contra central nuclear

REFERENCIA 15021

FECHA DE [illegible] 140591

[illegible] E.I. Regionales — 501014

Mat. geologica Chugungo



01.01

9108708

TEMA: IV Encuentro Empresarial de SLADE
FECHA: 150015
FECHA DE PROCEDENCIA: 130591
VINCULACIONES: Mercosur 12781-

Sociedad Latinoamericana de Estrategia

MERCOSUR lo integran empresarios: reunión

Desde el 15 al 17 en el Uruguay

Importantes instituciones y empresas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay patrocinan e[redacted] que tendrá lugar en el Hotel Victoria Plaza los días 15, 16 y 17 de este mes.

REUNIRA a empresarios, altos ejecutivos, consultores internacionales, profesores universitarios, políticos y agentes gubernamentales con la finalidad de formular estrategias utilitarias para la integración concreta de negocios en los mercados ampliados que generará el MERCOSUR.

Las delegaciones argentina, brasileña y paraguaya confirmadas hasta ahora, superan las cien personas y alrededor de cuarenta expertos de esos países presentarán informes, ponencias y posibles modelos, relativos a la formulación real de la integración a nivel de negocios concretos.

En el acto inaugural de este Encuentro se hará presente el Ministro de Economía, Cr. Enrique Braga, quien dirigirá un especial mensaje a los empresarios presentes.

Las conferencias plenarias estarán a cargo de importantes hombres públicos y distinguidos académicos de reconocida versación económica internacional y el [redacted] MERCOSUR", el Cr. Juan Eduardo Azzini a "Espacios económicos, globalismo y horizontes de expectativas en la integración", el Senador Dr. Sergio Abreu a "Las tentativas integracionistas anteriores y la realidad del MERCOSUR", Jorge Sanguinetti a "Infraestructura para la Integración Regional", el Cr. Daniel Azzini a "El papel de las Zonas Francas en la Integración", el Cr. José Antonio Pini a "Eficacia Empresarial y Social. Respuesta al desafío de los 90", el brasileño Dr. Luis Gaj[illegible] "Estrategias para la calidad y productividad", los argentinos Dr. Jorge Hermida, "Ventajas competitivas de las naciones de América del Sur. ¿Cómo lograrlas y sostenerlas?, y el Dr. Roberto Serra, actual Presidente de SLADE, a "La estrategia de la década del 90" y el Dr. Jorge Stern a "Impacto de las estrategias de marketing en el crecimiento y rentabilidad de las empresas".

A estas diez conferencias principales se sumarán doce paneles con cuatro o cinco expositores cada uno y un coordinador que moderará las preguntas y debates posteriores que ocasionen los participantes. Todo esto constituirá una amplísima cobertura de los temas e interrogantes que se están planteando los agentes económicos que conforman los aparatos productivos de los países integrantes del MERCOSUR. Se tratará de esclarecer el sustancial cambio de las reglas de juego que involucra este nuevo mercado común, sus oportunidades y riesgos asociados.

Sin duda, quienes participen en esta importante reunión lograrán ampliar su información y puntos de vista y una mejor evaluación del futuro que se avecina de acá al 95.

La entidad responsable de la organización de este evento es el [redacted]

01.01

910709

Nº DOCUM: .....
TITULO: PIT-CNT recibe delegación de CIOSL
PROCEDENCIA: 050591
FECHA DE ACTUALIZ: La Mañana
VINCULACIONES: 12738 10129 -
OIEC 12738
FSM 12500 4-
CIOLS 12660

Histórico: la central sindical recibió delegación de la CIOSL

POR primera vez en su historia, y en forma oficial, el secretariado ejecutivo del PIT-CNT recibió a una delegación de la central mundial CIOSL y de la regional ORIT. El encuentro, que duro algo mas de cuatro horas, sirvió para que Luis Anderson (secretario general de CIOSL-ORIT y ex Ministro de Trabajo de Panamá, bajo el gobierno de Omar Torrijo) y Fernando Serrano (representante de la CIOSL-ORIT para el Cono Sur) intercambiaron opiniones con los representantes uruguayos sobre el sindicalismo nacional e internacional.

Los representantes de la central sindical mundial, que se encuentran realizando una gira por varios paises del continente, dieron su opinión sobre la estrategia sindical ha utilizar en estos nuevos tiempos. "Teniendo en cuenta los cambios sustanciales que se están viviendo en Europa del Este".

Anderson y Serrano informaron que al PIT-CNT le propusieron crear "empresas sindicales (de propiedad social). Este tema quedó para ser debatido entre los sindicalistas del Uruguay", señalaron.

"Un tema muy debatido fue la posición 'independentista' que sustenta la central del Uruguay. Somos contrarios a que hoy los sindicatos se declaren autónomos en el mundo. Porque que la CIOSL-ORIT no le impone estrategias ni tácticas a ninguna central.

Ellas surgen de los congresos que la central mundial realiza periodicamente y donde las distintas concepciones gremiales--que son variadas y plurales- se definen".

Por último los Anderson y Serrano anunciaron que "uno de los puntos acordados es la ayuda en el área de formación sindical y colaboraremos en el diseño de una política para el área sobre la integración regional. Este trabajo, por supuesto, se realizará con las centrales del Cono Sur". ■

Luis Anderson y Fernando Serrano, representantes de la organización sindical mundial CIOSL-ORIT

050591

01.01 9108710

PIT-CNT busca lavar su imagen internacional
Búsqueda
23059
VINCULACIÓN
OIT FC. 12738
FSM 12500
CIOSL 12660

Tras la caída de los referentes ideológicos

El PIT-CNT busca "lavar" su imagen internacional, para ubicarse con equidistancia entre las tres centrales sindicales mundiales

escribe Alvaro Giz

La crisis de los referentes ideológicos que a nivel internacional guiaron gran parte del accionar del PIT-CNT en las últimas décadas está llevando a la central uruguaya a replantear su encuadre, imprimiéndole un viraje que intenta ubicarla en un punto de equidistancia con respecto a los tres obligados puntos de mira: la Confederación Internacional de Organizaciones de Sindicatos Libres (CIOLS) –socialdemócrata–, la Federación Sindical Mundial (FSM) –comunista– y la Confederación Mundial de Trabajadores (CMT) –socialcristiana–.

Si bien el debate interno del tema aún está inconcluso, la aspiración de los sindicalistas locales es promover la formación de una coordinadora continental –donde actúen todas las corrientes y tendencias–, pese a que se sabe que la tarea no es fácil en función de que en la región actúan estilos de gremialismo que se encuentran muy distantes entre sí, algunos francamente en las antípodas.

De las discusiones, tampoco se pueden soslayar los intereses de carácter económico, ya que sin el financiamiento internacional proveniente de sindicatos de países desarrollados, sería impensable, por ejemplo, la organización de seminarios, reuniones y hasta acceder al más mínimo equipamiento, dada la difícil situación financiera de los gremios locales, que pareció agravarse contemporáneamente a la crisis en Europa del este.

En lo que sí parece haber consenso es en la necesidad de mantener la autonomía de la central, pero lavando previamente su imagen de organización sindical pro-comunista.

Aunque la CNT primero y el PIT-CNT después nunca estuvieron afiliados a ninguna de esas centrales mundiales, al movimiento obrero local siempre se le reconocieron "fuertes lazos" con la FSM, donde el dirigente sindical comunista Enrique Pastorino (del gremio de la industria del cuero), llegó a ocupar un puesto en su dirección.

En el exterior la central siempre fue encuadrada como "comunista", ya sea por su inspiración ideológica, como por la reconocida mayoría que los gremialistas de esta filiación han tenido en sus cargos de dirección y en los de sus sindicatos afiliados. Asimismo, 17 gremios uruguayos de peso pertenecen o pertenecieron a organizaciones profesionales –por rama de actividad– que dependen de la FSM (por ejemplo, la Unión Internacional de Trabajadores del Metal, que integra el gremio metalúrgico, UNTMRA).

En los últimos años los realineamientos y reformas han alterado el orden sindical internacional, fundamentalmente luego del progresivo debilitamiento de la FSM debido a la caída del llamado "socialismo real" y a la masiva deserción de sus filas de los sindicatos de trabajadores de Europa del este.

La situación ha llegado a un punto tal que los gremios checoslovacos reclamaron a la FSM que retirara su sede de Praga, debiéndola trasladar a Moscú en 1990.

Simultáneamente se produjo un crecimiento de la CIOLS, a cuya sede han llegado numerosos pedidos de afiliación de antiguos integrantes de la central en retirada.

Es en este marco que el PIT-CNT abrió decididamente el espectro de contactos con las centrales internacionales y sus filiales regionales: la Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), filial de la CIOLS, y la Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), afiliada a la CMT.

No sucede lo mismo con la actuación de la central en el Consejo Permanente de Unidad Sindical de Trabajadores de América Latina (CPUSTAL) –afín a la línea ideológica de la FSM– ya que en una reunión realizada en Cuba a principios de mayo el delegado del PIT-CNT, Oscar Groba, planteó que la organización había "culminado una etapa de su vida".

Groba dijo a Búsqueda que si bien no se pidió la disolución de la CPUSTAL –fundada en 1984 para "estrechar filas en torno a la revolución cubana"– se propuso que se busquen los mecanismos "para transformarla en una propuesta alternativa más amplia". El planteo uruguayo también incluyó la decisión de dejar de pertenecer al "bureau" directivo de la regional, que precisamente tenía como coordinador al dirigente comunista uruguayo Ricardo Prieto.

En el caso de la CLAT, el PIT-CNT ha tenido siempre "vínculos cordiales", sostuvo un dirigente que pidió el anonimato. Recordó que tan es así, que gremialistas que integran la organización Acción Sindical Uruguaya (ASU, afiliada a la CLAT) forman parte del actual Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT en nombre de sus sindicatos.

Con la ORIT, en tanto, los vínculos tienen un pasado más conflictivo, ya que los sindicalistas acusan a esta organización de haber "saludado" el golpe de Estado de 1973 a través de un "telegrama de felicitación" enviado al entonces presidente Juan Ma. Bordaberry.

Sin embargo, actualmente el PIT-CNT reconoce que esta organización ha sufrido un "aggiornamiento" luego de que asumiera como secretario general el panameño Luis Anderson, adoptando posturas consideradas como "más clasistas".

Paralelamente, los gremialistas locales sostienen que en la última década la CIOLS modificó su posición con respecto a Latinoamérica asumiendo un "papel más solidario" con sectores sociales y partidos políticos "a partir de la oleada de golpes militares". Asimismo, señala que hay una menor incidencia de la central estadounidense (AFL-CIO) y mayor presencia de los sindicatos socialistas y socialdemócratas de Europa.

"La CIOLS fue la organización que más ayudó a los presos y exiliados uruguayos. Puso un millón de dólares, sin preguntar nada, cualquiera fuera la extracción política", confesó a **Búsqueda** el dirigente sindical socialista Federico Gomensoro.

Por otra parte, a principios de este mes llegó a Montevideo el propio Anderson para suscribir con la central un convenio de colaboración en el área de la formación de cuadros sindicales, en lo que significó un contacto impensable años atrás.

Este proyecto conjunto comenzó a gestarse en diciembre pasado, cuando el presidente del PIT-CNT, José D'Elía y el dirigente Rúben Villaverde plantearon a los jerarcas de la ORIT Gerardo Castillo y

(pasa a pág. 20)

El PIT-CNT busca...

(viene de pág. 15)

Fernando Serrano, el interés del movimiento obrero en iniciar "una colaboración más estrecha" con esa organización en el área de la formación de dirigentes.

El pedido fue oficializado posteriormente a través de una carta del PIT-CNT que firmaron el propio D'Elía y Héctor Florit, secretario de Formación Sindical de la central de extracción nacionalista integrante de ASU.

Sin embargo, la visita de Anderson no estuvo exenta de aspectos polémicos. En conferencia de prensa para medios locales el jerarca de la ORIT tocó un aspecto sumamente sensible para el PIT-CNT al señalar que respetaba su posición internacional, pero advirtiendo que "no podemos estar de acuerdo con la filosofía de la autonomía de las centrales, pues ello determinaría la desaparición de la CIOLS, por ejemplo".

Consultado sobre esta afirmación Villaverde dijo a Búsqueda que la independencia que sostiene el PIT-CNT "es para salvaguardar su unidad interna" ya que "dentro de la central conviven corrientes diferentes, que si nos afiliáramos a la CIOLS dejarían de pertenecer a ella".

Más enérgico fue el dirigente de ASU, del gremio textil y miembro del Ejecutivo de la CLAT, Milli Ferreira, quien sostuvo que la llegada de Anderson "está vinculada a los lineamientos estratégicos fijados por la CIOLS, que está en ofensiva por captar la afiliación de) centrales y sindicatos del área".

Añadió que si no se puede afiliar a la central "se trata de vincular a los sindicatos y federaciones, para luego, a través de ellos, concretar la ofensiva".

01 01
9108711

Uruguay Hoy ... NAZI CUKURS
... la República 150023
FE... 200591
VINCULACIONES ASUNTO 11204
URUGUAY 10020

MEMORIAS DE LA VIOLENCIA

Largo brazo de la "vendetta" costó la vida al nazi Cukurs

Bonn, República Federal Alemana (AP)

Un grupo que se autodenomina "Los que jamás olvidarán" asegura que dio muerte a un supuesto criminal de guerra nazi, el 23 de febrero pasado, identificado como Herberts Cukurs, ingeniero aeronáutico, nacido en Latvia. Su cadáver puede ser hallado en Uruguay, en una casa de la calle Colombia, del balneario Parque de Carrasco, 7a. sección de Canelones.

Todo es historia en estas Memorias de la Violencia, y al transcribir textualmente ese despacho de la agencia noticiosa norteamericana Associated Press, nos internamos en el túnel del tiempo para situarnos en aquella tarde del sábado 6 de marzo de 1965, en que en el ambiente periodístico se vivía la expectativa por el match que esa noche el equipo aurinegro debía disputar con el representativo asunceño de Guaraní, en el estadio paraguayo de Puerto Sajonia, por la Copa Libertadores de América. La jornada era aparentemente tranquila y toda la atención, como decimos, estaba centralizada en ese evento deportivo, verdadero imán de multitudes. Por eso, cuando a la redacción de un diario vespertino montevideano llegó el despacho de AP, donde se daba cuenta del crimen, fue tomado en principio, obviamente, con lógico escepticismo.

Sin embargo, pese a todas las dudas iniciales, el caso era auténtico y la realidad superaba largamente a la ficción, dando lugar a uno de los episodios más espectaculares, sin la mínima duda, de la historia policial de nuestro país.

Cuando la policía y los periodistas del vespertino (que por lógicas razones estaban tras la sensacional primicia) llegaron al lugar indicado por el despacho telegráfico, encontraron el chalé que, en realidad, era en el balneario Shangrilá y en su interior, mientras las paredes estaban manchadas de sangre así como el piso de la vivienda, un baúl de grandes dimensiones.

CADAVER Y DOCUMENTACION

Cuando lo abrieron, el espanto se apoderó de todos (policías y periodistas) ya que allí yacía el cadáver de Herberts Cukurs, un ingeniero aeronáutico letón, a quien por distintos documentos aparecidos junto a su cuerpo, en el mismo baúl, se atribuía responsabilidad en el asesinato en masa de miles de judíos, en el ghetto soviético de Riga, durante la Segunda Guerra Mundial. Cukurs tenía el cráneo destrozado a golpes y signos de horrendas torturas, mientras otro documento dejado sobre su cuerpo indicaba que los autores de la feroz venganza eran integrantes de la organización sionista Los que Jamás Olvidarán, quienes nunca serían identificados con certeza, pese a que circuló la foto de uno de ellos, aunque sin poder afirmarse, en definitiva, su responsabilidad en el horrendo crimen. El criminal de guerra nazi -que tras la conflagración mundial vino huyendo a América del Sur, para refugiarse en Brasil, donde trabajó en varios oficios hasta instalar una empresa de hidroaviones y deslizadores a pedal en un parque de diversiones- siempre temió un secuestro, afirmándose ese recelo al registrarse en Buenos Aires la publicitada captura, por parte de comandos sionistas, del jerarca nazi Adolf Eichmann, quien fuera sacado de territorio argentino, llevado a Israel y sometido a un juicio que culminó con su sentencia a muerte.

Sin embargo, esos temores de Cukurs no le evitaron caer en la trampa, habilmente tendida desde nuestra ciudad, por parte de varios individuos quienes lo habían apalabrado antes en la ciudad brasileña de San Pablo, para instalar en Montevideo una empresa similar a la que poseía en Brasil. La ambición perdió al criminal de guerra y al viajar a nuestra ciudad, prácticamente se entregó a los "comandos", quienes lo llevaron a un chalé de Shangrilá, previamente alquilado, masacrándolo a golpes para dejarlo dentro de un baúl.

Fue un operativo fríamente planificado en sus mínimos detalles, que aparecía escapado de una secuencia del famoso Archivo de Odessa, y sus responsables no sólo llegaron impunes a Europa, sino que también se encargaron de publicitar el crimen, dejando un mensaje con todos los detalles, para la ubicación del cadáver, en las oficinas de la agencia noticiosa AP, en Bonn, Alemania.

LARGO BRAZO DE LA VENGANZA

La policía, a través del entonces Departamento de Inteligencia y Enlace, realizó intensas pesquisas en torno al caso y durante varias semanas, por obvias razones dada la repercusión mundial de la noticia, el asesinato de Cukurs ocupó la primera plana de todos los medios periodísticos locales.

Esas pesquisas se enfrentaron desde un primer momento a la valla insoslayable de "buscar fantasmas", ya que no se poseía el mínimo indicio para llegar a la identificación de los "comandos" de la organización Los que Jamás Olvidarán.

Poco a poco, sin embargo, se fueron atando algunos cabos y al seguirse la pista del origen del baúl, en el cual apareciera el cadáver de Cukurs se confirmó que había sido adquirido en un conocido comercio capitalino del ramo. También se rastreó lo relativo al alquiler del chalé y de esa forma se llegó a la obtención de dos nombres (Oswald Heinz Taussing y Aaron Kunzle) como presuntos implicados, aunque se barajaba con sobrados argumentos la hipótesis de que utilizaban documentación falsa. De Kunzle se publicitó incluso una foto y al ser exhibida a quienes vendieron el baúl, fue reconocido sin lugar a dudas, cosa que también ocurriría con los empleados de la inmobiliaria donde se arrendó el chalé y una casa de automóvil donde alquilaron dos vehículos.

Aunque todas esas pistas fueron simplemente "fuegos artificales", que de nada sirvieron para llegar a la identificación real de los "comandos" homicidas.

01.01

9108712

SUMÁRIO

ONU Academia — XA. MEIO AMBIENTE
Jornal do Brasil
24.06.91
ONU 12573-
UNP NUH 12581-
CETESB 12640

ONU cria academia

Está sendo inaugurada hoje, em Genebra, na Suíça, a Academia Internacional do Meio Ambiente. Ela conta com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Luis Pinguelli Rosa, José Goldemberg, Aziz ab Saber, Enéas Salati e Fábio Feldmann estão entre os cientistas e políticos brasileiros que participam do simpósio inaugural. Na pauta: desmatamento na Amazônia, energia e desenvolvimento, ecologia e cidadania.

Procura-se

Quem está despejando entulho e lixo de construção na Estrada Dona Castorina, na subida da Vista Chinesa? E quem está jogando sacos pretos de lixo grandes (de 100 litros) na mata próxima? Só caminhões podem levar tanta sujeira para o local. Com a palavra o Ibama, que está em greve... Será que os poluidores estão se aproveitando?

Cruz verde x crimes

O comissário de meio ambiente da Comunidade Européia, Carlo Ripa di Maena, propõe a criação de um organismo independente como a Cruz Vermelha para proteção da natureza durante guerras. O grupo ecológico Greenpeace já tem um projeto para uma nova Convenção de Genebra sobre crimes de guerra ecológicos. As propostas devem ser discutidas na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, em outubro.

01.01

9108713

Foro de San Pablo en México
La República
170691
~~P. Izquierda~~
~~del D.F.~~
HCI 12739
P.C. 500419
México 10131

Partidos de izquierda del Foro de San Pablo seguirán buscando políticas alternativas

170691 (F-2)

Encuentro de México terminó con una censura al neoliberalismo

México (UPI)

El Dirigentes de 68 partidos políticos y organizaciones de izquierda de Latinoamérica y El Caribe concluyeron ayer el I Foro de San Pablo con una censura a los programas económicos neoliberales, aplicados por las "democracias restringidas predominantes" en los gobiernos de la región, y demandaron solidaridad con Cuba.

Los delegados al II Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de San Pablo, realizado bajo el tema América Latina y el Caribe Frente a la Reestructuración Hegemónica Internacional, concluyeron que "las políticas recesionistas inspiradas por el neoliberalismo son la causa de la crisis política y social de nuestra región".

"Las democracias restringidas" son "condición necesaria para sustentar el modelo neoliberal" que "es una subordinación de las economías latinoamericanas al proyecto de restructuración global que comandan los países desarrollados y en especial los sectores hegemónicos de la economía norteamericana", dijo el documento.

Los representantes estimaron que el proyecto neoliberal aglutina "viejos y nuevos métodos de penetración e injerencia, de reestructuración hegemónica de Estados Unidos en el continente".

Esos métodos son la Iniciativa de las Américas del presidente estadounidense George Bush, la invasión de Panamá para asegurar el control del canal, el estrangulamiento de Nicaragua por una guerra impuesta, el bloqueo y la amenaza contra Cuba y la mediatización de los procesos de negociación de paz en Centroamérica para desmantelar los movimientos democráticos, indicaron.

Según el documento del encuentro, realizado en la ciudad de México a invitación del principal partido mexicano opositor de izquierda, partido de la Revolución Democrática (PRD), resulta necesaria "la integración política y económica de América Latina" buscada desde hace dos siglos.

Los ciento cincuenta delegados instaron en la declaración a "continuar discutiendo la búsqueda de políticas alternativas a los modelos neoliberales hoy predominantes en nuestra región".

Además, durante el foro también se reflexionó sobre la independencia de Puerto Rico y el narcotráfico que estaría provocando la militarización de los países latinoamericanos por parte de Estados Unidos. Durante la última sesión del Foro, inaugurado el miércoles, se debatió la defensa de la soberanía de Cuba, las conquistas de la revolución sandinista, la defensa del proceso democrático de Haití y la ocupación militar estadounidense en Panamá.

Decenas de dirigentes políticos de izquierda, incluyendo a representantes de los gobiernos de Cuba y Haití, evaluaron los résultados de las políticas económicas neoliberales que "han producido la homogeneización económica de América Latina a pesar de los distintos niveles en la aplicación del mismo".

"Los gobiernos de América Latina han acordado una gran importancia a cumplir con las normas que les exigen sus acreedores empezando por el pago puntual de la deuda-tributo", dijo el documento del PRD, de México.

Acordaron realizar un seminario de proyectos alternativos en febrero de 1992 y el III Foro de San Pablo en junio siguiente.

En el foro, instituido por el ex candidato presidencial de Brasil Luis Ignacio "Lula" Da Silva, participaron observadores de España, como el Partido Izquierda Unida, La Iniciativa Per Catalunya y el Partido Comunista de los Pueblos, y de Francia, Unión Soviética, Canadá, Italia y Estados Unidos.

El dirigente del PRD Cuauhtemoc Cárdenas, ex candidato presidencial e hijo del presidente Lázaro Cárdenas que en 1938 expropió el petróleo mexicano, consideró que "los modelos neoliberales y monetaristas aplicados en muchos países latinoamericanos han demostrado una incapacidad absoluta para resolver los problemas del pueblo".

"Nosotros (en el PRD) no creemos, como hace el gobierno de México, que las políticas económicas deban servir para concentrar la riqueza en las manos de unos cuantos", añadió.

El gobierno del presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, al igual que la mayoría de los regímenes en América Latina, han estado privatizando masivamente las empresas estatales, eliminando las restricciones a la inversión extranjera y las barreras arancelarias y reduciendo el gasto social.

01.01

9108714

Jornal: desta página (MEIO AMBIENTE)
Jornal do Brasil 150098
24069.1
PALAVRA 1258.1
ECOBRASIL 10046

ARTIGO/Carlos Garcia

Brasil: duplo papel

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizará no Rio entre os dias 1 e 12 de junho de 1992, se afigura como o coroamento de um processo iniciado há vinte anos, em Estocolmo, com a realização da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano. Na capital sueca, discutiu-se, pela primeira vez na história, de maneira global e em escala planetária, a questão do meio ambiente, que desde então passou a figurar invariavelmente na agenda dos grandes temas internacionais. Não obstante, ao longo desses mesmos vinte anos, o planeta continuou a sofrer um processo de degradação ambiental em escala jamais vista antes. Espera-se, portanto, que a Conferência do Rio possa produzir resultados concretos capazes de conciliar o direito legítimo e soberano dos povos ao desenvolvimento econômico com a necessidade de assegurar um meio ambiente saudável às gerações futuras.

Naqueles 12 dias de junho o Brasil e, em particular, o Rio de Janeiro, estarão no centro das atenções mundiais. Nunca nenhum país terá tido o privilégio e a responsabilidade de reunir tão grande número de chefes de Estado e governo e personalidades nacionais e internacionais em tão curto período de tempo. Estima-se que o Rio venha a abrigar aproximadamente 70 chefes de Estado ou governo (a conferência terá o caráter de reunião de cúpula), cerca de 170 delegações governamentais, 50 delegações de organismos e agências internacionais (como Unesco, OEA, FMI, Cepal, AIEA, entre outras) e representantes de 500 organizações não-governamentais. Somados a isso jornalistas, funcionários internacionais, corpo técnico da ONU e pessoal brasileiro nos serviços de apoio, ter-se-á um total aproximado de 10 mil participantes diretos e indiretos da Conferência — segundo cálculos das Nações Unidas. Esse total, cabe observar, não inclui os participantes de eventos programados para ter lugar paralelamente à Conferência, em várias cidades brasileiras, patrocinados e organizados por entidades privadas.

O Brasil terá um duplo papel na Conferência: o de país anfitrião e o de participante do evento. Como anfitrião, caberá ao Brasil tomar as providências internas necessárias ao perfeito funcionamento da Conferência (adequar o Riocentro aos padrões da ONU, proporcionar transporte público e segurança, coordenar a hospedagem — mas não custeá-la — garantir imunidades etc). Como país participante, na qualidade de Estado-membro da ONU, caberá ao governo brasileiro preparar sua posição nacional, em coordenação com os setores internos interessados oficiais e privados, e em articulação com outros países em nível regional e sub-regional.

Embora esta dupla condição de anfitrião e participante certamente coloquem o Brasil em posição proeminente no cenário da Conferência, é necessário ter presente o seguinte: a Conferência é das Nações Unidas; o Brasil é apenas um dos países membros da UNU que teve aceito seu convite para sediá-la. Assim, na Conferência não se avaliará ou julgará o estado do meio ambiente no Brasil ou em nenhum outro país em particular; tampouco se analisarão individualmente os relatórios nacionais preparados pelos governos. Serão sim examinados temas abrangentes, previamente definidos e trabalhados nas reuniões do Comitê Preparatório estabelecido pela ONU para tal fim. Isso não impede, porém, que assuntos específicos, de interesse nacional ou internacional, venham a ser levantados e discutidos nos eventos paralelos.

De toda maneira, a Conferência de 92 constituirá estímulo e oportunidade singulares para que, internamente, se realize profunda reflexão sobre a situação ambiental brasileira, sua relação com o modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas, e se definam estratégias e linhas de ação para o futuro.

O autor é Secretário da Administração Federal e Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Nacional encarregado da preparação da Rio-92

01 . 01

9108715

Dimensión política de la Encíclica
La Nación 150025
300691
Folio 11020

La dimensión política en la encíclica del centenario

Por Carlos Floria
(Para LA NACION)

"Cuando los hombres se creen en posesión del secreto de una organización social perfecta que hace imposible el mal, piensan también que pueden usar todos los medios, incluso la violencia y la mentira, para realizarla."

(Centesimus annus, 25)

Así como Juan Pablo II expresa en el comienzo de su última encíclica que propone una "relectura" de "Rerum novarum" publicada por León XIII cien años atrás, es interesante releer Centesimus annus para extraer conclusiones no sólo religiosas y éticas sino, sobre todo para el lector no católico, cívicas.

Las primeras repercusiones del documento en nuestro país fueron el resultado de la exploración realizada por pensadores, analistas y hombres de acción preocupados en general por el tratamiento de la dimensión *económica* de la vida. Y, ciertamente, la encíclica contiene densas y muy importantes contribuciones para el examen de esa dimensión y cómo obrar a partir de los valores que privilegia.

Nuestra participación en un excelente seminario realizado en Roma semanas atrás, organizado por el Consejo Pontificio Justitia et Pax cuyas sesiones cerró Juan Pablo II en el acto de homenaje del 15 de mayo, afirmó nuestra convicción sobre una de las claves para la lectura del documento: la economía, el derecho, la política, el estilo de vida del hombre en sociedad, se integran en una visión *ético-cultural* (CA, 39) y desde esa visión aquellas dimensiones de la realidad adquieren sentido. No es tanto mediante el esquema clásico del ver, juzgar y obrar como se entiende mejor el documento, sino desde un esquema nuevo que ordena de otra manera esos términos: juzgar desde la "centralidad del hombre en la sociedad" (CA, 54), y entonces ver y obrar.

Juan Pablo II

Imaginemos al autor de la encíclica de pie en medio de las ruinas de Estados y sociedades degradados por el totalitarismo, por el ateísmo, por el militarismo (CA, 14), por la violencia absolutizada, que a partir de una teología y de una filosofía moral, de una perspectiva del hombre que "...en la Tierra (es) la sola criatura que Dios ha querido por sí misma", como dice bellamente uno de los pasajes, propone criterios, valores y orientaciones para la reconstrucción de vidas personales y sociales que merezcan ser vividas.

Leída desde esa imagen, la encíclica entera nos parece más clara y contra la tentación del eurocentrismo que siempre acecha a este tipo de documentos, la propuesta alude a la situación de centenares de millones de hombres y a decenas de naciones que viven formas diferentes de decadencia, degradación o declinación.

Desde esa clave no se nos dispensa de tratar qué pasa con la economía, el derecho, la política, la cultura y, sobre todo, qué debería pasar para la humanización del hombre, para que el estado de hombre reemplace al estado de naturaleza hostil a la libertad y a la justicia.

La *dimensión política de la vida* tiene su lugar significativo en las líneas claras que recorre el capítulo V sobre *Estado y cultura*. No está escrito, digámoslo una vez más, desde el fin de la historia o el fin de las ideologías. En todo caso está escrito desde la experiencia de ideologías totalitarias perversas, como son todas para el hombre concreto cualquiera que sea el signo que evoquen, y de la explosión o implosión de los sistemas que inspiraron o inspiran. Comprueba el fin de *una* ideología hasta no hace mucho dominante y militante –el comunismo–, luego de asociar significativamente a los fascismos y nazismos y a los regímenes de "seguridad nacional" (CA, 47). Y asiste a la difusión "del ideal democrático junto con una viva atención y preocupación por los derechos humanos".

Cuando recorre la dimensión política, el documento ratifica la visión positiva del principio de legitimidad democrático, del "estado de derecho", de la división de poderes, del valor central de la libertad en relación con la verdad.

El autor conoce diferentes posiciones frente a la política que podrían resumirse así. Primera, la política es una actividad humana necesaria, importante y disponible para el bien, en medio de fallas. Segunda, la política es una actividad degradante, reino de la corrupción e irrecuperable para el bien. Tercera, la política es una dimensión inevitable. Cuarta, la política es una actividad indiferente, en sí misma ni buena ni mala. El Papa, por formación y experiencia de vida, no participa de la ingenuidad utópica, de la complacencia hacia los líderes, del "surfismo ideológico" de comunicadores o intelectuales ávidos de poder ni del conformismo apático. Y se enrola en la mejor tradición de la Iglesia y del ciudadano integral cuando rechaza la visión negativa de la política porque alienta la derrota, propone implícitamente la pasividad, recomienda indirectamente la irresponsabilidad, desalienta la lucha contra los males que la acción política –y aun ciertas ideas e ideologías políticas– conlleva. Y al cabo representa una visión contradictoria respecto de la eficacia de la redención, en cuanto evoca la enseñanza de Cristo para que el cristianismo sea sal del mundo y lo transforme para el bien.

Si la encíclica del centenario contiene una visión positiva y realista de la política es, en fin, porque el carácter mismo de la dimensión política de la vida alienta el rechazo de una renuncia permanente a participar en ella desde las variadas formas en que es posible servirla. Nos dejaría truncados en nuestra humanidad social y en nuestra respuesta a las necesidades y desafíos que otros enfrentan. Cultivaría la displicencia o el compromiso negligente que nos expone a la infidelidad respecto del hombre concreto y al repliegue egocéntrico a la vida privada. La *política* no es mala, aunque contenga también el mal. Y tiene consagrado el principio de legitimidad deseable que evoca la democracia pluralista. Pero el enemigo está adentro: las malas *políticas* y los hombres que corrompen la vida pública.

(c) LA NACION

01.01 9108716

Greenpeace desembarca no Brasil
Zero Hora 150028
020691
Fragatão Lets Rea 12738
Brasil 10046
GMP 12561
LEF ECOLOGIA MEIO AMB 501014

Fundo ecologia Brasil

Movimento Greenpeace desembarca no Brasil

□Organização ecológica, conhecida pela audácia de seus militantes, abrirá dois escritórios, um no Rio de Janeiro e o outro em São Paulo

MARCELO RECH
Enviado Especial/ZH

Os poluidores brasileiros que se cuidem. A *Greenpeace*, uma das mais poderosas organizações ecológicas mundiais, está desembarcando no Brasil para, a partir de agosto, aplicar em solo nacional as táticas de ação direta em defesa do meio ambiente que a tornaram famosa nos quatro cantos do Planeta. A entidade, que ganhou notoriedade ao colocar a vida de seus militantes em risco para impedir atentados ambientais, é o primeiro grande organismo ecológico internacional a abrir escritórios exclusivos no Brasil. Até agora, apenas os Amigos da Terra estão em território brasileiro, mas em associação com a Ação Democrática Feminina Gaúcha, em Porto Alegre.

A chegada da *Greenpeace* (Paz Verde, em inglês) só vai ser anunciada oficialmente dentro de dois meses, seguindo uma estratégia de marketing, que visa a criar um clima de expectativa no País. No entanto, dois escritórios já estão montados: o do Rio de Janeiro cuidará das áreas de florestas tropicais e oceanos, enquanto outro em São Paulo se responsabilizará pelas áreas de energia nuclear, produtos tóxicos, entre os quais pesticidas, e energia e atmosfera.

Apesar de ser um organismo multinacional, com sede de Amsterdã, na Holanda, e disseminado por 24 países, a *Greenpeace* trabalhará no Brasil exclusivamente com brasileiros. O diretor executivo é o antropólogo José Carlos Libani, que atuou muitos anos em questões indígenas. O escritório do Rio é comandado pelo cientista social José Augusto Pádua, e o de São Paulo pelo geólogo Ruy de Góes. "São pessoas que já tinham um trabalho na área ambiental e foram convidadas", explica o diretor do escritório do Rio.

OUSADIA — Por suas ações ousadas, como investir em botes de borracha contra navios carregando cargas tóxicas, a *Greenpeace* faz a delícia dos meios de comunicação europeus. O resultado é que suas atividades chamam a atenção e atazanam a vida de quem ameaça poluir. No Brasil, a preocupação é não ressaltar um lado que pode ser interpretado como ecologismo romântico. "A ação direta é só uma parte de nosso trabalho", diz José Augusto Pádua, ao lembrar que a entidade atua ainda na conscientização de comunidades, na educação ambiental e no *lobby* sobre governos e legisladores.

O desembarque da *Greenpeace* no Brasil vai também introduzir um novo conceito no País: o do ecologista profissional, alguém que ganha dinheiro para se dedicar de corpo e alma à causa de proteção do meio ambiente. José Augusto Pádua não revela quanto é o salário dos primeiros cinco funcionários brasileiros. "Estão de acordo com os padrões nacionais", despista. Mas faz questão de salientar que a entidade aceita o trabalho de voluntários. "O número de profissionais é pequeno", afirma ele. Ao contrário de outra multinacional do verde, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a *Greenpeace* não aceita doações de governos ou empresas. Suas receitas são provenientes apenas de contribuições de simpatizantes — nada menos do que 5 milhões em todo o mundo. Em compensação, enquanto o WWF destina recursos para projetos de pesquisa, inclusive no Rio Grande do Sul, a *Greenpeace* prefere agir em outros campos de atuação. Ela conta, por exemplo, com o badalado navio *Rainbow Warrior* (guerreiro do arco-íris, em inglês) protagonista de um incidente internacional quando agentes do serviço secreto francês tentaram afundá-lo na Nova Zelândia por causa dos protestos da *Greenpeace* contra os testes nucleares no Atol de Mururoa.

Ainda não se sabe quando, mas o Brasil deverá, a partir da abertura dos escritórios, se tornar rota de passagem do navio. Enquanto ele não vem, os representantes da organização já pensam em projetos que possam ser tocados adiante, mesmo com equipamento alugado. Pádua, contudo, toma cautela de ressaltar que as ações não são impensadas. "Não é pegar o barco e sair por aí. As ações são planejadas com muito cuidado, porque uma das coisas que caracteriza a *Greenpeace* é ser competente e sempre trabalhar com dados confiáveis, sem especulação".

DPA/ZH

Greenpeace: *audácia dos militantes deu fama à organização ecológica*

Problema ambiental estimulou a vinda da entidade ao Brasil

Enquanto a maioria das entidades ambientais brasileiras ainda luta para conseguir instalar um telefone, o surgimento de uma organização que movimenta milhões de dólares por ano poderia espalhar ciumeiras no cenário de penúria nacional. Por isso, o compromisso da *Greenpeace* no Brasil é não roubar o espaço de ninguém. "Nossa filosofia é a de fazer um trabalho de cooperação com outros grupos e abrir novos flancos", afirma o diretor do escritório do Rio de Janeiro, José Augusto Pádua. Autor do livro *O que é a Ecologia*, ele não considera a profissionalização do ambientalismo como uma solução generalizada no Brasil. "É bom aumentar o grau de profissionalismo, porque permite que mais gente possa se dedicar exclusivamente ao movimento", comenta. "Mas a riqueza do movimento ecológico é a sua diversidade, desde os mais heróicos e voluntários. Não há um modelo a ser seguido".

O Brasil não é o primeiro país latino-americano com representação da *Greenpeace* — o pioneiro foi a Argentina — mas o objetivo é utilizar esta experiência como um projeto piloto para futuras ramificações do organismo no Terceiro Mundo. Hoje, ele está praticamente confinado à Europa, Estados Unidos e Oceânia. "Os problemas ambientais brasileiros desafiaram a *Greenpeace* para que viéssemos para cá também", explica Pádua.

01.01 9108717

CARTA DEL SIGLO
LA REPUBLICA. 150023-
16.06.91
IGLESIA 11020-
EVANGELISTAS

"No salí a atacar a los hermanos evangélicos, los cuales me merecen el mayor respeto,

Elizaga: "Ni yo ni la Iglesia Católica siguiendo a Cristo, oramos por los

● "Le pido sinceramente al Señor que no les tenga en cuenta esos desbordes de fanatismo y sectarismo (...). No juzguen y no serán juzgados"

Ante la reciente publicación de una carta de la Asociación de Dirigentes Evangélicos del Uruguay, en la que se emitían los conceptos de esa iglesia respecto a la entrevista al padre Elizaga publicada con anterioridad, el mencionado sacerdote considera como "violentas y agraviantes" las declaraciones vertidas. El sacerdote católico remitió una carta a LA REPUBLICA, de la cual se publican algunos extractos debido a su extensión.

Señor Director de
LA REPUBLICA
doctor Federico Fassano

De mi mayor consideración:

El que suscribe, Consultor de la Santa Sede para el diálogo interreligioso, [illegible] el agraviante ataque de dos pastores pentecostales, Fredy Granja y Luis Zapata, contra las enseñanzas y prácticas de nuestra Iglesia Católica y contra mi persona, advirtiéndome que seré "reprobado ante el Supremo Tribunal de Dios", en la nota publicada el viernes 7 de junio, solicita tenga Ud. la amabilidad de publicar esta nota en respuesta, dado que ellos mismos reconocen "la erudición que he demostrado en el terreno que nos ocupa"

Estimados lectores:

Hace unos días un periodista de LA REPUBLICA golpeó la puerta de mi parroquia para hacerme una nota sobre el avance de las sectas, acompañado de una nueva edición de mi libro sobre las "Sectas y Nuevas Religiones a la Conquista del Uruguay".

En dicha nota no ataqué a ningún pastor evangélico, ninguna iglesia, ninguna doctrina, porque creo y reconozco que toda persona tiene derecho a pensar y a creer lo que considere como verdadero.

Pero ante las violentas y agraviantes injurias de dos señores pastores, Zapata y Granja, los cuales dando muestras de fanatismo y sectarismo, en el artículo aparecido en "LA REPUBLICA" el viernes 7 de junio, atacaron nuestra Iglesia Católica y sus enseñanzas, y me conminaron" ante el Tribunal Supremo (de Dios)", me siento obligado por amor a la Iglesia y por respeto a los hermanos protestantes y evangélicos que ese artículo los ha dejado muy mal parados ante la opinión pública; a hacer por las numerosas llamadas de distinguidos periodistas y amigos evangélicos, a hacer las siguientes apreciaciones:

No salí a atacar a los hermanos evangélicos, los cuales me merecen el mayor respeto, amor y comprensión.

Sé muy bien distinguir, entre iglesias evangélicas serias como los Bautistas, Metodistas, Valdenses, Nazarenos, Asambleas de Dios, Iglesias de Dios, etcétera, de los pseudo grupos evangélicos y pentecostales que desde hace unos años están invadiendo nuestro país y a los que especialmente me refería en la entrevista periodística.

Conozco a muchos pastores evangélicos, a los cuales aprecio y admiro, como el doctor Emilio Castro, Secretario General de Consejo Mundial de Iglesias, el pastor Guillermo Milován, Juan Carlos Ortiz, etcétera, a los cuales me une una gran amistad de muchos años.

Conozco muy bien a los pentecostales y si tienen dudas que lean el capítulo que les he dedicado en mi libro y digan si tienen algo que objetar.

Por otra parte he sido invitado a participar en varios encuentros, con hermanos evangélicos como los celebrados en Cuenca (Ecuador); en Emblase Río Tercero; en Salta, en Kansas City y en Taizé en Francia y he sido invitado a predicar en varias iglesias pentecostales como "Brasil para Cristo" en San Pablo; Buenos Aires (Hidalgo 352), "San Miguel" en Argentina y en Bolivia y en varias iglesias de Montevideo y he participado del aprecio y amistad del famoso pastor y escritor David Du Plessis, conocido en todo el mundo como "Mister Pentecostal".

Creo haber sido objetivo al afirmar el pentecostalismo es el movimiento que más crece en América Latina, ya que abarca el 80% e incluso mencioné a iglesias pentecostales serias, como las asambleas de Dios.

Solamente me refería a pastores como Jimmy Swaggart descalificado por sus propios hermanos evangélicos el cual "se para, se sonríe, hace chistes o si no llora, y le caen lágrimas. Uno ve la toma de cerca y le caen lágrimas auténticas. Es todo un lenguaje al que nosotros no estamos acostumbrados", lo cual dije en mi artículo.

Es decir que no critiqué ninguna iglesia o enseñanza de los pentecostales, sino solamente la forma de predicar de algunos pastores, que como Swaggart no se dirigen al entendimiento y racionalidad de la persona ni a la sana emotividad, sino que utilizan ese sentimentalismo fácil y superficial que disminuye el espíritu crítico y masifica a las personas. (...)

Me alegra y me asombra que frente al llamado Informe Rockefeller, el cual aconsejaba en 1969 el envío de sectas fundamentalistas y otras a América Latina, los pastores Zapata y Granja reconozcan que "sin duda que Rockefeller aconsejaría como conveniente desde el punto de vista político, considerar la postura católica debida la influencia de esta en las masas y que se adoptaran las medidas que se creyesen convenientes".

Por lo tanto, señores pastores, si ustedes están de acuerdo con los consejos políticos de Rockefeller, c[illegible] entonces el hecho que a partir de 1970 empezasen a invadir Latinoamérica una cantidad de denominaciones evangélicas y sectas no cristianas provenientes de los Estados Unidos y respaldadas por dólares americanos. (...)

Me acusan los pastores evangélicos Zapata y Granja que al hablar yo del obispo brasileño Macedo, de la Iglesias Universal del Reino de Dios, de "traspolar su actividad a nuestro medio".

Han de saber señores pastores que la Iglesia del Reino de Dios estuvo instalada en pleno Montevideo, muchos uruguayos asistieron a sus cultos, se les hicieron reportajes en algunos medios de prensa y siguen actualmente desarrollando su actividad religiosa en Rivera y en Artigas. (...)

El fanatismo de estos dos señores pastores, los lleva a atacar nuestra Iglesia Católica, la que fundó los primeros pueblos, la que acompañó a la fundación de Montevideo y de Colonia del Sacramento, a la que educó y formó a los héroes de nuestra patria, la que participó activamente en las luchas de la Independencia y acompañó a la patria naciente, la que abrió las primeras escuelas, la que atendió a nuestros enfermos y enterró a nuestros muertos, la que propulsó la creación de la Biblioteca Nacional y la Universidad de la República. (...)

Dicen los pastores que "las distintas órdenes y confesiones dentro del catolicismo se merecen también el calificativo de sectas. Salvo que sus líderes, maestros, fundadores, etcétera, reconocieron la supremacía papal y eso les salvó de la persecución y del anatema". (...)

Vivimos en 1991, no en la Edad Media ni en el siglo XVI y a todo lo que me refería en mi artículo no es a muchos hechos del pasado, que tanto ustedes como nosotros debemos lamentar, sino a cosas sucedidas este año.

Por lo tanto no sé, a qué vienen todas esas citas sobre Tetzel y Galileo, que si pudieron ser comprensibles pero nunca justificadas en la Edad Media, ha pasado ya mucha agua bajo el puente y gracias a Dios, todos estamos viviendo en otra época más culta y más científica y el Espíritu Santo, fiel a las promesas de Cristo, nos ha llevado a una mejor intelección de las Sagradas Escrituras.

Dicen en su artículo: "Nos gustaría señor Elizaga que nos mostrase las bases bíblicas, para la adoración a la Virgen María, a los santos".

Lamento que a pesar del tiempo transcurrido, estos dos hermanos evangélicos no sepan todavía que los católicos adoramos únicamente a Dios, pero no a María ni a los santos, a los cuales por ser criaturas de Dios únicamente los veneramos y los honramos, porque si los adoramos cometeríamos un grave pecado.

Pero ya que critican la veneración a María, quiero recordarles que la Biblia honra y saluda a María, como "la llena de gracia y bendita entre todas las mujeres" elegida por Dios des-

01.01

La OPEP IMAGEN DE ESTABILIDAD
El País 150007
130691
OPEP 12636

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

La caída del gigante

La OPEP quiere dar una imagen de estabilidad para mantener su influencia en el mercado

por Victoria Carvajal

¿Donde está la OPEP de los años setenta y ochenta que mantenía en vilo al mundo entero con cualquier decisión que sobre precios y producción tomara? En la última conferencia ministerial de la organización, la semana pasada en Viena, la decisión final de mantener el nivel de producción para así aproximarse al precio mínimo de referencia de 21 dólares fue acogida con relativa frialdad en los mercados, en donde el precio del crudo apenas varió. La diferencia es que la OPEP ya no controla el mercado como lo hacía entonces y sabe que para mantener su influencia en el mismo debe dar imagen de estabilidad.

Si los trece ministros presentes en la 89 conferencia ministerial de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), celebrada en Viena la semana pasada coincidan en algo, era en mantener el precio de barril en los 21 dólares fijados en la reunión de julio de 1990, pocos días antes de la invasión iraquí en Kuwait, con el objeto de "estabilizar el mercado". Y es que el cártel petrolífero, con su producción irregular, ha pagado caro aprovecharse de las escaladas de precios de 1973 y 1979: suministrar el 65% del consumo mundial de petróleo en 1973 al 35% en 1985, cuota que tiene en la actualidad.

Dede que finalizó la Guerra, el precio del barril de crudo no ha superado los 17.80 dólares, tres por debajo del precio de referencia. Para presionar los precios al alza, los trece países miembros (Arabaia Saudí, Irán, Irak, Kuwait, Emiratos Arabes Unidos, Qatar, Venezuela, Indonesia, Nigeria, Libia, Argelia, Ecuador y Gabón) acordaron mantener la producción en 22,3 millones de barriles al día cuando la demanda prevista por el consejo económico del cártel es de 22,8 millones.

Esta decisión parece a medio camino entre las dos posturas que han existido siempre dentro de la OPEP. Los países con grandes reservas, más interesados en mantener el suministro a largo palzo, como Arabia Saudí, Venezuela y Kuwait, y los que tienen menos reservas y les preocupan más los ingresos a corto plazo vía precios elevados, como Nigeria, Argelia e Indonesia. Mientras Haisahm Nazer, ministro de Arabia Saudí, país que cuenta con las mayores reservas del mundo y que exporta el 37% del crudo de la OPEP, declaraba durante la conferencia en Viena que no creía posible alcanzar los 21 dólares "en todo el año" y descartó "actuar deliberadamente en el mercado para conseguirlo", otros países productores manifestaron su preocupación por la resistencia del mercado a aproximarse a los 21 dólares.

Fuentes del mercado consideran que esta decisión no afectará a los precios. Frente al déficit de 500 barriles previsto para el tercer trimestre "hay una gran cantidad de stocks acumulados en el mercado que evitarán que suban los precios", asegura Juan José Lliso, director de aprovisionamiento de Cepsa. Otra de las cuestiones que presiona a la baja del mercado es el retorno de Kuwait e Irak al mercado. Mientras que el emirato no podrá exportar un solo barril hasta bien entrado 1992, Irak "podría exportar un millón de barriles diarios a finales de año", según calcula el secretario general de la OPEP, el indonesio Subroto.

"El mercado caería violentamente si Irak reanudase sus exportaciones y Arabia Saudí e Irán (que han aumentado su cuota para sustituir los 4.1 millones de barriles que exportaban Irak y Kuwait) se resitieran a bajar su actual nivel de producción", considera Juan José Lliso. Si Irak reanuda sus exportaciones en este tercer trimestre la organización vigilará si afecta al mercado para "convocar una reunión extraordinaria y tomar las medidas necesarias que mantengan el precio en 21 dólares", aseguró Subroto, precio que el secretario considera necesario para financiar la expansión de la capacidad productiva que será requerida si la demanda de crudo de la OPEP aumenta entre ocho y nueve millones hasta finales de los noventa, como estima el cártel.

"Sólo hay una incertidumbre política que provocaría un repunte de precios: Argelia, que produce un millón de barriles diarios", advierte Lliso.

Ministro iraquí del petróleo, Osama Abdul Razzak.

120691 / 150023

01.01

9108719

BID auspicia posición sobre conferencia ecológica
La República 150007-
120691
BID 12641-
VENEZUELA 67390-

Convocan a reunión de consulta sobre medio ambiente en Caracas

El BID auspicia una posición sobre la conferencia ecológic

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) convocó en la capital venezolana una reunión de consulta sobre el ambiente, cuyo objetivo es ayudar a precisar una posición de América Latina y el Caribe con miras a la conferencia mundial de 1992.

La oficina del BID en Caracas informó que la reunión se realizará del 17 al 19, con la participación de organismos estatales así como de organizaciones no gubernamentales (ONG) de las naciones latinoamericanas y caribeñas, informó la agencia IPS.

Los asistentes al encuentro van a "discutir los principales problemas ambientales de la región, y una estrategia para resolverlos", con miras a la conferencia mundial sobre medio ambiente y el desarrollo, que se realizará en junio de 1992 en Río de Janeiro.

Esta es la "tercera reunión de consulta sobre el medio ambiente" que organiza el Banco, las dos anteriores se llevaron a cabo en 1987 y 1989 en la sede principal de este organismo, en Washington.

La reunión será inaugurada por el presidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez, y por el presidente del BID, el uruguayo Enrique Iglesias.

Junto con el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), el BID auspició el trabajo de una comisión que realizó un documento denominado "Nuestra propia agenda", en el cual se explica la situación y posición ambiental de la región.

El contenido del documento, que ha comenzado a ser difundido en amplia este año, va a ser ampli debatido en la reunión regional de cas, según se adelantó.

Otros puntos del temario evaluar la relación del BID c países, incluidas la ONG, especia te en el caso de proyectos de ca ción que están vinculados al sane to o la conservación ambiental.

código = 150823 / 120691

01.01

9108720

COCOM: nueva lista restrictiva
El País 150007-
24069/
COCOM 12732-

COCOM: NUEVA LISTA RESTRICTIVA

PARIS, 24 (EFE).— Los 17 países del COCOM llegaron a un acuerdo que establece una nueva lista restrictiva de productos exportables hacia los países del Este, anunció hoy el representante de EE.UU., Allan Wendt.

El COCOM (Comité de Coordinación para el Control Multilateral de Exportaciones), creado a finales de 1949, en plena guerra fría, aplicará desde el 1º de setiembre una lista de productos que abarca a sectores calificados de "sensibles" como la electrónica, los productos avanzados (fibras de carbono y polímeros), máquinas y herramientas perfeccionadas, así como telecomunicaciones.

Las restricciones se producirán también para los grandes ordenadores, ciertas categorías de tecnologías marinas y aeronáuticas y en los sistemas de propulsión perfeccionados.

El acuerdo, alcanzado anoche, supone la creación de "barreras más importantes para una cantidad inferior de productos", dijo Wendt.

El COCOM, integrado por Japón y Australia y todos los países miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), excepto Islandia, empezó a replantearse la necesidad de flexibilizar sus límites a la exportación de tecnología de doble uso (civil y militar) después de la caída del Muro de Berlín y de la desintegración de los regímenes comunistas.

Muchas empresas occidentales, sobre todo las del sector electrónico y de telecomunicaciones, esperaban desde hacía varios meses una "luz verde" del COCOM para poder invertir en los antiguos países del telón de acero.

01.01

9108721

Mercosur y EEUU
La Mañana 150015
170691
Mercosur 12781

Lunes 17/6/91 La Mañana

Contra el proteccionismo y en aras de mayor víncul

MERCOSUR y EE.UU. firman

Sumatoria de esfuerzos en favor del éxito de la Ronda

El acuerdo "4 + 1", entre los países del MERCOSUR y Estados Unidos que se firmará el jueves en Washington "tiende a impedir operaciones comerciales de alto contenido proteccionista" y "constituirá un importante punto de inflexión" en las relaciones entre los países del Cono Sur y la gran potencia del Norte, según una fuente cercana al Palacio Santos.

EN la Cancillería uruguaya existe real satisfacción por el acuerdo, trabajosamente negociado durante seis meses, en la que la política exterior de este país fue un factor de peso en la disolución de trabas importantes, como las serias divergencias entre Brasil y Estados Unidos que le impidieron al primero acceso a la tecnología de punta durante la última década.

En las negociaciones hubo que encontrarle también solución a los problemas generados por las partidas impagas de la deuda externa brasileña, lo que llevó a la situación de tener un préstamo de 300 millones de dólares bloqueado por el BID.

Un embargo de esa naturaleza no se produjo ni siquiera contra Nicaragua en plena guerra económica de Estados Unidos contra el Gobierno sandinista, mientras los contras que financiaba Washington desarrollaban su guerra desde las dos fronteras del país centroamericano, y el clima de enfrentamiento entre Washington y Brasilia que devino del bloqueo crediticio fue una arista que se limó con paciencia, tiempo y habilidad negociadora.

El Presidente Fernando Collor de Mello logró en ese contexto desbloquear la situación con la banca internacional y el acuerdo a firmarse el jueves incluye el acceso a la tecnología de punta, en lo que constituye una reafirmación de la doctrina de libre comercio.

En ese contexto, el acuerdo cobra una gran importancia como referencia tangible de la política exterior llevada adelante por el Gobierno de Luis Alberto Lacalle, y el propio Presidente, precursor de la idea, lo conversó con su parte norteamericana, George Bush, en Washington.

Un paso fundamental del proceso que conduce a la firma del acuerdo el jueves es la presentación hecha ante la Comunidad Europea a fines de abril, en la que los cuatros cancilleres de los países del MERCOSUR explicaron, desarrollando cada uno áreas distintas, el contenido, propósito y efectos del acuerdo de integración regional.

El MERCOSUR, cabe acotar, no tiene personalidad jurídica internacional ni criterios supranacionales en su actuación. Esa será una cuestión no sólo posterior a su ratificación por los cuatro países que lo integran, sino posterior a 1995, que es cuando en verdad entra en vigencia.

El acuerdo con EE.UU., de "4 + 1", dará sin embargo lugar a un organismo coordinador, el Consejo Consultor de Comercio e Inversiones, integrado por representantes de las cuatro cancillerías del MERCOSUR más un representante de la Oficina de Comercio norteamericana, que encabeza la Embajadora Carla Hills.

El Consejo también estará integrado por la empresa privada. Este organismo tiende a impedir operaciones comerciales de alto contenido proteccionista, como puede serlo el dumping, que ofreció ejemplos recientes con la venta de trigo norteamericano subsidiado en el 75% de su valor a Brasil y carne argentina subsidiada en el 60% a la Comunidad Europea.

El acuerdo obliga a poner en discusión ventas subsidiadas, en el ámbito del Consejo Consultor. Cuando el Tratado de MERCOSUR entre en vigencia, en 1995, esto se hará en virtud de su artículo 4, que establece con mucha dureza que ninguno de los países firmantes puede adquirir productos subsidiados fuera de la región.

El Acuerdo "4 + 1" limita esta situación en un grado alto desde ahora, lo que justifica que fuentes cercanas al Palacio Santos se refieran a "la nueva etapa" que abre en las relaciones entre Estados Unidos y los cuatro países del MERCOSUR.

01.02 9108722

la Mañana Lun

comercial y diplomático

el "4 + 1"

Uruguay del GATT

Además, el "4 + 1" incluye una agenda de trabajo que procurará un trabajo mancomunado en el ámbito de la Ronda Uruguay del GATT, estableciendo la preocupación común por que sus resultados finales contengan lo que se calificó de "*paquetes de medidas amplias, equilibradas y profundas*" hacia los objetivos comunes de liberalización y ruptura de barreras proteccionistas.

El Canciller Héctor Gros Espiell viaja mañana a Washington para su firma, en momentos en que el Presidente Fernando Collor de Mello hace una visita a Estados Unidos. La decisión de firmar el acuerdo en Washington en presencia de Collor es visto como un gesto de respaldo de los otros tres integrantes del acuerdo. El día de la firma del acuerdo, el jueves, Gros almorzará con la Embajadora Carla Hills, la negociadora norteamericana ante el GATT: no todo será protocolo en esta nueva incursión del canciller. ■

02.02

9108722

ARGENTINO PLANTEA DESOCUPACIÓN
Gob. en OIT
La Nación 150025-
070691
OIT 12597-
Argentina 10033-

4A

El gobierno defenderá en la OIT la futura ley de empleo

Ginebra, Suiza (Enviado especial de NA) — El gobierno argentino planteará hoy ante la Organización Internacional del Trabajo (OIT) la necesidad de que el mundo encuentre una solución al flagelo de la desocupación y defenderá su intención de dar "protección legal", a trabajadores en negro o subocupados a través de la ley de empleo.

La posición será fijada a través del discurso que el subsecretario de Trabajo, Enrique Rodríguez, pronunciará en la 78ª Asamblea Anual de la OIT, que se celebra en esta ciudad.

Rodríguez hablará en la sala de sesiones del edificio de las Naciones Unidas, emplazado sobre la avenida de la Paz, de esta ciudad, en un gran predio en el que tienen su sede los principales organismos internacionales.

Según se informó, Rodríguez remarcará que la falta de empleo es el problema más importante que afrontan hoy todos los países del mundo.

Hará hincapié en que no existen remedios universales para superar este drama social, sino soluciones nacionales adaptadas a la idiosincrasia de cada país.

El funcionario hablará a las 11.30 (hora local), en la sala de sesiones, que diariamente se convierte en una postal viviente de razas, credos y costumbres.

Durante las deliberaciones el lujoso traje de los representantes obreros occidentales, contrastan con los atuendos de los representantes árabes o hindúes, quienes concurren con sus vestimentas típicas.

El clásico casimir inglés, convive democráticamente con los turbantes de los representantes árabes; los gorros, tipo cosaco, de los soviéticos, o las vistosas telas hindúes portadas por delegadas obreras femeninas.

Rodríguez remarcará la acción del gobierno argentino, que a través de la ley de empleo busca regularizar la situación de los trabajadores en negro, marginales o que cumplen tareas no tradicionales, enmarcando su discurso en uno de los temas principales que trata la asamblea, sobre la situación de los trabajadores no estructurados.

Derecho al trabajo

Fundamentalmente, la exposición del subsecretario resaltará el derecho de toda persona a tener un trabajo jurídicamente protegido, de acuerdo con la legislación de cada país y las normas internacionales de la OIT.

Rodríguez hablará en representación de la delegación oficial del gobierno argentino, reemplazando al titular de Trabajo, Rodolfo Díaz, quien a último momento desistió de concurrir para atender la problemática del sector de jubilados.

La Argentina no afrontará este año la resolución de las denuncias presentadas por tres gremios, ya que la omisión de normas recién adoptará una decisión en noviembre próximo.

Esta participación sin sobresaltos de la delegación oficial contrasta con la de años anteriores, donde el gobierno argentino debió hacer frente a varias denuncias por violación de los convenios de la OIT.

Actualmente la comisión de normas de la OIT tiene a estudio tres denuncias y analiza el descargo presentado por el gobierno argentino.

La Asociación Trabajadores del Estado (ATE) presentó una denuncia relacionada con el despido de delegados, durante el proceso de reforma del Estado, en tanto que las denuncias restantes están relacionadas con el reclamo de los sindicatos de personal jerárquico de empresas del Estado de acceder a la personería gremial.

Jubilaciones: una "miseria"

Por su parte, el secretario general de la CGT-San Martín, Raúl Amín, calificó aquí de "miseria" el haber de los jubilados y pensionados y reclamó que el Estado "busque una solución inmediata" para paliar la situación de la clase pasiva "que no pase por ningún otro impuesto que en definitiva lo termine pagando el pueblo".

El titular de la central obrera, que agrupa a los gremios "menemistas", formuló declaraciones en esta ciudad, donde participa presidiendo la delegación obrera argentina en la Asamblea de la OIT.

Amín explicó que el Estado "necesita reunir entre 400 y 500 millones de dólares para pagar esa miseria que reciben los jubilados que ni les alcanza para paliar el hambre" y consideró que esta situación "no puede perdurar demasiado porque se necesitan soluciones ya".

Añadió que el sistema previsional "está quebrado" y reclamó "combatir la evasión con todas las fuerzas de la ley", pidiendo a los jueces que "apliquen penas rigurosas y manden a la cárcel a los empresarios que siguen evadiendo el pago de los impuestos".

Amín comentó además los hechos ocurridos durante la movilización de jubilados al Congreso, que tuvieron repercusión en la delegación argentina que se encuentra en esta ciudad.

Dijo que el Estado "no debe ser insensible al hacerse el desentendido" con los jubilados y reclamó "una medida coyuntural hasta que encontremos la solución de fondo para atender la grave situación de nuestros compañeros jubilados".

El sindicalista denunció que la actual evasión impositiva alcanza "los 250 millones de dólares mensuales" y afirmó que "el sector empresario tiene una alta responsabilidad" por la actual situación de la clase pasiva, a la que definió como "extremadamente grave".

Dijo que la evasión empresaria al sistema previsional alcanza al 50 por ciento, y "esto obliga al Estado a tener que destinar 50 millones de dólares mensuales que saca del Tesoro nacional para poder pagarle a los jubilados".

01.01 9108723

Nazis suspendieron marcha
A Pinamonte 150027-
210691
Clarín 11204-
Argentina 10033-

Insólito: los nazis suspenden marcha por "falta de garantías"

210691

El juez federal, doctor Ricardo Weschler, podría resolver hoy la situación procesal del dirigente del Partido Nacionalista de los Trabajadores, Alejandro Biondini y de los seis integrantes de la agrupación detenidos por la presunta comisión de delito que reprime la discriminación racial.

En las primeras horas de la noche de ayer el magistrado con actuación del secretario, doctor **Jorge L. Ballestero**, los indagó y resolvió mantener sus incomunicaciones.

Por su parte el defensor doctor **Daniel Schunager**, dijo a los hombres de prensa al retirarse del Palacio de Tribunales que **el acto convocado para hoy en la Plaza de los Dos Congresos fue suspendido "por falta de garantías políticas"**.

Junto con Biondini fueron indagados en la víspera, los dirigentes **René Tulián, Ricardo Mascione, Luis Valdatti, Daniel Conde, Luis Mazzolo** y **Ariel Peter**.

En representación del ministerio público intervino en las diligencias el fiscal federal doctor **Oscar Ciruzzi**.

En la primera de las causas fue condenado, en forma condicional a un año de prisión, en suspenso, por desacato contra el ex presidente de la Nación, doctor **Raúl Alfonsín**.

En la segunda pesa un pedido fiscal de cinco años de prisión bajo acusación de haber incurrido en el delito de pretender imponer ideas políticas por la fuerza.

En razón del secreto del sumario no se conocieron los dichos de Biondini, pero trascendió que había negado que tanto él, en forma personal, como sus seguidores o la agrupación, a través de sus estatutos hubieran tenido intención de violentar la libertad de las personas por discriminación racial, religiosa o de ninguna índole. Reinvindicó el derecho propio y de los afiliados al Partido Nacionalista de los Trabajadores a realizar su actividad proselitista en el marco de la ley y las garantías constitucionales.

Senado: denuncian a docente antisemita

__Antonio Salonia__ se comprometió ante los senadores de la Comisión de Derechos y Garantías a esclarecer una denuncia contra el director de un centro educativo dependiente del Senado, que habría utilizado expresiones antisemitas.

La denuncia fue formulada por la señora __Doménica Berlingo__ contra __Osvaldo Ercolano__, director del Centro de Educación para Adultos —dependiente de la Cámara alta—, a quien acusó de haber dicho en una clase especial que __"la culpa de todo lo que pasa en el mundo la tienen los judíos, que son dueños de todas las riquezas y de todas las obras de arte"__.

__Berlingo__ mencionó también que __Ercolano__ habría sostenido que __"el traslado de la Capital Federal era un plan orquestado por los judíos para quedarse con la Patagonia"__. Esta denuncia fue presentada a la Comisión de Derechos y Garantías de la Cámara alta, que preside el radical __Mario Losada__, el que reclamó un informe por boca de __Salonia__.

El ministro, en una reunión mantenida con los senadores, se comprometió a solicitar las actuaciones administrativas del caso para determinar la veracidad de las manifestaciones aludidas.

Expulsarían a Delconte

Antonio Berhongaray dijo ayer que presentará este fin de semana ante la Convención Nacional partidaria el pedido de expulsión del ex director de la Aduana, **Juan Carlos Delconte**, de las filas del radicalismo.

Berhongaray fundamentará su petición en la **jeguidilla** de causas judiciales en las que aparece implicado el ex funcionario, quien cumple actualmente prisión preventiva dictada por el juez **Biondi**.

Anteriormente, cuando fuera detenido por disposición del juez federal de San Isidro, **Alberto Piotti, Delconte** había dicho que se **sentía "acompañado" por los miembros del partido radical.**

01.01

9108724

Brasil y EEUU en lista de
deudores do Brasil 150028-
090691
(OEA) ASGRAL. 12612-

Brasil e os EUA na lista de devedores da OEA

090691

A XXI Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi encerrada com sessão solene ao meio-dia de ontem no Chile, depois de uma semana de trabalhos em que aprovou, entre outras declarações de intenções, o Compromisso de Santiago, pelo fortalecimento da defesa da democracia e dos direitos humanos no hemisfério.

A última sessão plenária realizou-se às 10h da manhã, com um tema bastante delicado: os problemas de administração e financiamento da organização, cujo secretário-geral é o diplomata brasileiro João Baena Soares. Acontece que só sete dos 34 países-membros têm passe livre na tesouraria da OEA, sendo que entre os maus pagadores incluem-se Brasil e Estados Unidos. Do dinheiro depende a continuação da existência da entidade, pois os compromissos são enormes, especialmente com o grande número de funcionários da sede geral, que fica em Washington.

ACORDOS — Fora o dinheiro, houve acordo em quase tudo. Por exemplo, numa resolução apresentada pela Argentina, Brasil, Canadá e Chile, e apoiada imediatamente por outros 23 países, que compromete a OEA com o objetivo da erradicação dos arsenais nucleares e qualquer tipo de armas de destruição maciça. A resolução estabelece também um mecanismo de consulta quando se constatar que algum país membro está com um acúmulo desmesurado de armas em seu território.

O [redacted] os 16 anos e meio do [redacted] general Pinochet em seu pa[redacted] co assume o cargo quando a [redacted] dos direitos humanos no [redacted] registra um "inquietante [redacted] das tendências negativas em [redacted] se "deteriora na Guatemala" [redacted] do o relatório da Comissão [redacted] tos Humanos da OEA. (UPI)

01.01

9108725

Acuerdos productivos DE INTEGRACIÓN
Acuerdo 150024-
Decreto
Resolución 1278A

MERCOSUR

Nuevas posibilidades a través de la integración

Por Enrique C. Crotto
Vicepresidente de la Sociedad Rural Argentina

El acuerdo entre los cuatro países del Cono Sur de América latina, la Argentina, el Brasil, el Paraguay y el Uruguay, para conformar una zona de libre comercio a fines de 1994 constituye sin duda, uno de los hechos políticos más relevantes de la última década.

La posibilidad de integrar un **mercado de 200 millones de habitantes y casi 12.000.000 de kilómetros cuadrados** de extensión, dónde existen todos los climas y dónde se pueden producir todos los alimentos que se consumen en el mundo, nos permite iniciar la década del '90 con **esperanzas sustancialmente mejores en integrar un mundo donde debemos competir con grandes bloques económicos de reciente creación.**

El mundo de un concepto casi bipolar ha iniciado un proceso de reagrupamiento que ha llevado a que la CEE lleve a anunciar su completa integración para 1992. Los Estados Unidos y Canadá ya integran una zona de libre comercio a la que ya se va a sumar México; Australia y Nueva Zelanda profundizan su integración, y los países del sudeste asiático multiplican sus acuerdos económicos y se alinean comercialmente con Japón.

En este contexto la integración de los países del Cono Sur de América latina se constituye casi en un **acto de supervivencia.**

También los **países del Mercosur han iniciado simultáneamente un proceso de cambio económico** que busca una desregulación del proceso productivo y una mayor apertura de la economía. La profundización de esta tendencia habría logrado derribar una de las principales barreras para la integración del Mercosur.

Cuando en **noviembre de 1990 los ministros de Agricultura de los países miembros del Consejo Consultivo de Cooperación Agrícola de los Países del Area Sur (Conasur)**, integrado por la Argentina, el Brasil, el Paraguay, el Uruguay y Chile en calidad de observador, **invitaron a las entidades agropecuarias** de sus respectivos países a la **reunión que se celebró en Foz de Iguazú, quizá no pensaron en el protagonismo que estas entidades iban a tener en las reuniones siguientes.** Los presidentes o representantes de las entidades participantes solicitaron a los ministros que estas fueran invitadas a todas las reuniones del Conasur, y, ante la necesidad de coordinar acciones comunes, deciden reunirse en Montevideo en marzo de 1991, donde, coinciden en la necesidad de contar con un entorno que descanse en el respeto irrestricto de la propiedad privada, en la libertad de comercio y en el papel protagónico de los agentes privados; en intensificar las relaciones entre las entidades gremiales de productores, en intercambiar información técnica, económica, financiera y comercial cooperando en la elaboración de políticas comunes, la preservación de los recursos naturales y la conservación del medio ambiente, en prestar especial atención a los distintos aspectos del desarrollo rural para mejorar la calidad de vida de los habitantes del sector. Para lograr esto se conviene en formar una entidad que las agrupe y se le encarga a la Sociedad Nacional de Agricultura de Chile un proyecto de estatuto y un proyecto de sistematización de datos que le fue encargado a la Sociedad Rural Argentina, cuyo Instituto de Estudios Económicos lo encaró como un trabajo a base del concepto de complejos productivos. Ejemplo: complejo soja, carne, etcétera, y en el cual se considera desde la materia prima hasta el producto elaborado.

Posteriormente, entre el 3 y el 5 de abril se realiza en Viña del Mar, Chile, la **II Reunión Conasur donde la parte oficial y privada acuerdan y aprueban resoluciones referidas a:**

- Programa de cooperación de apoyo a las actividades del Conasur.
- Convenio de salud animal.
- Convenio marco de calidad y nomenclador común.
- Libre comercio pecuario entre los países signatarios del Acta de Asunción (se excluye a Chile).
- Integración en investigación agrícola y el intercambio tecnológico.
- Acuerdo regional para liberalización y expansión del comercio intrarregional de semillas.
- Propiedad industrial de cultivares.
- Cooperación para el desarrollo del sector lanero.
- Armonización de normas para regular la introducción al medio ambiente de microorganismos modificados genéticamente.
- Cooperación para los pequeños agricultores.

Los días 6 y 7 de junio, las entidades privadas se reunieron en Buenos Aires y luego de una exposición por parte del jefe de economistas del Instituto de Estudios Económicos de la Sociedad Rural Argentina sobre los avances efectuados en el sistema de información y sistematización de datos, los técnicos de las diversas entidades presentaron trabajos sobre los aspectos macroeconómicos de cada uno de los países y una información sobre todos los impuestos que gravan el sector agropecuario respectivo. Por último, se decidió establecer una estructura orgánica de hecho denominada Asamblea de Organizaciones Empresariales Silvoagropecuarias de América del Sur cuya secretaría general funcionará en los próximos tres años en la Asociación Rural del Uruguay.

Las entidades argentinas que participaron en estas reuniones fueron, en las tres primeras Coninagro, CRA y SRA, agregándose a la reunión de Buenos Aires la FAA que manifestó su voluntad de mantenerse en el grupo, determinando que por la Argentina solo participarán las cuatro entidades gremiales nacionales.

Pienso que la **participación permanente de las entidades va a llevar a las reuniones del Conasur a tener muy en cuenta la opinión de los productores agropecuarios de los respectivos países y así podrán estos llevar propuestas que como la del libre comercio pecuario y de animales en pie, tiene vital importancia para el sector productor argentino que se puede convertir en un importante proveedor de semen, embriones y reproductores para toda la región.** Asimismo, también serán las entidades las que deberán verificar los tiempos que demoren las resoluciones en tomarse y deberán luchar para evitar que se pierdan en la burocracia de algún ministerio, lo mismo que ocurrirá con los convenios de sanidad animal y vegetal y en el convenio marco de calidad y nomenclador común, donde deberán impedir la creación de entes estatales que no hacen otra cosa que aumentar el gasto público.

Por último, creo que la integración abre excelentes perspectivas para todos los países del área y especialmente para la Argentina considerando que no integrarnos aduciendo problemas que realmente tienen solución resulta casi un suicidio.

Creo que solamente a través de una mayor producción y de la expansión del comercio nuestros países podrán crecer. Los gobernantes y los líderes del sector privado tienen que hacerse cargo de esta tarea, porque solo así podremos dejarle un país mejor a nuestros hijos.

Eso está a nuestro alcance y solo depende de la fortaleza de nuestra voluntad.

01.02

9108726

El papel de iniciativa privada
Clarín
29/06/91
Buenos Aires

El papel de la iniciativa privada

"El **proceso de integración incluye aspectos políticos, sociales y culturales, además de los económico-financieros, y no depende exclusivamente de la voluntad gubernamental.** Todo pasará por la capacidad de la iniciativa privada y se resume en una palabra: competitividad", estableció Andre Cirne Lima, titular de la Cámara de Comercio Brasileño-Argentina, al hablar en el congreso de los CREA de la zona Litoral Norte.

Agregó que los **productos brasileños más exportados a la Argentina** en 1990 fueron materias primas y manufacturados: hematita (81 millones de dólares); laminados (23,7); accesorios para vehículos (20); óxido de propileno (14,8); café (13) y octanol (10,8), entre otros.

Las exportaciones argentinas se concretaron en productos primarios: trigo (273 millones de dólares); sorgo (47); aceitunas (29); peras frescas (27,7); cajas de cambio (25); filet de merluza congelado (24); quesos (22) y ajo (20,8), entre otros.

Una investigación reciente realizada en el estado de Río Grande do Sul revela que los acuerdos bilaterales cuentan con el apoyo de la mayoría de los empresarios en todas las actividades.

También da cuenta de preocupaciones en cuanto a eventuales desventajas competitivas de sus productos o servicios. La principal se refiere al precio más bajo, aunque también se sienten amenazados por la calidad y mayor variedad de los productos argentinos.

♦ Posibilidades comerciales

En la zafra 1989/90 el Brasil produjo 5 millones de toneladas de arroz con riego en un área aproximada de 1,1 millones de héctáreas. En 3 millones de hectáreas de secano produjo 2,9 millones de toneladas.

Las estimaciones del Instituto Riograndense de Arroz revelan que el Brasil deberá seguir importando ese producto para abastecer la demanda interna. En el año comercial 1988/89 se importaron 190.000 toneladas, lo mismo que en 1989/90. Para 1991 se estiman necesarias 719.000 toneladas, gran parte de las cuales podrían venir de la Argentina.

La soja brasileña se cultiva con un costo de producción más elevado que el de la Argentina.

La industria procesadora tiene una capacidad ociosa de 49 por ciento. Es una excelente oportunidad para productores de soja que consigan colocar competitivamente su mercadería en las industrias brasileñas.

La industria avícola es muy importante en el Brasil y sirve como fuente de exportaciones, principalmente para Medio Oriente.

La carencia de sorgo granífero es el mayor problema del avicultor brasileño del sur, ya que ese grano configura el 65 al 70 por ciento de la ración.

El sorgo también se usa para alimentar cerdos, ganado lechero y para consumo humano. La falta se enfrenta con importaciones de los Estados Unidos, Africa del Sur y la Argentina.

Es perfectamente posible que los **productores de sorgo de la Argentina** puedan hacer **negocios directamente con los productores brasileños** de aves en el futuro, pensando en explorar, como zona de producción, las provincias fronterizas, eludiendo el tránsito por el puerto de Buenos Aires.

Hay otros productos que pueden aumentar su importación en el Brasil en el futuro: es conocido que el trigo se produce a mayor costo que en la Argentina (230 dólares contra 70 dólares la tonelada).

♦ Estados fronterizos

El estado de Río Grande do Sul es vecino a la Argentina y configura un importante mercado potencial para los productos argentinos.

Concentra el 7 por ciento del Producto Bruto Interno brasileño. La economía de este estado es superior a las de Uruguay y Paraguay juntas. La población está estimada en 9 millones de habitantes.

El producto interno está dividido en 54,5 por ciento para el sector servicios, 36 por ciento para la industria y 9,5 por ciento para el sector primario.

Cuenta con 8.000 kilómetros de rutas pavimentadas y 2.000 más en construcción. Es uno de los 2 mayores productores nacionales de soja, carne y arroz. Produce el 90 por ciento de los vinos brasileños, 30 por ciento de los implementos agrícolas y 28 por ciento de los cultivos vegetales. Contiene el segundo polo metalmecánico del país.

02.02

9108726

Nº REGISTRO

TITULO: Int. Socialista: 40 ANIVERSARIO
La Prensa 150026
260691
Int. Socialista 12740

Internacional socialista

FRANCFORT, 25 (EFE).- La Internacional Socialista (IS) celebró hoy su 40 aniversario con un acto celebrado en la iglesia de San Pablo de Francfort, al que asistieron numerosas personalidades de todo el mundo.

Willy Brandt, presidente de la IS desde 1976, recordó en su discurso inaugural la trayectoria y los principios políticos de la organización desde su fundación en Francfort, en 1951. Destacó que una de las metas fundamentales de la IS es mantener un diálogo abierto entre todos los países que la integran y mejorar las relaciones Norte-Sur.

260691

01.01

9108727

Petroleo 2º semestre en alza
La Nación 150015-
270691
Petroleo 11208-

Petróleo: alza en segundo semestre

EN

270691

EL precio del petróleo aumentará progresivamente en el segundo semestre de 1991 desde la media alcanzada en el primero de 18,41 dólares por barril para aproximarse al objetivo de los 21 dólares fijado por la OPEP. Lo afirmó el Secretario General de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), el indonesio Subroto, que participó en Lausana en una reunión sobre Oriente Medio organizada por el Foro Económico Mundial.

Según Subroto, las condiciones del mercado, con un aumento previsto de la demanda de petróleo de la OPEP entre 1 millón y 1,5 millones de barriles diarios para situarse en 23,7 millones en el cuarto trimestre del año, y sin todo el petróleo iraquí y ninguno kuwaití, facilitan el aumento progresivo del precio.

Para la OPEP no representa motivo de preocupación el regreso al mercado de 400.000 barriles de petróleo de Iraq, pero el doble (800.000), cifra que afirma producir actualmente, "obligaría a considerar la adopción de medidas por los ministros para no dejar caer el precio", indicó.

La actual producción de la OPEP, que se acordó en la conferencia celebrada en Viena a principios de junio, situó el techo en 22,3 millones de barriles diarios, prolongando así el acuerdo de la reunión anterior que ya excluyó el petróleo de Iraq y de Kuwait (en donde continúan ardiendo 157 pozos).

Subroto expuso, sin embargo, las perspectivas optimistas que se presentan para la OPEP en 1992, donde, si se confirma un crecimiento económico en torno al 2,5 por ciento, la demanda de nuestro petróleo aumentará en 1 millón de barriles diarios. Esa cifra de aumento anual de la demanda de petróleo de la OPEP se mantendrá hasta 1995 si el porcentaje del crecimiento económico mundial se mantiene entre el 2,5 y el 2,8 por ciento. ■

01.01

9108728

1ª Tratado de Asunción
La Mañana
22/6/91
MERCOSUR 12781

Por Alberto Carreira

Primer traspié en el MERCOSUR

TODO indica que el MERCOSUR sufrirá una primera consecuencia negativa, obviamente impensada cuando el pasado 26 de marzo de 1991 los Presidentes de Uruguay, Brasil, Argentina y Paraguay firmaron el denominado Tratado de Asunción.

El Programa de Liberación Comercial que acordaron los cuatro países no podrá ponerse en práctica el próximo 1° de julio.

Esto será consecuencia, lisa y llanamente, de no haber sido aún ratificado ese Tratado, por lo menos por tres de los cuatro países del proceso integracionista del Cono Sur.

Lo alarmante, es que Uruguay ha sido el único que realmente ha avanzado para esa ratificación, con la aprobación en el Senado y la actual consideración del Tratado a nivel de la Cámara de Representantes.

En Argentina y Brasil, por ejemplo, está siendo analizado a nivel de comisiones parlamentarias. Pero en Paraguay, según recientes informaciones, el tema no ha tenido el tratamiento parlamentario necesario.

"Sólo en letras"

Autoridades paraguayas recordaron recientemente que el acuerdo en cuestión establece que "recién cuando tres de los cuatro países signatarios del Tratado hagan su canje de ratificaciones en Asunción, se pondrá en vigencia toda la programación de esta integración".

Advirtieron "off the record" que como consecuencia de lo indicado, el tan comentado MERCOSUR "por ahora es sólo en letras".

En consecuencia, este instrumento que apunta a la integración al Mercado Común del Sur, no tendrá visa legal sin la aludida ratificación, que a esta altura parece prácticamente imposible de alcanzar antes del 1° de julio.

De allí que autoridades uruguayas hayan entablado conversaciones a distintos niveles, dejando de manifiesto la preocupación en tal sentido.

El Programa de Liberación Comercial

El Tratado de Asunción estableció que los Estados Parte acordaban eliminar, a más tardar, el 31 de diciembre de 1994 sto parlamentario además restricciones aplicadas en su comercio recíproco.

A tales efectos se coincidió en un Programa de Liberación Comercial, cuya primera etapa se fijó desde el próximo 1° de julio.

Por consiguiente, y de acuerdo con lo señalado, uno de los principales elementos prácticos de la integración no es factible que entre en vigencia en la fecha prevista.

El programa de desgravación que se ha acordado, de carácter progresivo, lineal y automático, para beneficiar a los productos comprendidos en el universo arancelario clasificado de conformidad con la nomenclatura utilizada por ALADI, debería iniciarse al finalizar este mes con un 47%.

Desde ese momento entonces, está programado el camino real de la integración y el Mercado Común del Sur, lo que implica, de no alcanzarse, el primer traspié del MERCOSUR.

Cada país a su vez ha elaborado una lista de productos sensibles, de excepciones, acordándose bajas progresivas de estos ítems a partir también del 1° de julio.

Uruguay fijó 960 excepciones, Paraguay 439, Brasil 324 y Argentina 394. Nuestro país y Paraguay tendrían que rebajar el próximo 30 de junio un 18% de esos productos sensibles, instancia ésta que seguramente tampoco se cumplirá, por el simple hecho que el Tratado no estará en vigencia.

¿Cuál será el procedimiento?

Lo señalado plantea el interrogante sobre cuál será el procedimiento a seguir, luego que la primera etapa de lo acordado no se ponga en vigencia en la fecha establecida.

Expertos sostienen que probablemente, cuando se ratifique el Tratado, resultando ello en el segundo semestre de este año, se aplicará desde ese momento y hasta fin de año la desgravación del 47%. En caso contrario, se presume que se iniciará el programa de liberación comercial desde el 1° de enero de 1992 con una desgravación del 54%.

En síntesis, se estimó que se aplicará el programa establecido en las fechas que correspondan, luego de la entrada en vigencia del Tratado. Esto es una desgravación posterior del 61% desde el 1° de julio de 1992; un 69% desde el 1° [illegible] enero de 1993; [illegible] 1° de julio de [illegible] desde el 1° de [illegible] 1994; [illegible] y por último el [illegible] de enero de 1995.

Otros elementos preocupantes

Paralelamente este proceso de integración tiene otros elementos preocupantes y que [illegible] sintetizaron "off the record" por autoridades uruguayas como "muy delicados".

Varios de ellos se han señalado públicamente en distintas oportunidades a medida que fueron surgiendo. Ahora, se suma que Argentina importaría entre 3.000 y 3.500 toneladas de leche en polvo desnatada de fábrica subsidiada de la Comunidad Económica Europea.

Las negociaciones [illegible] para el comercio [illegible] con carne, trigo, ahora leche en polvo y la no aplicación del Tratado de Asunción dan un claro esclarecimiento en la transición interna de cada país, plantean interrogantes [illegible] MERCOSUR.

01 01

91 8729

Congreso Mundial del Petróleo
A Financiero
120691
Petróleo 11209 -

Más de 1500 delegados vendrán en octubre a Buenos Aires

Gran éxito del Congreso Mundial del Petróleo

Más de 1500 delegados de distintos países del mundo han comprometido su presencia en el 13° Congreso Mundial de Petróleo, que se realizará entre el 21 y el 25 de octubre próximo en los salones del Sheraton Hotel.

El evento, organizado por el Comité Nacional del World Petroleum Congresses (WPC), con el auspicio del Instituto Argentino del Petróleo, se inaugurará el día 20 de octubre, a las 16, en el estadio Luna Park.

La reunión, que por primera vez se realiza en Sudamérica, presentará este año algunas novedades que jerarquizarán el desarrollo del congreso. Así, por ejemplo, se llevarán a cabo reuniones comerciales después de sesiones técnicas, que se convertirán en el ámbito ideal para hacer negocios. Además, se efectuará una exposición técnico-comercial, donde importantes empresas de nuestro país y el mundo expondrán sus productos. La inauguración del congreso contará con la presencia de altas autoridades nacionales.

Por su parte, el presidente de la Nación, Carlos Menem, recibió en la Casa de Gobierno a una delegación del comité organizador del congreso.

En la oportunidad, el primer mandatario destacó la importancia del encuentro y la trascendencia para nuestro país como organizador del evento, especialmente cuando el gobierno está empeñado en el ingreso de capitales para inversión productiva.

Asistieron a la entrevista el ingeniero Eduardo Rocchi, el doctor Aniceto Torrea y el licenciado José María Caffarata, por el comité organizador, mientras que por el comité nacional del World Petroleum Congresses concurrió el ingeniero Carlos Bechelli.

Expectativa por Huantraico

El anuncio de Petrolera San Jorge de un nuevo descubrimiento de petróleo en su cuarto pozo exploratorio en el área Huantraico, permite abrigar fundadas esperanzas en cuanto al potencial productivo de la zona en cuestión.

En esa área, ubicada al noroeste de Neuquén, donde comenzó operaciones en diciembre de 1988, lleva registrados 3806 km de líneas sísmicas, cuyo procesamiento e interpretación, por profesionales de la empresa, permitió la localización de varias posibles acumulaciones de hidrocarburos. Entre fines de 1989 y fines de 1990 se perforaron tres de ellas, con el resultado de un descubrimiento de petróleo, gas y condensado, ya declarado comercial, y otro, de gas y condensado, que continúa siendo evaluado.

El programa para 1991 incluye la perforación de otros siete pozos de exploración, del primero de los cuales resultó el descubrimiento ya mencionado, mientras que el segundo se encuentra ya en tareas de terminación y ensayo.

Ambito Financiero, Buenos Aires, martes 18 de junio de 1991

01 - 01

9108730

OEA: limitar armamentos no clásicos convencionales

040691

OEA 500889-
BRASIL 10046-
CHILE 65709-
CANADÁ 65456-

OEA: piden limitar los armamentos no convencionales

La Asamblea de la OEA, reunida en Chile, durante la apertura: La Argentina coparticipa pidiendo que se limite el armamentismo.

La Argentina presentará, junto al Brasil, Chile y Canadá, en la Organización de Estados Americanos (OEA) **un proyecto de acuerdo de limitación de armas no convencionales en América latina.**

Así lo decidió ayer en Santiago de Chile, donde delibera la asamblea anual de la OEA, el canciller, **Guido Di Tella**, en momentos en que aquí se escuchan críticas por un supuesto estado de indefensión del país frente a sus vecinos.

El proyecto se iba a presentar ayer, pero se retrasó debido a que Honduras patrocinó una iniciativa de contenido similar, luego que el presidente chileno, **Patricio Aylwin**, dejó formalmente inaugurada la asamblea.

Aylwin y el secretario general de la OEA, **João Baena Soares**, coincidieron en afirmar que el principal objetivo del organismo regional, luego que sus estados miembro por primera vez desde su fundación en 1948 tienen gobiernos legítimos en su totalidad, es "**derribar el muro de la pobreza**" en Latinoamérica.

Después de participar del acto de inauguración de la XXI Asamblea de la OEA, Di Tella mantuvo una reunión de trabajo con el subsecretario de Estado para Asuntos Hemisféricos de los Estados Unidos, **Lawrence Eagleburger.**

Di Tella y Eagleburger, un empedernido fumador de 110 kilos que va a todos lados portando un bastón con la cabeza de un águila, se entrevistaron durante 50 minutos en el salón azul de la sede de la cancillería chilena.

En la oportunidad, el canciller **le transmitió la preocupación argentina por los problemas de la empresa norteamericana LTV**, que se asoció con la Fuerza Aérea Argentina para construir el avión Pampa y presentarlo en la licitación a través de la cual Washington comprará máquinas de entrenamiento para sus pilotos (ver recuadro).

Si bien fuentes de la Cancillería consultadas por Clarín afirmaron que "**no se trató**" la decisión argentina de destruir las partes no reciclables del misil Cóndor II (ver nota aparte), Eagleburger **felicitó a Di Tella por la creación de la Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CNAE).** Estados Unidos fue uno de los países que más presionó por la destrucción del misil y sobre todo su eventual exportación a otros países.

A la luz de esa decisión el diplomático norteamericano, siempre de acuerdo a las fuentes argentinas, habría afirmado que ahora la Argentina **podría sumarse al grupo de países confiables** a los que **Washington les transfiere ciertas tecnologías.** Pero este dato podría ser más una expresión de deseos que una realidad concretable en el corto plazo.

Eagleburger no dejó de reiterar **el interés de su país por el compromiso del gobierno argentino de enviar en setiembre próximo un proyecto de ley de patentes de medicamentos al Congreso**, otro de los puntos ríspidos de la agenda bilateral.

En las sesiones de la asamblea, luego de la inauguración, Di Tella fue representado por el embajador argentino ante la OEA, **Hernán Patiño Mayer.**

Anoche a última hora se había **conseguido consenso en la asamblea para crear un mecanismo de defensa de la democracia en América latina**, uno de los temas centrales que se discuten en Santiago.

"Se llegó a un acuerdo unánime: **el mecanismo se referirá a una convocatoria de los cancilleres ante un caso de golpe de Estado** y se dejaron de lado otras posibilidades", declaró el canciller de Honduras, **Mario Carías Zapata.**

01

31

Denuncias desapariciones EN ARGENTINA
Clarín POR SECTAS
27/06/91
Sentos - 12773 -
Argentina 10033 -

(F.2)

BUSCAN A TRES MENORES Y DETIENEN A UN PASTOR

Denuncian desapariciones y extraños ritos en una secta

Por la desaparición de tres menores de edad, la Justicia tucumana detuvo al pastor Juan Olea, integrante de la Iglesia Cristiana de Jesucristo. Operaba en un templo construido en una villa de emergencia, a ocho kilómetros de la capital de la provincia: según denuncias, allí se realizaban "ritos extraños". Trascendió que los menores y otras cuarenta personas que dejaron sus hogares viajaron hasta la ciudad de San Miguel, en la provincia de Buenos Aires, para unirse al grupo de Olea. La Justicia, ahora, investiga su actividad.

TUCUMAN (De nuestra agencia). — El juez de Instrucción de la Quinta Nominación, **Jorge García Mena**, ordenó la detención del pastor **Juan Olea**, integrante de la **Iglesia Cristiana de Jesucristo**, vinculado por una denuncia con la desaparición de **Lidia Susana Santucho**, de 17 años, quien era una destacada estudiante del Liceo de Señoritas **Remedios Escalada de San Martín**.

La medida fue cumplida por efectivos de la Policía provincial, en la villa de emergencia **Mariano Moreno, ubicada a ocho kilómetros de Tucumán, donde la agrupación religiosa tiene un templo desde hace cuatro años.**

Según señalaron sus padres —**Juan Carlos Santucho** y **Francisca Moreno**—, la muchacha, sorpresivamente, se alejó de su casa el 29 de mayo. "No sabemos qué fue lo que pasó", dijo el hombre. Pese a manifestar que no esperaba "una decisión así", reconoció, sin dar detalles, que Lidia "había cambiado en su comportamiento" desde que se acercó al templo que dirige Olea.

En su denuncia, el matrimonio Olea señaló que "una persona" le dijo que había visto a su hija, que esperaba en una parada de ómnibus, subir aquel día a una camioneta que "iba llena de gente" y que manejaba el pastor detenido. Desde ese momento, no tuvieron más noticias sobre la suerte corrida por la chica. Sin embargo, hace dos días, algo cambió. Lidia les escribió una carta —no se sabe desde qué lugar— en la que les decía que se encontraba bien y que la determinación de irse de su casa "fue voluntaria".

La investigación del juez García Mena apunta, además de saber cuál es la real situación de la estudiante Santucho, a **conocer el paradero de otros dos menores**, cuya desaparición ya fue notificada a las autoridades. También a esclarecer la finalidad de la actividad desarrollada por Olea en Tucumán, quien ayer declaró ante el juez.

El pastor negó toda vinculación con la desaparición de los jóvenes y explicó que su objetivo en Tucumán era el de predicar la doctrina cristiana "tal como figura en las Sagradas Escrituras".

Trascendió en sede judicial que no solo dejaron su hogar aquellos tres menores, sino **decenas de jóvenes** (vecinos de la villa Mariano Moreno hablaron de cuarenta), presuntamente para trasladarse junto con Olea a **San Miguel**, en la provincia de Buenos Aires, donde se encuentra la sede central de la secta. ¿El motivo? **"Esperar la llegada de Jesucristo, porque el fin del mundo está próximo"**, sería la excusa dada en cada caso.

La Iglesia Cristiana de Jesucristo se encuentra inscripta en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto desde octubre de 1985 y su número de legajo es el 1.891, según informaron funcionarios de aquella repartición a pedido de la Justicia tucumana. Su presidente es **Carlos Silleo, quien ahora está en Tucumán**, acompañando a Olea.

El caso conmueve a Tucumán. Hay múltiples conjeturas que se entrelazan con las versiones de los vecinos de la villa. Algunos evocaron a la **secta Moon** que también se dedica a la captación de jóvenes.

Familiares de los jóvenes que huyeron de sus hogares y que conocieron a Olea —dicen que es un policía jubilado— contaron que el pastor "es un gran orador, con un sorprendente poder de convencimiento".

Explicaron que la mayoría de sus seguidores "son jóvenes. Preferentemente mujeres casadas".

Los feligreses —así se llaman— debían sentarse en almohadones. Al compás de una música suave se entonaban cantos de adoración o se leían lecturas religiosas. Durante la ceremonia, las mujeres vestían ropas amplias y el pelo debían llevarlo suelto. En determinado momento, el pastor se los untaba con aceite.

De allí, se pasaba a la danza, que algunos informantes definieron como brasileña. Cada tanto tomaban un té de yuyos que servía Olea. Algunos de los participantes caían en estado de trance.

01 . 01

9108732

Bush no asumió compromisos formales
Clarín
21/06/91
MERCOSUR -12781-

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 21 de junio de 1991

F-2

GESTO POLITICO DE LOS EE.UU.

Bush no asumió compromisos formales con el Mercosur

WASHINGTON (De nuestro enviado especial, **Daniel Santoro**). — **La administración Bush** hizo un gran gesto político, pero **no asumió grandes compromisos** con la Argentina y sus otros tres socios comerciales de Sudamérica, al firmar el lunes el acuerdo marco de comercio e inversión.

Pero **"nos sacó una gran espina"**, comentó ayer a **Clarín** un alto diplomático argentino parafraseando a la famosa canción norteamericana **"Nunca te prometí un jardín de rosas"**. El acuerdo fue bautizado, por iniciativa del presidente del Brasil, **Fernando Collor de Mello**, "Rose Garden" porque se firmó en el jardín de las rosas de la Casa Blanca.

Pero la que parece no tuvo iniciativa, o mejor dicho interés, por la firma de ese acuerdo a la que deliberamente asistió el presidente George Bush, fue la prensa norteamericana, que prácticamente **ayer ignoró el tema**. El calor (33 grados) y la visita del electo presidente de la Federación Rusa, **Boris Yeltsin**, acaparó el interés de la opinión pública norteamericana.

♦ Compromiso comercial

El acuerdo solo implica la institucionalización de las negociaciones por inversiones y comercio. Como en estos momentos no existen grandes excedentes de capital en este país, el compromiso norteamericano más importante es el comercial.

El comercio argentino-norteamericano no aumentará sustancialmente en el corto plazo, pero la "espina" a la que se refirió un miembro de la delegación que acompaña al canciller **Guido Di Tella** son los obstáculos paraancelarios que encuentran las exportaciones argentinas.

Hasta ahora cualquier empresario norteamericano podía quejarse al departamento de Comercio por exportaciones impuestamente subsidiadas y casi inmediatamente conseguir trabar la operación. El acuerdo establece que **"en 30 días"** deberá ser considerado en el flamante Consejo de Comercio e Inversión quintapartito cualquier queja de los países sudamericanos por esas sanciones, entre otros puntos. El pedido también podría ser en sentido contrario. Ahora hay una garantía de que los reclamos no serán eternamente "cajoneados" en esta capital.

♦ Peso económico

"Tendremos en un tiempo más **un procedimiento técnico** para las discusiones comerciales y así dejaremos de recurrir, por ejemplo, a la influencia del embajador **Terence Todman** para movilizar un expediente", se sinceró un conocedor de los vericuetos de la burocracia norteamericana.

Pero la espina más grande es cómo hará el gobierno del presidente **Carlos Menem** para defender los intereses comerciales del país ante la asimetría de la economía argentina frente a la norteamericana. La sumatoria del producto bruto interno de la Argentina, el Brasil, el Uruguay y el Paraguay es solo aproximadamente **un 30 por ciento** del norteamericano.

Sobre todo después que ayer Bush, con la invitación a Collor a participar del acto, demostró que el Brasil es a los ojos norteamericanos el líder económico del Cono Sur, pese a la crisis económica que sufre actualmente. La Argentina, aunque "hizo mejor los deberes" en materia de apertura de la economía, desregulaciones y privatizaciones, no ocupa ese lugar de privilegio. Aquí quedó demostrado el peso económico real y no los gestos políticos —como el envío de dos buques de guerra al Golfo—, que tanto gustan al gobierno argentino.

El presidente del Brasil, Collor de Mello, aparece como el líder del Cono Sur.

Es que el mayor interés de la política exterior de la administración Bush con esta jugada es abrir para sus exportaciones, a través del Mercosur, la cerrada economía brasileña.

01.01 3108733

FMI condena los gastos militares
La Prensa del Tercer Mundo
970691

Armamentos → Equipos Militares - 11197 -
Gastos militares
GHI - 12602 -

Condenó los gastos militares en el "tercer mundo" el FMI

970691

Wáshington (UP) – Los gastos militares absorbieron el 5 por ciento de los recursos mundiales al año desde 1972 a 1982, reveló un estudio del Fondo Monetario Internacional que critica las ingentes sumas dedicadas al armamentismo.

Proporcionalmente, los gastos militares fueron mucho más fuertes en el mundo en desarrollo que en las naciones industrializadas.

"Mientras el desembolso castrense, en algunos casos, es el precio que se paga por la supervivencia nacional, el destinar escasos recursos a los militares implica menos fondos disponibles para otros programas, como la inversión pública y la protección social", recuerda el documento.

En las naciones subdesarrolladas enfrentadas a múltiples necesidades sociales, los costos militares son particularmente pronunciados, según Daniel P. Hewitt, del Departamento de Asuntos Fiscales del FMI.

Las cifras sobre los gastos militares en que se basó el estudio fueron compiladas por el Instituto Internacional de Investigación de la Paz, con sede en Estocolmo, y por otras fuentes especializadas.

Entre los 125 países comprendidos en el estudio, la distribución total de los gastos militares fue de un promedio del 55 por ciento en las naciones industriales entre 1972 y 1988, pero debido a que esos estados fueron responsables de más de las dos terceras partes de la producción mundial, sus desembolsos castrenses en relación con el Producto Nacional Bruto (PNB) fueron sólo de 4 por ciento.

En ese mismo período, los gastos mundiales en materias militares fueron de 5 por ciento.

Los países de Europa oriental incurrieron en 30 por ciento de la totalidad de los desembolsos militares en la década de 1970, proporción que bajó a 23 por ciento el decenio pasado, con lo cual sus gastos castrenses en relación con el PNB fueron de un promedio de 9,5 por ciento.

Mientras tanto, el promedio de gastos en el campo militar en el mundo en desarrollo fue de 5 al 6 por ciento del PNB combinado, agregó el estudio.

Como los recursos disponibles para una economía determinada son fijos a mediano plazo, una nación que gaste cuantiosas sumas en sus Fuerzas Armadas tiene que privarse de invertir en otros sectores.

Algunos países están gastando más en defensa que en su desarrollo o en la formación de capitales, y aun más que en educación, salud o vivienda.

Cuando los gobiernos incrementan los gastos militares, tienen tres opciones: disminuir los fondos dedicados a cuestiones sociales, rebajar las cantidades destinadas a servicios económicos o aumentar el presupuesto, todo lo cual conduce a consecuencias negativas entre los segmentos más pobres de la sociedad, concluyó el estudio.

01.01 9108734

Tratado Antártico en España
La Nación
21069/
Antártida
España 12757 -
10072 -

Tratado Antártico

21069/
(F-2)

MADRID (EFE).– Los 26 países consultivos del Tratado Antártico elaboraron un nuevo texto del documento para la protección del continente helado, favorable a la tesis de los Estados Unidos de reducir los controles para levantar la moratoria sobre la explotación minera.

El texto, que ahora será enviado a los respectivos gobiernos, establece que para modificar la prohibición de actividades mineras en la Antártida tan sólo será necesario el voto de dos tercios de los países consultivos, en lugar del total de 26 que establecía el Protocolo de Madrid del pasado mes de abril.

El nuevo documento fue preparado por la presidencia de la XI Reunión Consultiva del Tratado Antártico, que se celebra en Madrid. El texto procura restablecer el consenso alcanzado en la reunión de abril, en la que se redactó el protocolo que estaba previsto fuera adoptado formalmente esta semana.

Estados Unidos rompió el consenso al observar que los mecanismos para la revisión de la prohibición eran excesivamente duros, ya que exigían el consenso de los 26 países con derecho a voto, por lo que propusieron un texto alternativo.

Inicialmente se llegaron a discutir tres propuestas alternativas: una de los Estados Unidos, otra de la Argentina y la tercera de Nueva Zelanda.

Más tarde, un reducido grupo de delegados, entre los que figuraban los de Estados Unidos, Francia y Australia, volvieron a reunirse para redactar un nuevo documento.

Aunque los Estados Unidos no se pronunciaron sobre si el texto es satisfactorio para su gobierno, algunos delegados señalaron que esperan que se recomiende su aprobación, lo que permitiría dejar a la firma el protocolo pasado mañana, en coincidencia con el 30° aniversario del Tratado Antártico.

01 . 01

9108735

Tratado antártico: FRACASO
La Nación
23/09/91
antártico 12757-
ESPAÑA 10072-

Oposición norteamericana a la veda minera

Fracasó un acuerdo sobre la Antártida

MADRID (AP).– La delegación de los Estados Unidos dijo que necesita más tiempo para analizar la propuesta de prohibir por 55 años la explotación minera en la Antártida, con lo que bloqueó el consenso sobre un protocolo de protección de largo alcance.

La decisión norteamericana de retener su aprobación obligó a que se postergara la firma de un acuerdo que debía suscribirse ayer, cuando se cumplió el 30º aniversario de la puesta en vigor del Tratado Antártico, en 1961.

Estados Unidos fue el único de los 26 miembros votantes del tratado que no obtuvo la aprobación de su gobierno para el protocolo, dijeron los delegados.

La representación francesa censuró la actitud, pero el principal negociador norteamericano, Curtis Bohlen, destacó que el protocolo sobre protección ambiental aún puede ser firmado en un nuevo encuentro en Madrid, previsto para dentro de pocos meses.

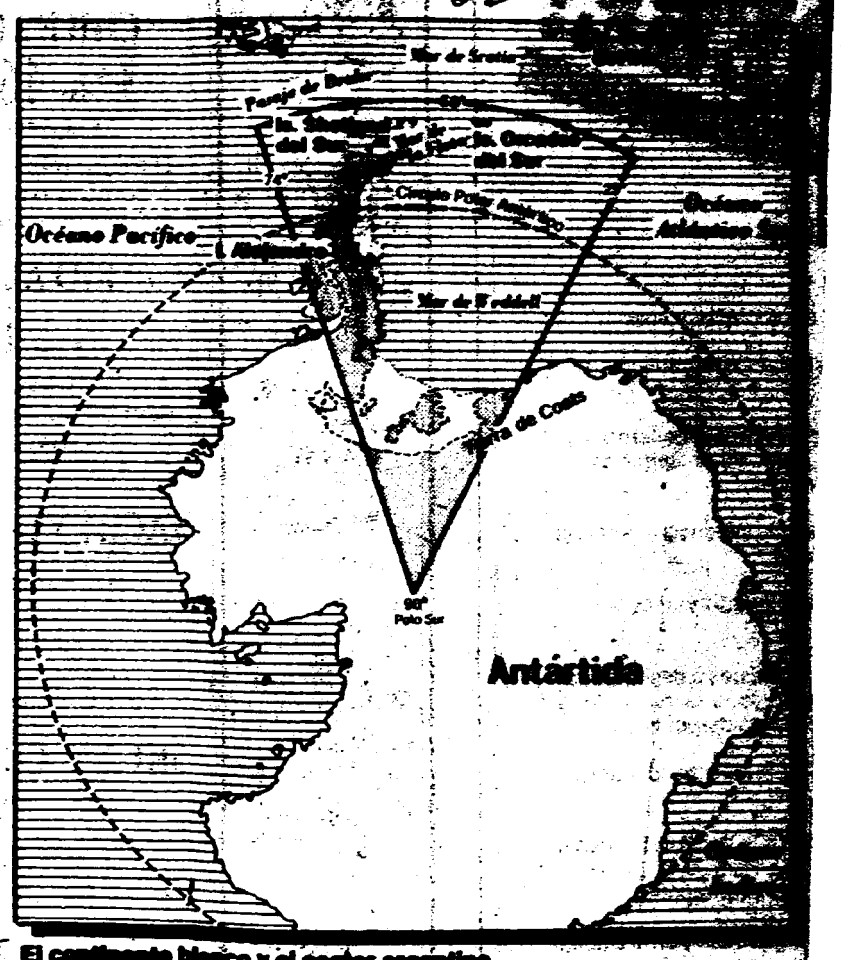
"Simplemente dijimos que necesitamos más tiempo. Todavía no bloqueamos nada", dijo Bohlen.

Un intento vano

La prohibición de efectuar exploraciones mineras fue el resultado del intento desarrollado durante toda una semana para llegar a una transacción que fuera aceptable para los EE. UU.

Bohlen indicó que los Estados Unidos estaban complacidos con el resto del documento –que establece procedimientos para proteger la flora y la fauna y regula la contaminación marina– pero no con la prohibición expresa de extraer minerales.

"Supongo que el señor Bush convocará a un desfile de la victoria en Nueva York para celebrar la destrucción de la Antártida", dijo el presidente del movimiento ecologista Greenpeace International, David McTaggart.



El continente blanco y el sector argentino

01.01

9108736

Acuerdo Antártico
La Prensa
21/06/91
Antártida 12757-

Acuerdo en el Tratado Antártico

Ver [illegible] del viernes

Madrid (EFE) — Los 26 países consultivos del Tratado Antártico lograron un "texto común" sobre el documento para la protección del continente helado, favorable a la posición estadounidense de reducir los controles para levantar la moratoria sobre la explotación minera.

El texto, redactado tras una sesión que comenzó a las cinco de la tarde del miércoles y concluyó a las dos de la madrugada de ayer establece que para modificar la prohibición de actividades mineras en la Antártida tan sólo será necesario el voto de dos tercios de los países consultivos, en vez del total de 26 que establecía el protocolo de Madrid del pasado mes de abril.

El documento, logrado tras intensas gestiones de la presidencia española en la XI reunión consultiva del Tratado Atlántico, que se celebra en Madrid, será ahora remitido a los respectivos gobiernos.

21/0

01.01

9108737

RE DOCUMENTO
TIPO Antártida
Jornal do Brasil
30069A
Antártida 12757-
Brasil 10046-

Antártida ainda está salva

Por pouco, os Estados Unidos não atrapalharam a festa dos 30 anos de existência do Tratado da Antártida, na semana passada. Os 26 países que são membros consultivos do Tratado desde fins do ano passado discutiam um instrumento jurídico para proteger o Continente gelado da exploração de atividades minerais. Em abril, chegaram a um consenso: a proibição seria de, no mínimo, 50 anos. Para reverter esse prazo, seria necessária uma maioria de 3/4 dos membros. Os Estados Unidos temiam que a proibição se tornasse "eterna" e, na reunião, conseguiram restringir esta exigência para 2/3 dos países membros.

Até hoje, a proibição era regida por uma declaração unilateral de cada Estado comprometendo-se a abster-se de atividades minerais naquela área. Alguns países, como França, Austrália e Nova Zelândia, defendiam a proibição por tempo indeterminado. O Brasil optou por uma longa proibição. Estados Unidos e Grã-Bretanha preferiam um período de 30 anos.

O Brasil assinou o Tratado da Antártida em 1978. Em 1983, com a instalação no Continente de estações de pesquisa científica, o País tomou assento no Conselho Consultivo. Assim, credenciou-se a participar plenamente dos trabalhos de ordenamento jurídico e político da região.

Segundo uma fonte do Itamaraty, o Tratado precede em mais de 20 anos o movimento ecológico e, mesmo durante o período da Guerra Fria, entre os países capitalistas e socialistas, possibilitou a cooperação internacional numa zona desmilitarizada.

APOSTA MODESTA — O Governo brasileiro admite que faz "uma aposta modesta" na Antártida. Em 1990, o orçamento foi de Cr$ 115 milhões. A Base Comandante Ferraz é pequena mas, segundo o Itamaraty, a relação custo-benefício é vantajosa. A base possibilita estudos sobre clima, pesca, alimentos, recursos minerais, animais e treinos de pilotos.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) se divide em quatro subprogramas — ciências da atmosfera, ciências da terra, ciências da vida e logística — e é executado por universidades e órgãos de pesquisa.

A estação brasileira fica na Ilha do Rei George e acomoda, no verão, cerca de 25 pessoas, e 12 no inverno. Cada atividade na área começa em fins de outubro com a partida do navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé. (AE)

30069/

01.01 9108738

Ecologistas se mobilizam
Jornal do Brasil
300691
Olga [illegible]
Ecologistas
501014

Ecologistas se mobilizam contra CFC

300691

Os ecologistas estão se mobilizando para garantir o apoio necessário à aprovação do projeto do deputado Quintilhiano Vieira (PMDB), que proíbe o uso no Estado de embalagens com clorofluorcarbono (CFC), substância química que perfura a camada de ozônio. O projeto deverá ser votado em agosto. Já o setor da avicultura, que utiliza estas embalagens espumadas para a comercialização de ovos, teme um aumento de custo para acondicionar os produtos.

"É uma medida complementar à proibição de *sprays* com CFC", afirma o químico Flávio Lewgoy, conselheiro técnico da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). "Só não se pode proibir ainda o uso do gás em ar-condicionado e geladeira, pois nestes casos não há substitutos". O especialista lembra que os raios ultravioletas que chegam na atmosfera em função das perfurações na camada de ozônio, além de influenciarem no aquecimento do Planeta e causarem câncer de pele, prejudicam o crescimento dos vegetais.

"Estas embalagens já deveriam ter sido proibidas há muito tempo", reclama Paulo Müller, presidente da Associação de Proteção à Natureza do Vale do Gravataí (APN-VG). Os ecologistas esperam mudanças com a preocupação ambiental. "A sociedade vai precisar revisar cada um dos seus hábitos de consumo e produção ambiental", diz Carlos Aveline, presidente da União Protetora ao Ambiente Natural (UPAN), de São Leopoldo. "As empresas precisam começar a incluir o custo ambiental no cálculo do valor dos produtos", diz Müller.

OVOS — As embalagens com CFC são semelhantes ao isopor e aparecem em lanches rápidos e embalagens de ovos, frios, hortigranjeiros e carnes. Heitor José Müller, presidente da Associação Gaúcha de Avicutores (Asgav), diz que cerca de 90% dos ovos produzidos no Estado são vendidos em embalagens de papelão. Os outros 10% representam uma utilização mensal ao redor de 630 mil embalagens com CFC.

Müller se queixa que é justamente a presença das embalagens espumadas, como concorrentes, que controlam o preço do papelão específico para ovos, produzido por uma indústria paulista. O presidente da Asgav teme que, com a eliminação dos invólucros de CFC, o custo do papelão aumente muito e acabe estourando, mais uma vez, no bolso do consumidor.

01.01

9108739

Críticas a la II Conferencia
950015
19059
12536
CHILE 65709
URUGUAY 18020

Singer: pacto internacional para repartirse los puestos

Críticas a chileno por reparto de cargos ocuparon cierre de II Conferencia

Diputado Dupré cuestionado por legisladores y prensa

Las críticas hechas por un Diputado chileno para la presidencia del Parlamento Latinoamericano del Presidente de la Cámara de Diputados de nuestro país Juan Adolfo Singer y la denuncia por parte del legislador compatriota de "un pacto internacional" entre las Internacionales Socialista y Demócrata-Cristiana "para repartirse los cargos" directivos de la Institución continental y de la Unión Interparlamentaria Mundial, ocuparon ayer la atención de los legisladores de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Paraguay y Uruguay que participaron de la última jornada de la II^a Conferencia Parlamentaria del Cono Sur.

"DEBE saberse que el Diputado Dupré es uno de los artífices de un pacto internacional para repartirse los cargos de la Mesa de la Junta Directiva del P.L. (Parlamento Latinoamericano), así como también de la Directiva de la Unión Interparlamentaria Mundial. De esta manera, el Presidente de la Cámara de Representantes de nuestro país, Juan Adolfo Singer se refería a la postura del legislador chileno de no acompañar su candidatura a la presidencia del Parlamento Latinoamericano dada a conocer por el matutino La República.

El citado artículo de prensa fue cuestionado mediante un comunicado de prensa por Dupré antes de partir hacia Chile, en el mediodía de ayer.

"El periodista del matutino hace mías supuestas expresiones de su propia intencionalidad, no reflejando en modo alguno mi pensamiento ni el de la delegación que presido", expresa Dupré en el comunicado.

Asimismo, sostiene que *"nuestra decisión de apoyo no está aún definida, toda vez que en julio próximo se reunirá este organismos para decidir a este respecto"*.

Ante tales aseveraciones del legislador democristiano chileno, la Asociación de Cronistas Parlamentarios dio a conocer una declaración en la cual se solidariza con el colega involucrado, descartando que el periodista compatriota haya incurrido en *"falta de ética y parcialización"*.

El comunicado de prensa de Dupré fue leído en sala por otro legislador chileno, quien expresó que esperaba que el *"malentendido"* no causara ningún tipo de deterioro en las relaciones entre los distintos países.

Posteriormente, el Diputado compatriota Yamandú Fau sostuvo que los periodistas uruguayos han asumido *"el código de la ética"* como *"principio inspirador"*.

"Respecto a la cuestión del 'amiguismo', estos hechos no requieren abundar en comentarios. En cambio respecto al 'respaldo político de las grandes corrientes' bueno es precisar que la suma total de los legisladores que forman parte de partidos integrantes de la Internacional Socialista, más la Internacional Demócrata Cristiana, no alcanzan al 30% del total', explicó Singer en la nota que hizo pública luego de hacerla llegar al total de los legisladores participantes de la II^a Conferencia Parlamentaria del Cono Sur.

"Esto quiere decir que el 70% de los legisladores latinoamericanos no forman parte de esas organizaciones partidarios internacionales", añadió.

En el comienzo de la nota el Presidente de la Cámara de Diputados de nuestro país responde a lo sostenido por Dupré en el sentido de que la presidencia del P.L. *"requiere a su frente personas efectivamente representativas del quehacer político latinoamericano"* y que nuestro compatriota *"carecería de esa condición"*.

"Con toda franqueza y sin falsa modestia debo afirmar que en mi ya larga vida política, desde los primeros años de la década del 50, la integración latinoamericana ha constituido uno de los motivos centrales de mi lucha; que fui de los promotores de la creación, del afianzamiento y de la institucionalización del P.L.", expresa Singer.

"De cualquier forma, si su objeción es, como dice, personal y no se refiere a Uruguay, la totalidad de cuyas fuerzas políticas -sin excepciones- han resuelto patrocinar mi candidatura a la Presidencia del P.L., y está dispuesto por tanto a votar a otro candidato uruguayo, que lo diga claramente. Yo no soy obstáculo, como les consta a todos los legisladores de mi país, para que Uruguay acceda a la presidencia del P.L., a la que tiene legítimo derecho. ■

01.01 9108740

100 años de "Rerum Novarum"
150025
160591

160591 (F-1)

Cien años de la "Rerum novarum"

Por Néstor Pedro Sagüés
(Para LA NACION)

ROSARIO. – Publicada el 15 de mayo de 1891, la "Rerum novarum" (de las cosas nuevas), es tal vez la encíclica más famosa de todo el magisterio pontificio.

No es un documento teórico sino práctico, es decir, orientado hacia la *praxis*, la acción. Emerge de un escenario donde reinaban la violencia y la injusticia, y cuando se debatía nada menos que la supervivencia del Estado como forma política de la sociedad moderna.

La encíclica tiene destinatarios precisos: trata "sobre la situación de los obreros". Enfrenta, discute e intenta resolver el drama que ocupa casi todo el siglo XIX: la "cuestión social", por cierto todavía inconclusa.

El contexto político

Visualizada casi siempre como un documento *social*, provocado por la condición de una "mayoría que se debate indecorosamente en una situación miserable y calamitosa", la "Rerum novarum" no ahorra epítetos para describir el estado de cosas de la época: opresión de los trabajadores, condiciones ofensivas e indignas de labor, abuso de niños y mujeres, exceso en la jornada de empleo, inhumanidad de la legislación vigente, codicia de los competidores, usura y, sobre todo, el hombre tratado como cosa de lucro.

No obstante su contenido incuestionablemente social, la encíclica es también un texto político orientado a perfilar estructuras y principios políticos, necesarios para abordar la "cuestión social".

Dos alternativas ofrecía el mercado político del momento para atender el problema que tratamos.

Una, propia de lo que Cyril B. Macpherson llama "individualismo posesivo", insistía en mantener el Estado dentro de los viejos parámetros dibujados por Hobbes: el hombre es en sí malo (lobo con el hombre), sus instintos agresivos pueden encauzarse pero no eliminarse, y la manera más civilizada de anestesiarlos es sustituirlos por la acumulación ilimitada de bienes. Su apetito de poder se transforma así en apetito de riqueza: movido por el lucro, cada individuo intentará superar y vencer a los demás acopiando ganancias.

Para el "individualismo posesivo", obviamente utilitarista, al Estado le tocaba, a lo sumo, reglamentar esa incansable búsqueda de bienes mediante reglas jurídicas claras que fomentasen la libertad de las transacciones y castigasen a los incumplidores de los contratos. También le correspondía combatir y sancionar a quienes pretendiesen otro orden político distinto. Finalmente, el justo precio de una cosa o del trabajo es aquí el libremente pactado.

La segunda variable para encarar la "cuestión social" operaba en sentido inverso: *destruir* al Estado de la sociedad posesiva, ya mediante la desaparición de *todo* Estado (viejo sueño del anarquismo), ya mediante la erección de un *nuevo* Estado de clase, regenteado por los trabajadores (dictadura del proletariado).

Insinuada en los movimientos revolucionarios de 1848, pero presente con mayor nitidez en la efímera Comuna de París, en 1871, esta posibilidad atraía, desde luego, a la masa de trabajadores de quienes se ocupa la "Rerum novarum". En muchos casos hacía uso de la insurrección y de la huelga revolucionaria para alcanzar sus objetivos. Por supuesto, cuestionaba el derecho de propiedad.

La opción de la encíclica

La "Rerum novarum" excluye aquellas dos alternativas y propone otra.

Parte, en primer lugar, del reconocimiento de la lucha de clases: el conflicto existe, es real, debe asumirse y resolverse. La meta final será la *armonización* de las clases, para lo cual postula *estrategias* concretas y *políticas* de instrumentación.

Las estrategias son, sustancialmente, de *equilibrio pacífico* y de *justicia*. Habrá concordia entre las clases si se potencia a la más débil y se arriba a un acuerdo intrínsecamente justo. Ambas estrategias, claro está, se complementan inexorablemente: sin el ingrediente de justicia no habrá ni paz ni equilibrio de clases.

Las políticas que pergeña la carta encíclica son de distinto tipo:

a) una *política de actuación* estatal ("de lleno", dice el Papa), para atender la contienda de clases;

b) una *política de auxilio*, en favor de los "solitarios e indefensos", esto es, de los asalariados, con el fin de procurarles un mayor bienestar económico y moral;

c) una *política laboral*, con dos puntos fundamentales: asegurar buenas condiciones de trabajo y cuidar del salario justo, apto para la vida digna del dependiente, en función de "una justicia natural y superior y anterior a la libre voluntad de las partes";

d) una *política gremial*, en procura de nuevas y sanas asociaciones de empresarios y de trabajadores, que mediaticen los conflictos de clase y arbitren respuestas equitativas. La solución de la "cuestión social" pasa entonces por la incorporación de sus protagonistas al proceso de adopción legal de decisiones;

e) una *política de propiedad* respetuosa del derecho de dominio, calificado por el Papa como de derecho natural, que incluso debe difundirse entre los trabajadores, pero en cuya aplicación cabe destacar dos dimensiones: la función personal y la comunitaria. Los bienes están, por ende, para satisfacer ese doble requerimiento: es antinatural abolir la propiedad, como es impropio contemplarla exclusivamente en servicio de su titular individual.

Presente y futuro

En definitiva, al declinar el siglo pasado las corrientes habituales del pensamiento político bregaban por la *estabilidad* del sistema mediante su rígido *mantenimiento* (apostando así a la represión como recurso de supervivencia del Estado) o por su *destrucción*.

La "Rerum novarum" eligió la vía de la *estabilidad* por medio de la *persistencia*, es decir, para hablar en términos de Easton, de la estabilidad *con* el cambio y *en* el cambio. El Estado *podía* y *debía* subsistir, pero para ello tenía que transformarse y adaptarse. Más todavía: debía cambiar de alma y cumplir (para alcanzar legitimidad) una empresa de bien común. Sin esa meta de bien común, diría San Agustín, no merecía llamarse Estado.

Sabemos las críticas que despertó la encíclica. Los partidarios del individualismo posesivo la juzgaron perturbadora del orden espontáneo del mercado, cuando no demagógica. Los movimientos extremistas, a su turno, vieron en ella un artificio más para conservar el aparato de poder y de clase existente.

A cien años de entonces, la "Rerum novarum" puede reputarse como una pieza vital del sistema político más prestigioso de nuestros días, vale decir, del Estado constitucional y social de derecho. La esencia de sus directrices se proyecta en las normas constitucionales más calificadas del mundo contemporáneo. Italia, Alemania Federal, Irlanda, Suiza, España, entre otras muchas naciones, han asimilado todas sus estrategias y políticas fundamentales.

Vieja y lozana a la vez, la "Rerum novarum" cumplió una singular misión: apurar la redención de los trabajadores y rescatar a un Estado con vicios de ilegitimidad y en situación de crisis casi terminal. La feliz actualización que de ella hace la reciente encíclica "Centesimus annus", reaviva hoy el sentido perenne de su mensaje.

(c) LA NACION

01 . 01 9108741

DOCUMENTO
TITULO Encíclica de Juan Pablo II
P. La Nación 150085
FECHA 110591
V. 500477

La encíclica "Centesimus annu

Por Alvar
(Para L

La novena encíclica de Su Santidad Juan Pablo II, escrita a cien años de la "Rerum novarum", de León XIII, es un notable documento que enfoca temas fundamentales, de orden trascendente, relativos a la cuestión social a la luz de la doctrina social de la Iglesia.

Esa encíclica aparece en momentos en que el mundo asiste a un acontecimiento de importancia colosal: el derrumbe del socialismo en su versión más perversa, el comunismo. La terrible tragedia que éste significó afectando profundamente, en escala mundial, la vida de los pueblos terminó en un verdadero colapso. Pero ese final no significa que los males por él engendrados hayan desaparecido ni que la transición hacia un nuevo orden esté asegurada sin perturbadores sacudimientos. Por el contrario, esa transición y ese nuevo orden plantean tremendos problemas e interrogantes, que son precisamente los que el Papa aborda en su encíclica. De ahí la oportunidad del documento y la importancia del mensaje papal. Nos interesa fundamentalmente examinar la encíclica desde el punto de vista liberal.

Interrelación

Por las razones que se verán claramente más adelante, conviene establecer la interrelación entre la doctrina liberal y la economía de mercado. El ordenamiento económico propugnado por el liberalismo es la economía de mercado. *Dicho de otra manera, la economía de mercado es la expresión económica del liberalismo.* La economía de mercado no representa de manera alguna todo el pensamiento liberal, pero sí una parte esencial del mismo. ¡Y, notablemente, la economía de mercado ocupa un lugar preponderante en la encíclica! Para nosotros es éste un hecho de extraordinaria importancia y una esclarecedora e invalorable contribución al debate político actual, tanto en el escenario mundial a raíz del derrumbe del socialismo, como en nuestro país con motivo de la trascendental reforma que se está intentando.

¿Encíclica liberal?

Para los liberales modernos esta encíclica tiene, como he dicho, un valor inestimable. A diferencia de otras anteriores, que se prestaban a peligrosas interpretaciones, ésta no deja lugar a dudas. Es notablemente precisa en las cuestiones prácticas sujetas a debate, y denuncia sin ambages al socialismo y a todas las tendencias antiliberales derivadas o asociadas a él. Esta vez los "izquierdistas" (para usar una denominación que abarca genéricamente a todas esas tendencias) no podrán encontrar en la encíclica punto alguno que les permita servirse de ella para sus propios fines. No se puede decir que sea ésta una "encíclica liberal", pero es posible afirmar que nada hay en ella que contradiga el pensamiento liberal moderno. Lo cual significa un hecho nuevo, de tremenda importancia para los liberales.

La clave

La cuestión central planteada en la encíclica está contenida en los siguientes párrafos, que transcribo literalmente:

"¿Se puede decir quizá que después del fracaso del comunismo el sistema vencedor sea el capitalismo, y que hacia él estén dirigidos los esfuerzos de los países que tratan de reconstruir su economía y su sociedad?

La respuesta obviamente es compleja. Si por «capitalismo» se entiende un sistema económico que reconoce el *papel fundamental y positivo de la empresa, del mercado, de la propiedad privada y de la consiguiente responsabilidad para con los medios de producción, de la libre creatividad humana en el sector de la economía, la respuesta ciertamente es positiva, aunque quizá sería más apropiado hablar de «economía de empresa»*, «economía de mercado» o simplemente de «economía libre». Pero si por «capitalismo» se entiende un sistema en el cual la libertad en el ámbito económico no está encuadrada en un sólido contexto jurídico que la ponga al servicio de la *libertad humana integral y la considere como una particular* dimensión de la misma, cuyo centro es ético y religioso, entonces la respuesta es absolutamente negativa."

La primera acepción de la palabra "capitalismo" es netamente liberal. Es lo que predica el liberalismo moderno. El Papa considera como una respuesta "ciertamente positiva" a la "economía de mercado o simplemente a la economía libre", y va más allá: sugiere llamarla "economía de empresa". Ningún liberal podría resumir mejor su doctrina en materia económica que la encíclica en ese párrafo. En cuanto a la segunda acepción del "capitalismo" citada por Su Santidad, nada tiene que ver con el pensamiento liberal moderno. Define un sistema rechazado por los liberales, que el Papa considera como una respuesta absolutamente negativa. Ese sistema es el aplicado en general por las socialdemocracias, que restringen la *libertad integral* a que se refiere el Papa, a través del dirigismo económico. En la Argentina todos los gobiernos (salvo durante brevísimos períodos) desde 1966 hasta la reforma Menem han recurrido a él arrastrándonos a la crisis actual.

Esta respuesta del Papa a la cuestión clave que él mismo plantea al preguntar, ¿se puede decir quizá que después del fracaso del comunismo el sistema vencedor sea el capitalismo? bastaría para establecer de una manera concluyente la compatibilidad de la doctrina liberal con la encíclica. Pero hay en ésta mucho más, y no sólo en el dominio de lo moral y lo espiritual sino concretamente en lo económico.

Dice por ejemplo Su Santidad:

"La actividad económica, en particular la economía de mercado, no puede desenvolverse en medio de un vacío institucional, jurídico y político. Por el contrario, supone una seguridad que *garantice la libertad individual y la propiedad, además de un sistema monetario estable y servicios públicos eficientes.* La primera incumbencia del Estado es, pues, la de garantizar esa seguridad, de manera que quien trabaja y produce pueda gozar de los frutos de su trabajo y, por lo tanto, se sienta estimulado a realizarlo eficiente y honestamente.

Se asiste a un esfuerzo positivo por reconstruir una sociedad democrática inspirada en la justicia social, que priva al comunismo de su potencial revolucionario, constituido por muchedumbres explotadas y oprimidas. Estas iniciativas tratan en general de mantener los *mecanismos de libre mercado, asegurando, mediante la estabilidad monetaria y la seguridad de las relaciones sociales, las condiciones para un crecimiento económico estable y sano,* dentro del cual los hombres, gracias a su trabajo, puedan construirse un futuro mejor para sí y para sus hijos."

Las dos proposiciones anteriores y otras de la misma naturaleza significan sostener taxativamente lo que el liberalismo moderno viene defendiendo en el ámbito económico-social desde sus orígenes: la estabilidad monetaria, la lucha contra los monopolios, la supresión de barreras que traban la libre iniciativa privada, el libre mercado, la garantía de libertad individual y la propiedad, y la libre creatividad humana también en el sector de la economía. Como se ve, hay una total coincidencia en *cuestiones esenciales* entre la doctrina liberal moderna y la encíclica.

Más allá de lo económico

La encíclica aborda, naturalmente, otros campos de la vida humana, y hace especial referencia a

01.08 9108742

NTC 109741

s" y la doctrina liberal moderna

) Alsogaray
(LA NACIÓN)

110591 (Ed)

los valores superiores, a la ética, a las cuestiones espirituales y también, obviamente, a los fundamentos religiosos, relacionando dichos enfoques con la economía. No podemos discutir aquí el aspecto religioso, pero sí la interrelación entre la economía, en particular la economía de mercado, y los citados factores extraeconómicos.

En varios párrafos de la encíclica se destaca que la economía de mercado no es todo, que no resuelve todos los problemas sociales, y que debe estar encuadrada en un marco de referencia que tiene en cuenta razones éticas, valores de orden superior, consideraciones jurídicas, principios de solidaridad y otras cuestiones de la misma importancia. ¡Pero esto es precisamente lo que predica la doctrina liberal moderna, y no desde hoy sino desde su fundación! Véanse los trabajos de los líderes del pensamiento liberal en esa materia, en particular Wilhem Roepke y Ludwig Erhard, cuya contribución fue no sólo intelectual sino que fueron los artífices de la reconstrucción alemana y la rehabilitación de Europa occidental en la posguerra.

Nuevamente aparece aquí la perfecta concordancia entre el pensamiento liberal moderno y la encíclica, que se extiende más allá de lo estrictamente económico, y abarca los aspectos espirituales y morales inherentes a la condición humana.

Conclusión

La reforma impulsada por el presidente Menem, que es coincidente en sus directrices fundamentales con la reforma liberal que venimos propugnando desde hace más de treinta años, [illegible] hoy *en lo esencial* en [illegible] en la encíclica. Esto representa, sin duda, un hito histórico en la relación entre el pensamiento liberal moderno y las enseñanzas de la Iglesia.

© La Nación

02 9108742

PROCEDENCIA LA NACION
FECH. 090591
Asunto

"Esta encíclica de ahora ha querido mirar al pasado,
pero sobre todo está orientada al futuro."
(Juan Pablo II, "Centesimus annus", VI. 62)

La encíclica "Centesimus annus" dada por Juan Pablo II, a los cien años de la promulgación de la de León XIII que comienza con las palabras "Rerum novarum", no es un documento que espere ser defendido, sino difundido.

Es, en la clave que le es propia, un excelente y relativamente breve tratado de filosofía moral. Una visión de las cuestiones nuevas, de la sociedad y del hombre, de la fe y la ética y sus implicancias en la vida política y económica, pero sobre todo en la cultura. Contra la cultura de la mentira, diríamos, la cultura de la verdad.

Probablemente sea considerado uno de los más importantes, si no el más importante de los documentos de la Iglesia Católica durante el pontificado de Juan Pablo II. No es, como se ha insinuado, una suerte de aprovechamiento con sentido de la oportunidad –oportunista, dirían algunos–, de la crisis innegable del llamado socialismo real. No es, tampoco, un contrapunto de las tesis de Fukuyama sobre el "fin" de la historia, trabajo discreto que dudamos el Papa haya tenido en consideración.

Será preciso en algún momento, tanto para los historiadores como para la mejor interpretación de la encíclica, ocuparse de su *factura*, que incluye el trabajo de elaboración de antecedentes en el que tuvo un papel necesariamente significativo el Consejo Vaticano Justicia y Paz.

No es Hegel la mejor alusión, salvo porque el Papa, como el filósofo dijo alguna vez, dirige su mirada al punto donde las cosas se llevan a cabo: es a la caída de la tarde cuando el pájaro de Minerva levanta su vuelo. Es al final del siglo que vivimos, notable, contradictorio y terrible a un tiempo, cuando el documento papal reclama no ya la espera fatalista sino la esperanza creadora.

(Para LA NACION)

El Papa firma la encíclica "Centesimus annus"

La encíclica comienza con un homenaje natural a "Rerum novarum" (1891), que se considera el comienzo de un ensamble doctrinal constituyente, de manera progresiva, de la enseñanza social de la Iglesia.

La expresión "enseñanza" o "doctrina social" es, como suele ocurrir en estos temas, menos antigua que la cosa. León XIII, por lo pronto, no las emplea, sino que se refiere a los principios gracias a los cuales se podría, "como la justicia y la verdad lo demandan", poner término a ciertos conflictos de ese tiempo. Un conjunto de derechos y deberes que León XIII consignaba como enseñanzas de la "filosofía cristiana".

En cuatro partes, el documento del siglo pasado se refiere a las doctrinas extraídas del Evangelio, a las enseñanzas de la historia de la Iglesia y, por fin, en dos partes finales sustantivas, a directivas vinculadas con la situación a la que León XIII quería responder: la intervención del Estado para atender la condición obrera y la acción que correspondía a grupos diferentes para que la solidaridad atendiese los requerimientos del mundo del trabajo. La "cuestión social", como se diría más tarde, con un sentido dependiente en buena medida de la crisis de las relaciones entre capitalistas y proletarios a propósito de la Revolución Industrial de fines del siglo XVIII y parte del siglo XIX. Por difusa que pueda parecer ahora, la expresión era unívoca para las gentes de fines del siglo pasado.

Es necesario examinar el pensamiento de Wilhelm von Ketteler y de Heinrich Pesch, el primero influido por las obras de predecesores del renacimiento católico liberal moderno, amigos y aliados algunos de ellos de lord Acton ("el poder corrompe, el poder absoluto corrompe absolutamente"), para entender mejor las percepciones de León XIII. Es preciso atender a las diferentes corrientes y percepciones del liberalismo y del socialismo de la época –incluyendo especialmente lo que esos alemanes sentían y pensaban respecto del liberalismo anglosajón, por ejemplo, y lo que cada cultura evocaba– para interpretar las enseñanzas sociales de la Iglesia Católica de ese tiempo.

Dicha indicación vale para la interpretación de los documentos sucesivos y, naturalmente, de "Centesimus annus". La encíclica prepara para una "relectura" de "Rerum novarum" en el primer capítulo, destaca las "cosas nuevas" de hoy en el segundo, describe sucesos conmocionantes en el ritmo del tiempo y de la historia de 1989 en el tercero, explica por qué es preciso promover la propiedad privada mientras se tiene presente el destino universal de los bienes en el cuarto, trata sobre el Estado y la cultura en el quinto, y culmina con el sexto, donde insiste en que "el hombre es el camino de la Iglesia".

Versión personalista

Fiel a su prédica, Juan Pablo II expone una "teología de creación".

Si el tema de la solidaridad es antiguo en el pensamiento social católico, esa prédica le da una claridad nueva, una versión personalista extraña a conexiones orgánicas o a ideas organicistas al cabo perversas para el hombre concreto. Y cuando se refiere a los hechos de 1989 hay que tener en cuenta que habla y escribe desde la teoría y la experiencia. León XIII supo del marxismo como una idea, Pío XI conoció el comunismo en la –para él– lejana Rusia y el totalitarismo de derecha en sus comienzos.

Juan Pablo II vivió el fascismo y pasó virtualmente su vida adulta bajo una experiencia concreta del socialismo "real". No es del caso contarle al Papa qué es un fascista o un comunista gobernante. La encíclica puede ser leída teniendo en cuenta esa experiencia y no sólo la crítica ideológica.

En este punto cabe insistir en que es preciso leer el documento no sólo en clave de una teología moral y de una filosofía moral, sino atendiendo a los diferentes *niveles de análisis* (*). La encíclica es diáfana en ése y otros sentidos. Está escrita en muy buen estilo; sabe de la necesidad de escapar del "eurocentrismo", aunque la experiencia de los cambios en Europa del Este sean evocados con fuertes motivos, y distingue entre las ideas, las ideologías, los *sistemas* y los valores.

Como teología y filosofía moral aplicada a problemas de nuestro tiempo y del futuro previsible, ancla en la fe cristiana.

La "antropología cristiana es, en realidad, un capítulo de la teología y, por esa misma razón, la doctrina social de la Iglesia, preocupándose del hombre, interesándose por él y por su modo de comportarse en el mundo, «pertenece... al campo de la teología y especialmente de la teología moral»". (V. 55). Leyendo esto, recordaba no sólo la necesidad de examinar la historia de las ideas y las experiencias a través de la tensión entre fe y política, sino la iluminación que recibí de Fernando Ortega en una reciente conferencia sobre la visión cristiana de la vida y obra de... Mozart.

La economía

Creo que la encíclica deja pocas dudas, si alguna, respecto del pensamiento de Juan Pablo II sobre las relaciones económicas. Quizás un "liberista" en el sentido italiano del término (un liberal dogmático reducido al economicismo) podría encontrar interpretaciones sesgadas de una prédica transparente. Para el Papa, la economía es economía política acotada por la moral. Las relaciones económicas no agotan el tejido de nuestra vida. Vivimos también dentro de diversas instituciones políticas, sociales y culturales. El contexto de las relaciones económicas importa.

El régimen político importa. La *democracia* importa. La libertad y la participación importan. "La Iglesia aprecia el sistema de la democracia en la medida en que asegura la participación de los ciudadanos en las opciones políticas y garantiza a los gobernados la posibilidad de elegir y controlar a sus propios gobernantes, o bien la de sustituirlos oportunamente de manera pacífica" (V. 46).

En fin, el "estado de derecho" en el cual "es soberana la ley y no la voluntad arbitraria de los hombres" (V. 44), es el estadio más digno que "una visión realista de la naturaleza social del hombre" ha logrado hasta hoy.

Ni fanatismo, pues, ni fundamentalistas iluminados. La *verdad cristiana*, viene a decir el Papa, se encuentra en el plano ético en el diálogo con todos los hombres de buena fe y voluntad y en ese diálogo, "estando atento a la *parte de verdad* que encuentra en la experiencia de vida y en la cultura de las personas y de las naciones, el cristiano no renuncia a afirmar todo lo que le han dado a conocer su fe y el correcto ejercicio de su razón". (V. 46). El capítulo sobre "Estado y Cultura" es, me parece, clave central del documento entero, y la verdad su eje.

Será preciso examinarlo mejor, escuchar más, acoger más. Sin embargo, creo desde ahora que el documento contribuye a aclarar lo que importa, oficio humano por excelencia. Llama a nuestra conciencia, que según se ha dicho alguna vez, es el murmullo siempre en nosotros de lo esencial.

(c) LA NACION

(*) Confr. Carlos Floria *Juan Pablo II, el socialismo real y el capitalismo*, LA NACION, 3/6/1990.

03 9108742

Nuevos enfoques en la encíclica "Centesimus annus"

Por Ignacio Pérez del Viso (*)
(Para LA NACION)

Hace cien años, el papa León XIII publicó la encíclica "Rerum novarum", considerada la carta magna de la enseñanza social de la Iglesia. Por ello, la actual encíclica de Juan Pablo II se titula "Centésimo año". No es una mera conmemoración para "cumplir" con el aniversario, ni una novedosa exposición de verdades mil veces repetidas. Es un verdadero replanteo de toda la cuestión social, sin perder la fidelidad a las intuiciones originales de León XIII.

Algo característico de la exposición tradicional era la *condenación simultánea* de dos ideologías que parecían disputarse el terreno de la historia contemporánea: el capitalismo liberal, de un lado, y el colectivismo marxista, del otro. ¿Qué proponía, entonces, la Iglesia?

Algunos, sintiéndose sus portavoces, exponían el modelo "católico": sociedad corporativa, estilo Edad Media, aunque con nuevo "look"; régimen militar nacionalista, con un nuevo orden cristiano; socialismo revolucionario, en las antípodas del anterior, etc. El modelo que parecía más cercano a la Iglesia era el de la *democracia cristiana*, con su vertiente de centroderecha en Europa, y de centroizquierda en América latina.

Juan Pablo II en Austria se dispone a iniciar la Santa Misa frente a 70.000 católicos

Rescatar valores

Esta encíclica, sin embargo, deja muy en claro que la Iglesia no propone una *tercera vía* entre capitalismo y comunismo. No es su misión proponer modelos de organización de la sociedad. Tampoco expone verdades sociales eternas, de las cuales los católicos tengan luego que deducir, con ingenio, el modelo, exponiéndose a que éste o no funcione o no reproduzca fielmente el mundo platónico de las ideas.

La Iglesia quiere acompañar al hombre en su peregrinar histórico. Le habla del *mensaje social del Evangelio*, con sus valores personales y comunitarios, que pueden ser compartidos por todo hombre de buena voluntad. Lo interroga y quiere *dejarse interrogar*, para buscar juntos soluciones, que nunca serán perfectas, a los terribles problemas de hoy, como el hambre y la guerra.

Consciente Juan Pablo II de que no es posible bloquear todas las salidas, en razón de que los modelos propuestos ofrecen, sin excepción, serias fallas estructurales, resuelve poner el acento no tanto en las condenaciones cuanto en el *rescate de valores*. Como si en vez de restar buscara sumar esfuerzos para sacar a flote a la humanidad. Por ejemplo, ante el fenómeno de la contestación de los valores tradicionales por parte de los jóvenes, la Iglesia parecía estar a la defensiva, custodiando el patrimonio heredado. Ahora nos dice:

"Contestar no quiere decir necesariamente destruir o rechazar a priori, sino que quiere significar sobre todo someter a prueba en la propia vida y, tras esta verificación existencial hacer que esos valores sean más vivos, actuales y personales, discerniendo lo que en la tradición es válido respecto de falsedades y errores o de formas obsoletas, que pueden ser sustituidas por otras más en consonancia con los tiempos" (nº 50).

Rescatar lo positivo de la contestación juvenil no parece tarea imposible, ya que se *rescatan personas*, los jóvenes, con sus inquietudes y aspiraciones. Pero rescatar *sistemas ideológicos* condenados, intrínsecamente perversos, como el capitalismo y el marxismo, parecería tarea sobrehumana, cuando no contradictoria con las condenaciones tradicionales. Pero el Papa no retrocede ante el desafío intelectual. A la pregunta de si no sería el capitalismo la solución, después del derrumbe del marxismo, contesta:

"La respuesta obviamente es compleja. Si por *capitalismo* se entiende un sistema económico que reconoce el papel fundamental y positivo de la empresa, del mercado, de la propiedad privada y de la consiguiente responsabilidad para con los medios de producción, de la libre creatividad humana en el sector de la economía, la respuesta ciertamente es positiva, aunque quizá sería más apropiado hablar de *economía de empresa*, *economía de mercado*, o simplemente de *economía libre*" (nº 42). Como veremos, algo inaudito, no afirmado hasta hoy expresamente en ningún documento supremo.

Alguno tal vez piense: la Iglesia se subió al carro del vencedor, después de la victoria del capitalismo sobre el comunismo. Si fuera así, no tendría sentido lo que veremos en seguida, el rescatar valores del marxismo, al que podría dejar morir de muerte natural. Pero el Papa no se guía por conveniencias políticas, ni pretende borrar lo que escribieron papas anteriores, y él mismo, sobre lo condenable del capitalismo. Leamos la continuación del párrafo citado:

"Pero si por *capitalismo* se entiende un sistema en el cual la libertad, en el ámbito económico, no está encuadrada en un sólido contexto jurídico que la ponga al servicio de la libertad humana integral y la considere como una particular dimensión de la misma, cuyo centro es ético y religioso, entonces la respuesta es absolutamente negativa" (nº 42). Es decir, un capitalismo que excluya por principio el horizonte de la ética y de la religión es irrecuperable.

¿Rescatar el marxismo?

Para los lectores de centroderecha, es comprensible y hasta deseable el rescate de los valores del capitalismo, purificándolo, al mismo tiempo, de los desvalores. Por el contrario, un intento similar respecto del marxismo puede parecer absurdo y peligroso. El derrumbe del marxismo en Europa del Este es una prueba contundente de sus errores. Es verdad. Pero ¿cómo explicar la atracción que ejerció el marxismo, durante tanto tiempo, en los medios intelectuales de Europa del Oeste? ¿No habrá algo rescatable en ese sistema?

De las varias categorías del pensamiento marxista, a las que alude la encíclica como rescatables, retengamos de momento dos: la de *explotación* del hombre por el hombre, y la de *alienación*. Dice Juan Pablo II: "En la sociedad occidental se ha superado la explotación, al menos en las formas analizadas y descriptas por Marx. No se ha superado, en cambio, la alienación en las diversas formas de explotación, cuando los hombres se instrumentalizan mutuamente y para satisfacer cada vez más refinadamente sus necesidades particulares y secundarias, se hacen sordos a las principales y auténticas, que deben regular incluso el modo de satisfacer otras necesidades" (nº 41).

Una forma de alienación en el mundo "capitalista" consiste en la *manipulación* publicitaria. La ansiedad por tener y disfrutar cada vez de más cosas nos impide ser más, como hombres. En las sociedades libres, cada vez es mayor la alienación producida por la droga.

La encíclica de León XIII se titulaba "Rerum novarum" ("De las cosas nuevas"). Cien años después la enseñanza social de la Iglesia parecería ser de "cosas viejas". Pero Juan Pablo II nos ofrece varias sorpresas, de las que sólo mencioné algunas. (c) LA NACION

(*) Sacerdote jesuita.

TITULO Encíclica
PERIODICO LA NACION
FECHA DE PUBLICACION 07.05.91
VINCULO ASUNTO

TITULO Economía libre y caída del Comunismo
PUBL. La Prensa
FECHA 07-05-91
VINCUL. ASUNTO

F1 07-05-91

Actualidad religiosa

Economía libre y la caída del comunismo

"Denunciar la realidad con toda claridad y franqueza, aunque ese grito no siempre sea acogido favorablemente por todos", es una obligación de la Iglesia. Más aún, argumenta Juan Pablo II, cuando "hay que romper las barreras y los monopolios que dejan a tantos pueblos al margen del desarrollo, y asegurar a todos —individuos y naciones— las condiciones básicas que permitan participar en dicho desarrollo".

Tal planteo lo formula el Papa en su reciente encíclica Centesimus Annus, con motivo de los cien años de la Rerum Novarum, pieza "inmortal" que aportó salidas a una inquietante crisis, cuando no se conocían reglas ni normas para analizar el conflicto entre capital y trabajo o, como precisara el propio León XIII, la problemática de la cuestión obrera, en momentos que los hombres se contraponían como si fueran "lobos".

Ahora, más allá de la recordación de aquel documento básico de la Doctrina Social Cristiana, Juan Pablo II retoma el tema a partir de la derrota del comunismo y de la "inaceptable afirmación", puntualiza que "tal caída deje al capitalismo como único modelo de organización económica".

Estos simples enunciados perfilan la amplia gama de interpretaciones que comenzarán a formularse. Una manipulación que crecerá en la parcialización con que se analice el documento pontificio.

Sin duda, una lectura completa de sus 117 páginas, podrá abrir las puertas hacia el auténtico enfoque que ha querido darle su autor. Otro dato es tener presente que es la tercera encíclica del papa Wojtyla que incursiona en la cuestión social. Con la Laborem Exercens (1981) y la Sollicitudo Rei Socialis (1987), más allá de otros pronunciamientos, se testimonia un vivo interés, dejando en claro que una realidad acuciante empuja, motiva y sustenta tales pronunciamientos.

El error del socialismo

Aquella "circular" de León XIII hablaba de las "cosas nuevas", hoy se dirá de las nuevas realidades. De una u otra forma la trama argumental, la guía de estas encíclicas y de toda la enseñanza social de la Iglesia es la correcta concepción de la persona humana y de su valor único.

Allí se ha centrado la derrota del comunismo. El error fundamental del socialismo es de carácter antropológico. Efectivamente, considera a todo hombre como un simple elemento y una molécula del organismo social, de manera que el bien del individuo se subordina al funcionamiento del mecanismo económico-social; desapareciendo el concepto de persona como sujeto autónomo de decisión moral; olvidando la trascendencia de la persona humana.

Además de ese vaciamiento espiritual menciona la violación de los derechos del trabajador y la ineficacia del sistema económico.

Un mismo origen

De una misma raíz atea brota la elección de medios de acción que no pueden ser aceptados. "Lo que se condena en la lucha de clases es la idea de un conflicto que no está limitado por consideraciones de carácter ético o jurídico, que se niega a respetar la dignidad de la persona".

Ahora Juan Pablo II avanza y engloba otros aspectos de esas nuevas realidades. Por eso afirma que la "lucha de clases en sentido marxista y el militarismo tienen las mismas raíces: el ateísmo y el desprecio de la persona humana, que hacen prevalecer el principio de la fuerza sobre el de la razón y del derecho".

El año 1989

Dedica un capítulo al año 1989, en el cual culminaron una serie de procesos, especialmente en los países de Europa central y oriental. Aunque abarcan un arco de tiempo y un horizonte geográfico más amplio. Por eso menciona la caída en América latina a lo largo de los años 80 de regímenes dictatoriales y opresores.

El tiempo presente lleva a reafirmar –comenta el Santo Padre– la positividad de una auténtica teología de la liberación humana integral.

Con una profunda articulación pasa luego a considerar distintos aspectos de la realidad. Haciendo una teología de la historia –al estilo de los documentos de Puebla o Iglesia y Comunidad Nacional– el Papa recorre el pasado. Toca cuestiones como las motivaciones de las guerras mundiales para ratificar la condena a toda acción violenta y mostrar el ejemplo de Polonia que a partir de una lucha pacífica, en la cual se empleó solamente las armas de la verdad y la justicia, logró alterar ese orden europeo consagrado por los acuerdos de Yalta.

Las precisiones papales se suceden. Reitera sus críticas al consumismo, a la carrera armamentista o al fundamentalismo. Al mismo tiempo muestra la auténtica capacidad de la libertad, la solidaridad y la paz. Aprecia el sistema de la democracia, que es auténtica cuando se sustenta en una estado de derecho y crece sobre la base de una recta concepción de la persona humana.

Pobres "molestos e inoportunos"

Y las definiciones incluyen a los pobres, que no pueden ser considerados "como un fardo o como molestos e inoportunos, ávidos de consumir lo que otros han producido".

"El desarrollo –añade– no debe ser entendido de manera exclusivamente económica, sino bajo la dimensión humana integral, y destaca al mismo tiempo que la paz y la prosperidad son bienes que pertenecen a todo el género humano, de manera que no es posible gozar de ellos correcta y duraderamente si son obtenidos y mantenidos en perjuicio de otros".

Economía de mercado

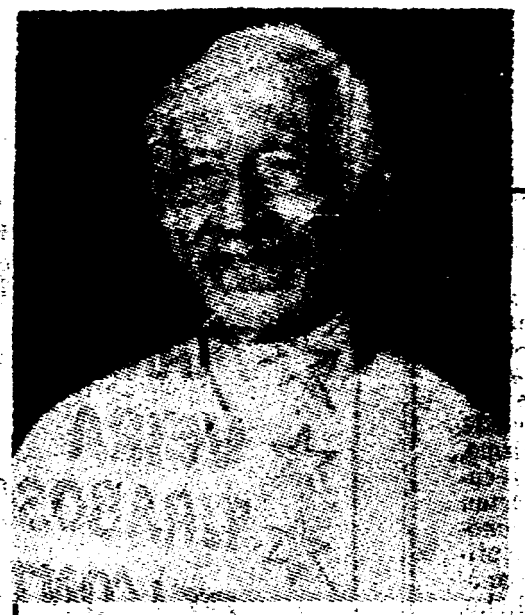
No olvida de analizar las funciones del Estado y su deber de proveer a la defensa y tutela de los bienes colectivos. Ratifica las enseñanzas sobre la propiedad privada y el destino universal de los bienes. Manifiesta que si en otros tiempos el factor decisivo de la producción era la tierra y luego lo fue el capital, entendido como conjunto masivo de maquinaria y de bienes instrumentales, hoy día el factor decisivo es cada vez más el hombre mismo, es decir, su capacidad de conocimiento".

Y al ingresar en la [illegible] del libre mercado y los [illegible] impone el logro del [illegible] tualiza que existen [illegible] su naturaleza, no se pueden [illegible] vender o comprar.

Al avanzar en tal [illegible] pregunta: ¿Se puede decir [illegible] después del fracaso del [illegible] el sistema vencedor sea el capitalismo?

A pesar de calificar como [illegible] mente complejo el interrogante, responde: "Si por capitalismo se entiende un sistema económico que reconoce el papel fundamental y positivo de la empresa, del mercado, de la propiedad privada y de la consiguiente responsabilidad para con los medios de producción, de la libre creatividad humana en el sector de la economía, la respuesta ciertamente es positiva, aunque quizás sería más apropiado hablar de economía de empresa, economía de mercado, o simplemente de economía libre. Pero si por capitalismo se entiende un sistema en el cual la libertad, en el ámbito económico no está encuadrada en un sólido contexto jurídico que la ponga al servicio de la libertad humana integral y la considere como una particular dimensión de la misma, cuyo centro es ético y religioso, entonces la respuesta es absolutamente negativa".

Hugo Chumbita



León XIII

En pocas líneas

✔ **De Lourdes a Lourdes.** La comunidad del Instituto Inmaculada Concepción de Nuestra Señora de Lourdes realizará el próximo domingo su tradicional peregrinación desde Rivadavia 6270 al santuario ubicado en Santos Lugares, bajo el lema "Una nueva evangelización educando para la paz".

✔ **Asume el nuevo obispo de San Justo,** monseñor Jorge A. Meinvielle, el 31 de este mes en una ceremonia que presidirá monseñor Quarracino.

✔ **Misa [illegible]** por los grupos [illegible] basílica del [illegible] (San Martín [illegible]) [illegible] na, a las 20.

✔ **VII Peregrinación de [illegible] pie a la Virgen de [illegible]** changa se [illegible] próximo. Comenzará a las [illegible] recorrer los 15 kilómetros que separan ese lugar de la Catedral, bajo la organización de los jóvenes de la Acción Católica de [illegible] Zamora.

Nr. DOC
TITULO
PROCEDENC LA NACION
FECH 030591
VINCUL ASUNTOS

El Papa reclama un capitalismo humanista

AFP Telefoto

(Continuación de la página 1, columna 4)

añadido la del saber y de los conocimientos, que les impide salir del estado de humillante dependencia", explica el Papa.

"Por desgracia –destaca– la mayoría de los habitantes del Tercer Mundo vive aún en esas condiciones".

El Papa señala que da la impresión de que, en las naciones y en las relaciones internacionales, el libre mercado sea el instrumento más eficaz para colocar los recursos y responder a las necesidades, pero considera un deber de justicia y de verdad "impedir que queden sin satisfacer las necesidades humanas fundamentales y que perezcan los hombres oprimidos por ellas".

Además, Juan Pablo II habla de la acción positiva de los sindicatos.

Pregunta clave

La encíclica da una respuesta a la pregunta clave de este tiempo: si se puede considerar "vencedor" al capitalismo tras la debiacle comunista, al menos en Europa y en la que aparecía como la nación más poderosa del mundo junto con los Estados Unidos, la Unión Soviética.

Además da respuesta a otro interrogante: saber si es o no aconsejable el capitalismo como modelo para los países que tratan de reconstruir su economía y su sociedad después del fracaso marxista y para los países tercermundistas, "que buscan la vía del verdadero progreso económino y civil".

"La respuesta es obviamente compleja", señala el Pontífice.

"Si por capitalismo se entiende un sistema económico que reconoce el papel fundamental y positivo de la empresa, del mercado, de la propiedad privada y de la consiguiente responsabilidad para con los medios de producción, de la creatividad humana en el sector de la economía, la respuesta es ciertamente positiva, aunque quizá sería más apropiado hablar de «economía de empresa», «economía de mercado», o simplemente de «economía libre»", dice el Papa.

Pero la respuesta es "absolutamente negativa", dice después, si "capitalismo" expresa "un sistema en el cual la libertad en el ámbito económico no está encuadrada en un sólido contexto jurídico que la ponga al servicio de la libertad humana integral y la considere como una particular dimensión de la misma, cuyo centro es ético y religioso".

Los acontecimientos de 1989, dice además el Pontífice, son también una "amonestación para cuantos, en nombre del realismo político, quieren eliminar del ruedo de la política el derecho y la moral."

Advierte por otra parte que, cuando los hombres "se creen en posesión del secreto de una organización social perfecta que haga imposible el mal, piensan también que pueden usar todos los medios, inclusive la violencia o la mentira para realizarla".

La política se convierte entonces, añade, en "una religión secular que cree ilusoriamente que puede construir el Paraíso en este mundo".

Las consecuencias de los cambios en Europa del Este afectan a toda la familia humana, afirma, y señala que la primera consecuencia fue, en algunos países, el encuentro entre la Iglesia y el movimiento obrero. Además, la crisis del marxismo.

Pero el Papa señala que la crisis del marxismo no elimina las situaciones de injusticia y opresión en el mundo, y la Iglesia no sólo ofrece la doctrina social, sino también "su compromiso concreto de ayuda para combatir la marginación y el sufrimiento"

Los oprimidos

El Papa recuerda que "el deseo sincero de ponerse de parte de los oprimidos y no quedar fuera de la historia indujo a muchos católicos a buscar un "compromiso imposible" entre marxismo y cristianismo, pero señala que el tiempo superó lo "caduco" de esas experiencias y reafirmó "la posibilidad de una auténtica teología de la liberación humana integral".

El Pontífice afronta, también, el grave problema de la deuda exterior del Tercer Mundo y afirma que, si bien es lícito el principio de que las deudas deber ser pagadas, "no es lícito en cambio, exigir o pretender su pago cuando este vendría a imponer de hecho opciones políticas tales, que llevarán al hambre y la desesperación a poblaciones enteras".

Juan Pablo II señala que es necesario, "encontrar modalidades de reducción, dilación o extinción de la deuda, compatibles con el derecho fundamental de los pueblos a la subsistencia y al progreso".

El consumismo es, para el Papa, reprobable. Da como ejemplo lo que llama "un modo contrario a la salud y la dignidad del hombre": la difusión de la droga, "índice –dice– de una grave disfusión del sistema social que supone una visión materialista y, en cierto sentido, destructiva de las necesidades humanas".

El Papa se pronuncia entonces, no solo contra la "insensata destrucción del ambiente natural", sino contra la destrucción de la "ecología social" del trabajo, y "la ecología humana" de la familia, fundada en el matrimonio, "sede de la cultura de la vida."

06 9108742

PRENSA
Diario Humanista

Capitalismo humanista

En su nueva encíclica considera inaceptable que, tras el fracaso del socialismo, el capital quede como único modelo de organización económica y que los pueblos sean marginados del desarrollo; pedido de solidaridad con el Tercer Mundo

CIUDAD DEL VATICANO, 2 (DPA).– El Papa expuso su visión de un mundo posmarxista en su nueva encíclica "Centesimus Annus", donde plantea la necesidad de humanizar el capital poniendo la actividad económica al servicio integral del hombre.

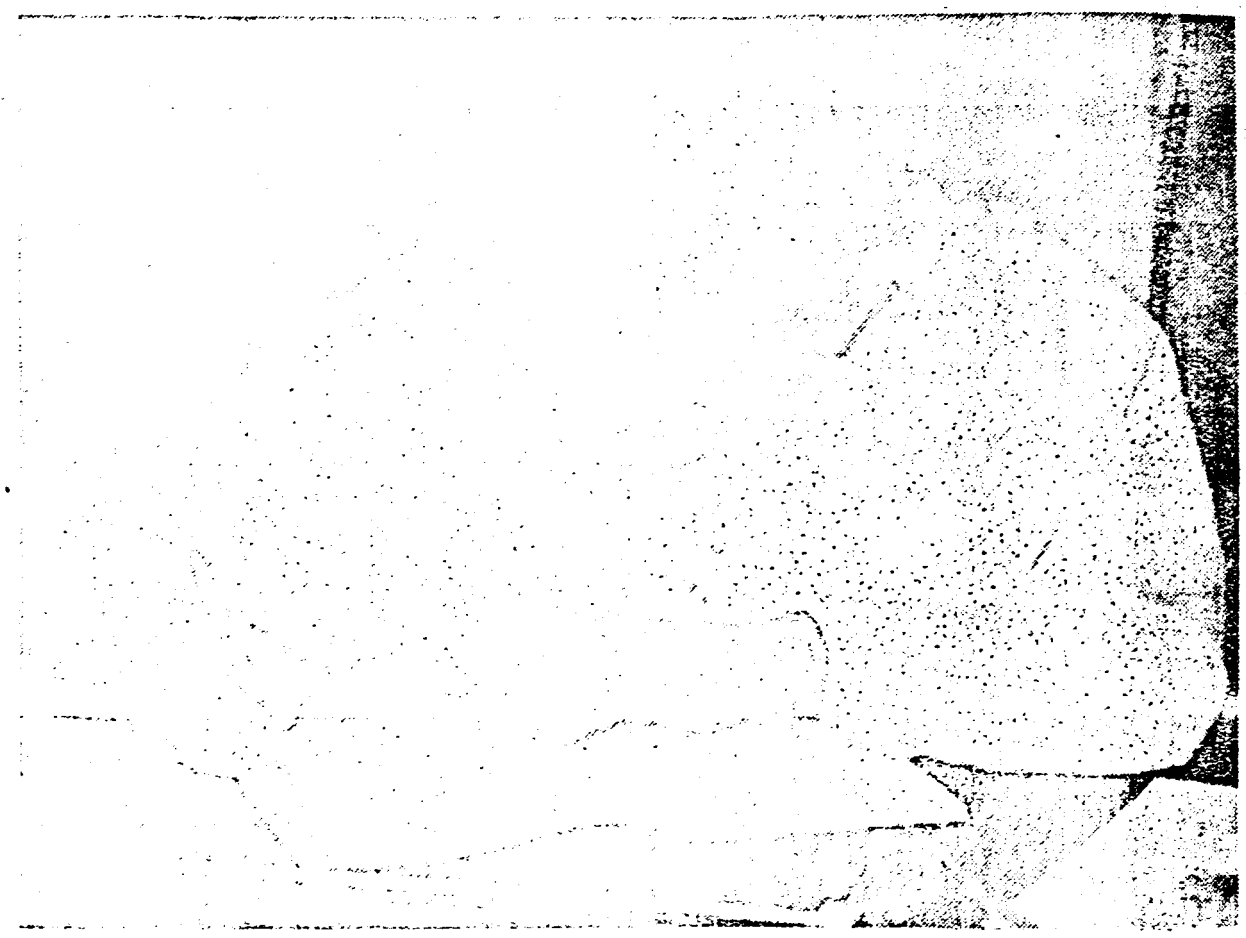
El Pontífice considera inaceptable que "la derrota del socialismo deje al capitalismo como único modelo de organización económica", y propone la necesidad de "romper las barreras y los monopolios que dejan a tantos pueblos al margen del desarrollo", para "asegurar a los individuos –individuos y naciones– las condiciones que les permitan participar en dicho desarrollo".

La encíclica, destinada no sólo a los fieles, sino a todos los hombres de buena voluntad, analiza un siglo de luchas sociales y políticas, el mismo lapso que transcurrió desde la aparición de la "Rerum Novarum" de León XIII, que fundó la Doctrina Social de la Iglesia.

"Centesimus Annus" nace, cuando parece concluir el ciclo de la difusión del marxismo, como ideología de poscomunismo.

Juan Pablo II escribe sobre las causas y consecuencias de la caída del comunismo, y, además, reflexiona sobre una teoría del Estado que aprecia la democracia cuando se funda en la recta concepción de la persona humana.

Por otro, fundamentalmente, el Pontífice lanza un urgente llamado a la solidaridad internacional en favor del Tercer Mundo, porque "los grandes equilibrios existentes entre las diversas áreas geográficas" de alguna manera "han desplazado el centro de la cuestión social del plano nacional al plano internacional".



Juan Pablo II firma un ejemplar de "Centesimus Annus" (AP)

Novena encíclica

Es esta la novena encíclica de Juan Pablo II y la tercera de contenido social tras "Laborem Exercens" (1981) y "Sollicitudo Rei Socialis" (1988). Dada con fecha de ayer, tiene 6 capítulos en 117 páginas y la parte más amplia y compleja se refiere a "la propiedad privada y el destino universal de los bienes".

El Papa reafirma el carácter social de la propiedad privada y el "destino universal" de los bienes, en especial de los del conocimiento y la técnica, porque "en este tipo de propiedad, mucho más que en los recursos naturales, se funda la riqueza de las naciones industrializadas".

"A pesar de los grandes cambios acaecidos en las sociedades más avanzadas, las carencias humanas del capitalismo, con el consiguiente dominio de las cosas sobre los hombres, están lejos de haber desaparecido. Es más, para los pobres, a la falta de bienes materiales se ha-

(Continúa en la Pág. 2, Col. 1)

Doc. poco legible

07

9108742

Nº. DOCUMENTO
TITULO Precisiones de encíclica
PROCEDENCIA LA PRENSA
FECHA 030591
VOL. LEUNTO

Algunas precisiones de la encíclica

Ciudad del Vaticano (EFE, ANSA, AICA, Reuter y UP) — El Papa, en su tercera encíclica social, "Centesimus annus", después de la "Laborem Exercens" (1981) y "Sollicitudo Rei Socialis" 1987), expresa, entre otros conceptos, los siguientes:

✔ "El socialismo real ha cometido un error fundamental, de carácter antropológico: el olvido de la trascendencia de la persona humana.

✔ "Si en otros tiempos el factor decisivo de la producción era la tierra y luego lo fue el capital, entendido como conjunto masivo de maquinaria y de bienes instrumentales, hoy día el factor decisivo es cada vez más el hombre mismo, es decir, su capacidad de conocimiento, que se pone de manifiesto mediante el saber científico, y su capacidad de organización solidaria, así como la de intuir y satisfacer las necesidades de los demás".

✔ La gran lección de los acontecimientos del año 1989 es el "enseñar el éxito de la voluntad de negociación del espíritu evangélico contra un adversario decidido a no dejarse condicionar por principios morales: son una amonestación para cuantos, en nombre del realismo político, quieren eliminar del ruedo de la política el derecho y la moral".

✔ El movimiento obrero se libera de la "hegemonía del marxismo y dejar brotar las formas espontáneas de la conciencia obrera, que ponen de manifiesto una exigencia de justicia y de reconocimiento de la dignidad del trabajo, conforme a la doctrina social de la Iglesia".

✔ "Al superar todo lo que había de caduco en los intentos de un compromiso imposible entre marxismo y cristianismo. . lleva a reafirmar la positividad de una auténtica teología de la liberación humana integral".

✔ Necesidad de "un gran esfuerzo para la reconstrucción moral económica en los países que han abandonado el comunismo. Esto no debe inducir a frenar los esfuerzos para prestar apoyo y ayuda a los países del Tercer Mundo. . .

✔ "Parece, pues, que el mayor problema está en conseguir un acceso equitativo al mercado internacional, no sobre el principio unilateral de la explotación de los recursos naturales, sino sobre la valoración de los recursos humanos.

✔ "La Iglesia no tiene modelos para proponer. La Iglesia ofrece, como orientación ideal e indispensable, la propia doctrina social, la cual. . .reconoce la positividad del mercado y de la empresa, pero al mismo tiempo indica que éstos han de estar orientados hacia el bien común.

✔ "Esta doctrina reconoce también la legitimidad de los esfuerzos de los trabajadores por conseguir el pleno respeto de su [illegible] espacios más amplios de participación [illegible] de la empresa. . .

✔ "La derrota del socialismo [illegible] lismo como único modelo de [illegible] económica.

✔ "El [illegible] empresa. [illegible] de la [illegible] medio de [illegible] humana [illegible] científica [illegible] apropiado [illegible] punto de [illegible] libre.

✔ "La [illegible] tanto en el [illegible] justo y [illegible] libre [illegible] voluntario [illegible] dentro [illegible] de la empresa [illegible] social, [illegible] explotación [illegible] rupturas de [illegible]

✔ "Esta [illegible] justificación [illegible] ante los hombres".

08.08 91 08742

N. DOCUMENTO
TITULO: EN ENCÍCLICA "RERUM NOVARUM"
PERIODICO: LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDENCIA: 25.05.91
VOLUMEN: 500477

La Iglesia católica en los umbrales del siglo XXI

Se cumple el centenario

escribe Mario Chijona

El Afirmar que los cristianos y la Iglesia Católica comenzaron a preocuparse por la "cuestión social" a partir de la Encíclica "Rerum Novarum" se ha convertido en una verdad de recibo cuando a esta Encíclica se hace referencia. Dicha afirmación no por generalizada resulta verdadera. Estimamos que al cumplirse el centenario de la "Rerum Novarum" resulta imperioso revisar este lugar común, así como analizar los contenidos de la Encíclica.

LOS "SUBVERSIVOS" SANTOS PADRES

Si algún lector moderno se atreviera a leer a los "santos padres", -autores eclesiásticos que vivieron y escribieron hasta, entrado el siglo VII-, quedaría doblemente estupefacto al conocer lo que muchísimos de estos como-tocados personajes celestiales afirmaron en un tiempo en torno a la propiedad, la riqueza... Sus escritos, sermones y actitudes [illegible] en general una [illegible] por la sensibilidad ante las injusticias sociales, y [illegible] los [illegible] privada superando [illegible] como la "oligarquía" y la "burguesía" se han estimado en medias proclamas revolucionarias de izquierda. Quien de esto dude puede leer o simplemente hojear la "patrología griega" que consta de más de 60 volúmenes...

UNA HISTORIA "INCREIBLE"

Ciertamente que más increíble todavía, resulta afirmar que en la edad media también existieron poderosas corrientes religiosas que asumieron parecidas actitudes. Para la mayoría de los modernos, que adquirieron sus conocimientos al través de una cultura laica, la existencia de estas verdientes religiosas resulta inverosímil.

Pero existieron. Los llamados "movimientos pauperísticos medievales" jugaron a partir del siglo XII un significativo rol a lo largo de los posteriores siglos de la edad media. Entre ellos habría de destacarse las corrientes "joaquinistas" que inspirándose en las enseñanzas del abad calabrés Joaquín de Fiore (1130-1202, que proclamaba el advenimiento de una "tercera edad" signada por la "comunidad de bienes", tendrán una posición contestataria ante la sociedad medieval.

A su vez los teólogos Duns Scoto y Guillermo de Ockham, por citar a algunas de las figuras más representativas de la escuela franciscana, serán en sus escritos por demás críticos en cuanto a la propiedad privada se refiera.

UNA SOCIEDAD COMUNITARIA

En pleno siglo XVI, en los inicios del pre-capitalismo, un santo, y destacado representante del Humanismo Cristiano, Tomás Moro, escribirá su célebre utopía, en la que no sólo proponerá una sociedad democrática basada en un régimen de propiedad comunitaria sino en la que hará duras críticas al incipiente capitalismo, expresando que "mientras la mayoría parece de miseria, los menos disfrutan de la mayor prosperidad", exhortando en ese sentido "a poner freno a la codicia de los ricos y a la libertad que ellos tienen de ejercer los monopolios".

Por estos siglos y precisamente emparentados con el "Humanismo Cristiano", surgirá durante la conquista de América un numerosísimo grupo de misioneros, -sistemáticamente ignorados, salvo las cosas, por las mayorías de las historiografías escritas en torno a la Conquista- los cuales ante las *depredaciones y rapiñas* sufridas por los indios, alzarán su voz en defensa de la justicia, y gestarán experiencias alternativas de carácter comunitario.

LOS PRECURSORES PROXIMOS

Asimismo, previamente a la Revolución Francesa, muchos cristianos dirigirán virulentas contienas al sistema imperante, proponiendo nuevas formas de organización social, lo que llevará al conservador De Maistre a afirmar en tono de admonición crítica, que "la Revolución fue preparada por sus víctimas".

Lamentablemente el sesgo anticlerical y jacobino que la Revolución Francesa siguiera posteriormente, apagará por algún tiempo las preocupaciones sociales de los cristianos, predominando más bien una visión conservadora, consolidándose así la denominada "unión del trono y el altar".

EL SOCIAL CRISTIANISMO

No obstante, a partir del año 1830 despertará otra vez en los ámbitos cristianos la conciencia por los problemas sociales. Lamennais, Ozanán Lacordaire y Buchez, en la Francia posrevolucionaria, al mismo tiempo que incorporan a su discurso los aportes positivos del liberalismo político se constituirán en críticos acérrimos del liberalismo económico. La Iglesia Católica, todavía con sus heridas sin cicatrizar, no la comprenderá y de ahí sus problemas con Papas tales como Gregorio XVI y Pío IX.

Pero la inquietud nuevamente despertada ya no podrá ahogarse, y así nacerá el llamado "social-cristiano" en casi todos los países de Europa. En Alemania, contemporáneamente a Lassalle, surgirán Ketteler, Moufang e Hitze; en Suiza, Gaspard Descurtins, fundador de la sociedad precursora de la OIT, -como esta última lo reconoce oficialmente-; en Francia, León Harmel, Gayraud; en Bélgica, Helleputte, Pottier; en EEUU, Ireland; en Austria, Volgesang, Breda; en Italia, Toniolo, Sturzo; por citar sólo a algunas de las figuras más representativas. También por estos tiempos habrá de surgir en ciertos ámbitos protestantes preocupaciones parecidas, en especial en Inglaterra.

LAS CORRIENTES CONSERVADORAS

Sin embargo, las corrientes conservadoras aduciendo la experiencia de la Revolución Francesa, los mirarán con recelo, levantando mil acusaciones contra ellos, empeñándose en identificarlos con el anarquismo y socialismo marxista naciente, y sobre todo obstaculizando sus trabajos e iniciativas. Paralelamente los liberales difundirán a "tambor batiente" sus teorías, siguiendo las enseñanzas de figuras tales como Adam Smith, David Ricardo, Frederic Bastiat, Jeremías Bentham y Robert Malthus. Será la época en que las afirmaciones de un Gournay, con su célebre "Dejá hacer, dejá pasar", se constituirán poco menos que en verdades apodícticas.

01-03

LA ENCICLICA "RERUM NOVARUM"

En este contexto, para una adecuada comprensión del alcance

9108743

cado y dignos, debe dirigirse a la encíclica "Rerum Novarum". Sólo así puede valorarse en toda su entidad el cuerpo doctrinario de la Encíclica. A algunos de sus aspectos más medulares nos referiremos a continuación.

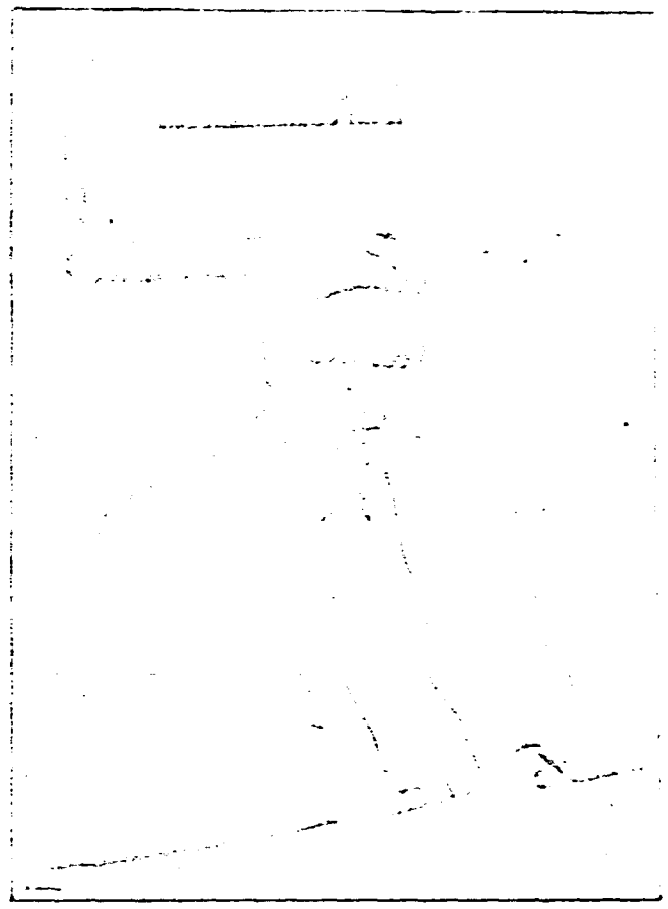
LA SITUACION DEL PROLETARIADO

Frente al optimismo de la escuela Manchesteriana que para evaluar sus políticas sólo tenía en cuenta el auge de las industrias y el incremento de las cuentas bancarias de las clases poderosas, el papa León XIII fijará su atención en la contracara de este "desarrollo", denunciando en términos durísimos la situación del proletariado:

"(...) vemos claramente, cosa en que todos convienen, que es urgente proveer de la manera más oportuna el bien de las gentes de condición humilde, pues es mayoría la que se debate indecorosamente en una situación miserable y calamitosa, ya que, disueltos en el pasado siglo los antiguos gremios de artesanos, sin ningún apoyo que viniera a llenar su vacío, desentendiéndose las instituciones públicas y las leyes de la religión de nuestros antepasados, el tiempo fue insensiblemente entregando a los obreros, aislados e indefensos, a la inhumanidad de los empresarios y a la desenfrenada codicia de los competidores. Hizo aumentar el mal la voraz usura, que, reiteradamente condenada por la autoridad de la Iglesia, es practicada, no obstante, por hombres codiciosos y avaros bajo una apariencia distinta. Añádese a esto que no sólo la contratación del trabajo, sino también las relaciones comerciales de toda índole, se hallan sometidas al poder de unos pocos, hasta el punto de que un número sumamente reducido de opulentos y adinerados ha impuesto poco menos que el yugo de la esclavitud a una muchedumbre infinita de proletarios".

LA PROPIEDAD PRIVADA COMO MEDIO PARA LA DISTRIBUCION DE LOS BIENES

Es cierto que parcialmente a denunciar con vehemencia la explotación a que los trabajadores eran sometidos, -actitud pontificia que y a muchos resultó "escandalosa"-, el Papa condenará en la encíclica el socialismo tanto de su época y reafirmará la validez del derecho de propiedad. Pero si esto es cierto, y no se debe disimular, también lo es, que en cuanto se refiere al reconocimiento [illegible] derecho,



Mario Cayota presidente del PDC

cabe precisar que León XIII, no lo concibe según la óptica liberal, en forma absoluta y prioritaria, sino como un derecho relativo subordinado a otros de mayor jerarquía. Frecuentemente cuando se hace referencia al reconocimiento que por parte del magisterio de la Iglesia se hace al "derecho de propiedad privada", se olvida que con la misma fuerza, ya en la encíclica **"Rerum Novarum" se determina que este derecho está en función del "destino universal de los bienes de la tierra".**

EL SALARIO JUSTO

De acuerdo a la doctrina liberal se enseñaba, -como hoy-, que el salario era mercancía, debía quedar reducido a la ley del mercado. León XIII reaccionará vivamente contra esta visión y asociará la economía de modo indisoluble a una concepción ética.

El salario debe ser suficiente, dirá la Encíclica, para no sólo el sustento del obrero sino de su familia. Si el trabajador, "obligado por la necesidad o acusado por el miedo de un mal mayor, acepta, aún no queriéndola, una condición más dura, porque se lo imponen el patrono o empresario, esto es ciertamente soportar una violencia, contra la cual clama la justicia".

En este sentido y para escándalo de los modernos liberales de fuera y dentro de fronteras, -entre los que se incluyen algunos cristianos-, el Papa afirmará en forma rotunda que el derecho al "salario justo" no puede quedar abierto "a libre acuerdo de ambas partes, ya que, cumplido, pagado el salario convenido, parece como si el patrono no debiera cumplido ya con su deuda y no debiera más".

EL DERECHO A LA SINDICALIZACION

A partir de la ley Chapelier aprobada en Francia en 179.., y que luego fueron incorporando a su legislación las demás naciones europeas, los gremios fueron disueltos y todo intento de asociación obrera se consideraba subversiva y por lo tanto competencia del Ministerio del Interior.

La actividad de los trabajadores se encontraba regulada por el Código Penal.

En el correr del tiempo algunas corrientes [illegible] son dispuestas a reconocer algunas formas de asociación, pero ésta debía in-

9108743

Novarum: una inquietante revelación

[illegible] tanto a los trabajadores [illegible] los patrones. En el campo [illegible] sólo la Democracia [illegible] postulaba la licitud de [illegible] sindicalización exclusiva[illegible] obrera.

[illegible] los sectores liberales que León XIII iba a declararse a favor de la licitud de esta forma de agremiación, hasta la [illegible] anteriores a la proclamación de la Encíclica, presionaron al [illegible] para que lo hiciera. León [illegible] dichas presiones, [illegible] en consecuencia [illegible] derecho natural del [illegible] formar asociaciones [illegible] lo cual significa ante [illegible] derecho a crear asociaciones profesionales de empresarios y obreros, o de obreros solamente".

Conjuntamente con este de[illegible] por parte del Papa que lo [illegible] "la lin[illegible] [illegible] y la [illegible] [illegible] [illegible]

DOCUMENTO
TIPO: PNS: Pidan Usar Esvatica
FUENTE: NCIA. Financiera 150027
FECHA DE PROCEDENCIA 210591
VINCULACIONES ASUNTO 11204
ARGENTINA 10033

Nazis criollos piden esvástica

210591

Entre las extravagancias del llamado Partido Nacionalista de los Trabajadores (que encabeza Alejandro Biondini) está la de llamarse "partido", pero ayer agregó otra: pidió a la Justicia el uso de una marca por la cruz gamada o esvástica. Los sedicentes argentinos, reclamaron, en un desprolijo escrito ante la juez María Servini de Cubría, agregar a su sigla el mote de "socialista", de modo de adoptar el nombre de "Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores". En ese escrito, que parece redactado por un humorista o parodista de los gestos de los neonazis, se afirma que su "socialismo" es "de raigambre argentina, alejado totalmente del internacionalismo dogmático marxista".

Sobre el emblema, lo califica de "símbolo solar y de origen milenario", y se queja de que el símbolo sea objeto de una "sistemática campaña que siempre pretende asociarlo con ideas de violencia, hechos delictivos y repugnantes, y lo que es peor, como algo que estuviese prohibido". Por las dudas, se ocupa de respaldar su pedido en una resolución de la juez Amelia Berraz de Vidal en el sentido de que "no es delito recordar a Hitler".

Ante la presunción de que la autorización le fuera negada, Biondini en su escrito dice que con el mismo derecho que reclama, los comunistas usan la hoz y el martillo y los afiliados de la UCeDé admiran "regímenes norteamericanos o ingleses que se expandieron los-

por la profanación de 111 tumbas de un cementerio judío de Berazategui, aparecieron ayer en las paredes cercanas a los tribunales de Quilmes, denunció el juez Carlos Maggio.

• "Mi lucha"

"Pagarán por defender a los judíos", señalan las pintadas que pueden leerse en varios paredones de Berazategui, Florencio Varela y Quilmes, en las que se citan párrafos en alemán del libro "Mi lucha", de Adolfo Hitler.

Maggio se declaró inhibido en la causa la semana pasada, por lo que las investigaciones quedaron a cargo del juez en lo criminal de Quilmes, Carlos Rousseau.

El magistrado indicó que frases como "volveremos y ustedes serán jabones", pueden leerse "en pleno centro de Quilmes, e incluso en las paredes del cementerio judío de Berazategui".

Señaló que el juez de turno de Quilmes, Daniel Cisneros, "ya está actuando en referencia a este hecho".

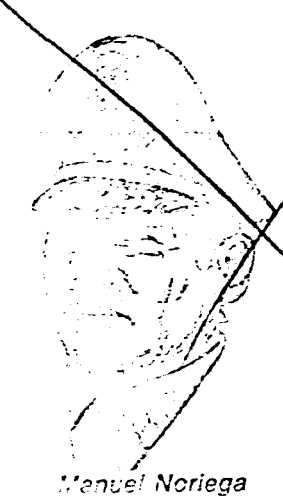
El magistrado destacó que "es la primera vez en la historia que se aplica la Ley 23.592 que se refiere a actos de discriminación", al considerar que el caso "podría pasar a la Justicia Federal", ya que "no existe ningún fallo al respecto que diga si esta ley es criminal o federal".

Hasta el momento continúan detenidos Enrique Kesseler y Horacio Carrondi, quienes prestarían declaración hoy.

Por su parte, la policía bonaerense dio a conocer un comunicado en el que niega que Kesseler haya pertenecido alguna vez a esa fuerza.

Un banco panameño lavó en la Argentina "narcodólares"

La Argentina apareció envuelta ayer en un escándalo de lavado de narcodólares que conmocionó a Panamá. Los diarios "El Siglo" y "El Panamá América" revelaron que el Banco Ganadero, con sede en el pequeño país centroamericano,



Manuel Noriega

realizó millonarias operaciones de lavado de dinero del colombiano Jorge Luis Ochoa, integrante de la organización conocida como "Cartel de Medellín".

En el directorio del Banco Ganadero apa-

te está preso en Miami, Florida, a la espera de un juicio. Noriega está revelando sus conexiones con la CIA, de la que fue agente especial y contacto preferido en América Central. Noriega es acusado por George Bush de narcotraficante pero está intentando demostrar que todo lo que hizo fue con el conocimiento previo y la aprobación de la Central Intelligence Agency.

Según los diarios citados, el Banco Ganadero envió millones de dólares a través de un circuito financiero que conectaba la Argentina, España, Uruguay, Panamá, los Estados Unidos y Colombia y que "blanqueaba" el dinero ilegal de Ochoa, uno de los mayores traficantes de cocaína del mundo.

Ritter fue también directivo del Banco Interoceánico, que fue cerrado por el gobierno de Ricardo Lindara, colocado por los Estados Unidos en reemplazo de Noriega pese a que también apareció involucrado en el narcotráfico. En el Interoceánico

DOCUMENTO
Nazis: AMENAZAS A JUECES
150024
220591
11204
ARGENTINA 10033

Nazis: la Corte repudia las amenazas a los jueces

220591

La Suprema Corte de Justicia de la provincia de Buenos Aires **repudió las amenazas telefónicas y pintadas contra los jueces que investigan la profanación de 111 tumbas en el cementerio judío de Berazategui.**

El comunicado emitido por la Corte afirma que "el desconocimiento de la autoridad de los jueces es atentatorio contra el sistema republicano de gobierno y la administración de justicia".

Las pintadas contra los jueces **Orfeo Maggio** (el primero en investigar el caso) y **Carlos Armando Rousseau** (que lo investiga en este momento) aparecieron el lunes 20 de mayo en el cementerio judío de Berazategui y cerca de los Tribunales de Quilmes.

Algunas de las amenazas, escritas con aerosol, fueron: **"Jueces cuídense. Volveremos y ustedes serán jabón"** y **"Jueces, pagarán por defender a los judíos"**.

El mismo lunes amenazaron por teléfono al doctor **Ariel Villar**, secretario del juez de Quilmes **Rubén Darío Sánchez**, quien investiga, a su vez, las amenazas contra el juez Maggio. La amenaza fue: **"Acordate que vas a ser boleta"**. Las 111 tumbas habían sido profanadas el 28 de abril.

♦ Respaldo de la Corte

En su comunicado, la Corte recordó que "todas las medidas y decisiones que adopten los señores jueces y tribunales de grado en el ejercicio de sus ministerios, y en el ámbito de sus respectivas competencias para investigar y juzgar los hechos a los que se refiere el considerando, **cuentan con el respaldo de esta Suprema Corte de Justicia, en su condición de cabeza del Poder Judicial de la provincia"**.

Después de afirmar que en la provincia de Buenos Aires este tipo de intimidación no es novedosa, los integrantes de la Corte reiteraron su repudio contra "los procedimientos con que se presiona a los jueces para influir ilegítimamente en el ejercicio de sus funciones".

Por el momento hay dos detenidos en relación al atentado: **Enrique Kesseler**, aparentemente relacionado con el ex comisario **José Félix Madrid**, exonerado de la Policía bonaerense, y el militante nazi **Horacio Carrondi**.

Este último había integrado, según versiones, el grupo que en 1985 formó el Ministerio de Defensa para investigar el secuestro del empresario **Osvaldo Sivak**. Ese grupo terminó extorsionando a la familia.

01 . 01

91 08745

Nº DOCUMENTO
TITULO Crisis Centroamericana
PROCEDENCIA VISION 1500 44
FECHA DE RECEPCION 090 ¥90
VINCULO CITAS 65549
CENTROAMERICA
CEPAL / 2603
EC. 4 AID. 11/89
GUATEMALA 6609

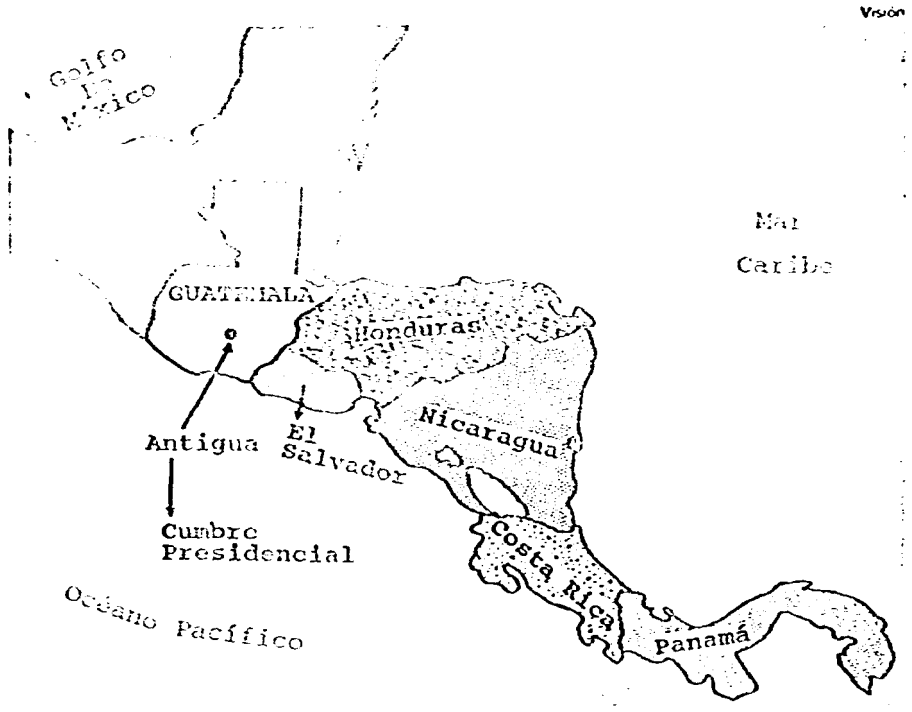
Grave crisis económica y social en Centroamérica

Los años 80 acentuaron sus problemas estructurales: CEPAL

DE GUATEMALA: Durante el último decenio, el número de pobres creció en casi todos los países de Centroamérica, los salarios reales disminuyeron considerablemente y el desempleo aumentó. En la actualidad, el ingreso real del centroamericano medio es más de 20 por ciento inferior al de 1978. Esto se destaca en un documento que presentaron los principales organismos de la región, entre ellos el Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE) y la Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

En el estudio que se hizo llegar a los cinco presidentes del Istmo, que se reunieron en una cumbre en la ciudad de Antigua, Guatemala, los días 15, 16 y 17 de junio de este año, también se afirma que la región en su conjunto ha dejado de invertir en la última década 500 millones de dólares anualmente (a precios de 1980).

Cinco temas fundamentales trata el análisis: el alcance de la cumbre económica presidencial, contexto social, el contexto para la integración, contexto internacional, y el papel de la cooperación internacional.



El objetivo principal de este nuevo encuentro fue el de impulsar el progreso económico y social. Se buscará definir las principales causas que frenan el desarrollo de la región. El punto de partida se centra en lograr un consenso sobre los objetivos que son: reducir la pobreza extrema en toda la región; generar una plataforma mínima entre gobiernos, y entre éstos y los distintos aparatos productivos; renovar el proceso de integración sobre bases de complementaridad y equidad, para fortalecer la capacidad y eficiencia productiva, con miras a mejorar la inserción dinámica en el comercio internacional y superar la situación de estancamiento e iliquidez externa a fin de restituir el normal funcionamiento del aparato productivo regional.

DEMOCRATIZAR LA ECONOMIA

La viabilidad del proceso de reactivación y diversificación productiva en Centroamérica, continúa el informe, debe recaer en la democratización de la economía, entendida como la consolidación de esquemas de organización económica que promuevan la participación de todos los sectores de la población en la producción, el crédito y el consumo, así como en los procesos de toma de decisiones.

Se debe tomar inmediata acción en las áreas de seguridad, alimentaria y nutricional, redistribución del gasto, productividad de los estratos de menores ingresos, recursos naturales así como del medio ambiente.

La crisis política y militar de la región, apunta el documento, así como la ejecución de ciertos tipos de políticas, han golpeado duro la estructura agroalimentaria regional, que ha dado como resultado el aumento de las importaciones regionales de alimento, del desempleo y subempleo rural.

Respecto de la integración, sostiene que los cambios en las condiciones del mercado mundial, la generación de bloques económicos y, sobre todo, las realidades de las economías centroamericanas, hacen imperiosa la necesidad de redefinir la integración, proyectándola más allá del intercambio comercial dentro de un modelo de sustitución de importaciones, hacia un programa regional de desarrollo, una mejor inserción de Centroamérica en la economía mundial y un tratamiento conjunto de problemas comunes, tomando en cuenta las características y diferencias de los países.

TRABAS

En relación a lo anterior proponen remover los obstáculos vigentes al intercambio comercial, tanto los físicos como los económicos, particularmente las trabas no arancelarias al comercio en los plazos establecidos. Además, no establecer nuevas medidas restrictivas o discriminatorias unilaterales al intercambio intrarregional.

En lo referente a lo internacional, particularmente en la reducción de la carga de la deuda externa, las instituciones regionales sugieren que en cuanto a la deuda con organismos multilaterales, es necesario negociar la reconstitución de un flujo neto positivo de recursos, lo cual requiriría un esfuerzo de generación de proyectos a fin de utilizar en mayor cuantía los aportes de estas fuentes.

(Gastón Cuadrado K.) ■

01.01 9108746

Nº DOCUMENTO
TITULO La OTAN realiza la reestructura + radical
PROCEDENCIA 150004
FECHA 18491
VINCULO 12637

En la pos-guerra fría

La OTAN realiza la reestructura más radical desde su creación en 1948

Los jefes militares de la OTAN—Organización del Tratado del Atlántico Norte—elaboraron un plan para desarrollar una fuerza de "reacción rápida" de hasta 100.000 soldados como núcleo de la futura estrategia de seguridad de la alianza en la pos-guerra fría.

El plan, que será examinado por los ministros de Defensa de la OTAN en mayo próximo, representa la reestructura más radical de la organización desde que esta fue creada en 1948.

El presidente noruego del comité militar de la OTAN, el general Vigleik Eide, dijo que una fuerza de "reacción rápida" permitiría a la alianza responder a cualquier amenaza de seguridad futura dentro del territorio de la OTAN.

Pese a que no se pretende que la OTAN desplace dicha fuerza fuera del teatro de operaciones europeo, algunos gobiernos del viejo continente entienden que podría utilizarse para operaciones "fuera de área", en este caso llevadas adelante bajo el comando de la Unión de Europa Occidental (o como suele conocérsele, el pilar europeo de la OTAN).

El general Eide también dijo que en la reunión de dos días de los jefes de staff de la OTAN, celebrada la semana pasada, se acordó realizar reducciones significativas en el tamaño total de las fuerzas de la organización, pero declinó dar detalles.

Los estrategas de la OTAN aceptan que con el colapso del Pacto de Varsovia, sus planes tradicionales ahora resultan excesivos. No obstante, no tienen demasiado claro qué tipos de amenazas futuras podrán involucrar a la OTAN.

De seguro habrá un debate político sobre si esta fuerza de "reacción rápida" se relacionará —y cómo— con asuntos de seguridad que involucren a la Conferencia europea sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE). Algunos gobiernos del este europeo quieren que la OTAN actúe como garante de las provisiones de la CSCE, incluyendo aquellas relativas a las amenazas a las fronteras nacionales o a los derechos humanos. **(De un artículo de "The Guardian" - Especial para Búsqueda)**

01.01 9108747

Nº DOCUMENTO
TITULO CEPAL: lo bueno lo malo y lo feo
P 150044
FE H 160191
VI 19603
ECONOMIA NACIONAL 11189 -

160191 (F-N)

CEPAL: lo bueno, lo malo y lo feo

DE SANTIAGO: Las perspectivas económicas de América Latina para 1991 presentan al mismo tiempo signos promisorios y motivos de preocupación. Entre los primeros se observan los avances de muchos países por corregir sus desequilibrios macroeconómicos, remodelar sus estructuras productivas y superar los rezagos sociales; así como el incremento de las exportaciones, y la llamada Iniciativa para las Américas, propuesta por el presidente estadounidense George Bush, para incrementar la cooperación económica entre Estados Unidos y Latinoamérica.

Entre los segundos se hallan los efectos del conflicto en el Golfo Pérsico (en especial para los países importadores de petróleo), la desaceleración de la actividad económica en Estados Unidos y la incertidumbre en el comercio internacional, por el retraso de las negociaciones de la Ronda de Uruguay del Acuerdo General sobre Tarifas Aduaneras y Comercio (GATT).

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) hace estos señalamientos en su balance preliminar de la economía de la región para 1991, presentado por su secretario ejecutivo, Gert Rosenthal.

Reuter

Gert Rosenthal

Algunos países de la región –puntualiza–, que han avanzado en adaptarse a las nuevas y cambiantes circunstancias de la economía internacional, pueden aspirar a una gradual reactivación de su economía en los próximos años. Otros, en cambio, al parecer requerirán más tiempo para lograr superar sus complejos problemas.

A juicio de la CEPAL, la evolución de la economía de América Latina en 1990 fue "a todas luces insatisfactoria". El Producto Interno Bruto (PIB) disminuyó en 0,5 por ciento, por lo que el ingreso por habitante descendió por tercer año consecutivo, en esta ocasión fue el 2,6 por ciento, un retroceso al nivel registrado en 1977.

En dicha cifra global inciden de manera importante la contracción de dos de las economías más grandes de la región: Argentina y Brasil.

De los 24 países, de los que se dispone información, nueve registraron tasas negativas, seis crecieron a ritmos inferiores o iguales a la tasa de expansión demográfica, otros seis registraron algún crecimiento, pero inferior al tres por ciento y solamente Colombia, Costa Rica y Venezuela tuvieron tasas superiores al 3,5 por ciento.

Las exportaciones subieron siete por ciento, a casi 120 mil millones de dólares, pero las importaciones aumentaron en 14 por ciento. Así, el saldo positivo del comercio de bienes se contrajo de casi 30 mil millones de dólares en 1989 a poco más de 26 mil millones.

Persistió el fenómeno inflacionario y los salarios reales registraron caídas en una serie de países. Los salarios mínimos se deterioraron en la mayoría de ellos y los indicadores de empleo empeoraron en casi todos.

Por noveno año consecutivo la región fue exportadora de recursos financieros al exterior, esta vez por casi 20 mil millones de dólares.

Continúa el problema del sobreendeudamiento externo. A finales de 1990 el saldo ascendió a 423 mil millones de dólares. La mayoría de los países no han podido cumplir con el servicio de su deuda y han incurrido en atrasos, cuyo monto en 1990 ascendió a 11 mil millones de dólares. Concretaron programas de reducción de su deuda México, Costa Rica, Venezuela y Uruguay. ■

01.01 9108748

Nº DOCUMENTO
TITULO Según Cepal: la región requiere U$S 10.000 millones
PROCEDENCIA 156023
FECHA 110591
VIA 12603
México 10131

110591 (F-1)

Según la Cepal la región requiere U$S 10.000 millones anuales para sustentar su desarrollo

Santiago (Sklalc)

■ Para hacer sustentable el desarrollo, América Latina y el Caribe requieren anualmente cerca de diez mil millones de dólares.

Sin embargo, la Cepal considera que esta cifra podría ser conservadora, si se toma en consideración que los países desarrollados, preocupados por la calidad de vida, invierten para este propósito entre 1 y 2% del producto en sus propios territorios.

De aplicar esta misma proporción del producto en América Latina, se llega a un rango de más de diez mil y hasta veinte mil millones de dólares anuales, cifra que seguramente es el límite máximo de cualquier rango razonable de inversión y gasto en lo ambiental en la región.

Así lo sostiene el documento "El desarrollo sustentable; transformación productiva, equidad y medio ambiente", que la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (Cepal) presentó en la reunión regional sobre medio ambiente y desarrollo, que tuvo lugar recientemente en México.

Esta reunión fue preparatoria de la conferencia mundial sobre medio ambiente y desarrollo, que se llevará a cabo en Brasil, en 1992.

El logro del desarrollo sustentable depende de la disponibilidad neta de recursos financieros, de la formulación de nuevos instrumentos de financiamiento y de cambios necesarios en los estilos de inversión, sostiene el citado documento.

Para elevar la inversión a un 22% del producto en la región, y así permitir una expansión de la capacidad productiva, hay que financiar unos setenta mil millones de dólares adicionales por año.

Este cálculo se basa en relaciones históricas entre la inversión y el producto y por tanto, no toma en cuenta ni la necesidad de corregir errores ambientales del pasado ni la de evitarlos en el futuro, si se introducen estas consideraciones en el cálculo, la cifra requerida es aún mayor.

Ya ha sido necesario invertir en la región alrededor de dos mil millones de dólares anuales en bienes y equipos destinados a evitar o controlar los problemas ambientales generados por el sector productivo, principalmente industrial y minero.

Si a ese monto se agrega una estimación razonable de otras necesidades de inversión o gasto de carácter ambiental, basada en lo que ocurre en otras áreas del mundo, la cifra se eleva rápidamente. Si se considera además la necesidad de corregir errores del pasado, no sería sorprendente que los requerimientos financieros que genera la necesidad de hacer sustentable el desarrollo en la región, bordeen los diez mil millones de dólares anuales.

Los países de América Latina y el Caribe solamente podrán abordar el reto del desarrollo sustentable mediante un aumento neto de los recursos financieros asignados a tal fin. La asignación y el uso de estos recursos financieros responden a los siguientes criterios específicos:

a) Se hace necesario aumentar los recursos financieros, resultaría inaceptable para los países de la región que el financiamiento externo proviniera de una "reasignación" de los créditos que están destinados al desarrollo económico. Si el financiamiento externo para la sustentabilidad del desarrollo no es adicional al financiamiento existente, la nación receptora sufrirá un deterioro neto. b) El financiamiento del desarrollo sustentable no debe constituir una excusa para imponer nuevas condicionalidades, esto es particularmente importante en áreas relacionadas con los ajustes estructurales, con las proposiciones de reformas institucionales y con el diseño de programas nacionales de inversión.

Si lograr el desarrollo sustentable se hace a expensas de condicionamientos de carácter exógeno, se producirá una pérdida neta de eficacia y de ejecución en los programas de desarrollo.

c) Los proyectos vinculados directamente con la sustentabilidad del desarrollo deben contar con condiciones favorables de financiamiento, en particular, cabe el otorgamiento de créditos con fondos blandos y en su mayor parte, no reembolsables. El manejo de estos fondos puede basarse en un acuerdo sobre los objetivos y controlarse mediante sistemas nacionales de seguimiento y evaluación.

d) Además de los programas nacionales, se podría considerar la creación de un fondo de carácter regional, este fondo tendría por objeto eliminar la discrepancia existente entre las fuentes de financiamiento tradicional de cada nación, y la de carácter mundial, como el Fondo Global del Medio Ambiente, el fondo regional podría estar administrado por organismos regionales de desarrollo.

HOMEOPATIA ALEMANA

Lecitina de soya granulada, algas marinas, gel frío (obesidad), guarana (tónico fortificante), centella asiática (celulitis), aceite de rosa mosqueta (estrías), castaña de la India (várices), medicamentos florales Dr. Bach.

CARLOS ROXLO 1494
Tel. 49 35 56

JORGE BATLLE EN A.D.M

"MERCOSUR: QUE SIGNIFICA PARA LA INDUSTRIA Y EL COMERCIO DEL URUGUAY", será el título de la disertación que llevará a cabo el Dr. Jorge Batlle en el almuerzo mensual de la Asociación de Dirigentes de Marketing del Uruguay, en el Parque Hotel, el miércoles 15 de mayo a las 12 y 15 horas. El Dr. Batlle desarrollará el punto de vista político del MERCOSUR, los aranceles, los tipos de economía de cada país, la tecnología, los parámetros geopolíticos y el rol que deben jugar los empresarios.

Tenemos el marco jurídico, ahora todos mancomunados debemos comenzar a perfilar los contextos que harán posible al MERCOSUR, o quedará en una sigla más de tantas que han surgido en estas últimas décadas.

Por inscripciones dirigirse a A.D.M., Ituzaingó 1324 Esc. 304, teléfonos 95.95.78 - 96.11.84 y 96.11.87 Fax. 96.12.23.

Es una cita ineludible para todos los que deseen ser protagonistas del desafío del siglo.

01.01 9108749

Declaraciones de Gros en OEA

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 05-06-91

VINCULACIONES OEA 500789 -
TIAR 12544
GATT 12599 -

Gros: OEA debe defender las democracias

SUBRAYANDO en todo momento que la Organización de los Estados Americanos (OEA) es lo que sus estados miembro dispongan, el Canciller Héctor Gros Espiell exhortó a reflexionar sobre el nuevo papel que puede cumplir el organismo interamericano en la actual coyuntura internacional.

Hablando ayer ante sus colegas de las Américas, representantes de organismos internacionales, presentes en Santiago, el jefe de la diplomacia uruguaya fue enfático al señalar que "no podemos imaginar a una OEA vigorosa y gravitante sin su inserción, coadyuvante y de cooperación, en los auspiciosos procesos de integración económica regional y subregional".

Explicó el Canciller que "hay que explorar cuál puede ser el papel de la OEA en la construcción de esos nuevos espacios económicos integrados, de los que han sido expresión pionera el Pacto Andino, el Mercado Común Centroamericano, el CARICOM y la ALADI".

Añadió Gros que esa voluntad integracionista se ha visto renovada "con el Acuerdo de los Tres (Venezuela, México y Colombia) y nuestro MERCOSUR, expresión audaz, renovadora del ideal integracionista".

Tras analizar los cambios operados en el escenario internacional, en razón del fin de la Guerra Fría y el conflicto bélico del Golfo Pérsico, Gros llamó la atención acerca de la necesaria complementaridad entre los esfuerzos regionales y aquellos de carácter universal.

Refiriéndose a la cooperación entre las Naciones Unidas y la propia OEA, dijo que "el binomio universalismo - regionalismo merece ser encarado como un capítulo de la realidad de la comunidad internacional, que no conlleve un enfoque confrontacional, sino de concertación y recíproco fortalecimiento".

A juicio del Canciller uruguayo, la concertación entre los organismos universales y los regionales "tiene enormes posibilidades en el área de la paz y la seguridad, la protección del medio ambiente, la lucha contra el narcotráfico, la acción contra el armamentismo y en lo relativo a la liberación del comercio".

TIAR

05069 1

Refiriéndose al capítulo de la seguridad regional, Gros caracterizó al Tratado de Río de 1947, que dio origen al Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR) de "inequidad, ineficiencia, y obsolescencia", al tiempo que citó el caso de los acontecimientos de 1982 en la Argentina (guerra de las Malvinas) como inequívocas pruebas de su afirmación.

A continuación, y sobre el mismo tema, subrayó que "el Tratado de Río es jurídicamente vigente, pero política y realísticamente inexistente".

Empero, Gros se manifestó a favor de "avanzar en el camino de la defensa de la integridad de la democracia en los países miembro, para prevenir e impedir las rupturas de legitimidad democrática", aunque advirtió que ello debería realizarse "sin quebrar el principio de no intervención".

GATT

Tras reafirmar que la defensa de los derechos humanos en la región debe concretarse con la observancia de la Convención Americana de Derechos Humanos, Gros elogió el papel jugado por la OEA en relación a la ronda de negociaciones comerciales del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT).

Dijo, refiriéndose al consenso alcanzado en la OEA para la liberalización del comercio, que "el consenso americano sobre el desarrollo de la Ronda Uruguay puede contribuir a que se alcance un final pleno y exitoso", y destacó que, por ello, "debe continuar".

01.01

9108750

Declaraciones de Gros en OEA

TITULO

PROCEDENCIA El País

FECHA DE PROCEDENCIA 05-06-91

VINCULACIONES OEA 500789 -
TIAR 12544
GATT 12599 -

Gros: OEA debe defender las democracias

SUBRAYANDO en todo momento que la Organización de los Estados Americanos (OEA) es lo que sus estados miembro dispongan, el Canciller Héctor Gros Espiell exhortó a reflexionar sobre el nuevo papel que puede cumplir el organismo interamericano en la actual coyuntura internacional.

Hablando ayer ante sus colegas de las Américas, representantes de organismos internacionales, presentes en Santiago, el jefe de la diplomacia uruguaya fue enfático al señalar que *"no podemos imaginar a una OEA vigorosa y gravitante sin su inserción, coadyuvante y de cooperación, en los auspiciosos procesos de integración económica regional y subregional"*.

Explicó el Canciller que *"hay que explorar cuál puede ser el papel de la OEA en la construcción de esos nuevos espacios económicos integrados, de los que han sido expresión pionera el Pacto Andino, el Mercado Común Centroamericano, el CARICOM y la ALADI"*.

Añadió Gros que esa voluntad integracionista se ha visto renovada *"con el Acuerdo de los Tres (Venezuela, México y Colombia) y nuestro MERCOSUR, expresión audaz, renovadora del ideal integracionista"*.

Tras analizar los cambios operados en el escenario internacional, en razón del fin de la Guerra Fría y el conflicto bélico del Golfo Pérsico, Gros llamó la atención acerca de la necesaria complementaridad entre los esfuerzos regionales y aquellos de carácter universal.

Refiriéndose a la cooperación entre las Naciones Unidas y la propia OEA, dijo que *"el binomio universalismo - regionalismo merece ser encarado como un capítulo de la realidad de la comunidad internacional, que no conlleve un enfoque confrontacional, sino de concertación y recíproco fortalecimiento"*.

A juicio del Canciller uruguayo, la concertación entre los organismos universales y los regionales *"tiene enormes posibilidades en el área de la paz y la seguridad, la protección del medio ambiente, la lucha contra el narcotráfico, la acción contra el armamentismo y en lo relativo a la liberación del comercio"*.

TIAR

05 06 91

Refiriéndose al capítulo de la seguridad regional, Gros caracterizó al Tratado de Río de 1947, que dio origen al Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR) de *"inoperabilidad, ineficiencia, y obsolescencia"*, al tiempo que citó el caso de los acontecimientos de 1982 en la Argentina (guerra de las Malvinas) como inequívocas pruebas de su afirmación.

A continuación, y sobre el mismo tema, subrayó que *"el Tratado de Río es jurídicamente vigente, pero política y realísticamente inexistente"*.

Empero, Gros se manifestó a favor de *"avanzar en el camino de la defensa de la integridad de la democracia en los países miembros, para prevenir e impedir las rupturas de legitimidad democrática"*, aunque advirtió que ello debería realizarse *"sin quebrar el principio de no intervención"*.

GATT

Tras reafirmar que la defensa de los derechos humanos en la región debe concretarse con la observancia de la Convención Americana de Derechos Humanos, Gros elogió el papel jugado por la OEA en relación a la ronda de negociaciones comerciales del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT).

Dijo, refiriéndose al consenso alcanzado en la OEA para la liberalización del comercio, que *"el mensaje americano sobre el desarrollo de la Ronda Uruguay puede contribuir a que se alcance un final positivo y exitoso"*, y destacó que, por ello, *"debe continuar"*.

01.01

9108750

DOCUMENTO
TEMA Subsidios agrícolas e industriales en
FUENTE CLARIN. Avance del Sur
FECHA DE PRESCENCIA 5-06-91
VINCULACIONES GATT 12599-
G-14 12767-
BRASIL 10046-

Miércoles 5 de junio de 1991

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Un foro de opinión libre para la nación argentina de los problemas argentinos

Director: Ernestino Navarro de Noble

Subsidios agrícolas e industria

EL gobierno del Brasil decidió no aceptar la oferta norteamericana de trigo a precios subsidiados realizada hace poco más de un mes, la que causó una reacción negativa en medios oficiales y privados de nuestro país.

El Brasil había declarado que necesitaba el trigo para abastecer su consumo interno y que una compra a precio menor al del mercado internacional hubiera contribuido a su programa antiinflacionario.

Sin embargo, la aceptación de la oferta norteamericana hubiera deprimido los precios de uno de los principales bienes de exportación argentinos y sentado un precedente conflictivo en las relaciones comerciales entre nuestro país y el Brasil, en momentos que se discute la conformación de un mercado común.

Por otra parte, la Argentina y el Brasil forman parte del Grupo Cairns, que mantiene una posición contraria a los subsidios agrícolas en las negociaciones sobre comercio internacional que se desarrollan en el marco del GATT.

La decisión brasileña no cambia, de todos modos, la situación argentina en el mercado de trigo.

En primer lugar, informaciones recientes dan cuenta de que las necesidades de importación de trigo brasileñas serán cubiertas por Canadá, que vendrá grano a precios de mercado pero en condiciones de financiación ventajosas que nuestro país no puede ofrecer.

Canadá, uno de los principales productores y exportadores de trigo, ha sido también un firme oponente a las ventas subsidiadas de los Estados Unidos, las cuales compiten con sus propias posibilidades de venta.

Por otra parte los Estados Unidos no han modificado su actitud y han reafirmado su disposición de vender granos a precios subsidiados al Brasil y a cualquier comprador que lo solicite. Según el sistema establecido por el país del norte, el volumen del subsidio está determinado por una decisión política dependiente de las relaciones que el vendedor mantenga con el aspirante a comprador.

Bajo el sistema de subsidios los Estados Unidos han vendido granos en numerosas oportunidades a países de todos los continentes, incluidos los del bloque socialista.

En la actualidad, la Unión Soviética está negociando, precisamente, un crédito por 1.500 millones de dólares en los Estados Unidos, con el que podrá adquirir granos, pollos y carnes, reduciendo por lo tanto sus compras a otros tradicionales vendedores como nuestro país.

En cuanto al Brasil, ha decidido comprar una partida de arroz que los Estados Unidos le venderá a precios subsidiados, en el marco del sistema de Programa de Aliento a las Exportaciones (EEP). La Argentina no objetó esta compra porque no exporta arroz al Brasil y a pesar de que constituye la ratificación de un sistema de venta cuestionado oficialmente por ambos países.

Los subsidios a la producción y a la exportación agropecuaria se han convertido en uno de los principales temas de discusión en las negociaciones comerciales internacionales en los últimos años. Estos subsidios fueron instituidos por los países industriales en las últimas décadas, por motivos diversos, como lograr la seguridad alimentaria, apoyar a sus granjeros por motivos políticos o desprenderse de los stocks acumulados. Estas existencias se deben tanto al estímulo económico de los programas de apoyo a la producción como a la introducción de innovaciones tecnológicas.

En este tiempo la mayoría de los países subdesarrollados que se especializan en la producción y exportación de bienes agropecuarios redujeron su participación en los mercados internacionales y comenzaron a sufrir la competencia de los que, en algunos casos, eran sus antiguos compradores.

El poder financiero, industrial y tecnológico que otorga el desarrollo ha desplazado, paulatinamente, a las ventajas naturales, en desmedro de aquellos países que, confiados en el beneficio que obtenían de la feracidad de sus campos, descuidaron su propia industrialización y su avance técnico.

Clarín - 05/06/91

01.01

91 08751

Nº DOCUMENTO
TITULO Encuentro de los Andes
PROCEDENCIA El País
FECHA DE PROCEDENCIA 29/05/91
VINCULACIONES Conferencia de ONU sobre Medio Ambiente
PNUMA - 13581 -
ARGENTINA 10033 -

ENCUENTRO DE LOS ANDES (II)

Durante una semana (14-20 de abril) en Las Leñas —centro turístico enclavado en los Andes argentinos— se reunieron representantes de organizaciones no gubernamentales, universidades, empresarios, sindicatos, medios de comunicación, parlamentarios, organismos gubernamentales nacionales e internacionales tanto latinoamericanos como de otros países, en torno al gran tema mundial de fines de siglo: ambiente y desarrollo, de cara a lo que acontecerá en la Conferencia de Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo de Brasil 1992.

En entrega anterior comenzamos el análisis de lo hecho por la Comisión de Trabajo Nº 7 encargada del papel que le corresponde a los medios de comunicación en este trascendente tema.

Enumeramos los principales "considerando" del trabajo, para internarnos ahora de lleno en las propuestas realizadas.

7 ITEMS BASICOS

1- Reconociendo una clara carencia de formación en los enfoques ambientales, los integrantes de la comisión reclaman de parte de los sectores independientes de la sociedad civil que persiguen el desarrollo sustentable con equidad, una mayor presión sobre "quienes detentan el control de los medios de comunicación social como parte de una estrategia que busque influir sobre la opinión pública". Además señala que estos sectores proveerán los mecanismos idóneos de capacitación ambiental para los comunicadores de manera que se conviertan en agentes multiplicadores de esta nueva misión del desarrollo.

2- "Privilegiar la creación de medios de comunicación locales y regionales, cuyos mensajes respondan a los diferentes perfiles socio-culturales y económicos". Sería una buena respuesta contra la actual imagen estereotipada del receptor como individuo urbano y de clase media.

3- Proponen asegurar la circulación de información confiable a través de la creación de centros documentales y bancos de datos, locales, regionales e internacionales. Punto trascendente si se toma en cuenta el volumen impresionante de información circulante de la más diversa calidad y exactitud.

4- "Lograr que los organismos internacionales establezcan sistemas de cooperación y apoyo financiero a medios alternativos. Estos organismos deben propiciar la creación de un fondo común destinado a programas de comunicación y educación ambiental, como parte de los tratados internacionales para el desarrollo sustentable". Se está reclamando de los organismos internacionales de cooperación una ampliación en su radio de acción que, como siempre, incluye tanto el apoyo técnico como el económico. No cabe duda que, si se lograra la inclusión de estos aspectos a la hora de establecer acuerdos internacionales se acortaría en forma considerable el camino a recorrer para lograr una sociedad humana informada, comprometida y responsable de sus actos hacia el entorno.

MAS LIBERTAD DE PRENSA

5- La quinta propuesta está dirigida a modificar las legislaciones nacionales relativas a políticas de comunicación con el fin de facilitar la creación de los medios alternativos.

Y también las legislaciones internacionales en lo referente al uso de la información satelitaria. Se procura una mayor disponibilidad y libertad de acción de cara a lograr un sistema de información mundial menos controlado y digitado por centros de poder; para lograrlo debe buscarse a través de acuerdos de cooperación.

6- "Exhortar a escuelas y/o facultades de Ciencias de la Comunicación para la creación de cátedras sobre medio ambiente y desarrollo; y a los propietarios de los medios masivos para el establecimiento de una política editorial correspondiente". En el caso de Uruguay, la falta de formación profesional es un problema de solución paulatina. En cuanto a los medios de comunicación son excepcionales los casos como EL PAIS, donde se abordan en forma permanente los más diversos temas del quehacer nacional e internacional desde la consideración ambiental.

7- "Retomar el informe Mc Bride (UNESCO 1980), que refleja las relaciones desiguales existentes en materia de información entre los países industrializados y subdesarrollados, la necesidad de modificar el enfoque de la comunicación con miras al compromiso de los comunicadores y a que la opinión internacional perciba plenamente los problemas que amenazan al futuro de la humanidad: superarmamento, hambre, miseria, analfabetismo, racismo, discriminación contra las mujeres y destrucción del medio ambiente".

Esta visión global de la trama social constituye la piedra angular del nuevo enfoque conservacionista, generador del concepto desarrollo sustentable o sostenido.

Los medios masivos de comunicación son responsables en muy buena medida de la formación cósmica del individuo. Y su responsabilidad aumenta a medida que se advierte un alarmante crecimiento de los grandes problemas que afectan a la humanidad.

Continuaremos.

Hernán L. Sorhuet

01 . 01

9108752

Nº DOCUMENTO
TITULO Conf. Int. para el Desarrollo
PROCEDENCIA La Prensa / 50026
FECHA 050591
VINCULO ~~ASUNTO~~
SID

Conferencia sobre el desarrollo mundial

En torno al tema "Uno o varios mundos; hacia una estrategia de crecimiento sustentable y solidario en un mundo interdependiente", se desarrollará la primera Conferencia internacional sobre el desarrollo, entre el 6 y el 9 de mayo en Amsterdam, convocada por la Sociedad Internacional para el Desarrollo (SID).

La SID brindará la primera oportunidad para discutir las tendencias futuras del desarrollo, reuniendo a líderes políticos, académicos y diplomáticos de todo el mundo quienes deberán leer temas de 20 ponencias y 8 plenarios. El capítulo argentino de la SID, que auspicia una visión centrada en el hombre y por ende no partidista del desarrollo, estará representada en Amsterdam por su vicepresidente nacional, doctor José Miguel Amiano y su presidenta, la doctora Luz Eichemendigaray.

050591

01.01

9108753

AIR con nuevas autoridades

ILARIN 150024

130591

Actualidades

La asamblea de AIR eligió nuevas autoridades

130591

Con motivo de realizarse la XXI Asamblea General Ordinaria de la **Asociación Internacional de Radiodifusión (AIR)** fueron elegidas las nuevas autoridades de la entidad. El nuevo presidente será el contador **Andrés García Lavín**, de México, y el vicepresidente el doctor **Luis Eduardo Borgerth**, del Brasil.

El vicepresidente segundo será **Javier Gimeno de Priede**, de España, el vicepresidente secretario **Ricardo Londoño Londoño**, de Colombia, y el vicepresidente tesorero **Fernando Eleta Casanova**, de Panamá.

Por lo demás, varios argentinos ocuparán puestos directivos en el nuevo período de AIR: los doctores **Carlos Alberto Mirson** y el doctor **Juan Carlos Laborde** serán consejeros titulares, del mismo modo que el chileno **Luis Ajenjo Isasi**, el ecuatoriano **Edgar Yáñez Villalobos**, el salvadoreño **Ricardo Recinos**, el español **Augusto del Delkader**, el norteamericano **John Abel**, el italiano **Luciano Mecarozzi**, el peruano **Genaro Delgado Parker**, el uruguayo **Oscar Imperio** y el licenciado **Félix Cardona Moreno** y el doctor **Héctor Ponsdomenech**, ambos venezolanos.

Serán consejeros suplentes los argentinos **Alberto Guillermo Veiga** y **Luis H. Tarsitano**, con **Emilio Beringhs F.**, del Brasil; **Ricardo Alarcón Gaviria**, de Colombia; **Enrique González**, de Chile; **Radi Izurieta M.**, de Ecuador; **Ramón de Rato Ficaredo**, de España; **Alfonso Ruiz de Asín**, de España; **Walter H. Canals**, de Estados Unidos; **Eugenio Porta**, de Italia; **Oscar Gutiérrez**, de México; **José Gabriel Díaz**, de Panamá; **Luis Vargas Hornes**, de Perú; **Tommy Carrasquillo**, de Puerto Rico; **Hugo Romay Salvo**, de Uruguay; **Félix Cardona Moreno**, de Venezuela, y el doctor **Héctor Ponsdomenech**, de Venezuela.

Será presidente del capítulo Interamericano el licenciado **Félix Cardona Moreno**, de Venezuela; presidente del Capítulo Europeo Africano **Javier Gimeno de Priede**, de España; presidente de la Comisión de Libertad de Expresión el doctor **Héctor Ponsdomenech**, de Venezuela; presidente de la Comisión Jurídica el argentino **Rafael Peñalosa**; presidente de la Comisión de Derechos de Autor **Ramón de Rato Figaredo**, y presidente de la Comisión Técnica **Luis Melide**, de Uruguay. Todos ellos ejercerán sus cargos a partir del presente año y hasta 1993.

01.01

9108754

Nº DOCUMENTO
TITULO "ARCAL" - REUNION
FUENTE La República / 50023
FECHA 100591
VINCULO OEA - 12577 -
ARCAL

Expertos en Energía Nuclear se Reunirán en Montevideo

Una reunión de trabajo para evaluar las actividades del año pasado y proyectar las de futuro, realizarán a partir del lunes en Uruguay, los coordinadores nacionales de los quince países que integran "ARCAL" (Arreglos Regionales Cooperativos para la promoción de la Ciencia y la Tecnología Nuclear en América Latina).

La reunión se extenderá entre el 13 y el 17 del corriente en la Hostería del Lago, organizada por la Dirección Nacional de Tecnología Nuclear, dependiente del Ministerio de Industria, Energía y Minería.

El acto de apertura está previsto para la hora 9:30 en el salón de conferencias de la Hostería del Lago y en el mismo harán uso de la palabra, el ministro Augusto Montevideoca y [redacted]

La reunión fue declarada de Interés Nacional por el Poder Ejecutivo y será coordinada por el director de Tecnología Nuclear de nuestro país, Ing. Julio Riet.

Se trata de la octava reunión de este grupo que integran Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Ecuador, Guatemala, México, Paraguay, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela.

Entre los objetivos de esta organización, figura la introducción, desarrollo y consolidación de la aplicación de técnicas nucleares, siguiendo un orden de prioridades de acuerdo con los intereses regionales.

AGENDA TENTATIVA

1. Ceremonia de Apertura. Discursos inaugurales: País anfitrión, OIEA. 2. Aprobación de la Agenda. 3. Elección de Presidente. 4. Formación de grupos de trabajo. 5. Presentación por escrito de temas a tratarse en la sección 11: "Otros Asuntos". 6. Estructura legal del Programa ARCAL: 6.1. Propuesta de Acuerdo Intergubernamental. 6.2. Revisión de las Directrices. 7. Informe de la Comisión de Coordinadores sobre: a) aumento de apoyo gubernamental a ARCAL; b) cooperación bilateral; c) establecimiento de un banco de datos sobre oportunidades de entrenamiento en la región; d) futuro institucional de ARCAL. 8. Programa ARCAL hasta el presente: 8.1. Proyectos concluidos y operativos. 8.2. Financiamiento del Programa. 8.3. Dificultades de ejecución. 9. Orientación y proyección del Programa futuro: 9.1. Establecimiento de áreas prioritarias. 9.2. Proyectos futuros. 9.3. Financiamiento. 9.4. Difusión del Programa. 10. Informe de Actividades: 10.1. Informe del OIEA: actividades concluidas en 1990; actividades para 1991 y 1992. 10.2. Informe financiero: 1990, 1991 y 1992. 10.3. Informe de los Países. 11. Otros asuntos. 12. Aprobación de Conclusiones y Recomendaciones de la reunión.

100591
EA

01 . 01

9108755

X Conf. Int. de Ministros de Agricultura
Diario La República 150023
140591
Ul. Clas. Org. Int. IICA 12622-
ESPAÑA - 10072-

Plantearán en la X Conferencia Interamericana de Ministros de Agricultura

La posición de América latina en la "X Conferencia Interamericana de Ministros de Agricultura" que se realizará en Madrid, podría orientarse hacia la realización de un tipo de agricultura basada en principios ecológicos, ofreciendo productos de alta calidad y competitividad, avanzando hacia la erradicación del continente de ciertas plagas y enfermedades.

El anuncio lo formuló, a título personal, el Subdirector General Adjunto de Operaciones del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), Dr. Alfonso Cebreros.

De izq. a der.: Ing. Agr. Luis Marambio, Ec. Arnaldo Veras, Dr. Alfonso Cebreros, Ing. Agr. Amelio Dall'Agnol e Ing. Agr. José Silva, durante la conferencia de prensa celebrada ayer en la sede del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA).

EL Dr. Alfonso Cebreros fue presentado en conferencia de prensa por el representante del IICA en Uruguay, Ec. Arnaldo Veras, acompañado por el Director de Proyectos, Ing. Agr. Luis Marambio, el Secretario Ejecutivo de PROCISUR, Ing. Agr. Amelio Dall'Agnol y el especialista en desarrollo institucional de PROCISUR, Ing. Agr. José Silva.

Explicó que el motivo de su visita es coordinar con los distintos países miembro del Comité Ejecutivo del IICA, los detalles de la reunión preparatoria de la X Conferencia Interamericana de Ministros de Agricultura que se realizará en el Palacio de las Convenciones de Madrid entre el 23 y 27 de setiembre.

Reunión preparatoria

El Director General del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, Dr. Jorge Fernández Reyes, representará a Uruguay en la reunión preparatoria que se realizará en San José de Costa Rica el próximo 24 de junio.

El distinguido visitante dijo que el IICA le asigna gran importancia a la cumbre agrícola de Madrid, porque coincide simultáneamente con la de la Organización de los Estados Americanos (OEA) y las resoluciones que adopten los Ministros, "tendrán valor tanto para los aspectos técnicos de cooperación y del trabajo directo que realiza el Instituto, como un valor político para fijar las pautas y las directrices hacia donde se piensa orientar el sector agropecuario de América latina y el Caribe en los años'90".

Pautas políticas

Adelantó que algunas de las pautas que serán aprobadas para toda la década, están muy orientadas a los propósitos de integración de negociaciones internacionales y de tratados de acuerdo y de libre comercio que se están dando en todo el mundo. Aclaró que no solamente se están dando, a nivel de la subregión, como sucede en el caso del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y del Consejo Consultivo de Cooperación Agropecuaria del Cono Sur (CONASUR), sino también entre países de distintas regiones, como el que suscribirán próximamente Chile y Méjico de libre comercio.

Cebreros puso de relieve otro aspecto significativo de la reunión cumbre de Madrid y es que al celebrarse en un país miembro pleno de la Comunidad Europea, permitirá que los Ministros latinoamericanos mantengan un diálogo directo con las autoridades agrícolas del Mercado Común Europeo.

Financiación e inversión

También dijo que se espera en la reunión de Madrid una participación muy activa del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), como gran financiador no sólo de proyectos específicos de créditos sectoriales agropecuarios, sino como un conducto para canalizar los recursos y mecanismos de financiamiento y de inversión, que implica la iniciativa Bush para las Américas.

El especialista del IICA destacó que en la reunión cumbre de Madrid se conjuntan varios factores propios de América latina y de su relación con el Mercado Común Europeo, así como las posibilidades de financiamiento, de integración y de libre comercio, que se abren con la iniciativa Bush de las Américas.

Fortalecer políticas

Durante su exposición, Cebreros puso de relieve la muy buena relación de trabajo que existe entre el IICA y el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. En tal sentido, dijo que durante los encuentros mantenidos con el Ministro Alvaro Ramos para coordinar la participación de Uruguay en las reuniones internacionales, se consideró además la agenda de trabajo del organismo. Uno de los temas que se acordó fortalecer, es la colaboración técnica del IICA, en los aspectos de definición de políticas, que alienten la participación de Uruguay en el gran marco de libre comercio que se está creando en todo el continente.

Recordó que el IICA trabaja en Uruguay prácticamente en todos sus campos de cooperación técnica con un programa muy intenso acordado con las autoridades y dijo que la sanidad es un aspecto tradicional dentro del organismo y que habrá que reforzar, dentro de las reglas de juego del libre comercio, para garantizar que los productos puedan circular sin ningún obstáculo.

Trayectoria estable

El Subdirector General Adjunto de Operaciones del IICA opinó que "el Ministro Alvaro Ramos tiene una idea muy clara de hacia dónde va el sector agropecuario uruguayo" y en cuanto a estrategia de trabajo, afirmó que hay una trayectoria estable a mediano plazo muy bien definida, concertada y convenida de común acuerdo, que facilita el trabajo institucional y que progresivamente se irán fortaleciendo.

Advirtió que los controles de calidad se han de convertir en el requisito número uno del Mercado Común Europeo, debido a que el consumidor está orientado hacia la búsqueda de productos de muy alta excelencia.

Muy alta calidad

Precisó que la muy alta calidad tiene como base partir de controles sanitarios y de zonas libres de plagas y enfermedades.

"América latina deberá hacer un esfuerzo para mejorar sus controles sanitarios y participar más fielmente en ese mercado. La acción del IICA se está orientando en ese sentido, al poner en marcha un programa de carácter hemisférico para todos los países", subrayó.

Remarcó que a los europeos no les preocupa tanto el precio y la competitividad, sino que buscan asegurar ciertos niveles de calidad de los productos que consumen.

Además vaticinó que, en el mediano plazo, algunos productos no podrán acceder a ciertos mercados, si no se solucionan aspectos de calidad y dijo que Uruguay puede tener ventajas comparativas en la producción de ciertas especialidades, atacando ciertos espectros del mercado.

Alta competitividad

Destacó que uno de los proyectos principales del IICA con la granja, ha sido ir estudiando cómo el pequeño productor se puede adaptar mejor a las nuevas condiciones y oportunidades del comercio mundial.

El Dr. Alfonso Cebreros sostuvo que "independientemente de que se puedan lograr negociaciones y solucionar algunos obstáculos, la regla de juego, a futuro será la competitividad".

"Si queremos realmente aprovechar los mercados europeos y consolidar una posición de América latina, nuestra especialización debe ser en productos de alta competitividad y calidad", enfatizó.

Agricultura ecológica

Señaló que aunque sin ser una posición oficial del IICA, en el intercambio con organi[illegible] la CEPAL, ha venido s[illegible] idea de que la gran ve[illegible] parativa de América la[illegible] al resto del mundo en [illegible] agropecuarios, sea la [illegible] de desarrollar un tipo [illegible] tura basada en principi[illegible] cos.

Agregó que el llamad[illegible] del desarrollo agrícola [illegible] está fundamentado en [illegible] tación de los niveles r[illegible] los recursos naturales.

"Serán los productos que marquen la pau[illegible] dónde América latina, [illegible] versidad de sus recursos [illegible] porque es un continen[illegible] tiene grandes áreas s[illegible] puede especializarse en [illegible] agricultura más orientad[illegible] principios ecológicos", d[illegible]

Finalizó gira de los criadores de Merilín

TRINIDAD. (Por Heber Escudero Muñiz.- Fi[illegible] pasado jueves la gira que venían realizando integ[illegible] la Sociedad de Criadores de Merilín del Uru[illegible] establecimientos del departamento de Flores.

El Ing. Agr. Gabriel Capurro, del Secretariado Urugu[illegible] Lana (SUL), en diálogo con LA MAÑANA destacó [illegible] participación de criadores de la raza, informando [illegible] oportunidad de la gira, se efectuaron excelentes [illegible] establecimientos que se visitaron, ocasión en que [illegible] participantes emitieron sus opiniones, muy valederas, regi[illegible] además positivas discusiones y fijándose criterios que deb[illegible] para que la raza continúe progresando.

Por su parte el Presidente de la Sociedad de Criadores d[illegible] del Uruguay, Dr. Alejandro Nin, manifestó estar ubicad[illegible] raza de doble propósito, "entre las lanas eminentemente [illegible] puede ser el Merino, y las razas más productoras de [illegible] Romney. Tenemos una raza que está en el espectro de [illegible] micras, que son finuras con demanda en el mercado [illegible] en este sentido la raza se adapta en cuanto a producción [illegible] refiere y a lo que quiere el mercado, que es lana para vest[illegible]

"A todo esto debemos agregar -acotó el Ing. Nin- q[illegible] *raza capaz de producir carne vía corderos tempranos, ya[illegible] encarnerada temprana, o corderos más tardíos con encarn[illegible] otoño o de lo contrario vía animales tipo borregos, c[illegible] ovejas que pueden ser consumidos tanto por el mercado [illegible] por la exportación".*

El Presidente de la Sociedad de Criadores de Merilín e[illegible] cuanto al futuro, que todo va a depender del manejo claro [illegible] dé a los productores, destacando que en este sentido la gir[illegible] muestra de eso, ya que se discutieron muchas dudas en [illegible] tipo de finuras que deben tener los animales de la raza, la[illegible] cosas a incorporarle como puede ser el tema de más c[illegible] lana en ese espectro de finura, teniendo -igual que otras [illegible] objetivo de producir más calidad y más cantidad de lana.

"En este sentido -añadió Nin- *estamos conformes [illegible] obtenido, pero aún queda mucho trecho por recorrer, [illegible] como objetivo a mediano plazo el de seguir incrementando [illegible] de lana y en este tipo de res carnicera".*

Finalmente tanto el Dr. Nin como el Ing. Capurro coin[illegible] en destacar la labor de los técnicos de Mejoramiento O[illegible] perfecta organización de la gira.

9108756

NÚMERO DE DOCUMENTO:
TÍTULO: Desafíos para A.L.
PROCEDENCIA: La Prensa
FECHA DE PRODUCCIÓN: 30-05-91
VINCULACIONES: FIDA
ONU - 12573 -

Los desafíos para América latina

300591

Londres (EFE) - América latina afronta en la década de los 90 el desafío de la consolidación de la democracia, un crecimiento económico equilibrado, la amenaza del narcotráfico y la integración económica regional, según el Instituto Internacional de Estudios Estratégicos de Londres (IIEE).

En su informe anual, la organización señala que aunque el panorama general para esa región no es tan optimista hubo grandes avances hacia una mayor cooperación regional, especialmente en las áreas de la lucha contra el tráfico de drogas y en la integración económica.

Reconoce el instituto que las reformas económicas en América latina han significado la puesta en práctica de reformas drásticas que han provocado un creciente descontento y emigración en la región, "lo que demuestra que mientras existan las presiones económicas, las democracias no pueden estar consolidadas".

"Los cambios internacionales y las iniciativas regionales propiciarán que los conflictos que asolaron Centroamérica en la década de los 80 puedan ser resueltos en los 90 mediante acuerdos negociados", agrega el documento.

Avance de la pobreza

Por otra parte, en Roma [redacted] afirmó que América latina enfrentará en el próximo decenio "un segundo grave período de estancamiento e incluso de retroceso económico", y según se estima "se duplicará el número de pobres, cuya cifra podría pasar de 183 a 368 millones".

Durante la sesión de apertura del [redacted] dijo que si los 144 países miembros de este organismo de las Naciones Unidas "no realizan una importante campaña contra la pobreza", los pronósticos "sólo pueden ser muy pesimistas".

01 01

9108757

PROCEDENCIA 11-00115
FECHA 08/05/91
VINCULACIÓN ALADI 12633-
G. Río 12764-
CEE 12.640-

Cancilleres de la CEE y el Grupo de Río lo concretaron

Apoyo al fortalecimiento de ALADI

Comisionado Matutes aseguró total cooperación al Secretario General

Los Ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad Europea y de sus estados miembro y de los países del Grupo de Río asignaron un importante lugar a la ALADI en sus conversaciones mantenidas recientemente en Luxemburgo y declararon, conjuntamente, su complacencia por "los esfuerzos destinados a fortalecer y reestructurar la Asociación".

PRUEBA de los nuevos lazos que unirán a ambos continentes fue la ceremonia de suscripción de un acuerdo de cooperación interinstitucional entre la Comisión de las Comunidades Europeas y la Secretaría General de la ALADI, celebrada el 27 de abril durante el transcurso de la cita ministerial en Luxemburgo por parte del [redacted]

Ambos jerarcas mantuvieron la semana pasada en Bruselas, en la sede de la Comisión de la CEE, un diálogo personal con el objeto de precisar un programa detallado de proyectos a desarrollar en base a las áreas de cooperación que abarca el convenio.

El Comisionado Abel Matutes aseguró al Secretario General Ordóñez *"la total disposición de la Comisión a colaborar con la ALADI"* y su convicción de que *"las acciones más concretas y específicas entre el Grupo de Río y la Comunidad Europea pasan por nuestros nuevos vínculos con la Asociación"*.

Comunicado final de la reunión ministerial CEE - Grupo de Río

La primera reunión ministerial institucionalizada entre los Cancilleres de ambos continentes emitió un extenso comunicado final, del cual se destaca, como uno de los campos prioritarios de la cooperación, el referido a la colaboración europea al proceso de integración latinoamericana, cuyo texto parcial se reproduce a continuación:

Secretario General de la ALADI, Dr. Jorge Luis Ordónez.

•• "Cooperación al proceso de integración regional y subregional":

"Los Ministros de la Comunidad reafirmaron la importancia de los esfuerzos actualmente desplegados por los países del Grupo de Río para estrechar y reforzar diferentes formas de integración y de cooperación regional y subregional. En ese sentido, los Ministros se congratularon por la Declaración que el Grupo de Río adoptó en Bogotá a fin de fortalecer y reestructurar la ALADI, por la reciente suscripción del Tratado de Asunción, instituyendo el Mercado Común del Sur, por el nuevo dinamismo del Acuerdo de Cartagena, los progresos registrados por el Grupo de los Tres, los Acuerdos de Tuxla Gutiérrez concluidos por México y América Central, y los Acuerdos para la realización parcial de complementación económica concertados en el marco del Tratado de Montevideo 1980, que representan testimonios eminentes de la voluntad de integración de América latina y de los importantes instrumentos para la convergencia de esos procesos".

"Los Ministros de la Comunidad se declararon dispuestos a aportar su ayuda a los países del Grupo de Río sobre los aspectos teóricos y prácticos de la integración, a nivel regional, subregional y bilateral. Esta cooperación se efectuará en las instancias y en los niveles adecuados. Asimismo, se continuará brindando asistencia técnica al Grupo Andino, a través del acuerdo de cooperación con ese órgano de integración subregional y se llevará a cabo un esfuerzo similar con el Mercado Común del Sur, así como con los países o grupos de países que lo soliciten".

"Los Ministros se congratularon por la suscripción del convenio de cooperación interinstitucional entre la Comisión de las Comunidades Europeas y la Secretaría General de la ALADI, en cuyo marco deberá desarrollarse, a breve plazo, un programa de trabajo que incluya la cooperación técnica y el intercambio de informaciones entre esos dos órganos".

"La Comunidad Europea se declara dispuesta a elaborar, en colaboración con las instancias latinoamericanas interesadas, un esquema de acciones específicas y, en particular, a poner en marcha un programa destinado al intercambio de ideas y experiencias sobre problemas de integración, teniendo en cuenta primordialmente los aspectos de orden práctico, y la importancia de la participación del sector privado".

"La Comunidad Europea se declaró igualmente dispuesta a aportar su ayuda técnica a los países o grupos de países del Grupo de Río que así lo soliciten para el desarrollo de sus programas de integración regional o subregional".

Acuerdo de cooperación

El programa de cooperación que iniciarán la Comisión de las Comunidades Europeas y la Secretaría de la ALADI en el futuro próximo se regirá por los términos de las cartas reversales que intercambiaron en Luxemburgo el Comisionado Abel Matutes y el Secretario General Jorge Luis Ordóñez.

El Miembro de la Comisión de la CEE señala al Secretario General en dicho texto:

"Estoy convencido de que deben reforzarse los lazos entre nuestras organizaciones -que son un reflejo de los vínculos tradicionales entre América latina y Europa- y más si se tiene en cuenta que los objetivos y los esfuerzos desplegados por la ALADI en pro del desarrollo y de la integración en América latina van en el mismo sentido que los comunitarios.

Por lo tanto, tengo el honor de comunicarle que la Comisión de las Comunidades Europeas está dispuesta a intensificar y a reforzar sus relaciones con la Secretaría General de la ALADI, así como a compartir su experiencia en materia de integración. Es el momento propicio para iniciar una cooperación entre la Secretaría General de la ALADI y la Comisión de las Comunidades Europeas a partir de bases formales e institucionalizadas, en un marco dinámico que no impediría que se establezcan, en el futuro, vínculos de mayor alcance entre ambas organizaciones.

En ese sentido, le propongo adoptar las siguientes condiciones:

a) Consultas e intercambios de información institucionalizadas.

Ambas instituciones llevarán a cabo, siempre que sea necesario, consultas sobre temas de interés común. En este contexto, se informarán mutuamente acerca de aquellos trabajos y programas que puedan resultar interesantes para ambas partes. Podrán elaborar, asimismo, programas conjuntos de formación de funcionarios.

Ambas instituciones sumarán sus esfuerzos para obtener una utilización óptima de la información general, técnica, económica y estadística de que disponen. Asegurarán un uso lo más eficaz posible de sus recursos en materia de recolección, análisis, publicación y difusión de estas informaciones, bajo reserva de los compromisos que puedan resultar necesarios para salvaguardar el carácter confidencial de alguna de estas informaciones.

b) Cooperación técnica.

Ambas instituciones [illegible] una asistencia técnica [illegible] que tengan que ver con [illegible] tivas competencias y [illegible] medidas de desarrollo [illegible] aprobadas en favor de [illegible] latina. Llevarán a cabo [illegible] tencia a través de [illegible] convenir en cada caso [illegible] En especial, definirán de [illegible] acuerdo la normativa [illegible] gastos.

c) Cooperación en [illegible] difusión de las [illegible] y acciones culturales.

Los servicios de [illegible] ambas instituciones [illegible] una cooperación [illegible] prenderán programas [illegible] para informar a la opinión [illegible] acerca de los [illegible] de integración. Podrán [illegible] marse, también, [illegible] les conjuntas. [illegible] podrían organizar [illegible] formación de [illegible] otras acciones [illegible] todo en lo que se refiere a los proyectos que tengan [illegible] sión regional o subregional.

d) Programación y [illegible]

Ambas instituciones [illegible] cada año la posición [illegible] a la puesta en marcha de [illegible] específicos que [illegible] grandes líneas de [illegible] das en este intercambio [illegible] así como otras acciones [illegible] sobre todo en lo que se refiere a los proyectos que tengan [illegible] sión regional o subregional.

e) Disposiciones [illegible] tarias.

Los servicios responsables de ambas instituciones:

- Asegurarán [illegible] difusión lo más amplia posible de sus programas de integración.
- Tomarán todas las medidas necesarias para garantizar una colaboración y una concertación estrechas entre los funcionarios competentes de ambas instituciones en los ámbitos de interés común.
- Revisarán, a través de sus respectivos representantes, los progresos realizados en el establecimiento de una colaboración entre ambas instituciones.
- Examinarán disposiciones complementarias que puedan parecer necesarias a la luz de la aplicación de la presente carta por ambas instituciones, así como las modificaciones aportadas que [illegible] forme al desarrollo de las circunstancias y las necesidades [illegible] de ambas instituciones".

Ordóñez y Barbosa en XXII Conferencia sobre Renovación de América

INVITADOS por el Consejo de las Américas, el Secretario General de la ALADI, Embajador Jorge Luis Ordóñez, y el Vicepresidente del Comité de Representantes Permanentes del Brasil ante la Asociación, Embajador Rubens Antonio Barbosa, participan esta semana de la XXII Conferencia de Washington sobre el tema "La renovación de América latina en los 90: la Iniciativa para las Américas".

La presencia en la capital estadounidense de destacados ejecutivos convocados para este evento, habrá de servir de sustento al momento crucial de cambios positivos que experimenta Latinoamérica y asegurar que los beneficios de la "Iniciativa para las Américas" puedan cristalizarse a corto plazo, en vista de que el Congreso de los Estados Unidos deberá autorizar al Presidente Bush a negociar acuerdos comerciales dentro de dicho esquema antes del próximo 1° de junio.

Las exposiciones en la Conferencia auspiciada por el Consejo de las Américas estarán a cargo de altos funcionarios de la Administración Bush y del Congreso, responsables de la política económica exterior hacia América latina.

Sin duda una interesante oportunidad para ambos representantes diplomáticos de poder escuchar y exponer sus ideas, sobre un tema de real importancia para toda Latinoamérica como es la "Iniciativa Bush" para las Américas. ■

FECHA 11.05.91
DESARME 11293
ONU 12513
ONU 12602

La República Sábado 11 de mayo de 1991

El "Tercer Mundo" es culpable (o, por lo menos, cómplice) en la carrera armamentista

Los países desarrollados intentan frenar el comercio de armas hacia los más pobres

** "La mayoría de las naciones en desarrollo ni siquiera pensaría en bajar sus defensas a menos que la ONU establezca mecanismos que garanticen su estabilidad". La embajadora Shirley Temple protestó en Checoslovaquia el plan de venta de armas a Irán y Siria.*

La semana próxima, el parlamento italiano comenzará a debatir un controversial proyecto de ley que sólo permitiría la entrega de ayuda financiera a los países que respeten los derechos humanos y, sobre todo, reduzcan sus presupuestos militares. La idea está en el aire: en las últimas semanas, el programa de las Naciones Unidas y el Fondo Monetario Internacional han propuesto el desarme del Tercer Mundo, sosteniendo que los gastos bélicos no se justifican cuando faltan recursos para programas sociales.

Nueva York (especial de IPS)

■ James Langmore, miembro del Parlamento australiano, lo ejemplificó este miércoles durante la conferencia anual de la sociedad para el desarrollo internacional, que se celebra en Amsterdam.

"Está volviéndose crecientemente difícil justificar la ayuda a países como India y Pakistán mientras esos países elevan sus gastos militares, en ambos casos en proporciones del Producto Bruto Interno más altas que las de la mayoría de los países donantes", dijo.

Y ello se ha dado, subrayó, pese a que más personas viven en la pobreza absoluta en el subcontinente indio que en ninguna otra región.

"Es desafortunado", reconoció a IPS Kofi Awoonor, embajador de Ghana ante la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y presidente actual del Grupo de los 77, que reúne a 128 países pobres pertenecientes al foro mundial, pero otros críticos son más severos.

"Una desgracia total", fue como describió el problema ante la conferencia de Amsterdam Nahbub Ul Haq, el ministro de Finanzas de Pakistán, quien sin embargo no se limita a criticar a su propio país.

Ul Haq recordó que, en conjunto, el Tercer Mundo gasta 800 mil millones de dólares anuales en armas, tres veces más que lo que se destina a la educación y la salud.

El ex funcionario aseguró además que los presupuestos militares en esas naciones han venido creciendo tres veces más rápido que en los países industrializados, y absorben el 70 por ciento de los armamentos vendidos en el mercado mundial.

También sostuvo que hay ocho veces más soldados que médicos en el sur, y que estos efectivos son empleados más a menudo para combatir a su propio pueblo que a los agresores externos.

Sin embargo, cuando se le pide a los países pobres que reduzcan los gastos en ese rubro, es común escuchar esta queja: ¿quién nos protegerá de los vecinos hostiles, de alzados o separatistas, de mercenarios extranjeros?

Un diplomático del Tercer Mundo ante las Naciones Unidas lo sintetizó así: "No pienso que la mayoría de las naciones en desarrollo haya pensado siquiera en bajar sus defensas -guerra fría o no- a menos que la ONU pueda establecer un mecanismo que garantice su seguridad".

La propuesta no es nueva. En 1989, la asamblea genera de la ONU le pidió al secretario general, Javier Pérez de Cuéllar, que explorara la posibilidad de diseñar un sistema que responda en forma pronta al llamado de auxilio de los estados pequeños que se vean amenazados por otros países.

Se espera que Pérez de Cuéllar presente su respuesta en setiembre, cuando se vuelva a reunir la asamblea. Pero su plan será examinado con cuidado -si no con desconfianza- por los delegados de

Ya lo dijo Ul Haq: debe fortalecerse a la ONU, "pero no la ONU bajó el paraguas de Estados Unidos".

Y hasta Langmore, quien defiende el papel que desempeñó el foro mundial durante la guerra en el Golfo como "un precedente para impedir futuras acciones militares agresivas" de un Estado contra otro, como hizo Iraq con Kuwait, advierten que las reglas deben ser claras y justas.

"Esta nueva autoridad se evaporará a menos que los principios se apliquen consistentemente a todos los miembros, incluyendo el mismo Estados Unidos", afirmó el Parlamentario, "el nuevo orden mundial no puede ser uno en que Estados Unidos dé las órdenes".

En el caso de la crisis kuwaití, por ejemplo, Langmore considera que una fuerza de pacificación de la ONU es la que debería haber intervenido, no una coalición encabezada por Washington que decidió cuándo atacar y cuándo suspender los devastadores bombardeos, y que aún ocupa parte del territorio iraquí.

La desconfianza tiene que ver con el hecho de que la carrera armamentista de los países pobres no sólo beneficia a sus militares corruptos o gobernantes impopulares sino también a terceros no precisamente tercermundistas.

"¿Quiénes son los vendedores de estas armas?" pregunta Awoonor. Y Ul Haq refleja esta posición: "¿Quién maneja el comercio de armas? ¿Quién sobrna a los gobiernos para que las compren?"

El presidente de los 77 subraya que, con el fin de la guerra del Golfo, hubo esperanzas de que se impulsara el desarme en la región, mientras que ahora todo indica que crecerá el flujo de equipos bélicos a Oriente Medio, un área que ya gasta cerca de 18 por ciento de su Producto Bruto Interno en defensa.

La aparente doble moral que juega Occidente quedó en claro esta semana, cuando la embajadora de Estados Unidos en Praga, Shirley Temple Black, protestó formalmente por el plan checoslovaco de vender armas a Irán y Siria, países "terroristas", según la Casa Blanca. La condena se produjo en un momento en que Washington ha aprobado en principio la venta de 18 mil millones de dólares en equipos bélicos a sus aliados en el Golfo y está buscando financiar la venta de armas a través de su banco de exportaciones e importaciones, hasta ahora sólo usado para promover productos más inofensivos.

Pérez de Cuéllar presentará una propuesta a la ONU, pero la examinarán con microscopio. (Foto de archivo)

01 01 9108759

Nº DOCUMENTO 91 08760
TITULO IMPACTO
PERIODICO VISION / 100 44
FECHA 03c990
VINCUL ENERGETA / 11209
A. MAT

Fol 3

[illegible] América

¿Qué hay detrás de la crisis del Golfo Pérsico?

Por Gabriel Sánchez Sierra

La crisis, más que una situación de tipo energético, es fundamentalmente geopolítica. Es probable que cuando estas reflexiones sean publicadas por *Visión*, la situación puede haber sufrido un cambio radical

Algunos aspectos de tipo geopolítico y económico-energéticos para ubicar el problema y ver sus implicaciones y oportunidades para América Latina y el Caribe son los siguientes:

GEOPOLITICOS

a) El profundo conflicto ya existente en el mundo árabe, donde se confunden petróleo, religión y política, se agudizará y complicará más si se usa la fuerza. Saddam Hussein, circunstancias de pobreza y marginamiento de un alto porcentaje de la población árabe, puede convertirse en el líder de un conglomerado de 200 millones de habitantes, donde básicamente diez millones disfrutan de la renta petrolera.

b) El descomunal poderío militar de Irak, representado en un armamento que comprende todo tipo de armas ofensivas, y un ejército en un entrenamiento puesto a prueba con la guerra con Irán. Ahora Irak sorprende al mundo invadiendo a Kuwait donde logra salida directa al Golfo y el incremento sustancial de sus reservas petrolíferas.

c) La actitud conciliadora de la Unión Soviética orientada a estabilizar el mundo al final de la guerra fría, concentrándose más en el fortalecimiento de su economía y tratando de evitar involucrarse en conflictos externos, la coloca en un plano expectante ante los sucesos del Golfo.

d) La interpretación de Estados Unidos en la aplicación de la resolución de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), del 2 de agosto de 1990; resolución que de ninguna manera lo autoriza a actuar como ejecutor de medidas de fuerza contra Irak y que, por el contrario, se concentra en medidas de tipo comercial, siendo su aplicación decisión de cada uno de los países miembros de la ONU.

e) La extraña actitud de la comunidad internacional, donde algunas resoluciones de las Naciones Unidas (conflicto Irak-Kuwait) tienen que ser respetadas, y otras (relativas al retiro de Israel de los territorios ocupados) simplemente son ignoradas.

ECONOMICO-ENERGETICOS

a) El posible debilitamiento de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) y su control, no sólo por los conflictos existentes entre los países miembros, sino también por la entrada de nuevos actores, apoyados fundamentalmente por su capacidad bélica.

b) La existencia de petróleo (reserva estratégica) de los países industrializados, que alcanzó en julio 3.400 millones de barriles de petróleo, que equivalen a 98 días de su consumo bruto o, en términos más realistas, permitirían complementar con su producción, auto-abastecerse durante más de cuatro años y medio, tiempo suficiente para incrementar la producción petrolera en áreas de menor riesgo.

c) El exceso de oferta existente antes de la crisis (2.1 millones de barriles/día) y gracias a la capacidad no utilizada, existe disponibilidad para reemplazar la producción bloqueada a Irak-Kuwait, aumentándola: Arabia Saudita, Venezuela, Nigeria e Irán. Además está la capacidad de los países exportadores independientes (México, Colombia, Malasia, Egipto, etc.). En conclusión, en el corto y mediano plazo, en una situación algo estable, siempre y cuando no estalle la guerra, predecible plantear que la demanda podría estar balanceada con la oferta.

d) Las reservas tienen que ver más con el largo plazo y con la evolución de la crisis. De unas reservas mundiales estimadas, alrededor de un billón de barriles, aproximadamente el 66 por ciento se encuentran en el Medio Oriente.

En América Latina y el Caribe sólo se encuentran el 11.4 por ciento de las reservas mundiales y su producción significa el 10.6 por ciento de la producción mundial.

Cualesquiera que sea la salida que se dé al conflicto, el mundo industrializado tendrá que ponderar mejor su estrategia respecto al abastecimiento de petróleo: mantener una alta dependencia del Medio Oriente con precios bajos, o reducirla, explorando y desarrollando campos petroleros en otras regiones del mundo.

e) En lo relativo al impacto económico de la crisis, hay dos situaciones por completo diferentes:

En los países industrializados, si bien el impacto es importante, muy difícil será afirmar que aún en un escenario de precios pesimista (30 dólares por barril) –es evidente al desatarse la guerra abierta– sus economías sufrirían un desastre. Por ejemplo: Estados Unidos aumentaría su inflación 1,7 por ciento, y habría una reducción del producto interno bruto (PIB) del 0,2 por ciento; Japón, 1,2 y 0,5 por ciento; Alemania 2,1 y 0,7 por ciento.

En los países en desarrollo, y como es un postulado del mundo moderno, son los que sufren más todas las crisis naturales, políticas o económicas. Siempre la emergencia los encuentra desprotegidos;

Vital, una reserva estratégica

01 . 02
9108760

y esa es la situación de los países importadores de petróleo en [illegible] países de Chile y en proceso de ajuste de [illegible] incrementos a los precios del petróleo pueden llevar, inclusive, a fracasar los esfuerzos de recuperación de las economías.

AMERICA LATINA Y EL CARIBE

En América Latina y el Caribe, región exportadora e importadora de petróleo, existen dos situaciones:

Para los exportadores: Colombia, Ecuador, México, Trinidad y Tobago y Venezuela es favorable, debido a los ingresos adicionales que se pueden estimar con base en los niveles de exportación de crudo:

Países	Exportaciones netas de crudo y derivados b/d (*)	Ingresos adicionales por c/dólar de incremento del precio del petróleo (millones de dólares anuales)
Colombia	250.000	91
Ecuador	200.000	73
México	1.300.000	474
Trinidad y Tobago	100.000	36
Venezuela	2.100.000	766
TOTAL	3.950.000	1.440

(*) Sopesando la [illegible] en la producción, especialmente en el caso de Venezuela ([illegible] barriles/día adicionales).

Es significativo observar cómo más del 50 por ciento del impacto está concentrado en Venezuela que, según planteamientos del presidente Carlos Andrés Pérez, piensa crear un fondo de estabilización petrolera, para buscar mayor beneficio de los ingresos adicionales y evitar presiones inflacionarias. Para Colombia, Ecuador, México y Trinidad y Tobago, el incremento constituye un apoyo a los programas económicos y se espera un impacto positivo.

En los países importadores: significa esfuerzos adicionales para 21 países, de economías tan disímiles como Brasil y Honduras. Por ejemplo: el caso brasileño, con una importación aproximada de 510 mil b/d de crudo y derivados, su factura se incrementa en 186 mil millones anuales por cada dólar de aumento del precio del petróleo. Honduras, con importaciones netas de 16 mil b/d, el incremento [illegible] de seis millones de dólares al año.

Otro aspecto fundamental es el de la política de precios internos, los cuales tradicionalmente [illegible], y que [illegible] con la [illegible], tienen en la región implicaciones inflacionarias.

Así, los países [illegible] y del Caribe pueden [illegible] las ventajas del Acuerdo de San José, en el cual México y Venezuela ofrecen esquemas de abastecimiento beneficiosos para dichos países.

América Latina y el Caribe es la única región del mundo que puede clasificarse de autosuficiente energéticamente. Sin embargo, es mucho lo que resta por hacer y que le genera excelentes oportunidades a la región:

a) Diversificar el balance energético, incentivando la utilización de gas, carbón e hidroenergía.

b) Intensificar la exploración y desarrollo hidrocarburífero.

c) Incrementar tanto el comercio intrarregional de hidrocarburos como disminuir las importaciones.

d) Solidificar la estructura energética, tanto del Cono Sur y la Cuenca del Plata, como del Grupo Andino, completando la red gasífera existente e interconectando los sistemas eléctricos.

e) Fortalecer el Acuerdo de San José, no sólo en cuanto a sus beneficiarios, sino también en cuanto a los países que lo apoyan.

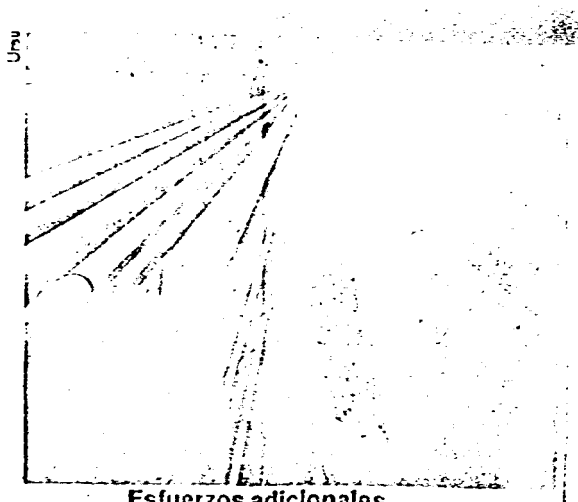
Para Centroamérica y el Caribe es un mecanismo esencial para hacer frente a la crisis.

REFLEXIONES FINALES

a) GEOPOLITICAS. Es fundamental insistir en la necesidad de llegar a una solución por la vía del diálogo y de los principios del respeto mutuo. Este tiene que ser el planteamiento de los hombres de paz y que debe ser defendido frente a la opción militar.

b) ECONOMICO-ENERGETICAS. Las implicaciones económicas en una situación de tensión, pero sin guerra, son moderadas para los países industrializados. Los grandes perdedores son y serán los países en desarrollo importadores de petróleo, los cuales están desprotegidos y no tienen capacidad para absorber las consecuencias de la crisis.

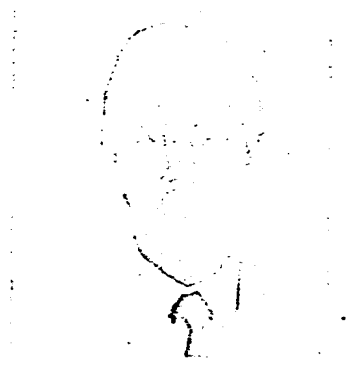
Desde el punto de vista estrictamente energético, son preocupantes los efectos que pueda tener la crisis dentro de la OPEP, organismo [illegible] del tercer mundo



Esfuerzos adicionales en economías débiles

en defensa de los recursos energéticos.

c) REGIONALES. En medio de la crisis, América Latina y el Caribe tienen una excelente oportunidad para reaccionar unidas y fortalecerse como región: el solo sector energético a través de la integración física y comercial, brinda amplias oportunidades que no pueden ni deben dejarse escapar. Interconexiones eléctricas, complementaciones gasíferas, incremento de la utilización del carbón y fortalecimiento del comercio intrarregional de hidrocarburos, no son quimeras, son oportunidades reales que hoy debemos explotar y que para fortuna de la región, son el tema central de la próxima Reunión de Ministros de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), a llevarse a cabo el próximo noviembre en Río de Janeiro, en donde se adoptará la estrategia energética regional para la década de los 90. ■



Gabriel Sánchez Sierra, autor de este análisis, es ingeniero eléctrico, colombiano, desde 1987 Secretario Ejecutivo de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE). Los conceptos aquí expresados son de su exclusiva responsabilidad y no representan necesariamente la posición de dicha organización ni de sus 26 países miembros.

02.02

9108760

TITULO: Asamblea Gral. OEA EN CHILE
PERIODICO: LA NACIÓN
FECHA DE PUBLICACION: 9/6/91
VINCULACIONES: 500889
CHILE 65709

OEA: categórico apoyo a la democracia en América

Por Enrique Guzmán de Acevedo

SANTIAGO, 8 (AFP). – La democracia latinoamericana recibió en Chile un apoyo político tan categórico de los Estados Unidos y de los otros 33 países americanos, que hoy parece impensable un resurgimiento de los gobiernos militares.

Históricos acuerdos y compromisos sin precedentes en cien años coronaron de un éxito inesperado la XXI Asamblea General que la Organización de Estados Americanos (OEA), clausurara hoy en Santiago.

Estados Unidos reconoció en Santiago sus pasados "errores" políticos en América latina, cometidos por presiones de la Guerra Fría –según confesó el subsecretario de Estado, Lawrence Eagleburger–, y se unió al resto del continente para reforzar la democracia y repudiar los golpes militares que apoyó en nombre del anticomunismo.

Hoy, Washington cambió de táctica y de tono. Antes de partir, el embajador de los Estados Unidos en la OEA, Luigi Einaudi, dijo que "para consolidar la democracia, las instituciones militares deben sumarse al proceso".

La democracia debe pasar por los cuarteles y... por Cuba. Ese fue el mensaje de la Asamblea cuyos principales aspectos fueron:

• CUBA: Aunque el caso cubano no fue analizado aunque los ministros de Canadá y Costa Rica, llevaron el tema, varios diplomáticos coincidieron en señalar que los acuerdos implican directa o indirectamente un mensaje "a la necesaria democratizacón cubana".

Por primera vez en el historial de la OEA todos los países participantes en su Asamblea representan gobiernos democráticamente elegidos. Sólo faltó Cuba.

Einaudi catalogó la ausencia de Cuba en la OEA desde 1962 como una "automarginación" y dijo que no hay discrepancia alguna sobre el retorno cubano, pero "una vez democratizada la isla". El único problema es "el cuándo y el cómo".

El embajador argentino, Hernán Patiño Mayer, declaró que hubo un "mensaje muy claro al mundo en general y, obviamente, también a Cuba, sobre cuáles son los valores comunes de esta nueva América en proceso de unificación, de integración y de un diálogo ya no distorsionado por los ideologismos".

Pero el embajador chileno, Heraldo Muñoz, confesó que "no pretendería que llegara mensaje alguno (a la isla o al resto del mundo), excepto que cada país pueda sacar sus propias conclusiones de los énfasis aquí planteados".

• DEMOCRACIA-MILITARISMO-SEGURIDAD: Los puntos cruciales de esta cita fueron la protección de la democracia, un nuevo concepto de seguridad americana y, sobre todo, cómo encarar los peligros que afronten las instituciones democráticas del continente.

Se subrayó el repudio a toda forma de "interrupción abrupta o irregular" del proceso institucional democrático en cualquier país de América.

En una decisión sin precedentes acordaron reunirse de urgencia cada vez que la democracia esté en peligro por la acción de militares golpistas, guerrilleros o narcotraficantes, y quedaron habilitados para "adoptar las decisiones que se estimen apropiadas" en cada caso.

• "COMPROMISO" DE SANTIAGO: Asimismo, en el "Compromiso de Santiago con la Democracia y con la Renovación del Sistema Interamericano", dejaron constancia de un significativo apoyo político a los valores democráticos.

Este "Compromiso" prácticamente resumió las más importantes inquietudes regionales, en una verdadera "Agenda para el Futuro", que aparte de reforzar la democracia lanza una "solidaria acción cooperadora" contra la pobreza y abre una "reflexión conjunta" sobre una mayor cooperación para la seguridad continental y la limitación de armamentos para ampliar los recursos destinados al desarrollo socioeconómico.

Los países democráticos de América latina y del Caribe son los menos armados y menos militarizados del mundo, pero también son los que afrontan las mayores deudas, así como elevados índices de pobreza y analfabetismo.

Para Einaudi el compromiso "va más allá de lo que cabe esperar normalmente como pauta orientadora. Es un mecanismo histórico en la transición hacia una solidaridad democrática y respetuosa de las diferencias entre los países".

Para el chileno Muñoz, el documento refleja el "óptimo balance de la reunión", que superó todas las expectativas y "establece en forma clara la voluntad política de reforzar y consolidar la democracia y renovar el sistema interamericano, más concretamente la OEA".

El argentino Patiño Mayer coincidió con Muñoz, al indicar que los documentos políticos aprobados "son de gran importancia y valor histórico".

01 . 09

9108761

"Mensaje" OEA

En una decisión sin precedentes, la Organización de Estados Americanos (OEA) acordó en Santiago convocar de urgencia a cancilleres del hemisferio para adoptar decisiones en caso de golpes de Estado en algún país del continente.

Santiago (AFP), por Enrique Guzmán de Acevedo

El En otra trascendente resolución, los 34 países representados en la Asamblea General de la OEA habían adoptado el martes un no menos histórico "compromiso" contra la pobreza y abrir una "reflexión conjunta" sobre la necesaria limitación de armamentos y el nuevo concepto de seguridad hemisférica.

Todo esto, según fuentes diplomáticas consultadas por AFP, representa un decisivo paso hacia la modernización de la OEA como máximo foro político del hemisferio, que puede proporcionarle valiosas armas para afrontar con mayor decisión situaciones de alto riesgo político-diplomático como la producida hace dos años con la crisis panameña.

Eventuales golpes de Estado

En esa ocasión, prolongados debates a nivel de cancilleres realizados en Washington, en la sede de la OEA, no pudieron encontrar a tiempo la vía adecuada de solución diplomática al caso, lo que otorgó a Estados Unidos argumento para invadir militarmente Panamá -el 20 de diciembre de 1989- provocando la caída del "hombre fuerte" panameño Manuel Antonio Noriega, que desde enero de 1990 está encarcelado en Miami (EEUU) por acusaciones de narcotráfico.

Las resoluciones adopiadas en Santiago constituyen, por eso, un hito que marca, quizá, el comienzo de la renovación que reclama el organismo hemisférico desde la Asamblea de 1976 -curiosamente realizada también en Santiago, pero bajo la dictadura del general Augusto Pinochet- que permitió consolidar una iniciativa del entonces secretario de Estado norteamericano Henry Kissinger para establecer el actual "diálogo informal" de cancilleres, previo a la asamblea anual.

El proyecto de resolución "Democracia Representativa" -que constituye un claro repudio a los golpes militares- fue aprobado por aclamación el miércoles, pero en forma menos expeditiva y menos unánime que el "Compromiso de Santiago con la Democracia y con la Renovación del Sistema Interamericano", adoptado un día antes.

El mexicano Fernando Zolana habla y el hondureño Mario Carias escucha. México se resistió al mecanismo, pero votó. (Foto de Martin Thomas- AFP).

Algunos países, como México y Venezuela, que animaron posiciones extremas durante cuatro días de negociaciones, terminaron finalmente por asociarse a la resolución, aunque "aclamándola" con diferente tono. México defendió sin cesar el principio de no intervención, así como el respeto a la autodeterminación de los pueblos y a las "políticas que cada Estado postula en materia de reconocimiento de gobiernos", pero igualmente se asoció a la "aclamación" a que lo llevó la mayoría.

9108761

Cuba continuará fuera de la OEA

Santiago de Chile (ANSA)

El Cuba seguirá ausente de la Organización de Estados Americanos (OEA), mientras no haga al menos un gesto que indique un giro a la democracia.

Esa es la opinión mayoritaria entre los delegados a la Asamblea de la OEA que se reúne en esta capital, referida a la suspensión de Cuba.

"La isla debe tener un gesto democrático que haga pensar que vuelve a ser un país democrático y, hasta ahora, Fidel Castro no ha hecho ninguna gestión que apunte a esa finalidad", señalaron algunos delegados.

Cuba se encuentra suspendida de la OEA desde 1964, aunque sigue participando en sus organismos especializados, como la Oficina Panamericana de la Salud.

Para que Cuba vuelva a ser miembro activo, se debería convocar a una nueva reunión de consulta para que levante la resolución de 1964.

En 1975 se convocó a una de ellas y, en la oportunidad, la OEA resolvió dejar en libertad de acción a los países, para que manejen las relaciones diplomáticas bilaterales de acuerdo a sus propias políticas, y, de hecho, varias naciones reanudaron relaciones diplomáticas.

9108761

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO .....
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE PROCEDENCIA 08.06.91
VINCULACIONES .....

La OEA apoya el desarrollo socio-económico continental

080691

Votan un plan de seguridad

Por Enrique Guzmán de Acevedo

La Nación

SANTIAGO, Chile, 7 (AFP). – La Argentina, Brasil y Chile se unieron a Canadá, para abogar en el seno de la OEA en favor de la limitación del armamentismo y la mayor cooperación americana para la seguridad continental.

En el debate, los 34 países representados señalaron el orgullo de pertenecen a un continente formado por las naciones "hemos armadas y menos militarizadas del mundo", aunque falta mucho por hacer para dedicar aun excesivos recursos militares al desarrollo socio-económico continental.

El proyecto de Canadá, fue curiosamente co-patrocinado por las tres potencias militares de América latina. Y donde aún siguen los roces entre civiles y militares, tras prolongadas dictaduras que pisotearon sus democracias, en medio de una loca carrera armamentista.

Chile fue el último en liberarse de un gobierno autoritario, dirigido por el general Augusto Pinochet que aún no acepta de buen grado las indicaciones del gobierno civil, esencialmente tras una criticada gira que realizó el mes pasado el jefe militar para "tomar contacto" con fabricantes de armas.

Curiosamente también, estos tres países desconfían entre sí y temen del potencial militar del vecino, aunque aseguren que no existe carrera armamentista.

Opinión

Un diplomático sudamericano expresó: "Argentina, Brasil y Chile, los países latinoamericanos más importantes militarmente, se cubrieron con el paraguas canadiense para afrontar con decisión el problema del armamentimo".

Otros expertos expresaron sus tomores sobre el poder de convencimiento que tendrán los gobernantes civiles para imponer a los militares cortes sustanciales de sus presupuestos, para alejar temores y mejorar las posibilidades de progreso socio-económico.

Indicaron también que los "militares de estos países son más propensos a nivelar los gastos militares hacia arriba y no hacia abajo".

El embajador argentino Hernán Patiño Mayer, al fundamentar la posición de su país, dijo que era indudable que todas las formas de proliferación de armas de destrucción masiva "socavan la seguridad internacional y generan el riesgo de una peligrosa acumulación de armamentos, más allá de las legítimas necesidades de defensa".

Agregó que en honor a los esfuerzos de paz y seguridad, en el tema balístico la Argentina decidió adherir a las normas de control de la difusión de la tecnología bélica.

Asimismo, destacó que la Argentina y Brasil han realizado acciones comunes en materia de utilización pacífica de la energía nuclear, permitiendo a ambos países "dar un paso más en su proceso de integración, creando un profundo clima de confianza y cooperación".

Reflexión

Aparte del proyecto argentino-brasileño-canadiense-chileno, adoptado hoy, los Cancilleres y embajadores decidieron iniciar un proceso de reflexión conjunta sobre la seguridad americana a la luz de las nuevas circunstancias mundiales y continentales, desde una perspectiva actualizada e integral de la seguridad y del desarme.

En esta reflexión, ocupará un importante lugar el análisis sobre el tema de la proliferación de armas e instrumentos de destrucción masiva.

En el "Compromiso de Santiago con la Democracia y con la Renovación del Sistema Interamericano", los cancilleres dejaron constancia de que todos los esfuerzos por limitar el armamentismo están destinados a lograr mayores recursos para el desarrollo socio-económico continental.

El proyecto considera que un clima de mayor paz y seguridad, global y americano, liberaría los recursos humanos y materiales necesarios para la promoción y el fortalecimiento de la democracia, el avance del desarrollo económico-social, la protección del medio ambiente y la salvaguarda de los derechos humanos.

Por todo esto y mucho más, la OEA resolvió:

- Expresar su firme respaldo a los esfuerzos de negociaciones bilaterales y multilaterales –en particular en el seno de las Naciones Unidas– encaminados a eliminar toda forma de proliferación de armas de destrucción masiva y lograr una prohibición global y más efectiva del desarrollo, producción, acumulación y diseminación de las armas químicas y biológicas.
- Instar a todos los miembros de la comunidad internacional a actuar con prudencia en cuanto a la transferencia de armas.
- Solicitar al Consejo Permanente (de la OEA) estudiar los problemas que la proliferación de instrumentos de guerra y armas de destrucción masiva plantean para la seguridad internacional y para el avance del desarrollo.

En sus considerandos, la resolución estipula que los propósitos esenciales de tales esfuerzos están encaminados a:

- Afianzar la paz y seguridad del continente.
- Alcanzar una efectiva limitación de armamentos, que permita dedicar el mayor número de recursos al desarrollo económico y social de los Estados miembros de la OEA.

91087614

NR. DOCU
TITULO
PROCEDE
FECHA DE RECEPCION 07-06-91
VINCULACIONES

La OEA elaboró una resolución

Instan a una solución definitiva por Malvinas

Imploran continuar negociaciones

070691

SANTIAGO DE CHILE.- La Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA) aprobó ayer, jueves, por consenso una resolución en la que instan a Argentina y a Gran Bretaña a continuar las negociaciones para alcanzar una solución definitiva a sus diferencias sobre las islas Malvinas.

En su resolución, los delegados a la XXI Asamblea General de la OEA que se realiza en la capital chilena, recuerdan que el organismo ha señalado en anteriores oportunidades que Malvinas "constituye un tema de interés hemisférico permanente".

La resolución de la OEA señala además que el foro continental expresó el 8 de junio de 1990, su satisfacción por la reanudación de las relaciones diplomáticas entre Argentina y Gran Bretaña.

El proyecto destaca que desde esa fecha "se han producido avances en muchos aspectos de las relaciones entre ambos países, que no se extiende a la cuestión de las islas Malvinas", por las que los dos países se enfrentaron, en 1982.

Al intervenir en la sesión plenaria de ayer, jueves, el Embajador argentino ante la OEA, Hernán Patiño Mayer, puntualizó que el tiempo transcurrido "no ha disminuido ni disminuirá nuestra convicción acerca de que la vía de la negociación es la única adquisible para la resolución de ese problema".

El Embajador argentino puntualizó que en el actual escenario mundial resulta "anacrónica" la supervivencia de una controversia como la de las Malvinas, islas frente al litoral atlántico argentino, en poder de los británicos.

Patiño Mayer reiteró "la voluntad inquebrantable" de su país de alcanzar una solución pacífica y definitiva sobre las islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur.

Afirmó que el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Gran Bretaña e Irlanda del Norte ha significado un acercamiento y entendimiento para ambas naciones, que se ha concretado en acuerdos políticos, económicos, científicos y culturales y en el incremento del comercio bilateral.

Sin embargo, el Embajador argentino lamentó que este diálogo bilateral no haya permitido "alcanzar una solución imaginativa, justa y permanentemente" a las diferencias que aún subsisten sobre el conflicto, que estalló el 2 de abril de 1982.

Cuando la OEA adoptó por consenso la resolución sobre Las Malvinas, se encontraban presentes en el salón de sesiones los presidentes de las comisiones de Relaciones Exteriores del Senado de Argentina y de la Cámara de Diputados de ese país, Saturnino Aranda y Adolfo Gass, respectivamente.

9108761

PROCEDENCIA
FECHA DE PROCESO: 07-06-91
VINCULACIONES

Mercado del Conocimiento contó con apoyo de OEA

07069

UN renovado apoyo de la Organización de los Estados Americanos (OEA) a la iniciativa del Presidente uruguayo Luis Alberto Lacalle de crear un Mercado Común del Conocimiento, se verificó ayer en Santiago de Chile, en el marco de la XXI Asamblea del organismo interamericano.

La OEA hizo la propuesta efectuada por la delegación del Uruguay, que encabeza el Canciller Héctor Gros Espiell, decidiendo reafirmar "la trascendencia que los Estados miembros le otorgan al foro de intercambio científico y tecnológico como instrumento permanente de promoción de la cultura".

Por su parte, Pablo Landoni, del Ministerio de Educación y Cultura, y Presidente de la Comisión del Mercado Común del Conocimiento en Uruguay, explicó que "el llamado Foro es un instrumento, para la puesta en acción del Mercado Común del Conocimiento".

El funcionario gubernamental adelantó que "en 1992 se celebrará en Montevideo una reunión continental de Universidades y Centros de Investigación públicos y privados, con el auspicio de la OEA".

En realidad, la organización interamericana ya se comprometió en apoyar la iniciativa uruguaya con 300 mil dólares, que serán volcados a las actividades a desarrollar en 1992 y 1993.

Tanto Landoni como el Diputado Antonio Morell y el representante de Uruguay ante la OEA, Didier Opperti, que participaron en los debates de la Comisión que trató el tema, subrayaron su satisfacción por el apoyo obtenido por el resto de los Estados miembros.

Estados Unidos y Canadá fueron de los países que más firmemente apoyaron la iniciativa de potenciar el proyecto en los próximos años, se informó. La idea de crear un Mercado Común del Conocimiento busca lograr un acuerdo marco a nivel continental para intercambiar experiencias, conocimientos e información en el área científico técnica superior.

Entre las actividades concretas que se implementarán figuran la formación de redes de intercambio a nivel regional, creación de bases de datos y el intercambio de científicos y expertos.

Según fuentes de la delegación uruguaya "se trata de lograr un convenio marco en la OEA, que contribuya a remover los obstáculos y facilite así el intercambio a todos los niveles".

En la resolución presentada por Uruguay y aprobada por OEA se le solicita al Secretario General del organismo, Joao Baena Soares, que "realice las acciones pertinentes para que la creación del Mercado Común del Conocimiento cuente con los recursos financieros necesarios para desarrollar sus metas".

Ya en octubre de este año, y con la participación de técnicos uruguayos, comenzarán a realizarse las actividades preparatorias de la reunión de 1992, que se aguarda sea el puntapié inicial del ambicioso proyecto. ■

07069

9108761

TIPO DE DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA 06-06-91
VINCULACIONES

Declaración de la OEA pro-democracia

Los cancilleres y delegados de los 34 estados miembros de la OEA aprobaron ayer por aclamación una ***resolución para la defensa y fortalecimiento de la democracia en la región.***

El acuerdo establece que el organismo instruya al secretario general de la OEA para que solicite la ***"convocatoria inmediata" del Consejo Permanente, cuando "se produzcan hechos que ocasionen una interrupción abrupta o irregular del proceso político institucional democrático o del legítimo ejercicio del poder por un gobierno democráticamente electo"****, en cualquiera de los estados miembros.*

La resolución prevé, además, que, reunido el Consejo Permanente, examine la situación, decida y convoque una reunión ad-hoc de cancilleres, o a un período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, ***"dentro de un plazo de 10 días"****, anota el documento.*

Paralelamente, en la jornada de ayer, la tercera del organismo que se encuentra reunido en Santiago de Chile, se aprobó oficialmente un documento por el cual las 34 naciones miembros declaran su "compromiso indeclinable" con la defensa y promoción de la democracia y de los derechos humanos en la región.

Los países miembros se comprometieron, asimismo, en una ***"acción cooperadora contra la pobreza para contribuir a disminuir las desigualdades económicas"****, intensificar la* ***"democracia representativa como expresión de la legítima y libre manifestación de la voluntad popular"*** *y promover el respeto de los derechos humanos.*

0606 91

07.

91 08761

Ambito Financiero
Fecha de Publicación 03-06-91
Verificación 50889

Ayer, la reunión de cancilleres acordó que no habrá ruptura de relaciones como sanción automática. Defunción al TIAR

El golpe militar, fantasma de la cumbre OEA en Santiago

***Santiago de Chile** (CGD Informes) — La dialéctica pendular entre gobiernos civiles democráticos y golpes militares merodeó ayer en el Hotel Sheraton San Cristóbal de esta ciudad, donde se reunieron los cancilleres de todos los países del continente americano, en la sesión preparatoria de la Asamblea de la OEA que se iniciará hoy. Los dos temas principales de debate rondaban la cuestión, no pronunciada por ningún asistente, y proyectada al léxico institucional. El primero fue el **examen de declaración de los presidentes del Grupo Andino del mes pasado**, en la cual Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia sostuvieron la llamada doctrina Betancourt que hoy enarbola el presidente venezolano, **Carlos Andrés Pérez**. Según esa doctrina, **los países del sistema intercontinental deberían romper relaciones con cualquier nación en la cual se produzca un golpe de Estado**. La novedad de la reunión de ayer fue que todos los países firmantes, salvo Venezuela, **se dieron de baja de la propuesta, para adoptar una posición más tenue ante los golpes de Estado** y respaldar la llamada doctrina Estrada, según la cual romper relaciones no es la mejor manera de influir en un país donde haya un golpe.*

*Lo que los cancilleres decidieron fue crear un grupo, que preside el titular de la OEA, **João Baena Soarez**, e integran Uruguay, Chile, Estados Unidos, Paraguay, México, Venezuela y Barbados, para crear **un mecanismo de reacción rápida ante esas situaciones, y que tenga la facultad de convocar**, en caso de un golpe en algún país, a los cancilleres del continente para consulta, al Consejo Permanente o a la Asamblea General si fuera necesario, para recién entonces decidir qué conducta adoptar.*

• Seguridad

*El segundo tema tratado en la reunión de ayer entre los cancilleres, fue el documento que votará la Asamblea esta semana, que lleva el título de **"Compromiso de Santiago con la democracia y con la renovación del sistema interamericano"**. Aquí cupo el debate —ya adelantado por los embajadores de todos los países ante la OEA en Washington durante los últimos meses— sobre **la propuesta de emprender el examen del tema seguridad y desarme hemisféricos**. La propuesta original, como adelantó este diario, fue de Canadá, pero se limitaba sólo al tema desarme. La decisión de ayer fue estudiar el tema de raíz, a causa de la obsolescencia del TIAR. **"Durante años el sistema estuvo subordinado al conflicto ideológico Este-Oeste, y cuando debió aplicarse para lo que en la letra justificaba su existencia, fracasó, como ocurrió en Malvinas"**, explicó anoche a este diario **Hernán Patiño Mayer**, embajador argentino ante la OEA y asistente a la reunión de Santiago.*

Guido Di Tella

Carlos Andrés Pérez

*Según opinó **Patiño Mayer**, el protagonismo de Canadá, miembro reciente de la OEA, empujó el tema al debate. **"El año pasado, trajeron el tema de la unidad para la democracia, que motivó los procesos de observación de elecciones en varios países que fueron exitosos. Este año han traído el tema seguridad, aunque su enunciado original versaba sólo sobre desarme y sobre no proliferación de armas de destrucción masiva. Lo que se decidió hoy (por ayer) es abordar el tema desde su raíz"**.*

*Sin embargo, el lenguaje empleado ayer **vaticina que de esta reunión no surgirá una derogación del TIAR y la creación del nuevo sistema, que se piensa llevará varios años**. Lo que sí hará la Asamblea será **aprobar la resolución que creará un grupo de trabajo para que delinee el debate sobre seguridad hemisférica a partir de las hipótesis de conflicto internas y externas del continente**. Aquí es donde se insertará **la polémica que en varios países enfrenta a sus cúpulas militares con los gobiernos civiles y a los gobiernos civiles con sus cúpulas militares por los recortes que se sugieren en los costos de equipamiento y salarios, que rompen una tradición de casi un siglo de fuerzas armadas fuertes y con un estrecho compromiso con las conducciones del Estado.***

*En el caso de Argentina, Chile y Brasil, cuyos jefes militares han formado una suerte de **"club de los indefensos"**, que se quejan ante sus respectivos gobiernos ante amenazas a la seguridad ante presuntos ataques fronterizos.*

• Sobre Cuba

La prueba de que aún el sistema interamericano debe dejar pasar algún tiempo para adquirir madurez sobre un nuevo sistema defensivo interamericano, es la subsistencia de conflicto que son una rémora de la guerra fría. Es el caso de Cuba concretamente, cuyo status no será discutido en la reunión de Santiago.

*El canciller adjunto de **James Baker, Lawrence Eagleburger**, dijo ayer sobre esto, al salir de la larga reunión de cancilleres que aguantó a pie firme en el estrecho (para su voluminosa figura) sillón del Sheraton: **"Los Estados Unidos tienen una posición muy clara con relación a Cuba y la mantendremos. No puedo prometer que habrá democracia en Cuba mañana por la mañana. Creo que eso está muy lejos. Mientras el señor Castro esté en el poder, sospecho que continuará siendo una dictadura"**, agregó.*

*Otros cancilleres asistentes a la reunión preparatoria de ayer coincidieron en ratificar que **el tema Cuba estuvo ausente por completo de la cumbre preparatoria de ayer.***

9108761

LA NACION
05-06-91

Acuerdo de cancilleres en la OEA

Coincidieron en la necesidad de asegurar los sistemas democráticos en la región

SANTIAGO, Chile, 4 (AP).– Los cancilleres americanos coincidieron hoy en la necesidad de asegurar los sistemas democráticos en la región, pero aún no lograron determinar qué actitud o procedimiento adoptarán ante eventuales golpes de Estado, resolución que decidirán el miércoles.

Asimismo, determinaron analizar nuevamente la seguridad hemisférica en el contexto del desarme, con el propósito de destinar mayores recursos de desarrollo económico y social en el continente.

También convinieron en aplicar medidas contra el narcotráfico.

Los acuerdos están contenidos en el "Compromiso de Santiago con la Democracia y la Renovación del Sistema Interamericano", aprobado hoy por un comité de trabajo de la XXI Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos (OEA), cuyo plenario debería ratificarla en las próximas horas.

Los representantes de los 34 países miembros de la OEA entraron en el tercer día de deliberaciones en torno del problema de cómo actuar frente a la interrupción de las democracias.

Una de las posiciones, liderada por los cinco países del Pacto Andino, propone la suspensión colectiva e inmediata de relaciones diplomáticas con cualquier país en que sea establecido un régimen dictatorial, y su marginación de la OEA.

Otras naciones, como México, rechazan la propuesta por estimar que vulnera los principios de no intervención y de libre determinación de los pueblos.

El canciller mexicano, Fernando Solana, dijo en una conferencia de prensa que su gobierno considera que la estabilidad democrática se puede alcanzar mediante la integración económica.

Una comisión especial designada por la Asamblea elaboró un proyecto de resolución sobre la materia, pero transcurridos tres días de deliberaciones aún no logra coincidir en un mecanismo colectivo de defensa de la democracia.

Una tercera posición, que apoyan los Estados Unidos, según se dijo, optaría por la aplicación de sanciones económicas a los países en los cuales un dictador se hiciera del poder.

En el Compromiso de Santiago, sin embargo, expresan su determinación de "adoptar un conjunto de procedimientos eficaces, oportunos y expeditos", para asegurar la promoción y defensa de la democracia.

Lo anterior, agregan, dentro del respeto absoluto a los principios de no injerencia y libre determinación.

Entre las metas que se propuso la OEA para el presente decenio también se destaca la lucha contra el narcotráfico.

Los cancilleres proponen adoptar y aplicar medidas para "prevenir y combatir el consumo, la producción y el tráfico ilícito" de drogas.

Se propuso luchar contra la pobreza crítica, estimular la apertura del comercio y la reducción de la deuda externa de la región.

El compromiso contempla también la protección del medio ambiente, fortalecer los procesos de integración regional y fomentar el intercambio cultural, educativo y tecnológico.

Los ministros declaran, en [illegible] compromiso [illegible] ción y [illegible] manos y la democracia representativa".

Concluyen que la democracia es así "condición indispensable para la estabilidad, la paz y el desarrollo de la región, así como para el [illegible] proceso de cambios y renovación que requiere el sistema interamericano [illegible]

[illegible] sistema democrático, el [illegible] miento de los derechos humanos en la región, el narcotráfico y el uso pacífico de la energía nuclear, fueron los temas centrales del discurso que, en representación del canciller argentino, Guido Di Tella, pronunció el jefe de la delegación de ese país, Hernán Patiño Mayer.

09 . 09

9108761

Antartida: Aspectos psicologicos
EL SOLDADO
1991
12757

ANTARTIDA

ASPECTOS PSICOLOGICOS DE LAS DOTACIONES ANTARTICAS

Por Teniente Coronel (Nav.) Prof. Bernabé Gadea Echeverría.
(Fuerza Aérea Uruguaya)

Introducción.-

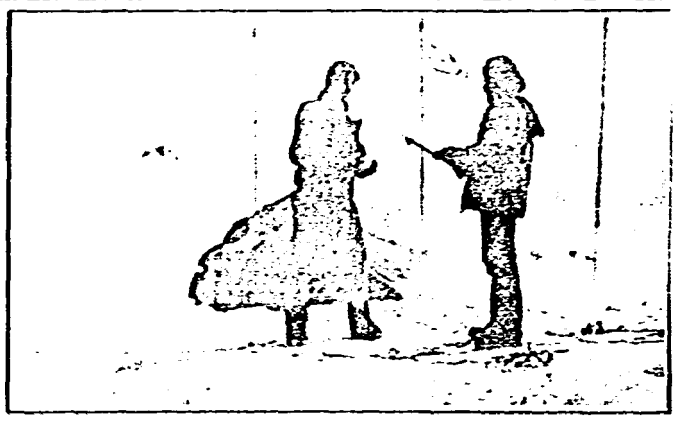
El hecho de haber permanecido en la primera invernada antártica uruguaya en el año 1986 y con ella estado cinco veces en el continente, indudablemente me confiere cierta autoridad para hablar de los problemas de la convivencia que presenta el vivir en ambientes polares, pero durante el tiempo que permanecí en la Base Científica Antártica Artigas he podido realizar apreciaciones sobre el tema.

No obstante, la permanencia allí es tan pletórica de sugerencias que a poco de estar, nacen miles de inquietudes que incitan a averiguar el porqué de tantos fenómenos desacostumbrados que nos ocurren durante el monótono transcurrir del tiempo.

Durante los meses de diciembre, enero, febrero y principios de marzo hay en la base personas que permanecen en la misma por periodos de dos meses o menos realizando diversas tareas, ya sea personal de investigación como de construcciones o de apoyo logístico esto necesariamente impide una convivencia más estrecha entre aquellas personas que componen el grupo que permanecerá durante todo el invierno.

El escaso conocimiento previo que existe entre los mismos, los hace actuar un poco túgidos, todo ello producto de la falta de confianza mutua.

Con la partida del «AVION ANTARTICO» (F.A.U.N° 572) se despierta una tristeza que dura poco, pues la gran mayoría de los que permanecen expresan una sensación de alivio y liberación, pues a partir de ese instante se estará más tranquilo y cómodo.



Cooperación entre los miembros de la dotación. (Fotografía del autor)

Se suscita un hecho por demás elocuente y es que las personas se acercan más y la confianza que van adquiriendo les otorga una flexibilidad en el comportamiento y su manera de ser, si bien las diferencias conductuales ocasionan roces y desavenencias pasajeras, predomina entre todos los integrantes del grupo humano una gran armonía, especialmente en las horas nocturnas en las que hay una mayor tranquilidad y un ambiente más acogedor.

Se conversa y se incrementa la relación entre las personas, sobre temas tales como: relatos de cuentos personales la familia, los amigos, planes para el regreso y todos los problemas que cada uno tuvo antes de venir a la Antártida.

Se constata que en los primeros meses antes de la llegada del invierno, la dotación realiza trabajos exteriores que requieren gran desgaste de energía (Construcciones, traslado de material, acondicionamiento de viviendas, combustibles etc.) lo que permite una descarga por así decirlo de los impulsos agresivos.

El ambiente sedentario y la obligatoria falta de actividad física producen por momentos muchas veces situaciones tensas y cierta agresividad verbal que luego se mitiga.

Muchas veces y no por causas definidas la rivalidad existente entre dos personas se ha agudizado sin razón aparente, pudiendo tener una culminación violenta lo que produce gran consternación en el grupo humano.

Los llamados radio-telefonistas tienen una participación especial durante todo el año. El fracaso de ellos deprime o despierta reacciones violentas según la personalidad de cada integrante.

La llegada de la primavera quiebra la monotonía del aislamiento ya que se puede salir y reconocer los alrededores.

La separación temporal de la base hace pensar en sus comodidades por más modestas que

01 . 02
9108762

estas sean y en los compañeros que están en ellas, los cuales a la vez se preocupan con mucho celo de la suerte de los que han salido.

Cuando finaliza la temporada de permanencia, principalmente en los últimos meses del año hay una gran preocupación por la llegada de los relevos en el avión y con ello el regreso a los reemplazantes en su afán inconsciente de apurar el regreso.

Se discute hasta en sus más mínimos detalles cualquier cambio de fecha de la llegada de los Aviones. Basta un pequeño retraso para que se proteste contra los organizadores del mismo.

Finalmente cuando arriba la nueva dotación, todos tratan de cooperar con los recién llegados, enseñándoles sus nuevos quehaceres.

También es común un sentimiento de desconfianza hacia la capacidad de los relevos que pasa rápidamente.

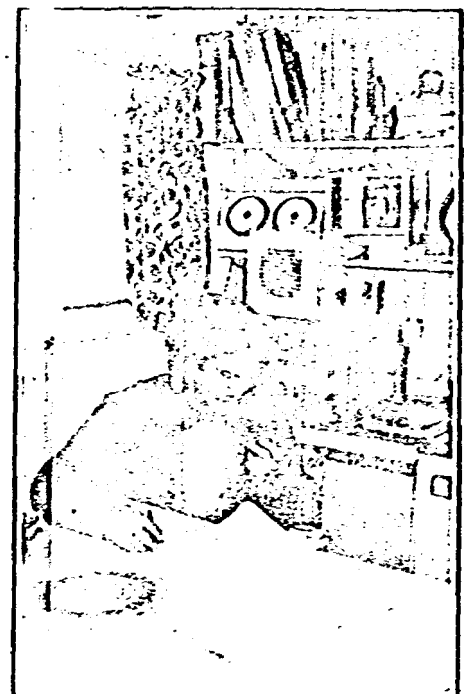
Al partir, se observa una depresión de los ánimos expresada en algunos como emocionadas reacciones de tristeza y llanto.

ASPECTOS PSICOLOGICOS DE LA VIDA EN AISLAMIENTO

La vida en aislamiento de un pequeño número de hombres por un largo periodo, con escaso o nulo conocimiento mutuo previo a la experiencia que han de vivir, esto llena de situaciones y problemas que constituyen motivo de frustaciones constantes a los integrantes del grupo.

Señalamos a continuación los principales problemas que a nuestro juicio contribuyen a desencadenar la aparición de diferentes sintomas en estas condiciones de vida.

a) Ausencia de familiares e incapacidad de solucionar personalmente los problemas que



Meteorólogo en su mesa de trabajo trasmitiendo la información técnica a Montevideo (Fotografia del autor).

estos dan a conocer a través de comunicaciones radiales.

b) Obligada convivencia de personas cuyo carácter y modo de vivir diferente les hace dificil adaptarse unos a otros.

c) Imposibilidad de realizar los deseos de regresar pronto a sus hogares y vida habitual.

d) Ausencia de compañia femenina.

e) Falta de reconocimiento y estimulo a la labor realizada individualmente por parte de los demás compañeros.

Los sintomas, cuyo origen no pareció claro por sus caracteristicas especiales en cuanto a la forma de comienzo, localización, evolución y respuesta al tratamiento que con mayor frecuencia se presentaron, son los siguientes:

Dispepsia consistente en náuseas y mal sabor de boca.

Inapetencia.

Insomnio de conciliación.

Cefaleas sin caracteristicas definidas.

Angustia y sus manifestaciones somáticas.

La manera en que estos sintomas se asocian en cada persona es diferente. Mientras en algunos individuos aparecen en forma aislada, ocasionalmente, en relación a hechos o épocas muy bien determinados, y evolucionan esporádicamente y ceden rápidamente, en un segundo grupo la sintomatología es más compleja, con asociación persistente y de más dificil tratamiento.

Los periodos del año en que los síntomas se presentan y son más abundantes son:

Etapa inmediata posterior a la partida de los compañeros que estuvieron en la base temporalmente durante el verano.

Meses de Invierno (Junio, Julio y Agosto).

Periodo previo a la llegada del relevo.

SENTIMIENTO HACIA OTRAS BASES

Los contactos radiales y personales con gente de otras bases, (CHILENA, ARGENTINA, SOVIETICOS, CHINA, POLACA Y BRASILERA) contribuyen enormemente a disminuir la sensación de soledad y a mejorar el estado animico, porque aparte de intercambiar datos cientificos y técnicos, se organizaba a menudo reuniones que ayudan a expandirse y hacen más ameno el diario vivir.

Sin embargo, la seguridad fisica se ve amenazada al conocerse el caso de alguna desgracia personal (El mecánico del Helicoptero Chileno muerto en Arctowsky el dia 23 de Julio de 1986) en otra base puesto que cada integrante se da cuenta del peligro al cual puede estar expuesto si no actúa con cautela.

Finalmente es importante destacar que en nuestro grupo fue notorio un sentimiento general de respeto y admiración hacia todos los hombres que permanecen largo tiempo en la Antártida, realizando alli un duro trabajo de supervivencia e investigación cientifica.

02 . 02

9108762

A.I. cumplio 30 años
Busqueda /50004
30/5/91
500576
URUGUAY /0020

"Amnistía Internacional" cumplió 30 años; hace 15 está en Uruguay

Coincidiendo con la celebración de su 30º aniversario la organización de defensa de los derechos humanos "Amnistía Internacional" (AI), lanzó el martes 28 una campaña mundial denominada "Basta de excusas", tendente a obtener la liberación de personas encarceladas a causa de sus convicciones ideológicas, religiosas o raciales.

La AI cuenta con más de 1:100.000 suscritores y donantes en 150 países y territorios, y con más de 4.200 grupos de voluntarios en 70 países.

La organización nació en 1961 con un artículo periodístico publicado por el abogado británico Peter Benenson, en el que exhortaba a comenzar a trabajar de manera imparcial y pacífica por la liberación de los presos de conciencia. Según una publicación de AI, un mes después, más de mil personas de varios países habían enviado ofertas de ayuda concreta y expresaban su disposición a recoger información sobre casos, darlos a conocer y presentar peticiones a los gobiernos.

La representación uruguaya de AI conmemoró la fecha con un acto realizado en el teatro de la Asociación Cristiana de Jóvenes, donde, empero, estuvo ausente la titular de la organización, Marta Ponce de León, quien se encontraba en Paraguay participando en la fundación de la delegación de esta organización en ese país.

El presidente de la Suprema Corte de Justicia, Armando Tomassino; el subsecretario del Ministerio de Educación y Cultura, Carlos Rodríguez Labruna, y numerosos legisladores se excusaron de no participar en la celebración, pero enviaron telegramas de adhesión.

La representación de AI en nuestro país -fundada hace 15 años- cumplió una destacada actuación durante el gobierno de facto, ante el cual reclamó insistentemente por la liberación de los presos por delitos políticos.

Estadísticas que maneja la organización señalan que dos de cada tres gobiernos torturan y matan a sus propios ciudadanos.

01.01

9108763

TITULO: Mercosur: ¿hacia 1 derecho social comunitario?
Brasquido 1 56004
30/6/91
1278

Mercosur: ¿hacia un derecho social comunitario?

por Santiago Pérez del Castillo (*)

La firma del Tratado de Asunción hace propicia la oportunidad para preguntarnos, qué podemos esperar del Mercado Común en materia de legislación social, cuáles son las perspectivas en ese plano y qué podemos aprender de la experiencia de la Comunidad Europea.

A lo largo de 30 años el Derecho Social europeo ha logrado claros avances en materia de libre circulación de los nacionales y de normas referidas a la seguridad social.

El Tratado de Asunción parece referirse en un sentido amplio a esta cuestión cuando, en su artículo 1º, señala que el Mercosur implica "la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países". Libre circulación de servicios, en este artículo hace referencia a la posibilidad de prestar servicios desde un país a otro, por parte de una empresa o de un sujeto instalado en el área del mercado, pero hace referencia también al libre desplazamiento de trabajadores entre los países miembros, así como al derecho de emprender actividades lucrativas en cualquier parte del territorio de los cuatro países signatarios.

La cuestión se deriva rápidamente a la delicada materia del reconocimiento de los títulos de aptitud profesional y de las reglas propias de cada nación para condicionar el ejercicio de ciertas actividades. ¿Podrá un médico uruguayo ejercer la profesión en el Brasil? ¿Será posible a una empresa argentina desempeñarse sin dificultades en el Chaco paraguayo?

Las Directrices emanadas de la Comisión de la Comunidad Europea podrán servirnos, en buena medida, de inspiración a la hora de afrontar los trabajos que tenemos por delante.

La seguridad social de los trabajadores migrantes plantea a su vez, delicadas cuestiones. Aquí la tarea de la Corte de Justicia de la Comunidad, ha sido abundante para interpretar las cláusulas del Tratado de Roma. Algunos principios podrían mencionarse como claves de solución: en primer lugar, la igualdad de trato entre nacionales y súbditos de países miembros de la Comunidad; en segundo lugar, el criterio de la totalización de servicios prestados en los diversos países miembros, según el cual se tienen en cuenta los períodos de seguro, empleo o residencia en cualquier estado miembro en que hayan sido cumplidos; y, finalmente, la prohibición del cúmulo de beneficios, primando la ley del país donde se ejerce la actividad profesional.

La disparidad entre los regímenes de un país y otro, ha planteado dificultades que la jurisprudencia comunitaria viene resolviendo en forma audaz. A ello se agrega como factor de litigiosidad las dificultades financieras de la mayor parte de los regímenes públicos de seguridad social, que inducen a los gobiernos respectivos a reducir al mínimo los costos que les implican las normas comunitarias y el suministro de beneficios.

Un aspecto en el cual no se ha avanzado de manera sustancial es el de la armonización de los sistemas jurídicos nacionales referidos al Derecho del Trabajo.

Han existido esfuerzos importantes y el estímulo de factores de poder considerables, pero las normas comunes se concretan en algunas Directrices de la Comisión, sobre despidos colectivos, protección de los créditos laborales en caso de insolvencia patronal y la situación de los trabajadores en el caso de transferencia de empresas. El trabajo a tiempo parcial, el trabajo temporario y la edad de retiro, han sido objeto de estudio y de proposiciones. Lo mismo ha sucedido con la información y consulta de los trabajadores en la empresa. Otras directivas se han adoptado en relación a la seguridad y a la higiene en el trabajo. En fin, existen diversos proyectos que tienden a la armonización de las normas nacionales —los franceses sostienen como con énfasis, la necesidad de constituir "un espacio social europeo"— pero la evolución es relativamente lenta.

La situación europea nos permite pensar que debe considerarse muy delicadamente este aspecto en el Mercosur y compararse detenidamente las legislaciones nacionales.

El Tratado de Roma, por su parte, señala los criterios básicos, es decir, las soluciones sustanciales. El Tratado de Asunción, en cambio, es punto de partida; con algunos objetivos propuestos, pero con incógnitas, cuya solución se mantiene pendiente para ser negociada entre los países signatarios.

En el campo del derecho social no existe ninguna meta ya determinada en el propio Tratado. El destino final queda abierto y, por eso, son más acuciantes los estudios nacionales. ¿Queremos un Derecho del Trabajo común? ¿Estamos dispuestos a aceptar las diferencias como parte de las reglas de juego? ¿Resulta conveniente dejar los sistemas jurídicos independientes? ¿Es justo que sea así? ¿Qué implicancias económicas y sociales traería consigo tal situación?

La uniformización será difícil en América del Sur. por las diferencias en los sistemas de relaciones laborales, tanto cómo por el Derecho Individual del Trabajo diverso. De modo que, de no mediar una voluntad distinta de los gobiernos existirá un espacio común para el comercio, pero no un espacio reglado por idénticas normas en todas sus regiones. Se habla de coordinación de políticas macroeconómicas, pero no de unificación de normas tributarias, comerciales o laborales.

En esa línea, resulta ser que el Mercado Común no deja de ser también mercado en este aspecto: existe competencia entre los países según sus ofertas en materia de reglas y condiciones del trabajo. La integración no necesariamente termina con estas diferencias.

Por otra parte, tampoco prevé el Tratado de Asunción órganos comunitarios encargados de estas cuestiones. En el caso europeo, el Consejo Social destaca en ese plano. Se trata de la reunión de los ministros de las carteras respectivas; y, en la región, un órgano de esta índole conoce un antecedente en las reuniones que han mantenido los ministros de Trabajo de Argentina, Paraguay y Uruguay. Institucionalizarlas, ampliarlas a Brasil y dotarlas de un soporte técnico mayor, parece lógico.

En definitiva, el Mercosur abre, también en este plano un conjunto de cuestiones nuevas, que está en nuestras manos resolver y que pueden ser motivo de un avance conjunto. El futuro dependerá del estudio en profundidad que de ellas se haga, así como de las definiciones políticas que se adopten. Una adecuada atención a las reglas del derecho social comunitario, no puede ser incompatible con la necesaria libertad económica que se espera.

(*) Santiago Pérez del Castillo, Representante Gubernamental uruguayo ante la O.I.T. Miembro del Comité de Dirección del Instituto de Estudios Empresariales de Montevideo. Profesor de Derecho Laboral de la Universidad de la República.

01.01 9108764

Lista de judíos comunistas
La República 150023
30/5/91
11204

Una lista de judíos comunistas circula entre neonazis alemanes

Berlín (UPI)

■ Una lista con los nombres de casi 200 presuntos funcionarios judíos comunistas de la ex Alemania Oriental circula actualmente entre grupos de neonazis en el este del país, dijo ayer un diario de Berlín.

La lista aparece en la edición de mayo de una publicación de extrema derecha con base en Suiza llamada Información política, que tiene una gran aceptación entre los militantes derechistas alemanes, señaló el diario Tageszeitung.

La lista de casi 200 presuntos funcionarios comunistas judíos incluye los nombres de artistas, políticos y científicos de la ex Alemania Oriental, así como de miembros de grupos de oposición que dirigieron la revolución pacífica de 1989 contra el gobierno comunista de línea dura, agregó el periódico.

"La existencia de la lista es una señal de que los neofascistas se elogian por capturar a los judíos", manifestó la parlamentaria Ulla Jelpke, representante del Partido Socialismo Democrático, el comunista reformado.

Ulla Jelpke señaló que temía que la lista fuera distribuida extensamente e hizo un llamado al gobierno federal para que prohíba a los corresponsales de la publicación suiza trabajar en Alemania.

La lista forma parte de un informe presentado por un corresponsal no identificado en Dresden.

Los grupos militantes derechistas y neonazis se han multiplicado en la ex Alemania Oriental mientras que en la parte occidental del país el número de los miembros de las agrupaciones neonazis disminuyó bruscamente.

Las dificultades económicas y el desempleo masivo que han acompañado la transformación de un régimen comunista a una economía de mercado fueron citados por el influyente semanario Der Spiegel como las razones principales de la rápida multiplicación de los movimientos extremistas en el este de Alemania.

Las autoridades alemanas calculan que unos 2.000 extremistas, del total de la población de 16 millones en la ex Alemania Oriental, están involucrados actualmente en incidentes de violencia.

Sin embargo, expertos de la policía consideran que "el potencial de los derechistas extremistas" en el este del país es de 10.000 a 15.000 personas.

300591

01 . 01

91087657

Nº
TITULO "Simón Bolívar" un estudio para ALADI
PERIODICO La Mañana
FECHA DE PUBLICACION 31-05-91
VIA DE ENTRADA 12633
UNESCO 500890-

F-91

"Simón Bolívar": un estudio para la ALADI

3/05/91

LA Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) comenzó a atacar de frente la cooperación en materia de ciencia y tecnología. El Comité de Representantes escuchó una exposición sobre el programa "Simón Bolívar" para el desarrollo tecnológico en la región.

Sobre el tema, la Secretaría General preparó un documento titulado "La ALADI y la cooperación regional de ciencia y tecnología" que estableció el marco general dentro del cual la ALADI desarrollará sus tareas de promoción de la colaboración científico-tecnológica entre los países miembros.

El informe enfoca el análisis de este nuevo campo de trabajo, incluido en las actividades de la Asociación desde la última reunión de Cancilleres de mayo de 1990. También se plantea en el estudio una serie de acciones a desarrollar, que permitan definir el ámbito de los programas de cooperación y el papel a desempeñar por ALADI.

El Comité está estudiando una propuesta de Brasil denominada "Proyecto paradigma", con la finalidad de facilitar la cooperación entre los países de la ALADI para la formación de ingenieros en el diseño de circuitos integrados.

Ayer, en la reunión, estuvo presente el Secretario Ejecutivo del Programa "Simón Bolívar", Hugo Varsky, y del [redacted]

Objetivos del Programa

El Programa "Simón Bolívar" para la Integración Tecnológica Regional, la Innovación y la Competitividad Industrial fue lanzado por el Presidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez en octubre de 1990.

Su objetivo es favorecer una intensa cooperación industrial-tecnológica entre empresas y centro de investigación de diferentes países de la región, facilitando el incremento de la productividad y competitividad de las industrias y economías nacionales de América latina y el Caribe en el mercado regional y mundial.

Se destaca como principal finalidad contribuir a la innovación y a la competitividad internacional de los productos y servicios del Continente. En cosecuencia, apoyará al sector productivo y de servicios sobre todo en mejorar la calidad de sus productos, procesos y servicios de manera de conquistar nuevos mercados; alcanzar normas de calidad internacional homogéneas; generar nuevos productos, procesos y servicios con clara visión de mercado; y establecer "joint-ventures" con empresas e instituciones del país, de la región o de otras regiones.

El Programa ya cuenta con el apoyo de varios países del continente -cinco países andinos y posiblemente Uruguay y Argentina- y cuenta con el apoyo financiero del BID, SELA y UNESCO y podrá ser de gran interés en el soporte de varios de los proyectos de cooperación científica -tecnológica en el ámbito de la ALADI. ■

01 . 01

9108766

TITULO: La Competencia en la Integración
PERIODICO: EL PAIS
FECHA DE PUBLICACION: 29.05.91
VINCULACIONES: 12731
FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER
12787

LA COMPETENCIA EN LA INTEGRACION

En nuestra nota anterior reseñamos comentarios de expositores y panelistas uruguayos que en el Seminario organizado recientemente en Montevideo por la Fundación Konrad Adenauer se refirieron a la posible aplicación en nuestro medio del exitoso modelo económico alemán de la post guerra. Quedamos en que se detectaba una primera dificultad al advertirse el obstáculo que constituyen, entre otros factores, la escasa dimensión de nuestro mercado y el excesivo intervencionismo estatal, que conspiran contra un régimen de competencia libre y diversificada fundado en la iniciativa privada, subyacente a un sistema de economía de mercado como el alemán.

Miradas las cosas con perspectivas de integración, se hizo notar que el proceso de apertura externa habrá de generar competencia en las áreas de producción, y un indicio de cambio se ve en el amplio apoyo que se le ha dado al MERCOSUR; que coloca al país de cara a un comercio internacional libre y sin controles. Entonces si en lo interno en el Uruguay no parecen estar dadas las condiciones para un sistema de competencia por la existencia de un mercado reducido y con fuerte protección arancelaria —que se acentúa en los sectores de monopolio— la competencia tendrá que venir por el lado del mercado y del comercio internacional.

Esto plantea en toda su crudeza el problema de la inserción uruguaya en la economía internacional. El modelo tradicional hasta ahora se ha basado en las ventajas comparativas, producto a producto y de acuerdo a la dotación de los factores de capital, tierra y trabajo. Otros países han encarado su inserción en la economía mundial exportando producción obtenida en base a salarios bajos, lo cual es una manera de competir. Así, cuando se comienza a ganar mercados, aumenta el salario, mejora la inversión. Y se apuntala de esa manera el cambio tecnológico. Es el caso de los países asiáticos.

El antiguo modelo de las ventajas comparativas analizado con criterio estático, cede paso a una competencia encarada con criterio dinámico. En el mundo de hoy ya no se compite producto a producto. Compiten sistemas de producción, lo que equivale a decir que compiten políticas económicas, desde que aquellos dependen de éstas.

La inserción habrá de requerir entonces una política de apertura económica, una baja promedial de aranceles, su no diversificación, políticas cambiarias ordenadas y macroeconómicas orientadas hacia la reconversión industrial. La demanda internacional es creciente respecto de productos agrícolas y de minería, lo cual requiere una reestructuración y reformulación de las políticas productivas en la materia.

Naturalmente —se puntualizó— esto no puede hacerse de la noche a la mañana.

La creación de una estructura productiva adecuada para competir en el mercado internacional deberá enfocarse midiendo entre otros factores los costos sociales, impulsando paralelamente una política de educación que vaya preparando a quienes tengan que competir con trabajadores con una tecnología superior a la nuestra. Así, si el país no crea tecnología debe promover la investigación tecnológica para poder saber en qué productos o grupos de productos se va a incrementar la demanda (productos progresivos) para incentivar a su respecto las exportaciones. Esto, que no puede saberlo el empresario mediano o el trabajador porque carece de técnica o de recursos, debe ser investigado y difundido para orientar correctamente nuestra producción, y en esta tarea deben coparticipar, colaborando entre sí, instituciones públicas y privadas. El rol del Estado, se señaló, está cambiando y la informática es cada vez más gravitante.

La reconversión industrial está íntimamente ligada con los sectores de energía y transporte. La especialización y la competencia cambian las ventajas comparativas estáticas, y la tecnología cambia a su vez la dotación de los factores productivos.

Se consideraron también fundamentales las políticas de descentralización de la actividad económica, en tanto estimulan la inversión, la educación y el cambio tecnológico.

Analizada la competencia en el MERCOSUR con óptica empresarial, se observó que para crear un marco que permita a las empresas nacionales competir con posibilidades, será menester encarar como primer paso la negociación con los vecinos y la definición de las políticas internas. A partir de 1992, en Europa, la suerte de los países miembros de la CEE queda librada a ellos mismos, pero para eso debieron atravesar antes y superarla, la etapa de la negociación entre los Gobiernos, que nosotros recién iniciamos. Así se hizo notar que el Tratado de Integración entre Argentina y Brasil, anterior y en cierto modo paralelo al Tratado de Asunción, ya consagra el acuerdo de ambos países para el desarrollo en sectores estratégicos.

Habrá que lograr entonces la ampliación de mercados eliminando restricciones no arancelarias, y serán fundamentales las normativas comunes en materia financiera, sanitaria, regímenes de compras del Estado, política tributarias y de subsidios.

Como realismo, uno de los expositores advirtió que en esta materia, todavía son mucho más las preguntas que las respuestas. Pero el desafío está, el tiempo vuela, y la realidad no perdona.

Rodolfo Sienra Roosen

01 . 01

9108767

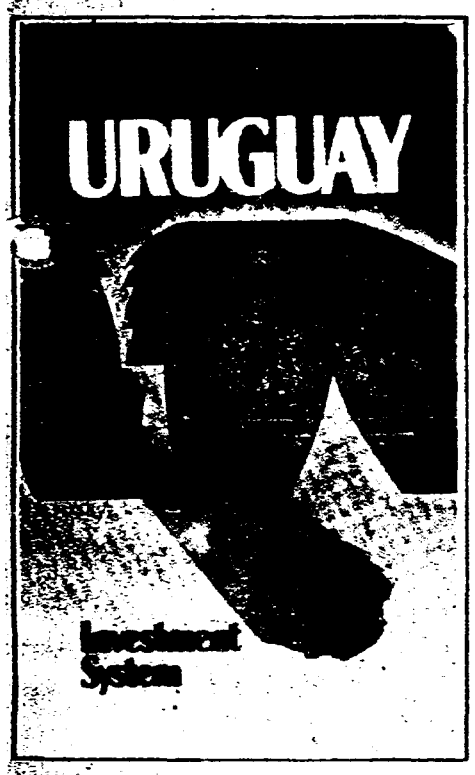
MERCOSUR
Próximo tratado con EEUU
LA MAÑANA
07-06-91
12781
EE.UU. 65890

Por Alberto Carreira

MERCOSUR: definen tratado marco con los Estados Unidos

VARIAS instancias de gran importancia se cumplirán desde hoy en los Estados Unidos en relación al Mercado Común del Sur, debido a lo cual viajó en la víspera a ese país el Director General de Comercio Exterior, Embajador Miguel Berthet.

Quien ha sido uno de los principales negociadores de nuestro país en el proceso integracionista entre Uruguay, Brasil, Argentina y Paraguay, intervendrá en las próximas horas en Miami en un Seminario Internacional que se dedicará al MERCOSUR, organizado por la "Business International".



Facsimil de la publicación de promoción del régimen de inversiones de Uruguay que será distribuida en las próximas horas entre un centenar de grandes empresarios interesados en hacer negocios en América latina.

El Embajador Miguel Berthet comentó "off the record" que "el Gobierno le atribuye una particular importancia a estas actividades, que contarán con la asistencia de hombres de negocios internacionales, interesados específicamente en inversiones en América latina".

Acotó que "esta organización es muy conocida a nivel internacional y al mismo tiempo, por su alta especialización, cuenta con un gran prestigio".

"Por lo tanto resulta muy significativo que se hayan programado estas actividades para dar a conocer diversos aspectos del MERCOSUR", señaló enfáticamente. Precisó que además "estarán presentes representantes de Argentina, Brasil y Paraguay, que junto con Uruguay, expondrán sus puntos de vista sobre el proceso de integración, es decir sobre el Mercado Común del Sur".

Se supo que por lo menos un centenar de grandes empresarios participarán de las jornadas de trabajo programadas exclusivamente para el MERCOSUR.

Promoción de inversiones

Reveló también Berthet que nuestro país "hará en la oportunidad una fuerte promoción de inversiones, con la finalidad de atraer capitales de riesgo para instalarse en el Uruguay".

Por tales motivos señaló que será proyectado el video que hace poco tiempo fuera editado para la promoción del país, su producción y sus exportaciones, que se titula "Hey, World, Here We Come" (Atención Mundo, aquí venimos) y que se inicia con palabras del Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle.

Esta promoción se verá apoyada por la distribución de folletería referida al régimen de inversiones del país, por lo cual se pondrá a disposición de los interesados la nueva edición de "Uruguay, Investment System", confeccionada por la Comisión para el Desarrollo de la Inversión.

Palabras de Lacalle

La publicación cuenta con una introducción del Presidente de la República, en la cual el Dr. Luis Alberto Lacalle expresa que nuestro país ofrece favorables condiciones para desarrollar inversiones y destaca que es otra vez una tierra promisoria, con futuro y deseos de prosperidad. La misma comienza recordando el informe publicado el pasado 22 de abril por "The Miami Herald", donde se sostuvo que Uruguay era el país más seguro para las inversiones de América del Sur y ocupaba el tercer lugar, a nivel continental siguiéndole luego Canadá y Puerto Rico.

Lacalle comenta allí que esa información fue dada a conocer en una edición especial, exploratoria de las posibilidades de lograr una zona franca continental, como fue propuesta en la Iniciativa de las Américas por el Presidente de los Estados Unidos George Bush.

En síntesis resalta que "esto significa que Uruguay está en el buen camino" y "tiene claras sus ideas, así como una buena relación con los centros financieros internacionales".

Acuerdo marco con Estados Unidos

Cumplidas esas actividades en Miami, el Director General de Comercio Exterior anunció también "off the record" que viajará a Washington, donde durante tres días, y junto a los representantes de los Gobiernos de Argentina, Brasil y Paraguay, procurarán definir con las autoridades norteamericanas el acuerdo marco del MERCOSUR con Estados Unidos dentro de la iniciativa Bush.

Especificó Berthet que "ese acuerdo determinará la creación de un Comité Consultivo, que estará integrado por representantes de cada uno de los países que conforman el MERCOSUR y de Estados Unidos".

Adelantó que "ese Comité fijará un programa de trabajo sobre todos los temas concernientes al comercio internacional, como por ejemplo pueden ser aspectos arancelarios, no arancelarios y medidas de carácter sanitario".

Una vez definido el acuerdo marco se abren grandes posibilidades de análisis referidas a la apertura de mercados.

Las trascendentes negociaciones se desarrollarán fundamentalmente con el Embajador Miles Prochette, de la Global Trade Representative (Representante Norteamericana del Comercio).

El Grupo Mercado Común

Paralelamente y aprovechando la presencia en el lugar de los principales negociadores del MERCOSUR, Berthet adelantó también que "se desarrollarán nuevas conversaciones dentro del Grupo Mercado Común".

Es decir que continuará el intercambio de ideas en diversos temas, todo lo cual resultará preparatorio del segundo encuentro formal del Grupo Mercado Común, programado en principio para fines de este mes en la ciudad de Buenos Aires.

Los subsidios y el trigo

No obstante lo indicado, y en virtud de las informaciones que han surgido en las últimas horas y luego que el Director General de Comercio Exterior abandonara Montevideo, no es desacertado suponer que se generarán conversaciones vinculadas con la compra de trigo de Brasil a los Estados Unidos.

Este elemento, unido al tan controvertido tema de los subsidios, agrega otro aspecto de trascendencia para las próximas reuniones que tendrán lugar en Estados Unidos.

El apoyo del BID

Las mismas culminarán con un encuentro de todos los representantes del MERCOSUR con el Directorio en pleno del Banco Interamericano de Desarrollo. Los emisarios de Uruguay, Argentina, Paraguay y Brasil dialogarán con las autoridades del BID encabezadas por el Cr. Enrique Iglesias sobre el eventual apoyo de este organismo financiero internacional al proceso integracionista, que por lo revelado "off the record" tendrá en Estados Unidos fundamentales instancias. ■

01.01

9108768

Nº CLASIF.
TITULO: Mercosur y Reforma Laboral
PROCEDENCIA: El País
FECHA DE PROCEDENCIA: 3-06-91
VINCULACIONES: 12781

EL MERCOSUR Y LA REFORMA LABORAL

LA perspectiva emanada del MERCOSUR ha dado lugar, en medio de la erupción de Seminarios, Jornadas y todo tipo de debates que viene motivando, a que en algunos ámbitos se haya presentado la cuestión laboral como uno de los aspectos no muy atendidos del proyecto.

Desde el punto de vista de la integración, este tipo de cuestiones pueden analizarse a partir de diversos ángulos, no siempre debidamente precisados. Existe así, en cuanto al empleo y a la circulación de personas, un tema a estudiar cuidadosamente, considerando la mano de obra como uno de los factores de producción, de la misma manera que, en lo que tiene que ver con la seguridad social, la importante transferencia de recursos que ella representa entre el sector de activos y pasivos, tiene que promover peculiares preocupaciones ante la posibilidad de que se haga extensiva por sobre fronteras nacionales.

El tema trascendental, de la integración, sin embargo, en materia socio-económica, entendemos que es el sistema de las relaciones de trabajo, en torno al cual parecería que se parte, en general, de un concepto casi subliminal en el que se presupone que la integración económica implica la uniformización de normas y regímenes laborales.

Y las cosas no son tan así.

EL proyecto del MERCOSUR plantea su problemática en dos tiempos: el de la transición y el de la realización final, por lo que, si bien es cierto que por una parte es ineludible plantearse claramente en qué ha de consistir, para cada área de actividad nacional, su régimen final de funcionamiento en un amplio mercado consumidor, no menos cierto es que se hace necesario también determinar previamente en qué medida esas condiciones finales han de diferir de las actuales, cómo deberán estructurarse y cuál deberá ser el camino a recorrer en la transición hacia las propuestas como objetivo final.

Hay que comenzar por señalar, pues, que en muchos aspectos, el proceso del MERCOSUR no tiene por qué implicar uniformidades, igualaciones o equiparaciones, sino que, por el contrario, en un gran mercado de libre circulación de bienes, servicios y factores de producción, han de persistir, y aún cultivarse, ciertas diferenciaciones. En ese sentido, además de los elementos estructurales o de muy lenta transformación —tales como la misma ubicación geográfica, la disponibilidad de recursos energéticos, las facilidades de almacenamiento y transporte—, otros factores propios de cada país tendrán que manejarse con inteligencia, como ventajas comparativas que habrán de jugar de manera decisiva a la hora de instalar o desarrollar las actividades productivas. Y es entre ellas que consideramos muy especialmente el sistema de relaciones laborales y su capacidad de funcionar eficazmente en coordinación con un régimen productivo de economía libre.

UNO de los elementos más positivos del MERCOSUR es que presupone, como fundamento de su éxito, la efectiva aplicación de los principios de la economía de mercado y el cambio que en tal sentido implica y habrá de requerir en las concepciones tradicionalmente estatistas, intervencionistas y paternalistas que han estado frenando el desarrollo.

Luego de finalizada la Segunda Guerra Mundial, pueden marcarse en la historia socio-económica de nuestro país dos grandes mojones: la reforma cambiaria y monetaria de fines de la década del cincuenta y la reforma financiera de principios de la década del setenta; aunque ambas contribuyeron efectivamente a implantar cambios cualitativos en la vida nacional, ninguna de ellas alcanzó resultados plenamente efectivos porque en ambos casos no se las acompañó de los cambios sustanciales requeridos por el sistema de relaciones de trabajo. Ahora, con el retardo de dos o tres décadas, es impostergable una reforma laboral capaz de introducir en el país modificaciones tan profundas, terminantes e irreversibles como las que resultaron de la reforma cambiaria y monetaria y la reforma del sistema financiero.

EN ese plano, parecería que en muchos ámbitos solamente se centran los objetivos de la política de relaciones laborales en la disminución de la conflictividad coyuntural, que es resultado casi exclusivo de la presión inflacionaria o en manejar la cuestión de las relaciones colectivas de trabajo como un asunto político que transcurre entre el sistema de gobierno y el campo sindical.

Eso puede estar bien pero con sólo eso no se solucionan los problemas, ya que la reforma laboral debe quedar directamente referida al manejo de las relaciones obrero-patronales como un asunto privado, sea en el nivel de empresa o de unidad pluriempresarial bajo condiciones operativas concordantes con la inserción de la economía del trabajo en la economía de mercado.

En un tipo de relaciones al cual es inherente la tensión de intereses, la posibilidad de conflicto abierto forma parte de las reglas de juego, por lo que su regulación solamente puede provenir de un adecuado sistema de relaciones colectivas. El sistema mismo, por lo tanto, tendrá que ser capaz de proveer los mecanismos de equilibrio de esos intereses en el plano colectivo, habilitando el marco jurídico para que sus propios agentes desenvuelvan libremente sus propias capacidades y habilidades negociadoras, a fin de alcanzar los pactos que consoliden temporariamente las posiciones de equilibrio en interés común.

EN el plano de las relaciones colectivas de trabajo, pues, han de ser los pactos privados colectivos y no ciertos sustitutos de la regulación intervencionista corporativa, los que aporten o contribuyan a la paz laboral. Para ello los convenios colectivos jurídicamente reconocidos, deben funcionar como un mecanismo de expresión plena de la autonomía contractual a nivel colectivo, desde la etapa misma de negociación hasta que se instrumenten las garantías de paz laboral, y no como instrumentos de dominio oligopólico del mercado de trabajo, compartido por los sindicatos obreros y patronales, a través del difuso instrumento de la "homologación", que solamente puede funcionar en una economía cerrada a la competencia.

En una época que asoma como de mayor plenitud para el libre funcionamiento de las relaciones económicas privadas y en una sociedad en que la injerencia del Estado y del gobierno puede volver a su cauce natural, nuestro país es —entre los del MERCOSUR—, el que está en mejores condiciones para establecer, mediante una verdadera reforma laboral, un eficaz sistema de relaciones de trabajo que puede llegar a constituir una de sus mejores ventajas comparativas.

No se puede desaprovechar esa oportunidad, por lo que habrá que aplicarse al estudio.

01.01

9108769

Nº
TITULO Cepal: "Vía Rápida" positiva
PROCEDENCIA LA HABANA
FECHA DE PROCEDENCIA 30-05-91
VINCULACIONES 12603
GATT 12599.

CEPAL considera "Vía Rápida" como positiva

E[redacted]oró favorablemente que el Congreso estadounidense haya aprobado la "vía rápida" para la tramitación de acuerdos de libre comercio en Latinoamérica.

"Para América latina es de vital importancia que continúen y lleguen a puerto seguro las negociaciones multilaterales en el seno del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT)", añadió Rosenthal.

El "fast track" o "vía rápida" para la tramitación de leyes o acuerdos internacionales en el Congreso estadounidense consiste en que una vez negociados y aprobados estos por la Administración, sólo deben someterse a una votación global de la Cámara que puede aceptarlos o rechazarlos en conjunto, pero no punto por punto. La utilización de la "vía rápida" fue solicitada por el Presidente estadounidense, George Bush, al Congreso de su país como extensión de los poderes especiales que le fueron concedidos.

Rosenthal indicó que la negociación entre Estados Unidos y México por una zona de libre comercio entra ahora en una etapa crucial, que marca "un hito en las relaciones interamericanas. La opción que ha elegido México de acrecentar sus vínculos con Estados Unidos no es contradictoria con la de fortalecer la integración latinoamericana", aclaró Rosenthal.

Destacó que México busca, simultáneamente, arreglos especiales con los países centroamericanos (Costa Rica, Honduras, Nicaragua, El Salvador y Nicaragua), Colombia, Chile y Venezuela. Opinó también que el modelo que sigue México en su negociación con Estados Unidos y Canadá, podría servir de precedente para otros países de la región. ■

01.01

9108770

DOCUMENTO

Treinta años de A.I.
Burgueda 150004
28.05.91
500576

Hoy Amnistía cumple treinta años de [illegible] internacional

Amnistía Internacional (AI) cumple hoy el 30 aniversario de su [illegible]. Un conmemoración que "no representa motivo de júbilo, sino de indignación, cuando durante treinta años y hoy más que nunca se hace imprescindible la presencia de un movimiento mundial dedicado a la protección de los derechos humanos".

El [illegible] aniversario de Amnistía Internacional encuentra a los más de 4.200 grupos de voluntarios trabajando en forma ininterrumpida en 70 países.

AI [illegible] con más de 1.100.000 miembros [illegible] y [illegible] en más países y [illegible] posibilitar una total independencia de todo gobierno, partido político, credo religioso o [illegible] por la [illegible].

La actuación de AI está basada en la Declaración Universal de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas, así como en otros convenios internacionales.

Los presos son para AI el centro de todas sus actividades realizadas en Africa, las Américas, Asia, Europa, Oceanía y Oriente Medio.

La organización [illegible] liberación de los presos de conciencia, es decir, de aquellas personas encarceladas en cualquier parte del mundo a causa de sus convicciones políticas o religiosas, color, sexo, origen étnico o idioma que no hayan recurrido a la violencia o abogado por la misma; propugna la realización de juicios expeditos e imparciales para todos los presos políticos y se opone [illegible] reservas a la imposición de la pena de muerte y a la tortura, y a toda pena o trato cruel, inhumano o degradante impuestos a cualquier categoría de presos.

Lo que comenzó como el llamamiento de un hombre horrorizado por la deplorable situación a que eran sometidos diariamente miles de seres humanos se convirtió en una organización internacional en continuo desarrollo.

AI no apoya ni se opone a ningún gobierno o sistema político como [illegible] apoya o se opone a [illegible] de los presos cuyos derechos se ocupa de proteger. Al margen totalmente de la ideología del gobierno o de las convicciones de las víctimas, AI se preocupa sólo de la protección de los derechos humanos en cada caso particular.

En su trabajo [illegible] tiene a la presentación imparcial y precisa de los hechos.

Las actividades de AI se basan en la investigación detallada de las denuncias de violaciones de los DDHH a través del Secretariado Internacional ubicado en Londres, donde más de 200 funcionarios de 40 nacionalidades [illegible] en el Departamento de Investigaciones analizando los informes llegados de diversas fuentes, que incluyen cientos de periódicos y revistas, boletines gubernamentales, transcripciones de emisiones radiofónicas, informes de abogados y organizaciones con fines humanitarios [illegible] como [illegible] y sus familias. También [illegible] [illegible] como [illegible] [illegible] como miembros [illegible] [illegible] como [illegible] [illegible] como [illegible] [illegible] como

RESERVAS DE ORO EN L.A. Y COMERCIO EXTERIOR.
LA MAÑANA
5/6/91
1/1/89
ALADI 12633-

Miércoles 5/6/91 la Mañana

Uruguay ocupa buena posición

Sostenido aumento en divisas fuertes y oro

Venezuela a la cabeza con 7.083 millones de DEG

El crecimiento del volumen de las reservas en divisas fuertes y oro fue sostenido durante los primeros meses de este año en algunos países de Latinoamérica y el Caribe, informó el Fondo Monetario Internacional (FMI).

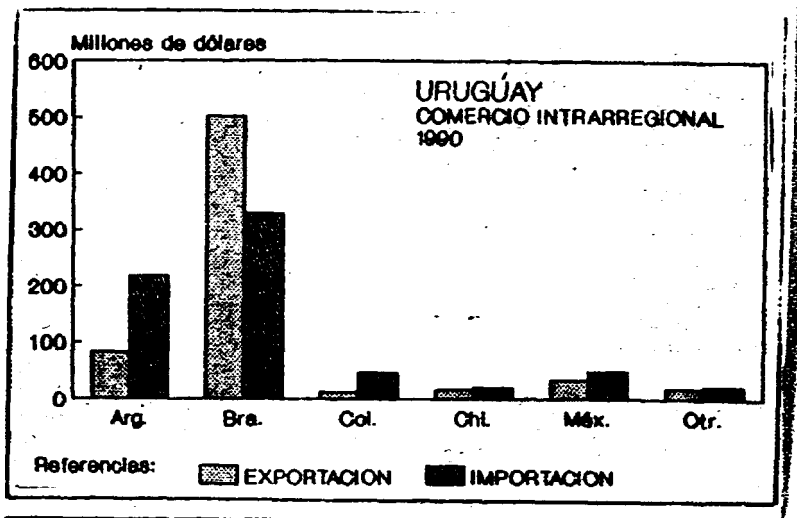
ENTRE las naciones del grupo de países latinoamericanos y caribeños, Venezuela se colocó a la cabeza por su volumen de reservas, 7.083 millones de Derechos Especiales de Giro (DEG), según el último número de Estadísticas Financieras Internacionales que edita mensualmente el FMI. Las estadísticas regionales muestran un aumento en las reservas de Colombia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala y Perú.

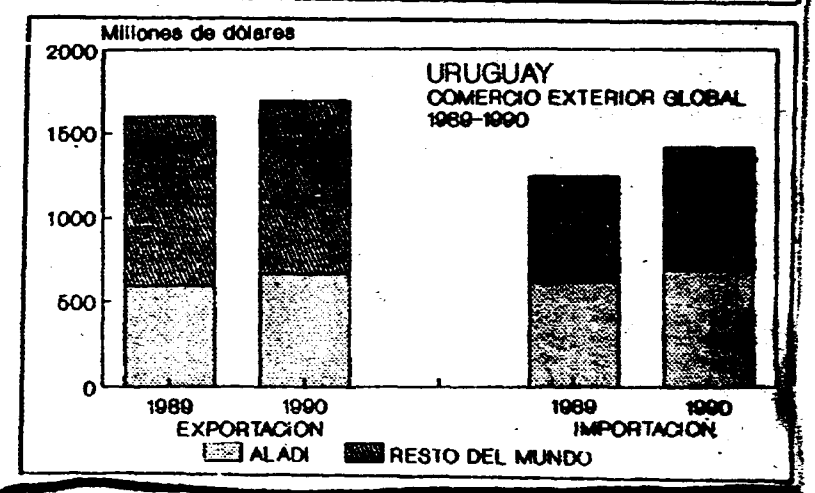
Cada "DEG", la moneda nominal empleada por el FMI, tuvo un equivalente de 1,34 dólares, según la cotización promedio del mes de abril.

La tabla regional sobre las reservas totales, expresada en millones de Derechos Especiales de Giro, registró, al concluir el mes de abril, lo siguiente:

Reservas en Países Latinoamericanos

Nación	Abril	Último dato
Argentina	—	3.089 (enero)
Bahamas	143	127 (marzo)
Barbados	73	88 (marzo)
Belice	—	49 (febrero)
Bolivia	—	158 (marzo)
Brasil	—	5.520 (febrero)
Chile	—	2.402 (1988)
Colombia	3.222	3.122 (marzo)
Costa Rica	471	411 (marzo)
Ecuador	—	605 (diciembre)
El Salvador	318	288 (marzo)
Granada	—	13 (diciembre)
Guatemala	456	362 (marzo)
Guyana	—	15 (marzo)
Haití	—	2 (diciembre)
Honduras	53	47 (marzo)
Jamaica	—	93 (setiembre)
México	—	7.394 (diciembre)
Nicaragua	—	—
Panamá	—	235 (febrero)
Paraguay	—	5 (marzo)
Perú	958	852 (marzo)
Rep. Dominicana	181	135 (marzo)
Trinidad Tobago	—	368 (marzo)
Uruguay	—	386 (marzo)
Venezuela	7.083	6.955 (marzo)





Ventajas comerciales

01.02 9108772

Positivo con el mundo, negativo en la región

Análisis de ALADI para los años 1989 y 1990

Mientras que con el "Resto del Mundo", Uruguay ha tenido un saldo favorable en su Comercio Exterior Global en los años 1989 y 1990, en el marco de ALADI ha sido negativo, según informe del Departamento de Información y Estadística de la Secretaría General de la ALADI.

EN 1989, con el "Resto del Mundo", nuestro país tuvo un saldo favorable de US$ 382:878, con ALADI tuvo una déficit de US$ 26:177. Por su parte en 1990, la situación se mantuvo incambiada, con los primeros hubo un saldo favorable de US$ 298:031 y con ALADI una reducción de 22:302.

Con el país que tenemos mayor desequilibrio en la balanza comercial dentro de la región es con Argentina (US$ — 112:929, en 1989 y US$ — 136.167, en 1990). Por su parte con Brasil es con quien mantenemos mayor superávit, (US$ + 112:355 en 1989 y US$ + 72:941 en 1990).

En el año 1989 también hubo superávit comerciales con Bolivia (US$ + 547); Colombia (US$ + 7.105), Ecuador (US$ + 550) y Perú (US$ + 1.854).

Negativos fueron además de Argentina, Chile (US$ —4.267); México (US$ — 22.167), Paraguay (US$ — 6.175) y Venezuela (US$ — 3.030).

En 1990 se cambiaron algunas de estas posiciones mostrando superávit Bolivia (US$ + 1.442), Ecuador (US$ + 424) y Perú (US$ + 4.716).

Negativos fueron Colombia (US$ — 34.969), Chile (US$ — 3.730), México (US$ — 17.081), Paraguay (US$ — 4.081) y Venezuela (US$ — 5.877). ■

02.02 9108772

Desaceleración temporal de la economía
LA MAÑANA
30/6/91
111 89

Recesión de países industriales afecta al mundo entero

Desaceleración temporal de la economía

Crecimiento disminuirá 1,25% en 1991

La tasa de crecimiento económico mundial disminuiría un 1,25% en 1991; en 1992 se produciría una recuperación que llevaría los valores al 3%, según la publicación del FMI Perspectivas de la economía mundial (PEM) de mayo de 1991, preparado por técnicos del Fondo. La desaceleración de 1991 se debería a la debilidad de algunas economías industriales, a una nueva disminución del producto en el Oriente Medio y Europa Oriental y a la depresión imperante en la URSS.

LA desaceleración prevista para 1991 sigue a la registrada entre 1989 y 1990, en que la tasa de crecimiento económico mundial bajó del 3,25% al 2%. En 1991 la recuperación de varias grandes economías industriales y el crecimiento más vigoroso de cierto número de economías en desarrollo, sentarían las bases de la recuperación prevista para 1992.

Jacob Frenkel, Consejero y Director del Departamento de Estudios del FMI dio a conocer el informe el 24 de abril.

La recisión de los países industriales afecta al mundo entero

La situación cíclica de los grandes países industriales sería muy heterogénea. En 1991 el productor crecería levemente en Estados Unidos, y disminuiría en el Reino Unido y Canadá. No obstante, en esos países se iniciaría la recuperación en el presente año y en 1992 se produciría un considerable crecimiento económico. En Japón y en Alemania Occidental (el territorio de la antigua República Federal de Alemania) el ritmo de crecimiento económico seguiría siendo bastante vigoroso, aunque no tanto como en 1990.

En los países industriales volvería a acelerarse el crecimiento económico, cuya tasa pasaría del 1,25% (1991) al 2,75% (1992), lo que se debería principalmente a la recuperación económica de Estados Unidos y Canadá y el Reino Unido. Tras haber aumentado en los dos años anteriores, el ritmo de incremento de los precios al consumidor se modería en 1991-92, en gran medida como consecuencia de la disminución del precio del petróleo y del exceso de capacidad existente en varios países industriales.

En cuanto a los países en desarrollo, la desaceleración de 1990 y 1991 obecedería principalmente a la disminución continua del producto en Europa Oriental y el Oriente Medio. No obstante, finalizado ya el conflicto de esta última región, y dando por supuesto que cierto número de países ejecuten exitosamente programas de estabilización y de reforma estructural, se recuperaría el crecimiento económico en el mundo en desarrollo, llegándose a una tasa del 3,5% en 1992.

En 1990 se redujeron nuevamente los desequilibrios de la balanza en cuenta corriente en los tres principales países industriales, lo que puede atribuirse a la evolución anterior de los tipos de cambio, a diferenciales de crecimiento económico y, en cuanto a Alemania y Jajón, el alza del petróleo. En 1991, los pagos de transferencias efectuados para cubrir en parte el costo de las operaciones bélicas del Oriente Medio determinarán una considerable reducción del déficit de la balanza en cuenta corriente de Estados Unidos y del superávit de la balanza de pagos de Alemania y Japón. La disminución del déficit de la balanza en cuenta corriente de Estados Unidos, cuyo monto será de US$ 61.000, según se prevé, se deberá también a las repercusiones tardías de la variación de los tipos de cambio y de la divergencia de las posiciones cíclicas. Esos mismos factores, aunados al aumento de la importación debido a la unficación, determinarían una disminución -de US$ 35.000 millones- del superávit de la balanza de pagos de Alemania.

Ese superávit aumentaría en 1992, en gran medida al reducirse el estímulo provocado por la unificación. Según el informe, en 1992 el déficit de la balanza en cuenta corriente volverá a su nivel de 1990, lo que reflejará en parte la disminución de los diferenciales internacionales de crecimiento económico, así como el supuesto técnico adoptado a los efectos del estudio, de que no variarán los tipos de cambio reales.

Según se prevé, el superávit de la balanza en cuenta corriente de japón aumentará un tanto en 1991-92, cuando mejore la relación de intercambio, debido principalmente a la disminución del precio del petróleo; en cifras reales, el superávit se reducirá levemente en 1991 y en 1992. El déficit agregado de la balanza en cuenta corriente de los países industriales se reduciría de US$ 111.000 millones en 1990 a US$ 108.000 millones en 1992.

Europa Oriental y la URSS

Según PEM, en la mayor parte de Europa oriental y en medida algo menor en la URSS, se admite en general, desde hace poco tiempo, la necesidad de establecer economías de mercado.

En la mayor parte de los países se padecieron graves perturbaciones económicas debido al colapso de gran parte del antiguo sistema de planificación centralizada y al hecho de que recién se están elaborando mecanismos de coordinación basados en el emrcado. Además, para adaptar los precios relativos a los precios del mercado mundial se requiere, en general, reestructurar las empresas y el sector industrial, lo que si bien a la larga determinará una asignación más eficiente de los recursos, tenderá a provocar considerables pérdidas de producción y empleo a corto plazo.

En 1990 los pagos de los países de Europa oriental y la URSS se vieron afectados poderosamente por la disminución del volumen del comercio intrarregional, la expansión del comercio con la zona de las monedas convertibles y la evolución del precio del petróleo. Se preve que el déficit agregado de la balanca en cuenta corriente de esos países llegue a unos US$ 10.000 millones en 1991 y a US$ 11.000 millones en 1992.

Perspectivas mundiales

	1990	Proyecciones 1991	Proyecciones 1992
	(Variación porcentual anual)		
Producción mundial	2,1	1,2	2,9
Países industriales	2,5	1,3	2,8
Estados Unidos	1,0	0,2	2,7
Japón	5,6	3,6	3,9
Alemania (occidental)	4,5	2,8	1,9
Países en desarrollo	0,6	0,8	3,4
África	1,9	2,0	4,8
América	–1.0	1,0	3,3
Asia	5,3	5,0	5,2
Europa	–2,9	–3,5	–1,7
Oriente Medio	–1,5	–3,3	8,5
Partidas informativas:			
Europa Oriental[1] y la U.R.S.S.	–3,8	–4,1	–2,2
Europa oriental	–8,6	–1,3	2,6
Economías de reciente industrialización de Asia[2]	6,8	5,7	5,8
Volumen del comercio mundial	3,9	2,4	5,5
Precios de los productos básicos			
Petróleo[3]	28,3	–22,1	4,0
Productos no petroleros[4]	–7,9	–2,7	3,2
Precios al consumidor			
Países industriales	4,9	4,8	3,9
Países en desarrollo	90,5	40,9	18,8

Nota: Se supone que los tipos de cambio efectivos reales no varían con respecto a su nivel de mayo de 1991, salvo los tipos de cambio mutuos de las monedas del mecanismo cambiario europeo, cuyo nivel mutual se supone constante.

[1]Bulgaria, Checoslovaquia, Hungría, Polonia, Rumania y Yugoslavia.
[2]Corea, Hong Kong, Singapur y la provincia china de Taiwan.
[3]Promedio simple del precio al contado en dólares de EE.UU. del petróleo crudo Brent del Reino Unido, Dubai y Variante Norte de Alaska; supuestos correspondientes a 1991 y 1992.
[4]En dólares de EE.UU., sobre la base de ponderaciones del comercio mundial.

Datos: FMI, Perspectivas de la economía mundial, mayo de 1991.

ENTRADO
CRUZADO

01 . 02
9108773

Los países industriales a mediano plazo

El ritmo de crecimiento del PBI real de los países industriales, actualmente lento, se recuperará, alcanzándose una tasa media del 2,75% en 1991-96, es decir un nivel cercano al promedio de los dos ciclos económicos más recientes (1974-79 y 1980-90), pero considerablemente menor al del período posbélico anterior.

En la mayor parte de los países industriales los programas de consolidación fiscal iniciados en los años '80 seguirían aplicándose en la presente década. Se prevé que el uso neto de ahorro por parte del sector público, como proporción del PBN, se reducirá en los grandes países en que los déficit del sector público son relativamente grandes -Alemania occidental, Canadá, Italia y estados Unidos- y en Japón, en que el promedio de edad de la población aumentará aceleradamente, según se prevé, en la segunda mitad de la presente década.

En el mundo industrial, las corrientes de ahorro nacional y extranjero servirán de respaldo al incremento de la tasa agregada de inversión, que pasará de un 21% del PBN en los años '80 al 22% del PBN en 1991-96. No obstante, el nivel seguirá siendo inferior al logrado en los años '60 y 70, lo que también sucederá en la mayor parte de los países, individualmente considerados.

Aunque el ahorro y la inversión nacionales se reforzarían en los países industriales a mediano plazo, no puede afirmarse que la mejora valya a ser suficiente. La relación entre el ahorro y la inversión de los países industriales varió en los últimos 20 años, como lo pone de manifiesto el creciente déficity agregado de la balanza en cuenta corriente. En el período 1991-96 esa tendencia sólo se rectificaría en muy pequeña medida.

En PEM se llega a la conclusión de que a los efectos de atender las continuas necesidades de capital de los países en desarrollo y de Europa oriental, así como las necesidades adicionales creadas por la labor de reconstrucción de Kuwait e Iraq, sin provocar un aumento excesivo de las tasas de interés mundiales ni desalojar la inversión en otras regiones, puede requerirse un incremento del ahorro -especialmente del ahorro público- en los países industriales.

Perspectivas de los países en desarrollo

Aunque algo se ha avanzado en lo referente a la ejecución de la estrategia de la deuda y de medidas de reforma de la política económico interna, aún preocupa la situación económica de muchos países en desarrollo endeudados. En PEM se sostiene que a muchos países muy endeudados les sigue siendo difícil obtener resultados económicos satisfactorios debido a la combinación de inestabilidad macroeconómica, rigideces estructurales e ineficiencia, y que el costo del servicio de la deuda absorbe una proporción considerable del ingreso tributario y del ingreso de divisas de esos países.

De las proyecciones básicas a mediano plazo del PEM con respecto a los países en desarrollo se desprende que pueden lograrse resultados considerablemente mejores en materia de crecimiento económico, pero sólo si mejora la inversión.

Dada la importancia, a mediano plazo, de que aumente el ahorro y la inversión, se pasa revista a la evolución histórica de los países en desarrollo, centrándose la atención en la interrelación entre crecimiento económico, inversión y ahorro interno y externo.

De un análisis de los resultados de países en desarrollo seleccionados en lo referente al ahorro y la inversión ante y después del comienzo de la crisis de la deuda se desprende que las diferencias relativas a la inversión obedecieron en mayor medida a la variación de las tasas de ahorro interno que a la evolución del financiamiento externo. Tanto en 1975-82 como en 1983-90 en los países en que la tasa de ahorro nacional era alta tendieron a registrarse tasas de inversión más elevadas, un crecimiento económico más acelerado y una menor inflación, y se recurrió en menor medida al financiamiento externo. También fue más baja la relación entre deuda y exportación y, en general, esos países estuvieron menos propensos a padecer dificultades de atención del servicio de la deuda en los años '80.

En PEM se hace hincapié en la importancia del ahorro interno como fuente de acumulación de capital, señalándose que en algunos casos es conveniente complementar las fuentes internas con financiamiento externo. No obstante, no puede afirmarse que una mayor disponibilidad de financiamiento (interno o externo) determine el incremento de la inversión. Surtirá los efectos más favorables posibles el aumento del financiamiento externo si se conjuga con la aplicación de medidas encaminadas a combatir los factores que dificultan la inversión, como la inestabilidad macroeconómica o política, las distorsiones estructurales, la carga de la deuda externa o un entorno externo desfavorable. ■

Comercio europeo: sube

LAS reformas económicas emprendidas por la URSS y los países del Este de Europa aumentarán las exportaciones de Europa Occidental, pero afectarán negativamente a las naciones en desarrollo e impulsarán una subida de las tasas de interés bancario, según un estudio publicado en Washington.

El trabajo, elaborado por los profesores de Economía de la Universidad de Harvard Susan Collins y Dani Rodrik, indica que las nuevas economías de mercado de Europa, como las califica, duplicarán su participación en el comercio mundial en los próximos diez a veinte años si los países industriales les permiten acceder a sus mercados.

Este proceso se asemejará al crecimiento comercial de los nuevos países industrializados del Este de Asia registrado en los últimas dos décadas, indica el estudio publicado por el 'Institute for International Economics', organización privada con sede en Washington dedicada al estudio de las tendencias económicas mundiales.

Las conclusiones del trabajo, según sus autores, se basan en el estudio de las tendencias comerciales que habrían seguido la URSS y los países del Este de Europa tras la primera guerra mundial tomando como modelos las desarrolladas por países como España, Portugal, Grecia, Alemania, Finlandia o Austria.

El estudio indica que la liberalización de las economías de Europa Oriental se caracterizará por una fuerte reorientación de su comercio, desviándose de la Unión Soviética, como era tradicional hasta ahora, hacia Europa Occidental. ■

02 02 9108773

150074
210591
11204
10033

CLARIN ★ Buenos Aires, Martes 21 de mayo de 1991

EN EL CEMENTERIO JUDIO DE BERAZATEGUI Y CERCA DE LOS TRIBUNAL

Pintadas nazis amenazan a j que investigan las profana

En las paredes del cementerio judío de Berazategui y cerca de los Tribunales de Quilmes aparecieron ayer a la madrugada pintadas antisemitas y amenazas a los jueces que investigan la profanación de 111 tumbas. Las amenazas se hicieron extensivas, vía telefónica, a uno de los secretarios de un juzgado.

Ayer por la madrugada, las paredes del cementerio judío de Berazategui dejaban ver cruces esvásticas de colores e inscripciones que rezaban: **Viva el nacionalismo; ¡Viva Hitler!; ¡Jueces cuídense! y Volveremos y ustedes serán jabones.** En un extremo del paredón del camposanto los anónimos escribas garabatearon una expresión de deseos: **Llenémoslo.** Ciento once tumbas del cementerio de Berazategui habían sido profanadas el 28 de abril.

En tanto, los muros de las barriadas de Quilmes y Florencio Varela lucieron graffitis similares. A cinco cuadras de los Tribunales, la esquina céntrica de Hipólito Yrigoyen y Paso amaneció ayer con una cruz esvástica y la leyenda **Mein Kampf**, que los conocedores del alemán y de otras cosas saben que quiere decir **Mi lucha.** En la misma pared podía leerse: **Pagarán caro los jueces que defienden a los judíos.** Las nuevas pintadas antisemitas recibieron la respuesta del titular de la DAIA, **David Goldberg** (véase recuadro).

En el mismo sentido, trascendió que el doctor **Ariel Villar**, secretario del juez en lo criminal Nº 2 de Quilmes, **Rubén Darío Sánchez**, fue amenazado en su casa durante la madrugada de ayer.

—**Acordate que vas a ser boleta** —le habrían susurrado por teléfono.

El Juzgado Nº 2 se ocupa precisamente de la causa de las amenazas al juez **Orfeo Maggio**, a cargo hasta el viernes pasado de la investigación sobre la profanación de las tumbas.

♦ La Policía aclara

Por su parte, la Policía provincial aclaró que el detenido **Enrique Kesseler** "no perteneció ni pertenece a las filas de esa institución policial", aunque reveló que "se investiga la probable conexión de Kesseler con el ex comisario **José Félix Madrid**, recientemente exonerado de la Policía, a raíz de delitos cometidos".

El otro detenido por esta causa, **Horacio Antonio Carrandi**, también tenía sus conexiones: durante el año 1985 formó parte del grupo de tareas que se configuró en el Ministerio de Defensa para investigar el secuestro del empresario **Osvaldo Sivak**, el mismo grupo que terminó por extorsionar a la familia de la víctima.

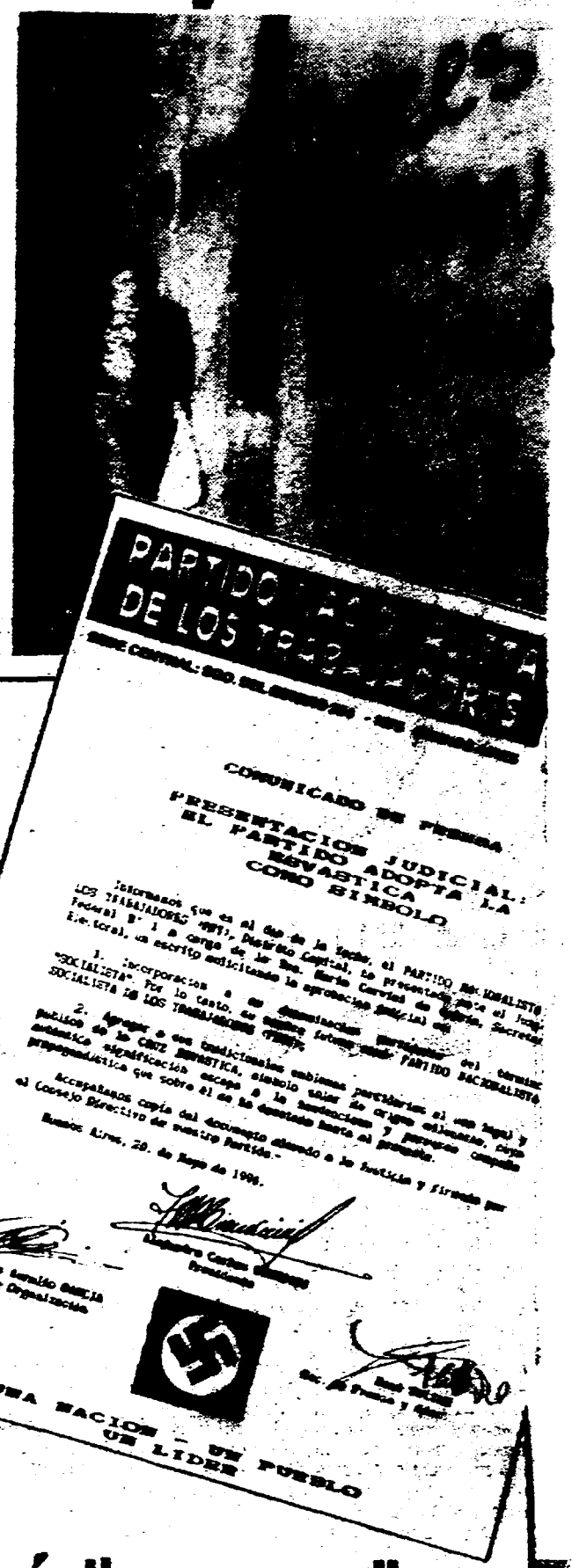
El juez Orfeo Maggio reconoció, cuando Carrandi fue detenido, que este había sido miembro del servicio de inteligencia del Ejército hasta febrero de 1986. El ahora ya varias veces amenazado doctor Maggio reveló a Clarín que "la hipótesis de las barras bravas son conjeturas y que el comisario Madrid (José Félix) y Carrandi no son procesados ni imputados ni testigos: sólo están nombrados en la causa".

Maggio se declaró incompetente en la causa el viernes último, por considerar que la ley 23.592, que castiga la discriminación racial, plantea una pena que excede por completo la que podría determinar su juzgado en lo Correccional. De modo que, luego de comunicar su decisión a los dos detenidos y de levantarles la incomunicación, el magistrado pasó las actuaciones al juez en lo Criminal número uno de Lomas de Zamora, **Carlos Armando Rousseau.**

"Este es un acto de grandeza de un juez —reflexionó ayer—; porque lo hice antes que me lo planteara nadie. Yo tomé las medidas urgentes: asistí al allanamiento, llevé los detenidos hasta el patrullero para resguardar su integridad y luego me autodeclaré incompetente para que no me declaren la nulidad de las actuaciones.

—¿Tiene miedo, juez Maggio?

—No. Seguiría la causa hasta las últimas consecuencias. Mi único miedo es no hacer justicia. Mi único interés es que esto se aclare si los detenidos son culpables, quiero que se los condene si son inocentes, que salgan en libertad.



Las pintadas antisemitas aparecieron ayer a la madrugada. Amenazan a los jueces que investigan la profanación de tumbas judías en Berazategui.

Esvástica y repudio

Ayer, **Alejandro Biondini** y los otros miembros del **Partido Nacionalista de los Trabajadores** resolvieron incorporar como **emblema de su agrupación la cruz esvástica.**

Además, decidieron cambiar la denominación de su partido por la de **Partido Nacionalista Socialista de los Trabajadores.** Las dos modificaciones fueron comunicadas en una nota a la jueza federal con competencia electoral **María Romilda Servini de Cubría.**

Para **David Goldberg**, presidente de la **Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA)**, este es un "**acto de provocación, una expresión más de desafuero, de burla a las concepciones democráticas de los argentinos**". El dirigente expresó también que le gustaría "que alguien hiciera el esfuerzo de que **Biondini** se dé cuenta, si puede, de que **la esvástica es el agravio más grande que se le puede hacer a un judío y a cualquier ciudadano que comprenda el crimen que representó el nazismo.**"

Goldberg señaló que su agrupación **repudia las pintadas callejeras antisemitas aparecidas ayer y valora "la valentía de nuestros jueces", y se mostró optimista con las investigaciones que se están realizando sobre la profanación de las tumbas del cementerio judío de Berazategui.**

VINCULO ASUNTOS 11204

ENTRADO

Domingo 12 de mayo de 1991

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Un foco de dirección para la solución argentina de los problemas argentinos

Director: Ernestina Herrera de Noble

Pol. sec. tr. sem

Un repudiable brote antisemita

LA profanación de más de un centenar de tumbas en el cementerio judío de Berazategui durante la noche del 27 de abril, si bien reviste el carácter de hecho aislado e infrecuente, seguramente obra de un reducido grupo de desequilibrados, implica, como se dijo durante el acto de desagravio realizado días después, "un llamado de atención que no puede ni debe pasarse por alto".

La historia de la población argentina deja enseñanzas que están profundamente arraigadas en nuestra idiosincrasia.

Un país extenso, rico en dotación natural y múltiple en su geografía y climas como lo es el nuestro, necesitó para crecer del ingreso y el aporte del trabajo de las diferentes colectividades que se afincaron en él.

La inmigración, en sus diferentes modalidades y orígenes, fue modelando el perfil del hombre argentino que, desde sus rasgos hasta su carácter, tiene todavía hoy muy cerca a sus antecesores venidos desde otras latitudes. Y trasunta esos rasgos.

Todas esas presencias disímiles en la vida cotidiana de los diversos ámbitos de la Patria, con su asimilación al medio, con su esperanza de crecer y desarrollarse en el nuevo mundo, con su ejemplo de esfuerzo y laboriosidad, dieron origen a una tradición de tolerancia, fraternidad y brazos abiertos para con el inmigrante.

Por otra parte, las distintas dirigencias que se han sucedido en la conducción del país, aun con diferencias sustanciales en sus planteos, han coincidido siempre en promover las metas de unidad nacional y de solidaridad entre todos los sectores, con conciencia de que el avance del país en todo terreno requirió y requiere de la labor conjunta de sus habitantes.

En los vaivenes de la historia local, como en la de todo país en formación, hubo períodos caracterizados por diferentes modalidades de intolerancia y discriminación, particularmente en lo social, pero esos lapsos y su secuela no han echado raíces en la actitud del hombre argentino que es, por naturaleza, espontáneamente receptivo, solidario, abierto, permeable.

Prueba de esa mentalidad y de esa tradición integradora es la base doctrinaria que surge de la Asamblea del año 1813 y quedó establecida en la propia Constitución Nacional, así como en la legislación posterior y corroborada y convertida en norma precisa actual por la ley contra la discriminación, vigente desde 1988. Ella sistematiza y establece niveles de punición para todo acto que contradiga lo que es su base de conducta secular entre nosotros.

Desde uno y otro extremo no se han dado en la Argentina fenómenos, fácilmente perceptibles en otras colectividades, como son el rechazo de sectores por su raza o su religión ni el enquistamiento de núcleos poblacionales encerrados y apegados a sus tradiciones o creencias, al punto de constituir barreras. Por el contrario, los inmigrantes de uno u otro origen han adaptado rápidamente su naturaleza en interacción con la nuestra y han pasado a formar parte del conjunto heterogéneo de la población, respetuosa y tolerante para con credos y razas.

Solo esa aceptación de la unidad, la solidaridad y la integración de "todos los habitantes que quieran habitar el suelo argentino", es capaz de motorizar el esfuerzo común necesario para el crecimiento del país, para su posibilidad de alcanzar —más allá de tantas frustraciones y estancamientos— las metas comunes de la modernización y el desarrollo.

El surgimiento esporádico de expresiones de intolerancia racial o religiosa o de sectarismos extremos no es otra cosa que un brote extemporáneo antipaís, en cuanto conspira no solo contra la convivencia actual sino también contra toda perspectiva de futuro.

Más allá del repudio espontáneo que genera un hecho anormal desde todo punto de vista como el que comentamos, debe tenerse muy en cuenta que intenta agredir a la colectividad judía, especialmente sensibilizada en todo el mundo a través de una larga sucesión de persecuciones violatorias de la condición humana. Una agresión que los argentinos sentimos en carne propia, porque nuestros son los valiosos aportes de trabajo, intelectuales, artísticos, espirituales y de todo orden con que la comunidad judía ha contribuido a la edificación del país, afincándose fraternalmente en nuestra naturaleza de pueblo integrado e integrador.

Tal como decíamos seis años atrás en esta columna con motivo de un suceso similar, "hechos como este desbordan los límites de cualquier especulación política para constituir una afrenta a los principios mismos de nuestra nacionalidad".

DOCUMENTO
TITULO: Se reune agro del Cono sur
FUENTE: CLARIN
FECHA DE RECEPCION: 07-06-91
VINCULACIONES: 19781
10033

Se reúne el agro del Cono Sur

clarin 7/6/91

Los presidentes de asociaciones de productores agropecuarios de la Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay comenzarán hoy en Buenos Aires una reunión de dos días para analizar los avances de la integración agrícola regional y formular sus reclamos e inquietudes.

Las deliberaciones comenzarán en la sede de la Confederación Cooperativa Agropecuaria (Coninagro), para trasladarse mañana por la mañana a la de Confederaciones Rurales y, por la tarde, a la Sociedad Rural.

Estas tres entidades, junto con la Federación Agraria Argentina (FAA), convocaron a sus pares de los países que participan en el denominado Consejo Consultivo de Cooperación Agrícola de los Países del Area Sur (Conasur), formado inicialmente por los ministros de Agricultura de los cinco países y al que el sector privado se sumó protagónicamente desde la última reunión en Viña del Mar, Chile, en abril pasado.

Con el propósito de participar más activamente en el proceso de integración agropecuaria impulsado por los gobiernos de la región, las entidades empresarias formaron una asociación regional en febrero pasado.

Según indicaron fuentes del sector privado, en las deliberaciones ocuparán un lugar central problemas como las ofertas de trigo y arroz subsidiados por los Estados Unidos a Brasil, y el estancamiento de las negociaciones en el GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio).

ENTRADO ✓
CALC ✓

01.01 9108776

91 08777
TITULO: La encíclica y países ricos
PERIODICO: CLARIN
FECHA DE PUBLICACION: 28-05-91
VINCULACIONES: 500777

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 28 de mayo de 1991

La encíclica "Centesimus annus" y la relación con los países poderosos

El Sur también existe

Por Ignacio Palacios Videla

"Es necesario encontrar modalidades de reducción, dilación o extinción de la deuda externa... No es lícito pretender su pago, cuando éste vendría a imponer de hecho opciones políticas tales que llevaran al hambre y a la desesperación a poblaciones enteras."

He elegido este párrafo tan concreto de la última encíclica de Juan Pablo II por dos razones:

1) Nos viene como anillo al dedo a los argentinos, quienes todavía no hemos logrado enterarnos de dónde salió y qué destino tuvo una gran parte de nuestra fabulosa deuda externa.

2) La denodada intención del Papa de seguir defendiendo al Tercer Mundo (o al Sur), terminologías que conserva a pesar de la estrepitosa caída del llamado "Segundo Mundo".

Pero existe todavía una razón de mayor peso. El motivo central de la encíclica es el mencionado espectacular derrumbe de los sistemas de "socialismo real" vigentes en Europa del Este.

La aceptación de la economía de mercado (por su demostrada eficiencia) ha llevado a algunos intérpretes superficiales a exaltar la encíclica como una reivindicación del capitalismo liberal, sin reparar en el abismo que separa a una del otro.

¿Dónde queda el paraíso?

Esta errónea actitud de triunfalismo neoconservador tiene parte de su origen en la falsa profecía de Francis Fukuyama, el economista que en 1989 anunció el "fin de la historia", que quedaría congelada en las formas de las modernas "democracias capitalistas" desarrolladas, a modo de inapelable paraíso terrenal.

Según el Papa, los "paraísos terrenales" prometidos por las ideologías no existen, ni el de la "sociedad del bienestar" del capitalismo occidental ni el de la sociedad "perfectamente igualitaria" que propone el "capitalismo de Estado" marxista. Y eso porque, para el cristianismo, el desarrollo de la historia es un permanente proceso de marchas y contramarchas, donde se mezclan el bien y el mal. Pero la historia significa, sin embargo, un desafío de transformación y avance continuos, conducidos por la libertad del hombre, para que tanto cada persona humana cuanto cada pueblo alcancen una calidad de vida y una perfección crecientes mediante la vigencia de la solidaridad. De allí que la lucha por la justicia individual, social e internacional constituya un mandato ineludible.

La atenta lectura de la encíclica nos muestra con meridiana claridad que el mercado, la propiedad privada y la empresa capitalista se hallan condicionados, acotados y enmarcados por una multitud de limitaciones que surgen del papel del Estado como agente del bien común, de la interacción de las numerosas asociaciones intermedias de la sociedad y de los derechos humanos. Es que aquellos mecanismos valen solo para el campo de la economía y en la doctrina social cristiana rige una triple e invariable jerarquía de valores: la economía está subordinada a la política y la política a la ética en función de un fin axiológico último que es la dignidad de cada hombre y de cada pueblo (hay bienes y servicios que están fuera del mercado).

De ahí que Juan Pablo II no haya dejado de señalar las lacras del capitalismo occidental, comenzando por el famoso consumismo, que trastrueca las prioridades y los valores de las reales necesidades humanas; pero también el sistema internacional de comercio, hipotecado por el proteccionismo y el creciente bilateralismo, el sistema monetario y financiero mundial, la cuestión de los intercambios de tecnologías y su uso adecuado, la deficiente estructura de los organismos internacionales.

He aquí la razón profunda por la cual Juan Pablo II dedica largos párrafos de su encíclica a la "terrible situación del Tercer Mundo", condenando sin atenuantes la persistencia del hambre, el analfabetismo, la pobreza, el desempleo, la enfermedad y, en fin, el subdesarrollo sin perspectivas de solución. Juan Pablo II es plenamente consciente de la diferencia abismal entre el capitalismo desarrollado de la opulencia y el capitalismo periférico del Sur.

Según el Papa, cada pueblo es "artífice de su propio destino" y "soberano de su propia suerte". Pero ello no será posible mientras el mundo desarrollado no abandone actitudes de egoísmo, cambiando las reglas del orden económico internacional y decidiéndose de una vez por todas a ayudar e invertir en el Tercer Mundo, el cual debe conseguir, a su vez, condiciones de estabilidad política y económica que hagan posible esa ayuda.

Sucede, por otra parte, que en un mundo cada vez más interdependiente, el imperialismo de los países desarrollados (la terminología es de Juan Pablo II) es una realidad cruel que, a través de mecanismos sutiles y no tan sutiles, impide el legítimo desarrollo de los países pobres. La dependencia, paradójicamente, sigue existiendo y ella no permite a los pueblos en vías de desarrollo aspirar a una mejor calidad de vida y alcanzar su propia identidad.

Las rotundas afirmaciones de la encíclica entrañan para los argentinos una profunda lección. En este mundo interdependiente las relaciones con los poderosos deben ser simétricas, igualitarias y soberanas. Ellas no son remplazables por un seguidismo obsecuente, que retrotrae esas relaciones a las que existían en el "capitalismo salvaje" entre "patrones y obreros": las de un "yugo casi servil" o "semiesclavitud". Obedecer al pie de la letra cada una de las grandes o pequeñas exigencias de los que mandan en el mundo no nos ha servido de nada. Menos todavía asumir conductas serviles por propia iniciativa.

Juan Pablo II nos estimula a tomar el destino en nuestras propias manos y nos recuerda algo que la actual moda neoconservadora que recorre el mundo tiende a hacer olvidar: el Sur también existe.

Ignacio Palacios Videla es periodista y abogado.

91 08777

NO. DOCUMENTO
TITULO Cortes del Cono Sur
PROCEDENCIA EL PAIS
FECHA DE PROCEDENCIA 30-05-91
VINCULACIONES 12781

F-2

Jerarquía argentina visitó nuestro país

Cortes del Cono Sur se reúnen en agosto

El MERCOSUR será uno de los temas a analizar

La Suprema Corte de Justicia, presidida por el Dr. Armando Tomassino, recibió ayer la visita del Vicepresidente de la Suprema Corte de Justicia de la República Argentina, Dr. Rodolfo Ibarra. El encuentro protocolar, permitió seguir discutiendo temas relativos a la organización de una reunión de Cortes del Cono Sur que se llevará a cabo entre el 7 y 9 de agosto y de la que habrán de participar Uruguay, Brasil, Paraguay, Bolivia, Argentina y casi con seguridad también Chile.

LA MAÑANA abordó al Dr. Ibarra quien estuvo reunido por espacio de 20 minutos con las altas autoridades de la justicia uruguaya. Al cabo del encuentro le preguntamos cuál había sido el tema encarado, señalando que "estuvimos analizando algunos aspectos relativos a la organización de una reunión de Cortes del Cono Sur, la que habrá de celebrarse entre el 7 y 9 de agosto y que contará con la participación de las autoridades judiciales de Uruguay, Paraguay, Brasil, Bolivia, Argentina y Chile".

—¿Cuál es el fin que se persigue con dicho encuentro?

—"Se procura discutir temas relacionados con la integración regional, sobre todo tomando en cuenta el comienzo del Mercado Común del Sur y la relación jurídica que existe entre las naciones que integrarán este proceso. Además se analizará la situación de las Cortes frente a la Corte Internacional de Derechos Humanos, entre otros temas".

01 . 01 9108778

TI: Zonas Francas en Mercosur
PUBLICACION: Ocus Financiero
FECHA DE PUBLICACION: 03-06-91
VINCULACIONES: p 27 y 31

PANORAMA DEL URUGUAY

Las Zonas Francas deben ser contempladas en el Mercosur

Escribe
Alvaro Mastrolanni
Ex director de Zonas Francas

En la evolución de las Zonas Francas en el Uruguay son fácilmente distinguibles tres etapas perfectamente demarcadas.

La primera de ellas abarca el período comprendido entre la creación del régimen de Zonas Francas por la Ley N° 7593 del 20 de junio de 1923 y la promulgación de la ley vigente N° 15.921 del 17 de diciembre de 1987.

Aquella primera ley estableció un régimen de explotación y administración privada de las Zonas Francas, luego sustituido en la Ley N° 8739 del 15 de julio de 1931 por el de explotación y administración directa del Estado, sistema vigente durante todo el período referido.

Asimismo se estableció como objetivo principal la instalación de fábricas y establecimientos industriales.

La realidad demostró que tal objetivo estuvo muy lejos de alcanzarse, ya que únicamente se instalaron, principalmente en la Zona Franca de Colonia, unos pocos usuarios con el fin de realizar actividades comerciales de depósito, con una total carencia en lo que tiene relación con la infraestructura y servicios necesarios e imprescindibles para el desarrollo de su actividad.

Una segunda etapa la ubicamos desde la Ley N° 15.921 hasta la finalización de la anterior administración de gobierno.

Durante el período de gobierno del doctor Julio María Sanguinetti (1985/1990), sostuvimos en diversas oportunidades que el cambio y consecuente desarrollo de las Zonas Francas debía apoyarse en tres pilares fundamentales: una ley adecuada a la realidad económica mundial, infraestructura edilicia y de servicios mínimos esenciales y una efectiva promoción.

Con la Ley N° 15.921 y su reglamentación, se dotó al sistema de un excelente marco jurídico, que inició el modelo privatizador y desmonopolizador que el actual gobierno pregona; comparativamente más atractivo que otros regímenes, por la amplitud de sus estímulos y garantías que ofrece al inversor.

Asimismo, la promulgación de la ley significó que otros países con Zonas Francas adoptaran como modelo nuestra propia ley.

Durante dicho mandato se realizaron obras de mejoramiento de la infraestructura existente y se amplió al máximo el terreno disponible en la Zona Franca de Colonia.

• Promoción

En forma concomitante se efectuó una promoción amplia en el exterior a través de nuestras representaciones diplomáticas y consulares, con visitas personales a diversos países en donde se brindó un número muy importante de charlas y conferencias y se entregó abundante material escrito de propaganda. Esta promoción, hasta si se quiere agresiva, dio como resultado que en poco tiempo se agotó la disponibilidad de predios en Colonia.

Las bondades del régimen vigente, acompañadas de las obras necesarias, así como de una efectiva promoción, dio como resultado que al finalizar el período se hubiere triplicado el número de usuarios y mucho más el movimiento de bienes y personas en las Zonas.

Esta expansión marca el inicio del cambio de las Zonas Francas de netamente comerciales a industriales destinadas principalmente a la exportación.

Una mención especial merece la instalación de una empresa industrial multinacional en la Zona Franca de Colonia por lo que ello significa, no sólo por la inversión en sí misma, sino como instrumento de promoción internacional.

Al finalizar esta etapa nos encontramos ya en el inicio del cambio que pregonábamos y con dos proyectos de instalación de Zonas Francas privadas aprobados que se ubican uno en el departamento de Montevideo y otro en el departamento de Río Negro.

Una tercera y última etapa la asociamos a la que desarrolla la actual administración y que nosotros, por lo anteriormente expuesto, aspiramos a que ésta sea una etapa de consolidación de las Zonas Francas en el Uruguay, como instrumentos idóneos para el desarrollo del país en general.

Para que ello ocurra y en el marco de la nueva realidad social y económica que la entrada en vigencia del Mercosur traerá aparejado, será seguramente necesario instrumentar una serie de medidas que propendan a una utilización más ventajosa de las Zonas Francas en su relación con los países que integran el Mercado Común del Sur.

Es evidente que la firma del tratado del Mercosur ha aparejado no pocas dudas en el futuro de las Zonas Francas.

Desde ya observamos que nuestras autoridades deberán cumplir y hacer cumplir las obligaciones que surgen de la

Luis Lacalle

ley vigente, contemplando los contratos, exoneraciones y beneficios acordados en la propia ley y en los contratos firmados.

• Decisión

Nuestro país, a través de sus autoridades, ha tomado la decisión inequívoca de que las Zonas Francas formen parte de su sistema económico y social, por lo que se torna imprescindible una eficaz tarea conjunta —privada y pública— de apoyo, estudio y por qué no "lobby", para una mejor inserción de éstas dentro del tratado de integración.

Es evidente que debe continuarse la transformación de las Zonas Francas en áreas industriales de exportación, promoviendo la instalación de aquellas capaces de satisfacer la demanda de los países del mercado y de otros centros económicos y fomentar las actividades de servicios.

No deberá, no obstante, descuidarse la atención de las empresas comerciales que actúan utilizando a las Zonas Francas como centros de distribución para terceros países.

La rápida ejecución de esta clase de medidas es imprescindible ya que se corre el riesgo de que todo el esfuerzo realizado hasta el momento quede perdido en un estancamiento de las Zonas Francas, sin alcanzar los objetivos que con el desarrollo de las mismas se procuran y creemos que es posible obtener.

Apoyamos la creación de Zonas Francas privadas, pero para ello no basta la sola decisión política; es condición previa ineludible la viabilidad de informes técnicos que aseguren una inversión acorde a un cronograma de realización de obras en el mediano plazo.

No estamos de acuerdo con decisiones simplistas de apoyar y aprobar políticamente Zonas Francas en cualquier punto del país, por la sola exclusiva voluntad de las fuerzas vivas de la zona o de un grupo de ediles o autoridades locales. Esto implicaría, en el mediano plazo, el fracaso en el sistema de Zonas Francas, y en el caso de una nueva ley que sustituya la actual porque el fracaso de las expectativas.

Es tarea estatal planificar en forma previa las ciudades o zonas del país con las condiciones necesarias para instalar una Zona Franca, aunando a ello la conveniencia económica y financiera para los inversores.

Para concluir, reiteramos que compartimos la idea de promover la instalación de Zonas Francas privadas en distintos puntos del territorio nacional, pero creemos que es muy importante la consolidación de las existentes que están distantes mucho de alcanzar el desarrollo que les permita consolidarse en los instrumentos idóneos para alcanzar los objetivos.

9108779

NO. DOCUMENTO
TITULO: Interés ambiental en BID
PERIODICO: La Mañana
FECHA DE PRESENTACION: 08-06-91
VINCULACIONES: 12641
GATT 12599-

Definido interés ambientalista en crisis del BID

CRUZADO

01.01

9108780

Donación de B'NAI B'RITH
EL PAIS
FECHA 05-06-91
VINCULACIONES 12514
URUGUAY 10020

Donación de la B'nai B'rith

B'nai B'rith del Uruguay, a través de la Filial Monte Scopus, entregó al Hospital de Clínicas un valioso equipo médico. Se trata de un oxímetro de pulso, elemento de monitoreo moderno, que fue destinado al Departamento de Anestesia de dicho nosocomio, a cargo del Prof. Dr. Martín Marx.

Este equipo contribuirá a mejorar la asistencia intra y pos-operatoria de los pacientes, siendo muy importante en Pediatría.

En la nota gráfica, autoridades de la Filial Monte Scopus de B'nai B'rith y los Sres. Bertereche y Dr. Castillo del Hospital de Clínicas.

050691

CRUZ DO

TEMA: BUSQUEDA DE un nuevo Sec. Gral. EN ONU
PERIODICO: LA REPUBLICA
FECHA DE PUBLICACION: 29-05-91
VINCULACIONES: 12573

Un nuevo secretario general para un nuevo rol del organismo

Es difícil el reemplazo de Javier Pérez de Cuéllar al frente de Naciones Unidas

Una de las tareas más agotadoras de la diplomacia mundial, por sólo 183.000 dólares de sueldo anual

Los candidatos para suceder a Javier Pérez de Cuéllar no faltan en la ONU, pero el actual secretario general, a pesar de sus 10 años en el cargo, es el preferido de varios miembros del Consejo de Seguridad para continuar al frente de la Organización según los medios diplomáticos.

Nueva York (ONU) (AFP)

En las últimas semanas, Pérez de Cuéllar ha reiterado públicamente que diez años es un período ampliamente suficiente para una organización democrática y que no continuará en el cargo después de que expire su mandato, el próximo 31 de diciembre.

En el piso 38 del edificio de oficinas de la ONU, situado frente al East River en el centro de Manhattan, donde tienen sus oficinas los altos funcionarios de la secretaría general, se insiste que Pérez de Cuéllar en sus conversaciones privadas también repite insistentemente que tiene derecho a retirarse después de dos mandatos en una de las tareas más agotadoras de la diplomacia mundial.

La plétora de candidatos se explica debido a las muy escasas compensaciones que ofrece el puesto: un sueldo anual de 183.000 dólares, una mansión en el barrio más elegante de Nueva York, una limusina Volvo con chofer, visitas oficiales a las principales capitales y, sobre todo, un rol importante en la constitución de un nuevo orden mundial.

El problema es que ninguno de los candidatos surgidos hasta ahora para reemplazar a Pérez de Cuéllar -más menos que 35 según una lista oficial que circula en la sede de la ONU- parece ofrecer las garantías requeridas para una tarea que se anuncia más trascendente que nunca después de la guerra del Golfo.

El futuro secretario general, según los medios diplomáticos de la ONU, debe estar en condiciones de trabajar estrechamente ligado al Consejo de Seguridad, y en particular con los cinco miembros permanentes (Estados Unidos, Unión Soviética, Francia, Gran Bretaña y China), pero sin olvidar las resoluciones de la Asamblea General en la que el Tercer Mundo proclama sus exigencias. Su tarea consistirá en evitar los conflictos regionales y consolidar la paz mundial, pero también deberá enfrentar desafíos formidables como las amenazas al medio ambiente, el respeto a los derechos humanos, el desarrollo de los países del Tercer Mundo, la expansión del narcotráfico y los peligros de la explosión demográfica.

Debido a esta creciente importancia de la ONU, realizada en los últimos años del actual mandato de Pérez de Cuéllar, los miembros del Consejo de Seguridad coinciden en que la sucesión debe comenzar con bastante anticipación, y que el futuro secretario general debe ser elegido al inicio de la 46 sesión de la Asamblea General, en la primera quincena de octubre.

Entre tanto, las semanas transcurren acercando inexorablemente a la fecha límite, sin que surja ningún personalidad mundialmente aceptada con las condiciones exigidas, alimentando así las especulaciones de que varios miembros del Consejo desean que Pérez de Cuéllar prolongue su tarea, al menos por uno o dos años después del 31 de diciembre de 1991.

01 . 01 9108782

DOCUMENTO
TITULO ONU en Centroamérica
Visión 150044
151090
12573

Por Eduardo Ulibarri — Columnista Invitado

La ONU en Centroamérica

Muchos fuimos los escépticos cuando surgieron los primeros síntomas.

¿Otorgar a las Naciones Unidas, el organismo de las mayorías automáticas en su asamblea general, un papel en la búsqueda de soluciones a los conflictos del área centroamericana? La respuesta instintiva era un no rotundo. Como fundamento estaba el pobre desempeño de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), en otros conflictos, el interés que el gobierno sandinista de entonces tenía por trasladar sus problemas del ámbito hemisférico al global, y la gran influencia en la organización de la alianza entre autócratas tercermundistas y totalitarios marxistas.

Quienes teníamos tales aprensiones dichosamente nos equivocamos: si hoy se hace un balance sereno de la labor desplegada por Naciones Unidas en el istmo durante los últimos meses, el resultado es positivo. Sin embargo, aún tiene importantes tareas inconclusas. De ellas dependerá el balance final.

Su acto inicial fue en Nicaragua. Eran momentos de gran tensión política. La oposición cívica con toda razón desconfiaba de los comandantes. Surgió la idea de observadores internacionales, y los sandinistas la aceptaron. Quizás pensaron que lograrían manipularlos lo suficiente y, cuando se produjera su hipotético triunfo electoral, las opiniones favorables de los visitantes les darían legitimidad.

Ocurrió todo lo contrario. La ONU, junto con otras organizaciones internacionales, contribuyó a estimular las votaciones, mantuvo una actitud neutral y fue forzando de manera paulatina a los sandinistas hacia el respeto del resultado final de las elecciones. Así, cuando se produjo el triunfo de Violeta Chamorro, no había otra opción que reconocerlo.

El segundo acto comenzó a desarrollarse cuando la campaña nicaragüense estaba en su apogeo. El 7 de noviembre de 1989, el Consejo de Seguridad, luego de intensas negociaciones, aprobó la creación del llamado Grupo de Observadores de Naciones Unidas en América Central (ONUCA).

Fue la primera vez que una fuerza de paz de la ONU actuaba en el hemisferio occidental. El propósito era doble: verificar sobre el terreno el fin de la ayuda a las fuerzas insurreccionales acordado por los presidentes de Centroamérica, y evitar el uso del territorio de los Estados para agresiones mutuas.

En ese campo el desempeño ha sido mixto. En Nicaragua tuvo gran éxito: instalado el gobierno de Violeta Chamorro la resistencia nicaragüense accedió a entregar las armas e integrarse a la vida civil. La ONUCA se constituyó en el principal vehículo para esta transición. Pero en el caso salvadoreño su actuación ha sido insuficiente, o descuidada.

No ha logrado poner fin al flujo de suministros a la guerrilla. Ni siquiera parece que lo ha entorpecido lo suficiente.

Mostrar algún éxito en esta parcela del problema, resulta importante para lograrlo también en el tercer acto de la ONU en Centroamérica: su mediación para las negociaciones entre el gobierno y el FMLN en El Salvador, y su contribución a aumentar las garantías ciudadanas en ese país.

Esta etapa echó a andar en abril de este año, durante una reunión celebrada en Ginebra. En presencia de funcionarios de Naciones Unidas, gobierno y guerrilleros se comprometieron a iniciar una serie de negociaciones que no cesaría hasta alcanzar un acuerdo.

Si se hace un balance sereno de la labor desplegada por Naciones Unidas en el Istmo, el resultado es positivo

Las negociaciones aún siguen. La concertación no ha llegado. Pero se han producido algunos avances. El más importante fue la suscripción en San José de Costa Rica, el 26 de julio, de un documento sobre derechos humanos, que establece la posibilidad de un cese al fuego y una verificación directa por parte de funcionarios de la Organización. A esto se suma, como otro elemento positivo, la disposición gubernamental a permitir, como lo exigió la oposición política de izquierda, que haya observadores de la ONU en las elecciones municipales y legislativas a celebrarse en marzo.

Todos estos esfuerzos, que han tenido en el peruano Alvaro de Soto a un eficaz y discreto guía, dependen para su éxito de otros factores; también, de su propia eficiencia. Sobre ello aún hay mucho por hacer. Pero los logros reales muestran una faceta del organismo que llama a cierto optimismo, y que responde no tanto a la siempre volátil Asamblea General, sino a su Consejo de Seguridad y al Secretario General. Ellos son los que, en realidad, están dando un nuevo rumbo al organismo, visible en Centroamérica.

Eduardo Ulibarri, autor de libros sobre periodismo y asuntos centroamericanos, es director del diario *La Nación*, de San José, Costa Rica. Profesor universitario y primer vicepresidente de la Comisión de Libertad de Prensa e Información de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP).

01 . 01 91 08783

Nº DOCUMENTO
TITULO: CONTAMINACION POLAR
PROCEDENCIA: CLARIN 150024
FECHA: 14/05/91
VINCULO: 12757

Martes 14 de mayo de 1991

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Un foro de ideas para la solución argentina de los problemas argentinos

Directora: Ernestina Herrera de Noble

Contaminación polar

LA contaminación ambiental, uno de los grandes problemas comunes de la humanidad que exigen soluciones no menos comunes y coordinadas, ha hecho pie en las regiones ártica y antártica. Lo que ocurra en este último sector del planeta es de interés inmediato y mediato para nuestro país, que no solo reivindica una zona de soberanía en el continente austral, sino que también recibe en forma directa las consecuencias de toda distorsión allí producida.

La moratoria por otros cincuenta años de toda actividad industrial en la Antártida es positiva en tal sentido para los argentinos, pero es preciso de todos modos tomar conciencia de los problemas actualmente existentes, de sus posibles repercusiones y de las medidas a tomar, que, como dijimos, únicamente podrán ser exitosas si parten de la acción mancomunada de todos los países del mundo.

Las causas de contaminación en las regiones mencionadas tienen efectivamente origen local o externo, entendiéndose en este último aspecto cualquier actividad contaminante de cierta magnitud que se desarrolle en cualquier punto del planeta.

Un equipo de investigación del Instituto Antártico Argentino ha comprobado que los bloques de hielo del Artico, Groenlandia y la Antártida actúan como esponjas absorbentes de numerosos agentes químicos. En el caso de las regiones antárticas que nuestro país reivindica y donde ha establecido bases permanentes, los principales elementos detectados son los hidrocarburos polinucleados, derivados del petróleo, que son cancerígenos aun en pequeñas dosis.

Además de ellos, los especialistas —según registró oportunamente este diario— comprobaron la existencia de clorofluorocarbonados (o freones), residuos de aerosoles, cianuro, sales de azufre, plomo y metano. Los freones derivan de la actividad humana y el metano se origina tanto en la descomposición bacteriana de los desechos producidos por el hombre como en la que se da naturalmente en los ecosistemas humanos.

Estudios similares realizados en el Artico verifican igualmente preocupantes índices de contaminación originada en las zonas industrializadas existentes a tres y cinco mil kilómetros de distancia. Las fuentes son atribuidas a la Unión Soviética, los Estados Unidos y Europa.

Se comprobó en esa región que la concentración de dióxido de carbono y de metano, que se había mantenido constante entre 10.000 y 300 años atrás, se incrementó espectacularmente en el último siglo. Ambos constituyen los denominados gases invernadero, que provocan ese dañoso efecto en el clima terrestre tan analizado y temido en los últimos tiempos.

Muchos otros datos y evaluaciones dan cuenta de la contaminación de espacios que parecían relativamente vírgenes e impolutos. Parte del problema está causado por las actividades que se desarrollan en su ámbito, incluyendo en primer término la navegación, pero es evidente que la mayor cantidad de factores que desencadenaron la modificación ambiental provienen de las actividades generales del hombre.

Por el aire y por las aguas afluyen elementos contaminantes desde todos los rincones del globo. Preservar el Artico y el Antártico implica por consiguiente la disminución o la neutralización de las fuentes contaminantes que están activadas en las restantes regiones de la Tierra. Y preservar esas dos regiones polares es imprescindible para mantener los equilibrios ecológicos generales, ya tan comprometidos por la acción de los factores que la ciencia permite identificar cada vez con mayor precisión y que la tecnología disponible permite abordar con fundadas esperanzas de control y amortiguación.

Son tareas que exigen la antedicha intervención mancomunada y permanente de todos los países. La contaminación antártica, a las puertas de la Argentina, refirma la necesidad de encarar estos problemas con la debida atención, proteger nuestro ecosistema y contribuir a la preservación general del planeta. A pesar de la urgencia de los problemas inmediatos que nos agobian, esa perspectiva no debe ser descuidada pues los peligros ambientales no esperan.

CRUZ

Nº DOCUMENTO 9108785
TITULO PC TOMA EL PODER EN UNIV. EEUU
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA DOC. 200591
VINCULO CLIENTE 12537
ENT ✓
CHUC ✓

El PC toma el poder en las u

Por Gu
(Para l

PARIS. – ¿Pertenece usted al Partido Comunista? (es decir, está usted "en la onda" política?) En las universidades norteamericanas, el PC dicta pautas. Ser de este partido es hacer causa común con las feministas, las minorías étnicas y todas las demás "víctimas" del imperialismo masculino o del chauvinismo blanco.

En esta guerra cultural, los profesores y estudiantes conservadores se encuentran a la defensiva y, por más que invoquen los valores tradicionales, el humanismo clásico y al propio Shakespeare, los del PC retrucan que como éste no fue al fin de cuentas más que un "white western dead male" –uno más en el panteón de prohombres blancos y occidentales–, su genio no debería por lo tanto considerarse universal. El PC es "policultural". Para sus adeptos, la identidad nacional norteamericana ha dejado de existir y debe ser sustituida por una ideología de "lo diferente".

Para medir la magnitud real del conflicto inicié mi recorrida en los campus en Duke, una de las universidades más selectivas de los Estados Unidos. Estamos, pues, en Carolina del Norte, podríamos decir la región más específicamente "norteamericana". Veamos sin embargo algunos extractos de la prueba de selección que se impone a los aspirantes a ingresar en ella: "¿Se encuentran los hombres y las mujeres igualmente capacitados para criar a sus hijos? ¿Las feministas odian a los hombres? ¿Es esto cierto o falso? ¿Son iguales todas las culturas? ¿Debe obligarse a los estudiantes negros y asiáticos a que conozcan la historia y la cultura occidentales?"

La finalidad de este test consiste en verificar que los aspirantes adhieran a la nueva divisa de la Universidad: "el pluriculturalismo". Ser pluricultural equivale a reconocer que todas las culturas son iguales, particularmente la de los blancos y las de las minorías étnicas y, sobre todo, que no debe haber jerarquías entre ellas.

dico estudiantil: ¡en el campus no se toleran bromas sobre esas cosas!

El profesor James Barber, eminente politicólogo de Duke que se ha incorporado a la resistencia contra el PC, me da algunos ejemplos de los "crímenes" y de sus correspondientes definiciones, tal como aparecen en los códigos de conducta que se publican en ciertas universidades, códigos cuyo cuestionamiento conduce inexorablemente a la marginación.

En ellos se condenan las discriminaciones generacionales, o sea la opresión que los adultos de edad media infligen a jóvenes y viejos; el "heterosexismo" o actitud consistente en criticar a toda persona no heterosexual y en no reconocer incluso suficientemente su derecho de ser diferente, ó el "lookismo", grave perversión que consiste en creer que ciertos individuos son más hermosos que otros.

Las guías de buena conducta invitan a los estudiantes no sólo a no discriminar entre hermosos y feos sino, además, a suprimir toda tentación que sientan de diferenciarlos. Esto es el "minusvalidismo": los estudiantes deben comprender que no hay individuos discapacitados sino personas "diferentes", tan respetables como cualquier otra.

La búsqueda de la palabra justa para ser considerado del PC –explica Barber– se ha convertido en la actividad intelectual más intensa en no pocas universidades. Por ejemplo, nunca se le ocurra decir, al referirse a un estudiante que ya ha cumplido 40 años, que es un estudiante "crónico" sino –como lo prescribe el PC para estos casos– un estudiante "de edad no tradicional".

Las feministas son particularmente sensibles al uso de los pronombres. En todo texto u oración conviene referirse a "ella" tanto como a "el", aunque *ello* dé lugar a algunas incongruencias gramaticales... (De todos modos, como se sabe, la gramática es detestable porque es de inspiración masculina.)

Claude Levi-Strauss

01-03
9108785

Cualquier actitud, forma estética u expresión es igualmente respetable, sea cual fuere la civilización de donde proviniere. Si usted no entiende el pluriculturalismo quiere decir que usted es "unicultural", una grave ofensa en el campus de Duke. En efecto, el unicultural es considerado aquí como una especie de retrasado mental, sospechoso de haber votado por [illegible] unicultural todavía cree que la civilización occidental es superior a la de los swahilis o a la de los bororós de la Amazonia; no ha advertido aún que eso que hemos dado en llamar "la cultura occidental" no es sino una forma de opresión de las mujeres y de las razas no-blancas; en suma, sus profesores y compañeros de clase no vacilarán en rotularlo como "racista, machista y misántropo".

En cambio, el estudiante o docente que acepta el pluriculturalismo y que ha contestado como corresponde las preguntas del test de ingreso es considerado como elemento del PC "políticamente correcto". Si usted no es del PC, sus colegas y compañeros le complicarán cada vez más la vida. Son innumerables ya los casos de profesores cuyos cursos fueron boicoteados y prácticamente forzados a renunciar a sus cátedras, así como los de alumnos que tuvieron que abandonar la Universidad por no ser del PC.

El decano ha creado un comité de lucha contra la discriminación, un verdadero cuerpo de policía moral encargado de descubrir el menor signo de racismo entre los profesores. Pero, como no han podido localizar manifestaciones inequívocas de racismo entre los docentes, los miembros del comité se dedican a espiarlos y a sancionarlos cuando descubren "alguna expresión en el rostro o en el gesto que manifieste una falta de respeto por los estudiantes negros".

Un estudiante que hizo un chiste de mal gusto sobre la homosexualidad de un conocido jugador de fútbol fue condenado por sus profesores a seguir una serie de cursos de "sensibilización respecto de la homosexualidad"; también le obligaron a hacer públicamente su autocrítica en el periódico [illegible]

También es objeto de debate –tanto en Duke como en los demás campus norteamericanos– la manera en que debe designarse a las mujeres. El término inglés "woman" (mujer) no es aceptable porque contiene la partícula "man" (hombre), por lo que habrá que adoptar una ortografía neutra y escribir "womyn". El propio Barmento de Ciencias Políticas, ha debido modificar la denominación de su cargo y de "chairman" pasar a ser "chairperson"...

Al salir de su despacho descubrimos que un estudiante PC había adherido un pequeño afiche a su puerta: era una invitación a participar en una velada de lucha contra el heterosexismo, de "gay and lesbian awareness" (algo así como concientización acerca del homosexualismo masculino y femenino –para que nadie se sienta excluido–), para acabar de una buena vez con todos aquellos que aún se atreven a considerarse "normales".

Al preguntarle a Barber cómo se comportan los estudiantes y profesores que discrepan con este nuevo conformismo, me contestó que, por lo general, "se refugian en el silencio, por temor a delatarse al no utilizar el vocabulario" apropiado.

El marxismo está de moda

Entre las minorías activas que luchan por imponer el pluriculturalismo y el PC, encontramos también el otro PC, el nuestro: los campus norteamericanos se han convertido, en efecto, en la reserva natural de los últimos intelectuales marxistas de Occidente. Sin amilanarse en lo mínimo por la decadencia del sistema comunista en Europa y demás áreas del planeta, Richard Lewontin, profesor de biología, me explica que "la Universidad es una fábrica de armamento ideológico y un centro de adiestramiento para la lucha de clases. En realidad, no sirve para otra cosa". Ante mi estupefacción, reconoce que las circunstancias no son de lo más favorables, en estos momentos, para la lucha revolucionaria, pero la Universidad "habrá servido por lo menos para el desarrollo de una intelligentzia marxista preparada para los futuros combates".

En la biblioteca del departamento de ciencias políticas, que visité con la guía de Barber, pude comprobar que, de cada tres libros, uno estaba dedicado a Marx o al marxismo. Llegados a este punto, quizá valga la pena recordar que cada estudiante de Duke le cuesta a sus padres la friolera de 500.000 francos (U$S 60.000) por año.

El macartismo al revés

La existencia de un clima intelectual como éste en las universidades norteamericanas trae a la memoria el de la década del 50, caracterizada por la caza de los comunistas y sus camaradas de ruta. Pero esta vez las brujas son los "conservadores", perseguidos en nombre de un nuevo integrismo bien pensante y de izquierda.

Un ejemplo: en Harvard, el especialista en historia demográfica de los Estados Unidos, Stephan Thernstrom, tuvo que abandonar la cátedra que dirigía hacía 25 años a raíz del permanente hostigamiento que le hicieron sufrir los estudiantes contestatarios. ¿Y qué le reprochaban éstos? Pues que utilizara el término "indio" en vez de "americano de origen" (nativo americano). En vano explicó Thernstrom a sus censores que los propios indios se designaban como tales.

¿A qué se debe esta ola neoizquierdista y por qué ahora?

Se trata, ante todo, de una cuestión de índole generacional. Los profesores de hoy en día –explica Barber– son los estudiantes contestatarios de 1968. Ellos son los que barrieron a sangre y fuego con los campus en Stanford y Berkeley. Estos enemigos envejecidos del capitalismo y del imperialismo –se les llama los mister Sixties– continúan con su lucha por otros medios, explotando la libertad académica y la pasividad general de los estudiantes.

A esa generación levantisca post-68 se han unido todos los grupos de reivindicaciones étnicas –negros, hispanoparlantes, etc.– y los grupos feministas, que no cesan de exigir –y obtener– reparación por todas las desdichas que supuestamente les ha infligido la sociedad blanca y machista.

Estas "víctimas" explotan a fondo la conciencia culposa de los

13-01-91.-

para obte

L.

el conge-

ndulto de

O COMUNIS

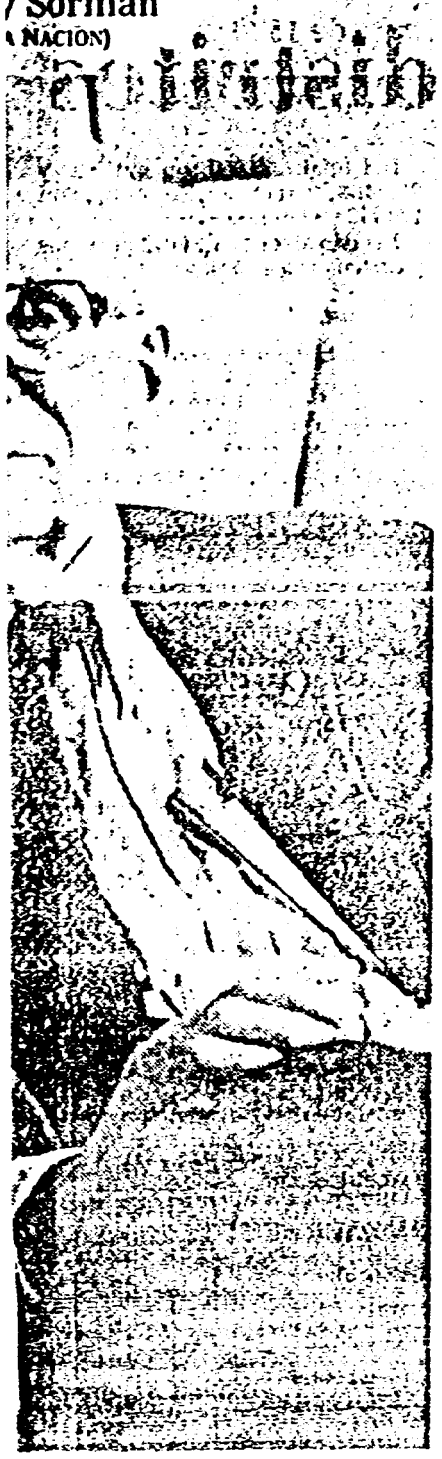
capitalis

9108785

02

niversidades norteamericana

/ Sorman
(LA NACION)



norteamericanos. Ejemplo: en Harvard conocí a Derek Bell, profesor negro de Derecho que hace seis meses está en huelga como protesta contra el hecho de que no haya una sola profesora negra en ninguna de las cátedras de Derecho de la Universidad. Se trata, afirma, de un caso discriminatorio. El decano se ha puesto desesperadamente en busca de una candidata de color, pero hasta ahora ninguna ha logrado reunir los requisitos que se exigen para dictar cátedra en Harvard.

Los estudiantes –al menos aquellos que se manifiestan al respecto– apoyan a Bell. Pero –se preguntarán algunos–, ¿cómo es que los estudiantes se dejan manipular de ese modo? Ser del PC es seguir la moda, una moda radical y conformista a la vez. A esto hay que agregar los métodos demagógicos que emplea el PC. No hace falta, en efecto, estudiar con mucho ahinco para incorporarse a esta corriente. Basta con ser negro, asiático, mujer, homosexual o, en todo caso, ecologista.

El mentor intelectual de esta nueva izquierda universitaria es un profesor de literatura de Duke: Stanley Fish. Uno se imaginaría en ese papel más bien a un politicólogo o a un economista. Pero, como me lo explica él mismo, ocurre que la crítica literaria se encuentra justamente en el centro de la polémica sobre la cultura norteamericana.

Viva la diferencia

Tradicionalmente, todo estudiante tenía que leer una serie de grandes clásicos, entre ellos las obras de Shakespeare, la Biblia y Platón. El conjunto de tales textos y su estudio constituían el canon de la enseñanza universitaria. Pero este canon, explica Fish, terminó por sucumbir ante los embates de las minorías oprimidas.

Las feministas fueron las primeras en hacer notar que entre tantos nombres ilustres no figuraba el de ninguna mujer. Después, los negros observaron que tampoco había allí obra alguna de la literatura africana ni siquiera del Tercer Mundo. Incuestionablemente, afirma, la pretendida cultura clásica no es sino una impostura social en la que se han ido reflejando las preferencias de una minoría privilegiada en las sucesivas épocas históricas.

Pretender que una cierta cultura es la cultura norteamericana equivale a pasar por alto a los oprimidos, a los que no se les permitió relatar su propia historia. Una de las especialidades de Fish consiste entonces en denunciar el racismo y el sexismo implícitos en las obras clásicas, lo cual le asegura la popularidad entre los alumnos. En esta empresa de demolición de la cultura clásica, Fish señala que los intelectuales franceses han hecho una contribución decisiva.

De la obra de Claude Lévi-Strauss, por ejemplo, la nueva izquierda norteamericana extrajo la noción de que no existen jerarquías entre las culturas. No hay gente civilizada ni salvaje sino simplemente civilizaciones diferentes, todas igualmente respetables; hay que generalizar, por lo tanto, el relativismo cultural.

El otro gran referente de la izquierda norteamericana es Jacques Derrida, sin cuyo concurso, según parece, se ha vuelto imposible enseñar literatura en los Estados Unidos. Este filósofo francés, poco conocido en Francia, es el auténtico gurú de los campus norteamericanos. Su método, llamado de "deconstrucción" del texto, favorece al lector en detrimento del autor. Llevada a un extremo de vulgarización, la deconstrucción se convierte así en un llamado irrestricto al narcisismo: lo que un estudiante opina de un autor pasa a ser más importante que lo que éste haya escrito. La lectura de Shakespeare ya no tiene por finalidad la comprensión del bardo sino la comprensión que el lector alcance de sí mismo, la elevación de su propio nivel de conciencia y no del de sus conocimientos.

La negativa a aprender se convierte entonces en una forma de legítima defensa contra la opresión de la verdad y de la racionalidad puesto que la verdad no existe; ésta no es sino el discurso jerárquico acumulado por "generaciones extintas de machistas blancos".

Pensar en términos del PC equivale a invocar a Derrida, a proclamar que el Bien, la Belleza, la Verdad y la Justicia ya no existen como categorías determinadas de antemano y que todos esos valores son relativos. En este contexto, lo que se nos mostraba como verdadero no sería más que una forma de represión. En suma: el yo del estudiante se convierte en su único objeto de estudio.

Pasada a través de la criba de la deconstrucción y del relativismo, ¿qué queda de la cultura? Nada –admite Fish–, pero no hay que alarmarse demasiado por eso, ya que lo que solíamos llamar cultura, valores y moral no era más que una ideología impuesta antaño por el amo a las minorías oprimidas. Ahora son éstas las que hacen oír su voz. Es cierto que su tono es controvertido y agresivo, pero, ¿no es acaso normal si se considera que estamos atravesando un período revolucionario? "Los conservadores de la cultura clásica y de la moral convencional se indignan ante la muerte de la cultura. Pero, ¿a qué cultura se refieren? Sólo protestan porque por esa vía pierden su poder y se ven obligados a renunciar a su cónfort intelectual y material."

En verdad, agrega, si analizamos la historia de la humanidad, las elites desposeídas nunca han dejado de vaticinar la muerte de los valores. "Relea usted el Eclesiastés o a Juvenal", dice.

Sin embargo, según él la cultura no muere sino que cambia: "No se leen más esos libros porque se leerán otros..." De esto se desprende que también la identidad de la nación norteamericana cambia y evoluciona. Hace más de un siglo que los Estados Unidos se asientan en la fusión de las diferencias y en el mito de la asimilación (el "melting pot", el "crisol de razas"). Ese mito está dejando lugar ahora a una nueva ideología: el elogio de la diferencia.

"Mis alumnos –me explica Fish– se afanan todos por encontrar alguna rama minoritaria en su árbol genealógico. Si descubren, digamos, 1/32 de sangre india en alguno de sus antepasados, se vuelven locos de alegría e inmediatamente cambian de nombre, adoptando uno indígena: han dejado de ser simples norteamericanos para convertirse en herederos de un mosaico pluricultural..."

Vemos con frecuencia cómo los campus norteamericanos son una suerte de laboratorio social de Occidente. Fue de Berkeley y de Stanford de donde partió la marejada de protestas estudiantiles que inundaron Europa en 1968. Preparémonos entonces para las convulsiones del pluriculturalismo, que pronto se harán sentir entre nosotros: son las nuevas manifestaciones de una nueva izquierda...

(c) LA NACION

(Traducción de J. M. M. [illegible])

03-03

9108785

Nº. DOCUMENTO
TITULO ACCION DE AMERICA LATINA EN MATERIA DE ENERGÉTICOS
PROCEDENCIA VISION 150044
FECHA 20/09/90
VIN. 11209

América Latina,

Por Martín Herrera Cho...

Ante la perspectiva que ofrece el conflicto del Golfo Pérsico, América Latina se abre como una opción clara y segura en materia de energéticos. Los gobiernos de la región lo saben y se apresuran a definir políticas comunes de acción, con el objeto de sacar el mejor provecho de la actual crisis.

Los inversionistas de Estados Unidos, Europa y Japón observan confiados la instauración de la democracia y el gradual éxito que alcanzan los planes de ajuste económico en Latinoamérica.

Muestra del cambio de actitud hacia la región son las declaraciones del mandatario español Felipe González, durante la V Reunión Interparlamentaria España-México: "Para América Latina en general la presente será la década del desarrollo, contrariamente al decenio amargo de los años 80. Para las naciones del Este y del Centro de Europa, en cambio, los venideros, serán años muy difíciles".

Por tanto, "las inver[illegible]nes van a donde [illegible] en los que to[illegible]miento de la [illegible] van a ir", advirtió con énfasis.

Mientras tanto, Estados Unidos exhorta a México y Venez[illegible] a una rápida liberalización de sus regímenes de inversión en el campo petrolero. Los especialistas admiten "que el alza de los precios del hidrocarburo hace más atractivo invertir en el sector, y ambos países se beneficiarían de aumentar la producción". En la actualidad el vecino del Norte importa alrededor de 8,5 millones de barriles de crudo diario (MMb/d), 20 por ciento de ese total proviene de los dos más destacados productores latinoamericanos.

En el caso de México, por ahora, es inviable la inversión extranjera en su industria petrolera (Pemex), porque así lo dicta la Constitución. En cambio, el acercamiento con Venezuela es más alentador para los estadounidenses, puesto que el pueblo mandatario los [illegible] a invertir en el [illegible]

to del Departamento de Estado de Estados Unidos sobre liberalizar las leyes que hacen obligatoria la aprobación del gobierno para nuevas inversiones extranjeras en el campo de los recursos energéticos, va por buen camino.

En la actualidad Venezuela, como miembro de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, tiene una cuota diaria de 1,9 MMb/d, la mitad se exporta a Estados Unidos. En los planes de expansión está aumentar la producción diaria a 3,5 MMb/d, pero se requiere una inversión de 10 mil millones de dólares.

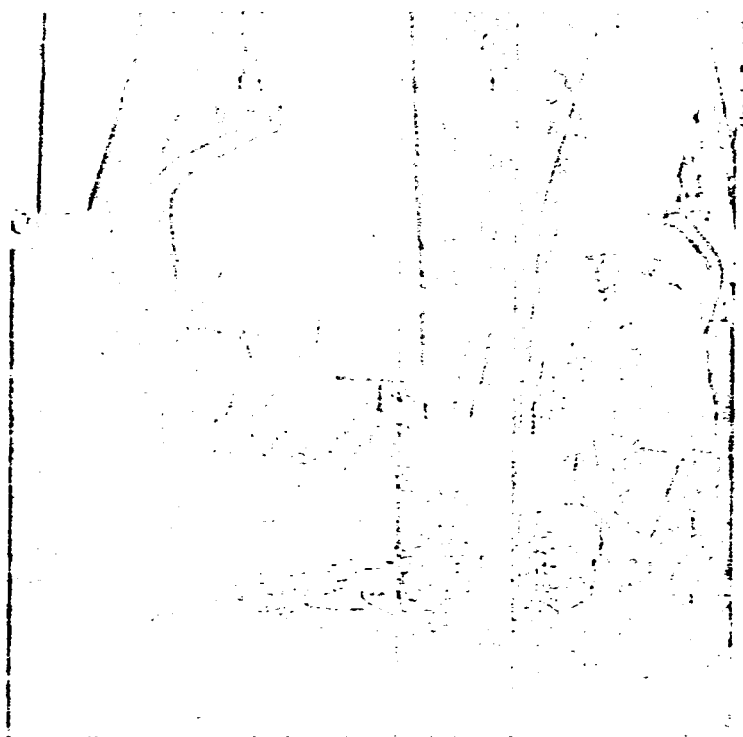
FONDO DE MATERIAS PRIMAS

En el marco de la reunión cumbre del Grupo de Río (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Uruguay y Venezuela), celebrada en Caracas a mediados de octubre, se acordó iniciar consultas para dar paso a un Fondo Estratégico de Inversiones y Fomento de Integración, conformado con recursos provenientes del aumento en el precio de las materias primas. Así como agilizar las posibilidades de autosustentación energética de la región. Para tal efecto, solicitaron a la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), un estudio que muestre la capacidad de complementaridad energética de la región, con un plazo de tres meses para su realización.

Este Fondo, también conocido como de Materias Primas, tiene como objetivo fundamental convertirse en un instrumento efectivo de negociación con los países industrializados, así como erigirse en una alternativa de financiamiento para la zona. Tal iniciativa la planteó el venezolano Carlos Andrés Pérez durante su primer periodo presidencial (1974-1979), invitando a los países centroamericanos a ser los principales protagonistas; no prosperó entonces por la atmósfera de anti-democracia imperante en la región.

Hoy que el ejercicio democrático toma arraigo y la necesidad de hacer frente a los bloques económicos es tarea clave, la propuesta se torna imprescindible. De este modo el Grupo de los Tres, conformado por César Gaviria (Colombia), Carlos Salinas de Gortari (México) y Carlos Andrés Pérez (Venezuela), se convierte en el motor que dará vida al Fondo. Aunado a ello, Gaviria dejó ver que se realizarán consultas con Estados Unidos y Canadá para invitarlos a unirse.

La reunión de presidentes en Caracas reafirmó la voluntad por conjuntar esf[illegible]



Ursula Bernath

Durant[illegible] la pasada década el flujo de inversión privada se [illegible]

01-02

CRUZADO ✓

9108786

02.02

Nº. DOCUMENTO
TITULO ACCION DE AMERICA LATINA EN MATERIA DE ENERGÉTICOS
PROCEDENCIA VISION 15-00414
FECHA 20/09/90
VINCULO Cracas 11209

América Latina,

Por Martín Herrera Cho...

Ante la perspectiva que ofrece el conflicto del Golfo Pérsico, América Latina se abre como una opción clara y segura en materia de energéticos. Los gobiernos de la región lo saben y se apresuran a definir políticas comunes de acción, con el objeto de sacar el mejor provecho de la actual crisis.

Los inversionistas de Estados Unidos, Europa y Japón observan confiados la instauración de la democracia y el gradual éxito que alcanzan los planes de ajuste económico en Latinoamérica.

Muestra del cambio de actitud hacia la región son las declaraciones del mandatario español Felipe González, durante la V Reunión Interparlamentaria España-México: "Para América Latina en general la presente será la década del desarrollo, contrariamente al decenio amargo de los años 80. Para las naciones del Este y del Centro de Europa, en cambio, los venideros, serán años muy difíciles".

Por tanto, "las inversiones van a donde [illegible] en los que lo[illegible] [illegible] fortalecimiento de la [illegible] van a ir", advirtió con [illegible].

Mientras tanto, Estados Unidos exhorta a México y Venezuela a una rápida liberalización de sus regímenes de inversión en el campo petrolero. Los especialistas admiten "que el alza de los precios del hidrocarburo hace más atractivo invertir en el sector, y ambos países se beneficiarían de aumentar la producción". En la actualidad el vecino del Norte importa alrededor de 8,5 millones de barriles de crudo diario (MMb/d), 20 por ciento de ese total proviene de los dos más destacados productores latinoamericanos.

En el caso de México, por ahora, es inviable la inversión extranjera en su industria petrolera (Pemex), porque así lo dicta la Constitución. En cambio, el acercamiento con Venezuela [illegible] más atractivo para los [illegible], puesto que el [illegible] lo los [illegible] a invertir en el [illegible]

to del Departamento de Estado de Estados Unidos sobre liberalizar las leyes que hacen obligatoria la aprobación del gobierno para nuevas inversiones extranjeras en el campo de los recursos energéticos, va por buen camino.

En la actualidad Venezuela, como miembro de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, tiene una cuota diaria de 1,9 MMb/d, la mitad se exporta a Estados Unidos. En los planes de expansión está aumentar la producción diaria a 3,5 MMb/d, pero se requiere una inversión de 10 mil millones de dólares.

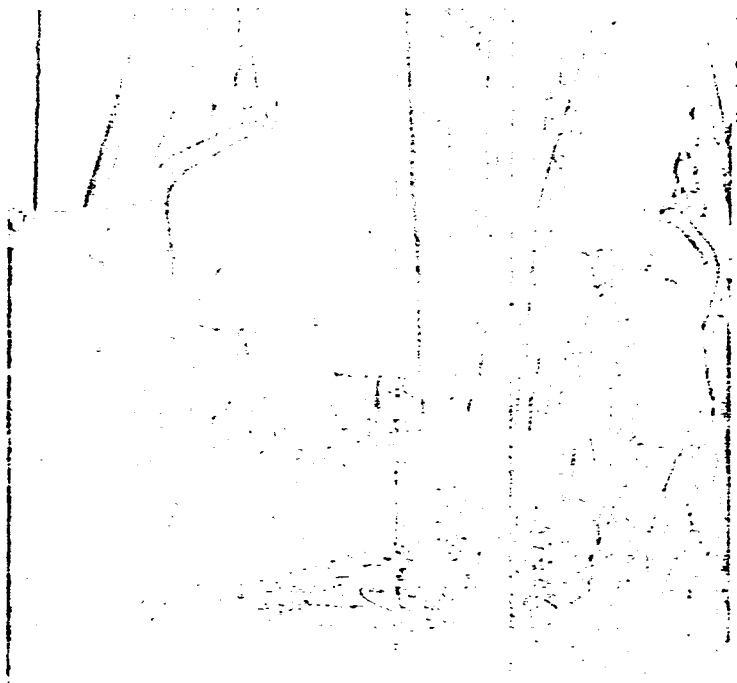
FONDO DE MATERIAS PRIMAS

En el marco de la reunión cumbre del Grupo de Río (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Uruguay y Venezuela), celebrada en Caracas a mediados de octubre, se acordó iniciar consultas para dar paso a un Fondo Estratégico de Inversiones y Fomento de Integración, conformado con recursos provenientes del aumento en el precio de las materias primas. Así como agilizar las posibilidades de autosustentación energética de la región. Para tal efecto, solicitaron a la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), un estudio que muestre la capacidad de complementaridad energética de la región, con un plazo de tres meses para su realización.

Este Fondo, también conocido como de Materias Primas, tiene como objetivo fundamental convertirse en un instrumento efectivo de negociación con los países industrializados, así como erigirse en una alternativa de financiamiento para la zona. Tal iniciativa la planteó el venezolano Carlos Andrés Pérez durante su primer periodo presidencial (1974-1979), invitando a los países centroamericanos a ser los principales protagonistas; no prosperó entonces por la atmósfera de anti-democracia imperante en la región.

Hoy que el ejercicio democrático toma arraigo y la necesidad de hacer frente a los bloques económicos es tarea clave, la propuesta se torna imprescindible. De este modo el Grupo de los Tres, conformado por César Gaviria (Colombia), Carlos Salinas de Gortari (México) y Carlos Andrés Pérez (Venezuela), se convierte en el motor que dará vida al Fondo. Aunado a ello, Gaviria dejó ver que se realizarán consultas con Estados Unidos y Canadá para invitarlos a unirse.

La reunión de presidentes en Caracas reafirmó la voluntad [illegible]

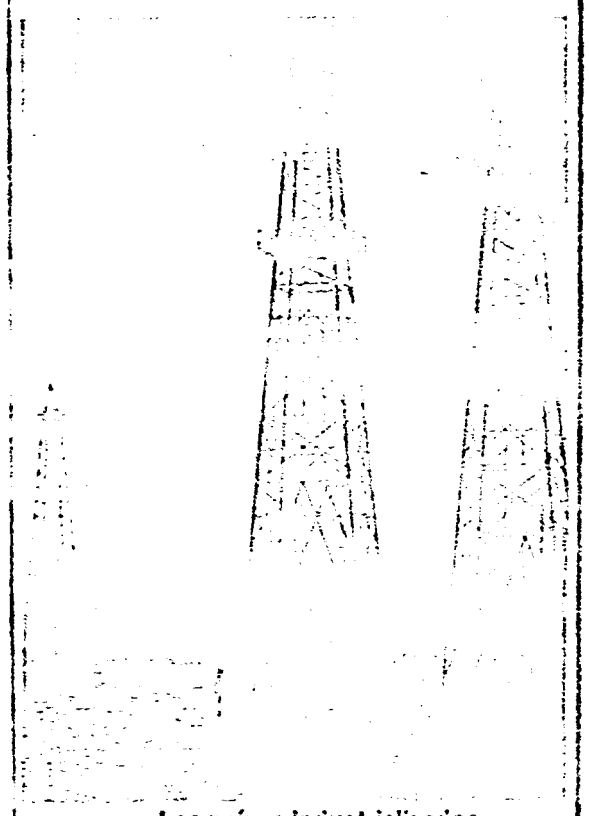


Ursula Bernath

Durante la [illegible] el fiado de inversión [illegible]

fuerza: "Nuestros países necesitan crecer", señaló Salinas de Gortari, y la única manera de lograrlo en el actual proceso de globalización internacional "es por la vía de la integración. De ahí que hayamos enfatizado acciones concretas para que la unión entre nuestros países se fortalezca".

Una vez que la iniciativa fue replanteada por Patricio Aylwin, presidente de Chile, el Grupo de los Tres la acogió con entusiasmo. Ahora será necesario actualizarla sobre la base de los recursos de la región: petróleo, carbón e hidroelectricidad. Estos deberán constituirse en una



Los países industrializados a la zaga de los petroleros

cesta básica de materias primas de todos los países latinoamericanos en su intercambio comercial con las naciones industrializadas.

La instrumentación se dará por la coordinación de procesos de asistencia y cooperación tecnológica en la instalación, desarrollo y modernización de la industria petrolera, entre sus principales miembros (Colombia, México y Venezuela), lo que no descarta el trabajo de otros productores menos desarrollados (Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Perú).

Pero lo más ambicioso recae en el despegue de industrias secundarias rentables, como la petroquímica. Esto conlleva al desarrollo de planes conjuntos en renglones de acería, carbón e interconexión eléctrica.

En este contexto, concluye la Secretaría de Energía, Minas e Industria Paraestatal de México, el sector energético puede transformarse en el impulsor de una mayor integración en la región a través de sus efectos multiplicadores en los procesos de modernización industrial. Los países latinoamericanos poseen un vasto potencial de desarrollo que puede y debe ser aprovechado en el marco de programas de cooperación multilaterales, los que pueden representar una contribución muy importante a la autonomía de la región. ■

Reservas para medio siglo

Las reservas mundiales de petróleo son altamente considerables en los países del Medio Oriente, juntas suman el 65,9 por ciento. Mientras que Norteamérica cuenta con el 4,2 por ciento. Por su parte los 26 países miembros de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE), controlan el 11,5 por ciento, que representa 114.929.000.000 de barriles.

Europa occidental suma el 1,8 por ciento, la Unión Soviética y los países del Este europeo el 0,6 por ciento, Asia junto con la zona austral tienen el 4,1 por ciento, y África el 5,9 del total de las reservas mundiales de crudo.

De los 26 países socios de la OLADE, Venezuela y México figuran con mayores cantidades de reservas petroleras, mientras que 12 países (Costa Rica, Cuba, El Salvador, Granada, Guayana, Haití, Honduras, Jamaica, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Uruguay) ni siquiera producen hidrocarburos o sus reservas están absolutamente agotadas.

La región en su conjunto cuenta con reservas para 49,8 años de acuerdo con datos actualizados por la Organización. En el cuadro adjunto se puede apreciar la situación de cada uno de los países latinoamericanos y del Caribe socios del organismo energético. De todos ellos, sólo dos (Venezuela y Ecuador) son miembros de la Organización de Países Exportadores de Petróleo.*(F. L. S. M.)*.

PAIS	RESERVAS PROBADAS (en millones de barriles)	AÑOS DE RESERVAS (promedio)
Argentina	2.168.000.000	12,9
Barbados	3.000.000	7,6
Bolivia	125.000.000	20,7
Brasil	2.700.000.000	12,7
Colombia	1.997.000.000	13,4
Chile	287.000.000	30,9
Ecuador	1.300.000.000	13,2
Guatemala	54.000.000	40,6
México	48.200.000.000	49,1
Perú	498.000.000	8,5
Surinam	32.000.000	22,1
Trinidad Tobago	556.000.000	7,5
Venezuela	59.041.000.000	92,5
Total regional	114.929.000.000	(promedio) 49,8

CRUZADO

02 02

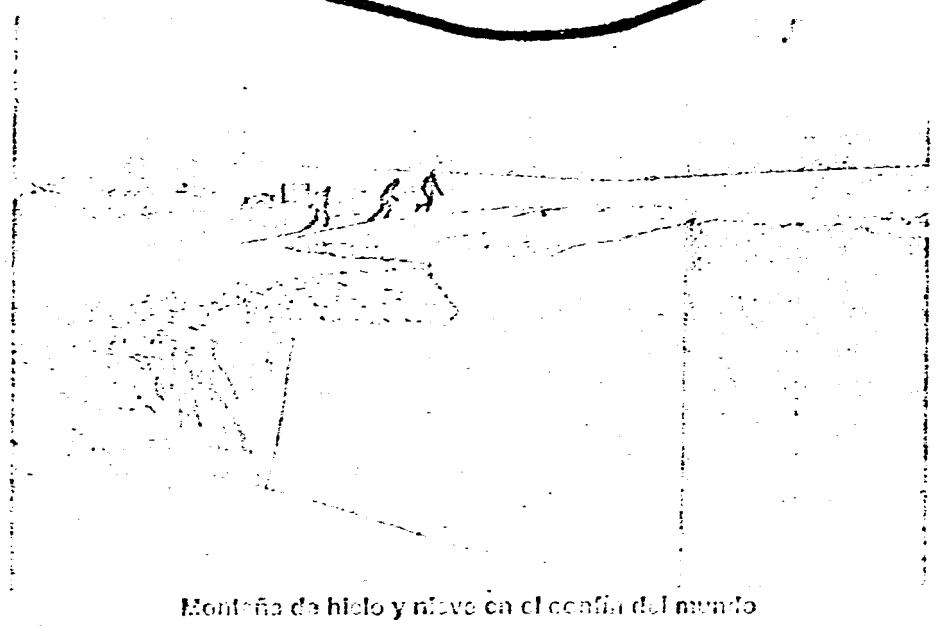
9108786

Nº DOCUMENTO XI REUNION CONSULTIVA
TITULO Conserva pureza Antártida
F. Mercurio Vespertino 150044
FECHA 24/12/90
VINCULACION 12757

Acuerdo Mundial

Conservan la pureza de la Antártida

por Matilde Wolter



Montaña de hielo y nieve en el confín del mundo

DE VIÑA DEL MAR: La Antártida continuará siendo un inmenso manto blanco incontaminado y fuera del alcance depredador de la economía moderna... por lo menos durante algunas décadas. Ese es el principal resultado de la XI Reunión Consultiva Especial del Tratado Antártico, que congregó en este balneario chileno a cerca de 200 delegados de los 39 países miembros del Sistema.

En 10 días de deliberaciones a puertas cerradas y sin testigos, los países fueron aflojando sus posiciones para llegar a un acuerdo de consenso plasmado en la denominada "Declaración de Viña del Mar", que estableció la decisión de preparar "lo más rápidamente posible un nuevo instrumento internacional de protección del medio ambiente antártico" y sus ecosistemas asociados.

"Antártida, una reserva ecológica dedicada a la paz y la ciencia, merece el compromiso de todos los Estados preocupados de establecer un régimen legal vinculante para protegerla", señaló la declaración.

El Acuerdo marca un hito histórico en los 30 años de historia del Tratado Antártico, que en 1959 fundaron 12 países y que funcionó a la perfección para mantener el continente como zona de paz, libre de la amenaza militar y nuclear, pero que necesitaba crear un mecanismo especial de regulación ambiental para el único continente incontaminado del planeta.

Los delegados coincidieron además en la necesidad de adoptar el principio de evaluación ambiental, como requisito previo a cualquier actividad humana en el continente y apoyaron la creación de instituciones específicas para la protección del ambiente.

Según el grupo ecológico *Greenpeace*, la situación ambiental del continente antártico, previa a la firma del Tratado, era ya "crítica debido a la gran devastación y explotación de sus recursos naturales vivos", especialmente en el siglo XVIII, cuando fue el paraíso de los cazadores de ballena, de foca peletera y elefante marino.

El continente también fue codiciado política y estratégicamente. Siete países con historias de exploraciones antárticas reclamaban soberanía sobre determinadas áreas. Tres de ellos —Argentina, Chile y Gran Bretaña— exigían territorios que se sobreponían y los tres se disputaban simultáneamente la propiedad de la península antártica, lo que constituía un inminente riesgo para la paz y seguridad regional.

Con la firma del Tratado, en 1959 se inició, según *Greenpeace*, "la primera y más positiva etapa de cooperación internacional que se conozca en la historia" ya que hubo países con sistemas políticos, económicos y jurídicos muy diferentes que se pusieron de acuerdo para cogobernar un continente.

Sin embargo, con el incremento de las bases que ya sobrepasan las 50, así como la explotación de peces, mamíferos y otros recursos vivos, la actividad marítima y el tráfico de turistas, las normas del Tratado resultaron insuficientes.

CONCIENCIA PROTECCIONISTA

La resolución adoptada en diciembre en Viña del Mar, marca un avance significativo de las posturas conservacionistas sobre el continente blanco, que en sus 14 millones de kilómetros cuadrados —el 10 por ciento del total de la superficie de la tierra— esconde riquezas, misterio y leyendas de ballenas azules y expediciones heroicas, como la del noruego Roal Amundsen.

Los delegados coincidieron además en que es imposible proteger el medio ambiente antártico y a la vez explotar sus recursos minerales, acordando prohibir estas actividades por un largo periodo que, según trascendió, sería de unos 50 años.

De esta manera, la polémica Convención de Minerales, que países como Gran Bretaña y Estados Unidos pensaban sancionar en tierra chilena y cuya discusión podía poner en crisis el sólido Tratado quedó, al menos por un largo tiempo, proscrita de las discusiones.

Esto último fue posible en gran parte por el cambio a última hora de posiciones como la de Estados Unidos, que acordó apoyar una moratoria sobre dicha explotación, y prohibió a las empresas y ciudadanos de ese país realizar cualquier tipo de actividad minera o petrolera en territorio antártico.

También fue determinante el pronunciamiento de Australia y Francia, apoyados por Bélgica e Italia, que reiteraron su posición a favor de prohibir para siempre en territorio antártico la explotación de minerales e hidrocarburos.

Aunque actualmente no existe ninguna restricción a la prospección minera en la Antártida, los altos costos de extracción en su inhóspito entorno han resultado una suerte de moratoria tácita, según los analistas.

La resolución sobre minerales alegró especialmente a los ecologistas, que en el

01.02
9108787

encuentro de Viña del Mar participaron por primera vez como observadores, agrupados en la Coalición Antártica y del Océano Austral (ASOC), que reúne a más de 200 organismos no gubernamentales preocupados por el tema.

"No hay duda que los vientos de cambio han modificado su rumbo hacia la protección ambiental... esta reunión comenzó con un número de países que argumentaban que no había consenso para establecer una prohibición de la explotación minera, y ahora está terminando con tal prohibición como punto de partida para la futura ronda de conversaciones", dijo el vocero de *Greenpeace*, Paul Bogart.

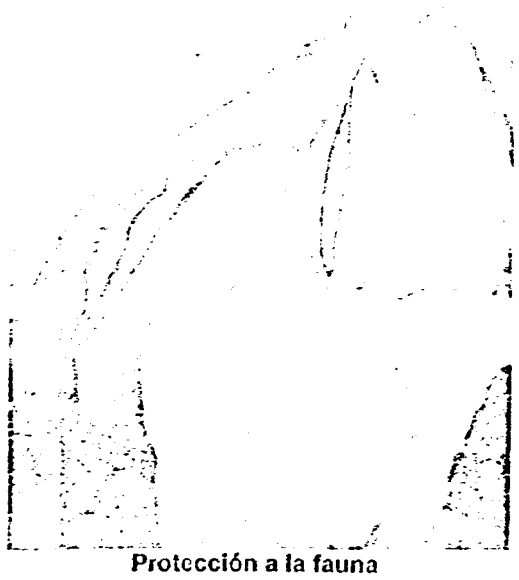
"El peso de la opinión pública ha hecho cambiar el curso de la discusión al punto en que la cuestión central ya no es si debería o no lograrse un acuerdo para prohibir la explotación minera en la Antártida, sino cuándo sería preciso aplicarla", agregó el líder ecologista.

Los beneficiados no sólo son los simpáticos pingüinos, los albatros, las focas, cormoranes y golondrinas de mar que constituyen su fauna más importante junto al krill y las míticas ballenas azules hoy casi extinguidas, sino también toda la Humanidad, pues el equilibrio del ecosistema antártico y sus sistemas asociados depende en gran parte el clima del planeta.

"La opinión pública mundial todavía no se da cuenta que los asuntos de la Antártida van muy rápido, que aquí hay una coadministración mundial de un continente, lo que no se vio jamás en la historia de la Humanidad y ello conlleva responsabilidades muy grandes", dijo el presidente de la reunión mundial y jefe de la delegación chilena, Oscar Pinochet de la Barra.

"Si Valparaíso fue la primera ciudad en imponerse del descubrimiento de la Antártida en 1819, Viña del Mar pasará a ser, en 1990, la primera en iniciar un acuerdo para mantener ese continente libre del flagelo de la contaminación ambiental", manifestó el chileno al clausurar la reunión.

Una cita donde la armonía prevaleció y predominaron las posiciones intermedias claramente a favor de la protección rigurosa del continente, el único reducto no contaminado del planeta. En España, en abril próximo, en una nueva reunión del Tratado Antártico, gobiernos y grupos ecologistas darán forma definitiva al nuevo mecanismo que se encargará de mantener la Antártida pura e incontaminada.



Protección a la fauna en el continente blanco

NUEVAS AMENAZAS

Continente amenazado, no obstante, por procesos provocados fuera de su sistema, como el deterioro de la capa de ozono. La aparición de un "agujero" que cubre toda la zona antártica durante algunos meses del año y que se caracteriza por la presencia de ozono en la atmósfera de esa región, preocupa seriamente a la comunidad científica mundial.

La posibilidad de que el agujero se extienda por el resto del planeta podría amenazar de manera grave la vida del ser humano, de ahí el renovado interés tecnológico y científico por la Antártida.

De los 39 países que forman parte del Tratado, 26 tienen la categoría de consultivos y 13 adherentes. En la cita de Viña se incorporaron a la primera categoría Ecuador y Holanda, tras haber realizado expediciones e investigaciones científicas al territorio antártico. Argentina y Chile, que son miembros fundadores, más Brasil, Uruguay, Perú, Cuba y Ecuador son los únicos países latinoamericanos socios del Tratado, sobre el que siete países tienen reclamaciones territoriales, que fueron "congeladas" con indudable éxito hace 30 años.

La Antártida alberga el 98 por ciento de las reservas de hielo y 70 por ciento de las reservas de agua dulce del planeta. Preservarlas es menester de ahora y futuras generaciones.

[illegible] del [illegible] de la Antártida

+ Argentina	31-5-59	Bélgica	11-9-79
+ Sudáfrica	21-6-60	+ Alemania, RFA	5-2-79 (3-3-81)
+ Bélgica	26-7-60	+ Uruguay	11-1-80 (7-10-85)
+ Japón	4-8-60	Papúa Nueva Guinea	16-3-81
+ Estados Unidos	18-8-60	+ Italia	18-3-81 (5-10-87)
+ Noruega	24-8-60	Perú	10-4-81
+ Francia	16-9-60	+ España	31-3-82 (21-9-89)
+ Nueva Zelandia	1-11-60	+ China, Rep. Pop.	8-6-83 (7-10-85)
+ Unión Soviética	2-11-60	+ India	19-8-83 (12-9-89)
+ Polonia	8-6-61 (23-7-77)	Hungría	27-1-84
+ Argentina	23-6-61	Suecia	24-4-84
+ Australia	23-6-61	Finlandia	15-5-84
+ Chile	23-6-61	Cuba	16-8-84
Checoslovaquia	14-6-62	Corea del Sur	28-11-89
Dinamarca	20-5-65	Grecia	8-1-87
Holanda	30-3-67	Corea del Norte	21-1-87
Rumania	15-9-71	Austria	25-6-87
+ Alemania, RDA	19-11-74 (5-10-87)	Ecuador	15-9-87
+ Brasil	16-5-75 (12-9-83)		

Firmantes originales.- Los 12 países que firmaron inicialmente el Tratado, el 1 de diciembre de 1959, aparecen en cursivas; las fechas corresponden a las presentaciones de la ratificación del Tratado.

+ Miembros consultivos.- 21 estados (los 12 firmantes originales y otros nuevos) han adquirido este rango tras participar activamente en programas de investigación de la Antártida (fechas entre paréntesis).

* Papúa Nueva Guinea sucedió al Tratado tras independizarse de Australia.

02.02

TEMA Seminario de la Fun. Ade NAUER
PROCEDENCIA La Mañana 150015
FECHA 080591
VINCULO 11158
FUNDACIÓN K. ADENAUER 12787
URUGUAY 10020

ENT
CRUZ

La Mañana — Miércoles 8/5/91

Federico Foders y Christian Wilhelms en Uruguay

Economía de Mercado: seminario de alto nivel

Desde mañana, con reconocidos panelistas, organizado por la Fundación Konrad Adenauer

Arribaron hoy a nuestro país los economistas alemanes, Doctores Christian Wilhelms y [redacted] quienes participarán especialmente intivados del Seminario que, sobre Economía Social de Mercados, organiza la Fundación Konrad Adenauer.

E[redacted] es licenciado en Administración de Empresas en la Universidad de Hamburgo y Doctor en Economía. Su campo de investigación se basa en la teoría y política del comercio internacional y la cooperación económica, transferencia de tecnología, recursos naturales, energía, y teoría económica de la política y del derecho.

El [redacted] es doctorado en economía de la Universidad de Frankfurt y su campo de investigación está vinculado al comercio internacional, el fomento de las exportaciones, diversificación, marketing y política de desarrollo.

El prestigio de ambos conferencistas y la participación de destacados especialistas nacionales brindarán el marco necesario para que este seminario "La economía social de mercado. Un modelo económico centrado en el hombre. ¿Una alternativa para el Uruguay?, tenga el ingrediente necesario para dar respuesta a su título.

El Seminario de la Fundación Konrad Adenauer dará comienzo mañana en la Hostería del Lago, con representación de dirigentes sindicales, empresarios, gobernantes y políticos de todas las tendencias.

Entre otros participarán los Contadores Federico Slinger, Ariel Davrieux, Agustín Canessa, los Doctores Rodolfo Saldain, Julio Herrera, el Economistas Walter Cancela y el Senador Alberto Zumarán, quienes irán exponiendo sobre temas vinculados a su actividad y al quehacer nacional.

Encíclica
La Prensa 150025
FE 030591
VIN 500777

"No se trata de un documento antinorteamericano"

CIUDAD DEL VATICANO, 2 (AFP). – La tercera encíclica social de Juan Pablo II, "Centesimus Annus", presentada en el Vaticano, no es un documento "eurocéntrico" ni "antinorteamericano", señaló en rueda de prensa el cardenal Roger Etchegaray, presidente del Pontificio Consejo Justicia y Paz.

El francés Etchegaray y el obispo argentino Jorge Mejía, vicepresidente de Justicia y Paz, fueron los encargados de dar a los periodistas la interpretación vaticana de la encíclica novena del pontificado de Juan Pablo II.

El documento habla de "sociedades de consumo" y no de naciones en particular, no se piensa en un país concreto sino en determinadas situaciones sociales", explicó Mejía al ser interrogado sobre si existía alguna precisa alusión a los Estados Unidos cuando el Papa criticó el consumismo del capitalismo desarrollado.

"Sería la peor deformación presentar el documento como antinorteamericano porque la sociedad de la superabundancia se encuentra por todas partes y dentro de un mismo país existe Norte y Sur, la opulencia y la miseria", dijo por su parte el cardenal Etchegaray.

Los prelados aseguraron que los conceptos vertidos en esta nueva encíclica son básicamente iguales a los contenidos en otras encíclicas sociales de la Iglesia pero, se aclaró, en esta oportunidad se está subrayando el "destino universal de los bienes" porque a veces "se tiene una visión demasiado individualista de la propiedad privada".

Los medios de producción

Para la Iglesia –recordó Mejía, citando un párrafo de "Centesimus Annus"–, "la propiedad de los medios de producción, tanto en el campo industrial como agrícola, es justa y legítima cuando se emplean para un trabajo útil, pero resulta ilegítima cuando no es valorada o sirve para impedir el trabajo de los demás u obtener unas ganancias que no son fruto de la expansión global del trabajo y de la riqueza social, sino más bien de su comprensión, de la explotación ilícita, de la especulación y de la ruptura de la solidaridad en el mundo laboral. Este tipo de propiedad no tiene ninguna justificación y constituye un abuso ante Dios y los hombres".

El derecho de propiedad "no es absoluto", añadió por su parte Etchegaray citando la encíclica, sino que está "supeditado a la utilización universal de los bienes".

Según monseñor Mejía, cuando el texto se refiere a las "democracias con justicia social" aparentemente apoyadas por la Iglesia, el Papa se refirió a los sistemas europeos nacidos después de la Segunda Guerra Mundial, a naciones como Italia, Alemania, Holanda o Francia.

Interrogado sobre quienes habían colaborado con el Papa en la elaboración del texto, Etchegaray respondió sin entrar en particulares, destacando que las tres encíclicas sociales de Juan Pablo II (Laborem Exercens, Sollicitudo Rei Sociales y Centesimus Annus) llevan la "impronta personal y coherente" del Papa.

"Esta encíclica tiene una dimensión universal, no es europeísta", dijo el cardenal. Cuando el Papa analiza el año 1989 y la caída de los regímenes del Este, explicó, subraya que ese hecho tiene influencia en todo el mundo, cuando pide que se ayude económicamente a los países del Este, enfatiza que no por eso se debe olvidar al Tercer Mundo "que sufre a veces condiciones de insuficiencia y de pobreza bastante más graves".

"La encíclica Centesimus Annus –concluyó– da una nueva juventud a la encíclica centenaria Rerum Novarum. Nos hace descubrir también no obstante nuestros viejos ojos, las cosas nuevas que marcan el ingreso al tercer milenio".

En Buenos Aires

La necesidad de poner confianza en el protagonismo de la sociedad, de las sociedades intermedias y de las familias, en un gran ejercicio de la libertad para la convivencia con los demás, destacó como idea central el secretario de la comisión de Pastoral Social, monseñor Gerardo Farrell, al presentar en el país la encíclica papal "Centesimus Annus".

Observó que el documento afirma que la Iglesia "reconoce la positividad del mercado y de la empresa, pero al mismo tiempo indica que éstos han de estar orientados hacia el bien común".

Indicó que la economía de mercado no se da en un vacío jurídico y político, sino que el Estado aporta un contexto legal y tiene incumbencias de armonización del desarrollo, aunque no debe caerse en los excesos del Estado benefactor.

El texto papal indica que el individuo queda con frecuencia sofocado entre dos polos, mientras se olvida "que la convivencia entre los hombres no tiene como fin ni el mercado ni el Estado, ya que posee en sí misma un valor singular".

Farrell expresó que si hay un desafío en América latina hoy es que crezca económicamente y el Papa sostiene que "el ejercicio de la libertad en el orden económico ayuda más a crecer que esas planificaciones socialistas anteriores". Pero debe ser una libertad para todos.

Al indicar por qué cayó en 1989 el socialismo real, mencionó la violación de los derechos del trabajador ("son las muchedumbres de los trabajadores las que desautorizan la ideología, que pretende ser su voz"), la ineficiencia del sistema económico (por violación de la iniciativa, la propiedad y la libertad) y "la verdadera causa" que es el vacío espiritual provocado por el ateísmo.

01 . 01

91 08789

Bid otorga préstamos
El País 150007
220598
12691
URUGUAY 10020

ENTRADO
CRUZ

81

Vendrá Misión a Programar Créditos por Dos Años

BID Otorga U$S 400 Millones; Incluye Apoyo a la Enseñanza

WASHINGTON (por Carlos Pauletti). — El Uruguay aseguró una asistencia financiera del Banco Interamericano de Desarrollo por más de U$S 400 millones así como la aceleración de su concreción para un período de 12 meses a partir de julio, luego de la reunión que ayer sostuviera el Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle, con el titular de ese organismo el Cr. Enrique Iglesias y las máximas jerarquías de su administración.

Igualmente, el Director Ejecutivo por nuestro país en el mismo BID, Ec. Eduardo Balcarcel, señaló a EL PAIS que en junio viajará a Montevideo una importante misión de la institución, llamada de programación, que es la cual "permitirá también trazar el programa de créditos para los 2 años siguientes, es decir 1992 y 1993, de acuerdo con las prioridades que establezca el Gobierno".

Por nuestra parte, debemos informar que el primer crédito que aprobará el Directorio del Banco Interamericano para Uruguay será el denominado Sectorial Financiero para reducción de la deuda externa por U$S 150 millones. Posteriormente se aprobará un préstamo para un Programa de Ciencia y Tecnología por U$S 28 millones destinado al equipamiento del Instituto de Investigaciones Clemente Estable, construcción y equipamiento de la Facultad de Ciencias, cuyo edificio estará en Malvin donde se culminará un inconcluso hogar estudiantil que fue lo que resultó más conveniente según los estudios técnicos y financieros efectuados conjuntamente con la Universidad de la República.

Otra operación a concretarse en estos meses es un crédito por U$S 25 millones destinado al desarrollo de la enseñanza técnica y en el mismo se prevé la construcción de 6 Escuelas Técnicas de UTU en distintas zonas del país, y una amplia gama de acciones cuya finalidad es poner en marcha programas de capacitación de técnicos, con la novedad que podría incluirse a los institutos de enseñanza privada para que accedan a préstamos destinados a obras de infraestructura y desarrollo técnico.

Como informara oportunamente EL PAIS, para los primeros meses del año próximo se espera la aprobación de un crédito a instrumentar a través del Ministerio de Vivienda para la construcción de entre 8.000 y 10.000 viviendas por el sistema de lotes con servicios y dirigido a los sectores más carenciados de la población en todo el país, restando señalar que los fondos de contrapartida fueron incluidos en la Ley de Presupuesto Nacional en vigencia.

El Presidente de la República participó en numerosas actividades en esta capital durante las últimas 48 horas, entre ellas varios contactos con autoridades de organismos internacionales, legisladores norteamericanos, su encuentro con el presidente Bush en la Casa Blanca, así como en la apertura de un seminario denominado "Uruguay, la Puerta del Sur" en el que habló a empresarios e inversores norteamericanos interesados en radicar inversiones en nuestro país de cara a la concreción del MERCOSUR para 1995.

Lacalle parte esta tarde de regreso a Montevideo, donde llegará mañana pasado el mediodía luego de efectuar escalas en Nueva York, Río de Janeiro y Buenos Aires.

SOMOS IDEA
LA UNION NOS HARA FUERZA

PARTIDO NACIONAL

Se cita a la Honorable Convención del Partido Nacional para el día 25 de Mayo a la hora 9, en el Platense Patín Club, Juan Paullier 1757, de acuerdo con lo que establece los artículos 26 y 28 de la Carta Orgánica.

Walter R. Santoro, Presidente
Mario Llana y Jesús Ibañez, Secretarios

01.01 9108790

Bid otorga préstamos
El País 150007
280591
12691
URUGUAY 10020

ENTRADA
CRUZ D

81

Vendrá Misión a Programar Créditos por Dos Años

BID Otorga U$S 400 Millones; Incluye Apoyo a la Enseñanza

WASHINGTON (por Carlos Pauletti). — El Uruguay aseguró una asistencia financiera del Banco Interamericano de Desarrollo por más de U$S 400 millones así como la aceleración de su concreción para un período de 12 meses a partir de julio, luego de la reunión que ayer sostuviera el Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle, con el titular de ese organismo el Cr. Enrique Iglesias y las máximas jerarquías de su administración.

Igualmente, el Director Ejecutivo por nuestro país en el mismo BID, Ec. Eduardo Balcarcel, señaló a EL PAIS que en junio viajará a Montevideo una importante misión de la institución, llamada de programación, que es la cual "permitirá también trazar el programa de créditos para los 2 años siguientes, es decir 1992 y 1993, de acuerdo con las prioridades que establezca el Gobierno".

Por nuestra parte, debemos informar que el primer crédito que aprobará el Directorio del Banco Interamericano para Uruguay será el denominado Sectorial Financiero para reducción de la deuda externa por U$S 150 millones. Posteriormente se aprobará un préstamo para un Programa de Ciencia y Tecnología por U$S 28 millones destinado al equipamiento del Instituto de Investigaciones Clemente Estable, construcción y equipamiento de la Facultad de Ciencias, cuyo edificio estará en Malvín donde se culminará un inconcluso hogar estudiantil que fue lo que resultó más conveniente según los estudios técnicos y financieros efectuados conjuntamente con la Universidad de la República.

Otra operación a concretarse en estos meses es un crédito por U$S 25 millones destinado al desarrollo de la enseñanza técnica y en el mismo se prevé la construcción de 6 Escuelas Técnicas de UTU en distintas zonas del país, y una amplia gama de acciones cuya finalidad es poner en marcha programas de capacitación de técnicos, con la novedad que podría incluirse a los institutos de enseñanza privada para que accedan a préstamos destinados a obras de infraestructura y desarrollo técnico.

Como informara oportunamente EL PAIS, para los primeros meses del año próximo se espera la aprobación de un crédito a instrumentar a través del Ministerio de Vivienda para la construcción de entre 8.000 y 10.000 viviendas por el sistema de lotes con servicios y dirigido a los sectores más carenciados de la población en todo el país, restando señalar que los fondos de contrapartida fueron incluidos en la Ley de Presupuesto Nacional en vigencia.

El Presidente de la República participó en numerosas actividades en esta capital durante las últimas 48 horas, entre ellas varios contactos con autoridades de organismos internacionales, legisladores norteamericanos, su encuentro con el presidente Bush en la Casa Blanca, así como en la apertura de un seminario denominado "Uruguay, la Puerta del Sur" en el que habló a empresarios e inversores norteamericanos interesados en radicar inversiones en nuestro país de cara a la concreción del MERCOSUR para 1995.

Lacalle parte esta tarde de regreso a Montevideo, donde llegará mañana pasado el mediodía luego de efectuar escalas en Nueva York, Río de Janeiro y Buenos Aires.

SOMOS IDEA
LA UNION NOS HARA FUERZA

PARTIDO NACIONAL

Se cita a la Honorable Convención del Partido Nacional para el día 25 de Mayo a la hora 9, en el Platense Patín Club, Juan Paullier 1757, de acuerdo con lo que establece los artículos 26 y 28 de la Carta Orgánica.

Walter R. Santoro, Presidente
Mario Llana y Jesús Ibañez, Secretarios

01.01 9108790

DOCUMENTO
M.C. del Conocimiento: Apoyo de OEA.
El País 150004
070591
500889

ENTRADO
CRUZADO

MERCADO COMUN DEL CONOCIMIENTO: APOYO DE OEA

* Así lo Aseguró el Secretario Baena Soares
* Será en Todo el Continente; Respalda MERCOSUR

El Secretario General de la Organización de Estados Americanos, João Baena Soares, anunció ayer el apoyo de la Organización a la propuesta del Presidente Lacalle de crear el Mercado Común del Conocimiento en todo el Hemisferio.

El jerarca internacional fue recibido por el primer mandatario en el Edificio Libertad con quien estuvo reunido algo más de una hora, considerando diversos temas de la actualidad mundial, especialmente los temas relacionados con las relaciones interamericanas.

Posteriormente, en la sala de periodistas, el embajador Baena señaló a los representantes de los medios de prensa que el respaldo dado a la iniciativa de Lacalle se basa en que "no hay desarrollo sin un conocimiento científico actualizado, modernizado. Justamente la idea de buscar las posibilidades para progresar en esta materia y para reunir los esfuerzos que ya existen es el objetivo que se plantea."

Más tarde, Baena fue interrogado acerca del papel que jugará la OEA en ese mercado común, y al respecto indicó "tiene que ver en cómo realizarlo. Por lo menos la primera fase de este mercado común puede proporcionar a las universidades, los centros de investigación, a los gobiernos, una asistencia permanente y puede servir también como un mecanismo para la obtención de fondos que permitan [illegible]

En relación a los fondos [illegible] necesarios, el Secretario General de la OEA expresó "eso es algo que se irá a definir en los próximos estudios. Ya hemos presentado algunas líneas para el examen de los países miembros. Una decisión de la asamblea va a favorecer el seguimiento del trabajo, estamos en una fase preparatoria pero espero muy sinceramente acelerar estos trabajos para que el Mercado Común pueda comenzar a trabajar."

NO ES NOVEDAD

Una consulta respecto a si la organización interamericana debe cambiar su rol por la formación de grupos de países en el Continente, motivó que Baena expresara "creo que eso no es una novedad. Pienso que desde antes han existido grupos de países y previo a la tendencia más moderna de crear grandes espacios económicos. Vamos a tomar el grupo de Río. Esta concertación política tiene una presencia muy grande no solamente en la OEA sino en otros organismos internacionales. Lo que pasa es que la OEA es el espacio político donde los grupos van a manifestar sus intereses y buscar la armonización con otros países o grupos de países, por lo que no hay ninguna incompatibilidad. Y la OEA puede también apoyar los proyectos regionales y subregionales de integración."

En este sentido, el embajador Baena Soares [illegible] está en la carta de constitución de la misma, y que además tiene otras posibilidades de ayudar, por ejemplo, al MERCOSUR. "Pienso que son líneas convergentes y no divergentes."

Preguntado sobre cuál es la situación presupuestal de la OEA, su secretario general, contestó, "esa es la interrogante que más me agrada. Debo decir que puede ayudar cooperando para la obtención de fondos, porque la OEA tiene capacidad de catalizar recursos de otros orígenes. Por ejemplo, del sistema mismo, del Banco Interamericano de Desarrollo, de fondos externos, de los países observadores, etc."

"En cuanto al presupuesto", agregó, "la situación siempre es mala, pero el flujo de caja mejoró con el pago de algunos países, como Estados Unidos, que por primera vez han pagado su contribución al día y con el ingreso de Canadá que ya ha pagado la contribución del año pasado y de este año. Vamos caminando poco a poco, pero jamás será una situación aliviada."

Para finalizar, el jerarca internacional explicó que además del Mercado Común del Conocimiento, durante su encuentro con el presidente de la República se habló asimismo "sobre todos los temas de la Asamblea, como el fortalecimiento de la democracia, derechos humanos y aspectos económicos y comerciales que tienen que ver con la integración para las [illegible]

El Dr. Lacalle Herrera recibió en su despacho del Edificio Libertad al Secretario General de O.E.A., Embajador João C. Baena Soares

01 . 01

9108791

TITULO Reunion de Industria Química en ALADI
PROCEDENCIA La República /T0023
FECHA 200591
VINCUL. 12633

Los Representantes de la Industria Química de la Región se Reúnen hoy

200591

Hoy lunes 20 de mayo, a las 11 horas, dará inicio en la sede de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) la décima reunión de la industria química para celebrar su encuentro anual los delegados privados provenientes de los países del área.

Están vigentes a la fecha cuatro Acuerdos Comerciales negociados en el marco de la Asociación correspondiente a la industria química. Se trata del Acuerdo Comercial Nº 5 para productos químicos básicos, incluyendo el sector de fibras químicas, vigente entre Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguay y Venezuela; el Acuerdo Comercial Nº 16 de la industria petroquímica, concertado por Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguay y Venezuela; el Acuerdo Comercial Nº 20 del sector de materias colorantes y pigmentos, cuyos signatarios son Argentina, Brasil y México; y el Acuerdo Comercial Nº 21 para ca (excedentes y faltantes), suscrito por Argentina, Brasil, Chile, compuestos de la industria químicrito por Argentina, Brasil, Chile, México y Uruguay.

ENTRADA
01 . 01 9108792

OCDE: Se recupera Economía Mundial
El País 150007
200591
12418
ECON. MUNDIAL 11189

OCDE: Se Recupera la Economía Mundial Tras la Crisis del Golfo

200574

PARIS, 17 (REUTER).— El mundo industrializado comienza a emerger de la depresión provocada por la crisis del Golfo y la recuperación se acelerará en el transcurso del año, sostuvieron expertos de la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo (OCED).

Las proyecciones discutidas esta semana en París anuncian un crecimiento del 2,9% para 1992 en los 24 países industrializados que forman la OCED, informaron hoy fuentes diplomáticas cercanas a las conversaciones. El crecimiento de este año es del 1%. Casi la totalidad del incremento de la producción para 1991 se producirá en la segunda mitad del año.

Se estima que la inflación disminuirá a alrededor del 3,8% en 1992 a pesar de la recuperación de la economía. Según las proyecciones, los precios subirán alrededor del 4,4% este año.

El panorama de la economía mundial se discutió como paso previo a una reunión la próxima semana del comité de Política Económica de la OCED. Las conclusiones del encuentro serán debatidas por ministros de Finanzas y Comercio en París, durante la conferencia anual del organismo el 4 y 5 de junio. Un diplomático comentó que hubo un poco común grado de consenso en las conversaciones.

"No hay nada que detenga la recuperación", dijo, "El único interrogante es el momento".

Casi dos tercios de los delegados coincidieron en que el crecimiento dentro de la OCED probablemente se reanudará este trimestre, aunque lentamente. Para los demás, la recuperación no ocurrirá hasta la segunda mitad del año.

La proyección de la OCED sobre un crecimiento del 2,9 para 1992 es cercana a la del Fondo Monetario Internacional.

El último panorama económico mundial que publicó el organismo el mes pasado, proyectó una aceleración del crecimiento económico mundial del 2,8% para el año entrante, lo que constituye un incremento del 1,3% registrado este año.

Debido a las transferencias masivas de los países del Golfo, Japón y Alemania a Estados Unidos, para ayudar con los gastos de la guerra, la OCED considera que el actual déficit de cuentas de Washington podría ser considerablemente menor que la ya reducida brecha de 40.000 millones de dólares que calcula el Tesoro norteamericano, dijo.

01 . 01 9108793

DOCUMENTO
Medio Ambiente - REUNIÓN EN CARACAS
La Mañana / 5008/5
15-05-91
12641 BID
VENEZUELA 67390

81

Miércoles 15/5/91 La Mañana

Convocada por el BID en Caracas

Medio Ambiente: realizan III Reunión de Consulta

Discutirán "Nuestra Propia Agenda", presentado en Uruguay

El Banco Interamericano de Desarrollo realizará su Tercera Reunión de Consulta sobre el Medio Ambiente en Caracas, Venezuela, del 17 al 19 de junio.

LOS participantes discutirán sobre políticas para resolver los principales problemas ambientales de la región, en preparación para la Conferencia sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo de las Naciones Unidas, que se realizará en Río de Janeiro, Brasil, en junio de 1992. Se espera que la conferencia de Río establezca la agenda mundial de medidas ambientales para el resto del siglo.

El Presidente venezolano Carlos Andrés Pérez inaugurará el cónclave de Caracas el 17 de junio. El Presidente del BID, Enrique Iglesias, y otros funcionarios del Banco, hablarán en la reunión.

Funcionarios de los países prestatarios miembros del Banco, representantes de organizaciones no gubernamentales y funcionarios del Banco discutirán el informe "Nuestra Propia Agenda", recientemente publicado por la Comisión sobre Desarrollo y Medio Ambiente de América latina y el Caribe como base para fijar una posición regional en el debate internacional sobre ecología y crecimiento económico. El trabajo de la Comisión fue patrocinado conjuntamente por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo y el BID.

Participantes en la reunión de Caracas también revisarán las actividades ambientales del BID en los dos años pasados y examinarán las relaciones del Banco y los gobiernos de la región, así como las relaciones del Banco con organizaciones gubernamentales.

Cinco grupos de trabajo discutirán tales temas como la legislación ambiental de la región, la política forestal regional, el financiamiento de proyectos ambientales y la evaluación de efectos ambientales.

Uno de los grupos analizará el documento "Aspectos Institucionales y Jurídicos del Medio Ambiente, incluida la Participación de las Organizaciones No Gubernamentales en la Gestión Ambiental". El estudio fue preparado a raíz de la Segunda Reunión de Consulta sobre el Medio Ambiente.

La Primera y Segunda Reunión de Consulta del BID tuvieron lugar en la sede del Banco en Washington, D.C., en 1987 y 1989, respectivamente. ■

01.01 9108794

DOCUMENTO
OCDE Denuncia Aumento de Subvenciones
El País 150007
280591
12718

OCDE Denuncia Sensible Aumento de Subvenciones Agrícolas: U$S 300:

PARIS, 28 (EFE).— La OCDE denuncia en un informe el sensible aumento de las subvenciones agrícolas, que alcanzaron el récord de 300 millones de dólares en 1990, según confirmaron hoy fuentes próximas a dicha organización.

El documento de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), cuya versión definitiva será sometida al consejo ministerial de la institución la próxima semana, subraya que una proporción cada vez más importante de los presupuestos nacionales se dedica a las ayudas agrícolas, lo que perturba la producción y los intercambios agrícolas.

Los expertos de la OCDE indican en concreto que la disminución de las ayudas registrada en 1988 y 1989 no se debió a decisiones voluntaristas sino a simples circunstancias coyunturales de alza de los precios mundiales y de incremento de la demanda.

El nuevo aumento de las subvenciones se ha producido en Estados Unidos, en Europa y en el conjunto de los 24 países de la OCDE.

Japón parece ser el único país en haber estabilizado su nivel de apoyo a la agricultura.

Sobre el crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB) en el segundo semestre, en el conjunto de los países de la OCDE, los expertos prevén una mejoría a mediados del próximo verano, tras un aumento casi nulo en el primer semestre.

Para finales de este año, el PIB del 2,9 por ciento, con una mejora de la inflación y un agravamiento del desempleo.

Según los últimos cálculos de la OCDE, la inflación podría pasar del 4,4 por ciento en 1991 al 3,8 por ciento el año que viene, frente a un 4,3 por ciento en 1990.

En cuanto al desempleo, la OCDE prevé que el 9 por ciento de la población activa en Europa estará en paro a finales de 1992, frente a un 8 por ciento el año anterior.

Para el conjunto de los 24 países que integran la OCDE, el índice de paro podría alcanzar al 7,1 por ciento de la población activa frente al 6,2 por ciento en 1991.

01.01 9108795

El Bid a Japon
La República 150023
940391
12641
JAPON 66224

940391

El BID a Japón (F-1)

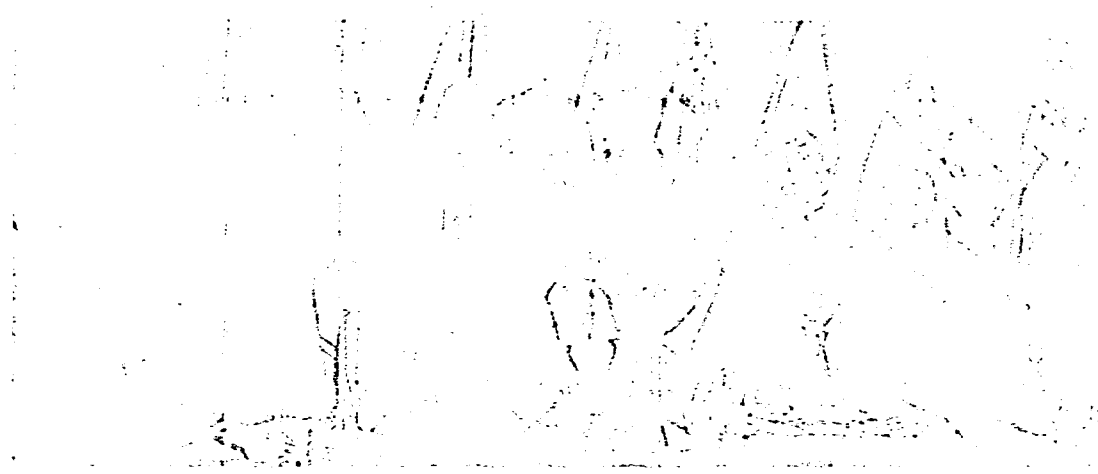
Por primera vez en sus 32 años de historia, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) celebrará en Nagoya, Japón, su Reunión Anual de la Asamblea de Gobernadores, del 7 al 9 de abril. El cónclave será realizado conjuntamente con la sexta reunión anual de la Corporación Interamericana de Inversiones, afiliada al BID y promotora del desarrollo del sector privado en los países miembros.

Esta reunión reviste gran importancia por la razón de que Japón es el segundo exportador de la región, luego de Estados Unidos, y tercer importador de productos latinoamericanos después de Estados Unidos y Alemania. Entre los puntos a discutir está el cambio de clima para las inversiones resultante de las reformas económicas, la privatización de las empresas paraestatales así como su desempeño posterior a la venta, los próximos pasos en los procesos de ajuste e iniciativas del sector privado de la región.

01.01 9108796

Nº DOCUMENTO
TITULO Un Grupo Aparte
PROCEDENCIA Visión LT00044
FECHA DE 29/09/90
VINCULACIÓN 11199
OEA 500389-
GATT 12599-

Un Grupo aparte



En la [illegible] sentados de la [illegible] derecha [illegible] presidente [illegible], canciller Caballo, Susana de Fujimori, presidente Pérez y canciller Figueiredo

[illegible] CARACAS: Parecía difícil, pero [illegible] el Grupo de Río [illegible] re- [illegible] y promover acciones eficaces.

[illegible] días en una torre [illegible] Caracas Hilton (sólo la abandonaron [illegible] a la foto oficial y Menem para un [illegible] que debió suspenderlo por lluvia), los gobernantes latinoamericanos coincidieron en darle siempre vigencia a la Organización de Estados Americanos (OEA), aunque parecía que estaba siendo reemplazada por esta instancia política inicialmente creada como *Grupo de los Ocho*, que bajó a siete con la marginación de Panamá, pero aquí subió a nueve con la asistencia de Chile y Ecuador; luego serán 11 al reconocer la admisión de Bolivia y Paraguay, aunque concurrieron 13 con la delegación de los países de Centroamérica y otro del Caribe.

De los presidentes sólo faltó el peruano Alberto Fujimori, quien no obtuvo el permiso del Congreso, por lo que su esposa Susana trajo la excusa y adhesión.

Aquí la Iniciativa para las Américas (Bush) tuvo respaldo unánime, reiterándose que debe encajar en los parámetros de la integración latinoamericana. Hubo acuerdo para poner en marcha un fondo estratégico de inversiones; posibilitar la autosustentación energética de la región; un fervoroso llamado para que la Ronda Uruguay (GATT) culmine con éxito.

Luego vinieron narcotráfico, medio ambiente, SELA y deuda externa, reunión de productores y consumidores de petróleo, diálogo con la Comunidad Económica Europea "esperando que formule iniciativas que asegure el desarrollo de sus relaciones económicas y de cooperación con América Latina".

Ante la prensa, sólo Carlos Andrés Pérez (el anfitrión venezolano) y César Gaviria (Colombia) como portavoces. Y "hasta pronto", por cuánto todos los gobernantes iberoamericanos están invitados a México el próximo año; luego a España en 1992 y a Brasil en 1993. Los andinos volverán a encontrarse antes de fin de año en Bolivia. *(M. M. M.)*

299090

ENTRADO
CRUZ

01 . 01 9108797

Nº DOCUMENTO
TITULO NUEVA MORATORIA ANTÁRTICA
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA 050591
VINCULO
92 FS F

Domingo 5 de mayo de 1991

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Directora: Ernestina Herrera de Noble

Nueva moratoria antártica

LOS 39 países firmantes del Tratado Antártico han decidido que por otros 50 años el continente austral continúe siendo "una reserva natural destinada a la paz y a la ciencia". Esta es la conclusión evidente de la prohibición de todas las actividades mineras y petroleras en la Antártida, tanto de extracción como de prospección de carácter industrial.

La representación de nuestro país había propiciado una posición más flexible, abierta a la posibilidad de llegar a acuerdos que permitieran en el futuro, con las debidas salvaguardias ecológicas, la realización de actividades extractivas. Los Estados Unidos y Gran Bretaña también habían asumido en principio una actitud posibilista, que luego fueron modificando hasta adherir en la práctica a la postulación prohibicionista alentada por un grupo de países que encabezó con neto vigor Australia.

Las resoluciones deberán ser ratificadas por los gobiernos y signadas en un nuevo tratado en octubre, en Bonn. La reunión preliminar para conocer los consensos debería realizarse algún tiempo antes, probablemente en junio, como fue propuesto, pero no se esperan novedades de relieve. El resultado de la partida quedó de hecho revelada ahora en Madrid, cuando los 39 adherentes al tratado de 1959, que tuvo 12 socios iniciales, sentaron las bases definitorias del nuevo pacto.

La posición sustentada por nuestro país en Madrid reflejaba aspiraciones manifestadas hace una década por las grandes potencias signatarias del viejo tratado y por empresas multinacionales del sector petrolero y minero. Consideraban ellas que había llegado el momento de posicionarse con vistas a incorporar a la economía mundial las ingentes reservas de petróleo y otros minerales que se encuentran bajo los 14 millones de kilómetros cuadrados de superficie del continente antártico, cuando los avances de la técnica en el sector así lo posibilitaran.

La crisis petrolera que provocaba entonces restricciones en los países industrializados es una etapa superada. Las previsiones sobre la disponibilidad de combustibles para el futuro inmediato son menos alarmantes y se añade a ello el conocimiento y empleo de nuevas técnicas para la producción de energía. Al mismo tiempo, es evidente que el desarrollo científico y tecnológico no ha logrado todavía disminuir el peso de los inconvenientes ambientales para el desarrollo de toda actividad productiva en la Antártida. Las inversiones necesarias para su desenvolvimiento son todavía enormes en relación con los beneficios probables.

La humanidad, por otra parte, está asumiendo en los últimos tiempos con mayor preocupación y racionalidad las amenazas ambientales y la necesidad de considerar la Tierra como su hábitat común. Los grandes problemas ecológicos son, en definitiva, problemas comunes que exigen soluciones igualmente comunes y compartidas. La industrialización de la Antártida la podría alterar en mucho, consideraron en Madrid, la situación actual, ya tan crítica.

Como integrante de los países promotores del acuerdo, y como potencia que alega soberanía sobre un sector del continente antártico, la Argentina no podía permanecer ajena al tema. Sus aspiraciones, sin embargo, no pasaban de ser una mera expresión de deseo. Como decíamos en aquella época en esta columna, nuestro país había "renunciado durante dos décadas a hacer un esfuerzo sistemático de modernización" y, a la vez, "desdeñó ocupar a pleno y desarrollar la enorme región patagónica, negándose así argumentos y potencial negociadores".

El cambio de actitud reciente, con la prolongación de la moratoria por otro medio siglo, favorece objetivamente en ese sentido a la Argentina, pues aleja la posibilidad de entendimientos de cuyos beneficios no podría por cierto participar en una medida adecuada.

Esto es ya evidente en el sector de la pesca, recurso natural muy abundante en las aguas aledañas a la Antártida, sobre cuya explotación existen acuerdos internacionales que preservan la existencia de reservas sin impedir a la humanidad el acceso a una nueva e importante fuente alimentaria, constituida fundamentalmente por el krill, esto es, las acumulaciones de pequeños crustáceos con alto valor proteínico aptos para la ingesta animal y humana.

La Argentina, que descuida la explotación de la riqueza ictícola de todos sus litorales marítimos y de sus ríos, no se destaca lógicamente por el aprovechamiento de los recursos antárticos.

Para hacer oír su voz en el concierto internacional en respaldo de sus derechos, o para participar en los proyectos de cooperación que el futuro puede alentar, nuestro país debe retomar el camino del crecimiento y la ocupación de su territorio abandonado hace ya décadas. Con respecto al continente antártico se interponen materialmente entre nuestras aspiraciones, incluida la soberanía sobre un sector, que quedará nuevamente bajo un paraguas diplomático, las enormes extensiones patagónicas con escasa población e insuficientes actividades productivas. Nuestra política austral debe priorizar el llenado de ese vacío, sin descuidar, por supuesto, la reafirmación de todos los derechos a los que nos consideramos acreedores en el ámbito internacional.

Nº DOCUMENTO
TITULO Antártida: satisfacción
PROCEDENCIA La Prensa /150026
FECHA 220591
VIDEO /12757

Antártida: satisfacción latinoamericana

Madrid (ANSA) – El resultado de la XI reunión consultiva especial sobre el Tratado Antártico que concluyó en Madrid fue satisfactorio para gran parte del continente sudamericano, según afirmaron representantes de la Argentina, Brasil, Colombia y Chile.

El texto aprobado en la asamblea final, que deberá ser sometido a ratificación de los gobiernos, constituye "un buen acuerdo, que prevé un régimen de protección al medio ambiente, resuelve por 50 años el problema de explotación en la Antártida de minerales, con una posibilidad de revisión y, lo más importante, reforzamos definitivamente el sistema del Tratado Antártico", expresó el director de Malvinas, Atlántico Sur y Antártida de la Argentina, José María Otegui.

"Un acuerdo de este tipo demuestra la vitalidad y la fortaleza del tratado para regular la Antártida, que es en lo que estamos todos muy interesados", añadió.

ENTRADA

01 . 01

9108799

DOCUMENTO
TÍTULO Apala vuelve a Europa
150041
03/290
11213
ETA

Pag. 43

Apala vuelve a Europa como nuevo jefe de ETA

La policía antiterrorista cree que «Apala», histórico militante de ETA refugiado durante más de seis años en América, está en Francia desde hace cuatro meses y se dispone a tomar las riendas de la organización

GORKA LANDABURU

EL rosario de detenciones de los últimos años, agudizado en los últimos meses, se ha hecho sentir. Los activistas de ETA han visto como iban cayendo, uno tras otro, todos los dirigentes históricos de la organización, que poco a poco ha ido quedando decapitada. Primero fue Lorenzo Lasa Mitxelena, *Txikierdi*. Luego, Santiago Arróspide Sarasola, *Santi Potros;* Juan Antonio Urrutikoetxea, *Josu Ternera;* José Javier Zabaleta Elósegui, *Waldo*...

En la organización terrorista los mecanismos sucesorios han funcionado siempre como un reloj. Antes de que se produzca una caída, ya está en movimiento el sustituto. Así Zabaleta Elósegui, *Waldo,* tomó las riendas de los comandos legales (los integrados por terroristas con la documentación en regla, que no están fichados por la Policía) nada más producirse la detención de *Josu Ternera,* que a su vez las había recogido de Arróspide Sarasola, *Santi Potros.*

Pero la reserva de dirigentes históricos, con autoridad moral sobre la organización, empieza a agotarse. Solamente Francisco Múgica Garmendia, *Artapalo,* goza todavía de cierto prestigio. Pero *Artapalo,* en el punto de mira de la Policía francesa, encuentra cada vez más dificultades para controlar a la ejecutiva de la organización.

El problema empieza a ser grave. En ETA, a lo largo de toda su historia, han sido siempre muy celosos de su prestigio. Los líderes han sido y son un punto de referencia fundamental para el militante de base, que se resiente cada vez que se produce una caída en la cúpula de la organización.

El futuro de *Artapalo* les produce ahora particular desasosiego. Acosado por la Policía, su detención se podría producir en cualquier momento, como ha ocurrido con sus compañeros. Si se cumple este pronóstico, aumentará el desaliento en las bases, que también están siendo acosadas en los últimos días por la Policía española.

Este conjunto de circunstancias es el que ha propiciado, según fuentes policiales solventes, que desde ETA se haya reclamado a Miguel Angel Apalategui, *Apala,* refugiado desde hace varios años en Sudamérica, para que se reincorpore a la militancia activa y se prepare para asumir cargos de responsabilidad si cae *Artapalo.*

Miguel Angel Apalategui, en Porquerolles

Fuentes de la lucha antiterrorista en el País Vasco han confirmado a esta revista que su presencia ha sido detectada recientemente en el sur de Francia, donde llegó, según estas fuentes, hace unos cuatro meses.

Apala, el último histórico de ETA, desapareció hace más de seis años del País Vasco francés. Desde entonces lo buscan afanosamente la Policía gala y la Interpol, que sólo de lejos han logrado seguir su pista, sin llegar a cercarlo ni mucho menos a detenerlo.

ESCAPAR A CAHADA. Miguel Angel Apalategui, según informaciones recabadas por este semanario, viajó primero a Canadá cuando la dirección de ETA le obligó a dejar el sur de Francia. Durante algunos meses se dedicó a cortar árboles en los bosques canadienses.

El terrorista convertido en leñador cambiaría pronto de oficio y de país: los servicios de información franceses lo localizaron en Venezuela, donde trabajaba de taxista.

Su fantasma sobrevuela ahora de nuevo el País Vasco francés donde, según todos los indicios, se dispone a volver a sus orígenes: la lucha armada, en la que es un verdadero especialista. *Apala* nunca ha sido un teórico o un hombre que haya destacado en los debates internos de ETA.

Es un hombre de acción, un activista apegado a la pistola que tiene en su haber numerosos atentados y asesinatos. En su expediente policial figuran los de los empresarios Angel Berazadi y Javier Ybarra. También el del activista etarra Eduardo Moreno Bergaretxe, *Pertur,* cuya muerte, en 1976, conmocionó a todas las fuerzas políticas vascas, incluidas las del *arbertzalismo* más radical.

La vida de *Apala* es la de un activista-tipo de ETA. Nació el 16 de abril de 1955, en el caserío de Alberdi Berri, en Ataun, en pleno corazón del Goihierri, cuna de numerosos etarras.

Su lengua materna es el euskera, único idioma que ha utilizado a lo largo de su vida. Estudiante en una escuela de formación profesional, tenía 15 años cuando, en 1970 durante la dictadura franquista, el juicio de Burgos fue para él un revulsivo que lo condujo a ETA y a la lucha armada.

En el 73 entró como oficinista en la empresa de construcción de material

01 . 03
9108800

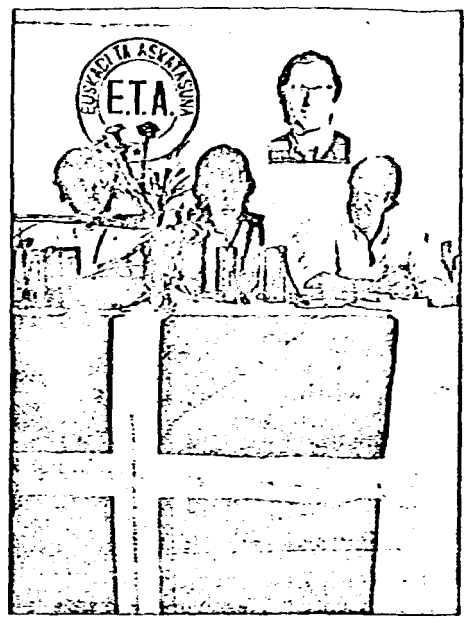
ferroviario CAF, de Beasain. Año y medio después ETA atracaba sus oficinas llevándose 14 millones de pesetas. En el transcurso del robo fue asesinado un guardia civil. A Miguel Angel Apalategui sólo le quedaba una alternativa: huir a Francia.

Así fue como entró en el engranaje del terror este joven de 1,78 centímetros de estatura, corpulento, con barba y pelo negro, especializado en la manipulación de armas.

Antes de huir a Francia había dado cursillos de armamento en los montes de Ataun y Lizarrusti a los componentes de los comandos *legales* de Legazpia y Zumárraga.

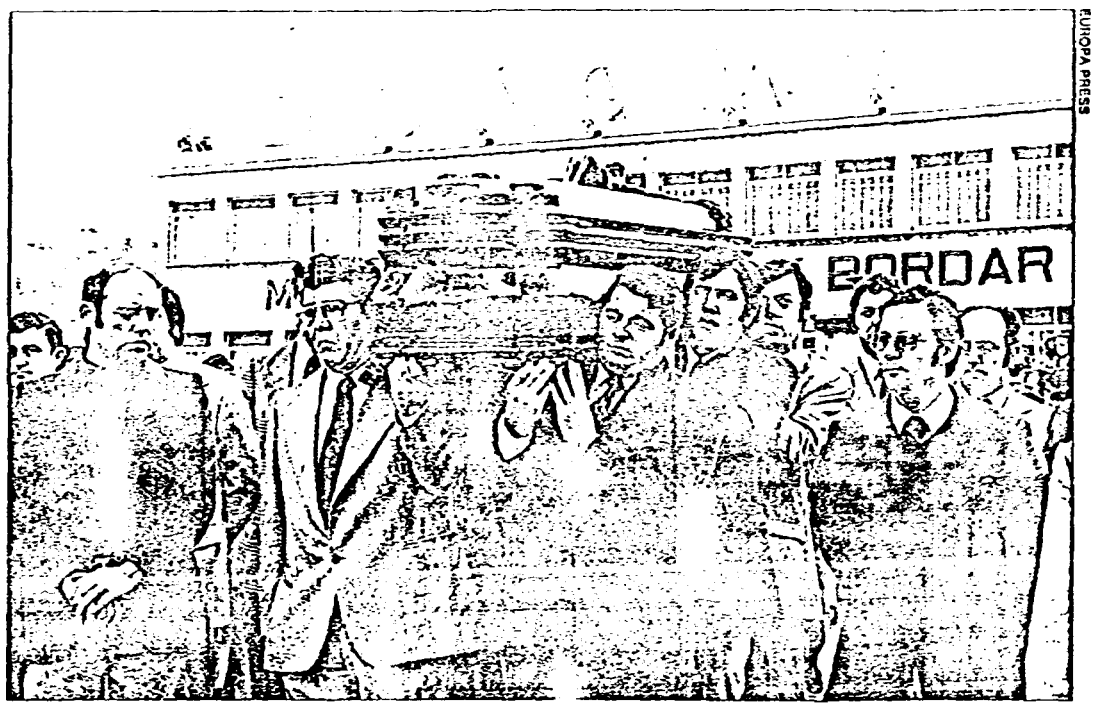
Pero es a partir de entonces, en el exilio, donde va a alcanzar su verdadera dimensión de hombre frío, calculador y sangriento. Pronto se aleja de la línea de ETA político militar que encabezaba Moreno Bergaretxe, *Pertur*, firme partidario de dejar cuanto antes las armas. Moreno Bergaretxe considera que era necesario defender los planteamientos independentistas desde plataformas exclusivamente políticas. Apalategui se convierte entonces en máximo responsable de los comandos Bereziak, los más duros de ETA político-militar. Se propone integrarlos en ETA militar.

Pero la dirección de ETA-militar ve con recelo a los Bereziak, que nadie controla y actúan por su propia cuenta. *Apala* sabe que debe hacer algo para vencer los recelos de Txomin Iturbe, entonces máximo dirigente de la organización. Para mostrar su fuerza, Miguel Angel Apalategui y los Bereziak, deciden secuestrar a Angel Berazadi, un empresario de Elgoibar al que esconden en una cueva cercana a Ieiar (Guipúzcoa).



«Pertur» (al fondo) quería dejar las armas.

LA MUERTE DE «PERTUR». En plena negociación con la familia, y cuando parece inminente un acuerdo, desde Francia llega la orden de ejecutar al secuestrado. Dos meses más tarde, el 22 de junio de 1976, la historia se repetirá con otro empresario vizcaíno, Javier Ybarra, cuyo cadáver aparece en las faldas del monte Barazar, cerca de Bilbao. Los dos asesinatos provocaron gran conmoción en la opinión pública vasca. En el santuario francés, *Pertur* y otros dirigentes de ETA político-militar convocaron una asamblea para analizar la repercusión de estos crímenes.



EUROPA PRESS

El asesinato del empresario Berazadi, perpetrado por «Apala», conmocionó a Euskadi en 1976.

La ruptura con *Apala* fue definitiva. Semanas después, cuando empezaba a tomar forma el embrión de lo que luego sería el partido EIA y más tarde Euskadiko Ezquerra, *Pertur* fue citado en Behovia, cerca de la frontera española. Era el 23 de julio de 1976. Nadie volvió a verlo vivo.

Inicialmente se atribuyó su muerte a la extrema derecha. Pero pronto, los familiares de Moreno Bergaretxe reconstruyeron las últimas horas de su vida y establecieron otras conclusiones. Se supo entonces que Miguel Angel Apalategui y *Paco*, también militante de ETA, habían acompañado a Moreno Bergaretxe desde San Juan de Luz hasta Behovia. Fueron las útlimas personas que lo vieron con vida.

Pertur jamás ha vuelto a aparecer. Nadie ha reivindicado su muerte y son muchas las voces que responsabilizan a *Apala*. La versión más extendida por el País Vasco, desde hace ya largos años, es que Apalategui lo hizo desaparecer obedeciendo órdenes de la dirección de ETA-militar V Asamblea, que requería este último aval como paso previo a la integración de *Apala* y los comandos Bereziak.

Miguel Angel Apalategui, que siempre ha negado su participación en los asesinatos de *Pertur*, y los empresarios Berazadi e Ybarra, volvió a

EL mito «Apala» vuelve a resurgir. La Policía cree que vive en el sur de Francia y ETA piensa en él para dirigir la organización si cae «Artapalo»

ser noticia en 1977, cuando lo detuvo la Policía francesa y el Gobierno español pidió su extradición.

El etarra se defendió con una huelga de hambre que duró 31 días. Se produjo entonces un suceso inesperado: su abstinencia voluntaria generó la mayor solidaridad que se había conocido hasta entonces en Euskadi. Decenas de miles de personas se manifestaron por las capitales vascas pidiendo su libertad. Todos, desde el nacionlismo moderado hasta los socialistas, tomaron posición a su favor. Hasta José Mari Gurutxaga, actual gobernador civil de Guipúzcoa, reconoce haber participado en aquellas manifestaciones: «Eran otros tiempos y estábamos al principio de la transición democrática», dice.

DE TRAIDOR A HEROE. En pocas semanas, *Apala* había pasado de traidor a héroe, del hombre más buscado por todas las policías en el más popular, en una víctima del Gobierno español.

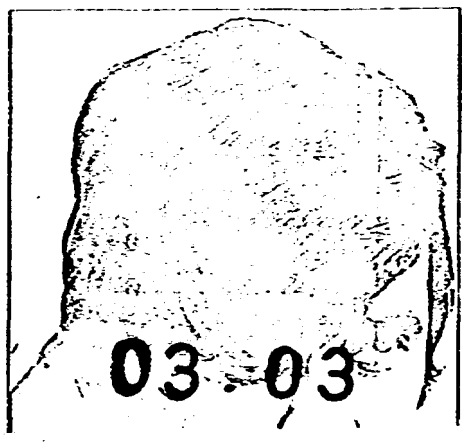
Influía el contexto. El Gobierno central aún era deudo del franquismo. El caso *Apala* coincidía además con una reivindicación que entonces tenía eco en todo el Estado: «libertad, amnistía y estatuto de Autonomía».

Las presiones y las manifestaciones lograron su efecto. Los jueces de Marsella, en cuya penitenciaría estaba ingresado *Apala,* decidieron concederle la libertad provisional. El héroe acabó por convertirse en mito cuando se supo que un súbdito español residente en Valencia, Salvador Grau Lloret, acompañado por un marroquí, habían intentado matarlo. Ambos fueron detenidos en la frontera hispanofrancesa de Hendaya armados con una pistola de 9 milímetros Parabellum.

A su salida de la cárcel, Apalategui agradeció la solidaridad y explicó su huelga de hambre: «Era la única arma que me quedaba. Si no lo hacía me largaban a España». Pero el episodio no hizo variar ni un ápice sus planteamientos: «¿Se conoce algún pueblo oprimido que haya conseguido su li-

«Artapalo», máximo dirigente de ETA.

La reserva de dirigentes históricos, con autoridad moral sobre la organización, empieza a agotarse. Ello produce desasosiego en ETA



ver a la víctima como verdugo: a principios de la década de los 80 el nombre de Apalategui apareció, junto al de Lasa Mitxelena, relacionado con nuevos atentados.

En compañía de Andrés Izaguirre Gogorza y Francisco Javier Pie de Hierro Hormaetxea, robaron 7.000 kilos de goma-2 en el polvorín de Soto de la Marina, en Santander. Dos días antes, el mismo comando hacía saltar por los aires, en Logroño, un convoy en el que viajaban 60 guardias civiles.

ORDENES DE LA DIRECCION. Desde entonces se cree, y así figura en su ficha policial, que ha colaborado con el sanguinario *comando Madrid.* En 1980 escapó milagrosamente de los policías que lo perseguían en Rentería. Quedó en el suelo un carné de identidad falso. Dos años después se buscó su huella en las estaciones de Irún y Hendaya: como quiera que Miguel Angel Apalategui, *Apala* tiene un cuñado que trabaja en los ferrocarriles franceses, la Policía sospechó que hubiera utilizado su uniforme para cruzar la frontera.

Buscado, perseguido y *quemado,* según el argot de los terroristas, *Apala* recibe instrucciones de la dirección de ETA: ha de abandonar Francia, «cruzar el charco» y buscar refugio en América. Lo encuentra en Canadá, primero, y en Venezuela, después.

Algunas fuentes rechazan esta versión e incluso aventuran otra: que Miguel Angel Apalategui pudo morir hace algunos años. No lo cree así la Policía española. Por el contrario, los servicios antiterroristas manejan hoy información que les permite sustentar otra hipótesis: que *Apala* ha vuelto, que sus antiguos compañeros lo han llamado como último recurso.

Y ahora está pisando el continente europeo, probablemente el sur de Francia, a la espera de acontecimientos. La eventual detención de *Artapalo* lo obligaría a coger las riendas de la organización terrorista vasca, después de más de seis años de huir del País Vasco y del santuario del sur de Francia.

DOCUMENTO La Encíclica
150007
190591
CLONES 500777

INFORME ESPECIAL

LA ENCICI
LAS COSA

Al recordarse los 100 años de la emisión por el Papa León XIII de la Encíclica Rerum Novarum, el actual Papa Juan Pablo II marcó esta fecha de relevante importancia en la historia de la Iglesia, con otra Encíclica, "Centesimus Annus", que enfoca, "las cosas nuevas de hoy", así como la de León XIII se refirió a las "cosas nuevas" de su tiempo. La extensión del documento nos impide reproducirlo íntegramente. Por ello hemos tratado de extraer párrafos del mismo para conocimiento del lector en la seguridad de que se trata de un mensaje que quedará incorporado a la historia de la sociedad y de la Iglesia.

■ RASGOS CARACTERISTICOS DE LA RERUM NOVARUM

"A fines del siglo pasado la Iglesia se encontró ante un proceso histórico, presente ya desde hacía tiempo, pero que alcanzaba entonces su punto álgido. Factor determinante de tal proceso lo constituyó un conjunto de cambios radicales ocurridos en el campo político, económico y social, e incluso en el ámbito científico y técnico, aparte del múltiple influjo de las ideologías dominantes. Resultado de todo estos cambios había sido, en el campo político, una **nueva concepción de la sociedad, del Estado** y, como consecuencia, **de la autoridad. Una sociedad tradicional** se iba extinguiendo, mientras comenzaba a formarse otra cargada con la esperanza de nuevas libertades, pero al mismo tiempo con los peligros de nuevas formas de injusticia y de esclavitud".

"El primer párrafo de la Encíclica describe las «cosas nuevas», que le han dado el nombre, con duras palabras: Despertada el **ansia de novedades** que desde hace ya tiempo agita a los pueblos, era de esperar que **las ganas de cambiarlo todo** llegara un día a pasarse del campo de la política al terreno, con él colindante, de la economía. En efecto, los adelantos de la industria y de las profesiones, que caminan por nuevos derroteros; el cam-

ENTRADA
SALIDA

9108801

DOCUMENTO

F-1

LICA "CENTESIMUS ANNUS": AS NUEVAS DE ESTE TIEMPO

bio operado en las relaciones mutuas entre patronos y obreros; la acumulación de las riquezas en manos de unos pocos y la pobreza de la inmensa mayoría; la mayor confianza de los obreros en sí mismos y la más estrecha cohesión entre ellos, juntamente con la relajación de la moral, han determinado el planetamiento del **conflicto**".

"La validez de esta orientación, a cien años de distancia, me ofrece la oportunidad de contribuir al desarrollo de la «doctrina social cristiana». La «nueva evangelización», de la que el mundo moderno tiene urgente necesidad y sobre la cual he insistido en más de una ocasión, debe incluir entre sus elementos esenciales **el anuncio de la doctrina social de la Iglesia**, que, como en tiemos de León XIII, sigue siendo idónea para indicar el recto camino a la hora de dar respuesta a los grandes desafíos de la edad contemporánea, mientras crece el descrédito de las ideologías. Como entonces, hay que repetir **que no existe verdadera solución para la «cuestión social» fuera del evangelio** y que, por otra parte, las «cosas nuevas» pueden hallar en él su propio espacio de verdad y el debido planteamiento moral".

"Otra nota importante, rica de enseñanzas para nuestros días, es la concepción de las relaciones entre el Estado y los ciudadanos. La **Rerum novarum** critica los dos sistemas sociales y económicos: el socialismo y el liberalismo. Al primero está dedicada la parte inicial, en la cual se reafirma el derecho a la propiedad privada; al segundo no se le dedica una sección especial, sino que —y esto merece mucha atención— se le reservan críticas, a la hora de afrontar el tema de los deberes del Estado, el cual no puede limitarse a «favorecer a una parte de los ciudadanos», esto es, a la rica y próspera, y «descuidar a la otra», que representa indudablemente la gran mayoría del cuerpo social; de lo contrario se viola la justicia, que manda dar a cada uno lo suyo."

"Todos estos pasos conservan hoy su validez, sobre todo frente a las nuevas formas de pobreza existentes en el mundo; y además porque tales afirmaciones no dependen de una determinada concepción del Estado, ni de una particular teoría política. El Papa insiste sobre un principio elemental de sana organización política, a saber, que los individuos, cuanto más indefensos están en una sociedad tanto más necesitan el apoyo y el cuidado de los demás, en particular, la intervención de la autoridad pública.

De esta manera el principio, que hoy llamamos de solidaridad y cuya validez, ya sea en el orden interno de cada Nación, ya sea en el orden internacional, he recordado en la **Sollicitudo rei socialis**, se demuestra como uno de los principios básicos de la concepción cristiana de la organización social y política".

■ HACIA LAS "COSAS NUEVAS" DE HOY

"La conmemoración de la **Rerum novarum** no sería apropiada, sin echar una mirada a la situación actual.

Esto mismo queda confirmado, en particular, por los acontecimientos de los últimos meses del año 1989 y primeros de 1990. Tales acontecimientos y las posteriores transformaciones radicales no se explican si no es a base de las situaciones anteriores, que en cierta medida habían cristalizado o institucionalizado las previsiones de León XIII y las señales, cada vez más inquietantes, vislumbradas por sus sucesores. En efecto, el Papa previó las conecuencias negativas —bajo todos los aspectos, político, social, y económico— de un ordenamiento de la sociedad, tal como lo proponía el «socialismo», que entonces se hallaba todavía en el estado de filosofía social y de movimiento más o menos estructurado. Algunos se podrían sorprender de que el Papa criticara las soluciones que se daban a la «cuestión obrera» comenzando por el socialismo, cuando éste aún no se presentaba —como sucedió más tarde— bajo la forma de un Estado fuerte y poderoso, con todos los recursos a disposición. Sin embargo, él supo valorar justamente el peligro que representaba para las masas ofrecerles el atractivo de una solución tan simple como radical de la cuestión obrera de entonces. Esto resulta más verdadero aún, si lo comparamos con la terrible condición de injusticia en que versaban las masas proletarias de las Naciones recién industrializadas".

"Ahondando ahora en esa reflexión hay que añadir aquí que el error fundamental del socialismo es de carácter antropológico. Efectivamente, considera a todo hombre como un simple elemento y una molécula del organismo social, de manera que el bien del individuo se subordina al funcionamiento del mecanismo económico-social. Por otra parte, considera que este mismo bien pueda ser alcanzado al margen de su opción autónoma, de su responsabilidad asumida, única y exclusiva, ante el bien o el mal. El hombre queda reducido así a una serie de relaciones sociales, desapareciendo el concepto de persona como sujeto autónomo de decisión moral, que es quien edifica el orden social, mediante tal decisión. De esta errónea concepción de la persona provienen la distorsión del derecho, que define el ámbito del ejercicio de la libertad, y la oposición a la propiedad privada, el hombre, en efecto, cuando carece de algo que pueda llamar «suyo» y no tiene posibilidad de ganar para vivir por su propia iniciativa; pasa a depender de la máquina social y de quienes la controlan, lo cual le crea dificultades mayores para reconocer su dignidad de persona y entorpece su camino para la constitución de una auténtica comunidad humana".

Juan Pablo II: reconocer íntegramente los derechos de la conciencia humana. (Laserfoto de Associated Press)

"De la misma raíz atea brota también la elección de los medios de acción propia del socialismo, condenado en la **Rerum novarum**. Se trata de la lucha de clases. El Papa, ciertamente, no pretende condenar todas y cada una de las formas de conflictividad social. La Iglesia sabe muy bien que, a lo largo de la historia, surgen inevitablemente los conflictos de intereses entre diversos grupos sociales y que frente a ellos el cristiano no pocas veces debe pronunciarse con coherencia y decisión. Por lo demás, la Encíclica **Laborem exercens** ha reconocido claramente el papel positivo del conflicto cuando se configura como «lucha por la justicia social». Ya en la **Quadragesimo anno** se decía: «En efecto, cuando la lucha de clases se abstiene de los actos de violencia y el odio recíproco, se transforma poco a poco en una discusión honesta, fundada en la búsqueda de la justicia".

Lo que se condena en la lucha de clases es la idea de un conflicto que no está limitado por consideraciones de carácter ético o jurídico, que se niega a respetar la dignidad de la persona en el otro y por tanto en sí mismo, que excluye, en definitiva, un acuerdo razonable y persigue no ya el bien general de la sociedad, sino más bien un interés de parte que suplanta al bien común y aspira a destruir lo que se le opone. Se trata, en una palabra, de presentar de nuevo —en el terreno de la confrontación interna entre los grupos sociales— la doctrina de la «guerra total», que el militarismo y el imperialismo de aquella época imponían en el ámbito de las relaciones internacionales. Tal doctrina, que buscaba el justo equilibrio entre los intereses de las diversas Naciones, sustituía a la del absoluto predominio de la propia parte, mediante la destrucción del poder de resistencia del adversario, llevada a cabo por todos los medios, sin excluir el uso de la mentira, el terror contra las personas civiles, las armas destructivas de masa, que precisamente en aquellos años comenzaban a proyectarse. La lucha de clases en sentido marxista y el militarismo tienen, pues, las mismas raíces: el ateísmo y el desprecio de la persona humana, que hacen prevalecer el principio de la fuerza sobre el de la razón y del derecho".

"La **Rerum novarum** se opone a la estatalización de los medios de producción, que reduciría a todo ciudadano a una «pieza» en el engranaje de la máquina estatal. Con no menor decisión crítica una concepción del Estado que deja la esfera de la economía totalmente fuera del propio campo e interés y de acción. Existe ciertamente una legítima esfera de autonomía de la actividad económica, donde no debe intervenir el Estado. A éste, sin embargo, le corresponde determinar el marco jurídico dentro del cual se desarrollan las relaciones económicas y salvaguardar así las condiciones fundamentales de una economía libre, que presupone una cierta igualdad entre las partes, no sea que una de ellas [illegible] hipótesis en poder a la otra [illegible] la posibilidad reducir [illegible] a esclavitud".

"Por otra parte, la sociedad y el Estado deben asegurar unos niveles salariales adecuados al mantenimiento del trabajador y de su familia, [illegible] con una cierta capacidad de ahorro. Esto requiere [illegible] dar a los trabajadores conocimientos y aptitudes [illegible] más amplios, capacitándolos así para un trabajo más cualificado y productivo; para lo cual se quiere también una adecuada vigilancia y las correspondientes medidas legislativas para acabar con fenómenos vergonzosos de explotación, sobre todo el perjuicio de los trabajadores más débiles, inmigrantes o marginales. En este sector es decisivo el papel de los sindicatos que defienden los derechos salariales y de condiciones de trabajo".

"Para [illegible] el Estado debe garantizar de recta o indirectamente [illegible] rectamente [illegible] de subsidiaridad, creando las condiciones favorables [illegible] ejercicio de la actividad económica, encaminada hacia una oferta abundante de oportunidades de trabajo y de fuentes de riqueza. [illegible] según el principio [illegible] poniendo, en [illegible] más débiles, [illegible] la autonomía de los [illegible] deciden las condiciones [illegible] trabajo, y asegurando [illegible] caso un mínimo vital [illegible] bajador en paro".

"Es el error que, como [illegible] ha dicho consiste en una [illegible] cepción de la libertad humana que la aparta de la [illegible] de la verdad y, por [illegible] bién del deber de respetar los derechos de los demás hombres. El contenido de la libertad se transforma entonces en amor propio, con desprecio de Dios y del prójimo; amor que conduce al [illegible] limitado del propio interés y que no se deja limitar por [illegible] obligación de justicia.

Este error precisamente lleva a sus extremos consecuen-

(Continúa en la página 11)

(viene de pagina 10)
cias durante el trágico ciclo de las guerras que sacudieron Europa y el mundo entre 1914 y 1945. Fueron guerras originadas por el militarismo, por el nacionalismo exasperado, por las formas de totalitarismo relacionado con ellas, así como por guerras derivadas de la lucha de clases, de guerras civiles e ideológicas. Sin la terrible carga de odio y rencor, acumulada a causa de tantas injusticias, bien sea a nivel internacional bien sea dentro de cada Estado, no hubieran sido posibles guerras de tanta crueldad en las que se invirtieron las energías de grandes Naciones; en las que no se dudó ante la violación de los derechos humanos más sagrados; en las que fue planificado y llevado a cabo el exterminio de pueblos y grupos sociales enteros. Recordamos aquí singularmente al pueblo hebreo, cuyo terrible destino se ha convertido en símbolo de

aberraciones adonde puede llegar el hombre cuando se vuelve contra Dios.

Sin embargo, el odio y la injusticia se apoderan de Naciones enteras, impulsándolas a la acción, sólo cuando son legitimados y organizados por ideologías que se fundan sobre ellos en vez de hacerlo sobre la verdad del hombre. Ojalá el recuerdo de tan terribles acontecimientos guíe las acciones de todos los hombres, en particular las de los gobernantes de los pueblos, en estos tiempos nuestros en que otras injusticias alimentan nuevos odios y se perfilan en el horizonte nuevas ideologías que exaltan la violencia.

Es verdad que desde 1945 las armas están calladas en el Continente europeo; sin embargo, la verdadera paz —recordémoslo— no es el resultado de la victoria militar, sino algo que implica la superación de las causas de la guerra y la auténtica reconcilación entre los pueblos. Por muchos años, sin embargo, ha habido en Europa y en el mundo una situación de no-guerra, más que de paz auténtica. Mitad del Continente cae bajo el dominio de la dictadura comunista, mientras la otra mitad se organiza para defenderse contra tal peligro. Muchos pueblos pierden el poder de autogobernarse, encerrados en los confines opresores de un imperio, mientras se trata de destruir su memoria histórica y la raíz secular de su cultura. Como consecuencia de esta división violenta, masas enormes de hombres son obligadas a abandonar su tierra y deportadas forzosamente.

Una carrera desenfrenada a los armamentos absorbe los recursos necesarios para el desarrollo de las economías internas y para ayudar a las Naciones menos favorecidas. El progreso científico y tecnológico, que debiera contribuir al bienestar del hombre, se transforma en instrumento de guerra: ciencia y técnica son utilizadas para producir armas cada vez más perfeccionadas y destructivas; contemporáneamente, a una ideología que es perversión de la auténtica filosofía se le pide dar justificaciones doctrinales para la nueva guerra. Esta no sólo es esperada y preparada, sino que es también combatida con enorme derramamiento de sangre en varias partes del mundo. La lógica de los bloques o imperios, hace que las controversias y discordias que surgen en los Países del Tercer Mundo sea sistemáticamente incrementadas y explotadas para crear dificultades al adversario.

Los grupos extremistas, que tratan de resolver tales controversias por medio de las armas encuentran fácilmente apoyos políticos y militares, son armados y adiestrados para la guerra, mientras que quienes se esfuerzan por encontrar soluciones pacíficas y humanas, respetuosas para con los legítimos intereses de todas las partes, permanecen aislados y caen a menudo víctima de sus adversarios. Incluso la militarización de tantos Países del Tercer Mundo y las luchas fratricidas que los han atormentado, la difusión del terrorismo y de medios cada vez más crueles de lucha político-militar tienen una de sus causas principales en la precariedad de la paz que ha seguido a la segunda guerra mundial".

"En algunos Países y bajo ciertos aspectos, después de las destrucciones de la guerra, se asiste a un esfuerzo positivo por reconstruir, una sociedad democrática inspirada en la justicia social que priva al comunismo de su potencial revolucionario, constituido por muchedumbres explotadas y oprimidas. Estas iniciativas tratan, en general, de mantener los mecanismos de libre mercado, asegurando, mediante la estabilidad monetaria y la seguridad de las relaciones sociales, las condiciones para un crecimiento económico estable y sano, dentro del cual los hombres, gracias a su trabajo, puedan construirse un futuro mejor para sí y para sus hijos. Al mismo tiempo, se trata de evitar que los mecanismos de mercado sean el único punto de referencia de la vida social y tienden a someterlos a un control público que haga valer el principio del destino común de los bienes de la tierra. Una cierta abundancia de ofertas de trabajo, un sólido sistema de seguridad social y de capacitación profesional, la libertad de asociación y la acción incisiva del sindicato, la previsión social en caso de desempleo, los instrumentos de participación democrática en la vida social, dentro de este contexto deberían preservar el trabajo de la condición de «mercancía» y garantizar la posibilidad de realizarlo dignamente".

"Otra forma de respuesta práctica, finalmente, está representada por la sociedad del bienestar o sociedad del consumo. Esta tiende a derrotar al marxismo en el terreno del puro materialismo, mostrando cómo una sociedad de libre mercado es capaz de satisfacer las necesidades materiales humanas más plenamente de lo que aseguraba el comunismo y excluyendo también los valores espirituales. En realidad, si bien por un lado es cierto que este modelo social muestra el fracaso del marxismo para construir una sociedad nueva y mejor, por otro, al negar su existencia autónoma y su valor a la moral y al derecho, así como a la cultura y a la religión, coincide con el marxismo en el reducir totalmente al hombre a la esfera de lo económico y a la satisfacción de las necesidades materiales".

"Hay que recordar, por último, que después de la segunda guerra mundial, y en parte como reacción a sus horrores, se ha ido difundiendo un sentimiento más vivo de los derechos humanos, que ha sido reconocido en diversos Documentos internacionales, y en la elaboración, podría decirse, de un nuevo «derecho de gentes», al que la Santa sede ha dado una constante aportación. La pieza clave de esta evolución ha sido la Organización de las Naciones Unidas. No sólo ha crecido la conciencia del derecho de los individuos, sino también la de los derechos de las Naciones, mientras se advierte mejor la necesidad de actuar para corregir los graves desequilibrios existentes entre las áreas geográficas del mundo que, en cierto sentido, han desplazado el centro de la cuestión social del ámbito nacional al plano internacional".

■ EL AÑO 1989

"Partiendo de la situación mundial, se comprende el alcance inesperado y prometedor de los acontecimientos ocurridos en los últimos años. Su culminación es ciertamente lo ocurrido el año 1989 en los Países de Europa central y oriental; pero abarcan un arco de tiempo y un horizonte geográfico más amplios. A lo largo de los años ochenta van cayendo poco a poco en algunos Países de América Latina, e incluso de Africa y de Asia, ciertos regímenes dictatoriales

9108801

LA VERDAD Y JUSTICIA

y opresores; en otros casos da comienzo un camino de transición, difícil pero fecundo, hacia formas políticas más justas y de mayor participación. Una ayuda importante e incluso decisiva la ha dado la Iglesia, **con su compromiso en favor de la defensa y promoción de los derechos del hombre**".

De este proceso histórico han surgido nuevas formas de democracia, que ofrecen esperanzas de un cambio en las frágiles estructuras políticas y sociales, gravadas por la hipoteca de una dolorosa serie de injusticias y rencores, aparte de una economía arruinada y de graves conflictos sociales".

"Entre los numerosos factores de la caída de los regímenes opresores, algunos merecen ser recordados de modo especial. El factor decisivo, que ha puesto en marcha los cambios, es sin duda alguna la violación de los derechos del trabajador. No se puede olvidar que la crisis fundamental de los sistemas, que pretenden ser expresión del gobierno y, lo que es más, de la dictadura del proletariado, da comienzo con las grandes revueltas habidas en Polonia en nombre de la solidaridad. Son las muchedumbres de los trabajadores las que desautorizan la ideología, que pretende ser su voz; son ellas las que encuentran y como si descubrieran de nuevo expresiones y principios de la doctrina social de la Iglesia, partiendo de la experiencia, vivida y difícil, del trabajo y de la opresión.

Merece ser subrayado también el hecho de que casi en todas partes se haya llegado a la caída de semejante «bloque» o imperio a través de una lucha pacífica, que emplea solamente las armas de la verdad y de la justicia. Mientras el marxismo consideraba que, únicamente llevando hasta el extremo las contradicciones sociales, era posible darles solución por medio del choque violento, en cambio las luchas que han conducido a la caída del marxismo insisten tenazmente en

(Continúa en la página 12)

DOCUMENTO

DESARROLLO COMO DIMENSIÓN HUMANA TOTAL

(Viene de pagina 11)

intentar todas las vias de la negociacion, del dialogo, del testimonio de la verdad, apelando a la conciencia del adversario y tratando de despertar en este el sentido de la comun dignidad humana.

Parecia como si el orden europeo, surgido de la Segunda Guerra Mundial y consagrado por los **Acuerdos de Yalta**, ya no pudiese ser alterado mas que por otra guerra. Y sin embargo, ha sido superado por el compromiso no violento del hombre que, resistiendose siempre a ceder al poder de la fuerza, han sabido encontrar, una y otra vez, formas eficaces para dar testimonio de la verdad. Esta actitud ha desarmado al adversario, ya que la violencia tiene siempre necesidad de justificarse con la mentira y de asumir, aunque sea falsamente, el aspecto de la defensa de un derecho o de respuesta a una amenaza ajena".

"El segundo factor de crisis es, en verdad, la ineficiencia del sistema economico, lo cual no ha de considerarse como un problema puramente tecnico, sino más bien como consecuencia de la violacion de los derechos humanos a la iniciativa, a la propiedad y a la libertad en el sector de la economia. A este aspecto hay que asociar en un segundo momento la dimension cultural y la nacional.

No es posible comprender al hombre, considerándolo unilateralmente a partir del sector de la economia, ni es posible definirlo simplemente tomando como base su pertenencia a una clase social. Al hombre se le comprende de manera más exhaustiva si es visto en la esfera de la cultura a traves de la lengua, la historia y las actitudes que asume ante los acontecimientos fundamentales de la existencia, como son nacer, amar, trabajar, morir".

"Los acontecimientos del año 1989 ofrecen un ejemplo de exito de la voluntad de negociación y del espiritu evangélico contra un adversario decidido a no dejarse condicionar por principios morales: son una amonestación para cuantos, en nombre del realismo politico, quieren eliminar del ruedo de la politica el derecho y la moral. Ciertamente la lucha que ha desembocado en los cambios del 1989 ha exigido lucidez, moderación, sufrimientos y sacrificios; en cierto sentido, ha nacido de la oración y hubiera sido impensable sin una ilimitada confianza en Dios, Señor de la historia, que tiene en sus manos el corazón de los hombres".

"Los acontecimientos del año 1989 han tenido lugar principalmente en los Paises de Europa oriental y central; sin embargo, revisten importancia universal, ya que de ellos se desprenden consecuencias positivas y negativas que afectan a toda la familia humana.

La primera consecuencia ha sido, en algunos Paises, el **encuentro entre la Iglesia y el Movimiento obrero**, nacido como una reacción de orden ético y concretamente cristiano contra una vasta situación de injusticia. Durante casi un siglo dicho Movimiento en gran parte había caido bajo la hegemonía del marxismo, no sin la convicción de que los proletarios, para luchar eficazmente contra la opresión, debían asumir las teorías materialistas y economicistas.

En la crisis del marxismo brotan de nuevo las formas espontaneas de la conciencia obrera. Se pone de manifiesto una exigencia de justicia y de reconocimiento de la dignidad del trabajo, conforme a la doctrina social de la Iglesia. El Movimiento obrero desemboca en un movimiento más general de los trabajadores y de los hombres de buena voluntad, orientado a la liberación de la persona humana y a la consolidación de sus derechos, hoy día está presente en muchos Paises y, lejos de contraponerse a la Iglesia Católica, la mira con interés.

La crisis del marxismo no elimina en el mundo las situaciones de injusticia y de opresión existentes, de las que se alimentaba el marxismo mismo, instrumentalizándolas. A quienes hoy día buscan una nueva y auténtica teoría y praxis de liberación, la Iglesia ofrece no sólo la doctrina social y, en general, sus enseñanzas sobre la persona recimida por Cristo, sino tambien su compromiso concreto de ayuda para combatir la marginación y el sufrimiento.

En el pasado reciente, el deseo sincero de ponerse de parte de los oprimidos y de no quedarse fuera del curso de la historia ha inducido a muchos creyentes a buscar por diversos caminos un compromiso imposible entre marxismo y cristianismo. El tiempo presente, a la vez que ha superado todo lo que había de caduco en estos intentos, lleva a reafirmar la positividad de una auténtica teología de la liberación humana integral. Consideradas desde este punto de vista, los acontecimientos de 1989 vienen a ser importantes incluso para los Paises del llamado Tercer Mundo, que están buscando la vía de su desarrollo, lo mismo que lo han sido para los de Europa central y oriental.

La segunda consecuencia afecta a los pueblos de europa. En los años en que dominaba el comunismo, y también antes, se cometieron muchas injusticias individuales y sociales, regionales y nacionales, se acumularon muchos odios y rencores. Y sigue siendo real el peligro de que vuelvan a explotar, después de la caída de la dictadura, provocando graves conflictos y muertes, si disminuyen a su vez la tensión moral y la firmeza consciente en dar testimonio de la verdad, que han animado los esfuerzos del tiempo pasado. Es de esperar que el odio y la violencia no triunfen en los corazones, sobre todo de quienes luchan en favor de la justicia, sino que crezca en todos el espíritu de paz y de perdon.

Sin embargo, es necesario a este respecto un buen número de pasos concretos para crear o consolidar estructuras internacionales, capaces de intervenir para el conveniente arbitraje de los conflictos que surgan entre las Naciones, de manera que cada una de ellas pueda hacer valer los propios derechos, alcanzando el justo acuerdo y la pacífica conciliación con los derechos de los demás. Todo esto es particularmente necesario para las Naciones europeas, íntimamente unidas entre sí por los vínculos de una cultura común y de una historia milenaria. En efecto, hace falta un gran esfuerzo para la reconstrucción moral y económica en los Paises que han abandonado el comunismo."

"Para algunos Paises de Europa comienza ahora, en cierto sentido, la verdadera postguerra. La radical restructuración de las economías, hasta ayer colectivizadas, comporta problemas y sacrificios, comparables con los que tuvieron que imponerse los Paises occidentales del continente para su reconstrucción después del segundo conflicto mundial. Es justo que en las presentes dificultades los Paises excomunistas sean ayudados por el esfuerzo solidario de las otras Naciones: obviamente, han de ser ellos los primeros artífices de su propio desarrollo; pero se les ha de dar una razonable oportunidad para realizarlo, y esto no puede lograrse sin la ayuda de los otros Paises. Por lo demás, las actuales condiciones de dificultad y penuria son la consecuencia de un proceso histórico, del que los Paises excomunistas han sido a veces objeto y no sujeto; por tanto, si se hallan en esas condiciones no es por propia elección o a causa de errores cometidos, sino como consecuencia de trágicos acontecimientos históricos impuestos por la violencia, que les han impedido proseguir por el camino del desarrollo económico y civil.

La ayuda de otros Paises, sobre todo europeos, que han tenido parte en la misma historia y de la que son responsables, corresponde a una deuda de justicia. Pero corresponde tambien al interés y al bien general de Europa, la cual no podrá vivir en paz, si los conflictos de diversa índole, que surgen como consecuencia del pasado, se van agravando a causa de una situación de desorden económico, de espiritual insatisfacción y desesperación.

EL TERCER MUNDO

Esta exigencia, sin embargo, no debe inducir a frenar los esfuerzos para prestar apoyo y ayuda a los Paises del Tercer Mundo, que sufren a veces condiciones de insuficiencia y de pobreza bastante más grave. Será necesario un esfuerzo extraordinario para movilizar los recursos, de los que el mundo en su conjunto no carece, hacia objetivos de crecimiento económico y de desarrollo común, fijando de nuevo las prioridades y las escalas de valores, sobre cuya base se deciden las opciones económicas y políticas. Pueden hacerse disponibles ingentes recursos con el desarme de los enormes aparatos militares, creados para el conflicto entre Este y Oeste. Estos podrán resultar aún mayores, si se logra establecer procedimientos fiables para la solución de los conflictos, alternativas a la guerra y extender, por tanto, el principio del control y de la reducción de los armamentos incluso en los Paises del Tercer Mundo, adoptando oportunas medidas contra su comercio. Sobre todo será necesario abandonar una mentalidad que considera a los pobres —personas y pueblos— como un lardo o como molestos e importunos, ávidos de consumir lo que otros han producido.

En fin, el desarrollo no debe ser entendido de manera exclusivamente económica, sino como una dimensión humana integral. No se trata solamente de elevar a todos los pueblos al nivel del que gozan hoy los Paises más ricos, sino de fundar sobre el trabajo solidario una vida más digna, hacer crecer efectivamente la dignidad y la creatividad de toda persona, su capacidad de responder a la propia vocación y, por tanto, a la llamada de Dios.

En los regimenes totalitarios, y autoritarios se ha extremado el principio de la primacía de la fuerza sobre la razón. El hombre se ha visto obligado a sufrir una concepción de la realidad impuesta por la fuerza, y no conseguida mediante el esfuerzo de la propia razón y el ejercicio de la propia libertad. Hay que invertir los términos de ese principio y reconocer integramente los derechos de la conciencia humana vinculada solamente a la verdad natural y revelada. En el reconocimiento de estos derechos consiste el fundamento primario de todo ordenamiento político auténticamente libre. Es importante reafirmar este principio por varios motivos:

a) porque las antiguas formas de totalitarismo y de autoritarismo todavía no han sido superadas completamente y existe aún el riesgo de que recobren vigor: esto exige un renovado esfuerzo de colaboración y de solidaridad entre todos los Paises;

b) porque en los Paises desarrollados se hace a veces excesiva propaganda de los valores puramente utilitarios, al provocar de manera desenfrenada los instintos y las tendencias al goce inmediato, lo cual hace difícil el reconocimiento y el respeto de la jerarquía de los verdaderos valores de la existencia humana;

c) porque en algunos Paises surgen nuevas formas de fundamentalismo religioso que, velada o también abiertamente, niegan a los ciudadanos de credos diversos de los de la mayoría el pleno ejercicio de sus derechos civiles y religiosos, les impiden participar en el debate cultural, restringen el derecho de la Iglesia a predicar el Evangelio y el derecho de los hombres, que escuchan tal predicación, a acogerla y convertirse a Cristo".

(El próximo sábado se publicará la última parte de esta nota).

Convención Debe Respetar el Partido

05 . 05

9108801

El Futuro de Jiang Zemin en China Continental.
Inside China Mainland (150290)
01/07/91)
Inside China Mainland (150290)
P. P. China Co. (10151)
Fae. Pol (11164)

01-33 9108928

150290

INSIDE CHINA MAINLAND

24 JUL. 199 7228

Vol. 13 No. 7 Issue No. 151 ISSN 0250-961X

July 1991 INSTITUTE OF CURRENT CHINA STUDIES P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, R.O.C.

JIANG ZEMIN ON MAINLAND'S FUTURE

(Beijing, People's Daily, Overseas Edition, May 18, 1991, p. 1, excerpts)

Mainland China: Moving Toward the 21st Century

CCP Central Committee General-secretary Jiang Zemin made a speech today in Sverdlov Hall on the Kremlin to the Soviet Union's people's representatives entitled "China, Moving Toward the 21st Century," in which he reported:

"The two great socialist countries of the Soviet Union and China have established and developed long-term, stable, amicable, and neighborly relations, relations which are in accordance with the basic interests of the two peoples and with the interests of preserving world peace and stability. We believe that due to differences in our two countries' historical backgrounds, social structures, and levels of economic and cultural development, it is natural and normal for there to be differing views and opinions on certain questions. The important thing is not to allow these differences to affect the normal development of Sino-Soviet relations. The reason why relations have been able to enjoy healthy development over the last two years is that both sides have placed a high value and emphasis on the re- normalization of bilateral relations. It is also attributable to both sides' adherence to the principles of mutual respect for sovereignty, territorial integrity, mutual non-aggression, abstinence from interference in each others' internal affairs, equal positions to benefit each other, and peaceful co-existence and, in the area of inter-party relations, to adherence to the principles of autonomy, complete equality, mutual respect, and mutual noninterference in internal Party affairs. The improvement and development of Sino-Soviet relations is not directed at any third party or at any other nation."

Jiang said that the Chinese people have come to understand through their own personal experiences that only socialism can save China, that only socialism can develop China.

Reform: Key to Progress

He said: "China's construction of modern socialism is a brand-new enterprise. In the process of moving forward it we have met with a number of successful experiences as well as a number of failures. One important experience is that construction of socialism must proceed from the practicalities of China's own situation. We deeply recognize that the basic task of socialism is to develop society's productive forces. The superiority of socialism is embodied in a rate of development of productive forces that must be higher and faster than capitalism's. Reform is an indispensable prerequisite of such development. Reform is the self-perfecting and self-developmental mechanism of the socialist system; it ceaselessly invigorates socialism in order to foster the development of productive forces and further the progress of socialism in all spheres. Reform must doggedly stick to the course of socialism. The most important thing we have learned is to organically combine reform and opening-up with the continual consolidation and perfection of the socialist system." "Under the leadership of Deng Xiaoping, we have combined the universal truths of Marxism with the concrete reality of China's situation in picking out our own path to the construction of socialism with Chinese characteristics. This has been our basic conclusion."

Holding to the Road

Jiang said that the last decade of the twentieth century would be one of extreme importance. We will con-

A Chinese-English Lexicon of Chinese Communist Terminology

The official language of the Chinese mainland is as changeable as the policies propagated by its communist rulers. To assist those in scholarly, journalistic, and diplomatic circles, or anyone with a keen interest in the secretive and volatile world of Chinese Communist politics, the *Insititute of Current China Studies* has compiled an exhustive listing of the specialized terminology that in essence defines mainland Chinese political activities.

The Lexicon has the following features:

* A total of 1100 side-by-side Chinese-English entries
* Detailed explanations of the historical and political backgrounds of each term
* Entries arranged alphabetically according to mainland Chinese "pinyin" phonetic romanization system; index arranged by Chinese character stroke number
* Full coverage of people and events from the earliest years of the Chinese Communist regime to the present

Price (by airmail, postage included)
Hardcover edition: US$35.00
Paperback edition: US$25.00

9108928

ıue to unwaveringly, comprehen-
vely, and thoroughly carry out the
ısic Party line, stick to the socialist
ıad, and adhere to the policy of re-
rm and opening-up. We will prom-
e economic and social progress
ırough reform and opening-up, and
the course of this progress, deepen
eforms and expand opening-up.

In the nineties the deepening of
eform of the economic system will
e in the direction of initial construc-
on of a socialist system with a plan-
ed commodity economy. Planning
nd the market are the two inherent
equirements for the development of
ocialized large-scale production and
commodity economy.

"In the nineties, the development
f agriculture will remain our top
riority. Agriculture is the foundation
f economic growth, of social stabil-
y, and of a nation's sovereignty. The
roblem of feeding over 1.1 billion
eople depends entirely on our own
doption of correct policies and on
ur enduring efforts to find solu-
ions."

Stability First

He said, "Starting this year, Chi-
ıa will begin to put into effect a
Ten-year National Social and Econo-
nic Development Program as well as
ts Eighth Five-year Plan. Over forty
years of practice tells us that if we
ıre to advance economically we must
ıave a stable and united political cli-
nate. We believe that with stability,
ve can overcome anything. But with-
out a stable political climate, we can-
not even begin to speak of construc-
ion, and certainly not of reform."

While discussing international
rends, Jiang Zemin said, "The world
oday is being swept by far-reaching
political changes, while the interna-
tional scene is in a state of turbu-
ence and instability. The old order
that came into being after World War
II has crumbled, and a new order has
yet to form. The world has entered a
transition period between an old and
a new world structure."

Jiang emphasized: "China insists
on its own independent sovereignty
and on peaceful diplomatic relations.
No matter what the changes in the
international situation, no matter
what the time, and no matter what
the circumstances, China will insist
on its complete independent
sovereignty and will not form
alliances or strategic relationships
with any other great power. China
will decide its position and policy on
all international issues based on the
correctness of each particular issue.
China resolutely supports all causes
that facilitate the preservation of
world peace, the development of
friendly, cooperative relations among
nations, or the promotion of interna-
tional economic ties. Anything else,
we resolutely oppose. China wants to
develop friendly, cooperative ties
with all the nations of the world on
the basis of the five principles of
peaceful coexistence. We take as a
basic standpoint of our foreign policy
the strengthening and development of
unity and cooperation with the coun-
tries of the third world."

Prescription for World Order

"China does not seek hegemony,
and opposes all forms of hegemony
and power politics. It opposes the
wanton interference of any country in
another country's internal affairs
with the aim of imposing its political
system, economic system, or values.
As long as hegemonism and power
politics have not exited the historical
stage, tranquility will elude the
world. China supports equality for all
nations, whether large or small, rich
or poor, strong or weak, and re-
solutely opposes any effort of the
large to bully the small, the wealthy
to oppress the poor, or the strong to
attack the weak. The affairs of each
country should be managed by the
people of that country, while affairs
of the world should be resolved
through discussion among all nations.
The new world political order is in-
timately related to and inseparable
from a new world economic order. A
new economic order was put forth
many years ago, but the economic
gap between the developed nations
and the developing nations is grow-
ing wider and wider. The rich are be-
coming richer and the poor are be-
coming poorer, and the economic
problems of many developing coun-
tries are becoming exacerbated. If the
unfair and unequal old world econo-
mic order is not defeated, the broad
masses of developing countries will
never succeed in their efforts to de-
velop, and uncertainty will plague the
future of world peace and stability."

Jiang Zemin also said: "The
Soviet Union is a great nation popu-
lated by a great people. It is blessed
with a vast land area and rich natu-
ral resources, a long history with
marvelous cultural traditions, adv-
anced science and technology, and a
solid industrial base. The Soviet Un-
ion is the home of Lenin and the
October revolution. The tremendous
sacrifices the Soviet people made
during World War II, together with
other peoples of the earth, enabled
humanity to avoid an even greater
catastrophe. The people of the earth
will always remember the great con-
tribution of the Soviet people to the
history of human civilization. It is im-
possible to deny the enormous
achievements of the various peoples
of the Soviet Union during the more
than seventy years of its construction
of socialism."❀

SOVIET REVIVAL PREDICTED IN MAINLAND POLITICS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], May 13, 1991, p. 9)

Sino-Soviet Ties Strengthened, Pro-Soviet Powers Emerge

In the nine months leading up to Jiang Zemin's departure for a visit to the Soviet Union, the Soviet leadership sent VIPs on frequent visits to mainland China. Last week, the Soviet embassy in mainland China announced that the cold war era is completely over and, in an obvious effort at paving the way for Jiang's visit, underscored that mainland China and the Soviet Union are no longer a threat to each other. The mainland Chinese official press has carried a succession of pieces over the last few days going on about the splendid outlook for future Sino-Soviet cooperation. From all this to-do, it seems clear that both sides are taking Jiang Zemin's visit quite seriously.

Pro-Soviet Upsurge Foreseen

Given the complex and volatile international climate, and mainland China's bitter efforts to resist the US-led Western "scheme of peaceful

03

9108928

evolution," Jiang Zemin's Soviet trip unquestionably holds far-reaching significance. Some scholars closely observing the mainland Chinese domestic scene sensitively predict that the re-intensification of Sino-Soviet ties may lead to the emergence of pro-Soviet forces in the higher levels of the Chinese Communist leadership. The Chinese Communists looked to the Soviets for guidance back when they first formed the Party, and the two parties have shared deep ties throughout their history. The massive number of high-level Chinese Communist cadres who traveled to the Soviet Union are known overseas as the "Soviet study group." Inspecting the records reveals a startling fact: of every three people in the present Chinese Communist leadership, one has studied abroad in the Soviet Union, and that at the time they were the generation of prime prospects.

Deng Xiaoping is a perfect example of a Chinese Communist leader in the "Soviet study group" who is retired but still exercises important influence. Back in 1926 he went to Moscow's Sun Yat-sen University to study, and although he didn't stay long, was nonetheless given the most orthodox "baptism" in Marxism-Leninism. In addition, although Chen Yun never studied in the Soviet Union, he once worked in the Moscow Comintern.

Study Group Alumnae

Among the present six-person membership of the Chinese Communist Political Bureau, "Soviet study group" alumnae occupy two seats – both Jiang Zemin and Li Peng were received technical training in Moscow, while at the time Li Peng was even the Party branch secretary and student general committee chairman among Chinese students in the Soviet Union. As for President Yang Shangkun, even though he was born into a military family, he too was in Moscow's Sun Yat-sen University in 1926 during the same period Deng Xiaoping was an overseas student in the Soviet Union. Yang, however, returned to China later than Deng.

Members of the "Soviet study group" are also numerous among the vice premiers of the State Council and members of the State Council. The newly-arisen vice premier Zou Jiahua was graduated from and advanced industrial academy in Moscow; Qian Qichen, who has rocketed to positions as State Council member and foreign minister, sharpened his skills at the Soviet Communist Youth League Central League Academy; Li Guixian, State Council member and head of the Chinese People's graduated from the Moscow deleyev Academy of Chemical try. In addition, although State cil Secretary Luo Gan and Education Commission Direct Tieying never went to the Sovi ion for study, they were at on educated in Eastern European tries. Luo Gan obtained a from the an East German acad mining and metallurgy whi Tieying graduated from Czech kia's Charles University.

"Soviet study group" meml the ministerial level are even numerous.

A Dominant Force

An overall view of the materials shows that whil "Soviet study group" isn't a m in the Chinese Communist lead its members nonetheless occup positions, so that it can be sai they dominate the scene in ma China. Even though those wh died in the Soviet Union a necessarily pro-Soviet, it rema indisputable fact that the sha the 1950s Soviet socialist mo deeply and immovably branded minds of the current generat Chinese Communist leadership.

COMMUNIST SUPERPOWERS LOOK TO EACH OTHER

(Hong Kong, The Open Monthly [開放], Apr. 1991, pp. 14—15, excerpts)

Mainland China Readjusts Its Soviet Policy

After the Persian Gulf war, mainland China's policy toward the Soviet Union underwent a 180-degree turnaround, from last year's hoping for Gorbachev's downfall, to this year's wanting to help him. Most noteworthy was the recent extension of one billion Swiss Francs worth of material assistance to the daily-necessity-starved Soviet Union. Chinese Communist insiders likened this to delivering coal in snowy weather – timely help which would prevent Gorbachev's shaky position from collapsing, and the tottering Soviet Union from disintegrating.

Past Criticism

After the momentous changes in Eastern Europe and the Soviet Union at the end of 1989, the Communist Chinese insiders vented their anger on Gorbachev by issuing papers censuring him and his new thinking as the chief culprits in instigating this change, and for pandering to imperialism and the strategy of "peaceful evolution" toward capitalism. Not only did the inner circle criticize Gorbachev, it also rallied outside pressure to force him to resign.

It is said that early on, with the alleged support of a few elder statesmen, Deng Liqun and Hu Qiaomu vigorously advocated a break with the Soviet Union. They rewrote the "nine criticisms," opening a public debate to reveal the true face of Gorbachev's "new revisionism."

However, this proposal for open debate between mainland China and the Soviet Union never reached fruition, since Deng Xiaoping, upon weighing the potential damage, vetoed it.

Jiang's Cautious Approac

Jiang Zemin is very cauti his advocacy of criticism, feelin he should first listen to the op of the experts. Thus, while De qun was preparing his critical Jiang Zemin went to the Instit Soviet and East European Stu the Chinese Academy of Social ces, and requested that the In write an analytical report on th tical situation in the Soviet Uni particular he asked them to a Gorbachev's position, and the ble consequences to the Soviet tical situation should he resign.

The Institute of Soviet an European Studies is mainland na's most authoritative aca organization for research into and East European affairs. No

04

9108921

es it have the most detailed and -to-date first-hand information re- ed to the Soviet political situation, t it also has intimate connections th the important people in Soviet litical and official academic bodies. short, the Institute is very familiar th much of the inner political orkings of the Soviet Union. The stitute's response to the Party inner rcle's critical announcements was ther cold. In good faith, the Insti- te's scholars offered Jiang Zemin objective report, proposing that e Soviet political situation was su- rficially unstable, but that Gor- achev's position was still fairly se- re. They continued that if Gor- achev were to resign, the power ould not pass on to Ligachev, and at the reform of the Soviet political ystem was irreversible.

It is said that the report acted as sort of soothing tonic for Deng iaoping, banishing from his mind ny thoughts of criticizing the Soviet Jnion.

Deng Xiaoping then handed lown his verdict, saying that main- and China should take care of its own affairs, especially as regards its economy, rather than concerning it- self with the affairs of other coun- ries.

Lending a Helping Hand

Last year, after the Soviet milit- ary had crushed the Lithuanian nationalists, the Chinese Communists began completely readjusting their policy toward the Soviets. Not only did they openly indicate their hopes for a stable Soviet society, but also declared their intention to help the Soviets as a way of alleviating Gorbachev's pressing needs. Deng Xiaoping purportedly said that Gorbachev has difficulties, and mainland China should not take advantage of this to further injure him. He further stated that helping Gorbachev was the unanimously held opinion of both conservative and reform factions within the Chinese Communist inner circle. He offered three points of consideration:

First, if Gorbachev were overthrown, his replacement would probably be the radical democrat Yeltsin. This would be the equivalent of mainland China's Fang Lizhi and Yan Jiaqi assuming power, and as such would be totally unpalatable to the Chinese Communists, not to mention the effect it would have on mainland Chinese society. So, in the context of the struggle between Gorbachev and Yeltsin, the lesser of two evils would be to support Gorbachev.

Secondly, the Chinese Communists feel that Gorbachev is the only person strong enough to hold the USSR together. If he is forced from office, the Soviet Union would disintegrate, and with such a long border with the Soviet Union, mainland China would feel the first effects in the form of a wave of national separatism raging across mainland China's border. This contamination brought on by national separatism would spread through Inner Mongolia, Xinjiang, and even to Tibet and other frontier areas.

Uniting Against the USA

The Chinese Communist moves are in the end based on considerations of their international strategy and their ideological fear of the West. After the Persian Gulf war, the United States by relying on its military might proved itself the only superpower in the world. The Chinese Communists believe that they must cooperate with the Soviet Union, and together resist the expansion of Western influence as represented by the United States. In a report presented to the Fourth Meeting of the Seventh National People's Congress, Li Peng clearly gave the Sino-Soviet relationship more priority than the Sino-US relationship.

The Chinese Communists' goodwill has already gained an enthusiastic response from the conservative-leaning Gorbachev government, which has even voiced its public support for mainland China's "road of socialism with Chinese characteristics." On March 26th, the Soviet Communist Party Political Bureau member Prokofiev said to the visiting Beijing Party Committee Secretary Li Ximing that mainland China's reform had begun in the villages and had solved the problem of providing basic living necessities and had linked the market economy to socialism. He concluded that this road to reform was the correct one. Before this, Soviet Communist Party General-secretary Ivansky was even more specific on his visit to Beijing when he stated that progress in mainland China and the Soviet Union was only possible by adhering to the socialist road.

The current situation in the Soviet Union is in flux, and its prospects are not clear. Now that the Chinese Communists have placed their bets on Gorbachev, will their foreign policy once again go bankrupt? Only time will tell.❀

SINO-SOVIET MILITARY TIES TO DEVELOP

(Hong Kong, Wide Angle Monthly [廣角鏡月刊], Apr. 16, 1991, pp. 74—77)

Chinese Communists Seek Military Cooperation with Soviets

Recent reports indicate that the Chinese Communists plan to purchase weapons from the Soviet Union, including the advanced Su-27 "flank guard" fighter plane, to help fortify the modernization of Chinese Communist military equipment.

Furthermore, Jiang Zemin has indicated: Modern warfare has already become high technology warfare; it is three dimensional warfare, electronic warfare, guided missile warfare, thus falling behind means passivity and getting beaten. In building modernization, the electronic industry shall be one of the most crucial fields for priority development.

At Home with Soviet Arms

For the Chinese Communists, whether from the angle of the international environment or a technological angle, the Su-27 is a top choice. In fact, the Chinese Communists have used Soviet arms to equip their massive army ever since they established their nation in 1949. This is especially true of their air force, which built itself up from scratch with Soviet fighter craft. The Chinese Communist aviation industry, too, created something from nothing with the aid of Soviet experts in the 1950s. In the early 1960s, when Sino-Soviet relations turned sour over ideological differences and Moscow recalled its experts and cut off weapons supplies and technical transfers to Beijing, the

9108928

Chinese Communists, who were basically cut off from the West, for a long time had nowhere to turn for new weapons and technology. As a result, they remained stuck within Soviet-style technical conventions. Engineers and military personnel alike seemingly had a special place in their hearts for Soviet-made equipment. One clear example of this mentality is that even if it was impossible to obtain new weapons from the Soviets, the Chinese Communists still attempted to find ways to obtain samples from third nation users of Soviet-made weaponry, which they would then copy themselves. The MIG 23 fighter, the BMP-1 armored personnel carrier, acquired from Egypt, and the T-72 main battle tank, obtained through Romania are all examples of this. Some of the design and technique ideas from the MIG 23 were "transplanted" into the Chinese Communist-formulated and produced F8 II fighter plane, and the BMP-1 model armed personnel carrier was independently produced on the mainland with the "501" type series number. Western nations have shown great eagerness towards penetrating the Chinese Communist arms market over the last decade, and although Beijing has selectively purchased a portion of its equipment from abroad, the proportion of this imported equipment remains low.

Western nations have discontinued arms trade with the Chinese Communists since the June Fourth incident. Two deals with US Grumman Corporation, one to refurbish and modernize the F8 II, and the other to develop the F7 M into a "Super 7" fighter, were scrapped. Given these circumstances, Moscow would do well to alter its approach by avidly promoting the sale of its top of the line advanced weapons in the international market, and it is only natural that the Chinese Communists will again look to the Soviets for arms.

The Su-27

The Su-27 is the Soviet's latest and most advanced high-capability all-weather heavy-duty fighter plane. The Su-27 is the product of the late 1960s effort to develop a fighter of the same caliber as the American MacDonnel Douglas F-15 "eagle" fighter, and while it shows some its F-15 heritage, it is still larger than its prototype. Total length is 21.9 meters, the wingspan reaches 14.7 meters, and maximum take-off weight is 29,940 kg (The F-15 A is 19.45 meters long, its wingspan is 13.5 m., and it has a maximum take-off weight 25,540 kg)

The Su-27 features a "single wing-body" design, with double flaps, full-powered stabilizers, and sturdy three-point landing gear to allows landing on rough runways. The fighter has two AL- 31F turbojet engines, with single engine maximum afterburner thrust of 12,485 kg, providing an upward thrust ratio at normal take-off weight of 1.1:1 and a maximum airspeed of mach 2.35. As the originally conceived basic task was long distance interception and patrol, the fighter's maximum fuel capacity is 8,626 kg, slightly higher than the F-15A, although 1,300 kg less than the F-15C with its streamlined fuel tanks.

The Su-27 is equipped with a total of ten external mounts and one 30 mm cannon. The outer mounts can carry from AA-8 to AA-11 multiple model air-to-air missiles or other weaponry; however, the plane lacks multiple target-locking equipment, so it is unable to attack multiple targets simultaneously. Nevertheless, its navigational electronic system is far more advanced than was originally thought by the West, comprised of pulse doppler radar, infrared searching and scanning equipment, laser distancing instrumentation, a sighting device in the nose and horizontal indicator instrumentation. In addition, the fighter is equipped with a four-channel digifax radio operation system, greatly improving the airplane's flight capabilities. Still, the plane's structure utilizes few composite materials.

Desperate Need to Update

In general, the equipment in the Chinese Communist air force is outdated. Its mainstays are the F6 and the F7 fighter planes copied from the MIG 19 and MIG 21, respectively. The F8 II, hailed as the latest model, embodies no more than a combination of the capabilities of the MIG 21 and MIG 23. Given their meager defense budget, it is quite difficult for the Chinese Communists to attain the advanced technology from Western countries needed for manufacturing fighter planes. In fact, at their present technical level it is not even certain if the Chinese Communists could entirely incorporate state of the art Western technology. Soviet planes are less costly, and a large number of Chinese Communist technicians were trained on the Soviet model, thus Beijing expressed a great deal of interest when the Su-27 reached the international market.

If the Chinese Communists can successfully obtain the Su-27 they will likely halt production F8 I in favor of the Su-27. Ho production of the F7 III mod veloped at the Chengdu Ai Manufacturing Plant will pr continue, and very likely will b along with the Su-27 as a "hi combo."

In addition to the Su-27 plane, the Chinese Communist also be interested in acquiring anti-air radar and surface guided missile systems. Equipn the above two varieties pr possessed by the CCP is far advanced world-class perfo levels. Several years ago, i speculated that the Chinese munists wished to look into pu ing improved HAWK surface missile systems from An Raytheon Co., including its a radar; however, they ended up nothing in this regard (this is mal occurrence when the C Communists "look into" the pu of armaments from Western tries).

Gulf War Revelations

For the technical faction CCP military, the recent Gul was a lesson in familiarizatio modern state of the art tech The Allied powers, headed by relied on their technological su ity to hit Iraq so hard it h strength for retaliation, eve forcing Iraq to scurry out of with its tail between its leg Allies' most outstanding perfo was in their air superiority. complete command of the ski Allied forces made quick and work of Iraq's navy and forces. The war revealed the importance of air superiorit surface-to-air systems in warfare, exactly the two weal in the Chinese Communist forces. Therefore, one can that Beijing's hopes and actio become even more intense in sumption and strengthening o ary cooperation with the S with emphasis quite possibly o anced fighters and surface systems.

Is the Soviet Union will sell its advanced weapons to munist China? This is an inte question. Since the early 196 Chinese Communists have heavy troop deployments alo Sino-Soviet border so as to Soviet military aggression, an the Chinese and Soviets hav one another as military rivals

9108929

ough Communist Chinese–Soviet lations have begun to thaw, they ill never return to the Sino–Soviet oneymoon period of the early 1950s. nother actuality is that Eastern uropean countries, formerly depen- ent on Moscow for direction, are one ter another searching for political utonomy. East Germany has been nified by West Germany, the War- aw Pact has fallen apart, and Soviet conomic gain from these Eastern uropean nations is nothing like it as in the past. As a result, the oviet Union desperately needs to ook to other markets and other ources to make up for economic los- es from Eastern Europe. In other vords, the Soviet Union needs noney. In this light, Sino–Soviet nilitary cooperation is truly a case where both sides can come out ahead.

Navy Cut–backs

With the possibility of Chinese Communist–Soviet Union military cooperation, an evaluation of possible developmental trends in the military finds that the Chinese Communist navy, which has seen major development over the past years, may experience budget cuts and obstructed development as Beijing transfers capital to obtain urgently needed avionic equipment from the Soviets. Also, development plans for building a much talked about space station will be put off; the number of new–generation guided missile destroyers to be built may drop below original expectation; in an attempt at updating, the 051 "long–range" class guided missile destroyer currently in service might use new weapons (such as the C–801 destroyer-to–destroyer guided missile) and electronic instruments (such as radar, sonar, etc), or a refurbishing of helicopter pads and hangars (such as the 105 destroyer) might be used as a compromise measure. The army should be influenced less since the Chinese Communist army's main armaments are already supplied domestically, a system unto itself. At the same time, the army occupies the largest proportion and enjoys the largest influence among the Chinese Communist armed forces.

MAINLAND SEEKS LINKS WITH SOVIETS

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly [爭鳴月刊], No. 163, May, 1991, pp. 15–16, excerpts)

Mainland Chinese Pilots Training in the Soviet Union

Banned Books Reissued

The Chinese Communists have once again began openly propagating the idea of Sino–Soviet friendship and praising the past fraternal assistance by the Soviet Union toward mainland China. The Chinese Communists meanwhile are disseminating the view of the October Revolution as a "great contribution." Within the armed forces, Soviet feature films are being presented, and a great deal of Soviet reading material from the 1950s is being reprinted and distributed among the armed forces. More than twenty separate title have been released. These books, banned only last year, have now become political education material. Astonished, the people are left asking themselves if they haven't somehow taken leave of their senses.

Soviets Seek Weapons Purchases

Informed sources have revealed that the Soviets, as a means of dealing with their economic problems, hope that the Chinese Communists will purchase late–model fighter planes, bombers, and transport planes withdrawn from Europe. Working groups from the two sides are close to an agreement on this issue. According to further revelations, the Chinese Communists actually hope to build a good relationship with the Soviets, both as a means of expressing their support for the domestic policies of the conservative faction of the Soviet Communist Party, and for opposing the United States and other Western countries. The Chinese Communists believe that the combined military strength of the Soviet Union and mainland China is a kind of invisible deterrent vis–a–vis the United States and the Taiwan authorities.

According to our understanding, the Soviet Communist Party Central Committee has already formally indicated to the Chinese Communist CCP Central Committee that it will continue to support mainland China's One China Policy. The Soviets also specifically stated that they will not establish political relations with Taiwan, but that they will maintain economic and non–governmental contacts. This is a sort of quid pro quo by the Soviets toward the Chinese Communists.

Pilots to the Soviet Union

This year, as the Soviets and Chinese Communists are strengthening their trade relationship, they are also invigorating their military contacts. Apparently this is a new tactic which has emanated from the Chinese Communists international strategy after the Gulf War. In the latter half of this year, mainland China will send new students to the Soviet Union for advanced studies. Pilots are to included among the military personnel sent.

According to military sources, a group of pilots, including junior-grade fighter pilots have already focused their learning in preparation for a June trip to the Soviet Union for advanced studies. A military officer has stated that mainland China's backwards air force is especially wanting in pilot training. During the Spring Festival, a Soviet pilot who visited an air base felt that the quality of the mainland Chinese pilots was very low. This pilot was selected to fly the first group to the Soviet Union for training that would last from one year to eighteen months. Sources reveal that the Central Military Commission has already decided to strengthen the building of the air force in order to prepare for future war, and that sending pilots to the Soviet Union for study is an important part of this plan.

Using the USSR

Deng Xiaoping supposedly has proposed an "eight–character policy": "Draw in the Soviet Union, use the Soviet Union." This policy is needed by the Chinese Communists to counter internal and external pressure. On the domestic front, many people have placed their hopes in the

changes in Eastern Europe and the Soviet Union. To meet this line of thinking, the Chinese Communists have proceeded to provide the people with the faulty notion that the Soviet Union is still following the socialist road despite its vicissitudes, and that the Soviet Union and mainland China are still fraternal socialist countries.

Toward the outside world, especially the United States, mainland China is playing the Soviet card in an attempt to create an invisible deterrent to the United States and Taiwan through military cooperation with the Soviet Union. The Chinese Communists reason that even though their military is not the equal of the United States', who could oppose the combination of Soviet military equipment and technology together with mainland China's million–strong military machine? This is truly an example of fatuous thinking.

Pragmatism and Sorcery

The reasons for this turnaround in relations with the Soviet Union are twofold: to work together with the hard–line faction in the Soviet Union in using Gorbachev and keeping him politically afloat, and to avoid the collapse of the Soviet Union and the disintegration of the USSR. If bachev is forced to resign, the will disintegrate, and this, obvi would be disadvantageous to land China.

From this we can plainl that the Chinese Communist toward the Soviet Union is a t case of high–level pragmatisn political voodooism. The Cl Communists, who have fallen ir plomatic isolation, cannot help use the clay idol of the Soviet as the savior of the revolution. tragic this is!

A LOOK INTO THE CRYSTAL BALL

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], Apr. 4, 1991, p. 27)

Possible Future Changes in Mainland China

I believe that within the next five or ten years massive changes, the likes of which Chinese civilization has not seen for several thousand years, will occur in mainland Chinese society. The reason is that mainland China has run across unprecedented challenge and crisis. A population explosion, shortages of resources, a corrupt system, a backwards economy, a society of inequality and degenerate morality all bring a sense of unprecedented loss and dissatisfaction. Great world trends, transformations across the Soviet Union and Eastern Europe, and the development of other Asian nations have deeply stirred the Chinese people longing for freedom and wealth. These are all important reasons for the emergence of radical change in mainland China, and for the nation to eagerly and actively go about redressing problems, or, for that matter, to passively set these problems aside until they burst. Let's take a moment to analyze possible future changes in mainland China.

Hard Line Softens

First, it is likely that the moderate line in the Chinese Communist Party will replace the hard line in the next two or three years. Since the June Fourth Tiananmen Incident, the Li Peng government's economic line has actually been softening. For example, Li Peng stresses clamping down on township and collective economies, holding back individual and entrepreneurial economies, and taking back power delegated to the regions and to enterprise, but almost all these goals were not realized. In the area of politics Li Peng et al are still using high–pressure tactics to focus purges on those democratic forces in society with organizational ability, and they are eliminating those in the Party and government whom they refer to as "dangerous elements." However, this type of reliance on strongman powers, methods that run counter to the common sense and the pursuits of the people, cannot continue for long. Thus it is inevitable that the moderate line shall replace the hard line. People have already seen the evidence over the last year or more of the gradual softening line in the Li Peng government, which has emerged under the influence of the international environment and exactly the kind of demands the people have for development.

Farewell to Dictators

Second, a new scenario may emerge in the next three to five years whereby a group of leaders will replace the rule of a dictator. Once the old leaders such as Deng Xiaoping and Chen Yun step out of the political scene, leaders like Jiang Zemin and Li Peng, who do not have the authority and iron handedness of the first-generation leadership and who lack a legal foundation among the masses as well as the knowledge, ability and vision to lead mainland China's reforms towards substantive progress, will step in. The central government will then enter a phase whe one's words can be counted o nobody's opinions can be forme policies. This situation will go o on as problems accumulate, c dictions intensify, and crises up all around.

Especially deserving of att is that when the strength of re economies becomes sufficient veloped, in order to protect thei economic interests, these regior come the most effective force o ing the tyrannical power of the tralized government. Developm and of itself requires the resolut problems, problems which the tralized government will be p less to solve. Society may erup upheaval and chaos, or the re may unite to demand resoluti the pressing problems of socia velopment. If this is the case third stage will arrive.

Ossified Government Challen

Third, it can be expected within five to ten years demo forces will unite to establish democratic China of the future accumulation of crises and cont tions may incite coastal prov other provinces wielding formi economic power, and Hong Taiwan, overseas forces and Ti unite for the transformation o cowardly and ossified central go ment. If this happens, a situ might materialize in mainland whereby its parts are "united b centralized, autonomous but n vided."

Of course, having experie

ie ten-year upheaval of the Cultural evolution, and the high-handed olitics since June Fourth, the hinese people possess a certain nderstanding of their situation. But obody is willing to see mainland hina suffer major turmoil. The conradictory mentality they have is a ope for change coupled with a fear f chaos. Thus our task is to transorm the system in a peaceful manier, without allowing massive disarray and enormous turmoil to overome China. In other words, it is the vork of transforming the communist ystem.

If the international community and democratic forces do not keep enough political pressure on this authoritarian power, a power which opposes its people, so as to force it to soften its line; if necessary economic sanctions are not made against a government reviled by its people in order to keep it from obtaining new blood and strength; if we are unable to increase media coverage to allow more mainland Chinese people to understand the situation in the world around them; if we are unable to expand cultural and technological exchanges with local areas and the people of mainland China in order to open up their eyes and their minds; if we are unable to foster a generation of skilled people who can build a democratic China; if we cannot effectively support democratic forces inside mainland China and out so they may mature and become strong, then the scene we may be facing in the future may very likely be abruptly burgeoning turmoil bringing with it extreme instability and great bloodshed.

Pushing System Reform

It is discouraging that mainland China, a large nation of one- fifth the world's population which is in the midst of a crucial period of structural transformation, receives so much less attention from the international community than its importance merits. Although quite a few astute politicians and experts throughout the world recognize that the security of all mankind is inextricably linked to mainland China's fate, not a few people have nonetheless failed to recognize the need to raise to a high strategic level assistance for mainland China in moving its systematic reforms forward and in supporting its forces of democracy. Furthermore, a small minority of politicians are taking the unquestionably dangerous attitude of acting indulgently toward the Li Peng government. We must use a variety of methods to actively promote mainland China's system reform and its progress in democracy, and we must promote the course of system reform and democratization that the Soviet Union and Eastern Europe have followed, as only then can we at the end of this century and the start of the next century be assured of securing a new global era of peace, stability and development.❀

CLASS STRUGGLE TODAY

(Beijing, Chinese Higher Education Monthly [中国高等教育], No. 2, Feb., 1991, p. 16)

What Are the Characteristics of Class Struggle in the Present Stage of Development?

The Sixth Plenum of the 11th CCP Central Committee, passed the resolution "Concerning the Party's Resolutions About Certain Historical Questions Since the Founding of the People's Republic." Using the model of "seeking truth from facts," the following analysis and judgement was made with regards to the condition of the present stage of class struggle. "After the exploiting class has been eliminated, class struggle ceases to be the major contradiction in society. However, due to internal factors and external influences, class struggle will continue to exist for a long period within certain limits and, under certain circumstances, it may erupt into a violent confrontation." The situation that has arisen since the reforms began confirms the scientific reliability of this judgement. To sum up, our country is now facing a class struggle which has the following characteristics:

Two Opposing Roads

1) In the present stage, the chief manifestation of class struggle is the opposition and struggle between bourgeois liberalization and the Four Cardinal Principles. Frankly speaking, the persistent struggle between bourgeois liberalization and the Four Cardinal Principles is the struggle between two different classes, two different roads, and two different fates. It is the struggle of two different futures that are continually unfolding in the new historical context. Those who support bourgeois liberalization use every possible means and opportunity to slander, attack, and oppose the Four Cardinal Principles. In politics, economics, and in every field they spread their opposition to the Four Cardinal Principles. In the area of politics, they advocate a multi-party system and an American/Western political structure of three independent powers that check and balance one another. They use this type of reasoning to oppose the leadership of the Party. In the area of economics, they attack the system of public ownership. They publicly proclaim that "the system of public ownership has already run its course." In the realm of ideology, they advocate the capitalist system of democratization and liberalization. They use all of their strength to promote individualism. They claim that the era of Marxism/Leninism has passed, and they do not acknowledge that Marxist/Leninist thought should be the fundamental theory that leads our thinking.

Enemies Within and Without

2) Internal enemies are increasingly colluding with those from overseas. They are coordinating their activities of dissent and opposition. Socialism and capitalism are two opposing systems. The stubborn capitalist opposition movement has not given up its subversive behavior and vain hopes of overthrowing the Party. However, in the present stage, the overseas opposition movement now advocates "peaceful evolution" in its attempt to reach its goal. External and internal enemies, seeing the present stage of reforms and opening-up as a perfect opportunity to enact their plans, have stepped up their mutual collusion and coordinated activities. Internal enemies seek every method to gain support from those overseas. Enemies from overseas seize every opportunity to coordinate their activities with those of internal enemies. They use public opinion and economics to aid internal opponents of the Party. They have

9108928

even come to the mainland and launched conspiratorial movements from within China's own boarders.

Dangers of Instability

3) Under certain conditions, the present stage of class struggle could erupt into armed conflict. Under normal conditions, the present stage of class struggle takes place mainly in the realm of thought and not in the form of armed struggle. However, under certain special conditions, it is possible that class struggle could erupt into armed conflict. If our country experiences temporary economic difficulties and adopts erroneous policies, if our work in the area of political thought is weakened over a long period of time, or if the international political order becomes unstable and particularly unfavorat socialist countries, then there possibility that class struggle erupt into violent confrontatior political disturbances that occur our country during May and 1989 are an echoing alarm continually warns us that, in c circumstances, class struggle suddenly and violently reappear

ARGUMENTS AGAINST A MULTI-PARTY SYSTEI

(Beijing, Chinese Higher Education Monthly [中国高等教育], No. 2, Feb., 1991, pp. 16–17)

Why Mainland China Cannot Implement the Western Multi-party System

The multi-party system refers to the legal existence of more than one political party in the same country which, through elections, alternate in holding governmental power. It is a tool of the bourgeois class to guarantee the proper functioning of the capitalist state machine, to regulate internal contradictions within the ruling class, and to better further the interests of the bourgeoisie. The tiny minority of those insisting on the position that the capitalist class should be freed are now calling for mainland China to implement the multi-party system of the West. This is completely incompatible with the state of the nation.

Historical Realities

Firstly, mainland China does not have the historical criteria necessary for the implementation of a multi-party system. Just looking at the recent era of Chinese history, we see that whether the multi-party system was an ideal or was put into practice, it always ended up in defeat. It was only under the leadership of the Communist Party that mainland succeeded in ending its years of war and strife, constructed a new China, and adopted a new stature of towering grandeur among the nations of the earth. History and present-day reality tell us that the multi-party system could not be put into effect in mainland China, and that the center and force of leadership for the socialist revolution and for socialist construction can only be the Chinese Communist Party.

Class Incompatibilities

Secondly, the class foundation and other class requirements for the implementation of a multi-party system do not exist in mainland China. Marxism holds that governmental parties are always class-based political organizations, that class is an essential attribute of political parties. The bourgeois multi-party system is built on conflicts among differing interest groups and political factions within the bourgeoisie. It is a tool for preserving the interests of the bourgeoisie. While on the surface the opposition parties may appear to be in conflict with the ruling party, in actuality they are "using their blustering, empty duels to trick the people and turn their attention away from their actual interests" (Collected Works of Lenin, volume 18, page 397). Mainland China is led by the working class; it is a socialist country under a democratic dictatorship founded on the alliance of workers and peasants. Even though there are contradictions and conflicting interests among various social levels and groups, there is no fundamental economic or political conflict. The workers are the representatives of advanced productive forces; their basic interests are one with those of the vast majority of the people. They thus become the natural political representatives of the people as a whole. There is therefore no need to artificially split the working class into two or more opposed parties to take turns in holding power and settling conflicts among various levels. As for the CCP and the other democratic parties, they have common political bases, goals of struggle, and interests, so their relationship has nothing in common with that of capitalist countries' ruling and opposition parties.

Economic Impossibility

Thirdly, mainland China does not have the proper economic for implementing a multi-part tem. The economic base dete the nature of the superstr which in turn has a counter-re affecting the economic base. In talism, with its primacy of p ownership of the means of p tion, different levels and groups in the bourgeoisie have irres conflicts in pursuing their ow vate interests; meanwhile, they a fundamental interest in comr their exploitation of the worke superstructure created by this economic base – the bourgeois system – inevitably bears the i of monopoly capital dominati the multi- party system mitiga ternal contradictions withir bourgeoisie and brings about it mon domination of the working it excludes the property-less from participating in gover Elections in capitalist countrie this out. Mainland China emph socialism's common ownership means of production; hence, b of mainland China's uneven de ment of productive forces, it is sary to have a core leadership with the wherewithal to coor the interests of different s levels and groups. This is a n that only the Communist Par complete. If we did not hav steadfast, hardy leadership Communist Party and instead for a multi-party system, it lead to a multitude of parties, and strife, ethnic splits, soci heaval, and no hope for econon velopment and social progress clear that a multi-party system compatible with mainland economic base and the state nation.

❀ ❀

310892

MAINLAND'S NATIONAL SPORT: MEETINGS

(Hong Kong, Wen Wei Po [文滙報], May 16, 1991, p. 6)

Meeting Fever" Sweeps Mainland hina

Insiders Reveal: Using Meetings s Excuses for Recreation No Longer are; Building Friendly Ties Over a leal is Mandatory Behavior. Souvelirs Getting More and More Outageous: Big Ones as Large as Elecrical Appliances, Small Ones Down Daily-use Items. How Much State unding is Being Swallowed Up?

Spring has arrived, bringing warm weather, blooming flowers, and neetings across the land. Government officials are preparing for meetngs, hotels are arranging receptions or meetings, radio and television are broadcasting about meetings, newspapers are reporting on meetings, passengers on trains, boats and airplanes, from the north to the south are rushing to meetings. Such a great panoply of meetings!

Meetings Breeding Meetings

How many meetings are held in mainland China in one day? Meetings seem to explode all around like the fission of an atomic bomb. One central government conference splits up into over thirty meetings in the provinces, while a provincial meeting in turn spawns several tens to over a hundred meetings at the district and county levels. One level after another, it continues from workshop teams of provincial corporations and enterprises to neighborhood committees in towns and villages, to university departments and the ranks of divisions, regiments, battalions, and companies, and who knows how many other meetings?

Meetings also fissure horizontally, as wherever mobilization arrangements are involved, meetings are compulsory. A Public Security Bureau head aired his grievances to this reporter, saying that these days one has to hold a meeting even to beat a dog; anyone can call a meeting, including old maids on neighborhood committees. It's as if a meeting has to be held to prove that a matter is taken seriously.

Meetings come in countless forms. Work study meetings, news announcement conferences, commodity exchange fairs, symposiums, tea discussions and mobilization meetings sprout up one after another.

Sky-high Expenses

Just how much manpower, monetary and material resources have been swallowed up? China Central Television reveals that conference expenses in Shanxi for 1990 hit RMB 100 million; the Hubei provincial governor fills us in that conference expenses for 1990 in Hubei topped RMB 80 million. These are only direct expenses, not including such peripheral expenditures as personnel salaries, sedan expenses, etc.

Rushing about to meetings tires people out. A reporter at an official daily in Wuhan says he once had to hustle to four meetings in one morning. A municipal television station has two cameras exclusively set aside for municipal Party committee and municipal government meetings.

Leaders are also uncomfortable. Up there on the chairman's platform they can't sneak a break to the john. One leader's secretary pointed out the schedule on her calendar, saying: "Look how many meetings there are in a day where speeches have to be made. Skipping these meetings is seen as a lack of concern."

Meetings on Legs

First, a word about entertainment meetings. Sources reveal that reserving a half day for meetings and another half day for fun is no longer rare. One meeting held in Wuhan saw attendees travelling and holding meetings through Gulongzhong and Shennongjia, straight through to the Three Gorges and at last to Yichang.

Next are banquets. Isn't hosting friends from afar a cause for partaking in some fine food? Receptions and banquet invitations here, friendly gatherings and symposiums there ...naturally everyone has to sit down together for a meal. They even embellish their pretexts, saying that feasting promotes friendly contact and expedites work.

Get-together Give-aways

Third are gift-getting meeting. In the early 1980s the "forget information, just get wallets" press announcement conferences were all the rage. Those wallets now pale in comparison to today's "souvenirs." Commemorative items handed out at conferences are getting more and more outrageous: from ten-band radios, electric rice cookers and woolen blankets to such daily-use items as umbrellas, terry cloth coverlets, electric fans, razors, cigarettes, cosmetic sets, and utensils...you name it, they're giving it away. Lower levels bestow these gifts on superiors, superiors send them to underlings, and equals send them to each other. How much state property flows away into private hands because of all this? ❀

The Generals' Dialogue

A retired general visiting relatives in the mainland meets up with a distant cousin. The cousin, who was formerly an important figure in the PLA and is also retired, still retains many of the privileges of his former position. With a limousine waiting for him when he goes out of doors and a retinue of guards, the mainland general cuts quite a figure. The two cousins meet, and after a bit of small talk the mainlander asks, "What is your life like in Taiwan?"

"Not bad."

"What exactly do you mean by 'not bad?' Although I'm retired, I still get 500 RMB per month. How much do you get in Taiwan?" "Well, a bit more than you, I guess."

"What do you mean by 'a bit more'? How much exactly do you make?" asks the mainlander somewhat testily.

"About 80,000 New Taiwan dollars," responds his cousin. "Hmm, 80,000 NT is about 16,000 RMB, no small amount." The mainlander falls silent for a moment. Then, refusing to give in, says, "But prices in Taiwan are a lot higher than here."

"That's right! Prices in Taiwan are higher than in the mainland. But if we ever go travelling anywhere else, the prices there will be the same for us both!" says the other with a chuckle.

9108928

SCHOLARLY DEBATE ON MAINLAND'S FUTURE

(Hong Kong, The Tide Monthly [潮流月刊], No. 50, Apr. 15, 1991, pp. 6—19, excerpts)

The Vision of Achieving a "Modest Standard of Living" for All and Modernization — Forum Highlights

Time: mid March, 1991

Participants (in order of appearance):

Rao Yuqing: Professor, Department of Economics, University of Hong Kong

Jin Yaoji: Lecturer, Division of Sociology, Chinese University of Hong Kong

Guan Xinji: Head of the Institute of Social Sciences, Lecturer, Division of Government and Public Administration, Chinese University of Hong Kong

Li Hongqi: Director, Division of Asian Curriculum, Professor Emeritus, Division of History, Chinese University of Hong Kong

Chu Li: Professor Emeritus, Division Head, Division of Communications, Chinese University of Hong Kong

Lin Shanmu: Director of Information Daily(信報) and Information Monthly(信報月刊)

Chair: Ding Wang: Editorial Consultant to Tide Monthly

Change in Beijing Unlikely

Rao Yuqing:

Great transformations, are currently underway in the international situation. In the initial period after liberation, prospects for modernization in China were greeted with international goodwill, anticipation, and yearning. All major industrialized countries and regions, including Hong Kong, were willing to assist in the mainland's modernization. Today, that kind of optimism and [favorable] conditions are things of the past.

One major reason is the June Fourth incident. After June Fourth, the Western nations imposed economic sanctions on the Chinese Communists. Although such sanctions will not go on forever, the possibility of large-scale economic aid, technology transfer, investment, and loans from the Western nations has been effectively ruled out. A second reason is that major changes in the situations in the Soviet Union, Eastern Europe, and the Gulf are also having an adverse impact on economic development on the mainland. The Soviet Union and Eastern Europe are teetering on the brink of bankruptcy, with no alternative but reliance on Western aid, and Kuwaiti reconstruction will require over US100 billion. The urgent demand for funds on the international capital market over the next decade can be readily foreseen. Chastened by the harsh lesson of the past decade's debt crisis, however, international banks are being highly cautious in matters of financing for third world countries.

To obtain foreign aid, it is essential that the Chinese Communists improve their relations with the Western nations, and especially the United States. To achieve this goal, however, the Communists have no choice but to improve their human rights record and performance. Even if the subject of reform is not open to discussion, they must at least relax the political environment somewhat. Unfortunately, the Communists have demonstrated no intention of improvement in this regard.

Originally, the Persian Gulf Crisis offered the Chinese Communists the perfect opportunity to break out of their international isolation, and, in fact, they did use their ostensible neutrality to curry some favor with the West. In reality, however, the Chinese Communists earnestly hoped that the Gulf war would tie up, or even wear down the US and its allies. The rapid and overwhelming victory of the US and the allied forces, after their adoption of a blitzkrieg strategy, however, incontestably demonstrated the superiority of the US and the West in the area of high technology. This was a real shock to China. The Chinese Communists have now begun talking about moving technology to the top of the list of modernization priorities. They don't realize that Western technological superiority is the result of centuries of respect for academic freedom and scientific research going all the way back to the Renaissance and the Enlightenment. How can a few political slogans possible suffice to solve China's problem? Furthermore, their experience in this war will only encourage the US and the West to strengthen controls on the export and transfer of technology to strategically-situated countries.

No Sign of Change

As far as the questio whether the mainland econom move in the direction of the Bu inist model, the overall impr left with one after a compreh examination of construction the Ten-year Program and Eighth Five-year Plan is that th no evidence of any tendency to toward such a model, at least short run. The "Proposals of th Central Committee for the Dra Up of the Ten-Year Program a Eighth Five-Year Plan for Na Economic and Social Develop continued to emphasize adhere Communist Party leadership, a guiding role of the public own system. No mention at all was to moves in the direction of a n economy or toward democrat and liberalization in governme reality, the "Proposal" was n but an embodiment of Chen "bird cage" economic model.

Income Goals Hard to Atta

As far as the goal of bringi people a "modest standard of l the "Proposal" failed to expla actly what was meant by the Deng Xiaoping once stated t the end of the century avera capita income should reach U Any political leader with the sl common sense would realize th of taking a per capita income lated in foreign currency as a range economic development the reason being that the tw levant economic variables – t change rate and the rate of p tion growth – are both extreme ficult to control, especially in th of mainland China. The ma Chinese economy has indeed substantial moves forward. The age per capita income, howev mains at around US $300. T attributable to repeated devalu in the RMB and continued ex population growth. Without cant increases in the value RMB and in labor productivi goal of US$800 will prove un able over the next decade.

12

9108928

more, even if this goal were to iraculously be reached, the stan-ırd of living in the mainland would ill fall far short of that in other hinese regions such as Hong Kong, ıngapore, and Taiwan. Hong Kong's verage per capita income last year ached HK$104,600, equivilant to S$13,400. If it weren't for the de-aluation of the Hong Kong dollar uring 1982–1983 due to concern over 997, Hong Kong's average per capita ıcome might already have surpassed S$20,000. In recent years, the Vorld Bank, in its annual World De-elopment Report, has already classi-ied Hong Kong along with the OECD ations as high-income nations. The ıainland continues to be classified s a low-income nation. Of course, verage per capita income is not the nly, or even the most reliable, eco-ıomic indicator. The terrible back-vardness of the mainland economy ınd the low standard of mainland iving, however, cannot be denied.

Torrents and Transition

Rao Yuqing:

The Communists seem to be par-ticularly afraid of so-called "peaceful evolution."

Jin Yaoji:

The Communists say peaceful evolution is conspiracy in disguise. Actually there is nothing disguised about it. It is a conspiracy to bring prosperity to the Chinese people through a peaceful transition from ossified dictatorship to democracy. Letting the people enjoy the benefits of free democracy and prosperous lives is a good thing. Peaceful coop-eration and peaceful competition with the West, and with Hong Kong and Taiwan, would be beneficial to the mainland people.

Guan Xinji:

The implementation of economic reform and the pursuit of social mod-ernization will necessarily touch on ideology and culture. They will call for a reinterpretation of Marxism, for example.

Ding Wang:

Ideology and culture cannot be isolated from social change. The Chinese Communists have made sub-stantial achievements in the area of economic reform over the last decade. What is more important, however, is the rejuvenation ideological orienta-tion led by the intellectual elite. From the "Pragmatism" of the late 1970s to the critique of socialist alienation in the 1980s – these were an intellectual reaction to Stalinist autocracy and Maoist theocracy, as well as a "re-packaging" of Marxism, that is, an effort to push Marxism out of the ossified system of class dictatorship and onto a humanist path. Only through a "humanist Marxism" or "humanist socialism" redeparture, could the "theoretical turbulance" of the mid-1980s have emerged, repre-senting on one hand, a recognition of the crisis in Marxism and socialism and an acknowledgement of the vigor of contemporary capitalism, and on the other, a critique of the feudalism marking traditional Chinese culture, as well as a strong espousal of West-ern free democracy. From the re-packaging of Marxism in "humanist" trappings, to a harkening back to the 18th-Century European Enlighten-ment, to the movement toward West-ern-style free democracy – these are the great contributions of the radical reform faction cadres and intellectual elite over the last decade.

Building a Competitive Environment

Guan Xinji:

Since June Fourth, the mainland political climate has been abnormally frigid. Naturally those anxious to see the democratization of China were greatly dissapointed. In the vast course of history, however, what does one year amount to? This period of time must take its place in the con-text of mainland China's development over the whole century for it to take on meaning.

Authoritarian Oligarchy Stands Un-touched

The time since June Fourth has been a time for reflection and feeling things out. For over a century, main-land China has constantly been sear-ching for a way to strengthen itself and bring prosperity to its people. The success of the Communist re-volution provided a model for "en-forced development" – simply put, it was a way for the government to bring everything under unified con-trol. The experience of several de-cades demonstrated this model's in-ability to lead mainland China out of poverty, as it instead brought on such catastrophes as the Cultural Revolu-tion. Mainland's leaders subsequently drew a lesson from bitter experience and shifted the emphasis in national and Party work to modern construc-tion. As a result, a new situation has indeed emerged over the past decade, allowing the mainland to taste the benefits of modernization for the first time. Essentially, however, the path taken over this decade remained identical to the old pre-Cultural Re-volution path – government- steered development.

After 1978, the Chinese Commun-ist Party gradually turned into a "technology group," attempting to bring a "modest standard of living" to the majority of the Chinese people through material temptations and a system of contracted responsibility. The key commonality linking the two periods is that political power always rested squarely in the hands of the Communist Party.

It cannot be said that the de-velopmental model of Communist-led development was entirely without achievements. The annual growth rate in average per-capita income be-tween 1978 and 1988 could well be envied by many backwards countries. Growth aside, however, the unlikely occurrence of such a large-scale democracy movement as the one in 1989 could not but raise skepticism in people's minds as to the satisfactori-ness of Communist-guided mod-ernization as a developmental model. On top of this add the collapse of Communism in Eastern Europe, and the Soviets' formal renunciation of their exclusive right to political lead-ership. How could the Chinese Com-munists not pause for a little serious reflection? In the last analysis, what role should government play in the modernization process? What neces-sary connection in fact exists be-tween Communist leadership and the work of modernization?

Administrative Improvement without Political Reform

The greatest achievements of a decade of reform are enlightened thinking and the decline of official ideology. In my talk I am going to set aside the topic of social enlighten-ment and concentrate on the function of official ideology. [The idea that] "practice is the only test of truth" represented the potential overturning of all ideology; a December 7, 1984 editorial in the Beijing People's Daily – "Marxist-Leninist Works Cannot Possibly Contain Answers to All of Today's Problems" – smashed the grip of dogmatism; the "Black Cat, White Cat" theory was effectively re-sponsible for the introduction of utili-tarianism; "feeling for stones to cross the river" demonstrated the courage to learn from mistakes. In short, offi-cial ideology would not again regain its former authority. Economic life can proceed according to economic laws; it shouldn't suffer Marxist-Le-ninist interference. Hence:'A market economy cannot be equated with capitalism; a planned economy can-not be equated with socialism." By

9108928

the same token, as society gradually grows immune to ossified bureaucrat-ism, new things are free to emerge, and society's resources are freed for redistribution. Over time, the indi-vidual and group are no longer forced to rely so heavily on the gov-ernment for their subsistence.

During the decade of reform, progress was made in the economy, but politics were marked by conser-vatism. This political conservatism expressed itself in ideology – even the most progressive leaders con-tinued to believe in neo-authoritar-ianism. Action was taken only in terms of administrative efficiency, not in terms of the political system. The abolition of the lifetime- tenure cadre system, pilot implementation of a public functionary system, streamlin-ing in government organs, greater emphasis on policy research and con-sultation with expert advisers, the extension of authority to regional government – all these contributed to a more rational bureaucratic system and administrative process and should be applauded.

Reform in the political system has moved at a snail's pace. During the 1980s, reform in the electoral sys-tem was halted before it really got anywhere. There was basically no improvement in the people's congress system. A little more freedom was gained in the mass media, but it nevertheless remained a far cry from even its stated objective of "profes-sionalism," let alone from evolving into a force for monitoring govern-ment. Some traditional mass orga-nizations were more vigorous than before, but they remained in essence vassals of the government. And new mass organizations were still not free to be born. The goals of transforma-tion in the nature of Party leadership, separation of Party and government, separation of enterprise and govern-ment, etc, all represented highly meaningful policies which, however, were hard to realize for a variety of reasons. Party leadership of course was the key problem. Although there was substantial change in terms of the understanding of this leadership, what the Party was absolutely un-willing to change was its control over all agencies of ownership in organi-zational and personnel matters. In this manner, the so-called leadership of the Party turned into nothing more than ideological and policy leadership with no real meaning whatever. Viewed another way, in a time of ideological decline, it is extremely difficult for the Party to exercise leadership over [the people's] thoughts. The Party's leadership in the area of policy will be purely su-perficial. Consequently, insistence upon organizational and person-nel-related control over all organiza-tions of ownership is the Chinese Communist Party's last remaining hope.

Oligarchy Anathema to Productivity

The question is whether the Communist Party's control over the organizational makeup and personnel of other bodies conforms to the re-quirements of modernization. For in-stance, does it provide sufficient and rational structural support and mod-ern human resources? The decade of reform demonstrated that adherence to oligarchic leadership only assures that the benefits accruing from eco-nomic progress will flow into the pockets of the privileged class, rather than promoting increased productiv-ity. By aggravating the problem of unfair allocation, oligarchic lead-ership also causes unnecessary in-terference in the workings of the eco-nomy.

The developmental model fol-lowed by the mainland over the past ten years has the same fundamental characteristics as the model formerly followed by Eastern Europe. What I am referring to here is a "self-aggrandizing communist party seek-ing to cloak itself in an image of re-form and to gain legitimacy for its political rule through its work in the pursuit of economic progress." The failure of the communist countries of Eastern Europe demonstrates that in no country can a government stake the legitimacy of its rule on economic achievements, because no country can maintain economic growth over the long term, and because economic growth is not the only value pursued by all people's.

Domestic strife and diplomatic friction in 1989 led China's leaders to a deep awareness of the importance of "legitimacy" to a regime.

Guan Xinji:

A federation is something that could never come about, as the Chinese Communist will by no means whatsoever give up their right to rule. They're just thinking of placing a few more non-communists in rice ministerial and deputy goveror posi-tions.

Rao Yuqing:

Having so-called "democracy advocates" in, let's say, ministerial offices does not actually change the nature of the regime, because the Military Commission of the Central Committee still controls the troops.

Ding Wang:

The people in the contemp Revolutionary Committee of Kuomintang, the China Demo League, and the Taiwan Demo Self-government League, cann said to be "democracy advoc They are simply political hange of the Communist Party. The s led "democratic parties" are n more than political window dre – entirely different from E Europe's democratic parties. I believe that such decrepit old cians as Zhu Xuefan, Fei Xia Zhao Puchu, Zhou Gucheng have the ability to bring democr the mainland. It is members democratic reform faction with Communist Party such as Hu Yu Guangyuan, Wang Ruosh Rui, etc, advocating eradicati Stalinistmodel influence, who a real impetus behind the dem movement.

Politicized Education Breeds I petence

Li Hongqi:

Three Major Characterist Mainland Education over the P Years

(For the following section, see p. 21 of the June, 1991 is ICM)

Another Obstacle to Moderniz

Zhu Li:

The Chinese Communists by means of the Ten-year Pr and the Eighth Five-year Pl realize the goals of bringing th ple a "modest standard of livin social modernization. This should be affirmed. Moderni however, is a process of co adaptation and change. Politica alism and private-sector socie essential elements in this p Mass media plays an even mo tical role in the process, b mass media is itself an index o tical pluralism and private society, as well serving to p them.

1. Chinese Communist Pos Fourth Policy of News Curtailm

In terms of the current sit the mainland mass media exis state "great evil" and "great simultaneously. This can be ob from many angles. In terms "great evil," in the eyes of Co ist conservative faction leade mass media was among the culprits in the 1989 democracy ment. In late November 198 Chinese Communist Departm Propaganda held a "National

9108928

'ork Discussion Course for General ditors of Provincial, Municipal, and utonomous Region Party Newspap- rs." In his address at the discussion ourse, General-secretary Jiang emin made a powerful statement in his regard:

"We must clearly recognize the inchecked spread of bourgeois liber- alist ideology over the past few 'ears, which culminated in the unrest and antirevolutionary violence occur- ing in the late-spring/early-summer of this year, revealing that many problems plague news work, some quite serious. Some news units not only fail to expose and criticize bourgeois liberalism so as to curb un- rest, they actually offer the master- minds and supporters of such unrest and violence a strategic forum for the airing of their views, thus fanning the flames of unrest and creating ex- treme ideological confusion among the masses. Conversely, this also serves to demonstrate the extreme importance of news work, showing how no sooner does something major go wrong in news and propaganda, and no sooner does the mass media fall into the hands of other than true Marxists who carry out media work in a manner at odds with the in- terests and the will of the Party and the people, than we fall victim to se- rious harm and great losses.

At the same discussion course, Central Political Bureau Standing Committee member Li Ruihuan also gave an address, in which he ex- horted: "News reports must adhere to positive propaganda for their subst- ance.... Critical and revelatory content must take a back seat, and great cir- cumspection is required to ensure that they do not transgress their proper limits."

Pursuing Freedom of the Press

Prior to June 4, there was much discussion concerning private news- papers. Although former Chinese Communist General-secretary Hu Yaobang had as early as February 1985 in an address entitled "Concern- ing Party News Work" said "What's [all this nonsense] about needing pri- vate newspapers!", former People's Daily bureau chief Hu Jiwei con- tinued his vocal appeals for permis- sion for private newspapers. He further believed this to be a right and freedom guaranteed the people by the Communist constitution. After June 4, such appeals were no longer to be heard.

Freedom of the press has always been off bounds under Chinese Com- munist rule. For this reason, Hu Jiwei appealed in 1986 for "the free- dom to discuss freedom of the press." In May 1989, Hu Jiwei went on to publish a long essay in Shanghai's World Economic Herald in which he pointed out that "without freedom of the press, there can be no true stabil- ity." He moreover called for research on the positive contribution of free- dom of the press to economic de- velopment. After June 4, views such as Hu Jiwei's came under attack from all sides, and were denounced as a "vain attempt to use the slogan 'freedom of the press' to unleash anti-Party publications and to make them legal," and "to wrest ideological strongholds from the Party, with the ultimate goal of effecting a compre- hensive change in China's current socialist system."

Prior to June Fourth, discussion of the "watchdog" function of the media and "media transparency" went hand in hand. People like Hu Jiwei, Liu Binyan, etc, deeply be- lieved in and championed the watch- dog function of the media, hoping that media criticism and revelations would serve to prevent corruption within the Party. Although they were careful to state that criticism should be accurate, and guided by the Party committee, they nevertheless advo- cated exposure of the dark side of things. In his address,"Concerning Party News Work," Hu Yaobang ex- plicitly stated that news should be "divided along 80/20 lines." After June 4 however, the exhortations of Li Ruihuan and others to "focus on positive reporting," caused even that "20% devoted to critical reportage" to cease to exist. Liu Binyan was de- nounced as a "celebrity ringleader" who "habitually employs devices that play up negative phenomena and the dark side of things, and denies the Four Cardinal Principles." The pre- vailing guiding ideology was "no exp- osure for exposure's sake, no critic- ism for criticism's sake"; "any critic- ism or revelation must be explicit in goal, with consideration to how it will benefit the Party, the people, and the socialist cause; furthermore, the prin- ciple of seeking truth from facts must be adhered to in all criticism and re- velation."

Private newspapers, freedom of the press, and the watchdog effect of the media do not necessarily guaran- tee the emergence of pluralistic gov- ernment and private-sector society, but without them, the likelihood of such an emergence grows even smal- ler. Under the current "great evil" circumstances, the mainland media can only indulge itself in propaganda celebrating "stability," economic con- struction, the Four Cardinal Princi- ples, and reform and opening-up.

Bound by political constraints, the mainstream Chinese Communist media, and in particular, news work, have never been able to do other than carry out the policy of the Com- munist central government, and have never possessed any autonomy. In such an atmosphere, political plural- ism and private-sector society are re- duced to empty terms. However, the reform and opening-up policy of the 1980s still brought substantial structural changes. Economic de- velopment brought more widespread access to TV. Although television re- mained subject to strict control, the life-values portrayed in international news, and foreign movies and prog- rams, have proved extremely eye-opening to the Chinese masses. Furthermore, TV greatly elevated the desires of the people, with the result that though temporary halts or slow- ing- downs in reform and opening- up might be possible, there is no lon- ger the possibility of turning back.

Planned Economy an Exercise in Wasted Resources

Lin Shanmu:

The following are some thoughts concerning the mainland economy:

1. The statistics are not entirely off-base. In terms of average per-ca- pita GNP, according to the materials distributed to us by your magazine, the Chinese Communist State Statis- tical Bureau figure for 1990 is US$293, which is different from the figures I have seen: 1) US$ 1,000 in 1990 – "The Economist," February 16, this year (p. 60); 2) US$332.79 in 1988 – Vital World Statistics; 3) US$400 – "G-force" author F. Feather served as a special international technology and economics advisor to the Chinese Communist State Council from 1986-88; his figures could well be ex- pected to be reasonably accurate.

These are figures I obtained by casually pulling a few reference books off the shelf – it leaves one feeling at a real loss.

I believe that this sort of chaotic situation is attributable to two fac- tors: 1) some people are employing official rates in their conversions while others are employing black market rates; 2) some are extrapolat- ing from average special-zone in- come to average national income, and or taking incomes in isolated regions as the standard. Of course, State Sta- tistical Bureau figures should be re- latively dependable. Their average per-capita income figure of US$293 is obviously converted from RMB, but

9108928

what exchange rate did they use? A government agency would naturally use the *official rate*, which means that the actual per-capita GNP buying power, if calculated according to the black market rate, is only ab- out US$100!

2. In light of the authority of the Chinese Communist leadership, gov- ernment-formulated economic goals cannot fail to be met. For this reason, convening a panel of experts myself excepted, of course to discuss the question seems rather meaningless. I have a friend whose family has been in the cloth business for generations. After "liberation," their factory be- came a state enterprise. Under the planned economy, my friend's cloth factory was required to produced a stipulated amount of cloth annually. The first year, the stipulated produc- tion volume was too high. Common sense would have told anyone that the goal was an impossible one. My friend, however, is no dummy and he was quick to agree to the terms. He subsequently succeeded in completing his mission and establishing himself as a model worker. His solution was quite simple – he changed the speci- fications so that each bolt of cloth re- quired only half as much thread in the manufacturing. That cloth pro- duced in this fashion was useless was of no concern to my friend. The factory cadres didn't pay any atten- tion either, because they knew that once attention was drawn to the problem, there would be no end to the explanations demanded of them by those higher-up. In this way, he fulfilled his mission, and the nation's economic resources did not go unex- ploited.

This example illustrates how statistics, especially long-term pro- duction goals, are absolutely unreli- able in a planned society, rendering discussion of them meaningless...

One might well ask, if Deng Xiaoping, having laid down the goal of "doubling and redoubling" in the GNP, were still in office at the dead- line, could officials under him really be expected to fail to somehow pro- duce a figure of at least 1,000? The answer is obvious. Therefore, deli- berations on questions of this nature are meaningless and non-construc- tive.

3. The Chinese Communists' Four Upholdings still take the theory of surplus value as their standard, which hinders reform to no end. No sooner is that "fine line" crossed than people start invoking the Four Car- dinal Principles and hurling accusa- tions, blaming people right and left of exploiting each others' surplus values. Even if this doesn't mean the end of reform entirely, it still necessi- tates going through a rectification of work styles and starting over from scratch.

In brief, I believe that the Chiense Communist planned economy is from top to bottom a circus that does no more than waste resources! And with the patriarchs and old offi- cials in control, even more can be accomplished in this regard. As re- gards the question of whether or not the material life of the people can be improved, the answer is very simple: the greater portion of the economy as a whole that is taken up by th economy (in whatever form greater the improvement in m well- being, and vice versa.

Not only is the market ec efficient, it can also supply the with more opportunities for (and to make money), and car their standard of living. The events in Soviet Union and E Europe and their effect on ma lets us see very clearly that many different "-isms" and s there have been throughout history, only capitalism can p the abundance of material allows those willing to put fort tal or physical effort to live l plenty.

Beijing has recently a that in the 1990 30% of state- dustries ran at a loss amoun RMB 28 billion, which repres large increase over 1989, wh 16% of the industry that ran at accrued a deficit of RMB 13.6 Did the other 70% of state-run tries not run at a loss in 199 answer, I'm afraid, is no. This cause in that year state busine sidies reached RMB 100 billion 30% of total government exper If the government didn't provi sidies, the great majori businesses would be loss- The Chinese Communists stil madly on continuing so ineffi and they still insist on raisin the flag of socialism with (characteristics. What is there say for us overseas intellectual

NEW PROBLEMS IN INCOME DISTRIBUTION

(Beijing, Academic Journal of Beijing Teachers' College [北京師範學院學報], No. 1, 1991, pp. 76-81, exce

Problems of Unfair Distribution in Today's Society

Problems in distribution afflict- ing contemporary PRC society boil down to one issue – serious unfair- ness in income distribution. It is com- mon knowledge that unfair distribu- tion is an unavoidable and wide- spread phenomenon in class society. Its primary manifestations are in- come disparity, class polarization, a wealthy minority, and a majority that is, at best, of modest means or, at worst, poverty-stricken. In classless primitive communes, distribution was also unfair – equalitarianism was the chief manifestation of that. How was unfair income distribution characte- rized during the early stages of Chinese socialism? In my estimation it was marked both by the kind of denial of differences typical of egali- tarianism, and by excessive income disparities similar to that in class society in the past. As comrade Jiang Zemin said, "On one hand, ...equalita- rian phenomena have not yet been entirely overcome; in certain regions, departments, and spheres, they are actually proliferating. On the other hand, a new distributional unfairness in society is appearing in the excessive disparities in income

Labor-Remuneration Imbal

Two points should be not First, although the two types fair distribution mentioned ab different in their manifestatio are fundamentally the same ence. Both are, in fact, either unreimbursed appropriation group of the fruits of the another group; b) the unrei appropriation by people cont less, or inferior, labor, of the

910892

ose contributing more, or superior, bor; c) great disparities in income tween people contributing labor in e same amount and of similar qual-. Second, the above two types of ıfair distribution have played grea-r or lesser roles relative to one ıother during different eras. Before form and opening-up, the primary anifestation was equalitarianism – ee lunches for everyone. Since the ginning of the 1980s, equalitarian istribution has gradually come to lay a secondary role, and excessive ıcome disparities have become the hief symptom of unfair distribution.

The below are among concrete ıanifestations of unfair income dis-ribution in mainland China today:

1. Imbalances between income evel and work contribution among urely wage-dependent employees of nterprises under ownership by the eople as a whole, institutions, and Party and government agencies. Wage levels vary only slightly; onuses are divided up evenly. As a esult, there is little variance in in-come, showing the continued influ-ence of equalitarianism.

2. Significant disparities between the incomes of the huge numbers of purely wage-dependent employees of enterprises under ownership by the people as a whole, of institutions, and of Party and government agencies, and the incomes of employees of va-rious kinds of companies in realms other than production, those holding second jobs, employees of "three capital enterprises," and even some workers rejoining the work force af-ter retirement.

Public–Private Disparities

3. Excessive disparities between the incomes of purely wage-depen-dent employees of enterprises under ownership by the people as a whole, institutions, and Party and govern-ment agencies, and the incomes of self-employed entrepreneurs and operators of private businesses. According to the results of a specific-sample survey, in 1988 self-employed entrepreneurs in Beijing and Guang-zhou earned average real annual in-comes of RMB 7,550 and RMB 18,000, respectively, figures 3.8 and six times higher than the average annual wages of active employees working in the system of ownership by the people as a whole. Self-employed workers in the transportation and shipping, restaurant, and construction fields enjoyed even higher incomes 5.8 and 7.5 times greater than those of employees working in the same fields in enterprises under ownership by the people as a whole and in col-lective enterprises, respectively. As far as owners of private businesses, their ranks are already populated with no few millionaires and soon-to-be millionaires.

4. Significant disparities between the incomes of operators of responsi-bility-system contract enterprises, and those of general employees (in-cluding engineers and technicians) of such enterprises. The China Labor News carried the case history of a certain general manager of a recycl-ing company who took home an RMB 51,000 year-end bonus after taxes – 80 times more than the average year-ly bonus for employees in his com-pany.

Mental vs. Physical Labor

5. A serious inversion in the re-spective rightful incomes of mental laborers and physical laborers. Marx's theory of labor value tells us that, generally speaking, the work of mental laborers is much more com-plex than that of physical laborers, because the former "includes the ap-plication of skills and knowledge whose acquisition inevitably requires expenditures of varying degrees of energy, time, and money.... A product produced through an hour of complex labor is two or three times higher in value than a product produced through an hour of simple labor." It stands to reason therefore that the average salaries of mental laborers should be higher than those of physical laborers. The reality, howev-er, is just the opposite. According to statistics, employees in know-ledge-intensive institutions earn average yearly wages of RMB 1,475; employees in labor-intensive institu-tions earn average yearly wages of RMB 1,572. The latter's income is actual RMB 97 higher than the for-mer's. In some areas the average monthly income of mental laborers with college degrees is actually RMB 34 lower than that of physical labor-ers with an education of junior mid-dle school level or lower. What is even more significant is that this kind of inversion of rightful salaries is continuing to grow.

6. Unreasonable income differ-ences within the ranks of mental laborers. Two doctors holding the same credentials and working the same hours might nevertheless ex-perience a significant disparity in in-come because they serve in different units. For example, one doctor work-ing in the first-aid room of a joint-venture high-class hotel earns a basic monthly salary of RMB 240 and an average monthly income of RMB 460–470 after bonuses, stipends, etc. Another doctor, the chief physician in Beijing's Tongrentang Hospital, makes a basic monthly salary of RMB 97, or an average monthly in-come of roughly RMB 180 after bonuses, stipends, etc. Another exam-ple: the average monthly income of middle school and primary school teachers is generally higher than that of teachers in institutions of higher learning, to the extent that an en-try-level high school teacher may earn more than a full professor in a university. This could be said to be a kind of inversion of rightful salaries within the ranks of mental laborers.

Disparities in the Countryside

7. Significant income disparities between peasants. Since the imple-mentation in 1979 of the household responsibility system linking remun-eration to output, the countryside be-gan to experience a large labor sur-plus. Meanwhile, town and village enterprises grew by leaps and bounds. "Town and village enter-prises" is a general reference to en-terprises at the level of town, village, or below; enterprises established at the town or village level belong to the collective ownership system; those established below the village level be-long to the individual ownership sys-tem. The ratio of individual enter-prises to collective enterprises began to grow very rapidly beginning in 1984 so that by 1987 individual enter-prises accounted for 84.2% of the total number of "town and village" enter-prises, employing 31,633,200 people, or 35.9% of the total "town and vil-lage" labor force. Collective enter-prises, on the other hand, went into decline. This situation is a clear in-dication that substantial numbers of peasants have already "taken leave of the soil though not the country-side," or have left the countryside altogether. The incomes they earn working in manual labor, transporta-tion and shipping, construction, busi-ness, and food service are markedly higher than those earned by peasants engaged solely in farming. For exam-ple, a number of peasants in Hunan's Liling Village went into business pro-ducing ointment as contract- system households or individual enterprises, earning an average per-capita yearly income of over RMB 10,000, while the average yearly income earned by agricultural workers was RMB 600–700 or less.

Income of Privilege

17

9108928

8. Unreasonable income dispari-ties between the "empowered" and "non-empowered." Some people de-pend on their status for their income and earnings. Some individuals or units of high standing enjoy the pri-vilege of access to inexpensive pro-ducts, while those not so privileged must accept high-priced products. Consequently, a phenomenon involv-ing the bartering of power for pro-ducts has arisen. Meanwhile, the same amount of money may have different buying power depending on whose hands it is in.

Apart from the eight phen listed above, there are also su tial income disparities between ers in coastal areas and those land areas, those in urban are those in rural areas.

CRIME IN EVERY QUARTER

(Hong Kong, The Trend Monthly [動向月刊], May, 1991, pp. 14—15)

A Documentary Look Inside Chinese Communist Public Security

During April the Chinese Com-munists convened a Working Confer-ence on the Judiciary in Beijing, fol-lowed by a Working Conference on National Public Security in Jinan. The two conferences were extraor-dinary for the participation of re-sponsible members of the People's Armed Police as well as important members of provincial and municipal military units. Briefs issued by these two conferences revealed some fresh and disturbing inside information.

Crippled Judiciary

The assistant chief justice of a certain province's supreme court stated that mainland China's current judicial system and its enforcement of the law could be summed up with the words "self-running, self-des-tructive, crippled."

The number of cases of malig-nant violence, destruction, robbery, murder, and other criminal offenses, is dramatically rising in mainland China. Also, instances of official cor-ruption, bribery, squandering of pub-lic funds and absconding with large amounts of public funds in all Party and governmental departments are on the rise.

Breaking Their Own Rules

In judiciary departments be-tween 1989 to 1990, there were more than 6000 instances of unlawful acts and offenses against legal discipline committed by those who enforce the law. Included among these cases were unauthorized arrests, detention, extorting confessions by torture, un-lawful searches and seizures, etc, creating misery for more than 300 people. There are estimates that more than 9000 judiciary and public security officials have been removed or transferred due to violation of national laws or Party discipline. More than 1000 judicial enforcement officials have been prosecuted.

Crimes Against the Nation

1989 and 1990 saw more than 4700 cases of involvement in counter-revolutionary crimes or crimes thre-atening national security (the Chinese Communists do not admit to the existence of political crimes). In all, over 7000 people were arrested and tried. (Note: "trials" in mainland China need not be sanctioned by the procuratorate or the judiciary, as any unit's Party committee or security de-partment can institute covert deten-tion against any worker or cadre in the name of "separate trials" or "in-tra-unit trials." Specialists are sent to supervise, freedom of movement is curtailed, and there are no time limits set.) Of those arrested and tried, more than 2500 were cases of suspected involvement in espionage for Taiwan.

How Many Nabbed in '89?

During the "counter-revolution-ary turmoil" of the spring and sum-mer of 1989, more than 2000 people were arrested and detained for trial throughout the nation. (Note: accord-ing to internal estimates from public security departments, more than 11,000 people were arrested in Beij-ing, Xian, Wuhan, Chengdu, and Zhengzhou alone.) Over 1500 people were dealt with by process of law.

Violence on the Rise

In 1990 cases of serious destruc-tion, armed robbery, and murder in-creased 18% over 1989, of which orga-nized crime occupied a very large proportion. There were in excess of two million crimes of all kinds ex-posed or reported to the national government and the judiciary than 1,300,000 of these case tracked down or investigate dealt with by the judiciary 600,000 of these cases have been brought to completion.

Economic Crime Burgeon

From 1989 to 1990 ther over 300,000 instances of Pa government cadres involved in mic crimes throughout the nat cluded in this figure are mo 60,000 cadres at and above th ty and regimental-level who cash amounts in excess o 10,000. Throughout the inves process, layer upon layer of tion and immense difficultie encountered. At one conferenc Shi stated that this obstructio be overcome, "the tiger must b on the road," grasp what n grasped, judged what m judged, and the serious of must be executed without me went on to state that if things handled in this way, the peo not approve, and the authorit lose the support of the peo the Party.

Rampant Vice

In Yunnan, Guangxi, Guizhou and other province than one million people are i in the use of opium, marijua other drugs. The domestic opium is now RMB 2000 p gram.

Throughout mainland almost thirty million people volved, to various degrees, in ling activities. In Wenzhou a men, these activities have de to the point of using platform to calculate, by weight, the 10 and 100 RMB notes. They use the weight of silver, but money, as gambling stakes.

18

910892

Prostitution is growing out of ntrol. According to statistics, in amen, Guangzhou, Shenzhen, and ainan alone there are 300,000 omen engaged in prostitution. urther, many businesses dealing in ornography are supported or conolled from behind the scenes by ganizational or governmental offiials.

Suicides on Upward Spiral

In 1990 over 100,000 people committed suicide for various reasons. During each of the last three years, countless people have used Hangzhou's Qiantang River Bridge, Nanjing's Yangzi River Bridge, Harbin's Songhua River Bridge, and Wuhan's Yangzi River Bridge to commit suicide.

12 Million Doing Time

There are now in excess of two thousand people who have been jailed over the past two years and are awaiting prosecution. At present, 4,200,000 people are formally serving sentences or in custody. According to public security officials, there are now over 5000 prisons and lockups for prisoners. Also, there are more than 160 reform through labor farms, forestry centers, and mining districts imprisoning twelve million persons.

❋ ❋ ❋

STRESSING THE HUMAN ELEMENT

(Beijing, People's Political Consultative Daily [人民政協報], Apr. 12, 1991, p. 1)

Another Call to Value Knowledge and Human Resources

During the Fourth Meeting of the Seventh Chinese People's Political Consultative Conference (CPPCC), reporters interviewed several conference members from social science and technological circles. These famed experts and professors, no matter what the topic of conversation was, never departed from the issue of valuing knowledge and human resources, stressing in particular the "gap" in human resources, the brain drain, and the insufficiency of funding for scientific research. They strongly hoped that the central government would give these problems a high degree of consideration, and incorporate ways of resolving these issues into its work schedule.

Intellectuals Get Short Shrift

Lin Li, a researcher in the Marxism Research Institute of the Central Party School, believes that the question of human resources will be critical over the course of the Ten-year Program and the Eighth Five-year Plan. He relates: "According to my understanding of some scientific research units and universities, the 'gap' in human resources is a very serious problem. Quite a large number of worried young people in scientific research units and universities are considering changing careers or going abroad. From what I have seen, wages for personnel in these units and universities are generally lower than for primary and middle school teachers. A former director of the Chinese Academy of Sciences couldn't support his family without living subsidies. Some retired researchers and professors can't even read documents available to those at the section head level; their material and political treatment is poor. This is related to our nation's current policy towards intellectuals. On top of this, inappropriate use of scientific research funding results in poor research conditions, which makes it impossible to keep young teachers and researchers in place, thereby causing the human resources 'gap' to widen even further."

Hands Tied by Hardware Shortages

The person in charge of quality control for our nation's first atom bomb, Chen Guozhen, expressed deep anxiety when interviewed. As part-time professor at Xiamen University, he advises doctoral candidates in the field of Fluorescence analysis, and yet no students are taking the entrance exam for his department. As someone looking at a shortage of successors in his field, his feelings are easily imagined. CPPCC member Chen Guozhen feels that the quality of students is good, but they are plagued with a lack of advanced instruments and funding, and thus are powerless to carry out research. He says: "Some of the students are still using the equipment I got my hands on for Xiamen University in the 1950s. We can only anticipate falling farther and farther behind the rapid international technological advances."

The celebrated surveyor and research fellow at the Chinese Academy of Sciences Professor Chen Yongling believes that over the last few years development of technological undertakings has been great, but that the area is still weak. Investment in technology is too low. Now, with the links between technology and enterprise set up in technological reform, technology has made large advances in step with improved productivity. Basic theory, however, has been overlooked. Looking at the long term, basic theory is the foundation for growth of the national economy up to and after the year 2000. Chen says: "The world has entered the age of high tech. In my own field of surveying, new technologies have been appearing in great quantities. Remote sensing devices have reached a very high level of sophistication, far, far above the level we have in our nation. Without steady investment in scientific research, it will be difficult to catch up. Also, a lack of high-level surveying equipment has a very significant effect on many departments in our national economy and on the military."

During the meeting of the CPPCC, member Zhao Yuxin was interviewed on the topic of protecting the legal rights of the proletariat.

Unequal Distribution

Zhao Yuxin believes that wholehearted reliance on the proletariat requires proper treatment of the proletariat through the drafting of correct policies that protect the real interests of that class. Of current importance is the effective implementation of the principle of distribution according to labor and the resolution of problems with equalitarianism and unfair distribution. She notes the two outstanding problems of equalitarianism and the unclear handling of rewards and penalties. An accompanying problem is an overly pronounced disparity in the internal workings of enterprise as regards distribution between leadership cadres and regular workers. This inequality of distribution seriously harms the real interests of the proletariat. Problems like these create ideological confusion in society and influence the mood of the employed masses, frustrating their initiative for production and even leading to an opposition between producers and managers. Zhao is of the opinion that the government should as soon as possible come up with a program of distribution that can arouse initiative in all sectors, thereby fully realizing the principle of distribution according to labor. In the inner workings of enterprise, leadership cadres should work hard first and enjoy themselves later as they share the comforts and hardships of the masses. Factory directors' total pay may be higher to an appropriate degree based on the individual circumstances of the factories, but a sound democratic and supervisory mechanism for distribution should be set up to clarify the process of distribution. The programs of distribution for enterprise managers and contractors must be reviewed and approved by an employees' committee.

Protecting Employees Rights

Returning to the topic of concern for the lives of the employed masses, Zhao Yuxin says that the problems of falling standards of living for employees caused by difficulties in production management, as well as the problems of housing, medical care, etc, all must be solved by whatever means possible. The labor insurance system and collective welfare we have put together over the last 40 years, both of which are expressions of Party and state concern for the workers, has effectively brought guarantees and improvements to the lives of the employed masses. But what must be noted well is that some enterprises are now pocketing for themselves or otherwise r employees' insurance and wel minority of enterprises are ev ceiling these systems, seriously harming the econo terests of their employees. Zh gests that the government an related departments perform oughgoing investigation and r in order to find ways to revis insurance regulations so th are in accord with the nations tion and ensure the legal ri the broad masses of the en The unreasonable welfare should also undergo appropri planned reform. At present la partments at all levels, as labor unions, want to put a mined stop to the willful can and revision of labor regula order to guarantee the thoro eration of the insurance and systems in enterprise. They see policies under which th masses of the employed can there is concern for their and livelihood.❀

A SOBER LOOK AT THE NEXT TEN YEARS

(Beijing, The Bimonthly Talk [半月談], No. 7, April 10, 1991, excerpts)

We Are Facing More Than Just Opportunity

For the mainland Chinese people progressing towards the goals of modernization, the significance of this ninth decade of the twentieth century is quite out of the ordinary.

With passion, longing and the fervent hope inspired by the great feats of the 1980s, the people saw in the bright prospect of comparatively comfortable circumstances a historic opportunity not easily attainable, and fixed their eyes upon the next century as one of even greater expectation.

The future is always bright, but we must realize that the roads of history are never perfectly smooth and straight. Having passed the gate of the 1990s, we look ahead not only opportunity and hope, but also to considerable difficulties and serious challenges.

Population: Sword of Damocles

Alarms went off in 1989 as births in our nation surged for the third time to an unprecedented peak, this time reaching 1.1 billion. Experts estimate that our population will grow by 15 million every year from now on, concurrently eating up a quarter of the nation's annual increase in income. Accompanying these facts are the further indications that the next five years will see a peak in the nation's employment rate, and that after that the current line of defense of a 2.6% unemployment rate will be breached. Aging of the population, moreover, will inevitably place an ever-greater burden on society. It is thus difficult to foresee marked improvements in the overall quality of the bulk of population in the near future.

Agriculture a Trouble Zone

With 7% of the Earth's arable land, Chinese agriculture feeds one-quarter of the world's population. This basic element of the national condition confirms that it is difficult to be optimistic about the state of our agricultural industry.

In the shadow of the historic leap in agricultural production of the 1980s, we must not ignore the fact that our arable land dimini more than 50 million mu 1980 and 1989. 520 million r lost to erosion, grasslands re 770 million mu, agricultural cost 60 million mu, and de tion cost a further 10 million plus manpower in farming c ties also renders the mode of traditional farming metho cularly difficult, and with tinuing rise in the standard of the general population, c demand for agricultural pr inexorably rising on a daily b

Population Strains Resou

Consider these figures: an average of 1.29 mu of ar per person in mainland Ch 3.5 million mu are lost on per year; water resources a 2500 cubic meters per pe year, not a quarter of the average; and although our resources rank third in all t the average per capita is half the world average.

An even greater source is that our resource utilizati

high. For instance, per unit of l output value, our energy con- ıption is twice that of India's, and e times that of Japan.

Such a gap obviously harbors ntial, but it is a gap that also not be closed in the short-term.

Capital Shortage

We are now in a period of eco- ıic growth requiring intensive ital accumulation, and yet the at majority of every year's in- ase in national income is spent on roving the standard of living of current population, and meeting consumer needs of the new addi- ıs to our population. What capital nains available for direct invest- nt in the infrastructure is thus nimal. To these factors can be ded the following: changes in the chanisms of capital accumulation its our ability to allocate financial sources; levels of consumer con- mption are higher than ever before, ding to irrational consumption uctures; the national debt, and in rticular foreign debt, is now enter- g a peak repayment period. Inter- tional capital markets, moreover, e in a period of contraction, and e thirst for investment capital of e economies of those Eastern Euro- an nations currently turning to nbrace Western values confronts ır own economy and its foreign cur- ncy needs with even stiffer'com- petition.

Transformation Brings Challenges

Observation of the development patterns in a number of countries reveals that the stage during which average per capita income grows from US$400 to US$1000 is both a period of acceleration in the transformation of production structures, and a period of troubled development in society at large.

Shifting from the past simple pursuit of production output and extensive growth in productivity to intensive growth centered on heightened economic efficiency, and shifting from a long period of imbalanced industrial structures to sustained, stable and coordinated development, produces a multitude of dilemmas. Mainland China's economy has undergone a number of adjustments in recent years, but these adjustments are halted by structural impediments.

In advancing from a state of basic sufficiency to one of modest affluence, changes in people's traditional lifestyles are inevitable, and just as inevitably, a variety of new social problems arise.

In discussing these questions, it is not the intention of the author to be unduly alarmist, but rather to remind the mainland Chinese people of certain problems. For it is only with an attitude of truthful inquiry that we can direct more attention to these problems as we reach a consensus on how to overcome them.

We cannot forget the lessons of history.

Perhaps our people have been held back by history for too long a time, and now desire swift achievement and rapid returns. Persistent overheating and repeated adjustments are chronic maladies of our economic life. Our room to maneuver in the 1990s is not great, and it behooves us to avoid at all costs the errors of the past and to not remain intoxicated with glories already achieved.

No one can deny that we created a miracle of swift economic development in the 1980s with the help of reform and opening-up. We must guard ourselves, however, from assuming that such momentum will naturally be maintained throughout the 1990s. The last decade of progress was tied to reforms in production which loosened long-term restraints, allowing the concentration of manifold capabilities to produce unusual growth. Such wonders will be very difficult to achieve again. As the economy continues to develop and the reforms take deeper root, difficulties and dangers will likewise increase. What we are looking forward to is no more than appropriate and stable growth.

❀ ❀ ❀

PRICE HIKES AND THE ECONOMY

(Hong Kong, Wen Wei Po [文匯報], May 4, 1991, p. 2)

mportant Steps in Commodity Price Reform

From the beginning of this nonth, state-run grain shops in cities and towns have raised their prices or grain and comestible oils. This is he first time in the last thirty years hat the price of grain and comestible oil has been raised for the residents of the cities and towns, and is a development that reflects the deepening reform of the economic system, as well as some features of price reform which are worthy of our attention.

A Matter of Course

Of mainland China's population of 1.1 billion, approximately 500 million live in the cities and towns. The grains and oils used by this segment of the population (which is close to the combined population of the Soviet Union and the United States) are rationed by the national government at a very low price. Any differences in sale and purchase prices of these grains and oils are subsidized by the government. Before the reform and opening-up, the residents of the cities and towns were low-income and low-consumption, so that government subsidy of grains and oils was a matter of course, the way things were done.

The development of mainland China's productivity has greatly accelerated during the past ten-plus years of reform and opening-up, and this acceleration has also changed the face of government-subsidized sales of grain and oil. First, we must look at the vigorous growth in the population of the cities and towns. According to statistics, the 1978 population of cities and towns stood at 170 million, or 17.9% of the total population. Ten years later (1988), the population of cities and towns had increased to 540 million, an increase to 49.6% of the total population. This situation not only reflects the rapid heightening of the level of modernization in the economic and social sphere in the last ten years, but also creates great pressure on the financial outlays of the government. The reason for this is quite simple: as the population of the cities

9108928

and towns increases, so do the demands for commodity grains. Government subsidies then rise accordingly.

Sweet Land of Subsidy

Before the price rises went in to effect, the government paid farmers an average of RMB 0.6 per kilogram of grain, and sold the grain to the cities and towns for only RMB 0.28 per kilogram. Comestible oils were purchased by the government for RMB 4.28, and sold for only RMB 1.6. This difference in government-financed subsidized prices in one year reached RMB 40 billion. Reform and opening-up has brought about a quick boost in the income of both urban and rural people. And, due to a higher standard of living in cities and towns, people are consuming more non-staple foods, milk products, fruit,'and less grain. In spite of the fact that grain rations have not changed, many families have extra grain tickets, and in many districts, these grain tickets have gone into circulation as a type of negotiable security. Small retailers buy these tickets at a low price, use them to buy grains at par at the state-run grain stores, and then sell the grain at high market prices to those from outlying districts who cannot buy at the grain stores. The earnings of these small retailers comes directly from the national treasury.

From this we can see how our continually increasing government subsidies are, to a certain degree, unreasonably and illegally diverted into the hands of a minority of people. An important reason for the government's rising financial deficit of late has been the grain subsidies for the citizens of the cities and towns.

From the standpoint of pricing, the topsy-turvy nature of grain and oil prices (i.e. the government buys high and sells low) is producing ever greater negative effects on the entire pricing system. If this problem is not solved it will not be possible to bring prices into line. Also, as the reform of the pricing system is the central segment of the reform of the economic system, the urgency and necessity of dealing with this problem cannot be sidestepped.

Proceeding with Caution

After growing accustomed to thirty years of fixed food prices, the residents of the cities and towns are experiencing some difficulty adapting to the new grain and oil prices. Since this is the case, and since the price increases involve everyone, this matter should not be approached rashly, nor can it be resolved in one stroke. On the contrary, the conditions must be built gradually, and the opportunities allowed to mature, before the government may move forward steadily and resolutely.

During the past few years agricultural harvests have been plentiful, grain storage has been abundant, commodity prices have been steady, the market has flourished, and socie- ty has stabilized. This is certain appropriate opportunity to adju prices of grains and oils. The liminary preparations for adjustment carried out by the au ities have been completely effe These preparations include ad information to help the people pare mentally, timely supply of stores with provisions, dealing the possible appearance of a buying prior to price rises, etc. ing the past three days since th pricing was begun, there have n been, on the average, any fl tions in any areas, and the res of the urban residents has reasonable.

Stability the Watchword

The size of this increase average, and although it has solved the problem of topsy- grain pricing, it can be judged as a relatively major reform m within today's context. The eff price reform are broad, and re throughout the body politic. B of this, this instance of reform a heavy responsibility as regar reform of the entire economic s The authorities should take tage of this price adjustment basis for deepening reform. A order to guarantee a stable en ment for reform, the authoritie prevent other departments jumping on the price-rise wagon. ❀

FIGURES LIE IN MAINLAND CENSUS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], May 1, 1991, p.6)

Grave Inaccuracies in Population Statistics

In October of last year, the State Statistical Bureau announced the complete success of the largest population census in the history of the human race. However, according to recent information, there have been worrisome inaccuracies in recent years in population and family planning statistics. In January this year, a joint document of the Gansu Province Family Planning Commission and the population research school of a Gansu university revealed serious inaccuracies in recent statistics on family planning and population, inaccuracies which are becoming larger and larger. They have already affected government decision making and social and economic planning; their ill effects have become a serious damaging factor in society.

Misreported Birth Rates

To take the example of births, in one city it was found that in 1989, actual births exceeded reported births by 32.5%, resulting in an under-reporting of the birth rate on the order of 31.4%. The birth control rate and the "single-child family" rate are essential pieces of data that the government uses in con population growth, but in the areas the city egregiously ex ated its achievements, over-re these figures by 20% and 30. spectively.

It is reported that inacc in population statistics are due following reasons:

Official Negligence

1. Top cadres take the distortion and falsification. T tistical method has been prom for a long time, yet many ignore it. They have no unde ing of statistical methods, an

9108928

attempt to follow or execute the . They know that the population ets set by the Seventh Five-year n are unreasonable and unrealis- but in order to protect their jobs, y have no choice but to report de- tive, falsified numbers that con- n to the set population quotas. ders coerce census statisticians to duce false figures, erect barriers inst those trying to establish the atistical method," and attack and press subordinates who try to re- l the truth.

Cursory Efforts

2. There is a lack of recognition the importance of census work. ll-time census personnel are post- at the first-grade district and vnship levels, while part-time cen- s personnel do not enjoy the same aded pay scales. After these full- ners bumble around all year with- t concrete results, at the end of the year they make a cursory effort to push lower levels into coming up with some census reports. Because census statisticians' training is so poor, errors are impossible to avoid.

Underground Population

3. The statistical collection system is incomplete. The nation's total births are supposed to conform to the "National Security Yearly Report," but under the household responsibility system, peasants plant and harvest their own food and are subject to spontaneous shifts of population. These 900 million people have no need to apply to the government for food, cloth, or housing, and violators of maximum birth restrictions are afraid to report births for fear of being fined. Moreover, basic-level government officials are also afraid of reporting them for fear of punishment from above. There is a national key mining area in Gannan (southern Jiangxi province) where women are brought in from the outside. These unregistered women bear children to the miners, and both the women and the children count as "black persons, black households." Leaders in the Mining Bureau strictly prohibit census statistics from interfering with overall stability in order to guarantee the completion of their production duties. Through the years it has been impossible to compile numbers on "black persons" in censuses and statistics.

The Census Committee of the State Council admitted recently that there had been omissions in the most recent census. Subsequent sampling surveys revealed that incomplete reports of deceased persons exceeded the margin of error by 145%. Missing death reports cause population figures to increase, a situation which must be corrected.

❋ ❋ ❋

KEY FACTORS BEHIND POOR BENEFITS

(Hong Kong, Wen Wei Po [文匯報], May 12, 1991, p. 6)

conomic Benefits Continue to Slide

Major Factors are Backward lanagement, Higher Production osts and Lower Profits

Eight major economic indicators or the first quarter of this year, sted in a joint announcement by the nainland Chinese State Statistical Bureau, the State Planning Commission, the Ministry of Finance and the 'eople's Bank of China, reveal that lespite the demands of the nation and the clear rebound in industrial production, economic returns from industry are still far from what might be desired. The scope of business losses is continuing to widen, and the amount of losses are continuing to increase. The amount of overstocked factory output is increasing and the profit rate on industrial sales, the targets and tax rates on industrial capital have all fallen to the lowest point in recent years.

Major Indicators Down

According to related statistical material in the announcement, despite the fact that in the first quarter of this year the labor productivity of workers as a whole in state enterprises with independent accounting and under ownership by the people as a whole rose 7.4% over the corresponding period last year, industry ended up spending 4.7% more than the cost of its products. Furthermore, the country's 31 provinces, municipalities and autonomous regions all showed overspending. The profit tax rate on industrial sales fell, and in the first quarter the sales tax on state-run enterprises only reached 12.4%, down 1.4% from the same period last year. Finally, the tax rate on industrial capital only came to 10.73% – the lowest level in recent years.

According to the analysis of the mainland Chinese State Statistical Bureau, one subjective cause of the poor economic showing is backward management. Objective causes include: 1) the continued rise in the prices of energy, raw materials, and transportation has forced production costs to climb, whereas many downstream products, facing marketplace sales pressure, have not had their prices adjusted; 2) price-cutting on overstocked products has led to the erosion of profits; 3) the pricing system is not rational; producers of such products as coal, petroleum and tobacco have experienced industry-wide losses; 4) the government has eliminated export-loss subsidies and many export oriented enterprises are experiencing temporary adjustment difficulties; 5) a number of aging industrial bases lack staying power and are losing competitiveness.

Central Contradiction

The eight major economic indicators for the first quarter of this year, announced by the above-mentioned economic management organizations, also reveal that the decline in economic output comes at the same time as an accelerating rebound in domestic demand. In the first quarter, fixed asset investment in units owned by the people as a whole increased 10.3%, while employee wages increased 16.6%. Although the scale of loans declined slightly over the large influx of capital that occurred during the same period last year, the remaining amount at the end of March showed an increase of RMB 12.9 billion over last year. This clearly shows the fundamental contradictions in the functioning of the mainland Chinese economy, where although there is no longer insufficient demand, economic benefits continue to decline.

❋ ❋ ❋

910898

AN APOLITICAL GENERATION

(Shenyang, Academic Journal of Shenyang Teachers' College [瀋陽師範学院学報], Social Science Edition, No. 1 99–101, excerpts)

Survey on the Political Ideology of Middle School Students: Analysis and Reflections

Today's middle school students will be the main force driving socialist modernization and construction during the period from the end of the 20th century through the middle of the 21st century. Their ideological caliber will have a strong bearing on the future, and ultimate destiny, of our Party and state. Consequently, a summing up of our Party's experiences in middle school ideological work, analysis of the attributes characterizing the political ideology of today's middle school students, and consideration of the problem of standards in middle school ideological work all have great strategic significance for the objective of overall elevation of the caliber – in particular, the political caliber – of middle school students.

I. The State of Political Ideology Among Middle School Students

We recently conducted a survey focused on the current state of political ideology among middle school students. The survey adopted various methods including group discussion, random oral questioning, questionnaires, etc, to reach a total of 760 respondents from 16 classes in two Shenyang municipal middle schools. The survey met with the earnest enthusiasm, active cooperation, and truthful responses of teachers and students, ensuring satisfactory results that basically reflect the current state of political ideology among the students of these two middle schools.

By means of the survey, we discovered that the mainstream of middle school student political ideology is positive and healthy. The great majority of middle school students have steadfast political views, uphold Party leadership, fervently love the socialist motherland, support and uphold reform and opening-up, and ardently desire prosperity and strength for the motherland. For example, 75% of middle school students cited national reform and opening-up, and the prosperity of the motherland as their greatest personal concerns.

Neglecting the Principles

However, serious attention should also be paid to major problems discovered in their thinking. For instance, among the four responses to "What kind of person should I become?", the most popular choice was "an upright person," (selected by 48% of respondents), followed by "a disciplined and law-abiding person" (25%), a patriotic person" (24%), and "a person who adheres to the Four Cardinal Principles" (3%). Why should the average person's logical first choice – "a person who adheres to the Four Cardinal Principles" – end up at the bottom of the list? One cannot but wonder about this.

Among the four responses to the question of "ideals," 22% selected "realizing the Four Modernizations" as their ideal; 56% chose "finding a satisfactory career; 12% chose "building a comfortable home"; only 8% cited "communism" as their ideal. What should strike us most is that among the more politically conscious and culturally aware Communist Youth League members and third-year senior middle school students, only 4% selected "communism" as their ideal. Many middle school leaders believe that a weakening of socialist political ideals merits attention as a problem afflicting students' ideological and moral development in recent years.

Social Barometer

II. Analysis of the Causes Behind Weakening Political Ideology Among Middle School Students

1) Confused political beliefs and weakened political ideology attributable to profound socio-historical causes. The ideological profiles of middle school students clearly bear the mark of their times. As one of the most sensitive strata of society, they have historically been a barometer of the larger social climate. The ten years of internal strife brought catastrophe to the state and the people, destroying the image of the Party and the image of socialism, and confounding the political beliefs painstakingly cultivated among the people through long-term real-life experience. This disastrous legacy tinues to affect today's youth, in ing those currently in school. Third Plenum of the Eleventh C Committee heralded the advent new era of reform, opening-up an invigorated society. The proc opening up to the outside, hov saw a welling up of decadent ca ist ideology and culture, ca some people, during this tin great expansion in the socialist modity economy, to "view every in terms of money." Meanwhile unhealthy practices were croppi within the Party. A "worsenin day-to-day Party work style complications in the workin communism as a whole, dealt ated blows to the sway held by ism-Leninism, socialism, anc Communist Party over the th of this generation's youth. A same time, various superficial tions of the capitalist world exe strong fascination, shaking the ism of these inexperienced school students lacking in em attachment to socialism, the munist Party, and Marxis ninism.

Misplaced Stress in Educat

2) A slackening in ideo education. This generation of school students never really f an emotional attachment to th Cardinal Principles. Not only h failed to work to address this l an emotional attachment, we even relaxed educational aimed at promoting an intel understanding of the Principles the past ten years, technical and know-how have been the emphasized by the family, the and society as a whole. Moral tion seems to have become a ten subject. In their single- attention to trends in the pro of students successfully passin higher grades, many middle view moral education merely device for carrying out the mis education – a sound means of taining classroom discipline the sole function of moral ed were to achieve a "tranquil cla environment." Meanwhile, el

910892

noral education not falling within sphere of intellectual education h as moral standards, political ology, etc are brushed aside. As g as you study hard you are in d shape; nobody is going to bother about your motives for, or objec- s in, studying. The Youth League well emphasizes intellectual and reational activities; its political ntent weakens by the day. The ntent of political science class is y casual and neglects education in fundamental precepts of Marx- n. Lectures emphasize the trans- ssion of knowledge, at the expense cultivation of viewpoints, orienta- ns, and approaches. Educational thods are outmoded, and limited to rmonizing. They do not take into count the characteristics of youth address the realities of student eology; geared to adults, the aching goes right over students' ads. Concerned solely with pass/fa- ire rates, teaching is reduced to a ocess of inculcation and memoriza- tion, turning political science into a purely intellectual subject stripped of any moral content and concerned simply with imparting information rather than with enlightening, thus negating any real educational value of political science classes.

Losing Touch with Ideology

3) Weaknesses evident in middle school students are intrinsic causes of their ideological problems. Middle school is the period when a person's life outlook and world view begin to take shape. During this stage, ideological consciousness and personality traits are highly malleable. Students are eager to improve themselves and their thirst for knowledge is strong, but they are lacking in diligence and assiduousness. Knowledge and pleasure are equally objects of pursuit, though some students are interested only in the latter, with the result that political science classes and political education, dry and uninteresting to begin with, are reduced to the level of tools for passing exams. Consequently, middle school students today have a universally poorer grasp of the fundamental precepts of Marxism. They are active and ardent thinkers, but not effective thinkers; they are somewhat lacking in discernment. Romanticism, idealism, and formalism often cloud their thinking about serious issues in life or society. Birth during the Cultural Revolution and childhood during an age of reform resulted in the failure of this generation of young people to form an emotional attachment to socialism, the Communist Party, Marxism, and Mao Zedong Thought. They have an unclear understanding of why only socialism can save China and develop China, of why it could only have been the Communist Party that led the Chinese revolution. They are hazy about the Party's historical achievements, its real accomplishments, and its current policies. All they understand is "following their feelings."

KEEPING TEACHERS IN THEIR PLACE

(Hong Kong, Ta Kung Pao [大公報], Apr. 22, 1991, p. 1)

ligher Education Makes Domestic djustments to Attract People Back rom Abroad

Treatment of Intellectuals

The saying "To attract people rom abroad, first the domestic scene nust be settled" is circulating among nstitutions of higher learning. This expression means that in order to ttract students to return to their ountry from studies abroad, the work and life of middle and higher ntellectuals at home must first be addressed.

The question of treatment of intellectuals is perennially a hot topic at the People's Political Consultative Conference. However, due to various reasons, it has not been addressed to the people's satisfaction.

The outflow of young teachers from higher educational institutions in recent years has once again brought the ranks of teachers, which are already showing "gaps," face to face with new threats. According to a CPPCC survey of 52 institutions of higher education in Shanghai and Nanjing, over the four years between 1986 and 1989 the loss of teachers numbered 4266, or 16% of all teachers. In Beijing the situation is similar. For example, in 1988 and 1989 Beijing Teachers' University added on 133 people, but during the same period lost 189. Qinghua University gained 600 undergraduate students and 900 graduate students between the years 1981 and 1989, yet 302 undergraduates and 181 graduate students were lost over the same period, while 61 teachers who were sent abroad have overstayed their leave. One old university head tells that the teaching world is divided into three thirds: one-third has gone away; one-third is either preparing to go away or is in the midst of procedures for going abroad; and one-third is sticking to their work.

Teaching Force Shaky

The main contributing factors causing instability among teachers in institutes of higher education are low pay, poor living conditions, and poor handling of job titles. Taking living conditions as an example, young teachers in institutes of higher education often have no housing even after marriage, with the result that it is quite common to delay wedlock until housing is obtained. One famous university in Beijing has over 700 assistant professors, but only half are able to live in accommodations with two rooms and a living room. Over 450 lecturers are living in rooms reminiscent of sardine cans. Another 200 lecturers still live in single dormitory rooms, most of whom have families to care for. Still, even with housing conditions this tight, the university has, as means of attracting "Western PhD's" back home, ruled that these returnees receive favorable treatment in the form of a two bedroom, one living room arrangement. Who would have guessed that the announcement of this measure would actually spur those young teachers still at the school to go "gild" themselves abroad. The end result was that for every one person enticed back, three went away.

Salvaging the Situation

At the recently concluded Fourth Meeting of the Seventh Beijing Municipal People's Political Consultative Conference, the Beijing Municipal Party Committee, under the name of

9108928

the Jiu San Society, moved that stabilizing the ranks of teachers in higher educational institutions is a matter of pressing concern. In addition, they brought up suggestions for "salvaging" the situation: increase investment in higher educational institutions to no less than 20% of the fiscal budget and draft laws for educational investment; raise the starting pay for teachers in higher education, increase subsidies for classroom time, research and tutoring, and as with middle and primary schools, allow teachers to enjoy seniority subsidies; solve the housing problem for young teachers.

Some people point out that while formulating policy measures to attract people to return to the country after studies abroad, actual domestic circumstances must be taken into account and pr gauged accordingly. Disparities not be too great or contrast strong for fear that losses ma weigh gains because of penny dom and pound foolishness. P that both stabilize the domestic tion and attract people back abroad must also be implemente

THREE GORGES DAM DEBATE CONTINUES

(Hong Kong, Ta Kung Pao [大公報], Apr. 29, 1991, p. 5)

Qian Weichang on the Three Gorges Project

Qian Weichang made the following plea in an article entitled "Revelations from the Gulf War" in the fourth edition of "Qun Yan" magazine, put out by the Central Committee of the China Democratic League.

Qian: "In the era of the guided missile, targets at several hundred or even over a thousand kilometers are instantly attainable for SCUD or other existing guided missiles. Then there are all kinds of intercontinental ballistic missiles, for whose range there is no longer any front line or rear quarter, and no distinction between the first and third lines."

Massive Disaster Potential

He said that people still remember the massive disaster and losses brought upon Henan, Anhui, and northern Jiangsu by the breach at the mouth of the Yellow River Gardens. The storage capacity of the proposed Yangtze River Three Gorges reservoir is on a scale equalling and even exceeding that of Egypt's Aswan Reservoir. Should any mishaps occur, cities in the six provinces along the lower Yangtze would become swampland, and several hundred million people put in peril. This is a strategic problem that must be considered.

Qian Weichang believes: "We can absolutely not go and spend several tens or hundreds of billions of RMB to construct a dam, the world's largest, that will become our children's burden and a chip in the hands of external enemies seeking to cheat and blackmail us. This remind us that in a global si where peace is not yet assur can by no means go ahead w Three Gorges project."

Project in Limbo

Controversy has been the Three Gorges project in Well-known scientist and wat servancy expert Zhang Kedo rock mechanics engineer Chen feel that there is a great r push ahead, while another g scholars including Qian W are firm in the view that n moves should be made. Even calls to go forward are rea crescendo, there is still a group advocating that the pr called off.

SOIL EROSION: A CRISIS IN THE MAKING

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], May 1, 1991, p. 6)

China Ignores Environment In Pursuit of Productivity; Water and Soil Erosion Promise No End of Future Troubles

According to the findings of a China Ministry of Water Conservancy survey aimed at fourteen provinces, municipalities, and autonomous regions, including Beijing, Tianjin, and Fujian, the mainland is seriously neglecting water and soil conservation in its production and construction efforts and in the exploitation and utilization of its natural resources, resulting in water and soil erosion problems of startling dimensions.

Astronomical Figures

According to a Chinese Communist China News Agency report, survey statistics for Beijing, Tianjin, Fujian, Henan, Inner Mongolia, Jilin, Hebei, Sichuan, Shanxi, Heilongjiang, Liaoning, Shaanxi, Shandong, and Guangdong reveal that the area of land afflicted by erosion attributable to mining, quarrying, construction, highway building, and slopeland reclamation alone exceeds 280 square kilometers, with ann erosion weighing in at 560 tons.

The report stated that n over 3,900 sites in eleven districts and municipalities sulted in 374.6 square kilon water and soil erosion, wit soil losses of over 16 milli The erection of over 15,000 has resulted in water and sion problems extending ove in excess of 360 square ki and annual soil erosion of

9108928

on tons. In Jiangxi's Gan County, 43 nall reservoirs with a total capacity 6.5 million cubic meters are ready victim to 1.56 million cubic eters of siltation. Nine of the dams ave completely silted up. All of the ainland's provinces, municipalities, nd autonomous regions suffer from milar problems, differing only in the extent to which they are afflicted.

Potential for Disaster

Water and soil erosion reduces arable land, silts up dams, and chokes riverways, promising no end of future problems. Experts believe that if strict and forceful measures are not taken, unchecked exploitation compounded by reductions in untapped soil and farmland resources resulting from gradual population growth will readily bring new and more serious water and soil erosion problems that will continue to grow in magnitude, in degree, and in dangerousness. ❀

Major Events in May

May 1: Premier Li Peng accused e United States of imposing Amerian ideology on mainland China. Li ade the remark while meeting with rmer Japanese Prime Minister asuhiro Nakasone in Beijing, AFP oted the Japanese Embassy okesman in Beijing as reporting.

– Vice president of the Supreme eople's Court, Lin Chun, has ackowledged that narcotics trafficking nd abuse is once again a national oblem in mainland China and was it of control in some areas, the uangzhou-based Yangcheng Evening News said.

– Mainland China's most wanted ssident worker involved with the 89 democracy movement, Han ongfang, has been freed after 22 onths in jail, the Asia Watch said.

May 2: Former Japanese Prime inister Noboru Takeshita and akoto Takanabe, vice chairman of e Social Democratic Party, arrived Beijing to meet mainland Chinese aders including CCP Secretaryeneral Jiang Zemin and Foreign inister Qian Qichen, the Xinhua ews Agency noted.

– Singapore Deputy Prime inister Li Xianlong arrived in mainnd China for a two-week goodwill sit, Xinhua reported.

– Epidemics killed 13,037 people mainland China last year, some 7% wer than in the previous year, the eijing-based Health News quoted eng Guang, director of the Epidemic esearch Office of the Chinese cademy of Preventative Medicine, as ating.

May 3: Soviet Defense Minister mitri Yazov held talks with his ainland Chinese counterpart Qin iwei in Beijing, Xinhua noted.

– In an attack on what it called Bushism," the China Youth News, e Communist Youth League pubcation, accused US President eorge Bush of "trying to establish a ew world political order under American domination in the wake of the Gulf War," and "trying to destroy all regional powers that challenge the 'new world order'."

– Song Ping, Standing Committee member of the Political Bureau of the Chinese Communist Party Central Committee, met in Beijing with Carlos Costa, a central committee member of the Portuguese Communist Party, Xinhua said.

– Written to mark the politically sensitive anniversary of the May 4, 1919 democracy movement, an unsigned front-page editorial in the Communist Party-run People's Daily called for vigilance against Western ideology, warning against renewed calls for Western-style political freedom.

May 4: Premier Li Peng met North Korean leaders in Pyongyang and reaffirmed Beijing's support for North Korea, Xinhua reported.

– The "one country, two systems" concept that Beijing claims it will apply after the Hong Kong handover in 1997 and with Taiwan is inapplicable to Tibet, Xinhua said. "The question of Tibet is completely different; Tibet was 'peacefully liberated' as early as 1951," the agency said.

May 5: Nuclear physicist Qian Weichang has issued a strong warning against a bold plan to dam the Yangtze River, saying the project would put the lives of hundreds of millions at risk in wartime, AFP reported from Beijing.

– Security forces in Beijing have tightened surveillance of suspected pro-democracy activists and recently detained at least one student for printing an underground newspaper, Democracy Forum. The increased security is aimed at averting unrest during the second anniversary of the pro-democracy movement crushed by the army on June 4, 1989, Reuters reported from Beijing.

– The duties of mainland Chinese journalists are to spread Marxism-Leninism and give "healthy and civilized" guidance to public opinion, the People's Daily quoted a press code which is approved by the state-run All China Journalists Association as saying.

May 6: Foreign Minister Qian Qichen held talks with US Undersecretary of State Robert Kimmitt, who is the most senior US official to make a public visit to mainland China since December, 1989, six months after the June crackdown which led to a high-level freeze in relations and economic and military sanctions, AFP quoted US embassy spokesman as reporting.

– Heavy snow and rain continued to batter mainland China's far-western Xinjiang region after destroying hundreds of homes and leaving many herdsmen trapped in the mountains, AFP quoted local journalists as reporting.

May 7: State President Yang Shangkun said mainland China needs Southeast Asian help for its economic development. Yang made the statement as he met visiting Singapore Deputy Prime Minister Li Xianlong, Xinhua reported.

– The China Daily said child labor would be banned in mainland China for the first time since 1949, and that violators would be subject to fines and possible penalties. Child labor is common in economically backward areas and in southern and southeastern coastal provinces, the official newspaper said.

– Mainland China "wholeheartedly" wishes that the Soviet Union can overcome its internal problems and maintain national unity, Premier Li Peng remarked while meeting with Soviet Defense Minister Dmitri Yazov in Beijing. Li added that a harmonious relationship between Beijing and Moscow would be conducive to world peace, according to a Xinhua report.

May 8: The State Council plans

9108928

to allow local authorities in mainland China to decide how much to charge for cinema tickets, which would effectively raise prices, the China Daily reported.

May 9: Foreign Ministry spokesman Wu Jianmin said Beijing is prepared for a worsening in relations with Washington, defiantly rejecting US attempts to link human rights with the trade privileges of most favored nations, according to Xinhua.

– The People's Daily attacked prominent dissidents including exiled astrophysicist Fang Lizhi, literary critic Liu Xiaobo and writer Wang Ruowang as "counter-culture advocates."

– Vice Minister of Public Security Yu Lei said the army would join a nationwide crackdown on mounting violent crime, joint patrols between regular and paramilitary police and army troops would be formed in cities, towns and along main railways to strengthen the crackdown, according to the People's Daily.

May 10: Mainland China will keep to its present policy, adhering to communism while continuing its open-door and reform policies, but will not succumb to outside pressure, Xinhua quoted State President Yang Shangkun as saying.

– Mainland China and Britain have decided to resume talks on a multi-billion airport project for Hong Kong, Xinhua reported.

May 11: Mainland China does not want an alliance with the Soviet Union, but a pragmatic relationship based on peaceful coexistence, the official Beijing Review said in a commentary on the implications of Communist Party leader Jiang Zemin's May 15-19 visit to Moscow.

– Xinhua said the Standing Committee of the Guangdong Provincial People's Congress approved Governor Ye Huanping's resignation and named Zhu Senlin as acting governor.

– Mainland China's ancient capital Xian is sinking and 2,000 buildings, some of them centuries-old, are in danger of collapsing, the China Daily reported.

– Police have cracked down on a group called the Artistic Talents Research Branch of the China Talents Research Association that published articles in praise of democratic movements, banning its publications, disbanding the organization and purging its leaders, the Legal Daily said.

May 12: Vice Foreign Minister Xu Dunxin met in Beijing with Indian Foreign Secretary Muchkund Dubey for a third round of talks on their disputed border, a major irritant in bilateral relations, AP reported.

May 13: The China News Service reported that health officials warned that AIDS is spreading in mainland China after a man came down with the virus in the inland province of Sichuan.

– The ancient custom of posthumous weddings, which is supposed to ensure that people who die unmarried will have a partner in the afterlife and was virtually wiped out after the Communists took over in 1949, is being revived in the mainland Chinese countryside, the Farmers' Daily said.

– CCP Secretary-general Jiang Zemin met in Beijing with a delegation from the Justicialist Party of Argentina led by its second Vice President Cesar Arias, the Central People's Broadcasting Station said.

May 14: According to Reuters, talking to reporters after a lengthy meeting with mainland Chinese Foreign Minister Qian Qichen, Thai Foreign Minister Arsa Sarasin warned that a breakdown of the first cease-fire in Cambodia in more than a decade could bring mainland China and Vietnam completely back into the war.

– US President George Bush announced the nomination of Stapleton Roy to be US Ambassador to mainland China, AFP noted.

– Mainland China and India were expected to reopen consulates in Shanghai and Bombay closed for 30 years and to resume border trade, Reuters quoted the Indian embassy in Beijing as saying.

May 15: CCP Secretary-general Jiang Zemin held summit talks in Moscow with Soviet President Mikhail Gorbachev, Xinhua noted.

– The People's Daily bitterly attacked Tibet's exiled spiritual leader the Dalai Lama in a commentary, accusing him of tolerating a system of widespread human rights abuses before he fled in 1959.

– Mainland China, Burma and the United Nations have signed an agreement in Beijing to cooperate against trans-border drug trafficking, the China Daily reported.

– The European Community has extended provisional anti- dumping duties on imports of small screen color televisions from mainland China, Reuters said.

– So far this year, at least 80 million mu (5.3 million hectares) of crops in the Chinese mainland are affected by drought, the China Daily quoted the Ministry of Water Resources as saying.

May 16: Mainland China and the Soviet Union signed an agreement solving part of their longst border dispute in the eastern The accord was signed at the lin by Soviet Foreign Ministe ander Bessmertnykh and m Chinese counterpart Qian Xinhua reported from Moscow.

– The State Council has r Vice Minister of Agriculture Tun and Vice Minister of th Commission for Restructuri Economy Zhang Yannin, while Xiufu and Zhou Wenzhi appointed as vice ministers of and water resources, respectiv People's Daily said.

– The Hakkaology R Center, the first research cen voted to studying Hakka wandering minority that repre third of overseas Chinese, op Shanghai and will study the ity's past and present both in land China and abroad, the P Daily said.

May 17: Mainland Chines forces stationed in the South Sea are to step up combat around the disputed Spratly according to the China Youth The decision to increase milit ercises in the Spratlys was ma meeting of the command of marine unit in the South Chi fleet, the official newspaper sa

– State President Yang kun met in Beijing with Presi Hadj Omar Bongo of the Fab public, Xinhua noted.

– April inflation statistic that inflation is making a co in mainland China, the China quoted figures made by the Statistical Bureau as saying.

May 18: The visiting CCP tary-general Jiang Zemin has the Soviet Union's perestroi forms as "socialist" in an atte lay to rest views that Beijing rarch Deng Xiaoping regards betrayal of Marxism-Leninis reported from Moscow.

– A delegation of the N People's Congress headed Standing Committee Vice woman Chen Muhua left Beijin goodwill visit to Cuba and Ver Xinhua noted.

May 19: Premier Li claimed the human rights situ Tibet was far better now tha the region was under the rule Dalai Lama. Li said he ruled talks with the exiled spiritual of Tibet unless he dropped for independence, Xinhua repo

– Qiao Shi, member of th tical Bureau of the CCP Centr mittee, held talks in Beijin Ramon De La Cruz Ochoa,

9108928

torney General, Xinhua noted.

May 20: In a joint communique close CCP Secretary-general Jiang emin's visit to the Soviet Union, eijing and Moscow called for grea- r involvement by the United Na- ons in the post-war Middle East id pledged "cooperation" in estab- ishing a new international order, ccording to the two countries' press gencies.

May 21: Mainland China has set a research institute to study inter- itional trade. Shen Jueren, vice inister of foreign economic relations id trade, said he hoped the creation the institute would promote Beij- g's role in multilateral trade and ould facilitate its re-entry into ATT, the China Daily reported.

– Premier Li Peng and Vice-pre- ier Zhu Rongji held separate meet- gs in Beijing with Italian Foreign inister Gianni de Michelis, Xinhua oted.

May 22: Political Bureau mem- er and Director of the State Educa- on Commission Li Tieying has deli- ered a stern warning against the scalation of "separatist activities" in ibet. Speaking to soldiers guarding hasa and other cities, Li said naintaining the social stability of ibet and peace along the border is e foremost task of troops in Tibet," inhua reported.

– Beijing authorities mark 40 ears of communist rule over Tibet ith lavish celebrations, but at its oment of glory is unable to ease its ght grip on the remote Himalayan egion, Reuters said.

– Foreign Minister of Equatorial uinea, Santiago Eneme Ovono, ar- ved in Beijing for a three-day visit mainland China, Xinhua said.

May 23: Beijing condemned US ongressional moves to declare Tibet n occupied state. The Foreign Minis- y issued a sharply worded state- ent over a draft resolution recently troduced in the US Congress to de- lare Tibet an occupied country, ccording to AP.

– Beijing admitted for the first me that goods made by inmates of bor reform camps may have been xported to the United States, Xinhua uoted Foreign Ministry spokesman Vu Renmin as reporting.

May 25: The Shanghai-based Ven Hui Bao Daily, reporting on a onference on smoking and health, aid smoking was gaining popularity n mainland China, already the vorld's biggest tobacco market with more than 200 million smokers.

May 26: Qu Geping, director of the State Environmental Protection Agency of China, admitted that pollution, whether of the air or water, is one of the greatest challenges facing mainland China today, the China Daily reported.

– Addressing the closing ceremony of the National Conference of Young Writers, Li Ruihuan, member of the Standing Committee of the Political Bureau of the CCP Central Committee, urged young writers to study the basic theories of Marxism and make them the guide in their writing, Xinhua reported.

May 27: The China News Service said mainland Chinese customs officials in Guangzhou city confiscated goods ranging from wrist watches to medical equipment worth some RMB 20 million (US 3.77 million) in the first three months of the year. The number of cases under investigation has increased by 90 percent to 526 over the same period in 1990, according to the Beijing-funded agency.

– Li Ximin, member of the CCP Central Committee Political Bureau, warned that unless the next generation of political leaders was steeped in Marxist ideology, "we will fall from power no matter how well we do our other work," the Beijing Daily reported.

– US President George Bush announced his decision to renew mainland China's Most Favored Nation trading status without any pre-conditions, but took steps to cut off high-technology exports to the mainland because of Beijing's weapons sales program, agencies said.

May 28: The Foreign Ministry said in a statement that Beijing regretted the US decision to curb high-technology exports to mainland China because of its policies on arms sales, according to Xinhua.

– State President Yang Shangkun met with visiting Papua New Guinea Governor Sevei Eri in Beijing, Xinhua noted.

May 29: Students at several Beijing universities have defiantly put up posters in memory of those killed in mainland China's crackdown on a pro-democracy movement in June 1989, Reuters quoted college campus sources as saying.

– Framatome Corp., a French company, signed an agreement in Beijing to sell mainland China the technology needed to produce nuclear fuel for the Daya Bay nuclear power station in southern mainland China near Hong Kong, the China Daily reported.

– US congressmen, both Democrats and some Republicans, sharply criticized President Bush's decision to extend favorable trade status to mainland China, saying it would foster continued human rights abuses against dissidents, UPI reported from Washington.

– Beijing's major trading partners, particularly Japan and the United States, have eased sanctions imposed after the 1989 Tiananmen crackdown on students, even though human rights conditions in mainland China over the past two years, far from improving, have continued their downward slide, AFP quoted a report released by the International League for Human Rights as saying.

– Pope John Paul revealed that the mystery cardinal he chose 12 years ago was Archbishop Ignatius Gong Pinmei, prelate of Shanghai who spent 30 years in jail for refusing to denounce the Catholic church in Rome, Reuters reported.

May 30: Hong Xuezhi, vice-chairman of the Standing Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference, held talks in Beijing with a delegation from the All-Soviet Union committee of Veterans of War, Labor and Armed Forces headed by Marshal Sergey Leonidovich Sokolov, former Soviet defense minister, Xinhua noted.

May 31: A buying delegation headed by officials from the Ministry of Foreign Economic Relations and Trade left Beijing for Europe, Xinhua related. The 22-member delegation, which follows a similar high profile buying mission to the United States earlier this month, will spend four weeks in Britain, France, Germany, Italy, Spain, Belgium and the Netherlands.

– Beijing authorities have sharply tightened surveillance and censorship of foreign and mainland Chinese media to prevent reporting on next week's second anniversary of the Tiananmen Square massacre, Reuters and UPI reported from Beijing.

– The headquarters of the General Staff, the General Political Department and the General Logistics Department of the PLA have recently urged the PLA to carry out law education among the armed forces, the People's Daily reported. ❀

Profile

Cheng Weigao
程維高

Born in Suzhou, Jiangsu Province in September 1933, Cheng Weigao was elected governor of Hebei Province in the Fourth Meeting of the Seventh Hebei Province People's Congress at the end of April.

Cheng completed his primary and middle school education in Suzhou before entering the Teachers' College of Changzhou, Jiangsu Province in 1948. After breaking off his studies for a period, Cheng in 1950 entered the Chinese Communist Party. The following is a brief summary of his career:

1949, May: Appointed founding director of the Jiangsu, Changzhou City Children's League; served successively as director of the Youth and Children's Department, Student Department and Propaganda Department of the Chinese Communist Changzhou City League Committee.

1954: assistant secretary for the Office of the Changzhou Municipal Committee.

1955: secretary for the Office of the Changzhou Municipal Committee.

1959: deputy director of the Office of the Changzhou Municipal Committee.

1962: director of the Office of the Changzhou Municipal Government.

1965: director of the Changzhou Tractor Factory; concurrently served as factory Party Committee secretary.

1969: criticized and sent down for labor reform as laborer in Changzhou Tractor Factory.

1970: director of the Revolutionary Committee of the Changzhou Tractor Factory.

1972: secretary of the Political Committee and Party Committee of the Chinese Communist Changzhou Shanghuang Coal Mine.

1973: assistant commander of the Changzhou Coal Mine Construction Command Department.

1977: deputy director of the Changzhou Municipal Planning Commission.

1978: director of the Changzhou Construction Commission.

1980: Standing Committee member of the Changzhou Municipal Committee; deputy mayor of the Changzhou Municipal Government.

1981: deputy secretary of the Chinese Communist Changzhou Municipal Committee.

1982: secretary of the Chinese Communist Changzhou Municipal Committee.

1983, April: elected Jiangsu Province delegate to the Sixth National People's Congress.

1984, April: secretary of the Chinese Communist Nanjing Municipal Committee; December – Standing Committee member of the Chinese Communist Seventh Jiangsu Provincial Committee.

1987, July: deputy secretary of the Chinese Communist Henan vincial Committee; vice-govern acting governor of the Henan P cial People's Government; Oct elected Henan Province deleg the Chinese Communist 13th N Party Congress; November – member of the 13th CCP Committee; December – Zher City delegate to the Seventh Province People's Congress.

1988, January: governor Henan Province People's G ment; March – elected Henan vince delegate to the Seventh N al People's Congress.

1989, January: member a puty director of the Jinan Area mand People's Air Defense mittee.

1990, June: deputy secret the Chinese Communist Hebe vincial Committee; acting go and vice-governor of the Hebe vince People's Government.

After a long period of w the Changzhou area in Jiangs vince, Cheng Weigao was tran to Henan Province to work promotion of that region's rur struction, industrial productio economic system reform. His tion from acting to full gover Hebei Province was a move to the aid of his administrative ence in the construction of industry and agriculture. ❀

Chinese Communist Terms

The Second Strategic Goal of the Construction of Modern Socialism
社會主義現代化建設的第二步戰略目標

At the end of March 1991, the Fourth Meeting of the Seventh National People's Congress in Beijing passed the "Summary of the Ten-year Program for the National Economy and Socialist Development and of the Eighth Five-year Plan." The chief requirement proposed in this summary is the realization of the "second strategic goal" for the construction of modern socialism in mainland China by the year 2000, which the Chinese Communists claim will raise the overall quality of the national economy to a new level.

The "second strategic goal" is as follows:

"On the foundation of im economic benefits and a pe economic structure, to 'double double' the 1980 gross nation duct, as calculated according t prices, by the end of the cent accordance with the requirem this goal, the gross national of the year 2000, as cal according to 1990 fixed pric reach RMB 3.11 trillion, w annual average GNP growth

9108921

%, and an annual average growth te in gross industrial output of 6.1%.

"The people have gone beyond e ability to feed and clothe themives to where they are now comrtably well-off. Their means of elihood are more plentiful, the conmer structure is becoming more tional, housing conditions have visly improved, cultural life is richer, e level of health is steadily rising d social service installations are owly being perfected.

"Developing education, promotg technological advancement, imoving economic management, adsting the economic structure and ressing key construction constitute e material and technological foundion for the continued development the national economy and society to the early years of the 21st cenry.

"Begin initial establishment of economic system and operational echanism that, on the basis of the stem of public ownership, can commodate a combination of ecomic development of a socialist anned commodity economy, a planed economy, and market adjustent.

"Bring the construction of socialt spiritual culture to a new level, nd further perfect socialist democra and the legal system."

"Report Regarding Work Deployment for Supporting the Poor During the Eighth Five-year Plan"
關於「八五」期間扶貧開發工作部署的報告

The Chinese Communist State Council in the latter portion of May 1991 approved the "Report Regarding Work Deployment for Supporting the Poor During the Eighth Five-year Plan" brought up by the "The State Council Leadership Task Force for Economic Development of Impoverished Regions." This report mentioned that the basic goal for development work in supporting the poor during the Eighth Five-year Plan is, on the foundation laid by the work done in the Seventh Five-year Plan," to achieve stability in two areas: first is to enhance construction of basic agricultural-use land and raise grain production in order to provide the majority of farming households with a stable basis for resolving the problem of sufficient food and clothing; second is the development of various types of management, the development of resources, and the establishment of regional mainstay industries in order to provide impoverished households with stable sources of income, with the goal of creating by the end of the century more satisfactory living conditions for the majority of poor farming households residing in impoverished regions. Work deployment for supporting the poor during the Eighth Five-year Plan will be arranged in the nine areas below:

1) Further implementation of the principles of graded responsibility.

2) Guarantee and be responsible for the continuity and stability of development work.

3) Continue and add to investment in impoverished regions.

4) Implement a policy of all-out development and integrated administration.

5) Based on the continuation of the series of important reforms and adjustments from the work of the Seventh Five-year Plan, persist in deepening reform, perfecting methods and improving benefits during the Eighth Five-year Plan.

6) Continue organizing economically developed regions to provide appropriate assistance to impoverished, backwards regions.

7) Continue mobilizing state organs and all sectors of society to assist and support development and construction of impoverished regions.

8) The key aspect of technological support work for supporting the poor revolves around the development of a series of regional mainstay industries for impoverished regions, and the introduction and promotion of applicable technologies.

9) Enhance cadre training and the technical training of farmers.

Editor's Note

Various signs reveal that communism in the Soviet Union is, under he influence of reform, moving in the irection of liberalization and democracy.

The Chinese Communists, owever, under the backstage direcon of the old-man government lead y Deng Xiaoping, are holding firm to he Four Cardinal Principles and are ontinuing to fight the tide of liberlization even as they promote reorm and opening-up. What will be he results of this reform and opeing-up? Will mainland China merge anew from the shackles of ommunism after terminating its erontocracy?

Serious inequality in income disribution is a focal dilemma in mainand Chinese society. As Jiang Zemin uts it: "On one hand equalitarianism, which has not been overcome, is ven on the rise in some departnents, and on the other distribution of income suffers from new and excessive disparities and unfairness." In other words, there is the problem of the "big pot" of the communist system in which income distribution is the same whether you "do a little or do a lot, do well or do poorly," and there is the issue of the ever widening gap between the rich and poor bred by the unfair social distribution that appears along with the special privileges inherent in the communist system. The problem here, which is very clear, is the consequence of the relations between the exploiters and the exploited. It is a terrific mockery of a claim which the Chinese Communists have vaunted over the more than forty years of their socialist rule, that, "The superiority of socialist society lies in its elimination of the exploitative relations between men."

The joint communique issued after Chinese Communist Secretary-general Jiang Zemin held discussions with Gorbachev in the Soviet Union touches upon friendly cooperation in the spheres of politics, economics, technology and the military. Even longstanding border disputes, such as the 1969 armed conflict on Zhenbao Island, were more or less resolved in this meeting. Following a decades long standstill, the Chinese and Soviet communists have resolved long-term, problematic issues. The recent meeting also stands as the first visit to the Soviet Union by a top-level Chinese Communist leader since relations between the two nations turned sour decades ago. Where the two nations will go from here is a question that has attracted widespread concern.

For our readers' reference, we have for this issue of ICM selected relevant articles presenting and discussing these issues.

91088928

What's Going On?

Find Out From Our China Study Series

1) What They Say: This is a collection of accurate and reliable texts of wall posters that have appeared on the Chinese mainland. As far as possible, photostatic copies have been used. These have been supplemented with a few articles from underground magazines that have circulated (illegally) on the Chinese mainland. In some cases, printed copies of such articles have also been pasted up as wall posters.

What They Say is offered to readers who take a keen interest in following developments on the Chinese mainland. We hope the material presented will contribute toward broadening and deepening the reader's understanding of current events in that area. Hardback, US$14.00, 1980 edition postage included.

2) A Catalog of Chinese Underground Literature, Vol. I, II :People on the Chinese mainland have employed various methods in their struggle for freedom: the main ones have been the dissemination of handbills, the putting up of wall posters and the issuing of "people's publication." However, because Communist-style information and publication policies are enforced in mainland China, only the government is permitted to possess instruments of idea dissemination; mainland Chinese "people's publications" have no way of gaining legal status. For this reason we have titled the catalogue of wall posters and "people's publications" recorded in this book "underground literature."

In mainland China's unusual social environment "underground literature" has its definite maening and value; however, the amount that is published or reprinted in newspapers, periodicals and magazines abroad (such as in Hong Kong, Taiwan or the United States) is tiny. For the sake of preserving "underground literature's" special historical value, and being unable to publish completely at the present time all the works that have been released, we have edited this catalogue volume. We hope that it will provide the impetus for further efforts to preserve mainland China's "underground literature," and that it will be an aid to those ho are concerned about the mainland Chinese people and who wish to research "underground literature." Hardback, US$14.00 for each volume, 1982 edition, postage included.

3) Pai Hua and "Unrequited Love": Pai HUa is a writer in the realistic tradition who has suffered long imprisonment and "reform through labor" because his works differ from the "official picture" the Communists wish to project. He is famous as a writer of "scar literature" depicting the sufferings of the people under the ugly conditions that exist on the Chinese mainland. Recently he has come under extremely intense attack for his secenario entitled "Unrequited Love." The attack on this work has been made the center of a new crackdown on literature and the arts.

In this volume we have published the full text of "Unrequited Love" along with additional materials to round out the picture of the situation created by this daring expose. These include Pai Hua's most recent address to the Chinese Communist Writer's Conference and criticisms which the work has provoked from the Communists. We have also added an introduction giving the broad background of the situation. This book is an important collection of first-hand reference material on this central problem in Communist China's literary world. US$10.00 1981 edition, postage included.

4) Natural Calamities on Chinese Mainland vs Destruction of Ecological Balance: For several years the Chinese mainland has repeatedly suffered disasters of flood or drou even both. The Communists re these events as "natural calan Is that all there is to it?

Professor Ching Hsueh-c renowned China-watcher, de the argument, based on the Cor ists own reportage, that the r tunes in question are actually made. His discussion covers a range of topics, including fores ogy, animal husbandry, the enc of lakes, deep well tunnels an ditions along the Yangtze Riv with reference to the severe and drought that have been occ recently. Paperback, US$6.00 edition, postage included.

5) Inside China Mainlan XII: The 12nd year of INSIDE MAINLAND. The twelve January–December, brought to and bound in a single volume. the previous volumes in o coverage of important issues r ing Communist China in a conv format. An invaluable asset research library and of absorb terest to all who are closely cerned with current events Chinese mainland.

Because this is a limited we urge all interested readers delay but to order a copy (or s as soon as possible. We wil all orders in the order in whic are received. Why not take tage of this excellent oppo immediately? Hardback, US postage included.

INSIDE CHINA MAINLAND

Published by
Institute of Current China Studies
P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, ROC

行政院新聞局出版事業登記證局版台誌字第 1990 號
中華郵政台字第 4220 號執照登記爲第一類新聞紙類

Manager: *A. R. Hsu*

Editor: *T. L. Wang*

Subscription Rates
(By Airmail, Postage included)

Area	Per year	Per copy
America	US$15.00	1.50
Europe	US$15.00	1.50
Asia	US$12.00	1.20
Other Areas	US$15.00	1.50

91089 28

WHAT'S INSIDE

SINO–SOVIET RELATIONS

Jiang Zemin on Mainland's Future: Mainland China--Moving toward the 21st Century ····· 1
Soviet Revival Predicted in Mainland Politics: Sino-Soviet Ties Strengthened, Pro-Soviet Powers Emerge ····· 2
Communist Superpowers Look to Each Other: Mainland China Readjusts Its Soviet Policy ····· 3
Sino-Soviet Military Ties to Develop: Chinese Communists Seek Military Cooperation with Soviets Soviets ····· 4
Mainland Seeks Links with Soviets: Mainland Chinese Pilots Training in the Soviet Union ····· 6

POLITICAL SITUATION

A Look into the Crystal Ball: Possible Future Change in Mainland China ····· 7
Class Struggle Today: What Are the Characteristics of Class Struggle in the Present Stage of Development? ····· 8
Arguments Against a Multi-Party System: Why Mainland China Cannot Implement the Western Multi-party System? ····· 9
Mainland's National Sport--Meetings: "Meeting Fever" Sweeps Mainland China ····· 10

SOCIAL PULSE

Scholarly Debate on Mainland's Future: The Vision of Achieving a "Modest Standard of Living" for All and Modernization--Forum Highlights ····· 11
New Problems in Income Distribution: Problems of Unfair Distribution in Today's Society ····· 15
Crime in Every Quarter: A Documentary Look Inside Chinese Communist Public Security ····· 17
Stressing the Human Element: Another Call to Value Knowledge and Human Resources ····· 18

ECONOMIC PROBLEM

A Sober Look at the Next Ten Years: We Are Facing More Than Just Opportunity ····· 19
Prices Hikes and the Economy: Important Steps in Commodity Price Reform ····· 20
Figures Lie in Mainland Census: Grave Inaccuracies in Population Statistics ····· 21
Key Factors Behind Poor Benefits: Economic Benefits Continue to Slide ····· 22

EDUCATIONAL MESSAGE

An Apolitical Generation: Survey on the Political Ideology of Middle School Students ····· 23
Keeping Teachers in Their Place: Higher Education Makes Domestic Adjustments to Attract People Back from Abroad ····· 24

ECOLOGICAL BALANCE

Three Gorges Dam Debate Continues: Qian Weichang on the Three Gorges Project ····· 25
Soil Erosion--A Crisis in the Making: China Ignores Environment in Pursuit of Productivity; Water and Soil Erosion Promise No End of Future Troubles ····· 25

REGULAR FEATURES

Major Events in May ····· 26
Profile: Cheng Weigao(程維高) ····· 29
Chinese Communist Terms: Ten Second Strategic Goal of the Construction of Modern Socialism (社會主義現代化建設的第二步戰略目標); "Report Regarding Work Deployment for Supporting the Poor During the Eighth Five-year Plan" (關於「八五」期間扶貧開發工作部署的報告) ····· 29

EDITOR'S NOTE ····· 30

The articles published herein are all first hand material dealing with behind-the-scenes developments or the present situation on the China mainland. These materials have made their way through various channels to Taipei, Hong Kong, Tokyo or other regions in the vicinity of the China mainland. They are published here in English translation for the benefit of all interested persons. Readers are welcome to quote from these articles. Please cite ***INSIDE CHINA MAINLAND*** *as the source of your quotations. Also let us know you have used our material and, if convenient, send us a clipping.*

UNESCO has placed INSIDE CHINA MAINLAND on the World List of Social Science Periodicals. 002333

33-33

9108998

INUR Nº 304.22/190491

CUBA

- Abertura de novos mercados.

Devido à nova realidade internacional e ao crescente distanciamento com a EUROPA ORIENTAL, CUBA tem buscado novos mercados e vínculos com diversos países capitalistas, numa tentativa de superar o isolacionismo.

Nos últimos tempos, apesar da obstinação de FIDEL CASTRO de que o socialismo é a melhor solução para CUBA, observa-se uma maior abertura política e certa flexibilização econômica no país. Nesse sentido, apesar de a cúpula cubana não admitir discutir a estrutura unipartidária, estão previstas eleições diretas e secretas para membros dos comitês municipais e províncias.

Em termos de política externa, CUBA tem demonstrado interesse em relacionar-se com vários países do Ocidente, notadamente na AMÉRICA LATINA, buscando inserir-se no esforço de integração, o que se tem revelado de difícil consecução em virtude da restritiva economia interna cubana.

Nesse contexto, está interessada em fortalecer suas relações com a Comunidade e Mercado Comum do CARIBE (CARICOM) e solicitar àquele órgão que seja incluída em quaisquer discussões acerca do futuro desenvolvimento econômico do CARIBE. Além disso, tem procurado obter o respaldo do Governo mexicano para se beneficiar do "Acordo de São José", mediante o qual MÉXICO e VENEZUELA vendem petróleo a preços subsidiados aos países centro-americanos e do CARIBE.

Além da AMÉRICA LATINA, CUBA tem buscado estreitar o relacionamento com outros países, como CANADÁ, JAPÃO, CHINA, IRÃ, ÍNDIA, COréIA DO NORTE e ETIÓPIA, numa tentativa de substituir o comércio com o LESTE EUROPEU.

Embora o regime cubano rejeite enfaticamente o capitalismo, observa-se a implementação de medidas que, em última análise, orientam-se por princípios de uma economia mista. Com relação a esse novo procedimento, FIDEL CASTRO confirmou que CUBA tem estabelecido projetos conjuntos com companhias multinacionais e concordou com a associação mista em certas áreas, como petróleo e turismo, justificando que "não há outra alternativa, no momento".

* * *

Documento elaborado em 05 Abr 91.

PARTES POCO LEGIBLES

ENTRADO 25/7/92 JE
CRUZADO

INUR Nº 305.22/190491

NARCOTRÁFICO

- Reflexos da cooperação transnacional.

Recentemente, oito toneladas de cocaína de alta pureza foram confiscadas na COLÔMBIA, cifra que representa a maior apreensão já feita desde o começo do ano.

Esta apreensão, assim como outras que vêm sendo realizadas em diversos países latino-americanos, nos últimos meses, converte-se na principal evidência do bem-sucedido esforço dos Governos andinos e norte-americano, resultante do acordado na Reunião de CARTAGENA em Fev 90. Na ocasião, foi firmado o Plano Antidrogas, com o intuito de conferir maior eficácia ao combate à produção, ao tráfico e ao consumo de drogas no continente.

A despeito dos sucessos alcançados nos últimos meses - como o incremento da cooperação regional e o aumento da quantidade de drogas confiscadas -, observa-se que os resultados estão ainda num patamar aquém do esperado pelos EUA, no que tange à redução das áreas de produção "cocalera". Além disso, sabe-se que as "estruturas empresariais" dos cartéis - de CÁLI e de MEDELLÍN - encontram-se ainda incólumes e que os contraventores têm-se mostrado capazes de absorver perdas consideráveis e de se adaptarem às mudanças circunstanciais e impostas.

É notório que o tráfico de entorpecentes, na AMÉRICA LATINA, constitui um problema econômico, social e político de difícil erradicação, tendo em vista o seu peso e grau de influência no sistema monetário e financeiro, especialmente dos países produtores. É previsível, contudo, que a estratégia continental dos EUA contra o narcotráfico continuará a pressionar - inclusive financeiramente - os Estados latino-americanos atingidos, no sentido de se adequarem à "nova realidade" e de continuarem com o compromisso de cooperação apresentado em 1990.

* * *

Documento elaborado em 05 Abr 91.

ENTRADO 25/7/91 36
CRUZADO

PARTES POUCO LEGÍVEIS

9108930 X

INUR Nº 436.22/010791

CHILE

- Modificações na política econômica.

O Ministro da Fazenda do CHILE, ALEJANDRO FOXLEY, anunciou uma redução das tarifas alfandegárias, de 15 para 11%, e um maior imposto sobre os créditos externos e os combustíveis, a fim de fazer frente à queda na arrecadação tributária, estimada em US$ 200 milhões anuais. Simultaneamente, o Banco Central do CHILE (BCC) valorizou o peso em 2%.

Essas medidas desencadearam críticas por parte dos industriais, de que as dificuldades para a exportação foram aumentadas e que o barateamento dos produtos importados acarretaria uma queda na produção local, com muitos industriais se transformando em importadores, ocasionando um sucateamento da indústria local.

Por outro lado, os comerciantes, em geral, elogiaram as decisões econômicas, apontando que elas estão na direção correta, aprofundando a abertura econômica chilena.

Essas medidas vinculam-se à expectativa de alta inflacionária que o CHILE vem enfrentando. As explicações mais plausíveis para o incremento inflacionário fundamentam-se no aumento real dos salários e queda na produção e importação de produtos, ocasionando uma redução na oferta de bens. Dessa forma, as novas medidas facilitariam as importações, contribuindo para normalizar o abastecimento e os preços.

Com essas medidas, o Governo chileno dá mostras de continuar com sua estratégia de gerenciar as políticas macroeconômicas, evitando intervir no mercado, através do controle de preços.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 Sa
CRUZADO

9108931 X

INUR Nº 438.22/010791

PERU

- Crise sócio-econômica e violência.

A atual realidade peruana está sendo marcada pelo radical agravamento da crise sócio-econômica, vivenciada pelo país há alguns anos. Nesse cenário de profundos antagonismos, sobressaem-se a violência política, protagonizada pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) e pelo Partido Comunista do PERU - Sendero Luminoso (PCP-SL), e as crescentes mobilizações trabalhistas e sociais em repúdio à restritiva política econômica governamental.

No tocante à guerrilha, destacam-se as ofensivas doutrinárias e militares desencadeadas por tupacamaristas e senderistas, em várias regiões do país, as quais estão sendo conduzidas através do proselitismo político e de ações armadas, estas em sua maioria caracterizadas pelo uso de extrema violência.

Ao mesmo tempo, as agitações sociais, materializadas por manifestações trabalhistas em reivindicação de melhorias salariais, estão proliferando em níveis crescentes. O clima de hostilidade dessas manifestações é agravado pela repressão violenta das Forças Policiais e Militares e pela infiltração de subversivos na esfera sindical, os quais procuram conduzir as massas para a radicalização dos movimentos reivindicatórios.

Dessa forma, as manifestações grevistas, principalmente as que ocorrem em LIMA e CALLAO, estão assumindo as características de verdadeiros conflitos localizados, a contribuírem, entre outras coisas, para desgastar o Governo perante a opinião pública nacional, pois este tem-se mantido inflexível diante das pressões trabalhistas.

De fato, os trabalhadores peruanos, tanto os estatais quanto os da iniciativa privada, tiveram, nos últimos anos, um substancial achatamento salarial, fato este agravado durante o Governo FUJIMORI, em razão da atual política econômica, que procura satisfazer exigências externas para o reingresso na comunidade financeira internacional e, ao mesmo tempo, conter o processo inflacionário mediante medidas fortemente restritivas.

Diante disso, o atual Governo está passando por um impasse: satisfazer as reivindicações trabalhistas, como forma de abrandar as demandas sociais, ou flexibilizar a política econômica, correndo risco de vir a ter comprometidos os esforços para a aproximação do capital externo. Nesse contexto, as reinvindicações sociais e trabalhistas estão ficando mais acirradas e mostram uma tendência de expansão, com o ingresso de novas categorias no movimento grevista, fato que, associado à ação da guerrilha, pode contribuir para o estabelecimento de um caos social.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 SE
CRUZADO

01 01 1

108932 X

INUR Nº 439.22/010791

CUBA

- Novo acordo comercial com a URSS.

A partir do acordo firmado para 1991, a URSS havia decidido que o comércio com CUBA seja realizado em moeda forte e de acordo com os preços internacionais. No entanto, até o momento, essa medida não foi colocada em prática.

Apesar disso, nos últimos seis meses, o comércio entre os dois países havia sido drasticamente reduzido, o que contribuiu para aumentar o racionamento na Ilha, principalmente de combustíveis e produtos alimentícios.

Todavia, devido à carência de divisas fortes em ambos os países, a URSS recentemente renovou o comércio com CUBA, ficando decidido que esse comércio seria a base de escambo, até que o Governo cubano tenha divisas estrangeiras para negociar com MOSCOU.

Conforme o novo acordo, a URSS trocará petróleo, alimentos, madeira e peças de reposição por açúcar e outros produtos agrícolas cubanos.

Recentemente, o novo embaixador soviético nos EUA, VIKTOR KOMPLEKTOV, informou que não havia nenhuma mudança radical na relação comercial de MOSCOU com HAVANA, apesar das advertências dos EUA de que tal atitude poderia prejudicar a ajuda financeira norte-americana à URSS.

Assim, a decisão soviética corrobora a concepção de que CUBA permanece com significativa importância para a URSS, que não admite renunciar à influência que exerce na Ilha, considerada de valor geoestratégico.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 95/7/21(35)
CRUZADO

9108933 X

INUR Nº 440.22/010791

SURINAME

- Evolução do processo político.

Persiste, na imprensa e no meio político do SURINAME, a polêmica em torno da existência de um complô para eliminar fisicamente o Cmt BOUTERSE. FRANK PLAYFAIR, parlamentar mais expressivo do Partido Nacional Democrata (NDP), partido que apóia a cúpula militar, adotou uma posição adversa a BOURTESE, dizendo que a conspiração não existe e que seu partido está dissociado de tal denúncia, angariando com isso considerável respaldo da população e de uma minoria do próprio partido.

Em apoio a BOUTERSE, o presidente e dois membros do NDP distribuíram um comunicado à imprensa, dizendo-se convencidos da existência da conspiração e apoiando todas as iniciativas para esclarecê-la.

Por sua vez, buscando manter-se em evidência, BOUTERSE iniciou uma nova rodada de negociações com o grupo guerrilheiro "Comando da Selva", de RONNY BRUNSWIJK.

Na área política, o candidato mais cotado a Presidência da República, RONALD VENETIAAN, tem feito declarações moderadas a respeito do afastamento dos militares do Poder.

A atuação de BOUTERSE junto à cúpula do NDP, obtendo solidariedade a respeito do complô que visaria a sua eliminação, e a nova investida que fez junto a BRUNSWIJK, mantendo a liderança no chamado processo de reconciliação nacional, indicam que o líder militar não está disposto a ceder espaço político.

A atual moderação em relação à cúpula militar adotada pelo candidato RONALD VENETIAAN, embora possa visar à preservação da continuidade do processo político de transição até a posse do novo Presidente, facilita a manutenção da influência política por BOUTERSE.

Contra BOUTERSE, de significativo, há o posicionamento de PLAYFAIR e o considerável apoio popular que este vem obtendo.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 (DE)
CRUZ DO

9108934

INUR Nº 441.22/010791

COLÔMBIA

- Implicações do processo de não-extradição de narcotraficantes.

A inclusão na nova Carta Magna da não-extradição de cidadãos colombianos, aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte da COLÔMBIA, teve como efeito imediato a rendição do chefe do Cartel de MEDELLÍN, PABLO ESCOBAR CAVIRIA.

O fim das extradições e a prisão de ESCOBAR certamente promoverão o arrefecimento das ações do terrorismo do narcotráfico praticadas pelo Cartel de MEDELLÍN.

No entanto, ainda que a vertente política da questão do narcotráfico, que resultou numa onda de atentados terroristas, venha a ser atenuada, a "estrutura empresarial" dos cartéis da droga na COLÔMBIA permanecerá ativa, vanguardeando o comércio internacional da cocaína. O Cartel de MEDELLÍN deverá modificar a sua estratégia de ação, abandonando o confronto direto com o governo e privilegiando o aspecto "empresarial" do negócio da droga, a exemplo do Cartel de CALI.

Por outro lado, a não-extradição cria a expectativa de novas pressões dos EUA. Tal medida constitucional determina a perda de um forte instrumento de pressão norte-americana no combate às drogas e deve ser encarada como um arrefecimento da luta antidroga na COLÔMBIA, a favorecer os cartéis e a servir de exemplo negativo para os outros países envolvidos na produção e no comércio da cocaína.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 15
CRUZ 91

9108935 ×

INUR Nº 442.22/010791

ARGENTINA

- Repercussões da política militar chilena. Perspectivas.

Em palestra proferida perante o "Consejo Argentino Para Las Relaciones Internacionales" (CARI), o Almirante EMÍLIO JOSÉ OSSÉS, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argentinas, demonstrou preocupação em relação a um desequilíbrio estratégico militar na Região Sul-Americana, capaz de influenciar na estabilidade e na paz regionais. Ao defender o fortalecimento das Forças Armadas argentinas, o Almirante OSSÉS destacou questões como a possibilidade da continuação da carreira armamentista no terceiro mundo; os interesses assimétricos entre os diversos países sul-americanos; o terrorismo; e a conformação do poder das Forças Armadas, necessário nas negociações políticas externas, além da dissuasão militar em prol da soberania e da integridade territorial nacionais.

Pronunciamentos, como esse, em torno do enfraquecimento das Forças Armadas da ARGENTINA, principalmente em comparação com o poderio militar de seus vizinhos mais influentes, BRASIL e CHILE, vêm sendo constantes no meio militar e na imprensa argentinas. O CHILE, com o qual a ARGENTINA mantém questões fronteiriças ainda não resolvidas, é o foco central das atenções, em particular quanto à noticiada modernização de suas indústrias armamentistas, o aperfeiçoamento tecnológico de suas Forças Armadas, o desenvolvimento do foguete de artilharia "Rayo" e até presumidas movimentações militares chilenas nas proximidades da área fronteiriça em pendência.

Nesse contexto, uma publicação da direita ideológica, tida como próxima ao meio militar argentino, aventou a possibilidade da existência de um complô chileno-britânico para, aproveitando o atual momento de debilidade militar da ARGENTINA, invadir e ocupar a Região da PATAGÔNIA, pondo em prática um desejo secular chileno de "recuperação" da área e o controle do Atlântico Sul pelos britânicos.

As atuais negociações que vêm sendo levadas a efeito pelos governos da ARGENTINA e do CHILE, em relação às pendências limítrofes, e as posições conciliatórias de ambos os governos não permitem se dar crédito à possibilidade de atitudes belicistas entre as partes.

Todavia, a crescente ênfase ao poderio militar chileno pode criar um clima de inquietação nacional na ARGENTINA, o que geraria um reforço às reinvindicões das Forças Armadas desse país pela modernização da sua estrutura operacional, de modo a criar embaraços à política de contenção de gastos do governo, afora despertar idéias beligerantes no CONE SUL.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/2130
CRUZADO

9108936 X

INUR Nº 443.22/010791

NICARÁGUA

- Conseqüências da revogação de confiscos de propriedades.

No período do Governo sandinista, foram estabelecidas leis que permitiram o confisco de terras e propriedades de ex-colaboradores do Governo SOMOZA, na NICARÁGUA.

Com a vitória eleitoral da Presidenta VIOLETA CHAMORRO, alguns proprietários originais dos bens confiscados retornaram ao país e estão solicitando a restituição de seus patrimônios.

Nesse contexto, a bancada do Partido Nacional Conservador (PNC) apresentou na Assembléia Nacional Nicaragüense um anteprojeto de lei que prevê a revogação dos confiscos de propriedades realizadas pelo Governo sandinista.

No intuito de defender os atos da revolução, dirigentes sandinistas ameaçaram paralisar as atividades do país, caso a Assembléia Nacional decida revogar as leis estabelecidas durante o seu governo.

O ex-Presidente da NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA, ameaçou com uma insurreição civil para obrigar o Governo CHAMORRO a cumprir as leis sobre propriedades. Tal advertência foi feita durante uma manifestação de milhares de sandinistas, convocada pela Frente de Luta Popular (FLP), organizada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Além disso, no dia 18 Jun, 39 legisladores sandinistas se retiraram da Assembléia Nacional, por tempo indeterminado, em protesto ao anteprojeto, e um grupo de 50 homens e mulheres tomou as instalações da emissora "Radio Corporación", com o objetivo de que CASTILLO OSEJO - Presidente do PNC e proprietário da emissora - faça um apelo formal aos deputados do governo para votarem contra a revogação da referida legislação.

Por outro lado, um dos ex-chefe dos "contras", RODRIGO AMPIE, advertiu o Governo CHAMORRO sobre a possibilidade de uma nova guerra civil na NICARÁGUA, caso não seja cumprida a promessa de distribuição de terras.

Assim, a disputa pelas propriedades ameaça os esforços no sentido de promover a reconciliação nacional, afora representar um risco ao estabelecimento de um clima de generalizada turbulência social.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 (DE)
CRUZADO

INUR Nº 444.22/010791

ÁFRICA DO SUL

- Implicações do programa de reformas.

Em 17 Jun 91, o parlamento da ÁFRICA DO SUL aprovou a revogação da última lei de sustentação do regime segregacionista, a "Lei de Registro da População", que determinava a classificação racial de cada cidadão, desde o nascimento. Com esse ato, o Governo anunciou ter completado a revogação da base legal do "apartheid".

O fato repercutiu favoravelmente no plano internacional, com perspectivas concretas de suspensão de todas às sanções econômicas impostas pela comunidade internacional como forma de pressão pelo fim do "apartheid". Os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e o JAPÃO já vinham abrandando as medidas punitivas no decorrer das reformas. Os ESTADOS UNIDOS anunciaram suspendê-las em Jul 91, condicionando tal medida à libertação de todos os presos políticos na ÁFRICA DO SUL. Todavia, admite-se que a suspensão das sanções não significará uma imediata recuperação da economia sul-africana, principalmente pelas dificuldades em atrair novos investimentos externos, frente ao atual clima de violência - perpetrado por rivalidades tribais entre integrantes do Congresso Nacional Africano (CNA), de NELSON MANDELA, e do Partido Liberdade Inkatha, do líder zulu MANGOSUTHU BUTHELEZI -, e às incertezas que pesam sobre o futuro político do país.

Observe-se que a reformulação da atual estrutura do Estado, que permanece discriminatório por falta de representação dos negros, inaugurará uma delicada etapa de negociações para estabelecer a nova Constituição, direcionada a uma democracia multirracial. As discussões sobre a implantação do sistema "um homem, um voto", aliadas ao desencadeamento da violência étnica entre negros, vem gerando certo grau de ceticismo e insegurança junto à população branca, causando ameaça de líderes de movimentos paramilitares segregacionistas de empregar a força na defesa de seus direitos. Por outro lado, grupos radicais negros, a exemplo do Congresso Pan-Africano, negam-se a discutir qualquer assunto além da renúncia do Governo. Registra-se, também, que até mesmo a liderança moderada de NELSON MANDELA começa a ser contestada dentro do CNA.

Verifica-se, portanto, que a evolução das negociações para reformular a organização política do país irá requerer esforços significativos para superar divergências, sendo a violência a principal ameaça.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

Nº. DOCUMENTO .....

TITULO Africa del Sur: implicaciones del programa de reforma.

DE Sow. Brasil, (20362)

21-06-91

Sew. Brasil (20362)
Africa (10022)
Tec. Pol (11164)
Tec. Sico Soc. (11165)

ENTRADO 25/7/91 (35
CRUZADO VR

01 01 1

01108938 X

ÁSIA

- Perspectivas de reaproximação comercial entre CHINA e EUA.

Visando ao reaquecimento das relações sino-norte-americanas (abaladas desde os eventos pró-democráticos de 04 Jun 89, em PEQUIM), o Presidente GEORGE BUSH tem pressionado o Congresso a renovar a condição de Nação Mais Favorecida (NMF) comercialmente, que havia sido suspensa desde aquela ocorrência. Em realidade, o cerne da questão se baseia na venda de mísseis e tecnologia nuclear chineses (construção de reatores) para o ORIENTE MÉDIO e outros países do Terceiro Mundo, e nas repetidas violações dos direitos humanos em solo chinês.

O Chefe de Estado norte-americano manifestou repetidas vezes sua preocupação com as informações de seu Serviço Secreto, indicando que a CHINA já tinha começado a fornecer seu sistema de mísseis M-11 para o PAQUISTÃO, e a vender os mísseis M-9 à SÍRIA. Segundo especialistas, talvez seja tarefa difícil sustar o fornecimento dos M-9 à DAMASCO, já que se acredita que os sírios tenham financiado, em parte, a pesquisa e o desenvolvimento desse sistema de mísseis.

Mesmo assim, para WASHINGTON é um erro continuar a isolar a CHINA por essas ocorrências. A renovação do status NMF a PEQUIM, prende-se não só à necessidade de manter o diálogo político e comercial com o Governo chinês - um respeitável mercado consumidor que precisa ser preservado, inclusive para que não seja absorvido pela moderna tecnologia asiática dos países "NICs" e JAPÃO -, mas significa, também, a manutenção das iniciativas de livre mercado, na Província de GUANGDONG, uma região parcialmente livre do controle central.

Por seu turno, PEQUIM enfatiza que, embora não seja signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, tem "respeitado" a letra e o espírito do acordo internacional sobre controle de tecnologia de mísseis. Quanto à venda de armas ao exterior, questiona que os países ocidentais igualmente exportadores de armas não têm o direito de censurar a CHINA. Contudo, sabe-se que o governo chinês vem dando assistência, desde 1987, à construção de reatores nucleares no PAQUISTÃO e ARGÉLIA, países que provavelmente já produzem urânio, e mesmo o plutônio, usado na fabricação de bombas nucleares.

Assim, em meio a uma certa continuidade do atual boicote das exportações de tecnologia de ponta (equipamentos para satélite e computadores) para a CHINA, por parte dos EUA e outras nações ocidentais, fica quase a certeza de que as relações sino-norte-americanas voltarão a fluir normalmente. O peso específico de PEQUIM como potência, somado a sua conduta tida como impecável na recente crise do Golfo Pérsico - não utilizando o seu direito de voto para bloquear as ações da ONU contra o IRAQUE -, provavelmente deverão sanar as divergências que poderiam, de algum modo, turvar a consolidação da abertura chinesa ao exterior e interferir indiretamente na paz asiática.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/1991
CRUZADO VR

Asia: Perspectivas de reorientación comercial entre China y EE. UU.

Serv. Brasil. (20362)

21-06-91

Serv. Brasil (20362)
Rep. Pop. China. Com. (10151)
EE. UU. (65890)
Fac. Ec. (11161)
Fac. Pol. (11104)
Rel. Int. (11395)

Nº DOCUMENTO
TITULO Ampliación de Acuerdo de Libre Comercio
PROCEDENCIA Sec Rosa
FECHA DE E. 21-JUN-91
VINCULACIONES EEUU -65890
CANADA -65456
MEXICO -10131
11161
11409

INUR Nº 446.22/010791

AMÉRICA DO NORTE

- Ampliação do Acordo de Livre Comércio.

Os EUA, CANADÁ e MÉXICO criaram dezessete grupos negociadores para tratar das seis categorias de relações comerciais consideradas prioritárias para a formação do Bloco de Livre Comércio da AMÉRICA DO NORTE, quais sejam: acesso ao mercado; regras comerciais; serviços; investimentos; propriedade intelectual; e mecanismos para resolução de divergências intrabloco.

O acompanhamento da evolução dessas negociações é de fundamental importância para os países latino-americanos que ainda se encontram num estágio anterior de conversações, uma vez que os EUA, reiteradas vezes, alertaram que o Acordo de Livre Comércio da AMÉRICA DO NORTE servirá de parâmetro para o estabelecimento de novos acordos bilaterais com os EUA.

Algumas peculiaridades de cada país, todavia, tenderão a ser consideradas ponderadamente. Nesse sentido, destaca-se que o posicionamento mexicano de fazer restrições à participação estrangeira no setor de petróleo e a não admissão norte-americana em flexibilizar sua Lei de Imigração foram respeitadas.

* * *

Documento elaborado em 21 Jun 91.

ENTRADO 25/7/2136
CRUZADO

01 01 9108940 X

CHILE

- Possível descontrole no processo inflacionário.

Com a suspensão do programa de reajuste econômico pelo Banco Central do CHILE (BCC), em Set 90, o país retornou aos índices normais de investimento, reflexo da queda na taxa de juros, principal base do reajuste. Além disso, no período de Nov 90 a Fev 91, foram registrados baixos índices de inflação - inferiores a 1% ao mês - o que assinalava ao BCC que a economia já se encontrava devidamente reestruturada.

Todavia, os índices registrados nos meses de Abr e Mai 91 - 1,8 e 2,5%, respectivamente - voltaram a preocupar as autoridades e os meios econômicos chilenos, tanto pelos seus efeitos para a política econômica, com reflexos negativos para a credibilidade das instituições, influindo sobre os novos investimentos, quanto pela possibilidade de aplicação de um novo plano de reajuste pelo BCC, o que concorreria para um novo período recessivo.

Duas hipóteses aparecem como as mais prováveis para a explicação do fenômeno. A primeira indica que os aumentos nos preços resultam do crescimento excessivo do meio circulante, após a suspensão do ajuste pelo BCC, em especial nos três primeiros meses do ano. Assim, a queda na taxa de juros, associada ao aumento do salário mínimo em níveis superiores à taxa inflacionária, a caracterizar aumento real nos salários, resultou em aquecimento da demanda interna, fazendo subir os preços.

A segunda hipótese presume que os índices de inflação ora registrados são conseqüências retardadas do próprio plano de ajuste econômico aplicado pelo BCC, que provocou uma diminuição da produção e baixa nas importações, reduzindo, assim, os níveis de oferta.

As circunstâncias, todavia, levam a crer que o fenômeno resulta de uma combinação das duas hipóteses. A questão vem sendo amplamente discutida pelos meios econômicos, não estando descartada a adoção de novas medidas pelo BCC, tendo em vista a importância que assume o controle inflacionário para a política econômica chilena, que visa a estimular novos investimentos no país.

* * *

Documento elaborado em 07 Jun 91.

ENTRADO 25/7/92 35
CRUZADO

INUR Nº 422.22/200691

COLÔMBIA

- Negociações de Paz com a guerrilha.

O Governo colombiano e a Coordenadoria Nacional Guerrilheira SIMóN BOLÍVAR (CNGSB) iniciaram, esta semana, em CARACAS, negociações de paz para pôr fim à luta armada que persiste há mais de trinta anos no país.

O objetivo imediato das conversações é estabelecer uma trégua bilateral que ponha fim à violência, enquanto prosseguem as negociações cujo objetivo final é a desmobilização e a reincorporação dos guerrilheiros à vida civil.

A Coordenadoria - atualmente formada por cerca de 8.000 militantes pertencentes às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ao Exército de Libertação Nacional (ELN) e a uma facção dissidente do Exército Popular de Libertação (EPL) - deflagrou, nos últimos cinco meses, uma ofensiva terrorista sem precedentes contra alvos da economia colombiana, com o intuito de demonstrar poderio militar e fortalecer sua posição nas negociações com o governo. Com isso, logrou flexibiliar a política de paz do Presidente GAVIRIA, que não admitia iniciar conversações sem uma prévia desmobilização dos insurgentes.

Ressalta-se, entretanto, que a guerrilha colombiana de cunho marxista-leninista, com a abertura do LESTE EUROPEU e com a retirada do apoio de CUBA e de MOSCOU, ressente-se do suporte financeiro e logístico, que antes recebia do exterior, além de sofrer o desgaste ideológico, fruto do malogro internacional do socialismo ortodoxo.

Ademais, diante de um governo que apresenta a paz como objetivo e tem o respaldo da maioria da população, que rejeita a luta armada como meio de alcançar o poder, não convém à guerrilha aparecer como elemento de ruptura dessa aspiração nacional de respeito aos canais institucionais.

Em suma, podemos considerar que o diálogo está sendo utilizado para a alteração de uma trégua político-estratégica que não somente convém à guerrilha, pela necessidade de arrefecer a repressão governamental, como ao próprio governo, visto que uma possível trégua com os movimentos guerrilheiros concorreria para atenuar o clima de insegurança e reduzir os prejuízos econômicos, decorrentes dos atentados terroristas.

* * *

Documento elaborado em 07 Jun 91.

ENTRADO 25/7/92 36
CRUZADO

INUR Nº 423.22/200691

CUBA

- Busca de vínculos comerciais com o CARICOM.

A recente participação de CUBA na 1ª Conferência Subregional do CARICOM, integrado pelas pequenas ANTILHAS, demonstrou o interesse de o governo cubano fortalecer as relações com o CARIBE anglófono e a intenção de participar ativamente em qualquer discussão acerca do futuro desenvolvimento econômico da região caribenha. Essa posição tem por objetivo não ficar à margem dos planos de integração do continente.

A intenção do governo cubano de incrementar os vínculos comerciais com o CARICOM advém da necessidade de buscar mercados alternativos que ajudem a superar a crise econômica em que o país se encontra.

Durante a Conferência, a delegação cubana identificou dois objetivos que na opinião de HAVANA devem ser buscados: o fortalecimento da estrutura do CARICOM e o incremento de sua integração com outros países do CARIBE e da AMÉRICA LATINA.

CUBA também expressou particular interesse em explorar, juntamente com os países integrantes do CARICOM, novas formas de cooperação na área de turismo, setor a que tem dado ênfase, com o intuito de captar investimentos externos. Nesse sentido, firmou, recentemente, acordos de desenvolvimento turístico com a JAMAICA e as BAHAMAS.

Quanto aos temas políticos tratados no encontro, CUBA interessou-se pela possibilidade de estabelecer um "sistema de seguridade" no CARIBE e a relação do CARIBE anglófono com o Grupo do Rio.

No entanto, o interesse de CUBA em integrar-se ao CARICOM não é compartilhado pelos membros desse grupo - cujos países, em sua maioria, encontram-se sob governos conservadores - que consideram a ditadura castrista um forte obstáculo para uma efetiva integração ao organismo regional.

Apesar do esforço integracionista de HAVANA, estima-se pouco provável o estreitamento de vínculos comerciais com o CARICOM, a curto prazo, dadas as profundas diferenças políticas e sócio-econômicas entre as partes.

* * *

Documento elaborado em 07 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 36
CRUZADO

*01 01 .4 9108943X

DOCUMENTO
O Evolução e perspectivas. Paraguay: conjuntura
DEL Serv. Brasil 20362
25-7-91
Paraguay 66723
Serv. Brasil 20362
F. Pol. 11164
Lib. Nac. 15309

ENTR
CRUZADO

P A R A G U A I

Conjuntura Interna. Evolução e perspectivas.

Após o golpe militar de 03 Fev 89, que derrocou o General ALFREDO STROESSNER, o PARAGUAI tem experimentado algumas mudanças importantes, embora nem todos os vestígios do regime anterior tenham desaparecido, porquanto é, ainda, tutelado por interesses semelhantes aos do regime anterior, além de ser conduzido por antigos colaboradores de STROESSNER.

Para afiançar a abertura política, o novo presidente não só descartou a própria reeleição em 93, como concedeu a liberdade de imprensa e de manifestação. Reformou a lei eleitoral e derrogou duas leis que foram a base formal da repressão política durante a gestão de STROESSNER: a lei nº 209 (defesa da paz pública e liberdade das pessoas) e a 294 (defesa da democracia); mais recentemente, promoveu as primeiras eleições realizadas através de voto direto, o que constituiu num avanço no processo de transição democrática.

O Congresso também resolveu criar uma comissão bicameral para investigar as violações dos direitos humanos durante o regime anterior, ao mesmo tempo que foi ratificada a convenção interamericana de Direitos Humanos. O Poder Judiciário, por sua vez, vem mostrando, senão independência, pelo menos uma atuação mais desenvolta contra os colaboradores de STROESSNER, presos e processados por malversação do dinheiro público.

O atual processo, comandado pelo Presidente ANDRÉS RODRIGUEZ, introduziu um novo relacionamento entre os setores sociais e políticos, acompanhado de um novo discurso do governo. No entanto, essa mudança não significou uma ruptura da tradicional base de sustentação do regime, que se mantém no Poder desde 1947, alicerçada no binômio Partido Colorado - Forças Armadas.

Entretanto, o Partido Colorado, que se encontra dividido em pelo menos dez correntes internas, está em crise desde o Golpe de Estado - quando foram reintegradas ao Partido as mais diversas correntes ligadas ao Poder durante o Governo de STROESSNER - e não tem conseguido a coesão de seus integrantes.

As múltiplas correntes do Partido Colorado - sobretudo tradicionalistas ortodoxos e tradicionalistas democráticos ou "contestatários" - disputam a liderança partidária e dificultam os projetos governamentais. Na âmbito da cúpula ortodoxa, os dirigentes assumem posições divergentes em relação ao Presidente RODRIGUEZ, e algumas autoridades ligadas a essa linha foram destituídas de seus cargos por constituírem obstáculos ao processo de abertura desencadeado no país.

Afora isso, o Presidente RODRIGUEZ enfrenta uma ofensiva dos "militantes" - corrente que apoiava a continuidade da família STROESSNER no Poder. Esse grupo, liderado por JUAN CAMERON

9108944x

MONTANARO, promoveu uma concentração pró STROESSNER em MISSIONES, sendo que o ato culminou com a proibição dessa facção de atuar politicamente até 1993.

Como agravante, elementos ligados ao regime anterior foram convocados pelo setor ortodoxo para integrar esta facção. O convite teria surgido de um dos líderes do Partido Colorado, LUIS MARIA ARGAÑA, afastado do cargo de Ministro das Relações Exteriores. Após sua demissão da Chancelaria, ARGAÑA, que se autodenomina virtual candidato à Presidência da República pelo "coloradismo", converteu-se em ferrenho opositor ao governo.

A prova maior dessa cisão no Partido Colorado ficou evidenciada no resultado das eleições municipais realizadas dia 26 Mai 91, que elegeu o dirigente sindical CARLOS ALBERTO FILIZZOLA, um candidato independente, de centro-esquerda, para a Prefeitura da capital paraguaia.

FILIZZOLA, do movimento "ASSUNÇÃO para Todos", obteve 35% dos votos sobre o candidato do Partido Colorado, JUAN MANUEL MORALES, que conseguiu 27,5%, segundo dados preliminares. É verdade que o desempenho dos Colorados no interior foi melhor - 70% das cidades - o que decorre do Partido contar com a vantagem de ser estruturado em todos os municípios que disputaram as eleições. Todavia, perder no mais importante reduto eleitoral do país significa a rejeição aos políticos "profissionais" ao continuísmo, além da ruptura do monopólio dos maiores partidos paraguaios.

Além das dificuldades enfrentadas dentro do próprio partido, as quais têm provocado uma série de mudanças no gabinete ministerial, o Presidente ANDRÉS RODRIGUEZ se viu às voltas, em 1990, com uma rebelião no âmbito das Forças Armadas, cujo propósito seria a de destituir o Presidente da República.

O fato, embora considerado pelas autoridades paraguaias como sem relevância no contexto político, é digno de consideração, porque denota um quadro de indisciplina na Instituição castrense, o que poderá resultar em novas movimentações internas, tornando, assim, o meio militar suscetível de participar de ações visando a desestabilizar o regime.

Ainda no sentido de provocar um possível descrédito da autoridade presidencial, foi distribuído no país, entre políticos e militares, um "curriculum vitae" de ANDRÉZ RODRIGUEZ, que tenta desmoralizar a figura do Presidente da República, destacando seu envolvimento, no passado, com negócios ilícitos, e as suas fortes vinculações com a família STROESSNER, de quem teria obtido todas as franquias para conseguir a fortuna que lhe atribuem - US$ 1,5 bilhão.

Em contrapartida a essa gama de adversidades provocada pelo próprio partido situacionista, o novo governo vem encontrando uma postura de colaboração no principal partido de oposição, o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), e no Partido Revolucionário Febrerista (PRF), que constitui a terceira força política do país.

Por sinal, essa postura moderada e de entendimento com o governo tem prejudicado a imagem dos segmentos oposicionistas junto à população. Na verdade, o receio sempre presente de retrocesso político fez com que os partidos de oposição, sobretudo o

PLRA - liderado por DOMINGO LAINO -, assumissem uma posição tímida, evitando o confronto com o poder situacionista e deixando de explorar as vulnerabilidades deste. Em conseqüência, perderam a oportunidade de ganhar espaço junto aos setores descontentes deixando espaço para o movimento independente "ASSUNÇÃO para Todos", que soube capitalizar não só essa deficiência da oposição paraguaia mas, também, o descontentamento contra o Partido Colorado.

Apesar da existência de um ambiente de liberdade no país, subsistem várias questões no campo social que desafiam o governo. Cerca de 120 mil moradores de ASSUNÇÃO, o que representa quase 1/4 da população da capital paraguaia, estão desempregados e vivem na miséria absoluta, tentando sobreviver com ocupações marginais.

Um informe da Direção de Recursos Humanos apresenta uma taxa de desemprego no país da ordem de 7%. Entretanto, outras fontes indicam que esse índice já alcança 14%, enquanto o subemprego é da ordem de 40% da população economicamente ativa, equivalente a aproximadamente, 590 mil pessoas.

Ressalte-se, ainda, o problema dos camponeses que lutam por terras e as insatisfações sindicais, neste caso traduzidas por reclamos salariais. O governo não tem conseguido enfrentar com êxito a grave crise agrária e as lutas dos camponeses "sem-terra" têm sido várias vezes reprimidas.

O censo do Ministério do Interior indica a existência de 130 mil "sem-terras", enquanto as organizações camponesas indicam um número próximo a 300 mil. Foram registrados, durante 1990, 98 casos de conflitos de terra em todo o país e, nos últimos 2 anos, o assentamento de 12 mil famílias, o que corresponde a 10% do número oficial e 4% das estimativas das organizações rurais.

A Igreja Católica condiciona seu apoio político ao cumprimento das promessas governamentais de institucionalização democrática e à solução dos urgentes problemas sociais.

No campo econômico, o Governo RODRIGUEZ tem orientado sua política para a estabilização monetária e para o equilíbrio das contas externas.

Nesse sentido, o governo implementou, a partir de Jun 90, um novo plano econômico visando à redução progressiva do processo inflacionário e à obtenção de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o qual o país pudesse estabelecer contatos com os bancos credores e com o Clube de Paris, para o reescalonamento da dívida externa.

No plano interno, a economia paraguaia apresentou no último ano um crescimento de 3,5% contra uma estimativa de 5 a 6%, gerando um acréscimo de 0,1% por habitante. Paralelamente, a atividade exportadora enfrentou um contexto externo desfavorável à continuidade do processo de crescimento experimentado em 1989 - (31,9%), devido à queda nos preços internacionais dos produtos de base. Em 1990, as exportações do país tiveram um acréscimo de 16,2%, graças a um maior volume, tendo em vista que os valores unitários declinaram em 2%. Por outro lado, o país teve que absorver um aumento de suas importações de petróleo equivalente a 2,8% de suas exportações e a 0,9% do PIB. Essa conjugação de fatores externos acarretou uma redução em torno de 18% no saldo da balança comercial.

9108944

O contrabando de exportações sofreu uma redução significativa, em decorrência da liberação cambiária, através da qual praticamente se normalizou o comércio exterior, e da redução dos impostos sobre as operações de exportação, o que permitiu uma maior captação de divisas bem como um aumento na arrecadação interna.

Entretanto, a introdução clandestina de mercadorias no país continua, apesar da redução das tarifas a um imposto único de 10% sobre o valor aduaneiro dos produtos procedentes dos países limítrofes. A importação ilegal permite a entrada de mercadorias a preços inferiores aos vigentes no mercado interno, em particular, no item alimentação, contribuindo para reduzir o custo de vida. No que diz respeito ao comércio ilegal com o BRASIL, continua a ser significativo o contrabando de soja, madeira e gado em pé, entre outros.

Em que pese os resultados positivos da política governamental em alguma áreas, a inflação manteve uma tendência altista e alcançou, em Dez 90, um índice anualizado de 44%. Essa elevação decorreu, principalmente, da expansão monetária derivada do incremento de crédito ao setor privado.

No plano externo, o Governo paraguaio alcançou, em Out 90, um acordo com o FMI sobre o texto de uma Carta de Intenção, que está atualmente em consideração para sua aprovação final, na qual se compromete a reduzir a inflação anual de 44% para 15%, até Dez 91, e se propõe a controlar os gastos do setor público e de empresas deficitárias. A conclusão do acordo permitirá ao país iniciar as negociações com os credores privados e o Clube de Paris para o reescalonamento da dívida externa.

A reestruturação da dívida externa contraída através do Clube de Paris é indispensável para a instrumentação do plano de reativação da economia. A renegociação pretendida inclui as parcelas em atraso e os vencimentos até o primeiro trimestre de 1992, que deverá alcançar um valor aproximado de US$ 406 milhões.

Quanto à dívida comercial, o governo contratou o serviço de assessoramento da MORGAN WARRANTY, para a preparação das bases de um acordo, e espera negociar diretamente com os bancos uma soma aproximada de US$ 280 milhões.

No campo das relações exteriores, o Presidente RODRIGUEZ tem procurado inserir o PARAGUAI no contexto internacional e levar adiante a incorporação do país ao atual processo de integração latino-americana. O PARAGUAI já se integrou ao Grupo do Rio e participará do Mercado Comum do Cone-Sul juntamente com o BRASIL, ARGENTINA e URUGUAI. Ainda no sentido da integração, o governo tem dado ênfase às questões relativas à Bacia do Prata, como a Hidrovia PARANÁ - PARAGUAI.

Fora da órbita latino-americana, o PARAGUAI conseguiu o levantamento das sanções que impediam o país de se beneficiar do Sistema Geral de Preferências Alfandegárias (SGP), o que evidencia uma projeção positiva da nova realidade política. Também estabeleceu relações comerciais com a ARGÉLIA, cujo interesse reside nos produtos alimentícios.

Com fundamento nos fatos expostos, é factível fazer as seguintes conclusões e avaliações prospectivas sobre a conjuntura paraguaia:

- apesar de ainda conviver com práticas político-institucionais herdadas da ditadura e de não haver logrado romper boa parte dos privilégios da antiga elite dominante, o Governo ANDRÉS RODRIGUEZ vem obtendo significativos avanços democratícos.

- a crise no Partido Colorado, apesar de representar a quebra da unidade governamental, não deverá interferir significativamente no encaminhamento democrático a que se propôs o novo governo;

- os resultados das eleições municipais, por sua vez, modificam o mapa político paraguaio, pelo surgimento de novos atores no cenário político-eleitoral desvinculados de uma arcaica estrutura partidária.

Além disso, essa vitória cria novas expectativas para o futuro pleito presidencial previsto para 1993, quando não se descarta a hipótese de que um candidato sem experiência ou militância partidária possa vir a receber o respaldo da sociedade paraguaia, hoje descrente da classe política tradicional.

- a permanência ativa, não raras vezes ilegal, de expoentes do antigo governo, deixa sempre presente a possibilidade de tentativa de desestabilização do regime, mediante soluções de força;

- a ausência de uma política social definida e a postergação de medidas que contemplem soluções estruturais introduzem novos elementos de desestabilização, cujas conseqüências são ainda imprevísiveis;

- as medidas adotadas no sentido de estabilizar a economia do país tendem a incentivar os investimentos externos, os quais são indispensáveis para expandir a atividade produtiva e desestimular a economia informal e, conseqüentemente, obter aumento da arrecadação fiscal, necessária ao equilíbrio orçamentário e ao desenvolvimento de projetos de cunho social;

- dessa forma, a nova política econômica, ao privilegiar o reordenamento do mercado formal, cria expectativas de que, gradualmente, o Estado venha a conseguir resgatar parte de sua credibilidade, interna e externa, antes abalada pela imagem de favorecimento a atividades comerciais e financeiras ilícitas;

- A nova realidade política cria condições favoráveis ao PARAGUAI no contexto das relações internacionais, tanto em nível, intrinsecamente, político como em temas comerciais.

ENTRADO 25/7/91 16
CRUZ DO

CHILE

TERRORISMO

(05 Jun 91)

O terrorismo no CHILE surgiu como uma forma de resposta das organizações marxistas-leninistas ao golpe militar de 1973, sendo, portanto, de natureza político-ideológica. Todavia, o retorno do país a um governo civil não fez cessar a atividade terrorista, porquanto persistem motivações, sob a ótica extremista, relacionadas, principalmente, à continuidade do General AUGUSTO PINOCHET UGARTE à testa do Exército, de onde ainda exerceria influência tutelar sobre o Estado. Ademais, as organizações terroristas visam a pressionar o atual Governo no sentido da apuração rigorosa dos crimes contra os direitos humanos, praticados na gestão militar.

Atualmente o CHILE é o terceiro principal cenário de atuação dos grupos terroristas entre os países da América do Sul, atrás apenas do PERU e COLÔMBIA.

De um modo geral, as circunstâncias políticas no CHILE têm favorecido a constante presença de atentados terroristas no país, podendo ser arrolados como principais fatores para a persistência do fenômeno, os seguintes:

- o pensamento inicial do governo, segundo o qual com a instalação do poder civil cessariam as razões para as ações armadas, o que determinou a ausência de medidas restritivas contra o terrorismo;

- a falta de conhecimentos pelos órgãos de segurança interna, hoje restrita ao âmbito policial, da real capacidade e estrutura das organizações;

- a recente divulgação do relatório da COMISSÃO VERDADE E RECONCILIAÇÃO (CVR), incriminando as FFAA e entidades ligadas ao antigo governo;

- a ausência de um serviço de inteligência governamental voltado para o acompanhamento das ações dos grupos revolucionários. (As FFAA, sobretudo o Exército, continuam operando seus serviços de Inteligência, porém sem a coordenação do Governo. Isso prejudica o esforço no combate ao fenômeno, principalmente porque o Exército tem se recusado a prestar colaboração informativa, sob o argumento de que os órgãos da extinta "CENTRAL NACIONAL DE INFORMAÇÕES" (CNI) foram extintos. Sobre essa vulnerabilidade em termos de Inteligência, destaca-se o recente anúncio do Governo no sentido da criação de um órgão com essa finalidade dentro dos carabineiros); e,

- a continuidade do modelo econômico neoliberal, implantado na gestão militar, com dificuldades para as camadas sociais mais carentes.

As principais organizações terroristas atuantes no CHILE são as seguintes:

1. "FRENTE PATRIÓTICO MANUEL RODRIGUEZ/LA FRACION" (FPMR/LF).

Grupo revolucionário marxista-leninista que surgiu no cenário chileno em 1983, integrado por simpatizantes do PARTIDO COMUNISTA CHILENO (PCCh), por antigos membros do "MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA" (MIR) e por outros elementos adeptos da luta armada. A FRENTE possui como organização juvenil as "Milícias Rodriguistas", onde recruta os recursos humanos para suas ações.

Embora negado pelo PCCh, a FPMR/LF configura-se no braço armado do partido na condução de sua luta revolucionária, conforme diversas evidências já catalogadas. (Arsenais encontrados em 1986 em poder do grupo; as ações praticadas identificam-se com a propaganda disseminada pelo partido; as recentes discussões quanto à posição ambígua do partido em relação à luta armada, ocasião em que reiteraram sua opção pelo comunismo ortodoxo, alicerçado no marxismo-leninismo).

A FRMR/LF vem reivindicando a maioria dos atos terroristas perpetrados durante o Governo AYLWIN, normalmente tendo como vítimas pessoas e/ou instituições ligadas ao ex-Governo militar.

2. "FUERZAS POPULARES Y REVOLUCIONÁRIAS LAUTARO" também conhecidas como "MAPU LAUTARO".

Também de inspiração marxista-leninista, vêm atuando no CHILE desde 1983. Sua ação veio a lume em Mai 89, após haver realizado na clandestinidade uma conferência nacional em que decidiu ingressar na luta armada, formando, na prática, frente com o "MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA/ COMIZION MILITAR" (MIR/CM) e a FPMR/LF.

O "MAPU LAUTARO", todavia, cedo se destacou dos demais grupos armados de esquerda pela sua constituição atípica - calcada no recrutamento de jovens procedentes do "lumpemproletariado" residentes nos arrabaldes de SANTIAGO e VALPARAISO - e na sua forma original de operar, que inclui, além de "expropriação" de armas de carabineiros e assaltos a bancos, o roubo de eletrodomésticos em lojas de departamento e habituais assaltos a vídeo-locadoras. Seu comportamento, "sui generes" (sem analogia) para uma organização revolucionária, tem dificultado a sua união tática com outros grupos de esquerda atuantes no país.

A exemplo da FPMR/LF, também possui uma organização juvenil - o "MOVIMIENTO JUVENIL LAUTARO" (MJL).

3. Os demais grupos terroristas, com destaque para o MIR/CM, não têm praticado ações importantes, ultimamente. Ressalte-se que o próprio MIR/CM acha-se engajado num trabalho político de busca de união das esquerdas no país, com vistas a participar do processo eleitoral.

Os grupos terroristas chilenos são essencialmente urbanos e têm-se demonstrado relativamente atuantes, tendo

3108945

perpetrado mais de vinte ações durante o Governo AYLWIN, número pequeno, se comparado com outros países, mas suficiente para criar embaraços ao Governo em seu projeto político.

Outra característica básica do terrorismo ora praticado no CHILE é a "seletividade dos alvos", os quais são situados, na maioria das vezes, entre os que combatem e/ou combateram, os que julgam e os que lutam ideologicamente contra o fenômeno.

Além disso, em alguns atentados têm sido registrada a utilização de armas similares às apreendidas em 30 Ago 86, em CARIZAL BAJO, no norte do país, contrabandeandas de CUBA para a FPMR/LF, o que sugere que nem todo o armamento desembarcado na ocasião foi apreendido ou, então, que novos desembarques tenham ocorrido.

Com relação à atuação de grupos de extrema-direita, não há evidências de que esteja ocorrendo no momento. Entretanto, correm especulações quanto a um possível ressurgimento desses grupos, os quais já estariam se reorganizando para fazer frente a uma eventual escalada terrorista de esquerda, com propósitos de vingança e punição aos crimes contra os direitos humanos praticados durante o Governo PINOCHET. Nesse contexto, cita-se a "FRENTE DE RESISTÊNCIA NACIONAL" (FRN), organização anticomunista que já teve expressiva atuação no passado.

Desse modo, verifica-se que as organizações terroristas chilenas têm, no momento, apenas objetivos imediatos, não estando estruturadas para a derrubada do regime em vigor no país. Esses objetivos, por sua vez, são de difícil alcance, porquanto não há nenhuma simpatia da sociedade para com os atos violentos, além do que o país goza de singular estabilidade econômico-institucional e o governo tem amplo respaldo da sociedade.

Apesar disso, os grupos terroristas continuarão como um fator a influir sobre as decisões governamentais, pela ameaça que representa às principais instituições nacionais e, por conseguinte, à consolidação democrática.

* * *

Documento elaborado em 05 Jun 91.

ENTRADO 25/2/1996
CRUZ

$109945

CHILE

Relações entre o poder civil e Militar.

Perspectivas para a consolidação democrática.

(07 Jun 91)

1. Fatores que influem nas relações civis-militares:

   a) Questão dos Direitos Humanos

   b) Terrorismo de esquerda

   c) Segmentos conservadores

   d) Permanência de PINOCHET no comando do Exército

   e) Atuação Governamental

QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS (DH)

Desde a posse do Governo AYLWIN, a questão dos DH encontra-se em discussão no país. A solução para o problema consta como um dos itens do programa estabelecido pelo Governo ainda durante a campanha política. Diante desse fato e das pressões oriundas de diversos segmentos da sociedade chilena, o Presidente AYLWIN criou a "Comissão de Verdade e Reconciliação" (CVR) com o propósito de apurar os crimes praticados contra os DH durante a gestão militar, consolidando os dados levantados em um documento final, a embasar o governo na proposição de soluções para o problema.

Os trabalhos da CVR sofreram, desde o início, rejeição por parte das FFAA, especialmente do Exército, e das organizações conservadoras que deram apoio ao regime militar. Ambos, pelo fato presumível de virem a ser considerados culpados pelos mencionados crimes.

Para esses setores, a apuração propiciaria atentados terroristas como forma de vingança contra os eventuais apontados como culpados pelos crimes políticos, que seriam perpetrados pelos órgãos da extrema esquerda (radicais) comprometendo, assim, o processo de transição democrática.

Todavia, descoberta de cemitérios serviu para tornar irreversível o trabalho da CVR, porquanto aumentaram-se, significativamente, as pressões nesse sentido, quer pela imprensa,

quer pela sociedade em geral, tendo em vista o novo quadro.

Assim, o Exército e partidos conservadores reviram seus pontos de vista, manifestaram suas preocupações, mas terminaram por aquiescer com os trabalhos da CVR.

Nesse clima de tensão e sob a presença de inúmeros atentados terroristas, a confirmar as preocupações de militares e conservadores, a CVR apresentou seu relatório final, que foi divulgado pelo Presidente AYLWIN recentemente.

Nem o relatório, nem as propostas de solução apresentadas por AYLWIN corresponderam às expectativas dos principais interessados. As FFAA não concordam com o documento por não se considerarem culpadas, o mesmo acontecendo com as organizações conservadoras. Por sua vez, as organizações de esquerda, simpáticas ao ex-Governo ALLENDE e às entidades ligadas à defesa dos DH, não concordam pelo fato de o documento não relacionar os culpados pelos crimes, o que impede a punição rigorosa dos mesmos.

Desse modo, a questão fica pendente de uma solução final, com potencial para continuar influindo nas relações civis-militares.

TERRORISMO DE ESQUERDA

O terrorismo de esquerda no CHILE, especialmente na atual gestão governamental, tem como objetivos principais vingar os crimes políticos praticados no ex-regime militar e pressionar o Governo no sentido da apuração desses crimes, bem como no do afastamento do General PINOCHET do cargo.

Nesses moldes, o terrorismo concorre para o acirramento das relações entre civis e militares, porquanto faz suas vítimas, na maioria das vezes, entre aqueles que apoiaram ou exerceram funções no antigo Governo.

Com isso, não raro, as FFAA e as organizações conservadoras utilizam-se do fenômeno para dificultar o Governo nas projeções voltados para a modificação da legislação deixada pela gestão militar, sob o argumento de que isso estimularia, ainda mais, iniciativas terroristas.

Os últimos atentados, em especial o que ceifou a vida do Senador oposicionista JAYME GUZMÁN, repercutiram intensamente na opinião pública, fazendo com que toda a sociedade viesse a se opor à violência política.

Nessas circunstâncias, o Governo AYLWIN passou em revista seu posicionamento acerca do terrorismo, anunciando a adoção de medidas concretas para a sua eliminação convocando, para tanto, toda a sociedade chilena, incluindo aí as FFAA.

Assim, o fenômeno, que tem sido um balizador das ações do Presidente AYLWIN, terminou por unir, ainda que temporariamente, Governo e FFAA.

Ademais, resultou em benefício para as FFAA, porquanto temas como os crimes políticos e a própria presença de PINOCHET no cargo de Comandante ficam em plano secundário.

SEGMENTOS CONSERVADORES

A ala conservadora é bastante expressiva no espectro político-ideológico chileno, o que é refletido no próprio parlamento, onde tem significativa representação na Câmara dos Deputados e maioria no Senado Federal.

Esses segmentos, basicamente integrados pelos setores ligados à produção e ao comércio, fortaleceram-se durante a gestão militar, em função do modelo econômico neoliberal por ela implantado.

Assim, mostram-se como aliados naturais das FFAA, a quem deram sustentação política enquanto governo. Desse modo, opõem-se às iniciativas governamentais que impliquem em modificações do modelo econômico, bem como contra as ações destinadas à apuração e punição dos crimes políticos, pela possibilidade de virem a ser considerados culpados.

Ressalte-se que esse alinhamento fica bastante evidente no Congresso Nacional, onde a RN e a UDI têm atuado como prepostos das FFAA nos assuntos de seu interesse.

Esse apoio é mostrado, ainda, nas comemorações alusivas aos fatos que enaltecem as FFAA, a exemplo do "Dia de Glórias do Exército" (18 Set) e aniversário do "Pronunciamento militar" (11 Set).

PERMANÊNCIA DE PINOCHET NO COMANDO DO EXÉRCITO

A continuidade de PINOCHET no Comando do Exército, ainda que amparada em dispositivo constitucional, tem sido um ponto de constantes atritos nas relações entre civis e militares no atual Governo.

PINOCHET tem propiciado inúmeros constrangimentos para o Governo, notadamente diante das iniciativas dirigidas para a consolidação da democracia no país. Além de principal responsável pelos crimes políticos, que praticamente isolaram o CHILE da Comunidade Internacional, sua permanência representa entraves para o processo democrático sendo, inclusive, considerado a principal causa das tensões existentes.

Pelo cargo que ocupa e pela formas como exerce sua função, o General PINOCHET é tido como um poder isolado no CHILE, que estabelece suas próprias regras, sem levar em conta as orientações e determinações do poder central.

Por essas razões, têm sido freqüentes as pressões, notadamente dos partidos de esquerda, sobre o Governo, no sentido de promover o afastamento do General.

9108946

Todavia, fatores como a capacidade de liderança, o prestígio que ainda detém nos meios militares e a condição de advogado maior do regime militar, têm impedido o Presidente AYLWIN de afastar o General do seu cargo, sob pena de comprometimento do processo de transição democrática em curso no país.

Mesmo quando do aparecimento dos escândalos financeiros, a revelar a existência de corrupção no antigo regime, crime inaceitável nos meios militares chilenos, o General lançou mão de sua liderança e poder, comandou um aquartelamento e, com isso, não só permaneceu como comandante do Exército, como praticamente cessaram as investigações sobre os aludidos escândalos.

Além disso, não raro o General vem a público e faz declarações políticas enaltecendo os feitos do regime militar, contrariando, assim, a Constituição vigente.

Mesmo as tentativas de afastamento do General através do Congresso não tem prosperado, diante da dificuldade de conseguir os votos necessários, notadamente no Senado, onde a oposição é maioria.

Desse modo, a presença de PINOCHET configura-se como um fato consumado para o atual Governo, o que resulta em dificuldades na aprovação dos diversos projetos do Presidente AYLWIN, notadamente aqueles que dizem respeito aos crimes políticos e à revisão ou modificação das leis vigentes.

ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

O Governo AYLWIN, diante das inúmeras pendências herdadas do regime militar, tem procurado conduzir sua gestão de modo a conciliar os diversos interesses em jogo, sem perder de vista seus principais objetivos. Com isso, sua atuação tem sido caracterizada pela prudência, sempre tendo em conta a manutenção de um bom relacionamento com as demais expressões do poder, principalmente a militar, onde residem problemas impeditivos como a permanência de PINOCHET no cargo e a questão dos DH, os quais têm motivado constantes pressões sobre o Governo.

Em relação a PINOCHET, a conduta de AYLWIN é no sentido de cumprir a Constituição, mantendo-o na função. É inegável que o Presidente AYLWIN tem interesse no afastamento do General pelos constrangimentos que sua presença tem propiciado nas relações entre civis e militares. Todavia, os diversos episódios envolvendo PINOCHET revelam para o Presidente o potencial que ele detém de comprometer a transição política.

Quanto à apuração dos crimes políticos, AYLWIN tem mantido sua determinação nesse sentido conforme as propostas apresentadas quando da divulgação do Informe da CVR. Pelas implicações e repercussões do relatório no relacionamento com as FFAA e, ainda, pela maneira com que estas receberam o documento, não há expectativa de uma solução imediata e definitiva para a questão, que tende a continuar (por período não previsível) como óbice para o Governo.

CONCLUSÕES

As relações entre o novo Governo e o General PINOCHET vêm sendo caracterizadas como de extrema sensibilidade, tendo em vista a diversidade de opinião acerca de fatos ocorridos durante o antigo regime, cujo debate e solução são importantes para o processo de transição política. Nessas circunstâncias o Governo vem atuando de forma a não criar maiores embaraços para o relacionamento, além de procurar passar para a opinião pública a idéia de que predomina um ambiente de cordialidade entre as instituições.

Todavia, as manifestações civis favoráveis a PINOCHET, além de darem uma certa legitimidade à gestão militar, conferem posição de importância àquele General no cenário político chileno, o que alimenta suas pretensões de continuar como um dos principais atores na vida política do país.

Além disso, o aquartelamento realizado em 19 Dez 90, associado às manifestações de altos oficiais em favor da permanência de PINOCHET à frente do Exército, revelam para o Governo as reais dificuldades em perseguir seus objetivos no que concerne à questão dos DH, bem como na apuração dos escândalos financeiros.

Por sua vez, o terrorismo tende a continuar como um balizador das ações governamentais. Os últimos atentados serviram para unir civis e militares contra o fenômeno. Entretanto, não se trata de uma solução definitiva, pois diversos segmentos sociais continuam a pressionar o Governo no sentido de se impor punições aos responsáveis pelos crimes políticos.

Com base nesse quadro, as perspectivas de consolidação da democracia no país não são imediatas, pois os diversos agentes de influência ainda enfrentam inúmeras dificuldades e o radicalismo continua persistindo entre eles.

Todavia, já começam a se aglutinar forças favoráveis a esse processo, o que, aliado à capacidade política, credibilidade e o alto grau de legitimidade que vem sendo conferido ao Presidente AYLWIN, permitem expectativas positivas em relação ao processo de transição política em curso, apesar da presença de PINOCHET à frente do Exército.

* * *

Documento elaborado em 07 Jun 91.

ENTRADO 25/7/5235
CRUZ

CHILE

Conjuntura atual e perspectivas.

(13 Jun 91)

Os aspectos fundamentais que caracterizam o atual momento político chileno são: a questão dos direitos humanos, terrorismo; relações entre o poder civil e militar; e a sustentação e aperfeiçoamento do modelo econômico vigente. Esses temas têm gerado pressões oriundas de segmentos de diversos matizes ideológicos, a se constituirem nos principais pontos de atenção da política governamental.

A questão da apuração dos crimes contra os direitos humanos foi concluída com a divulgação ao público, em 04 Mar 91, pelo Presidente da República, do relatório elaborado pela Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), bem como das resoluções propostas pelo Governo para o problema. O documento relaciona os diversos crimes cometidos no antigo Governo, a incluir atos de tortura, morte e desaparecimento de pessoas. Ademais, a CVR responsabiliza as Forças Armadas chilenas, especialmente o Exército, pelos aludidos crimes, sem, contudo, relacionar os nomes das pessoas efetivamente envolvidas nesses atos.

Na realidade, nem o relatório, nem as propostas de solução apresentadas por AYLWIN responderam às expectativas dos principais interessados. As Forças Armadas , de uma forma geral, não concordam com o documento por não se considerarem culpadas, o mesmo acontecendo com as organizações conservadoras. Por sua vez, as organizações de esquerda, simpáticas ao ex-governo ALLENDE e as entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, não concordam, pelo fato de o documento não relacionar os culpados pelos crimes, o que impede a punição rigorosa dos mesmos.

Desse modo, a questão dos direitos humanos fica pendente de uma solução final, com potencial para continuar influindo nas relações civis-militares.

Essas relações, por sua vez, além da questão dos direitos humanos, sofre a influência de fatores como o terrorismo, a atuação dos segmentos políticos conservadores, a permanência de PINOCHET no Comando do Exército e a própria atuação governamental.

No que concerne ao terrorismo, especialmente na atual gestão governamental, tem como objetivos principais vingar os crimes políticos praticados no ex-regime militar e pressionar o Governo no sentido da apuração desses delitos, bem como do afastamento do General PINOCHET do cargo. Assim, o fenômeno concorre para o acirramento das relações entre o poder civil e o militar, porquanto faz suas vítimas, na maioria das vezes, entre aqueles que apoiaram ou exerceram funções no antigo Governo.

Os últimos atentados, em especial o que ceifou a vida do senador oposicionista JAYME GUZMAN, repercutiram intensamente na opinião pública, fazendo com que toda a sociedade viesse a se opor à violência política.

Nessas circunstâncias, o Governo AYLWIN passou em revista seu posicionamento acerca do terrorismo, anunciando a adoção de medidas concretas para a sua eliminação, convocando, para tanto, todos os organismos representativos da sociedade chilena, inclusive as FFAA.

Desse modo, o fenômeno, que tem sido um balizador das ações do Presidente AYLWIN, termina por unir, ainda que temporariamente, Governo e FFAA.

Quanto aos segmentos conservadores, têm-se mostrado aliados naturais do antigo regime, a quem deram sustentação política enquanto Governo. Com isso, opõem-se às iniciativas governamentais que impliquem em modificações do modelo econômico, bem como em ações destinadas à apuração e punição dos crimes políticos, pela possibilidade de virem a ser considerados culpados.

Já a permanência de PINOCHET no comando do Exército consiste num dos principais pontos de atrito nas relações entre civis e militares. PINOCHET, além dos constrangimentos causados ao Governo em relação às iniciativas dirigidas para a consolidação da democracia no país, é o principal responsável pelos crimes políticos, que praticamente isolaram o CHILE da Comunidade Internacional.

Essas circunstâncias, além dos diversos episódios envolvendo PINOCHET, desde os posicionamentos políticos por ele defendidos, até o envolvimento de altos oficiais do Exército em crimes de corrupção, têm gerado pressões sobre o Governo no sentido de afastá-lo do cargo. Todavia, o Presidente AYLWIN, diante do potencial que o militar detém de comprometer o processo de transição democrática em curso, vem optando pela manutenção de PINOCHET no cargo, para o que tem alegado, inclusive, a observância a dispositivos constitucionais vigentes.

Em que pese essa problemática, o Governo vem empreendendo esforços para a promoção de modificações nas leis herdadas do regime militar, em particular as de segurança do Estado e as trabalhistas. No primeiro caso, as discussões culminaram com a aprovação, no Senado, de um projeto de emenda Constitucional, de iniciativa da "Renovação Nacional" (RN), facultando ao Presidente da República a concessão de indultos aos presos políticos acusados de atividades terroristas. O projeto inclui, ainda, a possibilidade de aprovação de leis de anistia e indultos gerais pelo Congresso Nacional e a concessão de liberdade sob fiança aos suspeitos de terrorismo, pelos tribunais.

Em relação às leis trabalhistas, foram aprovados dispositivos estabelecendo melhores condições para os empregados nas eventuais demandas com o setor patronal. Todavia, as decisões tomadas refletem a preocupação governamental em não comprometer a eficiência e a viabilidade do setor produtivo.

No aspecto psicossocial, a situação vigente no CHILE apresenta-se bastante complexa, a qual é resultante, em parte, de disfunções do modelo econômico do país, tais como o desemprego

atualmente da ordem de 6% - e as dificuldades das camadas mais carentes, de certo modo alijadas dos benefícios decorrentes desse modelo.

Com o propósito de solucionar a questão social, o Governo empreende esforços visando a redução dos desequilíbrios e das carências das camadas desprivilegiadas, mediante um realístico programa de assistência, que venha a dar maior acesso à saúde, educação e habitação. Como uma das principais medidas nessa área, foi aprovada uma nova lei tributária, ampliando de 16 para 18% o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), de modo a criar recursos orçamentários destinados a combater a pobreza.

No campo eminentemente econômico, mercê do modelo de desenvolvimento adotado, alicerçado na iniciativa privada, nos capitais externos e no comércio internacional, a caracterizar uma economia aberta, o país goza de singular estabilidade, tendo apresentado no período de 1985 a 1989 um crescimento médio de 5%, sendo que, em 1989, essa taxa chegou aos 10%. O setor exportador mostra-se como o mais dinâmico, respondendo por cerca de 33% do PIB, gerando com isso, recursos para novos investimentos no país. Os salários reais apresentam tendência de recuperação, ampliando o poder de compra da classe trabalhadora.

Além do afluxo de recursos através dos saldos comerciais, a economia chilena tem atraído a presença de capitais externos sob diversas modalidades, sendo as mais recentes as caracterizadas pelos empréstimos voluntários - a envolver negociações diretas entre um grupo financeiro privado no exterior e uma empresa privada chilena - e pela venda de ações de empresas do CHILE no exterior, através do sistema "American Depositary Receipts" (ADR) - títulos equivalentes às ações das empresas chilenas, emitidos por um banco estrangeiro.

Tanto os empréstimos voluntários quanto a venda de ações no mercado externo são respostas positivas à atual política governamental de conquista de novos mercados e internacionalização da economia. Os primeiros denotam o nível de confiança na equipe de Governo, particularmente quanto à busca e manutenção da estabilidade a que procura conduzir o país. A venda de ações, além da confiança, reveste-se de importância para a empresa, porquanto representa uma alternativa de captação de recursos sem que isso implique em endividamento.

Por outro lado, a economia chilena enfrentou, até meados de Ago 90, um programa de reajuste embasado na prática de juros altos, que tinha como propósito reverter o processo inflacionário, cujos índices começaram a crescer a partir de 1989 como conseqüência dos excessivos gastos governamentais realizados naquele ano eleitoral, bem como criar condições mais favoráveis para a renegociação da dívida externa.

O programa, em que pese a determinação do Banco Central do Chile (BCC) na sua aplicação, não apresentou os resultados esperados, tendo apenas contido a inflação em cerca de 25% ao ano. Tal situação é explicada, em parte, pela majoração de impostos aplicada no país, de sorte a criar disponibilidade de caixa para a execução de programas sociais. Com isso, houve um repasse geral dos novos encargos para os preços dos produtos, o que contribui para a realimentação do processo inflacionário.

A suspensão do aludido programa, com reflexos imediatos sobre os níveis de investimentos, deu-se sob o argumento de que já havia sido retomada a situação de normalidade na economia, estando o país em condições de voltar aos seus níveis históricos de crescimento. Na realidade, haviam pressões de parte do setor produtivo, que acusava o programa de recessivo, além de incompatível com a condição econômica do país, tendo por base o nível de desemprego atingido e a expectativa de queda do produto em 1990.

Quase que simultaneamente à suspensão do programa, o CHILE passou a sofrer os reflexos da crise do petróleo provocada pelo conflito do GOLFO PÉRSICO, já que o reajuste nos preços dos combustíveis no país, decorrente da alta do petróleo no mercado internacional, provocou o aumento da inflação de 2,9% em agosto, para quase 5% em setembro, decaindo em Out, para 3,89%, totalizando uma inflação anualizada de (Nov 89 a Out 90) de 25,6%.

Todavia, com a normalização do mercado petrolífero, a inflação caiu sensivelmente nos meses seguintes, ficando abaixo de 1% ao mês no período de Nov 90 a Fev 91. Ressalte-se que os níveis registrados acima desse patamar, a partir de março, têm colocado as autoridades em alerta, porquanto persiste o propósito de manter o processo inflacionário sob controle, de modo a não criar obstáculos à política de desenvolvimento do país.

Quanto a renegociação da dívida externa, em 12 Set 90 foi anunciado o acordo entre o Governo do CHILE e o Comitê de Bancos Internacionais Credores, alusivos à dívida comercial privada do país, da ordem de US$ 10 bilhões, e suas necessidades financeiras de médio e longo prazo. Tal acordo contempla um reescalonamento da dívida em condições mais favoráveis e o aporte de dinheiro novo para o CHILE no montante de US$ 320 milhões no período 1991/92, além de outras vantagens. Estas resultam da excelente situação econômico-financeira pela qual passa o país, bem como demonstram o alto grau de credibilidade conquistado pelo novo governo junto à comunidade internacional.

No tocante à política externa, o Governo AYLWIN vem buscando uma maior aproximação com os diversos países do mundo, dentro do contexto, não só de resgatar o prestígio político do CHILE, desgastado pelos anos de ditadura militar, como também, e principalmente, visando à ampliação e criação de mercados e captação de novos investimentos. Assim, já nos primeiros dias de governo foram reatadas as relações diplomáticas com os países do LESTE EUROPEU, UNIÃO SOVIÉTICA e MÉXICO, as quais haviam sido rompidas por ocasião do golpe militar de 1973.

No que se refere à busca de ampliação das relações comerciais, a equipe de governo tem revelado um maior interesse pelos países da EUROPA OCIDENTAL e da Bacia do Pacífico, bem como pelos ESTADOS UNIDOS, por constituírem mercados sólidos ou de expressivo potencial. Essa opção vem gerando resultados significativos para o país, como demonstram os contratos comerciais e de cooperação econômico-financeira já firmados, bem como as perspectivas de novos negócios.

O êxito que vem sendo alcançado deve-se à nova situação política do país, caracterizada pelo retorno às práticas democráticas e pela estabilidade de sua economia, cujo traço principal è a abertura ao exterior.

No cenário latino-americano, a posição chilena é de forte retórica integracionista, porém, em termos fáticos, conduz uma política pragmática, direcionada à obtenção de resultados imediatos.

O CHILE diligencia no sentido de fortalecer o comércio bilateral com a VENEZUELA e o MÉXICO, com os quais está em vias de assinar acordos de cooperação econômica que contemplem redução gradativa das tarifas alfandegárias até o nível de livre comércio. Esses acordos têm um componente estratégico para o CHILE, representado pelo fator petróleo. Ademais, o MÉXICO se apresenta como um elo de ligação entre o CHILE e o mercado Comum do Norte, a ser integrado pelos EUA, CANADÁ e o próprio MÉXICO.

Ainda no contexto do comércio bilateral, o Governo AYLWIN tem procurado solucionar junto aos EUA - seu maior parceiro comercial - as questões impeditivas de um maior fluxo dos produtos chilenos em direção àquele país. Desse modo, além da revisão das leis trabalhistas, as quais motivaram a retirada do país do Sistema Geral de Preferência Alfandegárias (SGP), por conterem dispositivos desfavoráveis aos trabalhadores, o Congresso Nacional chileno aprovou uma nova lei de propriedades industriais, de forma a atender, principalmente, intereses da indústria farmacêutica dos EUA.

O esforço chileno terminou por obter a contrapartida dos EUA, porquanto vêm sendo eliminadas as barreiras impeditivas de um livre comércio entre os dois países, além do que foram anunciados o reingresso do CHILE ao Sistema Geral de Preferências Alfandegárias (SGP) e à "OVERSEAS PRIVATE INVESTIMENT CORPORATION" (OPIC). Acrescente-se, ainda, a suspensão da Emenda Kennedy que proibia, desde 1976, com fundamento no desrespeito aos direitos humanos, qualquer transação no campo militar entre EUA e CHILE.

As decisões anunciadas pelos EUA são de grande importância para o CHILE, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto político. No primeiro caso, pelos efeitos positivos para o setor produtivo chileno, diante da possibilidade de ampliar suas exportações, agora sob menores custos alfandegários. No campo político, representa a aprovação do Governo norte-americano à atual administração chilena, com implicações favoráveis aos desígnios de AYLWIN de reinserção do CHILE na Comunidade Internacional, bem como de reconduzir o país à normalidade democrática.

Com fundamento nos fatos expostos, é factível fazer-se as seguintes conclusões e avaliações prospectivas sobre a conjuntura chilena:

- apesar da heteronegeidade ideológica da coalizão situacionista, esta deverá continuar sustentando a política adotada pelo governo, de forma a respaldar suas principais iniciativas. Isso decorre do pragmatismo que norteia as forças no poder, que as levam, independente de efetivação de algumas pressões sobre o Executivo, a fazer as necessárias concessões ideológicas, de modo a assegurar a manutenção das novas conquistas sociais;

- a questão dos direitos humanos, que implica em revisão de atos praticados pelo regime militar, continuará, ainda, gerando polêmicas na sociedade chilena porquanto as soluções apresentadas não encerram o problema;

9108947

- entretanto, a moderação e, ao mesmo tempo, a firmeza do Presidente da República, referendado pelo equilíbrio da maioria das correntes políticas, tende a levar o país a uma solução conciliatória, embora sob a reação dos extremos ideológicos;

- a onda de atentados terroristas, por sua vez, tende a ter prosseguimento, porquanto os setores radicais, de variados matizes ideológicos, não admitem a reinserção do país na democracia, em decorência de concepções distintas, porém fundamentadas no ideal de regimes de força;

- nesse contexto, as reformas sociais ganham singular importância, pois criam a expectativa de abrandar as causas de conflitos sociais espontâneos;

- a sustentação do modelo econômico em vigor, com as necessárias correções de rumo, assegura a confiança dos setores empresariais, ao mesmo tempo em que amplia o apoio da sociedade. Em conseqüência, o CHILE deverá ganhar melhores condições de vir a garantir o desenvolvimento econômico, dentro de um capitalismo moderno;

- o reingresso do país à normalidade democrática o tem credenciado a maior aproximação com o bloco dos países desenvolvidos, o que propicia oportunidade de dinamização do comércio exterior e, por conseguinte, de solidificar o mercado interno, que se tornou mais atraente aos investimentos internacionais; e

- a normalização das relações com os EUA, associada aos iminentes acordos de cooperação econômica com MÉXICO e VENEZUELA propiciarão as condições necessárias para o ingresso do CHILE ao Mercado Comum do Norte, com implicações bastante positivas para a economia chilena.

Em suma, o processo de transição democrática ora vivenciado pelo CHILE, apesar das dificuldades enfrentadas, tende à consolidação, em virtude da favorável situação econômica e da maturidade política alcançada pela maioria dos agrupamentos partidários e da sociedade de um modo geral. O próprio estamento militar, cujo prestígio e influência são marcantes, deverá acomodar-se à nova realidade, embora sejam esperados alguns outros atritos com o governo, sobretudo da parte do Exército, em virtude da questão dos direitos humanos, que continua pendente de uma solução definitiva.

* * *

Documento elaborado em 13 Jun 91.

ENTRADO 25/7/92 35
CRUZ DO

NICARÁGUA

- Ex-contra: emprego da luta armada.

Transcorrido pouco mais de um ano do estabelecimento da paz na NICARÁGUA, o processo de reconciliação nacional encontra-se novamente em risco, registrando-se recentemente a primeira ação armada de um movimento rebelde, denominado "recontras", integrado por antigos "contras".

O grupo insurgente é constituído por membros da Resistência Nicaraguense (RN), que retomaram as armas e se autoproclamaram uma nova força guerrilheira. Suas principais exigências são a desmobilização do Exército Popular e o cumprimento da promessa governamental de lhe fornecer terras, créditos e insumos agrícolas.

Os subversivos, que se encontram nas montanhas ao norte da NICARÁGUA, assassinaram um Chefe policial sandinista e sua secretária, além de assaltarem e saquearem vários estabelecimentos comerciais em SAN JOSÉ BOCAY, deixando a cidade isolada do resto do país.

A atuação dos "recontras" se insere na crise gerada entre a União Nacional Opositora (UNO), que apóia o Vice-presidente VIRGÍLIO GODOY, e o grupo governamental, encabeçado pelo Ministro da Presidência, ANTONIO LACAYO. De um lado, VIRGÍLIO GODOY é acusado de ser um dos principais incentivadores do rearmamento dos "contras"; e de outro, ANTONIO LACAYO é acusado de estabelecer um governo com a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

A Presidenta VIOLETA CHAMORRO tem procurado demonstrar eqüidistância dessa polêmica, colocando-se em uma posição neutra, ainda que na prática apóie ANTONIO LACAYO.

Por outro lado, os sandinistas têm estabelecido um clima de terror e ameaça em MANÁGUA, ao ocuparem emissoras de rádio, prefeituras e ameaçarem líderes da coalizão governamental e deputados anti-sandinistas, em protesto ao projeto que pretende devolver os bens confiscados pelo Governo sandinista aos proprietários originais.

Diante dessa agitação, a UNO ameaçou levar DANIEL ORTEGA aos Tribunais de Justiça por ter exortado os sandinistas, beneficiados com as leis de confisco, a provocarem uma insurreição civil. Além disso, pretende propor uma ação contra a Presidenta CHAMORRO, em virtude do comportamento da polícia que, aparentemente, atuou em cumplicidade com os sandinistas.

Com o objetivo de buscar uma solução, ANTONIO LACAYO reuniu-se com DANIEL ORTEGA para negociarem que tipos de bens devem ser devolvidos aos proprietários originais e os que podem ficar em poder dos sandinistas e seus simpatizantes.

Ao mesmo tempo, num comunicado clandestino entregue em MANÁGUA à imprensa internacional, os "recontras" propuseram a abertura de um diálogo com a Presidenta CHAMORRO para, segundo afirmam, evitar uma guerra civil no país.

ENTRADO 25/7/91 SE
CRUZADO

O documento, assinado por três comandantes desmobilizados, afirma que os "recontras" estão organizados na Força Democrática de Salvação Nacional (FDSN). Segundo o representante da OEA, em MANÁGUA, essa Força contaria com cerca de 1.100 homens armados.

O ressurgimento do grupo armado rebelde introduz sérias preocupações no quadro político nacional. Há perspectivas de recrudecimento de ações guerrilheiras, que acentuam as dificuldades do Governo CHAMORRO de encontrar uma solução que represente um denominador comum ao contencioso entre sandinistas e os seus radicais adversários, que desencadearam o movimento contra-revolucionário, à época do Governo DANIEL ORTEGA.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91.

VENEZUELA

Conjuntura atual e perspectivas.

(24 Jun 91)

Atualmente, a VENEZUELA apresenta uma situação de razoável estabilidade político-econômica, embora se depare com acentuadas dificuldades no domínio social.

O plano econômico, editado no início do governo do Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ, tem obtido alguns resultados expressivos. Assinala-se a subscrição dos acordos, em Dez 90, para a reestruturação da dívida pública externa, que propiciou ao país uma redução substancial do principal e dos juros da dívida, permitindo destinar um importante volume de recursos para financiar o desenvolvimento, assim como fortalecer as reservas cambiais e a capacidade de saldar as obrigações externas. Além disso, o acordo criou as condições que permitem um melhor acesso ao mercado financeiro e aos investimentos externos.

Em termos gerais, em 1990, o país conseguiu reverter a queda do PIB, diminuir o índice inflacionário, de 81% em 1989 para 36,5%, e obter superávit comercial e crescimento da arrecadação fiscal.

Neste ano, a inflação acumulada apresenta um índice similar ao do ano passado, porém mantém-se em níveis elevados - o de Mai foi de 2,2% - em relação à realidade nacional. Salienta-se que as expectativas são de que a inflação anualizada em 1991 seja superior a do ano passado, em virtude de pressões referentes aos custos de produção - como aumento de tarifas e preços dos serviços públicos e dos salários em geral.

O principal setor da economia, o petróleo, obteve um auspicioso resultado em 1990, mercê do aumento da produção e dos preços. Tendo em vista os lucros obtidos, o governo criou o Fundo de Estabilização Macroeconômicao (FEM), para regularizar os excedentes auferidos com os lucros adicionais com a venda do produto. A criação do FEM visou a evitar a prática de subsídios e reduzir as pressões inflacionárias. A área petrolífera tem um ambicioso plano para elevar a produção de 2 milhões e 400 mil barris diários para 3 milhões e 300 mil em 1994. Para isso, serão necessários investimentos da ordem de US$ 8 bilhões. No entanto, existem entraves na Lei de Nacionalização do Petróleo de 1975, que exige o controle acionário por parte do Estado venezuelano nas "joint-ventures", mesmo que os acionistas estrangeiros sejam majoritários. No momento, iniciou-se discussão no Congresso visando a reformulá-ção.

Além do aumento da produção de petróleo, o outro ponto de interesse da VENEZUELA é a flutuação de seu preço no mercado internacional. Por isso, CARLOS ANDRÉS PÉREZ está tentando

patrocinar uma conferência dos 12 maiores produtores e consumidores com o intuito de estabilizá-lo. A proposição tem o apoio da FRANÇA, mas a oposição dos EUA e REINO UNIDO.

Em relação aos investimentos externos, a VENEZUELA tem obtido crescentes êxitos. Existem projetos importantes em andamento, nos setores petroquímico, de produção de alumínio e de liquefação de gás. Estes projetos estão voltados primordialmente para as exportações, visando a liberar o país da extrema dependência do petróleo. Afora isso, existe a real probabilidade de obtenção de capitais mediante o processo de privatização, que prevê a desestatização de empresas nos setores de telefonia, transportes aéreos, bancário, lácteo, hipódromos, hoteleiro, metalúrgico, cimento e usinas de açúcar.

Os êxitos no campo macroeconômico não são, todavia, correspondidos na esfera social. Deve-se considerar que a estabilidade econômica foi conseguida às custas de rigorosas medidas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e conjunturalmente devidas à elevação da produção e preços do petróleo em 1990. No geral, em outros setores, a situação econômica não apresenta condições favoráveis, agravando a questão social. O desemprego é alto - na faixa de 10% - e o aumento do custo de vida causa um empobrecimento de amplas parcelas da população. O resultado é o aquecimento da economia informal, conformado por ampla faixa de comércio ilegal. Há um crescimento acentuado das "favelas" que decorre do fato de 75% da população estar impossibilitada de concorrer ao financiamento imobiliário.

Outro reflexo da difícil situação financeira da população é a impressionante escalada do crime que se verifica nos últimos dois anos. Ondas de violência afetam as principais cidades venezuelanas periodicamente. Os manifestantes incendeiam veículos, saqueiam o comércio, apedrejam edifícios públicos e enfrentam a polícia, tendo como resultado um número considerável de mortos e feridos. Elementos "encapuzados" são os ativistas mais violentos, atuando de maneira semelhante à de extremistas organizados.

Na realidade, o clima de tensão social que o país vem enfrentando nos últimos meses não é só devido aos problemas estruturais existentes na sociedade venezuelana, mas também à restritiva política econômica de ANDRÉS PÉREZ, que manteve os salários contidos aos níveis do início de seu período governamental. Visando a acalmar os ânimos, o governo concedeu no mês de maio um aumento geral de 15%. O salário mínimo urbano foi aumentado em 50% e o rural em 80%. Tais aumentos terão reflexos na inflação e nas contas do setor público.

Paralelamente às dificuldades sociais, crescem as atividades ligadas ao narcotráfico. O país está se transformando em uma importante "base de operações" para os "narcotraficantes", sob a influência do combate que se verifica na vizinha COLÔMBIA, que faz o interesse dos cartéis afluir para a VENEZUELA. Cerca de 80 toneladas de cocaína transitam anualmente pelo país, que não é um grande produtor, mas tornou-se um importante exportador de cocaína e das substâncias químicas necessárias para produzi-la. Entre os fatores que favorecem a ação dos "narcotraficantes", ressaltam-se a liberdade de inversões no país, as amplas e despoliciadas fronteiras terrestres, as conexões aéreas e marítimas com os EUA e EUROPA, a diversificação dos organismos policiais encarregados da repressão, a debilidade jurídica, a corrupção generalizada e a falta de controle do sistema bancário.

91089 49

Afora essas adversidades, há um descrédito nos líderes do país, pelo hábito generalizado da corrupção. Altos dirigentes têm sido acusados - e se acusam mutuamente - de vários atos delituosos que prejudicam a imagem da liderança do país perante à opinião pública. Entre eles, estão o ex-Presidente da República, ministros, altos funcionários da administração governamental, líderes sindicais e as próprias Forças Armadas.

A deterioração da imagem dos militares se dá por causa do episódio de repotencialização de seis fragatas da Armada Venezuelana. A operação envolve uma importância de valor aproximado a US$ 1 bilhão, com interesses de várias empresas internacionais. A imprensa noticiou que a concessão seria outorgada a uma firma italiana que possuiria como assessores contratados ex-altos chefes militares, que ainda manteriam vínculos com o Ministro da Defesa.

Os episódios de corrupção, aliados à crise social, em muito prejudicam o partido situacionista, a Ação Democrática (AD). CARLOS ANDRÉS PÉREZ não dispõe de maioria no Congresso e seu partido, além de desgastado, encontra-se dividido. Há divergências entre o Executivo e a Direção Nacional da AD, em face do plano de reestruturação econômica de ANDRÉS PÉREZ e da configuração do Gabinete, formado por um grupo de técnicos alheios ao partido.

A situação do principal Partido de oposição, o Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI), é também de desgaste, já que se encontra em processo de luta interna em busca da indicação para concorrer à Presidência da República no futuro pleito. EDUARDO FERNÁNDEZ, seu atual líder, e RAFAEL CALDERA, ex-Presidente da República, buscam a indicação.

Quanto às esquerdas, por décadas marginalizadas dentro do espectro político-eleitoral, vêm por intermédio do Movimento ao Socialismo (MAS) ganhando espaços junto ao eleitorado. Todavia, seu poder é, ainda, incipiente, mercê de suas dificuldades de penetração nas massas e nas entidades sindicais. O MAS vem procurando se aliar a CALDERA visando a derrotar a AD na próxima campanha eleitoral. Como o objetivo é o poder, não se pode destacar um apoio do MAS ao candidato do COPEI, qualquer que seja ele, com reais chances de ascender à Presidência da República.

Assinale-se que, apesar das dificuldades políticas, ANDRÉS PÉREZ tem conseguido aprovar no Congresso Nacional as medidas consideradas vitais à estabilização da economia. Isso se deve ao pragmatismo da ala opositora da AD e à identificação de setores do COPEI com o neoliberalismo governamental.

No domínio da política externa, os interesses venezuelanos estão voltados - além dos problemas petrolíferos - para problemas de natureza regional. Avultam, particularmente, o CARIBE, as questões limítrofes e a busca de integração no continente.

Em relação ao CARIBE, as preocupações decorrem da importância geoestratégica e do fato da VENEZUELA ser um país essencialmente caribenho, o que a conduz a uma política de aproximação e cooperação com os países da região. O fato de 85% do comércio exterior transitar por esta zona e os 2800 km de costa, onde se concentra a maior parte da população e as principais atividades econômicas, demonstram a importância da segurança dessa área para o país. A VENEZUELA tem assinado com freqüência acordos de cooperação em várias áreas, dos quais destaca-se o "Acordo de SÃO JOSÉ", mediante o qual, juntamente com o MÉXICO, compromete-se a

fornecer 130 mil barris diários de petróleo aos países caribenhos e da AMÉRICA CENTRAL.

Recentemente, ANDRÉS PÉREZ assinou um acordo com a COSTA RICA abrindo o mercado venezuelano para os produtos daquele país. A VENEZUELA pretende ampliar esse acordo para os demais países da região.

Quanto aos problemas fronteiriços, ressaltam-se os existentes com a COLÔMBIA, a GUIANA e o BRASIL.

A pendência com a COLÔMBIA decorre da falta de um acordo sobre a delimitação marinha e submarina. O tema é extremamente sensível internamente e, na atualidade, uma comissão bilateral trata do problema. Há mais 58 matérias de interesse comum, e a chancelaria venezuelana utiliza uma estratégia global na abordagem da matéria. Entre eles, se destacam os problemas de guerrilheiros na fronteira, do narcotráfico e da imigração de colombianos para a VENEZUELA.

A disputa com a GUIANA é pela região de ESSEQUIBO, área de 150 mil km², anexada pelo REINO UNIDO à sua colônia sulamericana no século passado. Com a independência, o território passou a integrar a GUIANA e desde então várias tentativas de acordo não obtiveram sucesso. Em Nov 89, os dois países chegaram a um entendimento para que o assunto fosse tratado com um intermediário designado pela ONU. As negociações continuam e já há notícias que um acordo poderá ser obtido brevemente. As relações entre os dois países passam por uma excelente fase de cordialidade, com a assinatura de vários projetos de cooperação e acordos comerciais.

Os problemas com o BRASIL são devidos à incursão de garimpeiros brasileiros em território venezuelano e à deficiência da demarcação da linha de fronteira na região de RORAIMA.

O incremento significativo dos índices de mercúrio, verificados em 1989 nas águas do RIO ORINOCO, a constatação da formação de um núcleo populacional brasileiro em território venezuelano e a extração de reservas minerais repercutiram intensamente na VENEZUELA, a tal ponto que levou CARACAS a tomar uma série de providências de natureza administrativa na região. Um posto militar foi instalado em PARIMA B, a 30 km da fronteira com o BRASIL e, desde então, choques entre tropas venezuelanas e garimpeiros têm ocorrido com freqüência. Uma comissão bilateral, no momento, trata de promover a colocação de marcos fronteiriços na região da SERRA DO PARIMA para melhor caracterizar a linha de fronteira, todavia o problema não se cinge unicamente a demarcação fronteiriça, mas à exploração do ouro.

No que diz respeito à integração continental, a VENEZUELA tem-se esforçado para atingir um nível que a coloque em um ponto de destaque em todo o processo. Acordos têm sido assinados com os componentes do Pacto Andino, com o CHILE, a ARGENTINA e os países do CARIBE e da AMÉRICA CENTRAL. Com o MÉXICO, existe o Grupo dos Três, que inclui a COLÔMBIA, e que prevê uma integração não só no campo comercial, mas também em turismo, cultura e energia. Com os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, o país busca uma aproximação dentro da "Iniciativa para as Américas".

A política externa de ANDRÉS PÉREZ visa primordialmente a alçá-lo à condição de líder terceiro-mundista, em

especial na AMÉRICA LATINA e no CARIBE. Não se pode dizer que é uma política unicamente do atual dirigente do país, pois os presidentes que o antecederam, durante a fase democrática, sempre procuraram realçar o papel do país na região. Todavia, é com ANDRÉS PÉREZ que se percebe uma ênfase em dar à VENEZUELA uma liderança regional. O atual governo vem procurando transformar CARACAS em foro de relevantes acontecimentos internacionais. São inúmeras as reuniões que promove e os diálogos que tenta intermediar, sempre procurando tirar o máximo de proveito, de modo a ressaltar o "status" de "líder regional".

Com base nos conhecimentos expressos, são cabíveis as seguintes conclusões e avaliações prospectivas sobre a realidade venezuelana.

- a renegociação da dívida e a aplicação rigorosa do plano de reestruturação econômica estão tornando a VENEZUELA atrativa aos capitais internacionais;

- os resultados auspiciosos na exportação de petróleo no ano passado não deverão se repetir este ano, levando o país a tentar entabular negociações com a comunidade internacional, visando a obtenção da regularização do preço do produto;

- o aumento da produção de petróleo está condicionado a acordos com as grandes companhias internacionais e a reformas na lei de nacionalização do petróleo.

- o país deverá prosseguir em sua política de privatização da economia, apesar das pressões ideológicas de setores mais à esquerda no Congresso;

- os conflitos sociais deverão prosseguir, em face do desemprego, dos baixos salários e das próprias dificuldades estruturais da sociedade venezuelana;

- a campanha eleitoral, visando à sucessão presidencial, deverá tomar vulto. A oposição deverá capitalizar a insatisfação com as dificuldades sócio-econômicas da população, tornando o principal partido oposicionista, o COPEI, favorito no futuro pleito presidencial;

- as questões fronteiriças litigiosas tendem a continuar sendo tratadas com moderação. Todavia, exarcerbações isoladas deverão acontecer periodicamente, em face do clima de emocionalismo com que a opinião pública trata a matéria; e

- os temas internacionais deverão permanecer em grande evidência, particularmente, no que se refere ao processo de integração do país no continente e às aspirações de liderança regional de CARLOS ANDRÉS PÉREZ;

Em síntese, no corrente ano, a situação sócio-econômica da população continuará delicada, exigindo concessões do governo, o que tende a prejudicar a continuidade das medidas austeras do plano econômico. O governo tenderá a manter as reformas em andamento na esperança de uma retomada do desenvolvimento a fim de enfrentar seu enfraquecimento no campo político.

* * *

Documento elaborado em 24 Jun 91.

INUR Nº 464.22/090791

EUROPA

- Reflexos da tentativa de independência de Repúblicas iugoslavas.

Duas das Repúblicas da IUGOSLÁVIA, a ESLOVÊNIA e a CROÁCIA, declararam oficialmente suas independências. Diante da possibilidade de um eventual reconhecimento internacional, o Governo Federal iugoslavo, de maioria sérvia - a maior e mais poderosa das Repúblicas - declarou ilegais os atos unilaterais, tornando nula a declaração. Em conseqüência, adotou medidas para garantir e assegurar o funcionamento normal do Estado iugoslavo, a proteção de suas atuais fronteiras e o respeito a seus compromissos internacionais.

A manifestação internacional foi em sua maioria contrária às pretensões separatistas, notadamente dos ESTADOS UNIDOS e da Comunidade Econômica Européia (CEE). A OTAN e a União da Europa Ocidental (UEO) preconizam o diálogo para salvaguardar a unidade do Estado. O Ocidente espera que a evolução dos acontecimentos não leve a IUGOSLÁVIA ao desmembramento, pondo em risco a abertura democrática que ora emerge no país.

A ÁUSTRIA é o único país europeu a mostrar certa simpatia com relação à ESLOVÊNIA e à CROÁCIA - que faziam parte em 1918 do Império AUSTRO-HÚNGARO. Apesar de seu governo se mostrar prudente ao indicar que não pretendia reconhecer de imediato a independência das duas Repúblicas e afirmar que respeitaria as regras do direito internacional, solicitou esclarecimento, acionando a primeira fase do mecanismo previsto pela Conferência de Segurança e Cooperação da Europa (CSCE) para o caso de conflitos com um dos países membros.

O efeito demonstração desses fatos, se não contornados, poderá acarretar graves conseqüências para os demais países da região, notadamente os do LESTE EUROPEU, como a UNIÃO SOVIÉTICA e a TCHECO-ESLOVÁQUIA, às voltas com suas crises econômicas internas, que são afetadas sobremaneira pela questão interétnica.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 JB
CRUZ DO VR

Europa: Tentativa de independência de 6a rep. Jugoslavas.
Serv. Brasil (20362)
28-06-91.
Serv. Brasil (20362)
Jugoslavia (67477)
Rep. Jug (10193)
Fed. Pol (11164)

01.01 9108950 X

INUR Nº 465.22/090791

ECONOMIA INTERNACIONAL

- Reunião do G-7 termina com divergências e sem resultados concretos.

Realizou-se no dia 23 Jun 91, em LONDRES, uma reunião dos Ministros da Economia e dos Presidentes dos Bancos Centrais dos sete países mais industrializados (G-7), preparatória para o encontro de Chefes de Estado e de Governo desses países, previsto para o período de 15 a 17 Jul 91. A iniciativa partiu do Governo japonês, interessado em coordenar a atitude a ser tomada em relação ao apoio pretendido pela URSS.

Ao final do evento, os participantes divulgaram um comunicado destacando, entre outras questões, a perspectiva de queda inflacionária nos sete países, para os próximos meses, e os indícios de retomada do crescimento em algumas daquelas importantes economias. No entanto, dois temas relevantes nas discussões - a escalada do dólar norte-americano no mercado internacional e a possibilidade de uma ajuda financeira efetiva à URSS - tiveram um tratamento cauteloso. Em relação ao dólar, o comunicado enfatizou o compromisso conjunto dos participantes de cooperarem estreitamente para a manutenção da ordem do mercado. No que se refere à URSS, o Secretário do Tesouro norte-americano, NICHOLAS BRADY, ratificou a proposta do Governo BUSH de outorgar à UNIÃO SOVIÉTICA o "status" de membro associado do FMI, o que abre perspectivas para ajudas financeiras. A proposta, embora sofra restrições, particularmente do JAPÃO, ficou de ser analisada com maior profundidade no encontro de cúpula no próximo mês.

A questão mais delicada e de maiores controvérsias foi a relacionada às taxas de juros. Os ESTADOS UNIDOS mantiveram a disposição de concentrar esforços para a diminuição do patamar dos juros, encontrando forte resistência por parte da ALEMANHA e do JAPÃO, que temem pressões inflacionárias.

A reunião terminou sem qualquer decisão efetiva quanto às pendências na área de política monetária. Apesar de os participantes tentarem articular uma posição política de consenso para os temas polêmicos, ficou claro que haverá muitas dificuldades para a superação das divergências. Esses impasses poderão determinar que a reunião dos líderes do G-7 não produza resultados concretos capazes de determinar alterações consideráveis no cenário mundial, especialmente para a normalização e a estabilização do mercado financeiro internacional.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 26
CRUZ DO

01.01 — 9108951 x

INUR Nº 466.22/090791

VENEZUELA

- Dificuldade na ampliação do setor petrolífero.

Os baixos preços do petróleo, a nível internacional, estão afetando o ambicioso plano de investimentos da indústria petrolífera da VENEZUELA. Durante o primeiro trimestre do corrente ano, o preço médio de venda do petróleo venezuelano situou-se em US$ 17,46 o barril, aproximadamente US$ 1,45 abaixo do preço que foi projetado no orçamento nacional.

A impossibilidade de se cumprir a meta orçamentária e o conseqüente déficit fiscal acarretado estão obrigando o governo a rever seus planos. As alternativas que se apresentam são três: endividar-se externamente; aceitar associações com capitais estrangeiros; e cortar os investimentos em áreas selecionadas.

A primeira opção, o endividamento, está esbarrando na oposição do FMI. O organismo internacional questiona o plano em virtude de seus altos custos, dos baixos preços atuais do petróleo e, implicitamente, de uma provável reordenação do mercado internacional quando IRAQUE e KUWAIT voltarem a produzir normalmente. Afora isso, o Ministro da Energia e Minas, CELESTINO ARMAS, declarou-se contrário a qualquer tipo de endividamento para desenvolvimento do plano.

A associação com capitais estrangeiros é bastante complexa, exigindo autorização do Congresso Nacional, em virtude da Lei de Nacionalização do Petróleo de 1975. Obviamente, essa é a solução que melhor conviria ao desenvolvimento da indústria, pois levaria para o país capitais de risco, sem as conseqüências do endividamento externo. Porém, a curto prazo isso é inviável, embora já exista o interesse de empresas norte-americanas, européias e asiáticas em associarem-se com a estatal venezuelana.

O corte nos investimentos em áreas selecionadas é o mais provável. O plano de crescimento acelerado da indústria petrolífera deverá ser reduzido e se adequar à conjuntura do mercado mundial. Não é esperada uma redução no setor de refinação, por ser prioridade do Executivo. Os setores que deverão ser revisados e reduzidos são os de exploração petroquímica.

O plano de crescimento acelerado da indústria petrolífera venezuelana terá que se adequar à conjuntura mundial, com expansão gradual e condicionada a uma integração cada vez maior no mercado internacional. A indústria terá de optar por associação com empresas internacionais para obtenção de capital e mercado, em lugar de buscar financiamentos externos, cada vez menos plausíveis.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91

ENTRADO 25/7/91 DE
CRUZADO

01.01 3 9108952 X

INUR Nº 467.22/090791

COLÔMBIA

- Implicações políticas da dissolução do Congresso.

O Presidente CÉSAR GAVIRIA e os chefes das principais forças políticas da COLÔMBIA, representadas na Assembléia Nacional Constituinte, acordaram dissolver o atual Congresso da República e convocar novas eleições legislativas para o próximo dia 27 de outubro.

A dissolução do Congresso é conseqüência das profundas reformas que a Assembléia se dispôs a introduzir no legislativo, objetivando a sua moralização e à garantia da vigência das reformas constitucionais, pois considerava-se factível que o Congresso atual viesse a alterar a Constituição elaborada. As reformas incluem a redução do número de legisladores, novas formas de controle político do Congresso sobre o Executivo e eliminação dos privilégios que dispunham os parlamentares.

Na realidade, a dissolução do Legislativo faz parte de um acordo político a que o Presidente GAVIRIA e o Partido Liberal tiveram que se submeter para não ficarem à margem dessas reformas, já que a extinção do Congresso era um fato praticamente consumado. Vale salientar que tal medida foi concebida pela Aliança Democrática Movimento 19 de Abril (AD/M-19), com o respaldo do Movimento de Salvação Nacional (MSN) e outros grupos minoritários, que juntos passaram a constituir maioria na Constituinte.

Por outro lado, esse acordo cria a expectativa em relação à possível participação da Coordenadoria Nacional Guerrilheira Simón Bolivar nessas eleições, embora seja pouco provável que até o pleito tenham-se materializados os acordos de desmobilização da guerrilha. Nesse caso, a fórmula seria a formação de uma circunscrição especial de paz que permita aos guerrilheiros participarem do novo Congresso, sem necessidade de submeterem-se às eleições.

O acordo que determinou a dissolução do Congresso abre perspectivas de profundas mudanças no quadro político-institucional do país, porquanto tende a significar um golpe no bipartidarismo e no clientilismo político que tradicionalmente dominava o Congresso.

Por outro lado, o referido acordo poderá representar custos políticos ao Presidente GAVIRIA, traduzidos na perda da maioria liberal que tem no Congresso, principalmente pelo crescimento da AD/M-19 e do MSN, que nas eleições passadas conseguiram à adesão de significativa parcela do eleitorado liberal.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 16
CRUZADO

01.01 9108953 X

PARAGUAI

- Avaliação do atual quadro político-partidário.

Dois anos depois do início do atual período de transição política, esboça-se uma nova realidade paraguaia. A realização das eleições municipais, em 25 Mai 91 - mais do que mero teste -, foi outro passo no processo de ordenamento institucional no PARAGUAI.

O pleito em si e os resultados alcançados demonstram uma outra situação político-partidária. Os partidos tradicionais tiveram reduzida a influência sobre o eleitorado. O Partido Colorado, até então praticamente hegemônico no país, perdeu significativa parcela de popularidade em âmbito nacional. O Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), principal agremiação política oposicionista, teve seus avanços limitados pelos resultados obtidos pelas candidaturas independentes que, com quase 20% do cômputo geral, passaram a constituir a terceira força política no país, com predomínio na Capital, ASSUNÇÃO.

Nesse contexto, a vitória de CARLOS FILIZZOLA, do "Movimento Assunção para todos", eleito prefeito da capital guarani e empossado em 26 Jun 91, surge como a primeira ruptura eleitoral na antiga configuração partidária e confirma a avaliação do surgimento de tendências na formação de um novo quadro político-partidário. Por outro lado, as duas mais importantes agremiações políticas nacionais, o Partido Colorado, ora no Poder, e o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) experimentam graves crises em face de divergências internas.

As eleições paraguaias, afora representarem um avanço democrático - sobretudo por haverem se realizado sob condições compatíveis com as normas institucionais -, confirmaram a tendência na AMÉRICA LATINA de crescimento de movimentos e candidaturas sem tradição político-eleitoral.

Além disso, o êxito do movimento independente cria novas expectativas em torno do pleito presidencial, quando se considera plausível a ascensão de uma liderança fora do Partido Colorado, antes tido como virtual vencedor da disputa à Presidência da República.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91.

ENTRADO 25/7/92 35
CPMI

INUR Nº 469.22/090791

CHILE

- Acordo com os EUA para redução da dívida externa.

Em 27 Jun 91, o CHILE assinou com os EUA um acordo para redução de sua dívida externa, nos termos da "Iniciativa para as Américas", do Presidente GEORGE BUSH. Pelo documento, o CHILE terá sua dívida oficial junto aos EUA - que é da ordem de US$ 470 milhões - diminuída em cerca de US$ 45 milhões.

No mesmo dia, foi firmado outro acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que foi considerado o primeiro desse tipo no âmbito da "Iniciativa para as Américas", por definir um empréstimo setorial de US$ 150 milhões destinados a apoiar as mudanças no sistema de investimentos. Esse instrumento favorece a aplicação em pequenas e médias empresas e os investimentos estrangeiros e privados em empresas e serviços estatais.

Tais acordos demonstram o alto grau de confiança do Governo dos EUA e dos organismos internacionais na atual administração chilena, sobretudo na forma como vem conduzindo sua política econômica, cuja característica marcante é a abertura aos capitais externos e ao comércio internacional.

Por outro lado, WASHINGTON busca, através desses acordos, um efeito demonstrativo junto à comunidade latino-americana dos propósitos da "Iniciativa para as Américas". Nesse contexto, observa-se que o CHILE, pela estabilidade de seu modelo econômico e confiança que detém junto à comunidade financeira internacional, ao gozar dos benefícios oferecidos por aquela iniciativa, passa a ser utilizado como elemento propagador do ideário integracionista do atual Governo dos EUA.

* * *

Documento elaborado em 28 Jun 91.

ENTRADO 25/7/91 35
CRUZADO

ORIENTE MÉDIO

O conflito árabe-israelense. Perspectivas de evolução.

(01 Jul 91)

O conflito árabe-israelense, tendo como base central a Questão Palestina, tem sofrido na últimas décadas, períodos de recrudescimento e de abrandamento. Os recrudescimentos periódicos têm propiciado um ambiente de beligerância não declarada entre os países envolvidos, agravado pela falta de entendimento para a conciliação dos interesses entre as partes litigantes, gerando, assim, um permanente quadro de instabilidade na região.

Entretanto, após o fim da guerra no Golfo Pérsico, a Comunidade Internacional tem desviado sua atenção prioritariamente para os problemas do ORIENTE MÉDIO, especialmente para o conflito árabe-israelense, atualmente contemplado pelos esforços diplomáticos das superpotências, notadamente os EUA, em busca de uma solução global para os problemas da região.

A formação da aliança entre árabes e as potências ocidentais, por ocasião da construção da coligação antiiraquiana, e o retraimento estratégico da UNIÃO SOVIÉTICA na região, provocaram mudanças nas relações entre os EUA e os países diretamente envolvidos na Questão Palestina. Até recentemente, ISRAEL era privilegiado com um tratamento especial por parte dos EUA, numa política caracteristicamente relacionada com o conflito Leste x Oeste, em contrapartida à presença soviética na região. Atualmente, a sustentação do sistema de aliança dos EUA na região depende, em grande parte, da manutenção dos laços de amizade com os países árabes considerados moderados e que não querem ser discriminados com a continuidade do tratamento seletivo dispensado a ISRAEL.

Percebe-se, nesse contexto, que a imagem israelense tem-se empalidecido em virtude da aparente inflexibilidade do Governo YITZHAK SHAMIR em negociar com seus vizinhos árabes e, sobretudo, em acatar as Resoluções da ONU acerca dos territórios ocupados em Jun 67.

Por outro lado, a posição dos países árabes e dos principais líderes palestinos vinculados à OLP, caracterizada por uma estratégica postura de moderação, têm contribuído para aumentar o isolamento político israelense no que concerne ao tratamento da Questão Palestina. Tal situação tem-se agravado em decorrência das pressões internacionais contra a repressão de ISRAEL às comunidades palestinas envolvidas na "Intifada".

Assim, a política dos países árabes em geral e da maioria das facções da OLP pauta-se na necessidade da expansão do diálogo multilateral, envolvendo além dos protagonistas do conflito,

outros interlocutores com destacada influência na região, em especial, as potências econômicas da EUROPA OCIDENTAL, particularmente a FRANÇA.

É perceptível o interesse dos grupos moderados da OLP, sob a liderança de YASSER ARAFAT, na expansão das bases do diálogos, um vez que é dos resultados obtidos na esfera das negociações que dependerá fundamentalmente o seu destino político no seio do Movimento Nacional Palestino. Assim, as correntes que ora assumem uma conveniente conduta moderada exercem uma visível ascendência sobre a OLP, em detrimento dos grupos mais radicais, bastante fragilizados, que, em razão do novo "status quo" na região, não encontraram ressonância em estados interessados em patrocinar ações terroristas.

A SÍRIA, por sua vez, insiste na participação da ONU na pretensa conferência de paz. Isso seria uma forma de pressionar ISRAEL ao cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança, que obrigam a retirada israelense dos territórios ocupados. No entanto, como é pouco provável que os EUA venham exercer pressões mais contundentes ao Governo israelense para que este adote medidas concretas em relação à Questão Palestina, não se descarta que a SÍRIA venha a isolar-se da coalizão, deixando de integrar o futuro sistema de segurança coletiva do ORIENTE MÉDIO.

Dessa forma, julga-se provável que os EUA apenas forcem a adoção de medidas que garantam maior autonomia aos territórios ocupados e aconselhem ISRAEL a adotar atitudes que facilitem o diálogo com a SÍRIA pelas Colinas de GOLAN, o que conviria aos interesses israelenses de formular acordos bilaterais de paz.

* * *

Documento elaborado em 01 Jul 91.

ENTRADO 25/7/92 35
CRUZADO

ORIENTE MÉDIO

A nova configuração regional após a guerra do Golfo Pérsico.

Papel das superpotências. Perspectivas.

(01 Jul 91)

O quadro geopolítico do ORIENTE MÉDIO - por refletir o conflito Leste X Oeste - caracterizou-se, nos últimos anos, pela formação de alianças que traduziam interesses das superpotências. Outro aspecto determinante é a tentativa de supremacia de algumas nações árabes, bem como as freqüentes iniciativas de resgatar o passado do ISLÃ. Nesse caso em especial, as manifestações ocorreram através do pan-arabismo, do fundamentalismo islâmico, do socialismo progressista e de repetidas tentativas de união dos países árabes.

Atualmente, os resultados da guerra do Golfo e o sistema de alianças construído pela Coalizão Internacional antiiraquiana se convertem no principal modulador do contexto geopolítico da região.

A presença de tais fatores no cenário do ORIENTE MÉDIO propicia um quadro de estabilidade regional com predomínio visível dos países dirigidos por governos moderados, que ora se aliam aos EUA. Essa situação reconduz o EGITO, no contexto das nações árabes, à posição de destaque, perdida com a morte de NASSER e, em especial, com o Acordo de CAMP DAVID, em 1979.

Por outro lado, observa-se, como conseqüência direta do esfacelamento do Poder iraquiano, a ascenção do IRÃ como força regional e interlocutor crescentemente cortejado pelas potências européias.

O conflito árabe-israelense, após a derrota militar iraquiana, voltou a ocupar a primeira cena do jogo político do ORIENTE MÉDIO. Com o fim do Conflito Leste X Oeste e em decorrência do novo papel desempenhado pelos países árabes moderados em seu relacionamento com os EUA, a situação de ISRAEL, em que pese sua aparente inflexibilidade para a negociação, vem assumindo novos contornos, que colocam o Estado judaico numa situação politicamente insustentável, o que fortalece os países árabes e o Movimento Nacional Palestino.

A SÍRIA, com o declínio iraquiano, assumiu o papel de principal adversário militar de ISRAEL. A despeito da recente aproximação com os EUA na companha contra o IRAQUE, DAMASCO ainda representa os interesses soviéticos na região. Segmentos conservadores do governo e das elites militares soviéticas ainda alimentam interesses estratégicos no ORIENTE MÉDIO. Tais objetivos se assentam fundamentalmente na SÍRIA, tendo em vista os tradicionais laços de amizade e de interesses políticos.

Como ISRAEL tem-se mostrado muito pouco propenso a discutir a situação dos territórios árabes ocupados, em especial das Colinas sírias de GOLAN, é bem provável que o conflito sírio-israelense permaneça animado por antagonismos irreversíveis que poderão comprometer a atual tentativa de atendimento para equacionar os problemas regionais.

Acresça-se a isso o aparente desagrado israelense com a ampliação do controle sírio no LÍBANO e a tendência manifesta de ISRAEL em manter sua influência sobre a política interna libanesa, através do apoio a facções simpáticas a TEL AVIV, além de seu desinteresse em acatar a Resolução 425 da ONU, que trata da retirada israelense da faixa de segurança do sul do LÍBANO.

Em conseqüência, pode-se prever uma ruptura gradual da aliança construída pelos EUA na guerra contra o IRAQUE, com as pressões sírias sobre o Governo norte-americano para que force ISRAEL a negociar as Colinas de GOLAN, questão crucial para a SÍRIA.

O Movimento Nacional Palestino, apesar de aparentemente fragilizado pela alegada perda de apoio internacional decorrente da sua posição favorável a BAGDÁ na guerra, mostra-se internamente mais coeso que antes do conflito. No momento, esta aparente unidade interna fortalece a liderança de ARAFAT e de setores ditos moderados que apóiam os esforços de resolução política da Questão Palestina, sendo progressivamente eclipsadas as posições de grupos que ainda se mantêm interessados em desafiar o Poder Militar israelense através de ações de terrorismo.

É provável, entretanto, que tais grupos de tendência radical possam evoluir para posições de maior destaque dentro do Movimento Nacional Palestino, caso fracassem as resoluções negociadas da Questão Palestina e as potências ocidentais não consigam impor ao Governo israelense atitudes de maior flexibilidade no trato do conflito. Entretanto, a retomada de ações terroristas poderia ser dificultada pelo desinteresse de antigos patrocinadores em apoiar tais iniciativas, temorosos de retaliações diretas dos EUA.

A JORDÂNIA passa a desempenhar um papel de importância relevante no conflito árabe-israelense, visto que ali se concentra um número crescente de refugiados palestinos, que vêm ampliando sua área de influência política sobre aquele reino. Por outro lado, a Monarquia Hachemita, para mostrar-se simpática às potências ocidentais, tem demonstrado interesse em se transformar numa confederação jordaniano-palestina, o que vem, de certa forma, atender aos interesses israelenses, porque transfere para aquele país a sede da pátria nacional palestina.

Percebe-se, nesse contexto, o interesse de ISRAEL em manter a posse da CISJORDANIA e, preferencialmente, de JERUSALÉM, regiões dificilmente negociáveis pelo atual Governo SHAMIR. A consciência de que tal situação já está-se conformando, aumenta o nível de insatisfação das comunidades palestinas ali residentes. Tal situação é agravada pelos constantes assentamentos de integrantes judeus (etíopes e russos) na região e contribui para tornar mais improvável a adoção de soluções aceitáveis pelos palestinos a curto e médio prazos.

A conseqüência direta de tal conjuntura pode ser a crescente descrença em soluções negociadas, que, no entender dos árabes, somente penalizam os palestinos e aumentam a instabilidade regional.

* * *

Documento elaborado em 01 Jul 91.

ENTRADO 25/7/52 36
CRUZADO VR

Brasil.

INUR Nº 0430.12/21 JUN 91

ASSUNTO : LILIAN CELIBERTI ROSAS E UNIVERSINDO RODRIGUEZ DIAZ

REFERÊNCIA : PEDIDO DE INFORME 016, DE 27 NOV 90.

Em atendimento ao documento da referência, informa-se:

- não existe ação judicial, no BRASIL, movida por LILIAN CELIBERTI e UNIVERSINDO DIAZ, contra o Estado Uruguaio;

- existe uma ação de indenização movida pelos nomeados contra o Estado do RIO GRANDE DO SUL/BRASIL que, no momento, encontra-se na Procuradoria de Domínio Público daquele Estado, para que seja reexaminada.

ENTRADO 25/7/91 DE
CRUZADO

* * *

DOCUMENTO
ASSUNTO Pedido de Informe: Liliám Celiberti Rosas y Universindo Rodriguez Diaz.

01.01 - 9108958 X

MERCOSUR: ("4 + 1") FIRMA CON EE.UU. 12781

"ACUERDO RELATIVO A UN CONSEJO SOBRE COMERCIO E INVERSION ENTRE LOS GOBIERNOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL, LA REPUBLICA DEL PARAGUAY, LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, Y EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA".

Los Gobiernos de la República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, por un lado (las "Partes de América del Sur"), y por el otro el Gobierno de los Estados Unidos de América (colectivamente las "Partes"):

1.- Deseando fortalecer la amistad y el espíritu de cooperación entre las Partes de América del Sur y los Estados Unidos de América;

2.- Deseando desarrollar más aún el comercio internacional y las inversiones recíprocos;

3.- Reconociendo las oportunidades creadas por la "Iniciativa para las Américas" del Presidente Bush, particularmente en el estímulo a las políticas gubernamentales orientadas al mercado que traerán aparejados el incremento del comercio y la inversión entre las Partes de América del Sur y los Estados Unidos de América;

4.- Reconociendo los logros alcanzados por las Partes de América del Sur en sus esfuerzos de integración económica y el lugar prioritario que otorgan a trabajar en favor de una mayor integración económica a través de la creación del Mercado Común del Sur - Mercosur - para fines de 1994.

5.- Reconociendo el deseo de los Estados Unidos de América de alentar la creación de tal mercado común que genera mayor comercio, inversión y crecimiento económico sobre una base de competitividad y que es coherente con las obligaciones y procedimientos, incluidas la notificación y consulta, del sistema del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT);

01 12 91 09005

6.- Reconociendo las crecientes oportunidades de comercio e inversión que se esperan entre las Partes como resultado de la creación de tal Mercado Común;

7.- Reconociendo el papel de apoyo que la "Iniciativa para las Américas" está llamada a desempeñar en las Américas, en el aliento a la integración económica regional y a la reducción generalizada de las barreras intra-regionales al comercio y la inversión;

8.- Reconociendo que un objetivo de largo plazo de la "Iniciativa para las Américas" es un sistema de libre comercio en las Américas; reconociendo la significativa contribución de Mercosur al reducir barreras al comercio y la inversión en las Américas;

9.- Reconociendo el deseo de los Estados Unidos de América de mantener una relación fecunda con las cuatro Partes de América del Sur mientras ellas trabajan hacia la creación de tal mercado común;

10.- Reconociendo el deseo de las Partes de América del Sur y de los Estados Unidos de América de reducir las barreras al comercio y la inversión, incluidas aquellas que limitan el flujo comercial de la tecnología;

11.- Tomando en cuenta la participación de la Argentina, Brasil, Uruguay y los Estados Unidos de América en el Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), y señalando que el presente Acuerdo es sin perjuicio de los derechos y obligaciones de las Partes bajo el GATT, sus acuerdos, entendimientos y otros instrumentos;

12.- Reconociendo el papel central del GATT en la generación de mayor comercio, inversiones y crecimiento económico mundial y la necesidad de mantener y fortalecer el GATT a estos fines;

13.- Tomando en cuenta el compromiso de las Partes para una exitosa conclusión y puesta en ejecución de la Ronda Uruguay sobre Negociaciones Comerciales Multilaterales;

9109005

Reconociendo la importancia de promover un ambiente
rto y predecible para el comercio internacional y la
rsión y el significativo papel que ese ambiente desempeña
l aliento al crecimiento económico y al desarrollo;

Reconociendo los beneficios que para cada Parte
ltan del incremento del comercio internacional y la
rsión, y conviniendo en que las medidas para la inversión
distorsionan el comercio, así como el proteccionismo,
arían a las Partes de tales beneficios;

Reconociendo el papel esencial de la inversión privada,
o nacional como extranjera, en promover el crecimiento, al
r empleos, expandir el comercio, mejorar y adquirir
ología y aumentar el desarrollo económico;

Reconociendo que la inversión extranjera directa
iere beneficios ciertos a cada Parte;

Reconociendo la creciente importancia de los servicios
s, economías de las Partes y en las relaciones entre
;

Tomando en cuenta la necesidad de eliminar las barreras
ancelarias con el objeto de facilitar un mayor acceso a
ercados de las Partes;

Reconociendo la importancia de proveer adecuada
cción a los derechos de propiedad intelectual y medios
ivos para el goce de los derechos de propiedad
ectual vinculados con el comercio, teniendo en cuenta las
encias en los sistemas legales nacionales;

Reconociendo la importancia de la liberalización
al del comercio agrícola y de una reforma fundamental en
líticas agrícolas, incluso evitando los subsidios a las
aciones entre las Partes y en terceros mercados;

PARTES ILEGIBLES

03

9109005

22.- Reconociendo la importancia para el bienestar económico de las Partes de trabajar en favor del cumplimiento y la promoción de los derechos del trabajador, incluidos aquellos definidos por las Convenciones Internacionales en las cuales los países son partes;

23.- Reconociendo que es deseable resolver los problemas comerciales y de inversiones tan expeditivamente como sea posible;

24.- Considerando que es de interés mutuo establecer un mecanismo para mayores consultas y para estimular la liberalización del comercio y de la inversión entre las Partes;

A tal fin, las Partes acuerdan lo siguiente:

ARTICULO UNO

Se establecerá un Consejo Consultivo sobre Comercio e Inversión (el "Consejo").

ARTICULO DOS

El Consejo estará compuesto por representantes de las Partes. Cuando las Partes se reúnan en los Estados Unidos de América la Presidencia Sudamericana rotará entre los Gobiernos de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. La delegación será presidida por los Representantes de los Ministerios de Relaciones Exteriores; y el lado de los Estados Unidos de América será presidido por la Oficina del Representante de Comercio de los Estados Unidos.

ARTICULO TRES

1) El Consejo se reunirá con la participación de los cinco países cuando lo acuerden las Partes.

2) La reunión inicial del Consejo tendrá lugar en los Estados Unidos de América. El sitio de las reuniones subsiguientes rotará entre las Partes, si se considera apropiado y el país anfitrión funcionará como Presidente para los propósitos de dicha reunión.

ARTICULO CUATRO

Las Partes podrán recurrir al asesoramiento del sector privado en sus respectivos países sobre cuestiones relacionadas con el trabajo del Consejo. Se podrá solicitar la participación de los representantes del sector privado en las reuniones del Consejo siempre que todas las Partes acuerden que resulta apropiado.

ARTICULO CINCO

El Consejo mantendrá consultas sobre asuntos específicos, teniendo en cuenta:

1) Perseguir el objetivo de lograr mercados cada vez mas abiertos entre los Estados Unidos de América y las Partes de América del Sur.

9109005

2) Efectuar el seguimiento del comercio y las relaciones de inversión, identificar oportunidades para la liberalización del comercio y la inversión y negociar proyectos de acuerdo cuando fuere apropiado.

3) Asuntos de comercio o inversión de interés para las Partes.

4) Identificar y trabajar para la eliminación de los impedimentos a los flujos de comercio e inversión.

ARTICULO SEIS

1) Una Parte podrá elevar para consulta cualquier asunto sobre comercio e inversión. Los pedidos para consulta deberán estar acompañados de una explicación escrita sobre la cuestión a ser discutida y las consultas deberán ser mantenidas dentro de los 30 días de la solicitud, salvo que la parte solicitante acepte una fecha posterior.

2) Las consultas tendrán lugar inicialmente en el país cuya medida o práctica es la materia de discusión. Si las medidas o prácticas de más de un país son la materia de discusión, las consultas podrán tener lugar inicialmente en cualquiera de estos países.

3) Este artículo se considerará sin perjuicio de los derechos de cualquier Parte amparados por el GATT, sus códigos o por cualquier otro instrumento internacional en cual ese país sea Parte.

9109005

ARTICULO SIETE

1) El Consejo comenzará su trabajo con el tratamiento de la "Agenda de Acción Inmediata" sobre temas de comercio e inversión que se acompaña como anejo al presente Acuerdo.

2) El Consejo puede establecer grupos de trabajo "ad hoc" que podrán reunirse conjunta o separadamente para facilitar su trabajo.

ARTICULO OCHO

Este Acuerdo entrará en vigencia en forma inmediata, sin perjuicio de los procedimientos internos de cada parte.

ARTICULO NUEVE

1) Este Acuerdo permanecerá en vigor salvo que se lo dé por terminado de común acuerdo entre las Partes. Cualquier país puede retirarse de este Acuerdo previa notificación por escrito a todas las Partes con una anticipación de seis meses.

2) En cualquier momento después de que el mercado común, que está siendo desarrollado por la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, o su órgano correspondiente, adquiera la capacidad de suscribir acuerdos internacionales en nombre del mercado común, este Acuerdo podrá ser reemplazado por otro que sea celebrado en nombre de los Estados Unidos de América y de tal mercado común, por representantes debidamente autorizados a tal fin.

9109005

ANEJO

AGENDA DE ACCION INMEDIATA

Con relación al Acuerdo sobre la creación de un Consejo de Comercio e Inversión, que establece principios y procedimientos para consultas relativas a temas de comercio e inversión, la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y los Estados Unidos de América confirman lo siguiente:

1) Están preparados para comenzar inmediatamente con las tareas del Consejo con una "Agenda de Acción Inmediata" compuesta de los siguientes temas para consulta:

a- Cooperación en la Ronda Uruguay de Negociaciones Comerciales Multilaterales del GATT para lograr un conjunto amplio, equilibrado y ambicioso;

b - Medios para facilitar la reducción generalizada de barreras al comercio y la inversión en las Américas, incluyendo un intercambio de opiniones con respecto a los procesos para facilitar el comercio y la integración económica entre los países de la región; estos intercambios de opiniones incluirán, pero no estarán limitados, a aranceles, barreras no arancelarias y a la reforma de políticas de inversión;

c - Las consideraciones de política, especificamente en el área de comercio e inversión, concernientes al acceso a la tecnología;

d - Aspectos de los derechos de propiedad intelectual relacionados con el comercio;

9109005

e - Políticas de inversión orientadas al mercado y medidas de inversión relacionadas con el comercio;

f - Prácticas de subsidios a las exportaciones en agricultura;

g - Acceso a los mercados para bienes y servicios, incluido, pero no limitados a aranceles y barreras no arancelarias en agricultura y textiles;

h - Requerimientos sanitarios y fitosanitarios en agricultura;

i - La necesidad de aplicar un régimen transparente de salvaguardias de conformidad con los principios del GATT; y

j - Contramedidas frente al "dumping" y los subsidios.

2) La inclusión de los temas en esta "Agenda de Acción Inmediata" no limita la facultad de cualquier Parte de proponer para consultas de conformidad con el Artículo 6 del Acuerdo cualquier otra cuestión relativa al comercio o la inversión que pudiera presentarse en el corto plazo y requiera consultas inmediatas, ni impedirá la presentación de nuevas cuestiones en el futuro. Las conversaciones de los puntos en esta Agenda no comprenderán temas vinculados con controles a las exportaciones relacionados con la seguridad nacional.

9109005

En fe de lo cual, los abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, han firmado este Acuerdo.

Hecho en Washington DC a los 19 días del mes de junio de 1991 por quintuplicado en textos igualmente auténticos en los idiomas español, inglés y portugués.

9109005

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
FOR THE GOVERNMENT OF THE ORIENTAL REPUBLIC OF URUGUAY
PELO GOVERNO DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

FIRMADO BAJO DECLARACION/SIGNED UNDER DECLARATION/ASSINADO COM DECLARACAO

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ARGENTINA
FOR THE GOVERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC
PELO GOVERNO DA REPUBLICA ARGENTINA

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
PELO GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVE DO BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA
FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA
PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY
FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PARAGUAY
PELO GOVERNO DA REPUBLICA DO PARAGUAI

9109005

DECLARACION INTERPRETATIVA DE DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

"AL FIRMAR EL ACUERDO RELATIVO A LA CREACION DE UN CONSEJO SOBRE COMERCIO E INVERSION ENTRE LOS GOBIERNOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL, LA REPUBLICA DEL PARAGUAY, LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, Y EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA, EL SENOR MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, EN REPRESENTACION DE SU GOBIERNO, DECLARA QUE, CON RELACION AL ARTICULO 8VO. DE DICHO ACUERDO, LA REPUBLICA SE CONSIDERA OBLIGADA POR EL MENCIONADO INSTRUMENTO INTERNACIONAL LUEGO DEL CUMPLIMIENTO DE LAS DISPOSICIONES CONSTITUCIONALES PERTINENTES (ARTICULO 85 NUMERAL 7 Y 168 NUMERAL 20).-"

12 12 9109005

Chg. CONCENTRA EL 20% de cooperación que viene de CEE
... República
30/05/91
2º CEE 12640 11189
Presentación de PROU
3º URUGUAY 10023

CEE, MIEM, LATU y Ucudal firmaron convenio de apoyo a pequeñas y medianas empresas

F-9

Uruguay concentra el 20% de la cooperación que proviene de la CEE a América Latina.

Ayer en la sede de la Delegación de las Comunidades Europeas, en Uruguay, se procedió a la firma del convenio mediante el cual se da inicio al Programa de Apoyo a las Pequeñas y Medianas Empresas (Pymes).

Intervienen en él la Comunidad Económica Europea (CEE) brindando la asistencia técnica, el Ministerio de Industria, Energía y Minería a través de la Dirección Nacional de Artesanías, Pequeñas y Medianas Empresas (Dinapyme) que actuará como director del programa y contraparte oficial, el Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU) que pondrá a disposición del programa su vinculación con el medio empresarial y la infraestructura física y la Universidad Católica Dámaso A. Larrañaga (Ucudal) que será la responsable en lo académico.

El Programa consiste en formar un grupo de asesores generalistas uruguayos de alto nivel para las Pymes, los cuales recibirán al final del ciclo un diploma avalado por el Centro de Estudios de Gestión Internacional (CEGI) de la Universidad Católica de Lovaina. Además se establecerá un subprograma de asesoría a las pequeñas y medianas empresas en consideración a que los futuros consultores realizarán sus trabajos de práctica en las propias empresas previamente seleccionadas. El programa, por incluir la capacitación de docentes formadores de asesores, permitirá un efecto "permanencia" y actualización en la asistencia a las Pymes. Por información en cuanto a condiciones de participación tanto de aspirantes a consultores como de empresas asistidas deberán dirigirse a la Ucudal (Departamento de Empresas) de 17 a 20 horas y al LATU de 9 a 17 horas, respectivamente. El plazo de inscripciones para los futuros asesores vence el 21 de junio y para las empresas vence el 5 de julio.

20 % DE LA COOPERACION

En la ceremonia de firma del convenio participaron el embajador de la CEE, Franco Teucci, el ministro de Industria, Energía y Minería, doctor Augusto Montesdeoca, el director del LATU, ingeniero Ruperto L... y el rector de Ucudal L... droni.

El embajador Teucci ...rse sobre el hecho seña... este era un primer paso concreto en materia de cooperación con las Pymes en Uruguay.

Destacó también la importancia que este sector tuvo en la concresión de la comunidad en su país y en Europa, calificándolos de "motor" de la integración de la Comunidad Económica.

Por otra parte señaló el representante de la CEE, que de la ayuda tecnológica proveniente de Europa a América Latina, el 20% viene a Uruguay".

partes poco legibles

01.01

9109006

Nº DOCUMENTO
TITULO Golpe a ETA
PROCEDENCIA Diario Barcelona
FECHA DE ENTRADA 310591
VINCULACIONES Terrorismo 11213
ETA
ESPAÑA 19072

Golpe a la ETA

BARCELONA, 30 (AP).- La Guardia Civil mató hoy en un tiroteo a dos etarras e hirió a otro, al parecer responsables del atentado contra una casa-cuartel de aquella institución perpetrado el día anterior y que mató a nueve personas, cinco de ellas niños, e hirió a 50 más, anunció el ministro del Interior, José Luis Corcuera.

Corcuera dijo que el segundo de los etarras, Félix Erezuma, ingresó cadáver en el Hospital Clínico de Barcelona.

La Guardia Civil había matado poco antes a Juan Carlos Monteagudo, presunto cabecilla del Comando Barcelona de la ETA, y detenido a otros dos sospechosos, dijo Corcuera en una rueda de prensa.

El ministro manifestó que el Comando Barcelona fue el responsable del atentado perpetrado ayer contra la casa-cuartel de la Guardia Civil, situada en Vich, aldea a 50 kilómetros al norte de Barcelona.

Indicó que continúa la investigación y que podrían producirse nuevas detenciones.

Corcuera sostuvo que la operación significó el fin del Comando Barcelona.

En lo que va del año, han muerto 17 personas por causa de la violencia política en España. Al parecer, todas ellas fueron víctimas de la ETA.

Cinco de las víctimas del atentado de ayer en Vich eran hijos de los 14 guardias civiles que residen en el cuartel, además de la esposa y la suegra de uno de ellos

Un total de 50 personas resultaron heridas por la explosión el miércoles. Quince continuaban hoy hospitalizadas.

Un agente de la policía de Vich también falleció ayer al ser atropellado poor una de las ambulancias que se dirigía a toda velocidad al cuartel para socorrer a las víctimas.

Mientras tanto, un oficial de la Guardia Civil resultó herido hoy, de gravedad, al abestallar una bomba cuando abría la puerta de su automóvil. Ocurrió en Basauri, pueblo norteño de la región vasca.

El alcalde de Vich, Pérez Gibbau, instó a los residentes de este pueblo septentrional a que guarden cinco minutos de silencio mañana al mediodía, en memoria de los que murieron asesinados eri miércoles.

A Monteagudo y Erezuma, los etarras abatidos tras el atentado, se les atribuye los hechos terroristas con coches bombas cometidos el año pasado en Cartagena (Murcia), San Carlos de la Rápita (Tarragona), Valencia y Sabadell (Barcelona), así como otros perpetrados este año en Málaga.

Historia del terror

MADRID (De nuestra corresponsalía).- Harri Batasuna, el partido político "abertzale" (nacionalista) que responde a los intereses de los terroristas etarras, dio a conocer un comunicado esta mañana en el que dice que no se puede caer en la repulsa fácil. También señala al gobierno como responsable del atentado de ayer en Vic, que causó nueve muertos, entre ellos cuatro niñas de entre siete y catorce años. ¿Alguien está en condiciones de analizar este comunicado fríamente?

También hoy una bomba estalló en Basauri (provincia de Vizcaya), hiriendo de gravedad al policía nacional Alberto García González, de 34 años.

Los terrroristas sabían perfectamente que el coche bomba lanzado contra la casa cuartel de Vic encontraría a esa hora a 22 niños, 13 mujeres y 14 guardias civiles, en gran parte de servicio. Para HB -la otra cara de la bestia- hay que evitar "la repulsa fácil".

La fuerza política

Harri Batasuna dispone del 1,08 por ciento del voto nacional. En las últimas elecciones legislativas -del 29 de octubre de 1989- obtuvo 216.822 votos sobre un total de 20.442.803.

Sus diputados se sientan en el Parlamento y jamás han condenado la barbarie etarra. En 1987, ETA hizo estallar un coche bomba en el garaje barcelonés de Hipercor, provocando 21 muertos entre los cuales había dos chicos y una mujer embarazada.

A fines de ese mismo año, otra bomba en Zaragoza mató a ocho personas, cinco menores y una joven de 16 años. El 22 de noviembre de 1988, en Madrid, una furgoneta bomba destrozó a un niño de dos años. El 4 de febrero de este año, en San Sebastián, una menor pereció por la bomba colocada en el coche de su padre.

No hace falta añadir nada más. Evitemos la repulsa fácil.

01.01

9109007

Dicen que no habrá más golpes

Montevideo (UPI) — Representantes de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay ratificaron ayer su apoyo a los sistemas democráticos, descartaron el resurgimiento de guerrillas marxistas en el Sur del continente y realizaron una profunda autocrítica del papel de los ejércitos a nivel internacional.

Reunidos en el "Quinto Simposio de Estudios Estratégicos", que se extenderá hasta hoy, los militares coincidieron en que "la posibilidad de reaparición de fenómenos guerrilleros es escasa" en sus países y apuntaron al "narcotráfico como el nuevo enemigo".

En un documento difundido en el cuarto y penúltimo día de deliberaciones, oficiales de las tres armas de los países que formarán el Mercado Común del Sur a partir de 1995, reafirmaron su voluntad de acatar las decisiones de los gobiernos democráticos.

"Toda intervención militar ante conflictos sociales internos que surjan en el futuro, derivados de los problemas económicos, deberá ser legitimada por el poder civil", advirtió el documento avalado por los representantes de las Fuerzas Armadas del Mercosur.

El coronel uruguayo Amílcar Tiribochi afirmó que es "cada vez menos probable" el resurgimiento del "terrorismo" político de izquierda en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, y precisó que ello se debe a que "los extremismos se han quedado sin base dogmática".

Sin embargo, advirtió que "debe seguir manejándose esa hipótesis de conflicto", pero alertó que el nuevo enemigo en la región es "la aparición del narcotráfico" y su fuerza económica para introducir la corrupción en círculos de poder.

El brigadier general paraguayo Darío Antonio Franco reconoció que la reafirmación democrática de la región "no es un fenómeno pasajero" y que "hay mayor conciencia entre los militares de que nuestro rol no es el de gobernar".

Quien tuvo a su cargo analizar "el rol de las Fuerzas Armadas en el actual escenario internacional", el contraalmirante argentino Roberto Pertusio realizó una dura autocrítica sobre el papel de los ejércitos y alertó sobre las consecuencias de las guerras.

El marino argentino, citando fuentes de la inteligencia estadounidense, dijo que "cada de los soldados argentinos de dólares a los británicos".

Pertusio recordó que el conflicto bélico entre argentinos y británicos por la posesión de las islas dejó al descubierto lo que calificó como "el proceso inflacionario de la muerte en combate".

• Costos

Señaló que en las campañas militares que encabezó el romano Julio César, en el año 50 antes de Cristo, "cada enemigo muerto representaba un gasto equivalente a 75 centavos de dólar".

"En el año 1800, durante las guerras napoleónicas, un soldado muerto demandó una inversión de 3000 dólares; en la Primera Guerra Mundial (1914-1918) un combatiente abatido costó 21.000 dólares a la otra parte, y en la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) el costo fue de 200.000 dólares por cada uno de los caídos", agregó.

El almirante argentino dijo que "el día que se dé a conocer el costo global de la reciente Guerra del Golfo Pérsico y se lo divida por el número de combatientes muertos, el valor que resulte será sin duda escalofriante".

Pertusio exigió a sus camaradas de armas buscar un nuevo rol para las Fuerzas Armadas, que ofrezca garantías de seguridad para la población mundial. "El mundo se encuentra preparado para la guerra, dispone para ello de un conjunto de armas nuevas que no han sido empleadas hasta ahora: biológicas, nucleares y químicas; ninguna de estas armas ha demostrado que después de su uso la sobrevida y la adaptación (del ser humano) sean posibles", dijo.

El militar, al finalizar su discurso, interrogó a sus colegas: "¿Podremos ubicarnos en la verdadera magnitud de tales elementos de destrucción que el hombre ha fabricado?".

El cónclave militar será clausurado hoy, tras cinco días de deliberaciones, y se redactará un texto conjunto que será entregado a los gobiernos de los cuatro países que integrarán el Mercosur, señalaron los organizadores.

01 . 01 9109008

Encuentro Petrolero
La República
120691
20) Petróleo 11209
14) ARPEL, 12721
CANADÁ 65456

Tiemo Abreu participa de encuentro petrolero

El ingeniero Andrés Tiemo Abreu, presidente de Ancap, se encuentra en Vancouver, Canadá, junto a los restantes diecisiete titulares de las empresas petroleras estatales de América Latina y el Caribe, participando de una reunión que comenzó ayer para definir las acciones de la Asociación Recíproca Estatal Latinoamericana (Arpel) en el período 1990-1991.

El secretario general de la Asistencia Recíproca Petrolera estatal Latinoamericana (Arpel), Alvaro Teixeira, recordó al inaugurar la reunión, que este organismo, cuya sede se encuentra en Montevideo, se propone desarrollar acciones a mediano y largo plazo en diferentes sectores relacionados con la producción del crudo. En especial, la protección ambiental y sus planes de emergencia, la comercialización interregional de crudos y derivados, el intercambio de bienes para la industria petrolera, el desarrollo del gas natural, y la investigación, desarrollo y capacitación en el sector petrolero. "En la mayoría de ellos hemos despegado, pero la altura y la distancia del vuelo dependen ahora del combustible que nos darán nuestras empresas miembros", precisó Teixeira.

Arpel, está integrada por compañías estatales petroleras de Uruguay, Colombia, Chile, Argentina, México, Jamaica, Venezuela, Brasil, Paraguay, Perú, Costa Rica, Surinam, Trinidad y Tobago, Bolivia y Canadá.

El funcionario internacional destacó "el alto grado de efectividad" en las acciones conjuntas de las empresas miembros de este organismo, así como el avance de la cooperación verificada en el último período, tanto en el sector ambiental como en la investigación y desarrollo. El área ambiental, explicó Teixeira, "[illegible] foco de gran interés", informando que el go[illegible] otorgar un fondo de 1,9 millones de dólares canadienses para avanzar en este sector. [illegible], informó la cu[illegible] "muy positivamente" del pro[illegible] dos años de [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

01 . 01

91 09008

CUMENTO

TEMA: Masonería dividida en 2 org.
Busqueda
06/91
Masonería pmd
ROU 10020

La masonería dividida en dos organizaciones

La masonería uruguaya está dividida hace más de 10 meses en dos organizaciones que funcionan en forma independiente, informaron esta semana a Búsqueda fuentes de esa sociedad secreta.

Las fuentes dijeron que el 25 de agosto de 1990, un grupo de masones desgajados de la Gran Logia del Uruguay, fundó el Gran Oriente de Uruguay que comenzó a actuar paralelamente a la organización hasta entonces nucleadora de todos los masones.

El Gran Oriente de Uruguay adquirió un edificio en la zona sur de Montevideo, que está siendo actualmente acondicionado para convertirlo en sede central de la nueva organización. El local central de la Gran Logia del Uruguay está en la zona del Cordón, en la calle Duvimioso Terra.

Los desgajamientos de la Gran Logia del Uruguay —que sigue siendo la principal organización masónica del país— se produjeron por "discrepancias de principios" y por la "permanencia en esa entidad de figuras que estuvieron vinculadas al régimen de facto", según las fuentes.

El Gran Oriente de Uruguay —que es conducido actualmente por un comité provisorio— ha recibido el apoyo, entre otras, de la logia "Libre Pensadores" de Cerro Largo, una de las más fuertes del interior. También ha entablado "relaciones con otras potencias masónicas".

La masonería es la sociedad secreta más extendida en todo el mundo, pero no está encaminada a realizar actividades ilegales. Se considera como una fraternidad, constituida en muchos países al amparo de las respectivas leyes de asociación.

ENTRADO

01.01 9109010

Sector RELIGIÓN 12773 11210 (F-2)

Lemuel Larrosa: "Supongo que su sarcasmo y risa incluyen al apóstol San Juan"

Un pastor bautista replica al padre Elizaga: "Quiero suponer que sólo está mal informado"

- *¿Cuál es su objetivo al buscar alguna relación fantasiosa con Rockefeller y Nixon?"*
- *"Como delegado de Roma al diálogo inter-religioso, creo que debería estar mejor informado"*

La "crisis de vocación sacerdotal" que atravesaría la Iglesia Católica "puede estar mostrándole algo a su estilo de religión", señala la réplica del pastor evangélico bautista Lemuel Larrosa al padre Julio Elizaga. El religioso, quien trabaja con Radio Trans Mundial Uruguay -organización que "proclama el evangelio a todo el mundo en 83 idiomas"-, remitió una carta abierta a LA REPUBLICA dirigida al sacerdote católico, quien criticó la actividad de los ministerios radiales y televisivos a la que relacionó con las sectas que operan en Uruguay. Lo que sigue es el texto de la misiva.

■ Leí con estupor y sorpresa la nota del sábado 25 de mayo realizada por LA REPUBLICA al padre Elizaga.

Mi estupor y sorpresa está relacionada con el hecho que conozco a Elizaga desde hace varios años y hemos incluso participado de varios eventos espirituales unidos. Además en una ocasión realizamos ambos, juntos, un trabajo de asistencia pastoral a una familia en crisis.

Nunca hasta ahora he visto a Julio Elizaga como un sacerdote sectarista, hasta la nota del 25 de mayo de 1991.

Creo en la seriedad de LA REPUBLICA como para eliminar de mi mente la posibilidad de que las afirmaciones hayan sido distorsionadas.

¿Qué me dicen sus declaraciones?

Primero que hay un retroceso histórico o tal vez lo que afirman algunos historiadores y es que la historia es una serie de ciclos que se vuelven a repetir. ¿Estaremos volviendo otra vez a la intolerancia religiosa? ¿A la época de la Inquisición? Los Evangélicos cristianos tenemos memoria histórica y los mártires de los primeros siglos y del siglo 15 y 16 son mudos testigos de atrocidades sin número.

Sacerdote Elizaga, ¿qué está propiciando contra los cristianos evangélicos?

A través de sus afirmaciones teñidas de un marcado sentido de menosprecio noto también, en segundo lugar, un objetivo: vincular a los evangélicos con alguna forma de política relacionada con Estados Unidos.

¿Cuál es su objetivo, Elizaga, al buscar algún tipo de relación fantasiosa con Rockefeller y Nixon? Quiero suponer que sólo está mal informado y que no existe ninguna forma velada de echar sombras sobre los cristianos evangélicos.

Usted, señor Elizaga, habla en su nota -un tanto desordenada, por otro lado- de "Evangelio enlatado". Puedo entender la expresión cuando pienso en producciones no cristianas. ¿Acaso usted, Julio, no ha recibido la Biblia y el Evangelio enlatado también?

¿O tiene un evangelio creado, "made in", su parroquia...?

Las raíces del cristianismo están pues muy lejos de aquí.

Jesús nació en Israel y desde allí se han difundido los evangelios.

¿Por qué entonces, pues, objetar programas de radio cristianos y evangélicos? Yo mismo veo algunos domingos el programa de la iglesia católica en un canal de Montevideo, y puedo notar que toda la liturgia usada es -según sus propios términos- "enlatada".

En tercer lugar veo en su nota un claro deseo de desvincular a la Iglesia católica de Roma en Uruguay de Estados Unidos. Indica que sus raíces de influencia son europeas y específicamente francesas.

También menciona formación aristotélica de los sacerdotes.

Estoy tratando de entender todavía lo que quiso decir con esas afirmaciones. Lo que sí puedo hacer es lamentar que no hayan tenido una más clara y abundante formación bíblica.

Las filosofías humanas no salvan al ser humano; creo como evangélico bautista que el mensaje que ha liberado vidas en el pasado, y lo sigue haciendo aún, está en las páginas de la Biblia. Creo que la única solución para la redención del hombres es que éste se vuelva a Dios y lo debe hacer a través de Jesucristo y no de ninguna forma litúrgica o filosofías humanas. Jesús dijo: Yo soy el camino, la verdad y la vida. Nadie viene al padre sino por mí; (Evangelio de San Juan, capítulo 14).

Veo en cuarto lugar en sus afirmaciones, Elizaga, que la Iglesia Católica de Roma en Uruguay está atravesando una crisis de vocación sacerdotal.

Usted menciona que hay pocos sacerdotes y eso incide para que estén cas cristianas en Uruguay y en toda América Latina.

Nuestros seminarios teológicos están llenos de personas, solteras y casadas, que han sentido una clara responsabilidad de su fe cristiana y se están preparando para servir mejor a la comunidad uruguaya.

Usted menciona que los Bautistas "crecen muchísimo menos"..."Creo que desconoce la actual realidad latinoamericana y, como delegado de Roma para el diálogo inter-religioso en esta parte del continente, creo que debe estar mejor informado. Sin embargo quiero decir que la forma de sus afirmaciones me recuerda a un autor argentino y anti-evangélico que ha publicado más de un libro con documentación tergiversada, de apellido Sillayeta (?)

Veo otra mal información que usted maneja: indica que el padre Emilio Castro es el líder del protestantismo a nivel mundial.

Primero que Castro es padre, pero de familia. Religiosamente, es Pastor a menos que haya hecho los votos de celibato y se haya casado con Roma últimamente.

Los Evangélicos no tenemos "un líder humano". Jesús es nuestro líder, si es que quiero llamarle así. Una Iglesia que tiene como cabeza un ser humano no es Iglesia sino institución o estado religioso.

Tampoco todos los evangélicos somos de origen histórico protestante.

Sus afirmaciones generales dan esa idea. Sí los evangélicos "nacidos de nuevo", según enseñó Jesús, creemos en la validez de los diez mandamientos y destaco uno: "No te harás imagen ni ninguna semejanza de lo que está arriba en el cielo o abajo en la tierra". "Sólo a Dios adorarás".

Y Jesús dijo: "Dios es espíritu y es necesario que le adoremos en espíritu y en verdad".

Lo que usted menciona del culto mariolátrico es verdad. No adoramos a María ni la designamos como "Madre de Dios". Creemos literalmente lo que nos dicen los evangelios acerca de su especial maternidad.

También creemos literalmente en la segunda venida de Jesucristo.

Así tal cual él mismo lo afirma y está documentado en los evangelios del Nuevo Testamento de la Biblia que usted también tiene.

También usted dice "reírse de quienes describen el cielo como si hubieran estado allí". Supongo entonces que también su sarcasmo y risa incluyen al apóstol San Juan, quien no estuvo en el cielo corporalmente hablando, pero en visión lo contempló y describe.

¿O acaso usted no cree en la realidad de la vida eterna y del cielo según la descripción del último libro de la Biblia?

Es posible, pues, que la influencia de la filosofía aristotélica y la influencia de la cultura francesa, que usted indica ha tenido durante su formación, le han hecho un sacerdote escéptico.

Voy entonces a orar a dios que ilumine su mente a fin de que el espíritu del Evangelio Salvador -Jesucristo- traiga a usted y a su Iglesia que pastorea un nuevo día de renovación espiritual.

Termina una sección de sus afirmaciones diciendo: "Son religiones que te enseñan a vivir pero no a pensar".

Tampoco aquí entiendo el concepto y es posible que su influencia aristotélica tenga algo que ver.

Dígame, Elizaga, ¿cómo puede alguien aprender -si es enseñado- a vivir sin pensar? Trato de entender el concepto frente a otra figura de su liturgia, "rezar el rosario". Se lo repite mentalmente sin que pase por el entendimiento.

Si usted está pensando esto de nuestra forma evangélica bautista o de otros grupos evangélicos bíblicos, creo que está mal informado.

Puede visitar cualquiera de nuestras librerías Evangélicas y ver por sí mismo la gran cantidad de materiales de libro y revistas que están dedicados a la explicación de la Biblia. Enseñamos a pensar para vivir mejor.

Nuestras escuelas evangélicas, seminarios teológicos, y otras entidades educativas son testigos de esta forma de acción formativa.

Quiero, por último, suponer que usted, Elizaga, está mal informado y que no tiene la intención de echar una sombra de duda sobre los Evangélicos y en lo que me concierne sobre mi Iglesia Bautista en Uruguay.

Los Evangélicos Bautistas estamos en Uruguay desde 1911 y en agosto cumplimos 80 años de labores educativas y religiosas; además, nuestra presencia se traduce en servicios sociales diversos a lo largo y ancho del país.

Es mi deseo que este diálogo que ha propiciado LA REPUBLICA pueda traer claridad a nuestra comunidad uruguaya sobre quiénes somo sy qué creemos los Evangélicos del Uruguay.

Lemuel Larrosa,
Pastor Evangélico Bautista

01 01 9109011

"Nueva Cultura Sindical"
Clarín
040691
~~Sub Secretaría~~
OIT 12597
PARAGUAY 66723

COMISION PARAGUAYA A LA ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO LUEGO DE 31 AÑOS

"Nueva cultura sindical"

Clarín EN ASUNCION

ASUNCION, 3 (Enviado especial). — Tras una semana de dilaciones, una delegación paraguaya integrada por representantes del gobierno, empresarios y trabajadores, partió esta mañana rumbo a Ginebra, donde participará de la 78ª reunión de la Organización Internacional del Trabajo (OIT). Luego de 31 años de ausencia —todo sucede aquí después de décadas— Paraguay tendrá de este modo un lugar entre las naciones que componen ese foro.

La OIT expulsó de su seno al Paraguay en 1958, un año trágico para la historia de este país, cuando el entonces presidente, general Alfredo Stroessner, trazó las primeras líneas gruesas de su régimen dictatorial. Cuatro años después del golpe de Estado que lo llevó al poder (1954), y en un breve lapso, ordenó una sangrienta represión contra obreros y estudiantes, intervino la central de trabajadores y disolvió la Cámara de Representantes.

Desde entonces, y ya en un país a oscuras, la aún hoy stronista Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT) se convirtió en otro generoso y eficaz instrumento de control y poder. A cambio de sus servicios, sus dirigentes gozaban de privilegios tan sabrosos como sus remuneraciones en el seguro social y en el Ministerio de Trabajo, que todavía perduran.

La creación, a mediados de los años 60, de la Central Nacional de Trabajadores (CNT), de orientación democristiana y bajo el imprescindible amparo de la Iglesia Católica, que siempre mantuvo relaciones conflictivas con Stroessner, no logró romper la hegemonía de la CPT: el terror mandaba y pasar inadvertido era el mejor salvoconducto para la supervivencia.

La sede de la calle corone. Bogado de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) prueba que su creación es reciente. En sus paredes altas y blancas se descubre que nació marginalmente, en 1985, con el nombre de Movimiento Intersindical de Trabajadores y que desde ese momento encabezó la resistencia a una legislación laboral retrógrada. En esa casa, que alberga a la organización obrera y campesina mayoritaria en el Paraguay, se corporizó la candidatura del médico Carlos Filizzola a la Intendencia de Asunción.

Representantes de las tres centrales, José Manuel Abreu, por los empresarios, y el ministro de Justicia y Trabajo, Hugo Estigarribia, serán recibidos el miércoles en Ginebra en la apertura de la conferencia de la OIT y habrán dado un paso más en la consolidación de la democracia paraguaya.

♦ Todo por hacer

En declaraciones a la prensa, el titular de la cartera de Trabajo lamentó que su país debiera concurrir a la reunión de la OIT con un código de legislación laboral **"que no concuerda en sus horizontes con las exigencias actuales en la materia".**

La definición del ministro apunta al hecho de que la legislación del Paraguay privilegia la sindicalización por empresas. La ley 200 del año 1970 descarta cualquier tipo de sindicalización por gremios y la Constitución prohibe, junto con ello, el derecho de huelga a los empleados del sector público, unos 200.000 trabajadores.

Sobre un universo de 1.300.000 paraguayos activos, sólo 400.000 gozan de un seguro social. El 80% de ellos, incluyendo los empleados públicos, no pueden disfrutar de las ventajas de uno de los salarios mínimos más altos de Latinoamérica: alrededor de 200 dólares.

Víctor Báez Mosqueira, presidente de la CUT, explica que el principal desafío que enfrentan los trabajadores es el de crear una nueva cultura sindical en el Paraguay. A su entender, la apertura democrática ha permitido recuperar la credibilidad sindical, ahogada por años de prebendas y corrupción. "Pero es largo el camino por andar", dice.

"Nuestras metas son las sindicalización del sector público y la adecuación de los convenios de trabajo a los convenios internacionales. Aquí prácticamente debemos empezar de cero, ya que tenemos un nivel de organización primario. La legislación laboral, por ejemplo, no puede compararse en lo más mínimo con la que existe en la Argentina, que es muy avanzada", afirma.

Báez Mosqueira, bancario, voz aspera de fumador exagerado y aspecto intelectual, asegura que desde el golpe de Estado que acabó con Stroessner más de un millar de activistas y dirigentes han sido despedidos y que una buena porción de los 200 sindicatos que despertaron murieron al nacer. **"El año pasado el Paraguay tuvo un promedio de una huelga por semana, en su mayoría motivadas por la falta de reconocimiento al derecho de organización"**, subraya.

La CUT se define como una central "clasista, combativa, independiente y democrática", cualidades que no necesariamente la hacen del agrado de todos. El gobierno del presidente Andrés Rodríguez no la ha reconocido como máxima representante de los trabajadores para la reunión en Suiza, y en cambio optó por la organización democristiana. Los hombres de la CUT, como los de la CPT, participarán allí en carácter de "delegados técnicos de los trabajadores".

Walter Curia

Copyright Clarín 1991

01 . 01 9109012

Preocupación por neonazis
Burguete
240691
Roza 11204

Pág. 35 Ambito Financiero, Buenos Aires, lunes 24 de junio de 1991

Kohl preocupado por los neonazis

Bonn (Reuter, UPI) — El canciller alemán Helmut Kohl expresó ayer su indignación por la creciente actividad en la ex Alemania del Este de grupos neo nazis y los fustigó diciendo que se olvidaron las enseñanzas de la historia, a la vez que advirtió por un rebrote del antisemitismo.

El funcionario sostuvo que la caída del comunismo en Europa Oriental es una victoria para la democracia "pero no debemos perder de vista el peligro del renacimiento, en algunos lugares, de viejos demonios como el nacionalismo, la xenofobia y el antisemitismo".

Helmut Kohl

• Enojos

"Por eso estoy tan enojado con las actividades desvergonzadas de los neonazis, en especial en Alemania del Este, y en Dresden", dijo en una reunión en una Iglesia Católica de Speyer.

Casi 2000 jóvenes neo-nazis marcharon por Dresden hace una semana, en expresión de duelo por la muerte de un dirigente asesinado de un balazo en una revuelta entre pandilleros.

Entonaban el cántico nazi "Sieg Heil" (Clamar Victoria) y agitaron banderas del viejo imperio alemán durante la marcha, la más numerosa realizada por activistas en lo que era Europa Comunista.

"Esta gente no aprendió nada, absolutamente nada, de la historia del Siglo XX", enfatizó Kohl.

La revista "Bunte" citó a funcionarios alemanes de la contra-inteligencia diciendo que hay por lo menos 1500 neo-nazis netos en lo que era Alemania del Este, y que tal vez haya más. Según la publicación, la cantidad va en aumento y cuentan con unos 15.000 simpatizantes.

El movimiento neo-nazi creció en el Este a medida de desempleo con la caída de la vieja estructura comunista de la economía. Las principales víctimas del neo-nazismo son los trabajadores extranjeros, las prostitutas y los turistas polacos.

Kohl afirmó que la frontera de Alemania con Polonia debería ser tan abierta como la frontera que mantiene con Francia. El político hizo esas afirmaciones un día después de que Bonn y Moscú celebraron el 50 aniversario de la fatal y destructiva invasión a la Unión Soviética.

• Libertad

"En todos lados en Europa, el amor por la madre patria deberá vincularse rápidamente al amor a la libertad y el respeto a la dignidad de nuestros vecinos", sostuvo Kohl ante feligreses en la antigua ciudad junto al Rin.

Los políticos del Partido Conservador de Kohl afirmaron que el Movimiento Derechista del Este está demasiado dividido para constituir una amenaza al sistema democrático.

El presidente de la pequeña comunidad judía de Alemania, Heinz Galinski, sostuvo que los jóvenes del Este que crecieron bajo el sistema comunista no recibieron una educación adecuada sobre la verdadera naturaleza del nazismo, y el exterminio de los seis millones de ju-

Hacer 1 foto

01 . 01

9109013

De León XIII a J. Pablo II
La Nación
170691
Iglesia 500777

170691 (F-2)

Actividad religiosa

De León XIII a Juan Pablo II

Con la encíclica de León XIII *Rerum novarum*, el magisterio pontificio ingresó, hace un siglo, en un campo que hasta ese momento le era, en cierto modo, desconocido: el de la *cuestión social*, según la denominación genérica con que los hombres del siglo XIX solían referirse a los problemas vinculados con la relación obrero-patronal, tal como había quedado perfilada a partir de los cambios introducidos por la revolución industrial.

La *Rerum novarum* fue la primera de las llamadas *encíclicas sociales*, que a lo largo del siglo XX fueron enriqueciendo el magisterio papal de acuerdo con las transformaciones que el mundo iba experimentando.

La problemática abordada por los pontífices se fue ensanchando. De la visión de León XIII, centrada en la necesidad de promover la protección del trabajador y, en general, la humanización de la relación laboral, se pasó al análisis de los conflictos sociales en el plano de los lineamientos macroeconómicos y de los procesos políticos internacionales.

En las encíclicas de Juan XXIII y Paulo VI, la visión del problema social se desliza cada vez más hacia el análisis de la relación entre el mundo desarrollado y el mundo de la periferia o del subdesarrollo. Si a León XIII lo desvelaba la situación del trabajador individualmente considerado, a quien deseaba ver protegido en sus intereses fundamentales, a los pontífices de la segunda mitad del siglo XX los obsesionó la brecha –cada vez mayor– entre países ricos y países pobres.

Un tema que desveló a Paulo VI fue el de la brecha entre países ricos y países pobres

El tema central, para ellos, fue el del *desarrollo* y, en íntima conexión con él, el de la política armamentista de las máximas potencias mundiales, envueltas en una disputa hegemónica que si por un lado amenazaba con llevar al mundo al holocausto nuclear, por el otro sustraía recursos económicos a la causa del progreso pacífico y solidario del resto de la comunidad mundial.

La última encíclica que desarrolló el siglo XX fue la *Sollicitudo rei socialis*, dictada por Juan Pablo II el 30 de diciembre de 1987. Están frescas en la memoria de todos las controversias que suscitó esa encíclica, fuertemente resistida por los sectores liberales a causa de sus críticas a la sociedad capitalista.

Justo Laguna

El poscomunismo

Centesimus annus, la nueva encíclica de Juan Pablo II, publicada el 1º de mayo último, inaugura –acaso– un nuevo ciclo. Es la encíclica del *poscomunismo*: está referida al mundo que emerge tras el estrepitoso derrumbe del imperio soviético, producido entre 1989 y 1990.

En *Centesimus annus*, el papa Wojtyla examina las causas del fracaso de las propuestas revolucionarias del marxismo. Su reconocimiento de que el *mercado libre* aparece como el instrumento más eficaz para dar respuesta, en el plano económico, a las necesidades de los hombres ha determinado que algunos sectores consideren que esta nueva encíclica rectifica los puntos de vista sustentados en los documentos pontificios anteriores. Otros sectores, en cambio, consideran que el nuevo documento de Juan Pablo II se ajusta estrictamente a los principios tradicionales de la doctrina social de la Iglesia y del magisterio papal.

Ninguna de estas posiciones es defendida principalmente por los políticos y pensadores adheridos al liberalismo. "Es la primera encíclica que defiende expresamente los principios de la economía de mercado", dijo un tradicional periódico norteamericano. "Esta encíclica reconcilia a la Iglesia con el liberalismo", afirmaron algunos dirigentes de conocida prosapia liberal.

La segunda corriente de opinión es la que prevalece en los sectores políticos y culturales cercanos al pensamiento católico. Para ellos, *Centesimus annus* no hace otra cosa que reafirmar en todos sus términos los principios que ha sostenido siempre la Iglesia y que las encíclicas sociales (de *Rerum novarum* en adelante) han reiterado y profundizado.

Ante cada encíclica, hay que distinguir entre lo permanente y lo coyuntural o histórico, advierte Laguna

Dos a uno

El debate se reavivó en estos días con motivo de la realización de varias reuniones públicas destinadas a analizar el significado de la encíclica. La Fundación Carlos Pellegrini reunió en un panel a Cayetano Licciardo, Armando Ribas y Alberto Benegas Lynch. La opinión de que la encíclica "no innova" respecto de la doctrina tradicional de la Iglesia *triunfó por dos a uno*: sólo Ribas adhirió al punto de vista opuesto.

Particularmente clarificadora fue la exposición del obispo de Morón, monseñor Justo Laguna, en el Instituto de Cultura Religiosa Superior. Tras pasar revista a las diferentes encíclicas y destacar el aporte singular de cada pontífice, Laguna hizo una precisa distinción entre los principios *permanentes* de la doctrina social cristiana (por ejemplo, la afirmación de que el hombre debe ser el centro de gravedad de todo sistema económico, contenida en todos los documentos papales sin excepción) y aquellos elementos coyunturales o históricos, que son necesariamente cambiantes, pues las encíclicas no están referidas a situaciones abstractas sino a la concreta realidad social de cada época.

01 . 01

91 09 14

11189

PESCA
CONF. EST. AMERICANOS 1963

Captura creció de 21 a 84 millones de toneladas ⑧ Martes 11-6-91 "La Mañana"

Se cuadruplicó la pesca mundial en un período de veinticinco años

Exportación se duplicó entre 1970 y 1988

Uruguay enfrenta el desafío pesquero: el de acceder a esa enorme riqueza para beneficiarse de ella, conservándola. Ese fue uno de los hilos conductores de la exposición hecha ayer por el titular de INAPE, Dr. Juan Oribe Stemmer, en la exposición inaugural del V Simposio de Estudios Estratégicos que comenzó ayer. De ella, se ofrecen en esta página algunos tramos.

LOS recursos pesqueros son limitados pero renovables. La irrupción del pescador causará una caída de la población de la especie objetivo. Si esa interferencia con el ecosistema se mantiene dentro de límites estables y relativamente bajos, lo más probable es que se establezca un nuevo equilibrio, en el cual el tamaño de la población y las capturas se mantendrán más o menos constantes. En este punto se obtiene del caladero un rendimiento de equilibrio o sostenible.

Una mortalidad por pesca demasiado alta afectará la capacidad natural de renovación de las especies afectadas. La sobreexplotación de los recursos, de continuar por demasiado tiempo, puede llevar la pesquería al colapso.

Las declaraciones de los gobiernos, las normas contenidas en las convenciones internacionales y la legislación nacional sobre pesca usualmente ponen énfasis en la necesidad de evitar la sobreexplotación y de mantener o restablecer las poblaciones de las especies capturadas a niveles que puedan producir el máximo rendimiento sostenible con arreglo a los factores ambientales y económicos pertinentes.

La Ley de Pesca uruguaya declara de interés nacional la preservación de las riquezas del mar y establece que "serán objeto de una explotación racional, de modo de obtener de las mismas un rendimiento óptimo constante".

Pero la experiencia indica que, con asombrosa frecuencia, el esfuerzo de pesca tenderá a sobrepasar el nivel del máximo rendimiento sostenible de las especies. El punto a partir del cual disminuye el rendimiento de los buques pesqueros y donde comienzan a revelarse las usuales consecuencias sociales y políticas del agotamiento de los recursos pesqueros. Es recién entonces cuando los gobiernos deciden intervenir adoptando medidas de protección más o menos severas.

Dificultades

La administración y conservación de los recursos pesqueros se ve dificultada por una serie de circunstancias políticas, sociales y económicas. Se ha señalado que "peces, pescadores, científicos y administradores pesqueros son parte de un sistema pesquero interactivo complejo. Son todos interdependientes. La abundancia de peces, conjuntamente con factores socioeconómicos, determina el éxito de la pesca". Las medidas de administración concretadas por los gobiernos y organismos internacionales competentes son uno de los componentes más importantes de ese sistema.

"Animales fieros"

El ecosistema es, por lo tanto, un dinámico tejido que no suele encajar exactamente dentro de los límites que circunscriben las diferentes áreas de soberanía en que se dividen los mares, incluyendo las aguas territoriales, zonas económicas exclusivas de los Estados ribereños y la alta mar. Esa falta de coordinación entre los espacios políticos y los ecológicos dificulta la administración de los recursos y es una de las principales causas de fricciones entre los Estados.

Otro aspecto importante es que los peces son, como los define el Código Civil uruguayo, *"animales fieros o salvajes"*, que viven *naturalmente* libres e independientes del hombre. Como tales, no están sujetos al dominio. Son "res nullius" que pertenecerán al primero que los capture o, como dice el Código, los "aprehenda".

Esta característica tiene una considerable influencia sobre la racionalidad que guía al armador pesquero. Cuando el acceso a la pesquería es libre, cada pescador tenderá a adoptar una perspectiva de corto plazo, procurando apropiarse de la máxima cosecha posible del recurso compartido. En estas condiciones, nadie se sentirá inclinado a sacrificar beneficios presentes para obtener un mayor beneficio en el futuro.

Intervención estatal

"Se tiende así -destaca un estudio chileno- *a obtener beneficios privados de corto plazo, en contraposición al interés propio del desarrollo y mantención del sistema"*, y de asegurar una actividad pesquera rentable en el largo plazo. La sobreexplotación producirá ineficiencias cada vez más importantes en la aplicación de los factores de producción trabajo y capital.

Los Estados se verán obligados a intervenir, tarde o temprano (preferiblemente temprano), para evitar la sobreexplotación y mantener la viabilidad económica y comercial del caladero. Con ese propósito será necesario poner coto a la natural tendencia de las flotas pesqueras, de incrementar su capacidad de pesca por encima de los niveles aconsejables para mantener los rendimientos sostenibles de la especie. Con ese propósito, se concretará una variedad de medidas encaminadas a regular el esfuerzo pesquero, mediante controles sobre el acceso a la pesquería, las artes de pesca utilizadas, temporadas y áreas de veda, etc.

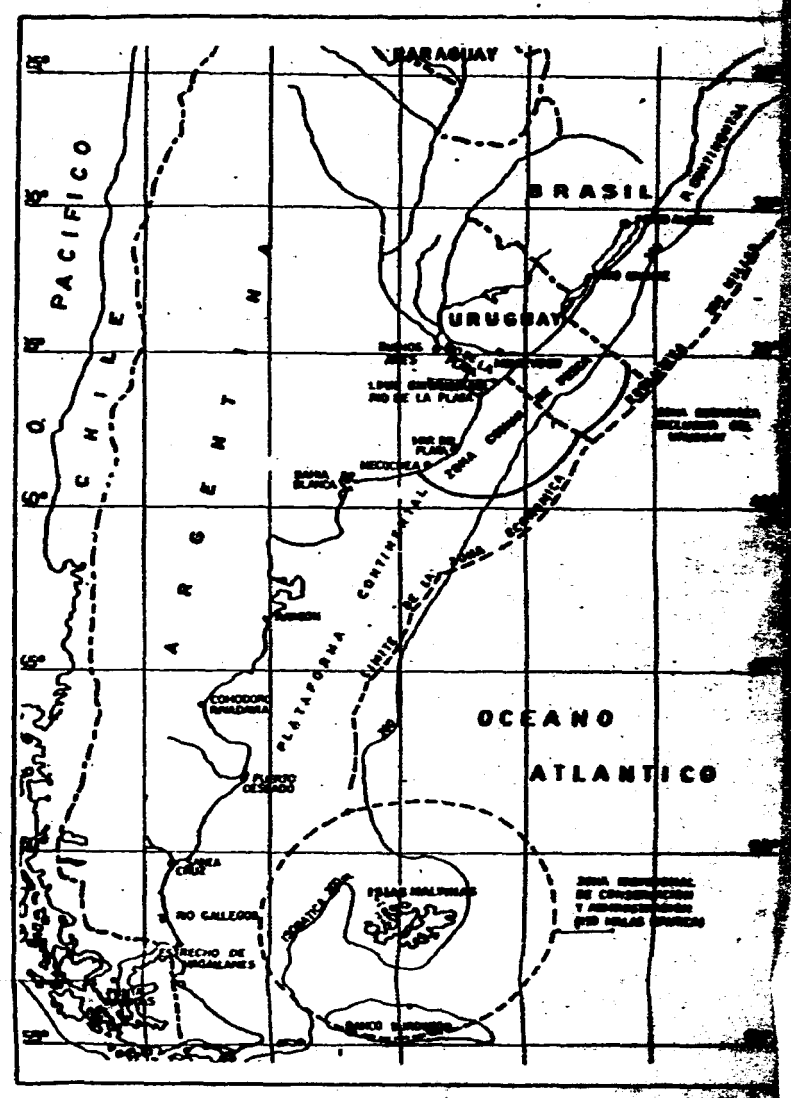
Si la administración de una pesquería situada totalmente dentro de la zona económica exclusiva de un determinado Estado es difícil, mucho más compleja aún es la administración de pesquerías compartidas entre dos o más Estados, o de los caladeros que se extienden mar afuera de las 200 millas, en la alta mar.

Zona exclusiva

Es el área situada más allá del mar territorial y adyacente a este. Su amplitud máxima será de 200 millas calculadas desde las líneas de base a partir de las cuales se mide el ancho del mar territorial (por ejemplo: 12 millas de mar territorial + 188 millas de zona económica exclusiva = 200 millas).

En esta área el Estado ribereño ejerce "derechos de soberanía para los fines de exploración y explotación, conservación y administración de los recursos naturales, tanto vivos como no vivos, de las aguas suprayacentes, el lecho y el subsuelo del mar".

La Zona de Conservación de las Malvinas (Falkland Islands Interim Conservation and Administration Zone) es un tipo de zona económica exclusiva, dirigida específicamente a los recursos vivos que habitan esas aguas. Está definida generalmente por un círculo con un radio de 150 millas marinas, excepto en un sector frente a Tierra del Fuego donde el límite es una línea recta.



La zona pesquera y una prioridad: mantener los recursos naturales

Evolución industrial

En el correr del último medio siglo la cosecha extraída anualmente de mares y océanos más que se ha cuadruplicado, pasando de 21 millones de toneladas en 1938 a 84 millones en 1988. Si bien una importante proporción de ese pescado está destinado al mercado interno, cada vez más se aprecia un aumento significativo en el valor y los volúmenes de las exportaciones de productos pesqueros.

El volumen de los embarques de pescado fresco, refrigerado o congelado más que se duplicó entre 1970 y 1988. Un aspecto significativo es la creciente importancia de los productos con mayor valor agregado, como las exportaciones de productos de pescado, preparados, crustáceos y moluscos congelados.

Es posible anticipar tres grandes tendencias de desarrollo en los mercados de productos pesqueros. En el caso de las especies más valiosas que [illegible] tivadas (por [illegible] langostinos que [illegible] la mitad del [illegible] ternacional de este tipo de productos), la producción incrementará [illegible] la demanda.

La oferta de [illegible] oceánicas, de valor [illegible] termedias y que no [illegible] ser cultivadas [illegible] merluza o el calamar [illegible] ser menos elástica en el [illegible] plazo. Sus precios [illegible] aumentar.

Finalmente, el incremento en la demanda de [illegible] que algunas especies que [illegible] la actualidad no son [illegible] deradas de importancia comercial comienzan a [illegible] contrar mercados.

La continua expansión de la demanda mundial por productos pesqueros es, sin duda, un prospecto alentador para los países del Atlántico sudoccidental, que son principalmente exportadores de pescado de alto valor para consumo humano directo.

Al mismo tiempo, los precios más altos y los mercados más amplios inevitablemente se traducirán en una mayor presión sobre los caladeros.

Este es un prospecto preocupante, sobre todo si consideramos que ya en la actualidad varias de las especies se aproximan a los rendimientos máximos sostenibles.

INTERRUPCIONES PROGRAMADAS PARA REALIZACION DE TRABAJOS DE MEJORA Y MANTENIMIENTO EN INSTALACIONES DE UTE

Para el próximo **miércoles 12 de junio** se anuncian las siguientes interrupciones parciales de servicios:

Entre la hora 8:00 y las 20:00 aproximadamente

Zonas Malvín (trabajos varios). Afectará a clientes dentro de los siguientes límites aproximados: Río de la Plata, Pilcomayo, Misiouri, Retamosa, Gral. Gómez, Michigan, Avenida Legrand.

Entre las 8.00 y las 16.00 aproximadamente.

Zona Manga, Bola de Nieve (reparación de subestación). Afectará a clientes entre: Vigía, Capitán Lacoste, Sánday, Camino al Paso Andaluz, Carlos A. López

15 de junio, UNA APUESTA A LA VIDA
Jornada Nacional en Apoyo a los niños con cáncer

UTE

Acuerdo CEPAL-BID SOBRE INICIATIVA BUSH
La República
930691
CEPAL 12603
BID 12641

Destinarán U$S 2,5 millones para promover diálogo hemisférico 930691

Cepal y BID suscriben importante convenio sobre "Iniciativa Bush"

F-2

Santiago (IPS)

Cepal y el BID suscribieron ayer en la capital chilena un convenio de cooperación técnica sobre la Iniciativa para las Américas, descrito como el acuerdo conjunto "más importante en la historia de ambas instituciones".

El documento fue firmado en la sede de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), por su secretario ejecutivo, Gert Rosenthal, y por Enrique Iglesias, presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

El convenio contempla el destino de 2,5 millones de dólares para promover un diálogo hemisférico sobre los aspectos comerciales de la iniciativa planteada por el presidente de los Estados Unidos, George Bush, en junio de 1990.

Cepal será el organismo ejecutor de coloquios, conferencias y otras acciones de información y análisis de la Iniciativa para las Américas con la participación de expertos y responsables de temas de decisiones de América Latina, el Caribe, Estados Unidos y Canadá.

El BID contribuirá al financiamiento del convenio con un aporte no reembolsable de 2,1 millones de dólares, en tanto Cepal participará con 400 mil dólares y ejecutará el proyecto a través de su oficina en Washington.

Rosenthal subrayó que el convenio prevé la participación de organismos regionales en "un diálogo entre todas las partes" involucradas en la Iniciativa para las Américas.

Iglesias indicó que el acuerdo BID-Cepal responde a las nuevas realidades regionales, de políticas económicas de apertura, resurgimiento de los esfuerzos de integración y necesidad de conocer las experiencias de libre comercio de otras áreas.

El presidente del BID consideró positivo el avance de la "Iniciativa Bush" a un año de su formulación, tanto en su componente comercial como en sus propuestas con respecto a la deuda externa y las inversiones.

Adelantó que el BID debe otorgar próximamente a Colombia, Bolivia, Jamaica y Uruguay créditos en el marco de la Iniciativa para las Américas, similares al que se concedió a Chile esta semana por 150 millones de dólares.

Destacó también el acuerdo suscrito el miércoles entre Estados Unidos y el Mercado Común del Cono Sur (Mercosur), que integran Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, comentando que "hay muchas formas de navegar en la Iniciativa para las Américas y una de las mejores es la navegación conjunta".

Cr. Enrique Iglesias

01.01

9109016

Brasil impulsa acuerdos con MERCOSUR, CEE y JAPON
La República
23.06.91.
MERCOSUR 12781
CEE, 12640
JAPON 60224
BRASIL 10046

La República Domingo 23 de junio de 1991 El Capital 49

Anunció el jefe del Departamento Económico de RREE de Brasil, embajador Celso Amorín

Sorpresa: Brasil impulsa la firma de un acuerdo marco entre el Mercosur con la CEE y con Japón

Los brasileños están proponiendo a sus pares del Mercosur la posibilidad de lograr un acuerdo marco con la Comunidad Económica Europea (CEE) y el Japón, similar al recientemente firmado con los Estados Unidos, informó un alto vocero de Itamaratí, sede del gobierno de Brasil. A su vez reconoció que Brasil contradijo el artículo del tratado del Mercosur, respecto a la práctica del comercio desleal.

San Pablo (AFP)

El gobierno brasileño está discutiendo con la Comunidad Económica Europea (CEE) la posibilidad de firmar un acuerdo siguiendo el mismo modelo del firmado el miércoles pasado con Estados Unidos por los cuatro países del Mercosur, afirmó el viernes una alta fuente de Itamaratí, informó ayer el diario Gazeta Mercantil.

"No tenemos que insertarnos únicamente en un megabloque. Ahora que ya nos orquestamos con nuestros vecinos, podemos luchar por un comercio multilateral", afirmó el jefe del departamento económico del Ministerio de Relaciones Exteriores, embajador Celso Amorim, indicó el diario.

En conferencia pronunciada ante especialistas del Programa de Política Internacional y Comparada de la Universidad de San Pablo (USP), Amorín mencionó también la posibilidad de que el Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) firme un tercer acuerdo con Japón. Observó que el acuerdo firmado con Estados Unidos sólo "obliga a realizar consultas" entre los países firmantes en los sectores de comercio e inversiones. No permite, sin embargo, tratamiento preferencial en esos sectores entre el Mercosur y Estados Unidos.

El embajador dijo que los países del Mercosur deberán resolver algunos problemas antes de profundizar sus relaciones comerciales con otros bloques, en particular sus niveles diferentes de apertura comercial. Mientras en Argentina la tarifa de importación máxima es de 22%, en Brasil es de 40%, indicó.

Otro punto crítico -dijo- es la armonización "de los objetivos de largo plazo del Mercosur" con las necesidades prácticas e inmediatas de los cuatro países.

Citó como ejemplo la reciente importación de trigo subsidiado de Estados Unidos por Brasil, que contradijo un artículo del tratado del Mercosur que recomienda a los gobiernos inhibir la compra de productos que configuren "práctica de comercio desleal".

01.01 91090017

TITULO Ronda Ruu salvaría la economía
PROCEDENCIA La República
FECHA DE PROCEDENCIA 06.91
VINCULACIONES GATT 12599
BID 12641

Ronda Uruguay salvaría la economía

UNA buena gestión económica puede llevar a la casi duplicación del aumento de los ingresos per cápita en los países en desarrollo, señala un estudio del Banco Mundial. Se sostiene en dicho estudio, sin embargo, que esto dependerá fundamentalmente del éxito de los resultados de la Ronda Uruguay de negociaciones comerciales multilaterales, la reanudación de un sólido crecimiento acompañado de estabilidad de precios en los países industriales y el fortalecimiento de las políticas de comercio internacional e inversiones extranjeras en los países en desarrollo que los integre más estrechamente en la economía mundial. El estudio llega a la conclusión de que a menos que el contexto mundial del desarrollo demuestre ser favorable, los países en desarrollo como grupo probablemente no experimentarán una aceleración del crecimiento en el decenio de 1990.

En un análisis a fondo de las tendencias económicas a largo plazo de la economía mundial titulado "Global Economic Prospects and the Developing Countries" (Perspectivas de la economía mundial y los países en desarrollo), el Banco presenta cuatro hipótesis en materia de desarrollo para los años noventa, que dependen de la solución de las actuales tensiones en el comercio internacional y el sistema financiero, y de cómo se resolverán dichas tensiones.

Se señala en la introducción del estudio, que éste "pone de relieve los rápidos avances de la integración económica internacional en el período de posguerra y su contribución al desarrollo económico, pero al mismo tiempo advierte que la política puede impedir que se concrete el potencial tecnológico".

Se constata en el estudio que aunque las perspectivas de los países en desarrollo dependen mucho de las políticas económicas que adopten y de los recursos naturales de que disponen, la tasa de crecimiento de los países en desarrollo como grupo ha seguido muy de cerca la de los países industriales en los últimos cuatro decenios. Se analizan las vinculaciones económicas entre los países industriales y en desarrollo para demostrar que las perspectivas de desarrollo dependen en gran medida de las políticas adoptadas en las naciones industriales. "Un aumento del 1% de la tasa de crecimiento de los países industriales puede elevar la tasa de crecimiento de los en desarrollo hasta en 0,7 puntos porcentuales".

De igual manera, el estudio comprueba que un aumento de un punto porcentual en los tipos de interés reales internacionales desacelera el crecimiento hasta en 0,2 puntos porcentuales al año en el mundo en desarrollo, y hasta en 0,4 puntos porcentuales al año en los países en desarrollo fuertemente endeudados. El promedio de los tipos de interés reales fue de alrededor de 5% en los años ochenta y de 1% en el decenio de 1970.

El estudio aboga por el éxito de la Ronda Uruguay, y sostiene que la mayor integración de las economías mundiales fomentará el más rápido crecimiento mediante el aumento de la especialización y la divulgación más acelerada del progreso tecnológico. También hacer notar la importancia de mejores políticas fiscales en los países industriales para generar el ahorro público adicional que se requiere a fin de aumentar el capital necesario para restablecer, reemplazar y mejorar la infraestructura en los países industriales, como también satisfacer las nuevas demandas de capital que han surgido en todo el mundo.

La proyección básica del estudio para los países en desarrollo es de una tasa media anual de crecimiento per cápita de 2,9% en el decenio de 1990, en comparación con el 1,6% en los años ochenta. Se prevé que los países industriales crecerán a casi 2,3% per cápita al año, que es más o menos lo mismo que registraron en el decenio de 1980. "Sin embargo, estas proyecciones deben interpretarse cuidadosamente dado que si el crecimiento económico de los países es ponderado y sumado en función de las proporciones de la población, el crecimiento en los países en desarrollo en el decenio de 1990 probablemente no sea muy distinto al registrado en el decenio anterior; además, el crecimiento en esos años fue más elevado que en los años setenta, lo que obedeció en gran parte a la aceleración del crecimiento en la India y China".

Una conclusión importante del estudio es que probablemente continuarán las disparidades de crecimiento entre diferentes regiones en desarrollo, si bien no en el mismo grado que en los años ochenta. "El crecimiento proyectado en la hipótesis básica, de 2,9% al año para los países en desarrollo como grupo, refleja expectativas muy diferentes acerca de lo que sucederá en distintas regiones en desarrollo", afirma el informe y agrega que "las regiones que han crecido más lentamente en el decenio de 1980 se acelerarán en los años noventa, en tanto que las que han crecido con rapidez en los años ochenta experimentarán una desaceleración en el decenio siguiente".

El nivel y la composición de la actividad económica y del endeudamiento de una región, su apertura al comercio, las corrientes de financiamiento y la transferencia de tecnología continuarán desempeñando funciones importantes para determinar sus perspectivas de desarrollo. Estas características cambiarán sólo en forma lenta, y en cierta medida las divergencias en cuanto al crecimiento se autorrefuerzan.

En América latina se prevé que el crecimiento se elevará de un promedio de 1,7% en 1980-89 a 3,8% en el decenio de 1990. En este caso el Banco espera que los programas de reforma de Chile, México y Argentina rindan resultados importantes de más rápido crecimiento, siempre que los gobiernos mantengan el rumbo, y señala que hay considerables posibilidades de que este mejor desempeño se extienda a otros países de la región, especialmente al Brasil.

"Las incertidumbres abundan, de modo que el análisis del estudio comprende cuatro hipótesis que van desde una de desastre en un extremo, a una hipótesis alta en el otro, según la cual los gobiernos adoptan políticas previsoras y favorables al crecimiento económico sostenible a nivel nacional e internacional, siendo la diferencia entre estas dos hipótesis extremas de 40% de la producción per cápita en los países en desarrollo al final del decenio". El análisis de distintas hipótesis apunta a la preponderancia de riesgos de cambios desfavorables, con el resultado de que los valores "medios previstos" de los indicadores clave del ambiente económico internacional -tales como crecimiento de los países industriales, tipos de interés reales e inflación internacional- son menos favorables que los de la proyección básica.

El estudio afirma que "reconociendo la estrecha interdependencia entre los países industriales en desarrollo, es evidentemente necesario que los gobiernos, ya sea en entornos nacionales o multilaterales, tomen en cuenta las preocupaciones de los países en desarrollo al formular políticas que afectan a la economía mundial".

"Este estudio de las perspectivas mundiales es el primero de una seria anual que nos proponemos hacer en el Banco sobre los problemas clave a largo plazo que enfrenta la economía mundial, dando especial importancia a la situación de los países en desarrollo".

01.01 9109018

Consenso para limitar producción de crudo
La República
04.06.91
Petróleo 11209
OPEP

Para empujar el precio del barril

Existe consenso entre los países de la OPEP para limitar la producción de crudo

Viena (AFP)

Varios países de la OPEP se pronunciaron a favor del congelamiento o la disminución de la producción de petróleo en el tercer trimestre de este año para empujar el precio a veintiún dólares el barril.

La OPEP, que había decidido limitar la producción de once países (sin Irak ni Kuwait) a 22,3 millones de barriles diarios en el segundo trimestre, tiene ahora que fijar el volumen de su extracción para el tercer trimestre.

A su llegada a Viena, la mayoría de los ministros se declaró favorable a una simple repetición del acuerdo en vigor, aunque reuniéndose en setiembre para determinar el nivel de producción del cuarto trimestre.

"Creo que el actual nivel de la producción (22,3 millones de barriles por día) es suficiente para el segundo y tercer trimestres", declaró ayer el ministro de Indonesia, Ginandjar Kastasasmita, repitiendo declaraciones similares de los ministros de Venezuela y de los Emiratos Arabes Unidos.

Por su parte, el ministro de Nigeria, Jibril Aminu, indicó que apoyaría "toda propuesta destinada a bajar" el nivel de producción si se viera que el actual nivel no permite llevar los precios a veintiún dólares el barril, cotización mínima de referencia de la OPEP.

"Para el cuarto trimestre, necesitamos volver a examinar la situación pues no sabemos cómo estará el mercado en ese momento ni sabemos cuál será la situación de Irak y de Kuwait", explicó Ginandjar.

En efecto, la supresión del embargo, las exportaciones iraquíes y la vuelta de Kuwait al mercado obligaría a la OPEP a volver a enfrentar la espinosa cuestión de las cuotas nacionales de producción, congelada desde la iniciación de la crisis del Golfo.

El ministro de Irak, Qussema Pazzak al Hiti, indicó ayer que su país producía cuatrocientos cincuenta mil barriles diarios (antes de la crisis su cuota era de 3,1 millones de barriles por día) y que esperaba que las sanciones de la ONU fueran anuladas rápidamente. Agregó que Bagdad podría llevar su producción a un millón de barriles diarios en muy poco tiempo, cuando se levante el embargo.

haciendo referencia a los múltiples contactos bilaterales entre gobiernos de ambos grupos de países.

"Deseamos saber de qué se trata", dijo, rechazando por adelantado todo "diálogo para fijar los precios" petroleros.

Ese último punto de vista es totalmente compartido por su colega alemán, Dieter von Huerzen.

Refiriéndose a las relaciones con los países productores, el viceministro de Energía y de Relaciones Ecónomicas Internacionales de Alemania expresó además el deseo de que se lance a esos países una "seña política" por su actitud positiva durante la crisis del Golfo, una seña que significara "estamos dispuestos a colaborar.

partes posibles

EEUU ES RETICENTE

El ministro de Energía de Estados Unidos, James Watkins, reconoció ayer en París, al margen de la reunión ministerial de la Agencia Internacional de Energía, que su país es "reticente" respecto a la reunión de productores y consumidores de petróleo que debe realizarse en París el 1º y 2 de julio.

Indicó que Washington había sido "por supuesto" invitado a la reunión por Venezuela y Francia, pero que Estados Unidos todavía no había dado su respuesta.

"Personalmente, recomendaría seguramente prudencia antes de lanzarnos a un proceso que no es forzosamente necesario", declaró el ministro.

"Un formidable diálogo entre productores y consumidores de petróleo ya existe", agregó,

01 . 01 9109019

MERCOSUR inmobiliario
La República
21/06/91
MERCOSUR 12781

(F-2)

Viernes 21 de junio de 1991 La República

Los cuatro países juntos realizan transacciones por U$S 50 mil millones al año

Lanzaron oficialmente el Mercosur Inmobiliario integrado por empresarios de toda la región

■ Se realizó en la víspera el lanzamiento oficial del Mercosur Inmobiliario y que tendrá su primer encuentro entre los días 20 y 22 de setiembre en Punta del Este. Dicho encuento reunirá a profesionales, empresarios del sector inmobiliario y de la construcción de los países miembros del Mercado Común del Sur, al que se agregarán en esta ocasión empresarios chilenos.

Este encuentro profesional, que por primera vez en la historia se realiza, tiene por objetivos el logro de más eficaces caminos de comunicación, entre los empresarios de la región, tendientes a aumentar, las inversiones radicadas en el sector inmobiliario, informaron las autoridades.

Se estudiarán mecanismos aptos, a través de la formación de Mercados de Capitales -Leasing, Fondos Comunes de Inversión, Círculos de Ahorro, Mercados de Hipotecas- que permitan mejorar el difícil acceso actual, que a la vivienda, tiene un creciente sector de población de ingresos medios. El Mercosur Inmobiliario pretende recuperar el protagonismo que sobre finales del pasado siglo e inicios del actual, tuvo en la región el sector privado en la urbanización de los países que la integran.

Existe además en el sector rural, la necesidad de conocer más profundamente la evolución de los valores y las tendencias del mercado, que habiliten canalizar la capacidad inversora interregional, de forma tal que permita el más rápido desarrollo de las economías de los países miembros. En ese sentido, se lucirá para que no se apliquen en Uruguay, legislaciones que provoquen en nuestro país, situaciones de discriminación a la inversión extranjera y de trabas burocráticas para que la misma se concrete, de las que muchos países latinoamericanos están saliendo hoy, en forma urgente, debido al escaso efecto protector de las mismas y el considerable daño ocasionado a esos países, en las últimas décadas.

PRIORIDAD AL TURISMO

Los países integrantes del Tratado de Asunción, han visto incrementar el número de turistas que, procedentes de otros países vecinos, les visitan anualmente. Debido a la crisis del endeudamiento externo, con su repercusión en los ingresos medios regionales, esto no se ha traducido aún, en un verdadero "boom", en lo que a ingreso de divisas refiere. Uruguay, muy especialmente, debe intentar a través de los ingresos provenientes del turismo, utilizar la envidiable ubicación geográfica que posee, obteniendo del Turismo, muchos más recursos que los que actualmente recibe.

La reunión denominada Mercosur Inmobiliario, se desarrollará en Punta del Este, que será la capital inmobiliaria de América del Sur, entre el 20 y 22 de setiembre próximos, contará con la participación de empresarios de todos los países de la región y de las máximas autoridades mundiales de Fiabci, por cuanto este evento, se encuentra a partir del último Congreso Anual de Singapur, dentro de la [illegible] agenda de actividades oficiales de la Federación Mundial Inmobiliaria.

Villamide, presidente de Fiabci-Uruguay, de la bandera de la Federación, testimonio de la integración uruguaya, a esta organización mundial.

Guichón afirmó, que las Jornadas de setiembre en Punta del Este, han despertado gran interés en su país, especialmente en las provincias, por lo que se descuenta una masiva presencia de empresarios argentinos para dicha ocasión.

Lo mismo acontece con Brasil, país que seguramente contará con muchos empresarios de primer nivel, participando en la reunión de Punta del Este.

La Federación Internacional de Profesiones Inmobiliarias (Fiabci) fue precisamente fundada a mitad del presente siglo, para lograr el acercamiento de los buenos profesionales del sector inmobiliario y propender a la jerarquización de esta actividad.

En Uruguay, así lo han comprendido las principales firmas inmobiliarias, tanto de Montevideo como de Punta del Este, que han sido precisamente las socias fundadoras del Capítulo Uruguayo de Fiabci.

En los países integrantes del Mercosur, cada año, se realizan transacciones inmobiliarias por más de U$S 50.000:000.000, lo que da una idea de la importancia de este sector, afirmó el presidente de Fiabci-Uruguay.

URUGUAY SE INTEGRA MUNDIALMENTE

A la reunión de lanzamiento del encuentro de setiembre [illegible] en Uruguay, [illegible] el [illegible] Roberto Guichón, [illegible] Federación Mundial Inmobiliaria, el [illegible] Rebelo [illegible] Uruguay [illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

01.01 9109020

Líderes empresariales deliberan en
La República 27.6.91
2) MERCOSUR 12701
3) ALADI 12633

La finalidad es definir orientaciones para la participación en el proceso de integración

270691

A partir de hoy líderes empresariales de la región deliberan en Aladi

■ Hoy, a partir de las 9.30 horas, se dará cita en la sede de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) un seleccionado grupo de los principales directivos de las cámaras comerciales e industriales de los once países que componen la Institución, con la finalidad de definir nuevas orientaciones para la participación empresarial en el proceso de integración económica del continente.

Los representantes de las diversas cúpulas nacionales de empresarios han sido convocados por la Secretaría General para que en una sesión informal de trabajo intercambien opiniones sobre el rol que el sector privado de la región deberá asumir en la marcha de los distintos mecanismos de integración.

Durante las jornadas del jueves 27 y viernes 28, los líderes empresariales analizarán las nuevas tendencias del proceso de integración que se manifiestan en los distintos acuerdos subregionales, plurilaterales y bilaterales entre los países miembros de la Asociación, enfocando en cada caso el papel de los agentes económicos en los actuales esquemas.

El debate abarcará otros temas de interés, tales como la armonización de políticas macroeconómicas; la cooperación en ciencia y tecnología aplicada a la producción; la complementación económica, reconversión industrial y propiedad industrial; y los servicios, incluyendo: transporte, telecomunicaciones, etc.

La sesión informal tendrá carácter preparatorio de la próxima reunión del Consejo Asesor Empresarial —uno de los foros auxiliares de la Aladi— con el objeto de promover una mayor participación de los operadores económicos en función de sus intereses sectoriales, en los temas que vienen siendo motivo de decisión gubernamental en materia de comercio e integración.

Cabe recordar que la última Reunión de Cancilleres del Grupo de Río adoptó en Bogotá el pasado mes de abril una Declaración Ministerial sobre Aladi señalando la necesidad de "identificar fórmulas que permitan una participación más estrecha del sector empresarial en el Consejo Asesor Empresarial con el objeto de hacer conocer su opinión en el diseño e instrumentación de las tareas de la Asociación".

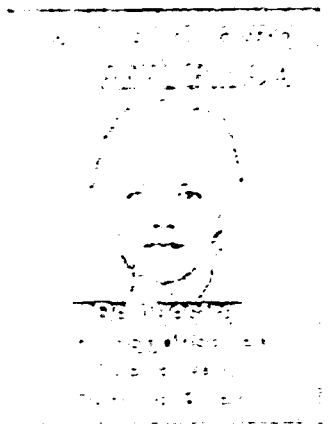
01.01 9109021

Gros: La posición histórica de la República en la firma del Acuerdo 4+1
21069
MERCOSUR / 2281

21069

Fomentará y facilitará las inversiones recíprocas

Gros Espiell calificó "importancia histórica a la firma del acuerdo marco entre los EEUU y el Mercosur"



"La firma del Tratado-Marco entre los países del Mercosur y los Estados Unidos es un hecho altamente positivo, de gran importancia histórica para el Uruguay", dijo Gros Espiell a LA REPUBLICA.

El canciller uruguayo, hablando desde Washington con la corresponsal de LA REPUBLICA, Beatriz Rocco, expresó su satisfacción por la firma de un "acuerdo-marco" (Framework Agreement) con los Estados Unidos, calificándolo de "completamente necesario para el Tratado de Asunción firmado el 26 de marzo, y la primera expresión conjunta externa de los países del Mercosur en apoyo a los objetivos comunes y las iniciativas integracionistas".

El ministro Gros Espiell hizo estas declaraciones luego de una cena con el presidente Bush, donde se señaló la importancia histórica del acuerdo firmado entre Uruguay, Estados Unidos, Brasil, Paraguay y Argentina. George Bush declaró el martes que el acuerdo "es un paso significativo hacia el logro de objetivos comunes, y damos la bienvenida a una era de mayor cooperación". La Iniciativa para las Américas del presidente Bush se propone, a largo plazo, "crear el partnership (sociedad) más grande del mundo entre estados soberanos.

La ceremonia de la firma se llevó a cabo a las cinco y treinta de la tarde del miércoles, en la Casa Blanca, con la presencia de los ministros de Relaciones Exteriores de los cuatro países del Mercosur, y la ministro de Comercio de los Estados Unidos, Carla Hill. La noticia ha tenido poca relevancia en la prensa norteamericana, que dedica sus primeras páginas a su actual "luna de miel" con Boris Yeltsin, novel presidente electo de la República de Rusia, que ayer visitó Washington luciendo un vistoso sombrero blanco de cowboy. El presidente de Brasil, Collor de Melo, también en Washington de visita, fue objeto de la atención de los periodistas locales, que lo bautizaron "Indiana Jones" por su aspecto de galán de cine y sus proezas como piloto.

DECLARACION DE INTENCIONES

El Washington Post, sin embargo, destaca la firma del acuerdo entre los cuatro países latinoamericanos, calificándolo como una "declaración de intenciones" similar a otros ocho acuerdos firmados por países latinoamericanos desde que el presidente Bush lanzara su visión hemisférica de libre comercio el 27 de junio. Bernard Aronson, secretario de Estado adjunto, declaró que "la promesa de la libertad de comercio ha estimulado poderosamente la integración regional y la eliminación de barreras arancelarias". Por su parte, la representante de Comercio, Carla Hills, precisó que la firma del acuerdo es "el comienzo de un proceso que compromete a las partes al diálogo sobre aspectos específicos, que conducirá a negociaciones más cabales, como las de México, que se concreten en un pacto de libre comercio". La importancia del grupo de Mercosur es que facilitará ese diálogo gracias al hecho que ya agrupa un "bloque" de cuatro países que suman una población de 200 millones y un producto nacional bruto de 400 billones de dólares anuales.

Gros Espiell profundiza en estos aspectos del tratado: "Se trata de un acuerdo sobre comercio e inversión; dirigido a fomentar y facilitar las inversiones recíprocas.

En materia de comercio, el objetivo es de crear las condiciones para el incremento del intercambio comercial, sobre la base de la disminución de los aranceles por parte de ambos. No se trata de crear plazos ni agendas; es la declaración de un objetivo común, de la necesidad de determinar una política común con respecto al GATT y la Ronda Uruguay, que no discrimine contra el desarrollo, y que dé su apoyo a las iniciativas integracionistas. Por parte de Estados Unidos, es un reconocimiento a la importancia del Tratado de Asunción, y un respaldo a nuestros objetivos".

ORGANO CONSULTIVO

Uno de los aspectos más importantes, según el ministro Gros Espiell, es que la parte preambular del tratado crea un Consejo Consultivo de Comercio e Inversión, que se reunirá periódicamente para llevar a cabo esos objetivos. El Consejo podrá requerir asesoramiento de sectores privados, y puede pedir procedimientos de consulta para problemas de inversión o comercio antes de que surjan. Esto es importante, ya que evitará que se creen problemas irreversibles, como por ejemplo en lo que concierne la compra de productos subsidiados. Se trata de un marco de actuación de las partes dentro de la Iniciativa para las Américas; tiene objetivos comunes a largo plazo; pero no es un tratado de libre comercio ni de eliminación de barreras arancelarias, aunque pueda compartir esos ideales integracionistas. En cuanto a las preocupaciones de sectores proteccionistas norteamericanos, y las protestas de algunos sindicatos que temen un aumento en el desempleo, el ministro Gros Espiell opinó que ese debate se centra en el acuerdo de libre comercio con México, que al ser un país con fronteras directas con Estados Unidos, tiene características particulares. "El balance de esta reunión es altamente positivo", concluyó. "La firma de este Tratado-Marco (Framework-Agreement) es un paso histórico, de gran importancia para el Uruguay, que apoya la iniciativa de integración de los países de Mercosur".

Seminario técnico sobre ventas

Organizado por Signo Comunicaciones Institucionales con los auspicios del Instituto Universitario de Ciencias de la Información se realizará en la Alianza Francesa los días 27-28 y 29 de junio el Seminario Técnico sobre Ventas dictado por el licenciado Jorge Correa.

Los objetivos del seminario técnico sobre ventas son: dinamizar mediante el conocimiento y dominio de modernas técnicas a todos los vendedores que con sentido profesional deseen capacitarse y actualizarse para brindar mejores servicios a sus clientes y lograr mayores beneficios en el desarrollo de su actividad.

Se estudiarán las formas que pueden emplearse como recursos para focalizar la atención del público, motivarlo a comprar, inducir la inmediata decisión de satisfacer sus deseos y captar su prefer[illegible]

Este evento también estará dirigido a supervisores y jefes de ventas que aspiren lograr una eficaz conducción del equipo de ventas mediante el uso de técnicas de motivación y racionalización de esfuerzos que permiten un mayor rendimiento cuanti-cualitativo.

El Seminario Técnico de Ventas desarrollará un temario en base a: Mercado y ventas: sus relaciones y su interdependencia. Motivación de comprar. Empresa-Producto-Competencia-Promoción. Política de precios. Organización de la venta. Relaciones Públicas en la venta. Planificación del tiempo y del trabajo del vendedor. Lenguaje gestual; su significado e importancia. Diversas formas de ventas

Inscripciones e información-Signo Comunicaciones Institucionales- Avenida 18 de Julio 1978 oficina 205. Tel. 420.420 de lunes a viernes en el horario de 9.30 a 18.30 horas.

partes poco legibles

01 . 01

9109022

DOCUMENTO

Masonería: 30 de NOVIEMBRE ELECCIÓN DEL GRAN MAESTRO
La República
06/91
Masonería 1101
ROU 1020

Pugna entre corrientes "especulativa" y "operativa" en Melo llevó a crear el "Gran Oriente del Uruguay"

Miles de masones uruguayos eligen el 30 de noviembre, en 50 logias, al Gran Maestro

- *Carlos Bolaña debe dejar su cargo por razones estatutarias*
- *En 2 meses se producirá la convocatoria formal del comicio*

por Luis Casal Beck

El sábado 30 de noviembre varios miles de masones uruguayos nucleados en más o menos 50 logias que actúan en todo el país, procederán a elegir -en votación secreta- al nuevo Gran Maestro de la institución que existe en nuestro medio desde hace 184 años, aseguraron a LA REPUBLICA fuentes confiables. En un par de meses se realizará la convocatoria formal del comicio, circunstancia en que comenzarán a formalizarse las candidaturas para este estratégico cargo, añadieron.

El ex maestro Carlos A. Bolaña lleva dos períodos consecutivos como titular de la Gran Logia del Uruguay (cuatro años), lapso máximo admitido por los estatutos de la organización legalmente reconocida en Uruguay desde 1856, que sustenta como valores [illegible] la Igualdad y la Fraternidad.

"Por ahora no se están barajando nombres", señaló a LA REPUBLICA un miembro de la entidad cuya sede principal está ubicada en la calle Duvinioso [illegible] de Montevideo, quien posee "grado 33 [illegible] entre los más altos. Existen algo más de 50 logias en todo el país, y se está conversando", añadió la fuente, que pidió no ser identificada.

CONSENSOS Y DISEÑOS

En relación a una versión de prensa difundida ayer, según la cual la Masonería uruguaya había experimentado una fractura y estaba "dividida en dos organizaciones", Bolaña consultado anoche por LA REPUBLICA dijo que, siguiendo una "tradición de cautela" en el relacionamiento de la institución con la prensa, no pensaba hacer "comentarios".

Fue similar la respuesta obtenida por otros miembros de la Masonería -cuya primera logia se fundó en Montevideo en 1856-, cuando nuestros reporteros acudieron al local de Duvinioso Terra, en la zona del Cordón.

Según las informaciones contenidas en el semanario Búsqueda (Nº 592), el diseño que llevó a que "la Masonería (quedara) dividida en dos organizaciones", fue corolario de "discrepancias de principios' y "la permanencia en esa entidad de figuras que estuvieron vinculadas al régimen de facto".

El nuevo "Gran Oriente del Uruguay" surge el "25 de agosto del año pasado" y tiene entre sus principales referentes a la logia "Libre Pensadores de Cerro Largo" una de las más fuertes del interior, añade la publicación semanal.

LA "POLITICA" FUERA

Calificadas fuentes de la Masonería dijeron a LA REPUBLICA que en realidad "un muy pequeño grupo decidió abandonar la institución", por motivos relacionados "no con la política", sino con "un grado de aplicación práctica de determinados principios masónicos".

Recordaron que el escenario de las disputas fue la logia "Libre Pensadores 2" de la ciudad de Melo (existe otra denominada simplemente "Libre Pensadores" en Montevideo), entre una corriente "operativa" y otra "especulativa".

La corriente "especulativa" privilegia la "formación del templo interior", en el lenguaje masónico, sin otras proyecciones hacia lo social. En cambio, la "operativa" procura canalizar este modo de existir en el ámbito social, a través de obras que simbolicen la "fraternidad" por la que pugnan los miembros de esta organización, añadieron.

Hace varios años, la "corriente especulativa" logró primar en esta logia de Cerro Largo e impulsó la realización de un Hogar de Ancianos, un centro de estudiantes, y construyó un importante local para la entidad, acotaron.

RUPTURA Y SANCION

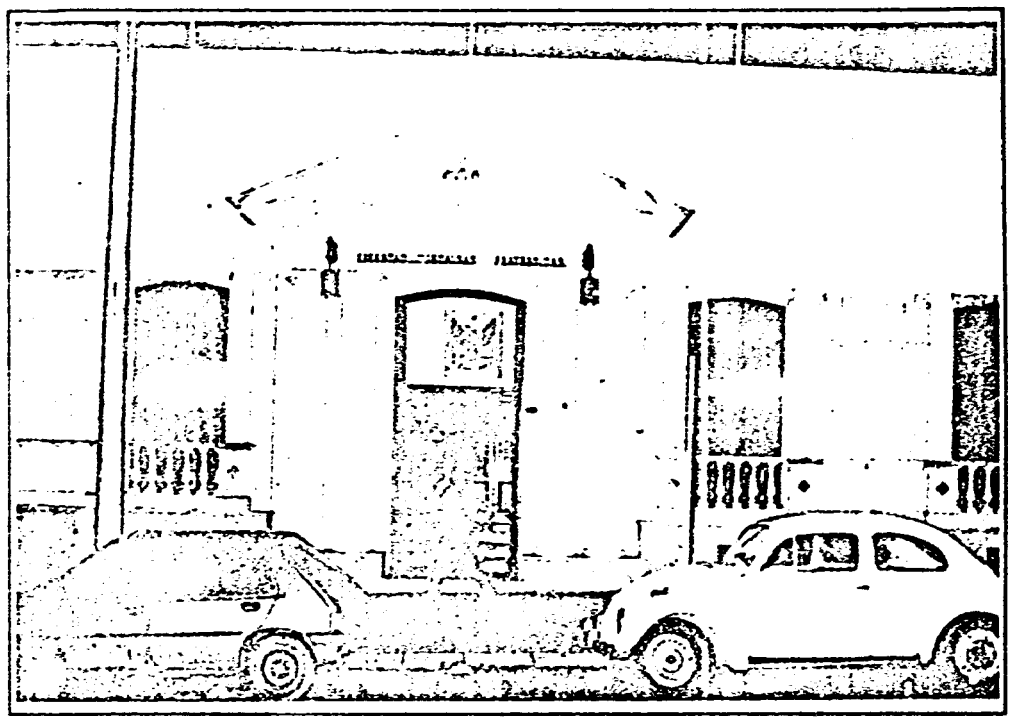
Las fuentes indicaron que en esa circunstancia los exponentes de la línea más fuertemente especulativa, exteriorizaron su "malestar", se apartaron (conformando la logia Independencia) y precipitaron la "intervención" de los tribunales masónicos, que resolvieron "su suspensión durante 2 años".

"Nada tiene que ver la supuesta vinculación de integrantes de [illegible] con el régimen político anterior a 1985 ni nada que se le parezca", según destacaron con énfasis los informantes consultados por LA REPUBLICA.

"La masonería tiene miles de miembros, 50 logias, una existencia real de 184 años, y un reconocimiento legal de nada menos que 135 años", aseguraron.

Según los informes de prensa, el Gran Oriente del Uruguay, -tal la denominación de la novel entidad que reúne a los disidentes- "adquirió un edificio en la zona sur de Montevideo, que está siendo actualmente acondicionado".

Las fuentes indicaron que probablemente los ex integrantes de la Gran Logia del Uruguay, se vinculen "con organizaciones brasileñas".



Local central de la Masonería uruguaya en Duvinioso Terra 1481.

Juristas británicos están en Uruguay por convenio sobre narcotráfico

■ Significativo avance tuvo el acuerdo jurídico que

PRODUCTOS LACTEOS

PARTES POCO LEGIBLES

01 . 02 9109023

Masonería
la República
220691
Masonería

Masonería

En el proceso de composición de la nota publicada ayer por LA REPUBLICA sobre la Masonería uruguaya (página 7) en la que se daba cuenta de la elección del nuevo Gran Maestro, en noviembre, y de situaciones producidas en una logia de Melo con consecuencias institucionales, se deslizaron dos claros errores.

El primer subtítulo de la historia que apareció como "consensos y diseños", decía, en el texto original; "consensos y disensos".

En el párrafo 12, donde se afirma "Hace varios años, la 'corriente especulativa' logró primacía en esta logia de Cerro Largo", debió decir "la corriente operativa".

220691

02.02

9109023

Doctrina Social de Iglesia
La República
27.6.91
Iglesia 500777

27.06.91

escribe Michel Boulet

Los cambios en la doctrina social de la Iglesia

Se dice que en los tiempos modernos, es decir a partir de la Rerum Novarum de León XIII (1891), la Doctrina Social de la Iglesia Católica no ha variado. El propio Papa Juan Pablo II, hablando del derecho a la propiedad privada, afirma: "Este derecho, fundamental en toda persona para su autonomía y su desarrollo, ha sido defendido siempre por la Iglesia hasta nuestros días" (Centesimus Annus, 1991, Capítulo IV, número 30, primer párrafo).

Enfocando precisamente el problema de la propiedad privada, se tratará de mostrar aquí que no es cierto que la Doctrina Social de la Iglesia no haya sufrido transformaciones. En particular se pondrá en evidencia que existen algunas diferencias sustanciales entre los textos de Vaticano II y la última encíclica del Papa.

El capítulo IV de "Centesimus Annus" tiene como título "La propiedad privada y el destino universal de los bienes". Aparecen sintetizados aquí los dos "principios" que constituyen el "concepto" de propiedad privada, según la Iglesia Católica. Un "derecho" por un lado que indica la posibilidad por parte de un sujeto individual de poseer algunos bienes, un "deber" por otro lado de tomar en cuenta la comunidad y el destino universal de los bienes. El primer párrafo del número 30 de "Centesimus Annus", que sigue inmediatamente el título mencionado, presenta en expansión estos dos principios generales. Esta "definición en expansión" de la propiedad privada precisa que se trata de un "derecho" (es decir un "poder"). Al final de este párrafo aparece el otro principio, complementario: "Asimismo, la Iglesia enseña que la propiedad de los bienes no es un derecho absoluto, ya que en su naturaleza de derecho humano lleva inscrita la propia limitación". Los dos párrafos siguientes de "Centesimus Annus" del mismo número 30, desarrollan este concepto de "imitación". El uso de los bienes "está subordinado al destino primigenio y común de los bienes". Siguen referencias al Evangelio, a Santo Tomás de Aquino y también al Concilio Vaticano II ("Iglesia en el mundo actual", 1965, números 69 y 71).

Al parecer, se afirma siempre "la misma doctrina" sobre la propiedad privada y, en particular, hay "conformidad" entre la nueva encíclica del Papa actual y el último Concilio de la Iglesia Católica. En realidad, si la nueva encíclica hace abundante referencia a los textos de Vaticano II, puede comprobarse que la lectura en paralelo de los dos textos presenta "efectos de sentido" diferentes. Comparando "Centesimus Annus" (capítulo IV, número 30) con la Constitución sobre la "Iglesia en el mundo actual" de Vaticano II (números 69 y 71), aparece un orden diferente en las afirmaciones sobre los derechos y deberes, relativos a la propiedad privada.

El comienzo del número 69 es el siguiente: "Dios ha destinado la tierra y cuanto ella contiene al uso de todos los pueblos, de modo que los bienes creados, en una forma equitativa, deben alcanzar a todos (...). Cualesquiera que sean, pues, las formas determinadas de propiedad legítimamente adoptadas en las instituciones de los pueblos, según circunstancias diversas y variables, jamás se debe perder de vista este destino común de los bienes". Se presenta en este fragmento el segundo principio (los deberes), desarrollado por el Papa. Pero hay que esperar el número 71 para encontrar el primer principio, es decir el derecho a la propiedad privada, basado en la "autonomía personal y familiar", como "una prolongación de la libertad humana". A nivel superficial de los textos, se encuentra entonces un orden diferente entre las dos afirmaciones del mismo concepto de propiedad privada.

A nivel profundo y paradigmáticamente (es decir del punto de vista semántico y estático) el concepto de propiedad privada se compone de dos principios en contradicción (derechos y deberes) y parece no importar el orden en la enunciación de los dos principios. La solución a esta contradicción existe sólo sintácticamente (es decir dinámicamente), por las transformaciones que provienen de los programas de los sujetos. Por ejemplo, para el que tiene algo y que quiere al mismo tiempo seguir la doctrina de la Iglesia, se necesita fomentar un "programa" que podría expresarse de diversas maneras (renunciación, puesta a disposición de una parte de los bienes, etcétera). Hay que negar la unidad individual para poder compartir con los demás.

Vaticano II se preocupa por la distribución de los bienes de la tierra a todos los sujetos, mientras que la encíclica "Centesimus Annus" parece defender a los sujetos que ya tienen algo. No es lo mismo comenzar por la "totalidad partitiva" que hay que dividir luego en unidades que empezar por las unidades que tienen siempre el riesgo de volverse "exclusivas".

La libertad del individuo, frente a todo tipo de colectivismo, es sin duda el concepto clave de la nueva encíclica de Juan Pablo II. Explicando la caída del "socialismo", el Papa da como razones últimas la reivindicación por los derechos humanos y el rechazo del ateísmo, minimizando así el fracaso del modelo económico. Es sobre este mismo principio de libertad que se construye una concepción casi "exclusiva" de la propiedad privada que tiene el riesgo de frenar la libre circulación de los bienes de la tierra.

01.01 9109024

FECHA DE PROCEDENCIA LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDENCIA 26/6/91
ANULACIONES MERCOSUR/2781

Se abordará el caso uruguayo

Punta del Este será sede de congreso latinoamericano sobre privatizaciones

Podría participar Margaret Thatcher

En octubre próximo Punta del Este será sede del "Primer Encuentro Latinoamericano de Privatizaciones", oportunidad en la que se congregarán más de 1.000 participantes del mundo entero y donde, entre otros temas, se analizará la realidad de los procesos privatizadores en curso a nivel continental.

El evento se desarrollará en nuestro principal balneario del 27 al 31 de octubre próximo, contando invitados, entre otras personalidades mundiales, la ex primer ministra inglesa, Margaret Tatcher, el ex presidente de Costa Rica y Premio Nobel de la Paz, Oscar Arias, una delegación de la URSS especializada en perestroika, y el renombrado autor de [illegible] perspectivos Alvin Toffler.

[illegible] vinculadas a la organización del congreso esperan que el mismo se convierta en una "cumbre académica, científica, cultural, social, económica y política del proceso mundial de privatizaciones".

Allí se pretende articular intereses, expectativas y recursos para la exploración o formación de empresas nacionales o multinacionales en el corto plazo, desarrollando una intensa actividad de investigación y desarrollo de mediano y largo plazo.

La oportunidad será propicia, también, para la edición del "Informe Anual sobre el proceso mundial de privatizaciones", donde se incluirán datos de Kuwait, Unión Soviética, el Este Europeo, Sudamerica y el resto del mundo.

Las actividades previstas en el marco del congreso sobre privatizaciones se orientará, además, hacia la formación de profesionales del derecho, la banca, la economía, el management y otras disciplinas.

El temario a tratar será sumamente extenso, pero cabe resaltar que se abordará concretamente "La desmonopolización, desregulación y/o privatización en Uruguay", así como también "La hidrovía": ¿una integración [illegible] 2d-ción.

PARTES ILEGIBLES

01 . 01 9109025

Acuerdo comercial entre EEUU y Mercosur 41
LA REPUBLICA
FECHA DE PROCEDENCIA 14/6/91
RELACIONES MERCOSUR 12781
BID 12641

Deuda externa de Brasil centrará encuentro Bush-Collor

Acuerdo comercial entre EEUU y Mercosur alentará integración regional, según el BID

Nueva York, Washington (IPS-ANSA)

El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Enrique Iglesias, declaró ayer que el acuerdo comercial previsto entre Estados Unidos y los cuatro países del Mercado Común del Sur (Mercosur) puede alentar la integración de América Latina.

El acuerdo, cuya firma fue anunciada para el próximo martes en Washington, establecerá los lineamientos de un tratado de libre comercio entre Estados Unidos y los miembros del Mercosur: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Iglesias destacó en Nueva Yok que se asiste a "un momento clave de las relaciones entre Estados Unidos y América Latina", ya que por primera vez, países de la región negocian en conjunto con la Casa Blanca.

Asimismo, informó que México será el primer beneficiado por el programa de canje de deuda por ecología puesto en marcha por el BID. El directorio del BID aprobó este miércoles el plan destinado a México, que "totalizara entre 75 y 80 millones de dólares y será finalizado en los próximos días", dijo Iglesias.

Agregó que si bien el monto exacto de la financiación y los proyectos ecológicos del plan aún son evaluados por el banco y las autoridades mexicanas, "Todo estará finalizado en los próximos días".

Iglesias también comunicó que en dos meses se establecerá el fondo de inversión multilateral para apoyar programas de reestructuración económica en América Latina.

El fondo de inversión multilateral es iniciativa de Estados Unidos y aportará anualmente unos 300 millones en apoyo de proyectos sociales y de capacitación de recursos humanos.

ENCUENTRO BUSH-COLLOR

Los presidentes de Estados Unidos y Brasil discutirán la semana próxima "una agenda global post-guerra fría", tomando en cuenta la importancia de la nación sudamericana en problemas de índole mundial, dijo ayer un alto funcionario norteamericano.

"Brasil es un jugador de importancia en la escena mundial y tiene un gran interés en la evolución de arreglos globales en áreas como comercio y deuda, misiles y proliferación de armas, transferencia tecnológica, medio ambiente y narcóticos", declaró el funcionario, quien pidió no ser identificado.

El presidente norteamericano, George Bush, dará la bienvenida oficial en la Casa Blanca a Fernando Collor de Mello el martes próximo, día en que, por la noche, ofrecerá una cena de Estado en su honor.

Será el cuarto encuentro Bush-Collor y la fuente destacó que, a diferencia de otras épocas, la relación bilateral se enfoca más en las áreas de coincidencias e interés mutuo que en los irritantes.

Estados Unidos da explícito apoyo al programa de privatización y reformas de mercado en Brasil, pero ha expresado su preocupación por la profundidad de la reestructuración de la deuda externa carioca.

Brasil llegó recientemente a un acuerdo con sus acreedores privados para pagar alrededor de 9.000 millones de dólares en concepto de intereses atrasados.

La deuda externa brasileña, del orden de los 120.000 millones de dólares, es la mayor del mundo en desarrollo.

"El próximo paso tiene que ser la negociación de un stand-by con el Fondo Monetario Internacional (FMI)", expresó el funcionario, quien anticipó "largas negociaciones que en buena medida dependerán del ritmo de la reforma económica en Brasil".

Tras ese proceso, Brasil podría reestructurar su deuda comercial bajo los lineamientos del Plan Brady de reducción del débito.

Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, crearon este año el llamado Mercosur y sus cuatro cancilleres suscribirán la semana próxima en Washington un "acuerdo-marco" de comercio e inversión con Estados Unidos.

La fuente subrayó ayer la importancia que da la administración Bush al Mercosur y dijo que ese acuerdo es el primero de tipo regional que firmará Estados Unidos en el marco de la Iniciativa para las Américas.

PARTES POCO LEGIBLES

01 - 01

9109026

Con el Primer Mentalista del Mundo, Iván Trilha

AL GURU DEL TERCER MILENIO NIXON LE PAGO U$S 10 MIL POR ASESORAMIENTO

MALDONADO, por Antonio Alvarez enviado especial).- No hay que ser adivino para encontrar el chalet de los Goulart en la Barra de Maldonado. Está ubicado unos metros antes del Hotel Mon-[illegible], por una empinada ca-[illegible] de pedregullo, desde cuyos márgenes las casas caen o se desnucan en el desmelenado Río de la Plata, desprovisto ahora de todo el frenesí televeranlego. El chalet "Las Gaviotas" no tiene alas, por cierto, pero hay algo de acrobático en su construcción, un dejo de plumífera soberbia que lo mantiene hasta se diría con elegancia pese a las adversidades del suelo.

Toda esa sensación de calle con una sola vía, esa sensación de viaje con boleto de ida nada más, parece reafirmarse una vez que el visitante se instala en el living a husmear involuntariamente vidas íntimas de personajes famosos.

El ex presidente Joao Goulart vivió muchos momentos de su duro exilio uruguayo en este chalet, por lo que no parece casualidad ni capricho ni mero criterio decorativo, que sus paredes estén pobladas de retratos del personaje.

Ahí está Joao Goulart con su banda presidencial en el pecho. Joao Goulart más veterano, cansado de guerras. Joao Goulart, más "Jango" que nunca, con toda una familia en brazos.

De ese destino y de esos vaivenes de la vida en el poder se nutrió su hijo adoptivo Iván Trilha, un riograndense de 40 años que es considerado desde hace dos décadas el campeón mundial de los mentalistas.

A los doce años el niño Iván pronosticó la muerte del presidente John Fitzgerald Kennedy por televisión y a los quince días el magnicidio fue tapa de todos los diarios del mundo.

La popularidad del llamado "gurú del verano" se prueba con cifras: confiesa 500.000 discípulos por todo el orbe y más de 120 millones de libros vendidos. De sus récords hay abundante iconografía en el comedor del chalet. Fotos de Iván Trilha en los tiempos en que estudió en la India los secretos milenarios de la vida. De perfil y veinteañero, el mentalista es una mezcla de Nelson Piquet con Roberto Carlos, pero este parecido no es novedoso para él. "De joven todos embromaban con el parecido", dice Iván sobre Roberto Carlos.

■ GITANO A LA DERIVA

Aunque un poco más gordo, las erosiones del tiempo no le han restado sin embargo ese aire a gitano, a la buena de Dios que inequívocamente es Iván. "Yo soy de origen noble y gitano", confiesa con mucho énfasis. "Soy lo que llevo puesto: el mundo es mi casa".

Sus amigos lo califican como un moderno Robin Hood porque le cobra fortunas a los ricos para repartirlo entre los pobres. Nixon estúvo bajo sus influencias y Trilha le cobró la bicoca de diez mil dólares por su asesoramiento. "No fue un millón de dólares como se fabuló en el ambiente de brujos", desmiente un discípulo del gurú.

El mundo habla de sus muchas residencias en todo el mundo, de sus Rolls Royce y de sus andanzas por Punta del Este en donde atendió a mujeres bellas, ricas y hasta famosas que lo idolatran. Pero él contesta con evasivas, con una frase que repite a cada momento y que es casi su slogan de cabecera: "las cosas son aquí y ahora".

De sus múltiples hazañas, de su "actividad creadora" como él gusta llamarle, hay inevitables referencias en una cuidada folletería. Las aristas de su actividad no quedan únicamente en esa apariencia de aves de mal agüero que la gente deposita en los mentalistas. Iván Trilha es además psíquico, consejero de gobiernos y maestro de los poderes de la mente, de la tercera energía y del camino espiritual.

¿Será verdad o mentira que en un alarge de sus poderes mentales, en 1979, detuvo las agujas de la catedral de Bogotá? Se dice también que operó tumores cerebrales con una tijerita para cortar papeles. Un certificado que él muestra orgulloso dice que la Primera Reunión Internacional de Fenomenología Síquica lo condecoró como el mejor mentalista del mundo".

"Iván Trilha ya perdió la cabeza: vive con el corazón", dice ahora el célebre gurú mientras acaricia su voluminoso collar que "posee todos los poderes del universo". "Me lo entregó mi abuela egipcia", rememora.

Vestido absolutamente de blanco, Iván Trilha ha mandado perfumar todo el ambiente y cada cosa que se trae al living la hace impregnar con un aroma dulzón. Le ha pedido a uno de sus discípulos uruguayos que traiga el mate para amenizar la conversación. No quiere hablar de sus poderes, pero en medio de cualquier tema lanza como estiletes sensaciones o síntomas que ha hurgado en los visitantes. "Tú tienes un problema intestinal en este momento", dice el mentalista... y es cierto. Le dice al fotógrafo que se cuide las coronarias, que está al borde el preinfarto. Silencio en el aire. No hubo comentarios por si las palomas. Una mezcla de malva y palta alejaría cualquier peligro, según el gurú. A nadie se le ocurrió decirle que estaba equivocado. Es más: a Devia no se le ocurrió decir nada hasta que la camioneta llegó a Montevideo. ¿Las coronarias?: bien, gracias.

■ VIVIR CON EL CORAZON

El gurú de verano (como le ha puesto Graciela Alfano) dice estar retirado de su actividad como cirujano astral. Dicen sus amigos que también es abogado y que estudió medicina en Cachemira. Iván es "aquí y ahora", según su definición muy personal.

En su teoría, el hombre se define en tres aspectos fundamentales: mente, corazón y sexo. "La mente es la creación, el sexo es la reproducción y el corazón es emoción", explica. "Son las tres cosas fundamentales para que se de una revolución espiritual: la revolución del hombre por el hombre, el hombre del tercer milenio".

Este nuevo ser será esencialmente una mezcla de perfumes, según Iván Trilha. Quedarán a un costado las diferencias de clases sociales. Para decirlo en su particular nomenclatura primará el "socialismo espiritualista". "La burguesía huele mal y el proletariado también huele mal: esa mezcla de perfumes harán posible el hombre del tercer milenio", dice el gurú.

Es en esa lucha que Iván pone todos sus talentos, pero la política no es su fuerte. "Fui educado para ser presidente de Brasil y no quise", confiesa. "Una vez me ofrecieron 60 millones de dólares para que creara una secta. Nunca quise tener nada que ver con esas cosas. Jamás tuve militancia política ni religiosa. Dios está en todas las cosas".

Alejado de las actividades que han sido su vida hasta hoy, Iván Trilha está trabajando de lleno en una película sobre su vida, su obra y sus profecías que será filmada en el Saõ Borja natal, en Buenos Aires, Maldonado, Asunción, India, Sri Lanka, Egipto, Medio Oriente y también en media Europa, todos ellos escenarios de sus andanzas. Se llamará "El rebelde, la rosa y Graciela".

Planea hacer un disco sobre "tercera energía" consistente en la grabación de los sonidos naturales. Como por arte de magia se entusiasma con su última actividad puntaesteña: darle de comer a las gaviotas, armando así casi casi una reserva ecológica. La quietud no es su mayor defecto. Y ni siquiera su más grande virtud. La tarde estaba por poner a los nuevos "discípulos" de Trilha a picotear en la ventana pedazos de pan. Esa parece ser su única espera. Aquí y ahora.

01 . 01 9109027

Acuerdo Regional Turístico
de América
270691
MERCOSUR 12781
ALADI 12633

Promover el área sudamericana

Acuerdo regional turístico

En el marco de la ALADI

EL Gobierno aprobó ayer el Acuerdo de Alcance Parcial para la Promoción Turística de América del Sur, por el cual Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela realizarán promociones conjuntas para que esta región se convierta en punto de interés turístico.

La resolución se adoptó en el marco de la ALADI, y según la misma el Ministerio de Turismo remitirá periódicamente a nuestra representación en el organismo regional información acerca de todas las reuniones que se convoquen o realicen al amparo de este Acuerdo de Alcance parcial.

La decisión del Gobierno uruguayo respalda las gestiones desarrolladas en ALADI, cuyo Comité de Representantes aprobó la creación de un Consejo de Turismo como órgano encargado de promover y desarrollar acciones de cooperación regional en sus áreas específicas.

Este Consejo de Turismo fue el primer paso para la conformación, ahora, del Acuerdo de Alcance Parcial, a través del cual los gobiernos se comprometen a promover a Sudamérica como destino turístico, tanto a nivel regional como extrarregional, previendo emprendimientos conjuntos de cooperación y asistencia técnica, creando además la Comisión de Turismo de América del Sur.

Obras

El Poder Ejecutivo aprobó ayer una serie de obras por convenio impulsadas por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas, invirtiendo una suma superior a los cincuenta millones de nuevos pesos.

Por un lado se destinan quince millones para el destacamento de la Policía Caminera en la ciudad de Minas y treinta millones para la Escuela N° 49 de Cuchilla de la Pólvora, en promover y desarrollar acciones de cooperación regional en sus áreas específicas. ■

Nuevos embajadores

EL Poder Ejecutivo designó ayer cuatro nuevos destinos diplomáticos, cubriendo las representaciones del país ante los gobiernos de la República Federal de Alemania, el Reino de Suecia, la República Islámica de Irán y la Santa Sede.

En el primero de los casos se trata del Embajador Pedro Vidal Salaberry, quien desde hacía varios años se encontraba al frente de nuestra Embajada en Estocolmo.

En su lugar se designó al Embajador Rodolfo Olivera, hasta el presente Ministro Consejero del Servicio Exterior.

Ante el Gobierno islámico de Irán fue designado Embajador el Ministro Consejero Ruben [illegible]. Vaticano la designación recayó en el doctor [illegible] Cerrito, hasta el [illegible] Director General [illegible] de Relaciones Exteriores.

270691

01 . 01 9109028

Infraestructura fluida en los ejes de integración y Paraguay
270691
MERCOSUR 12781
URUGUAY 10020
PARAGUAY 66723

Libertad total del transporte de carga

Uruguay y Paraguay tras un tráfico más fluido

Iniciarán estudio en el plazo de 90 días

Uruguay y Paraguay acordaron iniciar, en 90 días, un estudio para la libertad total del transporte de carga, anunció a LA MAÑANA el Subsecretario de Transporte y Obras Públicas, Ricardo Gorosito, luego de participar en un congreso en Asunción con los delegados de los países miembro del MERCOSUR.

ANUNCIO por otra parte, que Argentina y Brasil ratificaron el proyecto presentado por Uruguay en el marco de la fundación del Grupo 5, del Transporte del tratado de integración regional. La propuesta uruguaya fue acompañada, desde sus inicios, por Paraguay.

Gorosito, que calificó los acuerdos alcanzados en Paraguay como "logros políticos importantes", anunció que se acordó la uniformización de pesos y medidas de unidades de transporte y dijo que se procura extender ese acuerdo al área aduanera considerada fundamental, en la integración regional.

"Estamos trabajando para establecer las condiciones que posibiliten que el acceso al mercado (común) sea lo mas igualitario posible", dijo Gorosito.

Si bien destacó el avance en materia de integración regional, insistió en los logros alcanzados con Paraguay, con la eliminacion de algunos tributos aduaneros.

De acuerdo a lo informado, Uruguay extendió el acuerdo existente con Brasil y Argentina, sobre eliminación del impuesto a los ejes para los vehículos provenientes de Paraguay y que transporten pasajeros y carga. En tanto, Paraguay eliminó los tributos que gravan a los vehículos uruguayos.

Asimismo, Paraguay se comprometió a habilitar fronteras las 24 horas del dia durante los 365 días del año. ■

Seminario sobre transporte terrestre de carga

Entre el lunes y martes de la próxima semana tendrá lugar en Montevideo, el primer seminario sobre transporte terrestre de carga en el marco del MERCOSUR, organizado por la Asociación de Propietarios de Vehiculos de Cargas, para estudiar aspectos considerados imprescindibles por transportistas uruguayos, para poder participar en el sistema del Tratado de Asunción, en condiciones competitivas con el resto de los paises del área.

El acto al que ha sido especialmente invitado el Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle, será inaugurado por el Ministro de Transporte y Obras Públicas, Wilson Elso Goñi.

Entre otros disertantes cabe destacar la presencia del Presidente de APVC, Antonio López Fernández, el Subsecretario de Transporte y Obras Públicas, Dr. Ricardo Gorosito, el Presidente de la Administración Nacional de Puertos, Ing. Eduardo Alvarez Mazza, el Director Nacional de Transporte, Marino Irazoqui, y el Dr. Ricardo Reilly Salaberry, Director General del Ministerio de Trabajo y Segurida Social.

Participarán del panel, además, destacadas personalidades de la Asociación de Propietarios de Vehículos de Carga.

El acto inaugural tendrá lugar el próximo lunes a la hora 9, en el salón de actos del Ministerio de Transporte y Obras Públicas. ■

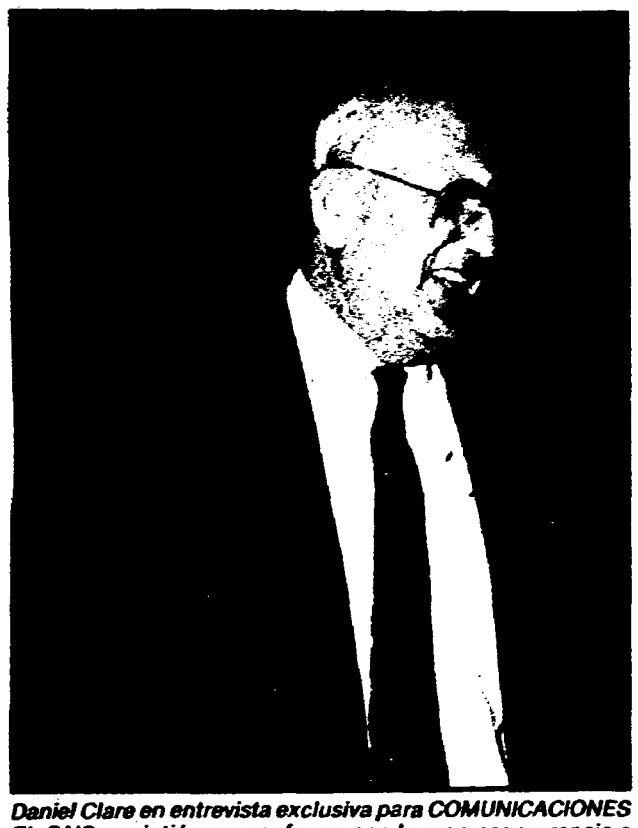
01.01 9109029.

EL PAIS
CITEL - 12627
12595
URUGUAY 10020

Director en Telecomunicaciones del Departamento de Estado de EE.UU.

"URUGUAY DEBERA SALIDA HACIA LA

Como ya adelantaramos en la edición anterior, durante la semana pasada Montevideo fue sede de la Cuarta Conferencia Interamericana de Telecomunicaciones, para los servicios públicos de esa misma área. La conferencia que funciona bajo la égida de la O.E.A., nucleó en la oportunidad a más de 80 delegados de toda América, y básicamente trató temas como: Tecnología Celular, Telefonía en Areas Rurales, Privatización, etc. Comunicaciones EL PAIS siguió las instancias



Daniel Clare en entrevista exclusiva para COMUNICACIONES EL PAIS se sintió muy conforme con la gran concurrencia a la Conferencia Internacional

Uno de los aspectos que nos llamó poderosamente la atención fue la gran presencia de empresas privadas tanto de los EE.UU como de Canadá que participaron activamente en la Conferencia.

Particularmente se destaca la gran gama de nuevos equipos y tecnologías que se exhibieron en las distintas instancias de la Reunión, como por ejemplo un nuevo sistema satelital para tecnología celular denominado "IRIDIUM" implantado por la Cía. Motorola.

El sistema —cuyo soporte se basa en una serie de satélites que giran en órbita alrededor de la tierra a baja altura— sirve básicamente para brindar telecomunicaciones a las zonas más alejadas, que por sus características geográficas no permiten el tendido de redes fijas.

Precisamente con referencia a este aspecto como así también a otros relativos al área, el Sr. Clare se refirió en los siguientes términos:

"Estoy realmente muy contento por el gran porcentaje de participación en esta Conferencia Interamericana, y sobre todo por la excelente presencia de las empresas privadas no sólo de mi país sino también de Canadá y Uruguay."

"La participación privada en estas reuniones de la OEA, no tenía demasiada incidencia hasta que en el año 1989, se comenzó a invitar al sector privado, considerado factor fundamental para el desarrollo del área de las telecomunicaciones", dijo Clare.

Más adelante señaló que consideraba de suma importancia la combinación, para los diseños de normas y nuevas tecnologías, entre los gobiernos y las empresas privadas.

GRUPOS "ADD-HOC" FACTOR DE PARTICIPACION

"La modalidad de trabajo "add-hoc" para determinados temas fue un factor preponderante de participación y sobre todo para los trabajos en nuevas tecnologías que, al contar con la experiencia de las empresas privadas y las normativas dictadas por los gobiernos, se vieron fortalecidos, optimizando los resultados al servicio del usuario", destacó Clare.

6TA. CONFERENCIA INTERAMERICANA EN SANTIAGO

El próximo año la ciudad de Santiago de Chile, será sede de la 6ta. CITEL, oportunidad en la que la representación de Uruguay tendrá la vicepresidencia.

Con referencia a este importante acontecimiento Clare

PLANTEAR SU PROPIA LIBERALIZACION"

F-2

290591

de esta trascendente reunión internacional y recabó diversas opiniones de expertos, técnicos y profesionales, como así también tomó nota de las disertaciones más importantes y que de una manera u otra poseen particular importancia para nuestro país. En esta edición entrevistamos al Sr. Daniel Clare, Director del Departamento de Estado de EE.UU. en las áreas de Telecomunicaciones e Informática, quien participara activamente en nombre del gobierno norteamericano en esta IV CTP.I.

dijo: "La 6ta. CITEL que tendrá lugar en la ciudad de Santiago el próximo año, será de gran interés pues marcará las futuras contribuciones de los Estados miembros, y este tema se debatirá considerablemente."

"Pero el mayor desafío de la Conferencia representará la manera de involucrar e interrelacionar a todos los participantes, usuarios, proveedores, compañías telefónicas, empresarios, etc."

"Creo que se deberá instrumentar un instituto de coordinación entre todos los miembros para que el proceso de intercambio de ideas entre los países de la región, como así también la defensa de los respectivos intereses, se pueda realizar en forma óptima y que resulte útil para todos los países", agregó Clare.

APLICACION DEL MODELO INTERNACIONAL EN URUGUAY

Consultamos a nuestro entrevistado sobre su opinión con respecto al proceso actual que vive nuestro país, en lo que tiene que ver con las telecomunicaciones y la incidencia de los modelos de otros países que ya han pasado por este proceso de liberalización o están en los últimos pasos.

"Creo que Uruguay se debe ajustar a las grandes pautas en la materia y de acuerdo con un contexto internacional que no debe descuidar a la hora de la liberalización del sector telecomunicaciones, pero deberá plantear su propia salida a través de los institutos que posee."

"Actualmente todo indica que el sector debe abrirse a nuevas tecnologías y sobre todo dar franca participación al sector privado que en definitiva posee la capacidad de inversión para hacer posible el desarrollo tecnológico", señaló Clare.

Destacó también la importancia que tiene el usuario en todo este proceso —que es en definitiva el soporte— y la gran presión que este ejerce sobre las empresas.

"Vea lo que ha pasado con empresas del porte de France Telecom de Francia o la DBP de Alemania, que debieron abrirse notoriamente."

"En muchos casos la tecnología contlevó al cambio político de los Estados y al ingreso de determinadas compañías en acuerdos con los gobiernos y/o empresas, determinó la apertura y la tendencia hacia la liberalización de las telecomunicaciones. Este hecho significó el replanteamiento de las políticas del Estado como así también la concepción de éstas", dijo Clare.

Actualmente, y según lo informado por Daniel Clare una de las metas del Departamento de Estado de los EE.UU. y más precisamente la Repartición que dirige, es la de dar impulso a la tendencia hacia la liberalización.

Para el caso de nuestro país, Clare entiende que es muy difícil para ANTEL aglutinar todos los servicios, destacando que la experiencia internacional ha revelado que la doble condición de regulador y empresa, termina siendo negativa para el desarrollo.

"Lo que ocurre en estos casos de doble condición es que se termina por ponerse detrás de una mesa diciéndole a la gente "...aguarden, todavía no...", cuando en los países en que el sector se encuentra liberalizado ocurre exactamente al revés, quienes esperan la decisión del usuario son las empresas."

EL ESTADO SOLO COMO REGULADOR

En EE.UU. el Estado a través del Ministerio de Comunicaciones y la FCC (Comisión Federal de Comunicaciones) cuyos miembros deber ser aprobados por el Poder Legislativo, regula las comunicaciones interestatales e internacionales, liberando a cada Estado a su autorregulación —destacaba Clare— y operan cerca de 2.000 compañías de telecomunicaciones, entre las que sobresalen 7 que serían las mayores.

Variados temas fueron expuestos por la Delegación de EE.UU. En la nota gráfica vemos a Clare haciendo uso de la palabra

La principal y que monopoliza el 75% del tráfico es la Cía. AT & T, luego le sigue la MCI y posteriormente la U.S. Sprint. Basta observar que cada compañía regional invierte por año U$S 15 millones, lo que da una idea de la magnitud de los servicios", señaló Clare.

Así ocurre en casi todas las administraciones en que el área de las telecomunicaciones se encuentra fuera de la órbita estatal, éstas se encuentran liberadas para que cada empresa comercialice el equipo que desee, previa homologación por parte del organismo afectado a esa función.

02.02

9109030

Conferencia Interamericana de
El País ..... Telecomunicaciones
220591 CITEL 1267
MEDEO 500889
URUGUAY 10010

Sede y Presidencia de Nuetro País

NUEVA CONFERENCIA INTERAMERICANA ANALIZA TECNOLOGIAS Y PRIVATIZACION

220591

Cra. Rosario Medero, presidenta de ANTEL, que inaugurara la Conferencia en la sala del B.R.O.U.

Desde el pasado lunes y hasta el viernes próximo, viene desarrollándose en nuestro país, la cuarta reunión de la Comisión Técnica Permanente I: Servicios Públicos de Telecomunicaciones, en el marco de la Organización de Estados Americanos. Dicha conferencia ha nucleado a más de 80 delegados y representantes de una veintena de países de toda América, que integran la Conferencia Interamericana de Telecomunicaciones, foro permanente de los países americanos para el área de las Telecomunicaciones.

En esta cuarta reunión de la CTP I, los temas de principal consideración y expectativa vienen siendo: las experiencias de desregulación en América Latina y el desarrollo de los sistemas de comunicaciones celulares.

La página de comunicaciones de EL PAIS estuvo presente en la sesión inaugural de la Conferencia que se lleva a cabo en la Sala de Conferencias del Banco de la República, edificio "19 de Junio".

En la estructura orgánica de la Organización de Estados Americanos (OEA), a semejanza del sistema de Naciones Unidas, el sector de telecomunicaciones como área especial en el desarrollo de los países, está institucionalizado en un foro permanente denominado Conferencia Interamericana en un foro permanente denominado Conferencia Interamericana de Telecomunicaciones, CITEL. Dicha instancia interamericana constituye la oportunidad que los países de la región tienen para el intercambio, cooperación y coordinación de las políticas de telecomunicaciones. De este modo, la CITEL funciona desagregada en tres comisiones técnicas permanentes: los servicios públicos, la radiodifusión y las radiocomunicaciones.

En la ocasión, a Uruguay le ha correspondido ser sede de la reunión de la comisión de Servicios Públicos de Telecomunicaciones, puesto que ejerce su presidencia.

El acto de apertura del lunes pasado contó con la presencia del Directorio de ANTEL, y quedó formalmente inaugurado por su Presidenta, Cra. Rosario Medero.

Los temas a desarrollar por parte de los conferencistas versan básicamente sobre el impacto de las nuevas tecnologías en comunicaciones inalámbricas, para telefonía móvil celular y personal, como así también para las comunicaciones rurales. Asimismo, la tendencia universal iniciada en los países industrializados en la década pasada, hacia la liberalización de los servicios de telecomunicaciones, es un proceso que alcanzando a nuestra región en algunas experiencias ya iniciadas (México; Argentina, Chile, etc.) será tema de algunos panelistas en el curso de las sesiones.

Además de los representantes de empresas y organismos nacionales de telecomunicaciones, también participan de la conferencia como exponentes invitados, ejecutivos de varias empresas fabricantes y operadoras de servicios de comunicaciones. Tal es el caso de las compañías Motorola, Bella Atlantic, Northern Telecom, etc., del mismo modo, las empresas Telefax y Westec de nuestro país, han de efectuar respectivas ponencias en dicho acontecimiento.

TELEFONIA MOVIL CELULAR

En cuanto a la tecnología de comunicaciones móviles, representantes canadienses y norteamericanos, vienen dando habida cuenta del exitoso desarrollo de sus sistemas. Ambos países poseen la mitad de las bases celulares en operación actual en todo el mundo.

El fenómeno celular que se ha desarrollado en casi todo el mundo, ha tenido desde hace algo más de dos años gran repercusión en Latinoamérica, encontrándose actualmente en operación en Brasil y Argentina.

Esta tecnología permite básicamente la comunicación a través de terminales personales "de bolsillo", sin necesidad de cables y dependientes de una red celular.

La tendencia mundial en este sentido ha puesto especial énfasis en el servicio al usuario como así también en la funcionalidad del equipo.

La liberalización del mercado celular ha sido uno de los principales factores para que este servicio se difundiera rápidamente posibilitando una competencia que juega un papel fundamental para la oferta y demanda.

Se ha registrado, en el mercado mundial celular un crecimiento exponencial resultante de un bajo costo de los equipos y el servicio, así como una tendencia hacia una expansión hacia nuevos segmentos del mercado que hasta el momento y considerando los altos costos del "teléfono celular" se habían mantenido como meros "espectadores", esto ha conllevado a un mayor uso del sistema.

En el año 1984 un equipo costaba U$S 2.000, en 1985 U$S 1.600 y así sucesivamente en caída hasta 1990 que el precio se situó en U$S 800.

Según la Cía. Eastern Research el costo, del servicio celular ha disminuido desde 1983 a la fecha de un 100% a un 49,3%. Asimismo y de acuerdo con la Cía. Herschel Shosteck antes de 1983, el mercado estaba compuesto principalmente por el gobierno y seguridad pública, correspondiendo hoy sólo un 5,4% al gobierno, un 23,6% a consumidores y un 71% a negocios.

Se señala que los porcentajes están referidos tanto al teléfono móvil en vehículos, como al portátil de transporte personal.

PRIVATIZACION Y MARCO REGLAMENTARIO

El fenómeno de las privatizaciones —que ya ha tenido como protagonista en nuestro continente a la República Argentina— es muy discutido en diferentes ámbitos y de acuerdo al protagonismo que se posea. La tendencia generalizada arrojaría un saldo positivo y todo parece indicar que a corto plazo las telecomunicaciones cederán un gran espacio a los capitales privados.

Particularmente a esta reunión internacional asisten representantes de TELMEX de Méjico —que ya han pasado por el proceso de privatización— y de CANTV Telefónica de Venezuela, en vías de desmonopolizar las telecomunicaciones.

Para el caso de la CANTV, los oferentes se han reducido sensiblemente pues los requisitos del gobierno venezolano son muy exigentes, basta señalar que las ofertas de la STET italiana, y la Telefónica de España, ya han sido descartadas.

La IV CTP I servirá para escuchar a aquéllos que ya poseen la experiencia en esta materia —como es el caso de los mejicanos— y de quieres van en vías de privatizar, como es el caso de nuestro país, cuyo proyecto se encuentra a estudio del Senado, pronto para su consideración.

01 . 01

9109031

EL MODELO INSPIRADO EN LA CEPAL LLEGA A SU FIN

12781

CEPAL 1260

OPINION / Alfonso López Michelsen

El modelo inspirado en la CEPAL llega a su fin

Aranceles: el fin de una era

QUE las perspectivas económicas para América latina han mejorado considerablemente en el último año es algo sobre lo cual no cabe duda. La estabilidad en los precios del petróleo y la recuperación del dólar con respecto a las monedas europeas constituyen signos inequívocos de que todo el hemisferio ha entrado en un período de convalescencia, a raíz de los éxitos norteamericanos en el golfo Pérsico.

Una manifestación común a casi todos los países al Sur de Río Grande ha sido la apertura económica que ya venía perfilándose desde hacía meses y que ahora se consolida con la "pax americana".

El proteccionismo está de capa caída en el continente. Por años enteros la doctrina oficial era el dogma de la sustitución de importaciones cuya paternidad se atribuía al economista argentino Raúl Prebisch. Escasas fueron las voces que se opusieron a la idea, que hoy nos parece peregrina, de que cada uno de nuestros países debía proponerse como meta la autarquía económica.

Con la reiterada queja acerca del deterioro de los términos de intercambio entre los productos del Tercer Mundo y las manufacturas de los países desarrollados, parecía un hallazgo afortunado convertir a todos los países de América latina en mercados autosuficientes, merced al más riguroso proteccionismo, destinado a hacer de los consumidores nacionales el coto de caza predilecto de la clase industrial.

No puede negarse que, en forma transitoria, semejante política, que hoy nos parece descabellada, dio sus frutos. Sirvió de plataforma de despegue a la industrialización y formó, en países como Colombia, una clase empresarial muy competente.

Con todo, despertó el antagonismo entre el Sur y el Norte, y dio origen a un sinnúmero de privilegios que iban en contravía de la redistribución del ingreso.

Si algún espíritu burlón se hubiera propuesto consolidar monopolios a favor de una oligarquía capitalista, no hubiera encontrado mejor fórmula que la de garantizarle a quien quiera que estableciera una industria, la interdicción de la competencia extranjera mediante una muralla china de aranceles.

Una urdimbre de intereses se tejió alrededor de esta orientación económica. El profesor de la Universidad de Columbia, Frank Tannenbaum, la denunció hace casi medio siglo en su análisis del desarrollo mexicano.

La sustitución de importaciones no sólo servía los intereses del capital manufacturero a expensas de otros sectores, como el agrícola, sino que permitía la formación de una oligarquía de overol integrada por los obreros vinculados a las industrias superprotegidas y, de remate, contaba con el apoyo de los gobiernos que, en su afán fiscalista, no podían mirar con malos ojos una fuente de ingresos como eran los tributos de las sociedades anónimas vinculadas a la industria.

Sin duda alguna, el anfitrión era el consumidor local, a quien se le iban encareciendo de año en año los bienes domésticos más elementales.

El experimento ha durado casi medio siglo y puede decirse que se agotó por su propia virtud. Lo sustentaba la creencia, un tanto ingenua, de que dejando de comprar en el extranjero las manufacturas y produciéndolas a domicilio se obtendría un considerable ahorro en divisas. Una bendición para los países pobres, en opinión de sus promotores.

Ocurrió exactamente lo contrario: en la medida en que aumentaba la capacidad adquisitiva de los sectores favorecidos por el modelo de la sustitución de importaciones, también fue creciendo la demanda de bienes y servicios en moneda dura.

El proteccionismo de nuevo cuño, idéntico en su aplicación al del siglo XIX, pero fundado en pretextos distintos, comenzó a ser cuestionado a nivel académico en los países desarrollados. Solamente años más tarde, algunos espíritus progresistas aventuraron en nuestro medio la hipótesis de que habíamos extraviado el camino de la bienandanza. El propio Prebisch, en sus últimos discursos, rectificó un tanto las posiciones extremas de sus seguidores.

Por lo reciente de sus episodios, el final del cuento es bien conocido. Chile fue el primer país latinoamericano en deshacerse del embelezo de la sustitución de importaciones. La dictadura militar del General Pinochet, bajo la inspiración del Ministro Sergio de Castro, optó por la apertura del comercio internacional, rebajando en forma espectacular sus aranceles y atrayendo la inversión extranjera.

El balance fue favorable en términos desarrollistas y desastroso en términos sociales. Sólo una dictadura militar podía poner en ejecución una política económica tan drástica como la que se adelantó en Chile en aquellos años.

Quien escribe estas líneas equiparaba en cuanto a sus procedimientos la experiencia chilena con la revolución rusa. Los unos habían puesto en práctica las teorías de Carlos Marx y sus epígonos apelando a la fuerza de su aparato estatal, y los otros habían hecho algo semejante para darle vigencia a la cartilla de Milton Friedman y de la escuela de Chicago, recurriendo a la bota militar. Porque transformaciones de este género no se pueden llevar adelante en términos de meses, sino a sangre y fuego.

El deterioro en los salarios reales, el desempleo a consecuencia del cierre de las empresas nacionales, la postergación del gasto público vinculado a la educación y a la salud en oposición a las inversiones rentables, todo contribuyó a crear una situación política insostenible que, sin condenar propiamente el modelo de desarrollo neoliberal, obliga a quienes se proponen ponerlo en práctica a proceder con cautela dentro del más riguroso gradualismo.

Proporciones guardadas, es algo semejante a lo que viene ocurriendo en Europa oriental, en donde la economía de mercado, con todas sus bondades, no ha sido una innovación fácil de arraigar.

La verdad es que en todo el continente se abre paso la apertura económica con el reordenamiento del sector financiero y el desarrollo orientado hacia la exportación. Desde México hasta Argentina, unas veces espontáneamente y otras bajo la presión del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, estamos asistiendo, no ya a la sustitución de importaciones, sino a la sustitución del modelo de desarrollo inspirado en la CEPAL por otro más acorde con la experiencia universal.

El tema es apasionante por la multiplicidad de sus facetas y las acrobacias que estamos presenciando en los diversos escenarios internacionales, pero ninguno refleja tan claramente el cambio de mentalidad como la renovación en los principios que inspiran la integración económica.

Los ensayos anteriores, el Mercado Común Centroamericano, el Pacto Andino, la ALADI (antigua ALALC), tropezaban con la cuadratura del círculo al intentar varios mercados cuya política comercial se inspiraba en la sustitución de importaciones.

El regateo se hacía interminable, pese a los buenos propósitos de los negociadores, sometidos a las presiones internas de quienes aspiran a conservar un mercado cautivo del que derivaban grandes beneficios y, si se alcanzaba el objetivo de ampliarlo, era para refundir en uno solo, presa de la clase industrial, los diversos mercados regionales.

Es así como este rompecabezas se ha visto sustituido por la integración basada en zonas de libre comercio.

México, Estados Unidos y Canadá siguen avanzando en su propósito de derribar barreras arancelarias para propiciar el flujo de bienes y servicios. Idéntica meta inspira al llamado Grupo de los Tres, del cual forman parte México, Colombia y Venezuela, cuyos avances son verdaderamente significativos. Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay no van a la zaga.

El propio Prebisch rectificó un tanto las posiciones extremas de sus seguidores

Es toda una revolución que se viene cumpliendo en forma discreta, a tiempo con el marchitamiento de las dictaduras políticas en nuestro hemisferio.

Bien valdría la pena preguntarse, cuando se promulgan nuevas constituciones al estilo de Brasil, qué tendrá más impacto a la vuelta de dos años: si las instituciones consagradas en las cartas políticas o las nuevas orientaciones del modelo económico. Muchos abrigan la convicción de que estas últimas serán más perdurables que la letra muerta de las constituciones.

Un politólogo inglés decía que el monumento más perdurable de la revolución francesa era el código de Napoleón. Y, en efecto, el código civil en todas sus disposiciones sobre personas, bienes, contratos y derechos sucesorios sintetiza, mejor que cualquier constitución de la época, las conquistas de la revolución frente al antiguo régimen.

No sería extraño que otro tanto ocurriera con la apertura económica frente a las reformas puramente políticas que se vienen adelantando paralelamente. ■

Alfonso López Michelsen, ex Presidente y ex Ministro de Relaciones Exteriores de Colombia, es actualmente el jefe único del Partido Liberal.

01 01

9109032

Informe de CEPAL - [redacted] SOBRE RELACIONES PAÍSES DESARROLLADOS
La República
06/91
CEPAL 12603
OEFe 12738
CEP 11182
CSP 12740

Lo revela un informe para Cepal realizado por treinta especialistas

Cooperación para el desarrollo entre naciones del sur tropieza con el desconocimiento mutuo

Santiago de Chile (ANSA)

Un informe sobre las relaciones entre países en desarrollo, redactado por unos treinta analistas internacionales, revela que la cooperación para el desarrollo entre esas naciones tropieza con el desconocimiento mutuo de sus propias potencialidades.

El informe, titulado "Desafío del Sur", será presentado esta semana por el ex presidente de Tanzania, Julios Nyerere, en la sede de la Comisión Económica para América Latina (Cepal) de Santiago, y afirma que "el sur no conoce al sur".

El texto, cuya redacción fue impulsada por la Cepal y la Comisión Sudamericana de Paz, será entregado a los gobiernos de Argentina, Brasil, [illegible] y Chile. El sur "no sabe [illegible] sucede en sus países, qué ideas tienen sus pueblos, cuál es su potencial y la manera en que la cooperación sur-sur puede ampliar sus opciones de desarrollo", expresa el informe.

Nyerere encabezó durante [illegible]

El informe incluye una serie de "recomendaciones prácticas" para que los países del sur fortalezcan la cooperación entre ellos como uno de los caminos para el desarrollo.

Integraron la comisión de redacción de el "Desafío del sur" el presidente venezolano Carlos Andrés Pérez, el ex ministro de Cultura de Brasil, Celso Furtado, el ex ministro de Economía y Trabajo de Argentina Aldo Ferrer, el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo ([illegible]) Enrique Iglesias y el cardenal brasileño Paulo Evaristo Arns, entre otros.

PARTES POCO LEGIBLES

01.01 9109033

Delegación Comercial - SEMINARIO
La República
02-06-91
Florida 1287
Montevideo
URUGUAY 10020

Diálogo entre científicos, empresarios y políticos 020691

Uruguay será sede de seminario sobre "Problemática ambiental"

El Representantes de quince países se reunirán en Montevideo a partir de mañana para analizar la problemática ambiental y las experiencias que en la materia tiene la República Federal de Alemania.

El seminario, que organiza la Fundación Konrad Adenauer con el Ciedla, tendrá lugar en la Hostería del Lago donde durante tres días, científicos empresarios y políticos de América Latina analizarán las experencias y organización de la política ambiental. En este seminario tendrá papel protagónico la experiencia alemana, motivo por el cual participará como invitado especial el doctor Ludger Bverstedde, embajador de la República Federal de Alemania en nuestro país.

INTERES NACIONAL

El seminario será inaugurado oficialmente por el Ministro de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, doctor Raúl Lago, el representante diplomático alemán y el doctor Helmut Wittelsbürger, Director del Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano, Ciedla. → Ficar

Los temas que se tratarán durante el seminario incluyen desde la responsabilidad del empresariado en la conservación del medio ambiente hasta la función de la ciencia, sin descuidar el papel del Estado.

Al finalizar el encuentro, el día miércoles 5 de junio, se emitirá un documento que bajo el nombre de "Manifiesto de Montevideo" resumirá las ponencias de este quinto seminario que se realiza anualmente en los distintos países de la región.

01 01

9109034

Nº DOCUMENTO
TITULO Proyecto Pérez-Guerrero
PROCEDENCIA Secretaría
FECHA DE PROCEDENCIA 11-6-91
VINCULACIONES G-57
ARADI 12633

Proyecto del fondo "Pérez-Guerrero"

EL Fondo Fiduciario Pérez—Guerrero para la Cooperación Económica entre países en desarrollo, administrado por el Grupo de los 77, ha hecho efectiva una donación de US$ 120.000 para cofinanciar un nuevo proyecto de la ALADI, destinado a apoyar al empresario de los tres países miembros de menor desarrollo en la colocación de sus exportaciones.

Se trata de un programa integral y eminentemente práctico mediante el cual la Secretaría General, con la asistencia financiera del Fondo Pérez Guerrero y con el apoyo logístico de las asociaciones empresariales nacionales, brindarán a los operadores de Bolivia, Ecuador y Paraguay capacitación y asistencia en temas vinculados a la promoción de exportaciones, la organización de consorcios y comercializadoras, así como en la preparación de encuentros con empresarios de otros países del área hacia los cuales exista interés en exportar.

El proyecto "Promoción de Exportaciones y Cooperación en favor de los países de menor desarrollo económico relativo de la ALADI" se iniciará en el mes de julio. Los empresarios de Bolivia, Ecuador y Paraguay se verán beneficiados con asesoramiento especializado en técnicas de comercio exterior.

El Fondo Fiduciario Pérez — Guerrero para la Cooperación Económica, creado en el marco del Grupo de los 77, lleva el nombre del fallecido Ministro de Estados para Asuntos Económicos Internacionales de Venezuela, Manuel Pérez-Guerrero, en reconocimiento a su notable gestión para el fomento de la coperación económica entre los países en desarrollo.

110691

01.01 9109035

Nº DE CUPON
TITULO Rio en PLACART
PROCEDENCIA LA HABANA
FECHA DE PROCEDENCIA 21/6/91
VINCULACIONES HERCOS 12781
VENEZUELA 67390
SELA 12639

Programa Regional de Cooperación

Uruguay se incorporó al PLACART para Artesanías

Dependen 25 millones de latinoamericanos

Uruguay se incorporó al Programa Regional de Cooperación en Artesanía (PLACART) en la reunión que se inició ayer en Caracas, con el objetivo de impulsar la industria artesanal, de la que dependen 25 millones de latinoamericanos. Costa Rica, Cuba, Ecuador, Jamaica, México, Nicaragua, Perú y Venezuela son los países miembros del PLACART, a los que se suman desde ayer Colombia y Uruguay.

EL PLACART, con sede en Caracas, tiene como objetivo lograr la cooperación entre las naciones de la zona para mejorar la calidad y cantidad de sus productos artesanales, además de intentar abrir nuevos mercados para su venta.

La asamblea ayer fue inaugurada en Caracas por el Secretario Permanente del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), que auspicia el evento, el uruguayo Carlos Pérez del Castillo y el fin esencial de la Primera Asamblea Ordinaria del Programa Regional de Cooperación en Artesanía (PLACART) es el estudio de la industria artesanal en Latinoamérica.

La situación institucional y financiera de esa organización y los programas de formación y capacitación, la cooperación técnica, investigación e información comercial serán algunos de los asuntos analizados por los asambleistas.

Los asistentes a la reunión diseñarán un plan de trabajo para el período 1991-1992, resultado de los informes que presentarán los países miembros del PLACART.

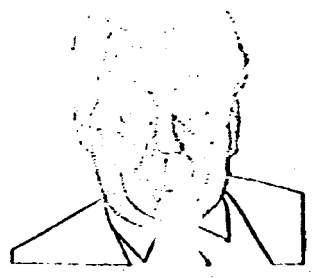
En la asamblea participarán representantes del Consejo Mundial de Artesanías, la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). ■

01-01 9109036

FRENTE DE DESARROLLO EN MOVIMIENTO

Jornal do Brasil
24.06.91
Economia & Mundial

24.06.91
Jornal do Brasil



[illegible] dis-[illegible] de riqueza var-[illegible] os países. A FDM é uma frente que se desloca dos países em pleno desenvolvimento para aqueles que permitam a sua entrada, como se a riqueza de um se derramasse sobre o outro.

O país receptor da FDM é, em geral, um país pobre em recursos naturais, pobre em condições de vida do povo (traduzida em baixos salários) e com baixo índice tecnológico, mas, em contrapartida, apresenta estabilidade política, respeita os contratos e é altamente receptivo a implantação de empresas, preferencialmente indústrias leves. Essa combinação de estabilidade política, mão de obra barata, pouca tecnologia e predisposição ao investimento permite que a frente, formada em outro país com alto grau de desenvolvimento econômico, alto nível tecnológico e conseqüente mão de obra cara, se desloque em direção ao país receptor, esparramando a riqueza.

No primeiro estágio, indústrias leves inteiras (roupas, sapatos, sombrinhas, etc.) se transferem do país de alta para o de baixa renda. O Japão foi o iniciador da FDM na Ásia, quando, na década de 50, iniciou em terreno inóspito (país pobre), o processo de implantação de empresas leves, cujos componentes básicos são tecnologia fácil e mão de obra barata. As implantações das empresas geram emprego, distribuem renda, expandem mercados que demandam mais mão de obra, desiquilibrando como conseqüência o nível de salários e o grau tecnológico.

Com a produção em níveis mundialmente competitivos, estabelece-se a prioridade do mercado externo, onde os grandes volumes são fundamentais para justificar os mais variados custos de exportação. Neste estágio, o país começa a acumular reservas que permitem investir maciçamente em educação, mandando grupos de jovens para se especializar no exterior e com isto, desenvolver tecnologias mais avançadas. De indústrais mais leves passa-se a indústrias com maiores coeficientes tecnológicos, como por exemplo, máquinas, computadores e automóveis.

Este novo patamar tecnológico e a conseqüente ampliação do mercado gera mais renda e eleva os níveis salariais. Ao mesmo tempo em que acelera a distribuição da riqueza interna, inicia-se o deslocamento de empresas leves inteiras em direção às áreas de condições de mão de obra barata e baixa tecnologia para dar espaço a uma tecnologia mais avançada. Aí está formado o ciclo que vai se repetir várias vezes.

O deslocamento do Japão para Cingapura, daí para Formosa, daí para a Coréia, daí para Tailândia,, daía para Malásia, daí para Indonésia, etc. é a caracterização da Frente de Desenvolvimento em Movimento. É uma verdadeira varredura semeando emprego, tecnologia e riqueza na região submetida ao fenômeno. A FDM só ocorre quando o país receptor apresenta as condições necessárias, não oferecendo resistência à entrada de capital. Em caso contrário, a frente de desenvolvimento permanece estacionária no país de povo em enriquecimento.

Como exemplo, existe uma frente estacionária nas fronteiras da China Continental, que não se transforma em FDM por não atender ainda as condições necessárias. Outro caso de divulgação recente é o da Olivetti, transferindo boa parte de seu parque industrial da Itália para alguns países da Ásia, que são altamente receptivos a formação desta frente de desenvolvimento. Países pobres se transformam em países ricos, confirmando o enfoque de que o objetivo nacional deve ser o de atingir um estágio de bem estar social em que o povo se sinta rico e não na miséria absoluta, apenas girando em torno de riquezas guardadas no subsolo.

Um povo mais rico se torna um povo mais justo porque esta sociedade pode oferecer aos seus cidadãos um melhor nível cultural (o ensino é obrigatório de nove a 12 anos seguidos nestes países), apoio hospitalar, segurança nas ruas, abrangência de produtos, etc.

Nas Américas pode vir a ocorrer várias FDMs, caso se concretize o estabelecimento do bloco Estados Unidos-Canadá e México. Onde os dois primeiros serão os geradores da Frente e o México o país receptivo e que, logo logo, se transformará em novo gerador da Frente que poderá se deslocar em direção ao sul.

A grande mensagem que a Ásia manda para o resto do mundo é que o país pode ser rico em países pobres, enquanto a América Latina insiste em ser uma região rica com povos pobres. O Brasil que o diga.

PARTES ILEGIBLES

01 . 01 9109037

77ª Asamblea de OIT
La Prensa
100691
OIT
SUIZA

LO

Posturas encontradas de los delegados del país en la OIT

Ginebra, Suiza — Empresarios y sindicalistas argentinos, cuestionarán y apoyarán respectivamente las reformas a la legislación laboral argentina, al hablar hoy ante la 77ª Asamblea anual de la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

Fuentes empresarias argentinas anticiparon que el titular de la delegación, Israel Mahler, reflejará en su discurso la preocupación del sector, por la ausencia de una "reforma laboral sustantiva" tanto en el plano individual como colectivo de las leyes laborales.

Mahler también se referirá al apoyo empresario de una descentralización de las normas laborales, que contribuya a bajar el costo laboral y pueda dotar de mayor eficiencia al sistema previsional de obras sociales.

El delegado titular del sector empresario y presidente de la Unión Industrial Argentina (UIA) remarcará también en su discurso la necesidad de desregular las leyes laborales para permitir un mayor margen de rentabilidad a las empresas que deben competir comercialmente en todo el mundo.

Su discurso se centralizará también en una evaluación del sector de trabajadores en negro en la Argentina, y propondrá medidas para impedir su crecimiento, mientras que no hará mención expresa de los actuales proyectos de ley, que están siendo tratados por el Parlamento argentino.

El delegado obrero

Por su parte, el titular de la delegación obrera y secretario general de la CGT-San Martín, Raúl Amín, anticipó que en su discurso ante la asamblea "brindará un apoyo crítico, en términos generales, porque creemos que a través del diálogo podemos lograr un cambio consensuado de la legislación laboral".

El sindicalista añadió que, en su mensaje a los delegados de los países miembros de la OIT, brindará un "explícito respaldo" a la reciente encíclica papal "Centésimus Annus" y a las políticas de apoyo para la defensa del medio ambiente.

Amín señaló que en su discurso planteará que "la libre discusión con las autoridades permitirá ir gradualmente logrando las mejoras que el sindicalismo argentino quiere y la reafirmación del sistema democrático".

La intervención del titular cegetista y dirigente del SMATA hará también hincapié en los actuales proyectos de ley, que plantean modificaciones a la política laboral.

Por último, hablará también ante la Asamblea el secretario general de la Confederación Mundial del Trabajo (CMT), Carles Custer, el sindicalista argentino que ha alcanzado el más alto cargo en una organización internacional del movimiento obrero.

Crítica al liberalismo

Custer, ex diputado nacional y dirigente de la Asociación de Trabajadores del Estado, hablará como titular de esa central sindical mundial, de orientación social-cristiana.

El titular de la CMT centralizará su discurso con un análisis del sector no estructurado de trabajadores (trabajadores en negro) y criticará el avance del liberalismo sobre las conquistas y derechos logrados por los trabajadores en todo el mundo.

01-01

9109038

Encuentro Iberoamericano de Prensa
La Nación
040591
3º) AGENCIA ESTADO NOTICIAS / 12758
COLOMBIA 65592
2º) PRENSA 11065
1º) REUN / ENCUENTROS / 1078

El Encuentro Iberoamericano de Prensa, que inauguró en Bogotá el presidente César Gaviria anteayer, contó con once expositores; el primero de ellos fue el director de LA NACION, quien vertió en los siguientes conceptos la propuesta central del foro.

La historia del periodismo, desde que la imprenta lo hizo posible a mediados del siglo XV, ha sido la de un reto, la de un desafío intelectual y moral a las condiciones sociales, políticas, económicas y culturales de las centurias posteriores.

A lo largo de ese dilatado lapso, la prensa fue –a través de la noticia y de la opinión– la gran suscitadora de innovaciones en todos los campos de la actividad humana; a veces por el juicio crítico acerca de las situaciones imperantes, a veces por la formulación de propuestas movilizadoras de las fuerzas históricas.

Nuestros antecesores en el ejercicio de esta profesión desafiaron la ignorancia y el analfabetismo y terminaron por dar origen a ese fenómeno tan típico de la Edad Moderna que es la opinión pública, que desde el siglo XVIII se convierte en motor del progreso.

Nuestros predecesores en el periodismo, con las precarias hojas de las épocas iniciales, promovieron las ideas que abrirían el camino a las grandes revoluciones –la inglesa, la norteamericana, la francesa, la de la América hispánica– que imprimieron a la civilización occidental un viraje radical en su desenvolvimiento.

Sin la prensa no hubiera sido posible el iluminismo ni su consecuencia política: la declaración y la vigencia de los derechos del hombre y del ciudadano.

La democracia –que es condición existencial para la prensa independiente– encuentra en la prensa libre una condición también existencial necesaria. La libertad de prensa es la garantía de todas las otras libertades.

Este carácter agonal del periodismo es bueno refirmarlo aquí, en tierra colombiana, donde se está librando la más heroica de las grandes luchas que la prensa haya emprendido en su historia. Nuestro homenaje, sin duda, interpreta los sentimientos admirativos de los colegas de todo el mundo. Y nos refirma en la lucha que debemos librar en nuestros países, ante un mal extendido.

Y es oportuno también destacarlo ahora, en este encuentro convocado por la Fundación Santillana para Iberoamérica, con el fin de memorar y celebrar los doscientos años de la aparición del diario de Santa Fe de Bogotá, primera hoja periódica editada en tierra colombiana y fundada por el cubano Manuel del Socorro Rodríguez.

Desafío recíproco

Claro está que entre la prensa y la sociedad hay un desafío recíproco, un reto mutuo que va cambiando según el transcurso del tiempo. Y el siglo XXI, cuyo umbral ya pisamos, nos plantea reclamos perentorios que podemos intuir, aunque todavía con la imprecisión que es propia de los hechos y de las tendencias del futuro.

El tema me incita a intentar un ensayo no diré futurológico –este adjetivo ha perdido mucho del brillo que tuvo en otros decenios–, pero sí prospectivo, que suena más realista y menos enfático.

En los tiempos recientes lo que vendrá ha sido concebido desde posiciones encontradas, podría decirse rigurosamente opuestas. Por un lado, un distinguido intelectual norteamericano ha sugerido que, con el triunfo del capitalismo, la bancarrota del marxismo y el predominio de corrientes liberales, la historia llegaba a su fin. Por otro, desde sectores diversos de la cultura y de la política se proclama que un nuevo orden mundial se inaugura en el planeta.

Para seguir la norma prudente del justo medio, he de decir que –a mi juicio– eso –el fin de la historia– es algo que podría darse sólo si se agotara lo que Henri Bergson llamaba la evolución creadora, el impulso vital que lanza para adelante a los individuos y a las colectividades. Una circunstancia imposible de eludir. No enfrentamos el fin de la historia, sino el comienzo de otra historia, cosa que tampoco parece demasiado original.

Esta historia que empieza –o que acaso ya ha empezado, porque los hitos temporales se suelen superponer– puede examinarse con mirada predominantemente sociológica o con mirada acentuadamente tecnológica. Y aclaro que no desconozco que son inseparables, pero las distingo por razones expositivas.

9109039

01 . 03

Voy a ponerme en el primer punto de mira desde el que puede conjeturarse qué va a pasar con la gente en el siglo XXI.

Lo seguro, en esta materia, es que hasta cierta altura del siglo próximo la población mundial aumentará en tal medida que parece inevitable que se acrecienten las necesidades insatisfechas de que padece buena parte de la humanidad.

Pero con eso no se agota el porvenir desfavorable: la explosión demográfica se verificará en los países menos aptos para soportar sus consecuencias en términos de niveles civilizados.

El Norte –y esta denominación equivale aquí al conjunto de países más avanzados y no ha de entenderse en su acepción estrictamente geográfica– tenía, en 1914, el 50 % de la población mundial; ese porcentaje se había reducido en 1988 al 25 %. Para el primer decenio de la centuria próxima será solamente del 15 por ciento.

No acabarán con esto los problemas de los países de desarrollo menor. Sus poblaciones serán predominantemente jóvenes, con los problemas de educación y salida laboral imaginables. En el Norte, más desarrollado, sus pobladores serán mayoritariamente personas de edad avanzada, con crisis previsibles en materia de seguridad social. Para el año 2010, el Japón y lo que fue la República Federal de Alemania serán las naciones más viejas del planeta.

Dilema

La mera descripción de estas tendencias deja entrever el grave problema que se planteará a la democracia. ¿Cómo serán atendidos los legítimos intereses de los mayores en aquellas sociedades en las que la mayoría electoral sea joven? Y, al revés, ¿cómo serán tratadas las legítimas aspiraciones de los jóvenes allí donde el voto de los más viejos sea decisorio?

Son preguntas a las que se supone que no pueden dar respuesta estructuras institucionales creadas para satisfacer otros requerimientos. Parece razonable lo que sostiene Mahdi Elmandjra, de la asociación Futuribles: "Es necesario obtener una participación más amplia en la toma de decisiones. Esta es una condición para la supervivencia de la democracia".

La historia, en tanto crónica del pasado, es maestra de la vida, según el dicho clásico. Pero el pretérito es inmanejable. Sólo es manejable el futuro y el arte verdadero de la política ha de ejercerse en esa dimensión temporal.

Por otra parte, los dirigentes políticos, aplicados a los asuntos más urgentes de la actualidad, por lo común se muestran poco dispuestos a ocuparse de los temas del largo plazo, que se tornarían así terreno exclusivo de tecnócratas y teóricos carentes de la capacidad de decidir, si no fuera por la acción docente del gran periodismo.

Varios factores vinculados con las modalidades que tendrán la producción y el trabajo en el siglo XXI acentuarán las diferencias entre los países más adelantados y los menos desarrollados.

Entre esos factores figuran el perfeccionamiento de la robótica, el aumento de la capacidad de computadorización, la incorporación de nuevos materiales y de nuevos combustibles, que serán de difícil acceso para las naciones pobres.

Un rasgo muy peculiar de la producción del futuro será que lo intangible pesará más que lo material. El acento recaerá sobre la investigación, la capacitación, las patentes, la publicidad, etc. Dentro de dos decenios, el sector terciario constituirá el 70 % de la fuerza laboral y sólo un tercio de los insumos lo llevará lo material, lo tangible, con lo cual en los alrededores del año 2010 apenas entre un 15 % y un 20 % de la población ocupada será obrera.

Actualización de la enseñanza

Semejante viraje hacia el predominio de la demanda de habilidades intelectuales significará un grave compromiso en materia de actualización de la enseñanza. Se calcula que los conocimientos se duplican cada siete años y que ese ritmo podrá acelerarse con los superordenadores, concebidos a imitación de la estructura neuronal del cerebro y ya no como procesadores de secuencias lineales.

La desocupación

La competencia por los puestos laborales –que serán menos en las sociedades avanzadas debido al mayor empleo de técnicas cibernéticas de automatización– llegará a extremos desconocidos actualmente. Algunos países centrales tendrán una desocupación permanente de cerca del 15 %. Por otra parte, el trabajo femenino dispondrá para entonces del 45 % de las plazas.

Pienso que en esta esfera, la prensa libre tiene una función indelegable e impostergable: la de advertir a quienes cuentan con la autoridad y la capacidad de decidir acerca de las cuestiones inéditas que el futuro reserva a los pueblos, cualesquiera que sean los niveles de su desarrollo.

Igualdad de posibilidades

Estará en juego, por entonces, quizá con mayor urgencia que nunca, el derecho a la igualdad de posibilidades, uno de los ideales democráticos más elevados.

Para algunos observadores, el siglo próximo será el de las grandes comunidades de naciones. A punto de cumplirse en 1992 una de las etapas esenciales del tratado comunitario europeo, parecería justificado y casi indiscutible sostener que el Estado nacional cedería el paso a la organización supranacional.

Pero algunos acontecimientos ponen en duda ese aserto que representaba la aparente dirección de la historia contemporánea.

La lógica de las nacionalidades está enfrentándose a la lógica de la regionalización.

Es cierto que trabajosamente, pero sin pausa, la Europa de los Doce está cercana a concretarse. Y no es menos cierto que se ha propuesto como un desideratum final la integración americana desde Alaska hasta Tierra del Fuego y que existen, sin ir más lejos, tanto en el Norte como en el Cono Sur, aproximaciones ambiciosas de esa meta; es evidente que en torno del Japón se nuclearán naciones asiáticas próximas al archipiélago por una concepción similar de la política y de la economía.

El nacionalismo

Mas el enigma del destino soviético, entre otros hechos, introduce en el panorama mundial el signo del resurgimiento del nacionalismo. No parece fácil que, de desintegrarse el imperio, las repúblicas que formaban parte de él busquen una solución comunitaria, regional, transnacional.

En un controvertido libro publicado el año pasado con el título de "La venganza de las naciones", Alain Minc expresa: "La idea de una federación de la Europa occidental fue la criatura natural de la guerra fría. Esa Europa de Jean Monnet, la del Estado supranacional, murió en Berlín el 9 de noviembre de 1989", esto es, el día en Estado-nación retorna, "apasionadamente en el Este, de una manera discreta y mesurada en el Oeste".

También en esta esfera, creo que tiene la prensa independiente una misión y un compromiso: el de mostrar al lector el rumbo que toman los grandes procesos mundiales que, por decenios, quizá determinarán la suerte de los países y, claro está, de su gente.

Una función del periodismo pienso que es la de hacer al hombre contemporáneo de sí mismo, por intermedio de la comunicación.

World Media

Consecuente con esta opinión decidí que LA NACION, a fines del año pasado, participara de una empresa informativa multidisciplinaria, plural por la variedad de posturas ideológicas de los redactores. Fue la publicación de un número en el que se tomó el pulso a la década de los años 90. World Media fue la denominación con la cual 13 órganos de la prensa mundial de primer nivel cumplieron la tarea prospectiva que requieren los individuos y las sociedades para orientarse en un mundo en vías de transformaciones portentosas, tanto que las obras de anticipación literaria muchas veces andan detrás de una realidad en trance de cambios vertiginosos.

En esa empresa debo decir que tuvimos el honor de contar con la colaboración del ex presidente de Colombia, mi ilustre amigo don Belisario Betancur, quien desarrolló el tema "América latina, de la retórica a la realidad". Me es muy grato agradecerle ahora, públicamente, su contribución esclarecedora de los problemas económicos del continente, particularmente en relación con las verdaderas causas del crecimiento exponencial del endeudamiento latinoamericano.

Este colombiano eminente se unió así al grupo de presidentes y ex presidentes de naciones hermanas que en nuestro número especial de diciembre pasado expusieron acerca de cuestiones que nos son comunes en la hora actual. A todos ellos LA NACION los convocó para que las más altas personalidades de nuestras patrias tuvieran tribuna abierta en esta publicación en la que especialistas de las más diversas regiones del mundo dieron testimonio acerca de una hora en la que la aldea planetaria está dividida entre el optimismo y la incertidumbre.

Y ese es el tono sentimental de nuestros días, como corresponde históricamente en los tiempos postreros no sólo de un siglo, sino de un milenio. Así pasó en el tránsito del primero de la era cristiana al segundo que está llegando a su acabamiento.

Predominaban en aquellas circunstancias los temores apocalípticos basados sobre las profecías bíblicas.

9109039

El medio ambiente

Otros temores nos asaltan ahora, no menos intensos pero basados sobre el poder destructivo de la energía nuclear que nos amenaza con un exterminio bélico o accidental, en la agresión inconsiderada del hombre contra su medio ambiente, con la polución del aire y de las aguas, en la desertificación creciente, en la tala salvaje de las pocas reservas forestales que quedan en la Tierra, en el adelgazamiento de la capa de ozono que protege la atmósfera de radiaciones nocivas para la vida.

En el editorial que escribí en "El mundo de los años 90" –que así se tituló nuestra participación en el proyecto World Media– señalaba alguno de los principales factores que alimentan nuestra incertidumbre finisecular. Ponía al tráfico de drogas, criminal y vesánica agresión contra el género humano, y al SIDA, flagelo reciente que nos angustia con su avance aún no controlado por la ciencia, en la parte negativa de mi balance; y en la positiva registraba los que alientan el optimismo que comparte nuestro ánimo con la angustia. Decía entonces que en el claroscuro de los 90, como circunstancia estimulante, "se destaca la unidad de los mayores países de la Tierra que parecen haber comprendido que sólo la competencia en la paz para los avances para el bien común es un camino válido y sensato".

No hay duda de que tenía yo presente entonces el fortalecimiento de las Naciones Unidas frente al avasallamiento de la soberanía de Kuwait, la liberación de los pueblos del oriente europeo de los regímenes totalitarios y de las ideologías dogmáticas y cerradas, la distensión que felizmente, con dificultades pero sin pausa, va terminando con la confrontación entre las superpotencias que caracterizó a la guerra fría.

Pongo aquí otra reflexión que del siglo para los historiadores futuros.

Se predice que el siglo XXI será el de la inteligencia artificial, el de las máquinas que no se limiten a la realización de operaciones rutinarias, sino que sean capaces de inferencias más complejas, semejantes en alguna medida a las del cerebro humano que enfrenta situaciones nuevas y las resuelve por la vía de la creación intelectual.

Infant

Un investigador de la Neurogen Corporation, de los Estados Unidos de América, ha integrado un sistema automático con dos cámaras receptoras de imágenes –los ojos–, un procesador de computadorización –el cerebro– y un brazo articulado con una mano prensora, que cumple las órdenes recibidas. La criatura artificial que lleva el nombre simbólico de Infant recibe un adiestramiento similar al que se imparte a los niños para asegurar el aprendizaje por la reiteración de intentos, errores y correcciones hasta lograr el éxito. Esa técnica está basada sobre las ideas del psicólogo suizo Jean Piaget. Se espera que Infant adquiera cierta iniciativa, que lo libere del automatismo y le permita ejercer discriminaciones propias.

No es éste seguramente el único proyecto en vías de experimentación y es, en alguna medida, de pretensiones modestas.

Un especialista en el funcionamiento del cerebelo, Andras Pellioniz, de la Universidad de Nueva York, piensa que un principio funcional parecido al de ese órgano encefálico –que coordina los aparatos sensitivos con el sistema muscular– podría instalarse en los autómatas del futuro, de modo que con autonomía puedan explorar una realidad novedosa, decidir qué es lo que hay que hacer con ella y hacerlo.

Los ejemplos citados sólo representan, a mi juicio, una tendencia incipiente de la tecnología que alcanzará sus mayores realizaciones en la centuria próxima. Esas máquinas inteligentes se destinarán a exploraciones y operaciones peligrosas o imposibles de cumplir por el hombre, tales como la reparación de estaciones espaciales que el frío y el aire enrarecido vedan a los astronautas, la limpieza de usinas nucleares después de accidentes, trabajos de reconocimiento en la superficie del planeta Marte, estudios en las grandes profundidades oceánicas, entre otras.

El cúmulo de conocimientos obtenidos por su intermedio –el conocimiento científico es también, al fin y al cabo, información– va a modificar las concepciones que del mundo y del universo el ser humano del siglo XXI habrá heredado de nuestros contemporáneos.

En el campo más próximo del procesamiento y difusión de informaciones se distinguen algunos proyectos que marcan una tendencia muy clara: se va hacia el periódico –impreso o transmitido por ondas– personificado, hacia el periódico hecho a la medida del usuario.

News Peek

En el Media Lab, del Instituto Tecnológico de Massachusetts, se ha trabajado en un proyecto denominado News Peek. Consiste en un sistema enderezado a que cada usuario reciba sólo la información que necesite o que prefiera. El perfil de cada uno de los suscriptores está archivado en una computadora que cuando empieza el flujo informativo elige lo que interesa a cada uno, lo procesa y lo despacha a su destinatario. Como el sistema está previsto que sea interactivo, el abonado puede pedir cambios y ampliaciones, según que sus necesidades vayan variando.

Otra tendencia muy marcada es la de la integración de medios que información.

Mi ponencia concreta se vincula con ese desarrollo futuro y, todavía, en su mayor parte, en estado experimental. Los medios de prensa han de seguir paso a paso el desenvolvimiento tecnológico, del cual dependerá acaso su éxito y quizá su supervivencia.

Nuestra civilización está fundada en el texto. Sin el diario, sin la revista, sin la publicación científica, sin el libro, sin el manual de uso no habríamos llegado al grado de avance de las ciencias y las técnicas actuales, ni las ideas hubieran circulado con la libertad que exigen la democracia y el progreso.

Hugo de Jouvenel, especialista en prospectiva, sostiene que el valor máximo en el siglo XXI será el de la inteligencia. Pues bien, el instrumento de la inteligencia es la palabra, el logos, el verbum.

Es a través de la palabra, en definitiva, que la prensa aceptará en el siglo próximo el reto de lo desconocido, esa aventura que tienta al hombre desde los principios de los tiempos. Para expresarla seguirá defendiendo la libertad como uno de los bienes más preciados. Por eso, a pesar de todos los tropiezos, debemos celebrar el gran proceso de reconstrucción de las instituciones democráticas de los últimos años en nuestros países. La democracia es el ámbito natural para el ejercicio de la libertad de prensa.

Me complace altamente poner fin a mi exposición aquí, en Bogotá, con este elogio del texto, pues en esta tierra de larga y heroica tradición democrática han florecido y florecen los grandes lingüistas y los grandes escritores. Nuestro idioma ha sido estudiado y cultivado aquí con una maestría reconocida en el ámbito vasto de la hispanidad.

(c) LA NACION

9109039

Grupo G-7 ~~Grupo dos Sete~~ RESENHA HISTÓRICA da Economia
Jornal do Brasil Mundial
24069
G-7 12766

24069

Grupo dos Sete traça os rumos da economia mundial

O Grupo dos Sete é um clube exclusivo de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais dos principais países industrializados do Ocidente e do Japão, formado em 1975 com a missão de tentar conduzir a economia mundial para o crescimento sustentado e não-inflacionário.

Os países do G-7 são a Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão. O presidente francês Valéry Giscard d'Estaing propôs a criação de um Grupo dos Cinco, em meados da década de 70. Em meados da década dos 80, o grupo se expandiu, com a inclusão da Itália e do Canadá. Os sete normalmente se reúnem três ou quatro vezes por ano e, apesar de seus objetivos mais amplos referentes ao crescimento econômico, dedicam a maior parte do seu tempo a debater como administrar as taxas de câmbio das três principais moedas — o dólar, o marco e o iene — e as taxas de juros mundiais.

RESULTADOS — O grupo elaborou dois acordos históricos a respeito do dólar na década de 80, quando a coordenação entre seus membros estava no auge:

— O Acordo do Plaza, concluído pelo então G-5, em 22 de setembro de 1985, tomando o nome do hotel de Nova Iorque onde os cinco grandes se reuniram. Simbolizou sua crença de que o dólar estava supervalorizado e precisava cair, para corrigir o crescente déficit comercial dos EUA. Na época, os bancos centrais venderam dólares para arquitetar a baixa.

— O Acordo do Louvre, fechado no Palácio do Louvre, em Paris, a 22 de fevereiro de 1987, pelo G-7 menos a Itália, que boicotou a reunião em protesto pela realização de um jantar restrito ao G-5, que precedeu as conversações. O acordo prometia conter a baixa do dólar, que arriscava desencadear a inflação nos EUA e provocar uma recessão nas economias mais dependentes de exportações, como as da Alemanha e do Japão.

Desde então, os Sete gastaram um tempo enorme "apagando incêndios", contendo a quebradeira da "segunda-feira negra", de outubro de 1987, quando o mercado de ações de praticamente todo o mundo desabou, e, mais recentemente, coordenando sua política econômica em face da guerra do Golfo. Em abril deste ano, a campanha dos EUA para persuadir os demais sócios do G-7 a cortar suas taxas de juros foi firmemente rejeitada pela Alemanha, Japão e Grã-Bretanha. Dois dias depois do encontro do G-7, os EUA agiram por conta própria e baixaram suas taxas de juros básicas. (Reuter)

01.01 9109040

78 conferencia de OIT: ayuda
propuesta de ~~OIT~~ a sector informal
Hoja Popular
090691
O.I.T. 12597

Proponen en OIT nueva orientación para ayudar al sector informal

Ginebra

■ El sector "informal", es decir el conjunto de actividades productivas al margen de la economía "oficial", especialmente el del Tercer Mundo, se convirtió en tema central de la 78ª Conferencia Internacional del Trabajo inaugurada este fin de semana.

Unos 2.000 representantes gubernamentales, de sindicatos y organizaciones empresariales de 149 países adheridos a la OIT (Organización Internacional del Trabajo) participan de la reunión.

Al sector informal de la economía se liga un mosaico de pequeñas ocupaciones —desde empresas de artesanos que trabajan en negro a vendedores ambulantes y lustrabotas— que son, empero, de gran importancia en todos los países.

Los "informales", de hecho, constituyen la única fuente de ingresos de centenares de millones de personas. La OIT calcula que, en algunos países, el sector informal contribuye con al menos un tercio de la formación del producto bruto.

El informal es un sector de baja tecnología, que produce un gran número de bienes y de servicios partiendo de un capital modesto y hasta inexistente.

La mayoría de los trabajadores del sector no están declarados ni registrados en las estadísticas oficiales. En general, se sitúan habitualmente al margen de los mercados organizados, de las entidades financieras, de las escuelas y de los institutos profesionales y de servicios sociales.

"El sector no estructurado (informal) es un terreno controvertido", dijo en su informe introductorio el director general de la OIT, Michel Hansenne. "Algunos —agregó— condenan el sector como un universo gravemente atrasado, marcado por un sello de pobreza, que sustrae a una gran franja de la sociedad de toda reglamentación y protección social".

"Otros —matizó— subrayan, en cambio, que ello da trabajo a millones de personas y elogian sus virtudes en cuanto vivero de futuros empresarios, ignorarlo sería un error".

Hansenne propuso, entonces, una nueva orientación de las políticas de trabajo, que ayuden al sector informal, reforzando sus lazos con el mercado, asegurándole acceso al crédito, promoviendo la formación de trabajadores y reduciendo los obstáculos que le impiden la progresiva legalización.

Además del sector informal, la Conferencia incluyó en su orden del día otros temas como la aplicación de las modernas tecnologías en la agricultura, la protección de los créditos de los trabajadores en casos de insolvencia de los empresarios y las nuevas normas sobre condiciones de trabajo en hoteles y restaurantes. El martes, al margen de la Conferencia, los ministros de trabajo de los países europeos sostendrán una reunión dedicada a los fenómenos migratorios entre Europa del este y la del oeste, y a sus repercusiones sobre el mercado laboral.

01-01 9109041

78 conf. OIT:
Postura argentina ~~en OIT~~
La Prensa
080691
OIT 12592
ARGENTINA 10033

Discurso del subsecretario de Trabajo

080691

OIT: Argentina se pronunció por un orden internacional más justo

Ginebra (Enviado especial de NA) – El subsecretario de Trabajo, Enrique Rodríguez, se pronunció ayer por un orden internacional "más justo" que no tenga "olvidos ni exclusiones" y remarcó que la paz en el mundo "únicamente será verdadera si se basa en la justicia social".

Rodríguez habló en esta ciudad ante la 78ª asamblea anual de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), y en su discurso defendió el derecho de "toda persona a tener un trabajo jurídicamente protegido por la legislación de cada país y las normas internacionales".

El funcionario, que realizó una encendida defensa de la ley de empleo, enfatizó que el gobierno argentino se propone "promover enérgicamente la regularización del empleo no registrado como la forma más cuestionable del trabajo ilegal".

Rodríguez habló como titular de la delegación oficial, reemplazando al ministro de Trabajo, Rodolfo Díaz, quien a último momento desistió de concurrir a la OIT, para analizar la problemática de la clase pasiva en nuestro país.

Democracia y problemas

Durante el discurso, Rodríguez sostuvo que "la generalización de la democracia política" en el mundo "está acompañada de problemas que aún subsisten".

En tal sentido, condenó el deterioro de los términos del intercambio entre los países en vías de desarrollo y los centrales".

"La marginación de millones de personas, cuyos ingresos no alcanzan para resolver su subsistencia, la mortalidad infantil, la falta de oportunidad de trabajo para los jóvenes, el desempleo que se acrecienta en el mundo entero y la explotación de niños y mujeres, está relacionada con la innovación tecnológica, la intensidad de los procesos de integración regional y la reestructuración de flujos comerciales y financieros", añadió.

Remarcó que la falta de empleo "es el problema más importante que enfrentan todos los países del mundo" y que el desafío internacional es generar trabajo "para aquellos que nunca lo han tenido o para quienes lo han perdido".

El derecho al trabajo

Rodríguez expuso durante diez minutos en la sala de sesiones de la Organización de las Naciones Unidas, donde se desarrolla la asamblea de la OIT, y enfatizó que "hay que poner en el debate el derecho que tiene toda persona a tener un trabajo jurídicamente protegido por la legislación de cada país y las normas internacionales".

El tema del sector no estructurado (trabajadores en negro), se constituyó este año en uno de los temas centrales de la 18 asamblea de la OIT.

El funcionario argentino sostuvo que no existen "recetas universales" para eliminar el trabajo en negro y remarcó que su gobierno promueve "enérgicamente" la regularización del empleo y se propone combatirlo eficazmente de acuerdo con las normas internacionales de la OIT.

Ley de empleo

Remarcó que la ley de empleo busca blanquear "el 25 por ciento del empleo irregular" estimulando "el control por los propios trabajadores y de sus sindicatos".

Recordó que el proyecto, actualmente en estudio en la Cámara de Diputados y que ya tiene media sanción del Senado, fue calificado por la OIT como "pragmático y bien concebido".

Añadió que "la ley fija como objetivo la trasferencia de personas ocupadas en actividades urbanas o rurales de baja productividad de ingresos a otras actividades laborales, fomentar el empleo mediante nuevos emprendimientos y la reconversión de actividades informales".

Mencionó que entre las formas de generar el empleo figura la de elevar "la capacidad (industrial) instalada en cada país, facilitar la inversión productiva privada, establecer exigencias para los proyectos de inversión pública y apoyo crediticio de los estados que cuantifiquen sus efectos ocupacionales y el costo por unidad de empleo".

Entre las causas del crecimiento del trabajo en negro en el mundo mencionó a "las barreras de protección de los países centrales, que impiden la entrada de productos y materia prima proveniente de los países en desarrollo".

Integración

Resaltó posteriormente el proceso de integración argentino con países de América latina, señalando que se dan también "dentro del marco de la vigencia plena de la libertad sindical, de la negociación colectiva, modernizando sus contenidos tradicionales para permitir y promover la macronegociación y la concertación social".

Remarcó que la Argentina está "encarando una modernización" de la legislación laboral "tomando como punto central el tema del empleado, pero paralelamente "otorgando el derecho a la negociación plena a los trabajadores" y señaló que el gobierno otorgó a los docentes una ley de paritarias y que próximamente lo hará con los empleados públicos.

Rodríguez reiteró el compromiso de la Argentina "con un orden internacional más justo, para con todos los pueblos del mundo, sin olvidos coyunturales y sin exclusiones irritantes.

De Raúl Amín

Por su parte, el secretario general de la CGT-San Martín, Raúl Amín, afirmó aquí que el intento de "cercenar" los derechos de los trabajadores en la Argentina "responde al programa y orientación de la política económica" del gobierno.

El dirigente sindical responsabilizó a las autoridades económicas y al sector patronal de los proyectos de leyes que modifican las normas laborales en el país, aunque aclaró que "el presidente Carlos Menem no tiene ninguna responsabilidad" en esos intentos.

"Hay una pretensión de cercenar las conquistas de los trabajadores y esto obedece a un programa y orientación de la economía, que desde nuestro punto de vista no aporta soluciones de fondo, sino que facilita las maniobras especulativas del sector empresario, como el intento de desdoblar el pago del aguinaldo", dijo.

El sindicalista efectuó declaraciones en esta ciudad, donde participa de la 78ª Asamblea Anual de la OIT presidiendo la delegación obrera.

Amín, en declaraciones a la agencia Noticias Argentinas, se mostró partidario de un "capitalismo más humanizado" como sistema político, respaldó la encíclica papal Centesimus Annus, y marcó la necesidad de lograr en la Argentina un acuerdo político con todos los partidos que tienen representación parlamentaria y una concertación social con el sector empresario.

El sindicalismo afirmó que la CGT-San Martín "se opondrá rotundamente a la pretensión empresaria de querer regular el derecho de huelga "en los convenios de sindicatos de la actividad privada".

"Ese es un derecho irrenunciable —añadió Amín— y solamente admitimos la reglamentación cuando se trata de un servicio esencial, para no perjudicar al pueblo, que en definitiva es quien lo recibe".

01 . 01 9109042

78ª Conferencia de OIT
La Prensa
060691
OIT 12597

Conferencia anual de la OIT

060691

Ginebra (EFE) – La 78 Conferencia Internacional del Trabajo comenzó su sesión anual en Ginebra con la participación de representantes de los 149 países miembros de la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

Los debates de la Conferencia, máximo órgano decisorio de la OIT, reúne hasta el próximo día 26 acerca de 2.000 representantes de gobiernos, empresarios y obreros de los estados miembros de esta organización de las Naciones Unidas.

Los participantes analizarán la situación actual del sector no estructurado, la protección de los créditos laborales en caso de insolvencia del empresario y la aplicación de la tecnología agrícola en el ámbito laboral.

La sesión plenaria de la Conferencia nombró al ministro de Trabajo de Indonesia, Cosmar Batubara, presidente de esta reunión anual en representación de Asia y en sustitución del entonces ministro de Trabajo de la Argentina, Alberto Jorge Triaca, que la presidió el pasado año.

Nº. DOCU
TITULO: Opinión de Espiell sobre acuerdo 4+1
PER: La República
FE: 20/06/91
Vinculado a: MERCOSUR 12781

F-2 20/06/91

Héctor Gros Espiell

En el comercio, cuatro más uno puede ser igual a dos

QUE cuatro más uno sea igual a dos, sólo podría ser una alegoría matemática. Sin embargo, comienzará a ser una realidad económica a partir del próximo 19 de junio, cuando Estados Unidos y los países del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, firmen en Washington un acuerdo histórico sobre comercio e inversiones.

En virtud del convenio se establecerá el Consejo Consultivo de Comercio e Inversiones, integrado por los cinco países y abierto a la participación del sector privado, que estará encargado de concertar los esfuerzos en pro de un comercio más libre en la región y de impulsar las inversiones, removiendo los obstáculos que hoy las limitan.

Será esta la primera vez que Estados Unidos, que en 1990 diseñó con la Iniciativa para las Américas del Presidente George Bush, una nueva orientación de trabajo con los países de América Latina, firme un convenio de este tipo con un grupo de países.

Hasta hace pocos meses, algo semejante habría parecido inverosímil, ya que tradicionalmente Estados Unidos ha preferido recorrer el andarivel de los convenios de carácter bilateral en el área de comercio exterior.

El llamado "Cuatro más Uno", (por los países del MERCOSUR y Estados Unidos, respectivamente) es, justamente, un hecho trasgresor del viejo modelo y se inscribe en el marco de una nueva relación entre Estados Unidos y América latina, franca y de reconocimiento pleno de los lazos de interdependencia que nos unen. El proceso de negociación del "Cuatro más Uno" ha sido intenso y no ha dejado de experimentar las marchas y contramarchas habituales en este tipo de arreglos.

Pero no solamente desde el punto de vista formal este tratado es innovador. Su contenido es mucho más completo, con aspectos distintos y muy positivos, respecto de los acuerdos bilaterales en esta materia firmados en los últimos meses por Estados Unidos con otros países latinoamericanos.

El "Cuatro más Uno" constituye el reconocimiento por Estados Unidos de que el MERCOSUR es el más serio y profundo intento de integración subregional jamás emprendido hasta ahora. (Algo semejante puede afirmarse de la presentación realizada en abril por los cuatro Ministros de Relaciones Exteriores del MERCOSUR ante la Comisión de las Comunidades Europeas). Los cuatro países del MERCOSUR suman 180 millones de habitantes, un producto bruto de 370.000 millones de dólares y una superficie de casi doce millones de kilómetros cuadrados.

El 19 de junio no ha de firmarse un acuerdo de libre comercio, como consignaron algunas versiones de prensa. Se trata de un convenio que, a través del Consejo Consultivo, fomentará el libre comercio y las inversiones, y que quizás pueda considerarse el punto inicial para un futuro acuerdo de ese carácter.

El convenio está imbuido de un espíritu integracionista recíproco de los cinco países que, por un lado, se refleja en la voluntad política del grupo sudamericano hacia la "Iniciativa para las Américas" y, por el otro, en el apoyo estadounidense a la gestación del MERCOSUR.

El Consejo estará constituido por un representante de los Ministerios de Relaciones Exteriores de cada país sudamericano y por un delegado de la Oficina de Asuntos Comerciales de Estados Unidos.

La primera reunión del Consejo se celebrará próximamente en Estados Unidos y, sucesivamente, en cada uno de los países firmantes del convenio, que presidirán alternadamente los encuentros.

El "Cuatro más Uno" se viabiliza, además, en un momento crucial y de incertidumbre para el comercio regional e interregional.

En efecto, en las últimas semanas se han suscitado diferentes episodios que no se condicen con el discurso liberal que manifiestan los protagonistas de tales acciones. Se ha llegado, incluso, a especular acerca de las divergencias entre los propios países integrantes del MERCOSUR, en relación a la compra de productos agrícolas fuertemente subsidiados, provenientes de los mercados de Estados Unidos y de la Comunidad Económica Europea.

En razón del acuerdo alcanzado, será casi imposible que se repitan este tipo de cuestiones y, en caso de verificarse, serán abordadas en el Consejo, en un marco de consulta.

El Consejo tendrá por objetivo la apertura consecuente de los mercados de los países del MERCOSUR y de los Estados Unidos, al tiempo que vigilará la marcha del comercio y las inversiones entre las partes.

La actividad del organismo estará, en todo caso, guiada por el mutuo reconocimiento de la relevancia que la "Iniciativa para las Américas", lanzada por el Presidente Bush, puede tener para una reducción significativa de las barreras arancelarias y no arancelarias en el comercio de las Américas, incluso aquellas que limitan el libre acceso a la tecnología de avanzada.

Específicamente, los firmantes concuerdan en que es necesario una reforma profunda del comercio agrícola, lo que incluye el rechazo de los subsidios a las exportaciones entre las partes signatarias, así como en relación a terceros.

Este convenio no será una mera declaración de intenciones, ya que acordaremos la puesta en práctica de un plan de acción, cuya agenda reflejará las principales preocupaciones sobre los asuntos que nos afectan en el escenario del comercio internacional.

Es así que vamos a encarar acciones conjuntas en la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), para arribar a un acuerdo final ambicioso, amplio y equilibrado.

Los países miembros del Tratado intercambiarán sus puntos de vista acerca de acciones para favorecer el acceso a la tecnología y para evitar los subsidios a las exportaciones agrícolas. Podrán, asimismo, llegar a establecer contramedidas en casos de "dumping" y de aplicación de subsidios.

El plan de acción contemplará también la adopción de medidas que mejoren las condiciones de acceso de productos agrícolas y textiles a los respectivos mercados, así como se habrán de abordar los aspectos de relevancia comercial de los derechos de propiedad intelectual, que es uno de los llamados "Nuevos Temas" de la Ronda Uruguay del GATT.

El "Cuatro más Uno" es ya una realidad. Se inicia ahora un proceso por el cual Estados Unidos y los cuatro países del MERCOSUR podrán sumar dos fuerzas que cooperarán en el desarrollo equilibrado de las Américas. Quedará así demostrado que, contraviniendo a las matemáticas, en el comercio, cuatro más uno puede ser igual a dos. ■

* Este artículo fue escrito antes de la firma del Acuerdo, que tuvo lugar ayer, en Washington, a las 17, hora de Uruguay.

PARTES POCO LEGIBLES

01 - 01 9109044

Cambio en política de inversión del BM
La Mañana
170691
Economía 11189
B.M. 501531
GE.N. 6589

170691

91 **La Mañana**

Banco Mundial cambió política de inversión

ESTADOS Unidos tuvo que renunciar a sus presiones para lograr que el Banco Mundial cambiase su política financiera y destinase el grueso de sus créditos a las naciones en desarrollo por medio del sector privado, y no de los gobiernos.

Según fuentes financieras internacionales, esta propuesta del Gobierno estadounidense, presentada a mediados de marzo pasado, no tuvo ninguna acogida entre los demás principales accionistas del Banco Mundial ni entre la directiva de la propia institución, lo que situó al Gobierno estadounidense en una posición aislada.

Las fuentes dijeron que el Presidente del Banco Mundial, Barber Conable, se reunió en los últimos días con funcionarios del Tesoro y logró que Washington flexibilizase su postura respecto a este asunto y accediese finalmente a una ampliación del capital de la Corporación Financiera Internacional (CFI).

Fuentes oficiales estadounidenses dijeron que el Subsecretario del Tesoro para Asuntos Internacionales, Charles Dallara, ya anunció al banco que su Gobierno apoyará una ampliación de mil millones de dólares del capital de la CFI, organización afiliada al Banco Mundial dedicada al fomento del sector privado.

Estados Unidos había bloqueado un acuerdo sobre este aumento del capital de la CFI para conseguir una promesa por parte de las autoridades del Banco Mundial de que impulsarían sus proyectos de financiación al sector privado del Tercer Mundo a través del Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y la Asociación Internacional de Fomento, sus otras agencias.

En sus conversaciones con el Departamento del Tesoro, Conable prometió que el Banco Mundial seguiría dando importancia al sector privado a la hora de conceder sus créditos para proyectos de desarrollo en el Tercer Mundo, pero sin que estos créditos, excepto los de la CFI, vayan directamente a la empresa privada.

El representante estadounidense ante el Banco Mundial, Patrick Coady, indicó el pasado 14 de marzo el deseo de su Gobierno de que el Banco Mundial concediese antes de 1995 al menos un 50 por ciento del total de sus préstamos al sector privado.

El Banco Mundial, que tiene 155 países miembros, representa la principal fuente financiera para el Tercer Mundo, con un volumen crediticio de unos 22.000 millones de dólares anuales, de los cuales la CFI ha prestado al sector privado unos 1.000 millones de dólares anuales, de ellos unos 735 destinados a Latinoamérica.

El próximo día 20, en una reunión de la junta de Gobernadores del Banco Mundial, se examinará el tema de la ampliación de capital de la CFI, que Barber Conable había pedido que se duplicase.

Conable, que en setiembre entregará su cargo al sucesor estadounidense Lewis Preston, ha defendido el objetivo principal del Banco Mundial de aliviar la pobreza en el Tercer Mundo, para lo cual ha de mantener su política de financiación a programas de carácter social, como educación, sanidad o fortalecimiento de las instituciones.

Conable expresó durante la última reunión de medio año del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, a finales de abril, que el papel de esta institución ha de ser el de crear un medio apropiado para el desarrollo del sector privado, más que el de prestarle una asistencia directa.

En un editorial publicado en el 'The Washington Post" critica las pretensiones de Estados Unidos de que el 50 por ciento de los créditos del Banco Mundial vayan a parar a compañías privadas sin garantías gubernamentales, ya que ello va en contra de la carta fundacional de la institución y pondría en peligro su solvencia.

El diario coincide con la opinión de Conable de que sin los préstamos que el Banco Mundial otorga a los gobiernos del Tercer Mundo para lograr el desarrollo económico y social, así como para proyectos de reducción o reestructuración de deuda, el sector privado de esas naciones no podrá operar. ■

01 : 01 9109045

Mercosur + EEUU
Clarin
300691
Mercosur 12281
EEUU 65890

EL MERCOSUR Y LOS EE.UU

Los riesgos de la integración

El acuerdo-marco firmado por los países del Mercosur con los Estados Unidos condiciona la creación de una zona de libre comercio a la adopción de políticas de apertura comercial y económica, al reconocimiento de los derechos de patentamiento extranjeros y a una estrategia común en las negociaciones del GATT. El acuerdo no menciona el tema de la deuda externa de las naciones del Mercosur ni tampoco la política de subsidios que aplican los Estados Unidos a su producción y exportación que perjudica a la Argentina. Críticas empresarias por la "débil" postura de los negociadores argentinos.

Reconocimiento de los derechos de patentamiento, reducción de las barreras al comercio y a la inversión, política común a llevar en las próximas reuniones del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio) en relación con los subsidios agrícolas, análisis de las exigencias sanitarias en el sector agrícola y acuerdo en torno a la importancia del sector "servicios" y el flujo comercial de tecnología son los temas principales que los países del Mercosur (la Argentina, el Brasil, el Uruguay y el Paraguay) acordaron discutir con los EE.UU. en el reciente **"acuerdo-marco"** celebrado en Washington.

La declaración no hace ninguna referencia a la cuestión de la deuda externa que unos 200.000 millones de dólares engloba a los cuatro países sudamericanos. Los delegados norteamericanos señalaron que se trata de un acuerdo de **"comercio e inversiones"** y que la cuestión de la deuda externa solamente podría ser analizada una vez que se avance en los temas definidos como esenciales por el acuerdo-marco.

Tampoco prosperó una iniciativa argentina para que se condenaran en los considerandos del acuerdo los subsidios agrícolas, en una clara referencia a las ventas subsidiadas de trigo al Brasil que está aprobando el Departamento de Agricultura norteamericano. La delegación del país del Norte argumentó que los **EE.UU. solamente dejarán de subsidiar a su sector primario en el marco de un acuerdo más general en el GATT.** Una eliminación unilateral de los subsidios —argumentaron— sería dejar que los países del Mercado Común Europeo conquisten mercados sobre la base de sus subsidios.

♦ Patentes

Los negociadores norteamericanos centraron prácticamente su estrategia en lograr el reconocimiento de los [illegible] países del Mercosur [illegible] plazo de las patentes [illegible]

medios efectivos para la observancia de los derechos de propiedad intelectual relacionados al comercio" y además, concretamente, este punto figura en la **agenda de acción inmediata** aprobada como el temario del **Consejo sobre Comercio e Inversión** creado por el acuerdo-marco.

El reconocimiento de las patentes extranjeras está siendo objeto de una viva discusión en América latina, pues países como México y el Brasil se disponen a modificar su legislación introduciendo el reconocimiento de los derechos extranjeros. **Un proyecto similar se comprometió a presentar este año el gobierno argentino.**

♦ "Iniciativa para las Américas"

El acuerdo celebrado en Washington significa en los hechos el **marco preparatorio para la inclusión de los países del Mercosur en la Iniciativa para las Américas formulada por el presidente Bush.** Esta **Iniciativa** plantea formar un mercado común americano sobre la base de eliminar en la región todas las restricciones comerciales, de inversión, patentes, arancelarias, no arancelarias, y de tecnología. El acuerdo precisamente reconoce **la iniciativa del presidente Bush y las políticas gubernamentales volcadas para el mercado** como el marco oportuno para el desenvolvimiento del comercio y la inversión en la región.

En lo inmediato, los cinco países se comprometieron a discutir el siguiente temario:

- Cooperación en la Ronda Uruguay del GATT.
- Reducciones aduaneras y no arancelarias; eliminación de las trabas a la inversión extranjera.
- Acceso a la tecnología.
- Derechos de propiedad intelectual relacionados al comercio.
- Política de inversiones.
- Subsidios a la exportaciones agrícolas.
- Acceso a los mercados.
- Exigencias sanitarias y no sanitarias.
- Medidas [illegible] y contra la práctica de subsidios.

[illegible]

01 - 01 9109046

Banco de dados dirigido al Mercosur
Zero Hora
300691
Mercosur 12781

Um banco de dados dirigido ao Mercosul

300691

O Rio Grande do Sul poderá ser pioneiro na montagem e operação de um banco de dados via teleprocessamento, instalado por iniciativa do Terceiro Mundo. O Latin American News Data Bank (Land Bank) entrará em funcionamento em agosto e nasce com o compromisso, em princípio, de atender aos interesses de integração do Mercosul. Por isto, terá delegações em Montevidéu, Buenos Aires, Assunção, Santiago do Chile e matriz em Pôrto Alegre, no bairro Bela Vista.

A idéia dos oito técnicos que formam a Assiex Brazil News Data Base, empresa produtora e alimentadora do banco de dados, é de oferecer o serviço durante 24 horas, com 200 mil itens que incluem desde estatísticas mercadológicas até dados sobre a safra brasileira (e gaúcha) de feijão.

O jornalista Rui Carvalho, que coordena o projeto junto com o engenheiro Walter Jorge Pruja, explica que o "Banco da Terra", como vem sendo apelidado, surge como alternativa sob medida aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos porque trata de seus interesses, oferecendo informações como matérias-primas e insumos disponíveis, importações e exportações entre os mercados, dados sobre marcas e patentes (como registrá-las) e a normatização no setor de embalagens.

OUSADIA — Ao invés de se servirem de uma ou mais "vitrines eletrônicas" já existentes no mundo civilizado (são 64 bancos de dados internacionais), os países da América do Sul terão o seu próprio banco também utilizando o teleprocessamento, capaz de colocar ao cidadão um conjunto de informações, só sistematizadas no mundo desenvolvido. Utilizando o sistema Interdata, da Embratel, o Land Bank poderá ser acessado por qualquer interessado que disponha, no mínimo, de um micro do tipo PC-XT, um protocolo de comunicação, um modem e um telefone.

Além disto, terá que pagar uma taxa anual pela senha de acesso e pelo tempo de uso dos mais de 32 diferentes serviços. Rui Carvalho justifica a ousadia do grupo com esta criação dizendo que há um imenso mercado potencial inexplorado. Ele lembra que o empresário interessado em exportar seus produtos para o mercado europeu terá, no mínimo, que traçar o perfil do mercado.

A tarefa levaria três meses e custaria em torno de US$ 25 a 30 mil. Pelo banco de dados, em 15 minutos e um gasto de US$ 3,0 a 4,0 mil, o mesmo empresário terá dados para obter um referencial a partir de pesquisa documental, decidindo com maior segurança sobre seus futuros negócios.

Carvalho garante que o sistema serve tanto para aqueles que já estão presentes no mercado externo, como aqueles que pretendem chegar nele porque, no primeiro caso, dá opções de mercados alternativos para épocas de crise. Atualizado cotidianamente, o Land Bank promete ser um bom consultor.

DADOS FUNDAMENTAIS — Pruja explica que o Land Bank armazena dados fundamentais para a análise de uma operação comercial, como, por exemplo, saber se determinado produto tem demanda em algum País ou se seu preço é competitivo. O número de usuários deste tipo de serviço tem crescido consideravelmente nos últimos anos tendo movimentado, em 89, US$ 3,6 bilhões.

Apresentados em português, espanhol e inglês, os dados de comércio *on line* apresentam informações de mercado, contatos comerciais, estatísticas e outros itens como calendários de feiras, padrões técnicos, lançamentos, tarifas e regulamentos.

01 01 9109047

Encuentro de Comisión Juvenil de
La Mañana COPPAL
210691
COPPAL 12516

210691 E-2

Coppal: Encuentro de Jóvenes Políticos del Sur

LOS JOVENES Y LA INTEGRACION REGIONAL

Este fin de semana, en Punta del Este, se realizará el II Plenario Regional Sur de la Coppal Juvenil, con el auspicio del INJU, CELADU y la Intendencia de Maldonado. La Coppal Juvenil es un apéndice de la Coppal adulta, surge en 1982 en Managua.

La Coppal (Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina), es una especie de internacional de partidos que afirma e intenta impulsar un proyecto latinoamericanista, ir buscando los caminos para que el continente no esté a merced de otros bloques económicos y, además, es la condición básica para integrar la Coppal: Cuba fue admitida en febrero de este año, cuando a raíz de una revisión programática priorizó los postulados latinoamericanos sobre los marxistas, el partido Liberal de Argentina no es tenido en cuenta por sus definiciones neoliberales antes que latinoamericanas.

Participan delegados de Argentina (P. Justicialista, P. Radical, como observador, P. Intransigente y P. Socialista Popular), Brasil (P.M.D.B., P.S.D.B., P. Verde, todos como observadores), Paraguay (P.L.R.A., P. Febrerista) y de Uruguay (P. Nacional, P. Colorado, Nuevo Espacio y F. Amplio, P. Verde como observador). La Vicepresidencia correspondiente a la Regional Sur es ejercida por M. Scavuzzo del P. Nacional, quien se refirió a la importancia del evento destacando, en primer término, la colaboración de todos los partidos de nuestro país; por otra parte refiriéndose al contenido del programa dijo: "el tema de la integración y los jóvenes nadie lo ha encarado hasta el momento ¿Qué va a pasar con los jóvenes desde el punto de vista laboral? ¿va a poder ir un uruguayo a hacerse la temporada a Río sin tener problemas con el Banco de Previsión Brasileño? y muchas interrogantes más...". Los paneles se referirán a: "Los jóvenes en el proceso de integración", "Relaciones del MERCOSUR con los otros bloques económicos", y "Perspectivas de la Industria y el Agro en la integración". Entre los panelistas se encuentra el director del INJU, Sr. Jorge Gandini, los Ministros Ing. A. Ramos y Dr. A. Montes de Oca, y el Lic. W. Menéndez de CELADU.

Es importante señalar que los cuatro partidos políticos uruguayos son miembros plenos y fundadores del área juvenil y, que con la inclusión de los partidos Verdes, se le está dando impulso a una propuesta global de desarrollo, "para que los jóvenes podamos disfrutar de un continente limpio, con recursos t no totalmente oprimido y devorado por la industria", manifiesta Scavuzzo.

La Coppal Juvenil participa en la preparación de ECO'92, el encuentro ecológico a realizarse en Brasil, el año próximo.

01 01 9109048

Nº D
TIT Informe de CEPAL
Hora Popular
P
I
930691
Economía Mundial 11189
CEPAL 12603
Deuda Externa 11314

Balance de [illegible] sobre el primer año luego de la "década perdida"

Aumento [illegible] la inflación, cayó el PIB y se [illegible] la transferencia de recursos al exterior

[illegible] reciente no fue solamente el último año de [illegible] como "la década perdida"; fue tam- [illegible] privatizaciones a ultranza en América [illegible] fiscales recesivas con que los gobier- [illegible] modelo ne-

[illegible] movimiento de partidos y movimientos democráticos y [illegible] de América Latina que acaba de realizarse en [illegible] concluyó que "los políticos neocionistas inspira- [illegible] con la causa de la crisis política y [illegible] y que el proyecto neoliberal aglu- [illegible] métodos de penetración e injerencia, [illegible] hegemónica de Estados Unidos en el [illegible]

[illegible] de la Comisión Económica para América La- [illegible] por su secretario ejecutivo, el guatemalteco [illegible], permite cuantificar los principales resul- [illegible] del año pasado para la región de América [illegible]

PARTES ILEGIBLES

[illegible] de los princi- [illegible]

[illegible]

[illegible] Jaime Ponce [illegible] en [illegible] [illegible] 0,8% [illegible]

la región a los niveles de 1977 y significó casi 10% (exactamente, 9,6%) por debajo de la cifra correspondiente al primer año de la década anterior, 1980. Este índice (ver cuadros I y II) registra una caída por tercer año consecutivo. En 1990 es negativo en 13 países de la región y permanece estancado en ocho.

Por novena año consecutivo, [illegible] registró una transferencia

01.03 9109049

neta de recursos al exterior que acompañó prácticamente toda la década. En este caso, la sangría ascendió a 18.900 millones de dólares, diferencia entre un monto neto de utilidades e intereses fugados de la región por 36.800 millones de dólares y un ingreso neto de capitales por 17.900 millones (cuadro III y gráfico A).

- La deuda externa aumentó en 3,4%, de 417.525 millones de dólares en 1989 a 422.645 en 1990. La evolución, que puede seguirse en el cuadro IV y el gráfico D, muestra un curso ascendente, salvo una ligera reversión en 1988 y una meseta entre ese año y el siguiente.

- La media regional del Indice de Precios al Consumo (IPC) se elevó por cuarto año consecutivo, pasando de 1.161 a 1.491 (ver cuadro V). Varios gobiernos debieron lidiar con la hiperinflación. El ascenso de la inflación en Uruguay, comparado con la evolución seguida por un grupo de otros tres países de la región, puede seguirse en el gráfico B.

- Se registró un aumento generalizado del desempleo urbano en casi todos los países de la región.

términos de intercambio. El índice medio de los precios de los productos básicos de exportación, excluido el petróleo, cayó en 3%, mientras que los precios de los productos manufacturados importados subieron promediadamente 5%. Por las variaciones bruscas originadas en la crisis del Golfo Pérsico a partir de setiembre, el petróleo subió 29%, lo que significó por cada dólar de aumento un beneficio de 106 millones de dólares mensuales extra para los países exportadores (sobre todo Venezuela y México, también Ecuador y Colombia) y un aumento de 38 millones en las importaciones de la región. No obstante, este factor coyuntural no fue capaz de revertir la tendencia negativa expresada en las cifras anteriores.

El ejemplo chileno

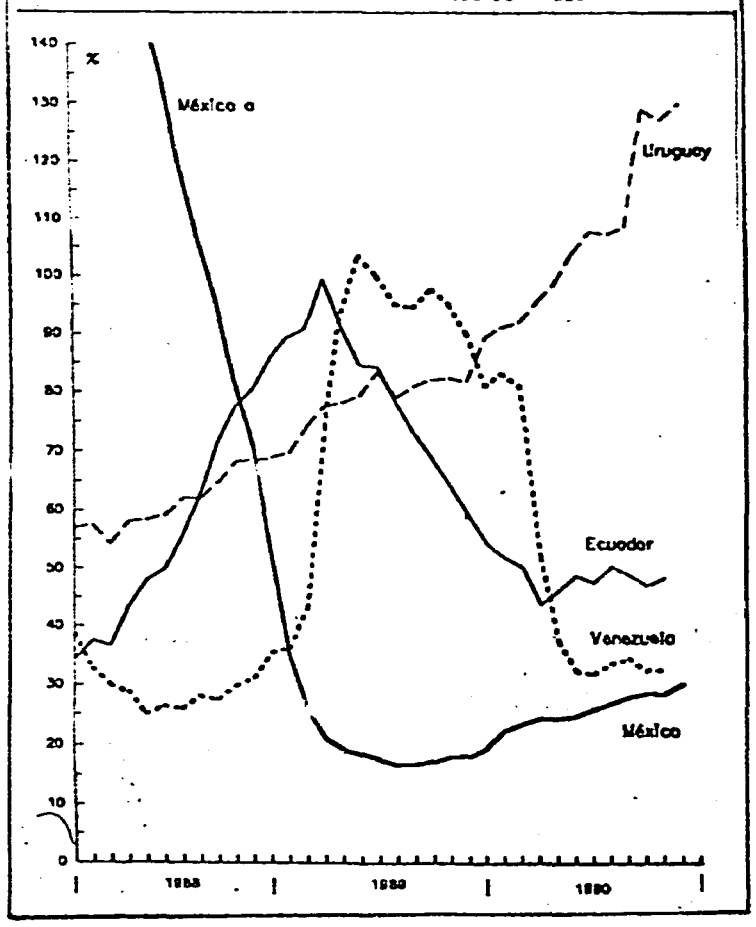
Los defensores de la orientación neoliberal, de la puesta en subasta del patrimonio estatal y de los ajustes fiscales que hacen crujir los huesos [illegible] frecuentemente al ejemplo de Chile para mostrar los presuntos beneficios de esta política en el plano macroeconómico.

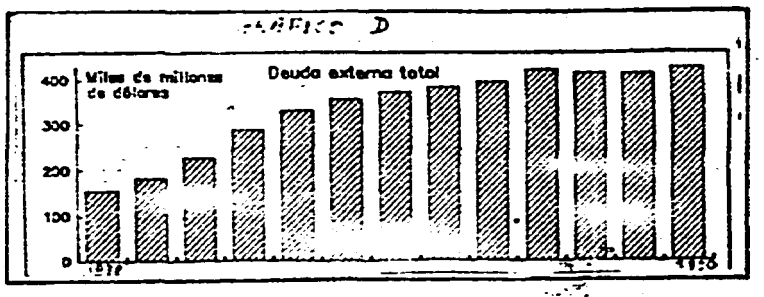
Pues bien: el ministro de Hacienda chileno, Alejandro Foxley, acaba de declarar que "algo más de un chileno cada tres —exactamente el 35% del total de la población— vive en situación de pobreza", a pesar de que —alega— el gobierno de Aylwin disminuyó en un 10%, a partir de marzo de 1990, la proporción de ciudadanos en esta condición que heredó del régimen pinochetista.

Por añadidura, un cable de EFE señala que desde hace 17 años Santiago vive una de las contaminaciones ambientales más graves del mundo, al nivel de Sao Paulo o México, que se traduce en extrema peligrosidad para la vida humana y la muerte de los árboles. El senador ultraderechista S. [illegible] —amigo y consejero de Jorge [illegible]— admitió que la capital "se está suicidando".

Gráfico

AVERICA LATINA: VARIACIONES EN DOCE MESES DEL INDICE DE PRECIOS AL CONSUMIDOR EN ALGUNOS PAISES



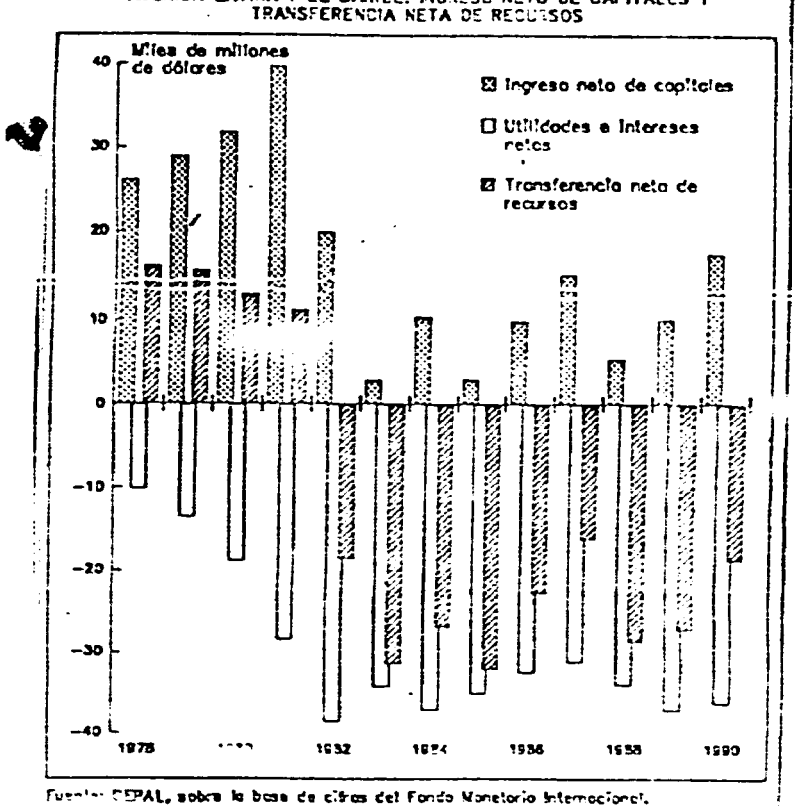


91 09049

02

Gráfico A

AMERICA LATINA Y EL CARIBE: INGRESO NETO DE CAPITALES Y TRANSFERENCIA NETA DE RECURSOS



Fuente: CEPAL, sobre la base de cifras del Fondo Monetario Internacional.

AMERICA LATINA Y EL CARIBE: INDICADORES ECONOMICOS

	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
[illegible]	[illegible]	93,7	102,2	107,0	110,3	111,3	113,0	112,6
[illegible]	331,5	390,3	393,8	407,4	416,1	424,0	433,7	442,5
[illegible] por habitante (1980=100)	93,0	91,1	92,2	93,6	94,5	93,3	92,8	90,4

AMERICA LATINA Y EL CARIBE: CRECIMIENTO DEL PRODUCTO POR HABITANTE

	Tasas anuales de crecimiento								Variación acumulada
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990[a]	1981-1990[a]
América Latina	-4,9	1,2	-1,2	1,5	0,0	-1,2	-0,6	-2,6	-9,8

AMERICA LATINA Y EL CARIBE: INGRESO NETO DE CAPITALES Y TRANSFERENCIA DE RECURSOS

	Ingreso neto de capitales (1)	Pagos netos de utilidades e intereses (2)	Transferencia de recursos (3)=(1)-(2) (3)
		América Latina y el Caribe	
[illegible]	14,2	5,6	8,7
[illegible]	[illegible]	9,3	11,1
[illegible]	[illegible]	[illegible]	9,0
[illegible]	[illegible]	15,2	16,0
[illegible]	[illegible]	19,8	15,5
[illegible]	[illegible]	[illegible]	13,1
[illegible]	[illegible]	[illegible]	11,3
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-18,7
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-31,3
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-20,0
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-32,3
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-2
[illegible]	[illegible]	31,4	-16,3
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-27,8
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-27,3
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-13,9

AMERICA LATINA Y EL CARIBE: [illegible] MONEDA NACIONAL[a]

(Tasas de crecimiento)

| | [illegible] | [illegible] | [illegible]

Acuerdo del Tratado Antártico
Clarín
25069/
Autorizado 12757

LA INTRANSIGENCIA DE EE.UU. FRUSTRA UN ACUERDO PARA EL CONTINENTE BLANCO

Antártida, región clave

La delegación norteamericana a la reciente reunión especial de las 26 naciones del Tratado Antártico acaba de ofrecer una muestra práctica de que el nuevo orden internacional, nacido entre escombros del Muro de Berlín y cañones del golfo Pérsico, reserva un **espacio amplio para los gestos imperiales.** Sin asomo de rubor privó el sábado a la Antártida de un sistema jurídico de protección de su ecosistema, vetando un protocolo que, en espíritu y letra, respondía a la demanda de Washington.

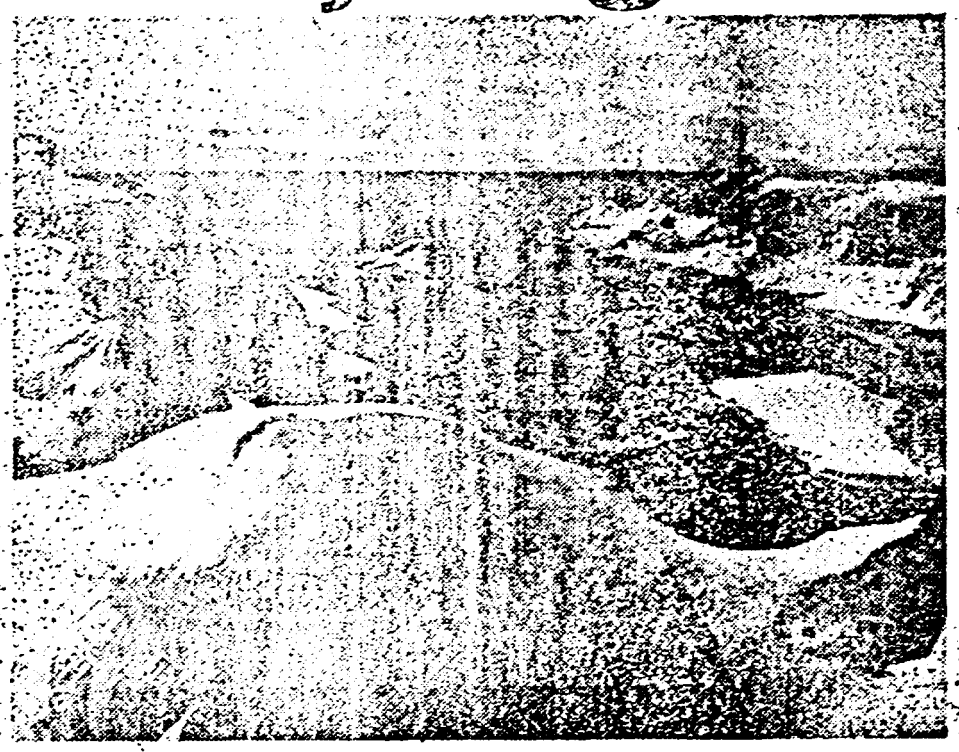
El sábado en Madrid, y casi en tiempo de descuento de una negociación compleja hasta el hastío, **Paul Bohlen**, jefe de la representación, adujo que su gobierno precisaba de **"más tiempo"** para analizar texto e implicaciones de un artículo que establecía límites a la prohibición existente de realizar prospección y explotación mineral en la Antártida.

El artículo 23 del documento que no vio la luz intentaba atenuar, en límite de tiempo, aquella restricción que reconoce dos hitos importantes gestados a lo largo de más una década y media de búsqueda de fórmulas de consenso:

- Una moratoria informal de la actividad minera adoptada en 1977, concebida como medida precautoria hasta tanto las partes pudiesen arribar a un acuerdo formal.
- La Convención de Wellington, que recibió el nombre de la ciudad neocelandesa donde la suscribieron 20 naciones en junio de 1988. En esencia, este texto prohibió la exploración y el aprovechamiento de los recursos minerales sin el consenso de los estados miembros del Tratado Antártico. Por omisión de términos, abrió la puerta a un acuerdo futuro para encarar alguna fórmula de explotación.

Los avances y retrocesos en el camino de la protección de 14 millones de kilómetros cuadrados de tierra helada son la respuesta a impulsos contradictorios de la humanidad hacia la Antártida, que cobraron especial intensidad después que el primer shock petrolero de 1973 dejó en evidencia la vulnerabilidad del acceso mundial a fuentes de energía y materias primas críticas.

La riqueza mineral de la Antártida —durante largo tiempo considerada prohibida por los costos de explotación que prometía— adquirió repentinamente un aura de viabilidad y de reserva real, ya no potencial, de la especie humana.



La Antártida: la inflexible posición sustentada por el representante de los Estados Unidos impidió el logro de un acuerdo tendiente a preservar los recursos del continente blanco.

Claramente antagónicos, uno de aquellos impulsos se nutre en una visión de rasgos apocalípticos sobre lo finito de los recursos terrestres: el otro prefiere mantener viva la llama de la codicia como combustible del progreso. Los síntomas de abuso inequívocos que la tierra ofreció en los últimos años hicieron que el término **desarrollo sostenible** se incorporara al lenguaje de la política internacional, aunque nadie esté en condiciones de transformarla en una fórmula de proporciones de explotación y conservación aceptable para todos.

La fórmula está más lejos de la Antártida que de cualquier otra región del mundo. Las propuestas originales para el protocolo eran mucho más severas y se conformaban en el ideal de las organizaciones científicas y ecologistas que bregan por ver a la Antártida convertida en una suerte de **parque natural internacional**, donde solo cabrían la ciencia y una cantidad muy limitada de curiosos en ropa de turistas invernales.

Tanta severidad está justificada no solo en los depósitos minerales o fósiles: la Antártida guarda el 90 por ciento del hielo y el 68 por ciento del agua potable del planeta. Si se piensa que algunos cientistas políticos vaticinan que la próxima guerra que sufra el Oriente Medio será, ya no por el petróleo o la identidad y territorios nacionales, sino por el recurso escasísimo del agua se puede tener una idea de la importancia de esos datos.

A la idea del parque natural se opusieron eficazmente los Estados Unidos que, en lo que va de este año, desarticularon un tenaz esfuerzo internacional para transformar la prohibición en algo **formal, permanente, y absoluto.** Como miembro pleno del Tratado Antártico, la Argentina —disciplinada en la nueva dirección de su política exterior— acompañó los afanes de Washington, barajando plazos que rondaban el medio siglo, transcurrido el cual quedaría abierta la posibilidad de echar mano en el cuerno de la abundancia antártica. **La decisión norteamericana no resultó así una instancia demasiado feliz para la diplomacia argentina.**

Lo curioso es que la visión más restrictiva no sería sino una continuación lógica del espíritu con el que **Dwight Eisenhower** invitó a las once naciones que a fines de los '50 contaban con bases antárticas, a diseñar un virtual sistema de gobierno para la Antártida. Ese convite fue el resultado de 18 meses, entre 1957 y 1958, de cooperación científica eficiente realizado por 67 naciones en el marco del **Año Geofísico Internacional.**

El Tratado Antártico, ratificado en 1961, funcionó desde entonces creando y manteniendo la única zona del mundo realmente libre de armas nucleares y de libertad irrestricta para la actividad científica entre otras bendiciones escasas en el planeta. Hay cierto componente paradójico en el hecho de que fueran los Estados Unidos —que promovieron el acuerdo entonces— los que el sábado privaron al Tratado de un cumpleaños exitoso. Eran varios los países dispuestos a firmar ayer el protocolo, cuando se cumplieron tres décadas de la entrada en vigencia del Tratado.

La decisión norteamericana no trajo ecos del espíritu del Tratado sino de la muy poca recordada **Operación Highjump**, que en 1946 movilizó hasta los hielos antárticos a trece buques de guerra, 50 helicópteros y 5000 soldados en un ejercicio destinado a probar que Washington podía respaldar un reclamo territorial en ese continente, si alguna vez encontraba funcional a sus intereses realizarlo.

Oscar Raúl Cardoso

Copyright Clarín 1991

01.01 9109050

Sobre la visita a Rdo del Secr. Gral de ORIT
La República
26/6/94
1) OIT 12238
3) Centrales Sindicales Mundiales 12660
2) FSM 12500

TIENE LA PALABRA

Sobre la visita de Luis Anderson, secretario general de la ORIT

Señor Director:

■ Al regresar del exterior nos deparó la sorpresa de un reportaje que leímos con suma atención, o sea, las manifestaciones del señor Luis Anderson, secretario general de la ORI que publicara LA REPUBLICA el 7,V, ppdo. en su página 15.

En aquella intervió, el aludido dirigente sindical regional, formula algunas opiniones que merecen, a nuestro juicio, una condigna respuesta. En el caso y para el que suscribe, ello constituye un deber ineludible de rectitud moral y consecuente adhesión para con los principios enarbolados y sustentados por la Ciosl desde su constitución en 1994, cuyo Comité Ejecutivo (con sede en Bruselas) integramos durante varios años en representación de América Latina (uno de los tres correspondientes), incluso, cumpliendo varias misiones de estudios sobre Derechos Humanos -sindicales y condiciones laborales, encomendadas por la misma, en diversos países, que eran frecuentemente violados.

Tales antecedentes (entre otros muchos que podríamos citar) creemos nos habilitan para responder al señor Anderson, sobre sus aseveraciones. El secretario de la ORIT ha dicho que "no comparte la filosofía de autonomía"... Agregando: si todas las organizaciones sindicales fueran autónomas, entonces, ¿quién coordina la solidaridad internacional de los trabajadores?... "Por eso (continúa diciendo) nosotros no podemos compartir la filosofía de la autonomía" (lo destacado es nuestro). Y, para mayor abundamiento, agrega: "Federación Sindical Mundial, hace cuatro o cinco años, lanzó la tesis de la autonomía, lo que es una tesis anticonfederación internacional, pero, sin embargo, la lanzaron la fuerza en América Latina". "Nosotros, prosigue expresando el ex ministro de Trabajo del gobierno del extinto Gral. Torrijos, en aquel momento la combatimos, porque si nuestras centrales las siguieran, significaría la desaparición de la Ciosl"...No obstante, el visitante panameño, a la par que rechaza temerariamente la autonomía sindical, proclama: "...Nuestras tesis sobre los derechos humanos, la libertad sindical, son cuestiones absolutamente fundamentales"... El embrollo dialéctico-conceptual, resulta sorprendente. Tanto como la filosofía que conlleva el manifiesto repudio a la autonomía sindical. Porque es a la propia CIOSL a quien está agraviando el señor Anderson, al incurrir en una flagrante desvirtuación de sus Estatutos y Principios.. En efecto: éstos establecen: "Artículo 1-Afiliación-Inciso C: Se garantiza la autonomía de las organizaciones afiliadas".

Y esa Autonomía, es sinónimo de independencia y libertad para gobernarse (ya sea el país, el sindicato o cualquier institución) por sus propias leyes. ¿Se podría, acaso, renunciar a esa potestad?...Decimos rotundamente: ¡No! Por otra parte, la autonomía sindical jamás fue un impedimento "para coordinar la solidaridad internacional" (ni nacional) como lo pretende hacer creer el señor Anderson. Muy por el contrario": significó el mejor aval o garantía que puede ofrecer cualquier organización sindical que necesite apoyo solidario, porque demuestra que actúa de motu propio, sin ataduras ni injerencias ajenas a la voluntad y legítimos Derechos e Intereses de los trabajadores asociados. De ello existen abundantes testimonios en la historia (deliberadamente escamoteada, en hechos de enorme trascendencia) del Movimiento Obrero Uruguayo, que en otra oportunidad develaremos, como lo hacemos en nuestro libro "La encrucijada sindical e intervención extranjera".

La circunstancia de que "la FSM haya lanzado la tesis:, no quita ni agrega nada al Derecho de autodeterminación sindical. La FSM, ante la ininterrumpida erosión y resquebrajamiento acelerado de los regímenes comunistas o erróneamente denominado "socialismo real" (que habían impuesto, a la FSM, en la orientación y acción, su propia metodología) optó la mencionada tesis como mera ficción, para "cuatrse en salud" cambiando de imagen, tratando desesperadamente, de evitar su propio e inexorable desmembramiento. Pero lo que, por sobre todo, resulta "un acontecimiento inédito -como acertadamente lo señala el periodista de LA REPUBLICA- e insólito, agregamos, es el acuerdo de cooperación en el área de formación de cuadros sindicales entre el PIT-CNT y la ORIT:!!!...Pero, como los sectores políticos predominantes en la dirección y acción de la Central (al igual que antes lo fueron en las ex "CTU y UGT", comunistas-marxistas-leninistas y sus obsecuentes "aparceros" no habían acusado, durante cincuenta (50) años a la ORIT de ser "un instrumento del Departamento de Estado y del Imperialismo Yanqui, para la división obrera y la explotación y subyugación de los pueblos latinoamericanos"..¿En qué quedó aquel torrente sistemático de furibundas diatribas lanzadas, ya no sólo contra la ORIT, sino, incluso y fundamentalmente sobre los que, de alguna manera u otra, tenían relaciones sindicales con la Regional de la CIOSL?.. Pero todo tiene su "explicación". No se necesita ser un zahorí, para comprenderlo...

Los comunistas-marxistas-leninistas soviéticos, hoy demandan en las antesalas del "Imperialismo Yanqui" desesperada ayuda económica... Es lógico y "admirablemente" coherente, en consecuencia, que en el Uruguay, sus dóciles e incondicionales amanuenses del PC, incrustados, mayoritariamente en la dirección del PIT-CNT (con su singular y tridimensional presidente a la cabeza) le abran las puertas a la ex "abominable ORIT", instrumento del Departamento de Estado", para "la formación de cuadros sindicales"...Casi nada!!!...

Juan Antonio Acuña

1

LA REPUBLICA 26/6/94

01 . 01 9109051

TITULO Reunión de juventudes en el COPPAL
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 21/6/91.
VINCULACIONES COPPAL 12516

Mañana comienza reunión de juventudes de COPPAL

MAÑANA habrá de dar comienzo en Punta del Este la reunión regional de la COPPAL Juvenil, (Comisión de Partidos Políticos Para América Latina) con la participación de delegados de todos los partidos políticos de los países integrantes del MERCOSUR.

En esta instancia habrán de participar miembros acreditados de todos los sectores partidarios de nuestro país, como también de los restantes países integrantes del tratado regional del sur.

El acto de apertura estará a cargo del Intendente Domingo Burgueño y del Presidente de la COPPPAL Juvenil Lic. Adrián Gallardo de México. Posteriomente se realizará la presentación de las delegaciones para comenzar a las 10 e la mañana un panel donde se debatirá sobre el tema "Los jóvenes en el Proceso de Integracción".

Después del almuerzo se continuarán las tareas desarrollando el tema "Relaciones del MERCOSUR con los demás bloques económicos del mundo".

Otro de los puntos que cuenta en el calendario de actividades es el relacionado a las "Perspectivas de la Industria y el Agro en la Integración". En esta ocasión el panel estará integrado por los Ministros de Ganadería, Economía y Pesca Ing. Alvaro Ramos y de Industria y Energía Dr. augusto Montes de Oca. A las 20 se procederá a la designación de comisiones.

Para el domingo se anuncia el inicio de las tareas con una reunión de las Comisiones designadas el día anterior, apertura del plenario con la presentación de las respectivas comisiones y la designación de miembros para la declaración final.

Luego del almuerzo y en la parte final de estas jornadas el Plenario discutirá propuestas y resoluciones de los miembros plenos y observadores.

En tanto para las 20 horas se anuncia la clausura de la Reunión con una declaración final sobre los temas tratados y evaluados en esta ocasión.

Los representates del Partido Colorado, Luis Bernardo Pozzolo (h) y Alejandro Montesdeoca (h) indicaron en visita realizada a LA MAÑANA que habrán de tratar el aspecto de los seguros sociales, la desocupación, la ampliación de plazos y varios reclamos a nivel social que preocupan al sector.

El grupo de jóvenes que participará en este evento habrá de plantear, además, las inquietudes existentes en los diversos sectores políticos repecto a la integración y sus consecuencias para los países involucrados en la misma. ■

Luis Bernardo Pozzolo (hijo) y Alejandro Montesdeoca, dirigentes juveniles colorados.

910691

01.01 9109052

de la Iglesia Cristiana de Jesucristo
Pastor detenido
La Prensa
230691
Sección, 1973
Argentina 10033

81

VAN 60 CHICOS Y FUNCIONA EN EL TEMPLO DE LA IGLESIA CRISTIANA DE JESUCRISTO

La secta del pastor detenido tiene un colegio en San Miguel

La Iglesia Cristiana de Jesucristo tiene un colegio en el barrio Sarmiento, de San Miguel. Van unos 60 chicos y el establecimiento es exclusivo para la congregación. Mientras tanto, el pastor Jorge Olea sigue detenido acusado de la desaparición de menores en Tucumán. Otras denuncias.

La escuela primaria funciona en el templo de la congregación. Es de uso exclusivo para los "fieles" y está abierto desde marzo.

En el barrio Sarmiento, de San Miguel, provincia de Buenos Aires, donde tiene su sede central la **Iglesia Cristiana de Jesucristo, funciona desde marzo una escuela primaria, con 60 alumnos que cursan los primeros grados.** El colegio es de uso **exclusivo para los integrantes de la congregación, uno de cuyos representantes —el pastor Jorge Olea—** está detenido y vinculado con la desaparición de jóvenes en Tucumán.

La actuación de esta congregación, que figura inscripta en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto desde octubre de 1985, y que **se mantiene económicamente con el aporte de sus integrantes**, es investigada por el juez de Instrucción de la Quinta Nominación de Tucumán, **Jorge García Mena**, debido a las denuncias efectuadas por los padres de algunos de los jóvenes que abandonaron sus hogares "para seguir al pastor Olea", según señalaron.

El pastor Olea (46 años, casado, jubilado de la Policía tucumana) levantó hace cuatro años un templo en la villa de emergencia **Mariano Moreno**, ubicada a ocho kilómetros de la capital tucumana. En ese lugar, Olea reclutaba a aquellas personas que quisieran "buscar su salvación", según decía.

El templo de la villa fue cerrado hace dos meses "por una orden del Espíritu Santo", explicó el fundador de la orden, el también pastor **Cárlos Sileo. Desde ese momento, comenzaron a conocerse las desapariciones de los menores.** Hace unos días, los padres de **Lidia Susana Santucho** (17 años, alumna del Liceo de Señoritas Remedios Escalada de San Martín) denunciaron ante la Justicia la desaparición de su hija, "a instancias del pastor Olea", quien la llevó a la sede de San Miguel.

El pastor fue detenido el 19 de junio pasado por disposición del juez García Mena. Hace dos días se le tomó declaración indagatoria, tras lo cual se dispuso mantenerlo arrestado. La causa contra Olea ha sido caratulada como **privación ilegítima de la libertad.**

Ahora, otros padres se han sumado a las denuncias y todos apuntan al pastor Olea. Sin embargo, no sólo son los jóvenes los que han abandonado sus hogares.

Ayer, en Tucumán, la señora **Felisa Robles de Villarreal** dijo que hace dos años su marido, **José Augusto**, "se fue de casa, con mi hijo Norberto, de 13 años". Pero antes de irse, contó la mujer, "vendió todos los muebles, la heladera, la cocina y las herramientas de su taller de carpintería. Me dejó sin nada". ¿Qué hizo con el dinero obtenido? "Se lo dio al pastor Olea. Luego se fue con él a San Miguel".

Durante más de un año la señora de Villarreal no tuvo noticias de su marido ni de su hijo. La cosa cambió hace unos meses, cuando Norberto, que ahora tiene 15, le escribió para decirle que se encontraba muy bien y que lamentaba que su madre no estuviera con ellos porque —le explicó— "no pertenecés a la Congregación de los Elegidos".

♦ Gente de todos lados

La sede central de la iglesia está en **Agüero y El Zonda**, en el barrio Sarmiento, a unas treinta cuadras de la estación San Miguel. El Sarmiento es un barrio humilde, con calles de tierra y casas bajas, de mampostería. Tres veces por semana, alrededor de cuatro mil personas —según dijo a **Clarín** un pastor que no quiso dar su nombre, aunque aclaró que aquí no establecen [illegible] concurren [illegible] al templo "para orar".

No todos los fieles —[illegible] se llaman los [illegible] de esta iglesia— "son de [illegible] barrio", dijo el [illegible] pastor. "Aquí viene gente de todos lados. Incluso, [illegible] muchos sectores de la provincia tenemos [illegible] gente viene a orar y a [illegible]tar —hay tres cultos: [illegible]yores, jóvenes y niños— con una finalidad [illegible]ta: rendirle culto a Dios".

En la misma sede [illegible] templo funciona la [illegible] primaria (que todavía [illegible]mita su reconocimiento ante el Ministerio de [illegible]cación de Buenos Aires) [illegible] de uso exclusivo para [illegible] integrantes de la congregación.

01 . 01 9109053

Aladi se está transformando en foro
La República Latinoamericano
300691
ALADI 18633

Cuba se integrará al organismo en un futuro

300691 (F-2)

Ordóñez: Aladi se está transformando en el Foro latinoamericano de negociaciones

Jorge L. Ordóñez, secretario general de la Aladi.

Buenos Aires (Sidalc)

■ La Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) se está transformando en el foro latinoamericano de negociaciones por excelencia, para lo cual contamos con una capacidad técnica y logística y con un importante servicio de información comercial para ofrecer a nuestros socios, y por supuesto a los grupos subregionales.

Así lo señaló el secretario general del organismo, Jorge Luis Ordóñez, durante una disertación en el marco de la cátedra Intal que tituló "Que todos los caminos conduzcan a Roma, el riesgo de perder la perspectiva latinoamericana". La actividad fue organizada por el Instituto para la Integración de América Latina (Intal), del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), y se llevó a cabo en la sede del Intal en Buenos Aires.

Ordóñez recordó que en el campo de los servicios se negoció y se suscribió el acuerdo sobre transporte internacional terrestre de los países del Cono Sur, respecto del cual los ministros de Transporte y Obras Públicas del Grupo Andino recomendaron la pronta adhesión, igualmente, la asociación trabaja con la comisión gestora del "Proyecto libertadores" sobre integración ferroviaria, que cuenta con el apoyo de la cooperación española.

"Próximamente -añadió el titular de la Aladi- habrá de reunirse en nuestra sede un grupo establecido por el comité intergubernamental de la hidrovía Paraguay-Paraná para negociar las bases de un posible convenio de transporte que deberá convertirse en un importante instrumento para convertir en realidad este trascendental proyecto".

Ordóñez destacó además que no hace mucho tiempo se suscribió el acuerdo de promoción turística que ha sido dinámicamente impulsado por la Comisión de Turismo de América del Sur (Cotasur), y del cual la secretaría de la Aladi será su secretaría técnica.

CUBA EN ALADI

También está próxima la adhesión de la totalidad de los países -incluyendo a Cuba- al acuerdo que prevé la libre circulación de bienes culturales. "Y en reciente reunión de responsables del área cultural en la Aladi se propuso la creación del Mercado Común del Libro", dijo Ordóñez.

En materia de cooperación tecnológica vinculada al proceso productivo, la Aladi trabaja coordinadamente con otros organismos como la OEA, el PNUD, el SELA y la Unesco, para avanzar en programas tales como el "proyecto Simón Bolívar para la integración tecnológica regional, la innovación y la competitividad industrial", que fuera lanzado por el presidente Carlos Andrés Pérez en octubre de 1990.

En ese contexto se convocó a una reunión de expertos y técnicos de la industria eléctrica y electrónica para echar a andar el "proyecto paradigma", que tendrá como objeto el desarrollo de un programa regional para la investigación y la producción de circuitos integrados.

Ordóñez destacó finalmente la creciente participación de los empresarios privados, lo cual se corresponde con las prioridades de la Aladi en materia de desarrollo de las inversiones y la facilitación y la promoción del comercio, en este aspecto -concluyó el conferenciante- la utilización del sistema multilateral de pagos permitió en 1990 ahorrar 11.422 millones de dólares en el movimiento de divisas, lo que representó un récord histórico.

01.01

9109054

El mundo está gastando menos en armas
Zero Hora (datos porcentajes de gastos)
14069
Equipos militares 11197
Desarme 11293

F2

O mundo está gastando menos com armas

□Estudo do FMI analisa as duas últimas décadas, atribuindo redução ao elevado custo do dinheiro. E faz recomendação aos países que emprestam

ARYSINHA AFFONSO
Editoria Internacional/ZH

O Fundo Monetário Internacional, muitas vezes acusado de ser o responsável pelo atraso e a miséria de países do Terceiro Mundo, divulgou este mês um estudo sobre o custo dos gastos militares em relação ao PIB de 125 nações. E foi ainda mais longe: o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, pediu em Genebra, diante do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que sejam reduzidos os gastos militares e essa verba, redirecionadada para investimentos sociais e econômicos. Só em 1990 o mundo dispendeu US$ 950 bilhões na aquisição de armas — fora a Guerra do Golfo —, segundo dados do Instituto Internacional de Investigação para a Paz, com sede em Estocolmo (Suécia).

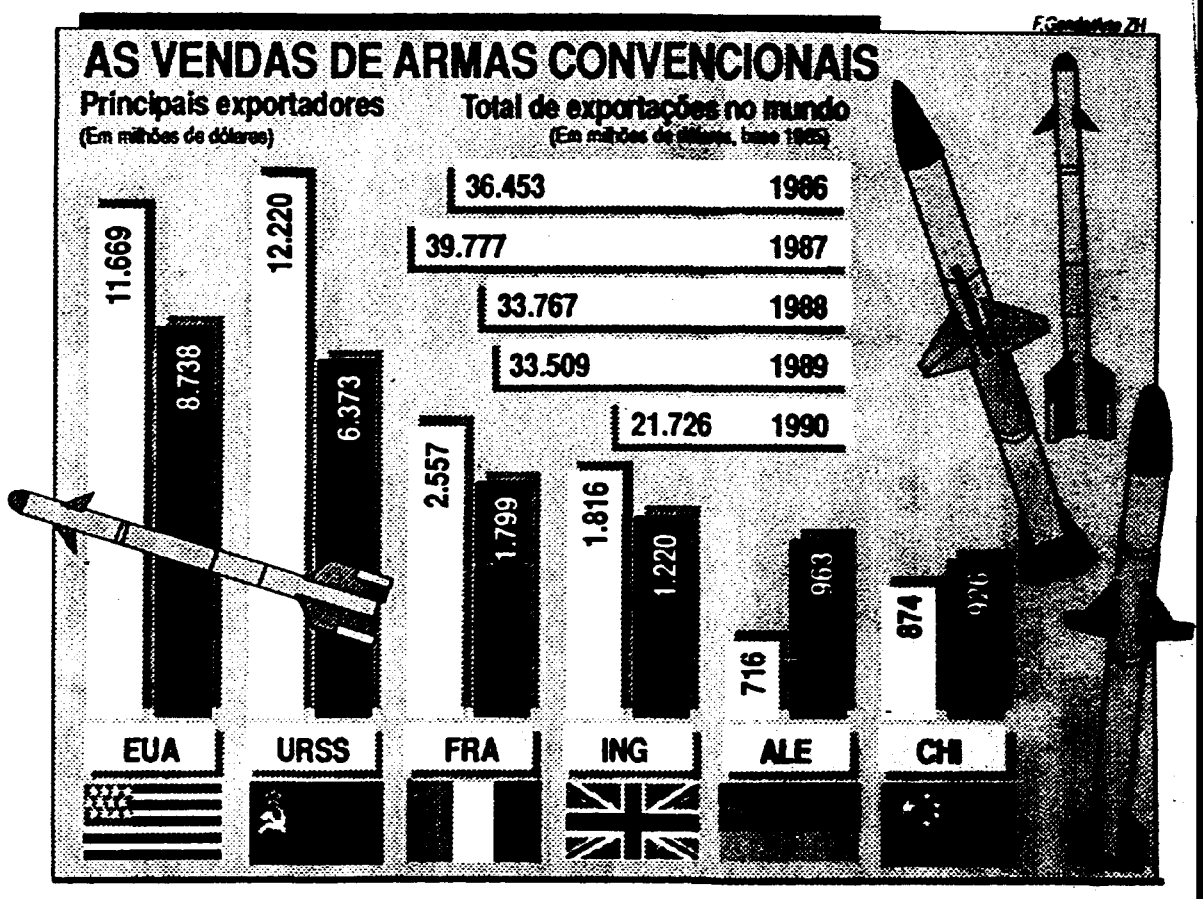
De acordo com o *Boletim do FMI*, entre os anos de 1972 e 1988, os gastos militares absorveram 5% dos recursos mundiais. "Em alguns países em desenvolvimento, esses altos níveis de gastos militares desviaram fundos que poderiam ter sido utilizados para levar adiante programas sociais, projetos de desenvolvimento econômico e do setor privado", diz o Fundo. O estudo analisou dados correspondentes a 125 países e revelou que nesses 16 anos 55% dos gastos foram feitos pelas nações industrializadas. Que, no entanto, por serem as mais ricas da Terra, comprometeram menos de 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na defesa, enquanto a média dos demais ficou em 5%.

GASTOS — Dos US$ 950 bilhões aplicados na defesa em 1990, União Soviética e Estados Unidos responderam por 60%. O total demonstra uma queda de 5% nos gastos militares, pelo segundo ano consecutivo, atesta o organismo sueco. Que informa ainda os números dos 12 integrantes da Comunidade Econômica Européia, US$ 152 bilhões, e do Terceiro Mundo, US$ 150 bilhões, no ano passado.

O estudo do FMI afirma que a Europa Oriental reservou 9,5% do seu PIB, em média, para a defesa, nas duas últimas décadas. O montante corresponde a 30% dos investimentos mundias no setor, nos anos 70, e a 23%, nos anos 80. Já o Terceiro Mundo ficou com uma fatia média de 20% do total, reservando 5% do seu PIB para esse fim.

Mas a tendência é descendente, garante o estudo. Embora os gastos dos governos só tenham aumentado nos últimos tempos, a porcentagem do PIB mundial usada para fins militares só tem caído. Esse comportamento é especialmente observado nos países em desenvolvimento e o FMI atribui ao aumento do custo do dinheiro (leia-se taxas de juro). "A proporção de gasto público correspondente ao pagamento de juros aumentou quase 80%", diz o *Boletim*. A ginástica que os tomadores de empréstimos foram obrigados a fazer, para suportar o custo do dinheiro, levou-os a passar a tesoura nos gastos militares, constata o estudo.

RECOMENDAÇÃO — A queda foi, em média, de 23% nos 51 países em desenvolvimento analisados: 21 deles reduziram os gastos, 13 ficaram no mesmo patamar e 17 aumentaram. A economia também recebeu menos dinheiro (17%), enquanto os investimentos sociais tiveram um pequeno aumento. "Os gastos militares absorvem recursos que poderiam se destinar a outras esferas, como os serviços sociais e econômicos. Ainda que alguns argumentem que os gastos militares estimulam o crescimento econômico, há formas muito mais eficientes de utilizar os recursos e que aportariam maiores benefícios à economia", diz o FMI.



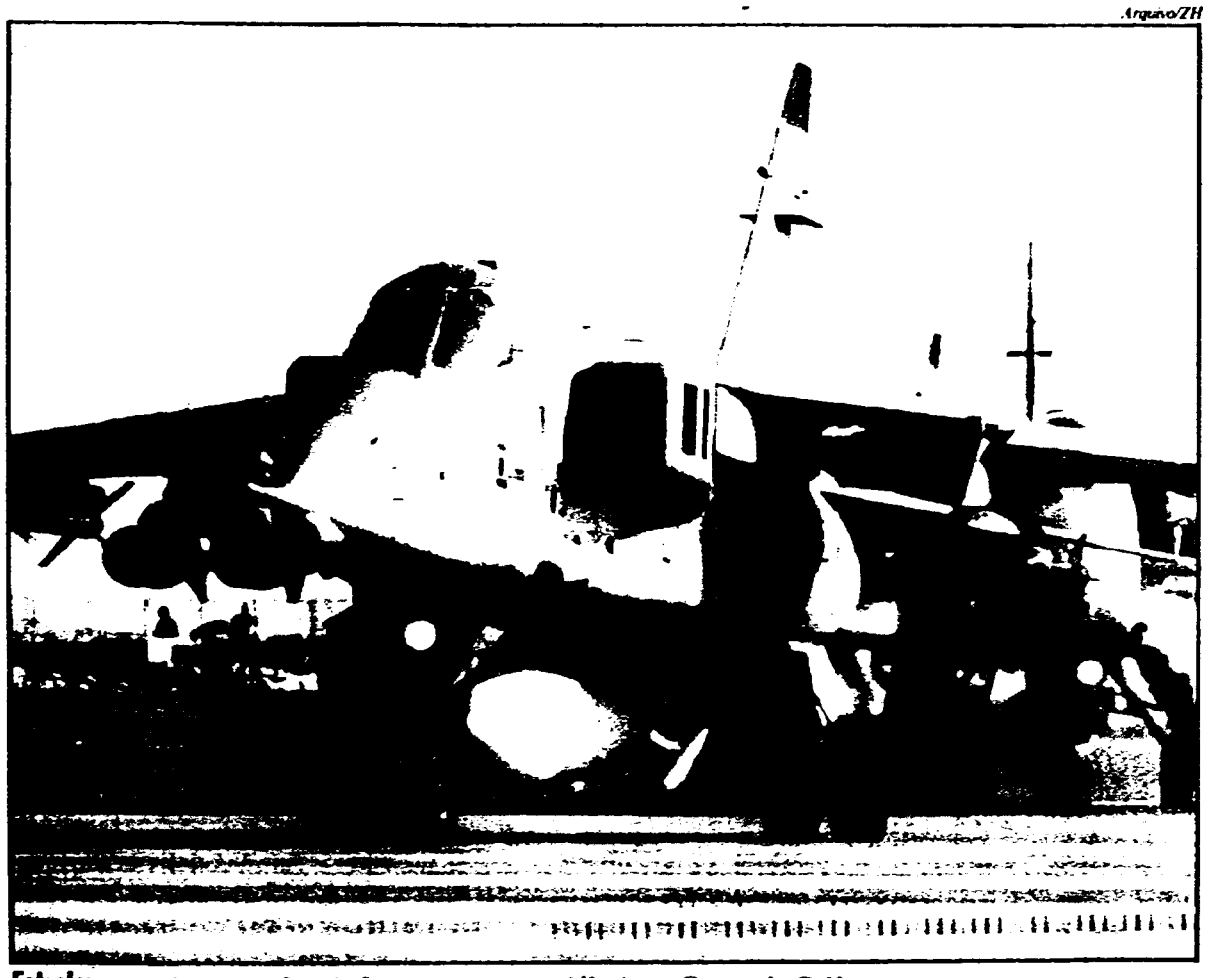
Entre suas conclusões, o estudo traz uma recomendação expressa aos donos do dinheiro: já que as restrições financeiras repercutem sobre o investimento em armas, que na hora da negociação sejam reforçadas as exigências para que o dinheiro seja utilizado de forma produtiva.

CETICISMO — Ainda na semana passada, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU — Estados Unidos, União Soviética, França, Grã-Bretanha e China — estiveram reunidos para tratar de desarmamento. Esses países respondem por 90% das exportações de armas do mundo inteiro, e justamente por isso há muito ceticismo em torno da iniciativa.

O mínimo que outros interessados em participar desse mercado milionário podem dizer é que os cinco estão legislando em causa própria. Dos US$ 22 bilhões gerados pela venda de armas convencionais durante o ano passado, US$ 19 bilhões foram parar nos bolsos desses grandes, segundo dados do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo.

01.02 9109055

Arquivo/ZH



Estrela: *o moderno jato francês Jaguar esteve em evidência na Guerra do Golfo*

Forças serão menores, mas melhor equipadas

LUIZ CARLOS DOMINGUES

Pesquisa/ZH

A destruição do Muro de Berlim, o fim do Pacto de Varsóvia e a assinatura do Tratado de Limitação de Forças na Europa reduziram a necessidade de forças militares em muitos países. As futuras perspectivas que se abrem com a entrada em cena da Comunidade Econômica Européia e com o novo posicionamento dos países do Leste europeu também contribuem para que os estrategistas mundiais comecem a reavaliar o papel das Forças Armadas.

Os cortes com gastos militares atingem os principais países membros da OTAN: EUA, França, Inglaterra e Alemanha, entre outros. Os Estados Unidos pretendem, até 1996, reduzir em 25% seu orçamento para a defesa. Mesmo após o sucesso da guerra do Golfo, o Pentágono discute o corte de seis das 118 divisões que compõem o Exército — o que significa uma diminuição de 520 mil homens — além de outros cortes significativos na Marinha e na Força Aérea.

A Inglaterra, mais tradicional aliada americana na Europa, anuncia um corte de 20% do seu orçamento para a defesa, num dos enxugamentos mais drásticos dos últimos 30 anos. O Exército será reduzido em torno de 40 mil homens, a Marinha em 12 mil e a Força Aérea deverá perder 15 mil homens. O governo promete Forças Armadas menores, mas melhor equipadas.

Nos demais países da Europa, a disposição em repensar os gastos com a defesa não é menor. A Alemanha reunificada anuncia um corte de 140 mil homens em suas Forças Armadas. A França pretende reduzir seu Exército de 290 para 250 mil homens e vai diminuir o prazo do serviço militar obrigatório de um ano para dez meses. Não se pode aquilatar ainda o que está sendo feito no países integrantes do extinto Pacto de Varsóvia, mas a disposição da URSS a limitar as armas nucleares na Europa é um indicador de que mesmo a maior potência bélica da Europa parece decidida a repensar seus rumos.

02.02

9109055

"Profundizar corriente turística" = Vilbor
A. Financiero
1/06/91
HEROES NR 12781
ROU 10010

lo el mundo sucumben a su seducción

ciones en Río: eterno verano

Rio
Qui-
ins-
ale-
de
an-
mo
del
ado
an-
be-
la
in-
en

Rio
lar-
que
ies-
io.
ena
oral
sas:
ica-
sus
nar
e el

ños

aventura aparte que, casi inevitablemente, se inicia con la **caipirinha** —aperitivo a base de aguardiente y limón— los **lujuriosos desayunos**, la **feijoada** —que bien puede considerarse el plato nacional— que se sirve acompañada por arroz blanco, **couve** —una verdura cortada finita— **torresmo** —panceta frita—, **farofa** —plato a base de fariña—, **salsa de pimienta** y **naranja cortada**.

• Vida nocturna

La vida nocturna de Río bulle en **shows, teatros, clubes privados y escolas do samba, choperías, karaokés** —shows de principiantes—, **gafieiras, forró, pagodes y shows eróticos.**

Para el día hay una lujosa colección de playas: **Flamengo, Botafogo, Urca, Vermelha, Leme, Copacabana, Arpoador, do Diabo, Ipanema, Leblon, Vidigal, São Conrado o do Pepino, Barra de Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Prainha y Grumari.**

Viajeros de todo el mundo dan fe de la magia que convoca Río de Janeiro, acostada al pie del Corcovado: ¿Quién no quisiera regresar a ella?

El viajero encontrará lo mejor de todo lo que espera en grandes hoteles de 5 estrellas, además de una oferta hotelera variada, accesible a muchos presupuestos. Los brasileños entienden que el turismo es buen negocio.

Compañía Internacional de Turismo S.A.
VIAJES NACIONALES E INTERNACIONALES
Resol. D.N.T. Nº 501/81 - Leg. Nº 2793 E.V.T.
• RECEPTIVO
• HOTELERIA
Zuviría 104 - Tel. 221388 - 310033
Tlx. 18650 DELPHI AR
(Usuario: "CITSA")
4400 Salta - Argentina

n para este sector

uay a
én se
entes

n Tu-
ur y la
oficia-
uatro
desde
entra-
ituida
deo y
que va
e esté

e éste
tante
el as-
npor-
aquí
nover
mplo
n Ca-
apón,
o sea

transitar. Esto es, comenzamos ocho países a trabajar en conjunto allá en el año 1987 (a fines del '86 no estaban incluidos en ese momento Argentina y Brasil, porque no lo consideraban aptos para poder trabajar ni crear un nuevo organismo). Uruguay se unió a esta tesis de no crear un organismo porque ALADI cumple la función de un organismo integrador y dentro del organismo integrador comercial tiene al turismo dentro de sus bases, así que el Uruguay tuvo la tarea de convencer a Argentina y Brasil para que entraran en esta organización que se llama que, sin perder nuestra personalidad, cuatro países que tienen cada uno sus características, aspiramos a que rápidamente Chile esté con nosotros también para un común mercado turístico. En Europa sabemos que realmente existen grandes problemas en cuanto a polución, a contaminación y algunos de carácter ecológico, que gracias a Dios no tenemos en esta parte del continente y creo que es lo que más debemos promover: venga al Cono Sur a reencontrarse con usted y con la naturaleza.

Los destinos turísticos van cambiando, sabemos que en esta porción de América toma parte nada más que 2% del turismo de carácter mundial, aspiramos a llegar en poco tiempo a 10% de ese turismo, de los millones de habitantes que tiene el mundo, sólo estamos recibiendo menos de un millón, creemos que es una cifra técnicamente ínfima en el turismo del mundo. Quiero destacar el gran cambio que ha tenido Argentina, ya que Argentina es el país que más ha crecido en los dos últimos años en turismo internacional. Creemos que esto es muy importante y creo que se debe a términos muy concretos como salubridad y seguridad. Está desplazando a otros destinos que en América eran más importantes que Buenos Aires. Me encuentro en estos momentos en Buenos Aires invitado por el presidente de ENATUR, Francisco Mayorga, en un seminario que se está realizando con técnicos barceloneses, de cómo vender Argentina en Europa, cuáles son los principales obstáculos y cuáles son las posibilidades reales. Creo que esto es un contagio, está demostrando que hemos perdido aquel tema de la posibilidad de que los países fuéramos competidores entre sí, sino que somos complementarios. Creo que Uruguay no tiene nieve, Uruguay no tiene montañas, pero que a su vez tenemos pequeñas localidades bastante importantes, creo que tenemos un Montevideo que aún atrae, quizá porque sea una ciudad chica y de muy fácil acceso a museos, a lugares gastronómicos, a lugares de diversión. Las distancias son cortas; y tenemos la suerte de tener un balneario de carácter internacional como Punta del Este que se lo ha ganado de por sí, es un título que nadie se lo ha dado. A su vez en un país tan pequeño tenemos todas las posibilidades ya que el Uruguay ofrece desde un balneario internacional hasta balnearios de menor importancia, pero muy lindos, como puede ser toda la zona de Rocha, donde ha sido declarada reserva ecológica del país, o en Piriápolis con un lugar como el Argentino Hotel y un centro de salud como Piriavital que es un tema muy importante para alentar el turismo. Un turismo que hoy se realiza cada día con más fre-

01 . 02
— 91 09056

El turismo en el Cono Sur

Viene de pág. X

cuencia y con menos días.

P.: ¿Se está en condiciones de recibir en Punta del Este gran cantidad de turistas?, ¿cuántas personas pueden recibir, con cuántas camas cuentan actualmente y cuáles son los proyectos ya que se observan muchas obras nuevas?

J.V.G.: Efectivamente, creo que hay un tema que es el que se admite, la gente dice fácilmente que no tenemos buena infraestructura y digo que es cierto que no tenemos una gran infraestructura, pero empezamos diciendo que no tenemos salas de convenciones. Claro que no tenemos salas de convenciones de 2000/3000 personas, pero 80% de las convenciones y los congresos que se realizan en el mundo son de menos de 400 personas, y allí sí tenemos salas de convenciones. Cuando decimos que, de repente, la infraestructura de Punta del Este no es adecuada, yo digo que se desarrolló el GATT, la Conferencia Parlamentaria Mundial, y se albergaron miles de personas, este año en Punta del Este por circunstancias más que nada de carácter económico. Hasta podría decir que se desbordó con un público que no es el que está acostumbrado a ir a Punta del Este y no creo que se exageró cuando a veces se dijo que alguna persona durmió en el auto, o fue a dormir a San Carlos o a Maldonado.

• Crecimientos

P.: ¿Cuánta gente alberga Punta del Este en verano?

J.V.G.: En verano Punta del Este alberga fácilmente 450.000 personas. Yo creo que estuvo a "full" en el mes de enero, en el mes de febrero no y en marzo tampoco. Es otra de las cosas a que nos vamos acostumbrando, por qué enero y febrero, y por qué no diciembre y por qué no marzo. Este es el primer año en que los grandes crecimientos que hemos tenido han sido en diciembre y en marzo, pero nosotros estamos promocionando que la temporada, la alta temporada, no son dos meses, sino que realmente son cuatro. Y se pueden encontrar tarifas mucho más accesibles en el mes de diciembre y en el mes de marzo que en el mes de febrero. Pero parece que estuviéramos frente a un cuello de botella, donde a todos les interesa ir en enero y febrero.

P.: Háblenos del proyecto hotelero, en Montevideo se está ampliando el Victoria, y hay otro hotel más que se está terminando.

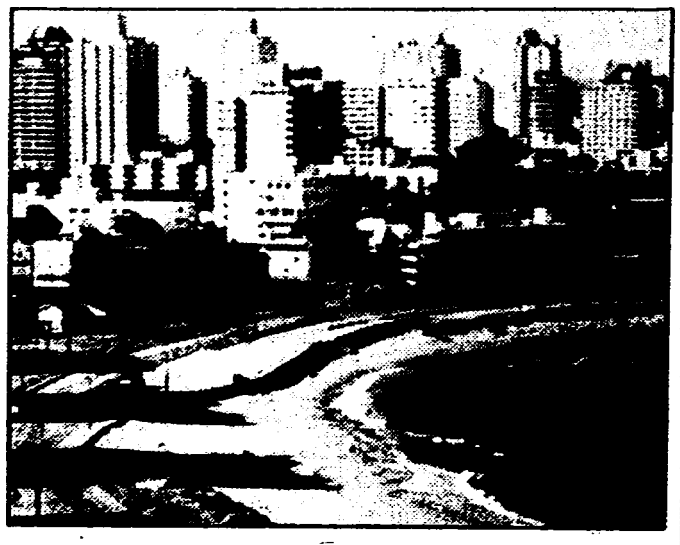
J.V.G.: Se terminaron dos hoteles de cuatro estrellas en la Plaza Libertad y se está terminando otro en este momento, el Lafayette, o sea que en el término de un año, Montevideo ha puesto en circulación tres hoteles cuatro estrellas.

• Ampliación

P.: ¿Y el Victoria Plaza para cuándo estiman que va a estar terminado?

J.V.G.: La ampliación del Victoria Plaza consideramos terminará en 18 meses, a pesar de que tiene un avance de 3 metros diarios, algo nunca visto por lo menos en Uruguay. Estas son obras que se hacen normalmente en seco, como en San Pablo y Nueva York, pero en Uruguay no estábamos acostumbrados a ver un avance tan rápido. Uruguay sacó un plan de proyectos de complejos turísticos y ahora complementado por medidas externas. Creo que hay 23 proyectos que se han presentado en turismo; se está en este momento en el tema de la selección, pero no me cabe ninguna duda de que como mínimo dos hoteles de gran categoría en Punta del Este son inminentes, porque se han propulsado más de 10, pero como mínimo dos van a salir rápidamente.

P.: ¿Cuál es la visión del ministro cuando ve que muchas empresas argentinas se trasladan a la vecina orilla del Uruguay, a hoteles relativamente chicos, muy confortables pero chicos, para hacer una convención?, ¿qué es lo que buscan?



Las concurridas playas de Punta del Este y la edificación en la ciudad son los grandes atractivos que atraen al turismo de la región, especialmente de la Argentina.

J.V.G.: Yo puedo estar equivocado pero no nos olvidemos que a Buenos Aires quizás el porteño mismo, no el argentino, no le da importancia, a lo que es esta gran metrópolis, que debe ser una de las más importantes del mundo, pero realmente como es una gran metrópolis, también su vida es tremendamente agitada y creo que entonces, el ejecutivo argentino trata de ir al Uruguay para sustraerse de lo que es el teléfono, el lugar donde está. Yo no creo que se busque realmente a Montevideo o Punta del Este, en particular, porque le ofrezca mejores condiciones. Creo que es lo que hacen casi todas nuestras empresas en Montevideo cuando hacen una evaluación de su trabajo y salen de Montevideo a otra ciudad del interior, como San José, Piriápolis, o Colonia. Creo que el tema es sustraerse un poco del teléfono, del hábitat, del lugar diario, donde de alguna manera a usted siempre lo están realmente ubicando. En cambio, si usted dispone que lo que está haciendo en ese momento es un congreso de evaluación o de proyección de su empresa y está fuera del país, es muy difícil que los problemas cotidianos se los trasladen allí. Habrá alguien que los va a arreglar, porque yo digo que hay gente que es insustituible pero no imprescindible, con lo que quiero decir que siempre se van a solucionar los temas, en la medida en que usted esté fuera.

P.: Para finalizar, ¿cómo prevé esta temporada si van a mantener los precios como están en este momento en Punta del Este?

J.V.G.: Yo creo realmente que el tema de los precios es un tema que ya en Uruguay se ha superado, creo que ya la gente ha desterrado el tema de que las temporadas son temporadas de dos/tres meses, todos conocemos que el mundo ha cambiado y va cambiando permanentemente, que el capital más importante que tenemos en los países es la gente, es la cultura, es la capacidad y creo que entonces en todo este tema el objetivo que tenemos es muy claro, la temporada anterior que fue una temporada buena, para nosotros una temporada piso, no podemos aspirar menos que eso. Y lo que tenemos que cambiar, que sea un objetivo y no una aspiración. Para que la aspiración se transforme en objetivo, creo que debemos que tener muy claro que tenemos que armar estrategias y una promoción permanentemente dirigida, ofreciendo las distintas alternativas que tiene Uruguay.

P.: ¿Quiere agregar algo más?

J.V.G.: Que me siento muy a gusto aquí en la Argentina, que quiero agradecer una vez más por su intermedio al titular de ENATUR que cuando hay un acontecimiento importante en Argentina de carácter turístico me ha hecho participar en forma permanente, así lo mismo hace Uruguay, con lo cual ya estamos demostrando que nuestros cuatro países antes de firmar el documento ya estamos integrados.

02.02

9109056

II Foro de San Pablo en México
La República
Julio/91
Izquierdistas de A.L.
COPPPAL 1256

Entrevistamos a Líber Seregni a su regreso de México y con un pie en el avión para un corto viaje a Chile, donde participará en un homenaje a Allende en Santiago y una reunión de la COPPPAL en Valparaíso. Antes de formularle las preguntas que traíamos in mente, nos llamó la atención una reproducción del *Guernica* hecha en lana, colgada frente al escritorio. Es un regalo que recibió al salir de la cárcel, confeccionado por los presos políticos a lo largo de dos años y medio con paciencia excepcional, eligiendo cuidadosamente el color de las hebras. El parecido con el modelo de Picasso es admirable. Cuando Lilí, la esposa del ge-

O Asistí a la jornada inaugural del II Encuentro del grupo de San Pablo porque recibí una invitación especial de las autoridades nacionales del PRD de México. El Frente Amplio, en una reunión de su Mesa Política, había resuelto no participar en el encuentro; pero sabiendo que yo iba a estar en esa época en Ciudad de México, me encomendó que si tenía la oportunidad dirigiera un saludo a los asistentes, y así lo hice en la jornada inaugural.

—¿Fue un encuentro representativo? ¿Cuántos estuvieron presentes?

—Concurrieron, [illegible] lo con lo que se ha publicado, más de 60 [illegible] políticas de 22 países [illegible] —América Latina [illegible] y 150 delegados, aproximadamente. Yo dirigí un corto saludo después de las palabras de Cuauhtémoc Cárdenas, que abrió el acto, y resaltó la presencia de una numerosa y muy calificada delegación de los partidos integrantes del Frente. Relaté la resolución de la Mesa Política y la presencia de esos delegados. La delegación uruguaya era de las más numerosas y también de las más calificadas que asistieron. Estaban presentes representantes del Partido Comunista, del Partido Socialista, de la Vertiente, de la Corriente Popular, del MLN, del PVP, del MRO y del FOR. Asistí a algunas de las sesiones nada más que para presenciar, desde atrás, algunos debates y en la etapa final también fuimos invitados a integrar la presidencia.

Considero que el encuentro fue muy importante, con una numerosa participación y con una gran armonía. El documento final es, a mi entender, extenso de más, quizá producto, precisamente, de la búsqueda de consenso, pero esos documentos extensos le quitan concreción a las ideas a expresar.

Quiero decir abiertamente, para el lector de LA HORA POPULAR, que también en ese encuentro estuvieron presentes dos posiciones de la izquierda latinoamericana: una posición conservadora, dogmática, y una posición mayoritaria de puesta al día de la situación de la izquierda en Latinoamérica, de evaluación de los cambios y de la necesidad de los cambios que hay que operar no sólo en el pensamiento, sino en el accionar de las izquierdas en América Latina.

—¿Cómo definiría el contenido del documento final?

—Yo lo veo como rasgo distintivo, más allá de las tonalidades que se revelan en las diversas posiciones en el curso de los debates, que el documento resalta muy precisamente el carácter democrático y de profundización de la democracia que hay que operar, la necesidad de la convivencia y del pluralismo, así como la erradicación de toda forma de violencia, además de un desarrollo muy extenso en lo que hace tanto al enfrentamiento al nuevo orden internacional emergente de los sucesos del este europeo, de los países socialistas, como del conflicto del Golfo Pérsico. Situación internacional que no está clara ni sedimentada todavía, a mi entender, en cuanto a su proceso de definición, pero que sí marca, sin duda, la presencia hegemónica, en el campo político y militar, de los Estados Unidos de Norteamérica.

—¿Se abordó el tema de la ofensiva neoliberal?

—El otro gran tema que abordó el encuentro fue, en efecto, la ofensiva ideológica y política del neoliberalismo a lo largo y a lo ancho del continente, y la necesidad consecuente de que las fuerzas progresistas y de izquierda de Latinoamérica unan sus esfuerzos para enfrentar esta ofensiva no sólo en el campo político, sino fundamentalmente —es nuestra idea de siempre— para elaborar y precisar los modelos y las respuestas alternativos al modelo neoliberal, porque hasta ahora la izquierda del continente no los ha procesado suficientemente. En ese plano, el resultado del encuentro es altamente positivo.

—¿Cuáles serán los próximos pasos?

—Por otra parte, ya se planifican y acuerdan una serie de pasos a dar en lo sucesivo. En primer lugar, designar una mesa de carácter permanente que va a encargarse de toda la coordinación de esta tarea. En segundo lugar, realizar en Perú una [illegible]ión para discutir y procesar los modelos alternativos. El año próximo se relizará un nuevo encuentro en una sede que va a ser discutida por el grupo coordinador asesor. Luego se realizará un encuentro en Europa, al que asistirán delegaciones y personas, a propuesta e invitación de los franceses que asistieron a este encuentro. También se resolvió realizar un encuentro en Estados Unidos, a los efectos de discutir los procesos correspondientes.

En capítulo aparte, se aprobaron una serie de resoluciones que tenían

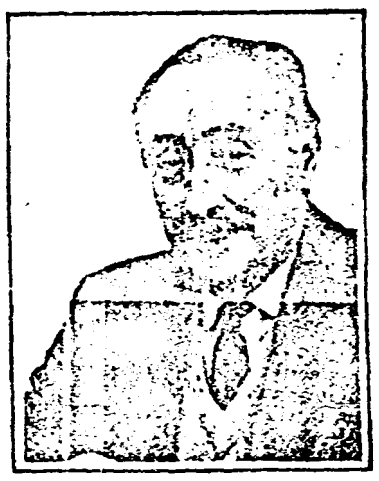
PARTES POCO LEGIBLES

01.02

9109057

Seregni habla de la reunión de México: estuvieron presentes dos izquierdas

La unión de las fuerzas progresistas y de izquierda para enfrentar la ofensiva del neoliberalismo



neral, llevó el cuadro a enmarcar, notó que la señora que lo recibió temblaba; pero no dijo nada. Cuando pasó a retirarlo, en día y hora señalada, la estaban esperando dos señoras: eran las madres de los presos que habían realizado el cuadro.

Recién después de escuchar este relato preguntamos acerca de la reunión de partidos y movimientos efectuada en México y sobre su estadía en este país tan querido por los uruguayos, sobre todo por cuanto vivieron allí los años del exilio.

Siguen las respuestas del presidente del Frente Amplio.

que ver con la solidaridad. Destaco, entre todas ellas, la solidaridad con el pueblo cubano, con la clara expresión —unánime de todos los concurrentes— de que es el pueblo cubano el que tiene que fijar su presente, su futuro y su forma de gobierno, y nadie más que el pueblo cubano. Hubo también decisiones referentes a Panamá y al retiro de las tropas norteamericanas, El Salvador, Haití —concurrió una delegación en representación del presidente Aristide—, Nicaragua y su proceso revolucionario —también estaba presente una delegación. No tengo en este momento la lista, pero había compañeros de El Salvador, Nicaragua, Guatemala, Colombia; había delegados prácticamente de todos los países.

Un lugar reservado para el FA

Asimismo, destaco que en la resolución hay un lugar reservado para el Frente Amplio, si es que éste resuelve integrarse, porque les dijimos que no podíamos decidir ya que eso está sujeto a resolución del órgano de dirección.

Hicieron sendas intervenciones Hugo Cores y Jaime Pérez.

Homenaje a Allende, reunión de COPPPAL

Me voy el viernes al mediodía para Santiago, a la reunión plenaria de COPPPAL que se realizará en Valparaíso, donde tiene su sede el parlamento chileno. Paso primero por Santiago, donde el viernes de tarde se realizará un homenaje a Salvador Allende y quiero estar presente. Sé que va a concurrir Tomás Borge. Hay una reunión preparatoria de coordinación de COPPPAL en la que intervenimos los vicepresidentes, el sábado. Las sesiones plenarias son el domingo y el lunes, en Valparaíso, y termina después en Santiago. Los asistentes concurrirán a saludar al presidente Aylwin, pero yo no me puedo quedar, desgraciadamente, porque el martes de mañana debo estar de regreso. El tema genérico de la reunión es la integración y los problemas que plantea. La inauguración es en la sede del Senado, y abrirá el acto Gabriel Valdés.

02 02

9109057

Sesión de COPPPAL en Chile
La Nación
220691
COPPPAL 1256

Sesiona COPPPAL en Chile

EL próximo domingo 23 comenzará la 16 Asamblea plenaria de la COPPPAL, en la ciudad de Valparaíso, Chile, para debatir sobre "La integración de América Latina en el contexto mundial".

El General Líber Seregni, presidente del Frente Amplio, viajó ayer a Chile por tal motivo, retornando a Uruguay el martes, al término de las actividades.

En la segunda sesión plenaria, el domingo de tarde, se analizarán las experiencias de integración subregional, describiéndose los acuerdos del MERCOSUR, Pacto Andino, y el proceso iniciado por México, EEUU y Canadá.

El lunes de mañana intervendrá el Embajador uruguayo Carlos Pérez Del Castillo, secretario general del SELA, para opinar sobre la Iniciativa para las Américas lanzada por el Presidente norteamericano George Bush, y actualmente considerada por los miembros integrantes del MERCOSUR. ■

220691

01.01 9109058

Sesión de COPPAL en Chile
La Prensa
240691
COPPAL 1256

COPPAL: "No hay democracia sin economía fuerte"

240691

Valparaíso (UP) – El senador mexicano Luis Donaldo Colosio, afirmó que "no hay democracia sin una economía fuerte", al inaugurar aquí la décimo sexta Asamblea Plenaria de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPAL).

Colosio, presidente de la COPPAL, afirmó que América latina necesita "de un diálogo más intenso" para hacer frente a un mundo en que prevalecen "nuevas estructuras económicas y donde cada país debe encontrar sus oportunidades en ellas", aunque eso no elimine el peligro que se amplíe la brecha entre los países ricos y los pobres.

La reunión de la COPPAL en Valparaíso, sede del congreso chileno, está destinada a analizar la integración latinoamericana en el contexto internacional.

El temario estudiará en especial, el nuevo tratado comercial que se proyecta entre Estados Unidos, Canadá y México, las respuestas latinoamericanas a la "Iniciativa para las Américas" del presidente norteamericano George Bush, el papel del Pacto Andino, las perspectivas de acuerdo con la Comunidad Europea y otros temas.

En la COPPAL están representados grupos de centro, de centro izquierda y de izquierda, como es el caso del partido de los trabajadores de Brasil o del Movimiento Patriótico Maurice Bishop, de la isla de Granada, cuyo gobierno fue derrocado por una invasión estadounidense la década pasada.

Entre los asistentes se encuentra el dirigente sandinista Tomás Borge, quien dijo que frente a los estallidos de violencia que se registran en Nicaragua, el partido político que representa apoya una solución política y pacífica a los conflictos creados en los últimos meses y se apone al uso de la violencia.

Borge afirmó que Nicaragua atraviesa una crisis política y social debido al intento en el Congreso de desconocer las leyes del pasado gobierno sandinista, respecto a la propiedad urbana y agraria.

01.01 9109059

91 09060
Derecho y Controversia en los Acuerdos
El País de fecha 9-8-91
150691
Sede ALADI/12633

ACUERDOS

Derechos y Controversias

RAIMUNDO BARROS CHARLIN (*)

La ejecución de un proceso de integración económica entre dos o más países que comprometa el universo arancelario de bienes y que pueda extenderse a otros factores de producción (capitales - servicios - trabajo), aspirando, incluso, a coordinar políticas macroeconómicas y a armonizar ciertas legislaciones nacionales, es un quehacer que necesariamente provocará controversias y problemas de interpretación jurídica. La controversia y aún la crisis, resultan, de alguna manera, consustanciales a esos procesos. Ciertamente no hay que temer la controversia y no es, de manera, alguna, grave que ésta se produzca. El problema crucial es no contar, incluso desde el inicio del proceso, con procedimientos comunes, obligatorios y expeditos destinados a solucionarla.

Si nos detenemos a observar la compleja red de acuerdos parciales y subregionales que se ha configurado entre los países de ALADI desde 1990 a la fecha, contrasta la envergadura económica que proyectan, con el escaso avance institucional que ofrecen, particularmente en materia de solución de controversias. Los diferentes acuerdos de integración suscriptos a partir de esa fecha y la propia ALADI, en el futuro, deberán estar amparadas por normas claras de derecho, o servirán de modelos de nuevos intentos frustrados de entendimientos regionales.

En un artículo de prensa no resulta posible extenderse sobre este particular con la extensión que requiere el asunto. Sólo cabe formular consideraciones generales que puedan resultar válidas para los diferentes esfuerzos de integración que están apareciendo, adaptándolas a la naturaleza de éstos.

Se insiste en la necesidad de que participen de manera efectiva en los procesos de integración, los operadores económicos: empresarios, abastecedores, inversionistas. Pues bien, una manera realmente efectiva de participar, consiste en darles una acción judicial directa para que puedan reclamar de los incumplimientos generados en el desarrollo de los procesos de integración que les hayan provocado daño o perjuicio, sin esperar que sus gobiernos recojan sus planteamientos por la vía diplomática. En esta última, muchas veces prima la consideración estrictamente política por sobre los alegatos jurídicos y el propio gobierno del particular perjudicado podría ser el responsable de incumplimiento. Así, el operador económico debiera ser titular del ejercicio de una acción directa de incumplimiento que pueda ejercer, sea en sus tribunales nacionales, o en determinado organismo público nacional que tenga capacidad para iniciar, automáticamente, el proceso de solución de controversias que se estructure para esos efectos.

Por la complejidad técnica propia de los compromisos derivados de los procesos de integración, las negociaciones de mediación, buenos oficios, conciliación, es preferible que estén radicadas en organismos binacionales, subregionales o regionales especializados. De no resultar aquéllas, la posterior instancia propiamente jurisdiccional, debiera lógicamente, tener fuerza jurídica suficiente para zanjar, sin ulterior recurso, la controversia planteada.

El Tribunal de Justicia propio de las Comunidades Europeas, supone un grado de evolución política que no se percibe aún en América Latina, donde ha sido habitual una alergia al juez internacional, resultando manifiesta toda reticencia a construcciones jurídicas muy elaboradas sobre este asunto. Tampoco parece necesario, por el momento, llegar tan lejos como en Europa. Pero los particulares y aún los estados afectados por incumplimiento, no pueden seguir desamparados, lo cual priva al proceso de la credibilidad que se merece por sus objetivos y por las expectativas que despierte en los operadores económicos.

El Grupo Andino, de manera ambiciosa pero tardía, quiso seguir el ejemplo europeo ¡diez años después de firmado el Acuerdo de Cartagena! cuando el cúmulo de incumplimiento eran tales, que todos los países podían resultar, a la vez, responsables y víctimas. Poner orden en la casa, arriesgaba con desplomar el hogar común.

La existencia de un ordenamiento jurídico claro en un proceso de integración, es la mejor defensa para los particulares y para los países económicamente más débiles. Ello supone instancias jurisdiccionales que velen efectivamente por el cabal cumplimiento de los compromisos contraídos y que puedan dilucidar inevitables dudas de interpretación de las normas comunes. Asimismo, los órganos comunes que generan las decisiones propias del proceso, deben actuar dentro de competencias **explícitas**, bien diseñadas en los acuerdos-marcos respectivos, de tal manera que sus decisiones tengan **una jerarquía jurídica clara** en los ordenamientos legales nacionales.

Fácilmente, podrían entrar en conflicto decisiones emanadas de los órganos encargados de perfeccionar determinado proceso de integración con disposiciones legales internas de los países miembros. De allí, que si no existe un horizonte jurídico divisorio nítido entre las competencias **retenidas** por los poderes públicos nacionales y las que se transfieren a órganos internacionales comunes, el proceso de integración se volverá jurídicamente inestable e incierto. En el caso específico de los acuerdos parciales y subregionales suscriptos entre los países de ALADI, los que se supone serán convergentes al propósito de un mercado común regional, como lo señala el propio Tratado de Montevideo 1980, podría ser conveniente contar, en el futuro, con un mecanismo **común** de solución de controversias. Pero, por el momento, no resulta fácil de entender la carencia de estos mecanismos y la debilidad institucional y jurídica que ofrecen algunos acuerdos parciales y subregionales.

* Embajador. Representante Permanente de Chile ante la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI).

01 . 01
9109060

Expectativa del G-14 por acuerdo en GATT
La Nación
150691
Grupo Cairns 12767
GATT 12599

Agropecuarias

Grupo CAIRNS / GATT

GATT: inquietud por alcanzar un acuerdo agrícola razonable

150691

(F2)

El presidente del Grupo de Cairns y ministro de Comercio Exterior y Desarrollo de Australia, Neal Plewet, coincidió con el subsecretario de Agricultura, Ganadería y Pesca de nuestro país, Marcelo Regúnaga, en que "faltan mensajes políticos claros desde la Comunidad Económica Europea (CEE) como para que pueda finalizar este año con un acuerdo agrícola razonable".

Plewet, quien está realizando una gira por América latina, se reunió el viernes último con el ministro de Relaciones Exteriores, Guido di Tella, y posteriormente con el ministro de Economía, Domingo Cavallo. A ambas reuniones asistió acompañado por el subsecretario Regúnaga.

El funcionario australiano destacó la unidad que existe dentro del Grupo de Cairns, al tiempo que manifestó su preocupación por la falta de "mensajes desde la CEE".

Expresó, además, que observaba que varios países, entre los que mencionó a los Estados Unidos, están tratando de lograr acuerdos bilaterales. "El mundo avanza hacia ese tipo de acuerdos que debilitan el multilateralismo; parecería que se está pensando en que éstos últimos ya no serían beneficiosos", agregó.

"De prosperar esta situación, los países del Grupo de Cairns se verían perjudicados. En acuerdos bilaterales tienen muchas más ventajas los países altamente desarrollados", dijo Regúnaga a LA NACION al ser consultado sobre el tema. "De ahí –continuó– la importancia que adquieren las definiciones políticas desde la CEE".

El funcionario destacó también la relevancia que adquiere la reunión del Grupo de los Siete (países altamente desarrollados) que comienza hoy en Londres, "porque para lograr un acuerdo agrícola urgen definiciones muy fuertes que tienen que provenir de niveles más altos que los de los ministros de Agricultura".

En otro orden, Regúnaga aseguró a Plewet que el desarrollo del Mercosur no va a representar una política proteccionista.

El mercado lanero

En cuanto a las lanas, el funcionario australiano dijo que su país administrará el gran stock que posee de manera de no producir bajas bruscas en el mercado mundial.

Según Plewet, Australia desea deshacerse de su elevado volumen de lanas y para ello estimó que requerirá de cuatro a cinco años como para hacerlo en forma gradual.

"Se administrará la oferta en el mercado, no buscamos perjudicar a nadie, pero de cualquier manera no puedo ser optimista respecto de los precios en estos cuatro o cinco años", dijo el presidente del Grupo de Cairns.

Cuota balance

Regúnaga también dijo a LA NACION que el parlamento europeo aprobó la semana pasada la transformación de la cuota balance (cortes de baja calidad de carne) en una mayor cuota Hilton (cortes de alta calidad y que a nuestro país le conviene exportar).

Aunque todavía está en estudio el volumen de esa cuota balance, se estima que podría ser de alrededor de 4000 toneladas, con lo que de aprobarse esa cantidad la exportación de cortes Hilton ascendería a aproximadamente 21.000 toneladas.

01 - 01

9109061

Deuda Externa Mundial (Porcentajes - cuadro)
A Financiero
160691
Economía Mundial 11189
Deuda Externa 11314
Argentina 10033

Buenos Aires, martes 16 de julio de 1991, Ambito Financiero Pág. 6

El país figura entre los "más gravemente endeudados", según el informe anual del organismo internacional

Mal presagio del Banco Mundial para Argentina

La Argentina figura entre los 20 países de ingreso medio que se encuentran "gravemente endeudados" y con "dificultades para atender el servicio de la deuda externa", según el Informe Anual del Banco Mundial 1991.

De acuerdo con la metodología de la entidad cuando una nación presenta 3 de los 4 **coeficientes clave** por encima del nivel crítico se lo posiciona como a nuestro país.

Los mencionados coeficientes surgen de relacionar el nivel de la dueda externa con las exportaciones y con el Producto Bruto Interno, y el total de servicios de deuda y el pago de intereses con las exportaciones.

Claramente Argentina supera todos los niveles de "país gravemente endeudado" en todos los coeficientes (ver cuadro adjunto).

En la misma categoría se encuentran entre otros Chile, Ecuador, Egipto, Filipinas, Congo, Honduras, Hungría, Marruecos, México, Uruguay, Venezuela, Nicaragua, Perú, Polonia y Senegal (la mitad de ellos pertenecen a Centro y Sudamérica).

• Reto del desarrollo

El Informe 1991 trata el tema de "La tarea acuciante del desarrollo" y sostiene que más de 1000 millones de seres humanos subsisten con menos de un dólar diario. El Banco Mundial considera que el reto que plantea el desarrollo reviste hoy mayor importancia que en el pasado, ya que cerca de 95% del aumento que experimentará la población activa en el mundo ocurrirá en países en desarrollo.

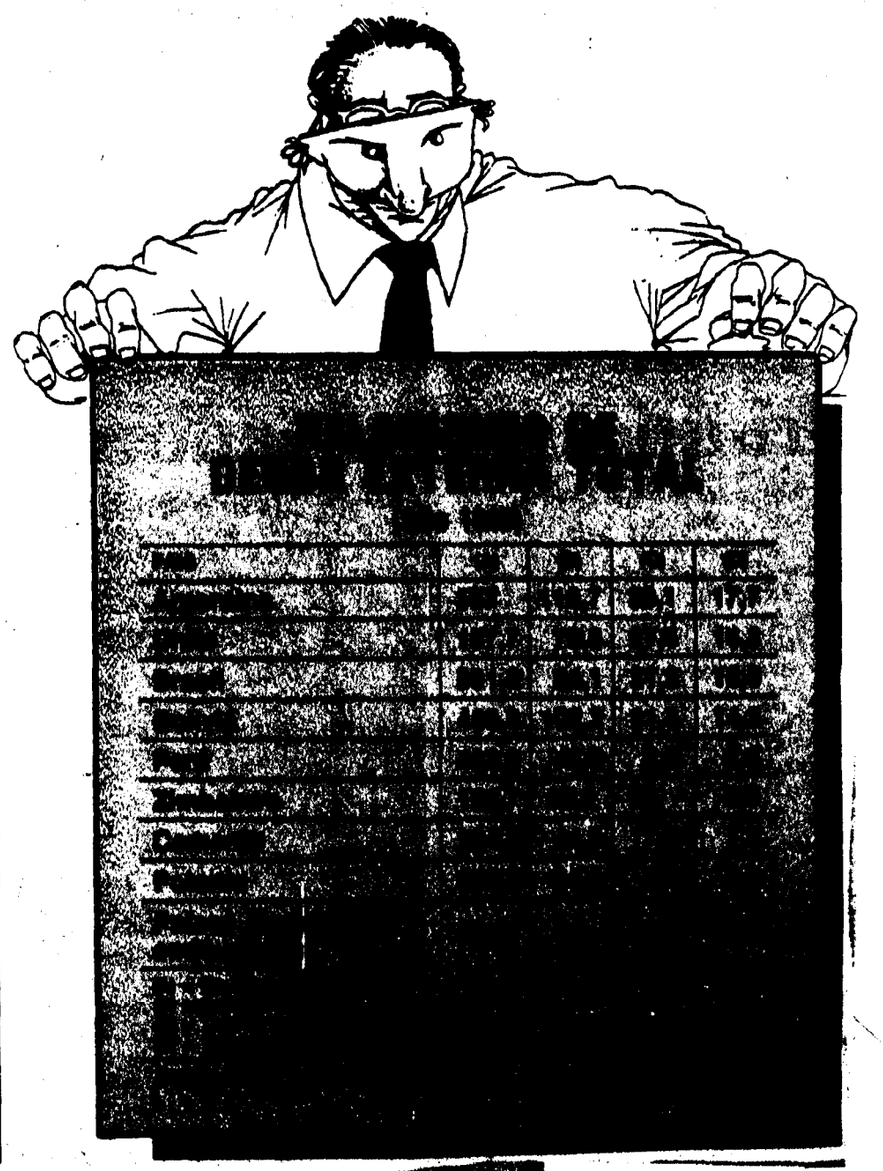
Las recomendaciones del BIRF para los países en desarrollo son:

1) **Invertir en recursos humanos:** los gobiernos deben asignar mayores fondos al desarrollo y bienestar de las personas; 2) **Hacer el entorno más favorable a las empresas:** los gobiernos tienen que intervenir menos en la fijación de precios, eliminar restricciones a la entrada y salida de empresas; 3) **Abrir sus economías al comercio y la inversión internacionales:** esto exige una gran reducción de las restricciones al comercio y la inversión y 4) **Corregir con acierto la política macroeconómica:** la política macro tiene que lograr que los déficit públicos sean bajos y la inflación también y que se establezcan incentivos al ahorro y la inversión basados en el mercado.

• Visión sobre Argentina

En un apartado donde se analizan las experiencias de diversos países sobre la eficacia de las distintas estrategias adoptadas para lograr el desarrollo económico, la visión del BIRF sobre la Argentina (Arg.) es la siguiente:

"A principios de este siglo el ingreso per cápita de Arg. era semejante al de Australia y Canadá, **pero a partir de los años 40 la Arg. ha padecido de inestabilidad macroeconómica crónica y crecimiento lento. La inflación y los repetidos fracasos de los intentos por estabilizar el entorno financiero han desalentado el ahorro y la inversión nacionales. Debido a la falta de estabilidad económica, a la Arg. le ha sido difícil adaptarse al empeoramiento que ha sufrido su relación de intercambio y el problema se ha agravado a causa del alto grado de protección.** Estos fracasos macroeconómicos continuos explican en gran parte la disminución de la tasa de crecimiento de la Arg., que bajó de un promedio de 4% anual entre 1960-73 a 0,8% entre 1973-87."



01 - 01

9109062

Estado Actual de OEA
Mercurio
05/91
OEA
500889

La OEA en el Banquillo

NACIDA hace 101 años, bajo el nombre de Unión Internacional de las Repúblicas Americanas, la OEA (Organización de los Estados Americanos) ha tenido épocas de gloria y de críticas. Actualmente, pasa por un período de cuestionamiento. Hace un tiempo se formó un Grupo de Reflexión para que "pensara" la forma en que está actuando la Organización —que reúne a 35 naciones desde Alaska a Tierra del Fuego— y propusiera alternativas de funcionamiento.

No obstante las críticas —que incluso acusan a la OEA de estar "petrificada y anticuada"—, el organismo sigue operando en los más diversos frentes: salud, medio ambiente, narcotráfico, lavado de dinero, democratización, derechos humanos, entre otros.

Consciente de sus limitaciones, la OEA ha buscado renovarse. En 1948, durante la Novena Conferencia Internacional Americana, realizada en Bogotá, la Organización adoptó su actual nombre y consagró la Carta que le dio al sistema interamericano una estructura jurídica.

Sus metas específicas fueron definidas en julio de 1956, durante una reunión celebrada en Panamá con la presencia de los Mandatarios de las repúblicas americanas. La libertad y la dignidad del hombre, la convivencia pacífica de los pueblos y su desarrollo económico y social, son los objetivos que persigue.

Para poder cumplir a cabalidad con sus finalidades, la OEA reformó su Carta en 1970. Numerosas iniciativas, como la Alianza para el Progreso y el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR), han sido patrocinadas por la OEA. Muchas de ellas fracasaron, pero también hubo otras que dieron resultados, como la pacificación entre algunos países centroamericanos durante la década del 60 y la observación de procesos eleccionarios recientes.

El próximo 3 de junio se realizará en Santiago —en los salones del antiguo Congreso Nacional, la actual Cancillería— la XXI Asamblea General de la Organización de Estados Americanos. El encuentro, que se realizará por segunda vez en nuestra capital —la primera fue en 1976— ha sido definido como "histórico" por las autoridades del organismo interamericano.

Desde hace varios años, el brasileño Joao Clemente Baena Soares ocupa la secretaría general de la OEA. Durante su gestión, la entidad ha crecido y ahora, con el reciente ingreso de Canadá, Guyana y Belice, "todos los países independientes de América integran el sistema", según afirma el propio Baena Soares. El secretario general visitó Chile durante tres días esta semana, para firmar —junto al Presidente Patricio Aylwin— el convenio que ratifica a Chile como sede de la XXI Asamblea.

—La integración es casi un leit motiv continental. A pesar que las iniciativas integradoras no han tenido éxito, hoy se habla de nuevo del tema con optimismo. ¿Pueden abrigarse esperanzas ahora?

—La asamblea que dio origen a la OEA —bajo el nombre de Unión Panamericana— hace más de cien años, ya hablaba de formar una unión aduanera. Yo espero que no habrá que esperar otro siglo para que el sueño se concrete. Hoy las condiciones son propicias para una integración, porque hay una mayor madurez en nuestros países, las realidades económicas son otras, existen presiones para que el desarrollo económico y la justicia social sean llevados a cabo. Todo eso crea un marco para la deliberación política en materia de integración. Las bases son más sólidas: de un lado hay una voluntad política y, por otra parte, el empresariado también ha entendido que la integración le es útil. Hoy, la iniciativa privada y la política convergen y eso permite abrigar esperanzas acerca de las nuevas tratativas de integración.

—¿Por qué los intentos anteriores no dieron los resultados que se esperaban?

—Tal vez porque las iniciativas partieron de definiciones abstractas, sin tomar en consideración los aspectos prácticos del proceso. Ahora es a la inversa: partimos de las realidades para llegar a las formulaciones jurídicas y teóricas. Además, hay que reconocer que hoy existe mucha más conciencia que antes sobre la necesidad de estar unidos.

—¿Qué factores definen esa necesidad?

—Existe hoy una mayor homogeneidad y una aproximación más intensa entre nuestros países. Hay problemas que nos son comunes y que nos hacen padecer de realidades dramáticas, como por ejemplo el asunto de la deuda. Una multiplicidad de factores es la que finalmente nos hace decir que las condiciones de hoy son muy favorables para la integración.

—La deuda externa es un problema común. ¿Ha sido bien tratado? Se lo pregunto porque vemos cómo a Polonia y a Egipto les son perdonados compromisos y nada de eso ocurre con América Latina. ¿Por qué esa preferencia?

—Esa es la pregunta que yo le hago a los acreedores. No encuentro ninguna explicación razonable para tratar a Polonia distinto de los países latinoamericanos. Dicen que Polonia está construyendo su democracia; nosotros estamos haciéndolo desde antes que los polacos. La misma filosofía que permitió que parte de la deuda de ese país fuese condonada, debería aplicarse con los compromisos de las naciones latinoamericanas.

—¿Europa Oriental está antes que América Latina en la lista de prioridades de los acreedores?

—Evidentemente. Eso es un problema para nosotros. Y también un desafío, pues debemos hacer sentir nuestra presencia en todo el mundo. América Latina sale en los periódicos y la televisión de los países desarrollados sólo cuando se produce una crisis. Es necesario cambiar este interés por las crisis por un interés por la normalidad. Tenemos que estar de moda, no por situaciones críticas, sino por la normalidad que vivimos.

Vengo de visitar Europa y Japón y vivo en Washington. El principal asunto allá es Europa Oriental y algunos países asiáticos y africanos. América Latina es ignorada. El deber es nuestro. Tenemos que hacer algo, dentro de nuestro foro natural, que es la OEA.

La iniciativa Bush

—Dentro del marco de la integración económica figura la Iniciativa para las Américas del Presidente Bush, que será analizada en la Asamblea de junio en Santiago. Sin embargo, la Iniciativa no ha sido profundizada y se la ha criticado por eso.

—Hay algunos puntos que deben ser profundizados y otros que esperan por respuestas de América Latina. Es una propuesta que tiene muchos ingredientes —inversiones, comercio, deuda, medio ambiente. Pero la idea necesita un comentario, una contrapropuesta de parte de los países latinoamericanos. Además, hay puntos que el propio Congreso de Estados Unidos debe definir. La Iniciativa naturalmente no es un mecanismo acabado y completo, pues se vivificará con los aportes y las sugerencias que nuestros países hagan llegar. Para lograr el objetivo, es útil incentivar un diálogo que aclare as-

01 . 03

9109063

pectos oscuros. En la OEA, la propuesta está siendo estudiada y profundizada. El objetivo de todos los esfuerzos es lograr un mecanismo provechoso y de aplicación práctica.

—¿Por qué Estados Unidos se interesa ahora en cooperar con América Latina? Antes se limitaba a enviar ayuda y a inyectar fondos, pero no se comprometía en un intento cooperador.

—Los tiempos han cambiado, al igual que las actitudes mutuas entre Washington y los países al sur del Río Grande. La propuesta de Bush no ofrece ayuda, sino colaboración para crear una nueva relación. Esta no se puede esperar en el corto plazo, porque debemos enfrentar en nuestra región dificultades claras, como por ejemplo la abismal diferencia en el desarrollo de las naciones del hemisferio.

—¿Lo que busca Estados Unidos es asegurar una zona de influencia política y económica?

—Es un poco difícil establecer con nitidez lo que se entiende por zona de influencia en un mundo cada vez más interdependiente...

—Me refiero a un bloque económico y político.

—Tal vez lo que sí busca es la creación de un espacio económico. Yo no hablaría de un bloque político. Lo que está apareciendo en América son espacios regionales: uno entre Estados Unidos, México y Canadá; otro aquí, con el Mercosur; otros más en Centroamérica y el Caribe. Son espacios que se están creando en subregiones de nuestro continente. En definitiva, estos espacios podrán ser sumados en el futuro, de acuerdo a sus experiencias. Pero yo no hablaría de bloque político.

—Por un lado es útil para América Latina la cooperación con Estados Unidos. Pero, ¿no es también un riesgo?

—Antes que nada, en primer lugar, los países latinoamericanos deben integrarse entre ellos, para poder hablar con mucho mayor peso, no sólo con Estados Unidos, sino asimismo con Canadá, que también integra el Grupo de los Siete, la comunidad de los países más ricos del planeta.

Para poder conversar con ellos, es necesario que nos integremos. En la medida en que haya mayor integración, nuestra presencia será más fuerte.

—¿No resulta peligroso asociarse con un país que ha enviado fuerzas militares para derrocar a gobiernos de la región, incluso en un pasado muy reciente?

—Las cosas están cambiando mucho, no sólo de nuestro lado, sino también del lado norteamericano.

—¿Usted cree que Estados Unidos no se encuentra en condiciones de intervenir militarmente de nuevo en algún país latinoamericano que resulte incómodo para sus intereses?

—En lo que se refiere a un proceso de integración, cuantos más intereses económicos entrelazados existan, menor será el riesgo de una intervención. Es necesario que nosotros mismos le demostremos a Washington que es del interés del propio progreso económico norteamericano que el continente entero se desarrolle. La interdependencia de intereses debe afirmarse. Y ésta es biunívoca, en doble sentido. Cuando hay beneficios, éstos son mutuos, compartidos.

Debe quedar claro que lo que se ha de dar entre Estados Unidos y América Latina es la cooperación estrecha. La integración es un destino para los países latinoamericanos entre sí.

La OEA, cuestionada

—Usted dijo en Montevideo a principios de semana que la OEA pasa por su mejor momento. Sin embargo, hoy se le hacen muchas críticas a la Organización. Se la acusa de perder liderazgo.

—Es necesario que la gente se informe mejor acerca de la labor de la OEA. Yo digo que la Organización se encuentra en su mejor momento porque está discutiendo los temas de actualidad: la cooperación democrática, los derechos humanos, el medio ambiente, la Iniciativa para las Américas, el narcotráfico. Son tópicos candentes, que afectan el diario vivir de nuestras naciones. La OEA está en la discusión sobre ellos, buscando mejorías y soluciones.

—Se formó hace un tiempo un Grupo de Reflexión, que estudió el quehacer de la OEA. Uno de sus integrantes, el senador chileno Gabriel Valdés, dijo que "la Organización de los Estados Americanos está muy petrificada, anticuada".

—No es eso lo que se refleja en la conclusión que emitió el Grupo de

(Continúa en la página D 8)

9109063

La OEA en el

(Viene de la página D 7)

Reflexión. Después del Protocolo de Cartagena (1970), la OEA ha ido evolucionando y sus mecanismos son flexibles. Creo que políticamente la OEA está actuando. En todo caso, cualquier organización se fortalece en la medida en que es utilizada. Y creo que la OEA está siendo utilizada por sus afiliados.

—Pero hay procesos que se están dando al margen de la OEA, como, por ejemplo, el Mercosur o el Grupo de Río.

—Esas entidades tienen objetivos absolutamente compatibles con la Organización de Estados Americanos. El Grupo de Río no es un organismo contrario, adverso o rival de la OEA. Es un grupo de concertación política de países. Pero la expresión de esas naciones en el ámbito regional va a expresarse dentro de la OEA.

—Sin embargo, por ejemplo, en la última ronda de conversaciones en Bruselas, el Grupo de Río fue el que llevó la postulación latinoamericana ante la Comunidad Económica Europea.

—La OEA estuvo allí. Lo que pasa es que lo que la Organización no puede hacer es negociar. Pero no hay que entender al Grupo de Río o al Mercosur, por citar algunos, como entidades incompatibles con la OEA. Hay una gran confusión, porque ésta es un foro para la armonización de intereses. Si algunos países se reúnen en un grupo subregional, ellos tienen que manifestar los resultados de su concertación en algún espacio concreto: a nivel americano, en la OEA.

Además, estos grupos tienen como función negociar. La OEA no es un organismo para negociaciones, sino que es un lugar para el diálogo y las conversaciones entre sus afiliados.

—Es decir que la OEA conversaría y analizaría los temas que eventualmente el Grupo de Río podría discutir con otros interlocutores externos.

—Sí. Pero hay que hacer notar que la gran riqueza diplomática de la OEA es que permite sentar en una misma mesa a dos de los más ricos países del mundo —Estados Unidos y Canadá— con naciones de mucho menor desarrollo, en igualdad de condiciones. Esto tiene una gran importancia que se ha traducido en beneficios prácticos para nuestro continente.

—También se le critica a la OEA la falta de liderazgo político.

—La Organización no ha extraviado su rol político. Prueba de ello es el papel que está jugando ahora mismo en la solución del problema centroamericano. También hace observaciones electorales en todo el continente, inició el debate ambiental, analiza los alcance de la Iniciativa Bush, al igual que el problema del narcotráfico, proponiendo líneas de acción. No veo dónde está la falta de liderazgo que se critica. Lo que sucede es que la OEA no puede tomar decisiones por los países, naturalmente.

—La Asamblea de Santiago fue definida hace un tiempo por William Douglas —presidente del Consejo Permanente de la OEA— como "histórica". Habló también del "relanzamiento de la Organización". ¿A qué se refería?

—Hemos realizado muchos estudios y tenemos conclusiones y evidencia práctica sobre los problemas que aquejan al continente. Esta asamblea es el momento de reunir este material y hacer una prospección de la OEA para el futuro. Lo que se espera es que todo esto se transforme en un relanzamiento de la Organización, completamente liberada de los estereotipos del pasado.

—Una crítica generalizada que se les hace a los organismos multilaterales —entre ellos a la OEA— es que siempre van detrás de los acontecimientos...

—Uno de nuestros futuros objetivos debe ser anticiparnos a los problemas. En general, los organismos internacionales van detrás de los acontecimientos porque es después de las crisis cuando se piden las soluciones. La prevención es una de las finalidades más difíciles de lograr para cualquier entidad, pero igual hay que orientar los esfuerzos hacia ella.

—Un tema que siempre sale a flote en las Asambleas de la OEA es el de la mediterraneidad boliviana. ¿Deben ventilarse problemas bilaterales en la OEA?

—El punto ha estado en las agendas anteriores y ahora también figura. Lo que puedo decirle es que el año pasado fue considerado el tema en un ambiente de cordialidad y espero que eso también ocurra aquí en junio.

—Pero, ¿debe tratarse un tema bilateral?

—Cualquier país puede proponer un tema para la Asamblea y la forma en que éste sea tratado es algo que escapa a las facultades del secretario general.

03 . 03

9109063

Dudosa vigorización de la OEA
El País
150691
OEA
5008.89

Montevideo, Sábado 15 de Junio de 1991

DUDOSA VIGORIZACION DE LA OEA

AL término del XXI período ordinario de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos realizada en Santiago de Chile, nuestro canciller, Héctor Gros Espiell, a cargo de las palabras de clausura de la reunión, manifesto que "la OEA ha salido fortalecida en ocasión de celebrarse la mayor Asamblea realizada en la historia de la Organización".

Joao Baena Soares, Secretario General, indicó que, "al aprobarse tanto el compromiso de Santiago como la resolución de la defensa de la democracia en los países miembros, se advierte la revitalización de la OEA".

COMO recalcitrantes defensores del protagonismo de la OEA que siempre hemos sido, afirmando por ejemplo el "try OEA firts" (que se traten los conflictos primero en el ámbito de la organización interamericana), no nos sentimos tan animados.

Más nos parece que se ha reiterado una fraseología escuchada antes y repetida muchas veces, la cual no induce a ver fortalecida o revitalizada la organización.

La Resolución de defensa de la democracia representativa señalada como resultado principal de la reunión, si bien es loable en su espíritu y propósito, no vemos que aporte elementos nuevos, consistentes, al orden jurídico interamericano.

Reafirma la democracia representativa como condición indispensable para la estabilidad, la paz y el desarrollo de la región. Establece como propósito fundamental, "promover y consolidar la democracia representativa", "dentro del respeto al principio de no intervención". Como acción concreta, instruye al Secretario General que solicite la convocatoria inmediata del Consejo Permanente, "en caso de que se produzcan hechos que ocasionen una interrupción abrupta o irregular del proceso político institucional democrático o del legítimo ejercicio del poder por un gobierno democráticamente electo". Para examinar la situación y decidir, se podrá convocar reunión de Ministros de Relaciones Exteriores quienes analizarán los hechos y adoptarán las decisiones que estimen apropiadas, conforme a la carta y el derecho internacional.

LA propia Carta de la OEA establece ya que, "la solidaridad de los Estados Americanos y los altos fines que con ella se persiguen, requieren la organización política de los mismos sobre la base del ejercicio efectivo de la democracia representativa".

Reuniones de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores, "con el fin de considerar problemas de carácter urgente y de interés común" (art. 39 de la Carta), prueba que no hay mucho de novedoso en la convocatoria a los Ministros aludida en lo ahora dispuesto.

Y recordando antecedentes, en 1959 se aprobó también una Declaración de Santiago sobre Democracia Representativa, movida por la situación en Cuba, en la cual se dijo, entre otras cosas, que "los Estados Americanos con el fin de fortalecer las instituciones democráticas deben cooperar entre sí en la medida de sus recursos" y que "los Gobiernos de las Repúblicas Americanas deben surgir de elecciones libres".

De haber desembocado la Resolución de la XXI Asamblea en una acción automática en casos de interrupción abrupta o irregular de procesos políticos democráticos, habría algo más de lo conocido. Un algo más a analizar detenidamente para establecer si sería bueno o no, a sabiendas de que la historia, las circunstancias pasadas, superadas, hablan de que ni la tesis de Alberto Guani a través del Comité de Defensa de la Democracia ni la del líder venezolano Rómulo Bentancurt, por la ruptura de relaciones o el condicionamiento del reconocimiento diplomático, hicieron obra positiva y en los hechos quedaron relegadas.

Estamos según el tenor de esta Resolución en 1991, como siempre, detrás del respeto al principio de no intervención y el análisis de las situaciones para, "adoptar las decisiones que se estime apropiadas".

LA resolución comentada no encontró espacio para apuntar a la organización de un sistema de protección internacional de los Derechos Humanos que, valor aceptado incluso por parte de quienes más se aferraron a la no intervención, no sería violatoria del principio de la no intervención por cuanto, como lo escribió Gros Espiell en un estudio sobre, "El Uruguay y la Protección Internacional de los Derechos Humanos", "el principio de la no intervención surgió y se desarrolló como condena a una intevención, a una acción individual o colectiva, ejecutado ilícitamente, al margen del derecho" y lo reafirmó el ilustrado compatriota en aclaración publicada por EL PAIS, viernes 14 de junio, al referirse a sus pensamientos sobre el tema de la protección internacional de los derechos humanos, "cuando se plantea en términos correctos, la imposibilidad de oponerle la excepción de la reserva de jurisdicción interna o el principio de no intervención".

El texto que logró el consenso de la Asamblea hubiera ganado mucho en sustancia, superando la mera referencia a la no intervención y recoger esa evolución en materia de derechos humanos, régimen de libertad democrática y no intervención que es un hecho avalado por la nuevas circunstancias, la gestión de las Comisiones de Derechos Humanos que actúan en la OEA y en la ONU y en la CEE como por los acontimientos en el Oriente, en defensa de Kuwait primero y de amparo a los Kurdos después.

La Doctrina Larreta, como se conoce el documento puesto a consideración de las Cancillerías americanas por el entonces ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay, Eduardo Rodríguez Larreta, ha andado mucho camino desde 1945 en que nació.

Mayoritariamente resistida entonces, acusada de "echar por tierra el principio de no intervención", al propiciar la intervención colectiva contra régimenes no democráticos, su principismo relativo a la acción multilateral en defensa de los principios democráticos es lo que alentó la iniciativa considerada en Santiago y que en definitiva quedó cercenada por los viejos fantasmas.

Cuando surgió la Doctrina Larreta y las posturas de Rómulo Bentancur o Alberto Guani como más adelante lo hizo en varias resoluciones la Organización Interamericana en su seguimiento del caso Cuba, muchas eran las situaciones políticas de la región que se amparaban en la no intervención para evitar que metieran las narices en sus cosas y les dejaran las manos libres para cercenar todos los derechos.

La actualidad muestra un panorama felizmente, muy distinto. La democracia con las libertades fundamentales y el respeto humano se ha extendido a lo largo y lo ancho del continente. Por ello, aunque no se vislumbran peligros que tampoco pueden descartarse, parecía tiempo propicio para incorporar a la defensa de la democracia representativa, la nueva dimensión de lo que debe guarecerse como no intervención, y el espacio donde puede actuar la acción colectiva mediante un sistema organizado de protección internacional.

DURANTE los trabajos de la Asamblea fue objeto de unánime apoyo la Iniciativa de las Américas, del presidente Bush, un plan de medidas para la preservación a escala continental del Medio Ambiente y se le dio relieve a la propuesta del presidente Lacalle en cuanto a la creación de un Mercado Común del Conocimiento.

El Foro de la OEA de Intercambio de Conocimiento Científico y Tecnológico quedó encargado de convocar una Reunión de Universidades y Centros de Investigación para examinar competencias, objetivos y mecanismos del referido Mercado Común.

La reunión se llevaría a cabo según resolución, en nuestro país en 1992 y ello fue un espaldarazo significativo para una idea que a conciencia de los desafíos de la evolución mundial, asigna alta prioridad a la cooperación interamericana para crear condiciones favorables a la promoción y difusión del conocimiento científico y tecnológico.

91 09064

Firma de acuerdo 4+1
La República
900691
MERCOSUR/R2781
EEUU 15890

Lacalle envió una misiva de felicitación a Bush

Firmaron acuerdo entre EEUU y el Mercosur para [illegible] relaciones comerciales y financieras

Washington (AFP)

Los presidentes George Bush y Fernando Collor de Mello fueron testigos de excepción en la ceremonia de firma de un "acuerdo-marco" de comercio entre Estados Unidos y los cuatro países comprometidos a [illegible] para fines de 1994 el Mercado Común del Cono Sur (Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay), que se realizó ayer.

Los documentos fueron suscritos [illegible] por la [illegible] de Comercio Exterior de Estados Unidos, Carla [illegible] Canciller de Relaciones Exteriores de Argentina, [illegible] Brasil, Francisco Rafael Guglialmelli, Uruguay, Héctor Gros Espiell, [illegible] Paraguay, [illegible] respectivos.

Collor de Mello, en el segundo día de una visita oficial que termina hoy, dijo que el acuerdo con Estados Unidos muestra la determinación de los miembros del Mercosur de reducir las barreras comerciales y participar en la economía global, y Bush [illegible] como un paso [illegible] Consejo de Comercio e Inversiones que estudiará las oportunidades para expandir las relaciones comerciales y financieras entre los cinco países y negociará los acuerdos específicos que fueren necesarios.

Estados Unidos ya suscribió ocho acuerdos bilaterales del mismo tipo con países de América Latina desde que Bush lanzó la IPA, pero el de ayer fue el primero acordado con un grupo de naciones.

Carla Hills dijo que el acuerdo con el Mercosur, y los otros ya firmados, son "los primeros pasos hacia el establecimiento de relaciones comerciales más igualitarias y recíprocas con nuestros vecinos hemisféricos".

Estimó asimismo que el "notable progreso" hecho durante el primer año de la IPA "testimonia el compromiso de estos países con las reformas económicas, la liberación del comercio y la democracia".

SALUDO DE LACALLE

El presidente de la República, [illegible] países del Mercosur (Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay) y los Estados Unidos.

El llamado acuerdo "4+1" es considerado la base para futuras acciones de liberalización del comercio y la remoción de trabas que faciliten las inversiones.

En una carta dirigida al jefe de Estado norteamericano, el presidente Lacalle tras felicitar a su colega le recuerda cuando "hace un año el mundo escuchó de Ud., Señor Presidente, la propuesta de la Iniciativa de las Américas".

Tras calificar dicha actitud de "histórica", Lacalle explicó que dicha iniciativa "representó una propuesta de cambio cualitativo en las relaciones de los Estados Unidos con el resto del continente americano".

A continuación subrayó que "hoy como ayer sigo creyendo que es ésta la verdadera senda para el aumento y mejor distribución de la prosperidad en nuestras naciones y en beneficio de nuestros pueblos".

Al tiempo que formuló votos para que el acuerdo "sea nada más que un paso en el proceso que Ud. ha iniciado y que compartimos plenamente", el presidente Lacalle —en nombre del gobierno y el pueblo del Uruguay— se adhirió a los sentimientos "que seguramente dominarán a quienes suscriben hoy tan histórico documento".

Lacalle felicitó a su par norteamericano mediante una carta.

"He dicho que no", dijo enfáticamente

Braga descartó que se estudie una reforma tributaria acordada con el Fondo Monetario

El ministro de Economía y Finanzas contador Enrique Braga descartó que Uruguay esté estudiando una reforma tributaria con lineamientos del Fondo Monetario Internacional. Braga concurrió el martes a la Comisión de Asuntos Internacionales [illegible] vo en dicha comisión tal especie.

"Si el doctor Valdez Costa tiene publicaciones fidedignas hace bien en decir lo que dice". Ante la consulta de la versión oficial del gobierno uruguayo en torno al tema, Braga respondió: "desmentir una versión de ese tipo sería pasar desmintiendo, [illegible]

situación del Hospital de Clínicas.

Si bien el titular del equipo económico de gobierno admitió que se analiza la posibilidad de generalizar el IVA, desestimó que ello pueda instrumentarse rápidamente.

"Hemos estado buscando [illegible]

Al referirse a la ley de urgencia que el Ejecutivo remitiera a los principales líderes políticos y que propone vías de solución a la problemática surgida en torno al desfinanciamiento del sistema de la seguridad social, Braga negó que se constituya en un nuevo ajuste fi[illegible]

PARTES ILEGIBLES

01.01 9109065

Opinión de Canciller uruguayo sobre Uruguay en MERCOSUR
La República
Junio/91
MERCOSUR 12781

La República

junio de 1991

El canciller uruguayo se definió como un "liberal integral"

Gros: "Nadie sueña con un capitalismo salvaje; pero sí en la libertad como base del futuro económico"

El ministro de Relaciones Exteriores, doctor Héctor Gros Espiell, al participar ayer del encuentro de trabajadores de los países del área del Mercosur y la hidrovía afirmó que "en el Uruguay nadie sueña con promover el capitalismo salvaje, pero se pretende que la libertad sea la base del futuro económico". El ministro se autocalificó como un "liberal integral", indicando que hay que mantener relaciones con todos los países del mundo y precisando que en este momento "no hay regalos sobre los cuales pueda construirse el desarrollo".

El ministro de Relaciones Exteriores indicó que "el gobierno del Uruguay, ha aceptado el desafío de jugar el futuro del país a un intenso proceso de integración económico de la subregión platense, porque sin ese proceso no podríamos salir de una situación de estancamiento y de frustración. Gros recordó una frase de Carlos Quijano cuando señaló que "un país es una tradición y un proyecto". La tradición la tenemos, el proyecto es de desarrollo humano integral, pero a escala subregional, afirmó el secretario de Estado.

El canciller puntualizó que "inmersos en este proceso de integracion en el cual nos jugamos el mañana de todos, el de nosotros y el de nuestros hijos, el gobierno uruguayo desde el primer momento ha dicho y reafirmado que la decisión de constituir el Mercado Común del Sur, donde la hidrovía sea la gran estructura material básica de comunicación de este mercado subregional, supone la acción de consenso y la coparticipación de todas las fuerzas sociales. No es un proyecto gubernamental, sino un proyecto del país entero, pero eso desde el primer

momento, en julio del año pasado cuando se empezó a dibujar, lo que culminaría en el Tratado de Asunción, el gobierno hizo consultas con todos los sectores sociales, no solamente con los políticos, porque esto es un proyecto nacional".

El ministro Gros calificó la política del gobierno en este sentido como "firme, constante e invariable", sosteniendo que ella se mantiene. "En todas las etapas de constitución del Mercosur, la actividad pública, la actividad privada, los partidos políticos, todas las fuerzas sociales, los trabajodores, los empleadores, no serán solamente consultados, sino que participarán en el proceso de toma de decisiones. El decreto del 1º de abril de este año, el mismo día que se envió el mensaje al Parlamento pidiendo la aprobación del Tratado de Asunción, se constituye esa comisión sectorial, prevista por el artículo 230 de la Constitución, con representantes de los trabajadores. Si eso es así en el Mercosur, también lo será en todo lo relativo a la hidrovía", aseguró el canciller.

Por otra parte, el ministro de Relaciones Exteriores dijo que "la experiencia de los últimos años demuestra que nuestro desarrollo debe ser el resultado de nuestro esfuerzo y de nuestro trabajo. No podemos esperar dádivas de afuera. Tenemos que mantener relaciones de cordialidad, de cooperación, de amistad, de solidaridad con todos los países del mundo, pero debemos darnos cuenta que el desarrollo solamente puede ser en un porcentaje abrumadoramente grande, fruto del esfuerzo y del trabajo nuestro. Sin nosotros no puede haber futuro, porque no hay regalos sobre los cuales pueda constituirse el desarrollo".

Gros precisó que "en este proyecto, en toda la política económica y social que sigue el gobierno, nos basamos en el trabajo, en la lucha por un comercio internacional libre, no discriminatorio, sin subsidios. No queremos dádivas, no queremos regalos. No nos arrastramos para pedir préstamos, sino que queremos condiciones objetivas y justas de comercio y acceso a los mercados en condiciones de que nuestro trabajo pueda ser fructífero y pueda generar progreso y justicia".

El ministro dijo que no se considera neoliberal, precisando que "es un error hablar de neoliberalismo. Me considero sí un liberal, pero un liberal integral, no un liberal en lo económico que olvida que sin libertad política, sin libertad civil y sin libertad individual, de muy poco vale la libertad económica. La libertad es una y comprende y se proyecta en toda la actividad social, porque sin libertad no hay dignidad".

Gros Espiell destacó que lo fundamental es el hombre, la dignidad humana, el trabajo como valor supremo, afirmando que "eso sólo puede lograrse dentro de una concepción integral de la libertad. No es obviamente, haciendo una religión del mercado, ya que él es un elemento indispensable del proceso

Canciller Gros Espiell

económico, pero no el único. Lo que sí es indispensable es el respeto del hombre y su dignidad. En el Uruguay nadie sueña en promover un capitalismo salvaje, pero lo que sí se puede es que la libertad, proyectándose en el campo económico y social, en el campo individual, sea la base de un futuro económico en el cual el hombre sea el centro, el motor, pero al mismo tiempo sea el recipiendario de la riqueza, el desarrollo y el progreso".

9109066

Firma del Acta de Bs. As.
El País
100691
MERCOSUR 12781

Hacia un Desarrollo Armónico y Homogéneo del Sector

Acta de Buenos Aires Reafirma Voluntad Integracionista de Entidades Rurales de la Región

DESDE BUENOS AIRES

Por nuestro Enviado Especial **JAVIER PASTORIZA**

BUENOS AIRES (por Javier A. Pastoriza, enviado especial de EL PAIS Agropecuario).— A lo largo de dos jornadas, representantes de las principales entidades gremiales privadas de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y de nuestro país, sentaron opinión sobre los negocios subsidiados, intercambiaron información sobre los aspectos macroeconómicos de cada país en el marco de la integración del sector agropecuario, avanzaron en la decisión de diseñar un banco conjunto de datos y presentaron en detalle la estructura tributaria que afecta al sector en cada uno de ellos.

Pero también, establecieron una estructura orgánica de funcionamiento, bajo la denominación Asamblea de Organizaciones Empresariales Silvoagropecuarias de América del Sur, definitivamente enmarcadas a través de lo que se llamó "Acta de Buenos Aires". La misma establece lo siguiente:

"En la línea de pensamiento y acción concebida en la reunión efectuada en Montevideo, Uruguay, durante los días 7 y 8 de marzo pasado, en orden a configurar una instancia que permita analizar los acentuados cambios que se observan en el mundo en los ámbitos económico, tecnológico y comercial y conscientes de la imperiosa necesidad de mantener respecto de ellos una visión amplia y compartida que permita, en la medida de lo posible, tener una posición y conducta comunes, se reunieron en Buenos Aires, los días 6 y 7 de junio de 1991 representantes de las principales organizaciones gremiales empresariales silvoagropecuarias de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, los que tras un detenido análisis coincidieron en la conveniencia de dar a estos encuentros una indispensable estructura orgánica, acordando sobre el particular lo que se consigna más adelante en el presente instrumento.

Primero: Estas reuniones, cuyo objetivo es el de constituir una instancia de contacto, intercambio de información y coordinación de ideas y acciones relacionadas con el desarrollo del sector silvoagropecuario, se efectuarán en el marco de una estructura orgánica de hecho, la que para el sólo efecto de su identificación se la denominará Asamblea de Organizaciones Empresariales Silvoagropecuarias de América del Sur, en adelante en este documento, simplemente la Asamblea.

Segundo: Podrán integrarse a la Asamblea las entidades gremiales empresariales privadas de los distintos países de América del Sur de carácter nacional y que sean representativas de todos los sectores productivos que conforman la actividad silvoagropecuaria del respectivo país.

En virtud de ello podrán formar parte de la Asamblea, además de las entidades que concurran a su creación, entendiendo por tales las que firman la presente Acta, aquellas que reuniendo las características señaladas en el párrafo precedente, soliciten su incorporación y sean admitidas por la unanimidad de los miembros de la Asamblea.

Tercero: La Asamblea tendrá, entre otros, los siguientes objetivos:

—Promover la coordinación e intercambio de informaciones y experiencias sobre materias de interés común, relacionadas con el desarrollo de la actividad silvoagropecuaria;

—Establecer y fortalecer los vínculos entre las organizaciones gremiales empresariales que la conforman.

—Procurar un desarrollo armónico y homogéneo de la actividad silvoagropecuaria de los países a que pertenecen sus miembros, basado en los principios de la propiedad privada y la libre iniciativa, en el contexto de una economía de mercado.

—Fomentar la modernización y eficiencia de las estructuras y técnicas de las empresas silvoagropecuarias.

—Propender al desarrollo social, cultural y técnico del sector rural.

Cuarto: Para la realización de sus objetivos la Asamblea podrá:

—Realizar reuniones de sus miembros, organizar conferencias y elaborar informes y estudios.

—Analizar y proponer soluciones a los problemas existentes y emprender proyectos conjuntos.

—Acordar y coordinar acciones comunes en asuntos de interés para el sector silvoagropecuario.

Quinto: —Corresponde a los miembros de la Asamblea, sin perjuicio de otras facultades, las siguientes:

—Participar en todas las actividades que se realicen.

—Intervenir en las reuniones y tomar parte en las deliberaciones y acuerdos que se puedan adoptar.

—Formular peticiones, proponer proyectos y sugerir iniciativas enmarcadas en el ámbito de los objetivos de la Asamblea.

—Patrocinar el ingreso de nuevos miembros.

—Proponer la realización de una reunión de la Asamblea.

—Proporcionar los antecedentes e informes que la Asamblea pueda requerir para concretar alguna iniciativa.

—Efectuar los aportes financieros que se acuerden para llevar a cabo las iniciativas que emprenda la Asamblea.

Sexto: La Asamblea se reunirá, a lo menos, semestralmente, pudiendo hacerlo con antelación cuando circunstancias de importancia e interés de sus miembros así lo requieran.

Al término de cada reunión la Asamblea acordará la fecha y el país en que se celebrará el encuentro siguiente, como también la o las entidades miembros que tendrán a su cargo la realización del mismo, tarea que éstas llevarán a cabo en estrecha relación con la Secretaría General.

Séptimo: A las reuniones de la Asamblea podrán asistir todos sus miembros, representados por un máximo de dos personas.

Octavo: La Asamblea contará con una Secretaría General, la que estará radicada y será desempeñada por el miembro que se acuerde, por un lapso renovable de tres años.

Noveno: Corresponde a la Secretaría General, entre otras, las siguientes tareas:

—Llevar a cabo las labores organizativas y administrativas de la Asamblea.

—Concurrir a las reuniones de la Asamblea.

—Llevar el registro de los miembros y el libro de actas de las reuniones.

—Proponer programas generales de trabajo y confeccionar la tabla de materias de cada reunión.

—Realizar las tareas de coordinación entre sus miembros.

—Colaborar con la entidad encargada de organizar la reunión de la Asamblea.

—Centralizar y distribuir entre los miembros la correspondencia que reciba o despache.

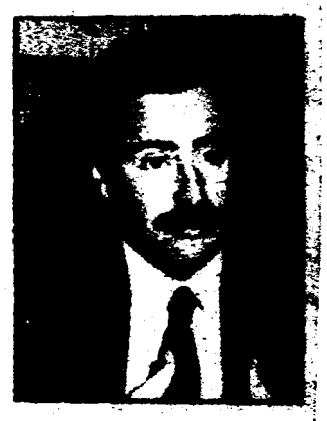
Décimo: La reunión de la Asamblea será presidida por el presidente, o quien lo subrogue, de la o las entidades encargadas de su organización".

PRIMERA REUNION EN URUGUAY

Firmaron el referido documento la Sociedad Rural CORRIENTES, la Federación Agraria y las Confederaciones Rurales, todas de Argentina; la Organización de las Cooperativas, la Sociedad Rural y la Confederación Nacional de Agricultura de Brasil; la Sociedad Nacional de Agricultura y la Asociación Gremial Nacional la Voz del Campo de Chile; la Asociación Rural de Paraguay y la Asociación Rural, la Federación Rural y las Cooperativas Agrarias Federadas de Uruguay.

Asimismo se estableció que la próxima reunión, prevista para el mes de noviembre, se lleve a cabo en nuestro país.

Precisamente la Asociación Rural, a través de su Presidente, Carlos Enrique Gasparri, ejercerá la Secretaría General de la novel institución.



Carlos E. Gasparri.

01.01 9109067

Prensa del Senado 4+1
La Prensa
200691
MERCOSUR 12781
EEUU 65890

Firman EE.UU. y el MERCOSUR el convenio sobre comercio

Washington (ANSA y UP) — Estados Unidos y los cuatro países que conforman el MERCOSUR suscribieron ayer en la Casa Blanca un acuerdo para promover el comercio y la inversión, que puede ser el preámbulo de la negociación de un Tratado de Libre Comercio (TLC).

"Es una ocasión para que estemos orgullosos. Vemos a este acuerdo como muy significativo", declaró el presidente norteamericano, George Bush, quien bautizó el pacto como "acuerdo del jardín de las rosas", en alusión al lugar de la Casa Blanca donde se firmó.

Bush recordó que el "Rose Garden" ha sido escenario de históricos eventos y consideró el pacto como "un nuevo punto de partida" para las relaciones entre Estados Unidos y los países del Cono Sur.

El presidente había invitado a la ceremonia a su colega brasileño, Fernando Collor de Mello, y el acuerdo-marco fue firmado por los ministros de Relaciones Exteriores de la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, y Carla Hills, representante de Comercio Exterior de Estados Unidos.

"Este es un hito histórico... que este acuerdo del Jardín de las Rosas sea fuente de inspiración para todos", señaló Collor de Mello.

El acuerdo "4 más 1" es poco más que una declaración de intenciones en favor de la liberalización comercial, pero pone en marcha un mecanismo de consulta para promover los flujos comerciales y de inversión y para identificar problemas.

Si bien Estados Unidos suscribió ya ocho acuerdos de este tipo con países latinoamericanos en el marco de la llamada "Iniciativa para las Américas", el concretado ayer fue el primero con un grupo de países y el único que se firma en la Casa Blanca.

"Esta es una manera visible de subrayar nuestro compromiso con esta iniciativa. Es también un reconocimiento adicional hacia estos importantes países de América latina", señaló Roman Popadiuk, vocero de la Casa Blanca, al explicar la presencia de Bush en la ceremonia.

Antecedentes

El MERCOSUR integrará a los cuatro países del Cono Sur en un mercado común para 1995, con cerca de 200 millones de habitantes y un producto bruto de 400.000 millones de dólares.

Los países del MERCOSUR se comprometieron a eliminar para 1995 todas las tarifas al comercio recíproco y a establecer tarifas externas comunes "de naturaleza tal que incentive la competencia", según el pacto firmado en Asunción, Paraguay.

Tomando en cuenta el nivel diferente de desarrollo entre los cuatro países, se acordó acomodar variaciones específicas del proceso para Paraguay y Uruguay, los socios menores del grupo.

De esta manera, Uruguay incluyó 960 productos y Paraguay 439 en la lista, en comparación con 394 productos para la Argentina y 324 para Brasil. Los negociadores trabajarán para lograr la reducción gradual de las tarifas que protegen estos productos.

Por otra parte, Estados Unidos negocia actualmente con México y Canadá la constitución de una zona de libre comercio en toda América del Norte y Bush ha ofrecido negociar pactos similares con el resto de los países del hemisferio.

Hills, encargada de las negociaciones con México y Canadá, recordó que un acuerdo-marco firmado en 1987 con México fue el primer paso en un proceso que evolucionó hasta la actual negociación del TLC con ese país.

Estados Unidos sostiene que el pacto con México es el primer eslabón de la Iniciativa Bush, pero no ha ofrecido un orden para negociar luego con otros países.

Temporal en Mar del Plata: un muerto y muchos daños

Información en la página 6 de la 2ª sección

200691 K.P.

01.01 9109068

Acuerdo entre MERCOSUR y EEUU
El País
91069
MERCOSUR 12281
EEUU 65890

SEGUNDA ETAPA DEL SANEAMIENTO

Discurso de Gros en Washington

EL ACUERDO ENTRE MERCOSUR Y EE.UU. APUNTA A ELIMINAR PROTECCIONISMO

DESDE WASHINGTON (por Carlos Pauletti, enviado Especial).— El Canciller uruguayo Héctro Gros Espiell manifestó que el acuerdo firmado en el marco de la Iniciativa de las Américas, entre los países signatarios del MERCOSUR y los Estados Unidos, "inicia el camino para fomentar el comercio libre, no discriminatorio, fuera de toda concepción proteccionista" del Uruguay con EE.UU.

Por su parte, el presidente del BID, Cr. Enrique Iglesias destacó que la decisión de los países del Cono Sur de avanzar a la integración, "es de una extraordinaria importancia para la región".

Gros e Iglesias formularon estos comentarios ayer, en la sede del Banco Interamericano de Desarrollo, al término de una cena con la que se celebró la firma del acuerdo entre los países del Mercado Común del Sur —Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay— y Estados Unidos.

El Ministro de Relaciones Exteriores uruguayo manifestó que el acuerdo firmado el miércoles, en la Casa Blanca, en presencia de los presidentes George Bush y Fernando Collor de Mello, era el primero que se firmaba en el marco de la Iniciativa para las Américas, lanzada el año pasado por el primer mandatario norteamericano, entre un grupo de países y Estados Unidos.

Agregó que el acuerdo, bautizado como el "Rose Garden Agreement" (Acuerdo del Jardín de las Rosas) abarca las áreas del comercio y las inversiones.

En el campo de las inversiones, Gros precisó que deberá complementarse con acuerdos de garantía de inversiones, que además impidan la doble tributación.

Sugirió, en tal sentido, la posibilidad de que, en el futuro, los países del MERCOSUR puedan convenir con los Estados Unidos, un tratado de garantía de inversiones que englobe los actuales acuerdos de índole bilateral.

En el ámbito comercial, Gros subrayó "la necesaria unidad de acción de los cinco países partes" y su proyección a la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio). El ministro sentenció que "la Ronda debe terminar en diciembre próximo, y esta unidad es esencial para llegar al difícil resultado final exitoso que todos anhelamos".

Indicó, más adelante, que el acuerdo del Jardín de las Rosas, "implicaba el apoyo de los Estados Unidos al proceso de conformación del MERCOSUR" e informó que el Consejo Consultivo creado por este tratado, comenzará a funcionar de inmediato, contando con el asesoramiento del sector privado.

Por último, Gros reafirmó los dichos del Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle, en una carta enviada a Bush, tras la firma del tratado, en el sentido de que el acuerdo alcanzado ha de ser nada más que "un paso más en el proceso que Ud. (presidente norteamericano) ha iniciado y que compartimos plenamente".

Se supo que el presidente brasileño, Collor de Mello se comunicó telefónicamente desde Washington con Lacalle, para agradecerle la positiva gestión uruguaya en la gestación del acuerdo.

IGLESIAS: OBJETIVO RONDA URUGUAY

Por su parte, el titular del BID, Cr. Enrique Iglesias afirmó que la decisión de los países del Mercado Común del Sur de avanzar a la integración, constituye un hecho de "extraordinaria importancia para toda la región".

Destacó que las cosas en América Latina avanzaban con un ritmo y una profundidad que, en ocasiones, resultaba difícil seguirlas y anticiparlas.

Añadió que esta nueva característica de los gobiernos de la región de acelerar los procesos de integración, haciendo pie en el pasado, pero mirando hacia el futuro con criterios pragmáticos, se suma a la apertura de sus fronteras al comercio internacional y el esfuerzo para lograr que la Ronda Uruguay del GATT sea un éxito, que es el objetivo final que compromete a todos.

Iglesias destacó que "no estamos generando una integración basada en ideas anteriores, sino que estamos pensando en una integración que, mire hacia una América Latina competitiva, jugando dentro de la región, pero como un activo competidor en la economía internacional.

Los cancilleres de Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay firman el "Acuerdo del Jardín de las Rosas", ante la atenta mirada de los presidentes George Bush y Fernando Collor de Mello.

El presidente del BID dijo que se [illegible] un día especialmente grato, porque [illegible] toda su vida había estado [illegible] por la integración de América Latina, y [illegible] veía que "cuatro países —de los cuales era el suyo— forman parte activa y [illegible] en ese proceso", podía hablar de "[illegible] penda culminación de ideales compartidos" "de una admirable unidad nacional, en [illegible] a la cual se está tejiendo esta vocación [illegible] Uruguay".

01.01 9109069

Firma del Acuerdo 4+1
El País
200691
MERCOSUR 12761
EEUU 65890

EN LA CASA BLANCA SE FIRMO AYER EL ACUERDO ENTRE EL MERCOSUR Y EE.UU.

* El Propio Bush Presidió Ceremonia, Lacalle lo Felicitó

* EE.UU. Dispuesto a Reducir Aranceles sin Reciprocidad

Ayer de tarde, en el Jardín de las Rosas de la Casa Blanca, se firmó el acuerdo entre los cuatro integrantes del MERCOSUR y Estados Unidos. Los cancilleres de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, fueron los signatarios junto con la representante comercial del gobierno de Estados Unidos, Carla Hills. En un súbito cambio de planes que refleja la importancia que Washington le confiere al acuerdo, el propio Bush presidió la ceremonia que inicialmente iba a hacerse en Blair House, la casa oficial de huéspedes, e invitó al Presidente brasileño Collor de Mello, de visita oficial en Washington, a que lo acompañara en el acto.

Isaac Cohen, representante en Washington de la CEPAL, informó que en su visita a Bush del martes, Collor le propuso dejar atrás el capítulo de pasadas disputas y problemas comerciales (transferencia de tecnología) y que esa mejoría en las relaciones facilitaba la negociación de la Iniciativa para las Américas.

EE.UU. DEDUCIRA ARANCELES SIN RECIPROCIDAD

Carla Hills, que firmó junto a los cancilleres Francisco Resek, de Brasil; Guido Di Tella de Argentina; Héctor Gros Espiell de Uruguay; y Alexis Frutos, de Paraguay, dijo que los Estados Unidos estarán dispuestos a reducir los aranceles aduaneros de los productos que revistan especial interés para América Latina, sin una automática reciprocidad. Así lo estipula un cable de AP fechado ayer en Washington.

Por su parte Bernard Aronson, Secretario de Estado Adjunto para Asuntos Interamericanos, destacó la importancia de que los cuatro países hayan decidido negociar en bloque, ya que el resto de los países del área iniciaron las negociaciones por separado.

El Presidente del BID, Enrique Iglesias, que ofreció una cena a los signatarios y miembros de la comunidad financiera en la que estaban presentes los representantes diplomáticos de todos los demás países del continente, dijo que este movimiento de liberalización reemplaza el modelo de sustitución de importaciones que se aplicó durante tres décadas.

CARTA DE LACALLE A BUSH

En carta dirigida al jefe de estado norteamericano, el Presidente Lacalle felicitó a su colega estadounidense por la firma del tratado, y le recordó cuando "hace un año el mundo escuchó de usted, señor Presidente, la propuesta de la Iniciativa de las Américas".

Tras calificar dicha actitud de "histórica", Lacalle dice que la iniciativa "representó una propuesta de cambio cualitativo en las relaciones de los Estados Unidos con el resto del continente americano". Subrayó a continuación que "hoy como ayer sigo creyendo que es esta la verdadera senda para el aumento y mejor distribución de la prosperidad en nuestra naciones y en beneficio de nuestros pueblos".

Luis Alberto Lacalle

George Bush

Héctor Gros Espiell

Al tiempo que formuló votos para que el acuerdo "sea nada más que un paso en el proceso que usted ha iniciado y que compartimos plenamente", el Presidente Lacalle adhirió en nombre de todos los uruguayos a los sentimientos "que seguramente dominarán a quienes suscriben hoy tan histórico documento".

01.01 9109070

A I pide actuación de ONU, DD HH.
Buenos Aires
29/12/88
Clarín
AI 500576
Derechos Hums.
O.N.U. 12573

Adhirieron Sanguinetti y Alfonsín

29/12/88

"Amnistía Internacional" pidió a la ONU actuación urgente por los derechos humanos en todo el mundo

Más de 2 700 000 personas de 120 países adhirieron con su firma a un llamado de "Amnistía Internacional" a las Naciones Unidas, pidiendo una actuación urgente para proteger los derechos humanos en todo el mundo.

La entrega del documento y las firmas se realizó el pasado jueves 8 en la sede de las Naciones Unidas en Nueva York, en el marco de una campaña tendente a exhortar a los Estados a que se adhieran a la Declaración Universal de Derechos Humanos, adoptada por la ONU el 10 de diciembre de 1948, dice el comunicado de Amnistía.

"Nosotros, los abajo firmantes, unimos nuestros nombres a esta magna declaración, y exigimos que sea respetada por todos los Estados del mundo", afirma el llamado que fue distribuido en 58 idiomas.

"En un país tras otro, incluso el derecho a hablar en defensa de los derechos humanos está siendo aplastado. Miles de personas han sido encarceladas y torturadas por exigir sus derechos y ejercitarlos. Muchos han desaparecido o han sido asesinados", agrega.

La exhortación contó con la firma del presidente Julio Sanguinetti y el primer mandatario argentino Raúl Alfonsín.

Adhirieron también los primeros ministros de Luxemburgo y Nueva Zelanda, Jacques Santer y David Lange, y 170 miembros del Congreso de los Estados Unidos, entre otros.

Según Amnistía "el apoyo al llamamiento ha sido especialmente destacado en algunos países del Tercer Mundo. En Uruguay, una de cada 47 personas lo firmaron, y en Guyana, una de cada 93".

"Se han dado resultados similares, del orden de un firmante cada 1.000 habitantes en las Bermudas, Colombia, Mauricio y Sierra Leona, y en países como Islandia, Japón y Estados Unidos", señala el comunicado.

01 . 01

9109071

Amnesty International USA — *Membership Form*

TORTURE *CAN* BE STOPPED!...

. . . and I want to help Amnesty International carry on its courageous efforts to bring worldwide pressure against offending governments and end the barbaric practice of torture.

Enclosed is my tax-deductible membership contribution of:

☐ $15 ☐ $25 ☐ $50 ☐ $100 ☐ $500 ☐ Other $_____.

Please consider a gift of this amount. It is urgently needed.

Please make your check payable to Amnesty International USA, 322 Eighth Avenue, New York, New York 10001

Join Amnesty International . . . and Play a Direct Role in Freeing Prisoners of Conscience Like These . . .

"the task that you have been carrying out for years is a hand stretched out further than the iron bars of prison, which in our worst moments makes us feel that we are never alone, that there is always hope and a feeling of love that has no frontiers and no languages . . ."

Alfredo Pareja Carambula, Uruguay

"All dictators have fantasies that they can suffocate and divide people in their own country . . . we know that what they are afraid of most is world opinion and criticism of their tyranny . . . Your efforts and prayers saved my life and thanks to your support I can have an opportunity to live as a human being."

Lee Shin-Bom, Korea

"A prisoner comes to know about your work on his behalf usually only indirectly, from the sarcastic remarks of his jailers . . . but it is enough to give him a wonderful feeling that he is not completely forgotten after all, that somebody cares."

Karel Kyncl, Czechoslovakia

A copy of the last financial report filed with the New York State Department of State may be obtained by writing to: New York State Department of State, Office of Charities Registration, Albany, New York 12231, or to Amnesty International.

N. I. ... Chile

OSPC 11738
R.I. 500576

Friedenskomitee vor der Auflösung

„Amnesty International" klagt Chile an

Hamburg, 27. November (DPA) — Für Chile unabsehbare Folgen wird die angekündigte Auflösung des „Komitees für den Frieden" haben, das von verschiedenen Kirchen nach dem Militäraufstand von 1973 zum Schutz der politischen Gefangenen und ihrer Familien gegründet wurde. Dies wird in einem heute in Hamburg verbreiteten Dokument der Organisation „Amnesty International" gesagt. Chile gleite offensichtlich in eine Situation wie die in Brasilien bestehende ab, wo die Kirche nur unter äusserst harten Bedingungen und praktisch nur auf regionaler Basis für die politischen Gefangenen tätig sein kann. Es gebe gute Gründe für die Besorgnis um die Sicherheit der weiterhin in Chile für das Friedenskomitee Arbeitenden. Für den gleichen Arbeitenden. Für den ge- Auflösung auch bedeuten, dass er niemanden mehr habe, an den er sich mit seinen Problemen oder wegen eines verschwundenen Verwandten um Information und Rat richten kann.

Die Auflösung des Friedenskomitees in Chile markiert das Ende einer Periode, in der es gewisse Hoffnung und Trost für tausende Personen, reiche wie arme, gab, die täglich in einem Klima der Verfolgung und Angst leben, ohne zu wissen, ob sie verhaftet, gefoltert oder endgültig des Landes verwiesen werden, wird in dem Dokument betont.

Priester und Geistliche in Haft

Wie die Organisation bekannt gibt, laufen Verhaftungsbefehle gegen drei Mitarbeiter des Komitees. 13 befinden sich bereits im Gefängnis, von denen nur zwei wieder in Freiheit gesetzt wurden. Es herrscht Befürchtung über verschiedene Gefangene, deren Inhaftierungsort unbekannt ist. Die meisten verhafteten Mitarbeiter des Komitees sind Priester oder Geistliche. Unter den Gefangenen nennt „Amnesty": Die Priester Fernando Salas und Patricio Cariola, den Anwalt José Zalaquett, die britische Aerztin Sheila Cassidy und die Sekretärin des Komitees, Georgina Ocaranza Muñoz. Von allen wird angenommen, dass sie bei den Verhören gefoltert wurden oder noch werden.

01.01 9109073

N.I. 00400

WEDNESDAY, OCTOBER 5, 1988

Amnesty International Cites Abuses Of Rights in a Record 135 Countries

LONDON, Oct. 4 (AP) — Amnesty International on Wednesday accused a record 135 nations of human rights abuses ranging from the jailing of draft evaders in Western Europe to the massacre of unarmed civilians in Iraq and Sudan.

The international human rights group said the list of offenders in its annual survey was the longest it has published since its establishment in 1961.

Amnesty, which won the Nobel Peace Prize in 1977, recorded abuses last year in more than 80 percent of the 159 U.N. member states. But it said it was encouraged by the emergence of more than 1,000 human rights groups in recent years and the proliferation of laws to protect prisoners' rights.

"In at least half the countries of the world, people are locked away for speaking their minds, often after trials that are no more than a sham," the 278-page report said.

"In at least a third of the world's nations, men, women and even children are tortured. In scores of countries, governments pursue their goals by kidnapping and murdering their own citizens."

It added: "More than ever before in world history, governments are exposed to the glare of international publicity — the greatest weapon we have."

The report cited the United States, where 25 prisoners were put to death last year, for executing John Brogdon, a man diagnosed as mentally retarded, and Edward Earl Johnson, despite "substantial doubts" about his guilt. Amnesty opposes the death penalty.

In the East bloc, Amnesty said "large numbers" of ethnic Turks in Bulgaria remained imprisoned under a campaign of enforced assimilation. In Romania and East Germany new arrests were reported of people exercising their rights to freedom of expression.

According to Amnesty, the Soviet Union released 259 prisoners but nearly 200 were pardoned under secret decrees that falsely implied they were criminals and "hid the fact that they had been unjustly imprisoned in the first place," the report said.

In China, more than 200 convicted criminals were put to death, but that represented "only a fraction of the total number of death sentences and executions," it said.

The report said at least 760 political prisoners were executed in 39 countries in 1987 but estimated the number probably was much higher because of secret executions.

It said governments used a variety of methods to deflect criticism, including death squads in Latin America.

It said India, Britain and Israel set up inquiries into human rights abuses that were not made public or that amounted to a whitewash.

Turkey, Czechoslovakia and East Germany closed channels of information to hide violations, it said, and China, Haiti, Syria and South Africa clamped down on the reporting of abuses by denying prisoners access to lawyers or families.

It said the death from torture of a South Korea student, Park Chong-chol, in January 1987 sparked widespread protests that resulted in the prosecutions of eight police officers and the resignation of government ministers.

On the other hand, communist North Korea didn't even reply to Amnesty International's questions about legal practices, the report said.

Among other alleged abuses were reports that Sudanese forces massacred hundreds of unarmed Dinka tribespeople; the summary execution by Iraq of hundreds of unarmed Kurds; the disappearance of hundreds of Peruvian farmers seized by government forces during an insurgency; and court-ordered executions in China, South Africa and Iran.

N I. Amnesty 135 Countries
Washington Post
051888 0888 18730
N I 500576
~~Foreign Serv~~

Amnesty International Accuses 135 Nations

Annual Survey Cites a Record Number of Offenders

Associated Press

LONDON, Oct. 4—Amnesty International today accused a record 135 nations of human rights abuses ranging from the jailing of draft evaders in Western Europe to the massacre of unarmed civilians in Iraq and Sudan.

The international human rights group said the list of offenders in its annual survey was the longest it has published since its establishment in 1961. It recorded abuses last year in more than 80 percent of the 159 U.N.-member states. But it said it was encouraged by the emergence of more than 1,000 human rights groups in recent years and the proliferation of laws to protect prisoners' rights.

"In at least half the countries of the world, people are locked away for speaking their minds, often after trials that are no more than a sham," the report said. "In at least a third of the world's nations, men, women and even children are tortured. In scores of countries, governments pursue their goals by kidnaping and murdering their own citizens."

The report cited the United States for executing John Brogdon, a man diagnosed as mentally retarded, and Edward Earl Johnson, despite "substantial doubts" about his guilt.

The report said at least 760 political prisoners—and probably more—were executed in 39 countries in 1987.

It said India, Britain and Israel set up inquiries into human rights abuses that were not made public or were a whitewash. Turkey, Czechoslovakia and East Germany closed channels of information to hide violations, it said, and China, Haiti, Syria and South Africa clamped down on the reporting of abuses.

It cited reports that Sudanese forces massacred hundreds of unarmed tribespeople, Iraq killed hundreds of unarmed Kurds, and hundreds of Peruvian farmers seized by government forces disappeared.

01.01

9109075

A.I. on Mexico
News Week
14.05.86
A.I. 500576
CIFE 1R733

fines, the Tehran residents said.

14.5.86

Amnesty International Assails Mexico

LONDON (AP) — Amnesty International accused the Mexican government Wednesday of failing to stop a pattern of killings, torture and other abuses of Indians and peasants in rural land disputes.

The London-based human rights organization, which sent researchers to Mexico in March 1984 and January 1985, focused on cases in the southeastern states of Oaxaca and Chiapas but said it believed that other states with similar land problems showed the same pattern of abuses.

The Mexican government criticized Amnesty International, saying the organization had made "untrue generalizations" based on one-sided evidence about torture of people under arrest. A spokesman said the organization stood by its conclusions but hoped to continue a dialogue with the Mexican authorities.

01.01

9109076

A.I. EN ALEMANIA

02/27
A.I. 500576
~~0556/2138~~
ALEMANIA

klar gesehen

II
27

gende Publikationen zum Thema Nicaragua ins Deutsche zu übersetzen und zu veröffentlichen. Auf derselben Veranstaltung, einer Pressekonferenz der *„Internationalen Gesellschaft für Menschenrechte"*, wies auch der Leiter der Zentalstelle Weltkirche bei der deutschen Bischofskonferenz, Jürgen Aretz, darauf hin, das AI-Generalsekretariat in Bonn sei parteilich. Er beklagte sich weiter über die in Stuttgart ansässige Zentrale der evangelischen Hilfsorganisation *„Brot für die Welt"*. Dort habe man ihm zwar bei einem Besuch in März 1979, also vor dem Sturz Somozas, moralische und finanzielle Unterstützung zugesagt. Seine damalige Gesprächspartnerin habe eine jetzt ausgesprochene Einladung jedoch „auf Anweisung von oben" zurückgezogen.

01 . 01

9109077

J: CARTA A SANGUINETTI SOBRE LEY DE CADUCIDAD

Buenos
050384
C.I. 500576
QIFC 12738

Amnesty solicitó información al Poder Ejecutivo sobre la ley de caducidad

El secretario general de Amnistía Internacional, Ian Martin, envió una carta el 29 de enero de este año al presidente Julio Sanguinetti por la que solicitó información sobre siete puntos relacionados con la aplicación de la ley de caducidad, informó ayer Silvia Beales, coordinadora para América Latina, América Central, España y Portugal, de esa organización.

Martin dijo que Amnistía se encontraba "preocupada" de que la ley de caducidad "al proporcionar inmunidad de enjuiciamiento a quienes son responsables de delitos criminales (...) tal vez contribuya a engendrar cierto sentido de impunidad en las personas responsables".

El secretario general observó "que dicha legislación pasó a tener fuerza de ley solamente horas antes de que se hiciera comparecer ante los tribunales al personal militar para prestar declaración sobre casos relativos a supuestas violaciones de los derechos humanos".

Asimismo señaló "la posibilidad de que la nueva ley se halle en conflicto con las responsabilidades contractuales (internacionales) de Uruguay. Seguidamente Martin preguntó a Sanguinetti "qué medidas se adoptarán para dar publicidad a las decisiones del Poder Ejecutivo" sobre las investigaciones que realice según la ley 15848.

Inquirió también sobre "qué salvaguardias serán introducidas para que dichas investigaciones sean realizadas a fondo y de manera imparcial", y sobre "qué medidas adoptará el gobierno (uruguayo) para dar publicidad a los resultados de dichas investigaciones".

Luego el secretario de Amnistía interrogó a Sanguinetti sobre "qué mecanismos de apelación tienen a su disposición los demandantes (en caso) que deseen impugnar la decisión del Poder Ejecutivo sobre la aplicabilidad del artículo 1º de la ley de caducidad.

El citado artículo señala que el Poder Ejecutivo deberá informar en treinta días —de recibido el pedido de informes del juez actuante— si el caso queda o no comprendido en la ley de caducidad.

Finalmente Martin preguntó al Presidente "en caso que dichas investigaciones demuestren que se han cometido crímenes, qué recursos tendrán a su disposición los familiares o sus representantes y qué medidas han sido adoptadas o serán adoptadas para proporcionarles compensación".

Estos puntos dijo Beals, "aún no han sido contestados".

01.01 9109078

DOCUMENTO
A I
A I 500576

Amnesty International parteiisch

Wir sahen uns schon öfters veranlaßt, die einseitige Informationspolitik von *Amnesty International* zu kritisieren. In dieser Haltung werden wir jetzt bestärkt durch den nicaraguanischen Exil-Politiker José Esteban González, der zur Zeit des früheren Diktators Somoza die nicaraguanische Menschenrechtskommission mit begründete. Er warf Amnesty International jetzt vor, sie unterdrücke Informationen über die Lage der Menschenrechte in dem von den Sandinisten regierten Land. Zumindest die deutsche Sektion von Amnesty International blockiere Informationen, weil sie sich weigere, auf englisch vorlie-

01.01

9109079

A.I. attacks Taiwan

2001 89
C.S.F. 500576
~~Copy Tachuale~~
~~OSFO 1238~~

AMNESTY INTERNATIONAL ATTACKS TAIWAN

I have just been looking through a dossier of material produced by Amnesty International which criticises the Free Chinese for still maintaining the death penalty and also for treatment of what it calls 'prisoners of conscience'. These prisoners of conscience are in fact people who have acted against the interests of the State and the people, and whilst their actions may not have been violent, they were undoubtedly disruptive influences in what is a progressive society.

As I have stated, on previous occasions, Amnesty International is extremely vocal on the activities of anti-communist governments but rarely mentions the violations of Human Rights which take place minute-by-minute behind the Iron and Bamboo Curtains by the communists in Russia and mainland China.

I shall continue to expose the activities of this organisation which operate against freedom rather than for it.

01.01 9109080

N.J.

STUDY
Cap. Times
N.J. 500576
12/78

... San Francisco

AMNESTY International says the FBI infiltrated trials, harassed witnesses and withheld defence evidence to gain convictions of minority political figures, including two who are still in prison.

The London-based organization, best known for reporting human rights violations by totalitarian regimes, said on Tuesday the FBI may have contributed to the convictions of Elmer "Geronimo" Pratt, a jailed Black Panter leader, American Indian leaders Richard Marshall and Leonard Peltier and others.

Pratt and Marshall, who are both in jail, say they are political prisoners "framed" by the FBI.

The 144-page report said an independent commission should be formed to investigate how law enforcement misconduct ... by the FBI and its counter-intelligence programme -- helped win convictions.

Democratic representative Don Edwards, chairman of a House subcommittee on civil and constitutional rights, said he approved creation of a commission but it "will not be easy, especially in an administration ready to unleash the FBI and CIA."

Edwards, who has pushed for further investigation of Pratt's case, said the commission would have to be approved by Congress via the courts and the White House.

Pratt, who has served 11 years of a life term in San Quentin prison, is awaiting a federal court decision in Los Angeles on his petition for release of more records.

The Amnesty report charges that the FBI, though its Cointelpro programme, sought to "neutralize" Pratt and other leaders of what it called "... groups."

After his conviction ... 1968 shooting death ... Santa Monica woman ... wounding of her husb... was learned that th... prosecution witness, Butler, was an inform... the Cointelpro operati... report stated. Butler ... Pratt confessed to him.

The FBI also p... agents in the team of la... preparing Pratt's defence and rece... information about at... two witnesses. His att... were never told that th... had a lead on a s... suspect in the case, th... said.

Pratt's attorneys ... appealed unsuccessfull... US courts for a chan... present new evidence o... misconduct in his case.

Amnesty Internati... said the prop... commission also should ... into the testimony of M... Poor Bear, used to c... Indian movement ... Marshall on charges ... helping in the I... confrontation ... authorities in South D... in 1975 and in the extrad... of Peltier from Canad... murder charges.

Later, Miss Poor ... repudiated her testi... against both men, sweari... was false. She said ... testified against Mar... after the FBI threatenec... life and that of her daug... (UP)

01 - 01

9109081

B. J. [illegible]
S. [illegible]
040986
B. J. 500576
~~Cuyo. Tarkoda~~
~~7/7/38~~

J

[illegible] fueron [illegible] y [illegible] por las fuerzas armadas [illegible] policía y pistoleros [illegible] con ambos cuerpos [illegible] tre las víctimas de lo que [illegible] funcionario [illegible] dial calificó como "guerra sucia" se cuentan "estudiantes, profesores, abogados defensores de presos políticos, sindicalistas, simpatizantes de partidos de izquierda, dirigentes de comunidades indígenas y activistas de derechos humanos", según un informe elaborado por AI.

Según la organización, "al no acatar los mandos militares los llamamientos efectuados por las autoridades judiciales para poner fin al derramamiento de sangre, se intensificó una campaña de desapariciones, torturas y asesinatos políticos".

Portavoces del ejército colombiano señalaron a AI que "muchos de los asesinatos fueron perpetrados por escuadrones de la muerte civiles, que escapan a su control". Los miembros de esos escuadrones, "uniformados o vestidos de civil", utilizan en sus acciones "vehículos del [illegible] sin matrícula [illegible] se informó a AI [illegible] testigos que presenciaron esos atentados.

El Premio de conciencia de agosto

Amnistía Internacional, que celebra sus 25 años de vida en el mundo y su primer año de actuación formal en el Uruguay, publica en el boletín correspondiente al mes de agosto tres casos de presos de conciencia en Argelia, Vietnam y El Salvador.

José Vladimir y Jaime Ernesto Centeno López, fueron detenidos el 8 de noviembre de 1985 en El Salvador "por diez hombres fuertemente armados vestidos de civil". Ambos fueron conducidos al cuartel de la Policía de Hacienda y luego trasladados a la prisión de hombres La Esperanza, en Mariona, "acusados de participar en el secuestro del director de Aeronáutica Civil Omar Napoleón Avalos". Según AI, las únicas pruebas reunidas en su contra "son producto de malos tratos y torturas, y con ellas se les intentará ahora procesar".

Fennoune Rachid —conductor de camiones en Arge- [illegible] una condena de dos años de cárcel "por ejercitar sus derechos a la libertad de asociación y expresión en ese país".

Rachid, detenido mientras colocaba flores en la estatua de la Independencia el 5 de julio del pasado año, "fue procesado juntamente con otras 22 personas por parte del Tribunal de Seguridad del Estado de Medea entre el 15 y el 19 de diciembre último".

Un observador de AI que presenció el juicio informó que se lo procesó "por pertenecer a una organización no autorizada, participación en reuniones ilegales y distribución de folletos". Actualmente se encuentra recluido en la prisión de Blida en cumplimiento de una condena de dos años de cárcel.

Vu Ngoc Truy, ex abogado vietnamita de 71 años, fue detenido en junio de 1978 en su casa por agentes de la Dirección de Seguridad Pública que lo acusaron de "contrarrevolucionario". Primero fue recluido en la prisión de Phan Dang Luu y en julio de 1979 fue trasladado a Cini Hoa "donde aún permanece sin que se le formularan cargos, ni se le sometiera a juicio, según el boletín mensual publicado por AI.

4.9.86

PARTES POCO LEGIBLES

01.01 9109082

A.I. contra URSS

INCI. 120925
A.I. 500576
~~Grupo Tortura~~
~~1978~~

Amnistía Internacional Hizo Denuncias Sobre la URSS

18-9-85

Amnistía Internacional denunció que cinco disidentes soviéticos fallecieron entre 1980 y 1984 en colonias de trabajo en diversos lugares de la URSS y que los presos políticos son sometidos a tratos crueles y degradantes y algunas veces torturados.

Un informe de la organización defensora de los derechos humanos reveló que los muertos son Vladimir Shelkov, líder de la Iglesia Adventista del Séptimo Día, quien fue detenido en 1978, cuando tenía 82 años, por sus actividades religiosas; Eduard Arutiunián, economista, fundador del grupo armenio que vigila la observancia del Acta Final de la Conferencia de Helsinki; Yury Litvin, poeta ucraniano; Oleksa Tiji, acusado de "agitación y propaganda antisoviética" y Valeri Marchenko, escritor ucraniano, a quien se le había impuesto la pena de quince años de reclusión por "agitación y propaganda antisoviética".

Penas de Reclusión

Agregó el informe que otros siete disidentes cumplen también reclusión bajo la tipificación de actividades, "antisoviéticas".

Entre ellos se encuentra Natalia Lazareva, quien fue condenada en 1982 a seis años de cárcel por participar en la elaboración de un folleto de poesía y prosa feminista titulado "María".

Actualmente cumple la primera parte de su condena en una colonia de reeducación por el trabajo, en régimen estricto, destinada a presas políticas.

Otra condenada es Irina Ratushinskaya, quien cumple 12 años de cárcel por haber escrito y enviado al extranjero poesía que criticaba la política soviética.

Nikolai Beranov, detenido en 1963, y quién desde 1983 ha estado internado en instituciones siquiátricas de Leningrado.

Señala el informe de Amnistía Internacional que Aleksandr Shatravska es otro de los disidentes condenados a cumplir penas de reclusión por ser miembro de un grupo pacifista extraoficial.

Permanecen también en prisión Marzpet Arutiunián, Rafael Papayán, filólogo armenio y Mijail Jorev, quien es uno de los líderes de la iglesia bautista disidente.

Amnistía Internacional sostiene además que las garantías contra los malos tratos en cárceles, colonias de reeducación por el trabajo y hospitales siquiátricos son inadecuadas.

Informe de A.I
Búsqueda
661125
Grupo Coordinador
A.I. 500576
12738

BUSQUEDA El Miércoles, 6 de noviembre de 1985 :1 Pág. 12

Informe 1985 de Aministía Internacional

"Poderes estatales acabaron con la vida de miles de ciudadanos deliberadamente"

La organización defensora de los derechos humanos Amnistía Internacional (AI), dijo en un resumen de su informe anual de 1985 que durante el año pasado en todo el mundo "los poderes estatales acabaron con la vida de miles de ciudadanos de manera deliberada".

Señaló además que fue constante la práctica de la tortura y las ejecuciones por la policía o el ejército o bien por los "escuadrones de la muerte".

El informe puntualiza empero que "no sólo los gobiernos cometen homicidios políticos, sino que la responsabilidad también recae en grupos de oposición y otros grupos no oficiales", y hace hincapié en aclarar que Amnistía Internacional condena la tortura o los homicidios independientemente de quien sea el responsable.

El texto original, que consta de 366 páginas con apartados sobre 123 países, detalla las violaciones a los derechos humanos y aclara que "no se hacen comparaciones entre distintos Estados porque las mismas podrían ser engañosas debido a las diferencias en la cantidad de información disponible y a los tipos de abusos denunciados".

■ América

Sobre la situación en las Américas el informe dice que en Haití, Paraguay, México y Perú existen "presos de conciencia" mientras que en Chile "miles de personas sufrieron detenciones por períodos breves y varios cientos fueron 'relegadas' a regiones remotas sin que se les formulasen cargos".

Expresa asimismo que "se denunciaron pautas de detenciones frecuentes en Colombia, generalmente por períodos breves, y en Nicaragua, donde algunos de los presos eran líderes de partidos de oposición y sindicatos legales".

Sobre El Salvador informa además que existen denuncias de ejecuciones extrajudiciales y desapariciones y dice en cuanto a Chile que "continuó siendo motivo de grave preocupación la tortura".

Al tiempo que manifiesta que en Venezuela, "no se había procesado a ninguno de los 54 presos civiles que se encontraban recluidos al final del año en aplicación de la ley militar, añade que "fue motivo de inquietud para los defensores de los derechos humanos el aumento de los ajusticiamientos en los Estados Unidos (21), Jamaica (ocho ahorcamientos) y Barbados (tres ahorcamientos)".

Señala sobre este punto que "en los Estados Unidos 1464 presos se encontraban en espera de ejecución en 33 estados al final del año, lo que constituye la cifra más alta nunca antes registrada".

Más adelante el informe puntualiza que "en Guatemala persistió el conocido cuadro de desapariciones y ejecuciones extrajudiciales" y que "fuerzas opuestas al gobierno de Nicaragua llevaron a cabo ejecuciones sumarias de cautivos de manera rutinaria".

Sobre Perú establece que "continuaron las ejecuciones extrajudiciales y las desapariciones efectuadas por la policía y las fuerzas militares", pero señala que también "hubo informes frecuentes de torturas y ejecuciones perpetradas por la guerrilla, a la que se conoce como 'Sendero Luminoso'".

El texto finaliza informando que "Amnistía Internacional también solicitó a los gobiernos que investigaran las denuncias de ejecuciones extrajudiciales en Chile, Colombia y México".

■ Europa

Respecto a Europa, el informe cuenta de la existencia de "presos de conciencia" en la Unión Soviética, República Democrática Alemana, Rumania, Albania, Bulgaria, Polonia, Yugoslavia y Turquía.

"Se encarceló a objetores de conciencia que se oponían al servicio militar en Chipre, Finlandia, Francia, Grecia, Hungría, Italia, República Federal de Alemania, Suiza y la Unión Soviética".

Informa asimismo que "los procedimientos judiciales especiales para presuntos terroristas en Irlanda del Norte suscitaron interrogantes respecto a la imparcialidad de las actuaciones", que en Italia había acusados en "procesos de carácter político" que aún no habían sido juzgados y que en España la nueva ley antiterrorista "expone a los detenidos en régimen de incomunicación a la tortura o a los malos tratos".

Dice más adelante que "no se aplicó la pena de muerte en Europa occidental, con excepción de Turquía, país en el que hubo dos ejecuciones y en el que más de 400 personas estaban condenadas a muerte y las hubo en Bulgaria, Hungría, Polonia, Unión Soviética y Yugoslavia".

Sobre el Oriente Medio y Africa del Norte, el informe de Amnistía Internacional señala que durante 1984 "el encarcelamiento de presos de conciencia y los juicios injustos tuvieron carácter generalizado. Hubo denuncias, provenientes de varios países de la región, como Iraq, Israel y los Territorios Ocupados, Libia, Marruecos y Túnez sobre la práctica de prolongar la detención sin previo juicio, algunas veces en régimen de incomunicación".

En el continente africano, en tanto, "la reclusión sin que mediara juicio fue generalizada, habiéndose denunciado casos en por lo menos 38 países de los 41 países que figuran en el informe".

01 . 01 9109084

Misión de Amn. con Sanguinetti
La Mañana
22-3-86
L. J. 500576
~~Copia pedida~~
~~pág 38~~

Misión de Amnesty con Sanguinetti

El Presidente de la República recibió en la mañana de ayer la visita de una delegación de Amnesty International con la cual departió durante media hora acerca de la situación actual del país y con especial referencia a la vigencia de los Derechos Humanos.

Posteriormente se trasladó a Manga donde dejó oficialmente inaugurada la Estación Terrena Standard "A" que permitirá una modernización y amplitud de conexiones de nuestro país con el resto del mundo.

Próximo al mediodía el Presidente recorrió el Edificio "Libertad" donde mantuvo una extensa entrevista con el Vicepresidente de la República y delegado del Partido de Gobierno en las conversaciones en torno al acuerdo nacional, Dr. Enrique Tarigo, en compañía del Senador Dr. Jorge Batlle con quienes conversó largamente hasta pasadas las 14 horas.

En la tarde la actividad del Presidente se llevó a cabo en la residencia presidencial donde recibió al líder del Frente Amplio, Gral. Liber Seregni, con quien dialogó al igual que lo hizo en la víspera con Wilson Ferreira sobre el acuerdo nacional. Finalmente dando por terminada su actividad del día recibió al Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, Cr. Ariel Davrieux.

Cabe acotar que aunque no se brindó información oficial sobre el particular, el Presidente de la República habrá de trasladarse en las próximas horas a la estancia presidencial de San Juan en el departamento de Colonia, donde junto a su familia habrá de pasar el feriado de semana santa.

22-3-86

01.01 9109085

"Se utilizan grupos clandestinos"

17.10.86

Amnesty denuncia "nueva estrategia del terror" en Chil

Otros tres casos de presos de conciencia en Singapur, Rumania y Burundi fueron detallados por Amnesty Internacional (AI) en su boletín correspondiente a setiembre, mientras que denuncia la "estrategia de terror" seguida por las fuerzas de seguridad chilenas.

En Singapur, un ex parlamentario de 45 años lleva ya veinte años de reclusión sin que se le hayan formulado cargos ni sometido a juicio, mientras las autoridades de aquel país "procuran extraerle una confesión que conduzca a su culpabilidad".

Chia Thye Poh integraba un grupo de nueve miembros del Frente Socialista de Singapur, que renunciaron a sus cargos parlamentarios en octubre de 1966 para "protestar por el continuado hostigamiento del régimen", imperante en aquel país.

En ese año fue recluido con otras 21 personas que tomaban parte en una manifestación contraria a la intervención estadounidense en Vietnam, permaneciendo encarcelado desde entonces. De acuerdo a lo manifestado en su último boletín mensual, AI se encuentra preocupada "seriamente" en torno a los posibles trastornos psicológicos que la situación pueda originar en Chia Thye Poh.

■ Rumania

Un electricista de unos cincuenta años lleva tres años de reclusión por el ejercicio no violento de su derecho a la libertad de expresión.

Ion Bugan fue detenido en marzo de 1983 tras haber atravesado el centro de Bucarest con un retrato del presidente Nicolás Ceausecu, líder del Partido Comunista Rumano gobernante, en el cual se leía "no le queremos, verdugo".

Por el delito de "propaganda contra el estado socialista" Bugan fue procesado a diez años de prisión, pese a lo cual AI cree que de haber sido incluido en las amnistías de agosto de 1984 y junio de 1986, podría ser liberado en marzo de 1989.

■ Burundi

El secretario de una parroquia de la iglesia católica de San Miguel en Burundi cumple una condena de dos años de cárcel desde diciembre de 1985 por colaborar con el autor de una carta que insultaba al jefe de Estado de aquel país.

Antoine Manirakiza se encontraría ahora en la prisión de Mpimba en Bujumbura y al igual que otros presos tiene prohibido recibir visitas.

Otras dos personas, el presunto autor de la carta y un sacerdote que realizara un comentario en borrador sobre ésta, fueron condenados a cinco y cuatro años de prisión cada uno. AI adoptó todos estos casos como presos de conciencia.

■ Chile

Las fuerzas de seguridad chilenas han desarrollado una nueva "estrategia del terror" mediante el empleo de gru clandestinos para perp secuestros, torturas y ases tos, según afirmó AI.

Estos "grupos clandestinos tensificaron sus acciones de 1983 y según AI "sus ques e intimidaciones se van a cabo impunemente luz del día".

"Al mismo tiempo, fuerzas seguridad oficiales sig deteniendo y torturando a personas sospechosas de nerse al gobierno" habié se producido un aumento siderable" de las "detencic masivas", asegura AI.

Al referirse a los grupos c destinos, Amnesty afirma "tienen un alto grado de or nización y parecen dispo de un considerable resp económico. Utilizan vehícu sin placas de matrículas, y seen información detall sobre sus víctimas, que, en cunstancias normales, obraría en poder de las des gubernamentales d mación.

01.01 9109086

"Se utilizan grupos clandestinos"

17.10.86

Amnesty denuncia "nueva estrategia del terror" en Chil(

Otros tres casos de presos de conciencia en Singapur, Rumania y Burundi fueron detallados por Amnesty Internacional (AI) en su boletín correspondiente a setiembre, mientras que denuncia la "estrategia de terror" seguida por las fuerzas de seguridad chilenas.

En Singapur, un ex parlamentario de 45 años lleva ya veinte años de reclusión sin que se le hayan formulado cargos ni sometido a juicio, mientras las autoridades de aquel país "procuran extraerle una confesión que conduzca a su culpabilidad".

Chia Thye Poh integraba un grupo de nueve miembros del Frente Socialista de Singapur, que renunciaron a sus cargos parlamentarios en octubre de 1966 para "protestar por el continuado hostigamiento del régimen", imperante en aquel país.

En ese año fue recluido con otras 21 personas que tomaban parte en una manifestación contraria a la intervención estadounidense en Vietnam, permaneciendo encarcelado desde entonces. De acuerdo a lo manifestado en su último boletín mensual, AI se encuentra preocupada "seriamente" en torno a los posibles trastornos psicológicos que la situación pueda originar en Chia Thye Poh.

■ Rumania

Un electricista de unos cincuenta años lleva tres años de reclusión por el ejercicio no violento de su derecho a la libertad de expresión.

Ion Bugan fue detenido en marzo de 1983 tras haber atravesado el centro de Bucarest con un retrato del presidente Nicolás Ceausecu, líder del Partido Comunista Rumano gobernante, en el cual se leía "no le queremos, verdugo".

Por el delito de "propaganda contra el estado socialista" Bugan fue procesado a diez años de prisión, pese a lo cual AI cree que de haber sido incluido en las amnistías de agosto de 1984 y junio de 1986, podría ser liberado en marzo de 1989.

■ Burundi

El secretario de una parroquia de la iglesia católica de San Miguel en Burundi cumple una condena de dos años de cárcel desde diciembre de 1985 por colaborar con el autor de una carta que insultaba al jefe de Estado de aquel país.

Antoine Manirakiza se encontraría ahora en la prisión de Mpimba en Bujumbura y al igual que otros presos tiene prohibido recibir visitas.

Otras dos personas, el presunto autor de la carta y un sacerdote que realizara un comentario en borrador sobre ésta, fueron condenados a cinco y cuatro años de prisión cada uno. AI adoptó todos estos casos como presos de conciencia.

■ Chile

Las fuerzas de seguridad chilenas han desarrollado una nueva "estrategia del terror" mediante el empleo de gru clandestinos para perp secuestros, torturas y ases tos, según afirmó AI.

Estos "grupos clandestinos tensificaron sus acciones de 1983 y según AI "sus ques e intimidaciones se van a cabo impunemente luz del día".

"Al mismo tiempo, fuerza: seguridad oficiales sig deteniendo y torturando a personas sospechosas de nerse al gobierno" habié se producido un aumento siderable" de las "detencic masivas", asegura AI.

Al referirse a los grupos c destinos, Amnesty afirma "tienen un alto grado de o nización y parecen dispo de un considerable resp económico. Utilizan vehíc sin placas de matrículas, y seen información detall sobre sus víctimas, que, en cunstancias normales, obraría en poder de las un des gubernamentales de in mación.

21584
A.I 500576
12738

L General: ORG. de FACHADA
a.i

Amnesty international über El Salvador

Regierung für Massenmorde verantwortlich

TAZ 21.5.84

London (afp/ap). Die große Mehrheit der 40.000 Opfer politischer Gewalt in El Salvador in den vergangenen fünf Jahren sind „von den Regierungstruppen ermordet worden". Dies betonte ein Bericht der internationalen Gefangenenorganisation „amnesty international", der zum Wochenbeginn in London veröffentlicht wurde.

Die Leichen wurden dabei, laut ai, „keineswegs versteckt". Indem sie die „enthaupteten, verstümmelten und entstellten Leichen allen zur Schau stellt", habe die Regierung gezeigt, daß sie dem Morden kein Ende setzen und deren Täter nicht bestrafen wolle. Ziel dieser Strategie sei es, die „Bevölkerung (zu) terrorisieren".

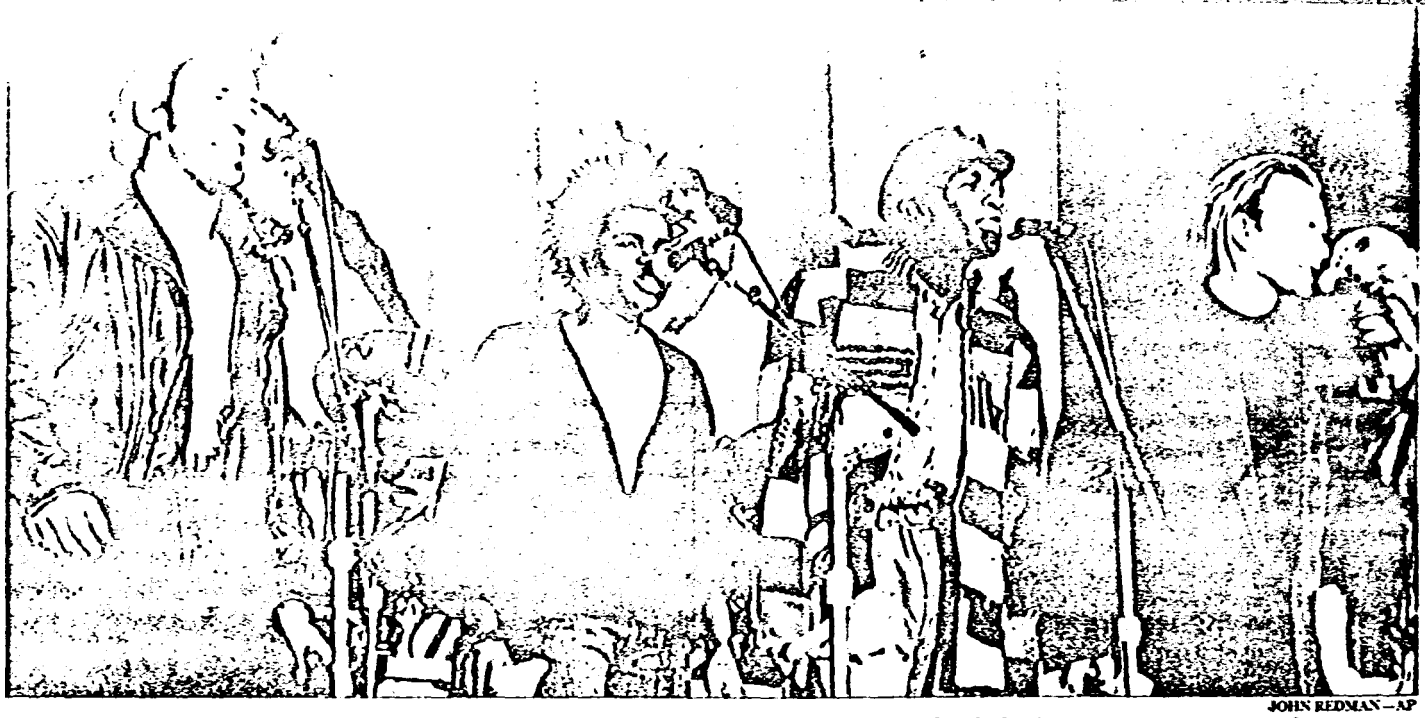
Die Menschenrechtsorganisation zitiert in ihrem Bericht einige Überlebende von Mordversuchen, die übereinstimmend berichten, sie seien von Männern in Zivil festgenommen und anschließend im Hauptquartier der Streitkräfte verhört worden. Einer der Zeugen erklärte, er sei gemeinsam mit anderen Gefangenen mit verbundenen Augen aus San Salvador herausgebracht worden. Dann habe man sie „in einer Reihe aufgestellt und ihnen eine Kugel in den Kopf geschossen". Ein ehemaliger Polizist erklärte gegenüber amnesty, solche „geheimen Missionen" würden von in Zivil gekleideten Sonderkommandos der Polizei durchgeführt. Diese sollten vortäuschen, „Studenten oder Mitglieder der Opposition" zu sein.

Die Regierung habe noch nie überzeugende Fakten für ihre Behauptung vorgelegt, die Morde seien das Werk unabhängiger Rechtsextremisten oder der linksgerichteten Opposition. Dagegen hätten Überlebende von Massakern sowie desertierte Angehörige von Armee und Polizei wiederholt ausgesagt, die Mordkommandos seien speziell ausgebildete, zivil operierende Armee- und Polizeieinheiten.

Die Regierung habe außerdem „versucht, unabhängige Untersuchungen zu verhindern" und deren Ergebnisse zu verschleiern. In manchen Fällen seien Angehörige von Menschenrechtsorganisationen bei ihrer Arbeit in El Salvador „verschwunden" oder „ermordet" worden, hieß es in dem Bericht. Die von der amerikanischen Botschaft in San Salvador angewandte „Methode" beim Sammeln von Informationen über die Menschenrechtslage weise „ernsthafte Mängel" auf, betonte der Untersuchungsausschuß, der im vergangenen Juli nach El Salvador gereist war.

9109088

Contribuciones para cons. Mundial
Newsweek
120988
S.f. 505576
Orgs. Protestantes
16238



JOHN REDMAN—AP

'Get up, stand up, stand up for your rights': *Springsteen, Chapman, N'Dour and Sting lead the 'consciousness raising'*

ENTERTAINMENT

mostly in non-communist countries

Singing for a Worthy Cause

Rock superstars embark on a five-continent tour

General: A.I.

As the fickle sun broke the gray chill right on cue at London's Wembley Stadium, an unlikely quintet stormed the stage—Bruce Springsteen, Sting, Peter Gabriel, Tracy Chapman and Senegalese superstar Youssou N'Dour. They broke into a stirring bare-boned rendition of the old Bob Marley song "Get Up, Stand Up" without accompaniment. This gang of five meant to entertain, but they also came together for a cause: to further the aims of Amnesty International.

Wembley Stadium has been home to the biggest rock benefit events of the decade, including Live Aid and, just last June, the 70th birthday concert for jailed South African activist Nelson Mandela. But organizers of Amnesty's Human Rights Now! tour are anxious to cut a path away from the tired boogying-for-bucks trend. For starters, they don't want to make money. They even plan to *lose* money, at least $8 million, as they make their way to five continents in 44 days. "This was always planned as consciousness raising, not fund raising," explains Jack Healey, executive director of Amnesty International in the United States and head of the tour. Or as rocker Peter Gabriel puts it, the point of the tour is to "stir up media noise." At each stop—from Budapest to Buenos Aires to New Delhi—the stars plan to hold press conferences to spread the Amnesty word. And the concerts themselves are packing a clear political punch by promoting the Universal Declaration of Human Rights, adopted by the United Nations 40 years ago but ignored by many member governments. Amnesty, the watchdog organization that protests human-rights violations around the world, has printed 1.6 million pocket-size copies of the document, translated into more than a dozen languages, to hand out to concertgoers.

Last week in London the musicians and crews swapped notes about typhoid shots, malaria pills and visas as they prepared to take part in what is probably the biggest rock show ever to tour the Third World and the Eastern bloc. Among the 13 countries currently on the tour are Hungary, India, Zimbabwe, Argentina and Brazil. The road show is expected to cost $23 million; the anticipated shortfall will be covered by Reebok, the shoe company. Tickets will sell for as little as $3 in underdeveloped countries and for $35 in the United States.

The elephantine tour, with a total entourage of about 160 people, was still in some disarray as it lumbered off to its first stops in Europe. Dates and venues were still being set, as tour representatives negotiated for possible concerts in Moscow and the Ivory Coast. Earlier, disgruntled Amnesty International chapters in northern Europe had complained about commercialization because of the Reebok tie-in, and the tour was routed through southern Europe instead. Some ticket sales have been slow, especially in Los Angeles, where the tour will stop Sept. 21, two days after the only other U.S. date, in Philadelphia. One possible reason: though Sting and Gabriel signed on early, the final bill was announced only in July. U2, which would have been a major attraction in the United States, pleaded scheduling conflicts. At the 11th hour, according to Gabriel, tour director "Bill Graham said to me, 'We have all these tasty vegetables but we don't have the meat'." So Gabriel went off to woo Bruce Springsteen.

'Emotional clincher': Nabbing the Boss was a coup. "Bruce is the perfect person to bring this message to a far bigger group of people than Peter or I could," says Sting. Unlike the smorgasbord concerts where "every artist since Al Jolson" comes onstage, as Sting puts it, each of the five stars has up to an hour to play a set. They'll be joined by a local musician at most stops, too, such as Milton Nascimento in Brazil.

Why are all of the artists donating six weeks of touring time to Amnesty? "The emotional clincher for me," says the soft-spoken Gabriel, "was meeting a lot of the prisoners of conscience," many of them victims of torture who have been freed through Amnesty efforts. Sting concurs. "Meeting them is incredibly inspiring," he says. His song "They Dance Alone" is based on the female relatives of the "disappeared" in Argentina. Whether these socially conscious musicians can transfer such idealism to screaming fans in a huge stadium is the key question. Last week at Wembley many of the 70,000 fans knew about Amnesty—but they were there to see Springsteen. The star apparently remains hopeful. "I like to believe that music can change people's minds and feelings about their own humanity," he told a London press conference, "and in doing so may change the way they look at the next guy."

CATHLEEN MCGUIGAN *in London*

01.01

9109088

DOCUMENTO 9109089

Salvadoran human rights workers show photos of torture victims

HUMAN RIGHTS

Torture: a Worldwide Epidemic

Amnesty International details abuses in 98 countries

The victim could be a child of twelve or a man of 60. He could be a factory worker or a missionary. He might have been pulled arbitrarily from a crowd in a demonstration, or dragged away in the middle of the night before the bewildered eyes of his family. Perhaps he stole a loaf of bread, aided a guerrilla or disagreed with the President. Or maybe he did nothing at all.

What these people have in common is that they are the victims of a barbaric practice condoned and often encouraged by governments throughout the world: torture. According to a 263-page study released last week by Amnesty International, a London-based human rights group that won the Nobel Peace Prize in 1977, torture is now practiced by governments in 98 countries. The product of meticulous documentation, *Torture in the Eighties* is the most comprehensive report on the subject to date. Its conclusion, in the words of Amnesty's Mark Grantham: "Torture is not an isolated, but a widespread phenomenon. It is an epidemic in the world."

According to the report, the practice is used extensively in South America, Africa and Asia. Amnesty also found evidence that torture had been applied in developed countries. The report cites allegations that police have beaten prisoners in Italy; it also mentions instances of police brutality in the U.S. Communist countries

In Latin America torture is as commonplace as it is gruesome. Among the worst offenders are Colombia and Peru, where torture has been justified as a way to combat insurgencies. Prisoners in both countries are often deprived of food, subjected to electric shock, or suspended by their arms while handcuffed behind their backs. In Paraguay torture has become an administrative tool to enforce the firm grip of President Alfredo Stroessner, who seized control of the country 30 years ago. Paraguayans who are suspected of belonging to left-wing groups are often held incommunicado in cramped cells without natural light, fresh air, medical attention or much food for days or even weeks.

Police forces in Chile, according to Amnesty, inflict not only routine beatings but also a gamut of abuses referred to in sardonic slang. *El teléfono* (the telephone) consists of blows with the palms of the hands on both ears simultaneously; *la parrilla* (the metal grill) is an electrical shock administered to the genitals; *el submarino* or *la bañera* (the submarine or the bath) is a treatment in which the victim's head is held under water almost to the point of suffocation. Says Grantham: "Torture does not occur simply because individual torturers are sadistic. They tend to be servants of a state carrying out a state policy."

In El Salvador, the report notes, journalists, church workers, women, children and teachers have been victims of abuse by various governmental defense organizations and paramilitary units. The methods include sexual abuse, the use of chemicals to disorient people, mock executions and burning of flesh with sulfuric acid.

An Iranian woman shows scars inflicted with broken glass in prison

The details change, but the grotesque practices repeat themselves around the world. Syrian prisoners are subject to whippings and cigarette burns, as well as fingernail plucking and long periods in which they are hung upside down. In one particularly horrifying case, police in India deliberately blinded 36 suspected criminals during one year by piercing their eyes with bicycle spokes and wrapping them with acid-soaked pads. In countries as diverse as Mauritania and Uruguay, governments seek the cooperation of medical professionals, who either ignore signs of abuse or actively participate in torture. Prisoners of conscience in the Soviet Union, for example, often are forcibly treated by doctors who give them disorienting or pain-causing drugs.

Although most countries' laws against torture are simply not enforced, the practice is in some places not only tolerated but legal. Under Pakistan's Islamic and martial laws, flogging is a common punishment for ordinary criminal acts and political offenses, while amputation is an acceptable penalty for thieves. In Iran, stoning to death is officially sanctioned for certain serious offenses.

The Amnesty report has received overwhelming praise from other human rights groups. Says Nina Shea, program director for the International League for Human Rights in New York: "I find it to be eminently reliable, if not on the conservative side." Aryeh Neier, vice chairman of New York-based Americas Watch, agrees. "It's absolutely solid," he says. More surprising, the Reagan Administration, which often finds itself at odds with human rights groups, responded favorably. Although officials were disappointed that the report paid little attention to Cuba and Nicaragua, a State Department spokesman declared: "It documents this problem in impressive and sickening detail."

Pro-Commu

Amnesty has worked to raise consciousness about torture at the United Nations, where a voluntary fund for victims has been established. Twelve governments, including the U.S., Sweden and Greece, have pledged more than $700,000. In its report, Amnesty proposes a twelve-point plan to protect prisoners' rights, officially condemn torture, safeguard prisoners during interrogation, limit incommunicado detention and allow independent investigations into torture. "Torture can be stopped," the report declared. "What is lacking is the political will of governments to stop torturing people." The report may not persuade many governments to stop torturing their citizens, but by increasing the volume of information on the subject it should add to international pressure against such practices. —*By Laura López*

all this is only for "prisoners of conscience" not for others

01.01 9109089

N. I.

240889
N. I. 500576
~~Gygi Fiechter~~
12738

GANISATIONS

Amnesty en fête à Plainpalais

Samedi, en la salle communale de Plainpalais, l'organisation fêtera son premier quart de siècle avec cœur et trompettes. But de l'opération: se faire connaître et faire appel aux donateurs éventuels

Amnesty International fêtera samedi ses 25 ans d'existence. Dès 18 heures, à la salle communale de Plainpalais, se succéderont l'illusionniste Jean Garance, le chanteur José Barrense-Dias et le groupe jazzy de François Buttet «l'Orchestrarium». Mais aussi, dès 17 heures, expositions, stands et films d'animation offriront aux visiteurs une rétrospective des activités de l'organisation. But de la manifestation: faire mieux connaître les méthodes du mouvement et lancer un appel aux donateurs.

Amnesty International a besoin d'argent. Mais, comme l'expliquent les membres, «toujours soucieuse de préserver son indépendance, elle n'accepte pas n'importe quel argent: elle refuse toute subvention publique». Grâce à une multitude de donateurs particuliers – membres sympathisants, acheteurs de son bulletin mensuel, etc. – elle s'autofinance à 100 % et ne connaît pas d'endettement. Le secrétariat international londonien, véritable cœur de l'organisation, a vu son budget doubler au cours des cinq dernières années. Il approche aujourd'hui les 20 millions de francs.

Amnesty International s'est cependant fixé d'ambitieux objectifs pour ces prochaines année: développer la recherche sur les violations des droits de l'homme dans les pays «fermés», et favoriser la création de groupes actifs dans des régions du monde qui ne font pas partie des zones d'implantation du mouvement. Une expansion qui nécessite ainsi de nouveaux capitaux.

Et la soirée genevoise de samedi n'est qu'un volet dans une vaste campagne lancée à l'occasion du 25e anniversaire d'Amnesty.

La première antenne helvétique a été créée en 1963-1964 à Genève. Aujourd'hui, il existe dans notre pays 87 groupes locaux, qui s'occupent de 150 dossiers de prisonniers concernant plus de cinquante pays. La section suisse compte quelque 16 000 membres, auxquels il faut ajouter plus de 20 000 sympathisants et abonnés aux bulletins mensuels.

J.d. Ch.

★ **La soirée se déroulera selon l'horaire suivant: 18 h, Jean Garance; 20 h 30, José Barrene-Dias; 22 h 30, «l'Orchestrarium».**

01 . 01 9109090

25º Aniversario
El País
31-05-86
R. f. 500576
Ayer recibido
12-7-38

PARTES ILEGIBLES

Amnistía Internacional

Al celebrarse el martes 27 el 25º aniversario de su creación, Amnistía Internacional ha puesto de manifiesto que se han logrado muy significativos avances mundiales en materia de defensa de los derechos humanos, a tal punto que más de la mitad de los países miembros de las Naciones Unidas han ratificado ya un tratado de ámbito universal en lo que tiene que ver con la limitación de los abusos cometidos en esa materia.

Según esas declaraciones, 83 de los 159 gobiernos representados en la ONU han ratificado el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, por el que se prohiben la detención arbitraria y la tortura y se garantizan otras libertades fundamentales, como la de expresión. Los últimos países que han anunciado la ratificación, fueron Sudán y Filipinas.

Pero, según Amnistía Internacional, incluso los gobiernos que han asumido semejante compromiso, aún tienen presos de conciencia en las cárceles y practican la tortura y las ejecuciones.

Durante las dos últimas décadas, la campaña pro abolición de la pena de muerte ha permitido concretar importantes avances en lo referente a la creación de normas internacionales. La Asamblea General de las Naciones Unidas ha recomendado que se reduzca gradualmente el número de aquellos delitos para los cuales se estipula la pena capital. Y el Consejo de Europa fue más allá aún, al incorporar un nuevo elemento a la convención pro derechos humanos: un protocolo en el que se declara la abolición de la pena de muerte.

LA BATALLA PROSIGUE AUN

No obstante —según señala la propia Amnistía Internacional al llegar a su primer cuarto de siglo— la batalla está lejos de finalizar y día tras día se denuncian arrestos de carácter político. En algunos países —agrega la organización— se ha detenido a presos políticos durante más de 10 años, sin formularse cargos contra ellos y sin hacerlos comparecer ante un tribunal, sin contar que la tortura se práctica intensamente en el mundo. Suman miles los casos de personas desaparecidas luego de su arresto, sin que las autoridades hayan dado cuenta de su paradero o de la suerte que corrieron y figurando, entre los responsables de semejantes abusos, muchos gobiernos que se han comprometido legalmente a renunciar a tales prácticas.

Para Amnistía Internacional resulta alentador que en años recientes se hayan formado grupos locales para la defensa de los derechos humanos, lo que determina que a los gobiernos les resulta más difícil ocultar las violaciones que se llevan a cabo, en tanto que la opinión pública ha comenzado a cuestionar las excusas que se invocan oficialmente.

Otro elemento fundamental es promover el derecho que asiste a organizaciones internacionales pro derechos humanos, de visitar países, recoger pruebas y documentación, entrevistar a presos, comunicarse con abogados, inspeccionar los lugares de detención, asistir a juicios y llevar a cabo indagaciones. En tal sentido, aquellos gobiernos que niegan tal autorización, violan al espíritu mismo de los convenios y pactos internacionales de derechos humanos.

Amnistía Internacional, concebida en 1961 como una campaña que habría de durar un año, cuenta actualmente con más de medio millón de afiliados, simpatizantes y suscriptores.

La organización piensa que la defensa de los derechos humanos debería desarrollar un plan en el cual, entre otras cosas, todos los gobiernos del mundo deben ratificar ahora el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos; adoptar todas las medidas necesarias para llevar a la práctica las normas y derechos internacionales de protección a los derechos humanos; aceptar control internacional e inspección dentro de sus territorios y desenvolver un programa que promueva una educación general sobre la cuestión.

El desafío actual es desarrollar un movimiento que finalmente haga comprender a los gobiernos del mundo que ningún grado de hipocresía o falsedad será capaz de quebrar la determinación que los inspira y hacer comprender igualmente que ni los presos de conciencia ni las víctimas de las cárceles de tortura o de la pena de muerte caerán en el olvido.

01 . 01 31 09091

A. I. en Rev

070785
A. I. 500576
~~Ogr. Pueblos~~
12736

La Amnesty en el Uruguay

Prosiguen intensamente en nuestro las gestiones para la consolidación de un organismo que en el país funciona desde hace poco más de dos meses: Amnesty International. Ya era una organización conocida en nuestro medio, a través de sus acciones "en pro de la defensa de quienes son detenidos a causa de sus ideas". En el mundo, Amnistía lleva 23 años desarrollando una actividad, de acuerdo a lo que disponen sus propios estatutos, "de protección en materia de derechos humanos sin distingos de credo, raza o ideología política."

El Cr. Jaime Ciompi y Luis Pippo son integrantes del grupo de Amnistía Internacional en el Uruguay y forman parte de un total de ocho subgrupos distribuidos territorialmente en Montevideo, con miras a irradiarse en el interior. Su funcionamiento es operativo a partir de la visita de los miembros de Amnistía Internacional, Francois Richard y Sylvia Beales, quienes sentaron las bases para la futura creación de Amnistía Uruguay. La coordinadora general de esta organización en nuestro país es Marta Ponce de León y en base al desarrollo de los trabajos grupales de esta futura filial de Amnistía Internacional se reconocerá en un plazo de cinco o seis meses su carácter de rama local oficial de la entidad que tiene sede en Londres y representantes en más de 100 países con un número aproximado de medio millón de afiliados.

01 01 3109092

A. I.
Economist
10/1/84
A. I. 500576
Fuentes 12738

AMNESTY INTERNATIONAL

seeks

RESEARCHERS

The work includes investigating human rights violations, preparing material and advising on initiatives to be taken by Amnesty International, particularly in relation to prisoners of conscience, trial procedures and the treatment of prisoners.

ONE POST to work on francophone West Africa for which excellent French is required.

ONE POST to work on several countries in the Middle East for which excellent Arabic is required.

For both posts we seek candidates with a specialist knowledge of the relevant area, especially the political and legal background. The ability to seek out and evaluate information objectively and to communicate well in English orally and in writing is essential.

Salary: £9,500 (index-linked—under review).

For a detailed job specification and application form send large SAE to the Personnel Office, Amnesty International, 1 Easton Street, London WC1X 8DJ—stating position applied for.

Closing date for receipt of completed application forms: 31 December 1984.

Candidates who recently applied for a Researcher post in the [illegible] Department will automatically be considered if a form

PARTES POCO LEGIBLES

01 . 01

9109093

Negligencia Brasilera

02/89
A.I. 500576
Fuentes 12738
BRASIL 10046

Denuncian negligencia de gobierno brasileño

ORG. INT 129. 2/89

Londres.- La organización Amnistía Internacional lanzó un llamado al gobierno brasileño, a fin de que tome medidas para terminar con los asesinatos en las regiones rurales de Brasil.

Amnistía insta al gobierno de Brasilia a investigar sobre las sospechas de implicación de las autoridades regionales en intimidaciones y asesinatos de campesinos pobres. Según la organización, los grandes propietarios y sus asociaciones disponen de matones a sueldo, para eliminar a los pequeños campesinos o a los defensores de éstos, opuestos a sus intereses.

Después del asesinato del dirigente sindical Chico Mendes, el 22 de diciembre último, Amnistía se inquieta por la suerte de dirigentes de comunidades rurales, de abogados y de eclesiásticos defensores de los pequeños campesinos.

Las autoridades, estima Amnistía Internacional, nunca hicieron pesquisas sobre las seis tentativas de asesinato de que había sido objeto Chico Mendes, antes de la que fue fatal. (AFP).

DOCUMENTO
Casi 25 años de acción
El Día
10/11/85
AF 500576
12738

Amnistía Internacional, Casi 25 Años de Acción

Acusada de "fascista" por los países del llamado "socialismo real" y de "comunista" por las autocracias de signo derechista, Amnistía Internacional, que acaba de resaltar al restablecimiento de la vigencia de los derechos humanos en nuestro país, Argentina y Brasil, surgió por azar en 1961 en el bien entendido de que la protección de los derechos humanos es una responsabilidad universal que trasciende los límites de naciones e ideologías.

Esa organización mundial voluntaria independiente, con sede central en Londres, cuenta con más de 500 mil afiliados en más de 150 países y con más de tres mil grupos de trabajo ubicados en los cinco continentes, preocupándole solamente la protección de los derechos humanos relativos a cada caso, al margen de la ideología del gobierno o las convicciones de la víctima.

Abierta a toda persona que apoye sus fines, otorga gran importancia a la presentación imparcial y precisa de los hechos, funcionando democráticamente. Su Departamento de Investigación recoge y analiza las informaciones provenientes de diversas fuentes, incluyendo cientos de periódicos y revistas, boletines gubernamentales, transcripciones de emisiones radiotelefónicas, informes de abogados y de organizaciones con fines humanitarios.

La información también proviene de los presos y sus familiares, campos de refugiados, organismos religiosos, periodistas y otras personas con experiencias personales de violaciones de derechos humanos.

Al mismo tiempo la organización, que depende de las contribuciones de sus miembros y simpatizantes en todo el mundo, envía misiones de investigación para recoger información "in situ" y para observar juicios, visitar presos y entrevistar funcionarios gubernamentales.

Los "Presos de Conciencia"

Dijimos al comienzo de estas líneas que Amnistía Internacional surgió por azar en 1961 y así fue efectivamente. El 28 de mayo de ese año el abogado británico Peter Benenson escribió un artículo ("Los presos olvidados") en el cotidiano "The Observer" de Londres, reclamando por la suerte de los "presos de conciencia" del mundo.

Ese fue el punto de partida para lo que es hoy la organización mundial independiente que tiene tres objetivos básicos en su programa de acción. Por un lado la liberación de los "presos de conciencia", que son todas las personas encarceladas en cualquier parte del mundo a raíz de sus convicciones, color, sexo, origen étnico, idioma o religión y que no han recurrido a la violencia ni abogado por ella.

En el mismo plano, la realización de "juicios expeditos e imparciales" para todos los presos políticos y la defensa de aquellas personas recluidas sin cargo o juicio previo.

También, de manera clave, la oposición, sin excepciones, a la pena de muerte, a la tortura y a toda pena o trato "cruel, inhumano o degradante" impuesto a cualquier categoría de presos.

En nuestro país funciona una filial desde el pasado 20 de junio, habilitándose la Casilla de Correo 6651 para la recepción de cualquier comunicación.

En estos momentos, como ya se informó en ediciones pasadas, los ocho grupos locales de la organización resolvieron recoger firmas reclamando la ratificación legislativa de la "Convención contra la tortura" aprobada por las Naciones Unidas en 1984.

En este mes Amnistía desarrolla diversas movilizaciones en más de cien países, incluido el nuestro, para sensibilizar a la opinión pública sobre "el flagelo de la tortura y su imperiosa erradicación".

Las cuadernetas para las firmas están distribuidas en lugares de concentración masiva de la ciudad y en organismos como el Colegio de Abogados del Uruguay, procurándose recabar el mayor número posible en busca de que el Parlamento ratifique la Convención contra la tortura que consta de 32 artículos y fue aprobada por la Asamblea General de la ONU con el respaldo de la delegación de nuestro país.

Mientras tanto, recientemente Michael McClintock, representante de la sección latinoamericana de la organización, se refirió con beneplácito a la situación en materia de derechos humanos en nuestro país, Argentina y Brasil, señalando en cambio que ello empeoró en el panorama general de América Latina por la aparición de las llamadas "ejecuciones extrajudiciales" en El Salvador y Perú aunque en este último país la asunción del nuevo gobierno da lugar a esperanzas", afirmó.

Tendenciosidad de la Dictadura

Por casi largos doce años no hubo libertad de expresión en nuestro país, lo cual no sólo procuró —a veces sin éxito— mantenernos en la ignorancia de ciertos asuntos, sino que también hizo que sobre ciertos hechos la opinión pública tuviese una concepción absolutamente deformada.

Un ejemplo típico de deformación de la realidad se operó merced a la información tendenciosa difundida por DINARP y otras fuentes de gobierno en relación con Amnesty International.

Se presentó a esta organización internacional humanitaria como una institución manejada por la izquierda extrema para atacar afrentosamente a países como el nuestro, Argentina, Brasil, Chile y otros más.

Considerando nuestro deber reivindicar los conceptos deformados durante la dictadura, publicamos hoy este informe especial sobre Amnesty. Así el lector podrá apreciar el grado de imparcialidad con que opera esta organización y los servicios que está prestando a la humanidad.

01 - 01 9109095

9109096

Festival de Rock and Roll organizado auspiciado por A.I.

Newsweek
26.09.78
A.I. 500576
Arg. Fachada
18.7.38

NEAL PRESTON—OUTLINE

The shoemaker underwrites the Amnesty tour featuring (from right) Springsteen, Sting

Wing-Tip Rock and Roll

General: A.I. Amnesty International

Companies and stars benefit from sponsorships, but, for some, a sellout stigma remains

Any wise child will tell you that people listen better if you whisper. Reebok knows that: the shoe giant is spending $8 million to $10 million to underwrite the "Human Rights Now!" tour for Amnesty International, which features superstars Bruce Springsteen, Sting and others who have donated their talents. In return Reebok has asked for little more than a "made possible by" line at the bottom of ads for the tour. Company officials say their good works could be spoiled by overcommercialization. Says Reebok president and chief operating officer C. Joseph LaBonté, the show "*couldn't* be an advertising vehicle." That conviction hasn't kept Reebok from hiring a public-relations firm to pump the media with suggestions for stories about Reebok's modesty. It hasn't kept them from providing mountains of sportswear for the performers. ("I would be thrilled if they wore Reebok [onstage]," admits LaBonté.) It hasn't kept LaBonté from not-so-subtly equating the Universal Declaration of Human Rights—the cornerstone of Amnesty International's work—with his company's "Reeboks let U.B.U." ad campaign. The common theme, says LaBonté, is "freedom of expression, and of lifestyle."

The message is loud and clear: rock and roll is here to stay in corporate America. Rockers and businessmen, once nominal enemies, have linked hands across the cash register to promote everything from products to causes. The approach might be as subtle as Reebok's or as overt as that of Pepsi, for whom Michael Jackson rewrote his hit "Billie Jean" as a commercial jingle. Each side can benefit. Companies get a little stardust and artists get exposure and perhaps help with mounting tour costs.

Rock has become a versatile weapon in the marketer's arsenal. Pepsi capitalizes on the universal language of music, sponsoring international tours by such big-name artists as Jackson, David Bowie and Tina Turner. Pepsi even uses rock as part of its ethnic marketing strategy, financing a tour by the Hispanic group, Gloria Estefan and the Miami Sound Machine. The soft-drink maker squeezes every drop of potential benefit out of the tours, using them to get ads on radio stations and promotions into stores where the groups appear. Archrival Coke promotes Whitney Houston and cosponsored, along with the Hard Rock Cafe chain, last week's rock-filled TV special, "Live: The Hard Rock Cafe." Anheuser-Busch carefully targets the hard-drinking 24-year-old to 34-year-old male audience by putting videogenic artists such as Steve Winwood in its ads for Michelob beer. Miller Brewing takes aim at the college audience by help-

01.02

9109096

ing many struggling bands on the sticky-floor bar circuit. Adidas has allied itself with rap stars like Run-DMC to promote its wares to fans of the groups, who include large numbers of inner-city blacks.

T shirts: Corporations are also trying to cash in on the '80s marriage of rockers and causes—so long as the causes aren't too political. Reebok's LaBonté said his firm was attracted to Amnesty International as a group that "had never done anything aligned to any constituency." The company had previously rejected an affiliation with a rock performer they decline to name who had a more overt political reputation. Coke's Hard Rock Cafe show was at least ostensibly a benefit for the homeless, though the only vestige of the program that goes to charity will be about 60 percent from the sale of $10 souvenir T shirts.

Companies didn't always line up to hire rockers as pitchmen. Jay Coleman founded Rockbill, an entertainment marketing firm, in 1976. He says businessmen used to reject rock ties with reservations like, "What if he rapes somebody in the tour bus?" Coleman says more of today's business figures "grew up with rock and roll," so "I don't feel like I'm talking French."

Despite its success, rock marketing still carries a sellout stigma for many artists.

NICK ELGAR—LONDON FEATURES

Whitney Houston is appearing in ads for the low-calorie soft drink

NATKIN—PHOTO RESERVE

A campaign from Anheuser-Busch targets young men with rockers like Phil Collins

ERET ROBERTS

The soda maker courts Hispanics with Miami Sound Machine

Neil Young's recent single, "This Note's for You," takes swipes at his more commercial compatriots. (MTV, which depends on advertising from some of the lampooned firms, first refused to air the accompanying video.) Springsteen has turned down millions of dollars' worth of product endorsements. Some artists have come to appreciate the potential risks of entering into relationships with business. Eric Clapton had Camel sponsor a tour tied to his 1983 album, "Money and Cigarettes," but was stung by the backlash from health groups and now rejects tour sponsorship. The legendary guitarist's alcoholism ultimately made a commercial for Michelob embarrassing for the artist and the brewer. As Clapton recently told Rolling Stone magazine, "I was actually in treatment in Minnesota when that came on the TV. I was in a room full of recovering alcoholics, myself being one of them, and everybody went, 'Is that you?' " Michelob had pulled the ads before the interview ran.

Sometimes the relationship between artist and patron gets downright intimate. With the group Traffic, Winwood became known for songs such as "John Barleycorn Must Die." Now his latest song, "Don't You Know What the Night Can Do?", is featured in Michelob ads, and parts of the ads appear in the video for the song. In Winwood's "Roll With It" video, a bottle sits atop a piano. The label can't be read, but the distinctive bullet-shaped bottle resembles Michelob's. Winwood's manager, Ron Weisner, hotly denies that there is a bottle of the beer anywhere in the video. Robert Goughenour, brand manager for several Anheuser-Busch brands, recognizes the familiar shape and says that while his company had not asked Winwood for a plug, "we thought it was very nice."

Many business figures shrug off the criticism. PepsiCo executive Roger Enrico says the risk of offending critics and fans by laying Pepsi's lyrics over Jackson's "Billie Jean" were outweighed by the benefit of having a multimillion-selling record tied in to their product. "It's not like Tchaikovsky writing for posterity," says Enrico. "This is pop music, and it's written on a commercial basis." Market researcher Mike Shalett, who created the Sound Data survey of music buyers to serve as a sort of Neilsen survey, points out that art through the ages has depended on commerce. He compares Michelob to the Medicis when he says, "I look at this more as corporate 'patronage' than corporate 'sponsorship'." Though bad publicity and jibes from people like Young might sting, music marketers doubt that consumers really care. "Critics are more critical than consumers," says Shalett.

Dicey proposition? A funny thing is happening to rock that could change the cozy relationship with business: politics is coming back into fashion. Performers like U2 and Springsteen take increasingly tough stands, often against capitalism and commercial exploitation. "It almost feels like the '60s coming back in a way," says Coleman. Could sponsorship again become a dicey proposition? Perhaps . . . Still, there will always be performers eager to accept a helping hand—and companies that will gladly respond, "It's only rock and roll/and we'll fund it."

JOHN SCHWARTZ *with* HARRY HURT III *in Los Angeles*

02 . 02

9109096

Apala vuelve a Europa como nuevo jefe de la ETA.
Cambio 16 (1890041)
3/12/90
España (10072)
Europa (10184)
Fae. Thé (11163)
Grupos terrorismo (11339) Terrorismo Mundial (11213)

Apala vuelve a Europa como nuevo jefe de ETA

La policía antiterrorista cree que «Apala», histórico militante de ETA refugiado durante más de seis años en América, está en Francia desde hace cuatro meses y se dispone a tomar las riendas de la organización

GORKA LANDABURU

EL rosario de detenciones de los últimos años, agudizado en los últimos meses, se ha hecho sentir. Los activistas de ETA han visto como iban cayendo, uno tras otro, todos los dirigentes históricos de la organización, que poco a poco ha ido quedando decapitada. Primero fue Lorenzo Lasa Mitxelena, *Txikierdi*. Luego, Santiago Arróspide Sarasola, *Santi Potros;* Juan Antonio Urrutikoetxea, *Josu Ternera;* José Javier Zabaleta Elósegui, *Waldo*...

En la organización terrorista los mecanismos sucesorios han funcionado siempre como un reloj. Antes de que se produzca una caída, ya está en movimiento el sustituto. Así Zabaleta Elósegui, *Waldo,* tomó las riendas de los comandos legales (los integrados por terroristas con la documentación en regla, que no están fichados por la Policía) nada más producirse la detención de *Josu Ternera,* que a su vez las había recogido de Arróspide Sarasola, *Santi Potros.*

Pero la reserva de dirigentes históricos, con autoridad moral sobre la organización, empieza a agotarse. Solamente Francisco Múgica Garmendia, *Artapalo,* goza todavía de cierto prestigio. Pero *Artapalo,* en el punto de mira de la Policía francesa, encuentra cada vez más dificultades para controlar a la ejecutiva de la organización.

El problema empieza a ser grave. En ETA, a lo largo de toda su historia, han sido siempre muy celosos de su prestigio. Los líderes han sido y son un punto de referencia fundamental para el militante de base, que se resiente cada vez que se produce una caída en la cúpula de la organización.

El futuro de *Artapalo* les produce ahora particular desasosiego. Acosado por la Policía, su detención se podría producir en cualquier momento, como ha ocurrido con sus compañeros. Si se cumple este pronóstico, aumentará el desaliento en las bases, que también están siendo acosadas en los últimos días por la Policía española.

Este conjunto de circunstancias es el que ha propiciado, según fuentes policiales solventes, que desde ETA se haya reclamado a Miguel Angel Apalategui, *Apala,* refugiado desde hace varios años en Sudamérica, para que se reincorpore a la militancia activa y se prepare para asumir cargos de responsabilidad si cae *Artapalo.*

Miguel Angel Apalategui, en Porquerolles

Fuentes de la lucha antiterrorista en el País Vasco han confirmado a esta revista que su presencia ha sido detectada recientemente en el sur de Francia, donde llegó, según estas fuentes, hace unos cuatro meses.

Apala, el último histórico de ETA, desapareció hace más de seis años del País Vasco francés. Desde entonces lo buscan afanosamente la Policía gala y la Interpol, que sólo de lejos han logrado seguir su pista, sin llegar a cercarlo ni mucho menos a detenerlo.

ESCAPAR A CANADA. Miguel Angel Apalategui, según informaciones recabadas por este semanario, viajó primero a Canadá cuando la dirección de ETA le obligó a dejar el sur de Francia. Durante algunos meses se dedicó a cortar árboles en los bosques canadienses.

El terrorista convertido en leñador cambiaría pronto de oficio y de país: los servicios de información franceses lo localizaron en Venezuela, donde trabajaba de taxista.

Su fantasma sobrevuela ahora de nuevo el País Vasco francés donde, según todos los indicios, se dispone a volver a sus orígenes: la lucha armada, en la que es un verdadero especialista. *Apala* nunca ha sido un teórico o un hombre que haya destacado en los debates internos de ETA.

Es un hombre de acción, un activista apegado a la pistola que tiene en su haber numerosos atentados y asesinatos. En su expediente policial figuran los de los empresarios Angel Berazadi y Javier Ybarra. También el del activista etarra Eduardo Moreno Bergaretxe, *Pertur,* cuya muerte, en 1976, conmocionó a todas las fuerzas políticas vascas, incluidas las del *arbertzalismo* más radical.

La vida de *Apala* es la de un activista-tipo de ETA. Nació el 16 de abril de 1955, en el caserío de Alberdi Berri, en Ataun, en pleno corazón del Goihierri, cuna de numerosos etarras.

Su lengua materna es el euskera, único idioma que ha utilizado a lo largo de su vida. Estudiante en una escuela de formación profesional, tenía 15 años cuando, en 1970 durante la dictadura franquista, el juicio de Burgos fue para él un revulsivo que lo condujo a ETA y a la lucha armada.

En el 73 entró como oficinista en la empresa de construcción de material

01-03 9109110

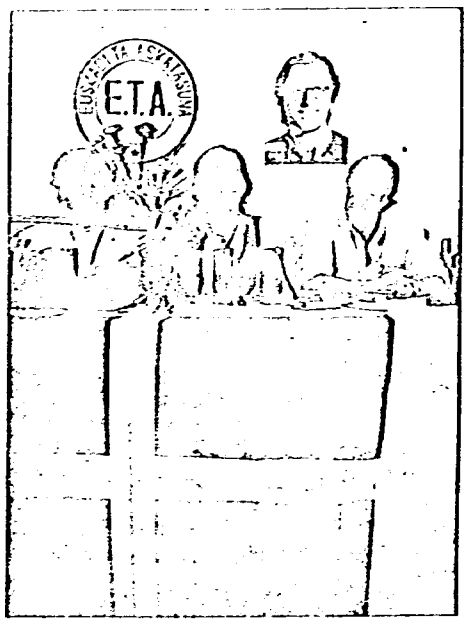
ferroviario CAF, de Beasain. Año y medio después ETA atracaba sus oficinas llevándose 14 millones de pesetas. En el transcurso del robo fue asesinado un guardia civil. A Miguel Angel Apalategui sólo le quedaba una alternativa: huir a Francia.

Así fue como entró en el engranaje del terror este joven de 1,78 centímetros de estatura, corpulento, con barba y pelo negro, especializado en la manipulación de armas.

Antes de huir a Francia había dado cursillos de armamento en los montes de Ataun y Lizarrusti a los componentes de los comandos *legales* de Legazpia y Zumárraga.

Pero es a partir de entonces, en el exilio, donde va a alcanzar su verdadera dimensión de hombre frío, calculador y sangriento. Pronto se aleja de la línea de ETA político militar que encabezaba Moreno Bergaretxe, *Pertur*, firme partidario de dejar cuanto antes las armas. Moreno Bergaretxe considera que era necesario defender los planteamientos independentistas desde plataformas exclusivamente políticas. Apalategui se convierte entonces en máximo responsable de los comandos Bereziak, los más duros de ETA político-militar. Se propone integrarlos en ETA militar.

Pero la dirección de ETA-militar ve con recelo a los Bereziak, que nadie controla y actúan por su propia cuenta. *Apala* sabe que debe hacer algo para vencer los recelos de Txomin Iturbe, entonces máximo dirigente de la organización. Para mostrar su fuerza, Miguel Angel Apalategui y los Bereziak, deciden secuestrar a Angel Berazadi, un empresario de Elgoibar al que esconden en una cueva cercana a Iciar (Guipúzcoa).



«Pertur» (al fondo) quería dejar las armas.

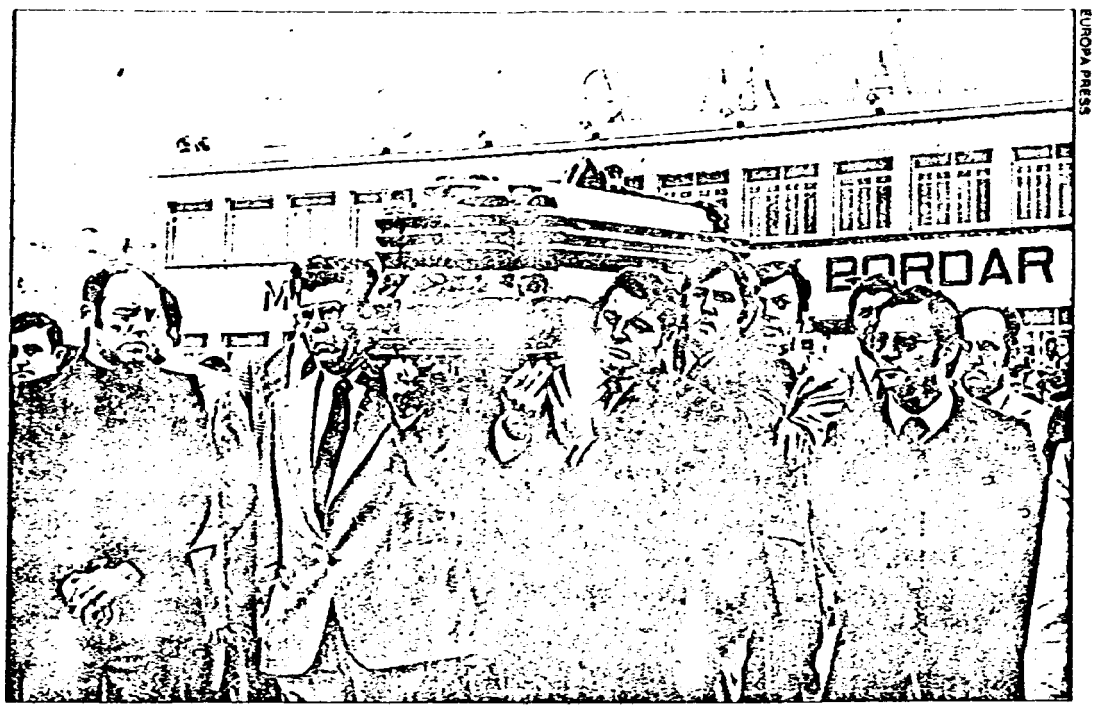
LA MUERTE DE «PERTUR». En plena negociación con la familia, y cuando parece inminente un acuerdo, desde Francia llega la orden de ejecutar al secuestrado. Dos meses más tarde, el 22 de junio de 1976, la historia se repetirá con otro empresario vizcaíno, Javier Ybarra, cuyo cadáver aparece en las faldas del monte Barazar, cerca de Bilbao. Los dos asesinatos provocaron gran conmoción en la opinión pública vasca. En el santuario francés, *Pertur* y otros dirigentes de ETA político-militar convocaron una asamblea para analizar la repercusión de estos crímenes.

La ruptura con *Apala* fue definitiva. Semanas después, cuando empezaba a tomar forma el embrión de lo que luego sería el partido EIA y más tarde Euskadiko Ezquerra, *Pertur* fue citado en Behovia, cerca de la frontera española. Era el 23 de julio de 1976. Nadie volvió a verlo vivo.

Inicialmente se atribuyó su muerte a la extrema derecha. Pero pronto, los familiares de Moreno Bergaretxe reconstruyeron las últimas horas de su vida y establecieron otras conclusiones. Se supo entonces que Miguel Angel Apalategui y *Paco*, también militante de ETA, habían acompañado a Moreno Bergaretxe desde San Juan de Luz hasta Behovia. Fueron las últimas personas que lo vieron con vida.

Pertur jamás ha vuelto a aparecer. Nadie ha reivindicado su muerte y son muchas las voces que responsabilizan a *Apala*. La versión más extendida por el País Vasco, desde hace ya largos años, es que Apalategui lo hizo desaparecer obedeciendo órdenes de la dirección de ETA-militar V Asamblea, que requería este último aval como paso previo a la integración de *Apala* y los comandos Bereziak.

Miguel Angel Apalategui, que siempre ha negado su participación en los asesinatos de *Pertur*, y los empresarios Berazadi e Ybarra, volvió a



EUROPA PRESS

El asesinato del empresario Berazadi, perpetrado por «Apala», conmocionó a Euskadi en 1976.

EL mito «Apala» vuelve a resurgir. La Policía cree que vive en el sur de Francia y ETA piensa en él para dirigir la organización si cae «Artapalo»

02 9109110

ser noticia en 1977, cuando lo detuvo la Policía francesa y el Gobierno español pidió su extradición.

El etarra se defendió con una huelga de hambre que duró 31 días. Se produjo entonces un suceso inesperado: su abstinencia voluntaria generó la mayor solidaridad que se había conocido hasta entonces en Euskadi. Decenas de miles de personas se manifestaron por las capitales vascas pidiendo su libertad. Todos, desde el nacionlismo moderado hasta los socialistas, tomaron posición a su favor. Hasta José Mari Gurutxaga, actual gobernador civil de Guipúzcoa, reconoce haber participado en aquellas manifestaciones: «Eran otros tiempos y estábamos al principio de la transición democrática», dice.

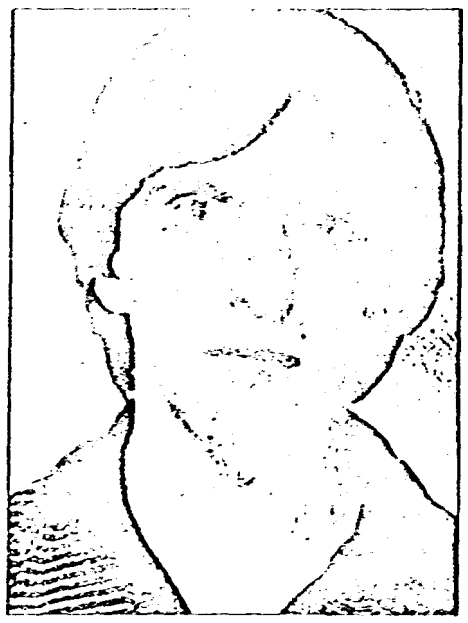
DE TRAIDOR A HEROE. En pocas semanas, *Apala* había pasado de traidor a héroe, del hombre más buscado por todas las policías en el más popular, en una víctima del Gobierno español.

Influía el contexto. El Gobierno central aún era deudo del franquismo. El caso *Apala* coincidía además con una reivindicación que entonces tenía eco en todo el Estado: «libertad, amnistía y estatuto de Autonomía».

Las presiones y las manifestaciones lograron su efecto. Los jueces de Marsella, en cuya penitenciaría estaba ingresado *Apala,* decidieron concederle la libertad provisional. El héroe acabó por convertirse en mito cuando se supo que un súbdito español residente en Valencia, Salvador Grau Lloret, acompañado por un marroquí, habían intentado matarlo. Ambos fueron detenidos en la frontera hispanofrancesa de Hendaya armados con una pistola de 9 milímetros Parabellum.

A su salida de la cárcel, Apalategui agradeció la solidaridad y explicó su huelga de hambre: «Era la única arma que me quedaba. Si no lo hacía me largaban a España». Pero el episodio no hizo variar ni un ápice sus planteamientos: «¿Se conoce algún pueblo oprimido que haya conseguido su libertad rezando el rosario? Hay que crear un ejército popular vasco muy poderoso. Tiene que estar al servicio del pueblo *abertzale* para que sea éste, en una Euskadi independiente, el que dirija los destinos de la política».

Al igual que otros mitos, el de *Apala* se apagó con el tiempo. La amnistía y las primeras elecciones democráticas serenaron los ánimos de la población vasca, que pronto comenzó a ver a la víctima como verdugo: a principios de la década de los 80 el nombre de Apalategui apareció, junto al de Lasa Mitxelena, relacionado con nuevos atentados.



«Artapalo», máximo dirigente de ETA.

La reserva de dirigentes históricos, con autoridad moral sobre la organización, empieza a agotarse. Ello produce desasosiego en ETA

La Policía sostiene que «Apala» vive.

En compañía de Andrés Izaguirre Gogorza y Francisco Javier Pie de Hierro Hormaetxea, robaron 7.000 kilos de goma-2 en el polvorín de Soto de la Marina, en Santander. Dos días antes, el mismo comando hacía saltar por los aires, en Logroño, un convoy en el que viajaban 60 guardias civiles.

ORDENES DE LA DIRECCION. Desde entonces se cree, y así figura en su ficha policial, que ha colaborado con el sanguinario *comando Madrid.* En 1980 escapó milagrosamente de los policías que lo perseguían en Rentería. Quedó en el suelo un carné de identidad falso. Dos años después se buscó su huella en las estaciones de Irún y Hendaya: como quiera que Miguel Angel Apalategui, *Apala* tiene un cuñado que trabaja en los ferrocarriles franceses, la Policía sospechó que hubiera utilizado su uniforme para cruzar la frontera.

Buscado, perseguido y *quemado,* según el argot de los terroristas, *Apala* recibe instrucciones de la dirección de ETA: ha de abandonar Francia, «cruzar el charco» y buscar refugio en América. Lo encuentra en Canadá, primero, y en Venezuela, después.

Algunas fuentes rechazan esta versión e incluso aventuran otra: que Miguel Angel Apalategui pudo morir hace algunos años. No lo cree así la Policía española. Por el contrario, los servicios antiterroristas manejan hoy información que les permite sustentar otra hipótesis: que *Apala* ha vuelto, que sus antiguos compañeros lo han llamado como último recurso.

Y ahora está pisando el continente europeo, probablemente el sur de Francia, a la espera de acontecimientos. La eventual detención de *Artapalo* lo obligaría a coger las riendas de la organización terrorista vasca, después de más de seis años de huir del País Vasco y del santuario del sur de Francia.

Todo ello a pesar de que la organización terrorista sigue golpeando, como el atentado que costó la vida a dos policías en Santurce el pasado domingo 18. Pero lo que parece claro es que ETA tiene cada vez más dificultad para encontrar nuevos activistas, sobre todo después de las detenciones que siguieron a la captura de Carmen Guisasola, responsable de la infraestructura etarra en Francia. ■

03-03

3109110

Olimpiadas de Barcelona de 1992.
Cambio 16 (15XXII)
06-05-91.
España (10079)
Fac. Sociedad (11165)

ENTRADA
SALIDA

Pasqual Maragall será alcalde en la Olimpiada

Esta semana CAMBIO16 publica la primera de una serie de encuestas sobre las intenciones electorales y los problemas que más preocupan a los habitantes de las tres grandes ciudades españolas: Madrid, Barcelona y Sevilla, protagonistas del año 1992. En esta entrega, Pasqual Maragall parte como favorito para continuar al frente de la alcaldía olímpica

JUAN GARCIA

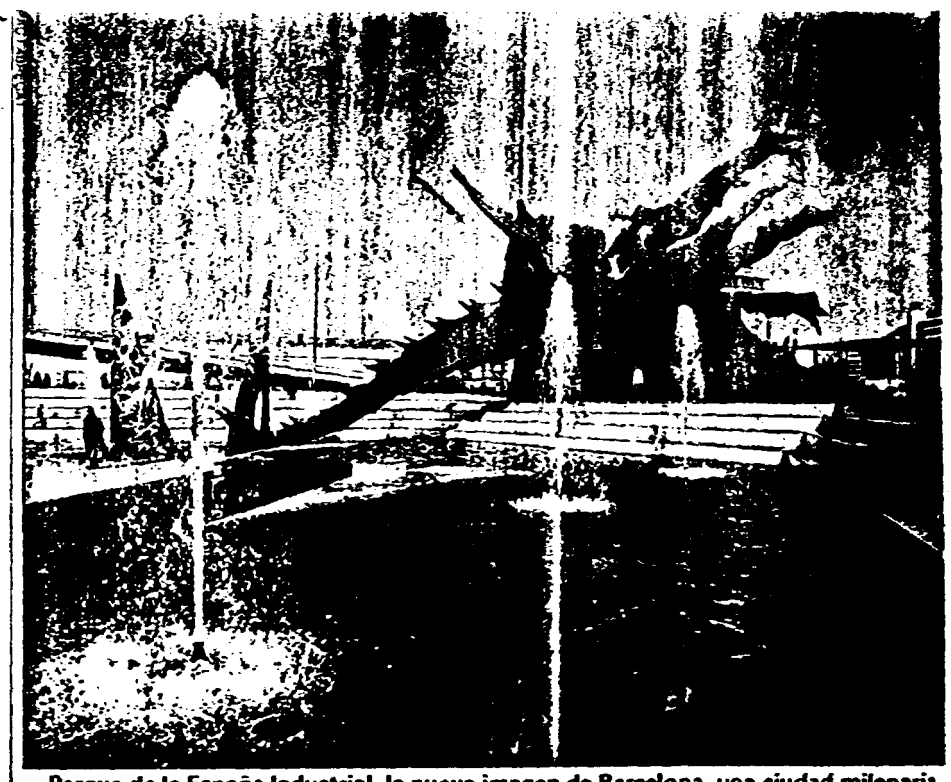
EL alcalde de Barcelona, Pasqual Maragall, está nervioso. La fecha del 26 de mayo se acerca. Esta encuesta que publica CAMBIO16 le da como claro vencedor en las próximas elecciones, sin embargo, todo político sabe que la última palabra la tienen siempre las urnas.

Todavía no ha podido olvidar la angustia que padeció en los últimos comicios municipales. Habían pasado apenas siete meses desde que Juan Antonio Samaranch proclamara a Barcelona como sede de los Juegos Olímpicos de 1992 y la ciudad vivía aún bajo los efectos de la euforia. Todos los sondeos auguraban una gran victoria de Pasqual Maragall. Pero en la medianoche del 10 de junio supo que sólo volvería a ser alcalde si renovaba el pacto con los comunistas. Fue una noche amarga para los socialistas, que perdían las cómodas mayorías que disfrutaban en las grandes ciudades.

Aquella noche la oposición leyó los resultados de esta manera: «Si Maragall no ha podido rentabilizar a su favor la euforia olímpica, es que carece del gancho suficiente para ganar las próximas elecciones».

Sus partidarios, de está otra. «Si Maragall ha sido capaz de evitar que en Barcelona se repita el desastre socialista de otras capitales, ahora cuando los efectos de la nominación olímpica aún no se ven, el futuro es prometedor: en 1991, los votantes barceloneses pasearán por una ciudad completamente remozada, que será la envidia de las otras ciudades españolas».

La Barcelona de 1991 es, en efecto, difícilmente comparable con la de cuatro años atrás. En las tres semanas que quedan para acudir a las urnas, el alcalde aún cortará las cintas de un buen número de inauguraciones. A la oposición sólo le queda el recurso de tachar de «electoralismo» los actos oficiales y de buscar bajo la alfombra maragalliana los errores políticos o de gestión.



Parque de la España Industrial, la nueva imagen de Barcelona, una ciudad milenaria.

GESTION EFICIENTE. Personas muy cercanas a Pasqual Maragall aseguran que él no quiere hacer campaña electoral, que «si por él fuera, no daría ni un solo mitin». El hombre que sustituyó a Narcís Serra al frente del consistorio quiere que el 26 de mayo los barceloneses aprueben o suspenda a la ciudad que él ha ido modelando desde entonces. La encuesta de CAMBIO16 confirma que la visión de Maragall es acertada: apenas un 15 por ciento de los encuestados califica su gestión como deficiente.

En vísperas ya de la campaña, el alcalde se sigue reuniendo cada martes con los responsables de los distintos departamentos, en lo que han dado en llamar internamente «el debate sobre el estado de la calle».

Durante estas reuniones repasan farolas, mobiliario urbano, tráfico, todo aquello sobre lo que deben responder los hombres de su equipo. La encuesta de esta revista señala que la droga es el problema más grave para los barceloneses, muy por delante del paro o la vivienda.

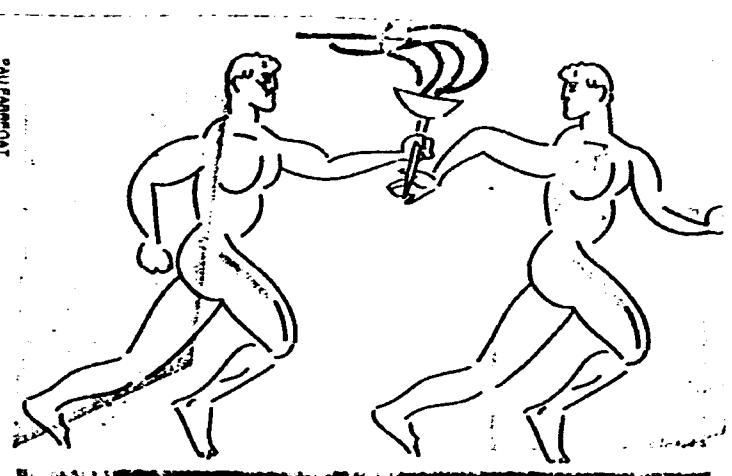
Maragall es un hombre desconcertante e impulsivo, que puede tomar decisiones inesperadas en cualquier momento, lo que irrita sobremanera a la oposición municipal, a los ministros que tratan con él y, muy especialmente, a su vecino de enfrente en la plaza de San Jaime: el presidente de la Generalitat catalana, Jordi Pujol.

Pero en este caso el alcalde sabe que su mejor activo son los hechos; no el carné del partido al que pertenece

01-06

9109111

Maragall ha transformado Barcelona con los Juegos Olímpicos.



ASI QUEDARA EL AYUNTAMIENTO

El socialista Pascual Maragall seguirá siendo alcalde de Barcelona después de las próximas elecciones, según se desprende de los resultados de este sondeo, que repiten con escasas variantes la actual composición del ayuntamiento

Partido	Votos (%)	Concejales	Votos (%) 1987	Concejales 1987
PSOE	41,3	19/21	42,5	21
	36,5	17/18	34,6	17
Partido Popular	7,0	3	7,3	3
IU	6,6	2/3	5,0	2
CDS	2,4	—	3,3	—
ERC	2,5	—	—	—
OTROS	3,6	—	7,0	—

nece. Por eso ha decidido gobernar hasta el último día de mandato y convertirlo en su mejor mensaje electoral para el 26 de mayo.

También tiene claro que ha de personalizar la campaña todo lo posible: en una ciudad estable, que vota de manera distinta en cada elección, según sea local, autonómica o legislativa, sabe que su duelo con Josep María Cullell le es más favorable en el cara a cara. Para empezar, la encuesta de este semanario establece que prácticamente no hay un solo barcelonés que no conozca a su alcalde.

La táctica de Maragall es muy hábil: consiste en poner a sus contrincantes en la obligación de criticar una ciudad de la que él se siente orgulloso, y de la que cree que también se sienten satisfechos sus moradores. Esta es la gran pregunta que él quiere hacer el último domingo de mayo: «¿Está usted contento con las cosas que se han hecho en la ciudad en estos cuatro años?».

Una persona vinculada al urbanismo oficial resumía así una reciente conversación en su despacho: «Algo ha cambiado en esta ciudad desde las últimas elecciones. En aquella época la oposición intentó echarnos en cara que en el distrito de Ciutat Vella los vecinos habían salido a la calle gritando: *«Aquí hi ha gana!»* (¡Aquí hay hambre!) y ahora Convergencia ha querido capitalizar que el otro día cien personas se manifestaron pidiendo el Tren de Alta Velocidad».

Barcelona ha sufrido una de las transformaciones más profundas de su historia. De hecho, la Ciudad Condal es una metrópolis que se mueve a impulsos, que polariza sus cambios en periodos concretos, normalmente

02

9109111-

vinculados a celebraciones internacionales: la Exposición Universal y, ahora, los Juegos Olímpicos. En medio, casi nada que le aporte un gramo de personalidad.

Los logros que Maragall va a restregar en la cara de sus adversarios políticos se distribuyen en tres grandes bloques: el descubrimiento del mar, el creciente papel de la ciudad en el mundo de los negocios y el prestigio de su espacios urbanos.

Una de las obsesiones del equipo de arquitectos que ha trabajado con Maragall ha sido conseguir que la ciudad viviera de cara al mar. Como la mayoría de las grandes ciudades costeras, Barcelona tenía ocupada una buena parte de la fachada marítima con instalaciones industriales y portuarias.

NUEVAS PLAYAS. En el verano de 1987, apenas unas 200.000 personas se bañaron en la Barceloneta, la única playa de la ciudad. El año pasado, las avionetas municipales pudieron observar a más de un millón de personas que se bañaban en las playas barcelonesas: la de la Barceloneta y las dos nuevas que se reacondicionaron en un antiguo barrio de viejas fábricas, el Pueblo Nuevo, la futura Villa Olímpica.

Por la rambla de este barrio popular desfilan en los meses de verano personas en bañador que configuran un paisaje completamente insólito. Esto es posible porque en 1989 se levantaron las vías del tren, que hasta entonces eran una barrera artificial entre la ciudad y la playa. Todo ello, incluido en los costes del proyecto de la construcción de la Villa Olímpica.

Mientras tanto, los vecinos de la calle principal de la Barceloneta han visto cómo eran derribados los viejos edificios que les impedían ver el agua, aunque estuvieran a apenas 50 metros.

La oposición no va a desdeñar la oportunidad, sin embargo, para criticar las nuevas obras en el Moll de la Fusta, la primera actuación en el viejo puerto, y que ha tenido que ser reformada apenas unos años después de su inauguración.

Otro de los logros que Maragall lleva bajo el brazo en su camino hacia las urnas es el auge de los negocios. Hace cinco años, la Feria de Barcelona se debatía en el pesimismo más absoluto, temerosa de que el recinto ferial de Madrid le quitara la cuota de mercado. Hoy, la feria es el marco de una de las muchas batallas entre la Generalitat de Cataluña y el Ayuntamiento de Barcelona. Ambas se disputan los terrenos en los que ha de ampliarse la *Fira*, que hoy brilla como en sus mejores tiempos.

Donde mejor se observa el crecimiento barcelonés es en los nuevos hoteles. Una cifra: en los últimos cuatro años se han invertido en la ciudad 70.000 millones de pesetas en hoteles —ahora hay más de 25 en construcción o ampliación— y se ha doblado el número de metros cuadrados destinados a oficinas.

El tercer bloque de méritos, el de los espacios urbanos, es el más conocido dentro y fuera de la ciudad. En Barcelona se organizó una polémica hace cuatro años acerca de si debían crearse plazas «duras» o «blandas» (cemento o césped) y hoy planifica cómo será el mantenimiento de todas ellas en el próximo quinquenio.

EL MAS VALORADO Y CONOCIDO

Maragall obtiene la mayor puntuación de todos los aspirantes a la alcaldía. Así los califican, del 1 al 10, los encuestados

Pascual Maragall PSC	Josep Maria Cullell CiU	Eulalio Vintró IC/IU	Carlos Bonet ERC	Xavier Latorre CDS	Enrique Lacalle PP
6,99	5,64	5,50	5,02	4,51	4,29

Pascual Maragall es también el candidato más conocido por los votantes barceloneses. (Porcentaje)

99,9	87,8	62,7	28,0	24,1	61,1

POCA ABSTENCION

El nivel de participación será alto

Votará con toda seguridad	73,5
Probablemente sí	12,1
Probablemente no	2,8
No, con toda seguridad	7,1
NS/NC	4,5

UN BUEN ALCALDE

La labor de Maragall obtiene una calificación positiva de gran parte de los encuestados, incluidos los votantes de otras opciones políticas. Este es el juicio a su gestión

Muy buena	11,2
Buena	32,0
Aceptable	38,3
Algo deficiente	10,8
Muy deficiente	4,6
NS/NC	3,0

ESPERANDO LOS JUEGOS

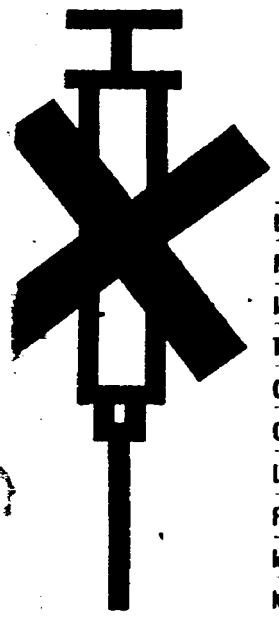
Los barceloneses están convencidos de que los Juegos Olímpicos constituirán el acontecimiento más importante para España de todos los que se celebrarán en 1992. La Expo tendrá, en su opinión, escasa trascendencia. A la pregunta, ¿cuál de estos acontecimientos tendrá mayor importancia para España?, responden:

Juegos Olímpicos	78,8
Mundial 1992	9,1
EXPO'92	7,7
NS/NC	4,5

03

9109111

EL HORROR DE LA DROGA

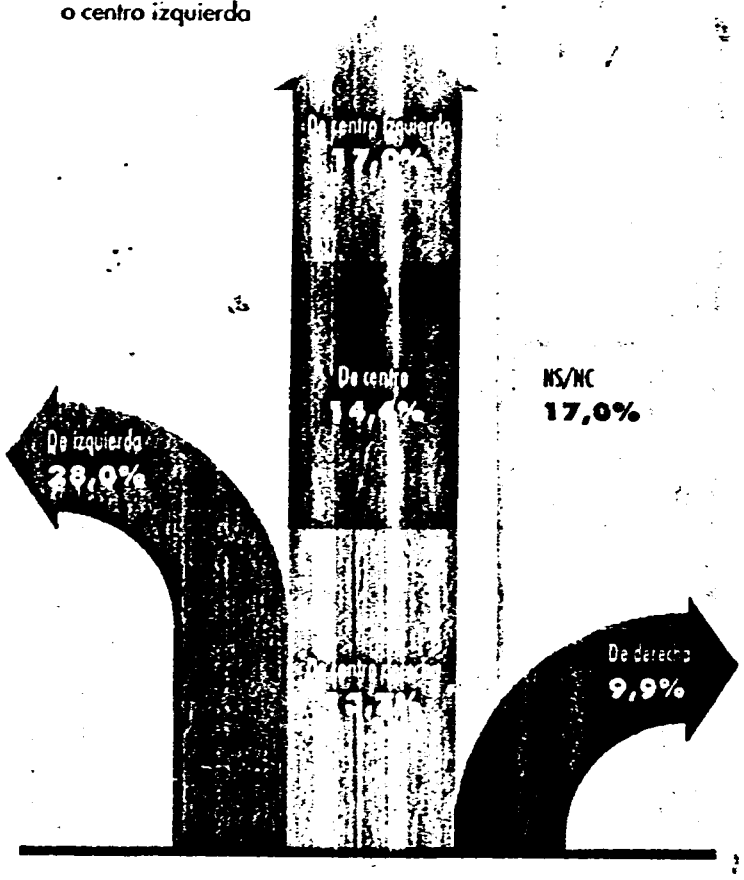


La droga, con toda su secuela de consecuencias negativas para la convivencia, es el problema que más preocupa a los vecinos de Barcelona. Más aún que el desempleo, la inseguridad ciudadana o el coste de la vivienda. A la pregunta, ¿cuál es el problema de mayor gravedad?, contestan:

La droga	43,2
Paro/falta de trabajo	13,0
Inseguridad ciudadana	11,3
Tráfico/falta de sitio para aparcar	9,8
Coste de la vivienda	8,6
Contaminación del medio ambiente	8,3
Los ruidos	2,5
Funcionamiento del transporte público	1,3
Insuficiencia de zonas verdes	0,9
NS/NC	1,2

TODOS DE CENTRO

La mayor parte de los encuentados se autodefinen de izquierda o centro izquierda



FICHA TECNICA

Encuesta del Instituto DYM. 1.009 entrevistas telefónicas en el municipio de Barcelona. Trabajo de campo realizado entre los días 16, 17 y 18 de abril de 1991. Porcentaje de error del 3%.

encuesta DYM cambio

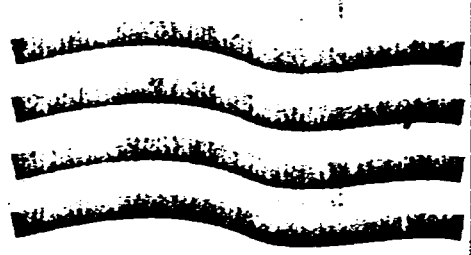
LOS QUE «PASAN» DEL 92

Casi el 40 por ciento de los encuestados asegura que no asistirá a ninguno de los actos programados para el 92. Sube, respecto a encuestas anteriores, el porcentaje de personas que piensan asistir a la Olimpiada y es notable el número de catalanes dispuestos a desplazarse a Sevilla

Asistirá a los Olimpiadas	46,3
A la Exposición de Sevilla	8,3
A Madrid, capital Cultural	3,7
A ninguno de los tres	39,6
NS/NC	10,4

El último viaje al extranjero de Maragall ha sido a Estados Unidos: recibía el Premio Príncipe de Gales de la Escuela de Arquitectura y Diseño de la Universidad de Harvard, uno de los más prestigiosos en estas materias, concedido a Barcelona por los espacios públicos realizados.

En la ciudad hay hoy más de 50 parques nuevos y lo que antes era un barrio marginal (Ciutat Vella), al borde del infierno, es hoy una zona donde se han instalado varios museos, numerosos artistas e intelectuales y en el que hay plazas donde respirar. Las bolsas de pobreza han disminuido, aunque es verdad que una buena parte no ha desaparecido sino que se ha trasladado a las ciudades vecinas. A esto y hay que añadir las realizaciones puramente olímpicas y las infraestructuras: el Anillo Olímpico y el Palau Sant Jordi, los cinturones, la torre de telecomunicaciones de Collserola y un largo etcétera.



QUIEREN MAS AUTONOMIA

Casi la mitad de los encuestados aspira a que Cataluña consiga mayores cotas de autonomía que las actuales. Un 8 por ciento aspira a la independencia y un 11 por ciento está en contra de la división de España en comunidades autónomas

Desea más autonomía que la actual	44,4
Considera suficiente la que hay	28,1
Propone suprimir las autonomías	11,0
Aspira a la independencia	8,0
A una autonomía menor	1,3
NS/NC	7,2

BARRIOS MODERNIZADOS. Es un *boom* urbanístico que ha alejado Barcelona de su imagen típica como ciudad representativa del gótico y del modernismo. Hoy es una gran urbe que se ha actualizado y que ha conseguido extender este embellecimiento a todos sus barrios.

Un economista de Iniciativa por Cataluña (Izquierda Unida) comentaba hace pocos días, tras volver de un viaje por Andalucía, que «los sevillanos son los que mejor pueden explicar la diferencia que hay entre Barcelona y las otras ciudades del 92: allí dicen que se han gastado en Sevilla una burrada de millones, pero

04

9109111

Pujol (en el centro) es el principal enemigo de los socialistas en Cataluña. Un triunfo de Maragall puede desestabilizar a los nacionalistas

sólo ha afectado a una zona, a una isla, y aquí en Barcelona las novedades se respiran en todos sus barrios, hasta en los más pobres donde se puede pasear por los parques con esculturas de artistas como Beverly Peppers, Serra, Chillida, Botero o Tàpies».

¿Cómo traducirá estos cambios en las papeletas el votante barcelonés? Esa es la incógnita inevitable. Los electores se preguntan también: ¿Esta ciudad que, ciertamente es más moderna, es más cómoda? Algunos humoristas han transformado Barcelona en *Barcelobra* en sus viñetas, para bromear sobre el suplicio que suponer vivir ahora en la ciudad.

Pero los consejeros del alcalde tienen en sus manos encuestas en las que, si bien reconocen que el tráfico y el aparcamiento se han convertido en un martirio cotidiano, estos problemas afectan más a los que vienen a Barcelona desde las grandes urbes del cinturón que a los que viven en ella: «Un 33 por ciento de los desplazamientos por la ciudad de los residentes se hace andando, un tercio se realiza en transporte público y el restante en vehículo privado», dicen. En cualquier caso, el tráfico es el único apartado en el que el alcalde es suspendido, según datos en su poder.

Así las cosas, la oposición tiene pocas posibilidades de alterar el voto barcelonés con críticas a la gestión de Maragall. Es verdad que la mejora de la ciudad podría haberla hecho, con más éxito o menos errores, un candidato de otro partido, pero es difícil ganar votos con este argumento tan abstracto. De hecho el sondeo de esta revista da a Maragall la valoración más alta de todos los candidatos: casi un notable.

LOS SOCIALISTAS, ESCANDALIZADOS. Por eso, la Generalitat ha lanzado una poderosa campaña institucional para evitar que Maragall capitalice las grandes transformaciones de la ciudad. Una propaganda que ha escandalizado a los socialistas, que se han visto obligados a anunciar la presentación de un proyecto de ley en el que se regula la publicidad de cualquier institución.

La actuación del presidente autonómico Jordi Pujol en la campaña es una de las grandes sorpresas de las elecciones en Barcelona

Lo confirma la encuesta de este semanario: la derrota de Pasqual Maragall es tan improbable como imprevisibles son las consecuencias que tendría este hecho en los socialistas catalanes.

El rival más importante de Maragall es el convergente Josep María Cullell, quien ya se enfrentó con él en las de 1987. Cullell sacó entonces los mejores resultados nacionalistas en la ciudad de Barcelona, y tan bien le fue la candidatura que durante los últimos días acarició la vara de mando del consistorio barcelonés: 3.000 votos hicieron imposible su sueño.

Entonces, Cullell reprochó a su partido que no le hubiera apoyado suficientemente, sobre todo con los medios de los que dispone el Gobierno de Jordi Pujol. Esta circunstancia parece que ha sido soslayada en esta ocasión, ya que los socialistas han presentado un estudio en el que afirman que «el tiempo dedicado a Cullell en la televisión autonómica, supera a los demás candidatos».

Cullell tiene, además, en su contra que Convergencia no le veía como su

N.º 1.015/6-5-91

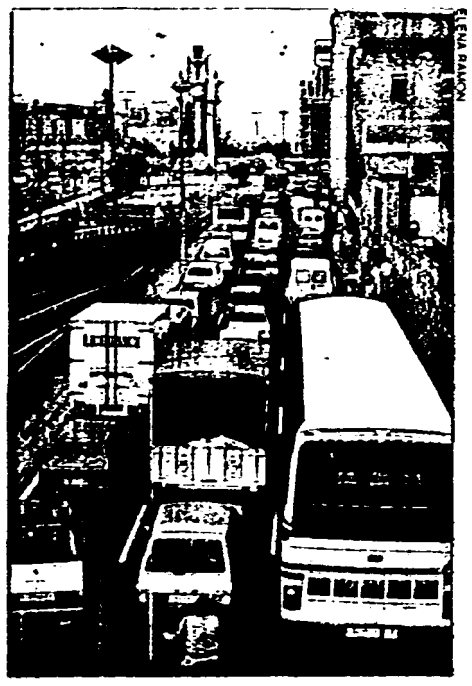
05

91091 11

mejor candidato. Pujol quería a Roca como oponente de Maragall. Pero para Roca sólo sería un primer paso: aspira a suceder más tarde a Pujol. Estos amores y desamores, más las relaciones con los socios democristianos, han dado paso a una profunda crisis en Convergencia, de resultados inciertos. Algunos de sus prohombres, como el secretario de organización, Josep Caminal, ya han confesado a sus íntimos amigos que el 27 de mayo se van.

SACRIFICIO POR EL PARTIDO. La actuación de Jordi Pujol en la campaña es una de las sorpresas en Barcelona. El presidente catalán está protagonizando los primeros compases de la contienda sin que nadie sepa bien por qué. Algunos consideran que dispone de sondeos que le predicen un mal resultado y quiere invertir la tendencia, para lo que, en un acto de sacrificio por el partido, pone en juego su prestigio político.

Otra interpretación es que Pujol conoce el carisma personal del alcalde y las desventajas en este terreno de Cullell, por lo que ha preferido oponerse él a Maragall y nivelar la balanza. De paso, politiza la campaña sacándola del terreno meramente local e introduce un componente más catalanista. Hay quien piensa, en fin, que Pujol quiere mostrar a Roca que es capaz de obtener mejores resultados.


ELENA BAYON

Al alcalde sólo le suspenden por el tráfico.

Cullell, mientras tanto, ha tenido algún patinazo. Por ejemplo, anunció la incorporación a su equipo de Ricardo Bofill para contrarrestar el fichaje de Oriol Bohígas por los socialistas: en el despacho de Bofill no quieren confirmarlo.

Las bazas de los nacionalistas para alcanzar la alcaldía dependen de que Pasqual Maragall consiga o no la mayoría absoluta y de la política de pactos de los demás partidos. El resultado que puede tener el Partido Popular es una incógnita. Hace unos meses, estaban peleándose. El partido está hoy dirigido por una gestora.

El nuevo hombre fuerte del PP, Alex Vidal Quadras, es no obstante un rival más peligroso para los convergentes que su antecesor, Jorge Fernández Díaz.

Mientras éste empleó buena parte de su liderazgo en ganar credibilidad catalanista, Vidal Quadras es un apellido de la rancia sociedad acomodada barcelonesa. El no necesita demostrar nada y está mejor colocado para arañar votos conservadores del catalanismo. El problema del Partido Popular en Cataluña es que ahora tiene un líder con pedigrí, pero le falta un partido.

La coalición Iniciativa por Cataluña es el otro interrogante de estos comicios. Todavía tiene una barrera ideológica que la limita a dos o tres concejales y su problema para enfrentarse a Maragall es que Eulalia, *Lali*, Vintró, su candidata, está empeñada en hacer una campaña positiva, porque de lo contrario entrarían en contradicción con su propia labor de gobierno como socio de los socialistas.

Finalmente, no se sabe si los independentistas de Esquerra Republicana de Cataluña lograrán entrar en el Ayuntamiento. La encuesta de esta revista aclara que en estos momentos no. Las quinielas, sin embargo, coinciden con el pronóstico que se desprende del sondeo: Maragall pronunciará el discurso de la inauguración de los Juegos Olímpicos.

Tal vez tenga razón un veterano y conocido periodista barcelonés: «Lo más interesante de estas elecciones es saber que hará Pujol el día 27. Si gana, tendrá a un hombre en el envidiable puesto de alcalde de Barcelona, cuando él aún no ha dado pistas sobre su delfín. Si las pierde, ¿qué pasará en Convergencia?». ■

Con información de María José Sangenís y Andrés Torres

06-06

3109111

Nº
TI... mayor desfalco en España
P... CAMBIO 16 (100241)
FE... 13/5/91
VI... España (100072)
Fae - Ex. (11161)

Conexiones y amistades de Pepe el del Popular

Eduardo Alvarez, *socio* del autor del mayor desfalco ocurrido en España, sostiene que el sistema que usaban «lo conocía el Banco Popular». En Santander siguen los escándalos. El PP, según un empresario, exigió dinero por una adjudicación

JULIA PEREZ/Fotos: GILBERTO VILLAMIL

DICEN en Santander que es «el socio de Pepe el del Popular», pero Eduardo Alvarez sólo admite relaciones de amistad y asesoramiento con José Pérez Díaz, el controvertido director de banco que un día abandonó la ciudad dejando tras de sí un agujero de 6.000 millones de pesetas. Alvarez, de 42 años, tiene que comparecer cada mañana en el juzgado y la Policía supone que entre él y Pepe el del Popular existía una relación «de comercio fraudulento». Las investigaciones lo señalan como la persona a la que iba a parar, a través de cheques bancarios, buena parte del dinero que José Pérez Díaz desviaba de las cuentas de sus clientes.

Eduardo Alvarez, que antes de meterse en negocios trabajaba en la Telefónica, ha decidido romper el silencio en el que se refugió el mes de marzo, cuando su íntimo amigo Pérez Díaz desapareció del mapa y la Policía le detuvo durante 72 horas por cobrar dos cheques de 51 millones emitidos por Pepe.

Alvarez, que está en libertad condicional después de haber pagado una fianza de tres millones de pesetas, asegura: «Confiaba plenamente en Pepe y hasta el día de su marcha se portó fenomenal conmigo. Me gustaría muchísimo que apareciera y que se aclarara todo».

El 26 de abril Alvarez confesó en el juzgado que el trasiego de cheques era una práctica habitual entre ambos: «Pepe me daba cheques bancarios y, a cambio, yo le entregaba talones de mis propias cuentas. Así conseguía ganar tres o cuatro días de financiación. Luego Pepe cobraba los talones. No creo que sea irregular».

Alvarez cree que estas prácticas constituían «un sistema generalizado en el banco» y no un hábito exclusivo de José Pérez Díaz. «Es una financiación muy habitual dentro de la banca o del comercio. Me asombra que siendo un sistema conocido por el banco que, además, cobraba los intereses, ahora se lleven sorpresas».

Eduardo Alvarez está en libertad bajo fianza de tres millones.

Con estas operaciones. Alvarez resolvía los problemas de liquidez de sus empresas, que abarcan desde el arrendamiento de 12 gasolineras a la alimentación, pasando por la venta de vídeos. La más importante, Agrícola Ganadera Prieto, tiene un movimiento anual de 4.500 millones, según admite Alvarez, quien explica: «Siempre he arrastrado escasez de tesorería por el crédito a los clientes de las gasolineras y porque a Campsa hay que pagarle a los nueve días. Con ese sistema podía vender más litros y ofertar otro tipo de productos».

Con frecuencia, Pepe el del Popular recorría con él las gasolineras. Alvarez justifica estas salidas: «A Pepe le gustaba pisar los negocios de todos, era su forma de ser. No hay un cliente que pueda decir que no haya estado Pepe alguna vez en su negocio». Y matiza: «No soy ni socio ni testaferro de Pepe ni nada. Soy, junto a mi familia, propietario de todos mis negocios, conseguidos con créditos».

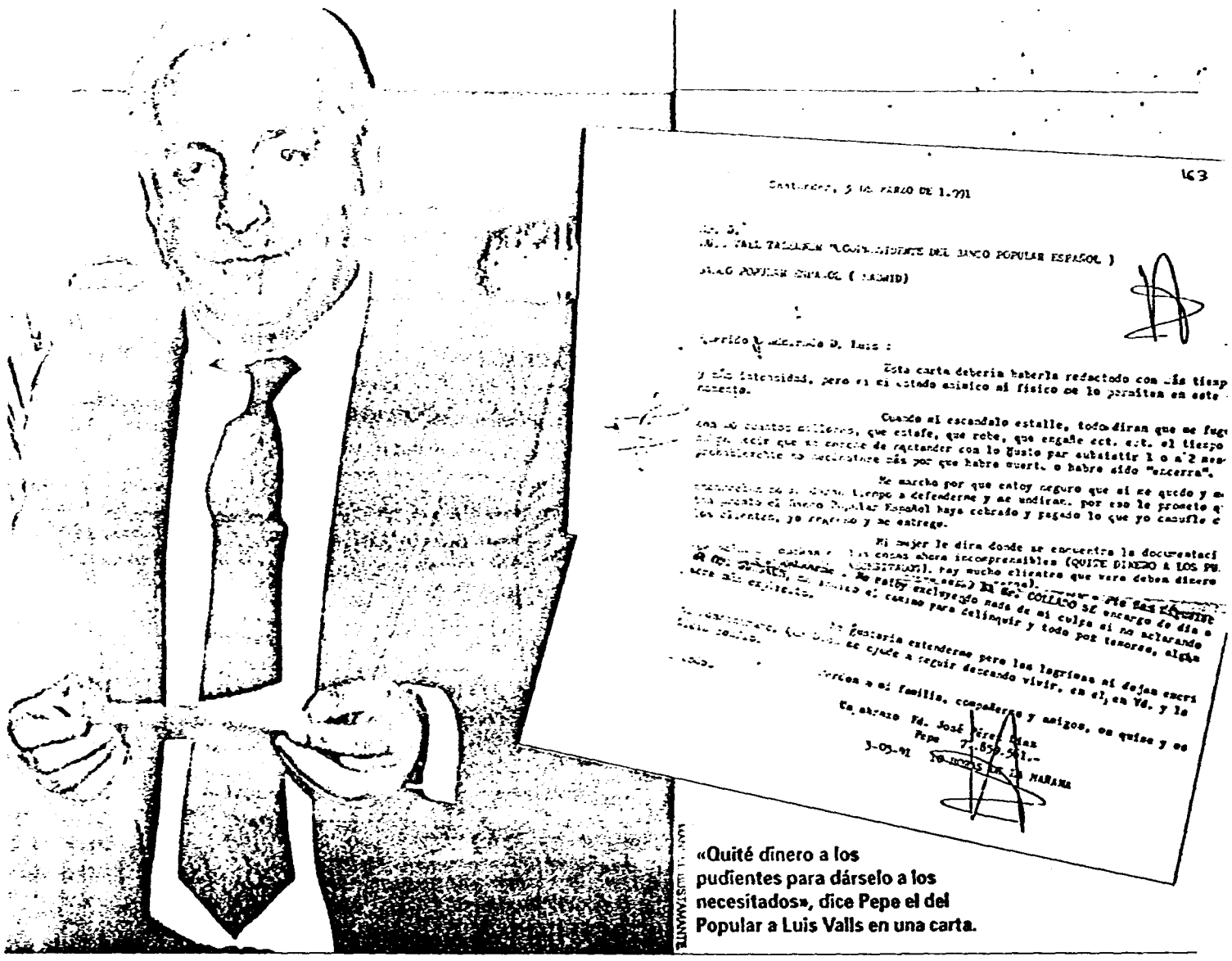
De jugar juntos partidos de fútbol sala, Pepe pasó a ser su asesor financiero bancario. «Me aconsejaba líneas de descuento y formas de financiación. No tengo elementos de juicio para valorar lo que ha hecho; no sé si el dinero se lo ha llevado él o está en el banco. Sólo sé que esto nos está perjudicando. El banco me ha bloqueado las cuentas sin orden judicial y hay proveedores que no nos quieren vender».

Alvarez asegura que Pepe es «una buena persona» y que ignora la existencia un *banco paralelo*. «No sé lo que es eso de un *banco paralelo*. Pepe estaba plenamente identificado con el presidente del Popular, que sostiene que los clientes acuden a este banco porque se les da mejor servicio. En pocos sitios te dan tal servicio como en la sucursal número 1, la que dirigía Pepe».

La sucursal número 1 sigue hoy viviendo una incómoda provisionalidad, mientras un equipo de 30 personas, enviadas expresamente de Madrid, investiga y audita el alcance del desfalco de Pepe, que sigue en paradero desconocido.

El descubrimiento del desfalco, que afecta a 200

VR
VR
01-02
9109112



163

Santander, 5 de Marzo de 1.991

Sr. D.
Luis Valls Taberner (Consejero del Banco Popular Español)
Banco Popular Español (Madrid)

Querido y admirado D. Luis:

Esta carta debería haberla redactado con más tiempo y más intensidad, pero es el estado anímico al físico que lo permiten en este momento.

Cuando el escándalo estalle, todos dirán que me fugo con mil cuantos millones, que estafe, que robe, que engañe ect. ect. el tiempo dirá. Decir que he tenido de rectificar con lo justo par subsistir 1 o a'2 meses probablemente no necesitaré más por que habré muerto o habré sido "encerrado".

Me marcho por que estoy seguro que si me quedo y me pongo a defenderme y me indigno, por eso le prometo que los clientes, yo renuncio y me entrego.

Mi mujer le dirá donde se encuentra la documentación, las cosas ahora incomprensibles (QUITE DINERO A LOS PUDIENTES PARA DÁRSELO A LOS NECESITADOS), hay mucho clientes que vera deben dinero [illegible] (Sr. COLLADO SE encargo de día [illegible] excluyendo nada de mi culpa si no aclarando [illegible] camino para delinquir y todo por temores, algún día [illegible] se ejecutó a seguir deseando vivir, en él, en Vd. y la [illegible]

Un abrazo Fdo. José Pérez Díaz
Pepe 7.858.541.-
3-03-91 10 horas de la MAÑANA

«Quité dinero a los pudientes para dárselo a los necesitados», dice Pepe el del Popular a Luis Valls en una carta.

clientes, aún conmociona a la comunidad cántabra, donde, en los últimos meses se amontonan los escándalos políticos y económicos. En febrero se produjo la suspensión de pagos de la corporación financiera Intra, con unas deudas de 35.000 millones. Después huyó Pepe el del Popular. La Policía investiga posibles conexiones entre ambos casos. Si el primero afectó a las capas más altas de la sociedad cántabra el segundo abarcó a todos: desde grandes empresarios a jubilados. Pepe incluso implicó al alcalde de Santander, Manuel Huerta, en cuyas cuentas ingresó, falsificándole la firma, un total de 2.450.000 pesetas.

Los escándalos siguen. El constructor Fidel González Cuevas denuncia en CAMBIO16 que José Luis Vallines, candidato a la presidencia del Gobierno autónomo por el Partido Popular, le exigió una *donación* a cambio de la adjudicación de un aparcamiento (ver recuadro). Por si fuera poco, unas monjas de clausura piden al presidente de Intra que les devuelva su dinero con una carta que tiene más de maldición que de ruego: «Tengo el presentimiento de que usted morirá pronto... ¡Qué bonito sería dejar las cuentas arregladas!».

M.M. [redacted] CLAUSURA
[redacted]
[redacted] (Santander), 7 de Abril de 1.991

D. José Miguel Serrano
Santander

Con lágrimas en los ojos, y el corazón apretado de dolor, le escribo esta carta.

Nuestros ahorros, nuestras dotes, depositadas con tanta confianza en Vd., parece ser que se han perdido. Pero lo malo es que este dinero también era de otras personas, familiares. Ambos disfrutabamos de los beneficios que aporta su Empresa. Y así teníamos para hacer frente a la calefacción, y obras que requiere el mantenimiento de un convento viejo y húmedo como este.

Fuimos recomendadas apor D. José Luis López Ricondo, el cual nos hizo elogios de su honradez.

Mire, D. José Miguel yo tengo el presentimiento de que Vd. morirá pronto y de un infarto. Se encontrará con Dios para rendir cuentas. ¡Qué bonito sería dejar las cuentas arregladas, y Vd. podrá devolvernos el dinero en un cheque.!

Rogaremos para el Señor tenga misericordia y le dé tranquilidad, arregle lo mejor que pueda su Empresa y pase sus últimos días tranquilo, en un sitio sosegado, con su familia. Nosotras rogaremos para que así sea.

En espera de sus gratas noticas, af affma. en Cristo

M. Concepción Garcia

Carta de infarto

LA suspensión de pagos de Intra afectó a unas monjas que reclaman a José Serrano-Goyria, presidente de la corporación, los cuatro millones que le habían confiado. Rezarán por él porque... «morirá», de un infarto y ruegan a Dios para que pase sus últimos días tranquilo.

02-02

9109112

Escándalo en la campaña electoral en España.
CAMBIO 16 (100041)
13/5/91
España (10020)
Fac. Pol (11104)
Banca Pública (11304)

«El PP me exigió una comisión»

TIENES que colaborar con el Partido Popular para la campaña electoral con 25 millones de pesetas. A cambio haremos gestiones para que se te conceda el aparcamiento». Esa fue la contundente frase que el constructor santanderino Fidel González Cuevas asegura que le dijo el vicepresidente del Gobierno cántabro, José Luis Vallines, candidato por el PP a la presidencia en las próximas elecciones.

La frase, según González Cuevas, se pronunció en una reunión celebrada en Santander en el despacho de Vallines en presencia del consejero de Industria, Francisco Pernia, y de un miembro del comité electoral del PP.

«Fue el 14 o 15 de marzo, a la 13.30 del mediodía. Yo accedí a pagar los 25 millones porque necesitaba que se me adjudicara la gestión de ese aparcamiento», relata González Cuevas. Y agrega: «A los ocho o diez días, presumo que el alcalde de Santander, Manuel Huerta, hace gestiones cerca de Dragados y Construcciones y consigue más del doble. Tengo la presunción moral de que intervinieron tanto el PSOE como el PP, porque fueron los dos únicos partidos que votaron a favor de la propuesta de Dragados».

José Luis Vallines (izquierda), acusado por Fidel González Cuevas.

González Cuevas se muestra «indignado» y ha decidido contarlo todo. «A mí nadie me había pedido nunca dinero. Esta gente que funciona con el chantaje y la deshonestidad tiene que desaparecer de la política. Mi oferta era la mejor, pero el aparcamiento fue adjudicado a otra constructora. La decisión es una flagrante inmoralidad de un individuo, Manuel Huerta, cuyas actuaciones son propias de una dictadura totalitaria».

«Eso no tiene respuesta». José Luis Vallines, ligeramente nervioso, se niega a relatar a CAMBIO16 el contenido de aquella conversación. «A Fidel le conozco desde hace muchos años y en una ocasión he estado reunido con él en mi despacho. Fue entre diciembre y ahora. No recuerdo exactamente el motivo, pero fue un asunto de mi competencia. Hablamos de temas de su interés que dependían de mi gestión y estoy seguro que de mucho más, porque le conozco desde hace muchos años».

«Soy de la tesis —agrega— de que cuando existe una conversación en una reunión entre dos o más personas donde lo que se habla no tiene por qué contarse, jamás desmiento lo que alguien dice que dije. El que me conoce, me conoce, es inútil lo que yo diga».

Fidel González Cuevas, propietario de 22 empresas, admite que tiene «una antigua amistad» con Vallines. Ha denunciado la adjudicación ante el Tribunal Superior de Justicia de Cantabria, decidida el pasado 15 de abril. «Han despreciado 3.888 millones que el ayuntamiento hubiera ingresado por la diferencia entre ambas ofertas. Además, íbamos a devolver al Ayuntamiento el aparcamiento pasados 30 años, frente a los 75 de Dragados».

En el caso de Pepe el del Popular, aún se desconoce exactamente por dónde se escaparon los 6.000 millones. Todo indica que el *banco paralelo* funcionaba en pérdida, según los estudios de los inspectores del Banco de España que han analizado hasta cinco cajones rellenos de documentación entregada a la juez, María Jesús Arroyo, por personas próximas a Pepe. Además, ha aparecido una vía de *blanqueo* de dinero a través de cheques al portador que se cobraron en la zona de Villagarcía de Arosa.

NUEVAS VIAS. En el juzgado de instrucción numero 9, de Santander, continúan las declaraciones de los afectados. Como Salvador Hoya, cuyas empresas se han quedado sin 600 millones que tenían a plazo fijo. En ese juzgado comparece a diario Bernardino Sánchez Lastra, también en en libertad provisional con una fianza de dos millones de pesetas, quien captaba fondos para Pepe desde su empresa, Profinansa, a cambio del 0,50 por ciento de comisión.

Otra de las investigaciones se centran en P. A., un inversor vinculado a la Inmobiliaria Puerto Vallarta. Acudió a una de las personas ahora afectadas, María del Mar Elorza, para comprarle un terreno en el barrio santanderino de Cueto «porque quería invertir 2.000 millones de una mexicana», recuerda ella. P.A. no lo adquirió, pero en el acto de la venta acompañó al comprador, José Carlos Chaves, empleado de la sucursal número 1 del Popular. Ahora el terreno está a nombre de Esperanza Murillo, la esposa de Pepe.

Pero los ha habido con suerte. La constructora Cenavi retiró sus cuantiosos fondos a finales de 1990, lo que les ha valido el reproche del banco. «Lo vieron venir y no nos avisaron», sostienen fuentes del Popular.

Pepe el del Popular sigue huido, aunque un abogado que representa a diversos estafados ha llegado a pedir al banco un millón de dólares a cambio de facilitar su paradero. La mujer de Pérez Díaz, Esperanza Murillo, ha hecho llegar a Luis Valls Taberner, presidente del Popular, una carta en la que Pepe justifica su actuación: «Quité dinero a los pudientes para dárselo a los necesitados». ■

01-01 VR VR 9109113

EL FUTURO DE SADDAM HUSSEIN -
SEMAL (15000)
04-03-91
IRAK: (10094)
Fac. Rel (11164)

VR
VR

¿QUE HACER CON SADDAM?

Washington lo prefiere muerto, pero cree que es mejor que los iraquíes hagan el trabajo.

Al comenzar la crisis del Golfo, en agosto del año pasado, el derrocamiento de Saddam Hussein era la meta de una minoría en la línea dura de Washington. En los inicios, Brent Scowcroft, asesor de Seguridad Nacional —recordando cuando en la guerra de Corea los Estados Unidos cruzaron el paralelo 38 y la situación se descontroló—, aconsejó al presidente Bush no apuntar más allá del retiro de las tropas iraquíes de Kuwait. Durante cinco meses la posición norteamericana era negociar con Saddam si se retiraba del emirato para seguir, luego, una política *"de contención"*.

El plan soviético, al que Bagdad prestó acuerdo la semana pasada, satisfacía muchos de los objetivos prebélicos de Washington, pero las intensas emociones y revelaciones que suele traer la guerra, crearon nuevas metas. La Guerra del Golfo no fue una excepción. Indignado por la brutalidad de los iraquíes en Kuwait, y asombrado por la magnitud de la capacidad militar de Saddam, Bush ya no se conforma con menos que la caída de Saddam, y los líderes de las naciones aliadas, están de acuerdo: el diario oficial sirio *Al-Thawra* sostuvo que *"el Ejército y el pueblo iraquíes deben liquidarlo a sangre fría"*. Los sauditas, dijo un funcionario egipcio, *"quieren la cabeza de Saddam en una bandeja"*. Y pueden conseguirla: fuentes de la inteligencia norteamericana informaron sobre la ejecución reciente de seis altos oficiales, acusados de deslealtad y pretendida cobardía. *"Cuando se comienza a ejecutar a los comandantes, en el Ejército no se interpreta como una buena señal"*, acotaron las mismas fuentes.

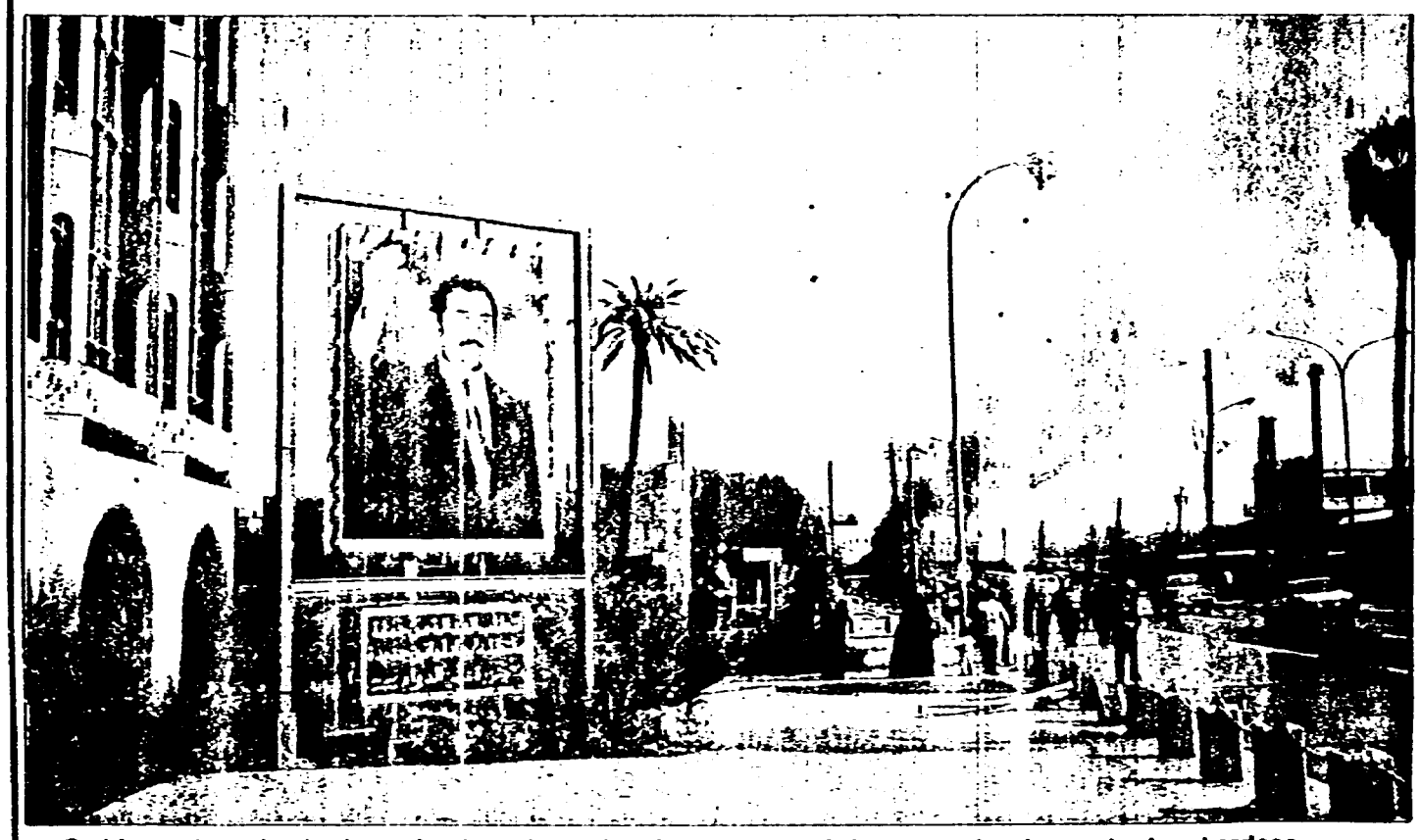
La coalición piensa que cualquier forma de supervivencia después de un mes de enfrentamiento con una superpotencia, permitiría a Saddam presentarse como un héroe ante el mundo ▶

HUMILLARLO

¿Vale la pena que Saddam salve algo de su *"rostro"*, para evitar una sangrienta guerra? ¿O vale la pena librar una guerra para humillarlo y reducir su capacidad de causar problemas en el futuro?

- **62%- Hay que humillarlo.**
- **30%- Permitirle salvar el *"rostro"*.**

Encuesta Newsweek.



Saddam saluda desde el mural: más atrás se alzan las columnas de humo sembradas por los bombardeos.

9109114

01-02

árabe. *"Si Saddam es derrotado y desalojado del poder, su llamado al nacionalismo árabe, también perderá vigencia"*, dijo un diplomático islámico en Washington. *"Pero si sobrevive como héroe de cualquier tipo, sus ataques a gobernantes como el rey Fahd y el presidente Mubarak, se tornarán más virulentos y desestabilizadores"*.

Saddam perdió mucho de la capacidad de *proyectar* su poderío militar, especialmente mediante armas químicas y atómicas. La reparación de la destrucción de la estructura bélica iraquí demandará años y billones de dólares, y el país ya tiene una deuda externa estimada en 75 mil millones. Pero, en caso de sobrevivir, Saddam controlaría, no obstante, un gran parque militar.

La oferta final de Bush —retiro en una semana— habría obligado a los iraquíes a irse con *"lo puesto"*.

La mayoría de los tanques enterrados deberían ser abandonados, junto con la artillería y los blindados averiados. Las tres semanas del plan soviético, por el contrario, habrían permitido a los iraquíes llevarse gran parte de sus materiales. La Guardia Republicana, considerada la columna vertebral de la fuerza de Saddam, está posicionada fuera de las fronteras de Kuwait. Energería dañada, pero intacta, al igual que la crema de la Fuerza Aérea, ahora estacionada en Irán, presumiendo que consiga el regreso de los aviones.

Los Estados Unidos no estarían solos en la idea de que este resultado es inaceptable. Arabia Saudita seguiría teniendo un enemigo superior en su frontera. Israel, ciertamente, objetaría la situación. Eliaju Ben Elissar, titular del Comité de Defensa y Asuntos Extranjeros del Parlamento israelí, dijo: *"Con Saddam, toda la región enfrenta una inestabilidad permanente. No puede cambiarse a un Hitler"*. Jerusalén se sentiría tentada a asestar el golpe de gracia a Irak. Y esto complicaría mucho los esfuerzos postbélicos de Estados Unidos para reconstruir la región.

Pero no hay certeza de que Saddam sea asesinado, aun siendo derrotado. Bush se rehusó a autorizar un intento de matarlo, aunque hubo esfuerzos norteamericanos para *decapitar* el liderazgo iraquí mediante incursiones aéreas a los bunkers de Bagdad. Loa aviones no hicieron blanco en él, en parte porque no se logró rastrear sus movimientos mediante interceptores electrónicos.

Los aliados deben esperar que la destrucción de la infraestructura civil y militar de Irak impulse a alguien, dentro de ese país, a hacer el trabajo. Arabia Saudita, Egipto y Siria apoyan a elementos de la dispersa oposición interna con la esperanza de estructurar una alternativa coherente a Saddam, pero hace ya tiempo que el dictador eliminó o exilió a los iraquíes con atractivo popular independiente. Y los líderes opositores exiliados tampoco inspiran confianza a los aliados.

Los iraquíes están silenciados desde hace tiempo por el empleo de delatores y un sistema ciudadosamente elaborado sobre la brutalidad y las torturas. Pero hay signos de cambio. Recientemente se informó de la muerte de dirigentes del gobernante Partido Baath, que trataban de organizar una manifestación opositora. Además de informar ejecuciones de comandantes de división en Kuwait, fuentes de inteligencia norteamericanas dicen que, aparentemente, Saddam perdió confianza en unidades regulares del Ejército que lo custodian en Bagdad. Según el senador Frank Murkowski, del Comité de Inteligencia del Senado, el dictador convocó a elementos de la Guardia Republicana, al comenzar los bombardeos.

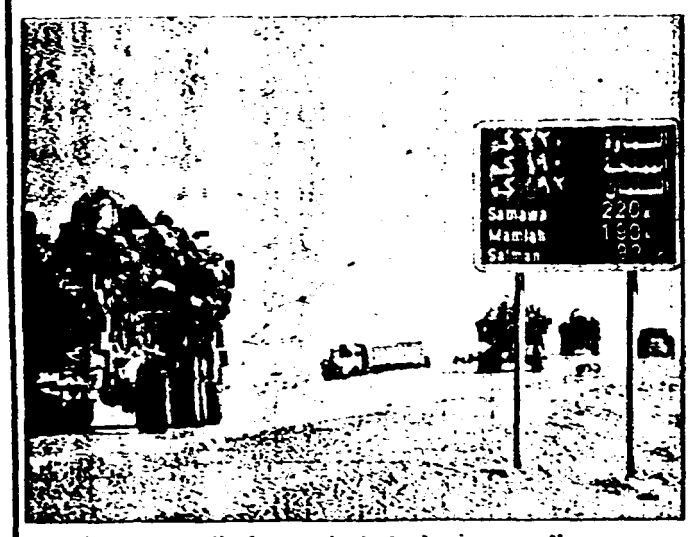
NI SIQUIERA LA GUARDIA

"La vulnerabilidad de Saddam puede haber crecido como consecuencia de la incapacidad de protegerlo de la Guardia Republicana", dijo Murkowski. En realidad, la misma Guardia puede ser sospechosa. Hace dos semanas inmigrantes iraquíes confiaron a la CIA que oficiales de la Guardia opinaban que el asesinato de Saddam era la única manera de detener los bombardeos.

Por ahora una sublevación interna en Irak parece ser una posibilidad remota. Saddam enfrentó numerosas tentativas de golpe o asesinato desde que asumió el poder, y por lo menos cinco durante la guerra con Irán. El comandante Norman Schwarzkopf dijo: *"En los últimos seis meses tuvimos numerosos informes de atentados contra su vida. En cada caso quienes lo intentaron, pagaron por ello"*. Ⓢ

Charles Lane

Copyright 1991, Newsweek



Tanques aliados en Irak: todavia no salieron.

Los Marines llegan del cielo: ataque fulminante.

02-02

9109114

la situacion en IRAK
CAMBIO 16 (1 SEPT 91)
8/9/91
IRAK (10094)
FAC. POL (11164)
FAC. MIL (11163)
SIT. INTERNA (11334)

Husein vive su final entre la guerra civil y el hambre del país

Irak es un absoluto caos. La guerra civil está costando miles de muertos. Los kurdos dominan el norte y, con ello, el 70 por ciento de la producción de petróleo. Los chiítas se han hecho con el sur. Pero EE UU impedirá que en Bagdad se instale un gobierno proiraní o que el país, moribundo por el hambre y las terribles epidemias, acabe desintegrándose

JULIO ALGAÑARAZ

POBRE Irak. Todo es ahora sufrimiento y martirio en lo que fue Babilonia, con un futuro garantizado de más devastación, nuevas privaciones y la perspectiva de un Estado nacional desgarrado por la guerra civil y la gula de los vecinos. Después de una década de gobierno de Sadam Husein que sumió al país en dos conflictos bélicos, los casi 19 millones de iraquíes sufren ahora una guerra civil que dentro de poco puede liquidar la poca vida política que le queda al dictador y a su régimen despótico.

01-04

VR
VR

9109115

¿Qué será de Irak? Edward Luttwak, experto en estrategia y consejero del Pentágono, describe la situación en términos esenciales: «En Irak, el derrumbe del régimen comporta el derrumbe del Estado. Irak no es un *país natural*, necesita un gobierno fuerte para no desintegrarse. Este es el gran dilema que tiene hoy Estados Unidos: hay que quitar a Sadam Husein del poder, pero evitar el derrumbe de Irak».

UNA JUNGLA DESPIADADA. Los dilemas del iraquí de a pie pasan por otros horizontes, más concretos y dramáticos. Bagdad es hoy una jungla despiadada. Las escasas imágenes que atraviesan las fronteras iraquíes muestran espectáculos conmovedores: las batallas entre hambrientos en los centros de distribución de víveres, los centros de las ciudades desiertos, mujeres y niños recogiendo agua de los charcos y los ríos contaminados. Un padre desesperado cambia su reloj de oro por un paquete de leche en polvo. Una bolsa de patatas equivale al precio de un televisor. El kilo de carne en el mercado negro se llega a pagar a 5.000 pesetas. En Amman, capital de Jordania, los periodistas occidentales escuchan éstas y otras historias que muchos se resisten a creer. Los más pobres llegan a entregar a sus hijos para salvarlos del hambre.

Martti Ahtisaari ha sido testigo directo de tanto desastre y escribió un informe como enviado del secretario general de las Naciones Unidas en cuanto regresó a Nueva York. Irak, afirma este finlandés de la ONU, ha dado un salto hacia atrás que, en realidad, es un despeñarse por el precipicio. Ha perdido su condición de civilización urbanizada, pero, además, no puede recuperar su pasado agrícola. Los norteamericanos han hecho, por primera vez, una obra maestra de destrucción organizada de la infraestructura que sostiene la vida comunitaria de una nación. Ahora el país carece de energía eléctrica, alcantarillado, correos y teléfono. Los hospitales prácticamente no funcionan por falta de comida, medicinas y material sanitario, mientras comienzan a extenderse epidemias de tifus, cólera, hepatitis, meningitis, malaria y disentería.

En Irak hay 770.000 niños menores de un año y 800.000 mujeres embarazadas que deben parir en sus casas en condiciones infrahumanas, según los refugiados que logran huir

9109115

Tirano y ladrón

NADIE de los que lo cuentan lo ignoraba, pero las cosas han cambiado desde que Sadam emprendió la aventura desastrosa de desafiar el poder de Estados Unidos. La prensa ha comenzado a difundir las escandalosas noticias acerca de la inmensa fortuna acumulada desde el poder por Husein, su familia y los miembros de su clan. Sólo al déspota iraquí se le atribuye un patrimonio de 100.000 millones de pesetas.

Pagada por Kuwait, la compañía neoyorquina Jules Kroll, conocida como *la CIA de Wall Street*, ha investigado durante seis meses el paradero de los fondos secretos del clan de Takrit (ciudad natal de Sadam) que constituye el núcleo íntimo del poder de Husein.

La fuente de ingresos más regular, durante 12 años, ha sido una comisión negra del 5 por ciento sobre las operaciones de venta del petróleo iraquí. Los arquitectos y administradores de la fortuna son Barzan al Takrit, hermanastro de Sadam, y Kamal Husein, yerno y primo del dictador.

A este inmenso río de recursos habría que sumar, según los sabuesos de Jules Kroll, una montaña de oro, joyas y otros objetos de valor que la población iraquí donó, para subvencionar los gastos de las dos guerras que desató el dictador.

El patrimonio del clan fue invertido a través de un sistema de empresas fantasma creadas en Europa, EE UU y Sudamérica, vinculadas entre sí. Una sociedad panameña, Montana, se hizo con el 8,4 por ciento del coloso editorial francés Hachette. Otra compañía financiera de Sadam habría logrado comprar acciones de la alemana Daimler Benz.

También en EE UU, los hombres de Sadam han invertido en empresas. Pero el cono sur ha sido el objetivo de las inversiones inmobiliarias. Terrenos llenos de ganado y cereales, pasaron al patrimonio del clan de los Takriti, junto a espléndidos edificios que rinden alquileres en Argentina, Brasil y Chile.

del país. El médico Martin Griffith, miembro de la organización humanitaria británica Salvad a los Niños, confirmó este panorama desolador después de una visita al país. Griffith informó que en Bagdad sólo se obtiene el 4 por ciento de la producción eléctrica de antes de la guerra, y está exclusivamente a disposición de las fuerzas armadas.

ODIOS HISTORICOS. La guerra civil se hace al estilo nacional, con una ferocidad que deja pilas de cadáveres y multiplica odios históricos ya bien cebados. En el norte, los kurdos (el 22 por ciento de la población) anuncian haber ocupado el 90 por ciento de sus tierras, el Kurdistán iraquí, un territorio equivalente al doble de Suiza, que posee el 75 por ciento de los yacimientos de petróleo de Irak. En el sur, los chiítas, que constituyen el 55 por ciento de los habitantes iraquíes, mantienen la rebelión ayudados por grupos armados venidos desde Irán. El régimen de Bagdad ha protestado ante las Naciones Unidas, acusando a Teherán de haber enviado unidades de *pasdaranes*, los Guardianes de la Revolución, para echar una mano a los combatientes chiítas en Basora, Karbala, Najab y otras ciudades meridionales.

Reunión de la coalición de fuerzas opositoras iraquíes en Beirut el pasado 13 de marzo.

Sadam Husein ha respondido bien desde el punto de vista militar. Seguro de que la peor amenaza viene del sur, ha enviado allí a la Guardia Republicana para sofocar la rebelión chiíta. Marzo concluyó con miles de muertos en Basora y la creciente amenaza de una intervención directa de Irán en el conflicto. En Teherán, a Sadam lo llaman otra vez *el pequeño Satán* (el grande es Estados Unidos), como lo había bautizado el ayatolá Jomeini después de que el dictador iraquí agrediera Irán en septiembre de 1980, desatando una guerra que duró ocho años.

Pero el sector pragmático del régimen fundamentalista chiíta, dirigido por el primer ministro Hachemi Rafsanjani, se opone a un abierto enfrentamiento con Irak porque sabe que EE UU no permitirá jamás la ins-

91091151

e refugiados iraquíes que, después de la guerra, vuelven a su país.

Hamadi, primer ministro.

Bakr Hakim, líder chiíta.

Un kurdo víctima de un ataque químico.

tauración de un régimen islámico de tendencia integrista en Bagdad.

Los resultados positivos de la contraofensiva de la Guardia Republicana en el sur de Irak a finales de marzo demuestran que los ardores guerreros de los grupos chiítas iraquíes, apoyados por el sucesor de Jomeini como líder espiritual, el ayatolá Jamenei, podrían terminar envolviendo a Irán en un conflicto que no está en condiciones de sostener.

El ayatoleslam Mohamed Bakr Hakim dirige la insurrección del sur desde Teherán y asegura que en marzo ya se habían producido al menos 25.000 muertos en la lucha por controlar toda la zona meridional. Como los norteamericanos han decidido derribar helicópteros y aviones, la represión se centra en un castigo artillero. La destrucción agrava el estado calamitoso de Basora, segunda ciudad y principal puerto de Irak. Karbala y Najaf, las dos ciudades santas de los chiítas, han pasado varias veces de manos gubernamentales a las rebeldes.

Estados Unidos, que ocupa en el sur el 17 por ciento del territorio iraquí, sigue enarbolando una neutralidad táctica acompañada del reiterado anuncio por parte del presidente George Bush de que «mientras Sadam Husein esté en el poder, es imposible ocuparse de la reconstrucción de Irak». Washington no quiere a Sadam; no quiere ver instalado en Bagdad un gobierno dominado por el vecino Irán; no quiere un régimen kurdo en el norte que sirva de embrión a la secular y justa —pero madre de infinitos problemas para Estados Unidos— reivindicación nacional que haga nacer el Estado nacional del Kurdistán. Tampoco quiere que la destrucción del régimen del partido único Baas, cuya fuerza principal son los sunitas que habitan en las regiones centrales, haga renacer de sus cenizas al Partido Comunista, proscrito por el dictador iraquí.

RENEGAR DE SADAM. Hace falta un régimen fuerte que se parezca lo más posible a una democracia, en la que kurdos, sunitas y chiítas estén presentes. Y gobernados por un militar que tenga buenos contactos con sus colegas de las fuerzas armadas, y que sepa darle también un futuro al aparato del Partido Baas una vez que haya renegado —como ocurre siempre— del monstruo Sadam. Por ahora, el candidato es el general exiliado Hassan Naquib, de 62 años, que espera su hora en Damasco.

Las fuerzas expedicionarias norteamericanas apuntan como una espada hacia Bagdad, el corazón del régimen de Sadam. A finales de marzo las vanguardias de la 82 División Aerotransportada, situadas a 230 kilómetros al sur de Bagdad, fueron sustituidas por dos divisiones de infantería y de la Segunda División de Caballería, con centenares de helicópteros y carros de combate Abrams. El general de los *marines* Richard Neal advirtió: «Estamos en condiciones de lanzar inmediatamente operaciones de importancia». Quiso decir: tenemos Bagdad al alcance de la mano.

Muchos observadores han interpretado estas palabras como una amenaza dirigida tanto a Sadam Husein como a los rebeldes que lo asedian. El futuro Irak deberá adecuarse a la *pax americana*. Estados Unidos anunció que instalará allí una parte del cuartel general del general Norman Schwarzkopf en el Golfo. La isla de Bahrein, situada cerca de Kuwait y Arabia Saudí, será en el futuro el alcázar de la potencia terrestre y aérea norteamericana, mientras que las aguas seguirán vigiladas —como ocurre desde hace 40 años— por una flota del tío Sam. ■

04 - 04

9109115

Las claves del éxito empresarial japonés.
Somos (152241)
18/3/91
Japón (66224)
Fac. económico (11161)

28/3/91 Somos

EL ZORRO JAPONES

Las claves del éxito empresarial japonés volcadas en la "Teoría Z".

La historia cambia. De excelentes imitadores, los japoneses han pasado a ser estudiados. . . para ser imitados. Es que a partir del indiscutible poderío de las empresas japonesas, que cada vez dominan mayores porciones de los mercados en que incursionan, los occidentales se vieron obligados a estudiar concienzudamente las claves de su éxito. De hecho, ese país, desde el fin de la Segunda Guerra hasta hoy, aumentó su productividad en más de un 400 %. El punto central para europeos y norteamericanos consistía en definir en qué se diferenciaban sus empresas de las del lejano oriente, con el fin de copiar y adecuar a su idiosincrasia mecanismos que les aseguraran mayor competitividad. Así fue como el profesor *William Ouchi*, norteamericano de nacimiento, pero de familia japonesa, formuló la teoría Z que sintetiza los secretos del manejo empresario japonés.

Para Ouchi, la gran diferencia entre unos y otros no radica en la tecnología, que antes o después se puede copiar (y en eso los nipones son insuperables), sino, básicamente, en el "management". Es decir, en el método con que se manejan y dirigen las empresas y en el cuidado de los recursos humanos. Algunas de las claves enunciadas por la teoría Z y que los yuppies occidentales intentan convertir en su credo son:

- La dirección es ampliamente participativa. El trabajo es mayoritariamente grupal. Los diferentes grupos tienen acceso a la formalización de los objetivos de cada sector. Además, pueden tomar decisiones con autonomía, siempre y cuando respeten la filosofía y las metas generales de la empresa. Las decisiones se toman por consenso.
- Encaran cada nuevo desafío con una perspectiva sistémica e integradora. Evalúan todas las repercusiones posibles de cualquier medida que adopten.
- La productividad aumenta como consecuencia de una política de confianza y respeto en las personas y conocimiento a fondo del trabajo a realizar. Se promueve la cooperación entre todos los niveles, lo cual se logra con un adecuado liderazgo y una óptima motivación.
- Existe un pacto no escrito por el cual la empresa asegura estabilidad laboral de por vida a sus empleados, pero éstos, a la vez, le brindan su máxima lealtad. Saben que su éxito personal está vinculado al de la empresa. Cambiar de trabajo y pasarse a otra firma que ofrezca mejores condiciones, es una actitud transgresora entre unos pocos jóvenes japoneses. Los mayores lo ven como una especie de traición por la mentalidad tradicional japonesa.
- Como consecuencia de lo anterior emplean prácticas administrativas que fomentan y promueven la confianza en las relaciones humanas. No se puede trabajar toda la vida en un lugar en el que no se está cómodo.
- Ninguna empresa japonesa reduce su personal. Si sobra gente la capacita para incursionar en otros mercados.
- Los empleados son incentivados a participar y dar ideas para el mejor funcionamiento de la firma.
- La competencia es muy fuerte; pero si no consiguen derrotar a sus contendientes, buscan realizar alianzas con ellos.
- Como un buen símbolo, en japonés para decir cliente o invitado se usa la misma palabra: *okiakusama*.

Laura Sverdlick

01-01

9109116

Japón debate hacia dónde orientar ayuda económica.
ESTRATEGIA (USADOS 30050)
11/7/91
Japón (66224)
Fin. Económica (1161)
Rel. Int. (11359)

EE.UU. lo superó en 1990

Japón debate hacia dónde orientar ayuda económica

En 1989 Japón ubicó su Asistencia Oficial al Desarrollo (AOD) en 8 mil 970 millones de dólares y se ubicó como el mayor donante del mundo, lugar que declinó en 1990. Actualmente, los cuatro ministerios que administran la AOD, cuestionan la concentración de la ayuda nipona a Asia y se plantean orientarla en forma más ideológica por encima de los criterios geográficos.

Japón, que acaba de perder el trono de mayor donante de ayuda del mundo, planea recuperar su sitial aumentando su asistencia oficial al desarrollo (AOD).

Pero en qué cantidad y con cuánta rapidez aumentará la AOD es tema de acalorado debate en Tokio entre los cuatro ministerios de gobierno que administran la ayuda.

El gobierno japonés también considera si acaso debe abandonar su criterio para dispensar ayuda, en respuesta a las críticas de que la AOD se concentra demasiado en una región, Asia, y que debería ser orientada más ideológicamente. Esta semana, la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), el "Club de los Ricos" integrado por 24 naciones con sede en París, anunció que en 1990 Estados Unidos superó a Japón como el mayor donante de ayuda del mundo.

Las cifras de la OCDE mostraron que el año pasado Japón gastó nueve mil 90 millones de dólares en ayuda exterior. La OCDE no anunció el total aportado por Estados Unidos debido a una disputa en torno a cuales asignaciones se debía incluir, pero indicó que se aproximaría a los 10 mil millones de dólares. En yenes, la AOD de Japón en 1990 creció 8,2 por ciento, pero en dólares subió solo 3,1 por ciento de los ocho mil 970 millones de dólares dispensados en 1989, cuando Japón superó a Estados Unidos y surgió como el mayor donante de ayuda del mundo. Como porcentaje del Producto Nacional Bruto (PNB), la ayuda de Japón ocupó el décimo segundo lugar en el mundo. La relación de Japón no varió de su 0,31 por ciento, por debajo del promedio de las 18 naciones miembros del Comité de Asistencia de la OCDE, que subió de 0,33 por ciento en 1989 a 0,35 por ciento en 1990.

UN CAMBIO SIGNIFICATIVO

En los próximos años esto podría cambiar significativamente si fructifica el actual esfuerzo por aumentar la ayuda japonesa.

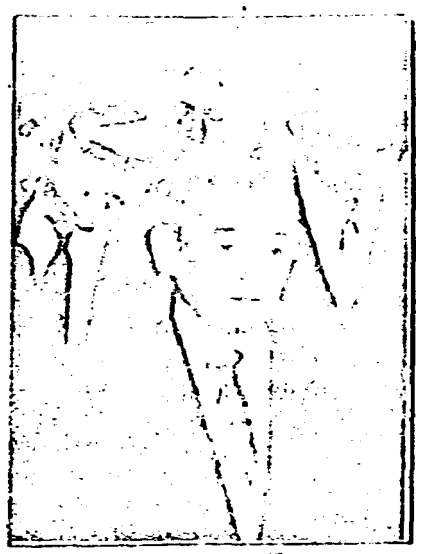
El ministro japonés del Exterior, Taro Nakayama, sugirió a comienzos de este mes en París que Japón aumentaría su AOD a entre uno y dos por ciento del PNB e impondría un "nuevo impuesto de contribución internacional" o bien alzaría el impuesto a la venta nacional, para financiar el aumento. En Tokio, esa sugerencia cayó como bola de plomo. El ministro de Finanzas proclamó que es imposible financiar y administrar un aumento tan enorme. Destacó que subir la relación AOD-PNB incluso a uno por ciento implicaría casi triplicar los niveles actuales llegando a 29 mil millones de dólares. Varios países europeos asignan porcentajes de ese tipo para ayuda exterior: Noruega 1,02 por ciento, Dinamarca 1,0 por ciento, Suecia 0,98 por ciento y Holanda 0,94 por ciento, pero el Ministerio del Exterior japonés recalcó que todos tienen economías mucho más reducidas.

Una relación más probable de lograr para Japón en los próximos años es la meta de 0,7 por ciento fijada por Naciones Unidas hace 20 años. El Ministerio del Exterior tiene un "plan piloto" para alcanzar esa meta en 1997, señaló un funcionario.

UN CRECIMIENTO DEL 5,5% ANUAL

Pero para hacerlo, Tokio tendría que subir el presupuesto de su AOD por lo menos en 20 por ciento cada año hasta 1997-98, y la economía japonesa tendría que crecer 5,5 por ciento anual, según estimaciones del Ministerio del Exterior.

"Si todo va bien, Japón estaría aportando 30 mil 300 millones de dólares en 1997", dijo un alto funcionario de la AOD.



Taro Nakayama, un canciller generoso.

En la entrega futura de ayuda, Japón podría seguir nuevas políticas que Tokio está estudiando adoptar.

En abril, el primer ministro, Toshiki Kaifu dijo que Japón comenzaría a evaluar los pedidos de ayuda de acuerdo con cuatro criterios: gasto militar, promoción de la democracia, esfuerzo para introducir economías de mercado y derechos humanos.

Esto lo anunció Kaifu al término de la guerra del Golfo, cuando Japón prometió jugar un papel más definido en la conformación del llamado "Nuevo Orden Mundial".

Seiji Kojima, director de la división de Investigación y Programación del Ministerio del Exterior, advirtió que cada país sería estudiado "caso a caso". Hasta ahora, Japón ha dispensado su ayuda sobre una base no ideológica, siguiendo dos principios básicos: necesidades humanitarias y deseo de fomentar el desarrollo económico. Persiguiendo el segundo objetivo, ha enfatizado la estabilidad del mercado y el retorno de la inversión. Este nuevo énfasis en la ideología parece haber provocado un fuerte disenso al interior de los ministerios que controlan la AOD de Japón, dejando poco en claro que efecto podría tener. A comienzos de este mes, funcionarios anónimos del gobierno fueron citados diciendo que Tokio seguiría refrenándose de emitir juicios políticos acerca de los receptores de ayuda y que no reduciría o suspendería la AOD a países con altos presupuestos militares o malos informes sobre derechos humanos.

Tokio, (IPS/Robin El Sham)

11/7/91 49 ESTRATEGIA
VR
VR

01-01

9109117

Mitterrand celebra entre escándalos su decada presidencial..
CAMBIO 16 (15241)
15/5/91
Francia (105903)
Fac. Pol (1164) Geb. Vce (113092)

Mitterrand celebra entre escándalos su década presidencial

La última década de la historia francesa ha estado marcada por la personalidad de Mitterrand. Un artista político, que ha logrado acabar con la oposición, se ha adaptado a los cambios electorales para conservar la presidencia y ha cultivado una imagen intachable. Pero los escándalos políticos y financieros y su enfrentamiento con Rocard merman su popularidad

ANDER LANDABURU, París

A pesar de su timidez, dicen que de niño le gustaba sorprender afirmando: «Quiero ser rey o papa». François Mitterrand, con su actual grandilocuencia real y sus gestos de arzobispo, tiene algo de ambos, y sus íntimos afirman que nació para ser presidente. El es todo un monarca republicano —obsesionado por la estela histórica del presidente Charles De Gaulle—, al que los franceses, en todos los sondeos de opinión, le otorgan su confianza llamándole popularmente *Tonton* (tío) o *Dios*.

Al presidente no le disgusta la celebración de sus diez años como inquilino del palacio del Elíseo. No obstante, y a pesar de las cotas de una popularidad reencontrada por su postura en la guerra del Golfo, Mitterrand ve desde el pasado mes cómo ese apoyo se está desvaneciendo por los escándalos político-financieros que salpican al régimen y a alguno de sus colaboradores próximos.

Si para los socialistas, que ven con cierto temor acercarse las elecciones legislativas de 1993 (aunque *Tonton* siga otros cuatro años en el poder), el balance de esta década mitterrandista es «globalmente positivo», para la oposición conservadora el resultado es todo lo contrario.

Una derecha que, diez años después del triunfo socialista, sigue enferma por la derrota de 1981 e intenta, desesperadamente, unirse para poner fin a la era Mitterrand. A los que esperan el final de su reino, el presidente suele reconocerles que «esperar diez años es largo». Y habla con conocimiento de causa. Lo hizo durante 25 años, desde aquel mes de mayo de 1958, cuando su enemigo el general De Gaulle tomó el poder de forma poco ortodoxa.

Por fin tomó la revancha y cuando el 10 de mayo de 1981, tras haber sido el artífice de la reconstrucción de la izquierda francesa con un renovado Partido Socialista, François Mitterrand llegó al poder, instauró «el socialismo a la francesa», con una serie de medidas, como las famosas nacionalizaciones, que pronto se convirtieron en un gran fracaso.

DOGMATISMO SOCIALISTA. Pragmático frente al coste económico que supusieron aquellas medidas de los dos primeros años de dogmatismo socialista, el presidente cambió de rumbo y de primer ministro. Mientras asfixiaba y marginaba al Partido Comunista, partícipe en esa inicial unión de la izquierda, *Tonton* se acercaba a la Administración norteamericana con una acérrima defensa de las tesis atlantistas, borrando las viejas querellas gaullistas con Washington, y defendía, al igual que la ex primera ministra británica, Margaret Thatcher, al nuevo presidente soviético Mijail Gorbachov.

Pero, poco antes de la derrota electoral de su partido en 1986, Mitterrand tuvo que enfrentarse con el primer escándalo de su mandato: dos espías franceses hundían el barco Rainbow Warrior en aguas neozelandesas, para evitar que los verdes de Greenpeace prosiguiesen con su campaña de condena contra los experimentos nucleares en esa región. En junio del 1988, tuvo un nuevo revés político al que hacer frente: las protestas de los canacos independentistas en la colonia francesa de Nueva Caledonia.

Decepcionados por el incumplimiento de sus promesas, contenidas en su programa electoral de las «110 propuestas», y por una situación económica que aumentaba las injusticias sociales, los electores dieron la espalda a esa experiencia socialista, votando mayoritariamente a la derecha, e incrementando peligrosamente los votos de los seguidores del ultraderechista Jean-Marie Le Pen.

El presidente, a pesar de esta humillación, no siguió el ejemplo del general De Gaulle: no dimitió y, como buen alumno de Maquiavelo, utilizó una de sus frases preferidas: «Hay que dejar tiempo al tiempo».

En esos dos años y aunque el ex primer ministro socialista Pierre Mauroy afirme hoy, al recordar el periodo de colaboración con la oposición, que fue «una prueba terrible para el jefe del Estado...», éste llevó hábilmente la alternancia de la derecha en esos meses de *cohabitación* con Jacques Chirac.

APROVECHAR LAS RIVALIDADES. Astuto y olvidando sus promesas electorales de reducir el mandato presidencial a cinco años, o de mantenerlo en siete pero sin la posibilidad de reelección, *Tonton* preparó en secreto su nueva candidatura, obligando a sus íntimos a reconocer que el presidente «no siempre hace lo que dice, y tampoco dice lo que hace».

Como en 1981, volvió a salir elegido gracias a la rivalidad entre los dos líderes de la derecha, Jacques Chirac y Valery Giscard d'Estaing, y al espíritu conservador de la mayoría de los franceses que consideraban que Mitterrand representaba la imagen del «padre tranquilo» y de «presidente árbitro», por encima de la *melée* de la oposición, y defendía correctamente los intereses de Francia en el concierto internacional.

Los éxitos en política exterior y en

VR
VR

01-02

9109118

cultura de los últimos años «son la expresión del dinamismo de Francia y de su presidente», según sus más íntimos colaboradores. Y aunque siguió vendiendo armamento, Mitterrand continuó mostrándose celoso de su imagen de «portador de ideales» y de «defensor de los derechos humanos en el mundo».

Con habilidad pasmosa supo desmarcarse de sus propios gobiernos (del de Chirac o del de Rocard), como lo hizo el pasado año a raíz de los disturbios estudiantiles; o mostrarse discreto, cuando sus próximos colaboradores se metían en chapuzas. Si el descontento se generalizaba entre la opinión pública, este maestro del *zigzagueo* político se las apañaba para cambiar de política económica o de primer ministro. Guión que podría repetirse ahora, en vísperas de su décimo aniversario en el palacio del Elíseo, por el enfrentamiento con su actual primer ministro Michel Rocard.

Aniversario que coincidirá, con cierta similitud al caso español, con un refuerzo de su imagen en el exterior y un gran deterioro en el interior, y cuyo balance político está muy lejos de contentar a los franceses, inmersos en un desencanto que recuerda a las peores épocas de la presidencia de Valery Giscard d'Estaing.

Para la oposición, que tilda esta década como la de la «mediocracia», este periodo está marcado por el aumento de las desigualdades sociales (más de 2,5 millones de parados), la degradación de la imagen de los políticos, el fracaso de la política escolar y, sobre todo, los escándalos político-financieros.

NUNCA como hasta ahora se ha tenido la impresión en Francia de que la política era el terreno privilegiado de la corrupción», afirma el político galo Bernard Stasi

Este último capítulo está alcanzando cotas preocupantes en la vida democrática francesa, inmersa ahora en el retroceso de la moralidad pública y en el reino del dinero. «Aún peor —dicen los detractores del presidente Mitterrand— el poder socialista ha nutrido el hastío y el rechazo de la población hacia la clase política, con la proliferación de los *affaires*, los golpes bajos de la financiación de los partidos, la desacreditación de la justicia y la educación, que pierde cada día su dignidad». Muchos socialistas decepcionados también muestran su disgusto, como el contestatario diputado y escritor Max Gallo, quien afirmaba recientemente que se podía haber esperado algo más de «virtud republicana» de las actuales autoridades.

Los electos, preocupados por su reelección, gastan sin medida. El dinero se vierte a chorros y el tráfico de influencias se acerca peligrosamente a las esferas del Gobierno. «Jamás los franceses han tenido la impresión como ahora de que la magistratura era tan dependiente del poder, y que la política era el terreno privilegiado de la corrupción», dice Bernard Stasi, vicepresidente del Centro Democrático Social (CDS).

TRAFICO DE INFLUENCIAS. Escándalos no faltan: la expulsión del alcalde de Angulema, Michel Boucheron, del Partido Socialista por malversación de fondos públicos; la destitución del inspector de Policía Antoine Gaudino que denunció en un libro las implicaciones de la sociedad Urba-Graco en un asunto de falsas facturas y tráfico de influencias para financiar la campaña electoral socialista; y la más reciente polémica en torno al juez Jean Pierre, depuesto de sus funciones en la investigación de una filial de Urba.

La independencia de la justicia ha sido puesta en entredicho y el papel del actual ministro de Justicia, Henri Nallet, contestado por su antigua implicación en la campaña electoral de Mitterrand, de la que era tesorero. Su precipitada decisión de quitarle el caso al juez Jean Pierre, ha incrementado las sospechas, y ha ofrecido un banderín de enganche a la oposición, que aprovechará la ocasión para aguar la fiesta del décimo aniversario de la actual presidencia.

Como «monarca republicano» y hombre de sentido común, el presidente de la República no ha querido entrar en polémica. Se mantiene al margen esperando que las aguas vuelvan a su cauce, y dispuesto, si es necesario, a sacrificar a quien sea en el momento oportuno.

Al margen de la lucha para su sucesión, que está diviendo a su partido, Mitterrand no revelará el nombre de su pupilo ni sus intenciones hasta dentro de cuatro años. Y, aunque nadie cree que al borde de los 80 años el viejo *Tonton* pueda aspirar a un nuevo mandato, tampoco hay quien esté dispuesto a desmentirlo. «Es imprevisible», dicen.

La política de Mitterrand siempre se ha apoyado sobre unas constantes previsibles, a pesar de sus giros y cambios: la marcada hostilidad al gaullismo, el acoso a los comunistas, la fidelidad a la OTAN y a Europa, el apego a los derechos humanos y el respeto estricto de las formas legales. Pragmatismos que demuestran la metamorfosis del proyecto socialista desde el 10 de mayo de 1981. ■

02-02

9109118

Francia Fortalecida después de la guerra
Vision (15204)
10/4/91
Francia (65903)
Fac. Pol. (11164)
Conflicto Irak. Kuwait (11536)

10/4/91 vision

Francia, fortalecida después de la guerra

DE PARIS: Jamás un presidente de Francia había sido tan popular como lo es ahora François Mitterrand, al mandar a las tropas francesas a combatir junto a las estadounidenses en la guerra del Golfo. El hombre de la calle, el francés común y corriente, apoyó a tal punto a su mandatario que los observadores se preguntan si el antiamericanismo fomentado en este país durante decenios por el comunismo y por el gaullismo ha ido a parar a los basurales de la historia de manera provisional o por un largo tiempo.

AP/Lasserpoio

Mitterrand, con los bonos en alto

Los soldados franceses están regresando y son recibidos como héroes, bandas de música en los pueblos, abrazos y besos. Sin triunfalismos excesivos, pero con orgullo y alegría, con la misma manifestación de solidaridad que se dio durante la guerra, cuando los comités de apoyo les enviaban cartas y regalos, dibujos que hacían los niños en las escuelas.

Francia revive y rejuvenece. Un nuevo brillo para las fuerzas armadas. Un triunfo político para Mitterrand. Una derrota para los líderes de la oposición de derecha, Jacques Chirac y Valéry Giscard d'Estaing que, amordazados, tuvieron que seguir la tendencia general tras el presidente socialista. Vergüenza para la extrema derecha y los comunistas que defendieron los intereses de Saddam Hussein contra la alianza occidental.

La juventud francesa "sorprendió" por su energía revelada por las encuestas: un 70 por ciento de los jóvenes de 16 a 22 años apoyó la intervención aliada contra el régimen iraquí, un 77 por ciento declaró que la guerra se justificaba porque se tenía que "hacer respetar el derecho internacional", y un 53 por ciento mostró un notable realismo al sostener que la guerra se justificaba "para mantener el aprovisionamiento petrolero de los países occidentales".

La victoria fue limpia. No hubo ni siquiera manifestaciones racistas en contra de los centenares de miles de musulmanes que viven en Francia, muchos de los cuales apoyaban a Saddam Hussein.

Un 68 por ciento de la población estima que Francia salió fortalecida y que, habiendo desempeñado un papel honorable junto a Estados Unidos en la guerra, podrá tener una actuación diplomática destacada en la búsqueda de una solución de paz en el Medio Oriente.

Pero la posguerra, para los franceses, es principalmente económica. Desean que sus empresas participen en la reconstrucción de Kuwait compitiendo con las estadounidenses y las inglesas.

El hombre de la calle, inquieto porque el número de cesantes —superior a los dos millones— tiende a aumentar, estima (un 56 por ciento) que la próxima guerra tendrá que ser contra el desempleo, y ésta deberá resultar victoriosa. (*Raúl Zamora*). ■

VR
VR

01-01

9109119

Renunció el Ministro de Relaciones Exteriores de la URSS, Shevardnadze.-
Visión (1 pág 24)
16/1/91
URSS (1 pág)
Fac. Pol (1 pág)
Sob. Nac. (1 pág)

El ex canciller se pregunta: ¿quién estará detrás de los reaccionarios?

Amarga despedida de Shevardnadze

DE MOSCU: Aciago destino parece esperar a Mijail Gorbachov. La renuncia del encargado de las relaciones exteriores de la Unión Soviética, Eduard Shevardnadze, significó la ruptura de una asociación pilar del programa de reformas, y pone de relieve el creciente poderío de los sectores conservadores del Kremlin.

En su último mensaje a correligionarios y opositores el canciller, figura clave en la terminación de la Guerra Fría, previno sobre el peligroso "avance de la dictadura"; y preguntó: "¿Quién está detrás de estos camaradas? ¿Por qué nadie los refuta?".

Luego de la partida de Shevardnadze, se aceleraron cambios que, apoyados por el Congreso de los Diputados de la URSS, atribuyen a Gorbachov la mayor concentración de poder que ha tenido un jefe de Estado en la historia de la Unión. Entre otras reformas destaca la sustitución del Consejo de Ministros por un Gabinete de Ministros, fortalecimiento del Consejo de la Federación, así como convocar a plebiscitos sobre el Nuevo Tratado de la Unión y la propiedad privada de la tierra. Por último se dio pauta a la creación del puesto de vicepresidente, que recayó en el candidato del presidente, Guennadi Yanaev, miembro del Buró Político del Partido Comunista (PCUS) e identificado como de la *vieja guardia* partidista.

La mención de Yanaev causó sorpresa y desasosiego en virtud de que su posición es diametralmente opuesta a la del ex canciller Shevardnadze, quien hasta poco antes de su renuncia era el candidato idóneo para la vicepresidencia, según lo manifestó Gorbachov, premio Nobel de la Paz 1990.

Yanaev autonombrado "radical realista" y "comunista hasta el fondo de mi alma", avisa que no será "una figura decorativa" al lado de Gorbachov. Los legisladores por su parte advierten que la nueva figura política es muestra de la intromisión de un "comisario" del PCUS y un freno al proceso reformista. ■

01-01

9109120

Yugoslavia a favor de la separación.
Vision (159044)
16/1/91
Yugoslavia (67477)
Rep. Yugoslavas (10183)
Factor Político (11164)

Año clave para Yugoslavia

DE BELGRADO: Santa Claus les dejó un amargo regalo a los yugoslavos: cerca del 90 por ciento de los electores eslovacos están a favor de la separación gradual de la República de Eslovenia de la Federación, según un referéndum realizado en aquella población.

Avivados por la apertura democrática y protagonistas de años de frustración económica y política, los ánimos de seis pueblos y cerca de 20 minorías étnicas que conforman Yugoslavia apuntan hacia la desintegración del país.

Eslovenia, por mucho, la región más rica de toda la Federación, fue la primera en romper con el régimen socialista imperante. En enero de 1990 dio el primer paso al abandonar el Congreso Extraordinario de la Liga de los Comunistas. En abril llevó a cabo las primeras elecciones libres después de medio siglo de monopartidismo. La consigna: soberanía, autonomía e independencia.

Hoy condiciona su permanencia a cambio de una sustancial modificación de los términos que rigen a las seis repúblicas. La propuesta: vivir bajo una confederación, o libre asociación de Estados soberanos, lo que le permitiría reforzar su soberanía y buscar una vía propia de desarrollo.

Mientras tanto, el destino del primer ministro de la Federación, Ante Markovic, se encuentra en el filo de la navaja. El croata ha pedido una congelación salarial como medida para contener la inflación, además de preparar una posible devaluación de la moneda nacional, el dinar.

Al desafío que significa Eslovenia, se suma el descontento manifestado por Croacia. Enfrentadas ambas a la República de Serbia, que pugna por el fortalecimiento del poder central desde Belgrado.

Esta disputa, advierten los observadores, bien podría tener como desenlace una guerra civil. ■

VR
VR.

9109121

01-01

Posicion de Occidente ante descontentos en la URSS.
somos (1502 39).
18/3/91
U.R.S.S (10175).
Fer. Pol (1104).
Relaciones Internacionales (1139 9)

Newsweek 18/3/91

DESPEGARSE O NO DE GORBACHOV

Occidente ante la duda de propiciar un cambio más profundo.

Los países bálticos pueden querer el divorcio, pero Occidente todavía está enamorado de Mikhail Gorbachov. Cuando John Mayor visitó Moscú por primera vez, como premier británico, pasó cuatro horas con el presidente soviético, pero desairó al rival reformista, Boris Yeltsin. Gran Bretaña *"puede seguir haciendo negocios con el señor Gorbachov de una manera muy satisfactoria"* dijo después. Fue una desilusión para las combativas fuerzas democráticas soviéticas. El derramamiento de sangre de enero, en el Báltico, las convenció de que Gorbachov se había pasado a los duros, decididos a mantener unido al país, recurriendo a la fuerza militar. Ahora quieren que Occidente presione a Gorbachov para que cese de sacrificar su *perestroika y apoye a las fuerzas más democráticas de las 15 repúblicas soviéticas.*

Nadie sugiere que los líderes occidentales rechacen a Gorbachov. Eso sería hacerle el juego a los conservadores del Kremlin y arriesgarse a acusaciones de interferencia en los asuntos internos soviéticos. La continuada cooperación de Gorbachov sigue siendo útil para Occidente, por ejemplo en los asuntos del Golfo Pérsico o futuras conversaciones para la reducción de armamentos.

POCOS DEMOCRATAS — También muchos analistas interpretan el reciente giro de Gorbachov, hacia políticas domésticas más conservadoras, como una táctica de corto plazo, más que una estrategia de largo alcance. De ser así, la continuidad del diálogo con Occidente puede impulsar al presidente soviético hacia las reformas. Finalmente, no todos los líderes de las inquietas repúblicas soviéticas son verdaderos demócratas, ni siquiera alternativas atractivas. La independencia de las cinco repúblicas de Asia Central, producirá, con certeza, otras tantas dictaduras.

Posibilidad de presionar a Moscú en favor de los países bálticos.

La cuestión es si Occidente debe, o no, terminar su *fijación* con la persona de Gorbachov en favor de un apoyo más amplio al cambio democrático en la Unión Soviética. Los líderes de Occidente, por ejemplo, podrían presionar privadamente a Gorbachov condicionando el comercio, y la ayuda que necesita, a la autodeterminación de los países bálticos y otras reformas democráticas. Públicamente pueden promover el comercio directo y la ayuda de las repúblicas más liberales, en lugar de hacerlo con el gobierno central de Moscú. Esto serviría para que los neostalinistas se enteren de que no pueden hacer de Gorbachov un escudo humano para una política de violencia oficial en el Báltico. Los temores occidentales respecto del rumbo que puede tomar la democracia soviética son infundados. Hay quienes temen que la independencia de los países del Báltico puede afectar los derechos de las minorías rusas. Pero recientes votaciones en Lituania y Estonia probaron que inclusive los rusos que viven allí prefieren la independencia. Otros dicen que una disolución de la Unión Soviética puede poner armas nucleares en el Báltico o en las otras repúblicas que demandan la independencia. Las pocas que están en lugares potencialmente peligrosos, como Ucrania, pueden trasladarse.

El secretario de Estado, James Baker, llegó a Moscú con algunas palabras duras para Gorbachov. Los diplomáticos dicen que comunicará al líder soviético que los Estados Unidos no aceptarán la supresión de la aspiración báltica de independencia. También advertirá a los soviéticos que el incumplimiento del tratado relativo a armas convencionales, firmado en París en noviembre, puede demorar el acuerdo sobre armas nucleares estratégicas. Pero Baker irá más allá. También dirá a Gorbachov que si ha de haber cooperación duradera soviético-norteamericana, en una posguerra fría mundial, debe ofrecer más que vagas promesas de continuar *"reestructurando"*. Los Estados Unidos esperan que traslade estas palabras a irreversibles y genuinas reformas.

Copyright, 1991, Newsweek

VA. VA.

01-01

9109122

La situacion del ejercito Rojo.
VISIÓN (150049)
27/3/91
URSS (10175)
Fuerzas Militar. (11163)
Ejercito (11328)

ENT VR
CRUZADO VR

AP/Wide World Photos

¿Prepara el Ejército Rojo un golpe?

La situación de Lituania ha puesto bajo los focos el problema del Ejército Rojo. Se sabían ya los diversos orígenes de los soldados de la armada soviética, pero nada se había dicho del nivel de vida de los soldados ni de los mandos que ahora sale a la luz. En este contexto florece en ese ejército el contrabando de armas, el narcotráfico, los motines a nivel local, la criminalidad, el ajuste de cuentas. Hay rumores que no se pueden comprobar, como la muerte de 50 oficiales a manos de sus propios hombres.

El salario de siete rublos al mes del soldado (un paquete de cigarrillos en el mercado negro cuesta de tres a siete rublos), comida insuficiente, conflictos "raciales", que se llaman eufemísticamente interétnicos, dejan de ser rumores.

El conflicto entre los oficiales y los generales tiene su origen en los privilegios de éstos. Hay 62 mil generales en la URSS que forman una parte integrante de la nomenclatura, con cómodos apartamentos, datcha y también coche... mientras un sargento gana 250 rublos al mes y un oficial 700.

Pero todo eso es casi público y lo que interesa comunicar es que la situación se ha agravado. Se ha firmado un documento histórico: la alianza de las Repúblicas de Rusia, Lituania, Letonia y Estonia para "preservar la soberanía nacional" de los países bálticos. "Consideran como inadmisible la utilización de las fuerzas armadas en el arreglo de tal o cual problema interior salvo bajo los órganos elegidos del poder nacional".

El Ejército Rojo cuenta con 4,5 millones de hombres (cifra oficial) que se despliegan en 140 divisiones del ejército de tierra, más la marina y la aviación, intactas. Ha movilizado parte de sus efectivos para "restablecer el orden" en Lituania y ha causado bajas aun a sus propias órdenes, pues nadie dio la voz de "disparen" desde Moscú. A pesar de los pesares, el Ejército Rojo es temible: es la única fuerza cohesiva de la URSS. Los jefes lo saben y prefieren guardar *in péctore* sus secretos, uno de los cuales es el descontento del cuerpo de oficiales ya no dominado por los dinosaurios de los "buenos viejos tiempos" de Stalin. Pero oficiales, coroneles y generales están preocupados por el "desorden civil", del fin de la hegemonía del Partido Comunista (la abolición del célebre artículo seis de la Constitución que lo legitimaba y les legitimaba a ellos).

EL GOLPE QUE NO LLEGO

No ha habido tradición golpista en las fuerzas armadas soviéticas, ni en los peores momentos de Stalin. Es la inversa de las fuerzas armadas bolivianas, por ejemplo, que baten récords. Pero las críticas de Shevardnadze abrieron un gran hueco, por el que entró un malestar ampliamente anunciado. La creación de la organización de un *Shchit* que se podría traducir como *lobby* es decir antecámara, pasillo para influir, etc... puesta a punto por militares llenos de medallas para mejorar las condiciones de vida del Ejército Rojo, como un todo, ha hecho nacer rumores. Carey Schofield, del *Financial Times* de Londres, cuenta que dos miembros del *Shchit*, Alexander Evstigneev y Guennadi Melkov, le convocaron al Hotel Rossiya para decirle que se iba a producir un golpe de estado en 24 horas.

Sin duda querían un testigo objetivo. Le fueron explicados los planes: cuatro divisiones aerotransportadas acababan de aterrizar en Moscú procedentes del Báltico. Los soldados, para no tener excesivo equipaje en ese ejercicio real, no llevaban reavituallamiento. Dos de las divisiones se encontraban bajo el control de la KGB. Los comandantes de división les esperaban a la salida del aeropuerto de Moscú, etc...

Luego resultó que el plan, la convocatoria al periodista, el montaje, etc... no se había realizado sino sobre el papel, pero demostraba que la nueva organización, *lobby* o como quiera llamársele, es la que lo controla todo.

ESPECULACIONES

Los miembros de esa superorganización que va a devolver a los viejos y nuevos soldados una unidad de propósito, son confusamente prooccidentalistas, antisemitas y antiseparatistas. Algunos de sus responsables parecen preparar sus fines divulgando ante los periodistas informaciones sensacionales acerca del Ejército Rojo. Pero las especulaciones sobre un golpe de estado, una sublevación, una asonada, o como se quiera llamar, comenzaron cuando Eduard Shevardnadze renunció como ministro de Relaciones Exteriores, poniendo en guardia al pueblo soviético de la instalación de una nueva dictadura. Declaró, además, que los ataques "estilo las charreteras de un coronel" le hacían renunciar a sus funciones. Hacía alusión a los oficiales del ejército del grupo *Soyuz* que estaba representado en el congreso de los diputados del pueblo.

Los militares entran cada día más en la política. El coronel de aviación Mijail Kuznetsov dice "que el orgullo nacional ha sido mancillado" y pide el retorno al Pacto de Varsovia. Las disculpas de Gorbachov respecto al envío del Ejército Rojo al Báltico, han sido reprobadas por todos los grupos militares. Ha hecho como si el ejército hubiera tomado la iniciativa. Por primera vez, la perestroika es atacada por el ejército. Después de esto cualquier cosa puede suceder. *(Alberto Elósegui)*. ■

VR
VR

01-01

9109123

Pago popularidad de Gorbachov; prohibiría huelgas y manifestaciones.
SOMOS (22/4/91)
22/4/91
U.P.S.S. (11175)
Fac. PSC (11164)
Fac. Sociología (11165)
Conflictos Sociales (11414)

GORBACHOV GOBIERNA CADA VEZ MENOS

El líder soviético enfrenta el punto más alto del descontento. Prohibiría huelgas y manifestaciones.

Una pancarta paseada por la multitud, en Minsk, expresaba el disgusto: *SIRVAN LA COMIDA DE CHERNOBIL EN LA MESA DEL GOBIERNO*. El disgusto se mezclaba con la ira la semana pasada, mientras 100 mil personas copaban las calles en la capital de Bielorrusia, protestando por los aumentos de precios dispuestos este mes por el gobierno, y demandando la renuncia de Mikhail Gorbachov como líder de la Unión Soviética. Con demostraciones masivas extendiéndose a la otrora dócil república de Bielorrusia, vital región industrial de 10 millones de habitantes, Gorbachov enfrenta el clímax del disenso en la Unión Soviética. *"El colapso económico amenaza al país"*, dijo, proponiendo medidas *"anticrisis"* que incluirían la prohibición de huelgas y manifestaciones de protesta en todo el país.

Pero, ¿alguien les prestaría atención? Cien mil moscovitas simplemente ignoraron, el mes pasado, la prohibición de manifestaciones en la capital. Anteriores amenazas fracasaron en la prevención de declaraciones de independencia o "soberanía" en las 15 repúblicas. Lituania permanece desafiante pese a los acontecimientos de enero, en los que tropas soviéticas mataron a 14 personas en Vilna. Unos 300 mil mineros, en huelga desde el 1º de marzo, rechazaron una oferta de salario doble y se proponen continuar con su paralizante oposición hasta que Gorbachov renuncie. La semana pasada, el gobierno de la Georgia Soviética proclamó su independencia.

Manifestación en Minsk.

Mientras la tormenta se cierne sobre el Kremlin, el diario liberal moscovita Kuranty predice el inminente *"funeral de Gorbachov como líder político"*.

SOSPECHA INMEDIATA — Las medidas de emergencia probablemente permitan que el presidente gane tiempo. A primera vista parecen acertadas. Apuntan contra las firmas estatales deficitarias y estimulan la iniciativa privada. Pero el plan es insuficiente en los detalles; también sufre a causa de su pedigree: actualmente, cualquier cosa emanada de Moscú despierta inmediatas suspicacias y sospechas. Más aún, continúa con el planeamiento centralizado en el contexto de mecanismos de mercado libre. De ser adoptado, casi con certeza, resultará inoperable. Como explica un veterano economista soviético: *"No se puede jugar al ajedrez cuando un bando aplica las reglas del ajedrez y el otro las del dominó. Todos tenemos que jugar con las mismas reglas"*.

Mientras tanto, Gorbachov debe controlar fuerzas políticas centrífugas. Su primer impulso es hacia el compromiso. Se ve a sí mismo como al hombre en el torbellino, como al único líder soviético capaz de resistir los excesos de conservadores y progresistas. Pero el empleo de tanques contra civiles desarmados, en Vilna, le alienó el apoyo de las fuerzas progresistas. Desde entonces confió más y más en el respaldo del ejército y el KGB y otras fuerzas conservadoras. Por otra parte los de la línea dura hallaron cómo forzarlo a aceptar sus puntos de vista. El mes pasado los conservadores del parlamento soviético reunían firmas para su retiro. Abandonaron la idea después de una reunión con el

ENTR... VB
SELL...

01-02 9109124

El gobierno de Georgia también proclamó la independencia.

presidente. No se sabe cuál es el precio que pagó Gorbachov, pero la propuesta prohibición de huelgas y demostraciones por un año es tema central del programa de los de línea dura.

Está por verse si estas medidas pueden ser impuestas. La huelga de los mineros cortó finalmente las provisiones a las acerías y otras industrias vitales. Los asesores de Gorbachov admiten que las tensiones escalarán si las huelgas se extienden a industrias tales como las de las plantas nucleares o el transporte, en cuyo caso la inquietud puede afectar la seguridad pública. *"Entonces el presidente invocaría poderes de emergencia"*, dijo Georgi Shaknnazarov, consejero de Gorbachov. Eso significa recurrir a las tropas para quebrar acciones laborales. Y en cualquier confrontación desnuda que enfrente a huelguistas contra una maquinaria del Kremlin, respaldada por el ejército y el KGB, el resultado está predeterminado. Algunos progresistas soviéticos se preocupan del eventual uso, por parte de Gorbachov, de tropas, inclusive para cerrar publicaciones adversas o clausurar el Parlamento. *"Esta todavía no es una sociedad de leyes"*, dice un embajador occidental, conocedor del tema. *"Es una sociedad de fuerza"*.

La victoria sería costosa. La represión por la fuerza destruiría la persistente reputación de Gorbachov como reformista, tanto en el exterior como en el ámbito doméstico. Sería también un obstáculo para las inversiones occidentales, bastante desanimadas actualmente por la aparente incapacidad del Kremlin de digerir la idea de propiedad privada. Enfriaría las relaciones políticas con los Estados Unidos y otros países occidentales. Muchos gobiernos se preguntan si Gorbachov todavía tiene poder suficiente para generar nuevos progresos en materia de cooperación internacional.

El líder soviético viajó a Japón y Corea del Sur para conversaciones acerca de las relaciones económicas y el status de un grupo de islas ocupadas por la Unión Soviética pero reclamadas por Tokio. Sus logros allí tendrán amplia repercusión. Gorbachov espera unos 20 mil millones de dólares de inversiones japonesas en el extremo este de la Unión Soviética. Un resultado deslucido, embarazosamente lejano de esa meta, sería un golpe duro. La política exterior ha sido el único éxito real de los seis años de Gorbachov. Si el líder soviético no puede mantener impulso en el exterior, sus días en casa pueden estar contados. Ⓢ

Fred Coleman (en Moscú)

Copyright Newsweek, 1991

MI CENA EN MOSCU: ANATOMIA DE UNA COMIDA

Nadie aprecia más una buena comida y buena compañía que los rusos, tan hospitalarios como extravagantes. Pero la escasez de comida en la Unión Soviética hace que recibir invitados sea un desafío comparable a una campaña militar.

Para Gilya, contadora de 36 años de edad, y su esposo, Nikolai, 44, escritor, planear y concretar una cena insume todo un mes de planificación. Recientemente la pareja invitó a 10 amigos a una reunión dominical. Caroll Bogert, corresponsal en Moscú, cuenta cómo se logró poner bebida y comida en la mesa.

Pelmeni
La carne del relleno de estas bolas de masa fue adquirida a escondidas en la cafetería de la oficina de Gilya. Nikolai, que no fuma, cambió los cupones de cigarrillos por harina para hacer la masa.

Ensalada de remolachas
Las remolachas se consiguen sin problemas; la mayonesa, no. La madre de Nikolai estuvo en la cola para conseguir ambos productos.

Salchichas
Gilya no gusta del tubo grasiento que consigue mediante su trabajo. Negoció con una amiga y consiguió salchichas magras.

Ensalada de tomates y pepinos
Gilya pidió los tomates (enlatados, en conserva) de una lista de verduras que circulaba en su oficina. Los pepinos provenían del mercado libre a un precio doble que el estatal.

Té
Incluido en un paquete con dulces, se obtiene cuatro veces al año en la oficina de Gilya.

Vodka
Racionado: dos botellas mensuales por persona y por mes, pero los rusos obtienen más intercambiando mercaderías escasas.

Fruta
Gilya compró las manzanas a un mercachifle, a la salida del subte. Las mandarinas aparecieron inesperadamente en un almacén estatal.

Papas
Gilya consiguió una bolsa, el otoño pasado, como pago por haber ayudado a un granjero a rescatar una cosecha afectada por la plaga.

Chocolate y golosinas
Regalo de un invitado a una cena anterior.

02-02

9109124

Conferencia de la Conferencia de Seguridad y Cooperación
CAMBIO 16 (1122 41)
3/12/90
Europa (11164)
Fce. (11164)

El mundo prepara la guerra mientras Europa firma la paz

Con la firma de la Carta de París durante la cumbre de la Conferencia de Seguridad y Cooperación Europea, nace una nueva Europa que debe enfrentarse a graves problemas económicos y nacionalistas. En la reunión planeó el fantasma de la guerra en el Golfo. Bush vuelve a EE UU convencido de que Naciones Unidas apoyará una eventual intervención militar

ANDER LANDABURU, París

NADIE duda de que la cumbre de la Confencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE), celebrada la semana pasada en la capital francesa, que concluyó con la firma de la llamada Carta de París para una Nueva Europa, representa un hito histórico. Pero más a causa del feliz entierro de la Guerra Fría que por el nuevo orden internacional instaurado de cara al futuro del Viejo Continente.

Las solemnes declaraciones finales de la CSCE, calificando el acontecimiento como «el fin del enfrentamiento y de la división de Europa» o «el cierre de un capítulo de la historia», no lograban hacer olvidar la cruda realidad de las dificultades que se ciernen sobre la puesta en marcha de la *nueva arquitectura europea.*

El feliz encuentro, que sepultaba el enfrentamiento que durante cerca de 45 años mantuvo a Europa dividida en dos mitades, aparentemente irreconciliables, se veía empañado por la aguda crisis que sacude a los países del Este, que acaban de librarse de cuatro décadas de regímenes comunistas.

Los 34 jefes de Estado y de Gobierno de Europa y los Estados Unidos y Canadá, firmaban la Carta de París, con lo que Europa, desde el Atlántico hasta los Urales, se adhería a los mismos principios democráticos: estado de derecho, libertades individuales, fronteras abiertas y elecciones libres.

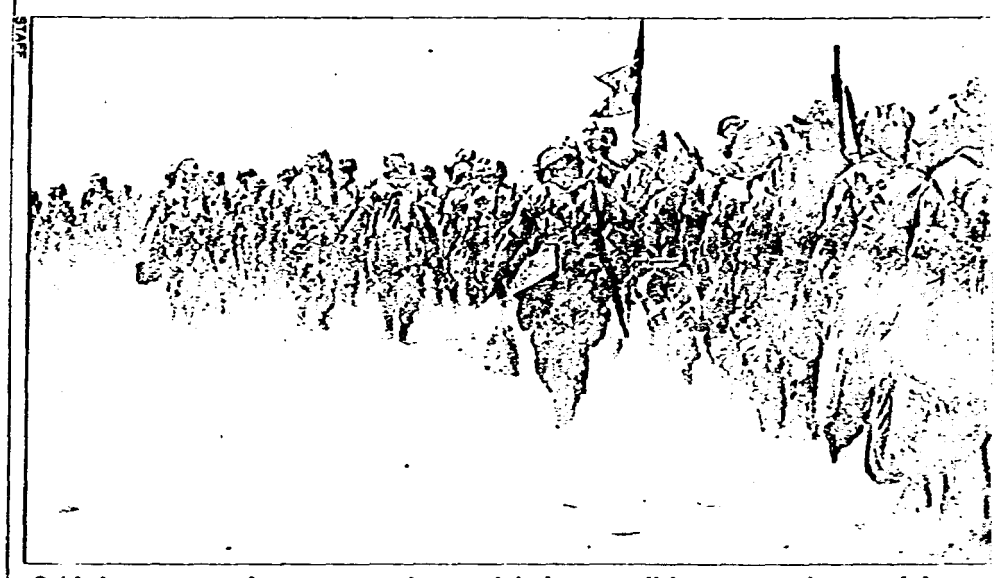
La Carta de París significa ahora el fracaso póstumo del fallecido líder soviético, Leonidas Breznev, quien hace 15 años aceptó la creación de la CSCE para obtener, únicamente, el reconocimiento de los regímenes comunistas bajo su tutela y la confirmación de las fronteras trazadas en los acuerdos de Yalta en 1945.

Quince años más tarde, la CSCE saludaba en París el nacimiento en Europa de un sistema de cooperación diferente. Sólo ha pasado un año desde la caída del Muro de Berlín y el desmoronamietno de los regímenes comunistas. Los 34 intentarán a partir de ahora colocar los cimientos de lo que Gorbachov denomina la *casa común europea.*

Sin embargo, nadie sabe si esas buenas intenciones bastarán para responder a los nuevos retos a los que deberá enfrentarse la Europa del mañana. Esta Europa «que entra en aguas desconocidas», como afirmó George Bush.

Nuevos desafíos políticos provocados no sólo por el despertar de los nacionalismos y la contestación de las minorías étnicas, sino también por el giro peligroso que están tomando estos días los acontecimientos en el ex imperio soviético. «El gran paso que hemos logrado respecto de los derechos humanos y las minorías, no debe verse comprometido por la emergencia de disputas entre vecinos o nacionalidades», advertía el canciller alemán, Helmut Kohl.

El paso a la economía de mercado representa el segundo gran desafío para los países del Este que viven una crisis que se agudiza día a día. Crisis que podría convertirse en dramática a partir de enero, si la energía importada de la URSS, tal como está previsto, deben pagarla en divisas fuertes, en vez de, como se hacía hasta ahora, con intercambios comerciales preferenciales. Además, un prolongado conflicto en el Golfo agravaría, por supuesto, esa caótica situación.

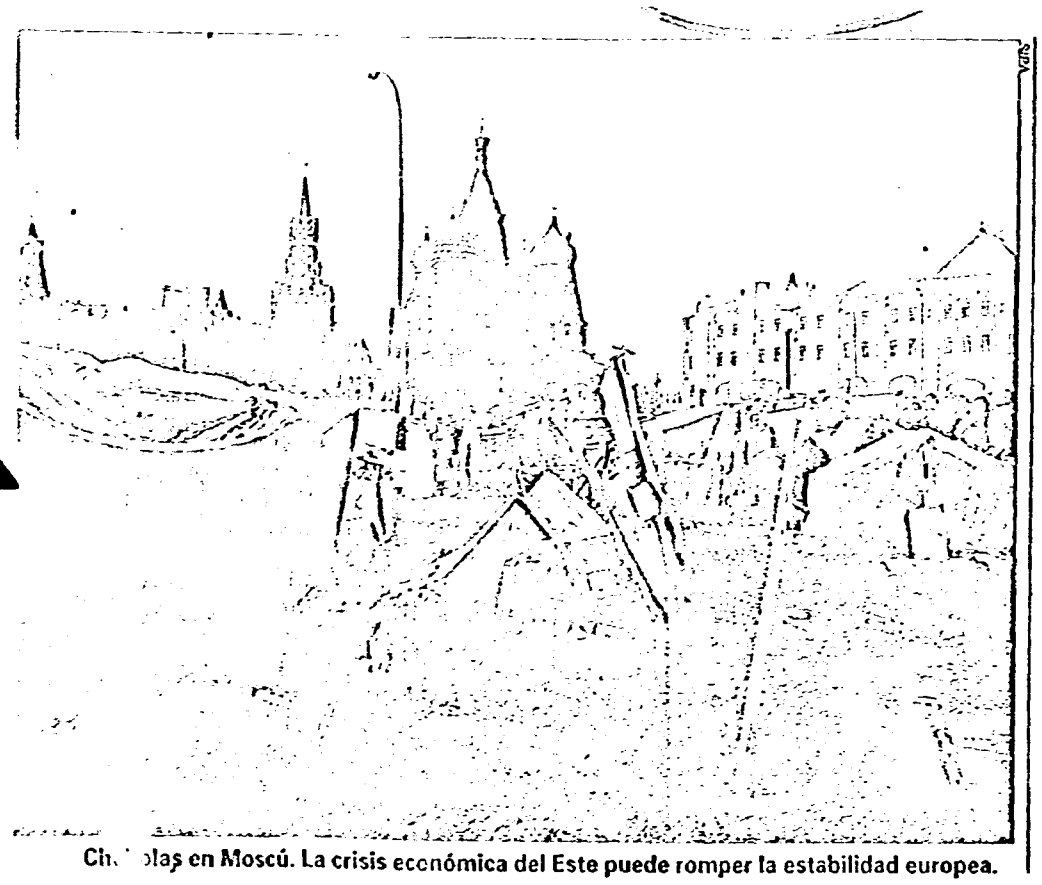


Soldados norteamericanos en marcha por el desierto saudí: la guerra está muy próxima.

La petición de ayuda lanzada en París por todos los jefes de Estado o de Gobierno de los países de Europa Central y Oriental, reflejaba su grave preocupación. «A falta de solidaridad, nuestro porvenir común se verá seriamente comprometido», afirmó el primer ministro polaco, Tadeus Mazowiecki, considerando que el desarrollo económico del Este es la clave de la unidad europea. Sobre el mismo tema, el primer ministro hún-

01-04

ENT. VR.
CAN. VR.
9109125

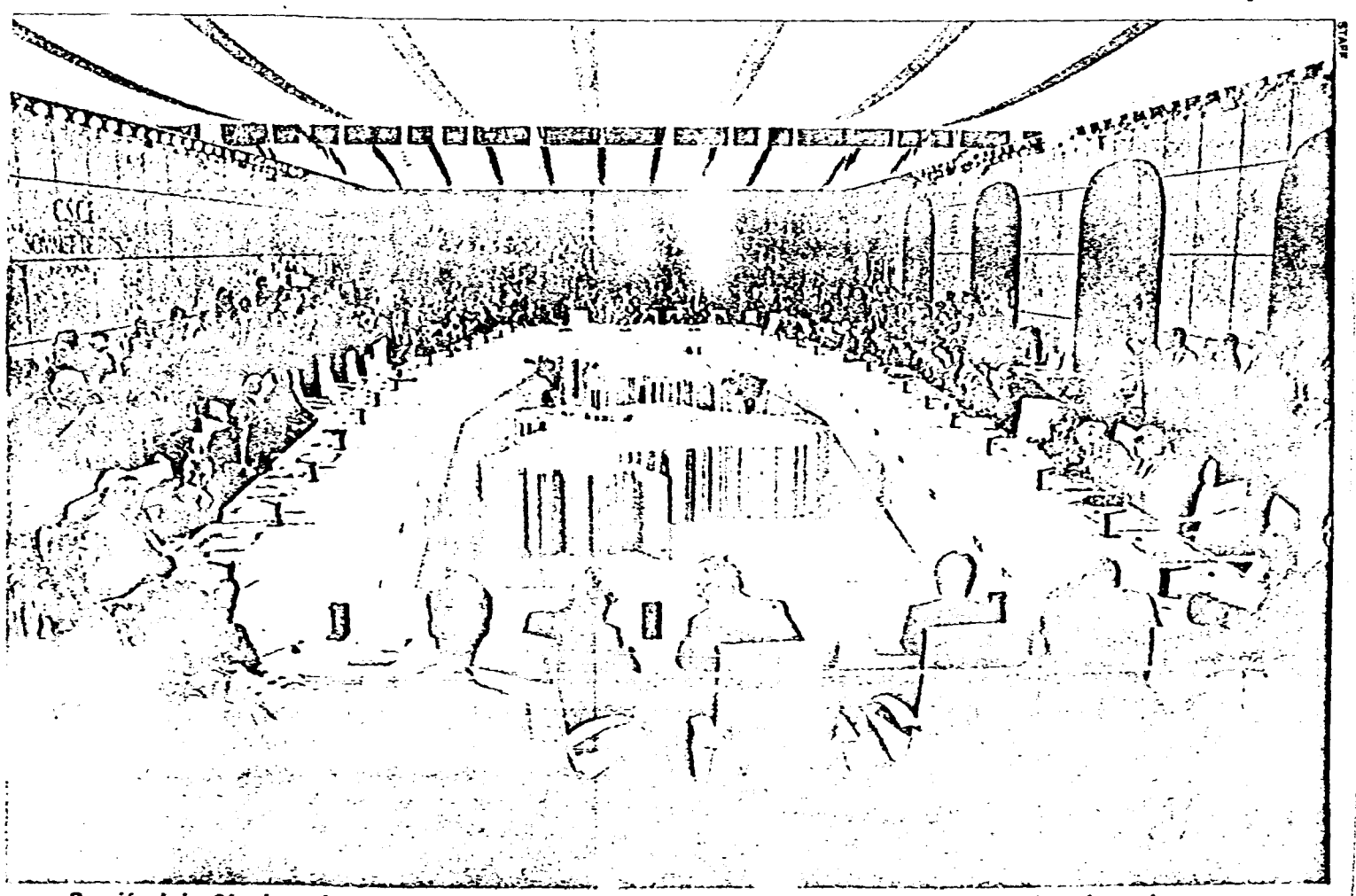


Ch. olas en Moscú. La crisis económica del Este puede romper la estabilidad europea.

garo, Jozseff Antall, hablaba del nuevo muro que puede erigirse entre las dos Europas, la pobre y la rica.

La solemne declaración de París, que corroboraba el inmenso éxito político de la CSCE por haber ligado a la Unión Soviética con la Europa occidental, no podía ofrecer todas las respuestas para el incierto futuro que se avecina.

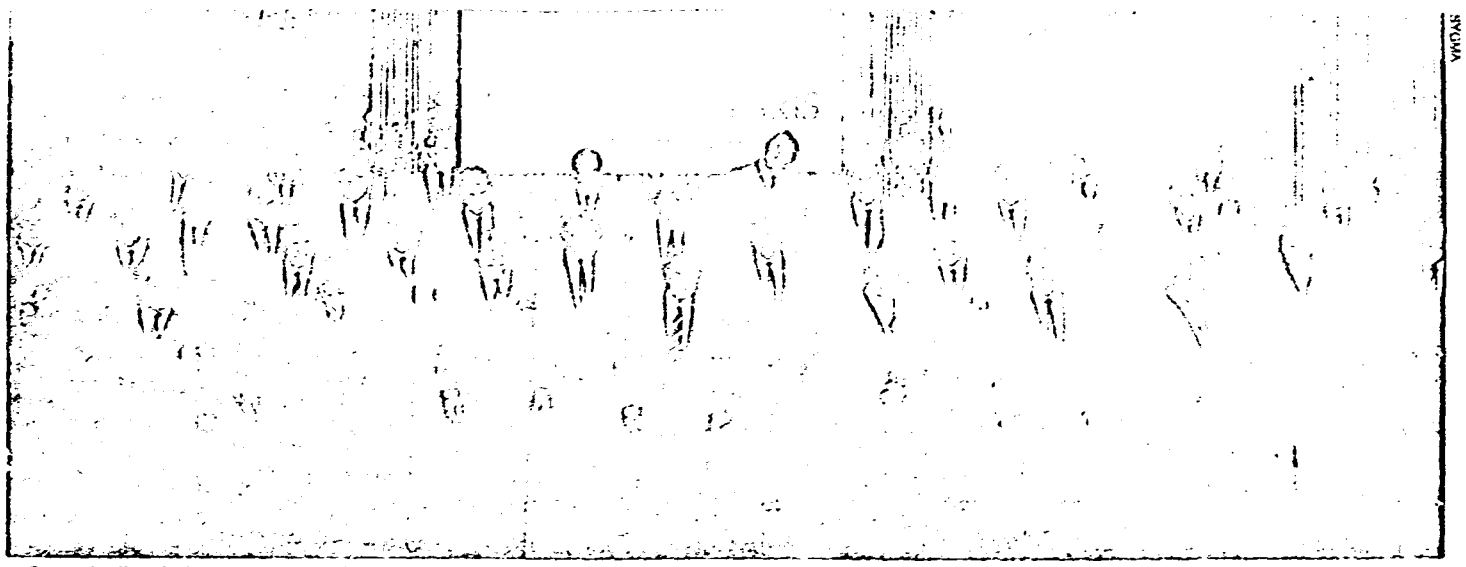
Después de definir las nuevas estructuras de la CSCE y los grandes principios de libertad y democracia, lo que une a los 34 países —y que está en el origen de su espectacular acercamiento a raíz del desmoronamiento de las dictaduras comunistas— es el miedo al porvenir. Y así lo subrayaba el director del diario francés *Le Monde*, André Fontaine, hablando «del miedo a la guerra en el Golfo, el miedo a la recesión económica y, por consiguiente, al paro. Miedo a la inseguridad interna, al terrorismo, a la violencia bajo todas sus formas. Miedo, por fin, a la balcanización...», y el riesgo de ver, cuando Moscú abra sus fronteras, a millones de hambrientos acudir en tropel a las



Reunión de los 34 países miembros de la Conferencia de Seguridad y Coop. ación en Europa. Ha sido el comienzo de una nueva era.

02

9109125



Cuando finalizó la cumbre, todos los jefes de Estado y Gobierno posaron para lo que ya se ha convertido en una foto para la historia.

puertas de ese elegante comercio llamado Comunidad Europea.

Problemas acuciantes que necesitan soluciones urgentes para los países del Este y la Unión Soviética. A los que no se puede pedir sólo paciencia, como hizo en París el presidente español, Felipe González, recordando que España esperó diez años, antes de beneficiarse de las inversiones extranjeras. Hoy, la situacion es bien distinta porque se está hablando de la suerte de cientos de millones de personas.

La avalancha de europeos del Este en busca de trabajo en Occidente hace temblar a los países industrializados y, frente a esto la CSCE se encuentra indefensa. Su institucionalización responde más que a la crisis económica, a la necesidad de gestionar el proceso de desarme convencional iniciado con la firma del Tratado el lunes 19 de noviembre en París, y al acta de defunción para más de 100.000 armas que irán al desguace en los próximos meses.

A esta preocupaciones —reflejadas en el discurso del líder soviético Mijail Gorbachov, cuando advirtió que Europa volverá a sus años más negros si Occidente deja en la cuneta a su país y a los otros de Europa Oriental—, se sumaba la sombra amenazadora de la posible guerra en el golfo Pérsico, para muchos ya inevitable.

DETENER A HUSEIN. El fantasma de la confrontación militar recorría los pasillos del palacio de conferencias internacionales de la avenida Kebler y las declaraciones de la entonces todavía primera ministra británica, Margaret Thatcher, afirmando que «a menos que no se pare a ese hombre (refiriéndose al presidente iraquí, Sadam Husein), no habrá paz en el mundo», provocaban escalofríos.

Durante tres días, la delegación norteamericana, capitaneada por el presidente George Bush, se marcó una meta: obtener el apoyo de la mayoría de los países aliados para conseguir una nueva resolución de las Naciones Unidas (ONU) que autorice el uso de la fuerza contra Irak.

El eje Washington-Londres —considerando que China, uno de los cinco miembros del Consejo de Seguridad de la ONU con derecho a veto,

EUROPA SE DESARMA

	ALIANZA PAIS	1988	1990	LIMITE DEL TRATADO
Tanques	OTAN	22.000	22.000	20.000
	Pacto de Varsovia	60.000	41.000	20.000
	EE UU	5.700	5.700	13.300
	URSS	46.000	25.000	13.300
Blindados	OTAN	27.000	27.000	30.000
	Pacto de Varsovia	63.000	52.000	30.000
	EE UU	5.500	5.500	20.000
	URSS	45.000	32.000	20.000
Artillería	OTAN	21.000	21.000	20.000
	Pacto de Varsovia	61.000	49.000	20.000
	EE UU	2.650	2.650	13.700
	URSS	47.000	33.000	13.700
Aviones	OTAN	6.300	6.043	6.800
	Pacto de Varsovia	14.000	9.790	6.800
	EE UU	800	640	5.150
	URSS	11.000	8.190	5.150
Helicópteros	OTAN	2.000	2.235	2.000
	Pacto de Varsovia	3.000	3.550	2.000
	EE UU	700	700	1.500
	URSS	2.800	2.850	1.500

03

9109125

aprobará esta resolución o, en el peor de los casos, se abstendrá— centró su presión sobre otros dos miembros permanentes de dicho consejo: Francia y la Unión Soviética.

Tras frustradas declaraciones conjuntas y una falsa reunión a puerta cerrada, los encuentros bilaterales entre norteamericanos, soviéticos y franceses despejaron el horizonte.

Los esfuerzos norteamericanos no habían sido en vano: Moscú y París aceptaban públicamente la convocatoria urgente de una nueva sesión del Consejo de Seguridad de la ONU para tratar sobre una posible intervención militar en el Golfo.

La luz verde a Bush demostró que la primacía que Moscú y París daban hasta ahora a la acción diplomática comenzaba a debilitarse. Y así lo reflejaron las declaraciones del presidente galo François Mitterrand, al afirmar que «a medida que pasa el tiempo, y a falta de una contrapropuesta seria por parte del Gobierno de Bagdad, nos acercamos peligrosamente a la otra fase», es decir, al estallido del conflicto armado.

EL comienzo de la guerra en el golfo Pérsico será inminente si las Naciones Unidas dan su voto favorable a la resolución que permita intervenir a las fuerzas armadas

Ahora los estadounidenses intentarán obtener un texto de la ONU que respalde por completo su actuación. Después de algunas dudas, Washington ha decidido que obrar teniendo en cuenta las decisiones de las Naciones Unidas servía más a sus intereses que una acción aislada sin el apoyo de sus aliados.

JUSTIFICAR SU ACTITUD. El texto de la resolución sobre el uso de la fuerza, según la explicación de los responsables americanos, sería útil también a sus amigos árabes, para los que la ONU es un importante punto de referencia. Frente a las opiniones públicas en el interior de estos países, que podrían sentirse atraídas por Sadam Husein, los dirigentes egipcios o saudíes justificarían su actitud contraria a Irak con la decisión tomada por la ONU. Y también le sería útil a Gorbachov frente a los 50 millones de musulmanes de Asia Central que viven en la Unión Soviética.

Maltratado por los últimos sondeos de opinión en su país, el apoyo de las Naciones Unidas a Bush le permitiría convencer a su Congreso, por ahora remiso, de la necesidad de la intervención militar en el Golfo.

Pero aún quedan días de intensas presiones y negociaciones sobre el texto a presentar ante el Consejo de Seguridad. A partir de esta semana, los ministros de Asuntos Exteriores de los países miembros iniciarán sus trabajos, y en pocos días se convocará la nueva sesión extraordinaria de Naciones Unidas que decidirá el futuro de Oriente Medio.

Una vez aprobada, y con la resolución en el bolsillo, Washington tendría las manos libres para lanzar su ofensiva. ¿Solo o esperaría el resultado de una nueva discusión con sus aliados para poner conjuntamente en marcha la intervención militar? Es lo que nadie puede vaticinar, y lo que sigue provocando múltiples reticencias por parte de países como la Unión Soviética, Francia o España.

Según fuentes diplomáticas francesas, los Estados Unidos podrían, incluso, lanzar un ultimátum de dos meses a Sadam Husein (hasta el primero de febrero) para que retire sus tropas de Kuwait. Tiempo suficiente, dicen, para que el dictador de Bagdad reflexione. «El mundo no puede premiar la agresión y no podemos permitir que un tirano imponga impunemente, durante meses, el chantaje económico», afirmó el presidente Bush, considerando que los plazos ya están a punto de agotarse.

Consciente de que la situación en el Golfo se acerca a la última fase, aunque todavía esperando que se produzca el milagro de la solución pacífica si el presidente iraquí adopta una postura más flexible, Gorbachov comentó en París: «Estamos todos de acuerdo para encontrar una solución urgente, y todo debe ser planteado, incluso la presión militar. No podemos tolerar que Sadam Husein ponga de rodillas a toda la comunidad internacional». ■

04-04

91 09125

TO
EL NEGOCIO DE LAS ARMAS, LUEGO DE LA GUERRA DEL GOLFO
SOMOS. (150039)
08-04-91
Ecuador. (10184)
URSS (10175)
M. Oriente (10195)
Fax. M.L (11163)
Material (11331)

ENT... UR
... DR

EL NEGOCIO DE LAS ARMAS

DOCUMENTO Newsweek

Terminada la guerra, el rearme empieza antes que la paz. Los gobiernos-clientes ya están negociando con los gobiernos-proveedores para reponer y/o potenciar sus arsenales. Quiénes y qué venden y quiénes y qué compran. Al comercio entre gobiernos deben sumarse las ventas de los traficantes en el mercado negro. El negocio mundial de las armas mueve anualmente unos 900 mil millones de dólares.

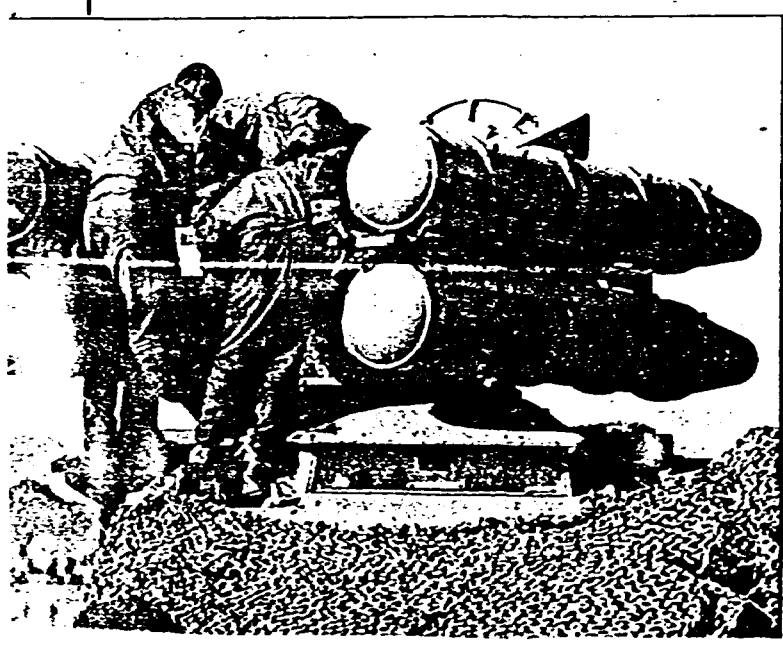
La noticia de la victoria norteamericana sobre Irak fue un tónico largamente esperado por la media docena de lobistas de las más importantes empresas vinculadas a la defensa, reunidas en una conferencia mantenida en febrero último. No era solamente el orgullo de saber que los productos de sus firmas ayudaron a ganar la batalla. Los representantes de la industria se percataron de que los clientes extranjeros golpearían a sus puertas procurando comprar los armamentos vencedores. *"El próximo gran paso de la industria de la defensa será la explotación del Medio Oriente"*, aseguró un lobista, satisfecho, después de la reunión. *"Esto no es control de armas, es una oportunidad para venderlas"*.

EL REARME — Estos son tiempos pendencieros en el bazar internacional de las armas. Los países del Medio Oriente no terminaron de recobrarse de la guerra, pero sus gobiernos ya piensan cómo prepararse para la próxima. Y los fabricantes de armas de Europa, Estados Unidos y la Unión Soviética corren, cabeza a cabeza, a satisfacer los pedidos. La administración Bush se expidió en favor del control de armas en lo referente a misiles balísticos y armas químicas y nucleares, pero cuando se trata de armas convencionales, como tanques y aviones, la política norteamericana —al igual que la de la mayoría de los productores de armas— sigue siendo permisiva. *"La carrera armamentista en el Medio Oriente está viva y goza de buena salud"*, dice un diplomático occidental en El Cairo. *"En realidad pocas veces estuvo tan robusta"*.

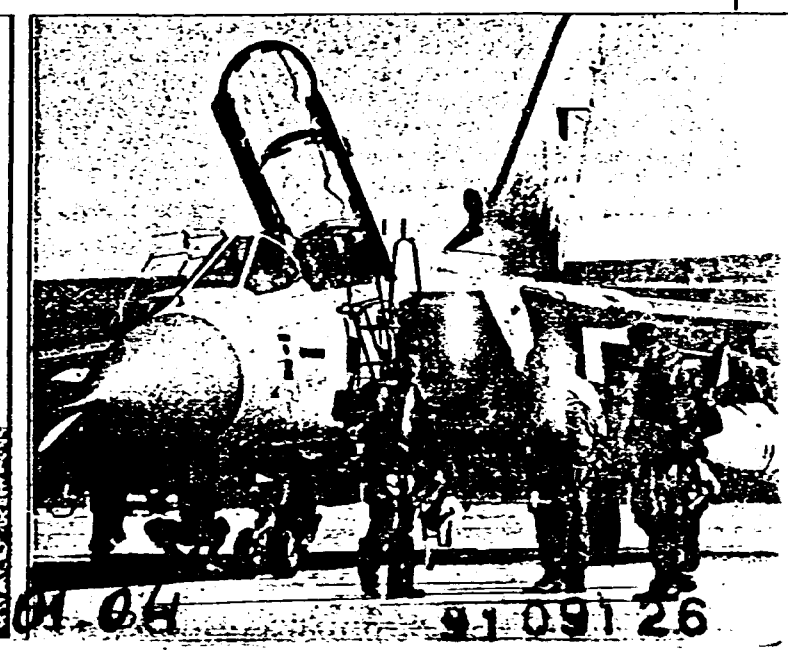
Los esfuerzos por limitar el tráfico de armas son tan viejos como el mismo tráfico. Después de la Primera Guerra Mundial, la Liga de las Naciones produjo un informe culpando de la contienda al voraz tráfico de armas, pero los esfuerzos en pro del desarme no llegaron a nada. En los Estados Unidos, la Comisión Nye produjo un informe similar, recomendando se legislara para controlar el comercio, pero el surgimiento de la Alemania nazi demostró que las restricciones unilaterales no impiden que los agresores se armen a sí mismos. En 1977 el presidente Carter trató de limitar la venta de armas convencionales, pero desistió cuando los soviéticos invadieron Afganistán. El misil norteamericano tierra-aire Stinger resultó un arma clave en el arsenal de los rebeldes afganos.

SOBREOFERTA — Uno de los factores que impulsan actualmente al bazar de las armas es la finalización de la

El misil francés Crótalo demostró su eficacia.



Tornado F-3. El caza inglés ya tiene clientes.



04.04 91 09 26

Guerra Fría. En cuanto los Estados Unidos, la Unión Soviética y Europa Occidental reducen sus compras militares, sus fabricantes de armas protestan por la capacidad ociosa. Necesitan clientes de ultramar para mantener su base industrial.

En la Unión Soviética, que es el más grande exportador de armas, la política y los beneficios impulsan un renovado interés en la venta de armas. Es cierto que en agosto los soviéticos, molestos ante el uso agresivo que Irak hacía de sus armas, propusieron, a través de Eduard Shevarnadze, el control internacional de venta de armas bajo el auspicio de las Naciones Unidas. Pero Shevarnadze ya no está y los militares soviéticos de línea dura están en ascenso. En Moscú las polémicas sobre el mal uso de armas soviéticas dio lugar a la aparición de quejas por las fábricas paradas y a una búsqueda de nuevos clientes para reemplazar al otrora cautivo mercado de Europa Oriental y a clientes del Ter-

"La industria francesa de las armas no podría sobrevivir sin las ventas a ultramar."

LOS VENDEDORES

La lista de los 10 principales exportadores de armas de 1985 a 1989 muestra que el volumen de ventas es una función del desarrollo tecnológico. Los 5 más importantes son los miembros permanentes del Consejo de Seguridad.

UNION SOVIETICA u$s 66.000 millones

El más grande proveedor de armas del mundo. Los cazas Mig siguen siendo best-sellers, pero los soviéticos harán menos negocios con clientes tales como Siria y Angola.

ESTADOS UNIDOS u$s 53.000 millones

La contribución militar norteamericana al nuevo orden mundial incluirá F-16 y F-15, helicópteros de ataque, tanques M-1 A1 y misiles antiaéreos.

FRANCIA u$s 16.000 millones

Con una participación menor en las exportaciones a países en desarrollo, Francia tantea el Golfo para compradores de sus Mirage F-1, misiles Exocet y helicópteros.

GRAN BRETAÑA u$s 8.000 millones

El caza Tornado y el tanque Challenger lograron buenas calificaciones en la Guerra del Golfo, pero Gran Bretaña está perdiendo ventas a viejos clientes que ahora producen sus propias armas.

CHINA u$s 7.000 millones

Otrora ahogada con un montón de vieja tecnología soviética, en la actualidad China se está convirtiendo en un exportador importante a los países del Tercer Mundo. Su mejor impacto: el misil Silkworm.

ALEMANIA u$s 5.000 millones

Todavía ansiosa por no ser demasiado conspicua en el bazar de las armas, Alemania vende sistemas navales (incluyendo submarinos y fragatas) principalmente a los países de la OTAN.

CHECOESLOVAQUIA u$s 3.000 millones

Al producirse el colapso del brazo militar del Pacto de Varsovia, Checoeslovaquia perdió un cliente importante para sus tanques T-55 y su avión de entrenamiento L-39.

ITALIA u$s 2.000 millones

Pueden debilitarse las fuertes ventas de aviones de ataque, helicópteros y cohetes: una nueva ley establece el control estricto de compañías de la defensa como cuestión de política nacional.

SUECIA u$s 2.000 millones

Suecia, la amante de la paz, está haciendo un brillante negocio con armamento, que incluye artillería para India y obuses de 156 mm, radares y equipamiento electrónico para la OTAN.

HOLANDA u$s 2.000 millones

Holanda es conocida por sus sistemas de comunicaciones navales. Una de sus empresas está siendo investigada, acusada de haber vendido ilegalmente a Irak equipos de visión nocturna.

LOS COMPRADORES

El Tercer Mundo resultó tierra fértil para los fabricantes de armas. Japón es el único país industrialmente avanzado entre los 5 principales importadores.

INDIA u$s 17.000 millones

En la última década India gastó cuantiosamente para modernizar sus fuerzas armadas. Algunas compras favoritas: Mig-27 y 29, submarinos soviéticos y también submarinos alemanes.

IRAK u$s 12.000 millones

La orgía consumista de Saddam en la década del '80 –incluyendo Migs 29, Mirages F-1 y cazas bombarderos SU-24– no podrá ser repetida. Irak necesita todos sus recursos para la reconstrucción.

JAPON u$s 11.000 millones

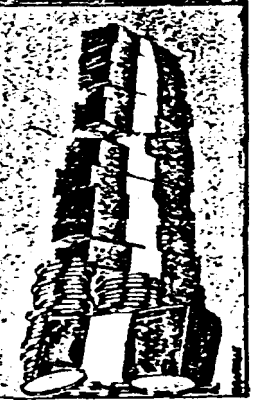
El presupuesto de defensa nipón dejó de estar limitado, por resolución del gabinete, al 1% del producto bruto nacional. Ultimamente estuvo acopiando F-15 y cohetes Patriot.

ARABIA SAUDITA u$s 9.000 millones

Después de la Guerra del Golfo el apetito de los saudíes por las armas es intenso, pero el tesoro se ha debilitado. No obstante el reino comprará más cazas y tanques.

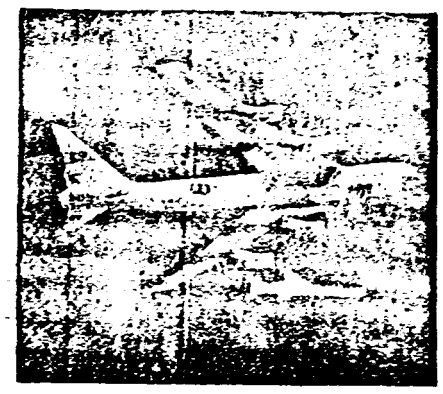
SIRIA u$s 6.000 millones

Los gastos de defensa de Siria no son los que fueron durante la década anterior. No es más un cliente de primera línea de la U.R.S.S. Recientemente compró misiles Scud modificados a Corea del Norte.



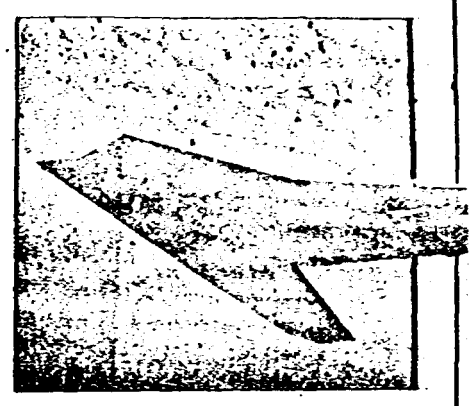
c2

9109126



Lo viejo: un B-52.

La artilleria, siempre.



Lo nuevo: el "invisible" F-117.

cer Mundo, ahora en bancarrota. La desesperante necesidad de monedas duras también es un factor del problema.

Actualmente las ventas de armas de la Unión Soviética son indiferentes a la ideología. En marzo los rusos exhibieron sus altamente respetados SU-27 y Mig-29 en muestras aéreas de Pekín y Manila. Este verano serán exhibidos en las principales exposiciones europeas. Es probable que los chinos compren un escuadrón de SU-27. Entre los nuevos clientes, dicen expertos en defensa, podrían, inclusive, contarse los alemanes. *"Si los saudíes o kuwaitíes quieren armas, ¿por qué no?"*, dice un experto soviético. *"Por nuestra parte no habrá limitaciones ideológicas, aunque no vamos a actuar como un elefante en una cristalería"*. Se cree que Siria está gastando parte de los dos mil millones que obtuvo de Arabia Saudita por su ayuda contra Irak, en "fierros" soviéticos.

FRANCIA TAMBIEN — El tercer vendedor de armas, Francia, también se preocupa por su pedazo de pastel. Durante la década pasada Irak fue el mejor cliente de Francia. París perdió la cuenta de Bagdad, pero la mayoría de los productos franceses, elaborados en fábricas estatales, emergieron exitosamente de la Guerra del Golfo. Los misiles antitanques de Aerospatiale Milan, los Mistral antiaéreos de Matra y el sistema Crótalo, desplegados durante la guerra, tienen fuerte demanda. Después del 2 de agosto los franceses se vieron inundados con pedidos de Arabia Saudita, Bahrein, Qatar y los Emiratos Arabes Unidos. *"Debemos asumirlo"*, dijo un alto funcionario francés en Riad. *"Este es un gran negocio. La industria francesa de*

SIN CONTROL

La Unión Soviética y los Estados Unidos pasaron treinta años negociando el control de armas nucleares y hasta ahora sólo consiguieron reducir ligeramente el *crecimiento* de sus arsenales. El control de armas en el Medio Oriente puede ser igualmente difícil. Todos están de acuerdo en que debe comprender los misiles balísticos, armas químicas y nucleares. Pero, ¿cuáles aviones incluir y qué sofisticados componentes aeronáuticos deben ser excluidos? La Unión Soviética, China y Corea deben estar de acuerdo.

Actualmente hay por lo menos tres carreras armamentistas: el conflicto árabe-israelí, las disputas interárabes como la de Kuwait-Irak y, potencialmente, Irán-Arabia Saudita.

Lo mismo puede decirse de otras regiones del mundo. El subcontinente índico es un lugar de fricción crónica. También Indochina. La carrera armamentista alcanzará inclusive a los Balcanes, donde continúa el hervor de viejos conflictos.

A menos que las disputas puedan superarse, los puntos problemáticos del mundo continuarán siendo ambientes propicios para las mercaderías de los fabricantes de armas.

DESCONFIANZA

El gobierno de George Bush considera las ventas de armas a los países del Golfo, aliados de la coalición, como un premio por apoyar la guerra contra Irak. *"Nuestra primera preocupación debe ser trabajar con nuestros amigos y aliados proveyendo a su seguridad. No creemos que un embargo de armas sea algo tan bueno si impide que los egipcios, los israelíes o los sauditas estén adecuadamente defendidos"*, dice el secretario de Defensa Richard Cheney.

Pero, ¿cuál es la amenaza contra la que se defienden los aliados de los Estados Unidos? Irak está fuera de acción por algún tiempo. En todo caso, la Guerra del Golfo demostró que las compras de armas de los países petroleros no ayudaron a que se defendieran por sí mismos.

Más aún, Israel y los países árabes siguen en guerra, razón por la cual tienen definiciones mutuamente excluyentes del significado de "adecuadamente defendido". Los israelíes están especialmente preocupados porque los Estados Unidos se encuentran a punto de proveer a Arabia Saudita con armas de avanzada, incluyendo el tanque M-1A2, tan nuevo que los norteamericanos todavía lo están probando.

03-

9109126

"as armas no podría sobrevivir sin las ventas a ultramar."

China planea intensificar sus ventas de armas para hacerse del dinero necesario para modernizar sus fuerzas armadas. El comercio de armas representó para Pekín más de 12 mil millones de dólares en el decenio de 1980, más de la mitad de los cuales se originaron en el abastecimiento a ambas partes durante la guerra Irak-Irán. Las armas chinas son, en general, actualizaciones de anticuada tecnología soviética, atractivas solamente para países que no pueden pagar nada mejor. Pero ahora China cultiva su propia quinta en materia de tecnología misilística. En 1988 Pekín vendió a Arabia Saudita mil millones de dólares de cohetes CSS-2, capaces de recorrer 3.200 km llevando cabezas químicas o nucleares. Siria y Libia presionaron a Pekín por el acceso a sus misiles. Parece ser que ningún cliente árabe se quejó porque los sistemas de dirección fueron desarrollados juntamente con Israel.

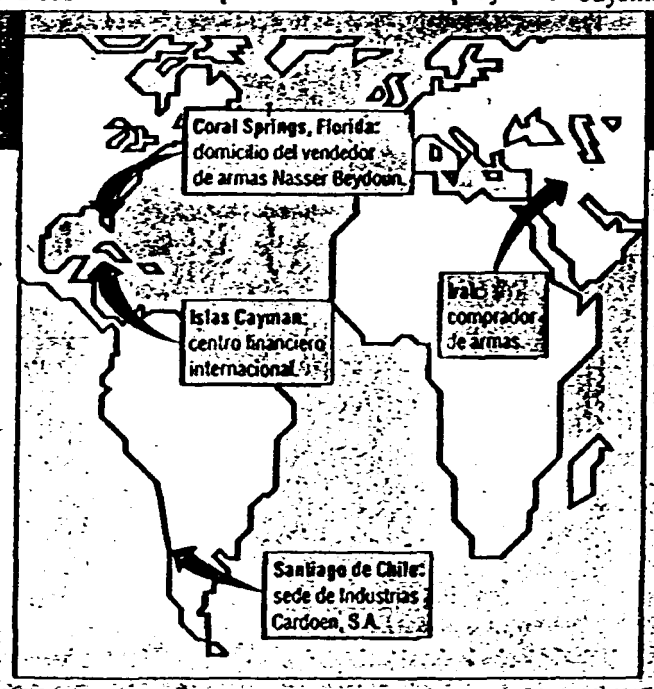
El desierto fue un banco de pruebas para los nuevos tanques.

NUEVOS COMPRADORES — Excluyendo a Siria y Arabia Saudita, el gran nuevo comprador es Irán, decidido a reconstruir sus fuerzas armadas después de la catatónica guerra de ocho años con Irak. Todavía privado de las armas occidentales, Irán trata con el general Din Henggao, supervisor de la industria bélica china, quien viajó la semana pasada a Teherán para discutir varios proyectos, incluyendo la producción conjunta de cazas F-7, tanques T-69 y la venta de un reactor de investigación nuclear. El viceministro de defensa iraní, Mehdi Bavargan, visitó Brasil para negociar la compra de lanzacohetes Astros II (su fabricante, Avibras, dice que no se cerró trato).

Además de urgir la aprobación legislativa para la venta de 46 jets F-16, al precio de 1.600 millones de dólares, bombas inteligentes y cohetes Maverick a Egipto, y una venta adicional a Turquía por 125 millones, la Casa Blanca anunció sus deseos de que el Export-Import Bank garantice la venta de armas a países de la OTAN, Japón, Israel y Australia. Pero el Congreso sospecha que se extenderán a países del Tercer Mundo que, con frecuencia, terminan no pagando y dejándole la adición al contribuyente norteamericano. Ⓢ

ANATOMIA DE UNA VENTA

Esta venta de bombas múltiples a Irak fue legal, pero transcurrió por algunas rutas extrañas.



☐ En 1982 Nasser Beydoun, exportador libanés de alimentos que reside en Florida, se enteró del interés de Industrias Cardoen en exportar estas bombas, su producto principal, por lo que ofreció sus contactos en Irak y representar a Cardoen en el Medio Oriente.

☐ En julio de 1982 firmó un contrato con Cardoen, asumiendo responsabilidades en la promoción de ventas a Irak, Arabia Saudita y Líbano.

☐ Beydoun pasó los meses siguientes promoviendo la bomba ante los militares de Saddam, con quienes firmó una carta de intención, en marzo de 1983, por la compra de 5.000 unidades, todo sujeto a pruebas satisfactorias.

☐ En febrero de 1984, la fuerza aérea iraquí contrató la compra de 3.000 bombas de 500 libras a 7.320 dólares cada una.

☐ Pronto Cardoen comenzó a proveer las bombas a Saddam Hussein, primeramente en jets de la Iraqui Airways, después en buques.

☐ Los pagos se efectuaron en varias cuentas de Cardoen, incluyendo un banco de la isla Grand Cayman. Entonces Irak vendió petróleo a un mayorista norteamericano que, a su vez, pagó a Cardoen en efectivo.

☐ En julio de 1985 la organización estatal iraquí para industrias técnicas compró 4.000 bombas por 23.9 millones de dólares y 17.5 millones en tecnología y maquinaria.

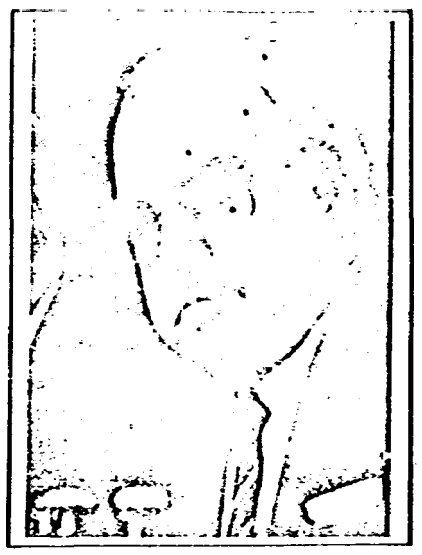
☐ En octubre del año pasado Beydoun demandó a Cardoen en Miami, afirmando que el fabricante le debe 30.6 millones de dólares por comisiones de ventas.

Kohl justifica la reforma monetaria de 1990.
Estrategia (Bibliografía Prensa 1 152150)
11/7/91
Alemania (20232)
Fac. Económico (11161)
Pol. Económica (11382)

Alemania, presión opositora,

Kohl justifica la reforma monetaria de 1990

Ante las críticas formuladas desde la oposición, acerca de lo inadecuado del momento elegido para realizar la reforma económica que generó quiebras masivas de empresas y desempleo en el sector oriental, el jefe de Estado germano afirmó que aún sin la reforma la emigración habría persistido dentro del país, se habría incrementado el mercado negro y los controles internos habrían costado sumas millonarias.



Helmut Kohl, a un año de la unidad monetaria alemana.

El canciller federal alemán (jefe de gobierno), Helmut Kohl, defendió la reforma monetaria iniciada hace un año en la ex República Democrática Alemana (RDA), mientras arreciaron las críticas de la oposición socialdemócrata en contra de esa medida.

Kohl afirmó en rueda de prensa en Bonn que la reforma -mediante la cual se sustituyó el débil marco germanoriental por el marco occidental en la ex RDA- fue hecha en "el único momento adecuado" y con el apoyo de la población de esa parte del país.

Tras la caída en octubre de 1989 de la infranqueable frontera que dividía a ambos sectores del país, persistieron las dos monedas alemanas hasta el 1 de julio de 1990.

Esto generó una emigración masiva de germanorientales hacia la parte occidental del país, atraídos por mejores salarios y la moneda dura alemana.

Pero entre los efectos de la reforma, que sumergió la economía de la ex RDA en la competencia mundial, estuvo la quiebra de miles de empresas y un desempleo masivo que los más pesimistas estiman puede llegar a tres millones de personas, en esa región del país.

Kohl advirtió que sin la reforma habría persistido la emigración dentro del país, se habría incrementado el mercado negro y se hubieran tenido que utilizar millonarios recursos para ejercer controles entre las dos Alemanias. Admitió que el proceso iniciado es "doloroso", porque exige "sacrificios y entrega" por parte de la población, pero advirtió que no existía una alternativa real a la reforma.

Kohl insistió en que la situación se puede superar a través de "la promoción económica, la reorientación de la calificación profesional y la iniciativa personal".

Mientras tanto, el ex candidato socialdemócrata a canciller federal y ministro presidente del Sarre, Oskar Lafontaine, insistió en esta ciudad en que "fue un error someter, de un día para otro, la economía germanoriental a la competencia del mercado internacional".

En 1990, Lafontaine se manifestó contrario a una integración económica acelerada de la economía de la ex RDA en la economía mundial, alegando que no estaba preparada para ello y que generaría masivo desempleo.

Advirtió que la oposición debe velar ahora para que la crisis económica en la RDA no se alivie, con un nuevo aumento de los impuestos.

Hasta la fecha nadie sabe a ciencia cierta cuanto costará el proceso de unificación nacional, pero los cálculos iniciales del gobierno se encuentran muy por debajo de los costos estimados hasta el momento.

El presupuesto de 1991 incluye recursos por 70 mil millones de dólares para financiar tareas en los estados del este del país.

Wolfgang Thierse, vicepresidente del opositor Partido Socialdemócrata (SPD), dijo que Bonn debió haber asegurado el mantenimiento de los mercados europeo-orientales de la economía germanoriental, la supervivencia de sus empresas y un control sobre el manejo de éstas.

Con el desplome de las economías de Europa Oriental desapareció sorpresivamente un mercado importante para las empresas de la ex RDA.

En 1990 el propio Banco Central Alemán (Bundesbank) expresó inquietud por el impacto que podría tener la reforma monetaria sobre el equilibrio de la economía alemana.

Debido al multimillonario endeudamiento fiscal, se registró este año un considerable aumento en las tasas de interés y el gobierno alemán se vio obligado a aplicar la impopular medida de aumentar los impuestos.

BAJA LA DESOCUPACION EN EL OESTE

La desocupación bajó al 5,3% de la población activa en Alemania del Oeste en junio y se estabilizó en el Este a 9,5%, anunció en Nuremberg la Oficina de Trabajo.

A fines de junio, el Oeste de Alemania contaba 1.592.611 desocupados, es decir 11.065 menos que a fines de mayo, y 215.400 menos que a fines de junio del año pasado, fecha en la que la tasa de desocupación era de 6,2%.

Por otra parte, se indicó que las cifras de ocupación seguían avanzando en Alemania del Oeste. La población activa era a fines de mayo de 29,026 millones de personas, 50.000 más que a fines de abril.

En un año, la población activa aumentó 675.000 personas.

En lo que concierne a los trabajadores a tiempo parcial, su número aumentó 50% entre mayo y junio, pasando a 162.531 personas, debido a la desocupación parcial de 51.000 mineros. En Alemania del Este, sólo hubo 200 desocupados más en un mes, a fines de junio, su número era de 842.500, de los cuales el 57% eran mujeres. La oficina señaló también el fuerte aumento de las ofertas de puesto de trabajo al Este. En junio, las agencias de trabajo recibieron 74.100 ofertas de puestos, contra 55.300 en mayo y 49.400 en junio del año pasado. El número de trabajadores parciales volvió a bajar, a 1.908.780 personas, 59.800 menos que a fines de mayo. Sin embargo, el número de desocupados puede aumentar mucho el mes próximo en Alemania del Este porque a fin de junio expiraron numerosas garantías de trabajo de los empleados públicos y de 400.000 obreros de la metalurgia.

Según expertos, esa ola de despidos podría llevar el número de desocupados de Alemania del Este a 1,4 millones de un día para el otro.

Bonn (IPS) por Roberto Ampuero

01-01

9109127

La dictadura del Rey Hassan II de Marruecos
Cambio 16 (15/4/91)
8/4/91
Marruecos (10538)
Tor. Pol. (11164)
Gob. Nac. (11302)
Tor. Sociedad (11165)

La dictadura del rey Hassan, una buena amiga de Occidente

El monarca marroquí, Hassan II, un fiel socio de Occidente, gobierna con poderes absolutos. Este autoritarismo, basado en una dura represión, le ha permitido amasar una gigantesca fortuna. Mientras tanto, la mayor parte de la población está sumida en la pobreza y la principal fuente de ingresos es el dinero que envían los más de 1,5 millones de emigrantes

MARCO SCHWARTZ, enviado especial, Marruecos

MOHAMED Maruf, de 37 años, no olvida los nueve que pasó tras los barrotes. Sufrió en su pellejo las atrocidades de Muley Cherif, la comisaría de Casablanca que ocupa un sitio de honor en cada informe de Amnistía Internacional. Allí le aplicaron la *falanga* (garrotazos en las plantas de los pies), el *loro* (atada de pies y manos a una barra horizontal, la víctima recibe golpes en su cuerpo arqueado y suspendido en el aire), le llevaron al borde de la asfixia con un trapo humedecido en lejía... Todo el repertorio de sadismo que maneja la Dirección de Vigilancia Territorial, el más temido cuerpo policial marroquí.

«La tortura es estructural en la mentalidad del Gobierno. La Policía no sabe trabajar de otra forma», dice Maruf.

Pasó un año de suplicios, «siempre con los ojos vendados», hasta que le sentaron en el banquillo del tribunal de Kenitra junto a sus camaradas *frentistas*. Un grupo de jóvenes iluminados, dirigidos por el ingeniero cuarentón Abraham Serfaty, que soñaron con desatar una revolución marxista en el turbulento Marruecos de comienzos de los 70.

El juicio, celebrado en 1977, pertenece a los anales de la farsa procesal. Se inventaron pruebas, se falsificaron testimonios, la Policía arrancó declaraciones a los más débiles. Esos chicos pretendían tumbar el régimen, pero las únicas armas que les hallaron eran unas máquinas de escribir, material ligero de imprenta y algunas octavillas incendiarias. Llovieron condenas desproporcionadas, muchas cadenas perpetuas.

«Quisieron destruirnos el cuerpo y el espíritu, pero salimos más fuertes», dice Maruf, a quien la estancia en la cárcel le ha «ayudado a comprender la realidad y revisar ciertas ideas».

COMPLICES DE LAS TORTURAS. Mohamed Maruf es hoy el presidente para Rabat de la Asociación Marroquí para los Derechos Humanos (AMDH). Su grupo acepta actuar dentro de la legalidad, pero rehúsa entrar en el Consejo Consultivo que el rey Hassan creó en mayo de 1989 para tratar el tema de las violaciones de derechos. «Allí hay cómplices de las torturas», dice Maruf. Y cita a Ahmed Afazzas, el presidente del tribunal que lo condenó 12 años antes en el proceso de los *frentistas*.

Las otras dos organizaciones de derechos humanos marroquíes sí participan en el Consejo Consultivo. «Sabemos cuáles son nuestras limitaciones», dice con resignación el abogado Mohamed Karam, de la OMDH. «Debemos dialogar con alguien para conseguir nuestros objetivos».

Esto es Marruecos. Torturadores, víctimas, intelectuales de primer or-

01-05

9109128

Cada vez que Hassan II viaja, en protestas callejeras se le exige que acabe su régimen de horrores.

den y un pueblo orgulloso pero empobrecido, con un 70 por ciento de analfabetos, conviven en este gran mercado donde todo debe ser negociado según la vieja tradición tribal mantenida por Hassan II: desde un par de zapatos hasta una reforma constitucional, pasando por la liberación de algunos presos o el reparto de escaños antes de los comicios.

En su informe de 1991, que circula clandestinamente por Marruecos, Amnistía Internacional reitera la vieja historia de torturas, desapariciones, procesos ilegales. La expresión suprema de la barbarie hassaniana es la prisión de Tazmamart, donde se pudren desde hace 20 años, entre ratas y escorpiones y sin la posibilidad de ver el sol, militares que atentaron contra la vida del rey.

PIEZA ORNAMENTAL. La Constitución de 1972, basada en la del 70, basada a su vez en la de 1962 que diseñó el maestro Maurice Duverger, es casi una pieza ornamental en Marruecos. El rey conforma y desbarata el Gobierno a su antojo. En el actual ejecutivo no participa ningún miembro de la oposición, pero tampoco el poderoso Mati Buabid, presidente de la Unión Constitucional que arrasó en las elecciones, a quien el monarca *confinó* sorpresivamente a la presidencia del Parlamento. Son las cosas de Hassan II.

Los marroquíes llaman burlonamente «la tertulia» al Parlamento, por su inutilidad. Los ministros no comparecen ante él y no existen comisiones de investigación. El Congreso tiene facultades para promover proyectos de ley, pero en realidad más del 90 por ciento de las iniciativas parten del ejecutivo y se aprueban en bloque, sin posibilidades de enmiendas a los artículos.

El Parlamento, de 306 escaños, siempre ha sido producto de fraudes y manipulaciones. Los ganadores son una y otra vez, por aplastante mayoría, los *independientes* del rey. La oposición recibe más o menos escaños según su conducta (el marginal Partido del Progreso y Socialismo, antiguo Comunista, ostenta dos sillas que algunos interpretan como un «premio» por su apoyo a la marroquinidad del Sahara) y no se molesta en preparar proyectos. Los asuntos delicados prefiere plantearlos directamente al rey, como han hecho recientemente los mayores partidos de oposición, el nacionalista Istiqlal y la Unión Socialista de Fuerzas Populares (USFP), con sendas propuestas de reforma constitucional que piden, como suma reverencia, más independencia para los poderes públicos.

Ualalu, de la USFP: «El régimen escucha».

En la cúpula de este complejo entramado, que se cimenta en una de las culturas más sólidas del mundo árabe, se encuentra un hombre de aspecto cansino, de 62 años, que ha sobrevivido milagrosamente a dos atentados comprobados y tres conspiraciones supuestas. Es el 35 descendiente en línea del profeta Mahoma, el 21 monarca de la dinastía alauita, el *comendador de los creyentes*, Hassan II.

Todo el poder está en sus manos, para bien o para mal de Marruecos. Su figura despierta temor y, también hay que decirlo, simpatía en ciertos sectores de una creciente clase media y burguesa, que recibió los beneficios del *boom* económico de 1988. Su poder absoluto, pero bastante liberal en comparación con el de países vecinos, se apoya en el «único partido de implantación nacional», según la broma marroquí: el Ministerio del Interior, dirigido por el fiel Driss Basri, que a su vez controla la cartera de Información.

A Hassan II le disgusta que le exijan las cosas. Las huelgas, como la del 14 de diciembre, son duramente reprimidas y seguidas de detenciones y torturas. El es un cabezota, como suelen serlo los de Tefilalt, su región de origen. Un grupo de prisioneros puede salir en libertad tras enviar una carta de arrepentimiento, como ocurrió con ocho desesperados *frentistas*. Mientras tanto, numerosos militares que atentaron contra su vida en 1971 y 1972, y que ya han cumplido sus condenas, siguen encerrados en el monstruoso presidio de Tazmamart, perdido en el Atlas.

N.º 1.011/8-4-91

02

91 09 28

Más de 600 presos de opinión pueblan las cárceles marroquíes. Los últimos inquilinos son en su mayoría estudiantes o integristas chiíes que han desafiado la estirpe suní del monarca. Pero los partidos de la oposición han decidido cerrar los ojos y entrar en el juego del rey. *Realpolitik* marroquí. «Estamos en un momento dialéctico en el que los partidos presionan y el régimen escucha y sigue las mutaciones», dice críticamente Fathala Ualalu, jefe del grupo parlamentario socialista y presidente de las asociaciones marroquí y árabe de economistas.

El poder del régimen, demostrado con feroz contundencia, y la unanimidad sin fisuras en el asunto del Sahara, mantienen un clima de paz política. Los opositores aún piden democracia, pero cuando se les pregunta si ella pasa por un recorte del poder del rey Hassan II, responden con cuidada diplomacia. «Si una institución pierde competencias o no, no es el problema. La democracia política es un simple instrumento para alcanzar la democracia social, que es la fundamental», dice el septuagenario Abdelkrim Ghallab, director del diario *Al Alam*, órgano del Istiqlal. Este mítico y beligerante nacionalista, que ha pasado 15 veces

«Hay calma total», dice Ghallab, de Istiqlal.

por los tribunales, resume en tres palabras el actual momento político: «Hay calma total».

LOS HIJOS DEL DESEMPLEO. Pero fuera de las sedes de los partidos, del otro lado de los muros de los diez suntuosos palacios de Hassan II, fuera del círculo infernal, pero selecto, de las torturas y las desapariciones, palpitan 25 millones de habitantes, siete millones de ellos sumidos en la pobreza absoluta.

Nada más pisar Tánger, princip punto de entrada del país, el turis se ve acosado por un enjambre d nativos de todas las edades, que l asaltan con un «amigo, mi guía», y continuación: «¿French? ¿English ¿Español?».

Son los hijos del desempleo. E Gobierno reconoce un paro del 10 por ciento. Datos más realista triplican esa cifra. Esos pobr d Tánger sólo aspiran a quedarse co alguno de los 9.600 millones de dir hams (110.000 millones de pesetas que dejan los visitantes.

Los paisajes urbanos, surcados po citroëns y renaults, símbolos vivos de dominio francés, tienen algo en co mún: miles de personas deambulan por las calles durante todo el día y sorben interminables tés de menta en los cafés. Uno de cada cinco ocupados vive del todopoderoso Estado, que controla el 65 por ciento de la economía nacional. Esos funcionarios distan de ser unos *yuppies*: el 73 por ciento cobraban en 1989 menos de 30.000 pesetas al mes, poco más del doble del salario mínimo.

Fuera de los cafés hay pocas posibilidades de diversión. Mientras la reducidísima elite marroquí juega al golf, al tenis o practica la equitación, el resto de la población se reparte 62 piscinas, 305 mal llamados campos de fútbol o 252 salas de cine. Bueno, también está la Galería Sahara, sobre la avenida Mohamed V de Rabat, que exhibe una muestra de fotos de su majestad en todas las poses y con todos los ropajes imaginables. En varias aparece con su «hermano», el Rey Juan Carlos.

Por las noches, todos se abalanzan sobre los televisores para seguir *Rafaat Hagan*, una serie egipcia sobre el caso real de un espía de ese país en Israel. La serie se interrumpe y da paso a un panegírico de los «31 años de democracia» bajo Hassan II, que se cumplieron en marzo pasado. Las imagenes incluyen una manifestación como símbolo de aperturismo, pero ésta, por supuesto, no es seguida de golpes y detenciones.

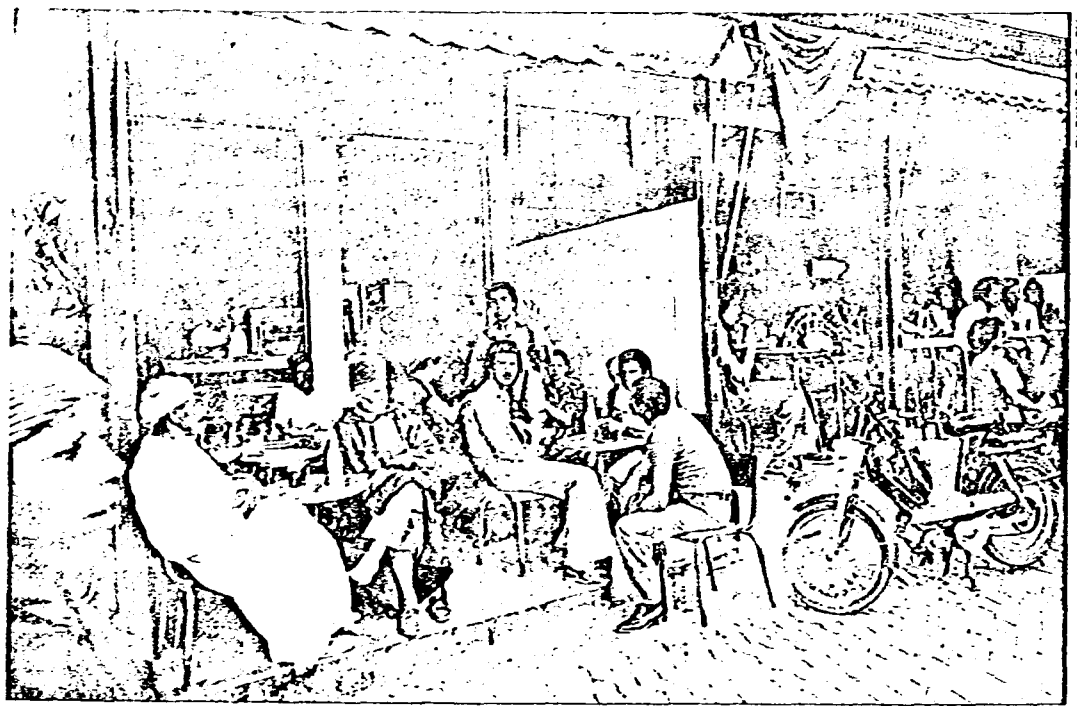
Son pocos los que leen. El árabe se escribe en un

ANGEL CARCHENILLA

Seis de cada diez marroquíes son menores de 21 años. A la mayoría le espera el paro o la emigración.

03

9109128



VICTOR STEINBERG

Hablar en los cafés es el deporte nacional, mientras la lectura es un lujo, según Al-Achaari, presidente de la asociación de escritores.

lenguaje culto y las masas son analfabetas. Los escritores marroquíes no sufren censura previa, según Mohamed Al-Achaari, presidente de la Unión Nacional de Escritores. Sin embargo, cuando un libro comienza a provocar revuelo y volverse «peligroso», se impide su reedición. Ha ocurrido últimamente con *El harén político*, de Fátima Mernisi, y con *Pan desnudo*, de Mohamed Shukri.

HACER LAS MALETAS. Seis de cada diez marroquíes tienen menos de 21 años y, la inmensa mayoría, un porvenir sombrío. A muchos no les queda otra que hacer las maletas. En el régimen hassaniano, mimado por los gobiernos occidentales, la principal fuente de ingresos, por encima del turismo y la exportación de fosfatos, es el dinero que envían a casa el más de millón y medio de exiliados económicos. Un ministerio especial, el de Relaciones con los Emigrantes, y la Fundación Hassan II, manejan esta mina de oro. Ahora hay un plan para que al menos 100.000 vayan a trabajar a Libia, en el marco de un tratado de cooperación entre los dos países.

Los chicos andan por las calles (casi la mitad no accede a la escuela primaria), trabajan donde pueden, hablan de fútbol, escuchan en sus casetes el *ray*, una música primitiva de la frontera con Argelia que se ha modernizado con órganos y guitarras eléctricas y causa furor. Son carne fresca para el fanatismo. Especialmente los cientos de miles que se hacinan en los *bidonvilles*, los barrios de chabolas que empezaron a crecer durante el protectorado francés. No quieren correr la suerte de sus padres y abuelos. Mientras Hassan II destina 360 millones de dólares para su palacio en Agadir, sólo 74.000 ancianos, el 7,5 por ciento de la población de la tercera edad, recibe pensión... que en promedio no llega a las 7.500 pesetas mensuales. La desesperanza cunde. Los casetes con discursos de los *daias*, predicadores islámicos, se venden tanto como los de música *ray*. Pequeños comerciantes que cada día ven empeorar sus rentas buscan consuelo en la palabra del profeta.

El rey Hassan huele el peligro, y ha creado un Consejo Superior para la Juventud y el Futuro, cuyo primer cometido es encontrar antes de junio 50.000 puestos de trabajo para jóvenes titulados. Al frente ha colocado a Habib Malki y ha embarcado a su partido, el socialista, en una misión con pocas posibilidades de éxito. Hassan II no da puntada sin dedal.

Cada vez que el monarca intuye que un movimiento puede salírsele de las manos, se apodera de él. Cuando el tema de los derechos humanos lo tenía en la picota, creó un Consejo Consultivo que se ha tragado a dos asociaciones. Cuando la oposición organizó la gigantesca marcha de apoyo a Irak en el conflicto del Golfo, Hassan II se puso en el último momento a la cabeza de la manifestación. Una sorprendente acrobacia para quien tenía a la vez un contingente integrado a las fuerzas aliadas.

Es el juego del monarca alauita. Unas veces ordena la tortura, otras invita a la negociación, a veces llega incluso a admitir «errores» y prome-

Hay medallas para todos

EN los roperos de la familia real marroquí abundan las condecoraciones españolas. La generosidad protocolaria del Gobierno español con los jefes de Estado amigos se reflejó en la visita de Hassan II a España, en septiembre de 1989. Hubo medallas para todos;

Hassan II, collar de la Orden de Alfonso X el Sabio.

Príncipe Moulay Rachid, collar de la Orden del Mérito Civil.

Princesa Lalla Hasnaa, banda de la Orden de Isabel la Católica

General ayudante de campo de Hassan II, Abdelkader Loubarriz, gran cruz de la Orden del Mérito Militar.

Secretario general de Defensa de Marruecos, Mohamed Achahbar, gran cruz de la Orden del Mérito Naval.

04

9109128

te corregirlos. Para Abraham Serfaty, el preso más antiguo de Africa, no hay indulgencia. Hassan II no le perdona que un judío, un miembro de su protegida comunidad judía, se hubiese levantado contra él, y que encima hubiese gritado en el juicio consignas por la libertad del Sahara. Fátima Ufkir y sus cinco hijos vivieron detenidos en las condiciones más horribles desde 1972, por el único delito de ser la familia del general que conspiró contra el rey. Desde marzo «gozan» de detención domiciliaria.

La brutalidad es uno de los pilares de este régimen de veleidades democráticas. El otro es la corrupción. Ahmed Reda Guedira, íntimo del rey, llegó a confesar a un periodista francés: «La corrupción se ha generalizado como una gangrena hasta el punto de convertirse en *el* sistema».

Nada se mueve sin el pago de comisiones y sobornos. Al príncipe Abdallah, hermano del rey, lo llaman «su alteza 51 por ciento». La práctica se extiende hasta los míseramente pagados funcionarios, convirtiéndose en una forma de vida.

Un guarda de mirada severa del aeropuerto de Casablanca, que revisaba minuciosamente el equipaje de los viajeros, se enamoró de dos rotuladores y un paquete de pilas que llevaba este reportero. Se quedó con ellos mientras lanzaba unos reverenciales *merci* y marcaba con tiza una equis en el equipaje, sin revisarlo.

Poco después se repartía la mercancía con un compañero de los seis controles que tiene que pasar el visitante para marcharse del país. ■

El preso más antiguo de Africa

EL pasado 3 de marzo, y con ocasión del 30 aniversario de la subida al trono del rey Hassan de marruecos, Christine Jouyin creyó en la inminente liberación de su marido Abraham Serfaty, el detenido político más antiguo de Africa.

Detenido desde hace 18 años en la penitenciaria de Kenitra, gracias a una intervención personal de Danielle Mitterrand pudo Serfaty casarse en la cárcel, en 1987, con esta profesora de nacionalidad francesa, a la que conoció en sus tiempos de clandestinidad.

Christine, como viene haciendo desde entonces cuatro veces al año, se desplazó el 3 de marzo a Marruecos a la espera del milagro. Pero una vez más, el rey se mostró insensible a las peticiones de indulto. Esa misma mañana, la esposa de Serfaty, después de recorrer en taxi colectivo los 35 kilometros que separan Rabat de Kenitra, volvió a cruzar el enorme portalón de hierro, del viejo centro penitenciario, que se parece a una fortaleza de tiempos del protectorado.

DANIEL MORDZINSKI

La esposa de Serfaty, Christine Jouvin.

Allá, encima del Qued Sebou, centenares de reclusos, repartidos en distintas secciones, se pudren desde hace años, siempre con la pequeña esperanza de que muera el tirano. En la sección de Serfaty, llamada «Alif», 15 presos políticos comparten la misma suerte.

Todos ellos, esa mañana, recibieron en una sala común a sus familiares. La visita, como siempre, se efectuó en grupo, y ante los oídos de los funcionarios vestidos con uniformes similares a los aduaneros y siempre atentos a captar algún mensaje o consigna subversiva.

Como es habitual, y desde su llegada al país, Christine fue seguida en todos sus pasos por agentes de Policía de paisano, que en cualquier momento pudieron detenerla para cachear su bolso, pedirle la documentación, y retirarle algún libro o carta personal. Ella ya ni protesta. En otras ocasiones les recriminaba su conducta con un «no tienen derecho», pero los agentes se burlaban de ella y le contestaban siempre en los términos de «nosotros tenemos todos los derechos».

Después de muchos años de pacientes combates, con huelgas de hambre, con su correspondiente incomunicación, los presos del grupo de Serfaty han conseguido, no obstante, algunos éxitos, mejorando sus condiciones de detención con una sala común para las visitas, el derecho a recibir comida de fuera, así como el poder escribir y leer algunos libros y prensa oficial o extranjera recortada.

En su última visita, Christine, pudó burlar la vigilancia de los guardias, y sacar el documento que Serfaty y sus compañeros remitieron a «sus amigos franceses y españoles», Serfaty, después de agradecer la campaña en favor de los derechos humanos en Marruecos, afirmaba que su «libertad es un derecho no negociable, que forma parte de un combate político, para la libertad del pueblo marroquí frente a un poder que es la negación».

El preso más antiguo de Africa mencionaba tambien que «jamás se separará de sus compañeros del juicio de Casablanca de 1977, y que jamás pedirá directa o indirectamente el indulto al rey».

La oposición está levantando la cabeza, pero de forma tímida. Todos hablan de transición a través del principe heredero Sidi Mohamed, considerado como moderado. A sus 62 años, Hassan II no tiene intención de abandonar el poder ni de soltar o indultar a sus presos.

Desgraciadamente, y como afirmaba a esta revista el escritor Gilles Perrault: «Un hombre, después de 30 años de poder absoluto, no cambia. De la misma forma que Fidel Castro jamás aceptará unas elecciones democráticas en su país, el rey Hassan, jamás se transformará en monarca constitucional».

Ander Landaburu

91 09128 N.º 1.011 8-4-91

05-05

C.E aliviada por que Margaret Hatcher abandono el poder.
CAMBIO 16 (SEDX11)
3/12/90
Gran Bretaña (100800)
Fac. Pol. (11104)
Gob. Nac. (11802)

La CE ve aliviada cómo Gran Bretaña despide a Thatcher

Después de ganar tres elecciones consecutivas con mayoría absoluta, librar una guerra, destrozar a los sindicatos e imponer el liberalismo, Margaret Thatcher ha caído a manos de sus compañeros de partido. El controvertido *poll tax* y el rechazo de una integración plena en Europa han sido sus verdugos

JUAN CARLOS ALGAÑARAZ, enviado especial

TODA Gran Bretaña tembló. Los pasajeros que se apiñaban en los vagones del metro londinense escucharon atónitos la noticia que se transmitía insólitamente por los altavoces. Varias tiendas de electrodomésticos tuvieron que desconectar los televisores para ahuyentar a las pequeñas multitudes que intentaban confirmar la información. Sus más devotos partidarios no podían contener las lágrimas ni la indignación. «¡Vergüenza y traición!», clamaban.

Algunos grupos de izquierdistas marcharon por el centro de Londres entonando envenenadas consignas de despedida regadas con champán. El dolor y el júbilo se repartieron por todo el país. A este pueblo con fama de flemático y autocontrolado lo dominaron las emociones cuando supo que Margaret Thatcher abandonaba el poder.

En muchas capitales europeas, sobre todo en Bruselas, sede de la Comunidad Europea, los eurócratas recibieron con un estallido de júbilo la desaparición de su eterna pesadilla. «Ha sido todo un símbolo que pocos días después de que los trabajadores británicos y franceses se dieran la mano en medio del túnel bajo el Canal de la Mancha, que unirá a los dos países, la señora Thatcher tenga que irse. La verdad es que, pese a todos los esfuerzos en contra de la *dama de hierro*, Gran Bretaña ha dejado de ser una isla», se entusiasmó un diplomático francés ante esta revista.

Es que las vidas de los británicos, y en los últimos años también la de los europeos, han girado en torno a la primera ministra durante 15 años de liderazgo político en el Partido Conservador y más de 11 años de gobierno, el más prolongado en Gran Bretaña desdel lejano 1827.

Margaret Thatcher, la hija de un tendero, de quien heredó los valores que fundamentan su ideario, ha dado su nombre a una era que acaba de terminar y a una doctrina, el *thatcherismo*, que ha transformado Gran Bretaña e influido en los líderes políticos del mundo entero.

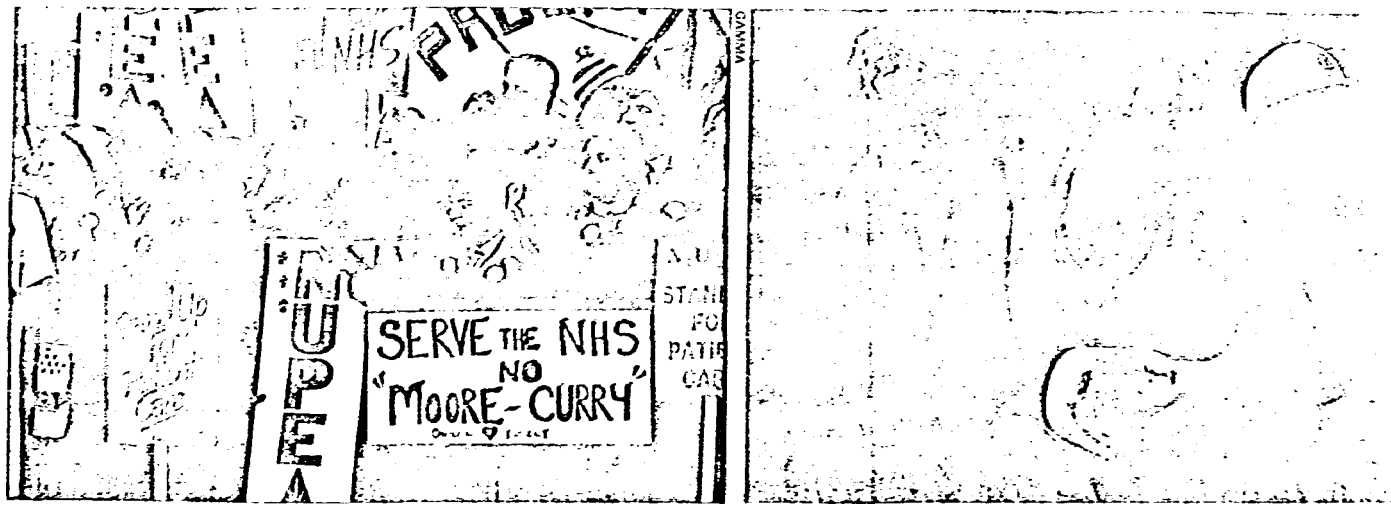
CICLON ARRASADOR.-La primera ministra ha sido el heraldo de un liberalismo exasperado que declaró la guerra a los sindicatos, al socialismo y a la gestión estatal de la economía. En una sociedad estatal de la economía. En una sociedad dominada por las grandes burocracias creadas en la posguerra por los laboristas, con el consenso de conservadores y liberales, Thatcher fue un ciclón que arrasó gran parte de los valores de solidaridad y confianza en el estado de bienestar.

Se convirtió en la gran madre de un despiadado darwinismo social. Logró que la competencia y las leyes del mercado devolvieran su buen nombre al éxito y al dinero. Pero también impulsó el aumento de la brecha entre ricos y pobres, ganadores y perdedores, y fue profundamente criticada por su falta de compasión con los menos afortunados.

Margaret Thatcher terminó con la mayoría de las empresas nacionales que paralizaban con sus déficit la economía británica. Trasladó el centro del esfuerzo económico del país a la iniciativa privada. Exaltó la competencia y las leyes del mercado como los nuevos grandes catalizadores que debían impulsar a una Gran Bretaña en acentuada decadencia.

ENTRADO VR
CRU VR
91 09 129

01-05



Las manifestaciones contra la privatización de la Sanidad y la huelga de los mineros fueron dos momentos clave de la era Thatcl

Fue la gran animadora de una nueva cultura empresarial que no sólo exhortaba a los grandes capitalistas a enriquecerse y correr riesgos, sino que exaltaba el papel social de los pequeños comerciantes e industriales, completamente olvidados por los grandes partidos, a quienes convocaba como los grandes protagonistas de la nueva sociedad de los *meritócratas*.

PROFETAS DEL LIBERALISMO. Y la personalidad de Thatcher ha sido tan importante como sus ideas. Una mujer, nadie se lo podía imaginar, llegó al poder en Gran Bretaña exhortando a liquidar la vieja sociedad en nombre de la nueva derecha, un movimiento que se consideraba revolucionario porque quería cambiar profundamente los valores y actitudes sociales y libertario en sus iniciativas contra el estado y las burocracias y en favor del más implacable individualismo.

Elegida meses antes que la otra gran estrella de la nueva derecha, el presidente norteamericano Ronald Reagan, ambos fueron los profetas al comenzar la década de los 80 de un liberalismo militante que cree a rajatabla en las bondades del capitalismo menos contaminado por las correcciones socialdemócratas o cristianas.

Este credo influyó profundamente en la cultura política contemporánea, porque expresó la realidad de que la nueva sociedad posindustrial y la revolución tecnológica funcionan perfectamente en las economías de mercado basadas en la iniciativa privada, los incentivos individuales y la desigualdad.

Esta cultura ha terminado por apoderarse de las zonas del mundo en desarrollo como Asia y América Latina. Pero el *thatcherismo* encontró, inesperadamente, sus más atentos alumnos mucho más cerca, en el Este de Europa, en donde el colapso de los regímenes comunistas terminaron por consagrar el triunfo arrasador del capitalismo en los umbrales del siglo XXI.

La primera ministra rodeada por militares británicos tras la guerra de las Malvinas.

Pero el *thatcherismo* no sólo son ideas. Está ligado a la imagen y la personalidad de su fundadora. Thatcher es, antes que nada, un carácter formidable. «Soy una política de convicciones, no de consenso», advirtió cuando se hizo con el liderazgo conservador. Intransigente, incansable, apartando sin piedad a quienes se le oponían, Thatcher llevó adelante sus ideas de capitalismo popular que, primero, sacudió hasta sus cimientos los valores políticos británicos, y se extendió después por Europa y el mundo entero.

Hugh Thomas, un historiador muy bien conocido para los españoles, está convencido que «el *thatcherismo* existe y continuará. Es una doctrina que m tiva a la gente a ser responsable en s decisiones y a no buscar que el Estad le resuelva sus problemas. Es una act va defensa del concepto de libertad p lítica, contrario a la burocracia, a l regulaciones insensatas y a la gestión d la economía por el Estado», analiz *lord* Thomas a CAMBIO16.

Los éxitos y los fracasos del *thatche rismo* han sido impulsados por un gran concentración de poder. Marga ret Thatcher dominó el partido y el ga binete con mano de hierro. Controló e Parlamento a través de tres mayoría absolutas y ha sido poco propensa compartir esas potestades.

Con semejante capital político, ¿cómo se explica su espectacular caída? «Ha sido una tremenda conmoción para todos porque el derrocamiento fue fulminante y con las inusuales ca

02

9109129

La polémica «poll tax» desató auténticas batallas campales en toda Gran Bretaña.

racterísticas de un *coup d'etat*», explica Anthony Sampson, uno de los más famosos comentaristas políticos y escritores británicos.

Las incógnitas se multiplican porque los acontecimientos que culminaron en la defenestración de Thatcher tienen el aura de misterio y conspiración de un drama isabelino. La primera ministra fue pulverizada en un golpe palaciego en el que se combinaron los dirigentes del Partido Conservador llamados *los hombres de traje gris*, su grupo parlamentario y el gabinete. Los acontecimientos se precipitaron en 36 horas y desembocaron en un forcejeo dramático entre quienes deseaban convencer a Thatcher de que el electorado quería otro líder y sus fieles, que deseaban sostenerla a toda costa.

«La primera ministra, más arrogante que nunca, no advirtió que la economía funcionaba mal: había aumentado la inflación, el paro, la producción. Tampoco se dio cuenta de que el *poll tax*, nuevo impuesto municipal, había puesto a la mayoría de la población en su contra. Thatcher no sólo perdió sintonía con la opinión pública, sino también con un Partido Conservador cada vez más alarmado ante los sondeos que ponían a los laboristas muy por delante y les aseguraba la victoria en una elección», explica el comentarista político y escritor británico Andrew Graham Yool.

Michael Heseltine, apodado *Tarzán* por su poblada melena y apolínea figura, había desafiado a la señora Thatcher en el momento apropiado: los conservadores habían perdido dos elecciones de forma humillante, Thatcher había quedado completamente aislada en la cumbre de la Comunidad Europea en Roma y juraba redoblar su lucha contra *los euroburócratas*.

El viceprimer ministro *sir* Geofrey Howe, que había acompañado a Thatcher en distintos puestos claves del Gobierno durante los tres mandatos de la *dama de hierro*, harto de no ser escuchado en sus críticas a la política anticuropea de Thatcher, presentó por fin su dimisión y leyó su renuncia ante el Parlamento. Fue una devastadora acusación contra Thatcher, que terminó de convencer a dirigentes y parlamentarios de que su liderazgo estaba agotado. Con ello Heseltine se decidió, a desafiar a la primera ministra presentando su candidatura.

BUSCAR OTRO CANDIDATO. Cuando Thatcher retornó a Londres el miércoles 21 desde París, donde participó en la Conferencia para la Seguridad y Cooperación en Europa, recibió una catarata de malas noticias. Una semana después debía realizarse la segunda ronda para elegir al líder parlamentario conservador, y cada hora que pasaba la primera ministra perdía apoyo. El argumento de los *hombres de gris* y de muchos parlamentarios indicaba que para detener a Heseltine hacía falta otro candidato que no fuera la deteriorada Thatcher.

Sin podérselo creer, Thatcher decidió recibir a sus ministros uno por uno. Triste y deprimida, a veces al borde de las lágrimas, y otras con la voz quebrada, dándose ánimos con un vaso de whisky y soda, la primera ministra espetó a cada uno el mismo breve discurso pletórico de resentimiento. «Este es un mundo curioso. He ganado tres elecciones. Jamás he perdido un voto de censura contra mi Gobierno. La mayoría de los parlamentarios acaban de respaldarme. Tengo una gran popularidad entre los militantes del partido y entre los electores. Sin embargo, dicen que tengo que abandonar porque si no Heseltine me puede derrotar. ¿Cuál es su opinión sobre todo esto?»

Quince ministros, es decir la mayoría, le contestaron que tenía el corazón roto, pero que debía renunciar a presentarse. Hacia el atardecer, sus fieles le confirmaron que apenas contaban con el apoyo de poco más de cien parlamentarios. Era el final, cuando Thatcher consultó con su esposo Dennis, su respuesta terminó por decidirla. «Querida, no quiero que te humillen».

Thatcher se entrevistó con la reina y le anunció que abandonaba el poder. De inmediato, los sondeos anunciaron que con cualquiera de los candidatos a

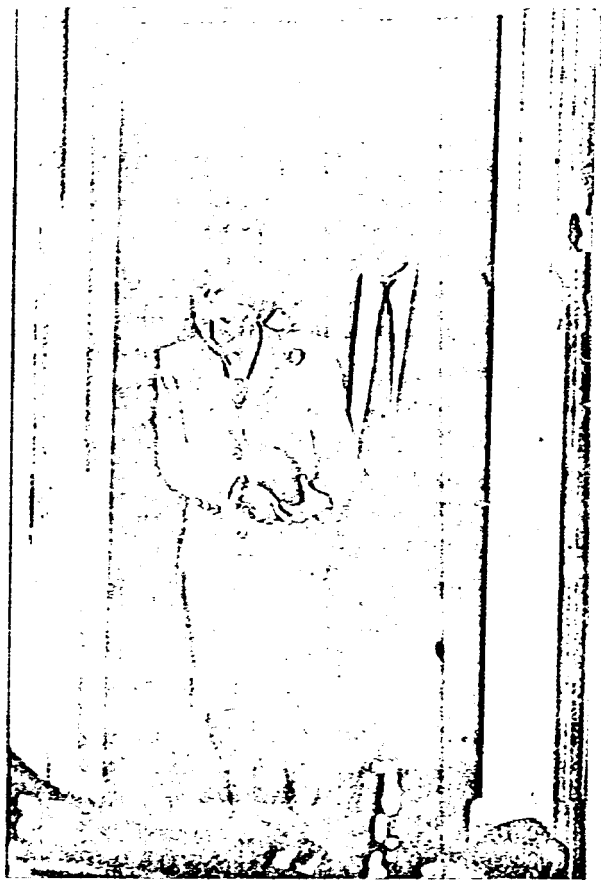
la sucesión que resultara elegido, los conservadores recortaban la ventaja que les llevaban los laboristas y pasaban decididamente al frente en las predilecciones populares. La bolsa subió alegremente y la maltrecha libra mejoró su cotización.

«Nada aterra más a los conservadores británicos que perder el poder —sentencia Graham Yool—. Hace largos meses que los sondeos demostraban una espectacular caída de la popularidad de la primera ministra por el fin de la etapa de prosperidad económica y la reacción contra el *poll tax*. El otro gran problema fue el encono de Thatcher contra Europa, que precipitó un muy peligroso aislamiento británico. En torno a ambos temas, y a la intransigencia de Thatcher a aceptar las críticas en el gabinete y el partido, se producen una serie de renuncias tan importantes como la de los dos grandes ministros de economía y colaboradores de Thatcher: Nigel Lawson y *sir* Geofrey Howe». Estos antecedentes determinaron que los tres candidatos a la sucesión —Michael Heseltine, John Major y Douglas Hurd— se apresuraran a garantizar que lo mejor del *thatcherismo* continuará en vigor, pero que habrá un retorno al diálogo y al consenso que caracterizaron la política británica.

Es obvio que existen coincidencias entre los aspirantes en que el *poll tax* debe ser modificado, que ha llegado la hora de sumarse sin recelos a la construcción de la Europa unida, y también que el nuevo líder tiene que hacer una política de consenso con el Partido Conservador, los parlamentarios y el gabinete. El profundo autoritarismo de Thatcher quedará erradicado. La palabra que ponga orden en el partido, insiste Douglas Hurd, debe ser «persuadir, persuadir y persuadir».

Ahora todo será más pragmático. Los más de 11 años de gobierno de Thatcher transformaron, entre otras cosas, al Partido Laborista que se ha desprendido del calificativo de *izquierda lunática* y se ha distanciado de los sindicatos que lo fundaron, aunque sin la dolorosa ruptura que protagonizaron el PSOE y la UGT en España.

Un dirigente laborista resumió el nuevo panorama que se abre en la política británica: «Nos hemos pasado los últimos tres años acortando las diferencias con los conservadores sobre la economía, la defensa y los sindicatos. Deberán ahora hacer lo mismo con nosotros en economía, la unidad europea y la política social».



DAMMA

Thatcher abandona la residencia de Downing Street.

Cuando Thatcher llegó al poder en 1979 la sociedad británica clamaba contra el poder omnímodo de los sindicatos, que con sus huelgas y protestas habían prácticamente paralizado la economía y creado una dualidad de poder que desestabilizaba las instituciones políticas. La izquierda laborista estaba en gran parte dominada por grupos revolucionarios que, en la mejor tradición de los sucesos del mayo del 68 francés, impulsaban la radicalización social pidiendo lo imposible.

AL 10 de Downing Street siguen llegando flores mientras militantes conservadores devuelven, destrozados, sus carnés de afiliados

Las sucesivas derrotas que sufrieron a manos de Margaret Thatcher impulsaron la formación de una corriente moderada liderada por Neil Kinnock; que generó toda una nueva cultura socialdemócrata favorable a un entendimiento con Estados Unidos y la OTAN y que dejó de lado las exigencias de un desarme nuclear unilateral. El nuevo laborismo es también, de alguna manera, un hijo de los nuevos valores políticos que Thatcher inyectó a la sociedad británica.

El sucesor tendrá no sólo que entenderse más plácidamente con la oposición y los sindicatos. La economía cruje por los cuatro costados: la inflación, en un 10,9 por ciento, está por encima del 10,3 por ciento que existía en 1979 cuando Thatcher se hizo cargo del gobierno. La recesión, un fenómeno generalizado en la economía mundial, agravará los males de la industria y las finanzas. Cae la producción y aumenta el desempleo. Las altas tasas de interés amenazan con hundir muchas empresas que han crecido durante estos años a fuerza de créditos.

REACCION VIOLENTA. La situación social quedó muy sensibilizada por la intransigencia de Thatcher en aplicar el *poll tax*, o impuesto del censo que grava los servicios municipales británicos, que son muy amplios, considerando el número de usuarios por casa y no los niveles de ingresos. Los pobres pagan, por ejemplo, iguales o mayores sumas que los más privilegiados. La señora Thatcher quiso torcer el brazo a los municipios de izquierda obligando a pagar los servicios sociales a quienes más los utilizaban. El resultado ha sido devastador para el prestigio de Thatcher y los conservadores: el *poll tax* ha generado una reacción masiva que degeneró a veces en inusitada violencia.

Cuando llegó al poder, en junio de 1979, inició una arrasadora política de reconversión industrial y ajuste económico que multiplicó las quiebras y el paro. Pero su popularidad creció sólidamente gracias a la guerra del Atlántico Sur contra Argentina.

El patriotismo victoriano de Thatcher conquistó a la mayoría de los británicos. El ajuste económico dio sus resultados y en 1984 la *dama de hierro* fue reelegida. En medio de la creciente bonanza económica, Thatcher consolidó

04

9109129

Los conservadores Michael Heseltine (izquierda) y Douglas Hurd con sus familias.

su capitalismo popular convirtiendo a los británicos en propietarios de sus casas, un 67 por ciento, y a 11 millones en dueños de acciones.

La fiesta económica y las desventuras de la oposición le permitieron ser reelegida en 1987 y convertirse en la primer ministro con más dilatada permanencia en el poder en este siglo. Pero a partir de ese momento Margaret Thatcher no volvió a encontrar ninguno de los grandes aciertos que le aseguraron su popularidad en años anteriores. Entró en un ocaso jalonado de graves errores políticos y económicos, agravado porque la permanencia en el poder la habían envuelto en una arrogancia que la distanció fatalmente de la realidad.

Major (con su mujer), el delfín de Thatcher.

«Si la más importante queja popular contra Thatcher fue el *poll tax*, la animadversión contra Europa creó una crisis en el Partido Conservador y con los grandes empresarios y grupos financieros», explicó Anthony Sampson.

«El carácter más preocupante del *thatcherismo* fue la recreación de un nacionalismo extremo en el sentido de que tenía que librar constantes batallas contra alemanes y franceses. Esta tendencia se profundizó con la guerra del Atlántico Sur. Se trata de un patriotismo agresivo parecido al de comienzo de siglo», añade Sampson. Las batallas de Margaret Thatcher en la Comunidad Europea fueron resonantes. La primera ministra creía que expresaba una actitud generalizada entre los británicos. Los sondeos demuestran que se equivocó.

Al 10 de la calle Downing Street siguen llegando miles de flores mientras muchos militantes conservadores devuelven, destrozados, sus carnés de afiliados. Juran que no votarán más al Partido Conservador y que «la más grande primera ministra después de Winston Churchill ha sido vilmente apuñalada por la espalda».

Pero un joven dirigente conservador prefirió confiar a esta revista un lúcido responso: «Los últimos días de la señora Thatcher han sido una triste historia de mal cálculo político, exceso de confianza, pobre organización y muy poca capacidad crítica». ■

05-05

9109129.

Polonia: opción entre Walesa y Mazowiecki.
Vision (150044)
29/10/90
Polonia (66861)
Tce. Pol (11164) Geb. Nac. (113092)

D1

Polonia: opción entre dos viejos camaradas

Walesa y Mazowiecki, antes aliados, hoy rivales... pero ambos católicos

DE VARSOVIA: Las paradojas del comunismo agonizante en Europa no terminan de sorprender al mundo: a fines de noviembre los polacos elegirán presidente de la República a un anticomunista católico ferviente... o a un anticomunista católico ferviente.

En efecto, después de 45 años, el partido comunista no tiene ninguna oportunidad de conservar el poder en estas elecciones que serán realmente libres.

La opinión pública se divide principalmente en dos corrientes; la que apoya a Lech Walesa, líder del sindicato Solidaridad, y la que sigue a Tadeus Mazowiecki, actual primer ministro, "designado" por el propio Walesa cuando el general Jaruzelski formó gobierno hace más de un año.

Ambos son católicos practicantes, honrados, queridos y respetados por sus conciudadanos.

Pero no tienen los mismos orígenes sociales ni las mismas opiniones sobre el camino para conducir a Polonia hacia el ideal que los dos desean: un régimen democrático y capitalista.

Ambos son amigos o camaradas de lucha desde que en 1980 Walesa —un obrero despedido de los astilleros de Gdansk por agitador anti-comunista— lanzó el movimiento "Solidaridad", que iba a convertirse en el primer sindicato libre de Europa del Este.

Mazowiecki y otros intelectuales católicos disidentes contactaron en ese momento al movimiento de los trabajadores, se unieron a ellos y sufrieron con ellos en los años 80 las persecuciones, cárceles y vejaciones.

¿EN QUE SE DIFERENCIAN?

Mazowiecki, de 63 años, es un intelectual tranquilo, modesto, casi tímido cuando debe dirigirse a las masas. Walesa, de 47 años, obrero, autodidacta, tiene un contacto carismático con las masas. Mazowiecki ha gobernado como primer ministro aplicando recetas del Fondo Monetario Internacional que le han permitido frenar la hiperinflación, pero que encareció el costo de la vida — ya dramáticamente elevado— en más de 30 por ciento mientras que el desempleo superó en septiembre el millón de personas, y se anuncia que pronto nueve mil empresas con dificultades van a despedir a 377 mil trabajadores.

Frente a esta economía en quiebra, Walesa critica a Mazowiecki por sus "debilidades" y propicia que el Presidente de la República tenga un poder fuerte y que sea capaz incluso de gobernar "por decretos". Walesa, "héroe nacional", no duda de sí mismo y está convencido de que con su audacia, imaginación e intuición política, Polonia se convertirá realmente en un país que llegará a convivir con sus vecinos de Europa Occidental.

AP/Wide World Photos

Mazowiecki se enfrenta políticamente a su viejo amigo

Vision

Walesa piensa rectificar el camino basándose en su carisma e intuición

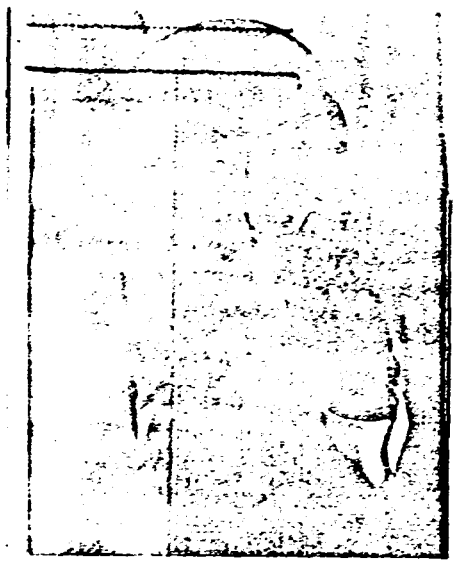
El movimiento cívico Acción Democrática (ROAD, de centro-izquierda) y elementos de la derecha "moderada", han creado un comité nacional de apoyo a Mazowiecki. Walesa, por su parte, tiene el apoyo unánime de Solidaridad y de la "Alianza del Centro", movimiento de centro-derecha.

Las encuestas de popularidad realizadas por organismos oficiales, daban ventaja al primer ministro por sobre Walesa. Sin embargo, cuando a comienzos de octubre se realizó el primer sondeo independiente —por encargo del diario oficialista *Rzecspospolita*— apareció que Walesa aventajaba a Mazowiecki por 36,9 por ciento contra 31,8 por ciento. El organismo privado que la realizó (la sociedad "Demosko") indicó también que 72 por ciento de la población se preparaba a participar en el combate entre los dos titanes católicos. Sólo el 19,5 por ciento de las personas interrogadas dijeron que votarían por otro candidato. (Hay varios, incluyendo un ecologista y un comunista, pero no tienen posibilidades de disputar ni siquiera el segundo lugar en la carrera presidencial).

A fines de septiembre, Walesa anunció en público su candidatura y Mazowiecki lo hizo a comienzos de octubre. Lo concreto es que la lucha culminará el 25 de noviembre cuando, por primera vez, el voto popular decidirá quién será el próximo presidente polaco, consagrando así entre estos dos creyentes fervientes el fracaso de un régimen que quería borrar a la religión y al capitalismo. Y, si ganara Walesa, se produciría una segunda situación menos picante: que sea un obrero quien, elegido presidente de la República, escriba la lápida sobre la tumba de la "dictadura del proletariado" en Polonia. *(Raúl Zamora).* ■

ENT VR
CR VR
9109130
01-01

Privatizan La Prensa de Europa del Este. Inversiones Occidentales.
SOMOS (1 EDOSR)
10/6/91
Europa del Este (11168)
Pr. Lc. (11161)


Rupert Murdoch.

Privatizan la prensa de Europa del Este ¡SE VIENE OCCIDENTE!

Fuertes inversiones de los barones de la comunicación én medios otrora estatales.

Para los estándares de los barones occidentales de los medios de difusión, Europa Oriental resulta barata. Por tan sólo unos pocos millones de dólares, un Robert Maxwell o un Rupert Murdoch pueden comprar la prensa recientemente liberada y ser partes de la aventura.

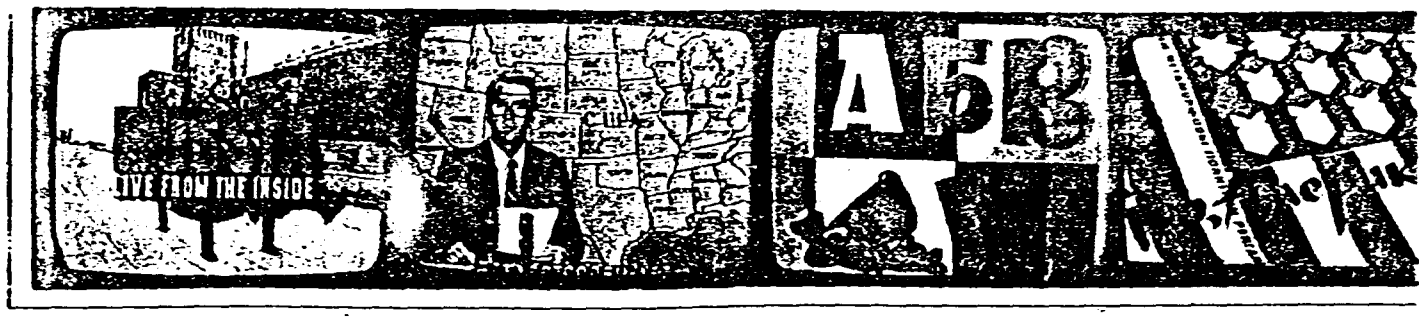
"Las razones son el beneficio y el servicio a la democracia", insiste Maxwell, quien acaba de invertir 45 millones de dólares en dos diarios alemanes, una editorial y dos diarios húngaros y una planta impresora. Murdoch se jacta de ser propietario de la mitad de dos publicaciones húngaras y (mediante una empresa conjunta con Burda) de una planta impresora y otro diario alemán. La compañía germana Axel Springer posee siete periódicos magyares; el francés Robert Hersant tiene parte en seis publicaciones polacas y un diario húngaro.

Para las publicaciones de Europa Oriental la infusión de efectivo de Occidente es una bendición contradictoria. Por un lado, la pericia técnica y administrativa del oeste —sin mencionar el apoyo moral— está ayudando para que la transición de los medios a la independencia sea mucho más rápida y menos dolorosa. La mayoría de las publicaciones de Europa Oriental necesita, desesperadamente, nuevas instalaciones y recursos para imprimir y distribuir, al igual que asesoramiento én cuanto a cómo estructurar presupuestos y vender publicidad. Pero, por otra parte, algunos editores temen que, al apoyarse plenamente en el capital extranjero, se conviertan en esclavos de los inversores. En el mejor de los casos estos proveen instrucción y equipos modernos, sin dictar el contenido. Cuando la firma editora alemana Bertelsmann compró el 41 % de Nepszabadsag, viejo diario del Partido Comunista Húngaro, el gigante occidental complació a todo el mundo al no interferir editorialmente. *"Para Bertlesmann somos como un hijo ilegítimo"*, dice el editor gerente Andras Kereszty: *"Vinieron, nos concibieron y nos dejaron solos"*.

A veces, lo que se necesita es justamente un poco de interferencia. Burk hard Voges, ejecutivo de la revista de noticias alemana Der Spiegel, se alarmó al ver en un quiosco ejemplares atrasados para la venta, en un lugar de lo que fue Alemania Oriental. *"Bueno* —explicó el quiosquero—, *hay que vender los viejos antes de vender los nuevos."* Similarmente, cuando compró el 50 por ciento del tabloide húngaro Mai Nap, Rupert Murdoch tuvo que enseñar al plantel a ser menos conspicuo. *"Antes de la llegada de Murdoch no éramos muy insistentes en lograr el pronto pago de los avisadores* —admite el director delegado Ferenc Szollosi—; *ahora reclamamos a diario."*

Estas escenas de la televisión esteuropea ya son históricas. Las inversiones occidentales impondrán cambios revolucionarios.

TAMBIEN DE LO OTRO — Pero junto con las capacidades comerciales de Occidente llegaron algunos hábitos editoriales cuestionables. Mujeres desnudas, crímenes atroces y chismorreo desaforado ganan espacio en las primeras planas de los diarios de Europa Oriental, a medida que los di-



ENT. VR.
01-02
9109131

Robert Maxwell.

rectores aprenden que el sexo y el escándalo son buenos vendedores. *"Es lo que el público quiere"*, dice Karsten Schmidt, director de operaciones extranjeras de Murdoch's News International, que compró el semanario húngaro **Reform**. *"Es una especie de reflejo de lo que jamás tuvieron y ahora pueden tener. Quieren el material fácil, digerible, del tipo Así-se-vive-en-Occidente."*

Europa Oriental también resultó expuesta a cierta prepotencia capitalista. Maxwell compró el 40 por ciento del ex diario oficialista **Magyar Hirlap** el año pasado, y posee el 100 por ciento de una nueva planta impresora de Budapest. Fuentes húngaras afirman que concluidas las negociaciones forzó a los accionistas a venderle el 51 por ciento de las acciones, amenazando con suspender la publicación. La semana pasada, en un reportaje, dijo que necesitaba el control porque el diario estaba en pérdida y que la única manera de salvarlo consistía en invertir más capital propio. *"Quien paga la flauta, elige la melodía"*, fueron sus palabras.

Tales actitudes hacen que los editores de Europa Oriental se tornen cada vez más quisquillosos y desconfiados respecto de sus benefactores. Recientemente Maxwell perdió la licitación por el diario polaco **Zycie Warszawy**, en competencia con una empresa periodística italiana. Ⓢ

02-02

9109131

II ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO (MEXICO)
AA RPOD.
23/6/91
P.P. L.A.
MEXICO
12752
10134

"la dictadura; para la derecha la democracia es un aliado táctico"

"México se reafirmó que las democrático para América Latina"

señala. Si el proceso cubano fuera abortado por un factor externo, por la agresión de EEUU, "la democracia está en entredicho, del punto de vista de su viabilidad y esto sería muy grave".

"A Estados Unidos le importa un pito esto, le interesa la democracia como legitimación del poder establecido", recuerda.

EL CENTRO TAMPOCO ES DEMOCRATICO

Luego de reafirmar que para la derecha "la democracia es sólo un aliado táctico", sostiene que ocurre algo similar con el centro político. "En Argentina el radicalismo apoyó al movimiento de 1955, que derrocó las instituciones, y con ello desmintió que el centro político sea democrático".

En el caso de Uruguay no hay "una sola formación política de los partidos tradicionales "libre de responsabilidades" antidemocráticas. Particularmente destaca que el Partido Colorado "nunca asumió la responsabilidad histórica de haber apoyado a la dictadura".

Por todo lo anterior Ubilla considera que "las izquierdas son el gran porvenir de la democracia para América Latina", más después de los avances que se mostraron en la reunión de México. "Pienso que ha llegado el momento de que la izquierda haga política", concluye.

Solidaridad con "el pueblo y el gobierno legítimo de Cuba"

■ Los partidos y movimientos de la América Latina y el Caribe, participantes en el "II Encuentro del Foro de São Paulo" realizado en México.

Expresan su apoyo a la Revolución Cubana y al derecho soberano de su pueblo de construir la sociedad socialista.

Condenan el bloqueo económico del gobierno de Estados Unidos y la escalada agresiva y peligrosa que realiza en la actualidad contra la nación y el pueblo cubano.

Demandan de los gobiernos latinoamericanos y caribeños, de los partidos y movimientos progresistas, de todas las fuerzas patrióticas de la región, ampliar la vigilancia y la movilización ante la actitud hostil y agresiva del imperialismo norteamericano y la amenaza manifiesta de éste en dirección de incrementar las agresiones en todos los órdenes contra la nación cubana.

Exigen el más absoluto respeto a la soberanía y la autodeterminación del pueblo cubano y de su legítimo gobierno, así como la devolución del territorio usurpado por Estados Unidos mediante la retirada de la ilegal base naval de Guantánamo.

Exhortan a todos los gobiernos de la región a reivindicar, sin condicionamientos, el derecho de la República de Cuba a integrarse al sistema interamericano y de esa manera reparar un hecho vergonzoso en la historia de los países de nuestra América.

partes que

01 . 01 9109132

Izquierda discute su futuro
Búsqueda
260691
El Tiempo
San Pablo 12730
Izquierdas de L.A. 12752
México 10131

Señas de identidad: La izquierda discute en México

El Encuentro al que concurrimos días pasados en la ciudad de México ya ha sido objeto de algunas notas periodísticas por parte de algunos delegados asistentes cuyo contenido esencial compartimos.

Para no repetir, voy a referirme a algunos aspectos que considero interesantes de la reunión.

Bancarrota del socialismo en el Este, derrota electoral de los sandinistas, ofensiva ideológica del neoliberalismo. Es el fin de la historia, proclama Fukujama: las ideas de la democracia liberal han triunfado en el mundo entero, el socialismo ha sido derrotado para siempre.

En este cuadro, ¿qué hacen las izquierdas latinoamericanas? Se reúnen para discutir, intercambiar experiencias y opiniones. Y lo hacen de una manera particularmente amplia, con un espectro de convocatoria que incluye a movimientos revolucionarios que desarrollan actualmente la lucha armada (como el Farabundo Martí en El Salvador o la Unión Revolucionaria de Guatemala o la Coordinadora Simón Bolívar de Colombia) hasta movimientos que están en el gobierno (como el Partido Socialista de Chile o el Movimiento Lavallase de Haití).

A la convocatoria acuden partidos viejos (como los comunistas ortodoxos, fundados en la década del 20) y movimientos nuevos (como "A Luchar", o Bolivia Libre surgidos en los últimos años). Partidos pequeños, como algunas corrientes trotskistas, o partidos que han obtenido decenas de millones de votos como el PT de Brasil o el Partido de la Revolución Democrática de México, liderado por Cuauhtémoc Cárdenas. En las discusiones participaron decenas de diputados y algunos senadores de partidos que detentan gobiernos locales, municipales o provinciales en Perú, Venezuela, Brasil, Uruguay, etcétera. Partidos con trayectorias tan ricas como diversas como el Unificado Mariateguista (PUM) de Perú, el M-19 de Colombia o el Movimiento al Socialismo de Venezuela (MAS).

Me detengo en este hecho porque, en su pluralidad, la izquierda latinoamericana demostró en el Encuentro de México también su identidad. Todos los que fueron allí sabían a lo que iban, con quiénes compartirían las tribunas y con quiénes suscribirían resoluciones.

Esta necesidad de discutir en serio, de intercambiar como dijo el comandante Dagoberto Gutiérrez "pues tenemos congoja y tenemos vergüenza revolucionaria" se sobrepuso a lo que podría ser cualquier actitud de cálculo politiquero o de aquellos que siguen mirando al mundo por el ojo, no ya de una cerradura, sino de una urna.

Buena lección dio en ese sentido el anfitrión del Encuentro, el poderoso Partido de la Revolución Democrática que hizo posible la reunión mediante un gigantesco esfuerzo material. Ese partido, que ganó la última elección en México, triunfo que le fue arrebatado por un fraude electoral escandaloso, no se define como socialista sino como democrático, nacionalista y revolucionario. Tiene planteado para el mes de agosto una nueva elección. No tuvo, no obstante, ningún reparo en invitar a partidos marxista-leninistas, como el cubano o a guerrillas en operaciones en Centro América y Colombia.

En el Encuentro se discutió con extrema fraternidad sin eludir o disimular las discrepancias. Sólo simplificando mucho se podría decir que en América Latina existen dos izquierdas, una nueva y otra vieja. Fruto de vertientes distintas y de experiencias también muy disímiles ¿en qué se parecen el peronismo del "grupo de los 8" con el sandinismo? ¿O un partido como el PRD surgido, en su tronco principal, del viejo PRI mexicano, eternizado en el poder, con un partido de base obrera surgido a impulso de los sindicalistas, como el PT de Brasil?

Como surge de la declaración aprobada prácticamente por unanimidad, con la sola excepción del Partido Obrero (trotskista) de Argentina, los temas abordados fueron los que están en el orden del día inmediato de los pueblos latinoamericanos: la miseria y la disgregación nacional y social que produce el neoliberalismo en América Latina, las conquistas democráticas de los pueblos y las restricciones que desde el poder las limitan: los fraudes electorales, la corrupción, la sobrevivencia de la Doctrina de la Seguridad Nacional, etcétera. Los problemas del narcotráfico y la decisión de los Estados Unidos de militarizar e intervenir en los países concernidos, la iniciativa para las Américas de Bush, "medidas todas para reconstruir en la región la zona de dominación económica y geopolítica de Estados Unidos, "la fortaleza americana", amarrando a los países latinoamericanos a una nueva subordinación consentida por sus gobiernos", como señala la declaración final.

Uno de los temas que se examinó con más profundidad fue el de la democracia. Debate bien interesante, por cierto, como lo demustra la declaración final e incluso algunos documentos previos del PRD de México que señalan que "márgenes mínimos de democracia admite el modelo neo-liberal".

El saldo demostró que, más allá de los énfasis, la izquierda latinoamericana tiene una visión muy clara acerca de hacer suyos los valores sustantivos de la democracia tanto en la organización interna de los partidos como, en lo nacional, en tanto ámbito que habilite la realización de los derechos de los pueblos, el bienestar, la libertad, la dignidad y la soberanía nacional.

El Encuentro de México aprobó nuevas instancias de debate y reflexión: encuentros de economistas y técnicos, diálogos con fuerzas de izquierda de otras regiones del mundo, estrechamiento de los vínculos y los intercambios entre las distintas organizaciones participantes.

En una palabra, en el debate y la búsqueda de caminos revolucionarios para nuestras patrias, la izquierda latinoamericana se esfuerza por encontrar su contribución propia, de acuerdo a las necesidades de cada pueblo y a las lecciones que arroja el conjunto de la experiencia latinoamericana.

Como se dijo en México: ya no tenemos mecas sino en nuestros propios pueblos. Queremos pensar con nuestra propia cabeza sin dogmas ni intransigencia. Solidarizándonos con Cuba y su revolución socialista y con los procesos de liberación nacional y social que se libran en toda América Latina. Aprendiendo lo nuevo, sin novelería. Rechazando lo caduco del pasado, reivindicando lo vigente, renovándolo. Todo eso vimos en cinco días de intensas reuniones de la izquierda latinoamericana que mostró en México su identidad plural y su enraizada vitalidad teórica y práctica.

260691

01.01 3109133

II Foro de San Pablo (Mexico)
La Marcha
FECHA DE PROCEDENCIA 18/06/91
VINCULACIONES P. Izquierda 12738
del A.L. 12752
Mexico 10131

La izquierda quiere tomar el poder

Conclusiones de México Compromiso con democracia

La alternativa propia del movimiento democrático latinoamericano frente a la política neoliberal es su constitución en "gobierno y poder", que forje los estados independientes y "gobiernos comprometidos con la transformación y sustentados en fuerte apoyo popular", se expresó el viernes en la Declaración de México, signada por 67 organizaciones políticas de 22 países de la región.

SE formuló un compromiso con la democracia, el respeto al voto, el pluralismo y los derechos humanos. Una sociedad democrática debe definir "*las funciones del mercado y la participación del Estado en la vida económica en una perspectiva antimonopólica y de justicia social*", se consideró.

Asimismo, los firmantes ratificaron su compromiso con nueve procesos insoslayables: "*Solidaridad*" en "*la defensa de la soberanía de Cuba y los esfuerzos para frustrar los planes del poder imperialista estadounidense contra la revolución cubana*", así como con las conquistas de la revolución sandinista "*amenazadas tras la derrota del FSLN*"; apoyar la consolidación del proceso democrático en Haití; solidaridad con las luchas del FMLN en El Salvador, de la URNG en Guatemala y del pueblo panameño contra la ocupación estadounidense; asumir la lucha anticolonial de los puertorriqueños y naciones del Caribe, y rechazar la intervención militar de Estados Unidos amparada en la "*guerra contra el narcotráfico*" en Sudamérica.

Tras cuatro días de deliberaciones de 140 delegados, el Segundo Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de San Pablo concluyó que "*el mejor camino para los países de América latina y el Caribe*" no es "*el de continuar cada uno por su lado, atenidos a sus propios esfuerzos y desatendiendo nuestras raíces comunes y las condiciones que hoy viven nuestros países frente al mundo desarrollado*".

El encuentro evaluó que "*la imposición del neoliberalismo y sus políticas imperiales y antipopulares ha sido posible en buena medida*" por los "*controles verticales y las democracias restringidas*" que predominan en varios países. El proyecto neoliberal "*no es sino la subordinación de las economías latinoamericanas al proyecto de reestructuración global que comandan los países desarrollados y en especial los sectores hegemónicos de la economía estadounidense*", se apuntó.

En ese marco -se escribió en la Declaración de México- "*resaltan los fraudes y mecanismos electorales irregulares, las prácticas venales corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sindicales independientes, el control de la prensa y los medios de comunicación*".

Ello permite, en consideración del encuentro, que "*con relativa gobernabilidad*", se aplique un "*nuevo esquema de dominación, en el que se combina el neoliberalismo con el autoritarismo político y un sistema de impunidad para el abuso y la corrupción de los gobernantes*".

Con retraso de seis horas, por diferencias en algunas partes del proyecto de resolución, y apiñados en un pequeño salón de un hotel en el centro de la capital, los dirigentes de partidos y movimientos latinoamericanos consideraron que lo dominante en la región es una estrategia de reestructuración que reduce el papel del Estado en la economía, sin proponerse transformarlo en función de objetivos nacionales y democráticos.

Cuando "*el Estado fue funcional a las necesidades de acumulación de capital, no fue cuestionada su participación. Hoy, ante la necesidad de ampliar la frontera de inversión de capital nacional e internacional, se culpa al Estado de la crisis de nuestros países, así como de supuestas prácticas socializantes en la economía*".

De ahí se han derivado políticas de privatización que relegan los principios de soberanía y de crecimiento económico deliberado, ya que predomina "*el objetivo exclusivo de alta rentabilidad*".

Difícil consenso para una diversidad de organizaciones políticas. Desde el Movimiento Lavalás -que en dos meses logró concitar la unidad popular, para llegar al poder en Haití- hasta una docena de grupos que se resisten a abandonar la marginalidad política. También movimientos guerrilleros que negocian soluciones favorables a su causa y veteranos de las armas, ahora de lleno en nuevos espacios de lucha para la defensa de sus reivindicaciones. Desde Lula hasta Seregni, desde Cárdenas hasta Henry Ruiz.

Aprobada por aclamación, la Declaración de México -rechazada únicamente por el trostkista Partido Obrero argentino- establece que "*la solución de fondo a las dificultades y problemas se encuentra hoy en la transformación profunda de nuestras sociedades y en la integración política y económica de América latina*", que sólo podrá ser alcanzada "*si se establecen en nuestros países estados democráticos e independientes y gobiernos comprometidos con la transformación*"

01 . 01

91091 34

II Foro de São Paulo en México
La República
230691
Conf. J Hernandez ou 12738
12752
PPo Izquierda de L.A. 10131

81

Domingo 23 de junio de 1991 La República

"Ningún gobierno, ninguna izquierda tiene derecho a hacerlo"

Jaime Pérez: "Ponerle condiciones a Cuba sería asumir la posición del presidente George Bush"

■ Jaime Pérez, secretario general del Partido Comunista de Uruguay, dijo a LA REPUBLICA que el encuentro de México (ver información páginas 14 y 15) fue "el más importante que se ha realizado en América Latina y que hoy no se podría repetir en ningún otro continente".

Resaltó que gracias a la existencia de una "cultura de debate" se pudieron superar las "grandes diferencias que se presentaron", especialmente si se tiene en cuenta que en la capital azteca participaron 66 organizaciones.

La Declaración de México, documento final del foro, "expresa claramente la necesidad de defender la democracia y hacerla avanzar", comentó el senador del Frente Amplio.

Destacó que se aprobaron una serie de iniciativas, señalando como la más importante que en junio del próximo año se vuelva a realizar el foro.

En torno a los procesos de integración regional que se viven en el sur y en el norte de Latinoamérica, Pérez se negó a dar una opinión sobre los acuerdos alcanzados entre EEUU, Canadá y México, "porque eso lo tienen que hacer los mexicanos".

Manifestó que lo más importante, dentro de estos procesos de integración, es que las fuerzas de izquierda y progresistas del continente estén de acuerdo "en modificar el neoliberalismo practicado por casi todos los gobiernos de América Latina". Aseguró que en torno al Mercosur "hay un entendimiento de Lula con la postura del FA", y además dijo que se ha fortalecido su amisad con el dirigente del PT de Brasil y con el líder del PRD de México, Cuauhtémoc Cárdenas.

POR EL RESPETO DEL M-19 DE COLOMBIA

Pérez comentó haber tenido un rico cambio de experiencias con la delegación del M-19 de Colombia, ex movimiento guerrillero de ese país, hoy con representación parlamentaria importante.

Consultado sobre las duras críticas que recibió ese agrupamiento durante el evento, Jaime Pérez indicó que fue por parte de "un delegado de la Unión Patriótica". Esa situación obligó al dirigente comunista uruguayo a intervenir, para restablecer lo que él entiende como cultura de debate.

Su intervención ayudó a crear un mejor clima, al grado que las delegaciones colombianas presentaron, pocas horas después, una propuesta de conjunto.

Señalando que no es su interés entrometerse en los problemas de otros, igualmente consideró que respeta al M-19 porque "hay que tener mucho valor para seguir en la guerrilla, pero también se requiere de la misma valentía para tomar el camino de la lucha política cívica".

POR LA SOLIDARIDAD MATERIAL CON CUBA

Consultado sobre la realidad cubana, -Pérez mantuvo incluso una entrevista con Fidel Castro en Cuba- afirmó que la solidaridad con ese país "fue la más aplaudida del foro de México".

Indicó que Cuba está sufriendo la crisis de los países del este y particularmente de la URSS, pero fundamentalmente "la agresión -verdadera canallada- de Estados Unidos contra el régimen socialista de ese país".

Se definió por impulsar la solidaridad con Cuba, "también por la vía material". Al recordarle que muchos gobiernos ponen condiciones para brindar ese apoyo económico, fundamentalmente el surgimiento del pluripartidismo, Pérez rechazó tajantemente esa actitud. "Ningún gobierno de América Latina -lo digo con mucho más respeto- tiene derecho a ponerle condiciones a Cuba, porque sería asumir la posición de Mr. Bush", enfatizó.

"Estados Unidos no quiere el pluripartidismo en Cuba, quiere una base como en la época de Batista", agregó.

Por último resaltó que jamás el PCU permitirá que desde otro país se "nos cuestione el camino pluralista y democrático que hemos elegido".

01.01

91091 35

II Foro de San Pablo en México
La República
200691
Conf. de PP. de Izquierda de A.L.

12738 OEEC
12752 PCL
12131 MOVIES

[illegible]

El p[illegible] que [illegible] el dir[illegible] el encuentro de las iz[illegible] fue a tr[illegible] [illegible] de la d[illegible] del pasado [illegible].

[illegible] hoy una nota de [illegible] Roberto Zanchi[illegible], titulada "Democracia, nueva ambición de la izquierda latinoamericana". Allí se relata cómo en el hotel Ambassador se redactó en forma "pormenorizada" la Declaración de México. Es en este sentido que el colega afirma: "A la izquierda le costó trabajo definir al Estado, tuvo que poner tantos apellidos a la democracia para que todos los asistentes creyeran que en esa redacción del texto final no entregaban un pedazo de sus principios ni los hacía reformistas por arte de una carta".

También en esa misma nota nos enteramos que abrió el encuentro el dirigente político mexicano Ricardo Valero (viejo amigo de los c[illegible]lindos uruguayos), y "que [illegible] acompañó un obrero metalú[illegible] de Brasil, un comandante g[illegible]illero salvadoreño, [illegible] gol[illegible]der mexicano y, di[illegible] en ese salón que era u[illegible] horno a las 18 horas, hombres que entregaron un decenio de su vida en las mazmorras -Jaime Pérez-; en largos exilios -Gerard Pierre Charles (haitiano)-; en la búsqueda eterna de hijos desaparecidos -Rosario Ibarra (mexicana)-; en reclamo de los derechos indios -Rigoberta Merchú (boliviana)-, y con el deseo a fin de siglo, cuando se habla de nuevos órdenes mundiales los que pelean por descolonizarse, por independizarse: Etile de Martinica, Gallisa de Puerto Rico, y en la lista, de reciente incorporación, Lucho Gómez y acompañantes de P[illegible]má".

[illegible] los que son go[illegible] del Partido Comunista Cu[illegible], P[illegible] Mi[illegible]; los que fue[illegible] -el comandante [illegible] y Ruiz ("nica")-; los [illegible] -el Movimiento Lavalas de H[illegible]; los que cope[illegible] el PT de Lula; el Frente Amplio, [illegible] Montevi[illegible] de Uru[illegible], que [illegible] el poder [illegible] a [illegible] y el PRD (el p[illegible]), que se ha hecho de Morelia, Chiconcuac y Teloloapan, por decir algo".

Hasta [illegible] la v[illegible]sión me[illegible]cana, para definir[illegible] de alg[illegible] modo.

EL PUNTO DE VISTA DE MARDONES

El diputado Luis Mardones, dirigente del Partido Socialista de Uruguay, destacó ante LA REPUBLICA la amplitud y heterogeneidad de la concurrencia al encuentro de México, que se realizó del 12 al 15 de junio en la capital azteca. También consideró un "éxito" a esta reunión convocada por el Partido de la Revolución Democrática (de México) y la anterior de San Pablo.

Destacó que el propio evento mostró la necesidad que tienen las izquierdas de "encontrarse para debatir e intercambiar puntos de vista".

Reconoció que existieron ideas distintas sobre diferentes tópicos, debido a esa heterogeneidad y a "que no existe el propósito de construir una orgánica o una estructura".

Asimismo señaló que hay grandes puntos de acuerdos. Para Mardones existió un sentimiento común antiimperialista, una vocación integradora y latinoamericana "desde México para abajo".

"En tercer lugar quedó expresado en la Declaración una adhesión clara a la democracia, al pluralismo y a la plena vigencia de los Derechos Humanos", agregó.

LOS TEMAS MAS COMPLEJOS

El dirigente socialista aceptó que la amplitud de la convocatoria fue "la gran virtud y el obstáculo para alcanzar acuerdos". Indicó que estuvieron representadas las ocho grandes expresiones de la izquierda latinoamericana y caribeña. Se refiere al FSLN ("nica"), al FMLN (El Salvador), al PRD (México), al PT (Brasil), al movimiento del padre Aristides en Haití, al Frente Amplio -"que no estuvo representad[illegible] como tal"-, al PC de Cuba y al [illegible]S de Chile. "Son grandes e[illegible]siones porque son o se apres[illegible]n a ser gobierno", enfatizó.

A la vez defi[illegible] a las otras fuerz[illegible] como de menor representatividad", lo que explicaría

PARTES POCO LEGIBLES

01.02

9109136

Líber Seregni fue "perseguido" por los medios de comunicación y homenajeado por Osvaldo Pugliese y Amparo Ochoa, en el país azteca

Mardones (PS) está dispuesto a informar a Rodríguez Camusso del encuentro de México del "sentido común" del PC de Cuba

Luis Mardones concurrió al encuentro de las izquierdas latinoamericanas en México, en representación del Partido Socialista de Uruguay. Regresó a nuestro país el lunes, siendo el único acompañante del viaje de retorno del general Líber Seregni. El resto de los dirigentes uruguayos quedaron algunos días más en ese país, e incluso algunos de ellos partieron rumbo a Cuba y Nicaragua. El diputado del PS aseguró a LA REPUBLICA que el encuentro fue "un éxito". En la primera parte de esta nota, publicamos algunos análisis del periódico La Jornada de México, que muestra otros aspectos de ese encuentro.

su "discurso viejo, distante de la realidad". Justificó esas actitudes por no tener "la posibilidad cierta de asumir responsabilidades de gobierno", puntualizó.

Cuando se discutió el tema de la democracia -agregó- "todos acompañaron el término genérico". Pero cuando se discutió si eso era sinónimo de alternancia en el poder -"cosa que el FSLN acompañó"-, se establecieron "naturalmente polémicas".

Mardones entiende que esas posturas eran fruto de la sensibilidad de las izquierdas para con el caso cubano, que "nos alineaba a todos en defensa de la soberanía de la isla, ante la agresión de EEUU". Algunos grupos extendieron esa solidaridad al plano del modelo político cubano. "Reitero que las siete u ocho grandes expresiones de la izquierda acompañaron este principio que incluye el pluralismo y la democracia".

LOS CUBANOS Y EL PLURALISMO

"El PC de Cuba mostró madurez". Cuando se hablaba de pluralismo "no hacían cuestión y lo aceptaban, pero no mostraban conformidad con el pluripartidismo".

El documento se refiere "al pluralismo como principio, fórmula que fue consensual". "Repito que el PC mostró sentido común", reclamando sólo solidaridad con la soberanía y la autodeterminación.

Mardones asegura que después de México "sigo creyendo que la democracia política, pluralista, es como una flor delicada, que no crece en cualquier situación. Sigo pensando que debe crecer también en Cuba, pero para ayudar a esa flor delicada es necesario que termine la agresión y la guerra contra Cuba".

De inmediato el dirigente socialista expresa que el "reclamo es a dos puntas". "Primero que cese la agresión y el bloqueo, y en segundo lugar vamos a reclamar fraternalmente a nuestros compañeros cubanos que crezca la flor del pluripartidismo", subrayó.

EL FA DEBE IR A PERU

Sostuvo que es deseable que el conjunto del FA -"como tal"- participe en el próximo encuentro en Perú, en 1992. Para ello está dispuesto a hablar con Rodríguez Camusso (el MPF vetó la ida del FA a México), para trasladarle la opinión de que "los obstáculos que el planteó, seguramente con algo de razón, hoy no existen".

Mardones dijo a LA REPUBLICA que está dispuesto a explicarle al dirigente del MPF que el PC de Cuba mostró "sentido común".

"Además le diría a Rodríguez Camusso que la enunciación del objetivo socialista, que se redactó en el texto de San Pablo, no existió en México". "Esa formulación fue modificada a iniciativa de los sectores del FA presentes, y ahora no se compromete a nadie para luchar por el socialismo", agregó.

En la Declaración de México se reconoce que hay quienes provienen de concepciones socialistas y quienes pugnan por el nacionalismo. "Creo que con esto hay un terreno fértil para que el FA participe como organización en Perú", resaltó.

EL IMPACTO DEL PRESTIGIO DEL FA

Mardones afirma que los frenteamplistas "no tenemos noción" de lo que significa el Frente Amplio para las izquierdas del continente, "pero también para esa sociedad en su conjunto".

La coalición es observada "con atención, con admiración, es un ejemplo para el conjunto de la izquierda", puntualizó.

En relación a este aspecto remarcó el prestigio de Líber Seregni, "verdadero líder continental".

Durante la estadía del presidente del FA en el país azteca, esa "sociedad se vio conmovida por su presencia". Seregni fue "perseguido" por todos los medios de comunicación. "Páginas enteras de reportaje, entrevistas exclusivas" son un buen ejemplo.

Durante un concierto de tangos en el Auditorio Nacional, el maestro Osvaldo Pugliese "le dedicó parte del espectáculo".

Posteriormente, en esa misma noche, cuando Seregni concurrió a un restaurante invitado por el secretario de Gobernación (ministro del Interior) Gutiérrez Barrios -y acompañado por Jaime Pérez y Mardones- se encontraron casualmente con la cantautora mexicana Amparo Ochoa. "Ella lo fue a saludar, lo abrazó, y en su honor cantó dos canciones, sorprendiendo a los presentes", comenta Mardones visiblemente emocionado.

(Amparo Ochoa, durante el gobierno de facto en nuestro país, participó en múltiples eventos solidarios con el pueblo uruguayo. Siempre tuvo la delicadeza que en esos espectáculos sólo interpretaba canciones de Daniel Viglietti, Alfredo Zitarrosa y Rodolfo Da Costa).

Foro de San Pablo (México)
La República
930691
Foro de San Pablo 12738
12752
Pl. L.A. 10131

Domingo 23 de junio de 1991 La República

"El Partido Colorado nunca asumió la responsabilidad histórica de haber apoyado

Hugo Ubilla (CP): "En el Foro de izquierdas son el gran porvenir

"La revolución cubana hereda una situación internacional que ya no existe, quedando en un callejón sin salida"

Para Hugo Ubilla, de la Corriente Popular, la democracia está integrada como valor sustancial en las principales fuerzas de izquierda del Continente. A esta idea llegó después de haber participado en el encuentro de México, donde se dieron cita 66 organizaciones políticas latinoamericanas. En el diálogo mantenido con LA REPUBLICA sostuvo que las transformaciones que están ocurriendo en Cuba aún son limitadas y expresó igualmente la solidaridad con la revolución cubana. También tuvo manifestaciones muy críticas con los partidos tradicionales de nuestro país y con las derechas en su conjunto.

Hugo Ubilla, dirigente de la Corriente Popular y participante del encuentro de las izquierdas en México, definió para LA REPUBLICA tres grandes corrientes en ese evento. En primer lugar determinó el agrupamiento "con tradición democrática de izquierda", en segundo término los partidos comunistas y en tercer lugar las organizaciones con "una experiencia armada determinada".

Cruzando estos agrupamientos, existieron sectores importantes del punto de vista del apoyo popular, que "reafirmaron la democracia como valor sustancial de la izquierda". "Pero esta postura no fue tan unánime en las fracciones menores", comentó.

También Ubilla reconoció que en el foro existieron críticas a la democracia, por no ser garantía para desarollar el bienestar de los pueblos.

"Estas observaciones se pueden compartir, las compartimos, pero el problema es de énfasis", señala. Para el dirigente de la CP los sectores vinculados a la lucha violenta consideran que hablar de democracia es "abandonar el proyecto de transformación pot capitalista". "Mientras que las organizaciones importantes valoran a esa sociedad posterior al capitalismo con la incorporación de los valores de la democracia representativa".

Explica la existencia de estos dos discursos porque "algunos han llegado a un crecimiento ideológico y van adelante", en tanto con otros no ocurre lo mismo.

LA UNION DE LAS IZQUIERDAS

Para Ubilla la política de la izquierda en Uruguay -como en Nicaragua, El Salvador y Haití- es en clave a la unión. En otros países -caso México, Chile, Venezuela y Colombia- "predomina la idea de la hegemonía de una fuerza". "El propio PT de Lula -que es una fuerza plural- compite con los socialistas y los comunistas", subraya.

Las grandes fuerzas presentes en México ven a la democracia como un valor popular y una bandera de lucha. Acepta, a su vez, que las democracias en América Latina "tienen niveles muy distintos de implementación', lo que genera reacciones diferentes.

Por eso en muchos países la izquierda se ha marginado del sistema político, como motivo -entre otros- del fraude electoral. Pero también Ubilla señala que ese alejamiento del sistema político es producto "de no haber sabido encontrar los espacios necesarios" para actuar.

AMERICA LATINA DESPUES DEL SOCIALISMO REAL

Según el entrevistado el nuevo contexto internacional, con el predominio hegemónico de los EEUU, "afecta el cambio".

La disolución del socialismo real "determina una nueva relación de poder que afecta los medios, pero también los programas de las izquierdas" agrega. "Esto no tiene nada que ver con que seamos o no seamos capitalistas, que es una crítica que se nos formula desde la ultraizquierda", aclara.

El desafío es hacer un proyecto viable en el marco de los cambios del mundo. A propósito de esto comenta que un delegado del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador dijo en el evento, que tuvieron una etapa de confrontación con el imperialismo, luego una "detente" y ahora una etapa de diálogo. Y no descartaron -agrega- que pueda venir una cuarta "con mecanismos de funcionamiento colectivo y de intercambio".

EL MODELO CUBANO Y LA HERENCIA INTERNACIONAL

Según Ubilla la revolución cubana "hereda una situación internacional que ya no existe, quedando en un callejón sin salida".

Se refiere a Cuba, porque considera uno de los temas que estuvo "sobrevolando" en México. "Y además porque es un punto de definición para muchos", indica.

Al estar la revolución cubana ante un callejón sin salida, "obliga mucho más a la solidaridad". Pero el problema es que el modelo cubano "ha dejado de ser referente para el conjunto de las izquierdas, porque es un camino que se cerró en el actual marco internacional".

Expresa sus dudas sobre si cuba está dando "las necesarias transformaciones para conocer cómo pararse ante la nueva realidad". "Se que se está haciendo un esfuerzo, pero no veo una salida clara". "Los cubanos aceptan intelectualmente que el mundo cambió, pero entienden la sociedad plural dentro de la estructura de partido único. El asunto es que un partido puede ser amplio, pero no plural", afirma. "Por eso el esfuerzo es limitado".

Esta situación es explotada por Estados Unidos -agrega- para "justificar mañana una intervención". Si se repitieran los hechos de Panamá, Granada e incluso de Nicaragua con respecto a Cuba, "es la democracia la que está en peligro".

La derecha y el imperialismo aceptan la democracia como mera forma de legitimación,

partes por República

01 - 01

9109137

40ª Reunión Int. de Periodistas
La Prensa
260691
Frentes Internacionales 12738
O.N.P 12563

Reunión internacional de periodistas 260691

Bruselas (ANSA) – Periodistas y dirigentes sindicales de la profesión, representantes de más de 35 países, asistirán del 29 de junio al 1º de julio a la 40ª reunión del comité ejecutivo de la Federación Internacional (IFJ), en Bruselas, dedicada al "desafío global de la revolución europea".

La IFJ publicará dos informes, uno de los cuales, "Periodismo: un círculo de silencio y terror", analiza la situación de los periodistas en Guatemala y las condiciones en las que están obligados a trabajar. El otro se refiere a la libertad de prensa en Corea del Sur.

La agenda de la reunión prevé cuatro talleres de trabajo, la libertad de los medios de comunicación y el proceso de reformas, el papel de las organizaciones sindicales de periodistas, la solidaridad internacional y el estudio de las actividades futuras.

F-2

9109138

01 . 01

mundial
II Conf. Sobre Meio Ambiente a realizar-se em Brasil/92
Jornal do Brasil
240691
12138
Eco 92 / 12002
50/0/4

O relatório oficial que será discutido a partir do dia 18 revela um diagnóstico sombrio

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O Brasil que o mundo vai conhecer na II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em junho do ano que vem, apresentará um diagnóstico sombrio sobre sua situação ambiental. Na presença de 70 chefes de governo, 20 mil participantes de 160 países e três mil jornalistas do mundo inteiro, o Brasil fará uma espécie de *mea culpa*: revelará ao mundo que, em menos de um século, destruiu 415 mil quilômetros quadrados de suas florestas tropicais (mais do que Itália, Espanha, Áustria e Portugal somados), que conta com pouco mais de 8% de sua Mata Atlântica e que, somente nos últimos 50 anos, poluiu dezenas de seus rios com mais de 1.200 toneladas de mercúrio.

Os problemas ambientais podem ser encontrados em todos os Estados. Apesar da dimensão continental do país, as 122 unidades de conservação (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, florestas nacionais, reservas extrativistas e áreas de preservação ambiental) ocupam apenas 3,7% do território. Outros países, como a Costa Rica, destinam mais de 20% a áreas de preservação ambiental.

"O maior problema enfrentado nesses unidades de conservação é a regularização fundiária", diz o diretor de Ecossistemas do Ibama, Celso Schenkel. Para tanto, o Brasil teria que investir US$ 1,8 bilhão, dinheiro de que não dispõe. Até o primeiro parque nacional criado no País, o de Itatiaia, ainda precisa regularizar 18 mil dos seus 30 mil hectares. No Cerrado brasileiro, onde existem 11 parques nacionais, três estações ecológicas e duas florestas nacionais, com 1.366.900 hectares no total, pouco mais de um terço ainda precisa ser adquirido pelo poder público.

Apenas metade dos parques nacionais e 23% das reservas biológicas brasileiros possuem [illegible]. A fiscalização é [illegible] é de um funcio[illegible] para fiscalizar [illegible]. O Parque N[illegible], com 120 mil h[illegible] e no [illegible]

das pérolas ambientais do país não há nenhum. "As medidas de proteção ambiental no Brasil ainda são incipientes e precisam ser intensificadas", reconhece Tânia Munhoz, presidente do Ibama.

O relatório que a Comissão Interministerial do Meio Ambiente (Cima), coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, levará a Genebra no próximo dia 8 de agosto, traz uma radiografia da situação ambiental brasileira. Elaborado por 63 especialistas do Brasil inteiro num trabalho coordenado por Roberto Guimarães, funcionário da Organização das Nações Unidas, convocado pelo governo brasileiro, o relatório preliminar será oficialmente submetido à sociedade civil no dia 18 de julho, quando haverá uma audiência pública em Brasília e a formação de uma rede de TV executiva, via Embratel, unindo todas as capitais do País.

De bom, mesmo, o relatório destaca uma diminuição dos desmatamentos na Amazônia, com base em imagens do satélite Landsat, monitorado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os mapas do Inpe mostram que foram desmatados 19 mil quilômetros quadrados em 1989 e 14 mil quilômetros quadrados em 1990. "A continuarem as taxas de desmatamento registradas na década de 80, a maioria das florestas tropicais amazônicas terá desaparecido em menos de 150 anos", revela o relatório.

Convivendo com parques industriais desenvolvidos e poluidores como o de Cubatão, em São Paulo, e Camaçari, na Bahia, e Carajás, no sul do Pará, o Brasil já enfrenta também problemas de desertificação. Em três municípios do Rio Grande do Sul — Alegrete, São Francisco de Assis e Itaqui — cerca de 3.600 hectares onde outrora existia floresta nativa estão desertificados. No extremo norte do País, rios como o Tapajós, Tocantins, Mucajai, Teles Pires, Madeira, Iriri, Fresco, Xingu, Gurupi e Araguaia estão poluídos por toneladas de mercúrio. "Temos no Tapajós uma bomba de efeito retardado que precisamos desativar", diz o geólogo Elmer Salomão, diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

PARTES ILEGÍBLES

240691 Jornal do Brasil

9109139

01.01

31 - 3 - 91
Chicos Internacional de Comunicaciones
El País
Junio/91
Chicos: T.C. 12595
Lucha de Comunicaciones

Importantes Cambios en Conducción de NTT Japón

En una decisión que ha convulsionado al mundo de las telecomunicaciones, la Cía. Nippon Telegraph and Telephone Corp. de Japón, operará un importante cambio en su conducción empresarial y comercial.

El plan incluye ampliar su Departamento de Comunicaciones Móviles para final del año fiscal en el mes de marzo de 1993, a través de 10 subsidiarias regionales.

Se ha señalado que precisamente este Departamento desde el punto de vista financiero ha sido el más rentable desde que la Compañía se transformara en corporación en 1985.

Hauro Yamaguchi

Los cambios propuestos incluyen la sustitución del actual presidente Hauro Yamaguchi por Masashi Kojima en el próximo mes de junio —dijo un vocero de la NTT—.

En tanto la misma Compañía ha creado una serie de nuevos Departamentos: Promoción de los Servicios de Telecomunicaciones, Desarrollo de los nuevos servicios, Promoción de la Red Digital de Servicios Integrados, etc., que tienen como conductor al propio Kojima.

Un alto ejecutivo de la Compañía japonesa dijo que la reestructura ya comienza "desde arriba", es una costumbre que se ha conservado desde los días anteriores a la privatización de la Empresa.

"Es particularmente importante para nosotros modernizar las operaciones, y poner gente en niveles directrices capaces de orientar la Empresa hacia los clientes, y sus requerimientos tecnológicos" dijo el ejecutivo.

La decisión obedece a la imperiosa necesidad de ajustar los productos y sus prestaciones, como así también acortar los tiempos de fabricación de éstos, a través de decisiones dinámicas de quienes conduzcan la empresa.

BARRERA ENTRE INGENIEROS Y HOMBRES DE MARKETING

Uno de los mayores problemas que ha afrontado la N.T.T. desde que se transformara en Corporación ha sido la barrera entre los departamentos de Ingeniería y marketing que actúan en muchas oportunidades, por separado en su estrategia.

Precisamente la reforma pretende "demoler" esta barrera, tratando de lograr que la tecnología sea guiada por el marketing.

N.T.T. ha tomado importantes pasos en el último período y desde que Kojima se hiciera cargo de distintos departamentos, tanto en Japón como en muchas partes del mundo, que por su "éxito, han hecho del propio Kojima el candidato ideal para dirigir la gran empresa japonesa de telecomunicaciones a partir de junio.

Por ejemplo la N.T.T., se encuentra entre varias compañías que pretenden obtener una parte del monopolio de la Cía. Mejicana de Telecomunicaciones (TELMEX).

N.T.T. EN ALEMANIA, FRANCIA Y AUSTRALIA

Otro paso importante tomado por Kojima ha sido el de establecer subsidiarias de la N.T.T. en Alemania, Francia y muy posiblemente en Australia, a través de la compañía AUSSAT que proveerá servicios de telecomunicaciones en el mencionado país, luego de la desregularización del mercado a fines del presente año.

Observadores han dicho que las acciones llevadas a cabo por la empresa son atribuidas a Kojima y su agresividad comercial que ha tenido hasta el momento gran éxito, pero otras circunstancias han estado en juego como por ejemplo las propiciadas por el Ministro de Telecomunicaciones y Correo de Japón en el área de las comunicaciones móviles.

Las acciones incluyen la expansión de la NTT en 10 subsidiarias regionales, precisamente para desarrollar servicios de comunicaciones móviles, obteniendo por los primeros cinco años la Compañía japonesa el 100% de las ganancias, para luego gradualmente ir cediendo parte a la subsidiaria regional.

Michael Jeremy analista de sistemas, de la telefónica dijo en Tokyo, que los resultados de la reorganización llevada adelante por los accionistas darán resultados en la medida que mejoren los servicios pero, coincidentemente logren abatir los costos operativos de la empresa.

En cambio para Tsuyoshi Kimura de la Shinsei Tsushin Engineering Co. instaladora de equipos de telecomunicaciones para oficina en Tokyo "la reestructuración será inefectiva, pues NTT es demasiado grande para abatir sus costos operativos".

DISCANDO EL PASADO

Dentro de todo relato histórico relativo a las comunicaciones no puede faltar aquél que haga mención a la historia de la UIT, sigla que significa "Unión Internacional de Telecomunicaciones" y que hoy es una de las Agencias especializadas de las Naciones Unidas.

Se puede decir que la historia de las telecomunicaciones modernas está imbricada con la de la UIT. A su vez, el caldo de cultivo de tantos esfuerzos realizados por investigadores, científicos, empresarios, todos ellos visionarios de un futuro portentoso, confluyen en consolidar a través del tiempo, un foro donde es posible alcanzar acuerdos a nivel planetario. Así se abrió el paso a la puesta en operación real de un sin número de avances tecnológicos, que están posibilitando la intercomunicación entre todos los habitantes de la Tierra...

En efecto, a los flancos de la Naciones Unidas, apoyando los esfuerzos en la lucha por el futuro se encuentran sus organismos especializados. Cada uno de ellos, es, por derecho propio, una organización internacional y trata, como lo indica el nombre que los engloba, de una área determinada de las necesidades y actividades humanas.

Algunos nacieron en su forma actual después de la creación de las propias Naciones Unidas, otros pertenecen a generaciones anteriores, el más antiguo de todos, el primero que ha celebrado su centenario, es la Unión Internacional de Telecomunicaciones, (UIT).

Desde siempre el hombre fue un animal preparado y equivocado para comunicarse entre sí. De acuerdo con su evolución primero eran las comunicaciones directas con su familia y sus vecinos cercanos, luego necesita, a medida que se produce la división del trabajo, comunicaciones más importantes y hacen así las modalidades más primitivas de "Telecomunicaciones".

Desde los albores de la civilización hasta el primer tercio del siglo XIX, el hombre, en sus esfuerzos tecnológicos por mejorar su comunicación a distancia, no fue más allá del mensaje escrito, del tambor, del fanal, del heliógrafo. Los progresos alcanzados durante el correr de aquel siglo en el campo de la electricidad, hicieron posible el telégrafo, puesto en servicio en 1844.

Tan sólo dos décadas más tarde, la propia naturaleza y destino de dicho invento, impuso que veinte estados celebraran en París una conferencia de la cual surgió el primer Convenio Telegráfico Internacional, dando nacimiento entonces a la Unión Telegráfica Internacional. La invención del teléfono y la sucesión posterior de avances en nuevos servicios de comunicación, llevó al crecimiento de actividades de coordinación y normalización entre fabricantes y usuarios de equipos, consolidando la eficacia

126 Años de Vida Para las Telecomunicaciones en el Mundo

El viernes 17 de mayo se cumplió un nuevo aniversario de la creación de la Unión Internacional de Telecomunicaciones U.I.T., fundada en el año 1865, cuando hace 126 años, veinte países firmaron y ratificaron el primer Convenio Telegráfico internacional. Tal día posee especial significado al habérselo elegido como el "Día Mundial de las Telecomunicaciones", y año tras año los países miembros de la U.I.T. no dejan de resaltar el apoyo y la promoción especial a un área específica: las telecomunicaciones.

Para este aniversario, la U.I.T. ha escogido como tema "Telecomunicaciones y Seguridad de la Vida Humana" para reflejar el aporte de esta materia en todos aquellos aspectos tendientes a salvaguardar la vida del hombre.

En esta ocasión este Día Mundial, se celebrará en el ámbito del "Decenio para la Prevención de Desastres Naturales" proclamado por las Naciones Unidas.

MENSAJE DEL SECRETARIO GENERAL DE LA U.I.T.

Entretanto y desde Ginebra el secretario General de la Unión Internacional de Telecomunicaciones el finlandés Pekka Tarjane, destacó en un mensaje dirigido a todo el mundo "tengo ciertamente la ambición de activar la llegada de socorro a quien quiera que se halle en una situación grave, donde quiera que una catástrofe se produzca o, más generalmente, cuando se necesite asistencia en zonas rurales y alejadas".

Más adelante en su discurso Tarjane manifestó su sincero apoyo a destrabar y facilitar el transporte de equipos de telecomunicaciones en lo que tiene que ver con el despacho aduanero, para los casos de catástrofes.

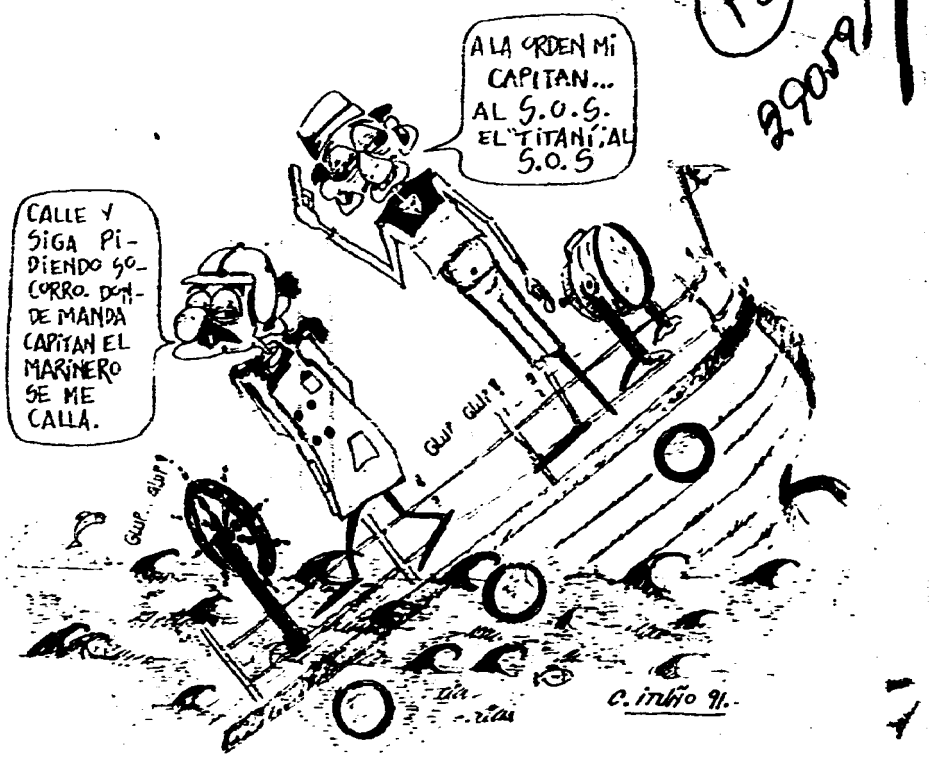
Tales manifestaciones han tomado estado de proyecto que —según el propio Secretario General de la U.I.T.— podría conducir a un nuevo convenio internacional.

Discando el pasado
EL PAIS
29-5-91
Unión Int. de Telecomunicaciones, 12595
Unión de Comunicaciones

DISCANDO EL PASADO

F2

290591



En ediciones anteriores señalábamos que la historia de la Unión Internacional de Telecomunicaciones está íntimamente vinculada al progreso de las comunicaciones, y prácticamente ha sido una condición indispensable para el mismo. La necesidad de normalizar equipos y homogeneizar las distintas modalidades de trasmisión llevó a las naciones de la época, a constituir una instancia permanente de regulación y coordinación internacional.

Sobre finales del siglo pasado, una nueva invención determinó inexorablemente, la necesidad de un foro normativo internacional. Las primeras trasmisiones satisfactorias de telegrafía sin hilos, coronamiento de decenios de investigaciones y experiencias, iniciaron lo que aún hoy sigue considerándose como la mayor revolución en la historia de las comunicaciones.

Asociada a nombres como los de: Maxwell, Hertz, Lodge, Popov, Marconi, Branly, etc., la radio se extendió rápidamente en su aplicación internacional a través de su uso en altamar, y ello hizo percibir la necesidad de su reglamentación por encima de lo que entonces se consideraba como la máxima norma, la voluntad soberana de los estados.

Ya en 1902, cuando el príncipe Enrique de Prusia cruzaba el Atlántico de regreso de un viaje a los Estados Unidos de América, quiso enviar un mensaje de cortesía al presidente Teodoro Roosvelt y surgió entonces un problema altamente ilustrativo de tal necesidad: el mensaje no pudo ser recibido porque el equipo radioeléctrico del barco no era compatible con el sistema de la estación costera americana.

En buena medida, como consecuencia de ese insuceso, el gobierno alemán reunió a una Conferencia Preliminar de Radiocomunicaciones en Berlín, en 1903, preparatoria de la que tres años más tarde, redactara el Primer Reglamento Internacional de Radiocomunicaciones. Precisamente dicho Réglamento, estableció la obligatoriedad para las estaciones radioeléctricas costeras y de altamar, de aceptación mutua de mensajes, esto es, de compatibilidad obligatoria entre todos los equipos y adoptó la señal universal de socorro SOS.

Sin embargo, aún pasarían muchos años para que se alcanzara un nivel de eficacia y confiabilidad en las radiocomunicaciones de altamar, luego de la aprobación y aplicación del Reglamento aprobado en 1906. Así por ejemplo, quedó trágicamente demostrado con el hundimiento del "Titanic" en 1912, cuando el radioperador del transatlántico, pese a sus desesperados intentos, fue incapaz de comunicarse con un barco cercano que hubiera podido prestar socorro, por la sola razón de que el operador de este último no estaba en servicio por la noche. No obstante el costo humano y material, de dicho accidente fue la causa de un nuevo paso hacia una mayor seguridad en las radiocomunicaciones.

La Primera Guerra Mundial activó considerablemente el desarrollo y utilización de las radiocomunicaciones, y poco después, en los años veinte, un nuevo género de servicios revolucionaría, desde diversos puntos de vista, todos los campos de la actividad humana: la radiodifusión.

La expansión de los distintos servicios de radiocomunicación y el auge de la radiodifusión, impusieron a la UIT de una labor fundamental de ahí en más. La utilización del espectro radioeléctrico, como recurso natural pero limitado, requeriría una administración constante, ordenada y coordinada, que sólo la UIT como foro regulador podría realizar.

9109142

01 . 01

Biblioteca Nacional de Sindicatos
de República
1469 1230
Sindicatos
CLAT 12655
ORIT

F-2

3

El secretario general de la ORIT responde a Mitil Ferreira

[illegible] en entre centrales sindicales internacionales

El secretario general de la ORIT, Fidel Velásquez, y de la Ciosl, [illegible] Anderson [illegible] duramente a quien [illegible] Ferreira secretario general de la CLAT filial de la [illegible] sobre el papel de las centrales internacionales mundiales en las actividades en nuestro país.

En la respuesta llegada a LA REPUBLICA vía fax, realiza una serie de consideraciones que transcribimos a continuación:

"El empleo de medias verdades y de expresiones que distorsionan la historia, para desprestigiar a organizaciones y dirigentes sindicales, que son considerados adversarios, son manifestaciones evidentes de frustraciones que padecen aquellos sectores que las propagan. El artículo de Mitil Ferreira, publicado en el prestigioso diario LA REPUBLICA, del 28 de mayo pasado, es un típico [illegible] de esta modalidad de [illegible] y desnaturalizar tendenciosamente la realidad [illegible] co-sindical de América [illegible] y El Caribe, en el afán [illegible] a la causa de la [illegible] internacional [illegible] cual milita.

Por el respeto que nos merecen los trabajadores y el movimiento sindical uru[illegible] yo, debo hacer algunos señalamientos, que habrán de contrastar con las aseveraciones de Ferreira:

1º Lo que estableció la ORIT como requisito de afiliación, cuando fue fundada hace más de 40 años, es irrelevante. Vivimos en un mundo que se transforma aceleradamente, que en apenas 3 años ha cambiado dramáticamente, incluso los valores morales y mucho más las concepciones políticas e ideológicas. Lo importante, a nuestro juicio, es que la ORIT ha podido evolucionar en su lucha constante por interpretar la realidad y responder a las aspiraciones de libertad y [illegible] social de los trabajadores y sectores populares latinoamericanos y caribeños.

2º Si bien es cierto que la AFL-CIO es una de las más grandes afiliadas de la Ciosl y tiene un peso específico dentro de la misma, su criterio no necesariamente prima en las decisiones, estrategias y políticas de la Ciosl. Conviven en la Ciosl y en la Orit diversas líneas de pensamiento, que hace imposible el ejercicio de nuestra concepción de lo que debe ser una sociedad democrática y que dan vitalidad al debate constructivo en busca del consenso frente a los graves problemas y retos que enfrentan los trabajadores del mundo, lo que constituye una gran experiencia de convivencia pluralista.

3º El artículo de Ferreira incurre en [illegible] y gastada táctica de los enemigos de la Orit, de presentarla como comprometida con oscuros intereses. La experiencia nos dice que se trata de personas que rehuyen una clara y honesta discusión de los temas que son importantes para los trabajadores. [illegible] e estos temas, los Congresos y Comités Ejecutivos tanto de la Ciosl como de la Orit, han adoptado posiciones que determinan el marco de nuestra política y estrategia institucionales. Con base en los contenidos de dichas políticas y estrategias es que planteamos el diálogo con organizaciones fraternas, como el PIT-CNT. Lamentamos que Ferreira no aprovechara nuestra reunión con el Comité Ejecutivo del PIT-CNT, en el cual él participó, para manifestar los criterios que esgrime en su artículo. Hubiésemos tenido un franco, honesto y creo que digno y provechoso debate.

4º Respecto de la posición de la Ciosl sobre el conflicto del Medio Oriente, existe una declaración, la cual fue firmada conjuntamente con la CMT. La Ciosl dijo entonces que debe darse cumplimiento a las resoluciones de las Naciones Unidas sobre el Medio Oriente, incluso la que se refiere al establecimiento de un estado libre e independiente Palestino.

5º La Ciosl no oculta su determinación de no tener vínculos con la Federación Sindical Mundial, al margen de la OIT, debido a diferencias de principios, sobre todo un proyecto de sociedad. (No concebimos estar en la misma mesa con una organización que, por un lado denuncia las atrocidades del régimen de Pinochet y al mismo tiempo defiende el derecho de los gobiernos y partidos, en otras latitudes, de cometer esos mismos delitos, en nombre del proletariado).

El artículo de Ferreira da a entender que la CLAT y la CMT han dejado atrás esos principios y hoy hacen causa común con la ESM. Ese viraje de la CLAT y su clara aproximación a la ESM, podrían conducir a la fusión de ambas vertientes ideológicas para constituir, con ese ropaje conceptual, una alternativa frente a la propuesta de la Ciosl/Orit.

6º En su intento por descalificarme, como persona y dirigente, Ferreira no se detuvo a examinar mis declaraciones, ni la sustentación que hice de los principios que norman la acción de la Ciosl y de la ORIT. No los rebate ni les opone alternativas, sino que recurre al resobado recurso de desnaturalizar la historia y así pretende atacar mi trayectoria personal, cuando dice -por ejemplo- que fui ministro de Trabajo de Panamá durante los gobiernos de Royo y de Arturo Del Valle, que fueron -según él- impuestos por el régimen de Noriega, afirmación que es completamente falsa, ya que jamás ocupé cargo público alguno en mi país durante los regímenes de Royo y Del Valle, como es fácil comprobarlo a través de la embajada panameña en Uruguay.

7º Con la representación del sindicato que dirigía, mantuve contactos permanentes con el g[illegible] Omar Torrijos, en la defensa hecha por su gobierno de la soberanía de Panamá y a sus esfuerzos por erradicar la presencia colonial de los Estados Unidos en nuestro país. Concretamente fui miembro del Equipo Negociador de los Tratados Torrijos-Carter, que cumplió el objetivo señalado.

8º Frente a las falacias de Ferreira, vale mencionar algunos hechos históricos irrefutables sobre la conducta de la CLAT e[illegible] conflicto entre Panamá y Estados Unidos, que culminó con la invasión de mi país, el 20 de diciembre de 1989, lo cual confirma su doble actuación frente a los acontecimientos políticos, sociales y sindicales de nuestro continente, condicionada a la subregión de que se trate y de los países donde éstos ocurran y de qué partido político ostente el poder.

La Ciosl y la ORIT denunciaron inmediatamente las sanciones económicas impuestas desde 1987 por la administración de Reagan y Bush contra el pueblo panameño. El 20 de diciembre de 1989, la Ciosl y la ORIT condenaron enérgicamente la invasión de las fuerzas armadas de Estados Unidos a Panamá. En noviembre de 1990 fueron despedidos de sus empleos 800 dirigentes sindicales por el actual gobierno panameño, del cual formó parte, hasta abril, el Partido Demócrata Cristiano de Panamá, hecho que determinó que la Ciosl/ORIT presentara la queja correspondiente ante la OIT, contra el gobierno panameño por violación de los Convenios 87 y 98 sobre Libertad Sindical. Hasta ahora no se conoce ninguna protesta, condena o denuncia de la CLAT ante tales hechos abominables.

Es claro que no lo hizo porque el Partido Demócrata Cristiano de Panamá apoyó en forma absoluta dichas acciones. El mismo silencio e inacción caracterizaron la actitud de la CLAT frente a las múltiples violaciones de los derechos humanos y la libertad sindical perpetrados durante los régimenes democratacristianos de Duarte, en El Salvador; de Cerezo, en Guatemala y el actual de Costa Rica.

9º El propósito de mi visita a Montevideo no fue para buscar la afiliación del PIT-CNT a la Ciosl y a la ORIT, porque respetamos su autonomía. Sin embargo, consideramos que el Movimiento Sindical Internacional es una instancia [illegible] frentar al capitalismo, c[illegible] más u[illegible]do y globalizado[illegible] no debemos decir que no renunciamos a la búsqueda de nuevas afiliaciones, para fortalecer nuestras propuestas y demandas ante gobiernos y organismos internacionales.

10º Lo importante para la Ciosl y la ORIT en estos momentos de extremas dificultades para los sindicatos de América Latina y El Caribe, al margen de interpretaciones particulares de la historia pasada, es apoyar a las organizaciones de trabajadores en su lucha por fortalecer la democracia y resolver la crisis económica y social, para que los pueblos latinoamericanos y caribeños lleven a cabo su propio desarrollo, con equidad y justicia social".

PARTES POCO LEGIBLES

01.01

9109143

Esquivel condena violência
Jornal do Brasil
06/06/91
SERPAS 500412 2º)
Frutos Sats 12738 1º)
AR. AO SUEISONS 12750 3º)

Esquivel condena violência

Márcia Kranz — 20/2/90

FLORIANÓPOLIS — O argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, criticou com veemência o projeto do deputado federal Amaral Netó (PDS-RJ), de realização de um plebiscito sobre a adoção da pena de morte, considerando que "isso não ajuda em nada a consolidar o processo democrático brasileiro". Esquivel veio a Florianópolis na terça-feira e seguiu ontem (quarta) para Porto Alegre, a convite da seção brasileira do Serviço da Paz e Justiça da América Latina (Sepaj). O argentino demonstrou até irritação ao falar sobre a idéia de pena de morte no Brasil, mesmo contra autores de crimes hediondos. Condenou também as violências cometidas contra menores de rua.

"Pelo que sei, a pena de morte já existe no Brasil, mantida pelo esquadrão da morte", disse. "Essa idéia é apenas uma forma de legalizar a morte de pobres, pois vai ocorrer como nos Estados Unidos, onde a pena de morte só atinge a negros e latinos, além de não ter modificado em nada o panorama social", acrescentou Esquivel. "O problema, não só no Brasil, mas em todos os países latino-americanos não é o grau de repressão, mas o sistema econômico injusto."

Ele referiu-se com o mesmo rigor às mortes de meninos de rua. "O tratamento dado às crianças serve como termômetro social de um povo", observou, lembrando que países como Brasil e Colômbia têm péssima imagem no exterior em função das mortes que ficam impunes. "Essas crianças, que não têm absolutamente nenhuma culpa pela situação em que vivem, são tratadas como criminosos." Descrente com a ação da Justiça em países latino-americanos, Adolfo Esquivel sugeriu a adoção de sanções do direito internacional contra países que não aplicam o direito interno. "Mas é necessário que criemos mecanismos de maior efeito, caso contrário isso não

Esquivel: defesa da vida

fará a menor diferença para os países que violam os direitos humanos", admitiu.

Visita — Esquivel foi acompanhado pelo [redacted] na visita ao morro da Caixa, favela próxima do centro de Florianópolis. No morro, em contato com lideranças comunitárias, lembrou que a idéia de direitos humanos é ampla, "estendida também a direitos sociais como empregos, condições humanas para os presos comuns e doentes mentais". Em Curitiba, onde esteve antes, Esquivel debateu com profissionais do setor sobre política de saúde mental. "Esta é uma questão pouco lembrada e um dos grandes problemas da nossa sociedade. É preciso uma nova política para essa área", defendeu. De Florianópolis, seguiu para Porto Alegre, onde participa de um congresso da Associação Americana de Juristas.

01.01 9109144

Esquivel ou Brasil
Jornal Hoje
070691
Fracetes Jub. 12738
SERPAS 500417
A.A. JURISTAS 12750
BRASIL 10046

Nobel denuncia violência dos governos latinos

O Prêmio Nobel da Paz de 1983 também [illegible] em Porto Alegre as [illegible] de [illegible] da pena de morte

[illegible] s. A [illegible] é do argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1983. Ontem à [illegible] das palestras mais [illegible] da IX Conferência Continental da Associação Americana de Juristas, que está sendo realizada no Centro de Convenções São José, em Porto Alegre.

Esquivel, ex-professor de Arquitetura, e atual presidente do Conselho do Serviço pela Paz e Justiça da América Latina, ressaltou que entende por violação dos direitos humanos não só a tortura, os [illegible] dificuldades.

Em relação a seu País, Esquivel [illegible] que o atual Governo trairá o seu povo. Comparou a situação argentina à do Brasil, com problemas [illegible] e um processo [illegible]. Ele entende que tudo é consequência da falta de alternativas de um Governo que fabrica os [illegible].

[illegible] alertou que a pena de morte não resolve os problemas do País e que se for [illegible] a eliminação dos países que [illegible] a punição, em nenhum deles a violência diminuiu. O Prêmio Nobel da Paz [illegible] por combater a criminalidade, um Poder Judiciário efetivo, com Leis claras e precisas.

O presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, Nereu Lima, que participou de uma das [illegible] da conferência, concluiu [illegible] a pena de morte. [illegible]

PARTES POCO LEGÍBLES

01.01 9109145

IX Conferência Continental de Procuradores Sul do Brasil Reconhece as forças
05/9
Frentes Pets. 12738
A. A de Juristas 500417
BRASIL 12750
100416

Fórum debate exércitos do continente

Juristas querem militares atuando contra a miséria

PORTO ALEGRE — Os participantes da IX Conferência Continental de Procuradores Sul-Americanos, que se realiza nesta cidade [illegible] entre [illegible] Forças Armadas [illegible] os militares, a fim de que eles possam ser julgados pela Justiça comum quando se envolverem em crimes não-políticos.

O empresário e coronel da reserva do Exército Péricles da Cunha, que provocou polêmica nacional ao defender um novo papel para as Forças Armadas, redirecionando-as para o combate à miséria no país, referiu-se ao seu posicionamento. Segundo ele, porém, essa mudança exige "coragem, muita vontade política e a pressão da sociedade civil".

O presidente da Associação Americana de Juristas (AMJ), Belisário Szmukler, na abertura da reunião da Comissão sobre as Forças Armadas, defendeu a necessidade de os países sul-americanos encontrarem fórmulas que levem a acordos para a redução progressiva dos efetivos e dos orçamentos militares na América do Sul, priorizando-se a integração e o desenvolvimento regional no combate à pobreza dos povos. O secretário da seção chilena da AMJ, [illegible] Rodolfo Grove, [illegible] todos os [illegible] continente decretem a região como "zona de paz" e se comprometam [illegible] recursos das diferentes [illegible] gastos. Já o professor Cláudio Lisbert, da Universidade de Florianópolis (SC), lembrou que a ideologia de segurança nacional ainda impregna a mentalidade dos militares sul-americanos e necessita ser modificada.

O professor argentino Eduardo Giorlandini defendeu um planejamento do desenvolvimento econômico-social do continente, baseado na justiça social e com a participação de todos, inclusive dos militares. Segundo ele, para que os exércitos sul-americanos não voltem a se tornar forças de ocupação nos seus próprios países, são necessárias várias medidas, como a extinção dos colégios militares — exceto os de orientação essencialmente profissional — e o fim do foro privilegiado de Justiça para os militares nos casos de crimes comuns. As sugestões apresentadas no encontro, depois de aprovadas pelo plenário, serão enviadas a todos os governos sul-americanos.

poder para legislar

01 . 01

9109146

Sets Sindicales
Bibliotecas
920591
OIEC 12288
FSM 12500
CIOLS 12660
CLAT 12655

(2)

[illegible] internacionales sindicales

Escribe Útil Ferreira, miembro del Comité Ejecutivo de la Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT)

cuanta de mayor cantidad...

Hace muy pocos días, concretamente el siete de los corrientes, se [illegible] en LA REPUBLICA, una entrevista [illegible] Secretario Regional de la [illegible], Luis Anderson, (Organiza[illegible] trabajadores). Este dirigente de [illegible] unidad [illegible] en dicha entrevista una serie de de[illegible] y nos parece importante reflexionar sobre las mismas; para que el conjunto del pueblo trabajador tenga claro algunas cosas que se dijeron en dicho reportaje, y que según mi modesta opinión como representante e integrante del Ejecutivo de la Central Latinoamericana de Trabajadores y secretario general de una central [illegible] como lo es [illegible] que además está afiliada a la Internacional [illegible] no están claras, [illegible] referirme a ellas de una manera civilizada.

En primer lugar y ya entrando al tema de referencia, la intención que me mueve a escribir, no tiene para nada la intención de meterme en asuntos que debe resolver el PIT-CNT y menos en coartar el derecho de hablar que tienen todos los que nos visitan, por algo vivimos en un país democrático, lo que pretendo es aclarar cosas, que no lo están, y pueden conducir a malas interpretaciones.

Para ubicar al lector transcribiré lo que dice la central en sus estatutos sobre el tema de [illegible] con otras organizaciones internacionales.

A * "Capítulo I (Art. 4) - La CNT se constituye como organización [illegible] no afiliándose a ninguna de las Organizaciones Internacionales existentes. Podrá concurrir a reuniones internacionales [illegible] vez que sea invitada por aquellas organizaciones que [illegible] totalmente con su programa de lucha, e incluso [illegible] en el futuro sobre afiliación a Centrales Internacionales, [illegible] lo dispuesto en el Artículo 19o. inciso F. del presente [illegible]".

B * Artículo 5 dice: "Decidir sobre afiliaciones a organismos internacionales [illegible] que se requerirá una mayoría de 2/3 de delegados [illegible] Interesan que deben representar el equivalente de afiliados a [illegible]".

De lo que dicen los estatutos de la central surgen claramente [illegible] central no tiene afiliación internacional.

[illegible] afiliado [illegible] totalmente con su programa [illegible]

[illegible], amparó, en cuanto a la afiliación internacional, [illegible] ley muy escueta, ha mantenido relaciones con las diferentes expresiones sindicales mundiales, sin comprometerse [illegible] su independencia. ¿Por qué digo que fue una [illegible] política, porque la unidad de la central donde conviven trabajadores que [illegible] pertenecen a diferentes sectores, no puede romper una de las [illegible] angulares que sostiene su unidad y [illegible] como es el caso de la Ciosl-Cut [illegible] democracia".

Para una mejor [illegible] existimos un artículo que salió en una publicación [illegible] hace un tiempo (El Periodista), [illegible] tema latinoamericana, la Organización [illegible] Trabajadores (ORIT) se fundó en 1951 e inmediatamente [illegible] la filiación de organizaciones "con ideología [illegible] o el comunismo".

"Desde 1951 [illegible] la Ciosl operó bajo la influencia [illegible] de la Federación Americana del Trabajo-Congreso de Organizaciones Industriales (AFL-CIO) de Estados Unidos. Hasta la década del '60 los sindicatos europeos [illegible] se comían a los chicos y se acercaron [illegible] y en 1969 se desafilió de la ORIT. Desde entonces la estrategia de la Ciosl [illegible] Democracia y la de la ORIT oscila entre [illegible] de los demócratas y las de [illegible]".

[illegible] Ciosl-Cut apoyaron a la Revolución [illegible] el terrorismo contra la revolución en [illegible] a Goulart en Brasil y alentaron la invasión [illegible] la República Dominicana. Después de la represión [illegible] con dolorosa la caída de Salvador Allende en Chile [illegible] formalmente al golpe contra Isabel [illegible] ORIT, en cambio, saludó aliviada la [illegible] En 1982 la AFL-CIO regresó a la Ciosl [illegible] "[illegible]".

[illegible] anterior no es precisamente hombre de la CIA [illegible] para seguir teniendo conocimiento [illegible] su momento la invasión de los [illegible] en la guerra del Golfo [illegible] pero sin profundizar en la [illegible] lo dijo claramente el [illegible] del Trabajo, Carlos [illegible] PIT-CNT cuando visitó [illegible] porque son hechos [illegible] mundo.

"Estuve en Trípoli cuando se hacía el Congreso a los Sindicatos Africanos, y ahí la Confederación de Sindicatos Arabes que es un organismo regional, y la Organización Sindical de la Unidad Africana, nos pidieron firmar un manifiesto y llamado a la paz que por supuesto lo hicimos.

Quisimos hacerlo con otras internacionales pero esto no fue posible, sólo la Federación Mundial firmó con la CMT, los árabes y los africanos.

Cuando regresé de Bruselas, planteamos la posibilidad de una reunión conjunta de todas las internacionales con las Ciosl, pero la Ciosl por razones obvias (digo obvias porque tiene afiliada a la Central de los Trabajadores de Israel y a la Central de EEUU), no compartía ni que le afrontáramos el problema del Medio Oriente ni reconocer la tragedia del pueblo palestino, y centralizaban todo el problema a partir del 2 de agosto, día de la invasión de Kuwait por parte de Irak, cuando todo el mundo sabe que había problemas más complejos. Por otro lado la Ciosl no aceptaba firmar ningún manifiesto con las otras internacionales, así que de hecho la CMT ha sido la única que ha podido firmar por un lado en Trípoli [illegible] sindicatos árabes, los sindicatos africanos, la FSM y por [illegible] tuvimos en Bruselas que firmar con la Ciosl y la Confederación Europea de Sindicatos, un llamado a la paz sin poder profundizar el origen y la situación que se había establecido a partir de la invasión de Kuwait. Porque vuelvo a repetir, la Ciosl respecto al mundo árabe y al problema palestino, tiene posiciones diferentes a la que tiene la CMT".

Finalmente para terminar esta nota, que es solamente una introducción al tema, hay una información en la entrevista que no es correcta, el señor Anderson fue ministro de Trabajo en Panamá durante la presidencia de Royo y Arturo del Valle los cuales fueron impuestos por el régimen de Noriega (para lo cual renunció a la Secretaría General de la ORIT), luego de salir del cargo de ministro vuelve nuevamente a la Secretaría de la ORIT, por la renuncia de venezolano Ismario González quien se ausenta del cargo, emitiendo una comunicación a las organizaciones afiliadas a la ORIT, con expresiones muy duras en relación al trabajo de la ORIT en América Latina. Y dejo esta primera parte por acá, seguro de que la gente quiere saber dónde se está parado cuando hablamos de Organizaciones Internacionales, con lo cual estoy totalmente de acuerdo, pero sobre la base del conocimiento, del respeto y la defensa del patrimonio latinoamericano.

Montevideo, mayo 8 de 199[illegible]

PARTES POCO LEGIBLES

9109147

01.01

NO. DOCUMENTO
TITULO La tierra se pone caliente
REFERENCIA Visión
FECHA DE RECEPCIÓN 15/10/90
VINCULACIONES

La tierra se pone caliente

Aumenta de manera progresiva la cantidad de anhídrido carbónico en la atmósfera, el mayor responsable de retener el calor, como ocurre en un invernadero. La falta de lluvias y el cambio de clima que se advierte en la actualidad tiene mucho que ver con las formas de producción y consumo de bienes y recursos.

No es frecuente que dialoguen campesinos y científicos; sin embargo, a ambos les preocupa que los periodos de sequía sean cada vez más frecuentes y las lluvias, como en la zona central de Chile, no lleguen a pesar de las rogativas a San Isidro Labrador. Para meteorólogos, geógrafos o ecólogos, el hecho se traduce en cifras según los modelos que se han llevado al computador: desde 1850 en adelante se habría producido un calentamiento en el planeta, traduciéndose en el aumento de uno a cinco grados en la temperatura media. Para otros especialistas, la diferencia no excederá de los 0,3 a 0,7 grados Celsius, pero en todo caso la variación existe.

Los expertos indican que se presagia el inicio de un *efecto invernadero* generado por la acumulación de gases en la atmósfera, los que impiden la salida del calor reflejado en la corteza de la Tierra y aumentan la temperatura, como ocurre con el techo de vidrio de un invernadero.

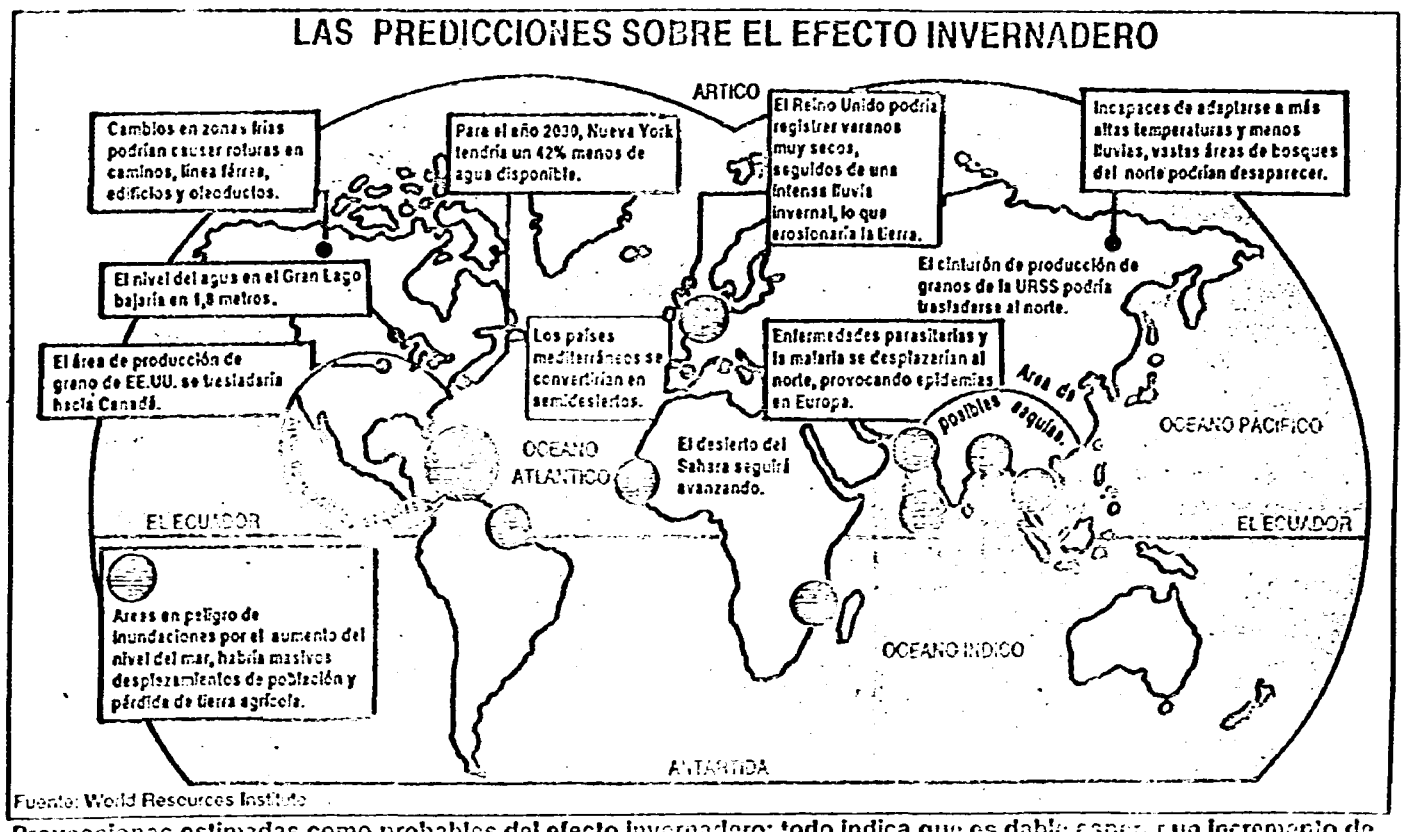
El gran inculpado de que esto ocurra es el anhídrido carbónico. Informes recientes de la Organización Meteorológica Mundial, organismo de Naciones Unidas que controla e investiga el tema, señalan que si bien la mitad de los gases que provocan el efecto invernadero corresponden a anhídrido carbónico, el resto está compuesto por gases como el metano (18 por ciento), los cloroflúorcarbonos (17 por ciento), el ozono (9 por ciento) y cierto tipo de óxido de nitrógeno (6 por ciento).

Los cloroflúorcarbonos, señalados como CFC, son producidos por el hombre a nivel industrial. Están presentes, por ejemplo, en los envases utilizados para el empaque de huevos, vasos desechables, bandejas para presentación de la carne en los supermercados, entre otros, que una vez utilizados son quemados en los vertederos de basura. De allí parten a la atmósfera en un viaje que a veces les toma un siglo, atentando seriamente contra la capa de ozono que rodea la Tierra. A estos CFC se les inculpa hoy como los grandes destructores de dicha barrera natural que impide que el sol consuma al ser humano.

DIFICIL PREDICCION

El efecto invernadero no es un fenómeno tan nítido como para afirmar a pie juntillas su existencia. Unos días después que la revista *Time* designó como "hombre del año 1988" al planeta Tierra, condenado a muerte –entre otras razones– por el sobrecalentamiento debido al efecto invernadero, el estado de Alaska experimentó el peor frío de su historia, alcanzando temperaturas entre -45 y -53 grados centígrados, las que más tarde llegaron al Pacífico noroccidental, Texas y al Atlántico. ¿Qué sucedió en realidad?

Los pronosticadores del calentamien-



Proyecciones estimadas como probables del efecto invernadero: todo indica que es dable esperar un incremento de las lluvias en la región austral, en tanto los periodos de sequía se harán intensos en otras áreas

9109148

to global enmudecieron en tanto que los estadounidenses se abrigaban a más no poder.

El efecto invernadero en sí no es problema. La atmósfera constituye un verdadero invernadero. Si no fuera por esa función que cumple el aire, la superficie terrestre sería como la de la Luna, glacial por la noche (-166 °C) e insoportablemente caliente en el día (99°C). Para ser justos, entonces, habría que darle gracias al efecto invernadero, sin embargo, la acción del hombre ha incrementado de manera peligrosa sus efectos. Se ha determinado, por ejemplo, que el nivel de anhídrido carbónico es 25 por ciento más alto hoy que en 1860. Si esto no se detiene, la temperatura global de la Tierra podría llegar a incrementarse entre 1,5 a 4,5 grados centígrados hacia el año 2030.

El anhídrido carbónico y otros gases se caracterizan por absorber y guardar el calor. El mayor productor de anhídrido carbónico es Estados Unidos, seguido de la Unión Soviética y todos los países industrializados. Casi una tercera parte de este gas generado en Estados Unidos proviene de los automóviles, lo que está llevando a recomendar la conducción de vehículos que den un mejor rendimiento por litro de bencina.

En la reciente reunión anual de la Sociedad Brasileña para el Avance de la Ciencia, realizada en Porto Alegre y en la que *Visión* estuvo presente, se examinó el problema del calentamiento global con especial atención. Informes científicos señalaron allí que Brasil genera entre el cinco al siete por ciento del anhídrido carbónico lanzado cada año a la atmósfera del planeta.

El 80 por ciento de esa producción resulta de la quema de bosques y el 20 de la contaminación urbana e industrial. El nivel de anhídrido carbónico sobre el bosque amazónico brasileño aumenta demasiado en los meses de agosto y septiembre, época de incendios y quema de desperdicios forestales. El 11 por ciento de la Amazonia, unos 400 mil kilómetros cuadrados, ya fue arrasada con pérdidas consideradas como irreparables para la biodiversidad. Hay quienes atribuyen hoy a Brasil responsabilidad en el 60 por ciento de la devastación de los bosques tropicales del mundo, y se calcula que al paso de la destrucción de 25 mil kilómetros cuadrados por año, el bosque allí se acabará en 150 años. El agravante es que muchos bosques han sido sustituidos por siembras de pasto, lo que provoca alteraciones importantes: un aumento de 2,5 grados centígrados en la temperatura de la superficie y de cuatro grados en el suelo profundo; disminución de la evotranspiración y las precipitaciones; reducción en 25 por ciento de las lluvias con el consiguiente aumento de las estaciones secas, etcétera.

Brasil genera entre el cinco al siete por ciento del anhídrido carbónico liberado a la atmósfera del planeta; el 80 por ciento de esa producción resulta de la quema de sus bosques en el área amazónica

MEDIDAS QUE APREMIAN

Las cosas no pueden seguir como están, es la opinión que surge de muchos sectores porque si bien otros problemas del medio ambiente son importantes, el calentamiento mundial es el más serio y más difícil de abordar. El científico Carl Sagan señaló, en mayo último, ante los legisladores de Estados Unidos que "para alcanzar alguna solución en el tema, el mayor cambio debe ocurrir en la manera de pensar sobre nuestro mundo".

La primera y más urgente de estas medidas es estabilizar y reducir las emisiones de anhídrido carbónico en las que la actividad humana sea la directa responsable. Ello significa, entre otras cosas, suprimir en forma gradual el uso de combustibles fósiles (o quemarlos con mayor eficiencia), diversificando el uso de nuevas fuentes energéticas. El tema resulta polémico si es la energía nuclear la que se propone como primera alternativa. La adopción de buses eléctricos, el empleo de hidrógeno, el aprovechamiento a costo prudente de la energía solar, son temas en los que técnicos y economistas deben buscar consensos. Pero junto a lo anterior hay que replantar bosques. Los árboles viejos captan menos el anhídrido carbónico que los jóvenes debido a su distinta tasa de metabolismo. En muchas partes de América Latina se corta el bosque nativo para exportarlo como astillas a Japón sin que exista la obligación de reforestar. Las consecuencias de tal imprevisión se pagarán a un alto costo entre los países que lo permiten. Más de 150 parlamentarios representantes de 42 países se reunieron, en mayo pasado, en Washington, en una conferencia sobre medio ambiente, luego de lo cual aprobaron una Declaración de Interdependencia Ambiental. Mediante ella se comprometen a ejercer su mediación para controlar la emisión en la atmósfera de todos los gases de invernadero, sustancias químicas que agotan el ozono y otras sustancias nocivas, reconociendo que este es el momento de actuar.

La meta mundial de reducción de los gases pretende que éstos bajen en un 50 por ciento para el año 2010 respecto a los niveles registrados en 1990. Los países industrializados, se indicó en Washington, deberían iniciar una suerte de "Plan Marshall" mundial para el medio ambiente, para ayudar de manera específica a las naciones en desarrollo en la búsqueda de nuevas tecnologías y uso de fuentes energéticas renovables que contribuyan a reducir las emisiones de gases.

Buena parte de estos esfuerzos miran hacia el bosque. Se propone que cada país empiece ya a estabilizar y cambiar por completo las actuales tendencias que reducen los recursos forestales a nivel mundial, proponiéndose aumentar el área de bosques en dos millones de hectáreas anuales para fines de la primera década del año 2000.

Todo indica que el calentamiento del planeta es algo cierto y sus consecuencias se proyectan como duras para la economía y la sobrevivencia. No será el apocalipsis, pero hay que hacer lo posible para que ni siquiera se hable de algo parecido. (*Sergio Prenafeta Jenkin*). ■

9109148

Nº DOCUMENTO
TITULO PPCC Locales
PROCEDENCIA EL País
FECHA DE PROCEDENCIA 21/06/91
VINCULACIONES P[redacted] locales
HCI 12789
PCL 12752

— QUE medios de publicidad y otras organizaciones que giraban en torno al comunismo criollo, sufren dificultades económicas al haber perdido las ayudas que antes recibían. 21/06/91

01 . 01

9109149

DOCUMENTO
TITULO: A Pobreza e a degradação ambiental
Jornal do Brasil
240691
ECO-92
12561
50104

A pobreza e a degradação ambiental

(F-2) 240691

Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva *

No passado, havia uma certa consciência de que os filhos herdariam um mundo melhor, que herdariam o que os seus pais possuíam, acrescido dos progressos trazidos pela ciência e pela tecnologia. Hoje, a humanidade já sabe que isto não ocorrerá, a não ser que mudanças profundas no seu comportamento se verifiquem. Atualmente, os pobres estão bem mais pobres com toda as seqüelas em termos sanitários, habitacionais e educacionais. Mesmo nos países mais desenvolvidos, o panorama não é animador diante das ameaças que a degradação do meio ambiente traz. A chuva ácida e a diminuição da camada de ozônio a todos atinge: ricos e pobres.

O Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, divulgado a 20 de maio, revela que 73% da população mundial detêm apenas 15% da riqueza produzida no planeta. Para o chefe da equipe de economistas que elaborou o relatório "este desequilíbrio é brutal e as coisas vão se agravar", pois os cálculos indicam que a proporção chegará a 93% no máximo em duas gerações. Segundo afirma, a análise de certas estatísticas indica que quanto maior o grau de pobreza, mais grave é a destruição do meio ambiente, e como exemplo lembra que "as favelas no Rio de Janeiro são construídas em encostas desmatadas, sujeitas a deslizamentos. Isto é uma maneira ruim de integração com a natureza, que por vezes se revolta contra os homens".

Do ponto de vista ambiental, a pobreza é fator de poluição e de degradação ambiental. A poluição ocasionada pela pobreza resulta, em grande parte, da falta de instalações sanitárias, de esgotos, de tratamento dos dejetos humanos, que acabam atingindo o mar através de rios. Trata-se, contudo, de uma poluição biodegradável, na qual se verifica o fenômeno da autodepuração. Bem mais sério do ponto de vista ambiental é a degradação provocada pela pobreza. Segundo o *Brundtland Report (Nosso Futuro Comum)*, "muitas vezes as florestas estão sendo destruídas apenas para obter terras de cultivo de baixa qualidade. O cultivo intensivo em encostas íngrimes está aumentando a erosão do solo em muitas regiões montanhosas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em muitos vales fluviais, cultivam-se agora áreas onde as inundações sempre foram comuns".

A pobreza, ou melhor dito, a miséria, aliada no campo à devastação e à desertificação são geralmente a causa principal das migrações para os centros urbanos, na ilusão de encontrar emprego, água potável, comida, casa e assistência médica. Com efeito, a renda média do habitante das cidades é bem mais alta do que a do habitante do campo. Se no passado a migração era uma solução viável, já que afluxo era razoável e proporcional às oportunidades de emprego e ao desenvolvimento social das cidades, a realidade atual é bem outra nos países em desenvolvimento, onde o crescimento populacional torna a garantia de um nível mínimo de vida quase impossível, a não ser para uma minoria insignificante. Os salários são maiores, mas em compensação tudo é mais caro, a começar com a comida.

Quando, às vésperas da Conferência de Estocolmo se discutiu os rumos a serem tomados, a filosofia defendida pelos representantes dos países industrializados foi constestada por algumas delegações, como a do Brasil, que tiveram ensejo de lembrar a necessidade de um enfoque que levasse em conta a situação de pobreza em que se encontrava a grande maioria dos habitantes da terra.

Diante das ponderações feitas, realizou-se em Founex uma reunião de 27 especialistas provenientes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, encarregados de buscar uma solução para esta questão fundamental. Os participantes da reunião reconheceram que os maiores problemas dos países em desenvolvimento eram distintos dos problemas que afligiam os países industrializados que eram, no fundo, o resultado do alto nível de desenvolvimento econômico alcançado. No caso dos países em desenvolvimento, os problemas eram preponderantemente o fruto da pobreza e da ausência de desenvolvimento; em outras palavras, da pobreza rural e urbana. O relatório de Founex é claro quando esclarece que "quer nas cidades quer no campo o *nível de vida* é ameaçado não só pela má qualidade da água, pela falta de habitação, comida e serviços sanitários, pelas doenças e enfermidades bem como por desastres naturais. São problemas que, a exemplo da poluição industrial, estão a exigir soluções no contexto do meio ambiente. São problemas que afetam a grande massa da humanidade".

A Declaração de Estocolmo em seu preâmbulo endossou esta posição ao reconhecer que "nos países em desenvolvimento a maioria dos problemas ambientais são causados pelo subdesenvolvimento. Milhões continuam a viver abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana condigna, privados de comida, vestimentas, abrigo, educação e saúde".

Infelizmente, a situação mundial não melhorou de então para cá; ao contrário, a degradação foi considerável. A comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983, reconheceu esta situação em seu relatório final: "Há hoje no mundo um número maior de pessoas famintas do que jamais houve na história da humanidade, e este número está aumentando. Em 1980, havia 340 milhões de pessoas, em 87 países em desenvolvimento, que não ingeriam o número de calorias suficientes e, por isso, apresentavam deficiências de crescimento e graves problemas de saúde... Também cresceu o número de pessoas que vivem em cortiços e habitações miseráveis. Cada vez mais pessoas carecem de água potável e de saneamento, ficando assim sujeitas às doenças que tal carência pode provocar."

O quadro que se apresenta é desolador, mas os técnicos insistem que, havendo vontade nacional, dirigentes capazes e honestos e um nível de educação melhor, este quadro pode ser modificado. O Secretário Geral da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Maurice Strong, insistiu, em entrevista, que um dos principais compromissos da Conferência será a erradicação da pobreza mundial. "Com os recursos existentes atualmente no planeta, é perfeitamente possível proporcionar uma boa qualidade de vida para o dobro da população mundial de hoje." O Brasil pode ser incluido dentre os países aptos a melhorar o padrão de vida de seus habitantes, principalmente se levarmos em consideração o imenso potencial do país.

A resolução 44/228 de 1989 inclui dentre os tópicos que deverão receber tratamento prioritário, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos pobres em favelas e áreas rurais.

Os países da América Latina e do Caribe na reunião preparatória para a Conferência do Rio de Janeiro, realizada na Cidade do México em março último, adotou a *Plataforma de Tlatelolco* onde os temas considerados fundamentais se acham enumerados, figurando dentre eles, precisamente, a avaliação dos efeitos da pobreza sobre assentamentos humanos, com o objetivo de combater a pobreza crítica e a sua vinculação com a degradação ambiental. Neste sentido, salienta ser prioritária a prestação de serviços adequados no tocante à saúde e à educação, à melhoria das habitações e aos serviços conexos, quer nas zonas urbanas quer nas rurais. Lembra ainda a necessidade de uma cooperação internacional em questões comerciais, dívida externa, assistência financeira e transferência de tecnologia. Quando as Nações Unidas votaram a Década do Desenvolvimento, que cobriria os anos 1961 a 1970, mediante a qual todos os esforços da organização bem como das entidades especializadas seriam voltados para tal objetivo, os países em desenvolvimento julgaram que efetivamente a situação de pobreza em que vivam poderia virar coisa do passado. Tanto assim que, quando a Assembléia Geral propôs a realização da Conferência sobre Meio Ambiente, a iniciativa foi recebida com desconfiança, pois se receiava tratar-se de uma tática diversionista tendente a desviar a atenção da comunidade internacional. Ao ser elaborado em 1971, o relatório da reunião de Founex, a decisão da Assembléia Geral favorável à 2ª Década foi apontada como um dos caminhos. E a Assembléia Geral continua a votar as *Décadas*. Em outras palavras, não é por este caminho que os países em desenvolvimento melhorarão as condições de vida de seus povos. O caminho deve ser buscado dentro do próprio país, com os recursos materiais e humanos de que dispõe. E a história do pós-guerra nos mostra que com vontade nacional tudo é possível.

* Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional

01 - 01 9109150

Cumbre mundial de la Comunicación
La Prensa
070691
Medios de Comunicación 11313
EMBLE 11187

manos privadas.

070691

"Cumbre" mundial de la comunicación

Ginebra (EFE) – La UNESCO y el Foro Mundial de Comunicaciones anunciaron en Ginebra la celebración de la "Cumbre" mundial de la Comunicación, bajo el lema "La Reestructuración de la Comunicación de Masas", del 6 al 10 de octubre en la localidad helvética de Crans Montana.

Según la Organización de Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y el Foro Mundial de la Comunicación, el objetivo de esta "cumbre" es reunir a los dirigentes más importantes de la industria del sector en el mundo para tratar sobre los múltiples desafíos a los que se enfrenta la comunicación.

La "cumbre" contará con la participación de anunciantes, difusores de radio y televisión, prensa escrita, organizaciones de marketing directo, agencias de publicidad, especialistas en relaciones públicas, representantes de los consumidores, organismos de reglamentacin y académicos.

01 . 01

9109151

Nº DOCUMENTO
TITULO: Cooperación de Organismos No Gubernamentales a ROU
150023
990591
FECHA
VINCULACIÓN: ONG
ROU

990591
El Pais

Para Cat, un hecho positivo

PARA el Ministro de Trabajo y Seguridad Social, Ing. Carlos Cat, es un hecho sumamente positivo que un grupo de Organizaciones No Gubernamentales de la Comunidad Económica Europea esté tratando de colaborar con Uruguay, sobre todo en momentos que América y Europa tienen duros enfrentamientos por temas que se tratan en la Ronda Uruguay del GATT.

En la pasada jornada se inauguró el Taller de Organizaciones No Gubernamentales de Cooperación Internacional, que tiene como fin el profundizar el conocimiento entre estos organismos europeos y los de nuestro país, procurando incrementar los proyectos aprobados por la Administración Gubernamental.

Las áreas de desarrollo rural, bienestar en el campo, vivienda y pesca artesanal, organización comunitaria, servicios sociales e infraestructura social urbana en el interior constituyen algunos de los temas más importantes de los que se han comenzado a analizar en la sede del Club Banco Comercial.

Hay que darle importancia

El Ministro de Trabajo y Seguridad Social, Ing. Carlos Cat, al referirse a este encuentro expresó que "los uruguayos debemos darle la importancia que tiene esto. En momentos que existen duros enfrentamientos entre América y Europa por temas que se están tratando en el GATT en la Ronda Uruguay, que tengamos acá un grupo importante de Organizaciones No Gubernamentales -ONG- de la Comunidad tratando de colaborar con el Uruguay es un hecho a destacar".

Además señaló que "lo importante de esta reunión es el conocimiento personal de las organizaciones, de ahí saldrá, sin ninguna duda, el estudio de tantos proyectos que tiene nuestro país por medio de estas ONG y que se conocen a través del Fondo de Inversión Social de Emergencia u otros que se conocerán directamente entre ONG de Uruguay y la Comunidad Económica".

"Eso es lo destacable y para los uruguayos esto es un hecho sumamente positivo", culminó diciendo. ■

9109152

01 . 01

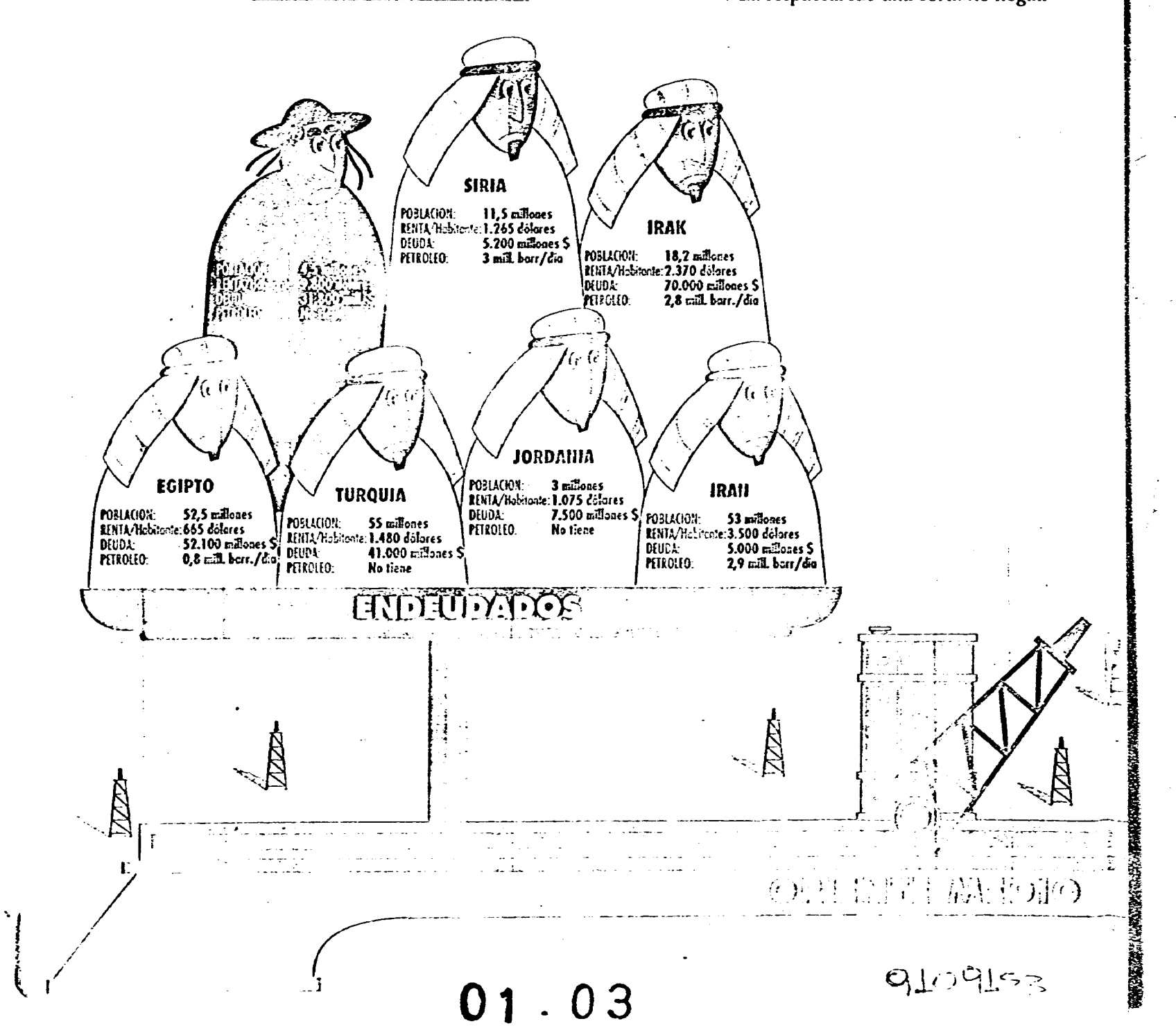
El golfo Pérsico, una guerra para morosos

El endeudamiento de todos los países de la región y sus fuertes desequilibrios económicos son las raíces de la guerra del Golfo. Los más pobres, encabezados por Irak, se han rebelado contra un puñado de pequeños estados inmensamente ricos

JORGE MUÑOZ/ALEJANDRO LORCA

El pasado 29 de julio, el jefe de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yaser Arafat, aterrizó muy temprano en el aeropuerto de Kuwait City. Llevaba una propuesta de Sadam Husein para el emir Jaber Al-Sabah. A cambio de la retirada de parte de las tropas concentradas en la frontera kuwaití, Sadam quería 10.000 millones de dólares (un billón de pesetas) y la anulación de sus deudas con los petroleros árabes (unos 30.000 millones de dólares). Era el precio de la paz.

El sonriente Arafat tuvo que esperar varias horas antes de que le recibiese el emir Jaber, tenso y ceñudo. La respuesta fue una cortante negati-



9109153

va a considerar siquiera la propuesta de Sadam. Arafat volvió a Irak humillado y con las manos vacías.

Un día después, a media mañana, Sadam Husein se tomó un vaso de leche tibia de camello, subió sobre su caballo blanco y pasó revista a los relucientes blindados de la Guardia Republicana que emprendían viaje hacia la frontera de Kuwait. Ese mismo día, a través de los satélites norteamericanos, el mundo conoció la llegada de 300 tanques iraquíes a la frontera. La Guardia Republicana se unía a los 100.000 hombres con 300 cañones pesados, concentrados frente al emirato. La suerte estaba echada. El 2 de agosto se invadió Kuwait.

Para Sadam Husein, el derrocamiento del régimen de Jaber Al-Sabah era un primer paso para la conquista del golfo Pérsico, de las dos terceras partes de las reservas mundiales de petróleo y la justificación para una larga planificación económica de guerra.

El endeudamiento exterior es una de las claves para entender las causas del conflicto. Su caldo de cultivo fue la inestabilidad provocada por la bajada del precio de los crudos. En Oriente Medio la mayoría de los países giran en torno al petróleo, principal fuente de financiación.

IRAK tiene la deuda más alta de Oriente Medio, con cerca de 90.000 millones de dólares. La mitad de esa suma se la prestaron Kuwait y Arabia Saudí para armamento

Pero existen otros factores desestabilizadores, como el déficit en la producción de alimentos y la galopante presión demográfica de la región.

Mientras los países pobres de Oriente Medio acumulan una deuda de 210.000 millones de dólares, los de la península Arábiga tienen un superávit de 470.000 millones de dólares. Toda una fortuna evaluada en casi 50 billones de pesetas.

Un buen ejemplo de esta dualidad es el caso de Jordania. El reino de Amán sólo exporta fosfatos, dependiendo en gran parte de las remesas de sus emigrantes y del cobro de peaje a las mercancías que tienen como destino a Irak. Con tres millones y medio de habitantes, en su mayoría palestinos (un 60 por ciento de la población) la deuda jordana es de 7.500 millones de dólares.

Turquía es otro caso. Miembro de la OTAN y sempiterno candidato para el ingreso en la Comunidad Europea, el país debe 41.000 millones de dólares. Y no tiene petróleo.

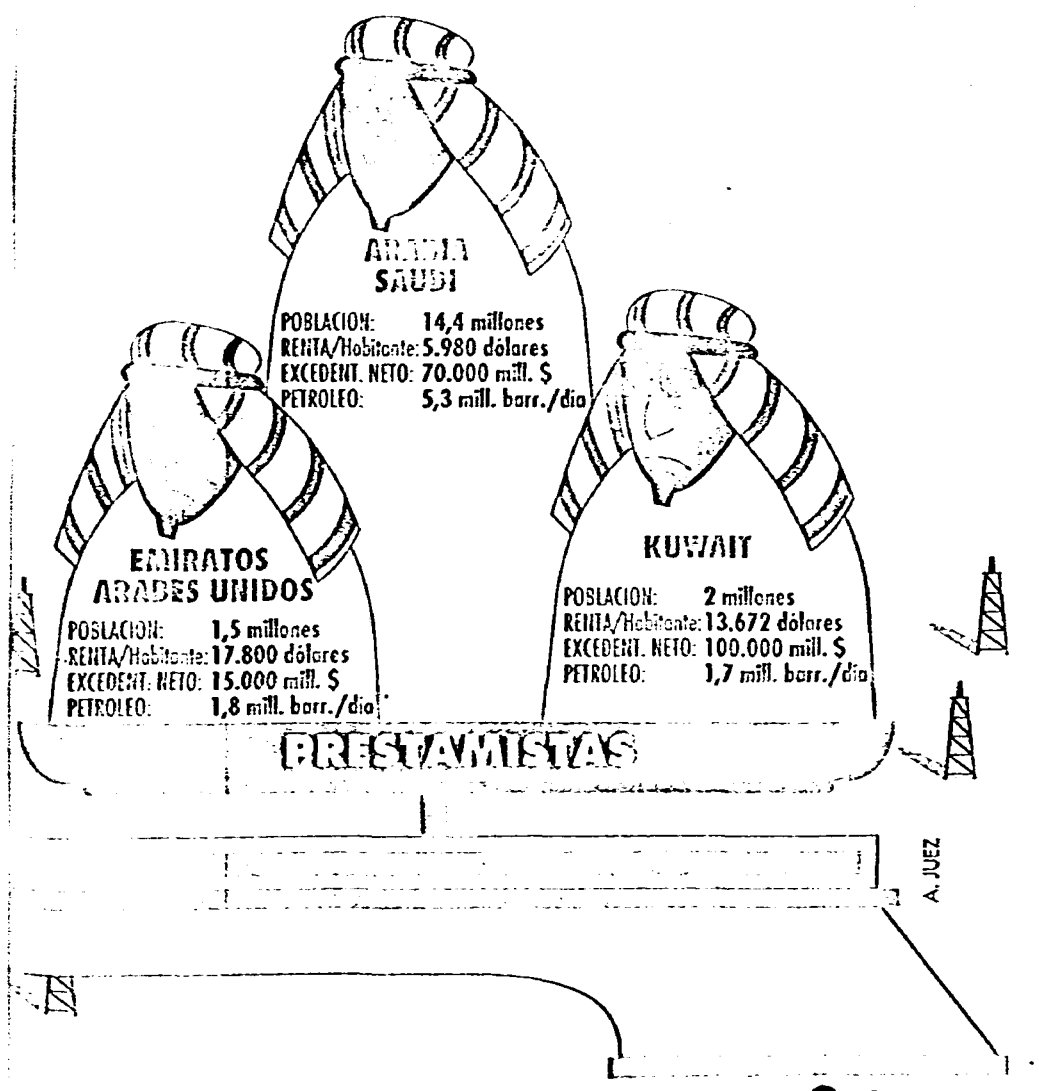
La deuda turca nació de la inversión realizada para alcanzar un rápido crecimiento económico. El proceso comenzó en la década de los 80. Entre 1982 y 1987 casi se duplicó su producción industrial y se triplicó la producción agrícola.

La continuidad del proceso de desarrollo económico turco está ahora comprometida por una fuerte inflación y una pesada deuda exterior. El gobierno de Ozal es partidario de la integración de su país en Europa, única solución en su proceso de desarrollo económico. Por esta razón se le considera un aliado seguro.

SADAM, EL DEUDOR. No es un secreto para nadie que Sadam Husein tenía la deuda más alta de Oriente Medio: 90.000 millones de dólares. La mitad de esa suma (entre 45.000 y 30.000 millones de dólares, según estimaciones) se la prestaron Kuwait y Arabia Saudí para que comprase tanques con los que frenar el fundamentalismo iraní.

La deuda iraquí surgió de la financiación del gigantesco aparato militar de Sadam. En 1980, Irak tenía un ejército de 180.000 hombres. Ahora tiene un millón de soldados.

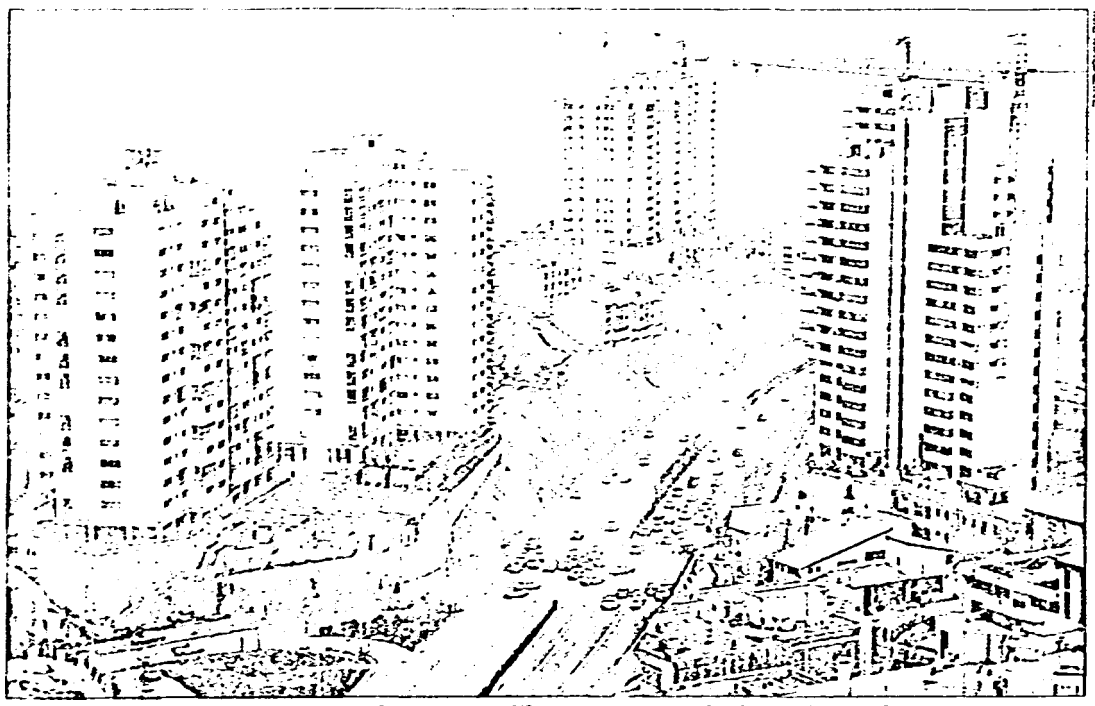
Con unos ingresos procedentes del petróleo muy parecidos a los de Irán, Irak salió del conflicto con su vecino, en agosto de 1988, con una deuda de 50.000 millones de dólares, que ha aumentado en dos años hasta los 90.000 millones. Mientras, Irán se ha recuperado rápidamente y sólo



02

9109153

DOCUMENTO
TITULO Col. Pan. 1 guerra p/ruinozos
150041
110291
111189



IME MAGAZINE

Teherán, capital de Irán, gasta su riqueza petrolífera en reconstruir el país. Irak se la gasta en armas.

debe ahora 5.000 millones de dólares. El menos endeudado de la zona.

Y, sin embargo, Irán sufrió con más fuerza los horrores de la guerra. La reconstrucción civil se cifró en 80.000 millones de dólares, mientras que a los iraquíes sólo les costó 30.000 millones rehacer los destrozos causados en Irak. Irán, con 53 millones de habitantes, tiene una renta de 3.500 dólares por habitante, 1.130 dólares más por persona que su vecino iraquí.

Otro caso parecido es el de Siria, con una población de 11,5 millones de habitantes, una producción de 301.000 barriles diarios y una relativamente pequeña deuda de 5.200 millones de dólares.

En este mismo grupo de países con una economía distorsionada por la necesidad de mantener un potente ejército, está Israel. El Estado judío tiene una deuda de 31.800 millones de dólares, lo que marca su dependencia de Estados Unidos.

CAUDILLOS Y MERCADERES. Sadam Husein y Jaber Al-Sabah (emir de Kuwait), son dos prototipos enraizados fuertemente en la tradición histórica de los países árabes: el autócrata y el mercader. Los dos líderes representan modelos diferentes y opuestos, alimentando su proyectos con la misma fuente de recursos: el petróleo.

Kuwait decidió, desde el mismo momento en que nació como país independiente, reinvertir las rentas petrolíferas en la *city* londinense y en cualquier país o negocio rentable.

Irak, desde que el partido de Baas llegó al poder en 1968 con Sadam al frente, no ha pensado más que en crear el ejército más poderoso de la zona y el mejor armado.

Un país se ha dedicado a los negocios y el otro a la guerra, pero ambos tienen una enorme influencia en la región.

Irak, porque representa al socialismo en los países árabes (el partido Baas, que también domina en Siria, está afiliado a la Internacional Socialista) y Kuwait, junto con el bloque petrolero de la Península Arábiga, porque es la banca del Islam.

Parece como si en estos momentos los pueblos de Oriente Medio sólo pudieran elegir entre dos posiblidades para crear su propia identidad económica: hacer la guerra o seguir entrampándose.

Hace dos años, KIO (sociedad estatal de inversión de Kuwait), consiguió que por primera vez sus inversiones en el extranjero superasen los beneficios petrolíferos: 855.000 millones de pesetas, frente a 760.000 millones obtenidos por la venta de crudo.

Kuwait está fuertemente imbricado en la economía europea y muy especialmente en la española. La lista de las empresas en que participa KIO es interminable.

KIO es el mayor inversor extranjero en España. En Alemania controla el 14 por ciento de Daimler-Banz y el 20 por ciento del gigante de la química Hoeschst. En Italia tiene el 10 por ciento de Ifil, el *holding* con el que la familia Agnelli controla Fiat. En Gran Bretaña controla el 9,8 por ciento de British Petroleum y el 10,5 por ciento de Midland Bank, y así por todo el mundo hasta un montante de 10 billones de pesetas de inversión.

Una vez más nos enfrentamos con el dilema de «cañones o mantequilla». Sadam Husein ha elegido lo primero y está arruinando a su pueblo.

Antes de terminar el conflicto, Sadam intentó mejorar la baja productividad agrícola e industrial de su país. Desmanteló en parte el rígido aparato estatal de control, dando más autonomía a las empresas individuales. Pero la liberalización no llegó más allá del 2 de agosto de 1990.

Las instalaciones petroleras, marítimas e industriales iraquíes ya fueron afectadas en la contienda anterior con Irán. Ahora quedarán arrasadas. La nueva guerra es un paso atrás para la zona del que el mayor perjudicado será el pueblo iraquí. ■

Irán e Irak, dos países ricos

CASI tres millones de barriles de petróleo producen y venden diariamente tanto Irán como Irak. Este último país cuenta, además, con el verdadero oro líquido de la zona, el agua que riega generosamente los territorios situados entre el Tigris y el Eufrates. Todo un tesoro para la región. La actitud de ambos estados después de la guerra que los enfrentó durante ocho años ha sido, sin embargo, bien diferente. Mientras que Irán dedica su riqueza a pagar deudas y reconstruir su maltrecha economía e infraestructura, el país que gobierna Sadam Husein se ha empeñado hasta los dientes en armamento con el que intentar la supremacía en el mundo árabe.

N.º 1.003 11-2-91
03 . 03
4209153

Encuentro Científico
de Montevideo
31-05-91
II Simposio Latinoamericano sobre Ciencia y Tecnología
URUGUAY

Comenzó ayer encuentro científico

EL Presidente Luis Alberto Lacalle sostuvo ayer que la ciencia y la tecnología son "los motores de la transformación y el progreso en el mundo" y, en consecuencia, "debemos analizar dentro de estos parámetros la realidad nacional y regional".

El Mandatario inauguró en la tarde de ayer las Jornadas Preparatorias del II Simposio Internacional sobre Ciencia y Tecnología para Fines Productivos, a realizarse en Montevideo entre el 1º y el 6 de setiembre.

El objetivo del encuentro es enfatizar el papel indispensable de la investigación científica básica para su aprovechamiento en la producción, la industria y la formación de recursos humanos.

"Dejemos atrás la mera concentración del capital, para centrar la mira en el capital del conocimiento y en la interrelación de la ciencia y la tecnología para trasladarlas al campo del trabajo", precisó el Presidente.

Señaló, además, que no se puede separar la ciencia del mundo real de cada día y, por el contrario, resulta imperioso tenerla presente en cada acto. "Hoy tenemos como ineludible necesidad romper esos compartimentos, para avanzar hacia el futuro".

En el temario del simposio internacional figuran, en lugar preponderante, los fundamentos de los cambios estructurales de la base productiva mundial, en la que los países de América Latina sufren la mayor crisis económica de su historia, y la búsqueda de nuevas bases a revisar profundamente los modelos desarrollistas, acordando el adecuado avance científico y tecnológico del Uruguay y el resto de los países del continente.

F-2

31059%

01.01

9109155

Congreso de la FETRAL
en Quito
230691
Encuentros Internacionales
FETRAL-DC

Preparan Congreso regional los cristianos

Neoliberalismo contrario a libertad y solidaridad

230691

FETRAL propugna crear Internacional de Trabajadores

En el marco de una recorrida por América latina, preparatoria del 3er. Congreso de la Federación de Trabajadores Latinoamericanos Demócratas Cristianos (FETRAL DC) que se realizará entre el 18 y 19 de julio en Quito, Ecuador, se encuentran en nuestro país Oscar Martínez, de Venezuela y Nicolás Preciosa, de Argentina, Secretario General y Vicepresidente, respectivamente, de este organismo político.

F

ESTOS dirigentes, más Néstor Pereira Franco, Secretario General de la FETRAL DC uruguaya, informaron a LA MAÑANA que otras de las finalidades de mantener estos encuentros es crear durante el mes de setiembre, en Bélgica, la Internacional de Trabajadores DC. En esta reunión, según informaron, "participarán delegados de los cuatro continentes". Los entrevistados afirmaron que los Latinoamericanos "tenemos que tomar conciencia de asumir confianza en nosotros mismos y que somos capaces de generar un perfil de desarrollo para nuestros países donde no haya incompatibilidad en la libertad, en la justicia social y en la solidaridad".

Preocupa a FETRAL el neoliberalismo

-¿Cuáles son los temas que más preocupan a la FETRAL DC?

-(Preciosa) Es preocupante cómo los Partidos Demócratas Cristianos de América latina se ponen en condiciones de brindar una respuesta y propuesta a los problemas que en un esquema neoliberal se están generando para los trabajadores de la región. Ello repercute concretamente en el salario real, la Seguridad Social, la formación técnicoprofesional, en la participación del proceso económico Latinoamericano, entre otros aspectos.

El problema de la modernización de nuestras economías y la llamada reconversión industrial están teniendo fuertes impactos en la estabilidad y en el empleo de la clase trabajadora.

Las privatizaciones, por ejemplo, han encontrado a América latina sin actores nacionales para que las mismas sirvan para democratizar el capital de nuestros países. Para que se genere, además, una nueva modalidad de economía en manos del pueblo en sus distintas expresiones organizativas.

Sin embargo, las privatizaciones han servido para transnacionalizar nuestras economías.

-¿Cómo repercute en los trabajadores la instrumentación de esta política neoliberal?

-(Martínez) Debemos señalar que ello es un discurso elaborado en el Norte y se tóca en el mismo tono y ritmo en toda América latina. De seguir este proceso, si no se encuentran alternativas, terminaremos siendo simplemente las sucursales de un gran centro económico mundial. Con ello perderíamos toda la posibilidad de tener nuestra propia voz y protagonismo como pueblos Latinoamericanos.

El síntoma de la aplicación de estos modelos es ya muy elocuente cuando comprobamos el crecimiento de la pobreza en América latina.

En mi país (Venezuela), por ejemplo, en este momento se tiene casi el 70% de pobreza y el 50% es crítica, ya que no puede cubrir la cesta básica mínima. Hay que tener presente que mi país pasó por un 'boom' y bienestar tremendo, sin embargo hoy estamos parejos, en los niveles de pobreza, con los países de la región.

A esto se le ha sumado el gran desempleo y con el desmontaje de nuestras industrias nacionales se ha llegado, también, a que una enorme cantidad de trabajadores actúen en el sector informal. Ello demuestra que la aplicación de este modelo económico es incapaz de responder al desarrollo de nuestros pueblos y a la satisfacción real de sus necesidades y que se está en función de otros modelos que no son ni los nacionales ni los regionales.

Hoy podemos decir que a través de estas políticas económicas nos han "integrado" en forma impositiva a los mismo niveles de pobreza.

-¿Cómo se enfrenta esta situación?

-(Pereira) En primer lugar tenemos que retomar la conciencia de que nuestros pueblos o se integran o quedan fuera de las naciones y de los bloques mundiales. Tenemos que tomar conciencia de asumir confianza en nosotros mismos y que somos capaces de generar un perfil de desarrollo para nuestros países donde no haya incompatibilidad en la libertad, en la justicia social y en la solidaridad. Tres valores fundamentales que deben conformar las iniciativas que se tomen en función del desarrollo de nuestros pueblos.

Hoy el neoliberalismo insiste en que la libertad económica es el factor fundamental, pero no puede haber libertad económica si no hay justicia social. Por lo tanto la justicia social es una condición para la real libertad de los hombres, de los grupos sociales y de los pueblos. Por lo tanto, un esquema económico que sólo pretende darle un factor economicista a su modelo, olvidando el factor humano y el desarrollo social de nuestros pueblos, es un sistema inhumano. Que, además, destruye la esencia de los recursos de un pueblo, que son su pueblo, en aras de satisfacer intereses macroeconómicos, que ni siquiera son los intereses macroeconómicos de nuestros países. ■

Martínez, Preciosa y Pereira, dirigentes de la Federación de Trabajadores Latinoamericanos Demócratas Cristianos, manifestaron su total rechazo a la política neoliberal.

9109156

COLUMNISTAS

El factor militar en la integración regional

Escribe Rosendo Fraga
Director del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría

El 22 de marzo analizamos desde esta misma columna, la necesidad de incorporar la óptica estratégico-militar en el análisis y estudio de la integración regional.

Durante el mes de junio han tenido lugar dos hechos que han reactualizado esta necesidad. Uno ha sido la reunión de la Organización de Estados Americanos (OEA), realizada en Santiago de Chile, donde el tema de la seguridad regional fue central en las deliberaciones. El otro, fue el V Simposio de Seguridad, realizado en Montevideo, con la participación de delegaciones de los estados mayores conjuntos de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, donde se trató el rol de las Fuerzas Armadas de la región frente a las nuevas realidades.

Una primera referencia al tema debe partir de una breve apreciación de la situación internacional en este campo:

a) **Las potencias occidentales continúan sus políticas de reducción de gastos militares.** Los EE.UU. destinan a este rubro en 1991 285.000 millones de dólares, previéndose reducciones de aproximadamente 5% anual en los próximos cinco años. Gran Bretaña hace otro tanto, previendo reducir sus efectivos de 160.000 hombres a 116.000 en los próximos 6 años. En el caso de Francia, está previsto que el Ejército de tierra de 280.000 hombres baje a 180.000, que los aviones de combate se reduzcan de 450 a 300 y se cierren varias bases navales. La URSS reducirá su presupuesto militar este año en 7% y Alemania hará otro tanto.

b) **La excepción es Japón, que gastando este año 166.000 millones de dólares en el área militar, tiene previsto incrementar esta cifra 15% en los próximos cinco años.** Cabe recordar que en marzo los primeros ministros de Alemania y Japón enviaron proyectos a sus respectivos parlamentos, para eliminar de las constituciones respectivas las disposiciones que impiden el despliegue de tropas fuera del propio territorio y las limitaciones al gasto militar. **En abril, el canciller de Italia planteó en las Naciones Unidas que su país, junto con Japón y Alemania, deberían ser admitidos como miembros permanentes del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas con derecho a veto, situación que hasta ahora sólo compete a las cinco potencias vencedoras de la Segunda Guerra Mundial.** En mayo, la creación de la Fuerza de Despliegue Rápido de Europa, que tendrá entre 70.000 y 100.000 hombres y que eventualmente será empleada en el Africa, mostró las diferencias entre los EE.UU. y Europa. Mientras el primero exige que el comando de esta fuerza dependa de la OTAN, Francia, con discreto apoyo alemán, sostiene que debe depender de la Organización de Estados Europeos, estructura política de la Comunidad Económica Europea.

c) **Tanto los EE.UU. como Alemania y Japón coinciden en contemplar como teatro eventual de empleo de sus fuerzas militares en la década del '90, el llamado Tercer Mundo, sin considerar hipótesis de conflicto entre ellos.** Pese a ello, mientras que en 1991 por cada dólar que gastará Japón en Defensa, los EE.UU. gastarán casi dos, en la segunda mitad de los '90 la relación será de sólo uno y medio, dado que los EE.UU. tienden a reducir y Japón a incrementar el gasto militar. En este marco, controlar el desarrollo de las altas tecnologías con eventual uso bélico fuerza de las grandes potencias (nuclear, misilísticos y armas químicas), es prioridad para los países desarrollados.

• Apreciaciones

Definidas las características centrales de la problemática estratégico-militar mundial en los '90, cabe hacer algunas apreciaciones sobre la región:

a) Sumado el gasto militar de los cuatro países firmantes del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), se observa que **en conjunto, gastan entre 40 y 35 veces menos que los EE.UU. y entre 20 y 25 veces menos que Japón, lo que da una idea relativa del potencial militar.**

b) Como lo demostró la reunión de la OEA, **los EE.UU. tienen dos prioridades en el continente en materia de seguridad: controlar el desarrollo de altas tecnologías y luchar contra el narcotráfico.** Pese a ello, el tema central en este ámbito pasa hoy por estudiar la necesaria adecuación del Sistema Interamericano de Defensa, a las nuevas realidades de los '90. Ello exige reexaminar el Tratado Interamericano de Defensa y el rol de la Junta Interamericana de Defensa y el papel del Colegio Interamericano de Defensa.

c) Este análisis, debe realizarse contemplando la necesaria flexibilidad, generada por el hecho que el continente americano contiene cuatro realidades distintas desde el punto de vista estratégico: el Mercosur (EE.UU., Canadá y México), donde continúan predominando los intereses de la OTAN; Caribe y Centroamérica, donde **los temas son los restos de la influencia marxista y el control del Canal de Panamá;** el Pacto Andino (Colombia, Venezuela, Perú, Ecuador y Bolivia), donde la cuestión central es **el narcotráfico** y el Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y eventualmente Chile) donde **el tema central es hoy las altas tecnologías con eventual uso bélico y en segundo lugar el narcotráfico.**

d) El V Simposio de Seguridad realizado en Montevideo mostró ante todo una coincidencia básica en las posiciones de las delegaciones de la Argentina y Brasil, respecto a que **en la década del '90 las Fuerzas Armadas de la región deberían mantener su capacidad para la guerra convencional, sin que ello impida atender misiones secundarias** (narcotráfico, acción cívica, rebrotes guerrilleros, promoción del desarrollo nacional, etc.) **El nuevo orden mundial todavía no está definitivamente asentado. Nos encontramos frente a una coyuntura transitoria y todavía cambiante.** El contexto no permite presumir situaciones definitivas en el largo plazo, porque el mismo es sumamente cambiante.

Este marco general desde el punto de vista estratégico-militar, tanto en el plano mundial como regional, es un punto de referencia fundamental en momentos que tanto el gobierno como las Fuerzas Armadas se abocan a la postergada tarea de la modernización y reestructuración del sistema militar argentino.

contexsa
SOCIEDAD ANONIMA
MEMBRANAS PARA TECHOS
URUGUAY 362 PISO 4
TEL. 45-2068/7217/7230

Salones Privados
Reserve su fiesta.
Ortiz y Junín (Recoleta)
802-3410 802-3023
Lola

Nº. DOCUMENTO
TITULO PDC y Socialdemocracia
P 15-0015
FECHA 12-05-91
VINCULACION Socialdemocracia → PP Inmediatos
P.O.U.

12532

PDC y socialdemocracia

LA socialdemocracia corrió hoy de haber dejado de ser una importante opción a la luz del fracaso del marxismo, lo cual quiere decir del neoliberalismo, sugirió, en todo caso, que sus exponentes tienen "algunos instrumentos valiosos".

"Las ideologías que tengan capacidad de interpretar los conflictos sociales manteniendo sus valores fundamentales son aquellas que tienen porvenir" dijo a LA MAÑANA Manuel Pérez Pinto, vicepresidente de la jornada de trabajo ideológico anterior de su Congreso Ideológico llevó a cabo el Partido Demócrata Cristiano.

En la misma se analizaron "las corrientes ideológicas contemporáneas", particularmente liberalismo, socialismo y en la "nueva derecha", y específicamente en la socialdemocracia, respecto a la cual Pérez Pinto afirmó que "se han notado coincidencias en cuanto al modo de desarrollarse una sociedad".

"Los terremotos ideológicos han dejado al totalitarismoleninista como una ideología edificada en diversos muchos de sus exponentes que tienen que ver con la experiencia democrática, con el pluralismo, con la participación, siguen teniendo plena vigencia" expresó el vicepresidente democratacristiano. Refiriéndose específicamente a una jornada del Congreso Ideológico de su partido, Pérez Pinto sostuvo que se consideraron los cambios en las ideologías y "en particular el derrumbe del marxismo como ideología capaz de interpretar la realidad social y proponer un modelo alternativo".

12053-91

9109158

01 . 01

Nº Expte.:
Título: Americas Watch
Expte.: 150023
Fecha: 070591
Vinculado: Fiscalía del Gobierno Watch

2

CASO SIMON RIQUELO

Es una de las más importantes organizaciones internacionales

Desde Washington, "Americas Watch" solicitó una entrevista con el presidente del Tribunal

● La nota, firmada por el director ejecutivo de la organización, asegura que siguen el caso Riquelo "junto a muchos organismos" ● Vendría a Montevideo la representante de Americas Watch en Buenos Aires

■ Según pudo saber LA REPUBLICA, el director ejecutivo de la organización de vigilancia de los derechos humanos Americas Watch ha solicitado formalmente una entrevista con el presidente del Tribunal de Apelaciones de Familia de 2o. Turno, doctor Rodríguez de Vechi, a los efectos de interiorizarse en la causa iniciada por la madre del menor desaparecido Simón Riquelo.

El director ejecutivo de Americas Watch, el señor Juan E. Méndez, cursó desde Washington el pedido, dirigido al presidente del Tribunal. Cabe aclarar que la entrevista, si es concedida, se efectuaría con la representante en Buenos Aires de la organización norteamericana.

La carta indica en uno de sus párrafos que "junto con muchos organismos en los Estados Unidos y otros países hemos seguido este caso desde hace ya varios años con preocupación". A renglón seguido se señala que "sobre todo en esta etapa judicial nos resulta de sumo interés conocer los detalles de su desarrollo".

Americas' Watch cuenta con un comité integrado por treinta y siete personalidades de la vida cultural, judicial y periodística de los Estados Unidos y entre su funciones se encuentra la de velar por la libertad de expresión en todo el mundo.

La carta enviada por el director ejecutivo de esta organización, al doctor Rodríguez de Vecchi se enmarca en una serie de actividades que otros organismos internacionales, y personalidades uruguayas y de otros países de América Latina y Europa, vienen desplegando en torno al caso del niño Simón Riquelo.

Riquelo, hijo de Sara Méndez y de Mauricio Gatti, fue secuestrado hace ahora catorce años, cuando era un bebe, en Buenos Aires y desde entonces se lo ha mantenido separado de su familia biológica. Desde hace tiempo, su madre tiene la convicción de que un menor, residente actualmente en nuestro país, es en realidad su hijo.

Para comprobar ese extremo, ha solicitado legalmente la realización de una prueba de histocompatibilidad, lo cual fue denegado en primera instancia.

El Tribunal de Apelaciones de Familia de 2o. Turno será el encargado de zanjar en forma definitiva la cuestión. Tal como adelantara en exclusiva LA REPUBLICA, dicho tribunal dará a conocer su veredicto definitivo el próximo día 15 de mayo.

01 . 01 9109159

Simposio de las FFAA
LA MAÑANA
07-06-91
Simposio de FFAA J A 1276B

Análisis de problemas estratégicos

Simposio de las FF.AA.

07-06-91

Delegados de Uruguay, Argentina, Paraguay y Brasil

EN el presente mes de junio se realizará en Montevideo el 5° Simposio de Estudios Estratégicos, que contará con la participación de delegaciones de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

El interés por el tratamiento de problemas estratégicos comunes, llevó a que en 1985 se planteara la iniciativa respecto a la realización de estudios en forma conjunta por parte de Argentina y Brasil.

Es así que Buenos Aires (1987 y 1989), San Pablo (1988) y Brasilia (1990) fueron sede de los cuatro primeros Simposios.

Uruguay fue invitado a participar como observador al 3er. Simposio (1989) y se incorporó como miembro pleno en el 4° (1990); a este último fue invitado Paraguay a integrar el grupo, lo que se efectuará formalmente en Montevideo, en el 5° Simposio.

Los objetivos de los eventos mencionados son:

- Incrementar la relación entre las Fuerzas Armadas de los países de la región.
- Integrar en el nivel académico a los responsables e interesados en cuestiones estrategicomilitares de los países de la región.
- Facilitar el establecimiento de enlaces personales entre estudiosos de la estrategia militar.
- Compartir los conocimientos y experiencias entre los distintos integrantes del quehacer estratégico regional.
- Obtener una mayor comprensión de los problemas estratégicos de cada país.
- Desarrollar cursos, estudios e investigación estratégica militar.
- Otros objetivos que surgirán como consecuencia de las reuniones y enlaces futuros. ■

01 01

9109160

Nº ENTRADA
TEMA: V Simposio de ESTUDIOS ESTRATEGICOS
PROCEDENCIA: La Hora Popular, La República, Mate Amargo, El País, La Mañana, Zero Hora
FECHA DE PRECEDENCIA: 02 al 16 06 91
VINCULACIONES: Simposio de FFAA con EE. AMERICANOS
NOTA
DIRIGIR
Nº FOLIO

"No recibí invitación", aseguró Alem García a LA HORA POPULAR

Molestia de Lacalle: sólo cuatro legisladores se hicieron presentes en evento del Club Naval

* V Simposio de Estudios Estratégicos contó con la presencia de los senadores Korzeniak y Santoro, y los diputados Andrade y Carámbula.
* Federico Bouza, Enrique Cadenas Boix, Raumar Jude, Heber Pinto y Alem García no asistieron.

● El presidente Luis Alberto Lacalle y las jerarquías militares manifestaron en forma reservada su molestia por la no concurrencia de la mayor parte de los legisladores blancos y colorados al V Simposio de Estudios Estratégicos que culminó formalmente en la mañana del pasado viernes.

El evento, que se realizó en los salones del Club Naval, contó con calificadas personalidades civiles y militares de los cuatro países signatarios del tratado del Mercosur, debatiendo durante cuatro días acerca del rol de las FFAA y sus desafíos, así como sobre la importancia estratégica de las fuentes de energía en el marco de la integración subregional.

Pese a la invitación cursada a las comisiones de Defensa de ambas cámaras legislativas, solamente se hicieron presentes el senador José Korzeniak (FA-PS) y los diputados Gonzalo Carámbula (FA-PCU) y Néstor Andrade (PN-Herrerismo). Sobre la finalización del simposio se advirtió también la presencia del senador oficialista Walter Santoro, lo que fue interpretado por algunos como una posible consecuencia del llamado de atención efectuado por el Presidente de la República. Lacalle, que asistió a la inauguración del simposio, donde hiciera uso de la palabra el ministro de Defensa Nacional, Mariano Brito, advirtió que en la oportunidad sólo estaban presentes Korzeniak, Andrade y Carámbula. "Tendrán cosas más importantes que hacer", comentó un alto oficial uruguayo concurrente al Club Naval.

A la falta con aviso del diputado pachequista Heber Pinto, se sumó la de su colega rochano Alem García, y la de los senadores Enrique Cadenas Boix (herrerista), Federico Bouza (Batllismo Radical) y Raumar Jude (UCB).

Consultado por LA HORA POPULAR, el diputado Alem García manifestó su sorpresa por el hecho de no haber recibido ningún tipo de invitación formal para concurrir al simposio, admitiendo haber sido enterado por la prensa de que el evento contaría con la presencia de los miembros de las comisiones de Defensa del Poder Legislativo.

El V Simposio de Estudios Estratégicos se inauguró el pasado lunes, clausurándose con un acto formal en la mañana del viernes. Durante su transcurso, las delegaciones de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay dieron lectura a distintas ponencias referidas a los temas que figuraban en la agenda del encuentro.

Las delegaciones militares estuvieron encabezadas por oficiales generales, a saber: el general Mario Aguerrondo por Uruguay; el general brigadier Eduardo Allende, jefe del Estado Mayor, por Paraguay; el general Gualter Veras Junios, vicejefe de Estado Mayor de las FFAA, por Brasil; y el contralmirante José Heredia, jefe de Planeamiento del Estado Mayor Conjunto de Argentina.

El senador José Korzeniak y el diputado Gonzalo Carámbula entendiendo el Mercosur militar.

partes para

01.26 9109161

El MerCoSur hambrea, el MerCoMili quiere "disuadir"

Ahora el "enemigo" de las

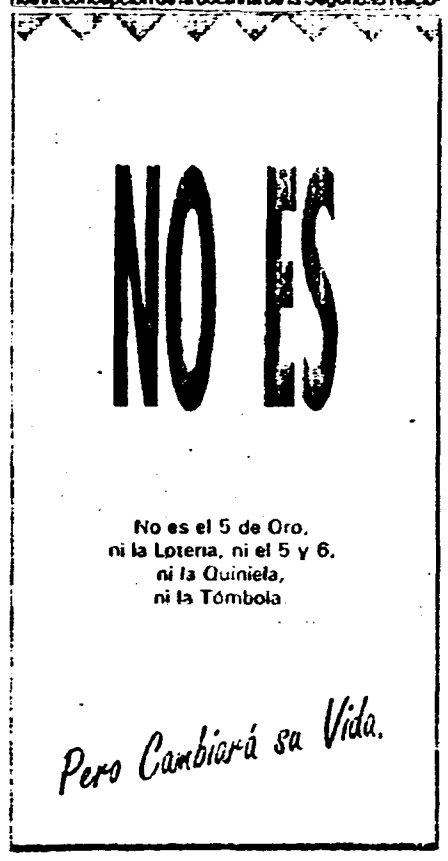
Los militares del Cono Sur analizaron en Montevideo, la semana pasada, las hipótesis de conflicto más probables en Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay. Según sus conclusiones, el terrorismo sigue siendo el "enemigo" más probable, por lo que los militares se aprestan a intervenir en los asuntos internos de sus países. Eso sí, dejaron en claro que lo harán siempre dentro de la ley. Como por otra parte la subversión está en "crisis ideológica", los militares descorren el velo de sus verdaderas intenciones: su misión consistirá en "disuadir" a los pueblos ante los conflictos sociales originados por las políticas económicas en curso.

La voz de alerta lanzada por el general Víctor Licandro (véase Mate Amargo Nº 119) tenía su razón de ser: la integración económica regional ha abierto el camino para una integración regional paralela, no necesariamente adscripta al MerCoSur, que podría instalar, en un plano superior, y lo que es peor, legalizado, la *vieja* coordinación represiva de los ejércitos de cuatro países: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

El Quinto Simposio de Estudios Estratégicos, que tuvo lugar en el Club Naval, mostró a los delegados de las Fuerzas Armadas de esos cuatro países en el ensayo general de una nueva postura, abierta al diálogo, contemporizadora, y profundamente sumisa a las autoridades civiles, en definitiva, con un atractivo disfraz de cordero: ponencias de alto nivel, presencia de políticos y asistencia de la prensa. Es una verdadera innovación respecto de los cuatro anteriores simposios, que, como la mayoría de las conferencias militares, pasaron inadvertidos y se desarrollaron en reserva.

Sin embargo, la apertura no llega a tanto. Los militares no están, todavía, al nivel de los Parlamentos, que pueden discutir todo en público; o de los partidos políticos, que analizan frente a la prensa sus propias, y a veces ásperas, contradicciones. Los militares del Simposio se reservaron dos días de deliberaciones, en Piriápolis, a puertas cerradas, para una evaluación de las conclusiones. Las actas de esas conclusiones, unas treinta carillas, no fueron entregadas ni a la prensa ni a los representantes de los partidos políticos que hicieron coro a lo menos sustancial.

El detalle no es menor, porque desde la Conferencia de Ejércitos Americanos, realizada en Mar del Plata en 1987, cuyas resoluciones pusieron en marcha una nueva concepción de la doctrina de la Seguridad Nacional, los ejércitos del continente han venido suscribiendo acuerdos que configuran una verdadera diplomacia paralela. Esos acuerdos constituyen compromisos de acción, pero en ningún caso han sido ratificados por los Parlamentos, ni siquiera fueron considerados, porque las autoridades militares apelaron al secreto profesional y a razones de seguridad para no dar a conocer sus contenidos.



Un marco legal para la intervención interna

El punto fundamental de esa diplomacia es la acción coordinada de las respectivas Fuerzas Armadas para obtener de los poderes civiles un marco legal que ampare su intervención en las diferentes hipótesis de conflicto. Si los poderes civiles ratifican, mediante leyes, decretos o disposiciones (como las que se incluyeron en el Presupuesto uruguayo), ese marco legal, entonces ya no habrá necesidad de que los militares hagan demostraciones de fuerza o actúen de hecho. "Dentro de la ley, todo; fuera de ella, nada", fue una consigna de Mar del Plata; y, desde entonces, la ofensiva militar ha incursionado en el resbaloso terreno de la política. Una prueba de que se desempeñan bien en ese campo de batalla es precisamente este Quinto Simposio sobre Estrategia.

El objetivo de lograr un marco legal para la nueva doctrina de la Seguridad Nacional parte de la premisa de que ésta debe afirmarse sobre nuevas bases, pero sin nombrarla. Como la doctrina tiene un base real de sustentación –no es un mero capricho teórico–, los comandos, los estados mayores, han centrado su esfuerzo en incorporar a los textos legales y al lenguaje común el concepto que la engloba: la hipótesis de conflictos de baja intensidad.

Este concepto enmascara el verdadero propósito; esto es, sancionar el papel que las Fuerzas Armadas se atribuyen en los asuntos internos de cada país. Pero, además, la formulación de la estrategia de baja intensidad incorpora otro elemento, que estuvo ya presente en Mar del Plata: la necesidad de que los ejércitos actúen coordinadamente y operen en forma conjunta, delineando al continente latinoamericano como el escenario de lucha, por encima de las fronteras.

Todos estos elementos –marco legal, conflicto de baja intensidad, coordinación, integración– estuvieron presentes en el simposio del Club Naval, y particularmente en Piriápolis. Lo interesante es que los planteos, que en Mar del Plata se hicieron en secreto, ahora tuvieron un carácter más abierto.

Aunque los acuerdos que obtengan a los distintos ejércitos siguen bajo reserva, el hecho de que los oficiales de Estado Mayor aventuren abordar las cuestiones de su estrategia más o menos en público estaría señalando que, desde el '87 hasta hoy, han cosechado en los gobiernos civiles una buena disposición para secundar sus planes.

La "coincidencia" militar sí es firme

Si bien los asuntos relativos a la coordinación y a la integración no estuvieron explícitamente planteados en el Simposio, los alarmantes alcances de algunas afirmaciones y conceptos, vertidos a propósito de las otras dos cuestiones (la legalidad, y la estrategia de baja intensidad) revelan que en el plano de la acción coordinada los militares de la región han adelantado hasta lograr una firme coincidencia.

Respecto de la legalidad, todos los participantes coincidieron en que se han acabado los tiempos de los golpes de Estado. Llegaron a afirmar que bajo ninguna circunstancia se va a caer en la tentación de asumir directamente el gobierno, y que el objetivo es el de someterse a los poderes democráticamente elegidos. Por ejemplo: el general paraguayo Darío Antonio Franco Flores sostuvo que las intervenciones de las Fuerzas Armadas *"deben hacerse estrictamente dentro de los cánones que acuerdan las Constituciones Nacionales"*, y el brasileño Luis Carlos de Albuquerque leyó un documento que se pronuncia por *"la definición constitucional de formas límites dentro de los cuales los militares pueden y deben usar la fuerza."*.

Sin embargo, todos coincidieron en la necesidad de que las intervenciones militares en asuntos internos deben contar con la legitimación de los poderes públicos. Y no se esconde el cangrejo, porque en el Simposio se partió de la premisa de que los poderes públicos pudieran negarse a consagrar legalmente el papel de los militares como fuerzas de ocupación interna. ¿Qué conclusión se debe extraer? ¿Que los militares, en un plano supranacional, están presionando a los gobiernos civiles para que les legalicen esas funciones, vistas en una doctrina de la Seguridad Nacional? ¿O, por el contrario, se expresan así porque ya cuentan con una aceptación civil a la participación militar en asuntos internos?

Lo que ha pasado recientemente en Argentina y en Uruguay indica que los poderes civiles ya se han plegado a esa concepción de la "baja intensidad". En nuestro país la aceptación se produjo por vías vergonzantes, incluyendo de contrabando algunos conceptos que tienen que ver con el *"rol de las Fuerzas Armadas"* en el proyecto de Presupuesto. Todavía no se ha dado el necesario debate sobre el papel que deben cumplir los militares, y cuáles son los límites a su acción, pero de hecho el poder civil aceptó sus demandas cuando otorgó los dineros necesarios para realizar esas tareas.

Las "hipótesis de conflicto"

Puesto que era irrelevante discutir si los ejércitos deben o no intervenir en conflictos internos, los delegados al simposio incursionaron sobre las *"probabilidades de conflicto"* en la región. Dieron por hecho que pueden participar en asuntos internos y entonces ilustraron a los invitados civiles sobre cuáles son los peligros más inminentes.

En este campo, la premisa fue que los conflictos internos en cada país son expresión de los problemas generales de la región. El narcotráfico y el terrorismo tienen una dimensión y un valor continentales, sin límites nacionales.

Con el nuevo léxico que está imponiendo el Pentágono, los militares del MerCoSur abundaron sobre los "peligros". En materia de guerrilla y "terrorismo", los

El apoyo ministerial

Las declaraciones del Ministro de Defensa Mariano Brito, asediado por la prensa con motivo del encuentro de militares del Cono Sur, demostraron hasta qué punto el poder civil está dispuesto a secundar al poder militar en sus objetivos de remodelar la doctrina de la Seguridad Nacional. Por más que se revistan de una nueva fraseología, en el Simposio quedó claro que los militares se aprestan para intervenir en conflictos internos. ¿Cree el Ministro que hay posibilidades de resurgimiento de la subversión? le preguntaron. Y el Ministro respondió algo así como: *"La posibilidad siempre existe, pero no creo que sea posible. Posible es siempre, pero por ahora no lo veo posible"*. Para salir del enredo, Brito añadió: *"Lo que se trata es de que las Fuerzas Armadas estén en capacidad de disuadir"*. Y así introdujo en el léxico oficial la nueva y ominosa palabrita.

PACTES POCO LEGIBLES

02

9109161

1

FFAA es la gente insumisa

Militares y políticos otra vez en el Club Naval, pero ahora es otra la "disuasión"

militares se saltearon una contradicción: según el coronel retirado uruguayo Amílcar Tribochi, *"los extremistas se han quedado sin base dogmática, a raíz de la crisis de identidad ideológica de estos movimientos"*. La posibilidad muy remota de que resurjan guerrillas fue un punto en el que coincidieron los disertantes, no obstante lo cual se consigna que los ejércitos deben estar preparados para esa eventualidad.

¿Cómo abordó entonces el Simposio la contradicción entre la improbabilidad de un resurgimiento del *"terrorismo"* y la exigencia de que los ejércitos actúen en conflictos internos? Dicho de otro modo: ¿a qué conflictos se refieren si se cree que las guerras irregulares son muy improbables?

En este estadio de los vericuetos del pensamiento castrense apareció una nueva palabra, una palabra que se deslizó como al pasar y que sin embargo encierra todas las amenazas que se pueden esperar de mandos militares que no parecen haber modificado su modo de pensar desde que ahogaron en sangre nuestros países, con torturados, muertos y desaparecidos. Esa nueva palabra, a la que tendremos que acostumbrarnos, y para la que tendremos, seguramente, numerosos contenidos alternativos, es *"disuasión"*.

Según nos anuncian los militares del MerCoSur, el papel principal de los militares en nuestras sociedades es actuar en forma *"disuasiva"* para evitar conflictos de mayor envergadura. Una cosa es combatir y otra cosa es disuadir.

La pregunta entonces es: ¿a quiénes van a disuadir los militares? No a los guerrilleros, a los que deberían combatir y que es muy probable, insistieron, no vuelvan a aparecer en lo inmediato y en lo mediato.

¿A quién quieren "disuadir"?

La respuesta está cantada: los ejércitos se preparan –y así elaboran en simposios estrategias comunes– para disuadir al pueblo de acentuar los conflictos sociales que pueden derivar en *"peligros para la paz interna"*. Es ni más ni menos que la estrategia de los conflictos de baja intensidad, que en la versión inglesa no anda con tantos rodeos y establece que en todo conflicto social está latente el surgimiento de una guerrilla; de modo que, actuando en los estadios tempranos de las guerras de baja intensidad, se evitará pasar a planos de confrontación más tradicionales –y más costosos– como las guerras irregulares.

Fue nuevamente el brigadier general Franco el más explícito: *"Hoy en día las amenazas pueden provenir de grupos que intentan adueñarse del poder a través de acciones político militares limitadas o levantamientos."*

No es un atrevimiento pensar que los militares del MerCoSur trabajan sobre la hipótesis de que grandes descontentos sociales pueden provocar una circunstancia en que se produzca un *"alzamiento"*. Eso para los militares es subversión, por más que, al menos en este Simposio, no hayan analizado las causas que promueven tales descontentos. Aparentemente, los militares no consideran oportuno señalar que son las políticas recesivas, las privatizaciones estatales, los paquetes fiscales, las reformas de la seguridad social o los reordenamientos impositivos, los que provocan desocupación, hambre, carestía, e inevitablemente descontento.

De modo que la subversión latente no proviene del lado de grupos marxistas *"en crisis de identidad"*, sino de las organizaciones sociales que se oponen a las políticas económicas de estos gobiernos democráticos. Y para intervenir en los conflictos sociales internos es que los uniformados proponen prepararse. Visto en esta perspectiva, es razonable suponer que los gobiernos no se opondrán a las funciones que quieren cumplir los militares, y que otorgarán, gustosos, el marco legal para su acción.

Sólo la delegación brasileña introdujo un elemento nuevo: se refirió a la política de Estados Unidos en materia de deuda externa como factor que provoca conflictos en los cuales los ejércitos deberán intervenir, *"conflictos endémicos en nuestras sociedades de países en vías de desarrollo"*. El documento elaborado por la delegación brasileña añade: *"Cuando los esfuerzos realizados por países de América del Sur, en el sentido de desenvolver y dominar una tecnología propia en el sector de armamentos, son identificados por naciones del primer mundo como una amenaza a sus intereses nacionales, queda claro que estas naciones no admiten convivir con una postura soberana capaz de dotar a nuestros países de poder disuasivo independiente, aptos para respaldar decisiones políticas que eventualmente contraríen aquellos intereses"*. La posición brasileña introduce firmemente el elemento de soberanía nacional frente a los dictados norteamericanos. Seguramente los colegas argentinos, paraguayos y uruguayos habrán meditado largamente, ante la implícita acusación de sumisos. Pero queda claro que esa soberanía que reclaman los brasileños no implica renunciar a la *"disuasión"* ni menoscabar el *"derecho"* a intervenir en asuntos internos.

Como es difícil argumentar que existe un complot de la subversión internacional para justificar la acción común (precisamente porque se afirma que el marxismo está en crisis), el famoso *"enemigo"* que prestaba cualquier barbaridad, desde el golpe de Estado hasta la intervención extranjera, se ha desinflado. Hay que buscar, entonces, otro *"peligro"*, otra *"amenaza"* que sustente los objetivos. Como no podía ser de otra manera, nuestros militares del MerCoSur secundan la valoración norteamericana sobre el narcotráfico.

El Simposio definió al narcotráfico como el enemigo común al que probablemente deberán enfrentar las Fuerzas Armadas. El narcotráfico tiene la ventaja de que aparece como una fuerza desplegada por todo el continente –al igual que *"la subversión"*– pero tiene el inconveniente de que aparece cada vez más asociado a los grupos de poder y no a las organizaciones sociales capaces de provocar el *"alzamiento"*. Como además el *"narcoterrorismo"* se desarrolla simultáneamente con el *"terrorismo"*, este *"enemigo"* capaz de sustentar la acción militar común tienen algunos flancos débiles: sería imperdonable que los militares arremetieran contra los bancos y los financistas que facilitan el lavado de los narcodólares. De modo que, en la ambigüedad de las conclusiones, el narcotráfico todavía no suplantó a la subversión como soporte de los propósitos castrenses.

No es necesario, de todas formas, hacer que el discurso calce perfectamente con la realidad. Por ahora ya es mucho que ese discurso se difunda abiertamente. Y en la medida en que se difunda se lograrán los objetivos inmediatos, es decir, las partidas presupuestales que los gobiernos deben conceder para la modernización y la adecuación de los ejércitos a sus tareas seculares, ahora santificadas con un marco legal.

¿QUÉ ES?

Es el Bono Donación del Frente Amplio. Una apuesta segura. Porque con el futuro, no se juega. Apoye la campaña hacia el Congreso de agosto y gane desde un TV color hasta un MONZA cero Kilómetro.

CAMPAÑA FINANCIERA 1991
FRENTE AMPLIO
TODO PARA GANAR

Doc. poco legible

03

9109161

LA HORA POP.
16/6/91

Unánime postura en torno al rol de las FFAA

Toda intervención militar tendrá que ser legitimada por la Constitución

"Será cada vez menos probable" un rebrote guerrillero ya que "los extremismos se han quedado sin base dogmática", predijo el coronel (r) Amílcar Tiribochi, integrante de la delegación compatriota durante la jornada del Simposio de Estudios Estratégicos celebrada el martes.

El militar sostuvo que, en todo caso, esa "hipótesis de conflicto" debía continuarse manejando, al tiempo que destacó el problema del "narcoterrorismo". Indicó también que para el combate de estos fenómenos, ante una eventual "poco efectividad de la Policía", las Fuerzas Armadas tendrían que ver "legitimada" su acción.

En igual sentido se expresó Rosendo Fraga, experto argentino en cuestiones castrenses, quien señaló que en caso de "misiones coyunturales, circunstanciales y secundarias", como "la lucha contra el narcotráfico, la represión de eventuales rebrotes guerrilleros", y "la intervención frente a disturbios sociales", estas deberían ser impuestas por el "poder político".

El brigadier general paraguayo Darío Antonio Franco Flores expresó, por su parte, que "hoy día las amenazas pueden provenir de grupos que intentan adueñarse del poder a través de acciones policíaco-militares limitadas", o "del narcotráfico, con frecuencia ligado al terrorismo". Agregó que "es para hacer frente a esas amenazas que deben prepararse las Fuerzas Armadas", enfatizándose que esto debería darse "dentro de los cánones que les acuerdan las constituciones nacionales y de las leyes nacionales que regimentan los mismos".

Finalmente, el profesor de la Escuela Superior de Guerra de Brasil, Luis Carlos Albuquerque, quien advirtió que "lo económico y lo social están presentes con tal impacto que no tiene cómo dejar de involucrar lo político y, en su justa medida, lo militar".

04

9109161

El narcotráfico no "preocupa" hoy a las FFAA, afirmó el general que comanda el actual Esmaco

El El general del Ejército al frente del organismo coordinador de las tres armas militares en nuestro país, aseguró anoche a **LA REPUBLICA** que para la institución el enfrentamiento al narcotráfico "no es en este momento nuestra preocupación".

Mario Aguerrondo, hijo de uno de los generales considerado modelo por toda una generación de militares que tuvo acentuado protagonismo en los '70, afirmó que el objetivo principal de las FFAA está fijado en la Constitución del país y pasa por la "integridad" y la "soberanía de la nación".

Dijo que la institución "tiene que estar capacitada por si hay algún rebrote subversivo, que parecería, todo indica que se va alejando, pero no se puede descartar de ninguna manera".

Aguerrondo, un general ascendido el año pasado, glosó las palabras del presidente Luis Alberto Lacalle quien dijo "que en caso de un rebrote subversivo quiero unas fuerzas armadas que actúen rápidamente y de forma eficaz".

El jerarca militar que una década atrás fue titular del Departamento 2 del Estado Mayor del Ejército, que corresponde al área inteligencia, abordado anoche por **LA REPUBLICA** a poco de ser investido el nuevo subsecretario de Defensa, afirmó que "los resultados del Simposio de Estrategia han sido muy buenos (ver páginas 6 y 7).

Confirmando lo anunciado ayer por **LA REPUBLICA** indicó que el próximo Simposio se desarrollará en Paraguay, en caso de que sus autoridades puedan hacerse cargo de su organización o, de lo contrario en cuestión de acentuaciones.

Aguerrondo dijo que lo que hizo Tiribocchi fue decir que "el terrorismo está perdiendo en este momento apoyo exterior", lo que "es cierto", y por otro lado, que "el narcotráfico está en ascenso".

La República
15/Jun/91

declaraciones de Lidera

05

9109161

EL PAÍS 15/6/91

MERCOSUR en Simposio de Estudios Estratégicos

Aguerrondo Admitió Posibilidad de un "Rebrote del Terrorismo"

La posibilidad de un rebrote terrorista "existe", admitió ayer el Jefe del Estado Mayor del Ejército, General Mario Aguerrondo, al finalizar el V Simposio de Estudios Estratégicos a nivel regional, que se celebró de lunes a viernes en el Club Naval, con participación de delegaciones militares de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Aguerrondo precisó que no se trata de "una posibilidad inmediata", más bien "decreciente", y posteriormente, el Ministro de Defensa Nacional, Mariano Brito, explicó que deben diferenciarse las hipótesis de "posibilidad" de las de "probabilidad".

En caso de una agresión de tipo convencional, que siempre es posible pero en este momento altamente improbable, "operarían los medios que la Constitución y la ley invisten al Poder Ejecutivo para que se superara la guerra convencional, volviendo a la paz y logrando defender al país", dijo Brito.

Y también "si se produjera la subversión, operarían los medios que la Constitución habilita al Poder Ejecutivo para ponerle fin".

En la década de los años '60 se sucedieron en el país múltiples actos terroristas, procedentes especialmente de organizaciones de extrema izquierda, que se transformaron en los '70 en una virtual "guerra interna" en la que tomaron parte las fuerzas armadas.

SIMPOSIO: TRES TEMAS

Tres grandes aspectos fueron tratados en el V Simposio de Estudios Estratégicos, realizado en el Club Naval con la participación de las Fuerzas Armadas de Uruguay, Paraguay, Argentina y Brasil. Estos fueron la conservación de los recursos en el Atlántico Sur; el rol de las Fuerzas Armadas de cara al año 2000; y la interconexión hidroeléctrica en el marco de la integración, los que a grandes rasgos merecieron las ponencias de los cuatro países. Las preguntas que los asistentes realizaron a los exposi-

(Continúa en la página 19)

Planteo de Aguerrondo

(Viene de página 9)

tores, y en definitiva, el tratamiento de tres grandes áreas que las Fuerzas Armadas, hoy por hoy, se plantean y discuten vivamente en sus cuadros internos.

AGUERRONDO: MERCOSUR Y NUEVOS PLANTEOS

La clausura del acontecimiento, a cargo del Jefe del Estado Mayor Conjunto, General Mario Aguerrondo, aludió a la importancia de éste, los anteriores y los siguientes Simposios donde las Fuerzas Armadas encaren temas de importancia primordial de sus quehaceres en la vida nacional. Destacó el papel del MERCOSUR, diciendo textualmente en su discurso: "La reciente puesta en marcha del MERCOSUR, otorga al Simposio de Estudios Estratégicos una vigencia reafirmada, ya que la integración futura de economías, aspectos sociales y políticos, generarán indudablemente nuevos planteos de características estratégico militar que en campo académico deberán ser estudiados y solucionados, contribuyendo de esta manera a complementar las diferentes acciones que se toman en otras áreas del componente nacional".

Asimismo, Aguerrondo señaló en otro pasaje de su breve discurso: "Los temas impuestos en este Simposio de Montevideo, reseñan claramente la preocupación gravitante de las Fuerzas Armadas de estos cuatro países por los problemas de índole superior que existen, por aquellos que se incorporan y también por los que se preven".

9109161

incorporando al tema "nuevas ópticas y perfiles"

"Riesgo" de imprevisibles postergan análisis estratégicos

Servicios de Inteligencia no tienen "la más mínima señal" de actividades subversivas

Ministro de Defensa aseguró que movilizaciones sindicales no preocupan a las Fuerzas Armadas

El ministro de Defensa Nacional Mariano Brito, sostuvo que la problemática del narcotráfico "trasciende el ámbito militar", puesto que atañe a la sociedad toda. En cuanto a la eventualidad de un rebrote subversivo en el país, aseveró que los Servicios de Información del Ministerio no le han informado de "la más mínima señal" en tal sentido.

Con respecto a la normativa proyectada para profesionalizar a las Fuerzas Armadas, el secretario de Estado opinó que no puede hablarse de "incentivos para el retiro", sino más bien de medios tendientes a que los militares pueden desarrollar mejor su carrera. No obstante, reconoció que ese emprendimiento deberá pasar por una racionalización que facilite el logro de los objetivos perseguidos. Dichas innovaciones estarán contenidas en la próxima Rendición de Cuentas.

NARCOTRAFICO TRASCIENDE AMBITO MILITAR

Consultado por LA REPUBLICA sobre la gravitación que adquiere la problemática del narcotráfico, de cara a la integración del Mercosur, señaló que constituye un problema que "trasciende el ámbito militar; es un tema que interesa a la sociedad toda (...) y por lo tanto también a las Fuerzas Armadas".

En esa línea argumental, expuso que "también nos preocupan otras patologías de la salud física, mental, espiritual".

Acerca del tema comunicaciones, Brito apuntó que "el consenso básico resulta de que hay lineamientos que tienen base constitucional y legal; de manera que el consenso está allí. Lo que hay que hacer es desarrollar eso, respetando lo que está determinado en la Constitución".

TERRORISMO Y SUBVERSION

Respondiendo sobre la preocupación que concita la temática del terrorismo, distinguió entre las hipótesis de posibilidasd y las de probabilidad. "Posibilidad, yo diría que sí", precisó, pero agregó que actualmente no hay probabilidad de que en Uruguay haya un rebrote terrorista.

Si la posibilidad se verificara, "entonces operarían los medios que la Constitución y la ley invisten al Poder Ejecutivo para que se superara la guerra convencional, volviendo a la paz y logrando defender al país, así como si se produjera la subversión se operarían los medios que la Constitución habilita para ponerle fin".

Paralelamente, distinguió las inquietudes y movilizaciones de sectores laborales de las "irregularidades" que podría desencadenar un brote insurreccional. En ese sentido explicó que los reclamos legales de los trabajadores "ni preocupan ni molestan, ni pueden de ninguna manera perturbar a las FF.AA., que por otra parte actúan sujetas a lo que dispongan los mandos en las definiciones políticas".

"La hipótesis de subversión está en otro terreno, no el terreno de la manifestación de derechos gremiales o preocupaciones laborales... Son cosas distintas", estableció.

En cuanto al tema, el ministro aclaró que los Servicios de Información de Defensa no le han informado "ni la más mínima señal que le indique que aquí estamos ante la posibilidad de un rebrote subversivo".

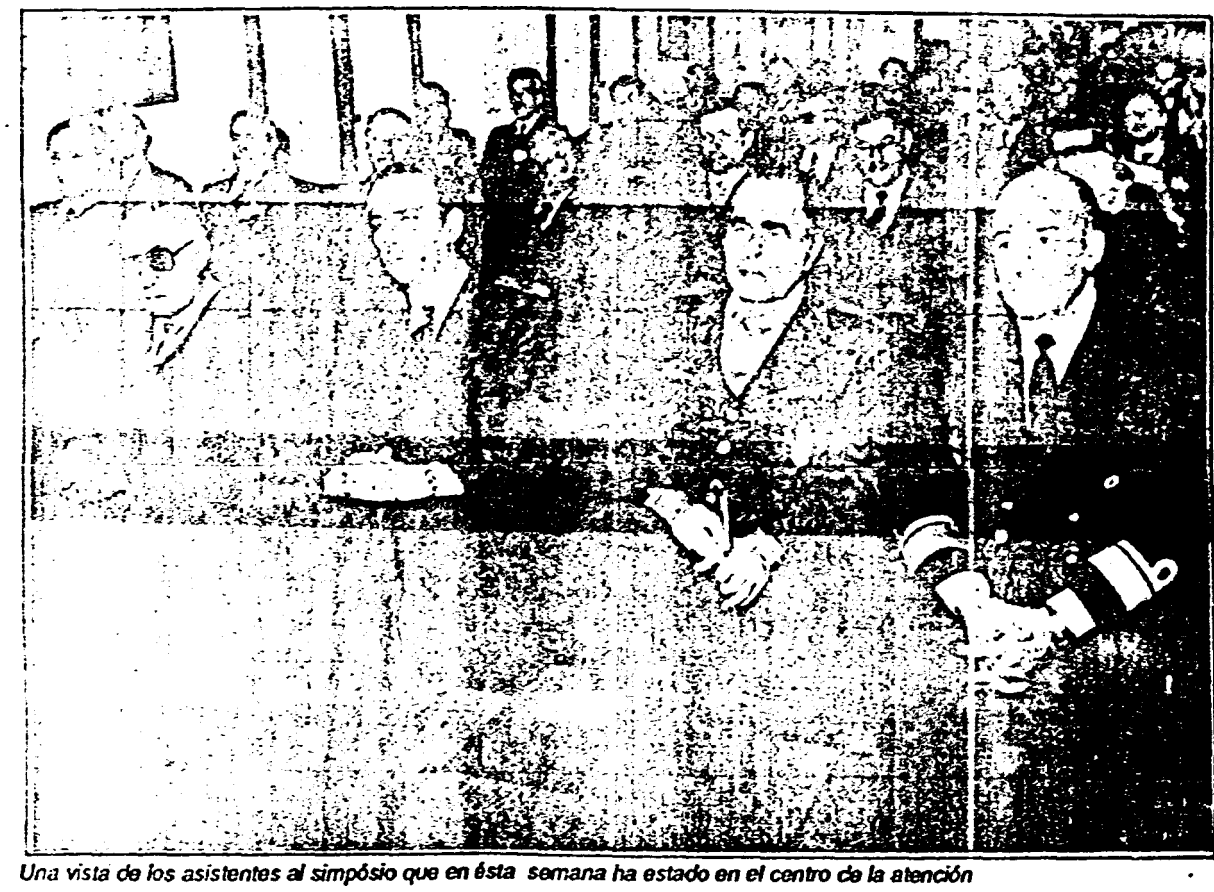
"ESTIMULOS" APUNTARAN A LA EXCELENCIA

Abordando el típico de los incentivos para el retiro de integrantes FF.AA., Mariano Brito puntualizó que las medidas proyectadas no se orientan al abandono de la función.

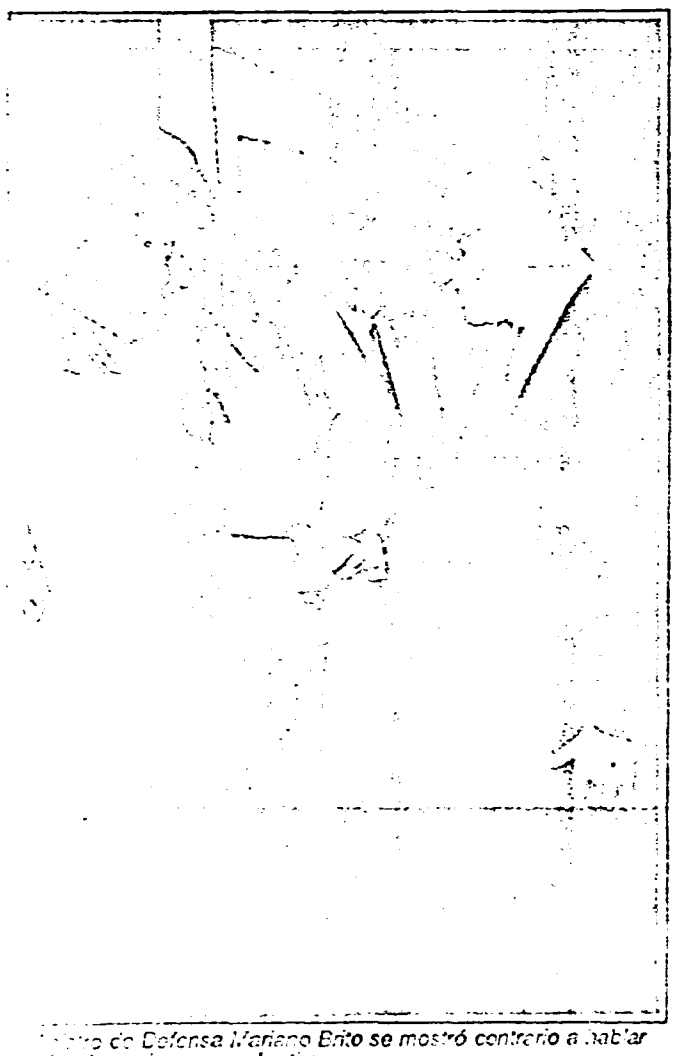
"La finalidad buscada es profesionalizar, asegurar, crear medios para que los militares puedan hacer una carrera que apunte a la excelencia", dijo.

Añadió que "si las condiciones numéricas se dan de tal manera que se hace imposible o se dificulta mucho la carrera hacia la excelencia, bueno: hagamos el esfuerzo por racionalizar (...)". Por estos argumentos se mostró contrario a hablar de "incentivos para el retiro", inclinándose por la expresión "estímulos para procurar poner un medio más -no el único, habrá otros- para hacer mejor la carrera profesional".

En consecuencia, a través de la Rendición de Cuentas se buscará "incorporar un conjunto de normas que se refieran precisamente a esto que se está llamando estímulos".



Una vista de los asistentes al simpósio que en ésta semana ha estado en el centro de la atención



Ministro de Defensa Mariano Brito se mostró contrario a hablar sobre incentivos para el retiro

9109161

Jefe del Esmaco dijo al cerrar el Simposio castrense que si así ocurre "irrumpirán" otros

General Aguerrondo advirtió sobre consecuencias si los militares

El general Mario Aguerrondo advirtió sobe el "riesgo" que implicaría una "falta de continuidad" de los análisis estratégicos militares, por cuanto se abriría "el espacio para que irrumpan en este escenario quienes reclamarán ser escuchados, incorporando al tema nuevas ópticas y perfiles". Lo hizo en el marco del discurso de clausura del V Simposio de Estrategia que reunió esta semana en el Club Naval, a delegaciones de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil, Paraguay y nuestro país. Su breve alocución prosiguió a la firma de las actas finales elaboradas al cabo de las evaluaciones efectuadas por dos días en Piriápolis, como lo reveló ayer LA REPÚBLICA. Tales documentos no fueron proporcionados a los medios de prensa presentes. Estuvo presente en la instancia el ministro de Defensa Nacional, doctor Mariano Brito, quien saludó uno por uno a los delegados de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil y Paraguay y nuestro país. Al finalizar el acto, muchos de los visitantes partieron de retorno a sus respectivos países, en tanto otros permanecieron por unas horas más en nuestro suelo y compartieron un almuerzo con sus pares uruguayos. Sólo un legislador concurrió al cierre del Simposio: el senador de la Unión Colorada y Batllista, Raumar Jude.

Jefe de Estado Mayor del Ejército general Mario Aguerrondo: el riesgo de una falta de continuidad

El jefe del Estado Mayor Conjunto de nuestro país, general Mario Aguerrondo -quien ha emprendido un viaje a España-, resaltó la jerarquía de los trabajos presentados. Consignó además que ese hecho "nos refuerza la confianza que tenemos en nuestra propia capacidad de estudio e interpretación de las diferentes situaciones que reclaman una solución". A continuación reproducimos textualmente el discurso pronunciado ayer de mañana por el jerarca castrense: "El V Simposio de Estudios Estratégicos concluye en el día de hoy.

Después de tres jornadas de valiosos intercambios de conocimiento, de apreciaciones de índole profesional brillantes y en definitiva de generosos aportes intelectuales por parte de las delegaciones, nos toca hoy dar por terminado este evento. Podemos afirmar sin temor a equivocarnos, que se han cumplido cabalmente las dos grandes líneas de objetivos que este Simposio persigue: hemos incorporado sin duda, nuevos y valiosos estudios, cuyas características estratégicas merecieron ser tenidas en cuenta como trabajos esenciales de asesoramiento para la decisión superior, en cada uno de aquellos temas que así lo reclamen. Y hemos estrechado ciertamente las relaciones entre nuestros Estados Mayores, reafirmando así, la extensa y sólida amistad que felizmente se opera desde hace mucho tiempo entre nuestras FF.AA..

Los temas impuestos en este Simposio de Montevideo, diseñan claramente, la preocupación gravitante de las FF.AA. de estos cuatro países, por los problemas de índole superior que existen, por aquellos que se incorporan y también por los que se prevén.

La brillante y generosa exposición de los trabajos, jerarquizan tal preocupación, la ubican como genuina y estoy seguro, que demuestran al mando superior, que la capacidad de análisis evidenciada junto a la acertada identificación de posibles soluciones, reafirman la vigencia de estos foros auténticamente profesionales, como los más válidos a la hora de plantear el asesoramiento.

Creemos que los trabajos aquí expuestos, hablan por sí solos en tal sentido, y nos refuerza la confianza que tenemos en nuestra propia capacidad de estudio e interpretación de las diferentes situaciones que reclaman una solución.

La falta de continuidad o un retardo en la inercia que debe ser marco en esta actividad intelectual, generará el espacio para que irrumpan en este escenario quienes reclamarán ser escuchados, incorporando al tema nuevas ópticas y perfiles, estableciéndose posiblemente, un riesgo de carácter tan innecesario como difícil de prever sus consecuencias.

La reciente puesta en marcha del [illegible] Estratégicos una vigencia reafirmada, ya que la integración futura de economías, aspectos sociales y políticos, generarán indudablemente nuevos planteos de características estratégico militar que en campo académico deberán ser estudiados y solucionadas, contribuyendo de esta manera a complementar las diferentes acciones que se toman en otras áreas del componente nacional. En la actitud de estrechar siempre un poco más nuestras muy buenas relaciones profesionales, hemos tratado de que las delegaciones extranjeras se sientan como en casa, poniendo a su disposición nuestros modestos medios que han funcionado correctamente tanto en el desarrollo del Simposio como en recibo de nuestros invitados. Hemos, en definitiva, tratado de responder con nuestras posibilidades a las múltiples atenciones que el ES.MA.CO. de la República Oriental del Uruguay ha recibido oportunamente en los otros países. Finalmente, desearía dar las gracias a quienes hacen posible que esta reunión alcanzara normalmente los objetivos auto-establecidos. Y con riesgo a que se produzca el inevitable olvido que ocurre en estos casos deseo agradecer a quienes con su presencia dieron brillo al acto, desde el señor Presidente, el señor ministro de Defensa Nacional y los comandantes en jefe, señores legisladores y la prensa de nuestro país, y los diversos asistentes a las diferentes etapas, que con su fresco interés jerarquizan la actividad. Al apoyo logístico del Club Naval y de los Comandos de Ejército, Armada y Fuerza Aérea, y finalmente a las delegaciones, verdaderos actores y protagonistas del V Simposio, quienes por la calidad de las exposiciones y análisis posteriores, nos evidenciaron la preparada dedicación profesional, y nos redobla la fe para encuentros futuros. Para terminar deseo expresar a las delegaciones que hoy se retiran de nuestro país, que en nombre de la delegación uruguaya y el personal del ES.MA.CO., R. O. U. les deseamos el más feliz de los retornos, esperando vemos en un año. O Dios quiere, en un acontecimiento intelectual de estas mismas características.

"Los nuevos oficiales están tomando conciencia del lugar que tienen" en la vida del país

El general del Ejército indicó que no hay indicios de un rebrote subversivo pero "la posibilidad existe"

Las diferencias en cuanto a la comodidad que sientan las Fuerzas Armadas en esta administración de gobierno, con relación a la anterior, "es una cuestión de ubicación", consignó el jefe del Estado Mayor Conjunto.

El general Mario Aguerrondo, a siete años de la redemocratización del país, optó por no aventurar juicios en cuanto a la posibilidad de que el Frente Amplio llegue al poder en 1994.

Contestando a LA REPUBLICA sobre las distintas circunstancias que pautaron el relacionamiento del gobierno colorado con las FF.AA., y las que hoy se aprecian con la administración blanca, el jerarca militar dijo: "Es todo una cuestión de ubicación, me parece, en el tiempo".

Tras recordar que se recibió de oficial en 1958, en plena democracia, apuntó que luego participó del proceso de facto.

"Llegado un tiempo, se retomó por el camino democrático y hoy llevamos casi siete años. Yo creo que eso es cuestión de ubicarse y de saber que se está cumpliendo siempre con la misión", agregó. A continuación, estimó que "los nuevos oficiales están tomando conciencia del lugar que tienen en la vida de la República". Por consiguiente, se manifestó confiado en que "las FF.AA. se van a sentir muy cómodas".

Al ser requerido sobre la eventualidad de que el Frente Amplio accediera al gobierno tras las próximas elecciones,

Aguerrondo atinó a responder: "Mire, estamos en el '91; en el '94 no sé si voy a estar vivo o voy a estar en el Hospital Militar. Por ahora no me haga esa pregunta. Y por lo demás, no puedo responder"

CAPACIDAD DE RESPUESTA

Las Fuerzas Armadas de nuestro país tienen la capacidad necesaria para contrarrestar un eventual rebrote subversivo, en opinión del jefe del Estado Mayor Conjunto. "Yo me atrevo a decir que sí", respondió ante un requerimiento al respecto.

Haciendo referencia a nuestro país, Aguerrondo señaló que no existen indicios de ninguna suerte de rebrote subversivo, aunque aclaró que "la posibilidad existe".

Tras efectuar una evaluación sumamente positiva del V Simposio de Estrategia Militar, estimó que la apertura a los medios periodísticos no implica ningún cambio de actitud. "Yo creo que se ha seguido la línea general", observó, acotando que la presencia de legisladores de distintos partidos políticos respondió a la invitación que los organizadores cursaran a las comisiones de Defensa Nacional de ambas ramas parlamentarias.

NO PUEDE HABER SOBREDIMENSIONAMIENTO

Preguntado sobre los gastos que originan las FF.AA. para el Estado uruguayo, Aguerrondo deslindó dos pensamientos. El primero se orientó a afirmar que "no puede haber unas Fuerzas Armadas sobredimensionadas en un país pequeño".

En segundo lugar, asentó que "tienen que cumplir con su misión porque el contribuyente está aportando permanentemente para que sean eficientes.

Y para que sean eficientes, tienen que tener los medios y el personal necesarios".

En cuanto a una eventual disminución del número de efectivos, juzgó que debe contarse con el "asesoramiento de las Fuerzas Armadas". Así tendría que procederse a una evaluación general y a efectuar un "replanteo de la misión" a cumplir.

"No creo que sea conveniente decir que deben ser tantos (los efectivos) o que deben ser menos. Eso se está estudiando y estoy seguro que a corto plazo se va a llegar a un resultado bueno", expuso.

Finalmente confirmó la constante preocupación de las FF.AA. sobre el tema salarial, apuntando que el militar es un funcionario "full time" y -sin embargo- "a la hora de las retribuciones se está viviendo un momento difícil, que seguramente se va a solucionar en el futuro".

"¿Estado no será marxista?"

Una pregunta formulada por LA REPUBLICA al general Aguerrondo quedó sin respuesta, mas la réplica resultó por demás sorpresiva.

El periodista pretendió conocer cómo ven las Fuerzas Armadas el proceso seguido por el marxismo. Antes de [illegible] el trabajador, el entrevistado adelantó que no [illegible] argumentos que -por haberlos manifestado [illegible] no [illegible] mención.

Sin embargo, [illegible] interpelado [illegible] interpelante cuando inquirió a [illegible] ¿No será [illegible]

PACTES POCO REFIQUES

9109161

Satisfacción uruguaya por el simposio militar

General Aguerrondo: "Hemos cumplido", dijo

Señaló avances en materia de estudios estratégicos

"Hemos cumplido con las dos grandes metas que tenía este simposio", destacó el General Mario Aguerrondo al término del encuentro internacional: "Proseguir con los estudios de carácter estratégico, que ayuden a los gobiernos a tener otra visión sobre algunos temas que merecen que las FFAA los traten, y por otro lado -agregó- fortalecer la amistad entre las FFAA de los distintos países".

LA hipótesis del rebrote del terrorismo "como posibilidad, existe" afirmó el General, citando luego al Presidente Lacalle en relación al tipo de FFAA que se precisan: "Tienen que tener la capacidad de respuesta para aniquilar cualquier rebrote terrorista, y dedicarse a desarrollar su capacidad en la guerra convencional".

"Sin ser inmediata, la posibilidad existe" dijo, aunque destacó que "no tenemos indicios de que así esté ocurriendo".

En su discurso de cierre del encuentro militar, el General Aguerrondo afirmó que "los temas impuestos en este simposio diseñan claramente la preocupación gravitante de las FFAA de estos cuatro países por los problemas de índole superior que existen, por aquellos que se incorporan y también por los que se prevén".

Destacando el nivel de las exposiciones, agregó que "nos refuerzan la confianza en nuestra propia capacidad de estudio e interpretación de las diferentes situaciones que reclaman una solución".

La inminencia de la integración regional estuvo también en el cierre de las actividades: "La reciente puesta en marcha del MERCOSUR otorga al Simposio de Estudios Estratégicos una vigencia reafirmada, ya que la integración futura de las economías, aspectos sociales y políticos, generarán indudablemente nuevos planteos de características estratégicas militares que, en el campo de lo académico, deberán ser estudiadas y solucionadas, contribuyendo de esta manera a complementar las diferentes acciones que se tomen en otras áreas del componente nacional".

La apertura a la prensa del simposio "no implica ningún cambio de actitud de las FFAA, sino que se ha seguido la línea general; siempre estamos abiertos", destacó Aguerrondo en rueda de periodistas posteriormente.

El titular del Estado Mayor Conjunto del Uruguay explicó las posiciones que se encuentran respecto a las instituciones castrenses, señalando que "hay dos pensamientos. No puede haber unas FFAA sobredimensionadas en un país pequeño, pero tampoco pueden abandonar el cumplimiento de sus funciones, porque el contribuyente está aportando permanentemente para que sean más eficientes. Y para eso se precisan los medios y el personal necesario". La disminución del personal "tiene que contar con el asesoramiento de las FFAA -enfatizó-; no creo que sea conveniente determinar un número sin esto".

El General no respondió directamente al ser consultado sobre si un eventual triunfo del Frente Amplio causaría malestar en la institución: "Estamos en 1991; en el '94 no sé si voy a estar vivo siquiera, así que ahora no me haga esa pregunta". ■

de decisiones de militares

09

9109161

LA MAÑANA
14/6/91

Clausuran Simposio

HOY culmina el V Simposio de Estudios Estratégicos, organizado por el Estado Mayor Conjunto de Uruguay.

El evento contó con la participación de representantes de los ESMACO de Argentina, Brasil y Paraguay, que desarrollaron diversos temas relacionados con el nuevo papel de las Fuerzas Armadas, y el desarrollo en la prespectiva integracionista de la subregión.

A las 10 de la mañana de hoy hablará el General Mario Aguerrondo (jefe del ESMACO uruguayo), clausurando las actividades, ante autoridades civiles y militares de los paises intervinientes. (Más información página 8).

9109161

ZERO HORA
14/06/91

Militares do Sul apóiam governos democráticos

Representantes das Forças Armadas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ratificaram ontem seu apoio aos regimes democráticos e descartaram o ressurgimento de guerrilhas marxistas na região. Em Montevidéu, no V Simpósio de Estudos Estratégicos, eles fizeram uma profunda autocrítica do papel dos exércitos em nível internacional. O encontro se encerra hoje e o representante brasileiro é o general Gualter Veras Júnior.

A região esteve sob tutela militar com ditaduras no Paraguai (1954-1989), Brasil (1964-1985), Uruguai (1973-1985) e Argentina (1976-1983). Os militares concordaram que "a possibilidade de reaparição dos fenômenos guerrilheiros é remota" em seus países, e apontaram o narcotráfico como "o novo inimigo". Em um documento divulgado no quarto e penúltimo dia de deliberações, oficiais das três armas dos países que em 1995 formarão o Mercado Comum do Sul (Mercosul) reafirmaram sua intenção de acatar as decisões dos governos democráticos.

O coronel uruguaio Amilcar Tiribochi afirmou ser "cada vez menos provável" o ressurgimento do terrorismo político de esquerda nos quatro países, e alertou que o novo inimigo na região é "o surgimento do narcotráfico" e o aumento de seu poder econômico, capaz de introduzir a corrupção nos círculos do poder.

INFLAÇÃO — O brigadeiro paraguaio Darío Antônio Franco reconheceu que a reafirmação da democracia na região "não é um fenômeno passageiro" e que "existe maior consciência entre os militares de que a nossa função não é governar".

A exposição sobre "o papel das Forças Armadas no atual cenário internacional" ficou a cargo do contra-almirante argentino Roberto Pertusio, que realizou uma dura autocrítica sobre a função dos exércitos e alertou sobre as conseqüências das guerras. Citando fontes do serviço de inteligência norte-americano, Pertusio disse que "cada um dos soldados argentinos mortos durante a Guerra das Malvinas, em 1982, custou mais de US$ 4 milhões aos britânicos". O militar lembrou que o conflito revelou "o processo inflacionário da morte em combate".

Em sua exposição, ele observou que nas campanhas militares lideradas pelo romano Júlio Cesar, no ano 50 a.C. "cada inimigo representava um gasto equivalente a 75 centavos de dólar":

— No ano de 1800, durante as Guerras Napoleônicas, um soldado morto representava um investimento de 3 mil dólares; na Primeira Guerra Mundial, um combatente abatido custou 21 mil dólares e no segundo grande conflito mundial, este custo saltou para 200 mil dólares por soldado — explicou.

O almirante argentino disse que "no dia em que for conhecido o custo total da recente guerra do Golfo Pérsico e se dividir a quantia pelo número de combatentes mortos, o valor resultante será, sem dúvida, arrepiante".(UPI-AFP)

14/6 ZH

9109161

3

Culmina hoy en el Club Naval el V Simposio de Estrategia con palabras del general Mario Aguerrondo (h)

El "terrorismo" es aún una relevante hipótesis de conflicto bélico para las FFAA uruguayas

Las delegaciones hicieron una evaluación reservada el miércoles y ayer, en Piriápolis

Exponentes de las Fuerzas Armadas (FFAA) uruguayas enfatizaron en la relevancia —como hipótesis de conflicto— del "terrorismo" de izquierda y la subversión contra el Estado, en la reunión de evaluación del quinto Simposio de Estrategia que se desarrolló durante toda la jornada del jueves y culminó ayer de mañana en un hotel de Piriápolis, aseguraron a LA REPUBLICA fuentes castrenses dignas del mayor crédito.

En la mañana de hoy finaliza formalmente el Simposio con la aprobación de las actas finales definidas en el encuentro de Piriápolis, y una alocución del jefe del Estado Mayor Conjunto (Esmaco) de nuestras FFAA, general Mario Aguerrondo (h).

Las actas —que abarcan una treintena de carillas— serán suscriptas por las delegaciones de las FFAA de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, a partir **de la hora 9.15 de hoy, en el Club Naval de Carrasco.**

Posteriormente Aguerrondo —un general de 52 años recién cumplidos en 1990— hablará sobre el conjunto de temas abordados por las distintas delegaciones, en tres días de actividad.

En el simposio se consideraron desde la problemática de la pesca y la producción de energía eléctrica en la región hasta el papel de la institución armada de cara al 2000.

PUNTOS DE VISTA

El coronel retirado del Ejército, Amílcar Tiribochi, consideró en su exposición que es "cada vez menos probable" el resurgimiento del "terrorismo" político de izquierda en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, aludiendo a que los "extremismos se han quedado sin base dogmática", a raíz de la profunda crisis de identidad ideológica en que viven estos movimientos.

Sin embargo, el oficial superior no descartó esta "hipótesis de conflicto", [illegible] puntuó la importancia de la emergencia del "narcotráfico", y su capacidad para generar estados de corrupción en los principales estamentos de decisión política de estas sociedades.

Esta apreciación tuvo otras opiniones coincidentes. El brigadier general Darío Antonio Franco del Paraguay afirmó en un pasaje de su exposición que "hay mayor conciencia entre los militares de que nuestro rol no es el de gobernar".

Fuentes militares indicaron a LA REPUBLICA que miembros de las FFAA locales expresaron en la evaluación del simposio cumplida en Piriápolis un mesurado reparo a algunas de las apreciaciones de Tiribochi, y subrayaron como importante factor generador de un conflicto, que ameritaría la emergencia militar, la presencia del "terrorismo".

FACTORES INTERNOS Y EXOGENOS

En el documento final que se aprobaría hoy a temprana hora, se aludirá a los factores internos (terrorismo, subversión contra el Estado) y a los externos (guerra convencional, narcotráfico) que pueden confluir en otro protagonismo de la institución que detenta el poder armado estratégico, en un Estado de derecho, dijeron.

Aseguraron asimismo que se pondrá énfasis a su vez en el valor del Estado de la democracia republicana, y el rol subordinado que en su trama desempeñan las FFAA, subordinadas a un mando, que depende —jerárquicamente— de los titulares del gobierno electo por el pueblo.

En el encuentro de Piriápolis, se resolvió aparte que el VI Simposio tenga como sede a Paraguay. En un mes si las FFAA de ese país consideran que existen "dificultades" para la concreción del evento, la reunión sería en Buenos Aires, acotaron las fuentes castrenses.

En general dominaba un "clima de entusiasmo" en la reunión de evaluación, al considerar los participantes al Simposio que hubo un elevado nivel técnico y alta profesionalidad en la presentación de los temas y en la discusión ulterior, previa a la aprobación de las actas finales.

EL MARXISMO AUN EXISTE

Las FFAA uruguayas conceptúan que su tradicional "enemigo principal" en las últimas décadas, que era el "marxismo" y lo que denominaban el "expansionismo soviético" sufre los jaqueos de la crisis de esta formulación teórica y del derrumbe del llamado socialismo real. Sin embargo, considera que sigue existiendo su "peligrosidad" en "estado latente".

Empero, como "hipótesis de conflicto" ha acentuado en los últimos tiempos el papel del "narcodólar" aunque en este plano hay matices importantes en el proceso de decantación doctrinaria que se opera hoy en día en los ámbitos académicos de la institución.

En este Simposio, el contralmirante argentino Roberto Pertusio afirmó que los "costos de la guerra" resultan cada vez más elevados.

Citando fuentes de inteligencia norteamericana, afirmó que "cada uno de los soldados argentinos muertos durante la guerra de las Islas Malvinas (1982) les costó más de 4 millones de dólares a los británicos".

Comparó estas cifras con "las campañas militares que encabezó el romano Julio César, en el año 50 antes de Cristo", en que cada enemigo muerto representó un gasto equivalente a 75 centavos de dólar".

Añadió que en 1800 "durante las guerras napoleónicas, un soldado muerto demandó una inversión de 3000 dólares; en la primera guerra mundial (1914-1918), un combatiente abatido costó 21.000 dólares a la otra parte, y en la segunda guerra mundial (1939-1945), el costo fue de 200.000 dólares por cada uno de los caídos".

"El día que se de a conocer el costo global de la reciente guerra del Golfo Pérsico y se lo divida por el número de los combatientes muertos, el valor que resulte será sin duda escalofriante", añadió el almirante argentino.

Pertusio exigió a sus pares un acto de reflexión sobre el papel de la institución, y los costos materiales y humanos del empleo de las más sofisticadas armas (biológicas, nucleares, químicas) cuyo uso práctico implicaría la destrucción de la humanidad.

Partes posibles

9109161

LA MAÑANA
14/6/91

comunicación
e ANTEL, que
ecir, entonces,
ión no puede
de datos en
través de una
ese servicio,
ece a ANTEL,
on las realida-
ortear a través
).

(Cra. Rosario

exposición- forma parte de esa tarea desconocida para la mayoría de quienes no participan de la actividad parlamentaria, y que consiste en el intercambio franco, cordial y -en suma- constructivo, entre personas de los diversos sectores políticos.

Sin embargo, no tengo otra alternativa, dada la referencia que se hizo en la primera sesión relativa a este proyecto de ley sobre un conocimiento formal y reciente -del 22.5.91 y no de antes- de la posición del Foro Batllista. ■

n aprobó desafuero

naturales

inerales.
existen reco-
relativas al
onas antárticas
itios de especial
fico y sitios y
históricos.
a lo planteado
otros aspectos
a la protección
antárticos son
e conducta para
y actividades
... los efectos del turismo antártico y expediciones no gubernamentales, el uso de radioisótopos, contaminación por combustibles, prohibición de arrojar desechos nucleares en Antártida y procedimientos para evaluación de impactos en el medio ambiente".

Otro de los temas que seguramente integran la agenda uruguaya en el presente encuentro de militares del MERCOSUR, tiene que ver con la inexistencia de acuerdos internacionales reguladores de la pesca.

En este punto, se subraya por parte de Juan Oribe Stemmer, el "imperativo de establecer un marco de principios, normas y autoridades equitativo para la pesca en el Atlántico Sudoccidental".

Dicho objetivo básico requiere "encontrar puntos de acuerdo entre los Estados ribereños, cuyos intereses no siempre son coincidentes, y los terceros países, cuyos armadores pescan en la región".

Stemmer afirma que la región "parece haber entrado en un período crítico para su desarrollo", y que la falta de armonía entre el ecosistema y las normas jurídicas se evidencian en los casos de:

a) recursos no migratorios que permanecen en aguas incluidas en dos zonas económicas exclusivas adyacentes, y que están continuamente disponibles en cada una de ellas;

b) recursos migratorios que se mueven de una zona económica exclusiva a la otra adyacente, y que solamente están disponibles en cada una de ellas durante una determinada estación (por ejemplo, la merluza) o etapa de su desarrollo (el calamar);

c) ambas situaciones pueden ocurrir también entre una zona económica exclusiva y las aguas de altamar adyacentes a aquella.

dos grandes vertientes: "recursos marinos vivos o renovables y recursos minerales y energéticos, o no renovables y estratégicos".

Los recursos marinos vivos antárticos han sido objeto de explotación aún antes "que se formara conciencia de la existencia continental de la Antártida, seguramente por la exhuberancia de los mismos", anota el militar.

De acuerdo a la opinión del Comité Científico de Investigación Antártica (SCAR), los mares australes son, en términos de biomasa, los más ricos del mundo, y por apreciable margen.

"La postura que mejor consulta los intereses del país -agrega Galarza- es, obviamente, aquella que

nanciaria".

Uruguay tiene primordial interés en que las prescripciones del Tratado Antártico sean especialmente ratificadas en eventos como el iniciado ayer en Montevideo.

"Es el marco particularmente adecuado", según Galarza, para una efectiva vigilancia y control del ecosistema antártico.

Las medidas acordadas en el Tratado Antártico para la conservación de la fauna y flora tienen que ver con:

- Convención para la conservación de focas antárticas.
- Convención para la conservación de recursos vivos marinos.
- Convención para la reglamentación de actividades

RDV

9109161

LA MAÑANA
14/6/91

Armada Nacional protege recursos naturales

LA ponencia de los militares uruguayos para el Simposio que las fuerzas armadas de los países del MERCOSUR que inauguró el lunes el simposio que hoy pone punto final, constituye una preocupación clave de la Armada Nacional.

"La protección de los recursos naturales vivos del Atlántico Sur" trasunta el interés de los marinos porque el país vertebre "una política antártica uruguaya" que, a juicio de especialistas militares, debe abordarse "con mayor profundidad y alcance".

El General Ricardo Galarza ha señalado la necesidad de "alcanzar logros más importantes, mejor capacidad logística, mayor capacidad científica y presencia ampliada" en sus "Aportes para una Política Nacional Antártica", publicado en el Nº 6 de la Revista Naval.

Según Galarza, los intereses uruguayos en el área son del orden científico, ecológico, económico, en dos grandes vertientes: "recursos marinos vivos o renovables y recursos minerales y energéticos, o no renovables y estratégicos".

Los recursos marinos vivos antárticos han sido objeto de explotación aún antes "que se formara conciencia de la existencia continental de la Antártida, seguramente por la exhuberancia de los mismos", anota el militar.

De acuerdo a la opinión del Comité Científico de Investigación Antártica (SCAR), los mares australes son, en términos de biomasa, los más ricos del mundo, y por apreciable margen.

"La postura que mejor consulta los intereses del país -agrega Galarza- es, obviamente, aquella que procure ordenadamente la extracción de recursos marinos vivos, en función de estudios de marketing, fundamentalmente en el mercado externo, y formación de empresas del tipo adecuado que apunten a la eficiencia y al lucro legítimo como forma de obtener o ambientar algún retorno económico de la actividad antártica que, en parte, pudiera ser volcada para financiarla".

Uruguay tiene primordial interés en que las prescripciones del Tratado Antártico sean especialmente ratificadas en eventos como el iniciado ayer en Montevideo.

"Es el marco particularmente adecuado", según Galarza, para una efectiva vigilancia y control del ecosistema antártico.

Las medidas acordadas en el Tratado Antártico para la conservación de la fauna y flora tienen que ver con:

- Convención para la conservación de focas antárticas.
- Convención para la conservación de recursos vivos marinos.
- Convención para la reglamentación de actividades de recursos minerales.

También existen recomendaciones relativas al sistema de zonas antárticas protegidas, sitios de especial interés científico y sitios y monumentos históricos.

De acuerdo a lo planteado por Galarza, otros aspectos concernientes a la protección de recursos antárticos son "el código de conducta para expediciones y actividades en la zona, los efectos del turismo antártico y expediciones no gubernamentales, el uso de radioisótopos, contaminación por combustibles, prohibición de arrojar desechos nucleares en Antártida y procedimientos para evaluación de impactos en el medio ambiente".

Otro de los temas que seguramente integran la agenda uruguaya en el presente encuentro de militares del MERCOSUR, tiene que ver con la inexistencia de acuerdos internacionales reguladores de la pesca.

En este punto, se subraya por parte de Juan Oribe Stemmer, el "imperativo de establecer un marco de principios, normas y autoridades equitativo para la pesca en el Atlántico Sudoccidental".

Dicho objetivo básico requiere "encontrar puntos de acuerdo entre los Estados ribereños, cuyos intereses no siempre son coincidentes, y los terceros países, cuyos armadores pescan en la región".

Stemmer afirma que la región "parece haber entrado en un período crítico para su desarrollo", y que la falta de armonía entre el ecosistema y las normas jurídicas se evidencian en los casos de:

a) recursos no migratorios que permanecen en aguas incluidas en dos zonas económicas exclusivas adyacentes, y que están continuamente disponibles en cada una de ellas;

b) recursos migratorios que se mueven de una zona económica exclusiva a la otra adyacente, y que solamente están disponibles en cada una de ellas durante una determinada estación (por ejemplo, la merluza) o etapa de su desarrollo (el calamar);

c) ambas situaciones pueden ocurrir también entre una zona económica exclusiva y las aguas de altamar adyacentes a aquella.

RDV

9109161

F-2 01

"Visualización de las FFAA a partir del 2000", exposición

La armonía es una utopía

"Imaginarse un mundo exento de conflictos es,

Diagnosticando los peligros propios del subdesarrollo, inmerso en un mundo nuevo y aceleradamente mutante, el Esmaco brasileño expuso, en el V Simposio de Estudios Estratégicos, sobre el nuevo papel de la FF.AA., y las líneas sobre las cuales se considera deben ser redefinidas.
La extensa ponencia de Brasil (de 24 carillas) constituye un encuadre geopolítico completo de las realidades americanas desde la óptica militar. Presentamos aquí un resumen de la exposición norteña, titulada "Visualización de las Fuerzas Armadas sudamericanas, a partir del año 2000 en fase de evolución de la coyuntura mundial, ya perceptible".

EL desarrollo armónico y equilibrado es una utopía que no resiste la confrontación con una realidad donde se constata que los más aptos serán siempre los primeros en beneficiarse de los frutos de ese proceso. Están ahí los elementos para un cuadro de conflictos que es endémico en nuestras sociedades de países en vías de desarrollo. Lo económico y social está presente con tal impacto que no deja de envolver lo político y, en cierta medida, lo militar.

En el campo externo, hay conflictos latentes y explícitos. Las diferencias entre los que pueden y los que no, los que saben y los que no, son parte significativa del escenario en el que los desequilibrios se acentúan y se tornan objeto de preocupación.

Se hacen sentir, en este campo, presiones de grupos privados que se mezclan, frecuentemente con los intereses políticos de gobiernos de países más ricos lateralizando las posibilidades de encontrar soluciones más justas para problemas dimensionados sin tener en cuenta el sentido global de los intereses en él comprendidos. El problema de la deuda externa es de orden ético, no tiene nada de retórico: sólo en los últimos cinco (5) años, la transferencia líquida de capitales de esta parte del mundo corresponde a 25 veces al total recibido a través de la operación Panamericana y es 15 veces el volumen aplicado en Europa a través del Plan Marshall.

En un marco así, imaginarse un mundo exento de conflictos es, mínimo, absoluta ingenuidad. Normalmente, cuando la conciencia de las condiciones de subdesarrollo se amplía a las masas, resultan comprensibles las justas presiones para que las élites actúen firmemente en el sentido de reducir las desigualdades sociales. La lucha por el cambio rediseña el perfil de los conflictos.

La historia ha demostrado que no siempre las alteraciones en el relacionamiento de las sociedades ocurren de modo pacífico.

A pesar que las democracias proporcionan instrumentos para la institucionalización de los conflictos, éstos pueden ocurrir en una dimensión tal que el empleo de la fuerza, al servicio del orden o del mantenimiento de la soberanía, son inexorables. Así ha ocurrido a lo largo de la historia de nuestros países y, siempre que en el ejercicio de su papel, las FF.AA. se mantuvieron fieles al espíritu de la Nación, contaron con su aplauso.

Es evidente que, en teoría, intervenciones de tal naturaleza son indeseables. Por eso mismo debe existir una definición constitucional de las formas y límites dentro de los cuales los militares puedan y deban usar la fuerza para defender los intereses de la sociedad nacional de la que son parte.

En lo que concierne a la soberanía nacional, las FF.AA. ejercieron un papel insustituible en la formación y mantenimiento del territorio nacional y, a partir de eso, continúan representando un respaldo necesario para todas las decisiones políticas que envuelven eventuales conflictos con otros sectores del escenario internacional. No porque tales conflictos puedan ser resueltos con presencia militar, sino para disuadir posibles veleidades de transformar la fuerza física en argumento.

Se concluye, por lo tanto, que hay siempre un importante papel reservado a las FF.AA. en la vida de las naciones. Si es importante que su actuación sea respaldada por la fuerza de la ley.

De ahí la preeminencia del poder civil, a cuya conducción se ven subordinadas, en virtud de la posibilidades existentes en los regímenes democráticos de que, a través de él, la Nación se haga oír periódicamente, expresando su voluntad política y determinando los rubros que pretende ver impresos en la vida del país. ■

Autoridades militares de los cuatro países del MERCOSUR expusieron, desde el lunes, sobre estrategia y papel de las FFAA, en las instalaciones del Club Naval

La preparación como factor de disuasión

ENTRE los actores intervinientes en el Poder Nacional se sitúan, necesariamente, las FF.AA., cuyo peso estratégico será función del papel que les sea atribuido para el dimensionamiento del peso del poder. En otras palabras, el peso estratégico de las FF.AA. será proporcional a su anticipación en la actuación del Poder Nacional para alcanzar los objetivos nacionales.

El medio ambiente, el narcotráfico, y la disponibilidad de energía son ejemplos de las preocupaciones que, ciertamente, continuarán vigentes al inicio del siglo 21, y que, por su naturaleza global, envolverán delicadas relaciones entre los países en vías de desarrollo y las naciones identificadas por sociedades afluentes y consumistas.

Es inevitable que, en algunos momentos, surjan conflictos entre posiciones éticas que todos defendemos y la necesidad de oponer barreras a tentativas espúreas de intervención en las decisiones soberanas que a cada nación competen.

Si ciertas posiciones defendidas por grupos u organizaciones se vieran acompañadas por Gobiernos, es necesario estar preparados para hacer frente a presiones inaceptables.

Cuando la Sra. Jessica Mathews (ex directora de uno de los escritorios del Consejo de Seguridad Nacional de EE.UU.) escribe que su país precisa redefinir el concepto de Seguridad Nacional para "incluir cuestiones demográficas, ecológicas, o de recursos naturales" y, después de reconocer las dificultades para enfrentar problemas de esa naturaleza, proclama la necesidad de "una nueva diplomacia y nuevas instituciones y regímenes reguladores para enfrentar la creciente interdependencia ambiental del mundo", deja entrever una sospechosa posición intervencionista, que no sólo se mantiene en el nivel de las sospechas, porque ella completa de modo de no dejar dudas: "En líneas globales, la definición generalmente aceptada de los límites de la soberanía nacional como coincidentes con las fronteras nacionales es obsoleta".

Amazonia: un ejemplo

Manifestaciones en el sentido de internacionalizar la Amazonia no son nuevas. Mientras afirmaciones de este tipo tengan lugar apenas en el seno de la sociedad civil, pueden ser reconocidas como el libre derecho de opinión y expresión, dato indispensable en las democracias. El problema podrá surgir si los gobiernos, bajo el justificativo de representar la voluntad de sus respectivas naciones, resolvieran hacerse eco de tales posiciones, y actuar en consonancia con ellas.

Es necesario que las FF.AA. estén preparadas para ejercer su papel constitucional, y puedan respaldar las posiciones políticas asumidas por el Gobierno, en nombre de la nación amenazada. El sentido del uso estratégico por ellas representado queda bastante claro en la medida que son consideradas actores capaces de influir decisivamente en ese proceso.

Esa capacidad no se da, necesariamente, al resultado de un hipotético enfrentamiento militar, pero parecía estar presente como factor de disuasión.

En Brasil, al pensar que cuestiones de fronteras son hechos históricos, culturales, militares y políticos cerrados, eventuales atentados contra la soberanía nacional serían fenómenos de otra naturaleza y, por eso mismo, las instituciones militares deben repensar su papel, para que puedan presentarse con el peso estratégico adecuado.

Si las amenazas cambian no sólo de actores, sino de naturaleza, es preciso estar abierto a transformaciones en el posicionamiento tradicional, por más respetable que haya sido.

Cuando los esfuerzos realizados por los países de América del Sur por desarrollar y dominar una tecnología propia en el sector de armamentos es identificado por naciones del 1er. mundo como una amenaza a sus intereses nacionales, se puede suponer que en esto hay mucho más que una simple disputa por inexpresivas fallas del mercado. Queda claro que tales naciones no admiten convivir con una postura soberana capaz de dotar a nuestros países de poder de disuasión independiente, apto para respaldar decisiones políticas que eventualmente contraríen aquellos intereses. ■

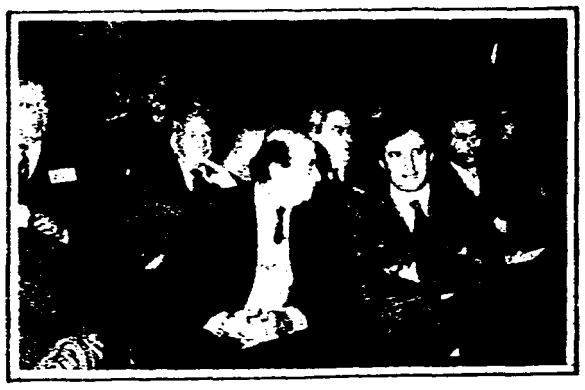
El Frente Amplio ante el Simposio

LA eventualidad de que los legisladores del Frente Amplio intervinieran activamente en el Simposio organizado por el Estado Mayor Conjunto de las FFAA fue intensamente analizada en estos días por el Movimiento de Participación Popular, intentando evitar que se tradujera públicamente sólo una de las posiciones existentes en la coalición frente al tema militar

Si bien no estaba prevista la intervención de los legisladores Korseniak y Carámbula en el simposio, el MPP tenía previsto formular -si llegaba el caso- un planteo formal para que los representantes dejaran en claro la existencia de dos posiciones dentro de la coalición sobre el tema militar.

La presencia de los legisladores frenteamplistas contó con el aval de la bancada y Mesa Política de la coalición, aunque no sin discusión. En primera instancia, el delegado del MLN ante la Mesa Política pidió que la asistencia fuera en carácter personal; sin embargo, al haberse cursado la invitación a través de las comisiones de defensa, ambos legisladores aparecían representando a toda la coalición, hecho con el que finalmente hubo acuerdo.

"Una cosa es ir a dictar una clase en un curso militar, o favorecer el protagonismo político de las FFAA, y otro es asistir a este simposio, donde no se tocan temas políticos, y la participación no está restringida", explicó a LA MAÑANA un vocero del MPP, principal sector que impulsa una postura diferencial respecto a los militares dentro del Frente Amplio: "Nosotros no tenemos que dialogar con ningún sector social, ni propiciar acercamientos específicos, sino relacionarnos a través del sistema político. Esto es igual para los militares que para, por ejemplo, la Iglesia", añadió.



Los representantes del Frente Amplio José Korseniak (PS) y Gonzalo Carámbula (PCU) siguieron atentamente el desarrollo del Simposio

Con los antecedentes de esta discusión previa, la participación del Diputado Carámbula se limitó a escuchar las ponencias, sin intervenir a través de preguntas en ningún caso. "El tema militar está mal presentado, no se está enfocando bien", se escuchó decir al referido legislador: "Lo lógico sería que el Ministro Brito concurriera al Parlamento, y ahí abrir el debate, pero no exclusivamente con el Frente Amplio, porque nadie sabe qué posición tiene el Partido Nacional, o el Colorado sobre esto".

"Parlamento es el ámbito adecuado"

"El 3 de abril pasado pedimos al Ministro de Defensa, doctor Brito, que concurriera a la comisión de la Cámara de Diputados para desarrollar la política hacia las Fuerzas Armadas que tiene el Gobierno, pero hasta ahora no hemos tenido respuesta", reclamó el Diputado comunista Gonzalo Carámbula, delegado del Frente Amplio ante esa instancia.

Carámbula señaló que el Parlamento era el ámbito adecuado para discutir, entre todos los partidos políticos, la política militar del país, con los responsables gubernamentales correspondientes. ■

brasileña en el V Simposio de Estudios Estratégicos del ESMACO

que la realidad desmiente

como mínimo, absoluta ingenuidad"

"No hay que aguardar gestos de buena voluntad del resto del mundo"

A pesar que el año 2000 llega envuelto en una imagen de nuevo milenio, todavía pertenece al que estamos viviendo. El Tercer Milenio sólo comienza al año siguiente. Este hecho, de apariencia nítida, es portador de un mensaje que debe ser decodificado; traduce la idea de que no se debe tomar por nuevo algo apenas porque lo parece. Además, puede alertarnos para que siempre busquemos más allá de las apariencias, pues cada siglo es el mismo y sus orígenes.

Conclusiones

a) No hay que aguardar gestos de comprensión y buena voluntad internacional para la solución de nuestros problemas; b) es previsible un aumento de las presiones internacionales para la solución de problemas globales, o de problemas ligados a los intereses del mundo desarrollado; c) la prioridad de las naciones sudamericanas continúa siendo el revertir las tendencias de su problemática social, disminuyendo las razones internas de seguridad; d) las FF.AA. sudamericanas deben prepararse para actuar como factor de disuación en lo que concierne a los intentos de intervención de gobiernos de naciones más desarrolladas; e) deben, también, continuar preparadas para asegurar el orden interno, en los límites de su competencia constitucional; f) deben, todavía, incrementar sus acciones en pro del desarrollo, por ser éste el costo menor de la manutención de la seguridad.

No se puede olvidar que, en el cuadro de caminos acelerados que marca nuestro tiempo, una década es mañana. Por lo tanto, las decisiones son para hoy. Definir un adecuado porcentaje del PBI destinado a las FF.AA., tener presente las misiones específicas de cada arma para el cuadro de amenazas previsto, rediseñar la articulación de esas FF.AA., repensar el nivel de integración militar de los países sudamericanos y, sobre todo, actuar en consonancia con todo eso, son tareas inmediatas. Para que sean llevadas a cabo eficazmente, es necesario que no sólo haya competencia militar, sino además visión política. ■

La posibilidad de ocurrencia de confrontaciones bélicas nunca es descartada por los expertos brasileños, aunque se modifican los actores y naturaleza de los mismos a partir de los últimos acontecimientos en el mundo. Las FFAA aparecen, en esta hipótesis como el elemento disuasivo fundamental para defender la soberanía e integridad nacional frente a cualquier posible propósito intervencionista

El nuevo orden geopolítico internacional

DESPUES de los acontecimientos mundiales ocurridos en los últimos dos años, sólo una previsión puede ser hecha con razonable grado de certeza: es imposible atribuir un razonable grado de certeza a las previsiones. Lo inusitado cede lugar a lo insospechado. Hay nuevos actores, nuevos papeles y, de repente, un nuevo escenario.

La idea de que una superpotencia es una nación que concentra poder político, económico y militar que le permite una actuación limitada apenas por la existencia de otra en condiciones semejantes está siendo probada en una realidad en que el único país que permanece como remanente de esa concentración es, al mismo tiempo, aquel cuyo poder económico se ve amenazado por diferentes centros de poder, cuyo poder político siente necesidad de respaldo de otras naciones para imponer sus decisiones, y cuyo incontrastable poder militar tiene sus limitaciones en razones éticas y morales a las que la conciencia mundial se va tornando cada vez más sensible.

De cualquier modo, imaginarse que tales dificultades van a configurar un factor inhibidor para que Estados Unidos se mantengan en la posición de única gran potencia en el futuro inmediato es demasiado ingenuo.

A pesar de la declinación del poder de la URSS, por sus contradicciones internas e internacionales, el apelo ético a la justicia social que siempre funcionó como elemento magnético del socialismo para los idealistas y los desasistidos, no desaparece con la evidencia de que el régimen fue incapaz de darle consecuencias prácticas. Así, no se puede descartar la hipótesis de que nuevos liderazgos puedan decidir volver al escenario mundial ejerciendo un papel más significativo, incluso como mecanismo para reaglutinar fuerzas políticas internas, en un intento de superar el visible proceso de fragmentación por el que pasa aquel país.

En este marco, la influencia de la Nueva Europa que nace en el próximo año constituye también una incógnita.

Una Europa que parte decididamente para la eliminación de las fronteras económicas, que unifica su moneda, que llega a visualizar una unión política después de siglos de luchas entre los respectivos pueblos, trae algo nuevo para ser pensado. Entre nosotros, el MERCOSUR es un paso significativo. Pero es preciso que la voluntad política, evidenciada por los gobiernos, encuentre respuestas en una postura abierta y cooperativa de la sociedad civil.

Otra incógnita es cuál será la amplitud de la presencia de Japón como potencia. A pesar de estar mucho más armado de lo que generalmente se supone, Japón no hace alarde de sus medios militares, lo que crea la imagen de permanente subordinación a los intereses de Estados Unidos.

La histórica falta de vocación de los japoneses de influir en los grandes temas mundiales no nos lleva a pensar en que país como una potencia capaz de tomar decisiones al estilo de EEUU o la URSS (...) No obstante, ésta puede ser una visión para el corto plazo, pues una nación que tiene intereses planetarios y que va, poco a poco, dotando a su Poder Nacional de un componente militar significativo, puede revelar, en un espacio de tiempo no muy dilatado, una insospechada tendencia para entrar en el juego del poder en áreas más distantes.

Medio Oriente

Desconocer los sentimientos de revuelta y de injusticia de la nación palestina, minimizar la importancia política del choque entre sunitas y chiitas, olvidar que un posible estado kurdo creado a partir del fraccionamiento de Iraq causará problemas en todo Kurdistán y, por tanto, a Irán, Siria, Turquía y la URSS, no tomar en cuenta que hay una urgencia nueva de participación de los pueblos sometidos a jeques y emires retrógrados, desconocer la importancia de los justos resentimientos entre árabes y judíos, serán pecados tan graves como dejar de ver que toda esta problemática es alimentada y multiplicada por el juego de intereses de las grandes potencias que apoyan, arman, bloquean y combatea a aquellas naciones según sus propios intereses.

Lo que resulta de este escenario mundial es que América latina precisa, con urgencia, entenderse, definir sus grandes intereses comunes, superar impasses, olvidar problemas menores, optando decididamente por integrar un bloque cohesionado para determinar sus propios caminos.

Todo esfuerzo que se haga representará, en primer lugar, un intento por recuperar décadas perdidas en mutuas desconfianzas, en acciones aisladas frente a creadores poderosos, que dominan las reglas de juego que ellos mismos hacen, en esfuerzos para superar los reflejos internos de una guerra fría cuya inutilidad de propósitos se encargaron de demostrar los propios protagonistas centrales. Y todo esto con precio en mundo fuerte, en atraso social y en vidas irrecuperables. ■

El papel de la institución militar en América

EN los países sudamericanos hubo debates nacionales -de modo velado y sutil algunos, directo y exacerbado en otros- sobre el papel de las FF.AA., sobre la necesidad y conveniencia de su reequipamiento, sobre su eficiencia y hasta sobre su propia razón de existir. Así sean una vitrina en estas acciones, las FF.AA. no podrán quedar timidas y apáticas. Existe la necesidad de ofrecer un considerable incremento en la parte del PBI destinado a la defensa nacional. Básicamente, las FF.AA. continúan con su misión de defender la Patria, mantener la soberanía y la Integración Nacional.

Deberán tener los siguientes objetivos adicionales: participación en defensa interna y territorial; participación en actividades complementarias, en auxilio a la infraestructura social de la Nación.

Su organización debe orientarse por los siguientes preceptos generales: fuerzas de naturaleza convencional, con acentuada densidad tecnológica; unidad, con plena integración de organización, de efectivos y dotaciones completas, y amplia movilidad táctica; estructura de apoyo logístico con flujos de bienes y servicios de configuración idéntica en la paz y en la guerra, dotada, además, de capacidad de ampliación; búsqueda, cada vez mayor, de material militar de fabricación nacional; búsqueda de aspectos cualitativos y no cuantitativos en la evolución de las organizaciones y efectivos; creación de modernos y versátiles sistemas C3I y de guerra electrónica; y preservación de los compromisos policomilitares en vigencia en los diferentes países. ■

Interconexión eléctrica con Brasil y Paraguay se concretará en un plazo de 3 a 7 años

Estrategia militar: descartan uso de energía nuclear en un mediano plazo

■ Un técnico que integra la delegación uruguaya en el quinto simposio de estrategia de las FFAA del Cono Sur dijo ayer que no se prevé en un mediano plazo la instalación de centrales atómicas de generación de energía eléctrica en nuestro país.

El ingeniero Alvaro Cutinela, un reconocido técnido del organismos estatal UTE, advirtió empero que ello no significa que se "descarte" esta fuente de producción de energía.

"La energía, factor de integración y desarrollo", fue el tema central de la última jornada del simposio cumplido en el Club Naval de Carrasco, el que culmina en una sesión formal mañana, a la hora 10.00.

Hoy las diferentes delegaciones visitarán parte de la zona del este del país.

"El siglo XXI será el siglo de la civilización eléctrica, a la cual la energía eléctrica le provee, no solamente fuerza muscular, sino también inteligencia artificial, y cuyas principales herramientas serán la comunicación y la información", dice la ponencia que fue leída por la delegación paraguaya.

FLUIDA INTEGRACION CON ARGENTINA

Cutinela repasó todo el proceso de integración hidroeléctrica uruguaya y su relacionamiento con la Argentina. Señaló que al producirse "la interconexión con Argentina, se produjeron inmediatamente mejoras notables desde el punto de vista operativo, las que fueron claramente percibidas por los usuarios del servicio".

Dijo que "en algún mes de 1988, Uruguay llegó a suministrar cercada el cuatro a cinco por ciento de la demanda del servicio de distribución eléctrica argentina, con lo que contribuyó a postergar por meses la necesidad de efectuar cortes a los consumidores".

"Las obras hidroeléctricas internacionales en operaciones, en construcción o proyectadas entre los cuatro países terminarán ligando estrechamente sus sistemas eléctricos, aún cuando Brasil utiliza una frecuencia distinta a la de sus vecinos", afirmó.

"Los grandes aprovechamientos hidroeléctricos binacionales de Itaipú, Corpus, Yacyretá, Garabi y Salto Grande, constituirán los nudos de una futura superred", aseveró.

El técnico dijo que "se está avanzando sobre la idea de unir los nudos mediante líneas de extra alta tensión, con lo que se iría conformando una red que podría llamarse Gran Sistema del Plata".

ACUERDOS CON BRASIL Y PARAGUAY

Consideró que en un plazo de tres a siete años se lograrán "acuerdos de interconexión y de intercambio energético" con Paraguay y Brasil.

En relación al Mercosur, opinó que en el caso de la producción de la industria eléctrica deben primar "reglas de juego" que "sean claras y comunes para todos los países miembro".

"No nos parece adecuado que las protecciones arancelarias, las protecciones normales que se prevean dentro del Mercosur, se acentúen para el caso de los productos de la industria eléctrica", destacó.

Cutinela afirmó que "no es de preveer que dentro de un plazo mediano haya instalaciones nucleares en el Uruguay, lo que no implica que esta sea una solución descartable en la medida en que los recursos no renovables a los que podemos apelar ahora para producir energía en varios de nuestros países, vayan encareciendo o vayan también escaseando".

Convocarán a Braga para esta tarde al Parlamento

■ El diputado comunista Carámbula se comunicará esta mañana con el ministro Enrique Braga para concertar una convocatoria al Secretario de Estado para que explique a la Comisión de Higiene de la Cámara Baja la propuesta del poder Ejecutivo en torno al Hospital de Clínicas. La comparecencia de Braga podría registrarse esta misma tarde.

Según fuentes cercanas al Rectorado, el ministro de Economía y Finanzas propuso al rector Jorge Brovetto la conformación de una comisión integrada por el Tribunal de Cuentas, su cartera y la Universidad para lograr una solución inmediata en una semana. En 30 días, la misma comisión debería pergeñar medidas denominadas "de semifondo" y que podrían estar incluidas en la próxima rendición de cuentas. Braga y el presidente Luis Alberto Lacalle indicaron ayer a Brovetto que una solución de fondo partiría de una base impositiva. (Por más información, léase la página 34)

Asamblea General aceptó cuatro observaciones del gobierno a proyecto sobre inscripción en el BPS

■ La Asamblea General aceptó ayer cuatro observaciones que interpusiera el Poder Ejecutivo al proyecto por el cual se establecen normas para la inscripción de empresas y afiliación de trabajadores al Banco de Previsión Social.

El pronunciamiento se produjo por la unanimidad de los legisladores presentes en Sala (117), y por consiguiente el Ejecutivo promulgará la correspondiente ley en los próximos días. Las observaciones eran parciales a tres disposiciones de la iniciativa, y totales con relación a otro de sus artículos.

Por otra parte, el cuerpo designó al senador Carlos Julio Pereyra como representante del Poder Legislativo para integrar la Comisión Nacional de Homenaje a Washington Beltrán, que fue creada por ley en noviembre de 1988. Alberto Zumarán fue quien propuso al líder del Movimiento Nacional de Rocha, contando con el respaldo de los miembros de ambas Cámaras.

La Asamblea General volverá a reunirse el próximo martes a la hora 18, a los efectos de designar al reemplazante del doctor Luis Alberto Torelo en el Tribunal de lo Contencioso Administrativo (el plazo constitucional vencerá el miércoles 19). El nombramiento seguramente recaerá en el doctor Waldemar Burella, identificado con el Batllismo Radical. En la víspera se dispuso un cuarto intermedio, a instancias del senador forista Carlos Cigliuti, al verificarse que no habría votos suficientes (los dos tercios del total de asambleístas) para concretar la nominación. Tal como aconteciera con anteriores designaciones en el Tribunal de Cuentas y en la Suprema Corte de Justicia, el Frente Amplio y el Nuevo Espacio dejaron constancia de que no apoyarían la candidatura por no haber sido consultados al respecto. Puntualizando que no se objetaban las condiciones personales ni la idoneidad de Burella, Carlos Cassina (PGP) y Leopoldo Bruera (FA) pusieron de manifiesto su disconformidad por el acuerdo alcanzado entre los partidos tradicionales, sin auscultar las opiniones de sus respectivos lemas.

El mismo martes, pero dos horas antes, sesionará la Cámara de Representantes para homenajear la memoria de José Gervasio Artigas, al cumplirse un nuevo aniversario de su nacimiento. Será el diputado Wilson Craviotto (UCB) quien tendrá a cargo la exposición principal en esta instancia.

9109161

(F-2)

Miércoles 12 de junio de 1991 — La República

Jerarcas castrenses de los países del Mercosur analizaron ayer el rol del factor

Militar uruguayo contradijo al general Von Clausewitz: la guerra es el trágico fracaso de la diplomacia

Representante argentino aseguró que "con la caída del imperio soviético la guerra fría terminó"

El brasileño vaticinó que EEUU justificará intervenciones armadas respaldándose en la ONU

El capitán de navío (r) de la armada uruguaya Pedro Retamoso contradijo ayer al general Carl Von Clausewitz uno de los mayores teóricos de la historia militar de la humanidad. Mientras que el militar alemán sostenía que la guerra es la continuación de la política por otros medios, Retamoso señaló ayer que la guerra es "el trágico fracaso" de la diplomacia y de la política internacional. Tal expresión fue vertida en el marco del 5º Simposio de Estudios Estratégicos organizado por el Estado Mayor Conjunto que se está llevando a cabo en el Club Naval. Entre tanto el exponente argentino contralmirante Roberto Pertuccio dijo que con la caída del imperio soviético, la guerra fría ha terminado no obstante indicó que el poderío militar de ese país sigue intacto. Asimismo afirmó que las FFAA no necesitan de un enemigo común para justificar su razón de ser. Por último el representante brasileño, el capitán de navío Luis Carlos indicó que en el futuro los EEUU buscarán justificar sus intervenciones armadas a través de la ONU. El simposio continúa hoy con la exposición del representante de Paraguay sobre el tema energía eléctrica como factor de desarrollo.

■ En el marco del 5º Simposio de Estudios Estratégicos organizado por el Estado Mayor Conjunto, con el día de ayer distintos jerarcas militares del Cono Sur realizaron exposiciones sobre El rol del factor militar en su actual escenario global.

La reunión se efectuó en los salones del Club Naval, contándose con la presencia de los legisladores nacionales Néstor Andrade del Partido Nacional y Gonzalo Carámbula del Frente Amplio.

En representación de nuestro país hizo uso de la palabra el capitán de navío Pedro Retamoso quien destacó la acción llevada a cabo por la ONU, manifestando que esta organización "ha sido el logro superior del derecho internacional en nuestro siglo y cuya eficacia, si bien ha sido permanentemente controvertida, se constituyó en un foro apto para la libre expresión de las naciones".

Añadió que "ha sido un marco para el conflicto este-oeste y un impulsor permanente de la descolonización y factor fundamental en la creación de los nuevos estados".

Afirmó por otra parte que, en contestación a la manifestación de Von Clausewitz en el sentido de que la guerra es la continuación de la política por otros medios, "podemos decir que en la época actual la guerra es el trágico fracaso de las relaciones diplomáticas y de la política internacional".

Retamoso afirmó que la confrontación este-oeste ha dominado la política internacional desde la finalización de la Segunda Guerra Mundial, "haciendo sombra sobre el conflicto del eje norte-sur que ha existido siempre". Precisó que "el conflicto este-oeste ha sido fundamentalmente político y social mientras que el conflicto norte-sur ha sido más que nada económico y se refleja hoy en las deudas y las economías de los países".

Sostuvo que la disminución de la tensión entre el este y el oeste ha cambiado rápidamente por un clima de colaboración entre estos dos bloques. Para Retamoso "este es un factor que empeora las relaciones económicas norte-sur, porque distraerá todas las esperanzas de créditos y de solución económica".

LA HIPERDEPENDENCIA REGIONAL

Agregó que frente a estos fenómenos las naciones tienden a la hiperdependencia regional asociándose a los efectos de poder competir en el mercado, defendiendo intereses y realizando un manejo de la crisis que pueda ser más apto para la comunidad y no para una sola nación.

Refiriéndose a la defensa de los países dijo que la misma puede improvisarse "y requiere que un núcleo de ciudadanos en forma permanente se prepare, imagine, innove, asesore y apoye la acción del gobierno toda vez que así se requiera".

"Requiere además tener un mínimo de material adecuado con la responsabilidad que se le asigna y comprender que el actual escenario global el objetivo es la paz y la seguridad internacional, y que el factor militar de la nación contribuirá a ambas, toda vez que se indique mediante el apoyo de las naciones amigas y la voluntad de defenderse".

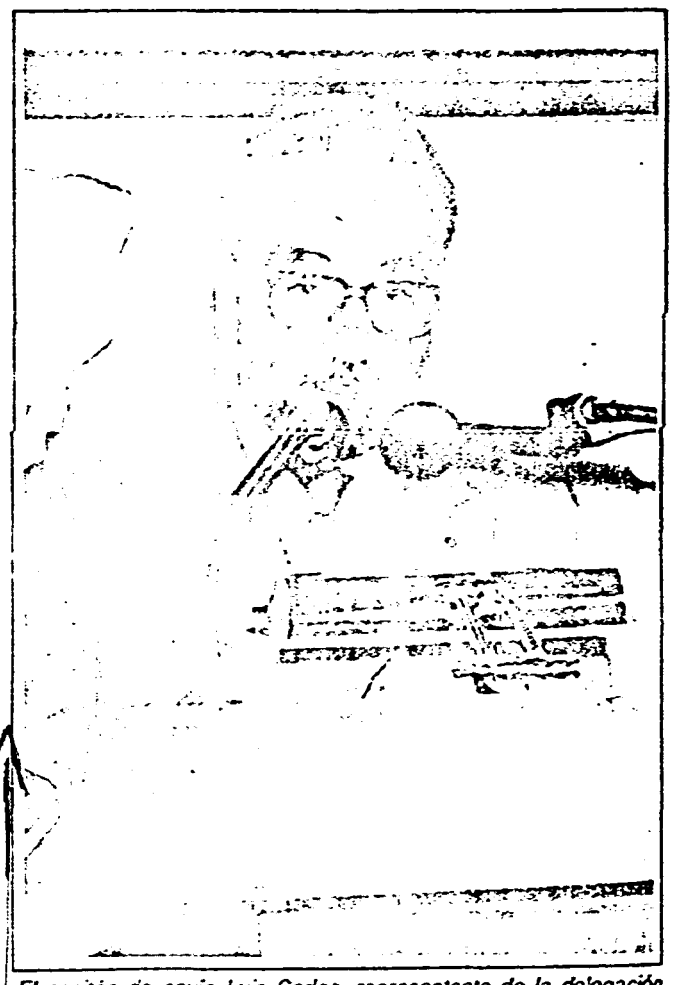
Concluyó manifestando que las Fuerzas Armadas "son la expresión material de ese apoyo y de esa voluntad de la nación".

PERTUCCIO: "LA HISTORIA DEL HOMBRE ES LA HISTORIA DE SUS GUERRAS"

Por su parte el representante de Argentina, contralmirante Roberto Pertuccio, comenzó manifestando que "la historia del hombre es básicamente la historia de sus guerras" y que éstas constituyeron en muchos casos motores en desarrollos que luego encontrarían otras aplicaciones con fines pacíficos.

Afirmó asimismo que el poder nacional constituye "una trinidad profana" integrada por el poder político, económico y militar.

"Es el poder militar el llamado a sostener a los otros dos fundamentalmente, salvaguardando la integridad territorial y la independencia política, aspectos que junto con la calidad de vida de su población constituyen los intereses vitales de toda nación".



El capitán de navío Luis Carlos, representante de la delegación brasileña en el simposio que se realiza en nuestra capital.

El documento sobre el que expuso Pertuccio estaba firmado por el Estado Mayor del Ejército Argentino.

Sostuvo por otra parte que con la caída del imperio soviético parecería que la bipolaridad en el mundo ha desaparecido.

"Teniendo en cuenta la situación económica por la que atraviesa la Unión Soviética y el virus de desintegración política que se ha instalado en su organismo que no acierta a dar con los anticuerpos adecuados, podemos decir que existe hoy una sola superpotencia en el mundo", agregando sin embargo que el poder militar soviético "continúa intacto".

TERRORISMO Y GOBIERNOS FANATICOS SON FACTORES DESESTABILIZADORES

"Hasta el presente ha existido una adversión universal a aceptar libremente que alguna potencia ejerza el rol de gendarme internacional y parece difícil que tal concepto se revierta en el futuro", expresó.

Significó que en los umbrales del siglo XXI y en presencia de un nuevo ordenamiento político internacional, existen dos riesgos de potencial capacidad desestabilizadora que se muestran en el mundo". Precisó que "a uno de ellos le podíamos llamar el actor irracional el gobernante fanático de reacciones impredecibles poseído de una ideología que puede ser religiosa, dispuesto a enfrentar graves riesgos de una alteración de la situación reinante".

"El segundo riesgo nos ha castigado a todos en algún momento y hoy con particular virulencia azota a algunos países hermanos, y éste es el riesgo del terrorismo".

Indicó que hasta el momento "los apoyos entre bandas terroristas de diferentes estados no ha sido de envergadura como para exhibir un carácter multinacional", preguntándose luego si esta situación continuará incambiada en el futuro. ¿No podrá darse el caso de un terrorismo o narcoterrorismo estructurado a nivel internacional con algún comando supranacional?" interrogó.

"Nuestras Fuerzas Armadas -agregó- para justificar su razón de ser no necesitan educarse en la existencia de un enemigo permanente. De ser así cuando los intereses nacionales transformen al enemigo de ayer en aliado de hoy, porque los aspectos cooperativos privan sobre los competitivos -que no necesariamente deben desaparecer- sobrevendrá la frustración".

BRASIL: LA DEUDA ES UN PROBLEMA ETICO

En horas de la tarde, hizo uso de la palabra en representación de la delegación brasileña, el capitán de navío Luis Carlos.

El militar brasileño, luego de expresar su satisfacción por la presencia en el simposio, comenzó a tratar el tema "Visualización de las Fuerzas Armadas latinoamericanas a partir del año 2000 de frente a la evolución de la coyuntura mundial ya perceptible".

Uno de los aspectos más significativos para el establecimiento de políticas nacionales y el desenvolvimiento armonioso y equilibrado, es una utopía que no resiste en confrontación con una realidad en la que se constata que los más aptos, serán siempre los primeros en beneficiarse con los frutos de ese proceso. Las diferencias entre los que pueden y los que no pueden, entre los que tienen y los que no tienen y sobre todo, los que saben y los que no saben, son parte significativa de escenarios, donde los desequilibrios se acentúan y se toman objeto de preocupación".

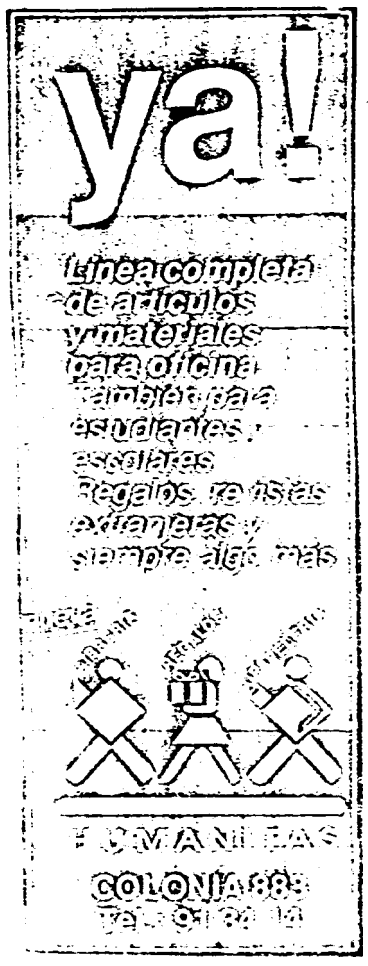
Señaló que en este marco, "se hacen sentir las presiones de grupos privados que se mezclan frecuentemente con los intereses políticos de los países más ricos, lateralizando la posibilidad de un encuentro de soluciones más justas para problemas dimensionados sin tener en consideración un sentido de globalidad de intereses".

El capitán de navío Carlos destacó el problema de la deuda externa como muy grave citando una frase del canciller brasileño Francisco Resek cuando dijo que la deuda es "tantas veces paga y nunca liquidada" siendo una cuestión de orden ético que nada tiene de retórico. Los últimos cinco años la transferencia líquida de capitales de esta parte del mundo para los países acreedores, corresponde a 25 veces el total recibido a través de la Operación Panamericana.

"En un cuadro así, imaginarse un mundo ausente de conflictos es una posición de absoluta ingenuidad". El representante de Brasil manifestó que la lucha por los cambios, redimensiona el perfil de los conflictos. "Los cambios contrarían intereses arraigados algunas veces, seculares arraigados. La historia ha demostrado que el relacionamiento entre las sociedades no siempre ocurre de modo pacífico".

El capitán Carlos sostuvo que "los militares deben usar la fuerza para defender los intereses de la sociedad nacional de la que son parte".

Señaló que si bien es importante que la actuación de las Fuerzas Armadas sea respaldada por la ley "es fundamental que estén siempre revestidas de una legitimidad y recuperar el hecho que la legislación ha sido elaborada en la conformidad de la voluntad de la nación. Solamente la nación, representada en los poderes constituídos, puede autorizar el empleo de la violencia en su nombre, y de aquí la preminencia del poder civil, a cuya conducción deben subordinarse las Fuerzas Armadas, en virtud de la posibilidad existente en los regímenes democráticos".



HOY EN EL 5
UNA CITA CON LA PERESTROIKA

Lo que se transformó y lo que se conserva en la URSS de Gorvachov. Una visión penetrante y documentada es la que ofrece sobre el tema el reconocido periodista de la televisión chilena Bernardo de la Maza en su libro, de próxima aparición, "AQUI MOSCU", (que distribuye en nuestro país Careaga).

Hoy miércoles se presentará en el informativo SNS, de canal 5 a las 21 hs., una entrevista exclusiva del politólogo argentino Mariano Grondona al autor de esta polémica y reveladora indagación periodística.

Bernardo de la Maza expone en ella los aspectos más salientes del proceso de cambios ocurridos recientemente en la Unión Soviética, a la vez que transmite la peculiar vivencia de su visita a ese país, donde se encontró con los enormes contrastes de una sociedad abismada entre los desafíos de los cambios y las turbadoras nostalgias del pasado.

El libro, que ha concitado atención entre medios especializados de gran parte de América, y que es objeto de debates en foros de análisis referidos a la realidad soviética, es recorrido en sus partes principales por la sagaz inquietud de Grondona; cuyo diálogo con De la Maza no tiene concesiones y se opera a una escala de máxima exigencia.

La entrevista que será emitida en el Canal del SODRE es un testimonio más que elocuente de que en la URSS todavía no está todo dicho. Bernardo de la Maza, que goza de un gran prestigio en el ambiente político y periodístico de Chile, demuestra que la realidad soviética no puede ser reducida a un esquema, sino que reclama una perspectiva amplia y despejada de todo prejuicio para ser entendida cabalmente.

9109161

militar y las FFAA de cara al 2000

general Von Clausewitz: "La a política internacional"

Posteriormente el capitán brasileño realizó un análisis del escenario mundial perceptivo para el inicio del siglo XXI, indicando que "los últimos acontecimientos mundiales ocurridos en los últimos diez años, son muestra que ya no se trata de una aceleración del ritmo de cambios, sino que se detecta la calidad de los cambios. Hay nuevos actores, nuevos papeles y quizás nuevos escenarios".

Puntualizó que de un mundo bipolar, se pasó a una ampliación de geometría de poder con la inclusión de otros vértices que concentran y dispersan líneas de fuerza, capaces de regir la orquestación de poderes mundiales. "Teniendo en cuenta que una superpotencia es una nación que concentra poder político, económico y militar, está siendo gestada una realidad donde el único país que permanece con esta concepción es al mismo tiempo aquel cuyo poder económico se ve amenazado por diferentes centros de poder, cuyo poder político siente la necesidad de un respaldo de otras naciones para sus decisiones y cuyo incontrastable poder militar, en su actuación limitada por razones éticas y morales ante la conciencia mundial cada vez más sensibles, es Estados Unidos.

Esto es un factor inhibidor para que los Estados Unidos se mantengan en una posición de única gran potencia de futuro mundial".

Por otra parte, en cuanto a la Unión Soviética, "cuya condición de superpotencia, fue siempre magnificada por la retórica de la bipolaridad, la actualidad indica que son tantas las contradicciones internas e internacionales engendradas por el mesianismo comunista, que difícilmente ejerza un papel central en las decisiones como lo hizo durante varias décadas".

LA FFAA COMO EMBRION Y ENTENDIMIENTO

En otro pasaje de su exposición, el jerarca militar brasileño precisó que las instituciones militares tienen una gran importancia estratégica, entendiendo que las Fuerzas Armadas son un factor de poder nacional, como elemento de redimensionamiento del poder de una nación. "El peso estratégico de las Fuerzas Armadas será proporcional a su participación en el poder nacional", sostuvo.

Agregó que "es importante que las Fuerzas Armadas estén preparadas para ejercer su papel constitucional, y puedan respaldar las posiciones políticas asumidas por el gobierno en nombre de la nación.

Las Fuerzas Armadas no implica que tenga que haber acción militar, pero tienen que estar presentes como factor de disuación para que posibles antagonistas tengan que tomar en cuenta las consecuencias de cualquier decisión que atente contra cada nación;.

Jerarcas militares del Cono Sur en los salones del Club Naval.

El capitán de navío Carlos puntualizó que "el papel de las Fuerzas Armadas no se limita al aspecto técnico, sino que deben ser el embrión del entendimiento entre los países en aspectos específicos".

"Estados Unidos se consolidará como la potencia militar más fuerte, y tenderá a buscar el respaldo de la ONU, para las intervenciones que sean de su interés . Así Estados Unidos - dijo Carlos- procurará justificar sus intervenciones como razones de orden ético y así conseguir amplia aceptación".

9109161

FUENTE:
TITULO:
PROCEDENCIA: La Mañana
FECHA DE PROCEDENCIA: 11/06/91
VINCULACIONES:

Con delegados de ESMACO de países del MERCOSUR

Se inauguró Simposio Militar en Club Naval

Presidente Lacalle abrió el evento

El Presidente Luis Alberto Lacalle inauguró ayer el 5º Simposio de Estudios Estratégicos, del que participan delegados militares de Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay y los tres Comandantes en Jefe de nuestras Fuerzas Armadas.

Las deliberaciones, que se desarrollan en las instalaciones del Club Naval, en su sede de Carrasco, quedaron abiertas con un discurso del Ministro de Defensa nacional, Mariano Brito, tras lo cual el doctor Juan Oribe Stemmer expuso sobre el tema "Producción de los recursos vivos del Atlántico Sur".

El presidente Lacalle inauguró el simposio.

EN la jornada inaugural participaron además, especialmente invitados, los representantes frenteamplistas Gonzalo Carámbula y José Korzeniak, hecho que constituye un acercamiento altamente positivo entre los sectores políticos de izquiera y la institución militar, según se coincidió en señalar.

Segunda jornada

El simposio continuará en la presente jornada, correspondiendo a la delegación argentina exponer sobre "El rol del factor militar en el actual escenario global", haciéndolo a través del C/N (R) Pedro Retamosa.

Por la tarde llegará el turno a la representación brasileña, anunciándose una disertación sobre "Visualización de las Fuerzas Armadas Latinoamericanas a partir del año 2000, de frente a la evolución de la coyuntura mundial ya perceptible".

Mañana miércoles será la delegación paraguaya la que brinde su enfoque, exponiendo sobre "La energía eléctrica como factor de integración y desarrollo".

El jueves los participantes se trasladarán al Argentino Hotel de Piriápolis para trazar un balance de lo actuado y encarar la organización del próximo encuentro, previsto para 1992 en la capital paraguaya.

El simposio culminará el viernes con una sesión final en el Club Naval a la hora 10. ■

9109161

Korzeniak: desdramatizar situación

LA presencia de parlamentarios del Frente Amplio en el simposio militar fue calificado por el Senador socialista José Korzeniak como "un hecho natural, que no creo que deba llamar la atención".

La ponencia desarrollada ayer por el doctor Juan Oribe Stemmer sobre los recursos pesqueros fue seguido con atención por el parlamentario: "Fue una exposición muy interesante, sobre uno de los puntos que nuestro país debe mirar con mucha atención".

Korzeniak agregó que "tenemos una ley de pesca bastante obsoleta, que hay que actualizar. Y para trabajar sobre pesca hay que saber, y por lo tanto escuchar a quienes saben".

Izquierda y militares

Sobre la receptividad que los militares puedan tener o no al diálogo con la coalición de izquierdas, el senador socialista señaló que "deben estar dispuestos a hablar con todo el mundo, igual que nosotros debemos estarlo. Esto tiene que darse -explicó- a través de los canales correspondientes: los militares integran el Ministerio de Defensa, y éste el Poder Ejecutivo, que se comunica con todas las fuerzas políticas fundamentalmente a través del Parlamento".

Korzeniak no eludió referirse a las dificultades de relacionamiento existentes: "Hay una cosa muy clara, que la tenemos que ver con franqueza y naturalidad: así como en los partidos políticos -fundamentalmente en la izquierda- hay gente que por fundadas razones emocionales se siente con dificultades para ir a conversar con los militares, también hay militares que tienen un encuadramiento ideológico muy reaccionario, atrasado, y tienen reservas para conversar con gente que no participa de sus mismas ideas", destacó.

"Acá no se trata de dramatizar, no es un tema exclusivo de Uruguay, sino que pasa en todas las naciones donde no se comprende que todos los sectores de una sociedad deben interrelacionarse naturalmente", afirmó el legislador. ■

Inician acercamiento por islas Malvinas

LOS negociadores José María Otegui y Adrian Beamish celebran una nueva ronda de negociaciones en Londres en la que de acuerdo a informaciones provenientes de Buenos Aires, se tratará el tema de exportación de hidrocarburos en el área.

Ningún estudio serio ha demostrado la existencia de petróleo en el área de las Islas Malvinas, pero tampoco se sabe en la Cancillería argentina si el Gobierno británico adoptó ya alguna decisión al respecto.

En caso de hacerse prescripción petrolera la explotación exigirá una legislación determinada y al tratarse de aguas y tierras en disputa la legislación inglesa sería cuestionada por Argentina. ■

9109161

EL PAÍS
11.06.91

Lunes

Coincidencia en Simposio de Estudios Estratégicos

Redimensionamiento de FF.AA.: Proceso que Países del MERCOSUR Deben Encarar

La forma en que las Fuerzas Armadas deberán acompañar el proceso integracionista de la región, el que adelantaron es "impostergable", así como su redimensionamiento de cara a los acontecimientos que aceleradamente vienen pautando los cambios en todo el orbe fueron tema central de los debates de ayer en el V Simposio de Estudios Estratégicos, que se realiza en el Club Naval con la asistencia de representantes de las distintas armas de Paraguay, Argentina, Brasil y nuestro país.

En los distintos análisis que se hicieron, desde el punto de vista estratégico, los conferencistas ayer concluyeron y coincidieron en que el mundo ha imprimido una velocidad inverosímil a los cambios y reacomodamientos políticos, estratégicos y económicos, por lo que el rol y la visualización de las Fuerzas Armadas deben acompañar este proceso necesariamente. Citaron en todos los casos el derrumbe del mundo socialista, la URSS, y mencionaron el impacto que tendrá en el mundo la nueva concepción de una relación de poder multipolar en vez de bipolar, como hasta hace muy poco diagramaba la presencia única de las dos superpotencias, y su guerra fría. Aludieron también a otros países que se agigantan en su poder económico, como el Japón, y en tono ese marco destacaron el rol de las Fuerzas Armadas latinoamericanas y su necesario redimensionamiento a la hora de estos cambios, y de un proceso integracionista que en el continente se ha comenzado y es inminente. En definitiva, las conversaciones y debates, así como las preguntas, giraron ayer en torno a la nueva dimensión y papel de las Fuerzas Armadas en nuestro continente, donde no puede dejarse de lado el cambio que el mundo desarrollado viene mostrando.

Integrantes de la Comisión de Defensa de Diputados, los Sres. Carambula y Andrade, al igual que su similar del Senado, el Dr. Santoro, asistieron al acontecimiento desde el primer día acompañando las deliberaciones de los representantes de las Fuerzas Armadas de Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay.

El Prof. Luis Carlos de Alburquerque Santos, de Brasil, disertó sobre la "Visualización de las Fuerzas Armadas Sudamericanas a partir del año 2.000 de cara a la evolución de la coyuntura mundial, ya perceptible". Y el contraalmirante (RE) Roberto Luis Pertusio, de la Argentina, sobre "El rol del Factor Militar en el actual escenario global".

La importancia de la integración de la red hidroeléctrica en los países signatarios del Tratado de Integración, MERCOSUR, será el tema que abordarán los paraguayos hoy, en el día último del V Simposio sobre Estudios Estratégicos.

9109161

Biográfico — Korzeniak y Carámbula fueron a simposio ... Esp.
PCU - Daniel Carámbula

La República
Martes 11 de junio de 1991

La Política

"La Defensa Nacional apunta siempre a preservar la paz", dijo Brito al inaugurar ayer simposio militar

■ Con la presencia del presidente Luis Alberto Lacalle se inauguró en la mañana de ayer el 5o. Simposio de Estudios Estratégicos que organizó el Estado Mayor Conjunto (Esmaco), contando con la participación de delegaciones de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil y Paraguay.

El titular de la cartera de Defensa Nacional, Mariano Brito, único orador en la oportunidad, inauguró las jornadas a nombre del Poder Ejecutivo, remarcando que el Simposio responde a dos aspectos fundamentales: la proyección científica, técnica y tecnológica y a la que corresponde al aspecto técnico-militar. Sobre los aspectos primeros habrá análisis y conclusiones de las delegaciones de Uruguay y Paraguay, y en lo restante, la responsabilidad le corresponde a los militares de Argentina y Brasil.

De acuerdo a la definición proporcionada por el ministro Brito, el Simposio está pensado sobre dos grandes líneas de pensamiento que son la estrategia y los medios.

En lo fundamental la estrategia implica definir objetivos y se coordina con la aplicación de los medios adecuados para alcanzarlos. Destacó Brito que el acento se pone en rescatar y realzar la jerarquía intelectual de los sectores militares de los cuatro países que integran el Mercosur; Estados todos democráticos, de Derecho, que piensan en función de la estrategia para la adecuada Defensa Nacional.

Estas reflexiones sobre estrategia no se desenvuelven solamente en el plano profesional, como lo destacó el ministro uruguayo, sino que abarcan todos los aspectos intelectuales promoviéndose una acción animadora del Estado" por cuanto la defensa nacional apunta siempre a la preservación de la paz", y en ello, agregó Brito, se puede enmarcar también la afirmación de "los militares son quienes más pueden bregar por la paz, afirmándose en la misión que les ha sido conferida de la defensa nacional".

En su breve discurso, Brito afirmó que la "concepción unitaria animadora de las propias raíces, es la que define la tarea de las Fuerzas Armadas y debe centrarse en la concepción del hombre como centro de toda acción para la perfección, que no la da el Estado, sino que tiene en sí misma la plena dignidad que le es propia al hombre".

NO EXISTE MALESTAR EN LAS FUERZAS ARMADAS

Con posterioridad y en declaraciones a LA REPUBLICA, el ministro de Defensa negó que exista malestar en el seno de las Fuerzas Armadas en relación a su situación presupuestal.

Dijo aspirar a que todos los miembros integrantes de las FFAA ganen los mejores sueldos, pero reconoció que la presente situación porque atraviesa el país no es la mejor para poder atender todos los reclamos. No obstante, admitió que en la próxima Rendición de Cuentas, actualmente a estudio, habrán algunas mejoras, sin precisar cuáles ni cuánto.

En orden a ciertas declaraciones emitidas por algunos legisladores, relacionadas con las invitaciones al simposio militar, aclaró el ministro que el Esmaco las cursó a los miembros de la Comisión de Defensa de ambas Cámaras.

Pudo apreciarse en sala la presencia del senador José Korzeniak y el diputado Gonzalo Carámbula, ambos del Frente Amplio, así como la del presidente del Centro Militar, general (retirado) Iván Paulós.

El senador socialista José Korzeniak y el diputado comunista Gonzalo Carámbula en el simposio militar que se inauguró ayer en el Club Naval; detrás y adelante de ellos, jerarcas castrenses de varios países.

Ministro de Defensa no cree en un rebrote subversivo, pero Gros dijo que "no puede dejar de considerarse"

■ Mientras el ministro de Defensa Nacional, Mariano Brito, afirmó ayer que no teme un rebrote subversivo en Uruguay, el canciller Héctor Gros Espiell, en oportunidad de su visita a Lima (Perú), no descartó tal posibilidad en declaraciones a un diario incaico reproducido con la Orden del Sol por Torres y ambos firmaron convenios de cooperación entre la Academia Diplomática de Perú y el Instituto Artigas de Uruguay.

El canciller uruguayo en declaraciones a un matutino local dijo que debe adoptarse una posición firme y decidida pregunta sobre la razón del Simposio sobre Estrategia, que reúne a militares de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

"No creo en un rebrote subversivo en el Uruguay por cuanto al momento la situación es de calma total, al igual que

De Nava fue condecorado ayer por Augusto Pinochet

Santiago de Chile (...)

■ Con la Medalla de la Consagración Militar, Pinochet condecoró ayer el comandante en jefe del Ejército de Uruguay, general Guillermo De Nava, quien puso término a su visita oficial de cinco días a Chile. La distinción le fue impuesta por su similar chileno, general Augusto Pinochet, en un club militar.

El alto oficial uruguayo viajó de regreso a su país luego de participar en almuerzos con altos oficiales.

Tabaré Ramírez presidió

Doc. poco legible

22.

91091 61

BRITO NEGO MALESTAR POR SALARIOS EN FF.AA.

Ministro Inauguró Simposio en Club Naval; Expresó Oposición a Reducir Efectivos Castrenses

El Ministro de Defensa Nacional, Dr. Mariano *Brito negó terminantemente que exista malestar* en las Fuerzas Armadas por el tema salarial y se manifestó contrario a la reducción de los cuadros del personal militar, para abatir el gasto público.

El titular de Defensa fue el encargado de inaugurar ayer, con un breve discurso, el 5º Simposio de Estudios Estratégicos, que con participación de militares de los cuatro países signatarios del MERCOSUR, se viene realizando en el Club Naval.

A la ceremonia de apertura del mencionado foro militar asistió el Presidente de la República, Dr. Luis Alberto Lacalle, los Comandantes en Jefe de las tres armas y algunos legisladores de las Comisiones de Defensa Nacional de ambas ramas del Poder Legislativo. Entre los parlamentarios presentes se encontraban el senador socialista José Korzeniak y el diputado comunista Gonzalo Carámbula.

Brito destacó la presencia en el simposio de oficiales de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, el carácter técnico y profesional del encuentro, así como su vinculación a temas contenidos en el tratado del Mercado Común del Sur.

PRESENCIA DISUASIVA

El Ministro de Defensa Nacional descartó la posibilidad de un rebrote subversivo en el país, al ser consultado sobre el particular, cuando se retiraba del Club Naval.

"Las Fuerzas Armadas tienen el deber constitucional de preservar la paz y estar preparadas como elemento de disuasión de una posibilidad que yo veo en lo inmediato remota", respondió Brito.

Negó, más adelante, que exista malestar en las Fuerzas Armadas por el tema salarial. Destacó que el asunto será debatido el próximo lunes, en la Comisión de Defensa del Senado, y que si bien esperaba que la situación salarial del personal militar "sea mejorada", rechazó la existencia de malestar entre sus cuadros".

"Yo no estoy encerrado entre las cuatro paredes del edificio del ministerio, en la Avda. 8 de Octubre, sino que continuamente concurro a las unidades militares, tengo un diálogo permanente con los señores comandantes y el mando superior que ellos integran y de ninguna manera puedo decir que existe un malestar", manifestó el representante del Poder Ejecutivo.

SEGURIDAD Y TRABAJO

Brito destacó, en otro momento, que no compartía la idea de reducir el personal de las Fuerzas Armadas, tomando en cuenta la necesidad de abatir el gasto público.

Quedó inaugurado ayer en el Club Naval el simposio de Estudios estratégicos. Estuvieron presentes, el presidente Lacalle, el Ministro Brito y representantes de los militares del área

"La cosa no pasa por la reducción de las Fuerzas Armadas, que es una frase y no dice mucho", dijo el ministro y agregó, seguidamente, que existe una correspondencia con el tema de la seguridad y la falta de trabajo.

SUBSECRETARIO

Por último, el titular de Defensa Nacional informó que por el momento desconocía el nombre del ciudadano que va a sustituir al Dr. Carlos Delpiazzo en la subsecretaría

Militares de los Países de MERCOSUR Analizan Actual rol de las FF.AA.

El rol de las Fuerzas Armadas en la actual coyuntura, y de cara al año 2000, son parte principal de las ponencias que presentarán hoy Brasil y Argentina, en el V Simposio que para analizar temas estratégicos organizan las Fuerzas Armadas de Uruguay, Paraguay, Argentina y Brasil. A pesar de que se desmintió tajantemente que el tema seguridad nacional fuera analizado en el foro aludido, el papel que las fuerzas militares deben cumplir hoy, su profesionalismo, son sí tema de análisis de este ámbito, donde se espera con singular interés la ponencia de nuestros vecinos, Argentina y Brasil, hoy.

Asimismo, mañana la ponencia del Paraguay aludirá a la integración de la red de alimentación eléctrica de los cuatro países que han signado un tratado de integración, el MERCOSUR.

CONSERVACION DE RECURSOS PESQUEROS

La jornada inaugural, eminentemente técnica, estuvo centrada en la conservación de los recursos pesqueros del Atlántico Sur, elemento que según los conferencistas hay que defender. El Presidente del Instituto Nacional de Pesca, Juan Oribe Stemmer, mencionó varios aspectos relacionados con la pesca a nivel nacional, también analizando el particular desde la mirada del área del Atlántico Sur.

El jerarca compatriota manifestó que algunos recursos ictícolas deben conservarse, aludiendo también a la problemática que en ciertos casos se da en la falta de eficiencia, como en el caso de las operaciones de trasbordo del calamar en el antepuerto capitalino, donde podrían registrarse enormes pérdidas a causa de la definitiva ausencia de operadores pesqueros en nuestro Puerto.

EL ROL DE LAS FF.AA.

El profesionalismo militar será tema del día de hoy en el Club Naval, donde se desarrolla el V Simposio, puesto que las ponencias de Argentina y Brasil, respectivamente, se refieren al "Rol de las Fuerzas Armadas en la actual coyuntura global", y a la "Visualización de las Fuerzas Armadas Sudamericanas a partir del año 2000, frente a la evolución de la coyuntura mundial ya perceptible". El rol estratégico, que no es ajeno a estos aspectos, se complementará mañana con la ponencia paraguaya, que alude a la integración de la red hidroeléctrica de los cuatro países del MERCOSUR, lo que también es importante zona de análisis para este Simposio.

23

9109161

LA REPA.
06.06.91

La Política 11

Defensa aclara: simposio de estrategia busca aumentar nexo entre FFAA de toda la región

El Ministerio de Defensa Nacional en una comunicación dada pública ayer de tarde, dice que los dos primeros objetivos del simposio sobre Estrategia que reunirá desde la próxima semana en Montevideo a las FFAA de Argentina, Brasil, Paraguay y nuestro país es "incrementar la relación entre las Fuerzas Armadas de los países de la región" y "compartir los conocimientos y experiencias" adquiridas por estos. Destaca que es necesario "integrar en el nivel académico a los responsables e interesados en cuestiones estratégico-militares de los países de la región".

Asimismo subraya la importancia de establecer "los enlaces personales entre los estudiosos de la estrategia militar".

Esta es la comunicación librada sobre este Simposio que se desarrollará en el Club Naval de Montevideo.

En el próximo mes de junio se realizará en Montevideo, el 5to. Simposio de Estudios Estratégicos que contará con la participación de Delegaciones de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. El interés por el tratamiento de problemas estratégicos comunes, llevó a que en 1985 se planteara la iniciativa respecto a la realización de estudios en forma conjunta por parte de Argentina y Brasil.

Es así que Buenos Aires (1987 y 1989), San Pablo (1988) y Brasilia (1990) fueron sede de los cuatro primeros simposios.

Uruguay fue invitado a participar como observador al 3er.Simposio (1989) y se incorporó como miembro pleno en el 4to. (1990); a este último fue invitado Paraguay a integrar el grupo, lo que se efectuará formalmente en Montevideo, en el 5to. Simposio.

Los objetivos de los eventos mencionados son:

- Incrementar la relación entre las Fuerzas Armadas de los países de la región.
- Integrar en el nivel académico a los responsables e interesados en cuestiones estratégico-militares de los países de la región.
- Facilitar el establecimiento de enlaces personales entre estudiosos de la estrategia militar.
- Compartir los conocimientos y experiencias entre los distintos integrantes del quehacer estratégico regional.
- Obtener una mayor comprensión de los problemas estratégicos de cada país.
- Desarrollar cursos, estudios e investigación estratégica militar.
- Otros objetivos que surgirán como consecuencia de las reuniones y enlaces futuros.

9109161

Nº DOCUMENTO .....
TITULO .....
PROCEDENCIA El País
FECHA DE PROCEDENCIA 9/6/91
VINCULACIONES .....

TEMAS ESTRATEGICOS

Reunión Internacional en el Club Naval

DESDE MAÑANA ANALIZAN

Mañana se inaugurará en el Club Naval el 5º SIMPOSIO DE ESTUDIOS ESTRATEGICOS, el cual cuenta con el auspicio del Ministerio de Defensa Nacional, correspondiéndole la organización, coordinación y desarrollo al Estado Mayor Conjunto.

Concurrirán al mismo delegaciones de las FF.AA. de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y las exposiciones de los temas a presentar se efectuará en el siguiente orden:

Mañana

–Hora 9.15 – Apertura del 5º SIMPOSIO.

–Hora 9.30 – Exposición de la Delegación de Uruguay.

Tema: "Protección de los recursos naturales vivos del Atlántico Sur".

Expositor: Dr. Juan Oribe Stemmer.

Martes 11

–Hora 9.30 – Exposición de la Delegación Argentina.

Tema: "El rol del factor militar en el actual escenario global". Apreciación Uruguaya a cargo del C/N (R) Pedro Retamoso.

–Hora 14.30 – Exposición de la Delegación de Brasil.

Tema: "Visualización de las Fuerzas Armadas latinoamericanas a partir del año 2000 de frente a la evolución de la coyuntura mundial ya perceptible".

Apreciación Uruguaya a cargo de: Cnel. (R) Amílcar Tiribocchi.

Miércoles 12

–Hora 9.00 – Exposición de la Delegación de Paraguay.

Tema: "La energía eléctrica como factor de integración y desarrollo".

Apreciación uruguaya a cargo del Ing. Alvaro Cutinella (UTE).

Jueves 13

–Las delegaciones visitarán Piriápolis, donde se efectuará en el Argentino Hotel la evaluación del desarrollo del 5º SIMPOSIO, así como la reunión preparatoria del 6º SIMPOSIO a realizarse en Asunción del Paraguay el próximo año.

Viernes 14

–Hora 10.00 – Cierre del 5º SIMPOSIO (Club Naval).

AVANZADA BATLLISTA COLORADA

Las Agrupaciones "AVANZADA BATLLISTA COLORADA" y "BATLLISMO PRINCIPISTA" realizarán una reunión en la sede sita en Cuareim 1442 casi Mercedes, el día 12 de junio a las 20 horas.

Se tratará el siguiente orden del día:

1) Elección de Presidente de Turno.

2) Situación de carácter interno.

3) Medidas a adoptar por nuestra Agrupación.

4) Situación política Nacional con relación a la actuación del Partido Colorado "Batllismo".

9109161

LA MAÑANA
02.06.91

Simposio de Estudios Estratégicos

020691

Se reúnen representantes de FF.AA. del Cono Sur

CON la participación de delegaciones de las FF.AA. de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, se desarrollará en Montevideo entre los días 10 y 14 de junio, el 5° Simposio de Estudios Estratégicos.

El evento, en el que se analizarán temas estratégicos de interés común a los países participantes, se efectuará en los salones del Club Naval y es auspiciado por el Ministerio de Defensa Nacional; su organización y desarrollo estará a cargo del Estado Mayor Conjunto.

Programa

Lunes 10. A la hora 9.15 se efectuará la Apertura del Simposio. Posteriormente -9.30 horas- se realizará la exposición de la Delegación de Uruguay, cuyo tema es "Protección de los recursos naturales vivos del Atlántico Sur". El Dr. Juan Oribe Stemmer será el encargado de llevar a cabo el análisis de este punto.

Martes 11. Hora 9, exposición de la Delegación Argentina. Tema: "El rol del factor militar en el actual escenario global". Apreciación uruguaya a cargo del C/N (R) Pedro Retamoso.

Hora 14.30, exposición de la Delegación de Brasil sobre el tema "Visualización de las FF.AA. latinoamericanas a partir del año 2000 de frente a la evolución de la coyuntura mundial ya perceptible".

Apreciación uruguaya a cargo del Cnel. (R) Amílcar Tiribocchi.

Miércoles 12. Hora 9. Exposición de la Delegación de Paraguay sobre el tema "La encrucijada histórica como factor de integración y desarrollo".

Apreciación uruguaya a cargo del Ing. Alvaro Cutinella (UTE).

Viernes 14. Hora 10, cierre del Simposio (Club Naval). ■

9109161

26 26

V SIMPOSIO DE ESTUDIOS ESTRATEGICOS

CONCLUSIONES APROBADAS DE LOS TEMAS EXPUESTOS:

A.- TEMA: Protección de los recursos naturales vivos del Atlántico Sur.

1).- La necesidad de la conservación y la defensa de los recursos del ecosistema.

2).- Referente a investigación, la necesidad de tomar conciencia a los efectos de canalizar la inversión, estatal o privada, nacional, regional, como extra regional a los efectos de incrementar la investigación científica en forma coordinada sobre el tema. Como asímismo llevar esta inquietud a los gobiernos para ser incluída en la temática a ser tratada en la II Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente.

3).- Proponer facilitar a los países mediterráneos el acceso a los Centros de Estudios sobre la temática pesquera en los países ribereños.

B.- TEMA: El rol del factor militar en el actual escenario global.

1).- Se disipa el fantasma de guerra regional en el continente Sudamericano.

2).- Las Fuerzas Armadas están al servicio de la Nación a través del Poder Político y en defensa de los intereses vitales de la misma.

3).- Las Fuerzas Armadas, en el Continente crecen a medida que crece el país armónicamente con éste y viceversa.

4).- No hay apetencias de expansión sino de preservación de los intereses vitales de cada país.

5).- Colaborar al mantenimiento de la paz en el mundo conforme a las resoluciones de los Organismos Internacionales de los que se es miembro.

6).- Tender a convencer a la sociedad de la real necesidad y función de las Fuerzas Armadas en su rol positivo.

c).- Visualización de las Fuerzas Armadas Sudamericanas a partir del año 2000, de frente a la evolución de la coyuntura mundial, ya perceptible.

1).- Las Fuerzas Armadas como parte del Poder Nacional de los respectivos países deberán colaborar para el fortalecimiento e integración regional.

01.02

9109162

2).- Deberán estar en condiciones de atender a las amenazas tanto internas como externas a la luz de la determinación de los objetivos Nacionales indicados por los gobiernos respectivos.

3).- La transitoriedad y la incertidumbre de la situación mundial hace necesaria la toma de decisiones serias y fundadas en lo referente a reestructuras y reorganización del Factor Militar.

4).- Las Fuerzas Armadas Sudamericanas deberán insertarse en este mundo en mutación orientando su preparación de forma de priorizar la profesionalización y capacidad poniendo énfasis en los aspectos cualitativos y no en los cuantitativos. En el mundo de hoy la capacidad técnico operacional es aspecto decisivo.

5).- Se propenderá a la búsqueda de la progresiva independencia en la obtención de tecnología por absorción o desarrollo a los efectos de lograr un relativo autoabastecimiento.

D).- TEMA: Energía eléctrica como factor de integración y desarrollo.

1).- Se entiende como positivo lo ya realizado y la tendencia al avance en la integración efectiva de los sistemas eléctricos de los países intervinientes.

2).- Se expresa que deberían contemplarse los problemas de defensa en todas las fases de concresión de los proyectos y obras de interés multinacional.

3).- Se demuestra satisfacción por la seriedad con que se tratan actualmente los problemas de medio ambiente en la proyección y construcción de obras del sistema eléctrico de gran porte!

4).- Asímismo por la forma en que se están contemplando en las grandes obras hidroeléctricas los factores geoestratégicos tales como el mejoramiento de la navegación entre otros.

91091 62

RESERVADO

V SIMPÓSIO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

(ARGENTINA-BRASIL-PARAGUAI-URUGUAI)

1 9 9 1

TEMA DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

"VISUALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS SUL-AMERICANAS, A PARTIR DO ANO 2000, EM FACE DA EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA MUNDIAL, JÁ PERCEPTÍVEL"

RESERVADO

9109163

01.22

POSTERIORMENTE, SERÁ REMETIDO O TEXTO FINAL ESTRUTURADO SEGUNDO ESTE SUMÁRIO.

V Simpósio de Estudos Estratégicos

Visualização das Forças Armadas sul-americanas, a partir do ano 2000, em face da evolução da conjuntura mundial, já perceptível.

S U M Á R I O

1. A conjuntura mundial no início do século XXI - suas características marcantes.
   a - os desequilíbrios internos e internacionais.
   b - os conflitos como resultado da luta pelo desenvolvimento.
   c - as superpotências ou a superpotência?
   d - a nova Europa e o novo Oriente Médio.

2. O cenário sul-americano.
   a - as novas pressões decorrentes dos problemas de interesse mundial.
   b - os espaços no sentido da integração.
   c - a América do Sul como zona de influência ou como zona com influência.

3. Aspectos institucionais
   a - o papel histórico das Forças Armadas na afirmação da soberania e na manutenção da ordem interna.
   b - a intervenção das Forças Armadas no processo político e a preeminência do poder civil.

4. Peso estratégico do comoponente militar no Poder Nacional
   a - o sentido da expressão "peso estratégico".
   b - a "área de presença militar" como manifestação do Poder Nacional.
   c - a "presença militar" das Forças Armadas sul-americanas a partir do ano 2000.

910916

5. Concepção

a - missões.
b - organização.
c - equipamento e armamento.

6. Serviço militar

7. Carreira

a - formação.
b - profissionalização.

8. Conclusões

a - a necessidade de definições.
b - o desafio do tempo.
c - a visão do estadista.
d - o aprofundamento da compreensão e a busca do entendimento-

9109163

V Simpósio de Estudos Estratégicos

Visualização das Forças Armadas sul-americanas, a partir do ano 2000. em face da evolução da conjuntura mundial, já perceptível.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

1. Introdução

2. O cenário mundial perceptível para o início do século XXI.

3. Importância estratégica das instituições militares

4. Adequação das FFAA sul-americanas ao seu papel no mundo do século XXI

1. Introdução

Ao mesmo tempo que os desequilíbrios existentes revelam a necessidade da concentração de esforços no sentido de sua superação e, de algum modo, estimulam a realização desses esforços, não se deve desconhecer que o Desenvolvimento é, em sua natureza, um processo marcado por conflitos de várias ordens.

Internamente, o mais significativo para o estabele-

cimento de políticas nacionais é a que envolve o consumo e a poupança, grave sobretudo quando se trata das massas que vivem abaixo da linha de pobreza, para quem a idéia de poupar soa tão absurda como diser-se a um militar que vá para a guerra e, se possível, leve algum armamento. Há coisas absolutamente essenciais e, para a multidão a que nos referimos, um padrão de consumo de sobrevivência é o mínimo que se pode propor para, a partir daí, trabalhar por condições de sua incorporação a uma economia de mercado, onde se possa discutir níveis de consumo e de poupança.

O problema é que o Desenvolvimento harmonioso e equilibrado é uma utopia que não resiste ao confronto com uma realidade em que se constata que os mais aptos, os mais bem aquinhoados, serão sempre os primeiros a se beneficiar com os frutos desse processo. Por isso mesmo, sobre eles deve recair o maior ônus no sentido da correção das distorções existentes. Estão aí novos ingredientes para um quadro de conflitos que é endêmico em nossas sociedades de países em vias de desenvolvimento. O econômico e o social estão presentes com tal impacto que não há como deixar de envolver o político e, na justa medida, o militar.

No campo externo, há conflitos latentes e explícitos. As diferenças entre os que podem e os que não podem, os que tem e os que não têm e, numa visão voltada para o futuro, os que sabem e os que não sabem, são parte significativa dos cenários em que os desequilíbrios tomam forma e se tornam objeto de preocupação.

Aí, as pressões dos grupos privados se mesclam, frequentemente, com os interesses políticos dos governos dos países mais ricos, lateralizando a possibilidade do encontro de soluções juntas e isentas para problemas dimensionados sem levar em consideração o sentido de globalidade de interesses neles envolvidos. Quando o Dr. Francisco Rezek, nosso ministro da pasta do Exterior, faz referência à dívida externa da América Latina "tantas vezes paga e nunca liquidada", toca num problema de ordem ética que nada tem de retórico, pois estarrece o dado também por ele citado de que, só nos últimos cinco anos, a transferência líquida de capitais desta parte do mundo para os países credores corresponde a 25 vezes o total recebido através da operação Pan-Americana e a 15 vezes o volume aplicado na Europa através do Plano Marshall.

91091 63

Num quadro assim, imaginar-se um mundo isento de conflitos é, para dizer o mínimo, absoluta ingenuidade. Mormente, quando a consciência das condições de subdesenvolvimento se amplia nas massas, daí resultando compreensíveis e justas pressões para que as elites de todos os tipos atuem firmemente no sentido da redução das desigualdades sociais. A luta pela mudança redesenha o papel dos conflitos, deixando nítido que as suas principais dimensões não decorrem do quadro de subdesenvolvimento, mas da tentativa de superação dos óbices que se antepõem à modificação desse quadro.

Contrariar interesses arraigados, algumas vezes secularmente arraigados, não é tarefa simples. E é quase paradoxal que, embora todos reconheçam a urgência das mudanças num mundo em que, querendo-se ou não, elas vão acontecendo de modo acelerado, tanto se resista à sua ocorrência. Seja no nível interno, seja no internacional.

Por isso mesmo, a História tem mostrado que nem sempre as alterações no relacionamento das sociedades ocorrem de modo pacífico.

Embora as democracias proporcionem instrumentos para a institucionalização dos conflitos, estes podem vir a ocorrer numa dimensão tal que o emprego da força, a serviço da ordem ou da manutenção da soberania, seja inelutável. Assim tem ocorrido ao longo da História de nossos países e, sempre que no exercício de seu papel, as Forças Armadas se mantiveram fiéis ao espírito da Nação, contaram com seu aplauso.

É evidente que, em tese, intervenções de tal natureza são indesejáveis. Por outro lado, porém, o caos é inadimissível na vida das nações. Por isto mesmo, há de existir uma definição constitucional das formas e limites dentro das quais os militares podem e devem usar a força para defender os interesses da sociedade nacional de que são parte.

Deve-se reconhecer, pragmaticamente e a bem da verdade, que dispositivos constitucionais nunca foram empecilho para exacerbações neste terreno. Até porque, a primeira providência dos governos que se institucionalizam pela força, é alterar a Constituição que os impediam de fazê-lo. Quando não, simplesmente, suspender

a sua vigência. Há, no entanto, um custo moral que, mais cedo ou mais tarde, a Nação lhes cobra.

No que concerne à Soberania, as Forças Armadas exerceram papel insubstituível na formação e manutenção do território nacional e, a partir daí, representaram e continuam representando um respaldo necessário a todas as decisões políticas que envolvem eventuais conflitos com outros atores da cena internacional. Não porque tais conflitos só possam ser resolvidos com presença militar, mas para dissuadir possíveis veleidades de transformar a força física em argumento.

Pode-se concluir que há sempre um importante papel reservado às Forças Armadas na vida das nações. Se é importante que sua atuação seja respaldada na força da lei, é fundamental que ela venha sempre revestida de uma legitimidade que decorrerá do fato de que a legislação tenha sido elaborada na conformidade da vontade da Nação, pois somente esta, representada pelos poderes constitucionais, pode autorizar o emprego da violência em seu nome.

Daí a preemência do poder civil, a cuja condução devem se subordinar as Forças Armadas, em virtude da possibilidade existente nos regimes democráticos de que, através dele, a Nação se faça servir periodicamente, expressando a sua vontade política e determinando os rumos que pretende ver impressos na vida do país.

Qualquer pretensão de conduzir por caminhos diferentes daqueles que a Nação demonstrou serem os de sua eleição não resiste à força de vontade manifesta, e sempre da oportunidade para a confirmação do aforismo de que "quem não aprende com a História fica obrigado a repetí-la".

2. O cenário mundial perceptível para o início do século XXI

Depois dos acontecimentos mundiais ocorridos nos últimos dois anos, só uma previsão pode ser feita com razoável grau de certeza - a de que será impossível atribuir um razoável grau de certeza às previsões. Já não se trata apenas de uma aceleração no ritmo das mudanças, fenômeno há algum tempo detectado, mas de qualidade das mudanças. O inusitado cede lugar ao insuspeitado. Há menos

9109163

07

atores, novos papéis e, de repente, o cenário é outro.

De uma linearidade maniqueísta bipolar, o mundo que estudava atento as perspectivas do pentagrama de Kissinger se vê frente a possibilidades que vão desde a ampliação da geometria do poder, com a inclusão de outros vértices, até sua redução a um pólo único, que concentra e dispersa linhas de força capazes de ver a orquestração do poder mundial.

A aceitação da existência de um planeta dominado pelas superpotências como sendo algo natural e inevitável cede lugar a uma discussão que envolve um leque tão amplo de temas que é capaz de incluir não só a identificação dessas superpotências, mas até mesmo o sentido de que essa expressão se reveste. E a partir daí, a possibilidade de sequer existirem o que hoje entendemos com tal denominação.

A idéia de que uma superpotência é uma nação que concentra poder político, econômico e militar que lhe permite uma atuação limitada apenas pela existência de outra em condições semelhantes, está sendo testada numa realidade em que o único país que permanece como remanescente dessa conceituação é, ao mesmo tempo, aquele cujo poder econômico se vê ameaçado por diferentes centros de poder, cujo poder político sente necessidade do respaldo de outras nações para impor suas decisões e cujo incontrastável poder militar tem sua atuação limitada por razões éticas e morais a que a consciência mundial vai se tornando cada vez mais sensível.

No entanto, imaginar-se que essas dificuldades vão se configurar num fator inibidor para que os Estados Unidos se mantenham na posição de única grande potência do futuro mediato é uma postura tão ingênua quanto a crença, tão ao gosto dos norte-americanos, no "excepcionalismo americano" frente à evidência histórica da ascensão e queda de todos os grandes impérios. Ou quanto à teoria do "fim da História" que pensa ter chegado, com a maior difusão do pensamento democrático e as cores do neo-liberalismo, o término das grandes contestações e a fronteira do nirvana.

Quanto à União Soviética, cuja condição de superpo-

910953

tência foi sempre matreiramente magnificada pela retórica da bipolaridade, no interesse de ambos os lados, verifica-se que são tantas as contradições internas e internacionais engendradas pelo próprio messianismo comunista que dificilmente voltará a exercer o papel central das decisões, como fez durante várias décadas.

Apesar disso, o apelo ético da Justiça Social que sempre funcionou como elemento magnético do socialismo para os idealistas e os desassistidos, não desaparece com a evidência de que o regime foi incapaz de dar-lhe conseqüências práticas. Por isso, não se pode descartar a hipótese de que novas lideranças possam decidir pela volta ao exercício de um papel mais significativo na cena internacional, até mesmo como mecanismo para reaglutinar as forças políticas internas, numa tentativa de superação do visível processo de fragmentação por que passa aquele país.

Nesse quadro, a influência da nova Europa que nasce no próximo ano é também uma incógnita. Uma posição de rivalidade com os Estados Unidos, visível na rodada Uruguai do GATT, pode vir a ser benéfica para áreas periféricas como a América Latina. Mas no jogo internacional das potências econômicas, é muito pouco provável que benefícios desta natureza constituam qualquer preocupação significativa.

Há, porém, uma grande lição da experiência da Europa Ocidental que deve servir como estímulo aos esforços de integração de nossos países - a de que é possível realizá-la, mesmo havendo diferenças no tamanho das economias, mesmo havendo razões históricas que, durante algum tempo, alimentaram suspeitas e preconceitos entre as nações envolvidas.

Uma Europa que parte decididamente para a quebra das potências econômicas que unifica a própria moeda, um dos mais significativos símbolos da soberania nacional, que chega a vislumbrar uma união política depois de séculos de lutas entre os respectivos povos, traz algo de novo para ser pensado. Entre nós, o Mercosul é um passo significativo. Mas é preciso que a vontade política evidenciada pelos governos encontre resposta numa postura aberta e cooperativa da sociedade civil, e que a mídia não se

3109163

09

transforme em caixa de ressonância para eventuais divergências que possam ocorrer no desenrolar do processo, reacendendo querelas que o espírito aberto dos mais lúcidos já há muito sepultou.

Outra incógnita é até onde irá a presença do Japão como potência.

Numa indiscutível liderança mundial sob a ótica econômica, o país carece de outros fatores capazes de levá-lo ao exercício de uma influência mais notável na comunidade internacional. Embora muito mais armado do que geralmente se supõe, o Japão não faz alarde de seus meios militares, o que cria a imagem de permanente subordinação aos interesses de defesa dos Estados Unidos.

O Professor F.A Mediamley, da Universidade de Nova Gales do Sul, chama atenção para o fato de que "o Japão já é o terceiro maior orçamento militar no mundo. Nos últimos anos, investiu grandes recursos no desenvolvimento de seu Exército. Conseqüentemente, sua reserva militar convencional atinge níveis comparáveis aos das superpotências". E ainda acrescenta outros dados significativos em relação à Marinha e à Força Aérea. (Tóquio se ausenta da política mundial, in A Nova Desordem Mundial 2, World Media).

No entanto, um "perfil baixo" propositalmente assumido ajudou a não despertar resistências à invasão capitalista japonesa no leste e sudeste asiáticos, já que não vinha associada às marcas de seu expansionismo anterior à 2a. Guerra, e a partir daí, a penetrar significativamente pelas fronteiras do Ocidente, e de forma notável, no coração mesmo da economia norte-americana.

A falta de vocação até agora demonstrada pelos japoneses para influenciar politicamente nos grandes temas mundiais não permite, porém, que se possa pensar naquele país como uma potência capaz de decisões ao estilo dos Estados Unidos, da União Soviética, ou mesmo, na medida em que se revelem os resultados da união programada do que possa vir a ser resolvido no seio de um Parlamento Europeu.

Mas será inútil qualquer estudo prospectivo relativo ao mundo do início dos anos 2000 que não leve em conta o que poderá

estar ocorrendo no Oriente Médio. Alí, o entrechoque dos interesses regionais, envolvendo componentes étnicos, econômicos, históricos, políticos e religiosos acontece sobre um mar de petróleo e portanto sobre o próprio sangue da economia das potências mundiais. Por outro lado, uma tentativa de significação que tente reduzir tudo a este último tipo de interesse está certamente fadada a insucesso como fator confiável de análise.

Desconhecer os sentimentos de revolta e de injustiça da nação palestina, minimizar a importância política de choque entre semitas e xiitas, esquecer que um possível estado curdo criado a partir do enfraquecimento do Iraque levará a problemas em todo o Curdistão e portanto, ao Irã, à Turquia e à União Soviética, não levar em conta que há uma urgência nova de participação nos povos submetidos a xeques e emires retrógados, reduzir a importância dos justos ressentimentos entre árabes e judeus, serão pecados tão graves quanto deixar de perceber que toda esta problemática é alimentada e multiplicada pelo jogo de interesses das grandes potências, que apóiam, armam, bloqueiam ou combatem aquelas nações segundo o que lhes parece melhor no momento.

O que resulta deste cenário mundial, esboçado em largas pinceladas, é que a América Latina precisa, com urgência, entenda-se, definir seus grandes interesses comuns, esquecer problemas menores e integrar-se num bloco coeso para definir seus próprios caminhos. Não se pode nem dizer que é chegado o momento para tal postura afirmativa, porque a verdade é que o tempo da retórica grandiloqüente há muito já passou. Todo o esforço que se faça envolverá, em primeiro lugar, uma tentativa de recuperação de décadas perdidas em mútuas desconfianças, em ações isoladas junto a credores poderosos que denominam de regras de mercado as regras que eles mesmo fazem, em esforços para superar os reflexos internos de uma Guerra Fria cuja inutilidade os próprios protagonistas centrais se encarregam de demonstrar posteriormente. E tudo isto com preço pago em moeda forte, em atraso social e em vidas irrecuperáveis.

É esta decisão que a América Latina precisa tomar se pretende, como bloco, ter alguma influência futura nos destinos mundiais. No momento, continua a valer ante os olhos das grandes

9109163

As Forças Armadas Sul-Americanas deverão colaborar, com seus governos, para o fortalecimento e ampliação do atual processo de integração latino-americano, procurando transcendê-lo do cunho econômico para o campo político. O BRASIL, dentro desta premissa, colocou um dispositivo na sua Constituição - Constituição Federal de 1988 - voltado para esta integração (Parágrafo único, Art 4º, dos Princípios Fundamentais).

Caberá aos nossos estadistas a busca de diluição de antagonismos regionais e o estreitamento de vínculos, visando o processo de integração, bem como acelerar o incremento dos interesses econômicos em âmbito sul-americano.

A relação meios-tempo é bastante reduzida, resultando na necessidade de uma busca imediata das idéias acima levantadas.

Gostaríamos de terminar a apresentação do nosso tema com a reflexão de JAMES FALLOWS:

"A única razão de uma nação manter Forças Armadas é para defender os interesses definidos por sua política. E o único caminho de se julgar se o estabelecimento militar está adequado, ou não, é perguntar se ele pode sustentar os compromissos que a nação fez".

Pela atenção o nosso "muito obrigado".

Q1091163

5. CONCLUSÕES

O mundo está vivendo um processo de aceleração da mudança histórica. O impacto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia teve consequências profundas sobre o relacionamento humano e sobre a vida das nações.

Ainda é prematuro afirmar o que será o mundo na virada do século e a seguir, mas é improvável que as mudanças venham a criar estruturas políticas que, no futuro previsível, tornem prescindível a capacidade militar. A América do Sul não pode, portanto, descurar de sua defesa, numa era de mudanças cujos resultados são ainda incertos.

As Forças Armadas Sul Americanas deverão inserir-se neste mundo em mutação orientando seu preparo de modo a enfatizar a profissionalização e a prontidão operativa, o desempenho tecnológico e a mobilidade, dentro da premissa de que, no mundo tecnológico de hoje, a capacidade técnico-operacional é aspecto decisivo.

O preparo assim delineado exige desenvolvimento de tecnologias adequadas e a evolução de doutrinas e procedimentos herdados do passado histórico e da "Guerra Fria" e deve ter por propósitos, em estrita consonância com as Constituições Nacionais e as Leis Nacionais, a dissuasão de ameaças à integridade e à soberania nacionais, o apoio às leis e à ordem, em águas e no espaço aéreo sob jurisdições nacionais, em questões que transcendam a missão e a capacidade dos sistemas policiais e a contribuição à ordem internacional, em cooperação e sob mandato internacional.

Complementarmente, devem as Forças Armadas continuar sua participação em atividades relacionadas com a vida nacional, o apoio ao desenvolvimento, o atendimento às populações atingidas por dificuldades circunstanciais e outras de natureza similar, para as quais elas possam contribuir sem prejuízo para sua missão de defesa e procurar cada vez mais, no âmbito da América do Sul, encontrar uma forma de segurança cooperativa em face da nova ordem política internacional.

9109163

Pelas peculiaridades da América do Sul, o tipo de serviço militar, a vigorar, deverá ser a circunscrição, pela ação proporcionada a uma larga parcela da juventude de nossos países. Haverá uma tendência para o aumento do "núcleo-base" das organizações, bem como a necessidade de parcelas profissionais para "pronto emprego" em Forças de Reação ou dissuasão.

A formação das Forças Armadas Sul-Americanas desenvolver-se-á dentro de aspectos culturais e particulares de cada Nação e será fruto das eventuais transições entre modelos de desenvolvimento econômico e social porque passam as Nações do Continente.

O grau de profissionalização terá níveis diferenciados e será função das implicações do quadro interno.

910916

- Unidades com plena integridade organizacional, de efetivos e dotações completos e ampla mobilidade tática. As navais e aéreas com relativa mobilidade estratégica

- Estrutura de Apoio Logístico com fluxos de bens e de serviços de configuração idêntica, na paz e na guerra, dotando-a, ainda de capacidade de ampliação imediata, através de mobilização, na iminência de um conflito armado externo.

- Busca, cada vez maior, de material de emprego militar, de fabricação nacional;

- Busca dos aspectos qualificativos e não quantitativos na evolução das organizações e efetivos;

-Imprescindibilidade de criação de modernos e versáteis sistemas C^3I e de Guerra Eletrônica; e

- Preservação dos compromissos político-militares, em vigor, nos diversos países.

O amplo espectro de possíveis perfis de conflitos, no que concerne, não só à diversidade dos ambientes operacionais envolvidos como também à natureza e ao vulto das respostas militares, leva a necessidade das organizações acima mencionadas serem apoiadas por sistemas de armas convencionais, de alta letalidade. As limitações serão inúmeras ante a exigüidade dos recursos e o vulto das barreiras tecnológicas a serem levantadas pelo "Primeiro Mundo".

4. Adequação das Forças Armadas sul-americanas ao seu papel no mundo do século XXI.

Nos países sul-americanos tem havido debates nacionais de modo velado e sutil em alguns, de modo direto e exarcebado em outros, sobre o papel das Forças Armadas Nacionais, sobre a necessidade e conveniência de seus reequipamentos, sobre sua eficiência e, até mesmo, sobre suas próprias razões de existir. Embora sejam a vitrina destas ações, as Forças Armadas sul-americanas não poderão ficar tímidas e apáticas. Há necessidade de um esforço político no sentido de obter-se um considerável incremento da parcela do PIB destinado à Defesa Nacional e à estruturação das Forças Singulares, conforme planejamento nacional.

Basicamente as Forças Armadas sul-americanas continuarão com a missão de defender a Pátria, manter a Soberania e a Integração Nacional.

As suas capacitações operacionais deverão se voltar para as Concepções Estratégicas de suas Nações e respaldar a atuação do Estado em toda a área de interesse do País. Deverão estas Forças terem os seguintes encargos adicionais:

- Participações em Defesa Interna e Territorial;
- Participar de atividades, complementares, em auxílio à infra-estrutura social da Nação.

A organização orientar-se-ia pelos seguintes preceitos gerais:

- Forças de natureza convencional com acentuada densidade tecnológica;

91091063

Num cenário tão amplamente diversificado como o que procuramos esboçar, as nações latino-americanas devem definir muito claramente opções e prioridades quanto ao uso de suas Forças Armadas. A recomposição, modernização e adequação de meios militares constituem temas muito sensíveis em nações como as nossas, que se debatem com críticos problemas de desenvolvimento que, após a "década perdida" dos anos 80, aumentaram em dimensão e urgência.

Além disso, o fato de a maioria dos países da América Latina haver estado até não muito tempo atrás, sob governos militares, contribui para uma ótica distorcida por parte de políticos e da população em geral quanto à necessidade de gastos com a defesa.

Redespertar a consciência nacional para essa realidade, sem exageros xenófobos ou complexos perscrutórios, é tarefa imediata, quando se quer pensar numa presença militar para os anos 2000, pois não se desconhece que qualquer decisão neste sentido exige tempo de maturação e de implementação.

Com um conhecimento mais amplo das necessidades de seus países e um senso crítico cada vez mais aguçado, com um poder reivindicatório e um sentido de participação nas decisões nacionais que crescem com o exercício da democracia, os segmentos mais atuantes da população precisam estar informados das razões das políticas e estratégias globais adotadas, pois desta compreensão nascerá seu imprescindível apoio.

Isto pode ser feito sem um detalhamento que coloque em risco a eficácia de qualquer eventual operação militar, pois o que importa é, sobretudo, entender que existem ameaças latentes ou explícitas, e que é do interesse da própria nação contar com um dispositivo que impeça a concretização dos riscos contidos em tais ameaças.

Como, aliás, acontece nas nações desenvolvidas.

9109163

. não é provável a existência de superpotências, no sentido que hoje é dado à essa expressão;

. os Estados Unidos tenderão, como potência militarmente mais forte, a buscar respaldo da ONU para as intervenções que sejam de seu interesse;

. para tanto, os Estados Unidos procurarão justificar tais intervenções com razões de ordem ética, de ampla aceitação;

. entre essas razões se incluem a problemática ambiental, o narcotráfico, o acesso às fontes de energias e as ameaças ao regime democrático representativo;

. as potências militares terão descartado o uso do armamento nuclear por motivos morais e ambientais, mas manterão uma reserva dissuasória;

. a União Soviética será uma potência regional significativa, mas seu envolvimento com os problemas políticos e econômicos internos vai levar à busca de um alinhamento cada vez maior com as posições da Europa e dos Estados Unidos;

. a potência militar emergente será o Japão, preocupado fundamentalmente com a incerteza do futuro da China;

. o Japão terá descoberto, numa América Latina mais estável, um mercado atraente para seus investimentos externos;

. o Oriente Médio não terá resolvido seus problemas, permanecendo como palco de pressões e de confrontos;

. a América Latina continuará num processo de integração lento, mas constante, influenciada por disputas entre os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão;

. a dívida externa da América Latina terá se tornado um problema menos angustiante por haver a banca internacional se convencido de que lhe é mais conveniente continuar a receber alguma coisa do que não receber nada;

. a pretexto de sua incorporação à modernidade, a América Latina sofrerá pressões de natureza variada em nome do "senso planetário de destino comum".

91-9163

sam se apresentar com o peso estratégico adequado.

Com essa preocupação, a própria articulação das Forças Armadas, ou seja, o dispositivo militar resultante da localização de suas unidades e órgãos dentro do território nacional, deverá refletir as alterações do posicionamento político e estratégico da nação face a hipóteses de guerra ou hipóteses de conflito consideradas.

Um dos aspectos mais perceptíveis da manifestação do Poder Nacional é a "presença militar", pela própria evidência dessa presença. Daí o seu uso como fator de dissuasão. Razões de economicidade de meios (eficiência) e de atingimento de resultados (eficácia) devem conduzir a um questionamento que, no caso em que a dissuasão seja o propósito, permita responder adequadamente à indagação: dissuadir quem em relação a quê?

A resposta a tal indagação será o motor das mudanças que os novos tempos impõem ao pensamento militar de nossas nações e pode ter como resultados concretos, alterações inclusive na estrutura das Forças Armadas. Se as ameaças mudam não apenas de atores, mas de natureza, é preciso estar aberto a transformações em posturas tradicionais, por mais respeitáveis que tenham sido ao longo do tempo.

É claro que o papel das Forças Armadas não se limita ao aspecto que até aqui foi discutido, mas certamente todos os ângulos de sua atuação serão beneficiados por este modo de pensar.

Neste sentido, é possível visualizar os exercícios conjuntos das Forças Armadas de nossos países como o embrião de uma integração que, para certos aspectos específicos de suas respectivas missões, sinaliza um caminho a ser aprofundado com decisão e interesse.

Para melhor compreensão do sentido que deve ser dado à "presença militar" no início do próximo século, é interessante retomar de forma resumida, algumas das considerações anteriores quanto aos cenários mundiais possíveis naquela oportunidade:

diável a necessidade de uma nova diplomacia e de novas instituições e regimes reguladores para enfrentar a crescente interdependência ambiental do mundo", deixa entrever um supeitoso posicionamento intervencionista, que só não se mantém no terreno das suposições porque ela completa: "Em linhas gerais, a definição geralmente aceita dos limites da soberania nacional como coincidentes com as fronteiras nacionais é obsoleta".

Sem pretendermos assumir uma posição alarmante, vale notar que não se trata de voz isolada, e que manifestações no sentido da internacionalização da Amazônia, para ficar com o exemplo mais freqüente, não são coisa nova. Enquanto afirmativas dessa natureza tiverem lugar apenas no seio da sociedade civil, devemos reconhecer que o livre direito de opinião e de expressão é um dado indispensável das democracias. O problema poderá surgir se os governos, sob a justificativa de representarem a vontade das respectivas nações, resolverem fazer eco a tais posições e a agir em consonância com elas.

Aí, é necessário que as Forças Armadas estejam preparadas para exercer o seu papel constitucional e possam respaldar as posições políticas assumidas pelo governo em nome da nação ameaçada. O sentido de peso estratégico por elas representado fica bastante claro na medida em que são consideradas como atores capazes de influenciar decisivamente no desfecho do processo.

Esta capacidade não se liga necessariamente ao resultado de um hipotético enfrentamento militar, mas precisa estar presente como fator de dissuasão, para que possíveis antagonismos tenham que levar em conta os custos da implementação de quaisquer decisões que atentem contra o que cada nação considera como seus objetivos vitais.

No caso do Brasil, quando consideramos que questões de fronteiras são episódios histórica, cultural, militar e politicamente encerrados, eventuais atentados contra a soberania nacional serão fenômenos de outra natureza, e por isso mesmo, as instituições militares devem repensar o seu papel, para que pos-

der Nacional para atingimento dos Objetivos Nacionais.

Num quadro de relações internacionais definido por uma tônica de integração, os Objetivos Nacionais irão refletir, necessariamente, em tudo que couber, essa postura, a qual, se não é nova como discurso, o é como prévio. Maiormente, quando a tira dos interesses comuns vai sendo tecida de tal maneira que não há como escapar, em benefício geral, do exame de problemas que transcendem as fronteiras dos países e, em alguns casos, assumem dimensões planetárias. As nações pertencem aos nacionais, mas o planeta é de todos.

O meio ambiente, o narcotráfico e a disponibilidade de energia são exemplos de preocupações que certamente continuarão vigentes no início do século XXI, e que, por sua natureza global, envolverão delicadas relações entre os países em vias de desenvolvimento e as nações identificadas por sociedades afluentes e consumistas.

É inevitável que, em alguns momentos, surjam conflitos entre posições éticas que todos defendemos e a necessidade de opor barreiras a tentativas espúrias de intervenção nas decisões soberanas que a cada nação compete tomar. É evidente que a cooperação entre diferentes governos, qualquer que seja a latitude em que se encontrem, será sempre um caminho adequado e eficaz para a solução de problemas comuns, mas há no ar alguma coisa além disto.

Se certas posições defendidas por grupos ou organizações vierem a ser encampadas por Governos, é necessário estar preparado para fazer frente a pressões inaceitáveis. Quando a Sra. Jessica T. Matheus, membro da hierarquia do World Resources Institute e da Associação Americana para o Progresso da Ciência, e que alguns anos dirigiu um dos escritórios do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, escreve no Foreign Affairs que seu país precisa redefinir o conceito de segurança nacional para "incluir questões demográficas, ecológicas e de recursos naturais", e depois de reconhecer as dificuldades dos países em desenvolvimento para enfrentar problemas dessa natureza, que é ina

potências a afirmativa única e pragmática de um ex-Secretário de Estado norte-americano de que "os parâmetros da História não passam pela América Latina".

Caso contrário, será necessário conformar-se na passividade tradicional, alimentadora do atraso e do ressentimento, espasmodicamente sacudida por eventuais "iniciativas" de parceiros poderosos, sempre que sentem no ar o cheiro de que algo não vai bem em sua área de influência ou de que é preciso reforçar sua influência na área, por receio do avanço de outras potências.

Neste cenário de entendimento e de integração, as Forças Armadas vão ter o que dizer.

3. Importância estratégica das instituições militares

Em grandes linhas, estratégia é a arte de aplicar poder para, superando óbices, atingir objetivos. Neste sentido, o peso estratégico de qualquer elemento do poder se revela por sua participação na definição da capacidade que tem aquele poder de superar os óbices que se antepõem ao atingimento dos objetivos a serem alcançados.

Ao estudar as principais dimensões ou aspectos do poder, Karl Deutrich, em sua Análise das Relações Internacionais, se detém sobre o que denomina de peso do poder, que ele identifica como "a influência de um ator sobre determinado processo" para chegar à conceituação de que "é a capacidade com que esse ator pode alterar a probabilidade de seu desfecho".

A dinâmica do poder, que nos leva a vê-lo como poder em ação identifica a existência de um permanente processo cujo desfecho será fruto da capacidade de atuação dos atores intervenientes. No caso específico do Poder Nacional, entre esses atores se situam, necessariamente, as Forças Armadas cujo peso estratégico será função do papel que lhes for atribuído para o dimensionamento do peso do poder. Em outras palavras, o peso estratégico das Forças Armadas será proporcional à sua participação na atuação do Po

22.22

THE APELL NEWSLETTER

THE NEWSLETTER OF THE UNEP/IEO NETWORK DEDICATED TO AWARENESS AND PREPAREDNESS FOR EMERGENCIES AT LOCAL LEVEL

A supplement to the UNEP/IEO Industry and Environment *Review*

number 3 1991

7297

Guest editorial

Bahrain hosted the first APELL Seminar/Workshop in November 1988. Our interest arose from the concern of His Excellency the Prime Minister and His Excellency the Minister of Health, Chairman of the Environmental Protection Committee, about environmental issues, especially those resulting from industrial accidents. APELL was found to provide the best means of coordination among those concerned with prevention, preparedness and response at local level, and has been officially adopted in Bahrain.

A coordinating committee, with representatives from all relevant ministries and industries, will ensure proper implementation of the programme. Eight scenarios are shortly to be discussed and approved by the committee.

I am not surprised at the success of APELL/. UNEP/IEO has done much to encourage the commitment of interested countries. Moreover, the APELL *Handbook* is simple, comprehensive and professionally produced.

Finally, a word of thanks to all those supporting APELL.

Khalid Fakhro
Vice-Chairman, Bahrain Environmental Protection Committee

THE APELL NEWSLETTER

Editor: J. Stevens
Editorial Board: J. Aloisi de Larderel, G. Baker, O. El-Kholy, L. Jourdan, J. Makris, A. Rojas Gutierrez, C. R. Young

This publication was designed and produced by Words and Publications, Oxford, UK, and is printed on recycled paper.

Neither UNEP/IEO nor any person acting on behalf of the APELL project is responsible for the use made of the information contained in this newsletter. The views expressed in it do not necessarily represent those of UNEP. Material from this publication may be reproduced with due acknowledgment.

UNEP

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME
INDUSTRY AND ENVIRONMENT OFFICE (UNEP/IEO)

39-43, QUAI ANDRE CITROEN
75739 PARIS CEDEX 15, FRANCE
TEL: 33 (1) 40 58 88 50
FAX: 33 (1) 40 58 88 74
TELEX: 204 997 F

TWO YEARS ON ...

To mark APELL's two-year anniversary, UNEP/IEO invited 35 representatives of governments, industry, NGOs and international organizations, from 19 countries, to a meeting of the APELL Senior Level Expert Advisory Group. This was held in Paris during 3–5 December 1990. What follows is a highly condensed report of the proceedings.

The APELL Handbook has now been translated into six languages and widely disseminated. The original print run of 4500 copies in English sold out within nine months and a further 3000 copies were printed. Over 6000 copies in English, French and Spanish have been distributed by UNEP/IEO.

Six Seminar/Workshops have been held: one at local, four at national and one at regional level. A total of 633 people attended. Technical assessment missions have been carried out in Tunisia and Colombia (*see 'APELL Training Events', page 3*).

APELL has been presented at many joint workshops and seminars. Joint activities are being undertaken with, among others, OECD, IAEA, UNIDO, UNDRO and WHO. The APELL *Newsletter* is the link to the APELL network, which is developing all over the world.

Participants stressed that UNEP's APELL initiative was particularly timely in their countries—because it is evidence of international backing for attempts to reduce industrial accidents and because it provides a means of bringing government and industry together to do so.

The Advisory Group concluded that APELL had been a most useful initiative and deserved further support. It recommended:

- more emphasis on accident prevention (adequate plant siting, greater attention to plant safety, etc.);
- continuation of field activities and general technical support;
- development of human resources, through education and training;
- further development of networking with other international organizations, especially the UN regional Economic Commissions;
- more emphasis on accident prevention including adequate plant siting and greater attention to plant safety;
- continued development of the APELL partnership of government, industry and NGOs and strong involvement of industry, especially top management.

continued on page 2 ...

01.08 9109164

TWO YEARS ON ...

Country reports

Bahrain

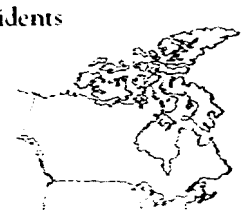
An APELL Seminar/Workshop was held in November 1989. Recommendations included creation of an APELL Co-ordinating Group and Programme; completion of Response Manuals and the National Plan for Emergency Response; and the organization of drills and training programmes. There is still a reluctance by industry to make all possible information available and it has been decided that creation of community awareness will be tackled only after completion of the National Plan. (*Contact: K. Fakhro, Vice-Chairman, Environmental Protection Committee, P.O. Box 26909, Manama*)

Brazil

A pioneer APELL seminar has been held at Cubatao, São Paolo State, because there is a concentration of 21 high-risk industries and because some awareness and planning already exists.

Eight other cities are now interested. However, there is a need to develop APELL in other states, which are geographically and culturally very different from São Paolo. There is a proposal to organize a national conference and establish a national APELL project. Pilot projects need to be developed in other states. Finally, existing activities need to be reinforced: distribution of the APELL *Handbook*; development of local civil defence organizations; and clearer definition and understanding of risk management. (*Contact: Dr A. Rossin, CETESB, Av. Prof. Federico Hermann Jr 354, CEP 05489, São Paulo S.P.*)

Canada

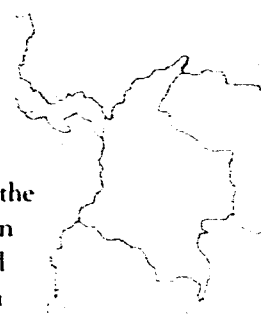


The Major Accidents Industrial Co-ordinating Committee (MIACC) includes the same partners as the APELL process. It:

- publishes a newsletter
- holds an annual conference
- has organized a workshop on hydrofluoric acid safety
- runs risk management projects
- has a software program to help companies plan emergency response
- has put OECD's spill reporting form into use
- does pilot work in Alberta on buffer zones.

(*Contact: Pierre Brien, Emergency Preparedness Canada, 122 Bank Street, 2nd Floor, Ottawa, Ontario K1A 0W6*)

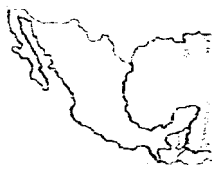
Colombia



UNEP/IEO cooperated with the Disaster Prevention and Attention Office and the Colombian Safety Council in organizing a national APELL Seminar/Workshop, in association with UNDRO. There is a need to follow this up to ensure successful continuation.

The Workshop had drawn on experience of incorporating APELL into existing projects. In Baranquilla, the APELL methodology has been useful in planning for integration of the activities of the different APELL partners. In Puente Aranda, the petroleum sector Mutual Aid Group has used APELL to integrate its activities with those at national level. Both have used APELL to develop community participation. APELL is a methodology which can be adapted as well as adopted. (*Contact: R. A. Rojas Gutierrez, Consejo Colombiano de Seguridad, Carrera 20 No. 39-62, Apartado Aéreo 6839, Bogota, DE 6839*).

Mexico



ANIQ has developed the PREP programme, which adapts CAER and APELL to Mexico's needs. It is being implemented by the chemical industry's Industrial Mutual Aid Groups. A pilot project has been launched in Cosoleacaque.

An emergency system for chemical transportation (SETIQ) is due to become operational in summer 1991.

There is an opportunity to help senior managers understand that awareness and preparedness activities have economic value. (*Contact: Ing. J. Montemayor Dragonne, Asociacion de la Industria Quimica, Providencia 1118, Col. del Valle, Mexico 03100 D.F.*)

The Philippines

An APELL Seminar/Workshop has been held in connection with the Integrated Risk Management Project being carried out by UNEP, IAEA, UNIDO and WHO for the Laguna del Bay area. The result of the Workshop was the formation of a Coordinating Group for this area.

The Toxic Substances and Hazardous and Nuclear Wastes Control Act, 1990, gives broad powers in law to the Department of Environment and Natural Resources (DENR) and gives the public rights of access to information.

DENR has created NGO desks, in its regional offices, to coordinate with more than 600 NGOs that are potential partners in the APELL process. (*Contact: D. J. Ganapin Jr, Environmental Management Bureau, DENR, 6th Floor, Philippine Heart Centre Building, East Avenue, Diliman, Quezon City, 3008 Metro, Manila*)

910964

THE APELL NEWSLETTER

THE NEWSLETTER OF THE UNEP/IEO NETWORK DEDICATED TO AWARENESS AND PREPAREDNESS FOR EMERGENCIES AT LOCAL LEVEL

A supplement to the UNEP/IEO Industry and Environment *Review*

number 3 1991

Guest editorial

Bahrain hosted the first APELL Seminar/Workshop in November 1988. Our interest arose from the concern of His Excellency the Prime Minister and His Excellency the Minister of Health, Chairman of the Environmental Protection Committee, about environmental issues, especially those resulting from industrial accidents. APELL was found to provide the best means of coordination among those concerned with prevention, preparedness and response at local level, and has been officially adopted in Bahrain.

A coordinating committee, with representatives from all relevant ministries and industries, will ensure proper implementation of the programme. Eight scenarios are shortly to be discussed and approved by the committee.

I am not surprised at the success of APELL/. UNEP/IEO has done much to encourage the commitment of interested countries. Moreover, the APELL *Handbook* is simple, comprehensive and professionally produced.

Finally, a word of thanks to all those supporting APELL.

Khalid Fakhro
Vice-Chairman, Bahrain Environmental Protection Committee

THE APELL NEWSLETTER

Editor: J. Stevens
Editorial Board: J. Aloisi de Larderel, G. Baker, O. El-Kholy, L. Jourdan, J. Makris, A. Rojas Gutierrez, C. R. Young

This publication was designed and produced by Words and Publications, Oxford, UK, and is printed on recycled paper.

Neither UNEP/IEO nor any person acting on behalf of the APELL project is responsible for the use made of the information contained in this newsletter. The views expressed in it do not necessarily represent those of UNEP. Material from this publication may be reproduced with due acknowledgment.

UNEP

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME
INDUSTRY AND ENVIRONMENT OFFICE (UNEP/IEO)

39-43, QUAI ANDRE CITROEN
75739 PARIS CEDEX 15, FRANCE
TEL: 33 (1) 40 58 88 50
FAX: 33 (1) 40 58 88 74
TELEX: 204 997 F

TWO YEARS ON ...

To mark APELL's two-year anniversary, UNEP/IEO invited 35 representatives of governments, industry, NGOs and international organizations, from 19 countries, to a meeting of the APELL Senior Level Expert Advisory Group. This was held in Paris during 3–5 December 1990. What follows is a highly condensed report of the proceedings.

The APELL Handbook has now been translated into six languages and widely disseminated. The original print run of 4500 copies in English sold out within nine months and a further 3000 copies were printed. Over 6000 copies in English, French and Spanish have been distributed by UNEP/IEO.

Six Seminar/Workshops have been held: one at local, four at national and one at regional level. A total of 633 people attended. Technical assessment missions have been carried out in Tunisia and Colombia (*see 'APELL Training Events', page 3*).

APELL has been presented at many joint workshops and seminars. Joint activities are being undertaken with, among others, OECD, IAEA, UNIDO, UNDRO and WHO. The APELL *Newsletter* is the link to the APELL network, which is developing all over the world.

Participants stressed that UNEP's APELL initiative was particularly timely in their countries—because it is evidence of international backing for attempts to reduce industrial accidents and because it provides a means of bringing government and industry together to do so.

The Advisory Group concluded that APELL had been a most useful initiative and deserved further support. It recommended:

- more emphasis on accident prevention (adequate plant siting, greater attention to plant safety, etc.);
- continuation of field activities and general technical support;
- development of human resources, through education and training;
- further development of networking with other international organizations, especially the UN regional Economic Commissions;
- more emphasis on accident prevention including adequate plant siting and greater attention to plant safety;
- continued development of the APELL partnership of government, industry and NGOs and strong involvement of industry, especially top management.

continued on page 2 ...

9109164

TWO YEARS ON ...

Country reports

Bahrain

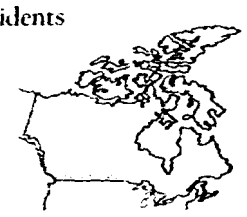
An APELL Seminar/Workshop was held in November 1989. Recommendations included creation of an APELL Co-ordinating Group and Programme; completion of Response Manuals and the National Plan for Emergency Response; and the organization of drills and training programmes. There is still a reluctance by industry to make all possible information available and it has been decided that creation of community awareness will be tackled only after completion of the National Plan. (*Contact: K. Fakhro, Vice-Chairman, Environmental Protection Committee, P.O. Box 26909, Manama*)

Brazil

A pioneer APELL seminar has been held at Cubatao, São Paolo State, because there is a concentration of 21 high-risk industries and because some awareness and planning already exists.

Eight other cities are now interested. However, there is a need to develop APELL in other states, which are geographically and culturally very different from São Paolo. There is a proposal to organize a national conference and establish a national APELL project. Pilot projects need to be developed in other states. Finally, existing activities need to be reinforced: distribution of the APELL *Handbook*; development of local civil defence organizations; and clearer definition and understanding of risk management. (*Contact: Dr A. Rossin, CETESB, Av. Prof. Federico Hermann Jr 354, CEP 05489, São Paulo S.P.*)

Canada

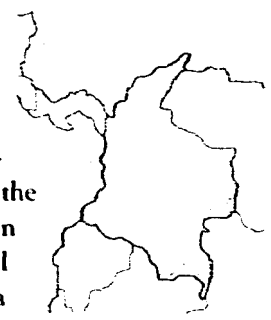


The Major Accidents Industrial Co-ordinating Committee (MIACC) includes the same partners as the APELL process. It:

- publishes a newsletter
- holds an annual conference
- has organized a workshop on hydrofluoric acid safety
- runs risk management projects
- has a software program to help companies plan emergency response
- has put OECD's spill reporting form into use
- does pilot work in Alberta on buffer zones.

(*Contact: Pierre Brien, Emergency Preparedness Canada, 122 Bank Street, 2nd Floor, Ottawa, Ontario K1A OW6*)

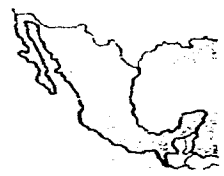
Colombia



UNEP/IEO cooperated with the Disaster Prevention and Attention Office and the Colombian Safety Council in organizing a national APELL Seminar/Workshop, in association with UNDRO. There is a need to follow this up to ensure successful continuation.

The Workshop had drawn on experience of incorporating APELL into existing projects. In Baranquilla, the APELL methodology has been useful in planning for integration of the activities of the different APELL partners. In Puente Aranda, the petroleum sector Mutual Aid Group has used APELL to integrate its activities with those at national level. Both have used APELL to develop community participation. APELL is a methodology which can be adapted as well as adopted. (*Contact: R. A. Rojas Gutierrez, Consejo Colombiano de Seguridad, Carrera 20 No. 39-62, Apartado Aéreo 6839, Bogota, DE 6839*).

Mexico

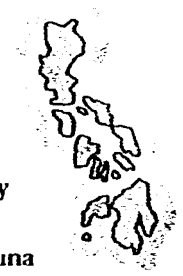


ANIQ has developed the PREP programme, which adapts CAER and APELL to Mexico's needs. It is being implemented by the chemical industry's Industrial Mutual Aid Groups. A pilot project has been launched in Cosoleacaque.

An emergency system for chemical transportation (SETIQ) is due to become operational in summer 1991.

There is an opportunity to help senior managers understand that awareness and preparedness activities have economic value. (*Contact: Ing. J. Montemayor Dragonne, Asociacion de la Industria Quimica, Providencia 1118, Col. del Valle, Mexico 03100 D.F.*)

The Philippines



An APELL Seminar/Workshop has been held in connection with the Integrated Risk Management Project being carried out by UNEP, IAEA, UNIDO and WHO for the Laguna del Bay area. The result of the Workshop was the formation of a Coordinating Group for this area.

The Toxic Substances and Hazardous and Nuclear Wastes Control Act, 1990, gives broad powers in law to the Department of Environment and Natural Resources (DENR) and gives the public rights of access to information.

DENR has created NGO desks, in its regional offices, to coordinate with more than 600 NGOs that are potential partners in the APELL process. (*Contact: D. J. Ganapin Jr, Environmental Management Bureau, DENR, 6th Floor, Philippine Heart Centre Building, East Avenue, Diliman, Quezon City, 3008 Metro, Manila*)

910864

Tunisia

A three-stage programme has been established:

- a diagnostic mission in the industrial zone of Gabès in October 1989;
- a local Seminar/Workshop, in collaboration with the Groupe Chimique de Gabès, in November 1990;
- a national consciousness-raising conference scheduled for 1991.

The Gabès training event brought together engineers who had never met, despite working on the same site; raised awareness of the dangers; attracted the interest of the media; and obtained government agreement in principle to accept the involvement of the industrial sector in the regional commission for the organization of emergency services in the event of natural catastrophes. (*Contact: M. El Cadhi, Directeur, ATSACT, 14 Avenue des Etats Unis d'Amérique, 1002 Tunis*)

The 1991/1993 APELL Programme

A new APELL programme is being prepared for 1991/1993, describing in detail the goals, activities and strategies to take APELL forward. Activities will include further Seminar/Workshops, plus follow-up activities to support the consequent APELL programmes and the creation of further technical support. Details of technical documents will be announced in the Newsletter as they become available.

There were many offers from participants of help, in cash, kind or moral support. The Bahrain government will arrange to translate the *Handbook* into Arabic. The Japan Chemical Industry Association will try to arrange for its translation into Japanese. The Swiss government has recently offered cash help to the programme. Support has been excellent but, of course, more is always needed.

The full Summary Report of the APELL Advisory Group meeting is available from UNEP/IEO.

APELL WORLD-WIDE

On 6 March 1990 Dr Tolba, the Executive Director, wrote to UNEP's official channels of communication, asking both for the identification of an APELL Focal Point in each country and for information about activities being undertaken related to APELL. A further letter went from Mme Aloisi de Larderel, the Director of UNEP/IEO, in August 1990. So far, 63 countries have responded. About half of those which gave information had already undertaken some APELL-related activities. None of the developing countries that responded has a regulatory framework already in place. The responses provide evidence of a great deal of interest in APELL worldwide. There were many requests for help from UNEP/IEO. Countries which are just starting along the APELL path are particularly anxious to receive documentation and technical advice, while those which are further along are most concerned to receive help with training.

The Summary Report of the APELL Advisory Group Meeting has been sent to all APELL Focal Points. If you would like to know the Focal Point (if any) for your country, please contact UNEP/IEO.

UNEP/IEO is always pleased to hear from Focal Points about the APELL activities their countries are undertaking.

APELL NEWSLETTER

number 3 1991

APELL training events

Since the last newsletter, APELL Seminar/Workshops have been held in:

- Mexico—July 1990—for the Latin America and the Caribbean Region;
- Gabès, Tunisia—November 1990— for the Gabès Industrial Centre; and
- Bogota—November 1990—for Colombia.

Preparatory meetings were held in Ensenada, Buenos Aires, Argentina in November 1990.

APELL and related subjects are presented during the seminar. Concrete recommendations for implementing APELL are developed during the workshop, in which participants work in groups of 10–15 people, of different backgrounds, on problems relevant to their own situations, using the information provided to them during the seminar. Each group produces not only a two-page set of action-orientated recommendations but also a 15-minute presentation of the group's discussions and main findings, to be given to the plenary session. Final harmonized recommendations are included in the report of the meeting and serve as the basis for follow-up activities.

APELL has also been presented at events in Addis Ababa, Budapest and Kiev.

News from the secretariat

C. R. (Bob) Young is returning to Canada in March, at the end of his two-year secondment to APELL supported by the Dow Chemical Company and the International Council of Chemical Associations (ICCA). UNEP expresses its gratitude for his enormous contribution to the programme's first two years, to Bob himself and to Dow for sharing him, and looks forward to continuing both contacts in the service of APELL.

In his place, we welcome Dr David Thwaites, who is being seconded for two years from the Shell Group (Europe) with support from the ICCA. Dr Thwaites comes from the chemicals side of Shell's operations. His present post is based in The Netherlands and is concerned with advising the Board on the technical aspects of investment proposals. Previously he spent ten years at operational level, including four years as a plant manager at Shell's Rotterdam chemical works, a spell as Operating Superintendent (Chemicals) at Stanlow (Liverpool, UK) and finally a period as Supply Manager (UK).

Janet Stevens has replaced Cesar Córdova Novion as half-time consultant working on APELL. Mr Córdova Novion has returned to Mexico, where he is working on the PREP Programme of the Asociacion Nacional de la Industria Quimica (ANIQ), a programme similar to APELL.

9109164

APELL NEWSLETTER

number 3 1991

APELL-related materials

APELL Handbook in Italian: translation arranged by Ente Nazionale Idrocarburi. *(Contact: Dr Renzo Raimondi, ENI, 00144 Roma, Piazzale Enrico Mattei 1)*

Storage of Hazardous Materials: UNEP/IEO Technical Report Series No 3. Presents the main requirements for safe warehousing: key responsibilities, legal and regulatory aspects, appreciation of product hazards, choice of location and buildings, role of good warehouse management, fire prevention and environmental protection. FF 180, from UNEP/IEO.

Simulation Exercise (for 14+ participants): in Spanish. Presents problems arising from collision between two trucks. *(Contact: Dr A. C. Rossin, CETESB, Av. Prof. Federico Hermann Jr, 354, CEP 05489, São Paolo S.P., Brazil)*

Responsible Chemical Manufacturing: series of four videos, produced by Videotel International in conjunction with UNEP, WHO and CEFIC. Subjects: 'Safety First'; 'On-Site Emergency Response'; 'Off-Site Emergency Planning'; 'Community Awareness—The Right to Know'. *(Contact: Videotel Marine International Ltd, Ramillies House, 1/2 Ramillies Street, London W1V 1DE, United Kingdom.)*

Cooperative activities

International Labour Office (ILO): in June 1990 the International Labour Conference adopted Convention No 170 and Recommendation No 177 concerning Safety in the Use of Chemicals at Work. A Code of Practice on the Prevention of Major Industrial Accidents was adopted by a meeting of Experts on the Prevention of Major Hazards in October 1990; this will be published after approval has been received from the Governing Body of the ILO. A Code of Practice on safety in the use of chemicals is in preparation. (Contact: ILO, 4 Route des Morillons, CH-1211 Geneva 22, Switzerland)

Major Industrial Accidents Co-ordinating Committee (MIACC): organizes Canada's Emergency Response (ER) Conference Series. The next annual event will be held in Calgary, Alberta, 28-30 May 1991. The conference theme is 'The Technological Response to Dangerous Substance Accidents'. *(Contact: Pierre Brien, Emergency Preparedness Canada, 122 Bank Street, 2nd Floor, Ottawa, Ontario, Canada)*

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD): the Ad Hoc Group of Experts on Accidents Involving Hazardous Substances is holding its 5th and final Workshop during 22–26 April 1991 in Tokyo. The subject is 'Human Factors'. OECD Environment Monograph No. 30, *The Role of Public Authorities in Preventing Major Accidents and in Major Accident Land Use Planning*, was published in July 1990. The associated *Guiding Principles on Accidents involving Hazardous Substances* is to be published in 1992. UNEP/IEO is cooperating in the production of an international directory of emergency response centres, to be published later in 1991. *(Contact: OECD Chemicals Division, 2 Rue André-Pascal, 75775 Paris Cedex 16, France)*

UN Economic Commission for Europe: in the process of drafting a Convention on the Transboundary Impacts of Industrial Accidents. *(Contact: UNECE, Palais des Nations, CH1211 Geneva 10)*

Wirtschaftskongress, 27–28 February 1991 in Cologne, Germany: APELL is being presented to an audience of businessmen and business students in a Workshop on business and the environment.

WHO Panafrican Centre for Emergency Preparedness and Response: established in March 1989 in Addis Ababa, Ethiopia, with the main aim of training trainers to fight such catastrophes as epidemics, famine and floods. Publishes a bulletin called *The Ark* and is in the process of setting up a documentation unit—more than 1000 reference materials have been catalogued so far. The Centre is preparing a map of health emergency-prone areas. *(Contact: The Director, WHO Panafrican Centre for Emergency Preparedness and Response, UN ECA Building, Addis Ababa, Ethiopia.)*

Comments

'We ... received the 26 diskettes of the MS/DOS version of CAMEO ... courtesy of the American makers ... The IPCS also sent us more than 100 volumes of *Environmental Health Criteria*. Tommy Rosenberg wrote about the status of the (HIE) Handbook. Allen Wells (CAER Ontario, Canada) also reiterated his offer of assistance. With all this help from all over, I think our project is bound to be a success.'
Professor G. L. Peralta, National Engineering Centre, University of the Philippines.

'It was my pleasure to hear your informative and educative lecture on APELL ... during the Seminar on Hazard Assessment and Disaster Mitigation in Process Industries at Madras during December 1990. The book you showed me during the lecture is exhaustive and informative.'
B. Karunakaran, Senior Engineer, Safety, Peroxides India Ltd

'The (Latin America and the Caribbean) Seminar/Workshop has provided us with ideas and methods for increasing the awareness of both industry and surrounding inhabitants.'
Paul Saunders, Research Officer, Office of Disaster Preparedness, Jamaica

9109164

Tunisia

A three-stage programme has been established:

- a diagnostic mission in the industrial zone of Gabès in October 1989;
- a local Seminar/Workshop, in collaboration with the Groupe Chimique de Gabès, in November 1990;
- a national consciousness-raising conference scheduled for 1991.

The Gabès training event brought together engineers who had never met, despite working on the same site; raised awareness of the dangers; attracted the interest of the media; and obtained government agreement in principle to accept the involvement of the industrial sector in the regional commission for the organization of emergency services in the event of natural catastrophes. (*Contact: M. El Cadhi, Directeur, ATSACT, 14 Avenue des Etats Unis d'Amérique, 1002 Tunis*)

The 1991/1993 APELL Programme

A new APELL programme is being prepared for 1991/1993, describing in detail the goals, activities and strategies to take APELL forward. Activities will include further Seminar/Workshops, plus follow-up activities to support the consequent APELL programmes and the creation of further technical support. Details of technical documents will be announced in the Newsletter as they become available.

There were many offers from participants of help, in cash, kind or moral support. The Bahrain government will arrange to translate the *Handbook* into Arabic. The Japan Chemical Industry Association will try to arrange for its translation into Japanese. The Swiss government has recently offered cash help to the programme. Support has been excellent but, of course, more is always needed.

The full Summary Report of the APELL Advisory Group meeting is available from UNEP/IEO.

APELL WORLD-WIDE

On 6 March 1990 Dr Tolba, the Executive Director, wrote to UNEP's official channels of communication, asking both for the identification of an APELL Focal Point in each country and for information about activities being undertaken related to APELL. A further letter went from Mme Aloisi de Larderel, the Director of UNEP/IEO, in August 1990. So far, 63 countries have responded. About half of those which gave information had already undertaken some APELL-related activities. None of the developing countries that responded has a regulatory framework already in place. The responses provide evidence of a great deal of interest in APELL worldwide. There were many requests for help from UNEP/IEO. Countries which are just starting along the APELL path are particularly anxious to receive documentation and technical advice, while those which are further along are most concerned to receive help with training.

The Summary Report of the APELL Advisory Group Meeting has been sent to all APELL Focal Points. If you would like to know the Focal Point (if any) for your country, please contact UNEP/IEO.

UNEP/IEO is always pleased to hear from Focal Points about the APELL activities their countries are undertaking.

APELL NEWSLETTER

number 3 1991

APELL training events

Since the last newsletter, APELL Seminar/Workshops have been held in:

- Mexico—July 1990—for the Latin America and the Caribbean Region;
- Gabès, Tunisia—November 1990—for the Gabès Industrial Centre; and
- Bogota—November 1990—for Colombia.

Preparatory meetings were held in Ensenada, Buenos Aires, Argentina in November 1990.

APELL and related subjects are presented during the seminar. Concrete recommendations for implementing APELL are developed during the workshop, in which participants work in groups of 10–15 people, of different backgrounds, on problems relevant to their own situations, using the information provided to them during the seminar. Each group produces not only a two-page set of action-orientated recommendations but also a 15-minute presentation of the group's discussions and main findings, to be given to the plenary session. Final harmonized recommendations are included in the report of the meeting and serve as the basis for follow-up activities.

APELL has also been presented at events in Addis Ababa, Budapest and Kiev.

News from the secretariat

C. R. (Bob) Young is returning to Canada in March, at the end of his two-year secondment to APELL supported by the Dow Chemical Company and the International Council of Chemical Associations (ICCA). UNEP expresses its gratitude for his enormous contribution to the programme's first two years, to Bob himself and to Dow for sharing him, and looks forward to continuing both contacts in the service of APELL.

In his place, we welcome Dr David Thwaites, who is being seconded for two years from the Shell Group (Europe) with support from the ICCA. Dr Thwaites comes from the chemicals side of Shell's operations. His present post is based in The Netherlands and is concerned with advising the Board on the technical aspects of investment proposals. Previously he spent ten years at operational level, including four years as a plant manager at Shell's Rotterdam chemical works, a spell as Operating Superintendent (Chemicals) at Stanlow (Liverpool, UK) and finally a period as Supply Manager (UK).

Janet Stevens has replaced Cesar Córdova Novion as half-time consultant working on APELL. Mr Córdova Novion has returned to Mexico, where he is working on the PREP Programme of the Asociacion Nacional de la Industria Quimica (ANIQ), a programme similar to APELL.

APELL NEWSLETTER

number 3 1991

APELL-related materials

APELL Handbook in Italian: translation arranged by Ente Nazionale Idrocarburi. *(Contact: Dr Renzo Raimondi, ENI, 00144 Roma, Piazzale Enrico Mattei 1)*

Storage of Hazardous Materials: UNEP/IEO Technical Report Series No 3. Presents the main requirements for safe warehousing: key responsibilities, legal and regulatory aspects, appreciation of product hazards, choice of location and buildings, role of good warehouse management, fire prevention and environmental protection. FF 180, from UNEP/IEO.

Simulation Exercise (for 14+ participants): in Spanish. Presents problems arising from collision between two trucks. *(Contact: Dr A. C. Rossin, CETESB, Av. Prof. Federico Hermann Jr, 354, CEP 05489, São Paolo S.P., Brazil)*

Responsible Chemical Manufacturing: series of four videos, produced by Videotel International in conjunction with UNEP, WHO and CEFIC. Subjects: 'Safety First'; 'On-Site Emergency Response'; 'Off-Site Emergency Planning'; 'Community Awareness—The Right to Know'. *(Contact: Videotel Marine International Ltd, Ramillies House, 1/2 Ramillies Street, London W1V 1DE, United Kingdom.)*

Cooperative activities

International Labour Office (ILO): in June 1990 the International Labour Conference adopted Convention No 170 and Recommendation No 177 concerning Safety in the Use of Chemicals at Work. A Code of Practice on the Prevention of Major Industrial Accidents was adopted by a meeting of Experts on the Prevention of Major Hazards in October 1990; this will be published after approval has been received from the Governing Body of the ILO. A Code of Practice on safety in the use of chemicals is in preparation. (Contact: ILO, 4 Route des Morillons, CH-1211 Geneva 22, Switzerland)

Major Industrial Accidents Co-ordinating Committee (MIACC): organizes Canada's Emergency Response (ER) Conference Series. The next annual event will be held in Calgary, Alberta, 28-30 May 1991. The conference theme is 'The Technological Response to Dangerous Substance Accidents'. *(Contact: Pierre Brien, Emergency Preparedness Canada, 122 Bank Street, 2nd Floor, Ottawa, Ontario, Canada)*

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD): the Ad Hoc Group of Experts on Accidents Involving Hazardous Substances is holding its 5th and final Workshop during 22–26 April 1991 in Tokyo. The subject is 'Human Factors'. OECD Environment Monograph No. 30, *The Role of Public Authorities in Preventing Major Accidents and in Major Accident Land Use Planning*, was published in July 1990. The associated *Guiding Principles on Accidents involving Hazardous Substances* is to be published in 1992. UNEP/IEO is cooperating in the production of an international directory of emergency response centres, to be published later in 1991. *(Contact: OECD Chemicals Division, 2 Rue André-Pascal, 75775 Paris Cedex 16, France)*

UN Economic Commission for Europe: in the process of drafting a Convention on the Transboundary Impacts of Industrial Accidents. *(Contact: UNECE, Palais des Nations, CH1211 Geneva 10)*

Wirtschaftskongress, 27–28 February 1991 in Cologne, Germany: APELL is being presented to an audience of businessmen and business students in a Workshop on business and the environment.

WHO Panafrican Centre for Emergency Preparedness and Response: established in March 1989 in Addis Ababa, Ethiopia, with the main aim of training trainers to fight such catastrophes as epidemics, famine and floods. Publishes a bulletin called *The Ark* and is in the process of setting up a documentation unit—more than 1000 reference materials have been catalogued so far. The Centre is preparing a map of health emergency-prone areas. *(Contact: The Director, WHO Panafrican Centre for Emergency Preparedness and Response, UN ECA Building, Addis Ababa, Ethiopia.)*

Comments

'We ... received the 26 diskettes of the MS/DOS version of CAMEO ... courtesy of the American makers ... The IPCS also sent us more than 100 volumes of *Environmental Health Criteria*. Tommy Rosenberg wrote about the status of the (HIE) Handbook. Allen Wells (CAER Ontario, Canada) also reiterated his offer of assistance. With all this help from all over, I think our project is bound to be a success.'
Professor G. L. Peralta, National Engineering Centre, University of the Philippines.

'It was my pleasure to hear your informative and educative lecture on APELL ... during the Seminar on Hazard Assessment and Disaster Mitigation in Process Industries at Madras during December 1990. The book you showed me during the lecture is exhaustive and informative.'
B. Karunakaran, Senior Engineer, Safety, Peroxides India Ltd

'The (Latin America and the Caribbean) Seminar/Workshop has provided us with ideas and methods for increasing the awareness of both industry and surrounding inhabitants.'
Paul Saunders, Research Officer, Office of Disaster Preparedness, Jamaica

08.08

9109164

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 29JUL91 al 04AG091

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

II.- ASUNTOS

A.- CUMBRE DE GUADALAJARA

1.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES ~~SIN TIERRA (M.S.T.)~~

1.- ANTECEDENTES

El Movimiento SIN TIERRA habría iniciado sus actividades en 1963 y pasado a la clandestinidad luego del golpe militar de 1964, reapareciendo ante la opinión pública con la realización de campamentos en 1978. A partir de ese momento comienza una gran actividad de agitación, manifestaciones, ocupación de establecimientos rurales, enfrentamientos con las fuerzas enviadas a desalojarlos, etc.

Se calcula que integran este movimiento unos 12 millones de personas de 19 Estados del BRASIL, aunque los mayores problemas de agitación y ocupaciones han ocurrido en RIO GRANDE DEL SUR (R.G.S.).

2.- OBJETIVOS

El objetivo principal es lograr una Reforma Agraria,- primer paso en la lucha por la transformación de la sociedad. - - Otros objetivos coyunturales son: a)luchar por una sociedad sin - explotados ni explotadores; b) mantenerse como un movimiento de - masa autónomo dentro del movimiento sindical para la conquista de la reforma agraria; c)organizar los trabajadores rurales de base; d)estimular la participación de los trabajadores rurales en el -- sindicato y en el partido político; e) dedicarse a la formación - de cuadros y la construcción de una dirección política de los trabajadores rurales; f) articularse en la unidad con los trabajadores de la ciudad y AMERICA LATINA.

3.- IDEOLOGIA Y ESTRATEGIA

De acuerdo a sus actividades, contactos y procedimientos debemos ubicar al Movimiento como de neto corte marxista.
Su estrategia se basa en la explotación política de la situación que viven millones de campesinos que no poseen tierra, instruyéndolos y adoctrinándolos permanentemente a fin de que cumplan las siguientes tareas: acciones de masa, ocupaciones y campamentos, -

NO 2.-

enfrentamientos a la fuerza del orden, vida comunitaria y auto de-- fensa una vez recibida la tierra.

Claro indicio de su adoctrinamiento político y virulencia es la plataforma reivindicatoria que sustenta: "OCUPAR, RESIS-- TIR, PRODUCIR" y "TIERRA NO SE RECIBE, SE QUITA OCUPANDO".

4.- ORGANIZACION

Existe una Junta Ejecutiva y una coordinadora a nivel - nacional, comisiones Estaduales y Municipales y núcleos de campesinos, estos últimos encargados de realizar las tareas encomendadas - por los órganos de comando y coordinación.

Existen organismos especializados que se dedican a tareas específicas: a) Regional de Articulación, realiza el reclutamiento y movilización de campesinos, obreros de la ciudad y desempleados; b) Regional de Campamentos, responsable de la decisión de ocupación, organización y funcionamiento de los campamentos, así como el adoctrinamiento político y la instrucción de sus integrantes; c) Regional de Asentamientos, entra en funciones cuando les es adjudicada la -- tierra, evita que sea dividida y organiza un sistema de vida comunitaria, con un sistema de auto defensa con armas cortas, rifles, escopetas de caza, etc..

5.- CONEXIONES CON ORGANIZACIONES NACIONALES Y EXTRANJERAS

a.- NACIONALES

CENTRAL UNICA DE TRABAJADORES (CUT), CONFERENCIA NACIONAL DE OBISPOS DE BRASIL (CNBB) a través de la Comisión Pastoral de la Tierra y las Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), PARTIDO TRABALHISTA, PARTIDO COMUNISTA DE BRASIL y PARTIDO COMUNISTA BRASILEÑO.

b.- EXTRANJEROS

Se han denunciado instrucción y adoctrinamiento de - sus líderes en CUBA y se han constatado visitas de uruguayos y nicaraguenses a sus asentamientos, en misiones de la misma índole. El Centro Internacional de Cooperación para el Desarrollo Agrícola (CICDA) con sede en FRANCIA firmó un acuerdo con el gobierno de R.G.S. para apoyar al Movimiento, a fin de mejorar la producción en sus asenta--- mientos.

6.- MEDIDAS GUBERNAMENTALES PARA SOLUCIONAR EL PROBLEMA

Como respuesta al problema de los trabajadores rurales - sin tierra, el Gobierno estableció un "Plan Nacional de Reforma Agraria", que contempla el reparto de 36.000.000 hás. en un plazo máximo de cuatro años, el que marcha muy lentamente ya que las adquisiciones se pagan con Títulos de la Deuda Agraria (TDA) que no merecen -- confianza a los propietarios.

El INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACION Y REFORMA AGRARIA (INCRA), es la organización estatal encargada de coordinar el Plan, adquirir las tierras y asentar a los colonos; fundamentalmente en - los Estados de RIO GRANDE DEL SUR y MATTO GROSSO.

El último asentamiento previsto por el Gobierno brasileño se encuentra ubicado en el Municipio de SANTA ANA DO LIVRAMENTO a unos 2.000 metros de la línea divisoria con nuestro país.

7.- CONCLUSIONES

a.- El M.S.T. de clara orientación marxista, con una -- agresiva plataforma reivindicatoria, en razón de sus antecedentes, la posesión de armas, su adoctrinamiento y sus actividades, debe -- considerarse como un movimiento violentista que acorde con la situación política por la que atraviesa BRASIL puede transformarse en un verdadero foco de tensión.

b.- Dado que sus principales actuaciones se realizan en RIO GRANDE DEL SUR y algunas de ellas muy cercanas a nuestra frontera, significan un peligro potencial directo por sus posibilidades - de operar en nuestro territorio e indirecto por posibles vinculaciones con organizaciones afines en nuestro país.

c.- Llama la atención que el gobierno brasileño, teniendo a su disposición un enorme territorio (8,5 millones de kms. de - superficie), procure asentar integrantes de este movimiento sobre - nuestra frontera, ya que ello puede afectar en un futuro muy cercano las relaciones con nuestro país.-

II.- ASUNTOS

A.- CUMBRE DE GUADALAJARA

Entre los días 18 y 19 de julio se llevó a cabo en GUADALAJARA (MEXICO) la primera CUMBRE IBEROAMERICANA DE JEFES DE ESTADO Y GOBIERNO. En este evento se reunieron por primera vez los Mandatarios de 21 países y 5 invitados especiales: los Secretarios Generales de la O.N.U y de la O.E.A., el Director del BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, el Secretario de la CEPAL y el Director de la UNESCO.

Este encuentro fue convocado por el Presidente mexicano CARLOS SALINAS DE GORTARI y preparado por una comisión integrada por MEXICO, ESPAÑA y BRASIL. Estos dos últimos países serán sedes del segundo y tercer encuentro respectivamente, en 1992 y 1993.

Paralelamente se llevaron a cabo una serie de reuniones entre los mandatarios intervinientes, llegándose en algunas de ellas a acuerdos de importancia.

- Se realizaron dos encuentros dentro del marco del MERCOSUR, divulgándose un comunicado conjunto donde se encomienda a los Cancilleres de los países integrantes del MERCOSUR, estudiar las posibles formas y oportunidades de integrar a BOLIVIA y CHILE.

Al término de la Cumbre los participantes firmaron la "DECLARACION DE GUADALAJARA", siendo los principales puntos de la misma los siguientes:

- La cumbre se institucionalizará como organismo permanente con el nombre de "CONFERENCIA IBEROAMERICANA".

- Se establece la necesidad de reestructurar todos los foros multilaterales, en especial el sistema de NACIONES UNIDAS.

- Se indica la importancia de estimular la creación de una CAMARA DE COMERCIO IBEROAMERICANA.

- Se destaca la importancia de la educación y la cultura y se manifiesta la intención de promover encuentros iberoamericanos en las diversas áreas del pensamiento y de la creación cultural, intensificando los vínculos entre las instituciones iberoamericanas de nivel superior, destacándose la necesidad de promover programas de intercambio cultural.

- Se reafirma que es obligación del Estado de Derecho promover y garantizar la plena vigencia de los Derechos Humanos. "A partir de nuestros propios esfuerzos y sobre la base de una cooperación internacional amplia, no selectiva y no descriminatoria, estamos decididos a conformar un acervo iberoamericano en el ámbito de los Derechos Humanos que consolide conductas de respeto, libertad y armonía en lo político, lo jurídico, lo económico y lo social".

- Se expresa el compromiso de realizar "un proceso de profundo reajuste de nuestras economías, con el objeto de lograr con eficiencia la recuperación y el crecimiento".

- Se subraya "el compromiso de desplegar los esfuerzos necesarios para dar cumplimiento a las metas definidas en la Cumbre Mundial en favor de la Infancia. Para eso se impulsará la formación de los Programas Nacionales de Acción destinados a promover la supervivencia, protección y el desarrollo integral de la niñez iberoamericana".

- Se indica el compromiso de "realizar consultas para alentar una cooperación más amplia y acrecentar los intercambios que permitan impulsar políticas comunes, que promuevan el óptimo aprovechamiento de las ventajas que se derivan de la pertenencia a una misma comunidad".

En la última parte de la Declaración de GUADALAJARA, los mandatarios participantes establecen una serie de objetivos sobre: Vigencia del Derecho Internacional, desarrollo económico y social y educación y cultura.

CONCLUSIONES:

1.- El encuentro de GUADALAJARA fue una reunión de naciones heterogéneas (democráticas y autoritarias, capitalistas y socialistas, desarrolladas y sub-desarrolladas) pero con un profundo

9109165

elemento de unión: la identidad cultural.

2.- La iniciativa partió de ESPAÑA que refleja la idea de formar una mancomunidad iberoamericana con las antiguas provincias de ultramar, lo que además de darle prestigio en 1992, cuando la reunión se realice en ese país coincidiendo con los festejos del Descubrimiento de América, le permitirá sentarse a la mesa de la EUROPA unificada como genuino representante de los intereses de la mancomunidad iberoamericana.

3.- La nación convocante, MEXICO, es precisamente la más ambivalente en su política internacional: por un lado se dispone a integrarse económicamente con EE.UU. y por otro defiende su identidad cultural mostrando con esta reunión su voluntad de mantener una real diversificación de relaciones. Su poder de convocatoria puede mejorar su capacidad de negociación en el MERCO NORTE y ser a la vez en el futuro un puente entre la AMERICA LATINA y la ANGLO-SAJONA.

4.- CUBA ha alternado con las democracias latinoamericanas, sin que se le exigiera ningún compromiso de cambio político o económico y pudo reafirmar libremente en este foro la defensa de su modelo marxista-leninista. No obstante, esta fue la última oportunidad para anunciar voluntariamente, los cambios inevitables que debe hacer para integrar su economía a las de la región, ante los problemas insolubles de un déficit anual de 4.000 millones de dólares.

5.- BRASIL por su parte, continúa llevando adelante una "política de prestigio" que le permita mantener su liderazgo en la región y atender sus intereses, lo que se manifestó en críticas a las naciones desarrolladas y en un relativo apoyo al líder cubano.

6.-Los Presidentes de BRASIL y ARGENTINA, suscribieron un acuerdo mediante el cual ambos países se comprometen a no fabricar la bomba atómica y a no instalar armas nucleares de terceros países en sus territorios.

7.-CHILE Y COLOMBIA decidieron reanudar sus relaciones consulares y comerciales con CUBA.

8.-Finalmente, los logros tangibles de la reunión se lograron en encuentros bi o trilaterales (ARGENTINA-BRASIL, MEXICO-COLOMBIA-VENEZUELA, etc.) y no en la reunión general, cuya declaración final, necesariamente

genérica es más una enunciación de buenos propósitos que un documento para la acción. De todas maneras hay que destacar la importancia de las relaciones personales entre los Presidentes, lo que favorece las futuras relaciones y negociaciones.

11 January 1991

ECONOMIC REPORT

Subject: USSR - Economic Activities of the KGB

DOI: December 1990

Evaluation: F - 2

TgbNr.: 0024/91 VS-NfD

Summary:

Soviet enterprises make use of the offer of the KGB to provide them with economic intelligence.

The following was learnt from the Soviet Ministry of Internal Affairs:

According to the report of a KGB press officer (responsible for Moscow), already a number of state enterprises, cooperatives and joint ventures make use of the offer of the KGB to provide firms engaged in foreign trade with economic information.

The KGB is ready to make confidential examinations of the solvency and business quality of foreign partners and to actively protect the business secrets of their customers. There is also a lively demand for the investigation of cases of corruption among the employees of the enterprises concerned.

Note:

Already in spring 1990 the chairman of the KGB (PRAVDA, 30 January 1990) had announced that his organization wanted to provide Soviet enterprises with economic intelligence (e.g. information about the general development in the economic situation abroad, market analyses, etc.). The piece of information available now confirms that this offer is obviously accepted and that, additionally, the KGB acts as an "information bureau" or "works protection force".

No information about the scope of the above-mentioned activities has been available so far; the report confirms, however, that the activities of the KGB abroad have by no means been reduced.

21 January 1991

ECONOMIC REPORT

Subject: USSR - Size and Activities of the Economic Mafia

DOI: December 1990

Evaluation: F - 3

Summary: The Soviet economic mafia is no coherent and clearly structured organization. On the contrary, the so-called mafia is divided into small groups all over the country. Mafia-like methods (in the sense of corrupting of officials involved) exist at the senior-official level of agencies supervising special sections of the militia, the KGB and the CPSU. Through "black-market deals" of mafia groups, the USSR "lost" at least 100 billion rubles in 1990.

TgbNr: 0052/91 VS-NfD

Report:

Soviet high-level economic experts made the following comments:

1. The Soviet economic mafia is no coherent and clearly structured organization. On the contrary, the so-called mafia is divided into small groups all over the country which usually "fight for themselves." An exception is the so-called cotton mafia which wants to uphold the monocultures in Uzbekistan and is active also on a supraregional level.

2. Mafia-like methods (meaning the corrupting of officials involved) exist mainly at senior-official level of agencies supervising the OBCHS (1), the KGB and the CPSU. It is seen as unlikely that stepped-up KGB activity will result in a major consolidation of the economic structures.

3. Through "black-market deals" of mafia groups, the USSR "lost" at least 100 billion rubles in 1990, for instance by

   - speculation with moonshine liquor (some 35 billion rules),
   - illegally obtained bonuses (some 25 billion),
   - sale of black-market goods (some 17.5 billion),
   - theft and resale of merchandize (some 7.5 billion),
   - narcotics deals and drug-related crimes (some 5 billion),
   - bribes (some 3 billion) and
   - illegal cutting-down of trees and poaching (roughly 1 billion).

Comment:

1. The report confirms our view that the "Soviet mafia" is not - as the name might suggest - a strictly centralized organization throughout the country. In Soviet usage, it means groups whose criminal activities (in the economic sector) are "sanctioned" by close links with official agencies wielding politico-economic power. These mafia groups may well be small "gangs" numbering a few members. But it can be assumed that there is a tendency toward concentration in this field since, the bigger they are, the influence, power and "competitiveness" of these criminal gangs is likely to rise out of proportion. This means that, in the absence of effective countermeasures, these groups are expected to grow and their structure is likely to be more centralized.

2. The amounts of money listed in the report are probably no figures on the damage done by these black-market deals, but of the turnover achieved in the particular sectors. It is not possible to quantify the damage to the Soviet economy, because these activities also have positive effects in some respects and because there is almost no telling what the damge has been and to whom (for instance, moonshine liquor is an additional merchandize for the Soviet population which is "worse off" only to the extent that it has to pay "higher" prices).

3. It generally poses major problems to estimate the amount of black-market activities. This is complicated by the very

(1) Sections of the militia for the fight against theft of socialist property and against profiteering

vaguely defined designation of "mafia". All this shows that the above figure of 100 billion rubles for 1990 (as well as the components making up this sum) are nothing more than a rough yardstick of the dimension of the economic mafia activities. But it is evident that the shady activities of the Soviet mafia have attained a major proportion. A comparison of this "turnover" with the official Soviet national product reveals that the black-market transactions make up roughly 10 percent of the GNP.

4. However, the total volume of the shadow economy should be much larger since major portions of the shadow economy are conducted without mafia involvement, for instance, moonlighting in the service sector, speculation with scarce consumer goods by commercial employees or foreign exchange trading. These are activities which are currently (still) taking place without organized-crime "protection". Quite realistic Soviet estimates on the volume of the shadow economy put the income from such activities not covered by the official economy - depending on what definition is used - at 150 - 240 billion rubles p.a. or between 16 and 25 percent of the Soviet GNP.

5. Particularly alarming is the development of organized black-market activities. They are no doubt penetrating more and more into wide sectors of the economic and political life. The Soviet leadership has absolutely realized what dangers this might entail. This process (which is also a source of major worry for the population) is to be stopped by stepped-up controls and "tougher" laws. Frequently, this rise in organized crime in the economic sector is used as legitimation for a reversal in the (economic) reform policy (which is "sold" to the public mostly as a temporary slowdown of the pace of reforms for purposes of stabilization). Whether the currently practiced methods of applying the instruments of the command economy for containing the mafia activities will be successful is seriously doubted, to say the least, in view of the progressing decay in the economy, the close links between government institutions and the shadow economy, the partly powerless position of the central authority and the general moral decline in the USSR.

29 January 1991

SUPPLEMENTARY POLITICAL REPORT

Subject: USSR - YELTSIN - A Challenge for GORBACHEV

Cutoff Date: Late January 1991

TgbNr: 0015/91 VS-NfD

Summary:

See pages 2 and 3

01.14 91091707

I. Summary:

1. His Career

YELTSIN, who was born in the same year as GORBACHEV (1931), can look back on a remarkable vocational and party career. Director of a building combine in Sverdlovsk, there also oblast party chief, party chief of Moscow, candidate member of the Politburo and finally president of parliament of the RSFSR have up to now been the stages in his vocational career. As election results and opinion polls show, he is mainly backed by the population which pins all its hopes on him.

2. His Political Position

YELTSIN missed no opportunity to detach himself from the party. He was the first to openly establish a group in the Supreme Soviet (Interregional Group); at the CC plenary meeting he was the only one to vote against the draft program ("platform") of the CPSU. He demands the withdrawal of the party from authorities and enterprises and the conversion of the CPSU into a parliamentary party. His relationship with the KGB is strained. The RSFSR is to receive its own security agencies which are independent of the KGB. Ex-KGB General KALUGIN has reportedly been employed by him as security adviser.

As far as the nationalities policy is concerned, he wants to establish a Russian core union consisting of the RSFSR, Byelorussia, the Ukraine and Kazakhstan. Other republics are to join on a confederative basis. In the conflict of Moscow with the Baltic republics, he has adopted a clear attitude and promised active solidarity.

In terms of foreign policy, the East European countries can, in YELTSIN`s opinion, no much longer resist the attraction of the EC sooner or later. He deems it absolutely necessary,

9109170

though, that Russia also turns to China, Japan, and South Korea.

3. His Withdrawal from the CPSU

With his withdrawal from the CPSU (12 July 1990) toward the end of the 28th Party Congress, he obviously wanted to keep aloof from the quarrels of a perishing rightist party in order to be able to present himself with a more or less clear record next year to the population as candidate for the office of president of the RSFSR to be established newly.

4. YELTSIN - President of the USSR?

In the course of the growing loss of power of the union leadership, YELTSIN has more and more become the political key figure in the Soviet Union. The planned second meeting of the new Federation Council could clarify not only the positions of the two leaders but also delineate the future direction of the political processes in the country.

II. Report:

1. Vocational Career and Party Work in Sverdlovsk

Boris YELTSIN (59) can look back with the same pride both on his vocational career and his party career. Upon completion of his training as construction engineer, he started his career at the age of 24 as master of a technical office for town planning, and within eight years, worked his way up from a controller and chief engineer, to the director of this office. At the age of 32, he was already chief engineer, shortly afterwards director of a large building combine in Sverdlovsk.

In 1961 the son of a farmer (born in the same year as GORBACHEV)
from the village of Butka, approx. 200 kilometers west of Sverdlovsk, joined the CPSU. In 1968 he changed over from production to the party on a full-time basis and in 1976 reached the summit of his local party career as First Secretary of the oblast party committee of Sverdlovsk - a position he held for nearly ten years.

2. Higher Political Orders

GORBACHEV vehemently tried to foil YELTSIN`s election for chairman of the Supreme Soviet of the Russian Federation in May 1990. Only a few hours before the election, the Soviet President had still tried to influence 250 Communist deputies to this effect and afterwards left for Canada. Nevertheless, YELTSIN was elected the next day. His adversaries, as YELTSIN put it, had remained true to themselves. Their crude actions had been the best propaganda for him.

With his election as chairman of the Supreme Soviet of the RSFSR (29 May 1990), Boris YELTSIN, deputy of the People`s Congress of the USSR, has reached the (preliminary?) climax of his political career. He had been forced to leave other top positions of his political career partly already after a short

period: The post of the Moscow party chief (1985-1987), the membership in the Presidium of the Supreme Soviet of the USSR (1984-1985 and 1986-1988). Moreover, he had to give up the status of Politburo candidate (1986-1988). Since his replacement as party chief of Moscow (successor ZAYKOV), he, having the rank of minister, has acted as First Deputy Chairman of the USSR State Construction Committee. After his unmistakable degradation - in the Nomenklatura process normally the political death - Soviet officials already then did not rule out a "political comeback" for YELTSIN.

3. Strong Support Among the Population

His return to the political business took place relatively rapidly and with the unmistakable support of the population: For the union elections on 26 March 1989 he had been offered 260 candidacies in 1500 electoral districts; from the Moscow voters he received over 89% of the votes. A similarly convincing election result was achieved by YELTSIN as former oblast party chief of Sverdlovsk in the parliamentary elections of the RSFSR on 04 March 1990: Another eleven candidates were defeated by him in his home town Sverdlovsk already on the first ballot in which he received approx. 80% of the votes cast. The way to become president of parliament of the Russian republic was thus free. In a poll (September 1990) taken by the All-Union Center for Public Opinion Research to find out the most popular political official of the USRR, YELTSIN was in the lead with 34.2%. GORBACHEV was a poor second with 10.2%, followed by Anatoliy SOBCHAK with 4.9%, RYZHKOV with 2.7%, Gavriil POPOV with 2.2% and LIGACHEV with 0.3%. The result of the second question - who is the politician whose way of acting has provoked the strongest resistance in the past few months - was headed by GORBACHEV with 9.4%. He was followed by LIGACHEV with 6.9%, POLOZKOV with 3.5% and YELTSIN with 2.7%. YELTSIN`s popularity could be shattered neither by his alleged misconduct during his trip to the U.S. (September 1989) nor by an incident in Moscow (allegedly attempted murder). Allusions to excessive consumption of alcohol rather strengthened his good

relationship with the voters. After his resignation from the party at the 28th Party Congress (12 July 1990), the participants in a mass demonstration in Moscow gave him three cheers.

4. His Political Program

The "enfant terrible" of Soviet politics missed no opportunity to detach himself also politically from the prevailing view of the party.

4.1 Establishment of a Group

He was the first to openly establish a group in the Supreme Soviet, the Interregional Group, which numerous reformers have joined. He advocated the formation of factions within the CPSU and threatened with his withdrawal or the establishment of a new "Russian Party" if such factions were not admitted. At the CC plenary meeting (05-07 February 1990) he was the only one to vote against the draft program ("platform") of the CPSU for the 28th Party Congress. He maintained that position until his withdrawal from the Party.

4.2 Final Renunciation of Power of the CPSU

During the 28th Party Congress he read the delegates the riot act: The Party Congress was the last chance for a change for the better. The "way out of the dilemma" as shown by him was also his program: A democratic state with a multiparty system; conversion of the CPSU into a "party of parliamentary type" and renaming it "Party of Democratic Socialism"; acknowledgment of alternative programs ("platforms") within the CPSU; restriction of the Party Congress to a general declaration and election of only a provisional leadership; reconvening of the congress after six months or one year; alliance with all democratic forces of the country; withdrawal of the party from government agencies, enterprises and security agencies. In the evening after his appearance,

9109170

YELTSIN laconically said to the press that the delegates had not heard his message and he had to draw the consequences.

4.3 Reins for the "Monster" KGB

YELTSIN has never made a secret of his strained relationship with the KGB. When he presented his autobiography in Munich (07 March 1990), B. YELTSIN said that, in his eyes, the "monster" KGB was to be reduced to combatting corruption and to be merged with the Interior Ministry. (The maintenance of a separate foreign intelligence service remains unaffected.) At the 28th CPSU Party Congress (02 - 13 July 1990) he demanded - although without success - the withdrawal of the party also from the KGB. Only two weeks after his election as president of the parliament of the RSFSR, the Supreme Soviet of the republic decided to found its own organization for the protection of YELTSIN, which was independent of the KGB.

According to intelligence information, he employed the former KGB major general Oleg KALUGIN as his personal security adviser. In this capacity KALUGIN is to elaborate, besides the organization of the personal protection of YELTSIN, also an independent security concept for the RSFSR and the establishment of a Russian security service. This service is to operate independently of the KGB and report only to the Supreme Soviet of the RSFSR. After the respective negotiations, KGB chief KRYUCHKOV has meanwhile given his approval to the establishment of a Russian security service. This process will probably take into account the declarations of sovereignty of the Ukraine (16 July 1990) and Byelorussia (27 July 1990), which demand national armed forces and security organs and which other republics will in all probability try to imitate. This would imply a drastic reduction of tasks and personnel and loss of influence of the KGB. Gen. VOLKOGONOV is discussed as head of a Russian security council.

4.4 Against the Combination of the Offices of Head of State and Party Chief

9109170

YELTSIN with his group already early came out against the performance of the duties of head of state and party chief in personal union. He also opposed the introduction of the presidential office in the form desired by GORBACHEV from the beginning and with this criticism clearly showed GORBACHEV`s lacking legitimation by the population. The president had to be elected by the whole people, not only by the deputies of the People`s Congress. The candidate for this office had to emerge from the political struggle between several parties - a procedure he wants to introduce for his presidency in the RSFSR presumably in May 1991. Before the election of the president of the USSR a new union treaty had to be drawn up between Moscow and the republics.

4.5 New Approach in the Nationalities Policy

4.5.1 Core Union RSFSR, Ukraine, Byelorussia, Kazakhstan

YELTSIN repeatedly blamed GORBACHEV for his irresolution in implementing necessary political measures and criticized especially his nationalities policy. He has in mind the establishment of a Russian-dominated core union consisting of the republics with Russian majority or a high share of Russians (RSFSR, Byelorussia, Ukraine, Kazakhstan). The other republics should join them on a voluntary basis. YELTSIN expects that, except for the Baltic states, all other republics will take that step since he assumes that they are (economically) incapable of existing as independent states as well as that the national elites see the necessity of such a step.

YELTSIN probably sees himself as president of this new national entity. The Slavic part of the Soviet population has meanwhile regarded itself increasingly as the milch cow of the nation to which the other peoples only show ingratitude for its "generous help". As far as this project is concerned, YELTSIN can rely also on the support of the otherwise less reform-minded Russian-national forces. Especially in the Ukraine and in Kazakhstan, there were strong protests in summer 1990 against such a reorganization of the Soviet state, after SOLZHENITSYN had published similar ideas.

Only few months later, though, the continued dispute about the restrictive treaty of union submitted by GORBACHEV made just these four republics move closer together. The RSFSR entered into bilateral basic treaties with the Ukraine on 19 November 1990, with Kazakhstan on 21 November 1990 and with Byelorussia on 18 December 1990. The formation of a new "union within the union" through the merger of these four republics on a multilateral basis begins to materialize.

YELTSIN`s concept is based on the principle of the right of self-determination of the peoples which is to be valid for all

nationalities of the USSR. As a logical consequence, the parliament of the RSFSR chaired by YELTSIN laid down the primacy of republic law over union law in its declaration of sovereignty (12 June 1990). He would therefore accept only a confederative union structure as an overall constitutional order of the USSR.

It is not only on this point that YELTSIN disagrees with GORBACHEV. With his absolute rejection of any dictatorship of the central leadership and the reduction of payments to the union budget, he does not only undermine the authority of the central government agencies up to the union leadership but also deprives the central leadership in Moscow of its material basis of its rule.

4.5.2 YELTSIN`s Position in Moscow`s Conflict with the Baltic States

In the conflict of the central leadership with the Baltic states, YELTSIN has also rapidly adopted a clear attitude. On the first day after the coup d`etat-like attempt of orthodox-conservative party officials to topple the government in the Lithuanian capital Vilnius with the help of the military (11 January 1991), YELTSIN signed a basic treaty (mutual recognition as sovereign states and subjects of international law) with the President of the Estonian Parliament, RÜÜTEL, in Moscow (12 January 1991). One day later, he entered into a similar treaty with the President of the Latvian Parliament, GORBUNOVS, during his visit to Estonia. On 14 January 1991 the four top representatives of the RSFSR and the three Baltic republics called upon UN Secretary General Perez de CUELLAR to immediately convene an international conference under the auspices of the UN for the solution of the problems of the Baltic states.

In connection with the brutal military action in Lithuania and Latvia, YELTSIN expressed his regret before the Russian parliament that "Russia and the other republics have no control at all over the activities of the army which could become a tool of a few top leaders". Although he abandoned

9109170

again his ideas about the establishment of an autonomous Russian Army (14 January 1991), his statements completely disconcerted GORBACHEV as was shown by his statement before the parliament of the USSR on the subsequent day (YELTSIN obviously got out of his mind).

4.6 His Foreign-Political Approach

He deems it indispensable that Europe grows together under market economy conditions. He sees that the countries of Eastern Central and Southeast Europe are keen on joining the EC; in his eyes, it is conceivable that the European Soviet republics, too, join the EC. Given the attraction of the EC, CEMA will probably not survive much longer. Already in early March 1990 he said that the German people should decide all by itself on the membership of a united Germany in NATO or the Warsaw Pact. He deems it absolutely necessary that Russia "turns to the East", since the relations with China, South Korea and Japan have "practically frozen". Especially in respect of Moscow`s policy towards Tokyo YELTSIN rushed ahead when he advocated a return to the Kurile Islands to Japan by stages.

5. His Withdrawal from the CPSU

On 12 July 1990 Boris YELTSIN informed the participants in the Party Congress of his withdrawal from the CPSU. His comment: As head of the RSFSR he could not be bound by a political party; he wanted to serve only the people and the deputies. His decision was probably based on two principal motives: On the one hand, in his capacity as head of the republic, to keep aloof from the quarrels of a rightist party in order to be able to present himself to the population next year as a statesmanlike candidate for the office of president of the RSFSR. On the other, he obviously quite deliberately wanted to give the democratic forces in the CPSU assistance in establishing a new party. He himself regarded his withdrawal from the party as "trigger for the political explosion of the

9109170

party", as a result of which millions of CPSU members could leave the party.

As a consequence, YELTSIN`s action together with the radical reformers shifts the emphasis of the intraparty spectrum of opinions to orthodox forces and centrists and in the end reduces the CPSU to a party of the right center. IVASHKO, the new deputy of the General Secretary, will easily find his political home there.

YELTSIN`s step has not failed to have effect on the loose groups of radical reformers and also influenced the party base. Although the formation of new parties in the USSR makes rapid progress, especially at republic level, there is still no adequate organizational basis and a convincing integrationist.

Already in early August 1990 YELTSIN correctly assessed the tough resistance of the CPSU against pluralist reforms. All the talk about the multiparty system was rather a tribute paid to the new era than a fait accompli, he said in an interview with Komsomolskaya Pravda. The new parties first had to solidify. "The monpoly of the (communist) party will remain, and, unfortunately, it will not remain only for a year or two", YELTSIN added.

6. YELTSIN - President of the USSR?

In the course of the growing loss of power of the union leadership, YELTSIN has more and more become the political key figure in the Soviet Union. The more GORBACHEV`s reputation with the population is on the wane, the brighter YELTSIN`s star is shining. He hears and says what the people wants and can recklessly rail against the ruling apparatus, whereas GORBACHEV as party chief must still show consideration for it. In the Supreme Soviet of the RSFSR, he plays the role of president and leader of the opposition with equal bravura. Thanks to this attitude, he repeatedly scores many points in his favor from the population.

91 09170

After his election as chairman of the Supreme Soviet of the RSFSR, YELTSIN has considerably gained political momentum. In this capacity, he represents more than half of the Soviet population on three quarters of the total territory of the USSR. By virtue of his office, he is a member of the Federation Council established with the President of the USSR.

Endowed with these insignia of power, he is already now more than an exotic annoying admonisher for CP chief and head of state GORBACHEV. His position would be strengthened additionally, if he - as he announced himself - were elected as President of the Russian Republic by the population this year (1991). He has already announced his candidacy for this office.

Should GORBACHEV not achieve a marked breakthrough in the supply of the population within another year - a period he fixed for himself and the whole party leadership at the 28th Party Congress -, he will have in YELTSIN a serious competitor for the office of President of the Union. By that time, GORBACHEV`s credit with the population will probably be used up largely and temptation will grow to place a new man at the helm. It will then be YELTSIN`s decision whether he wants to exchange the - also financially - powerful office of the RSFSR president for the highest office in the state, which, in domestic policy, can in future only represent the power which the national entities of a confederation will grant him.

In a conversation with deputies of the People`s Congress of the USSR, YELTSIN denied this intention. He made no claim to this post. Although GORBACHEV had, at a meeting, referred to a possible rival candidacy in the presidential elections, he "categorically" renounced "that perspective" (dpa 25 December 1990).

Even after the latest events in the Baltic states, YELTSIN let President GORBACHEV know that he was still ready for dialogue.

9109170

Whether this readiness still exists after GORBACHEV's invective against the president of the Russian parliament before the Supreme Soviet of the USSR, is doubted even by TASS (23 January 1991). According to TASS, it is also of interest that the two politicians, GORBACHEV and YELTSIN, addressed in their speeches the scheduled second meeting of the new Federation Council, at which the "Baltic issue" was to be discussed again. The decisive battle could be fought there, a battle which does not only clarify the positions of the two leaders but also delineates the future direction of the political processes in the country, according to TASS.

06 February 1991

SUPPLEMENTARY POLITICAL REPORT

TgbNr.: 0960/91 VSV

Subject: Course and Results of the CPSU Central Committee Plenum on 31 January 1991

Cutoff Date: 1 February 1991

1. Internal political situation at the time of the plenum

The plenum had been announced by TASS (17 January 1991) in the time between the two attempted coups d`état in Lithuania (11 January 1991) and Latvia (20 January 1991) which, according to information available, were initiated by the CPSU. After the failure of these initial attempts the plenum was held in the light of a generally explosive internal situation in the Soviet Union:

- the power struggle between orthodox forces and reformers is heading for a showdown;

- the president of the Russian parliament, Boris YELTSIN, expressed his solidarity with the three Baltic republics; the attacks of GORBACHEV (16 January 1991), PRAVDA (29 January 1991) and high-ranking military leasers (31 January 1991) against YELTSIN show that the latter is the main target of the leading orthodox-reactionary circles of the nomenklatura;

- the "patrol order" of YAZOV and PUGA and the subsequent confirmatory decree of President GORBACHEV (30 January 1991) has driven a new wedge between the central power and the republics;

- the ruble exchange scheme had increased the indignation of the population at the political leadership;

- rumors about a drastic price reform simultaneously with the "patrol order" had caused additional outrage;

- the reaction abroad to the tightening of the domestic course in the Soviet Union is no longer only verbal but practical now.

2. Preparation of the participants by the party leadership

On the day before the plenum Oleg SHENIN, Politburo member and, as Central Committee secretary, head of the commission for party buildup and cadre policy, had sworn the first party secretaries from the union republics down to oblast level to the support of the new line in Moscow. A not too difficult tasks after the

overwhelming majority of this group of persons had vehemently opposed GORBACHEV`s reform course since the beginning of "perestroika". Although GORBACHEV`s speech before this audience (30 January 1991) was mentioned by TASS, the agency did not say anything about its contents.

3. New attempts to influence the parliaments and the mass organizations

However, SHENIN explained the strategy and tactics of the CPSU all the more clearly to his audience. The party obviously seeks to regain the initiative in the parliaments (party lingo: "cooperation with the soviets") and to win mass organizations such as trade unions, the Komsomol and veterans associations as support for its intentions. Numerous participants in the above meeting called for an analysis of the political system which clarifies the position and role of the CPSU and other parties and explains the "perspectives of the parliaments as popular power". According to SHENIN, in many parliaments the party had lost its influence and the position of the CPSU in the buildup of an effective executive power has therefore to be expounded.

In his report to the plenum the deputy general secretary, IVASHO, stated that the communist party did not consider itself a party of the conventional parliamentary type. Only recently had the party manifested this self-conception in its attempted coups d`état of a classical communist type in the Baltic states.

The Russian CP chief, Ivan POLOZKOV, outlined the attitude of the orthodox-reactionary wing of the CPSU at the plenum most clearly: "It is evident now that perestroika was a step backwards". A debate on the introduction of a multi-party system would be impossible for the time being.

4. Participants from the entire party and military establishment

The number of participants of the plenum which actually comprises only the approx. 400 members of the Central Committee who are

entitled to vote on the basis of the party statutes went beyond the present limits and turned the plenum into a small party congress; however, the delegates were not elected by the rank and file but came exclusively from the party and military establishment. Besides the Central Committee members the plenum included the 165 members of the central control commission, the first secretaries (party chiefs) of the union republics, the autonomous republics, the territories, provinces and districts (about 350), the second secretaries and the chairmen of the central control commissions of the union republics (30), the commanders of all military districts and the chairmen of the political departments, all communist deputies in the Soviet parliament who are not anyway represented in the supreme party bodies.

5. The agenda

TASS reported on the agenda of the plenum in greater detail on the day before the beginning of the mammoth meeting than at its end. According to TASS, Politburo member and Central Committee secretary Aleksandr DZASOKHOV expected a "stormy" plenum "for several reasons": because of the extremely difficult economic situation, growing political instability, particularly after the different reactions in the USSR and abroad provoked by the "January events in the Baltic states" (the Chinese communists describe the massacre in Tian-an-men square euphemistically as "June events") and finally because of the growing tensions in the relations between the center and the union republics. According to DZASOKHOV, the preparation of the new union treaty was to be one of the central issues of the plenum.

6. Results of the plenum

Contrary to the earlier practice the main report on the current situation was not given by the general secretary but by his deputy IVASHKO. GORBACHEV only opened the plenum.

The party released only meagre reports on the results of the plenum. The media were not admitted. DZASOKHOV stated laconically that the internal situation and the Gulf War had been in the center of the discussions and that the plenum would convene once a month in future. The political resolution of the Central Committee referred to "tragic events in the Baltic states" but simultaneously pointed out that the "opposition had been provoked there". In this connection the resolution of the plenum called for the "immediate restoration of the constitutional order in the country". Moreover, the party will "continue to advocate radical reforms" and a transition to the market-economy system. IVASHKO - somewhat more realistically - spoke of "further thought-out reforms".
As far as the Gulf War is concerned the Central Committee asked the Moscow government to take all necessary steps in the UN in order to stop the fighting in the Gulf region.

6.1 Personnel changes

Because of his new office of vice president of the USSR (27 December 1990) Gennadiy YANAYEV was released from his responsibilities as Politburo member and Central Committee secretary for international affairs. His tasks in the Central Committee secretariat are likely to be assumed by the CP chief of the Moldavian republic, Petr LUCHINSKIY. He is already a member of the Politburo and was now also appointed Central Committee secretary. The experience from his long-time activities in the propaganda-department of the Central Committee (1978-1985) might be helpful in his new tasks. The former CP chief of Georgia, G. GUMBARIDZE, left the Politburo as well. The new CP chief of the republic, Avtandil MARGIANI, was not admitted into the Politburo after the Georgian CP had declared its independence from the CPSU last November (1990).

The economist Stanislav SHATALIN, member of the former presidential council, who had called upon GORBACHEV in an open letter ("Komsomolskaya Pravda" of 22 January 1991) to give up his office of general secretary was threatened with party expulsory proceedings.

7. The CPSU reconquers lost bastions

On the day before the plenum a TASS comment outlined the reinforced position of the CPSU in the shaping of the domestic and foreign policies: the party has obviously started a counterattack. This is revealed also by the changed tenor of the party press. GORBACHEV will continue to exercise the functions of President and party chief at the same time. He has finally decided to pursue a moderately conservative course in the economic reform.

Moreover, the party has succeeded since last fall in strengthening its position markedly in the supreme government bodies; it has after all got through its candidate for the office of vice president (YANAYEV). Ultimately, it is no accident that immediately after the plenum the council of the federation convenes which has been provided with far-reaching powers after the 4th meeting of the Supreme Soviet (December 1990).

The meeting of the council of the federation following the plenum in fact recalls traditional communist behavior patterns when the Supreme Soviet was convoked immediately after a Central Committee plenum. The latter always put the seal of approval on the party resolutions.

The withdrawal of the reform forces from the party has generally strengthened the determination and power of the organization. Since January 1990 2.3 million members left the party, about half of them voluntarily. This explains also the CP`s lapse into earlier communist revolution practices.

8. Conclusions on the reform-political position of the CPSU

The participants and course of the Central Committee plenum as well as the self-projection of the party leadership in this connection manifest the intention of the CPSU to regain lost positions in the constitutional bodies of the Union and the republics and to utilize its growing influence on the directives of the domestic and foreign policies in order to curb a consistent

reform policy even further. The restorative-orthodox profile of the party has been underlined by POLOZKOV (first secretary of the Russian CP) in an open anti-perestroika speech which obviously did not meet with opposition. This is particularly directed against the restructuring of the political and socio-economic systems and against a new concept of federalism on the basis of the positions of the republics. The Central Committee plenum thus corroborates the immediate responsibility of the CPSU leadership for the attempted coups d`état in the Baltic states which were to constitute only the beginning of a unionwide subversive process. Meanwhile increasing information has been obtained about the entanglement of the CPSU - and ultimately also of GORBACHEV - in this process:

(1) First of all mention has to be made of the organizational plan of a military coup which was published in mid-September 1990 by "Moskovskiye Novosti" and disclosed by statements of representatives of the organization "Shchit" (shield). It referred, inter alia, to a planned "Committee for National Salvation" which underlined the political character of the coup.

(2) In this connection particular attention has to be paid to public accusations (DIE ZEIT, No. 6/1 February 1991, with indirect reference to "Komsomolskaya Pravda") against the Central Committee secretariat. The latter is reported to have adopted a secret resolution with implications of a coup as early as 29 August 1990 which was signed by IVASHKO (deputy general secretary) and according to which administrative measures against unruly leaders of popular fronts and thus also of republics (especially Lithuania!) were to be prepared and initiated. At that time unconstitutional orders to the KGB, the Ministry of Internal Affairs, the public prosecutor`s office and the supreme court of the USSR were already planned and were obviously executed at least in part (particularly after BAKATIN`s replacement on 2 December 1990).

(3) According to recent intelligence reports, GORBACHEV and YAZOV, on the one hand, met with officers of the armed forces in October 1990 and discussed measures against the Baltic states. On the other, the party leadership (Politburo) is said to have

defined in November 1990 in the presence of GORBACHEV the declaration of a state of emergency throughout the country as a strategic goal in the near future. Finally, information is available on insistent efforts of the Central Committee apparatus and YANAYEV himself to induce GORBACHEV to embark on a restorative domestic course definitely and with much publicity. Particularly YANAYEV is accused of having expressed massive reservations against the chances of success of GORBACHEV`s original reform concept. There is reason to assume that the CPSU will use its strengthened representation in the leading government bodies at Union level to this effect.

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

11 February 1991

POLITICAL REPORT

Subject: The Democracy Movement in the USSR

DOI: Late January 1991

TgbNr.: 0121/91 VS-NfD

Summary

Democracy movements from ten republics of the USSR met on 26/27 January 1991 in Kharkov for a congress.
They want to coordinate their further actions and work for the transformation of the USSR into a confederation.

However, the rotation of the congress chairmanship already reveals the crucial shortcoming of the movement: There is no integrationist.

01 03 9109173

Report

A Ukrainian oppositional politician commented as follows on the situation of democratic groupings in the USSR:

Following the events in the Baltics, the democracy movement in the USSR has evolved into an essential factor in Soviet political life and has shown that democratic developments have met with keen response on the part of the population, especially in Moscow. One of the dominant personalities in this progressive democratization process is Yuriy AFANASEV.

AFANASEV has also been instrumental in bringing about a meeting of democrats in Kharkov on 26/27 January 1991, which was attended by 47 representatives of democratic groupings and organizations from ten Union republics. A broad spectrum of social-, liberal- and national-democratic leaders were present at the meeting.

The following objectives of the democratic congress were named:

- Coordination of further measures against a potential dictatorship in the USSR;
- Coordination of the various democratic groups within the USSR;
- Unification and consolidation of the democracy movement in the USSR;
- Creation of the independence of the republics and transformation of the USSR into a confederation on a democratic basis.

When the event ended, 31 of the 47 delegates signed a declaration of the "congress of democratic forces", reasserting these goals. The chauvinist "democratic" groups of the USSR dissociated themselves from the declaration.
Congress chairmanship is subject to the rotation principle. The current Chairman of the congress is the leader of the Ukrainian Party of Democratic Rebirth, YEMIZ. KHMILKO from the same party acts as coordinator. Rotation of the chairmanship will begin at the next meeting on 03 March 1991.
The democrats were agreed that the current president GORBACHEV is not indispensable for the USSR.

Comment:

No further information is available on this meeting. The actions taken by the orthodox CP leaders against the Baltic republics and the concomitant personnel changes around GORBACHEV further polarized the political scene in the Soviet Union. Just one week after the violence in Lithuania, the reformers again showed the

flag at a mass demonstration in Moscow and numerous rallies in other Soviet towns (20 January 1991).

However, as is apparent, inter alia, from the application of the rotation principle in the congress chairmanship, the reformers still lack a presentable integrationist. Moreover, the strength of the democratic movements in the USSR is at the republic level, whereas their influence on the policy of the Union leadership has been waning in recent months.

03.03 9109173

15 February 1991

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: USSR - Economic Situation in Baltic States

Cutoff Date: February 1991

TgbNr.: 0114/91 VS-NfD

Summary:

In contrast to statements of orthodox circles in the USSR nothing points to an "economic breakdown" in the Baltic states because, globally, the 1990 economic development of the three Baltic republics was not worse than that of the overall Soviet economy.

Both the Baltic states and the remaining USSR ought to be interested in close mutual economic relations. In how far, however, "economic reason" will triumph over political considerations, is difficult to assess.

01.09 9109174

USSR: The economic situation of the Baltic states

1. Summary

Orthodox circles in the USSR have, inter alia, explained the foundation of the "Committees for National Salvation" in the Baltic states (and their attempt to seize power) by the "economic breakdown" resulting from the Baltic states' efforts at reaching independence.(1) From our point of view this explanation is not convincing: even though the economic situation in Estonia, Latvia and particularly Lithuania deteriorated markedly in the course of 1990 and was further impaired by the events in the preceding weeks (pertinent data have not been available so far), the critical phenomena are not much more remarkable than in the Soviet overall economic sector.

A precarious situation, however, might develop from an "economic war" between the Union leadership and the Baltic states. Even though, at present, the Union government would probably find it difficult to enforce a far-reaching embargo (as decreed against Lithuania in April 1990), even individual measures of this kind would markedly harm the economy of the Baltic states and also of other Union republics.

2. The economic situation of the Baltic states

2.1 The economic capability of the Baltic states

The three Baltic republics Estonia, Latvia and Lithuania represent an economic area(2) which is small but well-developed and has an efficient agricultural sector and adequate industries.

---

1 Such as, for instance, in KRAZNAYA ZVEZDA of 30 January 1991.

2 Compare tables 1 and 2 in the Annex.

National income: The share of the Baltic states in the Soviet overall economy is relatively small (in 1988(3) they accounted for 3.2% of the national income of the USSR), but the economic performance per capita of the population and per gainfully employed person traditionally exceeds the USSR average (by 14% and 5% respectively).(4)

Agriculture: The Baltic states have always had a (comparatively) large-scale and productive agricultural sector (1988: 4.4% of the entire agricultural production of the Soviet Union; production per capita was approx. 60% higher than the Union average). The emphasis of the Baltic agricultural sector is on animal husbandry (meat and milk production), with the Baltic republics playing an important part in the overall supply of the Union.

Industrial sector: The structural emphasis of the Baltic industrial sector is on the light and food industries, i.e. on the consumer goods sector: in 1988 approx. 5.3% of all consumer goods of the USSR (excluding alcoholic beverages) were manufactured in the Baltic states; the products of the light industry (e.g. textiles and clothing) accounted for a share of even 6.4%.(5)

Energy sector: A weak point of the Baltic economy are the merely limited deposits of fossil fuels: crude oil and natural gas deposits do not exist at all (only oil shales are of some importance); only some minor deposits allow a limited coal production (approx. 0.3% of the entire Soviet output). Along with hydroelectric power and nuclear energy, however, the generation of electricity is sufficient to meet domestic requirements. A refinery located in Lithuania can deliver fuel also to Latvia, whereas Estonia is dependent on supplies from other Soviet republics.

---

3 More recent data are not yet available here.

4 Source: Statistical Yearbook of the USSR 1990 and our own calculations.

5 On the basis of 1988 retail prices.

2.2 Current development

At present, detailed and fairly up-to-date information about the economic situation is available only for Lithuania. It may be assumed, though, that the situation in the Baltic republics (disregarding special developments; see below) is more or less the same.

2.2.1 The development of the macro-economic performance indicators

According to the official statistical data the economic contraction process was more rapid in Lithuania last year than in the USSR as a whole: the gross national product of Lithuania went down in the first nine months of 1990 (more recent data for this republic are not yet available) by 5.3%(6) (Union: -1.5%). In the same period the produced national income reportedly fell short of the year-ago level by even 10% (USSR total: -2.5%) and gross industrial production decreased by 4% (USSR: 0.9% decline).

In our opinion, the disproportionate deterioration of Lithuania's economic performance is due to the partial economic blockade (stop of oil and gas deliveries, interruption of rail transports, restrictions in the banking and foreign trade sectors etc.) imposed by the Union leadership in April 1990 (and lifted again on 30 July 1990).

That the disproportionate decline in the Lithuanian economy in the first nine months of 1990 largely resulted from special influences exerted by the Union leadership is confirmed by the development of Lithuanian industrial production in the fourth quarter of 1990 (the level of the year-ago quarter was main-

---

6 Compare TASS of 24 October 1990.

tained)(7) as well as by the economic development in Latvia where - given almost similar economic basic structures - the gross national product reportedly went down by only 1.2% in the 1990 calendar year(8) so that the decline was less significant than the Soviet average (-2%).

2.2.2 The supply situation of the Baltic population

In the Baltic republics the supply situation has always been better than in the rest of the USSR. This situation has not even changed in recent months: even though the supply of consumer goods decreased also in the Baltic states (in Lithuania, for instance, meat production went down between January and September 1990 by 4%, milk and egg production by 2.5%) and the rationing measures (e.g. for sugar, cigarettes, pasta and flour) continued (like in the rest of the USSR), the extent of the supply bottlenecks is less substantial than in the remaining Soviet Union. Even the events in January 1991 have not led to a marked quantitative deterioration of the supply situation in Lithuania, Latvia and Estonia (information to this effect has at any rate not been available so far).

It therefore appears that the economic situation of the three Baltic republics is by no means much worse than in the Soviet overall economy. The statements of orthodox circles that the Baltic states were faced with an "economic breakdown" would, for the rest, not even be correct if Estonia, Latvia and Lithuania were adressed as part of the Soviet economy as a whole: in our opinion, the Soviet economy has not (yet) collapsed despite enormous problems.

---

7 In the USSR as a whole, on the other hand, industrial production continued to decrease.

8 According to Latvian Minister of Economic Affairs ABOLTINZH; compare FAZ of 29 January 1991.

3. Economic reform policy of the Baltic states

In principle, the three Baltic states were already granted the right to "economic independence", and thus the selection of the economic course, by decree of the Supreme Soviet of the USSR of 27 November 1989. Since this permit, however, was granted only with reservation ("within the framework of the laws of the USSR"), Estonia, Latvia and Lithuania, with a number of economic projects/decisions, formally clashed with the Soviet legislation, which has again lost some of its reforming zeal since mid-1990.

In general, the three republics strive for a rapid transition to a market economy system, inter alia including the recognition of the private ownership of the means of production (primarily stipulated in Estonia), plans for a far-reaching privatization of state property, the envisaged liberalization of pricing (so far, however, only administrative price increases have been initiated) and finally the creation of independent currencies (in contrast to the original plans of all three Baltic states this project was not launched in 1990, though).

As a reaction to the attitude of the Union leadership the Baltic republics formed a closer economic union in 1990: the establishment of the "Baltic Council" in April 1990 was understood by them as a preliminary stage of a "Baltic Economic Community". The controversies between the Union and the republics are also reflected in the cooperation agreements (also concluded in 1990) between the Baltic states and other Union republics: agreements on a bilateral exchange of goods are meant to undermine possibilities of the center of exerting economic pressure on individual republics.

4. Outlook

Despite all efforts made in recent years with regard to stepped-up economic independence, the Baltic states are still

closely interrelated with the "rest" of the Soviet Union(9) and remain dependent on it with regard to both imports (especially in the raw material sector) and exports (precisely in view of the economic developments in the CEMA countries the other Union republics represent the main market of the Baltic economy). On the other hand, the USSR itself is deeply interested in economically sound Baltic states in the "Economic Area USSR" (the Baltic republics, by way of example, play a decisive part in the supply of the Union with consumer goods; in 1988, for instance, 13.6% of all meat deliveries to the All-Union fund came from the Baltic states, the share of dairy products even exceeded 16%).

In how far "economic reason" will in the current situation triumph over political considerations, is difficult to assess. Another "economic war" waged by the Union leadership against individual Baltic republics (as in the spring/summer of 1990) cannot be excluded completely but is rather unlikely in view of the strenghtend position of the republics vis-a-vis the "center" and the bilateral economic agreements concluded in the meantime between the Union republics.

---

9 Compare Table 3 in the Annex

Annex

Table 1

Area and population of the Baltic states (late 1989)

	Area (1000 km^2)	Inhabitants (million)	Density of population (inhab.per sq.km.)
Estonia	45.1	1.573	34.9
Latvia	64.5	2.681	41.6
Lithuania	62.5	3.690	59.0
Baltic states	172.1	7.944	46.2
USSR	22403	286.727	12.8

Source of data: Official Soviet statistic; our own calculations

Table 2

National income of the Baltic states in 1988

	National income billion rubles	share	National income per capita, rubles
Estonia	4.1	0.7%	2590
Latvia	7.0	1.1%	2630
Lithuania	8.9	1.4%	2427
Baltikum	20.0	3.2%	2522
USSR	630.8	100.0%	2210

Source of data: Statistical Yearbook of the USSR 1990 and our own calculations

9109174

Table 3

Interrelation of the Baltic states with the "rest" of the USSR in 1988*)

	Export bill.rubles	Import bill.rubles	Share in gross national product **)
Estonia	2.7	3.0	50.1%
Latvia	4.5	4.6	45.9%
Lithuania	5.4	6.2	47.3%

*) All figures at Soviet internal prices. According to estimates of Baltic economists another picture is conveyed if "realistic" prices are applied (export surplus of Baltic states).

**) ((export + import)/2)/gross national product; assumption: ratio gross national product/national income in Baltic states as in USSR as a whole.

Source of data: Statistical Yearbook of the USSR 1990 and EC calculations

28 February 1991

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: USSR
The Economic Development of the RSFSR in 1990

Cutoff Date: February 1991

TgbNr: 0150/91 VS-NfD

Summary:
The economic development of the RSFSR was almost as unfavorable as that of the entire Union. In our opinion, last year the national income of the RSFSR probably decreased by 8 - 9% in real terms. The decline in the Russian industrial production of 7% was more or less the same as that in the entire Union. However, the development in agriculture was much worse than that of the Union average. The economic sphere of action of the Russian government is restricted, the economic prospects of the Russian republic remain gloomy for 1991.

USSR: The economic development of the RSFSR in 1990

1. Overall economic development

The economic development of the RSFSR which is by far the largest Soviet republic and has the greatest population density of all republics was almost as unfavorable as that of the entire Union last year 1). According to the official optimistic economic data, the most important economic indicators of the Russian republic developed as follows:

Table 1:
Change rates of selected overall economic indicators for the RSFSR and the USSR in 1990 (as against the previous year in % p.a., official figures)

Indicator	R S F S R	USSR as a whole
Gross national product	-2,0	-2,0
Produced national income	-5,0	-4,0
Industrial production	-0,6	-1,2
Agricultural gross production	-4,0	-2,3

Source: report of the state committee for statistics (GOSKOMSTAT) of the RSFSR; reprinted in EKONOMIKA I ZHIZN No. 6/1991

As for the entire Union the actual overall economic development for the RSFSR has to be assessed as far more unfavorable, too, since the official figures are highly distorted because of the inadequate statistical methods (particularly also because of the inadequate adjustment for inflation). According to our assessment, the gross national product of the RSFSR probably decreased by 6-7% in real terms in 1990, the national income by 8-9% and industrial production by approx. 7%.

The breakdown of the monetary and financial system of the Soviet Union did, of course, not spare the RSFSR either. The incomes of the population which rose by 16.5% last year have increased, for instance, at more or less the same speed as in the Union (16.9%). The inflation rate of 19% p.a. reported by the RSFSR GOSKOMSTAT for 1990 (the sum of open price increases and the growth of the pent-up demand) is exactly equivalent to the value for the entire Union. According to the published data, the open price increases have accelerated enormously, in particular towards the end of last year. The price increase of 34.3% p.a. on the kolkhoz markets 2)

1) See also Table A - C in the annex. The absolute figures reported for the RSFSR are contained in the aggregate figures published by GOSKOMSTAT for the entire USSR.
2) According to data available, only 2% of the retail turnover are handled on these markets, however.

exceeded the respective Union figure by at least 5%; the government retail prices of the RSFSR which rose by 4.3% increased, however, as rapidly as the average Union retail prices, the retail prices in the urban cooperatives which rose by 10.5% on an annual average increased somewhat more rapidly than the Union average.

The RSFSR GOSKOMSTAT figures the extent of the open price increases at 6% on an annual 1990 average which, in our opinion, remains by far below the actual development. This is all the more true as the key figure is supposed to take into consideration even the development on the black markets. As a growing number of goods were available in 1990 only on such markets and the prices asked there were 3 and 10 times as high as in the government shops, the loss of purchasing power by open price increases in the consumer sector of the RSFSR (as in the entire Union) is rather to be figured at 10 - 12% p.a.

In 1990, the "genuine" foreign trade of the RSFSR (i.e. the trade with partners outside the USSR) decreased by 5% to 77.6 billion rubles. Whereas the import decreased by only 2% (to 41 billion rubles), the export went down much more (by 8.5% to 36.6 billion rubles). For the time being little is known about the regional structure. It is interesting to note, however, that only 1.5% of the total export value (approx. 600 million rubles) is to be attributed to direct contacts with the foreign buyers.

2. Development of the Russian industry

With an "official" decline by 0.6% the Russian industrial production conveys quite a positive impression compared with the development in the USSR (-1.2%) 3). In real terms, however, the difference is not as marked as is suggested by the official figures: in view of a decline in the Russian industrial production estimated here at approx. 7% there is almost no difference any more between the RSFSR and the USSR as a whole (between -7 and -8%).

3) See also Table 2. The shown economic data from the individual industrial sectors reflect by no means, however, the problems and the actual development of the Russian industries.

Table 2:
Change in the production of the various industrial sectors of the RSFSR in 1990 as against the year ago (official figures)

Industrial sector	Change as against the year ago in %
Fuel-energy	-0,9
Mechanical engineering	3,0
Metallurgy	-2,3
Chemistry-timber	-0,8
Agro-industry	-0,7
Construction	-0,4
Light and textile industries	-0,6

According to official statements, the development of the industrial production was marked by the "positive" development of the consumer goods production (which nevertheless lags far behind the plan targets) as in the USSR. However, the output of the industrial group A (capital goods) declined by 2.6% in accordance with the political objectives. The reported nominal increase in the consumer goods production by 7.2% (or 17 billion rubles) was to be attributed, however, almost exclusively to the increased production of alcoholic beverages and of those non-food goods that are produced outside the light and textile industries (e.g. television sets, washing machines, furniture and soap articles). However, at least 50% of the 15% increase in the latter product category is probably nominal. The production of foodstuffs and goods of the light and textile industries (e.g. cotton and silk material, knitwear but also shoes) even showed a marked decline in real terms in 1990 1).

Only few reliable figures (based above all on physical data) were released about the development in the so-called heavy industry. Whereas the Russian natural gas production increased by 4% and the generation of electricity by 0.5%, the production of oil decreased by 7% (or 35.8 million t) 2) and that of coal by 2%. The metallurgical sector, too, suffered considerable losses (e.g. steel tubes -5%). Among the industrial sectors only mechanical engineering shows positive change rates (as in the entire Union); however, the mentioned 3% growth should not be taken at face value. For the time being, however, it is impossible to make a detailed assessment because there is a lack of consistent data on the physical output of the various industrial sectors.

1) See also Tables B and C in the Annex.
2) The RSFSR probably accounted for approx. 90% of the Soviet oil production of 570 million t also in 1990.

3. The development of Russian agriculture

In view of a decline of the gross production value by 4% the development of agriculture in the RSFSR was much worse last year than that of the average Union agriculture (-2.3%). This is particularly due to the 8% decrease in cropfarming (USSR: -4.3%). Whereas the grain harvest of 127 million t in gross terms exceeded the year-ago value 3) by approx. 12%, there was a drastic decline in the production of sugar beets (-18%), potatoes and vegetable (-8%), fruit and berries (-12%) and sunflowers (-18%).

The development of the animal production (-1%) was not less unfavorable than the Union average (-0.8%). The production of meat (10.0 million t slaughtering weight) was only slightly below (-0.6%) the year-ago result, the production of milk (56 million t) slightly exceeded (+0.5%) the 1989 result and the domestic egg supply decreased by 3% to 47.5 billion units.

4. Supply situation

The deterioration of the supply situation throughout the Soviet Union did not spare the RSFSR either. Particularly at the end of the year the impression was even conveyed that the RSFSR had been affected especially severely. An overall assessment of the situation is equally difficult both for the RSFSR and the USSR as the differences in the supply have increased considerably not only among the republics but also among the regions within the individual republics themselves. This is all the more true of the huge RSFSR with its numerous regions which differ very much economically, culturally and climatically.

The supply situation in Moscow and Leningrad was a particular problem during the period under review. In the past, both cities had always been treated preferentially. The growing supply bottlenecks are therefore necessarily very painful for the "spoilt" population which was also a victim of the large-scale "shopping tourism" from the environs. However, other conurbations of the RSFSR (e.g. Perm, Volgograd, Omsk and Sverdlovsk) were markedly affected by the supply situation, too. The rationing measures taken to mitigate the problems did often not serve their purposes because goods were in short supply and purchases based on the rationing measures were not guaranteed.

5. Prospects for the economic development in 1991

The economic downswing of the RSFSR can hardly be stopped in the current year. As for the entire Union a marked acceleration of the downward trend is rather to be expected. The general question is to what extent the leadership of the Russian republic is able at all to control the internal economic activities. The financial, monetary and price policies, in particular, show that it depends largely on the ideas and measures of the Moscow headquarters, and

3) The exploitable amount, however, increased somewhat more slowly; it amounted to 116.8 million t and thus exceeded the year-ago value by 11%.

the foreign trade policy is handled almost completely by the Union authorities. That is why there is only limited scope for the time being for independent economic solutions. In view of the accumulated problems of the Soviet economy - which are identical with those of the Russian economy - and the fact that a rigid economic confrontation policy of the RSFSR leadership is rather likely to sharpen the economic problems of the republic in the short run, the prospects for the near future of the Russian economy remain gloomy.

ANNEX

Table A

Selected indicators of the social and economic development of the RSFSR in 1990 (official figures)

	Results in 1990		Share of the RSFSR in the respective aggregate figure of the USSR
	Change as against the preceding year in % (*)	Absolute figure (**)	
Gross national product	-2 0	593	no data
Produced nat. income	-5 0	425	no data
Industrial production, total	-0 6	505	55 4%
Production of consumer goods (at retail prices) incl.	7 2	250	54 4%
Foodstuffs	1 4	76	51 5%
Alcoholic beverages	10 0	33	59 8%
Non-food goods incl.	10 0	141	55 0%
from the light industry	1 6	51	51 2%
Agricultural gross production	-4 0	102 (***)	46 4%
Commissioning of production facilities from government central funds and funds of enterprises ~~and organizations~~	-4 0	107 6	65 6%
Freight vol. in bill. t	-4 0	6 3	51 6%
Money incomes of the population	16 5	378 2	58 0%
Government and cooperative retail turnover	10 0	265	56 7%
Allocation of completed housing in mill. sq.m.	-14 0	60 5	52 6%
Foreign trade volume	-5 0	77 6	59 1%

Source of the data: plan fulfilment reports, our own calculations

(*) All change rates of values except for the "money incomes of the population" are based on "comparable prices"

(**) In billion rubles (in actual prices) where not indicated otherwise

(***) In "comparable prices"

9109175

Table B

Production of selected foodstuffs in the RSFSR in 1990 and its share in the total output of the USSR

Product category	Results in 1990		Share of the RSFSR in the respective aggregate figure of the USSR
	Changes as against the preceding year in %	Absolute figure	
Meat (industrially processed, in mill. t)	-2 0	6 5	50.1%
Sausage (in mill. t)	0 2	2 3	59.0%
Dairy products (in mill. t)	-0 3	20 8	60 1%
Fish products incl cans (in mill. t)	-2 0	4 9	92.5%
Bread and baked products (in mill. t)	3 0	18 1	55 7%

Source of the figures: plan fulfilment report, our own calculations

Table C

Production of selected non-food products in the RSFSR in 1990 and its share in the total output of the USSR

Product category	Results in 1990		Share of the RSFSR in the respective aggregate figure of the USSR
	Changes as against the preceding year in %	Absolute figure	
TV sets (in million)	5 0	4 7	44 8%
incl: Color TV sets (in mill.)	11 0	2.6	36 1%
Refrigerators and freezers (in mill.)	5 0	3 8	58 5%
Video recorders (in mill.)	260 0	0 454	100 0%
Sewing machines (in mill.)	13 0	1 8	100.0%
Passenger cars (in mill.)	4 0	1.1	84 6%
Synthetic detergents (in mill. t)	12 0	0 656	55 3%
Household soap (in mill. t)	-3 0	0 325	45 8

Source of the data:: plan fulfilment report, our own calculations

03 April 1991

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: CSFR - Economic Situation in 1990 and Outlook for 1991

Cutoff Date: March 1991

TgbNr: 0199/91 VS-NfD

Summary

The economic situation of the CSFR was adversely affected in 1990 both by the unfavorable starting position at the beginning of the year and by the radical changes due to the transition to market economy conditions. The result was a decline of the produced national income by approx. 3 % and the industrial production by approx. 3.7 %. The economic result of the CSFR was additionally impaired by the gradual dissolution of CEMA and the cancellation of Soviet crude oil deliveries.

The growth forecasts for 1991 are gloomy. The Czechoslovak government expects that in the course of the economic reforms introduced on 01 January 1991 the produced national income will go down by 5 to 15 %. According to cautious estimates, the inflation rate will rise to 30 to 50 %; additionally, a considerable increase in unemployment (unemployment figure of up to 10%) is feared.

01.05 9109176

CSFR - Economic Situation and Outlook for 1991

1. The **economic situation** of the CSFR was adversely affected in 1990 both by the unfavorable starting position at the beginning of the year and by the radical changes due to the transition to market economy conditions. The result was a visible slowdown in economic activity as well as economic disequilibriums, which found expression in major price hikes (approx. 10 % in the course of the year)(1) and a growing unemployment figure (unemployment figure 0.7 %). The economic performance of the CSFR was additionally impaired by the gradual dissolution of CEMA and the cancellation of Soviet crude oil deliveries. The Gulf crisis, though, had only insignificant effects on the domestic economy of Czechoslovakia. In general, though, the economic downswing was much more reduced than in the other Central and East European states.

2. The unfavorable economic development of the CSFR in 1990 is clearly shown in the decline of the **produced national income** by approx. 3.1 % and the **industrial production** by 3.7 % (average daily production: -2.5 %). The decrease in the industrial output was not only due to the reduction of the large-scale production of military equipment deliberately pursued by the Czechoslovak government and the decreased production of hard coal and lignite mining. In many cases - especially in mechanical engineering -, major difficulties arose in the sales sector on account of the low adaptability of the enterprises to the changed situation on the domestic and foreign markets. The consequence was that the financial difficulties and the indebtedness of numerous enterprises grew. Additionally, a marked growth of stock could be observed. Besides the above-mentioned industrial sectors, also the electronic industry and - due to the cancellation of Soviet crude oil deliveries - the chemical and oil-processing industries were affected heavily. The consumer goods industry

---

1 All changed figures refer - unless otherwise specified - to the comparable year-ago period.

and the wood-processing and polygraphic industry, though, could score slight production increases in 1990 as against 1991.

The **deconcentration of the monopolistic structure** of the Czechoslovak economy made marked progress in 1990, which is indicated by the increase in the number of state enterprises from about 700 to over 1300. The demonopolization may not least be regarded as a preparatory measure for the "big modernization" decided upon in late 1990 and starting probably in mid-1991.

The **investment activity** of the enterprises has not - as expected - decreased but rose by approx. 5.7 % in 1990. The Czechoslovak industry obviously invested heavily in the modernization of obsolete machinery and equipment, investment expenditure for buildings, though, went down.

3. The **building industry** suffered a sharp drop in 1990, after the building work had still increased slightly in 1989. Production in this sector sank nominally by about 8.2 % (labor productivity: - 1.5%). The declining building activity is mainly due to decreasing government investments in this sector. On account of expenditure cuts, the construction of a few large projects was stopped for the time being. Activities in the field of modernization and repairs, though, intensified in 1990. Most adverse was the development in **the housing sector**, where until late 1990 far less flats had been completed than planned (-33.9 %).

4. In 1990 the **price structure** in the CSFR changed considerably. Whereas in 1989 largely government-fixed prices prevailed, in 1990 a mixed system of administrative and free prices was introduced. In the course of 1990 approx. 70 % of wholesale prices and approx. 63 % of retail prices were decontrolled. Price support (for 83 % of all prices) was maintained only in the agricultural sector. On the whole, the rate of price increase reached a value of approx. 10 %, with the price increase for foodstuffs (+ 20 %) being the highest. In view of the upward price movement, the population had to put up with

a decline in the purchasing power, which led to a reduced saving activity or the reduction of savings.

The **supply of the population** with essential goods was secured in 1990 despite minor bottlenecks in the supply with certain articles. The domestic consumer goods market, though, got under pressure on account of increased purchases at the end of the year in view of the price liberalization scheduled for 01 January 1991 as well as of the strong increase in tourism - especially in the border regions. In mid-1990, the Czechoslovak Ministry of Foreign Affairs preventively introduced the obligation to get an export licence for certain scarce goods in order to secure the supply on the domestic market.

5. The structure of the Czechoslovak **foreign trade** continued to change in the course of 1990 in favor of the Western states. The decline in the trade with the CEMA states by approx. 14 % could not be made up for by the 4.5% increase in the commodity exchange with the Western industrialized nations and the states of the Third World. The trade of the CSFR with the USSR showed the greatest decrease (exports: - 13.6%; imports: -19.4%).

6. The Czechoslovak exports went down by a total of approx. 12%, whereas the imports grew by 0.8%. Especially the export of finished goods - mainly products of mechanical engineering - decreased which indicates that the finished Czechoslovak products are currently competitive on the world market only to a limited extent. The decline will probably become even greater, after the CEMA trade has more or less been converted in early 1991 to convertible currency. The Czechoslovak **imports** of machinery and equipment, though, rose considerably in 1991. To prevent another deterioration of the balance of payments and a flight of capital, the Czechoslovak government devalued the koruna drastically in mid-October 1990 - by 54.5 %.

The **gross indebtedness** of the CSFR in convertible currency amounted to US $8.1 billion in late 1990 (approx. US $200

million higher than in early 1990). Given the relatively low debts, the prerequisites for the raising of credits with international organizations and financial institutions as well as on international capital markets are relatively favorable compared with other Central and East European states. Minister of Finance KLAUS is obviously ready to put up with a higher indebtedness.

7. The **growth forecasts for 1991** are dismal: In 1991 the economic development is likely to show an even stronger adverse tendency than in 1990. Particularly the radical conversion of the centrally planned economic system to the market economy by the economic reform measures having become effective on 01 January 1991 will pose serious problems to the Czechoslovak economy. This is especially true of the essential parts of the measures, namely the denationalization of small firms and enterprises, the price liberalization, the domestic convertibility of the koruna and the planned large-scale tax reform. A restrictive finance and monetary policy is to support the reform measures.

   In the course of the economic reforms, the Czechoslovak government expects a decline of the produced national income by 5% to 15%, depending on how the world economy will develop in 1991. According to cautious prognoses, the inflation rate will increase by 30% to 50%; at the same time, a heavy increase in unemployment (unemployment rate up to 10%) is feared. Although the government had announced already before the introduction of the reforms that it wanted to reduce the extent of price hikes (i.a. by the introduction of price ceilings) and to develop labor market initiatives in order to alleviate social hardships for the population, this will, in our view, only be partly crowned by success.

VS-VERTRAULICH
amtlich geheimgehalten

NO TRANSLATION

AUFZEICHNUNG	MIL	23.04.1991
TgbNr	0483/91 VS-Vertr.	21 Seiten

Titel	Marinestreitkräfte POL, zivile Schiffahrt Handelsschiffahrt und Fischereiflotte

Stand	31.12.90
Kurzfassung	

siehe Seite 2

9109177

Kurzfassung

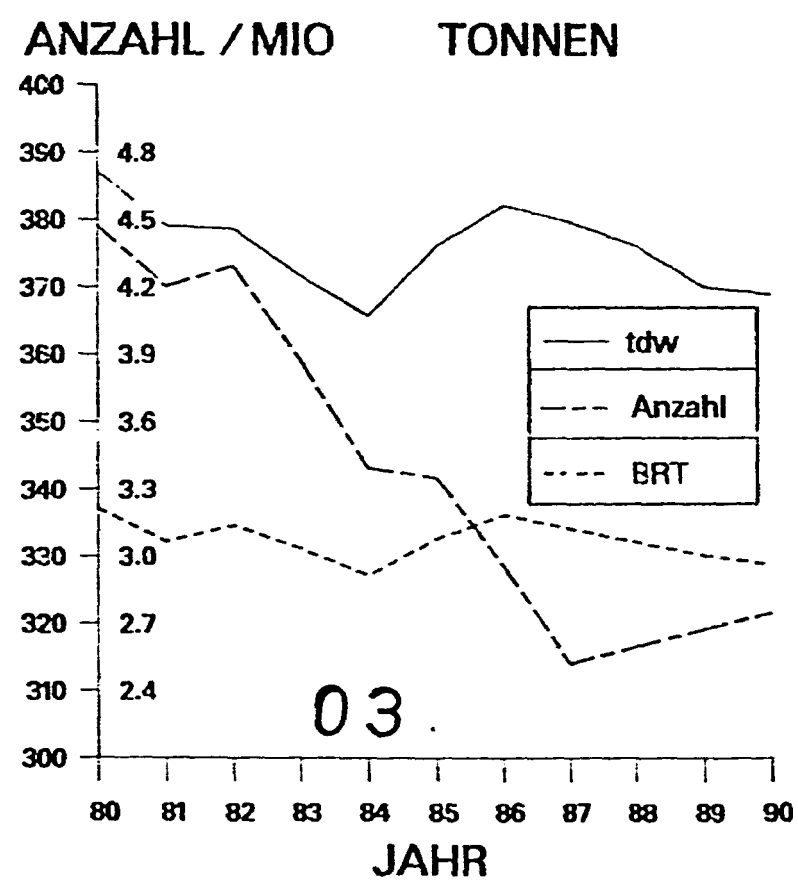
Die polnische Handels- und Fischereiflotte hat sich in den vergangenen Jahren in Umfang und Bestand nicht wesentlich verändert. Die 1986 begonnene Verjüngung im Schiffsbestand kam in den vergangenen zwei Jahren zum Stillstand. Zuführung einiger Neubauten sowie Verkauf und Verschrottung überalteter Tonnage konnte bei leicht gesunkener Gesamttonnage nicht verhindern, daß über 50% der Handels- und fast 60% der Fischereiflotte über 15 Jahre alt sind und somit weitgehend nicht mehr den heutigen Ansprüchen an Technik und Wirtschaftlichkeit genügen.
Trotz der instabilen finanziellen Lage der polnischen Wirtschaft ist man bestrebt, moderne und effektivere Schiffe in den Bestand aufzunehmen und die derzeitige Typenvielfalt einzuschränken. Auch für die Fischereiflotte wird ein Abbau überalteter Fangfahrzeuge und deren Ersatz durch wenigere, aber technisch hochwertigere Schiffe geplant,um wirtschaftlicher und konkurrenzfähig arbeiten zu können.
In diesem Dilemma unzureichender wirtschaftlicher Grundlagen bei engem Finanzspielraum wird seit 1989 eine Umstrukturierung in Richtung Marktwirtschaft und Abbau staatlichen Dirigismusses auch in der Seewirtschaft eingeleitet. Hierzu werden bisher vom Staat gelenkte Großorganisationen aufgeteilt und in selbständige kleinere Unternehmen überführt. Mit Hilfe dieser vorerst administrativen Aufsplitterung versucht man, den starken Kostendruck zu mindern und eine größere Konkurrenzfähigkeit im Seetransportgeschäft, aber auch in der Werft- und Hafenwirtschaft zu erreichen.
Der bislang immer schon geringe Einfluß der Streitkräfte auf die zivile Seewirtschaft ist weiter rückläufig; die einer wirtschaftlichen Nutzung entgegenstehende militärische Einbeziehung belastet die polnische Handelsflotte nicht mehr.

Handelsflotte und Fischereifahrzeuge Ende 1990

1. Handelsschiffahrt

1.1 Entwicklung der Handelsflotte nach 1980

Stichtag	Anzahl	BRT	tdw
31.12.80	379	3.183.630	4.707.967
31.12.81	370	3.056.075	4.455.450
31.12.82	373	3.133.189	4.462.629
31.12.83	359	3.021.273	4.248.253
31.12.84	343	2.887.649	4.063.406
31.12.85	341	3.074.154	4.369.570
31.12.86	328	3.166.104	4.551.338
31.12.87	313	3.134.720	4.478.334
31.12.88	316	3.058.021	4.340.276
31.12.89	320	2.998.903	4.203.905
1.12.90	322	2.993.935	4.194.578



1.2 Zusammensetzung der Handelsflotte

Typ	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	110 (+2)	1.647.021	2.647.748
Stückgutfrachter	99 (-4)	729.757	943.677
Containerschiffe	10 (+1)	148.324	155.558
Ro/Ro-Schiffe	13	210.314	140.259
Kühlschiffe	3	19.242	16.800
Tanker	4 (+1)	117.658	205.700
Hafentanker	15	9.630	13.743
Chemikalientanker	4	27.868	40.000
Passagierschiffe	6 (-1)	16.928	5.826
Eisenbahnfähren	2	5.796	4.700
Autofähren	6	36.868	8.162
Forschungsschiffe	4	2.702	644
Hilfsschiffe:			
- Eisbrecher	2	2.032	330
- Bergungsschlepper	7 (+1)	4.189	1.677
- Schlepper	24	5.611	336
- Bohrinselversorger	2	998	1.900
- Ausbildungsschiffe	6	3.484	1.183
- Sonstige	3	1.209	635
Insgesamt*	320	2.989.631	4.188.878

* Hinzu kommen zwei ausgeflaggte Einheiten mit 4.304 BRT bzw. 5.700 tdw

1.3 Altersstruktur

Die 1986 begonnene Verjüngung der polnischen Handelsflotte hat sich verlangsamt, in der Altersstruktur liegt sie unterhalb des Weltdurchschnitts. So waren von 322 Handelsschiffen Ende 1990 nur 73 Einheiten jünger als 10 Jahre, 170 Einheiten zwischen 11 und 20 Jahren und 79 älter als 20 Jahre. Um auf dem Weltmarkt konkurrenzfähig zu bleiben, muß die polnische Handelsschiffahrt in den nächsten Jahren sich verstärkt um Modernisierung und Austausch überalteter Schiffe bemühen. Gegenwärtig sind auf heimischen Werften mehrere Schiffbauaufträge plaziert. Inwieweit diese durch Finanznöte, aber auch durch Umstrukturierung einzelner Reedereien und Werften verwirklicht werden, bleibt abzuwarten.

Alter (Jahre)	Anzahl % Gesamt		Trocken-frachter		Tanker		Passagier-schiffe		Andere	
< 1 Jahr	4	1,2	4	1,7	--		--		--	
1 - 5 Jahre	33	10,3	30	12,7	--		1	20	2	3,5
6 - 10 Jahre	36	11,2	24	10,2	1	4,5	2	40	9	15,5
11 - 15 Jahre	84	26,1	62	26,1	8	36,4	1	20	13	22,4
16 - 20 Jahre	86	26,7	66	27,8	10	45,5	--		10	17,2
> 20 Jahre	79	24,5	51	21,5	3	13,6	1	20	24	41,4
Summe	332		237		22		5		58	

1.4 Schiffsgrößen

Die Größenstruktur der fahrenden Einheiten bleibt im Vergleich zu 1987 weitgehend gleich mit geringfügiger Verschiebung zu Schiffen in der Größenordnung 12.000 bis 50.000 BRT.

Größe (BRT)	Anzahl (1990)	1987 (%)	1990 (%)
unter 1.000	78	18,8	24,0
1.000 - 6.000	64	23,3	19,9
6.000 - 12.000	91	29,4	28,4
12.000 - 20.000	47	13,1	14,6
20.000 - 50.000	1	1,0	0,3

1.5 Sachstand

Gegenüber 1989 sank die Zahl polnischer Handelsschiffe um 2 Einheiten; auch ging die Gesamtschiffstonnage um knapp 10.000 tdw auf 4,19 Mio tdw zurück. Damit wurden wieder weniger Güter transportiert als in den Vorjahren. Die Schiffe der polnischen Handelsmarine verfrachteten 1989 (Zahlen von 1990 liegen noch nicht vor) insgesamt 28,3 Mio t Ladung, was einem Rückgang gegenüber 1988 von 8.2% entspricht. Auch die in Tonnenmeilen ausgedrückte Transportleistung schrumpfte auf 114,6 Mrd t, 5,6% weniger als 1988. Während Gütermengen im polnischen Außenhandel um stattliche 4,8 Mio t auf 13,4 Mio t und die Ladung im Transitverkehr geringfügig auf 1,7 Mio t abnahmen, erhöhte sich das Aufkommen an Cross Trade-Ladung auf insgesamt 13,2 Mio t. Damit verteilt sich das gesamte Transportaufkommen zu 46,6% (1988 34%) auf Cross Trade, 47,4% (1988 59%) auf Im- und Export sowie 6 % (1988 7%) auf Transitverkehr.
Im Verhältnis Linien- zu Trampschiffahrt wurde im Linienverkehr das Güteraufkommen 1989 um 0,25 Mio t auf 6,5 Mio t gesteigert, während in der Trampschiffahrt die Transportleistung um 2,8 Mio t auf 21,8 Mio t absank. Der Umschlag über polnische Seehäfen betrug 1990 nur noch 42,9 Mio t gegenüber 48,0 Mio t 1989 (1988 51,7 Mio t). Zahlen für den Transitverkehr für 1990 sind noch nicht bekannt, zwischen 1988 und 1989 verringerte sich der Transitumschlag von 8,9 Mio t auf

6,07 Mio t. Anteilig entfielen 1989 auf die Länder Sowjetunion 1,35 Mio t (1988 3,5 Mio t), Tschechoslowakei 2,8 Mio t (1988 2,8 Mio t), Ungarn 0,75 Mio t (1988 0,8 Mio t), Österreich 0,51 Mio t (1988 0,8 Mio t), ehemalige DDR 0,26 Mio t (1988 0,3 Mio t) auf die übrigen Anrainerstaaten entfielen 0,4 Mio t (1988 0,7 Mio t).

Im Verkehr mit den polnischen Seehäfen war der Anteil der heimischen Schiffahrt ebenfalls wesentlich geringer als 1988 und sank um 25% auf 15,3 Mio t, wobei Einfuhren mit 7,1 Mio t um 32% stärker abnahmen als Ausfuhren mit 8,2 Mio t um 16%. Bezogen auf einzelne Gutarten wurden beim Stückgut-, Container- und Getreideumschlag Zuwächse erzielt, während besonders bei der Erzverladung ein Rückgang zu verzeichnen war. Trotz stetig zunehmender Containerisierung im Frachtaufkommen der Handelsschiffahrt fahren einige polnische Containerlinien, bedingt durch geringes Ladungsaufkommen in den polnischen Häfen, meistens nur von Bremerhaven und Hamburg aus. Anstrengungen, die eigenen Häfen für den polnischen Containerdienst attraktiver zu gestalten, wurden zwar in Angriff genommen, konnten aber aus finanziellen und wirtschaftlichen Gründen nur teilweise verwirklicht werden. Somit werden wahrscheinlich auch zukünftig die wichtigsten polnischen Containerlinien nur über Zubringerschiffe aus eigenen Häfen bedient. Die Häfen Gdansk, Gdynia, Szczecin und Swinoujscie wurden zwar in Teilbereichen (Teilcomputerisierung der Umschlagsabläufe und Steuerung sowie Lenkung der Liniendienste) modernisiert, müssen für die Zukunft weitere hohe Investitionen aufbringen, um attraktiver für den Seeverkehr zu werden und somit positive Ergebnisse erzielen zu können. Nachteilig bleibt auf jeden Fall die Randlage Polens an der Ostsee, die über die polnischen Häfen nur schwerlich den Anschluß an Welthandelsströme zuläßt.

Umstrukturierungen finden auch bei den polnischen Werften statt: Seit Anfang 1991 rechnet die polnische Werftindustrie ihre Arbeiten auf Hartwährungsbasis ab. Bei der devisen-

schwachen Sowjetunion als bisherigem Hauptabnehmer der polnischen Werftindustrie sehen sich die Unternehmen zur Vorfinanzierung bei westlichen/deutschen Kapitalgebern für ihre sowjetischen Kunden gezwungen. Sollte dieses nicht gelingen, ist anzunehmen, daß die Werftunternehmen auf dem Weltmarkt Abnehmer für die von der Sowjetunion in Auftrag gegebenen und von ihr nicht mehr finanzierbaren Schiffe suchen werden.
Von den etwa 20.000 in der Handels- und Fischereischiffahrt beschäftigten polnischen Seeleuten waren Anfang 1991 knapp 8.000 Seeleute auf ausländischen Schiffen beschäftigt. Der internationalen Transport-Arbeiter Gewerkschaft gehören rund 7.700 polnische Seeleute an

1.6 Aktivitäten einzelner Staatsreedereien

Der Schiffsbestand der drei wichtigsten Reedereien setzte sich Ende 1990 wie folgt zusammen:

POLISH OCEAN LINES (POL)	POLISH STEAMSHIP COMPANY (PZM)	POLISH BALTIC SHIPPING COMPANY (PZB)
59 Stückgutschiffe	110 Massengutfrachter	8 Stückgutschiffe
14 Ro/Ro-Schiffe	9 Stückgutschiffe	6 Autofähren
10 Containerschiffe	3 Tanker	1 Autofähre gechartert bis 1994
2 Eisenbahnfähren	4 Chemikalientanker	
1 Fahrgastschiff		
3 Kühlschiffe		

POL:

Als Polens größte Linienreederei verfügt die POL über 89 Schiffe, darunter 45 Semicontainer- und Ro/Ro-Schiffe mit einer Gesamttonnage von über 0,85 Mio tdw. Der Schiffsbestand wird in nachfolgenden Diensten eingesetzt:

- NORTH ATLANTIC CON-RO SERVICE,
- SOUTH AMERICA WEST COAST LINE,
- US GULF und SOUTH ATLANTIC CONTAINER SERVICE,
- SOUTH AMERICA EAST COAST LINE,
- AUSTRALIA LINE,
- FAR EAST LINE,
- SOUTH PACIFIC LINE,
- INDONESIA und VIETNAM LINE,
- INDIA, PAKISTAN und ARAB GULF LINE,
- BENGAL LINE,
- WEST AFRICA SERVICE,
- RED SEA LINE,
- MEDITERRANEAN SERVICE, MARS LINE,
- RO/RO SERVICE SZCZECIN,
- FINLAND, RO/RO SERVICE GDYNIA, FINLAND,
- WEST SCANDINAVAN LINE,
- CONTAINER LINE SZCZECIN, KOPENHAGEN/DAN, AARHUS/DAN, OSLO/NOR,
- SZCZECIN, IRELAND CONTAINER/Ro/Ro SERVICE,
- SEMICONTAINER LINE SZCZECIN, ROTTERDAM/NDL, ANTWERPEN/BEL,
- GDYNIA, SZCZECIN, HAMBURG LINE,
- CONTAINER Ro/Ro SERVICE "POLANGLIA",
- RAIL/CAR FERRY LINE SWINOUJSCIE, YSTAD/SWE.

Mit 5,4 Mio t steigerte die POL 1989 ihre Transportleistung gegenüber 1988 um 6,4%. Der Containeranteil erreichte Mitte 1990 einen Anteil von etwa 43%. Bei zunehmender Verbesserung der Containersteuerung wird ein weiteres Ansteigen der Containerfracht erwartet. Ende 1990 wurde der mehrere Jahre

stillgelegte Containerliniendienst von Bremen nach Houston/USA und Savannah/USA wieder aufgenommen. Im Januar 1991 wurde eine neue Linie von Belgien nach den Kanarischen Inseln eröffnet.
Für die polnische Wirtschaft verringerte sich das Ladungsaufkommen nur unwesentlich auf 0,88 Mio t, während in den letzten Jahren das Cross Trade-Aufkommen stetig anstieg und 1990 mit ca. 1,4 Mio t erreichte.
Oberstes Ziel der POL wird in naher Zukunft die Einführung marktwirtschaftlicher Orientierung der Gesellschaft sein. Um dem zunehmenden Kostendruck entgegenzuwirken, entläßt die POL Teilbereiche ihres Unternehmens in eigenverantwortliche Gesellschaften, um somit eine Straffung und höhere Effizienz zu erreichen. Mit der Umstrukturierung wurde Ende 1990 begonnen mit Gründung weiterer Gesellschaften, die dann später in Aktiengesellschaften umgewandelt werden. Für die Landbeförderung der Container ist ebenfalls ein eigenständiger Betrieb vorgesehen. Weitere Sanierungsmaßnahmen der Gesamtgesellschaft sehen eine Verringerung des Schiffsbestandes sowie eine Halbierung des Personals auf ca. 3.300 Mitarbeiter vor. Ebenfalls für 1991 werden Umstrukturierung sowie Stillegung einiger Liniendienste geplant.
Mit 51 eigenen Niederlassungen sowie 500 Agenturen besitzt die POL ein weitverzweigtes Netz in fast allen Häfen der Erde. Mit der Neugründung der POL AGENT-Gesellschaft für Agentur- und Maklertätigkeit in Szczecin schafft sich die POL eine weitere Dezentralisierung unter wirtschaftlichen Gesichtspunkten. Auf dem Weg zur Marktwirtschaft sollen auch die Schiffstypenvielfalt auf möglichst sechs Standardtypen verringert sowie die Containerisierung der Fracht vorangetrieben werden. Trotz teilweise positiver Ansätze und den expansiven Zukunftsplänen soll die gesamte POL-Organisation bis Ende 1989 einen Bilanzverlust in Höhe von ca. 50 Mio US-Dollar verursacht haben. Die Summe errechnete sich aus Gegenüberstellung der Kosten in allen Fahrtgebieten und der

der erzielten Frachterlöse, wobei diese Verluste ohne staatliche Förderung aufgefangen werden müssen.

PZM:

Mit 125 Schiffseinheiten und einer Gesamttonnage von knapp 3 Mio tdw hat sich die größte Reederei Polens kaum verändert. Als finanzkräftigste Reederei ging die PZM mit der Warski-Werft in Szczecin als ihr größter Schiffslieferant eine finanzielle Beteiligung ein. Bis zum Jahr 2000 sollen der Reederei 34 neue Einheiten, vorwiegend Massengutfrachter zugeführt werden. Ein Teil der Aufträge wird an ausländische Werften vergeben, wobei rein wirtschaftliche Gründe auf Kostenersparnis im Vordergrund stehen, denn ein Teil der georderten Schiffe wird im sogenannten Bareboat Charter für zunächst 16 Jahre übernommen und erst anschließend gekauft. Durch die in den letzten Jahren günstigen Frachtraten erzielte die PZM-Flotte ein Beförderungsaufkommen von über 22 Mio t mit einem Anteil von 85% ausländischer Order für 1989/90. Bei einer weiter anhaltenden günstigen Entwicklung der Frachtraten sowie flexibler Steuerung der Flotte kann für das kommende Jahr mit annähernd ähnlichen Ergebnissen gerechnet werden. Die auf Trampfahrt spezialisierte Reederei erwirtschaftete im Jahr 1988 ca. 44 Mio US-Dollar. Für 1990 ist ebenfalls mit einer positiven Bilanz zu rechnen. Die Umorientierung der PZM in Richtung Marktwirtschaft wurde bereits 1989 eingeleitet und erbrachte neben Modernisierung der Flotte auch eine Straffung im administrativen Bereich. Um der Mitte 1990 aufkommenden starken Abwanderung von polnischen Seeleuten auf westliche Handelsschiffe entgegenzuwirken, zahlte die PZM vorübergehend einen Teil der Heuer ihrer Besatzungen in US-Dollar aus. Die Beträge lagen zwischen 10 Dollar pro Tag für einen Matrosen, bis zu 31 Dollar pro Tag für den I. Offizier und 45 Dollar pro Tag für den Kapitän.

PZB:

Die jüngste und kleinste polnische Reederei befindet sich ebenfalls in einem Modernisierungsprozeß. Mittelfristig sollen die vorhandenen Stückgutfrachter ersetzt werden; ein Bauauftrag für eine Fähre wurde an eine Werft in Argentinien vergeben. Durch das gestiegene Passagier- und Ladungsaufkommen sah sich die PZB gezwungen, vier Stückgutfrachter und eine Fähre kurzfristig zu chartern. Weitere Planungen sehen Modernisierung und Kapazitätserweiterung der drei Fährlinien Swinoujscie - Ystad/Schweden, Swinoujscie - Kopenhagen/Dänemark und Gdansk - Nynäshamn/Schweden vor. Im Fährverkehr konnte das Passagieraufkommen von 1986 mit 297.000 Personen bis 1989 auf 656.000 Personen mehr als verdoppelt werden. Der Kraftfahrzeugtransport erbrachte 1986 56.600 Personenkraftwagen (PKW)/24.200 Lastkraftwagen (LKW) und 1989 145.000 PKW/21.700 LKW.

2. Fischereiflotte

2.1 Bestand an Fischereifahrzeugen über 100 BRT

Art	Anzahl	BRT
Fischereibasis-schiffe (FB)	16 (-2)	105.965
Fabriktrawler (FT)	84 (-4)	218.812
Fischereiforschung	3 (-1)	3.076
Trawler (OT)	220	29.736
Schulschiffe	3	3.444
Gesamt:	326 (-7)	361.033

* Nicht erfaßt in der Statistik sind ca. 100 Fahrzeuge der polnischen Fischereiflotte, die um 100 BRT groß sind.

2.2 Altersstruktur

Wesentlich ungünstiger im Verhältnis zur Handelsschiffahrt ist die Altersstruktur der Fischereiflotte. Von 326 Fischereifahrzeugen sind nur 81 Einheiten jünger als 10 Jahre, 134 Einheiten liegen zwischen 11 und 20 Jahren, während 111 Einheiten älter als 20 Jahre sind.
Auch hier muß einer baldigen Verjüngung durch Außerdienststellung überalteter Einheiten sowie neue Aufträge oder Modernisierung der Flotte Rechnung getragen werden.

Alter (Jahre)	Gesamt/Anzahl	%	FB		OT		FT		Andere
< 1 Jahre	6	1,8	1	6,3	2	0,9	3	3,6	--
1 - 5 Jahre	15	4,6	4	25,0	7	3,2	4	4,7	--
6 - 10 Jahre	17	5,2	4	25,0	10	4,5	3	3,6	--
11 - 15 Jahre	98	30,1	2	12,5	72	32,7	23	27,4	1
16 - 20 Jahre	91	27,9	3	18,7	67	30,5	21	25,0	--
> 20 Jahre	99	30,4	2	12,5	62	28,2	30	35,7	5
	326		16		220		84		6

2.3 Sachstand

Die Fischereiflotte ist gegenüber 1987 (294 Schiffseinheiten) einschließlich In- und Außerdienststellungen um 32 auf 326 Einheiten gewachsen. Damit einhergehend war keine Verjüngung gegenüber dem schon seit Jahren veralteten Schiffsbestand verbunden. Die Tonnage betrug 1990 insgesamt 361.033 BRT, 21.000 BRT weniger als 1989.
Im Jahre 1989 wurden mit 532.000 t Fisch 10 % weniger als im Vorjahr angelandet, mit weiterer Verringerung der Fangergebnisse muß gerechnet werden. Um Fischfanglizenzen zu verlängern bzw neue zu bekommen, mußte die Hochseefischerei bei den lizenzgebenden Ländern 1989 weitere 95.000 t Frischfisch hinzukaufen.

Insgesamt verringerten sich die Erträge in ausländischen Fanggebieten seit 1986 stetig, was bei der polnischen Hochseefischerei trotz aller Expansionsplanungen auch die Frage der Rentabilität aufkommen läßt. Wie auch die Handelsflotte wird die Fischereiflotte sich den marktwirtschaftlichen Gesichtspunkten unterwerfen müssen. Erschwert wird dieser Übergang durch den überalteten Schiffsbestand; hier sieht die Planung für die Jahre 1991-95 eine Aussonderung von über 50 Einheiten durch Verkauf oder Verschrottung und eine Zuführung von knapp 30 neuen und modernen Fischereifahrzeugen vor. Hemmnisse für die Beschaffung sind die geringen Eigenmittel der Fischereiflotte und die derzeit hohen Vorauszahlungsbedingungen von fast 50 % der Baukosten für die Neubauten bei heimischen Werften. Da zur Zeit etwa zwei Drittel der Finanzierungskosten von Banken vorfinanziert werden, ist nicht auszuschließen, daß mehrere Einheiten auf ausländischen Werften gebaut werden.
Der Aufenthalt in den Fanggebieten für die Seeleute liegt zur Zeit bei 160 Tagen, erste Forderungen der Gewerkschaften auf Verkürzung der Stehzeit wurden bereits angekündigt. Dieses hätte eine weitere Kostenerhöhung zur Folge, da dann Schiffsbesatzungen häufiger per Flugzeug zwischen Polen und den Fanggebieten ausgetauscht werden. Auch die Reparaturaufenthalte in ausländischen Werften in der Nähe der Fanggebiete sind eine weitere finanzielle Belastung in Hartwährung. Nach Rückzug der Sowjetunion und der ehemaligen DDR aus Rentabilitätsgründen bemüht sich nun die polnische Hochseefischerei um eine stärkere Präsenz in Fanggebieten vor der westafrikanischen Küste.
Um die Finanzmisere zu mildern, sollen neuerdings ältere Hecktrawler für zunächst ein Jahr verchartert werden mit dem Ziel des anschließenden Verkaufs. Diese Schiffe werden während des Chartervertrages überwiegend mit Personal der Charterfirma besetzt.

Da die Schiffe der Fischereiunternehmen ODRA, GRYF und DALMOR immer seltener ihre polnischen Heimathäfen anlaufen und somit Stehzeiten von zwei und mehr Jahren in den Fanggebieten im Nordpazifik und im Süd-/Westatlantik haben, kommt der Reederei TRANSOCEAN eine wichtige Verbindungs- und Transportaufgabe zu. Mit ihren 30 Schiffseinheiten transportiert das Unternehmen derzeit fast den gesamten Ausrüstungsbedarf (Kraftstoff, Verpflegung, Verpackung, Fischfanggerät und Ersatzteile) an die Einheiten der Hochseefischerei. Von den eingesetzten Einheiten sind 18 Eigentum von TRANSOCEAN, davon 6 Basisschiffe. Dieser Schiffsbestand reicht jedoch nicht aus, sämtliche Fischanlandungen von allen Fanggebieten zu befördern. Zukünftige Planungen sehen den weiteren Ausbau der Flotte besonders durch Kühlschiffe vor, die auf polnischen Werften gebaut werden sollen. Mehrere Einheiten wurden bereits in den letzten Jahren fertiggestellt, für die nächsten Jahre sind zwei weitere Kühlschiffe vorgesehen. Sollte sich die geplante Expansion des Unternehmens verwirklichen, wird neben den Reedereien von POL, PZM und PZB eine weitere polnische Gesellschaft auf dem internationalen Markt auftreten.

3. Neubauaufträge für Handels- und Fischereiflotte

3.1 Neubauaufträge im Inland

Folgende Neubauaufträge sind bis 1993 bekannt geworden:

Werft	Schiffstyp	Anzahl	tdw	BRT	Zeitraum	Bemerkung
Gdansk	DC	1	22.800	28.000	1991	Container, B-335
Gdansk	FB	3	6.100	8.900	91-93	Kühlschiff, B-364
Gdansk	DC	6	15.700		ab 93	Container/ 1.100 TEU, B-505
Gdansk	OT	3	1.650	3.000	ab 91	Trawler, B-671
Warski-Szczecin	DC	3	11.800	8.300	ab 91	Bulker, B-543
Warski-Szczecin	DC	14	19.000	13.400	ab 91	Bulker, B-567
Gdynia	OT	2	1.500	3.600	bis 92	Trawler, B-673
Gdynia	OT	5			ab 92	Trawler, B-675
Gdynia	DC	5	2.000	1.948	ab 91	Frachter
Wisia	TA	4	1.550	700	ab 92	Liefertermin mglw. verschoben

3.2 Neubauaufträge im Ausland

Folgende polnischen Neubauaufträge sind bis 1993 bekannt geworden:

Werft	Schiffstyp	Anzahl	tdw	BRT	Zeitraum	Bemerkung
Alianza, ARG	DC	3	3.000		91-93	Fährschiff
Dimitrov, Varna, BUL	DC	10	37.800	23.306	ab 91	Bulker
Burmeister & Wain, DAN	DC	6	74.000	41.252	ab 91	Bulker
Flensburg, DEU	DC	2	21.000		91-92	Mehrzweck-frachter
Rijeka, JUG	DC	2	22.000		ab 91	Mehrzweck-frachter
Pendika, TUR	DC	8	26.000		ab 91	Bulker

4. Militärische Aspekte

4.1 Für militärischen Transport geeignete Stückgut- und Spezialschiffe

(Ladeflächenberechnung)

Typ	Anzahl	tdw	Ladefläche (m^2)
Stückgutschiffe	69	835.044	304.138
Autofähren	6	8.162	14.520
Containerschiffe	10	155.558	24.679
Passagierschiffe	6	5.826	5.206
Eisenbahnfähren	2	4.700	3.412
Ro/Ro-Schiffe	13	140.259	37.292
Gesamt	106	1.149.549	389.247
Vorjahr	112	1.191.446	406.967

Die Stückgut- und Spezialschiffe in nachfolgender Aufschlüsselung verfügen über eigenes Ladegeschirr für Lasten über 20 t und haben eine Geschwindigkeit von mindestens 14 Knoten.

Zusammensetzung nach Schiffsklassen

Schiffsklasse	Anzahl/Typ	Gesamt tdw	Gesamt Ladefläche (m^2)
BALTIC EAGLE	1 Ro/Ro-Schiff	7.200	4.086
BOLESLAW PRUS	2 Stückgutschiffe	31.439	12.214
CONCORDIA SUN	1 Stückgutschiff	18.080	6.006
DERNA	1 Ro/Ro-Schiff	4.078	906
F. ZUBRZYCKI	7 Stückgutschiffe	84.000	37.457
FRANCESCO NULLO	7 Stückgutschiffe	81.200	26.271
FRANCESCO NULLO MOD	2 Stückgutschiffe	24.400	7.506
FREDO	1 Stückgutschiff	16.800	4.166
H. CEGIELSKI	2 Containerschiffe	46.946	4.543
HALKA	1 Passagierschiff	--	(124 Tagespassagiere)
HEL	4 Stückgutschiffe	53.800	21.568
JACEK MALCZEWSKI	4 Stückgutschiffe	68.064	20.224
JAN SNIADECKI	1 Passagierschiff	5.583	5.206
JOZEF CONRAD KORZENIOWSKI	3 Stückgutschiffe		51.725 14.451
JUNO	1 Ro/Ro-Schiff	4.171	3.006
KOMETA-1	1 Passagierschiff	--	(ca. 100 Tagespassagiere)
KONIN	3 Stückgutschiffe	36.750	12.819
KWIDZYN	3 Stückgutschiffe	10.800	7.329
LECHISTAN II	2 Stückgutschiffe	9.200	3.904
MIESZKO I	5 Stückgutschiffe	50.000	18.015
MIKOLAJ KOPERNIK	2 Eisenbahnfähren	4.700	3.412
NIEBOROW	1 Autofähre	1.127	ca. 1.800
NILS HOLGERSON	1 Autofähre	1.183	1.806
PARANDOWSKI	4 Stückgutschiffe	64.372	24.024
POMERANIA	2 Autofähren	3.712	7.012
PROFESSOR SZAFER	3 Stückgutschiffe	49.500	16.338
RADZIONKOW	7 Stückgutschiffe	44.100	17.591
STAROGARD GDANSKI	1 Ro/Ro-Schiff	1.700	1.793
STEFAN CZARNIECKI	2 Stückgutschiffe	24.090	9.904
TSU	2 Stückgutschiffe	50.435	21.012
SVEA REGINA	1 Autofähre	1.250	2.206
SZMARAGD	3 Passagierschiffe	243	(429 Tagespassagiere /Schiff)
TADEUSZ KOSCIUSZKO	4 Ro/Ro-Schiffe	86.600	14.216
WARSZAWA II	8 Containerschiffe	108.744	20.136
WAWEL	1 Autofähre	890	1.696
WIHURU MOD	2 Stückgutschiffe	28.750	10.124
ZAKOPANE	5 Stückgutschiffe	36.750	13.215
ZERAN	5 Ro/Ro-Schiffe	36.640	13.285

4.2 Sachstand

Mit 69 Stückgut- und 37 Spezialschiffen bei ca. 1,149 Mio tdw und einer Ladefläche von 389.247 m2 besitzt Polen im Vergleich zu 1987 12 Stückgutschiffe weniger, aber sieben Spezialschiffe mehr, die für militärische Transporte über See besonders geeignet sind.
Die seit 1987 einsatzbereite Bodenstation für Satellitenkommunikation läßt den größten Teil der polnischen Handels- und Fischereiflotte jederzeit erreichen.
Besonderheiten mit militärischem Hintergrund wurden nicht erkannt; so nahmen auch keine zivilen Einheiten an Übungsaktivitäten der polnischen Seestreitkräfte teil. Hiermit bestätigt sich, daß militärische Aspekte im Zivilbereich zunehmend an Bedeutung verlieren. Weitere Anzeichen dafür sind Auflösung der militärischen Abteilungen in den Reedereien sowie Forderung polnischer Werftarbeiter, militärische Kontrollorgane in den Werftbetrieben aufzulösen. Statt der militärischen Abteilungen in den Reedereien soll je eine militärische Gruppe in den Häfen Szczecin und Gdynia aufgestellt werden, die direkt der Abteilung Aufklärung des Verteidigungsministeriums unterstellt wird. Diese beiden Gruppen sollen dann die gesamte Zivilschiffahrt betreuen. Aus ihrer Unterstellung ergibt sich der eindeutige Hinweis auf Nachrichtenbeschaffung. Aufgrund dieser Veränderung wird die ohnehin bei den Schiffsbesatzungen ungeliebte, aber noch vorgeschriebene militärische Ausbildung wohl gänzlich vernachlässigt werden.
Weiter kann unterstellt werden, daß ohne direkte Einwirkungsmöglichkeiten militärischer Stellen auf Bauvorschriften, Sonderbaumaßnahmen (militärische Forderungen an Bauvorschriften bei Zivilschiffen) aufgehoben werden bzw. nicht mehr ausgeführt werden.
Der für Ende 1990 geplante Unterstellungswechsel des Seehydrografischen Dienstes mit allen Bereichen und Aufgaben zum Verkehrsministerium wird vermutlich erst 1991 vollzogen.

Hierdurch soll den Bedürfnissen der polnischen Seestreitkräfte besser Rechnung getragen werden. Dabei wird gefordert, daß im Mobilmachungsfall der Seehydrografische Dienst kraft Gesetz wieder Teil der Streitkräfte wird. Für das polnische Seeamt Abteilung Küstenwache wurde Ende 1990 ein neues Überwachungsschiff in Dienst gestellt mit den Aufgaben der Grenzüberwachung und der Seenotrettung.

5. Bewertung

Herausforderungen und selbstgestellte Aufgaben bis 1995 an die polnische Seewirtschaft machen große Anstrengungen in den Bereichen Handelsschiffahrt, Seefischerei sowie Häfen und Werften erforderlich. Das Ministerium für Transport, Seefahrt und Verkehr plant im Seetransport eine Steigerung bis zu 30%, eine Erweiterung der Transittransporte zwischen fremden Häfen sowie Schiffszuführungen für die Schiffahrtslinien POL, PZM und PZB.
Dabei erfordert die angespannte Haushaltslage in der Seewirtschaft, hier besonders der enorm hohe Schuldendienst, Flexibilität in der Umstrukturierung und Anpassung der Handelsflotte an die Erfordernisse des Weltmarktes und der Wettbewerbsfähigkeit. Um konkurrenzfähig zu bleiben, müssen schnellstmöglich Schiffseinheiten erneuert oder zumindest modernisiert werden und die vorhandenen Routen gestrafft werden. Ähnliche Erfordernisse und Planungen gelten für die Seefischerei, die ebenfalls einer besonderen finanziellen Unterstützung bedarf. Hier kommt erschwerend das Problem der Rentabilität der Fernfischerei hinzu, die enorm belastet ist durch Betriebs-, Lizenz-, Personal- und Transportkosten, mit Aufwendungen also, die nur noch teilweise durch den Fischfangertrag gedeckt werden. Hier bedarf es schneller Abhilfe durch Verkleinerung und Spezialisierung der Fischereiflotte; um den Weiterbestand der polnischen Fernfischerei erhalten zu

können, müssen verstärkt Abnehmer im In- und Ausland gesucht und gesichert werden.
Diese großen Planungen, die die derzeitig bestehende wirtschaftliche und finanzielle Situation des Landes überfordern, lassen eher vermuten, daß dieses Planziel nicht bis 1995, sondern möglicherweise erst, und mit Abstrichen, im Jahre 2000 erreichbar ist. Trotz der wirtschaftlich angespannten Situation bietet die polnische Handelsschifffahrt ausreichende und den Bedürfnissen entsprechend unterschiedliche Tonnagen auf dem Welttransportmarkt an. Hier bedarf es jedoch einer höheren Zuverlässigkeit der angebotenen Dienste und eines kosteneffektiveren Einsatzes des Materials. Optimistische Prognosen werden auch für den Hafenumschlag gemacht; Ausgangspunkt sind jährliche Wachstumssteigerungen von 1995 bis 2000 zwischen drei und acht Prozent. Doch zur Zeit verfügen die polnischen Handelshäfen überwiegend über veraltete Umschlagseinrichtungen sowie nicht ausreichende Lagerflächen. Dies hat zur Folge, daß gemessen an der veralteten Umschlagstechnologie die Zahl der Beschäftigten überproportional hoch und somit unwirtschaftlich ist, was besonders auf den Stückgutumschlag zutrifft. Bei rascher Dezentralisierung der Hafenwirtschaft und Entlassung aus der Staatsregie auf einzelne Häfen bei Schaffung eigener Organisationen mit höherer Eigenständigkeit könnte das vom Staat gesteckte Ziel bis ins Jahr 2000 bedingt erreichbar sein.
Bereits jetzt erkennbar ist der Rückgang der Eingriffsmöglichkeiten seitens der polnischen Streitkräfte auf die Zivilschiffahrt; wenn auch die bisherige Einbindung in militärisch-maritime Aufgaben gering war, so wird dieser Aspekt im wirtschaftlichen Einsatz noch weniger hinderlich sein.

May 13, 1991

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: Soviet Union - Ownership of Soviet Mines Transferred to Republics; Possible Approach to Clarifying Property Issue between Union and Republics?

Cutoff Date: May 1991

TgbNr: 0319/91 VS-NfD

Summary

Placing the Russian coal mines under the jurisdiction of the RSFSR necessitates the regulation of a large number of details, before implementation is possible. Above all, the measure does not solve the main problem in coal mining, the low yield of the enterprises. The Union-wide pricing system for coal would have to be changed to remedy this situation.

With the transfer of the ownership of the coal mines, the prospects for general "republican ownership" of the enterprises of the key industries have increased. However, a prerequisite for solving the serious problems of the Soviet economy is a general denationalization, consistent concepts for its realization being available neither on Union level nor on republic level to date.

01.08 9109179

Soviet Union - Ownership of Soviet Mines Transferred to Republics; Possible Approach to Clarifying Property Issue between Union and Republics?

1. General Situation

1.1 "Agreement" of Novokuznetsk

On May 1, 1991, Boris YELTSIN signed an "agreement" between the RSFSR and the miners in Novokuznetsk, in which the responsibility for the Kuzbass coal mines was transferred from the Union to the RSFSR. The agreement also promises the strikers "certain social guarantees" (1) and "complete economic independence" of the enterprises. The Union's consent necessary for the "transfer of ownership" was given (subsequently) on May 6, 1991 (2). At the same time, the Union leadership agreed to placing all RSFSR coal mines under the jurisdiction of this republic.

1.2 Previous Situation Concerning Ownership and Subordination in Coal Mining

According to the laws valid until late April 1991, the enterprises of the fuel and energy complex, which also includes the coal mines, were "state property" (3), so-called "Union property" (4).

Ultimately responsible for coal mining administration was therefore the Soviet Ministry of Coal Industry (5), which controlled the enterprises via the so-called production associations (groups of several mines) subordinate to it.

As all state enterprises, the plants of the coal industry were, according to the enterprise law (6), to operate in principle under the "conditions of cost accountability and economic self-management", i.e., they were meant to be responsible themselves, at least in theory, for their weal and woe. In practice, however, coal mining is nearly completely subjected to the binding "state orders" (directive to produce a certain quantity and to supply at fixed prices) and other centrally-issued directives. The Soviet Ministry of Coal Industry has rebuffed nearly all reform attempts

during the last years (7), so that only 133 of a total 600 Soviet mining enterprises can at present operate economically "independently" according to official statements.

1.3 "Instruction" of May 3, 1991

On May 3, 1991, Boris YELTSIN issued an "instruction on changes in the management of the coal industry and other basic industries", valid in the RSFSR (8). The instruction says that enterprises of these industries that come under RSFSR jurisdiction by request of the "work collectives" (9) be given "full economic independence", including the right to choose the form of property and the management structures. At the same time, the RSFSR Council of Ministers was charged to create "independent interbranch structures" (10) for the above-mentioned industrial branches, inter alia, as well as "optimal conditions" for their work.

2. Chances of Success for Planned New Regulation

2.1 Even after the Union's consent to placing the Russian coal mines under the jurisdiction of the RSFSR, a great number of details must be settled, before the new regulations have the desired effect: The problems to be solved range from the indebtedness of the enterprises (it may be assumed that the mines, in the past, took up loans with the state and the industrial banks) and the reorganization of the material supply (transferred to the All-Union Ministry of Coal Industry from GOSSNAB as late as 1990) to the creation of new marketing channels for the Russian coal (so far also largely centrally controlled).

2.2 Even if all these problems are solved (which, we think, will take quite a long time), the main reason for the desolate situation in Soviet coal mining will not be removed: The principal reason for the insufficient profitability of the mines (which is also the cause for the catastrophic working conditions, the insufficient technical equipment etc.) is the Union-wide pricing

system for raw materials, which makes cost-covering, let alone profitable, production mostly impossible for the mines. According to Soviet sources, only 5% of all underground and open-pit mines of the Soviet coal industry are capable of self-financing operation and necessary investments.

Also after the Union-wide 70% increase of the wholesale prices for coal, effective from January 1, 1991, coal mining is still a highly loss-making branch. According to rough estimates, placing all RSFSR coal mines under Russian jurisdiction would burden this republic, under status-quo conditions, with subsidies amounting to 12 to 14 billion rubles per year. Subsidies for only the Kuzbass mines would probably total about 5 billion rubles per year (11). And there are, in addition, the effects of the already agreed wage increases of as much as about 100%, which will further step up subsidies. Also the RSFSR will not be capable of providing "its" mining enterprises with the funds necessary for recovery.

In our view, a mere "transfer" of the coal mines to RSFSR administration cannot solve the fundamental problems of coal mining, nor can it eliminate the deep discontent of the miners. The positive psychological effects (the strikers at least succeeded in getting some of their demands fulfilled) will probably disappear relatively quickly.

3. Possible Approach to Settling "Property Issue" between Union and Republics

The question of the "ownership" of the Soviet coal mining enterprises is only one facet of the overriding problem of the "ownership of the riches of the Soviet Union", controversially discussed by the Union and the republics for some time already: Which level has to be given authority over the land, the mineral resources, the plants etc. and thus the material means for economic policy?

No final solution of this problem has been found yet. While the various "independence resolutions" of the republics see the state enterprises as republic-owned property (or municipal property),

the Union, in April 1990, conceded to the individual republics the control of the "natural resources" (law "on the basic elements of the economic ties between the Union, the republics and the autonomous republics"), but reserved for itself the "ownership of the Union enterprises" (whatever the definition may be).

Now that the RSFSR has succeeded in entering into "republican ownership" of enterprises of the key industries (which include the Soviet coal mining enterprises, as it is generally known), there is a considerably better chance that, in a new Union treaty, authority over most (12) enterprises so far owned by the Union will be transferred to the republics. Such a provision is contained in the so far latest draft of a Union treaty (of March 1991). However, this draft also includes provisions that again noticeably limit the "usability" of the republic-owned property. The price policy, for instance, is subject to "joint" regulation by the Union and the republics.

Despite the above-mentioned positive aspects, it can at present not be said what time will be needed by the "mechanism of strict division of ownerships between the republics and the center" - according to YELTSIN, the Union has approved "to get this mechanism going immediately" (13).

4. Possible Economic Effects of an Ownership Transfer to the Republics

A general transfer of the authority over state enterprises to the republics, which is becoming ever more probable, will, on its own, not be able to provide any solution whatsoever for the serious problems faced by the Soviet economy. Even GORBACHEV declared (in December 1990) that it was "irrelevant" whether the enterprises were "controlled by organs of the Union or the republics".

There is the necessity of a general "denationalization" of the Soviet economy, i.e., of taking the "economic subjects" away from bureaucratic command. In this context, it is at present (14) planned to convert major state enterprises (which would include the coal mines) into stock corporations; the capital shares are

then partly to be transferred to the "work collectives" or are to remain in the possession of the responsible "committees for state property" (15). However, consistent concepts for an implementation of "denationalization measures" are available neither on Union nor on RSFSR level. There are, for instance, no economic-political concepts regarding the mode of property transfer (purchase of shares or transfer without charge), the capital shares that are to remain in the possession of the state, the fungibility of bonds and other important issues. Also YELTSIN`s most recent "instruction" (see point 1.3) clearly shows the uncertainties of the Soviet economic policy: Together with "full economic independence" of coal mines, overrriding "interbranch structures" are mentioned, and the RSFSR plans to control the coal mines by imposing taxes paid in kind, inter alia, e.g., in the form of a percentage of the production.

The Soviet economy - and certainly also coal mining in the Kuzbass - will remain inefficient without general denationalization, which must not get bogged down on a formal level.

Footnotes:
---

(1) YELTSIN on May 1, 1991, according to TASS. Nothing has so far become known about nature and scope of the guarantees.

(2) Said YELTSIN on May 6, 1991, before the Supreme Soviet of the RSFSR. According to TASS, the agreement was signed by Deputy Prime Minister DOGUZHIYEV on behalf of the Union.

(3) Other important forms of property are "cooperative property" (kolkhozes, for instance) and "property of social organizations" (Soviet Communist party, trade unions etc.).

(4) Other "forms" of state property are, according to the property law, "Union-republic property" (joint administration of property), "republic property", and "municipal" property.

(5) The energy and fuel complex also includes the All-Union ministries of Atomic Power and Industry, of Petroleum and Gas Industry and of Power and Electrification. The commission of the cabinet of ministers for the fuel and energy complex, which is to coordinate the activities of the various ministries, is also part of this complex.

(6) Having gradually become effective since 1988 and been repeatedly amended since then.

(7) IMF, World Bank, OECD, EBRD; A Study of the Soviet Economy, Vol. 3; Paris 1991, page 192.

(8) See TASS of March 3, 1991.

(9) Soviet designation for workforce of an enterprise.

(10) Probably meant are the partly already existing "interbranch groups", i.e., management units to which enterprises and branches are subordinate and which resemble the horizontal combines existing in the West.

(11) According to the All-Union Ministry of Coal Industry, subsidies amounting to about 31 to 35 rubles per ton of produced coal are planned for 1991. In the RSFSR, about 400 million tons of coal were produced in 1990, the Kuzbass producing about 145 million tons that year.

(12) With the exception of the enterprises of the defense industry, which are considered "Union property" also by the republics.

(13) Said YELTSIN in a report to the Supreme Soviet of the RSFSR on the Union-republic agreements of April 23, 1991.

(14) In the anti-crisis program of the Union and the programmatic ideas of the RSFSR.

(15) These organizations, the establishment of which was decreed Union-wide in late 1990, are to carry out the "privatization" of the state enterprises and to administer the property remaining thereafter in the possession of the state.

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

14 May 1991

POLITICAL REPORT

TgbNr: 0318/91 VS-NfD

Subject: Soviet Union - Ukrainian CP's Plans for Coup d'Etat

DOI: Mid-May 1991

Summary: A document published by L'vov newspapers in late April 1991 proves that the CP leaders in the North-Ukrainian area of Chernigov had plans to declare a state of emergency and start arresting masses of dissidents listed by the KGB. In the meantime, the interim climax of reactionary-restaurative forces seems to be waning again.

01.05 9109180

A document published by newspapers in L'vov in late April 1991 proves that the CP leaders in the north-Ukrainian area of Chernigov had plans to declare a state of emergency and order the arrests of masses of dissidents blacklisted by the KGB. The decision-making body responsible is supposed to be the communist-dominated Supreme Soviet. The decision, which was already made in September last year, reads as follows:

1. The constitution of the Ukrainian SSR is to be suspended temporarily for the territory of the Chernigov region.

2. All activities of political organizations, except for those of the Communist Party and KOMSOMOL, the communist youth organization, are to be banned.

3. Activists of the nationalistic-fascist organization "RUCH", the "Society for Ukrainian Language", the "Ukrainian Republican Party" and the "Federation of Independent Youth of the Ukraine" as listed by the KGB district administration are to be arrested immediately by security forces.

4. This decision is for official use only and must not be published.

Although the chairman of Chernigov's regional parliament reportedly denied the existence of such a document in the meantime, these kind of plans by local in power as well as approval of the latter by higher authorities might well exist, according to members of the Ukrainian opposition. The Party leadership has considered the city of Chernigov a center of unrest since January 1990. Therefore, in September, on the eve of the fall demonstrations flaring up all over the Ukraine, the authorities obviously wanted to create potential countermeasures to be used in case of emergency.

Comment:

The report, coming from a reliable source, shows that specific measures designed to implement a secret decision of the CC Secretariat of the CPSU taken on 29 August 1990 have obviously been initiated as early as September last year.

In view of the CPSU's loss of power and the reform-orientated group's walk-out from the Party (28th CPSU Party Congress, 02 - 13 July 1990), the remaining restaurative-reactionary orthodox communists reportedly developed plans for a coup d'etat. According to the secret decision, administrative countermeasures against insubordinate leaders of people's fronts and thus also of republics were supposed to be prepared. To that end, the work of the state prosecutor, Interior Ministry, KGB and Supreme Court of the USSR, was to be coordinated and thus directed by the CP in a presumptuous, anticonstitutional way. It seems that in the Ukraine all preparatory measures laid down in the decision required for re-establishing the CP's monopoly on power and eliminating all oppositional forces have been implemented at high speed, which illustrates a high level of cohesion within the Party at that time.

At the same time, in mid-September 1990, "Moskovskiye Novosti" published the operational plan for a military coup. On "day X" power was to be taken over by the military. TV stations were to be occupied, and jamming transmitters were supposed to "neutralize foreign mass media".

Moreover, intelligence information indicates that the Politburo of the CPSU passed a decision in November 1990 defining the proclamation of state of emergency in the whole nation as a strategic objective of the Party.

These activities were actually successful in temporarily strengthening the power positions of the reactionary, restaurative forces in the CPSU internally (removal of BAKATIN on 02 Dec, resignation of SHEVARDNADZE on 20 Dec), until the policy of restauration reached its climax with the attempted coups d'etat in the Baltics (Jan 91).

This development, however, has in the meantime started to retrogress, which is reflected i.a. in the results of the CC's plenum of 24/25 Apr 1991. The signing of the "joint declaration" (23 Apr 91) also contributed to strengthening the position of the republics considerably. This directly threatens the central power apparatus of the Party.

According to intelligence reports, a meeting of orthodox forces in Kiyev from 23 to 28 March 1991 was designed to determine the future strategy of the CPSU before the plenum. In view of the deep crisis endangering the existence of the apparatus, two main opinions evolved: namely the demand that GORBACHEV resign, which is opposed by the more moderate attitude of not wanting to aggravate the crisis in the USSR further, held by the majority of the conservatives.

But obviously this means that no-one is expecting solutions from GORBACHEV. It rather seems that some conservatives believe if someone is responsible for the decline of the USSR, he has to bear the consequences of his policy to the bitter end.

If one believes in such "thoughts of revenge", the planning of "emergency measures" does continue to be possible. Available information points in that direction for some of the hardliners in the CP. The "decisive battle with the counterrevolutionary forces" is thus considered inevitable. The supporters of this position are willing to wait for the final power struggle until the end of June 1991. This time frame reflects the hardliners' opinion that the Russian presidential

elections (12 June 1991) and the agreement on a new union treaty scheduled for July 1991 represent a sharp break regarding their options in domestic policy. The severe doubts about their own political perspectives is evident in the fact that the reactionary Party members lack not only a viable program of crisis management, but also a consensus in this point. The meeting, however, also showed that the supporters of the old course orientated towards a coup d'etat are only a minority compared to those conservatives who are not willing to depart from the path of legality and are reluctant to take repressive measures.

In addition, the conservatives' demand of purges has apparently lost some of its edge, since increasing concerns about feasibility are being voiced, which leads to the question of whether such interventions would make sense at all.

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

21 May 1991

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: Albania - Current Economic/Economic Policy Aspects (Update, Cutoff Date: Mid-May 1991)

Cutoff Date: May 1991

TgbNr.: 0345/91 VS-NfD

Summary

The Albanian economic sector is currently faced with serious difficulties, which is illustrated by the decline in the produced national income in 1990 by approx. 10%. On account of the lengthy dry period great problems mainly arose in the energy and agricultural sectors. In addition, bottlenecks in raw material supply as well as the poor working morale of the Albanian workers negatively affected industrial production. Other signs of the disastrous economic situation are the critical supply situation, relatively high unemployment (particularly of young people), overstaffing, the shortage of skilled labor, a rate of inflation between 25% and 30% p.a. as well as a foreign indebtedness of approx. US $350 million and a balance-of-trade deficit of approx. US $200 million last year. The reform measures initiated by the Albanian government in the face of the serious economic problems have so far been too cautious and incomplete and have not yet been crowned with success as expected.

01.06 9109181

Albania:
Current economic/economic policy aspects
(update, cutoff date: mid-May 1991)

1. Even after the elections of 31 March 1991 in which the Albanian Party of Labor came off victorious as expected, Albania's interr. . situation remains unstable and tight. This critical situation could be altered so far neither by the intensive efforts of the Albanian government to rapidly solve the country's most urgent economic problems (i.a. improved supply with foodstuffs and raw materials) nor by the repeated promise of Government and Party Chief ALIA to continue the present reform course. The mood of the population is still shaped by great expectations placed in the democratization process initiated by the Albanian government and the economic reform measures, but also by disappointment at the outcome of the election (primarily in the cities) as well as a latent distrust of both the old power apparatus and the newly established oppositional parties. That the Albanians have no confidence in the reform plans of the governemnt and the promised improvement of the economic situation, is illustrated by the continuing wave of refugees.

The tight internal situation was additionally aggravated in January of this year by the walk-outs of the miners, dockers, transport workers and bus drivers, who went on strike for better living conditions and higher incomes. The collapse of public transport threatened to further aggravate Albania's anyway disastrous economic situation. The strikes were brought to an end only when the Albanian government promised to raise the wages (60% for the miners) and improve the working conditions. The miners were also promised that they would be preferred in the allocation of accommodation.

On 15 May 1991 Albania'a independent trade unions again called nationwide strikes in order to enforce further increases in the incomes (wage increases of at least 50%) and underline their political demands (investigation of the death

of four oppositional politicians in early April 1991). According to trade union statements approx. 250,000 workers from different economic branches participated in the walkouts and largely paralyzed the economic activities. Further strikes are likely as the Albanian government is merely prepared to accept wage increases between 22% and 30%.

2. The disastrous state of the Albanian economy is not least illustrated in that the government had no other choice last year but to openly admit the large economic problems. According to Ramiz ALIA all important economic key figures fell short of the year-ago level. According to official figures the produced national income went down in 1990 by about 10%. On account of the lengthy dry period large problems were mainly caused in the energy and agricultural sectors as well as - as a result - in numerous other fields of the Albanian economy. According to Albanian estimates the damage caused in 1990 amounts to approx. 1.3 billion Lek (approx. US $200 million). Aside from the drought mainly difficulties in raw material supply and the poor working morale of the Albanian workers had a negative effect on industrial production. On account of the non-fulfilment of the production plans major suspensions of work were for the first time noted in many sectors of the Albanian economy. The workers partly received only 80% of their wages. Particularly hard hit were the mining sector as well as the chromium- and copper-processing industries. Further irregularities in the entire economic sector, particularly in the transport industry and the production of chemical fertilizers, were caused by the shortage of oil and natural gas. Permanent weak points of the Albanian economy are, in addition, the completely obsolete production capacities, the chronically low productivity (the productivity of the Elbasan steel mill, for instance, amounts to only one tenth of the EC average) as well as the completely underdeveloped transport system. Moreover, Albania's disastrous overall economic situation is impaired by relatively high unemployment (at present approx. 50,000 jobs are reportedly lacking especially for young people, given a total of 1.5 - 1.6 million gainfully employed persons), overstaffing (in the industrial sector alone up to 30%), a shortage of skilled

workers as well as a rate of inflation between 25% and 30% p.a..

On account of last summer's drought agricultural products are in short supply. To guarantee food supply of the population the Albanian government promised to make the government reserves available and import basic foodstuffs (i.a. bread grain, sugar, beans, potatoes and edible fats), which, in the face of the simultaneous downward trend of exports, will lead to a considerable deterioration of the balance of trade (1990 balance-of-trade deficit: US $200 million given an estimated foreign trade volume of approx. US $500 million). According to official statements, the major shortcomings in food supply were to be overcome by mid-February. However, the food shops are still empty, and many basic foodstuffs are available only against coupons. The extent of the supply crisis is illustrated in that between January and April of this year the milk and grain supplies on the domestic market were reduced by 50% and two thirds respectively. The bottlenecks in the raw material sector which in recent months have led to signficant losses in industrial production, are to be also eliminated by purchases from abroad.

Albania's gross foreign indebtedness currently amounts to US $350 million. On account of the relatively high liabilities - measured by the country's limited economic efficiency - as well as in view of the rapidly deteriorating economic situation, the Albanian government is currently forced to negotiate with foreign creditors on a moratorium, with its chances of being granted a respite being assessed as small, though. More promising prospects, on the other hand, are opened by Albania's application for membership in the IMF and the World Bank as well as of late in the newly-founded European Reconstruction and Development Bank, which are to provide Albania with the funds urgently needed for the reorganization of the sick economic sector.

3. In view of the grave economic problems, the precarious economic situation and the increasing internal pressure the Albanian government decided as early as spring 1990 to intro-

duce a "step-by-step reform". The most important economic measures already initiated or planned by the leadership can be outlined as follows:

- Stepped-up financial independence of the enterprises. 90% of the profit remain in the enterprises for self-financing purposes.

- The enterprises are to dispose freely of 20% of the production capacities, with the scope of action regarding production decisions being enlarged.

- The wages and the number of workers are no longer prescribed by the planning authority. To increase labor productivity, a more differentiated wage system is to be introduced.

- The prices are to be liberalized. In order to avoid a substantial decrease in the standard of living of the Albanian population, the incomes are to be adapted to the higher prices.

- Introduction of a new tax system.

- To improve the supply of the population with basic foodstuffs, the cooperative farmers are allowed to privately cultivate 1,500 sq.m. of land and sell their products on free markets. Private shops, small handicraft and service establishments are admitted in future. Further privatization measures are currently being prepared.

- Foreign credits and investments are allowed in future within government-controlled limits. New bills provide for the complete transfer of profits, the protection against expropriation and three-year tax exemption. After three years tax rates between 15% and 40% are to be applicable. Foreign investors, on the other hand, are also in future prohibited from purchasing Albanian property but are merely allowed to lease it.

- Enterprises of the light and food industries as well as of the commercial, service and transport sectors are to be privatized by public auction, possibly before the end of the year. As far as large enterprises are concerned, privatization is to be achieved by the preferential sale of investment certificates to the staff. Landed property and mineral resources, on the other hand, are to remain state property.

- certain economic sectors and important final products introduction of protective tariffs is planned.

4. For the time being, positive effects on the Albanian economy are to be expected only of the improved production conditions of the cooperative farmers and the admission of private business and service establishments. The influx of foreign capital as result of the lifting of the ban on foreign borrowing and the opening of the country to foreign investments has so far considerably fallen short of the Albanian expectations. Western enterprises are currently first of all interested in the exploration and processing of the raw material reserves, in the tourist sector and in the Albanian light industry. Investments are primarily impaired by government control which still persists in wide sections of the Albanian economy. To sum up, it may be noted that the already introduced and planned reform measures of the Albanian government have so far been too cautious and incomplete to bring about an improvement of the economic situation in the near future. This is why the poor economic situation of the small Balkan country contains enough dynamite for new future unrest.

27 May1991

POLITICAL REPORT

Subject: Mexico- Change in the Position of the Attorney General
DOI : 21 May 1991
Evaluation: B- 1
TgbNr.: 0345/91 VS-Vertr.

Summary : See text

From Mexico:

The replacement of the Attorney General on 21 May 1991 which had been announced by President Carlos SALINAS DE GORTARI himself, was not entirely unexpected. The office-holder, Enrique ALVAREZ DEL CASTILLO, will be director of the state-owned bank Banobras. He is replaced by the attorney of Mexico-City, Ignacio MORALES LECHUGA.

Political observers point out that in no other term of office the performance of the Attorney General had been followed so critically by the Mexican public. This had partly been due to the democratization program initiated by SALINAS. In the evolving democratic transformation process of society, the demand that judicial and police authorities be governed by the rule of law has been voiced increasingly louder. Despite indisputable and spectacular successes of the Attorney General's office in the fight against drug trafficking and other sectors of organized crime, its public standing has deteriorated because respect of the law of its subordinate police forces often is still underdeveloped, and infringements still occur at a major scale. The battle against organized crime has been in danger of developing into a dirty war in which civic rights were flouted.

Under the pressure of the public and the National Human Rights Committee, Javier COELLO TREJO, as state secretary in the Attorney General's office responsible for the fight against drugs, had to step down in October 1990, too. He was replaced by the former chief of the Mexian security service (Centro de Investigacion y Seguridad Nacional - CISN), Jorge CARILLO OLEA. COELLO TREJO as well as ALVAREZ DEL CASTILLO are accused of having refrained, out of misplaced loyalty, from taking sufficiently vigorous actions against the deplorable state of affairs in the judicial and police apparats (corruption, human rights violations).

The appointment of MORALES LECHUGA is also due to the fact that he partially succeeded in purging and restaffing the police apparat of Mexico-City. He is expected to be able to repeat this feat in his new office at federal level.

Comment
This above report is a summary of intelligence information available here. It is also possible that the Attorney General was relieved of his post in connection with the bugging affair in the office of the National Human Rights Committee which became public knowledge in April 1991. The police forces reporting to the Attorney General (Policia Judicial) were charged with having planted the listening devices. ALVAREZ DEL CASTILLO might have assumed political responsibility.

SALINAS DE GORTARI is making an effort to fulfill the promises of social democratization he made when assuming office. As long as corruption and human rights abuses are a daily occurrence at lower and medium levels, however, a reshuffle of top positions will do little to develop respect of the rule of law among the personnel of the judicial and police apparats.
-

28 May 1991

SUPPLEMENTARY POLITICAL REPORT

Subject: Problem of Exodus of Soviet Citizens to the West Following the Passing of the Law on Entry and Exit on 20 May 1991

Cutoff Date: Late May 1991

TgbNr.: 0109/91 VS-NfD

Summary:

The law passed on 20 May 1991 on the entry and exit of Soviet citizens does not give rise in the short run to any fears of a wave of Soviet emigrants and/or tourists to East/Central/West European countries because it will become effective not until 1 January 1993. One reason giving cause for concern results, however, from the intention of the Supreme Soviet of the USSR to implement parts of the law already before (and apparently soon). The reason behind this is that many Soviet citizens (approx. 1.5 - 2 million persons) currently wish to go abroad to temporarily take up a job. The establishment of a "migration committee" which is to safeguard the labor interests of Soviet "guest workers" (of whom there is a great number in Poland already) was decided already. Against this background an exodus from the Soviet Union may therefore be imminent in the course of 1991.

01.03 9109183

1. On 20 May 1991, at the fourth attempt the Supreme Soviet passed the entry and exit law in the second reading after the deputies of the Soviet of Nationalities had offered massive delaying resistance beforehand. The main element of the compromise which was finally reached and guaranteed the passing of the law was the delaying of its effective date from 1 July 1992 to 1 January 1993. Against this background an immediate exodus of Soviet citizens to East, Central and West European countries cannot be assumed. Individual reports in Western media (SÜDDEUTSCHE ZEITUNG of 23 May 1991) on allegedly hectic reactions of countries concerned to the Soviet entry and exit law are therefore not justified or contrast with other, rather appeasing comments (REUTER of 22 May 1991).

2. From a concrete point of view, however, the fear is justified that a major number of Soviet citizens will travel to the West already soon (at any rate long before 1 January 1993). Many people in the Soviet Union wish to work in the West temporarily. This "drive toward the West" finds its expression in Poland already in the phenomenon of "Soviet guest workers" (Russians, White Russians, Ukrainians, Lithuanians). They currently procure the necessary visa mostly by buying "invitations to visits".

The Supreme Soviet apparently intends to take into account this regionally high exit pressure with its decision to put certain parts of the exit and entry law into force prematurely. The cabinet of ministers is therefore to submit adequate proposals within two weeks. It already decided the establishment of a unionwide "migration committee" which had been announced by the deputy head of the department for human rights in the Soviet ministry of foreign affairs, N. SMIRNOV, on 1 December 1990. This committee is to deal above all with the problem of safeguarding the labor interests of Soviet guest workers (labor contracts) in (Western) countries and the legal interests of their families. The explosive character of this exit problem is additionally underlined by the fact that the employment law having been in force for a long time already (since 15 January 1991) provided in principle for the right of the Soviet citizens to go abroad for the

purpose of taking up a job temporarily (Art. 11). The connection between this provision and the entry and exit law was pointed out by V.I. SHCHERBAKOV (minister of economics and forecast) in Soviet television (press conference) on 17 May 1991.

3. Against this background the estimates, known for quite some time and again referred to after the passing of the exit law (TASS, 21 May 1991), that 1.5 to 2 million Soviet citizens would immediately go abroad to take up a job and 5 to 6 million would at least consider this possibility become more topical and more important politically from the point of view of the East, Central and West European countries (particularly the Federal Republic of Germany). However, the extent of the impending migration wave can be assessed only when the ideas of the Soviet government about a "mechanism" for the premature implementation of parts of the exit law - including possible restrictions (quotas?) - have been submitted to the Supreme Soviet for approval.

29 May 1991

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: USSR - The Soviet Economy in the Spring of 1991

Cutoff Date: May 1991

TgbNr.: 0359/91 VS-NfD

Summary:

The downward trend of the Soviet economy has continued to accelerate in the course of the year. The official statistical data for the first quarter of 1991 show a decline in the gross national product (GNP) by 8% as against the year-ago period. The crisis meanwhile comprises all economic sectors. Industrial production declined by 5% and agricultural gross production by 13%. Inflation has clearly accelerated, and the foreign trade sector suffered heavy losses.

The prospects of the Soviet economy are gloomy. In 1991 the GNP will probably decrease by roughly 15%, the price level will at least double, and significant successes in the reorganization of the public finances are unlikely. The hard currency requirements will presumably reach a record amount in 1991.

01.15 9109184

USSR: The Soviet economy in the spring of 1991

1. Overall economic performance - Clear acceleration of the downward trend

As expected, the downward trend of the Soviet economy again accelerated in the first quarter of 1991. The official statistical economic data for this period(1) show a decline in the national income by 10%, whereas the gross national product reportedly fell by 8%, industrial production by 5%, agricultural gross production by 13% and labor productivity by 9%.

In our opinion, the actual development might even have been somewhat worse(2) even though the necessary corrections (which cannot be quantified at present) are perhaps no longer as substantial as in the preceding years (in 1990, for instance, the percentage rate of -4% officially mentioned for the national income had to be doubled).

However, what is presumably more important than the exact extent of the economic decline is that the crisis has meanwhile affected all sectors of the Soviet economy. Whereas last year at least the production of consumer goods was largely spared a decline, this is no longer true of the first quarter of 1991. Officially, the production of foodstuffs and semi-

---

1 Report of the State Committee for Statistics of the USSR (GOSKOMSTAT) on the economic and social development of the USSR in the first three months of 1991 published in EKONOMIKA I ZHIZN, No. 17/1991. Unless otherwise indicated, the below-mentioned growth rates always refer to the year-ago period. Also compare Table A in the Annex.

2 When GORBACHEV submitted his "anti-crisis program" he, for instance, still figured the decline in the national income in the first quarter at 12% even though he probably already knew about the results of the GOSKOMSTAT report at that time.

luxuries as well as of industrial products - on the basis of comparable prices -(3) reportedly fell by 2%, whereas, in fact, the real decline (measured by Western standards) was probably clearly higher.(4)

2. Financial and monetary system - Beginning of a wage-price spiral?

Whereas the overall economic production indicators in 1991 are, without exception, negative, monetary aggregates and price indexes exclusively show two-digit growth rates. On account of the revision of the wholesale prices at the beginning of the year, for instance, the relevant price index rose by 87%. Given the - at least officially - unchanged retail prices (the administrative increase in these prices was effected only as of 02 April 1991), this was bound to negatively affect the public finances. In late May the budgetary deficit, amounting to 26.9 billion rubles, already exceeded the value planned for the overall year (26.7 billion rubles).

With reference to the delayed adjustment of the retail prices, precisely this deficit had been predicted by critical voices already in the debate on the 1991 Union budget. In so far the complaints of Minister of Finance ORLOV and GOSBANK chief GERASHCHENKO (voiced in an open letter to GORBACHEV) that mainly the republics are to be held responsible for this development, have to be viewed with certain reservations. Even though this factor might have played a role as well, the above letter has to be looked upon as a transparent maneuver

---

3 The concept of "comparable prices" used by the Soviet statistics for adjusting the figures for inflation must by no means be confounded with the method of "constant prices" customary in the West. With the Soviet method price increase effects are eliminated only very incompletely.

4 On the current state and development of the supply situation of the Soviet population a separate report is prepared.

meant to impute the main blame for the financial disaster especially to the "rebellious" republics (mainly the RSFSR and the Baltic republics). The rapid rise in the nominal incomes of the population also continued in the first three months of 1991 (+24%). The resultant inflationary pressure increasingly led to open price hikes, with the pace of the price development being amazing for an economy in which almost all prices were fixed by the state(5) : for the first quarter of 1991 the official report refers to price increases of at least 25.9%. Compared with the 1990 average, this is a distinct acceleration; the value mentioned for the preceding year still amounted to 5.3%, which, however, probably was a clear understatement. The key figures now mentioned for the first three months of 1991 probably get much closer to the truth.

3. Development in selected economic sectors - No rays of hope

a. Industrial sector

It is noteworthy that the plan fulfilment report this time does without a tabular statement of the development in the individual economic sectors. On the basis of the production results of individual products it nevertheless becomes apparent that no industrial branch was spared the rapid downward trend (compare Table B in the Annex). It appears that the energy/fuel complex, the metallurgical and the chemical/timber complexes were particularly hard hit, but also the production value in the other industrial branches (light industry, construction industry) declined in real terms. This probably also applies to Soviet mechanical engineering, even though the plan fulfilment report refers to a

---

5 Only in early April 91 was price maintenance for a major part of the products abolished when the retail prices were revised.

stagnation in this sector.(6) According to the GOSKOMSTAT report this development is to a great extent due to the strikes of the miners. In coal production the direct strike losses reportedly had a share of three or four percentage points in the 11% production decline. The indirect losses can be hardly quantified, though. There is no doubt that the problems in the metallurgical sector were aggravated by the strikes. The acceleration of the production decline, however, is certainly also due to a variety of reasons which presumably can be described in the best way by "increasing disorganization of the economy", manifesting itself most clearly in the decreasing delivery discipline of the enterprises. The value of the products, which were not delivered to the buyers contrary to the assumed contractual obligations reportedly exceeded the value of the year-ago period by 50% in the first quarter of 1991.

In the preceding year the development of consumer goods production still was one of the few positive trends in the Soviet industry even though the actual results were by far not as favorable as the statistics made believe. For the first quarter of this year already the official data show a decline in the production of consumer goods of 2%; a rough comparison with 1990 (nominal increase of +16.6% as against the first quarter of 1990 given official price hike rates for consumer goods of approx. 25%), however, rather suggests a real decline of the order of approx. 8% (also compare Table 1 below). The statistics about the physical production amounts, too, clearly reveal that for numerous foodstuffs and industrial products two-digit decrease rates have to be accepted (for individual production results of foodstuffs and industrial products compare Table C in the Annex).

---

6 This may be concluded alone from the above-mentioned inadequate adjustment for inflation.

Table 1:

Production of consumer goods in the first quarters of 1990 and 1991

	at actual retail prices		growth I/91 as against I/90 in % on the basis of	
	I.qu.90 (bill.rubles)	I.qu.91	actual prices	comparable prices
foodstuffs	34.5	37.3	8.1	-6.0
liquor	13.5	14.6	8.2	5.0
non-food products	63.2	77.8	23.1	-2.0
total	111.2	129.7	16.6	-2.0

Source: Plan fulfilment reports, our own calculations

b. Agricultural sector

In the first quarter of 1991 agricultural gross production fell short of the year-ago level by 13%. A significant decline was noted in animal husbandry, which is i.a. due to the widespread shortage of fodder. Details of the entire extent of the decline were not given, but the production losses of meat (-12%), milk (-10%) and eggs (-8%) tell their own tale. A decline in production was also noted in plant production (according to the season mainly greehouse vegetables and early field vegetables).

c. Foreign trade

The extremely sparse items of information known so far about the development of foreign trade convey a gloomy picture. According to the figures the overall foreign trade turnover of the USSR (34.3 billion rubles) decreased by more than one third as against the year-ago period, with the exports having declined by just under 19% and the imports by even approx. 45%. The only positive factor is that as a result of this development a foreign-trade

surplus to the amount of 1.5 billion rubles was produced (following a deficit of 7.9 billion in the first quarter of 1990).

Particularly heavy losses are reported for the exchange of goods with the countries which are still CEMA members (export -40.9% and imports -48.3%). These figures, however, have to viewed with reservations in our opinion. Our own calculations in partial sectors of the Soviet Union's exchange of goods with the "East" show that the statistical data partly contain gross mistakes and distortions caused, above all, by the comparison of actually incomparable values (what makes itself felt here is the former clearing in the artificial currency of the transfer ruble and its "conversion" into the new reference unit of the US dollar at official exchange rates which are equally artificial). It therefore cannot be excluded that the Soviet Union's exchange of goods with the "East" has not collapsed to such an extent as is suggested by the above percentage rates.

In the exchange of goods with the West, too, a significant decline in the Soviet imports (-45.2%) was noted, whereas the decrease in the export value by 10.7% was comparatively moderate. New debts were incurred as in the past and the payments in arrears from supplier credits, which again and again took on alarming proportions, repeatedly hit the headlines of the Western press.

4. Perspectives for the year 1991: Another crisis year

a. Alleged development of the GNP, the price level and the public finances

- In order to stop the rapid downward trend of the Soviet economy, the Soviet leadership has made numerous economic policy efforts in the course of the year, which again increasingly include administrative measures. So far, however, all these attempts have failed. Even the "anti-crisis program" of the PAVLOV government passed by the Supreme Soviet of the USSR "in principle" in April 1991 (and modified in the meantime) will not stop the decline in the Soviet economy expected for 1991.

According to our assessment, the Soviet gross national product will probably decrease in 1991 by approx. 15%. In the course of this process also the problem of overt unemployment (currently estimated here at approx. 6% of the labor force) will become much more significant. The increase in unemployment, however, will probably be much slower than the decrease in the GNP.

Somewhat less marked production losses would perhaps be possible if the majority of the republics and the Union soon reached a lasting consensus on stabilization policy as well as on a joint and sound economic reform policy. The so-called "agreement of the ten" concluded between the Union and nine Union republics on 23 April 1991 and the acceptance of the "anti-crisis program", modified at the urgent request of the republics, by allegedly 13 out of 15 Union republics might be first signs of such a development. But this open harmony is too good to be true; important controversial issues between the Union and individual republics are still unsolved (e.g. distribution of the hard-currency liabilities and balances, taxation issues, role of the state orders as well as questions of monetary and financial policy).

A less significant decline in the economic performance (which would be merely temporary, though) would perhaps be also possible if GORBACHEV systematically pushed ahead a return to former "command structures." This, however, would solve the economic problems of the USSR only seemingly. The deficits of the Soviet economy inherent in the system would be cemented lastingly and would inevitably lead to a somewhat slower but lasting decline of the Soviet economy. At the same time, such a return to more "repressive" methods includes the risk, which has to be taken quite seriously at present, that the Soviet population might offer resistance against such measures. If this led to large-scale strikes or unrest, the decrease in the 1991 GNP might even exceed 15%.

- The price level in the Soviet Union will probably at least double in 1991. This increase in prices is largely due to single administrative increases in the wholesale and retail prices. An additional acceleration of the upward trend of prices, however, is to be expected of the release of the prices of certain products as well as of the general monetary excess demand. The numerous demands for drastic wage increases (and the concessions already made by the government) show that the danger of a "wage-price spiral" has clearly risen.

- A lasting improvement of the public finances is hardly to be expected for 1991. Even though the new "anti-crisis program" of the PAVLOV government provides for a noticeable reduction of expenditure (apparently also in the armament sector), drastic savings measures are rather unlikely because mainly the republics oppose substantial cuts in expenditure. Against the background of the large payments made in compensation for the increase in the retail prices, the large-scale promises of additional wage increases, the undoubtedly forthcoming demands for wage increases in other sectors, the recently decreed regulations on the minimum incomes of the population and the still substantial demand for subsidies, a decrease in the

budgetary deficit is hardly to be expected in 1991; an increase appears to be more likely.

b. Alleged development of further selected macro-economic aggregates

According to our assessment, the development in the individual economic sectors will presumably be as follows:

- The decline in the agricultural sector discernible in 1990 (-2-3%) will probably accelerate in 1991, with a decrease in agricultural gross production by up to 10% not being excluded. The grain crop will probably reach a gross amount of 205 - 210 million t (1990 still 240 million t). Despite the decline in production the crop, transport and processing losses are expected to increase.

- Industrial production will significantly go down in 1991 (presumably by clearly more than 10% in real terms). Production of consumer goods (Industrial Group B), too, will decrease in absolute terms. An even stronger decline, however, will be noted in Industrial Group B (capital goods). Production of oil will presumably fall in 1991 to 520 million t (as against 570 million t in 1990); exports will in all probability amount to approx. 70 - 80 million t p.a. (as against 145 million t/year in the preceding year).

- An extreme decline is to be expected in 1991 for Soviet foreign trade. The two-digit decrease rates noted in the first quarter of 1991 convey an impression of the future development in this sector, which will, to a great extent, be affected by the development of the balance of payments. The prospects are little "rosy" here: in view of a significant decline in the oil exports, a weak competitive position on other export markets, and a rapidly increasing interest burden from the hard-currency indebtedness (which until late 1991 might rise to a gross amount of US $70 - 75 billion) the Soviet Union's re-

quirements for hard-currency foreign exchange might reach a "record value" this year. The readiness of Western banks to grant credits to the USSR without government guarantees, however, has currently reached rock-bottom. For this reason, the USSR probably is under great pressure regarding a further reduction of imports. Also, it cannot be ruled out completely in our opinion that the Soviets will before the end of the year call for rescheduling measures. Even though massive Western assistance might ease the financial pressure, it would be no guarantee for an economic recovery of the USSR.(7) There is no doubt that most problems faced by the USSR in foreign trade are connected with the disintegration of CEMA. However, it would be too early at present to predict for 1991 a complete collapse of Soviet trade with the East. Arrangements made so far between the countries still belonging to CEMA suggest that the latter are quite prepared to continue the exchange of goods with the old partners.

- For the Soviet consumers the year 1991 will be extremely difficult. Whereas in 1990 private consumption roughly corresponded to the 1989 level in real terms, a clear real decline is to be expected in the current year (perhaps of the order of -10%). This is mainly due to the absolute decrease in the production of consumer goods (both industrial products and foodstuffs), which is discernible for the first time. Added to this is a considerably reduced import potential for consumer goods, the much lower stocks in wholesale and retail trade discerni-

---

7 In the meantime, new ideas of the extent of Western financial aid have become known. Western experts who are allegedly preparing another economic program of GORBACHEV along with reformer G. YAVLINSKY figure the necessary Western financial aid at up to US $150 billion for the next five years. GORABHEV himself called on the West on 11 May 1991 to grant financial aid to the amount of US $100 billion.

ble already now as well as the still tremendous excess demand. Whether, however, a "winter of famine", occasionally talked about already now, will afflict the country in 1991/92 cannot be told yet; however, each percentage point by which the available supply decreases in real terms increases the likelihood of major manifestations of discontent in the population.

- The Soviet armed forces will presumably have to economize as well. After as early as 1989/90 Soviet defense spending was reduced by 6% annually in real terms, it may be assumed that this trend will also continue in 1991. Whether, however, the USSR will actually reduce its defense expenditure by 10% this year, as was maintained by the Soviet side, cannot be assessed yet.

Annex: (1)

Table A:

Development of selected indicators of the Soviet economy

Indicator	Changes as against the year-ago period in %							
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1. Quarter 1991	1. Quarter 1990
Gross national product	-	-	3,3	5,0	3,0	-2,0	-8,0	-1,0
Produced national income	3,5	4,1	2,3	4,4	2,4	-4,0	-10,0	-2,0
Industrial production	3,9	4,9	3,8	3,9	1,7	-1,2	-5,0	-1,2
Ind. prod. Group A	3,9	5,4	3,8	3,5	0,7	-3,2	-6,0	-3,2
Ind. prod. Group B	3,9	4,0	3,8	5,0	4,8	4,4	-3,0	4,7
Commissioning of prod. facilities	1,4	5,9	5,0	0,8	-2,0	-4,0	-34,0	-0,9
Transport volume	1,6	4,8	0,7	1,2	-2,0	-5,9	-7,8	-4,8
Money incomes of the population	-	-	-	9,0	12,9	16,9	24,0	[illegible]
Retail trade turnover *)	4,0	7,1	3,3	7,1	10,2	10,4	0,2	11,3
Services for the population	-	10,2	8,1	15,3	8,2	5,2	0,4	7,5
Foreign trade volume	1,3	-7,9	-1,5	2,1	4,7	-6,9	-33,8	-1,6

*) For 1986/87 excluding sales of alcoholic beverages

Table B:

USSR: Production of selected industrial products in the first quarter of 1991

	Absolute figures	Changes as against the year-ago period
Fuel/energy complex		
Electricity : in billion kWh	480	1 %
Oil (incl. gas condensate); in mill. t	132	-9 %
Gas; in bill. cu.m.	211	0,3 %
Coal; in mill. t	166	-11 %

---

1) Source of data for all tables in the annex: GOSKOMSTAT reports on the economic development of the USSR and Statistical Yearbook of the USSR, various volumes

9109184

Table 8 (continued)

USSR: Production of selected industrial products in the first quarter of 1991

	Absolute figures	Changes as against year-ago period
Metallurgical sector		
Steel; in mill. t	36,8	-8 %
Finished rolled products; in mill. t	26,8	-7 %
Steel pipes; in mill. t	4,8	-3 %
Iron ore; in mill. t	55,4	-6.0
Mechanical engineering		
Metal-cutting machine tools; in 1000 units	38,5	-5 %
Forging and pressing tools; in 1000 units	10,1	-7 %
Tractors; in 1000 units	124	-9 %
Fodder harvesting machines; in 1000 units	6,3	-25 %
Dredges; in 1000 units	9,2	-7 %
Automobiles; in 1000 units	509	-8 %
Alternating current motors; in million units	2,3	-12 %
Chemistry/timber complex		
Mineral fertilizer (in 100% pure nutrient); in mill. t	7,9	-8 %
Caustic soda; in 1000 t	742	-3 %
Chemical fibers and threads; in 1000 t	337	-15 %
Synthetic resins and synthetic materials; in mill. t	1,4	-5 %
Paper; in mill. t	1,5	-6 %
Cartonage; in 1000 t	963	-12 %
Building sector		
Cement; in mill. t	32,7	-5 %
Asbestos-cement pipes and fittings; in 1000 km	20,7	0,2
Roofing material and insulation; in mill. sq.m.	441	-9 %
Window glass; in mill. sq.m. (triplex glass)	55,3	-5 %
Light industry		
Fabric; in mill. sq.m. including	3017	-10 %
Cotton	1908	-8 %
Silk materials	493	-10 %
Wool materials	164	-13 %

9109184

Table C:

USSR: Production of selected consumer goods in the first quarter of 1991

Commodity	Absolute figures	Changes as against year-ago period
Color TV sets; in mill. units	1,7	4 %
Refrigerators and freezers; in mill. units	1,7	0,4 %
Radios; in mill. units	2,2	-5 %
Tape Recorders; in million	1,7	9 %
Video recorders; in 1000 units	61,2	-0,3 %
Electrical vacuum cleaners; in mill. units	1,5	8 %
Passenger cars; in 1000 units	307	-4 %
Panty-hoses; mill. pairs	71,9	-19 %
Men's socks; in mill. pairs	170	-11 %
Children's panty hoses, in mill. pairs	57,8	-17 %
Shoes; in mill. pairs	187	-11 %
Household soap; in 1000 t	163	-8 %
Toilet soap; in 1000 t	77	-9 %
Toothpaste; in mill. tubes	12,2	-12 %
Shaving creams; in mill. packets	2,9	-47 %
Razor blades; in mill. units	400	-4 %
Pencils; in mill. units	95,3	-64 %
Matches; in mill. boxes	4,1	-5 %
Exercise books; in mill. units	1098	-10 %
Eelectrical mixers; in 1000 units	640	+23 %
Electrical irons; in 1000 units	3748	-14 %
Electrical tea-urns; in 1000 units	858	-17 %
Cigarettes; in billion units	81,1	-6 %
Meat (industrial prod.); in mill. t	2556	-14 %
Sausage products; in mill. t	917	-8 %
Milk products (in milk equivalent); in mill. t	7859	-7 %
Cheese; in 1000 t	164	-14 %
Margarine products; in 1000 t	347	-17 %
Edible oil; in mill. t	899	-2 %
Granulated sugar; in mill. t	1241	-11 %
Bread and pastries; in mill. t	7912	14 %
Confectionery; in mill. t	1352	-4 %
Flour; in mill. t	9955	4 %
Noodles; in 1000 t	503	5 %
Tinned food; in bill. tins	3,4	-10 %
Mineral waters; in mill. hectoliters	2,8	-25 %

VS-VERTRAULICH
amtlich geheimgehalten

11.06.1991

AUFZEICHNUNG | MIL

Nr | 0596/91 VS-Vertraulich

:el | Guatemala: Die Lage der Guerilla im Mai 1991

Stand

Kurzfassung

Vor Beginn der Verhandlungen zwischen der Regierung und der Guerilla zeigt es sich, daß die Guerilla bedeutend stärker ist, als die Streitkräfte es bis dato zugegeben haben. Besonders das logistische Netz erscheint effizient.

01.04 9109185

Am 26.04.91 endeten in Mexiko-Stadt die dreitägigen Gespräche zwischen der guatemaltekischen Regierung und der Guerilladachorganisation URNG/ Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (Nationale Guatemaltekische Revolutionäre Einheit). Dabei wurde eine Vereinbarung über die Tagesordnung künftiger Verhandlungen erreicht. Die nächste Verhandlungsrunde, die ursprünglich für Mai geplant war, wurde auf den 17. Juni verschoben, da der als Vermittler fungierende Vorsitzende der Nationalen Versöhnungskommission, Monsignore Quezada, sich einer Operation unterziehen mußte.

Die ersten Gespräche zwischen Guerilla und Regierung und die bevorstehenden Verhandlungen haben erneut die Frage nach der militärischen Stärke der URNG aufgeworfen.

Guatemaltekische Guerillaführer und neuerdings auch hochrangige Offiziere der Streitkräfte behaupten, daß die URNG viel stärker ist, als die Streitkräfte bzw. Politiker und Beamte öffentlich zugeben und daß sie auf dem Lande über ein gutorganisiertes Netz ziviler Kollaborateure verfügt.
Tatsache ist, daß die Zunahme des Einflusses der Guerilla in einigen ländlichen Regionen, besonders in den Departements Alta Verapaz und Chimaltenango zu Antiguerillaeinsätzen in diesen Gebieten geführt hat. Im Departement Chimaltenango haben die Bemühungen der Streitkräfte, die zivilen Versorgungsstrukturen der URNG zu enttarnen, am 14.05.91 zur Aufgabe "zahlreicher" Kollaborateure geführt und dabei klar die umfangreiche Organisation der Guerilla in der Region enthüllt.

Offiziell geben die Streitkräfte die Zahl der Guerillakämpfer im gesamten Land mit rund 1.000 an, die über sehr geringen Rückhalt in der Bevölkerung verfügen sollen. Seit Anfang April 1991 geben Führer der URNG und hochrangige Offiziere in privaten Gesprächen zu, daß die militärische und logistische Kapazität der Guerilla erheblich größer ist, als die Regierung öffentlich behauptet.
Nach Schätzung von Offizieren beträgt die Stärke der "Vollzeit"-Kämpfer im gesamten Land etwa 2.000 - 3.000 Mann.
Neben der Verschleierung der Stärke der Guerilla vertuschen die Streitkräfte auch die Anzahl und das Ausmaß der Kämpfe sowie die Verluste auf Seiten der Sicherheitskräfte.
Nach privaten Schätzungen betrugen die Verluste in der zweiten Hälfte des vergangenen Jahres, als die Guerilla ihre Aktivitäten spürbar steigerte, pro Monat etwa 250-300 Mann - Tote und Verwundete -, d.h. etwa 9 Mann Verlust pro Tag.
Indirekt wurden diese Zahlen durch den ehemaligen stellvertretenden Verteidigungsminister, General Arturo de la Cruz, bestätigt, der Ende April erklärte, daß nach den vertraulichen Unterlagen des Generalstabs die Verluste der Streitkräfte in den vergangenen zehn Jahren etwa 20.000 Mann betragen hätten.
Wenn dies zutrifft würde dies u.a. bedeuten, daß die häufig in der Lokalpresse veröffentlichten "Kriegsberichte" der URNG eher der Wahrheit entsprechen als die "offiziellen" Zahlen der Regierung. Als Beispiel gibt die URNG die Zahl der verwundeten bzw. getöteten Soldaten in den ersten beiden Maiwochen mit 38 an, die Streitkräfte beziffern ihre Verluste mit 10. Nach Angaben der

URNG erfolgten in den ersten drei Monaten des Jahres 1991 527 Angriffsaktionen, nach offiziellen Mitteilungen lediglich 96.

Nach Angaben von Guerillaführern ist es der URNG gelungen, ein gewaltiges Netzwerk ziviler Kollaborateure aufzubauen und damit Ersatz für die logistische Basis zu schaffen, die in den Jahren 1980-83 durch die Streitkräfte zerschlagen wurde.
Nach Aussagen von Guerillaführern am Rande der Gespräche in Mexiko-Stadt vom 24. - 26. April 1991 gibt es für jeden "Vollzeit"-Kämpfer zwei bis drei Kollaborateure, die in FIL-Brigaden/Fuerzas Irregulares Locales (irreguläre örtliche Kräfte), sogenannte Unterstützungsbrigaden, gegliedert sind. Danach würde die Zahl dieser Unterstützungstruppen etwa 4.000 - 9.000 Personen betragen.
Nach Behauptungen der URNG sind viele Angehörige der FIL zugleich Mitglieder der PAC/Patrullas de Auto-Defensa Civil (Zivile Selbstverteidigungspatrouillen) und haben in vielen Regionen deren Wirkung vermindert.
Bei den PAC handelt es sich um ortsgebundene Selbstverteidigungsgruppen, speziell gegen die Guerilla. Führer der einzelnen Gruppen ist in der Regel der Bürgermeister, in Ausnahmefällen auch ein Vertrauensmann der Streitkräfte. Die Selbstverteidigungsgruppen fußen auf alten präkolumbianischen Dorfstrukturen und dem indianischen Wunsch nach Selbstverteidigung der Gemeinde.
Die Kampfkraft der bis zu 900.000 Mann starken Organisation ist an sich gering; nur etwa 15.000 Mann sind leicht bewaffnet, der Rest verfügt nur über Macheten. Zwar ist die Mitgliedschaft offiziell freiwillig, jedoch wird im Falle der Weigerung mit Nachteilen gedroht.
Trotz der schlechten Bewaffnung haben sich die PAC bewährt. Vor allem das Melden des Auftretens von Guerillagruppen an die Streit- und Sicherheitskräfte hat viel zu deren Erfolg im Kampf gegen die Guerilla beigetragen.

Die FIL Brigaden gliedern sich in verschiedene Schwadronen, die alle eine bestimmte Aufgabe zu erfüllen haben. Einige besonders ausgebildete Schwadronen dienen als Spionageeinheiten für die "regulären" Guerillatruppen, die Bewegungen und Aktivitäten der Streitkräfte melden. Andere Schwadronen haben die Aufgabe, in ihren Gemeinden "politische Arbeit" zu leisten, indem sie heimlich Propagandamaterial verteilen und versuchen, Bürger für die Bewegung zu gewinnen. Weitere Schwadronen führen Botengänge durch oder besorgen Essen für die Kämpfer.

Bei den Angehörigen der FIL, insgesamt 70 Personen, die sich am 14.05. den Streitkräften ergaben, handelte es sich teilweise um ganze Familien, dabei Heranwachsende und kleine Kinder, die sich mit Masse erst in den vergangenen zwei Jahren der Guerilla angeschlossen hatten.
Nach Aussagen der Oberläufer hatten sie von der Führung der URNG den Befehl erhalten, legale Bauernorganisationen, dabei besonders die CUC/Comite de Unidad Campesina (Komitee der bäuerlichen Einheit) zu unterwandern und dann zu versuchen, in diesen Organisationen die öffentliche Meinung gegen die Menschenrechtsverletzungen der Streitkräfte zu mobilisieren.

Seit 1989 hat die URNG ihre Basis im Chimaltenango, rund 50 km westlich der Hauptstadt, ausgebaut. Damit erhöhten sich die Guerillaaktivitäten in der Nähe der Hauptstadt stark, was zu einer erheblichen Zunahme von Antiguerillaeinsätzen der Streitkräfte führte. Besonders in den vergangenen Monaten haben die Streitkräfte die Zahl der Patrouillen in Chimaltenango erhöht und das Bergland auf der Suche nach Guerillalagern durchkämmt. Abriegelung von Dörfern und Durchsuchung von Haus zu Haus nach Zellen der FIL sind an der Tagesordnung. Dabei gelang es den Streitkräften in der ersten Maihälfte, zwei wichtige Guerillalager, einschließlich eines geheimen chirurgischen Zentrums für verwundete Kämpfer, auszuheben. Noch wichtiger war jedoch die Enthüllung eines großen FIL-Netzes in Tecpan.

Im Mai 91 haben auch größere Antiguerillaeinsätze im Norden des Departements Alta Verapaz begonnen. Dort soll die URNG bereits im Januar Kämpfer aus anderen Landesteilen konzentriert haben, so daß sich dort etwa 1.000 - 1.500 Kämpfer befinden. Offensichtlich hat die Guerilla den Schwerpunkt ihrer Aktivitäten in dieses Gebiet verlegt, das deshalb besonders wichtig ist, weil dort internationale Erdölgesellschaften arbeiten. Die Rubelsanto - Pipeline, die vom Alta Verapaz zum Hafen Puerto Barrios an der Atlantikküste verläuft, wurde seit Januar bereits 31 mal angegriffen.

04.04 9109185

07 June 1991

POLITICAL REPORT

Subject: Mexico: Reform Process within the PRI (Partido Revolucionario Institucional)

DOI: May 1991

Evaluation: F-1

TgbNr.: 0380/91 VS-V

Summary:
Within the Partido Revolucionario Institucional (PRI), factions are fighting each other over democratic restructuring of the party.

The elections of August 1991 might prove decisive for the future orientation of the party.

From Mexico:

The formerly omnipotent state party Partido Revolucionario Institucional (PRI) which used to have a hierarchic structure geared to a few powerful persons, is currently in a restructuring phase. At present, there are at least two wings within the party: The tradition-orientated so-called "hardliners" and the reformists which are pitted against each other in almost open confrontation.

Despite democratization attempts within the party, it has not yet been able to make up for the loss of confidence and to regain its shattered legitimation basis. A great number of leftist intellectuals who used to regard the PRI as their political home want it to adopt a new identity and to present a blueprint for a new political model of Mexico. Many have simply realized that in view of the weaknesses of the hitherto existing one-party system involving a high degree of power concentration, a pronounced rigidity of the system, favouritism, corruption etc., any democratic renewal is only possible if there are alternatives in the form of other parties and programs, if a change of government, of power centers and of public offices is achievable. Many voters are in favour of such a change, of new candidates with new ideals and new models and therefore no longer vote for the PRI although they may not have a very clear idea of what could be an alternative to the existing Mexican system.

In a very similar way as the ruling PRI and its government, the trade-union system, too, has been caught in a legitimation crisis. The hitherto practised "compulsory membership" of public employees in the PRI and in the state-run trade unions is no longer accepted by many members. Neither does it prove any longer possible to force workers, farmers and employees to stay members of their respective state-sponsored vocational associations. The trade union members active in state organizations are calling for a democratic renewal of the existing associations and are setting up independent organizations and trade unions of their own.

In the PRI, the change at the top of the party has already taken place. President Carlos SALINAS DE GORTARI and his followers evidently belong to the reformist wing. They have at least

announced their credible intention to reform and modernize the party and government system. The staterun trade union system is still headed by 91-year-old Fidel VELAZQUEZ who opposes reforms.

Comment

When assuming office in 1988, SALINAS DE GARTARI promised, inter alia, to modernize the PRI. Now that he has been two years in office, it cannot be denied that he is making an effort to do so but the PRI shows little inclination to endorse the reforms. At the 14th Party Congress in September 1990, the abolition of corporatism as well as the introduction of a transparent method for nominating and electing party members to public offices, was pushed through. Many members doubted, though, whether these measures would be enough to get the democratization process of the party under way. Shortly after the Party Congress, the leader of the "Corriente Critica" (Critical Current within the PRI) and some followers left the PRI because he considered the achieved reforms negligible. Meanwhile he has joined the leftist Partido Revolucionario Democratico (PRD).

The main obstacles to a modernization of the PRI remain the tradition-minded party veterans ("dinosaurs") who have established their power bases primarily at local level. The outcome of August 1991 elections in which the entire Chamber of Deputies, half of the Senate and six state parliaments will be elected, will show whether a PRI victory can enhance SALINA`s authority in the party and thus give a boost to reform.

GEHEIM
amtlich geheimgehalten

086

30.04.1991

AUFZEICHNUNG | MIL

TgbNr	536/91 Geheim	107 Seiten

Titel	Marinestreitkräfte USR/zivile Schiffahrt Handels-, Fischerei- und Forschungsflotten der Sowjetunion 1990

Stand	1990/Anfang 1991

Kurzfassung

Siehe Seite 2.

01.107

GEHEIM
amtlich geheimgehalten

9109187

Kurzfassung

1990 sind Handels-, Fischerei- und Forschungsflotten sowohl nach Schiffszahlen als auch nach Tonnage leicht gewachsen. Wie bei anderen Schiffahrtsnationen setzt sich auch hier der Trend zum Ausbau der Spezialschiffahrt fort. Unveränderte Schwerpunkte bilden Eisschiffahrt auf dem Nördlichen Seeweg, Suche und Nutzung von Öl- und Gasvorkommen im Schelf, Erhöhung der Transportleistung für Binnenwasserwege sowie Sicherstellen der Versorgung der eigenen Bevölkerung mit Eiweißprodukten durch Erhalt und weltweiten Einsatz der größten Fischereiflotte der Welt. Die Gesamtflotte umfaßte Ende 1990 einschließlich der ausgeflaggten Schiffe 7.075 Einheiten größer als 100 BRT mit zusammen 27,97 Mio. BRT. Damit steht die Sowjetunion nach Schiffszahlen hinter Japan an zweiter und nach BRT hinter Liberia, Panama und Japan an vierter Stelle der zivilen Flotten aller Länder.

Während die Handelsflotte seit 1986 bei wirtschaftlichen Veränderungen in der Sowjetunion in Richtung Marktwirtschaft eine Vorreiterrolle einnahm, ist die Fortentwicklung 1990 fast zum Stillstand gekommen. Kennzeichnend waren Unstimmigkeiten zwischen Ministerium - bei Festhalten an planwirtschaftlichen Methoden - und den Reedereien im Streben nach größerer Selbständigkeit und mehr wirtschaftlicher Freiheit. Hauptstreitpunkte waren Aufteilung und Verfügungsrechte über Schiffseigentum und Frachteinnahmen (Devisen); eine für Januar 1991 angekündigte Entscheidung steht immer noch aus. Wiederholt kam es zu Streiks von Schiffsbesatzungen wegen unzureichender Beteiligung an Deviseneinnahmen. Die Rolle der kommunistischen Partei in der Schiffahrt wurde wesentlich eingeschränkt, die Position des Politoffiziers an Bord abgeschafft. Zugenommen haben Tendenzen zum Ausflaggen von Schiffen, neuerdings auch in der Fischerei, und die Bereitschaft zur Zusammenarbeit mit ausländischen Partnern im Rahmen von Joint Venture und Kompensationsgeschäften. Jedoch werden diese Kontakte durch ungeklärte Eigentumsfragen,

fehlendes Kapital und die unsichere politische Zukunft stark behindert. Neben diesen Problemen wird auf Schiffbauplanung, Linien- und Trampdienste, technische Ausrüstung und Leistungsfähigkeit sowie auf wichtige Veränderungen gegenüber den Vorjahresberichten in der Schiffahrt eingegangen.
Eingehend werden finanzielle Notlage und fehlende Zukunftsperspektiven in der Fischereiwirtschaft dargestellt. Durch den Zwang zur Devisenerwirtschaftung und fehlende staatliche Stützung werden Fischprodukte zunehmend ins Ausland verkauft, wodurch die Versorgung der eigenen Bevölkerung mit Eiweißprodukten abnimmt.
Nach Kurzbeschreibung der zivilen Forschungsflotte wird auf militärische Aspekte in der Zivilschiffahrt eingegangen. Hierzu wurden zusätzliche Erkenntnisse gewonnen durch tieferen Einblick in vergleichsweise analoge Prinzipien bei der Handelsschiffahrt der früheren DDR. Nach wie vor kommt der militärischen Aus- und Weiterbildung an Bord eine bedeutende Rolle zu, jedoch zeigen sich erste Anzeichen einer Abnahme.

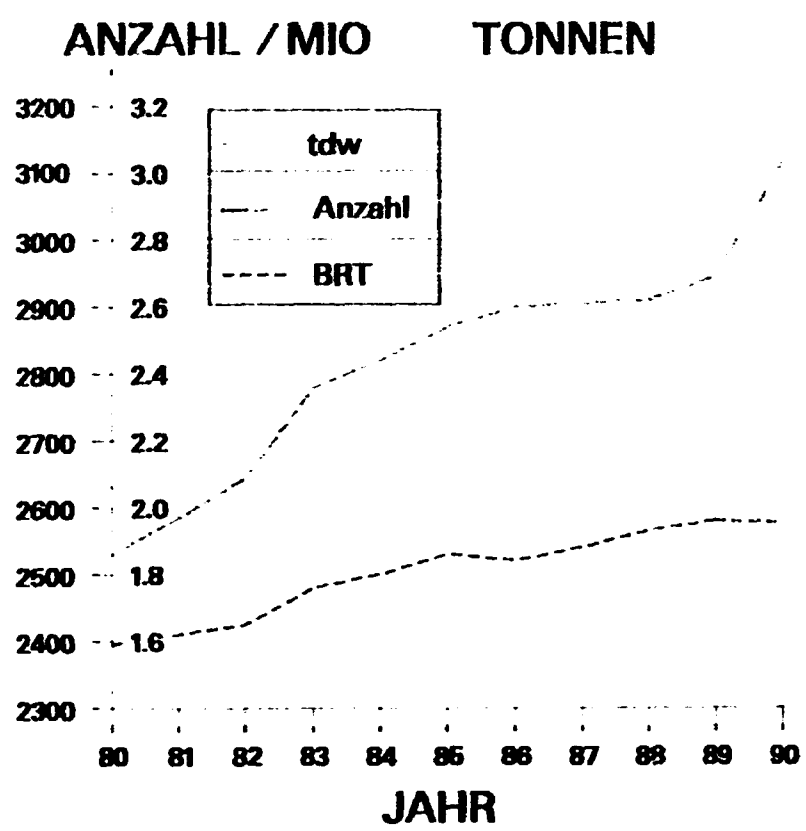
Im nachfolgenden Bericht verwendete, weniger gebräuchliche Abkürzungen werden am Schluß tabellarisch aufgelistet und erklärt.

Handels-, Fischerei- und zivile Forschungsflotten der Sowjetunion Ende 1990

1. Handelsflotte

1.1 Entwicklung seit 1980

Stichtag	Anzahl	BRT	tdw
31.12.80	2.524	15.906.250	20.669.260
31.12.81	2.589	16.084.042	21.184.147
31.12.82	2.642	16.457.362	21.649.553
31.12.83	2.776	17.553.616	23.032.075
31.12.84	2.812	17.981.462	23.449.606
31.12.85	2.870	18.632.752	24.268.883
31.12.86	2.898	18.528.682	24.085.527
31.12.87	2.896	18.743.387	24.344.065
31.12.88	2.902	19.218.568	25.096.670
31.12.89	2.951	19.714.831	25.557.596
31.12.90	3.123	19.702.229	25.883.207



1.2 Zusammensetzung

Art	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	168 (+2)	3.070.719	5.075.108
konv. Stückgutfrachter	549 (-11)	3.661.360	4.837.847
Holzfrachter	330 (+5)	1.288.327	1.802.922
Containerschiffe	71 (+1)	526.369	774.382
Ro/Ro-Schiffe	124 (+7)	1.339.118	1.505.389
Schwergutschiffe	4	38.428	50.425
Leichterschiffe	11 (-1)	301.148	307.764
Kühlschiffe	50 (+2)	323.878	282.995
Fluß-Meer-Frachter	527 (+26)	1.261.881	1.413.026
OBO-Schiffe	21	1.047.834	1.833.581
Öltanker *)	310 (-1)	4.021.585	6.264.749
Hafentanker	26 (+26)	41.139	72.443
Chemikalientanker	14 (+2)	89.849	97.490
Weintanker	5	16.281	18.880
Gastanker	9 (-1)	179.657	196.457
Fluß-Meer-Tanker	117 (+5)	383.520	482.051
Passagierschiffe	98 (+6)	486.358	115.580
Eisenbahnfähren	28 (-1)	272.703	126.364
Autotransporter	16	13.532	4.333
Forschungsschiffe	217 (+4)	344.599	152.544
Hilfsschiffe:			
- Kranschiffe	25 (+1)	157.067	41.930
- Eisbrecher	52 (+7)	330.538	117.103
- Nuklearentsorger	5	16.096	9.978
- Bergungsschlepper	41	47.469	19.227
- Raumfahrt	7 (-4)	85.232	55.490
- Unterstützung	9 (-1)	58.628	45.146
- Ausbildung	7 (+2)	7.375	2.029
- Schlepper	99 (+40)	37.425	15.298
- Bohrinselversorger	90 (+6)	183.267	103.098
- Feuerlöschfahrzeuge	13 (-1)	26.107	4.900
- Taucherfahrzeuge	6 (-1)	7.300	5.426
- Umweltschutz-Fahrzeuge	27 (+27)	6.267	11.848
- Sonstige	47 (+25)	31.175	37.404
Gesamt **)	3.123 (+172)	19.702.229	25.883.207

Aus dem Gesamtbestand umfaßt der ladungstragende Teil 2.359 Schiffe mit 22,3 Mio.t Tragfähigkeit (tdw); davon 1.878 Trockenfrachter einschließlich Eisenbahnfähren und Autotransporter mit 15,2 Mio.tdw und unter Einbeziehung von Chemikalien-, Gas- und Weintankern 481 Flüssigkeitstransporter mit 7,1 Mio.tdw.

05

*) Versorgungstanker der Hochseefischerei nicht einbezogen

**) Bei nachfolgender Aufteilung der USR-Handelsflotte auf einzelne Seegebiete konnten 54 Einheiten (100.168 BRT, 140.106 tdw) nicht berücksichtigt werden, da ihre Zuordnung nicht bekannt ist.

1.3 Verteilung

Etwa die Hälfte der Handelsschifftonnage mit über 12 Mio. tdw ist im Schwarzen Meer beheimatet, gefolgt von den in der Ostsee und in Fernost stationierten Schiffen.

1.3.1 Nordmeer

Art	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	28	380.165	542.490
Stückgutfrachter	41 (-4)	147.137	178.372
Holzfrachter	114 (-2)	470.255	667.266
Containerschiffe	2	9.654	11.440
Ro/Ro-Schiffe	12 (+1)	181.219	192.755
Leichterschiffe	1	38.226	33.980
Fluß-Meer-Frachter	13 (+2)	33.167	36.427
Öltanker	7 (-1)	22.779	24.825
Hafentanker	6 (+6)	7.989	14.025
Passagierschiffe	16 (+1)	25.095	6.934
Forschungsschiffe	43 (-1)	48.554	22.593
Hilfsschiffe	85 (+6)	293.654	106.051
Gesamt	368 (+8)	1.657.894	1.837.158

Nach Schiffszahl größte Seereederei im Nordmeer ist die NORTHERN SHIPPING COMPANY (NSC), Archangelsk mit zur Zeit 142 Schiffen, davon allein 109 Holzfrachtern. Der Reederei unterstehen neben Archangelsk die Häfen Amderma, Maryan Mar, Mezen und Onega sowie die KRASNAYA KUZNITSA - und LAYSKIYDOK-Reparaturwerften.
Zweitgrößte Reederei ist die MURMANSK SHIPPING COMPANY (MSC) mit 100 Einheiten, im wesentlichen Massengut-, Stückgut- und spezialisierte Eismeerfrachter (dabei 9 Ro/Ro-Schiffe NORILSK-Klasse). Darüber hinaus betreut die MSC die nuklearangetriebenen zivilen fünf Eisbrecher und den Leichterträger SEVMORPUT. Die Reederei unterhält eine Reparaturwerft in Murmansk.

Weitere Reedereien sind die NORTH EASTERN SHIPPING ADMINISTRATION (NESA) in Tiksi mit 24 Einheiten sowie die Binnenschiffsreederei NORTHERN RIVER SHIPPING COMPANY (NRSC), Archangelsk, von deren Fluß-Meer-Frachtern 13 Schiffe im Küstenverkehr eingesetzt werden. Forschungsschiffe und Teile der Hilfsschiffsflotte verteilen sich auf die Ministerien für Öl-/Gas-Industrie und Geologie sowie auf verschiedene Forschungsinstitute.
Die überwiegende Zahl der im Nordmeer beheimateten Einheiten besteht aus eisverstärkten Schiffen mit einem Einsatzspektrum bis zu Temperaturen von -40°C. Die NSC betreibt einen Liniendienst, Versuche der MSC, regelmäßige Linienverkehre einzuführen, sind dagegen immer wieder gescheitert.

1.3.2 Ostsee

Art	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	20 (-3)	335.173	526.399
Stückgutfrachter	127	818.892	1.094.729
Holzfrachter	67	194.762	274.324
Containerschiffe	25	179.146	344.527
Ro/Ro-Schiffe	55 (+5)	538.865	651.833
Schwergutschiffe	2	8.052	10.850
Kühlschiffe	28	200.061	175.674
Fluß-Meer-Frachter	333(+12)	797.808	876.037
Öltanker	47 (-7)	663.262	963.849
Hafentanker	6 (+6)	7.788	14.420
Gastanker	- (-7)		
Chemikalientanker	2 (-3)	23.643	23.000
Fluß-Meer-Tanker	50 (+3)	183.454	249.846
Passagierschiffe	6	36.863	7.147
Autotransporter	10	7.588	2.400
Eisenbahnfähren	3	66.184	35.629
Forschungsschiffe	38 (-7)	127.540	62.445
Ausbildungsschiffe	3 (+2)	2.385	705
Hilfsschiffe	49(+14)	91.068	53.590
Gesamt	871(+15)	4.282.534	5.367.404

Die in der Ostsee beheimateten Seereedereien sind in der Reihenfolge ihres Schiffsbestandes die BALTIC SHIPPING COMPANY (BSC) mit zur Zeit 183 Schiffen, gefolgt von der LATVIAN SHIPPING COMPANY (LSC) mit 103, der ESTONIAN SHIPPING COMPANY (ESC) mit 89 und der LITHUANIAN SHIPPING COMPANY (LITSC) mit 44 Schiffen. Die BSC ist zugleich die größte Linienreederei der Sowjetunion, aber auch die anderen drei Eigner betätigen sich im Liniendienst.
Der BSC mit dem seit Anfang 1990 wirtschaftlich selbständig operierenden Heimathafen Leningrad unterstehen noch Kaliningrad und Vyborg sowie die KANONERSKY-Reparaturwerft. Der LSC, zugleich Eigner der in der Ostsee beheimateten Tanker und Kühlschiffe, unterstehen die Häfen Riga (Reedereisitz) sowie Ventspils und die Reparaturwerft in Riga. Die LITSC mit Sitz und Reparaturwerft in Klaipeda ist Partner der DEUTSCHEN SEEREEDEREI, Rostock (DSR) für die Eisenbahnfährverbindung Mukran-Klaipeda.
Neben den Seereedereien der Ostsee setzen auch die Binnenreedereien in zunehmendem Umfang Fluß-Meer-Schiffe im Küstenverkehr ein und eröffnen Tramp- und Liniendienste im europäischen Raum. An diesen Verkehren beteiligten sich mit 159 Schiffen die NORTH WESTERN SHIPPING COMPANY, mit 134 Einheiten die WHITE SEA-ONEGA SHIPPING COMPANY, die VOLGA TANKER COMPANY mit 38 Fluß-Meer-Tankern sowie die WESTERN SHIPPING COMPANY mit 30 Einheiten. Hinzu kommt noch die LATVIAN RIVER SHIPPING COMPANY mit zwei Schiffen. Forschungs- und Hilfsschiffe verteilen sich auf die Ministerien für Öl-/Gas-Industrie und Geologie sowie auf sieben verschiedene Forschungsinstitute.

1.3.3 Schwarzes Meer

Art	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	86 (-7)	1.774.618	2.938.028
Stückgutfrachter	243 (-16)	1.871.557	2.484.487
Holzfrachter	17	44.825	59.037
Containerschiffe	13	146.027	142.954
Ro/Ro-Schiffe	33	310.431	366.482
Schwergutschiffe	1	4.026	5.425
Leichterschiffe	9	225.458	232.903
Kühlschiffe	5	20.295	22.172
Fluß-Meer-Frachter	95 (+11)	232.290	265.721
OBO-Schiffe	17 (-2)	924.940	1.618.781
Öltanker	123 (-13)	2.231.625	3.672.462
Hafentanker	4 (+4)	7.596	13.497
Weintanker	5	16.281	18.880
Gastanker	3	125.297	139.428
Chemikalientanker	5	20.389	21.520
Passagierschiffe	34 (+4)	296.765	66.201
Eisenbahnfähren	4 (-1)	25.692	27.320
Autotransporter	3	2.990	941
Ausbildungsschiffe	3	4.651	1.231
Forschungsschiffe*)	56 (+2)	144.503	79.784
Hilfsschiffe	99 (+39)	93.230	49.903
Gesamt	858 (+21)	8.523.486	12.227.157

Nach Schiffszahl und Tonnage größte Seereederei der Sowjetunion ist die BLACK SEA SHIPPING COMPANY (BSSC) mit 324 Schiffen, einer Tonnage von über 5 Mio. tdw und Heimathafen Odessa. Neben diesem Hafen unterstehen ihr die Häfen Belgorod-Dnestrovskiy, Feodosiya, Il'ichevsk, Kherson, Nikolayev, Sevastopol, Skadovsk, Yalta, Yerpatoriya und Yuzhnyy sowie Reparaturwerften in Odessa und Il'ichevsk. Als zweitgrößte sowjetische Linienreederei sind annähernd 70 % der Schiffe im Liniendienst beschäftigt. Die Reederei nimmt eine führende Rolle im Touristenverkehr ein.

---

*) inklusive 3 Raumfahrthilfsschiffe

Weitere Seereedereien sind die NOVOROSSIYSK SHIPPING COMPANY (NOVSC), mit 119 Schiffen, hauptsächlich Tanker und einige Massengutfrachter, mit über 5 Mio.tdw zweitgrößte Reederei der Sowjetunion, gefolgt von AZOV SHIPPING COMPANY (ASC) mit 122 Einheiten, SOVIET DANUBE SHIPPING COMPANY (SDSC) mit 77 und der GEORGIAN SHIPPING COMPANY (GSC) mit 62 Schiffen. Der NOVSC untersteht Novorossiysk als Heimathafen sowie Sochi und Tuapse, außerdem hat sie Reparaturwerften in Novorossiysk und Tuapse. Die ASC ist in Mariupol ansässig, an weiteren Häfen unterstehen ihr Berdyansk, Kerch und Taganrog sowie vier Schiffsreparaturbetriebe in Berdyansk, Kerch, Mariupol und Rostov Don. In Izmail ist die SDSC ansässig mit weiteren zugehörigen Häfen Kilia, Reni und Ust-Dunaysk und Reparaturwerften in Izmail und Kilia. Sowohl die ASC als auch die SDSC betätigen sich als Linienreedereien. Kleinste Seereederei im Schwarzen Meer ist die GSC mit Sitz in Batumi und weiterer Zuständigkeit für die Häfen Poti und Sukhumi sowie einer Reparaturwerft in Batumi; wie die NOVSC besitzt auch diese Reederei nur Tanker und Massengutfrachter.
Darüber hinaus treten noch die Binnenreedereien VOLGA DON SHIPPING COMPANY mit 40 Einheiten und die DNEPR SHIPPING COMPANY mit 22 Fluß-Meer-Schiffen im Küstenverkehr auf. Zusätzlich setzen die KUBAN RIVER SHIPPING COMPANY zwei Fluß-Meer-Frachter und die NORTHWESTERN RIVER SHIPPING COMPANY eine Einheit im Seeverkehr ein.
Forschungsschiffe und Hilfsschiffe verteilen sich auf die Ministerien für Schiffbau und Öl-/Gas-Industrie sowie acht verschiedene Forschungsinstitute.

1.3.4 Kaspisches Meer

Art	Anzahl	BRT	tdw
Stückgutfrachter	14 (-1)	49.462	57.564
Ro/Ro-Schiffe	2	13.778	9.346
Fluß-Meer-Frachter	39	102.163	121.945
Öltanker	49 (+1)	232.529	293.367
Hafentanker	1 (+1)	1.896	3.389
Chemikalientanker	2	1.977	1.392
Fluß-Meer-Tanker	61 (+10)	178.304	202.205
Passagierschiffe	7	13.448	2.384
Eisenbahnfähren	12	126.960	41.640
Ausbildungsschiffe	1	339	93
Forschungsschiffe	19 (+6)	16.320	6.601
Hilfsschiffe	82 (+24)	189.983	68.299
Gesamt	289 (+41)	927.159	808.225

Einzige Seereederei im Kaspischen Meer ist die CASPIAN SHIPPING COMPANY (CSC) mit 101 Schiffen. Sie ist in Baku beheimatet mit weiteren Häfen Bautino, Bekdash, Krasnovodsk und Makhackkala sowie vier Schiffsreparaturbetrieben. Die Reederei unterhält einen Gemeinschaftslinienverkehr zum Iran.
Als Binnenreederei betreibt die VOLGA TANKER COMPANY eine Flotte von 59 Fluß-Meer-Tankern, gefolgt von der UNITED VOLGA SHIPPING COMPANY mit 27 Fluß-Meer-Schiffen.
Mit Heimathafen Baku sind die Forschungs- und Hilfsschiffe in zwei Gruppen geteilt, eine mit 48 Einheiten untersteht direkt dem Ministerium für Öl-/Gas-Industrie, die zweite mit 42 Schiffen ist in der CASPIAN OIL AND GAS FLEET zusammengefaßt.

1.3.5 Fernost

Art	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	18	299.695	445.482
Stückgutfrachter	102 (-11)	629.073	807.185
Holzfrachter	122 (-2)	535.585	741.955
Containerschiffe	30	181.742	266.091
Ro/Ro-Schiffe	21	293.325	282.981
Leichterschiffe	1 (-1)	37.464	40.881
Schwergutschiffe	1	26.350	34.150
Kühlschiffe	17 (+2)	103.522	85.149
Fluß-Meer-Frachter	21 (+2)	51.249	61.213
Öltanker	63 (+3)	451.366	625.393
Hafentanker	6 (+6)	10.182	16.945
Fluß-Meer-Tanker	1	3.627	5.000
Passagierschiffe	34	92.341	24.078
Eisenbahnfähren	9	53.867	21.775
Autotransporter	3	2.954	992
Forschungsschiffe	64 (+4)	89.898	35.445
Hilfsschiffe	85 (+31)	214.897	121.007
Gesamt	598 (+34)	3.077.137	3.615.722

Größte Seereederei in Fernost ist die FAR EASTERN SHIPPING COMPANY (FESC) mit 261 Schiffen und Heimathafen Vladivostok. An weiteren Häfen unterstehen ihr Nakhodka und Vostochniy sowie drei Reparaturwerften in Vladivostok, Nakhodka und Slavyanka. Ca. 30 % ihrer Flotte ist im innersowjetischen Verkehr, vor allem für die Versorgung und den Abtransport von Gütern über Häfen Ostsibiriens bis in den arktischen Hafen Pevek eingesetzt; nur etwa 10 % der Schiffe sind in internationalen Linienverkehren beschäftigt.
Nächstgrößte Seereederei ist die SAKHALIN SHIPPING COMPANY (SSC) mit 96 Schiffen und Heimathafen Kholmsk und weiteren unterstellten Häfen wie Aleksandrovsk, Korsakov, Krasnogorsk, Nikolayevsk, Poronaysk, Uglegorsk und Vanino. Der Schiffsbestand umfaßt mit 60 Einheiten überwiegend Holzfrachter, ferner neun Eisenbahnfähren und Trockenfrachter, mit denen regelmäßige Dienste nach Japan, China, Südostasien und zur Westküste Kanadas unterhalten werden.

Weitere Seereedereien sind die PRIMORSK SHIPPING COMPANY (PSC) in Nakhodka als Tankreederei mit 61 Schiffen und die KAMCHATKA SHIPPING COMPANY (KSC) mit 59 Schiffen und Heimathafen Petropavlovsk-Kamchatskiy mit dort angesiedelter Reparaturwerft und zugeordnetem Hafen Ust-Kamchatsk. Von hier werden Liniendienste nach Japan und Nordkorea unterhalten.
Darüber hinaus betätigt sich die Binnenreederei AMUR SHIPPING COMPANY mit 22 Fluß-Meer-Schiffen in der Küstenfahrt.
Forschungsschiffe und Teile der Hilfsschiffsflotte verteilen sich auf die Ministerien für Geologie und Öl-/Gas-Industrie sowie drei Forschungsinstitute.

1.3.6 Ausgeflaggte Schiffe

Art	Anzahl	BRT	tdw
Massengutfrachter	15	281.068	598.997
Stückgutfrachter	21	145.239	209.210
Holzfrachter	9	39.350	56.140
Ro/Ro-Schiffe	1	1.500	1.992
Fluß-Meer-Frachter	2	3.730	4.000
OBO-Schiffe	4	122.894	214.800
Öltanker	21	420.024	684.853
Gastanker	6	54.360	57.029
Chemikalientanker	5	43.840	51.578
Passagierschiffe	1	21.846	8.836
Gesamt	85	1.133.851	1.887.435

Zur Sicherung der Finanzierung von Neubauten auf Fremdwerften, Kauf von Second Hand-Schiffen sowie für Kostenübernahme von Auslandsinstandsetzungen älterer Einheiten durch westliche Banken werden auf Verlangen der Geldgeber seit Jahresbeginn 1990 mit steigender Tendenz Schiffe in verschiedene Länder ausgeflaggt. Ende 1990 fuhren mindestens 85 Einheiten mit annähernd 1,9 Mio. tdw unter fremder Flagge. Wahrscheinlich liegt die Zahl wegen verdeckter sowjetischer Beteiligung an Schiffseigentum erheblich über

diesen Angaben. Die ausgeflaggten Schiffe führen einen Heimathafen des Flaggenstaates; die Unterstellung unter ihre ursprüngliche Reederei, unter SOVCOMFLOT oder eine ausländische Gesellschaft ist nicht immer eindeutig.

1.4 Altersstruktur

Alter (Jahre)	Anzahl/%	Trockenfrachter	Tanker	Passagierschiffe	Andere
< 1 Jahr	53/ 1,7	23/ 1,3	13/ 2,5	7/ 7,3	10/ 1,6
1- 5 Jahre	433/14,1	173/ 9,5	105/19,9	6/ 6,3	149/23,5
6- 10 Jahre	555/18,0	241/13,3	115/21,8	13/13,5	186/29,3
11- 15 Jahre	522/17,0	284/15,6	118/22,4	27/28,1	93/14,7
16- 20 Jahre	589/19,2	438/24,1	82/15,6	12/12,5	57/ 9,0
> 20 Jahre	922/30,0	658/36,2	94/17,8	31/32,3	139/21,9
Summe/%	3074/100 *)	1817/100	527/100	96/100	634/100

Die Handelsflotte leidet an zunehmender Überalterung, weil nach Aufgabe der Fünfjahrespläne und in Folge erheblicher Finanzierungsprobleme Neubauten nicht schnell genug nachgeführt werden können. Bisher sind keine Anzeichen zu einer Trendwende in absehbarer Zeit erkennbar. Mit einem Anteil von knapp 34 % an Schiffen, die jünger als 10 Jahre sind, schneidet die Sowjetunion im Vergleich zum von Lloyds ermittelten Durchschnitt der Welthandelsflotte von eben unter 36 % nicht schlecht ab, liegt jedoch mit Schiffen von über 20 Jahren Alter mit 30 % um das 2.2fache über dem Mittelwert von 13 %. Über 49 % des gesamten Schiffbestandes sind älter als 15 Jahre. Bei Betrachtung einzelner Schiffstypen sind besonders die Flotte der Trockenfrachter total überaltert, über 60 % des Bestandes sind älter als 15 Jahre.

---

*) 49 Einheiten blieben wegen unbekannten Baujahrs unberücksichtigt

1.5 Schiffsgrößen

Die Zusammensetzung der Flotte nach Schiffsgrößen ergibt seit Jahren ein annähernd unverändertes Bild:

Größe (BRT)	Anz. (Ende 1990)	1985 (%)	1990 (%)
unter 1.000	434	10,0	13,9
1.000 - 6.000	1.730	57,7	55,4
12.000 - 12.000	514	19,0	16,4
12.000 - 20.000	293	9,0	9,4
20.000 - 50.000	136	3,7	4,4
50.000 -100.000	16	0,6	0,5

Über 70 % aller Schiffe haben ein Volumen von weniger als 6.000 BRT, nur 152 Einheiten sind über 20.000 BRT groß. Die Schiffsgröße wird im wesentlichen bestimmt von der Zugänglichkeit sowjetischer Häfen, die überwiegend nur von Schiffen mittlerer Größe angelaufen werden können.

1.6 Aufwuchs und Entwicklung des Schiffsbestandes

Gegenüber 1989 hat sich die Handelsflotte um knapp 326.000 tdw vergrößert, nach Bruttoregistertonnage dagegen geringfügig verkleinert. Insgesamt wurden gegenüber dem Vorjahr 172 Einheiten mehr erfaßt, im wesentlichen bedingt durch Aufnahme bisher nicht berücksichtigter, bereits länger in Dienst befindlicher Hilfsschiffe (Schlepper, Umweltschutzschiffe, Hafentanker und Fluß-Meer-Frachter). Nach Tragfähigkeit hat die Handelsflotte ihren bisher höchsten Tonnagebestand erreicht. Im BRT-Vergleich zu

unter anderen Flaggen fahrenden Handelsflotten rangiert sie heute hinter Liberia, Panama, Japan, den Vereinigten Staaten und Griechenland weiterhin auf Platz sechs (Lloyds Statistical Tables, Juli 1990). Wird die Fischereiflotte mit einbezogen, nimmt die Sowjetunion nach Liberia und Panama zusammen mit Japan Platz drei ein, wobei die japanische und sowjetische Flotte annähernd gleich groß sind.
1990 wurden der Handelsflotte 82 Neubauten mit einer Gesamttonnage von knapp 475.000 tdw zugeführt, damit hat sich der Zulauf an Neubautonnage gegenüber dem Vorjahr weiter verringert.

1.6.1 Übersicht der 1990 zugeführten Neubauten

Schiffstypen	Anzahl	BRT	tdw
Ro/Ro-Schiffe	5	61.223	76.250
Containerschiffe	1	9.800	9.370
Stückgutfrachter	1	4.669	5.000
Massengutfrachter	3	ca. 75.000	126.789
Holzfrachter	9	43.643	46.118
Tanker (inklusive Hafentanker)	22	130.276	153.415
Fluß-Meer-Schiffe	9	26.146	28.249
Kühlschiffe	2	8.590	7.284
Passagierschiffe	7	2.543	2.131
Forschungsschiffe	2	5.251	1.921
Eisbrecher	1	20.500	3.550
Hilfsschiffe	20	7.773	14.788
Gesamt	82	395.414	474.865

Schwerpunkte der Neubeschaffung waren Tanker, dabei allerdings neun Hafen-, zwei Slop- sowie zwei Chemikalientanker, Massengut - und Holzfrachter und Ro/Ro-Schiffe. Von allen Neubauten kamen 19 Einheiten mit 129.000 tdw (27%) von sowjetischen Werften, 29 Schiffe mit 63.000 tdw (13%) aus ehemaligen RGW-Ländern und 34 Schiffe mit 283.000 tdw (60%) aus westlichen Ländern.
Auch die Zahl der übernommenen Second Hand-Schiffe ging mit fünf gegenüber 22 Einheiten in 1989 nochmals deutlich zurück. Unter der angekauften Tonnage befanden sich zwei Ro/Ro-Schiffe, je ein Tanker, Massengutfrachter und Schlepper mit zusammen knapp 52.000 tdw. An Außerdienststellungen wurden 56 Einheiten mit knapp 0,5 Mio. tdw erkannt, darunter 14 Stückgutschiffe, sieben Tanker, vier Holzfrachter und zwei Massengutfrachter. Neben Verkäufen zur Verschrottung an Abwrackbetriebe vorwiegend in Südostasien wird ein Teil der Schiffe nach Instandsetzung und Zertifikatserneuerung weiter im Seeverkehr eingesetzt. Diese Schiffe sind meist umgeflaggt und umgetauft, fahren jedoch weiter mit sowjetischer Besatzung, wobei die Eigentumsverhältnisse meist unbekannt bleiben.

Bei der Neubauplanung bis 1995 findet eine Gratwanderung statt zwischen zentralistischer Planwirtschaft mit Bindung an Fünfjahresplanperioden und wirtschaftlicher Eigenverantwortung mit Mitbestimmungsrechten bei Schiffsprojekten durch die Reedereien. Dabei deckten sich nicht immer die Schiffsbestellungen über AKP SOVCOMFLOT und VVO SUDOIMPORT mit den Forderungen der Reedereien. Besonders problematisch gestalten sich Bestellungen in Ländern des ehemaligen RGW, weil Preisvereinbarungen auf Rubelbasis getroffen wurden, die oft weit unter tatsächlichen Herstellungskosten lagen. Inzwischen wird von diesen Ländern Bezahlung in harter Währung mit Preisaufschlägen zur Kostendeckung verlangt; diesem Verlangen kann die Sowjetunion aus Devisenmangel nicht entsprechen. Wahrscheinlich werden Auftragsstornierungen unvermeidlich. Zu Anfang 1991 zeigte die Auftragslage folgendes Bild:

1.6.2 Sowjetische Neubauaufträge im Ausland

Land	Werft	Schiffstyp	Anzahl	tdw	BRT	Zeitraum	Bemerkung
BUL	Georgi Dimitrov	DC	2	8.717		1991	Ro/Ro
BUL	Ivan Dimitrov	TA	2	2.100		1991	Fluß-Meer-Tanker
CHI	Wenchong	DC	2	3.600		1991	Stückgutfrachter von deutschen Kapitalgebern finanziert für SDSC
DEU	Howaldt	DC	5	46.600	37.000	1991/1993	2668 TEU Containerschiffe
DEU	Vulkan	DC	5	46.600	37.000	1991/1993	2668 TEU Containerschiffe
DEU	Meyer	TA	3	11.400	11.821	1991	Chemikalientanker
DEU	Warnow	DC	4	18.050		1991/1992	Lo/Ro
DEU	Elbewerft	DC	5	1.706	1.408	1991/1992	Fluß-Meer-Frachter
DEU	Elbewerft	PG	2	3.500	4.906	1991	Fluß-Meer-Passagierschiff
DEU	Mathias Thesen	FB	5	9.699	7.856	1991/1992	Fischereibasisschiff
DEU	Neptun		2	580	1.710	1991/1992	Bagger
DEU	Volkswerft	FT	9	3.312	7.656	1991/1992	Fabriktrawler
FIN	Masa	ICE	1	5.200	20.000	1992	Eisbrecher
FIN	Rauma Repola	PSCV	4				für Umweltschutz
FIN	Rauma Repola		1				Bohrinsel
FIN	Holming	HV	3	520	1.570	1991	Forschungsschiff
ITA	Fincantieri	TA	1	23.000		1991	Tanker
JAP	MIHO	DC	8	9.693	5.993	1991/1992	Stückgutfrachter
JAP	Kyokuya	DC	10	6.100		1991/1992	Stückgutfrachter
KOS	Hyundai	TA	10	153.000		ab 1992	Tanker Tromsö Shipping

Land	Werft	Schiffstyp	Anzahl	tdw	BRT	Zeitraum	Bemerkung
KOS	Hyundai	DC	3	42.000		ab 1991	Massengutfrachter
KOS	Hyundai	OBO +6 OP.	8	95.000		ab 1992	Scan-OBO-Carriers
MAL	Valetta	DC +8 OP.	6	7.700	4.400	1991/1992	Holzfrachter
NOR	Sterrkoder	FT	17		970	1991/1992	Fabriktrawler Rider Shipp. Corp.
OES	Korneuburg	DC	8	2.636	2.489	1991/1992	Holzfrachter
OES	""/Linz						Leichter
OES	""/Linz		4				Dienstboote
POL	Gdansk	DC	7	7.700	4.400	1991/1992	Holzfrachter Baustopp??
POL	Gdansk		1	705	2.385	1991	Segelschulschiff
POL	Gdansk	FT	5	16.000	10.500		Fabriktrawler nicht bestätigt/ Baustopp
POL	Warski	SP	3	1.396	2.372	1991	Bohrinselversorger Baustopp??
POL	Warski	HV	2		1.950	1991/1992	Forschungsschiff
POL	Warski	HV	2			1992	Forschungsschiff
POL	Gdingen	PG	1	800	3.000	1991	Passagierschiff
POR	Viana do Castelo	DC	10	3.135	2.781	1991/1992	Fluß-Meer-Schiff
RUM	Turnu-Severin	TA	8	7.410	5.944	1991	Tanker Baustopp??
SIN	Jurong	DC	2	3.600	3.000	1991	Stückgutfrachter
SPA	Bilbao	DC	5	7.200	6.775	1991/1992	Holzfrachter
SPA	Huelva	OT	10			bis 1993	Thunfisch-Trawler Pythagoras Shipp.
SPA	Vigo	FT	7		5.000	bis 1993	Fabriktrawler Rider Shipp.
SPA	Gijon	FT	6		5.000	bis 1993	Fabriktrawler Rider Shipp.
TUR	SEDEF	DC	24	4.000		ab 1991	Holzfrachter

1.6.3 Sowjetische Neubauaufträge im Inland

Werft	Schiffstyp	Anzahl	tdw	BRT	Zeitraum	Bemerkung
Admirali-teyskoye	HV	1				Forschungsschiff Nedelin mod
Baltiyskiy	ICE	2	4.100	18.000		Eisbrecher Nuklearantrieb
Baltiyskiy	DC	8	13.470			Lo/Ro S. Kirov mod?
Severnaya	DC	4	12.000	9.600		Ro/Ro
Severnaya	HV	1				Forschungschiff S. Kirov-Rumpf
Baltiya	FB	Serie	913	2.405		Fabrikschiff Serienschiff 1982
Nikolayev	FB	Serie	1.815	4.407		Fabrikschiff Serienbeginn 1974
Nikolayev 445	FB	Serie	4.900	5.000		Kühlschiff Serienschiff 1984
Okean Niko-layev	BN	Serie	70.000	40.000		Massengutfrachter Serienbeginn 1986
Okean Niko-layev	FB	Serie	9.000	8.289		Fabrikschiff Serienbeginn 1990
60-Letiye Len. Komsomola Kherson	DC	Serie	10.000	13.500		Lo/Ro Serienbeginn 1990
60-Letiye Len. Komsomola Kherson	HV	Serie				Forschungsschiff
Navashino	DC	Serie	5.500	4.417		Stückgutschiff Serienbeginn 1979
Gorki	DC	Serie	5.845	4.417		Fluß-Meer-Frachter Serienbeginn 1986
Kiev	OT	Serie	400	722		Trawler Serienbeginn 1968
Vyborg	DC	18	5.370	3.500	ab 1992	Holzfrachter
Yaroslavl	SV	Serie	400	1.085		Bergungsschlepper Serienbeginn 1972
Volgograd	OT	Serie	332	744		Trawler Serienbeginn 1972

Werft	Schiffstyp	Anzahl	tdw	BRT	Zeitraum	Bemerkung
Volgograd	TA	Serie	4.600	4.136		Tanker Serienbeginn 1980
Rybinsk	OT	Serie	58	104		Trawler Serienbeginn 1987
Khabarovsk	FB	Serie	495	652		Fabrikschiff Serienbeginn 1972
Khabarovsk	OT	Serie	308	704		Trawler Serienbeginn 1986
Khabarovsk	HV	Serie	350	697		Forschungsschiff Serienbeginn 1974

Der Orderbestand für die sowjetische Handelsflotte beläuft sich auf über 300 Schiffe mit mehr als 5 Mio. tdw, die zwischen 1991 und 1995 ausgeliefert werden sollen. Im Gegenzug müssen nach sowjetischen Angaben bis Ende 1995 6,8 Mio. tdw außer Dienst gestellt werden. Mit steigender Tendenz sind Auftragsvergaben an westliche Länder auszumachen, die hauptsächlich durch günstige Finanzierungsbedingungen gewonnen wurden. Im Gegenzug sinken Aufträge an bisher für die Sowjetunion tätige Werften im ehemaligen RGW-Bereich bedingt durch Abbau subventionierter Schiffbauvorhaben auf Rubelpreisbasis.
Die Schiffbauplanung bis 1995 läßt Ausgewogenheit vermissen und birgt darüber hinaus noch viele Ungereimtheiten. So erfolgte eine Bestellung von insgesamt 13 Frachtschiffen in Südkorea über norwegische Auftraggeber mit sowjetischer, nicht offengelegter Beteiligung, während andererseits bereits vor Indienststellung Anfragen an weltweit tätige Linienreedereien bekannt wurden, nach denen sich SOVCOMFLOT um Fremdcharter für die in Deutschland bestellten Containerschiffe bemüht; sowjetische Reedereien können diese Schiffe offenbar nicht gewinnbringend einsetzen. Darüber hinaus konnten Schiffe von Werften der ehemaligen DDR wegen Zahlungsverzugs nicht termingerecht abgenommen werden. Zur Verbesserung der Altersstruktur reichen die bisherigen Neubauvorhaben bei weitem nicht aus; strittige Eigentumsverhältnisse hemmen den Zufluß zusätzlichen Kapitals für Neubauvorhaben; klare Konzepte für zukünftige Entwicklungen existieren kaum.

Trotz eigener, meist jedoch wenig effektiver Reparaturwerften werden Instandsetzungen mit weiter zunehmender Tendenz an Werftbetriebe in Hochindustrieländern auch zu Lasten ehemaliger RGW-Werften vergeben. Hauptgründe sind kürzere Instandsetzungszeiten, vor allem aber die

Bereitschaft zur Zwischenfinanzierung der Reparaturkosten wegen fehlender Finanzmittel der sowjetischen Reedereien. Die Rückzahlung erfolgt in fast allen Fällen über Frachteinnahmen aus dem Betrieb der betreffenden Schiffe, wobei auch Langzeitvercharterungen an ausländische Firmen eingegangen werden.

1.7. Reorganisationsmaßnahmen/Schiffahrtspolitik

Nachdem die Handelsschiffahrt über fast drei Jahre immer eine Vorreiterrolle im Hinblick auf marktwirtschaftliche Entwicklungen eingenommen hatte, wurde dieser Prozeß seit Mitte 1989, verbunden mit Streitigkeit über den zukünftigen Weg, erheblich verlangsamt und scheint seit Ende 1990 völlig zu stagnieren.
Die seit 1986 eingeleiteten Reformen im Bereich Zivilschiffahrt wurden im abgelaufenen Jahr nur zögernd fortgeführt. Seit Herbst 1990 wurden keine weiterführenden Enscheidungen getroffen, so daß die Entwicklung auf dem Schiffahrtssektor ein Spiegelbild der politischen und wirtschaftlichen Gesamtsituation in der Sowjetunion bietet. Kritische Stimmen in westlichen Schiffahrtskreisen kommen daher zu dem Schluß, daß die sowjetische Schiffahrt möglicherweise einer der letzten Wirtschaftsbereiche sein wird, in die marktwirtschaftliche Prinzipien eingeführt werden.

In Umkehrung der bisherigen Vorreiterrolle muß zum jetzigen Zeitpunkt eher von einer Rückbesinnung auf zentralistische Strukturen gesprochen werden. Eine führende Rolle in Verfechtung zentralistischer Organisation und Verharren an der Kommandowirtschaft nimmt der stellvertretende Minister für die Handelsschiffahrt GENNADY GERASIMCHUK ein. Dagegen steht der Standpunkt

der BALTIC SHIPPING COMPANY (BSC), die für Marktwirtschaft und Föderalismus eintritt und dabei Unabhängigkeit vom ministeriellen Bereich in Moskau mit Überlassung der Schiffe als Eigentum sowie volle wirtschaftliche Handlungsfreiheit fordert. Als Folge der entgegengesetzten Standpunkte waren 1990 mit harten Bandagen geführte öffentliche Auseinandersetzungen beider Gruppen an der Tagesordnung. Nicht alle Reedereien stehen jedoch hinter der BSC. Der größere Teil spricht sich eher für einen moderaten Mittelweg aus mit möglichst weitgehender wirtschaftlicher Eigenständigkeit und als Anteilseigner einer staatlichen Handelsflotte mit klarer Abgrenzung zum Ministerium für die Handelsflotte (MORFLOT). Dieser Standpunkt beruht im wesentlichen auf der Erkenntnis, daß weite Bereiche der sowjetischen Schiffahrt ohne staatliche Stützung nicht lebensfähig sind, hier besonders die absolut unverzichtbare Schiffahrt in Festeisregionen des Nördlichen Seeweges.

Trotz Bekanntgabe eines Ministerratbeschlusses vom 21. August 1990, nach dem die BSC spätestens zum 01. Januar 1991 in die wirtschaftliche Selbständigkeit entlassen werden und Leasingrechte für betreute Schiffe erhalten sollte, sind alle Finanzfragen als wesentliche Voraussetzung für wirtschaftliche Eigenständigkeit nach wie vor ungeklärt. Eine endgültige Regelung sollte bis Januar 1991 herbeigeführt werden, doch wurde wegen unterschiedlichster Vorstellungen und Ankündigungen zur Aufteilung von Deviseneinnahmen immer noch an der alten Regelung festgehalten, den überwiegenden Teil an den Staat abzuführen. So lange diese Gelder der Schiffahrt nicht wieder zugeführt werden, sind alle Entscheidungen zur Entlassung von Reedereien in die wirtschaftliche Selbständigkeit Makulatur. Aber selbst wenn eine entsprechende Entscheidung gefällt und umgesetzt sowie das

seit langem angekündigte Steuersystem eingeführt wird, bleibt die Frage der Aufteilung von Frachteinnahmen umstritten. Nach Berechnungen von MORFLOT müßten alleine 85% dieser Gelder für Neubauvorhaben angelegt werden, um die fortschreitende Überalterung der Flotte aufzuhalten.

Als ein brauchbares Konzept zur Flottenerneuerung hat sich die Einrichtung der Aktiengesellschaft SOVCOMFLOT bewährt. Seit Juli 1988 aus der SOVFRAKHT herausgelöst und als eigenständige Gesellschaft mit völlig freier wirtschaftlicher Handlungsbefugnis ausgestattet, hat SOVCOMFLOT unerwartet gute wirtschaftliche Ergebnisse erzielt. Nach den Statuten der Gesellschaft arbeitet sie außerhalb staatlicher Planungsvorgaben mit dem Hauptzweck, Gewinne in konvertierbarer Währung durch Kauf, Verkauf und Betrieb von Schiffen zu erzielen. In diesem Zusammenhang wurden SOVCOMFLOT von sowjetischen Reedereien noch nicht voll abbezahlte Second Hand-Schiffe zu Betreuung und Einsatz übergeben. Durch langfristige Charterverträge und Schiffsfinanzierungen über westliche Banken konnten weitere Schiffe (auch Neubauten) zugeführt werden. Zum 31. Dezember 1989 veröffentlichte Bilanzen nach nur 18 Monaten Betrieb wiesen einen Reingewinn von 75 Mio. US-Dollar aus. Ende 1990 betreute SOVCOMFLOT ca. 176 Einheiten mit über 3,3 Mio. tdw. Um die Finanzierung durch westliche Banken außerhalb sowjetischen Rechts absichern zu können, wurden annähernd 50 Schiffe nach Zypern ausgeflaggt. Im übrigen fallen mit 54 Neubauorders und 2,9 Mio. tdw beinahe 90% der im Ausland georderten Neubautonnage auf das Konto von SOVCOMFLOT. Darüber hinaus wurde über SOVCOMFLOT ein Großteil weiterer Bestellungen auf westlichen Werften für einzelne Reedereien abgesichert (Stand 01. Juli 1990: 58 Einheiten mit 1,1 Mio. tdw). Bestellungen sowjetischer Schiffsgesellschaften bei westlichen

Werften müssen über SOVCOMFLOT abgewickelt werden, weil das Recht zur Kapitalaufnahme und Schiffsbeleihung bisher ausschließlich auf SOVCOMFLOT beschränkt war und vom Staat keine Mittel für Neubaufinanzierung bereitgestellt wurden.

Das Überleben von SOVCOMFLOT ist jedoch im Zusammenhang mit anstehender Neuverteilung von Eigentum und Deviseneinnahmen in Frage gestellt. Bereits am 04. Oktober 1990 wurde Plänen zugestimmt, nach denen die Reedereien zur Finanzierung von Neubauvorhaben und zur Aufnahme von Hypotheken auf zugehörige Schiffe über westliche Banken ermächtigt werden. Weitere Pläne sehen eine Aufteilung des Schiffseigentums mit je einem Drittel auf MORFLOT, örtliche Institutionen und private Investoren vor. Außerdem ist die Besteuerung von Frachteinnahmen anstatt der bisherigen Praxis vorgesehen, bei der die Reedereien 12% Gesamteinnahmen plus 20% der über Plan erwirtschafteten Frachteinkünfte in Rubelwährung einbehalten konnten und ihnen zusätzlich 50% der über Plan erwirtschafteten Einnahmen in Devisen zur Verfügung gestellt wurden. Die durch MORFLOT bereits genehmigten Pläne sollten bis Januar 1991 durch den Ministerrat ratifiziert werden, was bisher nicht erfolgte. Andere Überlegungen gehen sogar soweit, daß MORFLOT in Zukunft keine Kapitalanteile mehr halten darf, vielmehr nur noch koordinierende Aufgaben innerhalb der sowjetischen Schiffahrt und nach außen zur Regelung von Schiffahrtsfragen in Bezug auf zwischenstaatliche Beziehungen wahrnehmen soll. Sollten derartige Überlegungen realisiert werden, stellt sich für SOVCOMFLOT die Überlebensfrage. Erste Schiffsverkäufe und die Übertragung von Eigentumsrechten an ausländische Gesellschaften zu Anfang 1991 durch SOVCOMFLOT sind mögliche Hinweise auf anstehende Veränderungen.

Auch bei SOVFRAKHT gibt es Anzeichen für Veränderungen, wenn versucht wird, Firmenanteile auf ausländische Gesellschaften zu übertragen. Im gleichen Zusammenhang werden dort Überlegungen angestellt, die Führung der gesamten Organisation ins Ausland zu verlagern.
Zusätzliche Probleme ergaben sich durch Uneinigkeit und folglich Unfähigkeit zur Beschlußfassung im Zentralapparat sowie durch die Unabhängigkeitsbestrebungen einzelner Republiken, besonders der Baltischen Staaten. Von diesen werden Verfügungsgewalt über Häfen, Werften und Schiffe sowie Umsatzbeteiligung gefordert und der Zentralmacht widersprechende Landesgesetze und Verordnungen eingeführt. Hinzu kommen Bestrebungen von Häfen und Reparaturwerften nach Loslösung von zugeordneten Reedereien und wirtschaftlicher Selbständigkeit; gleichzeitig werden als Voraussetzung für Konkurrenzfähigkeit umfangreiche Investitionsmittel zur Modernisierung und Anpassung der Betriebe an den Markt verlangt. Wie bei Neubauwerften zeigt sich auch bei den Reparaturwerften der Trend zur Übernahme von Fremdaufträgen (Kosten liegen mindestens 15% unter Weltmarktpreisen) bzw. Forderungen an die Reedereien zur Zahlung der Instandsetzungskosten in konvertierbarer Währung, wie dieses inzwischen auch für Hafendienstleistungen verlangt wird. Massive Forderungen werden in dieser Beziehung vor allem von den ehemaligen RGW-Staaten erhoben. Der bereits im Spätherbst 1990 gefaßte Beschluß, Frachtraten untereinander nur noch auf US-Dollarbasis zu erheben, wird seit Januar 1991 angewandt. Auch dem Verlangen Indiens wurde entsprochen, seit Anfang 1991 gegenseitig zu erhebende Hafenkosten nur noch auf Dollarbasis abzurechnen, wobei ein entsprechender Erlaß der Sowjetunion noch aussteht.

Aus Zwang zur Devisenabführung aus Frachteinnahmen entstanden gegenüber ausländischen Geschäftspartnern

häufig Deckungslücken, die zu umfangreichen Zahlungsrückständen und Beschwerden führten. Diesem Mißstand wird seit neuestem durch die Finanzabteilung von MORFLOT vorgebeugt, indem bei ausländischen Banken Letter of Credit (L/C) zur Deckung der Kosten eröffnet werden.
Das Fehlen zielgerichteter Schiffahrtspolitik und klarer Konzepte behindert nicht nur dringende Reformen und Abschlüsse von Joint Venture, sondern führt auch zu unkoordinierten, möglicherweise nicht gewollten Eigeninitiativen der Reederschaft. Nach Angaben von MORFLOT waren im August 1990 ungefähr 2.000 Joint Venture registriert, wovon nur etwa 10% aktiviert waren.
Inzwischen haben fast alle Schiffahrtsbranchen das Recht, Joint Venture-Verträge mit ausländischen Partnern einzugehen. Für das vorgeschriebene Genehmigungsverfahren müssen eine Wirtschaftlichkeitsstudie und entsprechende Vertragsunterlagen über MORFLOT eingereicht werden. Nach Zustimmung und Überprüfung der Unterlagen auf Vollständigkeit und Echtheit werden sie dem sowjetischen Finanzministerium zur Registrierung vorgelegt. Erst nach Erhalt des Registerzertifikates dürfen Geschäfte abgewickelt werden. Für alle ausländischen Geschäftspartner gilt als Voraussetzung für die Genehmigung eine Mindesteinlage, die derzeit bei 200.000 US-Dollar liegt. Mit Jahresbeginn 1991 sollte der Zwang zur Registrierung beim sowjetischen Finanzministerium aufgehoben werden, bisher wurden jedoch noch keine Änderungen bekanntgegeben.
Wesentliche Hemmnisse für den Abschluß von Joint Venture sind die langen, umständlichen Beantragungswege, fehlende Bewegungsfreiheit und Investitionsmittel der sowjetischen Seite sowie unklare Gesetzgebung und mangelnde Sicherheit für ausländische Partner; hinzu kommt als weiterer Unsicherheitsfakter die kürzlich beschlossene Überwachung und Kontrolle durch den KGB.

Trotzdem wurden auch 1990 zahlreiche Joint Venture im Schiffahrtsbereich abgeschlossen. Wegen der unklaren Eigentumsverhältnisse handelt es sich dabei hauptsächlich um Verträge über Instandsetzung und Einsatz von bereits abgeschriebenen älteren Schiffen, über die die Reedereien offenbar frei verfügen können. Betreffende Schiffe werden zum weiteren Betrieb umgeflaggt, unterliegen damit nicht der sowjetischen Gesetzgebung und können deshalb mit kleinerer, meist jedoch sowjetischer Besatzung eingesetzt werden; Reingewinne werden der Beteiligung entsprechend aufgeteilt. Hauptanreiz für sowjetische Geschäftspartner sind damit verbundene Deviseneinnahmen ohne Abgabeverpflichtigung an andere staatliche Stellen. So gründete die BSSC das Joint Venture TRANSBLASCO zusammen mit TRANSVERSE, Piraeus (zu 51%) zum Einsatz von bis zu acht Schiffen. Weiter ist beabsichtigt, zusammen mit der indischen Firma BAKI & Co. einen Zubringerdienst für den sowjetisch-indischen Gemeinschaftsdienst und für eigene Containerverkehre einzurichten. Ebenso bemüht sich die FESCO in Zusammenarbeit mit Firmen in Madras/Indien und in Singapur um Einrichtung von Feederdiensten in Südostasien unter Verwendung von acht älteren Schiffen sowie um Aufnahme eines Linienverkehrs zwischen sowjetischen und südkoreanischen Häfen in Fernost, gleichfalls im Rahmen eines Joint Venture mit bereits abgeschriebener Tonnage. Weitere Gemeinschaftsunternehmen schloß die NOVSC mit einem griechischen Reeder (NOVOSAK), die ASC mit einem Reeder aus den Vereinigten Arabischen Emiraten (GASCO) sowie die GSC mit einem norwegischen Reeder in Oslo (BROVIG SHIPPING AND TRADING). Mit dem Abschluß ähnlicher Verträge auch der übrigen sowjetischen Reedereien ist zu rechnen.

Darüber hinaus wurden sogenannte Privatreedereien zum Einsatz abgeschriebener Tonnage gegründet, darunter zwei in der Ostsee und eine in Fernost. Zunehmend zeigen auch sowjetische Binnenreedereien Interesse an längerfristiger Auslandsvercharterung, auch mit Ausflaggung der Schiffe zur Devisenerwirtschaftung. Besonders interessant sind Vercharterungen während der Wintermonate, in denen die Schiffe ohnehin wegen vereister Flüsse nicht eingesetzt werden können.

Ein sowjetisch-britisches Gemeinschaftsunternehmen INTERSHELF mit Sitz in Moskau wurde mit der Zielsetzung ins Leben gerufen, Offshore-Ausrüstung wie Bohrinseln und Versorgungsfahrzeuge an ausländische Gesellschaften zu verchartern. Inzwischen bietet diese Gesellschaft auch Tanker- und Massenguttonnage zur Charterung im Bereich Fernost auf US-Dollarbasis an.

Neben Joint Venture für Schiffseinsatz wurden 1990 ein Vertrag zur Modernisierung der NEVSKIY-Werft in der Nähe Leningrads mit einer finnischen Firma abgeschlossen und entsprechende Verträge für die Reparaturwerft in Tallinn mit einer deutschen Firma unterzeichnet. Außerdem wurde ein Vertrag mit einer Firma in Singapur zur Belieferung der sowjetischen Handelsschiffahrt mit Ersatzteilen und technischer Ausrüstung sowie zur Schiffsinstandsetzung abgeschlossen.

An bilateralen Verträgen wurden unterzeichnet:

- März 1990 mit Chile, womit nach 1973 wieder das Anlaufen chilenischer Häfen gestattet wurde,
- April 1990 Erweiterung des bilateralen Verkehrs mit der Volksrepublik China auf den Grenzflüssen,
- Mai 1990 mit Südkorea, darunter auch Vereinbarung zur Aufnahme von Schiffahrtsbeziehungen,
- Juni 1990 mit USA (erster Schiffahrtsvertrag seit 1981; Einmarsch in Afganistan),

- November 1990 mit Deutschland (entsprechender Binnenschiffahrtsvertrag steht noch aus).

Die im August 1989 von sowjetischen Schiffahrtskreisen ins Leben gerufene SOVMORTRANS - zuständig für Hafenumschlag und Transportorganisation im sowjetischen Verkehrsnetz - gewann 1990 erheblich an Bedeutung. Zum einen wurde die Firma durch die amerikanische SEA-LAND-Gruppe als Generalagent für Transporte auf sowjetischem Territorium gewonnen. Zum anderen konnte sie ihre Inlandsposition durch Gründung der ASSOCIATION OF INTERNATIONAL FORWARDERS am 06. November 1990 wesentlich verbessern, weil hierdurch eine Zusammenarbeit mit anderen sowjetischen Verkehrsorganisationen wie SOYUSVNESCHTRANS, SOVTRANSAVTO sowie SOVTRANSEXPEDICIA vereinbart wurde, was sich möglicherweise positiv auf den sich zunehmend verschlechternden Zustand der Transportorganisation in der Sowjetunion auswirken kann.

1.8 Linienverkehr/Trampfahrt

Die Transportleistung der sowjetischen Handelsschiffahrt lag 1989 bei 245,4 Mio.t (4,5% geringer als 1988), davon entfielen 134,3 Mio.t (Abnahme 7,2%) auf Im- und Exportgüter, 69,5 Mio.t (Abnahme 10,3%) auf Karbotage und 41,6 Mio. t auf Cross Trade (17,0% der Seetransportleistung, fast 20% mehr als 1988).
Der Gesamtumschlag über sowjetische Häfen wurde für 1989 mit 443,9 Mio.t (Abnahme 2,4% gegenüber 1988) angegeben, wovon 280,4 Mio.t auf Im- und Exporte und 163,5 Mio.t auf innersowjetischen Handel entfielen. Die sowjetische Handelsflotte war danach am sowjetischen Seegüterumschlag mit 46% beteiligt, und die Transportleistung machte 55,3% des seewärtigen Güterumschlags aus.

Zahlen für 1990 werden erst Ende 1991 veröffentlicht, jedoch kann davon ausgegangen werden, daß das Transportvolumen bei steigendem Cross Trade-Anteil wie im Vorjahr nochmals absinkt. Nach sowjetischen Angaben decken die Einnahmen aus Cross Trade-Ladung in etwa die Kosten, die für ausländische Chartertonnage aufgewendet werden muß.

Steigerungen im Cross Trade sind auf verstärkte Anstrengungen im Verchartern eigener Tonnage gegen harte Währung und auf das Angebot von Kompensationsgeschäften über die Frachtrate (Compensated Sea Freight = CSF) zurückzuführen. Nach wie vor wird von allen Auslandsagenturen mit CSF-Angeboten Kundenwerbung betrieben. Für in der Linienfahrt eingesetzte sowjetische Schiffe beträgt der CSF-Ladungsanteil immer noch durchschnittlich 40%.

Erst im Januar 1991 wurde nach längerer Diskussion mit den Reedereien, die diese Geschäfte in eigene Regie übernehmen wollten, entschieden, Vertragsabschlüsse und Koordinierung von CSF bei SOVFRAKHT zu belassen. Weil sowjetische Reedereien mit vergleichsweise alter Tonnage und unzuverlässiger Fahrplaneinhaltung gegenüber modernen westlichen Linienreedern nur schwer konkurrieren können, sind sie auf CSF angewiesen. Es bleibt jedoch fraglich, ob dieses Verfahren im Rahmen der geplanten Umverteilung von Eigentum und Gewinn weiter Bestand haben wird. Ebenso spricht die zunehmende Bereitschaft sowjetischer Reedereien zur Zusammenarbeit mit ausländischen Schiffahrtsgesellschaften gegen die Beibehaltung von CSF. Insgesamt wird es sowjetischen Linienreedereien schwer fallen, sich am Markt zu behaupten.

1.8.1 Linienschiffahrt/Liniendienste

Von den 16 sowjetischen Seereedereien werden zur Zeit folgende Liniendienste unterhalten:

Nordmeer

- Europa-Japan über den Nördlichen Seeweg durch MSC. Seit zwei Jahren versuchte die MSC, innerhalb der Navigationsperiode Juli - Oktober einen liniendienstähnlichen Verkehr mit eisverstärkten Schiffen der NORILSK-Klasse anzubieten. Von mehreren geplanten Abfahrten kam jeweils nur eine Abfahrt pro Jahr aufgrund mangelnden Ladungsangebots zustande (Einzelheiten siehe "Nördlicher Seeweg").

- Sowjetunion-Skandinavien-Nordeuropa der NSC mit 14-tägigen Abfahrten. Dieser Liniendienst mußte bereits kurz nach seiner Eröffnung wieder eingestellt werden, weil er nicht kostendeckend betrieben werden konnte.

Beide Seereedereien unternahmen in der Vergangenheit wiederholt Versuche zur Einführung von Liniendiensten, mußten diese jedoch aus Mangel an Ladungsangeboten wieder einstellen. Gründe für das Scheitern waren aber auch unregelmäßige Abfahrten, ungeeignete Tonnage und zu geringes Durchhaltevermögen.

Ostsee

BSC ist die größte Linienreederei der Sowjetunion, die alle von ihr betriebenen Linien mit steigender Tendenz als gewinnbringend (Ausnahme BALT ORIENT LINE) bewertet

und überzeugt ist, als eigenständige Reederei bestehen zu können. Sie betreibt folgende Dienste:

- BALT CANADA LINE als unabhängigen Containerdienst (FCL) bei wöchentlichen Abfahrten mit Durchfracht von und nach Häfen im Mittleren Westen und an der amerikanischen Ostküste (Bremerhaven, Hamburg, Rotterdam, Liverpool, Montreal, Toronto). Zusätzlich werden seit Februar 1991 Container- und Ro/Ro-Dienste mit zunächst monatlichen Abfahrten (Hamburg, Bremerhaven, Montreal) und ab April 1991 zusätzlich konventionelle Abfahrten in die Großen Seen angeboten.
  Vermehrte Abfahrten sind die Folge steigenden Ladungsangebots bei allerdings gegenüber 1989 gefallenen Raten für Containerverschiffungen um 12%. BALT CANADA LINE ist es mit Hilfe ihrer Auslandsschiffahrtsagenturen gelungen, 15% der Seetransporte im Fahrtgebiet für sich zu gewinnen.
- BALTGULF LINE als unabhängiger Liniendienst, konventionell und Containerfracht mit 14-tägigen Abfahrten nach Mexiko (Bremen, Hamburg, Rotterdam, Liverpool, Veracruz, Tampico).
- COBALT LINE als unabhängiger Liniendienst, konventionell und Containerfracht mit 14-tägigen Abfahrten zur Westküste Zentralamerikas.
  Dieser Liniendienst wird im Rahmen eines Joint Venture mit CONTI LINES, Antwerpen als Gemeinschaftdienst betrieben (Bremen, Hamburg, Rotterdam, Antwerpen, Cristobal, Corinto, Acajutla).
  Unter gleicher Bezeichnung wird ein weiterer Gemeinschaftsdienst mit 14-tägigen Abfahrten, konventionell und Containerfracht zur Ostküste Zentralamerikas und nach Venezuela seit Jahresbeginn 1991 angeboten; dieser Liniendienst wurde vorher unter der Bezeichnung BALTCAPAS LINE in eigener Regie durchgeführt (Bremen,

Hamburg, Rotterdam, Antwerpen, La Guaira, Pto. Limon, Sto. Tomas de Castilla, Pto. Cortes, Pto. Cabello).

- BALTCAPAS LINE als unabhängiger Liniendienst, konventionell und Containerfracht mit monatlichen Abfahrten zur Karibik und nach Zentralamerika. Dieser Liniendienst wird wahrscheinlich 1991 ganz eingestellt (Bremen, Hamburg, Rotterdam, Antwerpen, Pto. Cortes, Pto. Quetzal, Acajutla, Corinto, Caldera, Cristobal, Pto. Cabello, Sto. Tomas, Pto. Limon, Cartagena, Callao, La Guaira).
- BALTPACIFIC LINE als unabhängiger Liniendienst, konventionell und Containerfracht mit monatlichen Abfahrten als Direktdienst nach Chile seit Januar 1991 eingeführt (Hamburg, Bremen, Rotterdam, Antwerpen, Valparaiso, San Antonio, Iquique, Arica, Callao).
- BALTAMERICA SERVICE als Konferenzlinien-Gemeinschaftsdienst mit der DEUTSCHEN SEEREEDEREI, Rostock (DSR) und POLISH OCEAN LINE (P.O.L.) konventionell und Containerfracht zur Ostküste Südamerikas monatlich (Hamburg, Bremen, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Buenos Aires, Montevideo).
- BESTA LINE als unabhängiger Liniendienst, konventionell und Containerfracht mit 14-tägigen Abfahrten nach Ostafrika (Hamburg, Bremen, Rotterdam, Antwerpen, Mombasa, Tanga, Daressalam, Beira, Maputo, Pt. Louis, Toamasina, Nacala).
- BALT ORIENT LINE als unabhängiger Vollcontainerdienst mit wöchentlichen Abfahrten nach Südostasien (Hamburg, Bremerhaven, Rotterdam, Antwerpen, Tilbury, Le Havre, Jeddah, Pt. Kelang, Singapur, Manila, Hongkong) sowie zur Ostküste Indiens und nach Bangladesh (Madras, Calcutta, Chittagong) über Singapur mit Nachlaufmöglichkeiten nach
  -- Vietnam (Haiphong, Saigon, Danang)

-- Indonesien (Jakarta, Surabaya, Belawan und mehreren Häfen in Ost-Malaysia)
-- Malaysia (Penang),
-- über Manila nach Cebu,
-- über Hongkong nach Japan (Kobe, Yokohama, Nagoya, Tokio, Osaka)

und Feederdienste von verschiedenen skandinavischen Häfen.

Der Ostasiendienst der BSC wurde durch fallende Raten und zunehmende Konkurrenz ähnlich wie alle anderen traditionell im Ostasiendienst tätigen Reeder 1990 erheblich beeinträchtigt. Höhere Raten konnten nicht durchgesetzt werden, mußten sogar teilweise gesenkt werden, um größere Verlader mit CSF-Verträgen halten zu können.

- BALTAUSTRAL LINE als unabhängiger Vollcontainer- und Ro/Ro-Dienst mit dreiwöchigen Abfahrten nach Australien (Hamburg, Bremen über Hamburg, Rotterdam, Sydney, Brisbane über Sydney, Melbourne, Adelaide, Fremantle). Wegen völlig unzureichender Ergebnisse wurde 1989 die Schiffahrtskonferenz für Australiendienste verlassen und das Anlaufen von Neuseeland aufgeben, inzwischen gibt es Pläne zur Wiedereinführung dieses Dienstes ab Mitte 1991.
- LENINGRAD-HAVANNA Ro/Ro-EXPRESS SERVICE mit wöchentlichen Abfahrten.
- LENINGRAD-CUBA Lo/Ro-SERVICE mit 14-tägigen Abfahrten (Leningrad, Santiago de Cuba, Cienfuegos, Nuevitas).
- Europadienste
  -- RINELA LINE als unabhängiger Containerliniendienst ins Mittelmeer mit 14-tägigen Abfahrten (Rotterdam, Bremen, Hamburg, Piräus, Limassol, Mersin, Alexandria, mit Durchfracht Lattakia und Beirut über Limassol), der im Januar 1991 nach langer Unterbrechung wieder aufgenommen wurde.

-- BALTIC BISCHOFF LINE als unabhängiger Container-, Ro/Ro- und Stückgut-Gemeinschaftsdienst mit Reederei BRUNO BISCHOFF mit Ro/Ro-Frachter "INZHENER BASHKIROV" bei ca. 14-tägigen Abfahrten (Hamburg, Bremen, Leningrad).

-- Weitere drei Dienste mit wöchentlichen Abfahrten (Leningrad, Aarhus, Antwerpen, Rotterdam, Helsinki, ferner Leningrad, Hamburg, Rotterdam, Antwerpen und Leningrad, Hull, Hamburg, Flushing) sowie 14-tägige Abfahrten (Leningrad, Hull).

-- Passagier-/Fährdienste (Leningrad, Helsinki) mit "KONSTANTIN SIMONOV" und (Leningrad, Stockholm) mit "ILLICH".
Ab Frühjahr 1991 sollte "ILLICH" auf einer neuen Linie (Leningrad, Kiel) eingesetzt werden und durch ein von FRED OHLSON gekauftes Schiff "BRAEMAR" auf der Linie (Leningrad, Stockholm) ausgetauscht werden. Es ist zur Zeit noch fraglich, ob BSC dieses Schiff übernehmen kann, da die Finanzierung erforderlicher Umbauten bisher nicht gesichert werden konnte.

-- Containerliniendienst (Leningrad, Rostock) als Gemeinschaftsdienst mit Reederei BRUNO BISCHOFF bei wöchentlichen Abfahrten mit unter zypriotischer Flagge registriertem Frachter "HANS KRÖGER" (999 BRT).

Als zweitgrößte Reederei in der Ostsee unterhält die LSC reguläre Liniendienste von Riga und Ventspils zu anderen Ostseehäfen und nach Häfen in West- und Südwesteuropa.
Einige der Linien werden als Gemeinschaftsdienste durchgeführt, weil die LSC nur über drei moderne Frachter verfügt.
Zwei neue Reedereien wurden zusätzlich gegründet: LATSEN als sowjetisch-dänisches Gemeinschaftsunternehmen zum

Betrieb des ehemaligen Holzfrachters "IRBITLES" und die LATVIAN SHIPPING ASSOCIATION mit Sitz in Jersey als sogenannte Privatreederei, die den Containerfrachter "TRABANT" (ex "NORDWIND") einsetzt. Über Riga besteht Anschluß an den Transsibirischen und Transkaukasischen Containerverkehr.

Die ESC als drittgrößte Ostseereederei unterhält folgende Liniendienste:

- Skandinaviendienste mit wöchentlichen Abfahrten
  -- (Tallinn, Helsinki, Kopenhagen, Aarhus)
  -- (Tallinn, Kiel, Aarhus, Sarpsborg, Oslo, Göteborg, Aarhus)
  -- (Tallinn, Kiel, Drammen, Oslo, Göteborg, Aarhus).

- Schwedendienst mit wöchentlichen Abfahrten (Tallinn, Stockholm).
- Sowjetunion-Westafrika mit drei bis vier Abfahrten pro Monat (Tallinn, Casablanca, Las Palmas, Dakar, Conakry, Freetown, Banjul, Monrovia, Abidjan, Takoradi, Tema, Lome, Cotonou, Duala, Pointe Noire, Luanda, Bissau, Warri, Matadi, Namibe, Sao Tome, Port Gentil, Lobito).
- UNIAFRICA im Konferenzgemeinschaftsdienst mit COWAC bei monatlichen Abfahrten (Tallinn, Hamburg, Rotterdam, Antwerpen, Dünkirchen, Rouen, Dakar, Banjul, Monrovia, Abidjan, Tema, Lome, Lagos, Pointe Noire).
- SCANLEVANT RED SEA LINK mit monatlichen Abfahrten (Norrköping, Hodeidah, Jeddah).
- Zubringerdienst für Transsibirischen und Transkaukasischen Eisenbahn-Containerverkehr mit wöchentlichen Abfahrten (Tallinn, Hamburg).
- USA CONFLO LINES zwischen Chicago und Klaipeda.
- Darüber hinaus werden Passagierlinienverkehre (BALT-LINK) mit Finnland und Schweden unterhalten.

Als kleinste Seereederei in der Ostsee betreibt die LITSC den Eisenbahngüterfährverkehr als Gemeinschaftsdienst mit der DEUTSCHEN SEEREEDEREI, Rostock (Klaipeda-Mukran) sowie einen Gemeinschaftsdienst JOINT BALTIC LINER SERVICE mit den deutschen Reedern HORN und BRUNO BISCHOFF bei bis zu vier Abfahrten pro Woche (Klaipeda, Bremen und auch Hamburg).
Seit Mai 1990 unterhält die WESTERN RIVER SHIPPING COMPANY, Leningrad einen 14-tägigen Linienverkehr zwischen Kaliningrad und Lübeck mit Fluß-Meer-Frachtern mit Bahnanschluß in den Iran.

1.8.1.3 Schwarzes/Kaspisches Meer

Zweitgrößte Linienreederei der Sowjetunion ist die BSSC mit folgenden Liniendiensten:

- ODESSA OCEAN LINE als Vollcontainerlinie mit 14-tägigen Abfahrten (Il´ichevsk, Genua, Jeddah, Singapur, Hongkong, Port Kelang, Penang, Madras, Colombo, Neapel, Genua).
  Seit Juli 1990 besteht eine Vereinbarung mit den amerikanischen FARREL LINES zur Anbindung an New York, Norfolk und Charleston über Neapel mit 14-tägigen Abfahrten.
- BLASCO ORIENTAL LINE als unabhängiger Container- und Ro/Ro-Dienst mit 14-tägigen Abfahrten (Triest, Jeddah, Singapur, Kompong Som, Saigon, Vungtau, Danang, Hongkong, Yokohama, Kobe, Osaka, Tokio über Yokohama, Mersin, Limassol, Il´ichevsk).
  Zusätzlich werden Feederdienste nach Port Kelang, Penang, Bangkok, Jakarta, Surabaya, Belawan, Manila und Haiphong geboten.
- BLASCO INDOSTAN-CONTSHIP JOINT LINER SERVICE als Gemeinschaftsvollcontainer-Konferenzliniendienst zur

Westküste Indiens und Pakistans mit 8-tägigen Abfahrten. Dieser Gemeinschaftsdienst wurde erst Ende Januar 1991 aufgenommen (Hamburg, Bremen über Hamburg, Antwerpen, Rotterdam, Bombay, Karachi).

- BLASCO FEEDER SERVICE mit zwei unterschiedlichen Diensten von Singapur aus als wichtigstem Feederhafen der BSSC:
  -- (Singapur, Bangkok, Saigon, Haiphong) mit fünf bis sieben Abfahrten pro Monat,
  -- (Singapur, Chittagong, Haldia, Belawan) mit bis zu zwei Abfahrten monatlich.

- BLACK SEA - SOUTHEAST ASIA LASH als Lash-Carrier-Dienst mit bis zu zwei Abfahrten monatlich (Odessa, Haiphong, Saigon und weitere Häfen in Südostasien). Mit Vietnam besteht ein Joint Venture zum Ausbau der Leichterverkehre.

- GULF-INDIA LINE als bilateraler Dienst von drei Containerlinien mit Annahme von Cross Trade-Ladung:
  -- (Il´ichevsk, Kuba, Lissabon, Leixoes, Algeciras, Barcelona, Genua, Karachi, Kandla, Bombay) alle 20 Tage,
  -- (Il´ichevsk, Kuba) alle 10 Tage,
  -- (Il´ichevsk, Karachi, Khor Fakkan, Kandla, Bombay) 14-tägig.

- USSR-FRANCE (SOUTH) JOINT SERVICE als Container- und Ro/Ro-Dienst mit monatlichen Abfahrten (Odessa, Istanbul, Barcelona, Tarragona, Marseilles).
- USSR-BULGARIA CONTAINER SERVICE mit vier bis fünf Abfahrten monatlich (Odessa und bulgarische Häfen).
- USSR-BULGARIA COVENTIONAL SERVICE mit 14-tägigen Abfahrten (Odessa und bulgarische Häfen).

- IL'ICHEVSK-VARNA RAIL FERRY als Eisenbahngüterfährverkehr mit Rundreisen von 56 Stunden.
- ODESSA-VIETNAM/SOUTHEAST ASIAN SERVICE mit bis zu 12 konventionellen Abfahrten monatlich (Odessa, Nikolayev, Kherson, Haiphong, Saigon und andere Häfen in Südostasien).
- USSR-INDIA JOINT SERVICE Gemeinschafts-Container- und konventioneller Liniendienst mit Abfahrten etwa alle zwei Tage (Odessa, Il'ichevsk, Kherson, Nikolayev, Bombay, Cochin, Madras, Visakhapatnam, Calcutta, Chittagong, Chalna, Colombo).

- Passagierlinien
  -- ODESSA-ALEXANDRIA-ODESSA von Ende April bis November
     (Odessa, Varna, Istanbul, Piräus, Larnaca, Lattakia, Alexandria),
  -- ODESSA-MARSEILLES-ODESSA von Anfang Juni bis Mitte August
     (Odessa, Istanbul, Syracuse, Barcelona, Marseilles, Genua, Neapel, Piräus, Yalta),
  -- ODESSA-ALGERIA-ODESSA von Anfang Juni bis Mitte September
     (Odessa, Istanbul Piräus, Neapel, Algier, Rades/La Goulette, Valetta, Tripolis).
     Zusätzlich werden zahlreiche Seereisen zwischen sowjetischen Häfen des Touristikverkehrs angeboten.
  -- ODESSA-BATUMI-ODESSA ganzjährig (Odessa, Yalta, Novorossiysk, Sochi, Sukhumi, Batumi).

Nächstgrößte Linienreederei im Bereich Schwarzmeer ist die ASC, die bis zu neun regelmäßige Liniendienste durchführt, darunter:
- SUNEST LINE zwischen Istanbul, Lattakia, Limassol,

- ASITCO LINE zwischen Ravenna, Savona, Neapel, Venedig, Malta, Salerno und Casablanca,
- ASADCO LINE zwischen Lattakia, Piräus, Limassol, Ravenna, Venedig und Rijeka,
- ADMED LINE zwischen Mersin, Lattakia, Beirut, Tripolis, Piräus, Limassol, Ravenna, Triest, Alexandria, Istanbul und Genua,
- AZOV DOMESTIC zwischen Aden, Rijeka, Lattakia, Hodeidah, Jeddah und Istanbul.

Als weitere Seereederei im Schwarzen Meer unterhält die SDSC folgende Liniendienste:

- DANUBE SEA CONTAINER SERVICE als unabhängiger Vollcontainerdienst mit wöchentlichen Abfahrten (Deggendorf, Linz, Wien, Limassol, Trabzon, Mersin/Iskenderun, Lattakia/Tartous, Beirut, Alexandria, Aqaba, Piräus/Saloniki).
  Zusätzlich wird Durchfracht zu zahlreichen Inlandsplätzen im Iran, in Jordanien, Syrien und Saudi-Arabien geboten.
- DONAU SEEVERKEHR als unabhängiger konventioneller Liniendienst mit regelmäßigen Abfahrten (Regensburg, Deggendorf, Linz, Wien, Trabzon/Hopa/Samsun, Istanbul/Mersin/Iskenderun, Saloniki/Piräus, Limassol, Lattakia/Tartous, Beirut/Tripolis, Alexandria/Port Said, Aqaba, Tunis/Annaba/Algier.
- DONAU SEEVERKEHR L.A.S.H. als unabhängiger Liniendienst für Container und konventionelle Ladung mit Abfahrten etwa alle drei Tage (Regensburg, Deggendorf, Ust-Dunaysk, von dort etwa alle 14 Tage mit Leichterträgern nach Novorossiysk, Poti, Trabzon, Istanbul, Antalya, Mersin/Iskenderun, Tartous/Lattakia, Beirut, Aqaba, Alexandria, Izmir, Limassol).
- DANUBE INTERLIGHTER als Gemeinschaftsdienst mit Leichterträgern für Container und konventioneller Ladung

nach Indien, Pakistan und Südostasien mit etwa 14-tägigen Abfahrten ab Ust-Dunaysk. (Regensburg, Deggendorf, Linz, Krems, Wien, Ust-Dunaysk, Saigon, Bombay, Karachi).

- ADRIA NEAR EAST CONTAINER SERVICE (ANECS) als unabhängiger Vollcontainerdienst mit 10-tägigen Abfahrten (Triest, Limassol, Lattakia, Beirut, Tripolis, Alexandria).
- Zusätzlich wurde ein bilateraler Gemeinschaftsdienst zwischen der Sowjetunion und Ägypten mit zwei Schiffen seit Oktober 1990 aufgenommen (Alexandria, Damietta, Port Said, Reni, Izmail).

Im Kaspischen Meer unterhält die dortige Seereederei CSC neben Küstenverkehren einen Gemeinschaftsdienst mit Iran mit zur Zeit drei Schiffen nach Bandar Anzali und Now Shahr. Hier kam es in beiden Häfen wiederholt zu erheblichem Ladungstau, so daß die Ladungsannahme in Westeuropa wiederholt gestoppt werden mußte.

1.8.1.4 Fernost

Als bedeutentste Reederei in Fernost unterhält die FESC folgende Liniendienste:

- FESCO-INDIA LINE als Containerliniendienst mit 14-tägigen Abfahrten (Yokohama, Kobe, Bangkok, Singapur, Madras, Cochin, Mangalore, Bombay).
- FESCO-AUSTRALIA LINE als Containerliniendienst mit drei Abfahrten monatlich (Yokohama, Kobe, Hongkong, Manila, Brisbane, Sydney, Melbourne).
  Zusätzlich wird ein Ro/Ro-Dienst mit monatlichen Abfahrten geboten.
- FESCO-NEW ZEALAND LINE als Containerdienst mit zwei Abfahrten pro Monat (Yokohama sowie weitere japanische

Häfen nach Bedarf, Hongkong, Wellington, Auckland, Lyttleton, Port Chalmers).

- TRANS-SIBERIAN CONTAINER LINE (zwischen Vostochniy, Kobe, Yokohama, Shimizu) mit acht Abfahrten monatlich. Zusätzlich ab Tomakomai zweimal monatlich und ab Niigata einmal im Monat.
- FESCO-JAPAN-NAKHODKA LINE mit wöchentlichen Abfahrten (zwischen Nakhodka und wechselnden Häfen in Japan).

- Zusätzlich ist die FESC an folgenden Diensten im Rahmen von Joint Venture beteiligt:
  -- Seit Jahresbeginn 1991 Linienverkehr Sowjetunion-Südkorea mit zunächst zwei Schiffen unter KOREAN-SOVIET SHIPPING COMPANY Ltd (Vostochniy, Busan).
  -- Zubringerdienste Vietnam-Singapur mit Reederei KATRAN, Hongkong als Angebot für alle Verschiffer der FESCO-INDIA LINE
  -- Zubringerdienste mit bis zu acht älteren Einheiten für TRANS SIBIRIAN CONTAINER SERVICE geplant.

Weitere Liniendienste unterhalten die SSC mit regulären Verbindungen nach Japan, Volksrepublik China und Häfen in Südostasien sowie die KSC mit Diensten nach Japan und Nordkorea.
Auch im Bereich Fernost wurde inzwischen eine erste sogenannte Privatreederei DALDOBROFLOT LIMITED mit zunächst drei Trockenfrachtern und Sitz in Vladivostok gegründet, wobei die Flotte bis Ende 1991 auf acht Schiffe anwachsen soll.

1.8.2 Trampfahrt

Neben dem Zwang zur Abwicklung von Seetransporten in entlegene Regionen der Sowjetunion (Sibirien) aufgrund

fehlender alternativer Verkehrssysteme wird ein Großteil der Tanker- und Massenguttonnage für Exporte sowjetischer Erdölprodukte und für die Getreideeinfuhr benötigt. Bis Ende 1989 bestanden noch Pläne zum massiven Ausbau der Massenguttonnage mit der Zielsetzung, 90% der Im- und Exporte mit eigenen Schiffen abwickeln zu können. Seit 1990 wurden derartige Pläne wegen fehlender Finanzmittel nicht mehr diskutiert. Statt dessen verstärkt sich die Bereitschaft zur Zusammenarbeit mit ausländischen Gesellschaften, um eigene Schiffe wirtschaftlicher einsetzen zu können oder auch Fremdtonnage zu möglichst günstigen Charterraten hereinzunehmen. Die Bereitschaft zur Vercharterung sowjetischer Tonnage hat sich wegen den damit verbundenen Möglichkeiten zur Deviseneinnahme weiter verstärkt und ist inzwischen nicht mehr ausschließlich auf Seefracht- und Passagierschiffe beschränkt, sondern erstreckt sich auch auf Fluß-Meer-Tonnage und Spezialschiffe, wie Bagger, Bohrinseln, Bohrinselversorger, Kranschiffe, Segelschul- und Forschungsschiffe. Charterverträge werden dabei nicht mehr ausschließlich von der zuständigen SOVCHART-Organisation als Teil von SOVFRAKHT, sondern auch von anderen sowjetischen Organisationen abgeschlossen. Obwohl in diesem Zusammenhang noch keineswegs von Konkurrenz- und Wettbewerbsverhalten gesprochen werden kann, deuten sich doch weitere Veränderungen innerhalb der sowjetischen Bürokratie an. Besonders im Zusammenhang mit 1989 und 1990 erforderlichen Getreideeinfuhren wurden Schwächen in der Planwirtschaft offenbar, die wohl letztendlich zur Auflösung der staatlichen Planungsbehörde GOSPLAN und Umorganisation von EXPORTKHLEB geführt haben. Erforderliche Getreideeinfuhren beliefen sich 1989/90 auf bis zu 38 Mio.t trotz einer guten Getreideernte von 210 Mio.t. Einfuhren werden für 1990/91 trotz einer möglichen Getreideernte von bis 260 Mio.t auf 40 Mio.t

geschätzt. Während 1988 die Charterkosten für Getreideschiffe nach sowjetischen Angaben noch bei 420 Mio. US-Dollar lagen, sollen sie für 1989 - allerdings bei wesentlich höheren Raten - auf 680 Mio. US-Dollar angewachsen sein. Trotz leicht gefallener Charterraten dürfte der Finanzbedarf für erforderliche Schiffscharterungen 1990 eher noch höher gewesen sein. Nach mehrfach wiederholten eigenen Angaben entsprechen die Einnahmen für Cross Trade-Ladungen inklusive Vercharterungen von sowjetischen Schiffen in etwa den Charterkosten für Fremdtonnage.

Unnötige Ausgaben in erheblichen Umfang wurden vor allem durch lange Liege- und Wartezeiten in sowjetischen Häfen verursacht, weil in den vergangenen zwei Jahren Getreideankäufe zu spät und Anlieferungen unkoordiniert zu einem Zeitpunkt erfolgten, zu dem fast alle Häfen durch Verschiffung der eigenen Ernte hoffnungslos verstopft waren. Das Mißmanagement wirkte sich aber nicht nur auf Kostenexplosion für Chartertonnage aus, sondern traf sowjetische Reedereien gleichermaßen; zeitweise lagen mehr als 100 Schiffe mit Importgetreide auf Warteposition. Verzögerte Einkäufe und schlechte Zahlungsmoral sind auf bekannte Haushalts- und Devisenengpässe zurückzuführen. Es bleibt abzuwarten, ob Zahlungsprobleme über neuerdings wegen hoher Verluste durch Erntemaschinenausfall, Transport- und Lagerraummangel eingeführte Kreditaufnahme und Bankgarantien auf Dauer gelöst werden können.

Neben Änderung von Zahlungsverfahren bestehen Überlegungen, eine größere Anzahl von Massengutfrachtern längerfristig an amerikanische Getreideexporteure zu verchartern; im Gegenzug sollen Chartereinnahmen zum Getreideankauf in den USA verwandt werden.

1.8.3 Passagierschiffahrt

Nach wie vor besitzt die Sowjetunion eine der größten Passagierschiffsflotten. Jährlich werden bis zu 42 Mio. Personen befördert, jedoch besteht der größte Teil der Flotte aus kleineren Fähren, Katamaranen, Luftkissenfahrzeugen und Fluß-Meer-Schiffen für Binnen- und Küstenverkehr im eigenen Territorium. Zusätzlich wurde mit Beginn der 60er Jahre eine Flotte von Hochseepassagierschiffen - meist Second Hand-Schiffe - angeschafft und über die Folgejahre ständig ausgebaut. Sie erreichte Mitte der 70er Jahre ihren höchsten Stand und galt damals als eine der größten und modernsten Flotten. Heute umfaßt diese Flotte noch etwa 40 Schiffe, die für Kreuzfahrten angeboten wird, aber zunehmend zu überaltern droht. Insgesamt sind nur fünf Nachbauten in Polen geordert, von denen wahrscheinlich wegen Finanzierungsschwierigkeiten zwei wieder gestrichen werden müssen. Größte Passagierschiffsreederei ist die BSSC, gefolgt von FESC, BSC, MSC und SDSC mit überwiegend Fluß-Meer Schiffen.

Neben seit Jahren bestehenden längerfristigen Charterverträgen mit westeuropäischen Veranstaltern im Kreuzfahrtgeschäft kam es 1990 zum Abschluß von zwei Joint Venture. Im Juli gründeten die italienische COSTA CROCIERE und SOVCOMFLOT die PRESTIGE CRUISE für den operativen Einsatz von jeweils zwei Schiffen der Partner (Italien: "DAPHNE" und "DANAE", Sowjetunion: "FEDOR DOSTOYEVSKIY" und "MAKSIM GORKY"). Kurze Zeit später wurde ein zweites Gemeinschaftsunternehmen zwischen fünf sowjetischen Gesellschaften und der Schweizer Firma INTER MARITIME MANAGEMENT als GLOBAL SOVCRUISES gegründet. Ziel diese zweiten Unternehmens ist nicht nur eine Belebung des Kreuzfahrtgeschäfts, sondern auch eine

Intensivierung des Touristikverkehrs in der Sowjetunion. Bereits 1989 erkennbare Ansätze zum Ausbau dieses Zweigs im Seetransportgeschäft wurden weiter verfolgt. Unter anderem wurde eine Passagierlinie zwischen dem norwegischen Hafen Vadso und Murmansk eröffnet sowie eine Fährlinie zwischen Novorossiysk-Istanbul-Piräus mit schnellen Katamaranbooten geschaffen. Darüber hinaus konnten im Ostseebereich auf den bereits existierenden Linien Leningrad-Stockholm, Tallinn-Stockholm, Tallinn-Helsinki seit Anfang 1990 erhebliche Zuwachsraten verzeichnet werden. Die zwischen Stockholm und Tallinn verkehrende schwedische Reederei NORDSTRÖM & THULIN geriet wegen der Unruhen im Baltikum seit Jahresende 1990 in Bedrängnis; die Fährverbindung konnte trotz Fahrpreissenkung um 50% seither nicht mehr ausgelastet werden. Weiter wurde der geplante Dienst zwischen Riga und Norrköping bisher nicht eröffnet, auch ist die Linie Kiel-Leningrad ab Frühjahr 1991 ebenfalls in Frage gestellt, weil die Finanzierung der Umbaukosten für die von FRED OHLSEN erworbene "BRAEMAR" von der BSC bisher nicht sichergestellt werden konnte.

Als weitere Schritte zum Ausbau der Touristikbranche in der Sowjetunion kann der Bau von Hotelschiffen (davon zwei in Singapur) sowie die Modernisierung der Passagierschiffe "LEONID SOBINOV", "FEDOR SHALYAPIN" und "ALEXANDRE PUSHKIN" mit ausländischer Hilfe angesehen werden. Darüber hinaus kann dieser Bereich durch die bereits bekanntgegebene Öffnung fast aller sowjetischer Häfen neue Impulse erfahren; so wurden im Februar 1991 erstmalig, mit Fortsetzung im April 1991, Touristikfahrten von Kiel nach Kaliningrad (Königsberg) mit Forschungsschiff "AKADEMIK SERGEY VAVILOV" durchgeführt.

Wegen der vielen Unsicherheitsfaktoren bezüglich der zukünftigen Entwicklung in der Sowjetunion mangelt es

bisher jedoch an der Bereitschaft westlicher finanzkräftiger Reiseveranstalter zu größeren Investitionen.

1.8.4 Binnenschiffahrt

Die Bedeutung der Binnenschiffahrt für das Transportsystem innerhalb der Sowjetunion wird durch eine Jahrestransportleistung für 1989 von 694 Mio.t besonders hervorgehoben. Neben zahlreichen Binnenreedereien, die den einzelnen Unionsrepubliken unterstehen, gibt es unter dem Ministerium für die Binnenschiffahrt 21 Reedereien mit etwa 20.000 Schiffen. Insgesamt sind ungefähr 1.000 Schiffe für den Küstenverkehr einsetzbar, von denen Ende 1990 527 Fluß-Meer-Frachter und 117 Fluß-Meer-Tanker außerhalb sowjetischer Binnengewässer erkannt wurden. Etwa 350 dieser Schiffe transportieren Im- und Export- sowie Transitgüter mit jährlich steigendem Volumen von gegenwärtig etwa 18 Mio.t. Auch für die Binnenreedereien ist ein allmählicher Übergang zu wirtschaftlicher Eigenständigkeit geplant. In diesem Zusammenhang werden zunehmend Kontakte zu ausländischen Transportunternehmen erkannt, um Fluß-Meer-Schiffe während der Frostperiode gegen Devisen zu verchartern. Um Auslandskontakte besser wahrnehmen zu können, wurde im August 1990 die neue Organisation ROSRECHFLOT geschaffen. Diese Gesellschaft soll nicht nur Auslandskontakte zum Verchartern von Fluß-Meer-Schiffen knüpfen, sondern auch Transporte für ausländische Verschiffer über sowjetische Flüsse organisieren und den Tourismus auf sowjetischen Binnenrevieren fördern; bisher sollen acht größere Fahrgastschiffe für den Verkehr auf Lena, Yenisei, Amur und Ob hierfür bereitgestellt worden sein. Zunächst sollen Verbindungen von Moskau nach Kasan,

Volgograd und Rostov sowie von Perm nach Uljanovsk der Touristikbranche angeboten werden.
Obwohl die Unterzeichnung eines bilateralen Binnenschiffahrtsvertrages zwischen der Sowjetunion und Deutschland noch aussteht, wurde bereits Mitte Dezember 1990 anhand von Einzelerlaubnissen das Befahren der jeweiligen Binnengewässer vereinbart; Karbotage und Drittlandtransporte bedürfen dabei einer Sondergenehmigung.

1.8.5 Nördlicher Seeweg

Belange im Zusammenhang mit der Nutzung des Nördlichen Seewegs standen 1990 wiederholt im Mittelpunkt von Kritik und öffentlichen Diskussionen. In der sowjetischen Presse wurde von verschiedenen Seiten massive Kritik über völlig veraltete und verschwenderische Vorgehensweisen in arktischen Gewässern geäußert. Darüber hinaus wurde das Fehlen entsprechender Kosten-/Nutzen-Analysen beanstandet. In diesem Zusammenhang wurde als ein Beispiel die Wetterbeobachtung und -beratung erwähnt, die im Zeitalter von Satelliten immer noch mit ganzjährig bemannten Wetterstationen wie vor 20 oder 50 Jahren durchgeführt wird. Insgesamt wurde der Vorwurf von Mißmanagement, Fehlinvestitionen, verschwenderischem Umgang mit Ressourcen und Anwendung hoffnungslos veralteter Methoden für die Zukunftsentwicklung erhoben. Ferner wurde zunehmende Kritik an der unverantwortlichen Umweltverschmutzung und -belastung der Eismeerküsten bei verstärkten Protestaktionen durch die Anwohner geäußert. Zusätzlich kam es zu Streikaktionen durch Eisbrecherbesatzungen, die wie die Fischerei- und in der Auslandsfahrt beschäftigte Handelsschiffsbesatzungen einen Teil ihres Lohnes in Devisen ausgezahlt

haben wollten. Durch bereits 1989 aufgezeigten Personalmangel und diese Streikaktionen kam es zu Beeinträchtigungen.
Der Zwang zu mehr wirtschaftlichem Handeln führte zum erneuten Angebot an ausländische Reeder zur Nutzung des Nördlichen Seewegs. Während Handelsschiffahrtskreise kaum Interesse zeigten, wollten norwegische Fischer das Angebot annehmen, um so in 15 statt bisher 45 Tagen Fanggebiete in der Beringsee erreichen zu können. Jedoch wurde hierfür aus Moskau dann doch keine Genehmigung für 1990 gegeben. Darüber hinaus wurden erneut Verschiffungen von Hamburg nach Japan und zurück mit Schiffen der NORILSK-Klasse angeboten: Insgesamt waren vier Abfahrten geplant, aus Mangel an Ladungsangebot wurde schließlich nur eine Fahrt durchgeführt.

Weiter wurde zwischen der norwegischen Firma POMOR NORDIC TRADE und der MSC vereinbart, einen Feederdienst mit zwei Schiffen zwischen britischen, norwegischen Häfen und Murmansk aufzunehmen und entsprechende Marktwerbung zur Anbindung an eine Route über den Nördlichen Seeweg zu betreiben. Auch diese Initiative wurde nicht im erwarteten Umfang angenommen und erzwang die Einstellung bereits nach kurzer Zeit.
Dagegen erscheint das Angebot an zahlungskräftige Passagiere als gewinnträchtig, mit dem Eisbrecher "ROSSIYA" bis zum Nordpol vorzudringen, da eine solche Reise 1991 erneut angeboten wird. Aus demselben Grund wurden möglicherweise auch Verhandlungen mit Kanada über Vercharterung des ebenfalls nuklear angetriebenen Eisbrechers "ARCTICA" geführt.

Im Zuge von Planungen zur Öffnung des Nördlichen Seewegs war besonders spektakulär ein Auftrag an das norwegische FRIDJOF NANSEN INSTITUT, eine Analyse über wirtschaft-

liche Möglichkeiten einer Nutzung durch die internationale Handelsschiffahrt zu erstellen. Insgesamt sind 12 Forschungsinstitute an der Studie beteiligt, die zum Teil durch Norwegen finanziert wird. Die Untersuchung befaßt sich mit Möglichkeiten der kommerziellen Nutzung dieses Schiffahrtsweges unter Berücksichtigung von Umwelt, physikalischen Gegebenheiten, rechtspolitischen Auswirkungen und ökologischen Folgen. Erste Ergebnisse werden April 1991 erwartet.
Eine weitere Studie in Zusammenarbeit mit Firmen aus Finnland, den Niederlanden, Norwegen und der Sowjetunion befaßt sich mit Möglichkeiten zur Ausbeutung der im Eismeer entdeckten Gasfelder (STOCKMANOVSKOYE); auch hier werden Ergebnisse/Entscheidungen bis Mitte 1991 erwartet.

An besonderen Ereignissen sind die 1990 durchgeführte Überführung des militärischen Leichterträgers "ANADYR" von der Ostsee nach Fernost über den Nördlichen Seeweg im Zeitraum August/September sowie der Umbau zweier Eisbrecher auf leistungsfähigere Systeme zu erwähnen. "KAPITAN SOROKIN" wurde in Emden mit dem sogenannten "THYSSEN - WAAS BUG" und "KAPITAN NIKOLAYEV" auf der finnischen MASA Werft mit einem ähnlichen Eisbrechersteven ausgerüstet; Erprobungs- und Vergleichsteste sollen 1991 durchgeführt werden.

1.8.6 Containerprobleme, Transsibirischer Containerverkehr, Häfen

Ende 1990 belief sich der Bestand an Einheitscontainern der Seereedereien auf ca. 150.000 Stück, davon waren 29% jünger als fünf Jahre, 28% zwischen sechs und zehn Jahre alt, 34% zwischen 11 und 15 Jahre alt und 9% älter als

15 Jahre. Nach wie vor fehlen 40-Fuß- und Kühlcontainer, die gemietet werden müssen, mit der Folge erhöhter Transportkosten. Zur Kostensenkung wurden zahlreiche langfristige Leasingverträge mit ausländischen Verleihern, teilweise mit Kaufoption, eingegangen. Darüber hinaus wird versucht, die Containerproduktion innerhalb der Sowjetunion über Joint Venture anzukurbeln und Standardcontainer auch an ausländische Reeder zu vermieten. Containersteuerung über TRANSGLOBE CONTAINER SERVICE, Hamburg und Austausch zwischen sowjetischen Reedereien funktionieren inzwischen weitgehend problemlos, wie auch die Instandsetzung durch verschiedene weltweit dislozierte Instandsetzungsbetriebe ohne größere Beanstandungen verläuft. Ein schwerwiegender Hemmschuh ist jedoch nach wie vor, daß bei auftretenden Engpässen vor Aufnahme von Leasingcontainern erst die Zustimmung der jeweiligen Reederei eingeholt werden muß.

Im Gegensatz zur Steuerung und Verfolgung von sowjetischen Containern im Ausland gibt es noch immer kein gleichwertiges System auf sowjetischem Territorium; so befanden sich mit Stand November 1990 von den 32.000 TEU der Deutschen Reichsbahn 17.000 in der Sowjetunion, davon geschätzte 10.000 nicht auffindbar. Inzwischen gibt es verschiedene Ansätze zur Problemminderung: So begann die mit Kapitalbeteiligung von vier Auslandsagenturen, SOVFRAKHT und 10 sowjetischen Häfen gegründete Firma SOVMORTRANS mit Wirkung von Januar 1990 ihre Arbeit zur Steuerung von Transporten ausländischer Kunden auf sowjetischem Territorium. Ferner wurde im Mai 1990 ein Protokoll zwischen dem amerikanischen Konzern SEA-LAND und der sowjetischen Eisenbahn zur Verbesserung der Transporte über die Transibirische Eisenbahn für den TRANSSIBIRIAN CONTAINER SERVICE (TSCS) unterzeichnet. Weiter gründeten das japanische Transportunternehmen

JEURO CONTAINER mit der sowjetischen Eisenbahngesellschaft (ASZHT) im Juni 1990 das Joint Venture EURASIA TRANS mit gleicher Zielsetzung. Schließlich wurde im November 1990 eine Vereinbarung mit der Deutschen Bundesbahn (TRANSFRACHT) zur Verbesserung der Organisation von Containertransporten über das sowjetische Eisenbahnnetz getroffen. Darüber hinaus wurde SOVMORTRANS zum Generalagenten für SEA-LAND innerhalb der Sowjetunion. Planungen für die Einrichtung eines Containerterminals in Moskau sind angelaufen. Insgesamt bleibt jedoch abzuwarten, ob sich schnell wirksame Verbesserungen durchsetzen lassen.

In den vergangenen Jahren haben Containertransporte über die Transsibirische Eisenbahn trotz umfangreicher Werbung eher ab- als zugenommen. 1990 wurden nach sowjetischen Angaben 80.000 TEU befördert, das sind etwa 2,8% der zwischen Europa und Fernost 1990 beförderten Container von annähernd 2,9 Mio TEU. Hauptgründe für das Absinken des Güterstroms im TSCS sind unbefriedigende Serviceleistung und lange Transitzeiten wegen Waggonmangels und damit verbundenen Staus in Häfen und Grenzbahnhöfen. Staatlich verordnete Schwerpunktbildung in der Transportabwicklung während der Getreideernte und beim Abzug WGT führten bei fehlender Abstimmung mit anderen verantwortlich Beteiligten 1990 wiederholt zu chaotischen Zuständen.

Bereits vor zwei Jahren angekündigte Pläne zur Einrichtung von Freihandelszonen in sowjetischen Häfen sind bisher nicht wesentlich über das Planungsstadium hinausgekommen. Gleiches gilt für das Öffnen von bisher für Ausländer geschlossenen Häfen; gegen entsprechende Beschlüsse der Republiken, aber auch einzelner Stadträte wurde dem Einspruch militärischer Stellen von Moskau aus

immer wieder stattgegeben; dennoch zeichnen sich seit Anfang 1991 Fortschritte ab, die auf unmittelbar bevorstehende Öffnung der meisten bisher gesperrten Häfen hindeuten.
Bis Anfang April 1991 wurden folgende Häfen offiziell freigegeben:
Vanino, Kerch, Nikolayevsk-na-Amure, Korsakov, Kaliningrad, Nikolayev und Vladivostok.

1.9 Personal und Ausbildung

In der Handelsschiffahrt waren Ende 1990 insgesamt etwa 425.000 Personen beschäftigt. Eingeleitete Rationalisierungsmaßnahmen führten in allen Bereichen zum Stellenabbau und folglich zu Personalüberhängen auch bei Seeleuten (gegenwärtig ca. 5.000). Seit Ende 1989 werden in diesem Zusammenhang ausländischen Reedern einzelne Seeleute und vollständige Besatzungen angeboten. Allerdings wurde dieses Angebot wegen zu hoher Gehaltsforderungen bisher nur im begrenzten Umfang für etwa 10 Schiffe angenommen. Für über SOVBUNKER vermittelte Seeleute und Besatzungen von ausgeflaggten Schiffen der SOVCOMFLOT werden Heuern gemäß nachfolger Aufstellung, Spalte I verlangt; für Besatzungen auf ausgeflaggten Schiffen (Joint Venture der Reedereien) werden nur Heuern gemäß Spalte II gezahlt und berechnet:

	I	II
Kapitän	3.054 US-Dollar	915 US-Dollar
Leitender Ingenieur	2.753 US-Dollar	825 US-Dollar
1. Offz., 2. Ing.	1.969 US-Dollar	775 US-Dollar
2. Offz., 3. Ing.	1.553 US-Dollar	655 US-Dollar
Elektriker	1.553 US-Dollar	620 US-Dollar
3. Offz., Funker	1.478 US-Dollar	590 US-Dollar
4. Ing.	1.478 US-Dollar	- US-Dollar
Chefkoch	980 US-Dollar	- US-Dollar
Boots-, Zimmermann	980 US-Dollar	560 US-Dollar
Vollmatrose	930 US-Dollar	400 US-Dollar
Leichtmatrose, Steward	891 US-Dollar	365 US-Dollar
Koch, Pantrygast	665 US-Dollar	350 US-Dollar

Anmerkung:
Seit Anfang 1991 erfolgt die Vermittlung nicht mehr ausschließlich über SOVBUNKER, sondern ebenfalls über die verschiedenen Reedereien sowie BSR SHIPMANAGEMENT LTD, Nicosia (Zypern).
Auf ausländischen Einheiten werden nur Seeleute mit mindestens dreijähriger Berufserfahrung auf dem jeweiligen Dienstposten vermittelt, zusätzlich muß der Nachweis von englischen Sprachkenntnissen erbracht werden.

Von den unter Spalte I aufgeführten Heuern erhielten die Besatzungen nur ein Drittel in (US-Dollar), der Rest diente angeblich zur Begleichung von Steuern, Kranken- und Sozialversicherung und wurde von den Reedereien zur Verteilung auf andere Schiffsbesatzungen einbehalten. Da diese Heuern auch für nach Zypern ausgeflaggte Schiffe galten, beschwerten sich zwei Schiffsbesatzungen gegen die Auszahlungspraktiken bei der Internationalen Transportarbeitergewerkschaft (ITF) und traten wiederholt in Streik. Mit Unterstützung von ITF und Schiffahrtspresse wurden schließlich verbesserte Bedingungen durchgesetzt. Gleichzeitig führte die Praxis von Devisenzahlungen an Besatzungen ausgeflaggter Schiffe zu gleichlautenden Forderungen aller Besatzungen auf Schiffen unter sowjetischer Flagge. Nachdem diese Forderungen zunächst nur für Schiffe in der Auslandsfahrt erfüllt wurden, folgten Streiks der Eisbrecher- und auf dem Nördlichen Seeweg eingesetzter Besatzungen im April und Mai 1990. Schließlich wurde Anfang Juli 1990 angekündigt, ab 01. Januar 1991 allen Seeleuten 33% ihres Gehaltes in ausländischer Währung auszuzahlen. Eine weitere Streikdrohung der Eisbrecherbesatzungen führte dann zur Einführung dieser Regelung bereits ab 01. Oktober 1990.
Es kam dennoch bei Fischerei und Handelsschiffahrt erneut zu Protesten, weil statt Devisen sogenannte

Warengutscheine ausgegeben wurden, für die dann in INTERSHOP-Geschäften eingekauft werden konnte; diese Läden enthielten jedoch ein zu geringes Warenangebot. Um den Besatzungen entgegenzukommen und einen Teil der Inlandsnachfrage zu befriedigen, wurde außerdem eine fast zollfreie Einfuhr gebrauchter Kraftfahrzeuge gestattet; jedes Besatzungsmitglied darf danach einen gebrauchten Wagen pro Reise einführen. Diese Regelung hat wahrscheinlich zur Abwanderung von Seeleuten der MSC und NSC zu anderen Reedereien geführt, da MSC und NSC kaum Schiffe in der Auslandsfahrt einsetzen. Jedenfalls konnte der Personalbedarf für die Eisbrecherflotte sowie für die Schiffahrt auf dem Nördlichen Seeweg nicht gedeckt werden.

1990 wurden weitere Maßnahmen eingeleitet/durchgeführt:

- Ab Januar erfolgte nach und nach bei allen Reedereien und Mitte des Jahres in der Fischerei mit Mehrheitsbeschluß die Abschaffung des Dienstpostens Politoffizier/1. Offizier. In der Fischerei wurde versucht, das Abstimmungsergebnis im Sinne einer Beibehaltung zu verfälschen, was zu weitergehenden Protesten, dann aber zu Richtigstellung durch das Fischereiministerium führte.

  Darüber hinaus wurde festgelegt, die Parteikader von Fischereigesellschaften und Reedereien ab 01. Januar 1991 nicht mehr über ordentlichen Haushalte, sondern über Mitgliedsbeiträge und Spenden zu finanzieren. Dieser Beschluß führte bereits zu erheblichem Personalabbau und Verringerung der Einflußmöglichkeiten der Parteikader.
- Einführung des Achtstundentags für Besatzungen auf Forschungsschiffen, wie er bereits in anderen Schiffahrtsbereichen die Norm darstellt.

- Herabsetzung des Rentenalters für Fischereibesatzungen auf 55 Jahre nach 25-jähriger Fahrenszeit/Zugehörigkeit.
- Gründung einer Vereinigung der Kapitäne/Offiziere.
- Gründung von Seeleutevereinigungen auf Republiksebene und Antrag auf Aufnahme in die ITF.
- Verhandlungen SOVCOMFLOT mit philippinischen Gesellschaften und staatlichen Stellen mit dem Ziel, Seeleute aus den Philippinen auf sowjetischen Schiffen zur Kostensparnis einzusetzen.

In der Ausbildung wird ab 1991 an den Seefahrtsakademien der Abschnitt "Militärische Ausbildung" aufgegeben, die Schulung wird künftig in zwei Abschnitte geteilt, wobei der zweite erst unmittelbar vor Übernahme der Aufgaben als Kapitän erfolgt. Darüber hinaus gibt es spezielle Ausbildungen für ältere Kapitäne, unter anderem an Simulationsanlagen polnischer Seefahrtsschulen. Weiter bestehen enge Kontakte zwischen Seefahrtsschulen in Leningrad und Bremen; sowjetische Schüler erhalten Simulatortraining in Bremen, im Gegenzug können Plätze auf sowjetischen Ausbildungsschiffen durch deutsche Kursteilnehmer genutzt werden.

1.10 Ausrüstung mit westlicher Technik

Im Zusammenhang mit der steigenden Vergabe von Schiffbauaufträgen an Werften in hochentwickelten Industrieländern wird zwangsläufig auch deren moderne Technik mitgeliefert.
Darüber hinaus wird für einige schiffahrtstechnische Bereiche gezielt im Ausland entsprechendes Know-how und Gerät gekauft. Das gilt ganz besonders für

Datenverarbeitungs- und Übertragungsanlagen, DV-gesteuerte Radaranlagen und Fischverarbeitungs- und -ortungsanlagen.
Bei Datenverarbeitung an Bord und an Land haben sich in der Sowjetunion entwickelte Geräte nicht bewährt. Inzwischen wurden zahlreiche Joint Venture gegründet, um den enormen Bedarf decken zu können. Seit 1989 wird außerdem vordringlich im Schiffahrtsbereich an der Einführung eines DV-Informationssystems (EDI) gearbeitet, besonders für Containersteuerung und Datenaustausch zwischen SOVFRAKHT, Auslandsagenturen, Schiffen und Reedereien sowie teilweise mit Behörden; hier wurden Fortschritte erzielt.
Bei Radaranlagen konnten sich höherwertige Antikollissionsgeräte (APRA) und Hafenüberwachungsanlagen eigener Entwicklung nicht durchsetzen. Ausländische Hersteller sind inzwischen bereits mit eigenen Serviceeinrichtungen in größeren sowjetischen Häfen vertreten.
Auch bei der Fischerei wird bereits seit Jahren westliche Technik in erheblichem Umfang verwandt.
Der Geräte- und Ersatzteilbedarf wird zum größten Teil über im Ausland ansässige Gesellschaften (auch mit sowjetischer Beteiligung) abgewickelt, wobei Lieferungen an den Fischereibereich wegen fehlender Haushaltsmittel häufig über Bartergeschäfte (Zahlung mit Fischlieferung oder Vercharterung von Fischereifahrzeugen) abgewickelt werden.

1.11 Aktivitäten von Auslandsagenturen/gemischten Gesellschaften

Im Zusammenhang mit deutsch-sowjetisch gemischten Gesellschaften wurden 1990 folgende Aktivitäten erkannt:

- TRANSNAUTIK-ORGANISATION (TN)

Umsätze und Gewinne für 1990 liegen wahrscheinlich in etwa auf Vorjahresniveau. Während beide Tochterfirmen TRANSGLOBE CONTAINER SERVICE (TCS) und TRANSOCEAN (TO) leichte Steigerungen erzielten, ist für den Stammbetrieb zur Zeit keine eindeutige Aussage möglich, da sich dessen Finanzbuchhaltung in einem desolaten Zustand befinden soll; vor kurzem verstarb der sowjetische Finanzbuchhalter überraschend, ein geeigneter Nachfolger konnte bisher nicht gefunden werden.

Bei der TCS werden etwa 1,2 Mio. Containerbewegungen (TEU) jährlich bearbeitet und bis zu 20.000 TEU in eigenen Instandsetzungsbetrieben repariert.

Gegenüber dem Vorjahr gelang es, den anteiligen Jahresumsatz in der Abteilung Ersatzteilbeschaffung für die "sowjetische Schiffahrt" von ca. 25% für 1989 auf etwa 29% zu steigern. Gleichzeitig bietet TN sowjetischen Reedereien zur Finanzierung von Reparaturen auf deutschen Werften Kompensationsgeschäfte über die Frachtrate (CSF) in Abstimmung mit SOVFRAHKT an.

Wegen Devisenknappheit der Reedereien werden CSF-Geschäfte zunehmend abgeschlossen. Für Ersatzteilbeschaffung und Schiffsreparaturen unterhält TN ein spezielles Devisendepot mit einer Kommissionsmarge zwischen 5 und 7,5%.

Schon vor der deutschen Vereinigung konnte TN auch in Häfen von Mecklenburg-Vorpommern Fuß fassen und eröffnete bereits Mitte Juli 1990 Agenturvertretungen in Rostock, Wismar und Stralsund; auch für Mukran soll eine Vertretung übernommen werden, sobald der Transitverkehr über die Fährverbindung aufgenommen wird.

Bemühungen der BALTIC SHIPPING COMPANY (BSC), Anteilseigner der TN zu werden, wurden im Einverständnis aller bisherigen Anteilseigner abgewehrt aus der Furcht, daß auch andere Reedereien ähnliche

Forderungen erheben. Jedoch wurde der BSC als wichtigstem Kunden der TN die Gründung einer eigenen Agentur in deutschen Häfen vorgeschlagen. An dieser Firma sollen BSC, TN und der deutsche Anteilseigner der TN beteiligt werden, Verhandlungen hierüber sind bisher nicht abgeschlossen.

- BOMINFLOT

Der Jahresumsatz von BOMINFLOT konnte weiter gesteigert werden und belief sich für 1990 auf ca. 2 Mrd.DM. Hieran ist der Ersatzteilhandel mit ca. 50 Mio.DM beteiligt. Der Reingewinn lag bei etwa 15 Mio.DM, wobei der überwiegende Anteil am seit Jahren höchsten Gewinn im Bunkergeschäft durch positive Bilanzen aller Tochterunternehmen erzielt wurde. Zur Zeit erfolgreichstes Tochterunternehmen ist die Vertretung in Singapur mit annähernd 2 Mio.t Jahresumschlag an Treibstoffen bei 4 Mio.DM Gewinn. Der Ersatzteilhandel ist nur mit 0,5 Mio.DM am Gewinn beteiligt. Auch die Entsorgung ölhaltiger Schiffsabwasser in Bremerhaven und Kiel schlägt positiv zu Buche.

Der Anteil am Bunkeraufkommen für sowjetische Tonnage ging weiter zurück und lag zum Jahresende 1990 nur noch etwa bei 40%. BOMINFLOT gewährt grundsätzlich keine Kredite für die Bunkerversorgung von Schiffen ehemaliger Ostblock-Länder; Treibstoff wird weitgehend nur noch gegen Vorkasse geliefert. Eine Ausnahme wird chinesischen Reedereien gewährt, die mit kalkulierbarer Verspätung bezahlen. Für sowjetische Reedereien unterhält BOMINFLOT Devisenkonten, die erhebliche Überschüsse ausweisen, weil die Reedereien ihre Guthaben aus Öllieferungen an BOMINFLOT (siehe Vorjahresbericht) stehen lassen und damit anderen sowjetischen staatlichen Stellen den Zugriff auf diese Devisen

verwehren. Die über sowjetische Reedereien und andere Ölexporteure gelieferten Mengen überstiegen 1990 3 Mio.t und erreichten damit mehr als das Doppelte der bisherigen Jahresmengen. Während sowjetische Reedereien bei BOMINFLOT aus den erwähnten Gründen über ausreichende Guthaben verfügen, konnte die Fischerei ihre Schulden aufgrund der 1989 erworbenen Anteile an BOMINFLOT nicht abbauen; sie haben sich eher weiter erhöht. Zur Versorgung der Fischereiflotte in See hat BOMINFLOT langfristig den deutschen Tanker "DIRK JAKOB" und den sowjetischen TANKER "PROFESSOR NEBESNOV" bis Ende 1991 gechartert. Zusätzlich ist Charterung mit Kaufoption von zwei weiteren Tankern mit 25.000 tdw beabsichtigt, die innerhalb von drei Jahren in den Besitz von BOMINFLOT übergehen sollen. Der Betrieb der Tanker soll über eigens dafür geschaffene Einschiff-Reedereien in Zypern oder Panama erfolgen. Die bisher dafür vorgesehenen sowjetischen Tanker "PLYAVINYAS" und "DON" wurden wegen schlechten technischen Zustands weiterverkauft.

Ähnlich wie TN gewährt auch BOMINFLOT Kredite zur Vorfinanzierung von Schiffsinstandsetzungen auf deutschen Werften; als Sicherheit werden für Fischereifahrzeuge Fischlieferungen sowie für Handelsschiffe eine Beteiligung an künftigen Frachteinnahmen vereinbart.

Die seit Jahren andauernden Unstimmigkeiten zwischen SOVBUNKER und BOMINFLOT hielten an, jedoch konnte BOMINFLOT seinen Einfluß innerhalb der sowjetischen Schiffahrt weiter ausbauen, womit die Einflußmöglichkeiten durch SOVBUNKER inzwischen als unbedeutend eingeschätzt werden können. Nach wie vor wird die Umwandlung von SOVBUNKER in eine Aktiengesellschaft diskutiert, im Falle einer positiven Entscheidung will BOMINFLOT Anteile erwerben. Wie TN konnte auch BOMIN-

FLOT in der ehemaligen DDR Fuß fassen; am 01. Juli 1990 wurde OSTSEE MINERALÖL BUNKER gegründet, der Monatsumsatz soll sich inzwischen auf ca. 20.000 t belaufen (Beteiligung: BOMINFLOT 50%, INTRAC und MINOL je 25%).

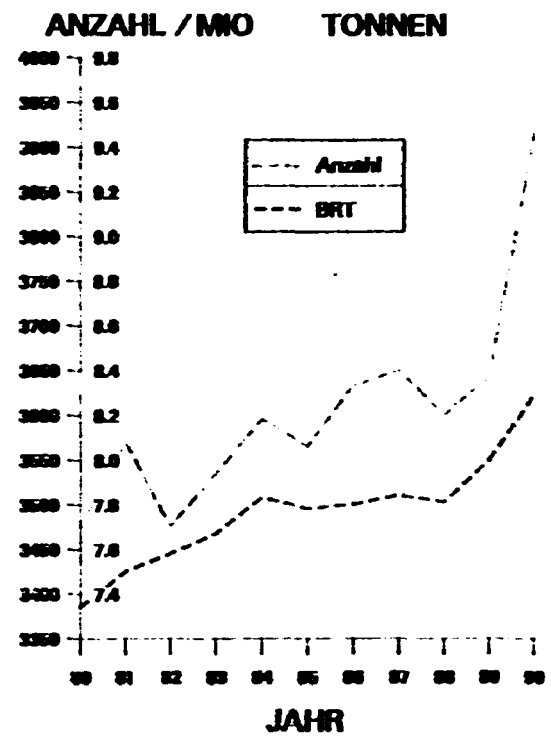
Der Widerstand der spanischen Regierung gegen die Beteiligung von BOMINFLOT an einem Tanklager auf den Kanarischen Inseln konnte offenbar überwunden werden; die Einrichtung eines 60.000 m^3-Lagers ist für 1991 als Gemeinschaftsvorhaben mit einer spanischen Bunkergesellschaft (vermutl. CESPA) geplant.

Im Zusammenhang mit dem geplanten Bau eines Tanklagers im Fernosthafen Vostochniy ist noch immer keine endgültige Entscheidung getroffen worden; BOMINFLOT will sich mit maximal 25 Mio. DM nur unter der Bedingung einer Mitwirkung am Management beteiligen. Jedoch ist die Gesamtfinanzierung (Bedarf ca. 100 Mio. US-Dollar) immer noch nicht gesichert, darüber hinaus wurde das Projekt durch den tödlichen Unfall des deutschen Leiters des Planungsbüros verzögert.

2. Fischereiflotte

2.1. Entwicklung nach 1980

Stichtag	Anzahl	BRT
31.12.80	3.473	7.330.716
31.12.81	3.570	7.500.722
31.12.82	3.472	7.570.250
31.12.83	3.527	7.666.837
31.12.84	3.590	7.829.591
31.12.85	3.563	7.769.729
31.12.86	3.631	7.798.175
31.12.87	3.654	7.849.036
31.12.88	3.595	7.807.755
31.12.89	3.641	7.999.343
31.12.90	3.934	8.266.123



2.2 Bestand und Zusammensetzung

Art		Anzahl	BRT
Fischereibasisschiffe		651 (+76)	3.656.574
darunter:			
- Krabbenfabrikschiffe	7		
- Mutterschiffe	87		
- Fischfabrikschiffe	178 (+ 1)		
- Fischmehlfabrikschiffe	4 (- 1)		
- Thunfischfangbasen	6		
- Fischölfabrikschiffe	18		
- Transportschiffe	351 (+76)		
Fabriktrawler		1.151 (+18)	3.460.124
Trawler		1.840 (+169)	753.578
Fischereiforschungsschiffe		69 (+ 3)	93.912
Kurierfahrzeuge		3	1.044
Bergungsschlepper		37 (- 1)	49.387
Versorgungstanker		94 (+20)	216.946
Schlepper		62 (+19)	13.732
Schulschiffe		5	12.637
Sonstige		22 (-11)	8.189
Fischereiflotte gesamt		3.934 (+293)	8.266.123

Bei einem Gesamtaufwuchs von 293 Einheiten mit 266.780 BRT wurden allein im Fischereibereich 159 Neubauten sowie zwei Second Hand-Basisschiffe mit insgesamt 293.984 BRT in Dienst und 97 Einheiten mit 102.721 BRT außer Dienst gestellt. Der zusätzliche Aufwuchs von 229 Einheiten mit 75.517 BRT ergibt sich durch die Aufnahme bisher nicht erfaßter Trawler um ca. 100 BRT und kleiner Versorgungstanker/Schlepper. Seit 30. Januar 1990 soll der Verkauf abgeschriebener Fischereischiffe nur noch über die amerikanisch-sowjetische gemischte Gesellschaft INTERSCRAP erfolgen; ob diese Regelung eingehalten wird, kann nicht eindeutig beantwortet werden.

2.3 Verteilung der Schiffstypen auf die einzelnen Fischereibereiche der USR:

Typ	Nord	West	Süd*)	Fernost
Basisschiffe	67	178	186	220
Fabriktrawler	306	353	173	319
Trawler	169	624	224	823
Forschungsfahrzeuge	9	14	20	26
Kurierfahrzeuge	-	3	-	-
Bergungsschlepper	9	11	5	12
Versorgungstanker	17	23	19	35
Schlepper	8	11	6	37
Schulschiffe	-	1	-	-
Sonstige	7	8	4	7
Gesamt	592	1.226	637	1.479

2.4 Altersstruktur

Die Altersstruktur ergibt Ende 1990 folgendes Bild:

Alter (Jahre)	Gesamt Anzahl	(%)	Basis-schiffe		Fabrik-trawler		Trawler		Andere	
< 1 Jahr	77	1.9	18	2.8	25	2.2	27	1.5	7	2.4
1-5 Jahre	593	15.2	118	18.1	94	8.2	326	17.7	55	19.0
6-10 Jahre	706	17.9	79	12.1	227	19.7	364	19.8	36	12.4
11-15 Jahre	735	18.7	59	9.1	235	20.4	402	21.8	39	13.4
16-20 Jahre	806	20.5	63	9.7	235	20.4	460	25.0	48	16.6
> 20 Jahre	1015	25.8	314	48.2	335	29.1	261	14.2	105	36.2
Summe %	3.932**)	100	651	100	1151	100	1.840	100	290	100

*) In den Zahlenangaben für den Fischereibereich Süd wurden die Einheiten des Schwarzen und des Kaspischen Meeres zusammengefaßt.

**) 2 Einheiten konnten nicht berücksichtigt werden, da Werft und Baujahr unbekannt sind.

9109187

Gegenüber dem Vorjahr hat sich die Altersstruktur leicht verbessert. 34,9% aller Fischereieinheiten sind jünger als 10 Jahre, aber gleichzeitig auch annähernd 26% älter als 20 Jahre. Die Aufgliederung nach Schiffstypen weist auf die besonders ungünstige Altersstruktur bei Basisschiffen hin. Bei den Fangschiffen ergibt sich eine günstigere Lage, aber auch hier sind über 29% der Fabriktrawler älter als 20 Jahre.

2.5 Schiffsgrößen

Die Größenstruktur veränderte sich in den letzten Jahren kaum. Die hohe Zahl von 651 Fischereibasisschiffen und 94 Versorgungstankern mit annähernd 50% der Gesamttonnage ist wegen des weltweiten Einsatzes der Fischereiflotten zur Versorgung der Trawler und zum Transport von Fisch mindestens erforderlich; 1990 kam es wie im Vorjahr wiederholt zu Engpässen in der Versorgung und beim Abtransport von Fischprodukten auch aus Tonnagemangel.

Größe (BRT)	Anzahl (Ende 1990)	1985(%)	1989 (%)	1990 (%)
unter 1.000	2.196	53,5	53,4	55,9
1.000 - 2.000	339	8,2	8,9	8,6
2.000 - 3.000	478	13,0	12,9	12,2
3.000 - 5.000	586	17,8	16,1	14,9
über 5.000	335	8,0	8,7	8,5

Mit 1.738 Einheiten sind etwa 45% aller Fahrzeuge größer als 1.000 BRT und von diesen wiederum 921 Fahrzeuge über 3.000 BRT groß.

2.6 Entwicklungen in der Fischereiflotte

Die im Jahresbericht 1989 aufgezeigten Schwierigkeiten wegen unzureichender Finanzmittel und fehlender Zukunftsperspektiven haben sich 1990 weiter verstärkt. Da fischereipolitische Vorgaben für die Zukunft fehlen, häufen sich widersprechende Vorgehensweisen zwischen Ministerium und einzelnen Fischereibetrieben der Fangbereiche. Sie führen zum Auseinanderbrechen bestehender Strukturen und zum Verlust an Glaubwürdigkeit und Vertrauen bei ausländischen Geschäftspartnern. Die Weigerung des Ministeriums für die Fischereiwirtschaft, gesamtverantwortlich zu handeln und die Tendenz, Probleme auf unterstellte Bereiche ohne entsprechende Lösungsvorschläge abzuschieben, hat sogar zum Abschluß von Einzelverträgen von Kolchosen mit ausländischen Partnern geführt, um den wirtschaftlichen Bestand zu sichern. Ein damit zwangsweise verbundener zunehmender Verkauf der Fänge auf ausländischen Märkten führt dazu, daß die Versorgung der eigenen Bevölkerung mit Eiweißprodukten nicht sichergestellt werden kann. Wie verfahren die Situation ist, wird nachfolgend beispielhaft dargestellt.

2.6.1 Haushaltsplanung und organisatorische Maßnahmen

Anläßlich eines Kongresses der sowjetischen Fischerei im Februar 1990 fordert der Minister für die Fischereiwirtschaft, N.KOTLYAR, dringende Hilfe durch den Staat. Er führte aus, daß 1989 zwar der Plan zu 98,2% erfüllt werden konnte, jedoch wegen der Preisbindung für Verkäufe auf Inlandsmärkten mindestens 20% der Fänge nur mit Verlust verkauft werden konnten. Fischpreise müßten um das Vier- bis Fünffache angehoben werden, um die Überlebensfähigkeit der Fischerei zu gewährleisten. Wegen der

zu niedrigen Preise seien die Ablieferungen für heimische Märkte gegenüber 1988 um 5% gesunken, diese Tendenz werde sich fortsetzen. Produktionskosten könnten nur über Neuinvestitionen und Verbesserung technischer Anlagen gesenkt werden; noch immer werden über 50% aller Fänge von Hand verarbeitet. Nach ersten positiven Erfahrungen wurde angeregt, Fischereifahrzeuge vermehrt an Besatzungen in voller wirtschaftlicher Eigenverantwortung zu leasen.
Daneben soll als zusätzlicher Anreiz eine Umwandlung von Produktionsvereinigungen in Aktiengesellschaften vorgenommen und die Ausgabe von Anteilen an Angehörige der Betriebe ermöglicht werden. Inzwischen sollen Aktien von der Fischerei in Archangelsk, Riga und im Fangbereich YUGRYBA in Sevastopol angeboten werden. Bei YUGRYBA sollen Besatzungsangehörige für erworbene Aktien 4% Zinsen auf ihr eingebrachtes Kapital, bei Planerfüllung und bei Übererfüllung bis zu 20% erhalten.
Im Zusammenhang mit der geplanten Umwandlung von Fischereibetrieben in Aktiengesellschaften ist auch Entlassung der Reparaturwerften aus der Unterstellung der Fangbereiche und Umwandlung in selbständige Wirtschaftseinheiten im Gespräch.

Offensichtlich konnte sich das Fischereiministerium mit der Forderung nach höherer Mittelzuweisung beim Ministerrat nicht durchsetzen. Dieses führte dazu, daß vermehrt Fangprodukte trotz Verbots (nur über Plan erzielte Fänge dürfen in der Regel frei verkauft werden) ins Ausland verkauft wurden. So wurde im Februar 1990 der Vorwurf gegen Fangbereich ZAPRYBA erhoben, 18.000 t illegal exportiert zu haben.
Bereits Anfang Juni 1990 teilte das Ministerium für die Fischereiwirtschaft dem Ministerrat mit, daß alle zugewiesenen Mittel erschöpft seien und ohne weitere Zuweisung der gesamte Fischfang exportiert werden müßte, um

den Betrieb aufrecht erhalten zu können. Gleichzeitig wurde an unterstellte Bereiche ein Anlaufverbot ausländischer Häfen erteilt. Sofortige Proteste waren die Folge, da Besatzungskurzurlaube, -austausch und Versorgung mit Frischproviant nicht mehr durchgeführt werden konnten. Weil diese Anweisung kaum befolgt wurde, verfügte das Ministerium zum 01. Juli 1990 den Übergang des gesamten Fahrzeugsbestandes in den Besitz des Ministeriums. Dieser Erlaß wurde jedoch ebenfalls kaum vollzogen, und jeder Fangbereich versuchte eigene Wege zur Überwindung der Finanzengpässe zu gehen (siehe Verträge und Joint Venture).

Schließlich wurde der Erlaß von 01. Juli 1990 mit einem weiteren Erlaß von 01. Januar 1991 wieder aufgehoben. Danach wurde die Verantwortung für die Haushaltsführung mit Hinweis auf wirtschaftliche Eigenständigkeit der Fangbereiche auf diese übertragen. Eine Kostenübernahme für Auslandsschulden durch das Ministerium wird abgelehnt, für Übernahme von Zahlungsverpflichtungen werden hingegen 12% Zinsen verlangt. Mit demselben Erlaß wurde die Einführung der Marktwirtschaft verkündet und ferner verfügt, Abrechnungen mit ausländischen Stellen nur noch in Devisen vorzunehmen.

Völlig unzureichende Haushaltsmittel und damit im Zusammenhang stehende Handlungsunfähigkeit auf Ministeriumsebene wirkte sich bis in die einzelnen Betriebe negativ aus. Teilweise wurden in Fangbereichen und Fischereibetrieben organisatorische Veränderungen bekanntgegeben und später wieder annulliert. Vor allem wurde der bestehende Zusammenschluß von Fischereibetrieben in Fangbereiche in Frage gestellt. Dies führte letztlich so weit, daß die Fischereibetriebe in Kaliningrad zum 01.Januar 1991 ihren Austritt aus dem Fangbereich ZAPRYBA bekanntgaben. Alle Betriebe wurden zur staatlichen Produktionsvereinigung (GPO) Kaliningrad zusammengefaßt. Die neugegründete GPO

will in Zukunft eigene Fangleiter in die Fanggebiete entsenden und Produktions- und Einsatzfragen sowie die Treibstoffversorgung in eigener Zuständigkeit regeln. Es muß jedoch angenommen werden, daß sich diese Vorgehensweise auf die Fernfischerei in Zukunft negativ auswirken wird.

Im Bereich Fischereiforschung wurde die Zentrale für Forschung und Technik im Ministerium aufgelöst; die Aufgaben gingen an das Forschungsinstitut PINRO, Murmansk. Zwischen diesem Institut sowie dem Institut für Hochseefischerei und -forschung in Rostock und Instituten mit gleichen Aufträgen in Riga und Kaliningrad wurden Arbeitspläne für gemeinsame Forschungen 1991 erarbeitet.

Im Rahmen organisatorischer Veränderungen, der Außerdienststellung von überalterten Schiffen sowie der Abschaffung von Politoffizieren und Verkleinerung der Parteikader wurden zahlreiche Dienstposten gestrichen. Dies führte zu verstärkter Arbeitslosigkeit in einigen Fischereibetrieben.

2.6.2 Zahlungsprobleme

Welche Auswirkungen sich durch fehlende Finanzmittel ergaben, zeigen folgende Beispiele:

- Wiederholt kam es zu Protesten unter den Besatzungen, weil zugesagte Devisenzahlungen ausblieben bzw. verzögert wurden (ein Drittel der Heuer und Fangprämie).
- Im Mai 1990 fertigten Agenturen in Sierra Leone wegen ausstehender Zahlungen keine sowjetischen Fischereifahrzeuge mehr ab. Aus denselben Gründen liefern deutsche Firmen seither nur noch gegen Akkreditiv bei einer westlichen Bank.

- Im Juni 1990 sollten sowjetische Handelsschiffe in mehreren Ländern wegen ausstehender Rechnungen der Fischerei an die Kette gelegt werden, worauf das Ministerium für die Handelsschiffahrt allen Auslandsagenturen mitteilte, daß es für Schulden der Fischerei weder zuständig ist noch für sie aufkommt.
- Auslandsaufenthalte von Reparaturbrigaden konnten nicht mehr finanziert werden, daher wurde die Ausstellung von Reisepässen verweigert.
- Im Juli 1990 forderte die japanische Agentur UNIORIENT von SOVRYBFLOT 100.000 US-Dollar für Hafendienstleistungen, wurde daraufhin an den zuständigen Fangbereich verwiesen. Ferner sollte der sowjetisch-singapurisch gemischte Fischereibetrieb MARISSO für Reparaturen an Fischereifahrzeugen auf Werften in Singapur aufkommen, die die Einnahmen aus Fischverkäufen weit überstiegen.
  Auch wurde das Anlaufen niederländischer Häfen untersagt, weil Schiffsbeschlagnahmungen wegen ausstehender Rechnungen zu befürchten waren. Schließlich weigerte sich die sowjetisch-spanische gemischte Gesellschaft SOVHISPAN, Schiffe des Fangbereichs ZAPRYBA abzufertigen, solange Rechnungen offen sind.
- Im August 1990 wurden in Italien Fischereifahrzeuge vorübergehend an die Kette gelegt; möglicherweise stand dieses im Zusammenhang mit dem neu gegründeten sowjetisch-italienischen Joint Venture ADRIABALTIK, das für Reparaturen von sowjetischen Fischereifahrzeugen in Triest zuständig ist.
  Fangbereich SEVRYBA untersagte das Anlaufen spanischer Häfen wegen offener Rechnungen in Höhe von vier Mio. US-Dollar.
  Auch Fangbereich ZAPRYBA verbot das Anlaufen ausländischer Häfen, außer in Notfällen oder bei vorheriger Zustimmung.

Ferner kürzte Fangbereich YUGRYBA Devisenzahlungen für Besatzungsangehörige um 25% mit der Folge von Beschwerden vor allem durch Besatzungen, die für ausländische Firmen arbeiten, deren gesamter Fang auf Dollarbasis ins Ausland verkauft wird.
Für alle Fangbereiche wurde der Besatzungsaustausch eingeschränkt und Anweisung erteilt, weder Einkäufe noch Reparaturen durchzuführen, es sei denn, diese können über Fischlieferungen beglichen werden.
Rumänische Werften weigerten sich, zwei Fischereifahrzeuge auszuliefern, solange Rechnungen nicht bezahlt sind.

- In September/Oktober/November 1990 häuften sich Mahnungen von Agenturen aus Südamerika, Südostasien, Fernost und Westafrika wegen nicht bezahlter Rechnungen.
- Im Dezember 1990 schließlich wuchs bei Agenturen in Argentinien, Chile, Peru und Panama die Schuldenlast auf 6,1 Mio. US-Dollar, so daß die Ausrüstung von Schiffen verweigert wurde. Teilschulden wurden von der amerikanischen Firma GLACE S.A., Panama über Kurz-Kredite vorerst getilgt.
- Die seit 1975 bestehende gemischte Gesellschaft ESTRELA DOMAR in Guinea-Bissau arbeitete seit 1989 mit erheblichen Verlusten, bereits Ende 1989 soll die Schuldenlast 5 Mio. US-Dollar betragen haben.
- Im Februar 1991 mahnte die neuseeländische Agentur ausstehende Rechnungen von 1,3 Mio. US-Dollar an.
- Im März 1991 teilte SOVRYBFLOT allen Fangbereichen mit, daß die gesamten für 1991 zugewiesenen Devisen seit dem 12. März verbraucht seien und ab sofort keine Kosten mehr übernommen werden könnten für Besatzungsaustausch über AEROFLOT sowie für im Ausland durchgeführte Reparaturen und für SUEZ- und PANAMA-Kanalpassagen.

2.6.3 RYBCOMFLOT und Ausflaggung von Fischereifahrzeugen

Im April 1990 wurde die Gründung von RYBCOMFLOT offiziell bekanntgegeben und mitgeteilt, daß diese Gesellschaft gleiche Rechte und Aufgaben für die Fischerei wie AKP SOVCOMFLOT für die Handelsschiffahrt erhalten soll. Am 01. Oktober 1990 wurde die Überführung von RYBCOMFLOT in die Aktiengesellschaft AKP RYBCOMFLOT bekanntgeben. Hinter RYBCOMFLOT verbirgt sich offensichtlich die ehemalige VO SOVRYBFLOT. Im Zusammenhang mit dieser VO wurde 1989 über ein Joint Venture JOINT FISH B.V., Ijmuiden berichtet, über das der NOVOROSSIYSKRYBPROM - auf Bareboat-Charter-Basis mit Kaufoption - moderne, ehemals niederländische Fabrik- und Fangtrawler übergeben wurden. Bereits im August 1990 sah sich NOVOROSSIYSKRYBPROM gezwungen, diese neun Fahrzeuge an VO SOVRYBFLOT zurückzugeben, weil vereinbarte Charterraten die Einnahmen erheblich überstiegen. Das Fischereiministerium mußte daraufhin mit dem Partner nach alternativen Lösungen suchen. Schließlich wurde zur Sicherung der Finanzierung mit dem griechischen Eigner LASKARIDIS der Reederei LAVINIA COOPERATION, Piräus und RYBCOMFLOT (67%) ein neues Gemeinschaftsunternehmen geschlossen und die in Frage kommenden Schiffe nach Zypern mit Heimathafen Limassol ausgeflaggt. Am 06. November 1990 wurde das volle Management mit Weisungsrecht für alle technischen und wirtschaftlichen Fragen an LAVINIA übertragen. Die Einheiten erhielten neue Schornsteinmarken; Besatzungen werden nach wie vor von NOVOROSSIYSKRYBPROM gestellt, während Heuerzahlungen durch LAVINIA über SEAWAVE, London erfolgen. Bis zur endgültigen Tilgung der Zahlungsverpflichtungen bleibt die Verfügungsgewalt beim Reeder LASKARIDIS. Erst hierdurch ist es offensichtlich gelungen, die Geldgeber zufriedenzustellen. Ähnlich Regelungen wurden inzwischen auch für einen Teil der ausgeflaggten Handelsschiffe mit

ACOMARIT, Genf getroffen. Zwischen LAVINIA und Fangbereich ZAPRYBA besteht bereits seit 1989 das Joint Venture SOVMED REEFER SERVICE. In diesem Rahmen wird eine Reihe von sowjetischen Kühlschiffen wahlweise für Fisch- oder Früchtetransport eingesetzt. Um den Einsatz für die Fischerei möglichst bedarfsgerecht planen zu können, ist die Einrichtung eines eigenen Büros im Gebäude der sowjetisch-französischen Firma FRANSOV, Paris für 1991 vorgesehen.

Im Zusammenhang mit Zulauf von Neubauten aus Norwegen und Spanien ist mit weiteren Ausflaggungen zu rechnen, da wahrscheinlich nur so eine ausreichende Kreditsicherung der Schiffe erfolgen kann.
Darüber hinaus ist im Rahmen von Fischereiverträgen oder langfristigen Vercharterungen ein verstärktes Ausflaggen auch älterer Fischereifahrzeuge zu erwarten, um Fangquoten in Territorialgewässern anderer Staaten ausschöpfen zu können. Wieviele Fahrzeuge für derartige Abkommen bereits heute unter fremder Flagge fahren, ist nicht genau bekannt.

2.6.4 Fischereiverträge und Joint Venture

Wie bereits 1989 zu beobachten, nahm die Bereitschaft zur Zusammenarbeit mit ausländischen Partnern 1990 weiter zu. Hauptgründe hierfür sind eindeutig die im Zusammenhang mit derartigen Vereinbarungen stehenden Möglichkeiten zur Devisenbeschaffung über Fischverkäufe auf ausländischen Märkten.

Eine weitverbreitete Methode zur Finanzierung von Modernisierung und Reparatur von Fischereifahrzeugen auf ausländischen Werften ist die Aufnahme von Krediten, die

im allgemeinen innerhalb von vier bis fünf Jahren über Fischlieferungen getilgt werden.

Im Zusammenhang mit Fischereiverträgen und Joint Venture sind 1990 folgende Ereignisse von Bedeutung:

- Seit Anfang 1990 bestehen nicht nur Kontakte zu Fischereibetrieben in Nordkorea, sondern auch zu Betrieben in Südkorea. So erfolgt eine Zusammenarbeit bei Verarbeitung der Fänge im Bereich der Beringsee mit China/Japan/Südkorea/Polen/Kanada/USA. Weiter wurden zwischen NEPTUNE Ltd, Moskau (sowjetisch-schwedisch gemischte Gesellschaft), Fischereibetrieben in Vladivostok und auf Kamchatka sowie SILLA, Seoul gemeinsame Fangtätigkeiten für den Schellfischfang in Fernost vereinbart. Diese Fangtätigkeit wurde noch bis April 1991 ausgeübt. Darüber hinaus gibt es Kontakte zur WONYANG FISHERIES CO. Ltd, zur SAMHO CO. Ltd und HYUNDAI-Werft im Zusammenhang mit Modernisierung von Fischereifahrzeugen, Bau einer Fabrik für Verpackungsmaterial und eines Kühlhauses.

- Im Februar 1990 wurde ein Fischereivertrag mit Australien unterzeichnet, inzwischen stehen Verhandlungen zwischen der sowjetischen Fischerei mit AUSTRALIAN DEEPWATER FISHING Ltd zur Gründung von Joint Venture unter Einbeziehung der Werft UNITED SHIP SERVICES Ltd (für Instandsetzung von bis zu 30 sowjetischen Fischereifahrzeugen pro Jahr) kurz vor ihrem Abschluß. Gleichzeitig wird seit November 1990 mit einer Werft in Neuseeland über ein ähnliches Joint Venture verhandelt. Im selben Monat wurde zwischen der sowjetisch-deutschen gemischten Hamburger Schiffahrtsagentur TRANSNAUTIK (26% Beteiligung) und Fischereibetrieben in Murmansk die MURMANSK-TRANSNAUTIK FISCHEREIBETRIEBS GmbH,

Hamburg zur Vermarktung sowjetischer Fänge und Modernisierung von Fangeinheiten auf deutschen Werften gegründet.

- Schwierigkeiten ergaben sich seit Februar 1990 mit verschiedenen westafrikanischen Staaten durch gegenseitige Konkurrenz sowjetischer Fischereigesellschaften. Zum einen bestehen langfristige Verträge zwischen FRANSOV (sowjetisch-französisches Joint Venture) und westafrikanischen Staaten zur Lieferung von Fisch zu Vertragspreisen gegen Fanglizenzen. Zum anderen wurde ein Joint Venture zwischen Fischereivereinigungen in Riga und der belgischen Firma FIOGRET mit Namen BECAMAR abgeschlossen. BECAMAR verkauft nun seinerseits ebenfalls Fisch in dieselbe Region und unterbietet Preise von FRANSOV. Inzwischen wurden wahrscheinlich sechs sowjetische Fangfahrzeuge der BECAMAR nach Nigeria umgeflaggt, weil hierdurch nicht nur eigene, sondern auch Fanglizenzen für Angola, Gambia, Ghana, Liberia, Namibia und Sierra Leone zugesagt wurden.

- Im März 1990 wurde der Vertrag auf Jahresbasis mit Argentinien erneuert, wobei Lizenzgebühren um das Vierfache angehoben wurden und sich die sowjetische Fischerei verpflichten mußte, den von argentinischen Fischern angebotenen Frischfisch zur Weiterverarbeitung abzunehmen.
  Im selben Monat wurde auch der mit Kanada bestehende Fischereivertrag erneuert. Im Zusammenhang mit den für 1990 zugesagten Fangquoten verpflichtete sich die Sowjetunion zum Ankauf von Fisch im Wert von 12 Mio. kanadischen Dollar und mußte zusagen, Beifänge zur Verarbeitung in kanadischen Betrieben abzuliefern. Darüber hinaus wurde die Instandsetzung von

sowjetischen Fischereifahrzeugen bei VERSATILE PACIFIC SHIPYARDS INC. vereinbart.
Weiterhin wurden seit März 1990 zwischen der lettischen Fischereiproduktionsvereinigung und der amerikanischen Firma PRO FISH INTERNATIONAL, Seattle Verhandlungen zur Gründung des Joint Venture AMLAT auf 50%-Basis geführt und ein entsprechender Vertrag wahrscheinlich am 10. Oktober 1990 unterzeichnet. Noch für 1991 ist der Einsatz etwa ca. 50 sowjetischen Schiffen mit 7.000 Seeleuten und einer Fangkapazität von 250.000 t/Jahr, möglicherweise unter amerikanischer Flagge, vorgesehen (5 Kühlschiffe, 5 Transportschiffe, 40 Trawler).
Darüber hinaus besteht bereits seit über drei Jahren das sowjetisch-amerikanische Joint Venture auf 50%-Basis SOVAM mit Büro in Moskau. Über diese Firma wird der Krabbenfänger "DIOMEDES" unter amerikanischer Flagge bisher vor Alaska eingesetzt; zur Zeit wird ein zweijähriger Einsatz unter sowjetischer Flagge vor Kamchatka geplant.

- Im April wurde die Hafennutzung von chilenischen Häfen für sowjetische Fischereifahrzeuge gegen technische Unterstützung auf dem Fischereisektor vereinbart und Landgang für Besatzungsangehörige sowie der Besatzungsaustausch von peruanischen weitgehend auf chilenische Häfen verlagert. Besatzungsangehörige hatten seit Februar 1990 wegen der Unruhen in Peru immer wieder um entsprechende Verlegung von Hafenliegezeiten in andere südamerikanische Häfen gebeten.
Weiter konnte das sowjetisch-japanische Joint Venture DIANA (Gründung 24. August 1988 zwischen SOVRYBFLOT und den japanischen Firmen TAIYO GYOGYO K.K., MORIKAWA SHOJI und KITATAICHAICHEIYO GYOGYO) die erste Anlage für Fischprodukte in Betrieb nehmen; innerhalb eines Jahres konnten mit den erzielten Einnahmen insgesamt 10

Fangschiffe auf japanischen und südkoreanischen Werften repariert und modernisiert werden.

- Seit Mai 1990 stellte die Sowjetunion Indonesien ein Fabrikschiff zur Herstellung von Fischkonserven zur Verfügung. Darüber hinaus wurden Verhandlungen zwischen Indonesien, SOVRYBFLOT und MARISSO (sowjetisch-singapurisches Gemeinschaftsunternehmen) zur Gründung eines Joint Venture INDOSOVRYBA geführt und eine Übereinkunft im Dezember 1990 erreicht; Zielsetzung ist engere Zusammenarbeit bei Fangaktivitäten und weltweite Vermarktung von Fischfertigprodukten über MARISSO. Die Jahresumsätze von MARISSO belaufen sich gegenwärtig auf etwa 43 Mio. Singapur-Dollar. Mit Erlösen aus Fischverkäufen an MARISSO und anteiligem Gewinn werden Reparaturkosten auf Werften in Singapur übernommen.
  Wie bereits früher ausgeführt (siehe Ziffer 2.6.2), überstiegen die Vorleistungen durch MARISSO bei weitem die Einnahmen durch die sowjetische Fischerei; ständige Mahnungen des Unternehmens zum Zahlungsausgleich durch SOVRYBFLOT für einzelne Fangbereiche waren die Folge.
  Im Zusammenhang mit Ersatzteilversorgung, Instandsetzung und Modernisierung von Fischereifahrzeugen eröffnete MARISSO einen Vertrieb für Fischereibedarf/-ausrüstung in Nakhodka und stand seit September 1990 in Verhandlungen mit Fischereibetrieben in Vladivostok zur Gründung einer Schiffsreparaturwerft in Singapur als Joint Venture, wobei die sowjetische Seite als Einlage ein 8.500 t-Dock zur Verfügung stellen soll.

- Im Juni 1990 wurde das sowjetisch-deutsche Joint Venture BALDIW mit Niederlassungen in Tallinn und Bremen gegründet; dabei ist die Modernisierung der

Reparaturwerft BALTIYSK unter Mitwirkung der BERLINER DEUTSCHE INDUSTRIEWERKE geplant.

- Mitte des Jahres wurde ein Abkommen mit Namibia geschlossen mit der Zusage umfangreicher Fangquoten für die sowjetische Fischerei. Im Gegenzug besteht die Verpflichtung zur Versorgung der namibischen Bevölkerung mit Fischwaren und zur Unterstützung beim Ausbau einer landeseigenen Fischerei in Zusammenarbeit mit dänischen Firmen.

- Seit September 1990 werden zwischen SOVRYBFLOT und der indischen Firma ANDEMAR FISHERIES PRIVATE LIMITED Verhandlungen über Kauf oder Charter sowjetischer Fischereifahrzeuge zum Einsatz in indischen Territorialgewässern geführt, jedoch ohne abschließende Ergebnisse bislang.
  Im selben Monat lief der Fischereivertrag mit Marokko aus. Seither wurden wiederholt Verhandlungen über eine Vertragserneuerung geführt, blieben jedoch bisher ohne sichtbares Ergebnis. Ebenso scheiterten Verhandlungen mit der deutschen Werft MÜTZELFELD über Instandsetzungsverträge für sowjetische Fischereifahrzeuge, weil das Angebot von Fischlieferungen ohne zusätzliche Mittelbereitstellungen für die Werft nicht genügend Sicherheit bot.
  Bereits 1989 eröffnete die deutsche Firma KRUPP ATLAS ELEKTRONIK GmbH (KAE) eine Vertretung in Leningrad, um Wartung, Pflege sowie Ersatzteilversorgung für die sowjetische Schiffahrt besser wahrnehmen zu können. Anfang 1991 wurde ein Joint Venture ALIENTER zwischen KAE (mit 34% Beteiligung), SOVRYBFLOT, GIPRORYBFLOT (bisher unbekannt) sowie dem Institut für Entwicklung von Fischereikomponenten BIVC, Riga gegründet. Aufgabe ist Betreuung und Vermarktung der gesamten elektro-

nischen Ausrüstung, die in der sowjetischen Fischerei genutzt wird sowie Weiterentwicklung von Computertechnik für diesen Bereich.

An Verträgen im Zusammenhang mit Verkauf von sowjetischen Fängen auf westlichen Märkten sowie der Vercharterung von Fischereifahrzeugen ist weiter zu erwähnen:

-- Die britische Firma MARU BENI mit Büro in Moskau verkauft Fischprodukte des Fangbereich DALRYBA über SOVRYBFLOT auf westlichen Märkten gegen Lieferung von Textilien und Maschinenteilen im Wert von 10-20 Mio. US-Dollar.

-- Ein Fischereibetrieb in Kaliningrad schloß Ende 1990 einen Vertrag mit der spanischen Firma METALL-GRAFIK und der sowjetisch-spanisch gemischten Gesellschaft SOVHISPAN zur Herstellung von Thunfischkonserven für den Export.

-- Fischereibetriebe in Archangelsk vereinbarten mit philippinischen Firmen den Einsatz mehrerer Fangfahrzeuge für die dortige Fischerei.

-- Gründung der gemischten Gesellschaft NORD WEST, Murmansk zwischen Fischereibetrieben in Murmansk und der Firma SOKOB, Berlin für Herstellung und Vertrieb von Fischdelikatessen.

-- Vercharterung von fünf Fangfahrzeugen aus Riga an die französische Firma LA ROCHE (möglicherweise sowjetisch-französisches Joint Venture) für Fangaktivitäten im Atlantik.

2.7 Fangmengen und Einsatzprobleme

Nach Angaben der Welternährungsorganisation FAO wurden die Fangmengen der sowjetischen und japanischen Fischerei für 1989 auf je etwa 12 Mio. t geschätzt, die

Volksrepublik China liegt mit geschätzten 10,5 Mio. t unmittelbar dahinter.
Trotz teilweiser Nichterfüllung von Plänen wird das sowjetische Fangaufkommen für 1990 ähnlich groß wie 1989 gewesen sein.

Wegen noch weiter gestiegener finanzieller Probleme und zunehmender Desorganisation war ein weiterer Anstieg von unproduktiven Zeiten in den Fanggebieten zu verzeichnen. Seit Juni 1990 waren die Gründe zunehmend Mangel an Kühlschiffen und Verpackungsmaterial sowie Treibstoffmangel; teilweise mußten ganze Fangflotten vorübergehend ihre Tätigkeiten einstellen. In diesem Zusammenhang kam es zu wiederholten Beschwerden von Besatzungsangehörigen wegen Prämienausfalls. Daraufhin wurden alle Kapitäne verpflichtet, derartige Vorkommnisse im Schiffstagebuch festzuhalten, um später Schuldige zur Verantwortung ziehen zu können.
Die Versorgung der Fischereifahrzeuge erfolgt seit Jahren durch zusätzlich von der sowjetisch-deutschen gemischten Gesellschaft BOMINFLOT und von der sowjetischen Handelsschiffahrt gecharterte Tanker, wobei seit längerem eine Kostenübernahmegarantie von SOVRYBFLOT verlangt wird. Da diese Garantie nicht immer gegeben werden kann, werden zu wenige Versorgungstanker gechartert. Im März 1991 wurde vorübergehend die Versorgung durch zwei Tanker der sowjetischen Marine im Südatlantik gesichert. Möglicherweise stellten die Seestreitkräfte diese Einheiten zu günstigeren Bedingungen bereit als MORFLOT oder BOMINFLOT.
Insgesamt hatten sich in der Belegung der verschiedenen Fanggebiete kaum größere Veränderungen gegenüber dem Vorjahr ergeben. Die Zahlen schwanken je nach Jahreszeit in Abhängigkeit von Fischvorkommen und vereinbarten Fanglizenzen.

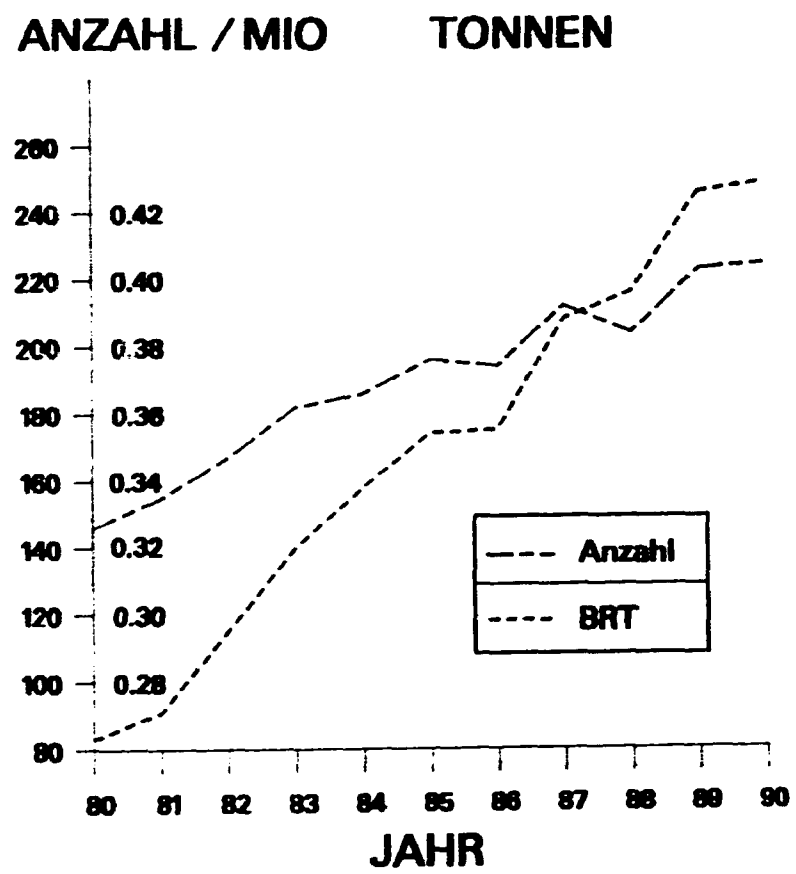
Gehäuft haben sich erkannte Verstöße gegen bestehende Fischereiverträge, was auch auf verstärkte Überwachung und verschärfte Auslegung der Bestimmungen zurückzuführen ist. Folgende Unregelmäßigkeiten wurden erkannt:

- Fischen in Territorialgewässern ohne Fangerlaubnis in acht Fällen
- Verletzen von Fischereiabkommen durch unrichtige Eintragungen in Fangtagebüchern (zu niedrige Angaben der Fangmengen), Verwendung zu kleiner Maschengrößen in insgesamt fünf Fällen.
- Illegale Beschäftigung von mauretanischen Besatzungsangehörigen, für die keine Arbeitserlaubnis vorlag.
- Fischen verbotener Fischarten in zwei Fällen.
- Ungenügende Qualität der vertraglich abzuliefernden Produkte in zwei Fällen.
- Schmuggel von Zollwaren in einem Fall.
- Verstoß gegen Durchfahren verbotener Zonen in einem Fall.
- Nach Ablauf des Fischereivertrages mit Marokko häuften sich Vorfälle, bei denen marokkanische Bewachungsfahrzeuge sowjetische Fischer behinderten. Fangleiter forderten daraufhin verstärkten Schutz durch die sowjetische Marine. Seit Monaten halten sich deshalb grundsätzlich zwei Marineeinheiten zum Fischereischutz vor der westafrikanischen Küste auf. Darüber hinaus wurde angeordnet, Fangtätigkeit nur noch in Gruppen von mindestens vier Fahrzeugen in Sichtweite durchzuführen, eigene Bewachungstätigkeit zu verstärken sowie Fanggebiete nur noch in Gruppen von mindestens zwei Fahrzeugen zu durchfahren.

3. Zivile Forschungsflotte

3.1 Entwicklung der Forschungsflotte nach 1980

Stichtag	Anzahl	BRT
31.12.80	145	262.345
31.12.81	155	271.268
31.12.82	167	293.381
31.12.83	183	320.360
31.12.84	186	336.528
31.12.85	197	351.795
31.12.86	195	353.561
31.12.87	212	388.083
31.12.88	205	395.905
31.12.89	224	426.933
31.12.90	224	429.831



3.2 Bestand und Verteilung

	Anzahl	BRT
Ostsee:		
Forschungsschiffe	34 (-3)	105.648
Raumfahrthilfsschiffe	4 (-4)	21.892
Schwarzes Meer:		
Forschungsschiffe	53 (+2)	81.163
Raumfahrthilfsschiffe	3	63.340
Kaspisches Meer:		
Forschungsschiffe	19 (+6)	16.320
Fernost:		
Forschungsschiffe	64 (+4)	89.898
Nordmeer:		
Forschungsschiffe	43 (-1)	48.554
Forschungsschiffe	213 (+8)	341.583
Raumfahrthilfsschiffe	7 (-4)	85.232
Gesamt*) :	220	426.815

3.3 Entwicklung**)

Die Forschungsflotte hat sich gegenüber 1989 erneut vergrößert und ihren bisher höchsten Stand erreicht. Jedoch mehren sich Hinweise, die auf eine Verringerung der bisher verschwenderisch gewährten Forschungsmittel deuten. Zunehmend werden Forschungsschiffe zur Vercharterung angeboten und verstärkte Zusammenarbeit sowie Kostenteilung für Forschungsvorhaben mit ausländischen Instituten gesucht.

---

*) Bei der Aufteilung der Forschungsschiffe auf einzelne Seegebiete konnten 4 Einheiten mit 3.016 BRT nicht berücksichtigt werden, da ihre Zuordnung nicht bekannt ist.

**) Berichterstattung über Einsatz ziviler Forschungsschiffe erfolgt in Zukunft getrennt von dieser Jahresberichterstattung (Siehe hierzu BND TWI A 0045/91 35Y-0204/91 VS-Vertr. vom 14.03.91 - nicht an alle. Bericht kann bei Bedarf nachgefordert werden).

Darüber hinaus wurden bis 1990 gewährte Zuschüsse für zivile Forschungsschiffe/-vorhaben aus dem Verteidigungshaushalt ebenfalls gestrichen. Im Zuge von Haushaltsmitteleinsparungen kann erwartet werden, daß die Forschungsflotte in Zukunft verkleinert und die Bereitschaft zu gemeinsamen Forschungsvorhaben bei Kostenteilung weiter anwachsen wird.
Bisher wurden mindestens drei Forschungsschiffe an ausländische Unternehmen verchartert. Unter anderem wurden für die Antarktis-Sommerperiode 1991/92 gemeinsame Vorhaben mit Finnland, Schweden und Norwegen geplant. Darüber hinaus soll der eisverstärkte Lo/Ro-Frachter "VITUS BERING" für Forschungszwecke umgebaut und für zwei Jahre an Indien für Antarktisvorhaben verchartert werden. Für 1992/93 ist sogar eine Vercharterung der "AKADEMIK FEDOROV" (Führungsschiff der sowjetischen Antarktisexpedition) in Überlegung. Besonders groß ist das Interesse an verstärkter Zusammenarbeit bei Erforschung und Erschließung von Öl- und Gaslagerstätten im Offshore-Bereich mit ausländischen Partnern; erst Anfang 1991 wurden ausländische Unternehmen erneut zu intensiverer Zusammenarbeit mit sowjetischen Stellen auf diesem Gebiet aufgefordert mit Hinweis auf zusätzliche Anreize.

4. Militärische Aspekte

4.1 Für militärischen Transport geeignete Stückgut- und Spezialschiffe

(Ladeflächenberechung)

Stand: Dec 1990

Art	Anzahl	Vergleich zum Vorjahr
Stückgutschiffe	371	- 8
Holzfrachter	152	- 1
Autofähren	16	
Containerschiffe	70	
Schwergutschiffe (Ro/Flow, LASH)	15	- 1
Passagierschiffe	94	+ 2
Eisenbahnfähren	28	- 1
Ro/Ro-Schiffe	124	+ 7

870 Einheiten mit einer Tragfähigkeit von 7.423.568 tdw und 2.773.595 m^2 Ladefläche, darunter 30 ausgeflaggte Schiffe mit 278.035 tdw und 95.566 m^2 Ladefläche

Die Aufstellung enthält alle Stückgut- und Holzfrachter, die über eigenes Lagegeschirr für Lasten von 20 t und mehr verfügen und mindestens 14 kn laufen. Außerdem werden Spezialschiffe aufgeführt, die für militärische Transporte besonders geeignet sind. Darüber hinaus werden die Verteilung der Gesamttonnage sowie von der Zahl her größere Schiffsklassen auf die einzelnen Seegebiete angegeben.

910918

4.2 Verteilung auf Seegebiete:

Nordsee

Art	Anzahl	tdw	Ladefläche (m^2)
Stückgutschiffe	19	98.732	41.380
Holzfrachter	35	197.751	63.415
Containerschiffe	2	11.440	4.432
Passagierschiffe	16	6.934	u/i
Ro/Ro-Schiffe	12	192.755	57.932
LASH-Schiffe	1	33.980	6.206
Gesamt	85	541.592	173.365
Vorjahr	95	583.581	184.285

Ostsee

Art	Anzahl	tdw	Ladefläche (m^2)
Stückgutschiffe	74	705.323	291.052
Holzfrachter	51	210.526	67.031
Autofähren	10	2.400	1.636
Containerschiffe	25	344.527	68.828
Schwergutschiffe	2	10.850	4.902
Passagierschiffe	6	7.147	u/i
Ro/Ro-Schiffe	55	651.833	321.646
Eisenbahnfähren	3	35.629	27.018
Gesamt	226	1.968.235	782.113
Vorjahr	223	1.856.950	761.181

Schwarzes Meer
(inkl. Einheiten aus dem Kaspischen Meer; Zahlen in Klammern)

Art	Anzahl	tdw	Ladefläche (m^2)
Stückgutschiffe	169	1.986.675	729.879
Autofähren	3	941	612
Containerschiffe	13	142.954	29.887
Ro/Flow-Schwergutschiffe	1	5.425	2.451
Passagierschiffe	37 (7)	66.613	u/i
LASH-Schiffe	9	232.903	82.336
Eisenbahnfähren	16 (12)	68.960	48.510
Ro/Ro-Schiffe	35 (2)	375.828	204.977
Gesamt	283	2.880.299	1.098.652
Vorjahr	298	3.074.966	1.173.309

910918 7

Fernost

Art	Anzahl	tdw	Ladefläche (m^2)
Stückgutschiffe	89	761.769	312.340
Holzfrachter	58	322.690	99.546
Autofähren	3	992	918
Containerschiffe	30	266.091	67.364
LASH-Schiffe	1	40.881	14.596
Passagierschiffe	34	24.078	u/i
Eisenbahnfähren	9	21.775	18.144
Ro/Ro-Schiffe	21	282.981	105.890
Hebeschiff	1	34.150	5.101
Gesamt	246	1.755.407	623.899
Vorjahr	260	1.849.648	634.815

4.2.1 Verteilung größerer Schiffsklassen mit drei oder mehr Schiffen auf Seegebiete:

Nordmeer

Klasse	Anzahl/Typ	Gesamt tdw	Gesamt Ladefläche (m^2)
GEORGIY DIMITROV	3 Passagierschiffe	546	(170 Passagiere/Schiff)
IGARKALES	5 Holzfrachter	18.575	6.325
IGOR GRABAR	6 Holzfrachter	26.826	9.198
MARIYA YERMOLOVA	3 Passagierschiffe	4.200	(206 Passagiere/Schiff)
KOTLASLES	3 Holzfrachter	11.590	4.305
NAKHODKINSKIY RABOCHIY	5 Passagierschiffe	275	(180 Passagiere/Schiff)
NORILSK	9 Ro/Ro-Eismeerschiffe	179.836	50.814
PIONER	13 Stückgutschiffe	59.800	28.405
PIONER MOSKVY	12 Holzfrachter	81.360	26.100
POVENETS	3 Stückgutschiffe	12.909	5.769
VOLGOLES	9 Holzfrachter	59.400	17.757

Ostsee

Klasse	Anzahl/Typ	Gesamt tdw	Gesamt Ladefläche (m^2)
ASTRAKHAN (+MOD)	18 Ro/Ro-Schiffe	321.300	126.108
IGARKALES	4 Holzfrachter	14.860	5.060
IGOR GRABAR	6 Holzfrachter	26.826	9.198
INZHENER MACHULSKIY (+MOD)	9 Ro/Ro-Schiffe	55.170	29.637
IRKUTSK MOD	14 Stückgutschiffe	184.100	66.430
IVAN SKURIDIN (+MOD)	8 Ro/Ro-Schiffe	39.500	28.500
KAPITAN GAVRILOV MOD	6 Containerschiffe	123.240	19.216
KHUDOZHNIK SARYAN	7 Containerschiffe	101.240	30.821
KOMPOSITOR KARA KARAYEV	3 Ro/Ro-Schiffe	14.019	7.608
KRASNOGRAD MOD	9 Stückgutschiffe	115.596	41.895
LENINSKAYA GVARDIYA	18 Stückgutschiffe	133.300	69.750
MAGNITOGORSK	4 Ro/Ro-Schiffe	88.586	65.204
MUKRAN	3 Eisenbahnfähren	35.629	27.018
POVENETS	11 Stückgutschiffe	47.333	21.153
PROFESSOR SHCHEGOLEV	4 Stückgutschiffe	21.995	7.328
SHEKSNALES	38 Holzfrachter	149.340	46.854
SKULPTOR KONENKOV	6 Ro/Ro-Schiffe	109.283	50.910
SYPRUS	3 Autofähren	540	618
VARNEMYUNDE	9 Stückgutschiffe	108.450	46.467
VIYRELAYD	5 Ro/Ro-Schiffe	7.950	6.470
VOKHILAYD	4 Autofähren	1.044	1.040
VOLGOLES	3 Holzfrachter	19.500	5.919
VYBORG	6 Stückgutschiffe	73.770	31.932

Schwarzes Meer (dabei "*" Einheiten aus dem Kaspischen Meer)

Klasse	Anzahl/Typ	Gesamt tdw	Gesamt Ladefläche (m^2)
AKADEMIK TUPOLEV	6 Ro/Ro-Schiffe	26.648	19.218
ALEKSEY KOSYGIN	3 Leichterträgerschiffe	122.643	43.788
ASTRAKHAN	6 Ro/Ro-Schiffe	107.100	42.036
BELORUSSIYA (+ MOD)	5 Passagierschiffe	11.250	(760 Passagiere/Schiff)
GEORG OTS MOD	3 Passagierschiffe	4.680	(416 Passagiere/Schiff)
GEROI PANFILOVTSY	17 Stückgutschiffe	238.482	79.254
IVAN FRANKO	3 Passagierschiffe	17.733	(750 Passagiere/Schiff)
IVAN SKURIDIN (+ MOD)	6 Ro/Ro-Schiffe	29.400	21.200
KAPITAN GAVRILOV	4 Containerschiffe	71.648	14.144
KAPITAN KUSHNARENKO	13 Stückgutschiffe	215.175	74.165
KAPITAN SMIRNOV	4 Ro/Ro-Schiffe	81.200	65.692
KIRGIZSTAN	3 Passagierschiffe	2.046	(250 Passagiere/Schiff)
KOMMUNIST	19 Stückgutschiffe	240.227	82.935
KOMPOSITOR KARA KARAYEV	7 Ro/Ro-Schiffe	33.979	17.752
LENINSKAYA GVARDIYA	7 Stückgutschiffe	52.500	27.125
MIKHAIL KALININ	3 Passagierschiffe	4.065	(333 Passagiere/Schiff)
MUROM	19 Stückgutschiffe	227.702	99.655
NIKOLAY ZHUKOV	9 Stückgutschiffe	69.300	30.627
POLTAVA	6 Stückgutschiffe	78.875	27.690
POVENETS	3 Stückgutschiffe	12.909	5.769
PROFESSOR SHCHEGOLEV	4 Stückgutschiffe	22.010	7.328
PULA	14 Stückgutschiffe	199.160	78.470
PYAT. KOMSOMOLA MOD	15 Stückgutschiffe	124.190	47.325
ROSTOK	11 Stückgutschiffe	63.360	29.095
SIMON BOLIVAR	6 Containerschiffe	54.880	12.252
SKULPTOR KONENKOV	4 Ro/Ro-Schiffe	72.253	33.940
SZMARAGD	5 Passgierschiffe	280	(429 Tagespassagiere/Schiff)
SLAVYANSK MOD	22 Stückgutschiffe	302.242	120.164
SOVETSKIY AZERBAYDZHAN*	4 Eisenbahnfähren	10.040	5.718
SOVETSKIY DAGESTAN*	8 Eisenbahnfähren	31.600	18.128

Fernost

Klasse	Anzahl/Typ	Gesamt tdw	Gesamt Ladefläche (m^2)
ALEKSANDRE FADEYEV	3 Containerschiffe	16.680	5.676
AMGUYEMA	6 Stückgutschiffe	54.492	15.990
IVAN SKURIDIN (+MOD)	6 Ro/Ro-Schiffe	30.300	21.900
KAPITAN SAKHAROV	3 Containerschiffe	17.160	6.648
KHUDEZHNIK SARYAN	3 Containerschiffe	43.960	13.209
LENINSKAYA GVARDIYA	10 Stückgutschiffe	75.000	38.750
MARIYA YERMOLOVA	5 Passagierschiffe	7.000	(262Passagiere/Schiff)
MIKHAIL KALININ	6 Passagierschiffe	8.215	(330Passagiere/Schiff)
NAKHODKINSKIY RABOCHIY	20 Passagierschiffe	1.032	(180Passagiere/Schiff)
NIKOLAY ZHUKOV	3 Stückgutschiffe	23.100	10.209
NORILSK	10 Ro/Ro-Eismeerschiffe	199.714	56.460
OMSK	3 Stückgutschiffe	45.000	14.595
PIONER	17 Stückgutschiffe	78.218	37.145
PIONER MOSKVY	10 Holzfrachter	67.800	21.750
POVENETS	7 Stückgutschiffe	30.121	13.461
PULA	12 Stückgutschiffe	175.320	67.260
PULA MOD	4 Containerschiffe	57.944	11.624
PYAT. KOMSOMALA MOD	11 Stückgutschiffe	91.130	34.705
ROSTOK	7 Stückgutschiffe	40.320	18.515
SAKHALIN-1	9 Eisenbahnfähren	21.775	18.144
SESTRORETSK	3 Containerschiffe	18.810	5.979
SHEKSNALES	22 Holzfrachter	86.460	27.126
SIMON BOLIVAR	4 Containerschiffe	36.140	8.168
VARNEMYUNDE	7 Stückgutschiffe	84.350	36.141
VASILIY SKURIDIN MOD	10 Containerschiffe	50.228	16.060
VITUS BERING	5 Ro/Ro-Eismeerschiffe	52.500	u/i
VOLGOLES	25 Holzfrachter	165.000	49.325
VYBORG	3 Stückgutschiffe	36.885	15.966

4.3 Besonderheiten mit militärischem Hintergrund

An Tonnage, die für **militärische Transporte** besonders geeignet ist, verfügt die Sowjetunion gegenwärtig in den vier Schiffahrtsbereichen Nordmeer, Ostsee, Schwarzmeer (einschließlich Kaspisches Meer) und Fernost über 870 Schiffe mit einer Tragfähigkeit von über 7,4 Mio. tdw und fast 2,8 Mio. Quadratmetern Ladefläche. Hierzu zählen alle Stückgut- und Holzfrachter mit Ladegeschirr für Lasten von mehr als 20 t und einer Geschwindigkeit von mindestens 14 kn sowie Spezialschiffe, wie Leichterträger, Ro/Ro- und Containerschiffe, aber auch Fähren und Passagierschiffe. Zusätzlich kann zur **logistischen Unterstützung** von Operationen auf 310 Tanker, 527 im Küstenbereich einsetzbare Fluß-Meer-Frachter und 117 Fluß-Meer-Tanker der Handelsflotte sowie 351 Transportschiffe, 94 Versorgungstanker und eine große Anzahl weiterer Spezialschiffe der Fischereiflotte zurückgegriffen werden. Dabei sind Versorgungs- und Transportschiffe als ein weltweit einsetzbares, rasch verfügbares Unterstützungspotential zu bewerten.

Die ca. 3.000 Fangfahrzeuge sind trotz schiffbaulicher Eignung und technischer Ausrüstung für **Minen**lege- und -räumoperationen nicht ohne Umrüstung einsetzbar. Wie auch in der Handelsschiffahrt ist ein ständiger **Aufklärungsauftrag**, der allerdings dem vorrangigen Fangeinsatz nachsteht, weiterhin gegeben.

Bei Krisen und Notfällen können durch das 1970 eingeführte automatische **Führungs- und Informationssystem** unverzüglich Maßnahmen für jede beliebige geographische Position eingeleitet werden. Dieses System ermöglicht darüber hinaus jederzeit eine gezielte Führung der zivilen Flotten nach den Erfordernissen der Seestreitkräfte. Bis Ende 1990 soll die Einführung eines vollautomatisierten Systems

abgeschlossen sein, mit dem in Intervallen von höchstens sechs Stunden formatierte Informationen über Position, Kurs, Fahrt, Vorräte und Beladung via Satellit für das Zentralplot in Moskau, die Reederei oder Schiffsagenturen direkt aus dem Bordrechner ohne Einschaltung von Personal abgerufen werden können. Auf das Zentralplot hat die Marineführung direkten Zugriff, was anläßlich Havarien von Kriegsschiffen durch verzuglose Einbindung der Zivilschiffahrt in Bergeoperationen wiederholt unter Beweis gestellt wurde.

Dieses System nutzend wurden auch 1990 regelmäßig Fernmelde- und Alarmierungsübungen auf Reederei- bzw. Fischereibereichsebene durchgeführt. Am 18. Mai und 16. Oktober 1990 erfolgte jeweils eine weltweite Alarmierungsübung aller sowjetischen Schiffe in See und im Hafen; es kann davon ausgegangen werden, daß auch ausgeflaggte Schiffe in die Alarmierungsübungen einbezogen werden. Soweit feststellbar, wurde sowjetisches Personal im Ausland, wie bereits wiederholt beobachtet, nicht einbezogen. Jedoch wurden weitergehende Übungsaktivitäten auf sowjetischem Territorium im Zusammenhang mit der Mai-Alarmierung erkannt, wobei das Übungsende für einige sowjetische Häfen erst am 22. Mai 1990 angeordnet wurde.

Mit zunehmender Einführung von Satellitennachrichtenverbindungen erfolgen Alarmierungen verstärkt über INMARSAT und OKEAN unter Nutzung der PRIBOY-Warnempfangsanlagen; bis Ende 1990 waren mindestens 1.200 zivile Schiffe mit INMARSAT-Stationen ausgerüstet. Für direkte Kontakte Schiff-Reederei soll bevorzugt das sowjetische System OKEAN genutzt werden. Dieses ist aber nicht ständig verfügbar, weil es zeitweise für VIP-Sonderverbindungen gesperrt wird und außerdem nicht über Anschlußmöglichkeiten zu internationalen Telex-Telefonverbindungen verfügt.

Im Zusammenhang mit der Einführung von Satellitenverbindungen wurde die Fm-Zentrale des Ministeriums für die

Handelsschiffahrt in Moskau in "Hauptzentrale für Fm-Verbindungen und Satellitensysteme" umbenannt und mit Wirkung vom 01. Juni 1990 in folgende Unterabteilungen neu gegliedert:

- Zentrale für automatische Landverbindungen,
- Zentrale für automatische Schiffsverbindungen,
- Internationales Koordinations- und Rechenzentrum,
- Station für Empfang und Verarbeitung von Systeminformationen.

1990 wurden detaillierte Erkenntnisse zur Schiffahrtsleitorganisation für die WP-Zivilschiffahrt*) in Krise und Krieg gewonnen; sie entspricht weitgehend der der NATO. An Besonderheiten ist hervorzuheben:

- Der WP*) hat eine Vorschrift "Ordnung und Schutz Zivilflotte" herausgegeben. Sie enthält Grundlagen zu Überwachung und Schutz der Hochseeschiffahrt der Teilnehmerstaaten sowie zur Organisation des Zusammenwirkens der Seekriegsflotten zur Gewährleistung der Sicherheit ziviler Schiffe bei Entstehen einer militärischen Bedrohung für die Schiffahrt und im Kriege.
- Einteilung aller Schiffe erfolgt in drei Kategorien:
  + Kategorie I: Schiffe, deren Übernahme als Hilfsschiffe vorgesehen ist.
  + Kategorie II: Schiffe, die für militärische Transportaufgaben eingeplant bzw. bei Auslösung mit militärischer Ladung unterwegs sind.
  + Kategorie III: alle übrigen Schiffe.

Hiermit werden Erkenntnisse aus dem Bereich "Militärische Aus- und Weiterbildung an Bord" bestätigt, nach

---

*) Auch nach Auflösung des Warschauer Pakts wird vom Fortbestand der Schiffahrtsleitorganisation und von der weiteren Gültigkeit entsprechender Vorschriften für die sowjetische Zivilschiffahrt ausgegangen.

310918

denen je nach Schiffstyp eine unterschiedlich intensive Ausbildung festgestellt wurde. Die Zahl der Einheiten in Kategorie I und II überwiegt.
Bei der ehemaligen DDR waren mehr als 85 % aller zivilen Einheiten für militärische Aufgabenstellungen eingeplant; auffällig war, daß kein einziges Fischereifahrzeug in Kategorie I für Minenräum- bzw. -legeaufgaben vorgesehen wurde. Dagegen waren kleinere Ro/Ro-Einheiten nicht nur als Minentransporter, sondern auch zum Minenlegen eingeplant.

- Im Rahmen erhöhter Einsatzbereitschaft werden vier Stufen unterschieden:
  + Stufe 4: Einsatzbereitschaft für Krisenzeiten
  + Stufe 3: Einsatzbereitschaft für Kriegsgefahr
  + Stufe 2: Volle Gefechtsbereitschaft
  + Stufe 1: Gefechtsbereitschaft im Krieg.

  Erst ab Stufe 2 sollen Fischereiaktivitäten eingestellt werden mit Vorbereitung auf Fahren im Geleit.
- Unterlagen/Weisungen für Krise und Krieg werden an Bord im Panzerschrank des Kapitäns aufbewahrt. Sie sind auf wasserlöslichem Papier geschrieben und bei Gefahr der Einsichtnahme durch Dritte zu vernichten. Sie beinhalten u.a.:
  + Verhaltensregeln für Kapitäne nach Erhalt des Rückrufsignals.
  + Allgemeine Instruktionen für Krise und Krieg.
  + Anweisungen für Verbindungsaufnahme zwischen Seestreitkräften und zivilen Schiffen des WP.
  + Einen Katalog formatierter Sprüche für Verbindungen Schiff/Reederei.

- Anweisungen an die Schiffahrt mit militärischem Hintergrund erfolgen verschlüsselt mittels Codewörtern und einem einfachen Zahlencode per Sammelanruf. Die

9109187

Bedeutung der Zahlen wechselt im dreitägigen Rhythmus. Für Schiffe in ausländischen Häfen wird spätestens ab Stufe 3 Dauerhörbereitschaft angeordnet.
Parallel hierzu werden Anweisungen über die Auslandsvertretungen zugeleitet und die Rückantwort immer über diesen Weg übermittelt. Schiffe in See quittieren mittels formatierter Sprüche und ab dem Rückrufsignal zusätzlich mit Sonderrufzeichen. Gleichzeitig gilt weitgehend Funkstille, alle Zeitangaben werden in Moskauer Zeit übermittelt, Fischereifahrzeuge treffen sich in Sammelräumen, die Rückführung erfolgt auf Zwangswegen.

- Grundsätzlich besteht für alle Zivilschiffe - mit Ausnahme des Seenotfalles oder auf Sonderweisung - Verbot, mit Seestreitkräften oder militärischen Luftfahrzeugen Verbindung aufzunehmen. Der Erkennungssignalaustausch wird grundsätzlich von Kriegsschiffen und in der Regel nur über visuelle Mittel eingeleitet. Die verschlüsselten Abfragesignale wechseln ebenfalls in dreitägigem Rhythmus, Antwort wird nur bei gültiger Abfrage und ohne Beobachtungsmöglichkeiten Dritter gegeben. Darüber hinaus verfügt eine große Anzahl von zivilen Einheiten der ehemaligen WP-Länder über spezielle UKW/VHF-Geräte (R619/R625) zur Verbindungsaufnahme mit Kriegsschiffen ausschließlich in russischer Sprache.

Als weitere Besonderheiten mit militärischem Hintergrund sind hervorzuheben:

- Alarmierung von Handels- und Fischereifahrzeugen im Rahmen der Küstenverteidigung der Nordflotte und Pazifikflotte; während im Bereich der Pazifikflotte eine Verbindungsaufnahme zwischen Bereichsbefehlshabern der Marine (Gavan, Petropavlovsk, Vladivostok) mit Handels- und Fischereifahrzeugen zur monatlichen Routine - allerdings für 1990 mit deutlich verminderter

Intensität im Vergleich zu den Vorjahren - gehört, erfolgt sie im Bereich der Nordflotte meist zweimal jährlich (14. Mai und 14. August). Die Aktivitäten sind im allgemeinen auf Verbindungsaufnahme und Austausch von formatierten Routinemeldungen beschränkt.

- Im Rahmen militärischer Übungen wurde das Geleiten von Handelsschiffen geübt, am 10. April 1990 unter Teilnahme des Fabriktrawlers "VILNYUS" (1.409 BRT) und am 15. August 1990 unter Beteiligung des Holzfrachters "PETROZAVODSK" (6.575 tdw) sowie weiterer fünf u/i ziviler Schiffe im Nordflotten-Bereich Höhe Insel Rybachiy. Ein Zusammenhang mit der am 14. August 1990 erkannten Alarmierung ist wahrscheinlich.
- Die Teilnahme an "NORSPRINGEX-90" der Nordflotte am 25. Mai 1990 im Golf von Motovskiy durch die Holzfrachter "PAVEL KORCHAGIN" und "PIONER ESTONII" (je 6.780 tdw); beide Einheiten - beladen mit Fliegerfäusten und leichten gepanzerten Fahrzeugen ausgerüstete Landetruppen - wurden in der zweiten Welle eingesetzt und möglicherweise teilentladen.
- Der Einsatz ziviler Forschungsschiffe auch für militärische Aufgaben kann für den Großteil von Forschungseinsätzen unterstellt werden. Allerdings ließ sich 1990 nur in einem Fall eine eindeutige Zuordnung zu militärischen Aufgabenstellungen nachweisen. Am 08. August 1990 wurde "AKADEMIK BORIS PETROV" (2.325 BRT) zur Erprobung neuer Ortungstechniken in Zusammenarbeit mit einem Flugzeug COOT in der Barentssee erkannt; da das für dieses Vorhaben abgestellte Ziel-UBoot nicht erschien, wurde die Erprobung abgebrochen. Für Alarmierungen und militärische Aus- und Weiterbildung der Besatzungen von Forschungsschiffen sind die jeweiligen Reedereien und nicht die zugehörigen Forschungsinstitute zuständig.
- Bemerkenswert ist vor allem, daß die umfangreiche militärische Aus- und Weiterbildung an Bord trotz größer

werdender Selbständigkeit der Reedereien - mit Ausrichtung auf ökonomische Gesichtspunkte und dem generellen Wandel im Ostbereich - mit unverminderter Intensität fortgeführt wird. Insgesamt sind über 130 verschiedene Ausbildungsthemen erkannt, die zum Teil reine Unterrichtsthemen sind, aber auch praktische Übungen beinhalten. Während bei der Handelsflotte sich praktische und theoretische Ausbildung in etwa die Waage halten, überwiegt bei der Fischerei der theoretische Anteil. Dies macht deutlich, daß der Vorbereitung der zivilen Flotten auf Krise und Krieg nach wie vor zentrale Bedeutung zukommt und im Rahmen der Bordausbildung bisher kein Umdenken stattgefunden hat. Inzwischen liegen gesicherte Erkenntnisse vor, nach denen die jährlich neu zu erstellenden Pläne für die militärische Aus- und Weiterbildung auch für ausgeflaggte Schiffe in Kraft sind, die der Kontrolle von Ausbildungskapitänen (Mil-Abteilung der jeweiligen Reederei) unterliegen.

- Handelsschiffe werden weiterhin für Versorgungsaufgaben der Streitkräfte und für Waffenexporte in befreundete Staaten genutzt; 10 bis 12 zivile Tanker sind durchschnittlich pro Jahr den Marinestreitkräften unterstellt, sie werden in Fm-Betrieb und - Verfahren der Marine eingebunden und wie Hilfsfahrzeuge geführt.
- Die Bedeutung der KPdSU innerhalb der Reedereien und an Bord der Schiffe durch Abschaffung des Politoffiziers an Bord und Einstellung von Gehaltszahlungen der Parteikader durch die Reedereien nimmt ab. Da sich Parteikader in Zukunft aus Mitgliedsbeiträgen finanzieren, werden sie wesentlich verkleinert werden müssen. Diese Maßnahmen haben jedoch keinerlei Auswirkungen auf militärische Aspekte bewirkt; Einschränkungen bei Aufklärungstätigkeiten durch Schiffsbesatzungen können nicht erwartet werden, da Politoffiziere wegen ihrer exponierten

Position an Bord ohnehin an derartigen Aufträgen kaum beteiligt waren.

- Die Überwachung von Besatzungsangehörigen mit besonderem Aufklärungsauftrag (z.B. Wirtschafts-/Mil-/Fm-Aufklärung) durch die Sicherheitsorgane der angelaufenen Staaten wird durch zwei Faktoren wesentlich erschwert: die Sowjetunion hat begonnen, einen Teil ihrer Schiffe auszuflaggen - Ende 1990 waren das mindestens 85 Schiffe -, aber auch werden Besatzungen an ausländische Reeder vermittelt, die Schiffe unter allen möglichen Flaggen fahren lassen.

Mittelfristig läßt sich eine **abnehmende Bedeutung militärischer Aspekte** im Bereich Zivilschiffahrt erkennen:

- Nach einem Ministerratsbeschluß vom 31. August 1990 sollte der Lehrstuhl für die militärische Ausbildung an Seefahrtschulen Ende 1990 gestrichen werden. Auf Protest der 52. Ausbildungskompanie an der Leningrader Seefahrtschule wird diese Ausbildung bis Lehrgangsabschluß Ende 1991 fortgeführt. Damit erreichen Teilnehmer dieses Semesters bei erfolgreichem Lehrgangsabschluß noch den Reserveoffizierstatus, was mit erhöhten Gehaltszahlungen verbunden ist. Da die Folgelehrgänge jedoch nicht mehr über entsprechende Kenntnisse verfügen, muß sich dieses in absehbarer Zeit auch auf die Bordausbildung auswirken.
- Bereits heute werden über 50% aller Neubauten auf ausländischen Werften geordert. Darüber hinaus wurden in den vergangenen Jahren eine große Anzahl gebrauchter Schiffe erworben. Bei allen diesen Einheiten wird auf sogenannte "Sonderbaumaßnahmen" verzichtet. Unter Sonderbaumaßnahmen werden spezielle militärische Einrichtungen wie ABC-Abwehr (Filter, Schleusen, Sprühvorrichtungen), Entmagnetisierung, Geschützbettungen verstanden.

- Auf wiederholten Einspruch durch die Ministerien für Fischereiwirtschaft und Schiffbau sollen mit dem Argument erheblicher Kostenminderung Sonderbaumaßnahmen an allen Fischereineubauten seit Anfang 1990 eingestellt und zuständige Bearbeiter/Sachverständige des Verteidigungsministeriums inzwischen von den Bauwerften abgezogen worden sein. Ob diese Regelung auch für den Bau von Handelsschiffen zutrifft, ist nicht bekannt.
- Die Beteiligung ziviler Schiffe an Übungen der Seestreitkräfte hat 1990 gegenüber den Vorjahren weiter abgenommen; dieses steht mit der größeren wirtschaftlichen Selbständigkeit der Reedereien im Zusammenhang, da seit Anfang 1990 für derartige Einsätze eine Bezahlung verlangt wird.
- Seit Anfang 1991 wurden einige ausgeflaggte Handelsschiffe in die operative Verfügungsgewalt der schweizerischen Firma ACOMARIT übergeben und Anweisung an die Schiffsführungen erteilt, alle Geheimunterlagen abzugeben. Ähnliches trifft für einige ausgeflaggte Fischereieinheiten zu, die an den griechischen Reeder LASKARIDIS übergeben wurden. Es ist deshalb davon auszugehen, daß zumindest für diese Einheiten und deren Besatzungen weder eine militärische Aus- und Weiterbildung durchgeführt wird, noch eine Beteiligung am Mil-Übungsgeschehen erfolgt.

5. <u>Zusammenfassende Bewertung:</u>

Während politische und wirtschaftliche Entwicklungen in der Handelsschiffahrt zwischen 1986 und 1989 eine Art Vorreiterrolle der Gesamtentwicklung in der Sowjetunion einnahmen, ist dieser Prozeß seit Mitte 1989 immer mehr ins Stocken geraten. 1990 sind kaum noch Fortschritte in Richtung Marktwirtschaft unter Verzicht auf planwirt-

schaftliche Prinzipien zugunsten Dezentralisierung von Verantwortung und Übertragung von Eigentum auf wirtschaftlich weitgehend selbständige Reedereien erzielt worden. Die momentane Situation in der Schiffahrt gibt ein genaues Spiegelbild des politischen Gesamtzustandes innerhalb der Sowjetunion, gekennzeichnet durch Unsicherheit und Streit zwischen Zentralmacht und Republiken über Zuständigkeiten mit auf beiden Seiten abnehmendem Durchsetzungsvermögen und fehlenden realistischen Zukunftsperspektiven.
Besonders dramatisch und zunehmend kontraproduktiv gestaltet sich die Entwicklung in der Fischerei. Immer noch fehlt die Einsicht, daß die bisher verfolgte Fischereipolitik - weltweiter Fischfang zur ausreichenden Versorgung der eigenen Bevölkerung mit Eiweißprodukten - ohne staatliche Subvention nicht aufrechterhalten werden kann. Anhaltende Finanzengpässe mit nicht geregelter Zuständigkeit gefährden den Fortbestand von Fischereibetrieben. Sie führen zu Selbsthilfeaktionen im täglichen Kampf ums Überleben und zunehmender Unterversorgung der eigenen Bevölkerung mit Fisch. Seit zwei Jahren überfällige Entscheidungen über die Zukunft der Fischerei führen zunehmend zu Desorganisation und Ratlosigkeit mit ansteigenden Problemen; schwer umkehrbare negative Folgeerscheinungen sind zu erwarten.
Aber auch die Handelsflotte leidet zunehmend an Entscheidungsdefiziten, wodurch dringend notwendige Modernisierungsmaßnahmen bzw. Neuinvestitionen im Hafen- und Werftbereich nicht in Angriff genommen werden können und die drohende Überalterung der Flotte weiter zunehmen wird. Solange Fragen über Aufteilung von Eigentum und Verfügungsrechte von Frachteinnahmen nicht gelöst sind, werden sich weder volle wirtschaftliche Handlungsfreiheit, noch verantwortliches Handeln nach marktwirtschaftlichen Gesichtspunkten entwickeln können. Neben bisher ungelösten Fragen zu einer klareren Abgrenzung von Zuständigkeiten

zwischen unterschiedlichen und gleichen Entscheidungsebenen (Zentrale/Ministerien, Republiken/Reederei/Hafen/Werft) bleiben erhebliche Zweifel, ob dauerhafte Lösungen für das Nebeneinander von plan- und marktwirtschaftlichen Prinzipien gefunden werden können.

Sicher scheint, daß viele Schiffahrtsbereiche unter bestehenden Organisationsformen nach marktwirtschaftlichen Gesichtspunkten keine Überlebenschance haben; dieses gilt unter anderem ganz besonders für die Schiffahrt auf dem Nördlichen Seeweg. Auch bei der Handelsschiffahrt werden sich bei weiterer Hinauszögerung dringend anstehender Entscheidungen negative Auswirkungen nur schwerlich vermeiden lassen. Schon jetzt müssen die schiffahrtspolitischen Einflußmöglichkeiten sowjetischer Stellen auf das internationale Geschehen gegenüber den Vorjahren als stark gemindert eingeschätzt werden. Fraglich bleibt darüber hinaus, ob sowjetische Reedereien in Linien- und Trampfahrt ihre bisherige Position und Konkurrenzfähigkeit gegenüber ausländischen Reedern halten können.

Das Fehl an solider Haushaltsplanung und klaren Regelungen über Zuständigkeit für Eigentum sowie Einnahmen und Ausgaben führt zu unkoordinierten Eigeninitiativen auf allen Führungsebenen zur Beschaffung dringend benötigter Devisen. Damit wird zwar die Bereitschaft zur Zusammenarbeit mit ausländischen Geschäftspartnern wesentlich gestärkt, doch gleichzeitig können dem Staat und der Allgemeinheit dienende Aufgaben durch Produktionsmittelentzug nicht mehr im erforderlichen Umfang wahrgenommen werden. Die verstärkte Suche nach ausländischen Investoren wird auf der anderen Seite durch ungeregelte Eigentumsfragen, unsichere politische Lage und langwierige Genehmigungs—wege durch die Instanzen sowie neuerdings verfügte Überprüfungsberechtigung von Joint Venture-Firmen durch den KGB erheblich behindert.

Eine völlig andere Lage ergibt sich für SOVCOMFLOT als bisher einziger Gesellschaft mit voller Verfügungsgewalt über Schiffseigentum und Einnahmen/Gewinne. Sie unterliegt keinen staatlichen Auflagen, kann als einzige Reederei Schiffe beleihen oder verkaufen und den Einsatz nach rein marktwirtschaftlichen Gesichtspunkten steuern. Trotz positiver Bilanzen sind die Zukunftsperspektiven auch für dieses Unternehmen in Frage gestellt. Zum einen hängt die Weiterentwicklung stark von Entwicklungen im Frachtratenniveau ab, das 1990 und für die absehbare Zukunft eher sinkende Tendenzen aufweist; der gesamte Schiffspark sowie Neubauvorhaben wurden über westliche Banken mit entsprechender Zinsbelastung finanziert. Zum anderen ist im Zusammenhang mit einer Neuaufteilung von Eigentum die Existenzberechtigung von SOVCOMFLOT gefährdet. Pläne zur Umverteilung enthalten die Vorstellung, nach der die Ministeriumsebene zukünftig keine Kapitalanteile an Gesellschaften mehr halten soll.

Nach wie vor wird militärischen Gesichtspunkten, wie Einplanung und Vorbereitung ziviler Schiffe für militärische Aufgaben in Krise und Krieg in der Sowjetunion wesentlich größere Bedeutung als in anderen Nationen beigemessen. Trotzdem zeigen sich im Rahmen allgemeiner Entspannung erste Anzeichen einer Verringerung. Es bleibt abzuwarten, ob zunehmende Proteste gegen militärische Einflüsse auf die zivilen Flotten und Zwänge zu wirtschaftlicherem Handeln zum weiteren Abbau dieser Komponente führen.

Im Bericht verwendete Abkürzungen

ASC	Azov Shipping Company, Maripol
BN	Massengutfrachter
BSC	Baltic Shipping Company, Leningrad
BSSC	Black Sea Shipping Company, Odessa
CSF	Compensation Sea Freight = Kompensation über die Frachtrate
CSC	Caspian Shipping Company, Baku
DALRYBA	Fangbereich Fernost
DC	Dry Cargo = Trockenfrachter
DSR	Deutsche Seereederei, Rostock
ESC	Estonian Shipping Company, Tallinn
FAO	Welternährungsorganisation
FB	Fishing Base = Fischereibasisschiff
FESC	Far Eastern Shipping Company, Vladivostok
FT	Factory Trawler = Fabriktrawler
GPO	Produktionsvereinigung
GSC	Georgian Shipping Company, Batumi
HV	Research Vessel = Forschungsschiff
ICE	Eisbrecher
ITF	Internationale Transportarbeitergewerkschaft
KSC	Kamchatka Shipping Company, Petropavlovsk
L/C	Letter of Credit = Akkreditiv
LITSC	Lithuanian Shipping Company, Klaipeda

LSC	Latvian Shipping Company, Riga
MORFLOT	Ministerium für die Handelsschiffahrt
MSC	Murmansk Shipping Company, Murmansk
NESA	North Eastern Shipping Administration
NOVSC	Novorossiysk Shipping Company, Novorossiysk
NRSC	Northern River Shipping Company, Archangelsk
NSC	Northern Shipping Company, Archangelsk
OT	Trawler
PG	Passanger Vessel = Passagierschiff
PINRO	Fischereiforschungsinstitut
P.O.L.	Polish Ocean Line
PSC	Primorsk Shipping Company, Nakhodka
PSCV	Umweltschutzschiff
RYBFLOT	Ministerium für die Fischereiwirtschaft
SDSC	Soviet Danube Shipping Company, Izmail
SEVRYBA	Fangbereich Nord
SOVBUNKER	Außenhandelsgesellschaft von MORFLOT für Treibstoffversorgung
SOVCOMFLOT	Außenhandelsgesellschaft von MORFLOT und Reederei für Schiffe, finanziert mit Westkapital
SOVFRAKHT	Generalagentur von MORFLOT für Auslandsagenturen
SOVMORTRANS	Agentur für Hafenumschlag und Transportorganisation
SOVRYBFLOT	Außenhandelsgesellschaft von RYBFLOT und Reederei für Schiffe, finanziert mit Westkapital
SP	Support Ship = Versorgungsschiff
SSC	Sakhalin Shipping Company, Kholmsk
SUDOIMPORT	Außenhandelsgesellschaft des Ministeriums für Außenhandel (Bereich Schiffbau)

TA	Tanker
TCS	Transglobe Container Service
TEU	Twenty-Feet-Equivalent-Unit = Zwanzig-Fuß-Container
TN	Transnautik
TO	Transocean
TSCS	Transsibirian Container Service
WGT	Westgruppe der sowjetischen Truppen (in Deutschland)
YUGRYBA	Fangbereich Süd
ZAPRYBA	Fangbereich West

Anlage zu BAW vom 14.10.

(N)

FINANCIAL ACTION TASK FORCE

ON MONEY LAUNDERING

REPORT

CONFIDENTIAL

Paris, February 6th, 1990

01.36

9109188

PS6097

SUMMARY

1 - REPORT

INTRODUCTION p. 2

I - EXTENT AND NATURE OF THE MONEY LAUNDERING PROCESS

A - EXTENT p. 3

B - METHODS p. 6

II - PROGRAMS ALREADY IN PLACE TO COMBAT MONEY LAUNDERING

A - INTERNATIONAL INSTRUMENTS p. 9

B - NATIONAL PROGRAMS p. 11

III - RECOMMENDATIONS

A - GENERAL FRAMEWORK OF THE RECOMMENDATIONS p. 14

B - IMPROVEMENT OF NATIONAL LEGAL SYSTEMS TO COMBAT MONEY LAUNDERING p. 16

C - ENHANCEMENT OF THE ROLE OF THE FINANCIAL SYSTEM p. 18

D - STRENGTHENING OF INTERNATIONAL COOPERATION p. 24

CONCLUSION p. 27

2 - SYNOPSIS OF THE FORTY RECOMMENDATIONS OF THE REPORT

9109188

FS6097

FINANCIAL ACTION TASK FORCE
ON MONEY LAUNDERING

REPORT

3109188

INTRODUCTION

The Heads of State or Government of seven major industrial nations and the President of the Commission of the European Communities met in Paris in July 1989 for the fifteenth annual Economic Summit. They stated that the drug problem has reached devastating proportions, and stressed the urgent need for decisive actions, both on a national and international basis. Among other resolutions on drug issues, they convened a Financial Action Task Force (FATF) from Summit Participants and other countries interested in these problems, to assess the results of the cooperation already undertaken to prevent the utilization of the banking system and financial institutions for the purpose of money laundering, and to consider additional preventive efforts in this field, including the adaptation of the statutory and regulatory systems to enhance multilateral legal assistance. They decided that the first meeting of this Task Force would be called by France, and that its report would be completed by April 1990.

In addition to Summit Participants (United States, Japan, Germany, France, United Kingdom, Italy, Canada, and the Commission of the European Communities), eight countries (Sweden, Netherlands, Belgium, Luxemburg, Switzerland, Austria, Spain and Australia), were invited to join the Task Force, in order to enlarge its expertise and also to reflect the views of other countries particularly concerned by, or having particular experience in the fight against money laundering, at the national or international level.

France held the presidency of the Task Force. Several meetings were held in Paris and one meeting in Washington. More than one hundred and thirty experts from various ministries, law enforcement authorities, and bank supervisory and regulatory agencies, met and worked together. The work of the Task Force, in itself, has improved the international cooperation in the fight against money laundering : contacts were established between experts and law enforcement authorities of member countries, and a comprehensive documentation on money laundering techniques, and national programs to combat them has been compiled. As a result, Task Force countries have already improved their readiness and ability to fight against money laundering, and to cooperate to this end .

To facilitate the work of the Task Force, and to take advantage of the expertise of its participants, three working groups were created, which focused respectively on money laundering statistics and methods (working - group 1, presidency : United Kingdom), on leg questions (working - group 2, presidency : United States), and on administrative and financial cooperation (working - group 3, presidency : Italy). Their comprehensive experts constitute part of the background material of this report, and of possible future work.

Building upon this substantial preparation, the Task Force report begins with a thorough analysis of the money laundering process, its extent and methods (part I) ; then, it presents the international instruments and national programs already in place to combat money laundering (part II) ; and it devotes its most extensive and detailed developments to the formulation of action recommendations, on how to improve the national legal systems, enhance the role of the financial system, and strengthen international cooperation against money laundering (part III).

9109188

I - EXTENT AND NATURE OF THE MONEY LAUNDERING PROCESS

A - EXTENT

The financial flows arising from drug trafficking might theoretically be estimated directly or indirectly.

A direct estimation would consist of measuring these flows from the international banking statistics and capital account statistics for the balance of payments. This could be done through an analysis of errors and omissions and other discrepancies. The task force asked the IMF and the BIS to conduct this work.Their conclusion was that although deposits covered by international banking statistics may include a substantial amount of drug money, there is no way in which this aspect can be singled out and it probably accounts for only a small percentage of the totals. The data for banks' liabilities suffers from insufficient coverage of offshore financial centers.

Indirect methods estimate the value of production or sales of narcotics, based on the fact that financial flows arising from drug trafficking are initially the counterparts of flows of drugs themselves. The parties involved in illegal narcotics transactions inevitably come to hold cash or balances in financial institutions whose connections with illicit activity they will wish to conceal. There is currently insufficient information to evaluate, on the basis of estimates of the value of drug sales, the level of these balances resulting from money laundering.

Three indirect methods of estimation were used to assess the scale of financial flows arising from drug traffic.They are based on estimations of drug production or consumption, valued using the retail price of drugs. Only a part of the calculated amounts are profits available to be laundered : production estimates must be modified by estimates of local consumption and losses in the production and distribution chain.

1 - The first method is based on estimations of world drug production. The United Nations estimated drug trafficking proceeds(1) worldwide at $ 300 billion in 1987. This estimation remains very uncertain.

The role of each kind of drug in the generation of proceeds available for money laundering is also difficult to assess. Estimates of US street yield are in the range of $29 billion for cocaine, $10 billion for heroin, and $67 billion for cannabis. Some drugs generate huge profits for the organisations controlling the traffic, making money laundering of large amounts, through complicated financial channels, a necessity, while some others generate profits mainly for the retailers, who may facilitate the laundering of these profits through very simple financial operations, as for instance by bartering drugs for stolen goods, and selling these goods for cash.

---

(1) For purposes of estimating the scale of money laundering as discussed above, "proceeds" means the value of the final sale of illegal drugs, without deduction of costs and without respect to whether payment is made with money or things of value.

For purposes of estimating the scale of money laundering as discussed above, "profits" means the value of drug sales less costs incurred by the traffickers (e.g. the cost of acquiring the drugs themselves, the cost of any precursor or essential chemicals, packaging materials, costs of transportation, costs of corruption, legal fees paid to defense lawyers, etc.

Opium and its derivatives (e.g. heroin) originate mainly from South-East Asia (Golden Triangle) and South-West Asia (Golden Crescent) and Mexico. Proceeds from the sale of this multi-source drug are partly laundered through a sophisticated network of underground financial channels. Retail distribution networks are nonetheless largely controlled by persons located within Task Force countries.

Coca shrubs are cultivated in the Andean countries of South America (e.g. Bolivia, Colombia, Peru), and is converted into the most marketable form, cocaine hydrochloride, predominantly in Colombia. Several cartels are known to control the processing of cocaine hydrochloride in Colombia. Colombian nationals are also known to be involved in organising and controlling distribution networks in other countries. This means that there is a flow of funds destined to Colombia originating in Task Force countries.

The total global crop of cannabis is extremely difficult to estimate, as it grows uncultivated in many of the producing areas. Nevertheless, in many countries, major cannabis import, wholesale, and retail distribution organisations provide a structure which may also be used for distribution of heroin and cocaine. Large cannabis seizures from offshore supply vessels, and bulk consignments of cannabis packed with heroin or cocaine are becoming more common in Europe. There is a rapid and troublesome growth in the size, power, and money laundering capability of some cannabis distribution organisations, raising the spectre of cartels developing in this area. Hence, in law enforcement and money laundering terms, cannabis trafficking constitutes a very serious problem requiring urgent attention.

Although a large part of heroin, cocain and cannabis production is consumed in industrialized countries, important quantities are also consumed in producing countries, especially heroin, where they also generate profits.

Finally, psychotropic substances such as amphetamines/methamphetamines and LSD are produced in clandestine laboratories, including some within Task Force countries. Large amounts of cash are derived, although not on the same scale as for cocaine and heroin.

However, the production-based method of estimation does not provide for an identification of financial flows within individual countries. Accordingly, all that can be said for certain is that the bulk of proceeds arises at the retail level within the Task Force area.

2 - A second method of estimating laundered drug proceeds is based on the consumption needs of drug abusers. But the information regarding drug use obtained through surveys is frequently of doubtful reliability since the activity is illegal : sample populations surveyed for example in homes or schools may miss a significant proportion of drugs users.

3 - A third method of estimating uses data concerning actual seizures of illicit drugs, and projects the total amounts of drugs available for sale by the application of a multiplier to recorded seizures, which is estimated on the basis of a law enforcement seizure rate varying between 5 % and 20 % according to the type of drug considered, and which, on a weighted average, could be approximately of 10 %. This approach, too, raises significant methodological problems.

Using these methods, the group estimated that sales of cocaine, heroin and cannabis amount to approximately $ 122 billions per year in the United States and Europe, of which 50 to 70 % or as much as $ 85 billion per year could be available for laundering and investment. One Task Force member estimated global profits at the main dealer level, which might be most subject to international laundering, to be about $ 30 billion per year.

9109188

B - METHODS

It would be impossible to list the entire range of methods used to launder money. Nevertheless, the Task Force reviewed a number of practical cases of money laundering. It stated that all of them share common factors, regarding the role of cash domestically, of various kinds of financial institutions, of international cash transfers, and of corporate techniques. These common factors indicate clearly where the efforts of the fight against money laundering should focus.

1 - Cash intensiveness

The form of the money obtained through drug trafficking must be changed in order to shrink the huge volumes of cash generated : unlike the proceeds of some other forms of criminal activity, drug cash usually comes in the form of large volumes of mixed denomination notes, and at least in the case of heroin and cocaine, the physical volume of notes received from street dealing is much larger than the volume of the drugs themselves ;

Drugs criminals are faced with major difficulties when in possession of large amounts of cash, and when large transactions cannot be performed in cash without arousing suspicion. A completely cashless economy where all transactions were registered would create enormous problems for the money launderers. Similarly, a rule that cash transactions were illegal above a certain amount for all but certain types of business regularly operating in cash would also create problems for launderers.

This is not to say that the cash intensiveness in one country is by itself correlated with the importance of money laundering. The cash intensiveness of Task Force economies varies greatly between countries. In countries like Switzerland, Germany, the Netherlands, Japan, Belgium and Austria, the cash/GDP ratio lies in the range 6,9 - 8,9 %, whereas at the other extreme are economies such as the UK and France with cash/GDP ratios at about 3 - 4 %. Important cash transactions are increasingly monitored in some countries, such as the United-States and Australia, and were recently prohibited in France over 150.000 francs per operation.

Another observation is that it is easier for the launderer if the cash in which he operates can be directly accepted abroad as a means of exchange. The US dollar in cash is acceptable as a means of exchange in large amounts in many parts of the world : Federal Reserve Board staff have estimated that adult residents of the US held only 11 - 12 % of issued U.S. notes and coins in 1984. The remainder were held by legitimate and illegitimate business enterprises, residents of foreign countries, and persons less than 18 years old.

9109188

I - Role of formal and informal financial institutions.

a) Role of formal financial institutions

Banks and other deposit-taking financial institutions are the main transmitters of money both within the Task Force area and internationally. Clearly the stage of depositing money in institutions is a key one for money launderers. Whether a currency reporting system is in place, or whether the laws in the country only allow or require the reporting of suspicious transactions, many of the Task Force countries have measures in place which would make large cash deposits likely to be brought to the attention of the authorities. Therefore, deposits have to be disguised. In countries where there is cash transaction reporting, deposits have to be broken up into sizes which are lower than the threshold for that reporting ("smurfing"), in order to escape this reporting.

For criminals to avoid suspicion, the reduction of deposit size below reporting requirements is not enough. Deposits may be made in the name of a company whose beneficial owners do not have to be disclosed in the country in which it is headquartered. Those with signing authority for the company in a Task Force country -or receiving payments- do not necessarily know who the beneficial owners are. In some countries, bank accounts can also be opened in the name of trustees, and the beneficiaries under the trust may be kept secret. Deposits may be made by the legal profession in the name of clients to whom the rules of attorney confidentiality may apply.

Even if identity requirements were comprehensive and uniform, it is possible that officials of banks may become corrupt and accept deposits from persons with false identities. Most reputable banks do not open accounts without knowing their customer. But they may be less careful about cash transactions in foreign exchange over the counter, or in providing cashier's cheques or wiring money for non-depositors. It is not believed that automatic teller machines (ATMs) operated by banks at present cause any particular difficulty. But automatic foreign exchange changing machines - already in use in Europe - can provide anonymity during the laundering process. Similarly, any future ATMs which automatically and anonymously converted low value notes into high value ones would also facilitate money laundering.

b) Role of informal financial institutions

It is of course not necessary for criminals to use licensed deposit-taking financial institutions or to establish companies to help deal with their problems. Informal and largely unregulated financial institutions, which can not legally accept deposits, can also be used. The first category of these are Bureaux de Change, which accept money in one currency and convert it into another. This still leaves the cash problem open, but a first transformation has taken place which makes it more difficult to detect the origin of the funds. If informal financial institutions provide this service, they may not record the identity of transactors. Cheque cashers who provide a service mainly after bank hours, if unscrupulous, can work in reverse : selling cheques at a premium for cash.

Informal bankers, including "Hawalla" bankers exist mainly in countries with direct connections with Asia. They are often involved in the gold bullion, gold jewelry or currency exchange business, and may be a member of a family with similar businesses in several countries, or, at the other end of the scale, a street corner confectionery shop. Bona fide employees of foreign banks may operate such systems outside banking hours

9109188

3 - Cash shipments abroad

Drugs proceeds can be deposited abroad in jurisdictions where the banking system is insufficiently regulated and where the establishment of "letter box" companies is permitted. Such jurisdictions may include, for instance, small countries who wish to establish financial services industry as a supplementary source of income -the sale of banking licenses can constitute a major source of revenue to the authorities- and employement for the population. Such jurisdictions are sometimes also tax havens.

These jurisdictions are part of the world payments system without any restriction. So long as this is the case, cash exports will tend to go to these countries for integration into the financial system there and return by means of wire transfers. This means that detection of the outflow of cash becomes especially important when internal avenues have been blocked.

4 - Corporate techniques

Drug dealers must conceal the true ownership and origin of the money while simultaneously controlling it. To this end, they can use various corporate techniques.

Offshore companies can be used by launderers in ways other than simply as depositories for cash. Launderers can set up or buy corporations, perhaps in a tax haven using a local lawyer or other person as a nominee owner, with an account at a local bank. They can then finance the purchase of a similar business at home through a loan from their corporation abroad (or the bank), in effect borrowing their own money and paying it back as if it were a legitimate loan.

The technique of "double invoicing" can be used whereby goods are purchased at inflated prices by domestic companies owned by money launderers from offshore corporations which they also own. The difference between the price and the true value is then deposited offshore and paid to the offshore company and repatriated at will. Variants of the "double invoicing" technique abound.

All these techniques, however, involve going through stages where detection is possible. Either cash has to be exported over a territorial frontier and then deposited in a foreign financial institution, or it requires the knowing or unknowing complicity of someone at home not connected with the drug trade, or it requires convincing a domestic financial institution that a large cash deposit or purchase of a cashier's cheque is legitimate. Once these hurdles have been cleared, the way is much easier inside the legitimate financial system.

Hence, key stages for the detection of money laundering operations are those where cash enters into the domestic financial system, either formally or informally, where it is sent abroad to be integrated into the financial systems of regulatory havens, and where it is repatriated in the form of transfers of legitimate appearance.

91109188

II - PROGRAMS ALREADY IN PLACE TO COMBAT MONEY LAUNDERING

A - INTERNATIONAL INSTRUMENTS

Various international organisations or groups, including the Council of Europe (1), INTERPOL, among EEC members, the Mutual Assistance Group between customs administrations and the TREVI group between ministers in charge of security, as well as the Customs Cooperation Council, have already devoted much attention to the money laundering problem. Besides, two international instruments currently address this issue from different viewpoints : the United Nations Vienna Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances (hereinafter "Vienna Convention"), and the Statement of Principles of the Basel Committee on Banking Regulations and Supervisory Practices (hereinafter Basel Statement of Principles), concerning the "prevention of criminal use of the banking system for the purpose of money laundering".

a) The Vienna Convention

This Convention, which was adopted in Vienna on December 20, 1988, focuses on drug trafficking in general, including of course, but not exclusively, drug money laundering. On this last issue, it lays firm ground for further progress in the following directions :

- it creates an obligation to criminalize the laundering of money derived from drug trafficking, thereby facilitating judicial cooperation and extradition in this field, which today are hampered, given the principle of dual criminality, by the fact that many countries do not presently criminalize money laundering ;

- several parts of the Vienna Convention deal with international cooperation. Its implementation would substantially facilitate international investigations ;

- it makes extradition between signatory States applicable in money laundering cases ;

- it sets out principles to facilitate cooperative administrative investigations ;

- it sets forth the principle that banking secrecy should not interfere with criminal investigations in the context of international cooperation.

---

(1) The Committee of Ministers to the Member States of the Council of Europe adopted on June 27, 1980, a recommendation concerning measures against the transfer and the sheltering of criminally originated funds.

3109188

More than eighty countries have signed this convention, including all Task Force countries. So far, only China, Senegal, the Bahamas and Nigeria have ratified it. Twenty ratifications are necessary for this convention to be brought into force. Given the complexity of the ratification and implementation process, in some countries, its entry into force could take several years.

b) The Basel Statement of Principles

This document, which was agreed to on December 12, 1988, and stated that public confidence in banks may be undermined through their association with criminals, outlines some basic principles with a view to combat money laundering operations through the banking system, in the following directions :

- customer identification ;

- compliance with laws and regulations pertaining to financial transactions, and refusal to assist transaction which appear to be associated with money laundering ;

- cooperation with law enforcement authorities, to the extent permitted by regulations relating to customer confidentiality.

All Task Force countries, except Australia, Austria, and Spain, were part of the group that agreed to the Basel Statement of Principles. The bank regulators and supervisors of these three countries however have expressed that they consider this Statement as also applicable to their supervised banking systems.

Although it is not in itself a legally binding document, various formulas have been used to make its principles an obligation, notably a formal agreement among banks that commits them explicitly (Austria, Italy, Switzerland), a formal indication by bank regulators that failure to comply with these principles could lead to administrative sanctions (France, United Kingdom), or legally binding texts with a reference to these principles (Luxemburg).

In spite of the fact that the Statement of Principles is a recent text, and furthermore that it was very recently established as an obligation for banks, practical measures have already been taken in many countries, such as the appointment of a compliance officer in each bank, in charge of the application of the internal programs against money laundering. Most Task Force countries have set detailed guidelines for banks, making the Principles precise and practical obligations.

It should be noted that certain of these Principles have been applied in most countries for a long time, as for instance the principles of customer identification, and retaining of a record of transactions.

Doc. poco legible

9109188

B - NATIONAL PROGRAMS

Awareness of the problem of money laundering is recent. However, national programs to combat it are already in place in some Task Force countries, although much remains to be done in most of them.

The group agreed to the following working definition to describe the process of money laundering conduct or behaviour :

- the conversion or transfer of property, knowing that such property is derived from a criminal offense, for the purpose of concealing or disguising the illicit origin of the property or of assisting any person who is involved in the commission of such an offense or offenses to evade the legal consequences of his action ;

- the concealment or disguise of the true nature, source, location, disposition, movement, rights with respect to, or ownership of property, knowing that such property is derived from a criminal offense ;

- the acquisition, possession or use of property, knowing at the time of receipt that such property was derived from a criminal offense or from an act of participation in such offense (1).

1 - Money laundering offense

Money laundering is already a specific criminal offense in seven Task Force countries (Australia, Canada, France, Italy, Luxemburg, United Kingdom, United States), and there is a pending legislation to create this offence in four additional Task Force countries (Belgium, Germany, Sweden, Switzerland). In the other Task Force countries (Netherlands, Spain, Austria, Japan), there is currently no specific money laundering offense, although, for some of them the general legislation pertaining to the proceeds of crime covers money laundering offenses.

Some differences appear in the scienter requirements, whereas most countries only criminalize intentional money laundering, other countries also criminalize negligence leading to money laundering.

The criminal penalties for these offenses are heavy fines, imprisonment up to 20 years, and sometimes prohibitions against engaging in certain professions.

---

(1) Most delegates consider that the final paragraph of the definition, drawn from the Vienna Convention, does not describe money laundering per se, but an economic aspect of crime which must be addressed in any comprehensive scheme against money laundering, whereas a few delegates understand this paragraph as being included in the concept of money laundering.

91091188

2 - Freezing, seizure and confiscation of assets

Most Task Force countries have provisional measures concerning freezing, seizure, and/or procedures for asset confiscation relating to drug offenses. However, not all the countries that have established money laundering offenses permit these procedures in relation to money laundering.

The definition of property subject to freezing, seizure and confiscation is generally similar from one country to another, because, in most countries, it also extends to all proceeds of crime, which would normally cover indirect as well as direct profits or proceeds of drug trafficking. In a few countries, it also extends to the property laundered, the instrumentalities used in the crime, or property of corresponding value.

Most Task Force countries allow freezing, seizure or confiscation of assets related to drug trafficking in execution of a formal request of a foreign state, in the framework of their domestic laws, or provided a treaty exists, and subject to additional conditions. Nevertheless, the existing domestic laws and mutual legal assistance treaties do not provide for each Task Force country to obtain freezing, seizure or confiscation of drug related assets in all other member countries.

3 - Bank secrecy laws and reporting requirements

a) Customer identification

None of the Task Force countries allows anonymous accounts, although Austria allows limited forms of anonymous bearer accounts. Most Task Force countries require the identification of customers using safe deposit facilities. Only in some Task Force members (Australia, Luxemburg, Sweden, Switzerland) does the obligation to identify extend to the beneficial owners.

b) Internal records of transactions

All countries' banks must keep account books and records of transactions, for the purpose of prudential supervision, statistics and tax control. In a few countries, banks must also retain internal records of transactions (either all transactions, and/or large cash transactions and/or international transactions), for the purpose of combatting money laundering and other crimes.

The conditions of access of law enforcement authorities to these records are extremely varied among countries. In most cases, judicial proceedings are necessary to overcome bank secrecy rules.

PS6097

c) Detection of suspicious transactions

The detection of suspicious transactions occurring through the financial system, in Task Force countries having specific detection programs, is broadly based on different systems, which can be complementary.

The responsibility for initially detecting suspicious financial flows falls mainly to financial institutions themselves. In some countries, such as Canada, banks have taken on this responsibility ; in other countries, such as the UK, banks have been indirectly obliged to take on this responsibility in order to avoid possible prosecution for money laundering ; while in other countries, such as the US and Australia, this responsibility has been imposed by regulation. The banker, to avoid the risk of being involved in money laundering operations, sets up internal programs to detect suspicious transactions, and declares his suspicions to the competent authorities. Under either system, when banks bring a questionable transaction to the attention of these authorities, they will be protected against judicial actions brought by their customers for failure to respect banking confidentiality. These systems also require confidential relations between bankers and these authorities. Although these systems are recent, the number of declarations -from several hundreds to several thousands each year- received by the competent authorities of countries which apply them, is an indication of their efficiency. In most other Task Force countries, bank secrecy rules do not allow bankers to make such declarations. In some other countries where the reporting of suspicious transactions is mandatory, such as the United States, failure to report suspicious transactions carries administrative penalties.

In addition to mandatory suspicious transaction reporting, competent administrative authorities in two countries rely on the gathering and analysis of systematic information related to cash movements. This is the system in place in the United States and Australia. In this system, financial institutions report routinely all deposits, transfers and withdrawals of cash over $ 10,000. These reports, together with report of international important transfers of cash and similar instruments over $ 10,000, are fed into a computerized database, with an artificial intelligence system, enabling the detection of questionable transactions. In the United-States, about 6 millions reports are made annually under this system, with a cost for the financial institutions estimated at US $ 17 for each report. In the US, currency reports serve a number of purposes beyond identifying suspicious transactions. The reports are used in many ways to support investigations, prosecution and confiscation.

Although recent, there are signs that these programs against money laundering, in countries having such programs, have effective results, by creating increased risks for money launderers. For instance, in the United-States, money laundering "commissions" asked by launderers, which amounted to 2 to 4 % per transaction in the early 1980's, commonly reach 6 to 8 % now.

3109188

Recommendation numbers

III - RECOMMENDATIONS

A - GENERAL FRAMEWORK OF THE RECOMMENDATIONS

Many of the current difficulties in international cooperation in drug money laundering cases are directly or indirectly linked with a strict application of bank secrecy r with the fact that, in many countries, money laundering is not today an offense, and with insufficiencies in multilateral cooperation and mutual legal assistance.

Some of these difficulties will be alleviated when the Vienna Convention is i effect in all the signatory countries, principally because this would open more widely the possibility of mutual legal assistance in money laundering cases. Accordingly, the group unanimously agreed as its first recommendation that each country should, without further

1 delay, take steps to fully implement the Vienna Convention, as proceed to ratify it.[1]

Concerning bank secrecy, it was unanimously agreed that financial institution secrecy laws should be conceived so as not to inhibit implementation of the recommendatio

2 of this group.

Finally, an effective money laundering enforcement program should include increased multilateral cooperation and mutual legal assistance in money laundering

3 investigations and prosecutions and extradition in money laundering cases, where possible.

Nevertheless, this should not be the end point of our efforts to fight this phenomenon. Additional measures are necessary, for at least two reasons :

- the need for rapid and tough actions

As the purpose of the Vienna Convention is the fight against drug trafficking general, including of course, but not exclusively, the fight against drug money launderi, s countries could have difficulties in ratifying and implementing it for reasons that are n related to the issue of money laundering. It remains crucial, whatever the difficulties may b legal and technical grounds, to ratify and implement the Convention fully and without delay

Rapid progress on the issue of money laundering is necessary. Hence, the Tas Force's recommendations include important steps that are implied by this Convention. Furthermore, even on the topics mentioned by the Vienna Convention, it seemed to the gro that the growing dimension and increasing awareness of the problem of money laundering, would justify a reinforcement of its provisions applicable to money laundering issues.

---

(1) However the Task Force did not undertake to determine what steps would be adequate to meet the requirements of the Vienna Convention. So, the adoption of the proposals and recommendations of the Task Force would not necessarily constitute full compliance with th obligations assumed by Task Force countries as parties to the U.N. Vienna Convention.

9109188

- the need for practical measures

Any discrepancy between national measures to fight money laundering can be used potentially by traffickers, who would move their laundering channels to the countries a financial systems where no or weak regulations exist on this matter, making more difficult th detection of funds of criminal origin. To avoid such a risk, these national measures, particula those concerning the diligence of financial institutions, have to be conceived in a way that builds upon and enhances the Basel Statement of Principles, and to be harmonized in their m practical aspects, which is not provided for in the Statement.

On these bases, we recommend action steps that, in our view, could constitute minimal standard in the fight against money laundering, for the countries participating in thi Task Force, as well as for other countries. Some of these recommendations reflect the view o majority of delegates, rather than unanimity, so that they are not limited to the weakest exist solution in the participating countries on each topic. Cases where a minority held a significan different view are also mentioned. Accordingly, the minimal standard we recommend can be viewed as rather ambitious. Nevertheless, it should in no way prevent individual countries fr adopting or maintaining more stringent measures against money laundering. Furthermore, as money laundering techniques evolve, anti-money laundering measures must evolve too : our recommendations will probably need periodic reevaluation.

These action steps against money laundering focus on improvements of nationa legal systems (B), enhancement of the role of the financial system (C), and the strengthening international cooperation (D

9109188

B - IMPROVEMENT OF NATIONAL LEGAL SYSTEMS TO COMBAT MONEY LAUNDERING

1 - Definition of the criminal offense of money laundering

4 Each country should take such measures, as may be necessary, including legislative ones, to enable it to criminalize drug money laundering as set forth in the Vienna Convention.

However, the laundering of drug money is frequentely associated with the laundering of other criminal proceeds. Given the difficulty to bring evidence of drug money laundering specifically, an extension of the scope of this offense, for instance to the most serious offenses, such as arms trafficking, etc., might facilitate its prosecution.

5 Accordingly, each country should consider extending the offense of drug money laundering to any other crimes for which there is a link to narcotics ; an alternative approach is to criminalize money laundering based on all serious offenses, and/or on all offenses t' generate a significant amount of proceeds, or on certain serious offenses.

6 The group agreed that, as provided in the Vienna Convention, the offense of money laundering should apply at least to knowing money laundering activity, including the concept that knowledge may be inferred from objective factual circumstances. Some delegates consider that the offense of money laundering should go beyond the Vienna Convention on this point to criminalize activity where a money launderer should have known the criminal origin of the laundered funds. As already mentioned, a few countries would impose criminal sanctions for negligent money laundering activity.

7 In addition, the group recommends that, where possible, corporations themselves -not only their employees- should be subject to criminal liability.

2 - Provisional measures and confiscation

The Vienna Convention provides for provisional measures and confiscation in case of drug trafficking and laundering of drug money. These measures are a necessary condition to an effective fight against drug money laundering, notably because they facilitate the execution of sentences and help reduce the financial attractiveness of money laundering.

8 Accordingly, countries should adopt measures similar to those set forth in the Vienna Convention, as may be necessary, including legislative ones, to enable their competent authorities to confiscate property laundered, proceeds from, instrumentalities used in or intended for use in the commission of any money laundering offense, or property of corresponding value.

Such measures should include the authority to : 1) identify, trace, and evaluate property which is subject to confiscation ; 2) carry out provisional measures, such a freezing and seizing, to prevent any dealing, transfer, or disposal of such property and 3) take any appropriate investigative measures.

In addition to confiscation and criminal sanctions, countries also should consider monetary and civil penalties, and/or proceedings including civil proceedings, to void contracts entered by parties, where parties knew or should have known that as a result of the contract, the state would be prejudiced in its ability to recover financial claims, e.g., through confiscation or collection of fines and penalties.

91 09188

C - ENHANCEMENT OF THE ROLE OF THE FINANCIAL SYSTEM

In addressing the subject of money laundering, the group has kept in mind the necessity to weigh the impact of its recommendations on financial institutions, and to preserve the efficient operation of national and international financial systems.

1 - Scope of the following recommendations

The entry of cash into the financial system is of crucial importance in the drug money laundering process. This may occur through the financial system (banks and other financial institutions), and also through certain other professions dealing with cash, which are unregulated or virtually unregulated in many countries.

9 Accordingly, the recommendations 12 to 29 of this paper should apply not only to banks, but also to non-bank financial institutions.

10 For maximum effectiveness, these recommendations need to cover as many organisations as possible that receive large value cash payments in the course of their business. Therefore, the appropriate national authorities should take steps to ensure that these recommendations are implemented on as broad a front as is pratically possible.

11 Nevertheless, excessive variation among the national lists for these non-bank financial institutions and other professions dealing with cash, subject to the following recommendations, could potentially facilitate the activity of money launderers. To avoid that, some delegates prefer that a common, minimum list of these financial institutions and professions be accepted by all the countries. As examples of non-bank financial institutions, savings societies including postal savings societies, loan societies, building societies, security brokers and dealers, credit card companies, check cashers, transmitters of funds by wire, money changers / bureaux de change, sales finance companies, consumer loan companies, leasing companies, factoring companies, and gold dealers were mentioned.

It was agreed that, a working group should further examine the possibility of establishing a common minimal list of non bank financial institutions and other professions dealing with cash subject to these recommendations.

2 - Customer identification and record keeping rules

Crucial in the fight against money laundering through the financial system, are the ability of financial institutions to screen undesirable customers, and the ability for law enforcement authorities to conduct their enquiries on the basis of reliable documents about the transactions and the identity of clients.

12 Hence, financial institutions should not keep anonymous accounts or accounts in obviously fictitious names : they should be required (by law, by regulations, by agreements between supervisory authorities and financial institutions or by self-regulatory agreements among financial institutions) to identify, on the basis of an official or other reliable identifying document, and record the identity of their clients, either occasional or usual, when establishing business relations or conducting transactions (in particular opening of accounts or passbooks, entering into fiduciary transactions, renting of safedeposit boxes, performing large cash transactions).

Furthermore, layering of funds of illicit origin is often facilitated by nominee accounts in financial institutions and shareholdings in companies, where beneficial ownership is disguised

9109188

Hence, financial institutions should take reasonable measures to obtain information about the true identity of the persons on whose behalf an account is opened transaction is conducted if there are any doubts as to whether these clients or customers not acting on their own behalf, in particular, in the case of domiciliary companies (i.e. 13 institutions, corporations, foundations, trusts, etc., that do not conduct any commercial or manufacturing business or any other form of commercial operation in the country where registered office is located).

14 Financial institutions should maintain, for at least five years, all necessary records on transactions, both domestic or international, to enable them to comply swiftly information requests from the competent authorities. Such records must be sufficient to pe reconstruction of individual transactions (including the amounts and types of currency inv if any) so as to provide, if necessary, evidence for prosecution of criminal behaviour.

Financial institutions should keep records on customer identification (e.g. copies or records of official identification documents like passports, identity cards, driving licenses or similar documents), account files and business correspondence for at least five years after the account is closed.

These documents should be available to domestic competent authorities, in th context of criminal prosecutions and investigations.

B - Increased diligence of financial institutions

Identification of customers is generally not sufficient to allow financial institutions and law enforcement authorities to detect suspicious transactions.

Hence, financial institutions should pay special attention to all complex, unusual, large transactions, and all unusual patterns of transactions, which have no appare 15 economic or visible lawful purpose. The background and purpose of such transactions should as far as possible, be examined, the findings established in writing, and be available to help supervisors, auditors and law enforcement agencies.

Where financial institutions suspect that funds stem from a criminal activity, bank secrecy rules or other privacy laws which are presently enforced in most countries prohibit them to report their suspicions to the competent authorities. Thus, to avoid any involvement in money laundering operations, they have no other choice, in that case, than denying assistance, severing relations and closing accounts in accordance with the Basle Statement of Principles. The consequence is that these funds can flow through other, undetected channels, which would frustate the efforts of competent authorities in the fight against money laundering.

To avoid this risk, the following principle should be established : If financial institutions suspect that funds stem from a criminal activity, they should be permitted or 16 required to report promptly their suspicions to the competent authorities. Accordingly, there should be legal provisions to protect financial institutions and their employees from criminal c civil liability for breach of any restriction on disclosure of information imposed by contract o by any legislative, regulatory or administrative provision, if they report in good faith, in disclosing suspected criminal activity to the competent authorities, even if they have not know precisely what the underlying criminal activity was, and regardless of whether illegal activity actually occured.

There is a divergence of opinion within the Task Force on whether suspicious activity reporting should be mandatory or permissive. A few countries strongly believe that this reporting should be mandatory, possibly restricted to suspicions on serious criminal activities, and with administrative sanctions available for failure to report.

Doc. con partes poco legibles.

9109188

If financial institutions, while making these reports, warned at the same time their customers, the effect might be similar to a refusal to handle the suspected funds : the suspected customers and their funds would flow through undetected channels.

17 **Hence, financial institutions, their directors and employees, should not, or, where appropriate, should not be allowed to, warn their customers when information relating to them is being reported to the competent authorities.**

18 **In the case of a mandatory reporting system, or in the case of a voluntary reporting system where appropriate, financial institutions reporting their suspicions should comply with instructions from the competent authorities.**

19 **In countries where no obligation of reporting these suspicions exist, when a financial institution develops suspicions about operations of a customer, and when the financia institution chooses to make no report to the competent authorities, it should deny assistance to this customer, sever relations with him and close his accounts.**

The group also discussed what actions financial institutions should take when they learn from competent authorities, even in an informal way, that criminal proceedings, including international mutual assistance requests and/or appropriate freezing orders, are pending or imminent. Further examination of the intricate legal and practical aspects of this question would be useful, to avoid a premature withdrawal of funds which would unduly impair the criminal proceedings.

Staff in financial institutions are still only beginning, in most countries, to become aware of money laundering. This is of great help to money launderers. In some countries, complicity of staff may be also a problem.

20 **Hence, financial institutions should develop programs against money laundering. These programs should include, as a minimum :**

a) the development of internal policies, procedures and controls, including the designation of compliance officers at management level, and adequate screening procedur o ensure high standards when hiring employees ;

b) an ongoing employee training program ;

c) an audit function to test the system.

4 - <u>Measures to cope with the problem of countries with no or insufficient anti money laundering measures</u>.

The strengthening of the fight against money laundering in some countries could lead to a simple move of the money laundering channels, to countries with insufficient money laundering measures, in a process akin to regulator shopping.

9109188

Frequently, a money laundering operation would involve the following stages :

- drugs cash proceeds would be exported from regulated countries to unregulated ones ;

- this cash would be laundered through the domestic formal or informal financial system of these havens ;

- the subsequent stage would be a return of these laundered funds to regulated countries with safe placement opportunities, particularly through wire transfers.

While sovereignty principles make it difficult to prevent this type of displacement of money laundering channels, and other laundering operations using regulation havens, the following principles should be applied by financial institutions in regulated countries :

21 - financial institutions should give special attention to business relations and transactions with persons, including companies and financial institutions, from countries which do not or insufficiently apply these recommendations. Whenever these transactions have no apparent economic or visible lawful purpose, their background and purpose should, as far as possible, be examined, the findings established in writing, and be available to help supervisors, auditors and law enforcement agencies.

22 - financial institutions should ensure that the principles mentioned above are also applied to branches and majority owned subsidiaries located abroad, especially in countries which do not or insufficiently apply these recommendations, to the extent that local applicable laws and regulations permit. When local applicable laws and regulations prohibit this implementation, competent authorities in the country of the mother institution should be informed by the financial institutions that they cannot apply these recommendations.

Within the context of relations between regulated and unregulated countries, the study of a system to monitor cash movements at the border is of special importance (see point 5 hereunder).

5 - Other measures to avoid currency laundering

It was recognised that the stage of drugs cash movements between countries is crucial in the detection of money laundering. A few delegates strongly support the proposal that a system of reporting of all large international transportations of currency or cash equivalent bearer instruments to a domestic central agency with a computerized data base available to domestic judicial or law enforcement authorities should be established for use in money laundering cases. But this opinion is not shared by the majority of the group.

23 Nevertheless, the group acknowledged that the feasibility of measures to detect or monitor cash at the border should be studied, subject to strict safeguards to ensure proper use of information and without impeding in any way the freedom of capital movements.

The detection of suspicious cash operations could potentially be also facilitated if law enforcement authorities were in a position to be informed and to analyze all large cash transactions occuring within their country.

For that purpose, one suggested solution is that these transactions be routinely reported by financial institutions to competent authorities.

9109188

However, the efficiency of such a system, which currently exists in two participating countries, is uncertain. The majority of the group was not convinced of the cost effectiveness of this system at this time, and expressed fears that it could lead financial institutions to feel less responsible for the fight against money laundering. On the other hand, it is the view of a few members that a comprehensive program to combat money laundering must include such a currency reporting system together with the reporting of international transportation of currency and currency equivalent instruments.

24 Nevertheless, the group agreed that countries should consider the feasibility and utility of a system where banks and other financial institutions and intermediaries would report all domestic and international currency transactions above a fixed amount, to a national central agency with a computerized data base, available to competent authorities for use in money laundering cases, subject to strict safeguards to ensure proper use of the information.

Furthermore, given the crucial importance of cash in drug trafficking and drug money laundering, and despite the fact that no clear correlation could be established between the cash intensiveness of a country's economy, and the role of this economy in international

25 money laundering, countries should further encourage in general the development of mode and secure techniques of money management, including increased use of checks, payment cards, direct deposit of salary checks, and book entry recording of securities, as a means to encourage the replacement of cash transfers.

6 - Implementation and role of regulatory and other administrative authorities

Effective implementation of the above recommendations must be ensured.

But the authorities supervising banks and other financial institutions have currently, in many countries, no competence to participate in the fight against criminal activities, because their mission is primarily a prudential one, and because of professional secrecy or other rules.

26 Accordingly, in each member country, the competent authorities supervising banks or other financial institutions or intermediaries, or other competent authorities, should ensure that the supervised institutions have adequate programs to guard against money laundering. These authorities should cooperate and lend expertise spontaneously or on reque with other domestic judicial or law enforcement authorities in money laundering investigations and prosecutions.

The effective implementation of the above mentioned recommendations in other professions dealing with cash is hampered by the fact that, in many countries, these professions

27 are virtually unregulated. Hence, competent authorities should be designated to ensure an effective implementation of all these recommendations, through administrative supervision and regulation, in other professions dealing with cash as defined by each country.

The establishment of programs to combat money laundering in financial institutions and other professions dealing with cash, would require the support of these competent authorities, particularly to make these institutions and professions aware of facts that should normally lead to suspicions. Accordingly, the competent authorities should establish

28 guidelines which will assist financial institutions in detecting suspicious patterns of behavior by their customers. It is understood that such guidelines must develop over time, and will never be exhaustive. It is further understood that such guidelines will primarily serve as an educational tool for financial institutions' personnel.

9109188

29 Furthermore, the competent authorities regulating or supervising financial institutions should take the necessary legal or regulatory measures to guard against control of, or acquisition of a significant participation in financial institutions by criminals or their confederates.

The group acknowledged the risk that, outside the financial sector, industrial or commercial companies also could be acquired by criminals with the aim to use them for money laundering purposes.

D - STRENGTHENING OF INTERNATIONAL COOPERATION

The study of practical cases of money laundering clearly demonstrated that money launderers conduct their activities at an international level, thus exploiting differences between national jurisdictions and the existence of international boundaries. Therefore, enhanced international cooperation between enforcement agencies, financial institutions, and financial institution regulators and supervisors to facilitate the investigations, and prosecution of money launderers, is critical.

1 - Administrative cooperation

a) Exchange of general information

A first step is to improve the knowledge of international flows of drug mon noticeably cash flows, and the knowledge of money laundering methods, to enable a better focus of international and national efforts to combat this phenomenon.

30 Accordingly, national administrations should consider recording, at least in the aggregate, international flows of cash in whatever currency, so that estimates can be made of cash flows and reflows from various sources abroad, when this is combined with central bank information. Such information should be made available to the IMF and BIS to facilitate international studies.

31 International competent authorities, perhaps Interpol and the Customs Cooperation Council, should be given responsibility for gathering and disseminating information to competent authorities about the latest development in money laundering and money laundering techniques. Central banks and bank regulators could do the same on their network. National authorities in various spheres, in consultation with trade associations, could then disseminate this to financial institutions in individual countries.

b) Exchange of information relating to suspicious transactions

Present arrangements for international administrative cooperation and international exchange of information relating to identified transactions, are aknowledged to be insufficient. At the same time, this exchange of information must be consistent with national and international provisions on privacy and data protection. Furthermore, several countries consider that exchange of information relating to individual money laundering cases should take place only in the context of mutual legal assistance.

32 It was agreed that each country should make efforts to improve a spontaneous or "upon request" international information exchange relating to suspicious transactions, persons and corporations involved in those transactions between competent authorities. Strict safeguards should be established to ensure that this exchange of information is consistent with national and international provisions on privacy and data protection.

91 09188

2 - Cooperation between legal authorities

a) Basis and means for cooperation in confiscation, mutual assistance, and extradition

A necessary condition to improve mutual legal assistance on money laundering cases, is that countries acknowledge the offense of money laundering in other countries as an acceptable basis for mutual legal assistance. The group agreed that countries should consider extending the scope of the offence of money laundering to reach any other crimes for which there is a link to narcotics, or to all serious offenses, and let the definition for this wider money laundering offense open between different options. Furthermore, it agreed that :

- countries should adopt a definition covering the offense of drug money laundering compatible with the definition of the Vienna Convention.

33 - countries should try to ensure, on a bilateral or multilateral basis, that different knowledge standards in national definitions -i.e. different standards concerning the intentional element of the infraction- do not affect the ability or willingness of countries to provide each other with mutual legal assistance.

34 Furthermore, international cooperation should be supported by a network of bilateral and multilateral agreements and arrangements based on generally shared legal concepts with the aim of providing practical measures to affect the widest possible range of mutual assistance.

35 The current works in the framework of the Council of Europe, concerning international cooperation as regards search, seizure and confiscation of the proceeds from crime, could constitute the basis of an important multilateral agreement on this matter. Accordingly, countries should encourage international conventions such as the draft convention of the Council of Europe on confiscation of the proceeds from offenses.

b) Focus of improved mutual assistance on money laundering issues

Experience of international cooperation on money laundering issues shows that improvements are necessary on the following topics :

36 - Cooperative investigations - Cooperative investigations among appropriate competent authorities of countries, should be encouraged.

37 - Mutual assistance in criminal matters - There should be procedures for mutual assistance in criminal matters regarding the use of compulsory measures including the production of records by financial institutions and other persons, the search of persons and premises, seizure and obtaining of evidence for use in money laundering investigations and prosecutions and in related actions in foreign jurisdictions.

38 - Seizure and confiscation - There should be authority to take expeditious action in response to requests by foreign countries to identify, freeze, seize and confiscate proceeds or other property of corresponding value to such proceeds, based on money laundering or the crimes underlying the laundering activity.

39 - Coordination of prosecution actions - To avoid conflicts of jurisdiction, consideration should be given to devising and applying mechanisms for determining the best venue for prosecution of defendants in the interests of justice in cases that are subject to prosecution in more than one country. Similarly, there should be arrangements for coordinating seizure and confiscation proceedings which may include the sharing of confiscated assets.

3109188

- Extradition - Countries should have procedures in place to extradite, where possible, individuals charged with a money laundering offense or related offenses. With respect to its national legal system, each country should recognize money laundering as an extraditable offense. Subject to their legal frameworks, countries may consider simplifying extradition by allowing direct transmission of extradition requests between appropriate ministries, extraditing persons based only on warrants of arrests or judgments, extraditing their nationals, and/or introducing a simplified extradition of consenting persons who waive formal extradition proceedings.

40

3109188

CONCLUSION

The delegates to the Financial Action Task Force agreed that the presidency of the Task Force would address this report to finance ministers of participating countries, which would submit it to their Heads of State or Government, and circulate it to other competent authorities.

The group agreed that decisions from the Summit of the Heads of State or Government of seven major industrial nations, which convened the Financial Task Force, would be crucial for the implementation of the recommendations and further work and studies. Political impetus would also be particularly necessary to crystallize strong coordinated overall international action, and to define the best ways to associate other countries, including drug producing countries, to the fight against money laundering.

While discussing the most adequate ways by which the follow-up to its works could be organized, the group emphasized that the wider the number of countries applying these recommandations (including countries which have weak or no regulations against money laundering) the greater their efficiency would be. It considered that a regular assessment of progress realized in enforcing money laundering measures would stimulate countries to give to these issues a high priority, and would contribute to a better mutual understanding and hence to an improvement of the national systems to combat money laundering.

9109188

P96097 30

SYNOPSIS OF
THE FORTY RECOMMENDATIONS
OF THE REPORT

9109188

PS6097 31

A - GENERAL FRAMEWORK OF THE RECOMMENDATIONS

1 Each country should, without further delay, take steps to fully implement the Vienna Convention, and proceed to ratify it.

2 Financial institutions secrecy laws should be conceived so as not to inhibit implementation of the recommendations of this group.

3 An effective money laundering enforcement program should include increased multilateral cooperation and mutual legal assistance in money laundering investigations and prosecutions and extradition in money laundering cases, where possible.

B - IMPROVEMENT OF NATIONAL LEGAL SYSTEMS TO COMBAT MONEY LAUNDERING

Definition of the criminal offense of money laundering

4 Each country should take such measures, as may be necessary, including legislative ones, to enable it to criminalize drug money laundering as set forth in the Vienna Convention.

5 Each country should consider extending the offense of drug money laundering to any other crimes for which there is a link to narcotics ; an alternative approach is to criminalize money laundering based on all serious offenses, and/or on all offenses that generate a significant amount of proceeds, or on certain serious offenses.

6 As provided in the Vienna Convention, the offense of money laundering should apply at least to knowing money laundering activity, including the concept that knowledge may be inferred from objective factual circumstances.

Where possible, corporations themselves -not only their employees- should be subject to criminal liability.

Provisional measures and confiscation

Countries should adopt measures similar to those set forth in the Vienna Convention, as may be necessary, including legislative ones, to enable their competent authorities to confiscate property laundered, proceeds from, instrumentalities used in or intended for use in the commission of any money laundering offense, or property of corresponding value.

Such measures should include the authority to : 1) identify, trace, and evaluate property which is subject to confiscation ; 2) carry out provisional measures, such a freezing and seizing, to prevent any dealing, transfer, or disposal of such property and 3) take any appropriate investigative measures.

In addition to confiscation and criminal sanctions, countries also should consider monetary and civil penalties, and/or proceedings including civil proceedings, to void contracts entered by parties, where parties knew or should have known that as a result of the contract, the state would be prejudiced in its ability to recover financial claims, e.g., through confiscation or collection of fines and penalties.

9109188

C - ENHANCEMENT OF THE ROLE OF THE FINANCIAL SYSTEM

Scope of the following recommendations

9 The recommendations 12 to 29 of this paper should apply not only to banks, but also to non-bank financial institutions.

10 The appropriate national authorities should take steps to ensure that these recommendations are implemented on as broad a front as is pratically possible.

11 A working group should further examine the possibility of establishing a common minimal list of non bank financial institutions and other professions dealing with cash subject to these recommendations.

Customer identification and record keeping rules

12 Financial institutions should not keep anonymous accounts or accounts in obviously fictitious names : they should be required (by law, by regulations, by agreements between supervisory authorities and financial institutions or by self-regulatory agreements among financial institutions) to identify, on the basis of an official or other reliable identifying document, and record the identity of their clients, either occasional or usual, when establishing business relations or conducting transactions (in particular opening of accounts or passbooks, entering into fiduciary transactions, renting of safedeposit boxes, performing large cash transactions).

13 Financial institutions should take reasonable measures to obtain information about the true identity of the persons on whose behalf an account is opened or a transaction is conducted if there are any doubts as to whether these clients or customers are not acting on their own behalf, in particular, in the case of domiciliary companies (i.e. institutions, corporations, foundations, trusts, etc., that do not conduct any commercial or manufactoring business or any other form of commercial operation in the country where their registered office is located).

14 Financial institutions should maintain, for at least five years, all necessary records on transactions, both domestic or international, to enable them to comply swiftly with information requests from the competent authorities. Such records must be sufficient to permit reconstruction of individual transactions (including the amounts and types of currency involved, if any) so as to provide, if necessary, evidence for prosecution of criminal behaviour.

Financial institutions should keep records on customer identification (e.g. copies or records of official identification documents like passports, identity cards, driving licenses or similar documents), account files and business correspondence for at least five years after the account is closed.

These documents should be available to domestic competent authorities, in the context of relevant criminal prosecutions and investigations.

Increased diligence of financial institutions

15 Financial institutions should pay special attention to all complex, unusual large transactions, and all unusual patterns of transactions, which have no apparent economic or visible lawful purpose. The background and purpose of such transactions should, as far as possible, be examined, the findings established in writing, and be available to help supervisors, auditors and law enforcement agencies.

16 If financial institutions suspect that funds stem from a criminal activity, they should be permitted or required to report promptly their suspicions to the competent authorities. Accordingly, there should be legal provisions to protect financial institutions and their employees from criminal or civil liability for breach of any restriction on disclosure of information imposed by contract or by any legislative, regulatory or administrative provision, if they report in good faith, in disclosing suspected criminal activity to the competent authorities, even if they have not known precisely what the underlying criminal activity was, and regardless of whether illegal activity actually occured.

17 Financial institutions, their directors and employees, should not, or, where appropriate, should not be allowed to, warn their customers when information relating to them is being reported to the competent authorities.

18 In the case of a mandatory reporting system, or in the case of a voluntary reporting system where appropriate, financial institutions reporting their suspicions should comply with instructions from the competent authorities.

19 When a financial institution develops suspicions about operations of a customer, and, when no obligation of reporting these suspicions exist, makes no report to the competent authorities, it should deny assistance to this customer, sever relations with him and close his accounts.

20 Financial institutions should develop programs against money laundering. These programs should include, as a minimum :

a) the development of internal policies, procedures and controls, including the designation of compliance officers at management level, and adequate screening procedures to ensure high standards when hiring employees ;

b) an ongoing employee training program ;

c) an audit function to test the system.

Measures to cope with the problem of countries with no or insufficient anti money laundering measures.

21 Financial institutions should give special attention to business relations and transactions with persons, including companies and financial institutions, from countries which do not or insufficiently apply these recommendations. Whenever these transactions have no apparent economic or visible lawful purpose, their background and purpose should, as far as possible, be examined, the findings established in writing, and be available to help supervisors, auditors and law enforcement agencies.

22 Financial institutions should ensure that the principles mentioned above are also applied to branches and majority owned subsidiaries located abroad, especially in countries which do not or insufficiently apply these recommendations, to the extent that local applicable laws and regulations permit. When local applicable laws and regulation prohibit this implementation, competent authorities in the country of the mother institution should be informed by the financial institutions that they cannot apply these recommendations.

Other measures to avoid currency laundering

23 The feasibility of measures to detect or monitor cash at the border should be studied, subject to strict safeguards to ensure proper use of information and without impeding in any way the freedom of capital movements.

24 Countries should consider the feasibility and utility of a system where banks and other financial institutions and intermediaries would report all domestic and international currency transactions above a fixed amount, to a national central agency with a computerized data base, available to competent authorities for use in money laundering cases, subject to strict safeguards to ensure proper use of the information.

25 Countries should further encourage in general the development of modern and secure techniques of money management, including increased use of checks, payment cards, direct deposit of salary checks, and book entry recording of securities, as a means to encourage the replacement of cash transfers.

Implementation and role of regulatory and other administrative authorities

26 The competent authorities supervising banks or other financial institutions or intermediaries, or other competent authorities, should ensure that the supervised institutions have adequate programs to guard against money laundering. These authorities should cooperate and lend expertise spontaneously or on request with other domestic judicial or law enforcement authorities in money laundering investigations and prosecutions.

27 Competent authorities should be designated to ensure an effective implementation of all these recommendations, through administrative supervision and regulation, in other professions dealing with cash as defined by each country.

28 The competent authorities should establish guidelines which will assist financial institutions in detecting suspicious patterns of behaviour by their customers. It is understood that such guidelines must develop over time, and will never be exhaustive. It is further understood that such guidelines will primarily serve as an educational tool for financial institutions' personnel.

29 The competent authorities regulating or supervising financial institutions should take the necessary legal or regulatory measures to guard against control of, or acquisition of a significant participation in financial institutions by criminals or their confederates.

9109188

D - STRENGTHENING OF INTERNATIONAL COOPERATION

Administrative cooperation

a) Exchange of general information

30 National administrations should consider recording, at least in the aggregate, international flows of cash in whatever currency, so that estimates can be made of cash flows and reflows from various sources abroad, when this is combined with central bank information. Such information should be made available to the IMF and BIS to facilitate international studies.

31 International competent authorities, perhaps Interpol and the Customs Cooperation Council, should be given responsibility for gathering and disseminating information to competent authorities about the latest development in money laundering and money laundering techniques. Central banks and bank regulators could do the same on their network. National authorities in various spheres, in consultation with trade associations, could then disseminate this to financial institutions in individual countries.

b) Exchange of information relating to suspicious transactions

32 Each country should make efforts to improve a spontaneous or "upon request" international information exchange relating to suspicious transactions, persons and corporations involved in those transactions between competent authorities. Strict safeguards should be established to ensure that this exchange of information is consistent with national and international provisions on privacy and data protection.

Cooperation between legal authorities

a) Basis and means for cooperation in confiscation, mutual assistance, and extradition

33 Countries should try to ensure, on a bilateral or multilateral basis, that different knowledge standards in national definitions -i.e. different standards concerning the intentional element of the infraction- do not affect the ability or willingness of countries to provide each other with mutual legal assistance.

34 International cooperation should be supported by a network of bilateral and multilateral agreements and arrangements based on generally shared legal concepts with the aim of providing practical measures to affect the widest possible range of mutual assistance.

35 Countries should encourage international conventions such as the draft convention of the Council of Europe on confiscation of the proceeds from offenses.

b) Focus of improved mutual assistance on money laundering issues

36 Cooperative investigations among appropriate competent authorities of countries, should be encouraged.

37 There should be procedures for mutual assistance in criminal matters regarding the use of compulsory measures including the production of records by financial institutions and other persons, the search of persons and premises, seizure and obtaining of evidence for use in money laundering investigations and prosecutions and in related actions in foreign jurisdictions.

9109188

38 There should be authority to take expeditious action in response to requests by foreign countries to identify, freeze, seize and confiscate proceeds or other property of corresponding value to such proceeds, based on money laundering or the crimes underlying the laundering activity. There should also be arrangements for coordinating seizure and confiscation proceedings which may include the sharing of confiscated assets.

39 To avoid conflicts of jurisdiction, consideration should be given to devising and applying mechanisms for determining the best venue for prosecution of defendants in the interests of justice in cases that are subject to prosecution in more than one country. Similarly, there should be arrangements for coordinating seizure and confiscation proceedings which may include the sharing of confiscated assets.

40 Countries should have procedures in place to extradite, where possible, individuals charged with a money laundering offense or related offenses. With respect to its national legal system, each country should recognize money laundering as an extraditable offense. Subject to their legal frameworks, countries may consider simplifying extradition by allowing direct transmission of extradition requests between appropriate ministries, extraditing persons based only on warrants of arrests or judgments, extraditing their nationals, and/or introducing a simplified extradition of consenting persons who waive formal extradition proceedings.

SECRET

Nº. DOCUMENTO
TITULO ACONTECIMIENTOS INTERNACIONALES, VARIOS.-
FECHA 20358.
FOLIO
MINUTA

ACONTECIMIENTOS INTERNACIONALES:

A. COMISION DE DERECEO HUMANOS DE LAS NACIONES UNIDAS: CUBA FUE REELEGIDA A LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS DE LA ONU, EN VOTACION CON MARGEN DE 38 A 16 VOTOS. CUBA ERA UNO DE LOS SIETE CANDIDATOS A LAS SEIS VACANCIAS LATINOAMERICANAS Y DEL CARIBE.

B. ESTADOS UNIDOS: EL 26 DE JUNE, OFICIALES CUBANOS DE LA SECCION DE INTERESES MANIFESTARON QUE CUBA TIENE EL DESEO DE COMENZAR NEGOCIACIONES PARA LA NORMALIZACION DE RELACIONES CON LOS ESTADOS UNIDOS, PERO SIEMPRE Y CUANDO ESTAS NEGOCIACIONES SE REALIZEN SIN NINGUNA CONDICION PREDETERMINADA.

C. CONSEJO DE ASISTENCIA ECONOMICA MUTUA (CEMA): EL CEMA FUE FORMALMENTE ABOLIDO DURANTE SU QUADRAGESIMA SEXTA REUNION LA CUAL SE LLEVO A CABO EL 28 DE JUNIO. EN PRACTICA, EL CEMA SE ENCONTRABA YA INACTIVO DESDE LOS CAMBIOS OCURRIDOS EN EUROPA DEL ESTE, APROXIMADAMENTE UN AÑO ATRAS. LOS ANTIGUOS MIEMBROS ESTAN BUSCANDO NUEVAS FORMAS DE COOPERACION REGIONAL Y ESTAS NO INCLUYEN A CUBA, MONGOLIA Y VIETNAM.

ACONTECIMIENTOS INTERNOS CUBANOS:

S E C R E T

Fecha de Entrada 6/8/91
Pasa a II
Nº. de Identificación 91 01150

91 09189

01-04

A. TURISMO: SEGUN EL PRESIDENTE DEL INSTITUTO NACIONAL CUBANO DE TURISMO RAFAEL SED PEREZ, EL TURISMO EN CUBA CONTINUARA SU DESARROLLO EN EL FUTURO. CUBA TENDRA DISPONIBLE MAS DE 4.000 HABITACIONES PARA LOS DECIMO PRIMEROS JUEGOS PANAMERICANOS A REALIZARSE EN AGOSTO. TAMBIEN SE ESTA EMPRENDIENDO UN PROGRAMA DE INVERSION QUE PROPORCIONARA 5.200 HABITACIONES PARA 1991. LAS ENTRADAS PROVENIENTES DEL TURISMO FUERON EQUIVALENTES A 250 MILLONES DE DOLARES EN EL ANO 1990. SE ESPERA QUE ESTE MONTO AUMENTE EN UN 15 POR CIENTO PARA 1991. LA MAYOR PARTE DE LOS 340.000 TURISTAS QUE VISITARON CUBA EN 1990 FUERON DE NACIONALIDAD CANADIENSE, ALEMANA, MEXICANA, ESPANOLA, ITALIANA, BRASILERA Y ARGENTINA. EL INSTITUTO ESPERA QUE PARA 1995 HABRAN 50.000 HABITACIONES DISPONIBLES QUE ACOMODARAN A UN MILLON Y MEDIO DE TURISTAS.

B. LOS MEDIOS CUBANOS DE INFORMACION ANUNCIARON QUE LAS ACTIVIDADES DE LOS TRADICIONALES FESTIVALES FOLCLORICOS DE VERANO QUE SE CELEBRAN EN AGOSTO EN LA HABANA SERAN CONSIDERABLEMENTE REDUCIDAS DEBIDO A LA ESCASEZ DE VESTIMENTA, ALIMENTACION, LLANTAS O NEUMATICOS, COMBUSTIBLE, ADEMAS DE OTROS ARTICULOS.

C. LOS JUEGOS PANAMERICANOS: DEBIDO A LA PROXIMA APERTURA DE LOS JUEGOS PANAMERICANOS EL 2 DE AGOSTO, EL GOBIERNO CUBANO ASIGNO 8.000 TRABAJADORES PARA CONCLUIR LAS INSTALACIONES DESTINADAS A ESTE EVENTO. A PESAR DE QUE LA MAYOR PARTE DE LA CONSTRUCCION ESTA YA TERMINADA, EXISTEN INQUIETUDES DE QUE EL TRABAJO DE RETOQUE REQUERIDO NO SERA CONCLUIDO A TIEMPO. LA PRESION SOBRE LOS TRABAJADORES HA CAUSADO SEVERAS CONFRONTACIONES DANDO LUGAR AL RECHAZO DE LAS METAS DE CUMPLIMIENTO POR CONSIDERARLAS NO REALISTAS. LOS TRABAJADORES TAMBIEN ACUSARON A LAS AUTORIDADES DE LLEVAR UNA VIDA PRIVILEGIADA EN LOS CONFORTABLES SUBURBIOS DE LA HABANA, MIENTRAS QUE ELLOS TRABAJAN DURAMENTE 12 HORAS DIARIAS BAJO UN SOL INTENSO Y SOMETIDOS A UN LASTIMOSO ABASTO DE ARTICULOS RACIONADOS. A TRAVES DEL DIA, SE PUEDE OBSERVAR EN LAS CALLES HABANERAS LAS LARGAS Y TEDIOSAS LINEAS DE CIUDADANOS QUE AGUARDAN LOS ALIMENTOS RACIONADOS. LA INVERSION DE DINERO EN LOS JUEGOS PANAMERICANOS A DADO LUGAR A BROMAS IRONICAS: "NOSOTROS QUEREMOS PAN Y LOS AMERICANOS".

ACONTECIMIENTOS EN LA UNION SOVIETICA Y EUROPA DEL ESTE:

A. UNION SOVIETICA:

1. ASISTENCIA ECONOMICA Y MILITAR: UN PORTAVOZ DEL MINISTERIO SOVIETICO DE RELACIONES EXTERIORES, RESPONDIENDO A DECLARACIONES DE PRENSA EN SENTIDO DE QUE LOS ESTADOS UNIDOS HA DEMANDADO QUE LA UNION SOVIETICA CANCELE SU AYUDA A CUBA COMO REQUISITO PARA OTORGAR CREDITOS ESPECIALES PARA LAS TRANSACCIONES COMERCIALES E IMPORTACION DE GRANOS DE PROCEDENCIA NORTEAMERICANA, DECLARO QUE LA UNION SOVIETICA NO REDUCIRA SUS VINCULOS ECONOMICOS CON CUBA. ESTE MINISTERIO TAMBIEN ANUNCIO QUE LA UNION SOVIETICA PROBABLEMENTE REANUDARA EN APROXIMADAMENTE 45 DIAS LOS ENVIOS DE ALIMENTOS A CUBA, DESPUES DE UNA INTERRUPCION DE CINCO MESES. DE ACUERDO AL MINISTERIO SOVIETICO DE RELACIONES EXTERIORES EL ABASTECIMIENTO DE ALIMENTOS Y OTROS ARTICULOS DE PRIMERA NECESIDAD FUERON INTERRUMPIDOS DEBIDO A QUE ALGUNOS SUMINISTRADORES SOVIETICOS NO PUDIERON CUMPLIR CON SUS COMPROMISOS. ADEMAS, EL MINISTRO ANUNCIO QUE LOS RUMORES REFERENTES A LA REDUCCION DE LA AYUDA MILITAR A CUBA ERAN FALSOS Y QUE SOLAMENTE ELLOS PODRIAN IMPLEMENTAR LAS REDUCCIONES DE LA AYUDA UNA VEZ QUE LOS ESTADOS UNIDOS GARANTICE QUE NO INICIARA HOSTILIDADES CONTRA CUBA.

2. FIDEL CASTRO EN UNA ENTREVISTA CON EL PERIODICO MEXICANO "SIEMPRE" DECLARO QUE LA CRISIS EN LA UNION SOVIETICA A CAUSADO UN GRAN DANO EN LAS RELACIONES ECONOMICAS ENTRE LOS DOS PAISES. EL DANO ES AUN MAS GRANDE QUE EL OCASIONADO POR LA DESAPARICION DEL CAMPO SOCIALISTA EN EUROPA DEL ESTE. CASTRO SENALO "QUE ESTO ESTA TRAYENDO FUNESTAS CONSECUENCIAS PARA LA SEGURIDAD DE CUBA Y EL DESTINO DE LA REVOLUCION" Y "QUE POR 30 ANOS CUBA FUE ACUSADA DE SER SATELITE DE LA UNION SOVIETICA LO CUAL ES UNA MENTIRA". EL ACTUAL LIDERAZGO "HA CULTIVADO SIEMPRE UN SENTIMIENTO DE RESPETO Y AMISTAD POR CUBA Y HA HECHO TODO ESFUERZO PARA DESARROLLAR VINCULOS BILATERALES". AL FINAL DE LA ENTREVISTA, CASTRO MANIFESTO QUE AHORA MAS QUE NUNCA "EXISTIA UNA CRECIENTE AMENAZA DE INVASION NORTEAMERICA A CUBA".

3. EL 13 DE JUNIO EN UNA CONFERENCIA DE PRENSA, UN ALTO FUNCIONARIO DEL MINISTERIO SOVIETICO DE INGENIERIA E INDUSTRIA DECLARO "QUE LA PLANTA NUCLEAR DE JURAGUA EN CUBA ES UNA VERSION MODERNA DE LA PLANTA NUCLEAR SOVIETICA EN LOVINA, FINLANDIA, LA CUAL

HA TENIDO POR 14 ANOS UN IMPECABLE RECORD DE SEGURIDAD. ADEMAS, PARA LA PLANTA CUBANA SE HA TOMADO EN CONSIDERACION LA MAYOR ACTIVIDAD SISMICA DE CUBA, LOS FRECUENTES HURACANES, LAS POSIBLES MAREJADAS, EL CLIMA TROPICAL HUMEDO Y LA POSIBLE CAIDA DE UNA NAVE AEREA EN LA PLANTA. ESTE MISMO FUNCIONARIO DECLARO TAMBIEN QUE SI AUN OCURRIESE UN ACCIDENTE, NINGUNA PERSONA FUERA DE LA PLANTA PODRIA SUFRIR ALGUN DANO DEBIDO A LAS FACILIDADES DE CONTENCION DE ESTA PLANTA".

4. JOHANNES HERNANDEZ ASTORGA FUE ENVIADO A UCRANIA COMO CONSUL GENERAL DE CUBA.

B. CHECOSLOVAQUIA:

1. ARMANDO VALLADARES POETA CUBANO DISIDENTE, QUIEN FUE ENCARCELADO EN CUBA POR 23 ANOS Y CON RESIDENCIA EN ESTADOS UNIDOS AL PRESENTE, SE ENTREVISTO CON EL PRESIDENTE CHECOSLOVACO VACLAV HAVEL EL 18 DE JUNIO. DURANTE LA ENTREVISTA HAVEL MANIFESTO QUE SIMPATIZA CON LA OPOSICION CUBANA YA QUE EL TAMBIEN HABIA SIDO CALIFICADO POR FIDEL CASTRO COMO AGENTE DEL IMPERIALISMO.

2. MARTIN PALOUS VICEMINISTRO CHECOSLOVACO DE RELACIONES EXTERIORES ANUNCIO EL 13 DE JUNIO QUE CHECOSLOVAQUIA NO PLANEA ABASTECER TANQUES A CUBA COMO LO INDICABAN NUMEROSOS RUMORES.

ACONTECIMIENTOS EN AMERICA LATINA:

1. EL 28 DE JUNIO, CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ VICEPRESIDENTE CUBANO, ANUNCIO QUE EL GOBIERNO CUBANO FAVORECIA LA APROBACION DE UNA DECLARACION EN LA PROXIMA REUNION CUMBRE IBEROAMERICANA, LA CUAL ESTABLECERIA "LAS BASES PARA EL DESARROLLO DE AMERICA LATINA EN BASE A UN CONSENSO COMERCIAL Y ECONOMICO DE LA REGION". RODRIGUEZ NO ESTA INTERESADO EN DISCUTIR CON OTROS PRESIDENTES QUE ASISTIRAN A ESTA REUNION CUMBRE DE GUADALAJARA, LOS DIFERENTES CRITERIOS EN LOS METODOS DE GOBERNAR UN PAIS, SINO QUE QUIERE DISCUTIR EL ESTABLECIMIENTO DE ALGUNA FORMA DE COHESION PARA AMERICA LATINA. SEGUN EL VICEPRESIDENTE CUBA ESTARIA PREPARADA "DE IGUAL MANERA PARA RESPONDER A CADA UNO DE LOS CONTRATIEMPOS YA SEA DE CARACTER ECONOMICO O POLITICO".

2. VENEZUELA: EL 26 DE JUNIO, EL GOBIERNO VENEZOLANO OTORGO ASILO POLITICO A HECTOR TORRES Y VICTOR FRANCO, 2 MIEMBROS DEL EQUIPO CUBANO DE BEISBOL, EL CUAL FUE GANADOR DEL DECIMO CUARTO CAMPEONATO CENTROAMERICANO REALIZADO EL 22-23 DE JUNIO EN VENEZUELA.

ACONTECIMIENTOS EN EUROPA:

A. ESPANA: LAS CAMARAS DE COMERCIO DE ZARAGOZA Y CUBA FIRMARON ACUERDOS BILATERALES EL 12 DE JUNIO. EL GOBIERNO ESPANOL DECIDIO REANUDAR SU COOPERACION CON CUBA Y DESCONGELAR LOS FONDOS PARA LOS TRES PROYECTOS QUE FUERON SUSPENDIDOS DEBIDO A LA CRISIS DE LA EMBAJADA ESPANOLA EN LA HABANA OCURRIDA EL PASADO MES DE JULIO. ESTO PERMITIRA QUE AMBOS GOBIERNOS SE ENTREVISTEN PARA NEGOCIAR UN PLAN DE AYUDA A CUBA PARA 1991-1993.

B. ALEMANIA: GREGORY GYSI PRESIDENTE DEL PARTIDO SOCIALISTA DEMOCRATA ALEMAN, CENSURO LA DECISION DEL GOBIERNO ALEMAN DE SUSPENDER LOS ANTIGUOS ACUERDOS EXISTENTES ENTRE ALEMANIA DEL ESTE Y CUBA. GYSI MANIFESTO QUE ESTA POSICION ES UNA CONTRAVENCION A LAS PROVISIONES ESTABLECIDAS EN EL TRATADO DE UNIFICACION DE LOS DOS ANTIGUOS ESTADOS, EL CUAL ESTABLECE QUE LA REPUBLICA FEDERAL ALEMANA ASUMIRIA TODOS LOS ACUERDOS DE LA YA DEFUNTA REPUBLICA DEMOCRATICA ALEMANA A NO SER DE EXISTIR ALGUNA MODIFICACION CONJUNTA QUE FUESE EJECUTADA POR LOS REPRESENTANTES DE LOS DOS PAISES.

C. EL 2 DE JUNIO, A INVITACION DE LA ASAMBLEA NACIONAL DEL PODER POPULAR, LLEGO A LA HABANA UNA MISION DEL PARLAMENTO EUROPEO. LA MISION ESTABA CONSTITUIDA POR DIPUTADOS INGLESES, ALEMANES E ITALIANOS, LOS CUALES VISITARON LA ISLA PARA FORMULAR PROPUESTAS PARLAMENTARIAS FAVORABLES A CUBA, PARTICULARMENTE EN VISTA A LAS DIFICULTADES POR LAS QUE ATRAVIEZA CUBA DEBIDO A LOS EVENTOS EN EUROPA DEL ESTE.

ACONTECIMIENTOS EN AFRICA:

A. ANGOLA: EL VOCERO RADIAL DE LA RESISTENCIA UNITA REPORTO

QUE EL 7 Y 8 DE JUNIO TRABAJADORES PORTUARIOS EN LUANDA Y LOBITO FUERON TESTIGOS DE LA PRESENCIA DE TROPAS CUBANAS EN AMBAS LOCALIDADES. UNITA HA REPORTADO QUE LOS CUBANOS ESTABAN CARGANDO EQUIPO MILITAR EN BARCOS MERCANTES PARA SU TRANSPORTE A CUBA, EN CONTRADICCION AL PRONUNCIAMIENTO GUBERNAMENTAL DE MAYO PASADO DE QUE LAS TROPAS CUBANAS SE HABIAN RETIRADO DE ANGOLA.

B. UGANDA: UGANDA FIRMO UN NUEVO ACUERDO DE TRUEQUE O PERMUTA CON CUBA POR UN VALOR ANUAL DE 4 MILLONES DE DOLARES PARA ABASTACER FRIJOLES Y ARTICULOS DE CUERO A CUBA A CAMBIO DE PRODUCTOS FARMACEUTICOS CUBANOS ASI COMO TAMBIEN AZUCAR. ESTE ES EL CUARTO ACUERDO COMERCIAL ANUAL ENTRE LOS 2 PAISES.

C. SUD AFRICA: SE ESPERA QUE JEFES DE ESTADO DE MUCHOS PAISES AFRICANOS, LIDERES DE MOVIMIENTOS POLITICOS INCLUYENDO AL LIDER DE LA ORGANIZACION PARA LA LIBERACION DE PALESTINA (OLP) YASIR ARAFAT, AL IGUAL QUE UNA DELEGACION CUBANA, SE ENCUENTREN PRESENTES EN EL ENCUENTRO DEL CONGRESO NACIONAL AFRICANO A REALIZARSE EN DURBAN DURANTE ESTE MES.

D. EL 21 DE JUNIO, NAMIBIA Y CUBA FIRMARON UN TRATADO DE COOPERACION ECONOMICO, EL CUAL PERMITIRA LA PRESENCIA DE EXPERTOS CUBANOS EN LOS CAMPOS DE AGRICULTURA Y CONSTRUCCION EN NAMIBIA.

E. EL PRESIDENTE DE LA COMISION DEL HEMISFERIO SUD Y ANTIGUO PRESIDENTE DE TANZANIA JULIUS NYERERE E ISIDORO MALMIERCA MINISTRO CUBANO DE RELACIONES EXTERIORES, SE REUNIERON EN CUBA EL 27 DE JUNIO PARA DISCUTIR LAS SOLUCIONES A LOS PROBLEMAS QUE AGOBIAN A LOS PAISES DEL TERCER MUNDO. NYERERE ESTA REALIZANDO UNA GIRA POR AMERICA LATINA Y ESTA TAMBIEN PRESENTANDO EL INFORME "DESAFIO PARA EL SUD" EL CUAL DISCUTE LA NECESIDAD DE UNIR CONJUNTAMENTE AL TERCER MUNDO PARA AFRONTAR AL RICO Y PODEROSO HEMISFERIO NORTE. ESTE INFORME TAMBIEN OFRECE POSIBILIDADES PARA EL DESARROLLO Y BIENESTAR DE LAS NACIONES DEL TERCER MUNDO.

ACONTECIMIENTOS EN EL LEJANO ORIENTE:

A. KAMPUCHEA: EL DIRECTOR DEL HOSPITAL "SIETE DE ENERO" DECLARO QUE DEBIDO A LA MEJOR CAPACIDTACION DE SUS PROPIOS MEDICOS ASI COMO DEL RESTO DEL PERSONAL, EL HOSPITAL NO TENDRA LA NECESIDAD

SECRET

DE REQUIRIR LOS SERVICIOS MEDICOS DE LOS EXPERTOS CUBANOS. EL GRUPO MEDICO CUBANO FINALIZARA SU MISION EN PHNOM PENH EN AGOSTO DE 1991.

B. VIETNAM: RADIO HANOI VOCERO VIETNAMITA INFORMO EL ARRIBO DE UNA DELEGACION CUBANA A HANOI EL DIA 24 DE JUNIO PARA ASISTIR AL SEPTIMO CONGRESO NACIONAL DEL PARTIDO COMUNISTA VIETNAMITA.

C. JAPON: TARO NAKAYAMA MINSTRO DE RELACIONES EXTERIORES HIZO UN LLAMADO A CUBA PARA QUE SE UNA A LA TENDENCIA MUNDIAL HACIA LA DEMOCRATIZACION Y ADOPCION DE LOS PRINCIPIOS DE LIBRE COMERCIO. CUBA HA TRATADO DE CONVENCER A LAS COMPANIAS JAPONESAS E INSTITUCIONES FINANCIERAS DE ESTE PAIS PARA LLEGAR A UNA FORMULA POR LA CUAL CUBA PUEDA AJUSTAR SU DEUDA DE 110 BILLONES DE YEN A CAMBIO DE INVERSION JAPONESA EN EL SECTOR TURISTICO DE CUBA, ASI COMO TAMBIEN REPROGRAMAR ALGUNOS OTROS PAGOS. UN FUNCIONARIO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES SENALO QUE EL SECTOR JAPONES PRIVADO "NO ESTA MUY CONTENTO" CON LA PROPUESTA DE REPROGRAMAR E INTERCAMBIAR LA DEUDA CUBANA.

D. COREA DEL NORTE: EL 21 DE JUNIO EN LA HABANA, SE REALIZO EL ENCUENTRO DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO COREANO CON MOTIVO DE LA CELEBRACION DEL DECIMO QUINTO ANIVERSARIO DE LA FORMACION DEL COMITE CUBANO DE APOYO A LA REUNIFICACION COREANA. HACIENDO COMENTARIOS SOBRE LAS INSPECCIONES DE LAS INSTALACIONES NUCLEARES EN COREA DEL NORTE, EL COMITE CUBANO DECLARO QUE CUALQUIER INSPECCION NO DEBE SER IMPLEMENTADA UNILATERALMENTE SINO EN FORMA SIMULTANEA A LA INSPECCION DE LAS BASES NUCLEARES PERTENECIENTES A LAS FUERZAS ESTADOUNIDENSES EN COREA DEL SUD.

E. CHINA: EL VICEPRESIDENTE CUBANO CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ ENFATIZO EL DESARROLLO DE LAS EXISTENTES RELACIONES ENTRE CUBA Y LA REPUBLICA POPULAR CHINA. TAMBIEN EL DECLARO QUE VISITARA CHINA PROXIMAMENTE.

SECRET

07-07

9109189

La lucha por el poder en la URSS entró en etapa crítica.
V. NOTICIAS (150021)
15/6/91
URSS (10175)
Rae. Pol. (11164)
Gob. Nac. (11302)

partes poco legibles

MOSCU, (REUTER).— Mijail Gorbachov y Boris Yeltsin discutieron durante años en medio de las ruinas del comunismo mientras la economía soviética se caía a pedazos. Ahora, la elección de Yeltsin como Presidente de la República rusa somete a una prueba de fuego su relación.

Gorbachov, quien ayudó a Yeltsin a ascender a la cumbre del Partido Comunista hasta que ambos se distanciaron en 1988, sigue siendo la figura principal en su carácter de presidente soviético, pero la victoria de Yeltsin en las elecciones del miércoles sugiere un cambio.

Para Yeltsin, la visión de la Unión Soviética en el futuro incluye a una república rusa poderosa e independiente. Además, para Yeltsin los poderes del presidente soviético estarán estrictamente limitados "como los de la reina de Inglaterra", comentó una vez a un periódico.

Gorbachov no está de acuerdo porque dice que un gobierno central fuerte es necesario.

Cualquiera de las dos posturas que prevalezcan, ambos sostienen que están decididos a trabajar juntos para salvar al país.

Solo cuatro meses atrás, Yeltsin acusó a Gorbachov de encaminarse hacia una dictadura y pidió su renuncia. Gorbachov en tanto, sugirió que Yeltsin y sus simpatizantes están llevando al país hacia una guerra civil.

Pero para sorpresa de simpatizantes de ambos, los dos líderes políticos lograron un acuerdo de cooperación en abril y calmaron tensiones.

Para Gorbachov, el país estaba encaminado hacia la anarquía cuando "predominó el instinto de autopreservación".

"Desde entonces, nuestras relaciones son normales y de carácter empresarial", comentó Yeltsin.

Pese a los anuncios de YELTSIN para distender la tensión política, se esperan momentos difíciles en la URSS

Agregó que "no hay cuestiones personales en nuestra relación. En tales altos puestos de Estado, ni Gorbachov ni yo podemos guiarnos por simpatías personales o por antipatías".

VICTORIA ROBUSTECIO A YELTSIN

La elección representó una victoria consagratoria en su campaña por transferir el poder del Kremlin hacia las repúblicas.

Por un alto colaborador de Gorbachov, propulsor de un fuerte gobierno centralizado, dijo que creía que este año se concretaría un tratado contemplando los contornos de una nueva Unión.

Grigory Revenko, principal colaborador de Gorbachov en materia de nacionalidades, declaró en su despacho del Kremlin que incluso las seis repúblicas que demandan la independencia lisa y llana podrían eventualmente reconsiderar su actitud.

SEPARATISMO LATENTE

Las controversias más enconadas despertadas por un proyecto de trabajo encarado este mes por nueve de las 15 repúblicas soviéticas, giran en torno a los impuestos. Las Repúblicas Bálticas de Lituania, Letonia y Estonia, al igual que Armenia, Georgia y Moldova, declararon rotundamente que no firmarán ningún tratado.

Rusia y Ucrania, las dos repúblicas más poderosas del país, rechazaron demandas en favor de un sistema de "dos niveles" que canaliza directamente algunos impuestos al Kremlin. Unicamente las repúblicas, argumentan, podrán recaudar impuestos, y decidir qué porciones podrán ser transferidas al gobierno central.

La euforia que se gestó luego de concertarse el acuerdo de abril entre Gorbachov y nueve de las 15 repúblicas en una casa de campo cerca de Moscú, se estaría ya evaporando. Solo Uzbekistán y Bielorusia aprobaron el proyecto de tratado que surgió de esa reunión.

Revenko indicó que la disputa en torno a si las repúblicas o el gobierno central deberá controlar los recursos podría solucionarse mediante la transición hacia una economía de mercado. Al convertirse en empresas privadas, escaparían a las órbitas tanto del control central como del de las repúblicas.

La red energética, incluyendo oleo y gasoductos y plantas de energía, quedarían en manos de la Unión. Las autoridades centrales también controlarían defensa, fronteras, ecología y coordinación de política exterior.

La cooperación en el rubro Defensa podría llegar a ser compleja. Ucrania insiste en que sus conscriptos sirvan únicamente en asentamientos instalados en Ucrania. Los actos de servicio en otras partes de la Unión serían sobre base de voluntarios.

El gobierno central parecía haber otorgado significativas concesiones en materia de control del Banco Central. El Presidente de Gosbank, Viktor Gerashenko, abogó por la preservación de un banco central de la Unión encargado de controlar elementos claves tales como el circulante de dinero.

Esto fue posteriormente enmendado en favor de un directorio integrado por representantes de las repúblicas, con limitadas facultades. Pero Ucrania sigue temiendo que Moscú —todopoderosa durante 70 años— intente ejercer hegemonía.

ENTRADO VR
PC Z 50 VR

9109190

01-01

Nº DOCUMENTO
INIC: Consejo Municipal de Leningrado pidió a la Federación Rusa.
PRO: Chaín (1X0024) que ratifique la nueva
FE: 26/6/91 denominación
VI: URS (10175)
Fac Pol (11164)

San Petersburgo

MOSCU, 25 (UPI y Reuter). — El Concejo Municipal de Leningrado acordó hoy restaurar el nombre original de la ciudad, **San Petersburgo** y pidió al Parlamento de la Federación Rusa, la más importante de las repúblicas soviéticas, que ratifique la nueva denominación.

Un total de 205 diputados votaron a favor de la medida, 74 se expresaron en contra y 17 se abstuvieron, al adoptar una resolución en la que se califica como **"acto de devolución civil a la ciudad de su nombre histórico"** la consulta popular del 12 de junio, en la que el 54 por ciento de la población **apoyó la restauración del nombre zarista.**

La controvertida discusión de descartar el nombre de Vladimir Lenin, fundador del Estado soviético, en favor de la denominación clásica de la ciudad puso de relieve las tensiones entre los sectores ortodoxos y renovadores, mayoría, estos últimos, en Leningrado, Moscú y la República Rusa.

La ciudad había sido originariamente bautizada San Petersburgo en 1703, en homenaje a su fundador, el zar Pedro el Grande.

El Concejo Municipal también declaró el 12 de junio como una fecha festiva en la ciudad y lo proclamó como día del renacimiento de San Petersburgo.

La Legislatura suprema de la República Rusa se reunirá el mes próximo para poner en práctica los resultados de los comicios de ese día, en los cuales Boris Yeltsin resultó electo como primer presidente de Rusia.

9109191

ENTRADA VR
CRUZADO VR

01-01

DOCUMENTO
TITULO Reunión KOHL - GORBACHOV en KIEV (UCRANIA)
PROCEDE Clarín
FECHA 26/6/91
VIA U.R.S.S. (10175)
~~Alemania~~
Pol. Económico (11161)
Pol Económico (11392)
Rel. Pol (11164)
Relaciones Int (11399)
G-7 (12766)
Alemania (20232)

EL PREMIER ALEMAN QUIERE GARANTIAS PARA UN SER

Kohl exigirá a Gorbach

ESTUDIO JURIDICO
Dra. ESTER A. LABATON
ABOGADA: Civil, Comercial, Laboral
MORENO 3420 PB. Dpto. "1"
CAPITAL
Tel. 811-4484, 813-5199

FRANCFORT, MOSCU y WASHINGTON, 25 (AP, Reuter, EFE y UPI). — El canciller alemán, **Helmut Kohl**, pedirá al presidente soviético, **Mijail Gorbachov**, que presente **un plan de reformas económicas concretas a las naciones industrializadas del mundo**, informó hoy el diario germano **Die Welt**.

Kohl se entrevistará con el jefe de 5 de julio próximo en Kiev, diez di **Grupo de los Siete países más indus reúna en Londres para la conferenci ca mundial.**

Las principales potencias indust **Unidos, Francia, Canadá, Aleman Gran Bretaña**— han acordado, después de algunas controversias y dilaciones, **reunirse con Gorbachov, también en la capital británica, después de concluir su conferencia anual.**

Kohl **"seguramente instará a Gorbachov a presentar planes de reformas concretas"**, dijo **Die Welt** en su edición de hoy. Coincidentemente, **Josef Janning**, vice director del Grupo de Investigaciones Europeas de la Universidad de Mainz, dijo que Europa espera que el presidente soviético ofrezca una serie de reformas específicas en Londres.

Janning dijo que parte de las reformas deberían estar dirigidas a convetir el **"sector energético soviético, el transporte y el almacenamiento de productos en más eficientes" para impedir "las pérdidas que se registran entre los centros de producción y los comercios"**.

Gorbachov enfrenta la oposición de los sectores conservadores, defensores del viejo sistema económico centralizado de la URSS.

Los conservadores han iniciado una nueva ofensiva para dar vuelco al **rotundo fracaso** sufrido la semana pasada, cuando **intentaron forzar a la Legislatura a abandonar las reformas económicas.**

Los sectores ultraortodoxos ganaron espacio ayer en los medios de comuncación y expresaron, en un cambio de táctica, que Gorbachov ha perdido el control sobre las repúblicas rebeldes y que proyecta otorgar concesiones adicionales a Occidente, el 17 de julio próximo, en Londres.

Once secretarios del Partido Comunista de importantes ciudades y regiones de Siberia acusaron de **"traición" al presidente soviético por ignorar la Constitución soviética, la "perestroika" y las decisiones de 28vo Congreso del PCUS, de julio del año pasado.**

Para los observadores, el probable ofrecimiento del G-7 a la URSS para que ingrese al Fondo Monetario Internacional y al Banco Mundial con carácter de Esta-

01-01

9109192

ENTRADO VR
CRUZ VR

DOCUMENTO
TITULO Reunión KOHL - GORBACHOV en KIEV (UCRANIA)
PROCEDE Clarín
FECHA 26/6/91
VIA U.R.S.S. (10175)
~~Alemania~~
Tem. Económico (11161)
Pol Económico (11392)
Rg. Pol (11164)
Relaciones Int (11399)
G-7 (12700)
Alemania (20232)

EL PREMIER ALEMAN QUIERE GARANTIAS PARA UN SERIO PASO A LA ECONOMIA DE MERCADO

Kohl exigirá a Gorbachov cambios reales

FRANCFORT, MOSCU y WASHINGTON, 25 (AP, Reuter, EFE y UPI). — El canciller alemán, **Helmut Kohl**, pedirá al presidente soviético, **Mijail Gorbachov**, que presente **un plan de reformas económicas concretas a las naciones industrializadas del mundo**, informó hoy el diario germano **Die Welt**.

Kohl se entrevistará con el jefe de Estado soviético el 5 de julio próximo en Kiev, **diez días antes de que el Grupo de los Siete países más industrializados (G-7) se reúna en Londres para la conferencia cumbre económica mundial.**

Las principales potencias industriales —**los Estados Unidos, Francia, Canadá, Alemania, Japón, Italia y Gran Bretaña**— han acordado, **después** de algunas controversias y dilaciones, **reunirse con Gorbachov, también en la capital británica, después de concluir su conferencia anual.**

Kohl **"seguramente instará a Gorbachov a presentar planes de reformas concretas"**, dijo **Die Welt** en su edición de hoy. Coincidentemente, **Josef Janning**, vice director del Grupo de Investigaciones Europeas de la Universidad de Mainz, dijo que Europa espera que el presidente soviético ofrezca una serie de reformas específicas en Londres.

Janning dijo que parte de las reformas deberían estar dirigidas a convetir el **"sector energético soviético, el transporte y el almacenamiento de productos en más eficientes" para impedir "las pérdidas que se registran entre los centros de producción y los comercios".**

Gorbachov enfrenta la oposición de los sectores conservadores, defensores del viejo sistema económico centralizado de la URSS.

Los conservadores han iniciado una nueva ofensiva para dar vuelco al **rotundo fracaso** sufrido la semana pasada, cuando **intentaron forzar a la Legislatura a abandonar las reformas económicas.**

Los sectores ultraortodoxos ganaron espacio ayer en los medios de comuncación y expresaron, en un cambio de táctica, que Gorbachov ha perdido el control sobre las repúblicas rebeldes y que proyecta otorgar concesiones adicionales a Occidente, el 17 de julio próximo, en Londres.

Once secretarios del Partido Comunista de importantes ciudades y regiones de Siberia acusaron de **"traición" al presidente soviético por ignorar la Constitución soviética, la "perestroika" y las decisiones de 28vo Congreso del PCUS, de julio del año pasado.**

Para los observadores, el probable ofrecimiento del G-7 a la URSS para que ingrese al Fondo Monetario Internacional y al Banco Mundial con carácter de Estado asociado, no significará un eventual ofrecimiento de créditos.

Sin embargo, la sola afiliación con status de asociado beneficiaría plenamente a la URSS, que hace [illegible] desde hace ya dos años, aunque [illegible], su intención de incorporarse al FMI.

01-01

9109192

ENTRADA VR
SALE VR

U.R.S.S. pagará seguros de desempleo.
A. Financiero (180027)
1/9/91
URSS (10175)
Fac. Sist. Social (11165)
Conflictos Laborales (11413)

Por primera vez en 60 años reconocen que hay soviéticos desocupados

URSS pagará seguros de desempleo

Moscú (Reuter) — La **Unión Soviética** comenzará a distribuir **subsidios por desempleo**, el lunes entre millones de personas, dejando así atrás la política de 60 años del gobierno de que **"el que no trabaja no come"**.

Mijail Gorbachov

Mientras el país intenta desesperadamente adoptar una economía de mercado, el mercado laboral **se está reduciendo a pasos acelerados**; antiguas fábricas estatales se ven forzadas a cerrar sus puertas, mientras que las empresas más nuevas cierran por los altos impuestos gubernamentales.

El caos generalizado en la antes estrictamente centralizada economía provocó una caída de **10 por ciento** en la producción total del año pasado.

"El velo del secreto se cayó", Igor Zaslavsky, jefe del intercambio laboral de **Moscú**, comentó en una entrevista, y añadió que **"el desempleo ha llegado oficialmente a la Unión Soviética"**.

• Sin trabajo

No se publicaron estadísticas oficiales sobre las cifras actuales de desempleo. Pero economistas soviéticos citados por la prensa dicen que **se estima que entre 10 o 12 por ciento**, u **ocho por ciento** de la fuerza laboral, se quedará sin trabajo hacia fin de año.

En **Moscú**, unas 300.000 personas quedarán sin empleo este año, de acuerdo con **Zaslavsky**.

Este año se distribuirán subsidios de desempleo que alcanzan a **5000 millones de rublos**, de los que **10 por ciento** será financiado por el gobierno central, y **90 por ciento** por las repúblicas. Las empresas deben pagar un impuesto de **uno por ciento** sobre las ganancias, para colaborar con el fondo de desempleo.

En la **Federación Rusa**, los desempleados recibirán entre 45 y 75 por ciento de su salario durante los primeros tres meses, según una ley aprobada por el Parlamento republicano.

El salario mensual promedio es de **300 o 400 rublos** (180 - 240 dólares a la tasa de cambio comercial artificial).

Se estima que el proceso masivo de entrenamiento laboral a lo largo del país que comenzó en 1988, ayudará a dar empleo a 2.000.500 personas.

Pero a diferencia de las economías occidentales, una gran mayoría de los desempleados en la **Unión Soviética** son empleados de oficina desplazados de academias o universidades debido a **recortes del gobierno en las ciencias y las artes**, comentaron economistas.

01-01

9109193

ENTRADA VB
CRUZ VB

DOCUMENTO 9109194
Institucional Político y Económico de la Federación Rusa
La Mañana
10/3/91
URSS (10175)
Rep Sov (11666)
Fax Pol (11164)
Fax Ec (11161)

El renacimiento de Rusia

(D-1)

Tal como muchos precedentes históricos lo demuestran, una elección presidencial por sufragio universal no alcanza para hacer una democracia, pero el vencedor adquiere una innegable legitimidad. En el caso de Boris Yeltsin constituye una etapa fundamental en la transferencia de poder del "centro" soviético hacia las Repúblicas que se está produciendo en la URSS. Y en este caso, de una República importante: Rusia, que está recuperando la personalidad histórica que el comunismo había borrado.

En cierto modo, Yeltsin no es un "rival" de Mijail Gorbachov porque no pretende dirigir a la Unión Soviética; le alcanza, por así decirlo, con la presidencia de una República -pero de la más poderosa- y espera quitarle buena parte de su contenido a la presidencia de la federación. En efecto, los reformadores soviéticos piensan que la URSS -o lo que quedará de ella cuando todas las Repúblicas que lo desean hayan obtenido la independencia- tendrá que ser una confederación con lazos muy tenues y su jefe no deberá tener más poderes que la Reina de Inglaterra en el Commonwealth. El nuevo tratado de la Unión, cuyas grandes líneas fueron adoptadas hace pocos días, mostrará hasta qué punto el "centro está dispuesto a hacer concesiones cuando el Parlamento lo termine de examinar". Pero esa es la tendencia fundamental.

Independientemente de la solución que se adopte, en los próximos años Rusia será la pieza maestra del nuevo conjunto.

Su historia, su cultura y su religión hacen de Rusia la mayor potencia de la URSS. Su potencial económico también: representa el 76% del territorio, el 51% de la población, produce el 91% del petróleo, el 76% del gas, 70% del carbón, 58% del acero, etc. Rusia es un verdadero imperio, con sus 16 Repúblicas autónomas y puede contar con el apoyo de los bielorrusos, de los ucranianos e, incluso, de las Repúblicas de Asia Central que seguirán dependiendo durante mucho tiempo de los eslavos.

Contrariamente a lo que se ha dicho en Occidente, la independencia de las Repúblicas periféricas no hará caer en manos de los pequeños potentados locales una parte del armamento nuclear soviético, porque será Rusia quien controle su mayor parte. Rusia seguirá siendo una gran potencia nuclear incluso después de la aplicación de las medidas de desarme que están discutiendo actualmente los soviéticos y los norteamericanos y contará con el mayor ejército de Europa.

ENTRADA VB
CRUZ VB

"En los primeros años del siglo próximo empezará el gran renacimiento ruso", escribió un joven economista ruso de la Academia de Ciencias Soviéticas en Newsweek la semana pasada, al alabar el espíritu de empresa y de iniciativa que manifestaron sus compatriotas antes de la guerra del 14, en el momento en que se debilitaba la autocracia zarista. Es decir que las bases de las relaciones entre Moscú y los occidentales no cambiarán a menos que la naturaleza del régimen ruso sea modificada fundamentalmente a favor de la democracia.

Boris Yeltsin se comprometió a iniciar ese cambio. Su tono populista y su largo pasado de apparatchik comunista no hablan a su favor. Pero el movimiento que lo sostiene milita por una democracia de tipo occidental y una economía de mercado; cuenta con el apoyo de los rusos que quieren romper sin compromisos con el régimen soviético y su programa preparado con consejeros pertenecientes a los medios reformadores y democráticos, es mucho más radical y más parecido a las exigencias de los occidentales que las veleidades de Gorbachov.

01-01

Todo está por hacer y primero habrá que crear las bases institucionales de la democracia política y de la libertad económica y para ello habrá que contar con el apoyo de Occidente. Sería paradójico que se le negara ayuda a los dirigentes de la URSS que se toman en serio la democratización.

Ese compromiso no significará un desconocimiento de los méritos de Gorbachov y, mucho menos, una ruptura con él. Pero impondrá una actitud más diversificada frente a lo que queda de la Unión Soviética. Los expertos norteamericanos lo entendieron hace mucho tiempo y el Presidente Bush lo admitió cuando recibió oficialmente a Boris Yeltsin en la Casa Blanca. ■

9109194

DOCUMENTO
Subsidios por desempleo en la U.R.S.S.
La Nacion (150025)
01-07-91.
URSS (110175)
Fac. Sicología (11165)
Coy. Lau (114113)

Subsidios en la URSS

MOSCU, 30 (Reuter). – La Unión Soviética comenzará el lunes a distribuir subsidios por desempleo entre millones de personas, dejando así atrás la política de 60 años del régimen según la cual "el que no trabaja no come".

Mientras el país intenta desesperadamente adoptar una economía de mercado, el mercado laboral se está reduciendo a pasos acelerados. Antiguas fábricas estatales se ven forzadas a cerrar sus puertas mientras que las empresas más nuevas cierran por los altos impuestos gubernamentales.

ENTRADA VR
SALIDA VR

9109195

01-01

Comienzan a distribuir subsidios por desempleo.
La Prensa (150020)
1/7/91
URSS. (10175)
Fac. Sist. Social (11165)
Empleados laborales (11413)
Fac. Ec. (11161)

Comienzan a distribuir en la URSS subsidios por desempleo

Moscú (Reuter y ANSA).– La Unión Soviética comenzará hoy a distribuir subsidios por desempleo entre millones de personas, dejando así atrás la política de 60 años del gobierno de que "el que no trabaja no come".

Mientras el país intenta desesperadamente adoptar una economía capitalista, el mercado laboral se está reduciendo a pasos acelerados. Antiguas fábricas estatales se ven forzadas a cerrar sus puertas, mientras que las empresas más nuevas cierran por los altos impuestos gubernamentales.

El caos generalizado en la antes estrictamente centralizada economía provocó una caída del 10 por ciento en la producción total del año pasado.

"El velo del secreto se cayó"; Igor Zaslavsky, jefe del Intercambio Laboral de Moscú, comentó en una entrevista, y añadió que "el desempleo ha llegado oficialmente a la Unión Soviética".

No se publicaron estadísticas oficiales sobre las cifras actuales de desempleo. Pero economistas soviéticos citados por la prensa estiman que entre el 10 o el 12 por ciento, o el ocho por ciento de la fuerza laboral, se quedarán sin trabajo hacia fin de año.

En Moscú, unas 300.000 personas quedarán sin empleo este año, de acuerdo con Zaslavsky.

Este año se distribuirán subsidios de desempleo que alcanzan a 5.000 millones de rublos, de los que el 10 por ciento será financiado por el gobierno central, y el 90 por ciento por las repúblicas. Las empresas deben pagar un impuesto del uno por ciento sobre las ganancias, para colaborar con el fondo de desempleo.

En la Federación Rusa, los desempleados recibirán entre el 45 y el 75 por ciento de su salario durante los primeros tres meses, según una ley aprobada por el parlamento republicano. El salario mensual promedio es de 300 o 400 rublos (180-240 dólares a la tasa de cambio comercial artificial).

Se estima que el proceso masivo de entrenamiento laboral a lo largo del país que comenzó en 1988, ayudará a dar empleo a 2.500.000 personas.

Pero a diferencia de las economías occidentales, una gran mayoría de los desempleados en la Unión Soviética son empleados de oficina desplazados de academias o universidades debido a recortes del gobierno en las ciencias y las artes, comentaron economistas.

Contraataque reformista

En tanto, en medio de una ofensiva conservadora que cuestiona a los principales referentes de la democratización, el partido Republicano Ruso contraatacó ayer al concluir su Congreso en Moscú, y propuso crear una organización política soviética que ofrezca a las masas una alternativa frente al comunismo.

El congreso impuso una moción del alcalde de Moscú, Favril Popov, para que la fundación del nuevo partido se coordine en conjunto con todos los partidos y movimientos democráticos.

La reunión reafirmó así una idea del ex ministro soviético Eduard Shevardnadze, que había hablado de la necesidad de crear un poderoso partido democrático de masas que constituyera una alternativa al partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS).

9109196

ENTRADO VR
CRUZADO VR.

C1- C1

Aprueban en la URSS ley de privatizaciones.
CLARIN (MODZA)
02-07-91.
U.R.S.S (10775)
Fac. Pol (11164)
Fac. Economicas (11101)
Pol Ec. (11392)

Aprueban en la URSS la ley de privatizaciones

MOSCU, 1º (AP y Reuter). — El Parlamento soviético aprobó hoy una importante ley de privatización que permite al Estado vender la mayoría de las industrias a compañías privadas y a individuos, incluso extranjeros, medida que constituye un importante paso en la transformación del sistema económico estatal de la Unión Soviética.

El gobierno soviético, que es el virtual propietario de toda la industria del país, ha propuesto transferir dos tercios de ella a manos privadas en menos de cinco años y conservar hasta la mitad de la industria de defensa y la energética.

"Es posible que este sea el paso más importante a dar para pasar de una economía estatal a una economía de mercado", dijo en una entrevista el diputado Fyodor Buriatsky.

El proyecto, aprobado por amplio margen luego de un prolongado debate, implica formalmente el comienzo del fin del monopolio estatal de la propiedad, uno de los postulados fundamentales de la ideología comunista.

Pero enmiendas incorporadas por presión de los diputados comunistas a ultranza subrayaron las diferencias fundamentales del Parlamento federal con organismos más radicales de las repúblicas y principales ciudades.

La gigantesca Federación Rusa, la más rica y poderosa de la Unión, está preparándose a emitir títulos especiales por miles de rublos a residentes, que luego podrán utilizarlos para "comprar" propiedades estatales.

Y la ciudad de Moscú —controlada por la oposición democrática— está dando los últimos toques a un ambicioso programa para entregar a los moscovitas apartamentos hasta ahora propiedad del Estado.

La oposición aduce que los ciudadanos soviéticos tienen derecho económico y moral a la propiedad, después de haber sido explotados por 75 años de mala gestión del Partido Comunista.

El presidente del Parlamento, Anatoly Lukyanov, en el curso del debate, resumió la posición de la mayoría de los legisladores al decir: "Esta es primordialmente una ley de desnacionalización y la privatización es tan solo una parte menor de ella".

♦ **Pronósticos**

Un pronóstico gubernamental [illegible] todas las empresas [illegible] el 75 por ciento para [illegible]

El presidente soviético, Mijail Gorbachov, durante una reunión en el Kremlin. La URSS aprobó la ley de privatizaciones.

Calculó que los ingresos del Estado por la venta de propiedades llegarán a 450 mil millones de rublos (250 mil millones de dólares a la artificialmente elevada paridad oficial) dentro de cuatro años.

Pero la índole ambigua del proyecto colocó al Parlamento federal enfrentado con asambleas legislativas más radicales de las repúblicas y ciudades principales.

Queda por verse si las autoridades centrales, más apegadas a la ortodoxia comunista, podrán resistir los embates de las reformas económicas radicales que están acelerándose en las repúblicas.

Ucrania ha declarado que controla las empresas hasta ahora dependientes de Moscú y dice que emitirá rublos "U" —billetes soviéticos que llevarán estampada la letra "U"— como medida interina antes de poner en circulación su propia moneda convertible.

En Estonia, los precios de los comestibles esenciales fueron liberados a partir de hoy mientras la república se ubica a la vanguardia de la reforma económica.

La agencia noticiosa independiente Baltfax informó que los precios de los alimentos podrían duplicarse al tratar el gobierno de estimular la producción agrícola.

De acuerdo con la nueva ley, los extranjeros tendrán derecho a comprar propiedades, pero los ciudadanos soviéticos tendrán prioridad y los gobiernos central y de las repúblicas pueden limitar la participación foránea.

ENTRADO VB
CRUZADO VB

9109197

01-01

Moscu acusa a Occidente de "doble juego" ante la crisis.-
CLARIN (150024)
91-07-02
U.R.S.S (10175)
Fac. Pol (11164)
Relaciones Int. (11399)

Moscú acusa a Occidente de "doble juego" ante la crisis

MOSCU, 1° (Reuter y UPI). — El diario **Pravda**, órgano del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS), dijo hoy que el doble discurso de Occidente en torno de las repúblicas bálticas **fue el fermento en que se gestó la crisis yugoslava.**

En un comentario sin firma, **Pravda** consideró que las declaraciones unilaterales de independencia que Eslovenia y Croacia proclamaron la semana pasada se originaron en el **virus del separatismo** que alcanza proporciones de epidemia y amenaza con hacer estallar el polvorín de la guerra civil.

"Las posiciones de un número de políticos occidentales empujaron a los líderes de Eslovenia y Croacia a los pasos extremos que hoy tanto alarman al mundo", dijo el periódico.

"Por un lado (los políticos occidentales) propician en voz alta que la Unión Soviética debe ser un solo Estado y por el otro respaldan los intentos separatistas de los dirigentes bálticos. ¿No es en tal doble mensaje en el que pueden confiar los separatistas yugoslavos?", se preguntó.

La mayoría de las naciones occidentales simpatizan con la causa de **Letonia, Lituania y Estonia**, que pretenden recuperar la independencia de que disfrutaban antes de la II Guerra Mundial. Moscú insiste que solo podrían hacerlo a través de un tortuoso proceso constitucional que demandaría cinco años.

El Kremlin optó por una actitud de "bajo perfil" ante la crisis yugoslava. El Ministerio de Relaciones Exteriores enfatizó el respaldo de Moscú a la continuidad de la Confederación Yugoslava pero sin formular críticas estridentes contra los dos gobiernos separatistas.

Pero como las 15 repúblicas que conforman la Unión Soviética reclaman cada vez con más vehemencia contra la vigencia del control central absoluto, Moscú escudriña de cerca la crisis que se abatió sobre otro estado multinacional.

♦ Un espejo

"La Unión Soviética observa (la crisis de Yugoslavia) como un presagio de lo que va a venir aquí", comentó un encumbrado diplomático occidental destacado en esta capital. "Observar el desmembramiento de una república (federal) es un ejemplo en el que (los soviéticos) no pueden sentise cómodos", agregó.

Las relaciones entre el Kremlin y las repúblicas es uno de los temas más espinosos que preocupan en la Unión Soviética. El presidente **Mijail Gorbachov** está tratando de redactar el borrador de un nuevo tratado de unión que brinde un marco más amplio de libertades para las repúblicas integrantes.

Seis de ellas, incluyendo las tres del Báltico, se negaron a participar de las negociaciones. Los líderes de otras nueve, que hasta recientemente adoptaban posiciones más dóciles, son inflexibles en sus pedidos de mayor autonomía.

Pravda, verdadero portavoz de los ortodoxos del PCUS, dijo que el sistema federativo de Yugoslavia dio a sus estados miembros un mayor grado de autonomía que el que disfrutan las repúblicas soviéticas.

"Pero inclusive tal autonomía, como lo demuestra el caso yugoslavo, no garantiza en sí mismo la estabilidad y durabilidad de la unión en la forma de una federación", agregó.

Yugoslavia **"está erosionada por una crisis económica prolongada, el separatismo y la incapacidad para resolver rápida y efectivamente los problemas"**.

A pesar de la similitud de sus situaciones, los gobiernos de las repúblicas bálticas no formularon comentarios sobre la decisión del ejército yugoslavo de actúar contra las fuerzas separatistas de Eslovenia.

Los más importantes dirigentes parlamentarios y del gobierno de las tres repúblicas bálticas, excepto el presidente lituano **Vitratas Landsbergi**, se reunieron el viernes cerca de Riga pero no formularon comentarios públicos sobre Yugoslavia.

Sin embargo, dieron a conocer un comunicado en el que condenaron la ocupación temporaria de la central telefónica de Vilna por parte de comandos policiales soviéticos, que constituyó la última de una serie de acciones militares de fuerzas soviéticas contra los gobiernos bálticos.

01-01

9109198

ENTRADO VR
CRUZ 00 VR

Ministro de trabajo de la URSS: 30 millones de desempleados.
La República (150023)
3/7/91
URSS. (10175)
Tec. Sico Soc. (11165)
Conflictos laborales (11413)
Tec. Economico. (11161)

Exclusivo de Novosti para LA REPUBLICA

Declaración del ministro de Trabajo, Valeri Pulman

"Se puede prever hasta treinta millones de desempleados en la Unión Soviética"

■ La tendencia a crecer del desempleo es un fenómeno surgido como otros en la URSS debido a la transición a una economía de mercado.

Cambios estructurales en la economía nacional, muchas producciones cerradas debido a la ruptura de los vínculos económicos establecidos, la inevitable liquidación de un gran número de empresas no rentables, la drástica reducción del enorme aparato burocrático y otros factores amenazan realmente con un desempleo masivo. A ello debe sumarse el problema de la ocupación de los jóvenes.

Lo inevitable del desempleo se reconoce abiertamente en el programa anticrisis gubernamental presentado por el primer ministro de la URSS, Valentín Pavlov, aunque en el documento se dice que sus proporciones, "si se realizan completamente todas las medidas trazadas, pueden ser reducidas hasta dimensiones regulables" y que se piensa "hacer todo lo posible para que el número de parados sea mínimo".

Claro que hoy es difícil pronosticar las proporciones del desempleo venidero. Pero, según indicó el ministro de Trabajo y Cuestiones Sociales de la URSS, Valeri Pulman, "si los acontecimientos siguen desarrollándose tal como ahora, el número de desempleados podrá alcanzar los 30 millones".

Según datos facilitados por el Comité Estatal de Estadísticas, en una situación más difícil se hallan los despedidos de las empresas e instituciones debido a su liquidación, reorganización o reducción de plantilla, ya que más del 60% de estas personas se verán obligadas a permanecer sin trabajo por un largo período. No es mejor la situación en que se encuentran los despedidos por su propio deseo (del 40 al 45% de ellos no pueden colocarse). También afrontan serias dificultades un 30 por ciento de las amas de casa y personas que se dedican a actividades individuales, así como el 14% de los egresados de las escuelas secundarias.

Cae por su peso que este problema socio-económico tan acuciante no puede quedar desatendido por parte del Estado.

En enero pasado, por ejemplo, ha sido aprobado un documento, "Fundamentos de la legislación de la URSS y las repúblicas federales sobre la ocupación de los ciudadanos", en el que se prevé crear una red de servicios estatales de ocupación a distinto nivel territorial "para cubrir la demanda laboral de los ciudadanos", ayudar en la búsqueda de puestos de trabajo y, en caso de necesidad, proporcionar diversos cursillos de reciclaje, asegurar garantías sociales para los parados (subsidios de paro, subvenciones y privilegios, etcétera).

En mayo de 1991 fue aprobada una ley análoga en la Federación Rusa, en la que está prevista una mayor protección social para los parados. Ambos documentos entraron en vigor desde el 1º de julio del presente año.

El Ministerio de Trabajo y Cuestiones Sociales de la URSS, junto con los ministerios análogos a nivel de república, firmó recientemente un protocolo para coordinar la labor en el terreno de empleo. Se prevé elaborar un programa nacional de acciones en este campo. Se adoptarán medidas tendientes a crear nuevos puestos de trabajo en las zonas de desarrollo prioritario, a garantizar la ocupación a los militares licenciados, minusválidos, personas dispuestas a vivir y trabajar en el campo, etcétera.

Además, el programa contempla desarrollar ampliamente la red de servicios estatales de empleo. Este año, el número de funcionarios de estos servicios ha de alcanzar 45 mil para elevarse luego a 90 mil. Se están creando un sistema nacional de información y un sistema experimental de preparación profesional y reciclaje para los parados. Se consideró conveniente formar un fondo de seguro obligatorio de solidaridad para prestar ayuda a algunas regiones. En una palabra, el programa de ocupación debe ser la parte más importante de todo el mecanismo de protección social de los ciudadanos en este difícil período de transición a la economía de mercado.

01-01

9109199

ENTRADO VR
CRUZADO VR

Informe que pone en evidencia el caos de la economía soviética.
Clarín (150024)
3/7/91
U.R.S.S (10175)
Fax Económico (11161)
Sec. Agropecuario (11402)
deuda externa (11314)

La economía es un caos

MOSCU, 2 (Por **John Lloyd de The Financial Times**, especial para **Clarín**). — Un duro informe que pone en evidencia el caos de la economía de la URSS fue anunciado ayer por el primer ministro soviético **Valentin Pavlov**, en un estudio presentado al presidente Mijail Gorbachov y a los líderes de las 15 repúblicas.

Según la agencia independiente **Interfax**, el primer ministro anunció una cosecha de cereales de tan solo 180 o 190 millones de toneladas para 1991, aproximadamente 40 millones menos que el año pasado. Esto significa, según advirtió Pavlov, que la URSS deberá importar 77 millones de toneladas.

Además de un fuerte descenso en la producción (6 por ciento menos en el primer semestre de 1991 con respecto al mismo período del año pasado), el dirigente informó que el déficit en la balanza de pagos (más de 2.300 millones de dólares) solo podrá ser reducido mediante nuevos créditos.

A este paso, la deuda externa llegará a 44 mil millones de rublos (más de 24 mil millones de dólares) es decir 5 mil millones más de lo previsto. El déficit interno, que sobrepasó en el primer semestre los 32 mil millones de dólares, podría empeorar si la economía continúa con este ritmo descendente, advirtió el primer ministro.

01-01

9109200

ENTRADA VR
SALIDA VR

Relaciones URSS - Americalatina.
A. Financiero (150027)
3/7/91
URSS (10175)
Tex Pol (11164)
Relaciones Internacionales (11399)

Latinoamérica en la mira de Moscú

*México (UPI, Reuter) — El líder soviético **Mijail Gorbachov** se apresuró ayer por salir al cruce de las recientes declaraciones de que **América latina** no es una prioridad de la **Unión Soviética** e invitó a empresarios latinoamericanos a **"hacer su aporte a la apertura de la economía soviética hacia el mercado mundial"**.*

*En declaraciones al director del diario mexicano "Excelsior" en **Moscú**, **Gorbachov** aseguró que su nueva relación con **Washington** **"no perjudica los intereses de nadie"**. Indicó que al contrario, redunda en provecho de la comunidad mundial.*

***Gorbachov**, se entrevistará hoy con el mandatario mexicano **Carlos Salinas de Gortari** en Moscú. Ayer destacó la importancia del encuentro con el próximo socio comercial de los **Estados Unidos** en el mercado común en **América del Norte**.*

*Durante la entrevista, la primera a un medio latinoamericano, también se mostró favorable a la reinserción plena de **Cuba** en **América latina**.*

***"Estamos a favor de la normalización de las relaciones cubano-norteamericanas y de la participación plena de Cuba en los mecanismos latinoamericanos de colaboración política y económica"**, dijo en la Sala Vladimir del Kremlin.*

*A la afirmación del periodista sobre que **América latina** aparentemente **no figura en las prioridades de la nueva política exterior soviética**, **Gorbachov** dijo que existe interés por estar cerca de la región con la que no hay **"obstáculos espirituales ni culturales"**.*

*El mandatario soviético afirmó que hay muchos compatriotas que incluso **"dominan el español"** pero reconoció que sus vínculos con América latina por ahora **"tienen un débil desarrollo"**.*

01-01

9109201

Entra 00 VB
Cruza 00 VB

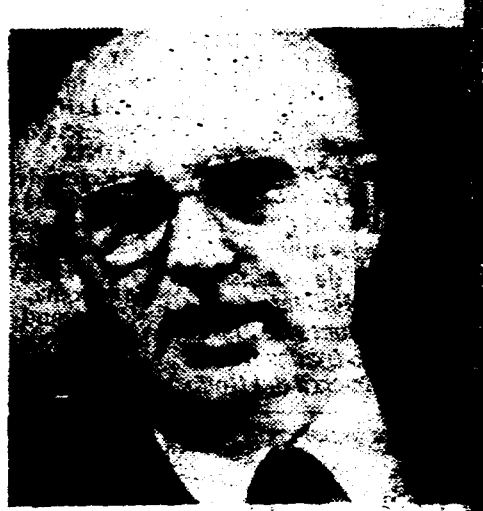
Gorbachov da señales de que podría dejar el Partido Comunista soviético...
Clarín (15/02/24)
3/7/91
URSS (110175) FAX POL (111204) (203 FAX (113012) PPPP (113014)

LA GAVETA DEL DIA (D1)

Gorbachov da señales de que podría dejar el Partido Comunista soviético

Nueve líderes reformistas muy próximos a la línea defendida por el presidente soviético, Mijail Gorbachov, lanzaron ayer el Movimiento Democrático Reformista con el fin de promover la "perestroika" y neutralizar la influencia del Partido Comunista de la URSS. El líder del Kremlin acogió favorablemente la creación de esta organización, que tiene programado un congreso en setiembre para decidir si se constituirá o no en partido.

Agencia AFP



El ex canciller soviético, Edouard Shevardnadze (centro), durante la presentación en Moscú de la nueva agrupación política. Arriba: Gorbachov da su visto bueno al Movimiento Democrático Reformista.

MOSCU, 2 (Reuter, EFE, AFP, **Sophie Shihab**, de **Le Monde**, **Michael Parks**, de **Los Angeles Times**, y **John Lloyd** de **The Financial Times**, especial para **Clarín**). — El presidente soviético **Mijail Gorbachov dio hoy el primer indicio de que podría abandonar el Partido Comunista de la URSS** al acoger favorablemente la formación de un amplio movimiento reformista, impulsado por algunos de sus más próximos aliados.

El ex ministro de Relaciones Exteriores, **Edouard Shevardnadze**, el asesor de Gorbachov, **Alexander Yakovlev** y siete líderes reformistas más anunciaron el lunes por la noche la creación oficial del **Movimiento Democrático Reformista**, que aspira a promover las reformas previstas en la "perestroika" y restar influencia al PCUS.

Originalmente pensado como partido político alternativo al PCUS, los organizadores optaron por estructurar un movimiento de amplio espectro que no excluyera actuales miembros progresistas del PCUS. De hecho, cinco de sus nueve líderes fundadores, aún miembros del partido, se verían obligados a renunciar si no fuera de otra forma. En un congreso programado para setiembre se discutirá la fundación o no de un partido.

El texto —conocido como Manifiesto de los Nueve y difundido íntegramente por Interfax— ha eliminado toda voluntad cismática. Esta actitud llevó a las primeras deserciones en el interior del movimiento: los socialdemócratas rusos declinaron intervenir por considerar que los gorbachovianos estaban manipulando el movimiento. El presidente del Partido Republicano de Rusia, **Nikolai Travkin**, desistió de firmar el documento porque convoca a "un amplio movimiento" en lugar de plantear un partido inequívocamente opositor al PCUS, como fue el propósito original.

El reformista diario "Nezavisimaya Gazeta" ironizó hoy: "Hay lugar para todos en la nueva Arca de Noé: demócratas, miembros de la «nomenklatura» y capitanes de la industria". Esto, según el periódico, permite a muchos tener un perfil democrático sin romper con el PCUS.

Los líderes del nuevo movimiento dejaron claro que pretenden atraer a los miembros partidarios favorables a la reforma —"aquellos que no quieren a los conservadores y no saben dónde mirar".

Este anuncio público estuvo precedido por "consultas con los líderes de diferentes partidos y movimientos democráticos de todas las repúblicas de la URSS" atendiendo a la "necesidad de unir a todas las fuerzas democráticas para luchar conjuntamente", agregó Sobchak.

Según analistas políticos locales, la cercanía de Yakovlev con Gorbachov fue el factor que determinó el tono amplio del llamamiento. El motivo es evitar una confrontación con el PCUS (en momentos en que se debate en sus seno una acalorada discusión sobre el programa partidario) que ponga al presidente Gorbachov en la **peligrosa opción de acatar la disciplina partidaria o renunciar a la titularidad del PCUS (que mantiene desde 1985) para sumarse a la nueva organización.**

En el anuncio de un congreso "fundacional" para setiembre es fácil advertir que **se le otorga a Gorbachov un plazo de poco más de dos meses para intentar una depuración de sus sectores más conservadores** antes de enfrentarlo a lo que podría ser el primer partido político que —en 73 años— le dispute el poder a los comunistas.

El vocero presidencial, **Vitaly Ignatenko**, aclaró que **"Gorbachov va a continuar como líder del Partido Comunista mientras lo considere necesario", y agregó que el nuevo movimiento es visto como "una invitación a la cooperación de todos los movimientos democráticos". "Es indudable que el movimiento no propicia la confrontación. Inspira la cooperación de parte de todos los que apoyan la "perestroika", dijo el vocero.**

En su manifiesto, el Movimiento Democrático Reformista apoya las privatizaciones y la introducción de la economía de mercado en la URSS. Políticamente, respaldan las conversaciones que nueve de las quince repúblicas llevan a cabo con el poder central en el marco del Tratado de la Unión impulsado por Gorbachov, y la creación de un nuevo Estado con una nueva Constitución.

VR
VR

9109202

01-01

Europa de Este sigue siendo prioritaria para la URSS.
Busqueda (150004)
04-07-91.
Europa de Este (11169)
U.R.S.S (10175)
Fax. Pol (11164)

Pese a la disolución definitiva del CAME y del Pacto de Varsovia

Europa del Este sigue siendo prioritaria para la URSS

Europa del Este sigue siendo una de las grandes prioridades de la Unión Soviética pese a que el CAME —Consejo de Ayuda Mutua Económica— y el Pacto de Varsovia dejaron de existir en forma definitiva.

■ El CAME

En efecto, el pasado viernes 28 dejó de existir el CAME, que había sido fundado en 1949 como respuesta de Moscú al Plan Marshall. Originalmente fue diseñado para separar a las seis democracias populares de Europa del Este de sus ex socios occidentales e integrarlos firmemente a la Unión Soviética, aunque la intención ulterior fue unir a todas las economías marxistas-leninistas. El CAME llegó a contar con 10 miembros: la ex Alemania Oriental, Bulgaria, Checoslovaquia, Hungría, Polonia, Rumania, la Unión Soviética, Cuba, Mongolia y Vietnam. Los tres miembros no europeos tuvieron una influencia menor en la organización.

Durante la 45° reunión del CAME celebrada en Sofía en enero de 1990 se presentó un aplastante informe sobre la actividad del CAME: nivel de calidad mediocre, desperdicio de materias primas, volumen de comercio estancado. Prácticamente todos sus miembros concordaron entonces en que era necesario introducir profundas modificaciones en el funcionamiento de la organización.

El CAME estaba previsto para favorecer el intercambio económico multilateral y la cooperación técnica científica, pero con los años se fue convirtiendo en un instrumento de dependencia económica de los países del bloque socialista hacia Moscú, quien los proveía de petróleo, gas y electricidad a cambio de productos terminados. Este principio de la división internacional del trabajo permitió a la URSS consagrar la mayor parte de su industria a la defensa.

Este sistema económico autárquico se basó en una moneda no convertible: el rublo transferible, que era más una unidad de cuenta que una moneda. El intercambio se realizaba a nivel bilateral, a un precio fijado por Moscú según una tasa del rublo transferible, que variaba según los países y los productos.

La inconvertibilidad de las monedas de Europa del Este y la utilización de ese rublo transferible provocaron efectos negativos en el sistema, ya que los estados miembros no tenían interés en presentar un saldo acreedor en su intercambio dentro del CAME, sino en equilibrarlo.

El presidente checoslovaco, Vaclav Havel, calificó en varias oportunidades de "miedos arcaicos que vienen del período de la guerra fría" a los temores soviéticos de un alineamiento de Praga, Varsovia y Budapest con posiciones occidentales.

"No somos traidores que nos hemos pasado al campo opuesto. Deseamos relaciones de buena vecindad con la URSS, pero no aceptamos una soberanía limitada en los campos de se política y de aseveró Havel Información de AFP).

zado a buscar fórmulas de acercamiento, de reducción de armamentos y de cambios de estrategia para acompañar la distensión.

En ese momento, el Pacto dejó de lado la "doctrina Brezhnev", que lo había caracterizado durante muchos años, y que daba preponderancia a los intereses nacionales de la URSS frente a los otros países miembros al indicar que las fuerzas conjuntas podían intervenir cuando uno de sus miembros fuera amenazado por fuerzas contrarias al socialismo.

Ya en épocas de distensión, la "doctrina Brezhnev" fue cambiada por la "doctrina Frank Sinatra", por la canción "A mi manera", según explicó en 1989 el entonces vocero de relaciones exteriores de la URSS, Guennadi Guerasimov. "Hungría, Polonia y cualquier otro país tiene su propia manera. Ellos deciden qué camino tomar. Nosotros miramos, miramos de cerca, pero no intervenimos".

Ahora el Pacto de Varsovia, que durante más de 40 años marcó, junto con la OTAN, las pautas de funcionamiento de un mundo bipolar, ya no existe.

■ Prioridades de la URSS

Pese a la desaparición de las dos principales organizaciones económica y militar que aglutinaron al ex bloque socialista bajo el ala de Moscú, Europa del Este "debe seguir siendo una de las prioridades más importantes de la política soviética debido a su cercanía en los campos geopolítico, histórico, étnico y cultural", indica un informe de la comisión internacional del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS).

La nueva estrategia de Moscú con sus antiguos satélites se basa en cuatro grandes principios: que "ninguna amenaza real o potencial para la seguridad militar de la URSS debe provenir de la región este-europea. Cualquiera sea la evolución política de esos países, ninguna fuerza militar o base extranjera debe ser acantonada en Europa del Este".

El segundo principio señalado en el informe indica que "para preservar los intereses de la URSS en la región, el PCUS debe mantener sus lazos políticos no solamente con las fuerzas de izquierda de la región, sino también con los otros partidos políticos democráticos".

En tercer lugar el informe señala que "el ascenso de las tendencias autoritarias y nacionalistas en Europa del Este representan un gran peligro para nuestras relaciones

9109203

ENTRADO VR
CRUZADO VR

01-01

Nº DOCUMENTO
TITULO Renunció Shevardnadze al Partido Comunista.
MEDIO La Prensa (15CC26).
FECHA 5/7/91
VIA U.R.S.S. (101745)
Fac. Políticos (111604)
Partidos Pol. (113041)

Renunció Shevardnadze al partido Comunista

Moscú (Reuter, UP, ANSA y EFE) – El ex ministro de Relaciones Exteriores, Eduard Shevardnadze, última personalidad política soviética en desafiliarse del partido Comunista, declaró ayer que fue obligado a renunciar a causa de investigaciones de un "tribunal apócrifo" en sus actividades.

En un duro ataque contra el partido, calificó de "inquisitorial" la indagación interna por su creación de un nuevo movimiento democrático, tildándola de violatoria de las reformas de la "perestroika" que él contribuyó a promover.

"Mis declaraciones sobre la necesidad de formar un partido que se desarrolle a la par con el partido Comunista no brindan sustento legal o moral para acciones de este tipo", afirmó Shevardnadze en un comunicado difundido por la agencia noticiosa independiente Interfax.

"También creo que no se puede coartar el derecho de un miembro del partido a defenderse en público. Ese derecho nos fue devuelto por la perestroika, un proceso que, como es notorio ha sido patrocinado por el partido", explicó.

Shevardnadze, ex miembro del Politburó y primer secretario del partido en su nativa república de Georgia, es el reformista comunista de más alto rango que abandonó las filas del partido.

Las últimas personalidades destacadas que renunciaron al partido, el presidente ruso Boris Yeltsin y los alcaldes de Moscú y Leningrado, Gavriil Popol y Anatoly Sobchank, se desafiliaron en julio del año pasado.

Los reformistas confían que la decisión adoptada por Shevardnadze acerca un paso más al otrora monolítico partido a su desintegración.

Si otros dirigentes destacados del partido llegan a imitar su ejemplo Gorbachev podría encontrarse presidiendo un partido integrado únicamente por comunistas de línea dura, opuestos a sus pautas.

En otro orden, el presidente soviético y su homólogo mexicano, Carlos Salinas de Gortari, firmaron ayer en Moscú varios acuerdos de cooperación en diferentes terrenos, al término de una entrevista en el Kremlin, durante el primer viaje del dirigente de México a la Unión Soviética.

Los acuerdos suscritos son sobre cooperación en materias de narcotráfico, espacial, catástrofes naturales y ciencia y tecnología, y constituyen los resultados más concretos de los dos días de visita a la Unión Soviética de Salinas, la primera de un dirigente de México desde 1978.

Por su parte, el canciller alemán Helmut Kohl viajará hoy a Ucrania para conversar con Gorbachev sobre el retiro de tropas soviéticas, asistencia económica y otros temas en preparación para la "cumbre" económica del grupo de los siete a mediados de mes.

La retirada de los soldados soviéticos de Alemania oriental ha causado recientemente algunas tensiones entre los dos países.

El momento de la reunión entre Kohl y Gorbachev en Kiev, poco antes de la "cumbre" en Londres de las siete naciones más industrializadas, refleja en parte el deseo del gobierno de Bonn de ser considerado como el patrocinante de Europa oriental.

01-01 9109204

ENTRADO VR
JUEZ DO VR

La KGB Renueva sus métodos.
La Nación (150025)
6/7/91
URSS (10175)
Fae Tlie. (11163)
Deg. Inteligencia (11337)

La KGB renueva sus métodos

U-1

Por Jeremías M. Taurydzkyj

Se supo en Moscú que el 28 de febrero, conforme se publicó en el periódico "Kuranty" perteneciente al Concejo Deliberante del municipio de esa ciudad –vale decir un medio ciertamente oficial–, se daba cuenta de los actos represivos de los órganos de gobierno dependientes del Poder Ejecutivo central, con apoyo de la KGB.

De la mencionada publicación surge que una de las primeras víctimas del decreto del presidente de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas, por el cual la milicia (policía) y la KGB fueron investidas de ciertas facultades discrecionales, como ser el derecho de allanar y requisar y también el confiscar bienes en instituciones y asociaciones de todo tipo (lo cual lleva a suponer que tales facultades ya existían respecto a personas individuales o particulares), lo fue el Centro Internacional Independiente de Psiquiatría. El aludido centro de investigaciones fue creado en 1988 por un grupo de psiquiatras independientes, defensores de derechos humanos, y por juristas e individuos que habían sufrido en carne propia, o sus familiares directos, de los usos de la psiquiatría con fines políticos, circunstancias de las que hemos dado cuenta en más de una oportunidad en estas páginas.

Entre los fundadores del aludido centro se encuentran figuras de reconocida trayectoria en el campo de los derechos humanos en la Unión Soviética, quienes supieron de las represiones y de largos años en clínicas psiquiátricas de reeducación por motivos políticos, vale decir por su actividad antisoviética. Entre los que se mencionan, figuran O. Sydorenko, V. Nikitenkov, A. Rybakov, V. Skryrskyj y los médicos psiquiatras Chernihov, Panchenko, Ujov, Dorojin, entre otros.

En un principio el aludido centro actuó como filial de la Asociación de los Derechos del Hombre (institución internacional) y luego que obtuvo personería jurídica propia, comenzó a actuar en forma independiente con el nombre con que actualmente se lo conoce.

En unos dos años el centro llegó a investigar y aclarar cerca de 2.000 casos de individuos que se encontraban "condenados" en clínicas psiquiátricas de reeducación, por sus convicciones políticas únicamente –vale decir mentalmente sanos–, y logró que muchos de ellos fueran rehabilitados o que simplemente se les diera el "alta", vale decir que se los pusiera en libertad lisa y llanamente, y se terminara de tal manera con la situación antijurídica, de mantenerlos sin juicio y sin derecho alguno que sirviera de sustento a tal internación en clínicas psiquiátricas regimentadas. Las rehabilitaciones de las personas por las que intercedió el Centro Internacional Independiente de Psiquiatría se llevaron a cabo o bien por los órganos de salud pública locales (de los que dependían las clínicas psiquiátricas reeducativas), o bien por medio de una revisión de las causas judiciales de cada uno, sobre cuya base habían sido ilegalmente derivados a las mismas.

Por supuesto que la actividad del centro encontró desde un principio, una postura negativa de las autoridades gubernamentales soviéticas y muy especialmente de la KGB y del Ministerio del Interior. Los activistas del centro eran continuamente detenidos, investigados, indagados y molestados por doquier. Dos médicos psiquiatras, trabajadores del centro, M. Myjaylov y M. Tzarehorodchev, fueron brutalmente castigados por los órganos de la milicia, de lo cual dieron cuenta, en su momento, los medios de comunicación masiva soviéticos.

No terminaron allí las actividades contra el centro. A mediados de febrero del corriente en las oficinas del mismo fueron sustraídos importantes documentos de sus archivos. Y como si esto fuera poco, al centro llegó –poco después– un dependiente de la milicia del distrito (de la seccional del lugar) de apellido Fedorov, e invocando órdenes superiores se llevó toda la documentación que quedaba, amenazando a los empleados que se encontraban en ese momento que serían sancionados con 10 años de prisión. No terminaron allí los ataques ya que con fecha 16 de febrero fue embargada la cuenta bancaria de la institución, además fue confiscado el sello y a todos los dirigentes y médicos se les derivó al edificio de la milicia para un intensivo interrogatorio. Actualmente el centro está cerrado y la institución tiene suspendida su personería.

Lo que pasará ahora con los todavía miles de detenidos por motivos políticos que purgan sus penas en clínicas psiquiátricas de reeducación resulta un interrogante difícil de responder, dado que su destino, tal como escribe el corresponsal del periódico "Kuranty" Al Jarmalov, hoy día se encuentra en manos de los órganos especiales del gobierno.

01-01

9109205

ENTR VR
CRUZ VR

Gorbachov: la crisis yugoslava es una advertencia para la URSS
CLARIN (1990)
06-07-91
URSS (1025)
Fer Pol (1164)
Yugoslavia (07477)

Gorbachov: la crisis de Yugoslavia es una advertencia para la URSS

En su primera referencia a la crisis yugoslava, Mijail Gorbachov sostuvo que las declaraciones de independencia de Croacia y Eslovenia constituyen "una lección" para todos los pueblos de la Unión Soviética. Gorbachov aludió de este modo a la posibilidad de que en su país se repita a mayor escala el fenómeno de la secesión, cuando varias repúblicas se niegan a suscribir el nuevo tratado de unión.

El canciller alemán, Helmut Kohl (derecho), y el presidente soviético, Mijail Gorbachov, luego de su reunión de ayer en Kiev, Ucrania.

Agencia AP

KIEV, URSS, 5 (AP y EFE). — El presidente soviético **Mijail Gorbachov** dijo hoy que **la situación en Yugoslavia debiera ser una advertencia para la Unión Soviética** y que jamás cederá ante la presión de quienes busquen dividir el país.

En una rueda de prensa al cabo de una reunión de cinco horas con el canciller alemán **Helmut Kohl**, Gorbachov reiteró que su país necesita la ayuda económica de Occidente para realizar su programa de reformas económicas.

Kohl expresó su esperanza de que la transición soviética a una economía de mercado avanzará pacíficamente y dijo que buscará mayor apoyo de Occidente para la **Unión Soviética** durante la cumbre del Grupo de los Siete, que se celebrará en Londres entre el 15 y el 17 de este mes.

Más de 1.000 ucranianos protestaron por la presencia de Gorbachov en una manifestación en la Plaza Independencia en el centro de Kiev, capital de esa república de 52 millones de habitantes. Varios oradores denunciaron el tratado que propuso Gorbachov para mantener unidas las 15 repúblicas.

La sangrienta lucha en Yugoslavia entre las fuerzas federales y los milicianos de Eslovenia despertó una fuerte reacción en Gorbachov. Al ser preguntado qué efecto tuvo la crisis yugoslava en su país, Gorbachov respondió: "Es una lección para todos los pueblos en la Unión Soviética, así como una advertencia".

"Es imposible que nos separemos. Eso sería muy peligroso para todos y traería consecuencias impredecibles", dijo Gorbachov. "Debemos tomar la ruta de las reformas y de la integración, no de la desintegración. Ningún tipo de presión me hará abandonar esta posición", agregó.

"Los hechos en Yugoslavia nos recuerdan la necesidad de apegarnos a los postulados del proceso de Helsinki y de la Carta de París", suscripta en noviembre pasado por los países miembros de la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa (CSCE), dijo Gorbachov.

Varios centenares de manifestantes que apoyan la independencia acudieron al aeropuerto Borispol de esta ciudad, llevando pancartas y banderas, en protesta contra la visita de Gorbachov y sosteniendo que violaba la soberanía de la república de Ucrania. "Abajo Gorbachov", decía una pancarta; "Gorbachov: Libertad para Ucrania", decía otra.

El tratado de unión propuesto por Gorbachov tuvo la semana pasada un revés, cuando Ucrania resolvió postergar hasta setiembre la consideración del documento. "Estamos contra el tratado de unión y estamos contra esta visita de Gorbachov", dijo Alexander Kotúnenko, un activista del movimiento independentista ucraniano.

Kohl y Gorbachov han desarrollado una relación personal durante los últimos años, y el acuerdo sobre la reunificación de Alemania se produjo durante un encuentro informal entre ambos en la zona del Cáucaso, hace un año. En esta ocasión ambos se reunieron en los que solían ser unos claustros, cuya construcción data de hace 1.000 años y que se hallan en el poblado de Kezhigorte, en las afueras de Kiev.

Según un tratado de amistad firmado en noviembre, dirigentes alemanes y soviéticos tienen la obligación de reunirse una vez por año.

Se considera que no es probable que de la reunión de Gorbachov con los siete surjan planes concretos de ayuda y el otorgamiento de un conjunto de medidas de asistencia técnica dependería de la evaluación occidental sobre el compromiso del presidente soviético con las reformas.

Kohl tiene la intención de dejar en claro que Alemania espera que el retiro de la totalidad de los 380.000 soldados soviéticos emplazados en Alemania oriental se complete para fines de 1994.

Luego de que Gorbachov diera su visto bueno para la reunificación alemana, Bonn otorgó considerable cantidad de créditos a la Unión Soviética. El compromiso financiero alemán con Moscú, entre 1989 y 1994, es de por lo menos 18.000 millones de dólares, pero podría superar los 28.000 millones si los soviéticos no pagan los préstamos garantizados por el gobierno alemán.

9109206

VR
VR

01-01

DOCUMENTO
Parlamento de la Federación Rusa aprobó el tratado de Unión..
PROCEDENCIA Clarín (150024).
FECHA 7/7/91
VIA URSS (00175)
Fac. Pef (11164)
Rep. Sov (11555)

Aprobación rusa

MOSCU, 6 (ANSA). — El **Parlamento de la Federación Rusa** aprobó hoy en líneas generales el nuevo **Tratado de la Unión**, base jurídica del poder político de la URSS propuesto por el presidente **Mijail Gorbachov**, aunque la asamblea de la principal república soviética mantuvo una serie de reservas sobre el proyecto.

Hasta ahora son ocho (sobre 15) las repúblicas soviéticas que declararon su adhesión al proyecto de nueva organización federal, al que **se oponen las tres repúblicas bálticas, Georgia, Moldavia y Armenia. Ucrania** constituye un caso aparte, dado que anunció que no examinará el problema hasta setiembre.

La Federación Rusa, a su vez, está constituida por 16 repúblicas autónomas, algunas de las cuales, como el **Tatarstan**, quieren firmar el nuevo tratado autónoma y soberanamente, para luego negociar.

Estos diferendos entre las repúblicas autónomas rusas se deben a motivos tanto étnicos como económicos: el Tatarstan, por ejemplo, quiere firmar autónomamente el tratado porque esto le permitiría que pasen a su jurisdicción todas las propiedades del gobierno central soviético (que en el área industrial, por ejemplo, representan el 80 por ciento del potencial de la república).

9109207

01-01

ENTRADO VB
CRUZADO VB

Proyecto para la ayuda económica a la Unión Soviética.
Clarín (1.600.4)
7/9/91
URSS (1.075)
Fac. Ec (11.01)
Fac. Pol (11.02
Rel. (1.399)

Una ayuda que no ayuda

Por Henry Kissinger

LOS ANGELES, (Especial para **Los Angeles Times Syndicate** y para **Clarín**). — El tema de una ayuda económica masiva para la Unión Soviética flota en el ambiente. Un grupo de estudio formado por un ex asesor económico soviético y dos expertos de la Universidad de Harvard ha difundido un proyecto o "gran convenio" según el cual la URSS, en un período de siete años, concretaría el desarme, la adopción del sistema democrático y el definitivo pasaje a una economía de mercado a cambio de una ayuda económica que oscilaría entre los 25 y 35 mil millones de dólares por año.

El enérgico director del **Banco de Desarrollo Europeo, Jacques Attali**, realizó un gran despliegue para que **Gorbachov** fuera invitado a la reunión anual de los líderes de los siete países más industrializados del mundo y, en frecuentes consultas con el líder del Kremlin, **está bosquejando su propia versión sobre una ayuda a largo plazo.** La administración Bush se reservó su opinión al respecto, pero esta cautela sobrepasa lo táctico. A falta de una posición coherente, los Estados Unidos corren el peligro de encontrarse envueltos en un entusiasmo que no ayudará ni a la causa de la paz ni a las reales reformas soviéticas.

Todo el mundo acuerda que, en el mejor de los casos, la URSS deberá pasar por un período traumático de austeridad. Esto hace más incomprensible el entusiasmo de los propulsores del "gran convenio" que impondría compartir responsabilidades, **en base a condiciones que pueden ser altamente controvertidas y foco de un nudo de conflicto con la oposición interna soviética.**

Otro elemento que elude esta propuesta de ayuda a largo plazo es **cuáles serán las fuentes de los fondos.** Los EE.UU. están constreñidos por su déficit, Alemania abocada a la recuperación de sus estados orientales y Japón se resiste a ayudar económicamente a la URSS en tanto no se resuelvan los conflictos territoriales entre ambos países.

Los defensores del "gran convenio" podrían argumentar que con la ayuda de Occidente Gorbachov puede triunfar sobre la línea dura interna de su gobierno y facilitar la adopción de la economía de mercado y el pluralismo político. Agregarían que esta nueva URSS sería una amenaza mucho menor para Occidente que la de la guerra fría **y citarían como precedentes al Plan Marshall y los programas que reintegraron a Alemania y a Japón al conjunto de las naciones.**

Son sentimientos nobles e idealistas, pero, ¿son realistas? Alemania y Japón eran países derrotados y ocupados. Europa occidental estaba formada por democracias aliadas contra la amenaza de una agresión comunista.

Por el contrario, la URSS ha sido un enemigo estratégico durante dos generaciones. Sus dificultades económicas y **pugnas internas la hacen equiparable a un país del Tercer Mundo, salvo por sus poderosas y modernas fuerzas armadas.** En esas condiciones, la ayuda externa nunca ayudó al éxito de las reformas. En Latinoamérica la Alianza para el Progreso fracasó y solo por posterior decisión propia esos países recuperaron la democracia y la economía de mercado.

Una ayuda económica a largo plazo no puede prevenir una no autorizada adquisición de armas nucleares por parte del sector conservador soviético o el retorno a una economía centralizada. Además, los gobiernos opositores de las repúblicas independentistas que no firmaron el Tratado de la Unión no se verán beneficiados por la ayuda prevista en el "gran acuerdo".

♦ Sociedad de beneficencia

El punto de partida de la política norteamericana debe ser que **somos un país con intereses y no una sociedad de beneficencia.** Después de la experiencia de la guerra fría debemos estar atentos a las manifestaciones de la política externa soviética y no a sus debates internos.

Una de las hipótesis centrales del "gran convenio" (que una URSS económicamente fuerte se convertiría automáticamente en una nación más pacífica) queda descartada por la historia. Cada vez que un poderoso Estado centralizado se asentó en territorio soviético hubo inevitable presión sobre sus vecinos. Los psicólogos podrán discutir si se trata de un enraizado sentimiento de inseguridad o una agresividad congénita, pero para las víctimas de la expansión rusa la distinción es académica.

El argumento de la paz basado en la idea de una economía soviética fortalecida tiene pocos adherentes en los países europeos del Este, Escandinavia y China.

Durante los últimas siglos ningún país europeo tuvo tan frecuentemente su ejército en territorio extranjero y ninguno elaboró una doctrina intervencionista tan acabada: desde el concepto zarista de la Tercera Roma a la Santa Alianza, desde el paneslavismo hasta la Internacional comunista.

Para el resto del mundo, la mejor opción sería que la URSS salga de la actual crisis como una confederación de repúblicas lo suficientemente fuerte como para enfrentar una defensa común, pero no tan cohesionada como para convertirse en un posible agresor de los países extranjeros. Dicha confederación estaría abocada más a la coordinación de su política económica y su desarrollo que a aventuras en el extranjero.

En este momento **Boris Yeltsin**, presidente de la República Rusa, está más cerca de esa posición que Mijail Gorbachov, a pesar de que, en los últimos años, ambos actores políticos intercambiaron roles según requerimientos tácticos de cada uno.

01-01

9109208

La Situacion en el P.C.U.S
Gra Nacional (180015)
e/7/91
URSS (101755)
Fac. PeRC (11164)
PP. PP. (113074)

Fuertes tendencias

"No sé cuántas fracciones tiene hoy el Partido Comunista", declaró Vladimir Ivashko, segundo Secretario del Comité Central del PCUS. El dirigente reconoció que dentro del Partido luchan tendencias a veces opuestas, en declaraciones a la agencia Novosti en Moscú.

En esta capital se clausuró la semana pasada el Congreso del Movimiento "Iniciativa Comunista" del PCUS, que emprendió la política de *"separar la fracción anticomunista de Gorbachov de la dirección del PCUS"*. La resolución del Congreso subraya que, *"una política actual, ajena a los intereses del pueblo soviético, provocó el empobrecimiento de masas trabajadoras y la destrucción de la Unión Soviética. Los dirigentes actuales emprenden tentativas a entregar el país a las potencias imperialistas"*.

Los participantes del Congreso aprobaron su propia variante del nuevo programa del PCUS al cual calificaron como alternativo al *"programa anticomunista"* elaborado por la Dirección partidista. Algunos de los miembros del Movimiento llamaron a expulsar a Mijail Gorbachov del Partido e investigar quién de los dirigentes actuales del PCUS *"colabora con los servicios secretos del Occidente"*.

Por otra parte, destacados estadistas soviéticos firmaron una declaración que apoya la iniciativa de Edward Shevardnadze de crear en la URSS un partido alternativo al PCUS. El ex Canciller declaró que sin una fuerza política potente a competir con el PCUS, la democracia en la Unión Soviética es imposible.

El documento firmado significa que del PCUS se separará el ala socialdemócrata.

Una tercera información completa el panorama. El Presidente de Rusia, Boris Yeltsin arribó a Siberia donde firmó la disposición sobre la creación de la Asociación *"Convenio Siberiano"*. Dicho documento otorgará a esta región más facultades de llevar a cabo la política dirigida al desarrollo económico local. La firma de la disposición continúa la línea de la nueva Dirección de la República de crear las organizaciones regionales económicas con más libertad de acción como ya se ha hecho en el centro de Rusia, en la región del Volga y en el Norte.

La iniciativa se contrapone a la adoptada por las Repúblicas del Báltico, que desean libre comercio con la URSS, pero en rublos. Los dirigentes de Lituania, Letonia y Estonia firmaron la declaración sobre los principios de sus relaciones económicas con la URSS. Las tres Repúblicas del Báltico coincidieron en que todas las empresas que se encuentran en su territorio pasen bajo la jurisdicción local. El comercio con la Unión Soviética debe basarse en la libertad económica pero los pagos hasta ahora se efectuarán en rublos, moneda de la URSS.

01-01 9109209

ENTRADO VR
CRUZADO VR

Accidente automovilístico a Gorbachov para que la crisis Yugoslava no se repita en la URSS..
Informaciones (150027)
8/7/91
URSS (10175)
Fac. Económico (11161)
Fac. Pol (11164)
Gab. Relac. Int (11399)

La pesadilla del G-7 es que la crisis yugoslava se repita en la URSS

Asustado, Occidente ahora sí quiere ayudar a Gorbachov

Escribe Abel Dimant
Corresponsal de Ambito Financiero en los EE.UU.

Washington — La crisis yugoslava está presionando a las democracias industrializadas para ayudar **a que la URSS evite ese tipo de desastres**, especialmente al advertirse específicamente sobre el enorme peligro de que **armas nucleares** puedan caer en manos de repúblicas soviéticas en lucha.

Esa presión se hará sentir directamente **en Londres** la semana próxima, cuando los líderes de las potencias no comunistas celebren allí su conferencia económica cumbre anual y luego escuchen **el formal pedido de ayuda del presidente soviético Mijail Gorbachov en persona.**

Entre tanto, Estados Unidos reveló que en la cumbre de Londres promoverá **una estrategia global** para sacar a la economía mundial **del estancamiento** y ayudar a rescatar, no sólo la economía soviética, **sino también las de Europa oriental.**

La estrategia fue dada a conocer por el secretario del Tesoro norteamericano, **Nicholas Brady**, quien dijo que el plan a presentarse en Londres comprende tres elementos:

—Una política monetaria más dinámica dirigida a reducir las tasas de interés, para estimular el crecimiento económico y crear más empleos, ingresos y formación de capital para un mundo que necesita fondos desesperadamente.

—Una política comercial internacional centrada en la conclusión exitosa de la actual ronda de negociaciones en el marco del **Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT).** Las conversaciones están dirigidas a abrir mercados **en todos los países** y eliminar **barreras regionales** al flujo de productos.

—Desmantelamiento de rígidas estructuras que impiden la creación de trabajos y crecimiento de la productividad, tanto sea en los países capitalistas así como también en los socialistas y, en los que aún luchan en la transición del comunismo **a una economía de mercado.**

Brady no dijo nada específico respecto a la Unión Soviética, pero fuentes norteamericanas señalaron **que es muy improbable** que las potencias no comunistas ofrezcan a **Gorbachov** ayuda financiera o económica en gran escala en su reunión en **Londres.**

• Asesores

Pero en un esfuerzo más por lograr ayuda de Occidente, **Gorbachov** se reunió la semana pasada en **Kiev**, la Ucrania soviética, con el líder germano **Helmut Kohl**, para que éste lo asesorara sobre la mejor forma de presentar su pedido de asistencia en **Londres.**

Tras su reunión, **Kohl** dijo que **había** instado a **Gorbachov** a que ofrezca **seguridades concretas de reformas económicas y políticas** cuando se reúna con los líderes de los

Cont. en pág. 48

C1-02

9109210

ENTRADA
SALIDA

Occidente teme crisis en URSS

Viene de pág. 46

tencias democráticas en **Londres.**

Kohl tiene influencia sobre **Gorbachov** porque su gobierno ha dado, prestado o prometido unos **30.000 millones de dólares a la URSS** a cambio de aceptar la reunificación germana y retirar las tropas soviéticas de la parte Este de Alemania.

Con todo, en **Londres** los líderes del mundo no comunista prestarán tanta atención a **Gorbachov** como a un plan económico para la URSS elaborado por un economista soviético y otro estadounidense.

• Medios

El plan del soviético **Grigory Yavlinsky** y el norteamericano **Graham Allison**, de la Universidad de Harvard, proponen **medios concretos** para integrar a la URSS a la economía mundial de mercado a través de ayuda occidental a gran escala.

El plan ya se halla bajo consideración, no sólo de **Gorbachov**, sino también de **George Bush**, y está siendo analizado en los otros países participantes de la cumbre.

Pero, más allá de las cuestiones económicas técnicas, el plan alerta sobre las catastróficas consecuencias que tendría **la desintegración de la URSS** si no se soluciona su crisis económica.

El documento señala que "el punto principal para la ayuda occidental es que haría posible la democratización y transformación a una economía de mercado al reducir el riesgo de **caos económico y político** durante una reorganización de la economía y la sociedad sin precedentes en la historia".

• Advertencia

Y a continuación advierte: "Ningún hecho en el período de posguerra presentaría **tan alto e incontrolable riesgo de guerra nuclear como el violento colapso de la Unión Soviética**".

"En tales condiciones —agrega— ¿qué perspectivas habría de un control centralizado **de las 30.000 ojivas nucleares soviéticas?**".

El documento previene que si armas nucleares caen en manos de repúblicas soviéticas en lucha, lo que está pasando en Yugoslavia ahora no sería nada en comparación con lo que podría suceder en la URSS.

En síntesis, en **Londres** los líderes del mundo no comunista, no sólo deberán analizar la crisis soviética **en cifras** sino también la negra perspectiva de que un colapso económico provoque **fragmentaciones nacionalistas en un país lleno de armas nucleares.**

Así, la crisis soviética no sólo es un problema de **Gorbachov** y su pueblo, sino también de un mundo enfrentado a la perspectiva del terror nuclear en una guerra civil.

02-02

9109210

Visita del Pte español, Felipe González, a TASS.
Chein (TS0241)
8/1/91

URSS (10175)
ESPAÑA ([redacted])(10072)
FAX. POL (11164)
RELAX. INT (11399)

ATENCION ENTRADA CU

Felipe González llega solo a Moscú con Gorbachov

MOSCU, 7 (Reuter, AP, EFE y AFP). — El presidente del gobierno español, *Felipe González*, llegó hoy a Moscú para mantener conversaciones con los presidentes de la Unión Soviética, Mijail Gorbachov, y de la república de Rusia, Boris Yeltsin.

Una vocero del gobierno español calificó la visita como una demostración del respaldo de Madrid a Gorbachov y a su programa de reformas.

El ministro de Asuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez, quien integra la delegación española, dijo a su llegada a Moscú que la visita de González se efectúa en "el momento más oportuno", y calificó como "muy positivo" el estado de las relaciones bilaterales.

Funcionarios ibéricos señalaron que las conversaciones que González mantendrá tanto con Gorbachov como con Yeltsin seguramente incluirían las crisis en Yugoslavia y Oriente Medio, las relaciones entre la URSS y la Comunidad Económica Europea y los hechos que están desarrollándose en la Unión Soviética.

Se prevé que González y Gorbachov conversarán este lunes y el martes en el Kremlin. Durante ese segundo encuentro ambos firmarán un tratado de amistad y cooperación entre ambos países, por el cual quedará establecido que habrá consultas inmediatas entre Moscú y Madrid [illegible] se produzcan crisis internacionales, así [illegible] que habrá reuniones bilaterales "cumbre" [illegible] años.

[illegible] acuerdo es similar a los que la URSS ya firmó anteriormente con Italia, Francia y Alemania.

De acuerdo con los datos proporcionados por funcionarios españoles el tratado no incluirá convenios económicos como los que en octubre pasado firmó Gorbachov en oportunidad de su histórica visita a España, un hecho sin precedentes en la vida política de las dos naciones.

En esa ocasión el líder del Kremlin firmó con González un convenio por el cual España le otorgó préstamos a la URSS por el equivalente a 1.500 millones de dólares, para ser destinados a la compra de alimentos, artículos de consumo y maquinarias españolas.

La visita de González se produce en el marco de la profunda crisis política, social y económica que afecta a la URSS y al Partido Comunista gobernante, [illegible]

partes ilegibles

ENTRADO VR
CRUZ VB

01-01

9109211

Desafíos para Gorbachov: aprobación del tratado de unión" y reforma económica
La Nación (INTERN)
8/7/91
URSS (10175)
For. Pol (11164) For Economica (11101) Pol Ex. (11392)

Esta semana, dos desafíos para Mikhail Gorbachov

Por Alvaro Giampietro

MOSCU, 7 (ANSA). – El presidente soviético Mikhail Gorbachov debe enfrentar dos desafíos políticos esenciales en la semana que comienza hoy: la aprobación del nuevo "Tratado de la Unión" de parte del Parlamento soviético y la definición de su plan de reforma económica que presentará, dentro de ocho días, a la cumbre de los siete países más industrializados, en Londres.

Aunque desvinculados en apariencia, los dos temas son en realidad dos caras de una misma moneda: la estabilización política, económica y social de la Unión Soviética, sin la cual la perestroika de Gorbachov está condenada al fracaso.

Sólo la aprobación del nuevo "Tratado de la Unión", cuyo objetivo explícito es detener el acelerado desmembramiento de la Federación Soviética, puede asegurarle al líder del Kremlin la credibilidad política necesaria para presentarse ante la reunión de Londres en pie de igualdad.

El proyecto, definido en sus líneas generales en diciembre por el congreso de diputados del pueblo de la URSS se encuentra listo, luego de incontables enmiendas, desde hace tres semanas.

Por otra parte, el 23 de abril último Gorbachov firmó junto a nueve presidentes de repúblicas soviéticas (sobre un total de 15) el llamado "Documento de los Diez", en el que aquéllos se comprometían a firmar un nuevo tratado.

Los parlamentos de las repúblicas de Tagikistán y Azerbaiyán ya votaron su aprobación, y se aguarda para los próximos días la de Kazakstán, Turkmenistán, Uzbekistán, Kirguisistán y Bielorrusia, que no debería causar problemas.

Rusos

La Federación Rusa (principal república de la Unión) y Ucrania tienen más problemas con la cuestión. A fines de junio el Parlamento de Kiev (capital de Ucrania) decidió posponer hasta septiembre toda discusión al respecto.

La asamblea de Moscú, por su parte, decidió el viernes, luego de un encendido debate, la aprobación de las líneas generales del proyecto.

Aun así, el parlamento ruso mantuvo la puerta abierta para eventuales modificaciones que serán negociadas por la delegación rusa (liderada por el presidente Boris Yeltsin) sobre una serie de temas, entre ellos la representación en la firma del tratado de las repúblicas autónomas internas de la Federación Rusa.

Si el nuevo tratado es firmado por la Federación Rusa –ayer Yeltsin dijo que era necesario, para evitar el caos y el colapso económicos– y Ucrania, serían seis las repúblicas que se oponen radicalmente a la nueva organización federal: las tres bálticas (Estonia, Letonia y Lituania), Armenia, Moldavia y Georgia.

Punto central

Por otra parte, el plan de reforma económica que deberá ser presentado en la cumbre de Londres es el punto central del enfrentamiento entre Gorbachov y el ala conservadora del Partido Comunista Soviético (PCUS).

Un primer choque entre el presidente soviético y los opositores a la reforma surgió a raíz del llamado proyecto de la "ventana de oportunidad" (window of opportunity), redactado por el economista soviético Grigori Yavlinsky, en colaboración con el politicólogo norteamericano Graham Allison, de la Universidad de Harvard.

Los conservadores dentro del PCUS criticaron esta iniciativa, acusando a Gorbachov de presentarse en Londres con cenizas sobre su frente, vendiendo los restos de la ideología socialista por el "plato de lentejas" de la ayuda económica occidental.

Fue la polémica sobre la "ventana de oportunidad" que desencadenó la pasada semana el virulento ataque del premier soviético, Valentín Pavlov, quien virtualmente exigió a Gorbachov que no llegara a Londres con un plan fijo y un calendario establecido que, en los hechos, significan el fracaso del socialismo real en la Unión Soviética.

Centrismo

La semana que comienza vuelve a formular, de modo quizá más dramático, el mismo dilema que recorre toda la carrera política de Gorbachov: cómo definir una línea "centrista" que navegue entre los conservadores, que no quieren abandonar el modelo socialista, y sobre todo sus posiciones de poder, y los radicales, que se oponen a todo compromiso con el aparato y abogan por reformas estructurales y rápidas.

El elemento dramático adicional está dado por dos factores: el tiempo a disposición del líder soviético (la comprometida situación económica interna y las exigencias internacionales dejan poco margen de maniobra) y su creciente aislamiento político.

La creación del "Movimiento para las reformas democráticas" y la renuncia al partido de ex consejeros muy cercanos a Gorbachov como Eduard Shevardnadze y Alexander Yakoviev, marcan la soledad del líder del Kremlin dentro de su mismo partido.

"Debemos, honestamente, admitir que el renacimiento democrático del Partido Comunista, su ruptura con el pasado dictatorial y su transformación en una organización política capaz, no ha ocurrido", escribió la semana pasada Yakoviev en un polémico artículo publicado por Izvestia.

Toda la apuesta política de la perestroika de Gorbachov es declarada perimida por estas palabras de su ex colaborador. ¿Logrará el presidente soviético desmentirlas y, una vez más, evitar lo peor?

ENT VR
VR

01-01

9109212

Felipe González mostró en Moscú su apoyo completo a Gorbachov.
República (A0023)
9/7/91
URSS (10175)
España (10072)
Rel. Pol. (11164)
Rel. Int (11398)

Más respaldo en las "Colinas de Lenin"

Felipe González mostró en Moscú su apoyo completo a Gorbachov

EL PAIS de Madrid

Moscú por Pilar Bonet e Ignacio Cembrero

El presidente de la URSS Mijaíl Gorbachov obtuvo ayer, en vísperas de la cumbre de los países industrializados de Londres, el apoyo vehemente del jefe del gobierno español Felipe González, quien respaldó la reforma estatal y política (Tratado de la Unión y Constitución), así como la reforma económica emprendidas por el líder soviético. González calificó de "decisivo" el papel desempeñado "personalmente" por Gorbachov, en el lanzamiento de un proceso de cambio que "marcara un hito" en la historia.

González expresó su calurosa solidaridad anoche en una cena de gala en una villa de la zona residencial moscovita de las Colinas de Lenin al término de su primera jornada en la capital soviética. Gorbachov, y también el jefe del Gabinete Valentín Pavlov, repartieron el día entre el invitado español y los líderes de nueve repúblicas soviéticas que preparaban en la "dacha" de Novo Ogoriovo, en las afueras de Moscú, una plataforma conjunta que de a Gorbachov un respaldo social y político interno ante la cumbre de Londres.

Aunque España no es miembro del Grupo de los Siete, el apoyo brindado por González y el Tratado de Cooperación y Amistad hispano-soviético que se firmó ayer refuerzan la posición internacional del líder de la URSS que atraviesa un delicado momento en su país, presa de la crisis económica y de un proceso de redefinición como Estado. El tono de respaldo empleado por González anoche recordaba el que adoptó el canciller alemán Helmut Kohl el domingo en la cumbre germano-soviética celebrada en Kiev.

La situación en Yugoslavia fue uno de los motivos recurrentes del día, ya que surgió tanto en la conversación matutina entre González y Gorbachov como en la cena oficial donde el presidente del Gobierno español dijo que la evolución de los conflictos en aquel país "nos muestra la necesidad de ser fieles a los compromisos contraídos".

"Aunque sea cierto que unos pueblos no pueden ser obligados a vivir juntos contra su voluntad, no es menos cierto que esta voluntad sólo puede aceptarse si se manifiesta mediante el diálogo pacífico, con el común acuerdo de las partes y en el marco jurídico previamente pactado", dijo González.

Ambos líderes tuvieron una "coincidencia muy amplia de puntos de vista" sobre el problema de Yugoslavia y se mostraron partidarios de mantener "posiciones claras", dijo un representante gubernamental español.

El presidente Gorbachov y su esposa Raisa dieron la bienvenida a González y su esposa, Carmen Romero, en el edificio del Soviet Supremo de la URSS, el mismo donde ambos presidentes se entrevistaron a continuación. Aunque había sido planeada para dos horas, la entrevista duró 45 minutos más de lo previsto y tuvo lugar en una sala iluminada por una lámpara de lágrimas. Alrededor de una mesa oval de madera clara se sentaron, además de Gorbachov y González, Anatoli Chernaiev, consejero del presidente soviético, y José Pons, director general de Relaciones Internacionales de la Presidencia del Gobierno español.

En el conjunto de países de la CSCE, España y Francia se distinguen por anteponer el concepto de la integridad territorial de autodeterminación de los pueblos. Ayer, González y Gorbachov coincidieron en que tanto el acta final de Helsinki como la carta de París deben interpretarse globalmente y no se debe dar primacía a un punto sobre otro. Los perfiles de un mundo que se encuentra hoy en plena evolución no están "claros", afirmó González.

Gorbachov no repitió la idea expresada en Kiev, según la cual Yugoslavia es una "advertencia" para los pueblos de la URSS, pero afirmó que se trata de una "prueba" para la CSCE, manifestó el portavoz español. "Nosotros preferimos que Yugoslavia conserve la integridad de su territorio y su unidad como país", dijo el ministro de Exteriores de la URSS, Alexandr Bessmertnij, tras conversar con su colega español Francisco Fernández Ordóñez en una villa en el centro de la ciudad. España dijo el ministro a El País, también parte de estas posiciones que fueron aprobadas en la reunión de ministros de Exteriores de la CSCE en Berlín.

Bessmertnij y Ordóñez acordaron seguir departiendo sobre la situación de Yugoslavia en el futuro. Moscú mantiene "estrechos contactos" con la dirección yugoslava y con los dirigentes de Croacia y Eslovenia, señaló el jefe de la diplomacia soviética. El enviado especial del Kremlin, el primer viceministro de Exteriores de la URSS, Yuri Kvizinski ha visitado las dos repúblicas independentistas yugoslavas e informará de sus impresiones a Moscú.

El ministro soviético considera muy importante que las nuevas instituciones europeas creen un "precedente positivo para el futuro" y "no se equivoquen", porque "la experiencia por la que atraviesan determinará en gran medida su efectividad".

Gorbachov informó a González de su intención de llevar ideas frescas y proyectos propios a Londres para conseguir una mayor integración internacional, señaló el portavoz español, según el cual el líder soviético está decidido a presentar estas ideas en un conjunto que él mismo etiqueta con el nombre de "el concepto Gorbachov". Esto es la suma de un trabajo conjunto.

Copyright 19 El País News Service Inc.
All rights reserved.

01-01

9109213

ENTRADO VB
SALIDA VB

TITU Clima de Tensión en el Partido Comunista de la URSS (P.C.U.S.)
PE de República (150023)
FECH 9/2/91
VINCU URSS (10175)
Fac. Pol (11164)
PP.PP. (11304)

Más renuncias en el PCUS

Moscú (ANSA)

El nuevo "Tratado de la Unión", la "Cumbre" de Londres -donde estará presente Mijail Gorbachov- el inicio de gestión de Yeltsin como presidente ruso y la irrupción del "movimiento para las reformas democráticas", han creado un clima de tensión en el Partido Comunista Soviético (PCUS).

Prueba de esa tensión es la decisión anunciada anoche por la agencia independiente Interfax, no confirmada, de que también el premier de la Federación Rusa (Rsfsr), Ivan Silaiev, renunció como miembro del Comité Central del Partido.

Silaiev, con el ex canciller Eduard Shevardnadze y otras siete personalidades, crearon recientemente el "Movimiento para las Reformas Democráticas" (DDR).

Este movimiento va en pro de las reformas hacia la economía de mercado y la concordia nacional y se declara abierto a los "millones de comunistas" que quieren democracia y concreción de la perestroika.

Esto provocó que el presidente Gorbachov manifestara una opinión positiva respecto del movimiento.

Pero dos días después, Shevardnadze renunció al PCUS y cuestionó que la CC de control lo pusiera bajo investigación, precisamente, por haber constituido el DDR, que sólo en setiembre podría convertirse en partido.

El viernes último, el CC del PCUS difundió un comunicado que, sin condenar a priori iniciativas como la del DDR, expresaba preocupación por acciones "tendientes a dividir a nuestro partido".

Ahora, sería Silaiev (hombre de confianza de Yeltsin) quien abandona el partido, o al menos su "cumbre". Es una decisión que, junto con la de Shevardnadze, será objeto de opiniones contrastantes en el plenario del CC del PCUS, convocado para el 25 del corriente.

Pero antes de esa fecha, otros hechos urgen: dentro de un par de días, la Federación rusa de Boris Yeltsin firmará el nuevo "Tratado de la Unión", si se concretan acuerdos sobre las cuestiones que aún se discuten.

El tratado será la base jurídica de la URSS de la perestroika.

Si así fuera, el Parlamento comenzará mañana miércoles la discusión de dicho tratado.

Este "pacto" crea tensión en el PCUS, porque implica la "disolución" de la URSS y la derrota total de la "construcción" buscada por los comunistas en 73 años de trabajo, según Iuri Blokhin, líder de "Soyuz", grupo conservador del Parlamento soviético, con mayoría de comunistas "ortodoxos".

"Soyuz" confirmó su solicitud de renuncia de parte de Gorbachov, pero hasta ahora sus rígidos han tenido escasas consecuencias.

01-01 9109214

ENTRADA VB
FOLIO VM

Respaldo de 9 Repúblicas al programa económico que Gorbachov presentará al G-7.
La Nación (1SE025)
9/7/91
URSS (10175)
Fac. Ec. (11161)
Fac. Pol (11164)
Pol. Ec. (11392)

Apoyo a Gorbachov

MOSCU, 8 (AP). – El presidente Mikhail Gorbachov obtuvo hoy el respaldo decisivo de los dirigentes de nueve de las repúblicas soviéticas a su estrategia sobre el programa económico que presentará la semana próxima, en Londres, ante dirigentes de los siete principales países industrializados.

Ese apoyo logrado durante una reunión mantenida en una residencia rural oficial, en las afueras de Moscú, seguramente fortalecerá la posición de Gorbachov en su reunión del 18 de julio con los líderes del Grupo de los Siete (G-7).

Los dirigentes de las nueve repúblicas soviéticas "aceptaron las argumentaciones propuestas por Gorbachov para los problemas que serán tratados en Londres", informó el noticiero televisivo estatal Vremya.

Las mismas nueve

Los dirigentes representaron a las mismas nueve repúblicas que el 23 de abril firmaron el histórico acuerdo de cooperación con Gorbachov, en la misma residencia de descanso: la Federación Rusa, Kazajstán, Uzbekistán, Turkmenia, Tadzijistán, Ucrania, Kirguizia, Bielorrusia y Azerbaiján.

Seis repúblicas secesionistas, es decir: Letonia, Lituania, Estonia, Moldavia, Georgia y Armenia, han rehusado a participar en las conversaciones o a firmar el Tratado de Unión propuesto por Gorbachov, destinado a mantener la integridad del país.

01-01

9109215

ENTRADO VR
CRUZ VR.

DOCUMENTO 9109216
TEMA: Gorbachov: el PCUS se convertirá en una formación de tipo socialista.
Clasif. (150024)
10/9/91
URSS (10175)
Fax Pop (11164)
PP.PP. (11304)
VR
VR.

LA SITUACIÓN EN LA URSS

Gorbachov: el PCUS se convertirá en una formación de tipo socialista

MOSCU, 9 (AFP, EFE y Reuter). — El presidente soviético y secretario del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS), **Mijail Gorbachov**, afirmó hoy, en rueda de prensa, que tras el proceso de renovación interna que se debate actualmente en el partido este se convertirá en una formación política "moderna" de "orientación socialista".

En declaraciones hechas a la prensa junto al presidente del gobierno español, **Felipe González**, de visita en Moscú, Gorbachov **admitió que existen en el interior del PCUS "determinadas tendencias" que rechazan la política de "perestroika" (reestructuración) y que "desean volver al pasado"**. Sin embargo, el líder del Kremlin subrayó que **"no tendrán éxito"**.

A fines de junio el PCUS admitió públicamente haber fracasado en la resolución de los nuevos problemas que suscitó la implementación de la "perestroika" y reconoció la necesidad de rever "el modelo totalitario del partido, sus rígidas estructuras y su pesada burocracia" sin renegar de los ideales de la revolución bolchevique de 1917. El documento partidario fue dado a conocer en momentos en que un grupo de reformistas impulsó la formación de un nuevo partido nacional que represente una alternativa frente al PCUS.

Gorbachov, en su calidad de líder del PCUS, encabeza la comisión de redacción del proyecto para un nuevo programa partidario "que cambie la fisonomía" de la organización, según dijo hoy el primer mandatario.

El nuevo programa, cuyo proyecto deberá ser **aprobado el jueves 25 en una reunión plenaria del Comité Central**, marcará la divisoria entre reformistas y conservadores y podría provocar una definitiva escisión en el PCUS. Gorbachov se encuentra alineado junto a la tendencia comunista favorable a continuar con las reformas políticas y económicas.

Gorbachov, que en diálogo con la prensa estimó que **"la situación actual en el PCUS refleja lo que ocurre en el país"**, evaluó que hoy el "partido está tratando de **definir su papel**. Se trata de algo delicado, pero el proceso sigue avanzando".

La necesidad de cambio y definiciones tiene al menos **dos causas** evidentes. En primer lugar la aparición del **Movimiento Democrático Reformista, promovido por algunos de los más cercanos colaboradores de Gorbachov, como el asesor presidencial Alexander Yakovlev**. De convertirse en partido el movimiento podría "barrer" con gran parte de los afiliados y simpatizantes del PCUS.

En segundo término la perspectiva de las próximas elecciones presidenciales de la URSS, previstas en la reforma del sistema político soviético y, en consecuencia, **la necesidad de conferirle competitividad al PCUS en estos comicios**.

El Movimiento Democrático Reformista programó un congreso para setiembre en el que se discutirá la fundación o no de un partido. Este plazo fue visto como el tiempo otorgado a Gorbachov para que depure al PCUS

Mijail Gorbachov: un giro a la [illegible] nor la palabra "comunista" del [illegible]

de los sectores más conservadores y siga a la [illegible] las reformas anunciadas.

"Continuaremos por la vía de las [illegible] la opción hecha por la mayoría de la [illegible] Gorbachov.

Entretanto los sectores antirreformistas [illegible] agrupados en el movimiento **Iniciativa Co[illegible]** rrollan una contraofensiva en defensa de [illegible] comunistas" y buscan modificar la correlación [illegible] zas en el Comité Central para desplazar a Gorbachov [illegible] la secretaría general del partido.

Vasili Lipitski, dirigente de **Iniciativa Co[illegible]** indicó en una entrevista con el semanario "[illegible] sant" que en la próxima reunión plenaria del Comité Central **"se planteará, sin duda, la sustitución del secretario general"**. Según Lipitski, las últimas votaciones [illegible] ese organismo indican que el presidente soviético "cuenta con el respaldo de solo la mitad de sus miembros".

La posible escisión del PCUS es un tema recurrente en la política soviética de los últimos dos años.

01-01

9109216

Desintegración de la U.R.S.S es inevitable.
A Francisco (150027)
11/7/91
U.R.S.S. (10175)
Rep. Sov. (11555)
Fed. Rus (11164)

La desintegración de la URSS es inevitable

Escribe
Edward Robert Page
para "Euroecon"

Moscú — La amenaza de desintegración en la **Unión Soviética** hoy parece contenida, pero sólo parcial y provisoriamente y según la mayoría de los analistas **la desintegración de la "superpotencia" es inevitable.**

En todo el país, el separatismo avanza día a día, pese a los esfuerzos del presidente **Mijail Gorbachov** por conseguir que el país siga siendo uno solo. En los últimos días consiguió en parte este objetivo al lograr que las repúblicas, al menos la mayoría, firmasen **un nuevo Tratado de Unión** por el cual los gobiernos y comunidades locales tendrán una mayor autonomía.

Pero esto puede ser apenas **un paño de agua fría** sobre una situación sobrecalentada. Aunque la mayoría aceptó el nuevo tratado, otras, previsiblemente, se negaron, como las tres repúblicas del **Báltico, Georgia** y **Moldavia.**

• Procesos

Las bálticas, **Lituania, Letonia** y **Estonia,** por sus ancestrales vínculos con **Occidente,** son las que más cerca están de la inevitable secesión. Estas tres, fundamentalmente **Lituania** (donde es menor que en otras la proporción de rusos en la población), comenzaron en 1990 **procesos radicales de separación,** pretendiendo recuperar la independencia de que gozaron antes de la **Segunda Guerra Mundial** y del acuerdo entre **Hitler** y **Stalin** que las incorporó a la URSS.

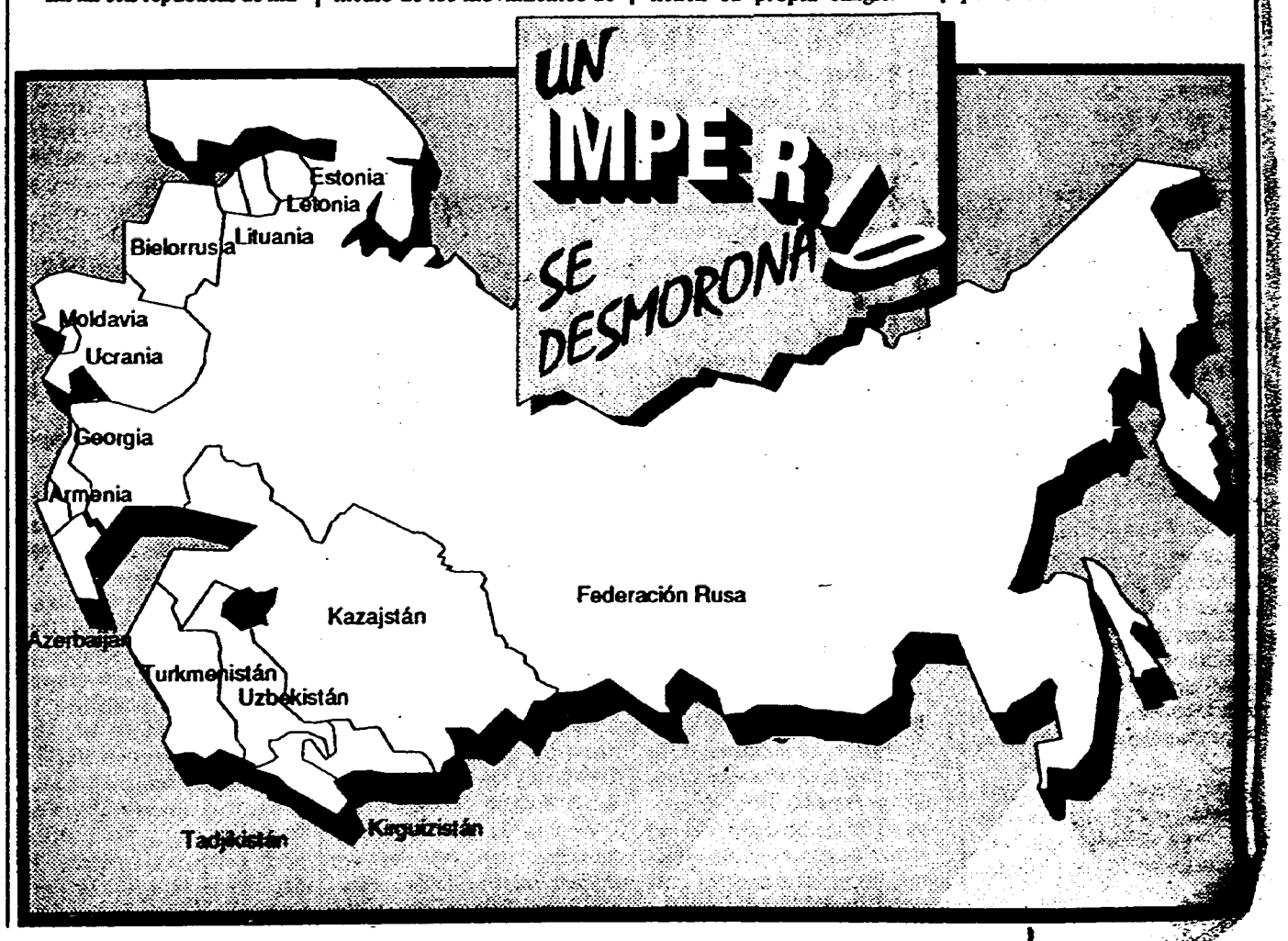
Georgia, que también quiere separarse, enfrenta paradójicamente **las pretensiones separatistas de una de sus propias regiones, Osetia del Sur,** que quiere seguir en la URSS y se siente reprimida por los georgianos como éstos se sienten por parte del **Kremlin. Ucrania** también tiene su propio movimiento separatista y **Moldavia** también es parte de otra anexión forzada: **era parte de Rumania y quiere volver a serlo.**

En las seis repúblicas de mayoría musulmana **(Azerbaiján, Uzbekistán, Tadjikistán, Kirguizistán, Turkmenia** y **Kasajstán)** la autoridad central de **Moscú** es desafiada en distintos grados de intensidad. En medio de los movimientos de oposición, los conflictos étnicos y los problemas económicos, los militantes de la soberanía tienen campo propicio para establecer diferencias con el **Kremlin.** Y la religión, sobre todo por influencia fundamentalista, también hace su parte.

Los azerbaijanos, además, tienen su propia sangrienta guerra con los armenios por el territorio de **Nagorno-Karabaj,** incrustado en **Azerbaiján** pero de mayoría armenia.

En las demás repúblicas, menores en importancia pero sumamente pobladas, **los problemas también se repiten.** Hay enfrentamientos por fronteras, por petróleo, o por la presencia de tropas de **Moscú.**

Según la mayoría de los analistas, pese a los parches temporales, el **Imperio** está por caer.



01-01

9109217

ENT
CRUZ

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1215
(PG)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 14 de Mayo de 1993.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1991.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. 9109217 F.S. 01/01; REF. A.: "La desintegración de la URSS es inevitable"

OPERARIO/S: Sdo. 1ra. G.Pose y Sdo. 1ra. J. González.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x.

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.

Cnel.

Walter A. Mesa.

ROLLO

1215

ANEXO

ROLLO

1215

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

A C T A DE A P E R T U R A

ANEXO AL ROLLO N° 1215 (JC)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 28 de mayo de 1993.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1991

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. NRO: 9107423 Fs.01/01

REF. A: GOBIERNO PARALELO LANZA PLAN ALTERNATIVO EN OCTUBRE

OPERARIO/S: Sdo.1a. J.GONZALEZ

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: Personal del Dpto II/D.G.I.D.

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.

CONTROL: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la DGID
Cnel.
A.G.I.I. Walter A. Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - República O. del Uruguay

Documentos correspondientes al

AÑO 1991

Departamento II / D.G.I.D.=

Nº DOCUMENTO
TITULO: Gob. Paralelo lanza plan alternativo en Octubre
PAGINA: 211
FECHA: 1-7
VALIDACION: 10046
11164
11304

Governo paralelo lança plano alternativo em outubro

O governo paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT) vai divulgar no dia 16 de outubro um Plano de Segurança Alimentar para o País. E durante o Congresso Nacional do partido, em novembro, apresentará um projeto alternativo para o Brasil. A confirmação foi feita ontem em Porto Alegre pelo presidente nacional da legenda, Luís Inácio Lula da Silva. Como um dos fundadores do PT e principal líder do partido no momento, Lula foi a presença mais importante do Seminário Preparatório do 1º Congresso, que aconteceu durante o final de semana.

— O PT é, hoje, o único partido político existente no Brasil, com estrutura e disciplina — afirmou, "além disso, não há dúvidas que em 11 anos de existência contribuiu para a mudança da cara política do país, empurrando com força a abertura lenta e gradual do ex-presidente Geisel". Uma avaliação sociológica da atuação dos trabalhadores na política, explicou Lula, seria mais forte que uma análise dos próprios petistas.

Sem cargo público, Lula está viajando pelo Brasil para estruturar o PT. "Temos que nos colocar, nos próximos quatro anos, como alternativa para assumir o poder no País", afirmou. Brincando, disse que as pessoas podem até não gostar do bigode do prefeito Olívio Dutra, porém precisam admitir que "nunca se fez tanto com tão pouco", se referindo às administrações municipais.

MUITA LENHA — A idéia do PT, apresentada por Lula para uma platéia atenta na Câmara de Vereadores, que recebeu com palmas o ex-candidato do partido na última eleição presidencial, é de avaliar a atuação dos prefeitos nas cem maiores cidades brasileiras quanto terminar a atual gestão. O estudo incluirá os 28 municípios comandados pelos trabalhistas. "O resultado vai nos mostrar quem tem cacife para disputar as próximas eleições", disse Lula.

01.01

9107423

DOCUMENTO
TITULO Apoyo del Papa al Nacionalismo Lituano
Clarín (150024)
6/6/91
URSS (10175)
Rep. S. (11555)
Fac. Pol (11164)
Vaticano (10192)

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 6 de junio de 1991

CRITICAN AL PONTIFICE EN POLONIA POR SU POSICION CONTRA EL ABORTO

Apoyo del Papa al nacionalismo lituano

Agencia AP

LOMZA, Polonia, 5 (AP, Reuter y AFP). — El papa Juan Pablo II brindó hoy un respaldo cauteloso a las "justas aspiraciones nacionales" de Lituania y dijo a miles de peregrinos de esa república báltica que "el Papa está con vosotros".

Al promediar un recorrido de nueve días por Polonia, el pontífice fue saludado por millares de peregrinos procedentes de Bielorrusia, Lituania, Rusia y Ucrania en la ciudad capital de la provincia de Bialystok, y en Lomza ubicada a 130 kilómetros de la frontera soviética.

El Papa, que tiene intención de visitar la Unión Soviética el año próximo, no empleó la palabra "independencia" en su diálogo con los lituanos, pero les invitó a "esperar y perseverar en la unidad de la fe" y a seguir a sus pastores que "sostienen vuestras justas aspiraciones nacionales y refuerzan la conciencia de vuestra identidad".

Juan Pablo II anunció hoy también la reorganización de los obispados del este de Polonia, adoptando la administración eclesiástica a la realidad política en la frontera polaco soviética en su primer reconocimiento formal de los límites establecidos por la URSS en la posguerra.

El vicepresidente lituano, Ceslovas Stankevicius, y dos ministros de la república separatista se reunieron con el Sumo Pontífice en privado para analizar la situación de su país.

"En sus conversaciones con nosotros el Santo Padre subrayó el hecho de que todos los países tienen derecho a la autodeterminación, especialmente aquellos que han perdido su independencia", dijo Stankevicius a los periodistas.

Stankevicius acudió en representación del presidente Vytautas Landsbergis, quien canceló planes para asistir al encuentro ante el agravamiento de las tensiones en la república báltica donde soldados soviéticos ocuparon el martes durante varias horas los accesos a la sede del gobierno y al Parlamento en Vilna.

Numerosas organizaciones judías europeas y la prensa izquierdista polaca hicieron conocer hoy su rechazo a las declaraciones efectuadas el martes por el Papa en la céntrica ciudad de Radom, cuando comparó la práctica del aborto con el holocausto nazi que mató a seis millones de judíos.

"Las víctimas del nazismo no merecen que su memoria sea mal utilizada en aras de un objetivo político actual", declaró el presidente del Consejo Central de Judíos en Alemania, Heinz Galinski, en un comunicado de protesta difundido en Berlín.

En un artículo del diario izquierdista de la juventud polaca Sztandar Mlodych, el comentarista Marek Rudzinski, afirmó que "crear una analogía entre quienes se oponen a las enseñanzas eclesiásticas sobre un tema concreto y los asesinos en masa desborda los límites admisibles de un debate, y es ofensivo para millones de personas".

La Iglesia polaca ha abogado enérgicamente para derogar una liberal legislación comunista que autoriza el aborto virtualmente con una solicitud, y quiere imponer una prohibición total. Se estima que unos 600.000 abortos se realizan en este país todos los años.

J.B.
J.R.

01-01

9107816

31 - 9056

"Profundizar corriente turística" = Villar
L. Financiero
12069
HEROES AR 12781
ROU 10010

Buenos Aires, lunes 17 de junio de 1991. Ambito Financiero

El ministro uruguayo de Turismo, José Villar Gómez, fijó las prioridades en la región para este sector

El ministro uruguayo de Turismo, José Villar Gómez, habló durante un reportaje efectuado en Buenos Aires con motivo de su participación en el seminario de ENATUR. Hizo hincapié en la importancia que tiene para el Cono Sur el desarrollo turístico de Argentina, Uruguay, Brasil y Paraguay a lo que es de esperar la incorporación de Chile. También se refirió a cómo se prepara el Uruguay para recibir contingentes turísticos con motivo de las vacaciones de invierno.

Profundizar la corriente turística en el Cono Sur

Periodista: ¿Cómo se están preparando en el Uruguay para las próximas vacaciones invernales?

José Villar Gómez: Al término de una temporada, el ministro y las autoridades de turismo en la actividad privada deben ya seguir preparando lo que es la temporada de invierno, la pretemporada y la nueva temporada. Creemos que se está produciendo un fenómeno dentro de nuestros países donde ya no podemos hablar más de turismo interno, sino que tenemos que hablar de turismo regional. Normalmente, los uruguayos conocen mucho más parte de la Argentina, Buenos Aires en particular y el sur de Brasil, que nuestro propio país, y creo que si esta consideración la llevamos a los demás países, por ejemplo quizá los ciudadanos de Buenos Aires, también conozcan mucho más el Uruguay que su propio país. Los cuatro países que vamos a firmar el lunes 17, en Montevideo —en el marco de ALADI— comenzamos hace cinco años a trabajar para una unión de una América sin fronteras. Y decimos una América sin fronteras porque quizá hoy la mayoría de la gente no sepa que entre países de América del Sur necesitamos pasaporte para transitarlos, cosa que realmente consideramos inadmisible en una época donde se ha derribado el Muro de Berlín, donde vemos que la Comunidad Económica Europea funciona y a partir del año '93 los cambios que se van a producir en el comercio en Europa, en las desregulaciones aéreas y lo que está sucediendo actualmente con las tarifas aéreas son vertiginosos.

• Controles de frontera

Yo no sé cómo todavía seguimos pensando que en América tenemos que estar con los grandes controles de frontera y fundamentalmente con los temas de visas para poder transitar. Esto es, comenzamos ocho países a trabajar en conjunto allá en el año 1987 (a fines del '86 no estaban incluidos en ese momento Argentina y Brasil, porque no lo consideraban aptos para poder trabajar ni crear un nuevo organismo). Uruguay se unió a esta tesis de no crear un organismo porque ALADI cumple la función de un organismo integrador y dentro del organismo integrador comercial tiene al turismo dentro de sus bases, así que el Uruguay tuvo la tarea de convencer a Argentina y Brasil para que entraran en esta organización que se llama Cotasur, Confederación Turística de América del Sur y la forman los organismos oficiales. Después de estos cuatro años de gran trajinar, y desde ya Argentina y Brasil entraron, quedó la sede constituida de ALADI, en Montevideo y una sede "in temporis" que va a ser realizada en donde esté el presidente designado.

José Villar Gómez, ministro de Turismo de la República Oriental del Uruguay.

• Promoción

Creemos entonces que éste es un paso muy importante que estamos dando en el aspecto turístico y lo más importante de todo es que de aquí en más nos vamos a promover en el extranjero, por ejemplo en los Estados Unidos, en Canadá, en Europa, en Japón, como un solo destino; o sea que, sin perder nuestra personalidad, cuatro países que tienen cada uno sus características, aspiramos a que rápidamente Chile esté con nosotros también para un común mercado turístico. En Europa sabemos que realmente existen grandes problemas en cuanto a polución, a contaminación y algunos de carácter ecológico, que gracias a Dios no tenemos en esta parte del continente y creo que es lo que más debemos promover: venga al Cono Sur a reencontrarse con usted y con la naturaleza.

Los destinos turísticos van cambiando, sabemos que en esta porción de América toma parte nada más que 2% del turismo de carácter mundial, aspiramos a llegar en poco tiempo a 10% de ese turismo, de los millones de habitantes que tiene el mundo, sólo estamos recibiendo menos de un millón, creemos que es una cifra técnicamente ínfima en el turismo del mundo. Quiero destacar el gran cambio que ha tenido Argentina, ya que Argentina es el país que más ha crecido en los dos últimos años en turismo internacional. Creemos que esto es muy importante y creo que se debe a términos muy concretos como salubridad y seguridad. Está desplazando a otros destinos que en América eran más importantes que Buenos Aires. Me encuentro en estos momentos en Buenos Aires invitado por el presidente de ENATUR, Francisco Mayorga, en un seminario que se está realizando con técnicos barceloneses, de cómo vender Argentina en Europa, cuáles son los principales obstáculos y cuáles son las posibilidades reales. Creo que esto es un contagio, está demostrando que hemos perdido aquel tema de la posibilidad de que los países fuéramos competidores entre sí, sino que somos complementarios. Creo que Uruguay no tiene nieve, Uruguay no tiene montañas, pero que a su vez tenemos pequeñas localidades bastante importantes, creo que tenemos un Montevideo que aún atrae, quizá porque sea una ciudad chica y de muy fácil acceso a museos, a lugares gastronómicos, a lugares de diversión. Las distancias son cortas; y tenemos la suerte de tener un balneario de carácter internacional como Punta del Este que se lo ha ganado de por sí, es un título que nadie se lo ha dado. A su vez en un país tan pequeño tenemos todas las posibilidades ya que el Uruguay ofrece desde un balneario internacional hasta balnearios de menor importancia, pero muy lindos, como puede ser toda la zona de Rocha, donde ha sido declarada reserva ecológica del país, o en Piriápolis con un lugar como el Argentino Hotel y un centro de salud como Piriavital que es un tema muy importante para alentar el turismo. Un turismo que hoy se realiza cada día con más fre-

01 . 02

91096

El turismo en el Cono Sur

Viene de pág. X

cuencia y con menos días.

P.: ¿Se está en condiciones de recibir en Punta del Este gran cantidad de turistas?, ¿cuántas personas pueden recibir, con cuántas camas cuentan actualmente y cuáles son los proyectos ya que se observan muchas obras nuevas?

J.V.G.: Efectivamente, creo que hay un tema que es el que se admite, la gente dice fácilmente que no tenemos buena infraestructura y digo que es cierto que no tenemos una gran infraestructura, pero empezamos diciendo que no tenemos salas de convenciones. Claro que no tenemos salas de convenciones de 2000/3000 personas, pero 80% de las convenciones y los congresos que se realizan en el mundo son de menos de 400 personas, y allí sí tenemos salas de convenciones. Cuando decimos que, de repente, la infraestructura de Punta del Este no es adecuada, yo digo que se desarrolló el GATT, la Conferencia Parlamentaria Mundial, y se albergaron miles de personas, este año en Punta del Este por circunstancias más que nada de carácter económico. Hasta podría decir que se desbordó con un público que no es el que está acostumbrado a ir a Punta del Este y no creo que se exageró cuando a veces se dijo que alguna persona durmió en el auto, o fue a dormir a San Carlos o a Maldonado.

• Crecimientos

P.: ¿Cuánta gente alberga Punta del Este en verano?

J.V.G.: En verano Punta del Este alberga fácilmente 450.000 personas. Yo creo que estuvo a "full" en el mes de enero, en el mes de febrero no y en marzo tampoco. Es otra de las cosas a que nos vamos acostumbrando, por qué enero y febrero, y por qué no diciembre y por qué no marzo. Este es el primer año en que los grandes crecimientos que hemos tenido han sido en diciembre y en marzo, pero nosotros estamos promocionando que la temporada, la alta temporada, no son dos meses, sino que realmente son cuatro. Y se pueden encontrar tarifas mucho más accesibles en el mes de diciembre y en el mes de marzo que en el mes de febrero. Pero parece que estuviéramos frente a un cuello de botella, donde a todos les interesa ir en enero y febrero.

P.: Háblenos del proyecto hotelero en Montevideo se está ampliando el Victoria, y hay otro hotel más que se está terminando.

J.V.G.: Se terminaron dos hoteles de cuatro estrellas en la Plaza Libertad y se está terminando otro en este momento, el Lafayette, o sea que en el término de un año, Montevideo ha puesto en circulación tres hoteles cuatro estrellas.

• Ampliación

P.: ¿Y el Victoria Plaza para cuándo estiman que va a estar terminado?

J.V.G.: La ampliación del Victoria Plaza consideramos terminará en 18 meses, a pesar de que tiene un avance de 3 metros diarios, algo nunca visto por lo menos en Uruguay. Estas son obras que se hacen normalmente en seco, como en San Pablo y Nueva York, pero en Uruguay no estábamos acostumbrados a ver un avance tan rápido. Uruguay sacó un plan de proyectos de complejos turísticos y ahora complementado por medidas externas. Creo que hay 23 proyectos que se han presentado en turismo; se está en este momento en el tema de la selección, pero no me cabe ninguna duda de que como mínimo dos hoteles de gran categoría en Punta del Este son inminentes, porque se han propulsado más de 10, pero como mínimo dos van a salir rápidamente.

P.: ¿Cuál es la visión del ministro cuando ve que muchas empresas argentinas se trasladan a la vecina orilla del Uruguay, a hoteles relativamente chicos, muy confortables pero chicos, para hacer una convención?, ¿qué es lo que buscan?

Las concurridas playas de Punta del Este y la edificación en la ciudad son los grandes atractivos que atraen al turismo de la región, especialmente de la Argentina.

J.V.G.: Yo puedo estar equivocado pero no nos olvidemos que a Buenos Aires quizás el porteño mismo, no el argentino, no le da importancia, a lo que es esta gran metrópolis, que debe ser una de las más importantes del mundo, pero realmente como es una gran metrópolis, también su vida es tremendamente agitada y creo que entonces, el ejecutivo argentino trata de ir al Uruguay para sustraerse de lo que es el teléfono, el lugar donde está. Yo no creo que se busque realmente a Montevideo o Punta del Este, en particular, porque le ofrezca mejores condiciones. Creo que es lo que hacen casi todas nuestras empresas en Montevideo cuando hacen una evaluación de su trabajo y salen de Montevideo a otra ciudad del interior, como San José, Piriápolis, o Colonia. Creo que el tema es sustraerse un poco del teléfono, del hábitat, del lugar diario, donde de alguna manera a usted siempre lo están realmente ubicando. En cambio, si usted dispone que lo que está haciendo en ese momento es un congreso de evaluación o de proyección de su empresa y está fuera del país, es muy difícil que los problemas cotidianos se los trasladen allí. Habrá alguien que los va a arreglar, porque yo digo que hay gente que es insustituible pero no imprescindible, con lo que quiero decir que siempre se van a solucionar los temas, en la medida en que usted esté fuera.

P.: Para finalizar, ¿cómo prevé esta temporada si van a mantener los precios como están en este momento en Punta del Este?

J.V.G.: Yo creo realmente que el tema de los precios es un tema que ya en Uruguay se ha superado, creo que ya la gente ha desterrado el tema de que las temporadas son temporadas de dos/tres meses, todos conocemos que el mundo ha cambiado y va cambiando permanentemente, que el capital más importante que tenemos en los países es la gente, es la cultura, es la capacidad y creo que entonces en todo este tema el objetivo que tenemos es muy claro, la temporada anterior que fue una temporada buena, para nosotros una temporada piso, no podemos aspirar menos que eso. Y lo que tenemos que cambiar, que sea un objetivo y no una aspiración. Para que la aspiración se transforme en objetivo, creo que debemos que tener muy claro que tenemos que armar estrategias y una promoción permanentemente dirigida, ofreciendo las distintas alternativas que tiene Uruguay.

P.: ¿Quiere agregar algo más?

J.V.G.: Que me siento muy a gusto aquí en la Argentina, que quiero agradecer una vez más por su intermedio al titular de ENATUR que cuando hay un acontecimiento importante en Argentina de carácter turístico me ha hecho participar en forma permanente, así lo mismo hace Uruguay, con lo cual ya estamos demostrando que nuestros cuatro países antes de firmar el documento ya estamos integrados.

02.02

9109056

COMITE INTERNACIONAL PARA LA DOCUMENTACION DE ACTOS VIOLATORIOS DE LOS DERECHOS HUMANOS - ICD

-CEIS

Barcelona, España, 1984

Excelentísimos señores
Profesionales Médicos de la América Latina

A su personal atención:

Este "Comité Internacional para la Documentación de Actos Violatorios de los Derechos Humanos", ha encomendado a un distinguido grupo de Juristas y Médicos, la instalación de una Comisión Recopiladora que tendrá por objeto el amplio, reservado, verificación y publicación de los casos de violación de los derechos humanos y de la ética médica, en los que estén implicados profesionales de la medicina en la República Oriental del Uruguay, desde el año 1973 hasta la fecha.

Este Comité Internacional, solicitará a las organizaciones mundiales vinculadas a la defensa de los derechos humanos, el envío a Ginebra de los expedientes sobre el particular que reposen en sus archivos y que hasta el momento evidencien la participación de médicos uruguayos en agresiones ilegales o en faltas gravísimas contra la deontología. También requerirá ante los familiares de detenidos, desaparecidos, torturados o muertos, ante ex-detenidos, así como ante reconocidas personalidades residentes en Uruguay dispuestos a aportar testimonio objetivo.

Este Comité Internacional, está en comunicación oficial al Secretario General de las Naciones Unidas, al Premio Nobel de la Paz, señor Pérez Esquivel, a la Presidencia del Parlamento Europeo, a la Presidencia del Parlamento Latinoamericano y a la Organización Mundial de la Salud, comprometiéndose a facilitar toda la información a requerirse en los próximos días, la que será editada en volumen trilingüe (español-inglés-francés) y distribuida a médicos, facultades de medicina y organismos internacionales, como constancia documentada de cómo se ofrenda al espíritu de la civilización occidental y cristiana, agraviados por la complicidad de profesionales de la medicina. También como homenaje a las víctimas y como escarmiento público ante la posteridad, de la criminal e infame actuación de médicos inmersos en flagrante violación de los códigos de ética internacionales.

Este Comité Internacional no persigue finalidades político-económicas, ni aceptará testimonios que muestren fehacientemente aspectos de represión personal. Tampoco tiene como cometido interferir con las acciones legales o ilegales que los tribunales de Uruguay puedan tomar contra los médicos incursos en este tipo de delito, una vez que se restituya en ese país la autonomía del Poder Judicial, al igual que está sucediendo en Bolivia, en Argentina, en Brasil e incluso en Chile.

Este Comité Internacional tipifica, a efectos de procesamiento, cuatro situaciones en que ha incurrido un grupo ya identificado plenamente, de médicos uruguayos, al que podrían sumarse eventualmente nuevos nombres, o eliminarse otros, una vez filtrados los expedientes:

1.1 Complicidad en asuntos ilegales, entendiéndose por tal, la participación directa del médico en situaciones de violencia psico-física contra detenidos indefensos. Este numeral también incluye a aquellos médicos que intenten aducir en su descargo el cumplimiento de órdenes, así como a los que justifiquen su intervención "para evitar daños más severos al torturado". (Caso de un testimonio recibido en noviembre 1983, de un médico militar uruguayo que está presentando atenuantes, por su propia voluntad, señalando que se limitó "a aplicar pentothal sódico, con espíritu cristiano, para ahorrarle al detenido males mayores en el rigor de los interrogatorios").

1.2 Complicidad en entrenamientos para asuntos ilegales, entendiéndose por tal, la participación material e intelectual de médicos en cursillos extraoficiales para perfeccionar técnicas que generen intensos sufrimientos psico-físicos pero sin poner en riesgo la vida del prisionero. En ocasiones, ha sido comprobado que algunos médicos aceptaron sustituir el maniquí simulado, por un preso real.

1.3 Complicidad a nivel forense en certificados de defunción, entendiéndose por tal, la firma de informes donde se ocultan las causas reales del decesso. Afortunadamente, esta práctica está en trance de desaparecer en Uruguay, al punto que en octubre 1983 falleció un detenido sometido a "submarino" en una dependencia de la Marina y el forense negó a acatar presiones del comando de la unidad, extendiendo un certificado de defunción de "asfixia por inmersión".

1.4 Complicidad para la obtención de beneficios personales, entendiéndose por tal, la aceptación de cargos docentes y/o públicos, sin concurso válido, y que evidencien que la elección del candidato obedeció a notorio favoritismo de las autoridades, presentado a un profesional del que no se pretendían méritos académicos sino incondicionalidad al régimen. Este numeral, no supone una violación de los derechos humanos, pero encarna una grave falta ética, que deberá ser sancionada legalmente con la destitución y moralmente con el conocimiento del hecho a nivel público.

Este Comité Internacional, ruega a todos los profesionales médicos honestos de América Latina y de Uruguay en particular, que estén atentos a recibir un formulario diseñado para detallar los hechos delictivos de los que tengan conocimiento en relación al tema, el cual una vez completado a máquina deberá remitirse a Ginebra en dirección que aparece al pie del formato. Es imprescindible la identificación y firma autógrafa, garantizándose absoluta confidencialidad. En casos especialmente graves, podrá obviarse este requisito, que será sustituído por una entrevista personal a efectuarse en Barcelona, México o Buenos Aires.

Este Comité Internacional tramita actualmente una recopilación de datos similares en Chile, la URSS y Guatemala y quiere hacer énfasis en que la motivación de estas actuaciones es la de contribuir al avance de la civilización y de la democracia, llevando al conocimiento público testimonios fidedignos de crímenes de lesa humanidad, para que nunca vuelvan a repetirse y muy especialmente para que jamás un profesional comprometido con el juramento hipocrático, caiga en el lamentable infamado de la violación de los derechos humanos de un semejante.

La sanción legal, es preciso reiterarlo, quedará a cargo del Poder Judicial uruguayo. La represalia profesional correrá por cuenta de los Colegios Médicos y sus tribunales deontológicos. El repudio moral será de quienes lean el volumen documental, corolario de la recopilación que comienza el mes próximo y que tendrá por protagonista al propio cuerpo médico uruguayo, inocente en su casi totalidad de estos incalificables actos y que ayudará con su testimonio a que la verdad y la justicia se impongan, devolviendo a la medicina uruguaya la plenitud de su tradicional dignidad, empañada hoy ante el mundo por la conducta equívoca de aquellos que nunca debieron ser honrados con un título de médico.

9109154

01 - 14

Licenciado Fermín J. Guadalupe
SECRETARIA RELACIONES PUBLICAS

PERIODISTA HOY DENUNCIA
CONTRA SUS SECUESTRADORES

BUENOS AIRES, 12 ABR (PRESSUR) - EL PERIODISTA URUGUAYO ENRIQUE RODRIGUEZ LARRETA VIAJO HOY A URUGUAY ACOMPAÑADO POR UNA DELEGACION DE PARLAMENTARIOS ARGENTINOS Y SUS ABOGADOS CON EL OBJETIVO DE PRESENTAR ANTE LOS TRIBUNALES DE SU PAIS, UNA DENUNCIA POR SECUESTRO, TRASLADO ILEGAL AL URUGUAY Y PROCESAMIENTO FRAUDULENTO.-

EN EL MES DE FEBRERO RODRIGUEZ LARRETA SE PRESENTO ANTE LOS TRIBUNALES ARGENTINOS DENUNCIANDO QUE EN EL AÑO 1976 HABIA SIDO SECUESTRADO POR PERSONAL MILITAR ARGENTINO Y URUGUAYO, TORTURADO, Y TRASLADADO ILEGALMENTE AL URUGUAY.-

EN RELACION A ESTE CASO ESTAN IMPLICADOS LOS NOMBRES DE VARIOS OFICIALES ARGENTINOS, ENTRE LOS CUALES EL GENERAL CARLOS OTTO PALADINO, Y URUGUAYOS COMO EL ENTONCES MAYOR GAVAZZO, LOS CAPITANES CORDERO Y SILVEIRA, Y EL COMISARIO DE POLICIA CAMPOS HERMIDA.-

EL PERIODISTA URUGUAYO FUE ACOMPAÑADO POR SANTIAGO LOPEZ, DIPUTADO NACIONAL POR LA UNION CIVICA RADICAL, MIGUEL UNAMUNO, DIPUTADO POR EL PARTIDO JUSTICIALISTA, RAUL RABANAQUE CABALLERO, DIPUTADO POR EL PARTIDO INTRANSIGENTE Y AUGUSTO CONTE, DIPUTADO POR EL PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO Y PRESIDENTE DEL CELS (CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES).-

INTEGRAN TAMBIEN LA DELEGACION QUE ACOMPAÑA A RODRIGUEZ LARRETA EL PROFESOR ALFREDO BRAVO, PRESIDENTE DE LA ASAMBLEA PERMANENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS, CLAUDIO LOZANO, DEL SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA Y JORGE MANUEL BAÑOS Y MARCELO PARRILLI, INTEGRANTES DEL CELS, Y ABOGADOS PARTICULARES DE RODRIGUEZ LARRETA.-

LA DELEGACION PARTIO HOY A LAS 8 HORAS LOCALES DESDE EL AEROPARQUE DE BUENOS AIRES CON DESTINO A MONTEVIDEO. SEGUN COMUNICADO DE PRENSA DEL CELS LA DELEGACION ARGENTINA LUEGO DE ACOMPAÑAR LA PRESENTACION JUDICIAL YA MENCIONADA, TIENEN PREVISTO VARIAS ACTIVIDADES.-

ENTRE ELLAS UN ENCUENTRO CON LA COMISION NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS DEL URUGUAY, CON AUTORIDADES DE PARTIDOS POLITICOS Y CON LA ASOCIACION DE ABOGADOS. FINALMENTE SE DARA UNA CONFERENCIA DE PRENSA EN LA QUE SE INFORMARA SOBRE LO ACTUADO EN TORNO A LA DENUNCIA POR LA QUE 24 CIUDADANOS URUGUAYOS FUERON TRASLADADOS ILEGALMENTE A ESE PAIS. (FIN).-

---

FRANCIA:
DENUNCIAN ACTIVIDADES DE
LA SECTA MOON EN URUGUAY

PARIS, 14 ABR (PRESSUR) - DESDE HACE ALGUN TIEMPO, LA PRENSA FRANCESA VIENE DENUNCIANDO LAS ACTIVIDADES DE LA SECTA MOON EN AMERICA LATINA, PARTICULARMENTE EN URUGUAY.-

ASOCIACIONES DE DERECHOS HUMANOS, QUE INVESTIGAN LAS ACTIVIDADES DE DICHA CONGREGACION DE FANATICOS RELIGIOSOS, TAL LA ASOCIACION DE DEFENSA DE LA FAMILIA Y LOS INDIVIDUOS EN FRANCIA (ADFI), HIZO SABER A PRESSUR SU PREOCUPACION FRENTE A "LA ALARMANTE SITUACION CREADA EN URUGUAY CON LAS INVERSIONES FINANCIERAS HECHAS POR EL BRAZO DERECHO DEL REVERENDO MOON, EL EX CORONEL COREANO BO HI PAK".-

Italia, abril 1984

LOS RESPONSABLES DE ESTA ASOCIACION, FAMILIARES DE LOS JOVENES ADEPTOS RECLUTADOS POR MOON, EN LA MAYORIA DE LOS CASOS, EXPLICARON QUE 'CAUSA', UNA DE LAS TANTAS REPRESENTACIONES MOONISTAS, HA TOMADO URUGUAY COMO BASE DE OPERACIONES DE SUS ACTIVIDADES EN TODO EL CONTINENTE.-

ENTRE SUS DIRIGENTES DESTACA NGUYEN CAO KY, EX PRIMER MINISTRO DEL ANTIGUO REGIMEN DE VIETNAM DEL SUR QUIEN, AL PARECER, ESTARIA DISPUESTO A PRESTAR SUS SERVICIOS COMO PILOTO DE BOMBARDEO EXPERIMENTADO, ''A FIN DE COMBATIR EL COMUNISMO EN AMERICA CENTRAL''.

POR OTRA PARTE, EL SEMANARIO DEL PARTIDO NACIONAL 'SOMOS IDEA' PUBLICO UNA LISTA DE INTEGRANTES DE CAUSA-URUGUAY, ENTRE LOS CUALES FIGURAN JULIAN SAFI, Y SEGUNDO FLORES, PRESIDENTE Y VICE-PRESIDENTE PARA LA FILIAL NACIONAL. (SIGUE).-

---

EL ULTIMO ES SUEGRO DEL TENIENTE GENERAL GREGORIO ALVAREZ, ACTUAL PRESIDENTE DEL URUGUAY.-

ADEMAS, JULIO TEALDI, PRESIDENTE DE LA FEDERACION URUGUAYA DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, Y CONVENCIONAL DEL PARTIDO COLORADO, MIGUEL BUTIN, DIRECTOR DEPARTAMENTAL Y CONVENCIONAL DEL PARTIDO NACIONAL, TAYBE GONZALEZ DE TEALDI, DIRIGENTE DE LA FEDERACION LATIOAMERICANA DE FISIOTERAPEUTAS.-

HUGO RODRIGUEZ VERA, PRESIDENTE DEL CIRCULO DE PRENSA DEL URUGUAY, FELIX LUSARDO, PRESIDENTE DE LA ASOCIACION NACIONAL DE AFILIADOS, VICTOR LAMONACA, INSPECTOR DE ENSEÑANZA SECUNDARIA Y PERIODISTA DE 'EL PAIS', Y LUIS SORHUET, TAMBIEN PERIODISTA.-

ASIMISMO, DARCEY BRITOS, PSICOLOGO, QUIEN OFICIO DE MEDICO ASESOR EN TORTURAS EN EL PENAL DE 'LIBERTAD', CAMILO PEREYRA URENA, MINISTRO DE LA CORTE ELECTORAL, JUPITER BATISTA, CONVENCIONAL DEL PARTIDO COLORADO, WINSTON ELUCHANZ, DIRIGENTE SECTORIAL Y TAMBIEN CONVENCIONAL DEL PARTIDO COLORADO.-

JOSE VITAL GARCIA, EX SUB JEFE DE POLICIA, VITAL ORIBE PALOMEQUE, DIRIGENTE SECTORIAL Y CONVENCIONAL DEL PARTIDO NACIONAL, ADDA LAGUARDIA, PERIODISTA, MARIO D'ANDREA, DIRECTOR DEPARTAMENTAL DEL PARTIDO NACIONAL, HUGO ABERASTEGUY, DIRIGENTE DE LA JUVENTUD AGRARIA, Y WILFREDO PAIVA, PERIODISTA.-

MAGELA FLORES MORA, PERIODISTA Y SICOLOGA, JUAN RODRIGUEZ, DIRIGENTE DEPARTAMENTAL DEL PARTIDO COLORADO, Y LUIS RICAGNI, EX DIRIGENTE DE LA 'JUVENTUD URUGUAYA DE PIE' (JUP), GRUPUSCULO DE EXTREMA DERECHA. ENTRE OTROS.

EL PSICOLOGO DORCEY BRITOS OFICIO COMO EL MEDICO ASESOR EN TORTURAS MARTIN GUTIERREZ EN EL PENAL DE LIBERTAD. LAS ASOCIACIONES MUNDIALES DERECHOS HUMANOS QUE INVESTIGAN LAS PARTICIPACION DE MEDICOS URUGUAYOS EN SITUACIONES ANTIETICAS CON PRESOS POLITICOS, DISPONEN YA DE MUCHOS NOMBRES QUE SERAN SOMETIDOS A AVERIGUACION PENAL TAN PRONTO CAIGA LA DICTADURA Y SE PIENSA LLEVARA A LA CARCEL O A LA SUSPENSION DEL EJERCICIO PROFESIONAL A LOS MEDICOS COLABORACIONISTAS INCURSOS EN TALES DELITOS. SE MENCIONAN ENTRE OTROS A LOS DOCTORES GUTIERREZ, GENTA, PUPPO, FERNANDEZ, KATZ, BRITOS, ANSELMI, GARBARINO, MARABOTTO, POMBO, STOPINSKY, DE FILIPPO, GARAYALDE ETC. PROXIMAMENTE IRAN DANDOSE A CONOCER A LA OPINION PUBLICA MUNDIAL LOS LISTADOS DE LOS MEDICOS TORTURADORES CON SU CORRESPONDIENTE CURRICULUM. (FIN).-

9109154

Presidente uruguayo busca en Brasil el apoyo que perdió en Argentina

—*Daniel W. Foti*—

El encuentro de Brasilia entre los presidentes militares del Uruguay y Brasil, durante los ultimos tres dias de febrero, apenas ha servido al general Gregorio Alvarez para apaciguar las inquietudes de sus camaradas de armas con la promesa de un mayor apoyo brasileno para el regimen de Montevideo.

Los militares uruguayos sintieron el precipicio bajo sus pies desde el 30 de octubre del ano anterior, cuando Raul Alfonsin fue elegido presidente de Argentina. Desde entonces, las protestas públicas no han dejado de sucederse en Montevideo, y un frente civil de accion despareja aunque incansablemente contrario a Alvarez esta carcomiendo al gobierno militar. Alvarez llamó la atención de todos cuando en el primer encuentro público de Brasilia se precipito a los brazos del general Otavio Medeiros, jefe de los servicios secretos miltares del Brasil.

Medeiros es el candiato de los militares duros para ocupar la póoxima presidencia, pero su eleccion dependerá del sistema que finalmente resulte aprobado por el Congreso. Si las grandes demostraciones políticas que actualmente se efectúan en todas las ciudades del Brasil a favor de elecciones directas en Enero de 1985 tuvieran éxito, la chance del general Medeiros será nula. En cambio, si nuevamente se llegara a elegir presidente por la via indirecta utilizada hasta ahora por los militares, y quedara postergada hasta 1988 la elección directa que reclaman las fuerzas políticas, la figura del jefe del espionaje militar podría beneficiarse de acuerdo de bambalinas.

Tanto el general Joao Figueiredo, actual presidente, como su antecesor, Ernesto Geisel, tambien fueron los jefes del espionaje intransigentes del Ejército, las mismas que ahora promocionan al general Medeiros.

El abrazo de Alvarez con Medeiros fue también una demostración de la gratitud del uruguayo, ya que la entrevista con el jefe de Estado brasileño, anunciada y postergada en varias ocasiones, resultó finalmente impuesta por el jefe de los servicios secretos del Brasil.

Entre Alvarez y Medeiros existe una dilatada cooperación en las tareas derivadas de la "seguridad nacional" practicada en escala continental por los militares de ambos países, que durante los años anteriores abarcaba asimismo a los de Argentina, Chile, Paraguay y Bolivia. El año pasado, Alvarez puso a disposición de los servicios secretos brasileños duplicados del fantástico archivo del jefe de la logia P-2, Licio Gelli, consistente en 183 mil fichas o legajos personales de figuras de la política italiana y europea, que hasta 1970 había pertenecido al SIFAR, servicio de inteligencia militar de Italia, y que Gelli transportó a Montevideo. El general Alvarez ha utilizdo en las relaciones con sus vecinos de Argentina y Brasil esta documentación, que en su versión original fue recomprada por los servicios secretos italianos, SISDE, al gobierno militar de Uuruguay a fines de 1982, por una cantidad cercana a un millon y medio de dólares. El año pasado,(cuando el segundo de Gelli en la p-2, el banquero italiano Umberto Ortolani, fue apresado en Río de Janeiro, Alvarez pidió a Medeiros que lo dejara en libertad, y su pedido fue rápidamente satisfecho. Nadie sabe ahora donde se encuentra Ortolani, que al igual que Gelli, ha protegido económicamente a Alvarez, a cambio de su protección política.

Esta cooperación de la inteligencia militar encontrará de todos modos obstáculos para concretarse en el plano político, una maniobra geopolítica brasileña hacia uruguay, para reemplazar el perdido apoyo argentino a los generales de Montevideo, solo podría tener éxito si Brasil atravesara menores problemas economicos propios y pudiera regular su ayuda a Alvarez. No es precisamente el caso, y la confabulación de Brasilia parece destinada al fracaso.o

Estrella liberado

Presentan un testimonio sobre Unesco

A propósito de la polémica sobre el retiro de Estados Unidos de la Unesco, el pianista uruguayo Miguel Angel Estrella, quiso aportar un testimonio en Caracás sobre la acción de la organización a favor de los derechos humanos en América latina, que permitieron su liberación.

Estrella se encontraba en la cárcel "Libertad" en Uruguay en aislamiento: "no se podía leer la Biblia, diccionarios, de cualquier tipo, las obras de Borges, los textos de matemática, psicología y tampoco los boletines de la Unesco, que para los militares eran subversivos" El psicólogo Bgritos a la orden de los militares asumía con convicción militante sus tareas represivas y naturalmente, jamás mencionó que la Unesco estuviera gestionando mi liberación ante la dictadura uruguaya. La acción de la Unesco fue tan eficaz como discreta. "Estrella fue liberado hace 4 años. Insiste en que se siente "apenado al constatar que quienes pretenden representar al mundo libre, usan los mismos argumentos de la dictadura uruguaya, para atacar la acción de la Unesco en el campo de los derechos humanos".

Fetra
el MT
revuelt
jueves
mañan
borales
minist
solver
dirige
Carre
minist
Moral
tes
tónon
asunt
Las
presid
nicaci
dame
deuda
minis
incun
cláusu
difere
tales
cional
tuto A
Interm
el Inst
fico y
de Tra
cacion
Milt

■ Nom
sionado
presiden
nombró
el desar
industri
Táchira
guez Du
dente de
gados d
Esta mi
drígueza
por los
industri

9109154

04

[illegible]

BUENOS AIRES, [illegible] (AP)

El Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) uno de los ocho organismos que defienden los derechos humanos, denunció este sábado que 24 ciudadanos uruguayos fueron secuestrados aquí por fuerzas combinadas de seguridad de Argentina y Uruguay.

En una conferencia de prensa, las autoridades del CELS encabezadas por su presidente Emilio Mignone anticiparon que en la próxima semana presentarán las pruebas reunidas ante la justicia del Uruguay, ratificando una denuncia presentada el 22 de febrero pasado por uno de los secuestrados, Enrique Rodríguez Larreta.

El CELS sostuvo que en las pruebas reunidas pudieron ser reconocidos varios militares uruguayos que actuaron en la Argentina, que identificaron como José Nino Gavazzo, Manuel Cordero, Gregorio Ramírez, Enrique Martínez, estos miembros y ex miembros del ejército uruguayo y el comisario Hugo Campos Hermida ex miembro de una dependencia de inteligencia de la policía de Montevideo.

El caso se actualizó cuando Rodríguez Larreta y otros detenidos reconocieron que después de ser secuestrados aquí en 1976, pocos meses después del golpe militar de marzo de ese año, fueron alojados en un centro clandestino llamado "Orletti". Allí había varios uruguayos mas. Rodríguez Larreta, Ana Inés Quadros, Mónica Solino, Sara Rita Méndez, entre otros, fueron trasladados posteriormente al Uruguay donde se los acusó de subversión y arrestados y tiempo después puestos en libertad.

El CELS dijo que los traslados al Uruguay "se realizaron en aeronaves oficiales del ejército uruguayo".

El CELS en su comunicado no descartó que en ese centro clandestino de reclusión pudieran haber estado también el ex senador Zelmar Michelini y el ex presidente de la Cámara de Diputados, Héctor Gutiérrez Ruiz quienes fueron asesinados a balazos. Ambos habían sido capturados por grupos armados en sus lugares de residencia.o

[illegible] URUGUAY

Ferreira Aldunate mañana en Argentina

BUENOS AIRES, 21 (UPI)

Juan Raúl Ferreira, hijo del proscrito líder del Partido Blanco uruguayo, Wilson Ferreira Aldunate, anunció en conferencia de prensa que su padre vendrá a la Argentina el lunes para iniciar el regreso definitivo a su país.

Ferreira Aldunate, ex senador y candidato presidencial, se encuentra exiliado desde hace casi nueve años y el lunes vendrá a Buenos Aires para sostener entrevistas con el ministro del Interior argentino Antonio Troccoli y el presidente Raúl Alfonsín.

Asimismo, el político sostendrá encuentros con los miembros del directorio de su agrupación política para acordar la estrategia y definir el momento oportuno para el retorno a Montevideo.

Juan Raúl Ferreira dijo en la conferencia de prensa que la llegada de su padre a la Argentina no se produce "para iniciar una nueva etapa de su exilio, sino para iniciar el regreso al Uruguay", y afirmó que lo hará desde "la trinchera democrática que se abrió" en Argentina a partir del triunfo electoral de Alfonsín.

Afirmó que antes de los comicios nacionales uruguayos de noviembre de este año "tenemos otra batalla decisiva, que es la derrota de la dictadura militar".

Dijo luego que "el proceso democratizador" en su país "es irreversible" y rechazó el término de apertura democrática señalando que "no hablo de un proceso que protagonizan los militares", sino "de la lucha que realiza el pueblo".

Ferreira llamó a continuar con las movilizaciones callejeras y con la constante protesta, y dijo que "la lucha democrática es una lucha que enfrenta al pueblo con los mandos militares".

Explicó que no existe fecha aún decidida para el retorno de su padre y dudó que en la gestión sea acompañado por legisladores o políticos argentinos, aclarando que Ferreira Aldunate está acusado en su país "de una lista interminable de delitos hasta de facilitar en el país una invasión extranjera".

En este sentido, señaló que los mandos militares uruguayos tienen temor por la "inminente llegada de Wilson" y que "ellos (los militares) tienen la voluntad de quedarse en el poder a través del mantenimiento del esquema represivo".

El gobierno argentino que invitó especialmente a Ferreira Aldunate a las ceremonias de diciembre de 1983 correspondientes a la asunción presidencial de Alfonsín, dispuso un amplio mecanismo de seguridad para proteger al político uruguayo mientras permanezca en Buenos Aires.o

Raúl Sendic ciudadano honorario de Río de Janeiro

RIO DE JANEIRO, 21 (CSP)

En una ceremonia efectuada en la Cámara Municipal de esta ciudad el pasado viernes 6, le fue entregado a Raúl Sendic (h) el título de "Ciudadano Honorario" de Río de Janeiro que le fuera otorgado recientemente a Raúl Sendic.

En el acto hicieron uso de la palabra el secretario de la Cámara, señor Pereira Filho, y el propio Raúl F. Sendic. Además hablaron también Víctor Martínez y Oscar Ruiz, representantes en Brasil del Comité de Familiares de los Presos Políticos Uruguayos (CFPPU) y del Movimiento de Independientes 26 de Marzo respectivamente.

En sus palabras de agradecimiento, el joven Sendic tuvo emocionados términos para la solidaridad del pueblo brasilero hacia la figura de su padre, "quien simboliza a todos los prisioneros políticos uruguayos", dijo.

En el acto se encontraban presentes alrededor de 300 invitados especiales, entre ellos los principales dirigentes de los partidos políticos opositores, así como medios de prensa y organizaciones de defensa de los derechos humanos.

La agenda de actividades del hijo del dirigente revolucionario Raúl Sendic contempló también una visita a la ciudad de San Pablo, donde fue recibido por un grupo de parlamentarios de oposición. Así mismo, numerosos medios de prensa se hicieron eco de su llegada, y un periodista de la televisión paulista —Newton Carlos— realizó un programa con él.

Entre las actividades a llevar a cabo por Sendic en la ciudad se encuentra su participación en la convención nacional del Partido Trabalhista (PT), cuya celebración coincide con su visita a la ciudad.

Como se recordará, Raúl Sendic (h) fue invitado a participar en la ciudad de Río de Janeiro por la Cámara de Vereadores de dicha ciudad, en el acto de entrega de la distinción de "Ciudadano Honorario", concedida a su padre, el dirigente del M.L.N. Raúl Sendic, quien se encuentra encarcelado desde el primero de setiembre de 1972.

Reiterdamente se ha denunciado que Sendic, junto a otros ocho miembros del M.L.N. han sido sometidos continuamente a malos tratos, e inclusive sobre ellos pesa una virtual amenaza de muerte por parte de las autoridades militares, las que los consideran "rehenes".

Muchas personalidades de todo el mundo han reclamado sin resultados ante el gobierno uruguayo para que se ponga fin a esta situación, la cual, como declarara recientemente en Madrid el propio Raúl Sendic (h) es "atentoria de las más elementales normas del Derecho Internacional".o

9109154

Caracas, abril 1984

Intercambio de presos entre Argentina y Uruguay en 1976

Identifican a general que devolvía presos uruguayos

Una mujer reconoció al general Carlos Paladino como el oficial que supervisó el traslado secreto de presos uruguayos. Paladino era jefe de un servicio de inteligencia.

Buenos Aires. Una mujer de nacionalidad uruguaya reconoció aquí al general (retirado) del Ejército argentino (ex jefe de los servicios secretos) Carlos Otto Paladino, como "el alto jefe militar que supervisó el traslado clandestino", de detenidos al Uruguay en 1976, informó una entidad humanitaria.

Sara Rita Méndez identificó a Paladino durante un careo ordenado por la juez Alicia Baumgartner, en la causa abierta por la denuncia del periodista uruguayo Enrique Rodríguez Larreta, quien afirma haber estado preso en Buenos Aires en un "centro de detención ilegal".

En su denuncia, Rodríguez Larreta afirma que estuvo preso trece días junto con otros treinta ciudadanos uruguayos detenidos en la Argentina, y que posteriormente todos fueron trasladados a la capital uruguaya y alojados en el penal "Libertad" de Montevideo.

Alfonsín: otro caso para dilucidar.

Entretanto el partido peronista argentino, principal opositor al gobierno de Raúl Alfonsín, denunció en el Parlamento supuestas "presiones internacionales" contra el desarrollo nuclear del país, directamente vinculadas con el pago de la deuda externa.

El diputado del Partido Justicialista (peronista) Julio César Araoz, vicepresidente de la Comisión de Energía de la cámara baja, dijo que esas presiones "provienen de los países miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (Otan) y de los banqueros internacionales". (AFP)

La pacificación se dificulta

El Corte Suprema ordena salvoconducto para chilenos

cual tema más peso que el presidente Suazo Córdova, que las justificadas noticias

un dato significativo, primeras ocasiones del torrijismo

La opinión de los lectores

Seregni, el general amigo

El tema de los militares incidiendo en la dirección de los pueblos, sobre todo latinoamericanos, mucho nos ha ocupado y más que ello preocupado.

Es vergonzoso ver que ejércitos nacidos y formados para la liberación colonialista, se hayan transformado en ejércitos de ocupación de sus propios países, respondiendo a intereses ajenos y opuestos al pueblo.

El general Liber Seregni, en Uruguay, recientemente liberado, es una excepción y por ello se le hizo preso por tanto tiempo.

Los dictadores militares uruguayos se comprometieron a realizar elecciones el 25 de noviembre de este año, lo cual supondría que Uruguay será nuevamente democrático.

La palabra de los militares uruguayos no genera credibilidad, pues en su juramento supremo, como soldados de la patria, se comprometieron respetar la Constitución y el 27 de junio de 1973, rompieron ese juramento y dieron el golpe de Estado. La secuencia posterior a este acontecimiento fue una larga y sistemática violación de todas las leyes que la Constitución establecía, la tortura como interrogatorio, la tortura por la tortura, encarcelamientos sin juicios, censuras a la prensa, represión y proscripciones.

Ante tamaño horror, ¿quién puede creerle a esa cosa que se apoderó del país y sus gentes?

Las elecciones como expresión democrática, deben ser realizadas sin exclusiones de ningún tipo y en un marco de respeto a todas las ideologías y personas.

Daniel W. Foti

06

91 9154

La dictadura prepara el terreno para las elecciones de noviembre

La liberación del general Seregni promueve los contactos entre la oposición uruguaya

MARTÍN PRIETO, ENVIADO ESPECIAL Montevideo

Tras la liberación del general Líber Seregni, considerada por toda la oposición como un signo esperanzador de la intención de la dictadura de ir preparando el terreno para las elecciones de noviembre, se han incrementado los contactos entre los partidos y representantes del movimiento obrero para integrar nuevamente una multipartidaria que ofrezca un frente común en el diálogo con la dictadura militar.

Dirigentes del Partido Colorado (una especie de laborismo a la uruguaya), partido hegemónico que gobernó el país durante 98 años contra solo ocho años de Gobierno del Partido Nacional o Blanco (conservadores) ha recibido seguridades de líderes sindicales de extracción socialista de que, al contrario que en Argentina, el primer gobierno democrático no será hostigado por el sindicalismo; aunque los representantes obreros estimarían necesario un gobierno de coalición nacional para salir de la dictadura y la crisis económica.

El Partido Blanco y la mínima Unión Cívica (la derecha de la democracia cristiana) aún no se han sumado formalmente a las conversaciones, pero se espera integren nuevamente la multipartidaria de partidos legalizados por el régimen. El caballo de batalla para un acuerdo final entre los políticos se centra en aceptar las elecciones con proscripciones o reclamarlas con entera libertad. Comunistas, socialistas y democristianos, reunidos en el Frente Amplio, permanecen proscritos, y su líder, el general Seregni, no puede ser elegido ni elegir durante dos años. Y el candidato presidencial de los *blancos*, Wilson Ferreira, en el exilio, también está proscrito y reclamado por la justicia militar por presunta traición a la patria.

Si el Frente Amplio continuara prohibido, muy probablemente el doctor Hugo Batalla, principal defensor del general Seregni, hombre popular y carismático, podría presentarse como independiente a la elección para recabar los votos que recibiría el general ahora liberado. No es el caso de Wilson Ferreira quien, controlando la mayoría absoluta de su partido, no aceptará unas elecciones sin su candidatura.

AP

El general retirado Líber Seregni, durante su primera conferencia de Prensa tras su liberación.

Más del 80% del voto uruguayo se reparte entre *blancos* y *colorados*, por lo que prácticamente el único obstáculo real —que no ético— para la celebración de las elecciones sería la desproscripción de Ferreira. Se estima en Montevideo que lo único que quieren los militares en el poder es que, por lo menos, regrese al país y se deje encarcelar por la justicia castrense durante algunas semanas.

De ser liberado y desproscripto, podrían celebrarse unas elecciones prácticamente a dos bandas entre *blancos* y *colorados*, dejando fuera al Frente Amplio, que propugnaría el voto en blanco. La realidad que los militares no terminan de asumir es que solo unas elecciones libres y sin prohibiciones podrán evitar el triunfo de Wilson Ferreira —la otra bestia negra de la dictadura junto a Seregni— al dividirse los votos jóvenes y radicales entre el frente Amplio y el partido Blanco.

Raúl Sendic continúa como rehén de los militares uruguayos, según su hijo

Madrid

Raúl Fernando Sendic —hijo del fundador de los tupamaros, Raúl Sendic— ha manifestado en Madrid que su padre continúa sometido en los penales militares uruguayos a la condición de rehén que le fuera impuesta en 1973, lo que implica que, "en caso de movimiento popular que ponga en peligro al régimen, se atentará contra su vida".

Sendic, de 21 años, asegura que su padre, internado desde el pasado mes de enero en la base aeronaval de Laguna del Sauce, continúa sometido a vejaciones y torturas, sin haber sido juzgado desde que fuera detenido, en septiembre de 1972, tras un enfrentamiento armado con el ejército.

La última vez que le vieron, en enero, "quienes le visitaron le observaron marcas de alambre en las muñecas", afirma el jóven Sendic.

En la actualidad hay nueve tupamaros en las cárceles uruguayas, todos ellos sometidos a la situación de rehenes.

Sendic afirma que, debido al aislamiento a que están sometidos estos presos, desconocen los últimos acontecimientos políticos en el país y, en especial, la puesta en libertad del general Líber Seregni.

"La liberación de Seregni expresa la debilidad de la dictadura, que desde hace año y medio ve crecer las movilizaciones populares que exigen la libertad de todos los presos, incluidos los dirigentes tupamaros", manifiesta Sendic, que realiza una corta visita privada a España.

El hijo del líder guerrillero, postula que las elecciones previstas para el próximo 25 de noviembre "deben celebrarse sin presos, ni exiliados, ni partidos políticos prohibidos, pues en caso contrario no merecen crédito".

"La movilización popular hará que se produzcan estas circunstancias", confía Sendic.

91091154

07

Wilson Ferreira Aldunate:

El "Enemigo Número 1" de los Militares Uruguayos

Por EMPRESARIO LATINOAMERICANO

Cuando se produjo "el golpe" de los militares en el Uruguay, en 1973, el entonces senador del partido "Blanco", y líder de este movimiento, Wilson Ferreira Aldunate, abandonó su país, y ya llevá 11 años en el exilio. Las Fuerzas Armadas lo acusan de "subversivo" —aunque nunca han presentado pruebas sobre esta acusación— y hasta el día de hoy argumentan que "Ferreira Aldunate es un delincuente... si retorna el país lo meteremos en la cárcel".

La ciudadanía no tiene la misma opinión del régimen, y la gran mayoría de los uruguayos apoya al senador y sueña con su regreso. Hace pocos días el partido "blanco" lo proclamó candidato a la presidencia para las elecciones del próximo mes de noviembre, prometidas por las Fuerzas Armadas.

A las pocas horas del anuncio de los "blancos", los militares comunicaron que "Ferreira Aldunate no puede ser candidato presidencial, es una persona no grata y está inhabilitado para hacer política...".

Varios medios periodísticos fueron "clausurados" por el régimen al publicar declaraciones y fotos de Ferreira Aldunate: el diario "El Día", los semanarios "Democracia" y "Por la Patria", y la difusora CX 30 "La Radio". Pese a esta persecución, el partido "blanco" —que en este momento tiene más voto en Uruguay— mantiene el nombre de su líder como el candidato a presidente, acompañado en la vicepresidencia por Carlos Julio Pereyra. Ambos —Ferreira Aldunate y Pereyra— formaron la candidatura blanca en las elecciones nacionales de 1971, y fueron "los más votados"... pero ganó el partido "colorado" (al que votaron todos sus grupos y candidatos). Los comicios de ese año fueron "turbios", y Ferreira Aldunate siempre habló de "fraude".

Un fraude que a la postre benefició a los militares que "se quedaron con el poder".

Ferreira Aldunate volvió a la Argentina para la asunción de —el— presidente democrático (Dr. Raúl Alfonsín) —había huido de Buenos Aires en mayo de 1976— y allí dialogó con "viejos amigos" del Uruguay, políticos de todas las tendencias.

Todos le prometieron "apoyo" y lo invitaron a RETORNAR AL URUGUAY... y Ferreira Aldunate estaría "por la vuelta", sin importarle las represalias o amenazas de los militares.

Ahora quedaron 11 años de "vueltas por el mundo", donde lo recibieron los más altos gobernantes, decenas de discursos sobre Derechos Humanos y contra el régimen militar de su país (habló incluso en las Naciones Unidas), un ir y venir constante, sin hogar permanente, que le ha llevado a un gran consuelo físico (se siente muy viejo) pero manteniendo la lucidez que siempre lo caracterizó.

En 1976, a poco del "golpe" en Argentina, fueron asesinados en Buenos Aires dos ilustres políticos uruguayos (también en el exilio): Zelmar Michelini y Héctor Gutiérrez Ruiz... y Ferreira Aldunate estaba en la lista de ejecución, pero "le avisaron a tiempo" y pudo huir rápidamente.

Luego se supo que estos crímenes fueron planificados en una operación conjunta de los militares uruguayos y argentinos, y los culpables aún mantienen la libertad.

El 24 de mayo de 1976, Wilson Ferreira Aldunate le envió una carta-documento al "golpista" presidente argentino, Teniente General Jorge Rafael Videla. En la misma, entre otras cosas, señalaba:

"Dentro de algunas horas procuraré asilo en una Embajada de un país democrático, cuyo gobierno respeta las normas que rigen en las naciones civilizadas. Antes de hacerlo, tengo el deber de escribir estas líneas. No sé si llegará a leerlas, mas creo que será muy provechoso que las lea. Hace 3 años, después de los acontecimientos políticos ocurridos en el Uruguay, Héctor Gutiérrez Ruiz, Zelmar Michelini y yo, los tres de nacionalidad uruguaya, confiamos, como muchos otros compatriotas, nuestra seguridad y la de nuestras familias a la protección de la bandera argentina. En nuestra tierra siempre acogimos a los perseguidos, procedentes de todos los sectores políticos, sin preocuparnos de las tendencias a las que pertenecían: eran argentinos, y eso era suficiente. Cristianos y marxistas, civiles y soldados, radicales en 1930, antiperonistas en la década del 50, peronistas desde 1955, fueron recibidos y protegidos con fraterna solidaridad. Con la misma hidalguía fueron recibidos aquí los uruguayos obligados a dejar su propia tierra por las tempestades políticas.

Y la razón es muy simple: Argentina y Uruguay son dos naciones que nacieron y vivieron con el culto a los valores morales y a la solidaridad humana. Esta fue una ley sagrada en la historia de los dos países del Plata, y hoy "usted quebró la ley".

Héctor Gutiérrez Ruiz fue el Presidente de la Cámara de Diputados del Uruguay, tenía 43 años de edad y una maravillosa familia integrada con su mujer y cinco hijos.

Zelmar Michelini fue diputado, ministro, senador, trabajando siempre de sol a sol para mantener a sus 10 hijos.

Estos dos hombres fueron asesinados aquí en Buenos Aires por aquellos que hoy dominan el poder y están empeñados en eliminar la violencia, mas ellos la practican hasta los límites del horror.

El secuestro de Héctor Gutiérrez Ruiz fue realizado en las primeras horas del día 18 de mayo de 1976 en su residencia, situada en Posadas 1101, por un numeroso grupo de individuos portadores de armas de guerra.

Llegaron en varios automóviles "Falcon" blancos, los utilizados por la Policía Federal, y se comunicaban por radio, en alto volumen, con un comando central que les daba instrucciones.

A Zelmar Michelini lo secuestraron en el Hotel Liberty, con el mismo tipo de operativo ante numerosos testigos.

Los asesinos permanecieron en los lugares de secuestro por más de una hora, y en ese tiempo no se hizo presente ningún funcionario policial de las zonas.

Solamente tomó intervención en el asunto una guardia personal de la Embajada de Brasil, a pocos metros de la residencia de Gutiérrez Ruiz, pero se retiró cuando los secuestradores mostraron credenciales que los identificaban como integrantes de la policía y Fuerzas Armadas en "operaciones conjuntas". El Hotel Liberty, en la calle Corrientes casi Florida, el corazón de Buenos Aires, fue conmocionado por la presencia de hombres que actuaban a cara limpia y que ocuparon "militarmente" el establecimiento para secuestrar a Zelmar Michelini.

Todo esta agitación tuvo lugar frente a la guardia civil de ENTEL (empresa telefónica estatal), la cual no tomó intervención.

¿Por qué?

—Usted lo debe saber.

Las señoras de los secuestradores se dirigieron a las comisarías más cercanas para denunciar los hechos... las denuncias no fueron aceptadas porque, según la policía, "había información de que en la zona se estaban desarrollando operaciones militares".

Fueron enviados telegramas al Jefe de la Policía, a los Comandantes de la Marina y la Fuerza Aérea, y a usted señor, y ninguno fue contestado.

Usted no mostró ninguna preocupación... sólo dijo "se están investigando, pero nosotros, los militares, no tenemos nada que ver con estos hechos". En ese momento quizás usted recordó a Poncio Pilatos... y "se lavó las manos".

El Ministro del Interior, General de Brigada Albano Harguindeguy, declara que "se está investigando, pero quiero dejar en claro que no hay ninguna denuncia de estos hechos en dependencias policiales".

¡Las denuncias no fueron aceptadas por la propia policía!

Lo único que hace la Policía Federal es anunciar el día 21 de mayo de 1976 lo siguiente: "La Policía Federal Argentina comunica que en el día de hoy, a las 21.30 horas, en el cruce de las avenidas Perito Moreno y Dellepiani, fue encontrado un vehículo marca Torino, de color verde, abandonado. En el interior del mismo se encontraron los cadáveres de ZELMAR MICHELINI, HECTOR GUTIERREZ RUIZ y ROSARIO DEL CARMEN BARREDO DE SCHOEDER. Fueron hallados prefectos en los cuales una agrupación subversiva se atribuye la autoría de los asesinatos...".

Como se puede observar, los asesinos quieren atribuir sus crímenes a la subversión, y no me detengo a considerar esta posibilidad... no hay argentino ni uruguayo que lo pueda creer.

En este momento cuando se acaban de velar los cuerpos de nuestros queridos compañeros, ignoramos cuáles serán "las medidas legales del caso" ordenadas por el Juez Federal Dr. Marquart, porque no llegó... y ya sabemos que nunca llegará —ningún agente o funcionario policial o del gobierno para recoger pruebas o interrogar a los testigos, en cumplimiento de las "medidas legales" o de "investigación que mencionó el Ministro-General Harguindeguy, y que usted dijo "haber ordenado". Nada podrá devolver la vida a nuestros compañeros muertos, y usted, y ya, y todos, sabemos dónde están los asesinos. No deseo incomodarlo más por distraerlo de sus altas preocupaciones.

La policía argentina fue a buscarme a mi casa hace algunas horas. Hace varias noches que no duermo y, como ya le dije, procuraré ahora mismo asilo en la Embajada de un país cuyo gobierno se respeta a sí mismo y por eso respeta la vida humana.

Cuando llegue la hora de su propio exilio, que llegará, no tenga ninguna duda, General Videla, procure asilo en el Uruguay, un Uruguay cuyo destino estará nuevamente en manos de su propio pueblo... nosotros lo recibiremos sin cordialidad, ni afecto, mas le otorgaremos la protección que usted no brindó a aquellos cuya muerte hoy estamos llorando".

00000

Y hoy día, el Tte. Gral. Jorge Videla es uno de los militares que está en "el banquillo de los acusados".

El presidente constitucional argentino, el Dr. Alfonsín, llevará a juicio a varios militares que "abusaron del poder"... y Videla deberá responder por los crímenes de Gutiérrez Ruiz y Zelmar Michelini.

Wilson Ferreira Aldunate sueña con ese día: el día que "se haga justicia".

"Retornar al Uruguay" y "vengar a sus compañeros muertos" son las mayores aspiraciones del FUTURO PRESIDENTE DEL URUGUAY (y algún día llegará a este sitial).

3109154

Wilson Ferreira Aldunate:

El "Enemigo Número 1" de los Militares Uruguayos

Por EMPRESARIO LATINOAMERICANO

Cuando se produjo "el golpe" de los militares en el Uruguay, en 1973, el entonces senador del partido "Blanco", y líder de este movimiento, Wilson Ferreira Aldunate, abandonó su país, y ya lleva 11 años en el exilio. Las Fuerzas Armadas lo acusan de "subversivo" —aunque nunca han presentado pruebas sobre esta acusación— y hasta el día de hoy argumentan que "Ferreira Aldunate es un delincuente... si retorna al país lo meteremos en la cárcel".

La ciudadanía no tiene la misma opinión del régimen, y la gran mayoría de los uruguayos apoya al ex senador y sueña con su regreso. Hace pocos días el partido "blanco" lo proclamó candidato a la presidencia para las elecciones del próximo mes de noviembre, prometidas *por las Fuerzas Armadas.*

A las pocas horas del anuncio de los "blancos", los militares comunicaron que "Ferreira Aldunate no puede ser candidato presidencial, es una persona no grata y está inhabilitado para hacer política...".

Varios medios periodísticos fueron "clausurados" por el régimen al publicar declaraciones y fotos de Ferreira Aldunate: el diario "El Día", los semanarios "Democracia" y "Por la Patria", y la difusora CX 30 "La Radio". Pese a esta persecución, el partido "blanco" —que en este momento tiene más votos en Uruguay— mantiene el nombre de su líder como el candidato a presidente, acompañado en la vicepresidencia por Carlos Julio Pereyra. Ambos —Ferreira Aldunate y Pereyra— formaron la candidatura blanca en las elecciones nacionales de 1971, y fueron "los más votados"... pero ganó el partido "colorado" (al unirse todos sus grupos y candidatos). Los comicios de ese año fueron "turbios", y Ferreira Aldunate siempre habló de "fraude".

Un fraude que a la postre benefició a los militares que "se quedaron con el poder".

Ferreira Aldunate volvió a la Argentina para la asunción de —el— presidente democrático (Dr. Raúl Alfonsín) —había huido de Buenos Aires en mayo de 1976— y allí dialogó con "viejos amigos" del Uruguay, políticos de todas las tendencias.

Todos le prometieron "apoyo" y lo invitaron a RETORNAR AL URUGUAY... y Ferreira Aldunate estaría "por la vuelta", sin importarle las represalias o amenazas de los militares.

Atrás quedaban 11 años de "vueltas por el mundo", donde lo recibieron los más altos gobernantes, decenas de discursos sobre Derechos Humanos y contra el régimen militar de su país (habló incluso en las Naciones Unidas), un ir y venir constante, sin hogar permanente, que lo ha llevado a un gran cansancio físico (se siente muy viejo) pero manteniendo la lucidez que siempre lo caracterizó.

En 1976, a poco del "golpe" en Argentina, fueron asesinados en Buenos Aires dos líderes políticos uruguayos (también en el exilio): Zelmar Michelini y Héctor Gutiérrez Ruiz... y Ferreira Aldunate estaba en la lista de ejecución, pero "le avisaron a tiempo" y pudo huir rápidamente.

Luego se supo que estos crímenes fueron planificados en una operación conjunta de los militares uruguayos y argentinos, y los culpables aún mantienen la libertad.

El 24 de mayo de 1976, Wilson Ferreira Aldunate le envió una carta-denuncia al "golpista" presidente argentino, Teniente General Jorge Rafael Videla. En la misma, entre otras cosas, señalaba:

"Dentro de algunas horas procuraré asilo en una Embajada de un país democrático, cuyo gobierno respeta las normas que rigen en las naciones civiliz... es. Antes de hacerlo, tengo el deber de escribir estas líneas. No sé si llegará a leerlas, mas creo que sería muy provechoso que las lea. Hace 3 años, después de los acontecimientos políticos ocurridos en el Uruguay, Héctor Gutiérrez Ruiz, Zelmar Michelini y yo, los tres de nacionalidad uruguaya, confiamos, como muchos otros compatriotas, nuestra seguridad y la de nuestras familias a la protección de la bandera argentina. En nuestra tierra siempre acogimos a los perseguidos, procedentes de todos los sectores políticos, sin preocuparnos de las tendencias a las que pertenecían: eran argentinos, y eso era suficiente. Cristianos y marxistas, civiles y soldados, radicales en 1930, antiperonistas en la década del 50, peronistas desde 1955, fueron recibidos y protegidos con fraterna solidaridad. Con la misma hidalguía fueron recibidos aquí los uruguayos obligados a dejar su propia tierra por las tempestades políticas.

Y la razón es muy simple: Argentina y Uruguay son dos naciones que nacieron y vivieron con el culto a los valores morales y a la solidaridad humana. Esta fue una ley sagrada en la historia de los dos países del Plata, y hoy "usted quebró la ley".

Héctor Gutiérrez Ruiz fue el Presidente de la Cámara de Diputados del Uruguay, tenía 43 años de edad y una maravillosa familia integrada con su mujer y cinco hijos.

Zelmar Michelini fue diputado, ministro, senador, trabajando siempre de sol a sol para mantener a sus 10 hijos.

Estos dos hombres fueron asesinados aquí en Buenos Aires por aquellos que hoy dominan el poder y están empeñados en eliminar la violencia, mas ellos la practican hasta los límites del horror.

El secuestro de Héctor Gutiérrez Ruiz fue realizado en las primeras horas del día 18 de mayo de 1976 en su residencia, situada en Posadas 1101, por un numeroso grupo de individuos portadores de armas de guerra.

Llegaron en varios automóviles "Falcon" blancos, los utilizados por la Policía Federal, y se comunicaban por radio, en alto volumen, con un comando central que les daba instrucciones.

A Zelmar Michelini lo secuestraron en el Hotel Liberty, con el mismo tipo de operativo ante numerosos testigos.

Los asesinos permanecieron en los lugares de secuestro por más de una hora, y en ese tiempo no se hizo presente ningún funcionario policial de las zonas.

Solamente tomó intervención en el asunto una guardia personal de la Embajada de Brasil, a pocos metros de la residencia de Gutiérrez Ruiz, pero se retiró cuando los secuestradores mostraron credenciales que los identificaban como integrantes de la policía y Fuerzas Armadas en "operaciones conjuntas". El Hotel Liberty, en la calle Corrientes casi Florida, el corazón de Buenos Aires, fue conmocionado por la presencia de hombres que actuaban a cara limpia y que ocuparon "militarmente" el establecimiento para secuestrar a Zelmar Michelini.

Toda esta agitación tuvo lugar frente a la guardia civil de ENTEL (empresa telefónica estatal), la cual no tomó intervención.

¿Por qué?

—Usted lo debe saber.

Las señoras de los secuestrados se dirigieron a las comisarías más cercanas para denunciar los hechos... las denuncias no fueron aceptadas porque, según la policía, "había información de que en la zona se estaban desarrollando operaciones militares".

Fueron enviados telegramas al Jefe de la Policía, a los Comandantes de la Marina y la Fuerza Aérea, y a usted señor, y ninguno fue contestado.

Usted no mostró ninguna preocupación... sólo dijo "se están investigando, pero nosotros, los militares, no tenemos nada que ver con estos hechos". En ese momento quizás usted recordó a Poncio Pilatos... y "se lavó las manos".

El Ministro del Interior, General de Brigada Albano Harguindeguy, declara que "se está investigando, pero quiero dejar en claro que no hay ninguna denuncia de estos hechos en dependencias policiales".

¡Las denuncias no fueron aceptadas por la propia policía!

Lo único que hace la Policía Federal es anunciar el día 21 de mayo de 1976 lo siguiente: "La Policía Federal Argentina comunica que en el día de hoy, a las 21.30 horas, en el cruce de las avenidas Perito Moreno y Dellepiani, fue encontrado un vehículo marca Torino de color verde, abandonado. En el interior del mismo se encontraron los cadáveres de ZELMAR MICHELINI, HECTOR GUTIERREZ RUIZ y ROSARIO DEL CARMEN BARREDO DE SCHOEDER. Fueron hallados panfletos en los cuales una organización subversiva se atribuye la autoría de los asesinatos...".

Como se puede observar, los asesinos quieren atribuir sus crímenes a la subversión, y no me detengo a considerar esta posibilidad... no hay argentino ni uruguayo que lo pueda creer.

En este momento cuando se acaban de velar los cuerpos de nuestros queridos compañeros, ignoramos cuáles serán "las medidas legales del caso" ordenadas por el Juez Federal Dr. Marquart, porque no llegó —y ya sabemos que nunca llegará— ningún agente o funcionario policial o del gobierno para recoger pruebas e interrogar a los testigos, en cumplimiento de las "medidas legales" o de "investigación que mencionó el Ministro-General Harguindeguy, y que usted dijo "haber ordenado". Nada podrá devolver la vida a nuestros compañeros muertos, y usted, y yo, y todos, sabemos donde están los asesinos. No deseo incomodarlo más por distraerlo de sus altas preocupaciones.

La policía argentina fue a buscarme a mi casa hace algunas horas. Hace varias noches que no duermo y, como ya le dije, procuraré ahora mismo asilo en la Embajada de un país cuyo gobierno se respeta a sí mismo y por eso respeta la vida humana.

Cuando llegue la hora de su propio *exilio, que llegará,* no tenga ninguna duda, General Videla, procure asilo en el Uruguay, un Uruguay cuyo destino estará nuevamente en manos de su propio pueblo... nosotros lo recibiremos sin cordialidad, ni afecto, mas le otorgaremos la protección que usted no brindó a *aquellos cuya muerte hoy estamos llorando".*

00000

Y hoy día, el Tte. Gral. Jorge Videla es uno de los militares que está en "el banquillo de los acusados".

El presidente constitucional argentino, el Dr. Alfonsín, llevará a juicio a varios militares que "abusaron del poder"... y Videla deberá *responder por los crímenes de Gutiérrez Ruiz y Zelmar Michelini.*

Wilson Ferreira Aldunate sueña con ese día: el día que "se haga justicia".

"Retornar al Uruguay" y "vengar a sus compañeros muertos" son las *mayores aspiraciones del* FUTURO PRESIDENTE DEL URUGUAY (y según día llegará a este sitial).

BOGOTA MARZO 1984

3109154

PARADOJA POLITICA EN URUGUAY

Liber Seregni: el general de los antimilitaristas

□ ROGELIO GARCIA LUPO

BUENOS AIRES, 10 (corresponsal)

Las multitudes que recorren las calles de Montevideo gritando lemas contra los militares uruguayos inician y terminan sus cantos con el nombre de un general, Liber Seregni. No es la única paradoja de la situación pero sin duda es la que más impresiona a los extranjeros, tal vez por su analogía con la potencia antimilitarista que el nombre de otro general, el argentino Juan Perón, tuvo para las masas de este país hace una década.

El caso de Seregni es todavía más notable porque a Perón lo apoyaron masas dominadas por el nacionalismo, mientras a Seregni son multitudes formadas por simpatizantes de los grandes partidos tradicionales, pero también por activistas de los partidos marxistas. Para éstos, es posible que sea la primera vez en su vida que se encuentran en las calles aplaudiendo con tanto entusiasmo a un general, si se excluye la campaña por el mismo Seregni, que en 1971 levantó su liderazgo personal al más elevado punto, y que lo precipitó en la cárcel durante ocho años.

El general Seregni no era exactamente un político de izquierda cuando aceptó la candidatura presidencial del Frente Amplio, la coalición de los partidos socialista, comunista y demócratacristiano, a la que se sumó una tendencia del partido colorado y franjas independientes. Y es perfectamente posible que tampoco lo sea ahora, en un sentido estricto.

Seregni es el prototipo de cierto militar suramericano, nacionalista en el mejor sentido de la expresión, populista en tanto que afiliado a un gran partido tradicional (en su caso, el colorado batllista), y convencido de que la ideología del ejército no debe apartarse de los principios patrióticos de José Artigas, el fundador de la nacionalidad quien, al mismo tiempo, profesaba ideas sobre la unidad latinoamericana notablemente audaces para su época.

Este prototipo latinoamericano se encontró con otro prototipo, el de los militares captados por la doctrina de la "seguridad nacional" que en 1973 dieron el golpe de Estado de Montevideo e implantaron el régimen al que ahora no logran encontrarle una salida que los preserve de una purga por lo menos tan drástica como la que están soportando sus colegas de Argentina.

Hace algunas semanas, el general le pidió a su esposa que a los simpatizantes que iban a visitarla y le preguntaban cómo era posible que el mismo ejército del que salió Seregni también hubiera producido los otros generales que gobiernan al país, les contestara que "el ejército va a seguir existiendo, aunque haya cosas inconcebibles que nos hagan rechinar los dientes". Y cuando la esposa le preguntó qué carrera profesional elegiría ahora, si pudiera volver la historia para atrás, el general le respondió: "militar".

Oficial de Estado Mayor, artillero altamente calificado, especialista en geodesia, astronomía y astrofísica, era uno de los jefes que coronaban el escalafón del ejército uruguayo. Todos los golpistas formaban un pelotón detrás de él, a buena distancia en algunos casos, y los ocho años de prisión y otras morbosas sanciones apenas encubren los resentimientos de los peores contra el mejor de todos ellos.

Ahora hay muchedumbres haciendo guardia en la Avenida 18 de Julio y Yí, a metros de la cárcel donde ha pasado los últimos ocho años, donde se mezclan las comparsas de Carnaval, con los estudiantes y los cuadros fogueados de sus partidarios. Los coros repiten "General, amigo, el pueblo está contigo", y los líderes comunistas, socialistas y demócratacristianos han repetido que consideran la propuesta del Frente Amplio perfectamente válida para la nueva etapa, y a ésta inseparable de Seregni. Las masas uruguayas parecen dispuestas a derribar del gobierno a un general pero podrían implantar, a continuación, a otro en el poder, una paradoja que sin duda debe desconcertar a muchos.□

Graves disturbios en Montevideo

MONTEVIDEO, 10 (AP)

Una veintena de heridos, entre ellos un comisario y dos oficiales de la policía, y medio centenar de detenidos, fue el saldo de graves incidentes ocurridos anoche en el popular barrio "Sur" de esta ciudad al término de un desfile de carnaval, se informó.

Los incidentes estallaron al finalizar el desfile de "las llamadas", la más típica fiesta del carnaval uruguayo, en la que grupos de músicos negros hacen sonar sus tambores al ritmo del candombe, una música de raíz africana.

La prensa dijo que 19 personas, entre ellas 18 policías, fueron heridas cuando parte del público comenzó a arrojar proyectiles contra un cordón policial, mientras se coreaban estribillos antigubernamentales.

Palcos de madera levantados por la intendencia (alcaldía) de Montevideo para los espectadores, fueron destruídos, y con sus restos se provocó un incendio en el medio de la calle, dijo un testigo.

Los incidentes fueron los más graves que se recuerdan en un desfile de carnaval en Uruguay.□

CARACAS MARZO 1984

09

9109154

Espectáculos

EL DIARIO DE CARACAS

Televisión

Canal 2

6:30 Programa del Ince
6:50 El Observador
7:00 Lo de hoy
11:00 Fantasmagórico
11:30 Josefina
12:00 El Observador Meridiano
1:00 Bianca Vidal
2:00 La usurpadora
3:00 Candy Candy
3:30 Monstruos del espacio
4:00 El hada Chapple
4:30 Guardianes del espacio
5:00 La hora de Hanna Barbera
6:00 Scooby y Scropy III
6:30 Boomer
7:00 Estudio 30
8:00 Miniserie: Eisenhower Ike, el comandante
9:00 Acusada
10:00 El Observador
10:30 Especial Prensa Uruguay
11:00 Señor Cine tanda larga: La isla del tesoro

RCTV en Uruguay. "Uruguay hacia un nuevo amanecer" es el nombre del especial que esta noche, a las 10:30, presentará Radio Caracas Televisión. Con imágenes y testimonios este documental televisivo hace un análisis de la situación sociopolítica de ese país.

CARACAS FEBRERO 84

CARTAS A EL MUNDO

¿Tiene algo ques decir?... Pues dígalo en este espacio que es su espacio... Pero sea claro y breve. Escriba sólo media hoja de papel tamaño carta, a máquina o en letra de imprenta. Y si no utiliza anónimos nosotros se lo publicaremos.

UNA LECCION DE LA TELEVISION VENEZOLANA EN URUGUAY

Los pasados días, el Canal 2 (Radio Caracas Televisión) ofreció un impactante Especial documental intitulado "Uruguay: hacia un nuevo amanecer", donde el reportero de RCTV, Balzán, se fajó duro en la ciudad de Montevideo, para traer hasta nosotros una visión clara del despertar de ese país sureño a la democracia, siguiendo los pasos de Argentina.

En lo personal, me sorprendió la madurez de las dos damas que se entrevistaron, la señora Silvia Ferreira de Morel (hija del gran líder del Partido Blanco que apunta como próximo presidente de los uruguayos Wilson Ferreira Aldunate) y la señora Lil de Seregni (esposa del Gral. que honró el uniforme de su país negándose a ensuciar sus manos con la tortura o la represión). También me llegó el entusiasmo de Rodríguez Labruna y la valiente sinceridad de Germán Araújo, muy conocido de nuestro pueblo por la repercusión que tuvo aquí su huelga de hambre en La Radio, contra la dictadura uruguaya.

Pero el punto más alto estuvo dado por la letra protestataria de las "murgas" filmadas clandestinamente en un barrio montevideano a las cuatro de la madrugada y que me recordaron a las "gaitas" que hace 25 años se estrenaban en Venezuela para denunciar a la tiranía.

Sin embargo, la parte triste y lamentable, estuvo dada por los gobernantes militares uruguayos, que se negaron a dejarse entrevistar aunque el reportero venezolano les entregó antes por escrito todas las preguntas. ¡Qué distinto al modo de responder de los gobernantes que han sido electos democráticamente!

Y es que los dictadores temen el encuentro con la prensa, con la verdad, con la libre información. Pero la tristeza pasa a estupor, en el momento en que el reportero Balzán informa a la audiencia venezolana que su visita estuvo apoyada y atendida por el Consulado de Uruguay en Venezuela (a cargo del ya conocido Jorge Azar) y por el DINAR de Uruguay.

Si con esas recomendaciones, un periodista internacional no logra acercarse a los generales gobernantes uruguayos, nos preguntamos qué es lo que hubiera sucedido si no hubiera tenido tales palancas: lo hubieran metido preso o lo hubieran echado del país?.

Qué forma diferente de expresarse la de los líderes opositores Jorge Batlle, Sanguinetti o Julio Pereira, con su franqueza y cordialidad y qué lástima que no pudo ser entrevistado, por encontrarse en un digno exilio el candidato opositor que cuenta al parecer con el respaldo mayoritario del pueblo: Wilson Ferreira Aldunate, quien según informan los cables, se radicará en Buenos Aires próximamente, invitado por el Pte. Alfonsín.

Debe destacarse la gran tarea de coordinación efectuada desde Caracas y en el propio Montevideo, por la CDU (Convergencia Democrática del Uruguay) que preside -como Balzán informó- Juan Raúl Ferreira desde México, ayudando también a obtener un material documental de primera categoría, donde destacan las tomas de la gigantesca concentración que reunió a medio millón de uruguayos en las calles, el 27 de noviembre.

Qué gran satisfacción para el pueblo venezolano, humillado en 1.976 por el allanamiento que las fuerzas armadas hicieron en nuestra embajada en Montevideo, para secuestrar a una maestra asilada, Elena Quinteros, la que nunca más apareció, y la que se supone fue asesinada por el feroz régimen dictatorial, saber que ya está cercano el día del gran despertar a la democracia en el Río de la Plata.

DR. JULIO CAMEJO

9109154

Año de la Rendición de Cuentas

EN URUGUAY

Ciudad de México, enero de 1984

Compatriotas orientales:

Aprovecho las páginas de este generoso órgano de expresión mexicano, para expresar mi júbilo por el inminente colapso de la dictadura que oprime a mi patria desde hace mas de 10 años. Sin triunfalismos, sino con la certeza de lo que está muy próximo.

Las noticias vienen desde todos los rincones del mundo, por prensa, televisión, libros, por cartas que nos mandan desde adentro y desde afuera de Uruguay, por recortes impresos que sin saber cómo llegan a nuestras manos, por conversaciones con opositores al régimen y aun con funcionarios diplomáticos, militares o comerciales del mismo, que sienten estremecerse el piso y quieren estar bien con Dios y con el Diablo, por testimonios que difunden las Comisiones de Derechos Humanos y que resuenan en esta tierra que antaño cobijó a los heroicos defensores de la República Española y que hoy acoge a miles de uruguayos perseguidos que continúan aquí su fecunda labor, como el teatro El Galpón o la Editorial Marcha.

Trascienden los entretelones de los choques que están teniendo lugar entre los diversos grupos del proceso cívico-militar, con los civiles intentando deslindar responsabilidades en su participación en la dictadura, echándole toda la culpa a los uniformados. De ahí discusiones como las que tuvo el "juez" Silva Ledezma para sustentar la tesis de que la competencia militar es válida en los juicios a civiles. Tres años antes, no hubiera habido reticencias, pero ahora sí, y las discrepancias afloran en las fuerzas navales y aéreas, hasta en temas que hasta ayer ofrecían unanimidad, como es el caso de los "rehenes claves" y del general del pueblo Líber Seregni.

Gente que pasa por aquí, procedente de Nueva York, de Washington, de Caracas, de Madrid, de Santiago, de París y hasta de Suecia, cuenta sucesos del Uruguay que están siendo revelados por los propios representantes diplomáticos, de negocios, militares y consulares del régimen uruguayo en dichas ciudades. A veces son familiares de funcionarios, como se asegura ocurre en el consulado de Caracas, donde los infidentes tienen la suerte de que el propio cónsul habla por los codos, dando origen a un episodio periodístico que llegó hasta la Cancillería venezolana, inquieta por las jactancias de J. Azar, que se pavonea hablando en su donjuanismo y de la gran tarea que hizo en Nueva York, arreglando barbaridades del bachiller Narancio y perjurando que a él lo destituyeron en una oportunidad, por ser amigo en aquel entonces, del grupo del general Cristi.

Lo cierto es que por todos lados proliferan los comentarios... que si el bachiller Narancio metió la pata en la ONU al ceder la palabra al representante del somocismo, quien sorpresivamente la usó para decir pestes del general Somoza, dar vivas a Sandino y pedir asilo en Norteamérica... que si el asunto del general Prantl y El Talero se reactivó... que si siguen las peleas en El País de Montevideo y tuvo que intervenir Scheck... que si el vicealmirante Márquez tiene temor a que se revuelva lo de la Boutique Privé...: que si hay oficiales de la Marina que cuestionan los privilegios que ese vicealmirante dio en su momento al N II... que si Moisés Cohen está preocupado por el lío de las drogas, ocurrido cuando estaba en el Banco República y que comenzó con un hijo de Páez Vilaró y el tenista Pinet... que si el general Boscán comió en Caracas con J. Azar manifestando preocupación por un triunfo de Alfonsín en Argentina... que si los yanquis se equivocan o no, al presionar por una transición con desproscripciones del PDC y del Socialismo, para aupar la candidatura Sanguinetti... que si la gente de OCOA fue bocona pese a que Gavazzo exigió pacto del silencio... que si el general Alvarez cenó con Bolentini y Cía. para ver el modo de prolongar el proceso... que si el doctor Juan Carlos Blanco manifestó deseos de cambiar de clima... que si hubo un encontronazo con Vegh Villegas por un planteo de reducción de gastos en Defensa e Interior... que si el aviso en prensa que la DINARP iba a poner al día siguiente del acto de masas monstruo, fue vetado por "ridículo" y "mamarracho contraproducente"... que si el consulado en Caracas está entregando pasaportes negados... que si del consulado de México salió un listado fotocopiado de los números de télex en los que Montevideo negó pasaportes, desde 1976 a la fecha... que si a la embajada en Madrid se le escaparon comentarios sobre cosas sucedidas allí en épocas de Pacheco, visitantes extraños incluidos... que si en la misión diplomática en Suecia se filtraron los nombres —ya en manos de tribunales internacionales sobre violación de derechos humanos con complicidad de médicos— de dos forenses uruguayos que intervinieron en sospechosas certificaciones de defunción de los cadáveres flotantes en costas uruguayas y de la esposa de Mario Heber, el Dr. K. y el Dr. P. respectivamente... que si en la embajada de Buenos Aires un agregado confirmó rumores sobre permisos de uso de pistas y muelles uruguayos a transportes ingleses para Las Malvinas, a partir de 1984... que si la misión en Roma conversó de más con una periodista sobre actividades de Ortolani y la Logia P2... que si a alguien de la representación en Santiago se le fue la lengua acerca del faltante de unos lingotes en el trayecto Montevideo-Santiago-EEUU...

A lo largo y ancho del Uruguay y fuera del país, los funcionarios del gobierno se muestran en los últimos meses muy dispuestos a congraciarse con los hasta hace poco "contaminados" y comentan jugosas y hasta picarescas intimidades... ¡Cómo cambian algunos al soplo de nuevos vientos! Esto sucedió en Argentina, pero la diferencia es que mientras allí los funcionarios del régimen de facto tuvieron la prudencia de esperar el final para contar todo lo que sabían al nuevo gobierno democrático, en el Uruguay la corrida ya empezó, como lo demuestran los informes y denuncias que semanalmente llegan a organismos internacionales, provenientes de funcionarios de niveles bajos, medios y hasta elevados del régimen de Montevideo, que quieren ir poniendo en orden su conciencia. Todos son ahora angelitos que nada hicieron y la culpa es de un grupo de militares malos que los obligaron. Otros dicen en su descargo que hicieron lo más apropiado: aparentar colaboración —tesis Petain— para poder defender la justicia desde adentro y que ahora están dispuestos a respaldar la nueva legalidad, como es el caso del personero que nos pasó la voz sobre ciertas medidas de control de correspondencia, adoptadas en el Correo uruguayo, especialmente con las piezas postales llegadas de Venezuela, México, España y Argentina, en un vano intento de impedir el ingreso a Uruguay de informaciones para el pueblo uruguayo que la censura de prensa interna impide difundir normalmente.

Paciencia, mientras aguardamos el tiempo de volver, el tiempo en que los segundones traumatizados, del tipo del bachiller Narancio, que jamás pudo obtener legalmente ni un título ni una cátedra universitaria, pasarán a la historia como lo que son, en una forma que no harán sentir orgullosos a sus nietos de llevar sus apellidos. Integrarán la galería del deshonor, que los nuevos gobiernos democráticos habrán de inaugurar, con fotos y biografías (prontuarios) de esta fauna siniestra que durante 10 años asoló el país. Les pasará lo mismo que en Argentina, donde asesinos, torturadores, diplomáticos improvisados, catedráticos a dedo y rectores inventores, están en estampida histérica, y otra vez la gente de la Diplomacia, de la Cultura, de la Universidad y de las Fuerzas Armadas (con mayúscula), torna a ocupar los puestos usurpados. Así de simple. Y ese día, tal vez la pluma de Carlos Quijano inicie un editorial de Marcha, en la misma Marcha que se siguió editando puntualmente en esta hermana tierra, pero que para ese momento se publicará nuevamente en Montevideo, con estas terribles palabras, remedando a Mamá Grande: "¡Cuánta sangre inútil, cuánto dolor inútil, cuánta muerte inútil, cuánta estupidez inútil, hijos míos!"

Se ve la luz al final del túnel. Gracias compatriotas mexicanos y uruguayos por mantener viva la esperanza y la fe en la libertad, la justicia y la democracia.

9109154 **Carlos Moreno**

11

México, Enero 1984

Ahora, trabajo el Diario. Caracas, Ene. 1984

Uruguay: Lo que fue

Rómulo Henríquez

La divertida comedia periodística, que durante las últimas semanas de 1983 y las primeras de 1984 protagonizó el cónsul de Uruguay en Venezuela, ahora llamado "el asunto", por la colectividad uruguaya en el país, en razón de una de las más comentadas cartas a "El Diario de Caracas", no debe distraer nuestra atención, del problema que subsiste: la normalización íntegra de las relaciones diplomáticas, rotas desde 1976.

Dividido el sin duda extensivo verbalismo del Sr. Jorge Azar G., arrojando este tercios ocultos reservados, circunstancia "vox populi", que alcanza nivel de la farándula, no deja de ser menos cierta la incapacidad absoluta del gobierno de Montevideo y de los diversos representantes suyos, pasados por Caracas desde 1976, para rectificar lo que fue y es: el enfriamiento.

Objetivamente analizando, además del actual cónsul, son demasiados los voceros oficiales del régimen, que en diferentes oportunidades vienen expresando "a título personal", su absoluta convicción de ya nada es posible hacer para que la señorita secuestrada de nuestra Embajada en Montevideo, la maestra E. Quinteros, pueda ser liberada. Entre variadas razones, porque quizás no esté viva.

Esta hipótesis cobra fuerza, en la medida que se van conociendo los macabros homicidios cometidos por las fuerzas de "seguridad" de las dos naciones del Río de la Plata, y ahora muy especialmente con los desaparecimientos que se evidencian en Argentina, con las tumbas sin nombres y en denuncias con todo el apellido, que involucran a muchos conocidos personajes civiles y militares de Buenos Aires y de Montevideo, la mayoría de ellas en proceso de sustanciación, y no solamente en el Cono Sur, sino en varios Tribunales de Derechos del Hombre, en países europeos.

Ante esta posibilidad, sostenemos que el nuevo gobierno venezolano, ha de manejarse en un terreno firme y pragmático: no se reanudarán las relaciones diplomáticas, en tanto no aparezca la secuestrada, o en tanto el régimen uruguayo no dé un claro informe de lo sucedido con ella, a la vez que presente las excusas del caso, al pueblo y al gobierno de la República de Venezuela.

A estas alturas de los conocimientos que se tienen aquí, de lo realmente sucedido en aquella oportunidad, resulta ya infantil la pretensión de Montevideo de seguir negándolo.

Están los datos aportados por el ex Embajador nuestro, Julio Rangel, quien ha confirmado la violación y señalado que las fuerzas de la seguridad uruguaya, pretendieron el incriminarlo y restarle veracidad a las denuncias, mediante testimonios redactados ante los familiares del esposo de la plagiada, merced a la nocturnal intervención de G. Rocca, un notario argentino.

Ahora, el 8-1-84, llega la aclaración al Diario de Caracas, del propio cónsul uruguayo, Jorge Azar Gómez, el que además de revelar coquetamente su edad, reitera en ese periódico que su principal objetivo es colaborar en el acercamiento entre Montevideo y Caracas -cosa que nos parece bien-, insistiendo curiosamente en el manido tema del secuestro -cosa también excelente por ser la vez primera que un vocero de Uruguay acepta el hecho ante la prensa- aunque omitiendo el desmentir los excesos verbales y de otros tipos que se le vienen atribuyendo públicamente. En resumen: que lo que fué, es un secuestro y un extraño intento de aclaración del consulado, que nada niega sino que confirma. La gracia de un "show", muy aplaudido -"chercher la farme"- pero las relaciones con Montevideo siguen en punto cero. Azarosamente frías.

El asunto de la nacional

9109154

Caracas, enero 1984

Uruguay no es un azar

Días pasados en "La opinión de los lectores" de este periódico, por un supuesto "reconocimiento al cónsul uruguayo en Venezuela", realizado por la señora de G., "venezolana por nacimiento y casada con uruguayo", se agrede a la verdad, la cual intentaremos rescatar sin caer en polémicas absurdas.

El 27 de junio de 1973, los militares, aduciendo los pretextos de siempre y autocalificándose como la reserva moral del Estado, arremetieron contra el sistema democrático, usurpando el poder.

En más de diez años de ejercicio la dictadura uruguaya ha torturado, asesinado, encarcelado, empobrecido y obligado al exilio a cientos de miles de personas. A todos estos logros, comunes de las dictaduras, se deben agregar las también comunes clausuras de periódicos, radios y la pretensión permanente de clausurar el pensamiento.

El rompimiento de relaciones entre Venezuela y Uruguay se produjo como consecuencia del secuestro por efectivos militares de la maestra Elena Quinteros dentro de la Embajada de Venezuela, lo cual fue una agresión inadmisible al principio internacional de inviolabilidad de la soberanía territorial que cada embajada representa. El Gobierno venezolano interpretando el sentir popular y al no ser satisfechas sus exigencias de regresar la persona secuestrada y la presentación de las excusas pertinentes por lo ocurrido, rompió relaciones. Esta medida fue tomada durante el gobierno de Carlos Andrés Pérez y mantenida congruentemente por el actual gobierno. Jaime Lusinchi, elegido presidente para el próximo período constitucional, ya ha establecido claramente que no se reanudarán relaciones diplomáticas con Uruguay a menos que se satisfagan las demandas que el Gobierno venezolano estableciera al momento de la ruptura.

La firme actitud en defensa de los derechos humanos de los pasados y venideros gobiernos democráticos en Venezuela, y el conocimiento de que jamás aceptará negociar personas por cosas, nos reafirma el orgullo de vivir en esta tierra.

Uruguay no es un azar, es la decisión y convergencias de voluntades de todo un pueblo por el restablecimiento pleno del estado de derecho.

Para finalizar, daremos algunos datos de Azar, es decir del cónsul uruguayo Jorge Azar, a los que recomendamos no apostar.

Apadrinado por el primer bachiller rector de la universidad, Edmundo Narancio, pasa a ocupar, postgolpe de Estado, el cargo de interventor del Centro de Computación, cargo no logrado por méritos académicos en octubre de 1973.

En 1974 pasa a ser secretario del decano de la Facultad de Ingeniería, Alfredo de Santiago.

En 1975, cuando se desempeñaba en la Dirección del Instituto de Bienestar Estudiantil, fue expulsado por actos amorales, así juzgado por la deteriorada moral militar.

En 1983, Jorge Azar es designado cónsul de Uruguay en Venezuela.

Por decisión y no por azar, Azar nada tiene que ver con el Centro Uruguayo Venezolano y tampoco si por azar, Azar tendría en un futuro cercano ninguna representatividad del Gobierno uruguayo cuando éste sea voluntad expresa y libre del pueblo.

Daniel W. Foti

Martes 3 de enero de 1984 EL DIARIO DE CARACAS

Caracas, Enero 1984

hacer una campaña en 15 neg

El cónsul

Uruguay se acerca a Venezuela

El cónsul general del Uruguay en Venezuela, Jorge Azar Gómez está haciendo gestiones tendientes a restablecer un mejor clima en las relaciones con Venezuela, se supo en fuentes responsables.

Azar Gómez fue designado en sus actuales funciones el 18 de marzo del año pasado.

Uruguay es el único país del continente con el cual Venezuela no tiene relaciones diplomáticas como consecuencia del incidente ocurrido con la nación sureña por un asilado que persiguieron las autoridades uruguayas hasta la sede misma de la misión venezolana en Montevideo, inviolable según las reglas internacionales convenidas. Esto ocurrió en la época de la presidencia de Carlos Andrés Pérez.

El cónsul de Uruguay de 40 años de edad y diplomático de carrera, está realizando gestiones por un mejoramiento de las relaciones.

EL DIARIO DE CARACAS

Domingo 8 de enero de 1984

13

91'09154

Caracas, Enero 1984

Preguntas a las cancillerías de Venezuela y Uruguay

Hace pocos días, la señora M.T. de G. planteó públicamente en estas páginas, la necesidad de rendir reconocimiento al excelentísimo cónsul del Uruguay en Caracas, Jorge Azar, abundando en razones para ello y afirmando a la vez las bondades del régimen de Montevideo.

En mi calidad de internacionalista y de venezolano, no quiero ni debo terciar en una situación que compete sólo a los hermanos uruguayos, pero sí me veo obligado a formular precisiones en torno a ciertos conceptos del artículo de marras, que deberían mover a reflexión a los cancilleres de ambos países.

En efecto, el ciudadano Jorge Azar puede comentar con quien le dé la gana, si los gobernantes de su país son mediocres o no. El ciudadano Azar puede perfectamente contarle a su amiga si los generales Boscán H. y Rapela son constitucionalistas y si gustan conversar con él de temas políticos cuando visitan a Caracas. El ciudadano Azar es libre de informar a terceros sobre las persecuciones de las que al parecer fue objeto en su propio país por otros militares no tan constitucionalistas. El ciudadano Azar puede por supuesto concurrir a los clubes venezolano- uruguayos que desee. El ciudadano Azar puede relatar en reuniones informales anécdotas galantes, que habilidad tiene para ello.

Pero lo que no puede hacer el cónsul de Uruguay en Caracas, Jorge Azar, es olvidar los elementales principios del quehacer diplomático, como son la prudencia y la moderación en los comentarios profesionales.

Sostengo que el cónsul ha pecado, formalmente hablando, por exceso de verbalismo al confiar a terceros las presuntas negociaciones que su gobierno le encomendó encarar con Venezuela para reanudar relaciones diplomáticas, y mucho más si observamos que involucró a personalidades de nuestro servicio exterior, como es el caso de L. Castillo, en conversaciones —según él— con el dirigente socialcristiano P. Terra.

Tampoco es elegante para nosotros, los venezolanos, que se nos confunda con indígenas tribales por parte del cónsul, al pretender halagarnos para dicho restablecimiento de relaciones, con una oferta del Presidente de Uruguay, de construir en Montevideo un monumento al Libertador. Si el general Alvarez desea construirlo, pues que lo haga y más nada. No aceptamos espejitos de colores.

Por último, el cónsul de Uruguay en Caracas no debe estar contando a terceros sus conversaciones con el general Boscán H., acerca de lo tratado en la reunión de jefes de ejércitos americanos efectuada en Caracas, ni proclamando a los cuatro vientos los comentarios del general Boscán H. sobre los entonces candidatos presidenciales Alfonsín y Lusinchi. Toda esta locuacidad improcedente, merece a no dudarlo una llamada al orden de las cancillerías de Venezuela y de Uruguay. Flaco servicio el que este diplomático está haciendo a su país.

Coronel (R) Amadeo Salcedo Delpretti
Internacionalista

EL DIARIO DE CARACAS

Miércoles 18 de enero de 1984

14-14

3109154

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.
DIV.MICROFILMACION

A C T A D E C I E R R E

ANEXO AL ROLLO: 1215 (JC)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 28 de mayo de 1993

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1991

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO: 9109154 Fs.01/14

REF. A:COMITE INTERNACION PARA LA DOCUMENTACION DE ACTOS VIOLATORIOS DE LOS DERECHOS HUMANOS (I.C.D.)

OPERARIO/S: Sdo. 1a. J.GONZALEZ

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del A.G.I.I. de la D.G.I.D.
Coronel
A.O. Walter A. Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DEFENSA - República O. del Uruguay

FIN ANEXO

ROLLO 1215